00100.023154/2025-16

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXX SUP. A AO Nº 5, TERÇA-FEIRA, 4 DE FEVEREIRO DE 2025

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB)
1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)
3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)
4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

---

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 31ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de Agosto de 2024 9

Ata da 38ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de Agosto de 2024 78

Ata da 39ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de Setembro de 2024 147

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Setembro de 2024 187

Ata da 49ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de Setembro de 2024 213

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Setembro de 2024 280

Ata da 51ª Reunião, Ordinária, realizada em 1 de Outubro de 2024 338

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Outubro de 2024 398

Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Outubro de 2024 463

Ata da 54ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de Outubro de 2024 521

Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Outubro de 2024 633

Ata da 57ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de Outubro de 2024 692

Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Outubro de 2024 714

Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Outubro de 2024 758

Ata da 60ª Reunião, Ordinária, realizada em 22 de Outubro de 2024 809

Ata da 61ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Outubro de 2024 854

Ata da 62ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de Outubro de 2024 904

Ata da 63ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de Novembro de 2024 975

Ata da 65ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de Dezembro de 2024 1018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 66ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2024 1029

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Outubro de 2024 1040

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Outubro de 2024 1081

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de Outubro de 2024 1129

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Novembro de 2024 1179

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Novembro de 2024 1206

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Novembro de 2024 1262

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Dezembro de 2024 1309

Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Dezembro de 2024 1334

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Dezembro de 2024 1378

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2024 1403

Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2024 1414

Ata da 44ª Reunião, Conjunta, realizada em 11 de Dezembro de 2024 (em conjunto com a 56ª Reunião da CDH)**(Vide item 1.6)**

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Dezembro de 2024 1440

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Novembro de 2024 1483

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Novembro de 2024 1539

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Novembro de 2024 1578

Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Novembro de 2024 1657

Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Novembro de 2024 1715

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Novembro de 2024 1767

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Novembro de 2024 1850

Ata da 47ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de Novembro de 2024 1907

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Novembro de 2024 1961

Ata da 50ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de Dezembro de 2024 2007

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2024 2103

Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Dezembro de 2024 2146

Ata da 54ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de Dezembro de 2024 2466

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Ata da 71ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Dezembro de 2024 2548

Ata da 72ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Dezembro de 2024 2570

Ata da 73ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Dezembro de 2024 2581

Ata da 76ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2024 2597

Ata da 77ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2024 2660

Ata da 79ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Dezembro de 2024 2661

Ata da 80ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Dezembro de 2024 2749

1.4.1 – SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Ata da 2ª Reunião, realizada em 4 de Setembro de 2024 2791

1.5 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Dezembro de 2024 2818

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2024 2820

1.6 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Agosto de 2024 2822

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Agosto de 2024 2876

Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Agosto de 2024 2924

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Agosto de 2024 2974

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Agosto de 2024 3033

Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Agosto de 2024 3080

Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Setembro de 2024 3139

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Outubro de 2024 3169

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de Outubro de 2024 3223

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Novembro de 2024 3259

Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Novembro de 2024 3297

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Dezembro de 2024 3368

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Dezembro de 2024 3435

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Dezembro de 2024 3504

Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Dezembro de 2024 3507

Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Dezembro de 2024 3551

Ata da 55ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2024 3606

Ata da 56ª Reunião, Conjunta, realizada em 11 de Dezembro de 2024 (em conjunto com a 44ª Reunião da CAS) 3609

Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Dezembro de 2024 3676

Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Dezembro de 2024 3700

Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Dezembro de 2024 3761

Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Dezembro de 2024 3837

1.7 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Novembro de 2024 3906

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Dezembro de 2024 3939

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Dezembro de 2024 3988

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2024 3990

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2024 4031

1.8 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Dezembro de 2024 4033

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2024 4035

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2024 4041

1.9 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Dezembro de 2024 4046

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Dezembro de 2024 4052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Dezembro de 2024 4084

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2024 4089

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Dezembro de 2024 4094

1.10 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Agosto de 2024 4105

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Setembro de 2024 4114

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Outubro de 2024 4135

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Novembro de 2024 4161

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Novembro de 2024 4195

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Dezembro de 2024 4210

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Dezembro de 2024 4212

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Dezembro de 2024 4230

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Dezembro de 2024 4241

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Dezembro de 2024 4243

1.11 – COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Dezembro de 2024 4271

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2024 4273

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2024 4275

1.12 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Novembro de 2024 4285

Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Dezembro de 2024 4315

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Dezembro de 2024 4317

Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Dezembro de 2024 4330

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Dezembro de 2024 4364

1.13 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de Outubro de 2024 4420

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Novembro de 2024 4454

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Novembro de 2024 4474

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Novembro de 2024 4609

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Dezembro de 2024 4628

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2024 4630

1.14 – COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Dezembro de 2024 4671

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2024 4673

1.15 – COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Dezembro de 2024 4675

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Dezembro de 2024 4686

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Dezembro de 2024 4701

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e seis minutos do dia treze de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Izalci Lucas, Sergio Moro, Fernando Dueire, Plínio Valério, Irajá, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Humberto Costa, Jaques Wagner, Flávio Arns, Rosana Martinelli, Flavio Azevedo, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Carlos Viana, Cid Gomes, Otto Alencar, Omar Aziz, Teresa Leitão, Sérgio Petecão e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1071, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Regula o exercício da profissão de técnico em eletricidade e eletrotécnica e fixa seu piso salarial." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Favorável ao projeto com três emendas de sua autoria. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 , 2, 3 e 4-CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2556, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Estabelece diretrizes e parâmetros para a gestão democrática na educação básica pública." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao projeto com oito emendas apresentadas. **Resultado:** Aprovado o REQ 107/2024-CAE, de audiência pública para a matéria. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 6064, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o direito a indenização por dano moral e a concessão de pensão especial à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika ou de Síndrome de Guillain-Barré causada pelo vírus Zika; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e 8.213, de 24 de julho de 1991." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto com a emenda nº 2-CAE. **Observação:** Aprovada, também, a apresentação do requerimento de urgência para a matéria. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara n° 134, de 2017 - Não**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que "regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências"." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda de sua autoria, e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2- CAE. A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **Observação:** A matéria vai à CDR. **ITEM 5 - Projeto de Lei Complementar n° 23, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 a fim de incentivar a pesquisa e desenvolvimento da Nanotecnologia no Brasil." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada, também, a apresentação do requerimento de urgência para a matéria. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 876, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Autoriza a realização a distância, utilizando-se de meios ou recursos tecnológicos, de reuniões de Conselhos Fiscais e de Administração de empresas públicas ou privadas, bem como, os conselhos públicos criados por Lei." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Favorável ao projeto com a Emenda nº 1-T e uma emenda apresentada. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-T-CAE e 2- CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5178, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de pessoa ou cuidador social de pessoa, e altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, nº 13.146, de 6 de julho de 2015, nº 8.069, de 13 de julho de 1990." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 5723, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Economia Circular, o Sistema Nacional de Arranjos Produtivos Locais de Recuperação de Valor da Cadeia Produtiva de Produtos e Materiais Derivados de Resíduos ou Pós-Consumo, e o Programa de Incentivo à Economia Circular em âmbito federal." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 4-T e com uma emenda apresentada. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 a 4-T-CAE, 5 e 6- CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 6118, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1.998, e a Lei n.º 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Games e Esports

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(CBGE) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Favorável á matéria. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Esporte. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 429, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre as custas judiciais no âmbito da Justiça Federal; cria o Fundo Especial da Justiça Federal (Fejufe); e revoga a Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável ao projeto, pelo acolhimento integral das Emendas nºs 2, 5 e 6, pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 3, 4 e 8, e contrário as emendas nºs 1, 7 e 9, nos termos do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 1726, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para considerar despesa médica, para fins de dedução da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, o pagamento relativo à instrução de pessoa com transtorno do espectro autista." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). **Resultado:** Retirado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 107, de 2024** que: "Requer Audiência Pública para debater o PL 2556/2023" **Autoria:** Senador Flavio Azevedo (PL/RN). **Resultado:** Aprovado o requerimento de Audiência Pública fica sobrestada a apreciação do PL 2556, de 2023. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 13 de agosto de 2024.

Comunicados da Presidência.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos: moção por justiça tributária da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); moção da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes; moção da Câmara Municipal de Gaurama; Ofício MB 132/2024-SP, da Alesp; Ofício GAP nº 243/2024, da Fiemt; Ofício nº 104/2024/RO/LG, do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite; e Ofícios nºs 103 e 109, de 2024, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação neste período.

Antes de iniciarmos, Senador Flavio, nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 30ª Reunião, realizada em 06/08/2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, inicio a reunião de hoje lembrando que ontem faleceu Delfim Netto, economista e político, a quem podemos definir como uma daquelas pessoas incomuns, que transitou entre governos diferentes, sempre com coerência. Sabia se reinventar e contribuiu para a vida pública até o fim dos seus 96 anos bem vividos. Professor da USP, Delfim era mestre em analisar o sobe e desce dos cenários econômicos e um craque da criatividade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com *slogans* como "exportar é o que importa". O país perdeu uma mente brilhante, mas deixa seus ensinamentos como herança genial para as atuais e futuras gerações. Que a família de Delfim Netto encontre conforto em Deus e no exemplo de um dos maiores homens públicos e economistas que o Brasil já teve.

Gostaria também de registrar que hoje teremos a primeira audiência pública do grupo de trabalho que vai discutir a regulamentação da reforma tributária. Já confirmaram presença: o Sr. Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda; o Sr. Robinson Sakiyama Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil; o Sr. Mauro José Silva, Presidente da Unafisco Nacional (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil); o Sr. Aécio Prado Dantas Júnior, Presidente do Conselho Federal de Contabilidade; a Sra. Ana Carolina Brasil Vasques, Presidente do projeto Mulheres no Tributário; e a Sra. Lina Santin, Mestre e Doutoranda em Direito Tributário. Lembro, ainda, que, no âmbito desse GT que hoje inicia os trabalhos, serão realizados estudos e reflexões para elaborarmos sugestões desta CAE ao Relator da matéria na CCJ.

Por fim, registro o importante projeto de lei que deliberaremos hoje: se trata do PL nº 6.064, de 2023 – Senador Paulo Paim, seja bem-vindo –, que cria a indenização por dano moral e a concessão de pensão especial à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus zica ou de síndrome de Guillain Barré, causada pelo vírus zica, de autoria da então Deputada Federal Mara Gabrilli e de relatoria do Senador Rodrigo Cunha. Não temos dúvidas de que é justo que se destine a essas famílias uma indenização, em parcela única, que não se confunde com o benefício assistencial, como um desagravo pela omissão do Estado em cuidar adequadamente da saúde da população e um reconhecimento de sua falha no dever de prevenir as nefastas consequências que essa infecção congênita teve sobre milhares de vidas inocentes no Brasil. Assim, parabenizo a autora e o Relator do projeto pelo trabalho realizado, desejando que seja aprovado por esta Comissão no dia de hoje.

Era o que tinha a registrar.

Boa reunião a todos nós. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de apreciarmos o item 2 da pauta, informo que foi apresentado o Requerimento nº 107, de 2024, de autoria do Senador Flavio Azevedo, de audiência pública para instrução da matéria.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 107, DE 2024

Requer Audiência Pública para debater o PL 2556/2023

Autoria: Senador Flavio Azevedo (PL/RN)

Em votação o Requerimento nº 107, de 2024.

Os Senadores...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Paulo Paim, quer usar da palavra?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, o autor pediu...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É de autoria do Senador Flavio.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para encaminhar.) – Com a máxima vênia, Senador Paulo Paim, eu sou novo na Casa, mas o senhor fique certo de que o senhor é um dos Senadores que mais mereceram, ao longo da minha vida, a minha admiração pela sua firmeza de posição, pela correção de suas posições, de modo que eu diria até que fiquei um pouco constrangido em apresentar esse requerimento num assunto da relatoria de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o seguinte: o maior problema que o nosso país tem – e eu falo isso como uma pessoa que exerce uma atividade profissional ao longo de 54 anos, eu tenho 78 anos e exerci a minha atividade empresarial, nunca tive um emprego, vivi sempre do meu trabalho – e a maior dificuldade que eu encontrei em ser empresário é exatamente na área da educação. Educação é a base de tudo, tudo. Isso eu aprendi ao longo do meu trabalho, ao longo de toda a minha vida. E a educação pública brasileira é um desastre sem igual, de proporções gigantescas.

A nossa empresa tem atividade na área educacional privada, nós temos 3 mil alunos num estado pequeno como é o Rio Grande do Norte dentro da nossa instituição. Nós temos um programa, Senador, dentro das favelas. Em três favelas lá do Rio Grande do Norte, colocamos nossos professores dentro das favelas, usando nossos professores, fazendo programa de educação integral – a criança entra lá de manhã, sai no final da tarde, com almoço, tudo isso custeado pela nossa empresa. E encontramos um problema, descobrimos um problema gravíssimo: o problema não é da criança, a criança recebe instruções que são destruídas quando ela chega a sua casa, os valores ensinados durante o período de aula eram destruídos pelos pais pouco orientados quando ela chegava a sua casa à noite. Aí invertemos o processo: vamos educar os pais primeiro para em seguida educar as crianças. Isso tem sido um sucesso.

Eu estou justificando a minha posição. Ela não é ideológica. Ela realmente é no sentido de se apurar melhor o que fazer para minorar a verdadeira hecatombe que é a nossa educação pública. Se se volta para a educação do ensino fundamental, você tem as prefeituras trabalhando de forma assustadora, eu diria até; aí você vai para o ensino médio e para o ensino fundamental, que é função do estado, é outro desastre, herda o desastre da educação infantil. Então, eu tenho algumas ideias e gostaria de colaborar. O meu sentido é de colaborar. Estou chegando aqui agora, em substituição, por ser o primeiro suplente, do Senador Rogerio Marinho. Eu gostaria de dar essa minha contribuição, Senador, com toda a sinceridade. Não estou aqui para... Não tem nada de ideológico nessa minha posição. É no sentido de colaborar, de modo que, pedindo, repito, mil vênias, eu gostaria de discutir melhor esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Flavio.

Senador Paim, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidente, eu queria cumprimentar o Senador Flavio Azevedo, inclusive pela sua argumentação muito precisa, com muita competência, com muita clareza.

E, se eu negasse aqui uma audiência pública de um projeto como este, que de fato é um projeto complexo e amplo, que vai mexer numa série de áreas, da também competente Senadora Teresa Leitão, logo eu, que, se entrarmos na história do Parlamento, foi quem mais pediu audiência pública de projetos de todas as áreas em que eu achei importante pedir... Então, Sr. Presidente, eu concordo plenamente com o Senador Flavio Azevedo. Vamos fazer uma audiência pública, o que vai ser bom para o país, não só para o Parlamento, e principalmente para a educação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Paim.

Senador Flávio Bolsonaro, com a palavra, Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Presidente, eu também quero manifestar aqui a minha posição de que tem que haver mais discussão deste projeto, porque, na minha visão, com todo o respeito ao autor, este é um projeto ideológico. Este é um projeto ideológico.

E há algumas expressões que são usadas aqui, que são muito bonitas, e nomes... Quando você se insurge contra determinadas expressões, você rapidamente é rotulado como se fosse antidemocrático, mas o que é gestão democrática do ensino? A expressão é bonita. Todos nós somos a favor da democracia, mas só que eu não vejo no projeto a preocupação com aquilo que realmente importa.

A nossa educação pública é reconhecidamente falida. Os alunos do ensino fundamental, Senador Flavio Azevedo, estão indo para o segundo grau, às vezes concluindo o segundo grau, sem conseguir fazer a leitura de um texto e tendo a compreensão do que leram, sem fazer contas simples de matemática. O Brasil é um dos piores países ranqueados no PISA, que é um exame internacional que tem uma régua que mede a qualidade do ensino em mais de 50 países. O Brasil está lá para as últimas posições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem que votar projetos de lei aqui, modificações da Constituição, que garantam aos alunos uma formação em empreendedorismo, para saber o que vão fazer da vida depois de pararem de estudar, que possam aprender o básico, português e matemática. Lições de cidadania podem ser dadas, educação sexual, uma coisa que é diferente de ideologia de gênero, que tentam impor a todo momento, porque esse projeto também traz o conceito de gênero. Portanto, é um projeto ideológico.

E eu não vejo a preocupação de atacar os pontos nevrálgicos que a gente tem que combater, Senador Flavio, que é a evasão escolar de quase 50% dos alunos no ensino fundamental. Por que o aluno não está dando continuidade no ensino? Por que ele não é atraído para ficar dentro de salas de aula? Por que é que não se implementam os contraturnos de uma forma integral, como já está em lei? A gente tem que buscar, Senador Vanderlan, é isso, para que os alunos consigam ter um ensino que os permita crescer na vida depois de parar de estudar. Como eu falei, saber escrever uma redação bem-feita, saber fazer conta de matemática.

E é um projeto que eu vejo aqui que traz controle social. O que é o controle social dentro das salas de aula? Quer controlar quem? Com que princípios?

Então, acho fundamental que tenha, sim, uma audiência pública sobre isso, porque, mais uma vez, a gente está aqui tratando de monopólio do pensamento do aluno. Não dá para concordar com um projeto desses.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, se o senhor puder botar em votação, como eu tenho aqui outra sequência... Eu concordei plenamente com o Senador Flavio Azevedo: vamos fazer a audiência pública e vamos ali fazer o debate...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Vamos em frente, Senador Paulo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... democrático e justo.

Se puder botar em votação, eu agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o Requerimento nº 107, de 2024, item 12 da pauta. Requerimento apresentado pelo Senador Flavio Azevedo de audiência pública para instrução da matéria do item 2.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 107, de 2024, de audiência pública para instrução do PL 2.556, de 2023.

Fica sobrestado o projeto até que se realize a audiência.

(É o seguinte o item sobrestado:

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2556, DE 2023

- Não terminativo -

Estabelece diretrizes e parâmetros para a gestão democrática na educação básica pública.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto com oito emendas apresentadas.

Observações:

1. Em 16/7/2024, foi concedida vista coletiva da matéria.

2. Em 16/7/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do senador Carlos Viana.

3. Em 12/8/2024, foram apresentadas as Emendas nºs 2 a 6, de autoria do senador Mecias de Jesus.

4. Em 13/8/2024, foi apresentado requerimento de audiência pública para instrução da matéria, de iniciativa do senador Flávio Azevedo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5. A matéria será apreciada pela CCJ, e em decisão terminativa, pela CE.)

Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 6064, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre o direito a indenização por dano moral e a concessão de pensão especial à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika ou de Síndrome de Guillain-Barré causada pelo vírus Zika; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e 8.213, de 24 de julho de 1991.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. Em 2/7/2024, foi concedida vista coletiva da matéria.

2. Em 9/7/2024, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do senador Jaques Wagner (a emenda nº 1 foi retirada pelo autor).

3. Foi solicitada a estimativa do impacto orçamentário da matéria.

4. A matéria foi apreciada pela CAS, com parecer favorável ao projeto.

Em 02/07/2024, após a leitura do relatório, foi concedida vista coletiva da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Cunha para se manifestar sobre a Emenda nº 2.

Com a palavra, Senador Rodrigo Cunha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, este assunto é de extrema importância. Eu estou ao lado do Líder do Governo Jaques Wagner e gostaria de pedir uma gentileza à sua direção aqui neste momento para passar mais um item à frente em busca de conseguir aqui uma eficiência e celeridade para definir este assunto, de maneira cabal, nesta votação.

Então, se for possível colocar como sendo o próximo item... O Senador Jaques Wagner acabou de chegar aqui. É um momento importante para que a gente consiga também ter celeridade após esse momento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Concedido, Senador, a pedido de V. Exa.

Vamos ao item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 23, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 a fim de incentivar a pesquisa e desenvolvimento da Nanotecnologia no Brasil.

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Favorável ao projeto

Observações: *1. A matéria foi apreciada pela CCT, com parecer favorável ao projeto.*

A matéria vem à CAE após aprovação em Plenário de requerimento de oitiva.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Dueire para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador Fernando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 23, de 2019, de autoria do Senador Jorginho Mello, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a fim de incentivar a pesquisa e desenvolvimento da nanotecnologia no Brasil, instrumento precioso, Senador Presidente, que nós precisamos tirar do papel e fazer com que os recursos possam estar disponíveis para o desenvolvimento de tantas disciplinas, em particular a medicina.

Quanto ao mérito, o objetivo do projeto é incentivar a pesquisa e o desenvolvimento da nanotecnologia no Brasil. Para tanto, torna possível a adesão ao Simples Nacional por parte de micro e pequenas empresas que se dediquem à pesquisa e ao desenvolvimento da nanotecnologia.

A nanotecnologia é utilizada nos mais diversos setores da economia, desde agricultura e alimentos ao desenvolvimento de produtos cosméticos e medicamentos inteligentes. Seu potencial de contribuição para a economia verde e sustentável é cada vez maior, devido a sua aplicação para o desenvolvimento de nanocélulas de energia solar, armazenamento de energia, tratamento da água e nanogeradores.

Em geral, empresas dedicadas à nanotecnologia são de grande porte. Entretanto, com o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação e, mais recentemente, as tecnologias associadas ao uso intensivo de inteligência artificial, abriu-se uma grande possibilidade para que empresas de pequeno porte desenvolvam etapas da pesquisa e desenvolvimento sem a necessidade de estruturas laboratoriais de elevado investimento inicial.

Com isso, podem surgir empresas *startups* nas áreas de nanotecnologia, para a operação em nichos específicos. Um exemplo são as aplicações de inteligência artificial que reduzem significativamente o custo de desenvolvimento do *designer* de novos materiais e a montagem de nanoestruturas, o que, usualmente, demanda muitos recursos humanos e financeiros. Além disso, reduziu-se o tempo demandado para realizar tais tarefas.

Acreditamos que uma política pública dedicada a um setor ou a uma tecnologia deve considerar todo o caminho percorrido por uma empresa, desde o seu nascimento até o seu amadurecimento. Assim, é meritória a matéria, por permitir que micros e pequenas empresas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dedicadas à pesquisa e ao desenvolvimento das nanotecnologias possam aderir ao Simples Nacional.

O voto, que agora relato, ante o exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 23, de 2019.

Sr. Presidente, é o que eu tinha a relatar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Lido, Senador?

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria está em discussão.

Senador Sergio Moro, com a palavra.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Embora seja um projeto simples, só quero elogiar aqui o trabalho do Relator, do Senador Fernando Dueire.

É um pouco um retrato do Brasil. A gente tem uma carga tributária muito alta – não é, Senador? –, e nós temos que ficar criando muitas vezes exceções para viabilizar determinadas atividades econômicas.

Então, eu sou favorável ao projeto, acho bastante oportuno. Agora, a gente tem que ter uma discussão mais ampla, e creio que teremos, inclusive nesta Casa aqui, pela Comissão de discussão da reforma tributária, sobre uma reforma tributária que trate tudo isso de maneira mais equânime, em uma distribuição de carga fiscal entre todas as empresas, porque a gente entra nesse regime das exceções para tentar viabilizar a atividade econômica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu concordo com o projeto, acho oportuno estabelecer essa possibilidade, mas vamos destacar que a gente precisa ter uma questão, uma discussão mais ampla neste país sobre a carga tributária.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Senador Fernando Dueire, o senhor queria usar a palavra, Senador? O senhor pediu a palavra?

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Não, não. O relatório foi apresentado, e eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O senhor não ia fazer pedido de urgência?

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Sim, claro.

Peço a V. Exa., considerando que a matéria é extremamente relevante, solicito a V. Exa. que considere a possibilidade de urgência da matéria ora relatada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência do item 5 da pauta, Projeto de Lei Complementar nº 23, de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o pedido de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o pedido de urgência.

Vai a Plenário.

Senador Rodrigo, chegou-se a um acordo do item 3?

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente Vanderlan Cardoso, primeiramente, eu quero dizer que todos aqueles Senadores que tiveram acesso ou oportunidade de avaliar esse projeto consideraram-no meritório, entenderam a importância e a especificidade que se tem.

Eu quero começar por V. Exa., que, desde o primeiro momento em que teve oportunidade, pautou esse projeto aqui na CAE. É um projeto que vai trazer uma justiça social e até humana às mães e crianças afetadas com o zica vírus. V. Exa. pautou uma, duas, três vezes, essa é a quarta vez que é pautado o projeto. E todos os Senadores que pediram vista, que pediram para retirar o projeto – aqui eu quero simbolizar na pessoa do Senador Jaques Wagner – fizeram-no com o intuito de contribuir para que não se tenha uma vitória de Pirro, em que você ganha, mas não leva, e, sim, contribuir para que se tenha uma mudança na vida dessas crianças, principalmente, e, consequentemente, de toda a família.

Sendo assim, eu quero aqui parabenizar todos que já contribuíram nesse momento, na certeza absoluta de que também vão corroborar com a votação positiva.

É o Projeto de Lei nº 6.064, de 2023, que tem como autoria a então Deputada, que é a nossa colega, Mara Gabrilli, uma pessoa da melhor qualidade, uma das pessoas mais qualificadas que tem neste Senado Federal, que atua em várias áreas, mas com muita propriedade e conhecimento técnico na área que precisa de uma atenção às pessoas que são vulneráveis. Ela representa o Senado na ONU, ela representa o povo brasileiro aqui no Senado Federal, e eu posso dizer que ela também me representa. Então, a Senadora Mara foi procurada por situações que aconteceram há mais de dez anos e que deixaram consequências eternas para as crianças que foram afetadas pelo zica vírus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é importante dizer que essas crianças, muitas vezes**,** nascem já com microcefalia e outras condições neurológicas e enfrentam desafios longos durante toda a sua vida, que exigem cuidados especiais e contínuos. Então, as mães dessas crianças não apenas fizeram tudo que estava ao seu alcance, mas elas ali, no seu dia a dia, fizeram mais, elas se uniram. Não foi uma mãe apenas, foram várias mães que se uniram em associações estaduais e depois criaram uma associação federal para conseguir pressionar, mas pressionar positivamente, os Deputados e os Senadores para chamarem a atenção para a sua causa. E, assim, foram recebidas por vários gabinetes.

E, através da soma do trabalho dos Senadores, da Deputada e hoje Senadora Mara Gabrilli, nós vamos apresentar esse projeto, extremamente meritório, que vai também chamar a atenção para a responsabilidade do Estado – aí o Estado em termos gerais – de criar políticas públicas de proteção à saúde.

Então, Sr. Presidente, eu vou direto à análise e aqui eu quero mencionar todas essas mães, simbolizadas em uma pessoa, uma mãe, que é a Alessandra Hora – por ser do meu estado eu tenho contato direto com ela –, que é a Presidente da associação e que também já esteve aqui várias vezes representando várias outras mães.

Sr. Presidente, nos termos do inciso I do art. 99 do Regime Interno do Senado Federal, compete à CAE analisar o aspecto econômico e financeiro do PL 6.064, de 2023, proveniente da Câmara dos Deputados.

Em relação ao mérito, o projeto merece aplausos.

O PL instituiu indenização por dano moral e pensão especial à pessoa com deficiência permanente decorrente da síndrome congênita associada à infecção pelo zica vírus ou da síndrome de Guillain-Barré, causada pelo zica vírus. Além disso, estende o prazo da licença-maternidade e paternidade e do salário-maternidade nos casos de nascimento ou adoção de crianças com deficiência permanente decorrente das síndromes congênitas associadas ao zica vírus.

Sob a ótica econômica, essas medidas são absolutamente necessárias. Preliminarmente, é necessário reconhecer que as famílias afetadas fazem jus a uma compensação da União diante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da responsabilidade objetiva do Estado, que poderia ter evitado tantas contaminações se houvesse adotado as providências necessárias para erradicação do mosquito *Aedes aegypt*.

Sendo assim, a indenização por dano moral e a pensão especial são instrumentos adequados para proporcionar segurança financeira e alguma qualidade de vida às famílias afetadas. Embora não eliminem todo o sofrimento e as limitações causadas pela contaminação, esses recursos contribuirão para o financiamento de despesas médicas contínuas, terapias, equipamentos de mobilidade e outros custos.

Então, aqui há uma certeza absoluta: esses recursos não vão servir para as mães fazerem uma poupança, para fazerem uma reforma da sua casa ou trocarem de carro. Não é isso. Tenho certeza absoluta de que será um recurso revertido para o tratamento necessário para que essas crianças tenham uma qualidade de vida melhor.

A extensão do prazo de licença-maternidade e paternidade é louvável. Essas medidas permitirão que as mães e os pais possam dedicar mais tempo aos cuidados intensivos que essas crianças demandam nos primeiros meses de vida, sem o risco de redução na renda ou perda do emprego.

Além de meritório, o PL atende aos critérios de admissibilidade, constitucionalidade e regimentalidade, que são exigidos pelo nosso Regimento Interno do Senado Federal. No tocante à juridicidade, o projeto apresenta os atributos da lei – novidade, abstração, generalidade, imperatividade e coercibilidade – e está de acordo com os princípios orientadores do sistema jurídico pátrio. Em relação à técnica legislativa, não há objeções, pois a proposição está aderente aos preceitos da Lei Complementar 95, de 1998.

Por fim, no que concerne à compatibilidade e à adequação orçamentária e financeira, apresentamos a estimativa de impacto requerida pelo art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sempre observado por esta Comissão.

De acordo com o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, 1.828 casos de síndrome congênita associada à infecção pelo zica vírus foram confirmados no Brasil do ano de 2015 a 2023, destacando-se que a imensa maioria foi registrada em 2015 e 2016, período do surto do zica vírus, e que o número de novas ocorrências é ínfimo desde então. O valor total a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser pago a título de indenizações por dano moral para os casos confirmados será, total, de R$91,4 milhões, e as despesas anualizadas com as pensões especiais será de R$185 milhões.

Sob essa perspectiva, frisa-se ainda que a indenização por dano moral e a pensão especial – cuja natureza jurídica remonta à de indenização diferida decorrente de responsabilidade civil do Estado – instituídas pelo PL em exame não se enquadram como benefícios da seguridade social. Consequentemente, não se aplica a restrição do §5º do art. 195 da nossa Constituição, que requer a apresentação de fonte de custeio total.

Sendo assim, Sr. Presidente, o voto, diante do que foi exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei 6.064 e também pelo acolhimento da Emenda nº 2, da CAE, que tem como autor o Senador Líder do Governo Jaques Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Rodrigo Cunha, pelo seu brilhante relatório, pelo entendimento que houve com a Liderança do Governo, que abriu espaço para a aprovação do projeto, até mesmo por acordo.

A matéria está em discussão.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra, Senador Jaques.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – É só para elogiar o trabalho do Senador Rodrigo Cunha e de novo dizer: eu recebi as mães em Salvador, elas estiveram comigo lá, e eu conheço o problema, porque – eu já disse aqui da outra vez – eu era Chefe da Casa Civil quando teve o pico da zica, fizemos um esforço muito grande de distribuição de repelentes, principalmente para as mães com menor poder aquisitivo, mas, infelizmente... E não foi só gente mais simples que teve; eu conheço gente de classe média média, média alta, que também teve, porque o mosquito não escolhe por classe social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu ponderei – e agradeço que o Senador tenha aceitado – é que no texto estava dito que, em caso de falecimento da criança, aquela... Vamos dizer assim: essa aposentadoria especial repassava para a família, o que seria eternizar uma aposentadoria no teto do INSS. Foi acolhida pelo Relator. Então, você está restrito ao período em que a criança efetivamente precisa do atendimento.

Eu sei que é uma coisa bem dramática, são cadeiras de roda muitas vezes sob medida, que mudam com o tempo – a criança engorda, etc. –, mas eu acho que, dessa forma, como foi acolhida a emenda, o projeto ficou mais correto do que da outra vez, porque reparem, Relator e colegas: no caso está se acumulando o BPC mais o teto do INSS. Então, a pessoa terá acima do teto do INSS. Então, não tem sentido isso ser mantido depois, eventualmente, do falecimento da criança.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria...

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Quero aqui elogiar o Senador Rodrigo Cunha pelo relatório, e esse projeto também é um projeto meritório.

Eu penso que há tragédias que comovem o país, e esse foi o caso da contaminação pelo vírus zica e, infelizmente, as deficiências que acabou gerando em gestações. Isso foi objeto de ampla divulgação no período, e o Estado brasileiro teve dificuldades para lidar com essa doença.

E penso que há precedentes: lembro que, muito tempo atrás, décadas atrás, também foi dado um tratamento especial a vítimas da talidomida, pela má-formação decorrente da sua utilização, por informações indevidas que tinha sobre aquele remédio.

Claro que é uma situação diferente, mas aqui é uma medida que beneficia financeiramente um número restrito de pessoas, mas é uma justificativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além do problema da deficiência e da necessidade de amparo dessas famílias e das vítimas diretas, também existe a comoção nacional que foi gerada por essa doença.

Então, registro aqui meus elogios em especial ao trabalho do Senador Rodrigo Cunha, que teve a sensibilidade de relatar esse projeto, acolheu ajustes aí solicitados pelo Governo Federal, mas que não comprometem a essência do projeto, que é dar um amparo devido a essas crianças, dada a sua condição especial.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Moro.

Senador Izalci, com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, eu também não poderia deixar de parabenizar a nossa querida Deputada, na época, e agora Senadora Mara Gabrilli e esse belo relatório também do Senador Rodrigo Cunha.

Eu tive o privilégio, Presidente, de relatar a medida provisória com relação à questão do zica, em que a gente abriu a possibilidade... Na época ainda, o acompanhante, a mãe, por exemplo, não podia trabalhar fora, não podia ter outra renda, a não ser do BPC. Então, houve um avanço merecido.

Isso foi realmente uma negligência do governo no período de 2015, quando não houve assistência nenhuma e o aumento foi, assim, exponencial.

Então, quero aqui parabenizar, inclusive a forma como foi aprovado, com essas limitações, mas só quem conheceu ou conhece a realidade, o mundo real, é que sente a importância disso aqui.

Nós tivemos várias audiências aqui, com presença de mães e crianças. Inclusive, em grande parte, acho que 99%, a primeira coisa era: os maridos abandonavam a esposa, e ficavam por conta da mãe.

Então, é muito difícil realmente ficar 24 horas por conta da criança, que hoje já deve ser adulta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns, meu querido Senador Rodrigo Cunha, pelo relatório.

Evidentemente, vamos votar totalmente favorável.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Izalci.

Senadora Damares, com a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu quero cumprimentar o Senador Rodrigo e também a Senadora Mara.

Eu sei que, neste exato momento, as mães estão acompanhando esta audiência, esta sessão, e quero mandar um abraço para as mães e dizer que é o que foi possível agora. Claro que a gente queria muito mais, eu quero muito mais.

A gente vai aceitar o relatório como está, a aprovação como está, mas eu preciso destacar o seguinte, Presidente: lá na ponta, conversando com as mães, por exemplo, que recebem o BPC, quando a criança morre e o BPC é interrompido, eu já ouvi casos de mães que não conseguiram pagar o funeral do filho, porque a criança morre num dia e, na semana posterior, já não se tem mais o direito ao benefício. Esse período de transição... Para essa mãe que ficou anos cuidando apenas da criança, que não foi para a faculdade, não foi para o mercado de trabalho – nós já estamos adequando o BPC –, seria o caso aqui também de um período de transição para essa mãe não ficar abandonada se ela perder essa criança, se ela perder esse adolescente, porque alguns já estão chegando à adolescência.

Eu sei que é o que é possível, mas a gente não vai se acomodar ao possível. Vamos aprovar o que está sendo apresentado hoje.

O Senador Rodrigo trouxe aqui uma sensibilidade muito grande o tempo todo, sensível às mães, às famílias, mas eu repito: essas famílias precisam continuar sendo acolhidas, e, lá na ponta, os Prefeitos, as políticas públicas precisam ser construídas. Não vamos deixar apenas o benefício chegar até elas. As políticas públicas precisam ser entregues também para essas famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pela coragem de pautar esse projeto e trazer o debate para a Comissão. E que Deus abençoe as famílias das crianças com o vírus zica, Deus abençoe as famílias do Brasil.

A gente está aqui. Essa discussão não se encerra nesse projeto, eu tenho certeza.

Parabéns, Presidente. Parabéns, Rodrigo e Mara.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Senador Rodrigo.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, quero usar esse momento para agradecer aos colegas, Senadoras, Senadores. Não imaginava uma outra postura.

E todos os méritos aqui, de fato, têm que ser dados à autora do projeto, a Deputada, hoje Senadora, Mara Gabrilli, que é uma pessoa que faz diferença na vida de muitos brasileiros. E nós temos orgulho de trabalhar, no dia a dia, ao lado de uma pessoa extremamente competente, capacitada e que tem fãs pelo Brasil inteiro.

Então, agradeço a todos.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, esse assunto foi tratado na reunião de Líderes, na última quinta-feira, na qual eu já pedi ao Presidente para que, sendo aprovada a urgência – e eu faço esse pedido agora –, seja pautado em seguida, ou hoje, na terça, ou amanhã, na quarta-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, requeiro a V. Exa. o pedido de urgência desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência do item 3, Projeto de Lei nº 6.064, de 2023.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o pedido de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que "regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências".

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: favorável ao projeto com uma emenda de sua autoria, e contrário à Emenda nº 1.

Observações:

1. Em 4/6/2024, foi recebida a Emenda nº 1, do senador Mecias de Jesus.

2. A matéria será apreciada pela CDR.

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Professora Dorinha, para a leitura do seu relatório.

Senadora Dorinha, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, todos que nos acompanham, vou direto à análise.

O inciso III do art. 99 do Risf, por sua vez, estabelece que compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes a problemas econômicos do país, política de crédito, câmbio, seguro e transferência de valores, comércio exterior e interestadual, sistema monetário, consórcio, medidas de títulos...

O PLC nº 134, de 2017, ao conceder tratamento preferencial às atividades produtivas ligadas à economia criativa na formulação dos programas de financiamento do FNO, do FNE e do FCO, é, indiscutivelmente, objeto de análise desta Comissão.

A alínea "c" do inciso I do art. 159 da Constituição Federal estabelece que a União entregará 3%o do produto da arrecadação do Imposto sobre Renda e Proventos de qualquer natureza, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do chamado “imposto seletivo”, incidente sobre a produção, a extração, a comercialização ou a importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento.

Esse dispositivo da Constituição é regulamentado pela Lei nº 7.827, de 1989, que criou os fundos mencionados no PLC nº 134, de 2017.

Conforme o art. 6º da Lei 7.827, de 1989, constituem fontes de recursos do FNO, do FNE e do FCO, além dos 3% do produto da arrecadação dos tributos indicados, os retornos e resultados de suas aplicações, o resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, contribuições, doações, financiamentos e recursos de outras fontes de origem. Os recursos são empregados na concessão de crédito e em despesas como taxas de administração, por exemplo.

Ao consolidar a previsão de ingressos e saídas de recursos financeiros do FNO, o Banco da Amazônia S.A., que o administra, estima uma disponibilidade total de R$14,9 bilhões em 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma, o Banco do Nordeste, que administra o FNE, projeta uma disponibilidade de recursos de R$37,8 bilhões em 2024.

Sr. Presidente, eu não vou falar mais alto, porque acho que não cabe.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Por fim, o Banco do Brasil prevê, também no exercício de 2024, disponibilidades de R$11,2 bilhões para o FCO. Trata-se de um volume de recursos expressivo, e uma parcela desse total poderá priorizar o financiamento de atividades ligadas à economia criativa com a aprovação do PLC nº 134, de 2017.

Conforme se menciona no art. 1º da proposição, a economia criativa tem origem na criatividade, na habilidade e no talento individual, podendo contribuir para a geração de emprego e renda. Por essa razão, a economia criativa é também um mecanismo de promoção do desenvolvimento regional. O tratamento preferencial dessas atividades na formulação dos programas de financiamento do FNO, do FNE e do FCO pode contribuir, portanto, para o desenvolvimento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A CFT da Câmara dos Deputados já indicava, em seu parecer sobre a matéria, que a alteração promovida pelo PLC nº 134, de 2017, não resulta na obrigatoriedade da contratação de novas operações de financiamento, porque as aplicações do FNO, do FNE e do FCO devem obedecer às diretrizes e orientações contidas na própria Lei 7.827, de 1989, e, lógico, nos planos regionais de desenvolvimento. Isso quer dizer que a proposição não cria ônus adicional para os fundos constitucionais de financiamento.

Não parece haver reparos a fazer com relação aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa. Da mesma forma, o mérito da proposição nos parece amplamente evidenciado.

A Emenda nº 1, do Senador Mecias de Jesus, acrescenta inciso IV ao §4º para estabelecer que os beneficiários deverão estar localizados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Embora o mérito dessa proposição seja inquestionável, entendemos ser desnecessário explicitar essa condição, pois a alínea "c" do inciso I do art. 159 da Constituição Federal já deixa claro que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os fundos são destinados a essas Regiões e o art. 5º da Lei nº 7.827, de 1989, as define claramente para efeito de aplicação dos recursos dos fundos.

Resta, porém, um reparo a fazer no PLC nº 134, de 2017, em decorrência da Medida Provisória nº 785, de 2017, convertida na Lei nº 13.530, de 2017, que acrescentou mais um parágrafo no art. 4º da Lei nº 7.827. Com isso, é preciso substituir, no art. 2º do PLC nº 134, a numeração do §4º e do §5º a serem acrescidos ao art. 4º da Lei nº 7.827.

O nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2017, e rejeição da Emenda nº 1, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CAE
> Substitua-se, no art. 2º do PLC nº 134, de 2017, a numeração do § 4º e do § 5º a serem acrescidos ao art. 4º da Lei nº 7.827, de 1989, por § 5º e § 6º, respectivamente.

É esse o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Dorinha. Parabéns pela sua brilhante relatoria.

A matéria está em discussão.

Senador Flavio, com a palavra.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Com todas as vênias para a Senadora Dorinha, eu gostaria de, talvez, mais esclarecimentos sobre o que aqui é tratado como prioridade.

Aqui no §3º do art. 2º – deixa-me ver se eu consigo localizar aqui novamente – está estabelecendo prioridades para esse tipo de atividade de economia criativa; ou seja, na hora que tiver que decidir por um financiamento de uma atividade produtiva rural dos moldes que hoje existe e um projeto de economia criativa, me parece que o de economia criativa terá prioridade.

Então eu gostaria de ponderar o seguinte: esses fundos constitucionais são absolutamente fundamentais para a produtividade e para a produção econômica do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste e da Amazônia. Não existe possibilidade de se continuar produzindo em nenhuma dessas regiões no setor primário sem esses financiamentos prioritários, principalmente por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conta da taxa de juros, que permitem fechar uma conta numa atividade – e aí falo pelo Nordeste do Brasil – onde você tem um regime de chuvas precário na região, onde você tem uma série de dificuldades. Eu não vou me estender aqui porque isso é de conhecimento de todos. Então, na hora em que se priorizam atividades para que já existem financiamentos para ela, Senadora... Para artes e etc. já existem; especificamente, principalmente para pequenas comunidades, já existem financiamentos previstos para isso. Então, conceder mais uma fonte de financiamento, nada contra, mas não de forma prioritária. Então, se eu estou enganado, eu peço desculpas, mas essa prioridade de utilizar os fundos constitucionais para atividades dessa chamada economia criativa no lugar da economia produtiva, essa prioridade me parece altamente inconveniente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Flavio.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Senador Flavio, V. Exa. pediu vista?

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Não, não, Presidente. Eu acho que o projeto...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Só queria um esclarecimento melhor sobre esse ponto.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu queria só esse esclarecimento sobre essa prioridade que está sendo estabelecida aqui do financiamento da economia criativa. Porque, veja bem, Sr. Presidente, na verdade, isso já existe. Esse financiamento já está previsto pela legislação que cuida dos fundos constitucionais.

Qual é o problema na realidade? É que o funcionário do banco, no caso do FNE, tem medo de conceder um financiamento para um projeto cultural – essa que é a grande realidade. Ele tem receio porque isso não está muito claro na legislação. Permite, é citado, mas não tem isso de forma clara. Então, na hora em que chega um projeto desse na mesa de funcionários do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Banco do Nordeste – e no caso do FNE, só o Banco do Nordeste opera com esse crédito –, eles têm receio, porque não se trata de... Além de terem receio, eles estão convictos de que aquele dinheiro não é apropriado para financiar esse tipo de atividade. Eu estou sendo claro – não é? –, muito claro. Então, eles deixam isso de lado. É difícil conseguir aprovar um projeto – eu reconheço, Senadora Dorinha –, no âmbito do FNE, para os projetos de economia criativa.

Na verdade, o que os funcionários do banco precisam é de uma ordem para que esses financiamentos sejam concedidos, uma ordem legal. Mas já existe isso, já existe essa possibilidade. De modo que, com todo o respeito, Senadora, é uma redundância estabelecer esse tipo de ordenamento jurídico. Eu não sou contra, de forma nenhuma. Eu apenas questiono a prioridade a ser concedida a esse tipo de financiamento.

Aceitarei o projeto na forma como está, mas quero deixar o meu registro de que isso pode trazer complicações ao financiamento dos projetos de produção na área do setor primário no Nordeste do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado.

Senadora Dorinha, com a palavra, Senadora.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Eu acho que é preciso esclarecer. É louvável a preocupação, mas também não é verdade que exista um leque de financiamento apoiando as outras atividades. Eu posso falar bem de perto, eu sou do Tocantins, o Banco da Amazônia tem uma ação importante e existe muito espaço. O que está sendo introduzido aqui é a possibilidade, está bem claro no texto, colocando como uma das linhas que não tem garantia nem obrigatoriedade e tem abertura para atender também pequenos empreendimentos e atividades inovadores. Então, embora entenda a preocupação, não vejo que isso prejudique as atividades produtivas, que já são bastante beneficiadas.

Inclusive, eu gostaria de aproveitar a fala para um alerta. É preciso a gente olhar para quem realmente precisa acessar os financiamentos do Basa e de outros bancos similares, que têm tratamento normalmente direcionado para grandes produtores, que talvez não precisassem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acessar. Eu acho que a gente precisa, inclusive, ter um critério em relação a isso. Mas, neste caso específico, é introduzida a possibilidade, a probabilidade. Inclusive, eu mencionei, ao final, em que não existe nenhuma direção de obrigatoriedade de atendimento.

Era nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria continua em discussão.

Não havendo mais...

Senador Astronauta Marcos Pontes, com a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Eu só gostaria de somar a isto, quando se fala de economia criativa, que também eu acho que pode e deve ser incluída aí – está dentro do conceito, como foi falado de inovação, por isso que me chamou a atenção – a parte de desenvolvimento de *softwares*, desenvolvimento de tecnologia também.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – E isso, sem dúvida nenhuma, é muito útil, principalmente para essas regiões, onde o desenvolvimento dessas tecnologias pode não só acelerar o desenvolvimento de outras atividades econômicas – como o agronegócio e outras, logística e tudo mais –, assim como também de fixar esses elementos, essas empresas no local, o que pode, sem dúvida nenhuma, também ajudar o desenvolvimento econômico diretamente, com a criação dessas empresas que sejam localizadas nessas regiões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 2, da CAE.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 876, DE 2020

- Não terminativo -

Autoriza a realização à distância, utilizando-se de meios ou recursos tecnológicos, de reuniões de Conselhos Fiscais e de Administração de empresas públicas ou privadas, bem como, os conselhos públicos criados por Lei.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Favorável ao projeto com a Emenda nº 1-T e uma emenda apresentada.

Observações:

1. Em 19/5/2023, foi apresentada a Emenda nº 1-T, de autoria do Senador Mecias de Jesus.

2. A matéria será apreciada CTFC, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Dueire para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, esse é um projeto oportuno e feliz da Senadora Leila Barros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, ao exame deste projeto, ele autoriza que os conselhos fiscais e de administração e os comitês de auditoria das empresas públicas e privadas, regidas pelas Leis 6.404, de 1976, e 13.303, de 2016, realizem reuniões à distância, mediante a utilização de recursos tecnológicos.

Sobre este tema destaco que, durante a pandemia da covid-19, a internet e os dispositivos móveis ganharam relevância significativa como canais de comunicação formal, pois possibilitaram a continuidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – ... de diversas atividades empresariais.

No âmbito dos Poderes Legislativos, o Senado Federal é reconhecido como o primeiro Parlamento do mundo a realizar uma sessão deliberativa de forma inteiramente remota, sem qualquer prejuízo à apreciação das matérias. Inclusive, essa prática foi estendida às audiências públicas, o que se traduz em clara economia de recursos e continuidade de trabalhos na forma remota ou semipresencial, o que permite a continuidade de debates e deliberações, que, de outra forma, ficariam, ao tempo, paralisados.

Dessa forma, o PL nº 876, de 2020, é meritório, pois estende a autorização para reuniões remotas às instâncias decisórias e fiscalizadoras mais altas de empresas públicas e privadas, em claro benefício ao seu funcionamento.

Julgamos relevante acolher a Emenda nº 1-T para autorizar a divulgação dos recursos economizados caso a reunião, comparativamente, tivesse sido realizada de forma presencial. Além de a medida propiciar transparência, serve para dar a real medida da economia gerada.

Com o objetivo de aprimorar o projeto, oferecemos uma emenda para determinar que as tecnologias utilizadas para a realização das reuniões à distância verifiquem e confirmem a identidade dos participantes. Julgamos que tal medida é importante diante dos recentes casos do uso de inteligência artificial para criar *deepfakes* – uma técnica que permite alterar um vídeo ou foto com ajuda de inteligência artificial – de altos executivos de empresas em reuniões remotas, que provocaram prejuízos milionários para as empresas, com desvios de recursos.

Vou ao voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 876, de 2020...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – ... com oferecimento da seguinte emenda e o acolhimento, Senador Mecias de Jesus, de sua Emenda:

EMENDA Nº CAE
Acrescente-se o seguinte inciso V ao art. 4º do Projeto de Lei nº 876, de 2020:
"V - verificação e confirmação da identidade dos participantes das reuniões."

Era o que tinha para relatar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Fernando Dueire. Parabéns pelo seu relatório.

A matéria está em discussão.

Senadora Damares. Com a palavra, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu quero cumprimentar o Relator pelo voto. Talvez os colegas que não passaram pelo Executivo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... às vezes não tenham noção dos gastos com os colegiados.

Eu fui Ministra de uma pasta em que o discricionário para o ano inteiro, para oito secretarias, lidando com temas extremamente sensíveis como a proteção do idoso, a proteção da criança, a proteção de povos tradicionais... eu tinha R$200 milhões para o ano inteiro, e parte do recurso, Senador, era para custear as reuniões dos colegiados. Eu tinha 11 colegiados naquele ministério, tinha colegiados enormes. Havia passagens, diárias, despesas com os conselheiros... Existe um momento em que eles precisam estar presencialmente, mas é possível

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje fazer uma reunião de um colegiado como aqueles, em que eu tinha o prazer e a alegria de estar ali com eles no ministério, de forma remota. Essa medida é assertiva.

E parabéns, Relator, pela forma como o senhor trouxe o voto. É economia, e vou dizer uma coisa: é produtividade. Uma reunião *online*, às vezes, produz muito mais que uma reunião presencial. Parabéns pelo voto.

Vamos embora, gente, vamos votar, porque isto aqui é modernidade e economia, inclusive para os cofres públicos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora.

A matéria continua em discussão.

Senador Izalci, para discutir?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, também quero saudar e elogiar a iniciativa da Senadora Leila e também o parecer do Senador Fernando, inclusive preocupando-se com essa questão da verificação e confirmação do participante da reunião, para evitar realmente fraudes.

Agora, é um assunto, Presidente, que a gente precisa realmente discutir nesta Comissão. Os conselhos de administração e conselhos fiscais têm um papel fundamental em qualquer empresa. E hoje, infelizmente, no Brasil, quase que exclusivamente no setor público, os conselhos fiscais, os conselhos de administração são usados para complementar salários de servidores, ministros e presidentes de outras empresas, e isso não é admissível. Nós temos pessoas no conselho fiscal que sequer conhecem do tema, não têm formação nenhuma nessa área. Então, é um tema que pode prejudicar muito, e espero que não seja esse o motivo dos déficits que estão acontecendo hoje nas estatais, mas é um assunto, Presidente, que merece realmente uma atenção especial aqui da CAE.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com certeza, Senador Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para discutir a matéria, Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Presidente, é para também parabenizar por esta matéria.

Nós precisamos, como falou a Senadora Damares... Na condução do Executivo, nós temos muitas e muitas reuniões com grupos grandes, e a utilização da tecnologia, na sua melhor aplicação, como nesse caso, para essas reuniões remotas, é muito importante. Realmente, é um passo adiante. Nós temos hoje diversas tecnologias que podem ser utilizadas com segurança. E, sem dúvida nenhuma, isso aí vai ajudar também na economia de recursos, o que é muito importante para todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Senador Moro, com a palavra, Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Vou falar rapidamente, é só elogiar.

É que, para este tipo de projeto, até podem dizer: "Mas já não é assim?". É importante que haja na lei, até para que não haja questionamento da validade desses atos dos conselhos. É uma medida que evidentemente aumenta a eficiência tanto da administração das empresas privadas como das públicas.

Ficam aqui, muito rapidamente, sinteticamente, meus elogios tanto ao autor do projeto como ao Relator.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Mecias, com a palavra, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o relatório competente do Senador Fernando Dueire e, ao mesmo tempo, agradecer-lhe pelo acolhimento da minha emenda, que vai certamente dar maior clareza aos serviços prestados. Portanto, agradeço ao Senador Fernando Dueire e o parabenizo pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Eduardo Gomes, com a palavra, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é para cumprimentar a Senadora Leila pela iniciativa e o Senador Fernando Dueire pelo relatório – esta matéria é muito importante – e também, a tempo, para solicitar inversão de pauta do nosso item aqui, se pudesse V. Exa. submeter à apreciação depois... Já que nós estamos aqui e temos que ir a outra Comissão, eu agradeço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Eduardo Gomes, é um prazer enorme ter o senhor aqui até o final desta Comissão... (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – ... mas eu vou colocar em votação aqui.

Os Senadores que concordam com a inversão de pauta pedida pelo Senador Eduardo Gomes... Os Senadores concordam? (*Pausa.*)

Está aprovada.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem, só informando que o meu item era o primeiro e...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Da mesma forma, Senador Mecias de Jesus, eu quero ter V. Exa. aqui até o final da...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – E eu ficarei até o final para atender o pedido de V. Exa. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É um prazer para nós ter V. Exa. aqui.

Eu queria aqui... Senador Fernando Dueire, este projeto estende-se a estados e municípios também? A todos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da CAE.

A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Eu quero aqui só registrar que o Senador Eduardo Braga, logo que ele chegou, pediu inversão de pauta. Então, nós temos aqui dois pedidos de inversão de pauta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na realidade, eu tinha pedido inversão de pauta, mas, logo a seguir, o Líder do Governo me procurou fazendo uma ponderação de que o Governo gostaria ainda de discutir mais alguns pontos com relação a esse projeto. Então, atendendo o pedido da Liderança do Governo, eu peço a V. Exa. que possa retirá-lo de pauta desta sessão e que o coloque, na próxima sessão, em pauta, para que nós possamos, com o Governo, construir as questões ainda pendentes com relação a esse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Agradeço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Atendido, Senador.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 1726, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para considerar despesa médica, para fins de dedução da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, o pagamento relativo à instrução de pessoa com transtorno do espectro autista.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-CDH (substitutivo).

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CDH, com parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

2. Foi solicitada estimativa de impacto orçamentário e financeiro para a matéria.)

Item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 429, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre as custas judiciais no âmbito da Justiça Federal; cria o Fundo Especial da Justiça Federal (Fejufe); e revoga a Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Favorável ao projeto, pelo acolhimento integral das Emendas nºs 2, 5 e 6, pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 3, 4 e 8, e contrário as emendas nºs 1, 7 e 9, nos termos do substitutivo de sua autoria.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CCJ.

2. Foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 9.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes, para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Chega ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei nº 429, de 2024, que dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus, e dá outras providências, proposição de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que tramitou na Câmara dos Deputados na forma do PL 5.827, de 2013, e foi aprovado por aquela Casa na forma de um substitutivo.

Peço vênia a V. Exa. e aos colegas Senadores e Senadoras para pular a leitura do relatório e, ademais, fazer a leitura resumida da análise, tendo em vista que o parecer é extenso e está disponível aos nobres pares.

Análise.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE analisar os aspectos econômico-financeiros das matérias que lhe são enviadas para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A importância desse projeto manifesta-se em diversas dimensões. A primeira delas diz respeito à atualização dos valores cobrados a título de custas judiciais no âmbito da Justiça Federal. Como é notório, a legislação atual utiliza a Unidade Fiscal de Referência (Ufir) para o valor das custas, e esse indexador foi extinto em 2000. Portanto, as custas da Justiça Federal desde então não sofrem qualquer tipo de reajuste, pelo que se encontram extremamente defasadas. Outro ponto que merece destaque é o fato de que a instituição de um fundo especial na esfera da Justiça Federal prestigia a autonomia orçamentária e financeira do Poder Judiciário, à semelhança do que já ocorre na maioria dos tribunais estaduais, que contam com fundos especiais enquanto mecanismo de aprimoramento das práticas de gestão. Por fim, a medida garante à Justiça Federal recursos adequados à prestação dos serviços jurisdicionais e contribui para o desenvolvimento de ações e projetos de profunda relevância para a realização do direito fundamental de acesso à Justiça.

Diante disso, observa-se a importância dessas medidas. De todo modo, não obstante sua importância, o projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados precisa de alguns ajustes pontuais.

O primeiro ajuste seria a atualização da tabela de custas. Como visto, o texto aprovado pela Câmara foi exatamente o substitutivo apresentado no dia 10 de dezembro de 2018 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Portanto, a tabela de custas constante do projeto de lei já se encontra defasada, afigurando-se oportuna sua atualização, de modo que a lei, quando vier a ser promulgada, o seja já com os valores atualizados.

O segundo ajuste seria tanto no que se refere à periodicidade em que as custas seriam atualizadas quanto no que se refere à competência e ao instrumento para se operar essa atualização. No projeto da Câmara, conforme se observa do art. 11, parágrafo único, a correção dos valores das custas judiciais será feita a cada dois anos, com base na variação do IPCA. Importante, contudo, que essa periodicidade seja reduzida para um ano e que conste, de forma expressa, a competência do Conselho da Justiça Federal para promover essa atualização por meio de resolução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto a ser revisado seria excluir as despesas com recursos do fundo de custas dos limites de gastos veiculados pela Lei Complementar nº 200, de 2023, que instituiu o chamado novo arcabouço fiscal.

Também merece ajuste o item que diz respeito à competência do CJF para regulamentar as custas. Assim, cabe incluir um parágrafo já no primeiro artigo do PL para estabelecer que as custas previstas na tabela anexa serão regulamentadas pelo Conselho da Justiça Federal.

Outro ponto trata da modernização no que toca às formas de pagamento das custas. No PL aprovado na Câmara, há referência unicamente às guias de recolhimento da União. Importante avançar quanto a esse ponto, aproveitando, por exemplo, os meios de pagamento eletrônico, com cartão de crédito, inclusive com possibilidade de parcelamento – tudo conforme regulamentação do Conselho da Justiça Federal.

Outro ajuste diz respeito à competência para fiscalização quanto ao recolhimento das custas. O PL da Câmara posiciona essa competência exclusivamente sobre o diretor da secretaria. Contudo, trata-se de atribuição que recai também sobre o juiz o qual é o gestor da vara e, em última medida, o próprio presidente do tribunal. Dessa forma, cabe atribuir essa competência também ao juiz e ao presidente do tribunal.

Ajustamos também o texto quando à utilização de uma nomenclatura para designar aqueles que estão sujeitos à obrigação de recolher as custas judiciais. Sabe-se que quem tem a obrigação de pagar um tributo – a exemplo das custas judiciais, que se enquadram no conceito de taxa – denomina-se sujeito passivo. Dessa forma, é importante constar do projeto, de modo expresso, essa categoria, assim como quem está inserido nela.

Quanto aos pagamentos, identificamos a necessidade de manter aberto o rol de isentos do pagamento de custas, de modo a abranger não apenas aqueles expressamente consignados neste PL, mas também aqueles isentos por lei específica.

Outro ponto modificado vem em prestígio aos métodos de autocomposição. Assim, cabe deixar à regulamentação do Conselho da Justiça Federal a implementação de políticas especiais voltadas ao estímulo dos métodos consensuais de solução de conflitos, por meio da cobrança de custas diferenciadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto às custas nas ações penais, o art. 5º do PL aprovado na Câmara dos Deputados reproduz o disposto no art. 6º da Lei nº 9.289, de 1996, segundo o qual, nas ações penais "subdivididas", as custas são pagas ao final pelo réu, se condenado. Não há nada que justifique tratamento diferenciado entre os tipos de ação penal, de sorte que, seja qual for o tipo, a regra geral deve ser o pagamento das custas, ao final, pelo réu, se condenado for.

Ajustamos também o regramento quanto às despesas de traslado nos casos de recursos interpostos contra decisão da Justiça estadual no exercício de competência da Justiça Federal. Cabe estabelecer, de modo expresso, que as despesas do porte de remessa se regem pela legislação estadual, ao passo que as despesas do porte de retorno devem ser regidas pela norma do Tribunal Regional Federal que julgará o recurso. Além disso, cumpre esclarecer que a cobrança das despesas de porte de remessa e retorno não se restringem aos processos físicos, alcançando igualmente os processos digitais, caso prevista cobrança pela modalidade.

No que concerne ao regramento necessário quanto às hipóteses passíveis de restituição das custas recolhidas, afigura-se importante definir algumas balizas quanto à restituição de custas, deixando à regulamentação do Conselho da Justiça Federal as demais especificidades.

Ajustamos a disciplina relativa às providências necessárias no caso de não pagamento voluntário das custas e demais despesas processuais. Nesse ponto, mostra-se importante um regramento que envolva previsão de intimação e prazo para pagamento, correção monetária, juros e multa, inscrição em dívida ativa, protesto e inclusão do devedor em cadastros de inadimplentes.

No que diz respeito à definição inequívoca acerca das limitações quanto ao destino dos recursos do Fundo de Custas, estabelece-se a impossibilidade de outras destinações que não o custeio das atividades específicas da Justiça.

Consoante alteração anterior, relaciona-se com o ajuste anterior e, por força do dispositivo do já citado art. 88, §2º, da Constituição Federal, o produto das custas judiciais está vinculado ao custeio das atividades específicas da Justiça. Além disso, a própria noção do fundo especial envolve a vinculação de suas receitas e objetivos expressamente especificados na lei instituidora do art. 71 da Lei nº 4.320, de 1964. Assim, é importante ampliar o rol de destinações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de seus recursos, de sorte a evitar eventuais limitações desnecessárias acerca dos aportes na melhoria da prestação jurisdicional.

Outra modificação diz respeito à determinação de competências, delimitação de competências no que se refere à arrecadação das custas judiciais.

Por fim, o último ajuste refere-se à previsão expressa da competência do Conselho de Justiça Federal, tanto para publicar uma vez ao ano o regimento das custas da Justiça Federal quanto para fiscalizar o cumprimento da lei oriunda deste PL para parte dos tribunais regionais federais.

Passo à análise das emendas.

As Emendas nºs 1 a 5 foram apresentadas pelo Senador Mecias de Jesus.

A Emenda 1 pretende destinar 5% dos recursos do Fejufe para unidades da Defensoria Pública da União. Não obstante a boa intenção, tem-se que a emenda deve ser rejeitada, pois eis que desvirtua o propósito dessa matéria, que é garantir recursos necessários para o aperfeiçoamento da Justiça Federal.

Já no tocante à Emenda 2, também de autoria do Senador Mecias de Jesus, opinamos por sua aprovação, convencidos pelo argumento manejado pelo seu autor no sentido de que é meritório estender a previsão do art. 1.007 do Código de Processo Civil ao procedimento adotado nos juizados especiais.

A Emenda nº 3 visa a disponibilizar ao contribuinte o sistema de eletrônico para o recolhimento das custas, o qual de forma automática forneça guia com o valor devido e junte aos autos o comprovante para o pagamento. Manifestamo-nos pelo seu parcial acolhimento.

A Emenda nº 4 determina aos tribunais credenciamento de instituições financeiras às empresas de tecnologia especializadas em securitização e de arrecadações, para possibilitar o pagamento de custas mediante meios mais modernos. Manifestamo-nos pelo seu parcial acolhimento.

A Emenda nº 5 visa a destinar recursos do Fejufe para o custeio da instituição de mecanismos de incentivo à permanência de servidores e magistrados em várias ou cidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos atrativas ou com maior rotatividade, localizadas em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem. Manifestamo-nos pelo seu integral acolhimento. Essa emenda é também de autoria do Senador Mecias de Jesus.

A Emenda nº 6, de autoria do Senador Weverton, acresce o dispositivo ao projeto para disciplinar que o percentual de indenização de transporte será fixado anualmente, sempre no início do exercício seguinte, com base no índice oficial cujo percentual não será inferior ao IPCA apurado no mesmo período, ou de outro índice que vier a substituí-lo. Manifestamo-nos pelo seu integral acolhimento.

A Emenda nº 7, do Senador Oriovisto Guimarães, visa a alterar o anexo 1 do projeto para tratar do valor das custas judiciais relativas aos feitos cíveis, sob a justificativa de que o reajuste proposto está além do esperado. Contudo, a despeito da justificação, tem-se que a emenda deve ser rejeitada.

A Emenda 8, do Senador Izalci Lucas, tem um teor parecido com o da Emenda nº 5, pela qual manifestamos pelo seu acolhimento parcial.

Por fim, a Emenda 9, também do Senador Mecias de Jesus, pretende destinar recursos do Fejufe para o custeio das despesas com o programa de assistência à saúde suplementar para magistrados servidores e em igualdade de condições, observando o limite correspondente a 30% da arrecadação do total do fundo do ano anterior. Não obstante a sua boa intenção, tem-se que a emenda deve ser rejeitada.

Voto.

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 429, de 2024, bem como pelo acolhimento integral das Emendas nºs 2, 5 e 6, pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 3, 4 e 8 e pela rejeição das Emendas nºs 1, 7 e 9, na forma do substitutivo.

É esse o voto, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eduardo Gomes, parabéns pelo seu relatório.

A matéria está em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para discutir a matéria, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Oriovisto, antes de V. Exa. começar a sua fala, nós queremos parabenizá-lo pelo seu aniversário que ocorreu na data de ontem. Então, parabéns.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Mecias, subscrevendo...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Senador Jaques Wagner, queria muito a sua atenção para o que eu vou dizer.

Olha, eu não nego a importância do nosso Poder Judiciário, longe de mim, quero que ele funcione bem e acho que alguma correção deve haver. Mas eu propus uma emenda no sentido de colaborar e ela foi rejeitada.

Por que é que eu estou propondo a emenda? Só para chamar a atenção de um ponto, Sr. Presidente. Nós temos o que se chama de custas judiciais de um processo hoje. Essas custas judiciais todo mundo que entra na Justiça e que demanda alguma coisa tem que pagar. É comum você pagar as custas judiciais. Essas custas judiciais têm um valor mínimo e um valor máximo que está estabelecido hoje: o valor mínimo hoje é de R$10,64; o valor máximo é de R$1.915,38. Isso era até hoje. Alega-se que desde 2000 isso não é corrigido. Não é verdade, porque é um percentual de 1% sobre o valor das custas, e as custas são corrigidas anualmente. Então, 1% de um valor que é corrigido está sendo corrigido.

Outra coisa, esse valor – a cobrança normal era de 1% do valor da causa – estão passando para 2% do valor da causa. É um aumento real de 100%. Para tentar ser simples nessa questão do aumento, eu só quero dizer que a Câmara deu um reajuste e o Senador Eduardo Gomes deu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um reajuste maior ainda. E o valor mínimo, que era de R$10,64, pula ao fim e ao cabo para R$150, que dá um aumento de 1.310%. O valor máximo, que era de R$1.915 – eu vou esperar o Senador, eu preciso muito da atenção do Jaques –, passa para R$83.100. A Justiça vai ficar proibitiva para muita gente pelo custo. Isso dá um aumento de 4.239%. Nem a inflação... Não sei onde foi esse valor, nem na Lua.

Outra coisa, criam um fundo, o Fejuf (Fundo Especial da Justiça). Até então, o dinheiro desse fundo era destinado a aperfeiçoamentos e equipamentos e coisas que o valham. Agora, em consonância com a deliberação do CNJ, que prevê gratificação para áreas remotas e juízes e tal, esse dinheiro arrecadado, com esses aumentos malucos, é permitido pagar, não a pessoal no sentido de aumento de salário, mas é permitido pagar a adereços, vantagens adicionais, que é o caso do que o CNJ estabeleceu.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Penduricalhos.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Penduricalhos. O Amin me socorreu: penduricalhos. Então esse dinheiro arrecadado assim vai poder pagar esses penduricalhos.

Ora, Jaques, eu pedi a sua atenção, porque vocês estão tendo, no Executivo, já que você representa o Governo, um concorrente forte na arrecadação do dinheiro do povo. Assim, eu acho muito complicado votar esse projeto; isso tinha que ser melhor discutido.

De novo, não sou contra a modernização, atualização, os benefícios do Poder Judiciário, mas não assim, não do jeito que está aqui: está escandaloso. Não dá.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Para discutir a matéria, Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Bom, Senador Oriovisto, Senador Eduardo, colegas, eu até fui ao Senador Eduardo para pedir que não lesse o relatório, porque tem uma interpretação por parte do Governo semelhante ao que V. Exa. acabou de falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ainda vejo um problema de juridicidade, porque o projeto retira esse fundo do arcabouço. O arcabouço é lei complementar. Esse projeto de lei é um projeto de lei simples, então o projeto de lei não pode modificar um projeto de lei complementar, e está escrito isso no projeto. Além de que o aumento é, na minha opinião, igualmente exorbitante.

De uma certa forma, Senador Amin, eu estou aqui cobrando, espero que já tenham assinado. Assinaram? (*Pausa.*)

Bom, mas já cobrei de novo.

Mas deixa eu lhe dizer, além disso, tem um problema, V. Exa. está correto. Acaba que o termo que se usa para isso é balcanização do orçamento, em que cada segmento quer fugir da Lei de Responsabilidade Fiscal e cria o famoso penduricalho. Aí cria-se um fundo, que antes era para o Tesouro – eu não estou dizendo que é mal-intencionado, eu estou só dizendo a consequência disso: aí começa auxílio-transporte, auxílio não sei o quê, auxílio não sei o quê... E quem vai pagar é a sociedade, porque isso aí é cobrado de quem?

Então, eu até tinha pedido para não ler. Depois pedi aqui ao Presidente, se é possível, que foi minha combinação feita com o Eduardo, de não entrar na discussão, apesar de que já adentramos, para que a gente possa ganhar mais tempo para uma discussão talvez mais aprimorada. Porque havia até uma hipótese de – porque nós estamos trabalhando, eu espero que hoje, finalmente, eu consiga fechar o relatório – desoneração sem a colocação de nenhuma nova taxa, nem nenhuma... só com aquelas sugestões daqui do Senado da República, com o compromisso de que, aí depois o Presidente falará, se o dinheiro não chegar, a gente vê o que faz com o Orçamento no ano que vem. Até esse valor estava sendo pensado, eventualmente, para ser utilizado para a compensação da desoneração.

Então, eu chamo a atenção, porque a gente ouve falar do projeto do quinquênio, pelo qual eu sei que o Presidente da Casa tem muito apreço. Então, são muitos itens.

O que eu fico também – olha que V. Exa. é empresário, eu não sou... Pela minha formação como pessoa vinda do campo, chamado progressista, eu sou obrigado a também ficar perplexo, porque aí não tem Lei de Responsabilidade Fiscal que dê jeito, dessa forma. Se tudo a gente vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tirando, depois vão dizer: "O rombo da Previdência, o rombo do não sei o que lá...", mas a gente faz benesses meritórias, mas que muitas vezes não comportam no Orçamento.

Então, eu quero me agregar, por esse motivo que acabo de falar, e, se não for aberta a discussão, para a gente ter mais tempo de conversar com o Senador Eduardo, que aliás é uma pessoa de quem eu não posso reclamar absolutamente nada, pela forma como sempre tenta compor, na conciliação, a proposta.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Pela ordem, Senador Flavio.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – É preciso que seja registrado que o Judiciário brasileiro é o mais caro do mundo. Nós consumimos 1,6% do nosso PIB com o Judiciário, quando a média mundial é 0,3%. Então eu não posso deixar de me associar aos argumentos do Senador Oriovisto Guimarães.

E acrescento e também deixo claro, porque essa conta é cobrada, que o art. 26, aqui, diz que não serão computados para efeito dos limites previstos na Lei Complementar nº 200, ou seja, o arcabouço fiscal. Então, isso é mais uma bomba em cima não só do Governo, mas da população de uma forma geral.

Parece-me que o que é necessário também ser considerado é que é preciso baixar custos. Eu não consigo compreender por que os custos sobem e os impostos sobem para cobrir esses custos que muitas vezes são absolutamente injustificáveis. Dar incentivo para que um juiz fique numa região de fronteira? Que é isso? Quando ele faz um concurso, ele sabe disso. Então, aqui está especificado.

Com todo o respeito e o carinho que eu tenho pelo meu querido Senador, meu amigo pessoal, tem alguns equívocos graves aqui nesse projeto que eu acho que deveriam merecer uma atenção maior – está certo? – por parte desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faço o mesmo apelo que foi feito pelo Senador Jaques Wagner, como uma forma de tentar conversar mais sobre esse assunto, porque a nossa Justiça já é muito cara. E nós não podemos simplesmente, a cada pedido que venha, permitir que esses pedidos sejam concedidos.

E o argumento do Senador Oriovisto é absolutamente perfeito. Esses valores estão sendo corrigidos. Se eu tenho uma questão de R$1 mil em 2020, essa questão não é mais R$1 mil, ela cresceu ao longo do tempo, e o percentual manteve-se. Então, os valores estão sendo corrigidos, sim – estão sendo corrigidos.

De modo que eu me associo ao pedido do Senador Jaques Wagner e ao pedido do Senador Oriovisto Guimarães para a gente discutir melhor esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pela ordem, Senador Mecias; em seguida, o Relator do projeto.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, com a devida vênia, eu já quero me juntar ao Senador Jaques Wagner, para que V. Exa. possa, ouvindo o Plenário, adiar a discussão dessa matéria, porque eu também entendo, sobretudo, o esforço hercúleo que o Senador Eduardo Gomes fez para chegar a esse relatório – e quem conhece o Senador Eduardo Gomes sabe que ele estudou bastante para trazer essa matéria com o menor prejuízo possível para a sociedade.

Inicialmente tinha um projeto nesse sentido, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco, e eu fui designado Relator, e esse projeto já propunha um aumento, cujo teto chegava a R$37 mil – e ali eu já achei que era um absurdo. Eu recebi várias autoridades, várias pessoas, do Judiciário, do Ministério Público, dos tribunais de Justiça dos estados, da Defensoria Pública, e esse projeto aqui, que está na Relatoria do Senador Eduardo Gomes – veio da Câmara –, traz um aumento muito maior nas custas. Ele vai de R$1.975, que é o teto hoje, para R$83 mil, um aumento de 4.500%. O valor mínimo, que era de R$10, vai para R$150: mil quatrocentos e poucos por cento de aumento.

Isso não foi o Senador Eduardo que propôs. Ele está cumprindo a obrigação dele aqui, como Senador, de apresentar o relatório, mas eu achei tão exagerado, que eu propus, inclusive,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma emenda – quero agradecer, inclusive, o Senador Eduardo Gomes, que acolheu várias emendas minhas –, eu propus uma emenda para dividir esse dinheiro com a Defensoria Pública, porque a Defensoria Pública é a mais pobre dessas instituições que compõem os órgãos do Judiciário do nosso país. A minha proposta foi no sentido de que 5% desse valor fossem para a Defensoria Pública.

E isso vai virar efeito cascata, Sr. Presidente. Depois que aprovarmos aqui para a Justiça Federal, a Justiça estadual vai pedir nos estados e as assembleias legislativas vão aprovar, e ninguém segura isso.

A gente não pode ficar permitindo isso.

Então, peço desculpas ao Senador Eduardo Gomes. Parafraseando o nosso Kajuru, ele sabe que ele é meu ídolo. (*Risos.*) O Senador Eduardo Gomes sabe que ele é meu ídolo, mas eu não tenho como concordar com um aumento desse tamanho.

Então, já requeiro também a V. Exa. adiamento da discussão, para facilitar a discussão lá na frente e o entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra, Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, especialmente os que apresentaram emenda, Líder Jaques Wagner, há momentos nesta Casa em que a gente precisa botar... As matérias precisam tramitar, e a gente precisa ter coerência também com o que é o trabalho principal do Poder Legislativo: discutir, discutir e votar, aprovar, recusar... Mas é preciso principalmente dar publicidade às questões que chegam aqui – porque elas chegam – sobre quais são as motivações e o direito democrático de debate.

E, nesta oportunidade, Sr. Presidente, mesmo concordando que a discussão fique para próximas sessões, e em seguida a decisão do voto, é preciso dizer que esse processo passa tanto tempo sendo debatido na Câmara e no Senado que, por exemplo, quando a gente discute sobre a questão do valor da taxa, a gente está discutindo um *delay* do ano 2000 da taxa da Justiça Federal, sendo colocado em um FIR. Então, isso não pode estar ausente no debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os outros Poderes, as outras justiças, os tribunais de justiça de estado, os tribunais federais, a própria Justiça, nas suas instâncias, têm valor equivalente. Então, se a gente deixar para discutir isto aqui daqui a oito anos, como uma base da discussão é o ano 2000, provavelmente nós vamos ficar mais espantados ainda.

Não é para você chegar a um valor real na questão do arcabouço fiscal; é porque, enquanto a gente legisla e enquanto a gente tramita as matérias, vêm matérias que são surpresas até para nós mesmos, como é o caso do arcabouço. Eu juro que, se eu estivesse no meu começo do mandato aqui, discutindo que eu ia – depois de Lei de Responsabilidade Fiscal, estabilidade econômica e uma série de fatores consagrados – votar arcabouço fiscal, se me perguntassem, eu diria que eu não iria votar. Mesmo assim, o Senador Jaques Wagner me convenceu a votar a favor, para ajudar o Brasil, que o arcabouço fiscal era suficiente.

Então, o que acontece na questão do Parlamento? Chega um momento em que a Justiça Federal – que é uma Justiça que eu respeito, assim como todas as outras, mas de um papel muito eficiente, em que pesem até às últimas atividades, principalmente nas operações de combate à corrupção e uma série de outras matérias em que a Justiça Federal é muito ativa – vem reclamando, já há algum tempo, para a sua associação, para o Conselho da Justiça Federal, da questão de tratamento diferenciado e uma atuação equivalente a dos outros tribunais.

Então, acatando a sugestão do líder Jaques Wagner, mas entendendo também e deixando claro, na Liderança do Governo, que já é a quinta vez que essa matéria sairia da pauta, agora já, de maneira regulamentar, com a aquiescência de V. Exa., nós temos exposto o relatório para discutir, até que alguma desoneração ou um novo arcabouço fiscal venha atropelar o dia a dia das votações.

Então, com todo o respeito, eu acho que é uma matéria que precisava ser lida – sabe? –, para a gente, a partir de agora, para a Justiça Federal se defender daquilo que ela acha que é pertinente, principalmente nessa questão, que é a mais clara. Se você deixar 24 anos um fator de reajuste, é evidente que isso dá um problema.

E vamos chegar ao valor ideal, chegar na forma ideal pelo conselho ou pelo Congresso, aquilo que os Senadores estabelecerem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Jaques Wagner, o senhor quer usar a palavra?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Não, eu não vou discordar, porque realmente são várias vezes que saiu da pauta. Eu me comprometo, quando voltar à pauta, à gente ir para uma decisão de "sim" ou "não" – e aí vamos voltar e pronto.

Eu estou falando só porque eu fico preocupado, porque a gente está discutindo uma série de coisas que estão pendentes – a desoneração, etc. –, e toda hora cai uma coisa nova. Então, a gente tapa de um lado... Não estou dizendo que é meritório, mas eu acho que o volume aqui é muito grande, e o próprio fato de ser usado, eventualmente, para custeio. Se fosse para aprimoramento de equipamento, etc., era outra coisa. Para custeio, eu sempre acho que acaba virando uma rota de fuga das limitações fiscais.

Mas eu me comprometo com V. Exa.: na próxima, vamos a voto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A Presidência, atendendo o acordo firmado, retira a matéria de pauta, para retornar em data posterior.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Mecias, é o projeto de V. Exa.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu vejo que aqui realmente se aplica aquela máxima bíblica: os primeiros serão os últimos, e os últimos serão os primeiros. V. Exa. pode retornar ao item 1, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Convido a Senadora Professora Dorinha Seabra para assumir esta Presidência, por alguns instantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, Senadora.

É o item 1 da pauta, atendendo a pedido de V. Exa. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1071, DE 2021

- Não terminativo -

Regula o exercício da profissão de técnico em eletricidade e eletrotécnica e fixa seu piso salarial.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Favorável ao projeto com três emendas de sua autoria

Observações:

1. Em 2/7/2024, foi concedida vista coletiva da matéria.

2. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.

3. Em 9/7/2024, foi aprovado o Requerimento nº 85/2024, de adiamento da discussão da matéria, para o dia 6/8/2024.

4. Em 1/8/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, do Senador Sergio Moro.

Em 02/07, após a leitura do relatório, foi concedido vista coletiva da matéria.

A matéria será apreciada terminativamente na CAS.

É isso, não é? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Mecias de Jesus, para se manifestar sobre a Emenda nº 1.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sra. Presidente, o Senador Sergio Moro, após o pedido de vista, apresentou a Emenda nº 1, para excluir a previsão do piso salarial e evitar algumas distorções. E, para que a gente não tenha celeumas maiores, eu acolho a emenda do Senador Sergio Moro, para que ela possa fazer parte do texto e do nosso relatório e para que a gente possa votar a matéria no dia de hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – A matéria está em discussão.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Pela ordem!

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senador Flavio Azevedo.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Esta informação é ótima informação – sobre a retirada do piso –, pois, caso contrário, todas as outras categorias profissionais, no âmbito da construção civil, iriam queria ter um piso também, e não teria como não ser concedido.

Além do mais, as convenções coletivas entre os sindicatos da construção civil, os dos empregados e os dos empregadores, estabelecem esses pisos com valores e tal, e isso varia de estado para estado, em função da capacidade de pagamento das empresas que empregam esses profissionais.

Com a retirada desse piso, fica realmente mais fácil discutir, mas fica um alerta: qual é a qualificação que o indivíduo tem que ter para ser considerado um eletricista profissional? No projeto não existem essas qualificações. Isso é um risco enorme... Poderá – "poderá", não digo que é – ser um risco enorme para as construções mais complexas, de estarem colocando um eletricista sem a devida qualificação para executar sistemas elétricos complexos ou mesmo semicomplexos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ou seja: preocupa-me a forma de qualificar esse profissional. São as pessoas que já são eletricistas, mas tão eletricistas, que sabem instalar uma tomada, que sabem instalar um interruptor, mas existem instalações elétricas bastante complicadas, em que essas pessoas não têm condições técnicas de formação para executá-las.

Então, eu quero demonstrar minha preocupação. Não sou contra o projeto, mas quero demonstrar minha enorme preocupação sobre a formação profissional desses técnicos em eletricidade.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – A matéria continua em discussão.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sra. Presidente, só para fazer um esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sr. Relator.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O Senador Flavio tem inteira razão, mas o projeto prevê que quem tem acima de três anos exercendo a profissão está qualificado e para quem tem menos de três anos será feito um regulamento por parte do Governo, o Governo vai regulamentar. Então, eu creio que aí acaba todo tipo de intranquilidade que se possa ter.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Eu queria agradecer ao Relator Mecias, porque a retirada do piso, para mim, já é um avanço, porque, na verdade, nós somos um país continental e temos realidades totalmente diferentes. São Paulo é uma realidade, Bahia é outra, Roraima é outra. E, realmente, se você ficar estabelecendo o piso, às vezes o que é barato para um lugar é muito caro para outro. Então, nesse sentido, eu acho que já há uma melhoria substantiva no projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Em particular, eu acho que, na regulamentação, vai ter que caminhar para a questão de formação. Tanto a atualização em formação continuada para quem já está no exercício quanto várias instituições ligadas ao Sistema S oferecem cursos. Nas duas áreas, os institutos federais também oferecem cursos. E, lógico, há a preocupação: só com o fato de declaração de exercício profissional, ela vai ter que caminhar, mas, com a regulamentação, ela vai caminhar para essa questão de profissionalização, pela própria questão de atualização.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação...

Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Continuam fixando o piso salarial?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não, foi retirado.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Tudo bem.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – A votação será simbólica.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 da CAE.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 5723, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Economia Circular, o Sistema Nacional de Arranjos Produtivos Locais de Recuperação de Valor da Cadeia Produtiva de Produtos e Materiais Derivados de Resíduos ou Pós-Consumo, e o Programa de Incentivo à Economia Circular em âmbito federal.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 4-T e com uma emenda apresentada.

Observações:

1. Foram apresentadas as Emendas nº 1 a 4-T.

2. A matéria será apreciada pela CMA, em decisão terminativa.

Com a palavra o Senador Fernando Dueire, para a leitura do seu relatório.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Senadora Dorinha, Presidente eventual da Comissão, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, vem ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o Projeto de Lei (PL) 5.723, de 2023, uma iniciativa oportuna, correta do Senador Astronauta Marcos Pontes, "que institui a Política Nacional de Economia Circular, o Sistema Nacional de Arranjos Produtivos Locais de Recuperação de Valor da Cadeia Produtiva de Produtos e Materiais Derivados de Resíduos Pós-Consumo, e o Programa de Incentivo à Economia Circular em âmbito federal".

Inicialmente, destacamos que a economia circular significa a substituição do modelo de produção linear, que é baseado na lógica fabricação-consumo-descarte, por um outro modelo, em que o resíduo volta ao processo produtivo na forma de um novo insumo. Para tanto, Senadora, é preciso que os produtos, os materiais e os recursos envolvidos mantenham seu valor pelo maior tempo possível, de forma a minimizar a geração de resíduos.

Para ilustrar o impacto do modelo de produção linear em nossa sociedade, entre os anos de 2015 e 2021, a economia global consumiu meio trilhão de toneladas de materiais virgens, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que representa uma extração 70% acima da capacidade da Terra de reabastecê-los com segurança. Além disso, enquanto o uso global de matérias-primas quadruplicou em apenas 50 anos, superando o crescimento populacional mundial, menos de 10% dos recursos consumidos retornam à economia.

No Brasil, não existe ainda uma legislação que verse de forma específica sobre a economia circular. Entretanto, este Senado Federal, por meio de sua Comissão de Meio Ambiente, criou o Fórum da Geração Ecológica, com o objetivo de debater a substituição do modelo produtivo linear para o circular.

Ressalta-se, contudo, que o PL nº 5.723, de 2023, possui um nível maior de aprofundamento, uma vez que estabelece os Selos Produto Eco-Circular e Empresa Eco-Circular. Estes constituem instrumento de sinalização de mercado para os consumidores, o poder público e as demais instituições e podem ser eficientes para a transição voluntária de empresas para a economia circular.

Em relação às emendas apresentadas, as Emendas nº 1-T e nº 2-T pretendem incluir a gestão econômica dos recursos hídricos e energéticos e a eficiência energética no beneficiamento, produção de materiais, bens e serviços no rol dos objetivos da proposição.

Já a Emenda nº 3-T amplia o conceito de economia circular, acrescentando que ela também compreende o aproveitamento das águas pluviais para o consumo e no reuso das águas servidas.

Consideramos que elas são meritórias, pois, em razão de a economia circular ter como princípios a preservação de valor e a hierarquia na gestão de resíduos, as alterações trazidas pelas emendas aprimoram a eficácia e o alcance da proposição.

Por sua vez, a Emenda nº 4-T inclui no rol de instrumentos da Política Nacional de Economia Circular o incentivo à elaboração de Planos de Logística Sustentável nas organizações públicas e privadas.

Novamente, Senadora Dorinha, consideramos a emenda meritória.

Encaminho, portanto, o voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.723, de 2023, com o acolhimento das Emendas nº 1-T, nº 2-T, nº 3-T e nº 4-T e o oferecimento da seguinte emenda de ajuste redacional à ementa do projeto.

> EMENDA Nº – CAE
> A ementa do Projeto de Lei nº 5.723, de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação: "Institui a Política Nacional de Economia Circular, o Sistema Nacional de Arranjos Produtivos Locais de Recuperação de Valor da Cadeia Produtiva de Produtos e Materiais Derivados de Resíduos ou Pós-Consumo e o Programa de Incentivo à Economia Circular em âmbito federal; e altera as Leis nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001, nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, e nº 14.133, de 1º de abril de 2021."

Era o que eu tinha a relatar, Sra. Presidente, congratulando-me com o Senador Astronauta, em razão de um projeto que, de alguma forma, chega bem, mas até que chega tarde, Senador, vista a necessidade de regulamentação desse marco.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

A matéria está em discussão.

Senador autor Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria, antes de mais nada, de agradecer pela relatoria do Senador Fernando Dueire e só ressaltar a importância desse assunto.

Vamos começar por uma visão um pouco mais ampla, eu diria assim. Eu tive a grata satisfação de poder olhar o nosso planeta de uma visão diferente. E por essa visão você vê que nós vivemos aqui como se fosse em uma espaçonave, com 7 bilhões de tripulantes, voando a 30km/s, com recursos limitados – da mesma forma que uma estação espacial; recursos limitados. É bom a gente ter consciência disto, que a utilização indiscriminada dos nossos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recursos naturais na economia linear, vamos dizer assim – extração, transformação, uso, descarte –, além de gerar o problema do descarte, também esgota os recursos naturais rapidamente, com a tendência que nós temos de aumentar o número de produtos que nós fazemos na transformação; ou seja, a virada para a economia circular é necessária, não tem como fugir disso aí, senão simplesmente não vamos ter um planeta para sobreviver.

Agora, na economia circular, existem alguns pontos que precisam ser trabalhados em conjunto. Se pensarmos nos três Poderes, todas as cidades, estados e Governo Federal, todo mundo vai ter que trabalhar junto para isso aí. Para se ter uma ideia, só na cidade de São Paulo, sozinha, por dia, são mais de 20 mil toneladas de lixo – o pessoal chama de lixo, mas, na verdade, não é lixo, são resíduos sólidos que podem ser reutilizados.

Eu vou dar alguns números aqui para que se tenha uma ideia da importância da economia circular. A previsão é de que, adotando a economia circular, nós tenhamos um crescimento econômico mundial de US$4,5 trilhões, só nesse setor, até 2030. Em termos de empregos, são 6 milhões de empregos até 2030 – a criação de empregos. Em termos de redução de resíduos, lembro que nós temos os lixões e essas coisas todas que são terríveis para o meio ambiente, que hoje a gente reduz só em 8,6% e isso precisa muito ser aumentado. Em termos de emissão de CO_2, até 2050 a utilização da economia circular pode trazer uma redução de 39%.

Para isso acontecer, a gente precisa de educação, incentivos, infraestrutura, regulamentação e pesquisa – é só focar mais neste ponto. Como Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, eu já tinha iniciado esses processos para o desenvolvimento de tecnologias para a economia circular, e isso significa reduzir a energia necessária para a reciclagem de material, também melhorar a qualidade do material reciclado e também a quantidade de ciclos do material reciclado.

Só como último ponto, vou pedir para o pessoal dar uma olhada depois em um material novo que surgiu agora, que está surgindo agora, que é revolucionário nesse sentido e se chama Therpol. Isso aí é um plástico – vamos chamar assim –, é o plástico do futuro, feito com borracha não vulcanizada, que, sem dúvida nenhuma, vai nos ajudar e muito a reduzir os efeitos do plástico natural, mesmo os da borracha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é só um pequeno exemplo de coisas que podem ser feitas – e precisam ser feitas – para o nosso país. Este projeto vem para ajudar nesse sentido, para que a gente tome uma direção correta e faça isso com celeridade.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – A matéria continua em discussão.

Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Eu queria parabenizar o autor e o Relator.

Eu fui Presidente da Comissão de Meio Ambiente e uma das vertentes que nós trabalhamos muito foi sobre a economia circular, inclusive tem um projeto de minha autoria sobre economia circular que foi aprovado e está na Câmara, mas não colide com o de V. Exa.

O único problema que eu vejo – e que acho que o assessor lhe comunicou – é que há uma vinculação com o Fundo Social, em que há uma vedação na LDO.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – Vinte por cento.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Oi?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – Vinte por cento.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Os 20%.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É, é isso aí. Então, é óbvio que eu recebi a objeção agora. Ou pedimos vista... não sei se V. Exa. pode tirar.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, se V. Exa...

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Com licença...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... puder tirar a vinculação, por mim podemos aprovar.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – ... o projeto tem tamanha relevância, que vale a pena, até pela questão apresentada, que é uma questão que tem dificuldades na LDO... o Senador, autor do projeto, Marcos Pontes concorda, este Relator também concorda, e V. Exa., como sempre, faz uma observação pertinente para que o projeto possa avançar.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu estou empolgado com o projeto. O problema é a limitação. Aí eu não quero que depois vá para veto, não sei o quê.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Isso.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, se V. Exa. concorda, eu agradeço, e podemos votar.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Vamos votar.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Cem por cento, mesmo porque um projeto como esse vai servir quase como um motor de partida ou um estopim, a partir do momento da entrada do setor privado junto também com isso aí, havendo redução de energia nessa transformação.

Inclusive lá na Bahia, no Senai Cimatec, onde a ideia é a gente ter um centro de tecnologia para energia, para a economia circular, o que eu acho que vai ser excelente para o país.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senador Rodrigo Cunha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Para discutir.) – Presidente Professora Dorinha, Senadora que preside esta reunião, primeiro eu quero destacar, não é novidade, mais um projeto inovador do nosso Senador Astronauta Marcos Pontes e muito bem relatado, com muito afinco. E aqui eu também presenciei a maneira hábil como o Senador Fernando Dueire buscou dar celeridade, tendo em vista que há um objetivo principal de instituir uma Política Nacional de Economia Circular.

E aqui observando, de fato, ao observar a sustentabilidade ambiental, a redução de desperdício, a eficiência econômica, traz também uma outra linha, que é onde eu acredito que mais se identifica esse projeto, da inovação. A partir do momento em que você busca dar eficiência àqueles produtos, se tem uma inovação de *design*, se tem uma inovação na forma de fabricação e nos modelos de negócios, ou seja, você fabrica uma lata, você vai tentar tornar aquela lata mais sustentável, você vai tentar fazer com que ela seja mais eficiente, que ela tenha um reúso mais produtivo.

Então, quando a gente observa um projeto como esse, que ainda soma a criação de empregos, criar um novo mercado que o Brasil ainda está longe de explorar na sua potencialidade, traz um benefício social gigantesco para toda a população. Então, protege não somente o meio ambiente, como cria também condições de desenvolvimento econômico.

Por isso, parabenizo tanto o Senador Astronauta pela autoria, como também o nosso Senador Fernando Dueire pelo excelente relatório, inclusive por aqui entender que é melhor não comprar uma briga que possa prejudicar um projeto do que dar um passo de cada vez, e esse passo está sendo dado com muita segurança.

Então parabéns, conte com o nosso apoio e de todo o Podemos.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Os Senadores que concordam com o relatório, com a alteração proposta, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 5 e com a alteração sugerida pelo Senador Jaques Wagner e acatada pelo Relator.

A matéria está aprovada e vai à Comissão de Meio Ambiente.

Último item da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 6118, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1.998, e a Lei n.º 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Games e Esportes (CBGE) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Favorável à matéria.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Esporte, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Como Relator.) – Sra. Presidente, Senadora Professora Dorinha, é com muita alegria que eu relato este projeto, o Projeto de Lei 6.118, de 2023, que, não para minha surpresa, tem como autor o Senador Izalci Lucas, que é um grande defensor, há bastante tempo, da tecnologia, da inovação, extremamente atuante nesta causa em várias Comissões. Então, Senador Izalci, parabéns por toda a contribuição dada a esse setor tão importante para o crescimento do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço autorização e licença à Presidente para ir direto à leitura da análise.

E é importante destacar a relevância – antes de começar a ler aqui, Senador Izalci – que tiveram, na última década, os *games*, os jogos eletrônicos. Eu digo isso, porque, hoje mesmo, saí de madrugada de Maceió para cá, e no avião tinha um senhor – devia ter seus 75 anos – jogando ali o carteado, o truco no telefone, a esposa estava, no outro telefone, jogando palavras cruzadas, ou seja, já é algo que existe hoje com uma frequência muito grande, coisa que não existia antes, o acesso aos jogos. Nós vamos falar aqui de um jogo específico, que são os jogos esportivos, os *e-sports* – vamos relatar sobre isso –, mas é uma indústria que cresce de maneira vertiginosa em todo o planeta. Para você ter uma ideia, a indústria de entretenimento do cinema somada com a da música arrecada menos do que a dos jogos eletrônicos. Não é uma ou outra: as duas somadas rendem menos lucro do que a indústria dos *games*. Então, é um novo patamar, é algo que veio para ficar, e nós temos que buscar adaptações como a que iremos introduzir através deste projeto.

Conforme o inciso I do art. 99 do nosso Regimento, compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja despachada. Como a Comissão de Esporte tomará a decisão terminativa sobre o PL em questão, este relatório versará sobre o mérito da proposição, propiciando à Comissão de Esporte uma análise mais detida sobre a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e regimentalidade da matéria.

Os *e-sports* correspondem à modalidade competitiva de jogos virtuais, nos quais os competidores se enfrentam em torneios oficiais, sejam eles de jogos cooperativos, sejam não. Segundo o Global Esports Market Report, em 2021, o mercado global de *e-sports* movimentou mais de US$1 bilhão, e atualmente 230 milhões de pessoas acompanham os torneios de *e-sports*, o que corresponde a 7% da população mundial. Estima-se que, até 2030, o número de aficionados na modalidade atinja 1 bilhão de pessoas. Embora já seja expressivo, o setor apresenta elevado potencial de crescimento nas próximas décadas à medida que também cresce o setor de jogos eletrônicos: enquanto os *e-sports* movimentam pouco mais que US$1 bilhão, o setor mais amplo de *videogames* e jogos virtuais movimenta mais de US$227 bilhões, sendo que, apenas no Brasil, 74% da população praticam algum jogo eletrônico, segundo dados da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pesquisa Game Brasil. Nesse contexto, como ressalta o Senador Izalci Lucas na justificação, os *e-sports* já são uma realidade inegável.

Diante da realidade inexorável dos *e-sports*, diversos países já reconhecem a modalidade enquanto desporto, como França, Coreia do Sul, África do Sul, Taiwan, Romênia, Dinamarca, Rússia e Ucrânia. Estados Unidos e Alemanha estão avançando rumo à regulamentação.

No caso, o PL 6.168, de 2023, será um avanço rumo ao reconhecimento do *e-sport* no Brasil, pois permitirá que ele receba estímulos públicos via recursos da loteria de prognósticos numéricos, tal qual outras modalidades desportivas tradicionais, atendendo ao princípio constitucional da isonomia, haja vista que não há justificativa para um tratamento discriminatório contra essa modalidade desportiva.

Consideramos meritório o repasse dos recursos à Confederação Brasileira de Games e Esports (CBGE), pois é única entidade sem fins lucrativos nacional afiliada à Global Esports Federation, que é a organização responsável pela modalidade em nível internacional. Além do reconhecimento internacional, a CBGE é reconhecida pelo Ministério do Esporte em nível nacional. Consequentemente, ela é a entidade que deve centralizar o recebimento dos recursos da loteria de prognósticos numéricos, a fim de promover o *e-sport* no Brasil e permitir uma adequada fiscalização pelo Tribunal de Contas da União (TCU), tal qual ocorre com outras confederações e associações esportivas beneficiadas pela Lei nº 13.756, de 2018.

Pelo exposto, consideramos meritória a destinação de recursos da loteria de prognósticos numéricos à CBGE. De fato, trata-se de uma modalidade desportiva como as demais, logo que deve receber tratamento isonômico por parte do Estado em sua tarefa constitucional de destinar recursos para a promoção do desporto, em conformidade com o inciso II do art. 217 da Constituição Federal.

Este é o voto, Sra. Presidente: diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei 6.118, de 2023.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador Rodrigo Cunha.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Esporte.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sr. Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Eu quero agradecer ao competente Senador Rodrigo Cunha, que também tem contribuído muito na área de inovação, ciência e tecnologia e em diversos outros temas, pelo relatório. É uma atividade importante não só como esporte, mas por gerar também uma série de novos empregos, várias atividades. Vamos ter que utilizar vários engenheiros de *software*, engenheiros de rede, agentes, especialistas em produção, *design* gráfico, jornalistas... Então, isso movimenta muito a economia. Por isso, a razão de apresentar este projeto. Agradeço o apoio de todos os Senadores e Senadoras com relação a isso. Obrigado, Senador.

Presidente, antes de encerrar a reunião, eu não sei se o Senador Vanderlan... É porque, de fato, após a aprovação do plano de trabalho do grupo de trabalho da reforma tributária, foram colocados aqui – e nós temos que acatar – diversos pedidos de vários Senadores e do próprio Governo. O Ministério da Fazenda e a Receita Federal reivindicaram participar de vários itens. Eu os tinha colocado só em alguns, mas eles querem participar de vários. Então, não tem como não extrapolar a terça-feira. Nós vamos ter que ampliar, as reuniões também serão na quarta, à tarde. Nós não vamos votar... Eu não sei como é que fica, tem que ver com a assessoria como é que vai ficar esse período semipresencial. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No período semipresencial? É porque nós vamos fazer presencial esta semana e depois só em setembro, na primeira semana de setembro. Não sei se nesse período semipresencial haverá matérias deliberativas. (*Pausa.*)

Vai ter matéria deliberativa. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Na verdade, quanto à questão da proposta de ampliação da reunião, isso vai ser definido pelo Presidente da Comissão. Quanto às sessões, a Comissão ainda não foi informada, mas, na semana passada, na reunião do Colégio de Líderes, já foi deliberado que vai ter sessões semipresenciais.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Na prática, nós vamos fazer, Presidente, audiências todas às terças, que já estavam no plano de trabalho, mas, em função, depois do anúncio do plano, de diversos Senadores solicitarem, assim como diversas entidades, para ampliar, a proposta é que a gente faça na quarta à tarde também, porque há algumas... Por exemplo, pagamento dividido tem uma série de implicações, e, para você ter ideia, nós já temos aqui dois, quatro, seis, oito, dez, doze, treze... Então, vamos ter de fazer em duas audiências, não dá para fazer numa única. Lógico que nós, como coordenador, vamos controlar isso para que não haja repetição, mas aqui todos são pontos diversos. Por exemplo, para o dia 20 de agosto, tem pedido aqui do Ministério da Fazenda, da Senadora Margareth, do Senador Efraim e da Senadora Soraya, o que não tem como a gente não incluir, inclusive pela relevância do tema e também dos expositores. E os demais também. Tenho aqui contribuições solicitadas pelo Senador Laércio e várias do Senador Efraim e da Soraya, o que a gente precisa incluir. Tem indicações aqui do Eduardo Gomes e do Senador Veneziano, que também indicou vários. Eu precisava depois ampliar esse plano de trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Isso será encaminhado ao Senador Presidente. Obviamente, acho que, quanto mais oportunidade para ouvir, melhor o trabalho do grupo, mas a ele isso será encaminhado, e o Senador Presidente vai se posicionar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e onze minutos do dia vinte e oito de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Sergio Moro, André Amaral, Giordano, Plínio Valério, Vanderlan Cardoso, Otto Alencar, Augusta Brito, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Jaques Wagner, Flávio Arns, Rosana Martinelli, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Romário, Ciro Nogueira, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Beto Faro, Dr. Hiran e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Irajá, Omar Aziz, Angelo Coronel, Fabiano Contarato, Flavio Azevedo e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Audiência pública para discutir o tema "Tecnologia e Inovação na Reforma Tributária". **Participantes:** Sr. Eduardo Parajo, Presidente do Conselho da Associação Brasileira de Internet (Abranet); Sr. Renato Matos Roll, Representante da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação; Sr. Márcio Gonçalves, Vice-Presidente da Federação Nacional das Empresas de Informática (FENAINFO); Sr. Sergio Sgobbi, Diretor de Relações Governamentais da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação; Sr. Marcelo Almeida, Diretor de Relações Governamentais da Associação Brasileira de Empresas de Software (ABES) e Representante da Associação Brasileira das Autoridades de Registro - AARB; Sr. Gustavo Sipolatti, Presidente da Associação dos Procuradores do Estado do Espírito Santo (APES); Sr. Marcos Flores, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil; Sr. Jonathan Barros Vita, Mestre e Doutor em Direito pela PUC/SP, com especialização em Direito Tributário pela Universidade Comercial Luigi Bocconi, Milão, Itália.; Sr. Miguel Abuhab, Engenheiro Mecânico formado pelo ITA, fundador da Datasul e Neogrid; e Sr. Felipe Guerra, Membro do Conselho Federal de Contabilidade. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/28

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, dia 28 de agosto de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de discutir o tema Tecnologia e Inovação na Reforma Tributária, em atenção ao Requerimento 66, de 2024, da CAE, de autoria do nosso Presidente, Senador Vanderlan.

E eu já convido aqui, para tomar assento à mesa, o Sr. Eduardo Parajo, que é o Presidente do Conselho da Associação Brasileira de Internet. Pode bater palma aí para o pessoal, depois do almoço, para não dormir. (*Palmas.*)

Eu convido também o Renato Matos Roll, que é representante da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação. (*Palmas.*)

Convido também Marcio Gonçalves, Vice-Presidente da Federação Nacional das Empresas de Informática (Fenainfo). (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido também Sérgio Sgobbi, Diretor de Relações Governamentais da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação. (*Palmas.*)

Essa é a primeira mesa, e já tem participação aqui de perguntas de alguns internautas – à medida do possível, se vocês puderem comentar...

Julienne, aqui do Distrito Federal: "Quais são os principais desafios tecnológicos enfrentados na modernização do sistema tributário?".

Giulia, de Rondônia: "Como a tecnologia pode simplificar o cumprimento das obrigações fiscais na reforma tributária?".

Cleiton, de São Paulo: "[Com] A mudança da reforma tributária e o avanço da tecnologia com as IAs, será mais fácil identificar e combater as fraudes com mais agilidade?".

E o Carlos, do Paraná: "Como IA e *blockchain* podem [ajudar a] combater a sonegação fiscal e aumentar a transparência no sistema tributário brasileiro?".

Então, esta audiência também está sendo transmitida. As pessoas que quiserem participar podem participar pelo Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou também pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo de todas as manifestações estará disponível no portal, e as apresentações, assim que forem utilizadas pelos expositores, estarão aqui conosco.

Bacana. Bem, mais uma vez reforçando para quem está participando pela primeira vez, este é um grupo de trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos. Nosso objetivo aqui é fazer um debate, e a gente tem recebido de vários segmentos muitos questionamentos, muitas observações – e, de fato, são observações importantes. A Câmara aprovou o projeto sem muita... Não posso dizer que não teve muita discussão, porque há 30 anos que se discute essa matéria na Câmara – como Deputado, eu fiz muito isso. Mas, depois que o texto foi elaborado, a discussão foi muito rápida. E aqui no Senado não poderia ser igual: teria que ser uma discussão com mais tempo.

Espero que retirem... Devem... Oficialmente não fizeram ainda, mas o prazo de urgência foi retirado. Abrir-se-ão, evidentemente, novos prazos para emendas. Aqueles que entregaram no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

último dia, porque era o último momento, se quiserem aperfeiçoar... Porque a gente só vai conseguir fazer as alterações se a gente tiver uma justificativa muito óbvia, muito detalhada, muito didática, porque grande parte dos Parlamentares não entendem dessa matéria. Então tem que ser uma coisa assim em que alguém... Se o Senador pegou isso aqui, é óbvio que eu vou ter que votar, não tem lógica... Então, uma coisa assim muito... A gente não vai discutir aqui a teoria da reforma, a gente vai entrar nos pontos bem específicos: "Olha, o artigo tal, do jeito que está, vai comprometer isso, vai comprometer aquilo. E a solução é esta", com números. Evidentemente, a Receita Federal e o Governo vão contestar muitos números. Então, a gente tem que ter muita firmeza com relação a esses dados para poder contrapor as informações que a gente tem aí do Governo.

Então, eu vou passar imediatamente a palavra para o Eduardo para que ele possa fazer a sua exposição.

O SR. EDUARDO PARAJO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Boa tarde, Senador. Muito obrigado pelo convite para poder, mais uma vez, estarmos participando aqui desta discussão. É um tema que aflige bastante o setor de internet e tecnologia, e é um prazer poder aqui trazer mais alguns detalhes dos impactos que a reforma, da forma como ela está hoje, pode trazer para o setor como um todo.

Só rapidamente falando da Abranet. A Abranet é a primeira associação de internet do país, fundada em 1996. De lá para cá, graças a Deus, conseguimos ajudar bastante a internet a evoluir no país. A Abranet tem um leque de associados que fazem serviços de telecomunicação, provimento de conectividade de internet, aplicativos, conteúdo, *data center*, meios de pagamento. Então, temos um leque bastante grande hoje de associados. São mais de 400 empresas associadas à Abranet hoje, grande parte deles são pequenas empresas provedoras de internet espalhadas pelo Brasil inteiro.

Bom, acho que a gente tem que trazer alguns pontos agora mais objetivamente, como o senhor falou, dos impactos que a gente está vendo nessa situação. A gente fez um alerta ano passado, mas parece que o alerta, por mais que a gente tenha insistido, não surtiu muito efeito, e a gente espera ter oportunidade de uma revisão disso dentro do possível, é claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje a internet, como todo mundo sabe aqui, está se tornando cada vez mais essencial. De fato, a necessidade da conectividade de internet para a população como um todo é um fato importante e uma coisa que é importante. E qualquer coisa que encareça a internet vai dificultar o acesso, principalmente da população mais carente, que tem mais dificuldade. Existe uma pesquisa do Comitê Gestor da Internet, através do NIC.br, de que a população em geral tem duas questões importantes que ela considera: a primeira é a conectividade Wi-Fi, que é fundamental para essa população; e a segunda é o preço acessível. E, nesse preço acessível, nós estamos falando de alguma coisa em torno de R$50, R$60. As conexões de internet hoje no país já estão abaixo de R$100 em várias localidades por essas empresas de pequeno e médio porte, que têm conseguido fazer esse preço chegar lá.

O que vai acontecer com a reforma? Infelizmente, vai ter um aumento de preços para o consumidor final. Por quê? Porque, de fato, vai ter um aumento da carga tributária para o setor. É isso que vai acontecer. A gente fez um estudo com o IBPT – eu não vou entrar em detalhes, mas está na apresentação para vocês –, o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, e o impacto para o nosso setor hoje está em torno de 15% a 18% de aumento de custos simplesmente para pagar os impostos da reforma. É a isso que nós estamos chegando no final da conta. Então, se hoje nós temos um acesso que chega a R$100, vai chegar a R$118, a R$120 só para compensar a questão tributária. Isso vai ter um impacto negativo principalmente na digitalização da população. Então, é um ponto importante.

Outra coisa que vem sendo dita bastante, a gente vê aí nos noticiários: "ah, não, porque quem consome serviço é rico". Não, a população no geral consome serviço, pode ser da classe A, da classe E. O serviço é fundamental. O serviço hoje gera a economia do país. E a gente não tem muita opção com as margens estreitas, cada vez mais estreitas, para tentar não mexer no preço final, então a preocupação nossa é essa.

Fora isso, um outro aspecto que eu acho que é importante a gente trazer é que nós temos um país que tem muitos empreendedores, cada dia mais empreendedores, e esses empreendedores cada dia mais precisam ter a tecnologia ao seu lado. Se a gente vai encarecer a tecnologia, como que a gente vai ajudar esses pequenos empreendedores? O custo vai aumentar para todo mundo, que é o que a gente vem falando desde o início da proposta que está sendo colocada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, aqui basicamente eu trago de novo a questão da internet, tem outra pesquisa do NIC.br junto com o comitê gestor falando que só 22% da população tem a conectividade significativa, quer dizer, muitos têm acesso à internet, mas hoje ainda sem muito fim, como que ele usa para o emprego, para o empreendedorismo dele e tudo mais. E a gente precisa melhorar esse índice, porque, na verdade, a internet faz, como eu disse, cada dia mais parte da vida da população, da necessidade da população, e a gente continua preocupado que a reforma vai encarecer esse serviço para a população.

Como hoje o tempo aqui... O assessor do senhor já me disse que a gente tem pouquíssimo tempo, eu estou correndo aqui, Senador.

Detalhe, o impacto é geral. Quando a gente fala não só na questão da internet, esse impacto acaba se expandindo com o serviço de tecnologia como um todo. Vai impactar na saúde, vai ter aumento de custo, vai impactar na segurança pública, vai impactar na educação, vai impactar no transporte, vai impactar em tudo. E essa é uma conta que ninguém está fazendo, todo mundo está fazendo a conta que vai ser 27, 28. E qual vai ser o impacto de aumento de custo para as empresas e para a população em geral? A gente já fez o nosso estudo, para a população de conectividade à internet, em torno de 18% a 20%. Mas e o impacto embutido dentro da reforma para as empresas como um todo? Essa conta ninguém fez ainda, era importante a gente fazer.

Passo para o outro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO PARAJO – Aqui tem os dados que eu já coloquei para o senhor na outra ocasião, que são dados desse estudo, que fala a respeito do negócio. Basicamente o que a gente está pleiteando, Senador, objetivamente indo ao ponto aqui, é de fato uma revisão para o setor como um todo dessa questão da tributação na alíquota plena da reforma. Isso de fato vai trazer um desequilíbrio muito grande para as empresas e vai, consequentemente, acabar encarecendo o serviço na ponta final, o que a gente acha que não é uma coisa que vai ser benéfica para a população como um todo, isso vai trazer um problema.

Então, a gente, de fato, apesar de toda a colocação que o senhor fez, sabe dos prazos que ocorreram e tudo mais, de como foi feita a reforma, mas a gente acha que ainda carece, sim, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma revisão. O setor de tecnologia tem um potencial muito grande, a inovação e a internet também. Então, assim, de fato a gente precisa rever essa questão de ter uma alíquota diferenciada nessa reforma.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem.

Primeiro, quero informar que são 23 Senadores já conectados aqui com a audiência, realmente é um tema que precisamos debater bastante. Todos os Senadores estão recebendo visita de todas as atividades, porque realmente o impacto é muito grande.

Mas só para fazer aqui, Eduardo, aproveitando para os demais entenderem... A gente precisa ir direto ao ponto, vamos dizer assim. Onde é que está, no texto da Câmara, que vai comprometer a atividade?

Eu acho que todos nós já temos a consciência de que a internet é como arroz e feijão, como água, luz e telefone. Acho que sobre isso a gente já tem a noção. Acho que os Senadores todos já têm a noção. Agora, qual é o ponto, onde está no artigo da Câmara e qual é a sugestão, realmente, de uma coisa bem didática, com dados concretos, para a gente poder apresentar a emenda ou já aprovar a emenda que foi sugerida? Aqueles que ainda não apresentaram têm prazo para apresentar, mas daquele jeito bem objetivo: "Olha, o texto da Câmara é esse. A gente precisa ajustar esse texto aqui". E a justificativa com dados bem concretos, para a gente poder, realmente, convencer os Parlamentares todos da importância da modificação.

Bem, eu passo a palavra imediatamente, então, ao Renato Matos, que é o representante da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação.

O SR. RENATO MATOS ROLL (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Boa tarde a todos.

É uma honra estar aqui representando hoje a Federação Assespro para falar desse tema da reforma tributária, que foi um tema que a gente debateu tanto no ano passado também aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com esta Casa, falando sobre a importância do setor, de sua transversalidade e sobre um tratamento adequado para o setor de tecnologia no país.

Já esclareço aqui para o Senador também que, em conjunto com as demais entidades do setor de TI, a gente fez um alinhamento com relação a algumas falas, e eu vou falar sobre a importância do setor para justamente embasar as falas dos demais, especialmente as da Brasscom, da Fenainfo e da Abes, que vão trazer as emendas e os pontos bem diretos das sugestões de aprimoramento no texto de que a gente está falando.

Não posso deixar de citar que a Federação Assespro fez, neste mês, 48 anos. São 48 anos de uma história muito importante defendendo o setor de tecnologia da informação no Brasil, com mais de 2,5 mil associados nas suas 14 regionais em todos os estados do país.

Como eu falei, acho que o importante desta fala aqui é trazer, novamente, a importância e a transversalidade do setor de tecnologia da informação hoje na economia brasileira, no contexto da economia digital e dessas transformações sociais acopladas, e também falar sobre a preocupação do setor com relação ao cenário que está se desenhando, tendo em vista algumas mudanças legislativas que têm sido trazidas, por exemplo, a da reforma tributária, tanto com relação à Emenda Constitucional 132, quanto dentro do PLP 68, mas também a questão da reoneração da folha, que, por mais que tenha sido um trabalho muito bem feito – e já registro aqui o agradecimento também da Federação Assespro ao Senador Izalci e aos demais Senadores que participaram da votação na última semana, da importância da continuidade do programa, ainda que com redução –, também mostra uma redução dos incentivos à contratação formal para o setor de tecnologia. E, por fim, a questão da reforma da renda, que também já se avizinha.

O importante com relação à questão do papel do setor de TI é que a digitalização dos processos, automação industrial, inteligência artificial, *big data*, tudo isso já está no dia a dia das empresas e das pessoas, dos pequenos prestadores de serviço hoje ao redor do país. Eles seriam extremamente impactados em qualquer mudança que viesse a acontecer, como trazido aqui pelo nosso colega Eduardo Parajo, com relação ao preço desse serviço, seja com relação à infraestrutura, que é a base para essa conectividade, que é a internet, quanto com relação aos serviços que são prestados e às soluções que são trazidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As empresas de todos os setores estão, cada vez mais, dependentes dessas soluções tecnológicas para melhorar a sua produtividade e reduzir custos, isso dentro de uma questão global de produtividade e de competitividade que nós vivemos hoje.

Se a internet está trazendo todas essas mudanças positivas para a nossa sociedade com relação à educação, ao aprendizado e ao trabalho, ela também quebra barreiras – as fronteiras da competição internacional.

Também falando sobre a questão da educação, é importante a gente lembrar que o setor de TI, oferecendo as suas soluções, mas também a atuação de entidades como a própria Federação Assespro, atua fortemente na inclusão social e na educação.

Hoje, as tecnologias permitem que pessoas de locais muito distantes tenham acesso a um conhecimento e ensinamentos de qualidade para poderem mudar as suas vidas. E, da mesma forma, o setor tem investido muito na capacitação das pessoas com habilidades digitais. Isso é importante para que as pessoas realmente tenham capacidade para conviver nesse ambiente digital, não trabalhando no setor de TI necessariamente, mas trabalhando com o digital, trabalhando com a internet em suas outras atividades para que ela tenha mais produtividade e o Brasil melhore isso no cenário internacional.

Olhando essencialmente para o impacto da reforma tributária, acho que a grande dificuldade que a gente teve surgiu no ano passado com a não inclusão do setor no rol, o serviço de TI no rol daqueles que teriam uma tributação reduzida e, além disso, também com a não permissão de apuração de créditos com relação à mão de obra, que é justamente o principal insumo do setor de TI. Isso é o que vai impactar verdadeiramente na formação do preço. Então, acho que isso é o principal problema dessa reforma neste momento.

Contamos com o apoio dos Senadores, como o Senador Izalci, novamente, apresentou emendas no ano passado para buscar uma correção disso, mas isso não foi possível. E, nas análises que nós trouxemos no ano passado ainda, calculando ali o que tem 25%, e agora o cálculo tem sido mais elevado, em 28%, já se esperava um aumento de 7% a 11% com relação ao preço ao consumidor final do serviço de tecnologia da informação. E aí, de novo, com o preço mais elevado, a gente está desincentivando o consumo desses bens e desincentivando a permeabilidade da tecnologia na nossa sociedade e nos nossos meios produtivos também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A gente tem que lembrar que a experiência internacional e também a nacional mostram que as localidades, os países que deram um tratamento diferenciado tributário para a tecnologia conseguiram se beneficiar com a chegada de mais empresas, mais investimentos e mais benefícios. Aqui a gente cita, do ponto de vista internacional, Suécia e Estônia e também, localmente, a gente já pode trazer cidades como Florianópolis e Recife, que tiveram um tratamento também diferenciado do ponto de vista do ISS, atraindo muitas empresas para lá e o desenvolvimento local também.

Para a gente falar um pouco sobre o ponto da desoneração da folha, que é um outro ponto que compõe o preço, que seria a grande reforma do trabalho – acho que este é o ponto que ficou pendente para a gente falar dentro da reforma: da renda, do consumo e do trabalho –, a desoneração da folha, como surgiu em 2011, surge já com o setor de TI entre os quatro grupos principais, justamente por conta do impacto da competição internacional para esse segmento e também da preponderância da mão de obra. Então ela foi transformadora para o setor nesse período, contribuindo justamente para que a gente evitasse a pejotização, trazendo mais pessoas para dentro da CLT, algo que essa reforma tributária, ao dar possibilidade de crédito para outras empresas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO MATOS ROLL – ... na aquisição como insumo, acaba também fortalecendo. Então é uma preocupação nossa.

Uma outra preocupação também que se avizinha aí com relação aos investimentos, ao setor empresarial como um todo é a discussão da reforma da renda, que vem sendo anunciada com uma possibilidade de tributação do lucro, que também é a forma de remuneração do investidor, do empresário que está ali no dia a dia da empresa. Isso também é um outro ponto que compõe esse cenário futuro de expectativa negativa, que afasta investimentos para o setor de TI e do empresário do setor de TI aqui no Brasil.

Para a gente fechar, caminhando aqui para o fechamento desses segundos finais, é importante que o Governo e esta Casa, o Congresso Nacional, reconheçam o papel estratégico do setor de TI no desenvolvimento da economia nacional. E isso não pode ser só por meio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

programas e políticas que são lançadas, se eles estão desconectados justamente do orçamento público ou mesmo de tratamentos tributários mais pesados.

Então, para concluir, o setor de tecnologia é um pilar fundamental do desenvolvimento econômico-social do Brasil. E para que ele possa continuar a desempenhar esse papel, é imprescindível que a gente tenha uma política tributária adequada para suportar esse desenvolvimento. Precisamos de uma política tributária que promova a inovação, o crescimento e a inclusão social e que reconheça essa importância do setor de TI, que é uma importância estratégica para esse desenvolvimento do país.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Renato.

Só lembrando aqui também que a Abranet... Porque quando se fala em internet, muita gente acha que só são aquelas grandes empresas, não é? Vivo, Claro, Oi, não sei o quê. Mas a maioria da Abranet são pequenas e microempresas – só para o pessoal entender.

O SR. EDUARDO PARAJO – As grandes empresas não são associadas à Abranet.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É, então, somente as pequenas e microempresas. Evidentemente que o Simples continua da forma como está. Mas de qualquer forma, é só para vocês entenderem aqui o objetivo da Abranet.

Convido agora, então, o Marcio Gonçalves, que é Vice-Presidente da Federação Nacional das Empresas de Informática (Fenainfo).

O SR. MARCIO ELIAS GONÇALVES (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Boa tarde a todos. Também me sinto honrado de estar aqui nessa audiência pública para poder tratar desse assunto muito relevante para toda a nossa sociedade, para o Brasil.

Falando um pouco só da Fenainfo, é uma entidade grau superior, fundada em 1990, que representa todas as entidades patronais de TI (tecnologia da informação) do país, e abaixo dela estão representadas 130 mil empresas, são mais 2 milhões de empregos gerados, é intensiva em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mão de obra especializada e tem salários que geram valor agregado para a sociedade, para as pessoas; gera riqueza.

O nosso setor é intensivo em contratação de mão de obra especializada, isso já é de conhecimento. As atividades econômicas nossas representam aí, estão lá na fatia dos 8% do PIB brasileiro. O serviço, como já colocado pelo primeiro palestrante, é transversal, essencial para a prestação dos demais serviços da economia... econômica, a tecnologia. E os empregos atuais, os empregos futuros, quando visto com os países do primeiro mundo, cada vez vão aumentar mais, ou seja, são os futuros empregos que nós temos nos serviços digitais.

A reforma tributária começa pela Emenda Constitucional 132 e ela tem uma promessa, o art. 145, §3º, Senador, em que lá se constava e se vê que ela fala em simplicidade, transparência, justiça tributária, cooperação e defesa do meio ambiente, colocando todos os itens. Mas na realidade, quando a gente começa a ver o PLP 68, a gente começa a ter artigos como o 28 e o 121, em que começa a haver uma complexidade, a exemplo, a apropriação de crédito condicionado à comprovação de efetivo pagamento. Então, não traz simplicidade, dificulta justiça tributária, colocando responsabilidade para a cadeia, e a cooperação não é tão amigável assim.

O que quer dizer isso sobre apropriação? Então, essa não cumulatividade condicionada faz com que só poderá se tomar crédito do que se tem comprovação. Então, ela já não é mais ampla e irrestrita, não é, Senador? Delegação do poder de fiscalização. O contribuinte terá que trabalhar com o fiscal, verificando e comprovando que seu fornecedor quitou os tributos incidentes na cadeia anterior para fazer o crédito.

E, por fim, risco ao fluxo de caixa. Pagamentos em crediário ou com pagamento prorrogado não terão o recolhimento do tributo no momento do consumo. Então, se eu estou falando de um IVA, eu quero poder consumir o que eu consumo na entrada da minha cadeia de produção, transformar e me creditar dele, porque a lei diz, estão lá as emissões, os documentos fiscais, não tenho que checar pagamento disso.

Então, esta é a primeira proposta que a Fenainfo faz, Senador Izalci Lucas: que esse artigo lá seja suprimido, ou seja, não tem que estar condicionado ao efetivo pagamento, podendo ainda o beneficiário fazer o pagamento do crédito, se ele quiser recolher o outro. Não dá. Esse é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o nosso primeiro pedido. Então, a gente apoia, inclusive, a Emenda nº 738, do Senador Izalci, aqui nesta mesa. Vemo-la como muito importante.

A segunda problemática que eu quero apresentar é a desconsideração do insumo do setor de serviços. Ninguém está reconhecendo isso. O que vem na reforma? Ela permite o quê, com o IBS e a CBS? O comércio poderá se creditar de tudo que vende, a indústria poderá se creditar de tudo que transforma, a construção pode creditar de todo material que usa, mas o setor de TI não pode se creditar de mão de obra, que é o nosso principal insumo. Quando for a terceirização e pejotização, ou seja, que é o assunto que nós colocamos um pouco...

Então, eu cliquei aqui... Mudou.

Então, o PL 68, de 2024, está mantendo a oneração excessiva do setor de serviços, principalmente da tecnologia e da informação, com alíquota estimada em 27,97%, que pode ainda seguir a mais. Então, para nós, há um descaso de se entender que o nosso principal insumo não entra. E eu entendo, não é um tributo a ser declarado, porque, se eu tenho folha, é dentro da folha, mas que seja me dado um crédito presumido, equilibrando as cadeias e olhando a nossa cadeia nesse sentido.

Então, qual é a nossa proposta, Senador? Novamente eu venho a apoiar – a Fenainfo – a Emenda 878, do Senador Izalci, para fazer uma inclusão num parágrafo lá em que o contribuinte de IBS e CBS sujeito ao regime regular poderá apropriar créditos presumidos dos referidos tributos sobre as despesas quanto a contratação do pessoal. Se for terceirização, eu já tenho; se for folha de pagamento, não tenho. E aí a gente diz: "Ah, mas isso é a parte de pagamento e tal". Nós só queremos ter um imposto dito como não cumulativo. Eu tenho um imposto, eu vou entrar, o setor de serviços vai entrar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO ELIAS GONÇALVES – ... o setor de TI vai entrar num imposto, e na verdade nós não vamos entrar num IVA: nós vamos continuar com imposto cumulativo.

E aí tem alíquotas mínimas estabelecidas aqui no pedido da emenda, porque elas podem ser determinadas depois lá pelo comitê gestor, que pode alterar tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, eu já estou no meu último pedido: problemática da alíquota geral da TI, 28%. Não tem, vocês entraram lá na cadeia normal, mas a gente vai contra várias coisas que estão sendo faladas por nós, pelo Governo. Perda da capacidade de tecnologia em nível de competitividade e transitividade de investimento, é óbvio que nós teremos isso. O Plano Brasileiro de Inteligência Artificial quer promover o protagonismo global do Brasil em IA, e o incentivo da reforma tributária está em sentido contrário. As empresas de TI serão as maiores afetadas com a entrada da reforma.

Veja bem, eu ouvi os contadores falando – vou pedir mais 30 segundinhos –: "Olha, nós estamos preocupados em operacionalizar isso". "Mas vocês entraram na alíquota reduzida e estão preocupados, porque estão preocupados com o Brasil". Quem é que vai fazer os *softwares*, os sistemas, que vai poder fazer uma boa reforma tributária? Que vai poder dar segurança? A TI, dentro dos contratos já existentes! Não tem como repassar preço disso. Todo cliente que contrata *software* já tem a regularidade fiscal atribuída dentro do contrato.

Aqui são outros pontos. Vai afetar a parte de pagamentos, o *split payment*, que está sendo tão falado, palavra bonita, sistema de recolhimento automático, mas que também sobrecarrega as empresas de TI.

Engraçado: parte do nosso setor foi desonerada. Como assim? Na entrada, que foi a segurança cibernética, sistemas de segurança da informação, mas veja que isso gera mais segurança, porque, como vai estar? Como é que a Receita depois vai ver isso? Como é que ela operacionaliza quem entra lá? Não dá nem 1% do nosso setor, não tem o que fazer. De uma certa forma, entrou dizendo que é para o bem público, mas todo mundo vai ter que investir cada vez mais em segurança cibernética, e ainda temos LGPD, outras coisas que aí estão, que são leis novas, com agências novas.

Esses são itens do anexo da emenda, que a gente pede para poder alterar essa parte de incluir, então, mais códigos de empresas de atividades de tecnologia, que não fique tão restrito, da forma que está, a da cibernética neste momento. É uma proposta de emenda da Fenainfo.

Em resumo, nós estamos neste momento assim: maior carga tributária, maior preço ao consumidor, menos postos de trabalho, reoneração entrando em vigor – no ano 27 ela acaba. E um ponto: a gente está direcionando tempo, pejotização, porque ali eu tenho os créditos. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos assim no setor de TI: fim da desoneração de folha de pagamento, aumento de tributação sobre o consumo. Aquele fundo lá é neste sentido: é uma escuridão que nós estamos vendo lá para dentro. E aí a gente já vê uma outra via começando lá: reforma tributária sobre a renda.

Aqui são só os apoios e está finalizado. Eu agradeço, também agradeço ao Senador e aos amigos pela extensão um pouquinho a mais da minha agenda.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Marcio. (*Palmas.*)

Vou passar a palavra agora para o Sérgio, que é o nosso Diretor de Relações Governamentais da Assespro...

O SR. SERGIO SGOBBI – Brasscom.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Brasscom. Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom).

O SR. SERGIO SGOBBI (Para expor.) – Muito boa tarde a todas, a todos.

Senador Izalci, eu quero aqui, de público, reconhecer o trabalho que o senhor faz de escuta ativa dos setores produtivos – não é o setor de tecnologia. Os setores produtivos têm, no seu gabinete, as portas abertas para o senhor entender os anseios do setor produtivo, e esta audiência é fruto disso. Então, obrigado pelo convite para estar aqui.

Quero cumprimentar o avô do Pedro, que está aqui, o Deputado Vitor Lippi. Parabéns, Deputado, pelo neto! Vovô! Pelo neto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO SGOBBI – E o Hauly, que é o pai da reforma, também está aqui conosco.

Eu trouxe aqui, Senador, quatro pontos: três direcionados diretamente à reforma, e um que é um ponto que também já foi levantado por quem me antecedeu, no sentido de que o setor de TI terá um papel primordial na reforma. Então, é um ponto de alerta que eu trago.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, aqui, a questão da Brasscom. Somos, atualmente, 81 grupos empresariais. Muitas das logomarcas aqui são reconhecidas pelo mercado. Também temos um rol de pequenas e médias empresas. A Brasscom trabalha com o propósito de fomentar o uso de tecnologias digitais, para que o Brasil desenvolva todo o seu potencial, para que a gente tenha relevância – o setor de TI – dentro do Brasil e também ganhe um protagonismo da TI no mundo afora. A gente é reconhecido como um país tecnológico, mas a gente não tem esse protagonismo.

Eu vou trazer aqui contextos iniciais, só para subsidiar o que eu vou explanar em relação à reforma.

Esse gráfico mostra a trajetória das importações e das exportações de serviços de tecnologia. O laranja são as importações, e o azul, as exportações. No ano passado, o déficit da balança comercial de serviços de tecnologia foi de R$6 bilhões e crescendo. E, aí, o que é que a gente tem? A gente tem uma fragilidade, no PLP 68, do conceito de exportação de serviço. O conceito geral da reforma tributária, quando fala de exportação, é de isenção. Se eu perguntar, a exportação é isenta. Certo?

O Deputado está concordando. O.k.

Só que o art. 63 traz aqueles verbos lá – utilização, exploração, aproveitamento, fruição ou acesso –, mas ele não define o local – ele não define o local. A gente tem um problema de conceito. E, aí, isso entra em confronto com o art. 11, que define o local. Ali: "Domicílio do adquirente". Ali, na segunda linha. Então, nós precisamos corrigir isso. Precisamos olhar para o art. 11 e olhar para o art. 63. A nossa sugestão é excluir o art. 63, porque esse é um dos grandes problemas de judicialização no atual momento. A gente tem judicialização de ISS – é um grande problema dos municípios –, e o gráfico mostra isso. A gente não alavanca as exportações de serviços de computação por conta da insegurança jurídica que a gente tem nos municípios. Os municípios vão lá nas empresas e falam: "O serviço está sendo realizado aqui". "Mas eu estou realizando para fora". "Não, mas ele está sendo aqui. O seu trabalhador está aqui". E, aí, ele entra com um processo de ISS, e, depois, vem todo o Fisco federal, PIS, Cofins, derivados dessa judicialização no município.

Então, a nossa sugestão é excluir o 63. Por quê? Se o produto não tem que ser comprovado, porque ele passa na alfândega, aqui também não tem que ser. Coloque tecnologia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para isso, coloque *blockchain*. Se a Receita tem problema de fiscalização em relação a bens imateriais, usemos a tecnologia para auxiliá-los a fiscalizar esse problema. Então, aqui vem uma sugestão objetiva.

Senador, a gente não apresentou a emenda, mas o senhor já deu uma boa notícia: a da possível retirada da urgência aqui. E nós, assim, já ganhamos isso no dia de hoje. Quero ressaltar isso. E nós vamos apresentar, nesse segundo momento de que o senhor falou, essa emenda com esses argumentos que aí estão colocados.

A outra questão também é de responsabilidade solidária das plataformas digitais. Como é que eu, que sou plataforma e intermediário, faço a intermediação de A para B e presto serviço para ambos, posso me responsabilizar pelo recolhimento dos impostos? Essa é uma questão que precisa ser ajustada. Nós precisamos colocar limites da responsabilidade solidária que está colocada lá e, aqui, ser muito específicos para que, caso aconteça e seja comprovado dolo das plataformas ou omissão delas, seja dada a punição para elas, mas que não sejam punidas antecipadamente, porque isso também, como os outros que me antecederam falaram, onerará ou incidirá mais custos para controle das plataformas. E aí quem que vai pagar isso, gente? O consumidor final.

Então, a sugestão nesse caso aqui... E aí tem uma questão colocada bem específica: foi criada pela Câmara a figura do nanoempreendedor. Essa figura tem 50% do limite do MEI, que é 81%. Então, o nanoempreendedor tem isenção até R$40,5 mil por ano. Só que a média do nanoempreendedor... E aqui eu estou falando de entregador de refeição, motorista de Uber, que têm isenção até R$40,5 mil. Só que a média de remuneração dessas pessoas trazida pelo IBGE...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO SGOBBI – ... é de R$51,8 mil. Então, a sugestão aqui é elevar para 70%, de 50% para 70%. Essas pessoas ficam isentas e continuam trabalhando com as plataformas, porque hoje é uma modalidade de trabalho, e a gente precisa olhar para esses trabalhadores também.

E a terceira sugestão diz respeito à questão da cibersegurança. O Brasil é o segundo país mais atacado do mundo, é o principal alvo da América Latina, e cada vez mais os sistemas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

precisam ser robustos. Se a gente olhar o início da PEC 45, ela trazia redução de alíquota de 60% para bens e serviços de cibersegurança. Na tramitação da PEC 45, depois convertida na Emenda 132, ficou só o fornecimento para o público, tirou-se o privado. Agora puseram mais uma questão aqui: trouxeram que empresas com, no mínimo, 20% de capital nacional terão redução de alíquota de 60%, ou seja, eu estou criando uma assimetria concorrencial de empresas aqui no Brasil. Empresas nacionais vão ter uma alíquota de 10,6%; empresas que não são nacionais vão ter uma alíquota de 26,5%. Quem vai pagar isso? Quais são as empresas? Pergunto para vocês e faço esse questionamento em aberto: quais são as empresas de cibersegurança que vêm à memória de vocês? São multinacionais, gente! A gente vai colocar uma reserva de mercado aqui no Brasil? Essa é uma pergunta que eu faço, e é isso que está dado.

E aí eu trago... Não é preciso voltar a décadas passadas da reserva de mercado, eu trago um fato recente do Brasil. Quando a Presidente Dilma foi vítima daquele caso de espionagem do Snowden, ela editou o famoso Decreto 8.135. O que o 8.135 dizia? Primeiro, o sistema de mensageria brasileiro seria o expresso, desenvolvido pelo Serpro – estava lá no decreto; todos os sistemas cybersegurança deveriam ser auditados. Ele pegou, gente? Não pegou! Não pegou, porque é inexequível. Então, essa questão aqui é uma questão que precisa ser corrigida. A sugestão é eliminar essa questão que, nesse caso, está em vermelho.

Por fim, para terminar e tentar ficar dentro do prazo, a questão – essa é uma questão mais de ordem geral – da operacionalização da reforma tributária. É preciso entender que há um intermediário entre o contribuinte e o Fisco chamado empresas de tecnologia, aqui colocadas como ERP. ERP são os sistemas de gestão das empresas – está certo? –, que fazem o fiscal, a contabilidade, contas a pagar, gerenciam a empresa como um todo. As empresas provedoras de ERP que nós representamos – o Miguel foi dono de uma delas, da Datasul, está aqui e sabe muito bem do que eu estou falando – precisam ter tempo para análise das mudanças, desenvolvimento – é escovar *bit*, fazer o desenvolvimento dos códigos –, testes, implementação e capacitação dos usuários. E aí, gente, janeiro de 2026 é um prazo muito curto. Ou a gente está no centro dessas discussões, a gente participa ativamente... E a gente tem condições, todos que estão aqui na mesa, de aportar recursos técnicos para ajudar o Estado brasileiro a desenvolver os melhores sistemas – e também estamos ajudando a nós mesmos –, de forma que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acelere a implantação da reforma tributária. Lembrando que, a partir de 2026, a gente começa com dois sistemas até 2033. Tem essa transição. Então, tem esse "complicômetro" a mais colocado aí.

Estamos conversando com o companheiro da Receita aqui. Estamos falando com a Receita Federal, já falamos com a Fazenda sobre isso. Alguns nos ouvem, outros falam, infelizmente, que em TI é só apertar um botão que as coisas acontecem. Não é assim, porque, na hora em que a gente olhar o que vai ser desenvolvido, nós vamos falar: "isso dá para fazer", "isso não dá para fazer", "os ajustes vão demorar tanto tempo".

Senador, muito obrigado pelo tempo, obrigado pela iniciativa. Parabéns!

Fico aqui para colaborações futuras que eu possa responder.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Sergio.

Vou fazer aqui um rodízio, pessoal. Vou pedir vocês para ocuparem ali as cadeiras.

No final, a gente faz as perguntas.

Vou convidar o Marcelo Almeida, que é o Diretor de Relações Governamentais da Abes (Associação Brasileira de Empresas de Software) e representante também da Associação das Autoridades de Registro do Brasil (AARB).

Convido também – esse está remotamente, mas está aqui também – o Gustavo Sipolatti, que é o Presidente da Associação dos Procuradores do Estado do Espírito Santo e está virtualmente; o Sr. Marcos Flores, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil; o Sr. Jonathan Barros Vita, que é Mestre e Doutor em Direito pela PUC de São Paulo, com especialização em Direito Tributário pela Universidade de Milão, na Itália; e o nosso querido Dr. Miguel Abuhab, Engenheiro Mecânico formado no ITA e fundador da Datasul e Neogrid, uma recomendação muito forte do Roberto Rocha, nosso querido Senador.

Bem, rapidamente, tenho mais algumas participações aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Wagner, do Paraná: "De que maneira podemos usar novas tecnologias para melhorar a eficiência e a justiça no sistema tributário?".

A Letícia, do Rio de Janeiro: "Como a IA [inteligência artificial] pode otimizar a fiscalização tributária, aumentando a eficiência na detecção de fraudes, sem comprometer a privacidade e segurança?".

A Mariana, de Minas Gerais: "Quais as precauções a serem tomadas em relação à segurança dos dados? E qual o impacto estimado em caso de falhas de segurança?".

O Luiz, do Paraná: "Quais mudanças práticas os contribuintes podem esperar em suas obrigações fiscais diárias com a implementação de novas tecnologias?".

E a Ruth, aqui do Distrito Federal: "Como a integração de tecnologias emergentes pode influenciar a equidade e a justiça no sistema tributário brasileiro?".

Vou passar, então, imediatamente, a palavra ao Marcelo Almeida, nosso Diretor da Abes (Associação Brasileira de Empresas de Software).

O SR. MARCELO ALMEIDA (Para expor.) – Senador Izalci, muito obrigado a V. Exa. Agradeço a oportunidade de estarmos aqui.

Eu queria só fazer um registro bastante interessante, Senador. Sob a sua condução, nós conseguimos reunir aqui várias entidades representativas do setor de tecnologia, me parece, construindo, portanto, uma sinergia muito positiva para que a gente possa, nesse exercício de aprimoramento de alguns detalhes que identificamos que precisam ser organizados para que a gente tenha uma reforma tributária à altura do pensamento que norteou, por exemplo...

Vejo aqui a presença do nosso querido Deputado Hauly, que tem uma vida dedicada a isso – parabenizo V. Exa. publicamente por isso –; do nosso grande Deputado Vitor Lippi, um grande parceiro de todas as horas em matéria de tecnologias – também agradeço muito, com o prestígio de V. Exa., por estar aqui hoje emprestando um pouco do tempo de V. Exa. nesse exercício de aprimoramento que nós das entidades de tecnologia organizamos.

Eu vou me limitar, rapidamente – talvez nem use todo o meu tempo, viu, Senador? –, a fazer alguns apontamentos que nós identificamos. O primeiro deles está aí na tela, é o art. 137,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incisos I e II. Nós precisamos, dentro desse exercício do que dispõe o art. 137, fazer com que os serviços de redução de alíquota estejam vinculados a toda uma cadeia produtiva e que não seja restritiva. Então, fazer com que esses ajustes de suprimir esses 20%, como o Sgobbi já falou aqui, com relação às restrições de cibersegurança – e aí também aproveitando um pouco da fala do Sgobbi, que me antecedeu e já fez esse apontamento –, me parece bastante salutar que a gente possa rever esse posicionamento para que a gente não crie, dentro do mercado de tecnologia da informação, elementos segregadores da competição, para que se possa trazer o melhor benefício que a tecnologia deve trazer para o exercício das mais variadas atividades econômicas que a gente tem.

Na sequência, Senador, a gente está pedindo a exclusão do inciso IV do art. 24 e vou dizer a V. Exa. o porquê. Veja, eu vou me deter um pouco mais nessa questão, até porque eu vou aproveitar um pouco da informação jurídica que tenho a respeito de um mecanismo sobre o qual é bastante interessante refletirmos nos últimos anos, da necessidade de alocarmos responsabilidades objetivas. E também faço isso, Senador, em prol do bom debate, porque me parece que podemos contar aqui, nesta Comissão de Assuntos Econômicos, com elementos bastante promissores no que diz respeito à discussão da responsabilidade.

Eu me arriscaria a dizer que desde o Código de Defesa do Consumidor, Deputado Vitor Lippi, a gente vem convivendo com o mecanismo de objetivação das responsabilidades e tirando, portanto, a perseguição da responsabilidade dos sujeitos que participam das mais variadas cadeias. Por acaso, aqui estamos falando de cadeia tributária, mas, em se tratando de cadeia de responsabilidades empresariais, consumo, a gente tem mais basicamente os mesmos problemas, que fica mais fácil. Objetivar a responsabilidade é mais fácil do que investigar a subjetividade daquele sujeito que comete atos ilícitos ou comete atos que violam regras tributárias.

E aqui me parece que houve distorções, aqui me parece que nós contamos com distorções porque estamos, mais uma vez, carreando para dentro do sistema tributário inovador, diante da simplicidade que carreia na sua essência, a objetividade dessas responsabilidades. Então, todo o mecanismo que faz com que os desenvolvedores se sub-roguem na responsabilidade dos exploradores desses mecanismos entregues para o mercado para fazer as tributações, precisamos colocar os seus devidos pingos nos “i”, precisamos colocar as devidas vírgulas nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

frases. Então, com essa analogia, Senador, me parece que a gente precisa rever a exclusão do art. 4º.

Na sequência, caso essa não seja a alternativa desenvolvida – ou seja, a exclusão do inciso –, me parece, portanto, que nós precisamos fazer uma adequação textual para fazer a restrição à subjetividade no que diz respeito à responsabilidade. Então, essa terceira sugestão, Senador, seria nós fazermos, portanto, essa adequação de incisos para que a gente possa contar com o mecanismo tributário que seja convidativo ao desenvolvimento de elementos tecnológicos que possam funcionar com a otimização do fluxo tributário que se candidata a ter mais aceitação social e aceitação mercadológica também.

Com relação à questão do art. 28, inciso I, do §2º, Deputado Vitor Lippi, aqui – e cito V. Exa., Deputado, porque nós já discutimos, inclusive, essa questão, que são os prazos de restituição de crédito tributário – me parece que, quando estávamos – para lembrar V. Exa. – discutindo isso na época das questões de emendas constitucionais, na época, o texto constitucional talvez não fosse o texto mais adequado para que nós fizéssemos, portanto, essa determinação de lapsos temporais de restituição de crédito. Fato é, Senador, que a gente tem uma realidade hoje de acúmulos de créditos muito elevados, principalmente nas cadeias produtivas de *software*, e a gente tem bastante dificuldade de ter o retorno da otimização e utilização desses créditos. Parece-me, portanto, que é importante que a gente fixe esses prazos com essas alterações que nós estamos sugerindo no art. 28.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO ALMEIDA – E, com relação ao mesmo art. 28, a gente propõe assegurar o princípio da neutralidade de maneira bastante expressiva, para que, quanto ao prazo sugerido anteriormente, a gente consiga estar contemplado nesse arcabouço de neutralidade tributária, garantindo como princípio da neutralidade, que já está norteando tudo ao dizer que todos os elementos que participam da cadeia produtiva e que geram crédito na cadeia produtiva vão receber os seus créditos naquele devido prazo.

Essa é a leitura, portanto, que nós estamos propondo na redação desse artigo, estendendo tão somente aquilo que a própria essência da reforma tributária traz para que possam todos, portanto, na cadeia produtiva, ter a extensão do crédito tributário. E, aí,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condicionando isso, assim como naquele artigo anterior, no art. 58 é a fixação dos prazos, porque são duas referências, uma principiológica, a outra operacional, dentro do texto do PLC. É a mesma explicação, a mesma essência dentro desse art. 58.

Senador Izalci, eu gostaria muito de agradecer a oportunidade de estar aqui em nome da Abes e em nome da Aarb, é uma satisfação grande. A nossa entidade tem mais de 20 anos de existência. As duas têm grandes contribuições a dar em matérias regulamentares naquilo que impacta a mão de obra, naquilo que impacta a regulamentação. E a gente definitivamente agradece a oportunidade de dar essas contribuições aqui no Senado da República.

Vou transmitir a V. Exa. aqui os textos todos já no modelo padrão, para que, caso V. Exa. compreenda contar no relatório – que sei que V. Exa. vai apresentar ao final das audiências –, aí também orientar a participação parlamentar de acordo com a sua batuta.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Marcos... Aliás, Marcelo.

Bem, convido agora o Gustavo Sipolatti – ele está no virtual –, que é o Presidente da Associação dos Procuradores do Estado do Espírito Santo. (*Pausa.*)

O SR. GUSTAVO SIPOLATTI (*Por videoconferência.*) – Estou sem o áudio...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está o.k., Gustavo.

O SR. GUSTAVO SIPOLATTI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado. Vou fazer aqui o compartilhamento da tela.

Senador, primeiramente quero agradecer enormemente, em nome da Anape, esta oportunidade – é uma honra, por parte da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, ter este momento de fala. Fui convocado na última sexta-feira, pelo nosso querido Presidente Vicente, para poder estar tentando colaborar com este importante projeto de nação que é a reforma tributária, que está sendo regulamentada por esse PLP 68. (*Pausa.*)

Não estou conseguindo passar aqui, deixem-me ver... Ah, passei!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As razões da reforma, apesar de o momento nosso ser um momento de divergência, as razões da reforma tributária, independentemente das posições individuais, são razões de consenso: uma carga elevada em consumo, uma distribuição desigual na tributação, um sistema complexo e um descumprimento das orientações judiciais. Então, esse PLP tem que ter este direcionamento: um direcionamento de reduzir a regressividade, dar transparência, simplificar e também gerar conformidade.

Nesse sentido, a gente faz a apresentação em quatros pontos, e os pontos a gente vai apresentar aqui para poder tentar gerar boas reflexões em relação a esse PLP 68.

O primeiro dos pontos é enaltecer o projeto de lei em relação ao art. 23. É uma dificuldade muito grande, tanto do Governo passado, com o Ministro Paulo Guedes, quanto do atual, com o Ministro Haddad, de responsabilizar as plataformas. Desde 1999, por meio de uma portaria do Ministério da Fazenda, o comércio e a indústria internacional vieram a ser colocados numa situação vantajosa em relação ao comércio e serviço e à indústria nacional. Então, assim, é uma erosão em relação a quem produz e a quem gera empregos aqui no Brasil que está conseguindo ser resolvida nesse momento.

E aí eu alerto os Senadores – eu sei do cuidado e da preocupação em relação ao nosso estado – do peso e do *lobby* dessas plataformas. O Relatório Oxford e o WZB, de Berlim, conseguiram identificar essa pressão em 38 países, demonstrando o trabalho de *lobby* feito em cima das instituições, da imprensa, de governos, inclusive manipulando a opinião pública no sentido de não tributar essas importações. Isso é uma distorção muito grande que vem sendo corrigida agora.

Outra questão que se coloca, e aí vai de um sentimento de ausência em relação ao PLP, é que o PLP deveria trazer um capítulo próprio de normas gerais. Ele deveria incorporar os princípios que foram trazidos aí no art. 145 da Constituição. Isso é uma novidade do direito tributário, é uma quebra de paradigma, e aí eu falo da simplicidade, transparência, justiça tributária, cooperação, defesa do meio ambiente e atenuação da regressividade. Esses mandamentos, Senadores, devem permear a atividade de todos os Poderes. Então, na definição desse PLP, em especial a atenuação da regressividade, dessa tributação sobre o consumo, sobre o serviço e sobre o comércio, a prioridade que é dada pela Constituição é para que esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

setores e a população sejam contemplados na distribuição da carga tributária, e a reforma, ao que tudo indica, direcionou a carga do setor de indústria e do setor financeiro para o comércio e serviço. Então, nessa situação, conforme mandamento constitucional, tem que ser buscado o equilíbrio.

Outra questão que tem que ser vista é: o direito tem muita dificuldade em lidar com as novidades, o direito costumeiramente olha pelo retrovisor e não pelo para-brisa. A gente vive um momento – não só o Brasil, mas o mundo todo – de revoluções, de insegurança, de incompreensão. Então, deveria conter também no PLP um dispositivo para que essas novas tecnologias, que vêm em especial do alienígena, do exterior, essas novas fontes de riquezas também possam ser tributadas. Então, eu acho que seria salutar um dispositivo falando do dever fundamental e solidário de todo mundo que pratica atividade econômica no Brasil em participar com o custeio do Estado e também dar flexibilidade em relação a essas inovações; nós não conseguimos compreender de que a substância para essas inovações, em termos gerais, deve prevalecer em relação à norma. Ao Estado têm que ser conferidos elementos para que possa tributar e dar uma distribuição justa da carga tributária, baixando essa alíquota que já é falada, não sei se é correto, como uma das maiores do mundo.

Eu só coloco como exemplo a atividade de gamificação – que já não é uma atividade tão nova –, que é a emissão de pontos por empresas aéreas, por empresas de tecnologia, por instituições financeiras, que, a meu ver, no art. 3º do PLP, não está sendo tributada. O que é gamificação? É essa emissão de pontos. Isso é paralelo à cunhagem de dinheiro. Então, assim, essas empresas conseguem fazer isso, têm uma representatividade econômica enorme, e eu entendo, na humilde opinião, que elas não serão tributadas e têm o dever de participar dessa divisão aí da carga, de sustentar o Estado.

E uma outra questão, uma última que vem, e ao final terão algumas propostas, é a questão de quem controla o leviatã, de quem controla o Estado. A nova matriz de riqueza que domina o mundo é a matriz de dados, superando a analógica, que era o capital. A gente vê que essas empresas de tecnologia, hoje em dia, Excelências, dominam o mundo: cinco empresas na bolsa americana têm o peso de todas as outras centenas de empresas. E o que acontece? No Brasil, está para se deflagrar a maior base de dados de que já se teve notícia. É um esforço conjunto de União, estados e municípios, mais instituições de tecnologia e instituições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeiras, que estarão captando 5 mil operações por segundo, isso com CPF, traduzindo o dia a dia de cada um de nós. No PLP, a não ser a questão do *cashback*, não é tratado como essa questão de coleta, armazenamento, produção de metadados vai ser regulamentada. Então, a pergunta que fica no ar é: quem controla o leviatã?

A gente precisa que a LGPD seja pensada em relação a esse futuro, isso para o bem da liberdade dos cidadãos brasileiros – se possível, só para complementar, o último eslaide – e também para a manutenção da nossa liberdade e privacidade. Os políticos têm sofrido muito com isso.

E, por fim, traço aqui quatro propostas, a gente traz quatro propostas que são propostas importantes nesse projeto de nação que se anuncia que vai durar um bom tempo e que precisa dar certo. A primeira delas é, já dito, de ampliação da aplicação da LGPD, dos seus princípios.

A segunda é que este Parlamento, esta Casa das Leis, consiga, diante dessa criação de estruturas, também ter uma estrutura que consiga traduzir para os Senadores e para os Deputados uma assessoria especializada que consiga facilitar a compreensão do direito tributário. Nós, que somos operadores do direito tributário, temos extremas dificuldades. Eu imagino o peso deste Parlamento de tentar entender e de tentar nesse colchão pequeno, nessa colcha, nesse lençol curto, atender setores e setores internos que estão sofrendo, setores aqueles que não tiveram voz na elaboração desse projeto. É necessário dar voz aos setores produtivos, e que aqui se fazem representados.

Então, como terceira proposta... A gente vê, tanto nesse PLP 68 quanto no PLP 108, a absoluta exclusão das instituições da sociedade e do setor produtivo desse órgão de poder, desse superórgão de poder tributário. Há uma concentração nunca antes vista de poderes legislativos, de poderes administrativos, de julgamento da maior base de dados que se tem história. Então, a nossa sociedade tem que participar, e a participação não é meramente opinativa. Os órgãos são complexos, têm diversos representantes da União, dos estados e dos municípios. E a sociedade tem que passar também a participar das decisões políticas, isso dentro da definição do que a gente precisa e observando o art. 145.

E, por fim, a lição não é nova, a lição é antiga, a advocacia pública já apresentou algumas propostas e ela quer que, pedindo, rogando, seja observada a Constituição, isso no sistema de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pesos e contrapesos, para poder também contrabalancear essa superestrutura de poder que se anuncia e que, humildemente, é muito difícil de saber e de prever o que o futuro nos trará.

Então, eu concluo dessa forma em relação a esse fenômeno hoje em dia que é a economia digital, a dificuldade de o Estado tributar e lidar com esses feudos tecnológicos. A gente vê que os efeitos são efeitos sociais, efeitos políticos incompreendidos. O Brasil não consegue lidar com isso, então nós precisamos evoluir. Agora, essa evolução não pode significar concentração de poder na mão de um. Essa evolução tem que ser legítima e com a participação da sociedade. Tem que ser pensada a tributação a partir da posição do cidadão, e isso para o bem da sociedade mais justa e fraterna.

Fico à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Gustavo.

Vou passar a palavra agora ao Marcos Flores, que é o nosso Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil.

O SR. MARCOS FLORES (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Senador, agradeço enormemente, mais uma vez, o convite.

Eu acredito que tem uma apresentação e vou pedir para segurar o tempo. Sete segundos é pouco. (*Risos.*)

Vamos, pelo menos, botar a apresentação no ar. (*Pausa.*)

O.k.

Bom, vou aproveitar o tempo enquanto a apresentação não sobe.

Essa reforma tributária tem algumas inovações muito interessantes. Vou tratar de algumas que não estão ali na apresentação. A gente troca a origem para o local de consumo de quem fica com o tributo, e me parece que, para o setor de serviços, isso é fundamental, principalmente para as empresas de informática. Onde fica o armazenamento de dados? Onde fica o anúncio do Google, do YouTube? Onde fica o *streamer* da Netflix? No Brasil ou fora? Vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pagar quanto de alíquota? Vai pagar para qual país? Com a reforma, não há dúvida: será para o local do consumidor. Então, a gente traz aqui uma competitividade para a nossa indústria tecnológica por conta da inovação da reforma.

Mais do que isso, quando a gente exporta hoje, mesmo que tenha aqui desoneração na exportação, desoneração na folha de pagamento, não é total. Não são todos os tributos que foram pagos durante toda a cadeia que são desonerados. Com a reforma, todos os tributos são totalmente desonerados, porque tudo aquilo que foi pago antes vem como crédito até chegar ao exportador e é totalmente devolvido para ele. E não é apenas do insumo direto, é do equipamento que ele comprou, é do investimento que fez, é do clipe, é do material de limpeza que a empresa de *software* gastou. Então, a desoneração na exportação e o aumento da competitividade do nosso setor de serviço tecnológico são muito maiores com a reforma do que sem a reforma.

Além disso, a reforma está alinhada com aquilo que a OCDE recomenda para todas as administrações tributárias mundiais.

Eu vou pedir desculpa aqui para alguns que já estavam uma semana atrás, porque alguns eslaides são os mesmos, mas não todos, tá?

A reforma tributária faz com que a administração tributária, o sistema tributário seja aderente ao sistema natural do contribuinte. Então, a necessidade do ERP, que vai continuar sendo necessário para fins de gestão, é muito menor, porque vem do sistema natural, não precisa fazer uma escrituração à parte para calcular. É simples. Emitiu nota? Tem débito. Pagou? Tem crédito. Não pagou? Não tem.

No sistema atual, no sistema escritural, é extremamente complicado, e nós vamos ver isso rapidamente depois.

Gente, falando em inovação, vamos voltar para 1965. Olha só: quando a gente estava na vanguarda mundial do IVA, que inovação tinha? A alíquota do imposto é uniforme para todas as mercadorias e o imposto é não cumulativo. Depois, veio a guerra fiscal, a gente desfigurou isso e precisou de reforma, mas essa inovação de 1965 a gente precisa buscar. Não adianta aumentar os 23 anexos que o PLP já tem, as 80 páginas de regime especial diferenciado, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apuração específica, porque vai ficar mais complicado. A gente volta para o passado ao tentar resolver problemas setoriais via legislação tributária. Aí é outra legislação, mas não a tributária.

Esta é a grande novidade da reforma: o crédito deixa de ser escritural, o crédito é financeiro. Então, pagou? Tem crédito. Não pagou? Não tem crédito.

Eu pergunto: vocês conseguem saber de cabeça qual é o crédito de cada produto, de cada segmento econômico, considerando subsídios, subvenções, crédito prêmio, crédito presumido, crédito estimado, como ocorreu o pagamento, qual é o benefício fiscal de cada estado e município? Gente, nem sendo especialista para saber de cabeça. Tem que mergulhar em várias e várias leis.

O que a reforma nos traz? Algo extremamente simples, que qualquer pessoa pode entender. Qual é o valor destacado na nota? Foi R$26? Foi R$28? Foram pagos os R$26? Foram pagos os R$28? Foram. Então o crédito é de R$26, o crédito é de R$28. Ah, não, não foram pagos R$28, foram pagos R$14. O crédito é de R$14. É simples, é de uma simplicidade enorme.

E a inovação não precisa ser complexa. É simples. O simples é a inovação. Não é o regime do Simples Nacional, é essa simplicidade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS FLORES – É como ele nasceu. Se nós mantivermos aqui, conseguirmos reduzir as exceções ou não as deixarmos crescer, nós teremos esse benefício a ser colhido.

E o Sebrae já disse que a melhor coisa para micro e pequena empresa é ela utilizar o *split payment*. Então, eu não tenho medo nenhum de os empresários, de as empresas de *software* terem o *split payment*. Isso vai facilitar a vida delas. Aliás, isso não é nem tão inovação assim, não é? Ifood, Magazine Luiza e tantas outras mais já usam. Estou dizendo o que está no *site* do Sebrae; não sou eu, não.

Tem várias formas de *split*. Eu vou passar voando devido ao tempo. A gente pode ter um *split* inteligente, em que o sistema vai ver se o contribuinte tem débito ou não tem débito, precisa fazer *split* ou não precisa fazer *split*. Vai ter um sistema inteligente também que olha na nota fiscal quais são os produtos, a alíquota de cada um e faz o *split* no valor da nota. Ou vamos começar por algo mais simples: o mesmo valor, pode ser 26,5 ou 27,99 para todas as transações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ou por atividade econômica, como papelaria, livraria, que tem muito produto isento, livros e revistas. Então, não faz sentido ser 26,5, já faz pela média aqui, faz 14. Isso é possível. Não estou dizendo que são essas alíquotas. Ou, em último caso, o *split* manual. Vou pagar em dinheiro, quero ficar com o crédito do meu fornecedor. Eu mesmo vou lá e recolho a contribuição, recolho o tributo. Isso é muito tranquilo, é uma última opção.

Isso só é possível no Brasil porque nós temos nota fiscal eletrônica de quase tudo – tá? –, o que não é a realidade no restante do mundo. Vá à Europa, compra um pãozinho na padaria e vê se tem nota fiscal eletrônica. No Brasil tem, um cupom fiscal, já está lá, não precisa correr atrás.

Mas o PLP traz a obrigação de os Fiscos federal, estadual e municipal trocarem informações. Isso vai permitir declaração pré-preenchida, auxílio na apuração do tributo.

Para a empresa do Simples, que hoje tem que preencher o PGDAS-D, vai ter PGDAS-D pré-preenchido. CBS e IBS o contribuinte não vai precisar apurar, vai ser apurado.

Aqui é só PowerPoint, ainda não está pronto, não, mas olha lá um exemplo da apuração do crédito. Tem três notas fiscais: a primeira pagou o tributo, tem crédito; a segunda pagou parcialmente, pagou a metade, foi uma venda em duas prestações, tem crédito só da metade; a terceira não está paga, não tem crédito. Não tem aqui uma complexidade de escrituração, contabilidade. A administração tributária vai entregar isso pronto, seja a página na internet, seja API, para o contador poder baixar e fazer as suas verificações.

Claro que não vai matar o ARP. Os sistemas de gestão vão continuar existindo por motivos de gestão, mas não precisa mais para apurar o tributo. Vamos simplificar! Para que complicar isso?

Opa, aqui pulou!

Ah, tem um risco, sim. No PLP, do jeito que está a ciência por domicílio tributário eletrônico, se o contribuinte não abrir a correspondência, tem que mandar uma carta pelos Correios ou edital. Aqui a gente volta para o mundo do papel. Isto aqui seria muito interessante corrigir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, se nós queremos dar benefícios para a sociedade, a melhor forma é o *cashback*, ele é focalizado, vai em que precisa do benefício. Algumas pequenas diferenciações por itens básicos: vou dar isenção para carne, para cesta básica. Ajuda, mas ele já começa a escapar do alvo, porque rico também come arroz, mas não é só o arroz barato: arroz negro, arroz arbóreo, arroz vermelho...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS FLORES – ... e não sei mais quantos arrozes tem, que são muito mais caros. A gente começa a dar benefício para quem não seria o alvo.

Quando a gente dá diferenciações amplas – essa para esse setor, essa para esse segmento, essa para essa situação –, é pior; a gente perde o alvo, perde o foco, espalha benefícios para todo mundo e volta para aquele manicômio. Perde aquela grande inovação de 1965, que era a alíquota única.

Opa! Acho que eu apaguei aqui.

Apenas 13% das reduções de alíquotas vão para o bolso do consumidor – o *link* traz o estudo da FGV –; e 87% ficam na cadeia. Se a gente quer realmente dar benefício, redução de alíquota não é a melhor forma. Mais do que isso, em 15 segundos: não apenas o Brasil, mas México, Colômbia e Chile já têm estudos de que redução de alíquota não vai para as famílias que precisam, não vai para o trabalhador; é capturado pela parcela mais rica.

Último eslaide, simulação aqui de quando a alíquota ainda estava em 25%. O impacto é muito maior nas famílias mais pobres quando a gente tem *cashback* e não sobe tanto a alíquota, quando a gente tem alíquotas diferenciadas por setor, por segmento. As famílias mais pobres não vivem isso. A gente dá o benefício maior para toda... A gente complica o sistema e não dá para aqueles que realmente necessitam.

Então, o grande apelo que eu faço é: vamos manter simples; não vamos complicar. Se a gente complicar, com exceção, a gente perde toda a inovação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem, Marcos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra agora ao Jonathan Barros Vita, que é Mestre e Doutor em Direito pela PUC de São Paulo, também com especialização em Direito Tributário em Milão, na Itália. Muito bem, Jonathan!

O SR. JONATHAN BARROS VITA (Para expor.) – Muito bem. O microfone está funcionando? O copo estava exatamente na frente. Agora está.

Olá a todas e todos.

Eu queria dizer, Senador Izalci, que é um grande prazer retornar a esta Casa, a convite sempre da Comissão de Assuntos Econômicos, mas faço um agradecimento especial ao Senador Efraim Morais, que tem me possibilitado participar durante todo esse processo da reforma tributária.

Estive aqui no momento da apresentação da emenda constitucional, estive também no grupo de trabalho destinado à discussão sobre o contencioso e volto aqui para falar nesta mesa sobre tecnologia e inovação. Então, agradeço a ele, agradeço a toda a assessoria na pessoa do Daniel, da Flávia, que sempre nos recebem e passam esses pleitos.

Eu acho que a gente precisa entender uma coisa: o jogo da emenda constitucional foi jogado. A gente tem balizas claras dos incentivos, dos desincentivos, e o que a gente precisa é dar tecnicidade e operacionalidade ao texto – é isso que a gente precisa fazer. Eu venho aqui muito tranquilo como um técnico do direito tributário, como um estudioso do direito tributário e, obviamente, da sua relação com as tecnologias, para justamente tentar dar essa clareza de que o texto precisa.

Dentro dessa perspectiva, o que a gente precisa fazer é, primeiro, entender como a tecnologia vai fazer essa ponte. O Deputado Hauly está aqui e sabe muito bem que o IVA é um tributo do século passado. E como a gente tem a chave para levar esse tributo do passado para o futuro? Com o *split payment*, com novas tecnologias, com um grande grau de tecnologia aplicada aos arranjos de pagamento e dentro das administrações tributárias. Quando falam que o *split payment* não funcionou, por exemplo, na Polônia, isso é algo que me causa um pouco de espécie, porque os sistemas de desenvolvimento de notas fiscais eletrônicas na Europa distam pelo menos 15 anos em relação aos sistemas que a gente já tem no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dentro dessa perspectiva, o que a gente precisa entender é, um, dentro do funcionamento do *split payment*, que tipos de incentivos a gente precisa dar para uma adoção rápida e com esse processo colaborativo entre Fisco e contribuinte? Porque um dos grandes pontos aqui – e me parece que todas as apresentações da mesa passam por isso – é a questão da desconfiança. A gente tem desconfiança em relação ao Fisco. E talvez a reforma tributária seja esse momento que permita essa pacificação entre Fisco e contribuinte. As várias críticas que existem aqui à necessidade do recolhimento prévio vêm de uma desconfiança de que o Fisco não vai devolver o dinheiro dentro do prazo acordado. A desconfiança que existe em relação à apropriação dos créditos e a essa transferência do encargo para os contribuintes fiscalizarem os seus próprios fornecedores também é fruto da desconfiança, nesse caso, não dos contribuintes em relação ao Fisco, mas do Fisco em relação aos contribuintes. Então, o *split payment* está exatamente nesse meio para permitir isso.

Agora, quem precisa dialogar para permitir a operação correta do *split payment*? As empresas de arranjo de pagamentos, os bancos, as empresas financeiras, são esses que vão permitir essa operacionalização. E somente com essas empresas, e tratando todas essas empresas de uma maneira linear, é que a gente vai na prática permitir que o sistema funcione, porque, quando a gente tem assimetrias de tratamento entre os sistemas de pagamento e os arranjos de pagamento, começa a haver aquela fuga clássica: se a gente fecha uma porta aqui e cria o *split payment* de um lado; do outro lado, as pessoas vão começar a trabalhar mais com dinheiro.

Se você fecha no cartão de crédito, começam a trabalhar com o cartão de débito. Se fecha no Pix, começa a ter TED e transferências bancárias por outros meios.

Então, a gente precisa ter, primeiro, uma garantia no texto do PLP 68 – e apresentarei a emenda em relação a isso –, de neutralidade entre os arranjos de pagamento e obrigatoriedade para todos. Segundo, a gente precisa ter um incentivo às empresas que farão a implementação desses sistemas. E digo com tranquilidade: sou uma pessoa bastante reservada em relação a incentivos fiscais, mas esse é um momento em que, sem a participação das empresas financeiras e sem a participação das empresas de tecnologia, com um mínimo de incentivo, a gente não consegue que esse custo seja transferido integralmente para o setor privado sem ter um mínimo de contrapartida do poder público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vive um momento de transição, e, neste momento de transição, isso, necessariamente, deverá ser feito, sob pena de não haver o desenvolvimento na velocidade que a gente deseja e a operacionalização do *split payment* seja executada.

Segundo ponto, também importante: a gente ainda tem, e isso é uma tecla que joga contra mim mesmo, eu tenho um livro sobre IOF, mas eu acho que está no momento – e acho que foi o Renato que disse aqui, à mesa – em que toda tributação tem de ser vista em conjunto. Ou seja: não é só o IBS e a CBS aqui. Tributação de folha de pagamentos, Imposto de Renda e, nesse caso aqui, o IOF, que precisa... A gente precisa repensar o IOF e saber se ainda existe a necessidade do IOF, já que, inclusive, o Brasil assumiu compromissos internacionais na OCDE para a extinção de grande parcela do IOF.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. JONATHAN BARROS VITA – É, o IOF tem vários problemas...

Claro, de novo: eu estou jogando contra mim mesmo, porque eu vou pegar meu livro, queimar e, como disse o Deputado Hauly, jogar no mármore do inferno.

Mas, enfim, por enquanto, acho que a gente precisa repensá-lo definitivamente, já que o IBS e a CBS vão incidir também sobre serviços financeiros, e aí, sim, vai haver uma dupla incidência, sem esse creditamento cruzado, gerando uma cumulatividade.

Um outro ponto importante da inovação tecnológica e que eu acho que foi muito bem ressaltado pelo Sergio aqui, o Sgobbi, é a questão da internacionalização das empresas que participam da inovação tecnológica. A gente tem empresas nacionais valorosas, mas grande parte dos serviços digitais são serviços prestados por empresas internacionais ou estrangeiras, e a gente precisa alterar o art. 11, alterar o art. 15, para corretamente identificar o que é o estabelecimento prestador, quem é o sujeito que recebe esse serviço, já que a gente tem uma tributação no destino, sob pena de a gente viver o mesmo paradoxo que a gente vive no PIS e a Cofins, que diz: "Ah, se o sujeito prestador é estrangeiro, o serviço foi exportado – ou foi importado". E a gente precisa repensar isso e saber em quais condições e em quais situações há uma efetiva importação ou exportação de serviços.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JONATHAN BARROS VITA – Dentro dessa perspectiva, a gente precisa alterar o art. 63, precisa alterar o art. 84, do PLP, já na nova numeração, e estabelecer pelo menos – e esta foi uma sugestão que eu fiz à Câmara, o Deputado Hauly estava lá, e que farei novamente ao Senado – que a gente precisa ter uma lista guia para a gente ter exemplos do que são serviços importados ou exportados para que, a partir daí, o contribuinte possa se adequar. E isso é aplicável a serviços financeiros, isso é aplicável a serviços de pesquisa, isso é aplicável a serviços de *marketing*. Esses serviços são relevantes dentro da inovação.

Eu prometo que acabo dentro do prazo.

Então, dentro desse contexto, a gente precisa pensar e ajudar o contribuinte com uma legislação que seja amigável. Não adianta a gente ter uma legislação que parta de princípios altamente abrangentes quando o contribuinte tem dúvidas sobre sua interpretação. Então, quando a gente diz: olhe, nessa situação, você faz um parecer para o exterior, você vai ter ou não uma exportação de serviços? Quando você tem uma pesquisa que é realizada no território nacional e em outros lugares do mundo concomitantemente, a gente tem ou não exportação? Para os serviços financeiros, me parece que a gente tem alguma regra que ajuda nisso, mas, para os demais serviços, principalmente os serviços tecnológicos, a gente não tem regra nenhuma.

Fico aqui muito agradecido pelo tempo e pela possibilidade de participar novamente da Comissão de Assuntos Econômicos e fico à disposição. Inclusive, Senador, já me coloco à disposição para as discussões sobre o PLP 108, que irá chegar, com certeza, a esta Casa, e também farei todas as emendas de tudo que eu falei objetivamente, já naquele modelinho, até esta sexta-feira.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Jonathan.

Passo imediatamente, então, para o Dr. Miguel.

O SR. MIGUEL ABUHAB (Para expor.) – Quero agradecer o convite para participar deste evento. Muito obrigado ao Senador por considerar nosso nome, por referência ainda do ex-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Roberto Rocha, com quem eu trabalhei muito em relação à antiga PEC 110, e também ao Hauly, que tanto tem contribuído e tem nos apoiado nesse projeto.

Eu queria, até mesmo antes de começar minha apresentação... Tendo ouvido todos os palestrantes, parece que o conceito é o ótimo local e o ótimo global. Toda vez que nós definimos um espaço e queremos fazer desse espaço o nosso ótimo local, nós estamos gerando efeitos indesejáveis fora desse espaço. Portanto, o ótimo global não é a soma de muitos ótimos locais. Nós aqui, com a reforma tributária, estamos querendo construir alguma coisa muito maior. Então, dá para entender que, em muitas das apresentações, nós temos uma *pizza* brotinho, temos que dividi-la em muito pedaços e que, se eu ficar com um pedaço maior, alguém vai perder do outro lado. Essa é a sensação que eu tenho.

A reforma tributária nos oferece uma *pizza* muito maior, são muitos os benefícios que ela vai trazer para o nosso país, para a nossa economia, para podermos todos ganhar, e não porque nós vamos ganhar o pedaço do outro. Nós, empresas de serviço, fazemos parte da cadeia de valor, então, não adianta isolar serviço e falar "eu quero beneficiar só o serviço', porque as empresas de serviço têm como grandes clientes as indústrias, o pessoal que exporta; o serviço, isoladamente, é muito mais difícil de exportar.

Então acho que esse é um princípio que todos nós devemos ter, para, de fato, aprovarmos uma legislação, uma reforma tributária que seja o ótimo global, que as empresas se unam e que a gente possa evoluir com a economia.

Bom, o modelo que eu trago e que... (*Pausa.*)

Está legal. Tem ponteiro ali? Mas tudo bem.

Então esse modelo... Na verdade, eu estou nesse processo já há uns 20 anos, e a ideia era fazer uma integração entre os documentos fiscais e os documentos de cobrança, a liquidação. E, para isso, eu lancei meu livro lá atrás, em 2017, onde exatamente lançamos esse conceito que hoje está sendo chamado de *split*. Então os impostos são apurados automaticamente, o recolhimento é automático na liquidação financeira e as transações bancárias possuem...

Bom, aqui nós temos uma apresentação onde nós mostramos o que a gente chama de árvore da realidade futura. O que temos é uma sequência de causas e efeitos, mas, lá embaixo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os sistemas bancário e fiscal integrados e conectados é que vão eliminar todos os efeitos indesejados que nós temos na nossa economia. Em estudos anteriores, até pelo próprio Hauly, que tanto nos ajuda com o "datahauly", a gente falava que, se nós combatermos fraude, sonegação, informalidade, nós temos cerca de R$1 trilhão ao ano que não chega aos cofres públicos. Então a simples integração entre os documentos fiscais com os documentos bancários, documentos de pagamento, vai eliminar muito desses efeitos.

Bom, nós temos a *timeline* da reforma tributária: começaria em 2026 a ter uma pequena cobrança de 1%. Eu entendo que a boa notícia é que com a eliminação de fraudes, de sonegação, etc., com a integração, a vinculação entre o documento fiscal e o documento de liquidação, os benefícios já começam a aparecer, Sr. Senador, a partir do primeiro instante da vinculação entre os dois documentos. Não é que o benefício vai aparecer daqui a oito anos; no instante em que houver essa vinculação entre os documentos, os benefícios já começam a aparecer.

E eu queria sugerir que a vinculação dos documentos fiscais e a operação financeira seja feita, e, com os meus colegas de *software,* que a gente consiga antecipar o desenvolvimento desse sistema, que é muito simples.

Já fizemos em outras reformas coisas muito mais agressivas, mas que isso seja feito já, a partir de julho de 2025, como obrigação acessória. Não será cobrado nenhum tributo, mas as empresas de *software* estarão preparadas, já com todo o sistema funcionando, seis meses antes, e já teremos a vinculação entre o documento fiscal e financeiro.

Bom, talvez aqui, agora, esteja a coisa mais importante para a qual eu quero chamar a atenção: o que nós queremos de toda a reforma, afinal, todas as alíquotas de que nós falamos e tudo que foi discutido na Câmara foi para proteger o consumidor de baixa renda. Nós temos um conflito e o conflito é: reduzir as alíquotas dos produtos de necessidade básica ou não reduzir as alíquotas dos produtos de necessidade básica? É tão simples quanto isso. Esse é o nosso maior conflito, que deu origem a tantas discussões.

Então, qual é a necessidade que nós atendemos ao reduzir as alíquotas dos produtos de necessidade básica? Proteger o consumidor de baixa renda. E qual é a necessidade de não reduzir a alíquota? Minimizar a alíquota base. Então, nós temos um conflito: queremos reduzir a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

alíquota base ou queremos proteger o consumidor de baixa renda? Nós queremos os dois. Se conseguirmos atender as duas necessidades, nós teremos uma otimização da política tributária com justiça social.

Agora, aqui nós partimos de um pressuposto errôneo. Partimos do pressuposto de que, para proteger o consumidor de baixa renda, é necessário reduzir a alíquota dos produtos de necessidade básica para todos os consumidores, o que não é verdade. A proposta é que a gente ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MIGUEL ABUHAB – ... mantenha o nível atual e a devolução será apenas para os consumidores de baixa renda através do *cashback*. Enfim, a devolução dos impostos dos produtos de necessidade básica para os consumidores de baixa renda será através da tecnologia de *cashback*, ou seja, somente... Tudo que foi discutido em termos de redução seria aplicado exclusivamente para os consumidores de baixa renda, inclusive serviços de informática, mas para os consumidores que estão no CadÚnico.

Eu tenho mais um tema aqui. Vou pedir mais um ou dois minutos, por favor.

Falamos sobre tecnologia – talvez até eu vá responder a alguma das questões formuladas anteriormente, Sr. Senador. Eu fui consultado por diversos Senadores, enfim, por um pessoal que eu sei que, inclusive, votou contra a reforma tributária por entender que não haveria transparência no comitê gestor. Então eu quero lembrar – estão aqui os nossos colegas de tecnologia, e nós estamos falando de tecnologia –, que hoje temos a tecnologia de *blockchain*.

O *blockchain* é para transparência. Então, como o comitê gestor vai executar, a única coisa que não se tem certeza é de que o comitê gestor está de fato executando como foi previsto na legislação. Então, no conceito de *blockchain*, no conceito que a gente chama de contrato inteligente ou *smart contract*, consta que os programas-fontes são replicados em vários nós. E, em tendo os programas-fontes replicados nos diversos estados e nos municípios, todos os estados e municípios têm certeza de que aquilo que está sendo distribuído, aquilo que está sendo executado é de fato o que está previsto na legislação. E esse programa-fonte somente será alterado quando houver consenso de todos os nós que estão na rede, ou de acordo com a legislação superior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa tecnologia é muito importante para dar a transparência e para que os municípios, estados, etc. entendam que todo aquele receio: será que está sendo feito... Será que estão distribuindo, será... Então, a execução é feita por esses programas cujo programa-fonte está disponibilizado para estados e municípios

Então, a sugestão é que para os programas de distribuição das receitas pelo comitê gestor, seja utilizada a tecnologia de *smart contract* ou contrato inteligente.

Basicamente é isso que eu tinha. Muito obrigado, Sr. Senador, obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Dr. Miguel.

Eu convido aqui para assumir também o último expositor, o nosso querido Fellipe Guerra.

Na medida do possível, eu estou colocando em todas as audiências os contadores, que são quem vai colocar a mão na massa de tudo isso, não é?

Fellipe, faz o favor.

O SR. JONATHAN BARROS VITA – Senador, eu não posso esquecer – da outra vez a gente conversou isso – de que eu sou contador também, não só de histórias, mas além de advogado, sou contador também.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O Fellipe Guerra representa aqui o Conselho Federal de Contabilidade.

O SR. FELLIPE GUERRA (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde, Senador Izalci. Boa tarde a todos que participam dessa audiência pública.

Estou feliz e honrado em novamente poder estar aqui contribuindo com essa discussão tão importante para o nosso país, Senador, e estando aqui hoje participando dessa discussão, eu estava bastante ansioso para vê-la, porque a parte de inovação e tecnologia, sem dúvidas, seja talvez a parte mais relevante para implementação de tudo aquilo que está sendo proposto no texto da reforma tributária. Eu confesso que fico um pouco apreensivo e vou fazer aqui algumas ponderações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A apresentação não chegou ali para o pessoal, mas eu vou apenas abri-la aqui para não esquecer nenhum ponto mais relevante, certo? Mas vamos lá, Senador e todos os demais presentes.

Uma preocupação que o Senador Izalci sempre tem colocado e que eu acredito ser extremamente pertinente é que nós não podemos ficar somente no âmbito das conjecturas, trabalhando somente com aquilo que seria o universo e o cenário ideal. Nós precisamos sempre buscar trazer aquilo para a operacionalização prática, o que de fato é possível de ser implementado.

Ao ouvir algumas falas, principalmente a do Sr. Marcos, a do Jonathan também, elas me trazem uma preocupação, porque, conhecendo o cenário da operacionalização prática das micro e pequenas empresas e de tudo aquilo com que os profissionais da contabilidade têm que lidar no seu dia a dia, ele é completamente destoante da expectativa que está sendo gerada.

Hoje nós temos um modelo em que o *input* de dados acontece através de documentos fiscais eletrônicos; o processamento dentro dos ERPs, dentro dos *softwares* que as empresas possuem para fazer as suas gestões dos tributos e das suas operações financeiras, e, a partir disso, o contribuinte apura e paga os seus tributos. Esse modelo já é extremamente complexo.

Se nós formos às micro e pequenas empresas hoje, muitas delas emitem documentos fiscais eletrônicos errados. Por quê? Porque você imagina um microempreendedor, cuja nota fiscal eletrônica pergunte a ele qual é o CST de PIS/Cofins, de ICMS, IPI, NCM, código especificador de substituição tributária, desconto mínimo, desconto máximo por produto, código do produto, unidade de medida... Então, já é um nível de complexidade significativo. E aí nós estamos desenhando um modelo em que o *input* acontece no documento eletrônico, o processamento na base de dados do Fisco, e ele dá um *output* da apuração. No entanto, nesse mesmo sistema, que, dentro da nossa expectativa, funcionará perfeitamente para as 22 milhões de empresas do país, o e-CAC deixa de funcionar várias vezes ao longo do mês, quando o contador está no seu dia a dia trabalhando. Todos os anos, quando está no prazo de envio da ECD – e são um 1,5 milhão de empresas apenas que enviam –, nos últimos dias tem instabilidade para envio. Saíram várias versões do programa na última semana, no último ano;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saíram sete versões na última semana. Então, como é que a gente pode ter uma expectativa de que isso funcionará tudo perfeitamente, às mil maravilhas, dentro de um modelo de *split payment* para todos os contribuintes e para todas as operações, se hoje o básico daquilo que não tem um nível de complexidade – complexidade que eu digo tecnológica, em comparação àquilo que se espera ter – não está funcionando perfeitamente? Então, essa é uma preocupação muito pertinente e prática.

Lá no art. 51 em diante, do PLP, que trata do *split payment*, se nós pegarmos a experiência internacional com relação a isso – e eu não vou me deter à questão de fluxo de caixa, que mencionam a respeito dos impactos, eu quero me deter, única e exclusivamente, ao alto custo de manutenção desse *software,* ao alto custo de manutenção dessa ferramenta –, se hoje nós nos deparamos com uma realidade em que, muitas vezes, o Serpro se vê com limitações orçamentárias para atender às necessidades dos contribuintes de forma geral, imagina para manter todo esse arcabouço tecnológico funcionando em perfeita harmonia, sincronizado, entregando para o contribuinte aquilo que é a expectativa de ser entregue? Então, essa é uma preocupação pertinente, e eu gostaria muito que a gente conseguisse traduzir na prática, no texto.

É porque – repito, Senador – é aquilo que eu falei na última audiência que tive a oportunidade de participar: em vários momentos, ao ouvir as falas e ler o texto, parece-nos que está sendo pedido um voto de confiança – e aí o Jonathan falou sobre isso, não é?, da confiança de ambos os lados –, mas o voto de confiança é de que? "Olha, apesar de o texto estar dizendo isso e de você ainda não conseguir enxergar a materialização disso na prática, acredite que vai dar certo." Só que, até que ponto, nós vamos conseguir chegar à implementação de um modelo ideal só trabalhando com essa questão de expectativa?

Eu vi lá um modelo de pré-apuração muito bonito. De fato, se aquilo ali realmente funcionar, vai nos atender. Mas repito: nós estamos falando da mesma linha de processamento e tecnologia em que o e–CAC deixa de funcionar várias vezes ou apresenta instabilidade quase todos os meses.

Então, qual foi a sugestão 1 que nós buscamos trazer com relação ao *split payment*?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós buscamos trazer em relação ao *split payment*, semelhante ao que acontece em outros países onde o *split payment* funciona: que ele seja para um grupo, pelo menos inicialmente, de grandes empresas ou de determinadas operações. Até foi mencionado isso sobre algumas atividades terem ou não terem, se se justifica ter o *split payment* para umas e para outras não, então seria um primeiro ponto.

Segundo, com relação à escrituração pré-preenchida. Se hoje a escrituração pré-preenchida fosse feita com base nos documentos fiscais eletrônicos emitidos, eu arrisco dizer que a maior parte delas estariam erradas, porque a maior parte das empresas, repito, estão emitindo documentos fiscais eletrônicos muitas vezes errados. E quem corrige esse documento é o contador, na hora de fazer escrituração. Por quê? Você imagina, como eu disse, que a pequena empresa não tem dentro do seu rol de recursos humanos especialistas tributários parametrizando sistema, não tem infraestrutura tecnológica tão moderna, tão robusta, então ela utiliza a ferramenta que cabe dentro do seu orçamento. Então a maioria dos documentos fiscais eletrônicos provavelmente estariam errados e as escriturações provavelmente estariam erradas na sua apuração final.

Hoje, se você emite documento errado e faz escrituração errada, você é punido. Existem multas altíssimas, que, muitas vezes, têm um caráter até mais arrecadatório do que de correção do *compliance* fiscal. E aí, qual vai ser o cenário? Nós vamos criar uma indústria de penalização para os contribuintes que emitirem documentos errados ou que não conseguirem aderir 100% à nova modalidade? Então, essa é uma preocupação pertinente, uma preocupação que também já externei na participação anterior da classe contábil.

Homologação, teste. Saiu uma nota técnica do Encat dando a orientação de que quem fornece *software* para a administração tributária e também para os contribuintes deveria disponibilizar um ambiente de homologação até 1º de outubro de 2025, três meses antes do início da fase de testes. Ou seja, nós teríamos para testar três meses – três meses! Ah, mas 2026 também é de teste! Tudo bem, mas vai ter recolhimento, vai ter cobrança, vai ter compensação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE GUERRA – Então é importante a gente reforçar esses pontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para finalizar, eu acredito que são requisitos importantes, quando a gente pensa na questão tecnológica da reforma, que a tecnologia seja usada para eliminar as redundâncias atuais. Hoje o contribuinte informa a sua receita no documento eletrônico, no Sped fiscal, na EFD Contribuições, no Sped contábil, no Sped ECF, e é a mesma informação. Então, eliminar redundâncias.

Diminuir essa máquina de penalização do contribuinte, que tira o sono do contribuinte e também dos profissionais que acabam prestando serviço para essas empresas; promover simplificação de rotinas. É importante destacar que, quando o Sped foi criado, foi prometido que tudo seria mais simples, mas nós saímos de modelos que eram extremamente sintéticos para escriturações que são profundamente analíticas. Então você imagina: antes tinha uma Dacon, que era uma declaração em que se informava o PIS e a Cofins...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE GUERRA – ... com poucos dados, enquanto a EFD Contribuições pede uma quantidade enorme de informações de modo muito detalhado e analítico, o que acaba dificultando o cumprimento por parte dos contribuintes. Então, é importante que haja simplificação das rotinas, é importante que haja segurança dos dados por parte dos contribuintes e também por parte da administração tributária, e que a tecnologia seja utilizada não só com o viés de arrecadar mais, mas também para proporcionar um ambiente melhor para o contribuinte. Por que a tecnologia, hoje, já não é empregada para identificar quando um contribuinte paga um tributo indevidamente a maior, e já o ressarce com velocidade? Mas, para cobrar, é sempre muito útil.

Então, eu acredito que esses sejam os pontos importantes a serem endereçados aqui nessa discussão. Nós vamos, mais uma vez, enviar os textos das emendas necessárias para complementar esses ajustes finos que são necessários fazer no texto ainda. Mas nós não podemos, como o Senador Izalci sempre fala, sair daqui somente imaginando um universo maravilhoso, mas que não tem aplicabilidade prática.

Era isso, Senador. Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E olha que eu não combinei nada, viu? Não combinei nada com o Felipe. Só que a gente conhece o mundo real. Agora mesmo, mês passado, saiu uma nova obrigação acessória, a Dirb, dando aí um mês para ser entregue, praticamente, com multas, e que quem vai pagar a conta são os contadores. Porque, na última informação que foi feita aqui, levamos cinco anos para aprovar uma lei, e a culpa era do Governo para poder perdoar, isentar as multas, que não tinha multa, inclusive, no manual da Caixa Econômica. Então, essa é a diferença. A gente precisa conhecer o mundo real.

E aí, vamos dar oportunidade para o nosso representante da Receita Federal; que a gente sabe, quem está lá na ponta sabe, cara, que tem problema toda hora e cai toda hora. Não é esse negócio bacana, bonito, que está aí. A gente precisa reconhecer. Agora, eu vi aqui o Miguel, acertadamente, tecnicamente, é isso mesmo: poderia começar com uma obrigação acessória; agora, não dá para punir, porque quem faz essas obrigações são os contadores. Os contadores são escravos do Governo. Não recebem nada. Quem ganha dinheiro são os advogados tributaristas – isso sim –, pela complexidade. E eu falo sempre aqui: "Eu sou contador, estou Senador". Por isso, que é importante a participação dos contadores neste debate, porque há uma diferença muito grande entre a teoria e a prática.

Bem, eu vou passar uma rodada rápida de considerações, porque nós vamos começar a Ordem do Dia daqui a pouco. Para quem tiver alguma consideração com relação a isso...

Eu vou passar novamente aqui para o Renato. Renato, alguma consideração final? Já agradeço a presença de cada um de vocês.

O SR. RENATO MATOS ROLL (Para expor.) – Claro. Novamente, obrigado, Senador. Acho muito importante a gente voltar a esta Casa para falar desse assunto e buscar os aprimoramentos necessários com relação à reforma tributária. Lembramos que esse contexto é visto para o setor de tecnologia da informação como um contexto mais amplo, em que a gente tem mudanças de tributação não só aqui com relação ao consumo, mas também vindo da renda, do trabalho e de tudo que está envolvendo isso, e da dinâmica do setor, de como estão sendo promovidos esses incentivos ao investimento no setor.

Acho importante a gente lembrar também que, com relação à reforma tributária, 75% das empresas do setor de TI estão no Simples Nacional e, se elas não vão ser impactadas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elevação de alíquotas, elas vão ser impactadas ao não poderem compensar os tributos relacionados aos bens que vão adquirir, que vão estar com o preço mais elevado na expectativa de que sejam abatidos.

Um ponto também importante é que a mão de obra corresponde a 70% a 80% do custo do preço final dos produtos e serviços, perdão, de tecnologia da informação. Então, o aproveitamento de crédito é mínimo, e é por isso que o impacto no setor, que é tão intensivo em mão de obra, é maior.

E, para a gente fechar, sobre a questão da segurança cibernética, é importante lembrar também que seria importante que esta Casa promovesse uma adequação do PLP nº 68 para um alinhamento com o comando constitucional, para que a redução de 60% valha não só para a venda para o poder público, mas também para o consumidor final, para as empresas, não é?

Se a gente está falando de um país digital, de uma economia digital, a base disso é a segurança dos dados. Então, é importante, até, discutirmos em outra oportunidade, Senador, com o senhor também, sobre a segurança cibernética. Então, como é importante a gente ter isso como uma base para o desenvolvimento da economia digital brasileira, e esse assunto estaria bem representado com a ampliação desse dispositivo dentro do PLP nº 68.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Acabei atropelando aqui. Está aqui meu querido, competente e conhecedor também da segurança cibernética, Senador Amin.

Esperidião Amin, por favor.

O microfone está fechado. (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Agora está aberto.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Uma boa tarde para todos.

Estou sendo ouvido?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim. Está ótimo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Ótimo nunca será.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ontem, eu tinha uma fotografia. Agora...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Acho que V. Exa., Senador Izalci merece, do Conselho Mundial de Contabilidade, uma estátua, porque ultrapassou os limites do corporativismo para defender a religião de Frei Luca Pacioli, que seria o Pai da Contabilidade moderna.

Esta reunião ilustra muito, para todos nós – e quero cumprimentar a todos os expositores –, os efeitos práticos daquilo que se pretende consolidar, o nosso sonho de simplificação, de melhora de compatibilidade, de competitividade e de um pouco mais de justiça.

E é por causa desse último fator que vou me dirigir especialmente ao Miguel Abuhab, cuja cruzada – não fica bem falar isso como cruzada, não é, Abuhab?, acho que podemos entender como cruzada uma guerra sangrenta –,mas essa sua luta que, em 2017, tomou a forma de um livro, tem sido instigante para todos nós. Tenho acompanhado o trabalho, especialmente em face da reforma tributária, desde o seu pré-início, o trabalho que ele fez, que você, Miguel, desenvolveu com o nosso querido Luiz Carlos Hauly...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – fazendo uma parceria trans-Rio Jordão, e foi muito bom isso para todos nós. E, da sua palestra de hoje eu queria uma explicação apenas sobre qual seria o impacto do *cashback* – que eu acho que seria o ideal, muito mais do que simplesmente reduzir a carga tributária para todos, no caso dos produtos de necessidade básica –, qual seria o impacto financeiro em termos de receita se,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em vez de redução, nós tivéssemos um *cashback*, digamos, universalizado, em termos de Brasil, para beneficiar determinada camada de menor poder aquisitivo.

Isso é uma informação, uma percepção muito importante pelo que nós temos que enfrentar em matéria de carga tributária final. Eu queria uma observação a mais do Miguel Abuhab sobre o tema que ele apresentou: com um *cashback* atuante, vigoroso, eficiente e eficaz, o que isso representaria, em termos de redução de carga tributária para todos, o que isso poderia alterar, em termos de alíquota e de carga tributária final?

O SR. MIGUEL ABUHAB (Para expor.) – Perfeito, Senador.

Obrigado pelas suas palavras iniciais.

De fato, é uma batalha que começamos lá atrás, na verdade, em 2003, quando era Governador de Santa Catarina o Sr. Luiz Henrique da Silveira.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MIGUEL ABUHAB – Então, essa análise que foi feita, embora o Congresso ou a Câmara tenham trabalhado e começado a fazer a diferenciação do imposto por produto, a intenção seria proteger o consumidor de baixa renda, e acabamos oferecendo isso praticamente para todos os consumidores, o que impactou nas alíquotas que nós estamos vendo, que chegam à casa de 28%. Então, de fato, para proteger os consumidores de baixa renda, esses benefícios seriam limitados. Agora eu não tenho o número final, mas o Hauly já me falou aqui que se estima que pode chegar a 25%.

Claro que, dependendo do estudo, essa minha apresentação não teve uma validação pela equipe econômica, etc., então, nós estamos aqui entendendo que certamente a alíquota base vai reduzir muito, mas não sabemos ainda e não podemos precisar quanto. Vamos dizer que possamos chegar a 25%, o que seria já uma redução significativa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Dr. Miguel.

Obrigado, Senador Amin.

O SR. MIGUEL ABUHAB – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu até gostaria muito de conhecer esses dados todos aí, desses 26 e pouco. Se o Governo os apresentasse para nós aqui na Comissão, seria ótimo.

Vou passar para o doutor...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Isso aí poderia representar um caminho para a redução da carga tributária de maneira seletivamente mais justa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É.

Vamos cobrar esses dados do Governo que talvez sejam interessantes.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PODEMOS - PR. Para interpelar.) – De qualquer maneira, no final do dia, se você tem alíquota zero, se você tem alíquota de 11%, de 12%, de 14% e, se for para 27 e pouco, no final do dia, do mês e do ano, a alíquota vai ser 25%, só que os benefícios para os pobres vão ser muito menores; nós beneficiaremos, do jeito que estamos fazendo, os mais ricos que não precisam, que não têm necessidade.

Então, eu fui o maior defensor, ao longo de 30 anos, de alíquota zero para comida e remédio; hoje, não a defendo mais, defendo o *cashback*, porque a tecnologia... Se as lojas do Magazine Luiza fazem *cashback* e fazem também o *split*, por que o Governo poderoso, rico, que tem a maior empresa de informática do Brasil e das américas, que é o Serpro, não pode fazer?

Eu não tenho dúvida da tecnologia e de que o IVA do Brasil vai ser o mais moderno do mundo, vai trazer justiça, segurança jurídica e caixa diário para todo mundo receber os seus créditos diariamente. Todas as empresas e todos os governos – federal, estadual e municipal – vão receber sua arrecadação diariamente, ao contrário do que é hoje, que é mensal, é quinzenal.

O crédito, até hoje... Os estados não devolvem os créditos, tem mais de R$200 bilhões de créditos micados que não são devolvidos para as empresas. Então, nós vamos colocar fim à guerra fiscal, à inadimplência, à burocracia, vamos colocar fim às renúncias fiscais, às fraudes. Você mata... A árvore do efeito indesejável que o Miguel cria acaba com tudo: nunca mais vai ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Refis; o contador vai pescar na sexta-feira sem se lembrar que esqueceu de entregar um documento porque errou; não vai ser mais responsabilidade do escritório ter que fazer a escrita dessa parte. Você vai cuidar do empresário, porque contador brasileiro virou escravo, estafeta do Governo Federal, de estados e municípios, e não do empresário que o paga. Você vai voltar a trabalhar para o seu empresário, orientá-lo na formação de preço, custo fixo, curva variável, estoque, rotação de estoque. O que está se fazendo é pegando o IVA mundial, que tem 60, 70 anos de sucesso em 174 países do mundo, e dando um banho de tecnologia nele. O Miguel trouxe a ideia, e agora tem centenas de pessoas trabalhando a ideia do *cashback*.

Prestador de serviço é intermediário na formação de preço. Não há nenhum prejuízo. Esse telefone está cheio de prestador de serviço, desde o transporte internacional. Aqui tem o contador, aqui tem o advogado, o engenheiro, o *design*. Então, os bens consumidos pela população brasileira – os bens e os serviços – estão entrelaçados, são uma coisa só, são uma família. Os bens e os serviço não concorrem, são unos. Aí você vai ver que o Brasil é grande, gigante, vai crescer e prosperar, e todos vão aumentar suas vendas. Os advogados vão trabalhar mais, todas as entidades, os contabilistas, as empresas vão vender mais, vão consumir mais, e o Brasil vai voltar a crescer.

Faz dez anos que nós não crescemos! Como é que pode esse modelo permanecer por mais tempo? O modelo tributário brasileiro destruiu as empresas, a economia: mata mais de meio milhão de empresas por ano, temos desemprego crônico, subemprego. Onde que está o erro desse câncer? É no sistema tributário, não há outro. Elimina-se esse mal e depois nós vamos consertar as outras coisas. Esse é o mal maior. Por mais que se possa dar algum problema, ele é genérico. Todas as empresas do mesmo setor vão ter o mesmo tratamento, ninguém vai ter prejuízo. Se alguém se sentir ofendido, todos os seus concorrentes também vão. Mas eu tenho certeza, pela experiência de 50 anos de vida pública, por mais de 30 anos trabalhando o Simples, o Super Simples, o MEI, a Lei de Exportação, a Lei das Sociedades Anônimas e defendendo o IVA, estudando o IVA internacional, o nacional, de que nós acertamos até agora.

Então, Izalci, é corrigir aqueles detalhes que faltam, essa coisa da exportação. Não pode, na exportação de serviço... Não é, Lipe? Precisamos fazer as correções técnicas, está aí a consultoria do Senado, de altíssimo nível, para ajudar vocês nesse pente-fino e botar para frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos experimentar o modelo com 1%. Se rodou, pode-se pôr até os Estados e se antecipa até essa guerra fiscal para 2026/2027, não precisa esperar 2032. Se não, nós não vamos ter idade para isso, para ver o modelo pronto.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu reafirmo sempre que ninguém defende essa reforma mais do que eu. Agora, temos que ter o pé no chão. Se hoje, na hora de fazer uma declaração, uma simples declaração, sai do ar, isso não pode acontecer, imaginem nesse sistema.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR. *Fora do microfone*.) – Mas tem o bancário, que é poderoso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, eu torço para que a coisa funcione. Agora, não dá para você "ah, agora...", e depois, de repente, cai tudo e não funciona. Mas é só ter essa questão de bom senso, de fazer esses ajustes e realmente ver lá com os contadores como funciona, porque é diferente do que quem está na área fiscal, quem está na Receita... Os empresários não querem saber, porque, se deu problema, quem vai pagar a conta é o contador. Na prática, é assim que funciona.

Bem, o Gustavo está virtualmente, e ele tem um compromisso.

Gustavo, suas considerações finais, por favor.

O SR. GUSTAVO SIPOLATTI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, eu gostaria de agradecer e parabenizar por esse trabalho que vem sendo tão bem exercido nesta audiência e rogar para que V. Exas. consigam ter uma boa compreensão a respeito dessa distribuição da carga tributária, que possam ter os dados em relação ao que já consta do PLP, em relação a esses setores que estão sendo desonerados, para que travem um bom debate e consigam alcançar os reais interesses da nossa sociedade visando ao cumprimento do texto constitucional. Volto a dizer que o art. 145 traz como princípio essa questão de diminuir a regressividade. É uma situação caótica, opressiva, secular, e, conforme foi ressaltado aqui, sempre sobra para as classes mais desvalidas.

Então, boa sorte! Contem com a Associação Nacional de Procuradores e não se mantenham distantes do poder tributário. Dessa jornada vocês têm que estar participando e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualificando a compreensão para poder dar o equilíbrio e o direcionamento a esse projeto, que tem que dar certo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Gustavo.

Vou passar também para o Márcio fazer suas considerações.

O SR. MÁRCIO GONÇALVES (Para expor.) – Obrigado, Senador Izalci, novamente pela palavra.

Eu vejo que a gente tem uma audiência pública hoje muito rica, de que faz parte a democracia, e nós tivemos debates e colocações em lados contrários, enriquecendo toda a audiência.

Ao Sr. Miguel Abuhab quero falar que ele é um grande empresário, pelo qual eu tenho uma admiração muito grande. Sou lá de Santa Catarina, construí, como empresário, uma empresa lá que contrata mais de 700 pessoas e sei qual é a história da Datasul. Conheço seu projeto, Sr. Miguel, há 20 anos, quando o senhor falava sobre isso, e ouvi mais de uma palestra.

O Deputado Hauly, considerado um dos pais da reforma tributária, já com toda a sua experiência – já colocou quantos anos aí? –, tem esse conhecimento.

Eu quero falar que o setor de TI não é contra a reforma tributária, mas a favor. Isto foi muito importante quando o Senador que está administrando a audiência colocou que nós não somos contrários. Então, ao mesmo tempo em que a gente está falando "ah, vocês estão entendendo que são separados"... Não, nós entendemos que é tudo junto. E hoje, aqui, o Deputado Hauly, com o Sr. Miguel, eu vejo um baita de um fogo amigo, porque o Sr. Miguel está do outro lado da mesa.

O Sr. Marcos Flores, auditor fiscal... E, claro, as minhas palavras em alguns momentos deixaram alguns em desconforto. Em alguns momentos... O próprio Sr. Marcos Flores me colocou num momento em que eu fiquei... Ele comentou o seguinte: "É simples alterar o sistema". Eu falei, "o que eu vou falar para o Marcos, na hora em que voltar a minha palavra?". Eu falei assim, eu pensei o seguinte...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pensei a seguinte situação: cada um aqui é muito profissional no que faz, e é muito difícil você entrar numa especialização de outro profissional. Eu brinco que eu tenho um amigo médico que é dermatologista, e falo que dermatologista recomenda protetor solar e, de vez em quando, a cirurgia dele é tirar uma pinta de beleza, ou uma pintinha daquela e tal. Essa é a cirurgia. Não é isso, é muito mais complexo. Eu não tenho compreensão do detalhamento.

Então, quando se fala que o sistema tributário vai ficar mais fácil, muito mais simples, muito mais inteligente, concordo em 1.000%. Quando entra na minha especialização e diz: "Vai lá que vai ser fácil mexer no sistema.", não é uma verdade. Tem que se implementar uma coisa e tirar outra coisa de lá.

Hoje tem um castelo, esse nosso sistema, que atende os RPs, é um castelo do Conde Drácula, e tem gente lá dentro. E o novo sistema tributário está dizendo que é uma tenda, já está tudo integralizado, não vai ter mais o que fazer lá. Os contadores entendem isso melhor do que nós ainda, quando estão falando. Só que é o seguinte, tem que tirar o castelo de lá com gente dentro e depois botar essa tenda – e a gente torce.

A minha posição continua a seguinte: Parlamentares, vejam o setor de TI, se tem ou não tem importância em todo o sucesso dessa reforma tributária, e nos dê um lugar em paz, para que a gente possa trabalhar nesses próximos anos e entregar os sistemas que vão entregar uma reforma tributária de sucesso.

Não adianta só olhar o Serpro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO GONÇALVES – Queria eu ser o dono do Serpro para ter essa potência. Não tem. E 95% das empresas de TI são pequenos negócios, que atendem bem os seus clientes lá na ponta. E eles têm capacidade tecnológica para alterar esse sistema, mas eles precisam ser considerados. Para quê? Porque o alto custo vai ser muito grande neste momento para nós.

Então, que vejam como entrar em alíquota reduzida ou, se não for mais possível, como ter compensação de crédito presumido, que seja por um período. Se está sendo dito que é tão sucesso assim essa reforma, então ali na frente vai e tira, mas entenda agora quem vai ser trabalhador dessa empreitada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, sem me estender, eu só queria mandar um abraço para o Senador Amin, lá da nossa terra de Santa Catarina, e falar: Amim, passamos hoje no seu gabinete, falamos com o Eduardo, deixamos mais três emendas, ou seja...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO GONÇALVES – ... das 1.080, tem mais três.

Senador, acate para nós, que nós precisamos ter uma boa reforma tributária.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem.

Passo agora a palavra ao Sergio, também para fazer as suas considerações

O SR. SERGIO SGOBBI (Para expor.) – Senador, muito obrigado. Parabenizo o senhor e todos aqui que participaram da audiência.

Eu vou fazer um deferimento à participação popular. Aqui no e-Cidadania, eu recebi as perguntas, e separei duas que eu acho que são importantes aqui.

A primeira é da Julienne, aqui da sua terra, do Distrito Federal: "Quais são os principais desafios tecnológicos enfrentados na modernização do sistema tributário?". Eu vou ampliar um pouco isso.

Já foi dito, aqui, que TI será o mecanismo de operacionalização da reforma, em todas as situações aqui colocadas, e aí eu coloco que o grande desafio é inserir pequenas e médias empresas no mundo digital. Então, a questão de acesso ao financiamento, para micro e pequenas empresas adquirirem sistemas, computadores, segurança, é um desafio. A questão do conhecimento desses empresários é outro desafio – e a capacitação técnica.

No meu ponto de vista, nessa questão levantada pela Julienne, o grande desafio é a gente trazer essas pequenas e médias empresas para a questão dessa grande reforma que está sendo proposta e que está sendo debatida nesta Casa.

A segunda pergunta vem – eu separei, aqui – da Giulia, de Rondônia: "Como a tecnologia pode simplificar o cumprimento das obrigações fiscais na reforma tributária?". Aí eu vou fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma referência ao eSocial. No eSocial, dos 30 ou 31 dias, no mês, 17 dias eram dedicados a pagamentos de tributos sobre a folha de pagamento. Dezessete! Hoje, é um. Em um único dia, você cumpre toda a sua obrigação com o Estado. O Estado recepciona e distribui isso, internamente, para os cinco órgãos que estão dentro do eSocial. Então, Giulia, a simplificação está aí, com o uso racional da tecnologia... Mas o eSocial tem 12 anos. Foram 12 anos, para a gente chegar a esse ponto. Então, tem o nível de maturação da tecnologia e da aplicação de quem usa a tecnologia. São esses dois pontos.

A última é a minha consideração final aqui. É um ponto que eu gostaria, Senador Izalci, de levantar, que já foi falado pelo Renato, que me sucedeu aqui. Ele falou que as empresas de tecnologia têm, na sua composição de custos, entre 60% e 80% do seu custo sendo mão de obra. Então, varia um pouco, algumas têm mais capital, outras têm mais mão de obra. Quem é mais serviço tem mais mão de obra.

Eu queria colocar dois cenários preocupantes para a gente olhar. Primeiro, aqui, aprovou-se a reoneração gradual da folha, que está em debate, agora, na Câmara, que não vai votar nesta semana. Esperamos que vote no esforço concentrado do dia 9, porque o prazo final estabelecido, no acordo, é 11/09. Então, temos que votar nesta semana do esforço concentrado lá.

Mas a reoneração, no caso de TI, cresceu – mais de 1,5 milhão de trabalhadores formais – com essa política. Isso tem que ser falado e tem que ser olhado. O setor de TI é exemplar na questão de geração de emprego, que foi a proposta inicial, lá em 2011, feita com a desoneração da folha, e a gente entregou o compromisso – a reoneração gradual, que vai ser até 2027.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO SGOBBI – Aí, uma questão importante: o Simples gerará crédito, porque o Simples são vários impostos. A parte do tributo do consumo gerará crédito. É um incentivo à pejotização, gente! É um incentivo! Porque vai gerar crédito para a empresa que tomar o serviço do Simples, e isso vai gerar pejotização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são pontos importantes a que a gente precisa estar atenta, porque a gente pode estar aprovando uma reforma do consumo e afetando diretamente o emprego e precarizando o emprego no Brasil. Então, isso é importante e é o destaque que eu queria fazer para deixar para reflexão.

Muito obrigado.

Parabéns, Senador Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Sergio.

Vou passar às considerações do Marcelo Almeida.

O SR. MARCELO ALMEIDA (Para expor.) – Senador Izalci, mais uma vez, muito obrigado pela oportunidade de estar aqui. V. Exa. proporcionou uma tarde bastante produtiva, me parece, com uma série de propostas, uma série de debates.

Quero agradecer também a presença, mais uma vez, do Deputado Vitor Lippi, do Deputado Hauly, do Senador Flávio Bolsonaro, que também esteve aqui, do Senador Esperidião Amin, que também está sempre atento a essas questões regulatórias do setor de tecnologia, especialmente à questão tributária.

Veja, Senador Izalci, eu também tenho aqui umas perguntas do e-Cidadania, e achei bastante interessante como o cidadão está preocupado com o impacto da tecnologia nessa dinâmica tributária que está sendo imposta em matéria regulamentar.

O Wagner, do Paraná, Deputado Hauly, fala aqui: "De que maneira podemos usar novas tecnologias para melhorar a eficiência e a justiça no sistema tributário?".

A Letícia, do Rio de Janeiro: "Como a [...] [inteligência artificial] pode otimizar a fiscalização tributária, aumentando a eficiência na detecção de fraudes sem comprometer a privacidade e segurança?".

E, por fim, Senador Izalci, a Ruth, do Distrito Federal: "Como a integração de tecnologias emergentes pode influenciar a equidade e a justiça no sistema tributário [...]?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, veja que os cidadãos estão bastante preocupados com as questões de tecnologia, e nestas considerações finais, rapidamente, Senador, vou me permitir dizer algumas coisas que são importantes como pano de fundo nisso aqui.

Quando a gente fala da questão do tratamento das ações de cibersegurança, nós estamos preocupados com os mecanismos de infraestrutura que vão suportar os *softwares* que vão rodar sistemas de *cashback* e de *split payment*, preocupação que o Deputado Hauly já manifestou aqui. Para que a gente possa ter integridade funcional e resultados eficientes, nós precisamos ter sistemas e infraestruturas convidativas para o desenvolvimento de *softwares*, que vão ser fundamentais, portanto, nessa operacionalização das novas orquestrações tributárias que estão sendo aprovadas.

Então, veja V. Exa., Senador, e demais presentes que estão aqui: quando a gente faz esses apontamentos, a gente não os faz somente em causa própria. Eu não estou olhando para dentro do mercado de tecnologia e dizendo "coitado do empreendedor de tecnologia, que tem que suportar o encargo tributário diferenciado de hoje, pressupondo que o de amanhã vai ser pior". Não é nada disso. Como o colega aqui já manifestou anteriormente, nós somos a favor da reforma tributária. Nós sabemos o nosso papel na dinâmica operacional da reforma tributária e aceitamos o desafio, Miguel. Nós podemos antecipar, sim, a produção de *software*. Nós podemos fazer isso. Eu quero entregar para o cidadão serviços eficientes para que o sistema tributário seja otimizado e a gente saia do chamado manicômio tributário existente para que a gente possa ter um fluxo confiável de pagamentos de tributos no nosso país. Agora, para isso, precisamos fazer alguns ajustes para que a infraestrutura não seja um problema, para que a desconfiança não seja um problema e a gente tenha a transparência e a integridade como valores inegociáveis do sistema tributário brasileiro.

Muito obrigado, Senador Izalci. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Marcelo.

Vou passar agora para o Marcos Flores também fazer as suas considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS FLORES (Para expor.) – Eu gostei muito da fala do Fellipe Guerra – são quase as minhas falas, não é? Nossa, que complicação que é! EFD, ECF, ECD, tem que entregar escrituração, tem prazo...

A reforma já vem para acabar com a EFD; é claro que tem um período de transição, mas ela desaparece. E um ponto bem interessante: a nota sai toda errada, o contador tem que corrigir depois, e depois a administração tributária ainda tem que verificar isso. Então, primeiro, de forma prática, terá uma calculadora para a nota ser calculada corretamente – claro, se for informado o produto certo; se informou o produto errado, vai calcular errado. Mas já reduz: é só CBS e IBS, é a mesma legislação; não é IPI, ICMS, ISS, PIS-Cofins... Então, já reduz enormemente o que a gente tem.

Mas vamos dizer que não dê certo com a calculadora. Tem uma outra solução melhor ainda: a alíquota única, igual para todo mundo. Cada vez que a gente tem uma emenda que cria um regime diferenciado, uma alíquota diferenciada, um tratamento diferenciado, vai estourar lá no contador, e aí não tem como... A gente está em 80 páginas de anexo. Como é que vai sair do Senado? Será que vai sair com 80? Com 100? Com 60? Não sei, mas eu sei que quanto mais páginas de anexo, quanto mais artigos com tratamento diferenciado nós tivermos, pior para o contador – não tenho nem dúvida – e, depois, para a administração tributária. Vocês não imaginem que a administração tributária gosta do manicômio tributário, não! Pelo contrário: quanto mais simples, mais fácil – para todo mundo: fácil para cumprir, fácil para contabilizar, fácil para auditar. Então, nesse sentido, esse apelo pela simplificação é nosso.

Quanto ao sistema, ele deve ser apurado no próprio *site* e estar disponível. Hoje, acho que a maior experiência que todos já devem ter tido é a da declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física: 40% já são pré-preenchidos. Ela não está perfeita, ela não traz todos os fatos geradores, mas já traz muita coisa e, a cada ano que passa, ela vai ficando melhor. A CBS já vai nascer completa; todos os pagamentos estarão lá, todas as notas fiscais estarão lá, então, esse batimento é muito mais simples do que uma declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física, e vai estar disponível. Claro, no período de transição ainda tem que manter as escriturações, a EFD, mas isso já tem uma simplificação desde o começo e, assim que passar o período de transição, a gente vai ficar só com a parte simples.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Ah, o sistema não está *online* 24 horas" – e precisa? Tem 15 dias para fazer; depois, um mês para ajustar. Tem que estar sempre 24 horas no ar? Em 15 dias é possível fazer os ajustes, e quanto mais simples, mais fácil será fazer os ajustes. Então, mais uma vez, o apelo: não vamos deixar os anexos crescerem, vamos trabalhar para diminui-los, porque a gente ajuda os contadores.

A questão do Simples Nacional é que, além de ele ter CBS e IBS dentro da própria alíquota, o contribuinte pode optar por permanecer no Simples e contribuir com IBS e CBS por fora. Quem está no Simples e está em meio de cadeia – quer dizer, fornece para outra empresa – provavelmente fará essa opção. Ele não precisa sair do Simples, está protegido nesse sentido.

Sobre a decisão de ter folha de pagamento ou contratar outra empresa. Hoje a gente já convive com a pejotização. A legislação já permite, por vários motivos, seja só por uma questão tributária, seja, muitas vezes, por questões econômicas, vale mais a pena contratar uma empresa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS FLORES – ... que é especialista naquele serviço.

Com a reforma, a gente contratar uma empresa especialista naquela atividade se torna muito mais barato, não tem o custo tributário. Então, todo o IVA pago será aproveitado pela empresa. Hoje, não; hoje, muitas vezes, a empresa faz, dentro de casa, aquilo que seria mais eficiente ela contratar outra empresa para fazer. Então, a reforma vai nos trazer maior eficiência para a economia. Isso a gente não tem nem dúvida.

Vai continuar existindo pejotização? Vai, mas hoje já existe; só que a pejotização vai ser muito mais a contratação de outra empresa por um motivo econômico, e não só fiscal.

O último apelo é não ceder para os apelos corporativistas. Não faz o menor sentido trazer procuradores para dentro do comitê ou do fórum de harmonização. A gente já tem a experiência na transação de que ela precisa da inscrição em dívida ativa, burocracia, tempo e custo. Se nós trouxermos procuradores para onde fica a administração tributária, nós vamos aumentar a burocracia, o tempo necessário e o custo do sistema. Então, é fundamental que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comitê gestor e a Receita Federal sejam geridos apenas pela administração tributária, claro, ouvindo empresas, ouvindo a sociedade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Nós vamos fazer audiência. Nós vamos fazer audiência também sobre a questão do comitê gestor.

E eu já vou pedir voto, inclusive, porque eu quero ser o secretário-executivo desse comitê, porque, do jeito que eu vi hoje, manda mais do que o Congresso Nacional.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR. *Fora do microfone.*) – Tem que conversar com...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Vou conversar. Vai ser um superpoder, mais do que o de todos os Senadores. Mas tudo bem, nós vamos discutir isso no momento certo.

Viu, Marcos, com relação à questão, já teve ponderações aqui com relação às listas de equipamentos, medicamentos, não sei o quê. Você tem que definir se são 100 ou se são 60, mas de uma forma que não tenha que ficar criando relação, até porque a inovação acontece todo dia, não vai botar... Toda hora vai mudar a relação, todo dia, por causa da inovação, porque chega medicamento, todo dia tem um medicamento novo. Então, tem que criar um parâmetro e deixar só... Se é 100, é 100; se é 60, é 60, uma definição que traduza isso, onde encaixa isso aí. Mas tem várias emendas já nesse sentido.

Nossa, eu fico muito feliz quando eu vejo a Receita falando assim... Nossa, é bom demais. (*Risos.*)

Agora, vai lá conversar, não é? Aqui, tudo bem. O Marcos está bacana aqui. Rapaz, não é fácil! Mas tudo bem, vamos lá.

Jonathan, faz favor você também, para as suas considerações.

O SR. JONATHAN BARROS VITA (Para expor.) – Obrigado, Senador Izalci.

Eu vi aqui que está acompanhando sempre os debates e reitero também que vi que o Senador Esperidião Amin, o Senador Flávio Bolsonaro, o Senador Efraim Filho, que me indicou, até me mandou mensagem, disse que viu no YouTube, todos estão atentos a esse tema da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

reforma, todos aqueles que colaboraram no Portal e-Cidadania para justamente fazer seus aportes e tirar suas dúvidas, e eu acho que esse é o papel da gente.

Como eu disse, eu venho aqui dentro de uma postura técnica, não é uma postura setorial, e venho justamente tentar fazer aportes. Eu acho que o grande problema que a gente talvez vá enfrentar – e o Felipe tocou muito bem nisso – é a questão da experiência do usuário.

Hoje, por exemplo, você tem o aplicativo do seu banco; mas, muitas vezes, o banco não é um banco, o banco é uma instituição de pagamento, o banco é uma empresa que usa de *white label* de uma outra empresa que, sim, é a instituição de pagamento.

Então o que a gente quer é uma experiência do usuário consistente, uma experiência do usuário simplificada. Se o sistema é complexo, a gente tem de investir para o sistema funcionar. Mas o sistema precisa ter a simplificação dessa experiência na ponta final.

A gente precisa acabar, nisso, eu sei que eu jogo um pouco contra os advogados, um pouco contra os contadores, dentro dessa perspectiva... mas assim, quanto mais o sistema é simples, mais a economia vai florescer. A gente não pode deixar feudos de um único conhecimento.

Nos Estados Unidos, por exemplo, e foi citada aqui a Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física, você precisa contratar alguém para fazer, porque é algo altamente complexo. Você, ao final da Declaração do Imposto de Renda, precisa ir aos correios, fazer um cheque, preencher e mandar pelo correio. E esse cheque vai demorar x dias para ser compensado. Aqui a gente tem algo que eu acho que, dentro de experiência do usuário, é superinteressante, foi citado pelo Marcos aqui, que é a questão do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Então a gente tem de tentar usar esse mesmo tipo de *design* inteligente das interfaces e da experiência do usuário para permitir isso.

Também a gente precisa pensar em como acoplar a inteligência artificial aos programas da contabilidade e do lado do fisco, para que a gente tenha justamente uma possibilidade de, na prática, os comandos serem comandos simplificados, e a máquina executar as operações de maneira imperceptível para o usuário. Então esse é um primeiro ponto que eu queria tocar nesta parte final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um segundo ponto, que me parece também importante, foi citado antes aqui, acho que pelo Gustavo, é a questão da proteção de dados. Eu, curiosamente, talvez tenha dado uma das primeiras palestras no Brasil sobre a Lei Geral de Proteção de Dados e o direito tributário. Estimulei um orientando meu, que é um Procurador do Estado do Paraná, o Helton Kramer, e ele defendeu a tese de doutoramento, inclusive eu tinha trazido hoje para entregar na Biblioteca do Senado, vou entregar nas mãos do Senador, o livro *LGPD e a Administração Tributária*.

E são preocupações que se aplicam plenamente à reforma tributária. Não existe nenhum artigo, nenhum inciso e nenhum parágrafo sobre a proteção de dados. Hoje o que a gente tem é uma portaria do Ministério da Fazenda e um ato da Receita Federal que dizem que tem um anexo que tem mais de 20 páginas de dados que são tratados pela administração tributária, sem nenhum tipo de supervisão sobre a forma do tratamento dos dados, desses dados dos contribuintes. Só a nota fiscal traz mais de 20 campos possíveis...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JONATHAN BARROS VITA – ... de análise de dados dos contribuintes.

Então a gente quer que essa experiência do usuário seja ótima, a gente quer proteger obviamente os dados sensíveis dos contribuintes. Então a gente tem de partir para uma ideia em que o *split payment* seja anonimizado, em certa medida, e dar as informações que são informações necessárias para fazer o processo de compensação e o processo de devolução, sem quebra de sigilo fiscal, sem quebra de sigilo bancário automático, sob pena de a gente ter um estado de vigilância completo, quase um *1984,* do Orwell, no direito tributário, não é? E eu acho que é isso exatamente o que a gente não quer.

Para finalizar, reitero que a gente precisa, na prática, de incentivos – de novo – ao setor, durante esse período de investimento massivo. O Estado precisa encontrar fundos para todo o sistema que é utilizado pela Receita Federal, para financiar bem esse sistema. E, de outro lado, o Estado deve ajudar o empresário do setor de informática, do setor financeiro, para que ele também possa fazer esses investimentos, porque a gente fala de investimentos em *hardware*, em programadores, em *software*, em inteligência artificial e, sem isso, a gente vai ter uma dificuldade quanto a essa velocidade que a gente espera de implantação do sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem... Só para fazer uma analogia final, eu disse ontem, num evento de que eu participei: "Tem o horário político gratuito, que, na realidade, de gratuito... Ele usa um incentivo fiscal para permitir essa gratuidade". Da mesma forma, a gente pode pensar em uma plataforma que é alimentada por recursos públicos para permitir que os particulares possam implementar os sistemas de informática, porque não se pode imaginar que um banco, uma operadora de cartão de crédito ou quem quer que seja vá fazer todo esse sistema de graça, nem mesmo as empresas que fazem os *softwares* contábeis.

Então, a gente precisa encontrar uma fonte de financiamento, e precisa ser uma fonte de financiamento consistente com este momento que a gente vive e com a velocidade de que a gente precisa para essa implementação do sistema tributário pós-reforma tributária.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Jonathan.

Dr. Miguel, as suas considerações.

O SR. MIGUEL ABUHAB (Para expor.) – Um dos conceitos muito importantes: eu falo que a tecnologia só faz sentido se ela vem eliminar uma restrição. E se ela eliminar a restrição, ela precisa mudar a regra de negócio.

Eu quero lembrar que, lá no passado, quando o sistema era o manual, nós tínhamos: a nota fiscal; a fatura, que agregava várias notas fiscais; e a duplicata, que era uma cópia da fatura. A fatura ia para o cliente, a duplicata ia para o banco. Ainda que fosse por um papel carbono, existia uma integração entre um documento fiscal e um documento bancário: o documento da liquidação.

Veio a tecnologia, e nós perdemos essa integração da nota fiscal com a duplicata. Então, a nota fiscal é um programa que imprime a nota fiscal eletrônica – e ainda assim fizemos um sistema maravilhoso de nota fiscal eletrônica –, mas o sistema de pagamento é outro.

E aí, veio o Governador Luiz Henrique, em 2003, e falou: "Miguel, você, que é da tecnologia, não consegue simplificar essas coisas?". Aí eu falei: "Pois é... Nós temos o boleto, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que vai o valor integral. Se a gente colocar o valor da mercadoria num campo e o valor do ICMS no outro campo, um valor vai para um lado e o outro valor vai para o outro".

O fato é que, lá no passado, o cheque, senhores contadores, permitia fazer um débito e um crédito; o cartão de crédito, aquele de relevo, permitia fazer um débito e um crédito. Então, o consumidor pagava para o comerciante, e o comerciante tinha que declarar e recolher o imposto em nome do consumidor, essa é a verdade. Só que, agora, a tecnologia permite fazer um débito e vários créditos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MIGUEL ABUHAB – Esse é o *split*. E é isso que, lá atrás, eu propus ao Governador de Santa Catarina – escrevi um livro – e hoje tem o nome de *split*.

Mas o fato é que a tecnologia permite mudar as regras de negócio. E a nova regra de negócio é que nós podemos fazer um débito e vários créditos, antes não podia. Então, agora, tudo isso é automático e os sistemas... Antes, a tecnologia era cliente-servidor, a tecnologia fazia com que cada empresa tivesse o seu computador e que cada empresa construísse o seu programa de computador. Mudou a tecnologia, que agora é a tecnologia de internet e a tecnologia de nuvem, redes de alta velocidade. Nós não podemos fazer a mesma coisa que fazíamos antes, as regras de negócio mudaram. Estão aqui as empresas de tecnologia, as empresas de *software*, para dizer que "sim, nós somos capazes de fazer essa mudança"... Este, na verdade, é o nosso objetivo, é o nosso sonho: é poder contribuir para que a tecnologia venha a favor do homem. É por isso que se chama IVA 5.0, que é a sociedade 5.0, que nasceu no Japão, com o objetivo de facilitar para a sociedade, de facilitar para o humano e contribuir para o desenvolvimento das pessoas, do sistema, da sociedade.

Então, entendo que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MIGUEL ABUHAB – ... essa reforma vem ao encontro de todas essas necessidades.

Nós, de tecnologia, Sr. Senador – agora falando em nome de todos –, temos tecnologia suficiente, sistemas e processamento paralelo. Quando a gente ouve falar de YouTube, de Instagram, do volume que eles processam... São volumes muito superiores do que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pretendemos processar com os nossos sistemas aqui. Os volumes de vídeo que eles processam são coisas muito grandes. Então, sim, existe tecnologia disponível para implementar todo esse sistema de reforma tributária.

Quero agradecer, então, o convite, Senador, para poder me manifestar neste grupo, ao Deputado Hauly, que tanto tem me prestigiado, ao Roberto Rocha, que, enfim, acompanhou todo o nosso movimento lá na PEC 110, ao Deputado Lippi também, muito obrigado pela presença e pelo apoio. Então, agradeço. Estamos sempre à disposição.

Obrigado, obrigado a todos.

O SR. FELLIPE GUERRA (*Fora do microfone*.) – Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Miguel.

Nós é que agradecemos. (*Palmas.*)

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR. Para interpelar.) – Senador Izalci, um minutinho. Só para uma contribuição.

A ideia de toda a tecnologia é que por cinquenta e poucos anos o Governo usou as empresas para tributar e recolher o imposto. Com esse modelo, não vai precisar mais. Então, o imposto será retido, a parte principal vai para a empresa e o sistema de compensação de débito e crédito vai ser automático, ninguém vai mais pôr em mão dinheiro. O detalhe que tem que ter, Izalci, que não ficou claro na 68, é que o Governo Federal, com o CBS, e os estados, com o IBS, não poderão ficar com o dinheiro em caixa, na fase intermediária entre PJs. Isso precisa de uma correção no texto. Tem que deixar bem claro: o dinheiro que o empresário comprou, comprou, creditou, creditou, tem que ficar na conta dele nas nuvens. Se ele vendeu, vendeu, recebe em tempo real, entendeu? Isso é importantíssimo para o fluxo de caixa, para a garantia da exação e a segurança jurídica e financeira do equilíbrio do sistema. Não estava claro do jeito que veio de lá.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Vamos aguardar a sua contribuição para a gente fazer o ajuste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR) – Nós podemos escrever isso porque não ficou claro, e eu não gostaria... A Receita está de olho em pôr o dinheiro no caixa igual ela faz hoje.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Hã-hã.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR) – Como os estados fazem, e depois não paga os créditos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É verdade.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR) – Então, o dinheiro...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eles querem pagar com precatórios.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR) – Isso.

Se ele comprou, comprou; o crédito é dele. Então, ele fica aqui na PJ dele, na conta dele, esperando o momento de ele receber.

O SR. MÁRCIO GONÇALVES (*Fora do microfone*.) – Não vai para ninguém.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR) – Para ninguém. Ninguém põe a mão no dinheiro. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bacana!

Obrigado, Hauly. É que vai começar a Ordem do Dia.

Dr. Miguel, muito obrigado.

Eu vou passar para o Fellipe também fazer as suas considerações.

O SR. FELLIPE GUERRA (Para expor.) – Bom, Senador, quero agradecer mais uma vez a oportunidade de participar da audiência pública da regulamentação da reforma tributária e faço esse agradecimento em nome da classe contábil brasileira, em nome do Presidente Aécio, Presidente do Conselho Federal de Contabilidade, e dizer também que é importante deixar bem pontuado que eu acredito que não exista atividade econômica que mais torça por essa reforma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tributária do que os contadores, não só porque nós sofremos bastante, mas porque nós entendemos que essa é uma necessidade que extrapola os limites da nossa atuação.

A reforma tributária é uma necessidade social muito forte, para que a gente possa melhorar o ambiente de negócio do país, para que a gente possa, de fato, incentivar o empreendedorismo e para que os contadores possam, sim, dedicar mais tempo a atividades estratégicas que permitam que os contribuintes tenham sustentabilidade, tenham longevidade nos seus negócios, tenham mais sucesso profissional, prosperidade financeira. Então, nós estamos muito a favor e bem-dispostos a contribuir para que essa reforma, de fato, seja um sucesso.

Dito isso, é necessário também abrir um parêntese. Isso não significa que nós vamos concordar com tudo da forma como for posto. Nós temos observado que em cada etapa do processo legislativo, a reforma tem conseguido ter melhoramentos, ela tem conseguido ser aprimorada, e muitas vezes com as contribuições que nós temos colocado aqui durante as audiências de que conseguimos participar.

Então, nós vamos continuar adotando essa postura, fazendo coro com a fala recorrente do Senador Izalci, com o pé no chão, porque nós sabemos... eu também me visualizo muito no papel do pessoal de tecnologia, porque, muitas vezes, nas reuniões é desenhado um projeto maravilhoso, mas quando sai de lá e se diz assim, "tá, vamos colocar isso em prática agora", você começa a entender os desafios da operacionalização – eu acredito que esse seja um sentimento que vocês também tenham. Mesmo sabendo que existe tecnologia à disposição, a implementação, o desenvolvimento, a preparação para esse ambiente requer tempo, requer um texto que traga segurança jurídica, requer, de fato, que as balizas que estão sendo desenvolvidas aqui permitam ao contribuinte ter a segurança de que a reforma vem para melhorar o ambiente de negócios, para tornar o ambiente mais favorável ao desenvolvimento e ao empreendedorismo, e não, repito, trazer mais mecanismos de arrecadação, trazer mais formas de aumentar o montante que os contribuintes pagam de tributos, que já é altíssimo.

Reforço também a nossa preocupação com o custo de conformidade tributária, que é aquele custo que não está diretamente relacionado com o quanto se paga, mas com o quanto se gasta para pagar, principalmente durante esse período de transição em que nós vamos ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que conviver com dois modelos. Então, reforço, mais uma vez, a nossa preocupação com relação a isso.

E quero dizer que, se nós continuarmos na linha de buscar a racionalização, a diminuição das redundâncias, a simplificação, a diminuição dessa cultura de penalidade, de multas e, de fato, construirmos uma reforma que traga a segurança jurídica que é esperada pela sociedade, a gente, enfim, vai alcançar os nossos objetivos, enquanto pessoas que estão podendo contribuir, neste momento, para evoluir o sistema tributário brasileiro.

Então, Senador, eu agradeço.

Muito obrigado.

E continuamos à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Eu indago: Lippi, você quer fazer um minutinho de consideração ou não?

O SR. VITOR LIPPI (Bloco/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Não há o que dizer. Eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É?

O SR. VITOR LIPPI (Bloco/PSDB - SP. Para expor.) – Eu estou satisfeito, acho que isso faz parte do processo. A gente está vendo uma transformação extraordinária, porque, além de simplificar tudo, como foi dito aqui – tudo hoje é complicado –, a gente está tentando achar uma alíquota ou duas alíquotas ou, no máximo, três, o que vai ficar muito mais fácil.

E a tecnologia, sem dúvida, vai ser a grande questão, porque, na hora em que a gente integrar o sistema de pagamento, quando você for pagar com o cartão de crédito ou com o Pix, automaticamente já é feito aquele pagamento, ou seja, a sonegação vai ser muito difícil de acontecer; amplia a base de pagadores, baixa a alíquota. E é o que a gente tem dito sempre: vai aumentar o imposto? Não, vai baixar o imposto, porque mais gente vai pagar.

Então, nós estamos no caminho certo. É isto mesmo, a gente tem que ouvir quem vai operacionalizar a complexidade, a transição, mas eu acho que nós estamos no caminho certo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estamos fazendo a maior e mais importante contribuição que a gente pode dar para este país, porque a gente sabe que o sistema tributário brasileiro é o que mais assusta os investidores internacionais. Eles vêm para cá e ficam muito assustados. As empresas japonesas estão consideradas as melhores do mundo. Eu estive lá no Japão, na Jetro, que é uma instituição japonesa de orientação para o investidor do Japão, há alguns anos, e eles tinham dois gravíssimos problemas aqui no Brasil – dois. Um era o sistema tributário, de que eles falaram: "Aquilo é impossível". E o segundo era a questão trabalhista. A questão trabalhista melhorou muito, já reduzimos em 80% o número de ações trabalhistas, porque eles vinham aqui, faziam tudo certo e ficavam com um monte de ações trabalhistas, e isso era uma injustiça. Então, isso foi corrigido. Agora, é o sistema tributário.

E eu vi o *payback* das empresas japonesas que estavam no Brasil, que estão entre as melhores do mundo e ninguém duvida aqui da capacidade e da qualidade da organização e do planejamento de empresas japonesas. Eles vinham para cá, Senador Izalci... Eu vi a planilha, eles não me autorizaram, obviamente, a divulgar isso. Mas das empresas japonesas que vieram ao Brasil, das que estavam aqui há 15 anos – eu estive lá em 2018 –, só 20% tiveram um *payback* positivo e, das que tinham vindo dez anos antes, de dez anos para cá, nenhuma tinha tido. E isso é o ambiente do Brasil. E eu falei: "Como é que vocês vão para o Brasil e ficam lá, no vermelho, sofrendo?". Ele falou: "Porque lá nos interessa uma coisa: o tamanho do mercado". Então, agora não vai ser só o tamanho do mercado, nós resolvemos a trabalhista, agora vamos resolver a reforma tributária, e aí vocês vão ver que o Brasil vai começar a receber investimento numa quantidade muito maior.

E o Brasil vai poder atuar agora como uma plataforma de exportação. Nós vivemos a desindustrialização mais rápida do mundo. O Brasil tinha a oitava indústria mais importante do mundo, caímos para a nona, caímos para a décima, décima primeira, décima segunda, décima terceira, décima quarta, e nós estamos em décimo quinto. Se a gente não corrigir a reforma tributária, daqui a pouco a gente não tem mais indústria.

De dez anos para cá, Senador Izalci, se nós considerarmos 2013 e 2023, nós tivemos aumento da população, aumento do consumo no Brasil e perdemos 10% do número de indústrias no Brasil. É inacreditável! Nós tínhamos 330 mil indústrias, em 2013; em 2023, nós caímos para 300 mil. Isso nós vamos corrigir agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, está aqui. É lógico que isso é cadeia produtiva, todo mundo vai crescer junto, vai receber investimento.

Agora, por exemplo, a Toyota, lá em Sorocaba, vai dobrar a produção, sabe para quê? Para exportar para o mundo, coisa em que ela não tinha interesse antes, porque era mais caro produzir aqui do que lá fora. Agora, com a reforma tributária, eles acreditam que vai ser possível produzir aqui no Brasil e exportar para o mundo.

É isso.

Estamos no caminho certo. O Brasil vai voltar a crescer acima da média do mundo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Lippi.

Eu quero agradecer a presença também do Mauricélio Oliveira, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint), e do Breno Vale também, Diretor de Projetos dessa organização.

Nada mais havendo a tratar, declaro, então, encerrada esta reunião, agradecendo a presença de todos.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e quinze minutos do dia três de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Izalci Lucas, Sergio Moro, Fernando Dueire, Randolfe Rodrigues, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Humberto Costa, Jaques Wagner, Flávio Arns, Rosana Martinelli, Flavio Azevedo, Tereza Cristina, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda do Senador Beto Faro, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Soraya Thronicke, Cid Gomes, Irajá, Augusta Brito, Sérgio Petecão, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 38, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado de Mato Grosso e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto Aprendizagem em Foco Mato Grosso (Mato Grosso Resilient, Inclusive, and Sustainable Learning Project)." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Favorável, nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do PRS que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação do requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 40, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 56,000,000.00 (cinquenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Linhares, Estado do Espírito Santo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do programa de Desenvolvimento Urbano e Ordenamento Territorial de Linhares." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável, nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do PRS que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação do requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 41, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo no valor de € 50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros), entre a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB e o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), cujos recursos destinam-se ao Programa Resiliência Climática em Cidades (setor água)." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do PRS que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação do requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 537, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Estatuto Profissional dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Favorável ao projeto e contrário a Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto e contrário às emendas apresentadas. **Observação:** Aprovada a apresentação do requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1726, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para considerar despesa médica, para fins de dedução da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, o pagamento relativo à instrução de pessoa com transtorno do espectro autista." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3956, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2440, de 2023 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o incentivo fiscal às doações realizadas a organizações gestoras de fundo patrimonial, constituídas nos termos da Lei 13.800/2019, e sobre sua tributação; altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; a Lei n° 9.250, de 26 de dezembro de 1995; a Lei n° 9.532, de 10 de dezembro de 1997; e dá outras providências." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3155, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera o art. 5º da Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (Funapol), para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destinar as taxas cobradas para emissão de passaporte exclusivamente para a prestação desse serviço." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com uma emenda apresentada. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Projeto de Lei n° 953, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1- CAE (Substitutivo). **Observação:** A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 134, de 2024** que: "Requer a realização de audiência pública para debater a suspensão do X e Starlink no Brasil." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Resultado:** Aprovado o Requerimento 134/2024 - CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Senador Jayme Campos, Senadora Damares, Senador Nelsinho, havendo número regimental declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 3 de setembro de 2024.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Ofício 137/2024, do Instituto dos Advogados Brasileiros.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Comunicado.

Esta Presidência comunica aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras as seguintes atualizações promovidas no plano de trabalho do grupo de trabalho da CAE que acompanha a reforma tributária no Senado Federal, sob a coordenação dos Senador Izalci Lucas:

Hoje e amanhã, dias 3 e 4 de setembro, às 14h, debateremos sobre o impacto da reforma tributária no setor de serviços.

Senador Izalci, como V. Exa. está aqui, eu passo a palavra para V. Exa. para fazer o restante da leitura, por favor. O senhor o tem em mãos?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Tenho.

Presidente, trata também de comércio de serviço, nos dias 3 e 4.

No dia 10 de setembro, na próxima terça-feira, também às 14h, trataremos do *cashback* (dinheiro de volta) e cesta básica nacional.

No dia 11 de setembro, na quarta-feira, às 14h, nós vamos debater os impactos da reforma tributária na cultura, no setor de hotelaria, parques de diversões e parques temáticos.

No dia 12 de setembro, quinta-feira, às 9h da manhã, nós vamos discutir como a reforma tributária impactará a saúde e a educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 17 de setembro, terça, às 14h, o assunto será regimes aduaneiros especiais, ZPEs e regime de bens de capital.

No dia 18 de setembro, quarta-feira, às 14h, vamos debruçar sobre a reforma tributária e a infraestrutura nacional.

Nos dias 24 e 25 de setembro, terça e quarta-feira, às 14h, lidaremos com os regimes diferenciados e específicos.

Dia 1º de outubro, terça-feira, às 14h, abordaremos o Simples Nacional, a Zona Franca de Manaus e as áreas de livre comércio.

Dia 2 de outubro, quarta-feira, às 14h, e dia 3 de outubro, quinta-feira, às 9h da manhã, nós vamos debater os impactos do PLP 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, dispõe sob o processo administrativo tributário relativo aos lançamentos de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto de arrecadação do IBS, e sobre o Imposto de Transmissão sobre Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), e dá outras providências.

Remanescem destaques pendentes de votação para a Câmara dos Deputados; concluída a votação, a matéria será remitida ao Senado Federal.

Nos dias 8 e 9 de outubro, terça e quarta-feira, às 14h, discutiremos o imposto seletivo.

Nos dias 15 e 16 de outubro, terça e quarta-feira, às 14h, o tema será transição e fiscalização.

No dia 22 de outubro, terça-feira, às 10h, durante a sessão deliberativa da CAE, haverá a entrega e a leitura do relatório.

Esse é o programa de trabalho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Izalci. Parabéns pela condução, Senador Izalci! Estou recebendo aqui dos Senadores e das Senadoras muitos elogios, Senadora Damares, pela condução desses trabalhos – as reuniões sempre cheias, essas audiências públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um momento importante por que está passando o país, muitos apreensivos, muitos setores apreensivos, Senador Sergio Moro, com a questão da regulamentação, principalmente os de área de serviço, construção civil, os lácteos. Temos que ficar atentos, Senador Jayme, porque nós temos que buscar essa discussão mais aprofundada.

Senador Izalci; em seguida, Senador Sergio Moro.

Senador Izalci, com a palavra...

Nelsinho, perdão. O Izalci está aqui do lado.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, já falei com V. Exa. – e com alguns colegas que aqui estão – para colocar extrapauta um projeto cujo relatório já foi lido, no dia 18 de junho de 2024. E, atendendo a um pedido do Senador Jaques Wagner, a gente o retirou de pauta por 30 dias para poder receber sugestões da parte da AGU. Porém, passaram-se 60 dias e nenhuma sugestão chegou.

Então, usando a minha atribuição, a minha legitimidade e o meu direito, peço a V. Exa. que coloque em apreciação extrapauta o Projeto de Lei 953, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Será atendido, Senador Nelsinho, porque realmente o Governo, nosso Líder Jaques Wagner, pediu 30 dias de prazo, e já se passaram 60 dias.

Peço até à Mesa aqui que, quando tivermos esses prazos, o que foi negociado, se feito acordo, seja cumprido.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Um outro adendo: caso o Senador ainda queira fazer alguma contribuição, como ele vai para outras Comissões, apenas para esgotar a nossa... E aí vai ter tempo suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Será atendido. Será o Projeto 953, de 2021.

Senador Sergio Moro, pediu a palavra?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Sim.

Presidente Vanderlan, primeiro quero concordar com V. Exa. Esse tema da reforma tributária tem trazido muita preocupação. Essas audiências públicas realizadas aqui na CAE estão sendo extremamente oportunas. Não tenho conseguido acompanhar todas, mas quero estar aqui à tarde e amanhã também, por conta do período das eleições municipais.

Mas também preciso registrar aqui, Senador, não é exatamente o tema desta CAE de hoje, mas nós estamos num estado de exceção no Brasil, praticamente, porque a segurança jurídica está indo embora. Semana passada, nós fomos surpreendidos por essas decisões que vieram do Supremo, que nós respeitamos como instituição, mas que representam, na prática, a suspensão de uma rede social utilizada por 22 milhões de usuários brasileiros, nos colocando mal internacionalmente. Países como Coreia do Norte, Rússia, China, e até pior...

Eu recebi aqui de um amigo da América Latina, que está em Beijing, China. Ele me mandou o seguinte aqui, Senador Jayme: "Estou em Beijing", está em inglês... "*I'm in Beijing, and I'm using VPN to access Gmail, WhatsApp, X etc. No one is fining me or looking for me. What a contrast*". Tradução: "Estou em Beijing, estou usando VPN para acessar Gmail, WhatsApp, X etc. Ninguém está me multando ou procurando por mim. Que contraste".

Então, nós estamos hoje numa situação, Senador Jayme, pior do que a China. Não concordo com ofensas em rede social, deploro – sou vítima, inclusive, de agressões e ataques –, mas essa disputa, esquecendo que tem 22 milhões de usuários brasileiros, pessoas que usam isso para negócios, Senador Laércio, pessoas que usam isso para política, e nós estamos no período eleitoral, pessoas que usam para debater, inclusive, temas econômicos, como a reforma tributária. E, de repente, por uma briga que não faz nenhum sentido, nós temos essa rede suspensa e uma imposição por decisão judicial para todos os brasileiros, que não são parte do processo, de uma multa se forem acessar a rede. Se já é controverso suspender a rede social – mas aí, vá lá, tem uma obrigação legal de ter representação no Brasil –, de repente, não: vem uma obrigação a todos os brasileiros, uma penalização sem base legal... Eu pensava que esta Casa do Congresso é que teria a responsabilidade de fazer lei. E tem essa ameaça de multa de 50 mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, pelo menos, o Ministro Fux, no julgamento da Primeira Turma, fez uma ressalva, de que não concordava com essa parte – absolutamente sem precedentes. E veja aqui, como ilustrando para V. Exa., estamos piores do que a China.

Então, a gente pode debater aqui os temas econômicos, os projetos, acho que é importante, Senador Nelsinho Trad, mas a gente fica se indagando onde isso vai parar, se a liberdade de expressão é ou não é uma condição necessária, um direito necessário para o bom funcionamento da democracia. Esses excessos nas redes sociais, quando identificados propriamente, com o devido processo legal, têm que ser coibidos individualmente. O que não dá é simplesmente suprimir direitos de 22 milhões de usuários, uma ferramenta importante de comunicação social, com impactos econômicos... Até, Senador, vamos sugerir fazer uma audiência pública para discutir o impacto de suspensão de rede utilizada por 22 milhões de usuários do Brasil. Quem foi prejudicado? Vamos chamar as pessoas para poderem falar, já que não podem falar em outros fóruns, aqui no Legislativo, para esclarecer o que está acontecendo.

Quero deixar muito claro, respeito as instituições, nossas instituições democráticas, sou contra agressões e ofensas, mas nós precisamos ter segurança jurídica neste país, e não estamos tendo.

E as pessoas têm medo de se manifestar hoje, Senador Vanderlan, em plena campanha eleitoral, as pessoas têm medo de se manifestar. Nós temos um dever nesta Casa de nos posicionarmos de maneira institucional, respeitosa, mas não podemos concordar com o que está acontecendo neste país.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Senador Vanderlan...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador, só um momentinho... Um momento.

Senador Sergio Moro, o que V. Exa. sugeriu aí – e que é muito sério, concordo com V. Exa., eu também sou um dos que é mais atacado com *fake news*, e eu procuro o caminho da Justiça quando sinto que sou prejudicado –, V. Exa. tocou num ponto aí que nós podemos aqui, nesta Comissão, discutir e debater.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se até o final ou se V. Exa. concordar e fizer esse requerimento dessa audiência pública aqui, ou qualquer um dos Senadores e Senadoras aqui presentes, nós colocaremos em votação nesta reunião ainda.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Vou preparar até o final desta sessão um requerimento para a gente discutir impactos econômicos dessas decisões do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – E nós vamos aqui dar urgência para essa audiência pública, que não prejudique as outras reuniões, vamos buscar um horário para nós debatermos isso aqui. É muito absurdo isso que está acontecendo. Não quero entrar aqui na questão legal, mas são 22 milhões de brasileiros, e eu uso muito essa rede. Eu creio que todos aqui a usem também.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Desculpe, Senador, mas nós ficamos indagando e talvez tenhamos que levar adiante.

Nós estamos sujeitos a essa multa também, os Senadores e Deputados? Nossa imunidade material não significa mais nada? Eu tenho alguma preocupação em relação a isso.

É claro que a gente pode ir à tribuna e falar, mas essa rede tem sido importante para se comunicar. Ontem, foi ordenada a prisão do candidato vencedor das eleições da Venezuela, e, se nós quisermos nos manifestar de maneira relevante para o mundo, o caminho, a não ser que seja a imprensa internacional, é o X, é o Twitter. Então, esse tipo de decisão ainda nos leva a esse isolamento mundial. É onde nós acompanhávamos as notícias.

Eu vi, esses dias, antes da suspensão, Senador Laércio, um tuíte do Papa Francisco de solidariedade ao Brasil, às vítimas de Recife – acho que foi antes ali. E eu queria – eu pensei até – retuitar, pois é uma solidariedade às vítimas de Pernambuco, mas não pode, porque nós brasileiros estamos proibidos de usar o X, com uma pena de R$50 mil. Inclusive ver tuíte do Papa não podemos também.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Izalci, com a palavra, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu também não poderia deixar de manifestar apoiando integralmente a fala do Senador Moro.

Ontem, nós tivemos a oportunidade no Plenário de falar alguma coisa, mas é inadmissível o que está acontecendo no Brasil. Sinceramente, o Senado Federal não tem realmente correspondido às suas funções, às suas obrigações. É inadmissível que o Supremo, que deveria cuidar e ser o guardião da Constituição, na prática, seja hoje um algoz, que não cumpre sequer a Constituição.

Quando se fala que todos não estão acima da lei, que todos devem cumprir a lei, mas a lei que seja constitucional. Eu vi o Vice-Presidente falando realmente que ninguém e nenhuma instituição estão acima disso, mas, quando existe uma lei que é inconstitucional ou abusiva, você não é obrigado a cumprir. Então, essas decisões...

Inclusive, ele falou do X, mas bloquear as contas da Starlink, que é uma instituição que tem contrato, inclusive, com as Forças Armadas na área de saúde, na área de fronteiras, onde é fundamental... Eu não sei como é que o Governo, a Polícia Federal e o Exército vão continuar cuidando das fronteiras com relação ao tráfico de drogas com a rescisão ou com qualquer comprometimento com o contrato da Starlink.

Eu não sei se é estratégico também, porque, como o Supremo se manifestou recentemente favorável às drogas – e a gente votou aqui, mas falta votar na Câmara –, talvez, com essa rescisão ou essas penalidades da Starlink, isso vai facilitar ainda mais o tráfico de drogas nas fronteiras. Então, eu não sei se uma coisa está ligada à outra, mas de fato nós precisamos reagir.

E essa iniciativa de V. Exa., atendendo ao pedido do Senador Moro de uma audiência para discutir o impacto disso... E é grande o impacto não só com relação aos 22 milhões de habitantes, mas com relação também à questão de dificuldade de investimento no Brasil. Muitos empresários, muitos investidores estrangeiros já estão manifestando a preocupação de investir no Brasil. Portanto, esse impacto é muito grande e merece realmente essa audiência o mais rápido possível.

Parabéns, Senador Sergio Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eu recebo a informação aqui de que a rede tem mais de 40 milhões de usuários e de que o valor da multa está em 50 mil caso usem o X, antigo Twitter, ou o PL citado pelo Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Senador Vanderlan, quero só fazer uma retificação aqui: essa confusão toda na minha cabeça é pela insegurança jurídica – Senador Fernando Dueire, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Prezados Senadores e prezadas Senadoras, ontem, por volta das 23h, chegou à Mesa do Senado Federal a Mensagem 42, de 2024, que indica o Sr. Gabriel Muricca Galípolo para exercer o cargo de Presidente do Banco Central, com mandato para o período de janeiro de 2025 a dezembro de 2028.

Conforme eu tenho informado, em conversa e em reunião que vamos ter com o Senador Rodrigo, que vai conversar, segundo ele, com os líderes para definir a data de votação no Senado e, antes, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, aqui nós vamos estar também conversando – já tenho conversado com alguns Senadores – para vermos uma data. Não adianta nada a gente marcar a sabatina aqui, V. Exas. sabem disso, se o Presidente do Senado não pautar ali no Plenário. Como é comum aqui, a gente sempre sabatina, Senador Jayme, aqui, de manhã e, à tarde, no Plenário. Então, vamos definir isso aí. O Rodrigo Pacheco vai conversar com os líderes para ver a melhor data. Semana que entra, na data do dia 10, vai ser semipresencial... Então, possivelmente, deve ser a partir do dia 10.

Deputado Ismael Alexandrino, seja bem-vindo à nossa Comissão!

Então, esses são os nossos...

Ao pessoal da imprensa, que está aí, e ao pessoal que tem nos procurado a gente tem procurado esclarecer ao máximo possível esse assunto.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, essa sabatina, não tendo urgência, tem que ser depois das eleições. Ainda mais com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse clima no país, aqui, de que não se podem debater os temas, inclusive, em rede social! Acho que não tem clima, sinceramente. É melhor que seja depois das eleições municipais, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Fernando.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Pela ordem.) – Presidente, eu gostaria de me associar ao que o eminente Senador Sergio Moro sugeriu agora há pouco. Não vamos ter a pressa que aniquila o verso. Isso é um assunto muito sério. Isso é política monetária do país. E o senhor abriu esta sessão colocando as dificuldades com que nós nos deparamos todos os dias. Isso é um assunto muito sério. Isso é uma disciplina que precisa de um exame correto desta Casa. E não pode ser uma indicação que passe com a anuência e a pressa que não nos permitam uma análise correta do que propõe o indicado, até porque, logo em seguida, certamente haverá a indicação para substituição de outros diretores.

Então, gostaria de que, com seu equilíbrio, com a sua ponderação, mas também com a sua firmeza, colocasse ao Presidente Rodrigo Pacheco. Nós também faremos isso ao seu tempo, porque a pressa não é boa para este país neste momento, não é boa companhia, até porque as datas demonstram que nós não precisamos de pressa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Fernando Dueire.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 38, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado de Mato Grosso e o Banco Internacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto Aprendizagem em Foco Mato Grosso (Mato Grosso Resilient, Inclusive, and Sustainable Learning Project).

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Favorável, nos termos do PRS que apresenta.

O restante, aqui, Senador Jayme, está em inglês. Aí, V. Exa. faz a leitura, e o Senador Sergio Moro faz a tradução.

Senador Jayme, com a palavra para a leitura do seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Vanderlan. Da mesma maneira, agradeço a V. Exa. por ter me designado Relator desta matéria tão importante, desse financiamento que o Mato Grosso vai contratar junto ao Bird para a educação pública do nosso estado.

Se V. Exa. me permite, entrarei já em fase adiantada, até porque todo mundo já tem conhecimento do relatório que foi apresentado a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Por favor, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – O projeto tem objetivos específicos:

i) promover uma resposta eficaz para recuperar as perdas de aprendizagem e reduzir as taxas de abandono dos alunos do ensino secundário inferior e superior, nas escolas públicas, através da concretização de condições baseadas no desempenho;

ii) fortalecer a gestão escolar e promover a cooperação estadual-municipal e a eficiência de custos na reorganização em curso da estrutura de governança regional e na descentralização da educação através da realização de condições baseadas no desempenho;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iii) melhorar a conectividade das escolas estaduais e as competências digitais de professores e alunos através da obtenção de condições baseadas no desempenho;

iv) aprimorar o sistema de gestão e informação educacional do tomador para promover a tomada de decisão eficiente nos municípios e no tomador, por meio do cumprimento de condições baseadas em desempenho; e

iv) reabilitar e manter infraestruturas seguras, inclusivas, verdes e resilientes, parcialmente através da obtenção de condições baseadas no desempenho.

O projeto será financiado pelo empréstimo junto ao Bird e por contrapartida local no valor de US$25 milhões.

Fase de análise, Sr. Presidente.

Como salientado, a operação de crédito pretendida será contratada pelo Estado de Mato Grosso e o Bird, no valor de US$100 milhões, e destina-se ao financiamento parcial do Projeto Aprendizagem em Foco Mato Grosso.

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu o Parecer SEI nº 1345/2024/MF, de 30 de abril de 2024, favorável ao pleito e à concessão de garantia da União nessa operação de crédito externo.

No parecer, são fornecidas informações acerca da situação do Estado de Mato Grosso no que diz respeito ao cumprimento das condições e exigências de natureza financeira e processual, estipuladas nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, bem como relativas às disposições constantes da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, que estabelece os limites e condições para que a União possa conceder garantias em operações de crédito.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das condições e exigências definidas nas resoluções supracitadas, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os seguintes esclarecimentos:

a) o referido projeto foi autorizado pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), conforme a Resolução nº 7, de 7 de abril de 2022;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

b) a contratação da operação de crédito foi deferida pelo supracitado parecer, que considerou terem sido atendidos os requisitos mínimos previstos na Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, em especial quanto aos limites de endividamento do Estado de Mato Grosso;

Foram atendidas também as demais condições estabelecidas no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

c) relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do plano plurianual, é informado que a operação em questão preenche esse requisito;

d) a Lei Orçamentária do Estado de Mato Grosso para 2024 contempla dotações para a execução do Projeto no exercício em curso; constam desse orçamento dotações relativas à receita da operação de crédito externo, ao aporte de contrapartida e à despesa com encargos da dívida;

e) a STN também verificou que há previsão do oferecimento de contragarantias da parte do Estado de Mato Grosso; para tanto, o Poder Executivo está autorizado a vincular as receitas previstas nos arts. 155, 157 e 159, nos termos do art. 167, §4º, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas;

Permita-me, Sr. Presidente: como disse e volto a repetir, essa matéria já está disponibilizada aqui nesta Comissão. Eu passo já à fase final.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 1495/2024/MF, de 19 de junho de 2024. No exame das cláusulas da minuta contratual, concluiu que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie.

Em especial, foi observado o disposto no art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, ou contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem como que implique compensação automática de débitos e créditos.

O voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado de Mato Grosso encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte.

É o nosso voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns, Senador Jayme, pela leitura do seu relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, CAE... (*Pausa.*)

Perdão. Desconsiderem essa última parte da leitura, Senador Jayme, Senadoras e Senadores.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do PRS que apresenta.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Presidente, pela ordem.

Eu só quero agradecer a V. Exa., que nos atendeu e colocou com a maior celeridade possível a votação dessa matéria aqui nesta Comissão. Quero agradecer aos demais pares aqui, que agiram de forma séria, responsável, como pessoas que pensam para o bem do Brasil, a concordância. Esse foi um voto simbólico, entretanto, como não teve nenhuma manifestação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contrária, isso é muito bom. Portanto, eu quero agradecer, em nome do povo do Mato Grosso, a todos os senhores aqui, particularmente na pessoa do Presidente Vanderlan, pela aprovação dessa matéria tão importante para melhorarmos a educação do nosso Estado do Mato Grosso, que é um estado que V. Exa. conhece, é um estado de dimensão continental, tem avançado muito, mas ainda é muito pouco diante dos enfrentamentos que nós vamos fazer lá.

A educação, com certeza, é capital da pátria, por isso nós estamos investindo maciçamente nela, com o nosso Governador Mauro Mendes. E aqui nós temos, com certeza, que cumprimentá-lo pelos investimentos não só na educação, na saúde, e sobretudo na questão da infraestrutura.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – E o nosso Governador Mauro Mendes tem feito o dever de casa. Mato Grosso tem crescido bastante.

Conforme V. Exa. tinha pedido...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu queria pedir para V. Exa., se houver concordância, que V. Exa. pudesse encaminhar em regime de urgência urgentíssima para o Plenário, para votarmos na tarde de hoje, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência para ir ao Plenário o item 1 da pauta, a Mensagem SF nº 38, de 2024.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o pedido de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o pedido de urgência.

Senadora Margareth Buzetti, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente Vanderlan.

Quero só cumprimentar o nobre colega Senador Jayme Campos pelo relatório e dizer que nós passamos, Senador, de 24º no Ideb, uns quatro anos atrás, para 8º, pelo investimento na educação. Isso é muito importante. O Governador Mauro Mendes está realmente de parabéns, porque é a educação que inicia tudo em nossa vida, é pela educação que nós vamos ter estruturação da família, que nós vamos ter um país melhor.

Então, parabéns, Senador!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora.

Item extrapauta: Projeto de Lei nº 953, de 2021, não terminativo.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 953, DE 2021

Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Favorável nos termos do substitutivo.

Observações:

1) Em 18 de junho de 2024, Senador Jaques, após a leitura do relatório, foi concedida vista coletiva da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2) A matéria será apreciada pela CCJ em decisão terminativa.

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto o Senador Nelsinho Trad se gostaria de fazer o uso da palavra. Senador Nelsinho, não? (*Pausa.*)

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CAE, substitutivo.

A matéria vai a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, me permita aqui só um comentário sobre esse tema.

Realmente havia uma combinação, um trato feito com o Senador Nelson Trad, mas, só para resgatar que, em função da compensação da desoneração, esse tema foi tratado, que é exatamente das dívidas não tributadas com as agências. Já foi votado no meu relatório, e ele está na Câmara. Não empata uma coisa ou outra, mas só para registrar, para não parecer que eu não dei tratamento à conversa e à negociação feita. Ele foi tratado, só que não no âmbito do projeto do Senador Nelson; foi tratado lá na compensação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Jaques Wagner.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 40, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 56,000,000.00 (cinquenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Linhares, Estado do Espírito Santo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do programa de Desenvolvimento Urbano e Ordenamento Territorial de Linhares.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável, nos termos do PRS que apresenta.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Fabiano Contarato para leitura do seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou direto fazendo uma síntese do relatório, porque já foi disponibilizado o voto, Sr. Presidente.

De acordo com a Exposição de Motivos nº 70, de 2024, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação de comprovações requeridas pela legislação, visando ao encaminhamento do processo ao Senado Federal, para fim de autorização da operação de crédito em tela, bem como à concessão de garantia por parte da União, ressalvando que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser verificado o disposto na Portaria Normativa nº 500, o cumprimento substancial das condições especiais prévias ao primeiro desembolso, bem como seja formalizado o contrato de contragarantia.

Com base nessas informações e considerando ainda que se encontram satisfeitas as condições estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, bem como pelas demais normas legais e constitucionais, incluindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

101, concluímos não haver motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização ao pleito em exame.

Voto.

Diante do exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem do Senado Federal nº 40, de 2024, nos termos do seguinte...

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador. Parabéns pelo seu relatório!

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do PRS que apresenta.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, só requeiro que seja postulada urgência nesse procedimento, para que vá ao Plenário, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência feito pelo Senador e Relator do item 2 da pauta, Mensagem (SF) nº 40, de 2024.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, Senador Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vai ao Plenário.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 41, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo no valor de € 50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros), entre a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB e o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), cujos recursos destinam-se ao Programa Resiliência Climática em Cidades (setor água).

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Nos termos do PRS que apresenta.

Senador Sergio Moro, se o senhor entende em alemão, está aqui para fazer a tradução.

Relatório: favorável, nos termos do PRS que apresenta.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves, para a leitura de seu relatório.

Com a palavra, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, é um empréstimo da Caesb (Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal), envolve 62,5 milhões de euros, equivalentes a R$390 milhões, em 29/08/2024. Desse total, 50 milhões de euros são de empréstimo obtido junto ao banco KfW e 12,5 milhões de euros são de recursos próprios a serem desembolsados pela Caesb como contrapartida dentro do Programa Resiliência Climática em Cidades (setor água). Os recursos oriundos do empréstimo externo serão aplicados pela Caesb em três grandes linhas de destinação, quais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sejam: redução de perdas, eficiência energética e melhoria e ampliação das estações de tratamento de esgoto.

O programa... Presidente, o total do empréstimo...

Já com todo o parecer técnico também da Procuradoria-Geral da Fazenda, nós apresentamos que não há nenhum óbice para autorização do presente pleito, que se encontra de acordo com que preceitua a legislação vigente.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Diante do exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem do Senado 41, de 2024, nos termos do seguinte projeto de resolução do Senado, conforme já publicado.

Esse é o voto, Sr. Presidente, e eu peço aos demais pares apoio ao nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Damares (*Fora do microfone.*), parabéns pelo seu relatório!

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do PRS que apresenta.

A matéria vai ao Plenário.

Senador Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu pediria a V. Exa. também que votasse o requerimento de urgência, para que a gente pudesse levar essa matéria também ao Plenário, se possível ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência do item 3 da pauta, Mensagem (SF) nº 41, de 2024.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vai a Plenário.

Item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 537, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Estatuto Profissional dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1.

Observações:

1. Em 4/3/2022, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do senador Paulo Paim.

2. Em 30/11/2022, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.

3. Em 3/9/2024, foram apresentadas as Emendas nºs 2 a 6, de autoria do senador Mecias de Jesus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Fernando Dueire para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador Fernando.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, em exame nesta Comissão o Projeto de Lei 537, de 2019, do Deputado Federal Baleia Rossi, que institui o Estatuto Profissional dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativas.

O projeto é composto de oito artigos. O art. 1º declara instituído o Estatuto Profissional dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativas, definindo em seu parágrafo único que à categoria profissional dos trabalhadores em cooperativas corresponde a categoria econômica das cooperativas.

O art. 2º delimita o campo de aplicação da lei. O art. 3º garante a liberdade de associação profissional e sindical do trabalhador. O art. 4º reassevera a liberdade de exercício profissional do trabalhador. O art. 5º reafirma a equiparação das cooperativas aos demais empregadores.

O art. 6º reitera que a jornada de trabalho dos trabalhadores regulamentados é a mesma garantida na CLT, inclusive quanto à redução ou implementação de banco de horas.

O art. 7º garante que o art. 7º, V, da Constituição é aplicável aos trabalhadores regulamentados quanto ao piso salarial da categoria. O art. 8º contém cláusula de vigência imediata da lei.

Quanto ao mérito propriamente dito, entendemos que a matéria merece ser aprovada.

O cooperativismo, como gerador de renda é de uma importância inequívoca, reconhecida, inclusive, no plano internacional. Seu crescimento tem sido exponencial nos últimos anos, o que justifica uma atenção especial dos legisladores.

Como assevera o autor, na justificação do projeto na Casa de origem, aspas:

> Apesar da organização do setor, de sua força econômica e dos empregos gerados, ainda não há legislação própria no país dispondo sobre o estatuto profissional dos trabalhadores que prestam serviços às cooperativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Esse é exatamente o propósito deste projeto: conferir tratamento adequado ao trabalhador das cooperativas, aquele que mantêm vínculo de emprego com uma cooperativa ao preencher os requisitos legais da legislação trabalhista: pessoalidade, habitualidade, onerosidade e subordinação.

Nesse sentido, o projeto estabelece, em linhas gerais, a inclusão desses trabalhadores no quadro de proteção legal trabalhista.

Trata-se, como já foi reconhecido em outro momento, de proposição mais explicativa que efetivamente propositiva – ela é mais explicativa do que propositiva.

A garantia dos direitos trabalhistas e demais direitos sociais aos trabalhadores contratados por cooperativas (que não devem se confundir, note-se, com os trabalhadores cooperados) é, em princípio, já recepcionada pela Constituição e pela legislação brasileira.

O voto.

Assim, pelo exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 537, de 2019, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 6, aqui da CAE, emendas que são substantivas, mas que na verdade terminam por poderem ser exploradas em projeto complementar a ser provocado por esta Casa.

Saúdo aqui o Senador Paim e o Senador Mecias de Jesus.

Era o que eu tinha a relatar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado. E parabéns pelo seu relatório. É uma matéria muito importante, que vem dar segurança jurídica aos celetistas que prestam esse trabalho às cooperativas.

Inclusive, Senadora Damares, nós tivemos aí um pedido para que se desse atenção a essa pauta, pelo Presidente Nacional da OCB, Sr. Márcio, e pelo meu Presidente da OCB de Goiás, o Luís.

Então, nós colocamos a matéria em discussão, parabenizando V. Exa. mais uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V. Exa., com a concordância desse Colegiado, o regime de urgência, para que possa ser submetido a Plenário se possível ainda hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência, feito pelo Senador Fernando Dueire, do item 4 da pauta, Projeto de Lei nº 537, de 2019.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O projeto vai ao Plenário.

Senador Sergio Moro com a palavra.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, só para informar... Primeiro, quero elogiar aqui o trabalho do nosso querido Senador Fernando Dueire. Esse projeto é bastante interessante. Mas eu quero informar aqui que aquele requerimento da audiência pública já está entregue aí. É o Requerimento 134, de 2024, de audiência pública para nós discutirmos os impactos econômicos dessas recentes decisões do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Supremo Tribunal Federal. Eu peço que seja colocado extrapauta, então, Presidente, nesta sessão ainda.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Será atendido, Senador.

Item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 2440, DE 2023

- Terminativo -

Dispõe sobre o incentivo fiscal às doações realizadas a organizações gestoras de fundo patrimonial, constituídas nos termos da Lei 13.800/2019, e sobre sua tributação; altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; e dá outras providências.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CE, com parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda Substitutiva nº 1 -CE.

2. Em 16/11/2023, foi apresentada a Emenda nº 2 , de autoria da senadora Daniella Ribeiro.

Relatório pela aprovação do projeto, com acolhimento da Emenda nº 2, nos termos do substitutivo apresentado, restando prejudicada a Emenda Substitutiva nº 1, da CE.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Cunha, para a leitura do seu relatório.

Senador Rodrigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiramente, aqui eu quero destacar este projeto de autoria do Senador Flávio Arns.

É um projeto extremamente inteligente, meritório e necessário, para investir, de maneira alternativa e facultativa, em parcerias junto, principalmente, às universidades, faculdades, nas áreas de pesquisa e de educação. É um projeto que vem sendo trabalhado já há bastante tempo por esta Casa, que chega aqui de maneira terminativa e em que o nosso objetivo maior é tê-lo aprovado.

Então, estive conversando agora com o Líder do Governo, Jaques Wagner, que apresentou aqui, também, solicitações do Ministério da Fazenda, principalmente trazendo alguns pontos de ajustes de redação, apesar de concordarem também com o mérito, porque aqui nós não estamos falando em acréscimo de renúncia de receita ou algo do tipo, mas só dando a possibilidade de o cidadão, a pessoa física ou de as empresas, pessoas jurídicas também fazerem doações para melhorar o nosso sistema educacional brasileiro, de maneira extremamente sustentável.

Então, através dessas organizações que gerem fundos patrimoniais, nós encontraríamos aqui uma solução rápida, sem burocracia. É algo que acontece no mundo inteiro – e os Estados Unidos são uma das referências em parceria de empresas com universidades, por exemplo.

Para fazer esse ajuste fino, nós vamos retirar de pauta, no compromisso de ser pautado na próxima reunião, inclusive, podendo ser até virtual, se V. Exa. assim pautar. Aqui já deixo esse requisito, com a concordância do Líder do Governo, para que seja, já na próxima sessão, colocado em pauta, tendo em vista que nossos gabinetes, tanto o meu quanto o do Senador Flávio Arns, estarão juntos com o Ministério da Fazenda para encontrar esse ponto.

Mas, Sr. Presidente, antes de finalizar, eu queria aqui também destacar, ressaltar a atuação do Presidente, Senador Vanderlan Cardoso, à frente desta Comissão. Eu estive acompanhando virtualmente a última sessão, não consegui me manifestar, mas quero dizer que V. Exa. foi um Presidente extremamente eficiente na Comissão de Ciência e Tecnologia desta Casa – eu acho que foi a Comissão que mais aprovou projetos naqueles dois anos específicos, inclusive projetos que mudaram a realidade deste país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui na CAE não é diferente, e tudo isso porque V. Exa. é uma pessoa democrática, é uma pessoa também extremamente acessível e que não usa, como se chama no Judiciário "embargos de gaveta", e não usa, como aqui a gente chama, o "jeitinho" para não pautar um projeto A, B ou C, se V. Exa. não concordar. Quem tem que concordar são os Parlamentares que têm aqui essas atribuições e prerrogativas. Então, V. Exa. tem a função de pautar e dar celeridade, e essa celeridade traz eficiência para o país.

Então, eu quero aqui, em testemunho, dizer que acompanhei na CCT, e o *modus operandi*, a forma de ser do Senador Vanderlan é esta – foi lá, é aqui e vai ser onde quer que esteja –: buscar resultado, eficiência, sem perseguição e sem se achar melhor do que quem quer que seja.

Então, deixo aqui esse meu registro também.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Rodrigo. Fizemos história na CCT. Projetos importantes ali, Senador Fernando, Senadora Tereza, Senador Sergio Moro, foram destravados. Alguns estavam ali há anos. Posso citar aqui, mais uma vez, Senador Flávio, o PLC 79, que transformou de concessão para autorização a questão das teles: banda larga, internet nas escolas, preparamos para o 5G. E o país recebendo aí bilhões e bilhões de investimentos.

E o fizemos com a participação de V. Exa. Aquela Comissão deu uma produtividade enorme à época porque os Senadores e as Senadoras eram envolvidos, como é a CAE. Aqui nós temos uma produção, Senadora Tereza, em votação de matérias, gigantesca, porque tem a participação de todos. E nós vamos continuar, até o fim do meu mandato aqui, nesta Comissão, trabalhando da mesma maneira em prol do nosso país. E não vamos aqui ficar cedendo a essas discussões, a essas lacrações que têm acontecido, não somente comigo – vejo aqui muitos Senadores e Senadoras sofrendo com isso.

Então, muito obrigado pela sua palavra. Aliás, pela de todos vocês que se manifestaram, não é, Senadora Damares? Aquela defesa, aquela fala de V. Exa. percorreu o Brasil inteiro. Muito obrigado pelo carinho.

Item 7 da pauta: será feita a retirada, a pedido do Relator, o Senador Rodrigo Cunha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 134, DE 2024

Requer a realização de audiência pública para debater a suspensão do X e Starlink no Brasil.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 134, de 2024, da CAE.

Senador Sergio Moro, com a palavra.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, eu faço aqui coro também aos elogios que foram feitos para V. Exa. Nós temos que distinguir um pouco hoje o que é um debate real, público, sério e o que às vezes é feito para gerar impacto, muitas vezes com injustiças.

Agora, vamos ao testemunho.

Há um insulto importante hoje no país, que é a suspensão dessas redes sociais, que ameaça uma empresa que investe no Brasil e que tem um impacto para além da liberdade de expressão; tem impacto na segurança jurídica. E V. Exa. de pronto se disponibilizou a colocar em votação o requerimento para que nós possamos debater nesta Casa.

Então, agradeço, Senador Vanderlan, por sua disposição, e faço coro aqui aos elogios à sua gestão na CAE, não só pela rapidez com que tem tratado esses assuntos, mas também por ter focado aquilo que importa para o país: a reforma tributária, essas discussões sobre pacto econômico, e agora essa questão do Diretor do Banco Central, que espero que fique lá para adiante, para não ser contaminada por esses debates.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Sergio Moro. Agradeço pelas suas palavras, Senador.

Senadora Tereza, com a palavra.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Bom dia, Senador. Eu quero aqui me somar a todos os colegas desta Comissão e dizer do seu empenho, da sua celeridade, da sua elegância, da sua forma democrática de conduzir esta Comissão. Então, eu espero que todas as outras possam seguir esse exemplo aqui e que tenham o mesmo comportamento que o senhor tem tido aqui nesta Comissão, em que a gente vota matérias importantíssimas para o nosso país – a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Então, parabéns pela sua condução! E nós estamos juntos aí para caminhar, aprovando todos os projetos de interesse do país.

Eu queria me somar aqui e assinar, subscrever, junto com o Senador Sergio Moro também, esta audiência. Acho que ela é de suma importância.

Parabéns pela iniciativa, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Tereza. Obrigado também pelas palavras de V. Exa. Aliás, com V. Exas., como foi na outra reunião, daqui a pouco nós vamos estar aqui emocionados. Obrigado pelo carinho de todos vocês.

Item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3956, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo apresentado.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu peço licença para ir diretamente à análise.

Nos termos do art. 91, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre aspectos econômicos de quaisquer proposições a ela submetidas.

No que se refere à constitucionalidade da proposição, observa-se que a União é competente para legislar a respeito de juntas comerciais.

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a escolha por um projeto de lei ordinária revela-se correta, pois a matéria não está reservada à lei complementar pela Constituição.

No que concerne à juridicidade, com exceção às ressalvas que faremos adiante, a proposição se afigura adequada, pois: o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o adequado; há matéria nela vertida que inova o ordenamento jurídico; o projeto possui o atributo da generalidade; ela se afigura dotada de potencial coercitividade; e se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

A técnica legislativa empregada – por meio da qual foram revogados dispositivos de lei em vigor e conteúdo idêntico constou de outros dispositivos da proposição – não é a usual. Contudo, esse procedimento não prejudicou a compreensão do texto, assim como há detalhamento das disposições que foram revogadas e repetidas em outros dispositivos. Ao fim e ao cabo, há a necessária inovação da legislação em vigor por parte do PL, pois algo além do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

revogado e repetido foi acrescentado. Não fosse esse detalhamento, a proposição não preencheria o requisito da juridicidade.

Há previsão, no PL, de utilização de procedimentos de competência do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Sabemos que é vedado a um projeto de lei de iniciativa legislativa parlamentar impor obrigações ou determinar que atos específicos sejam praticados por órgãos do Poder Executivo, em razão do princípio da separação dos Poderes, que está lá no art. 2º da Constituição Federal. Contudo, a presente proposição se limita a tratar de tema que já é de competência do mencionado órgão do Poder Executivo, sem a ele impor qualquer obrigação ou prática de ato específico.

Portanto é possível afirmar que a matéria veiculada no PL não é de iniciativa privativa do Presidente da República, tampouco está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer outra de suas Casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da Constituição Federal, razão pela qual não há inconstitucionalidade.

Passemos ao exame do mérito.

Como bem apontado na justificação da proposição, o objetivo é principalmente determinar o célere registro da constituição de empresários individuais, de empresas individuais de responsabilidade limitada e de sociedades limitadas.

Para os casos do objeto de decisão singular, há previsão de deferimento automático do arquivamento dos atos constitutivos, aprovada a consulta prévia da viabilidade empresarial e da viabilidade de localização. Essa medida propiciará o encurtamento dos prazos de registro de empresas no país.

Trata-se de fazer prevalecer a lógica de que quase a totalidade dos arquivamentos são deferidos, restando uma pequena quantidade que pode ser cancelada posteriormente. Assim, a análise do cumprimento das formalidades legais será feita em um momento futuro, no prazo de dois dias úteis, contando da data do deferimento automático do registro. Caso seja identificado o vício insanável, o arquivamento será cancelado; se o vício for sanável, será seguido um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procedimento determinado por órgão do Ministério da Economia, facilitando a utilização, pelo interessado, do documento padrão fornecido pelo Estado.

Contudo, é preciso levar em conta o advento da referida Lei nº 13.874, de 2019, a nossa Lei de Liberdade Econômica, que trouxe vários avanços ao tema.

Um desses avanços se refere à desburocratização quanto à apresentação de cópia de documentos. De acordo com a Lei de Liberdade Econômica, cópia de documento autenticada na forma prevista em lei dispensará nova conferência com o documento original. Essa autenticação poderá ser realizada por meio de comparação entre o documento original e a sua cópia pelo servidor a quem o documento seja apresentado. Além disso, a Lei de Liberdade Econômica já contemplou a possibilidade de autenticação por declaração do advogado ou do contabilista da parte interessada, prevista no PL.

Como se vê, a nova lei já efetuou parte das modificações propostas, deixando este PL maculado com vício de injuridicidade em alguns aspectos.

Além disso, é tecnicamente inadequado que questões específicas sofram tantas modificações normativas em um espaço de tempo tão curto. Entendemos que as questões tratadas pela Lei de Liberdade Econômica não devem ser modificadas agora.

Isso não significa que devemos rejeitar a presente proposição: ainda há questões não tratadas pela Lei de Liberdade Econômica que podemos abordar, de modo a aprimorar a legislação em vigor.

Assim, propomos extinguir o cargo de Vogal das juntas comerciais, para afastar todo e qualquer tipo de interesse corporativista da administração pública nas juntas comerciais, deixando as decisões de registro empresarial para avaliação técnica e desapegada de paixões classistas.

Trata-se de uma ideia encampada pela Emenda nº 20, apresentada pelo Deputado Alexis Fonteyne à mencionada medida provisória lá de 2019, fonte remota do PL em análise. Essa emenda não havia previsto todas as alterações necessárias, mas agora estamos propondo a alteração dos dispositivos de lei que serão afetados com a extinção do cargo de Vogal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seguindo ao que se depreende ser o espírito da referida emenda, propomos que o plenário da junta comercial seja composto por servidores com comprovados conhecimentos de direito comercial e de registro de empresas mercantis.

Em termos lógicos, o plenário da junta comercial deve ser composto ou por pessoas de livre escolha do Governador do estado, atendido o art. 11 da Lei nº 8.934, ou por pessoas com algum tipo de vínculo administrativo (servidores). Entendemos que o plenário das juntas comerciais deve ser composto não por vogais, mas sim por servidores com comprovados conhecimentos de direito comercial e de registro de empresas mercantis, de modo a prevalecer o caráter técnico e não político nas decisões das juntas comerciais.

Propomos, portanto, deixar intocados os dispositivos já modificados pela Lei da Liberdade Econômica, exceção feita ao ponto referente aos vogais.

Para tanto, apresentamos substitutivo no qual estamos não apenas extinguindo o cargo de Vogal, mas estabelecendo regras de transição necessárias para que as juntas comerciais continuem com o funcionamento regular. Essa transição irá durar, no máximo, quatro anos, que é o prazo do mandato de Vogal estabelecido pela legislação em vigor.

Em face do exposto, Sr. Presidente, opinamos pela aprovação do projeto de lei, na forma do presente substitutivo, que segue em anexo.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns, Senador Alessandro! Obrigado pelo seu relatório.

A matéria está em discussão.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Presidente... Presidente Senador Vanderlan.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Tereza, com a palavra.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Eu gostaria de pedir vista. É um projeto... Parabéns, Senador Alessandro, Senador Randolfe, que é o autor do projeto!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um projeto muito interessante, um projeto que realmente vai melhorar, vamos dizer, a celeridade, enfim, tudo aquilo que a gente precisa nas juntas comerciais, mas eu gostaria de pedir vista porque é um projeto que a gente quer apresentar, quer dar uma olhada para contribuir um pouquinho mais com ele.

Então, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora.

Senador Sergio Moro, com a palavra.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Eu quero aqui aderir ao pedido de vista da Senadora Tereza, elogiando o trabalho do colega, do Senador Alessandro, mas há uma preocupação, e até por oportuno, Senadora Tereza, em relação à questão do tratamento das cooperativas dado no projeto, já que tem uma mudança. As cooperativas são muito fortes lá no Paraná e também no Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – E em Goiás.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Em Goiás e no país inteiro, mas eu destaco aqui principalmente o Paraná.

E, basicamente, é esse o motivo e até seria oportuno que pudéssemos falar com o próprio Relator para, se necessário for, buscar os ajustes, porque, evidentemente, o projeto é para modernizar e não para prejudicar ninguém, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria...

Senador Flavio.

Com a palavra, Senador Flavio.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Bom dia, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bom dia, Senador.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu gostaria de dar os parabéns ao nosso Relator, que faz um parecer brilhante, com certeza, principalmente no que se refere a essa mudança nos vogais, na extinção de vogais, colocando em seu lugar pessoas que tenham conhecimento do direito comercial.

Os vogais, Sr. Presidente, hoje têm um papel fundamental e são, na maioria, de nomeação do Governo do estado, e são pessoas que não entendem absolutamente nada de direito comercial. Eles supõem e pedem alguma assessoria aos próprios funcionários das juntas, sendo que alguns deles utilizam o cargo – estou falando isso em termos de Rio Grande do Norte, não estou generalizando – para prejudicar a empresa que pretende um registro ou uma alteração no contrato social, um aditivo no contrato social, por motivos políticos, por motivos de mau relacionamento pessoal.

Então, esse é um mérito muito grande do substitutivo que está sendo feito pelo Senador. Dou os parabéns a ele, mas compreendo perfeitamente as razões da Senadora e me alio ao pedido de vista dela, pela importância que isso tem para o estado dela, principalmente para o Centro-Oeste e para o Sul do Brasil, onde as cooperativas funcionam.

No Nordeste é um pouco diferente. No Nordeste, nas cooperativas, o erro delas começa por terem dono. Quando se forma uma cooperativa, dizem: "Aquilo é a cooperativa de fulano de tal". Ora, isso vai contra o princípio que criou as cooperativas. Então, tem um dono. Ele se encarrega de colocar, Senadora e Senador Moro, as pessoas por ele indicadas, que sempre votam nele para o comando da cooperativa. Então, tem dono a cooperativa, imagine isso.

Mas eu sei que funciona muito bem no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste, de modo que eu também me alio ao pedido de vista, mas, ao mesmo tempo, dou os parabéns ao Senador pelo brilhante relatório!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Obrigado, Senador Flavio Azevedo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria continua em discussão.

Houve pedido de vista feito pela Senadora Tereza. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir... (*Pausa.*)

Concedo pedido de vista coletivo, não está encerrada a discussão.

Eu gostaria de fazer uma correção. No início aqui, fiz uma leitura informando aos Senadores e Senadoras que recebemos, chegou à Mesa do Senado – Mesa do Senado e não a esta Comissão – a Mensagem 42, de 2024, que indica o Sr. Gabriel Muricca Galípolo para exercer o cargo de Presidente do Banco Central, com mandato de janeiro de 2025 a dezembro de 2028.

E, em respeito à imprensa, aos nossos colegas aqui presentes, a toda a imprensa que tem divulgado os trabalhos desta Comissão, ainda continua alguma dúvida sobre a sabatina: a sabatina não será realizada no próximo dia 10. Então, gostaria de comunicar isso.

E, não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Antes de encerrar, é que eu estava aguardando o requerimento do Moro e foi aprovado tão instantaneamente... Eu quero subscrever e quero acrescentar um nome ao Requerimento 143. Eu estou muito preocupada com a questão da telessaúde depois da suspensão do serviço da Starlink.

Em aldeias indígenas e nas áreas ribeirinhas, Presidente, crianças estão sob risco. Então, eu quero subscrever e também acrescentar um nome na audiência, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O.k., Senadora.

Obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e quinze minutos do dia dez de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Oriovisto Guimarães, Sergio Moro, Plínio Valério, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto, Paulo Paim, Humberto Costa, Daniella Ribeiro, Flavio Azevedo, Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Alan Rick, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Soraya Thronicke, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Rosana Martinelli, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 187, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, para prorrogar o prazo para a transposição e transferência dos saldos financeiros remanescentes das contas dos Fundos de Saúde, de exercícios anteriores, até o fim do exercício financeiro de 2024." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pelo arquivamento. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5634, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o plantio de espécies nativas para a recuperação ou a restauração de áreas ecologicamente sensíveis na propriedade rural." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1867, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que "dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR" e a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que "dispõe sobre a proteção da vegetação nativa", para aperfeiçoar a legislação ambiental e prever medidas de incentivo ao seu cumprimento." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 173, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Autoriza transferência de capital, a título de contribuição, mediante celebração de convênios entre a União e as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs), em atenção ao disposto no § 6º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Magno Malta. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Vista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concedida. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2440, de 2023 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o incentivo fiscal às doações realizadas a organizações gestoras de fundo patrimonial, constituídas nos termos da Lei 13.800/2019, e sobre sua tributação; altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; a Lei n° 9.250, de 26 de dezembro de 1995; a Lei n° 9.532, de 10 de dezembro de 1997; e dá outras providências." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 140, de 2024** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, informações e esclarecimentos sobre matéria reproduzida em site de grande visualização que menciona que a pasta está estudando apresentar proposta de nova tributação de big techs." **Autoria:** Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Mensagem (SF) n° 43, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de € 33.000.000,00 (trinta e três milhões de euros), de principal entre o Governo de Estado da Paraíba, e a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, cujos recursos destinam-se ao Projeto Rede Integrada de Corredores de Transporte Público de João Pessoa (PB) - Ações 1 e 2 - BRS-JP." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Favorável, nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da comissão favorável ao projeto nos termos do PRS apresentado. Aprovada também a apresentação do requerimento de urgência para a matéria. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Mensagem (SF) n° 45, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 35,300,000.00 (trinta e cinco milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América) entre o Governo do Estado do Espírito Santo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo - PROMOJUES." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável, nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da comissão favorável ao projeto nos termos do PRS apresentado. Aprovado também a apresentação do requerimento de urgência para a matéria. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Mensagem (SF) n° 46, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 61,216,000.00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(sessenta e um milhões e duzentos e dezesseis mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Espírito Santo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Apoio ao Fortalecimento da Gestão Pública do Espírito Santo - "Espirito Santo Mais Inteligente"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável, nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da comissão favorável ao projeto nos termos do PRS apresentado. Aprovado também a apresentação do requerimento de urgência para a matéria. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Mensagem (SF) nº 48, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará - PROARES III - 2ª etapa." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Favorável, nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da comissão favorável ao projeto nos termos do PRS apresentado. Aprovado também a apresentação do requerimento de urgência para a matéria. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.023154/2025-16

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/10

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de setembro de 2024.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Ofício 133/2024/SEMGOV, Prefeitura Municipal de Ariquemes;

- Ofício da Secretaria de Parcerias e Investimentos do Governo do Estado de São Paulo;

- Ofício 1.938/2024/SGM, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 39ª e 40ª Reuniões, realizadas em 03/09/2024, e da 41ª Reunião, realizada no dia 04/09/2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais. Aqueles que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente. (*Pausa.*)

Senadora Augusta... (*Pausa.*)

O microfone está...

Aí...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Pronto.

Bom dia. Bom dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bom dia.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Por videoconferência*.) – Primeiro, quero desejar a todos os que estão aqui participando uma ótima sessão.

Eu queria só pedir a inclusão de pauta da Mensagem 48, de 2024, Sr. Presidente, se possível. Eu já agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k., Senadora Augusta. Eu vou colocar extrapauta.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, o item 1, Projeto de Lei nº 187, de 2023... (*Pausa.*)

É.

Não está presente o Relator. Então, vamos retirá-lo da pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 187, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, para prorrogar o prazo para a transposição e transferência dos saldos financeiros remanescentes das contas dos Fundos de Saúde, de exercícios anteriores, até o fim do exercício financeiro de 2024.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pelo arquivamento.)

Item 2, foi solicitada também, a pedido da Relatora, a retirada de pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 5634, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre o plantio de espécies nativas para a recuperação ou a restauração de áreas ecologicamente sensíveis na propriedade rural.

Autoria: Câmara dos Deputados

TRAMITA EM CONJUNTO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 1867, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que "dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR" e a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que "dispõe sobre a proteção da vegetação nativa", para aperfeiçoar a legislação ambiental e prever medidas de incentivo ao seu cumprimento.

Autoria: Comissão de Meio Ambiente

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria

Observações:

1. Em 10/9/2024, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do senador Mecias de Jesus.

2. A matéria será apreciada pela CMA.)

Item 3, Projeto de Lei 173, de 2020. Também, com a ausência do Relator, retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 173, DE 2020

- Não terminativo -

Autoriza transferência de capital, a título de contribuição, mediante celebração de convênios entre a União e as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs), em atenção ao disposto no § 6º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CCJ, com parecer favorável ao projeto.)

Item 4. O Senador Rodrigo Cunha é o Relator e ainda não chegou.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2440, DE 2023

- Terminativo -

Dispõe sobre o incentivo fiscal às doações realizadas a organizações gestoras de fundo patrimonial, constituídas nos termos da Lei 13.800/2019, e sobre sua tributação; altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; e dá outras providências.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CE, com parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda Substitutiva nº 1 -CE.

2. Em 16/11/2023, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria da senadora Daniella Ribeiro.)

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 140, DE 2024

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, informações e esclarecimentos sobre matéria reproduzida em site de grande visualização que menciona que a pasta está estudando apresentar proposta de nova tributação de big techs.

Autoria: Senador Flavio Azevedo (PL/RN)

Concedo a palavra ao Senador Flavio Azevedo, autor do requerimento.

Ele está aí? (*Pausa.*)

Vamos colocar em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, bom dia a V. Exa.

Cumprimento os colegas que estão presentes nesta reunião.

Sr. Presidente, faço o pedido aqui para que seja colocada extrapauta a Mensagem do Senado Federal nº 43, de 2024, da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

Vamos colocá-la extrapauta, Senadora.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Temos mais dois itens extrapauta, a pedido do Senador Fabiano Contarato. Quando ele entrar, a gente coloca em votação.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 43, DE 2024

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de € 33.000.000,00 (trinta e três milhões de euros), de principal entre a o Governo de Estado da Paraíba, e a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, cujos recursos destinam-se ao Projeto Rede Integrada de Corredores de Transporte Público de João Pessoa (PB) - Ações 1 e 2 - BRS-JP.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Favorável, nos termos do PRS que apresenta

Concedo a palavra Senadora Daniella Ribeiro para leitura do seu relatório.

Tem que ligar o microfone.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Agora sim, Sr. Presidente. Ligamos o som. Obrigada.

A Mensagem do Senado Federal nº 43, de 2024 (nº 980, de 29 de agosto de 2024, na origem), da Presidência da República, contém pleito para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da Presidência da República Federativa do Brasil, entre o Estado da Paraíba e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no valor de 33 milhões de euros de principal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os recursos da operação de crédito pleiteada serão destinados ao financiamento do Projeto Rede Integrada de Corredores de Transporte Público de João Pessoa (PB) – Ações 1 e 2 – BRS-JP.

O programa foi devidamente identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), por meio da Resolução Cofiex nº 43, de 25 de outubro de 2022.

Dentre os documentos que compõem os autos, destacamos as Exposição de Motivos nº 91, de 27 de agosto de 2024, do Ministério da Fazenda; os Pareceres SEI nº 2.638, de 8 de agosto de 2024, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGF), e nº 2.430, de 29 de junho de 2024, da Secretaria do Tesouro Nacional; as Notas Técnicas SEI nº 320, de 16 de fevereiro de 2024, e nº 2.457, de 10 de outubro de 2023, também da Secretaria do Tesouro Nacional; bem como a cópia da minuta do contrato de empréstimo a ser firmado, em inglês e na sua versão traduzida para o português.

A operação de crédito pretendida foi inscrita no Sistema de Informações de Capital Estrangeiro de Crédito Externo (SCE), mantido pelo Banco Central, sob o código TB147595.

Análise, Sr. Presidente.

O art. 52, inciso V, da Constituição Federal confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Cabe também a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito interno e externo dos entes da Federação, inclusive suas autarquias e entidades controladas, e para a concessão de garantia da União para as referidas operações, conforme os incisos VII e VIII do mesmo dispositivo constitucional.

Essas normas constam da Resolução do Senado Federal nº 40, de 2001, da RSF nº 43, de 2001, e da RSF nº 48, de 2007. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, também normatiza o tema, principalmente em seus arts. 32 e 40.

Neste sentido, de acordo com a citada Exposição de Motivos nº 91, de 2024, do Ministério da Fazenda, a Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à operação de crédito pretendida, haja vista que o Estado da Paraíba cumpre os requisitos legais para ambos, salientando ainda que o mutuário recebeu nota A quanto à classificação final da capacidade de pagamento, que é a nota máxima atribuída pela STN aos estados. O Estado da Paraíba, além disso, cumpriu todas as metas do Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal, instituído pela Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021.

Ainda de acordo com a Exposição de Motivos nº 91, de 2024, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação de comprovações requeridas pela legislação, visando ao encaminhamento do processo ao Senado Federal para fins de autorização da operação de crédito em tela, bem como à concessão de garantia por parte da União, ressalvando que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser verificado o disposto na Portaria Normativa nº 500, de 2 de junho de 2023, do Ministério da Fazenda (sobre a adimplência do ente) e o cumprimento substancial das condições especiais prévias ao primeiro desembolso, bem como seja formalizado o contrato de contragarantia.

Com base nessas informações e considerando ainda que se encontram satisfeitas as condições estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, bem como pelas demais normas legais e constitucionais, incluindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, concluímos não haver motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização ao pleito em exame.

Voto.

Diante do exposto, Sr. Presidente, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem do Senado Federal nº 43, de 2024.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, e o voto.

Gostaria também de destacar, aproveitando aqui a reunião, inclusive parabenizando a condução de V. Exa., Senador Izalci, não só os investimentos do Estado da Paraíba, com recursos próprios na questão da mobilidade urbana por todo o Estado, bem como no que diz respeito a ter condições, inclusive sendo destacado como um estado que tem não só priorizado, mas tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sido modelo no que diz respeito à questão orçamentária, financeira e à capacidade de endividamento por força, justamente, da sua gestão extremamente responsável por parte do Governador João Azevêdo e sua equipe, extremamente responsável, e, além de tudo, no fortalecimento do estado através dessa condução que tem sido austera no que diz respeito à gestão e à capacidade de financiamentos, enfim, no que se refere ao orçamento.

O Estado da Paraíba tem investido muito, Sr. Presidente, com recursos próprios na sua atuação, e quem anda na Paraíba hoje vê uma outra Paraíba com recursos próprios em ações tanto de mobilidade como em ações outras relativas à infraestrutura do estado, bem como também a questões de outra ordem, como saúde, educação, segurança.

Então, eu queria fazer esse destaque justamente porque essa capacidade de endividamento é porque a Paraíba já tem levado constantemente a melhor nota no que diz respeito a essa capacidade, por força da gestão.

É isso, Sr. Presidente, agradeço a oportunidade e agradeço também aos colegas por estarem aí acompanhando e também peço a votação, que seja aprovado hoje, extrapauta.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Senadora.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia a todos e todas.

Eu requeiro a V. Exa. que inclua para deliberação as Mensagens 45 e 46, por gentileza, e aí eu serei breve no relato, vou direto para o voto, se V. Exa. assim permitir.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim. Só vou votar, primeiro, a Mensagem 48, que foi um pedido da Senadora Augusta.

Senador Flavio Azevedo, com a palavra.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Bom dia, Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Em primeiro lugar, eu quero pedir desculpas pelo meu atraso, mas infelizmente eu não tenho como controlar a TAM e a Gol, esse voo atrasou um pouco e eu cheguei atrasado. Foi votado aqui um requerimento de minha autoria, que foi aprovado já, e eu quero, então, agradecer a V. Exa. e aos colegas pela deferência e pela atenção que tiveram ao meu pedido e dar só um toque, assim, do motivo que me fez fazer esse pedido.

O Ministro da Fazenda lança os balões de ensaio dele normalmente através da imprensa, e balão... Eu sou nordestino, tem várias formas de se fazer um balão, vários tamanhos. Esses balões servem para testar a opinião pública. Então, V. Exa. imagine: um pedido de tributação em cima dessas empresas que já pagam os tributos no Brasil, tendo como justificativa – está aqui, palavras do Ministro – que essas empresas pagam o lucro das atividades diretas que têm no Brasil, sobre publicidade, sobre o Imposto de Renda, mas que as empresas alemães, chinesas principalmente, inglesas têm atuação indireta porque oferecem no exterior produtos brasileiros. Ora, que bom! E se oferecem produtos brasileiros, eles pagam esses impostos aqui, porque as vendas são feitas, vão como exportação, imagino eu.

Enfim, e aí me assusta mais ainda, porque, por trás disso, está dito pelo Ministro aqui, na *Folha de S.Paulo* do dia 28, que deve incluir este... Este assunto deve ser discutido, e deve incluir regulamentação no Brasil do imposto mínimo global

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, tudo que o Governo faz, Sr. Presidente, é imposto, é imposto, é imposto, para tentar cobrir um orçamento que é impossível de ser coberto, porque as despesas estão cada dia mais descontroladas, e cobrir as despesas incontroladas com imposto é tremendamente injusto. O escudo que nós temos – como o Senador Rogerio Marinho disse ontem, no discurso dele, quando entregou o pedido de *impeachment* – é isto aqui, somos nós; é o escudo da população, é o escudo do povo.

Eu pretendo discutir este balão de ensaio, vamos chamar assim, aqui neste Plenário, e saber realmente quais são as intenções do Governo e o que é que o Ministro pretende fazer para 2025, para controlar minimamente as despesas e não elevar simplesmente as receitas à custa do povo brasileiro.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Parabenizo V. Exa. pela iniciativa. De fato, precisamos controlar essas questões de aumento de imposto; inclusive, o orçamento que foi encaminhado a esta Casa está todo baseado em aumento de imposto. Então, parabéns a V. Exa.

Vou conceder a palavra à Senadora Daniella. Provavelmente é para pedir o regime de urgência, não é, Daniella?

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – É isso, Sr. Presidente. Eu me empolguei na fala sobre a Paraíba, porque realmente a gente está vivendo um momento ímpar no nosso estado. Eu queria pedir o requerimento para inclusão de urgência em Plenário, para que ele siga em regime de urgência para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

Então, em votação o requerimento de regime de urgência da Mensagem 43, de 2024.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vou passar a palavra à Senadora Augusta Brito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Bom dia, Sr. Presidente.

Já posso ler o relatório agora?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Isso. Pode fazer a leitura do relatório.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Por videoconferência*.) – Pronto.

Já quero lhe pedir, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Aliás, deixe-me, Augusta, só ler aqui esta mensagem.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

MENSAGEM (SF) Nº 48, DE 2024

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará - PROARES III - 2ª etapa.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Favorável, nos termos do PRS que apresenta.

A matéria vai ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Augusta para a leitura do seu relatório.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Já quero perguntar a V. Exa. se eu posso começar a leitura a partir da análise.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Sr. Presidente.

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, e visa a verificar o cumprimento das determinações das Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, e da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000). Essas são as normas que regulam os limites e as condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive a concessão de garantia no âmbito dos três níveis de governo.

Conforme salientado no Parecer SEI nº 2769/2024/MF, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de 19 de julho de 2024, tendo em vista o disposto no §4º do art. 11 da Portaria Normativa MF nº 1.583/2023, as operações garantidas pela União cujos credores sejam organismos multilaterais ou agências governamentais estrangeiras estão dispensadas da análise de custo efetivo máximo aceitável. O Parecer acrescenta que, conforme art. 2º, §2º, da Resolução nº 14, de 23 de fevereiro de 2024, do Grupo Estratégico do Comitê de Garantias (GE-CGR) da STN, também foi retirada a aplicação da vedação à concessão de garantia da União às operações cujos credores são organismos multilaterais ou agências governamentais estrangeiras que não contenham cláusula contratual que vede expressamente a securitização. Ambos os dispositivos se aplicam ao presente pleito.

De acordo com o referido Parecer SEI nº 2769/2024/MF, considerando a verificação dos limites e condições constantes da RSF nº 43, de 2001, com base na documentação dos autos, conclui-se que o ente cumpre os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF. Em relação à garantia da União, considerando os limites e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condições constantes da RSF nº 48, de 2007, entende-se que o ente também cumpre os requisitos legais e normativos necessários para a obtenção da garantia da União.

Saliente-se ainda que, de acordo com a Nota Técnica SEI nº 2457/2023/MF, de 9 de outubro de 2023, atualizada pela Nota Técnica SEI nº 320/2024/MF, de 9 de fevereiro de 2024, a capacidade de pagamento do Estado do Ceará foi classificada como "B", a qual atende ao requisito previsto no art. 13 da Portaria Normativa MF nº 1.583, de 2023, necessário para a continuidade da análise do Pedido de Verificação dos Limites e Condições da operação de crédito, no âmbito da STN.

Já a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por meio do Parecer SEI nº 3004/2024/MF, de 5 de agosto de 2024, pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação de comprovações e documentos requeridos na legislação, ressalvando que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser verificado o disposto na Portaria Normativa MF nº 500, de 2 de junho de 2023 (adimplência do ente) e o cumprimento substancial das condições especiais prévias ao primeiro desembolso, bem como seja formalizado o contrato de contragarantia.

Desta forma, considerando que se encontram satisfeitas as condições estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, bem como pelas demais normas legais e constitucionais, concluímos não haver motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização ao pleito em exame.

Vou agora para o voto.

O pleito relativo ao Estado do Ceará encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida autorização para contratação de operação de crédito externo pretendida, nos termos do projeto de resolução apresentado, cujo inteiro teor se encontra à disposição de todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras membros desta Comissão.

É o nosso voto, Sr. Presidente.

Já agradecendo pela inclusão extrapauta, dizendo se tratar de um grande programa que contribui não só com a infraestrutura social, como também a oportunidade de inclusão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtiva, promovendo também desenvolvimento e equidade nas regiões mais vulneráveis do Estado do Ceará. É de suma importância que a gente consiga aprovar.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem querer discutir, encerro a discussão.

Em votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário.

A Senadora Augusta está pedindo a votação do requerimento de urgência, é isso?

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Por videoconferência*.) – Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, em votação o requerimento de urgência da Senadora Augusta.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

MENSAGEM (SF) Nº 45, DE 2024

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 35,300,000.00 (trinta e cinco milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América) entre o Governo do Estado do Espírito Santo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo - PROMOJUES.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável, nos termos do PRS que apresenta.

A matéria vai ao Plenário.

Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para a leitura do relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Presidente, senhoras e senhores.

Quero aqui estender um abraço carinhoso e virtual a todos os meus colegas, Senadores e Senadoras. Vejo aqui na tela o Senador Oriovisto, a minha Senadora Zenaide, a Augusta, enfim, a todos os Senadores que estão aqui o meu abraço fraternal, e desejo sucesso aí nesse período eleitoral, nessas campanhas, porque eu sei que cada um está aí fortalecendo os partidos, que fazem parte, efetivamente, da democracia no Estado brasileiro.

Eu vou ser bem breve, Sr. Presidente, na leitura, de forma objetiva.

A PGFN, por meio do Parecer nº 2954/2024/MF, de 8 de agosto de 2024, concluiu não haver óbices à contratação em tela. Em especial, destacou que foi observado o disposto no art. 8º da RSF nº 48, de 2007, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A assinatura dos instrumentos contratuais, contudo, deverá ser precedida das seguintes providências: verificação do cumprimento substancial das condições especiais prévias aos primeiros desembolsos do contrato de empréstimo; verificação do cumprimento do disposto na Portaria Normativa MF nº 500; e formalização do respectivo contrato de contragarantia entre o mutuário e a União.

Voto.

Após o exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem do Senado Federal nº 45, de 2024.

Esse é o voto, Sr. Presidente. Desde já, eu faço o apelo e faço o requerimento de que, caso seja aprovado, seja submetido requerimento de urgência para ir ao Plenário.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário.

Em votação o requerimento apresentado pelo Senador Contarato, requerimento de urgência.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 8

MENSAGEM (SF) Nº 46, DE 2024

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 61,216,000.00 (sessenta e um milhões e duzentos e dezesseis mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Espírito Santo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Apoio ao Fortalecimento da Gestão Pública do Espírito Santo - "Espirito Santo Mais Inteligente".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável, nos termos do PRS que apresenta

A matéria vai ao Plenário.

Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para a leitura do seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Coordenação-Geral de Operações Financeiras Externas da União da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por intermédio do Parecer SEI nº 2.979, de 6 de agosto de 2024, frisa que as minutas contratuais não contêm disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do país, nem implicam compensação automática de débitos e créditos. Assim, as vedações impostas pelo art. 8º da RSF nº 48, de 2007, são devidamente observadas no pleito em análise.

Enfim, tanto a STN como a PGFN não apresentam óbices para a autorização do presente pleito, que se encontra de acordo com o que preceitua a legislação vigente. Assim sendo, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado do Espírito Santo está apto a receber a autorização senatorial para a contratação da operação de crédito pretendida acompanhada da concessão da garantia da União.

Voto.

Diante do exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem do Senado Federal nº 46, de 2024, nos termos que apresenta. Esse é o voto, Sr. Presidente.

E faço um apelo de que também, sendo aprovado, seja submetido o meu requerimento de urgência para que seja submetido à apreciação do Plenário do Senado Federal.

Muito obrigado pela compreensão e parabéns pela condução do trabalho de V. Exa. à frente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

A matéria está discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a construir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário.

Em votação o requerimento de urgência apresentado pelo Senador Fabiano Contarato.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 3 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 173, DE 2020

- Não terminativo -

Autoriza transferência de capital, a título de contribuição, mediante celebração de convênios entre a União e as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs), em atenção ao disposto no § 6º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CCJ, com parecer favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao Senador Flavio Azevedo para a leitura do relatório *ad hoc*.

O SR. FLAVIO AZEVEDO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. (*Fora do microfone.*)

Peço permissão a V. Exa. para ir direto para a análise.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CAE analisar os aspectos econômico-financeiros das matérias que lhe são enviadas para deliberação. Os aspectos relativos à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa já foram tratados na CCJ e não serão analisados neste parecer.

Idealmente, a sociedade espera que os indivíduos sob pena de privação da liberdade possam pagar pelos crimes que cometeram e retornar ao convívio social em paz. O que se observa no nosso país, porém, está muito distante desse ideal.

Felizmente, há iniciativas em parceria com a sociedade civil que podem trazer um pouco de esperança. A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) constitui uma organização sem fins lucrativos que atua em parceira com o poder público para acolher pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em cumprimento de pena de restrição de liberdade. Nos centros da Apac, os presos são tratados com dignidade e desenvolvem várias atividades voltadas para a ressocialização.

Do ponto de vista econômico e fiscal, são muitos os benefícios que o apoio estatal às APACs pode trazer. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça em 2021, o custo médio mensal de um interno nos presídios estaduais girava em torno de R$2 mil. Por sua vez, nas APACs, esse valor era de R$1,5 mil. O principal motivo para a diferença de custos reside no fato de que as APACs não precisam contratar seguranças para vigiar os internos já que eles próprios se vigiam.

Além disso, segundo dados da própria organização, a taxa de reincidência dos que cumprem a pena é bem menor: 15% contra uma média brasileira de 80% e média internacional de 70%. Vale lembrar que o retorno do indivíduo à prática de crimes significa que o encarceramento passado não atingiu o objetivo esperado, desperdiçando, assim, recursos públicos.

É importante destacar também que, nos centros da Apac, os reclusos recebem educação não apenas moral, mas também profissional. Dessa forma, o indivíduo passa a ter maiores chances de encontrar uma ocupação ao encerrar o período de reclusão. Para a sociedade, isso é ótimo, visto que aumenta a força de trabalho e o potencial de crescimento econômico.

Nesse sentido, penso que os investimentos na estrutura física das APACs que o PL nº 173, de 2020, trarão ainda mais estímulo aos internos para que possam recuperar a dignidade e o convívio na sociedade. Estaremos, assim, celebrando uma frase repetida como mantra nas APACs: "Todo homem é maior do que o seu erro".

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 173, de 2020.

Presidente, esse é o relatório do Senador Magno Malta, que me honrou como seu representante *ad hoc*. Eu peço a aprovação do projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Senador.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Senadora Augusta. Pois não, Senadora.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de pedir vista. Eu preciso de um tempinho maior para eu dar uma analisada, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, pedido de vista concedido.

A matéria será pautada na próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 49ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke, Sergio Moro, Jader Barbalho, Dr. Hiran, Plínio Valério, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Flávio Arns, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda do Senador Jayme Campos, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Sérgio Petecão, Rosana Martinelli, Flavio Azevedo, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Tereza Cristina e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 66/2024 - CAE, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Finalidade:** Debater os impactos da reforma tributária nos regimes diferenciados e específicos. **Participantes:** Sra. Maria Angélica Echer Ferreira Feijó, Representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil; Sr. Bruno Sobral, Diretor Executivo da Confederação Nacional de Saúde - CNSaúde; Sr. Edvaldo Sebastião de Souza, Presidente da Associação dos Participantes, Assistidos e Pensionistas do Plano de Benefícios N° 1, da PREVI – AAPPREVI; Sr. Arnoldo de Campos, Diretor de Operações e Abastecimento da CONAB; Sr. Daniel Loria, Diretor de Programa da SERT; Sr. Gabriel Cohen, Diretor-Executivo da Asosociação de Instituições de Pagamento (ABIPAG); Sr. Rodrigo Maia, Diretor-Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF; Sr. Jarbas de Biagi, Presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP); Sra. Ana Cláudia Utumi, Doutora em Direito Tributário pela USP, Advogada e Professora; Sr. Fernando Guedes Ferreira Filho, Representante da Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC; Sra. Aylla Kipper, Presidente em exercício da Associação Ambiental para coleta, gestão e refino do óleo lubrificante usado e contaminado - AMBIOLUC; Sra. Fernanda Garibaldi, Diretora Executiva da Zetta; Sr. Reynaldo Lima Júnior, Contador e Representante do CFC; Sr. João Rafael Gândara, Representante da FENABER; e Sr. Lucas Ribeiro, Advogado da ABR -Associação Brasileira da Reforma de Pneus. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/24

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 24 de setembro de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater os impactos da reforma tributária nos regimes diferenciados e específicos, em atenção ao Requerimento 66, de 2024, da CAE, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso.

Antes de convidar os expositores, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br\ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido, então, para ocupar aqui a mesa a Sra. Maria Angélica Echer Ferreira Feijó, representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – podem aplaudir, não tem problema, não. (*Palmas.*)

Convido também o Bruno Sobral, Diretor-Executivo da Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde) – muito bem! (*Palmas.*)

Edvaldo Sebastião de Souza, Presidente da Associação dos Participantes, Assistidos e Pensionistas do Plano de Benefícios Nº 1, da PREVI (Aapprevi) – muito bem! (*Palmas.*)

O Jarbas chegou, está aí: Jarbas de Biagi, Presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp). (*Palmas.*)

Bem, só para já informar, o prazo do regime de urgência venceu no dia 22, antes de ontem, mas tivemos ontem a informação do Presidente do Congresso, o Senador Pacheco, de que o pedido de retirada de urgência seria feito – já deve ter sido feito ou será feito agora –, porque estava na pauta de hoje e muita gente estava preocupada de votar isso hoje

É evidente que a gente não ia votar uma matéria como essa, tão importante, sem o debate que nós estamos fazendo. Então, nós vamos terminar aqui até dia 22 de outubro, vamos falar um pouquinho sobre o PL 108 ainda, vamos falar um pouquinho também sobre aquilo que está previsto na emenda constitucional, que é a questão também da previdência, vamos falar um pouquinho sobre isso, e entregar o relatório, no dia 22, para o Relator, que ainda não foi oficialmente designado, mas deve ser o Senador Eduardo Braga, para que ele possa avaliar as nossas recomendações e sugestões para a modificação do texto.

Então, sem mais delongas, eu passo imediatamente a palavra à Maria Angélica para sua exposição.

A SRA. MARIA ANGÉLICA ECHER FERREIRA FEIJÓ (Para expor.) – Bom dia, bom dia a todos e todas. Muito obrigada. Bom dia, Senador Izalci.

Em nome do nosso Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, João Martins, eu gostaria de agradecer o convite desta Casa democrática em trazer para cá a voz do produtor rural, para que nós possamos falar um pouco sobre o regime diferenciado do pequeno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtor rural, já que hoje a ideia é justamente nós tratarmos de diversos setores com diversos regimes diferenciados e por que aqui nós trazemos algumas questões para elucidação a respeito desse regime especial do produtor.

Deixe-me passar aqui para o próximo.

Eu posso apontar para onde? (*Pausa.*)

Para cá mesmo? (*Pausa.*)

Para cá.

Acho que o senhor está mais capacitado que eu.

Aí. Perfeito. (*Pausa.*)

Muito obrigada, Senador.

Em primeiro lugar, quando nós falamos de pequeno produtor rural, quem é esse pequeno produtor? Isso é muito importante ficar claro para esta Casa, para os debates parlamentares. Nós estamos falando primordialmente da agricultura familiar. E, segundo dados das Nações Unidas, a agricultura familiar é quem abastece um terço da alimentação mundial – 35% dos alimentos produzidos no mundo são oriundos da agricultura familiar. E, quando nós falamos em nível de Brasil, segundo o último censo agropecuário realizado pelo IBGE, 77% dos estabelecimentos agropecuários são estabelecimentos de produtores da agricultura familiar. E, ainda, esses produtores rurais, que são na verdade empreendedores, empregam 67% da força de trabalho humana nos seus estabelecimentos. Isso é muito importante, porque, toda vez que a gente fala, por exemplo, de maquinário, que a gente fala do agro, sempre vem aquela ideia do grande produtor, do produtor de soja, com aqueles grandes maquinários. Não é disso que a gente está falando aqui.

O PLP 68 trouxe um regime diferenciado de tributação para o pequeno produtor, que fatura até R$3,6 milhões. E é sobre esse regime diferenciado e algumas questões acessórias a esse regime que nós vamos tratar aqui. Isso por quê? Nós entendemos que a reforma tributária tem avançado muito e de uma forma muito positiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que acontece? Neste momento de regulamentação, é natural que todos nós aqui dentro desta audiência pública tragamos alguns detalhes do que precisa ser aprimorado. E nós trouxemos aqui três eixos de aprimoramento, na visão da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. O primeiro é garantir segurança jurídica, realmente cumprir com o princípio da não cumulatividade plena e estar atento a questões de ajustes de redação, sem importar o aumento, a majoração de alíquota. Esses são os nossos pontos principais e os nossos eixos que a gente gostaria de trazer aqui para conhecimento de todos.

Aqui eu dei uma leve travadinha. Presidente, por favor. Aí, perfeito, muito obrigada.

Qual é o primeiro ponto que serve para garantir a não cumulatividade plena? A gente traz aqui uma questão importante que diz respeito à parte da alíquota reduzida para alimentos. A alíquota reduzida para alimentos está lá prevista nesse art. 132 e a gente fala sobre o conceito do que é um alimento *in natura*, e aqui é um conceito muito importante. A gente tem duas emendas – a Emenda 625, da Senadora Tereza Cristina, e a Emenda 810, da Professora Dorinha – que tratam justamente de um ajuste nesse conceito. É um conceito muito amplo, um conceito que diz que um alimento *in natura*, obviamente, não foi submetido a um processo de industrialização. E qual que é a parte chave dessas emendas que retira uma parcela desse conceito que está hoje no PLP? É a ideia de que se esse alimento ele for embalado, ele não é mais considerado alimento *in natura*. E a gente coloca que a retirada dessa questão da embalagem é importante para que a gente não perca de qualquer forma a ideia do conceito de *in natura*. E a gente sabe, inclusive, que há um comércio muito forte, que é relevante para a população, por exemplo, dos orgânicos. Os orgânicos a gente pode comprar em feira ou pode comprar no supermercado. Esses orgânicos vêm dos pequenos produtores também. E o que acontece? Principalmente dos pequenos, na verdade. Esses alimentos, quando embalados, perdem essa característica do *in natura*. Então veja, uma alface que a gente compra tal como está ali vai ter uma alíquota minorada em 100%; agora, se eu embalar essa alface, ela pode estar adstrita à alíquota geral, se eu embalar e higienizar essa alface. Então a parte de higienização, secagem e tudo mais já está contemplada, o resto não.

Qual outro ajuste importante para garantir a não cumulatividade, principalmente nessa sistemática do regime especial do pequeno produtor? E aqui eu peço muita atenção, porque essa questão é importantíssima para nós não acabarmos com os pequenos produtores. Quanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao crédito presumido desse pequeno produtor rural que vai estar ali no regime diferenciado – optante, "não quero recolher o IVA e o IBS", é um direito dele, se ele estiver dentro do teto de faturamento –, esse pequeno produtor tem que gerar um crédito presumido para o adquirente, para a agroindústria que vai comprar dele. Isso já está previsto, mas a questão é qual o valor desse crédito? Se este crédito não for competitivo com aquele médio e grande produtor que está dentro do sistema do IVA, de não cumulatividade, que gera um crédito cheio para frente, qual vai ser a visão da agroindústria em escolher de quem comprar? Vou comprar do pequeno, que me gera um crédito presumido não muito bom, não muito alto, ou vou comprar do grande produtor, que me gera um crédito cheio?

Então, para nós não termos evasão, principalmente uma evasão do campo dos pequenos produtores, da agricultura familiar, nós precisamos garantir que esse crédito seja, no mínimo, a mesma questão da alíquota geral de IBS, CBS, com o desconto de 60%. Então, essa é uma questão muito importante para garantir a competitividade entre todos os produtores rurais.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA ANGÉLICA ECHER FERREIRA FEIJÓ – Outra questão importante: desoneração de bens de capital. Toda vez que o produtor rural vai adquirir um maquinário, um implemento agrícola ou equipamentos, a gente não tem ainda uma desoneração específica para essas questões.

O PLP traz uma disposição muito relevante ligada ao fato de que nós temos que ter desoneração de bens de capital, e isso ainda vai ser regulamentado. Precisa ser regulamentada essa desoneração, porque todo o acúmulo que gera para o produtor acaba tendo um efeito cascata, qual que é? O aumento dos alimentos.

E uma última emenda para garantir segurança jurídica, de acordo com o que nós vemos dentro dos elementos da POF, que é, na verdade, a cesta de consumo da população, das famílias, feita pelo IBGE. A gente vê que tem diversos alimentos que são consumidos pela população...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA ANGÉLICA ECHER FERREIRA FEIJÓ – ... inclusive pela população pobre, que não estão na cesta básica. Então, para não deixar essa população de fora, para serem contemplados ainda mais elementos, nós trouxemos aqui algumas questões, que são sucos, castanhas, mel, fungos e óleos vegetais na cesta.

Para terminar, Sr. Presidente – não vou me estender em respeito aqui, considerando a todos que ainda falarão –, nós temos ainda diversos pontos, diversas emendas que foram trazidas e que nós sempre trazemos ao debate, ligadas a diversos eixos. Todos eles com a preocupação da Confederação da Agricultura e Pecuária em proteger os interesses do produtor rural, porque, protegendo os interesses dele, nós garantimos que não haverá aumento do valor dos alimentos, não haverá inflação para os próximos anos vigentes da reforma tributária.

Essas são as questões, a gente fica à disposição, Sr. Presidente. Muito obrigada pela sua atenção e pela atenção de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Maria Angélica.

Vou passar a palavra agora ao Bruno Sobral, que é o Diretor-Executivo da Confederação Nacional de Saúde.

O SR. BRUNO SOBRAL (Para expor.) – Primeiro, muito bom dia, muito obrigado, Senador. Eu queria agradecer a Comissão na sua pessoa, que tem conduzido com brilhantismo esse processo de discussão, o senhor, que é um conhecedor da matéria.

Eu queria também, em nome do Presidente, Breno Monteiro, da Confederação da Saúde, saudar a todos.

Bom, a saúde está no regime diferenciado também, isso foi definido pela PEC. Hoje, a saúde privada no Brasil representa mais de 55 milhões de beneficiários atendidos. É um setor que cresce devagar, mas cresce, cresce junto com a economia. E a reforma tributária trouxe essa diferenciação. E por que ela trouxe essa diferenciação? Primeiro, porque a saúde é um serviço que está na Constituição. É um serviço que, quando prestado pela saúde privada, libera recursos para aqueles que mais precisam da saúde pública, assim como a educação também faz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma reforma tributária sem um tratamento diferenciado para a saúde geraria um aumento de 17 pontos percentuais na carga tributária, Senador, gerando aí um aumento de R$11 bilhões de impacto para as famílias brasileiras.

Então, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a atenção desta Casa e da Câmara dos Deputados ao setor.

Hoje 80% dos países da OCDE e dos países que têm IVA no mundo têm imposto zero para a saúde. Nós aqui não lutamos por imposto zero. O setor privado de saúde acha correto continuar contribuindo para o esforço de arrecadação fiscal, mas nós pedimos e acabamos tendo aqui um desconto de alíquota que nos aproxima de uma neutralidade. Isso é muito positivo, queria agradecer.

Algumas coisas ainda ficaram pendentes, e a elas nós gostaríamos da atenção do Senado.

A primeira delas é com relação a *home care*. As empresas de *home care* em tese estariam protegidas pelo PLP já. O PLP lista – na verdade, a NBS, que é a Nomenclatura Brasileira de Serviços – quais são os serviços de saúde que estão contemplados, e ela acabou abrindo um desses itens para uma série de serviços específicos. Então, o pedido aqui é que se inclua o *home care* como um desses serviços. É um ajuste quase redacional, é um ajuste para dar mais conforto a esse setor. Esse é o setor que faz todos os serviços de saúde que estão previstos na lei, mas ele os faz em ambiente domiciliar. E já houve um histórico com a Receita de um entendimento diferente sobre esse serviço daquele que a gente entende. Então, para dar mais segurança jurídica e mais tranquilidade para esse setor, a gente está pedindo a inclusão do nome serviço de atenção domiciliar no PLP. Esse seria o primeiro ajuste que a gente acha necessário que seja feito.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Já tem emenda?

O SR. BRUNO SOBRAL – Já tem emenda.

Com relação ao crédito para contratantes, é importantíssimo que quem contrata plano de saúde, as empresas que contratam plano de saúde também possam ter créditos – pelos motivos que foram explicados aqui pela Dra. Maria Angélica para o produtor familiar –, porque é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

forma de você não desestimular a contratação de plano coletivo. Então, o plano coletivo precisa passar créditos para esses contratantes também por uma questão teórica de você não ter cumulatividades na cadeia, porque é o que aconteceria, caso não fossem passados os créditos.

Já tem, no PLP que veio da Câmara, alguma normatização sobre isso, mas a gente acha que precisa – e não tem emenda ainda – clarificar melhor, definir melhor os parâmetros pelos quais vão se calcular esses créditos, de que forma esses créditos seriam repassados, senão a gente pode cair numa discussão jurídica posterior, e isso para a gente ainda não está muito claro como seria feito. Isso é importante ser feito, dá segurança para quem contrata o plano de saúde e dá segurança para as empresas de plano de saúde continuarem prestando esse serviço.

Uma outra discussão que tivemos longamente com a Receita é a questão das receitas financeiras – e tivemos aqui no Senado e tivemos na Câmara também.

Receitas financeiras de planos de saúde são receitas financeiras oriundas de uma provisão técnica obrigatória. Os planos de saúde são obrigados, Senador Izalci, a manter essas reservas lá pela ANS. E obviamente que essas reservas que estão no banco geram receitas financeiras. O nosso pleito é que essas receitas não fossem taxadas. Existe um entendimento da discussão com a Fazenda – o Dr. Daniel Loria pode mencionar isso também na fala dele – de que essas seriam receitas oriundas de um recurso que está guardado, mas que esse recurso veio de receitas tributáveis. Portanto, essa receita que está guardada no tempo deveria ser tributada também.

A gente entende diferente, a gente entende que, em que pese isso faça algum sentido, essa receita, esse recurso que é guardado nem sempre vem de receita de contraprestação, ela muitas vezes vem do dinheiro do sócio. O sócio tem que botar dinheiro lá e deixar guardado, muitas vezes porque a operação dele não está... Primeiro, ela precisa começar; ela começa sem receita, então precisa ter o dinheiro lá de começo. E depois você tem que... Muitas vezes, você não tem mais despesas do que receita, você tem prejuízo, e o sócio tem que aportar da mesma forma lá esse recurso. Então esse recurso nem sempre vem de receitas de contraprestações, e seria muito difícil fazer essa separação. Em que pese alguma separação já esteja prevista no PLP que veio da Câmara, a gente acha que o mais simples seria não tributar essas receitas oriundas desses recursos depositados, mais uma vez, porque são recursos depositados obrigatoriamente pelos planos de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso que eu tinha a dizer. Queria mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Essa receita fica bloqueada?

O SR. BRUNO SOBRAL – Essa receita fica bloqueada. Boa parte dela fica bloqueada pela ANS. Ela só pode ser movimentada...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – E o rendimento?

O SR. BRUNO SOBRAL – Não, o rendimento pode ser usado. O rendimento pode ser usado, mas o recurso fica bloqueado. Então a ideia é de que isso pudesse não ser taxado.

Então acho que o que eu tinha para dizer era isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO SOBRAL – Eu queria mais uma vez agradecer à Comissão, ao senhor, e desejar a todos um bom debate.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Bruno.

Vou passar a palavra imediatamente ao Edvaldo Sebastião de Souza, que é o Presidente da Associação dos Participantes, Assistidos e Pensionistas do Plano de Benefícios nº 1 da Previ.

O SR. EDVALDO SEBASTIÃO DE SOUZA (Para expor.) – Bom dia a todos!

Cumprimento os membros da mesa, na pessoa do Senador Izalci, e também a todos os presentes aqui.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Deixe-me só registrar aqui a presença da nossa querida Senadora Margareth.

O SR. EDVALDO SEBASTIÃO DE SOUZA – Senadora Margareth, meus cumprimentos também. Cumprimento também todos os que participam desta audiência, inclusive os que estão assistindo em caráter virtual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, eu vim preparado para falar dez minutos, mas aí falaram que eram sete, então eu vou...

Se puder passar a apresentação, eu agradeço.

A Aapprevi, juntamente com outras entidades, faz um trabalho relacionado às entidades fechadas de previdência complementar e aos planos de saúde de autogestão. E, junto com ela, existem várias entidades, como 19 associações de funcionários aposentados do Banco do Brasil, que estão reunidas numa federação, o Movimento Semente da União, Grupo Mais, embaixadores da Cassi e Previ, Somos Cassi e Somos Previ. São 50 mil participantes nestas associações, Senador e senhores presentes.

Além disso, nosso interesse é trabalhar em prol dos funcionários da ativa e aposentados do Banco do Brasil, que reúnem 200 mil participantes assistidos e também pensionistas do Banco do Brasil. E, se nós falarmos num escopo maior, estamos falando também em nome das pessoas que participam e são assistidas por essas entidades. Segundo a Abrapp, presidida pelo meu amigo Jarbas, são 8 milhões de pessoas impactadas. Então, é um impacto realmente relevante.

E, sentindo-se no dever de contribuir com o Senado Federal, nós trouxemos aqui uma proposta que considera cinco dos artigos do PLP 68: o art. 26, que trata da não incidência de tributo; o 177, o rol de serviços financeiros; o 178, falando sobre o regime especial; o 217, base de cálculo; e o 221, as obrigações acessórias. Chama a atenção aqui, Senador, que nós vamos tratar de ajuste redacional do art. 26 e, por consequência, dos demais artigos.

Então, nós trouxemos aqui, inclusive, duas propostas de ajustes redacionais. O art. 26, §9º, reza: "Não são contribuintes do IBS e da CBS [...]: I - planos de assistência à saúde sob a modalidade de autogestão; e II – entidades de previdência complementar fechada.". Aqui nós queremos chamar a atenção para aquilo que o legislador quer, ou seja, ele quer tirar da base tributária, e quis tirar da base tributária, essas entidades sobre as quais nós estamos falando. Então, a nossa sugestão é retirar aquela expressão condicionante do texto. E essa sugestão, Senador, não discute o mérito, mantém esse objetivo do legislador de não fazer com que essas entidades sejam tributadas pelo IBS e pela CBS, deixa também o texto mais claro e objetivo, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previne interpretações dúbias – aqui a Maria Angélica falou sobre segurança jurídica, o que é muito importante – e, consequentemente, vai evitar ações judiciais.

Por exemplo, nós temos no Supremo Tribunal Federal pelo menos três temas que foram discutidos anteriormente, e hoje estamos discutindo, o Supremo Tribunal Federal está discutindo o tema 1.280, sobre o conceito de faturamento a respeito dessas entidades. Então, a redação ficaria assim: "Não são contribuintes do IBS e da CBS [no *caput*] as seguintes pessoas jurídicas sem fins lucrativos, não podendo apropriar crédito nas suas aquisições: os planos de assistência à saúde e as entidades fechadas de previdência complementar".

E a proposta alternativa é elencar os requisitos que estão previstos na lei, descrevendo esses requisitos de forma objetiva, quais sejam: não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; apliquem integralmente os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais no país; e mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidade capazes de assegurar sua exatidão. Ou seja, nós descrevemos esses requisitos de uma forma objetiva. Esta é a nossa proposta com relação ao art. 26, §9º.

Por consequência, nós estamos propondo a retirada da expressão "e fechada" do art. 177. Para quê? Para que haja o ajuste redacional, adequando-se este artigo ao art. 26. Lembro que a Lei Complementar 109, que regula o art. 202 da Constituição Federal, menciona ali que as entidades fechadas de previdência complementar são impedidas por lei de exercer serviços financeiros. E o capítulo do PLP é sobre serviços financeiros.

Igualmente, no art. 178, retirar esta expressão "e fechadas", porque nós entendemos que as entidades abertas são diferentes das fechadas. Enquanto as entidades abertas comercializam produtos e auferem lucros, visam a lucros, as entidades fechadas não comercializam produtos. Eu não posso ir ao Bradesco e ao Banco do Brasil e dizer "me dê um Plano 1 da Previ", mas eu posso pedir uma Brasilprev, comprar uma Brasilprev no Banco do Brasil e eu posso comprar uma Bradesco Previdência no Bradesco. Então, aqui o ajuste do texto é para diferenciar as entidades abertas e fechadas da previdência complementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Igualmente, no art. 217, ali retirando a expressão "e fechada", novamente falando sobre o ajuste redacional e elencando aí a proibição da Lei Complementar 109 a respeito das entidades...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDVALDO SEBASTIÃO DE SOUZA – ... fechadas de previdência complementar.

E retirar também do art. 221 "e fechadas".

Esses ajustes, Senador, serão interessantes a partir do momento em que aquela redação também poderá ser alterada.

E, aqui no art. 221, é interessante, porque ele fala sobre a obrigação acessória. Ora, se não há obrigação principal no que diz respeito ao fato gerador, e o próprio legislador reconheceu isso retirando da base tributária as entidades sobre as quais estamos falando aqui, não há que se falar em obrigação acessória.

Dessa forma, são as nossas humildes contribuições, Senador, para o Senado no que se relaciona à redação, ao ajuste redacional, para que, ao ser alterado o art. 26, §9º...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDVALDO SEBASTIÃO DE SOUZA – ... haja aderência desses demais artigos, aderência também à Lei Complementar 109, de 2001, no §1º do art. 69, que dispõe – lá já está explícito – que sobre as entidades de previdência complementar fechadas não incidem tributações e contribuições de qualquer natureza. Elas são sem fins lucrativos, como nós mencionamos aqui.

E aqui também há uma questão importante que eu gostaria de colocar. O art. 202 da Constituição Federal fala a respeito da previdência complementar, da previdência privada. E as Leis Complementares 108 e 109 disciplinaram e regulamentaram o art. 202. E a Emenda Constitucional 132, que trata da previdência privada, não fez nenhuma distinção – evidentemente, porque...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDVALDO SEBASTIÃO DE SOUZA – ... é uma emenda constitucional – entre as entidades abertas e fechadas, o que o PLP 68 poderá fazer.

E, como aqui foi bem falado também pela Maria Angélica, falando a respeito da simplificação tributária, o nosso desejo com essa contribuição, Senador, é simplificar o texto. Sabemos que o PLP trata... O desejo não é aumentar a carga tributária. Novamente eu ressalto: o legislador tirou da base tributária as entidades sobre as quais nós falamos aqui, incidindo assim na justiça tributária. Por quê? Porque não se tributa o que não tem fator gerador, o que não é base tributária. Nós conversamos, inclusive, com o Deputado Hauly e com o Mauro Benevides a respeito disso.

E muito importante, para concluir, é que as entidades fechadas de previdência complementar contribuem com o Estado brasileiro na formação de poupança. Também nós investimos e financiamos a dívida pública através da compra de títulos públicos, geração de empregos, alocação de recursos em projetos. Como bem colocou o nosso amigo Bruno aqui na sua fala, as entidades, os planos de saúde sob modalidade de autogestão desoneram o sistema público de saúde e as entidades fechadas de previdência têm um papel importante no que concerne à previdência do país.

Quero aqui agradecer, Senador, este espaço concedido a nós.

Agradeço também a atenção de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Vou passar agora ao Sr. Jarbas, que é o Presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

O SR. JARBAS DE BIAGI (Para expor.) – Bom dia a todos, bom dia a todas.

Quero agradecer – nossa gratidão, Senador Izalci – pela oportunidade, cumprimentar também a Senadora Margareth, cumprimentar aqui todos os presentes: a Maria Angélica, o Bruno e também o Edvaldo, que facilitou um pouco o meu trabalho, a fala do Edvaldo, embora a gente tenha uma divergência quanto ao mérito da questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Emenda Constitucional 132, a questão da previdência privada é tratada como gênero, ou seja, está lá a PGBL, a VGBL e também as entidades fechadas de previdência complementar, que são os fundos de pensão. Teve o compromisso aqui desta Casa, do Parlamento, de que esse assunto seria tratado de forma diferente, porque realmente são previdências diferentes, são produtos diferentes.

Sobre as entidades fechadas de previdência complementar, qual a sua natureza jurídica? Elas não prestam serviço ao público em geral, não têm finalidade lucrativa, o que equivale a que todo lucro vai para a cota dos participantes, dos trabalhadores, dos servidores públicos que contribuem para os planos. Elas são custeadas exclusivamente por essas contribuições, ou seja, nós não prestamos qualquer outro serviço, nós não emitimos nota fiscal, nós não temos qualquer outra relação. E por que nós não temos? Porque o nosso produto é produto previdenciário, é acumular o recurso por 20, 25, 30 anos e começar a pagar um benefício para a pessoa. A própria Lei Complementar 109 não permite que nós tenhamos qualquer outra atividade.

Por essa razão também nós estamos na Seguridade Social. Então, as entidades fechadas estão na ordem social, Senador, para a proteção dos indivíduos, ou seja, conceder benefício. São aqueles riscos previdenciários de que nós falamos: invalidez, morte, doença, idade avançada. Esse acúmulo de recursos, como foi colocado aqui pelo Edvaldo, é totalmente investido na economia, é um regime de capitalização, então torna a poupança nossa mais forte, porque nós investimos esses recursos na sociedade. Depois eles são rentabilizados e voltam para o participante receber o benefício, que volta em forma de consumo para a sociedade. Então, essa natureza de solidariedade sem finalidade lucrativa ou sem fim empresarial é inerente à nossa relação.

Nós, Senador – e para refletir aqui... A Emenda Constitucional 20/98 trouxe o programa previdenciário do Brasil, e o programa previdenciário da nossa nação é o regime de previdência complementar. Isso veio acontecer agora, com a Emenda Constitucional 103, de 2019, em que se exigiu que todos os entes públicos que tenham a contratação de um servidor acima do teto têm que ter a previdência complementar, e nós administramos, hoje, milhares de planos de benefícios já – essas entidades fechadas. Então, toda essa rentabilidade vai para o participante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso equivale a dizer que, nesse sentido, quando se fala que nós temos 12% de títulos da dívida pública interna, que nós temos investimentos em centenas de empresas – Vale, Petrobras, Embraer, poderia citar aqui centenas de empresas –, na realidade, quando eu faço esse investimento, é do participante. Quando se fala da Aapprevi – como falou o Edvaldo aqui –, que tem duzentos e tantos bilhões e é o maior fundo da América Latina, se todos os participantes saírem de lá, ela não tem nenhum tostão. O dinheiro não é dela.

Durante essa fase em que o participante faz o sacrifício, nós somos gestores disso e depois nós devolvemos para eles; ou seja, nós não temos um patrimônio. As entidades fechadas não têm patrimônio nenhum.

Então, é nesse sentido...

Quando a gente trouxe aqui para o Parlamento que mesmo aqueles recursos destinados às despesas administrativas também retornam para o participante, isso equivale a dizer que, se sobra recurso, o participante não paga aquele custeio administrativo no ano seguinte. Daí que a nossa rentabilidade, comparativamente, é muito maior do que a de outros produtos financeiros, inclusive das entidades abertas. Qualquer alteração que tivesse nesse modelo de tributação iria desequilibrar esse contrato previdenciário que nós temos.

Esse contrato é formalizado em documentos, mas, mais do que nunca, é um contrato de confiança. O participante confia, por 30 a 35 anos, para receber um benefício. É só isso que a gente faz, de forma que nós trouxemos isso aqui para o Parlamento.

Nesse sentido também a regência atual, seja pela Lei Complementar 109, art. 69, que foi citado pelo Edvaldo aqui, seja pela Lei 11.053, de 2004, traz o diferimento tributário: em que momento esse recurso é tributado? É no momento em que o participante recebe o benefício – o participante ou seu dependente. Ele paga o Imposto de Renda da pessoa física.

Durante esse período, pensar em tributar isso seria a mesma coisa que tributar a contribuição da previdência social, porque o cidadão tira uma parcela, um sacrifício acumula, para receber esse benefício, de forma que o modelo atual é o de diferimento tributário: não há tributação durante a fase da acumulação, e, no momento do recebimento do benefício, você tem o Imposto de Renda da pessoa física e tem a tributação normal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, aqui nós estamos falando em nome... Foi colocado aqui 8 milhões. Hoje são 9 milhões de pessoas. Quer dizer, 9 milhões de pessoas que dependem dessa contribuição, dentre as quais temos 4 milhões que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JARBAS DE BIAGI – ... contribuem efetivamente.

Com isso e com esse debate que tivemos na Câmara, Senador, nós conseguimos, o art. 26, a sociedade, a Câmara aprovou o art. 26, que trouxe a seguinte redação: "Não são contribuintes do IBS e da CBS as seguintes pessoas jurídicas sem fins lucrativos, desde que cumpram os mesmos requisitos aplicáveis às instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos, para fins de imunidade desses tributos, não podendo apropriar crédito nas suas aquisições [...]" – que são os planos de assistência à saúde e as entidades de previdência complementar fechada.

Nós estamos enquadrados nisso. Não distribuímos qualquer parcela do patrimônio ou das rendas; volta tudo para o participante. Aplicamos os recursos no país. Revertemos integralmente para os nossos objetivos institucionais, ou seja, pagar benefícios, e mantemos a escrituração e despesas com a escrituração formal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JARBAS DE BIAGI – Estou concluindo, Senador. Só mais um minuto, por favor.

Prossigo: também exigida pela supervisão estatal da Previc, que é o nosso órgão supervisor, a autarquia.

Então, o nosso pleito é pela manutenção do texto que foi aprovado. Nós respeitamos as propostas de emendas e vemos que elas são bem-intencionadas. Então, nós entendemos que nós estamos contemplados.

E nós estamos falando aqui pela associação dos fundos de pensão, a Abrapp, que representa todos os fundos de pensão do Brasil; nós estamos falando pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, a Previ; nós estamos falando pela Fundação Petrobras, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Petros; pela Funcef; pelo Postalis; pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Poder Executivo, a Funpresp-Exe; pela Ceres, que é da Embrapa; pela Anabb – eu estou mencionando aqueles que subscreveram esse documento que nós vamos deixar arquivado aqui na Casa –; pela Fenae, que é dos funcionários da Caixa Econômica Federal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JARBAS DE BIAGI – ... e pela Anapar, que é a Associação Nacional dos Participantes.

Então, agradecendo e reiterando, Senador, respeitamos as propostas de emendas, porque entendemos que elas são bem-intencionadas, mas o fato é que nós entendemos que mexer nesse texto que foi aprovado na Câmara pode nos trazer alguma insegurança, e o que nós não queremos para o nosso segmento é qualquer margem de insegurança. Nós queremos, como colocou a Dra. Maria Angélica aqui, segurança jurídica, de forma que o nosso pleito é pela manutenção do texto, exatamente como ele foi aprovado na Câmara.

Quero agradecer demais e deixar aqui com o Senador esse material de que eu falei.

Muito obrigado a todos, e estamos à disposição. Obrigado a vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Jarbas.

Eu vou convidar os nossos expositores para tomar assento ali na primeira fileira, para a gente trazer aqui para a mesa o Sr. Daniel Loria, que é o Diretor de Programa da Sert. (*Palmas.*)

Vou convidar também o Reynaldo Lima Junior, que é o Vice-Presidente da Fenacon. (*Pausa.*)

Vou convidar também a Aylla Kipper, que é a Presidente da Ambioluc. (*Pausa.*)

Convido também o João Rafael, que é o representante da Fenaber; e o Lucas Ribeiro, que é advogado da ABR. (*Pausa.*)

Bem, nessa rodada agora, eu vou intercalar os que estão em videoconferência com os que estão aqui presencialmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estão aí por videoconferência: o Arnoldo de Campos, que é Diretor de Operações e Abastecimento da Conab; também a Fernanda Garibaldi, que é Diretora-Executiva da Zetta; o Gabriel Cohen, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos (Abipag); Rodrigo Maia, Diretor-Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras; Fernando Guedes Ferreira Filho, representante da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic); Luiz Antonio Nogueira de França, representante da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc); e Ana Cláudia, Doutora em Direito Tributário pela USP, Advogada e Professora.

Eu vou passar para o Arnoldo de Campos.

Arnoldo, está aí? (*Pausa.*)

O.k.

Está mudo, libere o seu fone.

O SR. ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS (*Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador.

Muito obrigado pela oportunidade, estou aqui apresentando a Ministra, em exercício, Fernanda Machiaveli.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k., Arnoldo.

Está o.k.

O SR. ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS (*Por videoconferência.*) – Posso falar agora?

É a hora da apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pode falar, está contigo a palavra.

O SR. ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou aqui representando o Ministério de Desenvolvimento Agrário, em nome da Ministra em exercício, Fernanda Machiaveli, e vamos tratar aqui da reforma tributária, as nossas contribuições a partir dos produtores rurais e da agricultura familiar.

Eu quero compartilhar aqui, vamos ver se eu consigo. (*Pausa.*)

Não permite compartilhar?

Permite.

Vamos lá, rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está autorizado.

O SR. ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS (*Por videoconferência.*) – Vamos lá, então.

Na preocupação do ministério com o público que ele representa, que é a agricultura familiar, nós temos o desafio de avaliar como que a reforma tributária vai impactar nos produtores rurais.

Nós temos quase 4 milhões de estabelecimentos e, da agricultura familiar, um total de quase 5 milhões de estabelecimentos. Junto desse conceito da agricultura familiar, quando a gente está falando da tributação que vai incidir sobre o produtor rural, também se incluem os silvicultores, os aquicultores, os extrativistas que estão em nossas florestas, os pescadores artesanais em nossos rios e mares, os povos indígenas, os quilombolas, etc. Então, a reforma tributária tem que ter um cuidado muito especial com esse público, como que ele vai repercutir ali.

Na Emenda Constitucional 132, o Congresso Nacional, com o apoio do Senado e da Câmara, criou soluções muito interessantes. A gente tem um regime tributário diferenciado para os produtores rurais, no qual os produtores rurais com faturamento inferior a R$3,6 milhões serão não contribuintes; então, isso cria uma possibilidade muito grande de simplificação e de um tratamento qualificado para esses pequenos produtores. E, acima de R$3,6 milhões, serão contribuintes. Agora, na regulamentação, é um desafio.

Também tem um regime diferenciado para biocombustíveis. Hoje o Brasil tem uma política de biodiesel que tem um selo biocombustível social que é muito importante e que compra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

oleaginosas da agricultura familiar. Tem uma legislação que reduz os tributos das usinas que compram da agricultura familiar, o PIS/Cofins, então nós estamos trabalhando para que isso continue. Na regulamentação a gente ainda não tem um texto que mantenha essa atratividade para que as usinas de biodiesel possam seguir comprando da agricultura familiar e, com isso, ter o benefício tributário que, hoje, elas já têm.

Tem a questão dos produtos alimentares, cesta básica, hortifrútis. A maior parte desses alimentos da cesta básica, sobretudo os hortifrútis, até mesmo as carnes e o leite, tem uma participação importante da agricultura familiar. Então, tem alguns ajustes, para nós, que é importante que sejam colocados.

Tem a questão das alíquotas diferenciadas para os insumos, em que a gente tem um mecanismo de diferimento que foi criado, mas que não alcança os pequenos produtores – quem está dentro da situação de não contribuinte. Então, a gente está bastante preocupado com isso nesse tema.

E há a questão dos agrotóxicos, de como eles estão sendo tratados. A gente tem a redução dos tributos, mas não discrimina em função do nível de toxicidade e de periculosidade ao meio ambiente e à saúde.

Então, a gente fez uma série de propostas e ajustes que nós estamos discutindo em conjunto com o Ministério da Fazenda e com os Parlamentares, no sentido de aperfeiçoar o texto que está colocado.

Num primeiro aspecto, que está lá no art. 133, a gente está propondo que o diferimento dos insumos, que hoje está restrito aos contribuintes... Ou seja, quando um agricultor vai comprar sua ração, sua vacina ou mesmo um serviço de assistência técnica, vai cair numa alíquota reduzida, mas a Câmara criou um mecanismo de diferimento. Quando o agropecuário, o prestador de serviço ou o fornecedor desse insumo vende para um produtor contribuinte, ele vai diferir, ou seja, não vai recolher naquele momento, vai recolher lá na frente. E isso dá um alívio de caixa importante para o produtor rural, que não vai recolher o imposto no momento da compra. Só que isso não está estendido para o não contribuinte. Então, um produtor, por exemplo, de leite, que vai comprar sua ração, se ele está abaixo de R$3,6 mil, vai pagar o imposto, e a ração vai ficar mais cara do que para aquele que ganha mais de R$3,6 mil, por ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente está pedindo para corrigir essa distorção e estender esse diferimento para todos os produtores rurais. Com isso, a gente vai ter uma equidade, não vai ter um insumo mais caro para o pequeno, porque seria totalmente ilógico a gente ter uma tributação maior, na prática, para o pequeno produtor do que para o grande. Então, esse ajuste é muito importante.

Outra coisa, a legislação fala que será não contribuinte aquele que faturar menos de R$3,6 mil e fala que pode ser pessoa física ou jurídica. Então, a gente entende que, se um produtor rural cria uma empresa rural, como vários estados já o obrigam a criar essa empresa rural, ele poderá ter essa empresa rural também na condição de não contribuinte. Mas, se esse produtor rural cria uma cooperativa, se ele cria um associação, se ele junta lá a sua comunidade e cria uma cooperativa e fatura menos de R$3,6 mil, ele está dentro da condição de não contribuinte ou está fora?

Então, nós estamos defendendo que, se o produtor rural cria uma pessoa jurídica na forma de cooperativa ou associação – o que é muito comum em diversos estados do Brasil, isso é importante – e ela tem menos de R$3,6 mil, ela deve estar enquadrada igual à empresa rural abaixo de R$3,6 mil, como não contribuinte.

Então, a gente está propondo esse ajuste também, e isso vai criar uma espécie de Supersimples para os pequenos negócios rurais, que vão estar dentro desse enquadramento de R$3,6 mil, com uma condição de não contribuinte. Isso, do ponto de vista administrativo, contábil e financeiro, vai facilitar e dar muita competitividade para o pequeno negócio rural. E isto é muito importante para nós também, ou seja, estarmos trabalhando nesse sentido.

A outra questão é o crédito presumido. A gente tem a previsão para o produtor rural não contribuinte, ou seja, ele não vai recolher, mas, quando ele for vender o produto, aquele que for adquirir esse produto terá direito a um crédito presumido, que será estabelecido pelo comitê gestor da reforma tributária. Então, a gente está preocupado com essa fórmula, porque ela pode criar uma distorção no mercado, uma situação para o produtor rural contribuinte, porque vai gerar um determinado tipo de crédito ao produtor rural não contribuinte. Então, a gente está preocupado com essa fórmula do crédito presumido para o não contribuinte, para que não gere distorções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Também estamos apresentando sugestões no sentido de que o pequeno produtor, o agricultor familiar, o produtor de alimentos seja contemplado com uma fórmula que não gere distorções no mercado. Para nós, isso é muito importante. Todas essas propostas estão hoje, de alguma forma, protocoladas nas emendas que estão colocadas.

A outra proposta que a gente está fazendo na revisão do art. 170 é manter uma diferenciação da tributação do biodiesel. Então, lá no regime diferenciado de biocombustíveis, no caso do biodiesel em particular, é muito importante que a gente tenha um dispositivo que garanta que a usina de biodiesel tenha o estímulo tributário para incluir a agricultura familiar. São mais de 70 mil famílias que fornecem hoje, cooperativas que fornecem para as usinas de biodiesel. Quase todo o biodiesel do Brasil hoje tem participação da agricultura familiar nas usinas, na relação com as usinas, no selo biocombustível. Então, se for mantido do jeito que está o texto, nós vamos ter um prejuízo muito grande, porque praticamente está extinguindo esse programa do ponto de vista tributário, um programa tão importante que tem no país e que é uma referência mundial, inclusive, que associa muito biocombustível com alimentos e inclusão. Então, é uma outra proposta que a gente está fazendo.

Também a gente está preocupado, lá nos arts. 132 e 143, com os alimentos minimamente processados. O próprio texto, quando fala da avaliação quinquenal do regime tributário, fala como são importantes as alíquotas diferenciadas para a cesta básica, para alimentos destinados ao consumo humano, enfim, e outros que nós temos ali, para que sejam saudáveis, que sejam básicos e saudáveis, que sejam de interesse popular e que tenham qualidade nutricional, fazendo referência à questão da saúde, tão importante para nós. Hoje a má alimentação mata mais do que qualquer outra coisa no país – mais que acidente de trânsito, mais que arma de fogo –, e as doenças crônicas, muitas vezes, são decorrentes da má alimentação. Então, aqui tem um estímulo para a alimentação saudável, mas, na prática, tem alguns dispositivos que a prejudicam.

Então, se você vende um produto congelado, em algumas situações, ele vai cair na alíquota... Ele sai de zero para a cheia. Se o produtor embala um produto e faz um pré-cozimento, ele sai do zero e vai para a cheia. Se você, às vezes, vende o produto com uma determinada embalagem, ele sai de zero e vai para a cheia. Então, nós estamos propondo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguns ajustes para que essa questão de que o alimento minimamente processado possa ser contemplado.

Já estou concluindo aqui. Estamos nos últimos.

Alguns produtos também das nossas florestas, em particular da Floresta Amazônica, do Semiárido, como a castanha da Amazônia, por exemplo, conhecida como castanha-do-pará, como castanha do Brasil, estão na alíquota cheia. Então, a gente não entende isso e está propondo um ajuste para que a castanha de caju, a castanha de baru, os produtos da biodiversidade que geram renda com a floresta viva, com a floresta em pé, que ajuda a preservar, estejam pelo menos na alíquota reduzida; quando possível, na isenta. Então, esta que é a ideia que a gente está defendendo ali, de algumas cadeias que são importantes.

Por último, há a questão dos agrotóxicos, para poder fechar aqui a fala. Existem agrotóxicos altamente tóxicos para a saúde, altamente prejudiciais ao meio ambiente – e são classificados pelo Ibama ou pela Anvisa dessa forma – e que estão com a mesma alíquota daquele que é o bioinsumo. Então, o bioinsumo hoje tem a mesma alíquota de um agrotóxico altamente tóxico. Então, a gente está propondo que aqueles que têm essa classificação de altamente tóxicos, de altamente prejudiciais ao meio ambiente saiam da alíquota reduzida neste momento. Isso afeta uma porcentagem muito pequena desses agrotóxicos, mas que tem alto impacto na saúde e no meio ambiente.

É isso que a gente está propondo.

Muito obrigado pela oportunidade de estar compartilhando com vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Obrigada pela sua fala.

Agora passamos a palavra ao Sr. Gabriel Cohen, que é o Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos (Abipag).

O SR. GABRIEL COHEN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senhoras e senhores, bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, cumprimento o Exmo. Sr. Senador, Presidente dessa mesa, Izalci Lucas; cumprimento o Exmo. Sr. Daniel Loria, Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária de Reforma Tributária do Ministério da Fazenda; a todas e todos presentes e conectados virtualmente.

Para nós da Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos é um prazer enorme contribuir para uma iniciativa louvável tal como a reforma tributária, que é, sem dúvida, uma iniciativa que tem a participação do Governo, a participação desta Casa, em benefício do aprimoramento da segurança, da simplicidade, da eficiência do sistema tributário nacional. Nesse sentido, no âmbito dos regimes diferenciados e específicos de que trata o projeto de lei em debate, tomo a liberdade de circunscrever as ponderações da Abipag no que diz respeito ao regime específico dos serviços financeiros.

A Abipag (Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos) representa as mais diversas instituições que oferecem os meios eletrônicos de pagamento: são as maquininhas de cartão, são as contas digitais, são os prestadores de serviço, que têm desempenhado um papel central em benefício da inclusão financeira, da redução de custos aos usuários finais de serviços. Hoje, no país, felizmente, temos o prazer de fazer transações de pagamentos de forma extremamente célere, simples, fácil, na internet, em aplicativos, em ambiente físico, no ambiente digital. Isso, sem dúvida, é fruto de uma agenda muito relevante do Governo, do Banco Central, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, com vistas a promover a competição no setor financeiro e no setor de meios de pagamento. E isso é elemento central para essa discussão, porque, quando a gente fala dos meios de pagamento, a gente tem hoje uma pluralidade de soluções sendo ofertadas, tanto no mundo físico quanto no mundo digital, que é fruto realmente de uma agenda regulatória nos últimos anos que eliminou barreiras artificiais de acesso, permitindo o amplo alcance dessas soluções. Isso porque – muitos dos senhores e das senhoras vão se lembrar –, há mais de dez anos, o que a gente via era chegar a um varejista e uma maquininha passar uma bandeira de cartão; outra maquininha passar outra bandeira de cartão, não havia competição, e quem pagava a conta era o micro, pequeno, médio empreendedor. Há quem diga que, à época, ele não tinha um prestador de serviço, mas na prática acabava tendo um sócio minoritário, porque o valor destinado para esse prestador de serviço era substancial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esse contexto mudou – esse contexto mudou em razão da competição, da ampliação do acesso. E foram esses novos agentes, grande parte deles associados da Abipag, que permitiram essa difusão de novos modelos de negócios pautados pela tecnologia, ampliando a oferta de serviços financeiros de pagamento.

Mas, bom, o que a história do nosso setor nos inspira no que diz respeito à reforma tributária? Na nossa visão, isso é muito simples. A reforma tributária deve se pautar em princípios constitucionais da neutralidade, da isonomia, justamente para que a decisão dos usuários, de fato, não seja impactada pelo regime tributário. Quando a gente pensa hoje na neutralidade, garantir que contribuintes pautem sua decisão, adotem as melhores decisões de consumo, independentemente do prestador de serviço financeiro de pagamento, sem dúvida, é uma premissa extremamente relevante, assim como que contribuintes em situações similares sejam tratados de maneira isonômica, de maneira igual. Isso é extremamente relevante não só no que diz respeito à alíquota, mas também no que diz respeito às deduções da base de cálculo e aos regimes de exceção.

Então é nessa direção de deduções de base de cálculo e regime de exceção aplicável aos mais diversos serviços financeiros e de pagamentos concorrentes, para que não haja nenhuma distorção no ecossistema, que a Abipag tece considerações, até porque, quando a gente pensa em tributação, ela não pode gerar preferência de investimento, preferência na contratação de um serviço em detrimento do outro.

Nesse cenário, com a observância desses princípios, salvaguardados na Constituição e no projeto de lei, eles são extremamente bem-vindos e benquistos. De maneira muito clara e simples, a tributação não pode tornar um serviço mais vantajoso que outro, influenciando um pequeno ou médio empreendedor a escolher um fornecedor em detrimento do outro. Diferenças no regime de tributação das operações semelhantes, na prática, poderiam levar a quê? A uma distorção do mercado, o que certamente a gente quer desincentivar. As regras do jogo devem ser uniformes, de modo que investidores, empreendedores não se vejam, obviamente, em situação de incerteza. Na prática, é uma reforma tributária que crie um ambiente de negócios mais competitivo, mais dinâmico, mais inovador, um ambiente de negócios que observe a isonomia e a neutralidade tributária, beneficiando, obviamente, os agentes econômicos, os mais diversos, sobretudo os pequenos e médios empreendedores. Hoje,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando a gente observa esses princípios, nos chama a atenção a importância da neutralidade e da isonomia no que diz respeito às deduções de base de cálculo e aos regimes de exceção no âmbito dos serviços financeiros.

Nessa direção, agradecemos novamente a oportunidade de contribuir para o debate, sinalizamos a importância da reforma tributária...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL COHEN (*Por videoconferência.*) – ... como vemos com bons olhos iniciativas como essa, que tem como objetivo aprimorar o ecossistema brasileiro, e nos colocamos à disposição para contribuir nas mais diversas iniciativas.

Muitíssimo obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Gabriel.

Eu só vou fazer aqui um lembretezinho para os demais expositores, que é o seguinte: qual é o nosso objetivo aqui nesse grupo de trabalho? A gente precisa de uma coisa muito objetiva, muito pedagógica, didática, assim: "Olha, o texto da Câmara é esse, o texto que nós queremos modificar é esse, a justificativa óbvia e as consequências se a gente não fizer isso". Então, se vocês puderem ser bem pontuais – onde é que está o problema e qual é a sugestão –, para a gente facilita muito, para os Senadores entenderem melhor. Acho que todo mundo aqui já reconhece a importância da reforma.

O que nós precisamos fazer agora são alguns ajustes que têm que ser feitos como papel nosso aqui do Senado.

Eu vou passar agora a uma presencial, Aylla Kipper, Presidente da Ambioluc.

O que é Ambioluc? Explica para nós.

A SRA. AYLLA KIPPER (Para expor.) – Vamos lá. Obrigada, Senador... no nome do Senador, então, a participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ambioluc é a associação que coleta óleo lubrificante usado e contaminado e rerrefina. Rerrefinar é reciclar esse óleo. Esse óleo está presente em tudo, em todo o motor, no setor industrial, principalmente no setor automotivo – o Brasil possui a sexta maior frota do mundo –, e o óleo lubrificante usado se transforma, quando reciclado, no óleo básico. O óleo básico é o principal insumo da indústria de lubrificantes. Então, para a gente fazer lubrificante, a gente tem ou o refino do petróleo ou o rerrefino do óleo lubrificante usado. E nisso, esse óleo básico vai ser aditivado, vai receber 10% de aditivo, vai se transformar no lubrificante acabado que nós vamos utilizar nos motores, vai haver então a coleta desse óleo por coletores autorizados na Agência Nacional do Petróleo e então esse óleo vai retornar ao mercado, sendo reciclado infinitamente.

O que é importante a gente falar aqui nesse sentido? A Emenda Constitucional 132 previu a monofasia dos lubrificantes, que não veio no texto da 68. E o que a gente então busca neste momento? Trazer para dentro do regime específico o setor de óleo lubrificante usado e contaminado. É um setor privado, que não necessita de investimento governamental, a não ser as regulamentações. É um setor que existe há 60 anos, ou seja, está posicionado como transição energética, porque quando eu rerrefino esse óleo, ou seja, quando eu o reciclo, eu evito a extração de petróleo e o refino, primeiro refino do petróleo, eu posiciono como economia circular, porque é uma economia circular, como vocês podem bem ver na imagem, ou seja, tenho benefícios ambientais, e descarbonizo a cadeia de lubrificantes.

Novamente: nós temos a sexta maior frota do mundo, o Brasil se posiciona cada vez mais na questão ambiental e, dentro de todas as logísticas reversas, o óleo lubrificante usado e contaminado é a mais antiga, que mais teve regulamentação. Nasceu com uma preocupação de abastecimento nacional lá atrás e se transformou numa preocupação ambiental por conta da contaminação desse óleo, se for destinado incorretamente no solo, na água ou queimado de maneira ilegal, porque o único destino é o rerrefino, segundo a legislação brasileira.

Somos *benchmarking* mundial, sim. O mundo olha para o Brasil e pergunta: "Como é que vocês conseguiram constituir um setor dessa forma?". Cada vez mais, a gente vê o mundo investindo, crescimento de 7% no mundo em investimento nesse setor fora do Brasil, principalmente na Ásia. Os Estados Unidos têm uma indústria fortíssima nesse sentido, inclusive, e nós, nos próximos anos, teremos a segunda maior empresa no Brasil fazendo essa coleta e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

rerrefino, ou seja, o que a gente quer dizer com isso como associação? Por favor, coloquem a gente no regime específico para manter o setor existente como ele existe, posicionado como transição energética, olhando para a preocupação ambiental, principalmente totalmente vinculado às políticas que a gente atualmente vem aprovando de economia circular dentro do Senado, o combustível do futuro, entre outras inúmeras legislações que nós temos ambientais. Então, por que não manter essa indústria que é muito antiga, que veio se constituindo em 1960, por ali, mas que, ao longo do tempo, cada vez mais, se consolidou e hoje está posicionada, muito bem-posicionada?

O que nós buscamos, então? É justamente isto: colocar no regime específico, para manter o que a gente tem hoje em dois convênios Confaz, ou seja, uma questão de obrigação acessória e uma situação na qual não se tributa resíduo no Brasil. Da forma como está, colocando a gente no regime comum, a gente começa a tributar esse óleo lubrificante usado, ou seja, estou tributando novamente algo que foi tributado quando produto, ou seja, transforma essa reciclagem, essa coleta e reciclagem em um processo muito mais caro que a extração e refino de petróleo. Assim, o que a gente busca é: vamos então dar atenção a essa preocupação ambiental, dar importância a isso, tendo em vista que no próximo ano, inclusive, o Brasil vai ser sede do Fórum Mundial de Economia Circular, vai ser fórum da COP 30, então, o que a gente tem para trazer como ambiental, além de tudo o que a gente vem fazendo dentro deste Congresso?

A gente precisa também posicionar uma indústria, que já é posicionada como logística reversa, transição climática e transição energética, mas trazendo para dentro da reforma tributária, mantendo-a da forma como está, ou seja, deixando com que ela exista, porque da forma como está no PLP 68 atualmente, colocando no regime comum, a gente começa então a deixar essa indústria se desfazer aos poucos. E o que a gente busca é mantê-la no regime, ou trazê-la para o regime específico com o apoio de todos vocês Senadores, para que então tenhamos, dentro do nosso Projeto de Lei 68, algo como preocupação ambiental em relação a resíduos.

Hoje só os catadores têm, e não digo que isso não seja justo. É justo, mas o que a gente tem como logística reversa mais antiga é a logística reversa do óleo lubrificante usado. Então, que possamos colocá-la também ali dentro do regime específico para que possamos tratá-la,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mantê-la da forma como está e então darmos, cada vez mais, esse passo a mais na transição energética do nosso país.

Agradeço, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tem emenda já, não é?

A SRA. AYLLA KIPPER – Temos duas emendas já.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está aí não, não é? Mas tudo bem.

Está vendo? Muito justo, não é? É uma coisa muito óbvia até essa questão da reciclagem. (*Palmas.*)

Vou passar agora para o Rodrigo Maia, nosso ex-Presidente. Rodrigo Maia, está aí?

O SR. RODRIGO MAIA (*Por videoconferência.*) – Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k. Rodrigo, é contigo.

O SR. RODRIGO MAIA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bem, Senador, desculpa não estar presencialmente, apenas virtualmente, mas não poderia deixar de participar. Cumprimento todos os presentes.

Sendo bem objetivo, Senador, nós, de fato, tivemos um bom diálogo com a Câmara dos Deputados. Na PEC, estivemos com as duas Casas; no projeto de lei, com o Governo e com a Câmara. Temos alguns poucos pontos e a questão do *split payment* eu acho que é a mais desafiadora, porque, de fato, da forma como o Governo pretende implementar o *split payment,* não há nenhum exemplo no mundo a ser seguido. Existem *splits* pontuais, de alguns setores, em alguns países só, os setores com mais sonegação, mas o modelo instantâneo, ágil, que o Governo pretende implementar, o Brasil pode, e nós estamos preparados para contribuir... Inclusive a CNF e mais sete associações – cinco ligadas à CNF, duas que não são ligadas –, contratamos uma consultoria e, em um diálogo com o Daniel e com toda a equipe do Governo, estamos começando a construir um caminho para que a gente possa participar e construir essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

infraestrutura financeira, com entrada simultânea de todos os atores, olhando com cuidado a questão do custeio, claro, e a agilidade do setor, para que a gente não perca a agilidade nas transações financeiras.

Então, esse é o primeiro ponto, talvez o mais desafiador.

Como eu disse, a gente não tem nenhuma evidência de qual será o impacto efetivo real sobre a alíquota, mas sabemos, óbvio, que ele funcionando, trará bons benefícios. É claro que tem tributaristas que vêm criticando principalmente a questão do fluxo de caixa das empresas, mas isso não é um problema da indústria financeira, que está convidada – ou convocada – a participar da construção do modelo junto com o Governo.

O segundo ponto que nos preocupa é o tema das debêntures. As debêntures, por serem muitas vezes utilizadas pela indústria financeira como um instrumento de empréstimo, acabaram sendo regulamentadas como uma atividade de empréstimo, o que elas não são. Debênture não é uma atividade de empréstimo, mas foi assim tratada, o que acaba gerando distorções na relação dos bancos com os fundos. Então, na verdade, o que a gente tenta construir com o Senado, daqui para frente, e com o próprio Governo é alguma redação, na minha opinião, que diga o que é debênture – debênture que tem oferta pública na bolsa etc.; o restante, por óbvio, não é debênture. E essa preocupação do Governo faz sentido, porque senão, óbvio, muitos utilizarão o benefício do crédito que foi dado na Câmara para as debêntures para empurrar uma estrutura de empréstimo.

Então, a gente acha que dá para melhorar essa redação e acho que tem que ficar claro o que é debênture. Debênture é um instrumento público; o que não for nessa regra automaticamente terá a mesma regra, já que debênture não é uma prestação de serviço. Como é que um fundo que não faz intermediação financeira vai conseguir fazer a questão da tributação ou do benefício do crédito, como farão os bancos, com uma regra criada na Câmara, com o apoio do Governo, em relação aos empréstimos? Então, a gente acha que esse é um tema que precisa ter uma redação melhor, para que a assimetria que parece que ficou entre fundos e bancos seja resolvida.

O terceiro ponto é a exclusão das garantias. Nós entendemos que, quando as garantias são transformadas em dinheiro, é uma operação financeira, não é uma operação de IVA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tradicional. Ficou dessa forma. Nós achamos que isso vai gerar uma distorção no mercado e nós gostaríamos de ver que esse tema avançasse. Estamos dialogando com o Governo e, claro, dialogando a partir da escolha da criação da Comissão e, lá na CCJ, da escolha do Relator, para que a gente possa tentar construir uma redação.

Ficou um outro tema, a questão dos FIDCs que não são arranjos nem entidades de investimento. Qual vai ser a regra pela qual eles serão atingidos? Ficou parecendo que tem um vácuo nisso. Não é uma questão grave, mas a gente sabe que os FDICs de arranjos ficaram numa regra, os FIDCs de direito creditório como entidades de investimento ficaram numa outra regra como não contribuintes. E, claro, quem não está nessa regra de não contribuinte é contribuinte, mas em que artigo ele vai ser atingido? Acho que esse é um ponto, não é uma coisa tão grave, mas precisa ser mais bem endereçado.

O próximo ponto, o rateio da despesa, por exemplo, numa holding, como é que você rateia essas despesas dentro de um grupo econômico também não ficou claro. A gente pretende propor, já estamos propondo redação para que isso fique claro e não gere um custo a mais para uma empresa que organiza dentro de uma *holding* e depois distribui os serviços entre as suas empresas.

Então, resumindo, Senador, esses são os pontos, sendo bem objetivo, agradecendo a oportunidade e deixando claro que, do nosso ponto de vista, melhor do que ficarmos discutindo, o que tem gerado muita polêmica, qual é a alíquota geral, qual é a alíquota de referência para os serviços financeiros, o importante é que a gente possa aprimorar ainda mais a redação da Câmara dos Deputados, porque o que nós entendemos é que o desenho do IVA é muito mais importante do que a alíquota. É claro que o ideal é que nós tivéssemos uma alíquota mais baixa do que está projetado, mas nós temos um país que custa muito, e um país que custa muito já tem uma alíquota embutida dos impostos indiretos muito alta – não adianta a gente achar que o que a gente paga de imposto indireto é baixo. Então essa referência de 26, 27, 28 já é a alíquota do mundo real, o mundo em que a gente vive hoje, agora, é claro, com um desenho melhor, como o Governo já avançou na questão da intermediação financeira, dos empréstimos. É um desafio para o mundo inteiro, você não tem, nos IVAs antigos, uma regra como foi criada aqui desse crédito presumido para tentar reduzir a cumulatividade nos empréstimos. Você tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os IVAs novos, como o da Austrália e o da Nova Zelândia, que têm modelos que tentaram avançar, mas também não são perfeitos.

Acho que o Brasil dá um passo e acho que, no Senado, a gente pode continuar aprimorando, melhorando a legislação e caminhando para um IVA sabendo que a alíquota será alta, porque a carga tributária no Brasil é alta e vem crescendo nos últimos anos, mas que o desenho possa garantir um modelo de não cumulatividade. Não vou dizer que é perfeito, porque não existe em nenhum lugar do mundo, mas um modelo perto de uma perfeição que garanta essa não cumulatividade e um melhor ambiente de negócios não apenas para a indústria financeira, mas para toda a economia brasileira.

Muito obrigado e um bom dia a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Rodrigo.

Lembrando que, é evidente, para o grupo de trabalho apresentar o relatório é importante que tenha aqui as emendas. Então quem não apresentou as emendas ainda, para que a gente possa colocar no relatório da CAE, é interessante que faça o mais rápido possível, porque dia 22 a gente entrega o relatório.

Bem, vou passar a palavra agora... Vou pegar um virtual aqui... presencial.

João Rafael vai falar pela Fenaber. Fale para a gente o que é a Fenaber.

O SR. JOÃO RAFAEL LAVANDEIRA GÂNDARA DE CARVALHO (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente, Exmas. Sras. Senadoras e Srs. Senadores, Sr. Daniel, demais representantes setoriais, a Fenaber é a Federação Nacional das Empresas de Resseguros.

E agradeço muito a oportunidade de estar aqui fazendo parte desta audiência pública, porque o Brasil é um país que clama por segurança: segurança pública, segurança alimentar, segurança na saúde, segurança na previdência e segurança jurídica, que compete a esta Casa aqui fornecer aos contribuintes. Então, é um país que precisa de seguros e mais ainda dos resseguros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como V. Exas. bem sabem, os resseguradores fazem o seguro da seguradora. São aquelas empresas que são demandadas quando existe um grande risco, quando existe um grande sinistro que precisa de um vulto muito grande em termos de indenização. Então, são empresas muito desenvolvidas nos Estados Unidos, na Europa, que aqui no Brasil foram um setor monopolizado até 2007, mas que infelizmente ainda se desenvolve aquém do seu potencial. E é um setor absolutamente importante para a economia do país – basta ver o que aconteceu lá no Rio Grande do Sul, aquela catástrofe.

Se nós tivéssemos um setor mais desenvolvido, seria muito possível que, em poucas semanas, aquelas pessoas que perderam suas casas tivessem ali dinheiro para reconstruí-las; o agronegócio, que perdeu sua produção, teve ali o seu rebanho prejudicado, pudesse também retomar sua atividade; e tantos setores pudessem funcionar, como funcionaram, por exemplo, nos Estados Unidos, em Nova Orleans, depois do furacão Katrina; como a própria Europa foi reconstruída depois da Segunda Guerra Mundial – boa parte pelo trabalho dos resseguradores.

E o que isto, então, tem a ver com tributação e reforma tributária, Senador Izalci? É precisamente esse o ponto pelo qual o setor de resseguros não se desenvolve tanto no Brasil. Nós temos a maior carga tributária do mundo quando comparados com os principais centros resseguradores mundiais, como são os Estados Unidos, como é o Reino Unido, a França e outros países em que estão os principais resseguradores do mundo. E o que, então, o Brasil pode fazer para mudar essa situação, já que nós somos os campeões mundiais na tributação do próprio resseguro, já que em nenhum lugar do mundo se tributa o prêmio de resseguro, porque ele é uma relação entre ressegurador e seguradora. Portanto, não há propriamente um consumo ali, é uma atividade única e exclusivamente *business to business* – não há uma tributação sobre o consumo em nenhum lugar do mundo. E tem uma tributação altíssima sobre a renda, que é muito maior do que a tributação que existe sobre a renda na França, na Alemanha, em países que tributam pesadamente a renda.

Nós temos um estudo aqui da KPMG, rapidamente, que demonstra essa tributação. Se puder passar aqui... É isso. Rapidamente, sendo bem objetivo aqui... esse estudo, a apresentação vai ficar disponível, mas é só para voltar lá. Então, estamos comparando Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido e França – Suíça e Bermudas; uma tributação menor. Todos os países, todos eles – Brasil tributa 40% da renda – tributam a menor; e receita, prêmio, só o Brasil tributa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que já foi feito e o que nós aqui, como setor, pedimos a esta Casa? Conversamos lá com o Governo – representado aqui pela equipe do Dr. Appy e do Dr. Loria – e entendeu-se exatamente o problema. E, basicamente, hoje nós conseguimos a principal mudança, que foi deslocar essa tributação que hoje está em cima da resseguradora para a ponta, para o seguro. Então, vai ter tributação sobre seguro, não vai ter tributação sobre resseguro. E aí, dentro do seguro, obviamente, já está o custo do resseguro.

Mas no que é preciso avançar ainda? São quatro pontos aqui, muito rapidamente, para a apreciação dos senhores. Três deles, é preciso dizer, já estão, Senador Izalci, em emenda: na Emenda nº 616, de autoria do Senador Dr. Hiran. Ela já contempla essas três principais mudanças que estão aqui.

Uma primeira mudança é para esclarecer que, quando uma resseguradora brasileira for contratada, por exemplo, por uma seguradora que está lá na Argentina e essa resseguradora brasileira contrata, por acaso, uma resseguradora no exterior, cede o risco, ou seja, tem uma triangulação internacional, tem que ficar muito claro, com um ajuste de redação, que essa operação em nenhum ponto vai ser tributada, porque, novamente, o que se vai tributar é segurado, seguradora. Então, a gente pediu ali um ajuste só para que fique muito claro esse ponto, porque a redação atual dá margem à dúvida: não há tributação sobre o resseguro quando ele é feito no Brasil, mas, eventualmente, envolvendo operações no exterior, isso não fica claro.

O segundo ponto, já trazido aqui também pelo meu colega da CNSaúde, diz respeito, Senador, àquelas receitas financeiras dos ativos garantidores, ou seja, aquela reserva técnica que a resseguradora precisa ter que gera uma receita financeira. Ela deve ser tributada, sim, pelo Imposto sobre a Renda, porque, quando for receita financeira, tem que ser tributada pelo Imposto sobre a Renda, mas não faz sentido algum que um tributo sobre consumo tenha tributação sobre receita financeira, porque o preço está no prêmio – isso vai ser tributado nesse momento. Não faz sentido algum – pior ainda no caso dos resseguradores, porque não têm nem o prêmio tributado – que se tribute...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO RAFAEL LAVANDEIRA GÂNDARA DE CARVALHO – ... esse ativo garantidor da resseguradora. Então, esse ponto é muito importante. O Supremo Tribunal Federal já fixou essa questão para PIS-Cofins, afastando essa tributação. E não é possível que a gente crie aqui outro ponto de atrito e de contencioso tributário.

E, apenas para terminar, muito rapidamente neste minuto, é em relação ao regime de transição, que vai começar a partir de 2026. Como tem uma mudança estrutural – a CBS e o IBS já partem – e como esse setor vai para a alíquota zero, que essa alíquota zero já funcione para esse setor a partir de 2026, de forma a equalizar a carga dos resseguradores com o que tem no resto do mundo.

E, nos meus últimos 30 segundos, Senador, quero apenas tratar dessa questão que é muito importante para o setor: o setor tem uma alíquota agravada de 15% de CSLL, como se fosse banco, como se fosse seguradora, e eles não têm, como nós mostramos nesse estudo aqui, um rendimento, uma rentabilidade tão grande quanto a dos bancos e das seguradoras para justificar isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO RAFAEL LAVANDEIRA GÂNDARA DE CARVALHO – Sei que é um projeto sobre consumo, mas existem questões relacionadas à CSLL, pontuais, e essa é a mudança que se pede, não para que haja uma isenção, mas propriamente para que essas empresas sejam tratadas como todas as outras, com uma alíquota de 9%, não com uma carga majorada, porque eles não são super-ricos, são só supertributados.

Lembro que essa não é uma tributação sobre empresas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é uma tributação sobre o consumo. Então, quem vai pagar essa conta somos todos nós. Daí quero agradecer mais uma vez a atenção desta Casa e o cuidado que está sendo dado a este projeto, principalmente por ouvir sua excelência o cidadão brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, João.

Vou passar a palavra agora para Lucas Ribeiro, que é Advogado e é representante aqui da Associação Brasileira da Reforma de Pneus (ABR).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCAS RIBEIRO (Para expor.) – Bom dia, Senador Izalci Lucas e Senadora Margareth.

Quero cumprimentar também a todos os presentes, autoridades e o brilhante Daniel Loria, coautor da reforma tributária, que nós tanto acompanhamos aí e com que temos tantos desdobramentos importantes para o país.

Eu quero primeiro destacar, se puderem colocar ali a apresentação para nós, um reconhecimento por que o setor, a ABR (Associação Brasileira da Reformas de Pneus), clama. Ela quer ser fundamental no equilíbrio ambiental e no econômico também para o Brasil, para toda a sociedade. Não é só o setor da reforma, não são só as empresas aqui, mas, como muito bem foi colocado, é toda a dimensão em relação ao que nós temos para a proteção do meio ambiente. Então, como é que nós podemos destruir menos o mundo em que vivemos? Essa é a pergunta sobre a qual eu quero provocá-los à reflexão.

Todos os dias nós saímos de casa e destruímos um pedacinho do planeta, seja pelo consumo do combustível, pelo consumo do petróleo, das nossas riquezas naturais. Nós estamos poluindo, nós estamos prejudicando o meio ambiente, justamente naquilo que a Constituição Federal trouxe a partir da Emenda Constitucional 132, promulgada, então, em 20 de dezembro de 2023, no ano passado. Lá no seu art. 145 foi colocado: "O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente".

Então, nós estamos aqui em defesa do meio ambiente e não do setor de reforma de pneus; é muito mais amplo o nosso pleito. A reforma de pneus é uma oportunidade que nós temos para redução desses impactos ambientais. Assim como falou a nossa colega Aylla aqui anteriormente, todo o setor de reciclagem, todo o setor de economia circular clama para que nós tenhamos condições diferenciadas de tributação. Isso é uma necessidade, repito, não para as empresas, é uma necessidade para nós enquanto sociedade, enquanto seres humanos, porque vamos continuar vivendo aqui. Nós queremos um país melhor, um planeta melhor para os nossos filhos e para os nossos netos.

Vamos lá. Oitenta por cento da redução dos materiais que são utilizados na produção de um pneu novo são o que nós temos hoje como resultado da reforma de pneus: 80% de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

redução, então, só 20% é consumido na reforma de pneus. Isso significa que de cada um pneu nós conseguimos fazer mais duas utilizações. Quantos de vocês aqui, quantos dos senhores aqui reformam pneus? Ou usam pneus novos? Depois nós teremos o descarte desses pneus sem que eles tenham o seu retorno correto e adequado para a sociedade. Mesmo a durabilidade do original posterga a destinação final da carcaça, reduz os impactos ambientais em toda a cadeia. Nós precisamos lembrar que o pneu não é só o pneu, mas é o transporte do pneu, a armazenagem, a energia gasta, as pessoas envolvidas. Tudo isso está consumindo os nossos recursos naturais, os nossos recursos do meio ambiente.

Depois nós temos aqui benefícios, então, que nós trazemos. Economizamos em dez anos – esse é o estudo da ABR – 5 bilhões de litros de petróleo. Em dez anos, nós evitamos a emissão de 26 milhões de toneladas de CO_2. E aqui cabe um alerta importante: nós não estamos falando de uma responsabilidade ambiental de retirar o papel de bala que caiu no chão. Isso aqui é impacto direto para todos nós, isso aqui é impacto direto para o mundo.

A produção de pneus reformados em 2022, vejam só, foi de 13,5 milhões de pneus e a de automóveis, 7,5 milhões. Mas por que é tão pouco, então, o que nós fazemos na reforma de pneus? Como é que os Estados Unidos e a Europa incentivam a proteção do meio ambiente através da reforma de pneus? Eles o fazem através de condições tributárias mais favoráveis, porque nada é tão sensível ao ser humano quanto o preço. Se nós não tivermos um preço atrativo para a reforma de pneus, para o pneu reformado, nós fatalmente conduziremos as pessoas a adquirirem pneus novos.

A reforma tributária, da forma como está, faz com que o pneu antigo tenha que ser descartado, porque o pneu novo vai custar a mesma coisa e, se custa a mesma coisa, nós vamos perder competitividade em algo essencial para o ser humano, nós vamos perder competitividade – as 1.384 pequenas empresas que a ABR hoje representa... Essas pequenas empresas é que fazem a reforma desses pneus, que salvam a humanidade, que salvam o planeta, e vendem para mais de 250 mil transportadoras que estão no Simples Nacional, que não vão obter o crédito; pelo contrário, elas vão acumular esses recursos, elas vão acumular esse tributo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vendemos ainda para as pessoas físicas, que são os fins de cadeia, ou seja, aqueles que vão arcar com o todo o ônus tributário, como muito bem disse aqui o João, que me antecedeu. Essa ferramenta tributária é do consumo, é do consumidor, é lá da pessoa física, não é das 1.384 empresas, porque elas vão precisar repassar o preço.

O que vai acontecer é que nós vamos mudar a forma como nós estimulamos ou desestimulamos o consumo de algo. Isto é que está em jogo aqui.

Então, nós precisamos absorver... Essa tributação integral não funciona, não vai servir para a sociedade.

Ainda: na Constituição Federal nós temos, então, qual é o consumo que nós queremos estimular. Se a Constituição trouxe, como princípio, defender o meio ambiente – aquela defesa do meio ambiente –, é esse meio ambiente que nós queremos defender, Sras. e Srs. Senadores, Deputados, que depois vão voltar lá para a Câmara para poder discutir a reforma tributária. É isso. É essa a resposta que nós temos que dar. É esse meio ambiente que nós queremos salvar. E isso se faz através de regimes especiais.

Assim como se estimula o consumo da educação com uma redução de 60% da sua alíquota, assim como se facilita o acesso à saúde com a redução da sua alíquota também em 60%, é o pleito deste setor, como foi também o da nossa colega Aylla, aqui, que me antecedeu, falando sobre economia circular, com a reciclagem de tudo aquilo que está hoje posto na sociedade.

Então, o regime especial é uma medida necessária para que nós possamos incentivar, para que nós possamos facilitar o consumo da reforma de pneus, e isso nós vamos fazer com uma interferência mínima na alíquota.

Nós conseguimos esse cálculo, bastante detalhado – depois posso passar para os Senadores e também para vocês lá, Loria, com todos os detalhes –, feito pela Reuters, de 0,01% de impacto na alíquota de referência. Então, nós sairíamos dos 27,97% para 27,98%.

É nada. É ínfimo perto do benefício que nós traremos a todos da sociedade, aos seres humanos que habitam este planeta e que precisam dessa proteção ao meio ambiente. Isso daqui é um impacto irrisório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quando nós comparamos isso, então, e vamos entender o porquê desse pleito, não se trata de beneficiar as empresas do setor, mas, sim, toda a sociedade brasileira, como eu disse aqui, promovendo um consumo mais sustentável e com uma atratividade direta no preço.

Não é possível nós igualarmos o preço. As grandes indústrias de pneus... o pneu importado, que muitas vezes entra no nosso país de maneira ilegal, subfaturado, com dificuldades de fiscalização... Ainda que se tenham as melhores das boas intenções em fiscalizar, em tributar corretamente, nós sabemos que isso não é viável em 100% das vezes. Então, nós estamos colocando pneus novos de baixa qualidade no país, colocando em risco a vida de todos nós, aqui, que circulamos com os nossos veículos, com os ônibus, com os caminhões...

Quantos de vocês estiveram na estrada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS RIBEIRO – ... com medo de um caminhão que vinha no sentido contrário? Será que aquele pneu era confiável? Alguém se perguntou sobre isso? Provavelmente não, mas, se fosse reciclado, nós poderíamos dizer que sim, que é confiável. Este pneu é que precisa ter incentivado o seu consumo, para que nós tenhamos um benefício ao meio ambiente.

E, para concluir, eu quero dizer, Senadores, Senadoras, os Deputados que depois vão receber o texto corrigido, que, se nós não fizermos nada, se nós não colocarmos na alíquota reduzida de 60%, nós não teremos sangue nas mãos, mas teremos petróleo nas mãos. São muitos, milhares, milhões de litros de petróleo gastos a mais quando nós não temos a reforma de pneus. É para isso que nós estamos aqui, e queremos ser incentivadores desse setor tão importante para toda a sociedade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Lucas.

Vou passar para a Fernanda Garibaldi, que é Diretora Executiva da Zetta.

Fernanda.

A SRA. FERNANDA GARIBALDI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. Bom dia ao Senador Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer pelo convite e já me desculpar por não estar aí presencialmente. Eu me organizei para estar aí hoje presencialmente, mas, por um imprevisto de saúde, não estou com vocês. Então, queria registrar a importância desta audiência pública e agradecer novamente o convite feito à Zetta para participar dela.

Agradeço também aos meus colegas de mesa, na pessoa do Dr. Daniel Loria, que tem sido um interlocutor frequente da Zetta aqui em relação à reforma tributária; e, mais uma vez, a esta Casa, ao Congresso, que tem discutido e feito a revisão, agora no Senado, do PLP.

Enfim, quero trazer um pouco dos nossos pontos. Prometo ser objetiva, mas vou trazer aqui uma apresentação breve falando um pouco de quem é a Zetta e do que a gente está pleiteando aqui na reforma.

Não sei se estou conseguindo... Todos conseguem ver a apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

A SRA. FERNANDA GARIBALDI (*Por videoconferência*.) – O.k.

Bom, queria deixar todo mundo aqui na mesma página.

Vou falar um pouco da associação que eu represento aqui hoje. É uma associação de empresas de tecnologia que atuam no setor financeiro, fundada pelo Nubank e pelo Mercado Livre. São cerca de 30 empresas dentro dessa aliança. Algumas delas são algumas das entrantes principais no setor financeiro nos últimos anos. Então, temos bancos digitais, mas não apenas bancos digitais e empresas de meios de pagamento; temos o que comumente se chamou de *fintechs*. E eu gosto sempre de frisar que *fintech* é um termo jornalístico, não é um termo jurídico. É um termo que designa uma abrangência muito grande de modelos de negócios, que vão desde instituições reguladas e supervisionadas pelo Banco Central até empresas de tecnologia que não necessariamente estão dentro do perímetro de regulação da autoridade monetária – no caso, o nosso Banco Central.

Essas empresas promoveram uma inclusão financeira muito grande nos últimos dez anos, sobretudo a partir da promulgação da lei de meios de pagamento, e geraram um aumento da competitividade no setor financeiro, que historicamente nós sabemos que é um setor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concentrado no Brasil. Então, a gente trouxe alguns números aqui dos nossos associados, sobretudo esses R$60 bilhões, um número bastante grande, que foi quanto as empresas da Zetta geraram de economia em tarifas para os seus clientes. Então, tem aqui uma série de métricas para depois vocês avaliarem – a gente vai disponibilizar a apresentação – de estudos que a organização faz, de quanto essa inclusão financeira e as *fintechs* promoveram competição no setor financeiro nos últimos dez anos.

Falando já exatamente do tema da nossa audiência, existem dois pontos específicos que a Zetta gostaria de trabalhar aqui no PLP. Acho que algum desses dois pontos a gente já teve a oportunidade de conversar com o Senador, com seus assessores e também com a própria Sert.

O primeiro ponto é não caracterizar serviços de pagamento como plataforma digital, uma disposição do art. 23. Essa é uma discussão um pouco antiga, porque alguns *marketplaces* de fato têm uma atividade de subcredenciador, mas é uma atividade completamente diferente o processamento de pagamento da atividade efetiva de um *marketplace*. Então, a gente está propondo aqui um ajuste nessa redação, delimitando de forma mais precisa os serviços de pagamento, de modo que eles não sejam caracterizados ali como uma atividade de plataforma digital.

O segundo ponto já é um segundo ponto mais específico, mais importante para a gente, que é o ponto da alíquota. Hoje o projeto de lei prevê ali como se deve dar o cálculo, mas a gente não tem efetivamente a projeção de quanto isso vai ser no texto, de como isso vai ser, enfim, designado, então, a gente pede aqui, primeiro, a participação da Zetta nessa discussão. Há uma projeção do mercado entre 9% e 15% de alíquota, é um valor significativo para as empresas que hoje fazem parte dessa aliança, dessas empresas de meios de pagamento e, sobretudo, é importante diferenciar que existem, dentro dessa nomenclatura de bancos digitais ou de empresas de meios de pagamento, empresas que têm modelos de negócios muito diferentes. Então, em termos regulatórios, existem diferenças e amarras bem específicas em relação a instituições financeiras, sobretudo instituições financeiras de natureza bancária e instituições de pagamento. Então, o que nós vimos pleiteando até aqui é que essa diferença seja contemplada em relação às empresas de meios de pagamento, sobretudo porque uma grande instituição financeira tem ali maneiras de deduzir um custo de uma alíquota no regime geral e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em outros serviços ali que sejam, enfim, cobrados por meio de tarifas e comissões, ao passo que as empresas de meios de pagamento não.

A gente vem reiterar a preocupação com a definição dessa alíquota, eu já tive a oportunidade de falar com o Daniel sobre isso e, também, com os Senadores aqui sobre esse pleito da Zetta. Esse é um ponto bastante importante para a gente, sobretudo por conta do aumento da competição nesses últimos anos, para que a gente não impacte a carga tributária dessas empresas que de fato trouxeram uma série de inclusões financeiras de serviços com preços mais competitivos e de maneira mais inovadora. Esta é uma preocupação muito grande da associação: qual vai ser essa alíquota e participar da mesa de negociação em relação a esse valor, a essa alíquota.

De fato, a gente propõe ali alguma alteração que mantenha a definição um pouco mais... deixe claro qual vai ser a definição dessa alíquota e que a gente possa, enfim, debater de maneira um pouco mais acurada aqui as diferenças nos modelos regulatórios de cada uma dessas instituições reguladas para que a gente não tenha um impacto aqui no custo do crédito, na competição no setor financeiro, em toda a inclusão financeira que a gente viu no Brasil nos últimos dez anos. Então, é importante que esteja no radar a diferença dessas instituições, dessas empresas, desses modelos de negócios na hora de a gente pensar na alíquota específica do setor financeiro.

Bastante objetivamente, eram esses os pleitos da Zetta, Senador. A gente fica à disposição para conversar de maneira mais detalhada sobre eles. Hoje, aqui, a gente só queria frisar os pontos que de fato são bastante importantes para os associados e para o setor financeiro, sobretudo para os entrantes do setor financeiro, para que a gente consiga...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FERNANDA GARIBALDI (*Por videoconferência.*) – ... continuar angariando todos os benefícios que a gente viu nos últimos dez anos no país e, enfim, consiga reduzir o custo de crédito, consiga reduzir o *spread* bancário, consiga continuar fazendo com que esse setor seja inovador e competitivo, como a gente vem fazendo até aqui.

Então, é isso. Obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Fernanda.

Vou passar agora para o Fernando Guedes Ferreira Filho, que é representante da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic).

O SR. FERNANDO GUEDES FERREIRA FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Bom dia a todos, Senador Izalci e demais Parlamentares.

Estou falando aqui pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção mais uma vez, Senador. Nós estamos aqui na nossa pregação em relação à discussão do regime específico das operações com bens imóveis, que foi incluído na emenda constitucional, justamente porque os bens imóveis... essas operações com bens imóveis têm uma característica diferente das demais operações que incidem sobre o consumo. Inclusive, assim como no sistema financeiro, a operação com bens imóveis ainda tem a tributação de outros impostos, como o ITBI, por exemplo, em suas operações.

Mas, sendo bem breve, Senador, e demais presentes, a quem cumprimento, nós estamos afunilando, digamos assim, a nossa discussão para dois pontos. O primeiro ponto é a alíquota, uma discussão já conhecida por esta Casa, conhecida pelos colegas. E a gente entende que falta uma pequena calibragem no que veio do projeto aprovado pela Câmara dos Deputados em relação ao redutor de alíquota, que lá consta hoje com 40% para as operações com bens imóveis e 60% para as operações por locação. Nós defendemos ainda – defendemos, com argumentos técnicos – que esse redutor, para garantir a neutralidade, deveria ser de 60% para as operações com bens imóveis e de 80% para a locação.

Temos alguns outros ajustes redacionais. Nós temos conversado bastante com o Governo, e, aqui, quero externar à Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária a nossa satisfação, a nossa alegria de ter esse diálogo aberto. O Governo sempre esteve aberto a conversar conosco. A discussão é de altíssimo nível técnico; discordamos em alguns pontos, é claro, mas a gente sempre teve a oportunidade de debater esses pontos de forma franca e honesta, e estamos debatendo. Quanto à alíquota, é esse o ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra questão, Senador Izalci, que nós precisamos afunilar, que precisamos aprofundar um pouco mais – e está sendo também discutido junto à Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária – é o regime de transição para o novo modelo do setor da construção e do mercado imobiliário nas operações com bens imóveis. Por que isso é importante? Porque hoje o setor da construção de mercado imobiliário não é contribuinte de dois tributos que estão sendo extintos, o ICMS e o ISS, e também o IPI, na verdade, mas, na operação direta, falo de ISS e ICMS. E a transição, nesse caso, com a entrada em vigor da CBS e do IBS de forma escalonada, nos trará, se mantido da forma como está hoje, um problema até mesmo, além de organizacional e estrutural, um problema de aumento de carga, pois nós passaremos a pagar novos tributos sem a possibilidade dos créditos antigos, já que hoje não pagamos ICMS e ISS.

Essa é uma discussão que tem sido feita de forma bem franca com a Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, de maneira bem aberta. Estão sensíveis ao problema, que, de fato, se não garantir uma transição própria para o setor imobiliário, especificamente, haverá um aumento de carga, um impacto muito forte neste momento de transição.

Em relação a isso, nós chamamos a atenção não só do Governo, mas também traremos a esta Casa aqui, a esta Comissão, assim que a gente tiver um texto alinhado às nossas conclusões, de forma a subsidiar, eventualmente, a discussão em relação ao que nós estamos tratando aí do regime de bens imóveis.

Então, Senador, sendo bem breve, já que nós já conversamos bastante sobre o assunto de bens imóveis, são para estes dois pontos que nós chamamos a atenção: a alíquota, que ainda precisa de uma calibragem – estamos discutindo, provando, demonstrando ao Governo, à sociedade e aos Parlamentares quais são as contas que justificam o nosso pleito –; e também em relação à transição do regime atual para o novo regime – isso é um ponto de atenção muito importante que nós temos hoje em relação às operações com bens imóveis. Por isso mesmo, não usarei meu tempo todo.

Agradeço muito a atenção de todos e, mais uma vez, parabenizo o Senador Izalci pela condução dessas audiências públicas, que muito acrescentam ao debate sobre a reforma tributária.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Fernando.

Vou passar imediatamente ao Luiz Antonio Nogueira de França, que é o nosso representante da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias.

O SR. FERNANDO GUEDES FERREIRA FILHO (*Por videoconferência.*) – Senador, permita-me.

É Fernando Guedes, de novo, aqui.

O Luiz de França não pode estar presente. Inclusive, eu estou falando hoje pela Cbic e pela Abrainc também. Então, é só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ótimo. Obrigado, Fernando.

Vou passar, então, para a Ana Cláudia Utumi, que é Doutora em Direito Tributário pela USP, Advogada e também Professora.

A SRA. ANA CLÁUDIA AKIE UTUMI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador. Muito obrigada pela oportunidade. Parabéns pela condução dos trabalhos. É uma grande alegria estar aqui.

O que eu trouxe aqui são breves pontos relativos aí aos adquirentes dos produtos e serviços sujeitos aos regimes especiais e diferenciados.

Então, eu vou passar aqui rapidamente por pontos que eu considero bastante importantes, especialmente na questão de direito a crédito, porque, nesses regimes especiais e diferenciados, há situações em que não há uma disposição específica sobre crédito – e aí eu entendo que fica implícita a utilização das regras gerais –; há situações em que há o direito a crédito assegurado expressamente, porém – e essa é a preocupação – há situações em que o direito a crédito é vedado sem uma justificativa clara. E isso eu acredito que é algo que deveria ser reavaliado por este Senado, nesse processo agora de revisão desse texto, neste momento tão importante de revisão do texto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Das questões do direito a crédito tem um dos artigos que eu entendo que ficou um tanto quanto confuso, que é o artigo que garante crédito aos tomadores das operações, justamente no mercado financeiro das operações de crédito. Por que está confuso? Justamente porque aqui, na questão da determinação de qual é o crédito, fala-se que é aplicado às despesas financeiras que superaram os seguintes montantes; e, dentre os montantes que as despesas financeiras têm que superar, está o principal. E as despesas financeiras dificilmente ultrapassam o principal nas operações empresariais. E depois tem a questão da taxa Selic.

Eu entendo a lógica de permitir o crédito só de um pedaço dos juros porque, quando eu olho no sistema financeiro, o que é pago de IBS/CBS, a ideia é que seja sobre o *spread*, não sobre a taxa cheia de juros. Então, faz sentido. E aí por que eu tenho uma sugestão aqui de melhoria de redação nesse ponto.

Agora, falando das questões dos créditos sem justificativa, vedação sem justificativa, acho que o primeiro ponto já foi bastante falado, da questão de previdência complementar com aumento de expectativa de vida. Com a insuficiência da aposentadoria oficial aí para a manutenção do empregado na sua terceira idade, a contribuição empresarial para planos de previdência faz parte, inclusive, da responsabilidade social das empresas. Não é porque o sujeito já se aposentou que aquela empresa pode simplesmente não se preocupar mais com aquela pessoa que colaborou por tantos anos com os seus negócios. Então, esse é um ponto que eu acredito que deveria ser revisto, deveria ser aí mudado.

Outro ponto que eu entendo que deveria ser revisto para poder ter uma maior flexibilidade é a questão de serviços de ativos virtuais. E eu trago aqui à atenção de todos um relatório da OCDE falando dos benefícios que empresas de pequeno e médio porte podem ter justamente a partir de captações com ativos virtuais. E o mercado brasileiro da chamada tokenização, de você poder captar dinheiro nos mercados de ativos virtuais a partir de ativos que a empresa tenha, vem crescendo. Então, como a ideia dessa legislação é que ela seja estável para dar segurança jurídica ao longo dos anos, a gente precisa também olhar essas questões, que, se hoje podem não ter relevância tão grande, vêm crescendo aí na sua relevância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto é a questão do plano de saúde, porque eu só tenho a possibilidade de tomada de crédito se forem planos de saúde que estiverem estabelecidos em convenção coletiva de trabalho. Mas, ora, nós sabemos todos o problema da exaustão do sistema público de saúde e o problema da ausência dos funcionários por problemas de saúde. Então, o pagamento de plano de saúde com ou sem convenção coletiva de trabalho é do maior interesse das empresas. Então, eu não vejo por que vedar o direito a crédito nessas situações em que eu tenho uma importância muito grande na vida das pessoas, na vida das empresas também. As empresas são justamente formadas pelas pessoas; então, essa vedação, mais uma vez, sem uma justificativa, não faz para mim um sentido. E lembro que, se estivéssemos num país que oferecesse o plano de saúde ou em que não fosse necessário o plano de saúde, em que eu tivesse de fato um sistema público de saúde de qualidade, o plano de saúde seria supérfluo. Mas, no caso brasileiro, não estou diante de algo supérfluo.

Queria chamar a atenção também para a vedação absoluta para tomada de crédito, especificamente no caso dos serviços de hotelaria. Vejam, a gente tem um país de dimensões continentais, e as empresas não têm condições de ter unidades próprias em todos os lugares em que elas têm clientes. Vamos pegar o setor agro, por exemplo, em que certamente eu tenho aí clientes – os fornecedores do setor agro podem ter clientes nas 27 unidades da Federação.

E aí tem-se também uma internacionalização dos negócios brasileiros. Então, a questão de visitas fora da sua jurisdição é fato tanto no Brasil quanto fora do Brasil, a partir das empresas brasileiras. Ora, no caso da hotelaria no Brasil, que é a hotelaria que vai pagar IBS e CBS, por que eu vou vedar o direito a crédito? Posso pedir a justificativa, mas a simples vedação, para mim, não faz sentido.

E o último ponto aqui para o qual eu gostaria de chamar a atenção dos senhores não é a questão do crédito, mas, sim, a questão de operações imobiliárias e pessoas físicas. Vejam, o art. 68 do PLP fala que eu não terei a incidência se aquela atividade imobiliária não for usada de forma preponderante nas suas atividades econômicas. Agora, são inúmeros os casos de famílias, e eu não estou falando de famílias de alta renda, famílias que muitas vezes têm dois imóveis – um de moradia, o outro de aluguel –, e aí pode ser que a alocação seja a maior renda daquela pessoa... Quando eu tenho uma venda, um ganho de capital, pode ser que aquele valor da venda seja a maior renda daquele ano. Agora, a maior parte dos países não cobra imposto sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

valor agregado sobre operações com pessoas físicas. É claro: podem ter regras antiabuso de tal maneira que eu vede situações em que eu tenha pessoas físicas atuando de forma empresarial sem a constituição da empresa. A legislação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, por exemplo, equipara o loteamento feito por uma pessoa física à pessoa jurídica. Agora, simplesmente colocar as pessoas físicas, pela preponderância econômica, dentro do regime de IBS e CBS eu acredito que pode gerar aí uma complexidade desnecessária, uma arrecadação que não vai fazer diferença, uma arrecadação provavelmente muito pequena e um trabalho totalmente incompatível com a realidade de pessoas físicas que não são especialistas na matéria tributária.

Então, com isso, gostaria de agradecer a atenção e agradecer mais uma vez a oportunidade de estar contribuindo, ainda que de forma muito breve, aqui, com esses debates aí tão importantes. Agradeço mais uma vez a atenção. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Ana Cláudia.

Eu vou passar agora para o nosso penúltimo expositor que é o Reynaldo Lima Junior, que é o nosso Vice-Presidente da Fenacon, que é a federação nacional dos contadores das empresas contábeis.

O SR. REYNALDO PEREIRA LIMA JUNIOR (Para expor.) – Senador, gostaria de receber o passador. (*Pausa.*)

Obrigado.

Bom, a Fenacon representa a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis, Perícias, Informações e Pesquisas. É uma federação muito plural, representa *holdings*, empresas de consultoria, empresas de auditoria e também empresas de contabilidade.

Temos grandes empresas e também, como disse, as empresas de contabilidade, que têm uma gama muito grande de representados. Somos 400 mil empresas no Brasil e representamos em torno de 4% do PIB.

Falando em regimes diferenciados e regimes específicos – hoje ouvimos diversos colegas falando de reciclagem de pneus, reciclagem de lubrificantes, resseguros, enfim, tantos colegas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falando especificamente –, a gente vai falar um pouquinho mais, de forma mais ampla, sobre regimes diferenciados na questão do regime específico.

Quando foi criada a estruturação da legislação, foi apresentada uma tributação mais justa e simplificada e os regimes específicos foram para os setores estratégicos, como os apresentados hoje: tecnologia, sustentabilidade, agronegócio familiar, cooperativas, enfim, foram muitas apresentações nesse sentido. Mas a gente escutou falar pouco, muitas apresentações, mas pouco foi dito sobre as micro e pequenas empresas. E aí, como a contabilidade é muito plural, ela tem muitos representados nesse sentido. Então, a gente resolveu trazer um pouco das questões que encontramos nos regimes específicos e na questão das micro e pequenas empresas.

Foi criado o nanoempreendedor individual, no apagar das luzes lá, na aprovação do PLP 68 na Câmara. Criação do nanoempreendedor individual, uma nova categoria jurídica para pequenos empreendedores com o fraturamento anual inferior a R$4,5 mil. Isso tem uma abrangência com a justificativa da informalidade, de trazer, por exemplo, pequenos negócios, aquela pessoa que faz bolo caseiro, o pessoal do Uber. Nós temos aí em torno de 8 milhões de pessoas na informalidade, então o objetivo de trazer esse nanoempreendedor é trazer esse pessoal para a formalidade. As justificativas são totalmente cabíveis, e a única questão mais relevante e que trouxe como novidade é a isenção tributária da contribuição da CBS e do IBS. A ideia beneficia, dentro dos números propostos, 5 milhões de brasileiros, sendo que nós temos 8 milhões de informais, enfim; acesso à previdência social – esse é um dos quesitos que nós temos –, trazer para as políticas públicas; como já disse, estímulo à formalização, ao crédito, com suporte do Governo; e foco no complemento à renda, ao fomento das atividades comerciais locais, que traz um dos estímulos principais: geração de emprego e renda.

Só que nós temos a questão – falando da informalidade – dos MEIs. Foi criado o modelo do MEI, e nós temos hoje 13 milhões de empresas que estão cadastradas no MEI. Temos aí – não vamos falar dos problemas que nós temos no MEI – muita questão de inadimplência, mas a ideia de trazer o nanoempreendedor, comparando com o MEI, a única diferença é que o MEI é com faturamento de R$81 mil, o nanoempreendedor é a metade, ou seja, a única diferença é a questão da isenção da CBS ou IBS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí nós trazemos um grande problema para essa questão: o MEI não vai ter isenção de IBS e CBS. E aí nós podemos trazer um grande problema. O que vai acontecer?

O Simples Nacional, que tem sido criticado ao longo dos anos, porque são abertas várias empresas do Simples Nacional quando se chega ao limite de R$4,8 milhões, que é o limite hoje... O que vai acontecer aí? Vão ser abertos vários MEIs, chegando-se ao limite de R$40,5 mil, ou seja, os familiares vão acabar abrindo vários MEIs para não chegarem ao limite.

(*Soa a campainha.*)

O SR. REYNALDO PEREIRA LIMA JUNIOR – Ou seja, vai ter um problema sério de abertura de vários MEIs.

Trazemos aí um benefício, falando do Simples Nacional: o tratamento diferenciado jurídico do Simples Nacional. Trouxemos que não é uma renúncia fiscal o tratamento diferenciado do Simples Nacional. Só para trazer em números, hoje, o Simples Nacional representa em relação às empresas do Brasil: 14 milhões, ou seja, 70% das empresas do Brasil, e 54% dos empregos. E, muitas vezes, o Simples Nacional é relegado à segunda classe de empresas no Brasil. E olha a representatividade e importância de empresas que têm no Simples Nacional.

O PLP 68 teve uma importante evolução no sentido da criação da legislação: ele criou o regime de transição, que era um grande problema na legislação do Simples Nacional; quando a empresa crescia, tinha o problema da transição para os outros regimes. E, na legislação do PLP 68, isso não está sendo dito nem divulgado. Foi criado um regime de transição, que estabelece até dois anos, por exemplo, para a empresa com até 20% do faturamento poder permanecer no Simples. Isso é muito importante e não está sendo divulgado.

Mas também em relação aos problemas do Simples Nacional nós temos tido algo complicado, pois a reforma tributária traz uma ampla divulgação de que "nada iria ser mudado", porém, ela cria duas opções: a opção da apuração separada, do cálculo apartado do CBS e IBS, que vai gerar crédito total; ou a opção de se manter o sistema antigo, sem gerar crédito, ou gerando crédito mínimo, mas com a perda de competitividade das empresas.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REYNALDO PEREIRA LIMA JUNIOR – E aí temos alguns problemas: geramos complexidade com as duas opções; há maior custo de *compliance*, ou seja, maior dificuldade para criar, para administrar; maior custo de gestão; transferência de crédito por falta de competitividade, o que força as empresas que estão no meio da cadeia a se desenquadrarem e os outros regimes a não serem desonerados na folha. Ou seja, o Simples Nacional tem uma questão em que a folha é desonerada, e a empresa sendo forçada a desenquadrar, que está no meio da cadeia, por exemplo, perde o benefício da desoneração. Então tem um impacto indireto que pode gerar demissão. Isso não está sendo analisado.

Então, como simplificar essa operação complexa? A gente propõe estabelecer um crédito presumido para o Simples Nacional, para todas as empresas. E aí você simplifica toda a cadeia e o contexto geral.

(*Soa a campainha.*)

O SR. REYNALDO PEREIRA LIMA JUNIOR – Ou um Fator R, por exemplo, como é no Simples Nacional, na folha de pagamento.

Já estou terminando.

Aqui só um exemplo do impacto do Simples Nacional, do modelo atual para o modelo novo com o IBS, CBS, um impacto de oito pontos percentuais, um aumento mais ou menos de 61% – isso só em números. Essa informação vai estar à disposição para vocês. O.k.?

Então, só resumindo, a apuração em dois sistemas: vai de encontro à questão da simplificação; tem maior complexidade no cálculo da apuração; maior controle por parte das empresas, preocupação grande, contabilidade; mais obrigações acessórias – fala-se em simplificação, mas grandes obrigações acessórias estão sendo criadas. Estamos lembrando a Dirb, não é? Então, fala-se em acabar com obrigações acessórias e em simplificação, mas recentemente criou-se a Dirb –; custo Brasil, *doing business*.

(*Soa a campainha.*)

O SR. REYNALDO PEREIRA LIMA JUNIOR – Falamos tanto disso e continuamos tendo esses problemas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O setor de serviço vai pagar esse grande ônus. Micros e pequenas empresas com mais burocracia e aumento da carga tributária.

É só isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Reynaldo.

Passo agora, então, ao nosso último expositor, que é o Daniel Loria, que é o Diretor de Programa da Sert.

O SR. DANIEL ABRAHAM LORIA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Obrigado pelo convite, Senador Izalci, Senadora Margareth, Senadores que estão acompanhando virtualmente – eu vi o Senador Esperidião, que estava na sessão virtual: um grande abraço para o Senador Esperidião, um grande amigo.

Estou aqui, hoje, para falar dos regimes diferenciados e regimes específicos.

Antes de entrar no nosso tema, além de saudar os Senadores presentes, quero congratular o trabalho que tem sido feito aqui na CAE – viu, Senador Izalci? Isso é muito importante.

Lá na Sert, dentro do Ministério da Fazenda, a gente foi criado como órgão de apoio técnico à tramitação da reforma tributária, mas a gente sempre gosta de lembrar...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Daniel, deixe-me, antes de você... Não querendo interrompê-lo, mas interrompendo, deixe-me só ler aqui algumas perguntas...

O SR. DANIEL ABRAHAM LORIA – Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... porque, se for o caso, você aproveita e já responde.

Gabriela, do Rio Grande do Sul: "Como [...] [se dará] a transição [para o novo regime fiscal] e quais [...] setores [...] [devem sofrer o maior impacto com a] reforma?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Giulia, de Rondônia: "Como os passivos fiscais regionais serão tratados na nova estrutura tributária?".

Ana, do Rio de Janeiro: "[...] [Quais] medidas garantirão que a reforma tributária [...] [apoiará] o setor cultural, conforme o art. 215 da Constituição?".

Edmilson, de São Paulo: "Por que [...] os aposentados, idosos, deficientes e outros do mesmo grupo [não são isentos] dos impostos federais, estaduais e municipais?".

Renato, do Rio de Janeiro: "Com relação ao IBS e à CBS, [...] [em] que eles se diferem dos [...] tributos [...] [que substituem]? E quais [as] melhorias [...] [que essa mudança visa alcançar]?".

Willian, de Rondônia: "Como as alterações no sistema tributário afetarão os incentivos fiscais regionais e setoriais?".

João, do Rio Grande do Norte: "Os serviços públicos de transporte coletivo terão um regime tributário diferenciado?".

E há alguns comentários aqui.

Vítor, do Distrito Federal: "Essa reforma tributária é um absurdo. Acaba com o pacto federativo. Aumenta ainda mais essa já absurda carga tributária".

Yuri, do Rio de Janeiro: "É essencial que essa reforma [...] [realize] justiça social no Brasil. [Que seja] uma reforma tributária progressiva, [...] [com um impacto maior] sobre [a] renda [mais alta].

Gustavo, do Pará: "As alíquotas reduzidas sobre os agrotóxicos devem ser revisadas, pois incentivam o uso desses produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente".

Rodrigo, do Rio Grande do Sul: "É fundamental que a reforma crie incentivos que estimulem o crescimento, em vez de impor barreiras adicionais".

Lucas, de Rondônia, pergunta: "Como a reforma tributária afetará os setores que hoje possuem regimes especiais de tributação?".

Osvaldo, de Minas Gerais: "Qual o impacto da reforma tributária para [...] MEI?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sandro, do Rio de Janeiro: "[...] como a reforma tributária [...] poderá contribuir para a redução das desigualdades sociais?".

E Wilker, de Pernambuco: "Quais as possíveis consequências inflacionárias da reforma?".

Obrigado, Daniel.

O SR. DANIEL ABRAHAM LORIA – Está fácil, não é, Senador? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Simples.

O SR. DANIEL ABRAHAM LORIA – Sete minutos?

O SR. LUCAS RIBEIRO (*Fora do microfone.*) – Vai ficar com 70.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Fique à vontade aí. (*Risos.*)

O SR. DANIEL ABRAHAM LORIA – É brincadeira. É brincadeira com o Senador aqui. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DANIEL ABRAHAM LORIA – Obrigado.

Senador, eu estou com a missão aqui de falar dos regimes diferenciados e específicos, mas eu acho que, dadas as perguntas aí da audiência *online,* acho que faz sentido só a gente lembrar um pouquinho também dos pilares da reforma tributária antes de entrar no tema específico. Então, que o sistema tributário brasileiro atual é complexo, é caótico ninguém nega, isso é consenso. A reforma está aqui para simplificar.

Entre os pilares da reforma, a gente tem: o crédito integral em todas as aquisições; a desoneração completa dos bens de capital – e aí já até trazendo um ponto aqui que a colega comentou sobre trator, maquinário agrícola, tudo isso é bem de capital; nossa intenção é que seja totalmente desonerado, seja via crédito integral, seja via alíquota zero, essa é a forma da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desoneração, está na Constituição, temos que cumprir –; desoneração das exportações; isonomia entre importações e vendas locais; dentro do setor agro também – aproveitando a deixa, hoje o setor é imune nas exportações, mas acumula muito crédito tributário na cadeia, há todo um resíduo tributário, esse resíduo não recupera; então é imune, mas não tanto assim, não 100%; na reforma vai ser 100% imune de tributos, nosso setor exportador vai ganhar muita competitividade, vai ganhar muito com a reforma tributária –; o mínimo de obrigações acessórias; e, no mundo ideal, o mínimo de alíquotas e tratamentos diferenciados.

E aí a gente chega hoje à nossa pauta dos regimes diferenciados específicos. Muita discussão política se deu no âmbito da Emenda Constitucional 132. Na Constituição Federal a gente tem ali um rol taxativo dos regimes diferenciados específicos, e aí entra uma responsabilidade enorme do legislador complementar de não ir além nem aquém da vontade do Constituinte, daquilo que o Constituinte quis, e tornar isso realidade, concretizar.

A gente fez todo um trabalho técnico no Ministério da Fazenda quando enviamos o PLP 68, então em cada item que estava na Constituição a gente se debruçou, criou um grupo técnico, chamou os membros de outros ministérios, chamou os setores, para realmente identificar que operações dentro de cada setor gozam de uma alíquota reduzida ou gozam de um regime específico. E aí a gente tem uma lista grande, isso é bastante desafiador. A gente falou, só hoje nesta audiência, de tudo de pneus até rerrefino de lubrificante, até Simples Nacional, até sistema financeiro, previdência, seguro, resseguro – é bastante desafiador fazer esse trabalho, mas estamos aqui para isso.

Então, na redução da alíquota de 30%, entraram os colegas como eu, advogados, contadores, engenheiros e outros mais. Na redução de 60%, educação, saúde, tivemos o Bruno aqui pela CNSaúde. Na área de saúde, também dispositivos médicos, dispositivos de acessibilidade, medicamentos, uma lista bastante grande com todos esses itens com alíquota reduzida, composições enterais e parenterais e produtos de higiene e limpeza, mas totalmente consumidos por família de baixa renda. Tudo isso tem alíquota reduzida, tudo isso o Constituinte olhou e falou tem que aplicar uma alíquota menor do que a alíquota padrão.

O mesmo vale para produtos agropecuários, insumos agropecuários, produções nacionais. Alguém perguntou da cultura na plateia – não é, Senador? A cultura vai gozar, sim, de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

redução de alíquota de 60% – tem 25 itens arrolados no anexo. Também as atividades desportivas, a comunicação institucional, bens e serviços relacionados a soberania e segurança nacional, serviços de segurança de informação e segurança cibernética e, por último, a reabilitação dos centros históricos, tudo isso com alíquota reduzida. Aqui a gente está no campo dos regimes diferenciados que querem dizer alíquota reduzida.

Além disso, a gente também tem uma redução de alíquota zero no âmbito desses regimes diferenciados, dispositivos médicos, acessibilidade e medicamentos. Muitos medicamentos estão aqui na alíquota zero. Boa parte da saúde está na alíquota zero, a intenção é essa mesmo. E eu gostaria de destacar também que na Câmara foi criado um *fast track*, que é o apelido que foi dado, para uma possibilidade de atualização anual ou emergencial das listas de dispositivos médicos e medicamentos com alíquota reduzida, justamente para o país conseguir se adaptar à situação de calamidade e outras emergências públicas.

Ainda na alíquota zero, produtos de cuidados básicos com saúde menstrual, serviços prestados por instituições científicas, tecnológicas e de inovações sem fins lucrativos, e automóveis adquiridos por pessoas com deficiência e por pessoas com transtorno do espectro autista e também por taxistas – está tudo aqui na alíquota zero.

Então, a gente vê que o regime diferenciado é redutor de alíquota – é redutor de alíquota. A gente cria essas outras faixas. A decisão da criação das faixas, de aplicar o redutor, já foi tomada na Constituinte. O que a gente está falando aqui pelo Constituinte, o que a gente está falando aqui na lei complementar, com muito equilíbrio, com muita técnica, a gente tenta ali realmente dizer o que tem que estar dentro em termos de uma descrição acurada, para a gente remeter aos NCMs, as listas de harmonização do Mercosul, para tentar concretizar aquilo que o Constituinte já definiu.

Eu até ousaria dizer, Senador Izalci, que é uma discussão mais técnica do que política algumas vezes. Como é que eu redijo o anexo 32 da lei... Sabe? Esse tipo de coisa. Claro que tem impacto, é importante, não estou negando a importância, só estou comentando que aqui a gente tem que manter o equilíbrio e se manter fiel ao que já foi decidido pelo Constituinte.

O transporte público tem isenção, a gente tem os créditos presumidos que já foram comentados aqui, o pequeno produtor rural, transportador autônomo de carga pessoa física,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bens móveis de revenda de pessoa física, resíduos e materiais reciclados, e também dois regimes próprios da CBS, um é o Prouni e outro é o automotivo, que tem um *phase out* até 2032.

Ao lado dos regimes diferenciados... Por que eles chamam de diferenciados de um lado específicos do outro? Os específicos nasceram para aqueles setores que não se encaixam muito bem numa atividade produtiva normal, vamos dizer assim, ou para o qual IVA foi pensado. Então, aqui entram combustíveis – a colega dos lubrificantes teve uma fala importante aqui hoje –, aqui tem a monofasia; entram serviços financeiros, que às vezes são remunerados com tarifa e comissão, às vezes são remunerados por margem nas operações, que é o *spread*; entra o plano de saúde, que também é um intermediário na relação entre contratante e prestador de saúde; concursos de prognósticos, as famosas *bets*, também estão aqui; bens imóveis, os colegas da construção e dos imóveis estão em diálogo constante com conosco; cooperativas.

E aqui eu chamo a atenção para um ponto, que do item 7 para baixo tudo entrou como regime específico: bar e restaurante, hotelaria, transporte coletivo de passageiros, agência de viagem, a SAF, do futebol, e também operações relacionadas à diplomacia, tratados internacionais. O fato de eles terem entrado como serviço, como regime específico, e não como regime diferenciado, nos coloca um desafio a mais, que é como é que eu verso sobre esse crédito na entrada, como é que eu verso sobre esse crédito na saída. Inicialmente, o setor de bar e restaurante, por exemplo, publicamente defendia um regime cumulativo para eles, eles preferiam não ter crédito e ter uma alíquota mais baixa. Na Câmara mudou, eles evoluíram tecnicamente, agora querem alíquota... Querem o crédito, perdão, em troca de uma alíquota um pouco mais alta, mas eles entenderam que o crédito é importante. Então, às vezes também a gente colocou coisas aqui no regime específico que, com o aprofundamento técnico das discussões, as pessoas querem se aproximar mais do regime geral com uma alíquota reduzida, o que, então, se aproxima mais de um regime diferenciado. A gente tem que ter este cuidado: uma coisa é regime diferenciado, em que há um favorecimento por parte do Constituinte, outra coisa é regime específico, que requer regras próprias de tributação, não necessariamente favorecidas – aí entra um pouco da decisão política.

E tem um ponto muito importante sobre o que a gente ainda não conversou hoje. Nós aqui, como Governo e todos os Srs. e Sras. Senadoras, temos uma responsabilidade – todos nós temos – de olhar o todo, de olhar a floresta. Aqui a gente está ouvindo cada setor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

individualmente, e cada setor está olhando para a sua árvore – e está no seu papel legítimo de defesa de interesses particulares aqui na audiência, a audiência é para isso mesmo –, mas nós aqui do setor público, o Governo, o Parlamento, temos que olhar o todo, olhar o sistema como um todo. Se tem alguma coisa muito desequilibrada, a gente precisa repensar. Durante as conversas, uma coisa que eu pensei e que a gente conversava muito era assim: eu não posso ter um hospital, no final do dia, com uma alíquota maior do que a de um outro setor que não é tão importante quanto o hospital, só para citar um exemplo – e não vou me arriscar a falar qual seria o outro setor. É só um exemplo. Então, se o hospital vai estar com uma alíquota com um redutor de 60%, não faz sentido que um regime específico tenha um redutor maior que 60%. De fato, parece que não haverá mesmo, mas é só um exemplo de assunto em que a gente precisa tomar cuidado com esse equilíbrio.

E, dentro desse equilíbrio, o Constituinte nos deu um mandamento de que, a cada cinco anos, a gente precisa, como sociedade, olhar para os cinco anos passados, ver o que a gente fez, ver se está tudo certo, ver se deu certo, com o custo-benefício, ou se precisa fazer algum ajuste. Então, isso também é possível. Essa avaliação quinquenal é possível e vai, sim, abranger regimes diferenciados e regimes específicos.

Na Câmara, houve muita discussão com relação à calibragem da alíquota de referência, pois essa alíquota máxima a que as empresas vão estar sujeitas... A gente mandou o PLP com a estimativa de 26,5%, na Câmara foram incluídas outras diferenciações, e houve uma preocupação de a alíquota de referência exceder os 26,5%. Qual foi a solução que a Câmara deu? "Ah, vamos colocar mais uma trava dentro da reforma". A gente já tem a trava da manutenção da carga, não vai aumentar a carga tributária. É bem verdade que ela também não vai diminuir, pois é uma reforma tributária de desenho do sistema, mas ela não vai aumentar, já tem essa trava. A Câmara adicionou uma nova trava, que eu estou chamando de trava, mas eu vou explicar melhor. O que está dito ali? Que, se alíquota de referência passar de 26,5%, lá em 2033, o Poder Executivo da União tem o dever de enviar um PLP propondo diminuição das reduções de alíquotas dos regimes diferenciados ou eventualmente revisão dos regimes específicos para que a alíquota de referência fique em 26,5%. Essa foi uma inovação da Câmara, que está aqui no texto que vem para o Senado e que eu diria que é um ponto que demanda bastante atenção, Senador, porque a gente também não quer deslocar um problema político de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje para amanhã, de 2024 para 2033. A gente precisa olhar para isso. O que isso quer dizer? Na minha opinião, a Câmara foi bem no sentido de colocar no texto algo que a sociedade já clamava: não queremos uma alíquota de referência maior que 26,5%. Dentro da Câmara, há uma – o que eles nos passaram quando colocaram isso – visão de que talvez a gente esteja sendo muito conservador nos nossos cálculos como Governo. E, de fato, é um cálculo que é baseado em estimativas; em alguma medida, ninguém vai cravar exatamente ali quanto é que vai ser, ninguém, enfim, tem bola de cristal. É um cálculo embasado, mas a Câmara teve essa preocupação. Então, eles apostam que vai ficar dentro de 26,5%, inclusive com os regimes diferenciados específicos. Nós temos preocupação, estamos trabalhando para isso, todo o modelo operacional é para isso, a simplicidade é para isso, tudo que a gente está fazendo é para isso, mas, se, por acaso, a alíquota de referência exceder 26,5%, a gente vai ter essa responsabilidade de mandar um novo texto para ser discutido.

Então, acredito, Senador, que um debate que a gente pode ter nesta Casa é sobre isto: como isso vai funcionar? Vai ser um novo texto? É da nossa cabeça? É do Parlamento? É caso a caso? É algo mais linear? "Ah, vamos arrumar todo mundo linearmente para chegar à de referência de 26,5%." Lembre: a soma disso é a manutenção da carga. Então, quanto mais coisa a gente coloca nos diferenciados específicos, maior é a alíquota de referência. Então, nesse momento, a conta vai chegar e a gente vai ter que readequar. E uma coisa que a gente tem que conversar é como a gente vai fazer essa readequação, qual vai ser o custo político disso, quem vai assumir essa missão dura, se vai ser algo mais automático, algo mais linear, enfim, eu acho que é um tema político para esta Casa se debruçar com muita calma e de interesse direto do povo brasileiro, que consome tudo isso que a gente falou aqui hoje, não consome só uma coisa, nem só outra, essa esteira de consumo é bastante ampla. E o seletivo também vai estar na avaliação quinquenal.

Então, aqui, só um resuminho. Outros pontos que a Câmara trouxe que são interessantes, não vou citar aqui em nenhuma ordem específica: a gente vai devolver IBS e CBS para o turista estrangeiro, o *tax free*. Eu sempre fui fã do *tax free*, viu, Senador? Inclusive, quando chegou essa hora lá na Câmara, o Secretário Appy falou: "Não é você que vai negociar esse assunto, não, porque você gosta muito desse assunto". Mas entrou lá na Câmara o *tax free* e estou tomando a liberdade aqui de fazer essa brincadeira com todos. Muita coisa para as cooperativas entrou e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regime de transição para os bens de capital. A gente quer, sim, fazer o regime de transição para o setor imobiliário, está em discussão com o setor imobiliário, o que foi falado aqui pelo colega. Entrou o crédito para o plano de saúde, vale-refeição, vale-alimentação. Acho que o Bruno trouxe aqui, e a gente precisa ver como a gente vai operacionalizar esse crédito: a empresa que contrata o plano de saúde para os seus funcionários, quando é obrigada a fazer essa contratação por convenção coletiva, ela vai se creditar do valor que o plano de saúde pagou de tributo. Então, vai ter esse crédito, se entrou.

Já aproveitando, fazendo comentário para a Ana Cláudia do por quê decorrente de convenção coletiva de trabalho. É porque a gente não quer correr o risco de ter o Daniel aqui, por exemplo, abrindo uma empresa para contratar o plano de saúde da família, sendo todos diretores, todos sócios daquela empresa, e ter o crédito. A intenção não é essa. Na verdade, o IVA sempre quer um consumo, independentemente de ele ser supérfluo ou de ser menos supérfluo. Sempre que há um consumo por uma pessoa física, eu tenho que ter incidência do IVA. Então, eu não quero correr o risco de ter uma megapejotização no Brasil, em que as pessoas transfiram para PJs despesas pessoais. Essas despesas têm que ter incidência do IVA. Por isso que tem lá o famoso bem de uso ou consumo pessoal como uma exceção ao acreditamento. Por que uma exceção ao acreditamento? Porque sempre que eu tenho consumo de pessoa física eu tenho que ter incidência. E, aí, o fato de estar em convenção coletiva de trabalho demonstra claramente que é algo destinado aos empregados, que é algo, vamos dizer assim, controlável e dentro da atividade econômica daquela empresa. Esse é o racional para ter entrado. E outros ajustes técnicos e de mérito a serem discutidos.

Aí, quero aproveitar, Senador, e fazer alguns comentários específicos que o senhor me pediu.

Eu anotei aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL ABRAHAM LORIA – ... alguns pontos das falas dos colegas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, dentro da fala da colega da CNA, um ponto que eu destaco é o bem de capital. Acho que faz todo sentido a questão do bem de capital e a questão da definição dos alimentos. A gente está estudando isso junto com o Mapa também, que também teve uma fala aqui hoje.

O Bruno, da CNSaúde: comentei dos créditos dos planos de saúde – Bruno, vamos ver como operacionalizar isso. A decisão política foi tomada na Câmara. Da nossa parte, a gente vai honrar o que foi combinado – a parte do Governo. Então, a gente tem que ver como operacionalizar isso.

O ponto que você trouxe, da receita financeira, a gente também discutiu na Câmara. Acho que a versão que saiu da Câmara está bem diferente da versão que entrou lá, mas a ideia é que a receita financeira tributável seja somente aquela relacionada ou decorrente do preço de venda aos seus consumidores finais. Então, se o camarada paga à vista com desconto – e aí você aplica o dinheiro dele – ou se ele paga a prazo, com valor mais alto, a tributação tem que ser a mesma. Então, a receita financeira que está sendo capturada é só essa receita da variação do tempo do recurso que vem do seu cliente.

A gente tentou redigir dessa forma, mas a gente pode sempre conversar sobre aperfeiçoamento de texto, mas para deixar claro que apenas a receita financeira relacionada à atividade-fim, e não aquela receita financeira de sócio, de capital próprio, nem nada disso.

No caso do resseguro, João, eu acho que vale a pena a gente conversar um pouquinho também, porque aí tem a especificidade da alíquota zero.

Regime específico de combustíveis e refino de lubrificantes vamos avaliar. Acho que é pertinente a ideia de que os combustíveis estejam lá.

Na previdência complementar fechada, queria agradecer ao Jarbas pelas palavras. A gente trabalhou muito no texto na Câmara. Hoje, fundo de pensão de assistência fechada e plano de saúde de autogestão não vão pagar tributo. Não vão pagar. Já estão fora. Aí há uma discussão de redação ali, como é que a gente se certifica, porque é gente séria, como vocês são.

Deixem-me ver mais alguma coisinha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com o Presidente Rodrigo Maia, da CNF, temos dialogado muito também. Tem alguns pontos pertinentes que eles estão trazendo aqui para esta Casa. Sugiro a gente também sentar e ter uma discussão sobre eles. Acho que tem coisa pertinente, sim, para ser avaliada. Aperfeiçoamento é sempre bom. Aperfeiçoamento técnico, meritório, segurança jurídica.

Quanto a imóveis, já comentei que estamos redigindo a transição junto com o setor e trabalhando muito, juntos, nesse cálculo da alíquota, sempre uma discussão muito correta, de altíssimo nível técnico, com o setor. Então, agradecemos as palavras do colega e retribuímos essas palavras. O setor sempre foi muito correto conosco.

E, por último, só um comentário em relação à fala da Ana Cláudia que tem a ver com a questão do creditamento.

Como eu comentei, sempre que a gente tem regime específico, a gente tem o desafio de formular uma regra de creditamento específica, senão seria diferenciado ou geral. Então, o "específico" está lá por um motivo. Em alguns momentos, a gente enxerga que é um consumo. Então, na previdência complementar, por exemplo: quem se aposenta é a pessoa física. Então, é um consumo. A contratação da previdência complementar é consumo. Não teria creditamento. Só para dar esse exemplo.

Tem algumas áreas do IVA que são zonas cinzentas, é bem verdade, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Então, o exemplo que a Ana Cláudia deu, do hotel, ou bar e restaurante... Tudo bem, pode ser que eu esteja fazendo uma reunião de negócios, pode ser que eu esteja viajando a trabalho, mas também pode ser que eu esteja viajando a lazer. Então, existem essas zonas cinzentas lá fora também. Isso não é novidade nossa.

O que é que os países fazem? Colocam uma regra objetiva, para dar segurança jurídica.

A gente colocou uma regra objetiva aqui: hotel, restaurante e bar não dão direito a crédito. Em relação àquilo que eu comentei, que antes eles queriam até um cumulativo, agora têm crédito para trás, mas não têm para frente, com uma regra objetiva com segurança jurídica. Isso possibilita uma alíquota de referência um pouquinho menor. Sempre que você é um pouco mais rigoroso em algum pedaço, você tem uma alíquota de referência um pouquinho menor. Essa é a troca que a gente faz. E dá segurança jurídica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas todos os países passam por isso, viu, Senador? São escolhas que a gente precisa fazer. O importante é que tenha segurança jurídica e que as pessoas saibam as regras de antemão.

É isso.

Queria agradecer pelo tempo e espero que tenha atendido ao seu pleito de fazer os comentários.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Nos comentários finais, você não falou da reciclagem do óleo, que é fundamental, e do pneu.

O SR. DANIEL ABRAHAM LORIA – É... Do pneu e do óleo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não é, Magareth?

Vou passar a palavra à Senadora Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Permita-me... Com licença, Daniel.

Bom dia a todos!

Obrigado, Presidente.

Eu me preocupo muito, Daniel, com a reforma tributária e a questão da economia circular. Não foi contemplado nada que seja da economia circular e que seja benéfico ao meio ambiente. Nada! Nós tentamos pôr na Câmara. Colocamos aqui, foi aceito; a Câmara tirou. Quer dizer, nós reutilizamos um pneu nacional até duas vezes, em média. Pode dar três, quatro... Um pneu de avião chega a dar onze reformas. Porém, você economiza 80% de combustível, de material. E eu não consigo ver uma preocupação. Nós estamos com mil problemas no meio ambiente. Nós vemos o problema, como a colega falou aqui, a Aylla, sobre o óleo lubrificante. Nós temos muito problema nessa área. Por exemplo, lá no Mato Grosso, nós reciclamos 99,9% dos agroquímicos, dos tambores agroquímicos. Para quê? Entendeu?

Então, a pergunta que se faz é: qual é o meio ambiente que nós queremos? Qual é o ambiente de negócios que nós queremos? E por que não foi pensado nada nessa linha? Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos com sérios problemas: pneus importados de baixa qualidade entrando, subfaturados... Acabei de receber a notícia de que tem a maior revenda de pneus do país. Alugou um navio para trazer os contêineres dela, e ninguém conhece quem é. Então, nós temos aí não digo nem que é uma linha cinzenta, é uma linha negra.

Então, eu gostaria que vocês olhassem isto: a reforma de pneus. Reformam-se 14 milhões de pneus por ano, fora os pneus de automóveis, que são muito reformados em São Paulo, não em todo o país. Mas eu estou preocupada. Nós somos 5 mil empresas na cadeia, e não sei como vai ficar se continuar desse jeito. Por quê? Para nós ficarmos da mesma forma como estamos, nós temos que subir 20% o valor. O.k., vai ter o crédito da pessoa jurídica, eu vou dar o crédito para a pessoa jurídica. Porém, para a pessoa física, não. E eu faço a reforma em cima do pneu do cliente. Eu não faço em cima... Eu não compro carcaça, reformo e vendo. Faço em cima do pneu do cliente, do transportador. Eu tenho muita pessoa física e eu compro e vendo muito para o Simples. Vai ficar 30% mais caro comprar e vender para o Simples.

Então, é algo que eu acho que vocês deveriam pensar, porque nós estamos com muitos problemas no meio ambiente e isso tem que ser olhado com carinho.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem.

Daniel, tem essa questão que foi colocada do óleo usado nos postos. Se não tiver realmente uma política, vão deixar de recolher e isso vai para o meio ambiente. A mesma coisa com o óleo de cozinha, o usado, porque o pessoal usa para o biodiesel e tal. Então, para a reciclagem, de um modo geral, tem que ter uma atenção especial.

Aqui se falou também na avaliação anual ou emergencial. A discussão que foi feita aqui outro dia foi exatamente esta, "está bom, está previsto que tem que ter a atualização, mas não há penalidade nenhuma". Então, no equilíbrio de contrato, por exemplo, tem coisa que tem dez anos, que está no prazo, mas ninguém cumpre o prazo e não acontece nada. Então, se não se estabelecer uma punição, sei lá, ou alguma coisa que as empresas possam aproveitar, também nós teremos problemas.

Eu acho que a nossa audiência cumpriu os seus objetivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amanhã a gente continua, às 14h30, com o regime diferenciado – tem muita gente ainda, muitos setores.

Lembro aqui novamente da questão da retirada da urgência. O Presidente garantiu, e não tem sentido estar na pauta de hoje, mas isso é porque trancou antes de ontem, então, tinha que estar na pauta, mas será retirado de pauta em função da retirada do regime de urgência.

Eu quero agradecer...

Se tiver algum expositor que queria fazer alguma consideração rápida...

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Presidente, só um minutinho, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pois não, Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria de falar que teve um Deputado de São Paulo que fez um projeto de lei acabando com a reforma de pneus no transporte rodoviário de cargas e de passageiros. Eu falei que eu acho que as pessoas estão ficando meio doidas, não é possível!

É um Deputado, acho que é Douglas, não sei de que partido é, mas, enfim, ele não tem noção do que está falando, não sabe o que está fazendo e isso está lá na Câmara. As associações e os transportadores de cargas autônomos, todos já se manifestaram. Sabe a quem eles estão privilegiando? Importadores, é isso.

Então, eu não consigo entender, porque, se o país não olhar diferente para tudo que nós falamos aqui que se recicla, que se reutiliza, que se dá nova vida, vai morrer, vai acabar, porque daí eu também vou tratar de vender pneu novo, não vou reformar. Para que reformar? Eu reformo transporte, mineração, máquina fora de estrada, máquina agrícola. Para quê? E você dá a mesma vida ou até 20% a mais. Então, tem que prestar atenção.

Esse PL eu achei um abuso quando eu vi, um abuso! Acho que ele fumou um cigarrinho do capeta estragado, não é possível! (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Margareth.

Edvaldo, quer fazer alguma consideração? (*Pausa.*) (*Fora do microfone.*)

O SR. EDVALDO SEBASTIÃO DE SOUZA (Para expor.) – ... que as entidades fechadas de previdência complementar não serão tributadas.

Se o objetivo é esse, assim como também querem as pessoas que representam os fundos de pensão e essas entidades, por que nós não podemos clarificar o texto com uma redação melhor, um ajuste redacional, de modo que... E aí, eu me proponho – eu e o meu grupo nos propomos – a conversar com você sobre isso, porque eu acho que, como bem o Jarbas mencionou, os nossos interesses são recíprocos, são iguais, são semelhantes. Se o objetivo não é tributar, então eu acho que, com um ajuste redacional, nós não apenas tornamos o texto mais claro, mas também garantimos a segurança jurídica da questão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – O segredo aqui é garantir a segurança jurídica e ter uma redação que realmente não deixe dúvidas, mas ficou muito claro aqui que não haverá tributação.

Bem, gente, quero então agradecer a cada um de vocês pela presença. Amanhã, a gente continua com esse mesmo tema; tem vários outros segmentos.

Quero agradecer a presença e declarar encerrada a nossa presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 41 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 50ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e quinze minutos do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Sergio Moro, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Margareth Buzetti, Flávio Arns, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Esperidião Amin e Laércio Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Sérgio Petecão, Rosana Martinelli, Flavio Azevedo, Wilder Morais, Ciro Nogueira, Tereza Cristina e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 66/2024 - CAE, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Finalidade:** Debater os impactos da reforma tributária nos regimes diferenciados e específicos. **Participantes:** Sr. Alexandre Leal, Representante da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Complementar e Capitalização – CNseg; Sr. Tiago do Vale, Coordenador de Assuntos Tributários - Ministério da Fazenda; Sr. Mozart Rodrigues Filho, Diretor Executivo do Conselho do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes – SINDICOM; Sr. Cláudio Souza de Araújo, Diretor da Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Biocombustíveis - BRASILCOM; Sra. Renata Isfer, Presidente Executiva da Associação Brasileira de Biogás - ABIOGÁS; Sr. Felipe Scudeler Salto, Economista-Chefe e Sócio da Warren Investimentos; Sr. Abrão Dib, Presidente da Associação Nacional de Apoio às Pessoas com Deficiência - ANAPcD.; Sr. Gustavo Beduschi, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Laticínios - VIVA Lácteos; Sr. Murillo Estevam Allevato, Advogado e Representante da Associação para Interoperabilidade entre Infraestruturas do Mercado Financeiro - APIIMF; Sr. Fábio Macêdo, Presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais - FENAFIM; Sra. Amanda Oliveira Breda Rezende, Coordenadora Tributária da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Sr. Tiago Conde, Representante da Associação dos Notários e Registradores do Brasil; Sr. Antônio Machado Guedes Alcoforado, Auditor da Sefaz-PE e Doutor em Direito Tributário; Sr. José Edson Galvão De França, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação – ABINPET; Sr. Carlos Evangelista, Presidente da Associação Brasileira da Geração Distribuída – ABGD; Sr. Marcio Alabarce, Representante da ABDI; e Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcos Raggazzi, Presidente da Associação Brasileira da Educação Básica de Livre Iniciativa – ABREDUC. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/25

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 25 de setembro de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater os impactos da reforma tributária nos regimes diferenciados e específicos, em atenção ao Requerimento 66, de 2024, da CAE, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de chamar aqui os nossos expositores, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação de interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Eu já convido aqui para compor a mesa o Sr. Alexandre Leal, que é representante aqui da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg). Está aí o Alexandre?

O SR. ALEXANDRE LEAL (*Fora do microfone*.) – Aqui.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pode aplaudi-lo para a gente... Depois do almoço, sempre é bom, viu? (*Palmas.*) Convido também o Sr. Tiago do Vale, Coordenador de Assuntos Tributários do Ministério da Fazenda – tudo bem, Tiago? – (*Palmas.*) ; o Sr. Mozart Rodrigues Filho, Diretor-Executivo do Conselho do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (*Palmas.*) . Convido também o Claudio Souza de Araújo, Diretor da Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Biocombustíveis. (*Palmas.*)

Já passo imediatamente a palavra ao Sr. Alexandre Leal, que é o nosso representante da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais.

O SR. ALEXANDRE LEAL (Para expor.) – Obrigado pelo convite para a confederação participar deste importante debate.

Eu trago aqui alguns pontos em relação ao PLP 68 que nós entendemos que merecem ajustes nesta Casa.

O primeiro ponto refere-se à incidência do IBS e da CBS sobre as receitas financeiras, um entendimento de que esse imposto – IBS e CBS – é um tributo, na verdade, sobre a venda de bens e prestação de serviços, e receita financeira não se inclui em nenhuma dessas categorias.

Ainda no art. 216, tem alguns ajustes redacionais relacionados à operação de cosseguro, que é uma operação onde duas seguradoras ou mais compartilham o mesmo risco. Ela se faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

necessária porque, num texto aprovado na Câmara, se excluiu a alíquota zero desse tipo de operação. Então, passa a incidir IBS e CBS – só para ficar claro o que é a receita de cada uma dessas empresas, quer dizer, ele não tem impacto tributário nenhum.

E também um ajuste para o seguro resgatável, que é um tipo de seguro onde o cliente, se ele desejar, ao longo da vigência desse contrato, parar de pagar o prêmio, resgata parte da provisão constituída, e isso não é receita da seguradora; então, também tem que estar previsto que isso sai da base de cálculo desses tributos. Essa é uma emenda que a gente tem proposto para o art. 216, que trata da tributação de seguros e resseguros.

Ainda dentro do art. 216, a gente tem a questão da alíquota zero para o seguro rural. O seguro rural hoje em dia é isento de todos os tributos federais, isso está garantido pelo Decreto-Lei 73, de 1966. Ocorre que, com a aprovação do PLP 68, passa a haver a incidência do IBS, que é um tributo estadual e municipal. Então, a gente quer manter o que tem hoje na realidade do seguro rural, ou seja, que não tenha perda de arrecadação, porque hoje a União não arrecada – nem estados e municípios. E essa é uma pauta bastante sensível. A gente tem acompanhado a questão da dificuldade de subvenção ao prêmio do seguro rural. A área segurada vem caindo ao longo do tempo. Recentemente, a gente está nos níveis mais baixos de área segurada, e, se houver um aumento do preço desse seguro em função da incidência de tributos... E aí lembro que boa parte do consumidor desse seguro, do segurado, são pessoas físicas que não vão ter direito a crédito do IBS e da CBS. Então é um aumento mesmo do preço, o que pode piorar a situação de cobertura.

Ainda em relação à alíquota zero, um outro pedido ou uma outra sugestão da confederação é relacionada aos seguros de vida no sentido de que há uma cobertura de longo prazo que gera poupança nacional, e a gente entende que a alíquota zero para esse tipo de seguro é benéfico principalmente para a população de mais baixa renda. Vamos lembrar que, na pandemia da covid-19, o setor pagou mais de R$8 bilhões em indenização. E pouca gente das classes menos favorecidas teve acesso a esses valores, porque não tinham seguro. E, encarecendo, a situação piora.

Aí é um ajuste também já no art. 217, que trata dos planos de previdência complementar. Uma parcela da receita das empresas ficou faltando. Isso, na verdade, é um complemento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque parte da receita de prêmios para seguros com cláusula de sobrevivência deve entrar na base de cálculo. Então é um ajuste que é necessário ser feito.

Outro ajuste é relacionado aos planos de assistência à saúde. Você tem hoje uma previsão de que – isso foi uma proposta que a Câmara aprovou – os planos de assistência à saúde não são considerados como bens de uso pessoal. A empresa que contrata aquele plano em favor dos seus funcionários sob certas condições pode ser creditada do valor de IBS e CBS incidentes sobre esses planos de saúde. O que está previsto no texto que foi aprovado na Câmara? Somente aqueles seguros e planos de saúde que são aprovados em convenção coletiva de trabalho, mas não são só essas as situações em que a empresa é obrigada a oferecer esse tipo de produto. Há mesmo outras questões como acordo coletivo, não na convenção, mas acordo, que é algo a que as empresas são obrigadas; algumas situações como direito adquirido ou demanda judicial... Então, que, nessas situações também, ele passasse a não ser considerado como um bem de uso pessoal. Isso é na parte ali do art. 39.

E, por fim, há um ajuste que a gente também vem solicitando. Isso daqui é, na verdade, para deixar claro que o IBS e a CBS também nos regimes específicos – e isso não abrange somente o setor de seguros, todo mundo que está no regime específico – não incidam sobre eles mesmos. Isso está na emenda constitucional que aprovou a reforma, mas não está claro no texto do PLP 68 que isso também se aplica aos regimes específicos. Então é uma emenda para deixar claro que o IBS e a CBS não vão incidir sobre o valor desses tributos que estão, no caso do nosso segmento, dentro dos prêmios de seguros ou das contraprestações de saúde suplementar.

São esses os pontos que a gente entende que merecem aprimoramento no âmbito do texto que foi aprovado na Câmara, mas, de toda sorte, a gente entende também que é um projeto muito virtuoso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE LEAL – ... que vai trazer bastante benefício não só ao setor de seguros como a outros segmentos econômicos e à população em geral.

É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço mais uma vez a possibilidade de estar aqui debatendo com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ótimo! Obrigado, Alexandre.

Bem, eu vou deixar o Tiago para o final, porque é bom ele ouvir todos os segmentos para depois se manifestar como um dos representantes lá do Ministério da Fazenda.

Só uma observação para os demais expositores que foi muito bem colocada aqui pelo Alexandre: o que a gente precisa neste grupo de trabalho é de uma coisa muito objetiva, com uma justificativa muito clara: qual é o texto da Câmara, qual é a proposta de mudança, a justificativa para a mudança e as consequências de não mudar, para a gente ter uma coisa assim bem... E se já tem as emendas ou não. A gente ainda tem prazo, evidentemente. O pedido de retirada da urgência deve acontecer agora, mas o Presidente do Senado já se manifestou: será retirado – ele está lá com o Presidente. Então, a gente vai ter tempo ainda.

Para aqueles que não apresentaram ainda as emendas, apesar de já termos quase 2 mil ou mais de 2 mil: ainda dá tempo.

Vou passar, então, aqui, para o Mozart Rodrigues Filho, que é o Diretor-Executivo do Conselho do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes.

O SR. MOZART RODRIGUES FILHO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Queria agradecer, na pessoa do Senador Izalci, a oportunidade de vir aqui colocar alguns pontos do setor de combustíveis, de distribuição de combustíveis.

O setor de distribuição de combustíveis já passou por uma reforma tributária do ICMS, com a implementação do ICMS monofásico. Então, hoje a gente vivencia uma cobrança simplificada do ICMS monofásico, e essa cobrança vai refletir na reforma tributária, tanto é que, para o combustível, foi criado um regime específico de tributação. É até bom deixar claro que o regime específico se diferencia do diferenciado. No regime específico, você não tem nenhum benefício de tributação; você tem uma forma de recolhimento diferente, justamente pelas características do setor, que é um setor de elevado faturamento e de margens muito pequenas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que qualquer evasão fiscal ou qualquer problema de não pagamento de tributo gera uma concorrência desleal muito grande.

E a ideia aqui é... As nossas emendas a gente já apresentou. Uma foi até o próprio Senador Izalci que apresentou. Então, a ideia aqui é expor um pouco o sentimento que a gente tem hoje com essa implementação do ICMS monofásico e o que a gente acha que pode ser resolvido dentro da reforma tributária com o PLP 68.

Um dos pontos aqui – a emenda já foi apresentada – é que as distribuidoras de combustíveis fornecem combustível para aeronaves e para embarcações com destino ao exterior, isso é o consumo de bordo. Hoje isso se equipara à exportação – em tese, vai ser equiparado à exportação. E a gente gostaria de deixar isso muito claro, porque esse é um volume relevante de comercialização que a gente tem.

Um outro ponto que a gente trouxe aqui também é um ponto que hoje a gente passa por ele. Tudo que a gente está trazendo aqui a gente vivencia hoje e é um problema para o setor, e a gente não queria carregar esse problema para a reforma tributária. Esse problema, inclusive, é vivenciado há alguns anos pelo setor. O combustível é comercializado a 20ºC pelo refinador. Ele vende o combustível à temperatura de 20ºC. Sempre que isso vai para a distribuidora – a depender do estado, tende a aquecer ou tende a diminuir –, isso tem uma variação volumétrica. No estado em que a molécula tende a expandir, ele aumenta o volume e, consequentemente, os estados fazem uma cobrança excepcional sobre essa extensão de volume.

Sei que, como o ICMS hoje, o IBS vai ser monofásico, incidindo uma única vez, quando ele sai do produtor, ele já foi pago. Então, não deveria se falar em novo recolhimento de tributo ou complemento. A gente, hoje, sobre o aspecto do ICMS, isso é debatido, alguns tribunais já se manifestaram sobre esse tema, e ele já é pacífico nos tribunais. A gente só queria deixar claro, dentro da reforma tributária, que essa comercialização a 20ºC é só no refinador, e depois não tem que haver nenhuma cobrança extra sobre isso.

O outro ponto que a gente traz, e esse é um dos de maior preocupação para o setor, é que, como é uma incidência monofásica, ele vai incidir todo na refinaria, quando esse combustível passar pela distribuidora e pelo posto revendedor. Ele não vai ter incidência do tributo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem, é isso que a gente quer e é por isso que a gente sempre batalhou, há mais de 20 anos, com a Emenda Constitucional 33, a gente conseguiu batalhar na reforma tributária, mas tem um ponto que é importantíssimo: a distribuidora não vai ser contribuinte do IBS da gasolina e do diesel, mas ela vai contratar serviço, ela vai contratar transporte, ela vai armazenar tancagem, ela vai... Tem vários outros pontos em que ela vai ser credora do IBS/CBS. Então, para distribuir...

E não vai ter como desová-la. Ela não vai pagar IBS/CBS. Então, ela vai ser um grande baú ali de crédito do imposto.

Então, para a gente, é importante um gatilho específico para combustível, para que a gente possa fazer ou um ressarcimento, ou alguma coisa contra esses créditos. Isso é um ponto importantíssimo, porque o crédito, lá, se não tiver saída, encarece o produto. Então, é um ponto muito relevante para a gente.

Tem um outro ponto que também... Tudo que eu estou falando aqui, Senadora, já é emenda apresentada, e, aí, a gente está para debate.

Um outro ponto importante é a equiparação. A norma, lá no 71, coloca quem são os contribuintes do imposto, sendo que ela tem lá, no §1º, que o distribuidor também será o contribuinte do imposto, o que é o segundo elo da cadeia. Ele será o contribuinte, tudo bem, quando a gente importar. E aí, por óbvio, um vai passar no produtor, o distribuidor é o contribuinte do imposto.

Mas a gente gostaria que só constasse nessa forma, vedando qualquer outra forma de equiparação, até mesmo por causa dos 20ºC lá que a gente falou.

Então, assim, se vedar a equiparação, a gente, de fato, só vai ser contribuinte nesse momento, no momento em que, de fato, somos contribuintes na importação.

Uma outra emenda, que não é no texto constitucional, no texto do PL em si, é para mudar uma outra lei complementar – eu diria que essa é a emenda mais importante do setor, é a batalha do setor hoje –, é a antecipação, diria, da reforma tributária – a gente chama de antecipação, mas seria no ICMS – para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MOZART RODRIGUES FILHO – ... o etanol hidratado, porque, hoje, a gasolina tem uma incidência monofásica, o diesel tem uma incidência monofásica, o GLP tem uma incidência monofásica, o etanol anidro, que é misturado à gasolina A para sair a gasolina C, que todo mundo coloca no posto aqui, ele é monofásico, mas o etanol hidratado não é monofásico. O ICMS incide no produtor e incide no distribuidor, e o distribuidor, hoje, é o contribuinte responsável, o substituto tributário do etanol hidratado. Quando você colocou a gasolina e o diesel na incidência monofásica, em que o produtor recolhe todo o tributo, a gente percebeu que a parte da sonegação passou toda para o etanol hidratado, porque é um elo mais fraco ali da cadeia, que não tem... É importante colocar: ele é um elo fraco para fiscalização, porque ele não tem muitos ativos. Para você ser uma distribuidora, você não precisa ter muitos ativos, mas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MOZART RODRIGUES FILHO – ... para você ser um produtor, precisa. É muito mais fácil você achar um produtor de etanol do que um distribuidor de etanol.

Então, é uma emenda que nós colocamos – foi o próprio Senador que apresentou – e é uma emenda que a gente hoje trata com muito carinho, porque a gente começou a observar um aumento exponencial no comércio irregular de etanol hidratado no Brasil. Então, a gente queria levar esse ponto para debate, aproveitando essa oportunidade para alterar a Lei Complementar 192, incluindo o etanol hidratado.

E diga-se: a gente colocar lá na 192 o etanol hidratado não quer dizer que vai ser implementado, porque os estados ainda vão ter que fazer um convênio com relação a isso. Então, é só a sementinha que a gente tem que plantar ali, Senador, para poder criar um mercado concorrencial e legítimo.

Pelo setor é isso, são essas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Mozart.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já passo diretamente para o Cláudio Souza de Araújo, que é o Diretor da Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Biocombustíveis.

O SR. CLÁUDIO SOUZA DE ARAÚJO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Obrigado, Senador, pelo convite.

Eu vou partir justamente de onde o Dr. Mozart parou, que é justamente o etanol hidratado. O setor de combustíveis, em especial aqui as associadas da Federação Brasilcom, aplaudiu essa reforma tributária. Tanto é bem-vinda que nós justamente também queremos a antecipação da qual o Mozart falou. E eu estava até conversando aqui com o Dr. Tiago, do Ministério da Fazenda: é muito importante essa antecipação da monofasia para o etanol hidratado ou a inclusão do etanol hidratado na Lei Complementar 192, justamente para acabar com essa sonegação de dezenas de bilhões de reais que os estados e inclusive a Fazenda Nacional estão perdendo.

Outro dia, numa reunião com o Deputado Arnaldo Jardim, ele me falou deste jeito: "Realmente, o etanol hidratado deixou de ser somente sonegação para ser um problema de segurança pública". Então, reitero aqui este problema: é um problema de segurança pública. E o Brasil tem que dar um basta a essa sonegação.

E é muito simples: basta incluir na Lei Complementar 192 ou antecipar, de preferência antecipar, a reforma tributária para os combustíveis, o nosso regime diferenciado, até como teste, como eu estava falando aqui para o Tiago, para ver se o *split payment* realmente vai funcionar. Porque vai ser muito simples: ele é todo pago no produtor. Na hora em que o distribuidor compra os produtos, o gasolina, o etanol, o diesel, na hora em que ele paga o boleto através do *split payment*, o dinheiro já vai para os cofres do Governo sem risco de sonegação. Então, este é o nosso maior pedido aqui, ainda, em discussão na reforma tributária: a implantação imediata da monofasia tributária no etanol hidratado.

A Lei Complementar 192 foi muito boa, excelente, nós a aplaudimos; mas ela infelizmente só contemplou o diesel, a gasolina, e não foi contemplado, na época, o etanol hidratado. Nós até entendemos o porquê: é porque os estados depois editaram o Convênio 194, o qual começou a vedar os créditos dos insumos para os produtores dos biocombustíveis, tanto que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje tramita uma ADI sobre esse tema. Então, a gente pede também para os estados aqui verificarem isso daí, porque é um direito dos produtores, é um direito dos usineiros o creditamento dos insumos e será com a reforma tributária. Por que já não conceder esses créditos dos insumos agora?

Esse é o nosso pedido, é o nosso recado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Dr. Cláudio.

Eu vou pedir para vocês ocuparem ali a primeira fileira, para a gente chamar os novos expositores, ficando aqui só o Tiago, porque eu vou deixá-lo por último, para ele já sentir o drama.

Vou convidar logo, aqui, a Renata Isfer, que é Presidente-Executivo da Associação Brasileira do Biogás.

Pode aplaudi-la também, gente. Não tem problema, não. (*Palmas.*)

O Felipe Scudler Salto, nosso Economista-Chefe, nosso ex-Presidente da IFI, Doutor em Economia e mestre na reforma tributária. (*Palmas.*)

Também o Abrão Dib, nosso Presidente da Associação Nacional de Apoio às Pessoas com Deficiência. (*Palmas.*)

E também o Gustavo Beduschi, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Laticínios – Viva Lácteos. (*Palmas.*)

E eu já vou passar imediatamente para a Renata fazer as suas considerações.

A SRA. RENATA ISFER (Para expor.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador Izalci.

É uma honra estar aqui ao lado dos colegas de mesa e dos que estão assistindo.

Até abri mão da minha apresentação, para ser mais breve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou trazer dois pontos aqui que são os pontos nossos da Abiogás e ainda vou apoiar um terceiro.

O primeiro ponto diz respeito ao seguinte. A Constituição Federal prevê, no art. 195, que os biocombustíveis devem ter um diferencial tributário que garanta competitividade com os fósseis. O objetivo disso é que a gente consiga efetivamente fazer a nossa transição energética e reduzir as emissões do setor de veículos. Na redação original da Câmara dos Deputados, a definição desse diferencial tributário ficou para um órgão infralegal, ficou para uma comissão a ser criada por ministérios, que assinaria junto com o Presidente da República.

A nossa preocupação com relação a isso é que a gente entende que é importante que tenha pelo menos um teto, alguma referência dentro do texto da reforma tributária, porque isso inclusive já foi feito para o etanol. O etanol, dentro do texto da Câmara, já tem uma métrica de como você vai fazer esse teto. Na hora de você fazer para o biometano, a mesma métrica não pode, a gente não consegue fazer igual, porque o etanol já tem uma alíquota reduzida e o biometano, quando não é igual ao gás natural, é mais caro, a alíquota é maior, ou seja, é o oposto do que a Constituição diz.

Então, a nossa proposta aqui é que o teto do etanol seja aplicado também para o biometano, para a gente ter justiça e isonomia entre os diferentes biocombustíveis, que devem ter essa regra especial, segundo a nossa Constituição.

Essa emenda constitucional a gente tem apresentada em quatro emendas, que foram apresentadas defendendo isto: uma é do próprio Senador Izalci, a 1.047; tem a 127, a 206 e a 278 trazendo esse tema.

Eu estou tentando seguir exatamente o que o senhor pediu: o que era, como ficou e cadê a emenda. Sou obediente, Senador. (*Risos.*)

O segundo ponto diz respeito à questão da monofasia específica. Os combustíveis, de regra, sempre foram cada um seguindo uma regra normal da regulação, como está a regulação geral dentro da reforma tributária também. Você paga, você pega o crédito e assim continua. E foi criada uma regra pensando nos combustíveis líquidos de monofasia, o que faz todo o sentido, como já foi falado aqui pelos colegas da Brasilcom e da Abicom, e é muito importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela existência de uma sonegação muito forte no setor de distribuição de combustíveis líquidos. Por isso, se entendeu melhor jogar para uma etapa antes da cadeia.

No caso do gás, a regra é o oposto, porque a distribuição de gás canalizado é um serviço público. A Constituição estabelece que ela é um serviço público. Então, o nosso pedido, como Abiogás, é que, em vez de deixar para o produtor de biometano, que vai estar muito mais espalhado pelo Brasil, muito mais difícil de fiscalizar para garantir que não tenha sonegação, faz muito mais sentido deixar nas distribuidoras locais de gás canalizado, que são fortemente fiscalizadas, que são concessionárias estaduais quando não são estatais. Então, esse controle, se o objetivo é reduzir a sonegação, faz muito mais sentido você deixar na etapa da cadeia de distribuição e não na produção.

Essa emenda... A gente tem cinco emendas a aprovando também: 1.048, 128, 207, 277 e 1.009. Então, são cinco emendas dando apoio.

Por fim, a gente só veio reforçar um pedido da ATGás, que é a associação dos transportadores de gás natural, sobre uma emenda do Senador Laércio, que quer adaptar as reformas do mercado de gás natural para a reforma tributária. Antigamente, o setor de gás, quando entrava no transporte, tinha que basicamente fechar o gasoduto só para uma pessoa, porque o gás que estava ali tinha que chegar à molécula no final. E, na Lei do Gás, foi mudado para um sistema de entradas e saídas: você põe um volume, alguém retira um volume e você só faz essa conta. Só que a tributação ainda não o está seguindo. Foi uma grande discussão no Ajuste Sinief para conseguir chegar perto disso, mas, se a reforma não trouxer esse modelo de entradas e saídas, pode trazer uma ineficiência e uma dificuldade para todos nós. E o que afeta o mercado de gás natural afeta o biometano. A gente tem a expectativa de usar bastante transporte, porque temos um potencial gigante de biometano no país, que eu tenho a certeza de que, nos próximos anos, vai se desenvolver muito.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem, Renata.

Bem, esse assunto a gente até já tratou também em outras audiências. Acho que ficou bem claro que são aquelas questões que são óbvias, em que a gente tem que fazer a mudança,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tem jeito. Então, acredito que a gente vá conseguir fazer grandes mudanças, porque tem muita coisa que é óbvia aqui.

Obrigado, Renata.

Vou passar para o Felipe para ele também fazer a sua apresentação, exposição.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Presidente aqui da sessão, o Senador Izalci Lucas.

É um prazer voltar aqui ao Senado, eu que fui desta Casa como assessor do Senador José Serra e depois Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente e o Senador Izalci foi um dos principais apoiadores e ajudou a consolidar a instituição naqueles anos iniciais. Então, aproveito para, de público, cumprimentá-lo e agradecer também por esse convite. E quero cumprimentar os colegas, os representantes especialistas que estão aqui hoje também. Eu vou fazer uma fala de cunho mais geral, nesse tempo que me foi dado, com base num capítulo que eu publiquei recentemente no livro do Prof. Fernando Facury Scaff, do Largo São Francisco, a respeito dos problemas da Emenda Constitucional 132 e, consequentemente, da sua regulamentação.

A primeira questão que preocupa é o excesso de regimes específicos e de exceções. A alíquota geral estimada nas nossas contas, lá na Warren, chega a 33%. "Ah, mas o projeto de lei complementar prevê uma trava". Essa trava não vai funcionar, porque a Constituição vale mais do que a lei complementar, percebe? E o princípio que está garantido na Constituição é que a arrecadação dos entes nunca poderá ser menor do que aquela calculada num cenário de referência. Sabe-se Deus o que é o cenário de referência, que algum economista vai calcular, obviamente com base em algumas premissas, Senador. Então, evidentemente que entre uma trava prevista na lei complementar, se assim aprovada, e a garantia da arrecadação, prevalecerá a segunda. Portanto, a alíquota calculada para garantir as exceções, para garantir os regimes específicos e diferenciados principalmente, e para garantir a manutenção da carga tributária, que é disso que se trata, vai precisar ser muito maior do que aqueles 26,5%. Esse é o primeiro problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo problema é o chamado *split payment*. Tem sempre um nome bonito para uma coisa que ninguém sabe explicar ou que ninguém soube explicar até o momento, que é um sistema para a divisão dos recursos, para a devolução de crédito para os contribuintes e para a partilha dos recursos arrecadados entre estados, municípios e União. Como vai funcionar? Aproveito o Dr. Tiago aqui também para questionar a Fazenda, que poderia trazer exemplos, simulações para os Senadores e para a sociedade como um todo, porque é um sistema que ninguém conhece, não se sabe como vai ser aplicado... "Ah, mas 172 países adotam". Adotam? Quer dizer, como funciona? Como é que funciona na Alemanha? Como é que funciona no Canadá? Vamos mostrar, para fazer uma coisa didática.

Dentro do *split payment* tem duas questões que tocam esta Casa, que é a Casa da Federação. A primeira é: um Governador ou Governadora de estado vai perder a ingerência, o controle da sua arrecadação, que vai ficar a cargo de um comitê gestor com 54 membros. Todas as questões de conflito, de contencioso administrativo tributário, de contendas ou de dificuldades, ou de conflitos de interpretação de um auto de infração, por exemplo, lavrado no Acre, no Ceará ou em São Paulo vão ser dirimidas por meio do comitê gestor. Quem vai ser a mão de obra desse comitê gestor? Os servidores dos estados e dos municípios? Eles vão ser alçados a servidores federais? Os procuradores de estado? Mesma coisa.

O projeto de lei complementar prevê uma coisa que me parece espantosa, que é um fórum de procuradores para dirimir esses conflitos. Isso não tem absolutamente a menor chance de dar certo. Então essas são as principais questões que eu queria trazer, Senador, e uma adicional, que é a questão do IBS especificamente. A CBS me parece que vai funcionar bem porque é uma transição curta, a Receita Federal tem uma *expertise* fantástica, tem auditores fiscais muito experientes, e na verdade a CBS é a junção do PIS-Pasep e da Cofins, que o próprio Jorge Rachid, ex-Secretário da Receita, já propõe a fazer por lei ordinária. Justiça seja feita.

Já o IBS é uma grande confusão, porque veja, nós vamos pagar uma fatura de R$790 bilhões, Senador. Se pegar tudo que os fundos vão receber, pela compensação do fim dos incentivos do ICMS, o Fundo de Desenvolvimento Regional e os outros fundos previstos, já começa com R$8 bilhões em 2025. O IBS é só em 2033, para valer, funcionando depois da transição, mas os fundos já começam a receber dinheiro em 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se somar de 2025 a 2043, são R$790 bilhões. E esse é um preço explícito que está sendo pago para se aprovar uma reforma tributária que, na minha modesta opinião, no que se refere ao IBS, é uma aventura.

Nós vamos ter que ter uma contrarreforma para corrigir o IBS, porque, veja, na transição, o IBS começa com 0,1%. O valor que se vai arrecadar com esse 0,1% vai ser dividido entre o custo de gerenciamento do comitê gestor e a transferência para os fundos. Um pedacinho desse 0,1% já vai para os fundos.

Quando, em 2029, a transição do IBS de quatro anos, do ICMS mais ISS, começar para valer, para o IBS, você vai reduzindo 10% ao ano todas as alíquotas do ICMS e do ISS.

Então, lá em dezembro de 2032, as alíquotas do IBS vão ser aquelas correspondentes ao necessário para compensar essa redução de 40 pontos percentuais. Por exemplo, se o ICMS, num determinado local, tiver uma alíquota modal de 20%, você vai reduzindo 10% de 20% em quatro anos, até que, em dezembro de 2032, a alíquota do ICMS, a modal, nesse exemplo simples, ainda vai ser de 12%.

Então, nós ainda vamos ter um ICMS gigantesco na boca do gol, na véspera de terminar a transição. E qual é o incentivo que se coloca, portanto? Você já vai ter pagado uma dinheirama, a CBS já vai estar funcionando a pleno vapor, e o IBS ainda vai estar engatinhando. Possivelmente, uma prorrogação de prazo; ou, possivelmente, uma agregação do IBS na CBS, o que precisaria de uma PEC, etc., mas seria péssimo para a Federação, porque você teria um IVA nacional, que teria que ser repartido de alguma maneira.

Então, eu trago essas questões de fundo, Senador.

Agradeço pelo tempo e fico à disposição aqui para perguntas e colocações.

Muito obrigado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Felipe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo agora, então, ao nosso Presidente da Associação Nacional de Apoio às Pessoas com Deficiência, Abrão Dib.

O SR. ABRÃO DIB (Para expor.) – Senador Izalci Lucas, muito obrigado pelo convite de estarmos aqui nesta audiência pública. A minha enorme gratidão. Eu falo em nome da Associação Nacional de Apoio às Pessoas com Deficiência, que tem hoje, em todo o Brasil, mais de 8% de pessoas com deficiência espalhadas em todas as regiões brasileiras.

Meu nome é Abrão Dib.

Antes de iniciar a minha participação, Senador, eu peço permissão, em respeito às pessoas com baixa visão, monoculares ou com deficiência visual, em respeito ao Antônio José, que está aqui, vou fazer a minha autodescrição.

O meu nome é Abrão Dib Júnior. Eu sou jornalista. Sou um homem de pele clara, pele lisa, barba bem baixinha, grisalha, cabelos escuros, penteados para trás. Eu visto um terno de listras, um terno cinza, uma camisa branca e uma gravata com faixas pretas, brancas e cinzas.

Ao meu fundo, há um painel onde está a logo da Comissão, e também os demais integrantes da mesa.

Quero dizer, Senador, que a nossa estada aqui hoje é muito importante e, coincidentemente, significa o que diz "nada sobre nós sem nós". Dia 21 de setembro foi o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.

Nós viemos aqui para apresentar essa luta. Nós viemos aqui para falar sobre um direito constitucional, que é o direito de ir e vir. Estou falando em nome de famílias que precisam utilizar o próprio veículo, porque os governos não oferecem a acessibilidade, não oferecem o transporte para que essas pessoas possam fazer o seu tratamento, possam ir ao mercado de trabalho. Precisam ter um carro, precisam ter um veículo. E pasmem os senhores: para muitas pessoas com deficiência, é mais importante ter o veículo do que, muitas das vezes, uma cadeira de rodas, porque, sem o veículo, ele não consegue trabalhar, ele não consegue estudar, ele não consegue se tratar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o veículo, muitas das vezes, para essas famílias, é mais importante do que uma cadeira de rodas. Com a cadeira de rodas, ele, às vezes, se arrasta em casa. A família que tem uma criança com tetraplegia, a família que tem uma criança com autismo, ou seja, 95% das pessoas com deficiência podem perder o direito à isenção na aquisição de veículos.

A atual reforma tributária, apresentada pelo Governo Federal, aprovada na Câmara dos Deputados, retira o direito às isenções de todos aqueles que têm um carro que não precisa de adaptação externa. O que é isso?

A família que tem uma criança autista, quem dirige o carro é o pai e a mãe. Esse veículo não tem uma adaptação externa. Ele não precisa de troca de acelerador, ele não precisa de troca de pedal, ele não precisa de nenhuma adaptação externa. Ele compra um carro conforme sai da concessionária.

E o que a reforma tributária diz é o seguinte: só terá direito o veículo que tiver uma adaptação externa. Estão tirando o direito à isenção da pessoa e colocando para o veículo.

Isso já aconteceu no Estado de São Paulo, uma lei absurda em São Paulo, a Lei Estadual 17.293, de 2020.

Depois de muita luta em São Paulo, o Governo de São Paulo percebeu o erro, até mesmo sendo cobrado pelo Judiciário, e alterou essa regra. Criou uma outra lei para desfazer essa maldade.

Então, o que nós pedimos, desde o momento em que nós tivemos a primeira emenda apresentada aqui no Senado Federal, foi para que o direito que hoje existe, que não é direito, que é uma concessão, seja mantido, para que não haja essa trava, para que não haja uma discriminação – pasmem os senhores – entre os amputados.

O amputado de perna direita precisa de uma adaptação externa. O acelerador e o freio precisam vir para a mão, para o volante. Ele vai ter direito à isenção. O amputado de perna esquerda, que compra um carro que sai da concessionária com câmbio automático e direção elétrica, não tem direito à isenção, porque o carro dele não tem nenhum tipo de adaptação externa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero utilizar, Senador Izalci, o exemplo da Senadora Mara Gabrilli. A Senadora é tetraplégica. Se ela precisar comprar um carro e buscar a isenção, ela não terá direito, porque o carro dela é dirigido por alguém que não precisa de uma adaptação externa.

Esse é o ponto mais grave, Senador, que nós temos para apresentar, mas nós temos também a questão, até mesmo para justificar essa necessidade das alterações, da importância do transporte público individual para as pessoas com deficiência. Nós estamos falando de uma concessão, que é uma troca. O Governo não investe em transporte público, daí concede essa isenção.

Hoje, para estar aqui no Senado Federal – o Senado tem toda a acessibilidade possível, mas o entorno do Senado dificulta que um cadeirante venha participar de uma audiência pública como esta, porque não há investimento na acessibilidade para essas pessoas com deficiência... E várias outras deficiências sofrem a mesma coisa.

Queremos, portanto, dizer que, primeiro, a Câmara dos Deputados aprovou um valor teto de isenção.

Hoje, uma pessoa compra um carro de até R$200 mil com a isenção total de IPI.

No ICMS, a pessoa que compra um carro de até R$70 mil tem a isenção total e, de R$70 mil a R$120 mil, ele paga o proporcional.

Os estados, praticamente, copiam esses valores para o IPVA.

O que a Câmara aprovou e encaminhou para o Senado? O teto de R$200 mil vem para R$70 mil e a pessoa que comprar um carro de até R$150 mil vai pagar o proporcional de R$70 mil a R$150 mil.

Se a família precisa de um carro com porta-malas para colocar uma cadeira de rodas, não tem nenhum veículo abaixo de R$70 mil no mercado.

Vou novamente citar a Senadora Mara Gabrilli. Ela precisa de um carro em que o porta-malas abrigue a cadeira motorizada dela. Ela não acha no mercado um carro que tenha isenção. E o que a Câmara encaminhou para o Senado é um absurdo. Está baixando de R$200 mil, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a isenção total do IPI, para R$70 mil, que é a isenção total proposta na reforma tributária. E cria o proporcional, de R$70 mil a R$150 mil.

Outra questão – já existe isso definido – é que a pessoa que tem uma deficiência permanente, o amputado, vai continuar amputado para o resto da vida. Não vai crescer a pena que ele amputou. E por que a pessoa com deficiência precisa comprovar toda vez que precisa comprar um veículo – o laudo dele precisa ser refeito? Na deficiência permanente, o próprio nome diz: permanente.

O Antônio José que está aqui é deficiente visual. No ano que vem ele vai voltar a enxergar? Não; não vai voltar a enxergar. Infelizmente não; mas se ele tiver que comprar um veículo, ele vai precisar novamente apresentar um novo laudo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ABRÃO DIB – Por isso, o tempo de validade dos laudos, Senadores. Nós precisamos rever isso.

E o período para que a pessoa possa trocar de veículo. Hoje, é de três anos. A reforma tributária pede que isso seja de quatro anos. Aumenta em um ano a questão da permanência, de a pessoa com deficiência ficar com o carro e não pedir uma próxima isenção. Isso porque as fábricas oferecem um prazo de validade e o cadeirante, por exemplo, se o carro dele quebrar em uma avenida de muita velocidade, como é que o cadeirante sai do carro, vai, abre o porta-malas e pega a cadeira, para poder sinalizar que o carro está quebrado? Ele não consegue isso.

Portanto, nós temos nove emendas apresentadas ao PLP. São duas emendas do Senador Romário, uma do Senador Flávio Arns, do Senador Alessandro Vieira, da Senadora Mara Gabrilli, três da Senadora Damares Alves e uma do Senador Alan Rick.

Peço a todos o apoio para que essas emendas sejam aprovadas, porque, se não forem aprovadas, estaremos decretando a violência tributária com as pessoas com deficiência.

Nada sobre nós sem nós!

Obrigado, Senador.

Este espaço é muito importante para todas as pessoas com deficiência em todo o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Abrão.

Bem, passo imediatamente ao Gustavo, que é o Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Laticínios.

O SR. GUSTAVO BEDUSCHI (Para expor.) – Boa tarde, Senador Izalci, na pessoa de quem cumprimento a todos os presentes, aos colegas de mesa.

Agradeço a oportunidade da Associação Brasileira de Laticínios, a Viva Lácteos, aqui, trazer um ponto específico que nos afeta sobremaneira.

Primeiro, rapidamente, o que é a Viva Lácteos? Nós somos a Associação Brasileira de Laticínios – como eu disse –, que congrega 38 associados. São duas associações e mais 36 empresas. Esse conjunto representa cerca de 70% do que é industrializado de leite no país.

Tentando ser bem objetivo, como o senhor nos pediu e os colegas respeitaram, há que se destacar que, ao longo do processo de discussão, houve sensível aprimoramento da proposta, mesmo com críticas, e isso sempre tem buscado, mesmo com as ponderações que os colegas têm feito, melhorias à população, especialmente as de menor poder aquisitivo.

E, sobre o laticínio, a gente dialoga com duas pontas bem sensíveis. Do lado do consumidor, a gente pega muito da população de baixa renda, porque nós temos produtos básicos, inclusive que estão na cesta básica – leite em pó, leite em fluido, manteiga, alguns queijos. E, do lado da oferta, os produtores, que em sua grande maioria são pequenos produtores, vão ser enquadrados no regime que está proposto como não contribuintes. Para tanto, então, já está prevista, na emenda constitucional e no PLP, a questão do crédito presumido para não haver a cumulatividade plena, que é o pré-requisito do IVA, certo?

Bom, até aí nós estamos todos tranquilos, está tudo certo, e até o crédito presumido, que está previsto, tem... Quem vai determinar esse crédito presumido? Vai ser o Comitê Gestor mais a Receita Federal. Até aí está tudo certo. A questão começa ali, como nós discutimos no gabinete do senhor, umas semanas atrás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão toda, já indo bem para o ponto, é que o PLP está prevendo que, para esse crédito presumido, vai ter uma revisão anual. E qual é a problemática dessa revisão anual? Você perde, como indústria, uma referência por programação, uma previsibilidade, porque eu não faço a previsão só do ano seguinte. Como eu vou fazer, por exemplo, um investimento? Como eu vou fazer um investimento de ampliação ou de uma construção de uma planta, de uma linha nova dentro da minha planta? Como eu faço isso? Eu não tenho essa previsibilidade, uma vez que está dito que vai ser revisado anualmente pela Receita Federal e pelo Comitê Gestor. A gente não tem certeza disso.

E o outro ponto é que, para o crédito presumido, eu vou compensar com a CBS e o IBS, o que é normal e esperado, e foi acrescentada, nos últimos relatórios na Câmara que foram aprovados, a questão de eu poder compensar – desculpa –, ressarcir, pedir o ressarcimento dos créditos não utilizados.

Vamos lá, de novo: quando nós estamos falando da indústria de laticínios, eu tenho vários produtos na cesta básica, porque realmente atendem a população de baixa renda. Então não vai ter como eu compensar com CBS e IBS; vou ter o ressarcimento. Só que, para o ressarcimento que está previsto, se tudo ocorrer certo, são 60 dias de análise mais 15. Isso dá um vácuo na questão do fluxo de caixa das empresas.

Então, já indo para o que o senhor pediu para gente, o que nós estamos pedindo? Esses pedidos não têm impacto na alíquota, porque o senhor está fazendo questão de operacionalização. O que é? A possibilidade de compensação dos créditos de CBS da parte federal com outros tributos federais, como o INSS e o IRPJ, como já ocorre hoje com os créditos presumidos de PIS-Cofins que eu tenho na operação. Isso já ocorre. E vamos lembrar: isso foi muito discutido naquela famosa MP do fim do mundo – e aí nós fomos todos ali trabalhar, porque isso era um impacto muito grande. E a revisão, que está prevista para ser anual, que se faça quinquenal, pelo menos – já há outros pontos do próprio projeto de lei que preveem que essa revisão será quinquenal, como a própria composição da cesta básica.

Então, são esses os pontos que nós estamos pedindo. São pontos bem objetivos, como o senhor falou. São bem objetivos os pontos que nós estamos pedindo de ajuste e, para isso, nós temos emendas apresentadas. Tem a Emenda 106, do Senador Zequinha; a 322 e a 323, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Heinze; a 1.001 e a 1.005, do Senador André Amaral. Então, Senador, são pontos importantes para cadeia e têm essa relevância.

Agradeço muito a oportunidade e a atenção do senhor. Sigo à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Gustavo.

Bem, agradeço mais uma vez aqui os expositores. Vamos fazer novamente uma troca de cadeiras para a gente continuar aqui as exposições.

Vou convidar agora, então, o Murillo Estevam Allevato, Advogado e Representante da Associação para Interoperabilidade de Infraestrutura de Mercado Financeiro. (*Pausa.*)

Só porque é do mercado financeiro ninguém aplaudiu, não? (*Risos.*) (*Palmas.*)

Fábio Macêdo, Presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais. (*Palmas.*)

Amanda Oliveira Breda Rezende, Coordenadora Tributária da Organização das Cooperativas Brasileiras. (*Palmas.*)

E o Tiago Conde, Representante da Associação dos Notários e Registradores do Brasil. (*Palmas.*)

Vou passar logo para o Murillo, que já está aqui. Murillo.

O SR. MURILLO ESTEVAM ALLEVATO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Justamente pelo fato de as empresas do mercado financeiro não serem muito populares, eu serei bem breve aqui na minha exposição.

A Apiimf – inicialmente só brevemente explicando de que se trata – é uma associação formada pelas empresas de infraestrutura do mercado financeiro. O que significa isso? O exemplo mais didático é o exemplo das duplicatas. Existem empresas que registram a venda, permuta, qualquer operação com duplicatas para que não ocorra uma duplicidade, para que não ocorra uma falsificação, para que não ocorra uma venda duas vezes. Só que não existe apenas uma empresa que faz isso, existem várias. Então, para que todas atuem no mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contexto e infraestrutura, gerou-se a Apiimf. A Apiimf é a sociedade que cria as regras que regem como as sociedades vão interoperar, vão atuar juntas para evitar essas fraudes, essas duplicidades no mercado. Nisso consiste a atividade da Apiimf. Sem ela, cada uma teria seu próprio registro e seria muito complicado cada operação ter que seguir... ter que ser registrada perante cada empresa.

O que a Apiimf pede, nesse contexto, é que ela, com a atividade da interoperabilidade, seja considerada uma atividade financeira para fins de aplicação do regime específico das instituições financeiras. A infraestrutura de mercado financeiro é considerada, mas seria importante esclarecer que essa interoperabilidade – ela é muito importante – seja inserida nesse contexto, até porque é uma atividade regulamentada pelo Banco Central.

Em segundo lugar, as associadas da Apiimf emitem notas fiscais pelos serviços prestados e vão estar sujeitas ao recolhimento do IBS e da CBS. E a regra, o art. 10, estabelece que o tributo deve incidir no momento em que se presta o serviço ou ocorre o pagamento. A Apiimf entende – e as associadas também – que não deveria incidir o tributo enquanto não houvesse o pagamento pelo serviço, porque esse é o fato de riqueza que externa a obrigação de pagar o tributo.

Por fim, se pleiteia que, na verdade, o tributo apenas recaia sobre o preço e não sobre os encargos, juros e multas, como está disciplinado na legislação neste momento, porque os encargos e os juros servem para compensar o atraso no pagamento e a multa é uma forma de indenizar o atraso no pagamento, mas não é componente do preço sobre o qual deve incidir o IBS e a CBS.

Então, mantendo a promessa de brevidade, a Apiimf agradece ao Exmo. Senador e a todos pela possibilidade de tecer as suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Você já apresentou a emenda? Já tem a emenda?

O SR. MURILLO ESTEVAM ALLEVATO – Sim, a emenda foi apresentada, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar para o Fábio Macêdo, que é o Presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais.

O SR. FÁBIO MACÊDO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Inicialmente quero agradecer ao Senador Izalci o convite para participar desta audiência.

Vamos falar sobre as compras governamentais e seu regime especial. Bom, as compras governamentais são financiadas por diversas fontes e recursos. Com a reforma tributária, a despesa tributária dessas compras governamentais, pela Emenda 132 – PLP 68, será considerada receita própria do ente adquirente. No primeiro momento, isso parece positivo. Por quê? Quem vai pagar o tributo é quem vai ficar com ele. E o que significa? O ente comprador só vai precisar do montante relativo ao preço do bem e do serviço. Ele não vai precisar pagar os encargos relativos a IBS e CBS dessa compra.

Entretanto, essa receita em amarelo aí é uma receita meramente contábil. Por quê? Ela não vai acarretar nenhum acréscimo financeiro ao Erário, mas ela vai ser considerada para determinar quanto vai ser arrecadado de IBS e CBS das compras das famílias, de tal forma que a soma dessa receita contábil com a receita efetiva, que dá o recurso financeiro no caixa dos entes, vai ser exatamente igual à arrecadação atual dos tributos envolvidos com a reforma.

O que significa? A economia que os entes vão ter pelo não pagamento da despesa tributária vai ser deduzida da receita que entra no caixa – deu com uma mão e tirou com a outra, não tem ganho nenhum. Entretanto, essa receita – em amarelo –, que é meramente contábil e não tem lastro financeiro nenhum, vai estabelecer obrigações para os estados e municípios gastarem em educação, saúde, repasse para os seus poderes, para os estados, a cota-parte. E quem vai financiar isso se essa receita que está vinculada não tem nenhum lastro financeiro?

O que vai acontecer com as outras receitas? Os repasses obrigatórios permanecem inalterados, mas os empréstimos, os repasses voluntários que financiam essas compras vão levar em consideração que o ente só necessita do valor do bem e vão reduzir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é o resultado final? Menos receitas nos Erários municipais e estaduais mantendo as mesmas obrigações. E com um detalhe: toda vez que ele comprar, vai gerar uma receita meramente contábil e obrigações sem o devido lastro financeiro.

Vamos ver em termos de números. Essa tabela foi elaborada pelo economista Sergio Gobetti. Dela observa-se que os municípios compram mais do que a União e todos os estados. Esse regime vai ser bastante impactante nos municípios. Admitindo que a alíquota total da CBS e do IBS fique no teto estabelecido pela Câmara, de 26,5%, e que a carga tributária média das compras governamentais estabeleça um redutor de 35%, quer dizer, as compras governamentais vão ser submetidas a uma alíquota de 17%, é menor do que 26%, mas, se você aplicar sobre as bases de cálculo das compras, você vai observar que nos estados vão surgir uma receita meramente contábil da ordem de 20 bilhões. Ela representa pouco da receita própria, mas os estados não têm essa receita. Por quê? Eles isentaram de ICMS as suas compras. Com que objetivo? Para não ter geração dessa receita meramente contábil e obrigações vinculadas a uma receita que não tem lastro financeiro. Essa medida é reconhecida como positiva pelo Tribunal de Contas. Alguns municípios adotaram – poucos. Então, qual é a consequência no município? O maior comprador vai ter uma elevação considerável, no caso das compras deles, para a receita própria: vai gerar uma receita própria de quase 40 bilhões. E ela vai representar o quê? Seriam 35% da receita financeira no caixa dos municípios. Vamos trocar 110 bilhões em dinheiro no caixa do município por receita meramente contábil, que vai estabelecer obrigações. Os cofres municipais vão ficar apertados, muito justos. E vamos lá: 35%. Foi vendido para os municípios que 82% deles vão ganhar com a reforma tributária. E de onde é que vem esse ganho? Da receita própria. E o que é que eles vão ter em troca? Seriam 40 bilhões de receita meramente contábil. E estavam na expectativa de serem distribuídos 110 bilhões, mas vão ter apenas 70 bilhões. Os municípios estão sendo penalizados, porque compram mais, porque estão na ponta prestando serviços para a sociedade.

E qual o risco de você ter uma receita contábil expressiva? Descontrole do gasto público, Prefeito não conseguindo atingir o limite de 25%, porque tudo que ele compra gera receita.

E qual é a proposta de emenda? Que se aplique a alíquota do próprio ente na compra governamental, a mesma que ela impõe ao cidadão, para gerar uma receita contábil dentro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um patamar razoável, como vai acontecer com os estados. No município, vai ser excessivo. Para vocês terem uma ideia, se um particular compra R$100, ele vai botar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO MACÊDO – ... no cofre do município algo em torno de R$2 e vai obrigar o município a gastar R$1, mas botou dinheiro. Se o município comprar esses R$100, ele vai considerar R$17 de receita meramente contábil sem nenhum lastro financeiro e vai obrigar os municípios a gastar R$8,50. Cadê o dinheiro? Isso é um problema.

Então, tem que ter em mente que CBS e IBS são tributos para compensar despesa. O caminho os estados já apontaram, que é o quê? Reduzir a carga tributária de modo que cada ente, conforme a situação fiscal, ou diminua a alíquota para a sociedade ou reverta em melhoria do serviço público, e não massacrar o ente com uma receita contábil e deixar o orçamento escasso.

Queria deixar só esta mensagem para aqueles que fazem a reforma: olhar o passado, ver o que foi acerto e aproveitar. Não inventar e ir para um caminho...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO MACÊDO – ... extremamente perigoso para os municípios.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Fábio.

Vou passar imediatamente para a Amanda Oliveira, que é a nossa Coordenadora Tributária da Organização das Cooperativas Brasileiras.

A SRA. AMANDA OLIVEIRA BREDA REZENDE (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Inicialmente, queria agradecer ao Senador Izalci pela oportunidade de trazer o cooperativismo aqui nas discussões da reforma tributária na Casa do Senado.

Antes de adentrar as necessidades do cooperativismo, que já estão, sim, nas emendas protocoladas aqui na Casa do Senado, é importante, é essencial trazer o que diferencia o cooperativismo dos outros modelos de negócio e o que, por isso, ampara e legitima esse regime

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

específico e também fundamenta as nossas propostas de emenda. Então, brevemente, eu vou passar um arrazoado do que é o cooperativismo, porque realmente é um movimento grandioso.

As cooperativas são sociedades de pessoas constituídas para prestar serviços para os seus cooperados sem finalidade lucrativa, mas com a finalidade econômica daquele cooperado associado e elas operam por meio do ato cooperativo. A cooperativa então funciona da seguinte forma: ela liga o cooperado ao mercado, eliminando a figura daquele intermediário, ora viabilizando a comercialização de bens e serviços do cooperado no mercado, ora promovendo o acesso do cooperado ao consumo de bens e serviços, inclusive serviços financeiros, em melhores condições do que aquelas ofertadas pelo mercado. Então, ela proporciona maior e melhor distribuição de renda.

O que mais diferencia o cooperativismo – acho que está pulando um eslaide aqui – é que o cooperativismo, como eu adiantei, é uma sociedade de pessoas. Todos, então, constroem juntos, em prol de uma confiança estabelecida. Para vocês terem ideia, hoje nós temos 4,5 mil cooperativas, e essas 4,5 mil cooperativas representam mais de 23 milhões de associados – isso representa 11% da população brasileira – e atuam em diversos mercados.

O cooperativismo proporciona inclusão produtiva por meio de economia e ganho de escala. Para vocês terem ideia, no nosso ramo agropecuário, que hoje congrega mais de 1 milhão de associados, mais de 70% deles são da agricultura familiar. Como esse agricultor familiar conseguiria alcançar o mercado sem a cooperativa? Na verdade, teria um intermediário que lucraria em cima dele, reduzindo, portanto, a distribuição de renda desse produtor rural.

Mais de 500 mil cooperados são associados em cooperativas para prestar os seus serviços no mercado, seja por transporte, por uma cooperativa de transporte, uma cooperativa de saúde, uma cooperativa de trabalho. É um movimento que tem capilaridade e desenvolvimento local.

Para vocês terem ideia, as cooperativas de saúde estão em mais de 92% dos municípios brasileiros, e as nossas cooperativas de crédito superam as instituições financeiras, tendo mais de 9 mil postos de atendimento. Em 300 municípios do Brasil, a única instituição financeira presente são cooperativas de crédito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estudos demonstram que locais onde há cooperativa há um incremento de R$5,1 mil no PIB por habitante. Então, o cooperativismo traz desenvolvimento.

Há também o interesse pela comunidade, a participação do cooperador na tomada de decisão – já que é uma sociedade democrática, todo cooperado tem direito a um voto –, e há substituição do lucro pela sobra, porque a sobra não é da cooperativa, ela é do cooperado. Então, essa renda é toda distribuída para o cooperado.

Então, o cooperativismo, pessoal, é um jeito de empreender de forma coletiva presente em diversos setores da economia e que promove um ciclo virtuoso de desenvolvimento. Por quê? Porque ele se inicia da junção de pessoas que se unem com o propósito de crescer juntas, e esse crescimento gera mais trabalho e mais distribuição de renda, e essa distribuição de renda aquece aquele mercado local. Então, as pessoas começam a consumir mais naquela região, gerando prosperidade não só para o negócio, mas para o cooperado e também para a comunidade em que a cooperativa está inserida.

É, portanto, por conta dessa relevância social que a Constituição, desde 1988 – então, não é uma novidade da Emenda Constitucional 132, mas ela foi reafirmada na Emenda Constitucional 132 –, que o cooperativismo precisa ter um adequado tratamento tributário, e é isso que possibilitou, dentro do IBS e da CBS, um regime específico para o cooperativismo, em consonância com esse arcabouço constitucional de proteção e estímulo a esse modelo de negócio, com regime optativo, que visa a dar competitividade para as cooperativas, definindo a hipótese de não incidência sobre ato cooperativo – uma vez que ele não configurar operação mercantil –; e o aproveitamento de crédito das etapas anteriores, porque, num regime não cumulativo, se você perde as etapas anteriores pagas, você tira, você elige a cooperativa de competitividade no mercado em que ela atue.

Então, nesse contexto, nessa toada, é essencial, nessa fase de regulamentação do PLP 68, que essa regulamentação espelhe a diretriz constitucional, contribuindo para a sustentabilidade e proporcionando segurança jurídica para as cooperativas. Isso é fundamental.

Então, dessa forma, as nossas propostas visam a estes fins:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– preliminarmente, preservar aquelas adequações já realizadas na fase da Câmara dos Deputados e implementar agora ajustes – ajustes esses redacionais, para garantir segurança a essas cooperativas – que perpassam a questão do detalhamento de todas as operações entre cooperativa e cooperado alíquota zero, uma vez que essas operações não têm caráter mercantil, como, por exemplo, o repasse de honorários da prestação de serviço daquele associado ou a taxa de administração da cooperativa;

– garantir, de forma expressa, a apropriação e o repasse de créditos das etapas anteriores, e isso, para evitar conflitos, Senador, com uma disposição expressa no PLP que veda essa apropriação de crédito, e por isso é que a gente precisa dessa previsão;

– confirmar a cumulatividade...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AMANDA OLIVEIRA BREDA REZENDE – ... da aplicação do regime específico e dos regimes diferenciados específicos ou favorecidos, porque o cooperativismo já tem um regime específico das cooperativas, por conta do seu modelo de negócio, só que existem outros regimes, aos quais, por conta da atividade econômica, as cooperativas também fazem jus, que são os diferenciados específicos ou favorecidos;

- prever expressamente a não incidência sobre a remuneração ao capital pago aos cooperados. Isso porque, já no PLP, há um dispositivo que pretende abarcar que a remuneração do capital de todo e qualquer tipo societário não é base de IBS e CBS, mas, como a gente tem uma particularidade no nosso modelo, a gente entende que precisa deixar claro que isso se aplica também para as cooperativas; e

- assegurar expressamente a não incidência ao alcance do diferimento no fornecimento de insumos agropecuários a não cooperados, como tem para outros modelos de negócio.

É necessário, do mesmo modo – mais dois pontos –, garantir a aplicação do regime específico também às operações com cooperados não sujeito ao regime regular.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AMANDA OLIVEIRA BREDA REZENDE – Essa é para afastar, Senador, uma restrição que é injustificada e até inconstitucional e implica tratamento diferenciado da cooperativa com aquele produtor, aquele seu cooperado que é contribuinte e aquele cooperado que não é contribuinte. E tal cenário ainda agrava a situação daquele cooperado que é não contribuinte, porque traz um custo mais gravoso na aquisição de insumos. E ele vai na contramão da intenção do legislador de proteger tal público que é mais vulnerável.

E, como último pedido, permitir a dedução integral do repasse de honorários aos cooperados nas cooperativas operadoras do plano de saúde. E esse pedido se justifica uma vez que as cooperativas teriam uma dedução de somente 50% desse repasse de honorários aos seus associados, enquanto uma cooperativa operadora de plano teria dedução integral. E aí, obviamente, traria mais tributação para as cooperativas, o que, obviamente, vai refletir no preço do plano oferecido.

Então, para finalizar, o que a gente esclarece aqui é que é essencial a vigilância aos comandos constitucionais...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AMANDA OLIVEIRA BREDA REZENDE – ... estabelecidos para o cooperativismo, para guardar as características societárias do cooperativismo, preservar sua subsistência e gerar aí justiça fiscal, já que nenhum desses pedidos, Senador, resulta em benefício ou em favor tributário.

Agradeço mais uma vez e permaneço à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Amanda.

Bem, passo agora ao Tiago Conde, que é representante da Associação dos Notários e Registradores do Brasil.

O SR. TIAGO CONDE (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

Boa tarde a todos e todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falo aqui em nome da Confederação Nacional de Notários e Registradores (CNR) e da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg).

A nossa questão aqui, Presidente, está na apresentação, e a grande questão aqui é: assim como o setor financeiro, cartórios também são demonizados. Entretanto, ninguém entende – ou pelo menos ignora – que cartórios hoje realizam um serviço essencial para a República. É através de cartórios que nós temos o efetivo exercício da democracia. É através de cartórios que hoje conseguimos a concretização de direitos fundamentais, como uma certidão de nascimento, uma certidão de óbito, que são entregues de forma gratuita pelos cartórios.

Com a proposta de reforma tributária hoje em vigor, nós vamos sair de uma alíquota ou de um cenário entre 2% e 5%, Senador, e vamos passar para uma alíquota de 25% a 27%. Isso implica aqui um aumento de 14 vezes a carga inicial. É lógico que esse custo será repassado.

E nós vamos ter um outro problema: o desemparelhamento dos cartórios. Hoje, em toda cidade, nós temos os cartórios, só que nem todo cartório é superavitário. E muitas vezes esse serviço, que é essencial, que funciona por meio de concurso público, não será exercido em determinados municípios da nossa Federação em razão do déficit da daquele cartório específico. Ou seja, o aumento na carga tributária ou não ter um regime diferenciado para cartórios implicará necessariamente um retrocesso de direitos fundamentais hoje já garantidos a todos os cidadãos. É em cartórios, senhores, que nós executamos certidão de nascimento, certidão de óbito; todos os nossos registros importantes da vida civil são executados em cartórios hoje, no Brasil. Mais de 14 órgãos do nosso país utilizam dados dos cartórios para a sua base de dados, inclusive Polícia Federal.

Aqui nós temos serviços essenciais que deixarão de ser efetivamente prestados em razão do aumento expressivo de carga. Cartório – a Anoreg ou a CNR – não pede aqui um tratamento privilegiado, Presidente. Muito pelo contrário, nós pedimos efetivamente o exercício ou a continuidade do exercício da cidadania, porque é através dos cartórios que nós temos hoje soberania nacional, vigilância e segurança dos dados ali colocados e o pleno e efetivo exercício da nossa cidadania.

Então, basicamente, o que os cartórios querem trazer é que a função essencial que eles executam como *longa manus* do Estado, efetivamente agindo naquilo que o Estado não pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estar diretamente fazendo, pode ser muito prejudicada – e será muito prejudicada – com esse aumento expressivo da carga, que cairá no colo do contribuinte.

Então, basicamente, agradeço aqui, em nome da CNR e da Anoreg, Presidente, pela oportunidade, e devolvo a palavra a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Já agradeço aos expositores.

Vamos novamente fazer aqui mais uma rodada.

Peço aqui para vocês ocuparem ali a primeira e a segunda fila.

Eu vou chamar aqui o Antônio Machado Guedes Alcoforado, que é Auditor da Sefaz de Pernambuco e Doutor em Direito Tributário. Tudo bem, Antônio? (*Palmas.*)

José Edson Galvão de França, que é Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação (Abinpet). (*Palmas.*)

Carlos Evangelista, Presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída. (*Palmas.*)

E Marcio Alabarce, representante da Abdib.

E está com a gente virtualmente o Sr. Marcos Raggazzi, que é Presidente da Associação Brasileira da Educação Básica de Livre Iniciativa (Abreduc).

Vou até passar... O Marcos está aí? (*Pausa.*)

O Marcos está.

Vou passar primeiro logo para o Marcos, que está de forma virtual.

O SR. MARCOS RAGGAZZI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Senador Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Boa tarde.

O SR. MARCOS RAGGAZZI (*Por videoconferência.*) – É um prazer muito grande estar aqui com todos vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a todos os presentes a oportunidade de a gente poder trazer para vocês uma situação que pode ser uma situação muito complexa para a educação básica brasileira.

Eu estou representando aqui a Abreduc, que é a Associação Brasileira da Educação Básica de Livre Iniciativa, e nós estamos fazendo uma solicitação para que haja a extensão do redutor que foi previsto no PLP 68, de 2024, redutor de 60% na alíquota do IBS e da CBS, para as atividades de contraturno da educação básica: de educação infantil, de ensino fundamental nos anos iniciais, de ensino fundamental nos anos finais e de ensino médio.

É muito importante que a gente leve em consideração que o art. 205 da Constituição Federal deixa claro que a educação visa ao pleno desenvolvimento da pessoa. E o pleno desenvolvimento da pessoa só pode ocorrer se nós tivermos a capacidade de desenvolver todas as dimensões humanas, não apenas a dimensão cognitiva, não apenas a dimensão social, não apenas a dimensão cidadã, mas a dimensão espiritual, a estética, a dimensão que abrange todos os grandes desafios do século XXI. Nós estamos preparando os nossos alunos, a nossa juventude, para enfrentar esses desafios do século XXI.

Também o art. 34 da Lei de Diretrizes e Bases estabelece uma progressiva ampliação da jornada escolar dos nossos alunos, tanto para as escolas públicas quanto para as escolas privadas, buscando incluir, nos projetos pedagógicos, atividades que sejam complementares no contraturno escolar. Isso, então, é previsto pela LDB. E a própria LDB diz que, nessa estrutura de oferecimento do contraturno, as famílias o farão por adesão opcional a essa estrutura de contraturno.

A gente precisa também levar em consideração que a Lei 14.113, de 2020, que regula o Fundeb, deixa claro que nós devemos buscar a ampliação do tempo dos alunos na escola. E isso vai ao encontro da Meta 6 do Plano Nacional de Educação. Mas é muito importante que a gente possa entender que, se a LDB, a lei que regula o Fundeb e o Plano Nacional de Educação dizem que nós temos que trabalhar para ampliar o tempo do aluno na escola, tributar sem o redutor de 60%, que já está previsto no PLP 68, de 2024, para as atividades do turno regular, seria penalizar essas famílias e esses os alunos porque uma parcela significativa deles não conseguiria fazer essa adesão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito importante que a gente leve em consideração que uma parcela das famílias brasileiras tem no contraturno educacional a possibilidade de ir para o mercado de trabalho, porque o aluno, estando na escola, está num local em que está sendo cuidado, desenvolvido e preparado para poder enfrentar esses desafios educacionais futuros. Algumas famílias, se forem tributadas com 60%, relativos a essa alíquota, não terão condições econômicas e não terão pessoas para poder ficar com seus filhos, e nós estaremos indo na contramão daquilo que a LDB, a Meta 6 e a própria lei que regula o Fundeb já deixam claro.

Nós não podemos penalizar a educação brasileira porque é a partir da educação brasileira que nós formaremos a nova geração e teremos condições de desenvolver significativamente o nosso país. Nós seremos capazes de gerar recursos, seremos capazes de gerar justiça social, seremos capazes de desenvolver e trazer qualidade de vida para a nossa população de uma maneira muito ampla, em todo o espectro, se por acaso estivermos oferecendo a essas crianças a possibilidade de se desenvolverem. Então é muito importante que a gente possa de alguma forma levar em consideração essa extensão.

Temos hoje três emendas que materializam essa nossa solicitação de extensão desse redutor de 60% da alíquota para essa estrutura de contraturno, que é Emenda 801 da Senadora Professora Dorinha Seabra, a Emenda nº 8, do Senador Mecias de Jesus, e a Emenda 840, do Senador Zequinha Marinho. E eu gostaria de levar em consideração, pedir a vocês que levassem em consideração que aqui não é apenas uma situação que seja de natureza econômica, mas sim de natureza de desenvolvimento do nosso país, da capacidade geradora de dividendos futuros. Nós estaremos comprometendo significativamente uma parcela muito importante da sociedade brasileira se não fizermos essa extensão. Gostaríamos muito de ter essa nossa solicitação sendo analisada com muito critério, porque isso pode trazer impactos muito significativos.

Gostaria de agradecer essa oportunidade e fico à disposição para qualquer tipo de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Marcos. Eu vou até pedir à minha assessoria para apresentar uma emenda também, porque concordo plenamente com esse tema. Eu tenho certeza de que o Ministro também vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concordar, até porque ele foi Ministro da Educação, então, não tem sentido tributar no contraturno.

Tem o nosso já? Ótimo, então.

O.k., Marcos, obrigado aí pela sua exposição.

Vou passar para o Antônio Machado Guedes Alcoforado, Auditor da Sefaz de Pernambuco e Doutor em Direito Tributário.

O SR. ANTÔNIO MACHADO GUEDES ALCOFORADO (Para expor.) – Agradeço ao Senador Izalci Lucas a oportunidade de o Comsefaz participar desta audiência. Aqui é a Casa do povo, a Casa dos estados, então é muito importante que o Comsefaz participe também dessas audiências. Eu agradeço imensamente.

Eu vou tratar de um assunto específico, que é o regime específico dos combustíveis, talvez o mais polêmico, talvez o que tenha recebido maior quantidade de emendas por parte dos Senadores.

Nós temos atualmente um regime monofásico para o ICMS de combustíveis, apenas para o etanol anidro combustível e o biocombustível B100, que são misturados à gasolina e ao diesel puro. Então, esses quatro combustíveis mais o gás liquefeito de petróleo já estão no regime monofásico do ICMS. E temos também, no regime monofásico, alguns combustíveis no PIS-Cofins. E esse regime monofásico vem dando resultados, do ponto de vista de melhoria na diminuição da complexidade, no aumento da segurança jurídica, e esse regime específico de combustíveis vem ampliar essa quantidade de combustíveis que serão submetidos ao regime específico.

Então, nós temos esse regime nesse modelo monofásico, no qual a incidência é única no início da cadeia econômica e as operações subsequentes, por exemplo, praticadas pelas distribuidoras e pelos postos revendedores são desoneradas totalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, há uma concentração da incidência apenas no regime no início da cadeia econômica, geralmente pela refinaria de petróleo, pelos produtores de biocombustíveis, de combustíveis, e também pelos importadores.

Os combustíveis serão incluídos pelo PLP 68, quase todos os combustíveis estão lá no PLP 68, inclusive existe no último inciso, como se fosse um guarda-chuva para todo e qualquer combustível que seja autorizado pela MP para que ele também entre no regime monofásico. Então, quase todos os combustíveis estarão no regime monofásico.

Alguém questiona: "Não, mas tem algum combustível que não está elencado, algumas emendas nesse sentido". Bem, alguns combustíveis nem chegaram a ter uma venda nacional, não estão ainda no nosso mercado consumidor.

Por isso, eles não estão ainda incluídos, mas assim que eles passarem a ser vendidos de uma forma substancial, vão ser incluídos no regime monofásico, por conta desse último inciso que tem no artigo que trata dos combustíveis que serão inseridos no PLP.

Há um impacto muito grande para a simplificação. Já estamos colhendo os frutos da simplificação. A Lei Complementar 192 incluiu esses combustíveis, eu citei aqueles primeiros cinco no regime monofásico do ICMS. Várias teses que estão sendo discutidas no Supremo Tribunal Federal não têm mais, perderam o objeto, porque o regime monofásico realmente trouxe uma simplificação em relação ao sistema da substituição tributária que existia antes, na tributação de combustíveis.

Então, há um impacto muito positivo, inclusive até alguns colegas que me antecederam – o Dr. Mozart, representando a Sindicom, e o Dr. Cláudio, representando o Brasilcom – defendem a antecipação do etanol anidro combustível no regime monofásico.

Eu não estou aqui falando pelos estados, eu não tenho essa... Sou um mero servidor da Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, mas nós somos muito favoráveis a essa antecipação, porque isso simplifica, porque todos esses, digamos assim, combustíveis que são aqueles combustíveis que representam a maior arrecadação estariam todos no regime monofásico desde o início, já no ICMS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para a mudança do ICMS para o IBS, seria menos traumático, porque os contribuintes não teriam que, evidentemente, vender mercadorias, substituir, venderiam mercadorias que estariam submetidas ao IBS monofásico e o etanol hidratado, combustível, sendo vendido pelo regime de substituição tributária. Então, haveria uma complicação a mais – talvez essa seja uma emenda interessante.

Com relação à não cumulatividade, a não cumulatividade do PLP 68 prevê a emenda constitucional; e a não cumulatividade é plena.

As restrições à não cumulatividade são aquelas que todos os IVAs do mundo, 174 países, têm, que é quando você adquire para uso ou consumo pessoal. A aquisição para uso e consumo pessoal em todo o IVA do mundo, logicamente, não vai ser para atividade da empresa, então não teria direito ao crédito.

Com relação à aquisição de combustíveis para revenda, evidentemente que, se você tem a concentração da tributação no início da cadeia, nas operações subsequentes, quem adquire para comercialização não vai ter o direito de tomar o crédito porque ele não vai ter débito. É o princípio da neutralidade. Não tem sentido gerar acúmulo de crédito para essas empresas. Por quê? Porque elas vão receber o combustível para revender, elas não vão pagar na saída, também não tem sentido ter crédito na entrada.

Em todos os regimes monofásicos, já é assim. Inclusive, aquela restrição que existe para os demais setores econômicos, que só é permitido o crédito quando houver o pagamento na etapa anterior, não vai ter essa restrição para o combustível.

Então, vai ser uma não cumulatividade plena. Muitos questionam: "Não, mas a indústria que adquirir combustível para utilização como insumo vai ter restrição?". Não, não tem nenhuma restrição, todas as emendas nesse sentido para...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO MACHADO GUEDES ALCOFORADO – ... aperfeiçoar a não cumulatividade não seriam tão necessárias assim, em função da previsão da não cumulatividade plena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a gente for colocar no PLP alguma hipótese de possibilidade de tomada de crédito, é como se nós tivéssemos que tratar de todas as hipóteses de tomada do crédito. É como a incidência plena.

A partir do momento em que existe uma incidência ampla da base de cálculo, no caso do IBS e da CBS, não há necessidade de dizer o que é que incide, apenas a possibilidade, a necessidade de tratar do que não incide.

No caso de impacto do sistema tributário, a maior insegurança jurídica é no setor de combustíveis, sem sombra de dúvida. Vários questionamentos que estão lá no Supremo deixarão de existir em face dessa simplificação.

A metodologia da fixação da alíquota *ad rem*, nós temos atualmente: o Confaz se reúne e estabelece qual será alíquota *ad rem* que é aplicada a todos os consumidores, a todas as empresas, a todos os contribuintes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO MACHADO GUEDES ALCOFORADO – Vai ser muito mais transparente, porque vai ser um regime no qual uma metodologia, que já está lá no PLP, vai ser submetida ao Tribunal de Contas da União.

Então, tanto a CBS como o IBS, na hora da fixação das alíquotas, vão respeitar totalmente os princípios da anterioridade. Vai ser uma vez por ano só que vai ser atualizado, respeitando também a noventena.

Então, vai ser uma metodologia muito mais transparente na hora de fixar essas alíquotas.

Também tem uma metodologia da atualização que está lá no PLP também.

Inclusive, o PLP prevê um longo período, um período de 36 meses.

Tem uma emenda, a nº 2, do Senador Esperidião Amin que aperfeiçoa a regra, estabelecendo que os valores seriam considerados dos últimos 12 meses em relação à base de cálculo das notas fiscais de consumo.

Então, é um aperfeiçoamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Casa, os Senadores, certamente, estão aperfeiçoando o PLP 68.

E esse é um exemplo que vai aperfeiçoar o nosso PLP.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO MACHADO GUEDES ALCOFORADO – Não vou entrar no detalhamento desses créditos, porque o nosso tempo já está acabando.

A questão da sugestão passiva é muito importante. Os contribuintes são os produtores e os importadores. Essa é a estrutura do regime monofásico.

A Dra. Renata, por exemplo, que representa a Abiogás, requer que as distribuidoras passem a ser os contribuintes. Por exemplo, os produtores do gás natural passariam a não ser os contribuintes, e os produtores do gás liquefeito de petróleo vão continuar sendo contribuintes do regime monofásico.

Talvez isso traga até uma complicação para o setor, principalmente para a fiscalização tirar a estrutura do regime monofásico, que é sempre para o importador ou produtor.

Com relação à responsabilidade por substituição tributária que existe no etanol anidro combustível, aqueles 27% que são misturados à gasolina pura, existe essa atribuição de responsabilidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO MACHADO GUEDES ALCOFORADO – Os estados queriam que ficasse também para o B100, mas os Deputados já retiraram. E os Senadores, por uma emenda também, convalidam essa retirada, que é haver só a substituição tributária com o regime monofásico para o etanol anidro combustível.

Com isso, agradeço a todos a atenção.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Antônio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo ao José Edson Galvão, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação.

O SR. JOSÉ EDSON GALVÃO DE FRANÇA (Para expor.) – Boa tarde, Senador. Obrigado pela oportunidade.

Boa tarde a todos.

Vou especificar o setor nosso, que eu acho que é um dos mais recentes dos últimos dez anos.

Vou começar dizendo o seguinte: o setor nosso é a população de 160 milhões de animais de estimação, falando de cães, gatos, aves ornamentais, peixes ornamentais e pequenos répteis e mamíferos. Esse é o setor, com 160 milhões de animais. É colocado como o terceiro maior do mundo, em população geral. Aves ornamentais, que é um setor pouco conhecido, é o segundo maior do mundo, em número de animais.

Esse setor emprega hoje 3,5 milhões de pessoas, em empregos diretos, e tem um faturamento projetado para este ano por volta de R$77 bilhões.

Dentro disso, quais são as características do setor? Os produtos que nós oferecemos? Alimentos para cães, gatos e demais animais; produtos acessórios; produtos veterinários; a venda, propriamente dita, dos animais criados – animais de raça e tudo mais –; e a parte de serviços – serviços veterinários e serviços gerais, como banho e tosa, que hoje está muito comum no mercado.

O setor vem crescendo, nesses últimos anos, relativamente bem. Por quê? Porque, segundo o IBGE, cada lar, cada domicílio, hoje, tem 1,8 animal dentro de casa. Saíram dos quintais e estão praticamente dentro dos domicílios urbanos e rurais. Na pandemia o setor cresceu, sempre acima de dois dígitos, com bastante força.

É o segundo maior faturamento do mundo – terceiro, aliás – perdendo para os Estados Unidos e para a China. Não dá para comparar com a China por causa da quantidade deles.

E uma característica importante que eu já começo a colocar. O *pet food*, no mundo inteiro, o alimento para animais de estimação, não é diferente, a taxa, comparando com animais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

produção, que são frangos, suínos, leite e tudo mais. É igual. Assim como é igual à taxa do alimento humano. Por quê? Porque à medida que você... Se é diferente, ele é concorrente, principalmente do alimento humano.

Para se ter uma ideia, o Brasil hoje produz 4,2 milhões de toneladas, com potencial de 9 milhões de toneladas. Apenas 45% dos animais comem produtos industrializados. Os demais estão comendo a sobra de mesa. Quem não tem condições dá a sobra. E cria-se problemas de doenças, uma série de coisas, que acaba custando produtos veterinários. E esse segmento tem o potencial, praticamente, de dobrar, porque quando a gente pega, por exemplo, os estados Unidos, a taxa deles é em torno de 6%, a taxa de imposto para todos, tanto para a *feed* como para *food,* ou seja, para alimento de animais de estimação, como para animais de produção.

Dentro desse raciocínio, nós, na situação atual, estamos pagando de imposto o IPI – a gente é considerado supérfluo –, está dentro do IPI, está dentro do ICMS cheio, com substituição tributária; todas as maldades, Tiago, foram colocadas sobre nós; substituição tributária e, além do mais, o PIS-Cofins, que é o único que a gente tem direito de creditar, os demais não, porque a gente está fora do Convênio 100 – a gente também não tem o crédito presumido.

Então, dentro dessa situação, nós não tivemos outro jeito, ou seja, a gente judicializou o IPI, e hoje a gente não paga o IPI – 99% não está pagando o IPI.

A gente judicializou – judicializou não... As empresas passaram a fazer acordos de ICMS com os estados, e a gente não está pagando os 18% cheios de ICMS por acordos de incentivos, que é a famosa guerra fiscal. E o PIS-Cofins a gente paga integralmente e tem o crédito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ EDSON GALVÃO DE FRANÇA – ... porque é previsto isso.

Uma taxa nominal, somando isso tudo, com substituição tributária, dá por volta de 50,5%. O que a gente paga realmente em função desses acordos, em função da judicialização, não chega a 15%, que é o crédito real que as empresas pagam para o Governo Federal.

Então, a gente estava muito animado com a reforma, porque poderia nos igualar, principalmente na parte de alimentos de animais de produção, como igualar também no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alimento humano. Só que a maioria do alimento humano, tanto dos vegetais como das carnes, foi para a cesta básica, e a gente também não quer tudo isso, a gente quer estar dentro da faixa de 6% a 15%, que é o que o mundo paga.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ EDSON GALVÃO DE FRANÇA – Então, diante do quadro, a proposta nossa é que a gente... Apresentaram-se dez emendas, inclusive o Senador apresentou uma, o Senador Izalci, a quem agradecemos muito, com o objetivo de nós trazermos essa alíquota para a parte de insumos agropecuários, que já está lá. Só que é o seguinte: a redação enquadra rações, concentrados, minerais e impõe, exceto para animais domésticos. E aí mais grave ainda, não tira só cães e gatos, tira também aves e os outros animais. Fica mais grave a situação.

Então, a proposta é exatamente essa de que a gente tire essa palavra "exceto" e coloque "alimentos para animais domésticos".

Era isso, e agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem.

Todo mundo hoje tem cachorro e gato, não é? (*Risos.*)

E mais algumas coisinhas. São 160 milhões, não é?

O SR. JOSÉ EDSON GALVÃO DE FRANÇA – Cento e sessenta.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E tem muito cachorro que tem muito mais privilégio do que filho mesmo, não é?

O SR. JOSÉ EDSON GALVÃO DE FRANÇA – É Verdade!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, vou passar aqui para o Carlos Evangelista, que é o Presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída.

O SR. CARLOS EVANGELISTA (Para expor.) – Senador, primeiro, parabéns pela condução da audiência. Queria também agradecer a oportunidade que o senhor nos deu para trazer aqui algumas ideias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ABGD é uma associação bastante nova, então eu vou me dar o direito de falar dois minutos sobre a ABGD. É uma associação de empresas que têm como atividade principal ou atividade estratégica a geração distribuída com fontes renováveis de energia. Todas as fontes: solar, fotovoltaica, biomassa, biogás, eólica, resíduos sólidos urbanos, agora o hidrogênio verde, CGHs, hidráulica. Nesses nove anos, passaram por nós, entre os nossos quadros, mais de 1.450 empresas atuando no setor de geração distribuída. São nove anos no setor. A missão principal é fomentar o mercado de geração distribuída, trazendo benefícios para os consumidores, os produtores de energia e o sistema elétrico brasileiro. E é claro, num país como o nosso, em que a gente tem vento de norte a sul, sol de leste a oeste, biomassa, biogás e uma rede hídrica riquíssima, nós trabalhamos com todas as fontes e temos, só na área fotovoltaica, que é a mais adequada para geração distribuída, mais de 2,8 milhões de sistemas instalados, mas também tem CGHs, biomassa e eólica. Faz parte do perfil do Brasil trabalhar com energias renováveis de fontes renováveis.

Isso significa, em termos de potência instalada, 32GW de potência, caminhando aí para 36GW no final deste ano. Para vocês terem uma ideia, 32GW correspondem a mais do que duas usinas de Itaipu instaladas no sistema injetando energia. Imaginem o que aconteceria se nós desligássemos isso, o caos que seria hoje no sistema elétrico brasileiro. Nós já estamos com o problema das bandeiras tarifárias, entre outros, e a gente pode fazer uma analogia.

São mais de 4,1 milhões de unidades consumidoras com sistemas de geração distribuída instalados em mais de 5,55 mil municípios. Praticamente 99% dos municípios brasileiros têm algum sistema de geração distribuída instalado. Isso contribui para a resiliência do sistema elétrico brasileiro. São R$140 bilhões de investimento privado feito em todos esses anos.

Em relação ao PLP da reforma tributária, nos preocupou um pouco a possibilidade de acontecer a incidência de ICMS sobre a energia injetada. Atualmente, não incide ICMS sobre a energia injetada, por três motivos, basicamente. Primeiro, porque se trata de mútuo, bem fungível, não há troca de titularidade, então, não há de se falar em cobrança de ICMS. A segunda razão disso é que existe o convênio, o Convênio 16, de 2015 – que iniciou em Minas Gerais, se não me engano, e hoje atinge todos os estados do Brasil –, que dá isenção do ICMS para a energia injetada. E o terceiro seria a própria... Existe a ADC nº 49, em que foi definida a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não ocorrência do fato gerador do ICMS sobre mercadorias e estabelecimentos do mesmo contribuinte.

Então, apesar de isso já estar acontecendo hoje, é claro, nós temos uma preocupação de, por uma discricionariedade ou uma interpretação no texto, como isso não é expressamente previsto no texto, a não incidência de ICMS e CBS, que venham a taxar – não de ICMS, claro, de CBS e IBS – a injeção da energia no autoconsumo e autoprodução. Isso não aumenta... Nós não estamos retirando receita, nós não estamos retirando receita futura tributária, mas nos preocupa a possibilidade dessa discricionariedade. Por isso a nossa insistência no assunto. Por isso também nós apresentamos, na verdade, colaboramos com a apresentação de três emendas pelo Senador Carlos Portinho, Senador Mecias de Jesus e Senador Eduardo Girão.

Essa é a nossa grande preocupação e a nossa intenção é que essas emendas sejam recepcionadas e constem no texto do Relator.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Carlos.

Passo agora para o Marcio Alabarce, representante da Abdib.

O SR. MARCIO ALABARCE (Para expor.) – Senador Izalci, demais colegas que aqui me antecederam... Senador Izalci, em nome de todos nós e do setor de infraestrutura, o que a gente tem aqui é agradecer-lhe e parabenizá-lo pela condução não só desta, mas de todas as audiências que têm sido realizadas aqui no âmbito da CAE a propósito da reforma tributária, do PLP 68. O que a gente vê, dia após dia, são verdadeiras aulas, muito conhecimento, muito debate e muita transparência, o que é mais importante. Tudo que ao longo dos anos foi se discutindo a respeito da ausência de debate a gente está, com o apoio do Senador, com a condução firme do Senador, vendo se superar, com muito, muito debate e muita transparência. O setor só tem realmente a agradecer e trazer de uma forma muito objetiva algumas contribuições a respeito de aperfeiçoamento de texto, aperfeiçoamento dos regimes especiais que já foram trazidos, primeiro, na emenda constitucional e também pelo PLP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria rapidamente passar por três desses regimes. O primeiro deles, que é para o segmento de infraestrutura, o que para a Abdib é extremamente importante, é o regime especial das compras governamentais. E, hoje, com muita felicidade, o colega Fábio Macêdo, que me antecedeu, falou sobre esse regime. Tem sido um regime pouco discutido, pouco debatido, mas que traz repercussões, tanto para contribuintes quanto aos entes tributantes, extremamente significativas.

O que a gente vem aqui a tratar desse regime são três questões. A primeira delas, e parece a primeira questão: existem duas emendas, que são as Emendas nºs 1.000 e 1.002, que foram apresentadas pelo Senador André Amaral e que esclarecem – e aqui é muito importante ter esse esclarecimento, ter essa precisão praticamente cirúrgica em relação à aplicabilidade do regime – que está compreendida no regime especial das compras governamentais a parcela da remuneração que é assumida pelos entes políticos– pela União, pelos estados, pelos municípios diretamente, por suas autarquias, pelas secretarias –, a remuneração que é assumida por eles no âmbito dos contratos de parceria governamental: as concessões, as parcerias público-privadas e contratos similares. O PLP traz esse conceito, mas de forma interpretativa. E o que a gente mais encontra, Senador, são discussões, debates a respeito de interpretações. Alguns temas tributários que vêm de longa data... O colega aqui, o Sr. Carlos, falou de uma ADC, a 49, que trata de uma discussão do ICM, do antigo ICM, de mais de seis décadas e que foi recentemente definido pelo Supremo. Então tudo que a gente não pode aqui é manter ou dar espaço para discussões que vão se prolongar.

E aqui a atenção é importante. O regime de compras governamentais, do ponto de vista do contribuinte, define algo extremamente relevante. Se eu pago o imposto ou os tributos para o ente A ou segmentado para o ente A, B ou C. E a consequência é muito grave. Errar na aplicabilidade desse regime, do ponto de vista do contribuinte, o sujeitará a ser tributado e ser cobrado com todas as multas e juros. É um outro projeto de lei complementar, que também vai ser tratado aqui na Casa futuramente, que também tem lá os seus aperfeiçoamentos necessários.

Então, a primeira contribuição, Senador, é esta: aperfeiçoar, ter atenção para essas duas emendas, a 1.000 e a 1.002, aperfeiçoar o regime das compras governamentais para deixar clara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a sua aplicabilidade à parcela da remuneração assumida pelo poder público nos contratos de parceria.

A segunda sugestão que a gente vem trazer a respeito do aperfeiçoamento desse regime nasce também de uma percepção... E isso, Tiago – a gente já teve a oportunidade de dialogar também com o Bernard Appy, com os colegas da Sert –, diz respeito a uma distorção que vai surgir por conta da aplicação desse regime. O regime das compras governamentais estabelece que todo o débito do imposto será deslocado, todo o imposto vai ser concentrado naquele ente contratante. Se é uma compra federal, eu vou pagar toda a carga – aqueles 26,5%, 27%, 28%, não se sabe exatamente qual vai ser a alíquota –, a totalidade desse débito para a União. Então, eu vou ter um saldo devedor calculado em cima de 28%, mas os créditos eu aproprio no IBS e na CBS. Então, eu vou ter saldo credor de IBS na parcela municipal, na parcela estadual, eu vou compensar algum crédito da parcela federal. Isso gera uma distorção. Os prazos de ressarcimento foram aperfeiçoados da proposta original do Poder Executivo para aquele projeto que foi aprovado na Câmara, mas, ainda assim, impactam o fluxo de caixa das empresas.

E aqui, Senador, para esse tema ainda não há – pelo menos não identificamos – emenda apresentada. E aí eu digo que não identificamos até a Emenda nº 1.256, sendo que as demais eu lhe confesso que ainda não tive oportunidade de ver. Essa é uma questão técnica, não foi discutida. Até no evento com o Appy, Tiago, ele mesmo comentou, reconhecendo, e falou: "Esse é um ponto que nos passou despercebido, vamos pensar a respeito de como solucionar". Levanto aqui o ponto, Senador, porque é algo muito relevante. As empresas fornecerão para a União, estados e municípios, vão ter débito de um lado a recolher e um crédito estranho, saldo credor a ser ressarcido dali a 75, 100, sabe-se lá qual vai ser o prazo efetivo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO ALABARCE – Eu vou pedir licença para fazer uma referência muito rápida à apresentação do colega Fábio. Só para também recordar, foi apresentada pelo colega uma distorção na questão de receita pública e das vinculações dessas receitas no âmbito do regime de compras governamentais. Para recordar, Senador, a Constituição permite que, no regime de compras governamentais, as alíquotas sejam não só concentradas como reduzidas. Não é o que foi trazido pelo PLP, mas seria possível que se avançasse neste momento no regime de compras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

governamentais para uma redução total das alíquotas das compras governamentais. E a lógica é muito simples: se o município, se o estado, se a União terá de pagar mais por uma compra e vai receber a totalidade desse recurso, por que não zerar o tributo? É só uma contribuição que eu tomo a liberdade de fazer à fala do colega Fábio.

Se me permitir rapidamente, Senador, concluir aqui a fala, são dois comentários rápidos a respeito dos demais regimes sobre os quais gostaríamos de contribuir.

O primeiro deles diz respeito ao regime especial, que está ali no art. 152 do PLP, que é o de transporte coletivo de passageiros no regime rodoviário, no regime de metrôs, no metroviário. Se aqui, Senadores, estivéssemos falando de um regime especial lá de Minas Gerais, estaria muito simples, porque tudo é trem, mas, na vida real e na regulação do transporte sobre trilhos, existem particularidades. O propósito do Constituinte foi preservar e desonerar as metrovias, o transporte coletivo por trilhos, os metrôs, os trens urbanos, as litorinas, os VLTs (veículos leves sobre trilhos) e os monotrilhos, que começam finalmente a operar no país. E a forma como...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO ALABARCE – ... o PLP trouxe o tema se restringe ao metrô. Então, ficaremos numa situação que também pode ser resolvida pela via interpretativa de um modal metroviário, com trens subterrâneos tendo um benefício isencional, e o VLT, que também é transporte, é coletivo e precisa seguir o princípio constitucional da modicidade tarifária, não vai ter o mesmo benefício.

Por fim, Senador, um comentário rápido a respeito do regime de desoneração dos bens de capital. É um tema mandatório da Constituição. A Câmara trouxe um regime, além dos que já haviam sido estabelecidos ou propostos no PLP original, além do Reporto e do Reidi, que é um regime especial baseado em lista. Existem críticas a respeito da utilização de listas. O ponto simples, Senador, é que a se adotar esse regime, a se acolher e se preservar esse regime que está ali no 105 do PLP...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO ALABARCE – .... seria o caso de se fazer uma correção técnica. Ali se fala de bens a serem listados destinados ao ativo imobilizado das empresas. O termo "ativo imobilizado" é um termo da contabilidade. Hoje ele tem uma conotação mais restrita. O mesmo bem, o mesmo investimento em bens de capital, a mesma máquina que é adquirida por um concessionário de serviço público não é registrada no ativo imobilizado; é numa outra rubrica, de ativo intangível, por exemplo. É um tema técnico, é um tema de terminologia que o próprio PLP, em duas outras oportunidades, já cuidou de sanar. Neste, talvez pela tramitação muito ágil, muito rápida na Câmara, passou desapercebido. Já há uma emenda a respeito, que é a 769, do Senador Flavio Azevedo.

Senador, novamente eu lhe agradeço. Parabenizo por todo este evento V. Exa. e sua assessoria também, sempre muito gentil e atuante.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Antes de passar para o Tiago, eu leio aqui algumas perguntas que vieram. À medida do possível também, se puder responder...

O Otávio, lá do Rio Grande do Sul, pergunta: "A Lei Kandir será revisada nesta reforma? O Senado não considera a Lei Kandir como um regime especial?".

Marcone, do Pará: "A reforma tributária realmente simplificará o sistema de tributos no país para que diminua o número de regimes diferenciados de tributação?".

Tem um comentário aqui do Jairo, do Paraná: "A reforma desconsidera a natureza do espectro autista, que pode variar amplamente em suas manifestações e impactos na vida dos indivíduos".

O Antônio, de São Paulo: "[...] [o projeto] precisa ser revisto para evitar uma violência tributária contra a comunidade [...] [de portadores de deficiência] [...]".

O Rodrigo, do Rio Grande do Sul, pergunta: "Quais alterações a reforma tributária traz para o regime de tributação do agronegócio e como isso pode impactar os custos de produção?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Gabriela, de Minas Gerais: "Como será o processo de monitoramento e avaliação dos impactos da reforma tributária nos regimes diferenciados e específicos?".

O José, de São Paulo: "Como a reforma tributária garantirá que [...] MEI e as pequenas empresas [não serão excessivamente oneradas]?".

Alexandre, de Santa Catarina: "Com a reforma tributária, as instituições sem fins lucrativos de caráter religioso permanecerão isentas [de taxação] [...]?".

E o Willian, de Rondônia: "Como garantir que as mudanças não [...] [vão desestimular] o crescimento das Zonas de Processamento de Exportação e outros regimes especiais?".

Eu vou passar agora para o nosso representante da Coordenação de Assuntos Tributários do Ministério da Fazenda, Tiago do Vale.

O SR. TIAGO DO VALE (Para expor.) – Boa tarde a todas e todos.

Agradeço ao Senador Izalci pela gentileza do convite, embora tenha me deixado de castigo aqui. (*Risos.*)

Brincadeira.

É sempre bom estar debatendo isso. Acho que o debate qualifica o projeto de lei e dá legitimidade ao final. A gente vê que a gente tratou aqui desde *pets* a combustíveis, há uma série de assuntos, e todas essas contribuições são bem-vindas, são válidas, são legítimas.

Eu vou tangenciar alguns pontos que foram falados, depois eu vou passando aqui, à medida da apresentação, mas eu só queria lembrar que o regime diferenciado e o regime específico foram considerados assim porque eles têm características próprias operacionais. Então, combustíveis, como não fazia, devido ao ramo... Então, são peculiaridades que tiveram que ser inseridas na reforma, dadas as especificidades do setor.

Claro que o ideal é sempre a não cumulatividade ampla, mas todo resíduo é inerente ao sistema tributário, e a gente tem que ter isso presente.

Há algumas sugestões, por exemplo, em relação às questões dos cartórios...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão é que os regimes diferenciados são taxativos na Constituição, e o próprio Constituinte, nessa reforma que foi aprovada, veda outros benefícios fiscais que não estejam lá. Então, a gente está em fase de debater o PLP. Eu acho que a questão da emenda constitucional já foi suplantada. Agora, a gente debate a regulamentação. Então, é importante a gente ter presente isso também.

Alguns pontos que foram tratados, por exemplo, a questão das seguradoras, de não possibilitarem o creditamento do plano de saúde.

Salvo engano, acho que, ontem, o Daniel Ortega esteve aqui e foi importante um ponto que ele colocou, que é isso. A ideia é não estimular a pejotização para você fazer plano empresarial. Então, tem alguns pressupostos da reforma para ter escolhido essa política – a gente está falando aqui de política.

Em relação à questão dos combustíveis, as Comissões são bem-vindas, são válidas. Acho que o colega Antônio colocou bem muitas questões.

De fato, o tributo é de base ampla. Então, o que não tiver como exceção é o que vai ser tributado, mas eu também ressalto que muitas das questões que foram colocadas em relação a que há debates judiciais, tudo isso foi observado na regulamentação da reforma, os precedentes foram observados, a questão da ADC 49, que foi dita... Então, certamente não há operação de mudança de dualidade. Muita coisa se aplica, e não vai ser feita. Isso tudo vai ser observado. Não que – vou deixar claro – prejudique, mas tenho a certeza de que a regulamentação observou o que já foi decidido e que se aplica a esse tributo. Claro que a gente está falando de um tributo novo, mas tem pontos de interseção.

Eu queria falar também em relação ao que foi dito do crédito presumido do setor laticínio: é importante a gente entender que o fato de ter revisões anuais e quinquenais vem em acréscimo da reforma. Acho que a gente está falando aqui de uma questão de governança e de benefício fiscal, e isso é importante. Eu acho que é um novo paradigma e deve ser observado. Mas é claro que uma revisão anual, antes de pensar que o tributo vai aumentar do dia para a noite, a gente tem observado os princípios da anterioridade: isso aí se mantém e vai continuar sendo aplicável. Então, eu acho que isso não é um ponto que mudaria do dia para a noite, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

foi colocado, assim, no receio. São válidos, mas a importância da anterioridade vai continuar sendo aplicável.

Então, eu preparei aqui alguns pontos que eu acho interessantes e, à medida que eu puder, vou tangenciando alguns aspectos que foram falados.

Do regime diferenciado e do regime específico, eu vou tomar aqui os regimes de serviços financeiros, pela importância que eles têm.

A gente sabe que todos esses regimes específicos permitem alterações na alíquota, nas regras de creditamento e na base de cálculo, por isso que a gente vê essas diferenças em relação ao regime geral, pelas peculiaridades do setor.

No caso do serviço financeiro, foi prevista a possibilidade de incidência sobre receita ou faturamento em receitas financeiras, planos de saúde... Então, um outro ponto que foi dito aqui, quanto à questão das receitas financeiras: isso é uma autorização constitucional que incida sobre receita ou faturamento. Acho que a gente precisa avançar e suplantar 20 anos de debate que tem no Supremo sobre PIS-Cofins e sobre em que incide ou não. Então, a reforma também vem para suplantar essas questões. Então, especialmente receita financeira faz parte da atividade da seguradora. E ela está sendo contemplada.

E eu sempre lembro que todas as exceções aos regimes repercutem na alíquota de referência. Então, é importante a gente sempre ter temperança na hora de pleitear algumas exceções nos regimes específicos, porque isso promove um aumento amplo em relação aos outros.

E até um ponto que foi colocado aqui é o número de exceções da reforma. De fato, não seria a reforma ideal, mas foram as exceções que foram colocadas e o que foi decidido politicamente. E decisão política a gente respeita. Então, de fato, se houvesse menos exceções, seria talvez melhor pensada uma alíquota final, linear.

Então, para os serviços financeiros, um ponto importante da reforma, que até foi colocado por um colega aqui – eu peço perdão por ter esquecido o nome dele –, em relação à questão das instituições financeiras, é que a reforma trouxe um rol exemplificativo. Então, hoje a gente tem muito problema com questões de isonomia, porque tem entidades que prestam serviço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeiro materialmente, mas não estão contempladas. Então, a reforma traz isso, ela permite essas exceções em que, independentemente de quem esteja prestando, o que importa é a materialidade. E também, no caso de novos – a gente sabe que o mercado muda muito – serviços que venham a ser prestados, eles já estão contemplados pelas cláusulas exemplificativas que foram trazidas.

Na Câmara, ainda foi inserido um novo dispositivo que vem a caminhar nesse sentido – e é muito bem-posto –, que é: independentemente da nomenclatura, você aplica o regime específico se tiver a natureza de serviço financeiro. Isso é importante, porque a gente dá isonomia e neutralidade principalmente, que são diretrizes da reforma.

Então, em relação aos serviços financeiros, a gente trouxe deduções que muito se assemelham ao que há para o PIS-Cofins. A gente aproveita a experiência que teve, isso é importante. Aumentou o número de deduções, porque foi inserida ali a provisão para a crédito de liquidação duvidosa...

E eu queria destacar aqui um ponto muito importante que foi a questão do creditamento das operações de crédito. Hoje a gente tem uma supertributação do investimento por conta da cumulatividade do PIS-Cofins, e eu acho que a reforma vem bem-sucedida nesse ponto, ao trazer uma inovação – isso é novo, não tem nenhum outro país que adote o IVA –, que é a possibilidade do tomador que está no regime regular se creditar das operações de crédito. Então, você diminui o custo do investimento, o custo da tomada de crédito. O crédito só vem depois da amortização plena – você estimula a adimplência. Isto é uma regra da reforma: que o crédito vem depois do pagamento, então é importante manter a coerência. Então, esse é um ponto que eu destaco, que eu acho que caminha nesse sentido de trazer uma nova perspectiva de simplicidade e de neutralidade principalmente.

E, quanto aos regimes diferenciados, como foram trazidos aqui alguns setores, é importante essa questão que foi dita da governança, da atualização. A gente tem aqui um *fast track* que foi inserido no PL, que é uma delegação importantíssima do Legislativo para o Executivo para que faça atualizações em relação a medicamentos, dispositivos de saúde e acessibilidade, tendo em conta a importância e os caráteres emergenciais decretados pelo Legislativo, para que isso possa ser inserido de uma forma prática e rápida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é importante a gente prestigiar esse diálogo, principalmente em questões operacionais, e essa nova fase de avaliação dos benefícios. Acho que isso vem a calhar bem para os fins da reforma.

Sobre alguns pontos que foram mencionados aqui, respondendo até, Senadora, a pergunta que foi feita em relação à Lei Kandir: a ideia é que o ICMS vai acabar e, por fim, a lei não vai ter aplicabilidade, vai ser revogada. Então, acho que, quanto a isso, avança.

Em relação a algumas perguntas que foram feitas sobre o agronegócio, é importante ressaltar que hoje o agro tem imunidade na exportação, mas acumula muito crédito. Então, a reforma vem para permitir a tomada de crédito da não cumulatividade. Isso é importante, até porque, quando a gente pensa na alíquota, embora tenha esse receio de ser uma alíquota alta, a gente precisa lembrar que a regra geral é a não cumulatividade. Então, você vai se creditar; ainda que seja alto, vai haver o creditamento. A ideia é que isso atenue essa perspectiva de um receio de um aumento na alíquota.

Um outro ponto que eu queria colocar e que foi dito é sobre a questão do Comitê Gestor. Imagino que isso vai ser mais bem tratado no PL 108, mas a gente pode falar aqui um pouquinho da importância do Comitê de Harmonização e do Fórum das Procuradorias. O que a gente não quer é litígio. A gente quer o contrário: a gente quer prevenir litígio – a ideia é essa –, trazer segurança jurídica. Acho que esta é a ideia do Comitê de Harmonização e do Fórum das Procuradorias, com os auditores e os procuradores juntos: é trazer essa segurança jurídica e o litígio, porque a gente tem dois tributos de perfil compartilhado e, por mandamento constitucional, há essa integração na interpretação. Isso é um mandamento constitucional, não é uma inovação.

Então, é importante isso, acho que vem a calhar como segurança jurídica a definição de regras objetivas, de parâmetros interpretativos. Então, a ideia é essa, mas acho que alguns pontos do Comitê Gestor serão mais bem debatidos no PL 108.

E eu ainda coloco aqui: é importante a gente ter presente também a questão das alíquotas. Muito tem se falado aqui – eu já escutei – sobre o fato do cálculo. A metodologia está prevista na lei e será calculada com homologação do TCU, então haverá... Assim, o que o Executivo vai fazer, o ato do Ministro é apenas divulgar as alíquotas, mas ela prevê o cálculo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, sobre a questão do *split payment*, ele é o coração da reforma, então eu acredito muito nele – acredito muito. Acho válidas as contribuições, as ponderações de demonstrar são sempre boas, são legítimas, mas eu acredito muito nele, acho que ele é o coração da reforma, para a gente trazer essa operacionalidade, essa simplicidade, até mesmo evitar a evasão fiscal, trazer segurança e diminuir esse *gap* que há.

Essas são as minhas considerações.

Eu me coloco à disposição do Senador e dos demais colegas no que for...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Tiago.

Tem muitas emendas, evidentemente, que procuram corrigir o texto no sentido de dar mais segurança, para não dar margem à interpretação. Então, tem muitos ajustes de texto para isso.

A questão que foi colocada do plano de saúde é porque na prática ficou convenção coletiva, mas tem outros... Como foi dito aqui, tem emendas aperfeiçoando, porque o que a Receita quer evitar é exatamente que os planos pessoais, as despesas pessoais não sejam deduzidas das empresas, mas existe acordo coletivo e convenção coletiva, que são coisas distintas. Você pode fazer um acordo coletivo nas empresas, mas isso não necessariamente vai incluir ali a família. Vai incluir o que está acordado com os funcionários, com os servidores. Então, é só mesmo para dar um entendimento mais completo na intenção de permitir o crédito quando realmente for feito o plano de saúde para todo mundo da empresa.

É evidente que aí caberia a fiscalização, porque o grande problema da reforma é que o espírito da lei aqui parte do princípio de que todo mundo é desonesto. Então, nós vamos... Há uma preocupação muito grande com a fraude. Então, a gente precisa mudar um pouco essa filosofia aí, porque realmente o brasileiro, na prática, paga – e paga muito – e não tem muita coisa de volta, não é?

Mas eu queria aproveitar que o Felipe está aqui, viu, Felipe? Eu já li essa taxa referencial, já li tudo, não entendi ainda. Eu acho que, daqui a um mês, ainda vou conseguir entender como é que é esse negócio da taxa referencial. A base desses 26,5% é uma taxa referencial, que é uma taxa usada pelo FMI, sei lá o quê, que eu não entendi ainda exatamente como...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Existe aqui dúvida com relação à taxa efetiva. A informação que teve aqui numa das audiências é que a taxa efetiva seria em torno de vinte e poucos. Agora, nessa diferença do que é referencial e do que é efetiva, a gente ainda está desvendando esse mistério, e eu não cheguei ainda a um entendimento. Mas, se puder esclarecer um pouquinho isso, agradeço. Eu sei que o Tribunal de Contas já olhou isso também e tal, mas...

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Essa questão é muito importante, Senador, porque é o seguinte: a alíquota de referência é a alíquota necessária para garantir a arrecadação. Então, os 27 estados, mais os 5.645 municípios, salvo melhor juízo, mais a União, terão que ter uma mesma arrecadação. Mas mesma em relação a quê? Que teriam no caso de a reforma não ter existido. Então, se não tivesse sido aprovada a CBS, o IBS e o regime fosse de ICMS, ISS, PIS/Pasep e Cofins, os estados teriam uma dada arrecadação projetada pelo Tribunal de Contas. Essa é a referência. Quer dizer, é uma estimativa. O tribunal vai ter lá os seus apetrechos, premissas, etc., para projetar, com os servidores de altíssima qualidade que ele tem, mas é uma estimativa. E os economistas sabem como é que as estimativas são feitas e a incerteza que isso envolve. Então, quando se calculam lá os 26,5%, por exemplo, esse número significa: "Olhe, é um número estimado para a alíquota geral, CBS mais IBS, ou seja, a parte da União, a parte do estado e a parte do município, para que não se perca um centavo de arrecadação, como se a reforma não tivesse sido aprovada". Essa é que é a ideia da alíquota de referência.

Aí qual é a argumentação dos defensores da reforma e dos idealizadores? "Olhe, mas vai ser menor do que isso, porque, como nós vamos devolver créditos, o que não se faz hoje, como, por exemplo, nos créditos da imunidade das exportações, aqueles setores industriais que exportam muito...". E hoje a maioria dos estados senta em cima dos créditos.

Em São Paulo, um dos únicos estados que devolve, quando eu fui Secretário da Fazenda, nós aceleramos a devolução em 2022. Mais um paliativo, ainda é um problema grave essa questão da demora na devolução desses créditos. Mas aí vem o argumento: como agora nós vamos devolver tudo automaticamente, por meio desse *split payment*, então a alíquota efetiva vai ser muito menor, porque você recolhe os 26,5%, mas aí percebe um monte de créditos e na prática você pagou menos imposto, digamos assim, de maneira simplificada. Essa que é a diferença conceitual. O problema é que, a meu ver, esses 26,5% não são 26,5%, são mais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

30%, em torno de 33%, pela nossa estimativa. E aí a carga efetiva vai depender do setor. O setor de serviços, por exemplo, acumula menos crédito, porque tem menos elos na cadeia produtiva. O setor industrial acumula mais, dependendo do subsetor também.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Quer falar alguma coisa?

O SR. TIAGO DO VALE (Para expor.) – Na linha do que eu tinha dito antes, o Dr. Felipe colocou bem essa questão dos créditos que vão entrar. Tendo em conta isto, essa questão do creditamento, por isso que eu disse que essa perspectiva de uma alíquota que a gente tem o receio de que seja alta é atenuada pelo creditamento amplo. Então, o fato de você estar sempre nessa perspectiva, ainda mais com o *split payment*, que é a ideia de que seja quase imediato o creditamento, atenua muito essa ideia de uma alíquota alta. Como o Felipe bem colocou aqui, essa é a perspectiva.

Então, eu entendo que isso deve ser levado em consideração. Não só o valor nominal da alíquota, mas a sistemática da reforma, porque às vezes pelo valor nominal você não vê a realidade de como vai ser a carga final.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Evidentemente que esse sistema, que não está pronto ainda, vai requerer um tempo para ser todo ele trabalhado ainda, porque na teoria é sensacional, agora, na prática, a gente tem que ver como é que vai funcionar e se vai dar tempo de fazer. Se a gente aprovar este ano, já vigora em 2026. Então, será que dá tempo até 2026 de estar tudo implantado? É uma questão que a gente tem que avaliar.

Agora é evidente que nesse sistema haverá uma redução significativa da sonegação. O imposto declaratório como é hoje, em notas fiscais que são emitidas, muitas delas são emitidas, geram crédito e não têm pagamento. Então isso pode diminuir bastante a sonegação e com isso diminuir... aumentar a arrecadação. Mas esse é o desafio.

O objetivo dessas audiências é exatamente este, é corrigir e aperfeiçoar o texto, para que a gente tenha realmente uma reforma, mas que seja uma reforma que não pese muito. Já há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma carga muito alta para o contribuinte. E a gente sabe que no final da conta, quem vai pagar a conta é o contribuinte, é o consumidor que está lá na ponta.

Mas eu quero muito... Se alguém quiser ainda fazer alguma consideração, mas antes... Pois não, Abrão.

O SR. ABRÃO DIB (Para expor.) – Eu queria falar ao Dr. Tiago do Vale. Nós tivemos a oportunidade de conversar com o Ministro Fernando Haddad antes de assumir o ministério. Ele sabe como poucos dos problemas que as pessoas com deficiência enfrentam e o que a gente tem tentado é trazer que nós não estamos buscando nenhum avanço, nenhuma conquista em relação à isenção dos impostos para as pessoas com deficiência. Mas que o Ministro Fernando Haddad lembre-se de tudo aquilo que aconteceu e de que nós apenas queremos manter aquilo que hoje existe, nenhum a mais, nenhum a menos. Nós gostaríamos muito de contar com o senhor para ser esse elo.

Nós já estivemos no Executivo, nós estivemos com a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no Conade, no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania levando a nossa pauta. E aí quero demais contar com o apoio do senhor, Dr. Tiago.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Abrão.

Eu quero aqui agradecer a presença de cada um de vocês.

Atingindo, então, nosso objetivo, declaro encerrada a nossa audiência pública.

(*Iniciada às 14 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 51ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE OUTUBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e quatro minutos do dia hum de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Esperidião Amin e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Alan Rick, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Rosana Martinelli, Flavio Azevedo, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Tereza Cristina e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater os impactos da reforma tributária no Simples Nacional, na Zona Franca de Manaus e nas Áreas de Livre Comércio. **Participantes:** Sra. Ivone Assako Murayama, Auditora da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas; Sr. José Jorge do Nascimento Júnior, Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos - ELETROS; Sr. Heleno Torres, Professor Titular de Direito Financeiro da USP; Sr. Edgard Vicente Fernandes Júnior, Coordenador do Núcleo de Assessoria Legislativa; Sra. Carla Pinheiro, Vice Presidente de Relações Institucionais do Instituto Brasileiros de Gemas e Metais Preciosos; Sr. José Clovis Cabrera, Representante da CACB; Sr. Thomaz Afonso Queiroz Nogueira, Consultor Tributário; Sr. Mário Sérgio Carraro Telles, Superintendente de Economia da CNI; Sr. Roni Peterson Brito, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil; Sr. Fellipe Matos Guerra, Contador e representante do CFC; e Sra. Sarina Sasaki Manata, Assessora Jurídica da Fecomercio-SP. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/01

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 1º de outubro de 2024.

A presente reunião destina-se a realizar audiência pública com o objetivo de debater os impactos da reforma tributária no Simples Nacional, na Zona Franca de Manaus e nas Áreas de Livre Comércio, em atenção ao Requerimento nº 66, de 2024, da CAE, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211 – 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Eu já convido aqui para compor a mesa a nossa Auditora da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas, Ivone Assako Murayama.

Cadê Ivone, está aí? Não chegou ainda? É longe, o Amazonas é longe mesmo, deve estar chegando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

José Jorge do Nascimento Júnior, Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos.

Por favor, Jorge, sente-se aqui do lado. Podem bater palmas para ele para animar... (*Palmas.*)

Convido também Heleno Torres, Professor Titular de Direito Financeiro da USP.

Heleno Torres, cadê o Heleno, não está? São Paulo já é mais próximo.

Edgard Vicente Fernandes Júnior, Coordenador do Núcleo de Assessoria Legislativa.

Vem cá, Edgard, sente-se aqui do lado, por favor. (*Palmas.*)

Carla Pinheiro, Vice-Presidente de Relações Institucionais do Instituto Brasileiros de Gemas e Metais Preciosos.

Está escondendo a joia aí, cadê? Carla não chegou ainda.

José Clovis Cabrera, Presidente do CACB.

Daqui há pouco a gente fica sabendo da... (*Palmas.*)

Thomaz Afonso Queiroz Nogueira, Consultor Tributário.

Está aí o Thomaz? Não está aí, não? Consultor Tributário aqui do Senado? (*Pausa.*)

Mario Sergio Carraro Telles, Superintendente de Economia da CNI. (*Pausa.*)

Vai terminar mais cedo hoje, hein?

Roni Peterson Brito, Auditor Fiscal da Receita Federal. (*Palmas.*)

Tudo bem, Roni?

Bem, vamos iniciar... (*Pausa.*) Vamos dar início à nossa audiência.

Vou passar imediatamente a palavra ao José Jorge, para fazer sua exposição.

O SR. JOSÉ JORGE DO NASCIMENTO JÚNIOR (Para expor.) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todos!

Eu me chamo Jorge Nascimento, Presidente estou, Presidente-Executivo da Eletros, Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos.

A gente agradece muito o convite do Senado Federal para participar desta audiência pública. É um momento importante para fazermos todos os registros e as considerações necessárias para que a gente possa ter, de fato, uma regulamentação de reforma tributária que garanta previsibilidade, segurança jurídica e melhoria do ambiente de negócios, seja para a indústria, para o comércio, para o serviço, para a população, principalmente. Lógico que, pela Eletros, como associação nacional de fabricantes, de indústria, vamos fazer uma abordagem aqui muito numa visão da indústria instalada no país, da indústria eletroeletrônica instalada no país. Então, muito obrigado, Senador Izalci, por todo o trabalho, por esse convite. A gente espera ter uma reunião bem próspera no dia de hoje.

Bem, quero só apresentar um pouco quem nós somos. A Eletros é a Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos. Nós temos 30 anos de existência, celebrados agora no dia 29 de agosto. Temos 32 empresas associadas às maiores e mais importantes indústrias eletroeletrônicas e eletrodomésticas do Brasil, sejam elas nacionais ou multinacionais, instaladas em 11 estados da Federação. Nós representamos, essas 32 indústrias, 3% do PIB industrial brasileiro. E temos como missão o fortalecimento da indústria nacional, principalmente como geradora de inovação tecnológica, emprego e renda de forma sustentável.

A nossa representação. Essas 32 indústrias representadas pela Eletros, entregam 100 milhões de produtos todos os anos na casa de todos os brasileiros. A Eletros representa 97% dos produtos eletroeletrônicos fabricados no Brasil. Aí mostra o nosso tamanho. Nós estamos na casa de todos os brasileiros. Todo mundo tem o seu eletrodoméstico, independentemente do nível social que esteja. Aí está a nossa força. E tudo isso gerado por 200 mil trabalhadores em todo o Brasil, de norte a sul do país.

Aqui a nossa razão de existir – podem comprovar, podem verificar –: são as nossas associadas e são as maiores e mais importantes indústrias eletroeletrônicas do mundo, instaladas no Brasil, empresas nacionais e multinacionais. Destas, como tema que trata de Zona Franca de Manaus também, Senador, o foco é a Zona Franca de Manaus, destas 33 empresas, 20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão instaladas na Zona Franca de Manaus. Algumas se repetem em outros estados, não é? Estão no Amazonas, mas também estão no nosso Rio Grande do Sul, não é? No Ceará, em Pernambuco, em São Paulo, em Minas Gerais... Enfim, se repetem em outros estados, mas este grupo aqui, ele é a base de sustentação, inclusive da Zona Franca de Manaus, responsável por quase a metade do faturamento e quase a metade da geração de emprego.

Então, é um setor extremamente forte na Zona Franca de Manaus, com uma cadeia de componentes extrema também. Aqui estão os fabricantes de produto final, mas, além de nós, temos toda uma estrutura de cadeia de suprimentos instalada na Zona Franca de Manaus também. Se elas estão lá é porque existe o produto final.

A Eletros representa, basicamente, esses cinco setores, esses cinco segmentos industriais.

Linha de ar-condicionado. É importante frisar que a produção de ar-condicionado no Brasil é a segunda maior do mundo. Nós só perdemos para a China e nós só temos esse polo industrial de ar-condicionado instalado no Brasil com essa força graças à política industrial estabelecida e graças ao escopo de estímulo industrial nacional na Zona Franca de Manaus. Sem isso daí, nós não teríamos condições de ter uma produção de ar-condicionado e seríamos também um país importador. Nós temos hoje 17 fabricantes nacionais e multinacionais de ar-condicionado, todos eles instalados na Zona Franca de Manaus, por conta de todo o desenho conjuntural, econômico e de estímulo que lá está estabelecido.

Linha branca. Aí já é fora da Zona Franca de Manaus, com 12 empresas associadas, aí é refrigerador, fogões, lavadoras de roupa, lavadoras de louça, enfim.

Linha marrom: áudio e vídeo. Toda a produção de televisores do Brasil é feita na Zona Franca de Manaus, também pelo mesmo motivo do ar-condicionado, por conta da estrutura e do escopo que foi estabelecido, que propiciou essa produção de televisores, sendo uma das maiores do mundo também.

Linha de portáteis. Aí a gente está falando de ventilador, liquidificador, batedeira, produtos de uso pessoal, como barbeadores, chapinhas de cabelo, secadores de cabelo, tudo muito focado também, alguma coisa na Zona Franca e fora dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, especificamente na Zona Franca de Manaus, temos empresas associadas, fabricantes também de bens de informática: computador, telefone celular, *tablets*, fone de ouvido inteligente, relógios inteligentes, que representam em torno de 40% a 45% da produção nacional desses produtos.

Nós estamos, aqui; este é o mapa de onde a Eletros está, as nossas associadas estão, melhor dizendo. Temos um compromisso muito grande com o desenvolvimento econômico do país porque estamos em 51 municípios... Perdão, estamos com 51 indústrias em 28 municípios, em dez estados, de norte a sul do país. Então, esse é o reflexo da indústria eletroeletrônica no Brasil.

Temos uma função social importante, porque estamos dentro das casas de todos os brasileiros. Então, temos uma representatividade social não só na geração de emprego, no desenvolvimento econômico sustentável, mas principalmente porque estamos na casa de todos os brasileiros. E mexer com o setor eletroeletrônico é mexer diretamente com o dia a dia das pessoas.

Se nós tivermos qualquer mudança nessa regulamentação que encareça...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ JORGE DO NASCIMENTO JÚNIOR – ... o custo de produção, que encareça o ambiente econômico, a gente também vai ter um impacto direto, hoje, no dia a dia da população.

E, na conservação ambiental, temos aí, como eu acabei de falar, 20 indústrias associadas a Eletros instaladas na Zona Franca de Manaus que ajudam a preservar isso, provado cientificamente por estudos da Universidade Federal do Amazonas; a floresta do Amazonas é mantida em 95% em pé graças à Zona Franca de Manaus, e o nosso setor, por ser um dos mais relevantes, tem muito orgulho de ter esse compromisso ambiental.

Vamos entrar agora diretamente no que nós entendemos como importante e necessário para o Senado, Senador, fazer os ajustes para manter esse ambiente econômico próspero.

É importante entender que estamos falando aqui sobre Zona Franca de Manaus, mas muitas das nossas empresas entraram no Brasil a partir da Zona Franca. A partir de lá, elas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

buscaram outros estados para se replicar, montar outras unidades, mas muitas das empresas entraram no Brasil, optaram em tomar uma decisão de investimento no Brasil a partir da Zona Franca de Manaus. Então, é importante que a gente entenda que nós não estamos falando aqui de pura e simplesmente uma área isolada economicamente, que tenha ali um nicho de empresas que têm a oportunidade de ganhar dinheiro. Nós estamos falando, quando falamos de Zona Franca de Manaus – e é importante, eu ratifico isso daí –, que nós estamos olhando para modelo de desenvolvimento industrial nacional.

Nós não podemos ter uma visão de Zona Franca de Manaus olhando somente algo que beneficia a cidade de Manaus, o Estado do Amazonas ou a Região Norte. Nós estamos falando aqui de política industrial nacional. Isso foi identificado, Senador e colegas, como uma ameaça aos diferenciais.

Nós não queremos nada a mais do que já se tem hoje...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ JORGE DO NASCIMENTO JÚNIOR – ... garantido pela Constituição para a Zona Franca de Manaus. Contudo, o poder público brasileiro e este Congresso – e a sociedade também – não podem permitir que haja uma perda do que se tem hoje garantido pela Constituição, sob o risco de termos uma fuga de investimentos do Brasil e uma transferência de empregos do Brasil para outros países, como, por exemplo, o México, a China, o Vietnã, a Índia, que são os nossos concorrentes da Zona Franca de Manaus.

As pessoas pouco compreendem que a ameaça à Zona Franca de Manaus não são os estados brasileiros. A ameaça à Zona Franca de Manaus são os outros países, porque uma indústria, quando ela toma a decisão de sair da Zona Franca, dificilmente ela irá para outro estado; ela irá para outro país, porque nenhum ambiente neste país propicia condições para que a gente seja competitivo frente ao produto importado.

Então, nós identificamos aqui algumas ameaças...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ JORGE DO NASCIMENTO JÚNIOR – ... nada mais do que nós queremos, do que já temos hoje, mas é importante que se mantenha o que se tem hoje, para garantir esse ambiente próspero.

Um dos pontos que nós identificamos foi o crédito presumido de IBS e CBS relativo à indústria da Zona Franca de Manaus. Foi trazida pela Câmara dos Deputados a seguinte proposta: o crédito de IBS, na ordem de 55% de bens de consumo final; 75, capital; 90,25, intermediário; e 100% para bens de informática.

Nada aqui é novo. Isso daqui já existe hoje. Só tem uma coisa nova aqui: os 50... Nós nos focamos muito em bens de consumo final e bens de informática.

Ali em cima, 55% para bens de consumo final, há uma redução da vantagem comparativa. Essa é a inovação que prejudica a Zona Franca de Manaus. Muitos produtos hoje têm 100% e infelizmente a Câmara mandou para cá...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ JORGE DO NASCIMENTO JÚNIOR – ... com a proposta de 100% somente para bens de informática. É preciso que isso seja corrigido, mantendo a condição atual de 55% para 100%, mantendo a condição atual de 100%. Nada mais do que já se tem hoje. Isso é importante.

Seguindo mais para frente. E esses dois terços que estão sendo colocados também foi algo inusitado que nos pegou de surpresa. Nossa proposta: que se mantenham 55% para bens de final, que hoje já existe; 75% para os bens de capital, que hoje já existe; 90,25% para os intermediários, que hoje já existe, mais 100% de crédito estímulo para os produtos que em 31/12/2023 tenham esse incentivo. Ou seja, é manter a situação atual, nada mais, nada menos, é simplesmente a manutenção, sob o risco de, sem essa manutenção dos 100%...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ JORGE DO NASCIMENTO JÚNIOR – ... o produto nacional não ser competitivo e haver uma fuga de investimentos do Brasil. E aqui a gente não está blefando, a competição está cada vez mais acirrada, o mundo está muito competitivo. Se nós tivermos essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perda, o produto importado vai ficar muito mais interessante para o investidor, melhor ele importar do que ele fazer o investimento no Brasil.

Então essa é a nossa preocupação com o ponto de atenção em relação ao processo produtivo básico, que é contrapartida obrigatória da Zona Franca de Manaus. Nós não podemos fazer com que o PPB seja o atravancador. O Processo Produtivo Básico estabelecido por dois ministérios, o Ministério da Indústria e o Ministério de Ciência e Tecnologia, tem que ser um estimulador, não o atravancador, não o limitador de incentivo fiscal ou de viabilidade de negócio na Zona Franca de Manaus.

Por fim, para encerrar a nossa apresentação, nós trazemos três pontos também, Senador, de ameaça que são de fácil solução e de fácil ajuste. O primeiro deles traz o prazo de compensação dos créditos.

Está ali atrapalhando aquela... Se puder tirar, eu até agradeço. Obrigado.

Hoje a Câmara apresentou ao Senado uma proposta de que a utilização dos créditos presumidos deve ser de 180 dias. O que nós estamos pedindo é que seja ajustado, conforme a jurisprudência estabelece, o prazo de cinco anos, como é para todo o país, como é para todos os momentos e legislações. Por que 180 dias? Cinco anos é o momento adequado, é o período adequado para que isso seja feito. Então, nossa sugestão é que alterem de 180 dias para cinco anos para garantir a segurança jurídica e evitar possíveis litígios.

Compras governamentais. Aqui é um ponto importante também. O que acaba acontecendo? A regulamentação trazida pela Câmara tem como ponto principal para a manutenção das vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ JORGE DO NASCIMENTO JÚNIOR – ... a utilização do crédito presumido. Sem a garantia da utilização do crédito presumido, não há a vantagem comparativa garantida para a Zona Franca de Manaus. E o que nós estamos propondo aqui? Que nas compras governamentais, para que fique transparente, claro e seguro o uso do crédito estímulo, do crédito presumido, que o contribuinte estabelecido na Zona Franca de Manaus é que seja responsável pelo recolhimento do IBS e da CBS, e não o poder público, não o ente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federação que está comprando – município, estado e União –, sob o risco de, caso fique num ente desse, não ter a manutenção, o reconhecimento, a visualização do crédito presumido.

Então, o que a gente está propondo é pura e simplesmente dizer que o recolhimento vai ficar sob a responsabilidade do ente privado.

Para finalizar, a última sugestão – não é nem sugestão, é um pedido real que a gente faz para que tenha a manutenção das vantagens comparativas atuais da Zona Franca de Manaus – é o *split payment*, em que a gente pede uma maior visibilidade do valor estimado do crédito presumido oriundo das operações provenientes da Zona Franca de Manaus. O que é isso? Hoje, quando é feita a distribuição de todas as contribuições para Governo Federal, governo estadual e governo municipal, nós precisamos garantir que essa distribuição reconheça o crédito presumido da Zona Franca de Manaus. E o que a gente está solicitando aqui? O que a gente está sugerindo e pedindo com muita força? Que, no caso da Zona Franca de Manaus, o ideal é que não tivesse o *split payment*; havendo a necessidade dele, que pelo menos fique muito claro, que seja colocado numa regra, Senador, que fique transparente qual é o valor do crédito presumido, sob o risco de a União, o estado ou o município se apropriarem de forma indevida e não concederem esse crédito presumido.

Então, em alguns momentos, pode até parecer que isso daqui é algo que é preciosismo, que naturalmente isso vai rodar, mas não: precisamos estar consignado, registrado muito transparente na legislação o que é – o que é –, para que a gente não tenha depois qualquer dúvida, entendimentos subjetivos e até mesmo litígios na Justiça por conta de algum não entendimento.

Então, essa é a mensagem que a Eletros traz em nome das suas associadas. Temos um compromisso real com a Zona Franca de Manaus, como também com os outros dez estados em que estamos instalados. Como o foco desta reunião é a Zona Franca de Manaus, a ideia aqui é focar, por isso trouxemos isso. E, pensando no seguinte, eu faço um apelo aos demais Senadores dos outros estados que estão fora da Região Norte, que estão fora da Região Amazônica: a Zona Franca de Manaus tem uma relação comercial tremenda com todos os estados do Brasil. Só com o Estado de São Paulo, há uma relação comercial anual de R$11 bilhões. Sem a Zona Franca de Manaus, não teria essa comercialização. Isso se repete com o Rio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grande do Sul, com o Paraná, com Minas Gerais. Por isso que a gente ratifica: não olhem para a Zona Franca de Manaus como algo específico, regional, e sim para uma política industrial brasileira que deu certo e que precisa chegar a 2073 garantindo essa previsibilidade de segurança jurídica.

Muito obrigado a todos e agradeço a atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, José Jorge.

Gente, o José Jorge fez aqui uma palestra interessante, todo mundo já sabe sobre a Zona Franca. O que eu vou pedir para vocês, nas próximas exposições, é que a gente foque muito objetivamente na alteração que vocês propõem com relação ao texto da Câmara, com a justificativa bem objetiva, bem didática, que é o que interessa para nós.

Então, gostaria que vocês, porque nós temos 15 pessoas aqui para falar e a gente precisa encerrar 15 para meio-dia...

Então, eu vou passar a palavra... É importante as pessoas conhecerem a Zona Franca, mas eu acho que o Jorge conseguiu passar bem a importância disso aqui.

Vou passar imediatamente para o Edgard Vicente, que é o nosso Coordenador do Núcleo de Assessoria Legislativa do Sebrae Nacional.

O SR. EDGARD VICENTE FERNANDES JUNIOR (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Primeiramente, eu quero agradecer o convite. É uma honra para a gente poder participar deste debate.

Para nós do Sebrae é muito importante trazer essa discussão acerca do Simples Nacional na reforma tributária, porque é um grande regime tributário de importância extrema para os micro e pequenos empresários no Brasil, e nos envaidece muito poder participar deste debate aqui nesta Casa.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Serei breve, prometo. (*Risos.*)

É importante iniciar essa discussão definindo quem são os pequenos negócios no Brasil. Hoje nós somos 95% das empresas brasileiras, o que corresponde a aproximadamente 21 milhões de CNPJs. Em 2024, 61% dos novos empregos criados vieram dos pequenos negócios. Nós representamos 30% do PIB do país e somos responsáveis por beneficiar 86 milhões de brasileiros direta e indiretamente.

Por que eu estou falando isso? Porque o Simples é de extrema importância para a sobrevivência dessas empresas. Segundo essa pesquisa aqui que o Sebrae fez, Senador, 83% das empresas optantes pelo Simples sobrevivem aos dois primeiros anos, enquanto para as não optantes esse índice é de 38%. Então, isso demonstra que o Simples é preponderante na sobrevivência da empresa nos dois primeiros anos, que são os anos mais críticos do início do negócio.

Seguindo essa pesquisa, nós chegamos a ouvir os empresários, na verdade, sobre o que aconteceria se o Simples Nacional fosse excluído: 29% responderam que fechariam as portas; outros 20%, que iriam para a informalidade, ou seja, voltariam para a informalidade; e 18% reduziriam suas atividades para se adaptar ao novo sistema. Isso demonstra o quanto o Simples é importante na vida do micro e pequeno empresário no Brasil.

Vamos entrar agora, adiantando o tempo, nos impactos da reforma nos pequenos negócios. Nós do Sebrae entendemos que a reforma tributária é preponderantemente benéfica para os pequenos negócios. Nós entendemos que ela reduz a burocracia, simplifica a atividade do empresário, aumenta o PIB e a economia em geral, ou seja, melhora de forma geral a economia do nosso país. Temos ganhos de transparência, conformidade, redução da sonegação e fim da substituição tributária e Difal dentro do Simples, o que é um ganho substancial para a nossa categoria.

Como fica o Simples com relação à cadeia de produção? Por que eu digo isso? Porque hoje, pela forma como está na Constituição Federal, depois da Emenda Constitucional 132, a empresa do Simples vai ter que fazer planejamento tributário. Então, ela vai ter que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Deixar de ser do Simples.

O SR. EDGARD VICENTE FERNANDES JUNIOR – Não só deixar de ser do Simples, Senador. Na verdade, ela vai ter que fazer o planejamento tributário, identificar se ela está no início ou no meio da cadeia – e aí é mais vantajoso para ela pagar o IVA por fora e gerar crédito integral – ou se ela está no final da cadeia, vende direto para o consumidor final e recolhe o IVA por dentro do Simples. Nos casos de atividade híbrida, aí sim vai ter que fazer um trabalho melhor junto com o seu contabilista, Senador, que o senhor representa muito bem. Nós entendemos que, nesse papel, nessa figura do Simples hoje, o papel do contabilista vai ser de extrema importância.

Quais são os problemas do Simples hoje nessa reforma? É extremamente conhecido, todo mundo já sabe disto: nós temos um problema de competitividade do Simples. Segundo estudos nossos, os produtos dos optantes podem chegar até 30% mais caros do que os dos não optantes do Simples, mesmo pagando o tributo menor, porque ele paga um tributo menor e repassa um crédito menor.

Em termos de competitividade, o produto dele pode ser 30% mais caro do que o do não optante do Simples. E temos também a questão do custo de aquisição, porque a CBS, querendo ou não, vai vir com a alíquota maior do que PIS-Cofins hoje e os insumos vão ser maiores também para as empresas do Simples, principalmente do início de cadeia. Então, nós temos um dilema: recolher imposto menor e ser menos competitivo ou recolher imposto maior e ser mais competitivo.

Como fica também o tratamento diferenciado e favorecido para os pequenos negócios, que está na Constituição Federal? A solução que nós verificamos e estamos trabalhando com ela, Senador, é que o Simples Nacional vai ter que ser revisto por completo. Então nós do Sebrae já estamos providenciando...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Temos emendas, já?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDGARD VICENTE FERNANDES JUNIOR – Temos emendas. Não nesse sentido, porque, Senador, nós entendemos que teremos que trabalhar realmente a lei do Simples após a reforma, porque nós temos que saber o impacto disso para cada setor e comparar como vai ser o sistema fora do Simples de forma que ele seja vantajoso por dentro do Simples.

Então, nós já estamos contratando estudos, o Sebrae já está providenciando tudo isso de forma a criar um texto e trazer para esta Casa a discussão a respeito de um novo Simples Nacional, alguma coisa nesse sentido.

Com relação ao PLP 68, nós temos três pontos que gostaríamos de levantar aqui, sendo bem exíguos. A ideia principal é que a gente tem que estender ao Simples Nacional a alíquota zero da Cesta Básica Nacional de Alimentos, do IBS e CBS, porque hoje, no texto da Lei Complementar 123, tem uma remissão à questão da isenção, possível isenção de PIS-Cofins e ICMS – se não me engano – da Cesta Básica de Alimentos anterior. Então, se não tiver adaptação desse texto para a regra atual, as empresas do Simples não vão se beneficiar da alíquota zero do IBS e CBS que está na Constituição.

Segundo ponto: eliminar o sublimite obrigatório de R$3,6 milhões. Hoje, com essa nova sistemática,,,

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDGARD VICENTE FERNANDES JUNIOR – ... do recolhimento do IBS, nós entendemos que não é necessário o sublimite obrigatório de R$3,6 milhões; então, nós entendemos que isso pode ser elevado a R$4,8 milhões sem problema algum, e que vai auxiliar na competitividade das empresas do Simples, ajudando a mitigar aqueles problemas que demonstramos anteriormente.

E o terceiro e último ponto é incluir o MEI nos dispositivos relativos ao *cashback*, porque nós entendemos que com o *cashback*, principalmente para as pessoas que estão no CadÚnico, eles vão deixar de adquirir os seus insumos pelo CNPJ e vão começar a adquirir pelo CPF, para poder ter o *cashback*. Então, nós estamos pedindo que para esse ponto o MEI também seja incluído com relação ao IBS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então aqui já finalizei. Agradeço, Senador, mais uma vez por poder trazer essa discussão para esta Casa e estou à disposição aqui para maiores...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Edgard.

Vou passar imediatamente a palavra então ao José Clovis. Ah, o José não está aqui não.

Vou passar para o Roni Peterson Brito, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil.

O SR. RONI PETERSON BRITO (Para expor.) – Olá, bom dia a todos e a todas.

Quero agradecer à CAE pelo convite, na pessoa do Presidente Izalci, e também na pessoa dele cumprimentar todos os companheiros de mesa e todos os presentes, todos os que nos assistem *online*, e dizer que é uma satisfação estar aqui mais uma vez nesta Casa de democracia, de diálogo, e com esses temas que são tão relevantes: Simples Nacional e Zona Franca de Manaus.

Como é do conhecimento de todos, os projetos de lei complementar foram elaborados numa parceria talvez até inédita de produção entre a União, estados e municípios no Programa de Assessoramento Técnico da Reforma da Tributação, organizado pelo Ministério da Fazenda. Eu trabalhei nesses dois temas lá no programa, e realmente a gente enfrentou desafios enormes, como vocês têm já visualizado, porque, em relação ao Simples Nacional, nós tentamos com todas as nossas forças manter e ampliar até a competitividade do Simples Nacional.

Em termos de ampliação de competitividade do que foi proposto e do que permanece após os aprimoramentos que a Câmara dos Deputados fez ao texto, a gente pode salientar como aumento de competitividade do Simples Nacional a extinção da substituição tributária. Não é desprezível, é muito relevante, é muito grande o aumento de competitividade para as empresas do Simples em razão dessa eliminação, porque elas acabavam contribuindo indiretamente... Ou acabam, o sistema permanece. Então, isso precisa ser colocado na conta, porque é um valor muito alto, muito expressivo.

Também colocaria, apesar de ter alguma visão diferente, o mecanismo de creditamento para quem adquire do Simples como um mecanismo de competitividade, porque o que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

temos hoje é uma regra absolutamente diferente entre ICMS, que não permite o creditamento por quem adquire do Simples, e PIS-Cofins, que permite um creditamento integral. Então, o que nós fizemos foi uma harmonização na conta de chegada pelo crédito efetivo, que já é a diretriz de todo o sistema, de todo o projeto de lei: conceder o crédito exatamente no que foi pago. E, como a gente tinha uma discrepância absoluta entre PIS-Cofins e ICMS, esse sistema de creditamento pelo valor que foi pago – os cálculos nos disseram – era um sistema melhor até do que o que a gente tem hoje, considerando as projeções de alíquota, etc.

Não obstante, nós também permitimos às empresas do Simples apurarem a CBS e o IBS por fora somente quando isso interessa. Isso só será feito quando interessa. O cabeleireiro não fará isso; agora, aquele que está no meio de cadeia e fornece a uma indústria, fornece a um prestador de serviço, aquele que está numa cadeia muito mais profissionalizada e, portanto, é muito mais profissionalizado fará essa opção. O contador, como já foi dito aqui, é que vai dizer ou o próprio adquirente: "Olhe, é interessante que você apure por fora o IBS e a CBS para me gerar crédito presumido". Ele vai fazer a conta e vai chegar a uma constatação. Talvez apurar o IBS e a CBS com tudo que nós estamos tentando fazer seja mais simples do que apurar o Simples. Por quê? E aí não vale só para o Simples. Nossa tentativa – e os técnicos já estão trabalhando – é para que a única obrigação de um contribuinte de IBS e CBS do regime regular seja comprar com nota e emitir com nota. Quanto ao restante, o sistema, a própria Receita Federal e o Comitê Gestor vão mandar para ele, no final do mês, um documento pré-preenchido com todas as notas de saída emitidas e todas as notas de entrada. Tudo dá crédito, exceto o que o próprio contribuinte disser que não dá crédito ou aquelas hipóteses muito residuais, como fumo, bebidas alcoólicas – são cinco itens absolutamente residuais. Ou seja, a gente pode dizer que tudo dá crédito, ou seja, todas as notas de entrada; tudo tem débito, e é o próprio contribuinte que coloca na nota. É ele que diz: "Estou vendendo isso por tanto, e a alíquota é tanto". É o próprio contribuinte. Então, nós vamos mandar para ele o contraste entre os débitos das notas que ele emitiu e dos créditos das notas que ele recebeu como adquirente, ou seja, é muito simples.

Então, nós pensamos que a situação do Simples ficou bem equalizada, conquanto estejamos abertos a contribuir com esta Casa em eventuais aprimoramentos que se mostrem necessários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os itens que o colega traz têm obviamente fundamentos ontológicos, mas a gente precisa calcular, não é? Infelizmente, todos eles são caros; todos os que o colega colocou aqui são caros. Por exemplo: colocar cesta básica também com alíquota zero nas vendas para o Simples – eu não preciso calcular para saber que vai ser bastante relevante –, além de outros.

Então, nós estamos à disposição para contribuir com aprimoramentos que sejam necessários e que sejam possíveis. Eu acho que a gente pode aprofundar o diálogo. O Ministério da Fazenda e os grupos técnicos estão à disposição.

Quanto à Zona Franca de Manaus, nós também tivemos um outro desafio enorme, não é? Também foi um trabalho tripartite, que buscou um relativo consenso. Consenso não houve, mas sim uma relativa harmonização de ideias, e a gente tentou concretizar o que a Constituição chamou de diferencial competitivo. Então, como...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONI PETERSON BRITO – Mas ainda tem um minuto ali. Tocaram antes da hora. (*Risos.*)

Eu vou tentar não repassar, porque eu acho que todo mundo já conhece o texto muito bem. Vou comentar os itens principais que são trazidos ao debate – até o colega Jorge já trouxe alguns. E eu acho que a gente permanece também à disposição para aprimoramentos no texto.

Muitos dos comentários são de fácil resolução. Por exemplo: o tratamento do *split payment*. A gente, quando mandou o texto original, já pretendia no regulamento e já considerava necessário que o *split* considerasse os créditos presumidos que os vendedores da Zona Franca terão, porque a diretriz do *split* é: só segregue, só faça *split* do que for necessário, do débito a descoberto, aquele débito que não é coberto por créditos. A gente mandou isso no projeto de lei como uma opção, porque naquele momento a gente ainda estava prospectando a tecnologia para ter certeza de que dava para fazer. A gente sabia que dava, mas não sabia o prazo exato. Quando chegou à Câmara uma medida de garantia pró-contribuinte, ela falou: "se vire e faça o *split* inteligente", que é aquele que só vai segregar o valor a descoberto, o valor em que o contribuinte não tem créditos ou pagamentos já feitos para cobrir. E para nós é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

evidente que essa mesma lógica também tem que ser aplicada para quem está dentro da Zona Franca.

Em relação ao IPI, que também é muito discutido, qual foi a nossa lógica? O ajuste é fino – parece-me –; não ouvi discussões mais relevantes. Nós propusemos que, para aqueles produtos que são fabricados na Zona Franca atualmente e que têm uma alíquota de IPI...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONI PETERSON BRITO – Agora vou terminar, vou caminhar, sim.

... e que têm uma alíquota de IPI já fixada acima de 6,5%, mantém-se essa alíquota de IPI; para aqueles produtos que já têm produção na Zona Franca e contam com a alíquota, na Tipi atual, de menos – inferior a 6,5% –, a gente propôs zerar.

Qual foi o objetivo? Limpar a Tipi daqueles produtos que têm uma produção muito pouco significativa na Zona Franca, porque é fato, e a gente demonstra isso nas planilhas, que os produtos com produção significativa têm alíquotas maiores de IPI.

"Ah, essa alíquota de 6,5%, não quero discutir?". É um ajuste fino: estamos aqui exatamente para contribuir nesse debate de qual é esse ajuste fino e não nos furtamos a isso, de maneira alguma. O nosso objetivo é exatamente contribuir com dados, com números e com uma segunda visão.

E, por fim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONI PETERSON BRITO – ... por fim mesmo: sobre o prazo de 180 dias para ressarcimento dos créditos, nós propusemos achando – e de fato era – que era uma grande melhoria em relação ao que se tem hoje, porque, hoje, no sistema de crédito estímulo do ICMS, que é calculado sobre o valor devido, os créditos que entram na apuração são somente aqueles que vão para a apuração; ou seja, só se consideram os créditos que vão para a apuração. E nós dissemos mais: "Olha, mesmo que sobrem créditos, a gente vai dar um prazo para que você utilize esse crédito".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente propôs um prazo de 180 dias. Já percebemos que não foi bem aceito e estamos à disposição para trabalhar num prazo intermediário. Provavelmente, o de cinco anos é muito grande, lembrando que esses créditos presumidos existem unicamente para pagar o débito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONI PETERSON BRITO – Então nos parece que cinco anos é um prazo muito dilatado, mas, sobre um prazo intermediário, estamos à disposição para contribuir e construir.

Demais discussões são de âmbito de política industrial, e esta Casa é o lugar apropriado para fazer essa discussão.

Eu agradeço, mais uma vez, pelo convite e me coloco sempre à disposição para contribuir. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Roni.

Não é nem tema desta reunião, mas eu não poderia deixar de aproveitar a sua presença aqui, porque você trabalhou, parece que trabalhou bem...

Nós temos um grande gargalo nessa reforma, que é a questão dos créditos das empresas prestadoras de serviço, porque há previsão, na emenda constitucional, de encaminhar para esta Casa um projeto de lei sobre a questão da folha, da desoneração – não foi encaminhado, evidentemente.

Há alguma possibilidade de aproveitar crédito para essas empresas de prestação de serviço, como, por exemplo, empresas terceirizadas de mão de obra, etc.?

O SR. RONI PETERSON BRITO – O crédito da mão de obra, infelizmente, não condiz com o IVA. Ele não se adapta à metodologia de IVA, que é: "O que você pagou eu não te cobro de novo. Você tem crédito e você só paga sobre o valor que você adiciona, elo a elo". Esta é a lógica: quando eu contrato um funcionário, ele não paga IVA, portanto, eu não tenho crédito. Isso não significa que nós não tenhamos, já na Constituição e também no projeto de lei, tentado resolver os problemas de eventual carga. Por exemplo, os serviços que estão no meio de cadeia geram crédito integral, e na verdade é só uma troca de mãos. Imagine aqui... Vou pegar um dos casos limites, o *call center*, que só tem mão de obra e tecnologia, que é cada vez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mais relevante, não é? A gente tem visto aí esse movimento aí cada vez de maior intensificação de tecnologia. Nenhum de nós aqui, pessoa física, contrata um *call center*. Quem contrata um *call center* é uma outra empresa. Então, lá virá uma fatura: R$100 de prestação mais R$15. Vamos sonhar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sonhe, sonhe alto.

O SR. RONI PETERSON BRITO – Serão R$15 de IBS e... Não, vamos sempre sonhar, trabalhar com um sonho.

Então, R$15 de IBS e CBS. Qual é o crédito de quem contratou R$15? Qual foi o custo de contratar R$100? Se nós fizermos a análise econômica, é menor do que o custo hoje, porque hoje esse mesmo *call center* que presta o mesmo serviço por R$100... Vou colocar só PIS e Cofins, para ficar barato. Não, vamos encarecer: 5,5%, somando 3,65% de PIS e Cofins – vou botar pouco – e 2% de ISS, 5,5%. Qual seria o custo de quem o contrata? Seria de R$105,50, porque não há crédito hoje. E qual seria o custo no futuro? Seria de R$100, porque eu pago R$100 mais R$15 e tenho crédito de R$15.

Então, nós fizemos essa análise para todos os serviços. E a gente vê que alguns serviços já receberam tratamento favorecido na Constituição: saúde, educação...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, não, tudo bem, estou pensando lá na ponta. Tudo bem.

O SR. RONI PETERSON BRITO – Aqueles serviços que estão...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Aquele lá na ponta vai ter que aumentar de 5 para 15. O consumidor final lá, quem vai contratar a empresa...

O SR. RONI PETERSON BRITO – Dos serviços lá na ponta, a grande maioria, a maioria absoluta, está no Simples. Mas, assim, não é...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, não, eu digo o seguinte: o cara que contrata a empresa de *call center* vai ter que repassar no preço dele...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RONI PETERSON BRITO – Não vai porque ele teve crédito. Ele contratou por 100, teve 15 de tributo e teve crédito de 15, ou seja, qual foi o custo para contratar no futuro? Foi de 100, não tem nada para jogar no preço porque eu não tive custo. Tudo, absolutamente tudo, dá crédito.

Então, a nossa análise econômica.... A gente realmente fez lá, a partir da NBS, uma análise serviço a serviço, identificando aqueles em que poderia haver problema. Eles já foram tratados na própria Constituição e nós também trouxemos no PLP. Então, na nossa análise aqui ficou equacionada a situação dos serviços.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Terminada essa discussão, a gente vai conversar um pouquinho ali depois, tá?

Mas vamos lá. Vou passar a palavra, agora, ao José Clovis, que é o representante do CACB.

O SR. JOSÉ CLOVIS CABRERA (Para expor.) – Muito obrigado, bom dia.

Quero agradecer ao Senador Izalci Lucas pelo honroso convite e quero agradecer aos meus colegas de mesa.

Gostaria de pedir uma permissão ao senhor para cumprimentar o nosso Senador emérito Alfredo Cotait Neto, que é o Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, e também o Dr. Roberto Ordine, que é o Presidente da Associação Comercial de São Paulo. São as entidades que eu estou representando neste momento.

Bem, para ser bem breve e objetivo, nós trouxemos uma apresentação focada em dois grandes pontos do PLP 68, de 2024. O primeiro deles é o conceito acerca da não cumulatividade no Simples Nacional. O primeiro, que já foi enfatizado pelos colegas aqui, é que os optantes do Simples Nacional podem exercer a opção por apurar e recolher o IBS no regime normal. É uma faculdade que hoje inexiste. Então, pode ser lido como um avanço, sim, porque nós temos essa possibilidade de segmentar. Aquele contribuinte que tem interesse em transmitir créditos pode sair do Simples Nacional, parece mais compatível com empresários do meio da cadeia. No entanto, nós temos, na hipótese contrária, ou seja, na hipótese de se manter dentro do Simples Nacional, ele tem vedada a apropriação de créditos, portanto, o imposto que vem cobrado acaba sendo custo para ele, e ele não pode transferir valor integral para o adquirente do seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

produto, só pode transferir o montante equivalente ao recolhido dentro do tributo. Essa é a nossa regra.

E a gente vai demonstrar aqui que nós temos alguns efeitos em relação a isso que precisam ser bem avaliados. O primeiro deles é que hoje, para efeito de PIS-Cofins, quando um empresário do Simples Nacional, imaginemos uma pequena indústria, vende para um contribuinte do Simples Nacional, hoje é admitido o aproveitamento do crédito PIS-Cofins se esse adquirente for do regime não cumulativo do PIS-Cofins, normalmente as empresas do lucro real. Portanto, mesmo pagando os valores do Simples, o destinatário pode se apropriar do crédito de 9,25. No novo regime, os adquirentes somente poderão se apropriar da CBS, que é o substituto do PIS-Cofins – aqui o cálculo está segmentado pela CBS –, no valor pago pelo vendedor do Simples Nacional, no percentual de 63 centésimos. Então, é importante que nós enxerguemos essa questão e, por esse motivo, nós estamos solicitando a esta Casa a avaliação zelosa de três emendas que já foram apresentadas, entre aquelas mil e trezentas e poucas emendas que já foram apresentadas, três emendas que têm essa característica de tornar possível a análise desse assunto: a Emenda 606, a Emenda 1.042 e a Emenda 1.294. São três emendas que nós rogamos, em nome das nossas entidades, que sejam avaliadas com muito zelo por esta Casa.

Pois bem, um segundo grande problema que nós temos, esse, sim – o meu colega aqui, Edgard, representando o Sebrae, já chamou a atenção –, é o fato de que nós temos reduções de carga tributária no IBS e na CBS que não são aproveitáveis pelo Simples Nacional. E nós nos propusemos a trazer exemplos numéricos, para que todos conheçam exatamente o efeito disso. Então hoje, como funciona? A Lei Complementar 123 garante que as isenções e reduções de base de cálculo do ICMS ou do ISS, uma vez concedidas pelos estados ou pelos municípios, darão um desconto, uma redução proporcional, no valor a ser pago pelo Simples Nacional. Então, essas desonerações desses dois tributos, o estadual ICMS e o municipal ISS, contam com a extensão para o Simples Nacional. Um exemplo disso: imaginemos uma empresa que venda produtos hortifrutigranjeiros, que são isentos do ICMS, num faturamento de R$180 mil, na primeira faixa do Simples Nacional, para uma empresa do comércio. Ela pagaria R$7,2 mil ao ano e teria uma dedução proporcional relativa ao ICMS, já que aí não tem encargo do ISS, naturalmente, teria uma redução de 34% desse valor. Portanto, pagaria apenas R$4.752. Aqueles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R$2.448 seriam a redução relativa à isenção dos produtos hortifrutigranjeiros. Pois bem, como é que vai ficar no novo regime? As reduções de carga de IBS e CBS não serão aproveitadas pelo optante do Simples Nacional, ele vai ter que oferecer todo o seu faturamento à tributação. Então, nós sabemos, por exemplo, que no caso de IBS e CBS, nós temos uma redução de alíquota para zero no caso dos produtos hortifrutigranjeiros que estão lá na cesta básica.

Então, no mesmo exemplo anterior, essa carga final de 7,2 mil não tem qualquer redução, não tem essa previsão de maneira expressa. Já ouvi muitos comentários dizendo: "Podemos fazer por interpretação essa dedução". Não. Na verdade, a Lei Complementar 123 é expressa e precisa ter essa previsão caso se queira estender para as empresas do Simples Nacional essa redução.

Portanto, nós teremos – um contribuinte que estiver no regime normal do IBS e da CBS – uma redução a zero na comercialização de produtos da cesta básica. No entanto, na hipótese contrária, se ele ficar no Simples Nacional, não tem redução nenhuma, é zero. Essa é uma grande preocupação nossa. Pedimos, com muito cuidado, que esse assunto seja verificado, porque isso reduz necessariamente a condição de competitividade das empresas do Simples Nacional e a comparação com o regime atual.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CLOVIS CABRERA – É meu último eslaide.

Então, é apenas para dizer que, no caso das alíquotas reduzidas... E isso acontece também nas alíquotas zero, nas alíquotas com redução de 70% ou de 30%, perdão, nós temos isso.

E mais, também vamos ter esse mesmo episódio no caso da incidência monofásica de combustíveis. Imaginem vocês: nós temos uma incidência monofásica de combustíveis depois de ela ser tributada. Digamos que você tenha um posto de gasolina no Simples Nacional, ele vai ter a tributação novamente sobre o valor de faturamento. Não existe essa expressa previsão nas alterações da Lei Complementar 123, de 2006, no PLP 68, de 2024.

Portanto, nós entendemos que é fundamental que esta Casa enxergue essa realidade e traga solução para esses problemas. Lembrando que, no caso da incidência monofásica dos combustíveis...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CLOVIS CABRERA – ... é o último detalhe, nós temos uma previsão na Lei Complementar 123 para excluir a incidência, no caso, de ICMS. Portanto, isso não está também estendido para o IBS e para a CBS. É muito sério o que nós estamos falando aqui. É algo que não foi visto com a profundidade necessária até o momento e urge que nós olhemos essa realidade para mudar esse fato e dar amparo para as empresas e para o regime do Simples Nacional, que é um grande gerador de empregos e de empreendedorismo, como nós sabemos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Roni, quer fazer algum comentário já sobre isso? Porque eu acho que essas coisas são pontuais.

O SR. RONI PETERSON BRITO (Para expor.) – Sim, eu agradeço a oportunidade de comentar.

Quero dizer que nós sabemos da importância e consideramos ter dado ou até ampliado, como eu coloquei, a competitividade do Simples Nacional, sem prejuízo de eventuais aprimoramentos.

Especificamente nos pontos trazidos pelo Dr. José, me parece que não são necessários aprimoramentos. Parece que já está bom, porque eu anotei aqui todos. Não dá crédito... Essa presunção, esse cálculo presumido não dá crédito na entrada. E aí ele colocou: "Olha, mesmo tendo esse resíduo na entrada, só vai dar o crédito na outra ponta pelo valor pago". Vamos fazer o seguinte raciocínio: o Simples propõe exatamente ser presumido. Na entrada, não tem crédito e, na saída, eu tenho um débito presumido com base numa tabela. Obviamente, a empresa só está no Simples se o valor do débito presumido for menor do que o do débito que seria efetivo se ela estivesse fora, porque se o Simples estivesse prejudicando a empresa, ela sairia do Simples; se ela estivesse tendo mais créditos do que débitos, ela sairia do Simples. Ela só fica lá porque já é favorecida; o valor do débito presumido é menor do que os créditos, porque, se não fosse, ela sairia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que é que nós fizemos? Aquelas empresas que são a regra, cujo débito realmente já é favorecido, vão querer continuar no Simples e vão gerar o crédito por esse valor que pagaram. Para aquelas empresas que, ao fazerem a conta ou serem demandadas pelos adquirentes, perceberem que têm mais crédito do que o débito presumido, vale a pena apurar por fora. Sair do Simples para essas empresas, em relação ao IBS e à CBS, vai ser vantajoso porque elas vão calcular. Então, nos parece que é uma decorrência natural da presunção que tem implícita no Simples. Se estiver ruim dentro do Simples, elas vão querer sair.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONI PETERSON BRITO – O outro ponto: PIS-Cofins hoje dá crédito cheio, de 9,25, para quem compra do Simples Nacional. E a CBS não dará; dará pelo valor pago. Tem que somar com o ICMS, porque o ICMS não dá zero. Hoje o ICMS é zero de crédito para quem compra. Tem lá... Não, tem umas regras, tem, sim, já desde alguns anos que tem algumas hipóteses de um parágrafo que foi incluído, mas, assim, poderíamos tratar como regra. Não dá crédito, e agora vai dar crédito. Tem, sim, hipóteses específicas em que se permite o creditamento – pelo valor destacado no ICMS; não é pelo valor cheio. Então, considerando que o ICMS é maior do que a CBS no novo modelo, nos parece que está muito próximo da neutralidade, somado ao fim da substituição tributária, que nos parece que, em termos financeiros, fica equalizada.

E aí, por fim, para terminar, sobre as reduções de carga não se aplicarem ao Simples Nacional. Isso é uma característica do Simples que já é assim. Hoje, então, estou aqui com o artigo da substituição tributária.

Massas alimentícias, por exemplo, estão hoje na cesta básica de PIS-Cofins, alíquota zero. Não são desoneradas no Simples Nacional. Já é assim, é uma característica do Simples Nacional. E hoje, mais do que não ser desoneradas, têm substituição tributária de ICMS lá na indústria quando se fabrica.

Essa parte, pelo menos, a gente conseguiu resolver, da substituição tributária, e não está proposto resolver essa segunda, que é da desoneração. É uma discussão que esta Casa tem que fazer. Tem um custo muito alto, mas já é assim no sistema atual.

Só um *disclaimer*: no ICMS, para quem compra do Simples Nacional, em várias situações...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONI PETERSON BRITO – ... tem um parágrafo que dá crédito pelo valor pago – só para ficar registrado, porque eu tratei como se não desse sempre, mas tem várias situações em que se permite o crédito pelo valor pago no ICMS atual.

Obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Roni.

Só vou passar rapidamente para o Zé Clóvis, só para fazer a sua consideração rápida.

O SR. JOSÉ CLOVIS CABRERA (Para expor.) – É um comentário muito rápido e final.

Meus respeitos, Roni, pelo trabalho que está sendo feito pela Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, um trabalho exemplar, digno de aplausos.

Eu só comentaria o seguinte: o recolhimento do Simples Nacional, quando ele considera o valor a ser tributado, aquela alíquota que é aplicada sobre o valor, na verdade, está carregando uma tributação sobre o suposto valor adicionado, está certo? É em cima do faturamento final? Sim, mas é sobre o valor adicionado. Então, nós temos um resíduo aí que não está se garantindo passar para a frente.

Está certo também que isso consta lá na Constituição. Então, vocês estão sendo fiéis em trazer esse preceito para o PLP 68. No entanto, nós sabemos que, pela característica da PIS-Cofins, que é base contra base, não imposto contra imposto, por n motivos, a Receita Federal passou a aceitar o crédito integral da PIS-Cofins, provavelmente por conta dessa característica que têm esses dois tributos.

Mas nós sabemos aqui que nós estamos falando, então, de algo que realmente causa uma diferença representativa quando você olha o modelo atual e o novo modelo, e foi justamente nesse sentido que eu coloquei que esta Casa consiga olhar com muito carinho para essas três emendas que analisam esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Zé. Vamos olhar essas emendas com carinho aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, eu vou passar... Está conosco, virtualmente, o Thomaz...

Thomaz, seu microfone aí. A palavra está contigo.

Thomaz Afonso Queiroz Nogueira, Consultor Tributário. (*Pausa.*)

Está mudo.

O SR. THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA (*Por videoconferência.*) – Um momento, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

O SR. THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA (*Por videoconferência.*) – O senhor está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim, estamos ouvindo.

O SR. THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Ah... Com satisfação, nós compartilhamos uma apresentação, e eu gostaria que, se fosse possível, já fosse disponibilizada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está autorizada, Thomaz. Pode apresentar. Pode fazer.

O SR. THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA (*Por videoconferência.*) – A apresentação está com a assessoria. Seria possível apresentar daqui?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Dá para fazer daí? (*Pausa.*)

O.k. (*Pausa.*)

O SR. THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA (*Por videoconferência.*) – Estou aguardando aqui o sinal de que a apresentação está disponibilizada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Isso. Já está sendo disponibilizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O.k.

O SR. THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA (*Por videoconferência*.) – Muito bem.

De forma bastante objetiva, o nosso trabalho aqui é abordar alguns aspectos específicos da proposta que chegou ao Senado para a avaliação do Senado e para a sua definição, mas eu queria iniciar com esta foto – permita-me compartilhar.

Esta foto tem exatos 56 anos, completados ontem. Ela foi tirada dia 30 de setembro de 1968 e mostra, aqui, a visão daqueles que tiveram a coragem, a ousadia de começar este modelo, e está muito claro na faixa que diz que o distrito industrial de Manaus é marco de redenção da Amazônia Ocidental.

Eu diria que, hoje, a gente pode olhar para trás, fazer uma evolução positiva. Não se trata, agora, de tratar da viabilidade da Zona Franca de Manaus, mas, pelo contrário, da situação atual. Fica claro que a gente precisa cumprir o que falou a Constituição, porque, nesse caos climático que nós vivemos, nós estaríamos numa situação muito pior se o modelo do polo industrial de Manaus não tivesse criado essas condições de emprego e renda.

Bem, o desafio é manter este modelo de desenvolvimento econômico dentro dessa nova diversificação que traz a reforma tributária.

Pode passar para a frente.

O que nós vamos verificar hoje, então, é que as regras já estão estabelecidas no art. 92-B da Constituição Federal, e ali está que a Constituição manteve o modelo até 1973, e a reforma disse como é que se faz.

Quais são os pontos?

Por favor, pode avançar, para nós não perdermos tempo.

Os pontos são: manutenção do diferencial competitivo, com ou sem contrapartidas, em caráter geral e nos níveis estabelecidos pela legislação relativa aos tributos extintos. Vamos ver como é que isso se aplica concretamente em cada caso.

Por favor, pode avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As principais preocupações do Senado, e a gente vai direto a esse ponto. É o art. 440, que trata do tratamento fiscal na saída da produção da indústria; o art. 449, a oneração da CBS nas operações internas, e os dois artigos que tratam da "zeragem" do IPI, o art. 450 e o 466, além do art. 22, que trata das operações governamentais. Vamos ver cada um deles no seu caso.

Pode avançar, por favor, ao art. 440.

Mas para entender o que nós vamos falar do art. 440, eu gostaria de fazer algumas ponderações iniciais. Primeiro, assimetrias geradas pela reforma, no *status quo*, hoje, para onde nós vamos. E eu tenho aí dois pontos que eu tenho destacado no texto, que é a dança das alíquotas e a dinâmica produtiva dos diversos segmentos. Esse é o primeiro ponto. E no segundo ponto, o que nós devemos entender para esse art. 440, é a definição conceitual dos níveis por tipo de bem, e também cuidar das excepcionalidades que já foram referenciadas pelo Dr. Jorge Júnior e do seu tratamento.

Por favor, vamos para frente.

Como é que nós estamos falando dessas assimetrias, Srs. Senadores – e me desculpem aqui pela distância, não tive a justeza de saudar a todos e agradecer pela oportunidade de participar deste debate, faço-o agora, em atraso –, mas o ponto que é preciso absolutamente ser entendido é o que eu chamo de a dança das alíquotas. O que acontece? Esse é o primeiro impacto na competitividade da Zona Franca de Manaus. Por quê? A alíquota de saída da Zona Franca de Manaus de 98% nos seus produtos é de 12%. É sobre essa alíquota que calculam os benefícios fiscais da saída. A alíquota do ICMS importado hoje é igual à alíquota interna dos estados, que eu diria que é modal em torno de 18%.

Então vejam que hoje nós temos 12% na saída no Amazonas e 18% na alíquota interna dos estados ou no importado. Esse campo entre 12% e 18% é onde se realizam mais de 80% da comercialização dos produtos da Zona Franca de Manaus. O que vai acontecer na reforma? E eu estou sendo um pouco superficial, dado o tempo exíguo que nós temos. Em qualquer hipótese, seja na alíquota de 16,5% ou 17,7%, a alíquota para a Zona Franca de Manaus vai aumentar, nós vamos sair de uma alíquota de 12% para uma dessas alíquotas hipotéticas de 16,5% ou 17%. A alíquota para a Zona Franca, então, aumenta; e a da importação e a alíquota dos demais estados tem uma redução. Isto é o primeiro impacto, parece que a gente não tem sido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

considerado no desenho deste art. 440. Mas há um outro aspecto também, eu diria, propedêutico que nós precisamos discutir.

Pode avançar, por favor.

É o que eu chamo a... Bem, a isso aqui eu me referi há pouco, a esse conceito, então: no final, 75% para bens de capital – eu acho que nós pulamos uma, a gente vai fazer isso aqui –; 90,25% para bens intermediários e 100% para bens de informática.

Como já colocou o Dr. Jorge Júnior, até pela experiência que teve nessa realidade, esses são os níveis que hoje existem na lei estadual. E essa discussão foi travada na Câmara porque eles se aplicam no saldo apurado do imposto. Ela é este favor. Nas outras alíquotas que foram propostas – se bem que agora é matéria vencida –, eles não replicavam o favor fiscal que era dado, especialmente se nós considerarmos alíquotas de 100%, que fazem com que os contribuintes não paguem nada. Então, uma alíquota que era proposta menor, a alíquota que seria praticada, a alíquota do incentivo, ia fazer com que quem tem 100% pagasse algum tipo de imposto. Mas o mais importante aqui é reconhecer as leis excepcionalidades da lei local.

Volto a dizer, conforme tinha sido referido: nós temos situações em que foi majorado o benefício fiscal dada a condição de competitividade. Então, além do caráter geral dessas alíquotas, nós propusemos na Câmara e estamos propondo também que essas excepcionalidades sejam reconhecidas, no entanto – veja, Sr. Senador – esta excepcionalidade estava vinculada na lei local a condições de competitividade. O que é que nós estamos colocando para o debate? E eu acho que isso nem agrada de todo algumas das empresas e entidades de classe do Amazonas. Nós reconhecemos esses níveis de maior benefício fora do conceito do tipo de bem, mas que haja uma avaliação periódica das condições de competitividade. É o que nós estamos dizendo. E nós estamos propondo um prazo de até dez anos. Por quê? Porque isso não se enquadra exatamente nos tipos de bens, mas na atuação conjuntural e excepcional, maior perda de competitividade, e há uma série de bens disso. A gente trabalhou lá atrás na questão da recomposição da competitividade do ar-condicionado. É um *case* que a gente sempre lembra: o importado já tinha 54% do mercado nacional quando a produção nacional foi paralisada; aí, quando o estado e outras medidas foram alinhados a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

100%, nós retomamos a produção. Então, nós estamos defendendo que as excepcionalidades devem ser mantidas, mas sejam revistas a cada dez anos comprovadamente.

Um outro ponto muito importante é a oneração da CBS nas operações de terra.

Esse é o art. 449, que na verdade vai contra dois princípios básicos da reforma. A reforma foi feita e, no seu fundamento, no seu argumento, tem sobre a identificação do monumental contencioso que a situação atual construiu. E outro ponto é a neutralidade global da reforma. Isso aqui fere esses dois pontos, primeiro porque esta tributação não existe, mas é preciso que todos os Senadores entendam o que é que ocorreu. Na verdade, esta tributação foi desconstituída nos tribunais. Não é uma ou duas decisões, mas reiteradas decisões que levaram a própria Procuradoria da Fazenda Nacional recomendar, em textos próprios, em pareceres, a não contestação e a não imposição de recursos. Então, esta matéria está efetivamente pacificada. Eu não conheço uma empresa de médio ou grande porte no Amazonas que pague esta tributação hoje no PIS-Cofins. Então, isso é uma... Primeiro, essa é uma arrecadação que não existe e que fere o princípio da neutralidade – ela está sendo reintroduzida. Um segundo ponto é que isso vai gerar um contencioso no primeiro dia, obviamente, da publicação da reforma.

Eu tenho ouvido alguns argumentos no Governo Federal de que a CBS não é exatamente um sucedâneo do PIS e da Cofins. Bem, estão adotando isso agora para este. É preciso, então, que eles revejam toda a comunicação que foi adotada durante o período da reforma. Eu acho que isso é fundamental.

Bem, dado o limite, eu vou pedir para avançar para a próxima tela.

Ainda que seja superficial, nós estamos pensando em colocar essa coisa na mesa.

O art. 450, que foi referido pelo Roni, é aquele que zera o IPI para produtos com a alíquota inferior a 6,5% e, consequentemente, remetendo ao artigo anterior, do crédito para saída, consegue um crédito presumido de 6% da CBS. O primeiro ponto que eu tenho colocado é, na verdade – já concluo – até fazer isso, porque a regra da Constituição Federal determina que não haja alíquota zero de IPI para produtos na produção de Zona Franca de Manaus.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA (*Por videoconferência.*) – No entanto, admitindo que isso seja possível – eu só tenho mais dois pontos aqui e já concluo –, nós estamos dizendo que vamos zerar e dar esse tratamento fiscal tão somente para os que forem zerados pela via da lei complementar. E aí a gente gera duas situações – duas situações –: aqueles que hoje, na briga que nós vivemos com o IPI e na briga que esta bancada está tendo ainda de recompor na questão dos que estão com zero no passado ou no presente, mas também no futuro... Eu quero entender que, se é só por esta lei complementar, se eventualmente o Governo decidir que vai botar o produto novo numa alíquota de 3, 5% ou 4%, ele não vai ser zerado nem vai ter o tratamento fiscal diferenciado da CBS. É um casuísmo que gera uma distinção tributária insustentável.

O argumento que tem sido apresentado é de uma produção pequena e, na verdade, a gente precisa olhar o outro lado da moeda. Esta é uma produção que pode ser... E nós temos exemplo de produção que é crítica no processo evolutivo como sempre teve na Zona Franca de Manaus. Então, ela é pequena hoje, mas é crítica para o progresso do segmento. Outro aspecto é que exatamente ela é pequena também em outra produção, em uma produção menor, porque a proteção do IPI *vis-à-vis* a do importado é pequena e é pouca. Então, é por isso que nós não temos uma produção maior: porque a nossa proteção do IPI é pequena.

(*Soa a campainha.*)

O SR. THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA (*Por videoconferência.*) – Então, isso aqui é o ponto fundamental para nós colocarmos na mesa e fazermos a nossa avaliação. Próximo, por favor, para já concluir.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Para concluir, mestre.

O SR. THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA (*Por videoconferência.*) – Esse é o último ponto, Sr. Presidente.

A zeragem geral do IPI é de muito fácil solução. A questão aqui é o corte temporal. O que diz a regra? A regra diz que o que não for produzido até a data de 31 de dezembro e tal, essa coisa toda... O que acontece? Acontece que, no modelo Zona Franca de Manaus, depois de aprovado o projeto, o investidor tem até três anos para implementá-lo. Se nós vamos rodar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

normalmente até a implementação, vai acontecer de ter produtos aprovados... A administração pública brasileira, o poder público concede ao investidor um direito e aí a lei complementar não o reconhece.

Então, o que nós estamos propondo aqui, muito simplesmente, é dizer que aqueles que tiverem projetos aprovados também estarão com essa proteção, com essa regra. É uma questão de segurança jurídica e de direito público. O argumento: "Ah, vamos fazer a maquininha correr". Para isso, é preciso conhecer o processo sobre o qual se dá a aprovação de novos projetos econômicos, no quais, no mínimo – isso tem que ser trazido pelo Governo Federal –, o Governo tenha onze atentos, onze ministros bem atentos no Conselho da Suframa. Então, estou colocando de forma muito especial, muito rápida.

O próximo e último é muito rápido mesmo: compras governamentais. O importante é entender que o mecanismo adotado retira a competitividade da produção do polo industrial de Manaus. Por quê? Aí nós fomos quase como uma invenção de roda. Nas compras governamentais, o responsável pelo recolhimento do imposto é o próprio poder público. No entanto, o que se fez? Quando o poder público for a União, a alíquota dele é isenta do IBS, mas a alíquota dele se alarga até tomar as duas alíquotas e manter a mesma tributação. Quando for dos estados, é o inverso: tira-se a CBS, que aumenta. Em qualquer dessas circunstâncias, o benefício fiscal que é concedido na saída não se aplica. E quando se fizer isso, vai-se retirar o favor fiscal. Então esse é um ponto que não pode. Isto aí é absolutamente insustentável, mas é de fato solução. Tem diversos caminhos. Nós precisamos enfrentar.

Para concluir o próximo quadro, eu só queria dizer muito obrigado pela oportunidade de participar. E quero me colocar à disposição para qualquer debate que seja daí suscitado.

Muito obrigado pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Eu vou pedir ao Roni para ficar aqui na mesa e vou pedir aos demais para a gente fazer uma inversão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agradeço ao Jorge, ao Edgard, ao José Clovis, e convido aqui para compor a mesa a Ivone Assako, Auditora da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas. O pessoal do Amazonas precisa falar um pouquinho menos, eles estão falando muito. (*Risos.*)

O Heleno Torres, Professor Titular de Direito Financeiro da USP. (*Pausa.*)

E a Carla Pinheiro, Vice-Presidente de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos.

E já passo imediatamente para a Ivone fazer as suas considerações.

A SRA. IVONE ASSAKO MURAYAMA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Bom dia, Senador Izalci, na pessoa de quem cumprimento os demais membros da mesa. Bom dia aos ouvintes.

A minha apresentação em grande parte foi repetida já pelos demais membros. Então eu vou diretamente às críticas.

Vamos lá. (*Pausa.*)

Eu não vou repetir o art. 92-B, porque todos já repetiram, não é? Agora, o que eu gostaria de dizer é o seguinte: a indústria não basta dizer que quer se instalar na Zona Franca de Manaus. Primeiro, o requisito que está no PLP, já hoje existente, é que ela seja habilitada. Ser habilitada o que é? Tem que ter uma inscrição e tem que ter um projeto aprovado no CAS. O que é o CAS? É o Conselho de Administração da Suframa. E para a indústria ter um projeto aprovado, tem que observar o PPB. O que é o PPB? Processo Produtivo Básico. Também não vou entrar muito em detalhes, porque a maioria já é conhecedora, mas lá estão estabelecidas todas as etapas do processo produtivo que a indústria, para gozar dos incentivos da Zona Franca de Manaus, terá que cumprir.

Vou ser bem objetiva.

Eu trouxe o conceito de bem intermediário aqui, porque ele vai dirimir a embalagem. O que é o bem intermediário? É um produto industrializado destinado à incorporação de outro bem. Ocorre é que a embalagem... Sempre houve uma discussão se a embalagem era considerada um insumo ou um serviço. Então, nós temos, até hoje ainda, algumas discussões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a prefeitura: se a embalagem é considerada insumo ou prestação de serviços. E, com isso, isso aí fica dirimido, resolvido.

Bem final é... Se tem conceito de bem intermediário, deve ter o de bem final, mas é... Acho que não precisa de grandes explicações, não é?

Vamos lá, objetivando, Senador.

O que eu trouxe aqui, com esses quadros, é para dizer o seguinte: mais ou menos 80% dos incentivos da Zona Franca de Manaus foram contemplados pelo PLP 68.

Aqui, eu trouxe o primeiro quadro de aquisições internas de bens intermediários, como é que é com o ICMS hoje e como será com o IBS. No ICMS, nas aquisições internas, diferimento, observadas certas condições, ele acaba sendo convertido... Digamos assim, há uma isenção, uma dispensa da tributação. No IBS, é alíquota zero. Crédito presumido de regionalização é aquilo que você compra de insumos localmente para fabricação local de um outro produto. Então, o crédito presumido de regionalização na lei de incentivo é de 7%, e o crédito presumido por fora de 7,5% foi mantido no IBS.

E, agora, Roni, eu gostaria só de fazer um adendo à sua fala, porque a apropriação do crédito está limitada a seis meses. Você comentou há pouco que era em relação ao crédito presumido na saída. Há uma limitação também no PLP na entrada, de seis meses. Hoje, a nossa legislação não veda, ela observa o prazo decadencial, razão pela qual sugerimos também a observância desse prazo decadencial. Você sabe – e todos acompanham pelos jornais – que com essa seca os insumos não estão chegando. Como isso já era previsto, as indústrias se anteciparam, compraram antes. Então, obviamente, esse prazo vai ser ultrapassado. O Roni já sabe disso, isso já foi comentado.

Eu gostaria só de – eu tinha esquecido – fazer um esclarecimento. Senador, eu não sou auditora da Secretaria de estado da Fazenda desde 2019; sou aposentada. Servi por 30 anos com muita honra ao estado, mas já sou aposentada desde 2019.

Outro ponto que não foi comentado e que eu entendo que deve ser previsto é que o crédito presumido – está dito aqui – não se aplica ao retorno do encomendante. Isso eu acho que também já foi falado para o Roni. Mas o que ocorre? Quando você remete um insumo para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

industrialização localmente, ele retorna. Hoje como é a regra? Vai com suspensão, retorna com suspensão. E o valor agregado àquele produto que foi remetido para industrialização, nós entendemos que ele faz jus também – é um pleito que a gente faz – a que o crédito presumido seja aplicado nessa operação. É só em cima do valor adicionado. Porque hoje, se eu remeto um insumo que custa R$100, vai a R$100 com suspensão. Hoje essa figura não é mais suspensão – não é, Roni? –; é alíquota zero. Ele vai sem tributação, com R$100, e retorna sem tributação, com R$100. Todavia, quando eu remeto para industrialização, há um valor agregado, há um valor adicionado àquele produto. E esse valor adicionado eu entendo que também deve fruir desse crédito presumido de regionalização.

Aquisição de material industrializado de origem nacional. Hoje o dispositivo que nós aplicamos é o Convênio 65/88, um Convênio ICM que foi aplicado no Confaz, que diz o seguinte: a remessa de mercadorias industrializadas de origem nacional para a Zona Franca de Manaus é isenta dos ICMS. Por exemplo: um estado do Sul e do Sudeste, ao remeter o produto industrializado como insumo para a Zona Franca de Manaus – industrialização ou consumo também, ou comercialização –, vem com isenção, e aplica-se um crédito, concede-se um crédito presumido de 7,12%, como está aqui. E no IBS isso foi mantido. Esse crédito de 7,5% e 13,5% é só porque é por fora – um é por dentro, outro é por fora; faz-se um cálculo. Aí também cabe uma consideração em relação à apropriação do crédito, que está limitado também a seis meses. A proposta é que seja concedido um prazo decadencial. Muito embora a Receita Federal já tenha dito que é muito alto, seria mais adequado, digamos, já que é para manter o mesmo nível de incentivo, ser concedido o prazo decadencial.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IVONE ASSAKO MURAYAMA – Já?

Importação de bem material do exterior. Hoje a regra..

Volta.

Eu não estou entrando na tributação federal, mesmo porque o Roni está aqui. E foi mantida a mesma carga tributária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao ICMS, a regra é: é tributado. Hoje a alíquota interna no Estado do Amazonas é 20%. É tributado; gera um crédito. No IBS é uma suspensão, convertida em isenção caso se tenham cumprido todos os requisitos para a industrialização na Zona Franca de Manaus. Isso é uma coisa boa – eu vou entrar mais adiante na questão dos 100%.

Vamos lá.

Venda interna de bem intermediário – basicamente é aquele item 1. Uma indústria que fabrica bem intermediário, no ICMS, ao vender para uma outra indústria...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IVONE ASSAKO MURAYAMA – ... de bem final para industrialização: diferimento; crédito presumido de regionalização. E esse incentivo foi mantido também no IBS: alíquota zero, ou seja, mesma carga; e crédito presumido de 7,5% porque é por fora. PIS-Cofins, mantida também.

Exportação. Não há muito o que se falar. Foi mantida a imunidade nas vendas para o exterior.

Estou correndo.

O fornecimento de bem material em operação interestadual. Esse é o ponto que todos estão comentando, batendo, porque, hoje, no ICMS, a alíquota é de 12% – a alíquota interestadual é de 12% – e tem um crédito de estímulo, que na nova roupagem do PLP 68 se chama crédito presumido, que é de 55%, 75%, 90,25% e 100%. Eu até coloco: são 55% em bens de consumo final; 75% em bens de capital, alimentos, matéria-prima regional e pescado industrializado; 90,25% em bens intermediários; 100% em bens de informática e tecnologia e nos produtos que têm problema de competitividade. Então, nesses casos, eles estão enquadrados ou nos 55% ou nos 75%, ou – 90,25%, não, que é bem intermediário – têm o seu crédito estímulo elevado para 100%.

Eu sempre digo, aliás, o seguinte: enquanto eu estava na Secretaria de Fazenda, fazia muito estudo de competitividade, e o que se percebia nesse estudo de competitividade é que o problema não estava nem tanto na guerra fiscal. Há, sim, o problema de guerra fiscal, mas nem tanto na guerra fiscal. O problema, que, aliás, continua, é concorrência com produto com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

insumo importado, principalmente dos países da Ásia. Então, o produto chega bem mais em conta na Zona Franca de Manaus. Ainda que se pague um frete lá da China até chegar à Zona Franca de Manaus, ele chega, ele entra, a um custo menor.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IVONE ASSAKO MURAYAMA – Então, e no IBS, como ficou? Alíquota: não existe mais alíquota interestadual. Coloquei aqui uma alíquota hipotética de 18% – um crédito presumido de dois terços de 18% dá 12%, ou seja, em tese, foi mantida a mesma carga tributária. O que o Jorge Júnior até comentou, agora há pouco, é que vai haver um desembolso financeiro para as nossas indústrias. Hoje, quem tem 100%, por exemplo, não paga ICMS importação. Com os dois terços, a indústria que tem 100% vai pagar o de 12% para 18%, ou seja, não vai pagar, mas vai ter um desembolso, mais adiante, de um diferencial de seis pontos percentuais – não é nem desembolso, é um diferencial de carga.

Vamos lá.

Então, há as dúvidas, aqui.

Quem fará o enquadramento dos bens na faixa de crédito presumido? Isso tem que ser definido, porque não ficou claro no PLP, não está claro, no PLP quem fará esse enquadramento. Ora, se é bem final... Se aquele produto pneumático é bem final, é bem intermediário ou os dois.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IVONE ASSAKO MURAYAMA – Bens de capital, por exemplo: hoje, alguns produtos que estão enquadrados como 55% na TEC (Tarifa Externa comum), – Federal, da Receita – estão enquadrados como BK, como bens de capital. Isso está omisso no PLP 68.

Sobre a metodologia diferente da CBS, cuja incidência é sobre o faturamento, na realidade, é o seguinte: a Câmara optou por e aprovou o incentivo sobre o valor apurado – débito menos crédito. A incidência da CBS é sobre o faturamento. Então, o que acontece aqui: a Receita Federal... Eu até gostaria de saber, depois, como o Roni está pensando, se tem uma solução ou ainda não – ainda está em estudo, não é? –, porque ela deixa de ser um espelho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como será aplicado o *split payment* às indústrias da Zona Franca de Manaus? Isso, mais ou menos, já foi dito. O Jorge Júnior até tocou nesse assunto. E o que eu acabei de comentar do pneumático...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IVONE ASSAKO MURAYAMA – ... quando um produto foi enquadrado em duas categorias. Como se dará a apropriação dos créditos e insumos? Já que isso é comum, o nível de incentivo será diferente: um 90,25%, o BK, ou 75% ou 55%. Esses são os pontos que deverão ser esclarecidos num PLP ou no seu regulamento.

Aqui: adicional de crédito estímulo de 100%. Qual é a sugestão? Hoje, como funciona? O produto que está enquadrado com 55%, 75% ou 90,25%, poderá ter elevado esse incentivo para 100%, mas com uma condição de que apresente um estudo de competitividade a cada três anos para verificar se aquele problema que deu origem à elevação desse incentivo continua existente.

A sugestão é a de que, já que a lei complementar tem essa avaliação quinquenal – que não se aplica à Zona Franca de Manaus, que fique bem claro –, que fosse aplicada àqueles aqueles produtos que, porventura, necessitem de elevação para 100%. E a gente sabe que tem e a concorrência continua afirmando que...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IVONE ASSAKO MURAYAMA – ... são os produtos de origem estrangeira.

Então, a alíquota do IPI já foi comentada. Eu só vou passar, porque o Dr. Thomaz já levantou a problemática. Na realidade, só tem uma coisa aqui que é em relação ao produto que será zerado, porque eu vou reafirmar o que o Thomaz falou. O produto que for zerado, que tenha sido industrializado em 2023... Nós sabemos que o projeto aprovado em 2023 poderá ser implantado até 2026, porque, segundo as informações da Suframa é o seguinte: tem dois anos para implantar, prorrogável por mais um ano. É claro que se você tem um projeto aprovado, você não consegue montar uma indústria em pouco tempo. Então, a nossa sugestão é: projeto aprovado em 2023, se não for implantado em três anos, vai caducar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, eu ainda tenho uma dúvida aqui, que ficou, mas é para o Roni. Como é que ficam os créditos do IPI, de bens intermediários, quando fornecidos para aquela indústria que é contribuinte do IPI, quer dizer, que tem uma alíquota do IPI, localizada fora do estado, diante da decisão do STF? Isso não ficou claro para mim.

Em suma, gente, eu cumpri o prazo. O Bem sem Similar Nacional eu nem vou citar, porque o Thomaz já comentou. Só um erro de remissão ali, mas o.k.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Ivone.

Vou passar direto, agora, ao Heleno Torres, que eu tenho certeza de que vai cumprir certinho o tempo. É que eu tenho uma palestra e um debate, daqui a pouco, sobre reforma tributária, ao meio-dia, no almoço, e eu preciso sair um pouquinho antes.

O SR. HELENO TORRES (Para expor.) – Excelentíssimo Sr. Senador Izalci, é uma satisfação retornar a esta Casa para esse debate sobre a reforma tributária. Creio que, hoje, nós temos um dos temas mais representativos dessa reforma, representativos com relação à força do Congresso Nacional. Na versão inicial da PEC 45, havia uma exclusão da Zona Franca de Manaus, dos seus incentivos, em relação à continuidade desse tratamento especial conferido à Zona Franca de Manaus. E foi exatamente a força do Parlamento que recuperou a dignidade da Zona Franca de Manaus e estabeleceu, especialmente com a Emenda Constitucional 132, aquilo que está no art. 92-B, hoje, da Constituição, para exigir continuidade e manutenção do diferencial competitivo da Zona Franca de Manaus, mas não só, também a garantia da continuidade de níveis equivalentes de carga tributária para as empresas que estão ali situadas. Então, isso é muito importante que se diga, porque, de fato, a manutenção desse diferencial competitivo depende de uma avaliação sobre os impactos trazidos pelo PLP 68, que pretende justamente instituir, que institui o IBS e a CBS, porém, a meu ver, em algumas passagens, cria óbices à continuidade desse diferencial competitivo e os níveis equivalentes de tributação que antes possuía.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu farei apenas quatro observações, porque todas as demais já foram aqui fartamente tratadas pelos que me antecederam. Aliás, quero cumprimentar a qualidade de todas as exposições.

A primeira delas me parece muito sensível, e eu retomo esse tema, que é a questão das operações internas. O Supremo Tribunal Federal, já em reiteradas decisões, reconheceu o afastamento das incidências tributárias nessas operações. O que nós estamos vendo aqui é justamente o art. 449, destacando que as operações com bens e serviços ocorridos dentro da Zona Franca de Manaus ou destinadas à referida área, inclusive exportações que não estejam contempladas, e aí vem os dispostos nos artigos anteriores, sujeitos à incidência do IBS e da CBS, com base nas demais regras previstas nessa lei complementar. A mim me parece que isso seja um retrocesso que mereça amplo debate aqui na Casa e uma revisão com relação à continuidade dos níveis equivalentes de tributação que se conhece hoje, em que, obviamente, não se tem a tributação.

Outro aspecto também que salta aos olhos é o parágrafo único desse art. 447, que diz que o direito de utilização dos créditos presumidos de que trata o referido artigo extingue-se após seis meses, contado o primeiro dia do mês subsequente daquele em que ocorrer sua apropriação. Eu já mencionei isso quando esse projeto esteve em tramitação na Câmara de Deputados. Essa redução a seis meses é algo absurdamente desnecessário, não há justificativa para esse tipo de limitação. É claro que os créditos presumidos recebem uma limitação por esse PLP, relativamente à compensação com outros créditos pertinentes apenas ao IBS, à CBS, com o que concordo integralmente, no art. 448, ressalvando justamente a compensação, afastando com outros tributos ressarcimento em dinheiro, que, portanto, só serão utilizados por compensação. Não tenho nada contra isso. Agora, redução a seis meses, meu querido Roni, eu sei que você é uma voz aqui da nossa Sert, eu recomendaria uma reavaliação sobre isso. Não há justificativa para esse tipo de restrição.

O outro ponto, e aí sim uma questão mais fulcral no tema material, versa sobre os produtos intermediários. Os produtos intermediários são extremamente sensíveis. Vejam bem, uma coisa são produtos intermediários destinados a operações internas na Zona Franca de Manaus. Esses estão abrangidos por alíquota zero, estão tratados igualmente, com crédito presumido, respeita-se o crédito, inclusive, da operação anterior. Porém, o art. 445, ao final,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

destaca: desde que a entrega ou a disponibilidade dos bens ocorra dentro da referida área, assim, vai limitando o direito de crédito para os bens intermediários para basicamente deixar não digo proibido, porque não aparece em nenhum momento essa vedação, mas não há clareza sobre a sua utilização naquelas hipóteses em que o produto intermediário seja aplicado justamente em produtos fora da Zona Franca de Manaus.

Ora, isso desqualifica aquela função de diferencial competitivo, porque muitas vezes esses produtos intermediários são a base justamente de transformação da indústria nacional, de outros componentes, de produtos finais, e eu falo aqui em placas eletrônicas, componentes eletrônicos vários, diversos outros aspectos, mas também de um que é sensível – e eu sei que há uma discussão muito grande com relação à Receita Federal sobre essa questão –, que é em relação àqueles bens que são empregados quando se trata das posições de bebidas açucaradas, dos extratos concentrados na posição 22.02 da NCM.

Nesse caso aqui, eu queria ressaltar que, também, no Supremo Tribunal Federal, no Tema 322, de repercussão geral...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELENO TORRES – ... foi decidido que há um direito de creditamento de IPI na entrada de insumos, matéria-prima, material de embalagens adquiridas junto à Zona Franca de Manaus, considerada a previsão de incentivos regionais constantes do art. 43, §2º, III, da Constituição, combinado com o comando do art. 40 do ADCT. Vejam que o Supremo Tribunal Federal não vai a outros dispositivos – e esses estão mantidos, Senador, estes não foram revogados. Ou seja, a fundamentação utilizada, empregada pelo Supremo Tribunal Federal, para o direito de creditamento, nessa hipótese, está mantida. Ora, há um subterfúgio de que o crédito presumido aqui seria de IPI e, portanto, para certas bebidas, como as bebidas açucaradas, por estarem submetidas ao Imposto Seletivo, então, esse direito pereceria. Entretanto, o PLP trabalha com o crédito presumido justamente do IBS e da CBS nessas hipóteses para assegurar justamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELENO TORRES – ... esse conjunto de benefícios dos produtos intermediários nessa escala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por esse motivo, olhando para o federalismo cooperativo que a Constituição estabelece e preocupado, seguramente, com a manutenção desse diferencial competitivo e também com os níveis equivalentes de tributação, eu tenho absoluta convicção de que essa matéria é uma matéria que merece ser examinada de forma mais adequada para dar precisão aos dispositivos que aqui estão, no texto do PLP 68, de modo a assegurar a possibilidade de creditamento pelo adquirente de insumos na Zona Franca de Manaus, ainda que não seja contribuinte de IPI, por uma mera ficção jurídica, no sentido de transformar alguém que seria contribuinte natural de IPI em não contribuinte, pelo simples fato de estar submetido a um Imposto Seletivo que tem uma função extrafiscal em relação a essas bebidas, de tal sorte que esse tipo de discriminação em relação ao seletivo é perfeitamente aceitável quanto às questões de saúde e de meio ambiente, mas absolutamente inadmissível quando se trata de cerceamento de direito de crédito presumido em relação a hipóteses que são tão caras à continuidade do diferencial competitivo da Zona Franca de Manaus.

Agradeço, Senador, pela oportunidade. Eram essas as minhas considerações para o aprimoramento do PLP 68.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Dr. Heleno.

Passo imediatamente à Sra. Carla Pinheiro, Vice-Presidente de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos.

A SRA. CARLA PINHEIRO (Para expor.) – Bom dia! Obrigada pelo convite, Senador. Vou ser breve, vou cumprir aqui com os dez minutos, prometo.

O IBGM é o Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos. A gente representa toda a cadeia produtiva do setor, passando por joias em ouro, prata, bijuterias, gemas coradas e todos os metais preciosos. Dando uma pequena contextualizada no setor, como a imensa maioria dos setores produtivos brasileiros, a gente tem uma predominância de micro e pequenas empresas, o que, às vezes, soa um pouco estranho, porque, quando se fala de joias, se imaginam grandes empresas, mas essa não é a realidade industrial do nosso país. A gente conta aí com 90% de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

empresas que estão hoje no Simples. Tem uma alta densidade de valor e baixa barreira de entrada; isso nos proporciona uma concorrência desleal gigantesca, principalmente com produtos asiáticos, com contrabando, com importações subfaturadas. A gente tem um produto que tem um alto valor agregado e é extremamente portável, o que o leva a uma sensibilidade muito particular em relação à carga tributária.

Baixo investimento necessário em infraestrutura. A gente não precisa de grandes estradas, rodovias ou ferrovias para escoar a produção, o que facilitaria muito que a gente fosse o potencial exportador desse produto.

A composição é basicamente ouro, prata e gemas. É um produto de alta liquidez, como todos sabem. O ouro, principalmente, é um ativo financeiro com cotação internacional.

Estamos localizados, principalmente os grandes polos, em São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas, Santa Catarina e Rio de Janeiro. Temos 2.235 empresas, indústrias, sendo que temos apenas oito em Manaus. Dessas oito em Manaus, cinco basicamente são efetivamente produtivas e uma em grande escala. Em empregos, na indústria, temos 19.359 empregos diretos e, em Manaus, 970, que é 0,5% desses empregos.

Os dados aqui, não vou passar aqui, que são dados de produção industrial, os dados da transformação industrial, 2,2 bilhões; receita líquida de vendas, 3,8 bilhões, que é 0,11% da indústria de transformação, ou seja, uma representatividade ainda muito baixa para um país tão rico mineralmente como o nosso.

Eu fiz questão de trazer este gráfico porque ele mostra realmente a falta da competitividade da produção brasileira. Eu costumo falar aqui, Professor e Senador, que a gente continua vivendo, no Brasil, o Brasil Colônia. Nós somos um grande exportador de *commodities* mineral, nós somos grandes exportadores de ouro sem sequer a primeira etapa de industrialização ou de refino. A gente exporta o *bullion*, o bruto, sem nenhuma agregação de valor, assim como também as nossas gemas coradas.

A gente tem aquele ponto de inflexão e a gente vê que, efetivamente, a gente descolou muito essa boca, a gente tem importado cada vez mais, e isso são dados oficiais – se a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pegar os dados oficiosos, acho que todo mundo aqui ficaria muito impressionado. E a exportação também é pequena e nos mostra que a gente tem uma grande potencialidade.

O Brasil tem uma vocação muito grande para a indústria joalheira, que é uma indústria importante em diversos países mundo afora.

Nós temos aí, nessa exportação, que 90% dessa exportação é de bruto...

Quando eu digo que a gente tem esse problema da exportação do bruto, principalmente no ouro, do *bullion*, a gente não consegue nem aferir o teor, porque ele não faz a primeira etapa de industrialização, que seria o refino, pelo qual a gente, pelo menos, teria a certeza de que a gente está exportando aí um ouro "999", fazendo com que as nossas divisas ficassem equilibradas e transparentes.

Partindo direto para as sugestões de emendas, o que já foi também imensamente discutido aqui, uma emenda que eu acho que é bem convergente com tudo que foi falado aqui é a da alteração da data de corte, de 31 de dezembro de 2023 para 31 de dezembro de 2025, em que daria tempo não só para outras PPPs entrarem no corte, como também o setor se organizar e conseguir provar, tecnicamente, por que ele deveria ficar nesse corte com alíquota aí de 6,5%, partindo a ter um IPI zerado em janeiro de 2027.

A segunda redação já foi proposta em algumas emendas, é uma redação proposta fazendo um corte em cima da produção efetiva, ou seja, para aquelas empresas que tiverem uma concentração de 10% ou menos da produção nacional na Zona Franca de Manaus, os seus setores teriam o seu IPI reduzido a zero, o que é muito coerente, porque a gente vê que o setor de joias é um setor em que mais de 95% da produção não é na Zona Franca de Manaus, mas nos estados. A gente estaria afetando essa produção mais ainda e criando, realmente, uma grande falta de competitividade nos estados, prejudicando toda a cadeia e, principalmente... Eu acho que é importante a gente falar, porque se pode perguntar "por que você está preocupada, se todo mundo está no Simples e o Simples não paga IPI?", mas eu acho que tem algumas considerações.

Primeiro, é a capacidade de formalização do setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Simples, hoje, acaba sendo um grande impeditivo e acaba encolhendo as empresas e reduzindo-as, muito entre aspas, à "mediocridade" do Simples, porque, se elas saírem do Simples, é praticamente um suicídio fiscal: elas não conseguem se manter. E hoje, com o grama do ouro a R$480, é só fazer uma conta: uma pequena indústria familiar, com quatro pessoas da família trabalhando, produz facilmente, por mês, 1kg de ouro, que são R$480 mil de matéria-prima.

Então, nisso a gente vê que uma pequena empresa desenquadra facilmente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CARLA PINHEIRO – É, tem que criar vários CNPJs, o que acaba sendo a artimanha que todo mundo acaba fazendo, mas não é esse o interesse.

E, além disso, a gente impede também que os grandes *players* financiem as pequenas empresas, porque, como você acaba impedindo a industrialização por encomenda, porque senão você encarrega o IPI para o varejo, você não consegue fazer com que grandes *players* comprem de pequenas empresas, mandando para lá, sim, a sua matéria-prima, o ouro, o diamante e apenas agregando valor nessa pequena indústria que está distribuída por todo o nosso país.

Então essa seria mais uma das sugestões de emenda.

Então, justificando, ficando dentro do meu tempo, eu acho que é muito... Eu não vejo outro setor que tenha uma situação tão particular na Zona Franca de Manaus como o nosso, tão pulverizada, com uma fabricação mínima na Zona Franca, na qual o grande *player* que está lá produz para ele mesmo, então ele não é um produtor que abastece o mercado, não é exportador, tampouco exportador. A adequação dos prazos também para a realização de projetos vocacionados para a Zona Franca de Manaus, como, por exemplo, seriam os *clusters* de biojoias, que é um investimento que a gente pretende fazer, a gente acredita que tem muito mais liga, ficando dentro do setor, liga com a Zona Franca de Manaus, que seria a indústria de biojoias. Aumentar a competitividade da indústria nacional, destravando esse potencial exportador. Na verdade, a gente tem grandes *designers* reconhecidos internacionalmente que são premiados. Muito se fala da nossa joia, ela tem bossa, nós temos toda a matéria-prima no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso solo, mas a gente não consegue ser um exportador de joias acabadas, agregando valor e distribuindo riqueza e renda no nosso país.

Com isso, eu encerro a minha fala. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, gente.

Bem, nós temos aqui mais dois, quatro, seis, sete expositores. Eu preciso encerrar quinze para meio-dia, então, eu gostaria de pedir que todos ficassem no tempo de sete minutos, para que a gente pudesse concluir esta audiência pública.

Bem, eu vou passar... Eu vou agradecer a presença e vou pedir ao Roni para continuar aqui com a gente. E depois vou convidar aqui o Mário Sérgio, que é o nosso Superintendente de Economia da CNI. Podem aplaudi-lo também, não tem problema. (*Palmas.*)

O Fellipe Matos, que é do Conselho Federal de Contabilidade, contador, meu colega, e a Sarina Sasaki Manata, Assessora Jurídica da Fecomercio-SP. (*Palmas.*)

E já vou passar logo a palavra aqui para o Mário Sérgio, para já ir fazendo a sua exposição.

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES (Para expor.) – Bom dia! Bom dia a todos; bom dia, Senador. Obrigado pela oportunidade. Vou ser o mais rápido possível.

Eu acho, Senador, que o título dessa minha apresentação foi de um congresso de direito tributário de eu participei em Gramado, há duas semanas. A pessoa deu esse título lá e eu achei excelente, porque o IVA... e aqui os nossos IVAs – IBS e CBS – são impostos de cadeia de produção. Qualquer avaliação do IVA que for feita fora da cadeia vai estar errada. Se eu fizer só da empresa para a frente, se eu fizer avaliação só da empresa, se eu não olhar a cadeia, a conclusão vai ser errada. E é isso que tem acontecido muito, eu vou mostrar aqui com alguns números.

Eu vou passar isso aqui. Desculpem o tamanho, mas eu poderia, e aí eu vou...

Esse é o gráfico que resume toda a minha apresentação, Senador. O que está colocado ali? Aqueles 21,7% que vocês estão vendo é um estudo que nós fizemos, CNI e LCA, tentando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estimar qual seria a alíquota dos nossos dois IVAs se todo mundo pagasse igual, se não tivesse nenhuma exceção. Então nós encontramos 21,7%.

E, nesses 21,7%, nós admitimos o seguinte: pessoal do Simples, cada um fica onde está, todo mundo lá dentro do Simples. Aí nós começamos. Então, vamos ver o que acontece se o pessoal do Simples, que é do meio da cadeia, resolve usar a opção de pagar o IBS e a CBS fora do Simples, com débito e crédito – fica lá dentro, pagando Imposto de Renda, previdência, ISS, CSLL, e sai para pagar o IBS por débito e crédito. O que acontece com a alíquota de 21,7%? Vai para 23,8%. Então, lá na ponta, em vez de pagar 21,7%, todo mundo iria pagar 23,8%, ou seja, a alíquota sobe. Por que sobe? Porque o Simples é uma fonte de cumulatividade. Existe arrecadação... O Roni aqui... A Receita Federal e os estados recebem dinheiro quando a tributação chega na empresa do Simples, porque ela não se credita. Então, o que o fornecedor pagou vai lá para eles e ninguém tem crédito daquilo. Então, entra dinheiro. Dali para frente, ele ainda paga mais um pouquinho, e a vida continua. Se ele sai do Simples para pagar por débito e crédito, acaba essa arrecadação no meio da cadeia. Tem que arrecadar tudo lá na ponta. Então, a alíquota lá na ponta sobe de 21,7% para 23,8%. Então, aqui já está provado o seguinte: as empresas do meio de cadeia do Simples não têm desoneração nenhuma, elas são oneradas pelo sistema.

E, continuando o nosso estudo lá, então, agora vamos pensar o seguinte: se as empresas do Simples, de que o senhor deu até alguns exemplos que nós tivemos aqui, que vendem para o consumidor final também resolvem: "Vou sair do Simples, vou lá para o débito e crédito", o que acontece com a alíquota lá na ponta? Ela cai de 23,8% para 22,7%. Por quê? Porque ali, sim, na ponta, ficar dentro do Simples significa pagar menos. Então, se ela sai e vai pagar mais, os demais vão pagar menos, porque a ideia é arrecadar a mesma coisa.

Então, aqui já dá a conclusão – e é igual ao que o Edgard já colocou aqui e o Roni –: empresas do Simples do meio da cadeia vão usar a opção e vão pagar IBS e CBS por débito e crédito; as do fim da cadeia vão ficar dentro do Simples, com exceção. Aí, se eu tiver uma horta ou se eu tiver uma granja, aquela sugestão, Senador, que veio aqui não faz sentido, me desculpe. Pense o senhor... O senhor é contador, e eu tenho certeza de que o senhor iria dar o conselho certo para o seu cliente. Vamos pensar que eu tenho uma granja. A alíquota é zero... O Prof. Heleno Torres também ia dar – não sei se a granja ia conseguir pagar o cachê – a solução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certa. Então, pense, Professor: o senhor tem uma granja, ovo é alíquota zero, certo? Com uma pequena granja, estou dentro do Simples. Então, me deram a opção de, dentro do Simples, zerar a alíquota de IBS e CBS. Opa, que bom, não é? Então, vou ficar dentro do Simples e pago IBS e CBS zerados, mas também não tomo crédito de nada. O Prof. Heleno Torres e o contador – ex-contador, não é? – Izalci iam falar...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Estou Senador, mas sou contador.

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – Contador. Então, o contador Izalci iria falar: "Meu amigo, sai do Simples, apura IBS e CBS por débito e crédito, que o teu débito vai ser [quanto, Professor?] zero", não é? Ovo é zero. E ainda tomo o crédito para trás. Então, por que eu vou ficar dentro do Simples? Ah, é zero, mas não tomam crédito todas as empresas.

Então, aquela opção que foi sugerida não faz o menor sentido. Para quem é zero, vai ficar fora mesmo. A melhor opção é sair.

O meu tempo está acabando aqui, mas eu queria só colocar essa análise na cadeia. Eu fiz umas contas, vou deixar aqui a apresentação, mas não vou ter tempo para mostrar todas.

No primeiro ponto, gente, vamos lembrar uma coisa. Quando é que o famoso crédito presumido de PIS-Cofins aparece hoje? É numa situação específica. É a empresa do Simples, no caso aqui que nós estamos tratando, vendendo para uma empresa do PIS-Cofins não cumulativo. Aí, sim, surge o crédito presumido. Agora, em diversas outras situações, o que acontece com a empresa do Simples é desaparecer toda a tributação para trás, não é, Professor? Então, se eu sou do Simples e estou vendendo para uma empresa do PIS-Cofins cumulativo, eu suportei tributo nas compras, eu paguei mais um pouquinho dentro do Simples e meu cliente não toma crédito nenhum. E por aí vai, eu não vou me estender aqui. O fato é que, se é uma empresa do Simples vendendo para outra empresa do Simples, não surge crédito nenhum.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – Mas o fato é que existe esse famoso crédito presumido. E aí tem esse fetiche do crédito presumido. Por quê? Porque, na cadeia... Primeiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse número, 74% das empresas do Simples estão lá no fim da cadeia, certo? No fim da cadeia, eu acho que não tem...

Eita, será que já travaram aqui a minha... (*Pausa.*)

Eu vou falando para não atrasar aqui o Senador. Vamos lá. Infelizmente não está... Veja se consegue passar aí enquanto eu vou colocando.

No fim da cadeia, tirando aquelas empresas de que eu já falei – a granja – de alíquota zero, ela vai pedir para sair, vai apurar para o débito e crédito, como eu já falei aqui. Eventualmente, se tem uma alíquota reduzida, pode ser que valha também a pena, não é? Tem que se fazer a conta. Agora, as demais empresas de alíquotas normais vão ficar dentro do Simples. Se eu tenho uma lavanderia que é do Simples...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – ... eu vou ficar lá dentro porque eu não tenho a redução de alíquota. Agora, infelizmente...

Não vou conseguir? (*Pausa.*)

Ah, caiu. Então, é o seguinte... Infelizmente essa conta era muito importante, mas vai ficar para a próxima.

O que acontece com as empresas de meio de cadeia? As análises, o que eu tinha trazido aqui, mostram o seguinte: mesmo no caso das empresas que, quando surge atualmente o crédito presumido do PIS-Cofins, na comparação da competitividade da empresa do Simples no modelo de hoje com o modelo da reforma quando a reforma estiver plenamente em vigor, a competitividade da empresa do Simples melhora com a reforma do que é hoje, mesmo com o crédito presumido. Por quê? Era o que eu tinha mostrado ali. As análises se esquecem de olhar para trás, só olham da empresa do Simples para frente.

Eu acho que a Carla colocou aqui um ponto muito importante que a gente tem que lembrar: "Ah, não, mas sair do Simples para apurar débito e crédito?". É um suicídio tributário hoje, mas nós fizemos uma reforma tributária. E o Roni lembrou aqui um ponto muito importante: a declaração vai ser pré-assistida. "Ah, isso é impossível!" Não, o Chile já faz. Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faz? No Imposto de Renda, nós temos. Não temos, Professor? Então, é possível, a empresa vai receber, não vai ser suicídio tributário, não vai ser complexo como é hoje.

Ela vai receber, ela vai ter essa opção. E aí, ao sair do Simples e transferir crédito e apurar crédito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – ... o custo da empresa do Simples de meio de cadeia para o seu comprador – que é o que interessa – se torna menor.

O Roni deu aqui um exemplo muito importante, aqui do setor de serviço. Hoje, se eu quero 100 pelo meu serviço e eu pago 5,5 de imposto, eu custo 105,5. Estou aqui ratificando o que o Roni colocou, que é a ideia da minha apresentação ali. Agora, eu vou pagar 28%, ele falou 15%, mas vai ser 28%. Então, eu vou para 128, meu preço vai subir. É uma tragédia? Não. Meu preço vai subir, mas o meu cliente vai pegar aqueles 28% de volta, não é, Professor? Então, eu vou custar 100. Hoje eu custo 105,50 e vou custar 100. Então, este é um ponto: as empresas do Simples vão estar em uma situação melhor.

Para não dizer que não temos o que fazer... E aí eu estou aqui com o Edgard também, acho que a gente deveria aprimorar, não fazendo no PLP 68, mas fazer lá na Lei Complementar 123, que trata dos Simples. Duas coisas. Primeiro, não faz sentido, estou com ele.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – Já que IBS e CBS são idênticos, como é que nós vamos manter dois limites diferentes? Para CBS é 4,8, para IBS é 3,6? Então eu estou onde, aqui nesse negócio, se eu estou dentro dessa faixa? Vamos arrumar isso na Lei Complementar 123.

E outro ponto em que a gente precisa pensar: lá na 123 se apura débito e crédito normal. Agora, um valor, um desconto no valor a pagar apurado... Pela empresa que saiu, foi apurado débito e crédito. Fazer lá na lei complementar do Simples um desconto no valor a pagar; apura e dá um benefício para a empresa do Simples pagar menos e não mexer na sistemática de débito e crédito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E lembrando, para finalizar, que não tem mais substituição tributária. Esse é um ponto, Senador – eu falei aqui da outra vez que vim –, em que nós contamos aí com o senhor. Existe uma pressão para voltar com a substituição tributária, nós não devemos voltar com a substituição tributária. Tem *split payment*, tem vinculação do crédito efetivo pagamento, os instrumentos agora são outros. E o *default*, porque hoje, quem é do Simples... "Ah, eu só pago o Simples?". Não, você tem que pagar também o *default* e é uma complicação danada.

Então, acho que esses pontos também são outros que trazem vantagens para as empresas do Simples.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado gente.

Olha, nós temos cinco e eu só tenho 35 minutos.

Fellipe Matos.

Veja se a gente consegue reduzir o máximo possível.

O SR. FELLIPE MATOS GUERRA (Para expor.) – Bom dia a todos!

Gostaria de inicialmente cumprimentar e agradecer ao Senador Izalci por mais uma vez permitir a participação aqui nas discussões da regulamentação da reforma tributária, representando a classe contábil brasileira.

Bom, eu trouxe uma apresentação, mas está sem, não é? Tudo bem, tranquilo. Eu vou somente utilizar aqui o celular para poder nortear um pouco os parâmetros que eu iria esclarecer com vocês, está?

A primeira coisa que eu queria pontuar, pessoal, e que eu acho interessante deixar isso endereçado, é que desde o ano passado, quando se discutia a PEC 45, uma frase eu escuto com muita frequência, que é a seguinte: "Nós não mexemos com o Simples Nacional. O Simples Nacional permanecerá como estava". Como se isso fosse muita vantagem para as micro e pequenas empresas, quando, na realidade, conhecendo como elas vivenciam o seu dia a dia, nós sabemos que o Simples é bastante complexo. As empresas possuem muitas obrigações acessórias, além da própria apuração do Simples Nacional. Alguns estados exigem DeSTDA,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguns outros exigem Sped Fiscal ou até mesmo Dief. Empresas do Simples pagam Difal por fora, pagam ICMS por substituição tributária. Tem lá a questão dos produtos monofásicos, produtos de ICMS-ST. Existe uma série de regras e complicações que poderiam ter sido enfrentadas agora na discussão da reforma tributária que simplesmente foi deixada de lado com a proposta de que a empresa do Simples avalie seu cenário: se vale a pena permanecer, permanece, pagando por dentro; se não, paga por fora. E o contexto não é bem esse. Eu ouvi aqui hoje que, se você fez cálculo e não vale a pena, saia do Simples, mas não é assim. A realidade da micro e pequena empresa é que ela opta pelo Simples por conta de uma conjuntura de fatores. Ela não tem infraestrutura tecnológica, ela não tem infraestrutura de pessoal, ela não tem muitas vezes maturidade de processos. E ela sair do Simples, não só levando em consideração o custo tributário, pode, sim, representar o fechamento de um negócio. Então, isso deve, sim, ser considerado.

Nós temos hoje dados do mapa da própria Secretaria de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte de 2023. São mais de 20 milhões de empresas no Brasil. Dessas 93,5% são micro e pequenas empresas. Há 11 milhões de MEIs ativos. E algo que também precisa deixar estabelecido é que a própria Constituição estabelece que é necessário dar um tratamento diferenciado, favorecido no que tange aos aspectos tributários para as micro e pequenas empresas.

Existe, sim, preocupação no que diz respeito à competitividade das micro e pequenas empresas, à competitividade comercial, não só no que diz respeito à questão do crédito de PIS-Cofins, que já foi bem pontuado aqui, mas também a como hoje já é influenciada essa competitividade, quando eu estou dentro do Simples, suportando o custo tributário da entrada e não tendo direito a créditos. Isso já acontece hoje. E, com a majoração das alíquotas em virtude da substituição dos tributos, será um custo tributário ainda maior.

Nós temos também a questão do aumento do custo de *compliance* tributário. A gente fala – eu já participei de outras audiências e sempre se fala – sobre escrituração pré-preenchida, *split payment*, o quanto isso vai facilitar a vida do cidadão, mas nós não vimos ainda nada disso na prática. Não existe nenhuma homologação. Existem muitas promessas de que esse sistema funcionará muito bem, mas eu repito a fala que eu disse no mês anterior, quando participei aqui: agora mesmo, neste mês, nós enfrentamos três dias do sistema e-CAC, que é o serviço de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

atendimento ao contribuinte, inoperante – inoperante –, um sistema que é importantíssimo no dia a dia do profissional e das empresas.

Nós temos também uma preocupação com a questão da desidratação do Simples Nacional. Ele é mantido, mas as circunstâncias são tão desfavoráveis que não vale mais a pena optar, além de todos os demais contextos relacionados ao cumprimento das obrigações.

Eu ia demonstrar um cálculo prático aqui, mas infelizmente nós não temos apresentação. Somente para ilustrar, eu vou trazer os números aqui para vocês verem como é que é a questão do creditamento de quem adquire produtos de empresas optantes pelo Simples. Vamos imaginar o seguinte, pessoal. Nós temos uma empresa optante pelo Simples Nacional que vendeu R$1 mil de mercadorias. Dentro desse valor de R$1 mil, ela vai pagar os seus tributos dentro do Simples Nacional. Vamos supor que ali dentro tem ICMS R$5 e PIS-Cofins de R$7 só para fins de exemplo. Se esse adquirente for uma empresa tributada pelo lucro real, ela vai tomar crédito dos R$ 5 de ICMS, que foi o montante pago dentro do Simples, e vai tomar um crédito de R$92,5 de PIS-Cofins, que são os 9,25% relacionados à alíquota de PIS e Cofins – 1,65% de PIS e 7,6% de Cofins. Pois bem, se nós substituirmos o ICMS pelo IBS e a CBS pelo PIS e a Cofins, essa empresa passaria a tomar de crédito somente R$12. Nós saímos de R$92,5 para R$12, ou seja, há uma redução de R$85,5. Como a gente pode achar que isso não traz impacto para a empresa do Simples? Traz um impacto significativo. E para trás ela já pagou o custo na entrada e não tomou crédito. Então, é importante...

A planilha aceita tudo, mas a vida real é muito prática. Quando a empresa do Simples Nacional fechar as suas portas porque não consegue suportar esse custo tributário, porque não consegue investir em tecnologia, porque infelizmente ela não tem o Prof. Heleno lhe dando consultoria, não tem outros grandes tributaristas para ajudá-la a suportar todo esse custo tributário, o que nós vamos acabar vendo é um desestímulo à permanência das micro e pequenas empresas e à continuidade delas no ambiente de negócios.

E quando se pensa em recolher por fora? Quando a gente pensa em recolher por fora, a empresa do Simples optou por, então, pagar IBS e CBS por fora do Simples para manter a sua competitividade. Cadê o tratamento tributário diferenciado e favorecido para mim como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pequena empresa? Porque ela vai ter um modelo semelhante ao dos demais contribuintes. Então, a solução fácil pode não ser a melhor para o nosso ambiente de negócios.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELLIPE MATOS GUERRA – Nós não podemos enxergar o Simples Nacional como uma figura isolada; nós precisamos entender que ele se correlaciona com todas as etapas da cadeia econômica, como já foi bem mencionado. E, em todos os cálculos que nós fizemos nos grupos de trabalho do Conselho Federal de Contabilidade, nós medimos o impacto que existe na cadeia econômica para o Simples Nacional; em todos eles. Até porque, pelos anexos do PLP 68, se você optar pelo Simples e recolher IBS e CBS por dentro do Simples, você permanece pagando o que está hoje – mas, repito, isso não significa que já é correto e adequado, que não poderia ter sido revisado –; em qualquer outro cenário, há um aumento da carga. Então, é importante deixar isso endereçado.

Contribuições. Nós temos que repensar como ficará essa possibilidade de crédito presumido nas operações com os não optantes pelo Simples; nós temos que pensar como ficarão as obrigações acessórias para que a empresa do Simples Nacional não tenha o mesmo encargo tributário das demais empresas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELLIPE MATOS GUERRA – ... e também precisamos buscar essa questão da diminuição das multas excessivas, pesadas, cobradas principalmente das micro e pequenas empresas, em virtude dos seus recursos ainda mais limitados.

E finalizo, Senador, dizendo que nós estamos diante, mais uma vez, de uma oportunidade de modernização do nosso sistema tributário, não apenas com foco na arrecadação, mas pensando no ambiente de negócios. Precisamos pensar nas micro e pequenas empresas, que, segundo matéria do próprio Sebrae, é responsável por 80% dos empregos formais do nosso país, o que é um número, do ponto de vista social, muito considerável, e acredito que nós não podemos simplesmente trabalhar com a planilha sem levar em consideração o ambiente de negócios.

Era isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu agradecimento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Fellipe.

Peço à Sarina, ao Tiago e ao Rodolfo para também sintetizarem o máximo, porque eu tenho que encerrar daqui a 30 minutos.

Sarina, por favor.

A SRA. SARINA SASAKI MANATA (Para expor.) – Bom dia a todos. Eu gostaria de, primeiro, agradecer ao Senador Izalci pelo convite e a esta Comissão por estar realizando este debate e ter escolhido este tema: Simples Nacional.

Enquanto aqui a gente está pensando no Simples Nacional, para ele não perder competitividade na reforma tributária, a gente lê notícias no jornal falando que o Ministério do Planejamento quer reestruturar o Simples Nacional justamente para equilibrar contas.

Será que a gente precisaria, será que o Governo deveria restringir o Simples Nacional para equilibrar as contas ou ele deveria reestruturar as suas contas públicas? A federação, há muito tempo, defende que o Governo deveria fazer – a gente deveria estar debatendo – uma reforma administrativa. Primeiro é conter essa ânsia arrecadatória e não aumentar a carga tributária.

Então, causa preocupação, Senador. A gente, aqui... A todo momento se fala: "Não, não vamos restringir o Simples Nacional. Nesta reforma tributária está garantido o tratamento diferenciado e favorecido, assegurado na Constituição" – como meu colega bem tratou, no art. 179, que não foi alterado – mas a todo tempo o que a gente vê é, sim, o sistema diferenciado e favorecido sendo tolhido. E aqui falo em nome da Fecomercio do Estado de São Paulo, que não representa apenas comércio, representa também prestação de serviços e turismo, e a grande maioria das empresas optantes do Simples é do setor de serviços.

Registro aqui a presença, também, do nosso Presidente do Conselho de Serviços, Luis Cesar Bigonha, porque, justamente, o setor de serviços será o mais impactado nessa reforma tributária e também no Simples Nacional, já que a grande maioria dessas empresas optantes é do setor de serviços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todas as empresas do Simples Nacional serão impactadas? Não, serão impactadas aquelas que estiverem no meio da cadeia. Especificamente falando do setor que aqui representa a Fecomercio, está o comércio atacadista, mas, essencialmente, o setor de serviços. Eu tinha trazido alguns dados, mas vai ficar disponível a apresentação. A Fecomercio representa quase 2 milhões de empresas, 137 sindicatos, é responsável por 10% do PIB brasileiro, por geração de quase 10 milhões de empregos. Então, a gente fala aqui, em nome de todo esse setor, realmente preocupado com o impacto do Simples Nacional.

Então, a gente tem que separar: empresas que vendem para o consumidor final que estão no Simples Nacional, não é delas que a gente está falando; a gente está falando de empresas que estão no meio da cadeia, que, no entender da Fecomercio, serão impactadas, sim, pela reforma tributária.

Como o meu colega... Não vou explicar, já foi falado bastante, mas a gente vai ter opções. O Simples Nacional: ou elas se mantêm integralmente dentro do Simples Nacional, e, falando dessas empresas que estão no meio da cadeia, sim, elas podem perder competitividade; ou a segunda escolha que elas têm, que nos parece também desastrosa, é elas excluírem os novos tributos, o IBS e a CBS, e terem um grande aumento da carga tributária.

Eu trouxe um exemplo aqui – não vou poder passar, mas eu quero falar pelo menos de alguns números. Eu trouxe um exemplo com relação a um setor de serviço, que é tributado no Anexo III, por exemplo, da contabilidade: numa micro e pequena empresa que fatura cerca de R$25 mil por mês, ela tem uma alíquota nominal de 11,20%, alíquota efetiva de 8,8%. Então, nessa situação, quanto ela pagaria de Simples Nacional? R$2 mil. E transferiria de crédito quanto? Ela vai transferir o crédito proporcional ao IBS e à CBS que ela paga dentro desse regime único, que, nesse nosso exemplo, é R$991.

Então, vamos supor que ela está no meio da cadeia, ela não conseguiu negociar preço e ela vai precisar excluir o IBS e a CBS do Simples Nacional. Qual é a consequência para ela? Bem desastrosa, viu, Senador? Então, ela mantém o Simples Nacional praticamente para pagar o imposto de renda, contribuição social e a contribuição previdenciária patronal, e o IBS e a CBS ela paga como regime normal. Será que a gente está garantindo realmente o tratamento diferenciado, favorecendo a situação? Porque ela vai ter que cumprir as obrigações do Simples

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nacional e desse regime de todas as empresas grandes, inclusive. Então, nessa simulação de uma micro e pequena empresa que fatura R$25 mil, quanto ela pagaria? De R$2 mil, na situação integral do Simples Nacional, passaria a pagar R$6 mil para transferir o crédito integral. A gente está falando de um aumento de 228%. Aqui a gente considerou, nessa simulação – como o setor de serviço quase não tem créditos –, despesas com alugueis, insumos e despesas com consumo de cerca de 20%, que é o que a gente tem, em média, de uma empresa. Por quê? Porque justamente a maior despesa de uma empresa do setor de serviço é folha de salário, como a gente já debateu. Folha de salário não gera crédito. Então, o setor de serviço realmente é o setor mais impactado.

Eu trouxe outro exemplo aqui de uma empresa de pequeno porte, tributada no anexo 4. Quem está, por exemplo? O setor de limpeza, de conservação, está nesse anexo 4. Nesse exemplo, ela fatura cerca de R$100 mil e paga de Simples, então...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SARINA SASAKI MANATA – ... cerca de R$10 mil. Transfere de crédito, dentro do IBS-CBS – o que ela recolhe dentro – cerca de R$6 mil. Nesse mesmo exemplo, se ela optar em excluir o IBS e a CBS vai passar... Ela paga R$10 mil. No Simples Nacional, ela paga um total de R$26 mil. Então, a gente vai ter um aumento da carga tributária de R$146.

Qual é a proposta da Fecomércio, aqui para finalizar, que já foi abraçada por alguns Senadores? É a possibilidade de transferir crédito. O que a gente busca é manter pelo menos a situação atual que a gente tem. Se a gente, hoje, com relação a PIS e Cofins, transfere crédito integral, por que pelo menos não garantir que com relação à CBS seja mantida essa regra atual? A gente considera essa questão extremamente relevante para garantir a competitividade dessas empresas. A gente já tem emendas nesse sentido: a Emenda 606, do Senador Beto Martins, e a 1.042, do Senador Irajá.

Outra proposta para pelo menos garantir essa competitividade seria, então, transferir o crédito integral do que essa empresa do Simples paga na guia dela. Ela não tem o regime único?

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SARINA SASAKI MANATA – E a gente não está falando de tributo pago? Então, uma alternativa também seria transferir o total pago por essa micro e pequena empresa. A gente já tem emendas nesse sentido: a Emenda 284.627, do Senador Mecias de Jesus, e a Emenda 76, do Senador Alan Rick. A gente tem o texto. Vou entregar aqui para o Senador Izalci as propostas de emenda relacionadas a essas emendas já apresentadas e a proposta da Fecomércio.

Espero que esta Comissão tenha a sensibilidade de resguardar os direitos das micro e pequenas.

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Olha, eu vou propor, inclusive... Amanhã nós vamos falar sobre o PL 108 e depois de amanhã também. Então, eu vou sugerir que no dia 3, depois de amanhã, a gente possa falar um pouco, nesse tempo aqui, do Simples. Eu vou pedir ao Roni, inclusive, para pegar todas as apresentações que estão sendo disponibilizadas. No dia 3, que é depois de amanhã, se você puder, virá aqui responder a todos esses questionamentos. E mais alguém que queira falar sobre o Simples. Então, dia 3, a gente complementa com o Simples, que é uma questão muito delicada, até porque, como foi dito aqui, grande parte das empresas é do Simples. É para a gente ter isso mais claro com relação a esses números.

Eu vou passar para o Tiago e para o Rodolfo, cinco minutos para cada um, para a gente encerrar a nossa audiência. Dia 3, a gente retoma o Simples com a participação do Roni, que vai ter que explicar muita coisa para nós aqui didaticamente.

Passo a palavra, então, ao Tiago. Aliás, agradeço à Sarina, ao Fellipe e também ao Mário.

Vou chamar aqui para falar rapidamente o Tiago e o Rodolfo. Vou pedir desculpa ao Bruno, porque ele estava virtualmente, mas nós estamos com problema de conexão. No dia 3, se quiser, ele fala virtualmente.

Já passo a palavra logo para o Tiago.

Cadê o Tiago? Tiago não está aí, não? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rodolfo Rebouças está aí? Rodolfo também não? (*Pausa.*)

Que ótimo, muito bom! (*Risos.*)

Então, estão convidados para o dia 3 aqueles que não puderam participar. O dever de casa então será esse. Todo mundo está deixando aqui as apresentações. O Roni, como representante da Receita Federal, no dia 3, vai fazer também uma exposição.

Eu quero, mais uma vez, agradecer a presença de cada um de vocês.

E, cumprida a função nossa aqui, eu declaro encerrado a presente reunião.

Se quiserem tirar uma foto rapidinho aqui, dá tempo ainda. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 09 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 52ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e cinco minutos do dia dois de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Esperidião Amin e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Rosana Martinelli, Flavio Azevedo, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Tereza Cristina e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater os impactos do PLP 108, de 2024, que "Institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços – CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.". **Participantes:** Sr. Marcelo Rocha, Consultor Tributário do GETAP; Sra. Susy Gomes Hoffmann, Advogada e doutora em Direito Tributário pela PUC-SP; Sr. Felipe Kertesz Renault, Diretor da Associação Brasileira de Direito Financeiro – ABDF; Sr. Geraldo da Silva Datas, Auditor Fiscal da Receita Estadual e Presidente do Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais - COMSEFAZ; Sr Fellipe Matos Guerra, Contador e representante do CFC; Sr. Felipe Scudeler Salto, Economista-Chefe e Sócio da Warren Investimentos; Sra. Melissa Castello, Procuradora da Fazenda do Rio Grande do Sul; Sr. Fernando Mobelli, Gerente do Programa de Regulamentação da Reforma Tributária do Consumo; Sr. Francelino Valença, Presidente da Federação Nacional dos Fiscos Estaduais e do DF; Sr. Fábio Macêdo, Presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais - FENAFIM; Sr. Eduardo Salusse, Presidente do Movimento de Defesa da Advocacia; Sr. Jarbas de Biagi, Presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP); e Sra. Ana Claudia Borges de Oliveira, Presidente da Associação dos Conselheiros Representantes dos Contribuintes no CARF – ACONCARF. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/02

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 2 de outubro de 2024.

A presente reunião destina-se a realizar audiência pública com o objetivo de debater os impactos do PLP 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), e dá outras providências, em atenção ao Requerimento nº 66, de 2024, da CAE, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra para os oradores, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211 – 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Eu já convido aqui para compor a nossa mesa o Sr. Jarbas de Biagi, Presidente da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Pode aplaudir aí, pessoal, para animar. (*Palmas.*)

Depois do almoço, é bom animar.

Também convido Marcelo Rocha, que é Consultor Tributário da Getap. (*Palmas.*)

Convido também a Susy Gomes Hoffmann, Advogada e Doutora em Direito Tributário pela PUC-SP. (*Palmas.*)

E convido Felipe Kertesz Renault, Diretor da Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF). (*Palmas.*)

Teremos alguns expositores por videoconferência: Felipe Salto, Economista-Chefe e Sócio da Warren Investimentos; Sra. Melissa Castello, Procuradora da Fazenda do Rio Grande do Sul; Francelino Valença, Presidente da Federação Nacional dos Fiscos Estaduais e do DF; o Fábio Macêdo, Presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais; Eduardo Salusse, Presidente do Movimento de Defesa da Advocacia; Fernando Mobelli, Gerente do Programa de Regulamentação da Reforma Tributária do Consumo.

Passo imediatamente, então, a palavra ao Jarbas, para que ele possa fazer sua consideração.

O SR. JARBAS DE BIAGI (Para expor.) – Primeiro, quero agradecer, Senador Izalci, pela oportunidade; agradecer também o convite para virmos falar aqui do nosso segmento e também do PLP 108.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na realidade, Senador, é só para a gente deixar isto registrado: o nosso segmento é um segmento em que a gente recebe as contribuições dos participantes, recebe as contribuições da patrocinadora. Hoje nós temos servidores públicos que integram as entidades de previdência complementar fechadas: Funpresp, Funpresp-Jud, Funpresp-Exe. A previdência complementar fechada também está no modelo da ordem social, ou seja, integra, na Constituição, a proteção social e também o programa previdenciário brasileiro de complementação. Equivale dizer que, iniciado lá com a Emenda Constitucional 20, de 1998, fechou com a Emenda Constitucional 103, de 2019, na qual se estabeleceu que todo servidor público que for contratado e que ganhe acima do teto – seja municipal, federal, distrital ou estadual – deve ter uma previdência complementar, uma previdência fechada, através do regime de capitalização.

Esse regime também – muito rapidamente, é importante para nós, isso nos fortalece, Senador – é um regime que enriquece o país: é a poupança previdenciária investida na própria sociedade. Então esses recursos de participantes, e nós estamos falando de 4 milhões de pessoas contribuindo e de 9 milhões de pessoas protegidas, são, na realidade, investidos em títulos públicos, em empresas, centenas de empresas, e a gente pode repetir aqui na Vale, na Petrobras, etc. Então, é através desse acúmulo de recursos – 12% da dívida pública interna é financiada por esses investimentos que, na realidade, são os títulos públicos que as entidades acumulam para entregar para o participante.

Importante ressaltar aqui também, para efeito de registro, que nós não temos patrimônio nenhum, Senador. Na realidade, nós ficamos como titulares desses recursos, como fiduciários desses recursos, que são as contribuições dos participantes para eles receberem um benefício ao final, ou seu dependente vir a receber. Depois, eu devolvo para eles.

Para dar um exemplo aqui, nós somos da Abrapp, 251 fundos de pensão, mas, se todos os participantes da Previ – assistidos, dependentes, beneficiários – retirassem os recursos, a Previ, que é o maior fundo de pensão da América Latina, não teria recurso nenhum. É só uma questão de CNPJ, capitalista, uma forma metódica, regulada pelo Conselho Monetário Nacional.

Pois bem, esse tema a gente colocou e foi muito bem recebido, tem sido bem recebido aqui nas Casas, e quando veio a reforma tributária, lá no PLP 68, é que nós ficamos enquadrados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na Ordem Social, onde nós estamos. A previdência complementar dos fundos de pensão está na Ordem Social, e não é por acaso, é por essas razões que eu acabei de falar.

Muito bem. Aqui no PLP 108 surgiu um ponto que nos traz aqui para a gente poder falar, Senador, que é, na realidade, para ver a questão do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.

E as medidas que foram colocadas – e nós ainda temos esperança, estamos trabalhando para simplesmente colocar isso em sintonia fina, fazer os devidos ajustes que nós entendemos que devem ser feitos – vão trazer mais segurança jurídica; é nesse sentido.

Na seguridade social, nós somos parceiros da nação, parceiros da sociedade, ou seja, é para ajudar e procurar trazer os pontos que são relevantes. Esse é o nosso papel. O nosso papel realmente é compor, e a gente compõe nesse sentido.

Então, no debate na Câmara, na proposta que veio – e muito objetivamente a gente trouxe aqui isso documentado –, veio a questão do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação, no art. 164, inciso II: de aportes financeiros capitalizados sob a forma de previdência privada ou qualquer outra forma... Vou parar por aqui, porque, na realidade, o que interessa para nós aqui, Senador, no tempo que nós temos, é da previdência privada.

Na sequência, no art. 167, sobre a transmissão de aportes financeiros capitalizados sob a forma de previdência privada a que se refere o inciso II do §2º do art. 181 do mesmo projeto de lei aqui, que se referem ao plano Vida Gerador de Benefício Livre, não incidiria o ITCM. Aqui tem um ponto importante: nós somos entidades fechadas de previdência complementar, nós não temos o modelo de VGBL e PGBL, que são aqueles explorados pelos grandes conglomerados financeiros das seguradoras. Então, esse VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre), na sua concepção jurídica, é um seguro, se faz um seguro, e ele é utilizado sem dúvida nenhuma como um planejamento sucessório, em que aquela pessoa que participa ali faz aquele seguro e depois pode resgatar. Então, nessa proposta, se excluiu o plano Vida Gerador de Benefício Livre, que é um seguro de vida. Então, na realidade, não teria a incidência do ITCM (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em que momento que os benefícios dos participantes dos fundos de pensão da previdência privada são tributados? No momento do recebimento do benefício, Imposto de Renda da Pessoa Física. Então, durante a fase de acumulação, como seria a mesma coisa que acumular contribuições para receber um benefício, que é a mesma coisa da contribuição do INSS, não é diferente, não tem qualquer tributação, é o diferimento tributário. No momento do recebimento do benefício, ele paga o Imposto de Renda da Pessoa Física, de acordo com a Lei 9.250, de 1995.

E aqui surge uma questão com a morte do participante. Então, surge uma relação previdenciária do beneficiário, do novo beneficiário, porque ele vai receber pensão, ele não vai receber um valor em espécie, um valor em pecúnia, ele vai receber um benefício de prestação continuada. E aqueles que já têm planos de benefícios sabem que isso é assim, não há um resgate daquele valor. Se houvesse o resgate, teria a tributação do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Nesse caso, não há uma transmissão nem de direito nem de valor. Nesse caso, surge uma nova relação previdenciária com o pensionista ou a pensionista, de forma que, nos termos do que foi aprovado, a gente entende que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JARBAS DE BIAGI – ... pode haver uma confusão...

Estou concluindo; só mais um minuto, por favor.

Da forma como está sendo debatido na Câmara, a gente tem esperança de aprovar isso e de conseguir colocar isso em sintonia fina, fazer esse ajuste. Nós estamos trabalhando isso lá também – viu, Senador? –, numa forma bem transparente. E pode gerar uma dúvida: a pensionista ou o pensionista vai ter que uma tributação no imposto de transmissão causa mortes, quando, na realidade, ele tem um imposto de renda da pessoa física. E aí, é claro que caracteriza uma bitributação: eu teria a tributação pelo evento morte e teria também a tributação do imposto de renda da pessoa física, que a lei assim estabelece, no momento em que a pessoa recebesse o benefício, o que sem dúvida nenhuma é vedado por lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse sentido, buscando um ajuste fino, entendemos aqui que a reforma tributária é necessária, entendemos que ela é importante, que vai melhorar o Estado, vai melhorar a nação, estamos trabalhando nisso. A gente levou uma proposta – e que nós estamos trazendo aqui também – dessa alteração do art. 167. Vai constar lá: o ITCMD não incide sobre aportes financeiros capitalizados sobre a forma de plano de previdência privada a que se refere o inciso II do §1º do art. 164, a que eu me reportei agora há pouco, que tem um prazo superior a cinco anos contados da data do aporte até a ocorrência do fato gerador. Observem que nós tomamos esse cuidado aqui também, Senador, no sentido de cinco anos exatamente, para não ficar parecendo uma questão oportunista. Embora essa questão oportunista não seria feita, Senador, porque tem a tributação do imposto de renda da pessoa física. Há tributação na saída do recurso. Diferimento tributário: durante a fase de acumulação dos recursos, não tem qualquer tributação. Isso a Lei Complementar 109, de 2001, e a Lei 11.053, de 2004, nos garantem, mas no momento do recebimento do benefício você tributa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JARBAS DE BIAGI – Então, nesse sentido, Senador, nós trouxemos isso.

Quero agradecer mais uma vez a oportunidade. A gente sabe que isso vai ser apreciado e a gente sente que realmente essa é uma adequação necessária, para evitar eventualmente um conflito aí e aumentar o contencioso que de toda forma é desnecessário, porque não traz paz para ninguém. Na realidade, a gente tem que acertar aqui na Casa de Leis.

Mais uma vez, muito obrigado. Obrigado pela paciência.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Jarbas.

O SR. JARBAS DE BIAGI – Complementando, Senador. O senhor me tirou a voz, mas na realidade nesse pleito nosso, Senador, temos a Abrapp; a Previ; a Petros; a Funcef; o Postalis; a Funpresp-Exe, dos servidores públicos; a Ceres, da Embrapa; a Anabb (Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil), a Fenae (Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal) e a Anapar (Associação Nacional dos Participantes de Fundos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pensão e Autogestão em Saúde). Ou seja, Senador, esse pleito nosso é um pleito subscrito por todos os participantes desse processo de reforma aqui do processo previdenciário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, agradeço e já... Deixe-me ver aqui quem pode... Vou passar direto para o Marcelo Rocha, que é o Consultor Tributário do Getap.

O SR. MARCELO ROCHA (Para expor.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Cumprimento todos os componentes da mesa na pessoa de V. Exa.

Quero dizer que é uma alegria representar a nossa associação aqui no dia de hoje para tratar de um tema que eu gosto tanto. Não posso deixar de agradecer também por toda a recepção que a gente teve, tanto aqui como na Câmara, em todas as nossas contribuições para a reforma tributária. Considerando especificamente o PL 108, a gente teve mais de 30 contribuições e, até o momento, cerca de 50% delas já foram incorporadas ao texto. Isso nos deixa com a sensação de que a gente está no caminho certo e nos dá também a oportunidade de endereçar agora questões que ainda não tinham sido debatidas de uma forma tão enfática por terem sido ofuscadas de alguma forma por outras questões que eventualmente foram levadas com maior ênfase.

A primeira questão que eu queria colocar aqui...

Eu vou dividir a minha apresentação em duas partes: os pontos que são muito críticos na nossa visão e, se o tempo me permitir, endereçar questões que também são igualmente importantes, mas que, na ordem de prioridade que a gente definiu, acabaram ficando em segundo plano.

A primeira coisa que eu quero endereçar aqui é revisitar a questão justamente da unificação do contencioso do IBS e da CBS. Essa premissa de simplificação é, de fato, a que está lá, prevista na Emenda Constitucional 132. E nessa perspectiva, desde o início das discussões que a gente teve sobre o contencioso administrativo do IBS e da CBS, a posição do Getap foi no sentido de defender um contencioso administrativo único. A Dra. Susy está aqui do meu lado e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não vai me deixar mentir. Se eu bem me lembro, aquela mesa teve um consenso no sentido de que haveria a necessidade de ter um contencioso unificado.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de insistir inicialmente nesse ponto para ter certeza de que nós estamos evoluindo no sentido da simplicidade. E, na nossa visão, esse não é o caso. Hoje, com o texto que está proposto, a gente tem o risco de ter fiscalizações cruzadas entre os entes federativos, que vão gerar autos de infração com padrões de multas que não necessariamente são os mesmos e vão seguir contenciosos diferentes, que estão sujeitos a princípios diferentes, que estão sujeitos a recursos diferentes em cada estrutura.

Então, isso vai gerar uma complexidade, na nossa visão, que é incompatível com aquilo que foi perquirido pela emenda constitucional.

Como talvez essas assimetrias vão gerar ainda mais complexidade do sistema e esta talvez seja a última oportunidade que a gente tem de dar um passo atrás e repensar se esse é realmente o sistema que a gente quer, a gente gostaria de insistir nesse ponto e pleitear mais uma vez que houvesse uma alteração no texto legislativo para que a gente tivesse um contencioso único.

O segundo ponto que eu tenho para tratar diz respeito, especificamente, à multiplicidade das fiscalizações e autuações. A gente tem um dispositivo no texto que diz que o produto da arrecadação das multas das autuações vai ser de propriedade do ente federativo que proceder à fiscalização. Isso, na nossa interpretação, pode possibilitar que haja fiscalizações espelho, que é o termo que eu vou usar aqui exemplificativamente, com o intuito simplesmente de capturar o produto dessa arrecadação.

Então, vamos imaginar que a Receita Federal inicie uma fiscalização contra um determinado contribuinte num determinado dia e, dentro daquele sistema informatizado de informação sobre o início e o encerramento da fiscalização que está previsto no texto, a partir do dia seguinte, outro ente federativo pode fazer um espelho dessa fiscalização simplesmente para capturar também o produto dessa arrecadação, sem saber necessariamente se o contribuinte está dentro de algum tipo de malha que poderia, eventualmente, suscitar algum indício de ilicitude, mas justamente com o objetivo de capturar o valor dessa penalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso, no nosso entendimento, poderia ser contornado de duas formas, essencialmente: a primeira, como proposto originalmente, se nós tivéssemos uma fiscalização unificada, ou, ainda, uma segunda hipótese, se houvesse dentro do texto uma determinação, e não uma faculdade, de haver a delegação da competência para fiscalização entre os entes federativos.

O termo que o projeto de lei usa é "poderá" fazer a delegação recíproca da fiscalização e, nesse sentido, a nossa interpretação é de que o termo ideal para esse projeto de lei seria "deverá". A gente criaria uma regra de competência, uma regra de prevenção do auditor que primeiro chegar para fazer essa fiscalização, e, se, ao cabo dessa fiscalização, for gerado um auto de infração, isso poderia ser aproveitado tanto para o IBS como para a CBS, ou seja, teria dois autos de infração com a mesma matéria tributável que foi identificada ali pelo auditor fiscal.

O terceiro ponto diz respeito à questão das multas nas autuações do IBS e da CBS. A gente identificou que existe o potencial de superação em valor de multa de 100%, que é o valor do próprio tributo. No PL 68, existe um regime especial de fiscalização, o tal do REF, que permite que a fiscalização imponha a um contribuinte que está sujeito a esse REF uma multa duplicada, ou seja, 75x2, que é um percentual que supera o que já foi definido pelo STF como parâmetro e o que foi, aqui nesta Casa mesmo, na Lei 14.689, do final do ano passado, a Lei do Carf, estabelecido como teto para a imposição de multas na esfera federal.

Então, nesse ponto, a gente pleiteia que haja, justamente, um espelhamento do que acontece na via federal, que a gente tenha um aprimoramento desse regime especial de fiscalização, porque, de fato, especificamente o inciso V, no rol de hipóteses que permite a imposição desse regime especial, é demasiadamente longo e considera que são infrações reiteradas justamente um auto de infração em períodos subsequentes. Então, qualquer contribuinte grande que tenha um auto de infração de dois períodos – e o período de apuração é mensal – potencialmente está dentro do REF e já sujeito à imposição de multa de 150%, trazendo mais complexidade, porque justamente vai provocar uma reação dos contribuintes que tiverem essa imposição, alegando justamente o Presidente do STF e utilizando, como reforço argumentativo, a própria questão da lei federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tinha trazido também outro tema que o colega vai tratar na sequência, então vou aproveitar para tratar de outros pontos que eu tinha programado, se o tempo permitisse. E aí, muito rapidamente, Presidente, para ficar dentro do tempo, eu gostaria de chamar a atenção, já dentro da marcha processual, para duas situações que a gente avalia como críticas.

Nesse contexto, a gente entende que tem duas situações muito específicas que mereceriam ou a extinção do processo, de plano, ou, no mínimo, a paralisação. Quanto à extinção, a gente enxerga que seria cabível quando, por exemplo, você tem uma decisão judicial ou uma decisão administrativa na primeira instância que aplicam um precedente judicial que é vinculante. A gente tem lá, no texto que foi proposto, um rol de hipóteses que dispensa o recurso de ofício, ou seja, aquele reexame na segunda instância de uma decisão que foi favorável ao contribuinte na primeira instância.

Só que, partindo do racional que inspira esse próprio artigo – e talvez eu me arrisque a dizer que esse é o melhor artigo que a gente tem; é um artigo muito bem construído dentro do texto do contencioso –, para ele ficar perfeito, caberia a inclusão de um inciso para dispensar esse recurso na hipótese de a decisão ter aplicado justamente um precedente vinculante, porque, diante dessa vinculação, a decisão de segunda instância tem que ser rigorosamente idêntica. Então, na nossa visão, não faz sentido, não há interesse processual nesse recurso.

E a questão da paralisação seria, na nossa interpretação, na mesma lógica do sistema de precedentes vinculantes: quando há afetação de um processo pelo STJ ou pelo STF, que o processo administrativo seja paralisado e, uma vez definido...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO ROCHA – ... o conceito, a gente aplique isso também dentro do contencioso administrativo, para prevenir, inclusive, que, no caso de a decisão ser favorável ao contribuinte, se ele já estiver sendo discutido na via judicial, os entes federativos sejam condenados em verbas sucumbenciais e, eventualmente, até no ressarcimento dos custos de garantia.

E aí, para terminar, Presidente, muito rapidamente, a gente entende, essencialmente, que o recurso de agravo é um recurso essencial dentro do contencioso administrativo, que deve estar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

previsto dentro do texto legal e não simplesmente nos regimentos internos dos tribunais. A gente teve uma experiência no Carf com esse assunto, porque a legislação do Carf é muito antiga, da década de 70, e o recurso de agravo estava previsto exclusivamente dentro do regimento interno do tribunal. Como o regimento é aprovado por uma portaria, um ato administrativo pode tirar ou recolocar esse instrumento dentro do ordenamento jurídico – e isso é muito ruim –, só que, na esfera federal, isso foi resolvido aqui no próprio Senado, dentro da Comissão de Juristas do Senado. O Senador Efraim acolheu a nossa sugestão no sentido de incorporar o recurso de agravo dentro da Lei do Processo Administrativo, para justamente solucionar essa questão.

E aí, para finalizar, a gente entende também que o expediente de uniformização das decisões conflitantes entre o IBS e a CBS deveria ter uma natureza de recurso. Por quê? Porque o contribuinte é o maior interessado em ter a uniformização das decisões que são, de alguma forma, incompatíveis entre si. E, ao mesmo tempo que você tem o expediente de uniformização, deveria ser assegurado ao contribuinte a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, enquanto justamente não vem essa uniformização para definir se o tributo é devido ou não.

Em último caso aqui, a gente tem também a questão dos embargos de declaração, ou pedido de retificação de julgado, que é o termo técnico que o PL usa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO ROCHA – ... em que a gente entende que deveria haver uma ampliação dos legitimados para opor esse recurso, porque hoje ele está disponível simplesmente para o contribuinte e para a Fazenda, só que, muitas vezes, a própria autoridade preparadora, a unidade lá na origem, não tem condição de fazer a execução da decisão de uma forma adequada por conta de vícios naturais do processo, que podem ser omissão, podem ser contradição, podem ser uma obscuridade.

Então, se a gente espelhar a regra que tem hoje no Carf, que a gente entende que é mais próxima do ideal, para o IBS também, a gente vai ter uma oportunidade de ter um contencioso mais célere, mais lógico e mais transparente, em compatibilidade com o que foi definido pela emenda constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela atenção, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Marcelo.

É importante ressaltar aqui que o PLP 108 ainda está passível de mudança, tem destaques ainda para serem votados na Câmara.

Então, eu vou pedir aqui aos nossos expositores: se for alterado o texto, que encaminhem para nós depois as emendas para manter aquilo que vocês estão defendendo, para que a gente possa, se for mantido... Se for modificado lá, ótimo. Talvez esta reunião aqui possa até ajudar os Deputados a entenderem um pouco mais.

Eu vou passar agora para a Susy, para falar. A Susy é a nossa Advogada e Doutora em Direito Tributário pela PUC de São Paulo.

A SRA. SUSY GOMES HOFFMANN (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos.

Senador Izalci Lucas, é uma honra estar aqui. Eu gostaria de cumprimentá-lo por esse trabalho incansável que V. Exa. vem fazendo com relação à reforma tributária, com inúmeras audiências públicas, ouvindo todos os setores, anotando e realmente tentando ouvir a sociedade civil, porque nós sabemos que o PLP 68 e o 108 foram muito bem elaborados, mas só por membros do Governo. Nós, sociedade, não fomos ouvidos.

Eu gostaria de falar sobre o texto do 108 que já está aprovado, que não foi matéria de destaque e que trata da questão da fiscalização e do contencioso. Para mim, essa é uma questão muito importante. Eu fui Vice-Presidente do Carf por cinco anos. O meu doutorado foi sobre o processo administrativo, e é sobre isso que eu queria falar.

Quando houve o IVA dual e isso foi aprovado na Emenda Constitucional 132, foi aprovado que esses dois tributos seriam idênticos, tanto que o art. 149-C fala que o fato gerador, a regra matriz, todos esses itens são iguais.

O que difere? O sujeito ativo da CBS, que é a União, para o do IBS, que são os estados e municípios. E as alíquotas? Então, não faz sentido que fiscalização, administração e contencioso sejam diferentes. O que nós temos? Quando chegou para o Senado o texto que saiu da Câmara,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

saiu um IVA dual, vamos dizer, com problemas. E este Senado Federal adequou, fez uma adequação importantíssima ao texto, para trazer aqui ao lado de competências, que poderiam ser únicas, que julgam mais de dez tributos, tem 180 julgadores... A segunda instância, pelo PLP 108, começa com 243 julgadores para julgar um único tributo, que é para trazer mais simplicidade.

Então, atualmente nós temos dez DRJs no Brasil todo – dez –, que vão ser *versus* 27. Eu conversei pessoalmente com a Secretária de Contencioso, que já esteve aqui muitas vezes, a Dra. Claudia Pimentel, e o que ela me disse é que hoje o número é grande de julgadores em razão do número grande de estoque que tem – a Ana Claudia sabe disso, porque é da 2ª Câmara – dos julgamentos de Imposto de Renda da Pessoa Física. Depois de um tempo que mudou isso, porque vem a notificação, não tem autuações. Então, a gente vai ter em breve uma redução disso.

Então, olhem a diferença da estrutura federal para a estrutura estadual. Os números e o desenho falam por si. Então, a proposta, que já foi até encaminhada – eu fiz essa apresentação também na Associação Comercial de São Paulo –, já trouxemos a proposta, é uma administração compartilhada, porque não faz sentido não ser, até em razão do *split payment*; uma fiscalização única com um processo único, com uma câmara de uniformização paritária. Se isso não for possível, porque a gente sabe que a questão é política, que não tenhamos 27 câmaras, talvez cinco pelas regiões, mas com o mesmo rito. Se aqui se está estudando tanto, se passou pela Comissão de Juristas, por que não aproveitar o mesmo rito e tão estudado?

E, para finalizar, as sugestões de uma estrutura única de julgamento de CBS e IBS. Vai ser muito melhor para todos. O outro lado diz o seguinte: "Mas, gente, nós vamos sair de 27 tribunais administrativos estaduais, mais de 5 mil potenciais tribunais do ISS". Eu não quero olhar para o passado, eu quero olhar para o que é melhor para o futuro. E para o futuro, para este Brasil que nós queremos, uma única instância será muito melhor.

Regras processuais: que sejam as mesmas e essa estudada pela Comissão de Juristas, com julgadores escolhidos de forma independente. Se continuar essa forma do Comitê Gestor, eu e muitos que estão estudando...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SUSY GOMES HOFFMANN – ... estou finalizando – tememos pela indicação política dos estados e dos Governadores.

Então, muito obrigada pela atenção dos senhores.

Era essa a minha contribuição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Susy.

Bem, vou passar agora... Aliás, deixe-me prestigiar aqui também os nossos expositores em videoconferência.

Felipe Salto. Ele é Economista-Chefe – já esteve aqui com a gente –, era o nosso Presidente da IFI.

Felipe, está contigo.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, quero só testar se vocês estão ouvindo bem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está bem, está ótimo.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (*Por videoconferência.*) – Quero cumprimentar o Senador Izalci – é um prazer participar, ainda que virtualmente – e, na pessoa dele, cumprimentar todos os presentes aí para palestrar e contribuir nesta audiência pública.

E quero dizer que para nós aqui da Warren Investimentos também é uma honra poder participar deste debate tão fundamental, que envolve tópicos da regulamentação da reforma tributária, sobretudo do Projeto 108.

Eu, ouvindo a Dra. Susy, não posso deixar de dizer que concordo muito com o que ela falou, porque, de fato, a lógica do Comitê Gestor... E eu tenho falado sobre isso desde as discussões da PEC que redundou na Emenda Constitucional 132. Esse Comitê Gestor é muito preocupante, e é sintomático que nós estejamos discutindo aqui, na Casa da Federação, esse tópico, porque, no fundo, como já vaticinou sobre isso o Prof. Paulo de Barros Carvalho e a Profa. Misabel Derzi também falou sobre isso no Fórum Jurídico de Lisboa, de que eu tive a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportunidade de participar neste ano também, ambos catedráticos do direito constitucional, que conhecem muito a temática... E eu, que sou economista, bebo muito na fonte deles e acho que os formuladores dessa reforma deveriam ter bebido muito mais na fonte dos juristas e menos na fonte de nós economistas para que resultados como esse do Comitê Gestor não tivessem acontecido. E eu explico.

A CBS é uma contribuição que vai juntar o PIS-Pasep e a Cofins. E, naturalmente, essa era uma ideia que já vinha sendo discutida, proposta do ex-Secretário da Receita Federal Jorge Rachid para que fosse feito por lei ordinária inclusive. São tributos muito parecidos, e é uma ideia antiga. A Receita Federal tem *expertise*, tem gente bem paga para fazer isso, profissionais gabaritados, e certamente a transição curta também vai ajudar a que a gente tenha menos percalços e problemas para transitar dos atuais tributos federais, desses dois que eu mencionei, para a nova CBS.

Tem questões importantes que envolvem o Imposto Seletivo, a questão do IPI e a proteção adicional criada para a Zona Franca de Manaus, mas não é o momento de entrar nisso agora, porque eu quero focar no problema central que é o IBS e a sua governança por meio desse Comitê Gestor.

Eu me lembro de que, quando Secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, com o Governador Rodrigo Garcia, eu recebi o meu amigo Bernard Appy, que então estava como estudioso do Centro de Cidadania Fiscal, e ele apresentou a proposta. O Comitê Gestor chamava-se Agência Centralizadora. Era um nome muito mais fiel ao que realmente essa instituição será, porque ela será uma agência centralizadora. Vejam, senhores, que ele vai arrecadar, partilhar os recursos, devolver crédito para contribuinte, dirimir conflitos que eventualmente ocorram e que certamente vão ocorrer aos montes, como hoje já ocorre no âmbito do ISS e do ICMS, e ainda vai ser o responsável por gerenciar toda a jurisprudência dos autos de infração. Imagine que um auto de infração seja lavrado no âmbito da CBS; e, por um fato muito similar, também se lavre um auto de infração no âmbito do IBS. Aí o auditor da Receita Federal vai ter uma justificação no auto que ele exarou e o auditor do IBS... Aliás, quem vai ser o auditor do IBS? Vai ser o auditor fiscal do estado alçado a servidor federal? Quem vai ser a mão de obra do Comitê Gestor? Como é que vai funcionar essa instituição, que está sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criada e que, repito, como disse o Prof. Paulo de Barros Carvalho e como disse a Profa. Misabel Derzi, é uma instituição que fere o pacto federativo, que é uma cláusula pétrea da Constituição?

Então, quando houver esse tipo de conflito, como a CBS e o IBS são a mesma coisa, sendo a única diferença quem gerencia, vai haver a previsão de um órgão chamado Fórum de Procuradores. O problema não é o fórum em si, mas essa lógica que se criou em que o Comitê Gestor vai ter que ter tanto poder que, para funcionar, vai ser mais poderoso do que qualquer Governador ou Governadora de estado. Isso é muito grave.

Veja, o Comitê vai ser composto de 54 pessoas, sendo metade de estados e metade de municípios, incluindo o critério populacional que, diga-se de passagem, foi uma vitória que o Governador Tarcísio de Freitas conseguiu ao levar algumas questões sobre a Câmara de Compensação, que era uma proposta alternativa dos auditores fiscais de São Paulo que nem sequer foi debatida à altura pelos formuladores da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária.

Mas, apesar desse critério populacional, vejo muita dificuldade para que o Comitê Gestor funcione. Por exemplo, o cerne, a alma desse Comitê Gestor, vai ser o tal do *split payment*. Eu sempre brinco que toda vez que a gente quer falar algo que impressione, tem sempre um nome em inglês bonito e ninguém sabe explicar direito como vai funcionar. Veja, me dê um exemplo de mais do que duas empresas e dois contribuintes, dois consumidores, de como esse *split payment* funcionaria na prática. Infelizmente, os formuladores da Emenda 132 não foram capazes de mostrar. Quem está desenvolvendo esse sistema? Quem vai garantir a confiabilidade, a rastreabilidade dos valores e também a devolução automática dos créditos tributários que vem sendo prometida?

Aliás, a respeito dos créditos tributários, fez-se uma confusão muito grande, porque o ICMS já é o nosso IVA, já existe um IVA no Brasil que se chama ICMS, o regime de créditos e débitos. Quando eu produzo essa xícara aqui de louça, a matéria-prima que é utilizada gera, por ser um insumo, créditos que são abatidos no imposto devido na etapa subsequente. O problema do crédito acumulado é outro em razão das hipóteses legais, como, por exemplo, da isenção da imunidade das exportações, prevista lá na Lei Kandir, que leva os estados a acumularem esses créditos para poderem fazer a devida auditoria e, em seguida, devolverem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas, na prática, muitos estados acabaram se financiando em cima dos contribuintes, sem devolver para os exportadores parte desses créditos que seria de fato devida.

Então, essa questão federativa, Senador Izalci, e colegas todos que estão aí presentes, me preocupa bastante. Quando eu ouço os colegas economistas – outro dia num debate o economista Samuel Pessôa falou que o IVA vai promover um aumento no PIB de 15% a 20% em tantos anos –, eu fico boquiaberto, porque eu publiquei recentemente um capítulo, no livro do Prof. Fernando Facury Scaff e coautores, em que eu mostro, por meio de uma pesquisa que foi feita, que cada um dos 172 países que têm o sistema de IVA tem um sistema diferente do outro. Não é um modelo padrão que simplesmente vai ser copiado pelo Brasil e, magicamente, do outro lado, nós vamos ter um crescimento econômico mais alto. Ao contrário, nós vamos ter muitos problemas.

Recentemente, recebendo aqui também, na nossa corretora, o Everardo Maciel, que é alguém que deveria ter sido muito mais escutado em todo esse processo, pela experiência que teve de oito anos no Governo Fernando Henrique, comandando o Fisco Federal, a Receita Federal do Brasil, fiquei ainda mais preocupado, porque ele tem um olhar jurídico interessante e de quem tem muita experiência prática também nesta matéria, em que ele mostra o seguinte: cada dispositivo introduzido, cada novo princípio constitucional introduzido, esses princípios e dispositivos novos vão produzir um sem-número de questionamentos e de piora no contencioso tributário não só administrativo, mas também judicial.

Então, o Comitê Gestor é uma estrutura que só tem um jeito de funcionar: se ele for o órgão mais poderoso da República. E isso é gravíssimo, porque nós estamos falando de uma centralização e de uma perda de poder de arrecadação, que, por sua vez, é a fonte de financiamento de boa parte das políticas públicas realizadas pelos Srs. Governadores e pelas Sras. Governadoras, em todos os territórios dos estados e dos nossos municípios.

Certamente, eu estourei o tempo, Senador Izalci, mas agradeço o espaço e o convite mais uma vez e sigo à disposição de vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Felipe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar também para uma mulher, para a Sra. Melissa Castello, Procuradora da Fazenda do Rio Grande do Sul.

A SRA. MELISSA GUIMARÃES CASTELLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e a todas.

Senador Izalci Lucas, muito obrigada pelo convite para estar aqui.

Eu vim expor um pouco do trabalho que foi feito no PAT-RTC, então, na condição de quem esteve trabalhando dentro do GT 18, que é o GT que estruturou o Comitê Gestor do IBS dentro do PAT. Ao contrário dos que me antecederam, eu trago uma fala mais positiva no sentido de que muita coisa boa já foi feita, sempre ciente de que temos pequenos avanços que podemos ter também.

Eu tenho uma apresentação que eu vou compartilhar aqui com os senhores.

Na minha fala, um pouquinho ao contrário da fala da Dra. Susy e da fala do Dr. Marcelo, que focaram muito no contencioso administrativo, eu vou falar um pouco da estrutura mesmo do Comitê Gestor, até porque eu acredito e tenho fé de que o contencioso será muito mais singelo do que os contenciosos que a gente enfrenta hoje em dia.

O que eu queria analisar com os senhores é o Comitê Gestor como uma ferramenta de segurança jurídica para a cobrança do IBS. Daí, para a gente entender sobre isso, a gente tem que pensar o que é segurança jurídica. A gente fala muito, muito, muito, e, ao fim e ao cabo, o que os contribuintes querem? Os contribuintes querem previsibilidade, uniformidade e obediências retas. E como é que se consegue isso no ramo do direito?

A gente vem sofrendo no nosso país com muita incerteza e com muita insegurança em virtude de litígios entre Fisco e contribuinte, que é uma página que eu acho que todos que estamos aqui debatendo a sério da reforma tributária queremos ultrapassar, avançando para um cenário de menos litigiosidade. Quando a gente olha para o PLP 108, a gente vê que já teve grandes avanços neste rumo a uma maior uniformidade.

Para começar, é indiscutível que o próprio modelo do IBS, ao eliminar 27 leis estaduais de ICMS e 5,5 mil leis de ISS e trazer tudo para um regulamento único e, mais, para um regulamento que vai ser dialogado e vai ser estruturado junto com o regulamento da CBS, vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trazer uma maior uniformidade e previsibilidade ao sistema. Da mesma forma, os instrumentos de uniformização da interpretação, através do Comitê de Uniformização ou através do Fórum de Harmonização, também asseguram uma maior previsibilidade e uniformidade.

E aqui eu quero destacar, pontualmente, algo que foi fruto do trabalho que foi feito ali na Câmara dos Deputados, que é um avanço na harmonização da jurisprudência do IBS e da CBS, através da inclusão, pelos Deputados, do art. 111, que prevê a harmonização do contencioso. Então, a harmonização do IBS e da CBS será realizada pelo Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias.

Ao trazer isso para dentro do texto do Projeto de Lei Complementar 108, a gente avança num sentido de que eventuais interpretações diferentes entre os dois tribunais... E aqui eu entendo muito bem a fala da Profa. Susy Gomes Hoffmann no sentido de que poderíamos ter um contencioso administrativo único, mas lembrando que foi opção do legislador constituinte ter dois tributos – um IBS e uma CBS –, e, na medida em que houve essa opção, facultou-se aos estados e aos municípios a preservação da sua esfera de autonomia para terem um próprio contencioso.

Mas, na medida em que a gente tem dois órgãos de julgamento administrativo distintos, tem que se ter um mecanismo de harmonização lá no topo, que vem através desse art. 111. E, no art. 111, o grande avanço que eu gostaria de destacar aqui foi a previsão de que, quando o Comitê de Harmonização estiver harmonizando decisões administrativas, ele vai ouvir obrigatoriamente o Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias, que é o órgão em que está o conhecimento de interpretação jurídica.

E por que isso é importante? Porque isso me assegura previsibilidade e alinhamento com a decisão dos tribunais superiores, pois, ao fim e ao cabo, a gente pode ter muita dificuldade em tribunais administrativos, quando eles se afastam da orientação dos tribunais jurisdicionais.

E aqui a gente tem um grande avanço no projeto de lei que foi feito dentro da Câmara dos Deputados, para que isso aconteça de forma mais fluida, mas a gente pode avançar mais, e aqui eu vou trazer três pontos em que eu acredito que a gente poderia andar um pouquinho mais e de uma forma um pouquinho mais arrojada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa mesma linha de ouvir a assessoria jurídica ou ouvir os órgãos jurídicos do estado e os órgãos jurídicos do município, tem um projeto de emenda ao Projeto de Lei Complementar 108 que foi proposto na Câmara dos Deputados, mas que não foi acolhido pelos Deputados, que indicaria a presença de procuradores do estado ou de procuradores do município como um dos representantes da Diretoria de Procuradorias, nas reuniões do Conselho Superior do Comitê Gestor do IBS. Quem é o Conselho Superior do Comitê Gestor do IBS? É o órgão de cúpula, formado, então, por secretários da Fazenda, por secretários dos municípios, que vai decidir sobre a gestão do Comitê Gestor.

Aqui eu não estou falando de contencioso, mas a gente quer que essa gestão do Comitê Gestor esteja alinhada com as melhores práticas de interpretação jurídica. E, por força da nossa Constituição, quem dá a interpretação jurídica no estado são as Procuradorias.

Então, a proposta aqui não é uma proposta de um representante da Diretoria de Procuradorias com poder de voz ou voto, mas um representante no papel de conselheiro, bem como de consultoria jurídica, aquela pessoa que está ali para assessorar os integrantes do Conselho Superior do Comitê Gestor.

Essa seria a primeira sugestão de aprimoramento do sistema, como forma de assegurar que o Comitê Gestor do IBS não se afaste das melhores diretrizes de legalidade e de segurança jurídica.

Uma segunda sugestão de aprimoramento seria no art. 38, que é o artigo que trata da Diretoria de Procuradorias. Esse artigo elenca competências e, no inciso I, nos diz que a consultoria e o assessoramento jurídico do Comitê Gestor são feitos pela Diretoria de Procuradorias – evidentemente quem dá assessoria jurídica é o jurídico; dentro de uma empresa, quem dá consultoria jurídica é o jurídico. E aqui a sugestão de aprimoramento é no sentido de deixar mais claro quais são os atos que devem ser analisados pela Diretoria de Procuradorias, que seriam os atos normativos como um todo. Em boa parte das procuradorias, em boa parte dos estados, dos municípios e acredito que na União também, esse tipo de ato é submetido à análise da procuradoria também, então seria uma forma de alinhar com o que já é feito.

E a terceira sugestão, que também foi objeto de debate na Câmara dos Deputados e que vai ser levada aos senhores, no Senado, quando o projeto de lei complementar chegar ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado, é a sugestão de assegurar que a inscrição em dívida ativa, nos casos em que o Comitê Gestor fizer a inscrição em dívida ativa, que são os casos de delegação previstos no inciso VII do §1º do art. 2º, nesses casos e somente nesses casos, seja feita dentro da Diretoria de Procuradorias. E por que isso? Porque a inscrição em dívida ativa é um ato de controle de legalidade.

Então, da mesma forma que a análise jurídica dos atos normativos é importante por procuradorias, aqui é importante a gente ter uma análise jurídica de controle de legalidade; e, da mesma forma como isso já acontece em estados e municípios na questão da análise de atos normativos, isso também já é a realidade na maior parte dos estados. Eu só fiz o levantamento de dados dos estados, mas o fato é que, quando a gente mapeia todos os 27 estados e o Distrito Federal, deles, 19 estados inscrevem em dívida ativa – alguns têm o que a gente chama de gestão plena da inscrição em dívida ativa e outros têm uma gestão parcial, mas todos eles fazem esse controle de legalidade através das suas procuradorias – e esses 19 estados representam 81% da população e 84% do PIB.

Então, ao dizer que eu vou atribuir, que eu vou dar essa atribuição para a Diretoria de Procuradorias, eu nada mais estou fazendo do que me alinhar ao que já é feito em estados que representam 81% da população do país. Então, eu fico com um tratamento mais uniforme em relação ao processo de inscrição em dívida ativa que é feito nos estados e em relação ao processo de inscrição em dívida ativa que também é feito na União.

Feitas essas sugestões, eu agradeço muito a oportunidade e fico plenamente à disposição para tentar avançar nesses projetos de lei.

Muito obrigada, Senador Izalci. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Melissa.

Já que falamos do Rio Grande do Sul, vamos ouvir, então, o Presidente da Federação Nacional dos Fiscos Estaduais e aqui do Distrito Federal, o Francelino Valença.

O SR. FRANCELINO VALENÇA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Olá, boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de saudar o Senador Izalci pela oportunidade de estarmos aqui debatendo um pouco sobre a regulamentação da reforma tributária, é uma satisfação.

Quero saudar a todos os participantes da mesa, na pessoa do Senador Izalci, e fazer uma saudação especial ao meu amigo Fábio Macêdo, que é o Presidente da Fenafim, que não poderia deixar de fazer.

Bom, a gente tem o privilégio de ouvir vários especialistas, doutores, porquanto venho sendo um estudioso, até hoje, da área tributária, e fico muito feliz de poder esclarecer alguns pontos, inclusive uma coisa que está nos deixando preocupados. Vou começar com uma preocupação; depois eu vou para uma sugestão. Qual é? O Comitê Gestor é estruturado com o conselho superior e as diretorias executivas – conselho superior, diretoria executiva e suas diretorias. E, nessas diretorias executivas, por exemplo, nós temos a fiscalização, a arrecadação, a tributação e também as procuradorias – esta é uma das diretorias. E, como muito bem a Dra. Melissa explicou, as procuradorias dão assessoria jurídica, são consultadas, tem uma consulta. Mas uma coisa que está deixando a gente um pouco preocupado quanto à administração tributária é que, acima da administração tributária, acima da fiscalização, da arrecadação, da tributação, de tudo isso, nós temos o conselho superior, e o conselho é composto por representantes políticos eleitos pela população, que são, em tese, muito possivelmente, os representantes indicados ou pelos governadores, ou pelos prefeitos, ou por quem ele indicar – esses eu acho que não faziam parte, muito possivelmente os secretários de fazenda.

A proposta de colocar uma carreira, que não indicada como superior, que são, aí sim, as procuradorias, que dão consultoria, no conselho superior, a que nós teremos subordinadas, de certa forma, as atividades de fiscalização, nos deixa muito apreensivos, porque, até então, nós não temos nenhum ato dos colegas dessa profissão dizendo ou impedindo, ou tendo uma certa ingerência na atividade de fiscalização, até porque, na União, pode ser diferente – e é –, mas, nos estados, procuradores podem advogar, os procuradores podem advogar! Os auditores não podem advogar.

É por isso que nós, que temos lançamentos tributários, somos impedidos, porque é incompatível com OAB. E, ao ser incompatível com OAB, advocacia, como é que a gente consegue vislumbrar, acima do órgão a que nós estaremos subordinados, ter alguém que exerce

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a advocacia privada, que pode exercer essa advocacia privada? Isso, realmente, causa uma estranheza, até porque as assessorias e a consultoria que é feita... E o conselho superior pode pedir muito bem e os colegas da carreira podem informar, porque fazem parte do Comitê Gestor, mas não acima das demais carreiras.

Vou aproveitar a oportunidade para dizer e explicar o seguinte: hoje, esse novo modelo tributário vai na linha de defesa do bom contribuinte, a conformidade, e, aí sim, tentar penalizar mais fortemente o sonegador, que não é o caso. O sistema foi feito para defender o bom contribuinte, inclusive aquele que permite que nosso crescimento econômico possa gotejar, digamos assim, para todo mundo. Se ninguém empreender, o país entraria numa situação econômica desastrosa. Então, a gente tem que defender o empreendedor, o contribuinte, digamos assim, formal, o contribuinte natural e aquele que é substituído e a população que, em geral, no final, é o contribuinte de direito de toda a situação tributária.

E, hoje, a gente tem uma definição a tomar nessa questão da reforma tributária, na regulamentação. Nós iremos permitir... E, aí, eu ouvi o Dr. Felipe Salto, mais de uma vez, criticando a alíquota tributária. Essa alíquota pode ser a maior do mundo! Mais de uma vez ele falou isso.

A gente tem uma alíquota que talvez vá em torno de 26,5%, 27%, 28%... Não sabemos ainda. Nós vamos experimentar qual vai ser a alíquota do IBS. Mas a gente está diante de uma possibilidade do aumento indireto da alíquota do IBS. Onde é que está esse aumento? Bom, nós bem sabemos – e aí, sim, é uma defesa nossa, que nós fizemos na Câmara também – da possibilidade de o contribuinte, já que é uma nova fase de cooperação, cooperação entre os entes, cooperação entre as organizações, cooperação entre o estado e a sociedade, recolher o seu tributo sem ser onerado em demasia. Isso a gente não pode permitir.

É por esse motivo que a Fenafisco defende duas coisas. A primeira: que a inscrição na dívida ativa se dê no prazo de pelo menos 24 meses. Por que pelo menos de 24 meses? Porque, em alguns estados, nós identificamos que a inscrição na dívida ativa por si só – em alguns casos, não em todos os estados –, em alguns casos, já gera uma cobrança judicial. E, ao gerar cobrança judicial, nós estamos impondo ao contribuinte o pagamento dos honorários da advocacia pública em patamares em torno de 20%. Então, se a gente tiver uma dívida ativa... No caso de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma dívida ativa pequena, como foi proposto, inclusive, pelos colegas e por alguns colegas procuradores, de 30 dias a 180 – houve debates de 30 dias, 90 dias –, nós estaríamos fazendo um ônus pesado ao contribuinte. Nós propomos ainda 24. Está em 12 meses hoje, atualmente, no PLP; a gente propõe aí 24, para que o contribuinte possa regularizar, se autorregularizar, fazer a transação tributária na via administrativa essencialmente direta, haja vista que nós temos um dos maiores contenciosos tributários do mundo, com mais de 5,4 bilhões... milhões – bilhões, aliás. Trilhões, desculpem: R$5,44 trilhões. Naquele momento, representava 75% do PIB, hoje tem que atualizar, porque esse dado é de 2020 do Insper.

Então, a gente tem visto que a questão judicial não é o melhor dos caminhos, mas a transação tributária deve ser vista – e nós defendemos isso – na via administrativa pelas administrações tributárias, que não há ônus para o contribuinte, já que, nos estados – aí o Fábio é dos municípios e pode falar melhor –, nos estados não há essa participação do Fisco. E nós tínhamos, até então, acredito, salvo melhor juízo, dois ou três que ainda têm alguma participação e autuação, que é um ponto que a gente está trabalhando até para evitar que aconteça, porque a gente defende o bom contribuinte.

Aproveitando a oportunidade também, a gente defende que... E aí eu vi um debate interessante, na apresentação, sobre o contencioso administrativo tributário, mas é um ponto importante para ser colocado: em nenhum local do mundo, em nenhum país democrático, que nós tenhamos conhecimento – se alguém souber nos diga, por favor, nós queremos conhecer esse país –, nós não temos o contribuinte julgando para si próprio. O que a gente fala? O julgamento administrativo tributário, em todos os países democráticos, é feito pela própria administração, que revê seus atos, provocada ou não, com base, de certa forma, no princípio da autotutela. E o contribuinte insatisfeito com a decisão administrativa pode recorrer ao Judiciário, tem o direito de recorrer, inclusive com previsão constitucional. Da forma que está, nós, mais uma vez, somos um ponto fora da curva, em que aquele que sofre a incidência da norma também decide se deve prosperar ou não, ou se ele cometeu a infração administrativa tributária. Isso realmente não condiz, na nossa ótica, com princípios democráticos, até porque nenhum país adotou até então, só nós. E o IBS será um grande momento de nós revermos isso. Em primeira instância, é administração tributária; em segunda instância, o contribuinte faz parte; em terceira também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós temos visto, ao longo do Carf – tem pessoas que conhecem muito bem o Carf –, que os processos administrativos tributários chegam a levar quase dez anos, e, se for para o Judiciário também, tanto tempo quanto, ou mais.

Então, para ter um sistema que funcione de forma mais célere e de forma simplificada, em que pese – e aí eu me alinho àqueles que, desde o início, também escreveram o artigo criticando – em que pese que, em certa medida, nós ferimos o pacto federativo, porque nós fomos de encontro ao poder de tributar dos entes federados sem uma Constituinte – e aí da nossa ordem houve realmente também um arranhar desse pacto federativo –, mas, enfim, é o que nós temos hoje, é um sistema de explicação tributária que é importante, guardadas as devidas críticas, já feitas aqui sobre o Comitê Gestor, sobre essa centralização que foi muito forte. A gente tem que se manter também independente dos entes federados, caso contrário, nós também iremos incorrer no risco, num risco forte, de cometermos algumas... Como eu poderia dizer... alguns excessos ao restringir toda a fiscalização a poucas pessoas.

Eu estou falando de um tributo que vai arrecadar em torno de R$1 trilhão, em números de hoje, nas mãos de poucas pessoas, sem descentralizar. E nós sabemos que a descentralização é algo muito importante no setor administrativo para impedir, inclusive, que alguém cometa algum possível excesso, e a gente está falando de um excesso cometido de boa-fé, quando há excesso realmente por centralização excessiva.

Deixe-me ver o tempo aqui... Acho que já estourou o tempo.

Eu queria finalizar, nesse ponto, só com mais um dado, da questão da necessidade da transação administrativa tributária, e nós temos mais de 83,8 processos tramitando na esfera judicial, então acreditamos realmente que a conformidade da transação é o caminho que deve ser seguido nessa regulamentação do tributo, e, mais uma vez, que essa transação tributária não cause nenhum ônus indireto da carga tributária, nem prejuízo para o contribuinte e para a sociedade.

Essa é a razão que a gente defende para ser feito pela administração tributária, haja vista que nenhum de nós pode exercer atividade privada, especialmente na advocacia.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Francelino.

Vou passar para o Fábio Macêdo, que é o Presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim).

O SR. FÁBIO MACÊDO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas, a todos.

Inicialmente agradecemos ao Senador Izalci por abrir, mais uma vez, a oportunidade de falarmos sobre a regulamentação da reforma tributária, agora no PLP 108; quero me congratular com o Presidente da Fenafisco, nosso amigo e conterrâneo, Francelino, com o qual comungamos dos diversos pontos colocados por ele.

Há a necessidade de uma segregação de função entre as procuradorias e as administrações tributárias, cada uma cuidando, respectivamente, da cobrança judicial e da cobrança administrativa – isso é importante para o sistema.

E vamos falar sobre um ponto específico da reforma tributária... Vou expor aqui a nossa apresentação, que é... Estão me ouvindo e estão conseguindo ver aí a apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim, o.k.

O SR. FÁBIO MACÊDO (*Por videoconferência*.) – Pronto. Vou falar sobre a transição do PLP 108, de 2024, do art. 130 e 131. Isso foi objeto de uma demanda de alguns técnicos, dos grupos de trabalho, para saber pontos importantes dessa transição.

Bom, qual é o objetivo da transição? Isto a gente não pode fugir de mente: suavizar a mudança do critério de partilha de receita do modelo atual (origem, onde se produz), para o destino (consumo). Isso é extremamente importante, porque, quando ocorrer a virada de chave, nós vamos ter uma situação preocupante para quem perde e necessita ter recursos para manter a prestação, naquele momento, dos seus serviços públicos, o funcionamento do estado, o funcionamento do município. E o período de transição, aquele em que vai começar a extinção do modelo atual para o modelo futuro, é de 2029 a 2077; antes, são medições para determinar a alíquota. A extinção mesmo em que vão acabar o ISS e o ICMS começa, timidamente, em 2029 e vai até 2032. E como é que vai ser a forma de mudar de um modelo para o outro, para não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

impactar? Vão se reter 90%, no primeiro momento, e vai diminuindo 2% ao ano do montante da arrecadação do IBS. E vai ser partido, repartilhado entre os entes federados com base em um coeficiente de participação que cada estado e cada município terá, definido a partir de uma receita média de um período de arrecadação.

Aí é que está a questão: qual o melhor período? Porque o que foi apresentado no PLP 108 foi de 2019 a 2026. O Senado tinha um período mais próximo ao início da transição, de 2024 a 2028.

E qual a importância da transição para os municípios? O maior impacto vai ser nos municípios. A redistribuição de receitas no âmbito municipal deve ser quase duas vezes o que vai ocorrer nos estados. Serão mais de mil municípios que perderão receita, dentre eles as 14 capitais. As maiores perdas percentuais de receita, quer dizer, juntando o ISS e cota parte do ICMS para o IBS municipal e cota parte do IBS estadual, vão ocorrer onde? Nos municípios. Os estados ainda estimam que a perda ficará em torno de 30% no máximo. Nos municípios, vão ter casos de 30%, 40%, 50%, valores bem altos.

Então, inicialmente, nós queremos mostrar a evolução do ICMS e do ISS. Se a reforma tributária ocorresse em 2003, o ICMS seria 12 vezes o ISS. Em 2023, não é nem a metade. Isso é fruto da eficiência das administrações tributárias municipais. Veja o impacto que teriam os municípios se a reforma tivesse ocorrido lá atrás.

Mas vamos lá. O coeficiente de participação e a partilha. Você vai definir o coeficiente de participação de uma receita já passada, que não tem mais como você voltar. Você já vai perder a oportunidade – 2024 já está quase encerrando – de se preparar para uma reforma. O município e o estado vão ter apenas dois anos. Nós soubemos, a partir do Presidente da Confederação Nacional de Municípios, que há 1,8 mil municípios sem a nota fiscal eletrônica. Como é que eles estão preparados para essa reforma? E só têm agora dois anos. E o detalhe: 2019 são dez anos para 2029, muita coisa mudou. Em 2033, não terá mais ICMS e ISS, mas os efeitos desse período estabelecido do coeficiente de participação vão afetar o quê? A partilha do montante retido até 2077. Nós estamos deixando muito pouca margem para quem vai se preparar para a reforma para se adequar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vamos ver o que ocorreria se fosse o período atual. Observem que, na evolução, o ISS e a cota parte municipal são considerados, e a participação dos municípios cresce – tivemos até a pandemia aí nesse período. E, pela regra do PLP 108, de 2019 a 2023, que é a linha de baixo, os municípios teriam um percentual bem menor. Olhem a diferença! É uma perda de 1,3%. Eu não estou querendo defender se vai favorecer município A, B ou C, estou olhando o conjunto dos municípios. Como bem o nosso colega Francelino colocou, o imposto é de R$1 trilhão, e 1,3% de R$1 trilhão são R$13 bilhões, tem 90% lá que você só está garantido. Quer dizer, os municípios, só por esse período, vão perder quase R$10 bilhões.

E vamos projetar para o futuro, porque a gente usa o passado para projetar o futuro, não para dizer qual é o presente atual. Então, pegando essa taxa de crescimento numa série de dez anos, 2023 para trás, considerando a pandemia e algumas crises, o ICMS cresceu a uma taxa anual, teve um crescimento real de 1,03, e o ISS, 3,92. Isso é fato. Projetando o futuro e considerando em 2024 que os Governadores aumentaram a alíquota – aí no caso eles aumentaram a carga tributária, e é justo que seja levado em consideração isso, porque eles tiveram o ônus político de aumentar a carga tributária –, nós vamos ter o quê? De 2019 a 2026, projetando isso, uma perda na casa de R$26 bilhões do conjunto dos municípios.

Vale destacar, sem levar em consideração essa questão de ICMS e ISS, que em 2024 alterou-se o critério da educação da cota parte do ICMS. Isso vai impactar na parte relativa a que os municípios têm direito ao imposto estadual. Vai haver uma redistribuição de receitas. E o que eu falei no início? Todo estudo é analisado a partir do objetivo da norma, que é o quê? Impactar menos quem perde. Quem está ganhando quer que essa reforma já seja aplicada amanhã. E qual é a nossa proposta? Algo próximo do que tinha o Senado. Em 2029, observe a receita em 2025, 2026 e 2027. Seria basicamente os três anos anteriores ao antecedente da partilha serem considerados nessa receita média. Dá tempo, você está bem mais próximo da realidade do que o ente vai sentir na mudança da origem para o destino. Você vai, de uma certa forma, garantir que ele tenha o menor impacto, principalmente aquele que perde. E, a partir de 2034 em diante, 2031, 2033 e 2032. Três anos anteriores ao antecedente da partilha.

E por que isso é importante para o município? A gente tem que ter em mente que o município está pagando uma fatura para que todos tenham o melhor modelo tributário possível sobre o consumo. Os municípios vão perder o seu principal imposto de alto desempenho, o ISS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E isso preocupa por quê? O ISS cresce mais do que o ICMS. Muitos contam com isso, e o desempenho do novo imposto ninguém sabe. As compras governamentais também vão impactar os municípios, o que a gente falou na semana passada. Em vez de ter 100% da arrecadação do ISS, eles vão ter 60%, 70%. Isso vai dificultar até a recuperação de quem perde. E o financiamento público da educação e da saúde agora vai estar lastreado no que o Município compra. Se o Município deixar de comprar R$100, ele vai ter um impacto maior no financiamento público para educação e saúde do que se um particular deixar de comprar esses mesmos R$100.

A perda também desses R$26 bilhões é um outro ponto a ser colocado. Eu não sei quem ganha e quem perde. A gente não teve esse olhar, só há a preocupação. A transição é importante para que ele não tenha tanto impacto.

Eu agradeço.

O tempo está estourado.

Deixo uma mensagem: todo médico responsável pede exames recentes para tratar seu paciente. Ninguém vai olhar o paciente e vai tratá-lo a partir do que ocorreu dez anos atrás.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Fábio.

É interessante, não é? Um pessoal, reclamando que está aumentando muito o imposto, que a carga já é altíssima; outro, dizendo que vai perder. Eu não sei quem é que está ganhando nisso aí. Só sei que a gente precisava, antes de votar essa matéria, de discutir, primeiro, qual é o tamanho do Estado que a gente quer, a reforma administrativa, o tamanho do Estado, o pacto federativo. Mas, no Brasil nem sempre a gente começa pelo caminho certo.

Mas, antes de passar já, aqui, para o Felipe – daqui a pouco a gente volta para a videoconferência também – tem algumas perguntas aqui.

À medida que vocês falarem aí, se tiver alguma coisa relacionada com a pergunta...

O Tiago aqui, de Minas Gerais, está perguntando: "Como o Governo pretende garantir a transparência e a participação da sociedade no processo de tomada de decisões do CG-IBS?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Marcelo, do Rio Grande do Sul: "[...] Qual será o grau de independência do Comitê e de relação política com o Governo Federal?".

Larissa, do Amapá: "Quais serão os critérios para alocação do Imposto sobre Bens e Serviços entre as diferentes regiões do país?".

Willian, de Rondônia: "Como o Comitê Gestor do IBS poderá garantir uma repartição justa da arrecadação entre os entes federativos?".

O Júlio, de Santa Catarina: "Como será [possível] [...] [assegurar] que o Comitê Gestor [irá atender] [...] às especificidades regionais sem prejudicar os estados?".

O Rodrigo, do Rio Grande do Sul: "De que maneira o Comitê Gestor do IBS garantirá uma distribuição equitativa da arrecadação tributária entre os entes federativos?".

A Lara, do Distrito Federal: "Que impacto essa distribuição irá gerar nas finanças públicas?".

O Pedro, do Rio de Janeiro: "Quais são os principais desafios que o Comitê Gestor do IBS enfrentará para garantir uma gestão eficaz do novo sistema tributário?".

O Alexandre, de São Paulo: "Haverá alíquota máxima expressamente fixada? Outros impostos integrantes do preço do produto e serviço serão excluídos da base de cálculo?".

E o Júlio, de Santa Catarina: "Os estados terão alguma autonomia para oferecer incentivos regionais no Comitê Gestor do IBS, como faziam com o ICMS?".

E dois comentários aqui:

O Carlos, do Acre, comenta o seguinte: "A distribuição dos impostos deve seguir um percentual igual para todos os estados e municípios. Sem privilégios para nenhum deles".

O Sergio, de Minas Gerais: "A distribuição da arrecadação para os entes federativos deveria ser proporcional à arrecadação do estado, de forma justa para o cidadão".

Vou passar agora, então, para o Felipe, Diretor da Associação Brasileira de Direito Financeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE KERTESZ RENAULT (Para expor.) – Muito boa tarde a todas e a todos.

Senador Izalci Lucas, agradeço enormemente a oportunidade de voltar a esta Casa, voltar a uma audiência pública e contribuir com o debate.

Queria parabenizá-lo mais uma vez, assim como fez a querida Profa. Susy Hoffmann, por capitanear esse trabalho de debate, essa dialética fundamental para o amadurecimento do melhor modelo de reforma tributária para o nosso país. Cumprimento todos os assessores, na pessoa do Ignácio, que nos auxilia aqui incansavelmente. Cumprimento também todos que trabalham aqui no apoio.

Senador, eu vou contribuir, como o senhor sempre nos pede aqui nas audiências públicas, fazendo menção aos artigos, mas com uma pequena ressalva. Como os destaques ainda não foram votados e o texto pode ser alterado, vou fazer menção à última versão a que tive acesso; depois, até encaminho para o Ignácio com algumas observações.

Inicialmente, eu queria introduzir dizendo que, sempre que a gente fala de contencioso – e a minha fala vai se ater ao contencioso, eu não vou falar especificamente da estrutura do comitê gestor; vou fazer uma pequena observação com relação ao ITCMD, fazendo coro ao que já fora dito aqui em outra audiência pública, pela relevância do tema –, quando a gente fala em contencioso, principalmente no Brasil, onde o contencioso se eterniza... Eu citei recentemente, num brilhante congresso organizado pela Dra. Melissa Castello, que nos brindou aqui com uma excelente fala, lembrando a frase de Ruy Barbosa na *Oração aos Moços*: "justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta."

No Brasil, sempre há litígio com relação aos temas tributários. Esse litígio leva anos na via administrativa, depois décadas na via judicial e, quando se espera que um precedente surja e resolva, temos, depois, divergências interpretativas com relação ao precedente; e a briga nunca acaba, Senador Izalci.

Então, quando a gente fala em contencioso, sobretudo a gente tem que falar em paz social, segurança jurídica, previsibilidade e, no caso da proposta do PLP 108, em menor onerosidade. Acho que a Profa. Susy nos trouxe uma fala acachapante na necessidade – a fundamental necessidade – de simplificação desse contencioso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A unificação me parece premente, não só por conta do alto custo e da alta burocracia necessária à conformação de dois contenciosos simultâneos, mas, sobretudo, para trazer maior segurança jurídica ao contribuinte e também aos fiscos, que dependem das interpretações para que possam tributar. Afinal de contas, é importante lembrar que os fiscos também não arrecadam enquanto o contencioso perdura na via administrativa, em razão da suspensão da exigibilidade dos créditos tributários. Então, é de interesse de todos que tenhamos um único contencioso e que decida da forma mais célere possível.

O que vai acontecer, na prática, na existência de dois tribunais distintos, é que teremos, necessariamente, divergências interpretativas e teremos mais tempo ainda para que essa divergência seja superada. Ou seja, alongaremos o debate e, com isso, como nos disse e nos ensinou Ruy Barbosa, não teremos justiça em nenhuma frente.

Preocupa-me muito o discurso de que "qualquer coisa vai ao Judiciário". O contribuinte não aguenta mais ir ao Judiciário. O problema não está no Judiciário; o problema está no acúmulo de processos no Judiciário. O problema está na insegurança trazida pela jurisprudência hoje, que ora define de uma forma, ora decide de outra. Então, é fundamental que tenhamos métodos alternativos de solução de conflitos.

E me parece, Senador Izalci, que, na largada, eu defendo aqui não só a unificação do contencioso, como também que o próprio PLP inclua os debates que hoje transcorrem aqui nesta Casa, em diversos PLPs.

Aqui eu cito o 2.481, 2.486, 2.488, 124, 125, que tratam do contencioso de um modo geral, mas que trazem também ideias de soluções alternativas, soluções de conflito, porque senão, na forma como está hoje no PLP 108, caberá ao Comitê Gestor definir, ou seja, não teremos um modelo já previsto em lei complementar e que possa, desde já, dar essa oportunização a contribuintes e Fisco, de modo a encurtar esse contencioso, encurtar o debate.

Gostaria também de dizer que o próprio art. 156-B, §8º, da Emenda 132, hoje digo da Constituição Federal, traz a possibilidade de integração dos contenciosos administrativos do IBS e da CBS. Então, veja que não há, na Emenda 132, uma determinação de existência de dois contenciosos. Prevê aqui a possibilidade de integração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há muita resistência com relação a concentrar em um tribunal ou em outro. Vejam que eu defendo publicamente, academicamente – aqui estou como acadêmico –, a concentração no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Acho que o Carf tem muito a evoluir em muitas frentes – como toda estrutura humana, tem seus problemas e teve seus problemas históricos –, mas eu acho que, com a integração nacional dos entes, nós temos uma grande oportunidade, inclusive, de melhorar a estrutura do Carf hoje naquilo que muitos criticam, inclusive para evitar que o contencioso lá se concentre

Sugiro o Carf por algumas razões. A primeira delas é porque ele já existe. A necessidade de criar um novo tribunal impõe, necessariamente, uma complexidade, uma burocracia de que não precisamos agora, Senador Izalci. O Carf já existe. Então, me parece, seja pela criação da 4ª Seção, seja pela distribuição da competência entre as três seções que hoje existem, a melhor solução no que tange à economicidade, à segurança decisional, à otimização. E traremos para dentro da estrutura do Carf aqueles julgadores estaduais e municipais que hoje tanto contribuem para o contencioso administrativo nas suas esferas.

Inclusive, Senador, isso não, de forma alguma, depõe contra esses tribunais locais – digo o porquê. Se teremos a extinção só em 2033 do ICMS e do ISS, mas ainda a continuidade de um contencioso a perder de vista – porque, veja, teremos até 2038 com possíveis autuações, teremos um contencioso que hoje não se resolve em poucos anos –, então os julgadores que lá estão hoje continuarão julgando ICMS e ISS por mais 15 anos ou 20 anos. Depois, nada impede que se faça uma integração desses julgadores ao tribunal escolhido – que aqui eu sugiro que seja o Carf.

Há uma outra preocupação, Senador, com relação ao PLP 108, que diz respeito ao que será o contencioso. A Profa. Susy trouxe aqui um dado que muito nos preocupa.

O contencioso PLP 108 não comporta repetição do indébito, o que hoje o Decreto 70.235 oportuniza. E, veja, teremos *split payment*. Então, não teremos mais essa realidade em larga escala de lançamento de ofício, porque o tributo estará pago antes da autuação pelo banco. O contencioso necessariamente será de repetição do indébito, e não mais de controle de legalidade do lançamento, porque o tributo nasce pago, e não há essa preocupação do PLP 108; pelo contrário, exclui o problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a maior característica do contencioso que se aproxima com a reforma tributária, a nova realidade não está tratada aqui, o PLP 108 não trata dela. E aí fica a pergunta: o que será, então, do contencioso? Não haverá mais contencioso? E isso, me parece, é premente.

Eu já falei aqui da impossibilidade também da restituição, Senador – não vou voltar a isso porque é PLP 68. Gostaria de falar pontualmente, objetivamente, por conta do tempo, de alguns artigos. Cito aqui o atual – pelo menos na última versão que eu recebi – art. 84, §3º, que diz que: "A autoridade lançadora poderá alterar o lançamento efetuado, no todo ou em parte, em face de impugnação apresentada, diante de vício sanável [...]".

Aqui é preciso dizer que o Carf até hoje não conseguiu pacificar o que seria vício sanável. Eu não sei o que é vício sanável, Senador: se é vício de forma, se é vício material, se é possível ser sanado, se não é possível ser sanado – a Profa. Susy, que está aqui, pode me corrigir se eu estiver errado. Então, ou o PLP estabelece o que é vício sanável, ou teremos aí anos e anos tentando adivinhar o que seria vício sanável, e o que vai acontecer na prática é que o julgador vai alterar o lançamento como ele bem quiser. Parece-me que é isso que irá ocorrer. (*Falha no áudio.*)

Tem uma outra preocupação que eu inseri aqui porque eu achei que isso seria falado, mas por hora ainda não foi falado, que me parece gravíssima, Senador. O art. 92 do PLP impede... Vejam, já é um tema polêmico o julgador administrativo não poder realizar o controle de constitucionalidade. Digo: não é que ele realizaria o controle de legalidade, mas naturalmente, quando se interpreta um precedente do Supremo Tribunal Federal, é preciso estabelecer algum tipo de juízo de valor na decisão com relação ao que fora decidido em matéria constitucional.

Mas eu não vou nem adentrar aí. Estamos falando de controle de legalidade. O que o art. 92 diz é que fica vedado à autoridade julgadora fazer controle de legalidade dos atos infralegais da administração fazendária, o que me parece um mister natural do julgador administrativo no caso concreto. Impedir o controle de legalidade por parte do julgador é dizer que a autoridade fazendária pode, por ato infralegal, definir o que bem entender e, no controle de legalidade, não será feito o controle de legalidade do lançamento. É uma incoerência em si – gravíssima, me parece –, no art. 92.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo agora, Senador, para também uma previsão que me parece das mais graves e gostaria de dizer aqui que talvez, nos vinte e tantos anos que tenho de vida tributária, eu nunca vi uma norma que me estarrecesse tanto. E digo com relação aos arts. 111 e 112, combinados com o art. 11, inciso XII, do PLP 108. Digo isso porque aqui se estabelece que, em havendo os contenciosos IBS e CBS, cria-se o Comitê de Harmonização para harmonizar as decisões. Claro, elas não podem ser conflitantes. A Profa. Susy bem aqui nos ensinou que eles são idênticos, nascem idênticos e têm que ter o mesmo entendimento.

Os tribunais administrativos são paritários e os seus julgadores são imparciais, independentes, julgam conforme a sua livre motivação, seu livre convencimento. O Comitê de Harmonização que aqui se cria, por força do art. 11, inciso XII, só é composto por auditores fiscais. Algum problema nisso? Eu confio nos auditores fiscais muito. Temos muitos aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE KERTESZ RENAULT – ... e apresento a minha deferência.

O problema é que evoluímos para a imparcialidade, evoluímos para a paridade. E não concordo, em gênero, número e grau, que o processo seletivo englobe advogados da iniciativa privada, que, quando tomam posse na condição de julgadores administrativos, no seu mister de julgadores administrativos, são tão julgadores quanto os que vierem da carreira do Fisco, no exercício daquela função, seja pela via do concurso, seja pela via da escolha legal de seleção por *expertise*. Eu mesmo hoje leciono – a Profa. Ana Claudia, que está aqui, é prova disso, porque faz parte lá hoje da Universidade de São Paulo – para alguns conselheiros brilhantes, com mestrado, doutorado, e que foram indicados pelas confederações. E isso não traz nenhuma parcialidade a eles. O contribuinte não julga o próprio auto; afinal de contas, na tributação sobre consumo, até os auditores fiscais são contribuintes – ou não pagam a tributação sobre consumo? É diferente de dizer que o advogado da empresa vai julgar o seu próprio auto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE KERTESZ RENAULT – E não me parece que seja o caso.

Vou encerrar, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então me parece que é premente que no Comitê de Harmonização haja a presença, sim, de acadêmicos da sociedade civil. Podemos aqui discutir vários modelos, mas, na medida em que o Comitê de Harmonização, no que ele definir, vinculará os tribunais administrativos, essa decisão merece todo o cuidado, todo o zelo, toda a responsabilidade, e me parece que merece a contribuição da sociedade civil e da academia.

E por fim, Senador, eu só gostaria de destacar, como já havia destacado, que se mostra fundamental inserirmos os métodos alternativos de solução de conflitos. Eu citei aqui alguns PLs que já estão em curso aqui no Senado Federal. E é o art. 2º, §1º, inciso IX.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE KERTESZ RENAULT – E agora, para finalizar, de fato, pedindo desculpa pela extensão do tempo, Senador, me preocupa também o 164, §5º, inciso I, do PLP 108.

Aqui tivemos o Gustavo Brigagão, Presidente do Cesa, foi Presidente da ABDF, na audiência pública do PLP 68, trazendo esse tema antecipadamente, no que tange ao risco da tributação do ITCMD na distribuição desproporcional à participação no capital social, principalmente nos escritórios de contabilidade, nos escritórios de advocacia, nas clínicas médicas, etc. É muito comum que se tenha uma divisão equitativa, ou o que seja, nos contratos sociais e que, na distribuição de lucro, se dê conforme o seu labor. Não faz o menor sentido se tributar via ITCMD. Essa é uma tentativa de se trazer uma norma antielisiva, essa é uma tentativa de se trazer uma norma que evite sonegação, mas me parece que ela é tão perigosa, tão perigosa que merece ser suprimida.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Felipe.

Eu agradeço a participação aqui na mesa do Jarbas, do Marcelo, da Susy e do Felipe, a quem peço para ocupar ali a primeira fileira, e convido aqui para a mesa o Geraldo da Silva Datas, que é Auditor Fiscal da Receita Estadual e também Presidente do Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais.

Muito bem, podem aplaudi-lo. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Fellipe Matos Guerra, que é contador e representante aqui do Conselho Federal de Contabilidade. (*Palmas.*)

Tem que pagar o honorário para ele, porque já está vindo agora em todas as audiências, viu, Fellipe?

E a Ana Claudia Borges de Oliveira, Presidente da Associação dos Conselheiros Representantes dos Contribuintes no Carf. Tudo bem, Ana? (*Palmas.*)

Já passo para o Geraldo da Silva Datas, Auditor Fiscal da Receita Estadual lá de Minas Gerais.

O SR. GERALDO DA SILVA DATAS (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

Senador Izalci, é uma honra muito grande poder, pela oportunidade, participar deste debate.

Eu compareço aqui na qualidade de representante do Comitê de Secretários de Estado de Fazenda (Comsefaz), que teve uma atuação muito importante nessa etapa de regulamentação da reforma tributária.

Naturalmente, por todas as falas que me antecederam, acho que, em sete minutos, seria difícil para eu poder tentar fazer um contraditório aqui, mas vou escolher dois pontos que eu acho muito relevantes de a gente falar, que acho que foram os que foram mais enfrentados por todos que me antecederam. Eu acho que, com eles, talvez eu consiga, de certa forma, dar o tom de qual foi a qualidade da participação dos representantes do Comsefaz nesta etapa de regulamentação da reforma tributária.

Eu já começo criticando a expressão "reforma tributária", porque a gente sabe que o que foi feito aqui não foi uma reforma tributária. Uma reforma tributária deveria ser entendida como uma alteração muito mais ampla na tributação do país, que é reconhecidamente regressiva e concentradora de renda. Ela é injusta pela própria natureza. E a estrutura da tributação no Brasil é extremamente nefasta, principalmente com as pessoas que têm menor condição de contribuir, que são pessoas assalariadas, consumidores e assim por diante.

Então, vamos falar aqui da reforma da tributação do consumo, que é do que se trata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isto é fato consumado, senhores: a reforma do consumo foi realizada através da Emenda Constitucional 132. Ela foi colocada, e nos foi dado o desafio, como técnicos, de participar desta etapa de regulamentação, para oferecer a esta Casa do Congresso Nacional os PLs que iriam, naturalmente, dar orientação de como seria concretizada essa reforma da tributação do consumo na prática. E, senhores, tributação do consumo na prática quem entende é estado e município. Posso garantir aos senhores. Então, tecnicamente, as competências de tributar o consumo do Brasil sempre foram atribuídas a estados e municípios.

Foi com esse espírito técnico que o Comsefaz reuniu representantes de todos os estados da Federação, de uma forma inédita, para, conjuntamente, participar, junto com a Sert, da elaboração desses textos.

Não tem intenção política essa participação. Divirjo dos que me antecederam e que fizeram esse tipo de manifestação.

Naturalmente, até pela experiência política dos representantes do Comsefaz, eles têm que responder perante a sociedade pela qualidade do gasto e pela implementação das políticas públicas. Nesse sentido, o PLP nº 108 é uma ferramenta essencial para se poder garantir a higidez orçamentária do principal tributo de estados e municípios, que eram o ICMS e o ISS. Os municípios já participaram com 25% do ICMS, e agora essa tributação vai se dar pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). Então, é sobre isso que a gente deve falar.

Nesse sentido, o que o Constituinte fez? Ele definiu que haveria um comitê gestor que cuidaria de certa forma. Dada a circunstância e a peculiaridade do federalismo brasileiro, teria que haver um órgão que fizesse a coordenação e a integração dessas ações administrativas relativas à aplicação dessa reforma tributária do consumo. É disso que se trata. Não é político isso. Isso é técnico. Isso, na sua essência, é administração tributária propriamente dita. Eu desafio qualquer um dos senhores aqui a me dizerem que tem esse conteúdo político no texto.

Então, tecnicamente, nós estamos falando de administração tributária. Administração tributária não comporta participação de outros sujeitos que não sejam os representantes de estados e municípios na administração tributária. Nesse caso, o art. 156-B é muito claro ao estabelecer que estados, Distrito Federal e municípios vão exercer essas competências através do Comitê Gestor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quais são essas competências? Todas elas são atividades administrativas. Não tem atividade política naquele rol. Ali eu falo de interpretar, de aplicar a norma tributária. Ali eu falo de decidir o contencioso. E, nesse ponto, vou me permitir pedir licença à Dra. Suzy, porque divirjo que seja possível acolher a pretensão de que se faça o julgamento de um ato administrativo, lançado por estados e municípios, com uma terceira pessoa que não tenha participado desse ato. Por quê? Por uma questão muito simples: é prerrogativa da autoridade administrativa, mas é um dever do estado fazer a revisão do seu próprio ato, e dos municípios também. Se assim o é, como eu posso delegar a um terceiro fazer o controle, a autotutela desse ato administrativo, que é do que se trata, do que a gente está falando? Então, tecnicamente, eu vejo uma dificuldade de acolher esse argumento usado aqui pelos que me antecederam de querer criar uma instância única de resolução dessa controvérsia de matéria tributária em sede de tributação do consumo. Tributação do consumo é, na sua essência, uma prerrogativa de estados e municípios. Não comporta a União participar desse processo.

Divirjo também da Dra. Melissa, que defendeu a participação dos procuradores. Também não é atribuição de procuradores. A advocacia do estado não participa efetivamente da atividade tributária. E, nesse sentido, sou obrigado também a colocar essa situação como uma situação disfuncional da conformação do modelo.

O modelo foi pensado para ser simples, sim. Muito pelo contrário, ele foi pensado principalmente por pessoas que experimentam a maior complexidade do mundo em sede de tributação de consumo e de resolução de conflitos nessa área. Ninguém no mundo conhece melhor a complexidade da tributação do consumo do que os estados – posso garantir. E eu falo isso com muito orgulho, porque estou dentro da Casa onde se conhecem os problemas federativos. Eu tenho certeza de que os Senadores aqui já enfrentaram, por diversas vezes, tentativas de solução desses conflitos interfederativos que, no modelo que nós vivemos hoje, nós não conseguimos resolver.

Então, a reforma tributária vem para trazer essa possibilidade. Está pronta? Não está! Está em construção. Todos nós estamos envolvidos nisso. Estou envolvido eu, na condição de servidor público do Estado de Minas Gerais, estou envolvido, na condição de representante do Comsefaz, na condição de cidadão contribuinte, como qualquer um dos senhores e senhoras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que aqui estão, e com um olhar republicano, e não de querer fazer garantias corporativas, como foi dito aqui nesta mesa; não se trata disso.

Nós fizemos tudo com um espírito público, e digo mais: não há na história da Federação brasileira – talvez o Senador Izalci possa me corrigir, se eu estiver errado – um aumento político no país em que todos os secretários de estado de Fazenda se reuniram e conseguiram encontrar um ponto de consenso sobre como fazer tributação de consumo no país. Não há na história da Federação brasileira uma experiência como essa.

Então, senhores, o que eu trago para vocês é uma visão otimista do processo, muito embora, na qualidade de servidor, eu pense que nós tivemos, sim, uma supressão de parte da nossa autonomia – tivemos, sim –, mas por um bem maior. E eu penso que, nesse sentido, eu tenho que olhar com um olhar de cidadão. Acho que esse é o espírito que todo servidor que participou desse processo tem.

E eu posso garantir para os senhores que os 300 servidores que participaram desse processo, representantes da União, de estados e municípios, o fizeram com esse espírito público de que está se construindo uma solução eficiente, compromissada com a simplificação, com a transparência e com a cooperação, coisa que no momento atual a gente não conhecia, muito embora na Constituição já tivesse um indicativo de que estados, municípios e União tinham que cooperar para poder se fazer tributação neste país de qualquer área.

Foi preciso haver esse choque de realidade para que a gente tivesse que experimentar essa situação de a gente se sentar e tentar encontrar quais os pontos que nos uniam, em favor da cidadania, em favor da administração pública, em favor do Erário, porque é disso que se trata.

E, senhores, o 108 precisa ser trabalhado com a mesma importância que tem o 68, porque ele é a ferramenta essencial para cuidar das atividades que vão controlar a arrecadação, a fiscalização e a tributação neste país em sede de consumo.

Então, nesta Casa, eu tenho certeza de que o Senador Izalci tem essa preocupação, pela iniciativa que está tendo de proporcionar este debate de forma ampla, com a participação de todo o segmento da sociedade. E, senhores, a gente não teme este debate com os senhores;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito pelo contrário. Na qualidade de servidor, na qualidade de Presidente do Conselho de Contribuintes, eu posso garantir aos senhores que eu faço isso todos os dias nas sessões de julgamento das quais eu participo, e essa é a experiência que a gente traz para este debate.

Em matéria de contencioso, eu posso garantir para os senhores que o modelo que a gente está tentando construir é o modelo que tem compromisso, sim, com a simplificação, tem compromisso, sim, com a segurança jurídica, foi inspirado, inclusive, nos PLs que o Dr. Felipe mencionou aqui. Podem ver que o texto contempla todas as soluções.

A gente foi buscar, nas melhores fontes, as melhores práticas. Nós debatemos entre todos os presidentes de conselhos de julgamento administrativo no país para saber quais são as melhores práticas que nos uniam para podermos ter um texto único, que é a competência do Comitê Gestor. Ele tem que criar um regulamento único, que seja tanto do modelo operacional de tributação, como da resolução do contencioso que vai surgir. Não existe solução que afaste a possibilidade de existência do contencioso. Isso não existe, todos nós sabemos disso – aqui nós temos especialistas e todos nós sabemos disso. A realidade nos impõe que é da natureza, inclusive do cidadão brasileiro, litigar. A gente sabe disso, todos nós aqui que somos formados em direito sabemos disso, é só olhar para os números que estão no Judiciário. O contencioso administrativo é a solução mais barata, é a alternativa e, com as ferramentas certas, pode ser a solução de todos os problemas.

E posso dizer, Dra. Susy, que não se assuste com os números dos integrantes dessa nova composição. Não será o Estado que vai julgar na sua configuração atual, essa competência é do Comitê Gestor. Foi feita uma distribuição de maneira a permitir que quem enfrentasse a resolução desses conflitos, com a inspiração de fazer a revisão do ato administrativo, fossem os servidores que estivessem mais próximos dos fatos onde acontecerem, porque o que se faz de maneira melhor do que o Judiciário, posso afirmar aos senhores, é que, nessas instâncias de julgamento administrativo, se enfrenta a matéria fática, apreciam-se as provas e, se eu faço essa resolução longe das provas, a chance de erro é muito maior. É sempre bom que se esteja mais próximo das provas, que se esteja mais próximo da autoridade que fez o lançamento, porque é disto que se trata: eu estou falando de revisão de ato administrativo, eu não estou fazendo o julgamento, eu não estou dizendo o direito propriamente dito; o que eu estou fazendo é a revisão de um ato de lançamento que, na sua construção, já goza de uma presunção de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legalidade. É disso que se trata e isso não pode deixar de ser observado por aqueles que enfrentam esse tema, porque isso é uma questão técnica, isso não é uma questão política. Eu preciso ter o compromisso de que o que eu estou fazendo, quando eu faço a decisão do contencioso, é produzir um ato de execução fiscal que, lá na frente, pode ou não trazer esse recurso para o Estado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERALDO DA SILVA DATAS – ... vai trazer a destempo, mas de certa forma ele precisa ter higidez suficiente para que, se ficar comprovado que esse recurso deixou de ser recolhido ao Estado, ele venha com todas as consequências da demora com que ele foi implementado.

Eu agradeço muito a oportunidade.

O tempo é muito curto, gostaria de debater cada ponto que foi colocado aqui pelos senhores, mas sei que o ambiente, no momento, para que todos tenham a oportunidade de falar, não permite, mas fico à disposição para que a gente possa ter este debate em outros momentos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Geraldo.

Fico feliz de saber que – eu tive o privilégio também de presidir a Comissão de execução administrativa e tributária – tudo que foi colocado lá foi aproveitado aí nesse PL. Muito bom.

E lhe dei um tempo maior, porque você tem cara de ser atleticano; então, como eu sou galo, estou lhe dando um tempinho maior.

O SR. GERALDO DA SILVA DATAS – Lamento informar o meu sofrimento. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ninguém é perfeito. Tem isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra, então, agora ao Fellipe Matos Guerra, que é contador e representante do Conselho Federal de Contabilidade.

O SR. FELLIPE MATOS GUERRA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Gostaria de inicialmente cumprimentar o Senador Izalci Lucas e, na sua pessoa, cumprimentar todos que acompanham esta audiência pública aqui presencialmente e também de forma *online*. Inclusive, nós temos uma enorme audiência dos profissionais da contabilidade de todo o Brasil, que estão acompanhando os debates da reforma tributária atentamente.

Bom, gostaria, Senador, de já iniciar parabenizando-o pela condução dos trabalhos e também por já antecipar as discussões relacionadas ao PLP 108, para que nós tenhamos tempo suficiente de ouvir as contribuições da sociedade e, dessa forma, de fato, aprimorar o texto da reforma tributária como claramente, nas exposições que foram feitas, se faz necessário.

Então, eu fiz aqui uma breve apresentação para que nós possamos cumprir o tempo e, dessa forma, também endereçar todos os assuntos que são importantes.

O PLP traz a questão da gestão e da administração do IBS, mas, obviamente, eu reduzi as contribuições da classe contábil, neste primeiro momento, a três pontos específicos: a questão do próprio Comitê Gestor, que eu vou mencionar mais à frente; o contencioso administrativo – e aqui eu poderia ter um colocado asterisco na questão do contencioso também judicial, e eu vou, daqui a pouco, demonstrar a vocês o porquê eu já coloquei essa alusão a ele –; e também sobre a ampliação do alcance do ITCMD. Algumas das minhas falas foram, inclusive, antecipadas aqui pelo meu xará, o Prof. Felipe, que também já mencionou alguns dos pontos.

E eu inicio pelo final. Vou tratar primeiramente da questão do ITCMD, porque é algo com que a classe contábil tem se preocupado bastante.

No art. 164, §5º, inciso I, fala-se que: "Consideram-se, ainda, como doações, para fins da incidência do ITCMD, em transmissões entre pessoas vinculadas..." E, aqui, eu destaco, do que diz lá no inciso I, somente a parte que mais nos interessa discutir aqui, que inclui a distribuição desproporcional de dividendos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe uma preocupação, porque, como já foi antecipado, a distribuição de lucros... A gente sabe que, no Brasil, muito se intenciona alcançar a tributação do Imposto de Renda com relação a essa distribuição – a gente vê várias vezes, na mídia, esse tema sendo discutido –, só que ela está sempre postergada para quando o momento de discutir a tributação sobre renda e patrimônio chegar.

No entanto, a alegação e a justificativa para alcançar essa tributação é sempre a de que os países mais desenvolvidos no mundo tributam a distribuição de lucros, só que, muitas vezes, é deixado de lado também o fato de que esses países que tributam mais a renda possuem uma tributação sobre o consumo bem menor do que a que o Brasil tem. Então, nós estamos correndo o risco de ver uma alta tributação sobre o consumo, que é uma das maiores do mundo, e também visualizar uma tributação sobre a renda, sobre os lucros, também de forma aumentada, majorada. Então, nós temos uma preocupação com esse ponto.

Aqui apenas para ilustrar – eu sei que a maioria entende bem o que isso quer dizer –, vamos supor que eu seja sócio da nossa querida colega Ana Claudia e nós tenhamos ali, na nossa divisão societária, cada um, 50% do capital social da empresa. Só que, nesse momento, nós tivemos um lucro de R$100 mil na sociedade e decidimos fazer uma distribuição desproporcional. Existe previsão contratual no ato constitutivo ou no contrato social da empresa dessa possibilidade, conforme menciona o art. 1.007 do Código Civil, e decidimos, dessa forma, fazer uma distribuição pela qual eu vou ficar apenas com 10% do lucro distribuído e ela com 90%.

Então, o que está sendo previsto aqui é que essa distribuição desproporcional será considerada uma doação e, a partir dessa interpretação, ser cobrado o ITCMD. Então, a nossa sugestão, de forma bem objetiva, é a supressão do texto que menciona a distribuição desproporcional de lucros, sob pena de nós termos uma majoração e inclusive uma interpretação muito malabarística do fato gerador do ITCMD se dessa forma prosperar.

Continuando, eu trago aqui uma questão, uma pergunta que é muito importante – e gostaria também de mencionar outro cearense que está sempre levantando este debate. Eu menciono – viu, Senador? – que eu sou cearense, porque esse meu sotaque britânico tende a enganar bastante a quem ouve. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas quero mencionar o Prof. Hugo de Brito Machado Segundo, que sempre tem pontuado sobre a preocupação com esse ponto, e deixando a seguinte questão: quem precisa do Judiciário para se proteger de ilegalidades: a administração tributária ou o contribuinte? De fato é o contribuinte. A administração tributária tem todo o poder dentro dessa relação jurídico-tributária para fazer o lançamento e impor a cobrança.

E um ponto que vem sendo, de forma reiterada, mencionado em todas as discussões que tratam sobre o contencioso, seja administrativo, seja judicial, está lá previsto... (*Falha no áudio.*) ... do PLP 108. O item 23, para ser mais preciso, diz o seguinte:

> A Reforma Tributária [e aí o próprio legislador deixou lá claro] provavelmente [ou seja, dando a entender que não consegue ter a dimensão real dos impactos, então ele já assume que isso é provável] demandará mudanças no Direito material tributário [aqui essa palavra "material" foi um erro de redação, porque ele estava tratando ali do direito processual], sobretudo no tocante aos processos relacionados à execução fiscal do IBS e às demais espécies de ações que tenham este tributo como o seu objeto de discussão. Tal quadro requer uma reavaliação das normas processuais de regência do contencioso judicial em sede de IBS, de sorte a conformá-las à nova realidade trazida pela Reforma, o que pode envolver, inclusive, eventual reorganização judiciária. [Então, já está se estabelecendo aqui um impacto da reforma tributária no âmbito do contencioso judicial que não está sendo medido.] Esta discussão demanda um diálogo entre todas as partes interessadas, notadamente o Poder Judiciário, advocacia pública e privada, administrações tributárias e contribuintes. [E esta parte aqui talvez seja a mais importante para a gente avançar:] A despeito de se reconhecer a importância do tema e a necessidade de endereçá-lo, o presente Projeto de Lei Complementar não veicula a resolução destas questões [Então já assume o golpe: "Ah, é provável que vá haver muitos impactos, mas nós não sabemos como serão esses impactos e nem propomos nenhuma resolução para esse problema"], cujo disciplinamento dar-se-á em instrumentos normativos a serem oportunamente apresentados ao Congresso Nacional [...].

Então, em muitas das discussões e das falas anteriores, nós mencionamos a questão da insegurança jurídica. Se nós temos uma insegurança jurídica ainda claramente evidenciada, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudanças que impactarão o contencioso judicial e administrativo, como já foram previamente endereçadas, e nós ainda não temos caminhos para a resolução desses problemas, isso só aumenta muito essa sensação de insegurança.

E, por fim, já caminhando aqui para as conclusões – ontem a fala foi bem corrida, então tentei ser bem objetivo hoje –, nós temos também uma preocupação com relação ao contencioso administrativo, que também foi pontuado pelo Dr. Felipe, com relação à questão da uniformização na interpretação pelo Comitê Gestor do IBS e o fato de que a autoridade julgadora está vinculada a esses atos.

Então, o Comitê de Harmonização, formado exclusivamente por representantes da administração tributária, vai promover a administração e a vinculação dos atos administrativos com relação à harmonia do contencioso em relação a IBS e CBS, à interpretação da norma. E os órgãos de julgamento, que são paritários, terão que obedecer àquilo que foi vinculado pelo Comitê de Harmonização, ou seja, mesmo que eles sejam paritários, eles têm uma limitação muito forte na sua atuação e na imparcialidade do julgamento, porque a harmonização, a interpretação do ato já veio por parte do Comitê de Harmonização. Então, gostaria de deixar esses pontos aqui destacados.

A classe contábil tem uma preocupação legítima com toda essa discussão tanto no que envolve o PLP 68 quanto também a tudo o que envolve o PLP 108. Nós entendemos que há muito espaço para discussão, que são temas bem complexos que necessitam de aprimoramento do texto, sem levar para o âmbito das paixões, porque, muitas vezes, quando se faz críticas ao texto, parece que se está levando para o âmbito da pessoalidade, e nós não estamos discutindo aqui questões dogmáticas, nós temos que, de fato, entender que esse é o momento e o local adequado para nós aprimorarmos o texto e atendermos às expectativas da sociedade para entregar uma reforma tributária que alcance seus objetivos.

E, mais uma vez, reforço aqui a disponibilidade da classe contábil em contribuir para esse aprimoramento, com números, com fundamentação, com a apresentação de emendas, que, de fato, tragam à realidade do texto que está sendo proposto aquilo que é a expectativa de toda a sociedade.

Então agradeço mais uma vez ao Senador e a todos os presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Fellipe.

Passo imediatamente para a Ana Claudia, Presidente da Associação dos Conselheiros Representantes dos Contribuintes no Carf.

A SRA. ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde, Senador. Quero agradecer o convite para estar aqui hoje. Sou de Brasília e é a minha primeira vez aqui. Sou das poucas pessoas de Brasília, e é a minha primeira vez aqui na CAE. Então é uma alegria poder ser ouvida e poder falar em nome do Carf.

A reforma tributária em muito toca o Carf e até hoje o Carf não foi ouvido em nenhuma oportunidade – nenhum representante de lá, seja dos contribuintes, seja do próprio Estado; o Carf foi ignorado, apesar de ser tão falado, apesar de ser uma lenda, não é?

Hoje eu sou Presidente da Associação dos Conselheiros Representantes dos Contribuintes, então é meu papel também fazer uma defesa dos próprios conselheiros, além do Carf. Eu também estou fazendo, neste ano, 20 anos de Carf. Não parece, mas estou lá por 20 anos e foi o meu primeiro estágio. Então tem 20 anos que eu convivo... A Dra. Suzy foi Vice-Presidente, foi uma honra, e eu tenho aprendido muito em todo esse tempo.

Quando a gente fala em contencioso administrativo, a Emenda Constitucional 132 falou que o Comitê Gestor iria decidir o contencioso. Para mim foi um dos maiores erros técnicos que eu já vi colocados na Constituição. O contencioso não é um objeto, não é um processo, para que alguém decida sobre ele – "decidir o contencioso" é um erro gramatical horroroso, é feio falar. Não existe um contencioso para ser decidido, inclusive não é um termo técnico.

Em dezembro do ano passado, eu escrevi um artigo, e ele foi publicado no mês passado, passei uma vergonha. Lá no meu artigo eu escrevo "a palavra contencioso não existe na Constituição". A palavra não existia na Constituição. Aí as paredes me ouviram e, no dia 20 de dezembro, veio pela primeira vez a palavra "contencioso" na Constituição, duas vezes na Emenda Constitucional nº 132.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que não existia contencioso? Porque não é termo técnico. Está errado a gente falar "decidir o contencioso". O contencioso só tem, hoje, dentro de todas as doutrinas brasileiras, uma explicação: seria um conjunto de normas aplicáveis só. O Prof. Marcos Neder e a Thais de Laurentiis dão esse conceito. Não existe esse conceito em lugar nenhum na doutrina brasileira. E todo mundo começou a falar do contencioso como se fosse normal. Eu tenho hoje uma fase litigiosa que se instaura após a apresentação de uma impugnação. Ali eu teria um contencioso dentro de uma disputa entre duas partes que querem vencer aquela batalha, mas não é um termo técnico para a gente usar.

Contencioso também não é órgão de arrecadação, não é de forma alguma. E, quando a gente fala do IBS e da CBS, a Profa. Susy expôs bastante as semelhanças entre os dois tributos. E qual é a diferença entre os dois? A arrecadação. Então, onde se separa o IBS e da CBS é que, na CBS, a arrecadação vai para a União e, no IBS, vai para os estados e para os municípios. Então eu preciso de um órgão que me fale de arrecadação. Tudo bem que tem o Comitê Gestor para tratar da arrecadação, de como eu vou distribuir entre os estados e municípios, mas não para decidir julgamentos, não para tratar de processos. Isso não foi dito na emenda. Isso aí é uma interpretação completamente errada que o PLP vem trazer e falar: agora a gente vai julgar processos. Não está sendo dito isso na emenda. Decidir o contencioso não é julgamento de processos, não tem nada a ver um termo com o outro. É uma confusão grande, é uma confusão terminológica de termos.

E aí eu tenho hoje uma necessidade de ter um contencioso, sim, único, integrado e coeso para atender o princípio da simplicidade. E já foi dito publicamente – oficialmente não está escrito em nenhum lugar, mas foi dito – que o Carf vai julgar a CBS. Eu tenho dito isso em vários momentos pelo Brasil. Eu tenho feito, hoje, um projeto – o Felipe Renault é o professor que hoje mais me acompanha – de levar o Carf pelo Brasil. A gente estava, na semana passada, lá em Fortaleza, com o Prof. Felipe também – e eu trato do Aconcarf Itinerante –, explicando o que é o Carf. Em muito, eu falo assim: olha, a regra de competência não é uma regra de intuição.

Sabem onde está escrito que um órgão federal julga um tributo federal? Em lugar nenhum. Sabem onde está escrito que um órgão estadual, como é o Conselho de Contribuintes de Minas, julga um tributo estadual? Em lugar nenhum. Há hoje uma ideia intuitiva de a gente falar: ah, é estadual, julga o tributo estadual, deve ser. Mas isso é uma intuição, isso não existe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tem nenhuma lei falando isso, nenhuma lei. Não tem nada na Constituição falando isso. A gente só partiu de uma intuição e levou a crer, e todo mundo colou na ideia e falou: então vamos deixar aqui o federal.

E, dentro desse meu projeto de levar o Carf pelo Brasil, eu tenho contado muito da história do Carf. E, quando a gente entra na história do Carf, eu começo a entender que isso é uma intuição talvez um pouco errada. O Carf é um órgão paritário, ele é composto metade de representação do Estado, que são auditores; metade representantes da sociedade civil, que é o meu caso – eu era advogada, hoje eu estou lá. A gente julga em segunda instância a legalidade do lançamento e a gente faz a uniformização da jurisprudência dentro da Câmara Superior de Recursos Fiscais, que nem sempre existiu no Carf, é uma novidade, porque não havia tanto essa preocupação com a segurança jurídica e não se sabe quando o Comitê Gestor vai ter maturidade o suficiente para alcançar a maturidade que o Carf alcançou, em cem anos, em nível de uniformização de jurisprudência, e até hoje muito deficiente, não é? A gente julgou súmulas semana passada, o que foi complexo, não é? Imagina quanto tempo o Comitê Gestor vai ter maturidade para julgar súmulas! É complexo.

Esta é a história do Carf: o Carf começa lá em 4 de setembro de 1924 – ele está fazendo cem anos – e foi feito para ser um conselho federal para julgar, dentro dos estados e do Distrito Federal, imposto de renda. À época, o Distrito Federal era o Rio de Janeiro, ele foi instalado só no Rio de Janeiro, mas era para ele ter sido instalado em todos os estados do Brasil. Acabou não tendo a instalação e, depois, ele veio para Brasília com a mudança da capital.

Em 1927, então, eles fizeram um novo conselho, que era um conselho só para julgar consumos, tributos do consumo que tinham ali à época. Passou pouco tempo lá em 1934, e a administração pública falou assim: "é um erro julgar renda e consumo de forma separada, é erro ter dois conselhos". Em 1934, tem 90 anos. A gente está retroagindo 90 anos, mentalmente retroagindo 90 anos com o comitê gestor. E eles falaram assim: "não dá, vamos juntar? Vamos!". Em 1934, eles juntaram renda e consumo. Em 1964, eles trouxeram para o Carf tributos estaduais. O Carf ganhou competência para julgar tributos estaduais e municipais por um motivo: não existe nenhuma vedação de um órgão federal julgar tributos estaduais e municipais. Não tem nenhuma regra que fale sobre isso. Hoje não haveria qualquer impedimento de que a IBS fosse julgada dentro do Carf, dentro de uma estrutura que já existe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Carf então – opa, pulei – só ganhou esse nome em 2009, quando houve a união de todos os três conselhos que existiam. Essa frase que eu tenho aí é uma frase que existia dentro do *site* do Carf, eu tirei um *print* dela e depois a coloquei ali: "os estudos apontavam a necessidade de a gente eliminar a redundância, racionalizar a atividade administrativa, otimizar os trâmites processuais e imprimir maior celeridade na solução dos litígios". Ter hoje outro conselho para julgar a IBS é com certeza andar na contramão de tudo que o Carf pensou lá em 2009. Pensou e ainda tem muito a pensar, a evoluir e a amadurecer.

E hoje eu trago um pouquinho dos dados que a gente tem. Eles estão lá no *site* do Carf. Quando você abre o *site* do Carf, tem uma aba escrita: dados abertos. É uma aba que funciona bastante. A gente julgou agora no ano de 2024, de janeiro a julho de 2024, R$520 bilhões dentro do Carf. O Carf hoje tem um estoque de R$1 trilhão e poucos, isso é valor parado, valor não arrecadado, valor que deixa de fomentar a economia brasileira. Está parado lá no Carf. E a gente julgou R$520 bilhões. Em maio, passamos a ser 210 julgadores. Se eu fizer uma conta ali, uma média aritmética, eu tenho R$2 bilhões que cada julgador julga em um prazo de seis meses. Em seis meses eu, Ana Claudia, julguei R$2 bilhões sozinha.

E aí eu pergunto: como eu faço, então, hoje para o Carf ser mais produtivo se lá demora dez anos para julgar um processo? Como é que eu tenho uma competência do IBS? E os gastos com o novo contencioso? Essa parte dos gastos do novo contencioso é um ponto de muita atenção. Hoje teve muita gente defendendo aqui o novo contencioso do IBS. Nenhuma pessoa teve coragem de dizer quanto custará. Quanto custará esse novo contencioso do IBS? Por que as pessoas não apresentam esse dado em vez de defender: "o contencioso vai ser lindo, a gente vai ter simplicidade, eficiência, procuradores...". Quanto custa? Está sobrando dinheiro no Brasil? Eu acho que não.

Hoje a gente tem os conselheiros da sociedade civil num estado bem precário. Nós somos chamados de agentes honoríficos, a nossa remuneração é um terço dos conselheiros auditores fiscais. Nós não temos férias, não temos décimo terceiro, não temos licença-maternidade. Hoje o Governo tem propagado que quer ter mulheres dentro do Carf, falou que pelo menos 40% deveriam ser de mulheres, e não tem licença-maternidade. A conselheira do Carf não tem licença-maternidade. Hoje eu estou lá no Carf; eu não tenho filhos. Quantas de nós não têm? Ou é isso o que a sociedade quer, mulheres que não tenham o direito de ter filhos, sem direito à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

licença-maternidade? Se o Governo quer ter mulheres, se tem uma portaria que diz que quer ter mulheres, tem que ter o direito à licença-maternidade.

Aí o Governo fala em custo. E ele fala assim: "É, eu reconheço que hoje a gente tem uma altíssima rotatividade no Carf, que impede que eu julgue com mais celeridade, por isso, eu tenho processos levando dez anos. Eu não tenho dinheiro para te dar aumento". Mas aí tem dinheiro para fazer um novo contencioso do IBS? Quanto custa?

Eu trouxe também alguns contos aqui e uns dados. De janeiro a julho, a gente julgou R$520 bilhões. Eu julguei sozinha R$2 bilhões, em seis meses, o equivalente a R$4 bilhões neste ano. Se eu tivesse hoje um conselheiro custando R$30 mil, deixei uma média ali bem arredondada, eu teria um custo meu de R$360 mil/ano. Com 105 conselheiros representantes da sociedade civil, eu tenho um custo de R$37,8 milhões para que eu tenha um aumento para todos os conselheiros.

Quanto custa o novo contencioso do IBS?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA – Ninguém respondeu. Trinta e sete milhões, para dar aumento decente para todos os conselheiros por produtividade, diminuir a rotatividade, o que é um problema gravíssimo.

Então, eu gostaria muito de que quem defende hoje o novo contencioso do IBS apresentasse valores para se contraporem a esses valores, inclusive na minha defesa de que o IBS venha a ser julgado dentro da 4ª Seção do Carf.

Eu termino por aqui, então, e deixo aqui a Indicação nº 56, que foi feita aqui dentro do Senado Federal, à época, pela Comissão de Juristas, junto com o Senador Pacheco. Ela está pronta. Ela foi enviada já para o Ministério, à época, da Economia, hoje, da Fazenda e trata de todos os direitos dos conselheiros, inclusive licença-maternidade, férias, décimo terceiro e uma remuneração digna.

Então, muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem, Ana!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra agora ao Eduardo Salusse, que é o Presidente do Movimento de Defesa da Advocacia.

Eduardo está aí?

O SR. EDUARDO SALUSSE (*Por videoconferência*.) – Estou presente, sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

O SR. EDUARDO SALUSSE (*Por videoconferência*.) – Estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está ótimo.

O SR. EDUARDO SALUSSE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, muito obrigado.

Eu quero cumprimentar todos aí na pessoa do Senador Izalci Lucas.

Quero dizer que é uma honra estar presente como convidado para compartilhar algumas questões com esse seleto grupo, de amigos, inclusive, que compõe a mesa e dizer que é muito desafiador trazer temas num curto espaço de tempo. Mas vamos direto aos que selecionei e aos que, na minha percepção e na percepção da advocacia, são os que mais importam.

Bom, algumas questões já foram postas. Foi muito bem colocado que estamos diante de dois tributos, tributos gêmeos, na verdade, mas que contemplam a possibilidade de serem tratados de maneira paralela por duas fiscalizações, submetidos a duas impugnações e a dois processos administrativos com regras absolutamente distintas, processos estes que, ao final, tendem a canalizar para um comitê de harmonização, mesmo tendo percorrido caminhos distintos e tendo regras de competência completamente distintas. Isso, de fato, está longe do que podemos imaginar como algo que tende ou que se pretende simplificar e harmonizar.

O que importa, e vou me ater ao processo administrativo, na minha percepção o que mais importa é que o papel do processo administrativo é o papel a ele contemplado no próprio preâmbulo da Constituição Federal, que é o de buscar a harmonização.

E o que é um processo para o qual se pretende trazer harmonização? É um processo que seja reputado justo, ou seja, aquele apto para proceder, exarar ou proferir uma decisão justa. É um processo em que se respeita um prazo razoável, ampla defesa, em que se enfrentam todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os argumentos das partes, mas, sobretudo, é um processo que profere ou emana uma decisão imparcial; e a imparcialidade é um elemento absolutamente importante dentro daquilo que se imagina como um processo justo ou como uma decisão justa, ou seja, aquela que decorre da tramitação de um processo que reúne todos esses requisitos.

Foi dito aqui sobre a questão da composição paritária nos órgãos administrativos de julgamento, especialmente no Comitê Gestor. E, só para rebater – o colega da Fenafisco bem apontou –: o Brasil não é o único, não. Há um artigo, publicado no Conjur, de autoria de Breno Vasconcelos, em 3 de fevereiro de 2023, que bem aponta que, na África do Sul, há um modelo similar; na Dinamarca, também há um modelo similar.

Relembro aqui que, em outros países onde temos um processo administrativo que se pretende justo, atribuem ao julgador a qualidade ou a qualificação de imparcialidade. São processos que atribuem ao julgador garantias: garantias de inamovibilidade, garantias que o protegem contra a destituição. Na Argentina é assim, por exemplo. Há outros tribunais que selecionam os seus julgadores por concurso, como na Alemanha. Mas o que importa, em nossa realidade, é que se optou por uma composição paritária, ou seja, aquela composição que busca atribuir à decisão a conotação de uma decisão justa e equilibrada.

E por que isso é importante? Porque a decisão justa é uma decisão que é reconhecida, que é munida de autoridade, e é uma decisão que é cumprida. As crianças, a partir dos quatro anos de idade, já sabem reconhecer o que é justo e o que é injusto. E, uma decisão que não possui todos os atributos do devido processo legal, especialmente o enfrentamento de todos os temas, e uma decisão proferida por pessoas que estão ali com qualidades que lhes permitam ter a liberdade intelectual, é uma decisão reconhecida como injusta. E, até em países com padrões morais muito mais evoluídos que o nosso, as pessoas questionam – ou não cumprem – aquilo que acham injusto.

Vejam o processo arbitral, por exemplo. O processo arbitral tem um índice de judicialização muito baixo. Por quê? Porque as partes escolheram aquele julgador. Portanto, as partes reconhecem, naquela decisão, uma autoridade apta a tê-la, talvez, de observância obrigatória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso eu faço questão de apontar, e, na verdade, é a manutenção do disposto no art. 111, principalmente no que diz respeito... aos artigos, na verdade, dos diversos órgãos de julgamento que reconhecem a composição paritária. E deveria... (*Falha no áudio.*)

... de harmonização, prevista no art. 111, que não traz essa possibilidade também. Ele funciona como uma espécie de Corte de cassação: se as decisões proferidas durante todo o processo legal não são a contento, o comitê teria ali a condição de simplesmente cassar a decisão e vincular todo o processo administrativo à sua observância.

Outro aspecto importante, que foi colocado muito bem pelo Prof. Felipe Renault, diz respeito às condições de controle de legalidade. Isso está previsto no art. 92, §3º, no qual se subtrai do órgão julgador a competência para que ele deixe de aplicar a legislação – entenda-se atos infralegais, portarias, instruções normativas, respostas, consulta – ao argumento de legalidade.

Veja, é um contrassenso à própria obrigação constitucional, prevista no art. 37, de a administração pública observar a lei. A legalidade é um dos princípios da administração pública.

Como pode a legislação subtrair do agente público, na condição de julgador, o poder de aplicar a legalidade, subtraindo-lhe, obrigando-lhe, vinculando-lhe, amordaçando-lhe em observância a um ato administrativo? De fato, isso não condiz com o que desejamos, que é buscar a paz social, que é desafogar o Poder Judiciário – decisões cunhadas em atos administrativos.

E não faltam exemplos, desde a Constituição de 1988, não faltam exemplos de atos administrativos que se sobrepuseram à própria lei. Teremos aí, inevitavelmente, uma judicialização, um efeito absolutamente reverso.

E o pior disso tudo: nós teremos a formação de um crédito tributário com base em um ato infralegal, já aparelhando uma inscrição em dívida ativa, a despeito do controle de legalidade, mas que, desde já, produz efeitos na esfera da intimidade particular dos próprios contribuintes, com protestos, negativações, vedações de contratar com o poder público, constrição patrimonial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Ah, mas o contribuinte poderia ir ao Judiciário – é uma frase que ouvimos –, que é a quem cabe o controle da legalidade efetivamente.". O Judiciário é um percurso que, sabemos todos, demora de dez a 20 anos – é justamente isso que queremos evitar –, quando não, lá em última instância, há a modulação de efeitos, premiando, incentivando o que Sepúlveda Pertence chamou de inconstitucionalidade útil. E teríamos aí, portanto, a criação de uma exação fundada em um ato administrativo.

Há, sem dúvida, Srs. Senadores, o risco de darmos um poder excessivo ao comitê gestor, subtraindo o controle da legalidade, algo que não pode ser, na minha percepção, mantido, devendo, talvez, quando muito, ser observado o mesmo padrão, o mesmo critério, as mesmas condições previstas no Decreto 70.235, até porque são dois processos que vão tramitar em paralelo, e que tendem a uma uniformização.

Como harmonizar uma decisão proferida pelo Carf que, sim, controla a legalidade, e uma decisão proferida pelo tribunal, ou pelo órgão julgador do comitê gestor, que não pode aplicar a legalidade?

Eu fico imaginando como decisões tão diferentes, no plano material inclusive, poderiam permitir, sequer, suscitar essa questão.

Eu fiz um estudo, pouco tempo atrás, numa coluna, no Valor Econômico, que escrevo semanalmente. Se pegarmos um auto de infração hoje, Senador, e o passarmos por todas as instâncias do processo administrativo, e mais do processo judicial, nós teremos em torno de 75 pessoas, no final da linha, para dizer se aquele alto de infração é devido ou é indevido. É isso que queremos? Eu não sei se há país no mundo em que 75 pessoas podem ou precisam dizer se algo é devido ou é indevido. É um estímulo à litigiosidade sem fim e à total ineficiência administrativa.

Portanto, o papel do processo administrativo é fundamental, é o mecanismo mais célebre, o mecanismo mais seguro, o mecanismo mais técnico, de que o contribuinte pode dispor para controlar abusos da administração fazendária.

Aqui também é um ponto bastante importante quando se fala em autotutela. Não se pode confundir interesse fazendário com interesse público. Não se pode imaginar que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lançamento tributário, sobretudo quando pautado em atos infralegais, estão a bem o Erário. Erário significa proveniência de tributos – aqui me refiro a tributo, àquele que tem respaldo legal. Tudo aquilo que é cobrado sem base legal tributo não é, é algo cobrado e arrecadado como se tributo fosse. E aí a gente acaba tendo a geração de uma dívida ativa de má qualidade, acarretando e incentivando ainda mais a litigiosidade.

É importante também dizer que o processo administrativo é uma garantia individual – está lá no art. 5º da Constituição –, ele não é uma garantia do Erário. O processo administrativo tramita perante a administração pública, o processo administrativo não pertence à administração pública, assim como o processo judicial... O Prof. Eduardo Costa, Professor e Juiz Federal, coloca muito bem isto: o processo legislativo tramita perante o Legislativo, o processo judicial tramita perante o Judiciário e o processo administrativo tramita perante administração pública, mas nenhum deles pertence ao Poder. Ele não pertence à administração, não pertence ao juiz, não pertence ao legislador; ele é colocado à disposição do legislador para que, observadas as regras do devido ao processo legal, atinja o seu efetivo objetivo, que é proteger ou controlar aquele que se submete como jurisdicionado, aquele que se submete, que se curva e que se sujeita ao exercício de quem detém o poder.

Portanto, fico aqui com as palavras que já foram ditas e ressalvo, basicamente, a manutenção da composição paritária nos órgãos julgadores, a necessidade de o Comitê de Harmonização receber o mesmo tratamento – isso no art. 111 – e, por fim, fazer com que o art. 92, §3º, seja reescrito, tendo, no mínimo, uma equivalência à redação que hoje vigora no processo administrativo federal, no processo administrativo que tramita perante o Estado de São Paulo, o estadual, e perante vários outros que estão à disposição das administrações pelo país.

Com isso fico à disposição, reiterando aqui a minha alegria e a minha satisfação pelo convite recebido. Quero dizer que, de fato, este é o momento que temos para debater, um momento de pessoas engajadas e decididas a fazer algo pelos nossos filhos, para melhoria do país.

Com isso, quero finalizar com um elogio muito grande a todos os Senadores e Deputados, que estão aí já há mais de dois anos debruçados sobre um tema de tamanha complexidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que a gente possa, de fato, fazer com que o nosso sistema tributário seja talvez um dos melhores do mundo.

Muito obrigado e fico à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Eduardo.

Vou passar agora, então, para o Fernando Mombelli, que é o Gerente do Programa de Regulamentação da Reforma Tributária do Consumo.

O SR. FERNANDO MOMBELLI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Prezado Senador Izalci Lucas, demais integrantes dessa mesa de debate sobre reforma tributária, é com grande alegria que estou aqui para tecer algumas considerações sobre o PLP 68 e sua relação no que diz respeito ao PLP 68.

Em primeiro lugar, queria dizer que, sim, é uma melhora gigantesca do nosso sistema tributário a adoção do novo regime de tributação já de ampla experiência e conhecimento no mundo inteiro. Cento e noventa e seis países utilizam o Imposto sobre Valor Adicionado, à exceção dos Estados Unidos e de um ou outro país, que têm o seu Tax. Nós estamos evoluindo, saindo de um sistema que tem divisão de base de cálculo – comércio, mercadoria, serviços, receita, regime cumulativo, regime não cumulativo mitigado –, no pior sistema tributário sobre o consumo do mundo. Isso me parece que é um consenso entre todos nós. Não há ninguém que defenda e que diga que esse sistema tributário que aqui está representa algo de positivo. Tentamos, evoluindo jurisprudencialmente, com alteração da legislação, convergindo em alguns pontos, mas alguns outros são insolúveis. E, portanto, só uma reforma tributária, ampla dessa maneira, poderia resolver esse problema.

Sabemos que uma legislação nova importa novos desafios, importa novas interpretações, mas ela traz consigo um fundamento, uma fundamentação teórica muito robusta, uma base ampla sobre bens materiais e imateriais, inclusive direitos e serviços, ou seja, acaba com essa divisão de a gente ter que enquadrar e classificar de um modo ou de outro, sendo que a tecnologia hoje cada vez mais imbrica, torna e funde essas operações, de modo que a gente não tenha como decidir tributar algo de maneira equivocada ou tenha um litígio sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há o creditamento amplo e imediato, tudo dá crédito, crédito imediato. Não há mais aquela questão do crédito físico. Nós temos um sistema que vai nos propiciar, à exceção de bens e serviços de uso pessoal, uma operacionalização disso de maneira ampla. De fato, há a previsão do seu ressarcimento de maneira clara, há a utilização dos documentos fiscais eletrônicos, com base em mensuração e padronização entre as administrações públicas, de modo que a gente possa oferecer, com base nos documentos fiscais, já o indicativo do cálculo do tributo, podendo o contribuinte evidentemente manifestar a sua opinião, a sua manifestação, por ocasião do oferecimento da declaração pré-preenchida.

Isso é um avanço gigantesco. Nós vamos ter o melhor sistema tributário e administrativo do mundo. Nós estamos percorrendo outros países, e ninguém vai ter o que nós vamos oferecer para os contribuintes, em termos de simplicidade e transparência, no que diz respeito à operacionalização da reforma do consumo, inclusive com a adoção do crédito vinculado ao pagamento, que possibilita que nós tenhamos uma segurança de não oferecer, ou pagar, ou dar o direito creditório a quem efetivamente não pagou, reduzindo sonegação, reduzindo fraude, reduzindo o inadimplente contumaz, o devedor contumaz – aquele que diz que deve, que declara, mas simplesmente não paga: ele não vai levar esse crédito adiante. Isso é muito importante, de modo que a gente construa um sistema simplificado que também, no varejo, preveja não oferecer um dano muito gravoso ao fluxo de caixa dos contribuintes, na medida proporcional do valor adicionado efetivo que você pode contribuir – e, quando isso não for possível, a devolução imediata em três dias. É importante fazer essas considerações para que a gente as tenha.

Outra consideração que eu queria fazer com os senhores é que, para colocar esse modelo em pauta, o possível foi a criação do IVA dual, porque houve um consenso entre os entes federativos de que seria o melhor, mas, ao mesmo tempo, o IVA dual foi tratado, então, nos termos do 149-B, com a uniformidade da sua legislação, que também é muito importante.

Aí a grande diferenciação entre CBS e IBS: CBS é União, tem a prerrogativa, é única, já tem administração, é mais simples para ela trabalhar esse tributo. No que diz respeito a IBS, nós temos o compartilhamento entre estados e municípios. Aí, graças ao regime de cooperação, nós temos a figura do Comitê Gestor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E me permitam ler aqui, quando falo em Comitê Gestor, o que diz respeito ao seu caráter técnico e operacional: um órgão de regime especial, com independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira, ou seja, representantes dos 27 estados da Federação mais representantes indicados pelos municípios vão fazer parte para decidir. Uma vez indicados, vão ter plena autonomia para fazer uma decisão compartilhada e criar um novo regime, sem o qual não seria possível se fazer um imposto compartilhado.

Então, quando a gente fala em IVA dual, a gente fala no 156-A, que traz todos os requisitos que são aplicáveis a CBS e IBS, mas também no 156-B, que trata da administração do tributo.

Há aquela referência da faculdade de a União interceder, União, estados e municípios, se fosse o caso, facultativamente, na consecução de uma integração do processo administrativo, e também da faculdade de se operar a administração e a cobrança. Mas, ao mesmo tempo, ela diz – aí, sim, é uma norma que é cogente – que a troca de informações e a uniformização de bases para simplificar a operação com os contribuintes devem ser fornecidas obrigatoriamente.

Dentro desse sentir, uma pequena observação que eu faço: evidentemente, eu participei do RTC junto com Geraldo Datas, que está aqui, e Melissa Castello. Fizemos um trabalho em pouco mais de 90 dias, um trabalho com mais de 300 pessoas. Ouvimos, sim, a sociedade. Claro, não foi uma participação integral, porque não seria possível nós nomearmos. Quem iríamos nomear para participar desse tipo de colocação?

Depois, na hora, no momento em que a própria emenda constitucional determinou o encaminhamento do projeto de lei complementar pelo Poder Executivo, se teve o debate no Congresso, sim. Inclusive, houve a criação da Frente do Empreendedorismo, que oportunizou a sociedade a apresentar, inclusive, projetos alternativos no que diz respeito, que eu me lembre, ao *split payment* e ao modelo do contencioso, que foram encaminhados, foram apreciados. E, na sua legítima condução, o Congresso Nacional entendeu por bem realizar essa separação do contencioso, neste primeiro momento, por várias razões. A primeira é uma transição mais longa para o IBS e menos para a CBS, que já é mais imediato. A CBS já tem pronto o modelo do Carf.

Ao mesmo tempo, nós temos uma formação de um contencioso. Para vocês perceberem, praticamente, a não ser em alguns pequenos detalhes, ele tem uma simetria, ele espelha o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo do Carf, com julgamento paritário, com julgamento, em primeira instância, administrativo só de representantes de estados e municípios, paritariamente também colocados.

A opção que foi dada, neste momento, foi a edição dessas representações paritárias a partir do grau de recurso e uma câmara superior, para uniformizar divergências, de modo que, dentro do IBS, nós vamos ter o contencioso formalizado, pronto, concluído. O que não vamos ter, de fato, dentro do contencioso, é uma outra instância, o que tornaria mais lento ainda o processo daquela uniformização entre IBS e CBS, que vai ter, pelo Comitê de Harmonização, um efeito ex tunc, dali para frente, para uniformizar essa legislação.

Queria dizer também que, no que diz respeito ao contencioso, há, sim, um dispositivo que trata da possibilidade de utilização do processo como um todo, como está descrito no PLP 68 para outros processos. Há um dispositivo, evidentemente, que o Comitê Gestor vai disciplinar e, com sabedoria, provavelmente, aqui se enquadrariam, a meu ver, inclusive, a questão dos processos de ressarcimento, para verificar a análise, como de fato existe no Carf, por simetria também, mas isso é apenas uma opinião pessoal.

Outras questões foram endereçadas, como a fiscalização, por exemplo. Houve todo um trabalho para uniformizar a fiscalização de CBS e IBS, inclusive do documento fiscal que é colocado e, na coordenação que foi estabelecida no Comitê Gestor, nós tivemos a prevenção, ou seja, se um representante do estado ingressa e vai ser o primeiro, ele chama para ver se há o interesse da fiscalização conjunta entre representantes da administração estadual e da administração municipal para que se possa fazer um trabalho integrado. Se não houver interesse, ele vai continuar o trabalho e vai lançar CBS e IBS normalmente.

Também temos, para processos de pequeno valor e de baixa complexidade, a possibilidade da cooperação do convênio, em que, aí sim, a administração tributária da União pode lançar CBS e IBS e também vai julgar CBS e IBS, e, ao mesmo tempo, reciprocamente também, a representação dos estados e municípios vai poder fazer da mesma forma, IBS e CBS, simplificando muito esse grande número de processos que vão compor então esse tipo de atividade, inclusive na própria colocação de uma instância, digamos assim, mais simplificada de julgamento para esse tipo de processo que é em grande quantidade – representa pouco valor, mas grande quantidade em termos de operacionalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra questão, que é importante dizer, diz respeito à questão do valor – e aí eu vejo como positivo, não como negativo. Quando, por exemplo, alguém, um estado, lança e chama o município, o município não vai estar lá, ele lança e, efetivamente, o trabalho feito foi dele. É um incentivo para que a arrecadação dessa multa que foi colocada seja endereçada ao estado, tendo em vista que muitas vezes ele vai lançar um contribuinte pelo princípio de destino, que vai estar localizado em outro estado, em outro município. Então, é um incentivo para que haja efetivamente esse tipo de cooperação, esse tipo de atividade, que eu vejo como o salutar, e não atinge... A CBS vai ter um portal próprio. Nem CBS, vice-versa, porque os dois são separados... E o que é a arrecadação da CBS vai continuar CBS e o que é arrecadação de multa de IBS vai corresponder à multa de IBS.

Outra questão diz respeito às multas de ofício que estão colocadas. A maior parte, quando você vê multa de ofício, é da mesma forma que a legislação federal: 75%. As reduções são pouco diferenciadas, mas temos a incidência de juro Selic igual, da mesma forma.

Também temos a incidência da multa de mora por atraso, de 0,33% ao dia, que dá 20% no seu limite máximo, e, sim, algumas alterações, talvez até significativas nas obrigações acessórias, em que provavelmente a gente tenha que dar uma trabalhada para ver se consegue, de alguma forma, uniformizar ou harmonizar com a legislação federal.

Dito isso, eu diria que o PLP 68 está cumprindo a sua função, quando faz essa delimitação da estrutura do Comitê Gestor, da estrutura do contencioso, de algumas partes e aspectos específicos da coordenação da fiscalização e arrecadação.

Então, seriam essas as minhas considerações.

Eu agradeço a atenção dos senhores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Fernando.

Bem, antes de passar para as considerações finais, só quero... Nós tínhamos previsto no grupo de trabalho uma reunião amanhã também do 108, mas acho que esgotamos aqui, e, como ontem nós tratamos aqui de um assunto muito importante, que é a questão do Simples, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não foi totalmente debatida ainda, ficou muita dúvida ainda com relação ao Simples e a questão de mão de obra intensiva, essas terceirizadas, principalmente a área de prestação de serviços que está causando muitas dúvidas, então, nós vamos tratar, amanhã às 9h – quinta-feira, às 9h –, novamente destes assuntos: o impacto da reforma no Simples e nas empresas intensivas de mão de obra.

Então, nós convidamos aqui o Marcos Cintra, que foi da Receita Federal e da Febrac, o José Aparecido, que é da Federação do Comércio do DF, o Thomaz, que é o nosso Consultor tributário, o Mário Sérgio, que é da CNI e esteve aqui ontem, o Roni, que é da Receita Federal, que vai poder esclarecer melhor tudo isso, e o Fellipe também aqui, como já é nosso convidado especial, já vai ganhar os honorários aqui, um jeton, e a Sarina, da Fecomércio de São Paulo, que ontem também teve um probleminha nas apresentações.

Então, nós vamos rever essa questão do Simples e da mão de obra, que eu acho que é muito importante, porque ainda tem muita dúvida.

Eu até iria perguntar para o Fernando quem teve essa ideia de colocar no 108 essa questão aí da distribuição de dividendos. Não sei se é um jabuti ou se é um submarino, porque são assuntos, assim, acho que meio diferentes, mas tudo bem. Não sei se foi emenda; não acompanhei.

Poderia responder, Fernando, como foi essa criatividade da distribuição dos dividendos?

O SR. FERNANDO MOMBELLI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Não seria eu a melhor pessoa, porque o ITCMD é competência dos estados, não é? Então, o problema é que alguém que tenha trabalhado com isso tenha colocado essa questão.

Eu não participei dessa discussão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está bom. Obrigado, mas tudo bem.

Vamos ajustar isso. Acho que uma das coisas que a gente vai ter que excluir do texto é essa questão; acho que isso aí é uma questão societária; hoje já é isento, já não tem tributação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se for se discutir uma tributação, que se discuta em um projeto separado aí, alguma coisa assim, ou quando se for trabalhar com a renda, não é?

Bem, eu pergunto se tem alguém que fez exposição e quer fazer alguma consideração depois das apresentações; fiquem à vontade. (*Pausa.*)

Faça o favor, Fellipe.

O SR. FELLIPE MATOS GUERRA (Para expor.) – Bom, Senador, rapidamente, nós estávamos conversando um pouco sobre essa questão da distribuição de lucros, e, apenas para deixar claro também, faz-se necessário neste momento falar que quando se pensa em distribuição de lucros, é necessário enaltecer a participação da contabilidade nesse processo; afinal de contas, para que se chegue ao lucro, é necessária a escrituração contábil.

Lucro é o resíduo do encontro entre a receita realizada e o custo consumido. Então, enquanto se tem lucro, existe a possibilidade de se fazer a distribuição, seja ela proporcional ou desproporcional, conforme é estabelecido em lei. E a própria distribuição de lucros tem a sua forma de ser tributada.

Então, de fato, concordo com o seu pensamento de que causa estranheza essa tributação do ITCMD ter aparecido. Não estava, em nenhum momento, essa previsão na emenda constitucional e reitero aqui o nosso pedido de que esse texto seja, de fato, suprimido e, dessa forma, a gente volte a discutir a tributação sobre o consumo especificamente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Alguma coisa, Geraldo?

O SR. GERALDO DA SILVA DATAS (Para expor.) – Eu gostaria só de agradecer, mais uma vez, a oportunidade de ter participado do debate. Acho que é uma oportunidade muito gratificante para a gente poder participar e ouvir todas as considerações que foram feitas aqui.

Naturalmente, os projetos não estão prontos, eles precisam de aperfeiçoamento, mas a gente espera que, naturalmente, isso não possa desconstruir também o modelo técnico que foi criado, o que necessariamente pode comprometer, de repente, a higidez daquilo que a gente pretende sustentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em nenhum momento, a gente defendeu que o processo pertence ao Estado, o processo se desenvolve sob o controle do sujeito passivo, que é quem o utiliza como elemento de garantia do direito de defesa e do contraditório.

Muito obrigado a todos.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, eu agradeço muito a presença de cada um de vocês aqui.

Cumprida a nossa missão aqui, eu declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 53ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e dez minutos do dia três de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Esperidião Amin e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Alan Rick, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Rosana Martinelli, Flavio Azevedo, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Tereza Cristina e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 66/2024 - CAE, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Finalidade:** Debater os impactos da Reforma Tributária nas empresas do Simples e nas empresas intensivas em mão-de-obra (terceirização de serviços). **Participantes:** Sr. Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Representante da Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação - Febrac; Sr. Fellipe Matos Guerra, Contador e representante do CFC; Sra. Sarina Sasaki Manata, Assessora Jurídica da Fecomércio - SP; Sr. Bruno Toledo Checchia, Advogado especialista em Direito Tributário; Sr. Roni Peterson Brito, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil; Sr. Mário Sérgio Carraro Telles, Superintendente de Economia da CNI; e Sr. Jael Antônio da Silva, Presidente do SINDHOBAR. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/03

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 53ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 3 de outubro de 2024.

A presente reunião destina-se a realizar audiência pública com o objetivo de debater os impactos da reforma tributária nas empresas do Simples e nas empresas intensivas em mão de obra (terceirização de serviços), em atenção ao Requerimento 66, de 2024, da CAE, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso.

Antes de convidar aqui os expositores, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211 – 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Bem, complementando também o objetivo desta reunião, como são dois assuntos de suma importância: a questão do Simples, que praticamente 74%, 75% das empresas no Brasil são Simples e podem ser afetadas com a reforma tributária em termos de concorrência. Então há ainda muita dúvida com relação a essa questão do impacto. Nós vimos aqui apresentações dizendo que não tem impacto, que vai ser muito bom e outras dizendo que vai ter, que a situação vai complicar. Então, precisamos discutir um pouco mais essa questão do Simples.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo assunto é com relação à terceirização da mão de obra intensiva, também é outro ponto em que há controvérsias. Alguns dizem que não há impacto, outros dizem que sim. Então esta reunião hoje é exatamente para poder tirar essas dúvidas todas. Por isso que eu chamei aqui, fiz questão de chamar o Marcos Cintra, que já esteve aqui falando sobre isso; e o Roni, que é da Receita Federal.

Já chegou aí, não é Roni? Vai ter uma missão muito árdua aqui hoje, e acho que pode ser definitiva também, em termos de agilização na votação dessa matéria. Se conseguir convencer a gente mesmo que não há impacto, acho que fica fácil.

Eu já vou chamar aqui, então, para compor a mesa o Fellipe Matos Guerra, que é contador, já quase que servidor do Senado. Ainda bem que ele está ganhando bem lá no Conselho Federal, por estar aqui todo dia; o Marcos Cintra está em videoconferência; o José Aparecido não chegou ainda; Thomaz Afonso Queiroz. (*Pausa.*)

Thomaz também ainda não.

O Roni Peterson Brito.

A Sarina Sasaki também já esteve com a gente aqui algumas vezes. (*Pausa.*)

O Mário Sérgio... (*Pausa.*)

Não chegou ainda.

O Bruno Toledo Checchia, Advogado, especialista em Direito Tributário.

Ótimo.

Vou começar, de cara, com o Marcos Cintra.

Viu, Marcos? O Roni, disse que trabalhou com você, foi seu parceiro de trabalho. Então, o desafio de vocês é se entenderem aí muito bem.

Então, vou passar a palavra para o Marcos Cintra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador; bom dia a todos; bom dia, Roni. É um prazer rever você aí nesta circunstância.

Eu quero, como o prazo me parece bastante exíguo, é de dez minutos, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Nesse caso, eu vou dar mais 5 minutos para você, 15 minutos.

O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado, eu agradeço.

O que eu pretendo fazer nesta brevíssima exposição, Senador, e todos os senhores presentes e os que estão nos assistindo, eu pretendo apenas desfazer um mito, que é, tecnicamente, eu diria, até elementar, mas que é permanentemente ignorado no debate da reforma tributária: o mito de que o creditamento de um imposto recolhido na entrada de uma mercadoria no setor produtivo – o que é típico, aliás, no Imposto sobre Valor Agregado – torna o IBS neutro, quando se trata de uma transação no meio da cadeia de produção ou, até mesmo, no final da cadeia de produção.

Como eu disse, eu quero desfazer esse mito. Eu acho que é preciso que as pessoas entendam claramente que imposto, qualquer que seja a sua forma de aplicação, vai significar um aumento de preço final, consequentemente vai significar uma queda de demanda e, consequentemente, vai afetar toda a estrutura produtiva de um país.

Então, eu quero fazer uma brevíssima apresentação, infelizmente num nível bastante simplificado, para que possa haver pelo menos o início desta compreensão.

Eu vou passar aqui... Um minutinho só, por favor. (*Pausa.*)

Não. Errei aqui, Senador, me desculpe.

Eu vou fazer... (*Pausa.*)

Não estou conseguindo entrar na apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está o.k. agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTE ALBUQUERQUE (*Por videoconferência*.) – Entrou a apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim.

O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTE ALBUQUERQUE (*Por videoconferência*.) – Muito bom.

Senador, o que eu quero fazer é um exercício muito simples, especificamente aplicável ao setor de serviços. Eu quero mostrar que, num setor como o setor de serviços, onde 80% ou 70% do valor agregado são mão de obra e os outros 20% ou 30% são insumos, consequentemente com custos creditáveis, ele vai afetar bastante o equilíbrio e toda a economia brasileira.

Para isso, eu quero trabalhar rapidamente com quatro hipóteses. A primeira é a situação atual. Como nós temos hoje... Vamos supor que uma empresa de prestação de serviços tenha hoje uma carga tributária de 12%, contando aí o PIS-Cofins e contando o ISS – que sejam 10%, 12%, 11,5%, um pouco menos; se ela está no PIS-Cofins não cumulativo, logicamente é menos. Nós vamos trabalhar com essa hipótese de 12%, em duas circunstâncias: quando a transação é feita da empresa diretamente para o consumidor final, ou seja, sem haver uma transação intermediária, e, no segundo caso, que eu chamo de B, uma transação intermediária.

Posteriormente, eu quero também mostrar como é que isto vai ser impactado na medida em que a situação atual com uma alíquota, como eu falei, sem creditamento de 12%, se for substituído por um IBS e uma CBS de 28% – pode ser 27%, 26%, 30%, eu acho que vai ser bem mais do que os 28% previstos para manter a arrecadação constante, mas isso é um fato que vai ser aferido pontualmente e faticamente logo à frente...

Então, eu quero mostrar muito rapidamente essas quatro situações para que fique claro o impacto que o setor de serviços vai sofrer com o aumento da carga tributária de 12% sem creditamento para 28% com creditamento, o impacto que ele vai sofrer e os reflexos que isso eventualmente poderá ter na taxa de emprego, na demanda, enfim, no funcionamento da economia como um todo.

O que acontece é o seguinte: o raciocínio que normalmente é veiculado – os senhores me perdoem, mas no Governo eu já vi vários dos melhores e maiores defensores do IBS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defenderem esta posição – é o que eu estou chamando de mundo imaginário, em que, no meu exemplo que eu vou dar aqui, a qualquer preço – e eu vou trabalhar com quatro preços –, a demanda continua sendo das mesmas mil unidades, ou seja, ao preço de 112, compram-se mil unidades; ao preço de 128, compram-se mil unidades. Isso significa uma demanda totalmente inelástica, que é uma situação absolutamente heurística e que não existe na prática. Na prática, o que existe? Esta situação em que nós temos uma curva de demanda, uma situação real. E eu vou trabalhar aqui com este exemplo – qualquer outro exemplo pode ser feito, o impacto vai ser exatamente o mesmo – em que, na medida em que o preço sobe, a demanda cai: a um preço de 112, que é a situação que eu vou mostrar atual, a demanda é mil; nesse meu caso hipotético, se for para 128 o preço, a demanda cai para 700; se for para 181, cai para 400; e se for para 192, cai para 200 – esse aí é meramente um exemplo hipotético.

Vamos aplicar, portanto, essas duas situações no caso real de uma alíquota de 28% do IBS. O que eu vou argumentar é que, na situação real, que eu alego insistentemente – eu acho que ninguém vai questionar a mim essa hipótese de que essa situação é real –, aumentando-se o preço, cai a demanda, seja no mercado intermediário, seja no mercado final; contrariamente à situação que o Governo vem divulgando permanentemente de que o imposto é simplesmente repassado adiante, como se o aumento de preço não significasse uma queda na quantidade demandada.

Falamos, portanto, aqui, do caso A. O caso A é um B2C, ou seja, é um caso em que a empresa, prestadora de serviço, vende diretamente ao consumidor. Aqui não existe nenhum elo intermediário, é o caso A. A empresa A, portanto, tem um custo de R$100, que é o preço de custo da sua mercadoria; ela vende hoje com 12% de acréscimos – aquela hipótese que nós estamos trabalhando –, o preço final é R$112; o mercado compra mil unidades dessa mercadoria, portanto a empresa, nesse caso, vai ter uma receita de R$112 mil; ela vai pagar, vai recolher o imposto que ela cobrou no preço da mercadoria e vai ficar com uma margem de R$100. Essa é a situação atual, é a situação que existe hoje, é a situação em que nós nos encontramos.

Vamos ver o que acontece agora quando nós tivermos um elemento intermediário, que é este caso aqui. Este caso é um B2B: a empresa A vende para a empresa B, e a empresa B vende para o mercado. Vamos fazer então esta mesma sequência: a empresa A tem um custo – isso na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

situação atual, sem IBS, sem IBS e CBS – de R$100; ela paga 12% de imposto que ela repassa no preço; e ela passa para a empresa B o seu insumo ao preço de R$112. Essa empresa B agrega mais 50% de valor; ela agrega mais 10% de insumo, dentro daquela hipótese de que 20% é insumo e 80% é valor agregado, ou seja, mão de obra; ela agrega, portanto, mais 10% de insumo; ela agrega mais 40% de mão de obra e vai vender esse produto... e o imposto sobre o valor agregado adicional vai ser de 19,44; portanto, o preço final dessa mercadoria, havendo um elo intermediário que agregue 50% de valor à mercadoria, vai chegar a um preço final de 181.

O que eu alego é que, na medida em que o preço saia de 112, como era o caso aqui na situação anterior, em que havia uma demanda de mil, passando para uma situação em que o preço é 181, a demanda cai para 400 unidades. Mas o que acontece? A empresa A, aqui, nesse caso, continua tendo a mesma situação: custa R$12, ela põe R$12 de imposto, passa para frente, a margem continua sendo os mesmos R$100 mil. A hipótese imaginária, que passou e está sendo transmitida ao inconsciente popular é a de que eles vão continuar vendendo as mesmas mil unidades, ou seja, que a demanda final vai assimilar um preço maior, mas vai continuar comprando a mesma quantidade. Nessa situação imaginária, veja o senhor, a receita vai para 181 mil, porque eles estão imaginando que não vai cair a demanda para 400, que eles vão continuar vendendo as mil unidades. Aí, a receita é 181, o imposto é de 19.440 para mil unidades, o imposto que ele arrecadou aqui na conta do insumo é 12, portanto continua com a mesma margem que existia anteriormente, só que a situação real é completamente diferente; ou seja, na medida em que a demanda final cai para 400 unidades, a receita da empresa B cai para 72.576; o imposto pago evidentemente cai também, porque são menos unidades vendidas, vai para 7.776; o imposto na etapa anterior, supondo que ele reduza a compra de insumos para fornecer uma quantidade menor de produto final, cai para 4,8 mil; e a margem da empresa cai para 60 mil, ao passo que, no caso, ela precisaria, para ficar na situação atual, de uma margem de 150, que é a margem que ela tem hoje caso não existisse o IBS.

Isso vai impactar, evidentemente, a redução na quantidade demandada e afetar todo o mercado. Então, vejam, mesmo no caso de uma tributação no sistema atual, sem creditamento, em que uma empresa pague PIS/Cofins, e pague através de um sistema em que ela não tem o creditamento e pague o ISS, o que acontece? Ela vai ter uma perda de margem de 150, que seria aquela normal, natural, uma vez que ela compra insumos por 100 e agrega 50 de valor, ela quer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vender para 150, que é o custo dela, mas só vai conseguir realizar 60, por quê? Porque o preço subiu para 181 e, consequentemente, a demanda caiu para 400. Isso desfaz a hipótese de que uma empresa num sistema tributário qualquer consiga passar para frente o aumento na sua carga tributária.

Vamos simular agora esses dois casos com a alíquota de 28%, com o IBS. Nós havíamos simulado lá atrás a situação atual sem creditamento, sem IBS; agora, com IBS.

Vamos supor que, no primeiro caso, a empresa venda diretamente ao consumidor, o custo é 100, o imposto agora passa a ser 28, ela passa o produto para o consumidor ao preço de 128, e consequentemente a demanda cai para 700. O que acontece? A empresa vai ter uma receita de 89, o imposto de 19, e a margem dela vai cair para 70. Vamos lembrar que, na hipótese atual, no sistema tributário atual, a margem da empresa era 100; agora, a margem dela caiu para 70. Portanto, com uma alíquota de 28% de IBS – aqui não há creditamento, porque é uma venda B2C, ela passa diretamente ao consumidor –, a empresa A é prejudicada, sim, pelo aumento de carga tributária.

Vamos ver agora o caso de uma... Perdão, o caso D. No caso D, nós temos aqui uma B2B... Perdão, aqui não é alíquota de 12%, não. Perdão. Aqui houve um erro na coisa. Aqui leiam, por favor, a alíquota de 28%. Aqui eu vou relatar o caso de um elo intermediário na cadeia de produção. Por favor, leiam hipóteses com a alíquota de 28%, que é o que está aqui no imposto, só corrigindo. Então, vamos ver como é que fica a situação de uma empresa em que há um elo intermediário no mercado e qual é a situação de uma aplicação do imposto. Tem crédito, nós sabemos. A alegação do Governo é a de que isso não vai afetar a margem da empresa, porque ela vai ter o crédito de todo o imposto que ela paga, e a de que ela consegue repassar isso para frente. Portanto, o que o Governo alega é essa situação imaginária aqui debaixo, ou seja, a empresa A tem uma receita de 112... Aqui está errado também, perdão. Ela teria uma receita de 128, no caso aqui, vendendo 200, ela continua com a margem de 100. Na empresa B, o que vai acontecer? Ela compra o produto por 128, porque é o custo de 100 mais 28% da alíquota desse imposto. Ela agrega mais 10, ela agrega mais 40, ela vai pagar um imposto de 14, caso ela venda somente 200 unidades, que é o que eu acredito que seja a hipótese realista. O preço final vai para 192. Consequentemente, ela vai ter uma redução, ela não vai conseguir vender as mesmas mil unidades, mas a situação imaginária que passou para o debate público é a de que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

empresa B continua vendendo as mesmas mil unidades. Consequentemente, ela teria uma receita de 192, o imposto de 42 mil unidades monetárias, e, portanto, a margem dela continuaria com os mesmos R$150 mil. Nesse caso, de fato, o imposto é neutro, porque o crédito neutraliza o impacto do imposto na demanda final. Mas qual é a hipótese irrealista que está sendo adotada aqui? A de que, vendendo ao preço de 192, vai-se conseguir vender as mesmas mil unidades, coisa que não é verdade. Qual seria a situação real? A situação real é que, ao preço de 192, a demanda cai para 200. Isso aqui é meramente um exemplo, pode cair para 300, 250, 150, seja o que for. Ela tem uma elasticidade finita. Portanto, aumentando o preço, a demanda cai. Nesse caso de cair para 200, a receita cai para 38,400, o imposto que ela vai recolher é de 8,400, 28% sobre 200 unidades, o que vai deixar para essa empresa uma margem de R$30 mil.

Portanto, o que eu estou querendo demonstrar nesses quatro casos é que o imposto não é neutro nunca, nem com creditamento nem sem creditamento. Particularmente, a partir desse mito que está sendo envolvido no debate de que, com o crédito do imposto, a empresa no meio da cadeia de produção não é afetada, fica cabalmente demonstrado nesse exemplo singelíssimo que a situação não é verdade, desde que a demanda tenha uma elasticidade finita e não uma elasticidade zero, como é aquela hipótese de uma curva de demanda vertical.

Eu passo rapidamente, para finalizar minha apresentação, Senador, para qual é o impacto agora não em termos de equilíbrio parcial... Veja, eu estou analisando aqui a situação de uma empresa. Agora, na medida em que uma empresa ou que um setor tem um aumento de carga, o reflexo repercute na economia inteira, porque esse produto pode ser um insumo para outro, que, por sua vez, é um insumo para outro. Então, toda a relação dos preços relativos numa economia é alterada. Isso se chama análise de equilíbrio geral. Outro dia vi uma manifestação do setor industrial mostrando uma certa preocupação com a elevação do preço dos serviços a partir dessa reforma tributária, uma vez que 25% do valor do produto manufatureiro vem do setor de serviços, ou seja, de insumos comprados pelo serviço. Então, isso é uma repercussão muito ampla nos milhões de mercados e nos milhões de produtos que são transacionados na economia.

Eu fiz aqui um brevíssimo exercício para demonstrar... Aqui já há uma análise de equilíbrio geral, em que eu usei as matrizes de Leontief, usando dados do IBGE, abrindo a economia para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais de 160 setores e analisando, na primeira coluna aqui, a situação vigente hoje, em termos de equilíbrio geral. A primeira coluna mostra o quê? Qual é a carga tributária desses vários setores hoje, com PIS, Cofins, IPI, ICMS, ISS e a contribuição previdenciária, que é muito importante para o setor de serviços. E aqui nós vemos, na segunda coluna, a aplicação do PLP 68 com aplicação do IBS com uma alíquota de 27,3%, mas mantendo a contribuição ao INSS, uma vez que não há alteração nessa tributação, e qual é o aumento da carga tributária causado pelo PLP 68 no setor de serviços. Na média do setor de serviços, haverá um aumento de carga tributária de 8%, ou seja, hoje o setor de serviços tem em média uma carga tributária de 33,88% – de 33,88% do preço de um setor de serviço em média ofertado no mercado, 33% dele é imposto pago, todos os impostos aqui mencionados, inclusive INSS –, com o PLP 68, a carga tributária do setor de serviço aumenta para 36%, na média aumenta 8,8%, ao passo que, no setor manufatureiro, no setor industrial, a carga tributária cai 12%. Isso confirma o que já é amplamente conhecido: que o PLP 68, que essa reforma tributária vai aumentar o preço de serviços e vai reduzir o preço da indústria. E há alegações de que isso seria justo, porque o serviço paga pouco imposto, é certo que não é verdade, eu mostrei isso num artigo publicado na *Conjuntura Econômica*, que não foi rebatido até agora, em abril de 2023. Eu convido a todos que quiserem analisar isso para olharem o artigo. Mas, de qualquer maneira, vejam que o setor de serviços tem um aumento de carga de 8,8% sobre o valor do faturamento.

Agora, essa é uma média. Olhem aqui o que vai acontecer com a educação privada: vai aumentar 9% a carga tributária. Serviços combinados de apoio a edifícios, inclusive condomínios: 15%, isso aqui de apoio a prédios comerciais. Limpeza em prédios e domicílios: vai aumentar 15%. Locação de mão de obra temporária, serviço de limpeza, mão de obra temporária em geral, inclusive para consertos e seja o que for: aumenta 16%. Serviços de vigilância e segurança terão um aumento de 41%. Isso mostra que essa reforma tributária, do ponto de vista do equilíbrio geral... Eu mostrei ali atrás o que acontece com uma empresa, agora eu estou mostrando o que acontece com a economia como um todo. Essa é a (*Falha no áudio.*)...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k., Marcos.

O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTE ALBUQUERQUE (*Por videoconferência.*) – A única alternativa, e até eu finalizo, é que o setor de serviços com alta intensidade de mão de obra seja desonerado não como a busca de um privilégio, mas como uma compensação pelo não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cumprimento da Emenda Constitucional 132, que obriga o Governo, ainda obriga o Governo, em 190 dias, a apresentar um novo projeto de tributação da mão de obra, do trabalho no Brasil. Esse projeto não foi apresentado, a expectativa era de que na medida em que ele fosse apresentado isso atenuaria um pouco o impacto da reforma tributária no setor de serviços. Como isso não foi apresentado, existe uma emenda do Senador Laércio Oliveira que pleiteia o seguinte: que, enquanto não for apresentada nesta nova forma, este novo modelo de tributação do trabalho no Brasil, haja a desoneração da folha de salários. E eu faço aqui uma simulação no caso de uma desoneração da folha de salários, ou seja, uma redução da alíquota do IBS para o setor, na qual esse faturamento sofre uma tributação mais leve.

Eu fiz uma simulação aqui, desonerando até dois salários mínimos; não mais do que dois salários mínimos, mas a mão de obra até dois salários mínimos. O que é que aconteceria? Esta aqui é a carga tributária atual, a primeira coluna, nós já vimos isso. A segunda coluna é a carga tributária com o PLP 68. Isto aqui é o impacto que isso teria no caso do PLP 68. E a última coluna – e aí eu vou terminar minha apresentação – é o que aconteceria com a carga tributária de todos esses setores caso a emenda do Senador Laércio Oliveira fosse aprovada, ou seja, enquanto não vem a nova legislação sobre tributação de salário, que haja uma desoneração do fator de trabalho de até dois salários mínimos para o INSS.

Aqui é o impacto. No setor agropecuário, a carga tributária que, com o PLP, seria reduzida em 4%, seria reduzida em 12%. A manufatura, extração mineral, que teria um aumento de carga tributária, teria um aumento menor, de apenas 2%. A indústria de alimentos, que já teria, no PLP 68, uma queda de carga tributária de 9,8%, cairia para 23%; portanto, seria muito benéfico para a indústria de alimentos, para a sociedade em geral. A própria indústria teria uma queda de 21% na sua carga tributária. *Utilities* teriam uma queda de 6%; a construção civil, de 18%; o comércio, de 16%. A intermediação financeira teria ainda um acréscimo de carga tributária, uma vez que o PLP 68 aumenta muito a carga tributária da intermediação financeira. Finalmente, para o setor de serviços, que teria um aumento de 8,8%, passaria a ter uma queda de 9,6%.

Era isso, Senador, a apresentação que eu quis fazer aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE (*Por videoconferência*.) – Eu repito: é apenas uma tentativa de mostrar que, se nós formos analisar a situação específica de um mercado, o que acontece na prática, e não idealmente, dentro de uma planilha eletrônica, onde se admite a hipótese de que um imposto será totalmente repassado ao próximo elo da cadeia de produção, sem repercussão na demanda, não é verdade. Se nós admitirmos esse dado de realidade, eu acho que o impacto será forte no setor de serviços, particularmente porque ele tem um componente de mão de obra muito grande, e exigiria uma certa medida para amenizar e atuar nesse impacto que, como eu disse, ainda para Senador Laércio...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k., Marcos.

O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE (*Por videoconferência*.) – Desculpe, Senador, se eu passei um pouco o meu tempo na apresentação. Estarei à disposição...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Passou só um pouquinho; 40 minutos só.

O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE (*Por videoconferência*.) – ... a qualquer momento, preparado para aprofundar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Marcos Cintra.

Para não fugir muito do raciocínio, eu vou passar para o Roni, para falar sobre isso; depois a gente entra no Simples.

O SR. RONI PETERSON BRITO (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Quero cumprimentar aqui, na pessoa do Presidente Izalci, os membros daqui desta mesa, e também o Prof. Marco Cintra, que está *online*, juntamente com todos os presentes, todos os nossos ouvintes pela internet. É uma satisfação voltar a esta Casa, voltar a estes debates, que são muito importantes, desde sempre e neste momento mais ainda.

Vou fazer uma fala geral acompanhando o tema que foi abordado pelo Dr. Marcos Cintra, a quem eu cumprimento. É um amigo de longa data, é uma satisfação revê-lo. Já trabalhamos juntos no passado, e é uma satisfação falar com o senhor novamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Professor traz o tema amplo sobre a tributação de serviços na reforma tributária. Essa discussão não é nova, eu acho que todos vocês acompanharam e todos nós participamos dessa discussão na votação da emenda constitucional. Esta discussão foi amplamente realizada, então. Naquele momento, nós chegamos a algumas conclusões; e elas estão plasmadas já no texto constitucional, e vieram concretizadas, vieram detalhadas no projeto de lei, e foram aperfeiçoadas pela Câmara dos Deputados.

Então, longe de mim tentar – não cometeria esse ultraje – discutir economia com o Prof. Marcos Cintra. Ele coloca algumas assertivas inegáveis, que demanda e oferta têm uma relação intrínseca e são indissociáveis. E há fatores de demanda que são muito específicos de setor para setor e que, numa análise geral, às vezes são pouco customizados.

Então, não vou abordar essa análise de equilíbrio geral, porque inclusive coloco aqui, sem delegação para tanto, os técnicos do Ministério da Fazenda, que também vêm fazendo estudos de equilíbrio geral há um bom tempo, inclusive utilizando não só a matriz de Leontief, como também novos instrumentos, novas teses, novas teorias, além da base de dados da Receita Federal, que conta com centenas de milhões de notas fiscais. Até no *tax gap* que a gente utilizou para fazer os cálculos de alíquota e equilíbrio, a gente parte das contas nacionais, adapta um modelo do Fundo Monetário Internacional, utilizando as centenas de milhões de notas fiscais. Talvez essas, sim, que são da Receita Federal, eu possa colocar integralmente à disposição, para apresentar os cenários, os modelos, os estudos de impacto e os estudos de projeções que foram realizados.

Então, longe de mim tentar discutir isso com o Prof. Marcos Cintra, que é sabidamente um exímio conhecedor, um dos maiores que nós temos, mas eu posso comentar em termos de política tributária.

No aspecto geral do setor de serviços, durante a PEC, todos os setores vieram a esta Casa. O Senador e os Senadores, os Deputados receberam todos os setores aqui em reuniões particulares, em audiências públicas, e ali foram se formando consensos acerca de alguns serviços que necessitaram de tratamento especial, favorecido, em alguns casos, ou só diferenciado, apenas distinto, em outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, houve uma acomodação, e aí a lista não é pequena, bem maior do que nós imaginávamos – vou ser sincero –, bem maior do que gostaríamos. Só para citar aqui os principais que receberam tratamentos favorecidos, reduções de alíquotas e reduções significativas de alíquota, por exemplo, algumas em 60%: setor de saúde, educação, produções artísticas, atividades desportivas, serviços de soberania nacional e de segurança cibernética, profissionais intelectuais, transporte de carga, transporte coletivo de passageiros, reciclagem, entre outros serviços que receberam tratamentos diferenciados porque têm uma dificuldade de se moldar ao mecanismo tradicional do IVA; construção civil, locação, serviços financeiros como um todo, todos esses aqui tiveram, inclusive, manutenção de carga; cooperativas, Prouni, educação superior, além de outros. Nessa identificação, é óbvio que aprimoramentos sempre são bem-vindos, sempre são necessários, mas um primeiro estudo amplo e um debate muito grande já foram realizados nesta Casa acerca de serviços que precisaram e já receberam um tratamento diferenciado e não podem ser relevados.

Também não podemos deixar de dizer que esses que receberam tratamento diferenciado ainda receberam um bônus, que é a possibilidade de apurar créditos. Além de ter uma alíquota reduzida na saída, agora vão ter créditos sobre todas as suas entradas sem redução proporcional, que é algo que acontece muito no ICMS, ou seja, quando eu tenho uma redução de alíquota, eu tenho que fazer um estorno proporcional de créditos. Isso não existe aqui no IBS e na CBS e não são raros os casos desses serviços aqui que terão créditos a ressarcir, a pedir de volta, ao invés de débito a pagar. Então, isso não pode ficar esquecido no debate.

Eu não sei, Senador, se eu passo já para o Simples ou se eu paro por aqui e espero...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RONI PETERSON BRITO – Então, eu acho que, nessa análise geral de serviços, o que nós entendemos é que já houve um debate muito profundo. Sem prejuízo de continuar havendo acerca de determinados serviços que demandem um olhar diferenciado, já foi realizado um debate muito profundo.

Muitos serviços – muitos mesmo – já receberam tratamento diferenciado e sobraram alguns que ficaram para a regra geral. E aí, se eu citar aqui, posso depois ser acusado de não gostar de um ou outro serviço, mas muitos serviços que ficaram na regra geral vão ter algum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ajuste de carga, algum ajuste de preço, e os efeitos desses ajustes dependem muito de quem está comprando: se é um empresário, se é meio de cadeia ou se é o consumidor final. E aí deixo para abordar essa parte quando eu voltar para falar sobre o Simples Nacional, porque esse efeito de quem está comprando ser do regime geral, ser do meio de cadeia ou ser consumidor final é o mesmo para empresas do Simples e para prestadores de serviço em geral. No meu retorno, eu abordo esse ponto mais especificamente.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Roni.

Bem, a questão da prestação de serviço de mão de obra intensiva é o grande gargalo que eu vejo que, na fala do Roni, não terá muito impacto. Lógico que, quando é prestado diretamente para o consumidor, não tem nem dúvida, porque uma instituição, uma empresa que não paga o ICMS, que só paga o ISS e o PIS-Cofins vai agora pagar 28%, vinte e sete e pouco, 26,5%, e evidentemente você pula de 3%, de 5%, de 8% exatamente para isso. Se for direto para o consumidor, vai ter um aumento de cara, a não ser que possa ser alegada a questão do Simples – não é? – se a instituição for Simples, mas a maioria não é Simples.

Então, evidentemente, tem uma diferença muito grande no meio da cadeia e quando é diretamente para o consumidor.

A gente precisava depois ter esse cálculo assim no intermediário. Evidentemente que entra essa questão de economia, que o Marcos Cintra colocou – não é? –, da questão da economia; realmente, quanto mais caro, a tendência é diminuir a demanda, a compra, mas ainda tem que esclarecer um pouco isso. Essa talvez seja a maior dúvida que a gente tem aqui, porque há uma demanda muito forte de ter um crédito com relação à folha de pagamento, que é o que não veio para cá ainda, o projeto de lei de desoneração, que está inclusive previsto na Emenda Constitucional 132, que haveria um encaminhamento de um projeto de lei para a gente debater isso e evidentemente teria um impacto direto nas empresas prestadoras de serviço.

Vou passar o...

O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE (*Por videoconferência.*) – O senhor permite uma observação, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim, Marcos.

O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Rapidíssimo.

Eu só queria dizer que o ponto que eu tento demonstrar é de que a mera existência de crédito que o IVA dá nas transações intermediárias não o torna um imposto neutro. Ele tem sim impacto. Reconheço que alguns setores têm uma alíquota beneficiada, como educação e saúde, mas os setores maiores empregadores e principalmente da mão de obra menos qualificada, que são aqueles milhões de pessoas na segurança, na vigilância, na limpeza, etc., esses passarão a ter sim um aumento muito grande de carga tributária e consequentemente poderão ter uma queda de emprego.

E, para finalizar, eu só queria dizer o seguinte, eu sempre fui muito crítico dessa reforma tributária, a minha posição é conhecida, mas eu queria dizer que quando eu vi que o Roni Peterson, com quem eu tive a oportunidade de trabalhar quando estive na Receita, e inúmeras vezes recorri a ele para conselhos, para estudos, uma das pessoas mais responsáveis e conhecedoras do sistema tributário brasileiro, quando eu vi que ele era um dos responsáveis por essa reforma, isso me trouxe uma tranquilidade enorme. E eu queria, portanto, deixar aqui o meu louvor ao Roni, ele é um grande técnico, uma pessoa de uma lealdade, de um conhecimento extraordinário, e eu quero apenas deixar registrado que isso me traz muita tranquilidade, apesar de todas as críticas que eu venho fazendo à reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Marcos. Eu vou recomendar, inclusive, um aumento de salário para o Roni.

O SR. RONI PETERSON BRITO – Deixe-me só agradecer ao professor. Bondade sua. Com certeza, não sou merecedor dos elogios, mas fico muito honrado, professor, muito obrigado.

O aumento, sim, é bem-vindo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, vou passar então... O Fellipe está assistindo aqui, que é contador, daqui a pouco ele fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar... Não está nem aqui não, mas arruma uma cadeira aqui. Esse tema em que nós vamos entrar agora é o do Simples, Mário.

Puxa mais uma cadeira aqui para mim, para o Mário vir para cá, arruma mais uma cadeira para mim. (*Pausa.*)

Pode ser.

Está bom. Então, senta aqui, por favor, Mário.

Os últimos serão os primeiros, não é?

Tudo bem? Olá, mande o seu recado aí.

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES (*Fora do microfone.*) – Já sou eu?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Isso.

Vou passar então já para o Mário, que esteve aqui com a gente, mas ocorreu um probleminha na apresentação, que é da CNI e disse que o Simples vai ser beneficiado com a reforma. Então, vamos ver aqui o que...

Vamos lá, Mário.

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES (Para expor.) – Bom dia!

Bom dia, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bom dia!

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – Voltando aqui, quero dizer ao Ignacio que eu vou receber honorários aqui, porque eu vim terça e voltei hoje. Já que o Roni vai ganhar um aumento... Eu apoio – viu? – o aumento.

E, aí, eu vou aproveitar aqui – já começou a contar meu tempo, hein? – para dizer que o Roni realmente, Senador e todos aqui, merece essa menção aí que o Prof. Marcos Cintra fez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Roni é um abnegado da reforma tributária desde a época da CVA, do nosso Secretário Rachid. Então, acho que tem que ser feita realmente essa homenagem ao Roni.

Mas vamos em frente aqui. Vou usar o meu tempo.

Senador, eu vou continuar de onde parei na terça-feira, porque eu já mostrei aquela questão da alíquota e queria seguir daqui em diante.

O primeiro ponto: acho que a gente precisa separar onde a empresa está... Eu falei aqui e eu preciso relembrar: qualquer análise de impacto de IVA tem que ser feita ao longo da cadeia e não pode ser parte da cadeia – só a empresa ou a empresa para frente. E tem que olhar para trás também. Tem que ser o conjunto todo.

Essa mensagem eu estou reforçando, porque ela é fundamental e, como eu disse, leva a mensagens erradas, análises erradas. Então, eu vou separar sempre quem está no meio da cadeia e quem está no fim da cadeia. Até fui, agora, um crítico da reforma, e eu sou um apoiador da reforma.

O Prof. Marcos Cintra – eu estava ouvindo a apresentação dele enquanto eu vinha para cá – falou: "No meio da cadeia, o IVA dá o crédito. Então, ele é neutro lá no meio da cadeia". Ouvi e concordo plenamente.

Mas vamos lá então: situação das empresas do Simples hoje e com as opções da reforma. Como é que fica para elas?

Primeiro, 74% das empresas do Simples estão lá no fim da cadeia, ou seja, vendem para o consumidor final, certo? Esse é o primeiro ponto. Como funciona hoje?

Peguei aqui um exemplo de uma empresa varejista, um comércio. Então, simulando aí nessa cadeia, esse comércio compra ali aquelas roupas cujo preço, antes dos tributos, é de R$100. A nossa avaliação, na CNI – nós temos um estudo com a LCA –, mostra que, hoje, a roupa paga... Todos os tributos sobre o consumo representam 38,4% do preço líquido da roupa que o brasileiro compra hoje – preço líquido, ou seja, eu já estou aqui trabalhando com as alíquotas por fora, como vai ser com a reforma. Não é por dentro; é por fora: 38,4% do preço. Então, essas roupas que seriam vendidas a R$100, com o valor adicionado ali, como tem que pagar imposto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R$138,40 é o que o varejista vai comprar. Aqui, para facilitar as contas, eu admiti que esse varejista comprou por R$138,40, adicionou R$61,6... Eu sei que o comércio adiciona mais, mas aqui é só para chegar ao 200. Não vai mudar nada. Poderia ser 500, iria dar igual.

Então, ele vai agora... Vou vender para o consumidor final. Comprei por R$138,40, adicionei R$61,60, vou vender por R$200. Esse é o que eu tenho que receber de volta.

Agora, eu estou lá no Simples, eu vou pagar os impostos do Simples para vender lá para o consumidor final.

Olhando na tabela, ali eu estou simulando uma empresa com faturamento anual de R$3,6 milhões. Fui lá, olhei as alíquotas dentro do Simples, estão colocadas ali, não tem crédito, consumidor final não toma crédito... Eu vou ter que recolher R$12,80, R$12,40... Errou ali o custo final: não é R$12,80; é R$12,40. Então, eu vou vender para o consumidor final por R$212,40, certo? Isso é o que acontece hoje.

Então, nós vamos mudar agora para a reforma tributária, e esse sujeito que vende para o consumidor final tem duas opções: ele fica dentro do Simples totalmente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Se você pudesse discriminar os R$38, eu acharia ótimo.

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – Ah, eu tenho... É um outro estudo, e eu mando para o senhor.

Eu tenho duas opções: ou eu fico totalmente dentro do Simples, ou eu saio para recolher o IBS por débito e crédito. Vamos ver qual vai ser a opção da empresa, e o que isso faz em relação ao que se tem hoje. Vocês vão ver ali que tem...

Estou usando, então... Aquela roupa, que hoje é 38,4 vai cair para 28%. Até o Prof. Marcos Cinta acabou de colocar que, nos cálculos dele, nos preços relativos, os produtos industriais, os bens têm uma redução de preço . Ele acabou de falar. Então, em alguma medida, isso deve acontecer... Tem uma desoneração da roupa. A roupa vai pagar mais barato. Certo? Então, aquela mesma roupa por R$100, vai-se pagar R$28, vai ser vendida por R$128.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O varejista adiciona o mesmo valor adicionado: R$61,60. Quanto que é o preço que ele vai querer antes de vender? É o de R$189,60.

Ele vai pagar lá o Simples sobre o preço dele de venda e vai pagar R$11,76. E, aí, o custo final para o consumidor vai ser 201,36 – tem uma queda em relação a hoje. Mas a queda vem de onde? Pergunto porque a roupa que ele comprou vai ser menos tributada.

Agora, o ponto não é esse aqui. O ponto é: e o que é que acontece se ele sair do Simples?

Ali ele ficou dentro do Simples, certo? Se ele sair do Simples... Eu não vou contar toda a história de novo, por causa do meu tempo, mas, se ele sair do Simples, aí ele vai apurar o ICMS por débito e crédito. Como ali o consumidor final não vai tomar crédito, ele vai pagar mais. A tributação total dessa cadeia vai ser de R$45. Ele vai vender por R$206,85 para o consumidor final.

Então, obviamente, a conclusão aqui é... A opção dele vai ser esta aqui: ele vai ficar dentro do Simples, porque assim ele vende mais barato para o consumidor final.

Esse aqui é o primeiro ponto.

Então, conclusão número um: se eu estou vendendo para o consumidor final e eu sou do Simples, a tendência é ficar dentro do Simples, recolhendo todos os tributos – 74% das empresas do Simples estão aqui.

Agora vamos para frente.

E se eu estou no meio da cadeia? Aí são os outros 26%, e eu vou mostrar aqui o que acontece.

Então, aqui é uma empresa do setor industrial. E quem é o cliente dela? É uma empresa do PIS-Cofins cumulativo, certo? Então, é como...

Vou de novo, lembrando que tem que olhar a cadeia inteira: o que vem de trás de tributação, o que eu pago e para quem eu estou vendendo, o que é que vai acontecer com ele lá na frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui, essa indústria do Simples compra esses insumos, o preço dos insumos é R$4.687,50; pago 28%, digamos assim, hoje, dos tributos totais nesses insumos, e o preço que eu pago nos insumos, com tributo, é R$6 mil.

Essa indústria adiciona R$4 mil de valor adicionado. Portanto, com o que eu paguei mais o que adicionei de valor, antes dos tributos, eu quero R$10 mil pela minha produção.

Estou lá dentro do Simples, apuro ali o tributo dentro do Simples, tenho que pagar R$705,94 sobre esses R$10 mil.

E olha aqui que eu estou dando um exemplo, e foi falado aqui na terça que alguns estados, Roni, permitem, sim, que as empresas do Simples transfiram o crédito do ICMS, o crédito da tabela. Então, ali eu estou no melhor estado possível: ela está transmitindo o crédito do ICMS – está lá, ó.

A empresa varejista que vai comprar dessa indústria vai pagar R$10.705,94, vai recuperar os R$422,24 que foram pagos do ICMS dentro do Simples, e qual vai ser o custo final daquele produto para aquela empresa que comprou? É o que ela pagou menos o que tomou de volta de crédito, certo? Então, o custo final: R$10.283,70. Isso é o que acontece com essa indústria hoje.

Mas vamos ver, então, como vai ficar com a reforma.

É a mesma operação aqui, tá, gente? Olha, é o mesmo insumo, certo? Está comprando por R$6 mil. Só que, aí, ela tem duas opções: fico dentro do Simples ou saio?

Aqui eu estou começando com a opção que vai ser a melhor para ela, já vou antecipando: eu saio do Simples para apurar IBS e CBS.

Então, eu compro por R$10 mil, vou calcular o que eu tenho que pagar de IVA, usando os meus créditos. O valor de R$1.312,50 passa a ser meu crédito. Eu geraria um débito de R$2.432,50, deduz-se o crédito, e, aí, eu tenho que pagar R$1.120. Com mais os R$10 mil lá, eu vou vender, então, por R$11.120, certo?

Uma empresa varejista que vai comprar da minha indústria vai me pagar esse preço, só que todo o imposto que eu paguei vira crédito lá para a varejista. O custo final do meu produto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para aquela varejista passa a ser R$8.687,50, que, não por acaso, é o valor adicionado na cadeia, porque é assim que o IVA funciona. Certo? A tributação, de fato, vai lá para o final.

Então, aqui – vamos só comparar, já coloquei ali –, olhem, tem uma queda de custo para o comprador, neste caso, de 15%, e tem uma situação aqui que é contraintuitiva e que, para quem não está acostumado com o mundo do IVA, é difícil mesmo.

Olha o que acontece, gente: o preço sobe. O preço sobe, de R$10.705, para R$11.120. Só que, como o comprador toma mais crédito, apesar de o preço subir, o custo daquele produto para o comprador cai, tá? Então, esse é o primeiro ponto.

Aqui é a outra opção: vai ficar dentro do Simples; mesma operação, mas se mantendo dentro do Simples. Ele vai pagar os R$10.705, vai passar o crédito todo da tabela – porque agora ele passa não só do ICMS que eu fiz lá atrás, mas vai passar também da CBS, dentro do Simples –, e qual vai ser o custo final? Será de R$10 mil para aquela empresa varejista.

É melhor do que a situação de hoje – 2,8% menor –, mas é pior do que se ele sair do Simples.

Então, a lógica aqui é que ela vai sair do Simples, a empresa de meio de cadeia, e vai ter uma situação melhor do que tem hoje, por conta da transferência total do crédito.

Aqui, para eu ir adiantando bem rápido...

Ali eu fiz o exemplo da empresa que está comprando, a empresa do cumulativo. Agora, aqui, eu estou trazendo o famoso crédito ficto que surge.

É tudo igual – viu, pessoal? –, R$10.705, é por conta da empresa do Simples que vende hoje, a da indústria. Só que o cliente, agora, é do não cumulativo: ele toma o crédito do ICMS e toma também o crédito ficto de PIS-Cofins.

Olha lá: o crédito está cheio de PIS-Cofins, R$990,30, enquanto aqui foram recolhidos R$187 mais R$98, que vai dar uns R$280. Então, aqui surge o crédito ficto.

O custo dele, do produto, para aquela empresa: R$9.293,40 – não vou voltar lá, não, mas é menor do que quando não tem o crédito ficto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, olhem como é que fica em relação à reforma.

Mesmo com o crédito ficto hoje, tem uma redução no custo desse produto por varejista. Por quê? Porque aqui no crédito ficto eu tenho mais ICMS do que quando eu estou transferindo lá na ponta. E aí, com a reforma, em que eu transfiro todo o crédito, seja de CBS, seja de IBS, eu fico mais barato para o meu comprador, mesmo em relação a uma situação hoje com o crédito ficto. E, óbvio, se eu ficar dentro do Simples, aí é diferente; aí eu tenho uma situação pior do que a que eu tenho hoje. Então, ele vai sair do Simples e apurar IBS por débito e crédito.

E aí, só para terminar, Senador – que é o que o senhor tinha me pedido –, os serviços. E aí vocês vão ver que eu mudei ali, então tem menos custos de insumos e tem mais valor agregado na empresa.

A empresa, agora, não é aquela indústria; agora é uma empresa de serviços. Então, ela tem menos créditos e mais agregação de valor na empresa de serviço, que é aquela do meio ali. Está certo?

O que é que acontece hoje? Se eu estou vendendo para uma empresa do PIS-Cofins cumulativo a esse serviço, eu vou cobrar R$10.739, e ele não se credita de nada, porque ele é do cumulativo. Então, o custo final é o preço que eu vendi para ele, não toma crédito: R$10.739,27.

Agora, e na reforma? Na reforma, o preço vai subir, porque se ele optar por sair do Simples, ele vai pagar o IVA normal: 28%. Então, o preço sobe para quase 12 mil. Só que, lá na frente, a empresa vai tomar crédito.

Então, em relação ao que tem hoje de custo, olhem bem aqui – opa, passou demais –, o contratante do serviço tem uma redução de custo. Agora, mesmo se ele permanecer dentro do Simples, como o de lá não tomava crédito, agora vai tomar o crédito da tabela. Mesmo em relação a essa situação, tem uma melhoria. Agora, é óbvio que ele vai optar pela outra, em que a melhoria é maior, essa daqui, certo?

E, aí, para terminar de vez, eu vou para a outra situação, da empresa de serviço. É a mesma operação, pessoal, só que, lá na frente, o comprador, hoje, é do não cumulativo. Então, ele toma crédito – e ISS não dá crédito – do PIS-Cofins ficto. Vamos dizer que esse serviço dá crédito. E se puder, Senador. Porque, por exemplo, eu vejo muita discussão sobre limpeza,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança, e isso não dá crédito hoje, não tem crédito ficto. Se uma empresa, como um banco, por exemplo, contrata uma empresa de segurança do Simples – é difícil ter, mas vamos dizer que tenha –, não toma crédito, não. Mas ali a opção é a de um serviço que dá crédito. E não toma, viu? Não toma. Ali eu estou colocando um serviço que dê crédito. Então, aparece lá o crédito ficto. Estou pagando 10.739, mas estou recuperando o crédito ficto de PIS-Cofins. O custo final para aquele contratante: R$9.745,89.

Vamos para a reforma. Aí, ele vai optar por pagar o IVA, sai do Simples para pagar o IVA. De novo, gente, o preço dele sobe de dez mil, setecentos e pouco para R$11.960. Só que o contratante toma crédito total. O custo final é de R$9.343,75 porque agora tem crédito. Cai em relação à situação de hoje, que tinha crédito ficto. Aí – vamos para frente –, se ele continuar dentro do Simples, aí sim, vai ficar mais caro para o seu contratante.

Só para terminar... É o último mesmo, Senador, me dê mais um minutinho.

Então, eu estava falando do Simples. Agora vamos falar dos serviços de uma empresa que não é do Simples.

Aqui eu trouxe um exemplo que eu vi muito aqui, o das empresas de TI. A empresa de TI, a gente foi olhar lá para quem que ela vende: 92,4% dos clientes de uma empresa de TI são outras empresas; 7,6% são consumidor final. A gente olhou isso lá na matriz de usos e consumo do IBGE. Então, vamos lá. O que é que acontece hoje? Naquele mesmo estudo – Senador, vou mandar para o senhor –, a roupa paga 38,4%; desenvolvimento de sistemas, que é um dos setores que a gente calculou lá, hoje teria no nosso cálculo 18,7% de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – ... tributação; recolhimento direto, 5,6%; e o que ficou para trás nos elos anteriores da cadeia, 13,1%.

E aí vamos ver o que acontece com essa empresa em relação à situação de hoje.

Hoje, digamos assim, ela compra ali alguns insumos tributados, vem R$700 de tributo nos insumos, o custo do serviço dela mais a margem é R$10 mil, ela quer R$10.700 pelo serviço que ela vai prestar – R$10 mil, que é o meu custo mais minha margem, mais o que eu paguei de imposto nas poucas coisas que eu comprei. Aí vou pagar o imposto sobre isso: 5% de ISS, 3,65%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de PIS-Cofins, o ISS ainda está na base do PIS-Cofins, o PIS-Cofins entra na base do ISS, dá R$1.713,19. Então, o preço final é R$11.713,19. A empresa contrata essa empresa de TI, aquela de lá, não toma crédito. No caso de TI, Senador, só se o *software* for para controle da máquina direto é que dá crédito. Se for, por exemplo, um ERP – não é, Roni? –, que é de gestão, não dá crédito. Então, ele não toma crédito lá, o custo final é o que ele pagou, não toma crédito de nada, é R$11.713,19. Com a reforma, a mesma empresa vai cobrar mais, vai cobrar R$12,8 mil, porque, com os R$10 mil, vou tomar o crédito dos R$700 que eu paguei aqui nos meus insumos, vou pagar mais R$2,1 mil, quero R$12,8 mil do senhor. Só que o que vai acontecer com o senhor quando comprar o meu *software*, o meu ERP? O senhor vai pegar de volta todo o crédito do que eu paguei.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – Então, o custo do serviço para o contratante cai, porque tem a transferência de crédito. Esse é um ponto relevante.

E, para também não falarem que estão escondendo as situações, que eu não vim aqui para isso, se for para o consumidor final, aí, sim. Se nossos cálculos estão certos... Hoje, ele paga 18,7% e vai pagar... Ali está 27,5%, mas é 28%, não é? Já ajustou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – Tudo bem. A gente está apostando em 28%.

Vai ter um aumento de 18,9% para 28%.

E aí eu terminei a minha apresentação e queria, já que eu estou extrapolando o tempo mesmo, só fazer uns comentários sobre a fala do Dr. Marcos Cintra.

Primeiro ponto. Ele falou: a indústria está preocupada com o aumento de preços...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – ... em serviços. Pede para essa indústria nos procurar, porque, na CNI, nós não temos preocupação nenhuma com isso, com relação ao que a indústria vai comprar de serviço, pelo que eu acabei de mostrar aqui. Hoje, em muitos serviços tomados pela indústria, como segurança, limpeza, contratação de *software* – e não vou ficar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gastando mais tempo aqui –, vai acontecer o fenômeno que eu coloquei: eu vou pagar mais caro e vou tomar o crédito de volta de forma que aquele serviço vai ficar mais barato para mim. Então, se essa indústria nos procurar, nós vamos explicar para ela que não tem problema nenhum.

Com relação à elasticidade de preço, óbvio, se aumentar o preço lá na ponta, como eu falei ali no caso do sistema de TI, tem uma elasticidade de preço da demanda, óbvio que tem.

Só que não é a única elasticidade que funciona na economia, tem a elasticidade renda também que funciona na economia. E aí, o estudo de que eu mais gosto, que usa um modelo de equilíbrio geral computável, vai além de matriz de insumo produto, que é o da Débora, colega do Roni lá no Ministério da Fazenda, e do Edson Domingues da UFMG. Eles usaram um modelo de equilíbrio geral simulando todos os efeitos na economia da reforma tributária. Tem o do Ipea também, o do Zé Maria, tem outros, tá? O que mostra esse estudo de modelo de equilíbrio geral é que a reforma induz crescimento, e o resultado final para o setor de serviços lá no estudo da Débora e do Edson, em 15 anos, é um PIB de serviços 10,1% maior do que sem a reforma, tá? Então, é isso que está no estudo da Débora. Mudança de preços relativos na ponta pode acontecer? Pode e, vai me desculpar, na minha visão, deve.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – Por que razão essa roupa paga 38% de imposto e, quando eu vou na lavanderia lavar o meu terno, segundo o IBPT, a tributação é de 15%, 16%? Não tem explicação, até porque, em termos sociais, as pessoas mais pobres costumam comprar roupas, mas eles não usam lavanderias. Eles lavam a roupa eles mesmos. Então, eu não vejo por que serviços têm que ser menos tributados do que bens.

E sobre desonerar a folha, estamos de acordo. É uma outra discussão, está fora do IVA, mas a CNI está de acordo. Só temos que ver uma questão, não é, Senador: de onde vem a compensação da receita, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só uma curiosidade, Mário. Você é contador também, não?

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – Não, sou economista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Economista. Está bom. Então, eu vou passar para um contador. (*Risos.*)

Fellipe.

O SR. FELLIPE MATOS GUERRA (Para expor.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Izalci, e todos que nos assistem.

Eu vou pedir licença para eu fazer a apresentação de pé, Senador, porque vou utilizar aqui alguns números e vai ficar mais fácil de demonstrá-los de perto aqui.

Bom, inicialmente, o Senador Izalci, desde a nossa primeira reunião, nos pede três coisas: primeiro, para trabalharmos sempre com situações pé no chão, vida real; segundo, para que nós possamos trazer os cálculos aqui que fundamentem as nossas opiniões; e terceiro, recomendações diretas de melhoria no texto. Confesso que, depois do nosso encontro aqui da terça-feira, e ontem ao final da audiência nós conversamos mais uma vez, eu fui para o hotel e disse: "rapaz, eu vou refazer a apresentação completa". Sob pena de deixá-la um pouco mais complexa do ponto de vista de cálculos, mas que de fato consiga deixar 100% esclarecido como é que funciona o cálculo para as micro e pequenas empresas. O que, com todo o respeito, Sr. Mário, não bate em nada com os cálculos que o senhor apresentou, mas eu vou apresentar as fundamentações legais e os cálculos aqui, os números.

Porque, primeiro, para nós considerarmos 38% na aquisição de empresa do Simples, a gente teria que considerar talvez um PIS-Cofins não cumulativo para ela somado ao ICMS, porque o ICMS máximo é 20. Então, eu não posso confrontar tributação sobre o consumo com demais tributos: ou eu falo tributação sobre o consumo com tributação sobre o consumo, ou eu falo todos os tributos com todos os tributos. É por isso que, nos cálculos do Conselho Federal, nós não levamos em consideração nada relacionado a Imposto de Renda e contribuição social, por exemplo.

Mas vamos lá. Quais são as nossas principais preocupações em relação ao Simples Nacional, as micro e pequenas empresas? Primeira, a questão do impacto na competitividade comercial, que, conforme será demonstrado, é muito significativo; o aumento do custo do *compliance* tributário, que, como vocês poderão observar com os números, existirá em todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cenários – em todos os cenários –; e a desidratação do Simples Nacional, que é, como eu falei na terça-feira, a manutenção do regime do Simples Nacional, só que sem que haja vantagem alguma para o optante. Então, isso é o que nos preocupa.

Então, vamos lá. Vamos começar pelo modelo atual, certo? Vamos começar pelo modelo atual e fazer o cálculo do custo tributário da vida de uma empresa em um determinado mês-calendário, certo? Vamos supor que essa empresa do Simples está adquirindo mercadorias, ela fez a aquisição de mercadorias pelo montante R$100 mil. A tributação por dentro, pessoal, acaba, muitas vezes, nos dando uma falsa sensação de que o tributo não está sendo pago. Então, muitas empresas optantes pelo Simples Nacional, quando vão fazer o seu cálculo do custo tributário, acreditam que não estão pagando nada na entrada, porque em cima do valor da operação está embutido o valor do ICMS, por exemplo. Então, nesse caso, eu estou colocando aqui um ICMS de 18% em cima dessa aquisição de R$100 mil, o que dá um valor de R$18 mil, e o valor total da operação é R$100 mil. Então, o valor total da operação para a empresa do Simples é R$100 mil. Então, ela já tem nessa aquisição um custo tributário que está escondido, que ela desconhece muitas vezes, de R$18 mil. Lembro que a empresa do Simples não vai ter crédito de PIS-Cofins, a empresa do Simples não vai ter crédito de ICMS, então não vão interessar para ela outros tributos, neste momento da aquisição, para a questão da composição do custo da mercadoria. O custo da mercadoria, existe norma brasileira de contabilidade que rege em adequação à legislação do Imposto de Renda.

A venda da mercadoria, vamos supor que essa mercadoria que foi adquirida por R$100 mil, ela está vendendo por R$130 mil. Coloquei a alíquota menor do Simples, para simplificar o cálculo, de 4%. Então, o valor total de Simples Nacional pago foi 5,2 mil. O custo total tributário dessa competência é os R$18 mil mais os R$5,2 mil, o valor total do período R$23,2 mil, certo? É óbvio que se eu considerasse um custo de aquisição tributário na aquisição maior, por exemplo, 38%, esse cálculo seria bem mais elevado, mas na prática contábil não é essa. Contabilmente evidenciado no balanço para fins de Imposto de Renda, para fins de envio do Sped contábil é assim, certo?

Beleza, continuando. Vamos pegar agora o modelo novo. Duas coisas nós precisamos considerar. Primeiro, o Prof. Marcos Cintra falou um negócio que eu achei bem legal, que é situação real e a situação imaginária, certo? Vamos pensar primeiro do ponto de vista real: a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

empresa do Simples Nacional, normalmente, não tem muito poder de negociação com seus fornecedores, ela não faz compras em grandes volumes, como a indústria, como redes, então ela não tem tanto poder de margem de negociação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELLIPE MATOS GUERRA – Quando ela for aqui fazer a aquisição, que antes custou R$100 mil, pode ser – pode ser, no mundo real – que esse fornecedor diga o seguinte: "Não, agora o preço é o mesmo, 100 mil, e você vai pagar os tributos". Se isso acontecer, o custo da operação sai de 100 mil para 126,5 mil; lembrando que ela comprou por 100 mil para vender por 130 mil, então ela já não tem mais margem nenhuma. Só que, vamos supor que, dentro de um universo imaginário, esse fornecedor extremamente consciente e sem usar nada do seu poder de negociação e força até sobre a micro e pequena empresa, diga: "Micro e pequena empresa, você me comprava por R$100 mil, mas, na verdade, o custo da mercadoria era R$82 mil, porque tinha 18% de ICMS. Então, eu vou te vender pelos R$82 mil, e em cima dos R$82 mil é que vai ser aplicado o IVA". Foi o que eu coloquei no segundo cenário. Ainda assim, o valor vai para R$21.730, ou seja, saiu de R$100 mil para R$103 mil, houve aumento – houve aumento. Se nós mantivermos a venda exatamente igual... É óbvio que eu estou considerando que ela teve essa margem de negociação e até nem repassou o preço; ela manteve os R$130 mil, porque, se aumentasse para R$133 mil, por exemplo, como foi o aumento da aquisição, aumentaria o valor do Simples também. Eu mantive os R$130 mil, e ela vai pagar R$5,2 mil, mais os R$21.730, ou seja, permanecendo dentro do Simples, no modelo atual, ela já paga mais. Isto aqui é o que nós estamos caracterizando aqui como fim de cadeia, não é? Ela está em fim de cadeia, está ali, comercializando com o consumidor final; resolveu ficar dentro do Simples Nacional, suportou o ônus na sua entrada, pagou o Simples na saída, o custo tributário total aumentou. Ficou claro pessoal? Aumentou, eu não visualizo, para esse cálculo, outro cenário. Isso é contabilidade tributária.

Vamos para o segundo modelo. No segundo modelo, já indo para o cenário novo, mantive a regra da aquisição, certo? Se ele não tem poder de negociação, é 126 mil. Os cem se mantiveram como valor da mercadoria. Se ele teve mais poder de negociação, o fornecedor baixou para os R$82 mil, ficaram R$103 mil, certo? Só que agora, nessa segunda hipótese, ele está no meio de cadeia e optou por pagar IBS e CBS por fora do Simples, certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o seu débito de R$130 mil será com a alíquota de 26,5% – e eu estou utilizando até menor alíquota – de R$34.450. Fazendo débito e crédito, eu tenho R$34.450, trouxe o crédito de 21, ou seja, da melhor negociação com o fornecedor. Estou sempre considerando o melhor cenário do mundo. Ainda assim, tem R$12.720 de saldo de diferença a recolher, mais o que já foi pago dos 21, certo?

Então, vejam: no cenário B, em que a empresa optante pelo Simples pagou IBS e CBS por fora, também houve um aumento de carga. Então, em ambos os cenários há um aumento de carga tributária para a empresa optante pelo Simples, pensando aqui numa empresa comercial.

Por fim, eu quero falar sobre a questão do crédito presumido – não é? –, a questão da apropriação de crédito de PIS-Cofins sobre as alíquotas da não cumulatividade, pela utilização do método subtrativo indireto, quando se trata de um adquirente tributado pelo lucro real, que está apurando a não cumulatividade.

Então, vamos lá! Vamos supor que aquela empresa optante pelo Simples Nacional vendeu por pelos R$130 mil, certo? Daqueles R$130 mil, eu disse que o cálculo do Simples dela foi R$5,2 mil, não disse? Existe uma distribuição de tributos dentro do Simples. Quanto que é o ICMS daqueles R$5,2 mil? O ICMS é R$1.768. Quanto é o PIS-Cofins daqueles R$5,2 mil? É de R$806. Então, esses são os valores pagos dentro do Simples, certo? Como que fica para o adquirente na questão do crédito de PIS-Cofins hoje, o adquirente do lucro real? Ele adquire de uma empresa do Simples, ele vai tomar R$1.768 de crédito de ICMS. E isso não é restrito a alguns estados: todos os estados; isso é legislação nacional, todos os estados. Você destaca, na nota fiscal eletrônica, o montante do ICMS pago dentro do Simples, e o adquirente pode tomar este crédito se aquela mercadoria, obviamente, for tributada normalmente de ICMS.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELLIPE MATOS GUERRA – E o crédito de PIS-Cofins é como? O crédito de PIS-Cofins é 9,25% – 1,65% de PIS, 7,6% de Cofins –, que nesse exemplo dá um valor de R$12.025 de PIS-Cofins. Montante de créditos que esse adquirente tem: R$13.793. Como é que fica com a reforma? Como é que fica com a reforma? Substitui o ICMS por IBS e substitui... O crédito de PIS-Cofins aqui será a CBS – a CBS, tá? O adquirente vai tomar R$1.768 de crédito de ICMS – de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IBS, perdão – e vai tomar R$800 apenas de crédito de CBS, ou seja, o montante de crédito dele vai ser R$2.574, ou seja, há uma redução dos créditos do adquirente na ordem de R$11.219.

Então: "Ah, nós temos uma parcela pequena de empresas optantes pelo Simples que vendem para não contribuinte". Tem um Presidente do CRC do Pará, Senador, o Prof. Ailton Ramos, que diz que nós temos que ter muito cuidado com a média, porque, se eu ganho nove e o Mário Sérgio ganha um, na média nós dois ganhamos 5. Então, nós temos que ter muito cuidado com a média.

Então, é importante endereçar essas questões em todos os cenários de cálculos que nós fizemos para as empresas optantes pelo Simples.

Houve aumento da carga tributária em qualquer momento da etapa da cadeia econômica em que ela estiver, seja no início, no meio ou no fim. Nos cálculos que foram apresentados aqui pela CNI, sempre no final estava sendo considerado o crédito da cadeia inteira, mas, para o custo tributário efetivo da última etapa da cadeia, ele tem que levar o custo tributário para si e não o crédito que foi gerado na primeira etapa. Eu entendo a necessidade de visualizar a cadeia econômica como um todo, mas eu não posso levar em consideração, para fins de um planejamento tributário, para fins de uma gestão tributária para uma empresa, quanto que teve de custo lá na indústria, se eu sou o consumidor que está no varejista aqui, que já passou pelo atacado, e eu já vou vender para o varejo.

Então, esse é o ponto que eu gostaria de deixar extremamente esclarecido. Esses números são oriundos de vários trabalhos desenvolvidos pelo grupo de trabalho da reforma tributária do Conselho Federal de Contabilidade. Todos os cenários apresentados para as empresas optantes pelo Simples Nacional têm se apresentado desfavoráveis.

E quais são as nossas sugestões? Nós estamos nos juntando às sugestões que vão ser entregues pela Fecomercio de São Paulo, porque eles já estão com uma série de emendas. Então, nós vamos ser signatários dessas sugestões de emendas que eles vão propor, mas a nossa ótica é que tem que refletir sobre a possibilidade desse crédito presumido nas operações...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Fellipe, não querendo interromper, mas já interrompendo...

O SR. FELLIPE MATOS GUERRA – Pois não. Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... o Roni fez uma observação aqui. Aí, se você puder...

O SR. RONI PETERSON BRITO (Para expor.) – Só para não deixar passar, nas suas aquisições ali contabilizadas para o Simples, acho que faltou incluir substituição tributária, Difal e monofásica, porque ele vai pagar, está no preço dele para entrar depois, e ele não tem crédito sobre isso.

O SR. FELLIPE MATOS GUERRA – Na verdade, é uma opção. O que acontece? A mercadoria que eu estou comprando não é as três coisas ao mesmo tempo: ou ela é tributada normalmente, ou ela é tributada por substituição, ou é um diferencial de alíquota.

O SR. RONI PETERSON BRITO – Sim, mas aqui nós estamos numa análise geral. Você pegou um caso. Se a gente pegar esse mesmo exemplo e colocar aí agora alguém que paga uma ST de 33%, alguém que paga uma monofásica por dentro...

O SR. FELLIPE MATOS GUERRA – E 33% de cima da MVA, do cálculo, não é?

O SR. RONI PETERSON BRITO – Não, eu já estou botando um resultado final, já com a MVA, cálculo por dentro da parte própria, etc., uma carga média que a gente tem hoje. Vamos reduzir então: 30%, 28% já final. Esse cálculo muda por completo.

É só isto que eu estou colocando: que esse é um cenário, mas, se fosse considerado o cenário que é muito real, porque nós temos hoje muitas substituições, como Difal – nem preciso dizer que Difal é amplo, generalizado – e muitos monofásicos de PIS-Cofins... Também são reais esses casos...

O SR. FELLIPE MATOS GUERRA – Sim.

O SR. RONI PETERSON BRITO – ... e são muito relevantes. É só para salientar que tem esse outro cenário também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES (Para expor.) – E ali não tem nem o PIS-Cofins, só tem o ICMS.

O SR. FELLIPE MATOS GUERRA – Mas, quando ela adquire, não tem PIS-Cofins para ela, não.

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – Não, meu amigo, mas olhe bem, o sujeito vendeu lá. O cara que vendeu para ela pagou. É lógico que tem.

O SR. FELLIPE MATOS GUERRA – Sim, no custo da mercadoria.

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – Por isso é que o meu deu 38. O meu 38, só para te esclarecer um ponto... O 38 da roupa, que é o que vende lá para o comerciante... O nosso 38... Nós não somos de comparar abacaxi com melancia. O 38 é só imposto sobre consumo. Eu estou trabalhando com imposto sobre consumo, tá? E o 38 engloba tudo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – ... ISS, ICMS, PIS-Cofins e o resíduo. Então, ali no 38, não tem Imposto de Renda, não tem CSLL e nem contribuição sobre folha, tá? Ali faltou o PIS-Cofins.

E eu vou fazer um comentário, Fellipe: mais uma vez, quando você pega aí a sua... Você olha só etapas da cadeia, você não olha tudo, tá? Esse é um outro ponto que tem que ser considerado, entendeu?

O SR. FELLIPE MATOS GUERRA – Posso concluir, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Considerações finais, Fellipe, para a gente fechar.

O SR. FELLIPE MATOS GUERRA – Então, quando a gente opta por um modelo, o produto é tributado, ou normal, ou substituição tributária, ou é pago o diferencial de alíquota. No diferencial de alíquota, ele é tributado normal; então, ele só faz uma antecipação do montante no momento da aquisição, mas isso vai para apuração. Então, os 18 permaneceriam corretos, o que mudaria seria a substituição. Mas, quando eu falo de composição de custos de mercadoria,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para fins do custo tributário da empresa, eu não levo em consideração o custo que foi embutido no preço, não, de forma alguma.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELLIPE MATOS GUERRA – Contabilmente, quem estiver fazendo isso está fazendo errado, porque, se o meu fornecedor paga PIS-Cofins cumulativo ou não cumulativo para fins de custo, o custo da mercadoria para mim são os R$82. Aí agora eu estou acrescentando os 18 porque é não recuperável. Se o ICMS fosse recuperável, não seria, seriam os R$82.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bacana.

Obrigado, Fellipe.

O SR. FELLIPE MATOS GUERRA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, eu vou passar rapidamente então aqui. Nós ainda temos... Vou passar para a Sarina.

Sarina, acho que muita coisa foi colocada aqui, mas é bom você pontuar aí, não é?

A SRA. SARINA SASAKI MANATA (Para expor.) – Bom dia a todos.

É uma satisfação estar aqui novamente nesta Comissão.

Quero parabenizar o Senador mais uma vez por estar dando destaque para esse tema do Simples Nacional, no qual são tributadas a maioria das empresas.

Sei que muita coisa já foi falada aqui, mas eu gostaria, inclusive, de contextualizar um pouquinho a questão do Simples Nacional e a importância e a relevância que ele tem no cenário econômico do nosso país.

Vou só passar aqui. Só um instante. (*Pausa.*)

Vou falar da representação da Fecomércio. A gente já falou isso na terça-feira, mas a Fecomércio fala aqui em nome de 1,8 milhão de empresas, 137 sindicatos no Estado de São Paulo, com uma grande relevância no cenário nacional com relação ao PIB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E falando aí, para gente contextualizar, então mais de 70%... A gente tem divergência em relação aos números de empresas optantes do Simples, mas mais de 70% das empresas hoje no Brasil são optantes do Simples.

E fazendo um recorte aqui, eu acho que importante, a grande maioria dessas empresas optantes do Simples são do setor de serviço. Então, a gente verifica que mais de 61% são do setor de serviço, seguido aí pelo setor do comércio. E é muito importante esse recorte, porque na reforma tributária, como todos sabem, o setor mais impactado será o setor de serviço. E falando em contexto do Simples Nacional, também há uma grande preocupação com o setor de serviço, por isso mesmo, está acompanhando também esta audiência pública o Presidente do Conselho de Serviços da Fecomercio de São Paulo, o Luis Cesar Bigonha, por conta da relevância e do impacto neste setor tão importante para a economia nacional. E a gente tem cerca de 18 milhões de empresas optantes pelo Simples.

Falando apenas de alguns números, quando se fala que a arrecadação é a grande maioria da empresa, mas em termos de arrecadação ela não é tão significativa, hoje a gente paga... A carga tributária é cerca de 32% do PIB. O Simples Nacional é quase 5% do PIB, mas se a gente verificar a variação dos últimos anos, o aumento da relevância do Simples Nacional é bem significativo. Enquanto, nos últimos dez anos, houve uma variação do regime geral de 2,5%, com relação ao Simples Nacional a gente teve uma variação de 44%. Então, cada vez mais o Simples Nacional se mostra significativo em termos de arrecadação.

Em empregos também. Empregos é extremamente relevante. O Simples Nacional emprega muito e tem uma força significativa na empregabilidade. Claro, quando a gente o considera com os números gerais, pode parecer que o número não seja significativo, mas a gente, verificando a variação dos últimos anos, também verifica que ao longo desses últimos anos o Simples tem aumentado muito mais a empregabilidade do que outros setores. Quando a gente verifica em termos de admissão, esse percentual supera 50%.

Fazendo aí um breve histórico, para a gente não houve... a emenda constitucional não alterou o tratamento diferenciado e favorecido destinado à micro e à pequena empresa, garantido no art. 179 da Constituição Federal. Em 1996, a gente teve a primeira legislação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratamento diferenciado de tributação, específica de tributos federais. Em 2006, a nossa Lei Complementar 123 unificou todos os entes, tributos federais, estaduais e municipais.

A gente já falou bastante disso, quais são as opções. A gente vai ter um sistema híbrido, então o Simples pode se manter integralmente no Simples Nacional ou pode excluir os novos tributos, IBS e CBS. E aqui, só fazendo um parêntese, porque eu vou apresentar uma simulação, acho que a gente parte de premissas diferenciadas.

O meu colega da CNI acompanhou também, mesmo que no caminho a apresentação do Prof. Marcos Cintra, mas acho que ele perdeu alguma parte da afirmativa do professor, porque, na verdade, a todo tempo o Prof. Marcos Cintra falou que não há neutralidade, mesmo para aqueles que estão no meio da cadeia, por conta de premissas, de acordo com a premissa do Prof. Marcos Cintra, com a qual a gente concorda.

Na verdade, há uma elevação do preço nesse novo sistema tributário. E quando... Não sou economista, sou advogada, mas ouvi atentamente a exposição do Prof. Marcos Cintra, e como há uma elevação em relação ao preço, vai ter uma diferença com relação à demanda e, por isso, mesmo para quem está no meio da cadeia não haveria neutralidade. Então, a gente parte dessa premissa em relação à apresentação, inclusive, do Prof. Marcos Cintra.

E qual a situação que a gente tem atualmente, então? Uma micro e pequena empresa paga todos os tributos na DAS e, quando ela faz uma operação com outra empresa, por exemplo, do lucro real, ela transfere, em relação ao ICMS, o imposto devido lá, aquele percentual devido do imposto estadual no regime único; em relação ao PIS e Cofins, ela transferia 9,25, garantido o crédito integral. Então, ela não paga 9,25 no regime único, mas é garantido hoje, pelas regras atuais, a transferência integral. Claro, a gente sabe que são regimes totalmente diferentes, com restrições, inclusive, a crédito do ICMS e ao que é considerado insumo para fins de ICMS e PIS e Cofins, mas essa é a regra geral que a gente tem em relação à situação atual.

E o que o PLP 68 prevê? Então, ele prevê que eu posso continuar pagando a minha guia no regime único...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SARINA SASAKI MANATA – ... só que a transferência vai ser limitada nos dois casos, ICMS e PIS e Cofins, em relação ao tributo da CBS e do IBS, inclusive o que foi efetivamente pago dentro do Simples Nacional. E, no nosso entender, isso causa um desequilíbrio de competitividade.

E eu trouxe aqui um exemplo para a gente fazer uma simulação. E trago um exemplo do setor de serviços, porque a gente entende que, apesar de a Fecomércio representar comércio e prestação de serviço, o setor de serviço, além de ser a grande maioria optante do Simples, frequentemente está no meio da cadeia.

De comércio, então, a gente não tem dúvidas: o comércio varejista não seria impactado. Claro que, fazendo simulações, pode ser vantajoso para ele optar pelo novo sistema, mas ele não vai sofrer essa pressão de exclusão do Simples Nacional. O comércio varejista não é impactado. O comércio atacadista eventualmente...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SARINA SASAKI MANATA – ... pode ser impactado, mas aqui eu gostaria de trazer exemplos do setor de serviço.

E aqui trago um exemplo do Anexo III. Então, uma microempresa, nessa simulação, que tem um faturamento mensal de R$25 mil, quanto paga de alíquota efetiva hoje? Paga 8,8. Então, hoje, uma microempresa paga R$2 mil de Simples Nacional. Então, nesse cenário, quanto essa micro e pequena empresa transferiria dos novos tributos se ela decidisse ficar integralmente dentro do Simples Nacional? Ela vai pagar cerca de R$900 de transferência de crédito. E ela pode ser pressionada pelo, a gente imagina... Como o meu colega disse, é uma micro e pequena empresa, que não tem chances de negociação, especialmente prestadora de serviço. Ela tem contratos continuados, então ela tem preço fixo. E, do dia para a noite, mesmo que ela gere o crédito, essa negociação não é tão simples assim, então ela pode ser pressionada para excluir os novos tributos. E o que vai acontecer neste caso? Ela ficaria num sistema híbrido: ela pagaria o IBS e a CBS no regime não cumulativo e manteria o Simples Nacional apenas com relação a Imposto de Renda, contribuição social e contribuição previdenciária patronal. Nesse mesmo exemplo de faturamento de R$25 mil, ela manteria, então, a alíquota do Simples Nacional somente em Imposto de Renda, contribuição social e previdenciária, e pagaria, então, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alíquota do IBS e CBS, no regime não cumulativo, claro, de 28%, o mesmo imposto que uma empresa grande. Esse é o fato.

E o que acontece especialmente na prestadora de serviço? Ela não tem grandes insumos. Claro, 28% não é a alíquota efetiva – a gente está falando no regime não cumulativo –, mas o que acontece na prática na prestadora de serviço? Ela não tem grandes créditos. Nesse exemplo que eu trouxe, eu trouxe um crédito para ser considerado despesa de aluguel, material de consumo, insumo, cerca de 20% do faturamento dela. Então, nessa simulação, ela passaria, no cenário, de R$2 mil de Simples Nacional, ela passaria a pagar R$6 mil, e daí, sim, ela iria transferir o crédito integral de IBS, CBS, garantindo a competitividade. Mas a que preço isso? Nesse caso hipotético que eu trouxe para os senhores, ela teria um aumento de 228%. A gente está assegurando o tratamento diferenciado e favorecido para essas microempresas? Será que a gente está? Não nos parece que seja verdade.

Eu trouxe outro exemplo aqui com relação ao Anexo 4: aqui, agora é uma empresa de pequeno porte, com faturamento mensal de R$100 mil. Ela tem uma alíquota efetiva, nesse exemplo, de 10% do Simples Nacional. Ela recolhe R$10 mil. Quanto ela vai transferir de crédito? Cerca de R$6 mil, nesse exemplo. Agora nessa hipótese também que ela for compelida. Claro, por opção, ela não faria isso, principalmente para serviço, que não tem quase crédito, já que a maior despesa é folha de salário e não gera crédito. Então, nesse exemplo hipotético, ela é compelida, por questões negociais, a excluir os novos tributos. Então, em que cenário que ela ficaria?

Aqui também considerei despesas de 20% sobre o faturamento. Então, de R$10 mil ela passaria a pagar R$26 mil e aí, sim, transferiria o crédito integral garantindo a competitividade. E aqui na simulação um aumento de R$146.

Quais são os pleitos da Fecomercio para corrigir essa distorção? Garantir a transferência de crédito. A gente tem então duas propostas já apresentadas por alguns Senadores. No primeiro cenário, a garantia de crédito integral com relação ao CBS, que é nada mais que garantir a regra atual. Hoje, com relação a PIS e Cofins, você comprando de uma micro e pequena empresa é garantido o crédito integral.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SARINA SASAKI MANATA – Então, o que se busca nessas emendas, nas emendas já apresentadas pelos Senadores Beto Martins e Irajá, a 616 e a 1.042, pelas quais a gente já parabeniza a iniciativa dos Senadores, sensíveis e preocupados com a competitividade dessas micro e pequenas empresas, então, a gente já tem essas emendas apresentadas.

Uma outra alternativa, então – já que a gente está falando no sistema de pagamento de tributos, e que o Simples Nacional recolhe uma guia única, um regime único –, que se transfira o crédito integral do que foi totalmente pago pelo Simples, então, de tudo o que ela pagou no DAS, que se gere um crédito. E a gente já tem emendas nesse sentido: as emendas dos Senadores Mecias de Jesus e Alan Rick (284, 627 e 761).

Já estou finalizando, Senador.

E aqui o texto apresentado pela Fecomercio, com outras entidades inclusive, e contemplado naquelas emendas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SARINA SASAKI MANATA – ... com o qual a gente busca minimizar o impacto da reforma tributária para as empresas, para as micro e pequenas empresas que estão no cenário, no meio da cadeia, e especialmente para as empresas prestadoras de serviços.

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu quero agradecer à Sarina e ao Mário, para vocês ocuparem a primeira... Para a gente chamar aqui.

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – Senador, eu fui citado. Eu queria... Posso falar um minutinho?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Já pode vir para cá, Bruno.

Sarina, obrigado, só que a gente está...

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – Posso? Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim, pode falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES (Para expor.) – Olha, eu ouvi bem o Marcos Cintra, agora não preciso concordar com ele em tudo. O ponto é: não tem a menor lógica você admitir que, no meio da cadeia, o IVA não seja neutro. "Ah, vai ter um aumento de preço e aí a demanda vai cair", sendo que eu posso aproveitar o crédito.

As empresas compradoras são racionais. Aquele exemplo que foi colocado ali, de uma empresa de limpeza, acho que é muito... Tem muita gente que já entendeu. O que hoje se paga, pouquinho, vira custo para o contratante da limpeza, se ela é uma empresa tomadora de crédito. Agora, ele vai pagar mais e ele vai se creditar de tudo, então ele fica mais barato. Não tem redução de demanda no meio da cadeia. O que eu concordei é que, na ponta, se houver aumento de preço, aí vai ter elasticidade de demanda, e se diz também que existe elasticidade de renda, não é só elasticidade de preço que opera na economia. Agora, no meio da cadeia, a gente tem que admitir que as pessoas são racionais e sabem que, se eu estou pagando 28% de IVA, eu vou pegar aqueles 28% como crédito. Então, no meio da cadeia, eu não concordo que tem redução de demanda, não.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Mário.

Eu agradeço e peço vocês para ocuparem ali a primeira fileira.

Eu convido aqui o Jael e o Bruno, que faltam aqui... (*Pausa.*)

... o Jael Antônio, representando aqui a Federação do Comércio e também Presidente do Sindhobar; e o Bruno.

Já vou passar, Jael, para você fazer as suas considerações.

O SR. JAEL ANTÔNIO DA SILVA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Obrigado pelo convite para a Fecomércio participar – sou Vice-Presidente lá e Presidente do Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes.

Na verdade, as FECOMÉRCIOs estão trabalhando uníssonas nesta questão que foi apresentada aqui pela Sra. Sarina. Nós todos concordamos que, se não houver um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aproveitamento de crédito, o sistema Simples Nacional vai quebrar todas as empresas. É assim que a gente pensa, bem claramente.

E, agregando isso que eu acabei de falar aqui, Senador, na palestra que o senhor fez para a gente esta semana, o senhor mesmo colocou logo o que significa esta reforma. É quase um manicômio a gente tentar entendê-la completamente.

E, com relação ao Simples, é isso mesmo que a gente pensa. Nós precisamos ter um tratamento diferencial para o Simples, porque, se isso não ocorrer, apesar da oportunidade e opção de a pessoa sair do Simples e adotar outro regime, é uma decisão que será muito mais difícil, muito mais complexa.

Então, a minha presença aqui, representando a Fecomércio do Distrito Federal, é exatamente para ratificar isso que a Fecomércio de São Paulo apresentou hoje aqui.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Jael.

Eu passo imediatamente ao Bruno, que é Advogado e Especialista também em Direito Tributário.

O SR. BRUNO TOLEDO CHECCHIA (Para expor.) – Bom dia, Senador, na pessoa de quem eu cumprimento todos os demais componentes da mesa.

Hoje, na verdade, eu estou retornando por conta de uma impossibilidade de participar da reunião de terça-feira. Então, o tema que eu vou tratar aqui é um pouco diferente dos que foram tratados pelos demais participantes. Vou retomar o tema da Zona Franca. Agradeço a gentileza do Senador em autorizar esse retorno, a gentileza da equipe do Senador também em permitir.

Na verdade, eu gostaria de tratar de dois temas que não foram discutidos na terça-feira passada em relação à tributação da Zona Franca.

Só para fazer uma recapitulação antes de entrar, é elogiável, foi elogiável bastante a postura do Senado e da Câmara dos Deputados na aprovação da Emenda Constitucional 132 no que manteve a Zona Franca. Então, apesar da extinção de diversos regimes privilegiados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regimes beneficiados e regimes diferenciados de tributação, esta Casa manteve a tributação diferenciada em relação à Zona Franca, em relação ao Simples, esses regimes favorecidos.

A questão da Zona Franca é bem conhecida, foi bastante debatida na reunião da última terça-feira, de como a Zona Franca é relevante para a Região Norte.

Acho que pode passar o meu próximo eslaide.

Tivemos aí um crescimento da renda *per capita* de Manaus, quando comparada a São Paulo: havia uma diferença de sete vezes, que cai... (*Pausa.*)

... que reduz para menos de duas vezes, com a instituição da Zona Franca. A participação do Amazonas no PIB aumenta vertiginosamente com a criação da Zona Franca, de 0,3%, em meados dos anos 70, para 1,6%, então um crescimento que mais que quintuplicou. E a Região Norte é efetivamente colocada no mapa da indústria nacional, possibilitando, por exemplo, que Manaus chegasse ao oitavo PIB brasileiro.

Aqui é só para dar uma contextualização da importância da Zona Franca e da necessidade, atendendo ao art. 92, de que o Projeto de Lei 68 realmente garanta o diferencial competitivo da produção industrial na Zona Franca.

O PLP traz muitas alterações, muitas disposições em relação a isso, mas o que eu quero ponderar é em relação aos produtos intermediários. Hoje eles representam 30% do faturamento da Zona Franca, e eu acho que existem algumas melhorias a serem feitas em relação a esse tema.

Eu vou pontuar... O primeiro ponto, que eu acho mais relevante, é a questão dos créditos de IPI nos produtos intermediários. E aqui eu dou alguns exemplos: embalagens, concentrados, autopeças. Hoje, por força de dois dispositivos normativos, a Lei 9.779 e o Decreto 1.435, é assegurado crédito de IPI na aquisição de produtos isentos. Então, ao adquirir um produto isento, o adquirente tem direito a um crédito presumido de IPI. Só que isso é objeto de bastante contencioso tributário hoje em dia, porque há alguns entendimentos da Fazenda no sentido de que esse crédito deve ser estornado no caso de saídas isentas, de saídas tributadas à alíquota zero ou de não tributadas. Esse é um ponto que não veio exatamente tratado no PLP 68. Tudo bem, o PLP 68 está focado em IBS, CBS; tem algumas disposições sobre a redução de alíquotas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do IPI: o PLP traz aquela regra de zerar o IPI para os não competidores da Zona Franca ou para aqueles que tiverem alíquota de até 6,5% na Tipi, mas, ainda assim, persiste alguma dúvida em relação ao direito à manutenção desse crédito. Por quê? Porque o PLP justamente não trata do aproveitamento desses créditos. Então, aqui tem essa preocupação da Zona Franca na aquisição desses bens e na manutenção do IPI, e eu te trago, na verdade, uma questão muito particular de dois setores: o setor automotivo e o setor de bebidas açucaradas. Por quê? Porque esses dois setores serão objetos do Imposto Seletivo, e o texto da emenda constitucional que eu replico aqui também determina que, quando houver incidência do Imposto Seletivo, não haverá incidência acumulativa do IPI.

Então, a partir do momento que essas indústrias que serão objetos do Imposto Seletivo adquirem produtos que tinham a tributação do IPI, a saída dessas indústrias é não tributada pelo IPI, porque vai ser tributada pelo Imposto Seletivo.

O nosso receio é essa dúvida quanto à possibilidade de aproveitamento do crédito de IPI que veio em cima dos insumos dessas indústrias que terão bens tributados pelo Imposto Seletivo. Então, esse é um ponto que gera algum questionamento, que gera alguma insegurança.

Existe uma alternativa, que foi uma emenda apresentada pelo Senador Mecias, a Emenda 985, que, na verdade, aumenta o percentual de alíquota zero do IPI, que hoje tem alíquotas de 6,5%, para 8%. Esses 8%, por exemplo, abrangeriam os concentrados. Então, tendo alíquota zerada para os concentrados, há o crédito presumido de 6% de CBS, o que resolveria essa questão. Mas, salvo isso, salvo se for acatada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO TOLEDO CHECCHIA – ... essa previsão, a gente não tem uma regra que garanta o crédito presumido do IPI para esses bens que serão tributados pelo seletivo.

E um segundo ponto que eu trago é em relação à tomada de crédito presumido do IBS na aquisição dos insumos produzidos localmente.

Qual é o contexto aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 444 do PLP concede crédito presumido do IBS, daí tem aquela variação de 7,5% a 13,5%, a depender da origem, para as empresas da Zona Franca que adquirem bem industrializado de fora da Zona Franca. Eles entram na Zona Franca com alíquota zero.

Em outro dispositivo se estabelece que há redução a zero das operações entre indústrias da Zona Franca com o crédito presumido de IBS, desde que o bem seja utilizado para incorporação na produção de bens finais, e é esse finalzinho do art. 446 que nos preocupa. Por quê?

Eu trago aqui dois exemplos de duas situações.

Então, imaginemos, na linha de cima, que uma indústria da Zona Franca adquira um insumo industrializado de fora da Zona Franca para produção, depois, de um produto final. Então, entra com alíquota zero na Zona Franca, tem o crédito presumido de 7,5% a 13,5%, a depender da origem. Posteriormente, na operação, dentro da Zona Franca, a alíquota é zero, mas você tem esse crédito presumido do art. 446.

O problema é em cadeias mais longas, que é a linha de baixo. Por quê? Quando a gente tem uma produtora de um determinado insumo comprando de outra produtora de determinado insumo na Zona Franca, não entra naquela previsão do art. 446, de utilização para incorporação na produção do bem final. O bem final só vem numa etapa posterior.

Então, a nossa preocupação é esta: de essa terceira indústria produtora de insumos não ter o crédito presumido...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO TOLEDO CHECCHIA – ... quando compra da outra indústria produtora de insumo.

O que é que ela vai fazer? Vai comprar da de fora da Zona Franca. Aí, a gente acha que tem um desestímulo para o consumo interno, em cadeias mais longas, dentro da Zona Franca. Eu até...

Outros pontos relevantes foram debatidos, eu acho, na semana passada, não vou insistir nisso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre aquela questão do prazo de 180 dias, o Roni falou bastante em relação a isso.

E eu acho que houve uma melhoria muito boa nos créditos presumidos de IBS. A Câmara já trouxe uma redação melhor. Antes se presumia aquela diferença da média dos benefícios, hoje já foi trazida uma regra que mantém o que hoje é garantido para a Zona Franca, só que reduz em um terço.

A gente queria até ter acesso a esses cálculos. Pelas contas que muitas indústrias de produtos intermediários fizeram, o ideal seria uma redução só em quatro quintos, para manter o diferencial competitivo atual.

São esses dois pontos, que eu acho que não foram tão debatidos na reunião de terça-feira e que eu gostaria de trazer, inclusive para ouvir da Fazenda, se tiver interesse em se manifestar, mas para garantia desse diferencial competitivo da Zona Franca.

Senador, agradeço novamente a gentileza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Bruno. (*Pausa.*)

O Thomaz? Acho que ele já falou, não é? Ele está conectado? (*Pausa.*)

Não, não é? Acho que ele falou aqui ontem.

Tem algumas perguntas aqui que chegaram pelo e-Cidadania e que vou ler aqui. E, depois, nas considerações do Roni, se tiver alguma questão aqui...

Júlio, do Paraná, pergunta: "Quais as alíquotas do IBS e CBS que serão aplicadas sobre a receita das empresas do Simples? Haverá majoração das atuais tabelas?".

Lucas, de Santa Catarina: "Terceirização possui alto custo de folha e não gera crédito. Dessa forma, o IVA irá majorar seu custo. [...] [Como podemos] reduzir [esse] impacto?".

Gabriel, de Minas Gerais: "Como a reforma tributária [...] [vai] impactar a competitividade entre empresas do Simples Nacional e as que utilizam terceirização?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Darlan, da Bahia: "Existem estudos ou dados que demonstrem o impacto da reforma em setores específicos que dependem de terceirização?".

Luana, de São Paulo: "Como as empresas de serviços terceirizados do Simples podem se preparar para a reforma?".

Isabel, do Espírito Santo: "[...] quais medidas [...] [a reforma tributária adotará] para proteger [...] [a] competitividade [das pequenas empresas do Simples Nacional]?".

O Marcos, de Santa Catarina: "A reforma [...] [prejudicará] indiretamente as empresas do [...] [Simples Nacional] em função dos créditos? Haverá algum incentivo para permanecerem no [...] [Simples Nacional]?".

Tem o comentário da Raíssa, de Mato Grosso: "A reforma tributária pode simplificar a carga para empresas do Simples Nacional, mas também traz desafios para as de terceirização".

Willian, de Rondônia, pergunta: "[Com a reforma] haverá aumento na carga tributária para empresas do Simples Nacional [...]?".

A Lilian, de São Paulo: "A reforma tributária prevê alguma proteção específica para as empresas do Simples Nacional? Se sim, quais?".

E a Letícia, de São Paulo: "Quais [...] [são] os obstáculos que as empresas do Simples Nacional [...] [podem] enfrentar com uma possível transição para o novo regime tributário?".

E há comentários aqui.

O Carlos, do Rio de Janeiro: "As empresas do Simples [...] e MEIs devem ter a sua carga tributária reduzida a zero, pois já [...] [pagam] impostos em demasia".

Rodrigo, do Rio Grande do Sul: "A reforma pode trazer desafios para a competitividade e sustentabilidade das empresas, especialmente em relação à geração de empregos".

Vou passar então para o Roni fazer as suas considerações.

Pode ficar à vontade, pois você tem um papel importante aqui, até para convencer a gente de que está tudo certo. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RONI PETERSON BRITO (Para expor.) – Bom dia novamente, pessoal.

Primeiro, quero azeitar algumas relações pessoais aqui, porque isso passa, mas as relações continuam.

Quero dizer ao Prof. Marcos Cintra que, quando percebi que, depois de tantos anos de amizade com ele, acabei ficando do lado oposto da mesa, eu me senti constrangido, eu me senti mal, mas, como a gente tem muito fundamento técnico do que vem fazendo, a gente vem mantendo a palavra.

De fato, eu também, Professor, fiquei bastante chateado quando percebi que a gente estava do outro lado da mesa, mas quero dizer que as críticas são sempre bem-vindas, porque, se você quiser fazer mal a uma pessoa, é não criticá-la, não apresentar um outro lado, um outro ponto de vista, e é na soma das antíteses que a gente chega a uma tese e a uma conclusão melhor. Então, quero dizer que as críticas são sempre importantes.

E também ao Fellipe quero pedir perdão aqui por ter retrucado no meio da apresentação. Fui pego de surpresa, mas não é nada educado. Quero pedir perdão e quero colocar a Receita e o Ministério à disposição do CFC e de todas as entidades para a gente buscar melhorias.

Eu não vou repetir o que já foi dito, não vou repetir. Vou parabenizar o Mário Sérgio pela excelente e didática apresentação, com a qual eu concordo. Não teria feito melhor se eu tivesse tentado colocar em apresentação.

Então, vou passar só rapidamente pelos principais pontos aqui relativos ao Simples.

O que eu acho que ficou muito claro e que não é tão claro assim para a sociedade – não é tão claro atualmente – é que as empresas do Simples sofrem um resíduo tributário relevante nas aquisições.

Geralmente, a pessoa, quando olha quanto paga de tributos, olha só aquela alíquota pequena que vem – ou nem tão pequena, não é? Pequena no início, mas nem tão pequena no final das faixas. Então, a pessoa só olha aquilo ali, mas é extremamente importante considerar que todas as suas aquisições vêm tributadas por PIS-Cofins, ISS em alguns casos, ICMS, IPI. E aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você soma tudo isso – às vezes um não entra, outro entra –, e tudo isso forma um resíduo que não é desprezível, é muito relevante sobre as aquisições da empresa do Simples.

Então, qual é a carga de uma empresa do Simples hoje e será no futuro? É a soma do resíduo com o que ela paga de débito sobre a sua receita mensal. Esta é a carga.

Isso precisa ficar claro até para as próprias empresas, e eu acho que este debate está esclarecendo.

O que é relevante? O Simples, pensando só nos tributos que serão reduzidos ou afetados aqui pela reforma, o Simples é favorável ou desfavorável a partir da comparação entre o resíduo e a carga na saída. E as empresas farão essa análise no futuro.

A partir da entrada do IBS e da CBS, quais empresas permanecerão no Simples Nacional? Eu vejo duas... Permanecerão para IBS e CBS, não é? É importante esclarecer que todos os outros tributos – uma frase dessa cortada e jogada nas redes sociais pode dar estrago – permanecem exatamente como estão. Apenas IBS e CBS têm a opção para o optante pelo Simples excluir e fazer a apuração pelo regime geral.

Quem vai continuar integralmente no Simples? Aquele que vai fazer a conta do resíduo e vai perceber que tem menos resíduos do que a alíquota final na saída: "Eu pago menos, eu sou beneficiado. Quando eu comparo o que eu pago de carga na entrada e o que eu tenho de débito na saída, se eu tenho menos carga, eu continuo beneficiado por estar no Simples, porque a minha carga é menor".

Esse vai ficar, exatamente como permanece hoje.

Também continuará aquele que não sofrer pressão do mercado, do mercado dele, já foi dito aqui, consumidor final ou adquirentes de menor porte, adquirentes de uma relação de confiança... O que não sofrer pressão de mercado também vai continuar.

Por outro lado, quem é que vai alterar e optar por retirar IBS e CBS do Simples e colocar na regra geral? Aquele que vai calcular os seus resíduos e vai descobrir que ele tem muito mais resíduos do que créditos que ele gera para a frente. Ele vai e fala: "Olha, estou pagando para estar aqui, em relação ao IBS e à CBS". Esse vai falar: "Não quero continuar". Se ele optar pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

regime geral, quando for comparar os créditos com o débito que terá no regime geral, se isso for favorável, ele vai optar para ir para a regra geral.

E também aquele que sofrer pressão do mercado, e aí é a segunda hipótese que foi comentada aqui, no meio de cadeia, que está no meio de cadeia. Uma boa medida de redução de custos para quem toma as compras, bens e serviços do Simples, é que ele me gere crédito integral, porque isso irá reduzir o meu custo.

Isso é uma análise casuística, é uma análise dispersa e que terá vários resultados, mas nós entendemos que o modelo que nós propusemos permite àquele que, por diversos fatores, considera favorável continuar no Simples, e nada vai mudar...

É importante salientar que, nas aquisições do Simples, nas compras, nós entendemos que, de um lado, haverá uma alteração de preços relativos, e a transição prolongada dos tributos objetiva, entre outras coisas, permitir uma acomodação lenta, gradual, dos preços, porque virar a chave integralmente dos dois tributos poderia gerar uma alteração de preços relativos mais significativa, mas a gente vai virar até 2032 a chave. Ou seja, a gente terá muitos e muitos anos para que o mercado vá gradativamente incorporando os novos preços relativos.

Então, preço relativo de entrada será um efeito de anos de transição.

Segundo fator na entrada: fim da substituição tributária, *default* e monofásico. Isso é muito relevante.

Eu passei anos recebendo empresas do Simples, associações, lutando arduamente para acabar com a substituição tributária, porque ela onera e onera muito as empresas do Simples. Então, não pode ficar de fora do debate este fato, porque a gente vem há anos discutindo isso. Já recebi inúmeras e inúmeras vezes representantes de categoria. Tudo isso contribui para, talvez, uma redução de custos na entrada.

Quando eu vou para a saída, já foi muito bem explicado aqui, depende se o meu adquirente é do consumidor final ou regime geral. Também já foi explicado que haverá uma alteração de preços hora para mais, hora para menos, para o consumidor final. Precisa ser incluído, neste debate, o *cashback*, porque haverá uma devolução de tributos, e isso também será um fator que influenciará na escolha das empresas, na escolha do consumidor. É, digamos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma variável exógena aqui à análise do Simples, mas é muito relevante na venda ao consumidor final. E, na venda intermediária, nos parece que, apesar de ter alterações de preços, como eu terei crédito integral de tudo agora – tudo –, a gente terá uma redução de custos relevante na contratação de empresas do Simples – realmente relevante.

E aí eu entro em setores específicos que foram citados aqui, inclusive nas perguntas dos internautas: setor de terceirização, setor de serviços, limpeza, segurança, *call center*, profissionais liberais e TI. Todos esses serviços, como regra quase geral, quase absoluta, prestam serviços para outras empresas. Limpeza, segurança, *call center*, nenhum consumidor final contrata *call center*. Profissionais liberais, aí, sim, tem alguns prestadores, mas eles têm a redução específica de alíquota. Mas pensando em limpeza, segurança, *call center*, tecnologia da informação, que já foi amplamente explanada aqui, pelo Dr. Mário Sérgio, essas prestam serviços para outras empresas, que terão crédito.

Haverá alguma alteração de preços? Sim, mas, com certeza, haverá redução de custos para quem compra, porque hoje, para contratar o serviço de limpeza – só para dar um exemplo do PIS-Cofins, que é minha especialidade –, se eu contrato a limpeza da minha empresa, como um todo, não dá crédito. Agora, se eu contratar uma empresa, fizer um contrato específico para limpar só a planta industrial, aí talvez consiga crédito, ou seja, na grande maioria dos casos não há crédito. Segurança, não haverá crédito. *Call center* também, a não ser que um outro *call center* contrate um *call center*. Fora essa hipótese, em nenhuma outra hipótese haverá crédito. TI depende de se o bem é utilizado, o serviço, o *software*, na produção diretamente, como, por exemplo, um *software* de gerenciamento das máquinas produtivas; esse daria crédito, os demais não.

E assim a gente poderia ficar aqui durante muito tempo, dando exemplos do que hoje não dá crédito, e passará a dar crédito integral, com uma inevitável redução de custos para quem compra, para quem adquire. Se há redução de custos no meio de cadeia, a economia nos diz que, em algum momento, isso chegará à redução de custo do consumidor final, que vai gerar aumento de renda do consumidor final, o que retroalimentará a economia.

Então, nos parece que o sistema montado, que permite que aquelas empresas que, por análise, queiram ir para a regra geral, o possam fazer sem abandonar o Simples, mantendo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Simples, nos parece que equaciona o sistema, conquanto apresente desafios. E aí é uma segunda parte, uma parte até mais institucional. A gente sabe dos desafios e está aberto. A gente tem feito reuniões para ajudar o Congresso Nacional, porque toda decisão, toda autoridade sobre esse tema está aqui no Congresso Nacional, e para, em conjunto com os setores, propor medidas de simplificação, medidas de melhoria operacional para as empresas do Simples.

Aí a gente tem dois desafios bem mapeados durante a transição, em que a gente terá não só para as empresas do Simples, mas para todas as empresas um desafio de convivência.

A gente pretende fazer o melhor possível e a gente está aberto para negociar. Temos feito negociações, e com certeza haverá negociações operacionais e eventualmente sugestões conjuntas – a gente tem chegado a alguns consensos, sugestões conjuntas – de melhoria a esta Casa.

Também obrigações acessórias: o quanto a gente puder simplificar a gente deseja. Então, a nossa integração para, inclusive... E aí especialmente às entidades, ao CFC e às entidades representativas: a gente tem tentado e com certeza permanece à disposição. E é a nossa intenção real, verdadeira fazer o melhor sistema operacional, o sistema mais simples, o sistema mais autorrealizável possível, porque hoje a gente está na era do *mobile*, o pequeno contribuinte quer – ele mesmo – acompanhar ali, e a gente tem tentado e vai continuar tentando simplificar.

Um ponto que não foi abordado aqui, mas a gente está tentando, em conjunto com a sociedade, oferecer alguma sugestão de melhoria a esta Casa, é em relação à opção para apurar o IBS e a CBS por fora, o melhor regramento possível, para que as empresas do Simples tenham a melhor regra, a que lhes favoreça o máximo possível, para poder fazer essa opção de ir para o regime geral ou voltar, caso conclua que não foi uma boa escolha.

Muito rapidamente aqui, pontos principais das falas dos meus colegas.

Em relação ao que o Dr. Fellipe colocou, eu só queria salientar aqui um ponto que é relevantíssimo, o crédito presumido ou ficto – na verdade, hoje é ficto – nas aquisições de empresas, uma empresa do lucro real hoje contratando uma empresa do Simples. Eu tomei a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

liberdade de trazer os números da apresentação do Dr. Fellipe: pago pela empresa do simples, R$806; crédito apurado pelo tomador, R$12.025. Alguém tem que ser o da calculadora, alguém tem que dizer: "Olha, paguei R$800 e gerei crédito de R$12 mil, alguém vai pagar; R$11 mil não vão ficar no limbo, alguém vai arcar com esse custo". Quem é, no caso do IBS e da CBS? O sistema, porque tem uma líquida de referência que necessita devolver ao Governo a arrecadação atual. Então, R$11 mil que surgiram não ficarão impunes, digamos assim, alguém vai arcar. Esse alguém é a sociedade como um todo, porque essa diferença vai para a alíquota de referência e será espalhada por toda a sociedade. Infelizmente, essa é a verdade, não tem como não dizer isso.

Uma outra opção que foi colocada na mesa pela Dra. Sarina seria dar a quem toma, a quem contrata a empresa do Simples o crédito pelo que a empresa pagou na DAS, a declaração mensal do Simples. De novo, uma empresa do Simples, não só para IBS e CBS. Eu somo todos os meus tributos e, em vez de R$800, nesse exemplo, eu pago R$2,5 mil mensais no Simples. E aí a sugestão é dar esses R$2,5 mil de crédito para quem contratou aquela empresa. Em outras palavras, essa empresa do Simples não terá pago nem um centavo para o sistema tributário nacional. Então, esses R$2,5 mil, que eu dei de exemplo aqui, não serão recolhidos em nenhum momento. E o sistema tributário, nossas contas públicas, a alíquota de referência da CBS, nesse caso, pensando só em CBS, teria que arcar com esse custo. Não há outro caminho. Infelizmente, não tem outra solução.

Esta Casa é o ambiente adequado para fazer essa discussão, para ponderar os valores. Não estamos dizendo, de maneira alguma, que não há fundamento, que não há validade dos argumentos. Só estamos dizendo que há um custo, sempre um custo, e que há uma quebra da lógica do IVA, que é a do valor pago que gera o crédito. E aí nós entendemos que, naqueles mercados em que seja interessante gerar um crédito cheio, vale a pena ir para a regra geral.

E a gente precisa incluir na análise, não só para o Simples, mas para toda a sociedade, que um dos objetivos centrais da reforma tributária é simplificar esse operacional das empresas. Esses dias, eu estive com uma empresa multinacional e, só para compartilhar, a frase dele foi a seguinte – e a gente ouve isso todo dia –: "Eu tenho mais operadores tributários no Brasil do que somando o resto do mundo inteiro". E é uma empresa com atuação em mais de 30 países. Somando os 29, é menor do que a equipe brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nossa tentativa diuturna na reforma é fazer uma conta corrente para o contribuinte. De um lado, eu vou ter todos os débitos que ele mesmo informa. Ele emite a nota fiscal, está dizendo que fez uma venda com uma alíquota de x por cento, devido a y. Ele me disse. Vai ter num painel, uma conta corrente bancária, os débitos que você está me dizendo que efetuou. Estão aqui os créditos que decorrem das suas aquisições, lembrando que tudo dá crédito. Então, é só pegar todas as notas destinadas àquele contribuinte e botar na esquerda. Todas as notas que foram destinadas a você esse mês são essas aqui. E o que já foi pago, porque agora o crédito só ocorre com o pagamento, é esta coluna aqui. Então, como é que vai apurar o débito? Já vão aparecer para ele lá embaixo todos os seus débitos do mês, menos esses créditos que já foram pagos e, portanto, estão validados, e esse é o valor a pagar.

Se você quiser, pode alterar como você quiser, porque é uma declaração do contribuinte. O extrato é só um auxílio para ele. Pode alterar do jeito que quiser, porque é dele. Isso valerá para o Simples e para todas as outras empresas. Então, nós esperamos uma simplificação brutal e absoluta para todos, de maneira que esperamos que as empresas do Simples que optem por levar IBS e CBS para a regra geral consigam atuar de maneira... tranquila não sei se posso dizer, mas de maneira muito, muito razoável, muito possível. E estamos plenamente abertos às sugestões de melhorias para que esse sistema... para que para aquela empresa que vá para a regra geral fique o mais simples, palatável possível. É claro que é importante ter uma ótica de quem está do outro lado utilizando, e nós estamos plenamente abertos e desejosos de receber essas sugestões.

Por fim, acho que já falei, Senador, da terceirização, pegando aqui pelas perguntas. A maioria das perguntas foram relativas à terceirização. Terceirização sempre é fornecida para uma outra empresa. Esta empresa que toma terceirização terá crédito integral, independentemente do serviço contratado. Então, haverá uma redução de custos em relação ao que a gente tem hoje, para quem contrata esses serviços. É bem nítido, bem evidente que se eu pago 28... Vamos pegar a alíquota mais alta cogitada. Vamos pegar 15, vamos sonhar, 15, eu pago 15 ao meu fornecedor e vou ter crédito de 15, que eu vou abater do meu débito futuro. Eu não estou pagando por isso. É o resumo do IVA. O IVA foi criado pensando exatamente em – tem uma expressão em inglês – passar pelas etapas econômicas e só tributar o consumidor final. Foi para isso que o IVA foi criado. Esta é toda a teoria do IVA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para tranquilizar aqueles que prestam serviços terceirizados: para quem contrata vocês, haverá uma melhoria. Talvez o preço pode ter uma alteração. Não vou dizer que para mais, porque em muitas situações vai para menos. Alguém comentou aqui, a Dra. Sarina, de que haveria apenas 20% de créditos. Olha, a gente pode depois aprofundar esses números, mas os levantamentos que a gente tem lá na Receita Federal – e a gente recebe as declarações dos contribuintes – é de que somente um profissional liberal teria apenas 20% de créditos.

A gente já fez esses estudos, pegou aqueles setores que são ditos como: "Olha, que só tem mão de obra!". Quando a gente vai olhar, a sociedade é cada vez mais informatizada, mais tecnológica, e por incrível que pareça, não vou citar setores aqui porque senão fica parecendo que eu tenho alguma coisa, não tenho nada, mas nossos estudos mostram – e a gente pode trazê-los aqui numa outra oportunidade – que setores que são alardeados como: "Olha, só tem mão de obra e mais nada!". Não. São 40%, 45% de aquisições que dariam crédito.

Quem fica com essas aquisições de somente 20% de crédito? Sem dúvida nenhuma, um profissional liberal. Esse, sim, ele tem ali um computador, tem poucos... mas esse tem redução de alíquota. Com uma redução de 30% na alíquota, em alguns casos vai ser mais que suficiente, vai ficar melhor, em outros casos vai ficar igual, em outros pior. Mas eu tenho certeza de que o adquirente desse serviço vai estar numa situação melhor, porque ele vai ter crédito integral da aquisição desse serviço, inclusive dos profissionais liberais.

Estou falando demais, me desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Roni, você falou de profissional liberal. Como sou contador, eu me senti no direito de usar o art. 14 aqui. (*Risos.*)

Veja bem, nós pagamos hoje, na prática... Vou botar 3,65, vou botar um pouco... vou chegar lá para 4, porque o ISS a gente paga como profissional liberal.

Então, não são 5% nem 2%. Mas vamos botar 5%. A gente paga 5% hoje. Lógico que se eu vou faturar para uma empresa e se for 28%, eu vou faturar com 28% de imposto. Lógico, faturando o mesmo valor, ou até mais, porque o contador precisa realmente de um reajuste violento com essa mudança. Então, veja bem, eu vou ter que aumentar de 5% para 28%. Se o cara vai aproveitar o crédito ou não, tudo bem, mas, na prática, eu estou aumentando o preço. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ele vai questionar esse preço. Essa que é a questão. O cara vai dizer "não". Aí, por mais que eu tenha 30% lá, ainda tem um aumento significativo. O cara vai chiar com o preço – não tenha a dúvida – mesmo que tenha o crédito.

O SR. RONI PETERSON BRITO – Sim, então vamos fazer a análise. Posso fazer?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É, em cima disso.

O SR. RONI PETERSON BRITO – Porque o Senador está aqui do lado, eu não estou perseguindo ninguém. (*Risos.*)

Vou pegar o contador que hoje, no serviço, quer receber R$100 pelo serviço: 5% de tributação, ele cobra quanto? Cobra R$105 para quem o contrata.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Isso.

O SR. RONI PETERSON BRITO – Quem o contrata, então, tem o custo de R$105.

Aí amanhã, com a reforma tributária, ele quer continuar com R$100. O débito, 30% a menos, alguém calcula aí, por favor: 28 menos 3%.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bota 18 aí

O SR. RONI PETERSON BRITO – Então, 28 menos 3%... 30%, não é? A redução aí de 70%...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RONI PETERSON BRITO – ... 19,6. Então, ele vai colocar no preço dele 19,6.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É, R$119.

O SR. RONI PETERSON BRITO – Não significa que ele vai pagar 19,6, porque ele vai ter 20% aí de créditos. Então, ele vai ter lá... Ele contrata um *software*... E, convenhamos, boa parte contrata um bom sistema de *software*. Se ele não tiver um sistema, não contrate esse contador aí. Ele contrata o *software*, ele tem a impressora, ele tem o aluguel, ele tem uma estrutura. E, se forem 20%, talvez esteja barato. Energia elétrica, e assim vai. O aluguel do carro, o *boy* que ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manda buscar. Olha, 20%... Está pouco aí, não é? Mas vamos pelos números da Dra. Sarina. Ele, o contador... Carga sobre ele: 19 menos 20% de 19. Alguém calcula aí, por favor. Agora, lembrem que quem contratou o contador pagava R$105 porque não tinha crédito. Agora ele vai pagar R$119, mas vai ter crédito de 19. Qual o custo para quem contratou o contador? É de R$100. Caiu de R$105 para R$100. E outra: todos os contadores...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Essa mágica... Eu aprendi em matemática que dois mais dois é igual a quatro. Não é cinco e nem seis.

O SR. RONI PETERSON BRITO – Mas quem vai contratar o contador...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Hein, Fellipe?

O SR. RONI PETERSON BRITO – Quem vai contratar o contador vai falar: "Alguém aí pode me vender sem tributo"? Não, não existe esse que vai vender sem tributo. Todos vão botar. E quanto vai sobrar para mim no final? R$100 de carga, porque os 19 me dão de crédito e, quando eu tiver um débito, eu vou fazer o débito lá de 30 menos 19, que é crédito, ele não paga. O que o contabilista – vamos usar o nome correto, não é? – profissional...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Profissional da contabilidade.

O SR. RONI PETERSON BRITO – O profissional de contabilidade pagou, recolheu ao sistema 19, mas quem o contratou vai recuperar o que ele pagou. Então, a carga cai de R$105 para R$100. E o principal: esta alteração é para todos os contabilistas, então ninguém vai ficar de fora do mercado porque resolveu... Todos os contabilistas vão sofrer a mesma alteração em sete anos.

Senador, acho que isso precisa ficar...

A gente vai ter agora, em 2027, só menos de um terço da entrada, que é a CBS, e depois a gente começa, em 2029, 2030, 2031, 2032, indo lentamente, para que essa variação de preço seja acomodada.

Então, nós entendemos que o Brasil vai ganhar e muito ao final da reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bacana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RONI PETERSON BRITO – Tem aqui o ponto da Zona Franca, mas eu converso... Eu não sei se o senhor quer que aborde aqui ou pode encerrar?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu só quero dizer primeiro o seguinte: nós já fizemos, com essa de hoje, 17 audiências, e tem mais 4 audiências ainda: tem mais 2 de Imposto Seletivo; e, nos dias 15 e 16, de transição e fiscalização.

Nós temos, hoje, 1,3 mil emendas. Então, eu vou reforçar aqui, Roni.... Eu tentei falar com o Appy ontem, ele não me retornou, mas eu gostaria do seguinte...

Amanhã, está reservada a manhã toda, para a gente fazer uma análise dessas audiências, porque o que a gente está pedindo aqui, na maioria das emendas – nas que a gente pediu e discutiu aqui –, são coisas bem didáticas, bem óbvias para os Senadores. Então, se a gente puder se reunir amanhã – os nossos consultores aqui e o pessoal já estão preparados – com vocês, se vocês puderem vir, o Daniel, sei lá quem mais, o Appy, para a gente ver o que é consenso já, para a gente fazer o relatório final.

Eu sei que essa discussão vai continuar na CCJ, é outra discussão... Acho até inadequado esse projeto ir direto para a CCJ, porque eu nunca vi uma reforma tributária, que é econômica, mexe com a economia, não passar pela CAE. A gente está fazendo um grupo de trabalho aqui, mas informalmente, porque, na prática, o projeto não vem para cá.

Então, eu quero reforçar com o Appy, com a equipe da Fazenda, para que a gente possa fazer esta reunião amanhã de manhã, para a gente buscar fazer um relatório que possa ajudar na aprovação do projeto, porque, se a gente deixar para resolver isso na CCJ, nós vamos ter sérios problemas em vista do que nós já discutimos e ouvimos aqui.

Então, acho que seria interessante, Roni, reforçar com o Appy esta reunião de amanhã de manhã e vocês trazerem quem vocês acharem melhor, para a gente poder discutir essas questões que foram levantadas aqui nessas 17 audiências, para a gente consolidar um relatório melhor.

Então, a próxima reunião vai ser dia 8 e dia 9, sobre Imposto Seletivo, e, depois, dias 15 e 16, sobre transição e fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que está bem encaminhado, acho que a gente pode...

Tem coisas aqui que são óbvias, que nós vamos ter que mudar, porque é questão de segurança jurídica, questão de esquecimento mesmo de colocar, mas acho que a gente tem como fazer um belo relatório aqui.

Bem, gente, agradeço então a presença de todos vocês e, cumprida a nossa finalidade aqui, declaro encerrada a nossa audiência pública.

Obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 54ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e oito minutos do dia oito de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Sergio Moro, André Amaral, Fernando Dueire, Dr. Hiran, Weverton, Plínio Valério, Randolfe Rodrigues, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Humberto Costa, Jaques Wagner, Flávio Arns, Rosana Martinelli, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Ciro Nogueira, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Bene Camacho, Jorge Seif, Castellar Neto, Beto Faro, Marcos do Val, Luis Carlos Heinze e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alan Rick, Eduardo Braga, Cid Gomes, Irajá, Augusta Brito, Flavio Azevedo e Wilder Morais. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 33ª a 51ª Reuniões, realizadas ao longo dos meses de agosto, setembro e outubro, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 49, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de Dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Fortalecimento do SUS no Estado da Bahia - PROSUS II." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** Solicitada urgência à matéria. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 50, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de Dólares dos Estados Unidos da América), de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principal, entre o Governo do Estado da Bahia e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto Sistema Viário Integrado do Estado da Bahia Ponte Salvador Ilha de Itaparica." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** Solicitada urgência à matéria. A matéria vai ao Plenário. **2ª Parte - Sabatina**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) nº 42, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, combinado com art. 4º, caput, da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, o nome do Senhor GABRIEL MURICCA GALÍPOLO, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil, na vaga decorrente do término do mandato de Roberto de Oliveira Campos Neto em 31 de dezembro de 2024." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** A comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação. **Resultado:** Aprovada a indicação do Sr. Gabriel Muricca Galípolo, indicado ao cargo de Presidente do Banco Central do Brasil, por 26 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Observação:** Solicitada urgência à matéria. A matéria vai ao Plenário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 54ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de outubro de 2024.

Esta Presidência informa que, para os jornalistas que não conseguirem se acomodar devido à limitação do espaço, o Plenário nº 3 está disponível para acompanhamento da reunião, mas, pelo que eu estou vendo aí, vai dar para acomodar todos.

Desde já eu quero agradecer a presença dos jornalistas, de toda a imprensa aqui, dando cobertura a esta reunião de sabatina da Presidência do Banco Central.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 33ª a 51ª Reuniões, realizadas ao longo dos meses de agosto, setembro e outubro.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Prezadas Senadoras e prezados Senadores, gostaria de iniciar nossa reunião de hoje, em que faremos a sabatina e a votação da indicação do Sr. Gabriel Galípolo para ocupar o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil, falando um pouco sobre o cenário atual.

Segundo as últimas pesquisas de opinião, a economia nacional continua sendo o maior problema do país para um quarto da população. Daí a importância do trabalho desta Comissão de Assuntos Econômicos, que, nos últimos anos, tem procurado contribuir para que o país permaneça nos trilhos, com a máxima recuperação econômica e com desenvolvimento sólido e sustentável. Nossa responsabilidade é tamanha que os desafios postos vão exigir deste Colegiado e do Senado Federal como um todo muito esforço e trabalho. É o que estamos dispostos a enfrentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O cenário externo, que convive com turbulências, ficou ainda mais desafiador com conflitos entre países, formando o cenário que está mexendo com o mercado do petróleo, de alimentos e de fertilizantes e afetando a geopolítica da Europa e do Oriente Médio. Tudo certamente pode refletir aqui, dentro de nosso país.

A inflação, que já dá sinais de oscilação, pode subir. Conforme a última ata da reunião do Comitê de Política Monetária, enquanto a inflação sobe, nós sabemos quem paga o maior preço: os menos favorecidos, os mais pobres, que não têm como se proteger da alta dos preços. É por isso que o trabalho da autoridade monetária brasileira é tão importante e estratégico.

Imaginem, senhoras e senhores, o que espera os Presidentes do Banco Central, o atual, Roberto Campos Neto, que tem conduzido sua gestão na ponta dos dedos, segurando a inflação, e o iminente futuro Presidente, Gabriel Galípolo, se o Senado Federal assim o quiser, depois da sabatina para a qual estamos aqui reunidos.

Por outro lado, nota divulgada pela autoridade monetária mostrou que beneficiários do Bolsa Família transferiram R$3 bilhões, via Pix, em agosto, para empresas de apostas esportivas. O estudo deixou lacunas e provocou reações de executivos do setor e de membros do Governo.

Outro assunto que deve ser debatido é a PEC de nossa autoria que concede autonomia orçamentária, financeira e administrativa ao Banco Central, em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça aqui do Senado.

Gabriel Galípolo poderá aqui, hoje, discutir também temas que vão além de sua área de atuação, hoje centrada na execução dos instrumentos das políticas de juros e câmbio. É o caso, por exemplo, do trabalho envolvendo cooperativas de crédito no país, assunto de relevância para o Senador Esperidião Amin, do PP, de Santa Catarina, e Presidente da Frente Parlamentar de Apoio ao Microcrédito e às Microfinanças.

Quero, ao final, fazer uma homenagem especial ao atual Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, eleito por três vezes o melhor Presidente de Banco Central do mundo, tanto que o Governador Tarcísio de Freitas disse sobre Campos Neto: "Não tem esquerda, não tem direita, tem Brasil". Mesmo diante de pressões deste e do Governo anterior, Roberto manteve a mão firme e não deixou a política de juros e a inflação desandarem. É um craque!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares.

Encerro com uma das dezenas de frases memoráveis de seu avô, o ex-Senador e Ministro Roberto Campos, refletindo sobre as dificuldades da gestão pública, especialmente das políticas econômicas: "Estamos longe demais da riqueza atingível e perto demais da pobreza corrigível. Minha geração falhou". Temos, então, a obrigação de fazer a nossa parte e não falhar.

Era o que tinha a dizer.

Boa reunião a todos nós.

Eu convido o Senador Jaques.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Eu ia fazer um pedido a V. Exa.: se V. Exa. aceitaria inverter e fazer os dois empréstimos que são da relatoria do Senador Otto, porque eu creio que será uma coisa mais rápida. A sabatina pode se estender, e eu não quero prejudicar... E não nego: é porque os dois empréstimos são para o Estado da Bahia. (*Risos.*)

Então, eu sou suspeito para fazer o pedido, mas, mesmo com a suspeição, eu me arrisco.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadores e Senadoras, eu consulto: concordam com a inversão de pauta? (*Pausa.*)

Então está concedida, Senador.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente, só uma sugestão.

Eu também concordo com a inversão de pauta. O Senador Jaques tem um crédito conosco aqui, mas sugeriria a V. Exa. que nós pudéssemos fazer as inscrições para as perguntas, porque daqui a pouco vai ter muita gente e ninguém saberá mais quem chegou primeiro e quem chegou depois. Então, que a gente pudesse fazer as inscrições para as perguntas ao Gabriel Galípolo agora, antes dessa votação.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Quem quiser fazer as inscrições é só pedir. Já estão anotando. Aqui há eficiência. A equipe aqui é muito eficiente.

Senador Jaques Wagner, você acha melhor já trazer o nosso... (*Pausa.*)

Melhor esperar votar.

O.k. Então, vamos lá.

1ª PARTE

TRAMITA EM CONJUNTO

MENSAGEM (SF) Nº 49, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de Dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Fortalecimento do SUS no Estado da Bahia - PROSUS II.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Vanderlan Cardoso, agradeço a V. Sa., aos Srs. Senadores e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadoras pelo gesto em favor do Estado da Bahia, como encaminhado pelo Líder Senador Jaques Wagner.

Permita-me que eu vá à análise do projeto.

O projeto é de US$150 milhões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... para serem aplicados em financiamento do Sistema Único de Saúde nas diversas atividades que são inerentes ao Governo do estado, através da sua Secretaria de Saúde.

Esse projeto passou e foi apreciado na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e foi dado parecer favorável, até porque o Estado da Bahia tem todas as condições de ajuste fiscal e saúde financeira para propor um empréstimo dessa natureza, sobretudo para uma área tão nobre e tão importante como essa área de saúde.

Portanto, preencheu todos os requisitos que são importantes.

O nosso voto.

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Presidência da República encontra-se de acordo com os preceitos e normas do Senado Federal relativas à matéria em análise, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

> PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2024
> Autoriza a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de Dólares dos Estados Unidos da América) [...] [para o Governo do Estado da Bahia, Prosus].
> O SENADO FEDERAL resolve:
> Art. 1º É autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$150.000.000,00 (cento e cinquenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões de Dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no *caput* destinam-se ao financiamento do Programa de Fortalecimento do SUS no Estado da Bahia - PROSUS II.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - Devedor: Estado da Bahia;

II - Credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III - Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV - Valor da operação: US$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões dólares dos Estados Unidos da América);

V - Valor da contrapartida: US$ 37.500.000,00 (trinta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América) [dados por parte do Governo do estado];

VI - Juros: [...] acrescida de margem aplicável para empréstimos do capital ordinário do Banco;

VII - Destinação: Programa de Fortalecimento do SUS [...];

VIII - Liberações previstas: US$ 4.478.984,98 (quatro milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, novecentos e oitenta e quatro dólares dos Estados Unidos da América e noventa e oito centavos) [que sejam já feitos] em 2024 [...] [e a seguir de acordo com o que está aqui no projeto de resolução, que é de conhecimento dos Srs. Senadores e Senadoras];

IX - Aportes estimados de contrapartida: US$ 6.466.444,00 (seis milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e quatro dólares dos Estados Unidos da América) [através dos Estados Unidos da América] em 2024; US$ 5.999.962,00 (cinco milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e sessenta e dois dólares dos Estados Unidos da América) em 2025; [...] [8 milhões] em 2026; [...] [mais 8 milhões] em 2027; e [...] [mais 8 milhões] em 2028;

X - Atualização monetária: Variação cambial;

XI - Prazo [...]: 294 (duzentos e noventa e quatro) meses;

XII - Prazo de carência: [...] 72 (setenta e dois) meses;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

XIII - Prazo de amortização: [...] 222 (duzentos e vinte e dois) meses;
XIV - Periodicidade de pagamento dos juros e amortizações: [...];
XV - Sistema de amortização: [...] Constante;
XVI - Lei autorizadora: Lei estadual nº 14.624 [...];
XVII - Demais encargos e comissões [...].

Portanto, Sr. Presidente, o projeto da resolução é claro e obedece ao trâmite da lei.

O nosso parecer é pela aprovação, de acordo com o projeto de resolução que está pré-estatuído no que li há pouco.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, e parabéns pelo seu relatório, Senador Otto Alencar.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

A matéria vai ao Plenário.

Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Há requerimento de urgência para que ela possa ir ao Plenário em regime de urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência do item 1 da pauta, Mensagem (SF) 49, de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vai a Plenário, com pedido de urgência.

1ª PARTE

TRAMITA EM CONJUNTO

MENSAGEM (SF) Nº 50, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de Dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado da Bahia e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto Sistema Viário Integrado do Estado da Bahia Ponte Salvador Ilha de Itaparica.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., Senador Vanderlan Cardoso.

Esse é um projeto importante para o meu estado, com empréstimo de US$150 milhões, exatamente para uma ponte de infraestrutura fundamental para o meu estado, que seria a outra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saída, chamada de Vetor Oeste, que começou no Governo do nosso Senador Jaques Wagner. Ele idealizou esse projeto da Ponte Salvador-Itaparica.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O projeto avançou bastante, já está numa fase de prospecção e de sondagem. Já foi feita a sondagem em águas rasas, em águas profundas e em terra.

Portanto, vai de alguma forma ser talvez o projeto mais importante de infraestrutura do Estado da Bahia, que será a ponte Salvador-Itaparica.

Na análise do projeto, o projeto preenche todos os pré-requisitos de ordem legal, de análise inclusive pela Procuradoria-Geral da Fazenda. É um projeto que também tem toda a condição de garantia pelo nosso estado. O Estado da Bahia tem uma saúde financeira muito boa, um ajuste fiscal que já vem de muito tempo, portanto, com capacidade total de garantir o pagamento desse empréstimo que vai para essa finalidade.

Então, diante do exposto, o nosso voto é favorável à autorização pleiteada na Mensagem do Senado Federal nº 50, de 2024**,** nos termos do projeto de resolução seguinte.

Autoriza o Estado da Bahia a contratar operações de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), cujos recursos destinam-se ao financiamento do programa viário de integração do Estado da Bahia, ponte Salvador-Itaparica, o vetor oeste... leste, o vetor importante.

Salvador, a nossa capital, só tem uma saída, que é a BR-324, e essa ponte Salvador-Itaparica certamente vai dar uma integração muito grande, sobretudo com o recôncavo da Bahia, com os municípios do recôncavo da Bahia que têm como capital o Município de Santo Antônio de Jesus. Portanto, importante para o nosso estado.

Eu quero inclusive comemorar essa ideia, que foi do nosso Senador Jaques Wagner quando Governador da Bahia e que idealizou isso. E as coisas que a gente sonha no nosso estado normalmente terminam em grandes resoluções. Quero parabenizar o Senador Jaques Wagner. Portanto, ele idealizou a Ferrovia Oeste-Leste e esse projeto também da ponte Salvador-Itaparica, e esse empréstimo vai nessa finalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse Projeto de Resolução, que está aqui pré-escrito, pré-estatuído, preenche todos os pré-requisitos, inclusive modalidade de pagamento, desembolso. Portanto, o nosso voto é pela aprovação, para que possamos realizar esse grande sonho de todos nós, que é a ponte Salvador-Itaparica, com 12km de extensão.

Sr. Presidente, o nosso voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Otto. Parabéns pelo seu relatório.

Senador Otto, eu frequento ali a Bahia há mais de 30 anos, e nesses períodos todos eu vejo o quanto a população, e principalmente vocês políticos ali, da Bahia, trabalharam muito para que aquela ponte saísse, e agora está se tornando realidade. Esse empréstimo eu tenho certeza de que vai ser o complemento para a construção dessa ponte.

Parabéns, Senador Jaques Wagner, parabéns, Otto, a todos vocês da nossa querida cidade da Bahia.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, permita-me solicitar a V. Exa. que de igual forma se aprove o requerimento de urgência para apreciação no Plenário do Senado Federal ainda hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência do item 2 da pauta, Mensagem SF nº 50, de 2024.

Senadores e Senadoras que concordam com o pedido de urgência feito pelo Senador Otto Alencar, Relator da matéria, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vai ao Plenário.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente Vanderlan, gostaria de pedir a V. Exa. e também aos colegas aqui da Comissão... Todos sabem que o Governo retirou o pedido de urgência do projeto da reforma tributária. E fez isso com muita propriedade, porque de fato não tem sentido a gente votar uma matéria tão complexa em 45 dias. Então, eu fiz um requerimento – e peço apoio, falei com V. Exa. – para que essa matéria tramitasse na CAE oficialmente, porque é uma matéria que trata de assuntos econômicos, então não tem sentido ir só para CCJ. Então, eu fiz um requerimento, que vou levar a Plenário, para que essa matéria venha para cá.

Nós estamos completando hoje à tarde a 18ª reunião. São 21 reuniões programadas. Eu tinha acertado de, a cada audiência, a gente já sentar com o Governo para a gente ir ajustando aquilo que fosse possível, mas infelizmente o Secretário diz que só vai discutir isso na CCJ, com o Relator. Então, achei por bem fazer esse requerimento e tratar desse assunto aqui na CAE.

Peço apoio de V. Exa. e dos colegas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Tem total apoio, Senador Izalci, o qual já quero parabenizar pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho que V. Exa. tem realizado à frente dessas audiências públicas. Já ouviu aí diversos setores, V. Exa. está bem a par.

Creio também que não vai ter dificuldade, principalmente dos membros aqui da CAE, em apoiar esse requerimento de V. Exa.

Eu quero aqui convidar, pedir, aliás, ao nosso Senador e Relator da sabatina do Gabriel Galípolo para a Presidência do Banco Central, quero convidar o Relator, Senador Jaques Wagner, e a Senadora Tereza Cristina para trazer em condução, acompanhar aqui o Gabriel até a mesa de trabalho. Caso ele não queira vir, vocês peçam reforço; peçam reforço aí do Renan, das nossas Senadoras. Pode ser que haja alguma resistência. (*Pausa.*)

Item 1.

2ª PARTE

TRAMITA EM CONJUNTO

MENSAGEM (SF) Nº 42, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, combinado com art. 4º, caput, da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, o nome do Senhor GABRIEL MURICCA GALÍPOLO, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil, na vaga decorrente do término do mandato de Roberto de Oliveira Campos Neto em 31 de dezembro de 2024.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: A Comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação.

Concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner para a leitura do seu relatório sobre a indicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jaques Wagner, com a palavra.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Bom dia, Presidente. Queria cumprimentar todas as Senadoras e os Senadores, colegas aqui da Comissão de Assuntos Econômicos; quero agradecer a minha designação; e passo à leitura do relatório.

O Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Gabriel Muricca Galípolo, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil, em conformidade com o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", ambos da Constituição Federal.

Em primeiro lugar, observamos que o Presidente da República possui competência privativa para indicar o presidente e os diretores do Banco Central do Brasil.

Por sua vez, é da competência privativa do Senado Federal deliberar, por voto secreto, após arguição pública, sobre a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos dos citados dispositivos constitucionais.

Cabe à Comissão de Assuntos Econômicos manifestar sua opinião sobre a escolha de Diretor do Banco Central do Brasil, conforme o art. 99, V, do Regimento Interno do Senado Federal. O art. 383, também do Regimento Interno deste Senado, afirma que a CAE deve arguir o candidato e avaliar o seu currículo profissional e acadêmico. Deve verificar, assim, se o indicado tem as credenciais técnicas e profissionais que permitam o desempenho de uma função tão relevante, que é a de pertencer ao Colegiado de Diretores do Banco Central do Brasil.

A Lei Complementar nº 179, de 2021, dispõe que os membros da diretoria colegiada do Banco Central do Brasil serão escolhidos entre brasileiros idôneos, de reputação ilibada e de notória capacidade em assuntos econômicos e financeiros ou com comprovados conhecimentos que os qualifiquem para a função.

Nesse aspecto, a mensagem presidencial traz como anexo o currículo do Sr. Gabriel Muricca Galípolo, relatando tanto sua formação acadêmica como sua experiência profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O indicado é nascido em São Paulo e graduou-se em Economia, em 2004, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde obteve o título de Mestre em Economia Política, em 2008. No campo acadêmico, foi Professor da PUC-SP e do Mestrado em Administração da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e da London School of Economics and Political Science.

Entre 2007 e 2008, exerceu cargos no Governo do Estado de São Paulo: Diretor na Unidade de Estruturação de Projetos de Concessão e PPPs da Secretaria de Economia e Planejamento e Chefe da Assessoria Econômica da Secretaria dos Transportes Metropolitanos.

Ademais, de 2009 a 2022, foi sócio-diretor da Galípolo Consultoria, onde coordenou e estruturou projetos e estudos de viabilidade econômico-financeira em diversos setores da economia.

De 2017 a 2021, foi Presidente do Banco Fator. Dessa forma, foi responsável por fusões e aquisições, coordenação de projetos de infraestrutura, obtenção de recursos no mercado de capitais, concessão de crédito e operações da tesouraria do banco. Nesse último campo, mais relacionado ao trabalho no Banco Central do Brasil, acompanhou negociação e precificação de títulos públicos; títulos privados (debêntures e recebíveis); derivativos e *swaps* de taxas de juros e de inflação; bem como, operações de renda variável.

Foi pesquisador sênior do Centro Brasileiro de Relações Internacionais e conselheiro da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, no ano de 2022.

Foi Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda entre janeiro e junho de 2023.

Desde julho de 2023, após sabatina nesta Casa, exerce o cargo de Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil.

A mensagem contém, conforme a alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno, declaração do indicado, em que afirma que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional.

No mais, o indicado declarou, ainda, que não é sócio de qualquer empresa e apresentou certidões de regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal. Também declarou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não figura como autor ou réu de nenhuma ação judicial. Por fim, declarou que, nos últimos cinco anos, não atuou em juízos ou tribunais, e que tomou posse como Conselheiro de Administração do Banco do Brasil em 28 de abril de 2023, cargo do qual desligou-se em 3 de julho do mesmo ano.

O seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revela o alto nível de qualificação profissional, a sua larga experiência em cargos públicos e a sua sólida formação acadêmica, com a devida capacitação em assuntos econômico-financeiros.

Esta Comissão fica, desta forma, em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Gabriel Muricca Galípolo para ser conduzido ao cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Jaques Wagner, parabéns pelo seu relatório.

Concedo a palavra ao Sr. Gabriel Muricca Galípolo, indicado para o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil. O senhor terá dez minutos, podendo se estender um pouco mais, fica a seu critério.

Com a palavra.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor.) – Obrigado, Presidente. Obrigado, Senador Jaques Wagner. Eu queria agradecer aqui a todas as Senadoras e Senadores; agradecer a todos os colegas que estão aqui também; agradecer também à imprensa, que tem sempre esse trabalho de me acompanhar.

O senhor sabe, Senador, que lá nos estados Unidos tem um ditado que diz que, quando uma autoridade monetária fala ou algum diretor do Banco Central fala, ele nunca é a pessoa mais importante da mesa ou da sala; a pessoa mais importante é quem escreve a manchete, porque é aquilo ali que o pessoal vai ver e vai fazer preços. Então, a capacidade de traduzir o que a gente está dizendo aqui sempre é muito importante.

Eu agradeço aqui mais uma vez o esforço de todos e às Senadoras e aos Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentre os diversos conselhos e orientações que eu recebi da Assessoria Parlamentar do Banco Central, um deles foi para eu observar e vigiar a formalidade quando eu dirigir a palavra às Senadoras e aos Senadores.

Entre os diversos conselhos e orientações que eu recebi da assessoria parlamentar do Banco Central, uma delas foi para eu observar e vigiar a formalidade quando eu dirigir a palavra às Senadoras e aos Senadores. Mas, chegando aqui, encontrando e lembrando e tendo o sentimento da forma como fui recebido por esta Casa, o meu sentimento de gratidão por esta Casa aqui pela forma como eu fui recebido, eu achei que era prudente já começar pedindo desculpas por um eventual deslize que eu possa ter aqui na liturgia exigida no trato com as Senadoras e Senadores.

Realmente, eu não tenho como agradecer, eu não tenho como expressar a gratidão por ter sido recebido por todas as Senadoras e Senadores num período tão crítico do calendário eleitoral. Eu sei da dificuldade de agenda neste momento, e me foi concedida esta oportunidade de poder me apresentar, pedir voto e pedir confiança. Então, eu sou muito grato, queria agradecer aqui aos Senadores e Senadoras e dizer que essa gratidão, esse sentimento – se me permitem – praticamente de amizade e um eventual escorregão na liturgia e na formalidade não se identificam com o conceito magistralmente apresentado e criticado de cordialidade pelo genial Sérgio Buarque de Holanda, que fala muito sobre as questões entre o público e o privado e sobre formalidade e cordialidade.

Na verdade, é um sentimento de gratidão enquanto cidadão – cidadão entendido como essa dimensão da vida em sociedade capaz de sublimar os interesses privados e particulares que a gente pode ter. Porque eu faço questão aqui de registrar publicamente todas as conversas que eu tive com todas as Senadoras e Senadores: cada questionamento, cada conselho, cada pergunta foi sempre no sentido da preocupação, da demanda com o destino do nosso povo e do nosso país. Todos os questionamentos, todos os conselhos de quem conhece muito o Brasil, conhece profundamente o Brasil, que eu tive a oportunidade de ouvir estavam encharcados da preocupação com o destino do nosso país. Então é um sentimento de gratidão por um interesse e uma preocupação genuína com o nosso povo. É nesse sentido que eu apresento aqui a minha gratidão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estar aqui hoje nesta Casa como indicado pelo Presidente Lula e tendo esta oportunidade de me apresentar aqui é uma grande honra, mas, acima de tudo, por tudo que a gente acabou de comentar, é uma enorme responsabilidade que eu tenho, uma enorme responsabilidade. Primeiro pela atribuição que compete à autoridade monetária de ser o guardião da moeda, uma instituição cuja confiança depositada é um dos pilares centrais da sociedade civil organizada como nós conhecemos. Então isso, por si só, já é uma enorme responsabilidade.

Essa responsabilidade é amplificada pelos desafios impostos pela quadra histórica em que a gente vive, mas também pela confiança que é depositada em mim e em toda a diretoria do Banco Central. Toda vez que me foi concedida a oportunidade de encontrar o Presidente Lula, eu escutei de forma enfática e clara a garantia da liberdade na tomada de decisões e que o desempenho da função deve ser orientado exclusivamente pelo compromisso com o povo brasileiro; que cada ação e decisão deve unicamente ao interesse do bem-estar de cada brasileiro. Eu sei que hoje em dia talvez esteja meio fora de moda a gente tentar aplacar antagonismos e cizânias para tentar construir e exaltar a convergência e o diálogo, mas eu faço questão de reafirmar: todas as conversas com as Senadoras e os Senadores, independentemente de partido, se de oposição ou de situação, também foram, todas, no sentido de me assegurar a liberdade na gestão e demandar o compromisso com o nosso povo e com o nosso país.

Além de renovar aqui, publicamente, o compromisso com essas diretrizes, eu quero dizer que o privilégio de ser indicado para presidir o Banco Central do Brasil exorbita diante da possibilidade de exercer essa função – se as Senadoras e os Senadores me aprovarem – em condições coerentes com as convicções que me inclinaram, há mais de 25 anos, a estudar economia. Eu sempre encontrei sentido e motivação para estudar economia na afirmação de um economista inglês do começo do século passado, que dizia: "A economia é a ciência que cuida de melhorar a vida da mulher e do homem comuns". Essa é a função, esse é o sentido da economia.

Eu vou aproveitar esse ensejo de falar sobre as inclinações que me levaram a estudar economia, para fazer a transição para um tema que eu também fui orientado a abordar, que é a minha trajetória profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – A vida me concedeu a oportunidade de vivenciar intensamente quase todas as carreiras possíveis a um economista. Eu comecei a dar aula com 22 anos de idade, no Departamento de Economia da PUC de São Paulo; depois, tive a oportunidade de trabalhar no setor público, no Governo do Estado de São Paulo; posteriormente, eu empreendi, abri minha própria consultoria; depois, migrei para o mercado financeiro, onde tive a oportunidade de ser diretor e presidente de uma instituição financeira com mais de 50 anos de atuação no mercado. Ao final de 2022, eu recebi a grande oportunidade, a convite do meu amigo Ministro Fernando Haddad, de ser Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda. Há pouco mais de um ano, fui indicado para assumir a Diretoria de Política Monetária do Banco Central, quando a honra de ser aprovado por esta Comissão e por esta Casa me permitiu conviver e ser acolhido pelos meus atuais colegas, técnicos da mais elevada excelência que compõem o quadro de servidores do Banco Central do Brasil, instituição da qual agora tenho o privilégio de ser indicado à Presidência.

Durante esses mais de 20 anos de atuação profissional, eu assisti ao crescimento e à proliferação de narrativas sobre a carreira pessoal, em que a vitória era quase sempre atribuída a seus próprios méritos, ou seja, que a gente conseguia as coisas apesar de todas as circunstâncias e que toda a derrota configurava sempre responsabilidade do outro e da circunstância. Parece-me que são cada vez mais populares essas narrativas capazes de gerar engajamento, os discursos com relatos biográficos em que constam frases como "nunca ninguém me ajudou" e "tive de fazer tudo sozinho". No meu caso, todas as oportunidades e eventuais êxitos que eu experimentei são devidos aos meus amigos, aos meus colegas, aos meus professores e familiares que me suportam e suportaram. Aproveito a oportunidade para publicamente dizer-lhes muito obrigado.

Apesar de pretensiosamente sentir que estão contemplados nas categorias de amigos, colegas e professores, eu quero aproveitar a oportunidade para publicamente agradecer ao Presidente Lula pela indicação, às Senadoras e aos Senadores que me receberam tão bem, ao Ministro Fernando Haddad, aos meus colegas diretores, na pessoa do Presidente Roberto Campos, e a todos os servidores do Banco Central. Mas eu sei que eu devo agradecer também a muitas pessoas com quem eu não tive a oportunidade de conviver, nem de conhecer. Eu tenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

consciência de que sou filho herdeiro dos avanços e conquistas dos brasileiros nas últimas quatro décadas e que estes avanços e conquistas são fruto da luta e do trabalho de gerações muito anteriores à minha.

Nasci em 1982, quando os brasileiros ainda lutavam pelo direito de votar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Hoje, eu tenho o privilégio de viver em um país reconhecido como uma das principais democracias do mundo.

Após décadas de elevado crescimento e industrialização, o Brasil enfrentou, durante os anos 80, uma crise profunda, levando à moratória da dívida externa e à exclusão do circuito financeiro internacional. Hoje, o Brasil é credor líquido internacional, com mais de 350 bilhões de reservas de dólares.

O Brasil apresenta, hoje, um superávit comercial sólido e estrutural, graças à produtividade e à competência dos seus empresários, com destaque à competitividade do setor agro brasileiro. Além disso, o Brasil se solidificou como exportador líquido de petróleo, combinado com uma matriz energética limpa e diversificada. Ter segurança alimentar e energética é vantagem especialmente relevante em momentos de tensões políticas elevadas. Tudo isso representa um enorme avanço, em contraste com as condições observadas na década de 70, que, em última análise, contribuíram para a crise da década de 80.

Durante a década de 80 e o início da década de 90, a economia foi assombrada pelo fantasma da hiperinflação. Em março de 1990, a inflação no Brasil disparou para surpreendentes 6.821% ao ano. Durante esse período turbulento, os planos econômicos e as moedas nacionais eram substituídos e trocados com mais frequência do que os técnicos de futebol no Brasil.

Em 2024, o Plano Real completa 30 anos, e o sistema de metas de inflação comemora 25 anos. Hoje, o Brasil é reconhecido por sua estabilidade monetária e financeira. Durante os últimos 12 meses, foi possível observar os núcleos de inflação no Brasil em patamares equivalentes aos das economias mais desenvolvidas e estáveis do mundo, como Estados Unidos e Reino Unido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos estar sempre sujeitos a momentos mais desafiadores, mas a atuação do Banco Central tem sido inequívoca na persecução da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

Eu sei também que, muitas vezes, como sociedade, a gente se frustra pelos avanços em ritmo mais lento e em trajetória menos linear do que a gente deseja. Mas eu penso que os avanços e os bloqueios observados correspondem aos pesos e contrapesos próprios do processo democrático e ao tempo necessário para o debate público e a construção de consensos. E eu prefiro sempre as dores do processo democrático às falsas promessas de atalho.

Reconheço ainda que existem numerosos desafios pela frente, como a consolidação de uma agenda capaz de criar uma economia mais equânime e transparente, capaz de combinar maior produtividade e sustentabilidade, o que envolve o compromisso permanente do Banco Central no combate à inflação, para garantir que o atraso não seja fruto do avanço na direção errada.

Já foi dito que o banqueiro central deve ser o último dos otimistas e o primeiro dos pessimistas. Mas estou hoje no setor público por acreditar, na esteira dos ensinamentos do pai fundador do pensamento econômico brasileiro, que o nosso futuro, o futuro do Brasil, pode contar na construção do dever humano.

Muitas das soluções para os desafios que a história coloca para humanidade passam pelo Brasil e a sua inserção na economia mundial. O Brasil tem a oportunidade histórica de se apresentar como um destino atrativo para o empreendedorismo e a inovação, voltado para a economia sustentável, consolidando-se como polo e referência globais na erradicação da pobreza e no crescimento da produção e da produtividade com redução da emissão de poluentes.

Peço desculpas se me alonguei, não queria abusar da concessão da palavra, mas devo às Senadoras e aos Senadores a obrigação de reafirmar: i) o meu compromisso com o mandato estabelecido pelo arcabouço institucional e legal para a autoridade monetária brasileira; ii) a consciência da honra e da responsabilidade que envolve a indicação à Presidência do Banco Central e do papel da estabilidade monetária e financeira na construção da sociedade que desejamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu permaneço à disposição das Senadores e Senadores, agora, na hora da avaliação da minha sabatina, mas sempre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Gabriel.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pois não, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – O Sr. Galípolo já conversou praticamente com todos os Senadores e Senadoras. Tem alguns Senadores que têm compromisso. Eu pediria a V. Exa. que pudesse abrir o painel antes das perguntas, para que os Senadores pudessem votar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O.k., Senador.

A palavra aos Senadores será concedida na ordem de inscrição.

O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, facultadas a réplica e tréplica por até três minutos.

Primeiramente, Senador Jaques Wagner, Relator, gostaria de saber se V. Exa. quer usar da palavra.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Muito rapidamente, porque eu entendo que os colegas aqui devem exercer o direito da sabatina – eu sou Relator, portanto, não diria suspeito, mas comprometido –, eu queria me associar ao pedido do Senador Izalci, se V. Exa. e o Plenário concordarem, de abrir a votação secreta, para que eles possam exercer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mais, eu queria apenas dizer que conheço o Dr. Galípolo desde que ele assumiu o cargo de Secretário-Executivo da pasta da Fazenda e sempre teve um trato conosco aqui do Senado, do Congresso em geral, extremamente respeitoso, extremamente... sempre à disposição de todos nós para qualquer esclarecimento. Depois, ele foi sabatinado aqui, nesta Casa, há pouco mais de um ano, para ser Diretor do Banco Central, teve uma aprovação também tranquila. É evidente que agora é um cargo mais desafiador, que não é apenas um membro do colegiado, é o Presidente, mas creio que ele fez um périplo, uma peregrinação que eu acompanhei, evidentemente, desde o começo da indicação, e praticamente ele conseguiu ter êxito em conversar com todas as Senadoras e Senadores, eventualmente um ou outro ele não alcançou, por algum motivo, e não quis, mas, independentemente de partido político – até porque eu acho que a posição de Presidente do Banco Central é indicação do Presidente da República –, uma vez sentado lá, ele tem que responder ao Brasil como um todo. Isso é até um efeito de contrapeso nessa mediação do toque da economia brasileira.

Então, eu parabenizo o Galípolo pela sua disposição e me furto de fazer perguntas para que os colegas possam exercer o direito da sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Nós temos aqui 21 inscritos, provavelmente ainda terá mais, esta Comissão tem 27 membros.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eu gostaria de...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Aqui, Sr. Presidente, Senador Mecias de Jesus.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Mecias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela ordem, Senador.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Por gentileza, me inscreva.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, senhor. V. Exa. terá o pedido atendido, Senador Mecias.

Eu consulto aqui esta Comissão, se vocês concordarem, Senadores e Senadoras, sobre nós fazermos o bloco de três ou de cinco. Como o Senador Izalci já falou aqui, tem outras Comissões, então, é para nós ganharmos tempo.

O Senador Esperidião Amin sugeriu cinco...

Cinco. (*Pausa.*)

Então, vamos fazer bloco de cinco.

O primeiro inscrito é o Senador Izalci Lucas.

Com a palavra, Senador Izalci

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu pergunto a V. Exa. se V. Exa. vai liberar o painel já, imediatamente? Questão de ordem, que...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eu acho que pode ser imediatamente ou começamos a sabatina.

Querem que já se abra o painel, imediatamente? (*Pausa.*)

Sim? O.k.

O desejo de V. Exa. já foi atendido.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eu peço que abra o painel.

(Procede-se à votação.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Melhor do que a lâmpada de Aladdin. (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Bem, primeiro, Presidente, quero dizer que tive o privilégio de receber, juntamente com o Senador Wilder, o Sr. Galípolo, e realmente as preocupações que nós tínhamos... Eu acho que foram bastante claras e bastante seguras as respostas. Então, quero dizer que eu, particularmente, tirei muitas dúvidas, mas eu quero aqui, para que a população também possa acompanhar essa sabatina, eu queria começar exatamente pelo trabalho.

Eu sou coordenador do grupo de trabalho aqui no âmbito da CAE, responsável por avaliar a regulamentação da reforma tributária. Em todas as audiências que fizemos, ficou claro que muitos setores sofrerão um aumento da carga tributária.

Como se trata de tributação sobre o consumo, essa carga será transferida aos consumidores na forma de aumento de preço. Esse aumento generalizado de preço gerará aumento da inflação e necessidade de medidas políticas e econômicas por parte do Banco Central.

Os primeiros efeitos inflacionários da reforma tributária serão sentidos, justamente, durante o seu mandato à frente do Bacen, caso seja confirmado aqui pelo Senado. Então, pergunto, como o senhor planeja lidar com esse fogo amigo do Governo? Segundo, o Banco Central já fez algum estudo sobre esse assunto?

Gostaria que V. Exa. também falasse um pouquinho sobre a PEC 65, sobre a posição de V. Exa. com relação a isso.

Sobre a questão dos concurseiros e dos concursados, nós temos muitos concursados que foram aprovados. Eu sei que o Banco Central inclusive está tendo dificuldade em manter seus profissionais, em função da remuneração. São profissionais altamente qualificados, e o mercado hoje é bastante concorrido. Então, há uma perspectiva de perda de profissionais.

Nesse caso específico, V. Exa. vai trabalhar no sentido de chamar esses concursados, em função do déficit de pessoas? E, também, como vai lidar com essa questão remuneratória, se é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um dos temas, inclusive, da PEC 65, que está sendo discutida na questão da empresa pública ou não, exatamente com relação a essa questão salarial?

E, por último... Bem, estando no Banco Central como diretor há mais de um ano e agora indicado à Presidência, o senhor viu, dentro do Banco Central, o atual Presidente Roberto Campos Neto ser atacado por quadros históricos do PT e pelo próprio Presidente Lula. Por isso, eu pergunto: olhando para trás, o senhor acredita que as críticas direcionadas ao Presidente Roberto Campos foram justas? Pesando esses ataques, o senhor avalia que a permanência do Presidente foi o melhor para a economia brasileira? Esse cenário é melhor do que sem a autonomia do Banco Central?

Considerando que os indicados de Lula serão maioria no Copom a partir do ano que vem, como o senhor avalia a capacidade da instituição em resistir a esses ataques nos próximos anos, sabendo que todo governante quer taxas de juros menores e que isso nem sempre é possível?

Essas são as minhas perguntas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Acho que não sobrou nenhuma pergunta para os outros, não, Izalci. (*Risos.*)

Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Bom dia, Presidente.

Bom dia a todos.

Bom dia, Sr. Gabriel Galípolo.

O Izalci chegou cedo para tomar conta das perguntas.

O Conselho Monetário Nacional elabora políticas nacionais para a moeda e para o crédito, sob a Presidência do Ministro da Fazenda, que é uma pessoa muito ligada a você e que coordena as ações, em conjunto com o Presidente do Banco Central e com a Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sendo a missão do Banco Central garantir essa estabilidade do poder de compra da moeda, zelar por um sistema financeiro sólido, eficiente, competitivo e fomentar o bem-estar econômico da sociedade, como o senhor falou, eu lhe pergunto: o senhor já pensa, estrategicamente, em como atuar perante o Conselho Monetário Nacional para garantir a autonomia da gestão do Banco Central diante dos principais Ministérios do Poder Executivo – Fazenda, Planejamento e Orçamento –, na busca pela inflação baixa e estável, para assegurar o sistema financeiro, para que o sistema financeiro mantenha-se seguro e eficiente e para gerir as contas do Governo, as reservas internacionais do nosso país, regular a fluidez das transações das instituições financeiras e gerenciar o meio circulante da moeda?

Pergunto porque o que nós temos visto é que o atual Presidente, Roberto Campos Neto, tem sido um contraponto em relação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... a algumas políticas fomentadas dentro do Conselho Monetário Nacional.

A segunda pergunta seria se o senhor já identifica diretrizes, instrumentos e medidas que estariam ao alcance do Banco Central, considerando que o Poder Executivo vem enfrentando dificuldades para alcançar as metas estabelecidas no novo arcabouço fiscal do país.

Os ajustes do Ministério da Fazenda não têm sido suficientes para controlar as contas públicas da União. Então, eu pergunto ao senhor quais seriam os instrumentos e medidas que estariam ao alcance do Banco Central para que as metas estabelecidas no novo arcabouço sejam cumpridas pelo Poder Executivo sem interferência política sobre as ações e atribuições do Banco Central e quais seriam as projeções que podem ser oferecidas pelo Banco Central para que as ações e decisões relativas às taxas de juros não sejam contaminadas pelos cenários fiscais e políticos que venham a ocorrer a partir de 2025.

Muito obrigado.

Eu queria também fazer uma referência ao Presidente Vanderlan à visita do Sr. Gabriel Galípolo ao nosso gabinete.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi uma conversa muito proveitosa. É um homem muito inteligente, muito preparado, mas é importante que a população brasileira e a imprensa brasileira saibam o que ele pensa exatamente, para nortear a credibilidade do mercado financeiro do país.

Parabéns pela sua participação aqui!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com certeza, Senador Hiran.

Obrigado.

Senadora Rosana Martinelli, do nosso Mato Grosso, com a palavra.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Eu quero parabenizar o Sr. Gabriel pela indicação. Nós temos a certeza de que o senhor está qualificado e nós acreditamos que, realmente, o senhor vai fazer o melhor para o Brasil. Tecnicamente, é o que nós esperamos. Então, nós desejamos, desde já, muito boa sorte e que Deus o acompanhe nas suas decisões, juntamente com toda a sua equipe.

Mas o Boletim Focus divulgado ontem, 7 de outubro, pelo Banco Central, estimou, mais uma vez, um aumento da inflação projetada para este ano.

No começo do ano, o Boletim Focus previa que terminaríamos 2024 com a inflação de 3,9 ao ano, e, agora, já se estima uma inflação final de 4,38.

A meta da inflação para 2024, que está estabelecida desde 2021, é de 3% ao ano, com limite superior de 4,5%. Ao mesmo tempo, o resultado nominal do Governo, cuja estimativa era de déficit de 6,8% do PIB no começo do ano, hoje já é previsto terminar em um déficit 7,75% do PIB.

Em razão disso, Galípolo, eu pergunto: como a inflação e o déficit do Governo estão relacionados? Por que os dois subiram juntos este ano? E como V. Exa. enxerga a retirada de alguns gastos da contabilidade e dos limites sobre o gasto primário do Governo? Esses gastos não possuem uma força inflacionária, mesmo não estando abrangidos pelo limite do arcabouço fiscal? E, por último, estaria o Brasil em uma situação de dominância fiscal, ou seja, em uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação em que a política monetária se torna ineficaz e até contraproducente, em razão do estoque de dívida e do déficit fiscal do Governo?

Obrigada pela parte...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Rosana.

Com a palavra o Senador André Amaral.

Com a palavra, Senador.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para interpelar.) – Sr. Presidente, mesmo o Senador Izalci sendo da capital da República, eu saí da Paraíba e cheguei primeiro do que ele e me inscrevi primeiro do que ele. Fica o nosso registro aqui.

Sr. Presidente, eu fiz aqui um rascunho para fazer um breve relato histórico do Gabriel Galípolo.

Muitos já falaram, e o próprio, com muita propriedade, falou. E aqui eu o resumo, hoje, neste momento histórico que estamos vivendo, para discutir o tema, de extrema relevância para a economia do nosso país, da indicação do economista jovem e competente Gabriel Galípolo à Presidência do Banco Central do Brasil, grande guardião da nossa economia, por meio da Mensagem (MSF) 42, de 2024, proposta pelo nosso ilustre Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Esta sabatina marca um momento importante para a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Se aprovado o nome de Galípolo, ainda será submetido à votação do Plenário do Senado – inclusive, sugiro urgência urgentíssima –, onde a escolha será feita de forma secreta, exigindo a maioria dos votos para sua confirmação.

Gabriel Galípolo é um homem que traz consigo não apenas a confiança de quem o indicou – quero parabenizar o Presidente Lula –, mas também o histórico sólido de experiência e competência técnica do jovem economista, essencial para liderar a instituição da importância do Banco Central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente, ele ocupa o cargo de Diretor de Política Monetária do Banco Central.

Iria me alongar, mas já está tudo muito dito e muito bem dito.

Aqui eu venho e tomo a liberdade de fazer um questionamento ao jovem economista.

Recente estudo elaborado pelo Banco Central sobre os gastos da população com lotéricas e outros jogos de azar mostrou a dimensão desse mercado.

No mês de agosto, por exemplo, as transferências brutas para as empresas de jogos de azar foram próximas a R$21 bilhões, com a taxa de retenção de 15%. Isso significa que, dos R$21 bilhões de faturamento bruto, aproximadamente R$18 bilhões foram pagos em prêmios, tendo sido retido liquidamente por essas empresas um valor aproximado de R$3 bilhões.

Trata-se de um valor relevante, equivalente a R$36 bilhões por ano, 0,33% do PIB nacional.

A dimensão desses valores chegou mesmo a afetar o valor de mercado das empresas de varejo cotado nas bolsas de valores, pois os investidores temem uma queda importante do faturamento, em decorrência da competição dos famosos *bets*.

Outra preocupação associada às apostas *online* é a possibilidade do aumento da inadimplência no setor financeiro, pois muitos desses apostadores podem estar comprometendo parte de sua renda familiar no jogo de azar.

O Banco Central enxerga algum risco de aumento de inadimplência das instituições financeiras, em razão dos significativos gastos com os jogos de azar por parte relevante da população? Esta tendência pode se transformar em um risco sistêmico, futuro Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Esse foi o Senador André Amaral.

Encerrando esse bloco, a Senadora Tereza Cristina.

Com a palavra, Senadora.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente Vanderlan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia, Senadoras e Senadores presentes nesta sabatina.

Bom dia, Dr. Gabriel Galípolo.

Inicialmente, eu gostaria de desejar muito sucesso ao senhor, caso o senhor tenha seu nome aprovado hoje pelo Plenário do Senado Federal, pois a missão de comandar o Banco Central do Brasil é muito importante.

O Banco Central tem a missão de defender o poder de compra da nossa moeda, e a sua missão, caso seja aprovado, será ainda mais difícil, porque o senhor substituirá o Presidente Roberto Campos, cujo mandato é extremamente reconhecido, nacional e internacionalmente, como um dos melhores presidentes que nós tivemos no Brasil.

Eu tenho apenas um questionamento. Acho que os colegas já fizeram, os que me antecederam, alguns que eu gostaria de fazer, e eu não vou ser repetitiva, mas eu queria fazer uma pergunta: o senhor é a favor e acha que a autonomia do Banco Central foi importante para o Brasil, para a nossa economia? A autonomia financeira do Banco do Brasil ainda vamos votar nesta Casa. Como é que o senhor avalia esse projeto?

E, fazendo aqui uma pergunta específica do meu setor: qual é a sua visão sobre o crédito agrícola, diante do horizonte sinalizado pelo Copom de aumento de taxas de juros, taxas que dificultam e limitam a tomada de financiamento, sobretudo para investimentos em um setor que atua a céu aberto?

Nós somos uma indústria a céu aberto e todos os anos, na hora do Plano Safra, nós precisamos discutir e insistir na necessidade que nós temos de adequar as taxas de juros, e, aí, o Tesouro tem que entrar fazendo essa equalização. Então, eu gostaria de perguntar se o senhor tem alguma proposta para que nós possamos evoluir, modernizar – e o senhor citou, na sua fala inicial, a importância desse setor para a nossa economia.

E, também, todos os anos nós temos que lutar – e, nos últimos anos, com pouco sucesso – para ampliar os recursos destinados ao seguro rural, sobretudo na conjuntura de desastres climáticos, que estamos vivendo nesses dias.

Pergunto, então: o que o senhor pensa sobre a ampliação, modernização do mercado de seguro rural no Brasil?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. Sucesso! Eu espero que o senhor possa hoje ser aprovado por esta Casa e desenvolver um trabalho importante para o Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora.

Bem, com a Senadora Tereza Cristina, a gente completou esse bloco de cinco. Então, passo a palavra a V. Exa. para tirar as dúvidas e responder às perguntas dos Senadores e Senadoras, Galípolo.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor.) – Eu vou iniciar pelo tema da inflação e da atividade econômica que a Senadora Rosana levantou. Realmente, já faz alguns anos que as projeções de crescimento que todos nós, economistas, estamos fazendo, seja quem está dentro do Governo, dentro do Banco Central, fora, de mercado, têm se assemelhado mais ou menos... Quando a gente tem aqueles aplicativos de trânsito, quando você está numa cidade com muito trânsito, quando você faz o destino que você vai, ele sai calculando a rota originalmente; conforme você vai andando, ele vai recalculando a rota e ele dá o tempo de chegada correto quando faltam alguns metros só para você chegar. As nossas projeções de crescimento têm se parecido com isso. Elas vêm sendo revistas sistematicamente ao longo do ano, para cima, e surpreendendo positivamente do ponto de vista de crescimento. Neste ano não foi diferente. Este ano é mais um ano em que as projeções de crescimento acabam surpreendendo positivamente para cima.

Existem diversos estudos que tentam explicar o porquê de estar ocorrendo isso. Uma tendência seria sempre a gente tentar achar que o que a gente chama de potencial de crescimento, o PIB potencial do Brasil, teria se elevado em função de reformas que ocorreram mais recentemente, mas a mensuração de ganho de produtividade costuma ser mais difícil a gente conseguir apontar de maneira bastante evidente. Eles são mais evidentes no setor agro, esses ganhos de produtividade, mas, de maneira disseminada na economia, sempre é muito complexo. O próprio FMI fez uma revisão agora elevando o que se entende ser o PIB potencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe, sim, uma correlação com a questão da política fiscal e o nível de atividade econômica, não apenas olhando o volume de estímulo fiscal, mas também olhando a composição – vamos dizer assim – qualitativa da política fiscal, no sentido de que ela tem um caráter bastante progressivo ou distributivo de renda, e sempre quando tem um caráter mais distributivo e progressivo, a propensão a consumir tende a se elevar. Ou seja, quando você redistribui renda, isso tem um efeito para consumo e acho que isso se adéqua com o que a gente vem assistindo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – O caso da inflação efetivamente para 2024 corresponde a essas surpresas de crescimento, alterações que ocorreram com o câmbio, que correspondem a questões domésticas e externas também e até tensões geopolíticas, mas hoje o Banco Central trabalha, não só do ponto de vista prático, mas também legal, com essa alteração que ocorreu no sistema de metas de inflação, que eu poderia chamar de uma modernização...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – ... e adequação às mulheres práticas, que é trabalhar com uma meta contínua em que a gente está analisando um horizonte relevante. Ou seja: qual é o horizonte relevante em que a política monetária está mirando e tem o maior efeito, a maior potência, de 18 meses para a frente? Então, a inflação de 2024 é uma informação muito relevante para a gente, especialmente porque a gente tem que combinar a inflação corrente com expectativas e projeções de inflação.

Muitas vezes, nos modelos econômicos, a gente considera variáveis que a gente chama de não observáveis, como essa questão do hiato do PIB potencial, ou seja, se a economia estaria crescendo acima do seu potencial. Como é uma variável não observável, a inflação corrente e o mercado de trabalho costumam ser indicadores relevantes que a gente recolhe...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – ... para poder analisar. Mas o horizonte relevante que a gente está olhando é um horizonte mais para frente, que tem uma desancoragem, sim; não foi alterada, nessa última pesquisa Focus, a projeção de inflação, mas ainda tem uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desancoragem que nos incomoda e que, em conjunção com essas diversas variáveis, uma expectativa desancorada, o mercado de trabalho mais apertado, condições que parecem mais adversas de um câmbio que parece permanecer num patamar mais desvalorizado do que um tempo atrás e uma economia que vem surpreendendo, crescendo acima das projeções originais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – ... recomenda essa maior prudência do ponto de vista da política monetária.

Há uma grande discussão sobre o futuro, com diversos economistas apontando que você poderia sair de um impulso fiscal positivo para uma redução significativa desse impulso fiscal, também cotejado do outro lado com essa questão da composição do gasto, analisando o quanto esse caráter distributivo ainda permanece apresentando uma resiliência da economia, entre vários outros elementos que têm colaborado para surpreender para um crescimento mais elevado.

Na esteira dessa questão do crescimento, entra um pouco a forma como o Banco Central se inseriu na discussão do tema das *bets*. O Banco Central não versa ou não tem qualquer tipo de atribuição sobre a regulação de *bets*, não é o papel do Banco Central. A discussão inicia justamente sobre o tema que o Senador André Amaral estava comentando, que é de qual é o impacto das *bets* do ponto de vista de consumo e para a atividade econômica do país. Eu lembro que a gente começa este debate ali muito olhando para o quanto a renda estava crescendo, o quanto a gente conseguia ver o reflexo desse crescimento da renda apresentar em consumo, apresentar em poupança. E eu já usei essa expressão de que tinha algum vazamento ali que não era simples identificar. Nós passamos a fazer estudos internos e dialogar com diversos bancos e instituições financeiras que podiam ter dados e acesso à informação sobre isso. E a cada... Eu confesso aqui que, nas primeiras reuniões, quando os números me foram apresentados, eu tive uma grande desconfiança sobre os números, e a cada reunião aqueles números vinham se confirmando, até chegar ao montante que ficou público no estudo que o Banco Central fez, mas sempre reforçando aqui: o Banco Central não tem qualquer atribuição sobre a regulação de jogos e apostas. A nossa função é muito mais tentar entender, como o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador André Amaral colocou bem, qual é o impacto disso em consumo, em endividamento das famílias, como é que a gente consegue explicar a relação entre atividade econômica, despesas e o impacto para a inflação, o que se relaciona também com o tema da reforma tributária.

O Senador Izalci colocou um tema que tem sido debatido constantemente ali pelos diretores do Banco Central, que é a necessidade de a gente aprofundar em estudos para saber qual é o impacto da reforma tributária nos preços de mercado, especialmente pelo tema que o senhor comentou de como vão se dar essas distribuições entre setores, por exemplo, serviço e indústria, e também entre consumo e investimento. Então, não é simples, até porque a gente não tem a redação final, a gente não sabe qual é a solução final. E, mesmo com a solução final, como disse já um físico, fazer projeções é sempre muito difícil, especialmente sobre o futuro. Então, é um processo de tentar tatear essas mudanças, mas, com certeza, é uma atenção que o Banco Central tem tomado, tem dado a isso, e até provocado para que meios acadêmicos e outras instituições possam fazer estudos para que a gente possa reunir mais informações sobre esse tipo de impacto.

Para não me alongar demais, eu acho que vários Senadores trouxeram o tema da autonomia aqui do Banco Central, foi colocado em várias questões. E aí, eu já disse isso algumas vezes publicamente, eu sou relativamente novo na vida pública, mas eu aprendi que nos debates na vida pública existem algumas palavras-chave quase gatilho. Então, às vezes você está numa conversa em que você está discutindo os temas técnicos, e aí você usa uma palavra e de repente você foi parar numa arquibancada de torcida, e aquilo vira uma coisa superacalorada e complexa. E eu aprendi que autonomia é uma palavra que é uma dessas palavras que costuma gerar um debate acalorado. Eu costumo brincar que a gente precisa quase de um *rebranding*, a gente precisa reexplicar a ideia de autonomia do Banco Central.

Eu acho que existe uma ideia na polarização ou no debate de autonomia em que muitas vezes quem está defendendo está apresentando uma coisa e quem está contra está falando de outra coisa. Se a gente pegar a literatura essencial sobre autonomia do Banco Central, os cânones do tema vão dizer que o Banco Central tem autonomia operacional para buscar as metas que foram estabelecidas pelo poder democraticamente eleito. A gente só pode, até a adolescência, achar que a gente faz o que a gente bem entende do jeito que a gente bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

entende; depois disso, a gente não pode mais achar isso. Então, a autonomia do Banco Central funciona da seguinte maneira, e esse é o arcabouço institucional que existe hoje: as metas estabelecidas e os objetivos estabelecidos ao Banco Central são estabelecidos pelo poder democraticamente eleito. Uma vez estabelecido pelo poder democraticamente eleito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – ... cabe ao Banco Central e à sua diretoria perseguir esta meta. Essa é a definição que existe. E é curioso, porque muitas vezes polos que são críticos da ideia da autonomia são aqueles que gostariam inclusive que você tivesse uma maior liberdade ou elasticidade, por parte da diretoria do Banco Central, de perseguir uma meta fora daquela que foi estabelecida. Não se trata disso, trata-se de você obedecer o arcabouço institucional e legal onde...

Eu sou daqueles que defende que o Banco Central não deveria nem votar na meta de inflação dentro do CMN. Pensando numa corporação, numa empresa, é muito estranho que quem vai ter que perseguir a meta seja responsável por estabelecer a meta que vai ter que perseguir. Hoje nós temos uma meta estabelecida, através do decreto, de 3%, como foi bem colocado aqui, e cabe ao Banco Central perseguir essa meta de maneira inequívoca, colocando a taxa de juros num patamar restritivo necessário, pelo tempo que for necessário para se atingir esta meta. Essa é a função do Banco Central, é assim que funciona o arcabouço institucional e legal do Banco Central. E, de maneira nenhuma, a ideia de autonomia deve passar uma ideia de que o Banco Central vai se insular e virar as costas ao poder democraticamente eleito. Não se trata disso. Ocorrem legislações novas diariamente, que podem alterar a atuação do Banco Central, e ao Banco Central não cabe legislar.

Agora, quem está lá como Diretor do Banco Central já há algum tempo... Eu reforço aqui a visão de preocupação do ponto de vista da necessidade de você ter um arcabouço institucional e uma estrutura institucional do Banco Central que permita a ele desempenhar suas funções, tanto naquilo que foi dito aqui, que envolve a questão de pessoal, a gente teve uma redução bem grande do número de pessoal, seja por questões de aposentadoria, que eu acho que é a questão mais relevante...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – ... ou até de pessoas que podem ter saído para o mercado, assumindo novas funções que não existiam antes.

Eu já disse algumas vezes hoje que, por exemplo, o sistema de pagamento instantâneo, o Pix, é uma infraestrutura pública digital que se equipara hoje quase às outras infraestruturas essenciais que nós temos. Ou seja, hoje uma pessoa não conseguir fazer um Pix, não estar ali com um Pix disponível é quase equivalente a não ter água ou luz na sua casa.

E há essa necessidade não só de a gente ter um arcabouço e uma estrutura institucional que permita a gente conseguir evoluir e atender às necessidades da maneira adequada, mas também de fazer os investimentos. É necessário entender que agora nós temos pessoas que têm que trabalhar 24 por 7, porque, se o Pix funciona 24 por 7, nós precisamos ter gente trabalhando 24 por 7. Há necessidade de fazer investimentos em diversos setores. As inovações: o Banco Central se consolidou como um polo de inovação. Eu acho que é muito importante, e a gente vem reforçando isso. Eu sei que a equipe do Banco Central tem se colocado à disposição tanto do Legislativo quanto do Executivo para tentar subsidiar essa discussão, que eu acho absolutamente essencial. E, até nas manifestações últimas que eu ouvi do Senador Jaques Wagner, me parece que o tema hoje é muito mais uma discussão de adequação e refinamento da forma do que efetivamente do mérito do tema. É assim que eu compreendo hoje. Então, continuo me colocando aqui à disposição.

Quanto à questão das críticas ao Roberto ou a alguma questão com o próprio Presidente Lula, eu sinto que eu gerei uma grande frustração na expectativa que existia de que, ao entrar no Banco Central, fosse começar um grande *reality show*, com grandes disputas e brigas ali dentro. E eu infelizmente tenho uma informação chata para dar para todos: a minha relação com o Presidente é a melhor possível, com o Presidente Lula e com o Presidente Roberto. É a melhor possível, eu sempre fui muito bem tratado pelos dois. Eu não consigo fazer qualquer queixa a nenhum deles. Então, eu sinto não poder corroborar uma ideia eventual de que poderia existir algum tipo de polarização ali da minha parte.

E até me ressinto aqui, faço um mea-culpa, porque gostaria de, dentro das minhas funções, ter colaborado para que essa relação entre o Banco Central e o próprio Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Executivo fosse melhor ainda do que ela tem sido. Do ponto de vista institucional, ela tem sido perfeita, acho que não tem tido nada, nenhum tipo de influência. Mas eu me ressinto disso.

E sobre o setor agro, como disse bem a Senadora Tereza: sim, eu acho um setor absolutamente essencial. Ele é relevante, como eu disse na minha fala original, por todas as questões que eu comentei, desde contas externas, ganhos de produtividade, competitividade. E o que tem sido feito desde então é uma tentativa de fazer uma modernização, como bem colocou a Senadora, tanto do ponto de vista de seguro quanto do ponto de vista do Proagro. Eu acho que é super-relevante. E essa é uma discussão que já existe no CMN e no Governo.

Espero ter respondido às perguntas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone.*) – Tem a questão dos servidores.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Isso.

Os servidores... Como eu disse, eu acho que a gente vem passando por uma redução do número de pessoal, com mais atribuições. E, como eu falei – eu já disse isso várias vezes –, cada reunião que eu tenho com os servidores do Banco Central é uma pós-graduação, o nível de excelência dos servidores do Banco Central é fantástico. Desde o primeiro momento da minha chegada, eu fui realmente acolhido e abraçado por todos eles ali. Eu sou muito grato aos servidores do Banco Central. Eles são fantásticos.

E eu acho que a questão envolve essas duas coisas: a gente precisaria ter mais gente, mas, para além disso... Porque muitas vezes parece que o tema da PEC é um tema exclusivamente remuneratório. Ele também é, para a gente poder ter flexibilidade em função dessas necessidades que são desempenhos de funções que muitas vezes são muito particulares, pela particularidade do que é a atuação da autoridade monetária, mas também existem vários outros temas: do que é necessário, do ponto de vista de estrutura institucional e legal, para fazer investimentos, para ter custos operacionais com as novas tecnologias que vêm surgindo e as novas necessidades de fiscalização e observância que cabem hoje ao Banco Central e serviços novos com infraestrutura pública digital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, eu queria pedir...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra, Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... a palavra para reforçar: eu fiz uma questão, uma pergunta sobre arcabouço fiscal, e, até por conta de serem muitas perguntas, terminou passando sem ela ser respondida.

Eu quero reforçar o questionamento: o Poder Executivo tem enfrentado dificuldade para atingir as metas estabelecidas no arcabouço. Eu perguntei sobre suas estratégias e diretrizes, para que a gente possa fazer com que sejam cumpridas essas metas pelo Poder Executivo, se o senhor puder responder.

Obrigado.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor.) – Perfeito. Obrigado, Senador.

Eu acabei abordando o tema de como que o fiscal tem um impacto na atividade econômica, e do ponto de vista da autoridade monetária, inclusive nos nossos comunicados oficiais, a gente costuma colocar um parágrafo ali, que aborda o tema do fiscal. O papel do Banco Central é menos avaliar efetivamente, do ponto de vista de uma análise própria da questão fiscal, e muito mais ficar reforçando a sua função de reação, tanto do ponto de observância quanto ações, ao fato de que o fiscal pode impactar tanto a inflação corrente quanto as expectativas.

Então, como o nosso mandato é pela inflação, a gente sempre vai analisar o fiscal por meio desse canal de transmissão para as expectativas de inflação e para a inflação. A gente observa e reafirma a nossa função de reação sobre a questão fiscal por meio do canal de inflação, ou seja, de expectativas ocorrentes.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Satisfeito, Senador?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Presidente.

Obrigado, Galípolo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Izalci Lucas. Quer usar da palavra ainda, Senador?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, Presidente, estou satisfeito com a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Rosana.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone.*) – Estou satisfeita.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador André Amaral.

Quer usar a palavra ainda, Senador?

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Fora do microfone.*) – Eu já fiz minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Já?

Senadora Tereza, não se encontra.

Bem, vamos passar para o próximo bloco.

Nós vamos abrir com a Senadora Teresa Leitão; em seguida, a Senadora Soraya Thronicke; depois com a Senadora Damares Alves; Esperidião Amin; e, encerrando o bloco, com o Senador Sergio Moro.

Então, com a palavra, a Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Srs. Senadores, Sras. Senadoras, cumprimento de maneira especial, Sr. Gabriel Galípolo, dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Para a pergunta, eu queria comunicar aos Senadores e Senadoras – teve muitos que chegaram por último – que o painel está aberto para votação. A votação é nominal e já se encontra aberta.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

Sr. Gabriel Galípolo, com quem nós já estivemos aqui nesta Comissão, em uma outra sabatina, eu concordo com os companheiros Senadores, que já aqui falaram, da sua competência, da sua história e trajetória muito ligada ao setor, e hoje culmina com essa indicação para a presidência do Banco Central, que eu espero que seja exitosa.

Desejo-lhe voos tranquilos à frente do Banco Central, sem nenhuma intercorrência, sem turbulências.

As minhas perguntas eram duas, uma já foi feita e se refere ao item Desenvolvimento Sustentável e como o Banco Central a isso se alia.

A primeira pergunta, a Senadora Rosana já fez, da relação do desenvolvimento econômico com desenvolvimento sustentável e a taxa de inflação, acho que é uma questão bastante focada nas atuações e é requerida pela sociedade, pela política econômica.

A segunda pergunta – a primeira eu já considero respondida – é sobre a transição climática. Em um cenário global, onde a sustentabilidade se tornou um princípio orientador das políticas econômicas e sociais, o papel das instituições financeiras, em especial de bancos centrais, vem sendo reavaliado, redirecionado, diria que acertadamente redirecionado. A integração de questões ambientais, sociais e de governança, a famosa ASG, nas decisões financeiras e de políticas monetárias tem sido cada vez mais discutida, como uma forma de promover um desenvolvimento sustentável e resiliente. A mudança climática, em particular, representa não apenas uma ameaça ao meio ambiente, mas também um risco sistêmico do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sistema financeiro, seja pela maior frequência de desastres naturais, pelas pressões regulatórias ou pela transição para uma economia de baixo carbono.

O Banco Central, como regulador do sistema financeiro, tem um papel estratégico na promoção de políticas que incentivem práticas sustentáveis no mercado financeiro e, ao mesmo tempo, no controle de riscos financeiros associados a tais mudanças climáticas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu pergunto: diante da crescente importância das questões ambientais e da necessidade de promover o desenvolvimento, como o senhor enxerga o papel do Banco Central na promoção de políticas sustentáveis? Quais são suas propostas concretas para integrar as questões ambientais nas decisões de políticas monetárias e no controle dos riscos financeiros associados às mudanças climáticas, garantindo que o sistema financeiro brasileiro seja preparado para enfrentar esses desafios e, ao mesmo tempo, contribuir para uma economia mais verde e mais resiliente?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone.*) – Encerrou?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Encerrei, Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Soraya Thronicke, com a palavra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, caros colegas Senadoras e Senadores, caro sabatinado, Sr. Gabriel Galípolo, vamos tentar falar sem falar no economês, para que as pessoas possam me entender – eu não sou da área econômica –, pois é importante a preocupação da população brasileira, que está nos assistindo, em relação ao seu futuro, porque tudo é economia, não é? Se a economia vai bem, tudo vai bem. Então, essa é a nossa maior preocupação. E esse assunto é um assunto que une todos os brasileiros.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Sr. Galípolo, aqui não tem ideologia, aqui não tem polarização, aqui não tem briga, porque todos nós queremos prosperar e todos nós nos preocupamos com os rumos econômicos.

Então, vou fazer algumas perguntas assim objetivas. Primeiro, apesar da autonomia do Banco Central, como é que o senhor planeja lidar com possíveis pressões políticas, especialmente em momentos de instabilidade econômica?

Sobre inovação e digitalização, eu gostaria de saber quais são os seus planos para avançarmos com a digitalização da economia, incluindo o real digital e o Pix.

E como o senhor avalia o impacto dos criptoativos e ativos digitais do sistema financeiro tradicional? O Banco Central deveria adotar uma regulamentação nesse setor? Porque, na verdade, eu protocolei um projeto de lei, depois nós... Eu não me lembro quem foi o Relator, foi o... (*Pausa.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Estou sendo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Foi o Irajá.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, estou sendo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Não, você tem mais... Você é de outro.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O do drex.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Você é de outro meu.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não é? O do drex.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – E mais um da... É, o da regulamentação nós fizemos e saiu bem interessante, com proteção ao consumidor, com os cuidados para evasão de divisas, para lavagem de dinheiro. Então, assim, entendo que não é da alçada de vocês, mas o que seria da alçada de vocês?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sobre o cenário internacional e política cambial, pergunto como o senhor enxerga a política atual cambial no Brasil e se pretende adotar uma postura mais intervencionista no mercado de câmbio.

E agora, por fim, foi a pergunta que eu lhe fiz lá no gabinete e eu confesso que no seu... Eu fiquei, assim... para mim, foi um banho de água fria na minha expectativa, porque mesmo o senhor sendo indicado pelo Presidente Lula, o Presidente Lula também passou por momentos de crítica em relação às decisões do Banco Central que foram tomadas por unanimidade, inclusive com o voto do senhor. Mas nós não somos técnicos no assunto e precisamos respeitar a ciência.

Então, para que as pessoas entendam, hoje nós somos a nona maior economia do mundo por conta do PIB, mas isso não reflete... Nós brasileiros, no dia a dia, o brasileiro que está lá trabalhando não se sente dentro do nono país mais rico do mundo, porque as contas do PIB que colocam a gente no nono lugar não são a renda *per capita*... o PIB *per capita*, perdão, que também depende de toda uma conjuntura que vai além das atribuições do Banco Central, porque tem a questão social, de distribuição de renda – eu entendo isso. Mas uma das perguntas que eu gostaria de fazer é a seguinte: sou absolutamente leiga, eu já ouvi sobre isso *en passant*, mas eu gostaria de ouvir do senhor: é possível...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – ... limitar a taxa de juros para o pagamento da dívida pública?

Por quê? Olha, o custo da dívida pública em 2022... O Brasil gastou R$586 bilhões com juros. Então, se é possível limitar juros de cartão de crédito e de certas questões que nos preocupam muito, seria possível limitar para pagamento da dívida? Porque mais de 46% de todo o orçamento brasileiro vai para pagar juros da dívida pública e 53,6% desse valor vão para as instituições financeiras. Quem é que ganha com isso? Então, é uma pergunta... A gente poderia estudar, não sei se é possível, se é absolutamente impossível, mas não há ninguém melhor para quem a gente perguntar do que o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa na questão de juros: disse que a taxa de juros alta vem para combater a inflação. Porém, esse mecanismo de combater a inflação é causado... usa-se esse mecanismo quando a inflação é causada pela demanda, a lei da oferta e da procura. E foi Monica de Bolle, se não me engano, da Universidade Johns Hopkins, que disse o seguinte – se não foi, peço perdão para quem falou isso aqui –, olha: esse não é o caso do Brasil atual, porque nenhum dos países dotados de recursos e economias estruturadas possui uma taxa de juros sequer próxima da que prevalece no Brasil.

E todos esses países reconheceram o caráter e o excepcionalismo do surto inflacionário recente, explicado pela pandemia e pelos conflitos bélicos, e não pelo excesso de demanda.

Portanto, como controlar uma inflação que tem uma outra causa? Vocês têm essa noção? Não têm? Então, por quê? Porque nós queremos, sim, prosperar. Se a gente também não tem compra, também o mercado não cresce. É uma equação, Galípolo, muito difícil para a gente entender.

Então, por isso que eu gostaria de que você fosse bem didático...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – ... para que leigos, como eu, na economia, possamos compreender, mas, acima de tudo, traduzindo "economês" para a população brasileira.

Desejo-lhe, Teresa, voos altos, seguros e de grande sucesso, com pousos e decolagens seguras, está bom?

Obrigada e boa sorte! Conte comigo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora.

Senadora Damares Alves, com a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Dr. Gabriel, bem-vindo à Comissão. Eu fico aqui olhando a sua simpatia e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lamentando que o senhor vai ser Presidente do Banco Central num Governo de esquerda. Que Deus lhe dê muita sabedoria, discernimento neste momento.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele vai ter mais dois anos ainda, Senadora Damares, no próximo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É, então, o senhor vai ser um homem sortudo.

Dr. Gabriel, eu gostaria de começar com um conselho, se me permite. Acho que eu tenho idade para isso.

Primeiro foi uma alegria conhecê-lo pessoalmente...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... mas o conselho que eu queria lhe dar é o seguinte, Presidente – já vou chamá-lo de Presidente; eu tenho certeza de que será Presidente –: o Governo Bolsonaro se destacou na economia e foi um Governo em um momento de uma crise absurda, que foi a pandemia, mas eu acredito muito que a participação, a presença e o respeito que o Governo teve ao Presidente do Banco Central foi fator decisivo para que a nossa economia ficasse num patamar interessante num momento de crise mundial.

E aqui eu tenho um ex-colega ministro, que está aqui comigo, ele vai concordar. O nosso Presidente do Banco Central participava de nossas reuniões com os ministros. E por muitos, muitos e muitos momentos, foi ele que trouxe o tom.

Nós temos, no Governo... O senhor vai viver muito isto: o Governo vive sob pressão de entregas, sob pressão de apoiadores, o Governo vive sob uma pressão da população também. Às vezes, o Governo quer tomar decisões muito populistas, quer tomar decisões para agradar parceiros, e o Banco Central, nesse momento, tem um papel muito importante. Por muitas vezes, na hora das nossas reuniões, às vezes muito tensas, era para o Presidente do Banco Central que a gente olhava. E ele tinha a obrigação de ser equilibrado, isento e, muitas vezes, de nos levar à condução certa. Não era fácil. A lua de mel entre Paulo Guedes e Roberto nem sempre foi de verdade. A sua lua de mel com o Haddad vai acabar, eu vou lhe informar isso, se prepare; a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lua de mel com Lula vai acabar; se prepare para isso, mas é neste momento que um Presidente de Banco Central vai ter um papel muito importante para o Brasil.

Então, o que eu quero lhe dizer? Nunca, nunca perca a sua identidade, a sua autonomia, para agradar lado A ou lado B. Mantenha-se como Presidente do Banco Central. Este foi um dos sucessos do Governo Bolsonaro: o respeito à autonomia e à posição do Banco Central.

Quando eu falei que lamento...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... que você vai ser Presidente de um Banco Central num Governo de esquerda – a gente vem de um Governo anterior com grandes conquistas, como autonomia do Banco Central; Lei das Estatais; Lei da Liberdade Econômica; Governo digital, um dos maiores do mundo; Pix; reforma tributária – é porque...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... o senhor vai encontrar um Governo com uma política de gastos que só aumenta.

A minha pergunta é: o que o senhor pensa da elevação do patamar da dívida pública neste Governo se, em 2022, ela já estava em queda? O senhor concorda a respeito da avaliação sobre a piora da composição da dívida? Essa é a minha pergunta. Não vai ser fácil para o senhor lidar com isso.

E a outra pergunta vai lá: a esquerda, quando quer ser cruel, sabe ser cruel com maestria. Os ataques ao atual Presidente do Banco Central, eu os considero injustos. Mas, olhando para trás, eu vejo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... que eles começam a reconhecer que eles foram injustos. A permanência do Roberto foi necessária, mas eu entendo que, agora, o Lula terá a maioria lá na indicação do Copom. E eu não sei como o senhor vai lidar com as pressões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O senhor tem se mostrado ser um homem equilibrado – foi a mesma pergunta que a Soraya fez ali –, mas como o senhor vai lidar quando figuras históricas do PT não medirem palavras para atacar o atual Presidente do Banco Central, de forma indevida e injusta? Como o senhor vai lidar com isto: as pressões do atual Governo – um governo cuja política econômica é gastar?

Que Deus lhe dê sabedoria!

Só mais um conselho: quando os Ministros da área social o procurarem – eu fui Ministra dessa área –, escute-os com carinho e os atenda, porque nós estamos lá na ponta. E, às vezes, a Ministra das Mulheres tem uma informação que o senhor, de trás de um computador...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... ou no gabinete, não consegue enxergar.

Os Ministros da área social, respeite-os e ouça esses homens e mulheres que estão lá na ponta com o povo, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Esperidião Amin. Com a palavra, Senador.

Obrigado, Senadora Damares.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Quero cumprimentá-lo pela condução desta sessão muito importante.

Quero dizer ao Dr. Gabriel Galípolo que nós já o conhecemos, tanto pela sua sabatina como diretor, para ser Diretor de Política Monetária, quanto pela sua conduta ao longo do exercício deste mandato.

Eu não sou tão pessimista quanto a Senadora Damares, mas ela tem muito mais experiência do que eu, especialmente pelas demandas seletivas a que ela recomendou muita atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compartilho das preocupações apresentadas pelos que me antecederam e, particularmente, eu gostaria de fazer três observações com perguntas para o senhor.

Realmente, a qualidade da nossa dívida, cuja média de prazo – prazo da renovação de título – é de quatro anos, ou seja, a média da vida da nossa dívida... Ou seja, não é que vença no mesmo dia, mas o ciclo de quatro anos é um ciclo muito pequeno e ele expõe o Brasil a interesses que são especulativos em favor do aumento dos juros. Ou seja, a governança, tanto nossa quanto de quem mede o nosso risco, não é hoje uma governança correta.

Eu pedi ao seu colega de aprovação, Ailton Aquino, que fizesse um estudo sobre quanto o Brasil pagou, durante o Plano Real – ou seja, 40 anos –, quanto é que nós pagamos de *over* juros, ou seja, a mais do que o Ocidente pagou, incluindo-se a Turquia. Nada a ver com Gallipoli, não é? Prefiro Gallipoli, italiana, que é uma instância balneária simpática, mas incluindo a Turquia, que também é um país que geralmente opera com taxa de juros real. O Brasil deve ter pagado algo como 5 trilhões – eu ia dizer dólares, mas são reais –, R$5 trilhões a mais de juros em relação ao que o resto do mundo ocidental pagou. Neste período, nós não provocamos nenhum prejuízo a credores internacionais. Não há notícia de que o Brasil tenha tido *default* nesse período.

Então, "algo há", como diria o Leonel Brizola. "Algo há". Há uma engrenagem que se move nesse sentido. Eu acho que todos os esforços para alongar esse ciclo da dívida devem ser a sua prioridade. Se tem que cuidar da moeda, cuide do prazo dessa dívida.

Duas recomendações, além dessa advertência.

Primeira, todos os organismos internacionais e nacionais reconhecem que nós temos que dinamizar o microcrédito. Eu sou o Presidente da Frente Parlamentar do Microcrédito e das Microfinanças. Liberalize! Mais do que cooperativas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... estimule as organizações civis que se dirigem... Que trabalham com o microcrédito.

O Ailton Aquino ajudou, quando não era Diretor, a tirar algumas da clandestinidade. O Banco Central sempre foi muito rigoroso com a formalização do agente financeiro. Se o BNDES

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tiver hoje R$1 trilhão ou R$1 bilhão para emprestar a microempresas, quem é que vai operar? Não vai ser o sistema financeiro tradicional, que não tem nem interlocução com o microempresário e o senhor sabe disso.

Finalmente, eu não li o livro ainda, mas recebi um livro de presente do Henrique Meirelles. Achei muito interessante o título do livro *Calma sob pressão*, ou seja, evite apertar o botão de pânico. Vai fazer muito mal ao senhor e a nós, a mim também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Amin.

Próximo Senador, Sergio Moro.

Com a palavra, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Vanderlan.

Eu cumprimento o Sr. Galípolo e o parabenizo pela indicação.

Olha, Sr. Galípolo, eu tenho críticas severas ao Governo que o indicou.

O fiscal do país vai mal, e isso tem gerado um movimento necessário, infelizmente, de incremento dos juros, por conta da insegurança que isso tem provocado. Além disso, nós sabemos que o aumento da dívida pública vai cobrar o seu preço lá na frente. Vai ser necessário um ajuste, e a gente está vendo um crescimento que tem todo indicativo de não ser sustentável. Nessa perspectiva, nós vamos precisar de um Banco Central independente que, apesar do contexto desafiador, faça a sua parte na política monetária. Se nós tivéssemos um Banco Central também com uma política monetária frouxa, a economia já teria se degringolado com o incremento da inflação, que nós sabemos que atinge os mais pobres.

Já vivenciamos no passado aquele período terrível da hiperinflação e nós não queremos nada – nem de perto! –, ainda que não imaginemos a hiperinflação voltando, mas, nem de perto, níveis de inflação que se aproximem dos dez pontos. Essas críticas não são dirigidas a V. Sa., são dirigidas ao Governo, mas eu quero registrar aqui a minha preocupação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós conversamos ontem, V. Sa. mencionou a sua intenção de ser independente, o que significa dizer "não" ao Presidente Lula, e creio que o seu predecessor, o atual ocupante, Roberto Campos Neto, fez um excelente trabalho como Presidente do Banco Central, técnico, inovador, e manteve a firmeza, mesmo diante de ataques vis que foram formulados por este Governo Federal. Ressalto que as críticas não são direcionadas a V. Sa., mas registro minha preocupação e rogo a V. Sa. que mantenha a mesma linha de independência, que precisará ser firme para conduzir a política monetária do Brasil, sem ceder ao canto da sereia do crescimento rápido, descontrolado, com a volta da inflação, porque, para colocar o Brasil no rumo de novo, vai ser muito difícil. Embora eu ressalve aqui: do jeito que o país anda, com descalabro fiscal, com falta de controle de gastos, com tentativa de se fazer ajuste através de aumento de tributo, nós não temos um futuro promissor na parte da economia.

Outra questão que eu gostaria de ouvir de V. Sa. é sobre esse aprofundamento da autonomia do Banco Central.

Eu defendo, entendo que o Banco Central tem sofrido um esvaziamento de seus quadros, tem tido uma dificuldade de financiar novos projetos, e creio que seria de interesse de todo Presidente do Banco Central um fortalecimento da instituição.

Minhas duas indagações a V. Sa. – eu adianto, aqui, mais uma vez, que as críticas não são a V. Sa., mas ao Governo que o indicou –: se conseguirá manter, de fato, a independência, mesmo frente às intenções do Presidente Lula; sua posição sobre o projeto.

E, em terceiro lugar, um outro ponto que não foi objeto de indagação até o momento, mas que me traz uma preocupação próxima, que é a sua posição relacionada ao Coaf.

O Coaf, hoje, está vinculado ao Banco Central, tem o importantíssimo papel de prevenção à lavagem de dinheiro, tem, a meu ver, até o momento, realizado um trabalho técnico, mas, assim como o Banco Central, sofre de uma carência de servidores e de uma falta de recursos para realizar essa grande tarefa. Não é combate, única e exclusivamente, à criminalidade – embora isso, por si só, já fosse extremamente válido –, mas para garantir a incolumidade do nosso sistema financeiro. Se nós formos vistos pelo exterior como um país leniente, favorável, que permita lavagem de dinheiro, nós começaremos a perder a confiabilidade e a credibilidade para atrair investimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essas são as minhas três indagações a V. Sa., muito rapidamente.

Espero que V. Sa. seja bem-sucedido em manter a posição firme do Banco Central em relação aos descalabros do restante da política econômica do Governo Lula.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Sergio Moro.

Passa a palavra, agora, ao Sr. Gabriel, para tirar as dúvidas dos Senadores e Senadoras.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor.) – Obrigado.

Eu vou começar com a pergunta da Senadora Teresa Leitão sobre transição climática e essas políticas para o Banco Central.

Esse é um dos temas mais interessantes, hoje, em debate, entre os bancos centrais. Nós fazemos reuniões regulares entre os diversos representantes de bancos centrais, no que a gente chama de BIS (Banco de Compensações Internacionais). Curiosamente, esse é um tema em que, mesmo os maiores bancos centrais do mundo, têm bastante divergência sobre o quanto isso deveria ser incorporado no mandato do banco central ou não. Existe um lado, que é um lado com que todo banco central vai ter que lidar: a transição climática tem impacto na economia, tem impacto nos preços. Basta dizer que a política que está sendo feita, hoje, nos Estados Unidos, o principal programa econômico dos Estados Unidos, que envolve um projeto de produção, dentro do país, com menor emissão de poluentes, tem o nome de "ato de redução de inflação", numa tradução livre aqui. Ou seja, sabendo que você migrar para uma matriz energética ou para um consumo de fontes de energia que são menos poluentes, de início, vai ter um custo financeiro maior, ainda que o custo econômico e social seja menor, porque esse financeiro menor gera uma externalidade que a sociedade, muitas vezes, como um todo, é quem paga...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – ... você precisa ter algum tipo de política pública para incentivar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse lado de como é que isso vai impactar, seja do ponto de vista de produção de alimentos, seja porque a gente vai buscar fontes de energia que são renováveis e, hoje, menos competitivas do que as demais, isso impacta todos os bancos centrais, e os bancos centrais têm que estar atentos a isso, o que dificulta muito a nossa vida. Se eu disse que as projeções sobre o que vai acontecer com a economia já são bastante complexas de serem feitas, agora, a gente tem que adicionar também as projeções climáticas – junto com as projeções econômicas –, o que dá uma certa exponencialidade nas dificuldades das previsões.

Mas o Banco Central do Brasil é dos bancos centrais mais atentos ao tema, tem tentado colaborar, tanto com outros bancos centrais quanto com o próprio Governo.

Esse tema é um tema recorrente na participação que existe no G20 do Brasil. Então, é um tema muito caro para todos nós. Falei, inclusive, na minha fala inicial, que eu vejo para o Brasil uma grande oportunidade de se firmar ali como um polo, porque o Brasil tem, hoje, tanto uma segurança alimentar quanto energética contando com uma matriz energética mais limpa; então, esse custo de transição seria menor, num mundo em que você corre o risco de ter várias pressões inflacionárias, seja porque você vê uma escalada de combate à imigração – e tem um caráter desinflacionário a imigração –, seja porque você vê uma escalada também de tarifas de importação, ou seja pela questão climática efetivamente.

Juntando esse tema com o tema que a Ministra – que a Senadora, desculpe-me – Soraya colocou sobre a questão da pandemia, existe uma correlação do tema climático e a pandemia – que eu acho que vale a pena a gente dizer – com o custo da dívida, que é: durante o período da pandemia, se a gente olhar os países... O Roberto tem dito isso em vários fóruns internacionais, e eu vou reproduzir a fala dele, porque eu concordo integralmente – o Presidente Roberto Campos: os países avançados fizeram um esforço fiscal maior do que os países emergentes ou os países de baixa renda. O esforço fiscal foi maior para responder à pandemia. Imediatamente, começa uma discussão sobre esse processo inflacionário.

É um grande debate global o quanto aquele processo inflacionário correspondia a um choque de oferta, pela desarticulação das cadeias produtivas e dificuldade de você produzir, e quanto correspondia a uma questão de demanda decorrente dos programas de transferência de renda e socorro por causa da pandemia. Existia essa discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha posição – eu recorro sempre, quando tem esse debate...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – ... a uma fala do Churchill em que ele dizia que a verdade é uma adúltera; nunca está com uma pessoa só.

Provavelmente, você consegue encontrar explicações nos dois elementos. Não precisa ser em um ou outro – e me parece que era um e outro. E, aí, existiu uma discussão sobre velocidade de reação.

O Banco Central brasileiro, por exemplo, foi muito bem reconhecido globalmente por ter sido um dos primeiros a reagir com política monetária, entendendo que existiria um impacto e repercussões que afetariam pelo lado da demanda, o que demandaria justamente a reação da política monetária.

Mas, para encerrar esse capítulo e entrar na reação da política monetária, quando os países avançados que aumentaram a sua dívida com esforço fiscal maior iniciam uma elevação da taxa de juros, você vai ter um montante de dívida maior com um custo maior, o que demanda uma rolagem de dívida num montante superior. Essa rolagem de dívida num montante superior vai afetar aquela taxa de juros da dívida, que é essa taxa de longo prazo, que resulta da negociação, para fazer uma simplificação aqui empobrecedora, entre oferta e demanda de títulos públicos.

Por isso que os títulos públicos dos países avançados começaram a pagar juros cada vez maiores. Como, para os países emergentes e de baixa renda, geralmente, a taxa de juros que se paga é a do país avançado mais algum prêmio, isso impôs um custo de ter acesso a liquidez e a dinheiro internacional maior para os países emergentes e de baixa renda. Simultaneamente, a transição climática afeta, de maneira mais grave, geralmente os países emergentes e de baixa renda, que dependem da exportação de *commodities* para ter acesso a divisas internacionais.

Então, você colocou um tema – você, mundo, colocou um tema – de cenário mais adverso para os países emergentes e de baixa renda que, muitas vezes, estão pagando uma conta que está correlacionada com despesas que foram feitas não por eles mesmos. Essa é uma dificuldade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora me pediu para que eu fizesse uma explicação menos hermética e de "economês" aqui sobre a inflação. Também vou recorrer aqui a uma redução empobrecedora. Como diz a metáfora do Jorge Luís Borges, o mapa só é um mapa porque ele não tem todos os detalhes da realidade; se ele tiver todos os detalhes da realidade, ele não é um mapa.

Mas o processo de você ter uma inflação que decorre de demanda se assemelha a um processo de um leilão. Se você, em um leilão, tem muitos compradores para pouca oferta de um bem, o processo de concorrência de quem tem acesso àquele bem ou serviço vai se dar para uma disputa de preços, e esse preço vai escalando. Se a gente correlaciona com o que aconteceu na pandemia...

Historicamente, os bens têm uma inflação que roda mais baixo do que serviços. Se a gente imaginar o que era um celular do ponto de preços relativos há três décadas atrás, era quase um artigo de luxo. Se a gente imaginar os componentes que um automóvel tinha vários anos atrás e tem agora, ou um computador, ou uma televisão... Então, os ganhos de produtividade que são proporcionados em bens geralmente promovem um processo de inflação ou de elevação de preços menor, comparativamente aos serviços, nos quais é mais difícil você assistir a ganhos de produtividade; serviços não são comercializados no mercado internacional. Essa é uma tendência histórica.

Quando a gente olha para o que aconteceu na pandemia, isso inverteu, porque os bens industriais estavam com as cadeias produtivas desarticuladas e as cadeias logísticas desarticuladas. Então, você importar um bem ficou mais caro, e estava todo mundo em casa tentando comprar bem.

E os serviços tiveram uma redução na demanda bruta; ninguém podia sair de casa.

Então, os serviços despencaram, e os bens industriais subiram.

A partir da saída da pandemia e até a gente ter, em seguida, a invasão da Ucrânia, que remete a um segundo choque também de preços, porque a gente tem energia com a Rússia e temos também...

Tem um artigo muito antigo que a gente aprende em faculdade do Professor Antônio Barros de Castro, que dizia: nós, aqui na América do Sul, gostamos de achar que as terras mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

produtivas do mundo são os pampas argentinos. Não é verdade; as terras mais produtivas do mundo estão na Ucrânia.

Então, a Ucrânia sempre teve um papel muito relevante do ponto de vista de exportação de *commodities*.

Teve um segundo choque de oferta ali, naquele momento, com essa questão, mas você vai saindo gradativamente da pandemia, e esses preços relativos vão tentando restabelecer a distância original. Por isso que você vai vendo industriais rodando um pouco mais baixo de novo e, gradativamente, serviços rodando um pouco mais acima.

Quando a gente vê diversos estudos no mundo, o que acabou acontecendo é que esses preços relativos foram se restabelecendo, mas o que ficou um pouco defasada é a remuneração do que a gente pode chamar do trabalho ou da mão de obra. A participação do trabalho na renda ficou ali relativamente defasado.

E por isso você vê vários estudos, inclusive correlacionando por que a economia está crescendo e muitas vezes a avaliação do Governo – isso acontece nos Estados Unidos – não cresce, e a popularidade não está acompanhando esse crescimento econômico ou da renda. Porque, às vezes, a sensação do cidadão é: "Eu estou melhor do que o ano passado, mas eu já tive mais poder de compra dez anos atrás, cinco anos atrás". Esse sentimento é mensurado muitas vezes.

Se você criar um ambiente ou permitir um ambiente, para que essa tentativa de correção da remuneração do trabalho repasse, enquanto custo, para quem contrata o trabalho, e ele consiga encontrar um ambiente de demanda aquecida suficiente para repassar isso para preço para o consumidor final, o poder aquisitivo não vai ser reposto para o trabalhador, porque ele vai ter que pagar um preço mais caro, e você pode inaugurar uma inflação, uma espiral inflacionária que repassa de custo de mão de obra para preço e assim sucessivamente.

Então, o papel dos bancos centrais é conseguir permitir esse arranjo dos preços relativos, zelando ou perseguindo a meta de inflação.

Não sei se foi muito hermético, mas criar esse ambiente para tentar controlar e fazer com que esse processo ocorra de maneira ordenada, sem que a economia esteja aquecida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

excessivamente. é super-relevante. E, quando a gente olha para a economia brasileira, ela dá sinais de estar em um estágio diferente de boa parte das economias do mundo.

Se a gente pegar, por exemplo, o início dos anos 2000, a gente tinha ali uma série de fatores que colaboravam: China crescendo, exportando desinflação, porque ela tinha ganhos de produtividade com bens industriais, e importando *commodities;* Estados Unidos e Europa com taxas de juros baixas, jogando liquidez no mundo. Hoje, se a gente vai olhar, o Japão está começando a subir juros depois de muito tempo; a China num processo de desaceleração econômica; os Estados Unidos um pouco nessa discussão se ele vai fazer – para usar a metáfora da aterrissagem – uma aterrissagem suave ou uma aterrissagem mais abrupta; a Europa também num processo de desaceleração...

Os dados que a gente vê do Brasil são: o desemprego na mínima da série histórica; a gente vê a renda com um crescimento acima de 12%, desde o início de 2023, e, provavelmente, uma combinação entre inflação e desemprego que vai estar entre as melhores desde o início do plano real; a indústria no máximo da capacidade instalada nos últimos 11 anos; o serviço, no máximo dos últimos dois; e assim sucessivamente. A gente vai encontrar diversos dados que sugerem uma economia que não está num processo de desaceleração; é uma economia que parece se apresentar pujante.

Isso não é ruim, mas cabe ao Banco Central... A bola em que o Banco Central tem que estar de olho é a inflação. O que isso sugere ao Banco Central? Que a gente deve assistir a um processo de desinflação mais lento e mais custoso.

Como ao Banco Central não cabe correr risco, a função dele é ser mais conservador, para garantir que a taxa de juros esteja no patamar necessário para se atingir a meta que foi definida.

Para voltar para o tema da dívida, quem faz a gestão da dívida pública, efetivamente, é o Tesouro Nacional. E, aí, o Tesouro Nacional vai ter instrumentos de títulos públicos ali aos quais ele vai poder recorrer, a depender do que ele entender que é a demanda ou que vai ter melhor aceitação pelo mercado ou faz mais sentido para o perfil da dívida dele, títulos que são indexados à inflação, um IPCA mais alguma coisa, títulos pré-fixados, como pagar uma taxa de juros, títulos pós-fixados, títulos atrelados à taxa básica de juros – você vai ter uma série de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

opções. E o que a gente chama de *duration* da dívida, que é esse prazo médio – para fazer uma tradução aqui equivocada – da dívida, vai ficar muito condicionado a esse apetite que existe.

Eu não acho recomendável fazer qualquer tipo de tabelamento ou limitação nesse sentido. Acho que isso corresponde muito mais ao... Quem são os... De novo, para tentar usar oferta e demanda e simplificar: qual é o apetite que existe para comprar a dívida pública de longo prazo, indexada à inflação ou não indexada à inflação?

O Brasil, quando tinha o grau de investimento, por exemplo, tinha praticamente 20% da sua dívida detida por investidores estrangeiros, muitas vezes investidores institucionais, fundos de pensão, que tinham uma tendência mais de carregar o título por mais tempo. Isso tirava volatilidade, por exemplo, mas essa é uma gestão que é feita por uma equipe fantástica também, ali do Tesouro, do que é a *duration* da dívida.

Quanto à política cambial, nosso câmbio é flutuante, e ele é uma linha de defesa para amortecer as flutuações que existem na economia.

É curioso... A Senadora sabe que as opiniões, às vezes, oscilam bastante rápido. Então, eu lembro que a gente migrou dessa, talvez, preocupação, porque, como a política cambial fica dentro da Diretoria de Política Monetária, eventualmente, quando for indicado no meio do ano, vai mudar, vai ter mais intervenção, não vai ter mais intervenção, e o ano de 2023 foi o primeiro ano em que a gente não fez nenhuma intervenção extraordinária no final do ano. Aí, eu passei a ser acusado de ser mão fraca: "Ele não intervém, ele deixa correr, não sei o quê".

Então, essas coisas, às vezes, oscilam muito, mas a verdade é que o Banco Central tem uma institucionalidade muito bem consolidada tanto para a política monetária quanto para essa parte da política cambial, que sabe reagir, mensurar e agregar informação. E, no bom convívio que a gente tem tido dentro da diretoria, eu tenho tentado o máximo possível trazer essas conversas e diálogos para o Colegiado. Primeiro, porque eu acho que é mais difícil você errar em nove pessoas do que sozinho e, segundo, porque, com pessoas da qualidade técnica e experiência que tem lá, eu só tenho ganhos em trocar informações com essas pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o tema do microcrédito e o tema das inovações, que a Senadora Soraya colocou, eu acho que existiram quatro revoluções, vamos dizer assim, que o Banco Central produziu ou vem produzindo no mercado financeiro. A primeira é nos meios de pagamento.

Nos meios de pagamento, a gente teve desde os arranjos que envolviam cartões e as chamadas maquininhas, que foram coisas que até alguns anos atrás a gente não via e passamos a ver nos comércios com grande profusão ali – isso mudou bastante a maneira de se fazer negócio e o custo transacional –, até depois o próprio Pix, que é um caso de sucesso de uma infraestrutura pública digital.

O Brasil está na fronteira realmente do ponto de vista da infraestrutura pública digital para meios de pagamento. Então, houve uma grande revolução que mudou muito as coisas.

Existiu uma segunda revolução que ocorreu simultaneamente ali, que foi na experiência, vamos dizer assim, do cidadão ou do cliente em fazer investimentos.

Há poucos anos, para você ser uma instituição financeira de varejo que queria ter vários clientes, você precisaria ter agências espalhadas pelo país como um todo. Hoje em dia, você tem instituições financeiras de varejo que vão ter uma agência. Elas conseguem alcançar e ter capilaridade por meio do que aconteceu na tecnologia, por meio do celular. Isso mudou significativamente.

A gente teve também entrada de pessoas que estavam à margem muitas vezes do sistema financeiro, graças aos novos entrantes e à agenda de competitividade que o Banco Central tem, de abertura e de competitividade que o Banco Central tem, mas parece que boa parte disso é muito associada ao crédito rotativo e ao cartão de crédito. Nada contra; é uma maneira de se fazer inserção sobre isso.

E existe um debate de como é que a gente consegue avançar, seja do ponto de vista legal – o Senado deu uma contribuição fantástica, que foi o Marco das Garantias, para a gente conseguir avançar para a questão de ter crédito com garantias e colateralizado –, seja do ponto de vista de infraestrutura. Como se tem comentado, a própria ideia do Drex é uma ideia que pode permitir a gente conseguir avançar e produzir uma revolução ali também, enquanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infraestrutura pública digital, para o crédito colateralizado. E acho que isso permite uma redução dos *spreads*.

Quero agradecer todos os conselhos da Senadora Damares.

Do ponto de vista da composição da dívida, eu repito aquilo que eu disse: é uma gestão muito mais do Tesouro.

É lógico que existe sempre a preocupação. A gente acompanha como se dão os reflexos para as taxas de juros de longo prazo. A gente usa, inclusive, essas diferenciações que existem nesses títulos, que são esses títulos que são às vezes indexados à inflação e os que são com uma taxa de juros nominal fechada, para a gente ter a inflação que a gente chama de implícita como uma referência sobre as expectativas de inflação, mas hoje a gente reage – como a gente diz na comunicação oficial ali – em função de como é que esse canal se transmite para as expectativas de inflação e para a inflação corrente.

E, sobre as questões que foram colocadas pelo Senador Moro, como eu disse, eu realmente acho que é superimportante que o Banco Central esteja disponível e toda a instituição esteja disponível a discutir seu avanço institucional.

Acho um avanço institucional relevante o que está sendo discutido hoje do Banco Central. É necessário a gente dar as condições necessárias para que as pessoas possam trabalhar, não só do ponto de vista remuneratório delas, mas da infraestrutura necessária, e entendo que, hoje, está se discutindo muito mais o formato em que vai se dar essa discussão de uma evolução institucional. Acho que...

Não sei se cobri todas as perguntas ou deixei alguma pergunta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – O Coaf, perfeito.

Concordo que o Coaf entra nessa lógica, Senador, de também ter uma necessidade... É sempre bom que ele possa ter um arcabouço institucional que permita que ele esteja com os recursos necessários e a estrutura necessária, dada a relevância que ele tem, como o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocou bem, não só para as questões de lavagem de dinheiro, mas para a função que ele desempenha ali.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Esperidião, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Eu gostaria de relembrar ao Dr. Galípolo as questões que eu levantei a respeito de microcrédito e a propósito dessa questão da governança do regime de juros do mundo. E aproveito a sua colocação sobre a forma como se combateu a pandemia para... Talvez a minha cifra não seja... A cifra que eu vou mencionar pode ser discutível.

Do período de 2020 para cá, para combater a pandemia e suas consequências, o Governo dos Estados Unidos deve ter lançado US$11 trilhões! US$11 trilhões do que seria moeda sem lastro. E os efeitos inflacionários rebarbam aqui – aqui e nos países... De acordo com aquela hierarquia que o senhor apresentou, os mais desenvolvidos e ricos foram os que mais gastaram. Os medianos, médios e os mais pobres se contiveram, mas a distribuição dos encargos financeiros é exatamente a inversa. Exatamente a inversa. Então, esse sistema de governança, como os presidentes de bancos centrais se reúnem, seria interessante fazer um comparativo, naquele padrão que eu mencionei, que o Ailton de Aquino fez.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor.) – O tema do microcrédito... Peço desculpas, eu não usei a expressão microcrédito, mas estava comentando sobre a necessidade de avançar nessa quarta revolução, que é como vai ser possível reduzir o custo de capital a partir de crédito colateralizado, ou seja, crédito com garantias. Eu acho que esse é o ponto muito importante e que isso envolve desde a questão do marco legal, que foi uma contribuição muito relevante desta Casa aqui para poder se avançar, mas também a de infraestrutura e de o cliente ter acesso, seja PJ, seja pessoa física, a essas linhas de crédito com mais facilidade, que vão ter uma taxa de juros menor de maneira estrutural, porque há uma percepção de risco menor por parte de quem está concedendo o crédito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse tema que o Senador Esperidião coloca, sobre a hierarquia de moedas, é dos temas talvez mais interessantes e mais longevos no debate econômico. Eu comentei e fiz uma citação do Churchill, mas o Churchill também, no imediato pós-Primeira Guerra, sofreu uma grande crítica, talvez do economista mais conhecido e relevante do século XX, pela tentativa de voltar a uma apreciação cambial da libra no imediato pós-Primeira Guerra Mundial.

E sempre existe esse dilema: a moeda que é reserva de valor internacional, meio de pagamento de unidade de cunho internacional, tem algumas vantagens, que outro autor chamou de poder exorbitante, mas também demanda que você tenha alguma perda de controle sobre sua taxa de câmbio, por exemplo – o que eu acho que remete, para ficar com quem fez a crítica ao Churchill ali naquele momento, que foi o Keynes, sobre a discussão no imediato pós-Segunda Guerra Mundial e os organismos multilaterais, porque, naquele momento, a discussão que estava sendo feita sobre a composição do FMI e Banco Mundial remetia aos pontos que o Senador está colocando, ou seja, como é que a gente permite ter um sistema de compensações e de uma arquitetura financeira internacional para que nenhum país sofra com o problema de transferência de recursos, de moeda forte, e, a partir dessa escassez de moeda forte e de divisa internacional, não fique excluído ou marginalizado do comércio internacional ou do sistema financeiro internacional.

Eu concordo plenamente com o Senador que esse é um tema que se recoloca hoje à luz dos temas que a Senadora Teresa Leitão colocou, ou seja, de entender como que muitas vezes os países de baixa renda, que dependem mais da exportação de *commodities*, podem estar sofrendo ainda mais em função de políticas que não foram eles mesmos que praticaram. Mas esse é um tema global do mais interessante.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A Senadora Teresa Leitão já saiu; Soraya Thronicke também.

Senadora Damares Alves, quer usar a réplica? (*Pausa.*)

Esperidião Amin já usou.

Sergio Moro já saiu também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, próximo bloco: Senador Carlos Portinho, Senador Rogério Carvalho, Senador Rodrigo Cunha, Senador Renan Calheiros e Senador Omar Aziz, o qual eu já convido para assumir esta Presidência aqui.

Com a palavra, Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente Vanderlan.

Quero saudar o nosso sabatinado, o Galípolo, uma pessoa de excelente trato, belo currículo, com a experiência que já possui por ter assento no Conselho do Banco Central. Divergências políticas de Governo à parte, eu quero desejar a você a melhor gestão à frente do Banco Central, sabendo do grande desafio – mas isto é estimulante, eu imagino –: suceder aquele, reconhecidamente no mundo, melhor Banco Central, o que nos honra por ser o melhor Banco Central o do Brasil. Mas eu acredito que as suas credenciais lhe permitirão seguir o mesmo trabalho e até mesmo poder ir além.

Eu tenho dois temas que eu trago com alguma preocupação, agradecendo a oportunidade de ter conversado – conversamos por videoconferência.

O Senador Jaques Wagner sabe que eu costumo conversar com todos. E eu tenho aqui a defesa que fiz, quando da indicação do Ministro André Mendonça, de que é uma prerrogativa do Presidente da República. E o nosso papel aqui no Legislativo é respeitar, seja nesse Governo, no anterior ou no próximo. Desde que seja mantido esse comando legal, eu não vejo como... a não ser que a pessoa tenha algo que desabone. E quero deixar claro: além de ser uma excelente pessoa, não tem absolutamente rastro algum, nada que o desabone. E falo aqui como Líder, inclusive, do Partido Liberal aqui no Senado Federal.

Dois temas me preocupam e eu quero jogar luz sobre eles.

Aí eu parto, sim, no primeiro, de uma crítica ao Governo. O Governo é "quatro temático". Aqui no Congresso, a gente viu, a gente tratou até agora de quatro temas, fundamentalmente, que é: jogo, droga, aborto e imposto. Imposto e jogo endividam a sociedade. E hoje eu amanheci olhando uma matéria – acredito que seja verdadeira – de que o Governo, que já vinha estudando isso, vai encaminhar aqui para o Congresso uma proposta, um projeto para acabar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o saque-aniversário do FGTS e para verter os 40% de multa do FGTS para empréstimo consignado, ou seja, é o sinal de alerta que eu trago aqui na primeira pergunta, falando de imposto, de jogo e de dinheiro para banco dar consignado, dinheiro que é direito do trabalhador e que está indo para banco dar consignado: se o endividamento... Embora a economia e alguns números sejam positivos, mas me parece que a política de Estado, do Governo, é sobre endividamento da população.

E eu queria saber se o Banco Central acompanha o endividamento da população como uma questão a se preocupar, até porque a gente sabe que o inadimplemento do cidadão, mais juros no banco... Alguns bancos desses também não sei se têm a vida saudável para um aumento de endividamento da população que a gente encaminha. Então, queria saber se a questão do endividamento é uma preocupação, e se o mercado financeiro está robusto, está solidificado, ele aguenta esse endividamento ou se a gente poderá ter surpresas. Primeira pergunta.

A segunda pergunta, na mesma linha do endividamento, é o tema – e nesse tema eu sei que o Senador Omar Aziz joga do lado – da questão das *bets*. E eu quero reforçar uma pergunta que lhe fiz, até para que fique registrado a todos: a minha grande preocupação, Senador Omar, é que, com o atraso do Governo na implementação das portarias e na regulamentação que lhe é própria depois do que aprovamos aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... eu não, porque votei contra, mas o que o Congresso aprovou, das *bets*, o que a gente tem visto, neste ano, é uma fuga fiscal, e eu quero alertar o Banco Central para isso – mais uma vez, é tema da nossa CPI da Manipulação.

As empresas de meio de pagamento estão retendo no Brasil valores, e, como essas *bets* estão todas além da nossa fronteira, esses valores da aposta tinham que ir para fora, pagar IOF, pagar taxa cambial, voltar para dentro do país para pagar o apostador, só que as empresas de meio de pagamento – isso já está confirmado – estão rodando esse dinheiro dentro do Brasil. O Brasil está perdendo taxação de imposto de IOF e está perdendo na questão cambial, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse dinheiro teria que ir para fora, já que elas não têm sede no Brasil, e teria que voltar. Então, só aí já há uma elisão fiscal ou algo parecido.

Como a regulamentação vai vir em janeiro, a pergunta é: o Banco Central, que tem cinco anos para fazer as cobranças, vai entrar nesse assunto e vai olhar para trás e ir em cima dessas empresas que estão faturando bilhões à custa da população endividada por causa de jogo? Ou, a partir da portaria, a gente vai fazer a regulamentação, a gente vai acompanhar essas transações, mas o que ficou para trás é lucro das *bets*? Porque saiu barato, hein? Falavam que 30 milhões de outorga era caro. Uma *bet* grande fatura 500 milhões – fatura não, ela tem 500 milhões de lucro –, e durante um ano, pelo atraso no Governo das portarias, não está sendo pago imposto algum, e pior, estão usando de mecanismo de elisão fiscal para que esse dinheiro não vá para fora e volte pagando o que se deveria.

Deixo registrado e queria saber a opinião sobre as duas questões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – O próximo é o Senador Rogério Carvalho.

O Senador Portinho tocou num assunto, e eu aproveito, até para que V. Exa. possa... Segundo dados do Banco Central, dos 20 milhões de Bolsa Família, 8,5 milhões estão jogando. Agora, olha o espanto: de 100% do que esses 8,5 milhões de brasileiros que apostaram, 99,2% ficaram com as *bets*, só 0,8% voltou para o apostador. Isso aí está lá no...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A banca sempre ganha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, não. Não é a banca sempre ganha. Isso é doação, não é jogo. Os caras estão doando para esses apostadores...

Agora, o que me espanta é a demora do Governo em mandar tirar do ar todas essas *bets* enquanto não regulamenta. Esse é o espanto meu, até porque o Governo do Presidente Lula é baseado sempre nas pessoas mais humildes, que têm menos defesa, que têm menos apoio, de uma forma geral. Então, não tem o que esperar. O Haddad não pode esperar. A Anatel tira do ar essas *bets* todas em minutos. Não tem que esperar. Depois que regulamentar e a gente ficar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabendo quem vai poder jogar, de que forma vai jogar, como vão ser pagos esses impostos, qual é o retorno para o jogador – qual é o retorno, porque hoje você tem um cassino em casa... Tem gente que é contra os cassinos. Pessoal, dentro de um iPad ou de um celular tem um cassino em que se joga qualquer tipo de jogo, só que de uma forma diferente. É um assalto, porque ele não é presencial. Então, conforme a plataforma, ela tira tudo do jogador. E aí ficam os *pseudo-influencers*, pseudolíderes ainda fazendo propaganda.

Fazer propaganda de *bet*, Galípolo, é a mesma coisa que fazer propaganda de cocaína, porque é um vício, destrói famílias, destrói bens, acaba com tudo, o cara não trabalha, ele passa o dia todo jogando e, no dia seguinte, não vai trabalhar porque passou a noite toda jogando. É a mesma coisa que o cara usar cocaína. Todos os *influencers*, todos os jogadores de futebol, todos os jornalistas, seja lá quem for, que estão fazendo propaganda de *bet* estão fazendo propaganda de cocaína para as famílias brasileiras. Então, não é outra coisa.

O Governo está demorando. Eu não sei por que não tira do ar as *bets*.

Agora mesmo estão querendo convocar o jogador Luiz Henrique, do Botafogo. Ora, querem tirar de novo o título do Botafogo? (*Risos.*)

Não. No ano passado, Senador Renan, no início do campeonato, tinha seis times da Série A do Campeonato Brasileiro envolvidos com manipulação de resultado. Eu fiz um discurso, pedi para que se parasse o campeonato naquele momento, para que se declarasse o Botafogo campeão, e levaram na gozação. Está aí o que está dando hoje. São famílias endividadas...

A Confederação Nacional do Comércio, Senador Oriovisto, disse que, do ano passado para este ano, 11% a menos se compraram neste país, num total de 111 bilhões a menos na economia, que é uma economia em que o dinheiro fica aqui no Brasil e circula.

Então, são questões seríssimas que até agora o Governo brasileiro, infelizmente, não tomou... Presidente Lula, Ministro Haddad, deem uma ordem para tirar do ar. Elas não estão reguladas, elas estão inscritas só, mas não têm regulamentação. Aquilo que não tem regulamentação no país não pode funcionar. Isto não é um país de banana, não, isto é o Brasil, com duzentos e poucos milhões de brasileiros, hoje, jogando e doando dinheiro.

Senador Rogério Carvalho, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentar o Sr. Gabriel Galípolo, indicado para ser o novo Presidente do Banco Central.

Eu tenho duas preocupações: uma, nós tivemos a pandemia, tivemos depois um aumento da demanda, mas nós tivemos um problema no Brasil que foram alguns preços administrados e a reindexação da economia do Brasil no Governo passado.

Nós levamos quase 30 anos para desconstruir a indexação da nossa economia e houve uma reindexação com a dolarização de vários preços, o que impactou diretamente e gerou uma inflação estrutural, não uma inflação por demanda ou uma inflação por crises momentâneas ou eventos isolados no mundo, que gera problema de oferta e de demanda. Não, foi uma questão estrutural, e isso tem a ver com o preço dos combustíveis e a forma como o Brasil encarou o preço dos combustíveis, sendo a paridade de preço de importação. Isso teve um impacto gigantesco na nossa taxa de inflação. Esse percentual creio eu que tenha provocado um aumento, e isso tudo para garantir que a Petrobras, em tese, fosse a campeã de distribuição de dividendos; mas talvez isso tenha custado duas ou três vezes a distribuição de dividendos sob a forma de taxa de juros. Então, eu tenho uma preocupação, e eu sei que essa não é uma questão sobre a qual o Banco Central tem muita ingerência.

Uma outra preocupação é que o Banco Central faz gestão monetária, mas no Brasil ele usa de títulos do Tesouro para fazer gestão monetária e, de certa forma, produz impacto fiscal. Ainda que financeiramente, nas transações financeiras, isso não produza um impacto fiscal, na medida em que você mantém uma dívida bruta, que é a referência para o pagamento do prêmio da taxa de juros, você de certa maneira está criando um impacto fiscal, porque você está aumentando a taxa de juros e pagando um prêmio maior pela taxa de juros.

Nós aprovamos uma lei que permite ou que dá ao Banco Central um instrumento para substituir a emissão de títulos de curto prazo, que são as operações compromissadas, que são títulos do Tesouro – portanto, dívida pública, certo? –, para fazer gestão monetária. E estamos utilizando R$170 bilhões para fazer gestão monetária com remuneração de depósito voluntário, enquanto temos R$1,3 trilhão de dívida bruta, que em tese não é uma dívida. Se você for para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dívida líquida, ela não existe, mas isso é considerado na relação dívida/PIB, que aumenta em 11% a nossa relação dívida/PIB.

Então, acho que nós temos alguns desafios. Essa questão da autonomia do Banco Central eu acho que é um debate muito mais ideológico e de tensão ideológica do que de fato...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... isto está em discussão, a autonomia do Banco Central do Governo Lula 1, 2. Nenhum dos governos do PT teve intervenção sobre o Banco Central, isso é uma fantasia para poder fazer diversionismo e separação ideológica.

Acho que é preciso melhorar, sim, a capacidade operacional do banco, porque ele ampliou as suas funções, mas nós não podemos tirar dele o lugar de autarquia especial, porque, senão, a gente desmonta a nossa estrutura institucional de personalidades jurídicas, de modelos jurídicos que se aplicam para a atividade que é de regulação, a atividade que é fiscalizadora, a atividade de Estado, exclusiva de Estado e que tem que ser o Estado.

Se quiser, por conta o Pix, por conta de outros serviços, criar uma empresa vinculada à autarquia, maravilha. Se quiser dar autonomia financeira e administrativa ao Banco Central, excelente; não vejo isso como um problema, mas isso não é o centro da autonomia do Banco Central, que, na minha opinião, está consolidada. O Banco Central tem autonomia consolidada no Brasil.

A minha preocupação, de fato... Vejo que V. Sa. já colocou claramente que isso, a política monetária é algo que precisa ser acompanhado, e as variáveis precisam ir sendo estudadas e vistas o tempo todo. Não existe uma fórmula, não existe uma interferência, não haverá uma interferência nesse sentido, mas acho que tem algumas preocupações que a gente precisa ter. A autoridade monetária e a autoridade fiscal precisam olhar juntas, porque são os elementos estruturais que produzem inflação, e nenhuma política monetária vai impedir que isso aconteça, como foi o aumento dos combustíveis e como é a utilização de operações compromissadas, e não remuneração em depósito voluntário, porque é a interferência do campo monetário, da gestão monetária gerando dívida pública, gerando passivo fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso ninguém fala, ninguém diz, ninguém está disposto a ver, inclusive porque o dinheiro que circula está todo empacotado. Por que o dinheiro está empacotado e, no Brasil, esse dinheiro foi empacotado? Qual é a finalidade? Por que está desse jeito? Por que o Banco Central não evolui nessa perspectiva, para garantir que... Na verdade, para enxugar a liquidez. Não precisa gerar dívida pública.

Então, acho que essas questões são fundamentais.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Para interpelar.) – Sr. Presidente Omar Aziz, Sras. Senadoras, Senadores, boa tarde.

Quero cumprimentar o Sr. Gabriel Galípolo, que está sendo agora sabatinado, indicado para presidir o Banco Central.

Aqui eu observei atentamente cada depoimento, cada pergunta e sempre com foco nos juros, quando se fala em taxa de juros, os juros da taxa Selic, claro, por ser uma variante da macroeconomia, mas eu gostaria de fazer uma pergunta direcionada a V. Sa. sobre uma outra taxa de juros, aquela cujo boleto o cidadão recebe, todos os meses, na sua casa e que, desde janeiro deste ano, por força de lei, foi tabelada: os juros do cartão de crédito. E aqui, no país, não pode passar de 100% ao ano.

Então, é algo recente e gostaria de saber se tem um balanço desses quase dez meses, porque, desde a sua propositura, até a sua conclusão, o próprio Banco Central, através do Presidente Roberto Campos Neto, participou ativamente. De um lado, entendeu também que a área econômica do Governo abraçou essa ideia, e, do outro lado, tinha os bancos, dizendo que iriam deixar de parcelar as compras do varejo para o brasileiro ou, então, que iriam quebrar – e não foi isso que a gente viu.

Então, é algo que tem que se tornar cada vez mais palpável para as pessoas, lógico. E aqui eu repito: a taxa Selic direciona, por exemplo, a nossa inflação, mas a taxa de juros do cartão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crédito é o principal motivo que faz com que o cidadão brasileiro fique endividado. E, ao falar sobre isso, a gente não está falando aqui mais de um problema individual, é um problema coletivo que afeta a sociedade e afeta a economia. É por isso que o direcionamento de tornar a renegociação de dívidas uma política pública, de reintroduzir essas pessoas ao mercado e de diminuir a usura que existia – e existe ainda – dos bancos e das financeiras, com a participação direta deste Congresso... Eu fui Relator dessa lei que permitiu tabelar, e muitos questionaram, inclusive dizendo que iria afetar – e o nosso papel aqui não seria esse – a economia diretamente, mas isso já é esperado.

Então, repito mais uma vez ao Sr. Galípolo, que está também acompanhando diretamente, tanto pela parte do Governo em um momento e, agora, também, através do Banco Central, se esses dez meses, feita uma avaliação, foram algo positivo para o cidadão, para o consumidor brasileiro – repito: temos 70 milhões de pessoas ainda endividadas –; e se os bancos, hoje, ainda sustentam essa possibilidade de deixar de fazer parcelamento das compras de varejo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Obrigado, Senador Rodrigo Cunha.

Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Cumprimento, inicialmente, o Dr. Galípolo pela indicação, pela exposição, pela sabatina, pelo debate. Vejo-o como um quadro qualificado e tenho uma esperança muito grande de que poderá ajudar a equacionar a questão da Selic, um dos juros mais altos do mundo, com o quadro econômico.

Eu queria fazer duas perguntas. Um dos debates macroeconômicos mais recorrentes na atualidade diz respeito, exatamente, à fixação das taxas de juros pelo Banco Central como um instrumento de política monetária e de controle da inflação no Brasil. Muitos alegam que as taxas de juros devem ser calibradas para cima, com vistas a tranquilizar os mercados diante das pressões de consumo devidas ao crescimento da economia. Outros argumentam que as taxas de juros apenas espelham o humor dos mercados, frente a incertezas no lado fiscal. Há, ainda,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma terceira categoria que entende que as taxas de juros mais elevadas são um tiro no pé, pelo impacto ruim no crescimento da dívida pública. Levando em conta esses aspectos todos, qual a sua percepção sobre o papel concreto das taxas de juros no controle da inflação, em face dos seus impactos no lado real da economia e na dívida pública?

E uma segunda pergunta... A Senadora Tereza Cristina já a fez aqui com relação ao agronegócio, e o Senador Esperidião Amin, com relação ao microcrédito.

O Banco Central, como todos sabem, tem um papel fundamental na regulação do crédito, da economia e da política creditícia de uma forma mais geral. Eu mesmo, quando da discussão da medida provisória do Bolsa Família, aprovei a inclusão produtiva dos beneficiários do Bolsa Família, e cobrei muito do Ministério da Fazenda, do Banco Central, em todos os momentos, a especificação de um projeto de crédito para essa inclusão produtiva dos beneficiários do Bolsa Família. Meses depois, o Governo lançou o Acredita, que é geral, mas não tem o fim específico da autorização aprovada por ocasião da discussão da medida provisória.

Isso é uma coisa fundamental, essa inclusão produtiva, e agora, mais do que nunca, é ameaçada pelas *bets*, há pouco falado aqui pelo nosso querido Senador Omar Aziz.

Diante dos atuais desafios do crescimento econômico no Brasil, que demanda, investimentos em setores estratégicos, como tecnologia e infraestrutura, o que é que o senhor entende sobre essa regulação de crédito do Banco Central e como essas questões poderiam ser mais bem equacionadas?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu seria o próximo, mas eu acho que as perguntas todas que nos interessavam eu já ouvi falarem.

Eu passo a palavra ao Senador, por favor. Eu vou abrir mão. Já votei, inclusive, e conheço já o histórico e tenho a felicidade hoje de estar presidindo, Senador Renan, e presidi também a sessão que escolheu o Roberto Campos como Presidente do Banco Central – deu sorte para ele, viu?

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para interpelar.) – Presidente, primeiro quero agradecer a aula didática. O Gabriel, permita-me, desfila com muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança nas palavras e nos passa muita segurança. Parabéns ao Presidente Lula, como um homem que tem uma agilidade de percepção muito grande e que está colocando no lugar certo a pessoa certa.

O Presidente falava agora há pouco de futebol, falou até do Botafogo. Eu inaugurei falando sobre as *bets*, os bilhões das *bets*. Na Paraíba, no meu estado amado, 50 anos atrás, veio uma ordem da Presidência da República de que acabasse o jogo do bicho, e o Governador João Agripino, de forma muito pontual... Porque o jogo do bicho tinha um papel social, em que o cambista passava o jogo e gerava emprego. Determinou, deu 24 horas para que ele acabasse o jogo do bicho, e o saudoso João Agripino Neto, pai do ex-Deputado Federal João Neto, avô de nosso Deputado Federal Gervásio Maia, foi pontual e disse: se o Governo me criar 50 mil postos de emprego, eu acabo.

A grande preocupação das *bets* que eu vejo, além desse volume de dinheiro que precisa ser regulamentado, é a contrapartida social. O monitoramento da transparência, da seriedade tem que ter uma proporção, tem que ser transparente, tem que ter um órgão, um órgão de inteligência – essa famosa inteligência artificial que tem – para fiscalizar, porque é a raposa tomando conta do galinheiro. Então, se tiver um órgão que possa acontecer de fiscalizar como o jogo acontece, tendo a regra dos percentuais, sobretudo, recolhendo aos cofres do Governo os impostos devidos...

Vício. Todos os bares estão abertos, tem placa de Coca-Cola e tem placa... Nem tem placa de cerveja, mas, quando o camarada quer buscar cerveja, ele pega cerveja.

O que precisa, na verdade, é regulamentar, regulamentar para que as *bets* recolham os impostos devidos e que tenha uma contrapartida social.

Agora há pouco o Presidente falava sobre os times de futebol. O Brasil só tem 1,2 mil times – eu falo isso para todos os Senadores, para todos os estados – federalizados. Quantos mil times não têm oportunidade de participar de um campeonato? Por quê? Porque custa R$1 milhão na CBF para regulamentar.

Por que as *bets*, que têm que ter uma relevância social, têm que tirar uma contrapartida para regulamentar boa parte desses times de futebol? Mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Presidente, para encerrar, a competência do Banco Central, o rentismo... A Faria Limer não gosta que eu fale isso, mas o rentismo no Brasil... Eu venho do setor produtivo, da agroindústria. É necessário que neste país sejam revistos os juros. Fala-se com naturalidade de 100% de juros ao ano do cartão de crédito. Para não dizer que isso é uma excrescência, eu vou dizer que isso é lamentável. Um pai de família que se agarra num cartão de crédito para completar a sua feira, vai para o supermercado e se submete a um atraso, que, depois, para se reorganizar, leva muito tempo. O final dele, nós sabemos, vai ser negativado, depois vai fazer um acordo lá no final, 100% de juros, e nós regularizamos isso. Isso é uma excrescência.

Este país tem que rever os juros, Presidente.

Para concluir...

Este país tem que rever os juros e tem que reorganizar a indústria brasileira. Menos juros, mais salário, mais empregos.

A competência do Banco Central para garantir a estabilidade do poder de compra da moeda é zelar pelo sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo, e fomentar o bem-estar econômico da sociedade.

Sabemos que, em caso de taxa de juros elevada, as empresas têm menos incentivos a tomar empréstimos para realizar novos investimentos.

Nós estamos na revisão tributária. A grande carga, além dos impostos que fazem o Estado rodar, são os juros – são os juros! –, que são exorbitantes.

O empresário...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... muitas vezes, não consegue pagar a folha de pagamento e se socorre a um banco, submetendo-se à taxa de juros exorbitantes, especialmente os investimentos produtivos. Por isso, a taxa de juros acaba sendo um fator que pode impactar o ritmo de desenvolvimento da economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, o senhor acredita que as medidas tomadas recentemente pelo Banco Central o fazem cumprir a sua função de fomentar o bem-estar econômico da sociedade brasileira?

Para concluir, Sr. Presidente... (*Pausa.*)

Está perdoado. O Senador Izalci é sempre muito pontual, e o senhor, muito gentil, foi cumprimentá-lo.

Para concluir, Bolsa Família. O que tem a ver com o Banco Central? Tem! A Caixa Econômica é a única... Eu liguei para o Carlos Vieira, meu conterrâneo, muito competente, e, primeiro, eu perguntei a ele quanto era a remuneração, Srs. Senadores – grande Renan, esse decano, não por idade, mas por merecimento, desta Casa... A Caixa Econômica é quem paga o Bolsa Família. Lá nos cantos e recantos de um país continental, não tem Caixa Econômica, não!

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O pai de família que recebe um auxílio social tem que ou vender para o comerciante, que cobra um ágio a ele, ou se deslocar, 50km, 60km, 70km, para receber. A Caixa Econômica, o papel dela é habitacional, para isso é que ela foi criada.

Nós temos os Correios, em todos os cantos e recantos do Brasil, que estão aí padecendo. Por que não delegar essa atribuição aos Correios? Há uma concentração de riqueza nos grandes centros, quando eu falo para os municípios longínquos deste país que não têm uma agência da Caixa Econômica, e nisso há uma deficiência nesse atendimento social.

Com isso vem também, Presidente, o camarada que pega o Bolsa Família e tem uma facilidade de também jogar. Isso é ruim.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Se tirasse essa função da Caixa Econômica e a passasse para os Correios, que está em todos os cantos e recantos do país, além de dar vida aos Correios, drenar os Correios, que estão aí padecendo – nós estamos vendo aí como vai fechar o balanço anual dos Correios –, além de dar uma vida,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teria um atendimento social relevante, fazendo valer o programa do Governo, que é atender o mais sacrificado.

Mas concluindo – como eu falei para o senhor, eu comecei a falar muito, e o Izalci o convidou para abraçá-lo –, o que o senhor acha da taxa de juros para impactar o desenvolvimento econômico do país? Onde o Banco Central poderá ser pontual com a política de juros menores, salários maiores, desenvolvimento e reorganização? Porque a indústria brasileira está sucateada. Nós estamos vivendo, hoje, do que vem de fora.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – É triste isso. O empresariado brasileiro, hoje, está recorrendo a um instituto jurídico, a recuperação judicial, para não se ver padecer. Empresários seríssimos, neste país, que têm uma função social importantíssima, se submetem a essa carga de juros inaceitável!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Senador, obrigado.

Senador Oriovisto. Depois do Senador Oriovisto, o Galípolo vai responder às perguntas que foram feitas; aí tem o Senador Marcos Rogério. O Chico Rodrigues está aí? Vem aqui ainda? (*Pausa.*)

Vem. Paulo Paim está aqui? (*Pausa.*)

Marcos Pontes, Alessandro Vieira, Randolfe, Zenaide e Heinze, que são os últimos a falar.

O senhor vai se inscrever? (*Pausa.*)

Está bom, então.

Senador Oriovisto.

Passo a Presidência ao titular, é lógico, meu amigo, companheiro de partido, Vanderlan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Para interpelar.) – Presidente Galípolo –, já vou chamá-lo de Presidente, porque tenho certeza de que será aprovado por unanimidade –, eu tenho uma pergunta muito simples, até porque os meus antecessores já fizeram todas as perguntas. A minha pergunta é sobre a sua coragem. E, me perdoe, é uma pergunta até pessoal, mas eu tenho que lhe perguntar sobre a sua coragem.

Eu tenho em mão um livro do Henrique Meirelles, que ele publicou agora, cujo título é *Calma sob pressão*. Nesse livro, o Henrique Meirelles relata vários episódios da sua vida como Presidente do Banco de Boston, como Ministro da Fazenda e como Presidente do Banco Central.

Eu queria pedir a sua permissão para ler três linhas. São palavras do Henrique Meirelles que eu vou reproduzir, relatando, quando era Presidente do Banco Central, um episódio – provavelmente o senhor vai passar por algo igual não sei se neste Governo ou no próximo.

Diz ele, citando Henrique Meirelles:

> Um dia, em 2007, véspera da reunião do Copom, Lula me ligou: "Meirelles, eu nunca te pedi nada", ele começou. "É verdade", eu respondi. "Pois hoje eu vou te pedir. Vou te pedir que corte os juros, porque senão nós não vamos crescer os 5% da nossa meta. Você precisa colaborar e baixar a taxa de juros." [Meirelles respondeu:] "Não, presidente, não preciso. Nós vamos fazer a política monetária correta e o Brasil vai crescer mais do que 5%", eu contra-argumentei. Lula então passou a repetir as opiniões de várias pessoas que estavam buzinando no seu ouvido, que o único entrave para o Brasil crescer era eu. Ouvi tudo em silêncio e encerrei a conversa da forma mais polida [possível]. "Fique tranquilo, Presidente, que vamos fazer o melhor para o Brasil."

Continua: "O Copom manteve juros no mesmo patamar porque não havia motivo factual para tomar qualquer outra decisão. Porém, sei que o Presidente ficou zangado comigo e por algumas semanas paramos de conversar. Até que, meses depois, na coluna "Panorama Político" do jornal *O Globo*, o jornalista Ilimar Franco publicou uma nota cifrada com o seguinte título: "A raiva passou". Um Diretor do Banco Central me perguntou o que era e eu disse: 'É um recado, está tudo certo'. Aí retomamos as audiências e a vida continuou. E, como eu havia dito, o PIB de 2007 foi de 6,1%, acima dos 5% do objetivo da turma do Palácio do Planalto".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Henrique Meirelles era Presidente do Banco Central numa época em que não havia autonomia do Banco Central. Olha a coragem desse homem! É por isso que tem a biografia que tem. Colocou a técnica, colocou o seu conhecimento, se impôs e fez um bem enorme ao Brasil.

A minha pergunta é sobre a sua coragem. Sim ou não: o senhor teria a mesma coragem?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O Senador Oriovisto encerra esse bloco.

Com a palavra, Gabriel.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor.) – Eu vou começar pela do Senador Oriovisto.

Eu adoraria poder me vangloriar, dizer "já tive a coragem", porque, em um ano e meio, eu já subi, cortei e mantive... Eu já completei a caderneta, já fiz as três opções possíveis que um Diretor de Política Monetária pode fazer, mas eu estaria me vangloriando falsamente ao dizer que eu tive coragem, porque a verdade é que eu nunca sofri nenhuma pressão, Senador. A verdade é essa. Eu jamais sofri. Seria muito leviano da minha parte dizer que o Presidente Lula fez qualquer tipo de pressão em cima de mim sobre qualquer tipo de decisão.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – E na hipótese de isso um dia vier a acontecer?

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Eu terei a coragem, obviamente, porque o pedido que sempre foi feito... Vamos lá. Primeiro, o mandato legal do Banco Central é este, primeiro ponto. Segundo, todos os pedidos e recomendações que eu recebi dos senhores, inclusive do senhor, quando me recebeu e me assegurando, me asseverando essa liberdade, é para tomar as decisões de acordo com a nossa consciência. No dia em que você começa a tomar decisões fora da sua consciência, você vai começar a empilhar equívocos e vai ter muita dificuldade para explicar para si mesmo as decisões que você tomou. Então, a todo momento, em todas as decisões que eu tomei na minha vida, inclusive no Banco Central, eu durmo muito bem graças a isso. São sempre decisões de acordo com a minha consciência. E a minha obrigação é tomar essas decisões de acordo com o que é melhor para a população brasileira. E eu tenho certeza de que, na minha consciência, as decisões que eu tomei, quando tive que cortar, quando tive que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manter ou quando tive que subir, são as decisões que, a meu julgamento, a meu juízo, são as mais acertadas. Então, agora e no futuro, eu assumo aqui o compromisso de continuar nesta posição.

Mas não quero passar uma ideia leviana de que, de alguma maneira... Às vezes, as pessoas me encontram e dizem: "Você está muito calmo para um Diretor de Política Monetária". Eu realmente jamais sofri. Todas as vezes em que o Presidente me encontrou ou me ligou foi para dizer: "Comigo você terá toda a tranquilidade. Eu jamais vou lhe perguntar antes, eu jamais vou fazer qualquer tipo de interferência. Você vai ter toda a liberdade para tomar a decisão de acordo com o seu juízo. Eu vou respeitar sempre". Assim, eu só posso ser grato, desde o primeiro momento, antes de eu vir aqui para o Banco Central, na Fazenda, pela forma como o Presidente sempre me tratou e me escutou.

Então, é um testemunho que eu preciso dar para não parecer que eu sou mais corajoso do que eu poderia fazer parecer aqui. Mas eu nem acho que é uma questão... Eu entendo perfeitamente a colocação do Senador, mas é uma questão de você atender ao que é o arcabouço institucional e legal do Banco Central, ao que é a função do Diretor do Banco Central ou do Presidente do Banco Central e tomar a decisão de acordo com a sua consciência. Mas agradeço a oportunidade de eu poder esclarecer isso aqui, Senador. Obrigado.

Eu vou começar com um tema que o Senador Rodrigo Cunha levantou e que eu acho bastante importante. A gente, às vezes, fica muito tempo realmente debatendo a taxa Selic, e, talvez, o tema principal seja qual é a taxa de juros que as pessoas jurídicas ou físicas estão realmente pagando. E concordo com muitos dos pontos que o Senador levantou, tanto na conversa que ele me deu a oportunidade de ter quanto agora. Eu acho que essa é uma agenda de longa data do Banco Central. Não é simples a redução dos *spreads* e a redução dos custos.

Estava até falando com o Senador Omar que a regra do chamado "muro inglês", como ficou conhecida e que foi aprovada, é uma regra que limita o montante de juros a 100% do valor da dívida. Ou seja, o montante de juros não pode ultrapassar; não é um limite sobre taxas de juros, mas, sim, sobre qual é o montante.

Mas eu acho que também existe uma questão, e quando você vai analisando os arranjos que elevaram, entre o varejista, o vendedor, a maquininha, o cartão de crédito, o banco, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parcelamento... Sempre quando você olha esses arranjos ou até a participação que você tem do rotativo no crédito total, eu sempre tento analisar isso e fazer uma reconstrução histórica, porque eu acho que essas coisas não aconteceram...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – ... porque alguém teve algum equívoco.

Dizia um filósofo que o presente é, em si mesmo, uma crítica intrínseca ao passado. Então, essas coisas foram se desenvolvendo desse jeito porque elas caminharam para esse tipo de equilíbrio ou arranjo. Então, eu entendo que... E gostaria que a superação dessas limitações passasse pela criação de alternativas que são mais competitivas e mais interessantes para os clientes, para que eles possam ter acesso a um crédito mais barato.

E aí entra aquela agenda que nós conversamos sobre como é possível, do ponto de vista legal e do ponto de vista de criação de inovações, inclusive de uma infraestrutura pública digital, que o crédito com garantia possa avançar, como a gente vê em vários outros países: as pessoas têm a tendência a usar imóveis, a usar ativos que têm como garantia para conseguir ter acesso a crédito mais barato. E, aqui, muitas vezes me parece que as pessoas, pelo acesso mais simples ao rotativo, que não é exatamente o tipo de crédito desenhado para você usá-lo, muitas vezes a maioria está sempre usando, e isso acaba acelerando ou aumentando o custo de capital para as pessoas.

O Banco Central publica, no seu relatório de crédito, ali, como que está sendo o impacto dessas medidas que foram tomadas, e já publicava antes. Já existia uma certa polêmica sobre a forma como você publica esses dados, porque, muitas vezes, você ouvia os bancos dizerem que está ali uma taxa de juros e tanto, mas não é esse valor.

A melhor resposta que eu ouvi foi de um técnico do Banco Central, que eu achei muito boa. Ele falou: "O policial está ali medindo a velocidade de um automóvel. Se o automóvel passou a 150km por hora, ele vai medir ali que passou a 150km por hora; se o automóvel andou 150km ou não, é uma outra discussão, mas ele passou naquela velocidade da maneira como a gente mensura".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é sempre muito complexo. Tem médias de *spreads*, você conseguir medir... Quase sempre, quando você relata qual é o *spread* médio... Eu, até ao longo das visitas que fiz aos Senadores, eu fui trocando a informação, porque, quando você dá a média do *spread*, ela é uma média, e, aí, você tem nessa média produtos distintos, pessoas distintas, e quase sempre a pessoa tem uma evidência, vamos dizer assim, anedótica de si mesmo ou de algum colega e fala assim: ''Mas essa não é a taxa que a pessoa está pagando". O fato é: a gente precisa avançar nesta agenda, e eu concordo plenamente com o Senador que é uma das agendas prioritárias para os próximos ciclos do Banco Central.

Tem duas perguntas, a do Senador Rogério Carvalho e a do Senador Renan, que remetem a como funciona a política monetária. Esse talvez seja um tema mais árido, eu vou tentar não ser muito abstrato aqui.

O Alan Blinder, que talvez seja um dos grandes cânones sobre política monetária, falou assim: ''Não fui eu que abandonei o monetarismo; foi o monetarismo que nos abandonou". Ele está dizendo isso porque, em algum momento, os bancos centrais, algumas décadas atrás, deixaram gradativamente de ir acompanhando – para não usar um jargão aqui de agregado monetário – a quantidade de moeda, partindo da concepção de que a moeda é endógena. O que significa isso? Quem decide colocar moeda em circulação na economia são as instituições bancárias que concedem crédito. Então, ao final do dia... Por isso que se chama de intermediação bancária: os bancos são quase que um concessionário para a gestão de um bem público/privado, que é o dinheiro. Por isso que o que o Banco Central controla é a taxa básica de juros, para criar um estímulo ou um desestímulo para que, no caso do desestímulo abaixo daquela taxa de remuneração, se prefira receber uma remuneração livre de risco, que vem do próprio Governo, em vez de você correr risco concedendo crédito para alguém.

No caso do Brasil, essa operação de enxugar liquidez, como bem colocou o Senador, é realizada por operações compromissadas que se valem de títulos públicos.

A figura do depósito voluntário remunerado é utilizada no mundo inteiro realmente. Aqui no Brasil, a gente tem uma questão de arquitetura financeira, em que os maiores provedores de liquidez – ou seja, a liquidez que tem de ser enxugada – estão concentrados nos fundos. O que eu quero dizer com "nos fundos"? Aqueles fundos em que a gente costuma aplicar. Muitas vezes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você recebe a ligação do seu gerente, que diz assim: "Olhe, o seu dinheiro está na conta, tem um fundo aqui de renda fixa, de renda variável, de multimercado...". Esses fundos é que concentram a maior parte da liquidez.

Como os fundos não têm a sua infraestrutura ligada ao Banco Central, ou seja, eles não têm uma conta para depositar e terminal, quem tem são os bancos, você precisa ter um título para que esse banco pegue a liquidez no fundo e entregue um título com um valor que tenha uma garantia que é a compromissada, que é o título público. Por isto é que ele é operacionalizado por meio de um título público, porque a liquidez está concentrada ali.

Ela vem crescendo, até por um fator interessante de ressaltar, por algo análogo ao que foi pensado originalmente sobre o depósito voluntário remunerado, que são as contas que são remuneradas em função do Pix, porque, como antigamente você poderia ter uma demanda de liquidez só no horário bancário tradicional, agora, por você ter necessidade no final de semana e no horário fora de expediente, vem crescendo a demanda de bancos e instituições que estão ligadas ao Pix para poder ter essas contas remuneradas com efeito muito similar ao que ele teria.

Esta discussão de você eventualmente ter um outro instrumento – ou seja, se você ter um outro título que não os do Tesouro para enxugar liquidez, ou até a discussão que o Banco Central da Inglaterra vem fazendo, em função da crise que aconteceu no período da Liz Truss, de você conseguir passar direto na infraestrutura, ligar fundos de pensão, seguradoras e outras *assets* terem a sua infraestrutura diretamente ligada ao Banco Central – é uma discussão mais disruptiva, vamos dizer assim, que afeta a questão da intermediação bancária, mas é uma discussão que está sendo feita no BIS e em vários lugares do mundo e é essa configuração que remete, hoje, a esse fato de que você acaba... Os doadores de liquidez principais são os fundos, enquanto os bancos, em grande número, são tomadores de liquidez por essa arquitetura nossa financeira.

Foram levantados aqui vários temas. No tema das *bets*, por exemplo, como eu disse inicialmente, a posição do Banco Central é muito mais uma posição de acompanhamento para entender os aspectos de endividamento das famílias, como o Senador Portinho comentou aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de como é que isso afeta o consumo. É sobre essa dimensão que o Banco Central tem, sim, acompanhado e tem, sim, analisado como é que isso se reflete.

Do ponto de vista regulatório, tanto o tema que é relativo a pagamento de imposto ou não, que é com a Receita, como o tema que o Senador Rogério Carvalho comentou, que é o tema da indexação, se você pegar na literatura econômica brasileira, você tem períodos muito claros ali de debate sobre temas específicos: inicialmente, ali sobre industrialização, crescimento, você virar um país desenvolvido; depois você tem um longo período de literatura sobre combate à inflação; e, agora, o tema da taxa de juros mais elevada e até o tema da indexação da economia são os temas mais relevantes que a gente vê no debate na literatura.

Sobre o tema da indexação que foi levantado, até sobre a questão da política da Petrobras e de combustível, o tema de políticas de crédito como foi levantado, Bolsa Família ou até a política industrial, eu vou tentar responder todos eles – tudo bem, Senador? – com um único tema.

Eu acho que nesse ambiente que a gente tem relativamente conflagrado da sociedade, o Banco Central está conseguindo passar por este processo primeiro da sua autonomia de uma maneira bastante estável e se consolidando com decisões que não se deixam invadir por questões externas, mas também que não evadem as suas atribuições. O Banco Central está ali, consolidando-se naquilo que é o seu mandato e que é a sua função, e por isso eu aqui vou me furtar a fazer qualquer tipo de comentário sobre o que é atribuição da Receita, da Petrobras ou de regulação de Bolsa Família ou *bet*, porque eu acho que isso tem sido boa parte desse êxito e desse bom convívio que a gente tem ali, numa diretoria que tem indicados de governos distintos, mas que tem conseguido um elevado grau de coesão ali dentro.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Só acrescentando especificamente quanto a essa questão da movimentação financeira, desse recurso que não está indo para fora, não está pagando IOF, não está pagando taxa cambial. Eu me refiro ao recurso das *bets*. E ele tinha que ir para fora e voltar. Minha pergunta é se o Banco Central, quando houver a regulamentação das *bets*, a partir do ano que vem, também vai olhar não só para o futuro, mas para trás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor.) – Então... A tributação não cabe à gente. A tributação cabe à Receita para ir atrás. A gente vai sempre estar...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas são operações de câmbio que não foram feitas.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Isso. O que você vai analisar ali simplesmente é... Você vai reunir as informações, a gente até...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Por exemplo, o tema de cripto.

O tema de cripto, o FMI acabou de mudar – e nós acompanhamos – como é que você faz esse tipo de contabilidade. Muitas vezes é porque existe uma dúvida, uma opacidade sobre a motivação por trás, se o sujeito está comprando aquele cripto que ele quer usar para fazer *bet*, usar para fazer aquisição de alguma coisa que ele está importando, ou eventualmente porque ele compra como um ativo para carregar valor no tempo.

A motivação, inclusive, elevou a mudança, se você classifica aquilo como o que está entrando num processo de importação ou de investimento.

Esse tipo de dificuldade de você ter a observância com as inovações que estão acontecendo remete, inclusive, à discussão de se ter um arcabouço institucional e legal para o Banco Central, que dê mais possibilidade e potência para o Banco Central acompanhar.

O Banco Central vai acompanhar, sempre monitorar, e tem essa troca de informação dentro daquilo que é o sigilo que o Banco Central tem de manter. A tributação segue com a Receita Federal ali, qual vai ser a decisão da Receita ou não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para expor.) – Presidente Vanderlan, eu vou pedir licença. Eu não faço parte da CAE, eu falei como Líder. Espero que terá os votos necessários, e o meu voto estará lá no Plenário.

Muito obrigado, Galípolo. Todo sucesso à frente do Banco Central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Carlos Portinho.

Já saiu Rodrigo Cunha, que queria usar da palavra ainda. Já saiu também Renan Calheiros... O.k.?

Omar Aziz também já saiu e Oriovisto saiu.

Bom, próxima rodada, nós vamos começar com Marcos Rogério – ele se encontra? Marcos Rogério, Chico Rodrigues, Paulo Paim, Marcos Pontes e Alessandro Vieira.

Alessandro se encontra? Se ele não chegar, será Randolfe Rodrigues, o.k.?

Com a palavra Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero cumprimentar o indicado à Presidência do Banco Central, que hoje participa desta sabatina aqui no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu começo, até pegando aqui carona no que trouxe o Senador Oriovisto, a par das digressões apresentadas pelo ex-Presidente do Banco Central, cunhando uma frase ou uma sentença de duplo efeito: Gabriel, V. Sa. sabe como está entrando nessa função de Presidente do Banco Central; como vai sair de lá será determinado pelas escolhas decisórias que V. Sa. tomar, decidir. Se vai sair de lá como Mantega, de Dilma, ou se vai sair de lá com a imagem, com o conceito do próprio Meirelles, aqui citado, do Governo Lula, ou Campos Neto, do Governo Bolsonaro. O que vai determinar o conceito de saída de V. Exa... V. Exa. sabe e todos nós sabemos o conceito que tem hoje. O conceito que terá lá na frente será fruto ou será consequência das escolhas que V. Sa. fizer no curso do mandato de Presidente do Banco Central.

Obrigado, Senador Oriovisto. Apenas dei sequência à provocação que V. Exa. fez e que achei muito oportuna.

Mas eu queria aqui dizer que a gente discute muito as consequências, e sempre o embate ou debate, nas sabatinas, se centram muito nas consequências daquilo que é o papel executório do Presidente do Banco Central ou da instituição Banco Central, e deixa-se de discutir o papel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primário, porque a quem compete a formulação das políticas públicas que serão depois executadas, cobradas, na sua finalidade maior, pelo Banco Central?

É o próprio Banco Central que estabelece metas de inflação? Não, não é o Banco Central. É o Governo, num comitê, de que participam majoritariamente representantes do Governo, com a participação do Presidente do Banco Central – o Conselho Monetário Nacional.

Mas aí há um desvio de foco permanentemente, e Lula se especializou em usar desse subterfúgio para retirar de si a responsabilidade pela política errática na condução da pauta econômica, e aí mira-se o Presidente do Banco Central para dizer: "A culpa é sua".

E V. Sa. disse aqui agora há pouco: "Nunca foi constrangido com o pedido do Presidente Lula na função em que estava". V. Sa. não foi, mas o Presidente Lula fez publicamente essas provocações e essas cobranças, impactando inclusive o resultado que pressionava novamente o próprio Banco Central. Ou seja: Lula usa de uma receita do atraso, do equívoco, o que impõe ainda maiores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... consequências para aquilo que o próprio Banco Central está fazendo corretamente, digo eu, com a condução da política de execução daquilo que é estabelecido pelo órgão próprio. E, majoritariamente, repito, quem compõe esse órgão é o Governo.

Estou dizendo isso porque o Banco Central é um órgão de execução, de metas. O mesmo – foi dito aqui agora há pouco, Senador Jorge Seif, por um colega Senador – sobre a questão da emissão de títulos: também não é função do Banco Central. É da Secretaria do Tesouro – claro, com a participação do Banco Central, sim, mas de quem é a decisão política, a escolha política? É do Governo. A Secretaria do Tesouro é vinculada a quem? Ao Banco Central? Não, ao Ministério da Fazenda. Então, o que eu estou a dizer aqui é que há um desvio de foco. Sempre que se quer argumentar o fracasso de uma política, olha-se para aquele que não é o agente político e se aponta nele a consequência.

E aqui eu dou boas-vindas a essa nova fase da sua carreira. Talvez até hoje V. Sa. tenha sido ciceroneado, elogiado, reconhecido e, a partir de hoje, talvez passe a ser alvo. Porque o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Banco Central goza de autonomia – nesse caso plena, por derivação do normativo legal, mas ainda na época de Meirelles, quando ele adotou a sua própria autonomia: "A escolha aqui é a escolha pelo Brasil".

Eu conversei com V. Sa. quando esteve no meu gabinete e acho que suas posições são posições firmes, pelo menos do que a gente conversa até aqui. E, no conjunto das decisões que V. Sa. tomou no âmbito do Banco Central até hoje, teve acertos, teve equívocos – e talvez, no campo das decisões, aí seja uma questão conceitual; no campo das expectativas, talvez até tenha havido equívoco maior. Eu até faria uma pergunta sobre isso, mas acho que a fala que V. Sa. fez até agora já me respondeu nesse aspecto. Então, eu desejo sucesso à V. Sa. nessa missão.

Eu sublinharia, por último aqui e por derradeiro, e aqui gostaria de ouvi-lo nesse aspecto, que, quando questionado sobre a questão das *bets* agora há pouco, fez uma fala que me conforta, embora me indigne a consequência. V. Sa. disse: "Olha, não é o papel do Banco Central chamar para si esse papel de regular ou de controlar".

Muitas vezes o formulador das políticas públicas quer terceirizar o papel que é dele, e eu vi muito isso aqui. O problema da jogatina no Brasil é um problema do Congresso Nacional, que legislou de forma equivocada, e é um problema maior ainda do Governo, que, irresponsavelmente, autorizou sem os freios necessários, e hoje virou uma desgraça para o Brasil inteiro, inclusive com crianças participando de jogatina. Não são apenas os beneficiários do Bolsa Família, não: são crianças, porque quem é que controla quem tem acesso a isso aqui? A um celular, a um *tablet*, a um *notebook*? Ninguém controla, não tem controle. Hoje qualquer um entra, joga, e hoje estão aí os resultados catastróficos para o país.

Eu finalizaria, Presidente, se V. Exa. me permite, apenas pedindo a atenção de V. Exa., na mesma extensão de conceito e de segurança que V. Exa. fez agora há pouco em relação às *bets:* "Olha, nem mais para lá, nem menos para cá". Há um norte a ser perseguido e, quando eu defendo a autonomia do Banco Central, eu defendo nessa extensão, por imperativo legal. Eu me preocuparia se V. Sa. dissesse: "Eu vou além". Não, espere aí. É o comando legal. Nem para lá e nem para cá, o.k.?

Agora, outro ponto: o Banco Central agiu no caso da concessão de crédito rural. O Banco Central, por uma iniciativa inicialmente do Conselho Monetário, passa a praticar, porque foi uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decisão que partiu desse conselho, ajustes que geraram impedimentos na captação de créditos, levando em consideração impedimentos sociais, ambientais e climáticos. E aí o detalhe: foi formulada uma decisão que impediu o acesso ao crédito, colocando uma série de condicionantes – isso aqui está lá na Resolução 5.081 –, atrelada a um decreto do Presidente, que depois nós conseguimos derrubar aqui no Senado Federal, uma resolução do Ibama que impedia o crédito. Só que, para aquilo que se estabeleceu nessa política de impedimento, o Estado não está pronto, não tem instrumentos para concretizar nem a regularização fundiária, que é um dos elementos, nem a regularização ambiental, que é outro elemento. E aí você sacrifica um segmento econômico importante com uma política...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... de controle que, para mim, vai na contramão do interesse nacional.

Então, aqui é a compreensão do equilíbrio necessário, sabe? A pauta climática e ambiental é fundamental, o mundo tem que olhar para isso, mas nós não podemos criar embargos, embaraços ao crédito a partir de uma situação em que o Estado não se preparou para dar as respostas para esse segmento econômico que é tão importante.

São apenas essas as ponderações.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Com a palavra, o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Meu caro Presidente Vanderlan Cardoso, V. Exa. que tem uma posição cartesiana de conduzir as sessões aqui nesta Comissão, tenho certeza de que esta sabatina hoje mostra, de uma forma muito maiúscula, a sua conduta aqui à frente desta importantíssima Comissão do Senado.

Meu caro Senador Jaques Wagner, meu colega, meu Líder, meu amigo, que tem acompanhado *pari passu* esta sabatina...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Gabriel Galípolo, pela minha análise muito superficial e rápida, quero dizer que V. Exa. não precisava nem ser sabatinado, porque parece que já é unanimidade. E isso, na verdade, leva uma carga enorme de responsabilidade. O vigor da sua juventude, o seu preparo intelectual na área da economia, os cargos que ocupou, obviamente, fizeram com que, em uma decisão de Governo, houvesse a escolha do seu nome para Presidente do Banco Central, essa instituição que é fundamental para, como uma bússola, encaminhar os rumos da economia nacional, com todas as suas responsabilidades.

Eu tenho apenas três questões a serem levantadas, que eu tenho certeza de que V. Sa., com precisão, vai responder, mas é bom que elas fiquem nos *Anais* desta Casa.

A primeira é a seguinte: a última ata do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) sugere que o colegiado vê algum conflito entre a política fiscal e a política monetária. Gostaria de saber se V. Sa. concorda com essa visão sobre o conflito, em algum grau, entre a política monetária e a política fiscal. De que forma a política fiscal pode afetar a política monetária?

A segunda questão é: um fato recente que causou surpresa e muita preocupação nesta Casa foi a divulgação dos gastos dos brasileiros com as apostas *online*, as chamadas *bets*, que têm sido tão questionadas por todas aquelas Sras. e Srs. Senadores que me antecederam. Essa divulgação inclusive foi para atender requerimento do nobre colega Senador Omar Aziz, do Amazonas. Eu pergunto diretamente a V. Exa., desviando inclusive da análise das *bets*, em que, como V. Sa. disse, não tem muita interferência do Banco Central: em que medida o excesso de gastos dos brasileiros pode afetar as condições de crédito? Existe alguma preocupação com os efeitos das *bets* sobre o nível de inadimplência dos tomadores de créditos com os bancos? Até porque, obviamente, um enorme número de brasileiros tem acesso aos créditos, e sempre naquela faixa daqueles que têm menor poder aquisitivo e que vivem mergulhados hoje nesses jogos.

E a terceira e última pergunta: de que forma V. Sa. pretende liderar a atuação do Banco Central para atingir a sua missão fundamental de assegurar a estabilidade de preços e, sem prejuízo desta, zelar pela estabilidade e eficiência do sistema financeiro e suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego? É lógico que essa última questão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é o que diz respeito exatamente à vida de milhares e milhares de brasileiros, levando, com a geração de emprego, o bem-estar.

Eram basicamente esses os questionamentos.

E quero dizer a V. Sa. – eu repito e ratifico – que precisaria apenas por uma questão formal da presença de V. Sa. aqui na nossa Comissão, cumprindo um rito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Então, muito obrigado pela paciência de ouvir as minhas perguntas, e ao meu querido Presidente pelo equilíbrio e a gentileza no trato com os seus colegas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Chico Rodrigues, pelas suas palavras.

Senador Paulo Paim.

Com a palavra, Senador Paulo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente Vanderlan.

Deixo aqui já o meu abraço ao futuro Presidente do Banco Central, que percebi querido por todos, independentemente de situação ou de oposição. Cumprimento V. Exa. pela elegância das respostas. Respondeu a todos com a diplomacia com que V. Exa. vai também atuar como Presidente do Banco Central. Quando me perguntaram para uma revista como é que eu via o senhor, eu disse rapidamente: diálogo, competência, qualidade, experiência e respeito a todos. E foi isso que eu vi aqui hoje, com muita felicidade. Fiz questão de estar aqui desde o início até o final. E quero ser o mais breve possível, porque nós temos que votar no Plenário ainda hoje à tarde – assim eu espero que aconteça.

Quero só dizer, Presidente Gabriel Galípolo, que eu olhei ali para o painel: nós somos aqui 27, votaram já 25. Como o Presidente não vota, se mais um votar, V. Exa. teria aqui conseguindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o maior número que eu entendo possível numa votação com todos os presentes. Quem sabe esse um chega; se não chegar, no Plenário ele vai dar o voto, tenho certeza, para V. Exa.

Mas percebi também, Presidente – ambos os Presidentes, os dois Presidentes na mesa –, que aqui inúmeros Parlamentares falaram da questão do clima, e V. Exa. foi respondendo já. Inclusive agora o Marcos Rogério, no final, também tratou desse tema. É de fato uma preocupação que o mundo tem. O Presidente Lula, recentemente, na ONU, falou sobre o tema e citou a realidade do nosso Rio Grande do Sul, mas estamos olhando para o Estado, para o país – não é? –, para o todo, e não só para o meu Rio Grande. E aí me preocupa muito a seca, o fogo tomando conta em grande parte do país e a chuva que atacou mais o nosso Rio Grande.

Por isso, eu tomo a liberdade – e é aqui numa pergunta, não vou usar nem o meu tempo – de dar como exemplo o Rio Grande do Sul; V. Exa. pondere como achar mais adequado e saiba que eu vou acatar com muito carinho e respeito. Eu vou dar o exemplo do Rio Grande do Sul. E aí eu pergunto, sei que milhões de brasileiros esperam que essa resposta seja para o todo, e não só para o meu estado. Por isso pergunto a V. Exa., Presidente Gabriel Galípolo, de que forma o Banco Central pode utilizar seus instrumentos de regulação da liquidez, como operações de *open market*, ajuste nas alíquotas de depósito compulsório e a própria definição da taxa Selic, para garantir a oferta de crédito necessário aos estados atingidos – eu digo aos estados. Aqui, claro, é um pedido do Rio Grande. Como essa política pode ser desenhada de maneira a estimular o investimento privado em infraestrutura sem gerar pressões inflacionárias ou desequilíbrios macroeconômicos em âmbito nacional?

Eu sempre falo aqui da importância do Estado, mas, na questão específica aqui, falei, sim, investimentos privados, porque, no meu Rio Grande do Sul, inúmeros empresários perderam tudo, perderam as suas fábricas, as máquinas, o trabalhador não está recebendo. Então, de fato – eu vim de lá essa noite –, o desespero é grande. Sei que o Presidente Lula ajudou bastante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cerca de 100 bilhões já foram anunciados para o estado. Claro que tem que chegar lá na ponta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica essa pergunta a V. Exa. V. Exa. deu uma aula para este humilde operário metalúrgico que está há quase 40 anos no Congresso. Eu diria que V. Exa. merece todo o nosso aplauso.

Sei que será uma bela votação, tanto aqui quanto no Plenário. Quem ganha com isso é o Brasil.

Um abraço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Paim.

Próximo...

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O Senador falou que tinha 27 Senadores, não é? Não, tem 26. Apesar de ser muito rico o debate dele, o Chico Rodrigues não é da Comissão, mas o meu voto é seu. Eu votei por você, Chico. Não vou dizer que você é cobra d'água, mas está aqui alegrando muito e enriquecendo o debate.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos ganhar tempo. Tem 25 no painel; só faltou um voto para os 26.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Mas contou com o Chico?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem 25 no painel; o que vale é o painel.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O painel tem 25. Pensei que tivessem feito a contagem física.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Marcos Pontes, com a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Primeiro, quero cumprimentar nosso futuro Presidente do Banco Central. Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São duas perguntas muito simples que, de certa forma, já foram respondidas de uma forma mais técnica, mas eu acredito que sejam importantes, visto que esta sessão está sendo transmitida, para a população poder entender com mais detalhes.

Não diria nem que essa resposta seria para nós Senadores, embora eu tenha visto no Plenário, muitas vezes, muitos discursos falando a respeito da Selic, da taxa básica, tentando baixá-la de forma artificial, como se isso fosse possível. Mas eu acho importante que nós tenhamos – estou repetindo isso só porque a explicação tem que ser muito simples para a população – a primeira parte com relação à taxa Selic e, depois, com relação à inflação.

Com relação à taxa Selic, primeiro – obviamente, a maioria aqui sabe disso, mas é importante para a população entender com palavras simples –, o que é a taxa Selic, qual a função dessa taxa Selic, como ela é determinada e, a partir daí, o porquê de não ser adequada – vamos dizer assim – uma manipulação disso? Eu ouvi muita preocupação com relação à manipulação política disso, então, por que não é adequada? Tem que ser uma coisa muito técnica. Então, a primeira parte é isso, basicamente, com relação à taxa Selic.

A segunda é com relação à inflação. Certamente, um dos fatores que afeta a determinação técnica de uma taxa Selic é a inflação – a inflação prevista, a inflação que está sendo projetada. Então, quais são os fatores contribuintes na determinação – não seria uma determinação, porque é uma previsão... Quais fatores contribuem para uma inflação projetada, ou seja, para essa projeção da inflação? E como a política fiscal, obviamente feita pelo Executivo, influencia positiva ou negativamente a inflação projetada?

São essas duas questões, simples, e com respostas simples também.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Astronauta Marcos Pontes.

O Senador Alessandro Vieira não se encontra.

O Senador Randolfe Rodrigues.

Com a palavra, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Meu caríssimo Dr. Galípolo, Gabriel Galípolo, primeiramente eu quero aqui manifestar uma referência histórica em comum que, ao que me parece, nós temos: a figura de Winston Churchill. O senhor o citou duas vezes, e eu, particularmente, sou um profundo admirador da obra, sobretudo da obra política, de Churchill, que eu acho que foi fundamental para a humanidade no século XX. Então, a partir de Churchill, o senhor trouxe também aqui uma das várias tiradas dele – que eram todas fantásticas – sobre a verdade, que diz que a verdade é uma adúltera: nem sempre está com uma pessoa só.

Eu vou me utilizar da sua citação e da referência a Churchill para, no diálogo inclusive, com o questionamento feito aqui pelo meu querido Senador Oriovisto... O Senador Oriovisto trouxe muito bem para cá a obra do Dr. Henrique Meirelles que foi publicada recentemente, cujo título é *Calma sob pressão*, e trouxe uma citação do Ministro, do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, de um momento em que ele esteve durante a gestão, durante o primeiro Governo do Presidente Lula.

Como disse o Churchill, como a verdade nem sempre está com a pessoa só, foi muito exaltada a virtude do Henrique Meirelles. Foi pouco lembrada a virtude de quem nomeou Henrique Meirelles quando o Banco Central não tinha autonomia, quando o Banco Central era um cargo equivalente a Ministro, demissível *ad nutum* pelo Presidente da República quando quisesse. Foi pouco lembrada essa outra virtude do Presidente da República de então. Foi pouco lembrada a virtude de que, mesmo o Presidente da República de então tendo tido um ministro divergindo dele naquele momento, discordando dele, dizendo a ele que não, que não concordava com aquele encaminhamento, o Presidente da República não demitiu o Presidente do Banco Central, o manteve; e foi pouco lembrado que esse mesmo Presidente do Banco Central, tempos depois, na eleição de 2022, manifestou e assinou um manifesto de economistas em apoio àquele que é hoje o Presidente da República.

O Presidente Lula costuma dizer que ele conhece de autonomia de banco central, porque este depoimento aqui é uma demonstração clara da autonomia que ele dava ao então

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Henrique Meirelles, e isso também é uma demonstração da tranquilidade que o senhor terá, como o senhor mesmo tem testemunhado.

Como foi lembrado, foram destacadas muitas virtudes do Henrique Meirelles, mas foi esquecido de lembrar as virtudes do Presidente da República, com todas as circunstâncias.

Já que eu falei da campanha de 2022, eu lembro, Dr. Galípolo, que, na campanha de 2022, muitos anunciavam a chegada de um evento aqui no Brasil. O evento era: "O Brasil vai virar Venezuela". Bom, dois anos depois, a gente olhando os números – números que inclusive o senhor construiu, o senhor começou este Governo como Secretário-Executivo do Ministro Haddad –, a gente chega à constatação de que a gente estava mais próximo da Venezuela naquele período, há dois anos.

Olhe só: 2021, PIB do Brasil: R$8,7 trilhões; 2024, PIB do Brasil: R$11 trilhões. Alguns pessimistas diziam: "0,8 vai crescer", vamos chegar a três...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP) – ... seremos uma das cinco economias do mundo que mais crescerá.

Desemprego: 13,2%. Lembram-se da fila do osso? 13,2%, 14 milhões de desempregados. Desemprego: 6,8%, apontando para o pleno emprego.

Inflação: chegamos à quarta maior inflação, as pessoas não lembram, a gente era a quarta maior inflação do mundo em 2021, 10,6% de inflação, meu querido Presidente. A inflação está em 4,24% agora, dentro do centro da meta que o Banco Central corretamente indica.

Nós tínhamos perdido três postos entre as economias do planeta, éramos a 13ª. Voltamos a ser a oitava economia do globo.

O poder de compra, em 2021, do brasileiro era de -30%. O poder de compra está em mais +10,09%.

As agências de risco sequer consideravam o Brasil. Duas agências de risco já reclassificaram o *rating* brasileiro, recuperando – estamos a um grauzinho de recuperarmos – o mesmo grau de investimento, a condição de bom pagador, que a última vez que tivemos foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando? Em 2008, quando o Presidente Lula era Presidente e quando o Henrique Meirelles, aqui citado, estava lá.

Por falar nisso, para lhe perguntar diretamente sobre o grau de investimento e sobre a avaliação da Moody`s recentemente sobre a reanálise do grau de investimento brasileiro... A pergunta que eu lhe faço... Paradoxalmente, bom, melhorou o grau de investimento, parece-me que deveria ser: "Vamos celebrar"! Assim, tipo: "Gol do Brasil"!

Então, rapaz, eu olhei para o lado, eu vi alguns, ainda no mercado, pessimistas, tentando justificar, quase lamentando porque o Brasil tinha alcançado mais um grau de investimento. Então, eu vejo isso em alguns setores do mercado.

Deixe-me dizer, claro, eu estou dando números aqui concretos do Brasil como ele é. O Brasil é uma economia capitalista. Esses dados são dados que só foram alcançados com responsabilidade fiscal. Responsabilidade fiscal neste Governo é um princípio que será sempre perseguido. E, por fim, vamos parar com essa anedota, que este é um Governo de esquerda.

Este é um Governo de centro, de frente ampla, com compromisso, com responsabilidade fiscal e com crescimento sustentável da economia brasileira.

Digo isso, só para perguntar: a que se deve essa história de alguns lamentarem a melhora do grau de investimento?

Com o senhor na Presidência do Banco Central, o que mais podemos ter de colaboração para chegarmos ao mesmo patamar de 2008, com Lula? O Brasil era bom pagador no mundo. Vamos, daqui a pouco, alcançar de novo. O que mais pode ser feito com o senhor no Banco Central?

Cumprimento-lhe.

Não vou reiterar os elogios, porque as loas aqui foram dadas por todo o Plenário da Comissão de Estudos Econômicos.

Não tenho dúvida de que o senhor será aprovado por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu consulto a Comissão, os membros da Comissão, se nós podemos dar sequência.

Nós temos aqui Senadora Zenaide, Senador Heinze e Senador Seif.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP) – Ótima providência, Presidente.

Ótima providência.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Podemos ir?

Daremos sequência e ele responde a todos.

Então, com a palavra a Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Sr. Presidente Vanderlan Cardoso, jovem Sr. Gabriel Galípolo, eu queria me referir... A minha formação é médica, mas sempre me chamou a atenção essa questão da remuneração das sobras de caixa de banco, porque o Brasil faz isso e a gente tem uma experiência de como os bancos não se interessam em emprestar os recursos.

Na PEC de guerra, na covid, nós liberamos 1,2 trilhão e sabemos que isso não chegou às micro e pequenas empresas. O que acontece aqui para o Brasil, porque eu não sou economista e nem jurista...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – ... mas o que acontece? Os bancos não têm interesse em emprestar porque o Banco Central já remunera, e não estou falando dos compulsórios, que obrigatoriamente já tem que ter – compromissados –; eles já têm a remuneração no mínimo da taxa Selic pelo Banco Central. Aí a pergunta é: até que ponto? Porque aqui a gente diz centenas de bilhões. O senhor tem ideia de quanto o Brasil, o Banco Central, o Tesouro Nacional, gastam com isso mensalmente?

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – E até que ponto isso prejudica o setor produtivo deste país? Porque os bancos não têm interesse em emprestar, pois já têm uma remuneração garantida com o orçamento deste país...

São essas duas perguntas, mas eu queria dizer ao povo brasileiro que as preocupações aqui todas foram com os bancos... Banco não perde nada, gente. Banco não perde nada. Aqui no Brasil mais de 40% do Orçamento é para o sistema financeiro e o serviço de uma dívida que nunca foi auditada. Aí o que se fala totalmente é em ajuste fiscal – vai gastar com a saúde, com a assistência social, com a segurança pública? –, esse ajuste fiscal que eu venho questionando desde que estou aqui, eu acho que a gente já não sai da cadeira daqui a pouco... De banco, de sistema financeiro, a maioria dos países do mundo são reféns, mas o Brasil ainda é mais, porque ficam com quase 50% do orçamento deste país, retirando da saúde, da educação, da segurança pública e da assistência social. A pergunta é essa, embora eu tenha certeza de que prejudica, sim, o setor produtivo, principalmente micro e pequenas empresas. Ninguém vai ter interesse em emprestar, porque já tem garantida uma taxa Selic. Essas são as perguntas.

Parabéns! Sei que o senhor é muito preparado e tudo, mas eu digo para o povo: só quem não perde são os bancos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Zenaide.

Com a palavra, Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Vanderlan, colegas Senadoras e Senadores.

Dr. Gabriel Galípolo, conversamos, alguns dias atrás, já lhe disse e vou repetir a nossa posição. Vi as suas falas, hoje, com os diferentes colegas, sobre essas manifestações. O meu conterrâneo Paim resumiu a nossa posição, que é como a dos gaúchos, especificamente.

Só gostaria de lhe trazer um fato. É só uma fala, não precisa responder, mas vou lhe colocar... O Chico é agrônomo, eu sou agrônomo e sou produtor rural, com muito orgulho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou, há 50 anos, nessa atividade, e vi a evolução do Brasil de importador de alimentos, nos anos 70, quando eu saí da escola, em Santa Maria, em 1973, para ser um dos maiores exportadores do mundo.

Fala-se em aquecimento global. Vou lhe dar algumas questões e as minhas opiniões. Nesse sentido, é importante prestigiar os produtores brasileiros. Nós saímos de três secas no Rio Grande do Sul, enfrentamos agora uma enchente. No mesmo ano, nós plantamos, colhemos seca, tivemos a enchente para colher, e, até hoje, ainda não foi resolvido o problema. Pedi ao Paim e falei com o Presidente Rodrigo Pacheco sobre como é que nós vamos ainda articular essa questão para resolver o assunto dos produtores rurais do Rio Grande do Sul.

Agora, temos as queimadas no Centro-Oeste e no Norte do país, que também são um problema sério que tem que ser enfrentado, mas, para mim, são questões normais. Quando eu olho o movimento do El Niño e La Niña, dados que nós temos de 150 anos – dados científicos – mostram 42 eventos, em 137 anos, dessa natureza, de chuvas ou secas. Quando não existia agricultura, essa mesma seca que deu no Norte, Chico, portanto, na sua região, já deu, em 1904 e 1914. O que é que tinha de automóvel, de indústria, de agricultura? Não tinha nada... A mesma seca, a mesma queimada, os rios do Amazonas secos, isso já aconteceu...

Nesse sentido, a preocupação é que a agricultura brasileira hoje, Presidente, paga uma alta taxa de juros. Os custos dos insumos são dos mais altos do mundo, mas não é preço do Brasil, é de toda a economia. Vamos dizer assim, são empresas internacionais e multinacionais que dominam o mundo inteiro. Na Europa, é assim; nos Estados Unidos, é assim; e, no Brasil, não é diferente. Nós não temos os subsídios que os americanos têm, que os europeus têm, que os asiáticos têm. Temos esses custos que eles têm, mas eles têm subsídio que contrabalança.

Então, a preocupação que tenho ouvido – e será um debate agora, mais proximamente, no Brasil – acerca desse fórum que vai ser feito sobre a questão do aquecimento global: que não seja mais uma trava, mais um imposto a ser colocado em cima do produtor brasileiro.

O mundo não faz o que nós fizemos. Eu participei, desde o início, Vanderlan, do novo Código Florestal Brasileiro. Comecei em 2001 aqui no Senado, na Comissão externa, com o Jonas Pinheiro, que era o Presidente, e Moacir Micheletto, o Relator. O que nós fizemos... E hoje não existe no mundo país com uma legislação tão sustentável quanto a do Brasil, com 80% de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preservação na sua região – 80% de preservação! –, 20% na nossa Região Sul, Jorge Seif. A Europa briga para botar 4% de preservação, não aceita 4%, e nós temos 80% ou 20%, só para dar ideia do Brasil. Nós, mesmo assim, somos o maior do mundo em suínos, bovinos, frango, em várias coisas. Então, esse é um ponto importante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – O Banco Central trata também das questões de mudanças climáticas. Eu já conversei com o pessoal ligado a essa área lá.

Que isso aí não venha a ser mais uma carga, um fardo para os produtores brasileiros.

Voltando a um outro assunto importante de que eu já falava com o Roberto Campos, já falei com V. Exa. e vou falar de novo agora: com os bancos cooperativos, eu trabalho desde que cheguei aqui, em 1999. Vi a evolução crescente e, para nós, extremamente importante. Alguns números apenas. No Sistema Nacional de Crédito Rural, ali, são associados 9 milhões, em 2017; hoje tem 17 milhões de associados. O sócio é dono do banco, ele é dono do banco. As agências: 4.755 agências em 2017 e 9 mil agências hoje. Não existe rede bancária com tanta capilaridade como a desses bancos cooperativos. E também a participação dos ativos no mercado: 2,9% em 2017...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – ... para 8%. E são bancos das pessoas. E digo assim: a minha cidade, São Borja, dizia ontem lá, tem um banco, e o banco é o Sicredi ou Sicoob, sei lá.

Esse apoio V. Exa. continue dando, porque esse é o banco das comunidades, seja da agricultura, do comércio ou até dos trabalhadores, é muito importante.

E o Esperidião falou, e eu vou repetir: na questão do microcrédito, Seif, vocês têm um trabalho muito importante, que é ímpar, em Santa Catarina. Eu não o tenho no Rio Grande do Sul. Aqui tem que ser uma norma do Brasil nós trabalharmos junto com o Banco Central, com o Ministério da Economia, da Indústria e Comércio, ajudarmos. O Paim sabe do que nós saímos hoje: o microcrédito não existe no sistema financeiro. Temos que ajudar. O cara quer R$5 mil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R$10 mil, e não tem garantia. Vejo hoje produtores estruturados no meu estado que não conseguem mais acessar o crédito em função de três secas e enchente. Nós temos que resolver esse impasse para eles plantarem agora nessa safra. É importante também o microcrédito.

Coloque no seu radar que nós temos que achar uma fórmula entre o Executivo e o Legislativo, um mecanismo para ajustarmos essa linha de microcrédito para ajudar as pessoas. Eu fui Prefeito em São Borja e fiz isso no meu Governo, lá em 1993, 1996. Ajudei, e era pouco recurso que a prefeitura colocava à disposição, mas nós fizemos crédito rural e fizemos também microcrédito para o pessoal do comércio da cidade.

Essa é a fala que queria deixar a V. Exa.

Parabéns pelo seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Heinze.

Senador Seif, com a palavra.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Vanderlan...

Sr. Galípolo, parabéns pela indicação. Parabéns por ser tão jovem e já, através dos seus méritos, estar conquistando uma indicação para controle de uma instituição que é orgulho para o nosso Brasil.

Eu prometo ser o mais breve possível e agradeço ao Vanderlan e ao senhor por estar aqui respondendo às nossas perguntas.

Primeiro que o desafio que o senhor vai ter frente ao Banco Central é muito grande devido ao atual Presidente, Roberto Campos. Só para lembrar, apesar de toda a perseguição que ele sofre do atual Governo e de alguns membros do nosso Parlamento, o Presidente Roberto Campos Neto, Galípolo, foi eleito em 2020, em 2021, em 2023 o melhor Presidente de Banco Central do mundo – três vezes, um orgulho para o Brasil. E por que isso? Ele foi reconhecido por sua atuação em políticas monetárias que ajudaram a estabilizar a economia, pela gestão dos desafios inflacionários, inclusive na época da covid, e pelas inovações, como, por exemplo, o Pix

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e o Open Finance. Então é um desafio para o senhor, e eu torço que o senhor ganhe, daqui para frente, todos os prêmios internacionais, porque também vai orgulhar o nosso Brasil. Você é jovem, você está trabalhando com ele tecnicamente. Essa é uma questão que muitos perguntam: será que o Galípolo vai agir tecnicamente ou vai agir politicamente?

Eu tenho aqui três perguntas para o senhor.

Primeira: as maiores potências econômicas do mundo – Estados Unidos, Japão, Zona do Euro, Inglaterra, Suécia, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e também o Brasil – possuem independência de seus bancos centrais. O Brasil teve a independência do Banco Central na gestão do Presidente Bolsonaro. O atual Governo e vários colegas aqui do Parlamento são contra a autonomia do Banco Central. Qual a posição do senhor sobre a autonomia?

A segunda questão não é nenhuma pergunta, mas eu gostaria de um compromisso do senhor, se possível. Daqui a pouco nós vamos para o Plenário votar a sua indicação. O Presidente Roberto Campos sofreu muitas críticas, pressões, calúnias de membros do Governo Federal, especialmente do Presidente Lula. O senhor assumiria aqui um compromisso com a nação brasileira em comandar o Banco Central com total independência em relação ao Governo central e tomar decisões com absoluto rigor técnico? Gostaria que o senhor fizesse esse compromisso com a nação brasileira que nos assiste.

E a terceira questão: Dr. Galípolo, os Estados Unidos possuem mais de 4 mil bancos diversos de investimento, de microcrédito, bancos rurais, cooperativas, bancos privados, banco de conta corrente, de poupança, etc.; no Brasil, nós só temos 150 instituições, pouquíssimas. Nós temos mais de 200 milhões de habitantes, e os Estados Unidos têm 300 milhões de habitantes; ou seja, é um descompasso, é inversamente proporcional, justamente pela capilaridade do nosso país, que tem dimensões continentais.

Quanto ao microcrédito, como já falado aqui amplamente por vários colegas Senadores, o crédito muitas vezes não chega a quem precisa. Pessoas que queriam R$2 mil, R$3 mil, R$5 mil para montar uma pipoca, para montar uma lanchonete, isso daria dignidade para a pessoa, que não dependeria mais...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... por exemplo, de Bolsa Família, etc., e ainda movimentaria a nossa economia.

Eu gostaria que o senhor avaliasse a facilitação de instalação de instituições financeiras. Hoje temos 150; os Estados Unidos têm mais de 4 mil, justamente por capilaridade e para acessibilidade aos mais necessitados no Brasil.

Com essas minhas palavras, desejo ao senhor muito boa sorte. Deus te abençoe. E como aqui já falaram de Winston Churchill, então nós compartilhamos a admiração por Churchill. E ele fala o seguinte: coragem é a principal das qualidades humanas, sem a qual nenhuma das outras prosperam. Que o senhor tenha a coragem que o Winston Churchill nos ensina para não ser manipulado, sofrer pressões políticas de parte de ninguém. O senhor é jovem, tem uma carreira pela frente e pode muito bem fazer o seu papel administrando bem o Banco Central do Brasil. Boa sorte para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Seif.

O último a usar da palavra é o Senador Bene Camacho. Seja bem-vindo à nossa Comissão, o senhor que é suplente da Senadora Eliziane. É um prazer enorme ter o senhor aqui nesta Comissão. Está com a palavra.

O SR. BENE CAMACHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para interpelar.) – Obrigado. Boa tarde, Presidente. Obrigado pela sua generosidade, pela maneira equânime com que o senhor conduziu esta sessão.

Quero cumprimentar as Senadoras, os Senadores e cumprimentar também o Dr. Gabriel Galípolo pela sua indicação. Já lhe disseram sobre todas as suas qualidades, a sua juventude, a sua competência, já disseram da sua coragem, da sua calma e quero acrescentar da sua paciência também. Eu creio que todas essas atribuições vão concorrer para que, durante o exercício do seu mandato no Banco Central, com a experiência que o senhor já tem que vai ser crescida e pela sua juventude, o senhor vai poder dar uma contribuição muito grande para o nosso país no que diz respeito à condução da política econômica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já falaram todas as partes das questões técnicas, então eu vou procurar abordar duas questões retóricas que dizem respeito principalmente a uma fala específica do senhor no evento empresarial promovido pelo grupo Esfera Brasil, em dezembro de 2022. A Bíblia nos ensina que a boca fala do que está cheio o coração, e a sua fala me encheu de muita esperança. Nós vimos aqui que a questão dos juros foi abordada desde a experiência do Senador Esperidião Amin, do Senador Renan Carreiros e de todos os demais aqui – a questão dos juros. Com relação a isso, naquela ocasião, o senhor disse a seguinte frase – abro aspas –: "Uma regra fiscal que funciona por excepcionalidade o tempo todo é uma regra que já não existe". Se a gente passar isso para a questão da política de juros, Dr. Gabriel – será a minha questão –, a única ferramenta disponível para o controle da inflação é sempre a questão da política de juros? Não haveria nenhuma outra ferramenta para que se conduzisse essa política?

A outra afirmação do senhor dizia o seguinte: "Não há incompatibilidade entre o crescimento do país e a sustentabilidade, nem entre responsabilidade fiscal e combate à desigualdade". Nós vimos aqui a fala do senhor, a fala de diversas pessoas, de Senadores e Senadoras que mostraram o quão cruel é o impacto social de uma política de juros elevados sobre a classe econômica mais baixa. Nós vimos aqui a Senadora Soraya falar da grandeza do lucro dos bancos. E, levando em consideração essa colocação, eu gostaria de perguntar ao nosso futuro Presidente do Banco Central se não haveria a possibilidade, devido à dificuldade que há – nós vimos aqui, quando foi tratada a desoneração, a dificuldade que o Governo tem em aumentar a taxação dos impostos dos bancos para corrigir desequilíbrio fiscal em uma série de situações –, se não haveria uma maneira, um compromisso maior por parte do Banco Central para que o lucro das instituições financeiras pudesse ser revertido também para o combate dessas desigualdades sociais.

Muito obrigado.

Que Deus lo conduza na sua gestão!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Bene.

Com a palavra... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Jaime chegou? (*Pausa.*)

Senador Jaime.

Com a palavra, Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Quero cumprimentar aqui o Presidente da CAE, Senador Vanderlan Cardoso, e cumprimentar aqui também o Gabriel Galípolo.

Queria só fazer uma pergunta ao senhor. O senhor é técnico, é uma pessoa que conhece o Banco Central da forma como funciona. Como já foi dito aqui, a única ferramenta que se tem hoje, no momento, de se controlar a inflação é o aumento da taxa de juros, é a base que se tem neste momento para poder conter a inflação. E nós sabemos sempre que a inflação e a taxa de juros pesam sobre os mais fracos, os mais oprimidos, toda a classe trabalhadora e, principalmente, o setor produtivo. O que você vê quando se aumenta a taxa de juros como nós temos hoje, que poderá chegar a 11,75% a 12%? O que o senhor vê e o quanto vai pesar isso na produção do crédito rural, desde a agricultura familiar até o pequeno, o médio e o grande produtor?

E a outra pergunta que eu queria deixar para você é a seguinte: O senhor vê a outra possibilidade de diminuir essa taxa de juros? Se o Governo não contiver a dívida pública, se o Governo não contiver os gastos públicos... Eu acho que isso é o que mais pesa hoje, neste momento, para nós diminuirmos a taxa de juros, e nós estamos entrando num retrocesso, na contramão. Enquanto todos os países do mundo inteiro vão começar a diminuir suas taxas de juros, nós parecemos que vamos fazer um caminho reverso; nós vamos ter que começar a subir a taxa de juros devido à inflação, mas devido também ao problema dos gastos públicos e das contas públicas do Governo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Jaime.

Agora sim, nenhum Senador nem Senadora mais inscrito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Sr. Gabriel.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Eu vou começar com as questões mais técnicas e objetivas que foram levantadas pelo Senador Paulo Paim e pelo Senador Heinze, que é sobre o tema de você ter a regularização para poder obter financiamentos.

Realmente, isso, como foi bem dito, foi uma decisão de regulamentação que vem do CMN, mas toda a parte operacional do Banco Central já identificou justamente o problema que foi levantado aqui, porque muitas vezes – Senadora Tereza também tinha levantado isso –, há um processo de dificuldade de se ter a regularização, por uma questão de falta, muitas vezes, de braço dos estados, menos até da União, mas até propriamente dos estados.

Então, esse é um tema em que já estão sendo levantadas alternativas dentro do Banco Central, para como que se pode agilizar esse processo, e não penalizar – como foi bem colocado aqui – o produtor, muitas vezes por uma questão de dificuldade do tempo de se ter a obtenção de que se está regularizando a área.

Então, esse é um tema que foi trazido aqui, está absolutamente identificado pelo Banco Central e está sendo considerado.

Do ponto de vista do funcionamento da política monetária, acho que tem várias perguntas que tocam como funciona a política monetária.

Primeiro ponto.

Como eu comentei, ao contrário muitas vezes do que consta ou que pode estar no senso comum, vamos chamar assim, não se controla mais a inflação ou política monetária pela quantidade de moeda que foi impressa pelo Governo, por exemplo. Você controla pela taxa de juros, e a taxa de juros tem o dever de desempenhar exatamente este papel: de fornecer uma remuneração livre de risco, ou seja, sem risco de crédito, para que os bancos reduzam o quanto eles vão jogar de liquidez no sistema, e, assim, você reduzir a facilidade que você teria tanto para consumir quanto para tomar crédito e para investir, numa intenção de controlar o ímpeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do crescimento econômico, ao observar o equilíbrio harmonioso entre oferta e demanda. Essa é a intenção.

Nessa lógica, eu tendo a concordar que, muitas vezes, me parece que algumas críticas – e eu vejo bastante esses debates nas redes sociais e em alguns *papers* a que a gente assiste – têm alguma confusão, vamos dizer, sobre as atribuições da política monetária. Muitas vezes, a crítica política monetária vem de um desejo de falar: "Bom, essa taxa, essa inflação está o.k. Qual é o problema de se ter uma inflação nesse patamar ou naquele patamar?". Não foi conferida à autoridade monetária essa liberdade para ter uma concepção elástica do que é a meta de inflação.

A meta de inflação é 3. As bandas da meta de inflação, inclusive, funcionam para absorver choques eventuais, e não para se reduzir o esforço da política monetária. Então, quem está eventualmente criticando, entendendo que poderia eventualmente o Brasil rodar com uma inflação superior...

Isso não é uma crítica ao Banco Central. A política monetária tem... Uma vez recebida a meta de inflação, cabe ao Banco Central colocar a taxa de juros num patamar restritivo suficiente, pelo tempo que for necessário, para atingir aquela meta.

Então, é desta maneira que funciona a mecânica do Banco Central, através do que a gente comentou que são as chamadas operações compromissadas. Ou seja: você enxuga dinheiro do sistema, com uma promessa de remuneração, que é a maneira de você fazer com que aquele dinheiro não vá na forma de concessão ou de injeção de liquidez na economia, para não provocar um crescimento desarmonioso entre oferta e demanda, o que acabaria corroendo o poder de compra da moeda, que é o mandato superior aqui do Banco Central. Então, acho que é bastante importante esclarecer como se dá esse desdobramento e esse funcionamento.

No sentido da dissonância que pode existir com o momento da política monetária internacional e nacional, aqui realmente nós estamos em momentos distintos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Se a gente pegar o caso da Europa, a Europa vem sofrendo uma desaceleração mais acentuada. No caso dos Estados Unidos, parte da discussão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ocorreu este ano, e a volatilidade foi grande sobre o que poderia ocorrer na política monetária norte-americana...

Para o senhor tem uma ideia, Senador, a gente chegou a virar o ano achando que poderia – o mercado achava, nas apostas – ter seis cortes de juros nos Estados Unidos. Aí depois, lá pelo meio, isso foi reduzindo para quatro, para três, para dois, talvez tivesse um. E chegou um momento em que se achava que poderia ter nenhum corte de juros nos Estados Unidos.

Aí saiu um dado mais fraco de emprego nos Estados Unidos e começou-se a cogitar que talvez o Banco Central americano, o Copom americano tivesse que fazer uma reunião extraordinária, para cortar juros fora da época, para tentar socorrer aquilo.

Então, a gente teve muita volatilidade em função dos bancos centrais estarem, como a gente chama, dependentes de dados, de estarem vendo como é que os dados estão reagindo.

A situação no Brasil é outra, até pelos números que o Senador Randolfe colocou. Todos os dados que a gente olha são dados que demonstram uma economia... Parece que a discussão que é feita por parte dos economistas é... Ou, muitas vezes, quando você vai lá fora, eles perguntam: como é que a economia brasileira está no pleno emprego, está numa taxa de juros que é a menor da série histórica, com a renda com o maior crescimento, como a gente observou também, e com a baixa capacidade ociosa e com o estoque em patamares baixos, com uma taxa de juros que, para uma outra economia, provavelmente estaria, obviamente, num patamar folgadamente restritivo?

Então, a reação do Banco Central é uma reação de quem está buscando ter segurança de que o patamar da taxa de juros está equilibrado para se buscar a meta de inflação que é o nosso mandato.

Nosso mandato é buscar a meta de inflação e com uma economia que vem mostrando uma pujança maior do que a maior parte dos economistas esperava também na virada do ano mais uma vez.

Isso não é ruim. Não é uma notícia ruim que a economia venha crescendo. A questão é como a gente consegue ter esse crescimento de maneira sustentável, para que o crescimento da demanda venha acompanhado de um crescimento de oferta, para que isso não se reverta em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

inflação e, eventualmente, numa corrosão do poder aquisitivo das pessoas, aí sim, mais pobres, que vão acabar se prejudicando mais.

Neste mesmo sentido de obedecer ao que é o mandato legal do Banco Central, o arcabouço legal e institucional do Banco Central, eu recebi com muito carinho e ouvi de diversos Senadores sempre a questão da preocupação quanto à minha biografia, ao meu currículo e o que pode ocorrer para frente nesse processo de estar ocupando o cargo que eu estou ocupando.

Entendo, estou ouvindo quem tem muita experiência de Brasil, muita experiência do setor público, e sou muito grato a todos os Senadores, mas, se eu pudesse fazer uma confissão aqui, a preocupação de responsabilidade que eu sinto é sempre com aquilo que eu comentei na minha fala original, de tomar decisões que estão alinhadas com o dever – que é do Banco Central – de tomar decisões corretas para o povo brasileiro.

Eu realmente penso que a função que eu estou ocupando não é uma função para eu buscar algum tipo de protagonismo ou enriquecimento do meu currículo; a posição que eu estou ocupando é uma posição que tem uma preocupação de estar aderente ao que é o mandato institucional do Banco Central, o mandato legal da autoridade monetária e tomar decisões conforme eu sou cobrado por este mandato legal pelos Senadores, como me foi pedido aqui o compromisso de serem alinhadas com o que é o interesse do povo brasileiro e do país. (*Pausa.*)

Eu não sei se ficou faltando alguma coisa aqui das discussões.

A ferramenta disponível é um pouco do que eu expliquei, Senador. É desta maneira que funciona a política monetária, basicamente.

Sobre a questão fiscal, também alguém fez uma pergunta sobre se existiria um conflito entre política monetária e fiscal na comunicação oficial.

A redação da comunicação oficial do Banco Central é reafirmar aquilo que eu tinha dito, que a gente reage a como a política fiscal é um mecanismo de transmissão para as expectativas de inflação ou para a inflação corrente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto às perguntas que foram feitas sobre a autonomia e o compromisso, sem nenhum problema de reafirmar, como eu disse: em nenhuma maneira senti qualquer tipo de pressão. Já tomamos as decisões de subir, cortar, manter juros em momentos com o debate público acontecendo...

Acho absolutamente pertinente que o debate público ocorra e venho aqui de novo para finalizar minha fala, sublinhar e reafirmar o meu compromisso de seguir o que é o mandato legal institucional do Banco Central, de ser o guardião da moeda, da estabilidade monetária e financeira, e de tomar as decisões da maneira mais técnica e correta com o interesse da população e do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Gabriel, a Senadora Zenaide fez uma pergunta sobre as sobras nas contas, sobras de caixa, mas eu creio que V. Sa. já tinha respondido anteriormente. Mas, se quiser novamente...

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – A sobra de caixa é justamente aquela operacionalização que eu estava comentando da política monetária. Então, o que acontece é que você enxuga o quanto os bancos têm ou retira de liquidez dos...

Deixe-me fazer uma correção que é importante: nós falamos sempre os bancos e dos bancos, e a verdade é que, como eu disse, a maior parte da liquidez não está nos bancos; a maior parte da liquidez está nos fundos. É importante fazer essa separação. Muitas vezes se enxerga todas as instituições que existem, na chamada Faria Lima, como se chama, como se fossem todas idênticas e iguais. Na realidade, não.

Os bancos fazem a intermediação no processo de enxugar a liquidez do sistema, através das compromissadas com títulos públicos, inclusive porque a liquidez está nos fundos. Então, a maneira de você regular o quanto de liquidez tem no sistema é por esse caminho desta remuneração, dizendo: "Olha, o Banco Central vai lhe pagar, livre de risco [porque não tem risco de crédito], esta taxa, e aí você retira um volume de circulação, que reduz o quanto você está empurrando a economia".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o instrumento que todos os bancos centrais do mundo usam para conduzir a sua política monetária e, através das projeções que você tem sobre meta de inflação e sobre as expectativas de inflação – desculpem-me –, você vai equilibrar essa taxa de juros e vai determinar essa remuneração às sobras que existem no sistema.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Gabriel.

Eu quero parabenizá-lo, Gabriel. Não ficou, acho, nenhuma pergunta aqui sem resposta, de uma forma equilibrada, e não poderia ser diferente, pelo que nós já conhecemos de V. Sa.

Eu tive o prazer de estar com o senhor algumas vezes, e acho que todos os Senadores com que eu conversei antes da sabatina o elogiaram muito pelo seu conhecimento. E, pegando aqui um pouco carona no que o Oriovisto falou, isso nos dá uma tranquilidade, viu? Então, quando o Presidente estiver emburrado, você pode ter certeza de que você estará no caminho certo, viu? (*Risos.*)

Não deixe muitos meses – não é? –, mas está no caminho certo.

E nos dá essa tranquilidade porque, embora o Presidente tenha citado no livro do Henrique Meirelles, contado aí, ele ficou emburrado, mas ele não mexeu, deixou lá. Então, isso nos dá a tranquilidade de que o Banco Central vai ser muito bem conduzido aí por V. Sa.

E, como todas as perguntas já foram respondidas, todos já votaram, eu peço que...

Aliás, está encerrada a votação.

Eu peço que abra o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Unanimidade. Parabéns, Gabriel. Parabéns mesmo. (*Palmas.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Aprovada a indicação do Sr. Gabriel Muricca Galípolo, indicado ao cargo de Presidente do Banco Central do Brasil, por 26 votos SIM e nenhum NÃO.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

A Liderança do Governo pede urgência para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência feito pelo Líder do Governo, urgência ao Plenário.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Irá ao Plenário.

Terei o maior prazer de votar daqui a pouco no Senado.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 55ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia oito de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke, Sergio Moro, André Amaral, Fernando Dueire, Dr. Hiran, Weverton, Plínio Valério, Randolfe Rodrigues, Vanderlan Cardoso, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Humberto Costa, Jaques Wagner, Flávio Arns, Rosana Martinelli, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Ciro Nogueira, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Luis Carlos Heinze, Fabiano Contarato, Bene Camacho, Jorge Seif, Castellar Neto e Beto Faro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Cid Gomes, Irajá, Otto Alencar, Augusta Brito, Flavio Azevedo e Wilder Morais. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 66/2024 - CAE, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Finalidade:** Debater os impactos da Reforma Tributária no "Imposto Seletivo". **Participantes:** Sra. Denise Lucena, Procuradora da Fazenda Nacional; Sr. José Maria Arruda de Andrade, Professor da USP; Sr. Tiago Conde Teixeira, Procurador-Adjunto da Procuradoria Especial de Direito Tributário da OAB; Sr. Márcio Holland, Professor da FGV; Sr. André Gelfi, Diretor Presidente do Instituto Brasileiro do Jogo Responsável (IBJR); Sra. Ana Helena Karnas Hoefel Pamplona, Representante da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL); Sra. Raquel Gontijo, Diretora de Relações Institucionais e Governamentais da Abragames; Sr. Menndel Macedo, Diretor Jurídico da Câmara Brasil Ásia (CBA); Sr. João Hamilton Rech, Auditor fiscal da Receita Federal do Brasil; Sr. Victor Bicca Neto, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoolicas (ABIR); Sr. Rinaldo Mancin, Representante do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM); Sr. Felipe Kertesz Renault, Diretor da Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF); e Sr. Rafael Marcondes, Presidente da Associação Brasileira de Fantasy Sport. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/08

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 55ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, dia 8 de outubro de 2024.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater os impactos da Reforma Tributária no Imposto Seletivo, em atenção ao Requerimento 66, de 2024, da CAE, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Antes de passar a palavra aos nossos convidados...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, eu vou pedir silêncio. É para a gente começar esta reunião em silêncio, senão a gente não consegue trabalhar.

Antes de passar, então, a palavra, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211 – 0800 0612211.

O relatório completo de todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores. (*Pausa.*)

Convido já, para compor a mesa, a Sra. Denise Lucena, Procuradora da Fazenda Nacional.

Podem aplaudi-la, para podermos animar, depois do almoço. (*Palmas.*)

Convido também Sr. José Maria Arruda de Andrade, Professor da USP. (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Márcio Holland, Professor da Fundação Getúlio Vargas. (*Palmas.*)

E o Andre Gelfi, Diretor Presidente do Instituto Brasileiro do Jogo Responsável (IBJR). (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Vou passar a palavra, então, para o Márcio Holland, que é Professor da Fundação Getúlio Vargas. (*Pausa.*)

O SR. MÁRCIO HOLLAND (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o Senador Izalci, na pessoa de quem eu cumprimento todos aqui na mesa, e cumprimento todos os presentes. É uma honra grande estar aqui falando sobre este tema tão complexo que é o Imposto Seletivo, especialmente no contexto da agenda da reforma tributária. Sete minutos me dispensam de elaborar detalhadamente cada tópico. Eu estou à disposição depois, para quem desejar, para conversar com mais calma sobre o tema e sobre o que eu vier a falar aqui, nesse intervalo de tempo, Senador.

Eu acho que a primeira questão que se coloca como a problemática é que a ideia do Imposto Seletivo teoricamente é muito rica, conceitualmente é muito rica, teoricamente é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rica. É a ideia de você ter uma tributação sobre bens e serviços prejudiciais ao meio ambiente e à saúde. Isso, teoricamente, é muito interessante.

O grande problema é o desenho disso. Você sair desta ideia conceitual muito rica, que é como tributar mais para reduzir, desincentivar o consumo de bens e serviços prejudiciais à saúde. Não é uma tarefa trivial, até porque a primeira pergunta que a gente faz é quais são os bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

E a gente pode ser pego sempre pela ilusão de olhar para um bem e esquecer o outro, acreditar que um é prejudicial à saúde e esquecer o outro, que um prejudicial ao meio ambiente e esquecer o outro.

Quando a gente olha o conjunto dos bens e serviços da sociedade, a gente vê também um outro problema: a estrutura de demanda da sociedade muda com o tempo.

A gente está, hoje, fazendo estudos a partir de uma pesquisa de orçamento familiar de 2017 e 2018 que nem passou pelo crivo da pandemia. E a próxima será finalizada em 2026, que sai divulgada em 2027 e 2028. Até lá, a gente não saberá qual é a estrutura de demanda da família brasileira. E ela vai mudar com o tempo, porque a população brasileira está tendo um dos processos de envelhecimento mais acelerados na história recente da humanidade, três vezes mais rápido que o envelhecimento da população europeia, por exemplo.

Então, isso vai mudar substancialmente a estrutura de demanda.

É mais ou menos o cachorro correndo atrás do rabo. Vamos tributar mais esse bem porque ele é prejudicial à saúde. Mas, daqui a pouco, pode ser outro; e, depois, pode ser outro.

Então, essa tarefa não é tão trivial.

Para quem, como eu, que coordena o projeto Diálogos Amazônicos, na Fundação Getúlio Vargas, a questão ambiental é extremamente rica e importante.

Entretanto, é muito difícil você localizar os chamados bens prejudiciais ao meio ambiente numa discussão de transição energética, pois tem muitas camadas de debate sobre ela que não estão resolvidas, nem a fonte, a chamada "fonte energética carbono zero" ou limpa. Ainda não está resolvida em escalabilidade suficiente isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Traduzindo, o primeiro problema, em que eu já devo ter demorado três minutos, de sete, oito problemas, é esse.

O segundo problema, usualmente, que se apresenta no debate, Senador, é o problema da causalidade: você acreditar que aumentar a tributação de um bem vai aumentar o preço e você acreditar que, ao aumentar o preço, vai reduzir a demanda e acreditar que a redução da demanda de um bem vai aumentar a demanda de outro bem.

Em economia, nós damos um valor substancial para isto: a discussão de causalidade, de causação. Ela não é trivial como o debate se apresenta.

Mas, aqui, de novo, infelizmente, o tempo é pequeno, mas a gente é pego na armadilha da causalidade. Achar que aumentar a tributação de um bem vai reduzir a demanda dele e, de forma milagrosa, vai aumentar a demanda de outro.

Não necessariamente isso acontece na economia. E essa é uma outra discussão muito usual no debate. E a gente é pego, usualmente, nesse problema.

O terceiro ponto que eu gostaria de falar é sobre o que está no PLP, obviamente, que é o que interessa diretamente aqui, já destacando, portanto, a complexidade de desenhar o Imposto Seletivo.

Portanto, não vamos cair na ilusão de achar que ele resolve todos os problemas prejudiciais ao meio ambiente e à saúde. Não vai resolver, muito menos num desenho como está colocado.

Nem estou discutindo materialidade ou questões jurídicas. Deixo isso para o Professor José Maria Arruda de Andrade, entre outros aqui, que é especialista nessa questão jurídica do Imposto Seletivo. Tem um livro lindo sobre o assunto.

Eu vou para o campo do *economics*, tá? Da economia.

E aí, entre outros, você tem lá, por exemplo, o Imposto Seletivo para refrigerantes, assim como outros itens. Vou citar o do refrigerante, porque, na Fundação Getúlio Vargas, uma equipe de pesquisadores, a gente resolveu estudar isso – o Imposto Seletivo para refrigerantes, não é? – e fomos tentar entender o segmento de refrigerantes no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, o consumo de refrigerantes vem caindo no Brasil, em consumo *per capita*. Em segundo lugar, a produção vem caindo no Brasil, e isso é um outro dado importante.

O Brasil figura ali, no número 80, 85, em consumo *per capita* de refrigerantes no mundo. Então, não necessariamente este seria um bem prejudicial, pelo fato de que, na população de até dois salários mínimos, segundo a POF (Pesquisa de Orçamento Familiar), o consumo de refrigerante representa 0,69% da ingestão calórica total. E, na média do brasileiro, vai aumentando com a renda – isso é importante dizer –, a ponto de, na renda de até 15 salários mínimos, ser de 1,5% do peso da ingestão calórica total. Portanto, uma ideia de regressividade não se apresenta aqui, porque ele não vai ser regressivo na renda, uma vez que a população mais rica é que consome mais refrigerante, e é inelástica essa demanda.

Estou falando de economia, de Pesquisa de Orçamento Familiar e de elasticidade implícita aqui.

E a população mais carente já consome muito pouco – 0,69% do peso da sua ingestão calórica.

Portanto, também não se apresenta – só uma ilustração para mostrar como a gente vive a ilusão de achar que o Imposto Seletivo vai ser o grande guardião da saúde pública, o grande guardião do meio ambiente...

(*Soa a campainha.*)

Inacreditavelmente, meu tempo está se esgotando... Ainda faltam mais sete minutos, não é isso, Senador?

E existe todo um debate em torno da obesidade no Brasil.

Também realizamos – uma equipe de pesquisadores independentes da Fundação Getúlio Vargas –, um amplo estudo sobre obesidade no Brasil, utilizando a Pesquisa Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e a Pesquisa de Orçamento Familiar, do IBGE, e a gente encontrou que a obesidade no Brasil é função de vários fatores, é multidimensional. Ela não é causada por um único fator, pelo consumo de um único produto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se você quer combater a obesidade, é preciso observar um conjunto mais amplo de bens e serviços consumidos pela população, além de hábitos da população brasileira. Não sei se você sabe, o brasileiro fica, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde e segundo a POF, três horas e meia na frente de um televisor.

(*Soa a campainha.*)

Provavelmente a próxima POF vai dizer que é três horas e meia na frente de um celular, olhando o Instagram, e por aí vai; ou seja, o sedentarismo é gigante na população brasileira.

Portanto, é aquilo que a OMS fala: a combinação entre ingestão calórica e consumo calórico, as duas coisas em conjunto, causam a obesidade.

Portanto, o que causa problema de saúde pública no Brasil? Provavelmente, um conjunto de políticas públicas poderiam ser direcionadas para endereçar esse grave problema de saúde pública também, da mesma forma como eu poderia elaborar sobre meio ambiente, mas vou deixar para a Denise Lucena, que é a nossa grande especialista em tributação na área, para mostrar que o Imposto Seletivo, em si e por si, do jeito que está no PLP, é extremamente limitado e deve fracassar nos seus objetivos de coibir bens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Eu vou deixar aqui, Senador, uma cópia do PowerPoint do estudo da Fundação Getulio Vargas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO HOLLAND – ... que mostra, inclusive, que, com a alíquota de CBS mais o IBS de 28%, a carga tributária sobre refrigerante deve subir com a reforma tributária.

Nós apresentamos o estudo para a Receita Federal, para a Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária; certamente estamos abertos a colher reações, críticas, sugestões; podemos passar a planilha. Foi feito o estudo de toda a cadeia produtiva, e não só do produto em si, por uma equipe de professores que colocam à disposição a planilha, inclusive, para se checarem as nossas hipóteses em geral.

Muito obrigado e me desculpem, se eu passei 30 segundos do tempo. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Márcio.

Só para reforçar, a gente tem feito estas reuniões, estas audiências, e eu tenho colocado assim: nós votamos aqui a emenda constitucional, houve todo um debate sobre a emenda constitucional, e depois foi aprovado o PL 68 na Câmara – o PLP, na Câmara.

Então, o que a gente está sugerindo aqui nas audiências? Que as pessoas, os expositores coloquem de uma forma muito clara qual é o texto da Câmara, qual é a proposta de mudança e uma justificativa da qual qualquer Senador, lendo, vai dizer: "Cara, tem que votar, tem que mudar"; ou não tem?

Então, se vocês puderem, de uma forma bem objetiva e didática, apresentar essas dificuldades, tudo bem, mas é porque a discussão teórica da reforma já foi feita; agora, é do Imposto Seletivo, e cada segmento vai dizer: "Olhem, tem que mudar por isso, por aquilo e tal"; para a gente tentar convencer os Senadores, porque quem vai votar é o Senador.

Então a gente precisa ter um... Não adianta entregar um livro para o cara, porque ninguém vai ler um livro para chegar a essa conclusão. A gente precisa ter uma coisa bem didática e bem pedagógica, para a gente tentar fazer um relatório que possa convencer o Relator a fazer as mudanças pretendidas pelos segmentos.

Então, eu vou passar agora para a Denise, que é Procuradora da Fazenda Nacional, para falar também sobre o Imposto Seletivo.

A SRA. DENISE LUCENA (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

É um prazer, uma honra estar aqui nesta Casa, debatendo um tema tão importante. Agradeço o convite, Sr. Presidente, Senador Izalci Lucas, e vou aqui apontar rapidamente algumas questões relevantes sobre o Imposto Seletivo.

Só para retificar o meu colega Márcio, eu acredito no Imposto Seletivo. Acho que nós vamos ter avanços com o Imposto Seletivo. Seguindo a orientação do Presidente, é importante que tenhamos... Eu não consigo passar aqui a apresentação, mas enfim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu vou passar para você.

A SRA. DENISE LUCENA – Obrigada!

O que precisamos entender? O Imposto Seletivo já aprovado no modelo da Constituição, pela Emenda 132, tem parâmetros diferentes. Qual é a grande dificuldade? Depois eu deixo disponível a apresentação. Qual é a grande dificuldade que nós temos no Imposto Seletivo? É porque ele tem duas materialidades diferentes; e daí a dificuldade no debate, e eu espero que esta Casa tenha essa compreensão de separar as duas materialidades do Imposto Seletivo.

Os bens e serviços, nas suas quatro formas – produção, extração, comercialização e importação de bens e serviços –, focados na saúde e focados no meio ambiente. A dificuldade está aí, porque todo o Seletivo foi pensado em relação somente à saúde. É preciso que entendamos que o Seletivo não estava no debate da PEC 45 e da PEC 110. O Seletivo voltado à proteção ambiental só entrou no ano passado nos debates da Câmara.

Então, a necessidade de compreensão dessas diferentes materialidades é de extrema relevância para que possamos ter, no PLP, também posições diferenciadas. Eu não posso ter a mesma forma de avaliação, o mesmo raciocínio, inclusive usando instrumentos do próprio direito tributário, previstos no CTN, de 1966, de uma Constituição de 1988, que trata de questões não existentes hoje em dia.

Então, a primeira premissa relevante é separar essa compreensão, entender o papel da tributação ambiental, e eu trago ali o Instituto Latino-Americano de Tributação Ambiental, em que debatemos isso há mais de 15 anos.

O Imposto Seletivo – é preciso deixar claro – não é um assunto novo, não é uma criação do Governo brasileiro, é um assunto debatido lá fora, diante da nova premissa da questão dos danos climáticos.

Então, é importante entender o direito tributário com essa extrafiscalidade revisitada. Por que revisitada? Porque o que eu vejo hoje é que estamos tentando convencer ou atacar o Imposto Seletivo com base nos conceitos que tínhamos antes dos problemas ambientais, que são completamente diferentes. Como eu costumo dizer: a resposta desses problemas novos não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está nos nossos livros ainda, porque tudo é muito novo. E o tributário entra com essa função indutora.

Para que a gente entenda aqui o contexto internacional... É importante entender o contexto internacional, porque ele é a premissa que vai fundamentar, justificar o Imposto Seletivo no Brasil. Quando eu digo que não é invenção do Brasil, que não é algo novo, nós assinamos os tratados internacionais que os senhores estão vendo ali.

A orientação da OCDE é no sentido da transição para a economia sustentável; os compromissos com os ODS o Brasil já afirmou, já ratificou o Protocolo de Quioto lá em 1997; fazemos parte da OMC, temos que seguir o que a OMC fala hoje de comércio com proteção ambiental, comércio sustentável, e dentro de debates que estão ocorrendo... Inclusive, eu trago aqui o Ministério das Relações Exteriores, que deixa muito claro que o objetivo do desenvolvimento sustentável deve ser mantido no país. Então, isso é preciso que se entenda para que a gente não queira tirar o debate de algo que já foi feito – já foi aprovado o Seletivo.

Separo ali em vermelho... E eu vou pegar somente o ponto da tributação ambiental no pouco tempo que temos aqui. Os pontos relevantes: temos três eleições. A finalidade do PLP foi detalhar quais seriam as eleições para se incidir o IS, e isso já foi feito: veículos, embarcações e aeronaves, e bens minerais. Essa foi a opção, esses três pontos aí, para a incidência do Imposto Seletivo.

O que precisamos ver? Em que o PL pode atuar? Está bem ruinzinho aqui. Enfim... O que a gente precisa antes de ver os pontos de atenção? Em que o PLP 68 tem que atuar aqui? E eu chamo atenção para esses pontos. Quando ele menciona lá os três casos do Imposto Seletivo, eu tenho escutado muito que não poderiam estar previstos ali... Está muito difícil isso aqui, mas enfim...

A questão dos veículos e aeronaves: por que veículos, aeronaves e embarcações? Nós temos já estudos, inclusive do Balanço Energético Nacional do Brasil de 2024 em relação a 2023, que deixa claro que o total de emissões decorre, em grande parte, do setor de transportes, e esse é o modelo utilizado lá fora. Então, não foi aleatória essa exclusão pelos transportes. Da mesma forma, a questão do custo das emissões para a economia. É preciso considerar isso para que a gente possa entender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O debate existente sobre derivados de petróleo, combustíveis e minerais também já está na Constituição. Debater se deve ou não estar no PLP ou retirar não é uma opção. A opção já está lá. O Constituinte já definiu que poderá incidir Imposto Seletivo sobre derivados de petróleo, combustíveis e minerais. Portanto, não é algo que o PL tenha feito de forma diferente, que tenha alterado.

Aí nós temos também... Relembro aqui a Constituição, para que possamos entender o que o PLP está fazendo neste momento.

Finalmente, os pontos de atenção que eu trago aqui, que eu elegi.

A questão dos veículos. Temos um problema na exclusão dos caminhões. É claro que o Brasil tem uma política e precisa ter esse cuidado. Tivemos o problema da greve dos caminhoneiros, sabemos como isso funciona no país. É preciso uma política pública que dê uma sustentação a essa exclusão por outras medidas de preferência, mas é o que temos no momento.

A inclusão, aliás, do veículo elétrico precisa de uma fundamentação. Esse é um ponto muito importante. Lá fora, os modelos internacionais, o veículo elétrico começa a entrar na tributação por outro motivo, por um problema da balança comercial e importação com a China. Eles fizeram anos atrás já essa transição. O Brasil está na fase de transição ainda. Veículo elétrico não é popular. Então, acho que é importante rever esse ponto.

Em relação à incidência sobre a extração, que é um ponto muito polêmico e eu trago aqui... Por isso que eu trouxe o discurso internacional, que o Brasil já ratificou. Não é adotando aleatoriamente o modelo internacional, é relembrando o que o Brasil já ratificou.

A incidência na extração é uma prática internacional ocorrida e viável, além de diminuir... Por que na extração? Porque diminui o número de contribuintes e permite um maior controle, e o melhor dos mundos é que, se o nosso Imposto Seletivo sobre extração for aceito pela União Europeia como *carbon tax*, que é um tributo já criado pelo novo pacto europeu, já em vigor na fase de transição – eu relembro aqui aos senhores – e que entrará, para todos os países, em 2026, a sua cobrança... Se em 2027 for entendido que o nosso Imposto Seletivo tem a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

configuração de um *carbon tax*, a tributação fica aqui. Caso contrário, nós vamos deixar o *carbon tax* na União Europeia.

Então, antes de ser contra e por ser contra o imposto sobre extração, no caso do petróleo especificamente, vejamos os modelos existentes lá fora e o que já está sendo cobrado.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DENISE LUCENA – É essa perspectiva importante de podermos comparar isso. Não é o *carbon tax* original, mas nem todos os países têm essa configuração, por isso eu acho muito possível que, mantendo o imposto sobre extração, ele seja considerado *carbon tax* para efeito de importação de produtos brasileiros pela União Europeia.

O último ponto que eu trago aqui para reflexão – o mais importante, acredito eu – é rever o período de transição. Nós temos aqui um problema grave e, por isso, eu faço aquele preâmbulo, para lembrar a diferença do que é a questão ambiental, uma avaliação que deverá ocorrer a cada cinco anos de problemas ambientais que nós nem conhecemos e nem sabemos os custos desses problemas perante a economia. Nós não temos contabilizado o custo da seca extrema, o custo dos alagamentos, isso ainda não foi computado, é um problema mundial. Deixar isso por cinco anos de revisão,...

(*Soa a campainha.*)

... que começa em 2036 – já concluindo –, podendo ser votado até 2035, é de extrema temeridade. Daí a sugestão pontual é que essa avaliação seja – o melhor dos mundos – anual, deveria ser esse modelo. Se possível for, a gente altera o 452, que fala dessa avaliação quinquenal. E só explicando por que quinquenal. Na minha forma de ver, é um número meio cabalístico, tudo em direito tributário, são cinco anos, prescrição, decadência, e assim foi eleito em 1966.

O ano é 2024, era da revolução tecnológica. Não tem sentido cinco anos para avaliar problemas de uma reformulação tão grande, tão relevante, que fica pior, começando em 2035.

Então, essa é a proposta principal, em que a gente reduza essa avaliação e que possamos voltar aqui considerando não só as questões jurídicas, mas as métricas, as avaliações de acordo com percentuais de órgãos oficiais, como o Ipea e todos que venham, para que possamos ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa estimativa diferenciada de algo novo no Brasil e comum no mundo, que é a tributação voltada à proteção ambiental.

Muito obrigada, Senador.

Fico à disposição e mandaremos pelo Instituto Latino-americano de Tributação Ambiental as alterações pontuais de cada passo do PL, como o senhor nos solicitou agora.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Profa. Denise. (*Palmas.*)

Quero registrar a presença aqui do Senador Flávio Bolsonaro e do Senador Jaime, nossos companheiros de partido.

Quero convidar agora José Maria Arruda de Andrade, Professor da USP.

O SR. JOSÉ MARIA ARRUDA DE ANDRADE (Para expor.) – Boa tarde, Senadores, Senadoras, senhoras e senhores presentes, saúdo todos os meus colegas de mesa na pessoa do Presidente do GT, Senador Izalci Lucas. É um prazer, de alguma forma, um professor tentar contribuir para este debate público da regulamentação do Imposto Seletivo.

Eu vou dividir a minha fala em dois aspectos, um aspecto fiscal do IS e por que ele é determinante para as escolhas de regulamentação, sobretudo sobre que tipo de alíquota eu devo criar para passar então aos meus endereçamentos mais concretos.

Uma coisa que tem que ficar bem clara: há uma certa dissociação entre o que é o Imposto Seletivo que nós criamos e a ideia do Imposto Seletivo. Isso precisa ser dito, eu só não vou usar a expressão aqui de *fake news*, porque o *fake news* dá a impressão de alguma coisa que é feita por um ardil, por maldade. E eu não vejo isso. Eu vejo desconhecimento ou falta de reflexão detida.

O Imposto Seletivo que nós conhecemos é aquele em que você tem a tributação sobre o consumo e você escolhe alguns bens e serviços e fala: "Nesses aqui, há uma razão política, ambiental ou de saúde para criar algo a mais, uma distorção de preço". E ele é tão antigo, muito mais antigo que o IVA. Ele está desde o século XVI para pensar em um estado moderno. Em por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que se tributa bebidas alcoólicas, você vai ter um histórico, e a cada dois séculos muda a justificativa, mas o imposto é velho.

Quando a gente chega ao Brasil, parece que a gente está discutindo isso: "Olha é um imposto novo, vou criar um sobrepreço, vou criar receita nova, vou direcionar para recursos públicos, para uma agenda política". E não é isso, e é isso que se tem dito.

É isso o que se tem dito. O Imposto Seletivo, quando foi criado na emenda constitucional, acabou se acoplando ao IPI, ele virou um *retrofit* do IPI. Isso muda tudo. É projetar um campo de golfe para, depois, escolher qual é a topografia, se tem montanha ou não, perfeito? Então, olha como isso vai interferir.

Primeiro, é um imposto, ou seja, nada vai ter destinação. Então, mudem a advocacia, o advoca-se da causa do Imposto Seletivo, já mudem, atualizem o material dos senhores e das senhoras, porque não vai para essa finalidade.

Segundo, por ser um *retrofit* do IPI, 60% do valor arrecadado será repassado aos estados e municípios. Quem conhece direito financeiro vai saber que existe um contencioso enorme no STF. Acabou de sair mais uma decisão sobre o tema. Estados brigam com a União, toda vez que a União resolve fazer algum subsídio com o IPI. Então, por que é que nós continuamos isso?

Terceiro, nesse repasse, a União, na hora do convencimento político, dos ajustes com os entes subnacionais, comprometeu-se a garantir o nível do repasse do FPE, do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios. Está no art. 7º da emenda constitucional: a União avaliará mensalmente o valor repassado, e o que faltar vai mudar o valor. Compromete-se a isso.

Ou seja, em todos os impostos que nós conhecemos que têm a receita compartilhada, não há compromisso de arrecadação: Imposto de Renda, IPVA. Esse compromisso de arrecadação acaba com o Imposto Seletivo, porque Imposto Seletivo bom é aquele em que você já paga as contas com o imposto sobre consumo, e vem o Seletivo para cobrir algumas despesas e para induzir comportamento.

Se ele não é isso, se ele é vocacionado para arrecadar os R$65 bilhões, por ano, em média de arrecadação do IPI, dos quais R$40 bilhões vão para os estados e os municípios, acabou a história de eu tentar induzir comportamentos. Como é que eu vou induzir? "Por favor, não tome

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a terceira dose de cachaça." "Por favor, tome alguma coisa com menos açúcar." E aí diminui a arrecadação, e eu sou obrigado a pagar? Vira subsídio direto, eu estou pagando para os estados e os municípios.

Ficou malfeito. É triste falar isso. Eu escrevi um livro para falar da parte econômica e do debate... É tão sedutor esse tema... Eu não sou contra a ideia de um imposto corretivo, eu não acho que o Estado tem que ficar quietinho, mas...

Não é culpa. Olha, o PLP... Eu saúdo as pessoas que fizeram o PLP. Que dificuldade de fazer. Tentaram fazer alguma coisa mais comedida, mas essa parte fiscal estraga. E aí eu tenho um problema de alíquota: qual é a carga a que eu tenho que chegar? É aquela que vai induzir uma melhor emissão de gases?

Toda vez que os estudantes me chamam para falar dos automóveis, da tributação ambiental, eu falo: é o IPI. Quais são os quatro itens de maior arrecadação do IPI? Automóveis, bebidas alcoólicas, bebidas frias e fumígenos. Quais quatro foram os primeiros a entrar no Imposto Seletivo? Bingo! Depois é IPI, importados. Por quê? Porque não dá para abrir mão. Aí você vai colocando alguma coisa que apareça na agenda prejudicial à saúde. Você fala: "Pode ser aqui. O ambiental pode ser aqui". Então, não tem antes e depois. Eu vi gente comemorando e falando: "Agora, vai fazer bem por causa dos fumígenos". Não é imposto novo!

Então, tudo isso cria uma necessidade de arrecadação. Se é arrecadação, agora vamos falar do desenho do tributo.

Como eu posso fazer, por exemplo, progressividade *ad rem,* "*V*amos mexer aqui um pouco na quantidade de açúcar", "Vamos mexer aqui de acordo com o álcool", se eu tenho um compromisso constitucional de pagar a conta? Ele não serve como efeito educacional. E aí, na hora de defender, a gente acaba indo para as causas, se empolga com as causas.

Então, a tributação *ad rem*, que a gente fala que é por unidade específica, tem péssimos problemas: ela não é transparente, é no começo da indústria e, quando chega no preço, chega distorcida, aumenta IBS, aumenta CBS. Não educa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vou pegar dois exemplos. Eu já falei de automóveis, que é mera repetição, que os fumígenos são mera repetição. Vou pegar dois casos em que a criatividade tem sido maior: bebidas açucaradas e bebidas alcoólicas.

Bebidas açucaradas. Primeiro, um desenho do tributo tem um NCM só. É um código só. Eu tenho praticamente três produtos ali: refrigerante, chá e refresco. Eu vou dar aula de planejamento tributário para os alunos lá do Master - FGV, Prof. Holland, e o que eu vou fazer? Qual é a próxima piada? Porque antes a gente brincava sobre se o Crocs é sandália ou é bota impermeável, se o bombom é tal ou é *waffle*, e assim vai. A próxima é: vou ensinar uma regra de planejamento tributário em casa. Em vez de você comprar um refresco líquido, você compra um refresco e coloca você mesmo a água. Um vai ter Imposto Seletivo, o outro não. A gente vai continuar alimentando as piadas tributárias, os artificialismos.

Então, é um recorte tão específico, que como agora eu vou começar a desenhar? "Não, eu vou aumentar conforme a presença de açúcar". O Governo precisa arrecadar, se não ele não cumpre meta fiscal, ele não cumpre desempenho fiscal, porque, se arrecadar 40 e não 60, ele tem que compensar.

Sobre as bebidas alcoólicas, a gente tem visto um debate de conflito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MARIA ARRUDA DE ANDRADE – ... dos interesses, que ofende a própria ideia não de neutralidade tributária, mas a ideia de concorrencial, porque eu começo a pegar produtos que são equivalentes e quero criar um *ranking* de qual faz mais mal para a saúde.

Então, a tributação bebidas alcoólicas, por exemplo, o *ad rem*, unidade específica, vai ser tributado como? Pelo rótulo? Então, eu vou dizer: se você tomar 15 cervejas, está o.k.. Uma dose de *whisky*, você paga mais. Percebem o grau de artificialismo?

Quando você vai fazer um exame médico ou é parado numa *blitz* policial, as pessoas querem saber quanto você tem de quantidade de álcool no sangue. É isso que é o prejudicial, isso que é o excessivo, o abusivo. E nós estamos discutindo agora recortes artificiais para falar: "Esse fabricante fica aqui", "Esse outro fica aqui".

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MARIA ARRUDA DE ANDRADE – Eu começo a escolher ganhadores e perdedores. E aí o legislador tributário da simplicidade se transforma no da guerra entre mercados de produtos semelhantes.

Agora, qual a razão disso se eu tenho um tributo que, ao fim e ao cabo, é arrecadatório? Ele é arrecadatório. Imposto Seletivo é arrecadatório. Vou repetir isso quantas vezes precisar.

Depois de R$65 bilhões, o.k.. Aí ficou educativo.

Então, vejam o artificialismo em que a gente vai!

O PLP, quando veio da Câmara dos Deputados, veio com progressivo no *ad valorem*, progressivo no *ad rem*. Quer dizer, então, eu vou voltar para aquele IPI. Eu vou voltar para o ICMS por substituição tributária e começar nome de produto – garrafa tal, 600ml, lúpulo nacional, não é? É artificial. E o do açúcar também.

Não há – o Prof. Márcio Holland falou bem –, não há compromisso nenhum com o enfrentamento de pandemia quando você pega três produtos, quando o principal deles é 1,3% do consumo calórico. Isso é um dado do IBGE...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MARIA ARRUDA DE ANDRADE – ... isso não é dado setorial, é dado do IBGE. Então, vejam os artificialismos a que a gente vai por conta de algumas causas que nós temos, seja de enfrentamento, de saúde, etc., num tributo que ao fim e ao cabo é fiscal, repetindo.

Então, Senador, são essas as minhas colocações. É claro que não dá para falar mais, eu poderia falar mais sobre... A gente vai ressuscitar o IPI e o ICMS, a substituição tributária, se a gente continuar nessa brincadeira de tabelas de IS, não é?

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, José Maria.

Bem, passo a palavra agora ao André Gelfi, que é o Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ GELFI (Para expor.) – Senador Izalci, companheiros de mesa, Senadores e Senadoras, ouvintes, é um prazer estar aqui com vocês.

Eu tenho uma apresentação aqui para dar um pouco de contexto aos senhores sobre um assunto que é tão pertinente, que está em voga nos dias de hoje. A gente está enfrentando um desafio grande, na iminência da regulação, para tratar desse fenômeno descontrolado que é essa oferta de apostas e as externalidades que estão derivando desse fenômeno.

Pois bem, a regulamentação que foi concluída e está para ser de fato implementada nas próximas semanas, que deve estar finalmente consolidada no começo de janeiro, tem um grande desafio. Esse grande desafio é, basicamente, viabilizar a formalização desse mercado para que a gente tenha as externalidades sendo controladas da forma mais efetiva possível.

Hoje, o que a gente vivencia é uma situação de absoluto limbo quanto a regras, a gente não tem uma conduta padrão. E, para que uma conduta padrão possa de fato ser implementada, para que a gente tenha essa canalização desse mercado para a formalidade, é fundamental que a gente tenha claro o conceito de que esse mercado, Senador, tem que ser competitivo, a oferta tem que ser competitiva.

Hoje, a concorrência desse mercado a ser regulado no Brasil é contra esse mercado paralelo, muitas vezes, provido de fora do Brasil. Parece que são milhares de *sites*; esse número exato ninguém conhece. O fato é que, para que a gente tenha uma concorrência saudável e possa formalizar esse mercado, é importante que esse mercado seja competitivo. Para que ele seja competitivo, a tributação, se não for a principal, é uma das principais medidas que têm que ser acertadas.

Dando contexto para os senhores... Eu vou passar rapidamente pela apresentação.

O instituto representa, basicamente, os operadores... A gente está falando de operadores com experiência nessa indústria, em outras jurisdições, que acompanham ativamente os diálogos e a evolução da regulamentação e das discussões sobre regulamentação e sobre como é que de fato esse mercado vai se internalizar no Brasil.

Só passando rapidamente, dando contexto, esses impostos que a gente está discutindo, o que passou no PLP, na Câmara dos Deputados... De certa forma, a gente já tem alguma coisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semelhante. Pelo projeto que foi aprovado nessa Casa anteriormente, a gente já tem 12% de imposto direto, que a gente poderia chamar de Imposto Seletivo. Essa carga tributária, dentro do contexto do marco regulatório, já representa um desafio para a gente chegar... Aqui neste gráfico, eu gostaria de mostrar para os senhores: o Brasil hoje, pela carga, que nem começou a ser paga, a partir de janeiro, está ali naquela linha, no eixo ali próximo de 20% – na verdade são 23,5%. Isso de certa forma resulta numa canalização do mercado, que pode estar ali entre 80% e 90%, que nós entendemos que é o desejável e comparável a regulamentações, a mercados que de fato conseguiram formalizar essa atividade de forma efetiva.

Com o que a gente prevê, com a reforma tributária, esses impostos que hoje são da ordem de 23,5% devem chegar a 38,5%, sem considerar o Seletivo. A gente já está falando de um aumento de carga que vai significar um desafio e que vai colocar a gente naquela linha vermelha, a qual a gente está chamando de pós-reforma. Essa carga representa um grande desafio para que a gente possa de fato ter um mercado local, formal, que trate das externalidades; e que o Estado possa de fato monitorar o que está acontecendo.

Você aumenta o imposto, você perde controle: essa é basicamente a tônica que a gente coloca, como instituto, para apreciação dos senhores.

O que a gente está dizendo está em linha, inclusive, com a manifestação formal do Ministério da Fazenda quanto à questão do imposto seletivo.

E, só fazendo o gancho com o que o senhor comentou, a gente apresentou sugestões a esta Casa, tanto para a supressão desse Imposto Seletivo específico para a atividade quanto para a gente ter uma alíquota mais razoável dentro desse contexto. Obviamente que quanto menor essa alíquota for, mais fácil para que a gente de fato tenha um mercado que seja competitivo.

Esse é basicamente o nosso ponto como Instituto Brasileiro de Jogo Responsável.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, André.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, eu agradeço aqui aos expositores.

Vamos fazer aqui uma troca de lugares. Eu vou chamar aqui os quatro novos expositores, e vocês sentam ali na primeira fileira.

Vou chamar aqui a Ana Helena Karnas, que é a nossa representante da Associação Nacional de Jogos e Loterias. (*Palmas.*)

Raquel Gontijo, que é Diretora de Relações Institucionais e Governamentais da Abragames.

Bem-vinda, Raquel! (*Palmas.*)

Menndel Macedo, que é o Diretor Jurídico da Câmara Brasil-Ásia.

Cadê o Menndel? (*Palmas.*)

João Hamilton Rech, que é o Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil. (*Palmas.*)

E eu já passo a palavra imediatamente à Ana Helena, para fazer as suas considerações.

A SRA. ANA HELENA KARNAS HOEFEL PAMPLONA (Para expor.) – Boa tarde a todos. Cumprimento primeiramente o Exmo. Senador Izalci Lucas, dizendo que é uma honra poder participar e trazer as minhas contribuições.

A gente teve falas anteriormente no sentido do quanto é importante a academia estar presente nestas discussões. Então, enquanto Doutora em Direito Tributário, Professora por mais de década, eu acho importante esta discussão, que faz parte da nossa democracia. Dessa forma, eu cumprimento também o Senado Federal e o Senador Izalci Lucas por abrir este espaço de debate, porque certamente nós vamos construir um sistema tributário bem melhor a partir de agora.

A minha fala aqui é enquanto representante da Associação Nacional de Jogos e Loterias, mas, mais do que isso, é enquanto uma estudiosa do direito tributário e uma cidadã que acredita num país melhor e acredita que a gente precisa mesmo falar sobre a questão dos *games*, sobre a questão dos jogos, porque eles são um fato, e, na verdade, todos os países não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

autoritários do mundo inteiro os regulamentaram, porque não regulamentar é pior do que regulamentar. Então, dentro desse contexto, eu começo a minha fala sobre o meu objetivo.

Qual é o objetivo da minha fala neste momento? O regime tributário em relação aos concursos de prognósticos, e aí estão dentro os jogos e as loterias, precisa ser um regime tributário eficiente, porque, diferentemente de outros mercados, na verdade, os concursos de prognósticos, a parte dos jogos, ainda não vieram para o Brasil. Nós estamos falando de um mercado incipiente que está se estabelecendo. E, como bem falou o André anteriormente, na verdade, o que está acontecendo agora é que todas as empresas estão funcionando num mercado fora do Brasil e prestando um serviço para dentro do Brasil. Então, a gente precisa de um regime eficiente.

O que é um regime tributário eficiente? É um regime que vai migrar as empresas do mercado irregular para o mercado regular, é um regime que, daí, vai fazer com que o Estado possa fiscalizar e que só sobreviva o jogo entretenimento – o jogo entretenimento é aquele que tem responsabilidade em questão de tempo e valor. E, dentro disso, a gente protege o consumidor e a gente combate qualquer jogo que não esteja dentro dos padrões de entretenimento.

Qual é o problema atual, pensando sob a perspectiva de que nós temos um mercado que está sendo regulado e nós queremos que as empresas que atuam atualmente no mercado irregular migrem para o mercado regular? É que, da forma como está, ele não é eficiente. Então, a gente precisa de um regime eficiente, e, com isso, o sucesso do regime tributário, para que exista sucesso na migração do mercado irregular para o mercado regular. Com isso, a gente protege o consumidor, a gente traz recursos para o Estado e a gente consegue fazer com que essa atividade gere um aumento no PIB por causa de todas as questões que giram em torno dela.

A pergunta aqui seria: como trazer eficiência para esse regime? Dentro da questão do concurso de prognósticos, a gente tem uma autorização constitucional para ter um regime específico – isso não é favor, isso é porque a operação tem características bem próprias e precisa de regras que sejam adequadas para que se tribute da forma adequada. Então, existe um regime específico com oito artigos e esses oito artigos nós temos trabalhado intensamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para deixá-los redondos, de forma que a gente migre essas empresas do mercado irregular para o mercado regular.

E, junto com isso, nós temos a previsão do Imposto Seletivo. Esse Imposto Seletivo para o setor, como falou o colega anteriormente, já entrou e saiu. Até o último segundo, na Câmara dos Deputados, ele não estava previsto para o setor; ele foi incluído, daí uma das emendas foi lida, até que teria sido aprovada, mas isso não se refletiu no texto final. Então, eu passo para depois falar sobre uma análise da constitucionalidade desse Imposto Seletivo para o setor para evitar judicialização e para que a gente realmente traga um regime que seja completamente redondo em termos acadêmicos. A gente tem que analisar sob a perspectiva técnica, social e política.

É importante falar que, em vez de reclamar – às vezes, no Brasil, a gente tem o costume de reclamar –, devemos utilizar este momento como uma oportunidade. Então, se todos os países não autoritários do mundo inteiro já regulamentaram – e eles regulamentaram não porque eles amam o jogo ou acham que isso é a melhor forma de entretenimento, mas porque eles chegaram à conclusão de que era melhor regulamentar do que não regulamentar –, o Brasil tem a oportunidade de usar toda essa experiência internacional como exemplo. Então, pega os exemplos bons e copia; os exemplos ruins e não copia, adéqua, para que a gente tenha uma eficiência.

Qual é a maior dificuldade? É que nos modelos internacionais a gente tem um perfil, um modelo de tributação de regime único, que é mais fácil mapear e que é diferente do Brasil. Então, como é que tu podes adequar e utilizar esse exemplo mesmo assim? É preciso pensar em carga total de tributação e ver com os países que tiveram sucesso na migração do irregular para o regular qual é essa carga tributária total, e, com base nisso, a gente tentar trazer proteção para o Brasil e para os cidadãos brasileiros.

Dentro da questão do regime específico, eu trouxe aqui, só para lembrar, que não é uma questão de "posso ou não". A própria Constituição autoriza esse regime específico e autoriza que, por questões de especificidades e especificidades da operação, a gente possa tratar de base de cálculo, de creditamento e de alíquota. E, com isso, a gente propôs, com base nas melhores experiências internacionais, algumas emendas para que... mostrando, mapeamos as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

inconstitucionalidades, como é que isso deve ser feito, quais as teses que poderiam vir a surgir para trazer segurança jurídica para que aqueles operadores que estão fora venham para dentro do Brasil. Então, com isso, a gente consegue trazer eficiência de acordo com as melhores práticas internacionais.

Tratando do Seletivo diretamente, a fala do colega em relação à extrafiscalidade é bem sensível para mim, porque se se vai analisar na academia, e falando de... Olha, o Imposto Seletivo tem como característica a extrafiscalidade. A extrafiscalidade significa que eu não tenho um objetivo arrecadatório; o objetivo pelo menos não deveria ser arrecadatório, ele deveria ser um objetivo de desestímulo de conduta. Dentro dessa questão, a gente passa pela análise social do jogo patológico. A grande questão é que, na verdade, se formos falar do jogo enquanto entretenimento, quanto a qualquer jogo que não esteja dentro dos padrões de valor e tempo, não é que eu queira que se desestimule aquela conduta; eu não quero que ela exista. Qualquer coisa que esteja fora desses limites a gente quer extirpar do mundo, a gente não quer que ela exista.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA HELENA KARNAS HOEFEL PAMPLONA – Então, o importante aqui é pensar: qual é o resultado pretendido e se o Seletivo vai trazer esse resultado.

A questão é que os estudos internacionais mostram que, quando se aumenta a tributação de mais, o que acontece é bem o contrário, porque aquela pessoa que a gente não quer que jogue, porque ela não tem responsabilidade, ela não atua no jogo de forma responsável, ela acaba fazendo o quê? Ela acaba jogando no mercado irregular. Isso é muito pior do que jogar no mercado regular.

Então, ao final, para finalizar minha fala, eu quero lembrar que um regime tributário específico eficiente para o setor vai ter fiscalização, vai trazer arrecadação, vai proteger o consumidor, vai combater o jogo ilegal; fomenta a economia, traz emprego e renda e está sob o manto do Estado, o Estado está vendo o que está acontecendo. Ao contrário disso, a gente tem um regime tributário específico ineficiente, que acaba trazendo um mercado não regulado, e a gente mantém todas aquelas pessoas que a gente quer combater.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA HELENA KARNAS HOEFEL PAMPLONA – Então, aumento do jogo, falta de fiscalização, falta de proteção, perda de arrecadação, perda de confiança internacional e não fomento da economia.

O meu recado – e aqui não só enquanto estudiosa do direito tributário, acadêmica e Professora por muitos anos, mas enquanto cidadã –, o que eu quero dizer é que a gente tem o mesmo inimigo. Quem vai ganhar com o fracasso da regulamentação, quem vai ganhar com o insucesso do regime tributário é justamente todos aqueles que nós queremos combater, que são as operadoras ilegais, que não querem pagar R$30 milhões e não querem cumprir o número infindável de obrigações acessórias regulamentares.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

Agradeço, Ana, e já passo imediatamente para a Raquel Gontijo, que é a Diretora de Relações Institucionais e Governamentais da Abragames.

A SRA. RAQUEL GONTIJO (Para expor.) – Boa tarde! Meu nome é Raquel Gontijo, eu sou Diretora de Relações Institucionais e Governamentais da Abragames.

Queria cumprimentar a todos os Senadores e Senadoras aqui, na figura do Sr. Presidente, o Senador Izalci Lucas. Obrigada pelo convite.

Na verdade, a minha fala aqui hoje é um pouco a respeito tanto do mercado de *games* como também de mostrar essa gama gigantesca que a gente tem e também de trazer alguns pontos muito importantes nessa discussão que nós estamos tendo, não só com relação ao imposto seletivo, mas com relação à reforma tributária na relação de *games* especificamente.

A Abragames, para quem ainda não conhece, é a Associação Brasileira das Desenvolvedoras de Jogos Eletrônicos. Nós estamos no mercado já desde 2004; então, nós estamos fazendo 20 anos agora. Nós representamos cerca de duas mil empresas brasileiras que produzem jogos eletrônicos no Brasil. Temos cerca de 13 mil pessoas que estão, atualmente, trabalhando nesse setor. Então, é um setor que está em grande desenvolvimento e que cresceu bastante nos últimos tempos; é um setor bastante novo, inovador, criativo e que está nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

crescimento contínuo desde os últimos cinco anos. E eles são utilizados por praticamente todas as pessoas. Se vocês olharem os últimos dados com relação ao uso de jogos eletrônicos no país, a gente tem cerca de 70% a 80% da população brasileira, em alguma capacidade, jogando, seja no seu celular, seja no computador, seja no PlayStation, seja nas diversas plataformas que nós temos.

A gente reconhece bastante o desafio que é fazer essa regulamentação e essa reforma tributária de que nós estamos tratando aqui, que envolve diversos setores e diversos interesses diferentes. Então, a gente entende a dificuldade que é mapear todas essas coisas e todos esses *players*. E, realmente, é uma questão muito complexa, a que a gente dá o total apoio. Então, a Abragames sempre se coloca à disposição para o apoio e também para a divulgação dos dados, para que isso seja transparente e para que nós possamos fazer isso da melhor forma possível.

A nossa maior preocupação, neste momento, na verdade, está muito atrelada com o nosso marco legal, que foi aprovado em maio deste ano. Então, nós estamos num longo processo de lidar com uma dificuldade que nós tivemos durante muitos anos no nosso país, que é a questão de definição, de categorização e dos termos que a gente utiliza para cada um dos segmentos do que a gente considera como jogos. Então, é *game*, é jogo, é jogo de aposta, é jogo de azar, é jogo de *videogame*, é o quê? Então, quando a gente geralmente fala de *games*, a gente tem uma dificuldade grande de falar, porque nós estamos falando de diversos setores – que não necessariamente estão sobrepostos uns aos outros, mas cuja falta de definição clara, inclusive dentro de arcabouços técnicos e de arcabouços tributários, no caso, que é mais complexo ainda, gera um ambiente em que a gente tem uma insegurança jurídica muito grande. E, por conta disso, a gente precisa ter muito cuidado, quando a gente está falando, de saber qual é a definição clara e o que entra em cada espaço.

Então, a nossa necessidade, neste momento, é com relação ao marco legal e nossa regulamentação, que ainda está em curso. Nós começamos, a partir de maio agora, a fazer a regulamentação do marco legal dos *games*, que está em busca inclusive de Cnaes específicos para a área de jogos. E aí a gente está falando, na verdade, no caso da Abragames, de empresas que estão fazendo jogos para a educação, para plataformas de petróleo, para fazer treinamento de plataformas de petróleo, treinamento em área científica, para a área de saúde mental, para a área de entretenimento, no caso, de cultura e de audiovisual. Então nós estamos falando de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambientes em que você não está vinculado com as outras categorias de jogos, como os jogos dos nossos colegas que estão aqui, que são jogos que estão em outra segmentação. E, por conta de falta de definição técnica e de clareza de onde vão estar esses Cnaes, de que tipo de tributação vai estar associado para cada um desses setores – que não são correlatos –, a questão é como é que a gente vai trabalhar nesse sentido.

A nossa preocupação, neste momento, é a importância dos Cnaes como identificadores claros de qual é a essência dos jogos eletrônicos, de qual é a essência do setor de jogos eletrônicos, como audiovisual, como cultura, como educação, como entretenimento e também como outros jogos, que vão estar ali dentro de outras categorias, que são, no caso, os jogos de prognósticos e todos os que estão dentro do Imposto Seletivo.

Então é muito importante a gente enfatizar que os jogos de apostas e *bets* e jogos de azar não são correlatos com os jogos eletrônicos que estão na Lei 14.852, de maio deste ano. É muito importante a gente fazer essa distinção. A gente também tem uma questão – é um pedido nosso –, que é uma solicitação para que esse setor seja reconhecido de forma precisa, inclusive dentro da regulamentação da reforma tributária, para que não haja zonas de sombra, de leniência ou espaços em que a gente possa ter confusões nesse sentido, para que exista uma sobreposição de tributos que estão associados dentro do marco legal.

Basicamente, tratamos da importância também de um tratamento tributário adequado, que reflita... E, para isso, é preciso ter um olhar especial, tanto para a questão da criação específica de Cnaes na área de *games*, para que eles possam ser categorizados de forma correta, quanto também da inclusão de jogos eletrônicos de forma mais explícita, para que nós possamos saber onde, dentro da reforma tributária, esses jogos vão se encaixar, para que a gente tenha clareza de cada um desses setores.

Eu agradeço muito pela atenção.

É isso o que eu tenho a acrescentar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem. Muito bem, Raquel. Obrigado.

Passo imediatamente ao Menndel Macedo, que é o Diretor Jurídico da Câmara Brasil-Ásia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MENNDEL MACEDO (Para expor.) – Olá! (*Pausa.*)

Não vai conseguir apresentar? Que pena! (*Fora do microfone.*)

Bom, pessoal, eu tinha uma apresentação que eu ia exibir, mas eu posso lê-la aqui diretamente.

Estive na Câmara dos Deputados também, falando sobre Imposto Seletivo.

Primeiramente, eu gostaria de parabenizar a fala do colega, porque eu concordo com você em número, gênero e grau sobre Imposto Seletivo. Eu também acredito que o Imposto Seletivo tem um efeito meramente arrecadatório, porque muitas vezes ele se confunde com o próprio IPI e com a Cide também, porque a Cide é carimbada, mas o imposto não. Então, nada me tira da cabeça que esse imposto é, sim, para fins meramente arrecadatórios. Mas não é o espaço aqui, no Senado, para a gente chorar, porque isso foi no momento da Câmara, onde a gente chorou, gritou, pediu pelo amor de Deus. E aqui no Senado agora a gente precisa fazer pequenos ajustes, não é?

Então, qual foi o nosso trabalho de casa? E, como representante de 53 países asiáticos, estou falando em nome deles aqui. O nosso trabalho foi detectar, pontualmente, onde a gente poderia trazer melhoras na reforma tributária, no PLP 68. (*Pausa.*)

Ah, ótimo. Então esperem aí que eu vou até mostrar para vocês onde eu gostaria de... (*Pausa.*)

Bom, então, qual foi o nosso trabalho de casa aqui? Como a gente está aqui no Senado, e normalmente aqui a gente precisa fazer alguns ajustes finos, a gente detectou três pontos de inflexão, que podem ser extremamente atrativos e evitar contraproducência, o que muitas vezes está constituído no PLP 68.

O primeiro que eu gostaria de trazer é em relação à nossa reflexão sobre quais são as melhores formas de mitigar os impactos das relações internacionais entre empresas estrangeiras e o Brasil; e como evitar, de fato, todo esse burburinho que se fala de exportar imposto ou tributo. Eu acredito que isso aí já esteja superado pelo próprio PLP 68.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns ajustes finos que a gente detectou, em especial, tratam do período de apuração. Se a gente observar no PLP 68, ele estipula desta seguinte maneira, no art. 427: "O período de apuração do Imposto Seletivo é mensal, podendo ser reduzido por regulamento". Quando você vai ao art. 47, salvo engano, que está aqui na minha apresentação...

Esperem aí, deixem eu só voltar aqui. (*Pausa.*) Agora foi? Ótimo, obrigado. Só um segundo, pessoal, deixem eu só chegar lá no... Tá.

Quando a gente vai ao art. 45, que trata dos tributos que foram instituídos, que são a CBS e o IBS, que é o IVA Dual, a gente percebe o quê? "O período de apuração do IBS e da CBS [...] [é] mensal" – ponto.

Depois, logo após, ele informa que o regulamento vai regular o período etc. Quando a gente vai ao art. 427, ele fala assim – até acabou comendo um pedaço do artigo ali –: o "Imposto Seletivo [...] [tem apuração] mensal, podendo ser reduzido por regulamento". E quando você olha logo abaixo, ele fala que o regulamento poderá alterar o período de apuração mensal.

Só explicando para vocês do que se trata: eles já estão prevendo, no próprio art. 427, uma possibilidade de o regulamento reduzir o período de apuração do Imposto Seletivo. Pessoal, isso é totalmente contraproducente numa rotina fiscal dentro de uma empresa. Qual é a lógica sistêmica em se ter uma previsibilidade de um período de apuração do IBS e da CBS como mensal e trazer uma possibilidade de o Imposto Seletivo ter um período de apuração menor que o mensal? "Ah, beleza, é possível a gente fazer isso, porque vai de acordo com a utilização do bem ou do serviço, que pode ser prejudicial à saúde e ao meio ambiente", mas a gente não está pensando na rotina fiscal dentro das empresas, no período de apuração mensal que as empresas precisam fazer de forma hercúlea, para apurar o IBS e a CBS, que são o novo sistema tributário.

Se a gente emplaca o Imposto Seletivo, onde se tem um período de apuração menor que um mês, que seja de 15 dias, dez dias, cinco dias, isso vai virar um verdadeiro pandemônio para dentro das empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não faz sentido, com todo o perdão da palavra, o legislador colocar uma exceção, um salvo-conduto, dizendo poder ser reduzido por regulamento e, logo abaixo, prever justamente a possibilidade de reduzir o período de apuração. Isso causa uma insegurança e uma instabilidade dentro da empresa e se torna totalmente contraproducente na sistemática tributária de apuração mensal dos tributos dentro das empresas.

Então, é o primeiro ponto para o qual a gente gostaria de chamar a atenção, bem como um outro ponto, e já vou direto na situação.

Há uma discussão muito grande, inclusive depois do decreto da ANP sobre a reinjeção do gás para a extração do petróleo bruto, certo? Há uma discussão porque há quem diga que a reinjeção do gás natural para a extração do petróleo bruto é contraproducente e que a gente poderia estar utilizando esse gás natural para exportar, trabalhar e etc. Eu não discordo dessa informação, mas também preciso alarmar a todos os senhores e aos legisladores aqui da Casa que existem plataformas que sequer previam o transporte de gás natural.

Não sei se vocês têm esse conhecimento, mas contratos de extração petroleira são contratos longínquos, de 30 anos, podendo ser renováveis por mais 30 anos e, no meio desses contratos, vai haver a existência de um imposto seletivo. Havendo a incidência de um imposto seletivo, por mais que a gente saiba que o imposto seletivo é incidido uma única vez, se a gente mantiver o texto como está, na tentativa das petroleiras de reinjetar o gás natural para a extração do petróleo bruto, vai acabar incidindo duas vezes o imposto seletivo. Por quê? Porque ali, tanto no art. 420, como no 434, ele fala assim: Caso o gás natural seja destinado à utilização como insumo em processo industrial, a alíquota aplicada na importação, estabelecida nos termos do §2º, do art. 419 [que é a do Imposto Seletivo), fica reduzida a zero.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MENNDEL MACEDO – E ele replica esse mesmo artigo no 434: Caso o gás natural, agora importado, seja destinado à utilização como insumo em processo industrial, a alíquota aplicada na importação, estabelecida nos termos do §2º, do art. 419, fica reduzida a zero.

O que acontece?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui o legislador previu: no momento em que é utilizado o gás natural em processo industrial. Mas a reinjeção do gás natural para a extração do petróleo bruto não é considerada um processo industrial. E, pelo fato de não ser considerado um processo industrial e de, no meio desses contratos, a longo prazo, prever a incidência uma única vez do imposto seletivo, a gente fala que, nos contratos em vigência, as petroleiras que estão com contrato em vigência, quando começarem a trabalhar a exportação ou o comércio interno do petróleo bruto, terão a incidência de dois impostos seletivos: um, no gás injetado para a extração do petróleo e, dois, no petróleo bruto. Assim, isso se torna um pouco contraproducente no mercado, principalmente no mercado internacional, porque deixa a desejar esse nosso preço competitivo lá fora.

Então, as alterações legislativas que a gente sugere aqui são essas três, tanto do art. 420, quanto do art. 434 e do art. 427.

E, Senador, eu gostaria só de fazer uma ressalva também, que é só uma questão técnica de correção, que é... Só um minuto, que eu vou mostrar para vocês. E, assim, em que pese isso não ser tão relevante, é importante.

O art. 411 faz referência ao inciso V do art. 405, mas esse inciso V do art. 405 não existe. Então, é só para a gente poder amoldar e aperfeiçoar o PL 68...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MENNDEL MACEDO – ... porque eu acho que esse inciso caiu de paraquedas e acho que a gente acabou não observando.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Menndel.

Bem, passo imediatamente, então, ao João Hamilton, que é o nosso Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil.

O SR. JOÃO HAMILTON RECH (Para expor.) – Boa tarde a todas, a todos e a quem nos assiste *online* também. Cumprimento os integrantes da mesa na figura do Senador Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho uma apresentação genérica e grande, mas, como o tempo é curto, eu vou só pontuar algumas questões que eu acho mais importantes.

Aqui, é só para falar que a incidência é única; não temos créditos no Imposto Seletivo. Ele vai incidir sobre os tais pecados contra o meio ambiente, pecados contra a saúde.

Foi colocada na Câmara essa incidência sobre os jogos de prognósticos e os *fantasy sports*, que se chamam, não é? Eu até fui pesquisar o que era isto, *fantasy sports*. É aquele que a gente forma um time virtual, cria um time virtual com Neymar, Cristiano Ronaldo, e, conforme esses jogadores se desempenham no mundo real, tu ganhas pontos que podem te gerar algum valor como resultado desse tipo de jogo.

Deve-se ressaltar que, inicialmente, o Imposto Seletivo, como proposto pelo Governo, só tinha bens, não tinha nenhum serviço, como é o caso dos jogos; mas é algo a se pensar. A Câmara incluiu, e a gente está vendo o que está aparecendo na mídia, que é praticamente uma epidemia de jogos, inclusive com o setor de varejo reclamando que as vendas do varejo e de supermercados até reduziram, porque teria conjetura sobre o dinheiro que estaria destinado à alimentação estar indo, por exemplo, para esses jogos.

Então, talvez seja um pecado, um problema, um vício, que talvez mereça ser, sim, tratado pelo Imposto Seletivo também. Agora, qual a alíquota e tal? Isso não está definido aqui, porque o PLP não entrou nesse detalhe, e isso vai ficar para a lei ordinária; provavelmente no ano que vem nós vamos ter essas definições de alíquotas.

As não incidências do imposto seletivo eu vou passar; base de cálculo...

Aqui nós temos um problema das alíquotas *ad rem*. As alíquotas *ad rem* ou específicas vão ter uma base de cálculo expressa na unidade de medida apropriada. Eu acho esse tipo de alíquota bom, sim; ela permite um controle mais fácil para alguns tipos de produtos, como bebidas alcoólicas, por exemplo; ela é útil. No caso, até a proposta que mais se aplica ao redor do mundo é uma alíquota mista, uma parte *ad rem*, uma parte específica, e uma parte *ad valorem*, por exemplo, para cigarros e, por exemplo, para bebidas alcoólicas. O problema é que a alíquota *ad rem* envelhece; ela é um valor de tantos reais por litro, e vai ficar tantos reais por litro. Já uma alíquota percentual, quando o preço varia, é um valor maior. O valor de 10% de 10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é 1; 10% de 20 é 2. Então, automaticamente, aquilo se reajusta; e a alíquota *ad rem* não. Ela fica congelada, estática, envelhece.

Nós precisamos ter algum critério para a atualização dessas alíquotas *ad rem*, porque, senão, aquela tributação que deveria ser algo que inibe o consumo, daqui a pouco vai ser uma tributação fraca, uma tributação esmaecida, que não vai atingir mais esse objetivo.

Nisso, foi colocada no PLP a regra de que, a cada ano, seriam atualizadas as alíquotas *ad rem,* na forma da lei. Eu acho que teria que ficar um pouco mais claro, sabe, Senador. Acho que teria que ficar mais claro assim: serão atualizadas conforme critérios estabelecidos em lei – lei ordinária –, porque o problema é que, do jeito que está, dá a impressão de que, para cada ano, eu vou precisar de uma lei para fazer a correção, uma lei para definir as novas alíquotas. E aí a coisa vai ficar complicada, porque essa lei vai ser muito guerreada. Nós já tivemos exemplos, em outras tributações de PIS e Cofins que tinham sistemas semelhantes, de que é uma dificuldade muito grande aprovar uma lei que muda a alíquota *ad rem*.

Ela sobe porque o preço subiu, não é porque se está aumentando a tributação. É meramente uma consequência dos aumentos do preço no mercado, mas o que aparece na imprensa é que a Receita Federal está aumentando a tributação da cerveja. (*Risos.*) Então, fica complicado. É melhor que já se tenha um critério estabelecido em lei, um critério com base em IPCA, PIB, aumento do PIB – algum critério –, e que permita essa atualização automática. Então, isso é uma coisa que nós talvez devêssemos ver com mais cuidado aqui no Senado.

Não integra a base de cálculo a devolução de vendas. A própria CBS, o IBS e o próprio IS não estão na sua base de cálculo, é um tributo totalmente por fora. Isso dá mais transparência ao tributo. O ICMS, enquanto existir, até 2032, também vai ser retirado da base de cálculo.

Agora eu vou começar a falar de alíquotas. Não há definição de alíquotas no PLP, mas há critérios para quando as alíquotas forem definidas. Então, no caso de veículos, essas alíquotas, quando forem definidas, terão de ser graduadas conforme critérios verdes: se o carro tem menor emissão de carbono, se o carro tem reciclabilidade nos seus materiais. Daí, talvez o carro elétrico entre, pelo menos foi a explicação de uma colega lá do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. O carro elétrico – o.k. – não polui, mas e os materiais para construção dele? Aquela borracha que foi utilizada pode ter uma origem que tenha causado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

algum dano ao meio ambiente. Então, a questão não é tão simples assim, não é só uma questão de motorização.

Vai ter alíquota zero para veículos quando forem destinados a motoristas profissionais – os taxistas – e a pessoas com deficiências, desde que o valor do veículo não ultrapasse R$200 mil, considerando os tributos que, inclusive, seriam retirados.

Para cigarro, vamos ter essa alíquota mista, *ad valorem* e *ad rem*. Tem algumas regras sobre pena de perdimento que foram deixadas mais claras no PLP, pois nisso havia uma grande disputa judicial, se o veículo que transportava cigarros trazidos de forma ilegal deveria ser apreendido ou não, se haveria o perdimento do veículo. Então, agora isso está sendo deixado mais claro no PLP.

Bebidas alcoólicas: houve algumas mudanças em relação à proposta original. Também, aqui, nós vamos ter uma alíquota mista, *ad valorem* e específica. Foi proposto – consta na versão que chegou ao Senado, foi uma emenda lá da Câmara – que a tributação *ad rem* seria progressiva, conforme o teor alcoólico. E a gente não tinha colocado isso, não. A proposta original do Governo dizia que consideraria o teor alcoólico, mas não que seria progressiva com o teor alcoólico. Resumindo, quer dizer que a cachaça, que tem um teor alcoólico maior do que a cerveja, teria uma alíquota maior por conta disso, só por ter o teor alcoólico maior. Nós temos que avaliar se realmente essa é a melhor ideia, mas de qualquer forma na lei está "poderá ter", então seria uma possibilidade.

Outra questão que está sendo tratada, dos pequenos produtores, é que nós temos hoje, na tributação de bebidas alcoólicas no PIS-Cofins, uma regra para pequenos produtores de cervejas, de chope, até 10 milhões de litros por ano. Não está definido nenhum montante aqui, mas vai ser proposta uma emenda – viu, Senador? –, a secretaria extraordinária vai propor uma série de sugestões ao projeto e vai mandar isso aqui ao Senado. Uma vai ser essa de dar uma alíquota diferenciada, para baixo, menor, a esses pequenos produtores, não só de cerveja e de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO HAMILTON RECH – ... chope, mas talvez até de outras bebidas alcoólicas; mas os critérios vão ser definidos em lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, foi colocada uma emenda, só que com a topologia muito ruim, isso tem que ser adequado aqui pela assessoria, que é dizendo o seguinte: enquanto nós tivermos o ICMS – que vai decrescendo, ele vai decrescendo até morrer em 2032, o ICMS –, o Imposto Seletivo iria fazer o caminho inverso, ele iria subindo aos poucos. O ICMS vai descendo e o Imposto Seletivo vai subindo, de forma que o valor dê constante naquele período de transição, porque o ICMS faz um certo papel de imposto seletivo hoje, ele é pesado também sobre as bebidas alcoólicas. Então, o setor reclamou que ter o Seletivo mais o ICMS, que vai continuar existindo nesse período, seria muito. Então, foi colocada uma emenda para dizer que vai ter que se considerar esse gradiente aí.

O único problema é que a emenda está lá como §4º do art. 420. O art. 420 trata da alíquota zero do gás natural, quando destinado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO HAMILTON RECH – ... à produção de energia. Então, não tem nada a ver um assunto com o outro, deveria ser um artigo separado, mas é só um detalhe.

Já estou acabando.

Bens minerais. Houve uma mudança na Câmara, de que a alíquota máxima – não quer dizer que vai ser essa, como eu disse, a alíquota não está definida no PL – era 1%. Agora, a alíquota máxima está limitada em 0,25%. Isso foi por emenda na Câmara.

Os códigos desses produtos estão lá no Anexo 17, os códigos NCM, que identificam os produtos. No caso, o gás natural tem dois códigos, porque o gás natural pode ser liquefeito, quando ele vem importado em alta compressão, ou ele pode ser o gás natural em estado gasoso mesmo, que vem em tubulações. Então, são códigos diferentes e estão os dois códigos lá.

E há essa redução a zero para não onerar o setor industrial quando o gás natural for utilizado para processos industriais, produção de energia.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO HAMILTON RECH – Embarcações e aeronaves. Vai ser proposto, se não me engano, um detalhamento maior de quais embarcações seriam alcançadas. Porque aqui nós colocamos iates com motor, uma ideia mais simples de que quem tem motor... Uma embarcação com motor polui, uma embarcação que é só a vela faz menos mal ao meio ambiente; mas talvez sejam colocados mais critérios, e não são abarcadas aqui embarcações com uso comercial, porque daí onerariam um ativo muito importante dessas empresas. Por exemplo, uma empresa pesqueira, então, não entraria aquela embarcação no Imposto Seletivo.

Aeronaves estão todas. Todas as aeronaves, que estão na posição 8802 da NCM, estariam sujeitas ao imposto seletivo, apesar de que eu não sei se existe muita compra e venda de aeronaves, porque a incidência seria na compra e venda. Geralmente são outras figuras que se utilizam com aeronave, utiliza-se *leasing* e tal.

O que está fora aqui, que também estaria naquela posição 8802...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO HAMILTON RECH – ... é até satélites, essas coisas estão fora.

Bebidas açucaradas, refrigerantes, refrescos a base de chá e mate, água aromatizada. Como foi dito, é um único código, mas pega todos os refrigerantes.

Há esses questionamentos todos sobre essa incidência, mas é uma realidade no mundo. O mundo, sim, tributa por *excise tax*, imposto seletivo, esse tipo de produto, porque ele está ligado à obesidade, muitas vezes, de crianças em escolas, a diabetes... Então, é um produto que faz mal à saúde e merece ter a tributação do seletivo.

Vou passar aqui o contribuinte, apuração e pagamento – já foi falado.

Aqui na apuração e pagamento, uma ideia surgiu sobre se a gente não poderia usar o *split payment* com o Imposto Seletivo. Porque nós vamos usar o *split payment*, que é aquele em que o banco vai separar já a parte do fisco, na CBS e no IBS, que são tributos até mais complexos do que o Imposto Seletivo. Então, talvez...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO HAMILTON RECH – ...o Imposto Seletivo fosse mais fácil de utilizar. É uma ideia que a gente vai propor.

Na importação, rapidamente, para simplificar, nós não colocamos todas as regras de importação no texto do Imposto Seletivo, são apenas 31 artigos no PLP 68. E gente remete à parte do próprio PLP que trata da importação da CBS e do IBS, que trata daqueles regimes *drawback*, de isenção de bagagem, está tudo aqui...

Inclusive, nós tivemos um questionamento de lojas francas, em que nós entendemos que está contemplado. As lojas francas estão achando que vão ser sujeitas ao Imposto Seletivo na hora em que elas adquirirem, por exemplo, bebidas alcoólicas, mas não vão ser, porque nós temos o Decreto-Lei 1.455, em seu art. 15, que dá suspensão dos tributos. E o Imposto Seletivo é mais um tributo.

Já vou acabar.

Por fim, eu só quero lembrar algumas questões, até foram faladas aqui pelo Menndel. Nós temos problemas de remissão no texto, não é só aquele problema do 405, tem outros. Tem esse problema da topologia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO HAMILTON RECH – ...mas acho que a assessoria vai resolver isso, são problemas formais menores.

Sobre alíquota da *ad rem*, eu já falei. A base de cálculo na importação nós vamos ter que ver, porque tem uma redação já proposta, que já foi por emenda na Câmara, mas não sei se ela vai ser suficiente, porque nós temos que pensar o seguinte: nós não podemos favorecer o produto importado em relação ao nacional. E, do jeito que está, pode acontecer isso. Eu vou pegar o exemplo do cigarro. No cigarro, nós vamos ter o valor de varejo como base de cálculo do Seletivo – o cigarro produzido no Brasil. Se eu importar cigarro, a regra da importação é o valor aduaneiro. O valor aduaneiro é muito menor do que o valor de varejo. Então, começaria a ser vantagem importar cigarro do ponto de vista do Seletivo? Nós vamos ter que tratar disso, talvez mexer um pouquinho no texto para deixá-lo mais claro.

Era isso, obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, João.

Agradeço aos expositores.

Vamos fazer mais uma troca aqui, não é?

Vou convidar aqui o Victor Bicca Neto, que é o Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e Bebidas não Alcoólicas (ABIR); o Rinaldo Mancin, que é o Diretor de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM); o Felipe Kertesz Renault, que é o Diretor da Associação Brasileira de Direito Financeiro e o Tiago Conde Teixeira, que é o Procurador-Adjunto da Procuradoria Especial do Direito Tributário da OAB, ele está remotamente.

Eu aproveito e já convido aqui então para ocupar aqui também...

Veja mais uma cadeira para mim, porque eu vou chamar...

Tem aqui o Edimilson Alves, que é o Diretor Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Fumo.

Ele está? Edimilson? Venha cá, Edimilson.

Arrume mais uma cadeira para a gente chamar logo o Rafael Marcondes também.

Rafael, está?

Rafael é da Associação Brasileira Fantasy Sports.

Bem, vou passar para o Felipe, para suas considerações, Diretor da Associação Brasileira de Direito Financeiro, convidado especial do Senador Flávio.

O SR. FELIPE KERTESZ RENAULT (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Izalci, pela gentileza do convite e pela participação em mais uma audiência pública, ao lado de V. Exa., de um tema que me parece dos mais caros.

Acho que os brilhantes professores que me antecederam – a Profa. Denise e o Prof. José Maria Arruda – já trouxeram os problemas centrais do Imposto Seletivo, o Prof. Holland e tantos outros, então, eu vou iniciar tocando em pontos que me parecem muito caros à estrutura e vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direto para a extração de petróleo e o problema do óleo e gás, de modo geral, que me parece que é um problema que atinge todo o Brasil, especialmente o Sudeste, mas também o Norte e o Nordeste, que têm uma preocupação muito grande.

O Governo acabou de distribuir participação especial, na casa de R$5 bilhões para estados e municípios, em razão da extração do petróleo, então parece-me um tema muito caro para o Estado do Rio de Janeiro, mas também para todo o Brasil.

Primeiro, o problema é estrutural e diz respeito ao fato de que o Imposto Seletivo, como foi idealizado por Pigou, é uma ideia de *excise tax* ou "imposto sobre o pecado" que visa reparar os custos sociais, em razão daquelas externalidades negativas provocadas pelo comportamento de determinadas atividades; ou seja, se eu tenho um comportamento danoso, é preciso que o Estado reponha o ônus social que ali se desempenha.

O problema é que tudo se altera e se visa à arrecadação sobre tudo; então, o Imposto Seletivo, que vem com viés de salvaguardar o meio ambiente e a saúde pública, já nasce de todo arrecadatório. Primeiro, para que ele freie o crescimento da alíquota do IBS e CBS, porque, como muito bem posto aqui pelos que me antecederam, veio no formato de imposto, de modo que a sua receita é repartida entre os entes. Então, é uma forma de compensar estados e municípios e de frear a subida da alíquota, que, até hoje, ninguém sabe como se chegou a 26,5% e 28%, mas, para qualquer alteração, ameaça-se subir ainda mais a alíquota do IBS e do CBS.

O segundo ponto, que foi muito bem trazido pela Profa. Denise, que talvez seja a maior hoje pesquisadora no tema de meio ambiente aqui no Brasil, se a ideia do seletivo é punir aquilo que é danoso ao meio ambiente e à saúde pública, é preciso que haja medidas de reparação ou de atenuação dessa tributação, porque, se eu poluo de um lado, mas eu invisto em energia renovável do outro, se eu compenso do outro, obviamente isso precisa ter um impacto, porque o fim primeiro da norma é preservar o meio ambiente e a saúde pública.

A gente só olha aqui para tributação. Só se tributa. Então, eu tributo se é danoso e eu não gero nenhuma medida de compensação, de modo que a Europa hoje se utiliza de uma norma de *carbon tax*, os Estados Unidos hoje se utilizam, por exemplo, do *Inflation Reduction Act*, o *IRA*, que é exatamente esse estímulo às empresas de óleo e gás a investirem, de um modo geral,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

créditos subsidiados em energias renováveis, em práticas de interesse do meio ambiente. Você tem uma redução proporcional dessa tributação excessiva, porque o fim primeiro do Imposto Seletivo é exatamente a preservação ambiental e a saúde, então se é esse o fim primeiro, o arrecadatório precisa ficar em segundo plano. Ele pode existir? Pode. Não é um problema que exista, mas em segundo plano. A finalidade é que precisa ser atendida.

E, entrando aqui, já objetivamente, no setor de óleo e gás, Senador, a gente tem algumas questões que são importantes. Primeiro, a gente está falando de uma *commodity*. Se é uma *commodity*, não tem repasse de preços.

Então, no momento em que eu opto por tributar a extração de petróleo numa linha que nós já conhecemos, Senador, aqui no Brasil... E o Senador Flávio, com certeza, está muito preocupado com isso, porque atinge diretamente a economia do Estado do Rio de Janeiro. Quando eu tenho uma tributação sobre uma atividade que é chave para a arrecadação – hoje o setor de óleo e gás responde por 40% do PIB do Estado do Rio de Janeiro, 30% da arrecadação; não há setor mais relevante para o Estado do Rio de Janeiro do que o setor de óleo e gás –, eu não consigo repassar isso no preço. O que eu tenho é um desinvestimento.

Um estudo recente, que inclusive foi divulgado em artigo que tive o prazer de publicar com o meu amigo Fábio, que aqui se encontra, demonstra que, primeiro, a cada R$1 de tributo, eu tenho um impacto de R$6 nos projetos de óleo e gás. Segundo, o Brasil tem um dos maiores *breakevens* do mundo de exploração de petróleo, de extração de petróleo, de projetos no setor de óleo e gás. É um dos países mais caros do mundo para se extrair petróleo e nós temos inúmeros concorrentes.

Então, uma coisa, Senador, como a gente vê aqui, e muito, no Brasil, que é tributar os grandes setores econômicos... Vimos isso com a alíquota seletiva, energia elétrica, setor de... Onde tem dinheiro a gente busca aumentar a arrecadação ali. O problema é que a gente precisa analisar o impacto que isso gera na economia em empregabilidade, em investimento em novos projetos. E a economia brasileira está combalida.

Então, a gente vai lá buscar maior arrecadação para frear o crescimento de alíquotas de IBS e CBS, para compensar estados e municípios, mas ao mesmo tempo também se está tirando o dinheiro dos estados e municípios, porque a participação especial que é calculada com base

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no resultado líquido da exploração daquela concessão, da extração de óleo e gás nos campos concedidos, como a exploração se dá no resultado líquido, para cada R$1 a mais que eu pago de tributo, é R$1 a menos que eu passo para os estados e para os municípios.

Então, ao mesmo tempo em que se busca uma tributação, retira-se também a participação especial, a parte que cabe a estados e municípios, já que isso seria dedutível da participação especial.

Então, esses são os pontos, ao meu ver, mais importantes já na largada.

Outro ponto que é muito importante e que fala da exportação de minério, que já foi trazido aqui, talvez seja um dos mais graves de inconstitucionalidade vistos nessa norma. Nós temos uma norma imunizante na Constituição Federal, o art. 153, §6º, inciso I, que imuniza as exportações. Não há a menor lógica em se tributar a exportação. Tudo bem que óleo e gás, a rigor, a rigor, não seria minério, mas entra... Também não há nenhuma garantia de que não vai entrar nessa regra aqui trazida. E, mais do que isso, não faz o menor sentido tributar o minério brasileiro com uma competição internacional absolutamente selvagem. E a gente vai buscar... É o único país que vai tributar a exportação. Isso não tem o menor sentido.

Então, me parece que aqui, no Imposto Seletivo, com a medida arrecadatória, a gente acabou, como consequência lógica desse processo tributário, a gente vai acabar freando o desenvolvimento econômico brasileiro. Nós tivemos aqui um exemplo no próprio Município do Rio de Janeiro, que foi o Programa ISS Neutro, que é bem interessante. Ele se vale de normas da União Europeia para fins de compensação de carbono, mesmo que a gente ainda não tenha isso no Brasil, e lá há uma redução direta do ISS na medida em que as empresas compensam o carbono.

Essa é uma medida, parece-me, que conversa um pouco com o Projeto de Lei Complementar 29, de 2024, que está em trâmite aqui no Congresso Nacional, de medidas compensatórias, e segue a linha de que, se não há... E aqui foi muito bem dito pelo Andre – eu não sei, André, se realmente aqui no Senado a gente não consegue alterar tudo; eu acho que dá para alterar e salvaguardar, ajustar a rota desse projeto, mas o fato é que nós temos aqui uma oportunidade de gerar contrapontos e ajustes nesse projeto que me parece que é tão caro, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Dito isso, tenho esperança de que o Senado Federal colocará o tema na rota, tenho esperança de que, se a gente não conseguir, como eu vinha dizendo, retirar o Imposto Seletivo da exportação – que é uma inconstitucionalidade e que vai importar na litigância –, se a gente não conseguir fazer com que o Imposto Seletivo não incida na extração de petróleo e que sobreonere toda a cadeia – eu estou falando só do *upstream*, mas o *downstream* também está muito combalido nessa discussão –, que pelo menos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE KERTESZ RENAULT – ... a gente consiga inserir no projeto medidas compensatórias ou redutoras, afinal de contas o fim primeiro do Imposto Seletivo é preservar o meio ambiente, e não arrecadar. Se é preservar o meio ambiente e eu invisto na preservação do meio ambiente, em energias renováveis, etc., não há por que isso não ter impacto direto nessa tributação.

E encerro, Senador, refazendo o alerta. Peço desculpas, acho que, talvez, das audiências públicas que V. Exa. tenha me dado o prazer de participar, esta seja aquela em que eu esteja falando com mais veemência, mais energia, porque me parece que, de fato, nós estamos caminhando contra a nossa própria economia, contra os próprios interesses do país, contra o próprio interesse de a gente desenvolver a economia brasileira; sim do Sudeste, sim do Nordeste, sim do Norte, mas do Brasil como um todo. A gente tem a chance de colocar esse projeto na rota.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Felipe.

Passo imediatamente ao Victor Bicca Neto, que é o Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas.

O SR. VICTOR BICCA NETO (Para expor.) – Boa tarde, Senador Izalci, obrigado pela oportunidade, Senador Flávio, Senador Jaime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, Senador, gostaria de dizer que o setor é favorável à reforma tributária. É importante para o país trazer segurança jurídica, trazer a questão toda de simplificação do nosso sistema, mas a gente não pode errar.

Vou passar uma apresentação, mas acho que está fora do lugar.

Mas, mais importante aqui, Senador: o senhor sempre tem perguntado qual é o pedido aqui de ajuste, não é? O pedido de ajuste é a supressão de bebidas açucaradas do Imposto Seletivo, não só pelo que o próprio Dr. Márcio Holland já trouxe – a questão do aumento de carga tributária que esse setor terá sem o Imposto Seletivo, de que já estão sendo penalizados –, mas também pelo que o Dr. José Maria trouxe, de fugir da extrafiscalidade, que é a grande justificativa do Imposto Seletivo, e da vinculação do IPI. Mas, Senador Izalci, no texto do projeto de lei vem a questão da saúde, dizendo que esse imposto estaria sendo proposto para combater a obesidade. A gente não aceita isso, como se só esse produto fosse o grande causador da obesidade no país. Então, a gente gostaria de mostrar, em alguns minutos, a justificativa para haver essa supressão.

Vamos até ser audaciosos. Vamos pensar: e se não existissem mais bebidas açucaradas no Brasil? A gente estaria perdendo, Senador, 1.217 pequenas, médias e grandes empresas no Brasil. A gente estaria perdendo, Senador, 44 mil marcas no Brasil.

A gente estaria perdendo 600 centros de distribuição.

A gente estaria perdendo, isso é o mais importante, Senador, 2 milhões de empregos no Brasil, que é o que esse setor traz.

A gente estaria perdendo todo aquele tipo de incentivos a festivais culturais, esportivos, sociais, projetos que, efetivamente, agora, por exemplo, de combate à fome, que esse setor todo traz.

A gente estaria perdendo um milhão de pontos de venda. Esse é um setor que a gente brinca que dobra todas as esquinas do Brasil, todos os dias.

E, principalmente, Senador, a gente estaria perdendo, o Governo, R$18 bilhões em tributos recolhidos – é quanto esse setor recolhe anualmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nada disso, Senador, resolveria o problema da obesidade. Esse é o ponto.

Os próprios dados do Ministério da Saúde mostram que – e aqui a gente tem a Vigitel, que é uma pesquisa feita há 17 anos pelo Ministério da Saúde, são dados do Ministério da Saúde – enquanto, nesse período, a obesidade cresceu 105,9%, e é uma questão de preocupação, o consumo de refrigerante caiu pela metade, 51%.

Outro ponto que já foi até trazido aqui pelo Dr. Zé Maria: refrigerantes representam somente 1,7 de todas as calorias que o brasileiro consome. Aqui, bebidas açucaradas; refrigerante é até menos, é 1,3, ou seja, é punir um setor como grande vilão da obesidade, quando, na verdade, a gente sabe que a obesidade é uma questão multifatorial.

E aqui também seja talvez a grande contradição do projeto de lei, Senador, que veio da Câmara aqui para o Senado: 78,9% do açúcar que o brasileiro consome, ou vem do açucareiro, ou está dentro das frutas que a gente consome. Somente 21% vêm dos produtos industrializados. E bebidas açucaradas representam uma parcela pequena disso. Em contradição, o açúcar está na alíquota zero da cesta básica.

Então, é o que o Zé Maria falou. Se você compra um refrigerante sem açúcar e compra um açúcar com alíquota zero, ele não é taxado no Imposto Seletivo. Se você adiciona esse açúcar ao refrigerante, ele vira um mal para a saúde e tem que ser taxado. Aqui é uma das grandes contradições desse projeto.

Senador, a gente entende que aqui é uma questão de discriminação e de ineficácia de uma proposta que está sendo feita.

Quero trazer aqui alguns exemplos no mundo. A gente escutou que já existe esse imposto em outros países, com certeza. Vou trazer dois exemplos.

México. No México, existe há dez anos o imposto, Senador. Não diminuiu a obesidade no México. A obesidade mexicana continua aumentando.

Dinamarca. Depois de alguns anos, a Dinamarca revogou o imposto, porque estava impactando na economia, criando contrabando, criando evasão fiscal, coisa que a gente já viu aqui com outros produtos que têm o Imposto Seletivo, ou que tinham um IPI muito alto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, por outro lado, Senador, esse é um setor... A gente ouviu aqui sobre como é que a gente pode fazer bem para o meio ambiente. O que a gente tem feito para fazer parte da solução da obesidade?

Esse é um setor que fez um compromisso com o Ministério da Saúde de sacar 144 mil toneladas de açúcar de todos os produtos, as cinco categorias, ou seja, hoje, refrigerantes estão com, em média, 35% a menos do que a meta que tinha sido pactuada com o Ministério da Saúde, ou seja, é um setor que tem feito um esforço enorme para diminuir a quantidade de açúcar em seus produtos.

Segundo, a diversidade de produtos e embalagens. A questão de ampliar o portfólio para que o consumidor possa fazer a sua escolha de acordo com o seu estilo de vida. Isso tudo aqui, Senador, está numa pesquisa da McKinsey, que mostra que assim são efetivamente as ações para conter a obesidade, e não o imposto, que, nessa pesquisa, é o último item de eficiência para combater a obesidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICTOR BICCA NETO – Estou concluindo já.

Rotulagem nutricional. Dar a informação para o consumidor. O Brasil hoje tem a melhor rotulagem nutricional do mundo, é referência no mundo a rotulagem nutricional do Brasil.

Apoio à atividade física. A gente viu aqui, o Dr. Márcio Holland falou do sedentarismo do brasileiro. É a queima do balanço energético, é a queima da caloria. Esse setor tem promovido o estímulo ao exercício físico e também ao meio ambiente, é o setor que mais recicla. Enfim, tem um compromisso grande de não fazer propaganda para crianças até 12 anos – isso é exemplar.

E tudo isso, Senador, tem dado o seu resultado. A gente pegou esta notícia da *Folha de S.Paulo*, mostrando que, enquanto a obesidade cresce em todo o resto do mundo, no Brasil, em adolescentes e crianças, está parada. Esse é o resultado do trabalho que está sendo feito.

E aqui só uma pesquisa do PoderData que mostra que 90% dos brasileiros...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VICTOR BICCA NETO – ... não querem imposto, 73% não acreditam que o imposto em bebidas açucaradas deveria ser feito e 77% querem informação, como a gente está trazendo na rotulagem nutricional.

Então, Senador, esse é um setor que é referência e, por isso mesmo, deveria ter a supressão.

Eu tinha um filme aqui, Senador, que infelizmente, por problemas técnicos, não vai poder ser visto, mas os grandes impactados com esse imposto não são as grandes empresas, são as pequenas e médias empresas que estão aí pelo Brasil todo, são empresas regionais – a gente tem mais de 1,2 mil dessas empresas, essas que vão, de uma maneira injusta, que já vão ter uma carga tributária maior com o novo modelo, ser penalizadas.

Então, por conta disso... E, lá no seu estado, Senador Flávio, a Convenção, por exemplo, que tem mais de dez fábricas, vai ser impactada. Então, é por isso que a gente faz este pedido de supressão. Não faz sentido, pela questão da saúde...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICTOR BICCA NETO – ... taxar bebidas açucaradas.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Victor.

Passo a palavra para o Rinaldo Mancin, que é o Diretor de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Mineração.

O SR. RINALDO MANCIN (Para expor.) – Boa tarde, Senador Izalci e demais Senadores. Boa tarde, senhoras e senhores.

Obrigado, Senador Izalci, em nome aqui do setor mineral, pela gentileza do convite.

Eu represento aqui a mineração empresarial, um dos três principais setores da economia brasileira. Quero deixar claro, Senador, que somos favoráveis à reforma tributária, trabalhamos pela aprovação da reforma tributária e sempre fomos grandes porta-vozes em prol da reforma tributária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Onde está o nosso problema, Senador? No tema do Imposto Seletivo, especialmente do Imposto Seletivo que vai incidir sobre a extração mineral, a mesma extração mineral que vai ser a base da transição energética. O Brasil tem um conjunto de políticas públicas focadas em transição energética. Não existe nenhum tipo de energia limpa e renovável que não demande minérios, minérios são a solução da transição energética. Há um contrassenso gigantesco, Senador Izalci, em se taxar minérios com o Imposto Seletivo. Obrigado, Felipe, você me ajudou bastante aqui.

Senador, eu queria trazer um pouquinho aqui do que é a mineração no Brasil, um setor desconhecido. É um setor que vai investir US$65 bilhões no Brasil nos próximos cinco anos. É um setor que, nas últimas duas décadas, tem respondido pelo saldo positivo da balança comercial brasileira – no ano passado, foi 32%; durante a pandemia, 82% do saldo positivo da balança comercial foram do minério. O saldo positivo alimenta as reservas cambiais no Brasil; as reservas cambiais garantem um escudo protetor para a nossa democracia.

Então, a contribuição da mineração brasileira transcende o nível micro e o nível macroeconômico. Nós estamos falando de um dos principais setores da economia, um setor, Senador, que recolheu R$85,6 bilhões no ano passado em tributos, o mesmo setor que arrecadou a compensação – a Cfem, o *royalty* do setor – de R$7 bilhões. É um setor que emprega diretamente 210 mil trabalhadores, 2,2 milhões de trabalhadores em toda a cadeia produtiva.

Mexer num setor desse tamanho, com tamanha projeção econômica, é mexer na macroeconomia brasileira. O alerta que nós trazemos aqui, Senador, é isso. Se eu for mexer na balança comercial brasileira, aumentando a tributação, aquela que já é a maior do mundo... Há mais de uma década o Ibram monitora junto com a Ernst & Young a carga tributária total e efetiva do Brasil aplicada à mineração. Eu provo para os senhores: é a maior do mundo. Aumentar a tributação aqui no Brasil com o Imposto Seletivo sobre mineração é a alegria da Austrália, nosso maior concorrente; é a alegria do Canadá, nosso maior concorrente, é gerar emprego lá fora, e não aqui no Brasil.

Senador, é muito importante dois pontos que estão no Imposto Seletivo: primeiro, esse que eu falei, da transição energética. Os minerais são a resposta. Grandes economias, até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

citadas pelo Felipe, estão na rota exatamente oposta da nossa. O Inflation Reduction Act, dos Estados Unidos, está financiando a transição energética. Bilhões de dólares estão sendo investidos para gerar novas oportunidades na mineração, e nós aqui estamos indo na linha contrária. Vamos taxar a mineração, vamos taxar os minerais.

Minério de ferro é a base de nove outras indústrias: a indústria automobilística, a indústria naval, a indústria da construção civil. É isso que o Brasil quer? Repassar a inflação para nove outras cadeias produtivas? Criar a figura do Imposto Seletivo sobre minério de ferro é isso, é taxar outras cadeias produtivas.

Lembrando, o Brasil não tem uma política de minerais críticos para a transição energética. Outros países estão incentivando: são US$360 bilhões nos Estados Unidos, a União Europeia... Estamos no contrassenso, Senador Izalci. Se nós queremos ser competitivos, deveríamos ir na rota exatamente contrária. O Imposto Seletivo vai aumentar ainda mais a carga tributária, vai aumentar o custo das exportações brasileiras, vai reduzir a competitividade.

Então, Senador, há um ponto crítico aí, não é? Taxar exportações. Nada contra o setor de bebidas, nada contra o setor de cigarros. Se eu produzir uma bebida, se eu produzir um cigarro e decidir exportá-lo, ele é isento de exportação, correto? É isento de Imposto Seletivo sobre a exportação. Agora, se eu produzir minério de ferro, um bem de todo brasileiro, um produto que é considerado de utilidade pública e exportá-lo, eu estou sujeito ao Imposto Seletivo sobre a exportação. É claro, Senador, que isso vai virar uma judicialização sem tamanho, não é?

Então, são inadmissíveis duas coisas: primeiro, incidir o Imposto Seletivo sobre a extração mineral, principalmente focado em transição energética. Outro grande problema que temos aí na frente é cobrar Imposto Seletivo sobre a extração mineral, não é? Isso vai levar a um caos de judicialização sem fim.

Senador, lembrando: incentivar, desincentivar, desincentivar produtos que fazem mal à saúde... Como disse a Dra. Denise, desincentivar produtos que fazem mal ao meio ambiente. Claro, mineração provoca impacto ambiental; é uma atividade econômica que provoca impacto. Para isso, recolhemos a Cfem, um preço público que é pago pelo setor justamente para compensar aqueles impactos não mitigáveis, que está previsto em legislação desse tipo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí vem um ponto, Senador Izalci: como pode o Brasil querer desincentivar a produção de lítio, de nióbio, de minerais que vão ser a essência da transição energética? Será que a gente não está na contramão, Senador? Deveríamos justamente fazer o contrário: sermos os grandes fornecedores de minerais que vão trazer a descarbonização da economia.

Então, Senador, pedidos nossos – aí de uma forma bem direta –, o mais lógico de todos: não quero mudar o que está aprovado na Constituição, mas eu posso declarar a não incidência. Há muito tempo está aprovada a figura do Imposto Seletivo sobre petróleo e nunca foi cobrado. Eu também posso ter a figura da não incidência. Beleza! Está previsto lá. Então, pedido número um nosso: que não incida sobre mineração; pedido número dois nosso, mais crítico ainda: que não incida sobre as exportações.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RINALDO MANCIN – Senador, se nada disso acontecer, o que nós vamos ter aí pela frente? Grandes riscos: aumento nos custos de produção; inflação – estamos aumentando o preço, por exemplo, de minério de ferro, a base de nove cadeias produtivas –; redução na competitividade do Brasil – o Brasil produz minério de ferro de alta qualidade. Esse minério sai da Amazônia e, depois de 45 dias de barco, ele vai parar na China. Conseguimos ser competitivos. E 80% do custo disso é frete. A Austrália está a nove dias do porto chinês. Mesmo assim, conseguimos ser competitivos. Então, a nossa competitividade é uma equação de muita complexidade – ; ainda, insegurança tributária e fiscal; e prejuízo na balança comercial brasileira.

Lembrando: ano passado, 32% do saldo positivo foi a conta exportação de minérios. Neste ano, no primeiro semestre deste ano, 52% do saldo positivo da balança foi a conta minério.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RINALDO MANCIN – O que nós mexermos aqui, Senador, pode afetar a macroeconomia do Brasil, pode afetar as contas públicas do Brasil.

Obrigado pela oportunidade, Senador Izalci. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Rinaldo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar o palavra, agora, para o Tiago Conde, que está por videoconferência.

O Tiago é Procurador-Adjunto da Procuradoria Especial de Direito Tributário da OAB.

O SR. TIAGO CONDE TEIXEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente. Obrigado a todos e a todas. Boa tarde!

Eu cumprimento a todos nas pessoas do Senador Izalci e do Senador Flávio, aí presentes. Cumprimento também o Dr. Victor, o Dr. Felipe e a Profa. Denise, que estiveram aqui antes na tribuna e que facilitaram, efetivamente, aqui a nossa manifestação.

Senador, o que o Conselho Federal traz são questões práticas e desafios práticos relativos à prestação de serviços. Então, é uma preocupação recorrente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil essa questão... A primeira é a questão da transição da reforma.

É lógico que a reforma, Presidente, trouxe avanços significativos, mas a transição para essas novas regras, principalmente para os prestadores de serviço, será algo extremamente complexo, em razão aqui do longo tempo de duração.

E um exemplo claro, que ilustra essa nossa complexidade, é a possibilidade, por exemplo, de reequilíbrio dos contratos administrativos, permitindo repasse automático de efeitos tributários em contratos firmados com entes públicos, por exemplo, que está previsto na Lei Complementar 68. Então, por exemplo, nessas contratações, poderá haver debates sobre a diferença entre o preço e a matriz de custo do prestador. Então, essa já é uma situação que indica uma grande possibilidade de aumento do contencioso em contratações com entes públicos, o que deixa uma grande preocupação na sociedade e no Conselho Federal da OAB.

Um outro ponto, Presidente, é a exportação de serviços. A reforma sempre foi divulgada com a promessa de que as exportações seriam desoneradas. No entanto, o texto da reforma não reflete plenamente essa expectativa. Por exemplo, para mercadorias, a desoneração da exportação é clara. Contudo, para serviços, o texto repete a problemática já existente no ISS, ou seja, adotou-se um modelo que herda aqui os mesmos problemas do ISS, o que tem gerado grandes questionamentos no Judiciário e continuarão gerando, que é o critério aqui do resultado jurídico do serviço. Então, nós do Conselho Federal já estamos prevendo longas disputas judiciais acerca desse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro ponto – e os colegas falaram muito aí de crédito e de comprovação de determinados setores. Vi o Ibram falando, o Victor falando sobre as bebidas açucaradas –, e uma questão que preocupa a todos aqui é o crédito apenas após a comprovação do pagamento.

Para prestadores de serviço, a reforma tributária estabelece que o direito ao crédito só poderá ser exercido após a comprovação do pagamento pelo fornecedor, e isso é uma obrigação negativa. O prestador de serviço aqui vai ficar dependente do fornecedor, para que este efetue o pagamento pelo serviço e o recolhimento do tributo, permitindo que só assim o prestador possa tomar o crédito, ou seja, se esse modelo realmente funcionar, esse problema do *split* pode ser mitigado.

Entretanto, é crucial que a reforma tributária preveja mecanismos absolutamente claros para resguardar o prestador de serviços, aí caso o *split* não ocorra – e essa é uma questão que pode aumentar o custo de todas as prestações de serviços e aumentar e muito a litigiosidade no nosso país. E isso tem uma indicação direta com todos os setores aqui falados, como o setor da mineração, que é tão importante e competitivo, no Brasil; o setor de bebidas; e o Felipe falou aí da questão do petróleo. São questões em que a prestação de serviço vai ser extremamente onerada.

Outra questão para os prestadores de serviço, e sobre a qual o Conselho Federal tem muita preocupação, é o crédito sobre despesas de saúde dos empregados. A reforma exclui, Senadores, a possibilidade de crédito relacionado à despesa de saúde dos empregados.

Por outro lado, vale destacar que essas despesas representam uma das mais significativas obrigações financeiras para os empregadores. Dessa forma, é fundamental, à medida que se impõe que determinadas despesas dos prestadores de serviços sejam elegíveis para gerar esse crédito.

E aí, mais uma vez, o Conselho Federal destaca que o direito ao crédito, fundamentado no princípio da não cumulatividade, terá menor relevância para prestadores de serviços em comparação a outros setores. E esse é um ponto importante. Nosso país é um país que tem predominância pela prestação de serviços. E esse benefício oferecido pelos empregadores, por exemplo, na forma de planos de saúde, contribui para a redução de gastos do SUS, uma vez que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empregados, aqui, têm acesso a cuidados médicos por meio de planos de saúde específicos, o que deixa o SUS um pouco menos sobrecarregado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TIAGO CONDE TEIXEIRA (*Por videoconferência.*) – Esses créditos, sobre essas despesas de saúde, são essenciais, na visão do Conselho Federal, para que se harmonize, ou para que se equilibre, essa relação.

Um penúltimo ponto aqui, Senadores, é a questão da não cumulatividade. A não cumulatividade aqui é um princípio fundamental da reforma, é um princípio que o Conselho está, a todo momento, reiterando, e é imprescindível que ele seja rigorosamente respeitado e os créditos sejam devolvidos aos contribuintes.

Isso é questão de segurança jurídica, de respeito àquilo que já está posto, ou seja, o crédito ser efetivamente devolvido. Por isso, o PLP aqui deve prever mecanismos que garantam a devolução dos créditos, especialmente, caso a administração fiscal não o faça dentro do prazo estabelecido de 60 dias, previsto no art. 58.

Hoje nós não temos mecanismos efetivos, Senador Izalci, que garantam essa devolução dos créditos.

Então, os prestadores de serviços ficarão absolutamente, perdoem-me a expressão, no limbo, quando e se a administração quiser devolver.

É de suma importância manter essa vigilância na implementação desses princípios, especialmente no que diz respeito ao setor de prestação de serviços, que é o que será mais impactado na reforma, hoje em dia.

Chegando aqui às considerações finais, pelo Conselho Federal, o IBS e a CBS têm o potencial, lógico, de simplificar drasticamente o Sistema Tributário Brasileiro, mas há desafios importantes a serem implementados, há desafios importantes na implementação do IBS e da CBS.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TIAGO CONDE TEIXEIRA (*Por videoconferência.*) – Primeiro, caso a legislação tributária não seja transparente e simples, o contencioso tributário, Profa. Denise, terá potencial de aumentar e se tornar ainda mais complexo do que é hoje.

Segundo, a transição para o novo sistema será absolutamente desafiadora, e os contribuintes brasileiros, todos os contribuintes que falaram anteriormente aqui, não são maus pagadores, muito pelo contrário, hoje o contribuinte brasileiro muitas vezes não sabe o que ele deve pagar, em razão da complexidade do próprio sistema.

E o terceiro é: o setor de prestação de serviços enfrentará...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TIAGO CONDE TEIXEIRA (*Por videoconferência.*) – ... não apenas um aumento expressivo da carga tributária, mas também obstáculos práticos que podem impactar, Senador, a sua operação.

Então, o Conselho Federal agradece a oportunidade de estar, mais uma vez aqui, defendendo tanto os aspectos de segurança jurídica como os aspectos da prestação de serviços, que impactam todos os contribuintes brasileiros.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Tiago.

Bem, passo imediatamente ao Edimilson Alves, que é o Diretor-Executivo da Associação Brasileira da Indústria do Fumo.

O SR. EDIMILSON ALVES (Para expor.) – Boa tarde, Senador Izalci.

Quero aqui cumprimentar os membros da mesa, cumprimentar o Senador Jaime, o Senador Flávio Bolsonaro, e dizer para o senhor, Senador Izalci – agradecendo pelo convite de estar aqui participando desta audiência pública no dia de hoje –, que o setor é favorável à reforma tributária. Inicialmente, eu acredito que a reforma tributária vai até o fim, buscando a simplificação e não o aumento de tributo, Senador Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero deixar registrado que nós, da Associação Brasileira da Indústria do Fumo, estamos aqui pleiteando a saída do Imposto Seletivo, tá? Nós entendemos que o nosso produto oferece risco e concordamos em estarmos aqui no Imposto Seletivo; mas tem uns dados aqui, Senador, que vale a pena trazer para este debate nesta audiência pública.

Senador Izalci, na última década, o Brasil deixou de arrecadar R$100 bilhões em impostos, perdendo aí para o contrabando. Isso é dez vezes, Senador, o orçamento do Ministério das Cidades, do Minha Casa, Minha Vida, na Faixa 1; é cinco vezes o orçamento, Senador Flávio Bolsonaro, do Ministério da Justiça, que é quem está incumbido de proteger as nossas fronteiras.

Então, deixou-se de arrecadar R$10 bilhões de Pix por ano; e esse dinheiro foi parar onde, Senador Jaime? Conforme reportagem aqui da *Folha de S.Paulo*, mais de R$100 bilhões foram para o mercado ilegal, R$94 bilhões para o Comando Vermelho, para o PCC, ou seja, esse dinheiro está indo para o Comando Vermelho, está indo para o PCC, está indo para o crime organizado.

O que causa espécie aqui, Senador Izalci, é que, na última década, houve uma diminuição no consumo do cigarro. Nós estamos falando, em 2012, de 114 bilhões de cigarros consumidos; em 2022, foram 113 bilhões de cigarros. Em 2019, Senador Izalci, o contrabando foi responsável por 57% do cigarro consumido no Brasil.

Então, alguns defendem aqui que, aumentando o preço, diminui-se o consumo, e isso não é verdade. Quando você aumenta o preço, você distancia o preço, e aí o consumidor da classe B, C ou D, que são os mais pobres, vai consumir o cigarro do contrabando, que hoje é um cigarro mais barato, e não se sabe o que está consumindo, não se sabe o produto, não se conhece o produto.

O nosso produto hoje é um produto regulado pela Anvisa; então, sabemos que é um produto que faz mal à saúde, mas é um produto em que se tem uma inspeção, de que se tem um estudo clínico, é um produto legal sobre o qual se recolhe imposto.

E, hoje, quando se aumenta imposto, não se diminui o consumo; você sabe por quê, Senador Izalci? No Paraguai, hoje, o imposto é de 13%. No Brasil, é de 70% a 90%, Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Flávio Bolsonaro. Então, hoje não tem como competir. O Senador Izalci tem dito reiteradamente: precisamos aumentar a fiscalização, precisamos diminuir a entrada desses cigarros, de produto ilegal no Brasil. Estamos falando de cigarro, Senador Jaime, mas tem também hoje, está aí à baila, a questão dos dispositivos eletrônicos de fumar, em que também não se consegue ter uma fiscalização eficiente.

Então, volto a dizer: não é aumentando o preço que se vai diminuir o consumo de cigarro no Brasil.

Hoje, Senador Izalci, como dito, o imposto no Brasil do produto legal é de 70% a 90%. O Senador Jaime, que é agricultor – não de tabaco, mas é agricultor –, conhece o setor produtivo: sobra 30% para ser dividido entre o produtor, a indústria e o varejo, Senador.

Então, hoje, nesta audiência pública, o que nós trazemos aqui é um pedido de que não se aumente mais a carga tributária. O setor não aguenta mais impostos; e, quando aumentam os impostos, nós precisamos de passar ao consumidor; e, quando você passa ao consumidor, você coloca esse consumidor para consumir um produto sem origem e um produto maléfico à saúde e sem arrecadação.

Nós não estamos aqui, Senador, dizendo que precisa de arrecadar, que a indústria quer arrecadar, que arrecadando você pode fumar. Não, muito pelo contrário. Nós trazemos um produto de qualidade e ainda contribuindo com o governo. Então, essa narrativa de que precisamos aumentar, precisamos aumentar para diminuir o consumo não se sustenta.

Por fim, Senador, quero trazer aqui e dizer aos senhores o que a indústria defende. Na CBS e no IBS, no caráter de simplificação, é fundamental que qualquer diferenciação seja feita exclusivamente pelo Imposto Seletivo. O Imposto Seletivo, de caráter extrafiscal, não deve e nem pode ter natureza arrecadatória.

Vim buscar aqui também a neutralidade tributária. O setor do tabaco, como já disse aqui, é um dos setores mais tributados. Senador Izalci, eu estive agora recentemente no Rio Grande do Sul, onde fui conhecer a cadeia produtora. Senador Jaime, são 133 mil produtores de tabaco. Um setor extremamente organizado; um setor extremamente organizado, que está concentrado em Santa Catarina, no Paraná e no Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, o que nós pedimos é isto: não aumentar a carga tributária. Aumentando a carga tributária... Volto a dizer, não é aumentando o preço que se diminui o consumo. Senador Izalci, inclusive, conversando esses dias... Diminui-se o consumo é com campanha publicitária educacional, não aumentando a carga tributária.

Então, eu quero aqui mais uma vez...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDIMILSON ALVES – ... agradecer a oportunidade de estar aqui, defendendo toda uma cadeia, do produtor à indústria.

Senador Izalci, muito obrigado pela oportunidade e pelo convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Edimilson.

Passo para o último expositor, o Rafael Marcondes, Presidente da Associação Brasileira de jogos Fantasy.

O SR. RAFAEL MARCONDES (Para expor.) – Boa tarde, boa tarde a todos. (*Pausa.*)

Senador, boa tarde. Boa tarde a todos.

Agradeço o convite feito pelo Senado na pessoa do Senador Izalci. Eu sou Rafael Marchetti Marcondes, eu sou Professor Doutor em Direito Tributário e hoje eu ocupo a posição de Presidente da Associação Brasileira de Fantasy.

Acho que o passo fundamental aqui, o primeiro de todos, é explicar o que é o *fantasy*.

O colega da Receita Federal, que me antecedeu, trouxe uma bela síntese. No fundo, o *fantasy* é o quê? É um jogo virtual, mas, como a colega da Abragames também falou, a gente, quando fala de jogo, tem uma diversidade enorme de jogos. Então, o *fantasy* vem com um viés mais recreativo, diferente do das apostas, dos jogos de azar, no qual você assume o papel de um treinador, de um técnico, e vai montar a sua seleção dos sonhos. Só que isso acontece no plano virtual. Você, como um treinador virtual, vai escolher jogadores do mundo real para compor a sua seleção de 11 jogadores. Então, basicamente, esse é o racional por trás. Assim como você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode, em um *videogame*, assumir a função do jogador em si, a gente oferece aqui, com esse produto, que você assuma a função do treinador. Enfim, é uma experiência, só que fora das quatro linhas, ali, sentado no banco de reservas. Basicamente, é isso.

O nosso produto, enfim, a indústria já foi reconhecida como sendo uma modalidade de esporte eletrônico. O art. 49 da Lei 14.790 trouxe isso de forma expressa, falando que o *fantasy sport* é um esporte eletrônico, e o dispositivo ainda foi além e falou o que não é o *fantasy sport*: o *fantasy sport* não é loteria, não é jogo de azar, não é modalidade de apostas.

É bem aqui onde está a disposição.

O que eu quero trazer é o seguinte. Bom, o que é o *fantasy* a gente já entendeu. E qual é o problema? O problema que eu trago aqui é que, na reforma tributária, o *fantasy* foi enquadrado no mesmo regime – um regime diferenciado – que as apostas esportivas e os jogos de azar. Então, há um claro erro de enquadramento – quando a gente vê isso, entende. A gente tem até uma norma tributária, que seria uma norma de sobreposição, contrariando uma norma de direito civil, que é a Lei 14.790. Portanto, a gente vai gerar uma inconsistência dentro do sistema, e, obviamente, como os colegas vêm alertando, tudo isso dá margem para uma eventual judicialização.

Mas, além desse enquadramento errado, a nosso ver, o que houve? O *fantasy* foi carregado, foi arrastado para o Imposto Seletivo, assim como as apostas esportivas e os jogos de azar. Então, hoje, o *fantasy* está dentro do regime diferenciado das apostas e também dentro do Imposto Seletivo.

Dito isso, acho que o que é importante é: está bom, o *fantasy* é diferente e não faria sentido estar dentro, mas vamos analisar a raiz do Imposto Seletivo. O Imposto Seletivo, como vários que me antecederam trouxeram aqui, é um imposto de natureza extrafiscal, ou seja, indutor ou inibidor de determinadas condutas. E o foco principal é o quê? Ações que impactem o meio ambiente ou que tragam algum tipo de prejuízo para a saúde humana.

E aí, o que a gente vê? Primeiro ponto, o meio ambiente. A gente está falando de uma atividade digital. Não tem impacto, o impacto é praticamente nulo. Então, acho que, nesse aspecto, é fácil a gente afastar o enquadramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente olha o segundo aspecto, que é a questão da saúde, vale a gente se aprofundar um pouquinho aqui. Para isso, é importante entender a própria mecânica do jogo.

Como é que ele funciona? Você escala o seu time e aí você vai esperar o resultado de uma rodada do Campeonato Brasileiro, de uma rodada da Copa do Brasil, para apurar o resultado. Depois que houve essa rodada, o que acontece? Você sabe quantos jogadores fizeram... quanto o seu time pontuou, a totalidade do seu time. Só que o que é interessante? Quando você tem uma rodada, por exemplo, da Copa do Brasil... Eu peguei aqui, a segunda fase da Copa do Brasil teve uma duração de sete dias. A semifinal, que é o estágio em que a gente está agora, tem uma duração, um intervalo entre todas as partidas de nove dias. No Campeonato Brasileiro, a frequência é menor: dois, três, cinco dias. Mas por que isso é importante? Porque, quando a gente está falando de algum distúrbio comportamental, esse distúrbio comportamental tem um gatilho. O gatilho em geral é o quê? A recorrência, quando a gente pensa em jogo. Com esse intervalo, esse período, não tem como você ter uma recorrência frequente, como você tem, por exemplo, num jogo de azar, num cassino, em que se aperta um botão ou se puxa uma alavanca, no caso de uma máquina de caça-níqueis, de forma sequenciada. Aqui, esse intervalo faz com que os índices de desvios comportamentais sejam praticamente nulos, sejam muito baixos.

Então, o que aconteceu? Até para dar embasamento ao que eu estou falando aqui, nós da Associação Brasileira de Fantasy Sports procuramos o SOS Jogador, que é uma instituição, um instituto sem fins lucrativos, coordenado por psicólogos e profissionais da saúde para atender pessoas que desenvolvem o vício da ludopatia, que é um desvio comportamental relacionado ao jogo. A gente desenvolveu pesquisas e as conclusões das pesquisas são de que, no *fantasy sport*, devido à baixa recorrência e ao intervalo que se tem entre uma partida e outra das disputas virtuais, existem muito poucos jogadores que desenvolvem algum tipo de doença.

Na verdade, isso, quando acontece, está atrelado não propriamente ao jogo do *fantasy sport*, mas a outras modalidades de jogos, porque, às vezes, pelo perfil do usuário, ele tem interesse em jogar cassino ou outra coisa. E aí é por isso, não necessariamente está relacionado à atividade do *fantasy*.

E – aqui já caminhando para a conclusão – quais são os pedidos da Associação Brasileira de Fantasy em relação ao Projeto de Lei 68, que a gente vê aqui como caminho?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro caminho seria retirar o *fantasy* do regime diferenciado das apostas esportivas, dos concursos de prognóstico. E a gente não está pedindo nenhum regime especial aqui. A gente está falando: "Olha, só me tira do regime diferenciado e me deixa na regra comum".

E o segundo pedido diz respeito ao Imposto Seletivo, na mesma linha do que foi dito aqui, para o *fantasy* não...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL MARCONDES – ... enfim, sair do regime diferenciado, que ele saia do Imposto Seletivo pelos motivos de haver uma lei que expressamente fala – no art. 49, a Lei 14.790 traz isto – que o *fantasy* não é concurso de prognóstico, que é um esporte eletrônico; e, segundo, pelo fato de ele não se enquadrar tecnicamente no conceito de Imposto Seletivo, porque não traz efeitos nocivos à saúde ou ao meio ambiente.

Então, o que a gente está vendo aqui, mais uma vez, na esteira do que todos os colegas reforçaram, é um Imposto Seletivo sendo usado com viés arrecadatório, e não seguindo sua natureza extrafiscal de inibir ou de estimular determinadas condutas.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Bem, amanhã a gente continua, em nova audiência, ainda com o tema Imposto Seletivo.

Para informação, foi retirado o regime de urgência do projeto, porque não teria sentido votar essa matéria tão complexa em 45 dias.

Então, nós estamos concluindo esta semana o Imposto Seletivo. Semana que vem a gente vai falar sobre transição e fiscalização, e dia 22 nós entregaremos o relatório do grupo de trabalho. Mas eu estou fazendo aqui – já pedindo aqui o apoio dos colegas – um requerimento para que essa matéria venha oficialmente para a CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) e não vá direto para a Comissão de Constituição e Justiça. Vou fazer essa questão de ordem lá no Plenário, então peço aqui ao Senador Flávio e ao Senador Jaime para que nos apoiem nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo aqui já concluído a nossa exposição, eu declaro, então, encerrada esta reunião e convido o pessoal para tirar uma foto aqui, para mostrar que nós estamos trabalhando. (*Risos.*)

(Iniciada às 14 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 47 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 57ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e onze minutos do dia quinze de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas e Sergio Moro, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Soraya Thronicke, Jader Barbalho, Dr. Hiran, Plínio Valério, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Humberto Costa, Jaques Wagner, Flávio Arns, Rosana Martinelli, Flavio Azevedo, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Alan Rick, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Sérgio Petecão, Wilder Morais e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão dispensa da leitura e a aprovação das atas das 54ª a 56ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 187, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, para prorrogar o prazo para a transposição e transferência dos saldos financeiros remanescentes das contas dos Fundos de Saúde, de exercícios anteriores, até o fim do exercício financeiro de 2024." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pelo arquivamento da matéria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 173, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Autoriza transferência de capital, a título de contribuição, mediante celebração de convênios entre a União e as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs), em atenção ao disposto no § 6º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Magno Malta. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2654, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta limite máximo de comissão cobrada pelas empresas de transporte remunerado privado individual." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5634, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o plantio de espécies nativas para a recuperação ou a restauração de áreas ecologicamente sensíveis na propriedade rural." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1867, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

9.393, de 19 de dezembro de 1996, que "dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR" e a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que "dispõe sobre a proteção da vegetação nativa", para aperfeiçoar a legislação ambiental e prever medidas de incentivo ao seu cumprimento." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5061, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, para dispor sobre o pagamento continuado do abono natalino." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1910, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, que cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP), e dá outras providências, para condicionar a assistência financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a critérios objetivos e universais, que priorizem, no que couber, o desempenho em relação a metas estabelecidas, o atendimento no exercício anterior e a vulnerabilidade socioeconômica." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3956, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 6012, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios e dá outras providências; e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, que institui e regulamenta o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para assegurar que os recursos do Pronampe sejam permanentes." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da emenda nº 2, nos termos do substitutivo que apresenta; e pela rejeição da emenda nº 1. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 3 - [CAE] (Substitutivo) ao Projeto de Lei n° 6012, de 2023. Ficam prejudicados o Projeto e as emendas a ele apresentadas. **Observação:** O Substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 74, de 2024** que: "Requer, com fundamento no artigo 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 596/23, que dispõe sobre a remissão de dívidas relativas à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sergio Moro
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/15

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 57ª Reunião da Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nessa data, 15 de outubro de 2024.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos: Ofício SEI nº 54.214, de 2024, do Ministério da Fazenda, operação de crédito analisada pelo Ministério da Fazenda; Ofício SEI 46.797, de 2024, do Ministério da Fazenda, operação de crédito analisada pelo Ministério da Fazenda; Ofício SEI 43.095, de 2024, do Ministério da Fazenda, operação de crédito analisada pelo Ministério da Fazenda.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar autuação nesse período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 54ª a 56ª Reuniões, realizadas em 8 e 9 de outubro de 2024.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. Ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso de levantar a mão ou no *chat* da ferramenta, para os Senadores que participam remotamente.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 173, DE 2020

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoriza transferência de capital, a título de contribuição, mediante celebração de convênios entre a União e as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs), em atenção ao disposto no §6º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CCJ, com parecer favorável.

2. Em 10/9/2024, foi concedida vista coletiva da matéria.

O relatório já foi lido.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Item nº 6. Como eu sou o Relator, vou passar a Presidência para o meu querido Senador Sergio Moro.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Bom dia a todos.

Item 6 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1910, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, que cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP), e dá outras providências, para condicionar a assistência financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a critérios objetivos e universais, que priorizem, no que couber, o desempenho em relação a metas estabelecidas, o atendimento no exercício anterior e a vulnerabilidade socioeconômica.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CE, em decisão terminativa.

Então, eu passo a palavra ao Senador, observando que a matéria será apreciada depois pela CE, em decisão terminativa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei nº 1.910, de 2022, de autoria do Senador Esperidião Amin, que altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, que cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (Indep), e dá outras providências, para condicionar a assistência financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios a critérios objetivos e universais, que priorizem, no que couber, o desempenho em relação a metas estabelecidas, o atendimento no exercício anterior e a vulnerabilidade socioeconômica.

O projeto de lei busca criar critérios objetivos e universais para a concessão de assistência financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para o desenvolvimento das suas redes de ensino da educação básica. Tal assistência financeira é concedida pelo Fundo Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Desenvolvimento da Educação (FNDE), principal responsável pela execução das políticas educacionais estabelecidas pelo Ministério da Educação.

O PL conta com apenas dois artigos. O art. 1º altera o art. 3º, §4º, da Lei 5.537, de 1968, para estabelecer que a assistência financeira aos estados, ao DF e aos municípios, para o desenvolvimento das redes de ensino da educação básica, nas modalidades de transferência e nos programas específicos, respeite três critérios, quais sejam:

I – o desempenho em relação às respectivas metas estabelecidas, mensurado a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), considerando os resultados do ensino fundamental para os municípios e o DF e do ensino médio para os estados e o DF;

II – o volume e a extensão do atendimento aos entes federados em ano anterior, considerando prioridade os que não foram contemplados no referido exercício;

III – a vulnerabilidade socioeconômica, observado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) dos entes federados.

A prestação de assistência financeira continua sendo condicionada à comprovação do emprego de recursos destinados à educação, oriundos da receita orçamentária própria, acompanhada dos respectivos planos e relatórios físicos e contábeis da aplicação.

O art. 2º traz a cláusula de vigência e determina que a nova lei, se aprovada, entra em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o nobre Senador lembra que a atuação do FNDE pode conter traços de discricionariedade quando atua na transferência de recursos financeiros aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal. Essa característica pode ocorrer por alguma preferência política da autoridade de plantão ou por atuação de lobistas, muitas vezes bem posicionados junto às autoridades federais. Para combater tal possibilidade, o autor sugere, via alteração legal, que a assistência financeira para os entes subnacionais seja balizada por critérios bem estabelecidos.

Após apreciação da matéria na CAE, a proposta será analisada pela Comissão de Educação e Cultura, em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

Nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário ou por consulta de Comissão. Aspectos formais e legais, bem como uma análise mais aprofundada de mérito, serão analisados na Comissão de Educação e Cultura em deliberação terminativa.

Quanto ao mérito, o PL traz à discussão ponto importante sobre o principal mecanismo de financiamento da execução de políticas públicas na educação brasileira, o FNDE. A intenção do projeto aqui discutido é trazer mais equidade no tratamento de entes subnacionais com diferentes realidades.

Estipular critérios objetivos e universais estimula que estados, DF e municípios se empenhem ainda mais em alcançar as metas estabelecidas para os ensinos fundamental e médio, mensuradas a partir do Ideb. Por ser critério de cálculo para a concessão de recursos, fará total diferença se o ente obteve ou não resultados positivos concretizados no Ideb. Aqui, trata-se de premiar as políticas educacionais que estão dando certo. Por sinal, esse ponto tem sido alvo de discussão recentemente.

Afinal, os recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), por exemplo, dobraram entre 2021 e 2024, de R$23 bilhões para R$47 bilhões ao ano, sem melhora significativa no Ideb em nível nacional.

Ao mesmo tempo, o projeto dá atenção aos entes que apresentam vulnerabilidade social e econômica. Esses são os entes que, no longo prazo, mais irão se beneficiar da melhor qualidade da educação, com maiores níveis de formação das suas crianças e jovens. A utilização do IDH e do IDE traz clareza sobre como será determinado quais entes são mais vulneráveis que outros. Vale lembrar que uma das dimensões medidas pelo IDH é o nível educacional.

Por fim, a alteração proposta tende a não permitir que um ente seja negligenciado reiteradamente já que entes que não foram contemplados no ano anterior terão prioridade no recebimento de recursos financeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cabe ressaltar que o PL aqui discutido não implica renúncia de receita ou aumento de despesa, pois trata-se de alteração dos critérios para concessão de assistência financeira. Por esse motivo, não se faz necessário o cumprimento de determinadas exigências das normas de direito financeiro, como as expressadas no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Por último, aproveito para apresentar emenda de redação, pois a alteração pretendida por este PL, na realidade, busca atingir o §3º do art. 3º da Lei nº 5.537, de 1968, e não o §4º como escrito na proposição, já que o início da nova redação reproduz o texto daquele parágrafo, acompanhado, logo após, dos novos critérios de distribuição.

O voto, então, Presidente:

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.910, de 2022, com a emenda de redação a seguir:

> EMENDA Nº – CAE (de redação)
> Substitua-se, no Projeto de Lei nº 1910, de 2022, o termo "§4º" por "§3º", para adequação quanto à alteração pretendida no art. 3º da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Parabenizo tanto o autor do projeto quanto o relatório do Senador Izalci Lucas e, desde logo, coloco a matéria em discussão para os colegas Senadores.

Tem alguém pedindo a palavra no virtual? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Coloco em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAE.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

Registro novamente as minhas congratulações aqui ao Senador Izalci Lucas pelo relatório e pelo projeto.

Devolvo, então, Presidente, a Presidência a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Senador Sergio Moro.

Item nº 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 6012, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios e dá outras providências; e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, que institui e regulamenta o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para assegurar que os recursos do Pronampe sejam permanentes.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC) e outros

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação do projeto e da emenda nº 2, nos termos do substitutivo que apresenta; e pela rejeição da emenda nº 1.

Observações:

1. Em 11/06/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do senador Izalci Lucas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Em 25/06/2024, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria da senadora Janaína Farias.

A autoria deste projeto é do Senador Esperidião Amin, do Senador Jorge Seif e da Senadora Ivete da Silveira.

O relatório é pela aprovação do projeto, nos termos do substituto que apresenta, com o acolhimento da Emenda nº 2 e pela rejeição da Emenda nº 1.

Em 4 de junho de 2024, foi concedido vista coletiva da matéria.

Bem, eu concedo a palavra ao Senador Laércio Oliveira para a leitura do seu relatório.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Bom dia, senhoras e senhores que fazem parte aqui da nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero cumprimentar meus colegas Senadores: Sergio Moro, o nosso Presidente Izalci Lucas e aqueles colegas que nos acompanham pelo sistema remoto do nosso Senado Federal.

Eu queria inicialmente, Presidente, cumprimentar V. Exa. outra vez e pedir a concordância de V. Exa. para tratar apenas das alterações que foram feitas neste projeto.

Este projeto tem uma importância muito grande para o país, como também tem uma importância muito grande para o país a revisão dos tetos das micro e pequenas empresas, assunto que a gente vai precisar avançar aqui dentro do Senado Federal, mas, por enquanto, estamos tratando do Pronampe.

Esse Pronampe já foi discutido algumas vezes, já fizemos uma série de conversas com os nossos colegas, e eu queria a sua compreensão para abordar apenas as alterações que foram produzidas depois do nosso último encontro, já que o relatório já foi apresentado e lido aqui na nossa Comissão.

Então, lembro-me de que nós fizemos um acordo entre o Líder do Governo, o Senador Jaques Wagner, e os autores deste projeto que ora relato, especialmente com o Senador Esperidião Amin, para que o mínimo de 50% dos recursos seja realocado ao Pronampe. Vale dizer que existia uma intenção do Governo de transferir os recursos do Pronampe para o programa Pé-de-Meia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, desta feita, conforme propusemos no relatório, que os valores não utilizados nos períodos a que se refere o *caput* do art. 3º da Lei nº 13.999, de 2020, isto é, os períodos estabelecidos em ato do Ministério de Estado do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, bem como os valores recuperados, inclusive no caso de inadimplência, possam ser alocados ao fundo destinado à concessão de incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, à permanência e à conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público, permanecendo para a garantia de operações contratadas no âmbito do Pronampe o montante mínimo de 50% (cinquenta por cento), a partir de 1º de janeiro de 2025.

Assim, por meio do acordo celebrado, acatamos a subemenda da Senadora Janaína Farias ao substitutivo originalmente proposto. E, como bem lembrou a Senadora, na Emenda nº 2, com a garantia mínima de 50% dos recursos ao Pronampe e 50% ao Pé-de-Meia, temos uma distribuição mais igualitária, de modo a viabilizar ambas as políticas públicas, que são igualmente meritórias.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e regimentalidade do Projeto de Lei 6.012, de 2023, e, no mérito, votamos por sua aprovação, nos termos do substitutivo a seguir, rejeitada a Emenda nº 1–CAE e aprovada a Emenda nº 2 – CAE.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Senador, só aqui uma questão.

Eu apresentei a Emenda nº 1, que foi rejeitada, exatamente...

Como V. Ex., como Relator, conhece bem o setor, nada mais justo do que pegar o recurso da pequena e microempresa e aplicar no Pé-de-Meia, mas da educação profissional. Essa era a emenda, o espírito era este: em vez de aplicar na educação básica, que já tem outros recursos, que fosse incentivado... Apesar de que eu acho que esse Pé-de-Meia não é a solução, porque, na educação, você não vai impedir a evasão; tem que ser pela qualidade, e não pagando.

Acho que isso daí ajuda quando a escola funciona bem, quando tem qualidade. Sem qualidade, pode pagar o que for que não vai resolver o problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 1 era só isso. Não sei se V. Ex. observou bem, mas o espírito era exatamente prestigiar os alunos da educação profissional, já que os recursos são da pequena e microempresa. Mas também respeito a posição de V. Ex., não sei se teve...

É só para eu entender um pouquinho aqui o motivo.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Claro. A sua contribuição, não só nessa pauta, mas em todas as outras, que trata de desenvolvimento, crescimento das empresas, fortalecimento e qualificação da mão de obra, é sempre muito bem-vinda, e nós temos sintonia nesses modelos desde quando éramos Deputado Federal. Eu tive a honra de ser seu colega lá na Câmara dos Deputados também.

Esse tema é um tema de que a gente tem um conhecimento profundo, eu e você, nós somos defensores intransigentes do Sistema S. Eu procurei entender e confesso que basta começar a ler aquilo que você escreveu e já sabia aonde você queria chegar e o alcance que isso teria.

Eu conversei com o próprio Sistema S sobre esse assunto, conversei com o Governo também, e, nas conversas que tive, a gente entendeu que este não era o momento propício para a gente...

E sobre essa lei, porque tinha um alcance mais focado no fortalecimento econômico das empresas, não seria de bom tamanho, neste momento, a gente inserir e acolher a sua emenda. É por isso que, infelizmente, eu tive que rejeitá-la.

Essa é a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, então, encerro a discussão.

A votação será nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação, o substitutivo ao Projeto de Lei de 6.012, de 2023, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Como é semipresencial, quem quiser votar pelo aplicativo – nós colocamos aí no início da reunião –, é só utilizar o Senado Digital.

O painel está aberto. (*Pausa.*)

Enquanto a gente aguarda a votação, eu vou colocar o item 9.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 74, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no artigo 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 596/23, que dispõe sobre a remissão de dívidas relativas à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PSD/RN) e outros

Autoria: Senadora Zenaide Maia, Senador Alessandro Vieira, Senador Lucas Barreto e Senadora Damares Alves.

A Senadora Damares... A Senadora Zenaide não está por aqui, autora do requerimento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, nesse requerimento de audiência pública, a votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pois não, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Enquanto se resolve aqui a questão da votação, eu só queria aproveitar para fazer um registro, já que hoje é Dia dos Professores, em homenagem a essa classe tão importante do país.

A gente sabe a relevância da educação para o desenvolvimento econômico, para a formação das pessoas, e eu tenho muito orgulho de ser filho de professores: minha mãe era professora de português do ensino médio; meu pai era professor de geografia universitário. Então, tomo a liberdade, enquanto nós aguardamos, de fazer este registro, que, a meu ver, é bastante importante.

Ainda dou aula, não é? Eu tenho ainda conciliado um pouco, a duras penas, a atividade parlamentar com o ministrar de algumas aulas, mas sou professor apenas parte do tempo, e a gente sabe que não se compara àqueles que fazem da vida essa profissão de professor, infelizmente, às vezes pouco valorizada no nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, eu também aproveito a fala do Senador Sergio Moro para parabenizar a todos os professores, profissionais da educação, realmente hoje muito desvalorizados.

Acabamos de ler o voto aqui do meu parecer ao projeto do Esperidião Amin, em que também tive o privilégio de relatar o Fundeb, de 2021 para 2024, em que houve um aumento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R$23 bilhões para R$47 bilhões, mas não houve a melhora significativa do Ideb, e a gente precisa, de fato, valorizar a questão dos professores.

Lamentavelmente, hoje, se você fizer uma pesquisa – e a gente tem feito isso quando temos alguma palestra, alguma coisa –, a gente pergunta quem quer ser professor hoje. Ninguém. É incrível, não é? Então, daqui a pouco...

Já temos dificuldade de professores de Matemática, Química, Física, e a tendência é piorar. Se a gente não reagir a isso, não valorizar de fato os professores, dar estrutura – porque não é só questão salarial. Muitas vezes é falta de estrutura... Você ter 45, 50 alunos numa sala de aula, inclusive nas escolas inclusivas, sem monitores, sem auxílio de ninguém... Então, realmente os governos municipais, estaduais e também o Governo Federal precisam ter uma reação imediata com relação a isso. O grande problema nosso hoje passa pela formação dos professores e por educação continuada.

Eu sempre dei aula também, desde os 17 anos, e hoje eu acho que eu não conseguiria também entrar numa sala de aula, porque, de fato, ainda tem esta questão não só da desvalorização, mas de um total desrespeito aos professores. É muito comum, nas escolas públicas, hoje, os alunos não respeitarem, e não dá para você ensinar alguma coisa sem hierarquia, sem respeito. Então, é uma questão que tem que ser discutida também.

Mas quero aqui mandar um abraço a todos os professores deste país, em especial aos nossos professores aqui da rede pública do DF, que têm muitas dificuldades para exercer sua função, e também a todos os professores da rede privada, com quem tenho uma relação muito boa.

Então, parabéns aos professores!

E continua aberta a votação.

São 14? (*Pausa.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Estou com um problema para votar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só falta um voto. (*Pausa.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ah é? Então...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... na hora em que eu lhe passei a Presidência, mas...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Se for o caso, se não é possível fazer tecnicamente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pode fazer a declaração do voto.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – ... então eu registro aqui o apoio e o voto favorável ao projeto tão bem relatado pelo Senador Laércio Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Voto favorável...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Na apuração do resultado, a gente registra isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pois é, então... (*Pausa.*)

Bem, eu consulto se todos os Senadores já votaram.

Deixem-me ver aqui na... (*Pausa.*)

Tem mais um voto lá. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Vamos mostrar o painel, o resultado.

Votos SIM: 15 votos, mais o voto do Senador Sergio Moro. NÃO, 0.

Abstenção: 0.

Então, o resultado: aprovada a Emenda nº 3 da CAE (Substitutivo) ao Projeto de Lei 6.012, de 2023. Ficam prejudicados o projeto e as emendas a ele apresentadas.

O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Só mais uma informação aqui aos membros da CAE. Eu apresentei um requerimento ao Plenário solicitando que o projeto PLP 68, da reforma tributária, passasse pela CAE. Todos sabem que a CAE é que cuida dos assuntos econômicos. Não tem sentido nenhum a gente aprovar um projeto de tamanha importância, de tamanha complexidade, sem passar pela Comissão de Assuntos Econômicos. Alguém vai dizer: "Ah, mas tem várias audiências que foram feitas aqui". Sim, informalmente. Podemos até aproveitar as audiências, mas eu realmente faço aqui um apelo aos membros da CAE para que nos ajudem a aprovar no Plenário o requerimento para que essa matéria venha realmente ser discutida aqui na CAE. Então, vamos apresentar em Plenário. A reforma tributária, entendeu? São mil, vamos chegar a 1,4 mil emendas. Não tem sentido uma matéria de tamanha importância não tramitar oficialmente aqui. Então, é o apelo que a gente faz. (*Pausa.*)

Hoje à tarde, às 14h, e amanhã também, às 14h, a gente conclui o trabalho que foi feito pelo grupo de trabalho. Hoje nós vamos falar sobre transição e fiscalização, amanhã também. E na semana que vem – nós já recebemos aqui as sugestões de vários Senadores das emendas para contemplar isso no relatório – vamos ler o relatório. São pouquíssimas páginas, acho que umas 500 só. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente então vai discutir aqui com o grupo de trabalho para concluir o relatório e encaminhar lá para a CCJ, se a gente não conseguir aprovar o requerimento; se conseguir aprovar o requerimento, nós vamos discutir as emendas do relatório aqui na CAE, do projeto. Então, dia 22 é a previsão da entrega do relatório do grupo de trabalho, que eu tive o privilégio de relatar. Foram 20... já foram 19 audiências, tem mais duas então, hoje e amanhã. Então, após essas duas audiências, nós vamos discutir o relatório para a conclusão dos trabalhos.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pois não, Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Bom, primeiro é que eu, a partir da semana que vem, estou afastado porque eu vou fazer uma cirurgia no tornozelo, aí vamos ver quem vai ficar interinamente na Liderança do Governo.

Eu vou estar no ar, mas não estarei fisicamente aqui – vou estar no ar eu digo porque estarei na telinha, mas, se for presencial, não poderei estar. Mas nada de grave, é só um defeito de muito tempo que eu estou carregando, eu vou ter que consertar antes que ele vire defeito definitivo. Mas aí eu não posso botar o pé no chão, então não virei para cá.

Deixe-me dar uma sugestão. Do ponto de vista do Governo, com a reforma tributária, de que a gente participou ontem no debate – até quero elogiar a sua apresentação lá –, eu não sei se V. Exa. vai fazer o relatório das audiências tentando, o que eu acho que seria um serviço positivo para o trabalho que o Senado como um todo tem que fazer, seja aqui, seja lá no Plenário, no final... Se pudesse, eu sei que não é tarefa, cotejar o que saiu das audiências com aquilo que V. Exa. não sei se já conseguiu ter acesso ou se conseguiu olhar todas as emendas, poderia também fazer um comparativo de emenda que tem de demanda de setor com aquilo que saiu das audiências.

Estou falando só para engrossar o caldo dos argumentos, é nesse sentido que eu estou falando. É óbvio que a decisão vai ser de Plenário, vai ser do Presidente. Claro que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gostaria ou quer que ela esteja votada até o final do ano. Então, tem que ver como é que faz, porque, se for no sistema tradicional, acaba numa para vir para outra, e acaba que vai empurrar lá para frente. Eu pessoalmente acho que se a gente puder fechar este ano pelo menos o 68, já que o 108 ainda está lá, não é? Mas pelo visto o 108 tem mais problemas do que o 68, porque aí constitui aquela Comissão que ontem brotou lá naquela discussão.

Então, é só uma sugestão, como V. Exa. vai preparar o relatório. Por exemplo, hoje eu recebi um grupo, aí eles falaram que tem nove ou dezoito emendas. Eu falei: "São dezoito emendas diferentes?". "Não, são duas emendas, distribuídas para nove Senadores diferentes." É que as pessoas acham que numa tentativa... Porque acaba consolidando tudo numa emenda só, mas no afã de tentar ver sua emenda... Eu estou falando que, se puder fazer essa síntese, talvez ajude a própria tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O relatório, na realidade, está por audiência – audiência por audiência, tem todas as falas e apresentações aqui de todos, está tudo disponível inclusive. Foi feito um resumo de cada audiência e as sugestões. Eu aqui sempre pedi para que os segmentos colocassem o texto da Câmara, a proposta de mudança e uma justificativa muito óbvia, uma justificativa bem didática que qualquer Senador entenda e diga: "Olha, precisa mudar mesmo". Então, as emendas que nós recebemos estão muito nessa linha.

Então, tem muitos ajustes para serem feitos, o relatório está bem detalhado. Fizemos a reunião com os consultores, já recebi aqui várias demandas dos Senadores como prioridades. Nós estamos, inclusive, nessas sugestões de prioridades, definindo, mostrando o que é viável e o que não é, porque tem questões constitucionais também, porque nós aprovamos a emenda constitucional e não pode ser no texto da regulamentação a mudança da emenda constitucional. Então, o trabalho está muito detalhado.

O que eu gostaria de ter feito e infelizmente não consegui é que, durante esse período, cada audiência elaborada e cada emenda apresentada que a gente se sentasse com o Governo e dissesse: "Olha, isso aqui é importante ou não é", para a gente buscar um consenso disso. Lamentavelmente, disse isso a V. Exa., o Governo, representado pela secretaria, diz que só iria discutir isso na CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu não tive essa oportunidade de discutir com o Governo.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Se me permite, eu fui até cobrar, porque V. Exa. me disse por que não teria feito... Bom, não vou entrar, porque eu não estava presente no diálogo.

A pessoa até reconhece: "Ah, eu sei que o Senador deve estar chateado comigo"; não negou o que falou, mas ele falou o seguinte: "Se pudesse ser uma coisa concomitante, eu acho que seria mais produtivo". É nesse sentido; talvez ele tenha se expressado mal. O que ele falou foi: "Discuto hoje, amanhã vou discutir com o Relator que está indicado".

Então, não é que ele não queria conversar, preferia fazer uma conversa já junta, porque também, se o Senador Eduardo apresenta coisa totalmente discrepante da que V. Exa. vai apresentar... Mas eu fui lá cobrar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Entendi.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – E ele me falou isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas o objetivo foi esse, não é? A ideia era resolver isso a partir das audiências.

Mas está tudo certo, não tem nenhum problema de botar o Eduardo; ele também é membro aqui da CAE. Não tem problema nenhum em ele ser o Relator aqui.

O que eu vejo é que, assim, não tem sentido, em uma matéria de tamanha relevância, não se discutir o mérito e ir direto para a CCJ. Na emenda constitucional é razoável, porque emenda constitucional é CCJ. Agora, a regulamentação, o projeto de lei normal não passar pela CAE, oficialmente, é que eu vejo...

E não há nenhum objetivo aqui de postergar, de dificultar a aprovação; não. Eu acho que todos nós aqui defendemos a aprovação da reforma, agora com os ajustes que são quase óbvios aqui. Todas as sugestões que nós estamos fazendo são uma coisa tão óbvia, que realmente quem entende e quem conhece sabe que precisa mudar muita coisa; era nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como já foram feitas 19 audiências e vão completar 21 depois de amanhã, é óbvio que nós vamos aproveitar tudo isso na discussão, mas nós já vamos entrar na CAE na discussão, e não nas audiências, porque já fizemos. Aqui vai ser muito rápido.

O problema é que nem todo mundo participa da CCJ. E aqueles Senadores que não participam da CCJ vão votar uma matéria dessa relevância sem discussão, sem participar de nada?

Eu acho que a gente... Como V. Exa. fala, o ótimo é inimigo do bom, mas eu acho que essa questão da discussão é importante.

Então, peço aí a compreensão e o apoio, para que a gente possa debater isso aqui, para chegar à CCJ bem ajustado também.

Muito bem.

Nada mais, então, havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião e convido todos para, às 14h, a audiência de hoje sobre fiscalização e transição; temos alguns problemas.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 58ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e sete minutos do dia quinze de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke, Sergio Moro, Jader Barbalho, Dr. Hiran, Plínio Valério, Angelo Coronel, Augusta Brito, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Humberto Costa, Jaques Wagner, Flávio Arns, Rosana Martinelli, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Ciro Nogueira, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Marcos do Val e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Flavio Azevedo e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater os impactos da Reforma Tributária em relação a "Transição e Fiscalização". **Participantes:** Sra. Camila Tapias, Diretora Executiva do projeto Mulheres do Tributário; Sr. Alessandro Aurélio Caldeira, Auditor-Chefe da AudFiscal do Tribunal de Contas da União (TCU); Sr. Marcus Pestana, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI); Sr. Manoel Nazareno Procópio, Diretor de Programa da Sert; Sra. Susy Gomes Hoffmann, Doutora em Direito Tributário pela PUC-SP; Sr. André Clemente Lara de Oliveira, Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF); Sr. Floriano Martins de Sá Neto, Representante da Sindifisco Nacional; Sr. Thales Freitas Alves, Presidente do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (SINDIRECEITA); e Sra. Zabetta Macarini Gorisen, Diretora-Executiva do GETAP. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/15

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 58ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nessa data, 15 de outubro de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater os impactos da reforma tributária em relação à transição e à fiscalização, em atendimento ao Requerimento 66, de 2024, da CAE, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso.

Antes de passar a palavra aos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo de todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Já convido, então, para compor a mesa, o Alessandro Aurélio Caldeira, Auditor-Chefe da Audfiscal, do Tribunal de Contas da União.

Está aí o Alessandro?

Vem cá, Alessandro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Podem aplaudir, porque, depois do almoço, é sempre bom dar uma animada. (*Palmas.*)

Meu querido Deputado e agora Diretor-Executivo do Instituto Fiscal Independente, meu amigo Marcus Pestana. (*Palmas.*)

Convido também a Susy Gomes Hoffmann, Doutora em Direito Tributário pela PUC de São Paulo. (*Palmas.*)

Zabetta Macarini Gorisen, Diretora-Executiva do Getap. (*Palmas.*)

Eu acho que o Thales e o Isaac não chegaram ainda.

Thales Freitas Ales, Presidente do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita). (*Palmas.*)

Vão participar também, por videoconferência, a Camila Tapias, Diretora-Executiva do projeto Mulheres do Tributário, e o Manoel Nazareno Procópio, Diretor de Programa da Sert.

Ótimo.

Bem, mais uma vez aqui, só para registrar, esta é a penúltima reunião do grupo de trabalho. Amanhã, a gente continua com este tema de transição e fiscalização.

A ideia depois é, amanhã, no final da audiência, fazer uma reunião com os consultores e alguns Senadores que queiram participar, para a gente também já começar a fechar o relatório que nós vamos apresentar no dia 22.

Então, é importante a participação de todos.

Eu estou com um requerimento; vou discutir hoje ou amanhã lá no Plenário, para ver se a gente consegue encaminhar esta matéria aqui para a CAE. O mérito tem que ser aqui. Nunca vi isto, um projeto de tamanha envergadura, de tamanha importância ir direto para a CCJ. Não tem nada a ver uma coisa com a outra.

A gente fez este grupo de trabalho que, de qualquer forma, foi um avanço, mas a gente precisa sentar, como Comissão de mérito, debater os problemas e ver o que é possível aceitar ou não das emendas. O que não der, vamos para o voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que é unanimidade a necessidade da reforma tributária, mas também tem muito ajuste para ser feito.

Não vou nem entrar aqui no 108, que também é outra barbaridade, em que se vai ter que mexer totalmente, talvez. Não sei se salva algum artigo daquele 108, que é coisa absurda.

Eu já sou candidato a Presidente do Comitê Gestor, porque vai mandar mais que os Governadores e os Senadores. (*Risos.*)

Vamos lá, não é gente? Vou passar direto aqui ao Alessandro, que é o nosso Auditor-Chefe da AudFiscal do Tribunal de Contas da União (TCU), que vai falar um pouquinho para a gente sobre essa questão da transição e fiscalização.

A sugestão... A gente sempre coloca aqui, nas reuniões, que é bom a gente ir bem ao ponto – não é? –, ao foco. Então, por exemplo: qual é o texto da Câmara, que já foi aprovado, que já está aprovado na Câmara; qual é a proposta de mudança e uma justificativa bem didática, pedagógica para poder convencer os Senadores a mudar. Vocês sabem que é uma matéria bastante complexa, nem todo Senador tem muito interesse em se aprofundar muito nisso. Então, a gente tem que ter uma... Se quiser mudar alguma coisa, tem que ter assim uma – meia quatro, não é? – justificativa bem didática, que o Senador vá olhar e dizer: "Caramba, tem que mudar mesmo". Se não, vai ser difícil a gente mudar.

Então, essa é a recomendação.

Alessandro, contigo.

O SR. ALESSANDRO AURÉLIO CALDEIRA (Para expor.) – Obrigado.

Agradeço e cumprimento o Senador Izalci, na pessoa do qual também os demais Parlamentares. Cumprimento os colegas de bancada aqui também.

Vou falar aqui, nesta ocasião, Senador, focando nas novas competências do TCU, principalmente nessa fase de transição entre os regimes de tributação.

Em resumo, as novas atribuições do Tribunal de Contas começam com o cálculo das alíquotas de referência e do redutor, no caso das compras das operações contratadas pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administração pública, dos dois impostos: a CBS e o IBS. O Senado vai fixar essas alíquotas com base no cálculo que o Tribunal de Contas fizer e encaminhar para cá.

Há uma possibilidade também de participação nas avaliações quinquenais, que está prevista no PLP. Não é uma obrigatoriedade, mas é uma possibilidade; e a regulamentação do cálculo dos coeficientes individuais, que não é o tema desta audiência, mas foi também uma atribuição, uma competência que o Tribunal ganhou com essa reforma.

Sobre as alíquotas de referência, elas vão ser fixadas por resolução do Senado Federal, serão calculadas de forma a manter a carga tributária. E aí o PLP traz um pouco, desenha um pouco da metodologia de como vai ser... Faz as balizas gerais de quais são os parâmetros dessa carga tributária, que deverá ser mantida.

A redução das receitas dos tributos substituídos até 2033 vai se dar de forma gradual até lá. Então, esse é o período de transição: de 2027 a 2033.

Esse cálculo que o TCU vai realizar precisa preservar a autonomia federativa, no sentido de que os entes da Federação vão poder fixar as próprias alíquotas; mas a alíquota de referência será aplicada se o ente não fixar a sua própria alíquota.

Sobre o cálculo do TCU, as metodologias do cálculo, tanto da CBS e como do IBS quanto do redutor, terão que ser encaminhadas pelo Comitê Gestor e pela União ao Tribunal em até 180 dias, dois anos antes da vigência da alíquota. Então, até junho, final de junho, o Poder Executivo e o Comitê Gestor encaminham a metodologia, o Tribunal de Contas vai se debruçar sobre essa metodologia, a fim de fazer a homologação, e o Tribunal também tem 180 dias para fazer essa homologação. Feito isso, o Poder Executivo e o Comitê Gestor... No caso, começa com o Poder Executivo, porque começa com o cálculo da CBS. O Poder Executivo da União vai elaborar uma proposta de alíquotas e vai encaminhar para o TCU, com base na metodologia homologada. O TCU vai pegar essa proposta, vai calcular a alíquota de referência e enviar para o Senado Federal, e, esse prazo, o TCU tem até o dia 15 de setembro do ano para encaminhar para o Senado Federal. O Senado fixa as alíquotas de referência até 31 de outubro de cada ano, até 2032.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As etapas desse período de transição, digamos assim, até 2032, vão ocorrer com este cronograma assim: o envio da metodologia, até o final de junho do segundo ano anterior é vigência; o TCU homologa isso com 180 dias; depois o Comitê Gestor e o Poder Executivo elaboram, enviam uma proposta até 31 de julho do ano anterior da vigência das alíquotas; o TCU, com base nessas propostas, realiza o cálculo dessas alíquotas e encaminha, até 15 de setembro, para o Senado; e o Senado Federal, até 31 de outubro, fixa essas alíquotas. Aí tem lá um dispositivo previsto no PLP, em caso de não aprovação, de não fixação pelo Senado Federal, ficam vigendo as alíquotas de referência calculadas pelo Tribunal, e um prazo também de vigência após o Senado Federal fixar essas alíquotas posteriormente.

O que vai impactar o cálculo de referência quando o TCU estiver realizando essa tarefa, até 2032? Então, os regimes específicos diferenciados, o cálculo dessa alíquota de referência vai sofrer impacto de quem vai entrar, de quem vai entrar definitivamente nesses regimes, de forma que, quanto mais exceção tiver ao regime padrão, digamos assim, maior tende a ser a alíquota, e uma previsão de redução de fraude e sonegação também impacta o cálculo da alíquota de referência, no sentido de que, se uma das premissas – e talvez a principal delas – é manter a arrecadação atual, manter o nível de arrecadação e o nível da carga tributária, então, qualquer coisa que reduza a fraude e sonegação e aumente a arrecadação tem impacto direto no cálculo das alíquotas.

Em 2026, vai viger uma alíquota teste para a CBS e para o IBS, 0,9% para a CBS, 0,1% para o IBS. Em 2027 e 2028, para o IBS, será calculada a alíquota de 0,05% para os estados e 0,05% para o município. A partir de 2027, a CBS já começa a aplicar a alíquota própria mesmo, digamos assim.

Transição das alíquotas de referência, de 27 a 35, para a CBS, uma recomposição da receita da União da CBS e IS, Imposto Seletivo, é equivalente à redução dos tributos federais. Então, à medida que forem reduzindo os tributos federais... Na verdade, a partir de 2027, já vão ser extintos os tributos federais e passa a valer a CBS.

Para o IBS, 29 a 35, uma transição do ICMS e do ISS para o IBS, via reduções progressivas, até 2033. Então, o TCU vai realizar cálculos da alíquota de referência até 2033, e de 2033 até 2035 ficam vigendo essas últimas alíquotas calculadas, alíquota de referência de 2033, e em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2035 haverá a primeira avaliação quinquenal, porque aí vai se realizar a revisão dos regimes especiais, das alíquotas especiais, e possivelmente isso vai alterar a alíquota a partir de 2035. Após 2035, vigente no ano anterior, com ajustes conforme as modificações propostas.

Bom, como são competências novas que o TCU...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO AURÉLIO CALDEIRA – ... ganhou com a reforma tributária...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Fique à vontade.

O SR. ALESSANDRO AURÉLIO CALDEIRA – Obrigado. Estou acabando já também.

Como são atribuições novas e bastante importantes, o TCU é uma peça-chave no bom funcionamento dessa transição, então o TCU preparou um projeto – esse projeto está em andamento – visando a acompanhar a regulamentação da reforma aqui no Congresso, as propostas que estão sendo encaminhadas pelo Poder Executivo; acompanhar as providências, no âmbito do Poder Executivo, para colocar em prática o que já foi aprovado da reforma e o que for sendo aprovado da reforma tributária.

Então, o Poder Executivo provavelmente vai tomar providência, no sentido de implementar sistemas, elaborar e construir sistemas, para controlar e obter, fazer as propostas para o cálculo do TCU, e a gente vai acompanhar.

A gente pretende acompanhar o desenvolvimento desses sistemas e o desenvolvimento dessa metodologia desde o início, porque o TCU não pode simplesmente esperar o meio do ano que vem e receber essas propostas, essa metodologia, e aí só então começar a trabalhar e começar a entender a metodologia. Não. A gente pretende, desde o início... E a gente já está nesse movimento de procurar o Poder Executivo, a Receita Federal, para acompanhar toda a construção, desde o início dessa transição.

E também esse projeto vai propor providências internas ao TCU de como a gente precisa se preparar, a gente do TCU, para dar cumprimento às novas competências, em termos de estrutura interna, estrutura de profissionais, perfil de profissionais que precisam compor essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equipe que vai trabalhar com esses cálculos, com a homologação da metodologia, com o cálculo das alíquotas de referência, enfim... Então, isso tudo está sendo objeto desse projeto.

Bom, era isso que eu queria, Senador, por hoje.

Agradeço mais uma vez.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Alessandro.

Eu não sei, Alessandro, se você trabalhou no cálculo dos 26,5... Se você podia explicar alguma coisa sobre isso... Ou não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, não é? É um mistério ainda.

Você vai falar sobre isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, está bom, Alessandro.

Vou passar, então, logo para o Marcus Pestana, que tem a solução – nosso Diretor-Executivo da IFI.

O SR. MARCUS PESTANA (Para expor.) – Como diria o Dadá Maravilha, nós só temos a problemática; a "solucionática", ainda não.

Caro Izalci, prazer revê-lo. Obrigado pelo convite.

A todos os debatedores aqui, aos presentes, aos que nos acompanham pela TV Senado, pelas ferramentas digitais que o Senado utiliza para sua comunicação social, boa tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu preparei uma rápida apresentação de apenas três eslaides e queria compartilhar com vocês a visão da Instituição Fiscal Independente, embora o seu arcabouço legal, previsto na Resolução 42, de 2016, do Senado Federal, não preveja uma função de consultoria. Cabe à IFI construir informações, dados, estatísticas e alertas; não cabe à gente opinar, diferentemente da Consultoria da Casa, se a reforma está na direção certa ou errada ou se determinado artigo é certo ou errado. Mas, obviamente, no acompanhamento da situação fiscal, nós temos uma série de informações e questões a serem compartilhadas aqui.

O primeiro eslaide – e o Izalci é um experiente ator político...

Toda reforma estrutural parte de convicção. É preciso haver uma consciência clara de que determinada variável relevante para o desenvolvimento do país se esgotou e de que se chegou a uma situação tal em que a reforma se impõe. Então, para fortalecer essa convicção, esse primeiro eslaide registra que a nossa carga tributária aqui, que para um país emergente é bastante alta, foi de 32,44 no ano de 2023. Foi até abaixo da média histórica, que ficava entre 33,3, 33,4. E por que eu digo isso?

O país vive um estrangulamento fiscal. Estrangulamento fiscal mexe com receita e despesa. Há uma intolerância – e o Senador Izalci me corrija – consolidada, na sociedade brasileira e no Congresso Nacional, contra qualquer aumento de carga tributária. Então, o ajuste tem que ser feito dentro desse patamar. Historicamente, é difícil imaginar que qualquer Governo futuro vá ampliar essa carga tributária, porque a sociedade e a sua expressão representativa, que é o Congresso Nacional, consolidaram essa posição muito firme.

Muitos, às vezes, argumentam que "ah, a média da OCDE é 34% do PIB", mas aí estão países que têm um outro histórico, um outro grau de desenvolvimento – a França, 45% do PIB; Suécia e Dinamarca, com 43%, 44% do PIB; Itália... –, mas, entre os emergentes, os latino-americanos, nós somos campeões, líderes absolutos, léguas à distância.

Então, é preciso verificar que há uma rigidez, do ponto de vista da ampliação da carga tributária, da receita, para o setor público financiar suas atividades, a nossa carga já é alta, comparada com os emergentes, com os latino-americanos, e não é só a questão do quanto; é o como.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos dois problemas fundamentais: a nossa matriz tributária é concentrada nos impostos sobre consumo, muito mais que a média dos países da OCDE. Tem muito a ver com o nosso perfil de renda, um país com renda extremamente concentrada. Então, os impostos que, intrinsecamente, são injustos, do ponto de vista da equidade social, que são impostos sobre consumo, batem em 45% do total dos impostos. Caiu um pouco para 41% no último ano, mas é o país que, como a Hungria e outros países, tem uma carga muito forte nos impostos sobre consumo, e, corretamente, a opção foi começar a reforma, fatiar – não misturar renda, patrimônio, seguridade social –, focar no imposto sobre consumo.

E não é só, então, o quanto; é o como. Além de concentrar no imposto sob consumo, é um sistema – um dos piores do mundo no *ranking* do Banco Mundial. Nós estamos nos cinco primeiros lugares – complexo, injusto, inseguro, burocrático e oneroso. Então, ele é tudo de ruim.

O atual sistema é campeão em iniquidade e ineficiência. Talvez seja o país que tem o maior contencioso administrativo e judicial tributário: 70%... Houve um estudo: 70% do PIB. O normal, Izalci, é 1%, 2%.

Então, a escolha política... O IVA é adotado por mais de 170 países. A escolha que foi feita, política, pelo Congresso está no caminho certo.

Registro que essa é uma reforma, diferentemente da reforma da previdência, da reforma trabalhista, que nasceu e amadureceu no Congresso Nacional. Desde a PEC 45, de autoria do Deputado Baleia Rossi, que Aguinaldo Ribeiro relatou, quanto à PEC 110 aqui, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, relatado pelo Senador Roberto Rocha. Então, foi aqui no Congresso que esse processo decisório amadureceu, com a participação do Executivo, mas com protagonismo absoluto do Congresso Nacional.

O único alerta... Porque cabe à IFI não opinar, porque quem tem a legitimidade e a titularidade para decidir são os Senadores, mandatários, Deputados. Mesmo a gente não tem essa característica de prestar consultoria. O único alerta é quase tautológico, óbvio, ululante, de tanta repetição, mas não custa repetir o óbvio: quanto maior o número de exceções, alíquotas diferenciadas, regimes especiais, maior é a alíquota de referência nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí vem a pergunta do Izalci: é impossível definir neste momento, porque há uma série.

Qual é a taxa de conformidade no novo sistema? Não se sabe. Eu costumo usar... Nesse caso de alíquota, imagina-se uma alíquota entre 26% e 30%, mas hoje, se calcular por fora, já dá 35%. Ela já é muito alta.

Então, assim, é possível que fique na faixa de 26% a 30%, mas eu costumo dizer, quando perguntado, que vai se aprender a nadar nadando. Como é que a gente aprende a nadar? Nadando. Então, o patamar vai surgir naquela fase experimental de transição, em que o índice de conformidade, o grau de sonegação, de elisão fiscal, de contencioso judicial é que vão se manifestar e determinar o ponto de equilíbrio, porque o Congresso traçou duas normativas, duas diretrizes: não pode haver, sob forma nenhuma, aumento da carga tributária; por outro lado, não pode haver perda de receita dos entes federados. Então, isso está amarrado. Aí tem que pôr número nisso, e essas duas diretrizes vão gerar um número que vai gerar esse ponto de equilíbrio, em que não haja perda de receita e não haja aumento da carga tributária.

Então, isso vai se descobrir no processo. É impossível, hoje.... Há estimativas, mas é impossível, hoje, determinar, cravar qual vai ser a alíquota. Quanto maiores forem as exceções, maior a alíquota de referência nacional, maior a complexidade do sistema.

A especialista Rita de La Feria, uma das maiores especialistas no mundo, professora portuguesa, que atua na Universidade na Inglaterra, no Reino Unido, diz que o ideal, depois de muitos estudos, é que fosse uma alíquota única e que a diferenciação social fosse feita pela despesa, e não na tributação.

O IVA depende de uma concepção bastante simples, exequível e fluida. E, quando você diferencia regimes e alíquotas, você vai introduzindo degraus, dentes que tiram a fluidez do imposto sobre o valor agregado.

Também serão maiores as dificuldades na transição e fiscalização... Quanto maior o número de exceções, maior o grau de dificuldade na transição e na fiscalização. E já há estudos do Ipea e de outros institutos de pesquisa, simulando que, quanto maiores as exceções, menores os efeitos positivos sobre o PIB, a produtividade e o emprego. Então, já há simulações feitas que mostram claramente isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, Senador Izalci, é muito importante, muito importante... Eu costumo brincar que é o projeto de lei com mais de 300 artigos, e, se bobear, a discussão vai ficar nos anexos, em vez de ficar no texto. Entra ou sai? Entra no Imposto Seletivo, entra na alíquota tal, tal... Isso é o pior caminho. Quanto mais enxugar as exceções, tanto melhor para o país. Essa é a convicção da IFI.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCUS PESTANA – Por último, para concluir, quais são as dificuldades da transição e da fiscalização?

Eu coloquei aqui aquela frase famosa do Malan, que ficou famosa, que é muito interessante, de que, no Brasil, até o passado é imprevisível. Então, a transição, do ponto de vista tributário, vai levar dez anos; do ponto de vista federativo, 50 anos, da origem para o destino. Isso, levando em consideração a assertiva do Malan, parece piada pronta, depende de muitas convicção.

Houve um país asiático que introduziu o IVA, fez um esforço político enorme, chegou um primeiro-ministro que era contra, revogou tudo. E é preciso registrar que a complexidade vai aumentar nos dez anos, porque a empresa vai ter dois sistemas paralelos, inicialmente, simbólicos, e, com o passar do tempo, efetivos. Uma coisa que vai simplificar em 2033, no curto e médio prazos, nesses dez anos, vai ser mais complexa.

Então, é preciso aplainar ao máximo as regras. Os comandos constitucionais já foram dados pela PEC. Agora o leito está definido. E o tempo é um grande desafio para a transição e para a fiscalização. É curto para o desenvolvimento das ferramentas gerenciais, mas as receitas municipais e estaduais e o Ministério da Fazenda estão empenhados, a Receita Federal e a Secretaria Extraordinária do Bernard Appy estão concentradas em desenvolver e, na era da inteligência artificial, nada é impossível.

O *split payment* é uma questão fundamental. Quanto mais automático, quanto mais intervenção humana houver na arrecadação e na partilha... E tem que ser um algoritmo como é o Simples no Brasil...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCUS PESTANA – ... um algoritmo em que se dê imediatamente a distribuição. Então, é curto para preparar, mas é viável – é uma declaração do próprio Appy em entrevista recente –, e longo porque depende de muita persistência e de convicção política para, nesses dez anos, manter firme e não recuar, porque o caminho está correto.

Marco legal, para finalizar. É preciso não se concentrar nos anexos, enxugar os anexos, se concentrar nos textos. O Confaz, a assessoria da Casa, já detectou uma série de áreas sombras, de competências em que dá ambiguidade. Tem que ser um texto límpido, transparente, eficaz. Que o Senado aprimore o texto que veio da Câmara em todos aqueles elementos que geram dúvida e insegurança. Então, o trabalho tem que ser este: limpar e aplainar o texto para não haver perspectiva de judicialização, para que ele seja autoaplicável, facilmente inteligível, de fácil compreensão e aplicação. E apesar de ser uma formatação dual, que foi a concepção da PEC 110 – acabou a 45 aproveitando esse conceito –, aos olhos do cidadão, tem que ser um imposto só. Então, as regras têm que ser homogêneas para não haver espaço de conflito federativo. A coisa está indo muito bem, mas o diabo mora no detalhe, então, é preciso fixar.

E, por último, o desafio na transição e na fiscalização institucional. Todos os que têm experiência – eu já fui Secretário municipal, estadual e Secretário do Governo Federal –, todos sabem que as receitas, seja nas prefeituras, seja nos estados, seja no Governo Federal, sempre foram chamadas ilhas de excelência e, entre as corporações públicas, tiveram sempre grande poder. Então, nós estamos mexendo com a elite do serviço público: as receitas. E o uso do cachimbo faz a boca torta. São 36 anos de vigência da Constituição. Há práticas consolidadas e é claro que tudo que é novo gera resistência.

Então, é preciso aplainar no texto para não deixar para decidir, lá no plano administrativo-operacional, questões essenciais para o êxito do IVA nacional.

Muito obrigado, Izalci. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu queria depois ver onde é que tem esses 26%, 30% aí, porque o estudo que foi apresentado aqui de redução de fraude e de sonegação, estudo de doutorado, mestrado, diz que era até mais, 50%, mas a menina falou 27%. Então, para se manter um índice de 27% de redução na fraude, evidentemente, tem que diminuir essa alíquota, não dá para trabalhar dessa forma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCUS PESTANA – Tem um artigo do José Roberto Afonso e do Biasoto, cujo foco são as mudanças setoriais, mas eles chegam com uma determinada metodologia a uma alíquota de 35%, quer dizer, isso só vai se definir no processo, e ela vai subir na medida em que forem introduzidas – e já foram introduzidas – muitas exceções. Então, é difícil, porque o Ministério da Fazenda usou a Hungria, a taxa de conformidade da Hungria, que é um país emergente com um sistema parecido com o nosso, muito carregado nos impostos sobre consumo. Então, estimou-se lá 15% de taxa de conformidade, mas isso nós só vamos descobrir na prática, com o sistema rodando.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É isso.

Bem, vamos continuar aqui.

Vou passar para a Suzy, que é a nossa Doutora em Direito Tributário da PUC de São Paulo.

A SRA. SUSY GOMES HOFFMANN (Para expor.) – Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. Agradeço ao Senador Izalci. É um prazer estar ao seu lado novamente, uma grande honra.

Eu acho que o tema sobre o qual eu escolhi falar, que é o da fiscalização, tem bastante a ver com o tema do PL 108, que nós tratamos há 15 dias. Ele tem bastante a ver e tem muito a ver com o que o Dr. Marcus Pestana acabou de falar. Nós precisamos de uma simplificação. E essa reforma tributária que veio para simplificar – esse foi o grande discurso – não pode agora, eu acho que a gente não pode... Com os PLPs, nós estamos vendo, para o contribuinte, na parte da fiscalização e do contencioso, uma complexidade, em nome... Muitas vezes eu escuto falar: "Mas o Congresso Nacional escolheu um IVA dual". Sim, é um IVA dual, porque nós estamos numa Federação, que tem uma cláusula pétrea falando dessa Federação, mas é uma Federação em que nós temos um federalismo cooperativo. A emenda constitucional traz os princípios da cooperação e da simplicidade. E esse princípio da cooperação é um princípio da cooperação voltado para administração e o contribuinte, porque o da cooperação entre as administrações já estava inserido desde a Emenda Constitucional 42.

Então, nessa visão, olhando pela ótica da sociedade civil, ainda que tenhamos um IVA dual, se nós temos o princípio da cooperação e da simplicidade, o que a sociedade quer? Regras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

claras e transparentes, segurança jurídica, previsibilidade e simplificação. E o art. 149-C, apesar de termos um IVA dual, disse que esse IVA dual são tributos idênticos. Falava-se em gêmeos siameses, só que agora, com os PLPs, já são aqueles gêmeos bivitelinos do caso da Globoplay, que são de pais diferentes. Porque não é possível! Nós temos o mesmo fato gerador, mesma base de cálculo, hipóteses de incidência e não incidência, sujeitos passivos, ou seja, todas as características.

Mas quando veio o PL 108, o que nós ouvimos... Com todo o respeito aos GTs, eu tenho inúmeros amigos que estão lá, mas falaram: "Não, mas o Congresso disse que são tributos distintos". Eu modestamente discordo: ele diz que são os mesmos tributos e, por isso mesmo, olhando aqui dentro do juridiquês, a regra matriz de incidência, eu vou ter o mesmo fato gerador para o IBS e para a CBS, que é o mesmo critério material, operação de fornecimento de bens e serviços, que vai acontecer no mesmo local. Ainda que para o IBS seja interesse maior saber onde ele acontece, ele acontece no mesmo local para os dois tributos, ele acontece no mesmo momento para os dois tributos. O que ele tem de diferente? O sujeito ativo. Isso não muda nada em termos para o contribuinte, é só para quem ele vai pagar; a base de cálculo é a mesma, no critério quantitativo; o sujeito passível é o mesmo; e o que difere é a alíquota.

E a pergunta que vem é: mas isso faz com que esses tributos sejam distintos? Na própria emenda constitucional, o 156-B deu realmente para os estados e municípios, por meio do Comitê Gestor, uma série de competências – editar regulamento, arrecadar –, mas disse também que fiscalização e cobrança vão ficar para os estados. Mas também colocou este Senado – foi este Senado que colocou – os §§6º, 7º e 8º, que preveem a possibilidade de integração. E a pergunta que fica para a sociedade civil é: a emenda criou um IVA dual, tributos distintos, mas com o mesmo fato gerador, e por isso é preciso prever fiscalizações separadas? E foi isso que o PL 68 trouxe. O art. 316 diz que vai caber ao Comitê Gestor editar um regulamento, e a Receita Federal, Poder Executivo, o outro. Por que nós vamos ter dois regulamentos com normas distintas se eu tenho o mesmo fato gerador, se o critério material é no mesmo lugar, e se é a mesma base de cálculo? Eu preciso ter dois regulamentos? Ou eu posso ter um com um anexo, como disse o Dr. Marcus, com as alíquotas? É só isso, eu não preciso de mais nada, não é?

E qual motivo para existir dois regulamentos se são os mesmos tributos, com pouquíssimas diferenças?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, mais, o PLP 68 diz que essa fiscalização vai ter competências separadas. Então, hoje, ao pessoal lá do Getap, da minha amiga Zabetta, as empresas vão perguntar: por quem eu vou ser fiscalizado? Pelo fiscal federal, pelo municipal ou pelo estadual? Mas o fato gerador não é o mesmo? Então ninguém está entendendo como é que isso vai se fazer.

Os arts. 324, 325 e 326 trazem uma possibilidade de integração, mas eu não posso me furtar de não trazer aqui algumas questões do 108, que fecham essa história, porque o PL 108, quando ele traz o Comitê Gestor e traz as suas competências, ele já fala que é o Comitê Gestor que vai coordenar como vai ser feita a fiscalização. Então eu, tentando interpretar, entendo que é o Comitê Gestor que vai gerir essa fiscalização, mas ele vai poder mandar nas administrações municipais? Como é que vai ficar isso? O Comitê Gestor vai solicitar a cessão de servidores de carreira, e diz também que quem vai fazer a fiscalização só serão servidores de carreira das administrações estaduais e federais. E aí a questão que fica: a fiscalização, por parte do IBS, ela será feita pelos auditores que serão cedidos ao Comitê Gestor? Os auditores serão remunerados pelo Comitê Gestor? Ou serão auditores de cada administração? E aí nós vamos ter outro problema, porque o auditor lá da cidade do interior que ganha R$3 mil, ele vai pedir equiparação com o auditor do Município e do Estado de São Paulo, que ganha mais. E como é que nós vamos resolver isso?

Além do mais, o 108 traz multas diferentes. E a questão que para mim fica sem resposta é: se eu tenho o mesmo tributo, qual o fundamento de serem estabelecidas multas diferentes? A resposta talvez – com todo o respeito novamente a quem construiu essa legislação – esteja no art. 54, que vai falar que o valor das multas vai ficar para o estado ou para o município de quem fiscalizou.

Então vejam, senhores, eu vou ter multas diferentes para IBS e para CBS. Se a fiscalização se deu pelo município do Estado de São Paulo, o valor dessa multa vai ficar para esse município e para esse estado. Nós vamos ter – como eu já trouxe aqui – ritos diferentes para o lançamento e fiscalização da CBS e do IBS. Quem vai julgar essa fiscalização e esse lançamento que foi feito em São Paulo vai ser a câmara de julgamento do Estado de São Paulo, ainda que submetida ao Comitê Gestor de São Paulo, e o valor dessa multa reverte para São Paulo. Será que foi isso que se pretendeu com a reforma tributária? Será que isso vai trazer simplificação? Será que esses julgadores que serão indicados por estados e municípios, que vão ser cedidos e remunerados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Comitê Gestor, vão ter a imparcialidade necessária? Eu não vejo, nos critérios trazidos no PL 108, critérios que tragam para os julgadores uma excelência técnica necessária para esse papel.

Vejo aqui, Senador Izalci, meu amigo Manoel. Manoel Arruda e eu fomos da Câmara Superior de Recursos Fiscais do Carf, em que sempre se exigiu uma especialidade técnica muito grande e sequer na nossa época éramos remunerados – não é, Dr. Manoel? E hoje os julgadores, tendo o bacharelado em Direito ou tendo experiência, as pessoas poderão ser indicadas. E com isso soma-se, como eu trouxe também, um número de tribunais, senhores, que será no mínimo de 400 julgadores para julgar um tributo.

Então, me parece que quanto a esse sistema, Senador, Izalci – como o senhor já disse –, talvez não se aproveite o PL 108, então nós temos que mudar o 68 para dizer que vai ser um regulamento e a possibilidade da unificação das fiscalizações, porque nessa estrutura dual de fiscalização – lançamento e julgamento –, o valor das multas que ficará para o ente fiscalizador vai trazer uma possibilidade de indústria de multas, porque esse lançamento vai ser julgado, como eu digo, pela própria Câmara, com um alto número de julgadores. E quando nós temos formas de fiscalização, de lançamento e de processo administrativo diferentes, esses dispositivos hoje estão impossibilitando um caminho para uma unificação da fiscalização da administração, do lançamento e do processo administrativo num período próximo.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SUSY GOMES HOFFMANN – Por isso, a proposta – como o senhor pediu e nós estamos trazendo – é que as administrações tributárias deverão unificar a fiscalização e o lançamento, um único regulamento para IBS e CBS, um julgamento de CBS e IBS unificado por meio de câmaras de julgamento, não por estados, mas por regiões do país. Se iniciar – talvez não haja ambiente político para iniciar uma unificação do julgamento administrativo –, que o processo administrativo seja o mesmo, que as multas sejam as mesmas, que o encaminhamento do valor das multas não seja para o ente que fiscalizou e que haja uma previsão em lei para que os julgadores sejam escolhidos por um comitê independente e que haja requisitos rígidos na lei para a especialidade na área, com uma realização de prova técnica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu espero que, com isso, a gente tenha uma efetiva simplificação e um IVA dual para a Receita, para a administração da Receita, mas um tributo único e simples para toda a sociedade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Susy.

Bem, esse é um dos questionamentos do 108. Da CBS, você pode recorrer; e o IBS tem algumas dificuldades aí também, tem que ver. Vamos esperar, porque não foi votado na Câmara ainda, tem destaque na Câmara, ainda não veio para o Senado o 108. Então, vamos aguardar, ver se eles fazem alguns ajustes lá.

Vou passar a palavra para o Thales Freitas, que é o nosso Presidente do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita).

O SR. THALES FREITAS ALVES (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde a todos.

Quero saudar o Presidente Senador Izalci Lucas, os demais membros que compõem esta mesa, saudar a todos os representantes dos órgãos públicos presentes, sociedade civil e todos que nos assistem.

Bom, Senador, o debate desta audiência pública gira em torno de dois aspectos da reforma, desse PLP, que seriam a transição e a fiscalização, mas, diante das infinitas vertentes que esses dois temas poderiam levar aqui nesse pouco tempo de explanação, a gente vai, Senador, fixar a nossa apresentação na fiscalização. Foi até tocado agora pela Dra. Susy, eu vou tocar de uma forma um pouco paralela, até porque, sobre essas dificuldades, a gente tem que ver o seguinte: o IVA dual, quando se colocam algumas dificuldades operacionais, muitas vezes se esquece da lei do Simples Nacional. A lei do Simples Nacional unificou tributos estaduais, municipais e federais, e a fiscalização é feita por qualquer um dos entes – é feita por qualquer um dos entes. Logicamente, não pode ter conflito, não pode ter duplicidade de fiscalização, não pode ter duplicidade de autuação, mas qualquer dos entes pode exercer a fiscalização, e não é por isso que se vai pedir equiparação salarial. Então, eu vejo que esse problema não é um problema que deva merecer maiores preocupações aí, com a devida vênia, discordando um pouco do que colocou a Dra. Hoffmann.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que se refere – e aí eu vou ser bem específico, Senador, seguindo as suas orientações; deixe-me passar aqui, que é a que está aqui, porque o nosso centro é esse aqui – à regulamentação aí do IBS e da CBS, eu vou centrar exatamente em algumas propostas de emendas modificativas apresentadas por alguns Senadores. A gente tem que ver o seguinte: os artigos que tratam da fiscalização, que são do art. 323 ao art. 339, e também do art. 386 do PLP 68, trazem as regras aplicáveis à fiscalização e ao lançamento, tá? Nesses dispositivos, é necessário realizar algumas alterações que chegaram a ser objeto, como eu falei, de emendas apresentadas por alguns Senadores, entre eles o próprio Presidente da CAE, Senador Vanderlan Cardoso, a fim de preservar – esse é o principal problema que eu trago aqui nesta audiência – a competência dos servidores ocupantes dos cargos ou carreiras específicas das administrações tributárias, tanto da União como dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, que são carreiras essenciais ao funcionamento do Estado, de acordo com o que preceitua o art. 37, inciso XXII, da Constituição.

A nossa preocupação é a seguinte: ela não é só dos Senadores que apresentaram as emendas, mas também do Sindireceita, e se deve a alguns fatos, entre eles a desarmonia – e esse é um ponto que merece a nossa atenção – do texto original do disposto no art. 323 do PLP 68 com o tratamento já conferido a legislações correlatas, a exemplo da lei complementar.

Então, vamos lá. No 68, ele fala que a fiscalização da CBS compete ao auditor fiscal da Receita Federal e a da IBS compete a autoridades fiscais e integrantes da administração tributária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Quando a gente coloca aqui a lei complementar do Simples Nacional, essa competência de fiscalização das obrigações principais e acessórias compete ao órgão, e não a um determinado cargo, até porque lei complementar não pode conflitar com as leis ordinárias de regência das próprias carreiras das administrações tributárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Cada administração tributária dessa tem sua lei específica, e essas leis que comportam os cargos que compõem essa administração já definem as atribuições e as competências de cada cargo.

A mesma coisa, o mesmo conflito e desarmonia que esse dispositivo causa, ocorre também com o próprio PLP 108, que é um dos PLPs que regulamentam a Emenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constitucional 132. E, da mesma forma, o PLP 68, que, logicamente, só trata do IBS, diz que a competência de fiscalização das obrigações principais e acessórias é das administrações tributárias, e não de um determinado órgão.

Aí eu já pulo aqui para o próximo ponto. Logicamente, em regra – é importante salientar isso –, as administrações tributárias da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal são exercidas por carreiras compostas por mais de um cargo; logicamente, cada uma com as suas atribuições próprias, definidas em lei. No caso da Receita Federal, percebe-se no art. 5º que a carreira da Receita, que é a carreira tributária e aduaneira da Receita Federal, é composta pelos cargos de Auditor Fiscal e de Analista Tributário. Então, não seria prudente uma lei complementar inovar a definição de cargo, porque não tem *status* constitucional, e não raramente poderá interferir nas legislações ordinárias que regem as carreiras tributárias.

No caso específico do 323, estabelecer que a fiscalização do cumprimento das obrigações principais e acessórias, no caso da CBS, seja privativa de um único cargo da carreira, composta por dois cargos, o de Analista e o de Auditor, poderá comprometer, sobremaneira, a modernização desse sistema que se pretende com a reforma tributária, consubstanciado pela Emenda 132. Isso porque a fiscalização do cumprimento das obrigações, Senador, é um macroprocesso. E aqui eu faço algumas apresentações só para mostrar como funciona dentro da Casa; ali tem algumas matérias do aeroporto, da área restrita, que mostram as atuações, e daqui a pouco eu chego lá.

Mas a fiscalização das obrigações principais e acessórias é um macroprocesso de trabalho que envolve diversos procedimentos específicos também executados pelos analistas tributários, e não apenas pelo cargo citado no PLP 68, como é o caso, citando alguns exemplos, da análise de risco; da pesquisa de investigação; das atividades preparatórias à programação e acessórias à execução da fiscalização; da conformidade tributária; e dos procedimentos de divisão das obrigações acessórias. Todas essas atribuições são executadas em conjunto, concorrentemente, ou de forma acessória, entre auditores e analistas.

Então, atribuir, em lei complementar, competência de execução desse processo de trabalho a um único cargo, em detrimento do outro, traria insegurança jurídica no ordenamento dado a esses dois cargos, previsto na Lei 10.593, que eu acabei de mostrar, e poderia aumentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

significativamente o conflito de atribuições entre os dois cargos que acompanham a citada carreira, ou as demais carreiras.

Aqui, eu volto um pouco. O mesmo problema também pode acontecer – e eu falei muito da CBS – no IBS, cujo inciso II do art. 323 também foi objeto de emenda modificativa, inclusive apresentada pelo Sr. Senador Izalci Lucas, exatamente, imagino eu – e a gente corrobora com essa preocupação do Senador –, com o escopo de estabelecer, de forma mais precisa, quais serão as autoridades fiscais competentes para exercer a fiscalização, preservando, logicamente, as atribuições e competências constantes nas leis específicas de cada carreira.

Dessa forma, é necessário o acolhimento, Senador, das Emendas Modificativas nºs 837, 838, 839 e 842, que foram apresentadas pelo Senador Zequinha Marinho, ou – aí tem uma variação – da Emenda nº 368, do Senador Vanderlan Cardoso, para além desta que eu cito agora do próprio Senador Izalci Lucas, a fim de suprimir essas impropriedades que constaram no referido projeto de lei, considerando a autonomia dos diversos entes federados, para definir suas estruturas organizacionais das administrações tributárias, bem como as atribuições e responsabilidades das respectivas autoridades administrativas – federal, estadual, distrital e municipal.

E aqui eu cito exatamente os dispositivos e as emendas que foram propostas. Esta aqui é do senhor, Senador. Fala ali que a fiscalização do IBS compete...

(*Soa a campainha.*)

O SR. THALES FREITAS ALVES – ... às autoridades fiscais integrantes das administrações tributárias dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, mantidas as atribuições de competência de fiscalização ou lançamento, constantes das respectivas leis específicas. Então, isso aí é uma preocupação que a gente corrobora exatamente para que evite esse tipo de conflito.

Ressaltamos, por fim, que o PLP 68 enfrenta o mesmo problema em outros dispositivos. Eu citei só o art. 323, mas a gente tem esse problema no art. 327, inciso I; no art. 329, *caput;* e no art. 386, em que ele adota uma sistemática diferente do CTN.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu cito o CTN. O CTN fala em competências das autoridades administrativas na matéria de fiscalização. Por falar nisso, o próprio CTN cita – deixe-me ver se é este aqui ou não – expressões como...

(*Soa a campainha.*)

O SR. THALES FREITAS ALVES – ... "autoridades competentes", "autoridades arrecadadoras", "autoridades administrativas", entre outras. São utilizadas mais de 40 vezes, Senador, no CTN, outorgando... Por que o CTN fala isso? Porque ele outorga às legislações específicas de natureza ordinária, e não à legislação complementar, exatamente a delimitação dessas atribuições dos servidores que compõem as carreiras específicas das administrações tributárias.

Então, eu falo que é necessário acatar essas contribuições, que já foram apresentadas por alguns Senadores, e com as quais o Sindireceita corrobora, e digo o seguinte, para finalizar: a reforma tributária do Brasil, tema recorrente das discussões políticas e econômicas do país, busca simplificar o sistema tributário, reduzir a carga tributária e aumentar a arrecadação. Nessa linha, para que essa reforma seja bem-sucedida, é fundamental que todas as administrações tributárias, em todos os níveis – federal, estadual e municipal –, operem de forma eficiente.

A gente encerra dizendo o seguinte: embora isso possa parecer... Diante de tantos interesses e da complexidade que a reforma tributária e a sua legislação complementar oferecem, esse tema que eu trago aqui pode até parecer um tema secundário. Pode até parecer, mas, seguindo inclusive a orientação do Senador, a gente traz especificamente essa abordagem, porque o que pode parecer secundário, na verdade, pode trazer outros problemas, e a gente acaba comprometendo toda a eficácia e a eficiência que a gente precisa ter nessa reforma tributária.

Senador, aqui a gente coloca algumas fotos das atuações de fiscalização em várias situações em que participam auditores e analistas, com outros órgãos, inclusive com Ibama; em aeroportos, apreensão de drogas, apreensão de animais, de mercadorias; palestras realizadas na época do Ministério da Economia ainda, exatamente com relação à segurança da informação; aqui uma atuação de todas as... Isso foi no mesmo dia – no mesmo mês, na verdade –, várias situações em que os dois cargos atuaram em fiscalizações, feitas apreensões em diversas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situações... E digo mais: nas fronteiras e na importação, tanto a CBS como o IBS serão base de cálculo da importação, e, quando se fiscaliza o cumprimento das obrigações acessórias e principais dessa fiscalização em fronteira, também nos aeroportos e portos, fiscalizam-se também – e quem está na linha de frente é o analista tributário – essas obrigações dos dois tributos que surgem agora, a CBS e o IBS.

Então, aqui é o número de auditores e analistas na questão da fiscalização de fronteiras. Você vê que é um número praticamente meio a meio, os dois atuando em conjunto.

É isso, Senador e senhores. São essas as considerações que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bacana.

O SR. THALES FREITAS ALVES – Agradeço a todos pela atenção e pela paciência.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Thales.

Já passo imediatamente à Zabetta, que é a Diretora-Executiva do Getap.

A SRA. ZABETTA MACARINI GORISEN (Para expor.) – Boa tarde, boa tarde a todos.

Primeiramente, queria agradecer de novo o convite do Senador. É um prazer estar aqui de novo e discutir os temas da reforma tributária.

Como a gente só tem dez minutos, eu vou logo aos pontos.

Hoje é transição e fiscalização, não é?

Você tem minha apresentação? Está lá? Só para...

Não, vai ser a última, talvez... Aqui.

Eu queria trazer para a discussão aqui, como o Senador pediu, bem objetiva com os pontos, com as propostas, para a gente discutir o tema. Primeiro, vou falar um pouquinho da transição e dos créditos da transição dos contribuintes; depois eu aproveito a oportunidade aqui – falou-se tanto sobre fiscalização – e trato de dois pontos aqui específicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira coisa que eu queria colocar e temos colocado já em outras oportunidades também na Câmara dos Deputados, desde o começo, é esse prazo, que é de transição, mas, na verdade é a implementação do novo modelo. Senador, 2026 realmente é um prazo bastante desafiador. A gente vê que nós estamos com o 108, que cria o Comitê Gestor e toda a administração, ainda por votar na Câmara dos Deputados. Nós estamos com o PL 108 aqui já bastante debatido. Debateu-se também o próprio... Aliás, muito acertadamente, já se puxou a discussão do 108 aqui na Casa para discutir os pontos, mas, de fato, a gente vê um esforço muito grande aqui do Legislativo, da Sert, dos estados, dos grupos de trabalho, que já estão trabalhando na regulamentação para adiantar a legislação, isso sem dúvida nenhuma, mas, se a gente tiver um *status* ideal, a gente vai ter as legislações aprovadas, o regulamento aprovado e toda a parte de sistemas do Fisco de pé em meados de 2026, quando está sendo prometido que vai estar disponível para os contribuintes em outubro de 2026. Então, é praticamente inviável pensar que, em três meses, todos os contribuintes consigam implementar toda a parte de sistemas.

A gente tem trazido isso, temos depurado um pouquinho mais, temos discutido com as empresas de *software warehouse,* que dão assessoria e suporte para todas as empresas do país, seja pequeno ou grande, porque hoje os contadores pequenos também são todos pautados em tecnologia. É extremamente desafiador o prazo de 2026, a gente tem aí uma preocupação bastante grande, a gente tem pouquíssimas empresas de tecnologia que assessoram os contribuintes para isso tudo estar de pé. Três meses é inviável, é praticamente inviável.

Qual a sugestão, então, de melhoria, Senador, que a gente está trazendo aqui? Ou prorroga o prazo para 2027, dá pelo menos mais um ano de prazo para as empresas conseguirem, uma vez toda a legislação de pé, regulamento de pé, *split payment* funcionando, Comitê Gestor funcionando, obrigações acessórias de pé, isso é um trabalho enorme, pelo menos mais um ano para os contribuintes se adaptarem.

E por que é importante esse prazo? Eu não tenho que só emitir uma nota fiscal de um novo tributo, nós temos que fazer duas coisas – o Diretor aqui da IFI, o Marcus, colocou muito bem –, os contribuintes têm que fazer duas coisas. Têm que ajustar todos os cinco tributos para dentro, com a nova legislação, porque, à medida que você emite uma nota fiscal já do IBS e da CBS, você tem que ajustar todos os seus preços, obrigações acessórias para dentro do regime

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de hoje, por dez anos, nós temos dez anos. Então, você tem que ajustar as duas pontas, não é uma coisa nova que você vai só incluir, você tem que incluir, renegociar regimes especiais, os regimes especiais são aprovados pelo Confaz, você tem REF, Recof, Drawback, Repetro, Reidi, todos os regimes especiais que necessitam de atos normativos publicados e validados para você poder mexer na base de cálculo deles, não é tão simples assim. Então, realmente é desafiador 2026.

A ideia é ou prorroga o prazo, ou pelo menos dispensa das multas os contribuintes que não conseguem estar conformes em 2026, ou, uma terceira alternativa, é estabelecer, para não mudar o prazo, que o ano de 2026 seja um ano de testes. Também pode ser viável, se o regulamento estabelecer, tanto o Comitê Gestor quanto a Receita estabelecerem que entra em 2026, mas no modelo de testes, você vai ter o modelo rodando, mas somente com as empresas que conseguem estar aptas para operar no regime novo. Então, volto a dizer que 2026 é superdesafiador. Esta é a mensagem aqui: precisamos pensar e ver como a gente conforma isso, para conseguir não sair logo de cara com um monte de desconformidade na implementação e transição.

Outra coisa muito importante, muito querida dos contribuintes, que vocês devem ter ouvido em todos os lados: garantir os créditos do regime anterior. Então, na medida em que a gente vai para um IVA, é um novo modelo, mas tem muita coisa que, seja pela transição, seja pelo regime anterior, a gente carrega aí por um tempo razoável.

Para o PIS/Cofins... E cá entre nós, aqui uma ressalva: foi bem o PL em garantir os créditos dos contribuintes do regime anterior e foi bem também o 108 em dizer "vamos devolver o crédito acumulado do ICMS". Acho que a gente pode comemorar.

Pontos de melhoria.

Pis/cofins: o art. 367, prevê os créditos dos extemporâneos, mas não fala nada expressamente com os créditos decorrentes de ações judiciais. Por que isso é importante? Porque tem um mundo de coisa de crédito de PIS/Cofins ainda não julgado. A gente tem uma série de decisões, é uma série de temas que são afetados pelos tribunais – dá crédito, não dá crédito e etc., pelo regime que a gente tem hoje, que tem modelos diferenciados – que ainda não estarão prontos em 2027, quando virar a roda para o PIS/Cofins. Então, por mais que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

gente pense que estão implícitos no 367 os créditos decorrentes de ações judiciais, seria importante, Senador, incluir uma previsão incluindo aqueles decorrentes de ações judiciais, porque você pode imaginar que num critério novo você não tenha direito a esses créditos. Então, nossa sugestão é colocar uma questão expressa.

O IPI e os créditos do IPI: o PLP 68 não prevê... A gente tentou descobrir, entender por que não tem expressamente a mesma regra, não é? Se você prevê os créditos de PIS/Cofins, por que não prever os créditos também de IPI? Então, a nossa sugestão é: entre aqui também e coloque expressamente, não custa nada. Se já está, preveja expressamente, para depois não dizerem que não tem. Inclusive, existem aqui... Eu fiz a colação do que tem emenda Senador, eu já coloquei aqui para a gente ter de referência. As emendas sobre o IPI, como vocês podem ver, 104, 189, justamente para ficar expresso.

E do ICMS qual é a dúvida dos créditos acumulados em ICMS? Os senhores sabem que existem bilhões em créditos acumulados em ICMS que serão restituídos pelos contribuintes a partir de 1932. Qual é o receio aqui? A gente precisa dar um pouco mais de segurança jurídica para os contribuintes. Você vai apropriar e ter o crédito baseado na legislação em vigor em 1932. Qual é o receio e a garantia que a gente tem? Tem que manter a legislação em 1932, porque você pode ter uma situação onde você chegue perto de 1932 e em que as legislações estaduais comecem a restringir os direitos dos contribuintes à homologação, criar dificuldades. A gente vive isso absolutamente todos os dias. São pouquíssimos estados que devolvem crédito acumulado de ICMS. Não é por conta disso que a gente tem bilhões para restituir depois de 1932. Isso acontece.

Então, qual que é a garantia que a gente precisa colocar no PL? Nós precisamos ter certeza de que essa legislação não vai ser mudada na véspera da virada do 1932, senão essa promessa que está sendo feita pela PEC e pela virada da reforma tributária cai por terra, se você não puder ter os créditos acumulados em ICMS garantidos para os contribuintes. Isso aqui é uma ressalva de segurança jurídica. Não estou dizendo que vai acontecer, porém seria importante a gente prever.

Ideal mesmo, Senador, é que a gente tivesse uma única lei que homologasse e validasse os créditos ICMS na mesma base, para ficar uma coisa mais clara, até porque você vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compensar com outros tributos, mas de qualquer maneira seria um problemão pedir para cada administração mudar a sua própria legislação. Mas de qualquer maneira, aqui vai uma salvaguarda importante para que essa legislação estadual mantenha o crédito e não mude toda a legislação na virada de 1932. Isso é bastante importante para os contribuintes.

Outro tema, agora entrando um pouquinho na fiscalização. Depois eu comento um pouco o que a nossa querida Profa. Susy... Aliás, parabéns, Susy, hoje é Dia dos Professores. A nossa querida mestra.

Antes de falar um pouquinho da fiscalização, eu queria comentar de novo o REF. O REF é esse Regime Especial de Fiscalização que está no art. 337 do 68. É um regime que faz todo sentido. Se a gente pensar, ele trata claramente... Um dos grandes objetivos da reforma, sem dúvida nenhuma, para poder baixar a alíquota do IBS e da CBS junto, para a gente diminuir essa carga, é aumentar a arrecadação e garantir a falta de sonegação. A gente quer eliminar a sonegação e que quem não paga hoje passe a pagar. Isso, sem dúvida nenhuma, faz todo sentido. Então, o REF entra prevendo claramente um regime mais duro, a modelo de devedor contumaz mesmo, como deveria ser, criando multa de 150 – 75 mais 75 –, fiscalizações ininterruptas, fato gerador diário do IBS e da CBS, para quais contribuintes? Para aqueles que sonegam, não estão inscritos, emitem notas fraudulentas, promovem embaraço e resistência à fiscalização. Com isso aqui todo mundo concorda, Senador. Está todo mundo de acordo que a gente tem que ser mais duro mesmo para evitar sonegação e para que, de fato, a gente consiga aí abaixar depois a alíquota do consumo.

Mas tem lá o inciso V – que eu falo que é sempre o inciso V do REF –, que fala... Parece que eles estabeleceram uns cinco, seis exemplos do que seriam as condutas fraudulentas dos contribuintes, e aí falaram assim: "Para não ficar uma lista muito grande, coloca lá, no inciso V, 'demais infrações à legislação tributária'". Senador, infrações à legislação tributária é tudo, de uma obrigação acessória a um erro de cálculo sem nenhuma intenção de fraudar... O V aqui aceita qualquer coisa.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ZABETTA MACARINI GORISEN – Então, o ponto aqui do REF é: se puder mexer no inciso V, restringi-lo um pouco: "Demais infração de legislação tributária que tenha por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

intuito a fraude, a sonegação", ou seja, linque essa infração à legislação tributária ao próprio espírito do REF, que é coibir a sonegação e trabalhar contra os contribuintes que cometem fraude e sonegam tributos.

Então, tem duas emendas aqui para comentar.

E, para finalizar aqui, porque já passou o meu tempo, para resolver um pouco essa questão que a Susy trouxe muito bem da fiscalização – e o Dr. Thales também colocou um ponto –, realmente, com dois IVAs e com a maneira como o PLP estabeleceu a independência das administrações, se a gente não fizer de fato uma gestão muito forte, muito participativa... Esse princípio de participação confederativa e de cooperação tem que ser um pouco mais eficiente no sentido de determinar as atitudes. Então, o PL, no 324 e no 320, que diz, olhe: "As autoridades 'poderão' celebrar convênios...". Poderão não; deverão! Porque aí você elimina um monte de problema, como a Susy colocou muito bem e o Dr. Thales colocou também.

E celebrar convênios para trabalhar junto não fere legislação, não fere direito de nenhum ente tributante de fiscalizar. O importante é que a gente não receba, Senador, três autos de infrações diferentes, em três temas diferentes, com três fiscalizações diferentes. Isso aqui é o fracasso do modelo atual. A Susy tem muita procedência em dizer: o que os contribuintes querem? Que venha um fiscal e fiscalize os três fatos geradores. Como é que a gente faz isso? Estabelece o convênio entre as administrações tributárias. Se eu vou olhar um fato gerador, tentar reduzir... Claro, a gente vai ter incidências que... Por exemplo, se você vai discutir o destino do município, essa fiscalização é só do município. Não tem por que a União falar se o que você está discutindo é alíquota do município, o.k.; mas, naquilo que o fato gerador é comum, Senador, se puder ter: "deverão fazer", "deverão celebrar os convênios", não "poderão", porque "poderão" é um ato que você pode fazer ou não. E a gente sabe que, quando a gente coloca os entes tributantes para trabalhar juntos, às vezes dá certo, às vezes não dá.

Mas o ideal aqui é que sim, estejam juntos, porque reduz, acho, 80% dos eventuais autos de inflação que a gente tem e evita aqueles conflitos de jurisprudência que, na semana passada, a Suzy e o Marcelo, que estão aqui, trataram muito bem e que vão ser os conflitos de jurisprudência que a gente vai ter: uma CBS que julga antes, um IBS no Comitê Gestor que julga depois; é o mesmo fato, o mesmo contribuinte de dois entes tributantes. Então, se você puder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter esses convênios mais azeitados como uma obrigação e não com uma faculdade, ajudaria bastante para reduzir o contencioso.

Acho que esses eram os pontos que eu queria tratar aqui nos meus dez minutos. Encerro aqui.

Obrigada, Senador, e parabéns pela liderança.

E a gente já entregou aqui para a Casa todas as propostas do Getap tanto do PLP 108 quanto do PLP 68. Então, estamos à disposição aqui para continuar os debates. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Bem, está com a gente ainda também virtualmente aqui, o Manoel Nazareno Procópio.

Acho que o Nazareno podemos deixá-lo por último, não é?

A Camila está aí? Camila? Veja se a Camila está aí. (*Pausa.*)

Não?

Vou deixar o Manoel por último.

Vamos chamar aqui o Floriano. Eu vou pedir ao Thales, para trocar com o Floriano ali, para o Floriano fazer a sua apresentação.

O Isaac apareceu ou não? O Floriano está no lugar do Isaac. O.k.

Então é contigo, Floriano.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas. É uma satisfação muito grande estar aqui, Senador Izalci. Cumprimento o senhor e cumprimento todos os Senadores; quero cumprimentar toda a equipe que está trabalhando.

O senhor está com essa matéria já tem algum tempo, mais de anos, não é, Senador? Há dois anos o senhor está presidindo, e a vida inteira tem sido o Senador Izalci um dos Senadores mais atuantes nas causas dos impostos e das contribuições sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha fala aqui não vai ser muito profunda, mas eu não poderia, em primeiro lugar, deixar de comentar a fala da Suzy, porque ela colocou um ponto que eu acho que antecede este momento em que nós estamos, porque às vezes a gente, de vez em quando, vai caminhando e precisa dar uma paradinha e olhar de onde é que a gente veio.

Pessoal, por que se escolheu o modelo com CBS e com IBS? Porque nós temos um sistema de seguridade social, o art. 194, o grande avanço da Constituição Cidadã de 1988, que outro dia fez aniversário – já vamos para 36 anos. Então a seguridade social é a grande conquista, é uma conquista civilizatória. Nós trouxemos ao Brasil, com muito atraso, a proteção de saúde universal, da previdência para aquele que contribui e da assistência social para aquele que dela precisa. E poderíamos falar também que poderiam estar juntas à seguridade social as políticas públicas de saúde, por exemplo. Então, lá atrás – não sou eu, não é de agora, não é este Senado que fez, não é a Câmara, não é o Congresso –, os Constituintes definiram esse modelo. E esse modelo não basta só desenhar e não pensar em como que esse modelo será sustentado.

Foi criado um orçamento, e a gente esquece de falar. Nós temos três orçamentos da República – o orçamento fiscal, o das estatais e o da seguridade social. E nunca... Nós não tivemos, ao longo dos anos, essa possibilidade até de experimentar o orçamento sendo construído pela sociedade, pelo Conselho Nacional da Seguridade Social, que virou letra morta por uma medida provisória. Então, qual por que a CBS? Porque, sem a CBS, dificilmente nós conseguiríamos, com os impostos, sustentar o modelo de seguridade social. Então, eu começaria, pedindo à Dra. Susy todas as vênias, lembrando por que tem CBS. A CBS existe por isso. O modelo da CBS hoje é igual ao do IBS.

E aí temos a discussão da máquina pública. Por que não poderíamos ter, de repente, uma única legislação, ou um único quadro, ou fiscalizações tributárias totalmente alinhadas? É porque nós temos uma Federação no Brasil. Então, aquele Secretário de Fazenda lá do Piauí, que tem lá que arrecadar, faz parte de um Governo, de um Executivo local. E ele vai lá, com todas as dificuldades, com todas as questões inerentes à sua realidade, buscar arrecadar para que aquele Governador consiga cumprir o seu programa de Governo. Então, isso acontece nos municípios, nos grandes municípios. A maioria dos municípios brasileiros não tem um sistema tributário próprio – isso é um problema em que a gente precisaria nos debruçar para ver uma saída para esses municípios, que vivem basicamente do repasse dos impostos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, são muitos os desafios, são complexos, são gigantescos, pelo tamanho do Brasil. A gente tem que parabenizar a iniciativa da PEC, a sua aprovação; é a democracia sendo exercida aqui nas duas Casas, com a participação popular. E temos que estabelecer um processo agora, com essa transição alongada; nós devemos aí, talvez, passar esse período de experimentação desse novo modelo.

Mas, da parte do Sindifisco Nacional, até a gente entende que a nossa contribuição seria mais oportuna na segunda fase da reforma tributária. Nós temos que pensar... O Brasil sempre se esquece de que o sistema tributário comporta várias modalidades de impostos; e de uma delas a gente pouco fala: que é a tributação de renda e patrimônio, que se coloca como a segunda etapa, que possivelmente será a etapa em que a Receita Federal terá mais e mais elementos para trazer aqui à discussão tanto da reforma em si quanto da operacionalização dessa importante fase.

E aí não poderia também deixar de falar coisas que a gente sempre fala sobre a carga tributária no Brasil. Eu estava vendo aqui uma nota que a gente mandou preparar para a discussão do 68. E aí nós temos aqui que a carga tributária prevista era de 8,8% para a CBS e de 17,7% – 26,5%. Então, nós estamos trocando aí seis por meia dúzia. É o que está definido na Constituição. Não pode haver aumento nem diminuição.

Então, os números são realmente elevados, é a maior, não é? E como é que diminui isso? Como é que a gente consegue reduzir a carga tributária no consumo? Meus amigos, aí é a experiência dos países desenvolvidos. Na OCDE ou nos Estados Unidos, os impostos sobre o consumo são absolutamente invertidos ao que há no Brasil. Nós temos uma baixa tributação sobre o consumo e uma tributação de média para elevada em renda e patrimônio. Então, assim, a questão da alíquota, que começa com esses – e vimos aqui que poderá ser até maior – é resolvida na hora em que a gente faz a segunda etapa da reforma. Na hora em que eu começo a tributar renda e patrimônio, eu crio as condições para ter um consumo com uma tributação menor.

Então, a gente espera avançar nessa discussão. O Sindifisco Nacional se coloca à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos aqui entregar, Senador, para a sua assessoria uma nota técnica em que a gente faz... Eu não vou fazer isso aqui, não acho necessário. A gente pode, depois, conversar, Thales, colocar os dois sindicatos para chegarmos aqui a um modelo que não traga riscos, em que pensemos com muito carinho e deixemos de lado as questões corporativas, para pensarmos no que podemos fazer para colocar isso... Da parte da fiscalização, do Fisco federal, falando em nome do Sindifisco Nacional, temos a maior compreensão de que este momento que estamos vivendo é histórico e todos nós seremos cobrados pelo resultado. Se o resultado for positivo – e eu não vejo motivo para que isso não aconteça –, terá valido a pena tanto esforço, tanta discussão, tanta negociação para que o Brasil, finalmente, possa ter um sistema tributário em linha com os países desenvolvidos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Floriano.

A Camila está com a gente já, não? (*Pausa.*)

Não.

Então, antes de passar para o Manoel, eu tenho aqui algumas perguntas.

Kaio, do Mato Grosso: "Como [será implementada] a transição para o novo modelo tributário [...] e quais medidas [...] [vão garantir uma] adaptação eficiente e fiscalização eficaz?".

Carla, de São Paulo: "Como as diferenças regionais serão levadas em conta na transição tributária e na fiscalização?".

Gabriel, de Santa Catarina: "Como o Governo [...] [pretende] garantir uma transição suave para o novo sistema tributário, sem prejudicar pequenas e médias empresas?".

Rodrigo, do Rio Grande do Sul: "Quais serão as principais estratégias [adotadas] para evitar fraudes durante a transição tributária?".

Alexandre, de São Paulo: "Com a simplificação [...] tributária e digitalização dos processos, [...] [o atual prazo para entrega de documentos poderá ser modificado]?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que a Camila entrou.

Camila Tapias, Diretora Executiva do projeto Mulheres no Tributário.

É contigo, Camila.

A SRA. CAMILA TAPIAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá! Boa tarde a todos.

Primeiramente, eu gostaria de saudar o Presidente desta mesa e parabenizar pelas audiências públicas. Eu acompanhei várias delas, e todas muito com conteúdo técnico. Gostaria de saudar meus colegas de mesa e me desculpar, porque eu realmente não tinha recebido o *link*. Eu mandei até dois *e-mails* aqui mais cedo e não obtive resposta. Que bom que deu tudo certo.

Gostaria de agradecer ao Senador Izalci e ao Ignacio, a quem também cumprimento, pela oportunidade de participar desta audiência.

Eu fiquei muito feliz de ver meu nome dentro da primeira lista e alocada no tema de hoje, transição e fiscalização, porque é meu tema de estudo; contencioso tributário, especialmente o administrativo, é meu tema de trabalho há mais de 20 anos – trabalho há mais de 20 anos com direito tributário –; e eu participei ativamente dos grupos técnicos de trabalhos do Congresso junto com a FPE e o Mulheres no Tributário, especialmente redigindo essa parte da fiscalização e do contencioso administrativo. E é um tema que me é muito caro ao longo de todos esses anos, não é? Eu sofro e tenho sofrido com o que tenho visto e com o futuro do nosso contencioso e com a fiscalização.

A gente está passando pela maior alteração já vista em nosso sistema tributário. Nosso direito material tributário está sendo profundamente reformulado, só que o nosso direito processual – e isso inclui a parte de fiscalização, porque a fiscalização nada mais é do que como se fosse um pré-contencioso, se é que a gente pode chamar assim – precisa ser profundamente repensado também, seguindo justamente essa maior alteração que a gente já viu do nosso direito material. E aí eu estou falando não só da reforma tributária do consumo, mas de todas as outras que estão se seguindo. A gente está vendo mudança no direito previdenciário, mudança na tributação das pessoas físicas, em famílias empresárias, mudança na tributação internacional, então tem muita coisa acontecendo, e o nosso contencioso tributário precisa seguir todas essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudanças, sob pena de criarmos mais complexidade, mais distorção, trazer mais litigiosidade e afastar o que está tão buscado da segurança jurídica no nosso país.

E este momento de regulamentação – e eu acho de extrema importância isso que os senhores estão fazendo, de ouvir, de abrir essas audiências públicas – é de extrema importância, porque a gente precisa de alguma forma assegurar que os novos princípios constitucionais que vieram com a Emenda Constitucional 132 – simplicidade, transparência, cooperação, justiça fiscal – não sejam letra morta na nossa Constituição Federal e sejam efetivamente observados, efetivamente respeitados.

E os Projetos de Lei Complementar 68 e 108 desempenham um papel muito importante nesse processo de regulamentação. Por quê? Além de instituir os novos tributos, regras e tudo mais, eles também são responsáveis por disciplinar as normas para fiscalização e contencioso do IBS e da CBS. Só que, neste momento de regulamentação, para surpresa dos tributaristas – e eu sei que as minhas colegas, que meus colegas que me antecederam já trouxeram muitas questões sobre isso –, a grande alteração do direito material tributário não está sendo seguida pelo direito processual tributário; aliás, muito pelo contrário.

A gente nota isso em especial quando a gente olha o PLP 68, que é o tema da presente audiência, porque deixa claro que o fato de os novos tributos, IBS e CBS, serem gêmeos e possuírem os mesmos fatos geradores, as mesmas regras fundamentais, como tomada de crédito, benefício fiscal e regimes fiscais específicos, não está sendo observado. Não está sendo observado que eles são gêmeos. Inclusive, o Ministro Fernando Haddad já falou isto por diversas vezes: "Não se preocupem, olhem esses tributos como um tributo só". Como que a gente consegue olhar esses tributos como um tributo só se, na hora em que a gente olha o PLP 108 – o PLP 108, não é o tema desta presente discussão aqui –, já fica muito nítido, fica claro que não é um tributo só, são dois? Por que pela primeira vez na história foi adotada essa identidade do legislador de mesmas regras fundamentais, mesmos fatos geradores? O que o legislador constitucional estava buscando era simplificação do sistema tributário em comparação com o que a gente tem hoje. Então, se o legislador constitucional buscou a identidade desses tributos, por que é que o nosso contencioso, o nosso processo tributário não vai seguir essa mesma identidade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso precisa ser muito debatido, muito falado, porque, do jeito que está, nós estamos falando de situações muito complicadas e que não buscam a simplificação, que é isso que a gente queria desde o começo. A gente sempre soube que não era reduzir a carga tributária, era para simplificar, para ser transparente. O que trouxe o PLP 68? Não há simplificação. Na verdade, na hora em que a gente olha o PLP 68 junto com o PLP 108, a gente vê que vai haver talvez não duplicidade, mas triplicidade de trabalhos. Então, em vez de se criar uma nova estrutura para fiscalização em julgamentos conjuntos do IBS e da CBS – afinal, eles têm o mesmo fato gerador, e isso quer dizer que uma transação que é sujeita ao IBS também vai ser sujeita à CBS e vice-versa –, o que o PLP 68 faz? Ele mantém todas as mesmas estruturas de fiscalização e julgamento hoje existentes. A gente está falando aqui do PLP 68, ele fala de Receita Federal e Carf; e, quando a gente olha o PLP 108, ele "cria" – entre aspas, porque o PLP 108 remodela para o IBS o que já é, a meu ver, a legislação de ICMS daqui de São Paulo, do contencioso de ICMS daqui de São Paulo... Mantêm-se todas as estruturas de fiscalização e julgamento, quando deveria haver só uma. Então, eu não teria que ter uma competência, uma delegação de competência da CBS para Receita Federal e do IBS para a administração fazendária dos estados e municípios. E a mesma coisa para o contencioso.

O que acontece na hora em que eu faço essa bipartição de fiscalização e de contencioso administrativo? Eu vou ter fiscalizações diferentes, eu vou ter contenciosos administrativos diferentes, eu vou ter muito mais litígios e, mais do que isso, um mau uso absurdo do dinheiro público e injustificável, porque sobre uma mesma operação eu vou poder ter três fiscalizações: uma federal, uma estadual e uma municipal – sobre uma mesma operação –, com diferentes resultados. Pode ser que o federal entenda que não houve falta de pagamento da CBS, mas o municipal entenda que teve falta de pagamento do IBS sobre uma mesma operação, com os mesmos fatos geradores. E, com isso, há possibilidade ainda de ter contenciosos diferentes, porque pode ser que o contencioso do Carf e da CBS entenda que a CBS é devida, só que o contencioso do IBS embaixo do Comitê Gestor possa entender que não, que o IBS não era devido. Então, assim, pode haver resultados diferentes também.

E, para piorar tudo isso, o PLP 108, além de tudo, não conversa com as regras de contencioso do PLP 68, na verdade, do contencioso federal. Então, a gente vai ter um contencioso federal totalmente diferente, com regras totalmente diferentes do contencioso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estadual e municipal, seja com relação a prazos de impugnação, seja com relação a multas, seja com relação à apresentação das provas.

Por que o nosso direito processual não está seguindo a grande modificação do nosso direito material? Não faz muito sentido.

E aí, com isso, eu gostaria de lembrar aos senhores, de novo, que IBS e CBS têm o mesmo fato gerador. Isso quer dizer que uma transação sujeita ao IBS também vai estar sujeita à CBS. Agora, imaginem um julgamento de uma mesma operação sendo julgada de uma forma e sendo fiscalizada de outra forma. É impensável isso! A gente está falando de uma mesma operação, de um mesmo fato gerador. Não cabe existir outra situação que não uma fiscalização centralizada e conjunta, e não só uma fiscalização centralizada e conjunta, mas uma atividade inteira de fiscalização, de julgamento, de uniformização das interpretações tributárias.

No nosso mundo ideal, dos tributaristas e de todo mundo que vem acompanhando mais ativamente a Emenda Constitucional 132, o PLP 68 e o PLP 108, haveria a criação de um novo tribunal administrativo – e é em relação a isso que a gente precisa correr atrás. E que esse tribunal único tenha a competência para julgar todos os processos administrativos envolvendo CBS e IBS, porque a gente precisa uniformizar essa interpretação da legislação tributária em todo o território nacional. Aí, Fisco e contribuinte estariam sob uma perspectiva de uma jurisdição única, nacional, em vez de ter casos submetidos a tribunais diferentes. Foi isso, inclusive, que a gente trouxe no PLP 50, de autoria do Deputado Joaquim Passarinho. Os que andaram, na verdade, foram o PLP 68 e o 108, mas tudo isso que eu trouxe aqui está muito bem detalhado nesse PLP 50, com essa necessidade de se criar um novo tribunal, com essa necessidade de uma fiscalização centralizada, de um contencioso centralizado, até porque CBS e IBS têm um novo paradigma de pensamento: não é mais no início, é no destino. Então, tem muitas coisas em que eu vou precisar mudar de mentalidade para julgar IBS e CBS, só que, utilizando as mesmas estruturas, talvez eu continue pensando com a cabeça do passado, e a gente precisa ter uma cabeça prospectiva, para o futuro. E não é isso que o PLP 68 está trazendo.

Por isso, a mensagem que eu trago aqui, na linha das minhas colegas, especialmente da Dra. Susy, com quem eu divido bastante todos esses traumas e essas preocupações do PLP 108

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e do PLP 68, é a necessidade de uma fiscalização centralizada de IBS e CBS e única – uma atividade de apuração de tributos única, uma necessidade de atividade de julgamento única – para que a gente não traga os erros do passado, para que a gente não crie novos problemas para o futuro de muita litigiosidade, pouca simplicidade, pouca transparência e um mau uso absurdo do dinheiro público.

Com isso, eu encerro a minha fala.

Agradeço muito a participação. Eu gostaria de estar presente pessoalmente, não consegui, mas estou muito feliz de participar ouvindo aqui os colegas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem. Obrigado, Camila.

Vou passar para o nosso representante e Diretor de Programa da Sert, Manoel Nazareno Procópio.

O SR. MANOEL NAZARENO PROCÓPIO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito boa tarde, Senador Izalci. É um prazer revê-lo. Nós tivemos a oportunidade de fazer um diálogo muito proveitoso sobre a reforma tributária, no ano passado, na sede da Associação dos Auditores Fiscais do Distrito Federal. É um prazer reencontrá-lo.

Eu também gostaria de me desculpar. Eu não estou em Brasília no dia de hoje. Por isso, lamentavelmente, não pude comparecer presencialmente a esta audiência pública, mas, desde logo, agradeço a oportunidade de fazer esta participação remota.

Gostaria também de cumprimentar todos os demais integrantes da mesa, minhas amigas e meus amigos que aí estão. É um prazer e um privilégio poder compartilhar esta mesa de debates com as senhoras e os senhores.

Eu vou abordar aqui, Senador Izalci, neste tempo que nos foi disponibilizado, um aspecto ou um tema que eu acho que permeou boa parte das intervenções que me antecederam – e falar por último tem esta vantagem: a gente já pode aproveitar tudo aquilo que já foi pontuado – e que é um tema realmente crucial, é um tema central, é um tema que deve merecer de todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nós, Parlamento, técnicos e, enfim, entes federativos, uma atenção muito especial, que é a questão da integração, que há de prevalecer nesse novo modelo inaugurado pela Emenda Constitucional 132.

Até retomando parte do que o Dr. Marcus Pestana, muito apropriadamente, muito acertadamente, como de hábito, colocou, a reforma tributária veiculada pela Emenda 132 promoveu, promove e vai promover avanços absolutamente fundamentais no que diz respeito à correção de uma série de distorções que caracterizam o modelo atual de tributação sobre o consumo no Brasil. Essa reforma elimina a cumulatividade do sistema, que é um flagelo; ela desonera investimentos, desonera exportações; reduz drasticamente as tensões federativas; reduz a complexidade; e, em respeito ao cidadão, ao contribuinte, ao consumidor, promove e confere a máxima transparência ao modelo de tributação sobre o consumo, o que não existe hoje. A transparência nesse modelo é resultado desta reforma, é uma entrega do Parlamento à sociedade.

A par de todos esses avanços, a Emenda Constitucional 132 e os PLPs que a regulamentam também se caracterizam por promover um outro valor fundamental para esse novo modelo que tem permeado e que tem orientado toda a reforma que é exatamente este a que eu me referi inicialmente: a questão da maior integração entre os entes da Federação. Isso é absolutamente fundamental.

Como a gente vai ver a seguir, em diversos aspectos – e a fiscalização é um deles, é importante que se diga isso claramente –, o conteúdo do PLP é conducente a uma lógica nova de integração entre União, estados, DF e municípios.

Em outras palavras, o que nós pretendemos destacar aqui é que, a partir da integração normativa entre esses dois tributos, essa integração normativa que foi referida anteriormente... E os colegas que me antecederam têm toda a razão: o legislador constituinte optou por um modelo de praticamente uma identidade normativa entre IBS e CBS. O art. 149-B da Constituição determina que ambos os tributos terão o mesmo fato gerador, a mesma base de cálculo, a mesma hipótese de não incidência e imunidade, as mesmas regras de sujeição passiva, os mesmos regimes específicos, diferenciados ou favorecidos, as mesmas regras de não cumulatividade e de creditamento. Então, a partir dessa identidade normativa... E eu vou chamar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de "identidade normativa". Claro, evidentemente é possível haver diferença no que diz respeito a alíquotas, por exemplo, ou no que diz respeito a detalhes associados ao tema do *cashback*, por exemplo, mas não vai além disso. Tudo o mais, no que o legislador constituinte determinou, foi uma identidade normativa entre IBS e CBS. A partir dessa integração normativa – e este é o ponto que nós pretendemos destacar aqui –, impõe-se, necessariamente, uma integração administrativa para que esse modelo possa rodar adequadamente, para que esse modelo possa ser implementado e para que os ganhos dele resultantes sejam auferidos em sua plenitude.

Tomando como base o PLP 68, eu vou pedir licença aqui para indicar só alguns dispositivos. E são vários. A ideia é tão somente exemplificar. Não daria, neste tempo, para nós passarmos por todos os dispositivos. Eu gostaria aqui de demonstrar como esse valor "integração", tão ressaltado por todos os palestrantes que me antecederam, é realmente importante e como tem orientado a construção desse PLP 68 de modo a que a gente possa aquilatar, aferir exatamente qual o caminho já percorrido, quais os avanços que já foram obtidos, *vis-à-vis* à situação atual – e eles são absolutamente relevantes, absolutamente importantes –, mas também para que a gente possa identificar o que ainda está por ser feito, quais as áreas em que é possível avançar ainda.

Para exemplificar essa questão da integração, a importância desse valor no novo modelo, eu vou destacar, a princípio, o que está no art. 42 do PLP. O art. 42 do PLP prevê, estabelece que Comitê Gestor e Receita Federal do Brasil atuarão de forma conjunta para implementar soluções integradas para a administração do IBS e da CBS, ou seja, o comando aqui é o de integração na administração do IBS e da CBS. Como se não bastasse, o mesmo dispositivo também prevê uma plataforma unificada para administração do IBS e da CBS, inclusive, para pagamento do tributo.

Ainda nesse mesmo dispositivo – isto é fundamental –, também está consignado que as administrações tributárias responsáveis pela autorização e recepção fiscais e eletrônicos vão observar a mesma forma, conteúdo e prazo previstos em ato conjunto do nível subnacional, do Comitê Gestor e da Receita Federal do Brasil. É uma integração também no que diz respeito ao que hoje não é absolutamente integrado, que são as autorizações e recepções de documentos fiscais eletrônicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para finalizar só o que está neste único dispositivo, que é o art. 42, também há uma previsão de compartilhamento de todos os documentos fiscais em uma plataforma única e com utilização de padrões técnicos uniformes. São avanços significativos se comparados à situação atual e que impactam positivamente para as administrações tributárias, mas que impactam positivamente também principalmente para os contribuintes.

O artigo seguinte, o art. 43, prevê, pela primeira vez, um cadastro com identificação única IBS e CBS. As informações cadastrais terão integração, sincronização, cooperação e compartilhamento obrigatórios em ambiente nacional de dados, ou seja, nós estamos virando uma página em que o contribuinte tem que se cadastrar, se inscrever, em diversos cadastros, eventualmente tantos cadastros quantos são os entes federativos com os quais ele se relaciona tributariamente. Nesse novo modelo – e essa é uma entrega do Parlamento à sociedade – nós teríamos um cadastro com identificação única, a depender de qual é, se é pessoa física ou pessoa jurídica, enfim. Também é uma entrega importante no sentido da integração.

Há uma regra no art. 46 do PLP 68... Estou me cingindo aqui ao PLP 68, que é objeto de discussão da nossa audiência, mas aqui eu poderia citar, também, alguns casos do PLP 108. O art. 46 prevê também que a apuração do IBS e da CBS será consolidada em todos os estabelecimentos do contribuinte no território nacional, ou seja, essa consolidação da apuração do IBS e da CBS é importante para as administrações tributárias, sim, é importante para os contribuintes, sim. O que nós estamos fazendo é uma grande simplificação, em vez de ficar atomizando cada estabelecimento como uma ilha. Ainda que sejam estabelecimentos de um mesmo titular, hoje cada um faz a sua apuração. Em matéria de ICMS, por exemplo, a apuração é por estabelecimento. Nós estamos migrando para uma lógica completamente diferente de apuração consolidada nacionalmente.

Muito bem. Seguindo nesses exemplos, eu vou trazer agora outra inovação dessa reforma, que é a previsão de uma apuração assistida para o IBS e para a CBS, mediante uma declaração pré-preenchida, tal como já existe hoje para fins de Imposto de Renda de Pessoa Física. A reforma já prevê a possibilidade das próprias administrações tributárias chamarem para si o ônus de fazer essa apuração do IBS e da CBS e de já entregarem uma declaração pré-preenchida para os contribuintes. Por que eu estou trazendo esse ponto, já que o nosso mote aqui é integração? Porque esse mesmo art. 48 prevê que a apuração assistida deverá ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uniforme e sincronizada para o IBS e para a CBS, ou seja, não teremos a apuração assistida só para um: ou estamos juntos nesse barco ou nós não conseguiremos dar esse passo, que é a implementação desse grande avanço, a apuração assistida, que desonera o contribuinte de ter que fazer essas apurações, cujo ônus, hoje, lhe é atribuído.

O próprio *split payment* será disciplinado por um ato conjunto do Comitê Gestor e da Receita Federal do Brasil. De novo, mais um aspecto operacional que pressupõe necessariamente a integração. Quanto ao *split* simplificado, que é uma outra previsão, consta do art. 53; também se contém uma previsão lá segundo a qual é vedada a aplicação desse procedimento, do chamado *split* simplificado, apenas para um desses tributos: ou teremos *split* simplificado para IBS e CBS ou não teremos *split* simplificado. De novo, é o PLP conduzindo a integração, entendendo que essa integração é fundamental para o contribuinte, que é fundamental para a sociedade e que é fundamental para as administrações tributárias também.

O resumo da ópera em relação a esses dispositivos que eu citei até o momento: tudo o que é fundamental para a operacionalização do novo modelo pressupõe a integração e é dela decorrente.

Nós não avançaremos, do ponto de vista operacional, em todas as revoluções que estão sendo veiculadas nesta reforma apresentada à sociedade pelo Parlamento brasileiro, sem a variável, sem o vetor da integração entre os entes da Federação e a integração entre as administrações tributárias; mas a integração vai além dos aspectos operacionais. O reconhecimento da importância dessa integração vai além dos aspectos operacionais, que foram os que eu citei até este momento, que dizem respeito direta ou indiretamente à operacionalização desse tributo. Para além disso, o próprio PLP 68 também prevê duas instâncias que buscam garantir uma maior harmonização IBS/CBS. Estou me referindo aqui ao Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias e ao Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias. São dois ambientes permanentes de busca desta integração, seja em matéria de fiscalização, seja em matéria relacionada à atuação das Procuradorias: PGFN, Procuradorias estaduais e municipais, além, obviamente, das Procuradorias e fiscalizações do Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a própria existência desses ambientes já é o reconhecimento, por parte do legislador, de que essa uniformização, essa integração e essa harmonia são pressupostos do modelo e por isso é que a eles é dedicada essa previsão normativa.

E eu até chamo atenção dos senhores: a importância desses ambientes – Comitê de Harmonização das Administrações e o Fórum de Harmonização das Procuradorias – pode ser aquilatada, pode ser aferida até pela própria autoridade de quem indica os membros desses comitês. Por parte do Governo Federal, é o Ministro de Estado da Fazenda – tal como ele indica o Secretário da Receita Federal, ele indicará também membros desses comitês –; e, pelo lado dos estados e municípios, é o Presidente do Comitê Gestor. Isso é uma amostra de que esses ambientes são cruciais exatamente para buscar e, inclusive, prevenir eventuais divergências, seja de interpretação, seja de procedimento, entre estados e municípios, entre CBS e IBS.

Muito bem, o PLP 68 ainda contém diversos outros elementos, de novo, conducentes a essa integração. Por exemplo, há lá uma previsão, pela primeira vez na história do Brasil, de compartilhamento de fundamentações e provas entre os três níveis federativos. Uma prova que foi utilizada num eventual lançamento, uma prova de ilícito, uma prova de fraude, será agora compartilhada entre os três níveis federativos. De igual modo, também vai haver o compartilhamento do registro do início dos procedimentos de fiscalização, bem como do resultado dessas fiscalizações. Um ente vai saber qual a fiscalização que o outro fez e qual o resultado que foi obtido. Isso é fundamental não só para as administrações, mas para os contribuintes também: a informação de uma determinada fiscalização que não resultou na constatação de nenhuma irregularidade já vai estar à disposição dos demais entes sem que eles tenham que colocar esse contribuinte sob ação fiscal para chegar à mesma conclusão. Então, há também previsão para o compartilhamento de outras informações, definidas em ato conjunto da Receita Federal e do Comitê Gestor.

Muito bem, já me encaminhando para a conclusão, o PLP prevê também a instituição de um sistema eletrônico único a ser atribuído como domicílio tributário eletrônico para os três níveis federativos. Há uma preocupação, e isso também é um grande avanço, em se padronizar as hipóteses de presunções legais. Aquelas presunções legais que são utilizadas pela fiscalização também estão padronizadas no art. 333 do PLP 68.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 333 também busca essa padronização em relação ao regime especial de fiscalização – a minha amiga Zabetta fez uma ponderação a esse respeito. Acho que deve ser considerado e, se for o caso, aperfeiçoado o texto, mas é importante ressaltar que agora as hipóteses que ensejam o regime especial de fiscalização e aquilo em que consiste esse regime especial de fiscalização passam a ser comuns para o nível federal, estadual e municipal, o que não existe hoje. Hoje cada ente, cada estado, cada município legisla conforme lhe aprouver em relação a essas matérias fiscais.

O tempo é muito curto, e a ideia aqui não é realmente esgotar, mas eu quero reforçar tudo o que já foi dito no sentido de que é fundamental que se caminhe – quanto mais, melhor, não é? – no sentido da integração. A integração é o novo paradigma que deve nortear as administrações tributárias nesse mundo pós-reforma. Essas administrações têm que atuar sob o pálio da integração. É assim que o modelo funciona de modo mais adequado.

Eu só lembro aos senhores um fato que eu até tive a oportunidade de pontuar numa audiência pública na CCJ, no ano passado – acho que o próprio Senador Izalci estava presente –, e que é importante destacar: a partir do momento em que se provê uma maior integração entre as administrações tributárias, uma maior integração entre as fiscalizações, uma maior integração entre os entes da Federação, nós estamos ao mesmo tempo atacando uma outra área que é crucial, qualificando o gasto público. Ou seja, em cadastros e registros, obrigações acessórias e fiscalizações que hoje se multiplicam Brasil afora, a partir do momento em que há essa integração, o que nós estamos fazendo é evitar, inclusive, gasto público, ao mesmo tempo em que a gente, vamos dizer assim, evita que o contribuinte seja procurado ou colocado sob ação fiscal e que dele sejam requeridas as mesmas informações por mais de um ente.

Então, realmente, o caminho já percorrido é muito grande, não é? Basta compararmos isso que muito brevemente eu descrevi com o caos atual. Hoje nós temos 5 mil... São tantos contenciosos administrativos quantos são os órgãos julgadores. Nós temos fiscalizações absolutamente desconexas em cada um dos quase 5,6 mil entes da Federação e estamos caminhando para um mundo novo. Quer dizer que não há mais nada por fazer? Não. Nós entendemos que há, sim, espaços para aperfeiçoamento. Foi mencionada aqui a possibilidade de um regulamento único. Já que as normas legais são comuns, por que trabalhar com dois veículos normativos, dois regulamentos em separado e com normas absolutamente idênticas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista técnico, nós entendemos que é possível, sim, fazer essa discussão. De igual modo, em relação à busca por uma padronização das penalidades, não tem sentido uma mesma conduta ensejar uma penalidade maior ou menor, num tributo ou em outro, se a conduta é a mesma relativamente a um mesmo fato gerador. Então, do ponto de vista técnico, obviamente, nós entendemos que há espaço ainda para avanços, tal como foi pontuado aqui.

Nós até entendemos que, nessas discussões, para além da sua dimensão técnica, o que pesa realmente é o aspecto político-federativo. Essa é uma construção que deve ser feita com os entes da Federação e com o Parlamento brasileiro, que são os mais legitimados a fazer esse debate, porque, do ponto de vista técnico, o que eu posso dizer é que, quanto maior a integração, melhor será para o modelo e melhor será para todos os envolvidos nessa discussão.

Eu me coloco aqui à disposição para eventuais debates.

Agradeço mais uma vez ao Senador Izalci e ao Senado Federal a oportunidade de participar desta audiência pública.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Manoel.

Bem, lembro que amanhã a gente continua com essa mesma discussão, de transição e fiscalização, às 14h. Estão todos convidados.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada esta reunião, esta audiência pública.

(*Iniciada às 14 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 59ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e nove minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Soraya Thronicke, Dr. Hiran, Weverton, Plínio Valério, Angelo Coronel, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Flávio Arns, Rosana Martinelli, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Ciro Nogueira, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda do Senador Jorge Seif, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Flavio Azevedo e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 66/2024 - CAE, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Finalidade:** Debater os impactos da Reforma Tributária em relação a "Transição e Fiscalização". **Participantes:** Sr. Celso Malhani de Souza, Diretor para Assuntos Parlamentares e Relações Institucionais da FENAFISCO; Sr. Leonardo Gaffrée Dias, Auditor Fiscal da Receita Estadual do Estado do Rio Grande do Sul; Sr. Rodrigo Keidel Spada, Presidente da Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite); Sr. Márcio Schuch Silveira, Representante do CFC; Sr. Lucas Carezzato Ayres, Consultor do Movimento Brasil Competitivo (MBC); e Sra. Tatiana Navarro, Representante da ANCT - Associação Nacional dos Contribuintes de tributos. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/16

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 59ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nessa data, 16 de outubro de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater os impactos da reforma tributária em relação à transição e à fiscalização, em atendimento ao Requerimento 66, de 2024.

Antes de chamar aqui os expositores, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo de todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Já convido aqui para compor a mesa o Sr. Celso Malhani de Souza, que é o Diretor para Assuntos Parlamentares e Relações Institucionais da Fenafisco. (*Palmas.*)

Muito bem, Celso.

Convido também o Leonardo Gaffree Dias, Auditor-Fiscal da Receita Estadual do Estado Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem.

Rodrigo Keidel Spada, Presidente da Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite). (*Palmas.*)

Vou chamar também o Lucas Carezzato Ayres, Consultor do Movimento Brasil Competitivo. (*Palmas.*)

Peço para botar mais uma cadeira aqui para eu chamar também a Tatiana Navarro, representante da Associação Nacional dos Contribuintes de Tributos.

Essa é importante, viu? Importantíssima. (*Palmas.*)

É quem paga a conta, viu, gente?

Muito bem, essa associação eu não conhecia. Muito bom.

Vamos botar mais uma cadeira aqui para a nossa convidada.

Ficou faltando só o Márcio, o contador.

Muito bem, já vou... Aliás, eu tenho algumas perguntas aqui. Antes de começar, vou lê-las logo, antes que eu me esqueça. Se tiver alguma coisa que vocês possam colocar, responder...

O Gean, do Rio de Janeiro, está perguntando aqui: "Como a simplificação fiscal prometida pela reforma impacta [...] [os custos operacionais] das empresas na visão do contador?", isso aqui eu vou responder daqui a pouco.

Você está representando o Conselho Federal? Ah, tá. É o Márcio?

O SR. MÁRCIO SCHUCH SILVEIRA (*Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ah, tá, é porque a sua plaquinha estava ali. Agora vou ter que esperar um pouquinho para te chamar aqui depois.

O Willian, de Rondônia: "Como será garantida a justiça fiscal na transição para o novo sistema, evitando a regressividade dos tributos?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ramon, do Espírito Santo: "Como o Senado pretende mitigar os impactos negativos de possíveis mudanças no Simples Nacional sobre a competitividade [...] [das] [...] empresas?"

O Daniel: "Quais são as maiores dificuldades encontradas hoje para [...] [consolidar] [...] [a] reforma tributária?"

O Márcio, aqui do Distrito Federal: "Como o *split payment* pode realmente simplificar a arrecadação de tributos sem criar complexidade adicional para empresas e contadores?"

O Renan, do Paraná: "Considerando a coexistência do IBS com ICMS e ISS, de 2026 a 2032, existe algum plano tecnológico para facilitar a apuração desses tributos?"

O Henrique, do Acre: "Qual o critério adotado para a transferência dos recursos para os estados e municípios?"

E a Roxana, de Pernambuco: "Haverá investimentos em tecnologias de automação para monitoramento e fiscalização para o novo modelo tributário?", isso aqui não é bem o que nós estamos tratando aqui, mas a gente depois responde, no final.

Vou passar imediatamente a palavra ao Celso Malhani de Souza, que é o Diretor para Assuntos Parlamentares da Fenafisco.

Já adiantando aqui que os maiores questionamentos aqui estão no 108. O 108, realmente, está causando muita dúvida. Então, na medida do possível, quem puder fale sobre isso.

Celso, está contigo a palavra.

O SR. CELSO MALHANI DE SOUZA (Para expor.) – Então, boa tarde a todos.

Quero saudar o Senador Izalci, que tem sido um trabalhador dessa luta e tem incentivado o debate para que se possa, enfim, trazer uma visão crítica construtiva do processo. Possivelmente, que dessa rápida crítica construtiva que vamos fazer, possamos trazer também, em um momento seguinte, alguma proposta de emenda, como a gente permanentemente tem feito, não é Senador Izalci? Às vezes, até, pensando um pouquinho.

Nós temos dez minutos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. CELSO MALHANI DE SOUZA – Dez minutos.

Então, algumas dessas transparências que eu vou colocar para vocês são bem rápidas. Essa se reporta às etapas da reforma, que é a Emenda Constitucional 132; agora, aos Projetos de Lei Complementar 68 e 108, que fazem a regulamentação. O 68 já está aqui na Casa, parece-me que conta com mais de 1.250 emendas, não é? E o 108 ainda está na Câmara, pendendo a votação de sete destaques.

Enfim, o que se busca agora também é a formação do Comitê Gestor. Quanto mais rápido a gente tiver a norma, para conseguir formar, estruturar o Comitê Gestor, mais rápido anda o processo.

Nós tivemos a cautela aí de participar de todas as etapas de debate aqui no Senado e na Câmara. Eu até tenho um grafiquinho ali, tem uma fotinho do nosso nobre Deputado Hauly, que está sempre presente nessa luta.

Então quero dizer que, numa análise prévia, nós temos em frente aí, a partir de 2025, imaginando-se que agora, nos momentos que se seguem, essa legislação que está tramitando vai ganhar uma velocidade importante e que, até o final do ano, possivelmente o PL 68 volte e quiçá saia da Câmara. Quanto ao 108, é importante que ele também estivesse pronto, para que aquela sequência que está ali... A partir de 2025, é a instituição do Comitê Gestor, a regulamentação dos tributos; em 2026, já a parte de teste dos tributos; em 2027, 2028, a implementação da CBS, IS, e a ampliação do teste do IBS.

Enfim, é um resumo gráfico do que se tem em termos de transição. Esse material fica aqui à disposição na Comissão, não é, Senador?

Eu estou com alguma dificuldade de avançar, viu? Não está avançando. Deixe-me ver aqui. O comando não está... Ah, agora andou.

Aqui nós temos um gráfico rápido, que fala do período de transição. Em 2026, CBS e IBS entram em vigor, enfim; em 2027, o imposto seletivo, e finalizam-se os impostos que deram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

origem aos novos na reforma; de 2029 a 2032, a alíquota do IBS cresce gradualmente, até que, em 2033, temos o fim do ICMS e o IBS totalmente implantado.

Eu estou concentrando um pouquinho a minha fala no IBS, porque a nossa origem é estadual, não é, Senador?

Acho que eu vou ter que virar para cá. Ele está um pouco lento. O arquivo não é pesado, ele está um pouquinho lento. (*Pausa.*) Ah, andou. (*Pausa.*) Tá, beleza então.

Então ali a gente tem um gráfico reportando-se ao período de teste.

Eu estou tentando me manter dentro do tempo.

É um gráfico que trata do período de teste. Enfim, a partir de 2027, já se tem dois impostos implementados, e o IBS andando com o seu teste, até 2033, quando ele passa a se impor definitivamente.

Repito o gráfico, agora com uma visão mais clara, percentual, do período de implementação do IBS. Quando ele começa, lá em 2029, ele começa a entrar; em 2033, ele entra definitivamente. Vai de 10% a 40%, gradualmente em cada ano, e em 2033 ele entra definitivamente.

Pois bem, ficaram apenas alguns comentários.

Na legislação, na forma prevista, o risco de centralização excessiva existe. O art. 320 implementa as competências do Comitê de Harmonização, e as decisões e recomendações do Comitê de Harmonização são vinculantes. Então, ela vai trazer uma centralização e, do contencioso ao processo de fiscalização, ela poderá impactar o processo. A gente precisa, enfim, trazer algumas sugestões para tentar melhorar isso. E é a mesma coisa com o controle de registro e compartilhamento de provas, que vai ficar, também, bastante centralizado e pode impactar o processo.

A coordenação dirigente do Comitê Gestor do IBS é uma alternativa viável para o imposto que se implementa, mas traz uma perda de autonomia descentralizada para as administrações tributárias. No caso de algumas administrações tributárias que não trabalham com ordem de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviço, a autonomia é mantida. Essa atuação do Comitê Gestor, então, poderá, em parte, representar um retrocesso.

A ausência de delimitação da competência fiscalizatória baseada na territorialidade e destino das operações. Olha, isso é bem tranquilo: em tese, a competência para fiscalizar é do destino; é da unidade que está consumindo. Ela poderá se associar à unidade que produziu, se associar a essa fiscalização, mediante convênio, acordo – é o que se imagina, só que isso não está objetivamente explicitado no texto da lei complementar. Então, até na fase da Câmara, a gente tinha bolado uma emenda para esclarecer um pouco essa questão. Devemos tentar trazer a contribuição também.

A retirada da eficácia das intimações pelo domicílio tributário eletrônico prejudica de uma forma por demais relevante o sistema. Nós entendemos que quem trouxe a alteração a trouxe no intuito de flexibilização, democratização do processo; mas nós pensamos que isso desoperacionaliza o sistema se não se tiver a DTE em pleno funcionamento e válida a partir do prazo legalmente estabelecido. Então, nós acreditamos que essa questão do domicílio tributário eletrônico precisa ser revista, para que, na prática, o trabalho se viabilize. Eu acho que os que vierem após mim também tratarão esse problema.

Local da presunção da operação: onde ela aconteceu? Isso não está definido por completo na lei. Então, é preciso detalhar isso. Nós também trouxemos uma sugestão durante o período da Câmara e vamos reencaminhá-la ao Senado.

A destinação do produto das penalidades para o ente fiscalizador.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CELSO MALHANI DE SOUZA – Isso está tranquilo no art. 54.

Pois bem, aqui nós fizemos um gráfico, eu sei que o tempo é curto, mas lembrando que, na questão – e ainda estamos adstritos à questão da transição –, o índice de participação é definido pelo tanto quanto participa, num período definido, a unidade da Federação com a receita nacional.

Então, esse período eleito foi entre 2019 e 2026. Uma foto de um passado, que é uma realidade já ocorrida, mas uma foto que contém uma fatia de futuro. Essa fatia de futuro fica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

influenciada ali, pelo menos, por três estados que aumentaram a alíquota de ICMS, que, obviamente, estão se reposicionando nesse *ranking* nacional; e que, obviamente, estão aprimorando um índice que vai valer pelos 45 anos de rateio de receita a que o comitê gestor vai proceder.

Nós estamos entendendo e queremos trazer a contribuição para se ter um mecanismo que neutralize os efeitos dos aumentos de alíquotas no escore de distribuição futura da receita do comitê gestor, sob pena de que quem aumentou a carga tributária nesse período seja premiado com uma receita mais robusta pelos 45 anos que se seguirem. O resumo da preocupação, nesse sentido, é essa.

Por fim, quero dizer que os desafios são: a manutenção geral da carga tributária – e esse assunto vai ser trazido aqui –; manter a receita razoável de todos os entes; a dificuldade de prever os impactos reais desse processo no meio do caminho – o quantitativo do seguro receita que, possivelmente, não seja suficiente em alguns casos –; as disputas que vamos ter entre perdedores na receita e vencedores; e o risco de um efeito *free rider*, o risco de acomodação daqueles que conquistaram um bom índice de concorrência na receita do comitê gestor, e de haver uma acomodação do processo de arrecadação de alguns entes federados buscando, efetivamente, aproveitar o espaço conquistado, o que poderá prejudicar o total arrecadado pelo comitê gestor, e é o que ninguém quer, porque aí todo mundo perde; por fim, a dependência de estados e municípios por 45 anos de repasse do comitê gestor. Então, isso tem que ser pensado, talvez por meio de algum dispositivo que faça com que, atingidos determinados patamares da reforma, esse tempo possa ser reduzido; que se possa trabalhar um gatilho de redução desse período.

Os repasses seguem a proporção do índice médio de participação obtido entre 2019 e 2026. É o que eu falei ainda há pouco. Temos ainda um futuro de 26 meses nesse processo, que poderá influenciar nesse índice de participação na receita do comitê gestor.

A ausência de incentivos para o investimento na eficiência das administrações tributárias após a definição do índice de repasse. Uma vez que eu tenho o meu número de repasse, eu posso estar numa situação confortável e não avançar nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, 5% da parte distribuída pelo destino ainda será retido para o seguro receita, que é da parte que fica, que é distribuída direto para o destino. Será que isso será suficiente para atender o seguro receita? Esses são os desafios.

Enfim, a gente tem algumas sugestões de melhoria ao texto, que a gente está declinando ali no final, que seriam: decisões de harmonização não vinculantes; delimitação territorial da fiscalização pela circunscrição e/ou destino; ciência tácita no domicílio tributário eletrônico; fixação do local das presunções indeterminadas no estabelecimento fiscalizado; redutor para neutralizar efeitos dos aumentos de alíquotas durante o período de fixação das médias de participação do ICMS nacional; e ajuste do índice de distribuição do IBS, considerando também, e principalmente, o desempenho futuro de cada unidade da Federação ao longo da transição para o destino.

É isso, Senador.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Tem as emendas já aí?

O SR. CELSO MALHANI DE SOUZA (*Fora do microfone*.) – Não apresentamos ainda. Vamos agora conversar no relatório, mas tenho todas elas montadas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É importante apresentar as emendas, porque o objetivo das nossas audiências é este: a gente precisa verificar, no texto da Câmara, qual é a proposta que nós queremos mudar e apresentar a justificativa para a mudança. Então, precisamos apresentar para a gente poder colocar no relatório a sugestão.

Vou passar para o Leonardo, também, Auditor Fiscal da Receita Estadual do Rio Grande do Sul.

Leonardo, se você puder falar um pouquinho também, fora do contexto, da experiência do Rio Grande do Sul do *cashback*, porque a gente não teve oportunidade... Não sei se é a sua área também, mas, se puder, pelo menos diga como funciona, porque eu até hoje não sei como vai funcionar esse *cashback* – se é um cartão, se é crédito, se é... Não sei. Sinceramente, não vi isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escrito em lugar nenhum. Aí eu lhe daria mais um tempo, dobrado aí, para você falar sobre isso, porque é um tema importante o *cashback*, a experiência do Rio Grande do Sul.

O SR. LEONARDO GAFFRÉE DIAS (Para expor.) – O.k.

Bom, em primeiro lugar, boa tarde a todos, ao Senador Izalci Lucas, aos meus colegas que aqui estão nas falas, o Lucas Ayres, Consultor do MBC; a Tatiana Navarro, da Associação Nacional dos Contribuintes; Márcio Silveira, do CFC; e aos meus colegas auditores fiscais Celso Malhani, Diretor da Fenafisco, e Rodrigo Spada, Presidente da Febrafite.

Eu queria aqui, Senador, inicialmente, agradecer essa oportunidade do Comsefaz, porque aqui estou representando o Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal), e referir que este comitê, por força de determinação dos Secretários de Fazenda, Finanças e Tributação dos estados, tem trabalhado e determinou que um grupo de auditores fiscais – e, nós estamos contando, há centenas –, juntamente com auditores fiscais municipais, comandados pela Confederação Nacional de Municípios, a Frente Nacional das Prefeitas e Prefeitos e a Abrasf, representando as secretarias de fazenda municipais, colocou um grupo muito grande de auditores fiscais estudando o projeto e está pronto para auxiliar esta Casa naquilo que for necessário, para contribuir para alcançarmos o nível de tributação de consumo que queremos e alcançarmos os objetivos da reforma. Então, eu queria agradecer essa participação e colocar, em nome do Comsefaz, toda essa equipe à disposição desta Casa.

Nos pontos que foram tratados aqui – vamos passar – da fiscalização e da transição, eu começo falando da questão da fiscalização e, ao final, vou fazer um rápido comentário sobre a questão do *cashback*, mas, no ponto da fiscalização, eu teria que abordar um pouco dos princípios que nortearam, porque estados e municípios trabalharam junto com a União na elaboração do texto que chegou a esta Casa. Então, temos alguns princípios de autonomia federativa, compartilhamento, cooperação, que nortearam o texto, esta atividade fiscalizatória, mas eu acho que o mais relevante aqui é falar a que visam, qual é o objetivo desses princípios que nortearam.

E aí, trazendo como pontos positivos, até porque temos representação de contribuintes, um dos primeiros objetivos é a redução dos custos de fiscalização, que é uma questão que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interessa para toda a sociedade, sem descuidar do princípio do contraditório, da ampla defesa, que é um direito constitucional, e chegando, aí sim, a um nível de eficiência que toda a sociedade almeja e que, especialmente, aqueles contribuintes, e é para esses que nós nos dirigimos sempre, os contribuintes cumpridores da legislação, que é a maioria dos contribuintes deste país, representa a maioria, com certeza, e aqui os nossos representantes dos contribuintes poderão asseverar e confirmar isso com certeza.

E é a esses contribuintes que existe a nossa preocupação com a questão do domicílio tributário eletrônico, já referida pelo Dr. Celso Malhani, aqui a nossa preocupação em relação ao texto que veio da Câmara. Por quê? Porque esse texto, com certeza, teve um objetivo, e acabou atingindo outro, que é, na realidade, favorecer o contribuinte que descumpre com a legislação tributária, que eventualmente se utiliza de instrumentos protelatórios para não se relacionar com o Fisco ou para postergar as suas relações com o Fisco, e não é esse o objetivo com certeza, e não é esse o objetivo de atingirmos, de termos que nos relacionar com o contribuinte pela via postal, pelo meio do edital, que é isso que esse texto efetivamente está causando e nos preocupa bastante.

O senhor perguntou, manifestou há pouco, Senador Izalci, se temos emendas. Sim, temos para todos esses pontos, temos emendas prontas.

As emendas não estão protocoladas, mas podem ser, porque está aberto, e estamos à disposição para oferecer esses textos ao Senado, para melhorar esse descuido que foi, nesse texto, a elaboração do problema do domicílio tributário eletrônico. Quer dizer, nós queremos que as relações Fisco-contribuintes sejam as mais céleres possíveis, as mais dinâmicas, e isso, com certeza, não se fará pela via postal nem por meio de edital. Então, é um dos pontos que nos preocupam bastante.

No ponto, passando da questão da fiscalização nos nossos dois grandes temas, que é a parte da transição, nós trazemos aqui uma preocupação em relação aos combustíveis, especificamente nas alíquotas-teste, alíquotas de calibragem. Por quê? Porque foram retirados, no período de 2026 até 2028, os combustíveis. Por estarem num regime específico, foram retirados desse período de calibragem, período de teste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu abro um parêntese, Senador, que é uma preocupação que está não nesse ponto da transição – e já volto para ele –, para falar que lá, no art. 169, lá atrás, nós temos uma preocupação com relação a esse regime específico que foi colocado, que foi estipulado para os combustíveis. Por quê? Porque esta Casa aprovou, o Congresso Nacional construiu a reforma tributária num modelo que, sim, está previsto um regime específico para combustíveis, mas, nesse mesmo sistema, foi previsto que as alíquotas serão definidas por estados e municípios, há uma competência integrada, colegiada, feita por meio do Comitê Gestor, mas não há, Senador, autorização para que a legislação federal estipule regramentos para a estipulação dessa alíquota.

Então, isso nos preocupa e gostaríamos, tão logo nos seja propiciado, Senador Izalci, de discutir essa parte a respeito de pontos da legislação que permitem que a legislação federal... E o próprio projeto traz algumas regras que, no nosso entender, ferem o modelo que foi aprovado por esta Casa, no ano passado, na alteração da Emenda Constitucional 132.

Fechado esse parêntese, voltamos para a questão dos combustíveis.

O que é que nos preocupa? Esta retirada dos combustíveis da alíquota-teste, quer dizer, dos combustíveis ficarem apartados, que é o que nós estamos pleiteando – e também temos texto pronto para isso, que ele retorne –, em primeiríssimo lugar, ele não é... É um benefício fiscal. Representa essa retirada de tributação durante este período de 2026 a 2028 dos combustíveis, o que significa uma desoneração que não está autorizada pela Constituição no modelo desenhado pelo Congresso Nacional.

Mas não é só isso, Senador: essa calibragem que foi estipulada pela Constituição e está sendo regulamentada agora pelo projeto de lei que está nesta Casa para apreciação, ela cria uma impossibilidade de estados e municípios definirem, delimitarem a quantidade, a massa que é tributável.

Por que é importante isso, Senador? É porque nós precisamos, durante esse período, saber e cumprir uma determinação constitucional e a determinação global da reforma tributária de que não há aumento de carga nem redução. E, para não haver aumento de carga nem redução, nós precisamos medir a tributação, a carga de cada produto, e nós estamos tirando. Ao tirar os combustíveis dessa fatia, nós estamos tirando algo em torno de 20% – vamos dizer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim – em termos de produtos que representam a massa tributária. A base de tributação nós estamos tirando deste cálculo.

Então, achamos que está equivocado e gostaríamos, na medida do possível, de discutir isso com esta Casa.

E a preocupação, antes que essa preocupação venha: por óbvio que, ao colocar os combustíveis nessa alíquota-teste – lembrando que é uma alíquota de 0,1% no que tange ao IBS –, não há nenhum tipo de aumento de carga, não há preocupação com aumento de carga, porque toda a arrecadação dessa alíquota-teste, a alíquota de calibragem, é compensada na redução da CBS.

E o mesmo raciocínio nós estamos fazendo, porque a CBS também tem um período, em 2026, de alíquota de calibragem, alíquota-teste, numa compensação com PIS-Cofins.

Então é uma necessidade, um aperfeiçoamento que, no nosso entender, é necessário, é aconselhável, e nós gostaríamos, tão logo o Senado assim nos propicie discutir isso, de colocar toda essa equipe de auditores fiscais que o Comsefaz está colocando à disposição desta Casa, junto com os dos municípios, com quem temos trabalhado em total harmonia, com a CNM, a FNP, e colocar esse exército de servidores à disposição do Senado, para, de alguma forma, melhorar esse projeto. Trabalhamos junto com a União até aqui, mas achamos que há ainda espaço para aperfeiçoamentos – e aperfeiçoamentos importantes desses que eu cito aqui.

Atendendo a sua determinação, Senador, uma rápida menção à questão da experiência do *cashback* no Rio Grande do Sul.

Primeiramente, é do conhecimento de todos aqui que o *cashback* não foi inventado no Rio Grande do Sul, mas foi trazido por um colega nosso, auditor fiscal Giovanni Padilha, para o Brasil, que foi a tese de doutorado dele. E aí, por isso, o Rio Grande do Sul acabou correndo na frente nessa questão.

Qual é a ideia aqui? O que nos preocupa um pouco é que o *cashback* é uma contraposição ao benefício que é dado direto no produto e que tem um efeito regressivo muito grande, na medida em que as pessoas, por exemplo, de maior poder aquisitivo, por consumirem mais, acabam se beneficiando – vamos dizer assim – da desoneração tributária mais do que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aqueles que precisam, que têm a renda mais baixa. Então, a grande motivação do *cashback* é fazer com que sejam direcionados os recursos da desoneração justamente para quem necessita.

Então, isso é feito no Rio Grande do Sul com um cartão, a exemplo de qualquer cartão desses que a gente usa: o cartão de crédito, o cartão do banco, com qualquer indicação pelo CPF que possa ser identificado. Então, o sistema é muito fácil.

Agora, o que nós entendemos que é – vamos dizer assim – um ponto de atenção para o Parlamento em relação ao *cashback* é que há um certo descolamento da questão do *cashback* com as desonerações que são postas dentro da legislação previstas, como temos aqui para medicamentos, para transporte... Porque tudo isso, a ideia quando se lançou, a ideia do *cashback*, antes desses projetos, era que todas as desonerações fossem feitas por intermédio do *cashback*. Na medida em que se misturam isenções ou desonerações objetivas nos produtos com as desonerações subjetivas – esta, que é direcionada –, há um certo descasamento porque acaba o *cashback* não sendo usado na sua potencialidade máxima, que é justamente reduzir esse efeito regressivo que a tributação tem quando confere, desonera produtos cujo consumo é maior justamente pelas pessoas de maior poder aquisitivo. Então, era isso...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu só... Não querendo interromper, e já interrompendo...

O SR. LEONARDO GAFFRÉE DIAS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu quero ver mais a questão operacional. O cara que recebe até meio salário mínimo – que é a previsão do *cashback* – tem lá um cartão do Bolsa Família, sei lá, qualquer cartão, e vai ao supermercado fazer a compra. Como é que funciona? Ele tem o crédito antecipado? Ele vai descontar na hora? Como é que funciona isso? Disseram que no Rio Grande do Sul tem um crédito antecipado...

O SR. LEONARDO GAFFRÉE DIAS – Tem o crédito...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... ou desconta...

O SR. LEONARDO GAFFRÉE DIAS – Vai ser feito o crédito porque os modelos, na medida em que foram implementados, tiveram as suas peculiaridades. Mas a ideia aqui é que ele receba

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o crédito na conta naquele cartão, e esse mesmo valor, esse recurso é utilizado para já ingressar no mercado de consumo para usar no seu consumo, nas compras que tiver. E aí, o imposto que estiver embutido naquela compra é creditado de novo no cartão e realimenta o ciclo. Essa é a ideia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Na realidade, você diz o seguinte: não há *back* sem *cash*. Então, é antes da compra que tem o crédito ou depois da compra ou durante a compra?

O SR. LEONARDO GAFFRÉE DIAS – Não. É que, hoje, na medida em que for feita a primeira compra... Vamos dizer que começou hoje, na medida em que é feita a primeira compra...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Comprou com cartão...

O SR. LEONARDO GAFFRÉE DIAS – Na primeira compra, ele está zerado, vai ter o recurso. Aí a partir da segunda compra em diante, já vai ter um crédito ali, porque já foi devolvido da primeira compra, o valor que foi estipulado já está colocado. Mas o que existe e, vamos dizer assim, que se está pensando e se discutindo é se há um valor mínimo a ser creditado, a exemplo de outros sistemas que existem aí pelo mercado, que haja um valor fixo que seja creditado para aquelas pessoas, porque há um tipo de consumo em que não se consegue obter o consumo informal, lá no canto, no interior do Amazonas, que não se consiga formalizar. Então, aí se pensa em alguma sistemática que contemple esse tipo de consumo, que ele escapa da formalidade, e aí se ter algum mecanismo para que essas pessoas não fiquem, vamos dizer, desamparadas sem ter o direito ao instrumento, mas isso ainda vai fazer parte da operação. Certo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ótimo. Muito obrigado.

O SR. LEONARDO GAFFRÉE DIAS – Então, eu queria, por fim, só para finalizar, agradecer todo esse tempo que nos foi dado aqui. E, mais uma vez, em nome do Comsefaz, solicitar a esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Casa que nos oportunize, tão logo seja necessário, durante o processo legislativo, que tenhamos a oportunidade aqui de discutir não só esses pontos da transição, mas toda a análise que temos feito ao longo desses últimos meses desse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Se tiver já as emendas, as sugestões, pode deixar com a gente aqui para já contemplar isso no relatório.

O SR. LEONARDO GAFFRÉE DIAS – Temos todas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Vou passar a palavra agora para o Rodrigo, que é o Presidente da Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais.

Tudo bem, Rodrigo?

O SR. RODRIGO KEIDEL SPADA (Para expor.) – Obrigado, Senador, Presidente Izalci Lucas, nosso amigo, parceiro do Fisco. Já estivemos outras vezes debatendo reforma tributária juntos, inclusive na Aafit aqui. Aproveito para cumprimentar nosso Presidente da associação daqui, do DF, Rubens Roriz. Cumprimento também nosso Deputado Vitor Lippi, amigo que participou ativamente dos debates lá da reforma tributária, no PLP 108, em que fizeram um brilhante trabalho que a gente espera que seja mantido em grande parte ou a maioria dos pontos aqui, no Senado Federal.

Minha apresentação. Ótimo.

Agradeço a oportunidade de participação nesta importante audiência pública que debate os impactos da reforma tributária em relação à transição e à fiscalização. Esta é mais uma oportunidade que confirma o indispensável papel desta Casa na construção da reforma tributária, uma postura democrática e comprometida com a boa técnica tributária.

Tenho a honra de presidir a Febrafite, entidade que representa 26 associações de fiscais de tributos estaduais. Temos participado ativamente dos debates sobre a reforma tributária desde 2015, prestando os esclarecimentos técnicos necessários para o aperfeiçoamento das propostas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a melhor condução dos processos de transição para o novo modelo e fiscalização dos novos tributos.

Eu trago hoje a este Colegiado propostas de emendas ao PLP 68/2024 que foram construídas pela nossa comissão técnica, que reúne especialistas de sólida formação acadêmica e larga experiência profissional nas administrações tributárias. Tenho a certeza de que são sugestões que partem da melhor técnica tributária e de firme compromisso com os valores republicanos. São quatro emendas sobre o tema fiscalização e duas sobre o tema transição.

A primeira é relativa ao compartilhamento de cadastros. O art. 42 do PLP 68, de 2024, trata da identificação única para fins de cadastro dos sujeitos passivos de IBS e de CBS. Com isso, a sujeição à tributação pelo IBS e pela CBS impõe o dever de registro em cadastro com única identificação. O §1º desse mesmo artigo dispõe que serão utilizados para essa finalidade o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), além do Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB).

Acontece que esses três cadastros são geridos exclusivamente pela Receita Federal do Brasil, e o PLP 68, de 2024, não prevê sua gestão compartilhada com estados, Distrito Federal e municípios, por intermédio do Comitê Gestor do IBS. A emenda que propomos, portanto, assegura que o ambiente nacional de compartilhamento e integração das informações cadastrais terão gestão compartilhada entre a Receita Federal e o Comitê Gestor do IBS, uma medida fundamental para o bom funcionamento do modelo que foi construído sob a premissa de cooperação e integração federativa. E também uma medida que efetiva na lei complementar o texto constitucional, que diz, no inciso XXII do art. 37, que:

> as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e [agora] atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

Essa lei, o PLP 68, deve prever esse compartilhamento de cadastros, e está faltante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dois: domicílio tributário eletrônico, como já foi dito pelos meus antecessores. A redação dada aos artigos representa um retrocesso a uma solução tecnológica já consolidada, que é o uso do domicílio tributário eletrônico. É uma solução, inclusive, que encontra paralelo na sistemática de intimação do Poder Judiciário e de outros órgãos da administração pública. A forma de redação adotada praticamente invalida o uso do DTE, exigindo a posterior intimação por via postal, sempre que o contribuinte não fizer o acompanhamento do seu domicílio. Isso impactará prazos processuais, inclusive os do contencioso, pois o PLP 108 prevê a mesma forma de intimação do PLP 68, e custos que, afinal, serão suportados por toda a sociedade, seja pela intimação presencial, do agente público, ou por via postal, AR.

Além disso, a manutenção do texto atual causará insegurança jurídica aos contribuintes, na medida em que o contribuinte poderá não saber que está em curso uma ação fiscal contra ele, se retroagirmos – imagine aqui, meu nobre representante do Conselho Federal de Contabilidade – ao tempo das notificações pelo *Diário Oficial*. O Izalci lembra como era difícil ficar consultando o *Diário Oficial* todos os dias.

Terceiro, sobre o Simples Nacional. O nosso aperfeiçoamento proposto busca evitar fraudes fiscais relacionadas à possibilidade de subsequentes adesões e reversões das empresas ao Simples Nacional e à apuração do IBS e da CBS fora do regime simplificado, conforme mera conveniência momentânea.

Essas operações, no que respeita aos saldos credores desses tributos, são passíveis de ressarcimento em dinheiro. Todas as potenciais fraudes fiscais devem ser antevistas, e devem ser criados os corretos mecanismos de controle, garantindo o melhor ajuste da alíquota de referência, que impacta diretamente a vida de todos os consumidores.

Nesse sentido, inclusive, reitero minha saudação à Câmara dos Deputados, na pessoa aqui do Deputado Vitor Lippi, na convicção de que o Senado Federal, da mesma forma, compreenderá a importância de vincular os créditos do IBS e da CBS ao efetivo pagamento desses tributos. Essa é a garantia de que o princípio da não-cumulatividade será exercido na prática e os créditos serão ressarcidos de forma célere e plena aos contribuintes. Para isso, foram previstos arranjos de pagamentos, como *split payment*, que respeitam as relações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negociais entre particulares, ao tempo em que evitam a proliferação de fraudes relacionadas a empresas noteiras.

Quarto, transação administrativa. A Emenda Constitucional 132 mobilizou a todos nós com um firme compromisso por um sistema tributário mais moderno. Esta emenda, que propõe a transação administrativa pelas administrações tributárias, é um importante passo nesse sentido. Ela promove a prevenção e a solução consensual de litígios administrativos ou judiciais, permitindo que os contribuintes e a administração tributária negociem mediante concessões recíprocas e, com isso, sejam regularizados os débitos fiscais e extinto o crédito tributário.

A realização de acordos entre os contribuintes e a administração tributária certamente levará à redução de litígios, evitando longos processos judiciais e administrativos. É uma medida inteligente também você colocar os melhores benefícios para pagamento próximos do inadimplemento. Quando se deixam os melhores benefícios ao fim do processo, incentiva-se o inadimplemento, o litígio para poder fazer fruir-se, usufruir-se, melhor dizendo, desses benefícios da transação.

Temos agora dois pontos ainda relevantes para serem tratados relativos à transição. Um que já foi dado, ou falado também, a mitigação do risco *free rider*. Nós somos os primeiros a identificar esse risco *free rider*, que se dá por dois institutos concomitantes da reforma tributária, quais sejam a tributação no destino e o seguro-receita.

Então, a reforma, como sabemos, foi aprovada com mecanismos que têm como objetivo suavizar a transição de modelos para os entes federados, preservando seus orçamentos nos mesmos patamares. Embora altamente salutar, essa solução carrega uma armadilha que precisa ser remediada: o risco *free rider*, que acontece de duas formas. A primeira é que, com a garantia de receitas, os entes federados podem ser desestimulados a investir em suas administrações tributárias e a explorar sua base tributária. A outra forma é que os entes que trabalharem para aumentar a sua arrecadação por meio de combate à inadimplência e à sonegação verão esses resultados retidos pelo Comitê Gestor e repartido entre todos os demais entes federados para atendimento daqueles patamares relativos históricos de arrecadação.

Essa emenda, portanto, propõe a criação de incentivos para que os entes estaduais e municipais mantenham os investimentos em suas administrações tributárias e trabalhem em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Gestor. É novamente uma medida de respeito à Constituição Federal, que tanto traz em seu art. 37 que as administrações tributárias terão recursos prioritários para a realização de suas atividades como permite, no art. 167, IV, da Constituição, a vinculação de receita de imposto para a realização de atividades de administração tributária. É claro, se a máquina tributária arrecadatória é a que sustenta todo o Estado, se faltar recursos, ela deve ser mesmo a última a parar.

Por fim, Escola Nacional de Tributação. Acho que a educação é a base de tudo, e a gente está falando de mudanças culturais. Apresento, por fim, o último tema desta fala: a criação e manutenção da Escola Nacional de Tributação. Este momento de reforma traz grandes alterações ao Sistema Tributário Nacional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO KEIDEL SPADA – Um enorme estoque de conhecimento de operadores da legislação tributária em todo o país deverá ser renovado. Há mudanças de cultura a serem feitas pelo bom funcionamento do novo modelo. E a escola será um acelerador dessas transformações. É fundamental, portanto, que tenhamos uma estrutura capacitada dedicada à elaboração de pesquisas, à publicação de doutrinas, à disponibilização de cursos para servidores e para a sociedade, o que trará uma enorme redução do litígio na medida em que criará entendimentos uniformes mais rapidamente.

Encerro minha participação com a certeza de que o Senado Federal se encontra altamente sensível aos anseios sociais e preparado para esta missão de reforma da tributação sobre o consumo.

Registro a ampla disponibilidade de nossa associação para a participação em debates técnicos que possam, de forma mais profunda, bem analisar os temas aqui propostos e outros que se mostrem necessários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Rodrigo.

Tem aí as emendas já? Já foram apresentadas? Não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO KEIDEL SPADA (*Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Deixe com a gente aqui depois para a gente olhar.

Vou passar para o Lucas, que é Consultor do Movimento Brasil Competitivo.

O SR. LUCAS CAREZZATO AYRES (Para expor.) – Obrigado, Senador Izalci, que vem presidindo esta e outras tantas audiências públicas da tão importante regulamentação da reforma tributária.

Também quero saudar meus colegas de mesa, tanto os que, brilhantemente, me antecederam quanto a próxima a falar; o Sr. Márcio também, que vai falar depois; todos os telespectadores; membros da sociedade civil e do Governo aqui presentes.

Eu estou aqui representando o Movimento Brasil Competitivo, que é uma organização da sociedade civil com interesse público, formada por representantes do setor produtivo cujos principais pilares giram em torno da melhoria do ambiente competitivo nacional e da melhoria da competitividade em si. Para chegar a esse ponto, a gente trabalha com cinco pilares, que são: a redução do custo Brasil, gestão e governança no Governo, expansão da educação profissional e tecnológica no país, transformação digital da economia e agenda ambiental como oportunidade.

Para chegar à redução do custo Brasil, a gente tem que, primeiro, mapeá-lo. Então, a gente tem aqui um estudo do qual a gente se orgulha muito, que é feito pelo MBC em parceria com o Mdic e com subsídio técnico da FGV – esses valores são de 2023, são superatualizados –, em que a gente chega a perdas de até 1,7 trilhão ao ano relacionadas com o custo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Tem sonegações?

O SR. LUCAS CAREZZATO AYRES – Tem, tem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCAS CAREZZATO AYRES – Na parte de honrar tributo, Senador, ela é o segundo maior pilar dessa mandala de 12 pilares do custo Brasil e, hoje, atualmente, a gente estima que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ela impacte em de 270 a 310 bilhões. E, aí, não só de sonegação, mas a gente está falando aqui de complexidade tributária, da dificuldade em si de honrar tributos e de tudo mais que o contribuinte enfrenta dia a dia com o atual sistema tributário.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu estou perguntando isso pelo seguinte: é porque a gente está trabalhando com um índice de referência, referencial, de 26,5%, dizem que vai para 27%, e eu não sei se está computada na redução desse índice a sonegação que vai ser evitada, evidentemente. Com o novo modelo, haverá muita redução de sonegação e fraude. Então, é porque alguém apresentou aqui um estudo de 27%. Consequentemente, tem que reduzir essa alíquota de referência em 27%, pelo menos, não é?

O SR. LUCAS CAREZZATO AYRES – É o que a gente espera. Caso caia a sonegação...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Por isso que esse dado é importante para nós.

O SR. LUCAS CAREZZATO AYRES – Sem dúvida, é mais um motivo para derrubar a alíquota.

Aqui, a gente vai, obviamente, focar no pilar de tributos, como eu disse já, cujo impacto é de 270 a 310 bilhões por ano. Olhando para esse impacto, nós nos organizamos para chegar a algumas alterações que a gente considera muito importantes ao texto. Essas alterações foram feitas com base em cinco pilares. Então, a gente sempre olha para alterações textuais que sejam transversais, alterações que não impactem um único setor, mas que impactem todos os setores de maneira benéfica. São alterações que prezam pela não cumulatividade, por boas regras de transição, pela simplificação do sistema tributário, porque, no fim do dia, o objetivo aqui é a gente conseguir simplificar o sistema que aí está, e, por fim, pelo não aumento da carga. Então, é muito importante para nós que a gente saia do outro lado deste debate com um sistema tributário que não signifique aumento de carga.

Então, nós já temos essas 20 emendas, Senador Izalci; delas, dez já estão protocoladas em sistema. E, para não exceder o tempo, a gente vai se ater aqui à temática da audiência pública,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é transição e fiscalização, que são essas quatro que estão aí pintadas, e eu já vou partir, de logo, para elas, está bem?

Primeiramente, a gente traz aqui um alerta sobre o art. 334, que trata das presunções legais de omissão de receita e ocorrência de operações sujeitas à incidência da CBS e do IBS. Esse artigo traz um grande rol no qual o fiscalizador vai poder presumir que houve uma omissão de receita, então, são diversas atitudes em que o contribuinte poderá incorrer. E o que a gente vê com grande preocupação, dentro daqueles pilares de transversalidade, desburocratização, é a questão do §2º, que imputa ao contribuinte o ônus da prova.

A nosso ver, essa imputação do ônus da prova coloca uma carga excessiva no contribuinte, que vai ter que fazer uma prova negativa de que não incorreu em uma daquelas hipóteses de presunção, e, por vezes, aqui, a gente fica sempre pensando no devedor contumaz e no fraudador, mas também há, no nosso sistema tributário, o devedor ocasional, o devedor por equívoco. Acontece, muitas vezes, que o contribuinte, na hora em que vai recolher o tributo, pode fazer um lançamento equivocado, pode lançar uma informação errada e acabar incorrendo em uma dessas causas de presunção. Então, essa emenda é meramente pela retirada desse §2º, para que o ônus da prova, nesses casos, retorne ao fiscalizador.

A segunda emenda que eu quero trazer aqui é com relação ao Regime Especial de Fiscalização. Nós temos uma multa de ofício que pode ser aplicada aos contribuintes que reincidirem na causa que os colocou no Regime Especial de Fiscalização.

Então, eu já faço aqui um parêntese de que o Regime Especial de Fiscalização para nós é importante. Nós reconhecemos a importância de caracterizar o devedor contumaz e o fraudador, até para a gente poder ter uma maior eficiência na arrecadação e, por fim, chegar a uma diminuição da alíquota, mas nós temos uma preocupação com alguns pontos do Regime Especial de Fiscalização, e uma delas é a questão dessa multa, as multas de ofício

Como o texto está hoje, ele diz: "As multas de ofício aplicáveis à CBS e ao IBS terão percentual duplicado para as infrações cometidas pelo sujeito passivo durante o período em que [...] [ele está no REF] [...]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa preocupação aqui é: o.k., pode duplicar o valor da multa de ofício, desde que não ultrapasse em 100% o valor global do débito que o inseriu no Regime Especial de Fiscalização em um primeiro momento.

Aqui a gente está meramente garantindo que as multas e o ato de fiscalização não se transformem, em si, em uma bola de neve ou transformem o débito... empurrem o devedor para a condição de contumaz e façam com que ele não consiga honrar seus compromissos.

Então, essa emenda é para a gente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCAS CAREZZATO AYRES – Acredito que sim, Izalci, mas consigo trazer isso para o Senador depois, pode ser?

Continuando aqui, pessoal.

Falando agora um pouquinho de transição, o que a gente pretende aqui, que já foi trazido em outras audiências públicas, seria o aproveitamento dos créditos judiciais de PIS e Cofins e dos créditos remanescentes de IPI para que eles sejam utilizados mesmo após o período de transição.

Hoje mesmo, a gente tem grandes disputas judiciais envolvendo créditos de PIS e Cofins, e muitas delas não vão ter se encerrado em 2027 ou em 2028. E o que a gente teme é que esses créditos, ao final do período de transição, não possam mais ser aproveitados. Então essa proposta de alteração redacional é para que eles possam ser aproveitados, assim como o IPI também possa ser aproveitado.

Essa emenda já está no sistema, Senador, a Emenda 148.

Por fim, aqui aproveitando o nosso tempo, tratando ainda de Regime Especial de Fiscalização, nós olhamos com alguma preocupação a inclusão, no Regime Especial de Fiscalização, de devedores que tenham meramente incorrido em erro ou devedores de boa-fé que não sejam contumazes, mas que, por algum motivo, tenham se equivocado no lançamento ou sejam devedores ocasionais. Nessa emenda, a gente pretende algumas alterações aqui no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REF, para que ele seja mais restrito ao devedor contumaz de fato, para que ele seja mais restrito ao devedor que incorrer em fraude.

Então, a gente muda ali o inciso VII, para que a incidência em conduta que configure crime contra a ordem tributária – veja que a gente pretende a supressão ali do "em tese", para que seja de fato o crime contra a ordem tributária –, devidamente atestado com observância do devido processo legal, contraditório e ampla defesa, resguardado o rito processual previsto no art. 313-A.

Nós também estamos propondo uma alteração geral aqui dos §§1º e 2º, para determinar que seja considerada prática reiterada a ocorrência, em dois ou mais períodos de apuração, consecutivos ou alternados, de idênticos crimes verificados... de idênticas fraudes, perdão, verificadas em relação aos últimos cinco anos-calendário, formalizadas por intermédio de auto de infração; ou a segunda ocorrência de idênticas infrações, caso seja constatada a utilização de artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento com o fim de suprimir, postergar ou reduzir o pagamento do tributo.

E aí, por fim, a gente pretende incluir no PLP a definição de infração tributária, para que seja aquela devidamente configurada, com observância do devido processo legal, contraditório e ampla defesa, resguardado o rito processual do 313-A e, quando for o caso de discussão no âmbito judicial, que seja uma decisão transitada em julgado, e não ainda em curso.

Então, relacionado com transição e fiscalização, são essas quatro emendas que a gente gostaria de trazer à atenção dos senhores, sem prejuízo das outras 16. Como eu disse no começo da fala, nós já temos dez protocoladas. Gostaria de pedir o apoiamento de V. Exa. e dos demais pares para o protocolo das outras e o apoiamento nas que já estão protocoladas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k., depois você deixa aqui a emenda, e por meio eletrônico também é importante, tá?

Vou passar agora para a nossa grande representante do contribuinte, a Tatiana Navarro.

A SRA. TATIANA NAVARRO (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu nome é Tatiana Navarro, sou advogada especialista em Direito Tributário, representante da Associação Nacional dos Contribuintes de Tributos (ANCT).

A associação conta com mais de 3 mil associados, hoje, em todo o país, de diversos segmentos da economia.

Bom, só para delinear um pouquinho a nossa atuação, nós atuamos tanto no Congresso, buscando melhoria do mercado mesmo, melhoria do ambiente de negócios dessas empresas associadas, como também para recuperar os valores pagos indevidamente, por meio da justiça fiscal, e aí são os mandados de segurança coletivos. Então, hoje a gente tem, vamos dizer assim, um orgulho de ter vários associados, grandes e pequenos, que a gente pode representar aqui, diante do Senado.

Também sou embaixadora da Fent, que é uma escola de educação executiva em Direito Tributário, que está ensinando, neste momento de transição, os profissionais a atuarem na reforma. Eu digo isso, Senador, porque é muito importante, quando a gente fala em transição, falar também do país em que a gente vive.

Eu produzo diversos materiais nas minhas redes sociais e, toda vez que eu vou falar sobre reforma tributária, a pergunta que mais vem é: "A reforma sai?", porque a maioria das pessoas, da população não entendeu ainda que a reforma é uma realidade. E o que nós estamos fazendo aqui – brilhantemente o senhor, Senador – é regulamentando a reforma; mas, infelizmente, por falta até de – eu acho – incentivos governamentais, não há essa visão da população em geral sobre a realidade da reforma tributária.

Então, fica aqui também uma sugestão para que haja essa pressão para que o Governo – este ou o próximo – possa fazer essa política pública para que a população participe ativamente da reforma tributária.

Vamos falar um pouquinho sobre as nossas... Na verdade, são algumas críticas, principalmente de lacunas legais, tanto no PL 68 quanto no 108. A gente vai falar um pouco sobre o aumento do litígio. Todos os meus colegas aqui de mesa falaram muito sobre isso, e a gente acabou desaguando nesse tema – e, por sorte, a gente vai falar por último –, que são problemas reais da transição e da fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reforma tributária, a emenda constitucional, buscou principalmente a simplificação da tributação: uma só lei, uma só interpretação, tudo mais fácil para todo mundo. Só que essa não é a realidade do que nós vemos aqui. A gente vê que, apesar da busca de uma só lei, a realidade é de múltiplas interpretações. E aí a gente vai para uma questão que todo mundo já conhece, que é o nosso IVA dual: IBS, dos estados e municípios; e CBS, da União, irmãos gêmeos ali. E eu sempre falo: irmãos gêmeos, só que bivitelinos, porque, apesar de iguais, são diferentes, porque têm a mesma estrutura normativa, ambos incidem sobre bens, serviços e direitos, mas cada um vai para o seu dono ali, na hora do final da contribuição.

O que ocorre aqui – e essa é a lacuna que a gente vê nos projetos – é que, no caso real, não pararam ainda para pensar sobre a questão do processo, principalmente da extrema litigiosidade que essas lacunas vão gerar.

Então, a gente trouxe aqui uma problemática: uma empresa com uma atuação nacional quer questionar a alíquota de IBS e CBS, buscando sua redução. A primeira questão: onde a empresa deve ajuizar a ação? Na Justiça Federal para a CBS e na Justiça estadual e municipal para o IBS? Segunda questão: e se ela obtém redução da CBS em uma ação, e não do IBS? Vamos poder ter decisões conflitantes? Essa é uma questão muito importante. Por quê? Se a Justiça Federal reduz a CBS, ele vai pagar a CBS reduzida, e não o IBS? Então, como a gente vai lidar com essas questões?

A gente tem, hoje, no Brasil, uma diferença muito grande, uma litigiosidade muito grande, principalmente no Direito Tributário, em que as questões devem ser tratadas agora, para a gente não as aumentar no futuro. O Ministro Toffoli sempre reclama, mas ele sempre comenta que a gente está judicializando a vida.

Então, as questões sempre deságuam ali no Judiciário, porque elas não foram tratadas aqui na fonte devidamente, não observaram esses pequenos pontos que já podiam ter sido sanados; e aí não deixar para o Judiciário resolver, porque, se isso passa, eles vão ter que resolver primeiro de quem é a autonomia, para depois resolver o restante dos problemas. Então, é uma bola de neve que está sendo gerada.

A terceira problemática aqui, dentro dessa simulação, dessa realidade, é: se ela obtém redução, a ação deverá ser proposta contra o Comitê Gestor no âmbito da Justiça Federal e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estadual, ou contra a União e estado? E, se ela vende em diversos estados e municípios, ela deverá colocar todo mundo como litisconsorte?

Nós estamos falando de 5.570 municípios e dois distritos. Vão ser 5 mil ações? Vão ser 5 mil representantes? A gente está falando aqui de uma sistemática muito importante, porque a gente tem um país de uma dimensão continental.

Se uma empresa de Brasília vende lá no Acre, ela vai ter que colocar o Estado do Acre também nessa ação?

Então, são alguns pontos aqui que acredito que a gente possa já sanar e já prever para que não haja esse aumento da litigiosidade, que vai até um pouco contra o que está sendo feito hoje no Brasil.

Hoje, a gente tem um movimento muito grande de todos os Poderes para o consensualismo. A gente vê ações bem fortes, tanto do Tribunal de Contas, quanto do STJ, a própria Fazenda, a Receita, que vêm buscando maximizar as soluções consensuais e diminuir a litigiosidade no Judiciário.

O último relatório do CNJ, que se chama *CNJ em Números*, diz que uma execução fiscal, por exemplo, leva, em média, dez anos, do início ao fim – e nem sempre tem sucesso. Isso é tempo público, é tempo do Judiciário. O Judiciário é um Poder que custa muito caro, cada vez mais a gente precisa de mais pessoas para julgar.

Então, essas observações são pertinentes, porque elas estão indo contra a realidade do Brasil. Se a gente está falando aqui, por exemplo, no âmbito tributário, que a Fazenda e a Receita têm buscado transações tributárias para não terem que ir para uma execução fiscal, como é que eu falo de um projeto de lei que não está prevendo a redução da litigiosidade? Isso vai até ao encontro do que o Lucas falou aqui, que são essas transações administrativas que estão previstas na emenda. Fica aí também nosso apoio, nossa observação quanto a isso.

Então, a gente tem aqui a divergência das interpretações e cobranças entre estados e municípios, e a consequência é o aumento da judicialização e a sobrecarga do sistema judicial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É sempre importante a gente ter em mente que a gente tem vários estados, uns menores, outros maiores. Só Minas Gerais tem mais de 850 municípios – eu acho que é um dos maiores. O Distrito Federal está sozinho, então, apesar de ele ser um distrito, ele é estado e município. Então, como a gente vai lidar com essas questões para que não haja uma guerra fiscal entre eles e que isso deságue também no Judiciário, prejudicando principalmente o contribuinte?

Fiz uma apresentação muito rápida porque eram sete minutos, mas eu queria aproveitar o tempo, apesar de não estar aqui na apresentação, para falar sobre uma questão que ninguém falou até agora, que é a questão do *tax free*. Então, vou aproveitar aqui e fazer uma crítica e uma sugestão, que também pode virar emenda, Senador.

Por quê? Apesar de o Confaz, no ano passado, ter instituído, ter implementado o programa de *tax free*, que é "livre de impostos", que é a devolução de tributos para os turistas com menos de 90 dias de passagem pelo país, na reforma tributária acabou passando ali, pela emenda na Câmara, a implementação do *tax free* em nível nacional, como política pública para fomento do turismo. O que ocorre aqui é que, no momento em que nós vivemos, eu vejo que o olhar foi errado: a gente está olhando para países desenvolvidos que implementaram o programa; a gente está olhando para os Estados Unidos, para a Europa, para o Japão, que já têm uma política de *tax free* muito boa e que funciona. Só que, quando a gente vê a nossa realidade em comparação à realidade deles – e é até uma questão cultural –, a gente vê que não cabe muito e que o discurso cai por terra.

Então, é óbvio que é um programa que é muito importante, mas a nossa sugestão aqui é que exista, sim, esse programa, mas que seja ao exemplo da Argentina, que é um país mais parecido com o nosso na situação econômica – é óbvio que nós estamos melhores – e em questões até sociais, que implementou o *tax free* somente para produtos nacionais. Então, recentemente eu estive na Argentina e pude constatar que, quando a empresa, por exemplo, tem só produtos nacionais, ela tem lá a plaquinha do *tax free* e a devolução é de 21% do IVA. E funciona da mesma forma que na Europa. E aí também tem o exemplo da Europa: quando você vai a uma lojinha da China...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TATIANA NAVARRO – ... você não tem *tax free*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica aqui a sugestão, até porque vai em favor do mercado nacional, do aumento da venda dos produtos nacionais, porque nenhum europeu vem para cá comprar bolsa da Itália, então não tem sentido a gente devolver um tributo de algo que a gente não produziu.

Fica aqui o meu agradecimento e minha parabenização a todos da mesa, principalmente ao Senador, que tem feito um trabalho brilhante aqui nesta Comissão. Eu me sinto muito honrada de estar aqui hoje no último dia.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Tatiana.

Bem, tem aqui ainda o Márcio. Eu sei que o Rodrigo tem um compromisso, não é?

O SR. RODRIGO KEIDEL SPADA (*Fora do microfone*.) – Sim, tenho mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, vamos trocar de lugar ali, se você permitir.

O SR. MÁRCIO SCHUCH SILVEIRA (*Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, como aqui a gente tem agora o Fisco e o contribuinte – e a Tatiana colocou muito bem aqui algumas colocações –, o Leonardo quer fazer alguma consideração? Por favor, faça para a gente.

O SR. LEONARDO GAFFRÉE DIAS (Para expor.) – Senador, rapidamente, sem tumultuar a agenda, eu queria fazer duas colocações sobre a manifestação do Lucas, que me antecedeu.

Lucas, eu queria convidar o MBC a conversar com o Comsefaz, podemos definir virtual, presencial, dentro do Senado, com a intermediação dos Senadores, para discutir dois pontos, que eu não sei se eu entendi bem, porque foi passada aqui a emenda, sobre a questão do ônus da prova.

E aí eu cito uma questão bem simples, porque aqui tem pessoas que são, vamos dizer assim, com mais conhecimento técnico, menos conhecimento técnico, mas foi descoberto numa empresa que está sobrando dinheiro lá, que não tem origem. Esse ônus da prova, ao ser colocado, inverter para o Fisco, não me parece que é isso que o MBC quer. Então, acho que a tua emenda talvez tenha esse problema e eu gostaria de convidá-los, até com a participação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, da equipe do Senador, de a gente discutir um pouco melhor, porque eu tenho certeza de que não foi isso que vocês quiseram.

E a outra questão que vocês colocaram aqui, sobre a questão de compensação cruzada de tributos, ainda durante e depois da fase de transição que tu colocastes de PIS e Cofins, de resíduos ainda que tivesse de Cofins, porque tem litígios ainda. E aí me passou ali, não sei se eu compreendi bem ou mal, na tua emenda a compensação com o IBS. E aí, óbvio que estaria significando uma transferência de recursos de estados e municípios para a União, o que provavelmente o MBC também não quis.

Então, eu gostaria de discutir aqui, colocar a equipe do Comsefaz à disposição para discutir isso com vocês e, se o Senador nos der a honra de presidir essa conversa, eu tenho certeza de que nós podemos construir algo melhor aí e ajudar a chegar num ponto que interesse a ambos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Vou convidar só a uma tréplica aqui para a gente entrar aqui com o Márcio.

O SR. LUCAS CAREZZATO AYRES (Para expor.) – Não, combinado. A gente acredita muito no debate construtivo, e essa oportunidade vai ser ótima para a gente aperfeiçoar este e até surgir com outros textos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu sugiro até que vocês fiquem até mais tarde um pouco, quem sabe chegando a uma redação que possa ter uma emenda mais adequada, não é?

O SR. LEONARDO GAFFRÉE DIAS (*Fora do microfone*.) – Se a Gol permitir.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Se a Gol permitir, mas hoje há a virtual, dá para você falar muita coisa e discutir.

O SR. LEONARDO GAFFRÉE DIAS (*Fora do microfone*.) – Há a virtual.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bom, eu vou passar então para o Márcio, nosso representante aqui do Conselho Federal de Contabilidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem é que está lá no mundo real, não é, Márcio? Porque o mundo virtual é maravilhoso, mas o mundo real é um pouquinho diferente.

O SR. MÁRCIO SCHUCH SILVEIRA (Para expor.) – Muito bem, boa tarde a todos.

Inicialmente quero me somar aos demais colegas aqui, Senador, e parabenizá-lo pela condução dos trabalhos. Sem dúvida nenhuma, a sua participação aqui conduzindo tem abrilhantado muito este debate e tem sido muito útil para a sociedade.

Eu fico feliz em falar ao final também, porque, de fato, o olhar que o Conselho Federal de Contabilidade propõe dar à reforma não é nenhum olhar especialmente do contribuinte e nem o olhar do Fisco. Nós estamos aqui situados no momento em que nós vamos operar a reforma e, é claro, todos os princípios. E eu gostei muito que aqui da parte do Fisco também, algumas situações quanto à busca pela eficiência, à busca pela segurança – é tudo aquilo que a sociedade quer. E eu vou apresentar aqui para vocês alguns pontos, que no nosso grupo de trabalho do Conselho Federal de Contabilidade, em relação à fiscalização, e na transição, se destacam como pontos de atenção porque entendemos que devem ser melhorados no texto, para que a gente evite o que nenhum de nós aqui quer, que é uma reforma tributária que, na aplicação prática, possa piorar um pouco ou ser menos eficiente do que poderia nas questões práticas.

O primeiro ponto que eu quero colocar – e foi citado aqui antes também – é que a gente precisa lembrar que a emenda constitucional determinou que os tributos, então o IBS e a CBS, observarão as mesmas regras. E aqui entra um ponto que é muito importante a gente destacar, porque, de um lado, nós temos o federalismo, e a gente entende, compreende os interesses dos estados, dos municípios e da União, e isso é legítimo dentro do nosso pacto federativo, é assim que é o Brasil; mas, ao mesmo tempo em que isso foi transformado em um IVA dual, nós perdemos sim uma oportunidade de simplificar ainda mais a apuração do nosso IVA.

Mas não é essa a discussão que eu ponho, porque isso já está ultrapassado, já está definido. Agora, qual é o ponto que a gente traz aqui para reflexão? Se temos este cenário onde, de um lado e dentro do PLP 68 está muito claro em vários pontos, há o auditor da Receita Federal e a administração tributária dos estados e dos municípios, e o seu Comitê Gestor do IBS, que vão fazer esse diálogo e essa comunicação, nós temos claramente dois, pelo menos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agentes ali que têm competência para fiscalizar. Certo? E a preocupação que a gente traz aqui é: imaginem no nosso cenário – e eu trago um exemplo bem ilustrativo aqui, olhando apenas para a Receita Federal, e foi a casualidade que hoje não tenha nenhum representante da Receita Federal que eu trouxe esse exemplo, poderia ser para o estado, o município, qualquer outro –, que a gente tenha na legislação da tributação federal a figura da solução de consulta, e aqui a representante dos contribuintes trouxe um ponto importante.

Imaginamos nós que a maioria, e aqui foi falado pelos colegas também, a maioria dos contribuintes querem a conformidade. E a maioria dos contribuintes querem entender também qual é a perspectiva do Fisco quanto àquela legislação, e por isso existe o que chamamos de uma solução de consulta, que é quando o Fisco se direciona ao agente tributário e diz: "Olha, dada tal situação, tal fato econômico, qual é o seu entendimento, diante da legislação, da incidência do fato gerador ou da alíquota?". Hoje a gente já tem essa figura. E para vocês compreenderem a complexidade, eu trago o exemplo da Receita, porque nós temos a solução de consulta e nós temos a solução de divergência, porque a Receita Federal é dividida em superintendências, e algumas têm suas autonomias.

Eu trouxe um exemplo aqui relacionado a PIS-Cofins de uma solução de divergência que teve como origem oito soluções de consultas conflitantes. Vejam só, é o próprio agente tributário respondendo a uma questão do Fisco em que, na Região Sul a resposta foi uma, na Região Norte a resposta foi outra, e na região central a resposta foi um pouco mais diferente. E aí se cria a solução de divergência, porque, afinal de contas, qual é o entendimento da Receita Federal sobre esse ponto? Isso nós estamos falando da Receita Federal olhando a sua legislação.

Agora, como nós temos o IVA dual – e é sim a mesma legislação –, nós temos agentes tributários, estruturas tributárias olhando para a mesma legislação, mas com o seu viés, com a sua perspectiva. Aqui a gente já viu alguns pontos e obviamente não me atrevo a discutir se deve ser da Receita Federal a autonomia, se deve ser da receita estadual, como é que o comitê do IBS vai harmonizar todas as interpretações, todos os auditores tributários dos nossos tantos municípios.

O ponto que eu coloco, Senador – e aqui é a nossa reflexão –, é que a legislação como está não contempla exatamente o espírito da emenda constitucional quando disse que os entes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deverão atuar de modo cooperado, porque a lei, o PLP 68, traz inúmeras situações de cooperação, mas sempre em "poderão cooperar", "poderão celebrar"...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tem emendas substituindo o "poderão" por "deverão", não é?

O SR. MÁRCIO SCHUCH SILVEIRA – É. Uma das nossas aqui é nesse sentido, porque, se de um lado a sociedade assumiu o compromisso de que se faça esse movimento, do outro lado nós entendemos que o Fisco também deve assumir um compromisso de cooperação. Então, aqui a emenda que a gente apresenta é substituir o "poderão" e trazer no PLP uma forma mais determinante de cooperação entre os Fiscos. Nós – e aqui eu falo não só como Conselho de Contabilidade, mas nós sociedade como um todo e os próprios auditores, eu tenho certeza disso – queremos essa harmonização.

E aqui é na lei que nós temos que deixar isso amarrado, Senador, porque, se nós não colocarmos isso de forma definitiva, vai depender da construção, se lá na região tal vai ter alinhamento, se na outra região não vai ter, daqui a pouco o município se insurge e não quer observar o que o Comitê do IBS determina. E nós estamos falando de vários... Se eu não me engano, no último levantamento, nós estamos em 5 mil e poucos municípios. Vocês imaginem harmonizar isso tudo. Então, a forma é essa.

Outro ponto: nós temos aqui, já foi trazido também, o art. 324 fala do compartilhamento dos registros de fiscalização entre os órgãos, entre o Comitê do IBS e a Receita Federal. Então, vejam bem, se nós temos esse compartilhamento, nós temos aqui um outro ponto que é: a fiscalização continua no texto atual, podendo ser feita tanto pela Receita Federal quanto pelo representante da administração dos estados ou do Distrito Federal. E aqui se destaca a questão da mudança da tributação para o consumo. Quando a gente tem isso, o contribuinte sendo aquele da empresa, aquele da origem, há divergências, há situações complexas, mas não são tão potencializadas. Agora, quando a tributação é no destino e nós temos a possibilidade na lei de que... Imagine uma cidade turística – porque lá o fato gerador vai ser na entrega do produto, se for fisicamente –, eu vou lá a uma cidade, compro um produto, e aquela empresa daquela cidade recebeu mil turistas de mil cidades do nosso país. E aqui entra... Eu vejo a preocupação do DTE, eu quero dizer que obviamente nós somos favoráveis ao DTE, porque ele é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inovação tecnológica, mas, ao mesmo tempo, o DTE vai permitir que aquele contribuinte da cidade turística receba mil notificações se o Comitê do IBS não harmonizar isso claramente entre os contribuintes municipais. Porque veio um contribuinte lá da cidade do Norte, foi lá e comprou uma blusa, comprou um produto, levou aquele produto, e é o local do contribuinte onde vai ser repartido esse imposto, e as discussões sobre a legislação podem envolver milhares de entes da nossa Federação, milhares mesmo, nós estamos falando de milhares de municípios.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO SCHUCH SILVEIRA – Então, a proposta aqui que a gente coloca, em termos de fiscalização – e não vamos eliminar isso porque já está definido, é dual, tem o comitê –, é que a gente precisa colocar uma garantia maior, no nosso entendimento, para a sociedade. E a proposta é: não pode o mesmo contribuinte ser fiscalizado por dois entes pelo mesmo período, mesmo fato gerador, sem uma consulta prévia.

Nós não estamos dizendo que não pode, mas, se o estado quer fiscalizar determinado contribuinte, ele vai consultar na base, que é compartilhada: "Ah, a Receita Federal já fiscalizou". Então apresente os argumentos do porquê ele não entende que aquela fiscalização da Receita Federal é suficiente para que ele faça o seu próprio lançamento de tributo. E não de forma livre, porque aí nós teremos milhares de autoridades tributárias intimando contribuintes para que eles prestem informações ou resulte isso em milhares de autos de infração. Então da fiscalização essa é a proposta.

Do lançamento, a mesma forma, só que um pouquinho diferente, do lançamento de ofício: para que um ente possa lançar um tributo, efetuar um novo lançamento, ele deve consultar na base, porque ela está lá, compartilhada entre os entes, se já não houve lançamento, de ofício, por outro ente pelo mesmo período com o mesmo fato gerador; e por que ele vai utilizar a mesma base ou se ele não vai utilizar a mesma base. O problema não é os dois fazerem lançamento, isso é da natureza autoridade tributária; o problema é fazerem lançamentos distintos, um usando uma interpretação da legislação, e o outro utilizando outra interpretação da mesma legislação, e aí o contribuinte vai se defender para determinado agente tributário e dizendo "olha, este ente já me fiscalizou, já me autuou com tal entendimento; como é que você está me autuando com um entendimento divergente?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje isso já acontece quando a gente discute ISS, ICMS, esses tributos que ora são de um ente, ora são de outro, e a verdade é que hoje o contribuinte não tem a que recorrer; ele tem que seguir a sua disputa no Judiciário com cada um dos entes e, entre aspas, o estado diz "a discussão com o município é com o município; eu fiz o meu lançamento"; e o município diz para o contribuinte "a discussão com o estado é com o estado, eu fiz o meu lançamento".

Dentro de um IVA dual, onde nós temos a mesma legislação, nós temos a oportunidade de aqui vincular as interpretações – e aí é o caso do diálogo entre o Comitê do IBS e a Receita Federal –, para que o contribuinte não fique exposto a essa situação. Esse deve ser um compromisso da autoridade tributária, e não para que o contribuinte resolva isso individualmente.

Como última proposta, Senador, já que o meu tempo está se esgotando também, eu quero trazer um ponto aqui, aproveitando o Leonardo, que é do Rio Grande do Sul também, meu conterrâneo. Nós sentimos a ausência nesse PLP de algum artigo que incentive os programas de conformidade. Todos aqui também convergiram que queremos que os contribuintes que estão em conformidade sejam o nosso objeto de melhor tratamento. Dentro do PLP, não existe uma proposta trazendo, como, por exemplo, o Rio Grande do Sul tem, um comitê de boas práticas, onde você incentiva o histórico do contribuinte. Se ele é um contribuinte cumpridor das suas obrigações, se ele tem adimplência nos tributos, uma série de comportamentos, ele terá, sim, um tratamento diferenciado na hora de fiscalização. E isso é algo que... Vocês sabem, autoridade tributária é algo que no mundo inteiro é trabalhado. No Brasil, a Receita Federal, as estaduais, municipais, várias já adotaram esses procedimentos que são inspirados em boas práticas internacionais. Isso, sem dúvida, melhora o ambiente tributário, e está ausente no PLP uma determinação de que as autoridades criem e incentivem esse tipo de programa.

E aí, por fim mesmo, Senador – até então, nós estávamos falando do princípio da simplificação, que é norteador da nossa reforma –, eu quero falar do princípio da transparência.

Há muita insegurança, sim, e o Senador colocou muito bem. Bom, mas qual é alíquota, de fato, que precisamos para que não exista aumento de carga tributária? Estamos tateando no escuro, no momento, essa é a verdade, claro que com muitos estudos, mas muitas estimativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O real impacto que a reforma pode trazer, vamos ser bastante otimistas: ela é de uma aderência à conformidade muito maior do que a que existe hoje. Isso naturalmente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO SCHUCH SILVEIRA – ... acarreta em um aumento da carga tributária, e não queremos aumento de carga tributária. Se vamos ter mais contribuintes pagando tributos, nós temos que, então, reduzir a alíquota e melhorar o ambiente econômico.

O que nós colocamos aqui, Senador? Existe todo um processo de transição onde está ali muito claro como vão ser calculadas as alíquotas. Inclusive o próprio Tribunal de Contas da União tem a sua responsabilidade em determinar a metodologia com base, a sua base de dados. O que nós queremos é que estas informações sejam compartilhadas com a sociedade. O próprio Tribunal de Contas hoje já trabalha muito com a linha dos dados abertos. A Receita Federal hoje divulga boa parte das suas informações de arrecadação, quanto foi arrecadado por período e, com a tecnologia que nós sabemos que está sendo investida dentro da reforma tributária, até pelo *split payment* e todas as outras questões, é uma reforma altamente tecnológica e isto não será um grande problema.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO SCHUCH SILVEIRA – Levar à sociedade, quase em tempo real, Senador, a capacidade de arrecadação de cada um dos entes federados, para que a gente possa, em um portal único, acompanhar e medir se essa alíquota que foi determinada, durante aquele período, está realmente atingindo o seu propósito, se por um acaso – e nós não sabemos, só vamos saber no início desse processo –, se a alíquota estimada é, inclusive, inferior à necessidade da autoridade tributária; na verdade, não da autoridade tributária, do nosso Poder Executivo, dos nossos estados, porque são eles que precisam da arrecadação.

Então, aqui nós temos uma proposta de que essas informações sejam divulgadas em modelo de dados abertos, através de um portal e, inclusive, a partir do período de arrecadação, em periodicidade mensal, porque nós temos condições de acompanhar hoje isso, com a tecnologia que existe. São muitas estimativas, existe aquele portal que alguns chamam do impostômetro, que é a estimativa, na estimativa, na estimativa. Se nós vamos avançar, realmente, para um modelo altamente tecnológico, é possível, sim, que a sociedade possa acompanhar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa arrecadação em tempo real, em tempo muito mais exíguo do que hoje nós temos. Essas são as nossas propostas, Senador. Nós vamos encaminhar, amanhã, já todas elas, juntamente com a justificativa, para que possa ser apreciada e, quem sabe, acolhida aqui por essa Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Márcio.

O Márcio falou muito bem como contador. Realmente, a gente fica agoniado, não é isso?

Mas eu queria aproveitar aqui a presença do Fisco, vamos dizer assim, estadual e municipal. A Tatiana colocou um negócio aqui, porque ontem eu fiz... Antes de ontem, eu estive em São Paulo, falando sobre isso, e vários advogados tributaristas colocaram essa questão que a Tatiana colocou. Para quem recorrer, como é que faz? Se alguém puder responder o que ela... Não sei se dá para colocar ali a transparência da Tatiana, só um trecho em que ela fala dos questionamentos. Pode colocar aí para mim ou não? Deixa só botar ali para... Hein, Tati? Só para...

Quer falar, Márcio, alguma coisa? Senador, que é claro que é uma legítima preocupação, e a resposta eu não tenho, mas o que eu quero trazer é que existe uma etapa antes disso. Nós não queremos grande judicialização – eu falo nós, todos aqui. E o ponto que eu coloquei é a etapa anterior a isso: a dúvida do contribuinte e a harmonização entre os próprios entes também sobre a sua interpretação. Acho isso importante também destacar, alinhado à sua preocupação, que é uma preocupação que eu colocaria num segundo passo, naquele passo que a gente vai procurar evitar ao máximo. Eu compreendo que esse é o caminho de todos que estão envolvidos nisso.

O SR. RODRIGO KEIDEL SPADA – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tem emendas de harmonização já previstas, mas eu não sei se é com relação ao PLP 108, em que está a dúvida muito maior. É só para a gente poder...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, com relação a essa referência que você falou, Márcio, eu recebi da Receita Federal sei lá quantas páginas e li já umas dez vezes, mas não entendi ainda – acho que nem eles entenderam ainda – como é que chegaram a 26. Ontem, a gente teve aqui o pessoal do Tribunal de Contas, me deu também 140 páginas de estudo do Tribunal de Contas. Então, imaginem um leigo acompanhando isso aí para saber qual é a taxa. Nós não sabemos, nem eles sabem, ninguém sabe qual é essa taxa. Nós vamos saber essa taxa durante... É trocar o pneu com o carro andando, porque ninguém sabe. Eu garanto que... Acho que nem o Mister M, naquela época do Fantástico, poderia dar para a gente qual é a alíquota.

O SR. RODRIGO KEIDEL SPADA (Para expor.) – Senador, é por isso mesmo que é importante essa transição. A gente começa com uma alíquota de 0,1% para poder medir a dinâmica da economia. A gente não está fazendo uma mudança abrupta. Então, a gente cria um tributo que não pesa muito, reduz PIS-Cofins em 1%...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Isso aí...

O SR. RODRIGO KEIDEL SPADA – E essa fase de transição, começando no primeiro ano, é necessária justamente para ver a base de arrecadação e a dinâmica da economia para estimar a alíquota em bases reais, porque qualquer coisa diferente disso é realmente referencial, uma estimativa.

Quero lembrar que estão falando de 26,5%, e existem, como você disse, possibilidades grandes de diminuir a informalidade, a sonegação, porque vai reduzir a alíquota, mas também quero lembrar que foram concedidos na emenda constitucional regimes diferenciados que colocam a cesta básica com alíquota zero, medicamentos com redução de 60% e outros produtos com redução de 40%...

O Senador Armando Monteiro está entrando aqui, da CNI. É só fazer a reverência ao nosso grande professor aqui.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Grande Senador.

O SR. RODRIGO KEIDEL SPADA – Coloca-se uma alíquota de referência, mas tem também produtos com 0%, outros com redução de 60% e outros com redução de 40% da base de cálculo, o que dá na verdade uma alíquota efetiva de 21%, 20%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando se fala "Ah, tem o maior IVA do mundo", primeiro, já é, pois já temos a maior tributação do consumo do mundo, mas quero lembrar que esses redutores têm que entrar na conta da carga tributária real, alíquota efetiva e não a nominal.

Sobre o que o Márcio falou, eu queria trazer.... E depois eu passo, parece que o Márcio vai responder à Tatiana com mais propriedade que eu. Márcio, no exemplo que você deu do município turístico que recebe gente do Brasil inteiro, me parece que não é a interpretação de que a tributação do consumo no destino é devida ao domicílio do contribuinte; me parece que é onde se dá o consumo. Senão, os contribuintes poderiam mudar o domicílio deles para o município que tem a alíquota mais baixa, simplesmente.

Então, no município turístico que recebe gente do Brasil inteiro, um *resort*, por exemplo... Desse *resort* que vai estar recolhendo os tributos – vai estar arrecadando e recolhendo –, essa arrecadação fica, no final, para o estado e o município em que está aquele *resort,* e não para todos aqueles que o *resort* recebeu, em que tinha domicílio, de todas aquelas pessoas físicas.

Então, é verdadeira a sua preocupação, mas o exemplo, talvez, que foi dado... Existe a possibilidade verdadeira de que um contribuinte seja fiscalizado por múltiplos fiscos. Uma empresa como a Goodyear, por exemplo, que tem a única fábrica do Brasil lá na cidade americana – é a maior fábrica da Goodyear do mundo – e vende para o Brasil inteiro pneus, para lojas, atacadistas, aí, sim, neste caso, é verdadeiro que a Goodyear pode, sim, estar sendo fiscalizada por todas as administrações tributárias do país, e são mais de 5,6 mil. A gente já fez essa conta: seriam 13 auditores por dia em média. Daí a importância de o Comitê Gestor, com as suas competências de coordenar a fiscalização, ter um plano nacional de fiscalização. As suas sugestões são bem-vindas na medida em que se evite duplicidade de fiscalizações no mesmo período. Acho que tem que ter uma coordenação mesmo e tem previsão disso.

Senador, acho que o senhor tinha perguntado uma outra coisa...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, não. Eu pedi para colocar aqui as dúvidas da Tatiana, porque eu gostaria que alguém respondesse para mim. Onde a empresa deve ajuizar a ação: na Justiça Federal, na Justiça municipal ou estadual? Alguém pode responder isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO GAFFRÉE DIAS (Para expor.) – Sim. Eu queria fazer uma observação, porque, primeiro, a reforma tributária vai melhorar profundamente o sistema tributário brasileiro, mas ela não vai resolver todos os problemas pela complexidade do nosso país, pela existência de 5,5 mil municípios. Ela não resolve isso, ela não tem como resolver esse problema.

Agora, nós estamos trabalhando, até para ligar um pouco com as questões que o Márcio colocava, é para reduzir o litígio mesmo. Dentro do Comitê de Harmonização, de que participa o Comitê Gestor e a Receita Federal, as decisões desse Comitê Gestor, para terem caráter vinculante, tanto quanto tem na parte judicial... Está dividida a parte de tratamento judicial, também com efeito vinculante lá, e a parte administrativa entre Comitê Gestor e Receita Federal, justamente, Senador, para reduzir a quantidade de litígios tanto interna, ou seja, internamente, municípios e estados, quanto com a própria Receita Federal, em que vão sentar Comitê Gestor e Receita Federal, vão discutir qual a melhor interpretação, e essa interpretação terá caráter vinculante para ambos. Ou seja, nós estamos trabalhando, justamente – eu acho que o Márcio apontou bem – na tentativa de reduzir os litígios.

Esses litígios já serão muito menores na medida em que, por exemplo, os lançamentos... Quando houver um lançamento do IBS por um auditor municipal, ele vai estar lançando ao mesmo tempo tanto a parte estadual, municipal, quanto o contrário. Quando o estadual for... Quer dizer, não vai ter dois: um do estado e um do município. Pode até ter, mas trabalhando no mesmo objeto, e não trabalhando de forma separada e com interpretações distintas. Então, essa...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu entendi. Na prática... Inclusive, nós aprovamos recentemente aqui dez leis – e ainda tem duas leis complementares que têm que ser votadas – sobre a questão das execuções fiscais administrativas, que realmente contemplam bastante coisa para amenizar essa questão.

Mas o que eu quero dizer é o seguinte: pela reforma, do jeito que está na reforma, quanto à CBS, você vai lá, entra com a ação, e, tudo bem, a União vai resolver isso aí. Agora, o Comitê Gestor é que repassa para os municípios. Você vai executar quem, o Comitê Gestor ou o município?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu digo assim: a intenção é que a gente coloque na lei alguma coisa para ficar claro isso aí, para não ficarmos com essa dúvida, que eu tenho, ela tem – e olhe que eu nem sou advogado; imagine os advogados como vão ficar.

O SR. LEONARDO GAFFRÉE DIAS – Só fazendo uma observação, Senador, em relação aos projetos que estão tramitando na Casa, a respeito das questões das execuções, eu acho que seria de todo aconselhável que esses projetos aguardassem a chegada do PLP 108, porque o 108 está enfrentando muitas daquelas questões, até para não haver litígio de uma norma com outra, porque muitas questões do 108 estão sendo tratadas aqui. Então, acho que, se a gente conseguir conciliar, na chegada do 108, tudo e colocar dentro de um mesmo pacote, seria bom para a sociedade como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Essa é a preocupação, que acho bastante relevante.

O SR. RODRIGO KEIDEL SPADA (Para expor. *Fora do microfone*.) – Senador, se eu puder contribuir, então...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim.

O SR. RODRIGO KEIDEL SPADA – Eu entendo o seguinte, que vai haver...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas a ideia é a seguinte: tem que estar no texto, porque, senão, fica na interpretação de cada um. Você vai dizer uma coisa, ele vai falar outra, eu também vou entender outra. A gente precisa ter uma emenda no 108 – mas o 68 também tem esses problemas – para deixar claro, para não dar a margem às interpretações, entendeu, Rodrigo?

O SR. RODRIGO KEIDEL SPADA – Eu entendo que a gente não vai virar uma fiscalização só ou uma administração tributária só; vai ter uma coordenação no âmbito do Comitê Gestor, mas sempre vai ter uma autoridade administrativa, um titular da ação fiscal. Então, o Comitê Gestor não fiscaliza. Está bem claro na emenda constitucional o que o Comitê Gestor faz e o que ele não faz. Então, ele coordena, mas não fiscaliza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eventualmente, um auditor fiscal de São Paulo – falo porque eu sou paulista, mas poderia ser do Rio Grande do Sul; temos dois aqui – recebe do Plano Nacional de Fiscalização uma ordem de execução fiscal, pois já está previsto mesmo que o Fisco não atua casuisticamente, erraticamente; ele atua sob determinação de uma ordem de serviço fiscal, na maioria dos casos, exceto o Rio Grande do Sul – exceto.

Então, se, eventualmente, no curso dessa ação fiscal, ficar imposto um auto de infração a um contribuinte, temos que lembrar que o contencioso, tudo bem, vai ser no âmbito lá do Comitê Gestor, mas por um juiz, alguém de São Paulo. E eu estou entendendo... Eu entendi a dúvida, mas para mim estava claro que seria ajuizada pela Procuradoria de São Paulo, caso não houvesse o pagamento, a cobrança por São Paulo, e a execução, no Tribunal de Justiça de São Paulo, no âmbito do IBS. Quanto à CBS, é mais simples porque é um estado unitário, e aí seria a Justiça Federal. É claro que a doutora sabe muito melhor que eu, mas não existe Justiça municipal; ali está só para falar do âmbito municipal. Então, ou estadual ou federal, e acredito que, no âmbito da Justiça estadual, de quem for o detentor do curso daquela ação fiscal. Mas eu entendo a dúvida, e, realmente, quando se tem dúvida, ela tem que ser sanada e positivada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Rodrigo.

Rapidamente aqui, como houve essa participação, vou tentar responder alguma coisinha, porque, senão, se desestimula a participação no e-Cidadania.

Gean, do Rio de Janeiro: "Como a simplificação fiscal prometida pela reforma impacta o custo operacional das empresas na visão do contador?".

Nos próximos dez anos, para ser muito franco, não haverá simplificação, haverá muita complicação, porque você vai continuar fazendo tudo o que você faz hoje mais o novo. Pode ser que, daqui a dez anos, vá simplificar, com certeza, mas não nos próximos dez anos. Já falei que os contadores vão aumentar os honorários um pouquinho aí. E não estou brincando, estou falando sério, porque o trabalho vai ser bastante grande.

Willian, de Rondônia: "Como será a garantia da justiça fiscal na transição para o novo sistema, evitando a regressividade dos tributos?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é o que nós discutimos aqui. Estamos buscando uma redação, para que não tenha nenhum problema com relação a isso.

Ramon, do Espírito Santo: "Como o Senado pretende mitigar os impactos negativos de possíveis mudanças no Simples [...] sobre a competitividade das pequenas empresas?".

É um desafio que nós estamos enfrentando nas emendas porque, de fato, do jeito que está no texto, o Simples vai perder muita competitividade. Então, a gente tem que buscar, através de algumas emendas que tem aí, tentar amenizar isso. Uma delas pode ser a compensação do crédito que eles pagaram na compra, mas alguma coisa tem que ser feita. Então, nós estamos trabalhando nisso aí.

Daniel, de São Paulo: "Quais são as maiores dificuldades encontradas hoje para a consolidação da reforma tributária?".

Bem, acho que todo mundo concorda que tem que ser feita essa reforma. As dificuldades são estas que nós estamos discutindo aqui: de ter um texto que realmente dê segurança jurídica, que diminua os conflitos, que não haja aumento na carga tributária e que se simplifique, como foi prometido.

"Como o *split payment* pode realmente simplificar a arrecadação de tributos sem criar complexidade adicional para as empresas e contadores?". É o Márcio – não é você não, Márcio – , aqui do Distrito Federal.

Bem, eu acho que a alma da reforma é esse *split,* que passa a ser regime de caixa. Deve diminuir muito a sonegação e vai simplificar. Só que nós vamos ter que manter um sistema para checar se realmente o sistema do Governo fecha com o da empresa. Então, a gente vai ter que fazer um paralelo até ter uma confiança maior nisso aí, porque nós já temos a experiência do Imposto de Renda. Quando eu recebo a minha declaração de Imposto de Renda, há divergências do que vem e do que está. Então, a gente tem que... Eu sei que o *split* vai ... O problema do *split* é que não dá... A informação que a gente tem é a de que não dá para implementar em 2026 o inteligente. Até fazer esse sistema e depois adequar as empresas, é impossível. Então, também vamos trabalhar alguma coisa nas emendas para fazer o simplificado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inicialmente, não ter multa, porque os contadores são os grandes penalizados com multas da Receita. Então, a gente tem que ter a multa, mas amenizar isso.

Renan, do Paraná: "Considerando a coexistência de IBS com ICMS e ISS (2026-2032), existe algum plano tecnológico para facilitar a apuração desses tributos?".

Sim, na prática o *split* é isso também.

Henrique, do Acre: "Qual o critério adotado para a transferência dos recursos aos estados e municípios?".

O Comitê Gestor tem lá os critérios de distribuição.

Roxana, da Paraíba, terra do Armando – viu, Armando? –: "Haverá investimentos em tecnologias de automação para monitoramento e fiscalização para o novo modelo tributário?".

Funcionando o sistema perfeitamente – e acho que tem tudo para funcionar, não é tão rápido assim, mas, com certeza, a tecnologia está aí para isso –, vai diminuir muito, realmente, a sonegação. Vai ser muito bom. Vai simplificar muito. Daqui a dez anos, vai ficar ótimo.

Alison, do Paraná: "Como ficarão os créditos acumulados do PIS-Cofins quando [...] iniciar [a transição da CBS] [...]? [...] [Haverá alguma forma de ressarcimento, de compensação?]".

É óbvio que tem que ter, não tem sentido dar calote nisso aí. Quem tem crédito tem que receber, não é?

Douglas, do Rio Grande do Sul: "[...] [Quais mudanças ocorrerão na fiscalização] durante [o período de] transição para o novo sistema?".

Vão continuar fiscalizando do mesmo jeito nessa transição.

Wagner, de São Paulo: "Qual será o impacto do federalismo fiscal brasileiro? Ou seja, como ficará a formação e distribuição da sociedade tributária para os entes?".

É essa a questão do Comitê Gestor que está sendo discutido aqui.

O Wonder, do Rio de Janeiro: "[...] [Ao incluir as alterações propostas,] a reforma tributária realmente estará pronta para entrar em vigor na data estipulada?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente não tem ainda a data estipulada. Tem em 2026, mas tem as emendas ainda que serão apresentadas, não é?

O SR. LEONARDO GAFFRÉE DIAS (*Fora do microfone*.) – Tem esse desafio.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tem que ter. Esse sistema aí tem que estar pronto rápido.

Gislaine, de Santa Catarina: "Como [...] [a proposta] planeja garantir que todos os contribuintes compreendam a mudança durante a transição?".

Vai ser difícil. Aí, só a associação da Tatiana para explicar isso. Mas olhe, eu tenho feito algumas palestras em faculdade, e ninguém – é o que você falou – tem a mínima noção do que está acontecendo no mundo, muito menos aqui.

Reginete, da Paraíba: "[...] [É] razoável o prazo que temos, para que em 2026 os contribuintes estejam preparados com *softwares* para a transição?".

É o que acabamos de falar: é muito difícil. As informações que temos é de que não dá tempo de implementar em 2026 um sistema inteligente. Vai ter que adiar, fazer o simplificado, incentivar para que o Governo também implante isso. Porque também tem isto ainda: o Governo, pode ser que ele resolva não fazer tão cedo. E aí, a gente tem que resguardar a questão do contribuinte aqui, para poder ter o crédito dele. Também não vai ficar esperando o sistema para aproveitar o crédito. Então, os dois têm que trabalhar de uma forma bastante...

Deputado Lippi, eu vou encerrar, mas eu quero passar antes para você, que sempre prestigiou as nossas audiências.

Deputado Vitor Lippi e, depois, o Senador Armando também, para a gente encerrar a reunião.

O SR. VITOR LIPPI (Bloco/PSDB - SP. Para expor.) – Muito obrigado.

Primeiro, quero cumprimentá-lo, Senador Izalci Lucas, por essa importantíssima contribuição aqui do Senado, essa contribuição democrática, participativa, de ouvir, de analisar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso que possibilita a gente aperfeiçoar esse tema tão importante para o Brasil. Temos convicção de que esse é o caminho certo. Nós tínhamos muitas dúvidas, agora nós temos menos dúvidas, mas ainda temos algumas, e é assim que a gente vai construindo, porque a mudança é muito grande em relação ao que nós temos hoje, graças a Deus, porque nós somos o pior do mundo, mas temos que deixar de ser o pior do mundo. Mas eu acho que nós estamos no caminho certo, com muito respeito.

E você tem dado, Senador Izalci, um grande exemplo aqui de atenção, de disposição, de disponibilidade, de construção disso que o Brasil precisa, como você sempre colocou com muita... Não é fácil, mas nós precisamos enfrentar isso, precisamos construir o melhor possível. Eu estou muito ciente de que nós estamos dando uma das mais importantes contribuições a este país.

Cumprimento também o nosso querido, sempre, Senador Armando, que é um craque, um grande defensor do Brasil, das indústrias, da economia nacional; e digo que nós estamos à disposição.

Eu queria aproveitar para fazer uma pergunta, que, numa das audiências aqui – porque eu ficou anotando –, teve uma, acho que uma das pessoas que fez uso da palavra, acho que é Mariane Brasil, se não me falha a memória.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VITOR LIPPI (Bloco/PSDB - SP) – Carolina Brasil. Ela é de Itapetininga, perto de Sorocaba. E ela falou que ela representa um grupo de mulheres. Até as mulheres se organizaram para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – As mulheres do tributário.

O SR. VITOR LIPPI (Bloco/PSDB - SP) – Exatamente, as mulheres pelo tributário. Você vê como isso movimenta o Brasil, os segmentos, essa coisa bacana.

E ela trouxe duas ideias aqui que me pareceram muito oportunas. Uma é, já que a gente quer unificar tudo e essa simplificação, essa integração entre o Fisco federal, estadual, municipal, que não é fácil, temos que integrar tudo, e é natural... Às vezes, uma fiscalização é de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um jeito, a outra é de outro, pode acontecer uma dupla fiscalização, pode ter uma interpretação diferente. Quem sabe ter um portal único de fiscalização no Brasil poderia, então, integrar todas as informações e evitar que houvesse essa duplicidade. Então, fica aí, Senador, para uma análise. Não sei exatamente, mas eu achei que aquilo é muito coerente, você ter um portal único do sistema nacional, do Fisco nacional, do IVA nacional.

E a outra que ela disse é esse conceito do Fisco amigável, porque hoje todo mundo tem medo do Fisco. Quem faz errado, infelizmente, deve ser punido mesmo. Mas, às vezes, você faz certo e erra, não é porque você quer, porque nós somos o pior e mais complicado sistema tributário do mundo, o mais difícil de ser interpretado. E, às vezes, a pessoa é punida e não houve dolo, não houve nada disso. E essa questão do Fisco amigável eu acho que é uma questão de cidadania.

Nós temos que... Por sinal, quando você olha lá nos termos com que o Fisco trata o cidadão, deveria ser cidadão fiscal, não é? Mas não é assim que está escrito lá. Dá a impressão de que ele é um infrator já, logo de início.

Então, a gente poderia, quem sabe, essa orientação... Se não pagou, ou se pagou errado, notifique, informe a pessoa antes de multar, antes de penalizar, porque a não ser que ele seja, obviamente, um fraudador contumaz, alguém que atuou com dolo. Fora isso... A grande maioria dos brasileiros que quer... Enfim...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – No projeto que nós aprovamos...

O SR. VITOR LIPPI (Bloco/PSDB - SP) – Exatamente. Colocar essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... tem um tema disso aí...

O SR. VITOR LIPPI (Bloco/PSDB - SP) – Essas duas questões.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... de notificação.

O SR. VITOR LIPPI (Bloco/PSDB - SP) – Quero agradecer demais. Obrigado, fico feliz de estar aqui e poder ajudar a construir esse sistema, o novo sistema nacional brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, você foi ótimo, você contribuiu muito com esse projeto.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO NETO (Para expor.) – Bom, eu queria cumprimentar a todos, cumprimentando o nosso Senador Izalci e os demais integrantes desta sessão, saudando o nosso Rodrigo Spada, que tem sido também um militante dessa boa causa, e o nosso companheiro Vitor Lippi, que pontifica no debate sempre de forma muito qualificada.

Senador Izalci, eu fui integrante desta Comissão durante todo o tempo que estive nesta Casa e entendo que esse tema da reforma, a pertinência temática da discussão do tema é da CAE. Não poderia ser diferente, ainda que, vamos dizer, por conta do Regimento, o caráter deliberativo da matéria esteja vinculado à CCJ. Mas não seria aceitável que essa matéria pudesse ser discutida na Casa sem a participação da nossa CAE.

E quero dizer – não é nenhuma homenagem que faço, assim, de graça – que o Senador Izalci tem, pela formação de contador, pelo conhecimento que tem dessa matéria... Não haveria ninguém mais credenciado para fazer essa coordenação, que o Senador tem exercido com muita competência, com muita acuidade e com muita disciplina, porque o calendário de audiência desta Comissão foi cumprido rigorosamente. Portanto, a CAE assegurou uma ampla audiência a todos os setores interessados nessa matéria. Então, eu faço esse registro, Senador Izalci, por um dever de justiça.

Quanto à nossa reforma, eu diria que é um tema complexo, extraordinariamente complexo, e a complexidade dele deriva também de uma circunstância: nós tínhamos um regime verdadeiramente caótico, o nosso *status quo* é o pior que existe. No Brasil, criamos uma profusão de regimes especiais, temos uma legislação que não é uniforme, base de cálculo distinta, obrigações acessórias, ou seja, temos um ambiente extraordinariamente complexo.

Portanto, para sair do caos, para algo que tenha ou que possa ser considerado um sistema de classe mundial, há um percurso. E, como esta matéria afeta interesses, evidentemente, pela sua própria natureza, o trânsito político desta proposta só foi possível porque algumas concessões foram feitas ao longo do caminho. E aí, como nós viemos de uma série de regimes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especiais, lamentavelmente ainda teremos algumas exceções que, de algum modo, ainda colocam uma certa complexidade no sistema, porque, quanto maior o número de exceções, maior a complexidade. Mas eu sou otimista, eu acho que teremos um ganho extraordinário com esta reforma, acho que ela terá um impacto sobre o crescimento, acho que ela recompõe as bases da competitividade da economia nacional, acho que teremos um sistema que se harmoniza com os melhores sistemas que vigem hoje no mundo.

Então, por todas essas razões, eu considero que esta é uma matéria de fundamental importância e, por isso, merece esta centralidade na agenda do país. Então, a minha palavra é uma palavra de confiança de que esta Casa vai dar ao Brasil seguramente a possibilidade de que o Brasil crie, eu diria, um sistema que possa ser considerado de classe mundial.

Eu parabenizo o Senador Izalci. E registro aqui a minha satisfação de poder dar este testemunho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Senador Armando.

De acordo com o programa, o calendário do grupo de trabalho, esta é a última audiência, a 21ª audiência. Estava previsto já entregar o relatório no dia 22. Eu recebi, hoje de manhã, um pedido do Presidente da Comissão, da CAE, o Senador Vanderlan, para que não lesse esse relatório no dia 22 em função das eleições. Grande parte dos Senadores não estará aqui no debate e a gente precisa concluir o relatório com o apoio de todo mundo do grupo. Então, vamos preparar isso, até o dia 22 vai estar pronto, mas a gente vai deixar a discussão de acordo com a convocação do Presidente Vanderlan.

Eu tenho um requerimento do Plenário para ser votado, eu também ia votar hoje, mas eu vou deixar também para o presencial, porque ele é para que esta matéria tramite na CAE oficialmente, hoje ela está informalmente, está direto na CCJ, e, pelo Regimento, pela lógica, pela importância do projeto, não tem sentido não passar na CAE, mas, como está tudo virtual, eu não quero também botar em votação uma matéria sem a presença dos Senadores.

Mas quero, de uma forma muito especial, também já agradecer aqui a todos os assessores, consultores – nós temos excelentes consultores aqui na Casa. E essas audiências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram maravilhosas, porque todos os segmentos tiveram a oportunidade de falar, de apresentar seus problemas, apresentar, inclusive, as emendas de sugestões. Como é uma matéria muito complexa, nem todo Senador tem o conhecimento desta matéria.

Como eu disse aqui, sobre todas as emendas, a proposta é que haja uma justificativa, assim, bem pedagógica, bem didática, para que qualquer Senador leia e diga: "Poxa, tem que mudar". Mas tem muita mudança para ser feita, alguns ajustes, para a gente ter uma redação que traga mais segurança, mais transparência.

A gente encerra estas audiências públicas.

O Presidente convocando aqui, na outra semana, sem ser na do dia 22, a gente lê o relatório, então.

O Senador Eduardo Braga, Relator da CCJ, também adiou a apresentação do trabalho. Ele só vem depois das eleições também.

Então, a gente vai discutir isso lá.

Rodrigo, vamos aqui tirar uma foto rápida.

Nós vamos encerrar.

Eu já agradeço a presença de todos e declaro encerrada esta audiência.

(*Iniciada às 14 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 60ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e três minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senadore Eduardo Braga, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke, Sergio Moro, Fernando Dueire, Dr. Hiran, Plínio Valério, Vanderlan Cardoso, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Augusta Brito, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Paulo Paim, Daniella Ribeiro, Rosana Martinelli, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Cid Gomes, Irajá, Rogério Carvalho, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 6012, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios e dá outras providências; e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, que institui e regulamenta o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para assegurar que os recursos do Pronampe sejam permanentes." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2241, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivo ao art. 18-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para condicionar o recebimento de recursos públicos a compromisso de adoção de medidas para proteção de crianças e de adolescentes contra abuso sexual." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda de sua autoria. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 - CAE. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1227, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n.º 7.713, de 22 de dezembro de 1988." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e das Emendas nº 1 a 3–CDH, com uma subemenda de sua autoria. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 996, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, para garantir o abastecimento de cestas básicas à rede de acolhimento a mulheres em situação de violência doméstica e familiar." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Aprovado o projeto e a Emenda nº 1 CDH-CAE. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1765, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para prorrogar o prazo de vigência da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) previsto no art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao projeto com duas emendas que apresenta; e pela rejeição das emendas nºs 1, 2 e 3 da CI. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 4 e 5 - CAE. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 164, de 2024** que: "Requer a convocação do Senhor Camilo Santana, Ministro de Estado da Educação, para prestar informações sobre a execução do Programa Pé de Meia, instituído pela Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, e regulamentado pelo Decreto n° 11.901 de 26 de janeiro de 2024." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 169, de 2024** que: "Requer Reunião Conjunta CAE e CE" **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Braga
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/22

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 60ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 22 de outubro.

Aprovação da ata.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas nºs 57, 58 e 59, realizadas em 15 e 16 de outubro.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário Oficial*.

Eu gostaria de prestar aqui alguns esclarecimentos.

No dia de ontem, Senador Izalci, eu conversei com o Senador Vanderlan, que então me solicitou que presidisse esta reunião em parceria com V. Exa. para darmos curso às deliberações que faríamos no dia de hoje, inclusive sobre um requerimento de autoria da Senadora Damares

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e pedindo que eu conversasse com a Senadora Damares, inclusive, para que transformássemos o requerimento de convocação em convite, com o que a Senadora Damares imediatamente concordou, porque é praxe na Comissão de Assuntos Econômicos essa transformação de convocação para convite em caso de ministros. E, ao mesmo tempo, acabei de tomar ciência de que outra Senadora entrou também com um requerimento em igual sentido, mas já como convite. Portanto, vamos votar conjuntamente os dois requerimentos.

Entendo também que a pauta estabelecida para o dia de hoje, portanto, será o item 1, de autoria dos Senadores Esperidião Amin e Jorge Seif e da Senadora Ivete da Silveira, relatado pelo Senador Laércio Oliveira. Eu farei uma inversão da pauta, se o Senador Izalci concordar, para que eu possa relatar o projeto de minha autoria no item 2, já que ele não é terminativo, e logo a seguir então daremos curso à pauta, fazendo com que o item 2 se torne o item 3; o item 3 se torne o item 4; o item 5 se torne o item 2; e o item 6 permaneça como o item 6, que é exatamente o requerimento da eminente Senadora Damares e da outra Senadora, Augusta Brito.

Dos objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião é destinada à deliberação dessas matérias e requerimentos apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores – e aqui eu vejo que a própria Senadora Damares já está conosco remotamente, o Senador Esperidião Amin já está também conosco remotamente, já está com a mão levantada, e logo a seguir passarei a palavra ao Senador Esperidião Amin – votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que declarem verbalmente sua preferência e seu voto.

As inscrições para o uso da palavra podem ser realizadas por meio do recurso de "levantar a mão", como fez já o eminente Senador Esperidião Amin, ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente.

Então, eu passo, inicialmente, a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de apenas pedir um esclarecimento. O item 1, que está apenas em caráter de turno suplementar, uma vez que houve acordo, será votado logo depois do primeiro, como foi o seu pedido?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Perdão. O primeiro item, que é o item exatamente do PL 6.012, será o item 1. A inversão que fizemos é com relação ao item 2.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Ah, pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O item 1 nós vamos votar normalmente, como está pautado. Aí, no item 2, faremos a inversão com o projeto da Senadora Damares para que o Senador Izalci assuma a Presidência e eu possa relatar. Aí, eu volto a assumir a Presidência para poder dar curso à sessão de hoje.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado. Está esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu que agradeço a V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Com a palavra, o Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Gostaria de fazer aqui algumas observações.

Bem, primeiro, quero aqui registrar que, no plano de trabalho que nós elaboramos, do grupo de trabalho da reforma tributária, aqui na CAE, nós estabelecemos, inclusive, a leitura do relatório do grupo hoje, dia 22, mas, a pedido do Presidente Vanderlan – em função da questão remota, de que as pessoas estão ainda no segundo turno das eleições –, para que eu adiasse a leitura para a próxima semana, então, na terça-feira, nós faremos aqui a apresentação. Foram 21 audiências públicas, nas quais houve muitas observações importantes, que nós vamos colocar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no relatório, com algumas propostas, inclusive, de mudança. Então, quero alertar aos membros da CAE que, na terça-feira, nós faremos a leitura de todo o relatório do grupo de trabalho.

Também quero informar, Presidente – e pedir o apoio de V. Exa., que é membro da CAE, inclusive, e poderia também ser o Relator aqui, sem nenhuma dificuldade –, que eu fiz um requerimento, que devo colocar em votação também na terça-feira e vou pedir ao Presidente Rodrigo para votar. Pelo seguinte: sobre essa matéria tributária, o PLP 68, aqui no Regimento do Senado, no art. 99, diz assim:

> Art. 99. À Comissão de Assuntos Econômicos compete opinar sobre oposições pertinentes aos seguintes assuntos [tem vários itens, mas o item IV diz assim]:
>
> .....
>
> IV – tributos, tarifas, empréstimos compulsórios, finanças públicas, normas gerais sobre direito tributário, financeiro, econômico; orçamento, juntas comerciais, conflitos de competência [...] entre [...] os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, dívida pública e fiscalização [...] [e tal].

Então, é uma coisa muito importante, em termos de mérito, passar por esta Comissão.

Eu sei do interesse de votar essa matéria com muita urgência, e nosso objetivo aqui não é, de forma alguma, postergar ou dificultar a aprovação; muito pelo contrário. Mas acho que V. Exa. poderia, nesta Comissão, inclusive, conversando lá com o Presidente, relatar aqui também. Por mais que a gente tenha feito 21 audiências públicas, são tantas observações que esta Comissão precisaria deliberar sobre elas, sobre assuntos assim.

V. Exa. deve ter acompanhado algumas das audiências. Eu sempre fiz questão de chamar todos os segmentos. Olha só, foram 21 audiências; em média, 12 segmentos se apresentaram. Então, dá o quê? Mais de quase 400 segmentos foram ouvidos aqui.

Então, a gente vai apresentar um relatório bem consistente. Eu pedi que todo mundo apresentasse a emenda, colocando o texto da Câmara, a sugestão e uma justificativa muito óbvia e didática, que qualquer Parlamentar pudesse entender sobre isso, porque a gente sabe que é uma matéria complexa, nem todo mundo é especialista nisso, mas, na prática, mexe no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bolso de todo mundo. Então, só peço a V. Exa. o apoio, porque eu vou pedir para votar – mas acho que é uma coisa tão óbvia, que deveria passar aqui –, aproveitando todas as audiências.

Só para dizer a V. Exa. que eu apresentei este requerimento e dia 29, terça-feira, a gente faz a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Senador Izalci, eu vou fazer o comentário, não na qualidade de Presidente da CAE, porque este comentário cabe ao nosso eminente Senador e Presidente efetivo da CAE, o Senador Vanderlan.

Primeiro, reconheço o belíssimo trabalho que sempre foi feito pela CAE, seja sob a coordenação do Senador Efraim Filho, quando da emenda constitucional, seja agora, sob a sua coordenação, enquanto regulamentação da reforma tributária. No entanto, V. Exa., tanto quanto eu, sabe que cabe ao Presidente Rodrigo Pacheco, no seu despacho, definir a tramitação das matérias nas Comissões, de acordo com o entendimento da Mesa.

À época, o Senador Rodrigo Pacheco fez um despacho para a tramitação exclusiva na Comissão de Constituição e Justiça, dando à CAE a mesma formatação que foi dada na emenda constitucional, que performou muito bem. Eu acho que o trabalho que a CAE desempenhou, sob a coordenação do Senador Efraim, fez importantíssimas e relevantes recomendações à emenda constitucional, muitas das propostas oriundas da CAE foram absorvidas pela CCJ, entraram no texto do relatório da Comissão de Constituição e Justiça, foram aprovadas na CCJ e depois confirmadas no Plenário, numa ampla negociação com os partidos, com as Lideranças e com os Senadores e Senadoras do nosso Plenário, o que acabou viabilizando o voto majoritário que aprovou a emenda constitucional.

No processo de emenda constitucional, como nós sabemos, funciona o sistema de peso e contrapeso no sistema bicameral, entre Senado e Câmara, ou seja, apenas aquilo que for convergente pode ser promulgado. Portanto, acabou havendo uma ampla negociação pelo Presidente do Senado com o Presidente da Câmara para que houvesse entendimento sobre o texto e que pudéssemos votar a matéria. Pois bem, assim foi feito. Assim, foi votada a emenda constitucional na Câmara, acordada com o Senado da República, o que viabilizou a promulgação da PEC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste caso do PLP, nós funcionaremos um pouco diferente, porque nós somos aí, no caso, a Casa revisora. Nós teremos que negociar o nosso texto com a Câmara e com o Executivo. Por quê? Porque restará à Câmara a palavra final sobre o PLP. Diante da seguinte hipótese, o texto que veio da Câmara *versus* o texto que sairá do Senado, a Câmara poderá optar ou por um, ou por outro, de acordo com a maioria do entendimento do Plenário da Câmara dos Deputados. E aí vai à sanção do Senhor Presidente da República, que sancionará, com vetos ou sem vetos, o projeto de lei de regulamentação que irá à sanção do Presidente da República.

Em função disso, o Presidente Rodrigo chamou a si a negociação com todos esses Poderes envolvidos – Poder Legislativo, Câmara dos Deputados, Poder Executivo, Ministério da Fazenda, etc. – e está na construção desse entendimento, para que as mudanças que, porventura, venham a acontecer no Senado sejam efetivas, mas eu acolho a indicação de V. Exa. Na semana passada ou retrasada, no Plenário, V. Exa. já se manifestou sobre o tema. O Presidente Rodrigo Pacheco acolheu a posição de V. Exa., mas não definiu sobre a matéria.

Eu ainda não estive com o Senador Rodrigo Pacheco, tendo em vista que sofri uma cirurgia de emergência na coluna, para a remoção de uma hérnia de disco e um cisto, e eu estou com exatamente 13 dias de operado, mas já estou aqui, graças a Deus, bem melhor, e já podendo exercer as funções, agora que estou efetivamente indicado e designado Relator na CCJ.

Tanto é que aproveito aqui até para dizer, de antemão, que hoje à tarde devo entregar à CCJ o plano de trabalho da regulamentação da reforma tributária, para que amanhã, na sessão da CCJ, eles possam constar em pauta. Estarei hoje, com o Presidente Rodrigo Pacheco, tratando da matéria e vou ser, inclusive, portador da fala que V. Exa. executou ainda há pouco, para, mais uma vez, dizer ao Presidente da sua pretensão.

Mas recebo, acolho o registro e quero aqui destacar o importante trabalho que V. Exa. vem fazendo à frente, como articulador daqui, da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, só um detalhezinho importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja bem, na medida em que um tema como este, de tamanha importância, e V. Exa. tem noção da importância da reforma tributária... Mas o que acontece? Nem todo mundo está na CCJ. Nós temos diversos Parlamentares que não são da CCJ. Não tem sentido uma matéria de tamanha importância ser votada em Plenário sem um debate maior.

É evidente que quem participa da CAE, grande parte dos Senadores, tem uma tendência, conhece, é do meio e entende um pouco das matérias econômicas, financeiras e tal. Aqui é uma Comissão de mérito, então o mérito da reforma tributária precisa ser discutido na CAE e não na... "Ah, mas foram feitas várias audiências". Foram. A gente conclui aqui, mas eu acho que os Parlamentares da CAE precisam se manifestar sobre isso.

Vou colocar dois pontos aqui que talvez a gente não tenha observado na emenda constitucional, porque o espírito da reforma não é quebrar ninguém, nem desativar qualquer atividade econômica. Mas eu posso dizer a V. Exa. que, na área de terceirizados – vou dar um exemplo aqui do caso dos condomínios, só em Brasília tem milhares de condomínios –, essas empresas não vão mais prestar serviço para os condomínios, porque, como não tem crédito de serviço, elas terão aí um aumento de 26% ou 25%. Então, na prática, os condomínios passarão a contratar as pessoas diretamente e não mais através de empresa.

No Simples, nós temos um problema sério, porque nós não podemos descaracterizar o Simples. Estamos buscando alternativa, mas como a emenda constitucional proíbe qualquer incentivo ou até crédito presumido, fica difícil de você encontrar algumas soluções.

Mas eu digo que é importante, em função da importância da matéria, que mais Parlamentares participem. Então é só o apelo que faço.

V. Exa. já se comprometeu a conversar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Concordo que cada vez mais todos os Parlamentares participem, aliás o Plenário é a última instância no Senado, exatamente porque os 81 Senadores lá estão representados, e o Plenário tem, de acordo com o Regimento da Casa, espaço para os Senadores apresentarem suas emendas em tempo próprio. Isso, inclusive, gera a necessidade de que a matéria retorne à Comissão para receber parecer de emendas apresentadas em Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu acolho a colocação de V. Exa. O Presidente Rodrigo Pacheco já está informado da pretensão de V. Exa. Mas, repito, nós estamos às vésperas do início do mês de novembro, o Senado da República anunciou, desde quando chegou esta matéria, em agosto, que faria um esforço para fazer a votação desta importante matéria logo após o segundo turno das eleições, por entender que é uma matéria exatamente que precisa da participação efetiva dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, que não o faria em período eleitoral em função das ausências, faria no regime de urgência, emergência da necessidade que o país tem de poder receber essa regulamentação, mas, ao mesmo tempo, com a cautela e a responsabilidade de quem tem que entregar uma regulamentação que faça sentido e que esteja comprometida com os fundamentos de uma reforma que seja simplificadora, que seja neutra do ponto de vista tributário, que respeite a questão da segurança jurídica da matéria, da transparência e da questão federativa. Tanto é que, no nosso plano de trabalho, nós estamos estabelecendo duas reuniões temáticas no Plenário a pedido do Presidente Rodrigo Pacheco: uma, para ouvirmos os Governadores, que representam os estados; e outra, para ouvirmos representantes dos municípios, através das suas entidades, com um número de representantes tanto para a federação quanto para a frente dos municípios, para atendermos os grandes, os médios e os pequenos municípios com representação, numa audiência pública em Plenário, de que todos os Senadores também participarão.

Portanto, o Presidente Rodrigo está com essa preocupação presente, mas mais uma vez acolho as palavras de V. Exa. e mais uma vez quero aqui reconhecer o belíssimo trabalho que a CAE sempre tem trazido para a questão tributária. Nós estaremos aqui, em sintonia com o Presidente Vanderlan, com V. Exa. e com todos os membros da CAE, para que possamos aproveitar não só a sapiência, a sabedoria, o conhecimento, mas a experiência de vida das Sras. e dos Srs. Senadores em relação à questão tributária.

Entendendo da matéria, vamos ao item 1, Líder Otto, para darmos início à pauta deliberativa.

O item 1 é um turno suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 6.012, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 6012, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios e dá outras providências; e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, que institui e regulamenta o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para assegurar que os recursos do Pronampe sejam permanentes.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC) e outros

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Observações:

Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

A autoria é de diversos Senadores: Senador Esperidião Amin, Senador Jorge Seif e Senadora Ivete da Silveira.

A matéria ainda está em discussão.

Esclareço que poderão ser ofertadas emendas ao substitutivo até o encerramento dessa discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Algum Senador deseja fazer uso da palavra?

O Senador Esperidião Amin está com a mão levantada para fazer uso na discussão. Não é isso, Senador Amin? O senhor pede a palavra para discutir a matéria?

Com a palavra, o Senador Esperidião Amin para discutir a matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, na verdade, em primeiro lugar, quero agradecer pelas observações que V. Exa. fez. O projeto realmente está absolutamente pacificado e, salvo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentação de alguma emenda, eu creio que posso considerar que o Governo, que tinha algumas questões a discutir, concordou.

O que nós podemos dizer em resumo é o seguinte: o Pronampe foi uma extraordinária proposta apresentada na época da pandemia.

O Governo investiu quase R$41 bilhões para formar uma garantia de empréstimo à micro e pequena empresa. Com a baixa alavancagem, os bancos emprestaram R$41,5, ou seja, emprestaram o dinheiro da garantia. Esse dinheiro está retornando, e a proposta original é que o retorno do dinheiro, ou seja, o pagamento dos empréstimos, que podem ser prorrogados em alguns casos, seria utilizado, esse valor, para amortizar a dívida pública, ou seja, esterilizaria o programa. E o próprio Governo, com medo dessa esterilização, tomou a iniciativa, Senador Eduardo Braga, de destinar partes desse retorno para o Pé-de-Meia, que é um programa meritório, muito meritório, especialmente com vistas à profissionalização no ensino médio da nossa juventude, ensino médio que hoje é alvo dos maiores porcentuais de evasão.

O que nós conseguimos fazer em acordo com o nosso Líder – agora afastado e muito bem substituído pelo Senador Otto Alencar, que deve ser também o cirurgião do tornozelo do Senador Jaques Wagner... O meu receio é que o cirurgião possa...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – ... prolongar por prazo indefinido, como muitas vezes mencionou Tarso Genro. O senhor se lembra do que ele falava?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não...

Eu quero pedir um aparte ao Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Eu sempre me coloquei em defesa do Senador Otto Alencar, mas não posso deixar de registrar esse temor.

Mas o que eu quero dizer, o acordo é o seguinte, coisa de Rio Jordão, não é? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lado A e lado B do Rio Jordão.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – São 50% para o Pé-de-Meia e 50% para o microcrédito, ou seja, foi feito esse acordo, e eu espero que o Senador Otto Alencar não questione o acordo que foi celebrado intermargens do Rio Jordão. (*Risos.*)

Sem dúvida alguma, é muito necessário, haja vista – para concluir – que até nesse incidente de São Paulo são recursos do Pronampe que serão utilizados para mitigar os prejuízos dos comerciantes com aquela queda da energia elétrica, como no Rio Grande do Sul. Então, é um programa vivo, e mantê-lo vivo com esses recursos eu acho que é de interesse de todo o Brasil – repito –, porque todos nós sabemos que o microempresário, o microcrédito de que se fala, afinal, um abastece o outro, são grandes geradores e mantenedores de emprego.

Então, supondo que vá haver acordo, a começar pela atitude do Senador Otto Alencar, que certamente vai preservar esse acordo feito com a Liderança do Governo, eu quero agradecer e, se por acaso houver alguma surpresa, eu vou procurar defender.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Antes de passar a palavra para o Senador Otto, eu queria fazer também um comentário. O Pronampe foi um programa aprovado aqui por esta Casa para que tivéssemos um fundo garantidor que pudesse ser alavancado pelos bancos. Qual foi o grande equívoco do Governo passado?

O Governo passado, ao invés de usar o fundo garantidor como fundo alavancador de empréstimos – fazendo com que o fundo fosse apenas a alavanca do percentual de inadimplência –, o que potencializaria, e muito, o tamanho do financiamento e o número de micro e pequenas empresas beneficiadas, permitiu que o fundo passasse a ser um fundo financiador. E aí o empréstimo passou a ser equivalente a R$1, que era representado no fundo garantidor. Ora, isso tornou o Pronampe efetivo, mas muito menor do que poderia ter sido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, quando estamos restabelecendo um novo Pronampe, é fundamental, Senador Otto, que o Governo chame os bancos oficiais – Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste, Basa – e faça com que esses fundos sejam efetivamente fundos garantidores.

Ora, se a inadimplência no setor de micro e pequenas empresas representa 10% do fundo, portanto, ele pode ser multiplicado por dez! E aí os 50% que serão destinados ao pé de meia não farão nenhuma diferença para os micro e pequenos empresários, porque o fundo será multiplicado por dez. Portanto, 50 multiplicado por dez equivale a 500% do que nós financiávamos no Pronampe original.

Então, é apenas para dizer a V. Exa., que neste momento substitui o sempre competente Líder Jaques Wagner, mas com não menos competência e não menos brilhantismo, e com uma larga experiência nesta Casa, que é preciso conversar, tanto com o Ministro da Fazenda como com o novo Presidente do Banco Central, para que esse fundo garantidor seja efetivamente garantidor e seja alavancador. E que os bancos oficiais tenham prioridade na aplicação, porque o que aconteceu no fundo originário, no Pronampe, é que quem teve prioridade para aplicar o recurso foi o Banco Itaú, o Banco Bradesco, foram os bancos privados.

Nada contra os bancos privados. Só que eles não usaram o fundo, Senadora Margareth, como fundo garantidor e, sim, como fundo financiador.

É esse o reparo, porque acho que existem milhões de brasileiros, milhares de brasileiros que querem empreender, que sonham em poder realizar uma vida no empreendedorismo e que dependem de uma linha de crédito que possa dar suporte a essa iniciativa.

Ouço o eminente Líder Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, meu estimado e querido amigo, Senador Eduardo Braga, a explicação, a explanação de V. Exa. é professoral. Realmente, naquele momento, houve esse equívoco e, agora, com a nova lei aprovada... Vamos aprová-la, e o Senador Esperidião Amin foi um grande defensor disso.

Deve-se fazer também justiça ao hoje Governador Jorginho Mello, que foi quem, naquela época, levantou essa questão. E nós aprovamos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o Fundo Garantidor tem que ser o garantidor desses empréstimos todos. Realmente, com essa questão da micro e pequena empresa, que tem uma inadimplência muito pequena, vai ter recursos suficientes para financiar o Pé-de-Meia.

O programa Pé-de-Meia é um grande programa. No meu estado, o programa Pé-de-Meia vai dar condição a 416 mil estudantes da rede básica, que não precisam mais fazer bico ou trabalhar e deixar a escola. É um programa de uma sensibilidade muito grande.

No caso da assunção, agora, da Liderança do Governo, o nosso querido ex-Governador e Senador Jaques Wagner teve que fazer uma cirurgia no retropé. E ao Esperidião Amin, como sempre agudo em querer desqualificar a minha condição médica, de ortopedista da área do quadril e da bacia, eu não poderia nunca operar o pé do Wagner. Eu me especializei em prótese do quadril.

Se o Esperidião Amin tiver algum problema na articulação do quadril, eu posso atendê-lo e, inclusive, fazer a intervenção cirúrgica, como já fiz em várias pessoas. E ele teima, permanentemente, Senador Eduardo Braga, Senadoras e Senadores que estão aqui, com qualquer pessoa que chegue ali no túnel do tempo. Eu vou ao lado dele andando, e, se essa pessoa tem uma claudicação, manca um pouquinho, ele diz que fui eu quem operei, o que é uma injustiça com alguém que fui professor concursado da Universidade Federal da Bahia, que dei 20 anos de aula e que operei centenas de pessoas, com ótimos resultados.

Então, eu quero rebater o Esperidião Amin e dizer que vou me esforçar para suprir a ausência do Líder do Governo, Senador Jaques Wagner, que fez um trabalho meritório. Nesses dois anos, o Governo Federal, o Governo da União, o Governo do Presidente Lula, a quem eu agradeço também a distinção de me indicar, me convidar para ficar no lugar do Wagner, nestes dois anos, tanto na Câmara como no Senado, aprovou todas as matérias de relevo e de interesse do Governo e também do nosso país.

Eu acho que o Congresso, tanto a Câmara como o Senado, deu resposta a tudo aquilo que foi enviado. Uma dessas matérias foi relatada por V. Exa. Trata-se da PEC da reforma tributária. Agora, V. Exa. vai relatar a lei complementar da reforma tributária. Eu quero dizer da minha admiração por V. Exa. pela sua competência, pelo seu conhecimento, pela sua capacidade de trabalho e de conseguir dar forma ao que veio para apreciação no Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Izalci fala sobre a questão de levar essa lei complementar à Comissão de Assuntos Econômicos. Várias audiências foram feitas para discussão. Eu acho que, na Comissão de Constituição e Justiça, estando sob a relatoria de V. Exa., contempla perfeitamente. E nós vamos discutir e, provavelmente, aprovar, ainda este ano, essa lei complementar, claro, com uma evidente negociação com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira, e com o Relator da Câmara, para que as alterações que forem feitas aqui, com a possibilidade de melhorar, inclusive, a letra da lei que veio da Câmara, sejam acatadas lá, e não modificadas e alteradas, deixando da mesma forma como foi encaminhada para o Senado, que essa é a grande questão que está em discussão.

Portanto, eu quero agradecer a oportunidade de rebater o Esperidião Amin e dizer a ele que isso não vai absolutamente deslustrar minha imagem de cirurgião e professor da Universidade Federal da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Senador Otto, eu quero dizer que V. Exa. não precisa rebater porque a intenção do Senador Esperidião Amin é de que tamanha é a sua competência na cirurgia do quadril, na cirurgia das áreas lombares etc. que ele está querendo estender a sua atuação...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ah, sim...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... para a área de tornozelos sem que isso implique, obviamente, nenhuma complicação para o nosso queridíssimo Jaques Wagner, que nós queremos que esteja o mais rápido possível restabelecido e de volta à nossa Casa, porque ele é um craque...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É um craque, é um craque!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... e fará muita falta à seleção que joga aqui no Senado em favor do povo brasileiro.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quem mais torce pela volta imediata dele sou eu, porque é muito trabalho mesmo. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – E obrigado pelas palavras sobre a minha pessoa.

Eu passo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Izalci...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Um aparte sobre esses assuntos...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Entende do assunto...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Então, com a permissão do Senador Izalci, passo a palavra ao nosso sempre competente, sempre muito atuante Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Senador Eduardo Braga, a minha consideração aqui é como médico, ao lado da nossa referência médica aqui no Senado: todo mundo que tem um problema sempre pergunta para o Otto.

Como V. Exa. está substituindo o Líder Jaques Wagner, a minha recomendação, apesar do pouco tempo, menos de experiência, que V. Exa. tem, é que V. Exa. passe longe do centro cirúrgico. Por quê? Qualquer complicação que porventura – e Deus queira que não tenha – possa vir a ter, vão imputar isso à sua presença, porque V. Exa. está substituindo Jaques Wagner, e, qualquer situação que venha retardar o retorno dele, vão falar que foi V. Exa. que o fez nesse sentido. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Senador Nelson, qual é a especialidade de V. Exa.?

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Eu sou urologista.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Urologista! (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – E Otto é ortopedista.

Quando a gente foi atender o Senador Cid Gomes, ele lá no torpor do seu desmaio perguntou para a gente qual era a especialidade nossa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu estava do lado quando ele disse: "Urologista, não!". (*Risos.*)

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Quando ele ouviu que eu era urologista e Otto, ortopedista, ele se levantou na hora e foi embora. Ficou bom, não precisamos fazer nada. (*Risos.*)

Mas deixem eles falarem, não é, Otto?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Deixe para lá...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Era isso. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Com a palavra, o Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Bem, eu vou falar sobre esse projeto, mas, antes de falar sobre o projeto, como o Senador Líder agora do Governo, Otto Alencar, colocou a questão da reforma tributária, eu quero dizer a V. Exa., como Líder do Governo – e gostaria que V. Exa. fosse mais flexível –, que V. Exa. precisa ser bastante flexível. Nós não temos... Nós precisamos votar essa matéria, mas precisamos de dar a todos os Parlamentares, principalmente o pessoal da CAE, a possibilidade de decidir essa matéria. O mérito da matéria é CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), está na área tributária, está aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou – como pedi ao Presidente aqui – pedir a V. Exa. que ponderasse um pouco essa questão da tramitação aqui na CAE. Ninguém quer postergar ou dificultar a aprovação. Muito pelo contrário, somos todos aqui favoráveis à reforma.

Mas são muitos ajustes, e o pessoal da CAE precisa entender realmente as propostas.

Nós vamos apresentar, no dia 29, o relatório, a pedido do Presidente Vanderlan. A data seria hoje, mas ele me pediu que apresentasse só dia 29, com a presença dos Parlamentares.

Então, eu tenho um requerimento, que eu vou pedir ao Presidente Pacheco para colocar em votação, que é um pedido para passar para a CAE também a discussão. E pode ser... Óbvio, o ideal é que o próprio Eduardo Braga, que também é da CAE, pudesse ser o Relator, sem nenhuma dificuldade, para a gente poder realmente esgotar essa matéria e entregar realmente para a Câmara um texto compatível.

Mas eu queria aqui reforçar com o Relator essa matéria. V. Exa. já sabe da emenda que apresentei. Essa matéria do Pronampe trata de empresa, de microempresa. Eu sou defensor do Pé-de-Meia, mas acho que o Pé-de-Meia não resolve nada; muito pelo contrário. Ninguém segura um aluno do ensino médio por causa de R$200. O que falta no ensino médio é internet, é laboratório, é esporte, é cultura, é uma educação que seja atrativa realmente para o aluno ficar na escola, porque hoje não o é.

V. Exa. é do setor empresarial e sabe das dificuldades hoje em mão de obra qualificada. Na área de tecnologia, nós temos mais de 500 mil vagas. Em Brasília, só em Brasília, nós precisamos de 100 mil vagas de técnico de tecnologia. Não tem mão de obra. Na área de indústria – saiu agora um relatório –, nós vamos precisar de não sei quantos milhões de técnicos; não temos. E nós não conseguimos chegar a 10% ainda dos jovens fazendo curso técnico, porque interpretaram a reforma do ensino médio de forma equivocada.

Então, a emenda que eu apresentei para o Senador Laércio– e eu achei que ele ia acatá-la tranquilamente, porque ele é do setor empresarial, é produtivo – é para que esse Pé-de-Meia fosse destinado aos alunos da educação profissional, tendo em vista que são recursos das pequenas e microempresas, do Pronampe, mas foi rejeitada. É evidente que... Eu faço aqui mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma vez o apelo para que V. Exa. pudesse resolver, porque nós precisamos fortalecer a qualificação profissional. Este é o grande gargalo do Brasil hoje: mão de obra qualificada.

Então, era o comentário que eu faço desse relatório.

Acho que não vai ser votado hoje, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu queria prestar um esclarecimento. A emenda que V. Exa. apresentou já foi prejudicada com a votação do substitutivo que aconteceu sobre essa matéria. Portanto, essa emenda é uma matéria vencida. Se V. Exa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Eu vou recorrer no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – E, como não se apresentou emenda no turno suplementar, o que faremos é: encerrando a discussão, nós vamos declarar que não houve apresentação de emendas, e o substitutivo é dado como definitivamente adotado, no turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284, e a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Portanto, não há emenda apresentada. A emenda a que o eminente Senador Izalci faz menção já foi deliberada em reunião anterior e prejudicada quando apresentado o substitutivo, que será, daqui a poucos minutos, dado como adotado pela CAE, portanto aprovado, porque não houve nenhuma emenda, e será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis a serem adotadas, que obviamente é colocar em pauta e levar a matéria à votação do Plenário.

V. Exa. quer concluir?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É só para... Eu gosto sempre, independentemente de acatarem ou não a emenda, de me posicionar, porque realmente é o grande gargalo no país, e a gente precisa ter atenção especial para isso.

Não é dar dinheiro, somente, para aluno que vai resolver a questão da educação no Brasil. Muito pelo contrário. E tem lá realmente os motivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realmente, a educação básica também precisa de apoio. A evasão é muito grande, e não só a evasão, mas hoje 70% dos alunos saem do ensino médio sem saber matemática, 60% saem sem saber português. Na realidade, essa é a educação brasileira de hoje.

Agradeço as ponderações.

Eu achei, quando o Esperidião Amin colocou, que seria adiada a discussão, mas...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não. Ao contrário.

Então, encerrada a discussão, eu gostaria apenas – antes de encerrar a discussão, Senador Laércio – de destacar novamente o que falei ainda há pouco, até para ficar muito claro depois da colocação do Senador Izalci. Mesmo ficando 50% do fundo garantidor do Pronampe, se o Fundo Garantidor for alavancado em função da baixa inadimplência que acontece para o financiamento de micro e pequenas empresas, isso significará que nós estaremos aumentando, e não diminuindo, o recurso para as micro e pequenas empresas, podendo inclusive alcançar 500% de aumento. Para isso, é importante, Líder Otto, que o Ministro da Fazenda, que o Ministro-Chefe da Casa Civil, que o Presidente do Banco Central possam atuar junto ao Banco do Brasil, junto à Caixa Econômica Federal, junto ao Banco do Nordeste, junto ao Banco da Amazônia, que são bancos públicos, para que eles possam funcionar como fundo garantidor junto a esses bancos, que o Pronampe possa funcionar, e com uma alavancagem de cinco, seis, sete, oito, dez vezes na proporção do tamanho da sua inadimplência para que os micro e pequenos empresários tenham um aumento na linha de crédito e, ao mesmo tempo, os 50% do recurso originário possam atender uma demanda e uma carência gravíssima do povo brasileiro, que é o abandono do ensino médio por parte de alunos que se desinteressam pela necessidade de poder trabalhar para ajudar no sustento da sua família.

O Pé-de-Meia vem exatamente nesse sentido de garantir a presença e a participação desse jovem na conclusão do ensino médio, a fim de que ele possa ingressar numa universidade e ter uma profissão que possa levá-lo ao mercado de trabalho até como um microempreendedor individual, se for o caso.

Dito isso, encerrada a discussão, então, proclamo o resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tendo sido oferecidas emendas ao substitutivo, é dado como definitivamente adotado, em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado da República.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências.

Eu peço a inversão da pauta aqui neste item, como nós combinamos no início, para que eu possa relatar.

Passo, então, a Presidência ao eminente Senador Izalci, para que eu possa funcionar como Relator nesta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1765, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para prorrogar o prazo de vigência da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), previsto no art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Favorável ao projeto com duas emendas que apresenta; e pela rejeição das emendas nºs 1, 2 e 3 da CI.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela CI, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 a 3-CI.

Concedo, então, a palavra ao Relator, Senador Eduardo Braga, para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Eminente Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, a necessidade, a importância e a urgência desse relatório são exatamente em função de que a Amazônia brasileira vive neste momento uma grande seca, uma estiagem. Agora veio uma notícia alvissareira de que nas últimas duas semanas, finalmente, o Rio Negro, o Rio Solimões e o Rio Madeira sustentaram uma elevação da sua cota, ainda muito modesta, apenas alguns centímetros, mas é um indicador de que nós estamos saindo do fundo do poço, ou do fundo da estiagem, com o início das chuvas e com o início da elevação.

No entanto, como 95% da logística naquela região – e o Senador Laércio conhece bem – dependem da navegação fluvial, o Fundo da Marinha Mercante é essencial para o financiamento de equipamentos mais modernos, que consigam navegar mesmo nos rios com menos água e com maior quantidade de carga, fazendo com que a produtividade e a logística não sejam penalizadas.

Em função disso, apresento o relatório que diz o seguinte.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 1.765, de 2019, de iniciativa do Deputado Júnior Ferrari, que visa a prorrogar o prazo de não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) sobre as cargas com origem ou destino nas Regiões Norte e Nordeste do País, até 8 de janeiro de 2027, nas navegações de cabotagem, interior fluvial e lacustre.

Apresentada em 26 de março de 2019, a proposta foi aprovada pela Câmara e remetida ao Senado em 7 de julho de 2022. Nesta Casa, a matéria foi despachada para análise da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), onde foi aprovada, vindo em seguida ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Não cabe aqui decisão terminativa.

A matéria está estruturada em três artigos, sendo que o primeiro deles veicula o seu objetivo. O segundo altera o art. 11 da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, que trata de matérias tributárias diversas, e o terceiro é a cláusula de vigência imediata.

A alteração promovida pelo PL prorroga até 8 de janeiro de 2027 o benefício que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O texto aprovado pela Câmara incluiu ainda o parágrafo para criar uma regra de transição: "o montante do benefício [...] será reduzido em pelo menos 10% ao ano, a partir de 8 de janeiro de 2022".

Na Comissão de Infraestrutura, foi aprovado com três emendas: uma emenda de mérito e duas emendas de redação, na forma do relatório do Senador Lucas Barreto, designado Relator *ad hoc*.

A Emenda nº 1 da Comissão de Infraestrutura altera o art. 2º do projeto para prever que até 31 de dezembro de 2031, não incidirá o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante sobre as mercadorias cuja origem ou cujo destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País, elevando o prazo da isenção em quatro anos, em função de que a tramitação do projeto retardou exatamente os próprios quatro anos. Então, está repondo apenas o prazo originário do projeto, porque o projeto, lamentavelmente, ficou parado no período da pandemia. Nós perdemos quase um ano e meio com o projeto parado, e isso acabou retardando o prazo.

As Emendas nºs 2 e 3 da Comissão de Infraestrutura trazem alterações meramente redacionais.

Nesta Comissão, não foram apresentadas outras emendas, nos termos regimentais.

Da análise.

Nesta Comissão de Assuntos Econômicos, consoante o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, analisaremos os aspectos econômicos e financeiros da proposição, bem como seus demais aspectos.

O histórico de intervenção econômica com vistas à obtenção de recursos para a Marinha Mercante brasileira é longo. O Fundo da Marinha Mercante e a Taxa de Renovação da Marinha Mercante, mais tarde rebatizada Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante foram criados em 1958 e tiveram suas regras revistas diversas vezes.

Em 2021, como dito, após inúmeras alterações, em vez de se prorrogar mais uma vez o prazo de isenção por medida provisória, o AFRMM entrou nas discussões no âmbito do projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamado BR do Mar, do governo passado, que resultou na lei que institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem.

Na ocasião, estendeu-se até 8 de janeiro de 2027 a isenção para as Regiões Norte e Nordeste do país. O projeto de lei em análise propõe, portanto, nova isenção do tributo até a data já contemplada pela Lei do BR do Mar, com a ressalva de que esse benefício seria reduzido em pelo menos 10% a partir de 2022 – nós já estamos em 2024.

Contudo, como se pode notar, o prazo do benefício tem sido prorrogado sempre faltando poucos dias para seu fim, o que gera uma sensação de insegurança jurídica e econômica no mercado de transporte das Regiões Norte e Nordeste. Podemos evitar que isso se repita antecipando desde já o prazo para continuidade da isenção tributária, com as cláusulas previstas.

Ao analisar a matéria, a CI entendeu pelo mérito da propositura, atitude que endossamos, uma vez que o Norte e o Nordeste do Brasil possuem baixa representatividade na indústria naval. Afinal, os estaleiros se concentram na Região Sudeste, sobretudo no Estado do Rio de Janeiro. Além do mais, o Norte e o Nordeste já sofrem com custos logísticos maiores, devido ao seu afastamento geográfico dos pontos de maior oferta e demanda de diversos produtos. Assim, de fato, parece apropriado que os habitantes e empresas dessas regiões não sofram o encargo de financiar o Fundo da Marinha Mercante, em especial, em função das estiagens que têm alcançado essas regiões de forma repetida, em 2023 e em 2024, as duas maiores estiagens da história dos últimos 150 anos da Amazônia.

Quanto ao impacto desse projeto sobre o Fundo da Marinha Mercante (FMM), o fundo continua a auferir mais receitas com os recursos já empregados no passado – ou seja, amortizações e juros de empréstimos – do que com a arrecadação presente do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).

A título de exemplo, no primeiro trimestre de 2023, foram repassados R$500,9 milhões ao Fundo da Marinha Mercante, que, por sua vez, recebeu R$875 milhões de financiamentos já contratados, dos quais R$147,5 milhões em juros. Assim, ratificamos que os recursos necessários para o desenvolvimento da indústria naval podem ser obtidos por outras vias, mormente pela boa gestão do dinheiro já disponível para o Fundo da Marinha Mercante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, considerando que o prazo de 8 de janeiro de 2027, intento original do PL original, já foi alcançado pelo art. 24 da lei do BR do Mar, entendemos oportuno rejeitar todas as emendas da Comissão de Infraestrutura, a fim de que o prazo seja de pronto prorrogado até 31 de dezembro de 2031, em ampliação ao prazo vigente, mantendo as remissões à Lei 11.482, de 2007, e também por isso propomos a revogação explícita do art. 24 da Lei nº 14.301, que é a BR do Mar, que foi instituída em 7 de janeiro de 2022.

Diante do exposto, votamos pela rejeição das Emendas 1, 2 e 3 da CI, e pela aprovação do PL nº 1.765, de 2019, e das seguintes emendas:

EMENDA Nº - CAE

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 1.765, de 2019, a seguinte redação:

"Art. 2º O art. 11 da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11. O prazo previsto no art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, fica prorrogado até 31 de dezembro de 2031, nas navegações de cabotagem, interior fluvial, longo curso e lacustre, desde que a origem ou o destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País." (NR)

EMENDA Nº - CAE

Insira-se o seguinte art. 3º ao Projeto de Lei nº 1.765, de 2019, renumerando o atual em art. 4º:

"Art. 3º Fica revogado o art. 24 da Lei nº 14.301, de 7 de janeiro de 2022."

É esse o voto, Sr. Presidente. É esse o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A matéria está em discussão.

Com a palavra, nosso Líder Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discutir.) – Eu quero parabenizar o Senador Eduardo Braga pelo relatório.

Na verdade, essa não incidência, no caso, amplia até 2031, porque seria até 2027.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós concordamos com o relatório e encaminhamos a posição favorável ao projeto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com as Emendas 4 e 5, da CAE.

A matéria vai ao Plenário.

Devolvo a Presidência ao Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Bem, amigos, item 3.

Agradeço às Sras. e aos Srs. Senadores e agradeço ao Líder Otto pelo apoiamento.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2241, DE 2022

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo ao art. 18-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para condicionar o recebimento de recursos públicos a compromisso de adoção de medidas para proteção de crianças e de adolescentes contra abuso sexual.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda de sua autoria.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CDH, com parecer favorável ao projeto.

Passo a palavra à eminente Relatora Senadora Damares. (*Pausa.*)

Não estou ouvindo. Tem que apertar o botãozinho do microfone.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – O.k.

Está ouvindo agora?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agora sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente. Bom dia, colegas.

Estou longe, estou participando da festa da democracia, indo a diversos estados nesse segundo turno.

Aqui, Presidente, faço um destaque: há muitas mulheres concorrendo no segundo turno, inclusive em capitais. Estou muito feliz, mas vou levar depois a minha preocupação com os episódios de violência política contra mulheres jamais vistos no Brasil como nós estamos vendo nesse pleito. Terei essa conversa com os senhores assim que possível.

Presidente, eu tenho a honra de relatar o Projeto de Lei 2.241, de 2022, que é de autoria da nossa Deputada do Distrito Federal Erika Kokay, do PT. Eu quero lembrar aos senhores que esse projeto de lei é de 2018 e que nós temos urgência de que essa matéria seja aprovada. Fiz questão de relatá-lo e quero agradecer ao Senador Vanderlan por ter me designado Relatora.

Num breve relato, a proposta quer estabelecer que as entidades sem fins lucrativos, componentes do Sistema Nacional do Desporto somente – somente – possam receber recursos da administração pública federal direta e indireta caso assinem e garantam o compromisso de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adoção de medidas para proteção de crianças e de adolescentes contra abusos e quaisquer formas de violência sexual.

Eu vou direto à análise, Presidente, mas sem antes dizer que o que deveria ocorrer de uma forma natural, todas as instituições que recebem recursos públicos, especialmente recursos federais, deveriam estar naturalmente conosco no enfrentamento à violência contra a criança, mas infelizmente temos que estabelecer isso por força de lei. Então, por força de lei, vamos estabelecer. E eu peço aos demais colegas que votem a favor do projeto de lei para que a gente possa, de fato, proteger crianças no Brasil.

O Projeto de Lei nº 2.241, de 2022, atende, Presidente, ao requisito de juridicidade por ser dotado de abstratividade, coercitividade, generalidade e imperatividade, bem como por inovar o ordenamento jurídico.

Também atende ao requisito de técnica legislativa por estar de acordo com as regras da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre alteração, elaboração, redação e consolidação das leis, em cumprimento ao art. 59 da Constituição Federal.

No que diz respeito ao mérito, já tão bem esclarecido na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, devemos destacar que o esporte tem o poder de transformar vidas, promovendo saúde física, desenvolvimento social e valores positivos. No entanto, essa esfera também pode ser palco de violações de direitos, especialmente quando se trata de crianças e adolescentes.

Infelizmente, Presidente, nós nos deparamos muito com situações e episódios como pequenas escolinhas de esportes no Brasil inteiro, em que levam crianças e adolescentes para treinarem, para aprenderem a jogar, mas infelizmente são vítimas de abuso sexual, a gente sabe que esta é uma realidade. E esse projeto de lei vem nesta linha de a gente proibir, inibir e a gente punir também, com não repasse de recursos públicos para instituições que foram coniventes ou, então, que foram sede do abuso sexual de crianças e adolescentes em nome do esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição de alteração legal ao art. 18-A da Lei nº 9.615/1998, que institui o Sistema Nacional do Desporto (SND), surge como um passo crucial na garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes nesse contexto.

Infelizmente, a realidade do esporte no Brasil ainda apresenta diversos desafios na proteção de crianças e adolescentes.

Abusos sexuais, exploração sexual, trabalho infantil e tráfico de atletas são apenas alguns dos exemplos de violações que exigem medidas mais rigorosas e abrangentes. A proposta em questão visa à inibição de crimes aqui citados.

No que tange às competências desta Comissão, não existem óbices que possam vir a impor qualquer restrição à aprovação da matéria, estando obedecidos os princípios de economicidade, respeito às normas orçamentárias e financeiras, bem como de fiscalização e controle.

Por fim, apresentamos emenda de redação para adequar a alínea "f" do inciso XI do art. 18-A da Lei 9.615, de 1998, na forma do art. 2º do Projeto de Lei 2.241, de 2022, ao prescrito no §1º do art. 90 da Lei 8.069, de 1990 (que é o Estatuto da Criança e do Adolescente), substituindo tão somente o termo “Conselhos Tutelares” por “Conselhos Municipais e Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente” e suprimindo o termo “Conselhos Tutelares” da alínea "h" do inciso XI do art. 18-A da Lei 9.615, de 1998, porque o recebimento da prestação de contas das entidades referidas no art. 90 do ECA não é atribuição dos conselhos tutelares e, sim, dos conselhos dos direitos.

O voto, Presidente.

Diante do exposto, considerando-se a inexistência de óbices de natureza constitucional, legal e regimental, bem como o inegável mérito da matéria, voto pela aprovação do Projeto de Lei 2.241, de 2022, com as emendas já citadas que foram devidamente publicadas.

Esse é o voto.

E eu peço o apoio dos demais pares desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agradecendo à eminente Senadora Damares, eu informo que a matéria foi apreciada já na Comissão de Direitos Humanos, com parecer favorável ao projeto. A Senadora Damares também apresenta parecer favorável.

Eu indago se para discutir há algum dos senhores.

Senador Otto, com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga.

É apenas para parabenizar a Relatora, a Senadora Damares.

Realmente, este projeto, na forma como está e como ela relatou, vem preencher um vácuo legislativo nesse sentido. Portanto, nós do Governo, além de aplaudirmos a relatoria, concordamos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Senadora Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Quero parabenizar a Senadora Damares e dizer a ela que este projeto vem ao encontro de um projeto que está nesta Casa e que é de minha autoria. Ele já foi votado aqui, já foi para a Câmara, mas na Câmara a gente achou que precisava de um ajuste. E, de comum acordo, foi feito ajuste. Ele, então, voltou a esta Casa. Ele permite tirar o sigilo do nome de um pedófilo ou de um estuprador a partir da condenação em primeira instância, porque o STF fez um julgamento de que só transitado em julgado. Ora, nós prendemos um agressor, como a Senadora Damares falou, numa escolinha de futebol lá em Mato Grosso, que abusou de inúmeras crianças! Imaginem, se nós ficarmos esperando que fique transitado em julgado, quantas crianças poderão ser abusadas! Então, a partir da primeira instância, vai ser possível ter o nome e CPF desse pedófilo para consulta para que a sociedade possa se proteger.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senadora Damares. Sou totalmente favorável, porque nós precisamos realmente nos unir na proteção das nossas crianças.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu que agradeço a V. Exa., também parabenizando a Senadora Damares.

Senador Laércio? (*Pausa.*)

Não havendo mais Senadores inscritos para discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAE.

A matéria vai ao Plenário.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, a Senadora Damares está pedindo uma inversão de pauta, e houve um entendimento da Presidência com a Senadora Damares. Desde ontem, a pedido do Senador Vanderlan, venho conversando com a Senadora Damares, que apresentou um requerimento de convocação do Senador Camilo Santana, eminente Ministro de Estado da Educação, para propor à Senadora que, em vez de convocação, formulássemos um convite, como tem sido de praxe na CAE sob a direção do Senador Vanderlan e de praxe na CAE sob a direção do Senador Otto Alencar, do Senador Omar e de vários Senadores que já presidiram a Comissão de Assuntos Econômicos. Essa é a tradição da Comissão de Assuntos Econômicos. E a Senadora imediatamente concordou, portanto fez a adequação do requerimento para que fosse transformada a convocação em convite.

Ao mesmo tempo, a Senadora Augusta Brito ingressou com outro requerimento no mesmo sentido, no sentido de fazer audiência similar, em conjunto com a Comissão de Educação, com o Senador Camilo Santana para tratar do mesmo assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu coloco em votação os dois requerimentos, o requerimento de autoria da Senadora Damares, que requer o convite ao Sr. Camilo Santana, Ministro da Educação, para prestar informações sobre execução do programa Pé-de-Meia, instituído pela Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, e regulamentado pelo Decreto 11.901, de 26 de janeiro; e também o requerimento da Senadora Augusta Brito, que convida o Senador para que, ao vir à CAE, o faça conjuntamente com a Comissão de Educação, para tratar do mesmo programa Pé-de-Meia e poder discutir com os Senadores não apenas a lei, mas a regulamentação do programa.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 164, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a convocação do Senhor Camilo Santana, Ministro de Estado da Educação, para prestar informações sobre a execução do Programa Pé de Meia, instituído pela Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, e regulamentado pelo Decreto nº 11.901 de 26 de janeiro de 2024.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 169, DE 2024

Requer Reunião Conjunta CAE e CE

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Eu coloco em discussão os dois requerimentos, o da Senadora Damares e o da Senadora Augusta Brito.

Com a palavra, o Líder Otto Alencar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, V. Exa. pontuou de forma correta. Historicamente, na Comissão de Assuntos Econômicos – eu presidi esta Comissão, como a presidiu também o Senador Omar Aziz –, nunca houve votação de convocação. No momento talvez mais agudo do Presidente Jair Bolsonaro, V. Exa. deve se lembrar, teve aquela denúncia de que havia recursos aplicados em paraísos fiscais pelo então Ministro da Economia, Paulo Guedes, e pelo Presidente do Banco Central, Campos Neto. Eu era o Presidente. Realmente se identificou que não houve a declaração que deveria ser dada e publicada no *Diário Oficial* desses recursos *offshore* dessas duas autoridades, e existia uma pressão muito grande pela convocação de ambos. Eu, como Presidente, não aceitei a convocação, e aprovamos aqui um convite.

O atual Ministro da Educação, Camilo Santana, e Senador da República se coloca à disposição, sendo convidado, se aprovado o requerimento, e na minha opinião deve-se aprovar a participação também dos membros da Comissão de Educação e da de Assuntos Econômicos. Ele virá aqui para expor esse programa que eu acho meritório, um programa muito importante, que dá a condição de que os estudantes do ensino básico possam permanecer na escola, ao contrário de sair para empregos ou para fazer qualquer tipo de atividade para um ganho para sua substância.

Então, eu acho que é importante a vinda do Ministro, e a opção realmente seria, como é praxe aqui da Comissão de Assuntos Econômicos, fazer o convite. E o Ministro já se colocou à disposição para comparecer e apresentar as suas razões a respeito desse Programa Pé-de-Meia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Apenas aditando, estamos colocando em votação os dois requerimentos, ou seja, aprovados os requerimentos, nós teremos, portanto, uma sessão conjunta, CAE e Comissão de Educação, com o Ministro da Educação para debatermos, discutirmos o projeto de lei que cria o Pé-de-Meia e a regulamentação do referido projeto.

Pergunto se alguém ainda mais quer discutir. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, coloco em votação simbólica os dois requerimentos. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovados por unanimidade os dois requerimentos.

Vamos...

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Pois não.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Queria a sua compreensão para fazer três breves registros.

Primeiro deles. Eu fiquei muito preocupado com o projeto que V. Ex. relatou aqui na manhã de hoje, com a gravidade do que vive a Amazônia. E o projeto apresentado aqui é um projeto meritório. Agradeço demais a compreensão de todos os pares pela sua aprovação também, mas eu queria, Presidente, colocar aqui um pedido a V. Ex. para que a gente voltasse aqui a urgência para que esse projeto fosse direto para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Estou de pleno acordo.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – A gente precisa avançar com esse assunto, e eu acho que, se houver a concordância de todos e a gente puder já levar para o Plenário, isso seria muito bom para resolver esse problema que a Marinha Mercante vive. A prorrogação é indispensável, e quanto antes a gente correr com esse tema seria muito interessante.

Eu agradeço bastante.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu submeto à apreciação dos Srs. Senadores e Senadoras o pedido de urgência apresentado pelo Senador Laércio. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vai à Mesa do Plenário o regime de urgência aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

V. Exa. tem outro assunto?

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Tenho outro assunto.

Brevemente, Sr. Presidente, eu queria aproveitar a presença do Senador Izalci aqui e dizer que comungo totalmente com ele. Nós somos defensores do Sistema S. O país passa por um problema seríssimo de mão de obra qualificada. São pertinentes e louváveis a iniciativa e a preocupação dele.

Infelizmente, a gente não conseguiu inserir no Pronampe o pedido que ele fez – do qual eu sou 100% adepto –, mas na construção do relatório final não foi possível porque, Presidente – queria chamar a atenção dos meus pares aqui –, as micro e pequenas empresas no Brasil vivem um problema seríssimo. Felizmente, a gente conseguiu aprovar o Pronampe, melhor seriam os 100% dos recursos do fundo garantidor para o Pronampe, e o senhor discorreu muito bem, muito bem sobre a importância do fundo garantidor, principalmente a sua aplicação. Mais 50% de 50% já desequilibrou um pouco a necessidade que as micro e pequenas empresas têm. Colocando mais uma parte desses recursos para a formação profissional, a minha preocupação é que as micro e pequenas empresas fossem mais prejudicadas do que já são hoje.

Então, é uma justificativa, e eu quero me somar à V. Exa., aliado que sou seu, nessa pauta para que a gente encontre uma fórmula urgente para pensar a qualificação dos jovens, das pessoas, dos brasileiros como um todo.

Então, essa é uma justificativa que eu gostaria de fazer e quero chamar atenção aqui sobre o grave problema que as micro e pequenas empresas vivem com referência ao seu teto de faturamento, congelado desde 2018. Acho que o país precisa voltar o seu olhar para as micro e pequenas empresas por serem pessoas que, em alguma época, acreditaram no país, saíram da informalidade, foram para a formalidade e hoje não conseguem crescer os seus negócios porque o limite de faturamento está congelado nesses anos todos. Não é justo com as micro e pequenas empresas.

Então, esse era o segundo registro que eu queria fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, finalmente, Presidente, eu apresentei o Requerimento 165 e eu gostaria de saber se seria possível a gente votá-lo extrapauta na manhã de hoje aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Senador Laércio, informa o secretário que esse requerimento trata de uma audiência pública sobre reforma tributária.

Parece-me que o calendário das audiências públicas da CAE sobre reforma tributária já foi concluído, tanto é que o Senador Izalci está propondo na próxima reunião apresentar o relatório do trabalho realizado pela CAE sobre a regulamentação da reforma tributária.

Se V. Exa. entender oportuno, eu posso acolher aqui o requerimento e levar para colocar no plano de trabalho que estamos fazendo para apresentar na CCJ.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Está combinado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – E já fica como audiência na CCJ na regulamentação da reforma, numa complementação ao trabalho brilhantemente conduzido pelo Senador Izalci aqui na CAE.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – O requerimento trata de qual segmento? Audiência?

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – A audiência que eu pedi é o Requerimento 165.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pois é. De audiência aqui na CAE?

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Sim, para debater o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais e o novo modelo de desenvolvimento regional, após a Emenda Constitucional 132.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ah, sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Fazemos no plano de trabalho.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu já vou aproveitar, mais uma vez, porque acho que o Senador não estava aqui, e reforçar o que já conversei com o Líder. Espero que o tenha convencido, e V. Exa. também ficou de colocar, de que essa matéria viesse para a CAE, de fato.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Concordo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Realmente, V. Exa. tem razão. A gente precisa discutir aqui.

E eu ainda gostaria muito que o Presidente indicasse V. Exa. como Relator aqui na CAE também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Como eu disse, a V. Exa., é uma matéria que o Presidente Rodrigo Pacheco conduz e conduz com amplo diálogo.

V. Exa. já apresentou um requerimento em Plenário, já fez a colocação em Plenário, inclusive, sobre o tema. O Presidente Rodrigo manifestou o acolhimento da fala de V. Exa. e ficou de deliberar sobre o tema.

Eu ainda não falei com o Presidente Rodrigo, vou conversar com ele e vou dizer que V. Exa., no dia de hoje, fez mais uma fala nessa direção na CAE.

Com a permissão dos colegas Senadores e Senadoras, registro a presença do Dr. Cláudio Drewes, que está Procurador da República, membro do Grupo de Inclusão da Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, do Ministério Público Federal, e membro do Comitê de Inclusão do CNJ, que veio acompanhar a nossa sessão de hoje e prestigiá-la, em função do projeto aqui relatado pela eminente Senadora Damares, que pede o uso da palavra.

Eu passo a palavra à eminente Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, agradeço aos colegas terem apoiado a proposta, mas eu quero trazer um requerimento de urgência à matéria.

Presidente, nós estamos no mês da criança e no mês que antecede a construção do orçamento da União.

Nós não podemos, como Comissão de Assuntos Econômicos, Presidente, permitir a indicação de emendas parlamentares para instituições que estão sendo sedes de violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Então, meu pedido é de urgência à matéria, para que isso já se transforme em lei e, já na construção deste orçamento da União, que esse cuidado seja trazido, esse critério seja trazido na formulação do orçamento e na indicação de emendas.

Não podemos permitir que pedófilos e abusadores de crianças abusem de crianças usando recursos públicos!

Então, meu pedido é de urgência à matéria, Presidente.

No mês da criança, vamos dar esse presente para as crianças no Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Senadora Damares, acolho o requerimento de V. Exa. e o submeto à apreciação dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras. (*Pausa.*)

Encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o pedido de urgência apresentado pela Senadora Damares.

Item 3, que, agora, passa a ser o item 4 da pauta da CAE, no dia de hoje.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 1227, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei n.º 7.713, de 22 de dezembro de 1988.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Pela aprovação do projeto e das Emendas nº 1 a 3–CDH, com uma subemenda de sua autoria.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CDH, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CDH.

A pedido do Senador Wilder Morais, o Senador Izalci passa a relatar *ad hoc* a matéria.

Passo a palavra ao Senador Izalci na qualidade de Relator *ad hoc*.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Presidente, é sempre bom reforçar aqui minha admiração pela Senadora Mara Gabrilli, que foi colega, durante muitos anos, como Deputada, e também aqui, como Senadora, pela defesa que faz brilhantemente de todos os temas com relação à deficiência, à dependência...

Este projeto, em especial, isentando do Imposto de Renda da Pessoa Física as pessoas com doenças graves, tive o privilégio agora de receber do Senador Wilder a incumbência de relatá-lo *ad hoc*, mas o Governo aqui, Senador Otto Alencar, pediu que a gente discutisse um pouco melhor esse projeto, tendo em vista os impactos, e, para não prejudicar a votação aqui, a gente vai buscar o entendimento.

Então, vou pedir para retirar e vou conversar com o Senador Wilder, para a gente poder conversar com o Líder do Governo e buscar um entendimento sobre essa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vou pedir a V. Exa. para retirar de pauta – retirar não, mas suspender, deixar na pauta para outro momento –, para que a gente possa negociar com o Governo a aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Acatando, portanto, o apelo do Líder do Governo e a solicitação do Relator *ad hoc*, nós sobrestamos o item 4 da pauta, deixando para ulterior deliberação por parte do Presidente Vanderlan.

Item 4 da pauta, que agora passa a ser o item 5.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 996, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, para garantir o abastecimento de cestas básicas à rede de acolhimento a mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CDH.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CDH, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CDH.

A Senadora Augusta Brito não está presente. (*Pausa.*)

Ah, está presente remotamente! Desculpe, eu não tinha visto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra, então, à Senadora Augusta Brito para apresentar a matéria, informando que a matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos, com parecer favorável ao projeto e com a Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Concedo a palavra à Senadora Augusta Brito para a leitura do seu relatório.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia a todos os Senadores e Senadoras, a todos os assessores que aí estão e à imprensa.

Com muita felicidade, quero aqui pedir a V. Exa. que eu possa fazer a leitura já iniciando pela análise.

Primeiro, gostaria de agradecer a designação dessa relatoria, desse PL nº 996, de 2023, da Senadora Teresa Leitão, que tem como objetivo incluir, entre os destinatários do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, os locais de acolhida à mulher vítima de violência doméstica e familiar e seus dependentes, especialmente os centros de atendimento integral e casas-abrigos, previstos nos incisos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que se trata da Lei Maria da Penha.

Se o Presidente permitir, eu já posso iniciar aqui fazendo a leitura a partir da análise.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Claro, com toda certeza. Por favor.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE analisar os aspectos econômico-financeiros das matérias que lhe são enviadas para deliberação. Como se trata de proposição que deverá ser decidida de forma terminativa por esta Comissão, é necessário também avaliar os aspectos constitucionais, de juridicidade e de técnica legislativa.

Pode-se concluir que o projeto de lei está em conformidade com os ditames constitucionais e não invade as competências privativas do Presidente da República, previstas no art. 61, §1º, e art. 84 da Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante à juridicidade, não se enxergam impedimentos ao projeto, que está em conformidade com os princípios do sistema jurídico nacional. Em se tratando da técnica legislativa empregada, também não há óbice à sua aprovação.

Do ponto de vista do mérito, a matéria visa dar maior efetividade à política de combate à violência contra nós mulheres, criada com a Lei Maria da Penha. De acordo com a décima edição da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher organizada pelo Instituto de Pesquisa DataSenado, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, de 2023, nós temos o dado de que 30% das mulheres brasileiras já sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar provocada por um homem. Para piorar, foi também observado que essa proporção aumenta à medida que a renda dessa mulher diminui.

Nós temos aqui um dado no Estado da Ceará de que 65% das mulheres que sofreram violência doméstica e familiar voltam a morar com seus agressores exatamente pela dependência financeira.

Assim, como há grande proporção de vítimas de violência doméstica em condições de vulnerabilidade social, é fundamental que o Estado ofereça o suporte necessário a essas mulheres na busca de um mínimo de dignidade e a chance de reconstruir as suas vidas. Nesse sentido, é muito bem-vinda a alteração promovida pelo PL 996/2023, de iniciativa da Senadora Teresa Leitão, pois permite que haja a integração de uma importante política de amparo social, o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, com a Lei Maria da Penha, promovendo, dessa forma, maior alcance à intervenção estatal.

No que concerne à Emenda nº 1, da CDH, proposta pela Senadora Zenaide Maia, considero que as mudanças sugeridas vão ao encontro do espírito do PL e devem ser acatadas.

É pertinente ressaltar que, como a mudança proposta apenas redireciona os recursos empregados atualmente no Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, a aprovação da proposição não possui impacto orçamentário-financeiro e é neutra do ponto de vista das contas públicas.

Vou ao voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sendo assim, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 996, de 2023, e também da Emenda nº 1, que veio da Comissão de Direitos Humanos.

Era esse o voto, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

Eu queria aqui agradecer também a aprovação do requerimento, junto com a Senadora Damares, que também transformou em convite ao nosso Ministro de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu que agradeço a V. Exa., registrando que o requerimento de V. Exa. também foi aprovado ainda há pouco, tornando, portanto, a reunião com o Ministro Camilo uma reunião conjunta da CAE e da Comissão de Educação, para debatermos o programa Pé-de-Meia.

Cumprimento V. Exa., portanto, pela pertinência do requerimento apresentado.

A matéria está em discussão.

A Senadora Teresa Leitão, remotamente, participa da discussão. Com a palavra, Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero fazer um breve registro de agradecimento e de realce do brilhante relatório sobre o meu projeto de lei, destacando que é mais uma forma de garantir apoio, acolhimento às mulheres vítimas de violência. Essa é uma luta grande que precisa ser travada em todas as frentes.

Quero agradecer à Senadora Augusta e a todos os Senadores, e, evidentemente, pedir o apoio de todos para esse PL.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu agradeço à Senadora Teresa Leitão, parabenizo pela iniciativa do projeto, e encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir – portanto, encerrada a discussão –, a votação será nominal. Esse projeto tem votação nominal, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com a relatoria da Senadora Augusta votam "sim". Os Senadores já podem votar. E, obviamente, aqueles que discordam votam "não"; os que concordam votam "sim".

Os Senadores já podem votar pelo sistema remoto de votação. Portanto, a matéria exige quórum mínimo de votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Estamos em processo de votação nominal. Eu peço aos Srs. Senadores que estejam nos acompanhando remotamente que procedam à votação. Os que apoiam, votando "sim"; e os que não apoiam, votando "não". (*Pausa.*)

Alcançando, portanto, o quórum de 16 votos, vou encerrar a votação, pedindo que a Secretaria abra o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Fala da Presidência.) – SIM, 15; nenhum NÃO.

Zero de abstenção.

Um: Presidente.

Portanto, aprovada, por unanimidade, a matéria na CAE.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro a presente reunião encerrada, convocando a próxima reunião para a próxima terça-feira, dia 29.

(*Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 61ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e sete minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência da Senadora Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Sergio Moro, Efraim Filho, Fernando Dueire, Dr. Hiran, Plínio Valério, Vanderlan Cardoso, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Augusta Brito, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Paulo Paim, Rosana Martinelli, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Cid Gomes, Irajá, Rogério Carvalho, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 74/2024 - CAE, de autoria Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Debater o Projeto de Lei nº 596/23, que dispõe sobre a remissão de dívidas relativas à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). **Participantes:** Sr. Gustavo Salton Rotunno Abreu Lima da Rosa, Coordenador de Tributos Sobre a Renda, Patrimônio e Operações Financeiras - Cotir (representante de: Receita Federal); Sr. Leonardo Curty, Coordenador-Geral de Atuação Judicial Perante o Supremo Tribunal Federal. (representante de: Procuradoria Geral da Fazenda Nacional); Sr. Alexandre Ramos, Gerente Jurídico e Compliance do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP; Sr. Arnaldo Rodrigues da Silva Neto, Advogado Tributarista; e Sr. João Miguel da Silva, Advogado Tributarista. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Zenaide Maia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/22

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 61ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 22 de outubro de 2024.

O objetivo e as diretrizes da reunião. A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de, com fundamento no art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, debater o Projeto de Lei nº 596, de 2023, que dispõe sobre a remissão de dívidas relativas à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), em atenção ao Requerimento 74, de 2024, da CAE, de autoria da Senadora Zenaide Maia, Alessandro Vieira, Lucas Barreto e Damares Alves.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: o Sr. Gustavo Salton Rotunno, Coordenador de Tributos sobre a Renda, Patrimônio e Operações Financeiras da Receita Federal, representante da Receita; e o Sr. Alexandre Ramos, Gerente Jurídico e *Compliance* do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

Quem é o seguinte aqui que está presente?

Quem é o outro que está presente?

Só são dois? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Certo.

Vão participar também por videoconferência o Sr. Leonardo Curty, Coordenador-Geral de Atuação Judicial perante o Supremo Tribunal Federal, respondendo pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; o Sr. Arnaldo Rodrigues da Silva Neto, Advogado Tributarista; e o Sr. João Miguel da Silva, Advogado Tributarista.

Eu queria fazer uma fala, iniciando isso aqui, do resumo desta audiência pública sobre o Projeto de Lei 596, de 2023, para todos que estão nos assistindo, porque esta é uma audiência pública que interessa a todos no Brasil, não é só aos três Poderes.

Então, é o seguinte: o autor do projeto, Senador Hamilton Mourão, justifica a medida com base nos seguintes argumentos:

1. Segurança jurídica: o PL busca mitigar os efeitos de mudanças de jurisprudências recentes que reverteram entendimentos antigos e resultaram em débitos bilionários para algumas empresas. A decisão do STF, consolidada nos Temas de Repercussão Geral 881 e 885, fez com que as empresas que obtiveram isenções de CSLL em julgamentos passados precisassem pagá-la retroativamente. Isso, segundo o autor, cria uma situação de insegurança para as empresas.

2. Impacto econômico: o autor afirma que a cobrança retroativa desses débitos pode colocar em risco a saúde financeira de várias empresas, resultando em efeitos negativos para a economia, como perda de empregos e desaceleração econômica. Mourão descreve a situação como um risco sistêmico absurdo, mencionando que o volume de dívidas acumuladas ameaça o funcionamento dessas empresas e, por extensão, a economia nacional.

3. Desempenho do Judiciário: a justificativa também menciona que o atraso do julgamento pelo STF nos temas de repercussão geral contribuiu para o acúmulo de dívidas e que, se a Corte tivesse decidido anteriormente, as empresas poderiam ter se ajustado de maneira menos prejudicial.

Gente, é fundamental ressaltar que, apesar dessas justificativas, o perdão de dívidas tributárias precisa ser cuidadosamente avaliado, considerando os princípios de igualdade fiscal e a necessidade de recursos para a manutenção das finanças públicas. A concessão de remissões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tributárias desproporcionais cria um ambiente de injustiça, beneficia empresas específicas e prejudica o equilíbrio fiscal necessário para atender às necessidades sociais do país.

O que chama a atenção para esse projeto de lei?

1. Incentivo à sonegação e à desigualdade: o PL 596, de 2023, propõe o perdão de dívidas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que, ao longo de 15 anos, acumula valores bilionários. Isso incentiva a sonegação, beneficiando grandes empresas que burlaram a lei, enquanto pequenos comerciantes continuam pagando rigorosamente seus impostos.

2. Perda de recursos cruciais: estima-se que as dívidas de CSLL ultrapassem bilhões de reais. Perdoar essas quantias prejudica a arrecadação de recursos destinados à saúde e à assistência social, setores que dependem de tributos.

3. Injustiça com contribuintes regulares: a proposta cria um tratamento desigual, favorecendo empresas que ganham muito e que optaram por não recolher a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, mesmo após decisões contrárias, punindo indiretamente quem cumpre suas obrigações fiscais.

Eu tive aqui da Receita Federal – passaram para mim –, e eu acho que são 232 ações e que são bilhões. Por que a Senadora Zenaide se interessou por esse processo? Sou médica de formação e sei da sua importância... Se vocês me perguntarem: "O que foi mais importante da Constituição de 1988?". Em termos de diminuir as desigualdades sociais e ter esse olhar diferenciado, a seguridade social, para vocês que estão nos assistindo – vocês que são juristas sabem perfeitamente –, ao povo brasileiro, a seguridade é formada por saúde, assistência social e previdência social. Isso foi a parte mais humana da Constituição Federal.

Então, o que chamou a atenção da Senadora Zenaide? Estão tirando recursos da saúde. A gente sabe que tem uma pérola neste país, que é o SUS, mas nós sabemos que é subfinanciado. Quando eu vi isso, resolvi dar a oportunidade de a gente discutir, porque, no mérito – já deixando claro para quem convocou e para quem pediu a retirada de pauta –, eu considero o seguinte. Eu vou fazer pergunta a todos vocês – ainda não tem para os tributaristas, porque, como não estava ainda, eu não preparei. Queria dizer o seguinte: é injusto, sim, não pagar imposto. O argumento do projeto diz que vai inibir os investimentos neste país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses 232 que entraram na Justiça para não pagar a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido tinham conhecimento da lei. Eles resolveram burlar a lei e segurar fazendo depósito judiciário. Sabe por que isso me doeu? Porque vocês têm ideia de quanto a saúde deste país deixou de receber nesses 15 anos? Nada contra, porque sempre que tem empresas... O Pronampe está aí para incentivar as micro e pequenas empresas. A Senadora Zenaide não é contra o setor produtivo. Ele tem que ter lucro, não existe o setor privado não ter lucro. Agora, por favor, gente, não quererem pagar Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, sabendo que isso vai salvar vidas na saúde!

É por isso, gente, que eu quero dizer aqui minha opinião. Foi isso que me chamou a atenção, quando eu vi CSLL, ou seja, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido... Isso não é uma empresa que esteja falindo e que esteja precisando do apoio deste Congresso, porque, para todas que vieram, a gente aprovou o Pronampe, a gente aprovou a PEC de guerra.

Você não estava, minha amiga querida Rosana. Só estamos nós duas de mulheres, somos maioria aqui, não é, Rosana?

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – É verdade.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Então, o que acontece? A gente aprovou tudo na hora de salvar emprego, de dar dignidade. Agora, o cara ter lucro líquido e não querer contribuir o mínimo para salvar vidas, aí isso foi muito duro para mim.

Eu já quero passar para os nossos debatedores. Não estou aqui julgando os colegas – isto é um Parlamento, cada um pensa da sua maneira –, mas já deixo claro o porquê de esta Senadora ficar contra essa remissão, essa anistia desses bilhões. A gente implora aqui por R$1 bilhão para a saúde, para a educação.

Ela sabe aqui que a gente vive para financiar a saúde das mulheres, não é, Rosana?

Então, eu vou chamar aqui o primeiro. A gente vai chamar, porque vai explanar... (*Pausa.*)

Quem? Moro? (*Pausa.*) Pode ser. Tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra aqui. Pode passar.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Tem que se inscrever?

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Não, só tem... A gente vai dar a palavra a todo mundo. Isto é um Parlamento.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Senadora Zenaide. Boa tarde a todos convidados...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Boa tarde.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Por videoconferência*.) – Estão me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Sim, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Perfeito.

Senadora, antes de começar a oitiva dos convidados – eu sou o Relator desse projeto e, inclusive, ele já foi aprovado na CCJ e vem à CAE –, só quero deixar claro aqui que o objetivo, evidentemente, não é retirar recursos dos cofres públicos ou da saúde. Existe uma controvérsia jurídica significativa sobre a CSLL e entendimentos jurídicos diferenciados. E, assim como esse não recolhimento da CSLL por um longo período afeta os cofres públicos, também afeta empresas que, se forem forçadas a pagar atrasados de sete, 15 anos, quebram, Senadora. Então, a questão não é tão simplista, com todo respeito, como foi colocado aqui neste tema.

E o projeto que é formulado inclusive pelo ilustre Senador Hamilton Mourão vem buscar uma alternativa, um meio termo em relação a esses débitos atrasados, permitindo que parte deles sejam reputados devidos, a partir do marco de 2017, e que os anteriores sejam considerados remidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, desculpe-me a sinceridade, mas não concordo com essa cisão aqui, empresas ambiciosas querendo não recolher tributos e o Estado depauperado. É uma controvérsia jurídica importante, e um tema que é extremamente relevante para nós juridicamente é a questão da segurança jurídica. Ou o país tem segurança jurídica ou não tem segurança jurídica. E, quando se tem, de repente, uma decisão judicial, que a gente respeita, mas que obrigaria as empresas a recolher 15 anos de tributos que estavam controvertidos, isso pode gerar uma série de problemas.

Pode ser até que, no final, pelo voto na Comissão ou no Congresso, o projeto não seja aprovado, mas ele tem a sua razão de ser e não foi formulado pelo Senador Mourão nem foi aprovado pela CCJ com o intuito de beneficiar empresas inescrupulosas. Na verdade, é para solucionar uma tendência jurídica que foi provocada por decisões do Supremo Tribunal Federal, que resolveu a questão de uma maneira, que a gente respeita, mas havia uma controvérsia jurídica significativa, porque várias empresas tinham conseguido coisa julgada em seu favor, para não recolher os tributos, e a nossa Constituição tem uma garantia lá em relação a coisa julgada.

Então, vou ouvir atentamente aqui os expositores.

Nós estamos abertos a várias outras considerações – e pode ser que a gente mude até o relatório, vamos preparar o relatório segundo essas considerações –, mas não vamos reduzir essa questão a um debate simplificador entre Governo e empresas inescrupulosas, até porque a gente sabe que este Governo atual tem gastado em muita coisa que não tem nada a ver com gastos com saúde. Ele tem feito um grande desperdício, e a gente está vendo, inclusive, as empresas públicas, as estatais voltarem a apresentar um prejuízo de até R$9 bilhões, por conta de decisões erradas desse Governo.

Então é isso.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Obrigada, tudo bem.

Eu quero passar aqui agora para o nosso primeiro convidado, o Sr. Leonardo Curty, que representa a Procuradoria-Geral da Fazenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também é semipresencial.

O SR. LEONARDO CURTY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadora Zenaide!

Boa tarde, Senador Sergio Moro, demais Senadores presentes, colegas advogados, colegas da Receita, aos que nos assistem pelo YouTube, pela via virtual...

Em primeiro lugar, eu queria agradecer, em nome da Procuradoria, o convite para poder participar da audiência. Eu acho que é um caminho democrático muito relevante o Senado permitir que várias partes exponham pontos, que o cidadão possa participar de discussões de projetos de lei tão relevantes para a sociedade, e eu acho que isto faz parte indissociável do jogo democrático. É muito importante que isso aconteça em todas as esferas de discussão das mudanças que são proporcionadas pelas instituições, no mundo jurídico, de maneira geral.

Bom, como bem disse o Senador Sergio Moro, que me antecedeu, há, sim, uma contenda jurídica, e, por isso, eu vou pedir todas as vênias à Senadora, para, talvez, dizer um pouquinho, numa linguagem um pouquinho mais técnica, mas tentar traduzir, da maneira mais simples possível, o que está em pauta e o que, exatamente, está em discussão e o que vai ser ou o que se pretende seja objeto do projeto de lei.

Meu nome é Leonardo, eu sou atualmente o Coordenador da Atuação da Procuradoria da Fazenda Nacional junto ao Supremo Tribunal Federal. Então, a gente participou diretamente na atuação desse caso, do julgamento desse caso e dos outros casos que envolvem a matéria também, e eu posso dizer que várias das questões que estão sendo ou que foram discutidas pelo Supremo não contêm todo esse estardalhaço extraordinário que, aparentemente, se faz crer no mundo do universo do direito tributário.

Como bem pontuou o Senador Sergio Moro, a coisa julgada, que é a decisão judicial da qual não cabe mais recurso, é uma garantia que está no nosso texto constitucional. De fato, a Constituição protege essa decisão judicial em que não cabe mais recurso.

Acontece que, desde muito tempo – e isso é entendimento da doutrina, da própria jurisprudência –, tem-se a convicção de que essa coisa julgada respeita os fatos sobre os quais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela foi proferida, e isso acontece em diversos ramos do direito que a gente está acostumado a ver na nossa vida em geral.

Por exemplo: uma decisão judicial, da qual não cabe mais recurso, que decide a guarda de um filho menor vai ser revista no momento em que essa situação, de fato, muda. Uma decisão judicial, em que não cabe mais recurso, que arbitra um valor de pensão pode ser revista, a partir do momento em que essa situação, de fato, mude. Uma decisão judicial, da qual não cabe mais recurso, de um trabalhador que está submetido a uma situação de insalubridade, de periculosidade, cessada a situação de periculosidade, de insalubridade, essa coisa julgada não mais se aplica. Diz-se, em direito, que ela perde os seus efeitos, simplesmente porque o substrato fático, ou seja, os fatos nos quais ela se apoiava, não mais subsistem. Então, não faz mais sentido que aquela coisa julgada permaneça.

Isso se dá especialmente nas relações que a gente chama de trato continuado. São aquelas relações que vão se protraindo no tempo.

Por exemplo: eu pagar o meu Imposto de Renda de 2023 não quer dizer que eu não vou precisar pagar ou vou pagar o mesmo valor em 2024, porque os valores de 2023 – os fatos geradores, como a gente usa no Direito Tributário – são diferentes, em 2023, do que acontece em 2024, apesar de ser tudo Imposto de Renda. Então, o Imposto de Renda que eu paguei em 2022 não é igual ao de 2023, que não é igual ao de 2024, porque é uma situação jurídica que se perpetua no tempo. É tudo Imposto de Renda, mas são fatos diferentes. Consequentemente, são fatos geradores diferentes.

Então vejam os senhores: se eu tenho uma decisão judicial que, em 2022, me deu alguma garantia com relação ao pagamento do Imposto de Renda daquele ano, caso, em 2023, eu não tenha a mesma situação de fato, é natural que eu não invoque a minha decisão transitada em julgado.

Vamos supor que, em 2022, eu tenha um filho na escola particular e eu consiga uma decisão judicial para deduzir integralmente o valor dessa escola particular na minha declaração de Imposto de Renda. A decisão judicial transita em julgado, faz-se coisa julgada imutável. Agora, a partir do momento em que não tenho mais o filho numa escola particular, a situação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de fato, se alterou. Eu não posso impor à Fazenda que ela me dê essa dedução, quando os fatos foram alterados.

Tudo isso, senhores, para justamente fazer uma analogia com o caso que a gente tem em debate: são situações que sofreram alterações no cenário jurídico, a partir de decisões judiciais que abalaram a situação, de fato, entre o Fisco e o contribuinte.

Só para ser mais exato e mais preciso, a gente vai falar da CSLL, que, como bem introduziu a Senadora Zenaide, é uma contribuição que adveio ao universo tributário com a Constituição de 1988 e que, efetivamente, é uma contribuição de seguridade social, é destinada à saúde, à assistência e à previdência social, e essa contribuição, assim que foi promulgada a Constituição de 1988, teve elementos dessa exigência tributária questionados no Judiciário. Então, são ações judiciais que os contribuintes propuseram individualmente, questionando o recolhimento da contribuição pelos idos de 1990. Então, são ações que datam de 1989, 1990, 1991 e 1992. São ações judiciais em que, naquele momento, entendiam pela inconstitucionalidade do tributo.

A discussão judicial se protraiu no tempo, ela foi sendo travada, diante de todo o processo judicial que foi proposto por diversos contribuintes, até que, em determinado momento, foi proposta uma ação direta de inconstitucionalidade, em que o Supremo Tribunal Federal resolveu definitivamente a questão, dizendo, em 2007, que o tributo era constitucional. E, nesse aspecto – e aqui é inegável, não dá para a gente fugir dessa conclusão –, o Supremo Tribunal Federal, ao decidir uma matéria jurídica em sede do que a gente chama de controle concentrado, ou seja, em uma ação direta de inconstitucionalidade, produz uma mudança no universo jurídico. Então, a partir do momento em que o Supremo, de maneira concentrada e de maneira que não cabiam mais recursos, diz que aquele tributo é constitucional, o sistema jurídico brasileiro passa a receber aquela decisão do Supremo como uma decisão definitiva do Poder Judiciário.

Então vejam, senhores, que, em 2007, não cabia mais discussão com relação à constitucionalidade do tributo. A partir de 2007, qualquer decisão judicial que disse que o tributo era inconstitucional, na verdade era uma decisão que poderia ser caracterizada como um ponto fora da curva, uma decisão fora do sistema jurídico. Então, a gente volta um pouco para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

começar a questionar os contribuintes que tinham coisa julgada, transitada em julgado antes de 2007.

Bom, antes de 2007, o Supremo Tribunal Federal não se meteu, porque a discussão só dizia respeito para o futuro. Antes de 2007, a gente vai entrar numa exceção à coisa julgada que está no próprio texto constitucional, que é a possibilidade de ação rescisória e que não foi objeto de discussão no âmbito dos temas 881 e 885.

Voltando então para o nosso foco, o que a Fazenda Nacional passa a defender é algo que eu já expliquei: em relações de trato continuado para o futuro, o que vale é a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Vejam que, se a gente pegar o exemplo que eu dei, os diversos exemplos que eu dei de uma situação em que você tinha uma controvérsia jurídica sobre o CSLL e uma situação em que essa controvérsia jurídica não existe mais, o cenário fático é diferente. Então, aquela decisão transitada em julgado em determinado momento não tem mais o substrato fático que lhe deu guarida.

Logo, senhores, o que a Fazenda Nacional defendeu e o que o Supremo Tribunal acatou, pura e simplesmente, foi a manutenção da segurança jurídica produzida por uma decisão de mérito do Supremo Tribunal Federal.

E vejam que a Receita Federal só começou a cobrar, daí em diante, a partir da orientação jurídica do parecer da PGFN, reconhecendo essa cláusula que a gente chama de *rebus sic stantibus*, coisa julgada, no controle concentrado.

E, evidentemente, qualquer cobrança nesse tipo de situação leva em conta o prazo prescricional de cobrança de qualquer tributo. Então, dizer que são tributos que vão ser cobrados por 15 anos foge do conceito natural do Direito Tributário.

Se tem 15 anos de passivo tributário, é porque a empresa, provavelmente, vem discutindo essa questão, mesmo depois do Supremo Tribunal Federal já ter dito que o tributo era constitucional. E, assim, esse é um ponto que é inescapável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse ponto, o Senador Sergio Moro tem toda a razão, no sentido de que não se está aqui num certo maniqueísmo de dizer que a empresa A ou B é sonegadora e o Estado está sendo ceifado das receitas tributárias.

O ponto é reconhecer que, desde sempre, houve a sinalização para as empresas que tinham ação judicial – que são titulares de corpos jurídicos competentes – de que aquela decisão judicial que elas possuíam se encontrava sob um risco, e esse risco era a mudança do cenário fático, a mudança do cenário fático, a partir de uma decisão de mérito, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal.

E isso, Srs. Senadores, senhores presentes, senhores colegas advogados, não é elemento de surpresa para ninguém. Muito pelo contrário: o empresariado sempre esteve ciente dessa situação. Tanto, que, em alguns casos, as próprias empresas apostavam nesse tipo de debate, justamente para postergar o pagamento de tributo.

A Fazenda Nacional toma a liberdade – aqui já para encerrar, Sra. Senadora – de transcrever um trecho que é muito exemplificativo da biografia autorizada de um grande empresário brasileiro – inegável a capacidade dele –, que é o Abilio Diniz, Presidente de um enorme grupo econômico-financeiro no Brasil. Ele reconhece na biografia, e abro aspas para o livro:

> Uma das decisões mais difíceis que Abilio tomou foi interromper o pagamento de impostos em novembro de 1990. [Diz o empresário] "Avisei a todas as esferas de governo que eu pagaria quando pudesse, mas que naquele momento ia parar tudo", lembra o empresário [...]. Paralelamente, seus advogados trataram de criar um planejamento tributário que aliviasse o bolso da varejista. Nesse sentido [ele trata exatamente dessa discussão], nada teve [...] impacto [tão grande] quanto a brecha que encontraram na Contribuição Social sobre o Lucro [...]. A banca Mattos Filho, que atendia o Pão de Açúcar [isso eu continuo lendo na biografia do Abilio Diniz], entrou com uma ação na Justiça argumentando que a lei era inconstitucional. A parada foi ganha em 1991 – uma decisão que prevalece até hoje, ainda que questionada de tempos em tempos [ou seja, a plena ciência de que a decisão é precária, fecho os meus parênteses]. "A [...] [Companhia Brasileira de Distribuição, que é o Pão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Açúcar] é uma das poucas empresas brasileiras que nunca pagou esse imposto", conta Pedro Luciano Marrey Júnior, sócio do [escritório] Mattos Filho e responsável pela ação. Não é pouca coisa [estou lendo ainda a biografia do Abilio Diniz], já que no caso da varejista esse tributo significa 9% do lucro líquido. "Você tem ideia do benefício que isso trouxe para a companhia?", pergunta [...] [Marrey Júnior], sem esconder um ligeiro sorriso de satisfação.

Então, senhores, o que eu queria deixar muito claro é que o andamento desse PL prejudica não o Estado brasileiro, mas prejudica o pequeno empresário que não teve essa oportunidade. O pequeno empresário, que recolhe honestamente seus tributos, paga a CSLL pelo lucro presumido. Ele nunca pôde ter esse tipo de discussão.

Então, Srs. Senadores, a manutenção desse benefício fiscal nada mais é do que o incremento da iniquidade fiscal que a gente tem no nosso país, é pura e simplesmente manter o distanciamento cada vez maior da empresa que recolhe seus tributos em dia, que se esforça para manter atualizada e em dia a sua contribuição à sociedade, em oposição àqueles que são titulares de grandes corpos jurídicos capazes de efetuar esse tipo de manobra e manter um sistema de concorrência desleal.

Agradecendo a oportunidade, pedindo desculpas pelo excesso do tempo e me mantendo à disposição para quaisquer esclarecimentos, eu passo a palavra à Senadora Zenaide para a continuidade da audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Muito obrigada, Sr. Leonardo Curty.

Imagine que eu sou médica no meio desse mundo jurídico. Rosana, você é o quê de formação?

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone.*) – Administradora.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Administradora. Já se aproxima mais, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu quero passar a palavra para o Sr. Gustavo Salton Abreu Lima da Rosa, Coordenador de Tributos... Não, vou passar primeiro, desculpe, ao Sr. Alexandre Ramos, Gerente Jurídico e Compliance do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

Está com você, Alexandre.

O SR. ALEXANDRE RAMOS (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Zenaide, cumprimento-a e assim o faço a todas as autoridades e a todos os Senadores presentes.

Obrigado pela oportunidade e pelo convite para estar aqui presente para poder trazer um pouquinho da nossa visão, da visão do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, que é uma entidade associativa que congrega, realmente, muitas indústrias em um estado que efetivamente tem um peso para a sociedade.

Senadora, eu ouvi com atenção as colocações iniciais de V. Exa., ouvi com atenção as colocações do Senador Sergio Moro e do colega Leonardo Curty e respeito muito todas as posições, mas serei muito breve e muito objetivo, com muita brevidade, para trazer alguns pontos e chamar a atenção para algumas questões.

Realmente, estamos falando de um ponto fundamental que é a segurança jurídica. Se perdermos a segurança jurídica, abrimos um espaço para perder muita coisa, muita coisa que a gente não pode nem citar aqui, que a gente não consegue imaginar.

A segurança jurídica, nesse caso, está lá intimamente ligada com aquele empresário, seja ele grande, seja ele pequeno, e nós não estamos aqui, penso eu, para avaliar a capacidade de cada empresário de ter ingressado com uma ação, sim ou não. Se ele está no regime jurídico do lucro presumido, ele já está num regime jurídico diferenciado, que lhe dá um benefício, que lhe dá uma diferenciação em relação aos demais. A gente está aqui para falar da segurança jurídica de todos, de todos nós.

E aí o empresário deixa de recolher a contribuição por força de uma decisão judicial. Então ele não deixa de recolher – ele não deixa de recolher, a decisão – por uma vontade dele; ele tinha uma decisão judicial, ou foi buscar essa decisão judicial e deixou de recolher com base em uma decisão judicial. Essa decisão judicial transitou em julgado. Diversas outras decisões, em sentido contrário, em sentido favorável, podem existir, mas o fato é que aquele empresário tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a sua decisão, que lhe garantia. Então não há que se falar aqui em má-fé desse empresário. Ele tinha uma ordem judicial que lhe garantia, que lhe assegurava o não recolhimento daquele tributo.

Isso se perpetua no tempo e isso está assegurado pela coisa julgada. Houve um trânsito em julgado. Havia uma segurança jurídica para aquele empresário, e ele, a partir dali, fazia todo o seu planejamento financeiro, de sua empresa, ao longo dos anos.

Vem uma decisão posterior do Supremo Tribunal Federal e muda o seu entendimento. E definitivamente conclui que a contribuição é constitucional, Senadora. Ótimo, que bom. Dali para frente, ela é constitucional. E aquele empresário que tinha assegurado esse seu direito ao longo dos anos e que, em todo o seu planejamento financeiro, em todo o seu planejamento tributário, não contava com o pagamento dessa contribuição? Ele se vê obrigado, de uma hora para outra, a fazer esse recolhimento de todos esses anos do passado. Qual a segurança jurídica? Qual o incentivo ao negócio, o incentivo à prosperidade que está se levando para esse empresário?

Então, efetivamente é disso que a gente está falando. O ponto fundamental é a gente ter uma segurança jurídica, para que a gente possa atrair investimentos. Não dá para pensar em atração de investimentos quando a gente não tem uma segurança jurídica. A gente queria trazer isso para a reflexão dos Srs. Senadores que irão, nesta Comissão, analisar esse projeto.

Há um projeto muito bem posto, há um projeto que garante a segurança jurídica de quem, com força numa decisão judicial, deixou de recolher esse tributo.

Então eu sinto muito, mas devo discordar de algumas colocações de V. Exa., no sentido de que todos são impactados. Realmente todos são impactados, mas todos são impactados em ambas as situações. Esse empresário que não tem o incentivo de continuar com o seu negócio e que pode até, com uma decisão dessa, ter que fechar o seu negócio também vai causar impacto para a sociedade. É muito desproporcional, não é razoável pensar que, em uma decisão que se toma hoje, pela constitucionalidade de um tributo, se possa retroagir no tempo, voltar cinco, dez, quinze, vinte anos atrás e se fazer a cobrança desse tributo. Ele tinha a garantia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A modulação dos efeitos que o STF faz tem exatamente esse objetivo de trazer segurança jurídica. Vá lá no conceito de modulação dos efeitos que está em toda doutrina ensinada, para todo mundo, como o colega disse aqui: das bancas, dos advogados. Todos nós advogados, todos nós que estudamos numa faculdade de Direito, uma das coisas que nós estudamos e da qual tínhamos a certeza absoluta: há coisa julgada, trânsito em julgado, segurança jurídica – todos nós tínhamos isso como base fundamental. É uma decisão do STF que muda de entendimento e introduz uma sistemática de modulação dos efeitos, exatamente para resguardar essa segurança jurídica na qual nós todos nos apoiamos desde sempre, desde a academia e desde o nosso dia a dia.

Então, este é o ponto fundamental em que a gente precisa trazer luz para este debate, o ponto da segurança jurídica, o ponto da boa-fé do empresário, e não da má-fé do empresário, do empresário que tem direito de fazer o seu planejamento tributário legal, lícito.

Às vezes a gente ouve planejamento tributário como algo ruim, como algo negativo. Então, se, eventualmente, o empresário Abilio Diniz resolveu fazer um planejamento tributário dentro da legalidade, ótimo; se ele decidiu questionar, ótimo. Para isso o Judiciário foi posto dentro do sistema, para se ter uma decisão. Havendo essa decisão, segue-se essa decisão. Então, não é razoável não resguardar o direito. A gente está falando aqui de resguardar o direito que o contribuinte tinha de não recolher esse tributo.

E, no projeto de lei, parece-me que o texto como veio e está posto aqui para discussão nesta Comissão, Senadora, é um texto que traz equilíbrio para isso. Ele traz a remissão daqueles débitos, daquelas cobranças lá do passado – em que havia segurança jurídica, deveria haver a segurança jurídica, pois estavam acobertadas pelo trânsito em julgado – e, de um período para frente, quando há essa definição da decisão do STF, se propõe um parcelamento dessas dívidas.

Então, eu acho que esse projeto de lei, proposto pelo Senador Hamilton Mourão, com as emendas e a proposta do Senador Sergio Moro, está muito bem colocado. É um projeto de lei que traz equilíbrio para essa questão. Traz a oportunidade de a Fazenda arrecadar; por outro lado, traz a possibilidade de o empresário se ver garantido naquilo que ele tinha como certo, como absoluto; e, por outro lado, também, a de pagar de forma parcelada aquilo em que – efetivamente, a partir de janeiro de 2017 – é devida a cobrança e de que, eventualmente, ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tenha feito os seus recolhimentos, amparado em eventuais decisões judiciais que ainda não estavam transitadas em julgado.

Esses são os pontos sobre os quais eu queria que se trouxesse a reflexão, porque é muito importante a gente ter a certeza de que o empresário, o contribuinte que estava com essa decisão transitada em julgado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE RAMOS – Essa decisão traz segurança para os contribuintes, traz possibilidade de investimentos para o país.

No momento em que se vive, no momento em que estamos, a insegurança jurídica e a falta de incentivo ao desenvolvimento econômico são realmente muito preocupantes.

Dessa forma, para me manter dentro do tempo estabelecido, Senadora, eu encerro por aqui, devolvendo-lhe a palavra e permanecendo à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Fora do microfone.*) – Mas, se quiser, pode continuar.

O SR. ALEXANDRE RAMOS – Não, está de bom tamanho. Vamos para as objetividades e abrir, eventualmente, para os debates posteriormente.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Eu já avisei aqui aos meninos que, quem quiser... Como a gente não tem sessão deliberativa, a gente vai ouvir a todos. Este é o Parlamento.

Eu passo a palavra agora para o Sr. Arnaldo Rodrigues da Silva Neto, Advogado Tributarista.

O SR. ARNALDO RODRIGUES DA SILVA NETO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Exma. Sra. Presidente desta Comissão, Senadora Zenaide, boa tarde. Boa tarde, demais Senadores; boa tarde, colegas.

Agradeço o convite, em especial em nome do IAB (Instituto dos Advogados do Brasil), que nos faz permitir ter voz nesse processo democrático importante da elaboração das normas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Excelência, eu gostaria de pontuar algumas circunstâncias muito claras que foram postas pelos meus colegas que me antecederam. O princípio da igualdade, a principal regra das primeiras aulas das classes da faculdade, é tratar todos iguais na medida das suas desigualdades. Então, não há tratamento aqui privilegiado para determinados contribuintes em detrimento de outros. O que existe aqui é uma tentativa de pacificar a sociedade, ainda que parte dela.

A grande missão das instituições democráticas é a pacificação da sociedade. Em grande medida, os contribuintes, muitas vezes, se sentem sobrecarregados, e entendem que suas cargas tributárias estão indevidas, ilegais ou inconstitucionais, e procuram as portas do Judiciário para a pacificação desse entendimento. O Judiciário pacificou, durante muito tempo, essa matéria, dizendo que havia, de fato, uma inconstitucionalidade, tanto que vários contribuintes de fato conseguiram o trânsito em julgado dela, durante muito tempo, até que, em 2007, o Supremo Tribunal efetivamente vem e, numa matéria de direito concentrado, numa ação de direito concentrado, que é ação direta de inconstitucionalidade, declara a inconstitucionalidade da contribuição. Até aí o.k. Como é que ficam as empresas que buscaram a pacificação judicial anteriormente a essa data e que tinham suas decisões transitadas em julgado? Nós tínhamos duas situações constitucionalmente iguais que eram: a coisa julgada material, passada muitas vezes até por ação rescisória, e uma decisão posterior do Supremo dizendo que a matéria era constitucional. Qual é o maior? O Supremo não se posicionou naquela oportunidade. Ele não disse que, automaticamente, todas as decisões estariam revogadas. Ali estavam dois princípios constitucionalmente estabelecidos: o princípio da coisa julgada e a competência do Supremo para declarar o que é constitucional e o que é inconstitucional.

Como resolver esse conflito? O Supremo já tinha elementos jurídicos para definir tal circunstância, mas isso não foi feito. A decisão de constitucionalidade da CSLL foi em 2007, quando em 2004 já havia o instituto da repercussão geral, estabelecido em Constituição, e caberia ao Supremo, ele poderia, naquela oportunidade, dizer: "Todas as decisões contrárias estão automaticamente revogadas", mas assim não o fez e deixou a instabilidade jurídica no ar.

Em 2011, Excelência, teve uma decisão do STJ, que constitucionalmente é o guardião das circunstâncias infraconstitucionais, e o STJ disse que não poderiam ser cobradas as contribuições sociais de lucro líquido das empresas que tinham suas decisões transitadas em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

julgado. A competência para regular infraconstitucionalmente as relações, que é do STJ, definiu isso, ou seja, a Corte constitucionalmente competente para dizer se havia ou não possibilidade de revisão das coisas julgadas se pronunciou em favor do contribuinte. O Supremo tem a última palavra e o Supremo pode desdizer o STJ. Não tem problema, mas eu trago esse fato à reflexão para demonstrar que, até a decisão do STJ, havia segurança jurídica de que decisões passadas em trânsito em julgado eram imutáveis, porque esse é um princípio constitucional. O STJ reconheceu isso.

A partir do momento em que, numa decisão... E veja, Excelência, como as situações são inseguras até então. O Ministro Barroso só admitiu discutir essa matéria no âmbito do Supremo depois de um embargo... Eu vou até mencioná-lo, porque é tão comprido, Excelência, que fico, às vezes, perdido. Ele discutiu num embargos de declaração num agravo regimental num recurso extraordinário com agravo, ou seja, depois de uma quinta – quase – decisão, ele passou a se convencer de que realmente o Supremo precisava apreciar isso. Até lá, era a decisão do que o STJ tinha definido.

Esse parecer normativo que o Dr. Leonardo pontua que a Procuradoria fez, no sentido de que era devida a contribuição em 2011, silenciou em relação ao repetitivo do STJ. E, por previsão constitucional, a decisão do STJ em repetitivo obriga a administração pública. Só é capaz de se revisar isso pelo Supremo. E, desta decisão de repetitivo, a Fazenda não recorreu para o Supremo, a Fazenda não agravou para o Supremo. Então, é uma pá de cal em cima de outra na segurança jurídica no sentido de que está pacificada a sociedade quanto a que quem tem as suas decisões judiciais está resguardado. Apenas quando o Supremo diz que vai discutir isso em repercussão geral é que surte alguma preocupação quanto à decisão que ele vai ter, que, obviamente, pode ser favorável ou pode ser contrária. Mas como é que as empresas poderiam adivinhar que, depois de tantas decisões nesse sentido, o Supremo faria um cavalo de pau nesse sentido para dizer: "Olha, não, vamos retroagir".

E, aí, eu preciso chamar a atenção de que não, não são nos últimos cinco anos. A Fazenda, desde 88, lança esse tributo de quem não paga. E, para quem tem decisão transitada em julgado, depois da decisão do Supremo em 2015, a Fazenda voltou a lançar esse tributo. Então, tem várias empresas que têm que pagar esse tributo de longa data sim, porque tiveram seus lançamentos feitos nesse período, o que não é atingido pela prescrição, porque foi feito o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lançamento em tempo hábil. Então, essas condições – é importante relatar – não se dão só nos últimos cinco anos não; mas nos últimos 17 anos e lá vai força, porque os lançamentos realizados lá atrás são exigíveis até hoje.

Então, o que se discute aqui, Senadora, é que não estamos privilegiando determinados contribuintes. Nós estamos pacificando a sociedade em relação a esses contribuintes que tiveram suas decisões judiciais passadas em julgado por um órgão, por um Poder da República, que é o Poder Judiciário, constitucionalmente constituído e a quem é delegada a competência para dizer com quem está o direito para pacificar. Na hora em que o Poder Judiciário determina que é o contribuinte que está com esse direito, ele pacificou aquela relação. Em que pese a Fazenda Federal não ter entendido ou não ter se conformado, tem seus méritos e suas razões, buscou até o Supremo a mudança desse posicionamento.

Então, nesse momento em que o Supremo definiu pelo tema 881, 885, aí sim estabeleceu-se uma novidade. E essa novidade jurídica é exatamente que, a partir de agora, as decisões em sentido contrário automaticamente passam a valer, mas, até lá, não existia isso. Ao contrário, existia o poder constitucionalmente estabelecido, que é o STJ, para pacificar as matérias infraconstitucionais das relações individuais com o Fisco, dizendo que o Fisco não poderia cobrar, em repetitivo, ou seja, quase que a repercussão geral, porque a diferença, Excelência, para justificar para quem é leigo, é que a repercussão geral é o Supremo quem dá e o repetitivo é o STJ quem dá, mas o efeito praticamente é o mesmo, tirando, obviamente, algumas questões técnicas que modificam um do outro. Mas a principal razão é: a administração é obrigada a seguir. E, no caso do STJ, foi determinado que a Fazenda não poderia mais cobrar.

Então, não havia uma aposta dos contribuintes, não havia uma tentativa de sonegação. Existia uma pacificação social que o Judiciário deu e que, depois, tirou. O que está se tentando agora é que, já que o Judiciário não poderia tê-lo feito, cabe ao Legislativo, nos seus sistemas de peso e contrapeso, resguardar esses contribuintes que foram vilipendiados no seu direito, na sua garantia, que, constitucionalmente, foi-lhe dada em um primeiro momento e foi tirada no segundo. (*Falha no áudio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Acho que caiu aí. A gente não está ouvindo, Sr. Arnaldo. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora voltou.

Está nos ouvindo, Sr. Arnaldo? (*Pausa.*)

Sr. Arnaldo, está nos ouvindo? (*Pausa.*)

Então, João Miguel da Silva. (*Pausa.*)

O SR. JOÃO MIGUEL DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Senadora Zenaide, Senador Sergio Moro e demais participantes desta audiência pública.

Eu quero pontuar a respeito do vai e vem do Judiciário. A questão central aqui não é discutir constitucionalidade ou inconstitucionalidade, a questão é discutir o direito intertemporal, é discutir o princípio da segurança jurídica no tempo, porque a segurança é do movimento. É claro que isso não quer dizer que o futuro é prisioneiro do passado. O.k. que pode haver mudança de pensamento dos tribunais no tempo, a questão não é esta. A questão também não é discutir a constitucionalidade ou inconstitucionalidade. A questão é verificar o princípio da segurança jurídica no tempo.

Nesse sentido, para contribuir aqui com o debate e até para administrar o meu tempo – coisa de professor, se não tomar cuidado, avançamos no tempo –, permitam-me, eu preparei alguns eslaides para guiar e servir de âncora na minha apresentação.

Então, sucede que nós temos aqui, no próximo eslaide, a evolução das decisões.

Estou aqui colocando o próximo eslaide... (*Pausa.*)

Este aqui.

Este é o breve histórico do vai e vem do Judiciário. Este é o quadro.

Na década de 90, houve um reconhecimento judicial da inconstitucionalidade da CSLL em ações individuais. Não há que falar aqui em sonegação. O contribuinte não deixou de emitir nota fiscal, o contribuinte não deixou de declarar o Imposto de Renda, a CSLL. Entretanto, ele entrou com uma ação e alcançou, em juízo, por meio de ação individual, o reconhecimento da não exigência da CSLL.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Até porque o art. 195 da Constituição de 1988 atribuiu competência à União para instituir a CSLL, e assim o fez pela Lei nº 7.689, de 1988, logo em seguida. Mas já na época, me lembro, nós, doutrinadores, já discutíamos, e os tribunais, logo em seguida, também se posicionaram, na medida em que havia, sim, vulnerabilidades no texto; havia lacunas na Lei nº 7.689, de 1988. E aí, os contribuintes, num Estado democrático de direito – até porque, num Estado de direito, o Estado se submete ao direito, não o direito ao Estado –, então foram ao Estado buscar o seu direito e alcançou a declaração de inconstitucionalidade na década de 90.

E aí vem a coisa julgada, que é a certeza jurídica. A coisa julgada não pode ser relativizada no tempo. Então, em 2007, o STF, na sua atribuição... O art. 102 da Constituição Federal estabelece a competência do STF. O STF é o quê? O Supremo Tribunal Federal é o guardião da Constituição; ele guarda a Constituição. Ele não é dono da Constituição; dono da Constituição é o povo. O art. 1º da Constituição estabelece que o poder emana do povo, e o Congresso Nacional é a Casa do povo.

Se houve alguma decisão do STF que gerou uma inconsistência, uma vulnerabilidade na segurança jurídica – que é o caso aqui –, a Casa do povo tem que sanar a lacuna. Até porque, no caso aqui, em 2007, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 15, o STF afirma que a CSLL deveria ser paga, pois é constitucional. O.k. É a prerrogativa; é a atribuição do STF. E aí ele deu a palavra final, como guarda da Constituição. Ele disse: "Olha, a Lei 7.689, de 1988, está em harmonia com o art. 195 da Constituição. É devida a CSLL". Tudo bem, mas quem já adotava, quem já estava de posse da coisa julgada? Coisa julgada não se relativiza. É Isso que nós aprendemos há anos, há séculos.

A propósito, na Constituição primeira do Brasil, de 1824, no Império, já estava lá o princípio da segurança jurídica. Não existe Estado de direito sem segurança jurídica. O Estado de direito existe para garantir a segurança jurídica. Se estamos falando de insegurança jurídica, não precisa de direito, não precisa de Estado de direito, não precisa de Estado democrático de direito. Então, havia a coisa julgada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, em 2011, quem tem competência para dar a palavra final no campo de norma infraconstitucional? Sim, porque se discutiu também, depois da decisão de 2007, a respeito da competência do STJ.

O STJ, nos termos da Constituição Federal, dá a palavra final quando o assunto é estritamente legal e não constitucional. E aí se discutia à época: ora, a matéria aqui é legal e, além disso, há coisa julgada.

Ora, quem já está de posse de coisa julgada teria que voltar a pagar ou teria que pagar?

Enfim, em 2011, o STJ apreciou isso como Corte superior competente para dar a palavra final em norma infraconstitucional e também apreciar a respeito da coisa julgada que o Código de Processo Civil, que é uma lei ordinária, estampa, nos termos e em harmonia com o art. 5º da Constituição, que fala que coisa julgada é uma cláusula pétrea, porque é uma garantia individual, nos termos do art. 60, §4º, da Constituição.

Dito isso, em 2011, o STJ, então, em repetitivo, quer dizer, vincula todos, inclusive os Poderes, só não vincula, claro, o STF, caso ele queira revisitar o assunto, como o revisitou lá na frente, em 2016, mas dizer que havia sinalização, que havia elemento de surpresa...

Ora, em 2011, o STJ, Tema 340, disse o quê? Decidiu pela impossibilidade de o Fisco cobrar CSLL dos contribuintes com decisão judicial individual com trânsito em julgado.

São desses contribuintes que o PL 596, de autoria de Hamilton Mourão e relatado pelo Senador Sergio Moro, cuida, desses casos aqui, de 2011. Não é *lato sensu*, não é para todos os contribuintes. Não! Está dito aqui.

Ora, o STJ estabeleceu a impossibilidade de o Fisco cobrar. Está lá no texto do Tema 340. E a coisa julgada? E a segurança jurídica?

Então, a coisa julgada é de 1990; em 2007, é constitucional pelo STF. Mas e aí, como fica? Quem está de posse de coisa julgada vai ter que pagar ou não?

Aí o STJ, na sua competência, decidiu vinculando todos, porque tema repetitivo, e estabeleceu que não, que quem estava de posse de decisão transitada em julgado não precisava pagar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, que elemento surpresa é esse? Que sinalização de que há aqui a obrigatoriedade e a exigência tributária?

Não podemos esquecer que, então, o tema aqui é discutir segurança jurídica, e, em 2011, o STJ ofereceu segurança jurídica aos contribuintes que, na década de 90, estavam de posse de sentença transitada em julgado.

Pois bem: em 2016, o STF, na sua prerrogativa, achou por bem revisitar o assunto. Afinal, a coisa julgada, considerando o que ocorreu na década de 90, eu, STF, não em repercussão geral, ou seja, não em direito em ação concentrada, mas difusa, decidi, em 2007, que era devida a CSLL, mas não em ato concentrado.

Agora, visando a dar uma posição vinculando a todos, de cima para baixo, inclusive o STJ, o STF, em 2016, definiu os Temas 881 e 885.

O.k. quanto ao STF assim decidir; é prerrogativa do STF, e nós temos que respeitar as decisões da Corte Suprema. Agora, a questão não é discutir a competência do STF, que assim concluiu que a coisa julgada manifesta antes de uma decisão do STF...

A propósito, essa decisão de 2007 também foi concentrada, porque foi ação direta de inconstitucionalidade, só que a coisa julgada não foi prejudicada, diante da decisão do STJ. Aí, o STF achou por bem revisitar o tema e disse: "Olhe, a coisa julgada é prejudicada sim".

Então, aqueles que estão com decisão transitada em julgado têm que voltar a pagar a CSLL. Mas voltar a pagar a partir de quando? A partir de quando?

Ora, o STF, em 2023 – porque em 2016 reconheceu a repercussão geral –, dizia: "Vou revisitar o assunto e dar uma palavra final com eficácia *erga omnes*" – ou seja, válida para todos os contribuintes. E o STJ, então, em 2023, julgou o mérito, considerando constitucional a cobrança da CSLL, inclusive das empresas de posse de decisão com o trânsito em julgado.

O.k.

De tudo isso, o que se discute é a ausência de modulação em favor da segurança jurídica; e, quando não há modulação, a Casa do Povo tem que sanar a lacuna no ordenamento jurídico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é por conta de sanar um vácuo no ordenamento jurídico, na medida em que o STF não modulou, quer dizer, não disse para aquelas empresas que têm decisão transitada em julgado para pagar depois de 2016. Não. Quer que se cobre de 2016 para trás; não modulou em prol da segurança jurídica.

Quando o guardião da Constituição não modula, só tem uma solução: a Casa do Povo sanar, que é o que o PL 596 sana, no sentido de dar remissão da dívida de 2016 para trás e de 2017 a 2022, dando um parcelamento especial.

São as minhas palavras.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Obrigada, Sr. João Miguel da Silva.

Eu passo a palavra agora para o Sr. Gustavo Salton Abreu Lima da Rosa, Coordenador de Tributos Sobre a Renda, Patrimônio e Operações Financeiras (Cotir).

O SR. GUSTAVO SALTON ROTUNNO ABREU LIMA DA ROSA (Para expor.) – Muito obrigado.

Todos me escutam? (*Pausa.*)

Em primeiro lugar, muito boa tarde, V. Exa., Senadora Zenaide, Presidente desta Comissão; Exmo. Sr. Sergio Moro, Senador Federal; demais Senadores que, porventura, nos acompanhem virtualmente; demais colegas; e nobres advogados que aqui fazem parte também desta discussão.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer, em nome da Receita Federal, o convite para participarmos desta reunião muito importante. Nós nos sentimos honrados quando somos chamados à discussão de temas tão importantes aqui no Parlamento.

Gostaria, em primeiro lugar, de deixar a controvérsia mais afeta à questão jurídica que transitou e que foi discutida nos tribunais a cargo dos nossos nobres colegas da Procuradoria da Fazenda Nacional, que, tão brilhantemente, aqui já expuseram a questão, e também as considerações trazidas pelos advogados tributaristas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de dizer, em primeiro lugar, que, para fins da Receita Federal, a matéria, para a gente, já se encontra razoavelmente pacificada, há muito tempo.

Nós estamos falando de uma ADI, a ADI nº 15, transitada em julgado em 2007, que define que o tributo erigido na nossa Constituição de 1988 é constitucional. Não há grande discussão, pelo menos em outros novos casos em relações a isso, na Receita Federal.

E, em relação aos contribuintes que, porventura, tenham essas decisões individuais, nós temos aí o parecer da Procuradoria, em 2011, que já obrigava a Receita Federal a seguir a decisão do Poder Judiciário emanada em sede de ação direta de inconstitucionalidade, portanto cogente, a qual a gente não poderia deixar, de forma alguma, de observar.

Assim sendo, e adentrando mais especificamente à temática desse projeto de lei, a primeira coisa que...

A Receita Federal e a Fazenda como um todo, inclusive outros órgãos que tutelam aí questões orçamentais e financeiras, são sempre obrigados pela Constituição, em função de Lei de Responsabilidade Fiscal, a abordar essa temática da dispensa de arrecadação. Porque ela consta dos nossos orçamentos anuais, nós somos obrigados a observá-la.

Em relação a esse tema, algo que nos preocupou preliminarmente...

Isso são dados para lá de preliminares. Nós coletamos esses dados da nossa Subsecretaria de Arrecadação da Procuradoria da Fazenda Nacional em relação aos memoriais colocados.

Nós temos aí algo em torno de R$9 bilhões em discussão em relação a esse PL, o que poderia significar uma perda de arrecadação bastante razoável em um período de... Enfim, tem que definir como vai ser feito ao longo do tempo, se vai haver parcelamento, se vai ser meramente a dispensa do pagamento de tributos, se isso vai mais para cima ou mais para baixo, mas não deixa de ser um valor relevante e algo que nós, obrigatoriamente, temos que pontuar, sempre que nós somos instados a falar sobre qualquer projeto de lei que tramita neste Parlamento.

Um segundo ponto que nós gostaríamos de ponderar aqui é que, salvo a questão da remissão que está sendo proposta até 2016, em relação à capacidade que as empresas teriam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de adimplir essas obrigações que estariam suspensas e que agora seriam exigíveis, cabe ponderar que grande parte desses valores já foi depositada em juízo. Portanto, não vai haver descontinuidade de caixa para essas empresas.

Segundo ponto: a administração tributária, seja ela a PFN, seja a Receita Federal, já dispõe hoje de instrumentos, instrumentos bastante poderosos, capazes de dar aos contribuintes que se veem diante de um grande volume de recursos a arcar com o Fisco a possibilidade de parcelarem, caso tenham condições financeiras suficientes para tanto, ou mesmo transacionarem, mediante condições bastante favorecidas que nós temos no âmbito da legislação federal, inclusive com incentivos de redução de juros – a multa aqui tem uma outra questão particular –, mas, em grande parte, esses instrumentos já colocados à disposição da administração tributária, a nosso ver, a princípio, *data venia* outros elementos possam ser trazidos à discussão, já suprem grande parte da demanda que é apresentada a este Parlamento.

Um terceiro ponto que nós gostaríamos de abordar é em relação à própria segurança jurídica, e é uma matéria que muito nos é cara, que é o incentivo ao litígio.

Pois vejam, ao ver da Receita Federal e da Procuradoria, imagino eu: quando a Fazenda em litígio se sagra derrotada de uma controvérsia, derrotada em litígio no âmbito do Supremo – e aqui nós podemos citar vários. Nós temos aí a "tese do século" do PIS-Cofins, o Tema 69, o IRPJ na repetição do indébito, o Tema 962, nós temos a questão de faturamento receita bruta no PiS-Cofins, o Tema 110 –, a Fazenda é chamada a arcar com os custos, com aquilo que ela deveria pagar, pelo fato de perder aquela contenda. E inclusive há uma forma rápida de os contribuintes haverem esses valores sem perder... Por vezes, sequer precisam entrar em precatórios, e a Fazenda arca com as suas obrigações, em função de ela ter perdido a contenda.

Aqui, no caso posto, nós estamos diante de uma situação em que a Fazenda sagrou-se vencedora de uma contenda, em que, em função disso, ela já deveria obter os resultados de sua empreitada vencedora, mas que, ao momento em que deve ser satisfeita a sua obrigação por parte de quem perdeu, a Fazenda perde, em função de que vai haver uma remissão, vai haver, enfim, algum tratamento diferenciado, pelo qual, quando a Fazenda perde, ela perde, e, quando ela ganha, ela perde também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, não nos parece ser razoável dispensar pagamentos de tributos que há muito consideramos devidos, especialmente a ADI de 2007.

Constitucionalidade de CSLL, a nosso ver, não é um tema que deveria gerar tamanha controvérsia. Afinal de contas, se você é empresário, você tem que pagar uma contribuição sobre seu lucro, desde o momento em que a Constituição assim o fez e uma lei instituidora assim criou o tributo.

Se alguém não paga, bom, alguém, individualmente, não paga, mas o coleguinha do lado vai pagar. Então, o supermercado da esquina A não vai pagar, mas o da esquina B vai pagar, e o da esquina B não vai conseguir competir com o da esquina A, porque jamais vai alcançar uma margem de alguém que tem 9% na sua frente, porque não paga tributos.

Então, há uma questão de concorrência desleal, que também nos é cara, em relação ao dever imposto a todos de pagar tributo, que, quando é afastada individualmente, prejudica a economia, e isso, sim, prejudica, a nossa ver, a economia e as decisões econômicas dos agentes – ao se formar essa concorrência desleal.

Por fim, não gostaríamos de nos alongar muito também, para deixar virem as perguntas e a discussão.

Não consideramos aqui cobrar a CSLL algo como uma empresa maldosa, de má-fé, que está praticando atos desonestos. Não consideramos isso. Se havia uma contenda, havia uma discussão, apenas gostaríamos que as empresas arcassem com a sua obrigação. Afinal de contas, em algum momento, isso tem que acontecer.

Ademais, lembrem-se, como muito bem falou a Senadora Zenaide aqui no início desta audiência: são recursos carimbados da seguridade social esses aqui. Ainda que tenhamos 30% da destinação autônoma...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO SALTON ROTUNNO ABREU LIMA DA ROSA – ... nós temos aqui um tributo que financia, sim, saúde, previdência, assistência social. São questões caras ao Estado brasileiro. Acreditamos que esses 262 que foram agraciados com um projeto a seu favor e que já foram agraciados inclusive em outras ações aqui que eu narrei, no caso da tese do século –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles já também exigiram da Fazenda que ela arcasse com seus compromissos –, teriam sim capacidade de arcar com esse tributo em prol da seguridade social.

Enfim e me dirigindo para o final dessa digressão, é de se dizer que não cabe aqui a gente citar regimes tributários específicos como o presumido para justificar que uma empresa não deveria pagar a CSLL e outras deveriam. Veja, se o próprio presumido paga a CSLL assim, não entendo cabível essa discussão pelo fato de que há algum regime tributário diverso daquele geral, não cabe a discussão aqui de falta de isonomia ao não se cobrar um tributo a todos os outros contribuintes imposto.

É isso.

Muito obrigado, Senadora, Senadores, plateia.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Obrigada pelos esclarecimentos.

Eu queria passar agora para minha colega. É Senadora, viu? Vocês cumprimentaram todos... É Senadora Rosana Martinelli, é Senadora. Em nome de todos os Senadores, mas é essa questão da mulher. Eu quero aqui passar para minha colega Rosana Martinelli fazer as perguntas aos nossos palestrantes.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Está certa. Eu quero parabenizar, Senadora Zenaide. Eu acho que é através do diálogo... E é excelente quando nós temos a oportunidade de discutir, de opinar, de ouvir numa audiência pública. Então, eu quero realmente te parabenizar por esta audiência, que está presidindo com muito esmero.

Eu quero colocar a minha preocupação na questão jurídica, porque, como administradora e empresária, eu me coloco também no lugar dos empresários e vejo com muita preocupação a questão dos investimentos. Quem vai investir num país que não tem segurança jurídica? Isso é um absurdo.

Nesse Projeto de Lei 596, o nosso colega Senador Hamilton Mourão foi muito preciso, juntamente com o nosso colega Relator Sergio Moro. É essa a preocupação. E eles estão propondo um meio-termo: que, de 2016 para cá, se pague um parcelamento que seja justo, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

partir do momento do reconhecimento do STF, lá em 2016, porque até lá realmente tinha essa possibilidade. A partir do momento em que teve esse reconhecimento da repercussão geral, aí, sim, foi que se chegou e se pacificou.

Agora, nós não podemos aceitar, de maneira nenhuma, que o STF passe novamente por cima de todos nós, como tem, consequentemente, agora, muitas vezes, passado por cima da Câmara dos Deputados Federais, do Senado, como fez anteriormente e fez neste ano. Passando por aqui, decide-se, aí se recorre para o STF e vem de volta, para nós discutirmos, como foi com a desoneração da folha.

Então, nós não podemos, nós temos que ter respeito com os empresários que fazem acontecer neste país, porque é muito difícil você ser empresário neste país. Eu não estou aqui discutindo... E eu acho também injusto quem não paga imposto, porque tem que pagar imposto, eu concordo plenamente, mas, se a Justiça deu esse direito, ele tem que ser respeitado – está transitado em julgado, gente! –, porque, senão, de que adianta esta Casa estar discutindo agora a reforma tributária? Senão, daqui a alguns dias, lá vem de volta, e recorrem para o STF, e volta para cá, e nós estamos discutindo... Ou algum segmento que vai perder, ou vai ganhar... E vai voltar a se discutir.

Então, é muito preocupante.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Rosana, eu só queria perguntar... Você vai fazer essa pergunta sobre insegurança jurídica e eu diria que ela seria para, no caso, o Leonardo Curty, porque ele é, justamente, a atuação judicial perante o Supremo.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Tudo bem. Pode ser.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Só estou perguntando, pode continuar a falar. Mas pode ser para quem vai responder aí.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós temos que entrar em um acordo, nós temos que colocar ordem neste país, Senadora. Temos que respeitar as leis que eram... Agora se volta tudo. Quem é o investidor que vai investir no nosso país? E a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente se preocupa, porque nós precisamos, este Governo precisa mostrar credibilidade para que venham investidores para o nosso país.

Aí, quando acontece esse tipo de situação, não dá. Nós aqui, o pequeno, o médio e o grande... Também fica difícil para todos. Nós sabemos que o pequeno sempre é o que paga, o que não tem recursos e que acaba não recorrendo, mas sabemos também, Sr. Gustavo, que a Receita também... Em cinco anos, se você tem um direito, ele prescreve. Então, hoje, também tem esse problema. Vem se cobrar até 2007?

Então, acredito que esse projeto do Senador Mourão, com a relatoria do Sergio Moro, com o conhecimento que eles têm, mostra o equilíbrio de 2016 quando fala que realmente se pacificou e tem que ser cobrado. Eu acho que tem que se entrar num acordo, eu acho injusto cobrar de 2007 e 2008, porque, senão, cada vez mais, não adianta esta Casa estar discutindo a reforma tributária, porque é um perigo. Daqui a um tempo, volta assim: "Ah, não, o que eu paguei, o que eu deixei de pagar, que estava acobertado hoje, não vai valer daqui a dez anos".

Nós temos que colocar ordem nesta Casa, Presidente, não é possível. Nós sabemos que o Governo precisa arrecadar, que o gasto está descontrolado, mas precisa gastar bem. Precisa arrecadar? Precisa. Agora, não pode passar por cima de uma segurança jurídica do que valia.

Você tem a segurança como médica, aí, de repente, lá vem, a Zenaide cometeu algum, se você... Graças a Deus, você não responde a nenhum processo. Se você respondesse por um processo, daqui a dez anos, cinco anos, você voltaria a responder aquele mesmo processo que você ganhou transitado em julgado?

Então, é uma insegurança, e nós precisamos ter uma responsabilidade muito grande.

Eu te parabenizo justamente por causa disso, porque este é o local de discutir, é este o local de nós colocarmos o posicionamento e entrarmos num acordo. E só através da audiência pública que a gente tem oportunidade de ouvir, aprender.

Então, eu quero direcionar a pergunta, já que eu tenho que fazer a pergunta: qual é a segurança jurídica nossa, neste país, se já estava transitado em julgado e agora se volta para trás? Qual é a segurança jurídica que nós temos neste país?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Vai responder o Sr. Leonardo, sobre a segurança jurídica para a nossa colega, a Senadora Rosana.

O SR. LEONARDO CURTY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadora Rosana.

Em primeiro lugar, quero parabenizar V. Exa. pelas palavras, porque conseguiu resumir exatamente todo o "juridiquês" com que a gente talvez tenha gasto muito mais tempo para dizer aqui. Em palavras bem mais compreensíveis, foi diretamente ao ponto da questão.

Eu tento responder com a mesma qualidade, a mesma objetividade de V. Exa.

Senadora, segurança jurídica é exatamente o que a senhora disse, é as leis do país serem mantidas porque tem presunção de constitucionalidade. E foi o que o Supremo fez em 2007.

É que, talvez, para nós do campo jurídico – e aí me incluo também –, tenha uma certa confusão entre coisa julgada e segurança jurídica, mas são coisas totalmente diferentes. Segurança jurídica é você ter previsibilidade de que o orçamento que você respeita, o ordenamento que você respeita está submetido a uma Constituição. Então, quando a Sra. Senadora diz que está votando uma reforma tributária e espera que ela seja mantida, eu digo a mesma coisa a V. Exa.: nós também. Por isso, nós temos o Supremo Tribunal Federal para manter essa presunção de constitucionalidade e exclusivamente afastar do ordenamento aquelas normas, ainda que aprovadas pelo Parlamento, que não se coadunem com o texto constitucional. E foi exatamente o que o Supremo fez. Em sua manifestação vinculante, concentrada, objetiva, o Supremo disse: "A lei aprovada pelo Parlamento é constitucional", ponto. Essa é a segurança jurídica que nós temos.

E aí vamos analisar os pontos individuais.

Determinado contribuinte que teve uma decisão, uma coisa julgada – que é diferente de segurança jurídica – em outro ambiente, em que o Supremo ainda não tinha dito isso, é óbvio que vai se sentir atingido por essa coisa julgada. E esse é o ponto que o Supremo veio a decidir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui veja, Sra. Senadora, senhores colegas, que a gente está tratando de uma matéria eminentemente constitucional. Surpreende-me a contradição dos colegas ao dizerem que a Fazenda devia submeter à decisão do STJ quando a matéria é constitucional. Os próprios colegas dizem que a discussão é constitucional.

E o parecer da PGFN – até um colega que me antecedeu disse que ele deveria mencionar o precedente do STJ – pode muita coisa, mas não pode prever o futuro: o parecer é de fevereiro, a decisão do STJ é de abril. E por que a PGFN continuou determinando a cobrança e orientando a Receita Federal a cobrar? Porque a matéria é constitucional e quem dá segurança jurídica sobre as questões constitucionais no nosso país é o Supremo Tribunal Federal.

E mais, Senadora, eu digo que a lei do parcelamento nesse caso – peço todas as vênias por talvez levantar um ponto de discordância –, esse tipo de parcelamento direcionado e individualizado, pelo contrário, cria insegurança jurídica porque são normas com que ninguém contava; elas não existiam naquele cenário de previsibilidade. Segurança jurídica, repito, é previsibilidade.

As normas não existiam quando a discussão estava sendo entabulada no Judiciário. As normas vão ser criadas por ocasião, e posso dizer, com experiência de causa, que são normas que normalmente são nefastas à posição do empresariado de maneira geral: quem não está sendo atingido por esse parcelamento especial se sente lesado porque teve boa-fé, pagou o tributo devido no momento certo, deveria ter entrado na discussão judicial, porque agora vai poder pagar com um benefício melhor; isso incentiva a litigância, ou seja, mais ações judiciais, criando mais demanda para o Judiciário, que demora mais tempo para decidir e cria mais insegurança jurídica; e, via de consequência, menos gente adere ao pagamento espontâneo de tributos, porque passa a valer a pena a litigância.

Só para fechar e não perder todos os temas que foram abordados, esse tipo de parcelamento específico é algo que já foi tentado em diversos momentos da arrecadação tributária e, na prática, se mostrou muito ruim para a arrecadação por parte da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Desde 2000, a gente já teve Refis 1, Paes, Paex, Refis 2, Refis 3, todos os parcelamentos que resultaram em aumento de litigância, porque os contribuintes impugnam as regras dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parcelamentos, os contribuintes, muitas vezes, discutem as providências que administrativamente precisam ser tomadas para organizar esses parcelamentos e, muitas vezes, não veem interesse prático em aderir a esse tipo de recolhimento.

Por isso que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional preferiu um modelo diferente, um modelo de segurança jurídica, de previsibilidade. Por isso que hoje nós temos um sistema de parcelamento perene, ele está disponível desde hoje, desde sempre. Ele não é esse parcelamento extraordinário, é um parcelamento perene da Lei 10.522, de 2002. Então, esse parcelamento está disponível para todos os contribuintes, inclusive para esses que, porventura, precisem desse sistema de parcelamento com relação a esses créditos tributários em discussão.

E a PGFN não é inimiga do empresariado de maneira alguma: é o empresariado que mantém a economia do país funcionando. Por isso, ela tem um sistema de transação tributária, em que os procuradores da Fazenda se sentam com os empresários, escutam e avaliam as medidas que permitem a esses empresários quitar a dívida da melhor maneira possível para ambas as partes. E isso tudo, Sra. Senadora, acaba sendo colocado de lado quando a gente tem a sinalização do Parlamento de que é possível o atendimento desses interesses com uma norma específica, uma norma especial. Isso é insegurança jurídica, é abrir brechas num sistema em que você tinha previsibilidade.

Então, justamente eu concordo com a senhora que a gente precisa, sim, de segurança jurídica para investir no país. O empresário que se senta aqui e me pergunta hoje: "Leonardo, eu vou comprar uma empresa com débitos tributários. O que é que eu posso fazer?". Eu vou falar para ele: "senhor investidor estrangeiro, o senhor vai ter duas opções no âmbito federal: o parcelamento da 10.522 e a transação tributária, que a gente vai negociar direto com a Fazenda".

Amanhã, se essa lei é aprovada, ele vai vir me culpar. Ele vai falar: "olha, você disse que eu só tinha duas opções, mas, olha, saiu uma lei ontem que criou uma terceira opção, que é muito melhor". Aí eu vou falar: "senhor investidor estrangeiro, sinto muito, mas eu não tinha como prever isso". Isso é uma situação de total insegurança. O investimento que porventura você se sentou e fez a transação com a PGFN, se ele foi menos vantajoso para você, eu sinto muito, porque foi criado um cenário de imprevisibilidade. A situação, para você, ficou pior do que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

daquele que apostou na mudança do regime e na criação de um puxadinho para ele ter uma condição melhor. Isso é insegurança jurídica. Então, vejam, coisa julgada não é insegurança jurídica.

Só para encerrar, o último ponto que eu queria deixar muito claro é a questão do passivo que está sendo cobrado. A prescrição tributária é de cinco anos. Isso é imutável, isso é inegável. A Fazenda Nacional e a Receita Federal cobram os fatos geradores dos últimos cinco anos. Se existe alguma empresa com passivo de 15 anos, é porque, desde 2011, ela está sendo cobrada. Desde 2011, ela sabe que aquela coisa julgada dela está sendo rediscutida. Então, desde 2011, ela não pode falar em surpresa, porque ela está sendo cobrada. Esse passivo só foi gerado porque ela apostou na litigância. Apostar é um termo ruim, eu reconheço, talvez não no sentido de sorte, mas no sentido de razoabilidade, em que ela avaliava a possibilidade de ganhar ou perder. E, de fato, ela fez uma opção e agora vai arcar com uma opção, porque ela está sendo cobrada desde lá de trás. A Fazenda só cobra os últimos cinco anos. Passivo de 15 anos é de empresas que estão discutindo desde então. E ela, sinceramente, pelo menos não consigo enxergar dessa maneira, não pode alegar situação de surpresa, ter sido surpreendida pela cobrança.

Só para encerrar – e aqui eu prometo que é para encerrar –, o Supremo Tribunal Federal não modulou os efeitos, mas afastou as multas, todas as multas para as discussões com relação a essa questão da cessação de efeitos da coisa julgada. Então, ainda que um empresário diga que não houve má-fé, portanto não deve ser aplicada a multa, isso já foi considerado pelo Supremo Tribunal Federal, e o Supremo afastou todas as multas nesse tipo de cobrança de passivo.

Agradeço. Peço desculpas por ter estourado o tempo da minha resposta.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Você tem direito a uma réplica aqui, de poucos segundos.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discursar.) – Eu acredito, Senadora, que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos pedir realmente para que, se formos nessa linha... Já faz 17 anos, não é? Então, nós vamos pedir, realmente, o cancelamento e pedir pelo Decreto 20.910, de 1932, que tira o parcelamento de cinco anos, a dívida de cinco anos, a prescrição de cinco anos.

Então, é muito preocupante. Quando vem, são muitos anos para você voltar. E as empresas que fecharam? Como ficam as empresas que não estão mais no mercado?

Então, tem que pedir. Eu acho que quando... Eu acredito que todas as vezes em que o STF vem e interfere em decisões – porque justamente ele tem que mostrar e ele é o guardião da Constituição – demonstra e nos mostra que nós temos que ficar realmente alerta, que estamos no canal vermelho. Então, acredito que... Vamos lá! Então, vamos pedir a prescrição de cinco anos através do Decreto 20.910, de 1932.

Muito obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Passo agora para o nosso Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discursar.) – Bem, primeiro, cumprimento a Senadora Zenaide, a Senadora Rosana, cumprimento todos os convidados pelas exposições, com perspectivas e pontos de vista, todos eles, relevantes – não há nenhuma dúvida em relação a isso.

Este debate não pode ser tratado como: setor privado é bom e setor público é mau ou setor público é bom e setor privado é mau. Eu acho que aqui não é uma discussão sobre bem e mal. Nós não temos empresas inescrupulosas não querendo pagar tributos, e não queremos um Estado querendo recolher esse dinheiro para amparar a saúde daqueles que recorrem ao SUS.

Se a gente for falar em moralidade mesmo, aí a gente tem que falar, por exemplo, do perdão das multas das empreiteiras que se envolveram corrupção, que este Governo acolheu de bom grado; a gente tem que falar do perdão da multa aplicada à JBS e J&F, que se envolveram comprovadamente em corrupção. E esse dinheiro ia para os cofres públicos para custear serviços, obras públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, este aqui é um debate absolutamente diferente. O debate que se faz aqui é sobre a questão da segurança jurídica. E aqui temos fatos que são muito objetivos: empresas brasileiras, que merecem o respeito da lei e das instituições, tinham coisas julgadas individuais ao seu favor, dizendo que não tinha necessidade de contribuir com a CSLL. Veio o Supremo Tribunal Federal, em 2007, e decidiu, numa ação direta de inconstitucionalidade, de maneira diferente: que a contribuição era devida. Mas, Senadora Zenaide, o Supremo Tribunal Federal não tratou da questão relacionada àqueles que já tinham coisas julgadas individuais. E, nessa questão, a Fazenda adotou uma posição, os contribuintes adotaram outras – cada um fez suas escolhas jurídicas –, mas ela só foi solucionada definitivamente pelo Supremo Tribunal Federal em 2023. Quem demorou para resolver essa questão foi o Supremo Tribunal Federal. E vejam que os contribuintes e as empresas, ainda nesse interregno, conseguiram um posicionamento favorável do STJ, dizendo que o imposto não era devido.

Quando vem a decisão do Supremo Tribunal Federal, você tem aí uma questão de modulação. O Supremo fez uma opção que, na visão do Senador Hamilton Mourão, na visão dos Senadores que aprovaram o projeto, embora modificado na CCJ, não é a melhor solução, porque implicaria a necessidade de pagamento desde 2007 por aquelas empresas. E aí você tem uma situação: sim, várias empresas depositaram; e as que não depositaram como é que ficam? Vão ter que pagar também esse tributo durante todo esse período? Sim, pode ter havido lançamento e ter havido essa cobrança, mas tinham a coisa julgada individual a seu favor.

Então, o que foi feito no projeto foi buscar uma solução dos efeitos dessa decisão do Supremo, uma temporização, uma modulação temporal, que parece ao Parlamento mais adequada, porque respeita, sim, o que é devido à Fazenda e estabelece o que tem que ser pago a partir de 2017, fixando esse marco temporal do momento em que foram levantados os temas em repercussão geral – e ali, a meu ver, era uma sinalização do Supremo de que ele poderia rever o entendimento que havia então consolidado do Superior Tribunal de Justiça – e, do outro lado, estabelecendo essa remissão para trás.

O problema que houve aqui – e aqui eu vou ser franco e tenho que fazer uma crítica ao Governo – foi que, desde o início desse projeto, nós tivemos dificuldade em colher informações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Governo Federal quanto à repercussão econômica. Quantas empresas estão nessa situação? Quais são as repercussões específicas? O Dr. Gustavo mencionou agora R$9 bilhões, salvo engano. A informação que eu recebi da PGFN – e ainda de maneira informal, não nos foi passada de maneira muito clara – foi a de que haveria um valor total de cerca de R$6 bilhões ou de R$7 bilhões, considerando as multas. Agora, mesmo assim, eu não tenho com clareza se isso aqui envolve depósitos judiciais ou envolve empresas que não depositaram, que têm apenas o valor lançado.

Então, às vezes fica difícil, também, para o legislador exercer a sua tarefa quando não tem uma contribuição clara, por parte do Governo, quanto às consequências da decisão. E vou dizer aqui que diversas vezes esse projeto não foi votado na CCJ, a pedido do Governo, para que o Governo providenciasse esses dados. E o Governo aqui, o Dr. Gustavo, não providenciou, não providenciou esses dados com clareza. Agora, se nós formos pegar uma empresa que confiava na coisa julgada, que confiava na segurança jurídica, e ela tiver que, de repente, pagar, porque foram lançados tributos que remontam a 2007, 14 anos, a empresa vai acabar fechando, vai ter dificuldade em prosseguir.

A solução que nós propusemos – a meu ver é uma solução salomônica – estabelece: olha, a partir de 2017 paga, inclusive depósitos judiciais são convertidos em renda, em definitivo; o que fica para trás é devolvido. Nós até cogitamos, Dr. Gustavo – já que foi depositado, quer dizer que a empresa tem condições de arcar e não vai sofrer impacto econômico –, estabelecer que também os de 2017 para trás seriam convertidos. Mas aí nós ficamos na seguinte situação: poxa, mas vai prejudicar a empresa que optou exatamente por fazer o depósito, e isso vai acabar sendo um incentivo para que não se deposite mais em juízo. Então, é uma decisão difícil, mas nós acabamos optando por essa solução específica.

Então, assim, o que eu pediria aqui, Senadora Zenaide, e acho que isso é muito importante, é que nós não tratemos esse tema aqui como "uma disputa entre o bem e o mal", "empresas inescrupulosas e Governo bom", ou mesmo vice-versa, o Governo é que é mau e as empresas é que são boas. Não. Essa é uma situação concreta de insegurança jurídica que foi gerada pela demora do Supremo Tribunal Federal em resolver a questão, em definir a questão entre 2007 e 2023. Simples assim. E nem aqui estou colocando a pecha de vilão no Supremo Tribunal Federal. Não. A gente sabe que infelizmente o processo judicial é demorado e, muitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes, levou todo esse tempo para se consolidar o entendimento no Supremo Tribunal Federal sobre esse tema, porque é um tema controvertido na doutrina, na jurisprudência acerca do alcance dos efeitos *erga omnes* ou vinculantes de uma decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em relação a fatos pretéritos, inclusive à coisa julgada.

Então, esse projeto, a meu ver, não tem nada de extraordinário, apenas tenta dar uma solução melhor do que aquela que foi dada pelo Supremo Tribunal Federal. Também não se sobrepõe ao Supremo Tribunal Federal, porque cabe sim... O Congresso tem competência, tem atribuições para dispor sobre tributos e, aqui, nós buscamos uma solução específica para esse tema.

A indagação que eu faria aqui, a única, respeitando... Eu ouvi todos os expositores, respeito as perspectivas de cada um deles, mas faria uma indagação ao Dr. Gustavo se tem esses dados aqui, ou para providenciá-los depois, para ficar mais claro para nós, legisladores que vamos nos debruçar sobre esse projeto, o quanto nós temos disso. Se são realmente R$9 bilhões em depósito judicial e o quanto são valores lançados que vão ser cobrados, ou o quanto são valores que sequer ainda foram lançados. Aí nem seriam afetados pelo projeto, já que é uma remissão apenas para trás de 2017. Se tiver esses dados específicos, a meu ver, seria muito interessante aqui para nós termos isso.

O SR. GUSTAVO SALTON ROTUNNO ABREU LIMA DA ROSA (Para expor.) – Obrigado, Excelência.

Como eu havia falado anteriormente, os dados que a gente tem são provisórios. A gente os coletou faz pouco tempo. Ainda não veio do nosso órgão que é competente para esse estudo, que é o nosso Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros. Então, esse requerimento teria que ser feito para a Receita Federal, para que providencie esse cálculo e que se encaminhe ao Ministério da Fazenda. Vem um número para cá, o projeto tem um número, sobre o qual pode se discutir.

O que a gente tem hoje, coletado dos sistemas da Receita Federal, é algo em torno de R$2,3 bilhões lançados e suspensos. Desses aí, algo em torno de R$1,5 bilhão em depósito judicial e, dentro da Procuradoria, inscritos em dívida ativa, algo em torno de R$7 bilhões, dados de março. Pode ter aumentado até agora e a esse último dado a Receita Federal não teve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acesso, especificamente, até o momento. Isso teria que ser feito, para se ter acesso a ele, mediante requerimento.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discursar.) – Só um adendo aqui.

Então, veja, esse projeto nós apresentamos já faz um bom tempo e nós, na CCJ, sucessivamente, suspendemos o debate, o retiramos de pauta, com a promessa do Governo de apresentar esses dados. E esses dados nunca foram apresentados.

Bem, o governo é a Receita, é a Procuradoria-Geral da Fazenda. Para ser justo, a Procuradoria-Geral da Fazenda nos apresentou alguns dados, mas dados que nos parecem incompletos.

Então, se são R$2 bilhões, quanto disso se refere a depósitos a partir de 2017 e quantos são anteriores? Estes são dados relevantes, mas eu não tenho. Agora, quem pode providenciar isso? É o governo!

Agora, em relação aos valores lançados: se são R$9 bilhões, com R$2 bilhões depositados, isso quer dizer que nós vamos cobrar R$7 bilhões de empresas privadas, o que pode significar aqui, para várias delas, a quebra.

E eu acho que essas empresas merecem muito mais respeito do que aquelas que corromperam e que foram premiadas, agora, por este governo com o abatimento das multas penais, porque aquelas, sim, cometeram crimes; essas fizeram uma aposta... E, a meu ver, também não é o termo correto, mas fizeram uma escolha, com base num entendimento jurídico, num planejamento tributário, e fizeram a escolha errada, talvez. Não foi aquele entendimento que prevaleceu.

Mas nós precisamos encontrar uma solução, porque essas escolhas, apesar de não terem sido as melhores, foram escolhas lícitas, que não são escolhas criminosas.

Agora, o que eu pediria à Receita, reiterando – mas eu creio que nós temos que votar esse projeto, porque nós estamos esperando isso há muito tempo –, é que tivéssemos uma precisão nisso: de quanto nós estamos abdicando, de fato, em relação, por exemplo, a depósitos judiciais, se o marco temporal for em 2017?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu vejo das duas maneiras: assim como, se nós aprovarmos o projeto, nós podemos gerar, sim, uma diminuição da receita arrecadada pelo Governo, do outro lado, nós poupamos empresas que fizeram uma escolha lícita, pela destruição, por conta de terem que arcar com uma decisão que deveria ter sido tomada em 2017, e foi tomada apenas em 2023 – o esclarecimento desse ponto.

Então, esse é o espírito do projeto, e aqui, como eu disse, não é o objetivo ficar apontando o dedo para ninguém; é apenas dar uma solução que nos parece melhor – e que se encontra dentro das opções da liberdade de conformação do legislador – do que a opção de modulação temporal que foi feita pelo Supremo Tribunal Federal nessa decisão em 2023.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – De qualquer maneira, fica registrado aqui o pedido dessas informações, que se podem registrar aqui.

Agora, eu quero usar da palavra para fazer minhas perguntas.

Pela primeira vez, eu vou perguntar – ninguém perguntou – aos advogados tributaristas.

Primeiro, eu não disse, em nenhum momento, que era má-fé dos empresários. O que eu disse é que eles tinham o conhecimento da lei, certo?

Esta é a pergunta que eu faço: tinha alguma empresa que não conhecia essa lei que resolveu investir, de 2007 para cá, quando o Supremo disse que a CSLL tinha que ser cobrada? É a pergunta que eu faço para ele.

Mas deixe-me fazer para os outros também.

Para o representante, Dr. Leonardo Curty, da Procuradoria-Geral da Fazenda.

Com o PL nº 596, de 2023, propondo a extinção de mais de R$2,33 bilhões em débitos do CSLL – não estou falando aqui da dívida ativa, que chega a uns R$7 bilhões, o que foi informado, mas que V. Ex. pediu, e a gente precisa realmente saber de dados –, além da devolução de R$1,54 bilhão em depósitos judiciais, quais seriam os impactos dessa medida para o equilíbrio fiscal do Brasil, especialmente considerando a necessidade de recursos para setores essenciais como a saúde e assistência social?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes, eu queria dizer aqui o seguinte: responsabilidade fiscal é dos três Poderes, não é de um deles. A responsabilidade fiscal deste país é do Congresso, é do Poder Judiciário e é do Poder Executivo. Então, nós temos que ter muito cuidado com essa remissão de dívidas, porque vai impactar nisso.

Aqui se fala muito, o Governo gasta muito, e eu não sou a favor de irresponsabilidade fiscal, mas vamos deixar claro que renúncias fiscais influenciam em responsabilidade fiscal?

Isso é responsabilidade da gente também! Nós não podemos estar cobrando aqui responsabilidade fiscal, e fazendo renúncias fiscais bilionárias, porque, senão, não vai ter como cumprir isso.

A segunda pergunta – ainda para o Leonardo – é: a proposta de perdão e devolução de valores vinculados a ações judiciais pode ser interpretada como incentivo à sonegação e litigância tributária? Como a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional vê essa medida, em termos de precedentes, para as futuras disputas fiscais e o incentivo ao não pagamento de tributos?

Agora vou para ele. Estou fazendo o correto aqui.

Com a Receita Federal tendo que devolver R$1,54 bilhão em depósitos judiciais e extinguir mais de R$2,33 bilhões em dívidas, como isso afetaria a arrecadação tributária futura e a credibilidade do sistema de cobrança fiscal do país?

Pergunta dois para o senhor...

Isso aqui que eu estou falando não é só para nós Parlamentares. Pais e mães de família deste país têm que conhecer para onde vão os seus impostos, e por que estamos pagando Contribuição Social sobre o Lucro Líquido? Porque queremos salvar vidas, e isso é destinado para a saúde. Isso é real, gente.

A pergunta dois: caso o projeto de lei seja aprovado, a Receita Federal do Brasil precisaria implementar novas regras de parcelamento para débitos posteriores a 2022? Quais seriam os desafios administrativos e financeiros de operacionalizar essas mudanças e qual o impacto esperado na recuperação de receita para o Orçamento público, gente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mérito que eu considero aqui – segurança jurídica –, pela primeira vez, eu não acho que...

Não é pela primeira vez! Começou isso aí... De 2007 para cá, todos tinham conhecimento de que tinham a obrigação de pagar a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Quem preferiu continuar fazendo depósito judiciário, eu não estou dizendo aqui que é de má-fé, mas que tinham conhecimento de que vinham investir num país...

Eu quero que ninguém vá investir no exterior e burle as leis lá. Crie essa...

Aí é insegurança jurídica: uns pagam, outros não pagam...

E quem pagou durante esses anos? Como vai ficar? O Governo vai ter que... O Governo não; a Receita Federal e todos dirão aquilo que eu costumo dizer, porque muitas vezes eu disse: "A Receita Federal cobra muito imposto". Eu digo: não é para os funcionários da Receita Federal. Quando ela deixa de arrecadar, ela deixa de arrecadar para a saúde, para a educação, para a segurança pública deste país.

Então, as perguntas são essas, e eu vou esperar a resposta.

Primeiro, como eu disse a ele: "Como é que pode? Para os tributaristas ninguém fez as principais perguntas".

O SR. ALEXANDRE RAMOS (Para expor.) – Senadora, muito obrigado por sua pergunta.

Em relação a sua pergunta, se ela é objetiva, se eu posso afirmar que o contribuinte tinha ou não, se todos eles tinham conhecimento ou não tinham conhecimento, a resposta é que é impossível de responder. Eu não posso responder pelo outro, se ele tinha ou não conhecimento de que ele tinha que pagar. Existe uma presunção de lei de que todos devem conhecer a lei. Então, objetivamente, eu não posso lhe responder "olha, todos os contribuintes tinham conhecimento". Tinha a presunção de que tinham.

Mas o sistema, Senadora, permite que se discutam as leis, e é isso que o contribuinte busca legalmente: fazer uma discussão da aplicação, uma discussão da legalidade daquela norma ou da constitucionalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quando a gente coloca aqui o ponto, a gente coloca em relação àquele contribuinte que teve uma decisão judicial favorável a ele, e a decisão judicial é um comando judicial que dizia: "Receita Federal, deixe de cobrar este contribuinte, porque eu, juiz, eu, Judiciário, no controle... A gente tem controles de formas diferentes da inconstitucionalidade da norma, mas eu, Judiciário, neste momento, estou dizendo que, para este contribuinte, individualmente, você, Receita Federal, está obstada, está proibida de cobrar".

Então, esse contribuinte tinha, sim, a certeza de que ele não deveria pagar aquele tributo, porque ele tinha uma decisão judicial que lhe amparava, e essa decisão judicial se arrastou ao longo do tempo.

Outras decisões, outras tentativas de discutir o assunto entraram no Judiciário. A Receita e a Procuradoria foram tentando combater isso.

Inclusive, essa pergunta, assim como várias afirmações que aqui foram postas, são válidas e pertinentes para todos os lados. Basta que o interlocutor – eu ou o colega – mude de posição na cadeira, e a pergunta e a afirmação continuam sendo válidas, porque eu posso devolver a pergunta dizendo: "A Receita Federal, a Procuradoria, tinha conhecimento de que aquele contribuinte individual estava desobrigado de pagar?". Sim, tinha; e por vezes continuava cobrando.

Então, é uma questão de equilíbrio das normas.

É neste sentido que eu digo que, para aquele contribuinte, Excelência, que tinha a sua decisão individual, ele não tinha dúvida; ele tinha certeza de que não deveria recolher aquele tributo. E, aí, falamos da segurança jurídica para aquele contribuinte, porque aquele contribuinte tinha essa certeza; ele não tinha nenhuma dúvida. Ele começou essa discussão, e o Judiciário lhe deu amparo.

Ora, o Judiciário continua, em ações individuais, discutindo o assunto, mas eu já tenho a minha ação individual, transitada em julgado, favorável para mim.

Quando o colega bem fala que a União tem o seu orçamento e que a Receita tem que cobrar, a empresa também tem orçamento. E aí, quando ela vai fazer o orçamento dela, ela fala:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Contribuição? Eu vou pagar a contribuição?". Não, não vai, porque você tem uma decisão judicial que lhe diz que você não paga a CSLL.

Então, as afirmativas, as afirmações aqui, por vezes valem para os dois lados.

Então, esta é a resposta que eu posso lhe dar: efetivamente, a segurança jurídica de quem tem uma decisão transitada em julgado, desde sempre é muito grande. E aí, quando isso se altera lá na frente, a modulação dos efeitos da decisão do STF, que vem só agora, muito recentemente, deveria resguardar essa segurança, resguardar essa ação que o contribuinte tomou com base em decisão jurídica, que o salvaguardava.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Minha réplica: tinham o conhecimento de que a cobrança da CSLL era constitucional desde 2007, e, sinceramente, eu não acredito que não tivessem. Tanto, que optaram por fazer... Sabiam que era tão inseguro, que fizeram depósitos judiciais.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Não, você não tem mais direito; só eu, à réplica.

Certo.

Agora eu quero ouvir os outros debatendo.

Eu vim a Brasília – nesta semana, não tinha nenhuma sessão deliberativa – para dar oportunidade de debater algo importante, que é justamente isto: não pode ter uma lei que beneficie individualmente.

Quando a gente fala de Parlamento e de lei, tem que ser para o coletivo, gente. Você não pode pegar e privilegiar duzentas e poucas pessoas que não vão pagar algo que é importante.

Quando você falou do Orçamento, você falou muito bem. A gente tem o Orçamento, e esse imposto aqui é sobre o lucro líquido. Depois que a empresa pagou todas as suas despesas, ela sabia que tinha que contribuir com essa parte social.

Mas agora eu vou aguardar os dois a quem perguntei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO SALTON ROTUNNO ABREU LIMA DA ROSA – Dr. Leonardo, prefere começar ou eu começo?

O SR. LEONARDO CURTY (*Por videoconferência*.) – Pode começar, Gustavo. Fique à vontade.

O SR. GUSTAVO SALTON ROTUNNO ABREU LIMA DA ROSA (Para expor.) – Perfeito.

Então, em relação à pergunta, o que é que acontece, tendo a Receita Federal que devolver os recursos por ela lançados e não cobrados ou mesmo aqueles depositados em juízo?

Faltar dinheiro é a primeira coisa que acontece. No entanto, é um dinheiro complicado esse, porque é aquele dinheiro que o contribuinte fica aberto para fazer seus PER/DCOMPs. Então, é um dinheiro que sai do caixa da União com uma razoável velocidade.

Um reparo que eu gostaria de fazer, em relação a um dado que foi apresentado anteriormente, é que a Receita tem lançados e suspensos, por decisão judicial, algo em torno de R$2,3 bilhões, dos quais R$1,54 bilhão está depositado em juízo, e, na Procuradoria, há outros R$7 bilhões inscritos em dívida ativa, dos quais nós não sabemos o quanto se tem de depósito em relação a eles.

Então, não é inteiramente correta a afirmação de que serão cobrados R$7 bilhões da empresa; provavelmente, esse número é maior. Há recursos em relação aos créditos inscritos em dívida ativa que já estão depositados em juízo.

E, aí, sim, essa observação acho bastante pertinente. Os dados são muito importantes para subsidiar a decisão parlamentar, e nisso eu me filio aqui às falas das Senadoras e do Senador, em relação a que, sim, é importante nós reconhecermos que, em sede de Receita Federal, até em Procuradoria, há uma enorme dificuldade em dar conta da quantidade do volume de informações requeridas pelo Parlamento, por diversos outros órgãos, em relação a aspectos tributários.

Não é muito simples fazer essas contas; os setores não são muito pungentes em termos de recursos e pessoas. Então, às vezes demora, há uma necessidade de priorização. Fazemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui a nossa mea-culpa, no entanto pedimos compreensão e também demandaremos que essas informações cheguem, para que o debate fique qualificado em relação a esse montante.

Em relação a qual o impacto esperado em relação ao orçamento, tendo o número, a gente vai saber o tamanho do rombo; tendo o rombo, alguém vai ter que cobrir o rombo ou uma despesa vai ter que ser tirada do orçamento da União; não tem muito outra saída.

O nosso orçamento é fechado; é a natureza dele. Para cada receita estimada, tem uma despesa correspondente; se você mata uma receita, tem que matar uma despesa ou achar outra; não tem muita alternativa. Então, ou alguém teria que pagar essa conta no lugar deste que não vai pagar, ou alguém que teria um recurso público destinado para esse novo orçamento não o vai receber.

Em relação também à segunda pergunta, uma coisa que nos traz um pouco de preocupação – e aqui gostaríamos de externar – é em relação à possibilidade de abrir um precedente. Essa é uma das matérias que foi julgada agora no âmbito dos repetitivos lá no Supremo. Imagino que não vai ser a última, e, se a cada vez a gente tiver que tomar uma atitude dessa, isso causa uma preocupação.

Então, para cada vez que a Procuradoria vai ao Supremo defender uma matéria em relação a uma temática desse assunto, ela vai ter que se preocupar com um possível projeto de lei reunindo créditos tributários já lançados por sua própria orientação em relação à Receita Federal. Isso causa muita preocupação, e aí me filio ao colega Curty: é muita insegurança na atividade vinculada que nós temos.

Acredito que seja isso.

Agradeço a V. Exas., aos nobres pares aqui de mesa, aos colegas e aos demais que acompanham.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Eu não vou nem ter tréplica para ele, gente. Agora, as perguntas que eu estou fazendo aqui é para o nosso representante da Procuradoria. Pode passar para ele aí para responder para mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO CURTY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora, mais uma vez.

Eu acho que a senhora fez muito bem o papel de mostrar que a preocupação de fato é tentar entender os dois lados. Eu acho que é para isso que serve a audiência pública e aproveito para cumprimentar mais uma vez... O quanto está sendo profícuo o debate, vários pontos de vista colocados em debate, em discussão pelo Parlamento, e é de extrema qualidade a audiência pública.

Assim, só completando o que o colega Gustavo já falou, quanto à primeira pergunta, dos valores, eu acho que ele já foi muito bem; disse, de maneira muito enfática e objetiva, que é dinheiro que vai sair diretamente do caixa de maneira muito rápida, especialmente os depósitos. É inegável que no dia seguinte os contribuintes vão levantar todos os depósitos que, porventura, tenham sido feitos durante todo esse tempo. E, naturalmente, é um dinheiro que hoje está no Tesouro. Quando o orçamento anual, a LOA, foi aprovado, ele contava com esse dinheiro, porque era uma situação em que se tinha uma previsibilidade de que ele já estaria na conta do Tesouro. Naturalmente, ele vai faltar em algum aspecto, em algum ponto das receitas orçamentárias.

Eu acho que, nesse ponto, é importante a gente falar desse lado público da queda de receitas, mas eu acho que é importante, também, a gente falar do aspecto privado, porque é um dinheiro que foi sendo... Estou falando, especificamente, do depósito e também das empresas que não pagaram, porque estavam acobertadas legitimamente, diga-se de passagem. Em momento algum, eu estou julgando a subjetividade. O próprio trecho que eu li da biografia do Abilio Diniz é uma opção empresarial – eu acho que até foi o Senador Moro que assentou esse ponto. De fato, foi uma opção que ele tomou naquele momento e, talvez, para ele, tenha sido uma opção válida.

Mas o ponto a que eu quero chegar é que essa conta que vai ser cobrada das empresas que investiram na litigância, na verdade, já chegou para os concorrentes dessas empresas. É uma conta que, na verdade, os concorrentes dessas empresas já pagaram. Então, se a empresa tem que pagar R$1 bilhão, R$1,5 bilhão ou R$2 bilhões, o concorrente dela pagou. A diferença é que ele foi pagando no curso do tempo. E tomara que ele tenha se mantido saudável e passível

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de concorrer com essa empresa no mesmo segmento econômico, porque essa outra empresa que não pagou, seja porque motivo for, seja porque ela provisionou, seja porque ela estava acobertada por uma decisão judicial e, agora, não tem esse dinheiro... É óbvio que ela usou esse dinheiro para alguma outra coisa, eu não sei efetivamente por quê, porque depende da decisão empresarial que foi tomada naquele momento. Então, tem um aspecto particular, um aspecto relacionado à concorrência que é relevante de ser considerado também.

Isso tudo é para chegar a um ponto que eu já tinha começado a abordar, e eu acho que vale a pena, se não for cansativo, só repisar: isso tudo é para dizer da insegurança. Pergunto qual a segurança jurídica daquele sujeito que tinha a decisão judicial transitada em julgado dizendo que ele não tinha que pagar, veio a decisão do Supremo em controle concentrado, ele viu a decisão do Supremo e falou: "Poxa, aquela decisão individual que eu tinha está sendo abalada. Quando a Receita vier me cobrar, eu vou pagar". Ele foi lá e pagou. E, agora que ele vê o parcelamento sendo editado para o concorrente dele que resolveu investir na continuidade da litigância, ele vai se sentir numa situação de completa insegurança jurídica, porque aquela decisão definitiva em controle concentrado, que ele sabia que atingia a decisão judicial que ele já tinha, não foi levada em consideração por aquele concorrente, e foi levada em consideração por ele.

Só para terminar o último ponto da segunda pergunta, esse tipo de parcelamento específico é ruim para as receitas estatais, como a gente já falou, e é ruim para a própria postura do cidadão, do contribuinte, porque ele incentiva, cada vez mais, a litigância. E eu não estou dizendo isso, Senadora e demais Senadores e Senadoras aqui presentes, por mera elucubração. Nós temos, na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, exemplos idênticos a esses em que a litigância não cessou! O cenário de insegurança jurídica foi incrementado.

Uma discussão que a gente tinha e ainda tem era a incidência de PIS-Cofins sobre a receita financeira de bancos. Foi editada uma lei de parcelamento lá para os idos de 2010, 2012. Algumas instituições financeiras aderiram, outras não, continuaram litigando. Resultado: o Supremo teve que definir a questão recentemente, em 2023, ou seja, a litigância continuou. E continuou potencializada pelas discussões com relação às regras do parcelamento. Então, na verdade, esse tipo de disposição, esse tipo de mecanismo só cria mais deficiência no sistema, só cria complexidade no atual sistema tributário, que já é complexo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Srs. Senadores, eu peço que os senhores leiam a parte do parcelamento do projeto. É muito bem redigida, tecnicamente é perfeita. Quem é da área jurídica compreende muito bem o espírito do legislador. Agora, um cidadão, um empresário não consegue compreender aqueles termos sem uma assessoria jurídica, sem uma assessoria contábil. Ou seja, a gente vai inserir no sistema tributário mais complexidade do que ele já tem. Convenhamos, isso não é algo que precisa ser feito, não é algo necessário e não é algo que contribui para a segurança jurídica.

Então, esses são os pontos que eu queria abordar e me mantenho, obviamente, ainda à disposição, caso haja mais questões a serem feitas.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Não tem tréplica.

Eu já quero aqui agradecer a todos, mostrando a importância deste debate. Isto é um Parlamento, e a gente tem que conversar. Por exemplo, quando eu vi primeiro só tinha representação do Supremo – que não veio –, da Receita Federal e da Procuradoria. Cadê o outro lado? Quando eu cheguei aqui, tinha quatro tributaristas, cada um mostrou o seu lado. É este o papel do Parlamento, mas o papel do Parlamento é também defender o coletivo, e o coletivo se chama povo brasileiro. Nós não podemos fazer renúncias fiscais bilionárias para duzentos e trinta e poucos empresários que resolveram, optaram – isso eu não vou questionar – se basear em uma decisão judicial. Certo?

Então, não tendo mais nada a tratar, está encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 14 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 62ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Izalci Lucas, Sergio Moro, Fernando Dueire, Plínio Valério, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Margareth Buzetti, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Humberto Costa, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda do Senador Beto Faro, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Soraya Thronicke, Cid Gomes, Irajá, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Wilder Morais e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2750, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, e 12.087, de 11 de novembro de 2009, para autorizar o aumento da participação da União no Fundo Garantidor de Operações (FGO), com o objetivo de garantir as operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao projeto, com três emendas de sua autoria, e contrário às emendas nºs 1-U a 4-U. **Resultado:** Favorável à matéria, com as Emendas nºs 5 a 7-CAE, e contrário às Emendas nºs 1 a 4-U. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3096, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, e nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para "dispor sobre o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas escolas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica"." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** Favorável ao Projeto. **Observação:** À CE. **2ª Parte - Relatório do Grupo da Reforma Tributária**. **Finalidade:** Apresentação do relatório final das audiências do Grupo da Reforma Tributária. **Resultado:** Relatório lido. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/29

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Senadora Margareth Buzetti, Senador Fernando Farias e Senador Izalci, havendo número regimental, declaro aberta 62ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 29 de outubro de 2024.

Comunico que foi apresentada à Comissão o seguinte documento: Ofício nº 288, de 2024, da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 61ª Reunião, realizada em 22 de outubro do presente ano.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião está dividida em duas partes: deliberativa; e apresentação do relatório do grupo de trabalho da reforma tributária, que será feita pelo Senador Izalci Lucas. (*Pausa.*)

Prezadas Senadoras e prezados Senadores, gostaria de iniciar nossa reunião falando sobre alguns aspectos importantes das eleições municipais encerradas domingo passado.

Inicialmente, gostaria de destacar a participação das mulheres neste pleito de 2024. Em comparação às eleições de 2020, houve um aumento no número de mulheres eleitas. As mulheres estão de parabéns pelo aumento de sua representatividade em cargos eletivos, caminho que certamente será cada vez mais seguido por outras mulheres, resultando em um aumento cada vez maior de sua participação até atingir o equilíbrio desejado.

Nunca é demais lembrar que hoje mesmo, com esse aumento e com os estímulos legais de cotas e etc., as mulheres continuam sub-representadas, ocupando menos de 18% de vagas no universo político.

Ainda sobre o pleito municipal, gostaria de registrar com alegria que nessas eleições a urna eletrônica não foi atacada, não foi questionada, o que fortalece ainda mais nosso processo eleitoral e nossa democracia. Ressalto que nunca as questionei – e olha, Senador Izalci, já disputei muitas eleições; agora mesmo, mais uma, já são oito eleições, nunca questionei o resultado –, poderia até questionar nas vezes em que perdi, mas não. É motivo de orgulho para nós, todos os brasileiros. Sempre foram seguras e representam um exemplo para o mundo da solidez de nossa democracia. Parabéns ao corpo político de nosso país, à Justiça Eleitoral como um todo, ao TSE e aos TREs de todos os estados e principalmente aos eleitores brasileiros.

Por fim, gostaria ainda de fazer um registro sobre a segunda parte de nossa reunião hoje, na qual será apresentado o relatório do grupo de trabalho coordenado pelo nobre Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Izalci Lucas. Foram 23 encontros com diversos especialistas dos setores impactados pelo texto da proposta em discussão, conduzidos de forma equilibrada e competente pelo Senador Izalci, que produziu o relatório a ser apresentado hoje, que certamente irá levar ao Relator da matéria, Senador Eduardo Braga, sugestões de aperfeiçoamento de extremo valor, pois resultam de tudo que foi dito nessas 23 reuniões públicas e que foram posteriormente analisadas com critério e conhecimento da matéria pelo Senador e pela sua equipe.

Então, era o que tinha a dizer. Boa reunião a todos nós!

Senadora Teresa Leitão, já...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Cheguei bem na hora, Presidente. Atrasei dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Normal.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bom dia. Seja bem-vinda, Senadora Teresa.

Item 1 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2750, DE 2024

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, e 12.087, de 11 de novembro de 2009, para autorizar o aumento da participação da União no Fundo Garantidor de Operações (FGO),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o objetivo de garantir as operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas de sua autoria, e contrário às emendas nºs 1-U a 4-U.

Observações:

1. A matéria se encontra em regime de urgência constitucional (art. 64, § 1º da Constituição)

2. Foram recebidas as Emendas nºs 1 a 4-U.

Relatório: Favorável à matéria, com três emendas que apresenta, e pela rejeição das emendas nºs 1-U a 4-U.

Concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senadora Teresa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Com a sua permissão, passarei diretamente à análise. O projeto já está bem explicado.

Nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário ou por consulta de Comissão.

Quanto à constitucionalidade, a proposição não fere qualquer dispositivo da Lei Maior. A União detém competência comum com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para fomentar a produção agropecuária, nos termos do inciso VIII do art. 23 da Constituição Federal. Ademais, a matéria não está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou privativas de qualquer de suas Casas, expressas nos arts. 49, 51 e 52 da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quanto à espécie legislativa a ser utilizada, à juridicidade e à técnica legislativa, a proposição não apresenta vícios ou equívocos.

Tratando-se do mérito, o PL traz à discussão os obstáculos que alguns indivíduos podem enfrentar ao tentar acessar linhas de créditos para desenvolverem sua produção. Ao permitir que o FGO ofereça ou complemente as garantias exigidas por instituições financeiras, o Governo Federal estreita a relação entre mercado e produtores agropecuários, com benefícios para ambos os lados. Para o sistema financeiro, reduz os riscos incorridos, estimulando que crédito seja concedido para beneficiários que não teriam acesso sem a devida ajuda.

Já os beneficiários do Pronaf, em virtude da garantia oferecida pelo poder público via FGO, poderão ter acesso à concessão de crédito, estimular sua atividade produtiva, gerar emprego e renda, causando um círculo virtuoso sobre a economia local. E tudo isso, é bom lembrar, com taxas de juros mais atrativas que as oferecidas sem essa política pública.

O último Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontou que a agricultura familiar representa 77% dos estabelecimentos agrícolas do país e ocupa uma extensão de área de 80,9 milhões de hectares, o que significa 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. O censo também demonstrou que a agricultura familiar emprega quase 70% do total de pessoas ocupadas na agropecuária e é a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Essa é a força e a importância desse segmento para a vida dos brasileiros e brasileiras.

O Censo Agropecuário também mostrou que, entre os produtores que obtiveram financiamento do governo, 76% deles recorreram ao Pronaf. Mais de 1,8 milhão de operações foram realizadas no âmbito do programa na safra 2023/2024, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

O Pronaf tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, por intermédio de ações destinadas a implementar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda, visando a melhoria da qualidade de vida e o exercício da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidadania dos agricultores familiares. O programa é destinado a apoiar financeiramente as atividades agropecuárias conduzidas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família. Para isso, o programa disponibiliza linhas de crédito adequadas às necessidades dos agricultores familiares, como aquisição de insumos, sementes e custeio de suas atividades. Porém, como a agricultura familiar está mais exposta aos riscos da atividade agrícola por ter uma estrutura financeira menor, o crédito pode se tornar menos acessível. Portanto, permitir a inclusão dos agricultores familiares e suas cooperativas no FGO para a cobertura das operações contratadas no âmbito do Pronaf é essencial para reduzir riscos e facilitar o acesso ao crédito, especialmente para pequenos produtores que enfrentam dificuldades em oferecer garantias reais.

Quanto aos aspectos orçamentários e financeiros, a exposição de motivos apresentada pela Presidência da República esclarece que o projeto de lei está em conformidade com os princípios da responsabilidade fiscal e da eficiência na gestão dos recursos públicos, já que a expansão da participação da União no FGO será feita com recursos próprios do MDA ou recursos não utilizados do Programa Desenrola Brasil e destinados especificamente à cobertura das operações do Pronaf.

Quanto às Emendas nºs 1-U e 2-U, entendo não serem necessárias já que há linhas próprias no Plano Safra 2024/2025 para os grupos especificados nas emendas. As Linhas Pronaf A e A/C e Pronaf B destinam-se aos grupos descritos, sendo para povos indígenas e comunidades quilombolas e grupos de baixa renda, respectivamente. Por sinal, essas linhas possuem as taxas de juros mais baixas de todo o Pronaf e contam com bônus de adimplência de até 40% para aqueles que pagarem em dia, diferenciando-se positivamente das outras linhas do programa.

Sobre as Emendas 3-U e 4-U, entendo como não sendo oportunas. A Emenda 3-U não altera sobremaneira a proposição e, portanto, não traz inovações relevantes. A Emenda nº 4-U, por sua vez, propõe perpetuar a garantia da União ao Pronaf. Seria interessante que o Governo Federal tivesse a possibilidade de avaliar o programa enquanto operacionaliza esta política pública. Nada impede que, futuramente, sua participação no FGO destinada exclusivamente a garantias ao Pronaf seja continuada ou até mesmo aumentada, mas que isso seja feito com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cautela e de acordo com as necessidades avaliadas pelo Poder Executivo. Vejo com bons olhos que exista essa margem de manobra.

Por fim, é oportuno trazer ao conhecimento desta Comissão que surgiram novas legislações entre o intervalo de apresentação deste projeto de lei pela Presidência da República, no dia 5 de julho de 2024, e o dia de hoje.

Entraram em vigor a Lei nº 14.981, de 20 de setembro de 2024, a Lei nº 14.995, de 10 de outubro de 2024, e a Medida Provisória nº 1.267, de 19 de outubro de 2024. Essas normas legais foram responsáveis por incluir os arts. 6º-B ao 6º-F na Lei 13.999, de 2020.

O mesmo ocorreu na Lei 12.087, de 2009...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... que teve seu art. 7º, inciso I, alterado também pela Lei nº 14.995, de 10 de outubro de 2024.

Portanto, para que não haja dúvidas quanto às alterações propostas por este PL e para que se proceda com a correta ordenação dos dispositivos, proponho as emendas de redação a seguir. Ressalto que elas não trazem qualquer alteração ao mérito proposto neste projeto de lei.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do PL 2.750, de 2024. Quanto ao mérito, o voto é por sua aprovação com as emendas de redação a seguir, assim como pela rejeição das Emendas nºs 1-U a 4-U:

> EMENDA Nº – CAE (de redação)
> Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Lei nº 2750, de 2024, o termo "art. 6º-B" por "art. 6º-G", para adequação quanto à inclusão pretendida na Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.
> EMENDA Nº – CAE (de redação)
> Dê-se a seguinte redação à inclusão proposta ao art. 7º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 2750, de 2024:
> "Art. 7º .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I - .....

g) beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de que trata o Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001;

....." (NR)

Terceira e última emenda, também, de redação.

EMENDA Nº – CAE (de redação)

Substitua-se, no art. 3º do Projeto de Lei nº 2750, de 2024, o termo "no art. 6º-E da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020" por "no art. 6º-G da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020".

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns, Senadora Teresa Leitão, pelo seu brilhante relatório.

A matéria está em discussão.

O primeiro inscrito é o Senador Oriovisto.

Com a palavra, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente e caros colegas, eu não tenho nada a me opor ao relatório do ponto de vista formal, legal. Inclusive, adianto, Senadora, que votarei a favor. Mas o meu comentário aqui para esta Comissão é no sentido mais técnico de algo que está acontecendo e que eu acho que a CAE não pode perder de vista.

Existe uma contabilidade mágica que já fez com que Dilma fosse levada ao *impeachment*. E acho que esses fundos – não só esse fundo específico de que estamos falando agora, mas todos esses fundos, Fundo Garantidor para Investimentos, fundo garantidor de operações, Programa Pé-de-Meia, fundo garantidor para financiamento de residência, são vários fundos – pularam, Sr. Presidente.... Em 2014, o Governo Federal colocava nisso 28 bilhões; hoje, em 2024, o Governo Federal coloca nisso 108 bilhões, ou seja, de 24 para 108 bilhões. É um valor expressivo, é um valor significativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí vem o argumento – Izalci, você que é contador há de me entender bem, e aí é que eu acho que está uma contabilidade mágica –, dizem assim: "Não, esse dinheiro que vai para esse fundo não é gasto. Está lá no fundo, o Governo vai retirar de volta". Só que, na prática, não retira, nunca retirou.

Nós elevamos, justificadamente, durante a pandemia, esses fundos no valor... Usamos também lá no problema do Rio Grande do Sul, com razão – sempre tem uma razão, não estou dizendo que foi feito por alegria –, mas, seja qual for a razão, é dinheiro público que está se avolumando cada vez mais nesses fundos e não volta, porque é que nem o Pronampe: "Vamos fazer o Pronampe por causa da pandemia". Passou a pandemia: "Não, vamos deixar permanente o Pronampe". No Brasil, não tem nada mais permanente do que o provisório, ainda mais em se tratando de dinheiro.

E, aí, qual é o efeito desses cento e tantos, desses 108 bilhões que já tem nesses fundos hoje? Felipe Salto fez um artigo no *Valor Econômico* muito bom sobre isso esses dias, que mostra claramente o seguinte: é um aumento de liquidez – é um aumento de liquidez –, é dinheiro que você está jogando na economia, é a velha consequência da filosofia do gasto é vida. O PT adora isto: vamos gastar, vamos dar subsídio, vamos fazer a economia crescer. Vamos quem? O Governo vai fazer isso. Mas a questão não é o Governo fazer isso. A questão de uma economia sustentada é que não é uma economia que depende de esmola do Governo; é uma economia que se autossustenta pela sua dinâmica, pelas condições macro do país. Essas condições macro o Governo nunca dá. É um ciclo vicioso, porque ele aumenta cada vez mais a dívida interna, cujas previsões são de chegar a 100% do PIB dentro de alguns anos. O Banco Central tenta segurar a inflação, tenta enxugar a liquidez, e aumenta a liquidez na outra ponta. E quem está operando esses fundos, Izalci? Basicamente operam o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e o BNDES. "Ah, mas é um fundo garantidor?" Mas, se der uma crise forte na economia e não se pagar, tudo que foi alavancado é o banco público que vai bancar. Por que os bancos privados não estão entrando? Porque eles percebem o risco.

Então, eu acho o seguinte: não dá para votar "não". Do ponto de vista legal, do ponto do mérito, está tudo perfeito, é justificável, é legal, o Governo não vai poder sofrer *impeachment* por causa disso, porque nós estamos aprovando uma lei para que ele faça esse aporte, então, ele não está fazendo nada de errado, mas o reflexo disso na economia é preciso... Esta Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa entender o reflexo disso, porque, com esse reflexo, você vai ter aumento de inflação, aumento de liquidez, desvalorização do real frente ao dólar. É só pensar o seguinte: se esse dinheiro voltasse para o Tesouro, ele abateria na dívida interna. Se ele abatesse na dívida interna, teria condições de ter um déficit primário menor – não diria nem ter superávit, mas ele diminuiria o déficit primário.

A economia sempre está muito ligada, sempre as coisas... É um mecanismo que não leva em conta as intenções do legislador, não quer saber se está certo ou se está errado. É conta! E conta não é feita de sentimentos; é feita só de razão. Então, assim, é preocupante. Não tem nada de errado. Eu até vou seguir a corrente, não dá para ser contra um projeto desse, vou votar a favor, mas é preocupante, porque o Governo está colocando em fundos, não só nesse, em todos os fundos. É um problema sério de macroeconomia no nosso país.

Só essa observação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Oriovisto.

Senadora Teresa, com a palavra.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Primeiro, eu quero agradecer ao Senador Oriovisto a seriedade, os elementos que ele traz, que certamente dão ainda mais valor ao debate que a gente está fazendo.

Mas queria destacar dois aspectos. Só respondendo a sua provocação sobre o PT (*Risos.*) , sem querer tensionar, veja, as contas que V. Exa. fez do aumento da aplicação de recursos em fundos se deram ao longo de dez anos. O senhor começou a contagem em 2014, nós já estamos em 2024. Muita coisa ocorreu nesse ínterim em relação à economia, inclusive uma pandemia. E foi justamente nesse período que se criou o Fundo Garantidor de Operações, em 2020, no Governo de Bolsonaro. Nós estamos reforçando justamente para tirar esse empecilho ideológico, não é? Estamos justamente aprimorando ou valorizando, porque a economia pertinente à agricultura familiar, pelos dados apresentados, também se mostra muito importante, e, se a gente agrega o valor da sustentabilidade e dos pequenos produtores, melhor ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas agradeço a V. Exa. as ponderações. Como V. Exa. disse que vai votar a favor, é só uma troca de ideias.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Eu...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – Eu não estou falando, Senadora, em nenhum momento eu falei nada sobre a boa intenção do projeto, o bom uso do dinheiro. Eu estou falando de números, de contas, e as contas são cruéis – as contas são cruéis. Dez anos na história macroeconômica é nada, é muito pouco. E não importa para a economia se o Governo é de direita, de esquerda, se é Lula, se é Bolsonaro, tudo isso é totalmente irrelevante. O que interessa para a macroeconomia é se tem saldo no final do ano, se o Governo se capacita a pagar a sua dívida ou não, e a partir daí é que você tem inflação, tanto que Dilma era de esquerda e foi para o *impeachment* e Bolsonaro não se reelegeu.

O nosso problema é entender que tem certas coisas que as boas intenções não podem passar por cima. E nós poderíamos ter boas intenções trabalhando a economia com outros critérios que não este maluco de que gasto é vida – nem sempre, gasto pode ser morte também.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à matéria, com as Emendas nºs 5 a 7 da CAE, e contrário às Emendas nºs 1-U a 4-U.

A matéria vai ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Teresa, com a palavra.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Eu só queria pedir urgência, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

Já tem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Essa matéria, Senadora...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Já está em urgência constitucional, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Ela já está em urgência constitucional, ela já vai ao Plenário.

Item 2 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3096, DE 2024

- Não terminativo -

Altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, e nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para "dispor sobre o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas escolas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica".

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável à matéria.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria será apreciada pela CE, em decisão terminativa.

Relatório: favorável à emenda.

Concedo a palavra ao Senador Oriovisto, para fazer a leitura como Relator *ad hoc*. Com a palavra, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, esse projeto da Professora Dorinha basicamente visa a alterar as leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, e nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para dispor sobre o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) nas escolas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Sr. Presidente, esses programas já existem. Eu vou fazer o relatório *ad hoc*.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – O relatório é de autoria do Senador Flávio Arns, que está presidindo outra Comissão e me pediu, então, para relatar em seu lugar – mas a lavra é do Senador Flávio Arns.

O que ele argumenta? Esses programas já existem, atingem as escolas de um modo geral, mas não fazem menção às escolas da Rede Federal, aos institutos federais e outras de educação profissional, científica e tecnológica. O dinheiro vem da educação, é um dinheiro que já está estabelecido; apenas coloca mais uma possibilidade de aplicação desse dinheiro. Então, não é gasto novo.

Eu vou pedir permissão para ir direto à análise, porque o conteúdo é bem simples.

Análise.

Nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário, ou por consulta de Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aspectos formais e legais, bem como uma análise mais aprofundada de mérito, serão analisados na Comissão de Educação e Cultura em deliberação terminativa.

Quanto ao mérito, o PL traz à discussão ponto importante na educação brasileira: a inserção da Rede Federal nos programas de alimentação escolar e de transporte de alunos da educação básica que residem em zona rural. Aqui cabe lembrar que a Rede Federal, hoje...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – ... conta com 685 unidades espalhadas nas 27 unidades federativas, sendo um passo importante na ampliação, interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica do Brasil.

A Rede Federal abrange os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Cefet-RJ e Cefet-MG, as escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II.

Tal projeto merece prosperar, pois garante igualdade de acesso e permanência aos alunos da educação básica federal. A lei maior é clara em seu art. 208, inciso VII, que é dever do Estado garantir o atendimento ao educando em todas as etapas de educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Dessa maneira, não há razão para que os estudantes das escolas da rede federal não tenham acesso ao PNAE e ao Pnate. Ambos os programas recebem recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o FNDE, que possui orçamento de pouco mais de 100 bilhões para 2024. Deste valor, o PNAE recebe cerca de 5,5 bilhões, 5,5% do FNDE, e o Pnate recebe 870 milhões, 0,87% do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ademais, de acordo com o Censo Escolar 2023, havia cerca de 33 milhões de alunos matriculados nas redes estaduais e municipais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR) – A rede federal, por sua vez, atendeu somente a 1,7 milhão de alunos naquele ano, a imensa maioria dos quais em áreas urbanas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, o PL ampliará em uma pequena fração o número de beneficiados pelos programas. Entendemos serem valores razoavelmente pequenos frente a todo o universo do FNDE e a importância que a alimentação e o transporte possuem na permanência do aluno na sala de aula, principalmente quando levamos em consideração que o auxílio ao transporte é oferecido ao aluno residente em zona rural, uma dificuldade adicional à locomoção do aluno. Dessa forma, o PL busca garantir que os alunos da educação básica da rede federal não tenham um tratamento desigual perante os alunos de outros entes subnacionais.

Outro aspecto interessante do projeto é conceder certo grau de decisão a cada entidade executora do programa ao admitir a terceirização da gestão de serviços de alimentação escolar. Esse aspecto atende as particularidades de cada unidade escolar que conhece sua realidade local.

Voto.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto nº 3.096, de 2024.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador, e parabéns pelo...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria está discussão.

Para discutir a matéria, o Senador Izalci.

Pela ordem, Senador? Ou para discutir? (*Pausa.*)

Senador Izalci com a palavra. Em seguida...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, eu só quero parabenizar realmente a autora, Senadora Dorinha, também o Relator Flávio Arns, e agora sendo *ad hoc* o Senador Oriovisto, pela importância desse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico muito tranquilo, porque eu entrei na política pela educação, fico muito tranquilo com a participação da Dorinha. Tive o privilégio de participar com ela na Câmara Federal e agora como Senador. É uma das Senadoras mais atuantes na área de educação, então, a gente fica muito tranquilo pela sua experiência, pela sua capacidade e pela sua sensibilidade.

A educação profissional merece realmente todo esse tratamento que está sendo dado nesse projeto. Então, parabéns, Dorinha, pela iniciativa e, evidentemente, vamos votar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Rogerio Marinho com a palavra.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Bom, Sr. Presidente, primeiro saúdo a todos os meus pares aqui e V. Exa. em especial, o nosso Presidente. Nós que passamos quatro meses longe daqui, mas muito bem representados pelo Senador Flavio Azevedo, não tenho dúvida nenhuma.

Eu vou elogiar aqui a autora do projeto, pelo mérito do projeto. O Senador Flávio Arns – eu estive há pouco com ele, aqui na Comissão de Educação – foi bem representado pelo Senador Oriovisto, que é um representante emérito da educação brasileira na área privada, conhece bastante.

Mas é mais uma pergunta, que eu não sei se farei à própria autora do projeto ou ao eminente Relator *ad hoc*. Eu acho que à autora do projeto seria mais adequado.

Nós vemos aqui, pelo mérito, que há uma preocupação de se abranger os alunos de escola técnica também no Programa Nacional de Alimentação Escolar e no do transporte, para garantir a sua retenção e continuidade na rede física. Então, não tenha dúvida de que no mérito todos nós concordamos.

Aliás, a exemplo de Izalci, tive a oportunidade, durante quase oito anos, de conviver com a Professora Dorinha, como membro da Comissão de Educação na Câmara dos Deputados. Tivemos lá debates que são muito saudosos, não é, Professora Dorinha? Trabalhamos muito lá, juntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a pergunta é a seguinte: nós estamos, na verdade, utilizando o mesmo recurso para ampliar o programa, não é isso? Então o bolo é o mesmo, ou seja, vai haver impacto na Lei de Responsabilidade Fiscal? É apenas para tirar esta dúvida, Dorinha: se há alguma gradação, se nós estamos vendo a possibilidade de ampliação desse recurso, porque se você acresce, mesmo que um número menor de alunos, você vai diminuir o bolo para aqueles que já são atendidos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Dorinha; em seguida, Senador Otto, inscrito.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Bom dia, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras. Quero agradecer tanto ao Relator, Senador Flávio Arns, quanto ao Senador Oriovisto, Relator *ad hoc*.

Os programas de alimentação escolar e o de transporte escolar têm hoje o escopo da educação básica e, por uma questão de regulamentação, eles não atendem à rede federal. E nós todos, na nossa realidade, sabemos que, em muitas situações, a localização das escolas federais tem limitado o acesso, principalmente para a população mais vulnerável. Então o projeto em si coloca, na possibilidade dos programas, tanto do Pnate, que é do transporte, quanto do Pnae, que é da alimentação, a inclusão da rede federal. Obviamente, também o ensino médio que é atendido nessas instituições.

O Pnate e o Pnae são programas que vêm em definição orçamentária – e já respondendo ao Senador Rogerio Marinho – a cada orçamento. Eles não têm um percentual fixo. O que eu imagino é que, a partir da construção, sendo lei, aprovando essa ampliação do escopo, que está dentro da atuação básica da própria União, na minha opinião, nós vamos ter que organizar o Orçamento para esse atendimento, uma vez que o Pnate e o Pnae hoje estão direcionados somente para as redes municipal e estadual. Em vez de se criar um programa específico para a rede federal, abre-se o programa e, logicamente, vai ter que se ter uma construção orçamentária, sim.

Lembro que ambos programas têm um problema, inclusive, de valor *per capita*. O valor é muito baixo. O transporte escolar hoje é sustentado, basicamente, em primeira mão, pelos municípios; depois, pelo apoio dos estados, e o dinheiro que vai da União para fazer frente a esse desafio do custo do transporte escolar é muito pequeno. E não é diferente no caso da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alimentação. A rede federal, em alguns casos, tem refeitório, tem oferecido esse programa. Então agora a amplitude é justamente para garantir, principalmente... Nós temos institutos federais que são de tempo integral, em que os alunos ficam o dia todo – alguns são em zona de difícil acesso, ou urbana, ou mesmo do campo. Então, acho que o programa dá um grande passo para a permanência dos nossos alunos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora.

Senador Otto, com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discutir.) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

Eu quero parabenizar a iniciativa, a sensibilidade da Senadora Dorinha.

Sem dúvida nenhuma, nesses institutos federais de educação, estudam alunos que têm pouco poder aquisitivo e precisam realmente de um aporte de recursos para transporte e também para alimentação escolar, mas, nesse caso, como lembrou bem o Senador Rogerio Marinho, é importante que tenha previsão orçamentária e também que se levante o impacto de quanto vai ser o custo. Ou seja, terá que se fazer no Orçamento, se aprovar neste ano, no próximo ano uma suplementação para atender, até porque, se ficarem os mesmos recursos e se diluir por mais alunos, vai cair a qualidade da alimentação escolar. Então, naturalmente, isso tem que ser levantado, ver o impacto, ver o custo.

Eu vou pedir vista exatamente para conversar com o Planejamento ou com a Fazenda, para ver o impacto disso, quanto vai custar ao Governo implementar esse projeto.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Oriovisto, com a palavra.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Como Relator.) – Eu queria... Se a Professora Dorinha concorda comigo não sei, mas, pelo menos do que eu li, o que se trata nesse projeto é dar igualdade de condições às crianças;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

independentemente do fato de a escola ser federal, estadual ou municipal, são crianças. O montante do recurso hoje já é pequeno, Senador Otto, já falta, mas isso não faz com que a gente tenha que discutir nesse projeto aqui a questão dos recursos. Acho que esse projeto tem um mérito enorme, que é colocar todas as crianças em condições iguais, de terem o mesmo tratamento. É a isso que visa o projeto. Se o recurso é suficiente ou não, ele já não é suficiente; ele será menos suficiente ainda na medida em que o programa deixa de ter uma injustiça que tem hoje e passa a tratar todas as crianças igualmente.

Então, acho que, neste momento, se trata de aprovar a igualdade de tratamento entre as crianças independentemente da dependência administrativa das escolas onde estudam. Num segundo momento, para as crianças do Brasil todo, é preciso discutir, sim, o montante dos recursos, mas o que eu acho é que não dá para pegar o pouco recurso e discriminar: à criança de escola pública municipal ou estadual, sim; de dependência federal, não. Isso é odioso. O que nós temos é: nós temos esse recurso, vamos distribuir por todas as nossas crianças, igualmente para todas elas. É suficiente ou não é suficiente? Isso é outra questão que já existe hoje e que continuará existindo, por maior razão ainda, com a inclusão das escolas de dependência administrativa federal.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Mecias, com a palavra.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero, a exemplo dos demais colegas, também cumprimentar a Senadora Dorinha pela belíssima iniciativa.

O Relator *ad hoc*, Senador Oriovisto, fez uma excelente explanação.

Eu também acredito, com o devido respeito ao meu guru, Senador Otto, ser desnecessário o pedido de vista para ver o impacto. Não haverá impacto com esse projeto, primeiro porque ela está se referindo aos recursos já existentes. Ela não está criando novos recursos, ela não está ampliando o número de recursos para isso. Isso apenas aumenta o benefício.

E, por falar de recursos, eu creio também que não é um problema, Sr. Presidente, porque tudo que o Governo Federal manda para cá é para a criação de novos impostos, é para aumento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de recursos. Não é possível que eles vão usar esses recursos todos para perdoar dívidas de estrangeiros, de grandes empresas, de grandes multinacionais e não vão usar esses recursos para a população brasileira menos favorecida, como é o caso dos pequenos produtores rurais brasileiros.

Eu acabo de ver aqui – cheguei um pouco atrasado à Comissão – um projeto de lei que a Senadora Teresa Leitão relatou, sobre o Fundo Garantidor. Rejeitaram quatro emendas de minha autoria importantíssimas, no meu entendimento, para o pequeno produtor rural brasileiro, sob o pretexto de que o projeto teria que voltar para a Câmara, Sr. Presidente. Nós não podemos deixar de aprovar um projeto importante para a população brasileira só porque o projeto vai voltar para a Câmara ou porque está na Câmara e tem que voltar para o Senado. Priorizar a agricultura familiar de baixa renda é fundamental.

Nós tivemos, poucos dias atrás, um projeto de lei de minha autoria aprovado por unanimidade nesta Comissão, aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, aprovado pela Câmara dos Deputados, que prorrogava a dívida dos pequenos produtores rurais brasileiros que foram atingidos e tiveram prejuízos em função das enchentes extremas ou de secas e estiagens extremas. Era apenas a prorrogação da dívida por mais quatro anos para que esses produtores pudessem se reorganizar e começar a pagar suas dívidas a contento, porque é o desejo deles.

Só em Roraima, mais de 70 mil cabeças de gado de pequenos produtores morreram, foram dizimadas pela lagarta, pela seca e pela enchente. Essas pessoas não têm como pagar essas dívidas. E o nosso projeto aprovado foi vetado pelo Presidente Lula. Para mim cai a máscara daquele que se diz ser o defensor dos pequenos, dos pobres e dos oprimidos, porque, ao vetar uma lei que prorroga a dívida de pequenos produtores dizendo que não tem recursos... E nós não estávamos falando de impacto de recursos; nós estávamos falando apenas da prorrogação da dívida, era apenas uma autorização do Governo Federal. Ele não faz isso, mas perdoa a dívida do Congo, perdoa a dívida do Maduro na Venezuela. Ou seja, nós tínhamos que acabar com isso, Sr. Presidente, e o Senado Federal tem que legislar para quem mais precisa. Esse é o meu pensamento, é o meu objetivo e é o meu trabalho como Senador do Brasil pelo Estado de Roraima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Mecias.

Senador Izalci. Em seguida, a autora do projeto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Eu só quero fazer um apelo ao Líder do Governo, Senador Otto, porque, além de não ter impacto, eu tive o privilégio também de relatar o Fundeb, e o Fundeb está sendo reajustado. Até 2026, ele teve um incremento da receita, nós aprovamos isso.

Agora mesmo a União está aumentando em 10%, para 23% até 2026, o Fundeb. Então, além de não ter impacto, tem esse crescimento natural do Fundeb que pode ser utilizado no transporte escolar. Então, haverá aumento de receita automático em função disso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu, de igual forma, faço o apelo porque primeiro o projeto vai para a Educação e pode ser feito qualquer tipo de ajuste lá.

Mas lembrando também que, no caso específico da rede federal, diferentemente dos estados e municípios, que são obrigados a oferecer a educação básica em caráter, ou melhor, têm que garantir vaga, a rede federal faz a sua expansão quando quer, como quer e onde quer. Então, ela sabe o número de vagas que ela cria – hoje tem cerca de 1,7 milhão de alunos só, comparando com a rede de educação básica, que passa de 33 milhões de alunos. E a rede federal escolhe, de acordo com seu orçamento, como ela vai expandir. Então, ela tem um número certo já de alunos, e, obviamente, o orçamento pode ser definido. E lembro que, como foi colocado pelo Senador Izalci, até 2026 o Fundeb cresce e cresce de maneira significativa.

Mas eu não vejo nenhum problema de construir esse acerto de redação que dê segurança para o Governo na Comissão de Educação, que é a Comissão seguinte em que o projeto caminha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E penso que é uma questão de igualdade, não é? Não tem por que você justificar que um cidadão brasileiro, com seu direito de educação, se ele estuda numa escola municipal ou estadual, ele vai ter a merenda, a alimentação escolar, e, se está numa rede federal, ele não tem esse mesmo acesso aos centavos – lembrando que hoje o dinheiro federal que vai para a merenda, para a alimentação escolar, são centavos, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente, da CAE esse projeto vai ser apreciado na Comissão de Educação, em caráter terminativo. Eu posso retirar a vista que foi solicitada, foi pedida, desde que me dê um tempo para que eu consulte os órgãos de Governo – os Ministérios do Planejamento, da Fazenda –, porque vai ter que fazer uma suplementação para atender um quantitativo maior de estudantes.

De tal forma é importante que, em se aprovando este ano, já se faça o orçamento em cima desse aumento, para atender essa população, que vai aumentar bastante. E, se se mantiverem os mesmos recursos, repetindo, vai cair mais ainda a qualidade da alimentação escolar e do transporte que se verifica hoje no Brasil.

A Senadora Dorinha tem toda a razão, ela conhece profundamente isso, como eu conheço também no meu estado. Sei que às vezes é muito do gestor que está sentado na cadeira de Prefeito, aquele que tem os cuidados com a educação, porque no meu estado eu conheço muitos municípios em que é de ótima qualidade a alimentação escolar, e o transporte é de boa qualidade. E cabe muito àquele que está sentado na cadeira ter este compromisso, este espírito público de fazer corretamente a aplicação dos recursos – e em muitos municípios não se faz isso. Todos aqui têm relações com os municípios e sabem que nem todos têm este compromisso de proporcionar educação pública, gratuita, de boa qualidade, como também transporte e alimentação.

Então, eu vou retirar a vista, para que na Educação nós possamos discutir com mais profundidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou aprovar agora aqui na CAE, vou votar pela aprovação, e depois vamos discutir, inclusive ouvindo a Professora Dorinha, porque ela tem um conhecimento mais profundo a respeito da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Senadora Dorinha, este Presidente ficou um pouco na dúvida com relação aos recursos que são destinados hoje à merenda escolar nos municípios, o que já é muito baixo. Então, pelo projeto, esses recursos serão compartilhados também com os institutos federais?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Quero lembrar, Presidente, que é importante... O programa passa a poder atender a Rede Federal de ensino. Não diz que vai pegar o dinheiro dos municípios e do estado e dividir; ele vai ter que ser regulamentado, como é feito hoje tanto com o Pnate como com o Pnae, em como é que ele vai funcionar.

Lembro, inclusive, que – eu não queria era interromper – é possível trabalhar na questão do programa Caminho da Escola com ônibus, porque, em muitos casos, a própria rede federal pode administrar esses recursos.

Hoje, eles não conseguem ter acesso ao próprio veículo do programa federal.

Então, não pode ser pego o dinheiro do estado e do município, porque, como eu disse, são centavos.

A questão é, dentro do programa, podendo atender, que é o que a lei faz, ele ser redesenhado pelo Ministério da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eu quero aqui ressaltar, porque eu fiquei nessa dúvida.

Eu trabalho muito, através de nossas emendas, com os institutos federais, com construção de cozinhas, de restaurantes, de salas de aula, de laboratórios.

Uma das reclamações que quase todos os gestores e diretores fazem é com relação a isto: transporte e alimentação, porque o recurso que vai é muito pequeno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a importância dos institutos federais no nosso país, que têm formado muitos e muitos jovens, é muito grande.

Então, nós temos que, realmente, Senador Otto, discutir isso mais aprofundadamente, inclusive com mais recursos, porque, hoje, são muito pequenos.

Os municípios estão arcando, hoje, basicamente com a merenda escolar, porque o que vai da União é pequeno – eu não sei quanto está hoje, mas acho que não chega a R$0,50 R$0,60 –, e também com o transporte escolar, o transporte para os institutos federais.

Como foi feito um acordo aqui, um pedido de retirada, de vista, então, nós vamos à votação do projeto.

Com certeza, serão mais bem discutidas essas questões com a melhoria do orçamento, do recurso para os nossos institutos federais.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura. (*Pausa.*)

Passamos, neste momento, à segunda parte da nossa reunião de trabalho.

Esta segunda parte da reunião destina-se à apresentação do relatório do Grupo da Reforma Tributária, formado para analisar a complexidade do PLP 68, de 2024, que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

No intuito de aprofundar a análise da reforma tributária, foram realizados ciclos de debates temáticos em 21 audiências públicas, entre agosto e outubro, com representantes de mais de 200 segmentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas, Coordenador do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária.

Com a palavra, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discursar.) – Em primeiro lugar, agradeço muito à Comissão de Assuntos Econômicos, em especial ao Presidente Vanderlan, pela indicação, e aos meus colegas, pela minha indicação como Coordenador do Grupo de Trabalho.

De fato, foram 21 audiências públicas. Foram atendidas quase 500 entidades tanto nas audiências quanto no meu gabinete e em visita a algumas instituições.

Então, foi bastante democrático, ouvindo todos os segmentos, que é o que deveria acontecer sempre em projetos tão importantes como esse.

Todos nós sabemos que o sistema tributário... Vou passar aqui a...

Primeiro, quero agradecer aos meus colegas, foram 21 Senadores participando do grupo de trabalho, foram 500 entidades atendidas, 21 audiências e também visitas que foram feitas.

Bem, o sistema tributário atual talvez seja o pior ou um dos piores do mundo; de fato é um manicômio tributário, e gera insegurança jurídica. Nós temos hoje o desestímulo à atividade empresarial, afastamento de investimentos. As pessoas querem investir no Brasil, mas realmente é um problema. Você tem mais de 5,5 mil municípios, todos eles legislando sobre ISS, 27 estados legislando sobre ICMS; então, só de 1988 para cá, foram mais de 400 mil normas editadas com relação a ICMS, ISS, instrução normativa, portaria, etc. Então, realmente, o nosso sistema tributário precisava muito de alteração. Há mais de 30 anos se discute essa matéria.

É evidente que nós temos também essa preocupação da ausência da contrapartida. Nós temos uma carga tributária imensa e, se você quiser uma educação de qualidade, você tem que contratar uma escola particular ou uma faculdade particular. Se você quiser cuidar da sua saúde, você tem que fazer um plano de saúde, porque a rede pública não oferece o serviço adequado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de saúde. Quanto à segurança, hoje é quase que uma exigência você ter segurança privada na comunidade.

Então, nós devíamos ter feito, não fizemos, o dever de casa antes da reforma. Nós tínhamos que definir primeiro qual era o tamanho do Estado que nós queremos, porque em cima do tamanho do Estado é que você define qual é a necessidade de tributos. A reforma administrativa é fundamental também, deveríamos ter feito antes disso, e o pacto federativo, todo mundo sabe que ninguém mora na União nem no estado, as pessoas moram no município e é lá que tem a cobrança. Então, a gente precisa rever tudo isso.

Eu vou passar rapidamente o que foi aprovado na Câmara para vocês entenderem, e quem está nos assistindo também, o que foi já aprovado na Câmara e que está sendo discutido agora no Senado.

Bem, a reforma trata da substituição do PIS, Cofins, IOF, IPI, ICMS e ISS por CBS, IBS e também Imposto Seletivo. Então, é uma simplificação, uma redução parcial da tributação aí.

Nós temos o PLP 68, que nós vamos discutir hoje, e o 108, de que estão sendo votados os destaques na Câmara, que também é bastante polêmico, que é a questão do Comitê Gestor – estão sendo votados os destaques, nós vamos discutir depois aqui.

Bem, o que foi aprovado na Câmara reduz a alíquota em 30% para os profissionais liberais que têm profissão regulamentada pelos conselhos federais, conselhos regionais de fiscalização. Redução da alíquota em 60% para serviços de educação, saúde, dispositivos médicos, dispositivos de acessibilidade, medicamentos, composições enterais e parenterais, produtos de higiene e limpeza majoritariamente consumidos por famílias de baixa renda.

Regime diferenciado ainda, redução de alíquota a zero para dispositivos médicos, dispositivos de acessibilidade, medicamentos, composições enterais e parenterais, além dos produtos de cuidados básicos à saúde menstrual, e também a área de ciência e tecnologia e automóveis adquiridos por pessoas com deficiência.

Tem isenção do imposto, que é um regime diferenciado, o transporte público coletivo de passageiros rodoviário urbano, semiurbano e metropolitano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem também os regimes próprios da CBS: o Prouni e o regime automotivo (até 2032).

E tem os créditos presumidos: o produtor rural que tenha um faturamento inferior a R$3,6 milhões tem o crédito presumido; o transportador autônomo de carga pessoa física não contribuinte; resíduos e demais materiais destinados à reciclagem; bens móveis para revenda.

Regimes específicos, que têm uma tributação diferenciada: os combustíveis, o serviço financeiro, o plano de assistência à saúde, concursos de prognósticos, bens imóveis, cooperativas, bares e restaurantes, hotelaria, transporte coletivo de passageiros, agência de viagem e turismo, a SAF (Sociedade Anônima do Futebol) e tratados internacionais.

Bem, há uma transição disso aí. Então, quando você fala em simplificação, haverá simplificação? Sim, daqui a dez anos, porque, até 2033, a gente vai continuar fazendo tudo que a gente faz hoje, esse manicômio todo, mais o que está sendo modificado.

Então, em 2023, aprovamos a emenda constitucional; em 2024 e 2025, é para regulamentar, que é o que nós estamos fazendo agora; em 2026, começa, então, o teste da CBS e do IBS, nos quais será aplicada uma alíquota simbólica para você acompanhar isso; em 2027, a cobrança já definitiva da CBS, extingue o PIS-Cofins, a IOF-Seguros, a redução a zero da alíquota do IPI e a cobrança do Imposto Seletivo, que começa aí então; de 2029 a 2032, gradativamente se começa a cobrar o IBS; em 2033, então, tem a vigência do novo regime tributário do IVA, lembrando que ainda temos o Imposto de Renda, a reforma do patrimônio e uma série de outras medidas que terão ser avaliadas.

O Imposto Seletivo está na emenda constitucional e aprovado na Câmara.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Senador, no Brasil, o patrimonialismo sempre será preservado até a última hora.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É. (*Risos.*)

O Imposto Seletivo vai ter incidência: veículos, embarcações, aeronaves, emissores de poluentes, com diferenciação de alíquota para automóveis sustentáveis; produtos fumígenos, bebida alcoólica, bebidas açucaradas, bens minerais, concursos de prognósticos. As alíquotas serão definidas... A definição de alíquota ficará para a legislação ordinária – ainda tem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhar, depois, uma lei ordinária para estabelecer as alíquotas –, e para o escalonamento das alíquotas de bebidas alcoólicas durante a transição também será feita uma lei ordinária.

Está prevista também uma avaliação quinquenal da alíquota. Então, ficou estabelecida uma alíquota padrão e, daqui a cinco anos, em 2033, tem que fazer uma avaliação. Se estiver superior a 26,5%, aí terá que reduzir esses impostos diferenciados, esses incentivos que foram dados aí.

Bem, este é o segredo e a base da reforma: o *split payment*. Esse *split payment* é um sistema inteligente – que não existe ainda, está sendo desenvolvido – que, funcionando, vai ser o melhor do mundo realmente, não é? E tudo será *online*. É evidente que vai ter uma eficiência na arrecadação – nós vamos discutir sobre isso lá na frente –, vai diminuir fraude e sonegação, facilitar fiscalização, transparência e simplificação. Por quê? Porque só vai se poder aproveitar os créditos se houver o pagamento. Então, não haverá sonegação.

Como é que funciona hoje? Hoje, você compra a mercadoria – tem a nota fiscal –, você lança no livro de entrada aquilo que você compra, depois você vende, você lança no livro de saída, e a diferença você recolhe, você informa – é um imposto declaratório –, e você, então, recolhe ou não recolhe. E muita gente, muitas empresas até emitem, não é nota fiscal de entrada, não é de transferência para filial, não sei o quê, aproveitando o crédito, muita só negação. Esse assunto nós vamos discutir daqui a pouquinho, mas esse é o segredo e a base da reforma em termos de eficiência e transparência.

É evidente que, como eu disse aqui, só vai poder se aproveitar o crédito se houver o pagamento. Se você fizer uma compra em dez parcelas, o crédito será em dez parcelas. Se você vender em dez parcelas, também você vai pagar um imposto em dez parcelas, compensando os créditos e tal. Então, isso aí...

O *cashback* é uma novidade que também há uma experiência do Rio Grande do Sul. Não se sabe ainda exatamente como é que vai funcionar, mas quem ganha até meio salário mínimo vai ter, no Cadastro Único, ressarcido o imposto. Provavelmente será um cartãozinho, um cartão, em que ele vai receber esse crédito. O comitê gestor vai dizer de quanto é esse crédito, e ele vai ao supermercado, aonde ele for, e vai-se deduzir o imposto para quem tem, quem ganha até meio salário mínimo, e vai ter 100% da CBS e 20% no caso de botijão de gás, luz, esgoto. Isso já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

virá na conta automaticamente, não é? E o piso mínimo é 20% da CBS e do IBS e tem autonomia federativa. Os estados poderão, em lei específica, fixar esse percentual, próprios aí, superior, até 100%, podendo ir até 100% – cada estado vai poder fazer.

O Simples Nacional também merece aqui uma atenção muito especial. Nós vamos falar daqui a pouco, mas o que vai acontecer do Simples hoje? Na hora de você fazer uma compra, o fornecedor vai dizer: "Poxa, eu vou comprar do Simples ou de uma empresa que vai me dar o crédito de 26%?". Possivelmente, as empresas optarão em comprar quem vai dar o crédito de 26%. Então, isso vai piorar muito a competitividade do Simples, das empresas pequenas.

Aí tem uma saída, que é exatamente você poder pagar o imposto e se creditar. Começa a complicar e passa... Deixa de ser simples, vai ser complicado você dizer que o Simples vai poder também pagar o imposto de 26,5%, que o fornecedor vai pagar para depois ter o crédito; ninguém vai pagar até porque o dinheiro já está com o fornecedor. Eu não vou pagar para depois recuperar uma coisa que está comigo. De qualquer forma a gente tem medidas paliativas para amenizar isso, mas, realmente, é um problema sério, até porque o Simples precisa... A Constituição garante, realmente, um tratamento diferenciado.

Bem, em função do que foi aprovado na Câmara, então, nós recebemos... deve ter aproximadamente 1,5 mil emendas – 1,5 mil emendas. Então, foi um trabalho bastante rigoroso, e, para quem assistiu aqui às audiências, eu disse em todas elas – olha, falei para os segmentos – : "Apresentem o texto da Câmara, a sugestão de mudança e uma justificativa muito óbvia, que a gente vai acatar aquilo que é óbvio, que qualquer Senador, lendo, vai dizer assim: 'Caramba, eu tenho que mudar mesmo'". Então, não tem nada aqui complicado; tudo aqui está bem fundamentado e tem muita mudança para ser feita.

Então, por exemplo, as sugestões que a Consultoria toda... E o debate já estou apresentando aqui para vocês.

É evidente que essas emendas serão apresentadas, porque, infelizmente, esse projeto foi para CCJ e foi retirada a urgência.

O Regimento é claro. Estou botando uma questão de ordem no Plenário hoje. O Regimento é claro: matéria econômica, tributária, é na CAE, não é na CCJ. Na CCJ é emenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucional. E, quando estava em regime de urgência, tudo bem, mas não tem nada disso. Então, essas mudanças deveriam ser feitas aqui. Não sendo feitas aqui, você está afrontando o Regimento.

Então, por exemplo, primeira proposta de mudança: pessoas com deficiência.

O limite de isenção hoje é R$200 mil. No PL passou para 70.

Nós não temos nenhum carro de R$70 mil, no Brasil, em que caiba uma cadeira de rodas no porta-malas. Começa por aí.

Segundo: se a pessoa tiver uma perna esquerda amputada, ela não terá incentivo, porque ela dirige com a perna direita. Agora, se ela tiver a perna direita amputada, ela tem incentivo, porque tem que fazer adaptação. Então, não tem sentido não mudar isso.

Também não tem sentido você fazer a avaliação periódica de deficiente permanente que tenha validade indeterminada. Você não tem que ficar vendo o cara de dois em dois anos, para pedir, se o cara tem deficiência que é definitiva.

E também, em quatro anos, o novo pedido de isenção, apesar de a garantia ser de dois anos.

Então, essa é a sugestão de mudança.

Então, tem uma emenda apresentada, que nós vamos apresentar... Quem quiser, os componentes do grupo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A proposta é para reduzir para dois anos, que é o prazo de garantia dos carros. Mas eu digo assim: nós vamos apresentar as emendas...

Aquelas emendas que já existem, que nós vamos acatar integralmente, tudo bem, mas grande parte delas – em torno de trinta, trinta e poucas – nós estamos acatando parcialmente e fazendo uma nova emenda, porque como oficialmente não está tramitando aqui, eu tenho que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer uma nova emenda para mandar lá para a CCJ. Se a gente conseguisse que viesse para a CAE, evidentemente que o Relator aqui poderia acatar isso aí.

Então, é uma emenda óbvia que a gente vai ter que mudar.

Depois você pega a área de saúde: rol de medicamentos taxativo.

É incrível: você tem uma relação de medicamentos na reforma, no PLP. Ora, a proposta – acho que foi até a Amália que apresentou – é substituir essa lista de medicamento por um rol de linhas de cuidado, câncer, não sei o quê, todos os medicamentos, porque, por incrível que pareça, você tem medicamento hoje com o mesmo reagente, com o mesmo... Tem uns que estão fora, outros dentro, e medicamento todo dia... Vai mudar a lei todo dia?

Então, eu acho que a gente precisa mudar isso, propor a substituição da lista de medicamento por um rol de cuidados, que é uma emenda que está sendo apresentada aí. Inclusive, também colocando os medicamentos da Farmácia Popular também nessa alíquota, não é? A redução da alíquota de 60%, inclusive na amostra grátis, doações de pesquisa clínica, duração e pós-estudo da aplicação.

Então, é a sugestão também de uma coisa muito óbvia, porque não tem sentido você tributar a Farmácia Popular e produtos de amostra grátis ou doações.

Olhem lá: também o *home care* ficou fora da saúde. Então, não tem sentido. Nós temos que botar uma emenda, incluindo o *home care* também no projeto de saúde.

A mesma coisa aqui: equipamentos médicos.

Olhem só o que está no texto: "Sobre a venda de equipamentos médicos". Então, só contempla venda. Ora... Então, nós estamos trocando a palavra "venda" por "fornecimento". Por quê? Porque o correto mesmo, hoje, com a inovação que está aí, é que você não compra equipamento; você aluga, arrenda – não é, arrendamento? –, alguma coisa... E a lei não permite se for locação ou arrendamento.

Então, o correto... Até porque, quando você aluga o equipamento ou arrenda, você tem manutenção, você substitui na inovação, e, se ficar só "venda", só vai ser atendido quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprar equipamento. Então, é uma coisa também bastante óbvia que a gente precisa mudar nesse texto aí.

Bem, motoristas de aplicativo. Vamos botar aí Uber e outros.

Pelo projeto, está tributando 100% do faturamento. O cara nem ganha isso, 26%.

Então, já existe lei, PLP, e a proposta é você tributar apenas 25%, porque já tem dados suficientes para dizer que 75% dos aplicativos são para consumo, gasolina, aluguel do carro, não sei o quê. Então, a tributação é sobre 25%.

E foi criada uma figura na lei também, que é o nano MEI. Então, até 40,5 mil é considerada a receita bruta, e você acaba isentando vários motoristas de aplicativo. São mais de 5 milhões, hoje, que vão ser beneficiados, aliás, que deixarão de ser prejudicados com essa emenda. Então, nós estamos apresentando também uma mudança muito óbvia com relação a isso.

Monofasia para o etanol hidratado combustível.

Está prevista essa monofasia só a partir de 2033, e nós estamos propondo que seja agora. Por quê? Nós discutimos isto na desoneração: tem um estudo da Fundação Getulio Vargas de que, só no Estado de São Paulo, tem fraudes e sonegação de 24 bilhões – tem um estudo da fundação –, e, no Rio de Janeiro, 13 bilhões. Só nesses dois estados, uma sonegação e fraude de 37 bilhões. Ora... Então, a gente precisa cobrar na fonte e não lá no posto, porque isso dá margem a essa sonegação.

Então, a ideia é imediatamente já utilizar a monofasia do etanol – de imediato.

Isso, evidentemente, vai diminuir a taxa de referência – lá na frente nós vamos falar sobre isso, não é? –, porque o Governo só fala que vai incluir isso e vai aumentar a alíquota, que vai botar aquilo e vai aumentar a alíquota. Ele nunca fala do que vai reduzir a alíquota, e nós vamos discutir daqui a pouco. Mas também é uma coisa que é muito boa, e eu tenho certeza de que o Governo vai adorar essa emenda aí.

Hein?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É, exatamente.

Educação.

Olhem, provavelmente quem fez não conhece o sistema.

Contraturno escolar.

Eu tenho meu filho, e ele vai estudar numa escola de tempo integral. O projeto atual diz que a parte do contraturno você tem que pagar à parte. Cara, então é óbvio que nós temos que mudar, porque não tem sentido isso. Então, tem que incluir realmente na alíquota de 60% todo o processo da educação integral. Nós temos é que incentivar a educação integral, que deveria ser geral.

A mesma coisa, também para ficar muito claro no texto... Porque acho que, em Fortaleza, estavam querendo cobrar o ISS sobre Prouni, sobre bolsa. Então, também estamos deixando claro que o Prouni, bolsas concedidas não têm IBS, CBS, senão você desestimula e penaliza muita gente.

Então, na educação tem esses dois pontos, que também são bastante óbvios e que devem ser mudados.

Exportação e desoneração completa da cadeia.

A gente colocou mais claro, mas está aí no material – e daqui a pouco estará aí no material do relatório.

Nós estamos apresentando uma emenda, porque o que é que está acontecendo? Nós estamos, pelo projeto atual, botando imposto em vários itens de logística. Eles só consideram a exportação acho que quando o navio está partindo. Então, a partir dali é isento. Mas você tem toda uma tramitação, o transporte, a logística, uma série de coisas que você tem de custos que não pode ter imposto, porque, senão, você está onerando as exportações e vai perder competitividade, porque lá nos outros países não tem isso.

Então, nós estamos deixando claro que a questão das exportações tem que ser desonerada completamente, a cadeia toda da exportação. Então, tem a emenda já apresentada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Definição do que é exportação e importação.

Aqui é mais...

Porque há um conflito ali de entendimento do que é importação e exportação, em função da residência ou não de quem compra, de quem fornece. Então, nós estamos apresentando uma emenda para deixar claro o conceito de exportação e importação. Então, a emenda é mais para ficar claro isso, para não dar margem à interpretação.

Imóvel da pessoa física – no projeto se fala em "atividade preponderante".

Ora, se eu tenho um imóvel alugado, sou aposentado, recebo uma aposentadoria de R$3 mil e alugo meu imóvel por R$5 mil, a minha atividade preponderante é o aluguel. Aí, eles querem cobrar o tributo, e pessoa física não tem tributo. Nós estamos o quê? Primeiro, definindo até um valor e a quantidade de imóveis para não caracterizar empresa. Então, até três vendas por ano, até R$120 mil de faturamento é considerado não comercial, vamos dizer assim, não empresarial. A partir daí, tem a tributação normal.

Mas esse preponderante tem que sair daí, porque, senão, você vai prejudicar muitos aposentados que têm um imóvel, dois imóveis alugados.

De quem fez poupança a vida toda agora querem cobrar o IBS e a CBS...

Lembrando que, em tudo isso, aluguel, depois vem o Imposto de Renda, porque tributa o Imposto de Renda. Então, nós estamos falando de consumo aqui apenas.

Construção civil.

Vocês receberam, no gabinete de vocês, estudos, debates – nós fizemos várias audiências. Eles têm números, e o Governo também tem. Esse é um tema.

Nós estamos sugerindo que, realmente, para não comprometer o Minha Casa, Minha Vida, não comprometer a questão de imóveis, de habitação – porque é um sonho de todo mundo ter sua casa própria –, nós estamos sugerindo, no caso de construção civil, passar de 40% para 60% a redução na operação. E, no caso de aluguel, para ir de 60% para 80%, lembrando que vai ser tributado o aluguel, na base de 80%, mas depois ainda vem o Imposto de Renda, que é o tributado hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje você paga o Imposto de Renda, e estão inventando sobre aluguel o imposto sobre consumo. Então, a proposta é essa também para resolver.

Bem, está aqui reequilíbrio de contratos administrativos, redução de prazo para análise e decisão pedida, de 90 para 60 dias, prorrogáveis por igual período, além da supressão da exigência de regularidade fiscal e trabalhista.

Hoje tem isso na legislação, quer dizer, você pede um realinhamento, um reequilíbrio de contrato, e o cara quer que você prove que está tudo certo em termos trabalhistas, e não tem nada a ver uma coisa com a outra. E lá na frente também nós estamos propondo uma mudança.

Porque hoje é o seguinte: você pede o reequilíbrio de contrato, mesmo que tenha prazo aqui. O cara não faz. E aí? Acontece o quê? Nada. Aí tem gente com dez anos, oito anos esperando um reequilíbrio de contrato, quebra qualquer um.

Então, lá na frente também tem uma proposta sobre isso aí, mas aqui é construção civil.

Exclusão da Cosip da base de cálculo da CBS e do IBS – Cosip é aquela da iluminação pública.

Não tem sentido, como está no projeto, a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública ter CBS e IBS. Então, nós estamos excluindo a Cosip da base de cálculo da CBS e do IBS. É também uma proposta.

Aqui é a questão de energia.

Da empresa que produz e consome no mesmo local dela não tem sentido você cobrar o IBS e a CBS.

Se eu tenho uma empresa em que lá, no meu estabelecimento, eu vou produzir energia e vou consumir energia lá mesmo, sem passar por distribuição nenhuma – eu consumo lá dentro. Não tem sentido eu pagar CBS e IBS. Então, é a chamada autoprodução, autoconsumo.

Então, não incidência de CBS e CBS sobre o consumo de energia elétrica produzida pela própria empresa, o que é conhecido como autoconsumo, autoprodução.

Também é uma coisa muito óbvia, que deve ser acatada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Pessoa física?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não. É empresa.

Agora, sobre o *split payment*. Vamos lá.

Não existe esse sistema ainda, todo mundo sabe que vai ser feito ainda. No mundo todo, não tem um *split* inteligente desse aí. Bem... Querem que, em 2026, seja implementado.

Gente, é quem não tem noção do sistema real, porque é o seguinte: após aprovação e confecção do sistema do Governo, as empresas terão que adequar os seus sistemas comercial, contábil e tributário ao sistema. Várias grandes empresas que têm capacidade de fazer esse sistema já me disseram: "Izalci, não tem a mínima chance de, em 2026, estar funcionando".

Então, na emenda aqui, o que é que nós estamos sugerindo? Primeiro, que em 2026 a gente utilize o *split* simplificado, prorrogue até 2027, mais um ano, o *split* inteligente e isente de multa, porque o Governo adora cobrar multa desses negócios. Então, em 2026 não tem multa para ninguém. E o Governo...

Inclusive, nós estamos colocando a garantia de que, se o Governo não fizer esse sistema, você vai poder compensar em função do crédito da nota fiscal. Eu não posso penalizar a empresa de se creditar se o sistema não estiver pronto. É uma forma também de você forçar o Governo a fazer o sistema.

Lógico que o Governo está fazendo, mas eu ainda não conheço, não vi ainda. E vai ter muita adaptação, com certeza.

Então, é a proposta de prorrogar um ano isso aí e utilizar, evidentemente, o simplificado, para começar a funcionar.

Telecomunicação.

Todo mundo hoje usa celular, não é? O pessoal do Bolsa Família tem celular, todos eles. Então, se nós estamos incentivando a inclusão digital, a proposta é você ter também o *cashback* na internet, para das pessoas de baixa renda – até meio salário mínimo – você não cobrar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

imposto sobre internet. Não tem sentido isso. Então, assim como tem o gás, a luz, a água, hoje a internet é fatal. Então, a gente precisa... A proposta é colocar o *cashback* para quem ganha meio salário mínimo também não pagar imposto sobre isso.

Operação de gás natural, isso aí também é um equívoco, não é? Tecnicamente, a gente ouviu o segmento. Deram o mesmo tratamento do transporte do gasoduto para o transporte de caminhão de gás, são diferentes. O gasoduto tem duas operações: no momento em que o fornecedor injeta ali, tem um imposto; na hora em que ele vende, ele vende para 500, aí tem outro pagamento. Então, você divide a tributação em dois momentos: na origem, quando você injeta o gás, e quando você vende o gás para vários fornecedores. Então é técnico, basta conversar com quem entende que vai ver que isso aí está perfeito, tem que alterar o projeto.

Bem, aqui é outro problema. Nós temos uma dificuldade ainda, porque muitas emendas não foram acatadas por isso. Existe uma emenda constitucional que proíbe qualquer incentivo ou crédito presumido. Você não pode dar novos créditos presumidos ou novos incentivos porque a emenda proíbe, e isso vai trazer consequência. Mas, por exemplo, aqui: o óleo contaminado, você sabe, todo mundo tem carro aqui, troca o óleo. Esse óleo lá no posto é recolhido, é refinado, é transformado e vai fazendo isso. Mas, do jeito que está no PLP, você vai acabar com... ninguém vai querer pegar esse óleo se tiver que pagar 26% – existe isso. Nós temos que pagar para quem faz e não cobrar 26% de quem vai coletar esse óleo contaminado, inclusive.

Então, nós estamos no projeto alterando – não é? –, colocando para ele não contribuir com isso aí para não pagar imposto, porque você tem que incentivar, e não cobrar. Então, aqui é aquela economia circular, não é? E a gente tem que incentivar, mas a emenda constitucional proíbe incentivar, não podia botar isso como incentivo, ele teve que colocar não contribuinte, não é?

Exclusão do Imposto Seletivo sobre bebidas açucaradas. Isso aí é uma questão. O que acontece hoje? O açúcar hoje está na cesta básica. Como é que você bota o açúcar na cesta básica e quer tributar o chá ou a bebida açucarada? É um negócio fora de... Nós estamos propondo tirar esse negócio de bebida açucarada, que é uma coisa muito óbvia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embalagem, olha aí, é para caracterizar *in natura*. Você sabe, quem vai no supermercado – eu tenho ido de vez em quando – quando você vai na prateleira, você tem a alface, o tomate e outros já com a embalagem. Os caras botam um plástico lá, uma caixinha, você compra o tomate. Não quer dizer que esse tomate seja industrial, não é? Ele simplesmente foi embalado, então não tem sentido... Não tem sentido, não, a gente está apresentando uma emenda para que essa embalagem não descaracterize *in natura* e não seja considerado industrial, para deixar isso muito claro. Então, tem uma emenda em que nós estamos acolhendo isso aí. É uma coisa também muito óbvia, não é?

Saldo credor da CBS. O projeto prevê a retenção do saldo credor de IBS lá no Comitê Gestor, mas não possui uma regra semelhante para CBS. Então nós estamos propondo também que no Tesouro seja reservado também um recurso da CBS para eventuais créditos. Eu tenho que... Daqui a pouco eu tenho que me creditar, não tem saldo. Então tem que ter saldo suficiente para bancar os créditos da CBS. Assim como já existe no projeto do IBS, o Comitê Gestor tem o dinheiro lá. De todos os créditos que foram gerados, está lá o dinheiro. Agora, na União, não, o dinheiro vai para o Tesouro. Daqui a pouco tem os créditos para compensar, cadê o dinheiro? Sumiu ou foi para outro lugar. Então, nós estamos sugerindo isso aí também para ter o saldo credor da CBS na conta do Tesouro.

Quanto a bens de capital de concessionárias de serviço público, o PL é omisso nisso. No serviço público, os bens de capital têm suspensão. Nós estamos também colocando nas concessionárias de serviço público, então, aplicando a suspensão do IBS e CBS e posterior conversão em alíquota zero aos bens de capital contabilizados no serviço público como ativo, com a mesma característica do Governo. Então, é bem razoável.

Transição e reequilíbrio de contrato. É o que eu estava falando antes. Hoje, inclusive, tem gente esperando por cinco, dez anos o reequilíbrio de contrato. E a maioria quebra a essa altura. Então, a gente está apresentando uma emenda reduzindo esse prazo e também possibilitando que, se não for cumprido o prazo, a empresa possa começar a cobrar alguma coisa, para depois ajustar isso, mas não dá para ficar o cara por cinco anos sem receber nada e quebrando, porque ninguém analisou o reequilíbrio. Como não tem penalidade nenhuma, muita gente bota na gaveta e esquece. Então, é uma proposta de reequilibrar os contratos na transição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ressarcimento de crédito do IBS. Se é tudo automático, se o *split payment* é todo *online*, não tem sentido você ter de 45 dias a 195 dias para devolver. Então, a proposta é reduzir para 30 dias a devolução desses recursos para quem tem crédito. É *online*, cara: pagou, já está na conta. Para que vou esperar 200 dias para devolver para a empresa? Até lá o cara quebra, com a questão do fluxo de caixa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É, tinha que ser, tinha que ser *online* também. Estou botando 30 dias.

Exclusão do Imposto Seletivo sobre extração de bens minerais, petróleo e gás natural. Nós estamos deixando apenas carvão mineral. Por quê? Vou dizer para vocês, e foi explicado para nós aqui.

Minério de ferro. Hoje, nós estamos perdendo competitividade com a Áustria. Da Áustria para a China, são nove dias o transporte, aqui são 45 dias. Então, você querer tributar minério de ferro, por exemplo, não tem sentido, primeiro porque é exportado – não deveria ter, porque já é exportação –, segundo porque vamos perder competitividade. A reforma tributária não pode pensar só em arrecadar, tem que ver as consequências econômicas disso. Então, nós estamos retirando o gás, inclusive o gás natural nós estamos retirando, deixando apenas o carvão mineral. É uma coisa bem razoável a exclusão desse ponto.

Serviço de natureza intelectual. Aqui são os profissionais liberais. Esqueceram o... A gente está mudando a redação correta, para caracterizar a pessoa física e jurídica. Eu, como profissional liberal, conheço bem. Nós estamos mudando a redação para deixar isso claro. E tem um profissional que ficou fora, está mais à frente.

Insumos agropecuários, diferimento. Se você não der... Nós estamos sugerindo lá o diferimento do recolhimento de aquisição de insumos para o produtor rural não sujeito ao regime regular. O cara que está lá, o produtor rural que não tem nada, não tem CPF, não tem nada, produz... Se a gente não der para a empresa também esse diferimento do recolhimento, eles não vão comprar mais do pequeno produtor, eles vão comprar dos grandes produtores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é a proteção para aquele sujeito que produz e que não é contribuinte regular, não tem nota fiscal, não tem nada.

Então, tem essas emendas que eu acho que vêm muito para proteger realmente o pequeno, o agricultor familiar.

Redução de 30% na alíquota de atividade de representação comercial. Esqueceram do representante comercial, então está sendo corrigido ali, porque eles também têm profissão regulamentada em cima disso aí. Então, estão propondo colocar o representante comercial.

Suspensão do IBS sobre matérias-primas. Aí é o caso de embalagem, chassi, carroceria, acessórios. Não tem sentido o cara pagar esses impostos todos e daqui não sei quantos meses ele pegar de volta. As empresas têm fluxo de caixa, isso compromete, inviabiliza até esse segmento, se você realmente não conceder a suspensão de IBS e CBS na compra disto aí: de carroceria do ônibus e tudo mais. Então, não tem impacto na alíquota, é apenas fluxo de caixa, para o cara não pagar imposto e depois ficar esperando não sei quantos meses para receber de volta. Então, é só uma adequação aí para não inviabilizar o setor.

Sujeição passiva, processamento de pagamento. Aí tem várias... O Governo, nesse projeto, quer transferir para o contribuinte todas as responsabilidades: de fiscalização, de multa e tal. Então, estabelece que as plataformas digitais são responsáveis pelo recolhimento. Assim, a gente está dizendo ali, alterando, que "não é considerada plataforma digital aquela que executa somente o processamento de pagamentos e outros serviços prestados por instituições, desde que tenham sido autorizadas [...] pelo Banco Central". Então, você não pode colocar genericamente "plataforma digital". Nós estamos colocando claramente aí, no caso de processamento de pagamento, não serem responsáveis por uma coisa que não têm condição de serem responsáveis.

Regime específico dos serviços financeiros, rol não taxativo. A mesma coisa. O art. 205 tem lá, define o serviço financeiro, etc. Nós estamos incluindo uma expressão, "dentre os quais", senão você exclui muita coisa. E a gente está colocando "dentre os quais" no que foi colocado no PL 68.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Manutenção dos créditos de entidades imunes. Isso aqui é fundamental. Não tem jeito, você não pode mudar... a Constituição não permite você dar crédito, você dar incentivo agora, e nem crédito presumido. Então, o que nós encontramos de solução? Permitir que as entidades imunes permaneçam com o crédito e possam ser ressarcidas do crédito, senão as entidades como santas casas serão penalizadas, porque elas vão pagar o imposto na compra. O hospital privado vai lá comprar também, vai pagar o imposto, só que ele vai se creditar. Quando ele vai pagar o imposto dele, ele se credita dos 26. A entidade que é imune não vai pagar. Então, se ficar esse imposto lá, vai ficar mais caro do que para a entidade privada. Então, essa questão do crédito das entidades imunes é fundamental, senão você prejudica muito as entidades que prestam relevantes serviços. E na prática, quando se fala em santa casa, por exemplo, o fornecedor é o Governo, então não tem sentido você onerar ainda mais essas entidades que prestam serviços relevantes aí. Tem que ter uma minuta de emenda para corrigir isso e dar possibilidade de crédito às entidades imunes.

Não incidência do IBS e da CBS sobre transferência de bens públicos e privados para organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. Então, você tem hoje convênios com prefeituras, com ministérios, com entidades sem fins lucrativos. Se você pagar IBS sobre isso, vai complicar. Tem entidades como, por exemplo – eu não quero falar o nome de uma empresa, mas vou falar –, a Amazon. Essas grandes empresas só entregam o produto se o produto estiver perfeito. Se tiver um probleminha, um amassadinho aqui, elas não entregam para o consumidor. Então, ela tem que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Embalar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É, o produto não, mas eu digo assim: se a gente não permitir na doação, elas simplesmente vão jogar fora. Então, você não deve... Ela está propondo aqui não tributar esse tipo de operação das entidades sem fins lucrativos, que recebem doações.

Responsabilidade tributária, é o que eu estava dizendo aqui. Determina que são solidariamente responsáveis pelo pagamento de IBS o desenvolvedor, o fornecedor de programas e aplicativos. Cara, nós estamos colocando: exige, para fins de configuração de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade que o programa tenha funções ou comandos destinados a permitir a utilização em desacordo com a legislação. Se realmente o sistema, a plataforma ou o desenvolvedor do sistema fizer um aplicativo para praticar dolo ou para diminuir imposto, aí, sim, você tem que penalizar, mas não cabe à plataforma ser responsável pelo recolhimento de IBS e CBS de terceiros. Então, a gente coloca lá emenda em desacordo, se for realmente feito em desacordo com a legislação.

A mesma coisa: limitar a responsabilidade solidária para as hipóteses em que haja dolo do terceiro, que é o caso aqui. Está prevista no projeto a responsabilidade solidária pelo pagamento de IBS e CBS de qualquer pessoa física ou jurídica ou entidade que concorra por seus atos de omissão para o descumprimento das obrigações tributárias, por meio de ocultação de ocorrência do valor da operação, abuso da personalidade jurídica, mas eu digo lá: a proposta é limitar a responsabilidade na hipótese em que haja realmente o dolo.

Responsabilidade solidária das plataformas digitais – a mesma coisa –: se tiver dolo ou não informar para a Receita Federal os dados estabelecidos na legislação.

Entidades patronais não contribuintes do IBS. Imagina, na Constituição hoje, são imunes as entidades dos trabalhadores. Então, sindicatos, essas coisas, estão na Constituição. Como não está previsto dar mais incentivo, porque a emenda constitucional não permite, a sugestão é o que a gente propõe: que os sindicatos patronais, federações, confederações não sejam considerados contribuintes do IBS e da CBS. Tratamento isonômico de entidade dos trabalhadores. Não tem sentido você começar a pagar IBS e CBS de entidades, de confederação e sindicato patronal. Nós vamos depois apresentar uma emenda constitucional para corrigir isso, mas a forma encontrada para resolver – porque isso não existe hoje – é desta forma: o tratamento isonômico ali.

Simples Nacional; É o que estou dizendo: se você quiser achar que o Simples, com o fato de permitir que o Simples possa emitir a nota e pagar o imposto, e depois alguém compensar, você complica o processo – a microempresa não vai fazer isso – e você inviabiliza a microempresa. Então, a forma como nós encontramos para amenizar é o Simples poder compensar os créditos dos impostos na compra dela. Então, o Simples comprou lá, tem um monte de crédito que hoje ela não compensa, porque ela paga pela tabela do Simples; que ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possa ser ressarcida do que ela pagou de imposto. É uma forma como nós vimos para amenizar, mas o Simples merece uma atenção especial e que se faça mudança inclusive na legislação do Simples.

Outra coisa, aí o cara diz assim: "Não, mas o Simples pode emitir a nota e pagar o imposto". Ora, vai que você arruma um cliente e você emite. Daqui a três meses, o cliente fala assim: "Ó, vamos embora, não quero mais". Aí ele não pode sair mais do Simples. Então, você tem que dar a opção para ele, pelo menos duas vezes ao ano, de ele sair do Simples e entrar no Simples, porque vai depender do cliente. Se eu perder um cliente no meio do caminho, inviabilizo o Simples. Ele deixou de ser Simples porque está emitindo nota, e agora: "Oh, perdi o cliente". Aí tem que voltar, senão ele quebra. Então, a gente está botando pelo menos duas vezes o cara poder entrar e sair, porque a entrada é no início do ano; depois, a princípio, não poderia sair mais.

Bem, Zona Franca de Manaus, essas coisas técnicas. A proposta é utilizar o crédito presumido também nas empresas localizadas na Zona Franca de Manaus nas compras governamentais do *split payment*, o que não está previsto no projeto, então a gente está corrigindo. É uma correção técnica. Acho que o Relator vai adorar isso.

A alíquota do IPI para os produtos industrializados na Zona Franca, a mesma coisa. O projeto permite que o IPI seja reduzido a zero para produtos industrializados na Zona Franca, em 2023, e sujeito à alíquota de 6,5. Então, a gente está corrigindo, porque não é produzido em 2023. Quando você aprova o projeto, leva dois anos, às vezes três anos para implementar. Então é aprovação do projeto e não é exatamente no ano do produto industrializado. Também é uma correção técnica isso aí da Zona Franca.

A mesma coisa o crédito presumido de 100%, de acordo com os critérios de competitividade, que está previsto... A gente está mantendo o que é hoje: os créditos. Permanecer a neutralidade disso aí também lá na Zona Franca.

Incidência de IBS e CBS nas operações internas da Zona Franca também. Vai ficar claro que as operações internas lá também não têm IBS e CBS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O reporto é um incentivo. Há um incentivo hoje para as empresas: modernização e ampliação da estrutura portuária. O projeto prevê o final em 2028 e a solicitação e a emenda apresentada é para estender até 2032, que é quando termina lá, começa o novo sistema tributário.

Imunidade dos livros físicos e digitais. Hoje a Constituição e o projeto de lei dão a isenção – a imunidade está na Constituição – dos livros. Só que a gente está colocando, porque já tem decisão do Supremo também, que o livro eletrônico também tem que ter o incentivo. Então a gente está colocando o digital e o físico, porque tem decisão também do Supremo sobre isso aí, e como a gente tem que seguir sempre o Supremo...

Excluir a incidência do Imposto Seletivo de charutos artesanais... Nós não estamos tirando o Imposto Seletivo, a gente está mudando, dando a possibilidade de ter uma alíquota diferenciada do tabaco geral. Porque tem muitos produtores artesanais, pequenas empresas e tal; vai ter o Imposto Seletivo, mas com alíquota menor.

Apuração mensal. O PLP permite você reduzir essa apuração para menos de um mês. Então nós estamos colocando... Não, é no mínimo de um mês. Daqui a pouco estão colocando de 10 em 10 dias, de 15 em 15 dias, aí você deixa... Não simplifica o processo, você complica o processo. Então suprimir a possibilidade de regulamento reduzir o período de apuração, para ficar 30 dias e não deixar à vontade para apuração.

Bem, aqui tem uma proposta, eu já até recebi uma emenda depois. Houve aqui na audiência pública o pedido para incluir o plástico de uso único no campo do Imposto Seletivo. O uso único é aquele copo descartável, o garfo descartável, porque, se você olhar no mar lá, poluído, o que tem de plástico nesses rios, nesses copos... É isso aí. Principalmente esse negócio de descartável. Há uma...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Nada se compara à ilha de 2,5 milhões de quilômetros quadrados do Oceano Pacífico.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pois é!

Então, o que acontece aqui? Há um pedido, que tem que ser avaliado depois, uma emenda, de que também seja incentivada a reciclagem e tal. Então, é você fazer uma alíquota

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

diferenciada e progressiva para você incentivar o pessoal a reciclar, porque, de fato, eu, em 2003, aprovei aqui a Política de Resíduos Sólidos do DF – eu era Deputado Distrital, em 2003. Estamos em 2024, e vai-se prorrogando isso para 10 anos, mais 10 anos, e, mais 20 anos, está cheio de falta de reciclagem, cheio de lixão no mundo todo, no Brasil todo. Bem, então é uma sugestão.

Imposto Seletivo reduzido para bebidas alcoólicas produzidas por microempresa. É o caso da cachaça, não é? Nós temos cachaças aí que são produzidas em pequena produção lá... Não é que não se vai cobrar o imposto; também gradativo.

O Amaral...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Vai até que número?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, está terminando! Está terminando aqui. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Já são 50!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É, está terminando aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Do eslaide 50 em diante, eu acho que vamos ter que fazer um cálculo de qual será o impacto financeiro disso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Hein? (*Pausa.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É, a cerveja artesanal também.

Atividade empresarial. Olhem aí! Esse vem em serviço de uso e consumo pessoal. Se você pegar o projeto de lei, ele diz, inclusive, que o plano de saúde só pode ser dedutível na empresa se estiver na convenção coletiva de trabalho. Então, o Governo transfere para o contribuinte essas responsabilidades todas. E aí nós estamos deixando o seguinte: o que é despesa da empresa é dedutível. Se o Fisco achar que não é ele, ele que tem que fiscalizar e autuar. Então, por exemplo, no projeto original, se você tem uma empresa de transporte aéreo, a Gol ou a TAM

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou a Azul, o pessoal deles lá vai visitar, vai à Santa Catarina, vai ao hotel lá, não sei qual hotel, não pode deduzir pelo PLP 68.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Não, lá pode.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Hein?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se for a Santa Catarina, pode. (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Aqui no projeto não permite. Se você fizer o transporte do funcionário, também não é caracterizado.

Então, a gente está fazendo assim: o Fisco não tem esse poder de definir o que é, o que não é que pode ser aplicado na empresa, então...

Olhem, aqui tem um pedido, tem uma emenda acatada também, de que, na hora de definir as obrigações acessórias, você tem que ter a participação de quem vai fazer isso. Então, como ouvinte, convidado, em reuniões realizadas no Comitê de Harmonização, o Conselho Federal de Contabilidade precisa participar para contribuir, inclusive, com essas questões das obrigações acessórias.

Inclusão de todos os óleos vegetais. Eles selecionaram alguns óleos vegetais e excluíram outros. Nós estamos incluindo lá, mudando a proposta, para incluir todos os óleos vegetais destinados à alimentação humana e também colocar na cesta básica de alimentos as castanhas, que estão previstas na emenda constitucional.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Principalmente a do Pará.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A do Pará principalmente. E a do caju também lá do Piauí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhem aí, serviços de esterilização na saúde está fora. Todo o trabalho de esterilização na área de saúde não está na alíquota, então ele está colocando. Não tem lógica ter ficado uma coisa tão importante de fora, então tem que colocar.

Serviços veterinários. Também tem vários, sempre foram considerados como saúde pelo Ministério da Saúde. Estamos propondo... Viu, Wellington, você é veterinário, não é isso? Ou pelo menos defende muito.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Já fui. (*Risos*.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Já foi.

Então, nós estamos incluindo aqui uma emenda para que o veterinário seja considerado também serviço de saúde, como o Ministério da Saúde trata todos eles.

Setor de hotelaria. Nós estamos colocando hotelaria, parques de diversões, parques temáticos, na alíquota de 60%. Também é a mesma coisa com bares e restaurantes, para simplificar, porque se deixar do jeito que está no projeto, é muito complexo. Então, para simplificar, é alíquota de 60%.

A mesma coisa com eventos. O rol de eventos – aniversário, casamento – também tem 60%.

Agência de turismo, a mesma coisa. Tem o rol de 60%. No projeto, eles consideraram que a agência de turismo vende a passagem, mas é só o intermediário, então estamos corrigindo, porque quem vende a passagem são as empresas de aviação. A agência é apenas agência, ela tributa o valor da passagem, então estamos corrigindo.

Setor cultural. Também tem equívoco, nós estamos deixando clara aí a questão cultural.

Cooperativa. Este é um problema seríssimo, viu, Lippi?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Muito sério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Olha só o que que eles querem fazer, eu discuti isso com a Receita Federal. O plano de saúde hoje, normal... Você paga o plano de saúde. Quando o cara paga, a maioria das clínicas é pessoa jurídica, o plano de saúde é pessoa jurídica, então eles pagam a CBS para pegar PIS, Cofins e aquelas coisas. Vão pagar a CBS.

Aí você tem a Unimed, a Unimed tem o tratamento diferenciado: os médicos recebem como pessoa física, que pagam a tabela de imposto de renda, aí o que que eles botaram no projeto? Não sei de onde eles tiraram isso, os cálculos deles, que você pode abater 50% do faturamento para pagar o imposto de consumo. Depois o médico vai receber o dinheiro e ainda vai pagar imposto de renda, na tabela normal. Isso quebra, acaba com a Unimed ou outras cooperativas semelhantes.

Aí a Receita diz assim: "Não, Izalci, mas nós vamos corrigir isso na reforma do imposto de renda".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Tem que ter emenda.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Hein?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É. Não tem sentido isso, não tem lógica. Então, é coisa...

Atividade de condicionamento físico. A gente está colocando como atividade esportiva, que também tem o enquadramento de 60% das atividades esportivas. Já está previsto isso.

Consórcio. A gente está incluindo para contemplar o consórcio previsto na Lei 1.195.

Seguro rural. Também está prevista a... Não há ressalva da tributação. Nós estamos deixando claro porque hoje o seguro rural não tem tributação, então, nós estamos apresentando a emenda.

Regime específico financeiro no caso de seguros. Também estamos corrigindo a redação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diferimento da energia elétrica no momento do consumo. O projeto prevê aqui o recolhimento em cada operação, uma coisa complexa; então, a proposta nossa é que a cobrança seja no consumo. Também é a lógica; é uma coisa muito óbvia.

Incluir as empresas públicas como beneficiário do regime diferenciado para bens e serviços relacionado à soberania nacional, segurança da informação e segurança cibernética. Então, também estamos corrigindo, incluindo as empresas públicas que ficaram fora, que não foram contempladas. Estamos botando empresas públicas de segurança cibernética e da informação.

Regime de transição de bens de capital. Estamos suprimindo esse prazo de 1º de julho, além de estarmos acrescentando a expressão "quando recuperáveis". É uma questão técnica também, e dá para trabalhar isso.

Bem, aqui também, para ficar claro, substituindo o termo "destinatário" por "adquirente".

Você tem empresa lá em Curitiba, esses negócios de propaganda na rua para todo lado aí. Você fica na dúvida: "Esse imposto vai para onde? É onde a pessoa está vendo a propaganda? É quem contratou? Ou é a empresa que emite a nota lá em Curitiba?".

Então, a gente está substituindo o termo "destinatário" por "adquirente". O imposto será pago onde estiver o adquirente. Eu comprei aqui em Brasília, para botar aqui em Brasília, em vários *outdoors*, esse pagamento vai ser recolhido aqui. Se for lá em São Paulo, será em São Paulo.

Então, isso é uma correção importante, para não dar interpretação diferenciada aí.

Prorrogação do prazo de implementação de cobrança ou dispensa de multa pelo descumprimento das obrigações acessórias.

É aquilo que eu falei, do *split payment*, que não tem sentido você começar a cobrar multa se a gente vai prorrogar pelo menos para 2027. A proposta é prorrogar e usar, em 2026, apenas o *split* simplificado.

Convênios para maximizar a fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É evidente. Aí tem... São três entes: município, estado e União. Você não pode... A União vai lá e fiscaliza a empresa, daqui a pouco, vem o município, daqui a pouco, vem o estado, fiscalizando a mesma coisa, a base de cálculo é a mesma.

Então, se houver já uma fiscalização – botando isso aqui –, o cara tem que pesquisar e justificar por que é que ele está fazendo de novo, porque não dá para o cara ficar fiscalizando a mesma coisa, os três. Por isso é que tem que botar essa emenda aqui.

Bem, aproveitamento de crédito de outros tributos. É evidente que o IPI... Quando chegar, acabarem com o IPI, vai ter que deduzir esse IPI, o saldo, do CBS. O Governo não vai querer dar calote nos créditos de IPI.

Regime Especial de Fiscalização, é o que eu disse aqui... Então, tem que ter esse equilíbrio fiscal aí, proteção do código de contribuir... Nós vamos votar inclusive agora, esta semana provavelmente – ou na outra –, a execução fiscal e também tributária. Vai restringir muito isso aí.

Fiscalização, é o que eu disse: a competência está no projeto de auditor fiscal, e a gente está colocando também da Receita Federal, a carreira tributária, aduaneira, da Receita Federal. Estamos corrigindo o texto com relação à fiscalização.

A mesma coisa, suprimir aí esse parágrafo, que diz o seguinte: na caracterização da omissão de receita, prevê que caberá ao sujeito passivo, o contribuinte, a prova da desconstituição da previsão legal. Ora, quem tem que fazer isso é o fiscal, não é o... Eu é que vou dizer o que é que... O fiscal é que, para multar, tem que dizer o que é que está errado. Então, nós estamos suprimindo isso aí.

Aí, a mesma coisa: já ocorreu uma fiscalização? Para outro ente fiscalizar, tem que justificar. Não dá para fiscalizar três vezes a mesma coisa.

Aqui também: "Fiscalização ainda inclui o limite global de 100%".

Esse negócio de multa de 150, 200, 300%... Não existe isso. O Supremo já definiu, lá atrás, que a multa máxima é de 100%. Então, nós temos que botar a multa de 100% e não deixar como está previsto, podendo chegar a 150%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, aqui, o efeito... "Propõe limitar a 2024 o período de cuja receita tributária dos entes seja utilizado para efeito de cálculo da repartição federativa", porque a proposta é a criação desse redutor para neutralizar os efeitos de aumento de alíquota do ICMS sobre a distribuição de receita, porque teve estado que aumentou a alíquota. Outros não aumentaram. Então, tem essa proposta aí para ajustar isso.

Estimativa de impacto na alíquota referencial e tal...

Então, há uma proposta aqui...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Passa de cem, ou não?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, vai terminar no 102. (*Risos.*)

A pressa é inimiga da perfeição, não é?

Olha aqui, alíquota de referência, só para vocês entenderem. Eu estou tentando desvendar esse mistério dos 26,5 – e olha que eu entendo um pouquinho –, e não consegui. E eu vou dizer para vocês, está aqui, olha aqui, para encerrar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso não é mistério, é um mito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É um mito.

Para encerrar aqui, olhem só os desafios que nós temos da reforma tributária pós-reforma.

Primeiro: estabelecimento de alíquota de referência. Então, é o seguinte, o Roberto esteve aqui, o economista Roberto Giannetti da Fonseca, e disse: "Olha, não existe 26,5; é 20.". Esteve aqui uma procuradora do DF que fez mestrado, doutorado. Há um mito, há uma conversa de que no Brasil há 50% de sonegação, tem essas conversas. Mas essa senhora que esteve aqui, o nome dela é Luciana Marques, uma Procuradora aqui do UDF, fez uma tese de doutorado, fez um levantamento, um estudo sobre a sonegação no Brasil e ela apurou que há 27% de sonegação. Ora, se nós não teremos mais sonegação com o *split payment*, então significa que nós vamos diminuir a sonegação em 27%. Consequentemente, é óbvio...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Ou aumentar a receita em 27%.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É, é isso. Então, você tem que reduzir a alíquota de referência. Então se é 26, como eles estão dizendo, 26,5, você já tem que reduzir um quarto, no mínimo. Um quarto de 26 dá sete, oito. Tem que reduzir. Então, de 26 vai baixar para 18. Então, essa conversa de 26 é só para: "Olha, gente, cuidado, não bota nada não, não sei o quê, porque vai passar para 30, vai passar para 40". É um terrorismo que estão fazendo aí.

Bem, a emenda constitucional determina que deveria ser encaminhado para nós aqui, em 90 dias, o PL da desoneração da folha. As empresas prestadoras de serviços, terceirizadas, prestam serviços para os condomínios. Hoje, no Brasil todo só tem condomínio, ou vertical ou horizontal. Todos têm síndico no condomínio. Eu contrato uma empresa terceirizada, que tem os funcionários, que paga a parte trabalhista, a previdência, não sei das quantas, e agora vai aumentar em 26% essa alíquota. O que esses condomínios vão fazer? Não vão contratar mais as empresas, vão contratar direto o trabalhador. Então, você acaba com um segmento da economia que gera muito emprego e que vai trazer um prejuízo danado.

Então, como em 2025 não tem ainda essa reforma, nós precisamos encarar essa questão da desoneração agora. Pode chegar imposto de renda sobre patrimônio, mas nós temos que falar em desoneração, porque, sem isso, as empresas prestadoras de serviços vão ter um prejuízo imenso com relação a isso. E vocês sabem que quem gera emprego e renda está sendo prejudicado nessa reforma, que é exatamente a prestação de serviços, seja no Simples – 70% das empresas são Simples –, sejam os terceirizados; a prestação de serviço gera muito emprego.

Bem, eu vou dar alguns exemplos aqui do que a gente não pôde atender. Nas lojas, e tem muitas empresas que vendem material de construção, você tem uma cesta básica hoje de material de construção: cimento, areia, tijolo, argamassa. São 18 itens na cesta básica que não têm imposto nenhum hoje. Esqueceram-se delas, mas a gente não pôde colocar porque tem uma emenda constitucional dizendo que não pode mais incentivar ninguém, nem ter crédito presumido. Então, na questão das lojas – e quem compra dessas lojas é pessoa física, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consumidor – vai aumentar 26%, ou, sei lá, não é? Então, quer dizer, vai quebrar muita loja, muitos empregos serão desativados, porque compra do consumidor – não sei –, mas, então, tem que corrigir isso aqui, essa questão.

Cartório. Cartório também vai pagar 26% de coisas que não era para pagar. Mas dá para botar? Não. A emenda constitucional proíbe.

Então, eu não vejo outra saída de ajustar algumas coisas com a outra emenda, que é o caso de cartório, o caso de cesta básica de material de construção e outros itens por aí. Eu sei que vai ter problema.

Bem, lógico, a gente precisa da reforma tributária, óbvio; mas do jeito certo. Então, por exemplo, a gente apresentou aqui...

Olha lá, 103, viu?

Então a gente precisa realmente oferecer para o país uma legislação que incentive...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Os últimos 53 eslaides são... (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Olha, você tem que incentivar o empreendedorismo, você tem que valorizar a classe empresarial, que gera emprego, gera renda e que arrisca de botar o capital, não é? E a gente parece que condena quem é empresário no Brasil. E aí que é todo mundo dependente de governo. A gente precisa mudar isso.

Então, eu quero aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Bem, nós temos aqui várias sugestões. Eu não vou passar aqui porque também daria mais 80, não é? No estudo que nós fizemos não foi possível acatar as emendas em função disso, da emenda constitucional, em função de uma série de coisas. Mas a gente está passando para todos os Senadores, e, se quiserem, se a gente insistir, vamos apresentar as emendas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer forma. Agora, nós estamos apresentando aí essas... Tudo que nós apresentamos aqui, a ideia é fazer uma emenda – se todos puderem, todos assinarem –, para a gente apresentar, porque não existe emenda específica do que foi colocado. Algumas, sim; outras, não. Então, tem umas 30 que nós vamos assinar hoje para encaminhar para a CCJ.

Eu vou fazer uma questão de ordem no Plenário e eu conto com o apoio de todo mundo da CAE. Não tem sentido esta matéria não tramitar aqui, Vanderlan, sinceramente... Está no Regimento, art. 99.

E eu quero aqui, só para encerrar – que eu não poderia deixar aqui, Esperidião, realmente –, agradecer ao Ignacio, do meu gabinete, que é um especialista, e ajudou muito, atendendo lá gente pra caramba. (*Palmas.*)

Nós temos toda a equipe aqui dos consultores do Senado: Daniel, Ivan, José Ailton, Marco André, Paulo Henrique, Raphael, Renato e o Ricardo; e também, lá do gabinete, a Lilian, a Catarina e a Adrianne. (*Palmas.*)

E os demais servidores, não é? (*Palmas.*)

Eu nem precisei usar; eu pedi o Paulo para ficar ali como universitário: "Olha, consulta universitária; fica lá, porque, se eu precisar de alguma coisa..."

Então, se alguém quiser fazer algum comentário, pergunta, estou aqui à disposição. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns, Senador Izalci.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Izalci, Senador Amin, em tempo, eu quero registrar aqui a presença do nosso Deputado Federal Vitor Lippi. Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Participou de várias audiências aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Na área dele, ele gosta. Fizemos algumas reuniões.

Está aqui o pessoal...

Vocês pegaram algum papel aqui? Pegou algum papel da imprensa? (*Pausa.*)

Agradeço aqui também a presença de todos os nossos amigos da imprensa que estão aqui presentes, divulgando a apresentação deste grupo de trabalho, Senador Izalci.

Faço questão de mencionar o nome dos que estão aqui: Vanessa Lima, da TV Record; Jéssica Sant'Ana, do *Valor Econômico*; Fernando Caixeta, da agência Eixos; Gustavo Schwab – se eu falei errado, você me corrija aí, Gustavo –, do Canal Agro+; e a TV Senado, com transmissão ao vivo da nossa reunião.

Senador Amin, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Serei pontual. São cinco pontos; cinco pontos.

Primeiro, eu quero cumprimentar o Senador Izalci e toda aquela equipe.

Ironicamente, pode botar aquele eslaide de novo?

E quero aqui protestar, porque vou colocar os homens para cima e as mulheres para baixo. Eu penso que a ordem dos fatores altera o produto. Coloque as mulheres lá em cima e os homens para baixo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Lembrando que não tem nenhuma mulher na Consultoria. A área tributária... Cadê as mulheres tributárias?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – As mulheres têm que ir para arriba, até porque tem uma Catarina ali.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Começamos a reunião hoje enaltecendo o trabalho das mulheres que foram eleitas. Cresceu para quase 18% o número de mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu quero enaltecer e exaltar.

Mas, primeiro, um dos pontos que eu pretendo levantar hoje à tarde, e eu queria só antecipar, é que, do plano de trabalho, eu iria pedir vista, do plano de trabalho da Comissão de Constituição de Justiça. Aí foi dito que não precisava pedir vista, porque todos os acréscimos e adendos seriam aceitos. E hoje fui surpreendido com o estabelecimento de uma cota de uma sugestão por Parlamentar. Então, além de subscrever o pedido para que formalmente a Comissão de Assuntos Econômicos seja ouvida... E isso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não. Pois é. Não! E cota depois da aprovação do plano de trabalho, que foi aprovado sumariamente, porque todos os acréscimos ou alterações seriam aceitos. Então, hoje à tarde...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, foi expressamente. Eu tinha pedido vista. Retirei. Consta das atas, da ata. Eu retirei o pedido de vista porque foi...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Amin, só para complementar... Eu estava presente e vim especialmente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso é coisa da maior seriedade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... só para dizer o seguinte: eu ainda disse: olha, quem não é da CCJ não pode apresentar emenda. Aí, o Eduardo: "Não, pode apresentar". Pode. Depois de lido o relatório, depois... Aí apresenta emenda, depois tem que destacar no Plenário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso é uma questão vestibular, é preliminar essa, está certo? Vestibular.

Segundo, eu acho que a questão do *cashback* é uma questão da maior importância e gravidade, em que não há... Há uma controvérsia muito grande sobre qual seria o impacto do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cashback. Eu sou favorável ao *cashback*, inclusive ao *cashback* em face da renda do beneficiário. Não vou discutir o assunto, só quero pontuar. O *cashback* tem que ter um teto de compra dessa pessoa, porque ele não pode, tendo uma renda de 600 – não pode –, comprar 6 mil.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Terceiro ponto: eu acho que o Senador Izalci poderia ter detalhado mais no relatório as emendas de esclarecimento. Eu mesmo... Metade das emendas que eu apresentei são para esclarecer o texto. Por quê? Porque um dos objetivos da reforma tributária é reduzir o litígio. Como? Pela forma clara, unívoca, como se diz na linguagem legiferante, com univocidade, que deve ser um dos princípios básicos do texto da lei. Univocidade quer dizer que o que está escrito quer dizer uma coisa só, não dá margem a duplas e triplas interpretações.

O quarto ponto é essa questão do *split payment*, que é realmente crucial e é tecnologia. Talvez tenha sido a maior contribuição de pessoas como Miguel Abuhab, que se dedicou, juntamente com o Hauly, a esse tópico.

E, finalmente... Dá para botar o eslaide 43 ali?

Eu acho que o...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – O 43?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O 43. O nº 43. É só uma questão tópica e que interessa...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não, não. O 43.

E vai à mão assim, é? Não dá para ir... Não tem inteligência artificial que vá lá ao 43?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Ainda não. Só depois que estiver pronto esse...

(*Intervenções fora do microfone*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas é que eu já comecei a gritar no 50. Aí, ele passou mais 52 eslaides. É o 43.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Acho que não é o 43 que você quer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É o carvão mineral. É 44, então?

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não. Vai devagar, então.

Vai. O 44...

Vamos lá. Um a menos.

Então, um a menos ainda.

Bom... Quarenta e dois, então.

Quando você fala da...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – É o 42.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É o 42.

Ou seja: isso aí é para exportação? Sim. O carvão mineral, quando for exportado... Por que é que sai?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Hein?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quando o carvão mineral for exportado...

A Inglaterra fechou as termelétricas a carvão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Nós estamos tirando isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não, mas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Olhe lá: supressão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas tirou para todos menos para carvão mineral.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Não, está ficando só...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não. Ou seja, tirou ali, só que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas preste atenção: o impacto de retirar minério de ferro não é pequeno, não é? O impacto ambiental...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Espere aí.

Eu concordo. Agora, a Inglaterra fechou as termelétricas, mas está exportando carvão mineral. Deu para entender? Ou seja: o que for para exportação...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Mas está na emenda constitucional. A gente não fez esse dever de casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Bom, então já... Mas muitas questões o senhor deixou... Você deixou...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Deixei alguma coisinha para tirar o resto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, mas...

Não, nada contra.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nada contra, mas, se tiver que consertar através de emenda constitucional, tem que incluir. Por que como é que eu vou onerar um bem para exportação? Explique-me.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – É 0,25%...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não pode.

Olhe bem, o país que se gaba hoje de ter fechado as termelétricas é a Inglaterra, onde começou o carvão mineral industrial a ser usado para... Teve vários usos, inclusive geração de energia, mas a exportação é livre. Eles continuam não extraindo o carvão mineral com técnicas modernas e exportando.

Nós, se formos exportar, não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – É 0,25...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não... Então, para essa disparidade é que eu queria chamar a atenção.

São esses cinco pontos.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grande trabalho seu!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E conte comigo, Presidente. Não é o "prestigiamento" da Comissão; é o cumprimento do Regimento e o cumprimento das obrigações e prerrogativas das Comissões Permanentes.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Dorinha.

Com a palavra, Senadora.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Não, Sr. Presidente. Na verdade, eu queria elogiar o trabalho realizado, conduzido e coordenado pelo Senador Izalci.

Logicamente, isso exige um período, porque foram realizadas dezenas de, acho, várias audiências públicas, com especialistas.

Eu faço coro à reclamação do Senador Esperidião Amin quanto a questão das mulheres, mas eu falo é do quadro da Casa. Existe uma imagem como se mulheres não gostassem de economia, de finança e mesmo de tributação. Mas é só mais um lembrete.

Eu só queria fazer uma...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Dorinha, sem querer te interromper, é o seguinte: nas audiências públicas, a gente fez questão de trazer – porque agora tem – Mulheres no Tributário. Então, tem várias mulheres, e nós trouxemos várias aqui para falar.

Mas é só para colaborar.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sim.

Eu queria chamar a atenção, além da necessidade de passar pela Comissão, pela CAE formalmente, eu queria lembrar o formato como foi votado na Câmara, em relação ao próprio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

texto, o tempo de debate, o tempo de discussão; e, ao mesmo tempo, a necessidade do debate aqui no Senado.

E queria chamar a atenção – acho que alguns estavam no Colégio de Líderes, e eu estava representando como Líder na reunião – para uma preocupação que eu gostaria de levantar, para que o Senado se debruce sobre o tema.

A relação entre as duas Casas é uma relação que não tem sido respeitosa entre Câmara e Senado. Foi colocado, inclusive, um formato na Câmara, em que qualquer projeto de lei aprovado aqui no Senado, quando chega à Câmara, é feito um novo número, e ele começa uma nova história, e nunca um projeto do Senado, na adoção feita hoje pelo atual Presidente, vai ter preponderância regimental sobre a Câmara, mesmo tendo sido aprovado aqui na Câmara primeiro.

E por que é que eu estou tratando desse assunto? A relação ou a instituição das Comissões das medidas provisórias não tem sido respeitada pelo Presidente Arthur Lira, e isso tem colocado... Nós estamos funcionando assim e fazendo de conta que está sendo cumprido, do ponto de vista legal e regimental, e não está. E, neste caso específico, foi tratado sobre a reforma tributária.

Todo o trabalho realizado por esta Comissão, o trabalho feito pelo Senador Izalci, o trabalho que vai ser feito na CCJ e todo o esforço feito chegam à Câmara sem respeito regimental e podem simplesmente ir para o lixo ou para a gaveta, num tratamento que tem sido feito longe da relação republicana Câmara e Senado.

No dia, o Presidente Rodrigo Pacheco disse: "Eu não tenho compromisso de aprovar sem ter sido feito um acordo para que se respeitem os avanços construídos no Senado".

Eu recentemente passei por isso em relação ao ensino médio. Houve uma outra situação envolvendo um tema importante na área do biocombustível com a Senadora Leila, e o próprio Presidente disse: "Se não houver um avanço em relação a essa questão da relação...".

Não é reinado. A Câmara não reina sobre o Senado. Acho que está precisando estudar a Constituição e saber o que é que significam Câmara e Senado e quais os nossos papéis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não devem ser aprovados no Senado os textos complementares em relação à reforma tributária. Acho que tem que se esperar entrar uma nova Presidência, a não ser que passe a respeitar...

Esse tempo de debate é dinheiro do contribuinte, é tempo nosso, é muito envolvimento para um texto chegar lá e simplesmente ir para a gaveta porque veio do Senado. A gente está brincando com dinheiro público e com a seriedade que esse tema requer.

Eu chamo a atenção de V. Exa. como Presidente no Colégio Líderes e a cobrança em relação...

Ou se tem um acordo entre as Casas, ou, na minha opinião, os textos não devem ser votados no Senado, até que se tenha uma recomposição na relação entre Câmara e Senado, porque, no formato em que está, não vejo respeito nenhum ao país, em primeiro lugar, e ao Senado, por todo o esforço realizado no modelo bicameral. Então, não tem sentido no formato...

Nós tivemos vários elementos que mostram essa relação conflituosa, desrespeitosa com o país.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Muito bem, Dorinha.

Alguém mais quer usar da palavra?

Senador Fernando Farias com a palavra.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Quero parabenizar o grupo de trabalho coordenado aí pelo Izalci e dizer que agora nós temos um norte aqui, com bastante sustança para a gente discutir.

Parabéns pelo trabalho, Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eu não tinha visto.

Senadora Damares com a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Claro, Deputado Lippi. Obrigada.

Eu só tenho a lamentar que, à meia-noite e 40 – que o Brasil saiba o que os colegas fazem com a gente–, o Izalci manda um relatório para mim de...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – De 640 páginas. (*Risos.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, gente, vocês não têm ideia.

E, aí, a gente fica numa ansiedade para ler e a gente perde o sono.

Eu acho que eu vou pedir uma indenização por uma noite de sono. (*Risos.*)

Mas, assim, Senador Izalci, quero parabenizar o senhor e a equipe do Senado, esta Comissão, a Secretaria desta Comissão, os consultores do Senado. Vocês fizeram esta Casa se movimentar, nos últimos dias, de uma forma extraordinária.

E aí, Presidente Vanderlan, quero dizer como acertada foi a sua decisão desse grupo de trabalho e como acertada foi a escolha do Izalci, porque, enquanto a gente estava brigando lá fora, na eleição, ele estava aqui e de uma forma extraordinária – eu procurei participar do maior número possível de audiências. Eu acho que eu perdi 20% das audiências.

E aí, Dorinha, outra coisa bem interessante: Senadoras participaram ativamente desse grupo de trabalho. Foi incrível a participação da Bancada Feminina, da Senadora Rosana, da Senadora Teresa... Foi muito interessante a participação da Bancada Feminina.

Parabéns!

A gente também precisa registrar o apoio que a equipe de Governo deu, apesar de que os meninos bonitos do Governo não nos convencem muito. Eu os chamo de "publicanos".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os "publicanos" vieram, fizeram o papel deles, trouxeram a posição do Governo. As demais entidades nos ajudaram no diálogo, na conversa, na articulação e também nas propostas. Todo mundo foi ouvido.

Teve um momento, Senador Vanderlan, que tinha segmentos tão diversos aqui, que a gente falou: "Meu Deus, como é que pode?".

Foram audiências extremamente ecléticas, dando oportunidade a todo mundo.

O relatório ficou muito bom. A gente vai precisar conversar – depois eu converso contigo, Senador – sobre alguns ajustes. Inclusive, com relação às suas Emenda 1.053 e 1.054, que o senhor apresentou, são emendas extraordinárias. Eu gostaria de rever depois, conversar com o senhor sobre isso.

E lamento, Presidente, que, depois desse trabalho todo, a gente não vá votar a reforma aqui na CAE; vai ficar mesmo na CCJ, mas acredito que o fruto de tudo isso aqui vai influenciar lá a votação.

O Brasil viu que esta Comissão não se omitiu. O Brasil viu que os Senadores fizeram uma discussão séria, sem pressa, ouvindo todo mundo.

Eu não vou morrer com a culpa de que nós prejudicamos segmentos no Brasil. Nós, aqui, nesta Comissão, tentamos que a equidade fosse o carro-chefe na condução do trabalho, pensando numa nação próspera e justa.

Então, parabéns! O relatório está muito bom.

Inclusive, Presidente, eu disse numa reunião o seguinte: as nossas audiências eram praticamente uma aula de mestrado, aula de pós-graduação. Uma audiência aqui tinha conteúdo para anos de debates, uma única audiência. Foi extraordinária a forma como foi conduzida, assim como o Senador Efraim fez na primeira etapa. Então, parabéns.

Só não mande meia-noite e 40 para nós, especialmente para uma Senadora que não tem um marido para mandar parar de ler e nem criança. Então, passei a noite lendo o máximo que pude. Está muito bom, muito bem-feita a redação e a forma da apresentação. Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vamos embora agora minimizar os danos; vamos embora agora tentar alcançar o maior número possível dos segmentos que vieram pedir socorro a este grupo de trabalho. Eles encontraram o eco aqui nesta Comissão e neste grupo de trabalho.

Parabéns aos dois Presidentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Damares.

Deputado Lippi, prazer ter V. Exa. aqui – Deputado e ex-Prefeito.

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP. Pela ordem.) – Obrigado, Senador Vanderlan.

É realmente um privilégio estar vivendo este momento da contribuição do Congresso Nacional para um tema tão relevante ao Brasil, que era um grande desafio de 40 anos.

O Brasil só veio piorando nesse manicômio tributário. E nós, infelizmente, chegamos ao ponto, nossa querida Senadora Damares, Senadora Dorinha, também tão querida, Senador Izalci, na avaliação do Banco Mundial, de ser avaliado como o 184º pior sistema tributário do mundo para o ambiente de negócio. Então, isso, óbvio, compromete seriamente a competitividade do Brasil, o custo Brasil, a segurança, os investimentos, a competitividade internacional do país.

Então, nós estamos no caminho certo, mas a gente sabia que não iria ser fácil.

Muitas contribuições foram dadas lá na Câmara Federal, mas é verdade, sim, que ainda existiam muitas questões a serem aperfeiçoadas. E, para nossa alegria – e acho que até para o nosso sentimento de orgulho do Parlamento brasileiro –, Senador Izalci, o senhor e esta Comissão de Assuntos Econômicos deram, sem dúvida, uma contribuição histórica a este país, porque nós tivemos aqui cem contribuições – 102 contribuições –, e todas elas são absolutamente coerentes e necessárias para aperfeiçoamento, para corrigir, para ajustar, para dar mais segurança e para que a nossa legislação pudesse atingir, realmente, os maiores e melhores objetivos.

Então, eu só quero cumprimentá-lo, Senador Izalci. Foram 500 instituições ouvidas aqui. Eu sei que não foi fácil, mas era necessário, e isso foi feito com muita qualidade técnica, em um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo democrático, participativo, em que todos puderam aqui trazer, foram ouvidos com respeito. Isso me enche de orgulho. Sinceramente, a gente ouve falar tão mal por aí do nosso Congresso Nacional, e, certamente, nós estamos entregando... E a gente espera agora, eu acho que o grande desafio é que isso seja incorporado no texto para que essas... Eu acredito que ninguém vai ter tempo de dar essas contribuições, esse aperfeiçoamento que foi feito por esta Comissão. Como foi dito, inclusive, num período eleitoral, esta Comissão trabalhou intensamente numa agenda estratégica, com muita responsabilidade.

Então, eu me sinto absolutamente contemplado. É possível que ainda haja uma ou outra coisa, mas eu diria que as grandes questões foram aqui abordadas. Sem dúvida, os segmentos que vieram aqui conseguiram deixar claro que muitas questões eram injustas, eram prejudiciais, e puderam ser corrigidas.

Portanto, parabéns ao Senador Izalci, parabéns ao Senador Vanderlan, à CAE, a todos os Senadores, às equipes técnicas desta Casa, a todas as instituições que aqui vieram trazer as suas melhores contribuições. Eu não tenho nenhuma dúvida de que nós temos grande chance de deixar de ser o pior sistema tributário do mundo para ser o mais moderno e o mais tecnológico do mundo. Estamos próximos disso. Vamos contar com todos vocês.

Parabéns! Esta Casa cumpriu um excepcional papel, agora é garantir no voto que ela, efetivamente, seja aperfeiçoada.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, vou reforçar aqui o pedido. Eu estou apresentando agora, à tarde, no Plenário, uma questão de ordem regimental para que essa matéria tramite aqui, na CAE.

Então, eu pediria o apoio de todos, para conversarem com os seus Líderes também, porque, de fato, Vanderlan, é uma matéria de tamanha importância para o país e que não tem sentido a gente atropelar, querer apressar a coisa se não discutirmos e tivermos a garantia de que isto aqui será considerado. E veja que isto aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... não diminui a carga tributária, os aumentos do consumidor virão. Com certeza, tem um preço ainda.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Até antes mesmo de ela sair, a Senadora Dorinha, queria dizer que o que ela falou aqui é uma preocupação nossa, Deputado Lippi, Senador, Senadora Damares, com relação à aprovação, e a chegar na Câmara e nós termos ali nada sendo acatado e tudo sendo modificado.

Nesse período em que foi constituído aqui esse grupo de trabalho, Senador Izalci, nós tivemos aí muitas pessoas chegando para nós e dizendo: "Olha, não precisa...", como foi também na primeira parte da reforma tributária. Foram muitos, chegaram e disseram: "Não, por que fazer? Se é uma PEC, tem que ser somente na CCJ, não é matéria para ir à CAE". O.k., mas o grupo de trabalho foi feito não com o intuito de atrasar a reforma tributária, mas com o intuito de contribuir. E me alegrou muito que, na primeira etapa, nós discutimos aqui, através das nossas audiências públicas... Muitas emendas saíram daqui, desta Comissão, e contribuíram com o texto. Com uma diferença: era PEC, ela é promulgada aqui pelo Presidente do Congresso.

Agora, o que me causa estranheza, Senadora Dorinha, é que as conversas que chegam até nós... Eu não tenho passado isso para a Comissão, até mesmo porque o trabalho que está sendo feito por esta Comissão, pelo coordenador do grupo, o Senador Izalci, é feito com muita seriedade. Aqui não teve nenhum segmento que procurou participar dessas audiências públicas que foi deixado de lado. Aqui foi apresentado um relatório de uma hora, acho que não chegou a duas horas, mas de centenas e centenas de horas de trabalho, por uma equipe competente, capacitada – posso até dizer que é uma das melhores aqui, que fez esse trabalho, acatando algumas emendas apresentadas, sugestões, aliás, sugestões apresentadas.

Então, Senadora Dorinha, eu concordo com V. Exa. Da forma como está hoje o trabalho feito por esta Casa, em se tratando de PLP ou PL, chegar na Câmara e não ter validade nenhuma... Então, precisa, sim, e vai ter o apoio nosso. Eu quero contar com todos os membros da CAE, porque o que vai ser entregue de contribuição... E em tudo que eu vi aqui, com poucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudanças, como o questionamento do Senador Amin com relação à exportação, com relação ao carvão, mas todas elas muito bem trabalhadas, o que foi apresentado aqui, a correção de algum erro – não por vontade, mas às vezes um erro – é muito complexo. Esse período em que foi discutida a primeira etapa na Câmara foi muito rápido, aqui nós tivemos a oportunidade de discutir mais um pouco.

Então, Senador Izalci, nós vamos ter um trabalho ainda pela frente, porque, pelo que estão deixando a entender para este Presidente, talvez o que foi tratado aqui, o que foi conversado aqui, esse trabalho, pode ser que chegue à Câmara e seja pego e jogado no lixo. Nós não queremos isso e não vamos aceitar isso, em hipótese alguma. É muito sério, vi aqui vários setores, muitos foram deixados de lado, muitos vão ser prejudicados. Se a reforma tributária está vindo para diminuir impostos, não podem setores que têm uma carga tributária de 8% hoje passar para 21%, 22% ou 26,5%, como a gente viu aqui na apresentação de um setor. Fazer o quê? Temos que corrigir essas distorções.

Da mesma forma, Senador Izalci, que o Lippi falou aqui, o Deputado Lippi, eu também estou muito orgulhoso desse trabalho que V. Exa. desenvolveu com os membros da CAE, muito mesmo. (*Palmas.*) É um trabalho de excelência, que nos orgulha mais.

E, com relação à tramitação na CAE, eu, como Presidente, sou até suspeito em dizer: olha, é uma matéria que tinha que ser discutida na CAE. Mas nós fizemos o nosso dever de casa.

O Relator dessa matéria, o Senador Eduardo Braga, que é membro da Comissão, na primeira fase, acatou várias sugestões e emendas nossas; só emendas minhas foram 16.

Eu tenho certeza de que ele vai apreciar todo esse trabalho que foi feito com muito carinho, com muito esforço e seriedade.

Obrigado, Izalci.

Nada a ver mais a declarar...

Quer usar a palavra ainda, Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Eu só quero agradecer mais uma vez e torcer para que esse assunto seja votado mesmo, porque, eu não falei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nada aqui, mas, por exemplo, eu tentei, junto ao Governo, antes de trazer o relatório, discutir item a item, para ver o que era possível ser aceito pelo próprio Governo, e a informação que ele me deu foi assim "olha, não discuto com a CAE, eu só falo com o Relator". Isso foi o que o Secretário me disse. Então, só para você ter ideia da importância de tramitar aqui; não tem sentido, aqui é o mérito. Então, eu vou apresentar a questão de ordem para ficar registrado isso, porque é uma matéria que mexe no bolso de todo o contribuinte.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Nada havendo ver mais a tratar, declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 63ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e seis minutos do dia doze de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Sergio Moro, Efraim Filho, Jader Barbalho, Weverton, Plínio Valério, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda do Senador Beto Faro, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Cid Gomes, Irajá, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 33ª, 52ª, 60ª e 62ª reunião, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 5148, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, para destinar recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente às políticas públicas, aos projetos e aos programas direcionados à primeira infância." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 5634, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o plantio de espécies nativas para a recuperação ou a restauração de áreas ecologicamente sensíveis na propriedade rural." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei nº 1867, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que "dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR" e a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que "dispõe sobre a proteção da vegetação nativa", para aperfeiçoar a legislação ambiental e prever medidas de incentivo ao seu cumprimento." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 4437, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, para estabelecer o direito ao empreendedorismo do jovem." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei nº 4269, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o incentivo ao empreendedorismo jovem nas redes públicas de ensino." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao PL 4437/2021, e pela prejudicialidade do PL 4269/2021. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

n° 1657, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para estabelecer que pelo menos 5% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública sejam destinados a ações de enfrentamento da violência contra crianças, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para autorizar que recursos de multas sejam utilizados para contratar policiais civis aposentados e policiais militares da reserva realizar ações de segurança pública no ambiente escolar." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli. **Relatório:** Favorável ao projeto com duas emendas de sua autoria. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5703, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar a exclusão de cobertura às doenças e lesões preexistentes no caso de recém-nascido inscrito em plano privado de assistência à saúde dentro do prazo máximo de trinta dias do nascimento ou adoção." **Autoria:** Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1791, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui a Estratégia Nacional de Gestão e Ação Emergencial em Situações de Desastres Ambientais - ENGD, visando à garantia da segurança e do bem-estar da população na presença de desastres ambientais decorrentes de eventos climáticos e, meteorológicos ou sísmicos, bem da ação humana, e a adoção de medidas para a prevenção, reparação ou mitigação de danos a pessoas, animais e instalações, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 6020, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000 e Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018, para incentivar a pesquisa sobre mobilidade elétrica no Brasil." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com três emendas apresentadas, com o acolhimento parcial das Emendas nºs 1-CCT, 3, 4, 5, 6 e 7; e pela rejeição da Emenda nº 2-CCT. **Resultado:** Aprovado o Projeto, com as Emendas nºs 1 CCT – CAE e nºs 3 a 10 – CAE por dezessete votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2440, de 2023 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o incentivo fiscal às doações realizadas a organizações gestoras de fundo patrimonial, constituídas nos termos da Lei 13.800/2019, e sobre sua tributação; altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; a Lei n° 9.250, de 26 de dezembro de 1995; a Lei n° 9.532, de 10 de dezembro de 1997; e dá outras providências." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e pelo acolhimento da Emenda nº 2, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 4096, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.165, de 10 de junho de 2021, para estabelecer critérios adicionais para a recompra de cotas pelo Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam) e pelo Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor); para reverter os saldos remanescentes em favor do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE); e para destinar os recursos remanescentes do Finam e do Finor para investimentos em infraestrutura nas regiões Norte e Nordeste." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto com treze votos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Mensagem (SF) n° 27, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, V e VII da Constituição Federal, a retificação da Resolução nº 53, de 2023, que "Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 54,055,925.00 (cinquenta e quatro milhões, cinquenta e cinco mil, novecentos e vinte e cinco dólares dos Estados Unidos da América)", de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jader Barbalho. **Relatório:** Nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, nos termos no PRS. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. Aprovada também a apresentação do pedido de urgência. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/12

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 63ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 12 de novembro de 2024.

Senador Izalci, bom dia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bom dia, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bem-vindo à nossa Comissão.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 33ª, 52ª, 60ª e 62ª Reunião, realizadas em agosto e outubro de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Informo que esta Comissão recebeu, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), o Ofício SEI nº 7.623/2024/MDIC, documentação de caráter sigiloso, que trata de relatórios de financiamentos externos com recursos da União do segundo trimestre de 2024. A documentação ficará na Secretaria da Comissão à disposição de seus membros para a retirada, pessoalmente, sob caráter sigiloso, mediante assinatura de termo de compromisso.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Prezadas Senadoras e prezados Senadores, gostaria de iniciar nossa reunião lembrando que esta semana estão sendo realizadas audiências públicas sobre a regulamentação da reforma tributária na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Lembro ainda que, duas semanas atrás, o Senador Izalci Lucas, coordenador do grupo de trabalho desta Comissão de Assuntos Econômicos, entregou ao Relator, Senador Eduardo Braga, as suas contribuições ao texto, que será deliberado por aquela Comissão e pelo Plenário do Senado. Certamente, os membros desta Comissão já estão com muitas informações sobre o texto e sobre suas possíveis melhorias em razão das audiências realizadas aqui, na CAE. Sugerimos, então, a maior participação possível nas discussões que irão ocorrer para a deliberação final, pois o texto tem relevância na vida dos cidadãos, das empresas e, portanto, em toda atividade econômica do nosso país. Vamos, assim, efetivamente contribuir com o conhecimento que adquirimos aqui, na Comissão, desde agosto, quando começamos nossos trabalhos sobre essa importante regulamentação.

Gostaria agora de falar sobre dois projetos em nossa pauta da reunião de hoje que entendo de especial relevância para nossa deliberação.

Primeiro, o Projeto de Lei 5.148, de 2019, de autoria da Deputada Federal Paula Belmonte e relatoria da Senadora Professora Dorinha Seabra. A proposta tem como objetivo destinar pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos 25% dos recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA), às políticas públicas, aos projetos e aos programas direcionados à primeira infância, sendo a primeira infância o período que vai do nascimento aos seis anos de idade. Sabemos que é o momento em que as experiências, os aprendizados, as descobertas e os afetos são levados para o resto da vida. As razões para olharmos arduamente para a primeira infância estão fortemente embasadas em pesquisas científicas. Assim, é certo concluir que um país que investe na primeira infância aplica em seu próprio futuro, no seu desenvolvimento.

Temos no Brasil cerca de 20 milhões de crianças com até seis anos de idade, e um terço dessas crianças são beneficiadas com o programa Bolsa Família, ou seja, são crianças carentes. Assim, o projeto merece a atenção dos membros desta Comissão, que, certamente, irão melhor deliberar sobre o assunto.

A segunda proposta que gostaria de destacar é o Projeto de Lei nº 5.703 de 2023, de autoria da Senadora Ana Paula Lobato e relatoria da Senadora Teresa Leitão, que pretende garantir a cobertura de saúde aos recém-nascidos quando acometidos de doenças e lesões preexistentes. O PL se refere especificamente ao momento da inclusão desses como dependentes no plano de assistência à saúde, com segmentação obstétrica dos pais. Em outras palavras, o projeto veda a exclusão de coberturas às doenças e às lesões preexistentes dos contratos relativos à inscrição desses recém-nascidos acometidos de doenças e lesões preexistentes.

A autora ressalta, em sua justificação do projeto, que aqueles que enfrentam doenças mais graves e são privados da cobertura de seguro acabam sofrendo danos emocionais e físicos imensuráveis. Muitas vezes, sua condição se agrava quando se deparam com negativas de autorização total ou parcial para procedimentos, limitações quantitativas e/ou uso de materiais de qualidade inferior.

Bom dia, Senador.

Mais um tema de extrema relevância para a nossa sociedade que esta Comissão tem a competência para deliberar.

É o que eu tinha a dizer.

Boa reunião a todos nós.

Item extrapauta.

Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PA) – Presidente Vanderlan Cardoso...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senador Jader. Com a palavra.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PA. Pela ordem.) – Se me permite, eu gostaria de que V. Exa. deferisse incluir, extrapauta, o parecer sobre a Mensagem nº 27, deste ano, da Presidência da República, que solicita, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, a retificação da Resolução nº 53, de 2023, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Se V. Exa. permite...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Será atendido, e já vamos imediatamente ao item extrapauta pedido por V. Exa.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) –

EXTRAPAUTA

ITEM 10

MENSAGEM (SF) N° 27, DE 2024

Solicita, nos termos do art. 52, V e VII da Constituição Federal, a retificação da Resolução nº 53, de 2023, que "Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 54.055.925,00 (cinquenta e quatro milhões, cinquenta e cinco mil, novecentos e vinte e cinco dólares dos Estados Unidos da América)", de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jader Barbalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Nos termos do PRS que apresenta

Não terminativo.

O relatório é favorável ao projeto, nos termos de resolução do Senado que apresenta.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Jader Barbalho, para a leitura do seu relatório. Ou seja: a retificação.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PA. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu peço a V. Exa. e à Comissão que eu possa fazer a leitura a partir da análise.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Autorizado, Senador.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PA) – O art. 52, inciso V, da Constituição Federal, confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas autarquias e entidades controladas. Ademais, nos termos de seu inciso VIII, fica atribuída ao Senado Federal a competência para disciplinar os limites e condições para a concessão de garantia da União nas referidas operações.

A matéria sob análise encontra-se normatizada pela Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, além de sujeitar-se à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, por intermédio do Parecer nº 75/2024, de 23 de fevereiro de 2024, presta as devidas informações, concluindo não ter nada a opor à retificação das condições da operação de crédito externo.

Em relação ao custo da operação, a Secretaria do Tesouro Nacional, nesse parecer, analisou, com base no novo cronograma estimativo de execução da operação, o impacto financeiro da retificação da comissão de compromisso, concluindo que o custo da operação se manteve em patamares aceitáveis, segundo os seus critérios.

Considerando as informações constantes do parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, a alteração pretendida não trará implicação sobre a observância e o cumprimento dos limites e demais exigências e condições estipuladas pela Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal.

Em conclusão, inexistindo obstáculo de ordem regimental ou de natureza jurídica e tendo em vista que se trata de pedido de retificação de autorização senatorial por reconhecimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

erro técnico, sem implicações sobre o cumprimento dos limites e demais condições já analisadas pelo Senado Federal, entendemos que a matéria merece aprovação.

Voto.

Diante do exposto, apresento voto favorável à alteração pretendida na Mensagem nº 27, de 2024.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador, e parabéns pelo seu relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O senhor fez o pedido de urgência? Já foi feito anteriormente? Quer ratificar também o pedido de urgência?

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PA) – Solicitei, Sr. Presidente. Está solicitado, mas requeiro a V. Exa. a reiteração do pedido de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência ao Plenário à Mensagem nº 27, de 2024.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário.

Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 6020, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000 e Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018, para incentivar a pesquisa sobre mobilidade elétrica no Brasil.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela aprovação do projeto, com três emendas apresentadas, com o acolhimento parcial das Emendas nºs 1-CCT, 3, 4, 5, 6 e 7 e pela rejeição da Emenda nº 2-CCT.

Observações:

1. A matéria tem parecer da CCT, favorável ao projeto com as emendas 1 e 2 CCT.

2. Foram recebidas as Emendas nºs 3 a 7.

O relatório é pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta, com o acolhimento parcial das Emendas nºs 1, da CCT, 3, 4, 5, 6 e 7, da CAE e pela rejeição da Emenda nº 2, da CCT.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga, para a leitura do seu relatório.

Senador Eduardo, com a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiro, agradeço a V. Exa. e às Sras. e Srs. Senadores; segundo, peço a autorização de V. Exa. e do Plenário para ir direto à análise, tendo em vista que o relatório está publicado e é de conhecimento de todos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone*.) – Autorizado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu agradeço a V. Exa.

Como foi dito por V. Exa., esse projeto visa incentivar a pesquisa sobre mobilidade elétrica no Brasil, questão muito importante em função, inclusive, da transição energética que o Brasil enfrenta.

O mérito da presente propositura e a técnica legislativa nela adotada foram analisados na CCT. Cabem à CAE, que decidirá em decisão terminativa, as análises de constitucionalidade e juridicidade, bem como das questões econômicas, de acordo com o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em relação à sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, o PL não encontra óbices constitucionais, não apresenta vícios de juridicidade e não colide com o Regimento Interno do Senado Federal.

Do ponto de vista de econômico, observa-se, particularmente nos países mais desenvolvidos e na China, um rápido avanço na venda dos veículos elétricos. Segundo a Statista, plataforma alemã de coleta e análise de dados, o número de veículos elétricos a bateria e híbridos em uso no mundo era de 2 milhões em 2016, passando a 25,9 milhões em 2022, um crescimento de quase 1.200%.

A demanda por veículos elétricos tende a continuar crescendo nos próximos anos, pois a regulação ambiental deve se tornar cada dia mais rígida. Como a produção de veículos é sujeita a economias de escala para uma faixa relevante da produção, espera-se que o aumento da produção leve à redução dos custos unitários. Com isso, os preços de veículos elétricos tendem a se aproximar dos que usam motores a combustão, fomentando as decisões dos consumidores de migrar para veículos elétricos.

Essa linha de argumentação poderia levar à conclusão de que incentivos relacionados à produção de carros elétricos são desnecessários. Não é bem assim, por duas razões simples.

Em primeiro lugar, como a tecnologia do motor é diferente, também são diferentes os fornecedores das partes necessárias para a fabricação do veículo. É preciso, então, formar uma nova rede de fornecedores em torno das montadoras de veículos elétricos. Essas empresas precisam dominar novas tecnologias, o que pressupõe investimentos em pesquisa e inovação. No cenário atual, esses investimentos podem deixar de ser feitos porque as empresas têm incertezas quanto à captura dos seus retornos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra razão que justifica os incentivos propostos é que os fabricantes de veículos atualmente instalados no Brasil podem decidir não produzir aqui veículos elétricos. Isso porque eles teriam interesse em amortizar os investimentos já feitos para a produção de veículos a combustão. À parte argumentos de que podemos ter motores a combustão com tecnologia limpa, como seria, de acordo com seus defensores, o caso dos motores exclusivamente a etanol, fato é que não exportaríamos veículos, a não ser que vencêssemos a difícil tarefa de tornar o etanol amplamente disponível em outras partes do planeta.

Como afirmado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, é necessário ao Brasil planejar o futuro de nossa indústria automotiva, que representa cerca de 20% de nosso PIB industrial, sob pena de vê-la enfraquecer ou mesmo perecer. Portanto, o PL 6.020, de 2019, de autoria da competente e dinâmica Senadora Leila Barros, é meritório ao identificar a necessidade de maiores investimentos em pesquisa e desenvolvimento relacionados à mobilidade elétrica.

No entanto, é preciso planejar estrategicamente a adoção da mobilidade elétrica no Brasil, levando em conta a matriz energética do país, que já possui uma parcela significativa de energia renovável no setor de transporte. Aproximadamente 25% da energia utilizada no transporte no Brasil é proveniente de fontes renováveis, o que é um ponto positivo, pois a média mundial é de 5%. Nesse sentido, é preciso ampliar as tecnologias incentivadas para além da eletromobilidade. É preciso, por exemplo, incluir tecnologias como captura, armazenagem e uso do carbono e hidrogênio de baixo carbono. Para endereçar esses pontos, apresento uma emenda.

Sobre o Rota 2030, a maior parte da lei que instituiu o programa encontra-se revogada pela Medida Provisória 1.205, de 2023, que o substituiu pelo Programa Mover. De qualquer forma, acredito que destinar 1,5% do montante das renúncias fiscais das empresas participantes do programa para as tecnologias previstas no projeto de lei sob análise é problemático, pois os interesses das empresas participantes não são conhecidos e podem ser divergentes. Por isso, apresento emenda para suprimir o art. 4º.

Sobre a Emenda nº 3-CAE, em sua justificação o autor afirma que “a mudança da expressão ‘mobilidade elétrica’ para ‘mobilidade eletrificada’ busca abranger uma gama mais ampla de tecnologias, não se restringindo apenas aos veículos totalmente elétricos, mas também incluindo os veículos híbridos, que combinam motores elétricos e motores à combustão de forma a reduzir as emissões de gases poluentes”. Julgamos que a tecnologia híbrida já está consolidada, por alguns motivos. Primeiro, o componente principal de um veículo híbrido continua sendo o motor à combustão, cujo processo produtivo é bastante maduro, inclusive no Brasil. Segundo, as vantagens ambientais desses veículos, especialmente quanto a poluentes locais, são bastante menores do que as dos veículos totalmente elétricos. Terceiro, a infraestrutura de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abastecimento desses veículos é a mesma dos veículos à combustão, o que faz com que seja bem menos importante a obtenção de economia de escala. Por essas razões, acreditamos que essa categoria não necessita de tantos incentivos. Entretanto, a sugestão da Emenda 3 de incentivar o desenvolvimento de novas aplicações para o biocombustível produzido no país, em especial no transporte aéreo e naval, é bastante meritório.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Por isso, essa sugestão será incorporada.

Em relação aos ajustes de técnica legislativa propostos pela Emenda nº 2 da CCT para perfeiçoar a redação do art. 4º, não a acato, pois estas, pelas mesmas razões expostas acima, sugeriram a supressão do referido artigo.

Em relação às Emendas 4 e 5, que têm o mesmo conteúdo, propõem-se alterações na Lei nº 9.478, de 1997, para incentivar e desenvolver a mobilidade com baixa emissão de carbono, e da Lei nº 9.991, de 2000, para incluir programas e projetos de pesquisas que abordem a preservação ambiental e o desenvolvimento da mobilidade de baixo carbono, acato-as, pois esses objetivos já estão sendo contemplados.

Finalmente, em relação às Emendas 6 e 7, as quais têm o mesmo conteúdo, propõem-se as alterações na Lei nº 9.991, de 2000, para incluir os combustíveis marítimos de baixo carbono entre os programas e projetos a serem estimulados. Acato-as, pois entendemos que esses objetivos também se encontram contemplados nas redações.

Do voto, Sr. Presidente.

Em função do exposto, somos pela aprovação do PL 6.020, de 2019, com as emendas abaixo, com acatamento da Emenda nº 1, da CCT, e nºs 3, 4, 5, 6 e 7, da CAE; com a rejeição da Emenda nº 2, da CCT.

EMENDA Nº - CAE

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 6.020, de 2019, a seguinte redação:

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“"Art. 1º .....

.....

XVII - fomentar a pesquisa e o desenvolvimento com vistas à geração de energia a partir de fontes renováveis;

.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

XIX – incentivar e desenvolver a mobilidade elétrica;
XXI – incentivar o desenvolvimento de novas aplicações para os biocombustíveis produzidos no País, em especial no transporte aéreo e naval.” (NR)
EMENDA Nº - CAE
Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 6.020, de 2019, a seguinte redação:
Art. 3º O §2° do art. 4° da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:
“Art. 4º .....
.....
§2º Entre os programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica do setor de energia elétrica, devem estar incluídos os que tratem da preservação do meio ambiente, da capacitação dos recursos humanos, do desenvolvimento tecnológico, do desenvolvimento da mobilidade elétrica, da utilização de fontes renováveis de energia utilizadas no setor de transporte e da utilização de tecnologias como captura, armazenagem e uso do carbono (CCUS) e hidrogênio de baixo carbono no setor de transportes.
....." (NR)
EMENDA Nº – CAE
Suprima-se o art. 4º do Projeto de Lei nº 6.020, de 2019.

Sr. Presidente, este é o voto, este é o parecer favorável. Cumprimento mais uma vez a Senadora Leila, autora do presente projeto, que está absolutamente em dia com o tema da transição energética.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns, Senador Eduardo, pelo seu relatório.

A matéria está em discussão.

Senador Sergio Moro, com a palavra.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Rapidamente aqui, quero só elogiar o trabalho do Senador Eduardo Braga nesse assunto e igualmente a autoria da Senadora Leila Barros.

Esse é um tema essencial. Nós precisamos ter uma indústria automobilística moderna, e esses incentivos são essenciais para que as empresas tenham a liberdade... Acho que a iniciativa, até, do Relator de ampliar o leque das possibilidades de investimento foi muito feliz, porque nós não sabemos qual vai ser a tecnologia vencedora dessa disputa e muitas vezes nós temos que considerar as peculiaridades brasileiras, nem sempre é possível aí seguir totalmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um padrão que está vindo internacionalmente, mas está com razão o Senador também ao colocar a importância de ter também o investimento na mobilidade elétrica, já que é a tecnologia que aparentemente está prevalecendo. E nós não vamos conseguir fazer com que o mundo inteiro consuma, infelizmente, etanol e adote a nossa tecnologia, então é bom deixar o mercado privado encontrar o seu caminho, abrindo o leque das possibilidades e os incentivos.

Apenas esse registro do elogio ao trabalho desse projeto e do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Moro.

Senador Rodrigo Cunha, com a palavra.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Para discutir.) – Presidente, da mesma maneira, eu quero aqui parabenizar a autora, Senadora Leila, e também o nosso Relator Eduardo Braga, que conseguiu implementar ainda outros elementos que buscam o objetivo final, que é encontrar uma contribuição para uma matriz energética cada vez mais limpa.

Então, nós tivemos recentemente a aprovação do Programa Mover – Programa Mobilidade Verde, um programa feito pelo Governo Federal com esse objetivo e que mudou o patamar para a indústria automobilística neste país. Nós já temos hoje uma outra visão. A princípio, quando se imaginaram os automóveis elétricos, já se imaginava perda de empregos, porque a nossa indústria não estava adaptada, mas hoje nós temos indústrias sendo instaladas aqui para fabricar exclusivamente carros híbridos e elétricos. É a tendência, o caminho é esse. E, quando a gente encontra mais um projeto que vem para incentivar a inovação, que vem para contribuir para que a nossa matriz energética seja limpa, tem que ser aqui por todos nós acompanhado e estimulado.

Nós estamos agora diante de uma outra situação. A nossa reforma tributária, que já está avançando aqui no Senado, também tem que enxergar isto: não pode tratar o automóvel híbrido, o automóvel que usa uma energia limpa, da mesma maneira como o automóvel à combustão. Então, nós temos que criar essa diferenciação também nas discussões que estamos fazendo aqui na CAE, no Senado por inteiro, para que não chegue neste momento e passe a dar um pulo para trás – não é nem um passo, é um pulo para trás – nesse objetivo, que é desse projeto, do Mover, e é o que o momento pede, de estímulo a uma energia limpa. E o automóvel elétrico traz isso, somado com outras tecnologias: o hidrogênio verde, que está chegando, se casa perfeitamente com o elétrico; o álcool e a indústria sucroalcooleira já entendem isso também e se somam com o elétrico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, eu quero aqui parabenizar o Senador Eduardo Braga, a Senadora Leila e todos os Senadores, que eu tenho certeza de que irão acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Rodrigo.

Não havendo...

Senador Jaime, para discutir a matéria.

Com a palavra, Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero parabenizar a Senadora Leila por esse projeto e dizer para vocês a suma importância de nós termos o etanol no Brasil. O Brasil é pioneiro nessa situação de etanol, todos sabem: desde a primeira crise do petróleo, do final da década de 70, foi que se começou a produção de etanol no Brasil; nós fomos para o biocombustível, para o biodiesel. Nós temos que incentivar não só os motores a etanol, mas a situação do biodiesel no Brasil. Nós temos que analisar também com muito critério os custos no Brasil e nós sabemos que o petróleo fóssil é muito mais barato do que é se produzir, às vezes, biodiesel no Brasil. Mas o mundo tem que entender que nós precisamos combater o aquecimento global, e o maior problema do aquecimento global hoje no mundo, sem sombra de dúvida, está no petróleo fóssil. E nós estamos no caminho certo.

Parabéns, Senadora; parabéns, Relator Eduardo Braga. Estamos juntos nessa luta e não podemos desistir. O Brasil é pioneiro e nós seremos vencedores.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Jaime.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Peço que abra o painel para votação.

(Procede-se à votação.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o Projeto de Lei nº 6.020, de 2019, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Srs. Senadores e Senadoras já podem votar. Já está aberto.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Otto.

Senador Eduardo, quem vota com o Relator vota "sim". (*Pausa.*)

Consulto os Senadores e as Senadoras se já podemos encerrar a votação.

Podemos, Senador Jaime? (*Pausa.*)

Senadora Margareth, podemos encerrar? (*Pausa.*)

Com a palavra final da Senadora Margareth, encerramos a votação.

Peça que abra...

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Resultado: 17 SIM; nenhum NÃO.

Está aprovado o projeto e as Emendas nºs 8 a 10, da CAE.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 4 da pauta, Senador Jaime.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1657, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para estabelecer que pelo menos 5% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública sejam destinados a ações de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfrentamento da violência contra crianças, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para autorizar que recursos de multas sejam utilizados para contratar policiais civis aposentados e policiais militares da reserva realizar ações de segurança pública no ambiente escolar.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

Relatório: Favorável ao projeto com duas emendas de sua autoria

Observações:

1. A matéria vai à CCJ e, em decisão terminativa, à CSP.

Concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli para a leitura do seu relatório.

Senador Jaime, com a palavra.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Com sua permissão, vou direto à análise.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE analisar os aspectos econômico-financeiros das matérias que lhes são enviadas para deliberação.

Sendo assim, os aspectos relativos à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa serão objeto de avaliação pela CCJ e pela CSP, esta última responsável por decidir de forma terminativa sobre a proposição.

Atos de violência contra crianças em escolas, infelizmente, têm se tornado mais comuns no cotidiano brasileiro. Segundo levantamento de pesquisadores da Unicamp e da Unesp, entre 2001 e 2023, houve 36 episódios de ataque no Brasil, sendo 21 deles no período pós-pandemia. Atentados desse tipo podem trazer prejuízos psicológicos às crianças direta ou indiretamente afetadas, comprometendo o aprendizado escolar e a capacidade de socialização. Caso não tratadas adequadamente, as sequelas podem se refletir na vida adulta, gerando perdas de capital humano e empregabilidade.

Dado esse preocupante quadro, o PL nº 1.657, de 2023, se propõe a destacar fontes de recursos já existentes no orçamento público para financiar ações de combate à violência contra crianças.

Em relação à adequação orçamentária-financeira, o PL não propõe aumento de despesas ou redução de receitas, mas tão somente redistribuição de recursos já existentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente, de acordo com o art. 5º da Lei nº 13.756, de 2018, os recursos do FNSP devem ser aplicados em vários tipos de ações de segurança, como, por exemplo, atividades preventivas destinadas à redução dos índices de criminalidade. Nesse sentido, a citada lei já prevê duas vinculações dos recursos do fundo: entre 10% e 15% para programas habitacionais e de melhoria da qualidade de vida dos profissionais da segurança pública; e, no mínimo, 5% para ações de enfrentamento da violência contra a mulher.

Sendo assim, não há óbice, do ponto de vista econômico e orçamentário, à aprovação de nova destinação específica dos recursos do FNSP.

O PL também possibilita que os estados usem até 25% da receita com multas de trânsito para a contratação de policiais civis aposentados ou policiais militares da reserva com o propósito de reforçar a segurança no interior e nas imediações das escolas.

Também não há obstáculo a esse dispositivo sob a ótica econômica, financeira e orçamentária.

Há, no entanto, dois erros de redação, um na ementa – faltou a palavra "para" antes da palavra "realizar" – e outro no art. 2º – o certo é "arrecadada" em vez de "arrecada" –, que sanamos por meio de emendas.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 1.657, de 2023, com as seguintes emendas de redação:

> EMENDA Nº – CAE (DE REDAÇÃO)
> Acrescenta-se, à emenda do Projeto de Lei nº 1.657, de 2023, a palavra "para" antes da palavra "realizar".
> EMENDA Nº – CAE (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se, no § 4º do art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 1.657, de 2023, a palavra "arrecada" pela palavra "arrecadada".

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Jaime, parabéns (*Fora do microfone.*) pela leitura do seu relatório.

A matéria está em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Otto, com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu quero pedir vista do projeto para uma análise mais detalhada e voltar depois à discussão do relatório do nobre Senador Jaime.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Oriovisto, com a palavra.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu sei que o Senador Otto já pediu vista, mas eu queria sugerir ao Senador Otto que olhasse também por um enfoque, Otto, que é essa mania que nós temos de carimbar verbas – 5% para isso, 5% para aquilo –, e são leis gerais que se aplicam ao país inteiro. E dizem que o estatístico é um sujeito que morre afogado num rio que, na média, tem meio metro de profundidade, tá?

Então, isso pode ser muito bom em determinado local e pode não ser adequado em outras regiões. É preciso olhar com muito cuidado esse carimbo, porque toda vez que nós carimbamos o uso de verbas públicas, sejam elas quais forem, nós estamos tirando do administrador, de quem está na ponta, a possibilidade de decidir o que é melhor; nós estamos engessando a nossa administração pública.

Então, eu tenho alguns receios e acho que seu pedido de vista é bastante oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Senador Jorge Seif, com a palavra.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, apesar de o Senador Otto já ter pedido vista, e considerando as observações do Senador Oriovisto, eu queria chamar atenção dos senhores para a crescente violência contra crianças nas escolas do Brasil, incluindo 36 ataques entre 2001 e 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, como os senhores sabem, Srs. e Srs. Senadores, hoje, com o número de servidores e com os tetos de gastos e limites fiscais que cada governo de estado tem, é impossível aumentar o contingente de homens para cuidar das nossas crianças.

Senador Vanderlan, por sorte, meus filhos sempre estudaram em escolas particulares que conseguem contratar segurança privada para estarem na frente das escolas em que eles estudam. No entanto, veja algumas estatísticas aqui: Escola Municipal Tasso da Silveira, Realengo, 2011, 12 mortos; Escola Estadual Raul Brasil, 10 mortos, 11 feridos; Creche Aquarela, Blumenau, quatro mortos, cinco feridos. E assim vai.

Por último, eu quero dizer que eu fui ao Município de Saudades, em Santa Catarina, onde uma professora, uma assistente e três crianças foram brutalmente assassinadas. Então, infelizmente, nessa pandemia de violência contra as crianças, o marginal criminoso ou o doente mental, sei lá como queiram chamar, ou maníaco, tem a certeza de que vai às nossas escolas e não vai ter ninguém para fazer resistência.

Então, se os Governos que não podem aumentar o contingente de policiais puderem, através de até 25% das multas de trânsito, contratar policiais aposentados – nós sabemos que a carreira do policial é curta devido à periculosidade da atividade, mas que eles, depois, fazem segurança privada para bancos e outras empresas... Por que não colocar esses homens que são preparados, experimentados, têm experiência na segurança pública e são os heróis, são os heróis dos brasileiros, policiais civis e militares que guardam a nossa vida nas ruas, por que não trazê-los de volta à ativa para cuidar das nossas crianças?

Essa é a reflexão que eu trago para os colegas, para que este projeto que eu considero, dos mais de 60 projetos que eu já escrevi, um dos principais da minha carreira até o momento, em face de proteger o futuro do Brasil, que são as nossas crianças, que estão expostas e sendo brutalmente, covardemente assassinadas sem a proteção devida do Estado, pois é um dos deveres do Estado a segurança pública para toda a população, especialmente para as crianças.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Seif.

Senador Sergio Moro, com a palavra.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Só um comentário aqui.

Quero elogiar tanto o Senador Bagattoli como o Senador Seif, deste projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil viu essas tragédias aí dos ataques nas escolas, mas, quando passou um tempinho, a gente vai se esquecendo.

Eu gostei em particular aqui, Senadores, do art. 2º, desta questão da cobrança das multas, porque, hoje, a gente vê, inclusive, em alguns estados, em alguns municípios, até a utilização dessas multas de trânsito com propósito arrecadatório. E fica muito a previsão de que vão ser utilizadas em educação de trânsito, mas a gente não consegue ver com clareza a destinação desse dinheiro.

Então, essa previsão da possibilidade de contratação de policiais da reserva ou aposentados com parte desses valores me parece bastante positiva.

Eu tenho um pouquinho de ressalva aqui em relação à previsão do art. 1º, da destinação de um percentual do fundo.

Aqui, eu lembro um pouquinho as lições do guru que era o Ministro da Economia Paulo Guedes, porque, se a gente começa a engessar muito a aplicação do dinheiro público, às vezes, tem uma prioridade momentânea, e acaba atrapalhando. Não que não seja meritório destinar dinheiro do fundo para ações dessa espécie, mas a gente acaba limitando um pouco as opções disponíveis do administrador.

Faço uma observação de que esse Fundo Nacional de Segurança Pública precisa ter uma reforma abrangente, porque ele está esvaziado. O dinheiro é pouco, é muito pouco. Já era pouco lá atrás. É menor ainda hoje.

Não é de uma grande quantia de dinheiro que a gente está falando aqui. E, quando a gente começa a fixar percentuais legislativos obrigatórios para isso ou para aquilo, a gente vai limitando ainda mais as escolhas do administrador.

Mas não creio que isso comprometa o projeto. Se for para votá-lo assim e aprová-lo, eu aprovaria, mas, em particular, gostei muito da proposta do art. 2º.

Ficam aqui os meus encarecidos elogios.

Vai voltar da vista. Se voltar dessa forma, eu voto a favor.

Mas, talvez, sobre a questão do fundo, fosse oportuno ter alguma reflexão a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Seif, o senhor pediu.

Em seguida. Senador Jaime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Sergio Moro, eu queria lembrar a todos que estão nos assistindo, às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que a maior preocupação do brasileiro era sobre a segurança de trabalhar, de ter emprego, seguida de saúde e educação. Hoje, a principal preocupação dos brasileiros, de norte a sul do Brasil, chama-se segurança pública.

Então, esse projeto contempla, inclusive, a maior preocupação das recentes pesquisas. Está na internet e em diversos veículos de comunicação que a maior preocupação do brasileiro do Pará, de Santa Catarina, do Rio de Janeiro é segurança pública.

Lembrando, Sr. Presidente, que a proposta não aumenta despesa nem reduz receitas, simplesmente flexibiliza o uso de multas de trânsito para os Governadores de estado terem a possibilidade de contratar pessoas, fora do seu teto de gastos, fora dos seus compromissos fiscais, fora de suas amarras legislativas, para fortalecer a segurança, Senador Vanderlan, do seu filho, do seu neto, do seu bisneto, do seu sobrinho, que está, hoje, provavelmente, numa escola, pública ou privada, em que pode entrar um louco, com uma machadinha, como nós vimos lá em Blumenau, ou com uma espada samurai, como foi lá no Município de Saudades, e cortar uma criança ao meio.

E o Parlamento... A lei é viva. Se no momento a prioridade é segurança pública para nossas escolas, ou segurança pública de forma mais ampla, nós precisamos estar atentos à realidade e à necessidade da sociedade. Amanhã a prioridade é outra, é trânsito, é alguma outra coisa? Vimos aqui, discutimos e mudamos de novo. Mas a política e a lei precisam ser vivas e estar consoantes, estar coligadas com a necessidade da população brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Jaime, com a palavra.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero enfatizar que concordo, em parte, com o Senador Oriovisto e com o Senador Mourão. Ops! Senador Moro.

Realmente, a questão da segurança tem que ser de responsabilidade de quem está no Executivo. Mas quero que vocês entendam que não é só o que aconteceu, ontem, no Aeroporto de Guarulhos. E vou dizer para vocês: ninguém queria estar aqui fazendo lei para tirar 10% de uma situação, 5% de outra e 8% de outra. Nós teríamos que ter mais responsabilidade no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à questão da segurança, estamos perdendo o controle total da segurança neste país, que já era caótica e está ficando cada vez pior: o narcotráfico está aumentando, a gente está vendo o que está acontecendo, não só em São Paulo, mas pelo Brasil afora...

Ontem, lá no Estado de Rondônia, tivemos apreensão de drogas, com policiais envolvidos. Até policiais envolvidos, ontem eu vi pela matéria, lá no Estado de Rondônia. Então, quer dizer, é um absurdo o que está acontecendo no nosso país.

E nós sabemos que não queríamos fazer nada para tirar recurso nenhum. Outra coisa, você tirar 25% sobre as multas de trânsito... Presidente, nós não queríamos que tivesse nenhuma multa de trânsito. Este era o ideal: nós termos educação no trânsito e não termos nenhuma multa. Aí pode ter certeza de que, se tivermos mais educação em tudo e tivermos mais segurança no Brasil, não precisaríamos nem contratar mais gente para a nossa segurança.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Jaime Bagattoli, Relator desse importante projeto.

Senadora Margareth Buzetti; em seguida, Senador Rogério Carvalho, para discutir a matéria.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

O Senador Jaime estava falando de um assunto que aconteceu comigo, chegando ao Aeroporto de Guarulhos, no Terminal 2. Quando estava chegando, os carros de polícia começaram a passar, passar, passar, quer dizer, tinham acabado de executar o possível delator do PCC, onde já havia sido vitimada uma pessoa que não tinha nada a ver com isso, um pai de família que deixou três filhos. Lá nós temos o maior aeroporto do país, com um trânsito de gente enorme; quer dizer, as pessoas estavam perdidas, pessoas chorando, pessoas gritando.

Então, a gente não tem mais segurança em lugar nenhum – nenhum! Esse modelo de segurança que aí está não está servindo mais.

Eu estou preocupada com as propostas que estão aparecendo e eu acho que é nesta Comissão que eu tenho que falar, Senador Vanderlan, porque apareceu uma proposta, uma PEC da Deputada Erika Hilton para a redução da jornada de trabalho. Os empresários, que ainda estão assimilando a bordoada que vem da reforma tributária – e eu falo do meu setor, que tem mais de 1,6 mil indústrias, que vai subir absurdamente; não é ficção, é realidade, a carga vai subir estrondosamente –, agora estão falando em mudança da jornada de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, o que era para ser uma discussão legislativa vira uma polarização na internet. Temos que pensar no custo disso. Será que o Estado já fez a conta de quanto vai custar a segurança? Porque já não temos a saúde, que é precária; os hospitais filantrópicos vão fazer como com o seu quadro de funcionários? Eu fico realmente assustada. A educação... Eu fico assustada com esse tipo de proposta. Reduz-se a carga, reduz-se o salário? Reduz-se a carga e o horário e mantém-se o salário? Como é que é isso? Se for assim, quem paga? Eu ouvi o Márcio França falando ontem que o Governo paga isso, paga parte disso. Onde? Ele paga, sim, do funcionalismo público, mas quem paga somos nós – quem paga somos nós.

E quem garante a produtividade com a redução do horário de trabalho? Olha, a gente precisa ter muito estudo técnico para aprovar e para propor uma proposta dessas. É isso que eu penso.

Então, é esta Comissão que deveria discutir a reforma tributária. Mas não! Ela não discutiu; ela só fez relatório. Vai ser discutida na CCJ, que só vê constitucionalidade.

Mas o.k., eu realmente estou preocupada com os rumos do país.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Margareth, a sua preocupação é a de todos os membros desta Comissão. Tanto é que, nesse grupo de trabalho, muito bem conduzido pelo Senador Izalci, foram apresentadas diversas medidas, ouvindo os setores, e sugestões ao Relator Eduardo Braga. E eu creio que, com o trabalho que o Senador Eduardo Braga está fazendo – hoje mesmo, se eu não me engano, não é, Senador Izalci?, tem audiência pública na CCJ – e com as audiências públicas que fizemos aqui, tenho certeza, grande parte dessas distorções que houve na aprovação ali, na Câmara dos Deputados, será corrigida aqui por esta Casa, como foi assim na primeira etapa da reforma tributária.

Senador Rogério Carvalho, com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, meus cumprimentos a V. Exa. Estamos aqui de volta, todos, depois do período eleitoral, e com muita disposição para o trabalho.

Eu trago uma reflexão sobre a necessidade de nós deixarmos de lado um pouco aquilo que nos dividiu e que nos divide e começarmos a pensar nos problemas, efetivamente, e encontrarmos soluções. Ninguém tem a solução ideal para nenhum problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui aluno do Prof. Carlos Matus – foi Ministro do Allende –, e ele dizia o seguinte: "Por mais completa que seja a construção da explicação de uma realidade, ela jamais vai se aproximar da própria realidade". Ou seja: por mais que a gente se esforce, por mais que a gente tente explicar um problema que acomete ou que faz a sociedade adoecer, nós não seremos capazes de conseguir dar essa explicação com toda a profundidade. Então, quanto mais a gente se desarmar, quanto mais a gente se debruçar sobre o objeto, sobre os temas, incluindo as visões mais distintas sobre aquele problema, melhor vai ser a solução que nós vamos encontrar para resolver esse problema.

Então, eu, depois dessa eleição, fico pensando que está na hora de a gente fazer sim uma discussão mais profunda sobre segurança pública, mais profunda sobre a presença do crime organizado na política, mais profunda sobre o abuso do poder econômico, administrativo e financeiro nas eleições, mais profunda sobre a questão da inteligência artificial no mundo do trabalho, a robotização e o mundo do trabalho, e como a população vai sobreviver diante dessas novas tecnologias.

Não são desafios simples, que vão ter respostas simples. Nós precisamos, como uma Casa Alta do Parlamento brasileiro e como curador dos 200 anos do Senado, uma Casa de muita importância e relevância para a história do Brasil, nós temos que nos debruçar sobre determinados objetos, temas, desprovidos desse ideologismo que acaba nos imbecilizando e empobrecendo o debate.

Eu quero me sentar ao lado do meu amigo Jorge Seif, que é meu amigo – ele é meu amigo, eu não tenho nenhum problema com ele –, e discutir com profundidade as teses que ele traz, que ele ouça as teses que eu trago e que a gente tente explicar a realidade. Aquela que prevalecer e que for mais eficiente para dar conta da realidade, que a gente possa transformar em instrumento de Estado para produzir uma sociedade mais saudável, mais harmônica, para que a gente tenha uma vida melhor.

Então, eu acho que está na hora de a gente fazer esse exercício e cuidar do povo brasileiro, sem essas separações que acabaram nos afastando. Chega. Está na hora de a gente trazer o debate para o centro. Chega de ser seguidor. A internet tem produzido seguidores. As pessoas não têm mais uma causa, Jaime. As pessoas seguem alguém cegamente. Vamos deixar de ser seguidores cegos deste ou daquele artista ou palhaço, seja lá o que for, e vamos nos alinhar em torno do debate de causas. As causas estão ficando de lado, as pessoas estão só sendo seguidoras de alguém ou de alguma coisa. Às vezes, não sabem nem por quê, porque é bonito. Então, acho que está na hora de a gente dar os braços aqui e tentar construir caminhos que sejam caminhos bons para o Brasil e para o povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Rogério.

Concedo vista coletiva, a pedido do Senador Otto Alencar, do Projeto de Lei nº 1.657, de 2023, que é o item 4 da pauta.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 5148, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, para destinar recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente às políticas públicas, aos projetos e aos programas direcionados à primeira infância.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *A matéria vai à CDH.*

Concedo a palavra à Senadora Dorinha Seabra para a leitura do seu relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom dia a todos.

Obrigada, Sr. Presidente.

Vou direto à análise.

Ao tratar da alocação de recursos do FNCA, o PL 5.148, de 2019, pertence ao rol das atribuições legislativas do Congresso Nacional.

Ademais, como assinalado no Informativo de Adequação Financeira e Orçamentária nº 29, de 1º de setembro de 2023, elaborado pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Conof) da Câmara dos Deputados, contempla matéria de caráter essencialmente normativo, não acarretando repercussão direta ou indireta na receita ou na despesa da União.

Coerentemente, o parecer da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) daquela Casa concluiu pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.

O FNCA foi instituído pelo art. 6º da Lei nº 8.242, de 1991. Entre as suas receitas, destacam-se as doações de contribuintes do imposto sobre a renda. A Lei nº 8.069, de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, estabelece, no art. 260, que essas doações poderão ser deduzidas dos montantes devidos até os seguintes limites: (i) 1% do imposto apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real; e (ii) 6% do imposto apurado pelas pessoas físicas, combinadas com contribuições para projetos culturais e investimentos em atividades audiovisuais, na forma de lei.

Considerando que é dever do Estado, na forma do art. 227, §1º, da Constituição Federal, estabelecer políticas que garantam o desenvolvimento integral das nossas crianças, é plenamente cabível vincular um percentual mínimo de recursos do FNCA a essa destinação específica, em linha com o proposto pela presente proposição.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.148, de 2019.

E é este o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Dorinha, parabéns pela leitura do seu relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Item 8, Senador Rodrigo Cunha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 2440, DE 2023

- Terminativo -

Dispõe sobre o incentivo fiscal às doações realizadas a organizações gestoras de fundo patrimonial, constituídas nos termos da Lei 13.800/2019, e sobre sua tributação; altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; e dá outras providências.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação do projeto e pelo acolhimento da Emenda nº 2, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CE, com parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda Substitutiva nº 1-CE.

2. Em 16/11/2023, foi apresentada a Emenda nº 2 , de autoria da senadora Daniella Ribeiro.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Cunha para a leitura do seu relatório.

Senador Rodrigo, com a palavra.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Vanderlan, vamos falar aqui de um projeto de extrema importância, apresentado pelo nosso colega, Senador Flávio Arns, projeto esse que foi bem trabalhado dentro desta Casa, já passou por outras Comissões, entre elas a Comissão de Educação. Aqui, em outros momentos, já tivemos discussões sobre esse tema, foi pedida vista. Houve diálogo com o Ministério da Fazenda, com a Receita Federal, com todos os envolvidos, com a Liderança do Governo, e agora chegamos, acredito eu, ao melhor texto possível.

Dessa maneira, Sr. Presidente, eu peço licença para ir diretamente à leitura da análise do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone*.) – Licença concedida, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Compete à CAE opinar, em decisão terminativa, sobre os aspectos econômicos e financeiros do projeto de lei de autoria do Senador Flávio Arns e sobre proposições que versem sobre tributos, a teor dos arts. 91, inciso I, e 99, incisos I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

No aspecto constitucional, é de se destacar a competência do Congresso Nacional para legislar sobre sistema tributário, nos termos do art. 48 da Carta Magna. Além disso, a iniciativa parlamentar da matéria em análise é legítima, nos termos do art. 48 da Constituição Federal. Cite-se também a competência da União para legislar sobre os tributos federais.

Com relação às normas interpretativas, entendemos que devem ser evitadas no âmbito legislativo, cabendo ao Poder Executivo exercer esse papel normativo infralegal e ao Judiciário a interpretação à luz de todo o ordenamento jurídico, por provocação das partes interessadas. Diante disso, suprimimos os arts. 6º e 7º do texto original do PL 2.440, de 2023.

No que tange à técnica legislativa, a proposição original apresenta diversos pontos de descumprimento da Lei Complementar nº 95, de 1998, muitos dos quais foram sanados pela Emenda Substitutiva nº 1, da Comissão de Educação. Entretanto, restam alguns pontos, que foram devidamente corrigidos na emenda substitutiva apresentada ao final.

Com relação ao mérito, a proposta merece prosperar.

Sr. Presidente, os fundos patrimoniais representam, na experiência internacional, fontes perenes e significativas de recursos para o ensino e a pesquisa das mais renomadas universidades mundo afora, bem como para o apoio a diversas causas da mais elevada relevância, como o meio ambiente, a cultura, o desporto, a assistência social e os direitos humanos.

No Brasil, apesar de o marco regulatório ter sido publicado no início de 2019, os números ainda são muito tímidos. Levantamento realizado pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis), de outubro de 2023, aponta que a enorme maioria das universidades não dispõe de fundo patrimonial associado. Mesmo entre aquelas que já possuem, os valores são insuficientes em face das necessidades de financiamento de programas e projetos de ensino e pesquisa.

Por isso, há de se criar mecanismos para incentivar a constituição e o aumento das doações aos fundos patrimoniais, tais como os benefícios fiscais previstos no PL 2.440, de 2023. É importante destacar que nenhum dos incentivos tratados na proposição é uma inovação. São todos já existentes e aplicáveis a entidades que exercem papel semelhante às organizações gestoras de fundos patrimoniais, isto é, atuam em benefício da comunidade em que inseridas ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de toda a coletividade do país. Sendo assim, nada mais justo do que receberem similar tratamento tributário.

Somos da opinião de que, neste momento, o incentivo fiscal mais adequado é aquele previsto no art. 2º, que trata da dedutibilidade do valor das doações pelas pessoas jurídicas doadoras, dado que representa um incentivo fiscal efetivo, que implica doação de fato pela pessoa jurídica, e uma redução proporcional do imposto sobre a renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a pagar.

Os incentivos fiscais propostos no art. 3º para pessoas físicas merecem um debate mais aprofundado, pois consistem em programas de cidadania fiscal com o redirecionamento do imposto a pagar. A alternativa da dedução de doação da base de cálculo do imposto de renda a pagar pelas pessoas físicas nos parece mais acertada, mas carece de aprofundamento. Com relação às pessoas jurídicas, de acordo com o relatório do instituto mencionado aqui, Bisc, promovido pela Comunitas, durante o ano de 2022 o uso de incentivo fiscal caiu 23% – em 2022 –, somando 950 milhões. O recorde de utilização foi em 2021, quando foi apurado que no total das doações realizadas por empresas, 29% foram feitas com a utilização de incentivos fiscais.

No contexto das organizações da sociedade civil, de acordo com o censo promovido pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, em 2020, dos 5,3 milhões investidos no referido ano, apenas 9% são oriundos de incentivos fiscais.

Desse modo, verifique-se como acertada e meritória a proposta prevista nesse projeto, que busca a ampliação do uso de renúncia fiscal já prevista no orçamento por meio de aplicação dos incentivos fiscais existentes às pessoas jurídicas que façam doações aos fundos patrimoniais.

Com relação à tributação dos fundos patrimoniais, como se vê no art. 13 da Lei 13.800, de 2019, as receitas financeiras no Brasil ou no exterior, assim como as oriundas de participações societárias, são típicas de fundos patrimoniais, que têm a obrigação de investir seus ativos em investimentos de longo prazo e de destinar os rendimentos para causas de interesses públicos executadas por instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos. Nesse ponto, propomos alterar o citado art. 13 para expressamente facultar às organizações gestoras de fundos patrimoniais o investimento em quotas ou ações de emissão de pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil.

No entanto, a legislação atual do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, especialmente na Lei 9.532, de 1997, no art. 15, prevê o seguinte: "Não estão abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável". E ainda, de acordo com os entendimentos da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, expressados na Solução de Consulta nº 178,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de setembro de 2021, "a participação da entidade em sociedade de natureza empresária desnatura a sua finalidade não econômica e impede a fruição da isenção" e as receitas oriundas de aplicações financeiras deverão ser tributadas à alíquota de 4% pela Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), restabelecida pelo art. 1º do Decreto 8.426, de 2015.

A par de qualquer discussão, essa tributação desincentiva doadores a realizarem doações a fundos patrimoniais – e aqui é o cerne de todo o projeto – cujos rendimentos financeiros são altamente tributados. Se as pessoas físicas mantiverem a propriedade de seus ativos financeiros, seus rendimentos serão menos taxados do que se doarem para os fundos patrimoniais filantrópicos, o que significa que eles terão maior capacidade financeira de doar se fizerem doações anuais menores em vez de grandes doações aos fundos patrimoniais.

A partir de 2024, essa tributação ficou ainda mais agravada com a publicação da Lei nº 14.754, de 2023, a qual, pelo art. 27, passou a tributar anualmente os fundos de investimento fechados. Antes da referida lei, os fundos patrimoniais com alto volume de patrimônio financeiro poderiam manter seus ativos em fundos de investimento exclusivos, cuja tributação pelo Imposto de Renda era diferida, o que possibilitava a tributação dos lucros efetivamente percebidos ao longo de vários anos, e não dos rendimentos anuais, que não levam em consideração as naturais oscilações de um patrimônio que fica investido no longuíssimo prazo, como os fundos patrimoniais.

De acordo com nota técnica apresentada pelo Idis, o patrimônio dos fundos que estão sujeitos ao Imposto de Renda e à Cofins sobre rendimentos financeiros e que não acessam incentivos fiscais soma R$2 bilhões. Considerando um rendimento – já finalizando, Sr. Presidente – de 10% ao ano, com Imposto de Renda de 15% e Cofins de 4% sobre os rendimentos, seria de R$40 milhões o potencial de renúncia, se esses fundos aderissem à Lei nº 13.800, de 2019, dada a aprovação deste PL na forma da emenda substitutiva ora proposta. Caso mais fundos fossem criados nessa modalidade, estimamos que o valor não excederia o dobro desse montante, tendo em vista que os fundos patrimoniais são mecanismos ainda pouco conhecidos e adotados no Brasil, pois exigem uma estruturação complexa e uma captação de recursos robusta, em especial ao se adaptar à Lei nº 13.800, de 2019. Nesse cenário hipotético, para fins ilustrativos, a renúncia aumentaria para R$80 milhões, advinda do uso de isenções de Imposto de Renda e Cofins pelos fundos patrimoniais e estaria limitada a cinco anos, em cumprimento ao art. 142 da Lei nº 14.791, de 2023.

Com relação à Emenda nº 2, apresentada na CAE pela Senadora Daniella Ribeiro, entendemos que a proposta é meritória pelas razões lançadas em sua justificação e será acolhida na emenda substitutiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, Sr. Presidente, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.440, de 2023, e, no mérito, pela sua aprovação, na forma do substitutivo apresentado, que acolhe a Emenda nº 2, restando prejudicada a Emenda Substitutiva nº 1, da CE.

Então, Sr. Presidente, é este o relatório, o longo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Rodrigo Cunha, Relator.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Amin, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Aproveitando a oportunidade em que eu cumprimento o nosso Senador, Prefeito e outras coisas no seu longo futuro, largo futuro, eu queria só pedir a permissão para registrar a presença entre nós do Presidente da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc), Elson Otto, acompanhado da sua colaboradora Poliana Oliveira, filha do meu grande amigo Oliveira – da cidade de Maravilha, ela; e ele, da cidade de Palmitos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sr. Elson, seja bem-vindo a esta Comissão – a Sra. Poliana também –, o nosso Presidente da Facisc. Eu, que já fui Presidente de associação comercial, sei a importância que têm as nossas associações e, principalmente, ali, no caso, V. Exa., que representa também as associações comerciais, não é isso, Senador Esperidião?

Eu consultaria aqui, Senador Oriovisto, os Senadores e as Senadoras presentes – nós passaríamos à discussão, mas como a matéria é nominal... – se nós poderíamos abrir já o painel. Lógico, se não houver pedido de vista.

Posso já pedir para abrir? Está aprovado pelos Senadores e Senadoras?

Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Queria só falar uma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim.

Podemos abrir o painel enquanto passamos a discussão?

A matéria está em discussão.

Com a palavra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Na verdade, eu gostaria de pedir vista, porque é um novo texto. Eu fui Relatora desse texto na Comissão de Educação e ele, na verdade, tem um novo substitutivo, então eu gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria está em discussão.

Senador Oriovisto, com a palavra.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero primeiro dizer que o Senador Flávio Arns, que é o autor, é meu colega de bancada do Paraná, o Senador Rodrigo Cunha, que foi o Relator, é meu colega de bancada do Podemos, de forma que é muito difícil para mim ser contra esse projeto, mas eu tenho que alertar, principalmente agora que a Professora Dorinha pediu vista, que nós vamos ter um problema com esse projeto.

Quando se fala, lá no final, em isentar os ganhos financeiros dos fundos patrimoniais, porque são a longo prazo, o próprio projeto traz um cálculo que fala em 40 milhões de possibilidade de diminuição de receita. Olha, isso briga com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que diz que, quando a gente cria uma despesa nova ou uma diminuição de receita, a gente tem que citar a origem que vai cobrir esse buraco. Tem um outro artigo que diz que quando for irrelevante... Mas irrelevante é R$100 mil, R$200 mil, irrelevante não são 40 milhões, podendo chegar até 80 milhões, como o próprio Relator salientou aqui.

Então, é um alerta que faço que esse mesmo assunto, em 2019, já foi vetado pelo Executivo, essa mesma tentativa de isentar esses fundos patrimoniais, e provavelmente será vetado novamente, porque tem base legal para isso.

Mas eu votaria a favor. Não posso votar contra o Flávio Arns nem muito menos contra o Rodrigo Cunha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A informação que esta Presidência tem é que esses 40 milhões ou 80 milhões, eu fiquei em dúvida agora, já existem no orçamento da União. Isso procede, Senador?

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiro aqui esclareço um ponto. O que nós estamos falando aqui não é de nenhuma inovação. Em 2019, foram criadas todas as regras para que acontecessem essas doações aos fundos patrimoniais. O que impediu também com que ela decolasse é justamente o fato de ter uma tributação nos rendimentos, porque somente os rendimentos... É o que se destina para os investimentos. Então, com essa tributação, ela acaba não sendo tão interessante e estimulante. Então, apenas esse aspecto aqui foi o que nós buscamos.

Quanto a esse dado aqui mencionado de 40 e 80 milhões, o 80 foi uma estimativa hipotética. Se acontecesse, no máximo, em todos os cenários possíveis, esse tipo de renúncia chegaria a 80 milhões. Não é o dado concreto.

Entendo que a Senadora Dorinha, inclusive pela capilaridade que tem, pela atuação que tem no tema da educação, quer contribuir.

Então, nesse sentido, a gente jamais vai se opor, de maneira alguma. Se não conseguirmos fazer uma análise do projeto, que, de fato, teve uma modificação, e espero que essa modificação tenha sido para melhor, nós estamos aqui com o compromisso, do Presidente também, de trazê-lo na próxima semana, ajustado. Eu não quero aqui prejudicar, de maneira alguma, qualquer tipo de tempo para a análise ou para uma adaptação que possa ser feita em um novo texto; que a gente possa conciliar. Eu mencionei no início que já tinha sido pedido vista, mencionei que foi aberto o diálogo com Governo, Ministério da Fazenda, Receita Federal – com que abrimos um diálogo muito forte e que fez aqui todas as indicações –, Liderança do Governo, então houve todo esse aspecto. Veio da Comissão de Educação trabalhado por V. Exa., mencionei isso, e teve um ajuste. Então, se não teve o tempo hábil para fazer uma análise, não há problema – no meu ponto de vista, depende do nosso Presidente – em fazer esse adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bem, concedo vista coletiva ao item 8, Projeto de Lei 2.440, de 2023, a pedido da Senadora Dorinha Seabra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Sr. Presidente, só uma solicitação: que V. Exa., se assim permitir, já deixe esse projeto pautado para a próxima reunião e já com o relatório lido, que deve ter algum ajuste. Se tiver algum ajuste, a gente faria...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Dorinha Seabra, que pediu vista do projeto, o Senador Relator do projeto, pediu já para vir na próxima semana. Teremos aí uma semana para um acordo.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Na verdade, eu pedi vista. É um tema a que eu me dedico. Eu já apresentei vários projetos, como Deputada, em relação aos fundos patrimoniais, aos *endowments*, à importância para o fortalecimento. Eu pedi vista com o objetivo de olhar o ajuste do texto.

A equipe de assessoria estava me dizendo que poderia abrir, aprovando, um prazo suplementar para o caso de emenda. É isso mesmo? Porque, se for... Um segundo turno?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não. O que ele já pediu é que nós pautássemos o projeto para a próxima semana. Eu só consultei V. Exa. porque nós teremos aí uma semana para que a gente chegue a um acordo.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Está retirando. Prefere voltar na próxima semana o texto. É isso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Na próxima semana.

Senador Rodrigo, o seu pedido já foi acatado, o.k.? Volta na próxima semana.

Item...

Eu quero registrar aqui, em tempo, a presença do Sr. Vinicius Sousa. O Sr. Vinicius é CEO da Soluti, empresa genuinamente goiana. Ele foi um dos pioneiros em certificação digital no Brasil e eu fui um dos primeiros clientes dele. Goiás não é só agro, viu, gente? Também é tecnologia e desenvolvimento. É especialista em criptografia, inteligência artificial, privacidade de dados, identidade digital, nuvem. E tudo isso para prover mais segurança ao ambiente digital. Atualmente a Soluti é um dos maiores provedores globais de soluções de confiança, com um portfólio multiprodutos de alta tecnologia, líder do mercado de certificação digital, com 38% de participação no mercado brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja muito bem-vindo!

O Vinicius ainda se encontra aí?

Isso. É para o pessoal conhecer.

Depois a gente manda a conta aqui, a Comissão, dessa propaganda toda, tá, Vinicius? (*Pausa.*)

Item 9 da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 4096, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 14.165, de 10 de junho de 2021, para estabelecer critérios adicionais para a recompra de cotas pelo Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam) e pelo Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor); para reverter os saldos remanescentes em favor do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE); e para destinar os recursos remanescentes do Finam e do Finor para investimentos em infraestrutura nas regiões Norte e Nordeste.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Farias, para a leitura do seu relatório.

Senador Fernando Farias, com a palavra.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Peço licença para ir à análise.

Antes disso, quero registrar a presença aqui do nosso Deputado Federal João Caldas, lá das Alagoas, esposo da futura Senadora Eudócia, que vai compor aqui com a gente, e pai de JHC, Prefeito de Maceió – o nosso João Caldas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador, só um momento.

Senadora Dorinha, este projeto é terminativo e (*Fora do microfone.*) se V. Exa. pudesse ficar atenta lá para votar esse projeto, porque nós precisamos aí do...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – E nos ajudar com outros votos. É o último projeto e é terminativo.

Obrigado.

Senador Fernando Farias, com a palavra.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Direto à análise aqui, Presidente.

Compete a esta CAE, nos termos do art. 99, incisos I e III, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida, assim como sobre problemas econômicos do país e política de crédito, sendo esta última temática a função precípua dos fundos e recursos tratados na proposição em análise.

Sendo terminativa a deliberação sobre a proposição em exame, cabe a esta Comissão, portanto, pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 4.096, de 2024, o que ora passamos a fazer.

O inciso VII do art. 22 da Constituição Federal dá à União competência privativa para legislar sobre política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores. Já o art. 48 prevê que, ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, cabe dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações (inciso XIII).

Destaca-se, ainda quanto às balizas constitucionais, que a matéria em exame não é de iniciativa privativa do Presidente da República e, em termos materiais, a proposição não desrespeita dispositivos da Carta.

Quanto à juridicidade, apontamos que o projeto inova o ordenamento jurídico e apresenta o atributo de generalidade. A matéria de que trata a proposição não pertence àquelas que devem ser regidas por lei complementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destacamos, ainda, que o PL não tem impacto orçamentário e financeiro, pois os fundos de que trata são extraorçamentários e não têm impacto sobre o Orçamento Geral da União.

A proposição atende à boa técnica legislativa, de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Ao mérito.

Como aponta a ilustre autora, o PL tem por finalidade efetivar o desinvestimento e a liquidação do Finam e do Finor e, principalmente, voltar a mobilizar os recursos remanescentes para a mesma finalidade que justificou a criação desses instrumentos: a redução das agudas desigualdades regionais que ainda prevalecem em nosso país.

A Lei nº 14.165, de 2021, também voltada para a liquidação do Finam e do Finor, destinou eventuais recursos remanescentes ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Em que pese a elevada importância social do FAR, parece-nos cristalino que essa realocação pecou por desvirtuar a finalidade para a qual o Finam e o Finor foram criados, subtraindo da Amazônia e da Região Nordeste recursos essenciais para que possam superar as diferenças regionais que ainda prevalecem e que tanto custam em termos sociais e humanos ao nosso país. Considerando a previsão de outros recursos para a política de habitação, a exemplo da recente aprovação pelo Conselho do FGTS de um orçamento de R$142,3 bilhões para 2025, é pertinente a identificação de recursos que possam fortalecer as políticas específicas relacionadas ao desenvolvimento regional, finalidade dos fundos em questão. Neste sentido, esses recursos reencontrarão a sua vocação original sendo revertidos para o FDA e o FDNE.

O PL especifica com precisão a destinação dos recursos que reverte ao FDA e ao FDNE: uso em obras do Programa de Aceleração do Crescimento, o Novo PAC, estabelecido pelo Decreto 11.632, de 2023. Isso se fará por meio da aquisição de participações societárias preferenciais, sem direito a voto, de companhias concessionárias de serviços públicos, desde que tenham projetos aprovados no âmbito dos respectivos fundos e independentemente de aditivos contratuais.

Os valores a serem destinados ao FDA e ao FDNE resultarão das diferenças positivas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... entre o valor patrimonial das cotas, respectivamente, do Finam e do Finor, e seu valor de mercado, verificado nas negociações na B3 – bolsa, balcão, Brasil –, o principal ambiente de negociação de valores mobiliários no país, em 28 de junho de 2024. Como já apontado neste relatório, tais valores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

correspondiam, naquela data, a R$0,45 para o Finam e a R$1,06 para o Finor – para grupos de mil cotas, em ambos os casos.

Tomando-se os valores patrimoniais do milhar de cotas em circulação do Finam e do Finor verificados em 29 de outubro de 2024 – R$0,93 e R$2,23 –, estima-se que as arrecadações potenciais dos leilões a serem realizados podem variar, a depender da adesão dos cotistas, entre R$237 milhões a R$303 milhões, para o Finam; e R$688 milhões a R$1,06 bilhão, para o Finor.

Essas estimativas demonstram o mérito inquestionável da proposição, que torna possível aumentar o investimento na Amazônia e no Nordeste em mais de R$1,3 bilhão sem qualquer impacto sobre o Orçamento Geral da União e as contas públicas em geral, por serem todos os fundos envolvidos de caráter privado e com fluxo totalmente extraorçamentário.

Voto.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.096, de 2024.

Eis o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns, Senador Fernando Farias.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o Projeto de Lei nº 4.096, de 2024, nos termos do relatório apresentado.

Vou pedir que abra...

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim". (*Pausa.*)

Só um instante. (*Pausa.*)

O painel já está aberto, Senador Fernando Farias.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Quem vota com o Relator – viu, Senador Fernando? – vota "sim".

Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Alan Rick, Senadora Professora Dorinha, Senador Rodrigo Cunha, Senador Eduardo Braga, estamos em processo de votação, se V. Exas. puderem votar...

Chegou na hora, Senadora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Augusta Brito, com a palavra.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente, pela compreensão. Estava presidindo ali...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone*.) – Nossa autora do projeto.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois é.

Obrigada pela aprovação de todos, Senadores e Senadoras.

Obrigada ao nosso Relator, o Senador Fernando, que tão bem apresentou aqui o relatório.

Queria falar, bem rapidamente...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... sobre a importância, realmente, desse PL, de nossa autoria, que foi construído com o apoio também do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES).

Agradeço demais ao Relator, mais uma vez, nosso querido Fernando Farias, pela agilidade e pela brilhante apresentação do relatório.

Esse projeto, para que a gente possa ter discernimento de como ele é importante, especialmente para a nossa Região Nordeste e Norte, para diminuir as desigualdades...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone*.) – E Centro-Oeste.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – E Centro-Oeste. Eu acho que é para o país inteiro, não é? Quando a gente diminui as desigualdades, acaba que é para o país inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma proposição que tem como objetivo principal viabilizar recursos para o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e direcioná-los para os investimentos nas obras do PAC. Inclusive, temos aqui, lá no Estado do Ceará – e não pega só o Estado do Ceará –, a questão da nossa tão sonhada Transnordestina, que vai também ser viabilizada através desse projeto que foi apresentado.

Os leilões que vão ser feitos têm o potencial de arrecadar em torno de R$1,3 bilhão, e destaco a importância desse recurso, exatamente para essas obras que citei aqui anteriormente, a Transnordestina e todos os projetos ferroviários do nosso país.

O projeto completo da Ferrovia Transnordestina possui 1,7km de extensão, com 1,2km correspondente à linha férrea entre o Piauí e o Ceará, que liga o Município, do Piauí, de Eliseu Martins ao Complexo Industrial e Portuário de Pecém, lá em Fortaleza, em território cearense, e cujas obras já estão bem avançadas – recuperam mais de R$7,1 bilhões de investimentos e estão 62% concluídas. Os outros 548km integram o ramal de Pernambuco, que sai do Salgado em direção ao Porto de Suape.

Portanto, eu já quero aqui agradecer o apoio de todos os Senadores e Senadoras pela aprovação deste importante projeto, que será de fundamental importância para a redução das desigualdades regionais e para a integração e o desenvolvimento do nosso país, sobretudo das nossas regiões que aqui eu citei: Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Então, agradeço imensamente o trabalho do nosso Presidente, que sempre é brilhante, comandando aqui esta Comissão. Senti-me muito bem representada em participar dela, com a Presidência do nosso Senador e também com o nosso Relator desse projeto, pela agilidade, volto a dizer, e pela brilhante apresentação do relatório.

Obrigada a todos e todas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora. Parabéns pelo projeto de V. Exa.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O nosso Relator com a palavra.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Quero só parabenizar a Senadora Augusta pelo projeto. E você viu aí que explicação bela ela fez com relação a essa Transnordestina, que vai de Suape, cortando o Nordeste todo. E lembro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que Suape fica na divisa de Alagoas e Pernambuco, quer dizer, assim, abrange Alagoas também esse projeto, pegando Suape. Parabéns, Senadora!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Ou seja, o pessoal do Nordeste está mandando mesmo, não é Senador?

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, mas é a carência; a carência.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Oriovisto Guimarães... A assessoria do Senador Oriovisto, se estiver nos assistindo, pedimos que o Senador vote.

Está faltando, para o número mínimo, um voto, mas nós não gostamos de votar projetos aqui com o número mínimo. Então, Senador Oriovisto, Senadora Soraya Thronicke, Senador Izalci, que esteve presente até pouco tempo, está em outras agendas, pedimos que votem. Senador Wellington Fagundes; Senador Rogerio Marinho; Senador Wilder Morais; Senador Eduardo Gomes; Senador Otto Alencar, Líder do Governo, Líder do PSD, meu Líder – assessoria do Senador Otto Alencar –; Senador Omar Aziz; Senador Angelo Coronel; as assessorias aí dos nossos Senadores e Senadoras.

Senadora Damares, que já vai votar... já votou.

Quem é o outro? (*Pausa.*)

Senador Jaime.

Mais alguém pediu para esperar? (*Pausa.*)

Tem um Senador chegando ali.

Senador Izalci.

Senador Fernando Farias, podemos encerrar a votação?

Já tem número suficiente. Peço que se encerre a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – São 13 SIM; NÃO, 1.

Está aprovado o Projeto de Lei nº 4.096, de 2024, item 9 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Senador... (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado, gente.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 65ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e quatorze minutos do dia três de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Sergio Moro, Efraim Filho, Fernando Dueire, Weverton, Plínio Valério, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Cid Gomes, Irajá, Otto Alencar, Rogerio Marinho e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas da Comissão de Assuntos Econômicos ao PLOA/2025 (PLN 26/2024), que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025". Relator na CAE: Senador Nelsinho Trad. **Resultado:** Aprovada a apresentação ao PLN 26/2024, perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) das seguintes emendas de apropriação: No âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, a proposta de **Emenda nº 39**, na ação "210E-Promoção do Desenvolvimento Industrial", atendendo, conjuntamente, as indicações das propostas de nº 2, 5, 14, 16, 19, 28, 39, 44, 49, 53, 54, 64 e 67, dos Senadores Flávio Bolsonaro, Augusta Brito, Humberto Costa, Irajá, Nelsinho Trad, Omar Aziz, Randolfe Rodrigues, Vanderlan Cardoso, Wilder Morais e Zenaide Maia. No âmbito do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, a proposta de **Emenda nº 18**, na ação "210C-Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato", atendendo, conjuntamente, as indicações das propostas de nº 1, 4, 7, 11, 18, 20, 31, 60, 61 e 62, dos Senadores Angelo Coronel, Fernando Farias, Flávio Bolsonaro, Irajá, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso e Wellington Fagundes. No âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, a proposta de **Emenda nº 12**, na ação "215-F – Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo", atendendo, conjuntamente, as indicações das propostas de nº 12, 41, 46, 47, 48, 51 e 69 dos Senadores Fernando Farias, Augusta Brito, Humberto Costa e Zenaide Maia. No âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, a proposta de **Emenda**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nº 21, na ação "21FH - Municípios Verdes e Promoção do Desenvolvimento da Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria", atendendo, conjuntamente, as indicações das propostas de nº 21, 40, 42, 45, 50, 55 e 70, dos Senadores Humberto Costa, Augusta Brito, Nelsinho Trad e Zenaide Maia. Quanto às sugestões de emendas de texto, aprovada também a **Emenda nº 33,** proposta pelo Senador Esperidião Amin**,** que adiciona ao Capítulo V – Disposições Finais – do PLOA 2025 dispositivo que permite o abatimento da dívida dos Entes Federados com a União, na hipótese de transferência de recursos desses Entes para a execução de obras de responsabilidade da União. As seguintes emendas não foram acolhidas: Emendas n. 3, 6, 8, 9, 10, 13, 15, 17, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 43, 52, 56, 57, 58, 59, 63, 65, 66, 68, 71, 72, 73 e 74. A Senadora Teresa Leitão apresentou duas emendas de sua autoria que não foram apreciadas por terem sido apresentadas fora do prazo estabelecido. O Senador Oriovisto Guimarães apresentou voto em separado, contrário à todas as emendas. Em observância ao exigido por decisão interlocutória do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 854, esta ata de reunião tem como parte integrante planilha anexa com a identificação nominal dos parlamentares responsáveis pelas sugestões de emenda. Renumeradas, as referidas emendas receberam no lote enviado à CMO, a numeração 1 a 5. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 2440, de 2023 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o incentivo fiscal às doações realizadas a organizações gestoras de fundo patrimonial, constituídas nos termos da Lei 13.800/2019, e sobre sua tributação; altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; a Lei n° 9.250, de 26 de dezembro de 1995; a Lei n° 9.532, de 10 de dezembro de 1997; e dá outras providências." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** 1. A matéria volta à CAE para apreciação do substitutivo em turno suplementar. **Resultado:** Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do RISF. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 141, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para definir os casos em que os valores de parcerias ou de contratações firmadas pelo poder público não são considerados no cômputo dos limites de despesa com pessoal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2670, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a natureza das bolsas de estudo de graduação, de pós-graduação, de pesquisa e de extensão; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1 - CAE (Substitutivo). **Observação:** A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura. **ITEM 4 - Projeto de Lei Complementar n° 167, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para que, em caso de recém-nascido com deficiência, sejam prorrogados os prazos de estabilidade provisória, de licença-maternidade e de licença-paternidade." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1 -CDH-CAE (Substitutivo). **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 5 - Projeto de Lei Complementar n° 92, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para explicitar que o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS incidente sobre os serviços de guincho intramunicipal, guindaste e içamento é devido no local da execução da obra." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5178, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de pessoa ou cuidador social de pessoa, e altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, nº 13.146, de 6 de julho de 2015, nº 8.069, de 13 de julho de 1990." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao projeto, com a Emenda nº 2, com sete emendas de sua autoria; e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 2 e 3 a 9 - CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2472, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o lúpus e a epilepsia na lista de doenças que acarretam dispensa do prazo de carência para concessão dos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por incapacidade." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 - CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 5703, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar a exclusão de cobertura às doenças e lesões preexistentes no caso de recém-nascido inscrito em plano privado de assistência à saúde dentro do prazo máximo de trinta dias do nascimento ou adoção." **Autoria:** Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 9 - Projeto de Lei**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

n° 1856, de 2019 - Terminativo - que: "Institui o Fundo Nacional de Apoio à cultura da Palmeira do Babaçu – FUNBABAÇU." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a apresentação de indicação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 7, de 2022 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a anistia de dívidas oriundas de operações de crédito rural do PRONAF e de dívidas provenientes de operações de Crédito Fundiário contratadas nos estados atingidos pelas enchentes em 2022." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 3190, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, para aprimorar e fomentar o microcrédito e as microfinanças." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Romário (PL/RJ), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos da Emenda nº 1-CAS (substitutivo). **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 1 CAS - CAE (Substitutivo) ao Projeto de Lei n° 3190, de 2023. Ficam prejudicados o Projeto e as emendas a ele apresentadas. **Observação:** O Substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 3594, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, define o vinho como alimento natural e dá outras providências" **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Relatoria:** Senador Alan Rick. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Mensagem (SF) n° 57, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V e VII e VIII, da Constituição, autorização para contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até USD$ 70,000,000.00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Amazonas e o Banco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao Programa de Saneamento Integrado de Parintins." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e três minutos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www.youtube.com/watch?v=c-5_ih-WaP4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 1
PROPOSTAS DE EMENDA AO PLOA 2025 RECEBIDAS NA CAE

Nº da Proposta	Tipo de Emenda	Unidade Orçamentária	Ação	Autor(a)	Valor (R$)
1	Apropriação	69101 - Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - Administração direta	210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato	Rodrigo Cunha	200.000.000,00
2	Apropriação	28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	210E - Promoção do Desenvolvimento Industrial	Omar Aziz	100.000.000,00
3	Apropriação	40901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador	20Z1 - Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores	Omar Aziz	75.000.000,00
4	Apropriação	69101 - Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - Administração direta	210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato	Irajá	100.000.000,00
5	Apropriação	28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	210E - Promoção do Desenvolvimento Industrial	Irajá	20.000.000,00
6	Apropriação	68101 - Ministério de Portos e Aeroportos - Administração Direta	123M - Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tocantins	Irajá	1.800.000.000,00
7	Apropriação	69101 - Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - Administração direta	210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato	Paulo Paim	200.000.000,00
8	Apropriação	40901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador	20YY - Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda	Paulo Paim	200.000.000,00
9	Apropriação	28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	20TT - Promoção do Desenvolvimento do Setor de Comércio e Serviços	Fernando Farias	50.000.000,00
10	Apropriação	56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta	00AF - Integralização de cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR	Fernando Farias	50.000.000,00
11	Apropriação	69101 - Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - Administração direta	210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato	Fernando Farias	50.000.000,00
12	Apropriação	40101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta	215F - Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo	Fernando Farias	50.000.000,00
13	Apropriação	22101 - Ministério da Agricultura e Pecuária - Administração Direta	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	Renan Calheiros	105.000.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nº da Proposta	Tipo de Emenda	Unidade Orçamentária	Ação	Autor(a)	Valor (R$)
14	Apropriação	28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	210E - Promoção do Desenvolvimento Industrial	Wilder Morais	100.000.000,00
15	Apropriação	53101 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - Administração Direta	20VR - Conservação e Recuperação de Bacias Hidrográficas	Flávio Bolsonaro	300.000.000,00
16	Apropriação	28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	210E - Promoção do Desenvolvimento Industrial	Flávio Bolsonaro	100.000.000,00
17	Apropriação	40901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador	20Z1 - Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores	Flávio Bolsonaro	100.000.000,00
18	Apropriação	69101 - Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - Administração direta	210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato	Flávio Bolsonaro	350.000.000,00
19	Apropriação	28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	210E - Promoção do Desenvolvimento Industrial	Nelsinho Trad	80.000.000,00
20	Apropriação	69101 - Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - Administração direta	210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato	Nelsinho Trad	100.000.000,00
21	Apropriação	28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	21FH - Municípios Verdes e Promoção do Desenvolvimento da Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria	Nelsinho Trad	100.000.000,00
22	Apropriação	81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta	21G0 - Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes	Damares Alves	100.000.000,00
23	Apropriação	55901 - Fundo Nacional de Assistência Social	219G - Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Damares Alves	100.000.000,00
24	Apropriação	51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta	21CK - Promoção e Desenvolvimento do Paradesporto Nacional	Damares Alves	100.000.000,00
25	Apropriação	81902 - Fundo Nacional do Idoso - FNI	21FZ - Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	Damares Alves	100.000.000,00
26	Apropriação	35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta	20WZ - Promoção Comercial e de Investimentos	Randolfe Rodrigues	54.421.400,00
27	Apropriação	28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	20TT - Promoção do Desenvolvimento do Setor de Comércio e Serviços	Randolfe Rodrigues	140.000.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nº da Proposta	Tipo de Emenda	Unidade Orçamentária	Ação	Autor(a)	Valor (R$)
28	Apropriação	28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	210E - Promoção do Desenvolvimento Industrial	Randolfe Rodrigues	72.000.000,00
29	Apropriação	28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	20TU - Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior	Randolfe Rodrigues	90.000.000,00
30	Apropriação	53101 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - Administração Direta	214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional e Bioeconomia	Randolfe Rodrigues	55.090.100,00
31	Apropriação	69101 - Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - Administração direta	210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato	Randolfe Rodrigues	186.000.000,00
32	Apropriação	83201 - Banco Central do Brasil - BACEN	21B1 - Formulação da Política Monetária Cambial e de Crédito e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional	Randolfe Rodrigues	250.000.000,00
33	Texto	-	-	Esperidião Amin	
34	Apropriação	40901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador	20Z1 - Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores	Laércio Oliveira	100.000.000,00
35	Apropriação	40901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador	20YY - Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda	Paulo Paim	1.000.000,00
36	Apropriação	53101 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - Administração Direta	20VR - Conservação e Recuperação de Bacias Hidrográficas	Otto Alencar	300.000.000,00
37	Apropriação	53101 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - Administração Direta	20VR - Conservação e Recuperação de Bacias Hidrográficas	Otto Alencar	16.000.000,00
38	Apropriação	40901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador	20YY - Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda	Humberto Costa	1.000.000,00
39	Apropriação	28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	210E - Promoção do Desenvolvimento Industrial	Humberto Costa	200.000.000,00
40	Apropriação	28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	21FH - Municípios Verdes e Promoção do Desenvolvimento da Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria	Humberto Costa	10.000.000,00
41	Apropriação	40101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta	215F - Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo	Humberto Costa	13.000.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nº da Proposta	Tipo de Emenda	Unidade Orçamentária	Ação	Autor(a)	Valor (R$)
42	Apropriação	28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	21FH - Municípios Verdes e Promoção do Desenvolvimento da Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria	Zenaide Maia	10.000.000,00
43	Apropriação	40901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador	20YY - Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda	Zenaide Maia	1.000.000,00
44	Apropriação	28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	210E - Promoção do Desenvolvimento Industrial	Zenaide Maia	200.000.000,00
45	Apropriação	28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	21FH - Municípios Verdes e Promoção do Desenvolvimento da Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria	Zenaide Maia	10.000.000,00
46	Apropriação	40101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta	215F - Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo	Zenaide Maia	13.000.000,00
47	Apropriação	40101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta	215F - Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo	Zenaide Maia	13.000.000,00
48	Apropriação	40101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta	215F - Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo	Zenaide Maia	13.000.000,00
49	Apropriação	28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	210E - Promoção do Desenvolvimento Industrial	Zenaide Maia	200.000.000,00
50	Apropriação	28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	21FH - Municípios Verdes e Promoção do Desenvolvimento da Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria	Zenaide Maia	10.000.000,00
51	Apropriação	40101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta	215F - Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo	Zenaide Maia	13.000.000,00
52	Apropriação	40901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador	20YY - Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda	Zenaide Maia	1.000.000,00
53	Apropriação	28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	210E - Promoção do Desenvolvimento Industrial	Zenaide Maia	200.000.000,00
54	Apropriação	28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	210E - Promoção do Desenvolvimento Industrial	Zenaide Maia	200.000.000,00
55	Apropriação	28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	21FH - Municípios Verdes e Promoção do Desenvolvimento da Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria	Zenaide Maia	10.000.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nº da Proposta	Tipo de Emenda	Unidade Orçamentária	Ação	Autor(a)	Valor (R$)
56	Apropriação	24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Administração Direta	215L - Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Wellington Fagundes	200.000.000,00
57	Apropriação	53101 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - Administração Direta	20VR - Conservação e Recuperação de Bacias Hidrográficas	Wellington Fagundes	200.000.000,00
58	Apropriação	56902 - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS	00TI - Apoio à produção habitacional de interesse social	Wellington Fagundes	200.000.000,00
59	Texto	-	-	Wellington Fagundes	
60	Apropriação	69101 - Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - Administração direta	210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato	Wellington Fagundes	200.000.000,00
61	Apropriação	69101 - Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - Administração direta	210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato	Angelo Coronel	40.000.000,00
62	Apropriação	69101 - Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - Administração direta	210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato	Vanderlan Cardoso	100.000.000,00
63	Apropriação	40901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador	20Z1 - Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores	Vanderlan Cardoso	100.000.000,00
64	Apropriação	28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	210E - Promoção do Desenvolvimento Industrial	Vanderlan Cardoso	100.000.000,00
65	Apropriação	36901 - Fundo Nacional de Saúde	2E90 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas	Dr. Hiran	10.000.000,00
66	Apropriação	36901 - Fundo Nacional de Saúde	2E89 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas	Dr. Hiran	10.000.000,00
67	Apropriação	28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	210E - Promoção do Desenvolvimento Industrial	Augusta Brito	200.000.000,00
68	Apropriação	40901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador	20YY - Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda	Augusta Brito	1.000.000,00
69	Apropriação	40101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta	215F - Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo	Augusta Brito	13.000.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nº da Proposta	Tipo de Emenda	Unidade Orçamentária	Ação	Autor(a)	Valor (R$)
70	Apropriação	28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	21FH - Municípios Verdes e Promoção do Desenvolvimento da Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria	Augusta Brito	10.000.000,00
71	Apropriação	22101 - Ministério da Agricultura e Pecuária - Administração Direta	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	Renan Calheiros	105.000.000,00
72	Apropriação	49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - Administração Direta	210V - Estruturação Produtiva, Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Agroecologia	Vanderlan Cardoso	60.000.000,00
73	Apropriação	22101 - Ministério da Agricultura e Pecuária - Administração Direta	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	Vanderlan Cardoso	50.000.000,00
74	Apropriação	83201 - Banco Central do Brasil - BACEN	21B1 - Formulação da Política Monetária Cambial e de Crédito e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional	Vanderlan Cardoso	80.000.000,00

PROPOSTAS DE EMENDA DE TEXTO AO PLOA 2025 RECEBIDAS NA CAE

Nº da Proposta	Tipo	Autor(a)	Referência (Art.)	Ementa
33	Aditiva	Esperidião Amin	Corpo da Lei, Cap V, Art 9	(cópia) CAE - SEN ESPERIDIÃO AMIN - Na hipótese de transferências de recursos de Entes Federados para execução de obras de responsabilidade do Governo Federal, o montante equivalente deverá ser utilizado para abatimento da dívida do Ente federado com a União
59	Modificativa	Wellington Fagundes	Anexo V	(cópia) Emenda de Texto Anexo V - Criação e/ou provimentos de cargos, funções e gratificações das Super Novas Universidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 66ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso e Damares Alves, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Sergio Moro, Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Fernando Dueire, Weverton, Plínio Valério, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Jaques Wagner, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus, Esperidião Amin e Laércio Oliveira, e ainda da Senadora Eliziane Gama, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Irajá, Rogerio Marinho e Wilder Morais. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas da Comissão de Assuntos Econômicos ao PLDO 2024 (PL 003/2024-CN) que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências". Relator na CAE: Senador Izalci Lucas (ad hoc) substituiu o Senador Nelsinho Trad. **Resultado:** Aprovada a apresentação ao PL 003/2024-CN, perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), de **todas as emendas de texto**: **Emenda n° 60050004**, tipo aditiva, referência "Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção I, Art 88, § 6"; **Emenda n° 60050005,** tipo aditiva, referência "Anexo III, Seção II, Inciso IV.". **Emenda nº 60050006,** tipo aditiva, referência "Anexo III".; **Emenda nº 60050007,** tipo aditiva, referência "Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção I, Art 88, § 6"; bem como das seguintes emendas de Meta: **Emenda 60050001**: na forma da proposta de Emenda n° 11, na ação "215F - Fomento e fortalecimento da economia solidária, associativismo e cooperativismo", meta física 130, atendendo, conjuntamente, as indicações das propostas de nº 11, 13, 18, 22 e 26, dos Senadores Paulo Paim, Augusta Brito, Jaques Wagner, Fernando Farias e Fabiano Contarato. **Emenda 60050002:** na forma da proposta de Emenda nº 16, na ação "210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato", meta física 900.000, atendendo, conjuntamente, as indicações das propostas de as propostas da CAE de número 8, 9, 10, 16 e 19, dos Senadores Paulo Paim, Irajá e Fernando Farias. **Emenda 60050003**: na forma da proposta de Emenda nº 1, na ação "210E -

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1424477523

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Promoção do Desenvolvimento Industrial", meta física 100.000, atendendo, conjuntamente, as indicações das propostas de as propostas da CAE de número 1, 21 e 28, dos Senadores Wilder Morais, Fernando Farias e Fabiano Contarato. As seguintes emendas não foram acolhidas: Emendas n.2, 3, 4, 7, 12, 14, 15, 17, 20, 25 e 27. Em observância ao exigido por decisão interlocutória do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 854, esta ata de reunião tem como parte integrante planilha anexa com a identificação nominal dos parlamentares responsáveis pelas sugestões de emenda. Renumeradas, as referidas emendas receberam no lote enviado à CMO, a numeração 1 a 7 -CAE, estão aprovadas e serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. **2ª Parte - Indicação de autoridade**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 58, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal, combinado com o art. 4º, caput, da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, o nome do Senhor NILTON JOSÉ SCHNEIDER DAVID, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, na vaga decorrente da indicação do Senhor Gabriel Muricca Galípolo para o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** A comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação. **Resultado:** Aprovada a indicação do Sr. Nilton José Schneider David, para cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, por 22 votos SIM, 5 NÃO e nenhuma abstenção. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 59, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal, combinado com o art. 4º, caput, da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, o nome da Senhora IZABELA MOREIRA CORREA, para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil, na vaga decorrente do término do mandato de Carolina de Assis Barros em 31 de dezembro de 2024." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** A comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação. **Resultado:** Aprovada a indicação da Sra. Izabela Moreira Correa, para cargo de Diretora do Banco Central do Brasil, por 24 votos SIM, 3 NÃO e nenhuma abstenção. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 60, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal, combinado com o art. 4º, caput, da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, o nome do Senhor GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, na vaga decorrente do término do mandato de Otávio Ribeiro Damaso em 31 de dezembro de 2024." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas (*Ad hoc*), substituiu Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** A comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação. **Resultado:** Aprovada a indicação do Sr. Gilneu Francisco Astolfi Vivan, para cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, por 23 votos SIM, 4 NÃO e nenhuma abstenção. **Observação:** A matéria vai ao Plenário.

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1424477523

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3ª Parte - Deliberativa. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 61, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V e VII e VIII, da Constituição, autorização para contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 60,949,600.00 (sessenta milhões, novecentos e quarenta e nove mil e seiscentos dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado da Paraíba e o New Development Bank (NDB), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto de Infraestrutura Hídrica na Paraíba Sistema Adutor Transparaíba Ramal Curimataú 2ª etapa e Sistema Adutor da Microrregião 89." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 63, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V e VII e VIII, da Constituição, autorização para contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de São Paulo, Estado de São Paulo, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa "A Educação Paulistana Pode +"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 64, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V e VII e VIII, da Constituição, autorização para contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 42,500,000.00 (quarenta e dois milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Tocantins e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Tocantins – PROFISCO II TO." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 65, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V e VII e VIII, da Constituição, autorização para contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de € 51.840.000,00 (cinquenta e um milhões, oitocentos e quarenta mil euros), de principal, entre o Município de Porto Alegre,

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1424477523

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado do Rio Grande do Sul, e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Revitalização da Área Central de Porto Alegre"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 66, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratar de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até € 77.760.000,00 (setenta e sete milhões, setecentos e sessenta mil euros), de principal, entre o Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Revitalização da Área Central de Porto Alegre - Centro+4D"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **ITEM 6 - Mensagem (SF) n° 67, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V e VII e VIII, da Constituição, autorização para contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 100,000,000.00 (cem milhões dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Saneamento Ambiental da CAESB 2." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 7 - Mensagem (SF) n° 68, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 72,700,000.00 (setenta e dois milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Fazendário do Distrito Federal PRODEFAZ/PROFISCO II." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1424477523

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 8 - Mensagem (SF) n° 69, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Distrito Federal e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, cujos recursos destinam-se ao financiamento do "Programa de Infraestrutura e Readequação Urbana do Distrito Federal - INFRA-DF"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 9 - Mensagem (SF) n° 70, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 18,000,000.00 (dezoito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado da Bahia e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica da Bahia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 10 - Mensagem (SF) n° 71, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica da Bahia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar (*Ad hoc*), substituiu Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 11 - Mensagem (SF) n° 72, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1424477523

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

120,000,000.00 (cento e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América) entre o Município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, e o New Development Bank - NDB, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Infraestrutura de Aparecida de Goiânia 100 Anos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 386, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para permitir a criação de certificações privadas de seguros para prestadores de serviços." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 3434, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a regulamentação de serviços e operações envolvendo tokens para ativos ambientais digitais e estabelece critérios, procedimentos e incentivos para a promoção da transparência, sustentabilidade e inovação." **Autoria:** Senador Fernando Dueire (MDB/PE). **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 1303, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, e 9.295, de 19 de julho de 1996, para assegurar a prestação dos serviços de telecomunicações por cooperativas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 3594, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, define o vinho como alimento natural e dá outras providências" **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Relatoria:** Senador Alan Rick. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - Projeto de Lei n° 1856, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui o Fundo Nacional de Apoio à cultura da Palmeira do Babaçu – FUNBABAÇU." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a apresentação de indicação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - Projeto de Lei n° 7, de 2022 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a anistia de dívidas oriundas de operações de crédito rural do PRONAF e de dívidas provenientes de operações de Crédito Fundiário contratadas nos estados atingidos pelas enchentes em 2022." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com acolhimentos das emendas 6 a 9, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Mensagem (SF) n° 73, de 2024 -**

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1424477523

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor até JPY 80.114.895.584,00 (oitenta bilhões, cento e quatorze milhões, oitocentos e noventa e cinco mil e quinhentos e oitenta e quatro ienes japoneses), de principal, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos são destinados à reestruturação de dívida do estado, no âmbito do "Programa de Sustentabilidade Econômico-Fiscal do Estado do Ceará - Ceará Sustentável"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Mensagem (SF) n° 74, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 128,800,000.00 (cento e vinte e oito milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do "Programa de Desenvolvimento e Recuperação da Infraestrutura Social do Município de Porto Alegre (Poa+Social)"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Relatório:** Nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - Mensagem (SF) n° 75, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de € 100.000.000,00 (cem milhões de euros), entre o Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, cujos recursos destinam-se ao financiamento do "Programa de Drenagem Urbana Resiliente às Mudanças Climáticas de Porto Alegre"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 185, de 2024** que: "Requer audiência pública." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - Mensagem (SF) n° 76, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1424477523

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contratação de operação de crédito externo no valor de US$ 80,000,000.000 (oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e Corporação Andina de Fomento - CAF." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Relatório:** Nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e seis minutos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www.youtube.com/watch?v=K1GXpw4FUW8

Anexo I – Emendas de texto

Nº da Proposta	Tipo	Autor(a)	Referência (Art.)	Ementa/Texto proposto
005	Aditiva	Sergio Moro	Anexo III, Seção II, Inciso IV	Incluir no Anexo III do PLN 3, de 2024, a Seção III - Das Demais Despesas Ressalvadas: “Seção III Das demais despesas ressalvadas I - Projeto Forças Blindadas do Exército;

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1424477523

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

				II - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON; III - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS; e IV - Implantação do Sistema de Aviação do Exército.”
006 023	Aditiva	Esperidião Amin	Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção I, Art 88, § 6	“§ 7º Na hipótese de transferências de recursos de Entes Federados para execução de obras de responsabilidade do Governo Federal, o montante equivalente deverá ser utilizado para abatimento da dívida do Ente federado com a União.”
004	Aditiva	Sergio Moro	Anexo III	Incluir no Anexo III do PLN 3, de 2024, a Seção III - Das Demais Despesas Ressalvadas: “Seção III Das Demais Despesas Ressalvadas: I - As despesas destinadas à Segurança Pública, compreendendo aquelas pertencentes aos órgãos mencionados no Art. 144 da Constituição Federal, bem como aquelas relacionadas às ações do Plano Nacional de Segurança Pública.”

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1424477523

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anexo II – Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades

Nº da Proposta	Autor(a)	Ação	Acréscimo de meta física
001	Wilder Morais	210E - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	100.000
002	Omar Aziz	2B12 - FOMENTO À INCLUSÃO PRODUTIVA	40
003	Omar Aziz	210L - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E DE INOVAÇÃO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUFRAMA	50
004	Omar Aziz	20Z1 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DE TRABALHADORES	50
007	Paulo Paim	20YY - ESTUDOS, PESQUISAS E GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	200
008	Paulo Paim	210C - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, POTENCIAL EMPREENDEDOR E ARTESANATO	1.000
009	Paulo Paim	210C - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, POTENCIAL EMPREENDEDOR E ARTESANATO	5.000
010	Paulo Paim	210C - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, POTENCIAL EMPREENDEDOR E ARTESANATO	100.000
011	Paulo Paim	215F - FOMENTO E FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO	130
012	Augusta Brito	20YY - ESTUDOS, PESQUISAS E GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	32
013	Augusta Brito	215F - FOMENTO E FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO	130
014	Augusta Brito	21FH - MUNICÍPIOS VERDES E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA VERDE, DESCARBONIZAÇÃO E BIOINDÚSTRIA	30
015	Irajá	20VR - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	500
016	Irajá	210C - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, POTENCIAL EMPREENDEDOR E ARTESANATO	900.000
017	Irajá	123M - MELHORAMENTOS NO CANAL DE NAVEGAÇÃO DA HIDROVIA DO RIO TOCANTINS	60.000
018	Jaques Wagner	215F - FOMENTO E FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO	130
019	Fernando Farias	210C - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, POTENCIAL EMPREENDEDOR E ARTESANATO	10.000
020	Fernando Farias	21FH - MUNICÍPIOS VERDES E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA VERDE, DESCARBONIZAÇÃO E BIOINDÚSTRIA	100

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1424477523

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

021	Fernando Farias	210E - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	50
022	Fernando Farias	215F - FOMENTO E FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO	100
025	Fabiano Contarato	20YY - ESTUDOS, PESQUISAS E GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	32
026	Fabiano Contarato	215F - FOMENTO E FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO	130
027	Fabiano Contarato	21FH - MUNICÍPIOS VERDES E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA VERDE, DESCARBONIZAÇÃO E BIOINDÚSTRIA	30
028	Fabiano Contarato	210E - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	1.250

Assinado eletronicamente, por Sen. Vanderlan Cardoso

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1424477523

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Izalci Lucas, Alan Rick, Marcelo Castro, Weverton, Alessandro Vieira, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Paulo Paim, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Dr. Hiran, Damares Alves e Astronauta Marcos Pontes, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif, Rosana Martinelli, Angelo Coronel, Lucas Barreto e Eduardo Gomes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros, Jussara Lima, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Romário e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 49/2024 - CAS, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), e PL 3933/2023, de autoria Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Finalidade:** Debater o Projeto de Lei nº 3933, de 2023, que "Dispõe sobre o tratamento do climatério e menopausa pelo Sistema Único de Saúde e institui a Semana Nacional de Conscientização para Mulheres na Menopausa ou em Climatério". **Participantes:** Josilene Lúcia dos Santos, Coordenadora-Geral de Saúde Integral das Mulheres do Ministério das Mulheres; Adriana Ferreira, Representante da Associação Menopausa Feliz; Fabiane Berta, Especialista em ginecologia endócrina; Maria Socorro Medeiros de Morais, Médica ginecologista e idealizadora do Fórum Permanente de Defesa das Mulheres Idosas; e Renata Souza Reis, Coordenadora-Geral de Atenção à Saúde das Mulheres do Ministério da Saúde. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/16

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, a nossa CAS, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 49, de 2024, da CAS, de autoria da Senadora Teresa Leitão, que está ao vivo – Senadora, obrigado pela sua presença –, da Senadora Zenaide Maia e do nosso Líder Senador Humberto Costa, para a realização de audiência pública destinada a debater o Projeto de Lei nº 3.933, de 2023, que "Dispõe sobre o tratamento do climatério e menopausa pelo Sistema Único de Saúde e institui a Semana Nacional de Conscientização para Mulheres na Menopausa ou em Climatério".

Informo que a audiência tem a cobertura da nossa TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado* e da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade, com o cidadão, da Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e por meio do Portal e-Cidadania – inclusive, já temos muitas perguntas aqui do nosso e-Cidadania que vamos já fazer aos nossos ilustres convidados –, www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores – como já disse, temos aqui várias perguntas – via internet.

Nós temos aqui nossos ilustres convidados. Aqui está presente... Ajude-me aqui. Aqui nós temos (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossos convidados: a Dra. Adriana – obrigado pela sua presença –; a Fabiane Berta; através da nossa videoconferência, a Josilene Lúcia dos Santos – Josilene? –; e também a Maria Socorro Medeiro de Morais. Obrigado aí pela participação.

A Renata não está presente. Chove muito aqui em Brasília, eu tive problema para chegar até aqui, mas a Renata, com certeza, daqui a pouco vai estar participando da nossa audiência.

Temos aqui algumas perguntas, como eu disse, do nosso e-Cidadania. É de praxe aqui nesta Comissão, em todas as Comissões aqui no Senado, uma grande participação dos nossos internautas. Então, aqui nós já temos, no e-Cidadania, algumas perguntas para os nossos ilustres convidados.

Se V. Exas. quiserem responder aos nossos convidados, fiquem à vontade.

Nós temos aqui a Caren, do Rio Grande do Sul: "Quais as especialidades pensadas para o tratamento multidisciplinar e como garantir o acesso de forma igualitária?".

Depois, eu passo para vocês.

Deyse, da Paraíba – do Rio Grande do Sul à Paraíba –: "[...] [Quais] os possíveis riscos de desenvolver doenças, como, por exemplo, o câncer de ovário no tratamento da menopausa com reposição hormonal?".

Vamos direto para o Maranhão.

Anne, lá do Maranhão: "Como o SUS está preparando os profissionais de saúde para atender adequadamente às necessidades das mulheres nessa fase da vida?".

Denis, da Bahia: "Como farão para fiscalizar o trabalho de médicos e demais profissionais na prescrição e indicação do tratamento hormonal?".

Daiane, aqui do Distrito Federal: "A medicação aprovada entrará no Programa Farmácia Popular?". É uma pergunta boa.

Vamos aqui mais, temos mais.

Elizeu, de Goiás: "Como a Semana de Conscientização do Climatério e Menopausa (PL [...]) pode melhorar o atendimento e acesso ao tratamento pelo SUS?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Karla, do Rio de Janeiro: "Quais estratégias o SUS pode adotar para garantir o acompanhamento multiprofissional proposto frente à falta de especialistas em saúde?".

Essas são as perguntas.

Temos aqui alguns comentários. Vamos aqui a esses comentários, é importante. É importante a participação dos nossos internautas.

Sandra, do Rio de Janeiro: "Ressalto a relevância e urgência desta garantia, um direito de todas, [...] [com] respaldo científico e [...] importância [já comprovada]".

Vinícius, de Minas Gerais: "A reposição hormonal de fácil acesso pelo SUS é de extrema importância para garantir a qualidade de vida de quem necessita desse tratamento".

Estão aqui as perguntas. Se os senhores quiserem acessar aqui as perguntas, fiquem à vontade. (*Pausa.*)

Como nós temos aqui uma participação ilustre da nossa querida Senadora Teresa Leitão, que é uma das autoras do requerimento, se ela quiser fazer as suas considerações iniciais, Senadora, fique à vontade e, em seguida, nós passaremos a palavra aos nossos ilustres convidados.

Senadora Teresa, fique à vontade.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bem. Muito obrigada, Senador Petecão.

Quero cumprimentá-lo e ao mesmo tempo agradecer a sua disponibilidade em conduzir esta sessão, já que tem que ser uma condução presencial. O Senador Humberto Costa está aqui no Recife, assim como eu, e V. Exa. honrou, de fato, esta audiência para ser hoje, que já tinha muita gente mobilizada.

E que bom que está chovendo em Brasília, viu? Ainda bem.

Vamos cumprimentar, entrando logo no tema, a representante do Ministério da Saúde, Renata Reis; a Associação Menopausa Feliz, através de Adriana Ferreira – foi Adriana que me fez os primeiros contatos –; a Dra. Fabiane Berta, ginecologista. Remotamente, a representação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério das Mulheres através de Josilene dos Santos; e a Dra. Socorro de Morais, também ginecologista.

Eu vou fazer umas breves considerações a partir do que me foi relatado pela Associação Menopausa Feliz. São considerações gerais, eu não sou da área médica, mas acho que o tema interessa bastante a todas nós, mulheres. Não houve nenhum problema de agendarmos esta audiência e de contarmos no requerimento com o apoio de dois médicos, com o Humberto Costa e a Senadora Zenaide.

Então, é com muita alegria e satisfação que eu propus esta audiência pública interativa, para falarmos de assunto tão importante, com impacto tão significativo na saúde e no bem-estar de todas as mulheres.

Parabenizo o Senador Mecias de Jesus pela iniciativa.

Climatério e menopausa não são apenas as fases finais da vida reprodutiva de uma mulher, são momentos desafiadores para a saúde feminina, etapas que precisam de acompanhamento médico adequado. Foi pensando nisso e na condição de Relatora desse projeto, o Projeto 3.933, de 2023, desta Comissão, que apresentei o requerimento, juntamente com os dois Senadores aos quais eu já fiz referência.

Na justificação do projeto, o Senador Mecias, destacou uma estatística do IBGE do ano, de 2014, que estima que cerca de 29 milhões de mulheres estão na fase da vida entre climatério e menopausa, o que representa aproximadamente 28% da população brasileira. Nosso perfil etário tem mudado, nós estamos vivendo mais no Brasil. Enquanto a taxa de natalidade é reduzida, há maior expectativa de vida. Vivemos mais e queremos viver bem, com saúde plena e felicidade. Há alguns anos, as políticas de saúde da mulher estavam concentradas na mulher mais jovem. Com o envelhecimento da população brasileira, é natural e absolutamente necessário que as políticas públicas se adaptem às novas demandas sociais. O Congresso está atento a isso e esse projeto é um indicador importante disto, já no seu art. 1º, que dispõe sobre o tratamento do climatério e da menopausa pelo Sistema Único de Saúde. Esse é o desafio.

O projeto trabalha com a questão da disponibilidade de medicamentos hormonais e não hormonais, quando for a indicação médica; com a realização de exames preventivos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diagnósticos; com a capacitação de médicos para diagnóstico e abordagem dos tratamentos do climatério e da menopausa, acompanhamento psicológico e multidisciplinar especializado e tratamento contínuo e individualizado.

Como se vê, o projeto está falando de ações governamentais que exigirão o planejamento e a coordenação de políticas públicas consistentes e articuladas. Nesse sentido, é fundamental um debate amplo, prévio, para colher ideias, sugestões, contribuições de especialistas, de gestores públicos, de outros Parlamentares, da própria interação, já lida pelo Presidente desta sessão. O eixo do projeto é extremamente meritório. A questão que se apresenta para nós é o que e como faremos isso. Esse é o nosso desafio, aprovar uma lei que atinja os seus fins sociais, como a gente diz, atinja seus fins almejados, a letra da lei na prática, tirar a lei do papel, um texto que consiga traduzir claramente a vontade pública, um texto que contenha os balizamentos necessários para os implementadores da política pública.

Concluindo, eu destaco o art. 2º do projeto de lei, que institui a Semana Nacional de Conscientização para Mulheres na Menopausa ou em Climatério, que se propõe que seja realizada anualmente no mês de março, mês da mulher. Nós estamos no Outubro Rosa e sabemos como essa iniciativa produziu a conscientização e as iniciativas de ações para o enfrentamento e a prevenção ao câncer de mama. Quando a gente trabalha bem uma semana, ela não fica somente no calendário, ela vem para ações concretas. E eu acredito que o Senador tenha se espelhado nisso que já existe hoje. E esta audiência está em sintonia com as práticas da Organização Mundial da Saúde, eu tenho certeza, que inclusive instituiu o Dia Mundial da Menopausa, justamente em 18 de outubro, logo ali, na próxima sexta-feira. É o Dia do Médico também, não é, doutoras, já antecipo meus parabéns, celebrado também nesta semana.

Então, a entidade que nos provocou, a Associação Menopausa Feliz está bastante atenta a essas questões. Então, de um lado, temos que instrumentalizar o Estado, temos que oferecer uma legislação de qualidade para viabilizar os resultados sociais que pretendemos, e, por outro lado, temos que conscientizar as nossas cidadãs e os nossos cidadãos também sobre o desafio do climatério e da menopausa, bem como as possibilidades de tratamento e de prevenção.

Eu agradeço muito a presença de todos e de todas que foram convidados e espero que a gente tenha excelentes resultados nesta audiência, porque eu acho que o time que aqui está tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condições técnicas, políticas, acadêmicas de nos orientar, de dar ao Senado alguns instrumentos que possam contribuir com a aprovação tranquila dessa lei e, mais ainda, com a sua plena execução.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Agradecemos a participação da nossa querida Senadora, Senadora que, com certeza, nos orgulha muito. Eu sou suspeito para falar porque eu sou fã dela. Então, obrigado, Teresa, pelo carinho.

Agora nós iremos aqui, a nossa assessoria, como faltaram alguns convidados, faltaram não, ainda estão a caminho, chove muito em Brasília – como a Senadora disse, essa chuva é boa aqui em Brasília, mas não precisava São Pedro mandar toda de uma vez, podia mandar parcelado, mas está bom, melhor com chuva –, vamos passar a palavra aqui à nossa querida Adriana Ferreira, que vem de BH, vem de Minas Gerais. Obrigado, Adriana, pela sua presença. Fique à vontade. Ela estava preocupada em me chamar de Petecão. O seu tempo é de dez minutos, mas o meu apelido é Petecão. Se você chegar no Acre e perguntar pelo Sérgio, ninguém conhece, mas se chamar pelo Petecão, aí todo mundo conhece. Fique à vontade. O Petecão é todo seu. (*Risos.*)

A SRA. ADRIANA FERREIRA (Para expor.) – Muito obrigada. Está bom o áudio, gente, para vocês? O.k.

Então vamos lá. Meu nome é Adriana Ferreira, eu sou idealizadora da Associação Menopausa Feliz, uma associação composta de mulheres no climatério e na menopausa. Haja vista a relevância do projeto apresentado aqui e o apoio de todos os Senadores, em especial do Petecão, o que é uma honra, até o nome dele é bastante sugestivo, nós viemos aqui trazer algumas informações bastante pertinentes para vocês. Nós nascemos da necessidade de informação, orientação, acesso à assistência à saúde nesta fase da vida. Hoje nós temos políticas públicas que perpassam por todos os ciclos de vida, menos o da menopausa. Então isso é muito importante de ser dito.

E quero considerar aqui também, Senador – deixar isso claro –, que um projeto de lei já tramita na Câmara dos Deputados, desde 2019, versando sobre a alteração da lei orgânica para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a inserção desse tipo de política e tratamento no SUS. E, no ano passado, 2023, nós realizamos a primeira audiência pública que falava sobre a criação de políticas públicas para a mulher no climatério e na menopausa na Casa parlamentar.

Então, se vocês imaginarem, no nosso país, o quantitativo de mulheres que nós somos – somos cerca de 110 milhões de mulheres neste país –, as que estão na menopausa, as que estão na pós-menopausa e as que irão entrar, nós nem sequer éramos vistas. Nós éramos invisibilizadas e negligenciadas. Então, por estar passando por esse período especificamente – hoje eu já estou na pós-menopausa, sou uma mulher de 58 anos – e ter vivenciado... Segundo a literatura, diziam que eram 48 sintomas – isso na minha época, há oito anos –, e eu fui diagnosticada literalmente com 46 sintomas: fibromialgia, reumatismo, labilidade de humor... Tomava ansiolítico de manhã e de tarde. Era um caos! E muitas de vocês já devem passar por isso, eu tenho certeza absoluta, pela faixa etária das meninas que estão aqui.

Então, esse projeto de lei já tramita na Câmara Federal, inclusive para a criação do Dia Nacional de Conscientização sobre a Menopausa. E, a partir do momento em que foi criado no Senado um projeto de lei também – quero parabenizar o Senador que é o autor desse projeto de lei –, nós também os procuramos para que o tema fosse trazido à pauta para debate não só junto à Casa, aos Parlamentares, como também junto à sociedade. E, graças a Deus, nós recebemos um êxito muito grande e também o respaldo de vários médicos que estão aqui – pasmem; quero que vocês prestem bastante atenção –, de renome nacional e internacional, sobre a temática, porque há de se considerar que nós temos hoje entidades que discutem em nível mundial o que é a menopausa e os impactos que essa fase traz para a vida da mulher. Nós não podemos desmerecer isso, em hipótese alguma, e permitir que esse ciclo seja invisibilizado.

E, falando enquanto bacharel em Direito, nós temos que fazer valer o art. 196 da Constituição Federal, que preza por isto: "A saúde é direito de todos e dever do Estado". Então, nós só estamos aqui solicitando e exercitando nosso direito de cidadã e formalizando esse pedido oficial para que a saúde tenha um olhar para a nossa vida.

Eu gostaria, Senador, se me permite – porque eu acho que o tempo aqui realmente fica um pouco curto –, de trazer alguns dados para vocês entenderem a urgência da aprovação desse projeto e a urgência de vocês ouvirem o que tem a ser dito por esses médicos especializados. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente não está falando de sintomas, não; a gente está falando de uma fase da vida que deixa aberta, literalmente, a mulher para o desenvolvimento de doenças ósseas, urogenitais, cardiovasculares e psicológicas. Não é pouca coisa, não. Ela não é considerada uma doença, mas nós vamos ouvir os especialistas.

Eu estou aqui enquanto público-alvo e quero trazer alguns dados que nós solicitamos ao Ministério da Saúde para vocês entenderem a importância. Nós solicitamos informação ao Ministério da Saúde sobre quantas mulheres estavam vivenciando o climatério na menopausa no nosso país, considerando que nós somos 110 milhões. Foi-nos informado que, só no ano passado, cerca de 238 mil mulheres foram diagnosticadas com menopausa e climatério. Então, se nós imaginarmos que vivemos no quinto país em população idosa do planeta e que nós somos 110 milhões, 238 mil mulheres é muito pouco. E um dos projetos que nós apresentamos, inclusive enquanto PPA, foi para que tivéssemos qualificação médica, que tivéssemos tratamento individualizado e que tivéssemos hoje as ferramentas, porque a ciência evoluiu... O homem já conseguiu ir à Lua! Nós não vamos conseguir um tratamento para nós mulheres nessa fase? Então, nós solicitamos também a criação de oferta de assistência médica, sobre a qual nossos doutores aqui vão falar com total presteza e desenvoltura.

E, aí, eu vou trazer alguns dados, até para poder passar, porque eu acho que eles têm muito mais agora a acrescentar, devido a esta plenária que já está acontecendo. São alguns dados que eu acho importantes. Vamos lá!

Nós solicitamos informações sobre quantas mulheres foram diagnosticadas com osteoporose no nosso país, por estado e por raça. Recebemos a informação de que apenas 123 mil mulheres foram diagnosticadas com menopausa, que é uma fase em que o estrogênio literalmente retira o cálcio dos nossos ossos. Mas vamos continuar. Quantas mulheres foram diagnosticadas com menopausa precoce? Porque a menopausa tem várias faixas etárias, inclusive nós temos, na nossa entidade, mulheres na menopausa com apenas 25 anos. A gente pensa em menopausa como uma questão de mulher idosa, mas não é. Ela pode acontecer a qualquer momento, isso tudo varia da sua saúde ovariana. Então, nós solicitamos a informação de quantas mulheres passaram pela cirurgia de ooforectomia, que é a cirurgia que retira o ovário da mulher, porque, quando ela retira o ovário, automaticamente entra na menopausa, imediatamente. Foi o que aconteceu comigo. Eu tive que passar por uma histerectomia total e jamais recebi uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

informação de como seria o meu dia a partir daquele, de como seria a minha vida a partir daquilo. Isso é muito importante de ser dito.

E vou trazer só mais dois dados aqui que eu acho importantes: de quantas mulheres foram diagnosticadas, infelizmente, com depressão e ansiedade, que são os dois maiores sintomas que agravam as mulheres nessa fase da vida. E aqui nós recebemos a informação de que cerca de 3,064 milhões foram diagnosticadas com ansiedade e depressão, considerando que o Brasil hoje está, no *ranking,* como o número um no mundo de pessoas com ansiedade, a maioria de mulheres que estão nessa faixa etária.

Eu estou vendo aqui rostos de mulheres que parecem, todas, acima de 48, 40 anos. Eu tenho certeza de que vocês, a partir do momento em que a doutora começar a explanar todos os sintomas, vão conseguir começar a identificar: foi isso o que aconteceu comigo. A gente pensa que é simplesmente só uma fase, mas ninguém nos avisa sobre os impactos. A gente pensa que qualquer ginecologista que a gente vá procurar vai conseguir nos ouvir. Não, às vezes, eles cometem até *gaslighting*, que é ignorar as suas queixas. E falam que você simplesmente está estressada, ansiosa, com péssimo relacionamento e você só vai internalizando e deixando o seu corpo cada vez mais aberto para outras doenças, infelizmente.

A gente precisa ter médicos capacitados para poder ter esse olhar multiprofissional. Inclusive, uma das perguntas que foram feitas aqui foi: "Quais são as especialidades médicas?". Os nossos profissionais vão apresentar a todos vocês a quantidade de profissionais de que nós precisamos e que existem tratamentos. Esses médicos que irão falar aqui para vocês... Inclusive, tem o Dr. Diogo Viana, o Dr. Ronaldo Barros. Eles estão sentados aqui. Eles têm renome nacional e internacional especificamente na discussão sobre o que é a menopausa e sobre quais são os impactos que essa fase traz para a vida da mulher. Isso, gente, não é o Brasil que está falando. Essa negligência não é só aqui no nosso país, é em nível mundial. Nós tivemos o exemplo da Viola Davis, da Oprah, discutindo que tiveram que passar por mais de seis médicos até serem efetivamente diagnosticados com menopausa.

Então, eu gostaria de trazer agora para o Sr. Senador a palavra da nossa especialista e nós vamos fazer um bate-bola aqui, de vez em quando, com alguns médicos também, porque é necessário. É impossível, em dez minutos, nós falarmos de cerca de 30 anos que a mulher irá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passar sofrendo. É impossível, especificamente em dez minutos, a gente poder mensurar para vocês a importância deste evento, a importância de se criar essa política pública no SUS para atender 82% da população brasileira. Isso é um número a ser considerado.

Eu agradeço a todos e eu gostaria, por gentileza, Senador Petecão... Meninas, levantem, por gentileza, os cartazes para eles entenderem a urgência do nosso trabalho, do quanto nós precisamos. Nós precisamos de educação em saúde, nós precisamos de tratamento individualizado, de profissionais qualificados, de políticas públicas, de terapias hormonais inteligentes, porque nós somos todas mulheres, mas nós não somos iguais, e lutamos pelas diferentes menopausas não assistidas, que podem acometer desde os 25 anos até os 65 anos todas nós mulheres.

Obrigada.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA FERREIRA – Olhe, falei no tempo certinho! (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Todas essas que levantaram as placas vieram de Minas? Não, não é?

A SRA. ADRIANA FERREIRA – Não, elas não vieram de Minas não. Elas vieram... (*Falha no áudio.*)

... pelos sintomas que elas já estão desenvolvendo...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, mas elas são de Minas ou são daqui de Brasília?

A SRA. ADRIANA FERREIRA – Não. Nós só temos cinco aqui de Minas, porque é um gasto, não é? O Senador há de convir comigo que é um gasto vir para Brasília, não é? A passagem aérea mais cara do país. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Gente, primeiramente, quero agradecer à Dra. Adriana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Adriana é representante da Associação Menopausa Feliz. Vocês viram o tanto que essa mulher domina esse assunto e a facilidade com que ela se expressa, não é?

Parabéns! Parabéns mesmo! Show de bola!

A SRA. ADRIANA FERREIRA (*Fora do microfone.*) – Eu quero viver muito. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Vamos agora passar a palavra à Dra. Fabiane Berta, que é especialista em ginecologia endócrina.

Doutora, fique à vontade!

A SRA. FABIANE BERTA (Para expor.) – Obrigada.

Boa tarde.

Passou a peteca para mim, não é, Petecão? (*Risos.*)

Obrigada.

Obrigada, Adriana.

É um prazer estar aqui com vocês com um assunto tão válido.

Eu vou ser breve, eu tenho uma apresentação, porque, em dez minutos, é muito difícil abordar o que está acontecendo.

Eu trago aqui como...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. FABIANE BERTA – Então, eu vou roubar um pouquinho desse tempo.

Queria agradecer à colega Zenaide, muito querida, e também à nossa Senadora Teresa Leitão, que está conosco nessa jornada.

Eu falo com vocês hoje não só como médica, mas como mulher em predição de saúde futura. Eu não quero ter Alzheimer no futuro. Esse é o nosso grande desafio. Eu não quero ter risco cardiovascular. Aliás, a menopausa não tem nem cem anos de código de identificação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doença. Se você for parar para pensar que a gente começou lá na época de Eva... Porque quando se viu o feminino? Em Eva. A gente tem um *gap* muito grande sobre falar sobre mulher. Menos de cem anos não nos qualifica e não nos mostra, verdadeiramente, nosso posicionamento e pertencimento.

E o que significa isso? É muito mais fácil a gente colocar a menopausa na caixinha de loucura: "Olhe, vá lá, tome um remedinho! Você está esquecida. Você está louca. Você está irritada. Você está com vulnerabilidade. Olhe, talvez esses sintomas que você está sentindo sejam só ansiedade. Talvez o risco cardiovascular passou longe. As dores que você está sentindo... Você está muito poliqueixosa. Não é melhor você ir ao psiquiatra?". Mas não se avalia uma osteoporose. Até quando uma terapia hormonal vai ser de alienação sobre o nosso entendimento?

Nós não fomos educadas sobre isso. A gente nunca teve essa conversa. A menopausa nunca veio para nós como uma adolescência e uma menstruação: "Olhe, usa esse absorvente. Olhe, vai ser assim. Use uma saia mais comprida. Menina, cruze a perna! Não faça assim, porque agora você está criando um corpo de mulher e pode ser desejada por um homem mais maduro". E a menopausa simplesmente chega num dia e nunca ninguém nos avisou sobre ela. Mas a gente avisa como? "Você está louca."

E aí eu pergunto para vocês: o que é desenhar o futuro quando a gente está nesta sala? Quem desenha esse futuro?

Vocês podem colocar a minha apresentação, por gentileza?

Então, eu pergunto para vocês sobre isto: quem vai desenhar esse futuro? Somos nós? Porque a gente precisa dar voz às mulheres e trazer a ciência em perspectiva de inovação.

Nós temos... Aliás, esta é a semana mais importante do nosso calendário feminino. É a semana mundial da menopausa. Dia 18 de outubro é o Dia Mundial da Menopausa, assim como a Senadora brilhantemente colocou. E, nessa sexta-feira, após 22 anos, vai ser lançado o primeiro documentário sobre essa referência de negligenciação da medicina, do olhar de acolhimento e de normativas para esse tipo de vínculo, porque, gente, todas vamos passar pela menopausa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É 100% certo que ela chega para todas as mulheres. Não somos todas que teremos câncer de mama, câncer de ovário, doenças cardiovasculares, mas a menopausa chega para todas. E nós aprendemos como lidar com isso? Nunca fomos educadas.

Então, eu quero trazer para vocês, primeiro, uma conscientização do que é o grande desafio da menopausa hoje, que é a saúde mental. Vou entrar com vocês em alguns poucos dados que já foram brilhantemente colocados pela Adriana e, através disso, abrir para vocês as inovações que estamos trazendo. E apoio, sim, porque temos situações e tratamentos para a unidade de saúde pública, mas as inovações também precisam surgir para que possam chegar até nós em toda a sua validação.

Pode passar por aqui? (*Pausa.*)

Eu peço que esse vídeo seja assistido com muito entendimento, porque faz parte de uma história, e eu preciso passar esse conceito para vocês de que menopausa não é só um momento de fogachos e ressecamento íntimo. Ela mexe na expectativa de uma mulher, porque uma mulher com uma menopausa não assistida tem risco de suicídio. De 48 a 54 anos, em 2023, não foi falado, em nenhum momento, que as mulheres cometeram suicídio no seu recorde pelos sintomas da menopausa. E a gente vai ficar olhando para isso até quando em silêncio?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. FABIANE BERTA – Tem o áudio, por gentileza? (*Pausa.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. FABIANE BERTA – Esta é a nossa realidade: há 22 anos somos tratadas como loucas, com medicações sem assistencialidade, porque há 22 anos foi tirado o nosso direito de escolha sobre a terapia hormonal e o entendimento sobre isso, e a menopausa molda as expectativas.

Esta apresentação vai ser dividida em duas etapas. Eu vou trazer para vocês os dados, dividir com os meus colegas e trazer para vocês as inovações que nós temos hoje em pesquisa.

São grandes referências em revistas, é a *The Lancet* falando, trazendo claro o modelo de empoderamento sobre a menopausa. Acabei de chegar de Chicago, onde, da parte da linha americana, a The Menopause Society trouxe também essa mesma discussão. Então, nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje numa semana em que não é o Brasil que está se posicionando; em Chicago, a Nams se posicionou, e também nesta semana começa, a partir de quinta-feira, o Mundial da Menopausa, na Austrália, onde nós estamos pela primeira vez com a nossa inovação em terapia hormonal em palco, apresentando o Brasil para o mundo.

E aí, o que acontece? A gente tem 1 bilhão de mulheres afetadas pela menopausa a cada ano. E as estratégias inclusivas e de apoio, quais são? Eu acho que, respondendo a muitas dessas perguntas, a primeira coisa que se precisa fazer é uma reforma: carece de uma reforma de entendimento sobre a menopausa, para que se abra a possibilidade de dar voz às mulheres, além de profissionais treinados, acolhimento pelo nosso sistema público de saúde e, principalmente, governantes que possam nos acolher em normativas e peçam o pertencimento que nos favorece.

E qual é o impacto econômico disso? Se você pega uma mulher com 45+ e você faz uma menopausa preventiva de uso de uma terapia hormonal eficiente, ou às vezes não hormonal, mas que possa trazer benefícios para aquele terreno biológico, qual é o impacto que nós temos dessas mulheres no futuro? Será que as idas aos psiquiatras, aos cardiologistas, aos médicos de assistência com várias doenças que a menopausa nos propõe... Será que o impacto não seria menor numa prevenção de menopausa? Quanto a gente não reduziria no gasto público?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FABIANE BERTA – Posso?

As diferentes menopausas. Qual é a crítica? Se a gente faz a medicalização – porque nunca foram ouvidas essas mulheres, tem essa deficiência hormonal e as mulheres acabam se automedicando em excesso com antidepressivos, com um, dois antidepressivos, para dores, para as fibromialgias... –, é solucionado o problema? Vocês são mulheres, nós somos. É tratado? É apenas controle de danos.

Esse é o resumo do que chegará para todas; é sem exceção, é para todas nós. Mais de 70% têm sintomas vasomotores, lembrando que, em 2023, a The Menopause Society trouxe para nós uma evidência bombástica: fogachos e suores noturnos, pessoal, são sinais preditivos de Alzheimer. Vocês sabiam disso? Então...

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem muito a linha de esquecimento, a gente tem muito a linha de *brain fog* e a gente tem muito a linha da falta do entendimento, porque o estudo da WHI que nos trouxe algumas informações sobre a terapia hormonal nos privou do direito de escolha, porque foi usada de uma forma equivocada a combinação hormonal em um núcleo de pacientes que não tinham rastreio adequado para esse entendimento. E aí o que acontece é dramático: menos de 50% das mulheres, que já usavam terapia hormonal... Quer dizer, caiu em desuso.

Um detalhe, pessoal – um detalhe –: somos 30 mil ginecologistas no país, e menos de 20% prescrevem terapia hormonal; são 8 mil endocrinologistas no Brasil, e menos de 14% prescrevem terapia hormonal. Mas é mais fácil prescrever um Venvanse para acordar, um Patz para dormir, um Ozempic para emagrecer. Olhar o terreno biológico dessa mulher em pertencimento é mais difícil ainda.

E por que a eficácia da terapia hormonal foi silenciada? Porque a gente nunca foi educado. Eu fiz Santa Casa de São Paulo, participo de grandes universidades em pesquisa hoje e eu não fui educada sobre os dois terços da vida de uma mulher que é menopausa. Então, a gente sai também como médicos sem entendimento, a gente não sabe. A gente aprende com as nossas dores, olhando as nossas mães, as nossas amigas, as nossas pacientes, que cometem ideações suicidas, com dores, e a gente fala: "O que a gente vai fazer? Onde a gente aprende?".

A educação precisa ser na base, porque foi um legado prejudicial esse WHI para nós, que ainda não teve retorno. E já está mostrando o nosso *Women's Health* mundial, precisamos avançar em terapias hormonais. Após o 8 de março deste ano, Dia Internacional da Mulher, o *Women's Health* publica mundialmente que não dá mais para viver nas normativas engessadas, achando que terapia hormonal dá câncer. Já está amplamente discutida a qualidade do hormônio que hoje se usa na proteção, prevenção e predição da saúde de uma mulher.

E as taxas de suicídio, sete vezes mais! Quantas mulheres chegam para você e falam: "Não estou mais aguentando viver no meu corpo, eu não estou me sentindo eu mesma. Doutora, o que é ser feliz? Eu queria saber o que é ser feliz, porque eu queria viver no corpo de uma outra mulher, porque eu não sei qual é a perspectiva quando eu acordo"?

Vocês são homens, vocês têm mulheres, esposas, mães. Como é a menopausa delas? Se elas têm fogachos, chamem uma médica para cuidar, elas podem ter Alzheimer, e isso nunca foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assistido. The Menopause Society coloca para nós esse pertencimento desde 2023, está aqui estudado. Suores que a gente achava que são normais, aqueles calorões... Não, gente! É precoce de Alzheimer, não dá para tomar mais chazinho de amora.

E as negras têm uma predominância do hormônio estrogênio muito maior pela sua genética. Então, elas vivem embebidas no hormônio estrogênico, que é o nosso regulador mestre, a vida inteira, neuroimunoendócrino, e, quando entram na sua deficiência hormonal no sentido de reprodução, sofrem muito mais com a demência e o Alzheimer, doenças cardiovasculares e dores. Esse é um estudo Swan apresentado recentemente em Chicago, que eu trouxe para vocês em primeira mão. Piores padrões de sono estão associados ao pior desempenho cognitivo, particularmente em mulheres negras.

E o que as mulheres dizem? Eu paro por aqui essa apresentação e eu volto depois com as inovações. O que as mulheres dizem? Muitas mulheres querem tratamento e querem ser cuidadas pelo sintoma da menopausa.

O déficit de informação sobre a menopausa é disponível ao público. Quantas vezes a gente vai ao médico e o médico fala: "Não, espere que vai passar, espere que vai passar. Olhe, o hormônio dá câncer, viu? Cuidado, você pode ter pelo, você pode ter o engrossamento de voz". Que tipo de terapia hormonal é essa? Que tipo? Esse é o tipo de terapia hormonal que a gente busca? A gente busca equilíbrio do bem-estar feminino. Temos que 91% das mulheres não sentiram que tinham informação suficiente; 36% não se sentiram confortáveis em conversar com um profissional de saúde, porque é doída a menopausa, a gente se sente sozinha.

Neste momento, eu vou esperar a Adriana terminar de conversar com o Petecão, porque vou jogar a peteca aqui para ela, eu vou jogar para ela a peteca.

O que acontece? Eu trouxe para vocês... Eu acabei de chegar de Chicago, no americano de menopausa, e também se está falando a mesma coisa no mundial desta semana. E eu trago para ela a primeira pergunta – e eu quero que você passe também a bola para os nossos meninos –: como é fazer uma terapia hormonal verdadeiramente que traz o acolhimento dos seus sintomas? Como era o antes e como você está agora? E o que você pode agregar para nós mulheres até a gente entrar nas inovações?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA FERREIRA (Para expor.) – Eu quero dizer, em primeiro momento, que os nossos amigos vão vir compor a mesa. Então, vocês vão falar com presteza e clareza para todas nós.

Mas vamos lá.

Eu sou uma mulher hoje de 58 anos. Aos 47 anos, eu sofri a menopausa cirúrgica – que é a retirada do útero, por anemia e uma série de outras questões, que eram literalmente alterações hormonais – e nunca me foi passada uma terapia hormonal.

Eu comecei a fazer terapia hormonal por estudo e por necessidade, por ver minha vida se esvaindo num ralo literalmente, com hormônios que eles chamam de transdérmicos, que é um adesivo que você cola na sua pele. Depois, passei a usar o gel.

Eu achava que tinha tido uma melhora, diante da quantidade de sintomas que eu tinha. Eu vivia internada, vivia em médico, com dores articulares e com labilidade de humor. Porque, assim, vocês não imaginam o que é você rir e chorar ao mesmo tempo. É a mesma coisa de você sentir frio e calor. E aí você vai até um médico, o médico simplesmente fala com você assim: Isso é normal. Faz parte do envelhecimento. Pode se acostumar com isso. Como assim?

Então, quando eu comecei a fazer essa reposição através de gel e transdérmico, eu senti uma pequena melhora. Mas os fogachos, gente! É inquestionável o quanto eles atrapalham a nossa vida. E aí, quando eu conheci a questão dos implantes hormonais... Isso aqui não é fazendo propaganda não, estou falando da minha vida, da qualidade de vida que eu tenho hoje...

Eu conheci a Dra. Fabiane Berta e ela me deu esses implantes, porque eles têm um preço um tanto quanto... Não é baixo, não é para todas nós. É por isso que estamos aqui pedindo para que seja incluído hoje no sistema SUS, para que as mulheres possam ter acesso.

Hoje, a labilidade de humor que eu tinha não existe mais. Hoje eu tenho equilíbrio. Hoje eu fiquei livre de fluoxetina, sertralina, alprazolam, escitalopram, citalopram... Esses eram só os ansiolíticos por que passei. O zolpidem muitos de vocês devem conhecer! Porque eles achavam que tudo era, literalmente, ansiedade. Eu vivia engordando, emagrecendo, vivia com dores articulares... E os médicos falaram comigo: Você tem cotovelo de tenista! Ah, não, você está é com fibromialgia! Não, você está com osteomielite na coluna!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espera aí, como assim? Mais de dois anos procurando um médico especializado e agora, literalmente, fazendo uso dos implantes hormonais, eu corro simplesmente 10km, dia sim, dia não. E queria ver qual mulher nessa faixa etária consegue fazer isso? Lógico, as que praticam atividade física, sim.

Eu gostaria de saber, hoje, qual de vocês, agora é uma pergunta, e vou transferir a pergunta que me foi feita, só para que todos que estejam aqui entendam a importância do que estamos falando. Qual de vocês aqui gostariam de se ver livres dos sintomas da menopausa? Levantem a mão, por favor.

Muito obrigada.

A SRA. FABIANE BERTA – E quantas de vocês fazem terapia hormonal ou foram acolhidas pela dor da menopausa? Levanta a mão. Quantas?

Você foi acolhida porque você é minha paciente, meu amor.

Olha lá, jogou a peteca.

Agora virei sua amiga, Senador.

Mas quantas aqui fazem terapia hormonal?

Uma?

E quantas foram acolhidas pelos médicos que atenderam vocês e propuseram essa possibilidade?

Quantas?

Duas.

E por que você ainda não começou, minha amiga?

Medo? Receio?

É por isso que a gente está aqui, para trazer para vocês esse acolhimento.

E não falo só como médica, mas como mulher também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria passar, por gentileza...

Diogo Viana, você podia, por gentileza, amigo, nos pontuar os benefícios da terapia hormonal e, principalmente, as relações entre os transdérmicos e os *pellets*, por gentileza?

Ele vai entrar aqui na mesa conosco?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – A nossa querida Adriana pediu que eu convidasse os dois doutores para que fizessem parte da mesa e depois eu irei facultar a palavra aos senhores, está bom?

Viu, Adriana? (*Palmas.*)

Dr. Diogo e Dr. Ronaldo Barros, fiquem à vontade.

É um prazer tê-los aqui.

A nossa querida Adriana me passou as informações. São duas autoridades do tema que nós estamos discutindo aqui.

Nós não poderíamos jamais deixar de convidá-los para fazer parte desta grande audiência, e sem a permissão da Senadora Teresa Leitão. Foi orientação aqui, Senadora, das colegas. A senhora está vendo o nível deste debate aqui. São pessoas altamente preparadas. Estou muito feliz de ter tido a oportunidade de presidir esta audiência.

Então, depois, eles falam. Pode ser?

A SRA. FABIANE BERTA – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Então, a senhora conclua, por favor.

A SRA. FABIANE BERTA – Eu acabo concluindo porque há uma informação que a gente precisa trazer para a resolução do que a gente precisa. Então, por isso, eu passei a palavra para ele porque ele vai saber explicar com uma qualidade muito maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Então, vamos ouvir o doutor porque é continuidade da fala dela. Vamos ouvi-lo, e, no final, o senhor já não entra mais. (*Risos.*)

O SR. DIOGO VIANA – É importante a gente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É porque nós temos outros convidados que têm hora marcada – entendeu? – para participar da nossa audiência. Então, eu estou tentando cumprir aqui o máximo. A minha assessoria está a todo tempo me perturbando.

Mas vamos lá, doutor.

O SR. DIOGO VIANA (Para expor.) – Obrigado, Senador. Obrigado pela palavra.

Meninas, eu, apesar de homem, trato de mulheres, eu sou pai, eu sou filho e eu sou marido. Então, a gente sabe o sofrimento disso para mulheres como vocês, e é muito importante a gente estar discutindo isso hoje.

Como a Dra. Fabiane falou, menopausa não é só fogacho, não é só perda de memória, não é só isso; são complicações relacionadas à saúde. E são esses fatores relacionados à saúde que eu sempre digo e insisto: o tempo importa, o tempo importa muito na saúde das mulheres. Por que o tempo importa? Porque o estradiol tem um papel fundamental na saúde das mulheres – fundamental. A falta do estradiol... O estradiol tem um papel de defesa celular. Quando a mulher começa a perder a produção do estradiol, ela tem lesões em quatro órgãos que são muito importantes: osso, músculo, cérebro e coração. As complicações são: infarto, sarcopenia, que é a perda de massa muscular, osteoporose e complicações relacionadas à demência.

Repor o estradiol não é só melhorar a qualidade de vida da mulher, repor o estradiol com qualidade é diminuir custo. O custo de internação para o sistema público de saúde, quando a gente fala de doença cardiovascular em mulheres, é que mulheres, depois da menopausa, morrem mais de infarto do que homens; mulheres internam mais por conta de fratura – e a fratura aumenta a mortalidade –; a perda de massa muscular é um fator preditivo isolado de maior mortalidade e tempo de internação. Adequar a reposição hormonal não é só uma questão de sintomas, adequar a reposição hormonal é uma situação de prevenção de danos graves à saúde e de redução de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

custos do sistema público de saúde e do sistema privado também. A gente está falando de diminuição de internação hospitalar, de diminuição de cirurgias, de diminuição de mortalidade.

Quando a gente fala nessa qualidade da reposição hormonal, hoje a gente precisa debater o básico. No SUS, a mulher não tem nem condição de receber o tratamento transdérmico simples, e a gente precisa falar do tratamento que é o ideal. No sistema público de saúde britânico, NHS, lá no Reino Unido, todas as mulheres recebem o tratamento ideal, que é o tratamento via implante – eu estou falando do sistema público de saúde –, é acesso a todas as mulheres à reposição com estradiol via *pellets*, mesmo sendo *compounds*, manipulados, porque a importação lá também é difícil de ser feita. Os hospitais-escolas, principalmente o Chelsea – esqueci o nome do outro hospital –, são vinculados ao NHS e propiciam a todas as mulheres o implante. Por quê? Porque faz diferença na qualidade da reposição, na assertividade desse nivelamento.

Como a Adriana falou, as mulheres que fazem a reposição hormonal dizem para a gente a mesma coisa: repor o estradiol melhora os sintomas e a morbidade. A gente consegue adequar a dose, mas nem todas as mulheres vão se adequar às vias convencionais; nem todas as mulheres vão se beneficiar em relação à terapia transdérmica. Todas vão se beneficiar quando não houver a interposição da pele.

O primeiro sintoma de todas as mulheres, quando elas entram na menopausa, é que a pele fica mais seca e diminui a absorção do gel. Como eu posso garantir a utilização de um gel em uma pele que está mais seca, ressecada, com cabelo ressecado? A via vaginal tem ação tópica. A via oral não é uma via tão recomendada, apesar de assertiva; mesmo baixa, a incidência de trombose existe na via oral, não na via transdérmica, não na via implante.

Então, quando a gente busca a assertividade relacionada à menopausa, a gente busca a resolução de queixas clínicas, mas o mais importante de tudo é adequar o tratamento de uma forma equânime. Toda mulher precisa ter acesso ao melhor tratamento. O melhor tratamento é o tratamento que diminua a mortalidade e aumente a prevenção de doenças, que não só arrefeça os sintomas.

A palavra da Adriana é muito clara em relação a isso. Quando ela começou com o gel transdérmico, melhorou, mas não houve supressão dos fogachos; houve diminuição da amplitude dos fogachos, mas não houve melhora de 100% no humor ou na vitalidade. Hoje, ela tem muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais vitalidade e capacidade de continuar a produção. Com certeza, nos últimos dez anos, a internação hospitalar da Adriana foi nenhuma.

Agora, imaginem uma mulher na mesma idade que a Adriana, de 58 anos, que não foi submetida a isso; há incidência de osteoporose, há incidência de fratura, há incidência de infarto. O quanto de custo para o sistema público de saúde isso pode ter? Os valores são assustadores, e isso não se remete só ao SUS, isso se remete à rede privada também.

Agora, olhem como o sistema acaba sendo cruel com vocês, mulheres. Homem não sofre de menopausa. Eu sou homem e eu sei disso, homem não sofre de menopausa; se sofresse, iria ter hospital de menopausa. A gente não tem isso de forma adequada para as mulheres, exatamente por conta da sociedade em que nós vivemos, que é uma sociedade que não dá importância ao que precisa ser importante.

A saúde da mulher precisa ser olhada de uma forma fundamental. Sessenta por cento dos lares hoje têm a mulher como chefe de família – arrimo financeiro. Como a gente vai fazer com que essa mulher consiga trabalhar, se ela não consegue dormir, porque ela tem um fogacho, se ela tem perda de memória, se ela está internada? Como a gente consegue fazer com que essa mulher continue produzindo? Ela não vai conseguir se aposentar tão cedo; com 45, 50 anos, ela já tem sintomas. É uma sequência de fatores muito graves aos quais a gente precisa prestar atenção de forma racional e de forma real.

Hoje, eu trato 100% mulheres e eu vejo, todos os dias da minha vida, mulheres que passaram da janela de oportunidade de segurança para fazer, em que eu, como médico, não tenho mais o poder de mudar o curso de uma doença, eu tenho o poder de tratar as complicações relacionadas à menopausa.

E mesmo a mulher que me procura no sistema privado não tem acesso 100% a isso. Mesmo essa mulher tem uma fratura e morre pela fratura; mesmo essa mulher tem uma osteoporose ou tem uma sarcopenia, perda de massa muscular, desenvolve uma infecção do trato urinário, por conta de ressecamento vaginal, e morre de sepse urinária na terapia intensiva.

Então, a gente está falando de problemas que são muito importantes para a gente discutir em nível nacional. Nosso país é um país de dimensões continentais. O Reino Unido é um país

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infinitamente menor do que o nosso. Por que no Reino Unido a gente consegue fazer isso e aqui a gente não consegue fazer? É isso que a gente precisa discutir. Toda mulher brasileira precisa ter acesso a um tratamento de qualidade.

Infelizmente – são dados americanos esses –, 90% dos ginecologistas saem, na Universidade de Stanford, capacitados a fazer obstetrícia – julgamento pessoal. Essa é uma pesquisa feita com mais de 120 ex-residentes de ginecologia de Stanford. E 88% não se julgam capazes de tratar uma mulher na menopausa – 88% de médicos formados em Stanford. O problema vem de base, o problema vem de informação.

A gente precisa estruturar, e não pode ser só um problema que o ginecologista ou endocrinologista precisa tratar. O reconhecimento da osteoporose e o da menopausa precisam ser feitos por todos os médicos. Todo médico precisa saber iniciar e, depois, recomendar ao ginecologista. Mas ele precisa saber identificar, não subestimar diagnóstico, não dizer que é uma fase e que vai passar; e ter no SUS opções terapêuticas que possam diminuir a intensidade dos sintomas e prever doenças graves que aumentam o custo de internação hospitalar.

Então, hoje, no mundo inteiro – e o Reino Unido é um exemplo de cuidado com as mulheres –, há todo um sistema público de saúde voltado para o tratamento da mulher pela via transdérmica, mas também há... Porque nem toda mulher, quer pela via transdérmica, quer pela via oral, vai ter capacidade de ter os sintomas resolvidos, e o implante hormonal, em relação ao qual a gente vê hoje um massacre na mídia, pelo mau uso dos implantes, não é invenção de brasileiro. Nos Estados Unidos e no Reino Unido, isso é muito bem-feito, mesmo com os manipulados. Por quê? Dados reais.

A gente tinha um implante de estradiol que era fabricado pela Organon. A Organon simplesmente tirou o implante do mercado. A própria União processa a Organon em relação a isso, porque não houve um substituto. Não há um substituto para uma terapia hormonal numa mulher, o que já existiu. Vocês mulheres poderiam estar recebendo um implante hormonal, com qualidade, feito pela indústria farmacêutica, mas, por interesse da própria indústria, eles pararam de fazer. E aí vocês mulheres ficam sem; e nós médicos, sem opções terapêuticas.

Esse mesmo caminho aconteceu no Reino Unido – o Reino Unido seguiu o mesmo caminho e o mesmo propósito. A indústria farmacêutica perdeu o interesse e parou de comercializar, e eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

começaram a lutar, como nós estamos lutando por vocês, para fazer com que todas tenham acesso a uma via de utilização de um implante hormonal que suprima os sintomas clínicos de forma definitiva, que tenha segurança terapêutica.

É o mesmo hormônio que é usado pela via transdérmica – o mesmo hormônio. Ele só é uma via de dispensação contínua, que eu não preciso passar pela pele, que é feito sob uma microincisão no subcutâneo, não é invenção de brasileiro e não é uma novidade.

Então, hoje, o que a gente precisa trazer é o primeiro passo, e o primeiro passo é trazer a terapia hormonal na menopausa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIOGO VIANA – ... para o SUS. O segundo passo é melhorar a qualidade dessa reposição hormonal para todas as mulheres.

Obrigado, pessoal. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Nós iremos fazer aqui uma inversão. Vamos ouvir a Maria Socorro Medeiros de Morais, que é Médica Ginecologista e idealizadora do Fórum Permanente de Defesa das Mulheres Idosas.

Maria Socorro, por favor.

A SRA. MARIA SOCORRO MEDEIROS DE MORAIS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Boa tarde.

A SRA. MARIA SOCORRO MEDEIROS DE MORAIS (*Por videoconferência.*) – Eu gostaria de saudar o Presidente desta sessão, o Senador Sérgio Petecão, na pessoa de quem eu saúdo as demais autoridades, Parlamentares.

Quero saudar a Dra. Fabiane Berta, minha colega, na pessoa de quem eu saúdo todos os outros colegas médicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente eu gostaria de parabenizar o Senador Mecias de Jesus pela iniciativa, bem como a Senadora Teresa Leitão, aqui próxima a mim, de Pernambuco – eu sou natalense –, pela iniciativa de um projeto de tanta relevância social.

Eu sou Socorro Morais, para quem não me conhece. Eu fui a primeira Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, em 2017, e, desde então, eu criei, dentro da secretaria, um grupo de trabalho chamado "50+", exatamente para a gente começar a discutir, como já foi colocado exaustivamente pelos meus colegas médicos, a importância de a gente verdadeiramente unificar o tratamento da menopausa, do climatério, da transição para a menopausa.

Aqui é só mais para lembrar o que é climatério. Não é a mesma coisa que a menopausa. A vida das mulheres se divide em duas fases: o período reprodutivo e o não reprodutivo. Entre os dois, nós temos o climatério, que é o período no qual se iniciam as primeiras alterações no ciclo menstrual, até a parada definitiva da menstruação; quando esse período é superior a 12 meses, exatamente se estabelece a menopausa. Então, o ciclo menstrual é o grande marcador de tudo isso.

Conforme esse eslaide, eu apresentei agora no Congresso Brasileiro de Nutrologia mostrando que o Brasil não tem verdadeiramente políticas públicas de enfrentamento ao envelhecimento feminino.

Como diz a pesquisadora Ana Amélia Camarano, as mulheres, quando findam seu ciclo reprodutivo, morrem para as políticas públicas, tal qual o salmão, que, ao parar de se reproduzir, morre. A Dra. Ana Amélia Camarano é economista e demógrafa do Ipea.

Finalmente, a gente vê uma luz no fim do túnel. Nós temos esse Projeto de Lei 3.933, de alta relevância social. Quero agradecer aqui a toda a equipe da Senadora Teresa Leitão. Eu fiz um contato no início da semana... Em especial, a Erika rapidamente providenciou buscar incluir na pauta da CAS a audiência pública, que é aguardada desde maio.

A qualidade de vida, conforme já foi colocado, é fundamental. O Brasil hoje tem em torno de 33 milhões de pessoas 60+, e, desse universo, 56% são mulheres. Nós estamos vivendo mais do que os homens, a expectativa média de vida das mulheres no Brasil, em 2024, é em torno de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

81 anos; dos homens, de 74 anos. Nós vivemos cerca de sete anos mais que os homens, mas as estimativas, ainda de 2014... É como a Dra. Fabiane colocou: nós carecemos de dados, parece que esse assunto verdadeiramente não interessa. O que nós temos são estimativas ainda de 2014 que previam que, em 2024, teríamos entre 29 e 30 milhões de mulheres no climatério, o que corresponde a 28% da população feminina, que, conforme já foi dito, somos 52% da população brasileira, 110 milhões de mulheres.

Então, nós não estamos falando de duas, de três, de dez mulheres. Nós estamos falando de 30 milhões de mulheres que estão no climatério, na janela de oportunidade para a gente fazer intervenções e melhorar a qualidade desse envelhecimento.

Conforme esse estudo de base populacional feito pelo pessoal da USP de São Paulo, publicado agora em 2022, a menopausa brasileira está-se antecipando em torno de três anos. As primeiras alterações, que antes eram aos 48 anos, agora estão acontecendo aos 46 anos, e a parada definitiva da menstruação, aos 48 anos. Então, as mulheres brasileiras passarão pelo menos metade de suas vidas no climatério e na pós-menopausa, sendo que 82% das brasileiras têm sintomatologia climatérica que compromete a sua qualidade de vida e pode durar de 3 a 10, a 15, a 17 anos, em média, mas apenas 20% buscam assistência à saúde e apenas 8% seguem com o tratamento, devido ao alto custo, mesmo os hormônios transdérmicos. Nem se fala na questão dos implantes, que realmente são medicação de alto custo, mas os hormônios mesmo, as formulações transdérmicas são de alto custo.

Mas a menopausa tem um impacto no mercado, conforme já foi colocado pela Dra. Fabiane. A menopausa no trabalho é assunto urgente, matéria de capa da *Forbes* de julho de 2023, porque as mulheres estão atravessando a menopausa na vida produtiva e isso está impactando o mercado. Segundo a mesma revista, nós temos uma perda anual de US$150 bilhões, o que equivale a R$764 bilhões, e 20% das mulheres consideram sair ou saem do seu emprego devido aos sintomas da menopausa.

Tudo isso já era previsto lá em 1996, com esse trabalho publicado, por esse pesquisador americano, da demografia da menopausa. Segundo ele, até 2030, a população mundial de mulheres na menopausa e na pós-menopausa deverá aumentar para 1,2 bilhão, com 47 milhões de novas participantes a cada ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os países desenvolvidos já têm um consenso recomendando adequações dos espaços de trabalho para as mulheres na transição e na pós-menopausa, porque nós estamos envelhecendo dentro dos cenários de trabalho, dentro das empresas. Então, o que mais compromete a qualidade de vida dessas mulheres? Primeiro, o estilo de vida. Os sintomas relacionados à deficiência hormonal, conforme o doutor que me antecedeu falou, o hipoestrogenismo, a deficiência dos estrógenos em geral, compromete a qualidade de vida das mulheres. A terapêutica hormonal é padrão ouro para melhorar a qualidade de vida dessas mulheres. Nós não podemos continuar com esses indicadores que nós temos aí.

Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, nós temos 62% das mulheres brasileiras, quase 7 milhões, com hipertensão. Temos 35% com problemas crônicos de coluna, temos quase 22% com diabetes. Quando nós olhamos para a depressão e se nós olharmos também para as outras doenças mentais, nós temos aí 22%. Isso é dado, gente. A gente não pode ignorar isso. Pelo menos 35% das mulheres têm três ou mais comorbidades. Então, a qualidade do envelhecimento feminino precisa ser melhorada, nós precisamos adicionar qualidade à vida dessas mulheres.

E, se nós formos olhar para a obesidade – e sabemos que, na transição para a menopausa, as mulheres aumentam de peso, de verdade, por causa das deficiências hormonais –, nós temos aí 27% com IMC acima de 30. E a obesidade e os resultados do envelhecimento irão quebrar todos os sistemas de saúde do mundo e os sistemas de previdência. Não sou eu que estou dizendo isso. Lá em 2017, o *The Economist* já disse isso, foi matéria de capa do *The Guardian*.

Então, creio até que as nossas sociedades de especialidades avançaram. Nós temos duas boas diretrizes: o Consenso Brasileiro, da Sociedade Brasileira do Climatério, saiu agora, em julho de 2024; temos também a Diretriz Brasileira sobre a Saúde Cardiovascular, feita em parceria da Febrasgo com a Sociedade Brasileira de Cardiologia.

Terapia hormonal é padrão ouro para melhorar a qualidade de vida, não há mais dúvida em relação a isso, então nós precisamos verdadeiramente – eu já estou caminhando para o final. As mudanças no estilo de vida, o acolhimento dessas mulheres e a terapia hormonal no climatério são determinantes para a qualidade do envelhecimento feminino. A menopausa não é mais uma pausa; as mulheres seguem ativas, trabalhando, gerando riquezas, sustentando suas famílias e precisam estar aptas para isso – 56% dos lares brasileiros são sustentados por mulheres 50 mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A menopausa não é uma doença, mas é uma fase ativa da mulher, que requer cuidados interdisciplinares e políticas intersetoriais. O grande desafio é a qualificação dos profissionais e a garantia do acesso e continuidade do tratamento. Que seja uma lei, como disse até a Senadora Teresa Leitão, que alcance todas as brasileiras de forma universal e inclusiva.

E, por fim, eu gostaria de dizer que não importa a idade que nós temos, o importante é adicionar vida aos anos para, em qualquer idade, estarmos mentalmente afiadas, fisicamente aptas e financeiramente seguras. Nesse Brasil de muitos brasis, esse é um desafio para as políticas públicas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Agradecemos a participação da Dra. Maria Socorro. (*Pausa.*)

Passamos a palavra agora a Josilene Lúcia dos Santos, que é Coordenadora-Geral de Saúde Integral das Mulheres do Ministério das Mulheres.

Por favor, Josilene.

A SRA. JOSILENE LÚCIA DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Sim, muito bem.

A SRA. JOSILENE LÚCIA DOS SANTOS (*Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas e a todos.

Como ele já informou, sou Josilene Santos. Estou à frente da Coordenação-Geral de Saúde Integral da Mulher, que compõe a Secretaria Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política do Ministério das Mulheres e, aqui nesta audiência, representando a Ministra Cida Gonçalves.

Agradeço o convite, em nome da Ministra, e digo que é um enorme prazer para a gente estar representando essa Ministra de Estado nesta audiência, uma Ministra que compreende que a mulher tem que ser vista na sua diversidade, na sua pluralidade; tem que ser enxergada na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidade onde ela vive, no campo, na floresta, nas águas; em todos os territórios e em sua pluralidade. E essa mulher precisa de políticas que reconheçam as suas especificidades.

Para a gente poder estar aqui neste debate e contribuir com o debate desse projeto... Se não me engano, é o Projeto de Lei 3.933, de 2023, de autoria do Senador Mecias, que dispõe sobre essa questão do tratamento do climatério e da menopausa. Nós já estamos passando por este momento, e muitas vezes a gente nem reconhece que o problema seria esse. As mulheres, quando chegam a este momento, já pensam que estão com problema de coração, que estão com problema vascular e não entendem de onde vêm esses problemas e que há urgência de que essa política chegue até a atenção básica, em todos os setores, em todos os municípios e estados, para que essas mulheres tenham tratamento e para que possa ser revertida a situação hoje das mulheres que entram no climatério e na menopausa.

E ainda tem uma questão muito complicada, que é a questão da discriminação, do preconceito, porque, quando essas mulheres se queixam dos problemas que têm, servem de piada: "Ah, tu tá na menopausa!". E há muitas questões que não são tratadas como problemas sérios de saúde e como um problema de saúde pública.

A gente ouviu muitos dados. Cada um traz dados de uma fonte. E, a cada dado que chega até a gente, a gente percebe que a situação está cada vez mais alarmante. A própria Sociedade Norte-Americana de Menopausa diz que, para agora, para 2025, mais de 1 bilhão de mulheres viverão esse momento em suas vidas no mundo todo, o que equivale a cerca de 12% da população mundial. No Brasil, essa estimativa, pelo IBGE, revela que o país tem algo aproximado a 30 milhões de mulheres vivendo em climatério e menopausa. Olhem a urgência dessa política para que se resolva essa questão e esse problema de saúde pública, que atinge cerca de 7,9% da população feminina do país, atualmente estimada em 52%.

Prezados e prezadas, muito foi falado aqui sobre o projeto, que dispõe sobre a questão do tratamento pelo Sistema Único de Saúde e a criação dessa semana de conscientização para mulheres na menopausa ou em climatério. Para a gente, esse é um ato que consideramos de extrema relevância para garantir a preservação do direito das mulheres e a atenção integral à sua saúde, como foi brilhantemente e com muita propriedade tratado aqui pelos que me antecederam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço permissão para parabenizar o movimento – deixe-me ver aqui – Menopausa Feliz, pela mobilização, pela articulação por políticas para o tratamento da menopausa. Sem essa mobilização da sociedade civil, sem a mobilização dos usuários do Sistema Único de Saúde, a gente não conquista políticas. É isso.

Eu acredito que a Associação Menopausa Feliz sabe que tem muita luta ainda pela frente, mesmo que a causa esteja sendo abraçada pelo Parlamento. É importantíssimo que o Parlamento abrace essa causa, porque é no Parlamento que se faz a lei, mas, para que ela seja implementada, é preciso uma mobilização muito grande, porque é lá no município, lá na secretaria de saúde que é implementada a política, e ela precisa chegar até às mulheres via atenção básica.

No mais, a gente quer dizer que uma das missões do Ministério das Mulheres e da nossa coordenação é mobilizar essas políticas, mobilizar os ministérios intersetorialmente, para que essas políticas cheguem até as mulheres. Essa é uma pauta do Ministério das Mulheres, é uma pauta da nossa coordenação. Inclusive, a nossa secretária esteve na audiência que teve, eu acredito que em 2023, sobre a menopausa, mobilizada pela Associação Menopausa Feliz. A gente já conhecia algumas das causas do movimento, já sabia que a política estava sendo mobilizada pela sociedade civil e por quem vive o problema, por quem vive a necessidade de que a Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher seja verdadeiramente efetivada no país, para que a mulher tenha a garantia dos seus direitos. E nós estamos nessa mobilização. Neste ano, a Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher completa 20 anos, e nós estamos numa mobilização para que a gente tenha um diagnóstico de como essa política está, de como os programas e ações dessa política chegam até as mulheres, para que a mulher chegue ao seu estado de bem-estar social e tenha a garantia dos seus direitos.

Portanto, o Ministério das Mulheres se coloca à disposição da luta para que a gente continue na articulação e na mobilização interministerial e intersetorial para que essa política efetivamente saia do papel e chegue até as mulheres brasileiras.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Agradeço à Josilene pela sua participação e já passo a palavra aqui à Renata Souza Reis, que é Coordenadora-Geral de Atenção à Saúde das Mulheres do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RENATA SOUZA REIS (Para expor.) – Boa tarde, Senador. Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. Boa tarde, mulheres.

É um prazer estar aqui, agradeço o convite. Muito honrada em estar aqui representando o Ministério da Saúde.

Eu sou a Renata Reis, ginecologista e obstetra; coincidentemente, fiz residência na Santa Casa de São Paulo; e estou na Coordenação-Geral de Saúde das Mulheres há cinco, seis meses.

Eu gostaria de começar relembrando que climatério e menopausa são eventos fisiológicos na vida das mulheres. Esse é um processo por que todas nós passaremos, ou já estamos passando, ou já passamos. E, como todo processo fisiológico por que nós mulheres passamos, ele sofre os impactos socioculturais estruturantes da sociedade brasileira, cujas raízes são permeadas pelo machismo, pela misoginia, pelo patriarcado e pela tendência de patologização dos nossos processos. Então, meu anseio é que um dia a gente consiga reformular inclusive a definição da menopausa e do climatério para além de funções reprodutivas, porque os movimentos de mulheres, há muitas décadas, vêm lutando inclusive para que nós possamos ter reconhecidos os nossos outros papeis, os nossos outros desejos para além da função reprodutora que nos é atribuída quase como missão e sina.

O Brasil, inclusive, é signatário de tratados internacionais, e esse direito também é previsto na Constituição brasileira: nós temos o direito de escolher a nossa vida reprodutiva, escolher se queremos ser mães, quando queremos ser mães, em que momento das nossas vidas, quantas vezes e com que intervalo.

Quando se fala da carência de políticas públicas, eu preciso recordar a existência da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres, que nasceu como um programa na década de 80 e virou política em 2004. Então, neste ano, nós completamos 20 anos de política, uma política que nasceu no seio dos movimentos sociais de mulheres e das lutas das mulheres para que elas fossem vistas na sua integralidade para além do ciclo gravídico-puerperal, considerando os adoecimentos crônicos, os cânceres mais prevalentes, a sua saúde mental e a necessidade de populações específicas em situação de vulnerabilidade, como campo, floresta, água, mulheres negras, população LGBTQIAPN+ e todas as outras que possam caber nas nossas limitadas definições convencionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu fico pensando também no quanto é necessário a gente procurar significados e sentidos para o processo de envelhecimento e que esse envelhecimento não sofra as pressões externas de produtividade e *performance* estética e no quanto nós não somos muitas vezes reconhecidas quando saímos dos pesadíssimos e cruéis padrões estéticos e de funcionalidade muito definidos a partir de um paradigma masculino inclusive. A verdade é que nós temos outra forma de operar, de funcionar, outra fisiologia que nos rege. E isso, sim, pode e deve ser respeitado.

Então, quando eu penso no envelhecimento das mulheres e em como cuidar das mulheres que estão atravessando o climatério – o climatério é o período da mulher em que ocorre a menopausa, a última menstruação, e em que ela não deixa de ser útil porque não mais pode engravidar –, eu estou querendo construir a saúde dessa mulher a vida inteira.

Qual é a condição de alimentação que essas mulheres têm? Qual é o acesso à comida de verdade, sem veneno, sem agrotóxicos? Qual é a condição que ela tem de se alimentar com comida que não tem um monte de aditivos químicos e que virou produto por causa desses aditivos químicos, deixando de ser comida?

Qual é a condição de transporte que essa mulher tem para sair rapidamente de sua casa, chegar rapidamente ao seu trabalho e sobrar tempo para fazer atividade física regular a vida inteira, e não só quando, de repente, bateu à porta o climatério e as consequências, os possíveis adoecimentos decorrentes do climatério?

Qual é a condição que a gente está dando para essa mulher de acolher as questões de saúde mental, que também são atravessadas pelas questões de gênero, pela sobrecarga, pela dupla, tripla, quádrupla jornada, pela distribuição desigual de papéis na sociedade, em que as mulheres assumem funções – muitas! – que não são exclusivas nossas e que não são devidamente compartilhadas e corresponsabilizadas por homens, por parceiros, dentro das relações predominantemente hétero e cis?

Muitas vezes, o climatério revela um acúmulo de sobrecargas e injustiças que as mulheres vivem ao longo de suas vidas, e não serão hormônios isolados que vão tratar todos os sintomas do climatério. Aliás, o único sintoma que é exclusivamente atribuído ao climatério e à menopausa são as ondas de calor. Em todos os outros, há contextos multifatoriais na sua causalidade:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

distúrbios do sono, depressão, ansiedade, declínio cognitivo. Tem uma série de fatores associados, e a gente não pode encontrar, no processo fisiológico do climatério e na parada fisiológica dos ciclos menstruais, um único culpado, um único responsável.

Quando eu escuto que as mulheres não são ouvidas nas consultas, fico perguntando: onde foi que nós profissionais de saúde nos perdemos? E não me refiro aqui exclusivamente à categoria médica, porque, no Sistema Único de Saúde e nos muitos brasis que nos compõem, as mulheres são atendidas por enfermeiras, por psicólogas, por terapeutas ocupacionais, por nutricionistas. Em que pese o desmonte que vivemos num parêntese perverso da nossa história, a Estratégia de Saúde da Família tem sido retomada, as equipes multiprofissionais têm sido novamente financiadas pelo Governo Federal e tem crescido Brasil afora essa disponibilidade de oferta para as mulheres no Brasil.

Então, é pressuposto ético essencial dos profissionais de saúde o acolhimento, a escuta qualificada das queixas, dos sinais e sintomas, o adequado exame físico, a solicitação de exames a partir desse conjunto – anamnese, exame físico, escuta – e a prescrição conforme as necessidades e as indicações, de acordo com o que preconiza a ciência, com o que é validado pelas normativas sanitárias do nosso país e por estudos clínicos nacionalmente e internacionalmente reconhecidos.

Assim, como é pressuposto ético... É ilegal, inclusive, isto: não se faz política pública a partir de experiências individuais, de estudos de caso. Não é assim que a gente pode atuar; não é da nossa competência ferir o que está previsto na lei que funda o Sistema Único de Saúde e, inclusive, nos nossos códigos de ética profissionais, que nos dizem que a gente deve pautar a nossa prática clínica em sólidas evidências científicas. E, de novo, estudos de caso, relatos de caso, estudos com número limitado de pessoas ou estudos que estão em fases iniciais não são ensaios clínicos randomizados e não são metanálises. A medicina baseada em evidências se faz ao longo dos anos e com o acúmulo de muitos estudos, de muitos ensaios clínicos randomizados e muitas metanálises, que visam limpar as análises estatísticas de possíveis vieses e de fato reconhecer aquelas intervenções que são seguras e eficazes para determinada condição. Aqui a gente está se referindo, obviamente, aos sintomas relacionados à perimenopausa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente fala de mortalidade de mulheres, a gente precisa olhar os dados oficiais. Uma das coisas que o Sistema Único de Saúde tem que é excelente é a vigilância, então a gente sabe as principais causas de mortalidade no nosso país; a gente acompanha como os bebês nascem; a gente acompanha agravos de notificação compulsória; e a gente sabe que as mulheres em idade fértil têm, como principais causas de óbito, as doenças crônicas não transmissíveis, as neoplasias e as causas externas – acidentes e violências, especialmente. A gente precisa olhar dado com base nos dados, não com base nas experiências...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RENATA SOUZA REIS – ... individuais de cada um e de cada uma aqui. É assim que a gente constrói uma política pública com responsabilidade e cumprindo a Lei 8.080, que institui o Sistema Único de Saúde, esse grandíssimo processo civilizatório – estou entendendo, Senador, que eu posso me esticar um pouquinho, porque todo mundo se esticou –, esse grande benefício, esse grande processo civilizatório brasileiro chamado Sistema Único de Saúde, cuja responsabilidade pelo avanço, pelo crescimento, pela consolidação é de todas e todos nós.

Eu queria falar um pouco – deixe-me só achar o meu arquivo aqui – de como estão essas ações mais recentes no Ministério da Saúde para contemplar esse período da vida das mulheres em que, sim, é comum que existam sintomas, que devem, sim, ser manejados de maneira adequada. Há indicações muito precisas para a terapia hormonal, especialmente quando os sintomas não respondem a medidas outras, tanto medicamentosas quanto de mudança de estilo de vida e comportamentais.

A gente tem um Proadi de saúde integral das mulheres, com um hospital de excelência. E, neste momento, ou já deve ter acabado o evento, está sendo lançado um curso EaD – eu não pude participar lá, porque estou aqui – sobre saúde integral das mulheres para profissionais da APS, um curso que contempla esse ciclo de vida como um todo, desde questões iniciais, vamos colocar assim, de desenvolvimento puberal, da própria menarca, de questões da sexualidade, a questões ginecológicas e, por óbvio, passando pelas questões do climatério, da menopausa e da pós-menopausa e como isso é conduzido. Esse Proadi também prevê oficinas *in loco* para profissionais da Atenção Primária à Saúde, porque a gente sabe que o ensino mediado por tecnologia nem sempre tem a eficiência e a adesão que o olho no olho nos dá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além das oficinas, a gente está atualizando materiais. Então, também no âmbito desse Proadi, há um manual de saúde das mulheres. E, num outro instrumento que a gente tem com o Instituto Fernandes Figueira, a gente começou – não deve ter um mês ainda – um levantamento de práticas exitosas, no território brasileiro, na atenção primária à saúde, de cuidar das mulheres em climatério. A ideia é que a gente faça uma amostra *online*, algum dispositivo, ou um *site*, ou um *e-book* – a gente ainda está avaliando –, para que isso seja como um cardápio de ofertas para unidades básicas de saúde, equipes de saúde da família e até mesmo para atenção especializada, onde assim couber, de práticas exitosas para cuidar das mulheres que estão atravessando o climatério e estão envelhecendo.

E envelhecer é bom, gente! Envelhecer é a nossa alternativa a morrer. Então, ou a gente morre ou a gente envelhece. Fica esse convite, essa convocação para agradecermos também pelo processo de envelhecimento e, sim, continuarmos na requisição justa, no pleito essencial de que esse envelhecimento receba o suporte adequado do cuidado à saúde.

E aí, nesse levantamento de práticas exitosas, a gente ia fazer o caminho acadêmico convencional, mas fomos provocadas a inverter e gostamos da provocação. Esse levantamento de práticas exitosas de cuidado que já estão acontecendo nos territórios, já acontecem – a gente tem notícia, a gente está na interlocução com os territórios o tempo inteiro –, de hortas comunitárias, de uso de fitoterapia, de uso de práticas integrativas e complementares, de mulheres que, inclusive, conseguem cessar o uso de benzodiazepínicos a partir do uso de fitoterapia local, de cozinha, de receitas que são compartilhadas e de novas formas de se alimentar, de práticas de atividade física coletivas. Isso já está acontecendo, esse cuidado já está acontecendo no Sistema Único de Saúde.

A gente quer saber mais e fazer esse compilado como uma amostra e, a partir dessa amostra, desse compilado, o manual do climatério vai ser atualizado e um novo curso especificamente direcionado para o climatério para profissionais da APS, um curso também em formato EaD e autoinstrucional, vai ser disponibilizado, acredito que para o segundo semestre de 2025.

Acho que eu me excedi um pouco, mas consegui cumprir o que eu havia previsto. Gostaria de reforçar o nosso desejo e a nossa disponibilidade de colaboração, de diálogo e reiterar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compromisso ético e legal do Ministério da Saúde de fazer política pública com base em princípios éticos e no que a ciência, a melhor ciência, e as normativas sanitárias do nosso país preconizam.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu agradeço aqui à nossa querida Renata.

Nós temos horário regimental e, para vocês terem uma ideia, estava sendo transmitido para todo o Brasil e já não está mais por conta da Ordem do Dia do Plenário.

Consulto a Senadora Teresa Leitão, que está nos acompanhando desde o começo da nossa audiência, se gostaria de fazer uso da palavra, para que a gente pudesse...

Todos os nossos participantes... A Dra. Fátima gostaria de fazer uso da palavra; a Adriana também, mas infelizmente... Temos ali o Dr. Ronaldo, que não teve oportunidade de falar.

Vou ver aqui se a Senadora...

Senadora Teresa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Oi, Senador. Eu já estou em trânsito, viu? Tive que entrar pelo celular, porque eu tinha uma reunião às 4h.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ela já está no avião, gente. Pelo amor de Deus!

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu estou saindo para esta reunião, mas estou aberta, estou aqui no celular.

Quero parabenizar todas as exposições.

Acho que a gente tem, de fato, um conteúdo muito importante para trabalhar.

Vou entrar no carro, mas vou ficar com o celular aberto. Sei que a gente já ultrapassou o limite regimental, mas quero terminar agradecendo ao Senador pela condução e parabenizando todas as intervenções, todos os que se fizeram presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Chegou aqui uma notícia triste para encerrar, mas, Ronaldo, você gostaria de fazer uma consideração? Dois segundos ou dois minutos?

Dois minutos. Vai, Ronaldo.

O SR. RONALDO BARROS (Para expor.) – Boa tarde.

Sou Ronaldo Barros.

E aí a pergunta que foi feita pelo internauta: E essa equipe multidisciplinar?

Sou urologista, médico que cuida de homem, mas entendo que, quando nós, homens, entramos no universo feminino, quando saímos da *matre*, saímos da mãe, ou nos casamos, quer seja um casal cis ou homo, obrigatoriamente a gente passa a viver de vocês. Se acaso eu estiver com um humor ruim, a rotina da casa vai continuar. Se os filhos estiverem em um dia ruim, a rotina da casa vai continuar. Se as esposas estiverem em um dia ruim, a rotina da casa muda. Vocês são referência.

E aí não tem como...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RONALDO BARROS – Como?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Nada, não.

O SR. RONALDO BARROS – Concordando ou discordando?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Nada, não.

O SR. RONALDO BARROS – E aí o que acontece?

Em relação à questão da terapia, quero deixar muito claro que a terapia não vai ser a solução, mas é necessário diferenciar o que é fisiologia do que é senescência e senilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Envelhecer faz parte. Envelhecer com saúde faz-se necessário.

A questão da terapia hormonal passa a ser uma dessas vias. E, a partir do momento em que, justamente, a norma operacional básica do SUS nos orienta que deve ser o SUS a nossa referência, a gente tem que introduzir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO BARROS – ... porque, por exemplo, quando, numa perspectiva de cuidar da paciente – estão ali 58 segundos – no climatério, a gente também vai considerar a associação de outras terapias não convencionais. O ensaio clínico randomizado, sempre controlado na ponta da medicina baseada em evidência, onde está? Isso também vai se relacionar.

Então, são coisas a que a gente precisa ficar atento, para que a gente não tenha uma comunicação violenta. E não devemos ser excludentes sobre tudo o que é possível, mas, quando eu tenho uma publicação, de 2021, com 1,2 milhão de participantes, 839 mil mulheres, em que foi utilizado o pellets, em que a taxa de complicações relacionada ao desfecho secundário – câncer de endométrio, câncer de ovário, infarto, AVC e componentes de osteoporose – foi 20% menor em comparação – e eu estou falando de dados estatísticos...

Quando a Dra. Maria Socorro apresenta que, no Brasil, a nossa taxa de risco de infarto nas mulheres climatéricas é em torno de 13% – estava na sétima linha daquele gráfico que ela apresentou, no oitavo dispositivo –, quando a gente vai utilizar essa questão da terapia hormonal, isso cai para 0,003%, com significância estatística de p menor que 0,5. Ou seja, isso precisa também ser considerado como uma opção. Cuidar da saúde das mulheres é cuidar da saúde do país.

Quando a Relatora, que tem, lá em Pernambuco, uma publicação da Universidade Estadual de Pernambuco, com 52% de mulheres que estão no climatério padecendo de dor...

No estado do Senador Petecão, lá no Acre – que tem a 22ª expectativa de vida, que é a melhor do Nordeste, do Norte, mas é a 22ª –, a expectativa de vida das mulheres, lá no estado do Senador, é oito anos menor do que a do Brasil, agora, na projeção de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cuidar da saúde da mulher é muito mais do que só a gente considerar que repor hormônio está melhorando *performance*, está melhorando estética. Não; está melhorando qualidade de vida, principalmente da parte cognitiva.

Eu tenho formação teológica e tenho formação psicanalítica. A gente não considerava pensar em uma criança ou adolescente com ideação suicida no ano 2000. No entanto, a gente sabe que agora, em 2020, a preocupação com a ideação suicida – homens e mulheres – faz parte. Quando a gente vai cuidar disso? Minha mãe já é falecida por câncer de mama, mas tem as outras mães dos meus pacientes. E, quando o paciente vem para mim, ele fala assim: "Doutor, eu quero cuidar da minha saúde". Eu digo: "Sim, mas você faz parte de um universo, e o universo faz parte: a sua esposa, seus filhos, ou seus filhos e sua prole ou seu parceiro ou parceira".

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO BARROS – Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Muito bem, Ronaldo. (*Fora do microfone.*)

Obrigado pela sua participação.

Agradeço a participação de todos.

Eu confesso a vocês que faz muito tempo... Eu já estou aqui no meu segundo mandato como Senador, e fazia tempo que eu não via um debate tão importante assim, não só para as mulheres, mas para todo o país. E eu até pediria à nossa assessoria que a gente tivesse a oportunidade de reprisar esta audiência através da nossa TV Senado para que as pessoas pudessem conhecer essas pessoas que estão preocupadas e se colocando à disposição.

Ele falou do meu estado. Vocês imaginem, com esse grau de desinformação, esse grau de preocupação... Imaginem no Acre como é isso, naquelas comunidades isoladas. As pessoas não têm essas informações.

Então, eu quero agradecer, assim, de coração a presença de todos os nossos convidados: da Dra. Fabiane, da Adriana... Eu fiquei fã dela. A mulher domina esse microfone. Eu perguntei se ela já trabalhou em alguma televisão, e ela disse: "Não, não. Eu só cuido de mulher". Eu disse: "Tá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legal". À Renata, obrigado; e aos nossos dois convidados que estavam ali – como ela já os conhece, sabe da importância do trabalho de vocês, nós os convidamos, e foi muito legal vocês estarem aqui junto com a gente, está bom?

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

Sem vocês não teria esta reunião, é lógico, não é? Esses doutores aqui falaram, mas, se não tivesse essa plateia maravilhosa, não teria acontecido a reunião. Obrigado pela participação de vocês também. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e quarenta minutos do dia trinta de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Leila Barros, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Fernando Dueire, Flávio Arns, Paulo Paim, Nelsinho Trad, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Romário, Laércio Oliveira, Dr. Hiran, Damares Alves e Astronauta Marcos Pontes, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Beto Faro, Zequinha Marinho, Marcos do Val e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Jussara Lima, Ana Paula Lobato, Eduardo Girão e Wilder Morais. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4312, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, para dispor sobre o exame nacional de proficiência no uso e ensino da Língua Brasileira de Sinais e na tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2434, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2018) - Não Terminativo -** que: "Estabelece diretrizes para a Política de Atenção Integral à Pessoa com Doença de Parkinson no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e altera a Lei nº 14.606, de 20 de junho de 2023." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei n° 2434, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2018), ressalvados os art. 1º, 2º, 3º e 4º, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei n° 2434, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2018), ressalvados os art. 1º, 2º, 3º e 4º, com a Emenda nº 1-CAS (de redação). **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5090, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Torna obrigatória a realização de exame clínico destinado a identificar a Fibrodisplasia Ossificante Progressiva (FOP) nos recém-nascidos na triagem neonatal das redes pública e privada de saúde, com cobertura do Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a apresentação do Requerimento nº 100, de 2024-CAS, de urgência para a matéria, ao Plenário do Senado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 350, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o Governo Federal deverá definir metas progressiva erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades socioeconômicas, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 3-CAE a 7-CAE. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3967, de 2024 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Carlos Ribeiro Justiniano Chagas no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 287, de 2024 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Controle e Avaliação da Qualidade da Assistência à Saúde prestada pela Iniciativa Privada, e altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Flávio Dino (PSB/MA). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4968, de 2020 (Substitutivo da Câmara dos Deputados) - Não Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Contrário ao art. 1º do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4968, de 2020, com o reestabelecimento do art. 1º do Projeto de Lei nº 4968, de 2020, e favorável aos art. 2º e 3º do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4968, de 2020. **Resultado:** Aprovado Parecer contrário ao art. 1º do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4968, de 2020, com o reestabelecimento do art. 1º do Projeto de Lei nº 4968, de 2020, e favorável aos art. 2º e 3º do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4968, de 2020. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2205, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer que os gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deverão ser entregues pelos contratados com prazo restante de validade superior à metade do período entre sua data de fabricação e sua data final de validade." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2816, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera os artigos 1° e 4° da Lei n° 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para adicionar o profissional zootecnista no que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PL/PA). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (substitutivo), com uma subemenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE-CAS (substitutivo), com a Subemenda nº 1-CAS. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 4553, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui o Selo de Engenharia ou Arquitetura Solidária, destinado às empresas e aos profissionais de engenharia, arquitetura ou ramo da construção civil que executarem ou financiarem projetos para atendimento de comunidades carentes, de mutuários e de proprietários de imóveis, nos termos que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 3946, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para permitir a aplicação de metas vinculadas ao desempenho de ações em prevenção de acidentes como critério ou condição para fixação dos direitos relativos à participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 5078, de 2023 - Terminativo -** que: "Acrescenta o inciso XIII no art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir ao empregado se ausentar de seu posto de trabalho, sem prejuízo de seu salário, para o acompanhamento de cônjuge ou companheira, quando do diagnóstico e na fase do tratamento do câncer de mama, nos dias de sessões de quimioterapia, radioterapia ou hormonioterapia, devidamente comprovado." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 91, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 447/2016, que "dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de operador de telemarketing ou teleatendimento e institui o piso salarial nacional para operador de telemarketing ou teleatendimento"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 98, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a reforma tributária e seus impactos para a saúde." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 96, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar o relatório do Grupo de Trabalhos Interministerial (GTI-Cuidados), responsável pelo encaminhamento da Política Nacional de Cuidados." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 97, de 2024** que: "Requer, nos termos do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir questões essenciais à Radiologia e à saúde no Brasil." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 99, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Exma. Sra. Nísia Verônica Trindade, Ministra de Estado da Saúde, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as ações, os desafios, as metas, o planejamento e as diretrizes governamentais da Pasta." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 100, de 2024** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 5090/2020, que "torna obrigatória a realização de exame clínico destinado a identificar a Fibrodisplasia Ossificante Progressiva (FOP) nos recém-nascidos na triagem neonatal das redes pública e privada de saúde, com cobertura do Sistema Único de Saúde (SUS)"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/30

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas. Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes.

Ofício Circular nº 7455732, do Tribunal Federal da 4ª Região, que encaminha a ata e documentos de reunião realizada pela entidade sobre os custos das tecnologias em saúde e acessibilidade a tratamentos médicos no SUS e na Saúde Suplementar, com o propósito de debater desafios, dificuldades, medidas propositivas e boas práticas para tornar viável e acessível ao SUS e às operadoras de planos de saúde a incorporação de novas tecnologias em saúde.

Cópia do Ofício nº 1.344, de 2024, da 2ª Vara de Família da Comarca de Boa Vista, Roraima, que dispõe sobre crescente crise na assistência médica daquele estado, em especial quanto ao aumento da população estrangeira que utiliza as redes de atendimento do sistema de saúde.

Cópia do Ofício nº 2.900, de 2024, do Ministério da Saúde, que encaminha moção relativa à criação de uma política nacional de atenção à saúde das pessoas em situação de violência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cópia de correspondência da Associação dos Ex-Internos do Educandário Alzira Bley, relativa à regulamentação da 14.736, de 2023, que modifica o valor da pensão especial concedida às pessoas com hanseníase, submetidas compulsoriamente a isolamento ou à internação, e concede o benefício aos seus filhos.

Cópia do Ofício nº 166, de 2024, da Câmara Municipal de Jundiaí, São Paulo, que encaminha moção relativa a cancelamentos unilaterais de planos de saúde.

Os expedientes se encontram à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação das Senadoras e dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião se destina à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão. A reunião contará com a possibilidade de as Senadoras e os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, nas deliberações nominais como nas matérias terminativas.

Informo que os itens 4, 8 e 11, Projetos de lei 350, de 2021, 2.205, de 2024, e 3.946, de 2019, foram retirados de pauta a pedido dos respectivos Relatores.

Vamos dar início à nossa pauta. (*Pausa.*)

Nós temos aqui na reunião de hoje três projetos que são terminativos: o primeiro é da relatoria da Senadora Teresa Leitão, que altera a Lei 10.436, para dispor sobre o exame nacional de proficiência no uso e ensino da Língua Brasileira de Sinais e na tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais; o outro item é o item 5 da pauta, que é relatado por mim e que inscreve o nome de Carlos Ribeiro Justiniano Chagas, o Carlos Chagas, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria – de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes, com a nossa relatoria –; e o item 9, que é relatado também pela Senadora Teresa Leitão, de autoria do Senador Zequinha Marinho e altera os arts. 1º e 4º da Lei 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para adicionar o profissional zootecnista no que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A sugestão aqui da Secretaria da Mesa era que nós pudéssemos fazer a discussão e votação em bloco desses projetos. Então, eu queria pedir à Senadora Zenaide que assumisse aqui a Presidência para que nós possamos fazer a discussão e a leitura dos respectivos relatórios desses três projetos terminativos.

Todos concordam com esse encaminhamento? (*Pausa.*)

Então, vamos seguir.

Senadora Zenaide, com a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Bom dia.

Já chamo aqui? (*Pausa.*)

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4312, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, para dispor sobre o exame nacional de proficiência no uso e ensino da Língua Brasileira de Sinais e na tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto.

2- A matéria consta da pauta desde a reunião de 07/08/2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação é nominal.

Concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão para a leitura do relatório.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Obrigada, Sra. Presidenta.

Vou passar logo à análise, com sua autorização, destacando que também não houve nenhuma emenda recebida.

Análise.

Conforme disposto no art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS manifestar-se sobre matérias pertinentes a condições para o exercício de profissões e assuntos correlatos. Tratando-se de análise em caráter terminativo, cumpre a este Colegiado examinar também a constitucionalidade e a juridicidade da matéria.

Sob a perspectiva da constitucionalidade, não vemos impedimentos à sua aprovação. Ao contrário, consideramos que a proposição concorre para a construção de uma sociedade mais livre, justa e solidária, favorecendo a inclusão das pessoas com deficiência usuárias de libras.

Quanto à juridicidade, é pertinente mencionar que a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, conhecida como Lei de Libras, determina ao poder público que garanta formas institucionalizadas de apoiar o uso e a difusão dessa forma de comunicação. Conforme disposto nessa lei, os sistemas educacionais federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal devem incluir a libras no currículo dos cursos de formação de educação especial, de fonoaudiologia e de magistério, em seus níveis médio e superior. Além disso, o Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, determinou a inclusão da libras como disciplina optativa nos demais cursos de nível superior e na educação profissional. Em caráter transitório, por dez anos, o referido decreto admitia que, na falta de docente com título de pós-graduação ou de graduação em Letras-Libras, essa disciplina poderia ser ministrada por professores ou por professores ouvintes de libras com nível superior ou ainda por instrutores com nível médio, desde que esses profissionais obtivessem certificação mediante aprovação em exame promovido pelo MEC e por instituições de educação superior por ele credenciadas para essa finalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito, oferecemos as seguintes considerações.

Atualmente, a falta de professores e intérpretes habilitados em libras persiste, apesar das normas vigentes. Isso nos traz o risco de que pessoas não habilitadas ou precariamente habilitadas exerçam a função de ensino e interpretação da libras, cumprindo formalmente a exigência legal, mas resultando em uma barreira decorrente da má comunicação.

Somente a certificação garante que pessoas realmente habilitadas exerçam essas importantes funções para a inclusão dos usuários de libras. Os profissionais bem formados em cursos específicos de graduação ou pós-graduação certamente obterão a certificação, enquanto os voluntários sem curso formal de libras, mas que tenham aprendido fluentemente essa língua no curso de suas vidas poderão, com o certificado, suprir de modo seguro a falta de profissionais habilitados. Meritória, portanto, a proposição.

Suprida, no âmbito da CDH, a falta de previsão de impacto orçamentário e financeiro, não vemos óbices à aprovação da matéria.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.312, de 2019.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, de novo, nós estamos diante de uma matéria que divide o segmento. Ontem, nós tivemos um debate na Comissão de Educação de uma outra matéria. A comunidade surda é dividida com relação a essa matéria.

Eu só vou manifestar a posição de um segmento, mas não vou pedir vista. Eu ia pedir vista, Teresa, mas não vou, porque eu creio que dá para, na Câmara, fazer as adaptações necessárias. Mas há uma preocupação, inclusive de um segmento de intérpretes. Por exemplo, em regiões muito distantes, como vai ser o exame? Nós já temos pessoas lá, em regiões distantes, que fizeram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o curso de Libras há muito tempo, e como vai ser esse exame? Eles vão passar nesse exame? Eles terão condições de passar, uma vez que não têm condições de acesso a curso, de mais capacitação, cursos de atualização? Então, há essa preocupação.

E nós estamos com muito poucos intérpretes de libras no Brasil, Zenaide. Eu falei ontem: na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no último vestibular, só 15 entraram. Nós estamos tendo escassez dessa mão de obra. A gente quer gerar muito emprego, quer que mais pessoas venham para esse mercado, para essa atividade.

Mas eu não vou pedir vista; eu vou deixar a matéria continuar. O relatório da Teresa está muito bom, e o segmento que tem dúvidas – me parece que o MEC também tinha certa dúvida sobre o exame – que discuta isso lá na Câmara depois. Eu posso ajudar na discussão lá, mas eu precisava fazer essa manifestação de um segmento, o.k.?

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

A nossa Relatora Teresa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Eu agradeço à Senadora Damares a compreensão. Ontem, tivemos, sim, um debate na Comissão de Educação sobre outro projeto, mas que envolve também a linguagem de libras, como é considerada a Língua Brasileira de Sinais. Só destaco que esse projeto tramita desde 2019; eu acho que houve algumas alterações no que diz respeito a esses exames de proficiência.

A gente vai debater daqui a pouco. Segundo... Ontem, o Senador, me esqueço, um médico, falou sobre o exame de proficiência para o curso de Medicina. Imaginem que a gente tem, de fato, uma preocupação com o nível de qualidade dos profissionais – e é este caso, Libras é do curso de Letras – que estão saindo; e tem muitos cursos, sejam informais, cursos atualizados ou autorizados, mas que não estão vinculados à formação acadêmica.

A preocupação da Senadora é muito pertinente, porque temos outro setor que tem outra forma de comunicação entre surdos, mas que também tem sua vida contemplada em algumas medidas, em alguns aspectos educacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agradeço à Senadora por não pedir vista, e a gente caminha, como estamos caminhando com este projeto desde 2019.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira... Não, não vou dizer isso, porque neste aqui é votação nominal, certo? Então, vou para o próximo item.

Só queria dizer aqui... (*Pausa.*)

Vou encerrar a discussão, e a votação vai ser feita posteriormente em bloco.

Quero dizer aqui para a comunidade surda do país que os dois projetos, Damares, têm algo importante: o Senado, o Congresso Nacional está realmente com o olhar dirigido para eles, seja na CAS, que tem o Humberto como Presidente, seja na Comissão de Educação. Isso é que é importante, porque eles estão sabendo que nós não somos omissos, não é, Astronauta? A gente está discutindo isso aí.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 3967, DE 2024

- Terminativo -

Inscreve o nome de Carlos Ribeiro Justiniano Chagas no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

A votação é nominal.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Eu peço a V. Exa. que me permita fazer minha leitura a partir da própria análise.

O projeto é de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes, o Projeto de Lei 3.967, de 2024, que inscreve o nome de Carlos Chagas no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Com fundamento no inciso IV do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão apreciar matérias correlatas à saúde. Segundo o disposto no inciso I dos arts. 49 e 91 também do normativo interno, foi confiada à CAS competência para decidir terminativamente sobre o mérito da matéria.

Em razão do caráter exclusivo, cabe ainda a este Colegiado pronunciar-se em relação à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade da matéria em debate.

Quanto à constitucionalidade, é concorrente com os estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre o tema, nos termos do inciso IX do art. 24 da Constituição Federal. É ainda legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 48, *caput*, da Carta Magna, haja vista não incidir reserva de iniciativa. Por fim, é adequada a veiculação da matéria por intermédio de lei ordinária federal, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou de outro veículo normativo para disciplinar o tema. Não vislumbramos ainda vícios de inconstitucionalidade material a apontar.

No que concerne à técnica legislativa, registre-se que o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar 95, de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

A inscrição de nomes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, depositado no panteão da liberdade e da democracia localizado em Brasília e construído em homenagem ao ex-Presidente Tancredo Neves, é regida pela Lei 11.597, de 29 de novembro de 2007. Segundo essa lei, são merecedores desta homenagem brasileiros e brasileiras que, individualmente ou em grupo, tenham oferecido a vida à pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo, desde que decorridos dez anos de sua morte ou presunção de morte, exceção feita aos brasileiros mortos ou presumidamente mortos em campo de batalha.

No mérito, entendemos, pois, que a matéria merece prosperar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carlos Justiniano Ribeiro Chagas nasceu no Município de Oliveira, Minas Gerais, em 9 de julho de 1879. Filho de Mariana Cândida Ribeiro de Castro Chagas e José Justiniano Chagas, era de família tradicional de proprietários de terras, dedicados à pecuária e ao cultivo de cana-de-açúcar e café.

Conviveu desde criança com seus tios maternos, Cícero, Olegário e Carlos, e este, que era médico formado no Rio de Janeiro e dono de uma casa de saúde em Oliveira, fez com que Chagas desde cedo manifestasse particular interesse pela medicina. Todavia, o desejo de sua mãe era outro: D. Mariana decidiu que seu filho deveria se tornar engenheiro, e, em 1895, Carlos Chagas ingressou no curso preparatório da Escola de Minas de Ouro Preto, tradicional centro de ensino superior.

No entanto, em 1896, após ser reprovado nos exames para a Escola de Minas, Carlos Chagas, com forte influência de seu tio, seguiu para São Paulo, a fim de obter os diplomas básicos exigidos para matrícula no curso médico.

No ano de 1897, aos 18 anos, matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, época na qual a então capital federal vivia dias de grande efervescência, em uma era de relevantes inovações tecnológicas.

Em sua vida acadêmica, dois grandes cientistas marcaram o seu curso: Miguel Couto, com quem aprendeu noções e práticas da clínica moderna, sobretudo o diagnóstico e o estudo clínico de doenças que compunham a nosologia brasileira, e Francisco Fajardo, que o colocou nos estudos das doenças tropicais, especialmente da malária.

Ingressou, em 1902, no recém-criado Instituto Soroterápico Federal, atual Fundação Oswaldo Cruz, e, sob a orientação de Oswaldo Cruz, desenvolveu sua tese sobre o ciclo evolutivo da malária na corrente sanguínea. Doutorou-se em 1903.

Em 1905, recebeu a missão de controlar a epidemia da doença que assolava o interior de São Paulo, sendo esta a primeira ação bem-sucedida contra a malária no Brasil. O resultado desse trabalho serviu como modelo para o combate efetivo da doença no mundo inteiro.

Dois anos depois, Carlos Chagas foi para o norte de Minas Gerais com a missão de combater a malária entre os trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil. Ali, permaneceu por dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos, e suas pesquisas o levaram a descobrir uma doença provocada por um protozoário até então desconhecido, que foi chamado de *Trypanosoma cruzi*, em homenagem a Oswaldo Cruz.

O protozoário foi encontrado no besouro conhecido como barbeiro, assim denominado por sugar o sangue do rosto. Pela primeira vez na história da medicina, um pesquisador descreveu todo o ciclo da doença, desde a identificação do agente etiológico até o detalhamento das manifestações clínicas da patologia, tornando Carlos Chagas mundialmente famoso.

Não cabe neste relatório toda a relevância deste mineiro que tanto contribuiu para a ciência médica e que colocou o Brasil em uma posição de destaque nas pesquisas em saúde, sobretudo no que se refere às doenças tropicais. Devemos, porém, reconhecer o quão tardiamente colocamos o seu nome no distinto livro que reúne brasileiras e brasileiros que muito honraram o nosso país.

Em reconhecimento aos seus excepcionais feitos, Carlos Chagas se tornou membro titular da Academia Nacional de Medicina e recebeu duas indicações honrosas ao Prêmio Nobel de Medicina.

O autor da proposta, em sua justificação, completa:

> "A inclusão de Carlos Ribeiro Justiniano Chagas no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria transcende a mera homenagem a um pioneiro da ciência médica; trata-se de um reconhecimento solene da importância de se buscar grandes realizações e da capacidade de materializar as mais ousadas aspirações. O exemplo de vida deste cientista brasileiro de incomensurável renome internacional serve como um farol de inspiração, por demonstrar que a coragem, aliada à inovação e à perseverança, alicerça o caminho para conquistas inauditas".

Diante de tudo o que representa para a comunidade científica mundial e por sua genialidade humana, Carlos Chagas dignificou e honrou o Brasil, as brasileiras e os brasileiros, o que justifica a inclusão de seu nome no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Por fim, além desta justa homenagem, o autor da proposta sugere alterar a ementa da Lei nº 11.597, de 2007, para que esta fique em conformidade com a alteração feita pela Lei nº. 13.433,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 12 de abril de 2017, a qual modificou o art. 1º da norma para incluir a palavra “Heroínas” no nome do Livro de Aço. Entendemos, pois, que esta sugestão corrige este lapso.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.967, de 2024.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Coloco a matéria em discussão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sra. Presidente?

Não. É o Marcos Pontes como autor e...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – É o Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Presidente.

Primeiro quero agradecer e parabenizar o nosso Relator pelo seu relatório. A leitura acho que é suficiente para descrever exatamente a importância desse cientista no Brasil e no mundo como um todo. Ele foi, naquela época, indicado duas vezes ao Prêmio Nobel, e ele não foi escolhido para o Prêmio Nobel por contestação dos pares.

É uma injustiça feita lá atrás que agora a gente corrige, embora tardiamente, a gente corrige essa injustiça. É importantíssimo que nós tenhamos o nome de Carlos Chagas entre os heróis da pátria e mais: é bom lembrar que ele vai ser o primeiro cientista de base a ser incluído nesse Livro dos Heróis da Pátria

Então, isso também ressalta a importância da ciência dentro da consideração dos nossos heróis aqui do Brasil e, no caso dele, do mundo como um todo.

Muito obrigado e espero que seja aprovada essa matéria.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Passo a palavra, agora, para o nosso colega Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Agradeço, Senadora Zenaide Maia.

Concordo inteiramente com o relatório apresentado, com a proposição, e quero parabenizar o Senador Marcos Pontes, assim como o Senador Humberto Costa, mas quero fazer uma observação, porque nós lá na Comissão de Educação e Cultura, que eu presido, por vezes, também aprovamos projetos para inscrição de nomes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, o que é muito bom para que a sociedade toda perceba que nós temos inúmeras pessoas que deram o melhor de si para o Brasil, para a Pátria, na saúde, na educação, em direitos humanos, em todas as áreas.

Na semana passada, eu tive a oportunidade de visitar a Praça dos Três Poderes de novo, de passear por lá, e fui visitar o Panteão da Pátria, onde está o Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. E, para minha surpresa, a última inscrição no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria remonta a 2018. Já faz seis anos – seis anos – que não é acrescentado um nome ao Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, no Panteão da Pátria, que fica na Praça dos Três Poderes. Eu, pessoalmente, considerei um absurdo isso, porque tantos visitantes, tantas pessoas que vêm a Brasília visitar, discutir, visitam, obviamente, a Praça dos Três Poderes, e o livro está desatualizado em seis anos – seis anos. Então, Carlos Chagas, como outras pessoas cujos nomes nós aprovamos aqui no Senado Federal, tem que... Na verdade, a gente tem que perguntar quem é o responsável por isso.

Além disso, eu fiquei abismado com o mau estado de conservação da Praça dos Três Poderes. Você tem a pedra lá, o *petit-pavê*, com muita pedra solta; às vezes, você tem um problema lá no *petit-pavê*, na calçada. Estão arrumando com cimento por cima, com cimento, em vez de reconstruir o próprio espaço da praça. Então, eu fiquei abismado com a falta de cuidado com o nosso patrimônio, porque tudo isso é patrimônio, não nosso, mas da humanidade, conforme a Unesco já deliberou.

Então, eu gostaria, sim, de fazer esse apelo para que esta Comissão, talvez, envie um ofício a quem de direito – porque eu não sei se é da União a responsabilidade ou se é do Distrito Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

–, para que as pessoas sejam chamadas à responsabilidade. E, ao mesmo tempo, nós vamos propor isso na Comissão de Educação e Cultura; e, com duas Comissões indagando o que está acontecendo... Porque nós estamos aprovando o Carlos Chagas. Quando o nome de Carlos Chagas, que tanto contribuiu para o Brasil, vai estar inscrito no Livro dos Heróis, que está atrasado em seis anos?

Então, é esta indagação que eu faço: nós temos que cobrar responsabilidades de quem tem o dever de cuidar da praça também.

Eu fico imaginando, com um monte de pedra solta, se tem uma manifestação, é fácil pegar uma pedra e jogar na pessoa.

Ah! Quebrou um determinado espaço, conserta-se com cimento. Eu digo: meu Deus do céu, com cimento? Nada contra cimento, mas é um patrimônio; está tombado, é patrimônio da humanidade. Tem que preservar, tem que conservar, porque isso dá dinheiro também. O pessoal vem aqui pelo turismo, gera emprego, gera renda, gera divisas e assim por diante.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Aproveito aqui para registrar a presença do nosso Deputado Federal Túlio Gadêlha.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 2816, DE 2023

- Terminativo -

Altera os artigos 1º e 4º da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para adicionar o profissional zootecnista no que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PL/PA)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (substitutivo), com uma subemenda que apresenta.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao projeto.

2- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Concedo aqui a palavra à nossa Senadora Teresa Leitão para a leitura do relatório.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Sra. Presidenta, peço para ir direto para a análise.

Nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre direito do trabalho, razão pela qual a disciplina do piso salarial em testilha enquadra-se dentro do âmbito normativo do mencionado ente federado.

Além disso, não se trata de matéria cuja iniciativa legislativa seja reservada ao Presidente da República, ao Procurador-Geral da República ou aos Tribunais Superiores, motivo pelo qual aos Parlamentares é franqueado, de acordo com o art. 48 da Carta da República, iniciar o processo legislativo sobre ela.

Não se exige, ainda, a aprovação de lei complementar para inserir o tema do PL nº 2.816, de 2023, no ordenamento jurídico nacional, motivo por que a lei ordinária é a roupagem adequada da proposição.

Por fim, os arts. 91, I, e 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, atribuem à CAS a prerrogativa de analisar terminativamente o PL nº 2.816, de 2023.

Inexistem, portanto, óbices formais à aprovação da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, consoante esposado no parecer da CAE, a proposição confere efetividade ao inciso V do art. 7º da Carta Magna, que assegura ao trabalhador a fixação de piso salarial proporcional à extensão e à complexidade de seu labor.

Não há dúvida da importância do profissional em testilha na melhoria da produção e da qualidade dos produtos e serviços de origem animal. É por meio de sua atuação que se garante a segurança alimentar do povo brasileiro, assim como o bem-estar dos animais.

Trata-se de atividade que anda de mãos dadas com o labor desempenhado por veterinários e agrônomos, não havendo motivo razoável para que os seus profissionais não sejam beneficiados pelo piso salarial previsto na Lei 4.950-A, de 1966. O projeto, como bem destacado no parecer proferido na CAE, corrige, também, injustificável disparidade salarial existente entre os zootecnistas, de um lado, e os agrônomos e veterinários, de outro lado. Enquanto a remuneração média dos primeiros gira em torno de R$3 mil, o piso salarial dos outros dois é de seis salários mínimos, o que totaliza R$8.472, consoante se verifica no parecer proferido pela CAE:

> A média salarial para um zootecnista no Brasil é de R$ 3.152. O valor situa-se significativamente abaixo do piso salarial previsto na Lei 4.950-A, de 1966, de seis salários mínimos, e que ora se busca garantir aos zootecnistas. A garantia do piso salarial vem reconhecer a contribuição destes profissionais para a economia brasileira, conferir melhores condições de trabalho à categoria, além de atrair e reter talentos.

A aprovação do PL 2.816, de 2023, portanto, é medida que se recomenda.

Quanto à Emenda nº 1, da CAE (substitutivo), não há impedimentos à sua aprovação por esta Comissão. Isso porque a emenda em foco apenas corrige a redação do projeto em exame, bem como insere nele cláusula de vigência imediata, ausente em sua versão original. É necessária, apenas, a elaboração de subemenda à referida emenda, para que as alterações realizadas pelo PL 2.816 no corpo da Lei 4.950-A constem no bojo do referido diploma legal.

Voto.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.816, de 2023, na forma da Emenda 1, da CAE (substitutivo), com a seguinte subemenda:

SUBEMENDA Nº - CAS À EMENDA Nº 1 – CAE (SUBSTITUTIVO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Insira-se o seguinte art. 2º no Projeto de Lei nº 2.816, de 2023, na forma da Emenda nº 1 – CAE (substitutivo), renumerando-se os atuais arts. 2º e 3º para arts. 3º e 4º, respectivamente:

Art. 2º. A ementa da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia, Veterinária e Zootecnia."

Esse é o voto, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o PL 4.312, de 2019, o PL 3.967, de 2024, e o PL 2.816, de 2023, nos termos dos relatórios apresentados.

A votação é nominal.

Iniciada a votação, gente.

Enquanto estamos votando, vamos aos requerimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Item 13

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 91, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 447/2016, que "dispõe sobre a regulamentação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do exercício da profissão de operador de telemarketing ou teleatendimento e institui o piso salarial nacional para operador de telemarketing ou teleatendimento".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim, para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Requerimento nº 91, de 2024.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PLS 447, de 2016, que "dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de operador de telemarketing ou teleatendimento e institui o piso salarial nacional para operador de telemarketing ou teleatendimento"

Esse é o requerimento.

Eu não precisaria ler aqui a justificativa.

Esse projeto chegou à Comissão de Direitos Humanos e lá foi aprovado, baseado na SUG 7/2015, e foi encaminhado pelo Sintratel.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 98, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a reforma tributária e seus impactos para a saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Passo a palavra à Senadora Teresa Leitão para a leitura do requerimento.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a reforma tributária e seus impactos para a saúde.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• o Sr. Fabio da Silva Gomes, Assessor de Nutrição e Atividade Física da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), e Organização Mundial da Saúde (OMS);

• o Sr. Roberto Gil, Diretor-Geral do Instituto Nacional de Câncer (Inca);

• a Sra. Luciana Vasconcelos Sardinha, Diretora Adjunta da Vital Strategies;

• a Sra. Lilian Rahal, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS);

• o Sr. Youssouf Abdel-Jelil, Representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil;

• o Sr. José Ângelo Divino, Professor e coordenador do Programa de Mestrado e Doutorado em Economia da Universidade Católica de Brasília (UCB) e representante da Anec - Associação Nacional de Educação Católica do Brasil;

• o Sr. Marcello Baird, Coordenador de advocacy da ACT Promoção da Saúde; e, finalmente,

• a Sra. Luiza Machado, Advogada e Mestra em Direito Tributário da UFMG, Coordenadora do Grupo de Pesquisa Tributação e Gênero da FGV/ Direito SP.

A justificativa, Sra. Presidenta.

A reforma tributária tem como objetivo a simplificação do sistema fiscal brasileiro e o seu foco é no consumo. Sabemos que a proposta impactará a vida dos brasileiros em diversos aspectos, dentre eles o aspecto social, o aspecto do meio ambiente e o aspecto da saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É de extrema importância discutir e observar tais aspectos visando melhorar a qualidade de vida da população, reduzir as externalidades negativas e garantir o acesso a direitos humanos fundamentais.

É possível também desestimular o consumo do tabaco, bebidas alcoólicas e alimentos ultraprocessados por meio do Imposto Seletivo, visando melhorar os indicadores de saúde, especialmente dos grupos mais vulneráveis da população. É necessário discutir e combater a questão da promoção da alimentação saudável e do combate à fome a partir da Cesta Básica Nacional de Alimentos, e por fim, pensar no perfil de consumo dos brasileiros e brasileiras com foco na saúde para se entender melhor o Imposto Seletivo nesses aspectos citados no requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 96, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar o relatório do Grupo de Trabalhos Interministerial (GTI-Cuidados), responsável pelo encaminhamento da Política Nacional de Cuidados.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Passo a palavra ao Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inciso II, do Regimento Interno, a realização de audiência pública com o objetivo de apresentar o relatório do Grupo de Trabalhos Interministerial, responsável pelo encaminhamento da Política Nacional de Cuidados.

Propomos para a audiência a presença das seguintes convidadas:

• Sra. Laís Wendel Abramo, Secretária Nacional de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;

• Sra. Rosane da Silva, Secretária Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados do Ministério das Mulheres.

Esse é o requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Temos aqui um requerimento extrapauta.

Eu quero consultar as Sras. e os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 99, de 2024, da CAS. (*Pausa.*)

Como foi aprovado, os senhores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o extrapauta.

Já passo para a leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 99, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Exma. Sra. Nísia Verônica Trindade, Ministra de Estado da Saúde, a comparecer a esta Comissão, a fim de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prestar informações sobre as ações, os desafios, as metas, o planejamento e as diretrizes governamentais da Pasta.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Exma. Sra. Nísia Verônica Trindade, Ministra de Estado da Saúde, a comparecer a esta Comissão a fim de prestar informações sobre as ações, os desafios, as metas, o planejamento e as diretrizes governamentais da pasta e, naturalmente, outros assuntos suscitados pelos ilustres Senadores e pelas ilustres Senadoras.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sra. Presidente, para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Pois não, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Eu quero concordar com o requerimento.

É importante a presença da Ministra Nísia, mas nós deveríamos colocar no requerimento também um assunto bastante específico, que é a questão do acesso às vacinas no Brasil porque, lá no Paraná, por exemplo, as pessoas não estão conseguindo vacinar as crianças desde o mês de março do corrente ano, em muitas situações. Então, eu diria isso. A gente vê o depoimento das mães dizendo: "Já fui duas vezes, três vezes e não consegui vacinar", e coisas corriqueiras, vacinas normais, fora a da covid, também, para crianças, adultos, enfim.

Eu, inclusive, sou mais drástico nisso. A pessoa que está no Ministério da Saúde, responsável por esta área, tem que ser chamada à responsabilidade também, porque sempre o campo da vacinação foi referência do Brasil para o mundo. Então, ela deve colocar as diretrizes, mas eu gostaria que fosse com ênfase para a regularização do programa de vacinação no Brasil.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Só... Peço a palavra.

Eu acho que não somente esse tema é extremamente relevante e atual, como também o tema da Política Nacional de Transplantes. Nós vivemos agora recentemente esse episódio do Rio de Janeiro e nós precisamos que isso seja abordado.

Então, foi exatamente por entender que há muitos temas que precisam ser abordados que eu fiz o requerimento colocando-o de uma maneira geral, porque aí nós, depois da apresentação dela, poderemos entrar nos temas, especificamente.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Assim sendo, eu quero subscrever o requerimento.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Pois não?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Eu gostaria de ressaltar a importância desta audiência pública. Realmente, é um setor extremamente importante para todos nós brasileiros, porque tem desafios muito grandes quando a gente fala de vacina.

Eu gostaria de ressaltar aqui também – é óbvio que isso está no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, não no outro ministério – a questão do desenvolvimento de vacinas no Brasil, que é algo importante para a soberania do Brasil.

A gente vê que as vacinas são feitas, são desenvolvidas, a maioria, no Hemisfério Norte e, no evento de uma pandemia, a gente sabe a dificuldade que existe por causa disso, ou seja, o desenvolvimento de vacinas no Brasil é importante, tem lá o Prof. Gazzinelli e a Prof. Ana Paula, no centro nacional de desenvolvimento de vacinas, lá em Minas Gerais, que a gente criou – eu criei na época do ministério –, mas isso tem que ser ressaltado, para que a gente não esqueça e dê continuidade a esse programa também, aqui no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre os transplantes, é bom ressaltar que o nosso programa nacional de transplantes é extremamente eficiente – a Dra. Zenaide sabe muito bem disso, é extremamente eficiente. Aquilo lá aconteceu com um erro de laboratório, que não é conectado diretamente. É bom que venham aqui para explicar, para deixar claro, mas é importante ressaltar e preservar a imagem dos transplantes no Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o requerimento queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimento aprovado.

Eu queria lembrar aqui, pediram-me para reforçar, que o Requerimento nº 96 também foi aprovado.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 97, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir questões essenciais à Radiologia e à saúde no Brasil.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Eu passo a palavra aqui ao Senador Dr. Hiran para a leitura do requerimento.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para encaminhar.) – Bom dia, Presidente Zenaide. Bom dia a todos os Senadores e Senadoras.

Minha querida colega, este requerimento trata-se de um pedido de audiência pública para debater questões essenciais para a especialidade de radiologia na saúde do Brasil, no SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa solicitação me foi feita pela Sociedade Brasileira de Radiologia, porque seria um debate sobre a necessidade de investimentos na especialidade, na formação e na capacitação, e também é uma oportunidade para reconhecer a contribuição que a radiologia tem dado ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

Então, eu queria pedir o apoio de todos, o apoio da nossa Presidente e do nosso Presidente também. Que nós possamos aprovar esse requerimento para discutir essa especialidade tão importante para o diagnóstico e também para a intervenção, porque nós temos agora uma área intervencionista dentro dessa especialidade.

Muito obrigado, Presidente.

Muito obrigado, Sras. e Srs. Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Dr. Hiran, eu queria pedir que o senhor vote aí, que falta uma pessoa votar para poder a gente completar essa votação nominal. (*Pausa.*)

Enquanto estão votando, eu queria falar aqui que eu gostaria de parabenizar todas essas propostas, mas eu queria falar aqui de Carlos Chagas – parabenizar aqui o nosso Astronauta Marcos Pontes. O Carlos Chagas seguiu exatamente o que Oswaldo Cruz dizia: não esmorecer para não desmerecer.

Esses homens realmente são os verdadeiros heróis. Eu quero parabenizar aqui também a relatoria do nosso colega Humberto Costa, que foi perfeita.

E também ver isso: a gente tem que... Eu costumo dizer que a cultura, a história da gente é a digital de um povo. Se nós não preservamos, nós não sabemos de onde viemos, onde estamos e aonde queremos chegar.

Então, parabenizo aqui todos os colegas que estão aprovando por unanimidade justamente tudo aqui – viu, Humberto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns! Parabéns, Marcos!

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu só gostaria de solicitar... Nos últimos dois requerimentos, eu gostaria de subscrever esses últimos dois requerimentos que foram passados.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Pronto.

Passados para subscrever.

Vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

Peço à Secretaria que mostre o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Doze votos SIM; NÃO: nenhum.

Abstenção: nenhum.

Resultado: aprovados todos esses três projetos.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Eu devolvo aqui a Presidência ao Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço à Senadora Zenaide Maia pela gentileza de conduzir esta Comissão para a votação dos respectivos projetos.

Vamos agora para o Projeto de Lei nº 2.434.

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 2434, DE 2019 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 100, DE 2018)

- Não terminativo -

Estabelece diretrizes para a Política de Atenção Integral à Pessoa com Doença de Parkinson no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e altera a Lei nº 14.606, de 20 de junho de 2023.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei nº 2434, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2018), ressalvados os art. 1º, 2º, 3º e 4º, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

A matéria consta da pauta desde a reunião de 09/10/2024.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o autor e amigo, Senador Paulo Paim, e só ler uma parte do relatório, para compreensão, e outra parte da análise para dar assim a ideia completa para os colegas Senadores e Senadoras.

O Projeto de Lei 2.434, de 2019, que estabelece diretrizes para a Política de Atenção Integral à Pessoa com Doença de Parkinson no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e altera a Lei nº 14.606, de 20 de junho de 2023 é um substitutivo da Câmara dos Deputados (CD) ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 100, de 2018, do Senador Paulo Paim.

A iniciativa do Senado Federal foi aprovada em 2019 – em decisão terminativa da Comissão de Educação e Cultura (CE), seguindo o voto do relator da matéria naquele Colegiado, o Senador Romário – e encaminhada à revisão da Câmara, nos termos do art. 65 da Constituição. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposição encaminhada tinha escopo mais limitado que o PL nº 2.434, de 2019, restringindo-se a instituir o Mês de Conscientização sobre a Doença de Parkinson.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada na forma da emenda substitutiva apresentada pelo Relator da matéria na Comissão de Seguridade Social e Família, Deputado Roberto Lucena. Agora retorna ao Senado em observância ao disposto no parágrafo único, do art. 65 da Constituição Federal.

Então, o projeto está de acordo com o que determina a legislação, a Constituição e o Regimento, destacando que os dados sobre a prevalência da doença no Brasil, doença de Parkinson, são escassos.

Estima-se que ela acometa mais de 200 mil brasileiros, com prevalência de 1% na população acima de 65 anos.

Embora a doença em Parkinson não possa ser curada, os medicamentos podem mitigar significativamente os seus sintomas. E existem inúmeros modos de intervenção farmacológica sintomática disponíveis no SUS.

Todas essas modalidades terapêuticas estão discriminadas no *Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas – Doença de Parkinson*, produzido pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), e aprovado pela Portaria Conjunta nº 10, de 31 de outubro de 2017, da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde e da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos em Saúde, ambas do Ministério da Saúde.

Quanto à especificação minuciosa da flor a ser adotada como símbolo da campanha de conscientização sobre a doença de Parkinson, trata-se de justa homenagem. A escolha desse símbolo originou-se da criação, no início da década de 80, de uma tulipa vermelha com detalhes em branco por um floricultor holandês acometido pela doença, o Sr. Van der Wereld.

Ele nomeou sua criação como "Tulipa Dr. James Parkinson", em homenagem ao trabalho desenvolvido pelo médico inglês que fez a descrição inicial da enfermidade no início do século XIX.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que se refere à tramitação do PL nº 2.434, de 2019, cabe observar que, segundo o art. 65 da Constituição, o projeto de lei aprovado por uma Casa Legislativa será revisto pela outra e, sendo emendado, voltará à Casa iniciadora. Ademais, consoante os arts. 285 a 287 do nosso Regimento, a emenda da Câmara dos Deputados a projeto do Senado não é suscetível de modificação por meio de subemenda, e o substitutivo daquela Casa a projeto do Senado é considerado uma série de emendas. Logo, nesta fase de tramitação da proposição, cabe a nós aceitar ou rejeitar o substitutivo, na íntegra ou em parte, não lhes sendo permitido promover modificações nos dispositivos já aprovados, com exceção de ajustes meramente redacionais.

No presente caso, é fundamental ter em conta que o PLS nº 100, de 2018, restou prejudicado, em virtude da recente edição da já mencionada Lei nº 14.606, de 2023, oriunda do PL nº 2.730, de 2020, de autoria de um grupo de sete Deputados Federais. Ressalte-se que a Câmara decidiu deixar de lado, durante três anos, a proposição encaminhada pelo Senado Federal, em 2019, para aprovar, em 2022, o referido PLS nº 100, de 2018, o qual foi acolhido por esta Casa no ano seguinte. Outrossim, a única decisão juridicamente viável neste momento é acolher, no todo ou em parte, o substitutivo da Câmara, em detrimento do PLS.

Embora a defesa da saúde seja matéria de competência legislativa concorrente dos entes federados, cabendo à União estabelecer normas gerais, alguns dispositivos do projeto pretendem criar obrigações para o Ministério da Saúde, em desconformidade com o disposto no art. 61 da Constituição e com o princípio da separação entre os Poderes (art. 2º da Constituição), já que compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e competência dos órgãos do Poder Executivo.

De resto, muitas das disposições da proposição já estão contempladas no ordenamento jurídico, a exemplo da participação da comunidade na definição de políticas públicas, não apenas aquelas voltadas para as pessoas com doença de Parkinson, mas para todo o universo de agravos à saúde. A assistência terapêutica integral a ser ofertada àqueles acometidos pela enfermidade, por sua vez, está garantida pelo inciso II desse artigo e pela alínea "d" do inciso I do art. 6º da Lei Orgânica da Saúde.

Dessa forma, os direitos da pessoa com doença de Parkinson, a quem eu presto a minha homenagem – conheço muito bem a associação que atende pessoas com doença de Parkinson

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em Curitiba, inclusive o pároco da nossa paróquia está acometido dessa doença, o Padre Angelo Carlesso, a quem eu mando um abraço –, não se limitam ao "atendimento fisioterápico, fonoaudiológico e psicológico, além de dispensação dos medicamentos adequados", conforme proposto no PL nº 2.434, de 2019, mas alcançam toda e qualquer ação de saúde porventura necessária, a exemplo de terapia ocupacional e assistência social, médica e odontológica, além das intervenções de natureza profilática.

Assim, em relação ao PL 2.434, de 2019, é imperativo excluir os dispositivos inconstitucionais ou injurídicos e alterar a ementa, por meio de emenda de redação, de forma a ajustá-la ao novo conteúdo.

Pelo voto, conforme as considerações feitas ao longo da análise, votamos pela aprovação do Projeto de Lei 2.434, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados), ressalvados os arts. 1º, 2º, 3º e 4º, que são rejeitados, com a seguinte emenda:

> Emenda nº -CAS
> Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei nº 2.434, de 2019:
> "Altera a Lei nº 14.606, de 20 de junho de 2023, que institui o mês de abril como o Mês da Conscientização da Doença de Parkinson [que era a ideia original, inclusive, do caro Paulo Paim, a quem eu parabenizo pelas iniciativas] e estabelece como seu símbolo a tulipa vermelha, para especificar que o símbolo da campanha será uma tulipa vermelha denominada Dr. James Parkinson, desenvolvida pelo floricultor holandês J.W.S. Van der Wereld."

Esse é o relatório, a análise e o voto, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não, Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Presidente, pode não ter uma relação direta com a matéria, mas eu acho que, ainda este ano, esta Casa precisa se debruçar sobre o uso da *Cannabis* medicinal para tratamento de Parkinson. Eu já fiz um pronunciamento sobre isso.

Nós temos quatro projetos tramitando aqui na Casa. Acho que um deles é da autoria do Senador Flávio Arns. Estou organizando, Senador, um pedido para a gente ver se compila esses projetos aqui na CAS e coloca em votação, porque isso já é absolutamente comprovado.

Alguns estados estão fazendo as suas legislações específicas. Ontem a Câmara Municipal do Recife aprovou o uso pelo SUS para mães atípicas terem acesso a *Cannabis* medicinal para seus filhos. E acho que o Senado está um pouco atrasado nisso. O Estado de São Paulo já regulamentou, Pernambuco está discutindo.

Só queria aproveitar o tema Parkinson para fazer esse destaque.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Eu também, Sr. Presidente, queria dizer que, no Estado do Rio Grande do Norte, o Instituto do Cérebro conseguiu autorização da Anvisa para plantar e fazer o uso da Cannabis para o Alzheimer, para epilepsia – como a gente já sabe – e para fibromialgia. Isso é junto com a universidade.

Para o Alzheimer e para Parkinson, como você falou, eu queria dizer que eu tenho um filho com deficiência e que tem um Parkinson medicamentoso e o professor da universidade disse: "Zenaide, eu não tenho experiência sobre o Parkinson medicamentoso".

É impressionante, a gente está lutando aqui para ver as doses.

Quando ele toma, 15 minutos depois – ele está sem levantar, sem nada –, ele se levanta e corre, Damares.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Corre?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Corre!

Você não diz... Eu estou gravando e mostrando, é porque eu não vou... Eu prefiro não expor muito o meu filho, mas o médico que o está acompanhando está impressionado.

Ele está lá! Ele não se levanta, mas quando toma, e a gente já observa que quando é dado com fruta... Quando usa com proteína, não faz...

César levanta e corre.

E tem mais: não sei se foi ao tirar muito daqueles medicamentos psicotrópicos e a gente conseguiu tirar e ele está voltando a fazer aquilo que ele não fazia, entendeu? Voltando àquelas conexões, como a gente sabe, para o Alzheimer também.

Então, eu acho, gente, que esse preconceito não tem razão de ser. O uso só pode ser quando o médico prescreve.

Então, as pessoas não iam usar morfina e morrerem de choque neurogênico ou de dor. O mundo já faz trabalho para 120 patologias com *Cannabis*. A maioria dos países... Nós temos um exemplo aqui da nossa querida Mara Gabrilli, que, para tomar o óleo completo, tinha que sair para o exterior... Tem que ter uma ordem judicial.

Sabe quem fica fora por que encarece? A maioria da população que é pobre. Então, quem tiver com esse projeto, pode contar comigo. Eu posso até abrir mão... Vou mandar para você meu filho correndo e sem conseguir se levantar.

Então, é comprovado. Isso é um estudo científico, isso é academia junto com os outros, fazendo experiências. E o Rio Grande do Norte está na frente, porque foi autorizado, viu?

O prédio do Instituto do Cérebro, que vai plantar *Cannabis*, tem mais segurança do que as cadeias de segurança máxima, viu?

E eu vou botar em emenda...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu pretendo pedir ao Senador Fabiano Contarato, que é Relator de um projeto global sobre esse tema, que já foi objeto de aprovação na Comissão de Direitos Humanos, que, mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rapidamente possível, apresente o relatório aqui para Comissão e que nós possamos debater e votar essa matéria. Ainda que haja outra na Comissão de Assuntos Econômicos tratando do tema, mas como essa, inclusive, é mais ampla, nós poderíamos entregar ao Brasil, por esta Comissão, a aprovação dessa matéria, para que nós possamos avançar, porque as evidências científicas são cada vez maiores, inclusive para um conjunto de patologias, para um conjunto de pessoas que têm deficiência, para deficiências, enfim...

Então, eu vou fazer esse pedido ao Senador Contarato e, assim que ele apresentar, eu coloco na pauta para discussão e votação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu só gostaria, Sr. Presidente, de dizer que, inclusive, o PL que nós apresentamos que prevê toda a cadeia... Porque o que acontece com a Justiça hoje em dia? Muitas vezes autoriza a pessoa a plantar. Isso não está correto. Quer dizer, você vai fazer um medicamento em casa. Não, isso é uma especialidade. A Universidade Federal do Paraná, por exemplo, vem fazendo toda a pesquisa para a dor, especialmente para a dor, para inúmeras necessidades.

O projeto que nós apresentamos, já há uns cinco, seis anos – eu acho que está com a relatoria, se não me engano, do Senador Alan Rick –, o Senador Fabiano Contarato pode dar uma olhada, porque lá consta toda a cadeia para que você tenha a condição de fiscalizar – de ver quem está plantando, lógico –, de pesquisar, de produzir. Porque as pessoas às vezes dizem: "Não, importe o óleo de outro país". Eu digo: "Meu Deus do Céu, nós temos que desenvolver o começo, meio e fim no Brasil, para ficar mais barato, dominarmos a tecnologia e beneficiarmos as pessoas".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, fiquei esperando até agora, embora tivesse que abrir uma outra Comissão, porque eu faria mesmo questão de relatar o projeto do Deputado Túlio Gadêlha, que está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas se criou um impasse, porque há uma emenda da Senadora Mara Gabrilli que fala sobre uma recomendação em nível internacional sobre essa questão que institui o selo de engenharia ou arquitetura solidária.

Não houve acordo entre o autor e a Senadora que apresentou a emenda. Então, mediante entendimento comigo, eu estou pedindo para tirar de pauta para ver se durante a semana a gente vá à construção desse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k., acatada a sua sugestão.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 4553, DE 2023

- Não terminativo -

Institui o Selo de Engenharia ou Arquitetura Solidária, destinado às empresas e aos profissionais de engenharia, arquitetura ou ramo da construção civil que executarem ou financiarem projetos para atendimento de comunidades carentes, de mutuários e de proprietários de imóveis, nos termos que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Quanto a esse tema da *Cannabis*, Presidente, de fato, nós fizemos diversas audiências na CDH. Não houve também entendimento com todos os setores. Havia, inclusive, um projeto de minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autoria nesses quatro, mas o do Contarato eu considero o mais completo. Se o aprovarmos, vamos em frente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bem, não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS, de redação, ressalvados os arts. 1º, 2º, 3º e 4º.

A matéria vai ao Plenário.

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 5090, DE 2020

- Não terminativo -

Torna obrigatória a realização de exame clínico destinado a identificar a Fibrodisplasia Ossificante Progressiva (FOP) nos recém-nascidos na triagem neonatal das redes pública e privada de saúde, com cobertura do Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou apresentar a parte do relatório de uma forma diferente hoje. Eu vou apresentar a parte do relatório, mostrando um eslaide. E eu leio a parte da análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É possível?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só uma questão, porque, na verdade, é um tratamento excepcional que nós vamos dar essa questão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, eu queria pedir a aprovação de todos para que seja feita essa apresentação.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode ser? Pode ser, Senadores? Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É porque é tão rara a doença que talvez os colegas não conheçam. É a fibrodisplasia ossificante progressiva.

A próxima imagem, por favor.

Ela é uma doença genética próxima, eu vou ler aqui no relatório. É exatamente isso aqui, Senadores: o bebezinho nasce com o dedinho do pé torto. Estão vendo aquele? E aí, isso aqui é o diagnóstico... É o dedinho do pé. Muitos pais e médicos querem fazer uma cirurgia de correção nesse dedinho e é aí que se desencadeia toda a doença, porque quando se faz a cirurgia no dedinho, a doença provoca uma ossificação progressiva. Vão nascendo ossos no corpo todo e comprimindo...

A próxima imagem.

Vejam só, começa a ter uma ossificação. Olhem a cabecinha do bebê depois que se mexeu no pezinho.

Pode passar para a próxima imagem.

Olhem lá, são essas as imagens, os dedinhos com uma pequena deficiência, tortinhos. Mexeu no dedinho, olhem lá o que pode acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A última imagem, por favor.

Olhem a ossificação extra-esquelética, Presidente. Olhe quanta ossificação, olhe como fica o corpo humano. É uma doença raríssima que, lá no berço, lá no nascimento, pode ser identificada.

O projeto de lei passou na Câmara, na Comissão de Seguridade e Saúde, passou no Plenário, e aqui só veio para esta Comissão. Como é uma situação muito nova, uma doença muito rara, eu fiz questão de mostrar a imagem, porque vai depois para o Plenário e muita gente pode não entender. É muito grave, é muito rara. Agora não tem cura, mas tem tratamento.

Eu vou para a análise e os senhores vão entender.

Obrigada, Secretaria.

A enfermidade objeto da proposição, a fibrodisplasia ossificante progressiva (FOP), também conhecida como miosite ossificante progressiva, é uma doença rara, de origem genética, acometendo aproximadamente uma em cada dois milhões de pessoas. Olhem como é rara. Atualmente, estima-se que cerca de 4 mil pessoas, no mundo todo, convivam com essa alteração.

A doença desenvolve uma substituição gradual dos tecidos conjuntivo e muscular esquelético por tecido ósseo, ou seja, ocorre uma ossificação extra-esquelética progressiva e descontrolada.

Em decorrência, a doença se caracteriza pela malformação dos dedos grandes dos pés – que se apresentam menores e voltados para dentro, como um joanete – e pelo desenvolvimento de ossos dentro dos músculos, tendões e ligamentos. Esses ossos atravessam as juntas e tornam os movimentos impossíveis, afetando progressivamente os movimentos do pescoço, ombros e membros, de modo que os pacientes podem ter dificuldade para respirar, para abrir a boca e até para se alimentar.

Um aspecto clínico da doença, de grande relevância para a análise ora empreendida, refere-se ao fato de os recém-nascidos acometidos apresentarem o dedo maior do pé (hálux) malformado bilateralmente. Trata-se de um sinal importante para o diagnóstico da doença, ainda que não definitivo. Outros sinais congênitos de FOP incluem malformação do polegar e da parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

superior da coluna vertebral (vértebras cervicais), além de um colo do fêmur anormalmente curto e espesso.

A FOP não tem cura conhecida atualmente, porém os cuidados multiprofissionais e medicamentos disponíveis no âmbito do SUS podem mitigar a sintomatologia e as complicações clínicas da enfermidade.

Ao nascer, o médico que recebe a criança – é só isso que a gente quer – deve verificar seus dedos dos pés. Caso sejam malformados ou até ausentes, ele deve suspeitar da FOP e encaminhar a criança para a confirmação da mutação genética.

Ressalte-se que, assim como ocorre com outras doenças raras, a assistência especializada para os pacientes com FOP é realizada precipuamente em hospitais-escolas e hospitais universitários, com tratamento medicamentoso, reabilitador ou cirúrgico, conforme a necessidade de cada caso. O tratamento farmacológico padrão é baseado no uso de corticosteroides e anti-inflamatórios na fase aguda da doença, com o fito de bloquear o processo inflamatório que inicia toda a cascata da ossificação irregular.

Para que os resultados terapêuticos sejam melhores, é fundamental o diagnóstico precoce, ainda na sala de parto ou nas primeiras consultas pediátricas, para reduzir o impacto da doença sobre a vida e desenvolvimento da criança.

Resta evidente, portanto, a relevância do projeto de lei.

O diagnóstico precoce dessa doença não impacta – e aqui vem, senhores – financeiramente os cofres públicos, sendo apenas um *checklist* realizado na hora do nascimento. Ademais, tal diagnóstico possibilitará a economia aos cofres públicos, como internamento, benefícios sociais e tudo mais.

Diante do exposto, no mês da criança, esta Comissão dá de presente para o Brasil essa lei, e eu peço a aprovação do Projeto de Lei 5.090.

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente e Senadora Damares, eu quero dizer que é uma doença rara mesmo. Eu nunca vi, nesses anos de universidade, mas acho importante chamar a atenção, porque ela é uma doença genética.

E tem mais, Humberto, chamou-me a atenção porque eu fui ler sobre isso: ela é autossômica dominante – e nem sei por que –, porque, quando é autossômica recessiva, a gente sabe que teria que ter o genético dos dois lados, mas é rara. Eu confesso que nunca vi.

Chamar a atenção é importante porque, como é uma doença rara, muitas vezes, nem os médicos se lembram disso. Fazer um projeto de lei, que chama a atenção para essas deformidades dos dedos dos pés ou das mãos, já para afastar isso aí e melhorar a qualidade de vida, não é? É uma doença grave, que é progressiva, mas que a gente faz esse cuidado.

Parabéns, Damares!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Senadoras e Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, em homenagem às crianças, aos recém-nascidos, eu queria pedir, porque ele tem que passar pelo Plenário, um requerimento de urgência para a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em votação o requerimento de urgência.

Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 4968, DE 2020 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Contrário ao art. 1º do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4968, de 2020, com o reestabelecimento do art. 1º do Projeto de Lei nº 4968, de 2020, e favorável aos art. 2º e 3º do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4968, de 2020.

Observações:

A matéria consta da pauta desde a reunião de 09/10/2024.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para a leitura do relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente, Senador Humberto Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar minhas colegas aqui presentes. Senadora Teresa Leitão, Damares e Zenaide.

Se o senhor me permitir, eu vou direto para... Não, eu vou ler o início do relatório, que eu acho que é importante, e, depois, a análise.

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais o PL nº 4.968, de 2020 (Substitutivo da Câmara dos Deputados), que altera a CLT para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata.

A proposição insere – na forma estabelecida pela Casa revisora – o art. 169-A na CLT, para determinar que o Poder Executivo fornecerá diretamente às empresas com mais de 50 empregados ou lhes indicará formalmente a fonte de obtenção de informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata, em conformidade com as orientações do Ministério da Saúde. Além disso, permite que as empresas realizem campanhas de conscientização de seus empregados acerca da importância dos serviços de diagnósticos das moléstias especificadas.

O texto permite que o empregado se ausente de seu posto de trabalho, por até três dias a cada 12 meses, para a realização de exames preventivos de HPV e de cânceres.

A proposição foi distribuída à Comissão de Assuntos Sociais.

Análise.

Não verificamos a existência de qualquer impedimento de ordem constitucional e não se verifica, tampouco, reserva de iniciativa de outros poderes.

No mérito, há reparos a fazer na proposição.

Com efeito, o art. 1º, ao impor obrigação sobre o Poder Executivo, viola a cláusula pétrea da separação de poderes.

Além disso, desnecessário permitir que o empregador realize campanhas de conscientização acerca da importância contra o aparecimento das moléstias descritas no PL já que não há vedação contra tal atitude patronal, ao empresário já é facultado conscientizar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seus prestadores de serviços acerca da importância da aludida prevenção, sendo desnecessário previsão em lei.

Tendo em vista, portanto, o art. 287 do Regimento Interno do Senado Federal, que determina que o substitutivo da Câmara é considerado uma série de emendas, devendo ser votado artigo por artigo, é recomendável que o art. 1º do substitutivo seja rejeitado.

A rejeição tem como consequência o restabelecimento da redação original do art. 1º do PL.

O texto aprovado pelo Senado impõe sobre o empregador, e não sobre o poder público, a obrigação de realizar as mencionadas campanhas de conscientização, não incorrendo na inconstitucionalidade verificada no substitutivo.

O caráter obrigatório da redação original do art. 1º a ele agrega efetividade.

Importante destacar, também, que o parágrafo único do art. 169-A da CLT, na redação original, traz medida salutar de conscientização, no sentido de esclarecer ao trabalhador a importância de se ausentar para a realização de exames preventivos, sem que isso afete a sua remuneração.

Quanto ao art. 2º, facultar ao empregado deixar de comparecer ao estabelecimento empresarial para a realização de exames preventivos é medida justa que tem o potencial de evitar longos afastamentos para o tratamento da saúde. Trata-se, assim, de medida apta a poupar os cofres previdenciários da concessão de benefícios de longa duração.

A aprovação do art. 2º do substitutivo, combinada com a manutenção da redação original do art. 1º, oferece ao trabalhador um pacote completo para a preservação de sua saúde, que combina a importância da conscientização com medidas aptas a possibilitar a prevenção.

O voto.

Do exposto, o voto é pela rejeição do art. 1º do Substitutivo da Câmara dos Deputados, restabelecendo-se, na forma do art. 287 do Regimento Interno do Senado Federal, o art. 1º do Projeto de Lei nº 4.968, de 2020, com a redação a ele conferida por esta Casa; e pela aprovação dos arts. 2º e 3º do substitutivo da Câmara dos Deputados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão.

Eu queria fazer aqui um registro de uma matéria que saiu hoje no G1, em que dois médicos, um deles com mais de 1,2 milhão de seguidores, propagam... Um propaga que o câncer de mama não existe. O outro diz que: "Fazer mamografia é um equívoco. A mamografia geraria uma radiação para a mama equivalente a 200 raios X. Isso aumenta a incidência de câncer de mama por excesso de mamografia. Tenho 100% de certeza de que o seu nódulo benigno é deficiência de iodo".

Quer dizer...

Veja que coisa absurda!

Um desses médicos é registrado tanto no Conselho de Medicina de São Paulo como em outro Estado, Minas Gerais. Tem 1,2 milhão de seguidores.

E a outra, que fez a seguinte colocação: "Esqueça o Outubro Rosa! Câncer de mama não existe". Aí diz o nome dela, "sou médica integrativa, especialista em mastologia e ultrassonografia das mamas. Por isso venho falar para vocês que câncer de mama não existe. Então, esqueçam o Outubro Rosa! Esqueçam a mamografia!". (*Risos.*)

A gente ri, porque realmente é uma coisa muito absurda, não é?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – É estarrecedor – é estarrecedor.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Existem investigações tanto nos Conselhos de Medicina de São Paulo e Minas Gerais e, no outro caso, no Conselho do Pará.

Realmente é...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – E cadê o Ministério Público nisso, Sr. Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois é.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Não tem.

A minha mãe foi vítima de um câncer de mama, já é falecida há 20 anos, e eu, no ano passado, descobri, graças a uma mamografia, um nódulo em que eu consegui fazer a punção e a minha prevenção o mais rápido possível.

Então, é um absurdo que a gente ainda tenha a capacidade...

Um milhão e duzentas mil pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Seguidores...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – ... acompanhando um profissional como esse.

E cadê o Ministério Público?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, os Senadores e as Senadoras que aprovam o projeto queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, contrário ao art. 1º e favorável aos arts. 2º e 3º do substitutivo.

A matéria vai ao Plenário.

Lembro que amanhã, às 10h, teremos reunião extraordinária desta Comissão em forma de audiência pública, destinada a debater sobre o atendimento aos pacientes com lúpus pelo Sistema Único de Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 13 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e quinze minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Alan Rick, Paulo Paim, Laércio Oliveira e Astronauta Marcos Pontes. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros, Izalci Lucas, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Romário, Eduardo Girão, Wilder Morais e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 78/2024 - CAS, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Debater sobre o atendimento aos pacientes com lúpus pelo Sistema Único de Saúde. **Participantes:** Gustavo de Paiva Costa, Médico Reumatologista da Sociedade Brasileira de Reumatologia – SBR; Eliana Rezende Furtado de Mendonça, Diretora-Presidente do Instituto Dé Mendonça (Lúpus Care); Eduardo Tenório, Coordenador-Geral da Associação Brasileira Superando o Lúpus; Magnolia Maria Santos, Representante de famílias de pessoas com lúpus; Silvio Marcos, Servidor do Departamento de Atenção Especializada e Temática do Ministério da Saúde; e Fernanda Quirino de Paula Silveira, Médica da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/31

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 78, de 2024, da CAS, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a debater sobre o atendimento aos pacientes com lúpus pelo Sistema Único de Saúde – e, claro, a gente vai falar da rede privada também.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com serviços de interatividade com o cidadão e de ouvidoria, através do telefone 0800 0612211 e do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Hoje nós temos como convidados nesta audiência pública... Nós estamos muito felizes por os convidados terem aceitado o convite de estarem conosco. Nós julgamos que é um momento importante para o Senado, é um momento importante para esta Casa e um momento muito importante para os pacientes com lúpus em todo o país. Já informo que nós estamos recebendo muitas contribuições via internet; as famílias de pacientes com lúpus do Brasil inteiro, desde ontem, estão interagindo com a gente: as perguntas estão chegando, as manifestações estão chegando, as redes sociais no Brasil inteiro estão falando sobre a audiência, e eu fico muito feliz.

Eu sou autora do requerimento, mas o requerimento foi aprovado por unanimidade; ele se torna um requerimento da Comissão. É uma atividade de uma Comissão, composta por Parlamentares de todos os partidos, de todo o país, inclusive Parlamentares ex-Ministros,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentares ex-Governadores, Parlamentares médicos, que entenderam a necessidade e a importância deste debate aqui, e nós queremos sair desta audiência aqui, gente, hoje, com encaminhamentos. Não vai ser só uma audiência para marcar uma agenda na Comissão, é uma audiência para a gente, inclusive, buscar respostas e apresentar encaminhamentos.

Com muita alegria, nós temos hoje o representante do Ministério da Saúde, que está *online*. Seja bem-vindo.

Depois eu quero o nome do representante, porque não está aqui.

Nós temos aqui o Dr. Gustavo de Paiva Costa, quero chamá-lo para a mesa.

O Dr. Gustavo vai estar *online*? (*Pausa.*)

Está aqui o Dr. Gustavo, Médico Reumatologista da Sociedade Brasileira de Reumatologia. Dr. Gustavo, muito obrigado por ter aceitado o convite e ter separado uma parte do seu tempo para compartilhar com esta Casa as necessidades e o que precisamos fazer para chegarmos a todas as pessoas que têm lúpus no país. Muito obrigada, Dr. Gustavo. Eu sei que não é fácil uma pessoa com a agenda que o senhor tem tirar um momento para estar conosco.

Tenho alegria de ter conosco Eliana Rezende Furtado de Mendonça, Diretora-Presidente do Instituto Dé Mendonça. Dra. Eliana, que prazer; que prazer recebê-la aqui!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada por estar conosco. É uma alegria.

Nós temos também, de forma presencial, Eduardo Tenório, Coordenador-Geral da Associação Brasileira Superando o Lúpus. (*Pausa.*)

Ele saiu? (*Pausa.*)

Videoconferência! O Eduardo Tenório está via videoconferência.

Temos aqui a Fernanda Quirino de Paula Silveira, Médica da Secretaria de Saúde do Distrito Federal – a Dra. Fernanda é aqui do nosso quadradinho. Dra. Fernanda, muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já registro agradecimentos à nossa incrível Secretária de Saúde do Distrito Federal. Leve um abraço para ela.

Está conosco, gente, a Magnolia Maria Santos, representante de famílias de pessoas com lúpus. A D. Magnolia saiu ontem, 8h da manhã, de Cruz das Almas. Pegou estrada, foi para Salvador, pegou um avião e chegou ontem à noite. Ela fez um esforço enorme para estar conosco nesta manhã. Obrigada, D. Magnolia.

Vocês, daqui a pouco, vão conhecer quem é a D. Magnolia.

Está conosco também uma princesa! Está conosco a Sophia Cavalcante, a nossa Sosô, um fenômeno nas redes sociais, e Sosô vai compor a mesa nesta manhã com a gente. (*Palmas.*)

E é linda! Obrigada, Sosô, que acordou muito cedo ontem para estar conosco; veio com a vovó Magnolia.

Nós temos também presente a Dra. Christina Gonzalez, representante do Conselho Federal de Medicina, que vai compor com a gente a segunda mesa. Obrigada, Dra. Christina, por estar conosco.

A gente também tem outros movimentos de pacientes e famílias com lúpus; nós, daqui a pouco, vamos apresentar todos os demais.

É uma alegria.

Eu quero informar aos nossos expositores que os senhores terão dez minutos para a apresentação inicial. Eu sei que alguns têm uma agenda corrida, a gente inclusive libera depois dos dez minutos se precisarem sair, mas o importante, o interessante é que fiquem até o final, inclusive para que as falas possam ter uma interação – as perguntas vão chegando –, para que os senhores, no final, possam responder às perguntas.

Eu quero agradecer às pessoas que estão no Plenário e quero informar aos nossos expositores que nós temos uma dinâmica: à medida que um Parlamentar entra... Hoje os Parlamentares estão divididos em Comissões: eu acabei de sair de uma Comissão; o Senador Paulo Paim está presidindo uma; os Parlamentares estão divididos em inúmeras atividades. Nós fazemos o seguinte: à medida que o Parlamentar entra na Comissão, a gente passa imediatamente a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

palavra a ele, porque ele pode fazer a pergunta, fazer a manifestação dele e seguir para outra Comissão. Nós estamos com os gabinetes do Senado também acompanhando. Os membros desta Comissão estão acompanhando; os que não estão presentes estão acompanhando de forma *online*, estão acompanhando também por meio de suas assessorias. É dessa forma que a gente vai conduzir.

Eu quero informar aos nossos expositores que tem ali um cronômetro, estão vendo? Dez minutos para os senhores. Uma campainha toca, mas eu vou fazer o seguinte: eu vou ser generosa. Eu vou deixar os senhores, se precisarem, se estenderem um pouquinho; eu vou deixar os senhores se estenderem.

Vamos começar explicando para os senhores, inclusive para as pessoas que estão nos ouvindo... Quero agradecer a audiência a esta Comissão. Eu gostaria muito de abrir um eslaide que eu trouxe e dizer para os presentes que o tema tem sido debatido nesta Casa e na outra Casa – você pode passar para mim? –, na Câmara dos Deputados também.

Eu trouxe aqui uma lista de projetos de lei – alguns são muito antigos, e é isso que me preocupa, é isso que está preocupando esta Comissão – que estão tramitando na Câmara e no Senado, de projetos de lei para os quais a gente vai ter que fazer, entre nós, possivelmente, um grupo de trabalho: trazer todos eles para uma discussão e talvez, doutores, uni-los todos em um único, para a gente entregar para o Brasil uma legislação específica para os pacientes com lúpus.

Pode passar o próximo eslaide.

Olhem, vejam só: nós temos um recente, que é o PL 2.472, de 2022, que é do nosso Senador Paulo Paim – ele daqui a pouco vem à Comissão. Eu quero informar que eu tive a alegria de ter sido nomeada recentemente Relatora desta matéria e quero informar que o meu voto já está pronto. Eu trouxe o voto, quero muito que todos os senhores o leiam. Eu quero apresentá-lo entre amanhã e, no máximo, segunda-feira, mas quero ouvir contribuições, também, para o meu voto, para o meu relatório, que já está pronto. Já estamos conversando com o Presidente da Comissão, que nós vamos... Está na Comissão de Assuntos Econômicos, não está na Comissão de Assuntos Sociais. Não está aqui nesta Comissão de saúde; está na Comissão de Assuntos Econômicos, porque temos que avaliar o impacto financeiro da proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos também um projeto de lei, o PLS 322, de 2015, que é do Senador Romário – inclusive a assessoria do Senador Romário está aqui no plenário. O PL do Senador Romário institui uma política nacional de conscientização e orientação sobre o lúpus. O PL dele é muito abrangente.

Vocês vão observar depois que nós temos outras matérias também que querem uma política nacional, e nós vamos ter que tomar uma decisão, unir todas essas propostas em uma e lutar para que seja aprovada imediatamente. Observem que o PLS do Senador Romário é de 2015. Nós estamos em que ano? Em 2024. Eu quero informar que o Senador Romário é um Senador extremamente ativo, extremamente atuante, um Senador respeitado na Casa. É de 2015, e a gente ainda não conseguiu entregar essa proposta para o Brasil.

Pode passar.

Nós temos também...

Próximo eslaide, por favor.

Nós temos – observem – o PL 10.718, de 2018, também do Senador Paim. Esse já passou pelo Senado; ele está na Câmara dos Deputados. Ele fala sobre a inclusão, as formas incapacitantes das doenças reumáticas, neuromusculares e osteoarticulares crônicas. Vejam que esse projeto dele recebeu em apenso vários outros projetos. Os demais projetos que estão embaixo falam especificamente sobre lúpus. Então, nós temos um do Senador Paim – que já passou por esta Casa e se torna prioridade na Câmara – e um monte de outros projetos apensados. A Relatora é a Deputada Erika Kokay, Deputada que é parceira do Senador Paim, e ontem estávamos conversando sobre isso, sobre de que forma podemos imediatamente pedir a aprovação desse projeto, porque já passou nesta Casa – talvez levar as propostas que estão aqui para aquele e a gente já ter uma proposta que já foi aprovada em uma das Casas.

Pode passar.

Nós temos também, olhem lá, o PL 3.798, de 2020, que também institui a política nacional de proteção ao paciente com lúpus, que é da Deputada Mara Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos o PL 1.765, de 2020, que inclui no rol de doenças graves e raras o lúpus. Ele é do nosso querido Deputado Júlio Delgado, é de 2020 e está apensado a ele um outro, de 2019.

Pode passar.

Nós temos lá um de 2012, gente! Olhem lá: 4.703, de 2012, do então Senador Vicentinho Alves, que altera a legislação do Imposto de Renda. É algo com que todos os pacientes estão preocupados: inserir o lúpus entre as doenças cujos portadores são beneficiados com a isenção do Imposto de Renda. Agora, observem: desde 2012.

Nós temos também o PL 4.640, de 2023 – novo –, do Deputado Clodoaldo Magalhães, "para dispor sobre a dispensação de formulados antissolares para pessoas diagnosticadas com lúpus". Filtro solar, gente! Olhem ali: 2023.

Vamos embora, a lista continua.

Olhem, observem que está apensado a ele um de 2013, tá?

Continuando, vamos lá.

Eu quero agradecer à assessoria, que fez esse levantamento.

Nós temos o PL 5.481, de 2009, e olhem lá: "incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos percebidos pelos portadores de Lúpus [...]". De novo, também não conseguimos sucesso ainda.

Nós temos o 524, de 2019, do Deputado Sergio Vidigal, que também fala sobre os pacientes com lúpus.

Vamos embora; continua. A gente está passando aqui...

E aí nós temos um do Senador Paim, do qual eu sou Relatora, que é o 2.472, de 2022, "para incluir o lúpus e a epilepsia na lista de doenças que acarretam dispensa do prazo de carência para concessão dos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por incapacidade". Para esse projeto, o voto já está pronto, e nós vamos lutar para ser aprovado logo. Inclusive, pode passar o meu voto; eu tenho uma minuta do meu voto, eu vou disponibilizá-la para todos os senhores depois. Eu já dei o voto favorável, trazendo inclusive algumas adequações à proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que eu fiz essa demonstração aqui? Para mostrar que o Parlamento está tentando aprovar uma matéria que, lá na ponta, beneficie os pacientes com lúpus, mas a gente não está obtendo êxito. Então, esta audiência foi para chamar todos os segmentos, as instituições envolvidas, os médicos, a Secretaria de Saúde, o Ministério da Saúde, para a gente se encontrar e, além de a gente se encontrar, conversar com o Parlamento: o que está acontecendo? Por que essa entrega não foi feita ainda? Esta é uma audiência para a gente discutir.

O Parlamento está omisso? Não está omisso. O Congresso Nacional está omisso? Não! Nós temos propostas tramitando; o que não conseguimos ainda – o que não conseguimos ainda – foi fazer uma grande entrega em forma de legislação, mas nós temos, agora, uma motivação nesta Comissão. Nós temos um Presidente nesta Comissão que foi ex-Ministro da Saúde, que tem uma sensibilidade muito grande, e temos nesta Comissão uma Subcomissão de Doenças Raras e doenças crônicas, presidida pela Senadora Mara Gabrilli, e eu sou Vice-Presidente dela. Nós temos uma motivação.

Esta audiência é para dizer que a nossa motivação é: vamos fazer uma entrega – mas a gente quer fazer uma entrega coerente. Nós temos um projeto de 2012; é possível que tudo tenha mudado: a medicina mudou, as tecnologias avançaram, a ciência avançou. O que nós vamos hoje adequar às propostas de 2002, 2009, 2008? É esse o objetivo desta audiência e, claro, ouvir especialmente os pacientes. Nós não podemos entregar uma proposta construída dentro de nossos gabinetes sem ouvir quem a gente precisa ouvir, os médicos, os especialistas e os pacientes.

E aqui, gente, nós também temos, nós vamos trazer como exemplo a Secretaria do DF, que tem uma atuação extraordinária na área, querendo muito que os outros secretários de saúde do Brasil assistam, porque eu sei que, em alguns estados, a situação é caótica, é caótica. Eu tenho andado pelo país e tenho observado pacientes com lúpus, no meu país, abandonados, e nós vamos ter que encontrar uma resposta.

Registro a presença do nosso querido Senador, o nosso astronauta – ó, Sossô, ele é astronauta, Sossô –, o nosso astronauta, o nosso Senador Marcos Pontes, que foi Ministro da Ciência e Tecnologia e que, como Ministro da Ciência e Tecnologia, teve uma atenção especial com as doenças raras e doenças crônicas. Eu sei o que esse homem fez na área das doenças raras,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

doenças crônicas. Senador, é uma alegria recebê-lo. Eu sei que a sua agenda está lotada. Se o senhor quiser já fazer a sua manifestação, na sequência a gente já começa as exposições.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para interpelar.) – Bom dia, bom dia a todos, bom dia, Senadora Damares, com uma atuação impressionante aqui dentro do Senado, em especial em atendimento direto às causas sociais, que são muito importantes.

Esse tema, eu fiz questão de dar uma passada aqui pelo seguinte: eu também sou o coordenador da Frente Parlamentar Mista de Doenças Raras, junto aqui à Câmara e ao Senado. E nós temos muitas coisas a serem feitas. Quando a gente fala de doença rara, parece que tem duas ou três pessoas só com isso, a gente está falando de milhões de pessoas, mais de 11 milhões de pessoas, mais de 8 mil tipos de doenças raras diferentes. Então é necessário que nós tenhamos um cuidado muito especial, uma visão muito especial para todas essas pessoas. A gente sabe das necessidades, das dificuldades na compra, inclusive, de medicamentos para isso, muitos desses medicamentos são muito caros, muito caros. Nós tivemos um revés, vamos chamar assim agora, com o STF recentemente, com relação a essas compras de medicamentos, a gente precisa reestudar isso, porque quem sabe, quem está ali no dia a dia, cuja vida depende literalmente desse medicamento, a gente precisa dar essa atenção. Toda vida tem uma importância muito grande.

Nós temos agora no Brasil uma boa notícia, lá em Botucatu, no Cevap, dentro da Unesp, em Botucatu, eu chamo de centro de tecnologia de medicamentos, é um nome mais complicado, mas é um centro de tecnologia de medicamentos, para que a gente consiga desenvolver medicamentos no Brasil. Por que isso é tão importante? A gente tem aqui no Brasil uma biodiversidade gigantesca, com seis biomas, muitas coisas podem ser feitas a partir desse conhecimento, poderão e serão feitas lá em Botucatu, ou seja, esses novos ativos se transformam em novas moléculas sintetizadas, que vão para esse centro, ali eles conseguem pegar esse conhecimento, fazer todos os testes clínicos, pré-clínicos, de forma que a gente possa ter daquele conhecimento um remédio novo. Por que isso é tão importante? Eles podem passar isso para a indústria, para ser feito no Brasil, isso gera nota fiscal, gera emprego no Brasil. Se a indústria não quiser, achar que não é viável, eles conseguem também passar para Manguinhos ou para o Butantan, para que a gente possa ter esses medicamentos feitos no Brasil, acabar com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dependência externa que encarece tanto isso aí, isso traz mais segurança para cada uma das pessoas. Quem tem alguém com doença rara na família sabe a dificuldade que é, isso traz mais segurança para essas pessoas e para o Brasil significa também soberania, para que a gente possa ter isso.

Então, Senadora Damares, parabéns pelo tema extremamente importante. Contem comigo aqui, nós dois sempre trabalhamos juntos em todas as causas aqui, então contem conosco aqui para que a gente consiga acelerar esses processos e resolver essas situações que são tão importantes para tanta gente.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador, muito obrigada. Nós sabemos que vamos poder contar muito com o senhor nessa demanda e nesse grupo de trabalho que a gente quer criar, para que a resposta seja entregue.

Nós vamos ouvir primeiro, nós temos a alegria de ouvir agora o nosso expositor, o Dr. Gustavo de Paiva Costa, Médico Reumatologista da Sociedade Brasileira de Reumatologia.

Bem-vindo, doutor, dez minutos, mas se precisar a gente estende seu tempo.

O SR. GUSTAVO DE PAIVA COSTA (Para expor.) – Obrigado, Senadora. É uma honra para a Sociedade Brasileira de Reumatologia ter este espaço aqui. Quero cumprimentá-la, aproveitando juntamente com todos os demais participantes da mesa. Quero dizer que sou do quadradinho também.

Para a gente ter uma ideia do tamanho da questão, o lúpus é uma doença autoimune, acho que todos sabemos, mas não chega a ser uma doença rara, Senador Marcos, é uma doença incomum. Então, a gente tem mais ou menos, para cada 100 mil habitantes, 70 pacientes com lúpus, o que daria, numa conta aí para o Brasil, coisa de 155 mil pacientes espalhados pelo Brasil todo, sendo que, a cada ano, para cada 100 mil habitantes, a gente espera o aparecimento de lúpus em 7 pessoas. Pegando Brasília, o quadradinho aqui como um exemplo, a área metropolitana, 4 milhões de pessoas aqui, Brasília e arredores, a gente teria aí mais ou menos 280, 300 pacientes novos por ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma doença que tem seu pico de incidência no início da vida adulta, acometendo mais ou menos 10 mulheres para cada homem que tenha a doença. E é uma doença que pode ser uma doença muito leve, mas pode ser uma doença muito grave. Se a gente pega mulheres entre 5 e 60 anos, o lúpus, apesar de ser uma doença incomum, está entre as 20 maiores causas de morte nessa faixa etária de mulheres, mostrando o tremendo impacto que a doença pode ter.

Essa é uma doença, o que faz o lúpus ser diferente de outras doenças autoimunes, só na tireoide, só no rim, só no cérebro, é que ele virtualmente pode acometer qualquer sistema do corpo e comumente mais de um, frequentemente, mais de três sistemas do corpo: pele, olhos, juntas, rim, pele sempre dá uma doença com muito estigma para os pacientes, com um impacto muito importante nos pacientes. A gente pode ter acometimentos nas juntas, no pulmão, água no pulmão, água no coração, a gente pode ter AVCs, tanto isquêmicos como hemorrágicos, a gente pode ter um acometimento do sistema nervoso central, dando psicose como causa da doença. Enfim, é uma doença que tem realmente um espectro grande de acometimento. E o que sempre nos chama a atenção é o acometimento renal, podendo levar nossos pacientes, mesmo muito jovens, à insuficiência renal, portanto, dependentes de diálise e, *a posteriori*, de transplante e com índice de mortalidade muito grande.

O rim sempre foi um sistema muito acometido na doença porque impacta muito a vida dos pacientes. Esse aí é um dado muito interessante para mostrar quão importante é a intervenção nos pacientes com lúpus. Esse é um gráfico que mostra a sobrevivência renal, quer dizer, aqueles pacientes que perdem função renal.

Eu consigo apontar aqui? Acho que eu consigo, não consigo.

A linha vermelha ali são aqueles pacientes que não usavam nenhum tipo de tratamento e a gente perde coisa de 60% a 80% dos rins, ou seja, os nossos pacientes evoluem, sem tratamento, em 60% a 80% das vezes, para insuficiência renal. Quando a gente usa corticoide, aquela trajetória amarelinha ali, a gente melhora um pouco isso aí para metade, mas, quando a gente faz um tratamento adequado com imunossupressão, hoje a gente perde apenas 15% dos rins dos nossos pacientes, mostrando que o acesso ao tratamento – e o tratamento não é apenas medicamentoso, mas inclui medicamentos –, o acesso adequado a um tratamento adequado muda a vida desses pacientes, não apenas de mortalidade, mas como o termo médico é morbidade, porque uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menina de 20 anos que vai ter insuficiência renal vai ter uma vida na frente de hemodiálise, uso de imunossupressores e por aí vai.

Assim como isso vale para o rim, isso vale para sobrevida também. Esse primeiro trajeto é sobrevida dos pacientes com lúpus ao longo de anos e, naqueles pacientes tratados apenas com corticoide, a gente tem mortalidade precoce enormemente na população. Às vezes a gente perdendo coisa de 15% a 20% dos pacientes. Com tratamento adequado, a nossa mortalidade passa a ser de 5%, muito próxima da população.

Quais os desafios que a gente tem hoje? Tratamento adequado à doença, a gente precisa de acesso, grosseiramente, sob dois aspectos. Primeiro é o tratamento médico. Então é importante a gente ter um reumatologista, um centro de reumatologia, tanto a nível secundário quanto a nível terciário. Mas se lembrem de que essa é uma doença que pega, classicamente, vários sistemas. Então o atendimento primário é fundamental para o endereçamento correto desses pacientes. O colega da ponta, do Programa Saúde da Família, nos postos de saúde, assim por diante, nas prefeituras, tem um papel fundamental tanto no diagnóstico da doença, porque, quanto mais tarde a gente chega para tratar adequadamente a doença, pior é, maior chance de a doença deixar sequela, maior chance de mortalidade. Então o diagnóstico adequado é uma coisa. Uma segunda coisa é que um atendimento primário eficiente desafoga os centros de reumatologia, então o centro de reumatologia não precisa cuidar da pressão, do diabetes, da tireoide, que está sendo bem endereçado a nível primário de atendimento. E um terceiro ponto que seria fundamental de incrementação do atendimento primário é que tem várias doenças da reumatologia que, depois de feito o diagnóstico, podem ser tratadas a nível primário de atendimento. São doenças muito comuns e que, em você desafogando o centro de reumatologia de doenças que são muito comuns, muito prevalentes e que podem ser adequadamente endereçadas a nível primário, osteoartrose, por exemplo, você desafoga os centros de reumato para que eles possam atender esses pacientes mais críticos, o lúpus, talvez a mais emblemática de todas delas.

Os desafios aí seriam a gente ter uma comunicação muito boa com o atendimento primário e o centro de reumatologia a nível secundário, tanto para referendar os pacientes aos centros, mas também de contrarreferência, de receber aqueles pacientes de volta, também esses pacientes das doenças muito comuns, eventualmente aquele lúpus com doença mais leve precisa ir uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vez ao ano no centro de reumatologia e vai sendo tocado pelo colega a nível primário. Então, a gente acha que uma das pedras fundamentais que contribuiriam para melhor atendimento dos pacientes com lúpus no país hoje seria esse incremento do atendimento primário. Então, para o colega que está lá na frente, a gente pode pensar em programas de educação continuada, essa contrarreferência funcionando bem é uma coisa de que a gente sente muita falta hoje, de forma geral, no Brasil como um todo.

A Sociedade de Reumato cresceu muito nos últimos anos e eu diria que, nos últimos dez anos, houve uma interiorização, se a gente pode dizer assim, de reumatologistas. Ainda tem áreas no Brasil que são muito carentes de reumatologistas, mas áreas que eram muito carentes anos atrás hoje estão relativamente bem assistidas. Então, organizando o que a gente tem com essas ideias como pano de fundo, pelo menos as que eu estou tendo agora, mas a gente está aberto ao debate, a gente entende que poderia melhorar muito com o que tem, obviamente, incrementando também o número de centros de reumatologia, que, pelo país todo, estão abalroados de pacientes e não conseguem... Vocês sabem que, em grandes centros, há serviços que não conseguem atender mais pacientes de primeira vez, porque a capacidade de atendimento desses serviços está a 120%, nem 100%, 150%. E esse rearranjo seria muito possível, eu acredito, não apenas aumentando a capacidade dos centros que já existem, criando outros, mas focando também no atendimento primário, que a gente entende como primordial num país do tamanho do nosso.

E a segunda questão de acesso, obviamente, é medicamentos, e não só medicamentos. Nós vimos aqui alguns projetos de lei, por exemplo, o lúpus é uma doença que pega muito pele, é uma doença que piora com a exposição ao sol, então faz parte do tratamento dos pacientes com lúpus protetor solar. A gente não tem disponível, nosso país é um país tropical. Eu mostrei os números ali de prevalência de 70 pacientes por 100 mil habitantes, tem um estudo da nossa Dra. Maria José Pereira, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, região que é muito próxima do Equador, essa prevalência vai para 14 para cada 100 mil habitantes, especialmente por causa da pele.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO DE PAIVA COSTA – Peço só mais dois minutos, Senadora, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para vocês terem ideia, isso aqui é um consenso internacional de tratamento com doença, a gente não precisa... doença leve, moderada ou grave, os remédios disponíveis, isso já está estabelecido há mais de cinco, seis anos, eu circulei remédios que são já estabelecidos há mais de 15 anos para o tratamento do lúpus, a que a gente simplesmente não tem acesso no Brasil. Então, esse retardo de incorporação de novos medicamentos ou de novas tecnologias impacta diariamente a nossa prática médica. Para vocês terem ideia, a última vez que foi incorporado um medicamento para o tratamento de lúpus tem mais de 20 anos. E agora, no PCDT de dois anos atrás, foi incorporado aquele que está no meio ali, MMF, que é uma droga chamada micofenolato mofetila, que a gente já usa para transplante renal há mais de 20 anos no país e não é liberada para uso no lúpus. A gente pode usar no lúpus grave, no lúpus médio, grande número de pacientes que precisam do remédio, mesmo quando incorporado, foi incorporado apenas para o tratamento do lúpus renal. E nós temos novas drogas para chegar com impacto enorme no tratamento da doença e essa demora da incorporação é uma coisa que impacta nossos serviços diariamente, todos os dias.

Finalmente, eu queria concluir dizendo que toda grande tarefa, por maior que seja e mais impossível que seja, a gente nunca consegue fazer sozinho. Mesmo Dom Quixote tinha o Sancho Pança, eu espero que a gente, em conjunto, consiga realmente enfrentar esses grandes moinhos de vento que a gente tem pela frente aí.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Gustavo.

Gente, chegando perguntas do Brasil inteiro, acho que a gente não vai conseguir responder às perguntas, mas eu vou encaminhar para os senhores e nos respondam por escrito, para a gente enviar aos internautas depois.

Nós vamos ouvir, na sequência, a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, a Dra. Fernanda Quirino de Paula Silveira, sobre a prática na nossa secretaria e o atendimento na nossa secretaria do DF aos pacientes com lúpus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FERNANDA QUIRINO DE PAULA SILVEIRA (Para expor.) – Cumprimento a Senadora, todos os outros componentes da Mesa, a plateia aqui presente e também quem está acompanhando *online*.

Aqui, no DF, a gente tem uma experiência muito boa em relação ao tratamento do lúpus. A gente tem o privilégio de ter já há muitos anos um programa local de fornecimento e medicação para os pacientes. Depois é que o Ministério da Saúde fez o PCDT. Se não me engano, é de 2012 ou 2013 o primeiro PCDT do Ministério da Saúde, que teve uma atualização recente agora, em 2022, para a inclusão do micofenolato.

A grande questão no SUS realmente é a porta de entrada. A gente entende a atenção básica como o acesso que o paciente tem ao SUS. E o lúpus, por não ser uma doença comum, é uma doença de difícil diagnóstico, porque, como não é todo mundo que conhece, não é todo mundo que vai pensar que aquilo pode ser lúpus, e esse retardo do diagnóstico acaba impactando muito na resposta ao tratamento, porque, quanto mais se demora para fazer o diagnóstico, mais tarde se inicia o tratamento, com o risco de o paciente ter algum tipo de sequela.

Então, a gente entende que a atenção primária como porta de entrada é muito importante, e é preciso ter uma capacitação dos médicos da atenção primária e de todo o pessoal para fazer um acompanhamento desses pacientes não só no sentido de fazer o diagnóstico e encaminhar para o centro de referência, mas também o acompanhamento do período de remissão, como o Dr. Gustavo falou, porque são pacientes que, quando entram em remissão, precisam só da manutenção do tratamento, não precisam de um suporte avançado, de um suporte terciário significativo, e também a questão do acesso a exames. Os exames que a gente precisa para fazer o diagnóstico, para fazer o acompanhamento, nem sempre estão disponíveis. Então, isso acaba também dificultando e retardando o diagnóstico.

A gente viu ali a exposição da Senadora. Em relação à legislação, realmente acho que a gente está muito atrasado. Eu estava comentando com o Gustavo aqui: a gente já vê doenças que são mais prevalentes e que não causam tanta incapacidade que já têm benefícios fiscais, e o lúpus não tem. Eu acho que, se a gente conseguisse reunir tudo em relação ao lúpus, porque a gente percebe que as legislações falam mais ou menos a mesma coisa, se a gente conseguir unir tudo... Porque esses pacientes são pacientes que, quando jovens, em idade produtiva,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dependendo, passam um período longo da vida em tratamento, sem condição de trabalhar, sem condição de produzir.

Então, eu acho que, em termos de SUS, a gente precisa organizar essa trajetória do paciente para que ele tenha um diagnóstico rápido, um diagnóstico efetivo e o tratamento.

Em relação ao tratamento, a gente já teve tentativas de incluir as medicações que são consideradas de primeira linha, principalmente para os pacientes com doença grave, mas a gente esbarra, às vezes, em custo ou em indicação de bula. Por ser uma doença pouco comum, não temos grandes estudos, uma grande quantidade de pacientes para validar essa indicação. Então, por exemplo, uma medicação que ele colocou ali, que é o RTX, que é o rituximabe, que a gente usa para os pacientes com as manifestações mais graves e com risco de vida, ela não tem, na bula, a indicação do lúpus. Então, a gente não consegue incorporar pelo PCDT do Ministério da Saúde por conta dessa dificuldade de dados científicos necessários, e acaba tendo muita judicialização, porque os pacientes precisam da medicação, às vezes tem risco de vida, e então isso acaba comprometendo não só o sistema de saúde, mas também o sistema judiciário, porque você entra com ações que... Enfim, os pacientes precisam, vão acabar ganhando, e, às vezes, retarda também o tratamento.

Então, aqui, no DF, realmente, a gente tem uma experiência boa, a gente tem um grupo de reumatologistas bem coeso, não é, Gustavo? A gente... É um privilégio ser reumatologista aqui no DF. Então, a gente tem essa experiência, a gente consegue tratar os nossos pacientes. E a medicação é comprada pelo Ministério da Saúde e fornecida para a Secretaria de Saúde. Então, por algum motivo, essa logística, talvez, não sei de prescrição, não está chegando aos pacientes nas regiões mais remotas. Então, precisa ser avaliado e estudado o que está acontecendo ali, naquele local, que a medicação não está chegando, porque a gente tem a maioria das medicações... Principalmente para o lúpus de leve a moderado, a gente tem todas as medicações que são preconizadas hoje pelos principais protocolos, elas estão disponíveis pelo PCDT do Ministério da Saúde. Então, precisa-se do entendimento dessa situação para poder agir de forma mais eficaz.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Fernanda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora falou sobre algo que está sendo alvo de perguntas aqui: a medicação. Ela não está chegando. Nós vamos ter que entender por que a medicação não está chegando.

O DF é atípico. No DF, gente, está tudo muito pertinho aqui, e a gente sabe o compromisso que a secretaria tem, e vocês viram que está dando certo no DF. Por que não está dando certo fora do DF?

Dra. Fernanda, obrigada por sua participação.

Nós vamos intercalar os especialistas com as famílias nesta audiência. Então, nós vamos ter a honra de ouvir agora a Sophia. E por que a gente vai ouvir a Sophia? Ela é paciente. Ela está sentadinha aqui, quietinha, mas a gente vai ouvi-la, e a gente vai liberá-la para ela tomar um suquinho, mas ela vai voltar para a audiência. Mas, antes de a gente ouvir a Sophia, que é uma paciente, uma menina que foi diagnosticada, há alguns anos, com lúpus, nós vamos conhecer a Sophia. Nós temos um vídeo, e eu quero que vocês conheçam, por meio desse vídeo, quem é a Sophia, porque o vídeo resume tudo, e ela vai falar só do tratamento e de como ela está. Vamos assistir ao vídeo? E se preparem para ouvir a Sophia!

(*Procede-se à exibição de vídeo.)* (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Com vocês, Sophia.

Sophia, não vai tocar a campainha para você, não. Fique à vontade. Seja bem-vinda ao Senado Federal!

A SRA. SOPHIA CAVALCANTE ALVES DIONÍSIO (Para expor.) – Obrigada.

Bom dia a todos e todas!

Meu nome é Sophia Cavalcante Alves Dionísio. Sou portadora de lúpus eritematoso sistêmico e discoide.

Primeiramente, eu quero agradecer à Senadora Damares Alves por estar aqui, por este convite para estar aqui falando com vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vim falar que eu fui diagnosticada com lúpus aos cinco anos de idade. Passei por momentos bem difíceis e quase vim a óbito.

O lúpus é uma doença bem agressiva, principalmente em crianças – mais em crianças do que nos adultos.

Eu vou falar das nossas angústias.

Assistência médica com reumatopediatra. Eu não sei por que é tão difícil conseguir uma consulta com reumatopediatra. Vocês podem me corrigir, mas, na maioria das vezes, não tem reumatopediatra. Fica difícil.

Além da consulta, precisamos de acolhimento, porque não adianta ter a consulta, ir à reumato, a reumato passar os medicamentos, e não ter... Precisamos de acolhimento. Só a nossa família sabe o que nós passamos, a dor.

A gente também necessita de medicamentos, que muitas vezes são negados. Isso é um absurdo, porque o lúpus é uma doença grave. O lúpus, sem tratamento, mata. E como é que a gente vai fazer esse tratamento sem os medicamentos?

Necessitamos de protetor solar, porque o lúpus age de dentro para fora. Quando a gente toma muito sol, as nossas bochechas ficam vermelhas, em formato de borboleta. E também passamos mal, nós vomitamos. Não é todo dia que a gente está bem. Tem dia que a gente está muito mal, não aguenta nem sair da cama. E tem dia que a gente está ótima.

Necessitamos também de cremes para a pele, que fica bastante ressecada. Aqui eu estou com as pernas hidratadas – a vovó passou o creme –, meus braços também, mas eu pedi para ela deixar o cotovelo para vocês verem como é que fica ressecada. Se não hidratar, vira ferida. E tem também a importância de usar o protetor labial, porque a boca resseca muito. Se deixar muito tempo sem passar, abrem-se feridas.

E eu vou falar aqui para vocês: eu poderia estar em casa com a vovó, na minha zona de conforto, tranquilamente. Eu sou uma pessoa pública. Tenho consulta, tenho atendimento. Inclusive, o atendimento pelo SUS foi suspenso para nós, crianças lúpicas, e eu estou sendo atendida por particular porque eu sou pessoa pública. E quem não tem condições? Eu via, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu era atendida, criancinhas que não tinham dinheiro para comprar um prato de comida, um suco. Fica difícil. Eu poderia não estar aqui falando nesse assunto, mas estou aqui para falar em nome de todas as crianças e dos adultos também, que passam por muitas dificuldades.

A gente, só a gente mesmo, sabe os sintomas da nossa doença. A gente precisa dos nossos direitos. A gente necessita. A gente precisa de alguém que ouça os nossos desabafos.

Eu estou aqui agora assim, perfeita, por causa da vovó, porque, se não fosse a vovó, eu não estaria aqui falando com vocês. (*Manifestação de emoção.*)

E eu estou aqui por todas as crianças, para elas não acabarem como uma amiguinha minha chamada Samara Kelly, que teve suas medicações tiradas em outubro de 2023, ficou sem reumatopediatra, por isso veio a óbito. E estou aqui para mandar um beijo enorme para a mãe dela, que é a Kelly, e para todas as outras mães que têm a sua luta com seus filhos lúpicos e lúpicas.

Esse é o meu recado para todos vocês.

Beijo da Sossô.

Tchau! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quem não acompanha a Sossô nas redes sociais... Ela termina todos os vídeos com: "beijo da Sossô". Ela tem sido voz, tem sido voz. É lá do interior da Bahia, de Cruz das Almas.

Eu fiz uma surpresa para ela em junho. Eu fui visitar a Sossô na casa dela. Foi um momento muito especial.

É exatamente isso. As crianças sofrem.

Na sequência, a gente vai ouvir a vó de Sossô; essa vovó, a vovó Magnolia.

O Instagram da vovó Magnolia...

A SRA. MAGNOLIA MARIA SANTOS – É @magnoliasophia2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – D. Magnolia, dez minutos. Na sequência, a gente libera a Sophia da mesa para a assessoria cuidar dela um pouquinho. E, na sequência, a gente ouve os demais.

E, aí, Senador? Vamos levar a Sossô? Vamos cuidar da Sossô?

D. Magnolia, dez, quinze minutos. O tempo de que a senhora precisar.

A SRA. MAGNOLIA MARIA SANTOS (Para expor.) – Bom dia a todos!

A menina vem, me deixa lá embaixo e fala... Tudo que eu estou pensando em falar ela já falou. É mole?

Bem, vou continuar aqui. Como diz a Sossô – é um velho ditado que o diz –, quem tem sua dor é quem geme.

Lá no papel, é tudo muito lindo, é tudo maravilhoso, mas venha viver. Venha conviver com a lúpica ou com o lúpico.

No Estado do Pará, tem um grupo, APPL, que está sem hidroxicloroquina. Essas meninas estão no Ministério Público, ansiando por uma medicação sem a qual a gente sabe que, se não tomarem, elas vão a óbito e, fora isso, para pleitear benefícios. Tem trabalhadoras lúpicas que não conseguem ficar no emprego de tanto colocarem atestado médico, gente.

Dizer que o lúpus é uma doença comum... Eu não concordo. É uma doença grave. O lúpus mata, sim. Só quem está vivendo, convivendo com isso é que sabe.

Voltando aqui à Sossô, muitas mães de crianças lúpicas têm me procurado. Eu quero até mandar um abraço aqui para a Lorena, das Minas Gerais. A filhinha dela, recentemente, de quatro anos, foi diagnosticada com lúpus e está numa situação bem grave agora, está com nefrite lúpica, vai passar por um processo mais agressivo. Sossô passou por um processo agressivíssimo também. E o Júnior também, das Minas Gerais. Ele está com 17 anos. O belimumabe foi vetado pelo Governo. E ele está sem saber o que fazer. A mamãe está sem saber o que fazer. Nós, que estamos dentro desse problema, apertamos o bolso para pagar uma assistência médica para nossas crianças. A medicação de junho só vai ser entregue a ele em fevereiro de 2025 pelo plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de saúde. Glória! Graças a Deus! Porque nem todos os planos de saúde estão cedendo medicação e consultas estão sendo vetadas também.

O problema de Sophia foi o seguinte: ela está sem atendimento com reumatopediatra pelo SUS desde abril de 2023. É culpa do hospital, que não tem vaga para ela? Não! É o sistema, viu, gente? Se o sistema colocar um concurso e colocar mais reumatopediatra... Eu fico até feliz porque a doutora disse que aqui, no Distrito Federal, não tem esse problema. Eu estou quase me mudando para cá, viu? Porque neste Brasil afora está complicado, muito complicado. Não é isso que a gente vê, não, viu? O negócio está bem feio, está feio. Não é isso que falam, não é isso que estão espelhando. Dizem que é isso, que é aquilo, que está tudo lindo, maravilhoso. Não! Se vocês forem cavar, se vocês forem adentrar o problema, vão ver que é mais difícil do que se imagina. Então, quem tem sua dor é quem geme.

Eu vou passar o primeiro vídeo e vou continuar a falar para vocês.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. MAGNOLIA MARIA SANTOS – Pronto?

Alimentação. É caro, viu, gente? Manter a saúde da Sophia como ela está não custa barato. E quem não tem condições? Como ela disse, ela é pessoa pública, ela tem arredores de seguidores que abraçam Sophia, senão ela não estaria nem aqui conversando com vocês neste momento. Alimentação.

E um protetor solar é caríssimo! Tem protetor solar que chega a R$90 reais. Pouquíssimos lugares do Brasil cedem um protetor solar fator 30 para uma lúpica. E Sophia tem que usar protetor solar de manhã, de tarde e de noite. Nem essa luz aqui faz bem para ela, viu? O sol, para as lúpicas, age de dentro para fora. E essas pessoas não têm protetor solar.

Creme para a pele. Chega a R$120, R$200, R$300 um creme para uma criança lúpica, um adulto lúpico. Se ele ganha salário mínimo, como é que vai sobreviver? Como é que vai cuidar da pele? Mas ela é pessoa pública, ela tem quem dê a ela, não é? E se não tivesse?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Xampu. Gente, as lúpicas... Eu não sei algumas, mas ela tem uma tendência a ter uma seborreia braba e o cheirinho não é agradável. Tem xampus para a Sophia que chegam a R$200 reais. Para manter esse cabelo aqui, custa caro. As medicações são caríssimas.

Zona de conforto. Como ela disse, eu poderia estar em casa com ela agora, não é? Recebe, tem recebido, tem... Recentemente, o Razões para Acreditar fez uma vaquinha generosa para a Sophia, para manter o tratamento dela depois que ela deixou de ter assistência pelo SUS. Quero agradecer à Astrid Fontenelle, que foi quem conheceu Sophia desde o início, quem levantou Sophia nas redes sociais. E depois veio a Damares Alves, que surgiu assim: "Ah, vou pegar essa menininha para mim". E é isso aí, gente! E tem mais aqui.

Quando Sophia fala sobre acolhimento, gente, é porque, quando tem a consulta, vão, atendem a criança: "Você está precisando disso, e disso, e disso; daqui a três meses, volte". Como é que fica o psicológico de uma criança lúpica, da vovó, da mamãe, do papai? Como é que fica esse psicológico? Acolhimento. E o espaço de acolhimento para essas mães e essas vovós? Porque tem hora em que a gente vai dormir e fica com medo do amanhã. (*Manifestação de emoção.*)

Como é que fica o psicológico da gente? Péssimo! Eu levei quase três anos sem dormir com a luz apagada, com medo de dormir, acordar e não encontrar Sophia viva. Eu peguei pânico, cheguei a tomar medicamento, com medo de acordar e não tê-la comigo. Então, é deste acolhimento que a gente fala: atender a criança, atender os pais, os avós dessa criança, para poderem ter um apoio, porque é difícil. É difícil.

Em relação ao medicamento, eu não sei por que acontece de tantos medicamentos serem, ultimamente, vetados pelo Governo. Eu não vou entrar no assunto, porque eu não estou sabendo direito o que é que anda acontecendo, mas tem medicamento que chega a R$12 mil, R$20 mil, R$30 mil. Quando se precisa, vai ter que entrar no Ministério Público. Até lá, é cemitério mesmo, porque o lúpus não espera, não; não espera de jeito nenhum.

Samara Kelly. Tem um vídeo de Samara? Ou depois eu falo sobre ela? Tem um vídeo? Um vídeo de Sossô?

Acho que vou pedir para colocar, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAGNOLIA MARIA SANTOS – Acreditem, gente, aí, ela já estava desenganada, viu? O fígado chegou a uma posição que não tinha remédio que desse mais jeito à Sophia. Foram várias, diversas pulsoterapias para ver se o lúpus sossegava. E bolsas de sangue. Quando ela ia tomar uma bolsa de sangue, o sangue saía direto pela urina. Aí, foi que teve de partir para o remédio chamado Rituximabe. Foi o que trouxe Sophia à vida. Caríssimo! Graças a Deus, ela estava internada à época. Então, a medicação foi logo... As sessões, porque é uma medicação oncológica... Inclusive, acho que não tem nem bula ainda essa medicação, mas, assim...

Eu aprendi... A vovó mudou muito, viu? A vovó hoje é mais calma, mais sensível que a vovó de antes. Eu aprendi com ela. Eu queria ter nascido primeiro do que ela, para ser o que eu sou hoje. Eu aprendo com minha neta todos os dias a ter amor à vida, ao próximo, a ajudar o próximo. Tem gente que diz que eu sou uma pessoa boa, mas é isso aí.

Tem outro vídeo?

Pode.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. MAGNOLIA MARIA SANTOS – Essa é a nossa Sossô hoje. O lúpus está dormindo, ele está em remissão, graças a Deus!

Eu só tenho um minuto, não é, Senadora?

Então, aproveito para agradecer ao Dr. Savilo, lá de Cruz das Almas, que cuida da Sossô, à Aline Brandão. Agradeço à Escola Montessori, que cedeu esses dias para a Sossô, e a todos os cruz-almenses, que apoiam a Sophia em tudo.

E medicamentos, acolhimento, respeito aos lúpicos e lúpicas, mais dignidade.

Vamos tirar o lúpus da invisibilidade. Precisamos ser vistos, precisamos de apoio, precisamos tirar isso do papel, ou, então, vamos continuar com óbitos e mais óbitos, principalmente de crianças – só de janeiro para cá, foram seis.

Obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, vovó Magnolia.

Eu vou pedir à Aninha, à Xuxu, à Rose para levarem a Sophia para tomar um suquinho; depois ela volta.

Eu quero convidar, para ocupar o lugar da nossa querida Sophia, a nossa representante do Conselho de Medicina – ocupar o lugar da Sophia.

Na sequência nós vamos ouvir a Eliana Rezende Furtado de Mendonca, Diretora-Presidente do Instituto Dé Mendonça, por dez minutos.

A SRA. ELIANA REZENDE FURTADO DE MENDONÇA (Para expor.) – Bom dia, Senadora Damares Alves. É um prazer enorme estar aqui. Bom dia a todos os participantes desta mesa e a todos aqueles que estão aqui nos assistindo.

É difícil, depois da D. Magnolia, a gente falar, mas não quero me emocionar, porque o Instituto Dé Mendonça foi criado depois do falecimento da minha filha por lúpus, em 2017. Nós criamos em 2018 essa instituição justamente para suprir essa falta que a gente percebe com relação ao Governo, ao Estado, aliás. É o Estado, é uma questão de Estado; não é uma questão de Governo. Há necessidade de toda a ordem, e nós vamos aqui aproveitar este espaço para que a gente possa colocar os problemas todos que nós estamos vivenciando.

Podia passar o primeiro? Desculpe.

Bom, eu quero explicar que Dé é o apelido da minha filha, que se chamava Daniela, mas como ela era uma pessoa muito querida, muito popular, todos a chamavam de Dé. Então, nós mantivemos o apelido no nome do Instituto Dé Mendonça – Lupus Care. É uma organização civil de interesse público; nós já somos uma Oscip de direito privado, sem fins lucrativos.

Nossos objetivos são apoiar as pessoas afetadas pela doença lúpus eritematoso em suas necessidades básicas. O que nós consideramos como necessidades básicas? Tudo aquilo que traz qualidade de vida, seja medicamento, consultas, apoio psicológico, acolhimento. Então, nós estamos presentes na vida de todos os pacientes no Rio de Janeiro, que é a nossa sede. Aqueles que nos procuram, nós atendemos com o maior carinho, com a maior afeição, porque sabemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do sofrimento de todas essas pessoas. Buscamos contribuir na formulação de políticas públicas e no incentivo às pesquisas científicas.

Nesses seis anos de atividades, vocês podem ver, nós tivemos essa preocupação sempre – olha lá o filtro solar, está vendo? – de distribuirmos o filtro solar, de distribuirmos medicamentos. Em 2018 – depois eu vou falar sobre os hospitais –, o Hospital da Lagoa praticamente fechou o seu laboratório para exames de sangue na área de reumatologia e lúpus. Nós ficamos, durante três meses, com contrato com um laboratório, fornecendo essa possibilidade de exames de sangue para os pacientes de lúpus. Durante três meses, 273 pessoas foram atendidas pelo Lupus Care. Depois, não pudemos mais manter, porque era caríssimo, e o hospital não pretendia reformular essa situação que lá se encontrava, e o instituto tinha outros compromissos também. E hoje, no Hospital da Lagoa, a situação foi piorando tanto que o Hospital da Lagoa é um dos que está sob intervenção do Ministério da Saúde. A situação é gravíssima nesse hospital – depois nós vamos voltar a eles.

Aqui, eu quero apresentar quem é esse nosso grupo. As minhas pesquisas vão divergir um pouquinho das do Dr. Gustavo, porque nós colhemos esses dados nas pesquisas que foram feitas com o SUS, e o Dr. Gustavo tem uma outra fonte de dados.

Então, as características gerais são: 77 mil, é o número estimado de brasileiros; a faixa de idade mais atingida seria de 21 a 46 anos; o sexo feminino predomina, com 92%; e os pacientes, que foram classificados como multirraciais – colocaram brancos, negros e multirracial.

Os impactos: aposentados pelo LES, nós temos 33,3%; taxa de internação por ano, 21 – é altíssima essa taxa; e também os pacientes que abandonam as escolas por motivos justamente de não conseguirem se manter durante o ano letivo, porque o problema do lúpus atrapalha bastante.

É a segunda maior causa de afastamento do trabalho e também tem ali um custo médio por paciente, por ano, de US$3.123 por paciente durante o ano. Então isso multiplicado pelo quantitativo que existe realmente é um volume muito alto.

Nós percebemos, durante esses seis anos, que a situação do lúpus não era pontual. Ela estava, na verdade, inserida em macrofatores que são impeditivos à ampliação desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento e à melhoria do atendimento do paciente. Quer dizer, não adianta você tratar um ponto se você não observar, não identificar todas as outras questões que envolvem o problema. Então, nós temos problema na infraestrutura hospitalar, baixo incentivo à especialização em reumatologia, escassez de concursos públicos para médicos reumatologistas, falta de capacitação dos médicos da atenção primária em saúde para o diagnóstico precoce, morosidade na formulação de políticas públicas específicas para pessoas com lúpus, baixo incentivo às pesquisas científicas, pouco uso da tecnologia como difusor de conhecimento, telemedicina e outros e a inexistência de campanhas de conscientização sobre o lúpus para pacientes e a sociedade em geral.

Nós vamos falar rapidamente sobre cada um desses quadros. Algumas coisas já foram faladas pelo Dr. Gustavo, pela Doutora. Justamente, nós vamos agora abordar.

No Rio de Janeiro, nós temos 6,3 milhões habitantes. Temos, segundo o próprio diagnóstico da gestão hospitalar do Ministério da Saúde, 593 leitos fechados naqueles hospitais, que são os hospitais federais, enfermarias e centros cirúrgicos interditados, desabastecimento de insumos e medicamentos, equipamentos e infraestrutura sem manutenção, além de redução de 16 mil servidores estatutários e déficit de 7 mil profissionais. Meus amigos, é o caos – é o caos. É como a D. Magnolia disse. Não adianta ficar dizendo bonitinho, que aqui mostra uma coisa arrumadinha, quando nós estamos vivendo uma situação gravíssima na saúde pública brasileira.

Pode mostrar o outro?

No município, esses são os hospitais que atendem a reumatologia e lúpus também, dentro dessa especialidade de atender lúpus também. Eu só coloquei três porque eu não tive tempo de fazer um levantamento com todos. No Hospital dos Servidores, na reumatologia, tem 3,2 mil; no Hospital Pedro Ernesto, que é do estado... O dos Servidores é federal. O do estado, o Pedro Ernesto, tem 3,4 mil pacientes de com lúpus. No dos Servidores, 700; 1,2 mil no Pedro Ernesto. De pacientes infantojuvenis, nós temos um núcleo de estudo e pesquisa de adolescentes, crianças e adolescentes no Rio de Janeiro que pertence à UERJ e que ocupa o espaço do Pedro Ernesto.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIANA REZENDE FURTADO DE MENDONÇA – Posso continuar? Levei um susto. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ocupa o espaço do Pedro Ernesto, mas é separado do hospital, ele é diretamente da UERJ.

Ali nós temos nove reumatopediatras... Não, desculpe: três reumatopediatras, e tem 46 crianças e jovens sendo tratados nesse hospital.

Eu quero fazer aqui um elogio ao Hospital Pedro Ernesto. Ele é um hospital de referência – não é, Dr. Gustavo? É um hospital de referência, é um hospital que tem atendimento ambulatorial, tem o hospital, tem sala de infusão, tem enfermaria, tudo especialmente para o pessoal de lúpus. Além disso, nós trabalhamos com eles, temos parceria para levarmos lá cursos, fazemos cursos de beleza, fazemos de maquiagem, fazemos *lives*, enfim, vários eventos, várias ações que trazem também um certo alívio, um certo acolhimento, como a senhora disse, não é?

Isto aqui é a sala de infusão.

Volta só um instantinho.

Isto aqui é a sala de infusão do Pedro Ernesto. Isso foi no carnaval; nós fizemos uma pequena festa de carnaval lá.

Pode passar.

Bom, aqui é o problema das clínicas de família, não é? Nós temos 238 clínicas de família no Rio de Janeiro, 14 UPAs e 12 policlínicas no município. É como disse a Doutora, o problema começa aí, porque esses médicos não estão capacitados para reconhecerem os sintomas do lúpus, os sinais e os sintomas do lúpus, e fica ali o paciente, aparece com uma borboleta, o médico não está ainda capacitado, não percebe ou não está preparado para isso, manda para dermatologia, que também aí manda passar um cremezinho, e a coisa vai piorando, daqui a pouco, quando se vê, já o lúpus está bastante adiantado.

Então, isto aqui é fundamental, a capacitação dos médicos na atenção primária. E outra coisa: o fluxo também é outra coisa que é importante de se dizer. Suspeitou que era lúpus? Esse fluxo tinha que ser imediato para a atenção secundária e, dali então, se confirmado, fazendo exames para os hospitais, porque se desconfia que é lúpus, mas daqui a três meses consegue ir para um hospital. Aí o lúpus já avançou bastante.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANA REZENDE FURTADO DE MENDONÇA – Ali a escassez de recursos públicos para os médicos. Eu consegui localizar nesse conselho, nesse Concurso Unificado aí, este ano, apenas 20 vagas para médicos. Foi o único concurso que eu vi: 20 vagas para médicos, não diz se é especialista ou não, e com uma remuneração... Eu queria que vocês olhassem essa remuneração do médico; eu achei até que eu tinha me enganado: R$2.149 de salário e R$1.988 de gratificação para 20 horas semanais.

De acordo com o Conselho Federal de Medicina, existem 3.134 médicos reumatologistas no Brasil. Isso em 2018; hoje, nós não conseguimos fazer esse levantamento. Não deve ter aumentado tanto assim, porque eu acho que não há incentivo para essa especialidade.

O baixo incentivo à pesquisa. Nós nos baseamos em duas pesquisas que acabaram de sair agora, em maio deste ano, e elas são pioneiras no sentido de que investigam padrões de cuidado...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIANA REZENDE FURTADO DE MENDONÇA – ... perda de produtividade, recursos, análise de recursos. Foram entrevistados 300 pacientes, com 92% de mulheres, nas diversas regiões do país.

Por favor.

Aqui a distribuição por mortes. Nesta pesquisa aqui, o Dr. Odirlei, que faz parte dessa pesquisa, comenta este total aqui. Vocês vejam que ele diz que óbito pela população geral é de 22.504; óbito só por LES, 24 mil, ou seja, o LES mata mais do que todas as outras doenças. E por idade também: menor que 18 anos, de 19 a 50 e acima de 50 anos. O índice de mortalidade é muito alto dessa doença – é muito alto.

A morosidade na formulação das políticas públicas. Eu vou me remeter à Senadora, que acabou de apresentar aí todos esses problemas que nós vimos, que não saem do papel.

No Rio de Janeiro tem duas leis, uma estadual e uma municipal, sem regulamentação. Uma de 2018 e outra de 2022; não têm regulamentação. Então, elas não existem.

E agora, em 2010, foi instituída uma Câmara Técnica de Reumatologia, e foi desativada em 2017. Agora, foi criado um grupo de trabalho para formular sugestões de políticas públicas para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pacientes com doenças reumáticas. Quando nós fizemos o quadro, não estava efetivado, mas agora já foi homologada essa criação desse grupo de trabalho, que é justamente para a formulação de políticas públicas nacionais para pacientes com doenças reumáticas.

Nós temos agora... Está ali, desculpe. Estava ali, não efetivado, eu achei que não tinha sido... É porque não retiramos ali aquela tarja vermelha. Então, a situação é essa.

Outra coisa que é importantíssima são campanhas nacionais de conscientização para pacientes e sociedade em geral. Nós temos muita dificuldade de que as pessoas aceitem o lúpus. Então, as pessoas sofrem muito com isso, principalmente no emprego. Nós tivemos agora o caso de uma paciente que chegou ao instituto dizendo que ela trabalhava como caixa de um supermercado e foi demitida porque o patrão disse que ela assustava as pessoas. Ela estava com o lúpus em atividade – exato. Então, os jovens sofrem muito, Senadora, *bullying* nas escolas – sofrem muito *bullying* nas escolas. Então, é importantíssima a conscientização e a informação, para que conheçam, saibam que a doença não é contagiosa, que aquela pessoa que está tomando medicamento engorda, mas é natural, depois emagrece. Enfim, todas essas coisas.

E o pouco uso da tecnologia como difusor de conhecimento. Nós estávamos conversando sobre a telemedicina. Isso é importantíssimo, Senadora. Nós não moramos num país; nós moramos num continente. Então, a telemedicina, a tecnologia é fundamental para os lugares mais remotos. Nós recebemos apelos de pessoas que moram no Tocantins, que moram em Rondônia; então, são pessoas que estão carentes de informação. E os médicos lá estão sem capacitação também. Precisa isso chegar até eles.

Então, o uso da telemedicina é importantíssimo.

E aqui, Senadora, essa lei, criada em 2022, foi para consulta médica, mas ela pode hoje ser ampliada. Eu acho que é um dos pedidos que nós vamos fazer à senhora. Ela pode ser ampliada justamente para o tratamento, para a capacitação dos médicos que ficam distantes.

Isso aqui foi na Central do Brasil, um programa de conscientização, todo mundo ali com os panfletozinhos para distribuir.

Bom, então, como conclusão, nós estamos sugerindo: elaborar projetos de lei...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIANA REZENDE FURTADO DE MENDONÇA – ... que disponham sobre políticas de conscientização e orientação sobre lúpus, que a senhora já mostrou; atualizar a lei de telemedicina... E nessa lei, Senadora, tem que garantir as condições adequadas, com equipamentos, pessoas especializadas, previsão de manutenção, porque também não adianta ir lá, instalar e nunca mais aparecer ninguém nem para manutenção.

E criar o projeto piloto para capacitação de médicos e multiprofissionais da saúde de atenção primária e secundária sobre o lúpus, tendo como objetivo o diagnóstico precoce e agilização de encaminhamento para atendimentos em hospitais; incentivar a pesquisa científica nas universidades e institutos de pós-graduação, utilizando recursos das instituições públicas de fomento; incentivar pesquisas científicas sobre lúpus... Ah, tá... Juntou ali. É a mesma coisa.

Criar prêmios para trabalho sobre lúpus para estudante do ensino médio, justamente onde o *bullying* acontece.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIANA REZENDE FURTADO DE MENDONÇA – É a garotada.

Sabe como é adolescente, não é?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIANA REZENDE FURTADO DE MENDONÇA – Eles fazem mesmo.

Então, é ali que nós precisamos chegar com as informações.

E criar incentivo e a especialização em reumatologia...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIANA REZENDE FURTADO DE MENDONÇA – ... e ampliar o PCDT de lúpus, inclusive com a inclusão do filtro solar e outros medicamentos, como foi falado aqui; formular e disseminar campanhas nacionais de conscientização sobre a doença.

Desculpem-me por ter me alongado e muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Eliana, e obrigada pelas sugestões. Nós vamos recepcionar as sugestões, inclusive para trazer para os relatórios das propostas legislativas que tramitam no Congresso Nacional.

Na sequência, como a gente falou aqui, a gente vai intercalar as instituições da sociedade civil.

Da área médica, nós vamos ouvir a Dra. Christina Gonzalez, representante do Conselho Federal de Medicina.

Muito obrigada por estar conosco, por ter aceitado o convite, Doutora.

A SRA. CHRISTINA HAJAJ GONZALEZ (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora, pelo convite, pela oportunidade de participar desta audiência.

Meu nome é Christina Gonzalez. Eu estou aqui representando o Conselho Federal de Medicina, mas eu devo dizer que sou médica psiquiatra e, como psiquiatra, eu acho que isso acaba tendo interferência em absolutamente todas as condições relativas às doenças, à saúde que a gente tem.

Eu estava ouvindo a Sra. Eliana falando agora e colocando alguns dos principais problemas que não só as pacientes... Eu vou me referir às pacientes com lúpus, porque 92%, 95% são mulheres. Então, eu vou colocar os homens junto a essa história.

A Sra. Eliana colocou os principais problemas para o atendimento, para o acompanhamento dessas pacientes, não só no Sistema Único de Saúde, mas também na saúde suplementar, e não só também dentro das instituições e dos serviços ligados à saúde, mas também em todas as esferas – na educação, no trabalho, na vida cotidiana, as dificuldades que essas pessoas têm enfrentado –, e pensei também em algumas contribuições que o Conselho Federal de Medicina, através dos médicos – somos quase 600 mil médicos no país hoje –, a maneira como a gente poderia tentar contribuir para essa discussão.

A D. Eliana colocou, por exemplo, a questão de poucos reumatologistas disponíveis para atendimento, poucos concursos públicos, salários bem difíceis, quase incompatíveis com uma vida produtiva, e colocou para a gente o número de reumatologistas que a gente tem no país hoje...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu consegui alguns dados da pesquisa *Demografia Médica no Brasil*, os dados de 2023, com um pouco mais de 3 mil reumatologistas com o título de especialidade no país. Apesar desse número relativamente pequeno, entre 2012 e 2022 houve um crescimento de 92% do número de reumatologistas.

Mas eu concordo com a D. Eliana quando ela fala que tem pouco incentivo a formação do reumatologista. Então... Na verdade, o que a gente tem visto hoje em dia é pouco incentivo até à própria especialização dos médicos. Então, a gente vê uma abertura muito grande de número de faculdades de Medicina, alguns cursos que a gente não sabe muito bem as condições desses cursos, o tipo de formação que eles estão oferecendo, e muitos médicos jovens que têm se formado no país infelizmente não têm nem incentivo para que façam um residência médica, uma especialização, e, muitas vezes também, menos em áreas que são mais complexas, difíceis, ou que não têm, por exemplo, um *glamour* tão grande, que não têm um apelo em redes sociais ou que não têm uma chance de ter honorários mais altos, etc.

Então, a reumatologia, infelizmente, como uma das áreas da clínica médica, acaba tendo mesmo menos incentivo para que os médicos se especializem.

A Sossô falou sobre pouquíssimos reumatopediatras. A minha mãe era pediatra. Então, eu posso... Ela trabalhava, por acaso, na sala dela no Instituto da Criança. Era a sala que ela dividia com o pessoal da reumatogia infantil do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP em São Paulo. Enfim... A gente sabe que é uma das referências aí, não só para reumatologia, para pediatria, mas para várias áreas médicas no país. E, realmente, mesmo na cidade de São Paulo, hoje, a gente tem pouquíssimos reumatopediatras – pouquíssimos. Eu sou da Escola Paulista de Medicina (Unifesp), e tive oportunidade de trabalhar com a Dra. Vera, que é uma pessoa maravilhosa e que está nessa área, mas a gente vê também que, muitas vezes, é muito difícil também.

A D. Eliana sobre a parte da pesquisa, de incentivo à pesquisa. Infelizmente, no Brasil, a gente acabou tendo uma diminuição do incentivo à pesquisa em várias áreas, não só na medicina, na saúde...

Ela falou também sobre a questão, por exemplo, da telemedicina, e uma das maiores contribuições que eu acredito que a gente pode dar é na questão da telemedicina, principalmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no que se chama teleinterconsulta, em que, por exemplo, os médicos que estão numa localidade em que eles têm condições de atender, mas não têm aquela especialização, não têm aquele conhecimento tão profundo, podem, então, ter assistência de médicos que se localizem em outros lugares do país e que podem fazer a tal da teleinterconsulta, que é atender ao paciente à distância, mas também a teleinterconsulta, que é o fornecimento de assistência ao médico que está na outra localização e que não tem essa especialização, que não tem esse conhecimento.

Isso é também chamado, na Atenção Básica à Saúde, de matriciamento, que é o fornecimento dessa supervisão, dessa assessoria, e eu acho que isso absolutamente não é difícil. A gente tem, vamos dizer assim... Durante a pandemia, a gente teve a aprovação da Lei da Telessaúde, que engloba também a telemedicina. Então, isso é absolutamente passível de ser feito. Não é um tipo de procedimento com um custo muito alto, e eu tenho certeza de que vários colegas médicos não só da reumatologia, mas de várias outras especialidades, estão disponíveis e podem fazer esse tipo. Às vezes, falta um pouquinho da questão da gestão dos recursos para colocar esse tipo de prática em andamento.

Enfim, eu acho que tem muita coisa aí para a gente, muito chão pela frente, muito que se fazer ainda, muito que se construir nessa estrada.

Eu estou aqui do lado da Magnolia. Ficamos todos muito emocionados aqui com o depoimento da Sosô, o depoimento da Magnolia, e realmente eu gostaria de agradecer por esta oportunidade, por conhecer a história e poder conhecer estas pessoas tão incríveis.

Muito obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Christina.

Dra. Christina, a gente vai precisar muito da parceria do Conselho Federal de Medicina no nosso grupo de trabalho.

Nós vamos terminar esta audiência anunciando a criação de um grupo de trabalho. Precisamos muito de vocês para nos dar norte, para nos fazer acertar.

Nós vamos ouvir o nosso penúltimo orador, o Eduardo Tenório, que é o Coordenador-Geral da Associação Brasileira Superando o Lúpus. E aí, eu quero dizer para o Silvio Marcos, servidor do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Departamento de Atenção Especializada e Temática do Ministério da Saúde, que nós o deixamos por último mesmo, Silvio, porque, com respeito a parte das angústias trazidas aqui, eu acho que nós vamos ter as respostas de você. Então, Silvio, você será o último orador. Nós vamos ouvir agora o Eduardo Tenório.

Nós temos no Plenário, também, uma instituição que está acompanhando desde o início, e, no final, ela vai apresentar algumas perguntas. Trata-se da Associação Nacional das Pessoas com Lúpus. Está aqui a Presidente da Associação, a Djane Bento.

Então, vamos ouvir agora Eduardo Tenório, Coordenador-Geral da Associação Brasileira Superando o Lúpus.

Eduardo Tenório, muito obrigada por ter aceitado o convite. Nós estamos já acompanhando o trabalho de vocês, o que vocês estão fazendo aí na ponta. Muito obrigada.

Dez minutos para a sua exposição.

O SR. EDUARDO TENÓRIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade de estar nesta audiência, em mais uma audiência, porque eu estive, em 2015, na audiência com o Senador Romário.

Gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim, que foi o primeiro que nos ouviu, em 2009, quando estava recém-criada a Associação Brasileira Superando o Lúpus. Mas, de lá para cá, o Deputado Júlio Delgado, o Sergio Vidigal, também o Senador Romário, que nos ouviu muito, a Senadora Mara Gabrilli, a Deputada Federal Mariana Carvalho, e tem mais aí que abraçou a causa e, agora, a Senadora Damares. Então, gostaria de agradecer a todos.

Mas, antes eu gostaria de falar quem é o Eduardo Tenório.

O Eduardo Tenório é uma pessoa que, enquanto criança, era uma criança que gostava de brincar de monte, como a Sophia, mas, aos 13 anos, toda vez que eu tomava Sol, me enchia de bolha. Isso foi me afastando de muitas coisas, e eu passei, dos 13 aos 32 anos, na cidade de São Paulo, na época tanto no sistema público de saúde, que nem era o SUS ainda, e também no sistema privado, e nunca se diagnosticava a doença, até porque o lúpus, em homem, como foi falado por várias pessoas hoje, é difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E isso foi me trazendo consequências: afastamento da educação física, porque era mais fácil afastar o aluno do que cobrir uma quadra esportiva numa escola pública. E, muitas vezes, eu fui sendo afastado de muitas coisas, porque você não se encaixa na caixinha como todos.

E, na saúde, depois do SUS, eu passei por muitos anos até vir a ter o diagnóstico, mas eu questiono muito.

O SUS é baseado em três pilares: a universalidade, que fala que é um sistema público de saúde para todos, independentemente de condição social, raça, localidade, mas a gente sabe que não é bem assim para quem convive com lúpus. A gente não consegue, muitas vezes, chegar a um reumatologista.

Ouvi hoje, aqui, falar muito de reumatologista, pensando em 3 mil reumatologistas no Brasil, que é muito pouco, pensando que quase 1,4 mil estão no Estado de São Paulo, e nós não estamos vivendo uma boa situação, tendo uma parcela de quase 40% desses reumatologistas no nosso estado. Agora, imaginem: sobraram 60% para dividir por todas as outras unidades federativas do nosso país. Então, a gente tem poucos reumatologistas.

E tenho muita dificuldade a medicamentos, como foi falado hoje, mas aí eu penso na integralidade. O sistema deve ser integral, ele deve ser multidisciplinar.

Como eu tive tanta dificuldade e como os nossos associados da Superando têm tanta dificuldade para conseguir essa equipe multidisciplinar, necessária no tratamento...

Como a Sophia colocou, ela é pública, ela está conseguindo, porque tem, como a avó Magnolia colocou, quem banca. Mas e quem não tem?

A saúde mental... Porque isso afeta tanto a nós, pessoas que convivem com lúpus... A insegurança, como bem colocado pela Magnolia. Quantas vezes eu deito, e não sei se eu vou aguardar no outro dia.

Mas me doeu, da noite para o dia, ter um diagnóstico, e parecia um tsunâmi ou as enchentes que vimos este ano, no Rio Grande do Sul: tudo foi levado da minha vida num momento só. E você não consegue passar num psicólogo, num terapeuta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje eu também estou como a Sophia. Eu só estou com o sistema público. Não tenho mais plano de saúde, porque vai chegando a idade – eu estou com 51 anos –, e meu plano de saúde ficou muito caro. Os sucessivos aumentos anuais e mais os de idade me impossibilitaram de continuar pagando um plano de saúde.

Mas, no sistema público, depois de muita luta, eu consegui tudo. Estou no Hospital das Clínicas de São Paulo, onde sou muito bem tratado, mas, mesmo lá, eu ainda tenho muita dificuldade – só que muitos pacientes não têm isso.

Quando, lá atrás, eu e 14 pessoas nos reunimos e fundamos a Associação Brasileira Superando o Lúpus, no início, só se falava de lúpus, mas depois vimos que tinha as doenças secundárias e que eram piores do que o lúpus. Aí ampliamos. E, depois, ampliamos de novo para as doenças reumáticas e doenças raras.

Fizemos parcerias com vários hospitais, escolas daqui, de São Paulo, hospitais que são, hoje, os mais conhecidos no nosso país em termos de pesquisa e também até fora dele. Nós temos grandes pesquisadores, mas é muito pouco ainda.

E, nesses anos, nós acompanhamos muita coisa, atendemos a muitos pacientes, lutamos muito para acolher muito bem pessoas do Brasil inteiro, seja superando seus núcleos, seus grupos, suas parceiras, suas afiliadas, e ainda é muito pouca a informação que levamos, porque tem muitos brasileiros que ainda não têm informação nenhuma.

E também a gente tem que conviver com coisas que são muito difíceis: a morte, que é presente a todo tempo; o medo – para quem está com a doença em remissão – de voltar à atividade... Porque, hoje, a gente tem o sistema de regulação, que prevê que a gente não pode bater lá no pronto-socorro do hospital que nos atende – quem já conseguiu um hospital para ser tratado. E aí, quando você passa numa UPA, só por Deus! Tem que orar muito. Porque, em muitas UPAs, aqui, em São Paulo, você tem que tomar banho frio. Você tem que ficar debaixo de um ar-condicionado, quando os seus pulmões não são bons.

A gente tem que lidar, da noite para o dia... Eu me tornei deficiente físico, porque eu passei 19 anos sem ter um diagnóstico e, quando eu tive, eu já estava perdendo meus rins, meus pulmões. E, nesse tratamento agressivo, eu vim a ter diversos infartos ósseos, que me levaram à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deficiência física, que me levaram à incapacidade do trabalho. Tive que me aposentar por invalidez. Perdi tanto, porque hoje, passados 16 anos que eu estou aposentado, eu não ganho metade do que eu ganhava antes.

E aí, muitas vezes, falta direto medicamento, e eu tenho que escolher entre comprar alimento para me alimentar ou comprar remédio para viver. E aí você tem que escolher comprar remédio. A sorte, como D. Magnolia colocou, é que a gente tem uma rede de apoio de amigos ou mesmo entre nós, pacientes, em que um ajuda o outro, ainda que com toda a dificuldade, para a gente não passar fome.

Dessas pessoas que fundaram a Superando, este ano nós perdemos três pessoas, duas com menos de 44 anos. Isso é idade para alguém falecer? E praticamente faleceram à míngua. Por quê? Esperando remédio. Isso dói, isso machuca. E a gente se coloca no lugar, pensando: amanhã sou eu que vou estar ali internado, esperando um medicamento e esperando a morte chegar. Parece música do Raul Seixas, mas é a pura realidade nossa.

A gente sabe que muita coisa avançou. A gente conseguiu, pela Superando, com esforços de muitos, a atualização do PCDT, em 2013, que foi colocada aí pela médica distrital. Na época, incluiu-se a hidroxicloroquina, mas, como bem colocado hoje, tanto pela Magnolia e principalmente pela Eliana – minha amiga a quem eu mando um abraço, que esteve aqui, em São Paulo, nos pedindo ajuda para fundar o instituto com uma dor de uma mãe que perdeu uma filha –, a gente tem vários estados que não recebem a hidroxicloroquina. E o pior: tem estados em que falta a prednisona, que já é utilizada para várias doenças há muito tempo.

A gente tem a questão do micofenolato. Em 2016, nós conseguimos atualizar no PCDT da Conitec, e esse PCDT sumiu. Como é que some algo dentro do sistema público de saúde? E aí a gente conseguiu, finalmente, a incorporação dele no finalzinho de 2022, mas em vários estados está faltando, vários nunca nem receberam. Em São Paulo, aqui, tem várias épocas em que falta. E aqui estamos num estado que sempre foi diferenciado, como colocado pela médica distrital. Há muito tempo temos um centro, chamado Cedmac, que é justamente um centro de pesquisa e, ao mesmo tempo, é um centro que cuida das medicações de alto custo que não estão previstas na dispensação e, administrativamente, muitas vezes, são dispensadas. Isso é algo fantástico,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque, ao mesmo tempo, já se vê a eficácia, como foi citado, do erenumab. Ele já foi bem testado aqui, no nosso estado, mas recentemente, no poder privado, foi negada a incorporação dele.

A gente tem a questão do protetor solar, bem colocada hoje, que falta no nosso país. Aqui, em São Paulo, desde 99, a gente tem a lei, mas ela só foi regulamentada depois de 2010, e hoje é uma realidade para as pessoas a dispensação. Vários estados seguiram o nosso modelo e conseguem a dispensação, mas nós temos pelo menos 15 estados brasileiros que não conseguem pegar o protetor solar. E pior: são estados do Norte e Nordeste, onde mais se precisa.

Dói ver algumas coisas quando se fala de custo. É tão bonito, é caro o medicamento, mas não seria mais barato se eu estivesse produzindo, trabalhando, gerando encargos sociais do que estar recebendo um benefício do Governo? Ou seja, em vez de eu estar dando entrada para o Governo, eu estou dando saída do Governo, porque não soube me tratar no momento certo. E é tão difícil ver tantas pessoas jovens passando pelo que eu passo.

E hoje eu também estou em remissão do lúpus, mas meu grande vilão são as doenças secundárias, as comorbidades com que eu fiquei, as sequelas irreversíveis. Estou com uma ferida aberta há três anos e quase três meses. Quanta dificuldade eu tive. E tem hora que cansa, a gente vê tantos pacientes que cansam de lutar tanto, porque a gente não tem muita força. É uma doença que nos destrói muito, nos incapacita muito, e a gente tem que lutar para conseguir as coisas. Tive que lutar muito, também tive que fazer vaquinha virtual para poder tratar da ferida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO TENÓRIO (*Por videoconferência.*) – ... porque o custo do tratamento dela era quatro vezes o que eu recebo de aposentadoria. Como eu ia manter isso? E, nos últimos anos, São Paulo conseguiu algo que está dando certo: começar a investir mais na atenção básica, que foi uma fala do Dr. Gustavo, e eu acho que também é muito possível. Muitas coisas não precisamos que o centro de alta complexidade trate, como as infecções virais.

A gente precisa que a estratégia da saúde da família nos acompanhe, porque precisamos... Eu vou precisar de um pouco mais de fala. É possível, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mais dois minutos, pode ser?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO TENÓRIO (*Por videoconferência.*) – Está bom.

A gente precisa manter as nossas vacinas em dia, e muitas pessoas nem sabem quais elas podem tomar, quais elas não podem tomar. Hoje eu sou tratado pela unidade básica de saúde próxima da minha casa com essa infecção, essa ferida aberta, e estou quase chegando ao termo de cicatrização dela.

Eu tinha um problema bucal que, mesmo pagando, ninguém queria me tratar. Eu tive que extrair dez dentes, porque, em oito anos, eu não consegui quem me tratasse. E agora a gente tem aqui, em São Paulo, em um setor para pessoas especiais, de tratamento de odonto, e isso está dando muito certo. Infelizmente, eu vou ter que pôr prótese, porque eu já tive muita perda óssea, chegou muito tarde.

E eu vejo na associação muitas pessoas passando pelo que eu passo, também essa dificuldade. Então, a gente precisa de uma política nacional para tratar a pessoa com lúpus que seja multidisciplinar, mas a gente precisa de uma educação continuada no SUS. Muitas vezes, eu vejo clínicos gerais da atenção básica – quando eu passo com eles, e eles veem o quanto eu conheço da doença – me fazendo perguntas sobre o lúpus, porque eles não sabem o que é. No início, eu ficava revoltado com isso, mas hoje eu entendo, tento explicar o que eu sei e principalmente indicar bons *links* da Sociedade Brasileira de Reumatologia para eles buscarem informação.

A gente precisa de uma política que previna danos, evite tantos danos a nós, danos esses, muitas vezes, irreversíveis. Pessoas jovens... Tem uma garota de 27 anos que já fez transplante, perdeu e agora está de novo na fila para transplante renal.

A remissão: a gente sonha tanto com ela. Tudo bem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO TENÓRIO (*Por videoconferência.*) – ... nós sabemos que é uma doença que não tem cura, mas tem tratamento. É possível! Já tem tecnologias que possam...

Então, Senadora, o que eu peço – para eu finalizar minha fala, dentro de muitas coisas que eu precisaria falar – é uma política que preveja que, da nossa cabeça aos pés, tudo pode ser comprometido e que a gente possa ter direito a passar por todos esses profissionais que possam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser envolvidos para cuidar do nosso organismo como um todo, os profissionais da saúde, a dispensação de medicamentos. Como a atenção básica, através da estratégia da saúde da família, pode nos ajudar nesse dia a dia, nessa dificuldade e, principalmente, um olhar para nós diferenciado, porque, como foi colocado, é muito difícil ser paciente.

O nosso Senador Marcos Pontes é astronauta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO TENÓRIO (*Por videoconferência.*) – ... e nós nos sentimos ETs.

Pedimos a sua ajuda, como a dos demais Senadores e Deputados Federais. Muito obrigado por nos ouvirem nesta data do dia de hoje. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eduardo, muito obrigada pela sua contribuição. Emocionante o seu depoimento, e o que mais nos impressiona no seu depoimento é que você está no Estado de São Paulo, no centro do país, o estado mais rico da nação, e você teve tantos anos para ter o diagnóstico confirmado.

E aí, Dr. Gustavo... Eu estava aqui em paralelo conversando com o Dr. Gustavo e pergunto: "Dr. Gustavo, tem notificação nas comunidades indígenas?".

Aí, ele disse: "Número pequeno". Mas é número pequeno porque tem poucos indígenas com lúpus ou porque não foi notificado ou diagnosticado?

Imagina, Eduardo, uma nação como a nossa... Eu gosto muito de usar o exemplo do Marajó: da sede da cidade para o distrito da cidade é um dia de barco ou dois; mas, do distrito para a área rural, é um dia de caminhada. Essa pessoa que está lá na área rural, tomando sol na roça ou pescando, não sabe o que está acontecendo com ela. Ela vem para o distrito, para depois vir para a cidade, para depois vir para um centro grande. Se nós só temos 3 mil reumatologistas num país que tem 5.570 municípios, nós não temos um por município! Lembrando que mais de 1,5 mil estão em São Paulo. Como fazer?

Eu acho que esta audiência hoje desnudou muita coisa também. Eu vi que o Tenório esteve aqui em 2015, mas o Congresso mudou de 2015 para cá. As redes sociais agora têm alcance, a sociedade está acompanhando esta audiência, e nós estamos vendo, Dra. Christina, nossa querida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eliana, que nós estamos no caos! Estamos no caos com relação ao tratamento e ao atendimento às pessoas com lúpus. A política vai ter que ser construída, vai ter que ser entregue. Não vai caber mais omissão do Congresso Nacional. Nós hoje trouxemos aqui informações muito preocupantes.

Eu estou falando de hidroxicloroquina! Eu não estou falando de um remédio de R$16 milhões uma dose. É hidroxicloroquina. Eu estou falando de protetor solar, creme hidratante! A Sophia tem porque os seguidores amam Sophia. Mandam os hidratantes para casa dela. Eu fui à casa da Sophia, ela tem um quarto cheio de bonequinha. As pessoas mandam bonequinhas para ela, mandam roupinha, mandam presentinho de Natal, mas eu vi os seguidores todos mandando... e ela divide com as coleguinhas.

Em junho, quando eu estive lá na casa da Sophia, ela estava chorando porque a menininha...

A SRA. MAGNOLIA MARIA SANTOS (*Fora do microfone*.) – A Samara.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... a Samara estava na UTI e faltando remédio. Ela chorava e me mostrava a foto da Samara. Aí eu saí de Cruz das Almas e fui para Ilhéus. Passei o dia na estrada, cheguei a Ilhéus e me comprometi que ia ajudar a Samara. Chegamos a Ilhéus, me hospedei numa pousada, dormi, acordei de manhã e: "D. Magnolia, eu quero os contatos da família de Samara, porque a gente vai dar um jeito". Enquanto ela estava pegando todos os dados, o diagnóstico, o laudo, à tarde ela me liga: "Samara morreu". Eu não tive tempo de ajudar a Samara, não tive tempo. E está sendo assim, e nós vamos ter que chegar neles, nós vamos ter que chegar neles.

E aí, Dr. Silvio, Dr. Silvio Marcos, do Ministério da Saúde, a expectativa é de lhe ouvir agora. Mas, antes de lhe ouvir, Dr. Silvio... Você é o último orador. Nós não vamos fazer perguntas, porque são muitas perguntas, e nós vamos ter de verdade um grupo de trabalho aqui no Senado, essas perguntas serão respondidas pelo grupo de trabalho. Eu vou encaminhar para vocês, e eu quero convidar os expositores que estão aqui: participem desse grupo de trabalho com a gente.

Então, antes de o senhor falar, ela não foi convidada como oradora, mas veio: da Associação Nacional das Pessoas com Lúpus, a Djane. Eu vou te dar, Djane, cinco minutos para você fazer uma manifestação. Aí, a gente ouve o Silvio e a gente encerra a nossa audiência pública.

Obrigada por estar com a gente, Djane.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DJANE BENTO (Para expor.) – Senadora, só quero deixar registrada a importância do que está acontecendo hoje aqui nesta Casa tão importante para todos os brasileiros. Tiveram várias manifestações em relação ao lúpus, mas sempre com alguma outra doença, não somente voltada para o lúpus, com especialistas.

Dr. Gustavo, o senhor tem todo o meu respeito e admiração por tudo que o senhor faz.

E, assim, saber que a senhora está viajando o país, porque a senhora é Relatora desse PL, mas para conhecer a realidade das pessoas com lúpus, isso nos conforta muito. Eu quero registrar aqui a importância da sua legislatura para as pessoas com lúpus no país.

Hoje, eu vou aproveitar, já que nós estamos aqui com um representante do Ministério da Saúde e com tantos relatos que nós tivemos aqui hoje sobre a falta de medicação, sobre as mortes existentes dentro de tantos estados no país, quero dizer ao nosso representante do Ministério da Saúde que é uma vergonha nós estarmos passando por isso. É uma vergonha um país tão rico em cultura, em esporte, mas tão miserável na saúde pública para as pessoas com lúpus.

Hoje, como foi falado aqui pelo nosso nobre Dr. Gustavo, o lúpus é uma doença que acomete mais de 20 pessoas, como ele notificou aqui para a gente, e é uma doença que hoje mata mais do que o câncer no Brasil. Por que o lúpus mata mais do que o câncer? Porque o lúpus não é reconhecido! O câncer é, para o câncer tem tratamento, tem atendimento básico nas unidades. Tanto que foi pedido aqui: "Sr. Silvio, representante do Ministério da Saúde, vamos colocar atendimento básico, primário, como é feito com diabetes e com hipertensão". Não adianta uma pessoa que é diagnosticada provavelmente com lúpus chegar na unidade básica e não ter médicos que conhecem a doença.

Hoje, quem mais representa as pessoas com lúpus, quem mais faz congresso é a Sociedade de Reumatologia, porque ela sempre está apresentando o que tem de mais tecnológico, os remédios básicos, os remédios de alta tecnologia conhecidos mundialmente. Não há conhecimento de congresso, de especializações feitas pelo Ministério da Saúde. É uma vergonha dizer que tem 3 mil médicos reumatologistas.

E vou dizer, porque eu sou bem próxima da Sociedade de Reumatologia, eles amam o que fazem. Eles nos tratam como gente: guardam remédio; se eles têm remédio, eles nos passam,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque o Ministério da Saúde não nos disponibiliza. É uma vergonha não ter hidroxicloroquina lá no Amazonas, lá no município pequeno do Piauí, porque nós distribuímos hidroxicloroquina. Nós pedimos aos nossos associados que comprem, eles compram, e a gente divide cartela de hidroxicloroquina para enviar para o país todo.

Então, assim, é uma vergonha as pessoas com lúpus morrerem, a Samara morrer estando dentro de um hospital e não tinha medicamento, não tinha tratamento. Isso é uma vergonha! Eu me sinto envergonhada neste momento, porque é indigno – é indigno!

Eu estou aqui. Acordo todo dia, para pisar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DJANE BENTO – ... e eu falo assim: "Senhor, me dê força para pisar no chão, porque a dor é maçante"!

Eu peço a todos aqui que não têm doença... Mas naquele dia que vocês estão sentindo aquela enxaqueca forte, a nossa dor é pior. E a nossa dor é diária. A nossa dor não é passageira, é diária. E ela é diária por quê? Porque nós temos representantes que não cuidam da gente. Nós temos o Ministério da Saúde que não olha com a atenção necessária as pessoas com lúpus.

Estava aqui o Eduardo, está aqui a Sofia. Nós temos o caso, no Rio de Janeiro, da Suelen. A Suelen tem 10 CIDs depois do lúpus. Mas lúpus não aposenta, gente. Quem está aposentado aqui, como o Eduardo, é porque ele teve uma doença secundária que está dentro do rol jurídico para aposentadoria, mas lúpus não aposenta. E aquela pessoa, Dr. Silvio, que não tem tratamento em seu estado, porque não é dado pelo Ministério como tem que ser, e ela não tem condições de trabalhar, não tem condições de comprar remédios, como é que vive?

O diagnóstico do lúpus, como foi falado pelos nossos nobres doutores, é demorado. E o tratamento é pior ainda, porque, se eu chego lá na unidade básica, eu vou ter uma consulta daqui a 3 meses. Daqui a 4 ou 5 meses eu vou conseguir fazer exame. Daqui a 5 meses ou 6, eu vou conseguir retornar ao médico. E aí, como é que eu já estarei? Como o Eduardo aí, que passou 19 anos para ter seu diagnóstico? Totalmente acometido, totalmente destruído, humilhado. Porque a gente acredita no SUS, mas neste momento...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DJANE BENTO – ... nós não estamos acreditando no Ministério da Saúde.

Então, Senadora, vamos fazer, sim, esse grupo de trabalho e vamos... É literalmente essa palavra: vamos para cima.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Djane. Excelente a sua participação, excelente.

A gente já vai apresentar o requerimento da criação do grupo de trabalho na próxima sessão da Comissão e o voto do projeto do Senador Paim, que está na outra Comissão, eu quero apresentar semana que vem. Nós vamos distribuir para os senhores me darem contribuição. Se não mandarem contribuição, eu vou entender que meu voto está perfeito. O.k.?

Nós vamos ouvir agora, Silvio, com muita expectativa. Olha a sua responsabilidade. Nós vamos ouvi-lo agora. Nós vamos ouvir o Ministério da Saúde e, logo depois que ele falar, a gente já vai encerrar.

Agradecendo a participação, gente, são muitas manifestações. Eu só vou ler algumas na minha consideração final, mas nós não vamos buscar as respostas agora. Nós vamos dar as respostas com o nosso trabalho.

Silvio, seja bem-vindo. Obrigada. Já agradecemos à Ministra pela indicação do seu nome.

O SR. SILVIO MARCOS (*Por videoconferência.*) – Bom dia a todos. Bom dia, Senadora. Estão me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, estamos ouvindo, Silvio.

O SR. SILVIO MARCOS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Sou Silvio, sou servidor do Ministério da Saúde, atuo na coordenação geral, dentro do departamento especializado da saúde, que pertence à nossa Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Primeiramente, agradecendo a presença de todos e agradecendo também todos os relatos aqui, entre as pessoas compartilhando as suas experiências, e também os especialistas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compartilhando um pouquinho de conhecimento, para que a gente possa pensar em melhorar ainda mais o atendimento dos pacientes do SUS, principalmente, para acompanhar e desenvolver melhor essa qualidade de vida.

Passando um pouquinho de informação, brevemente, a porta de entrada do SUS é a atenção primária, na qual o paciente, por hipótese ou suspeita de lúpus, é atendido no SUS. Em seguida, na medida em ele é atendido e tem uma suspeita ou a mínima hipótese de lúpus, ele é encaminhado para a atenção especializada, na qual também é ofertada uma atenção especializada...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Silvio.

O SR. SILVIO MARCOS (*Por videoconferência*.) – Oi.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A gente está com dificuldade de te ouvir, a gente já estava desde o início, seu microfone não está bom, eu não sei se você pode trocar de microfone ou a gente buscar as respostas do Ministério da Saúde por meio de envios das perguntas para a sua coordenação.

Você quer insistir e trocar de microfone? Ou a gente encerra a sua participação? Você ouviu toda a audiência. A gente encaminha as perguntas e você nos envia e a gente manda para os expositores. Pode ser assim?

O SR. SILVIO MARCOS (*Por videoconferência*.) – Pode ser, Senadora, pode ser assim. Eu já troquei de microfone, mas acho que é problema na conexão.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está. E aí, Silvio, você pode também mandar a sua exposição, que você iria apresentar, e a gente encaminha para os expositores. Mas não encerra a sua conexão, não, que nós vamos para o encerramento de nossa audiência.

E só para registrar, olha só os estados que mandaram perguntas.

Durval, do Distrito Federal: "[...] por que [até o momento] não foi aprovado o PL [...] que [concede] isenção de imposto de renda aos portadores de lúpus?". Deixe-me dizer uma coisa, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente aprovar esse projeto, não vai falir a nação. Não é o imposto de renda das pessoas com lúpus, que na sua grande maioria são pessoas humildes, que vai falir a nação.

Marilene, do Ceará: "Como melhorar o encaminhamento para atendimento em hospitais universitários? Não é fácil conseguir pelos postos de saúde [...]".

Rodrigo, do Rio de Janeiro: "Quais medidas serão adotadas para assegurar a integridade desses cidadãos que deixarem de receber a medicação para a manutenção de suas vidas?".

Naudilene, do Ceará: "Existe um procedimento mais rápido e menos invasivo para a descoberta? Ou somente o mielograma, que é invasivo, principalmente em crianças?".

Sandra, de São Paulo: "[Precisamos] de mais leitos de internação no setor da reumatologia. O sistema via Cross está dificultando o atendimento de urgência".

Olívia, do Mato Grosso: "Precisamos de um centro integrado com ressonância, raio X, exames de sangue [etc.], além de atendimentos de urgência e emergência nos estados".

Suellen, do Rio de Janeiro: "O protetor solar é primordial e para o paciente de lúpus é medicamento. [Está vendo? O protetor é medicamento]. A exposição ao sol e aos raios ultravioletas agravam nosso quadro".

Shirley, do Distrito Federal: "Outro custo alto é o transporte. Não temos benefício gratuito e gastamos muito indo atrás de remédios, que estão constantemente em falta".

João, de Minas Gerais: "Como reduzir a dificuldade de acesso e a escassez de remédios e serviços de saúde no tratamento do lúpus em áreas rurais e remotas [...]?".

Danielle, do Espírito Santo: "Quais são os principais desafios enfrentados pelos pacientes com lúpus no acesso e na qualidade do atendimento oferecido pelo SUS?"

Willian, de Rondônia – o Brasil inteiro, gente! –: "Quais estratégias[...] [têm sido adotadas] para ~[...] [ampliar] a disponibilidade de medicamentos para pacientes com lúpus no SUS?". Observe, Silvio, que medicamento tem sido a base das perguntas aqui.

Letícia, do DF: "Quais são os recursos disponíveis no SUS para suporte psicológico [...]?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha aqui a nossa querida Eliana. O que a senhora falou? O suporte psicológico. Quais os recursos disponíveis no SUS para suporte psicológico? Se não tem hidroxicloroquina, gente, não vai ter psicólogo. Desculpa, mas é a realidade.

Lucas, de Minas Gerais: "Como o SUS pode garantir continuidade no tratamento de doenças crônicas como lúpus, evitando tragédias como a de Samara [...]?". As pessoas acompanharam.

Suelen, de São Paulo: "Os pacientes do SUS demoram muito tempo para [obter] um diagnóstico. Quais os avanços para o tratamento e como conseguir acesso pelo SUS?".

Eu vou para o encerramento da audiência.

Tenório parece que tinha uma fala. Um minuto, Tenório. Sobre a questão indígena, não é isso? Você queria dar uma informação. E a gente vai para o encerramento.

O SR. EDUARDO TENÓRIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim. A Senadora falou da questão indígena. Ela é bem preocupante e agravante, porque, por questão cultural, essas doenças autoimunes, em algumas tribos, são tidas como maldição e essas pessoas são expulsas das suas tribos.

Aqui em São Paulo, nós temos uma casa de abrigo em que nós recebemos pessoas indígenas de várias partes do país que foram expulsas de suas aldeias. E o pior, muitas são mulheres e nem todos os seus maridos também saíram das suas tribos para acompanhar suas esposas. Eles preferiram ficar como índios acompanhando a sua aldeia. E aí é uma questão ainda pior do que a nossa, porque muitas vezes a pessoa sai de uma tribo, nunca veio para uma cidade, tem que vir para uma cidade grande e não tem nem onde ficar. Então, essa questão financeira passa por nós, mas passa principalmente pelos indígenas.

Era isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. Grande contribuição.

Eu conheço as questões culturais, as manifestações culturais, inclusive o infanticídio. Nós temos casos, inclusive, do sacrifício. Não é só a expulsão diária, é o sacrifício da criança com doenças consideradas maldições. Nós vamos tratar sobre isso nesse Congresso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem um projeto de lei desde 2007, tramitando o Congresso Nacional, para salvar as crianças ditas malditas. E o Congresso Nacional não aprova.

Eu quero agradecer a presença de todos. Quero agradecer. E eu quero encerrar só fazendo uma pergunta, Dr. Gustavo. Nós vimos o Tenório falando, e ainda há uma compreensão da sociedade de que só mulheres têm lúpus. E eu só queria ouvi-lo sobre isso. Homens têm lúpus também? E outra coisa, tem muita gente nos assistindo, uma audiência pública com uma audiência enorme. Tem uma mãe lá do outro lado que está vendo uma manchinha no rosto da criança. O que dizer para essa mãe? O que dizer para uma mulher que está com uma mancha no rosto? Tudo é lúpus? Mas ela deve ter o cuidado em buscar imediatamente um diagnóstico? Encerra com essa palavra de esperança também para o nosso povo.

O SR. GUSTAVO DE PAIVA COSTA (Para expor.) – Perfeito. Então vamos lá. Foram duas questões, não é?

Os números mostrados são de que, a cada dez pacientes com lúpus, nove são mulheres. Eventualmente a gente tem os nossos números aqui. Quando a gente tem mais manifestação cutânea, no estudo da Federal do Rio Grande do Norte, esses números vão para doze por um, mulher para homem. Mas, quando a gente pega antes do início da menstruação e pós-menopausa, a proporção cai de três para um.

Então, esse ambiente de estrogênio favorece muito a doença, por isso é bem mais comum em mulheres.

Agora, o lúpus em homem é menos comum, mas tem uma tendência de ser mais grave, porque com mais frequência pega o sistema renal, que tem um impacto enorme, tanto em morbidade, como falado aqui, quanto em mortalidade, e de forma mais grave no rim no homem do que na mulher. Então, merece um cuidado. Essa é a questão um.

A questão dois é: apareceu uma manchinha ou qualquer outra coisa, tem que ir para a avaliação primária. É por isso que o atendimento primário é tão importante. A capacitação é importante, e acho que a saída da tele ou interconsulta, como foi dito aí, é muito importante.

Mas eu queria acrescentar uma terceira coisa, para dar esperança no final. Realmente, quando a doença é muito grave, o impacto no indivíduo é destruidor. A gente ouviu aqui os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatos de quem teve a doença de forma muito grave ou com retardo no diagnóstico etc. Mas eu acho que é muito importante dizer que a gente tem uma gama de pacientes com lúpus em que a doença é branda, e, se bem tratada, a expectativa de vida é praticamente igual à de quem não tem a doença. Vida produtiva, inclusive; vida reprodutiva – até um tempo atrás se contraindicava pacientes com lúpus de engravidar, e hoje em dia, na imensa maioria dos casos, a gente não tem essa contraindicação. Então, é claro, é uma doença que guarda um potencial de gravidade e, quando aparece de forma grave no indivíduo, é devastadora, mas a gente tem que entender que em grande parte dos casos a doença é branda; em tendo acesso a tratamento, a gente tem uma expectativa de vida, de vida produtiva, plena, diria feliz. Diria, não; digo. É a experiência que a gente tem lá no hospital.

Então, eu queria fechar com essa consideração.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, doutor. A gente mostrou o caos, mas a gente mostrou a esperança. Se tiverem acesso ao medicamento, ao tratamento, podem ter qualidade de vida; qualidade de vida que eu quero muito para a Sophia, para todas as crianças, para você, Djane, para todos os pacientes. Nós vamos firmar um compromisso público: nós não vamos deixar vocês para trás. Nós temos uma nova legislatura, com Senadores extraordinários que priorizaram esse debate. Nós vamos dar uma resposta.

Quero agradecer a presença de todos. Muito obrigada!

E aí, Silvio, nós vamos mandar as perguntas. Mande a sua manifestação para que eu compartilhe com as instituições.

E, Sophia, venha cá! Vamos dar um último tchau. Venha cá, nossa Sophia, que abrilhantou... É difícil uma criança vir falar no Senado. Venha cá, Sophia, só para a gente dar o último sorriso para o Brasil. Aqui do meu lado, Sophia. Não precisa nem sentar.

Sophia, todos nós desejamos a você uma vida longa, saudável, próspera. E, se você quiser, prepare-se: nós vamos lá à Bahia elegê-la Senadora daqui a alguns anos. Que Deus a abençoe, Sophia!

A SRA. SOPHIA CAVALCANTE ALVES DIONÍSIO (*Fora do microfone.*) – Amém! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e trinta e sete minutos do dia treze de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Leila Barros, Izalci Lucas, Alan Rick, Alessandro Vieira, Flávio Arns, Zenaide Maia, Jussara Lima, Otto Alencar, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Laércio Oliveira, Damares Alves e Astronauta Marcos Pontes, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Lucas Barreto e Eduardo Braga, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Paulo Paim, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Romário, Eduardo Girão, Wilder Morais e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 86/2024 - CAS, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Humberto Costa (PT/PE). **Finalidade:** Debater sobre "Acessibilidade e Inovações nas Neurociências: da Ciência ao Consumidor". **Participantes:** Ana Cristina Veiga Silva, Neurocirurgiã; Thomas Law, Presidente do Ibrachina Ibrawork; Li Li Min, Coordenador de inovação no CPDI Ibrachina Ibrawork; Marcos Wagner, Presidente do N20 no Brasil; e Veviane Spergue, Psicóloga. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e um minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/13

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Muito boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento 86, de 2024, da CAS (Comissão de Assuntos Sociais), de nossa autoria e de autoria do Senador Humberto Costa, para a realização de audiência pública destinada a debater sobre "Acessibilidade e Inovações nas Neurociências: da Ciência ao Consumidor".

Informo que a audiência tem cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado, e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211; e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet.

A audiência pública é interativa, para debater sobre "Acessibilidade e Inovações nas Neurociências: da Ciência ao Consumidor".

Convidados: à minha direita, Li Li Min, Coordenador de Inovação do CPDI Ibrachina/Ibrawork; Thomas Law, que está conectado virtualmente – é um prazer tê-lo aqui conosco –; Ana Cristina Veiga Silva, Neurocirurgiã, que também está conectada conosco; Marcos Wagner, que está aqui do meu lado esquerdo, Presidente do N20 no Brasil; Veviane Spergue, Psicóloga.

Esses são os componentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos dar início às participações, facultando as palavras, aos que estão conectados e aos que estão na mesa, no prazo máximo de dez minutos.

Discutir sobre "Acessibilidade e Inovações nas Neurociências: da Ciência ao Consumidor" remete a doenças neurológicas, transtornos do neurodesenvolvimento, saúde mental e lesões medulares, que representam um imenso peso socioeconômico no mundo. Segundo a Organização Mundial da Saúde, esses problemas afetam milhões de pessoas globalmente, resultando em uma carga expressiva em termos de produtividade perdida, custo de tratamentos a longo prazo e impactos nas famílias e comunidades.

Doenças como epilepsia, Alzheimer, esclerose múltipla, lesões medulares e transtorno do espectro autista afetam não só a qualidade de vida dos indivíduos, mas também têm um impacto profundo no sistema de saúde e no desenvolvimento econômico. Estima-se que os distúrbios neurológicos sejam responsáveis por 10% da carga global de doenças.

Embora a neurociência tenha alcançado grandes avanços nos últimos anos, como o desenvolvimento de terapias genéticas e celulares, novos medicamentos, procedimentos robóticos e dispositivos de neuromodulação e vestes robóticos, o acesso a essas informações permanece profundamente desigual. Países em desenvolvimento e populações de baixa renda enfrentam barreiras para acessar essa tecnologia de ponta, exacerbando as disparidades globais em saúde.

Esta é uma audiência pública com uma oportunidade única para discutir como acelerar a disseminação dessas inovações.

Como na mesa nós temos uma mulher, prestigiando-as, vamos iniciar com a Veviane Spergue, num tempo máximo de dez minutos, obedecendo ao rito que nós temos aqui.

Com a palavra, a Dra. Veviane.

A SRA. VEVIANE SPERGUE (Para expor.) – Exmos. Senadores da República, é com grande honra e respeito que me dirijo a esta Casa Legislativa. Cumpra-se o meu agradecimento.

Apresento a minha narrativa sobre a perspectiva dos desafios enfrentados pelos pacientes neuroatípicos e suas famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sou psicóloga, especialista em Neuropsicologia e há mais de 15 anos atuo na defesa dos direitos das pessoas com autismo, epilepsia e outras condições neurológicas atípicas, com atendimentos a pacientes e seus familiares. Além de ser defensora da causa dos direitos das pessoas com epilepsia e seus familiares, sou membro da federação brasileira, onde atuei como Presidente entre 2020 a 2022. E principalmente trago o sentimento de ser mãe de um adulto neuroatípico, com diagnóstico de epilepsia refratária, Transtorno do Espectro Autista e deficiência intelectual.

Essa experiência profissional e pessoal me permite relatar a vida diária de famílias brasileiras que têm seus entes queridos em semelhantes condições neurológicas. Sou brasileira e, neste momento, represento a voz de milhares de mulheres, profissionais e mães deste nosso país.

É, portanto, de vital importância o encaminhamento de ações e de políticas públicas que tenham repercussão diante desta mesa temática, acessibilidade e inovações na neurociência, dar ciência ao consumidor, até porque trata-se de uma oportunidade ímpar.

As dificuldades das pessoas neuroatípicas e suas famílias já se iniciam dentro do próprio lar, com desafios diários de relacionamento que, na maioria das vezes, são muito difíceis, pois em muitos casos a pessoa atípica possui várias comorbidades associadas, assim como dificuldades em trilhar o árduo caminho para se ter o diagnóstico correto e assertivo para o tratamento mais adequado.

No Brasil ainda temos um déficit enorme de profissionais qualificados nos diversos segmentos da formação na área da saúde, médicos especialistas, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, nutricionistas, fisioterapeutas e outros que são fundamentais para compor a equipe multidisciplinar, a fim de que cada profissional possa avaliar, diagnosticar e desenvolver um projeto terapêutico de acordo com a singularidade de cada sujeito neuroatípico, em condições que exigem a manutenção de medicação, atenção e cuidados ao longo da vida, na maioria dos casos neuroatípicos.

Cabe ressaltar a importância da inclusão da família neuroatípica nesse processo desde a anamnese, na composição do processo terapêutico, que se vislumbra a partir do nascimento de uma criança neuroatípica, considerando que, muitas vezes, não se verifica no acompanhamento público do SUS, tal como no âmbito particular, como ocorre em muitos planos de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ressalta-se a importância de que a família conheça a legislação em todos os níveis, municipal, estadual e federal, para ter os direitos à cidadania assegurados em caso de tentativa de violação de direitos, como a recusa de matrícula em escolas públicas ou particulares, o que infelizmente ainda acontece desde a primeira infância.

A inclusão escolar e social das crianças, adolescentes e adultos com comorbidades neurológicas representa um capítulo de muita tensão por parte das famílias neuroatípicas. Não são raros os casos de autoextermínio, pensamentos suicidas e suicídio na adolescência, e, principalmente, na idade adulta, diante das inúmeras barreiras que a sociedade impõe à pessoa diferente.

É desejado e esperado que toda pessoa neuroatípica tenha em sua família o suporte para buscar os tratamentos, medicamentos e escolarização, mas infelizmente em um país com o nosso índice de desenvolvimento, muitos pais ou responsáveis possuem baixa escolaridade, uma vida profissional precária e pouco acesso às informações corretas sobre os seus direitos como beneficiários de programas de assistência social.

É fato também que famílias com condições estruturais e boa escolaridade, de forma semelhante, enfrentam as muitas barreiras para atingir o mínimo necessário ao pleno desenvolvimento do dependente com condições neurológicas atípicas.

Outro fato ainda é o número de famílias com mães solo, com indicadores de abandono do pai devido à existência de crianças neuroatípicas, diagnosticadas ou não, em seu núcleo familiar.

Aos medicamentos, mesmo os elencados no Rename (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais), do SUS, não se tem a garantia de acesso assegurado, mesmo quando são disponibilizados legalmente, e ainda existe a necessidade de mover ações coletivas, de associações ou de famílias, com o acionamento das Defensorias Públicas da Saúde.

Quando adulta, a pessoa neuroatípica leve tem a expectativa de ser incluída no mercado formal de trabalho, de traçar sua independência e de buscar oportunidades que são próprias do protagonismo como sujeita da sociedade – e novamente outros dificultadores se apresentam, tais como: se a candidata à vaga informa em entrevista de seleção profissional que tem epilepsia, mesmo com as crises sob controle, não passa na triagem. Se omite e tiver uma crise no ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de trabalho, acaba sendo muitas vezes desligada. Caso tenha epilepsia refratária, a legislação acolhe como beneficiária da Lei de Cotas, mas nem sempre as empresas optam pelo profissional que pode ter uma crise epilética no ambiente laboral, resultante do desconhecimento que gera enorme estigma.

Todos esses fatores geram um círculo vicioso: não trabalha no mercado formal, não recolhe a taxa previdenciária, não tem acesso aos direitos como trabalhador em caso de acidente, doença e invalidez. Essa situação recai como dificultadora para a preservação da saúde mental e compromete as relações familiares e sociais.

Observe que, apesar dos avanços com a inclusão da pessoa autista no mercado de trabalho, mais voltados para os autistas de Nível 1 de suporte, esse avanço é resultado de mobilização consistente e permanente de familiares e de autistas adultos, muitos diagnosticados quando adultos, que gerou a demanda para as Casas Legislativas municipais ao longo de todo o território nacional, a partir das Conferências de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e culminou na elaboração e aprovação da legislação federal, que garante atenção integral à pessoa autista, nos diversos segmentos das relações de cidadania. Porém, os autistas de Nível 2 e 3 de suporte, que nem sonham em ir para o mercado de trabalho, estão muito esquecidos dentro de suas casas. Isso evoca a necessidade dos centros de acolhimento e socialização da pessoa adulta até o envelhecimento.

Outro ponto importante é o custo de vida desses indivíduos neuroatípicos, pois, dependendo das comorbidades, o custo é alto com as terapias, medicamentos, cuidados especiais e internações, tornando-se imprescindível incluí-los no recebimento de recursos do INSS, independentemente da renda familiar, incluindo as mães de autistas, porque elas não conseguem trabalhar devido à alta demanda de cuidados especiais com seus filhos, e a renda familiar, especialmente os recebimentos providos pelo pai, deveriam ser vistos com bons olhos e permitiriam desconto de Imposto de Renda.

Recentemente, tivemos o lançamento do projeto do Governo que institui a Política Nacional de Cuidados, que volta a atenção, dentre outras, para o cuidador familiar. Ressaltamos a mãe solo, que cuida de seus filhos, por vezes mais de um, e muitas vezes sem o próprio marido ou companheiro, tendo como renda familiar apenas o benefício de prestação continuada, um salário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mínimo, sem residência própria e que não tem acesso garantida a uma linha de cuidados para si mesma, como médico, psicólogo e ginecologista, em tempo que seja possível dedicar minimamente para o cuidar de quem cuida.

A Política Nacional de Cuidados é muito esperada pelas mães de pessoas neuroatípicas, com maior comprometimento em sua condição. Ter a possibilidade de acessar uma rede de apoio, estabelecida pelo poder público federal, para aliviar a pressão emocional vivenciada no dia a dia dessa mãe, com certeza, trará grandes benefícios para essa população.

Vale observar a importância de bons projetos como o Projeto de Lei 2.719, de 2024, que instituiu a Carteira Nacional de Identificação da Pessoa com Epilepsia, com validade em todo o país.

O documento será emitido a pedido da própria pessoa ou responsável mediante a apresentação do relatório médico confirmado e do diagnóstico da doença.

Pela proposta, a carteira será disponibilizada pela União, com apoio de estados e municípios, em suporte físico e em meio eletrônico...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VEVIANE SPERGUE – ... e terá a coloração roxa em alusão à conscientização sobre epilepsia.

Por fim, cabe ressaltar que a neurociência precisa ser mais disseminada como disciplina em suas diversas abordagens junto às faculdades, em todas as formações do conhecimento, de ensino, pesquisa e extensão, com o objetivo de capacitar profissionais e revisar estruturas antigas dos saberes que ainda geram perdas imensas às pessoas neuroatípicas.

Espero ter contribuído junto com meu marido, Dr. Nestor, ao elaborarmos este documento para reflexões que possam gerar ações propositivas para pessoas neuroatípicas e suas famílias.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos a participação à Dra. Veviane.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De pronto, agora, vamos prestigiar quem está em nível virtual.

Vamos passar, na mesma linha, à Dra. Ana Cristina Veiga Silva, dez minutos.

A SRA. ANA CRISTINA VEIGA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, muito boa tarde a todos e todas. Sou Ana Cristina.

Vou passar a compartilhar a tela.

Sou médica, neurocirurgiã de Cabo Verde, atualmente em Recife, e trago aqui também as afecções neurológicas, principalmente neurocirúrgicas, que acometem os países africanos de língua oficial portuguesa e o que a gente tem feito estruturalmente como grupo para tentar endereçar essas lacunas que existem nesses tratamentos.

Por favor, gostaria que me confirmassem se a tela está aparecendo.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Está tudo perfeito.

A SRA. ANA CRISTINA VEIGA SILVA (*Por videoconferência*.) – O.k.

Está em modo apresentação ou ainda não? Para mim, ainda não está.

Posso prosseguir?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pode.

A SRA. ANA CRISTINA VEIGA SILVA (*Por videoconferência*.) – Eu trago aqui muito a perspectiva dos países africanos de língua oficial portuguesa dentro da neurocirurgia.

Então, a gente como especialistas entende que as barreiras, na verdade, podem ser fatores de conexão. A gente traz aqui a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e tenta encontrar meios de integrar essa comunidade.

Falo principalmente dos Palop (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). Essa comunidade extraPalop é composta por uma população mais de 260 milhões de pessoas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comungam não só da língua como de muitos fatores que se entrelaçam culturalmente, obviamente dadas as devidas proporções de diversidade.

A gente entende que a autonomia, que é necessário que esses lugares tenham, acaba sendo um fator de interconexão e interligação.

A gente observa muita diversidade entre todos esses países, desde o Índice de Desenvolvimento Humano até o índice de letramento e literacia, a expectativa média de vida e, trazendo luz ao nosso foco, a demanda de estrutura e de assistência neurocirúrgica.

A gente observa, principalmente nesses lugares da lusofonia africana, a patologia de mais alto impacto como sendo o traumatismo cranioencefálico, o que não significa que eventualmente a gente não tenha outras afecções neurológicas como demanda reprimida, haja vista que a dificuldade em encontrar dados e direcioná-los de uma forma estruturada é transversal, em todos esses países, e o impacto social, para o dia a dia da população e para a sobrecarga dos países que dão assistência para essas afecções de maior complexidade, também impactam socialmente toda essa estrutura.

A gente tem uma avaliação global de como é a *workforce*, a força de trabalho neurocirúrgica do mundo.

Esses dados são da Federação internacional de Neurocirurgia, um levantamento feito em 2016, em que a gente consegue observar, essas regiões com mais vermelho, as regiões com menor número de neurocirurgiões por 100 mil habitantes e, às vezes, até com ausência total de neurocirurgião. São dados dinâmicos, de 2016.

Eventualmente, esse número de força de trabalho neurocirúrgica, principalmente nesses lugares, são muito instáveis, porque são pessoas que se aposentam e pessoas que migram para outras regiões, principalmente por conta dessa demanda neurocirúrgica. E a gente vê realmente um índice abaixo, tanto em Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau...

Aqui, esse dado, é um dado que a gente chegou a questionar. A gente sabe que, hoje em dia, a Guiné-Bissau não tem neurocirurgião e que, também, Guiné Equatorial – que entrou recentemente na comunidade dos países de língua oficial portuguesa –, Moçambique e São Tomé e Príncipe não têm neurocirurgiões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente pretende, com essa estruturação, enquanto organização e entidade não governamental, tentar fortalecer esse espaço lusófono, identificando qual é a melhor forma para a gente conseguir desenvolver essa assistência, observando internamente e ao redor, para que a gente de fato conheça quais são as nossas necessidades e consiga endereçar, para cada um dos atores, especificamente, a sua demanda específica.

Então, quais seriam essas prioridades de saúde? Diminuir esse processo de dependência – principalmente para o Sistema Nacional de Saúde português – que todos esses países têm em relação à evacuação e transferência de pacientes, eventualmente; organizar a infraestrutura local; e tentar combater a drenagem de cérebros, especificamente. Através de quais pilares? Educação; treinamento local e regional e cooperação e integração, tanto local, regional, como internacional, com outros atores – entre os quais o Governo brasileiro é um dos atores que a gente tem tido parceria e tentado desenvolver essa cooperação –, para que de fato a gente aumente essa acessibilidade e a assistência neurológica de que esses lugares precisam.

Passando uma radiografia específica para cada um desses lugares, a gente encontra Angola como um dos lugares, dentro dos Palop, com maior desenvolvimento do ponto de vista neurocirúrgico, de assistência. Tem 21 neurocirurgiões, que a gente conseguiu catalogar até agora; cinco centros de treinamentos específicos para neurocirurgia; algumas subespecialidades neurocirúrgicas; e a gente destaca dois neurocirurgiões, que são do grupo, que são da associação, e que estão atualmente atuando no país, o Dr. Adilson Oliveira, que recentemente retornou, formou-se pela USP, em neurocirurgia, e aqui performando a primeira cirurgia de reparo de trauma de plexo braquial em Angola, e o Dr. D'jamel Kitumba que também fez a formação em Portugal, no Porto, e atua, neste momento, no local, endereçando as necessidades neurocirúrgicas das populações.

Cabo Verde e São Tomé e Príncipe são países pequenos e, dada a proporcionalidade, eventualmente, ocupam um *ranking* até mais alto no IDH e na expectativa média de vida.

Cabo Verde é um país que eu me orgulho de dizer que a equipe de neurocirurgia é completamente feminina, são duas neurocirurgiãs: a Dra. Ileydis, que é cubana, mas que hoje já se naturalizou cabo-verdiana, e a Dra. Taíse Ramos. Nos últimos dez anos, a gente conseguiu contabilizar um esforço de mais de 474 neurocirurgias, ainda sem estruturação de UTI e sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

complementariedade radiológica específica. Então, se a gente consegue fazer tanto com menos, o que a gente não poderia fazer com maior autonomia e direcionamento?

Guiné Equatorial é um país com algumas particularidades: tem uma parte continental e uma parte insular. Tanto a capital quanto a maior parte do desenvolvimento, vamos dizer assim, do país se localizam na parte insular. O país conta com seis neurocirurgiões, entre os quais três estrangeiros, e com algumas subespecialidades com muita formação. Esse é o exemplo do Dr. Jose Mayo, que tem uma formação específica em neurocirurgia, dois mestrados, uma subespecialização em neurocirurgia vascular feita aqui no Brasil inclusive, mas, no entanto, não consegue infraestrutura para que essa capacitação realmente seja colocada a serviço da população.

Moçambique, com o Dr. Mikail Sallé, Presidente da nossa associação. Aqui, no destaque, a Dra. Eva Timoteo, coordenadora do serviço de residência médica, também do Hospital Central de Maputo.

Por fim, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe não dispõem de neurocirurgiões, inclusive neurologistas. São Tomé e Príncipe tem sido o nosso foco de atuação e de desenvolvimento, neste momento.

Então, a associação surgiu dessa necessidade que nós, enquanto formados e residentes específicos do serviço e de outros lugares, entendemos que poderia ser endereçada se a gente se organizasse, então, através de uma rede de colaboração de colegas e de professores. Destaco aqui o Prof. Hildo Azevedo, aqui de Recife, e o Prof. Luis Borba, do Sul, que sustentam e dão possibilidade de que essa rede realmente continue se estruturando para que a gente possa atuar como elemento central que gera proximidade, que integra toda essa comunidade em prol da assistência.

Então, nós nos organizamos a partir de 2022. Em 2023, conseguimos já nos institucionalizar, no final do ano, em Cape Town, como entidade. Formalmente, contamos com mais de 40 membros ativos na Associação de Neurocirurgiões dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e temos desenvolvido algumas ações, principalmente educacionais e de parcerias, tanto com a Federação internacional de Neurocirurgia; com a Federação Latino-Americana de Neurocirurgia; agora, em outubro, com o Congresso Africano de Neurocirurgia; também com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo brasileiro; e com o Neurosurgery Global Champions, especificamente para que a gente estruture os projetos que a gente tem em desenvolvimento de neuroendoscopia para Moçambique e de estereotaxia para Cabo Verde, para que a gente realmente consiga focar e direcionar essas necessidades populacionais, diminuindo, assim, essa evasão e esse alto índice de dispersão.

Então, aqui eu peço uma licença poética para trazer esses eslaides, que são do Prof. Hildo, nos quais ele realmente mostra a necessidade que a gente tem de se aproximar, de construir pontes. E eu trago também um célebre ditado cabo-verdiano, que é o *Djunta Mon*: se a gente não se ajudar e se a gente não se aproximar, a gente não consegue tecer e desenvolver grandes conquistas.

Muito obrigada.

Era o que eu tinha para apresentar e acredito que essa explanação, principalmente dessa forma – posso parar o compartilhamento? –, pode nos direcionar para como a gente consegue estruturar essa assistência, desenvolver essas parcerias e fortalecer esses laços que existem não só pela língua, pela cultura, mas principalmente entre os Palop e o Brasil especificamente.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos à Dra. Ana Cristina pela brilhante apresentação.

Na qualidade de médico urologista, eu lembro o Novembro Azul, que todos os homens têm que conhecer, e toda mulher pode ajudar.

Quero parabenizar a colega pela brilhante apresentação.

De pronto, Dr. Marcos Wagner, Presidente do N20 no Brasil; dez minutos.

O SR. MARCOS WAGNER (Para expor.) – Obrigado, Senador Nelsinho Trad e Senado brasileiro, de dar a oportunidade para este evento tão importante.

É uma voz aqui dos neurocientistas do G20, dos 20 países que estão compondo esse importante movimento, que agora o Brasil está comandando, à frente, tendo o Presidente Lula como o grande receptor de todas as pessoas que estão vindo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu sou Marcos Wagner, sou da cidade de Campina Grande, Paraíba. Eu já passei a ser Presidente da Sociedade Nordestina de Neurocirurgia e agora estou incumbido dessa ação do N20, que é um grupo que vem fazendo... Onde tem o G20, faz-se o N20.

E a gente vem, com essa voz aqui da neurociência, falar da importância desses temas, na verdade, tão desbravadores. Quem não tem o seu paciente, o seu filho ou uma pessoa sua que tem um problema neurológico? E isso afeta inúmeras pessoas.

A exemplo da epilepsia, que é uma das bandeiras da neurociência, 2% da população mundial são acometidas pela epilepsia. Nós temos aqui também o Alzheimer, em que, devido à próxima inversão da pirâmide populacional, vai haver um grande número de idosos e, com isso, consequentemente, o Alzheimer. E sabemos já, através de estudos científicos, que é possível, Prof. Li Li Min, reverter o Alzheimer, desde que seja com educação.

Então, é um momento de muita alegria o Senado Federal dar esse microfone, essa oportunidade de a gente falar dessa temática. A gente não quer trazer soluções longínquas ou, muitas vezes, difíceis de se fazerem, mas buscar soluções que possam ser factíveis, a exemplo de uma melhor educação inclusiva em termos de neurociência, para que a população se alerte, principalmente os jovens, e evitemos um grande número do Alzheimer, por exemplo, que é um doença, pelo menos no nosso meio, possivelmente evitável.

Posso falar também que é uma bandeira da neurociência o derrame, o AVC.

Nesse grupo nosso, nós temos a pessoa da Dra. Sheila, que é uma brasileira que representa o Brasil nas federações mundiais do AVC. O AVC é uma das doenças que mais mata. A gente tem exemplos inúmeros de pessoas que foram acometidas por derrame cerebral, e a gente sabe o quanto uma pessoa acometida por derrame causa dano à nossa nação, porque não é só o paciente em si, é a família, é o serviço de reabilitação, é o Instituto Nacional de Seguridade Social. Então, praticamente todos os ministérios de Brasília são acionados, eventualmente, em uma questão do AVC.

Como neurocirurgiões, precisamos operar, precisamos cuidar desses pacientes e, muitas vezes, não temos onde colocá-los. A gente sabe que a mortalidade reduz muito quando você tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma terapia neurológica dedicada, que, para o nosso país, para o serviço público brasileiro, é um sonho.

A gente precisa falar mais sobre isso e trazer os Senadores – a gente já tem feito esse movimento dentro da Câmara Federal –, para criar essa grande aliança com a classe política, a classe dos neurocirurgiões, as sociedades de epilepsia, as sociedades brasileiras da neurocirurgia, da neurologia, da neurorradiologia, todos juntos, para a gente reduzir esse custo social das doenças neurológicas. Eu sei que eu estou vindo aqui falar só de problemas, mas é isso. Em cima desses problemas é que a gente tem que buscar solução, no sentido de amenizar o sofrimento dessa população.

Eu venho de uma região do Nordeste. E, por exemplo, discutindo com relação à epilepsia, Goiânia seria uma cidade mais ao norte do país que já tem um serviço de epilepsia mais organizado. Acima de Goiânia, tem, claro, assistência à epilepsia, mas longe daquilo que a gente espera para buscar uma cidadania plena para o nosso país e para os outros do G20.

A gente viu aqui tão bem explanada a fala da Dra. Ana que nos deixa também muito alarmados com relação à situação africana, em termos da falta de recursos humanos para a neurocirurgia. Então, que bom que... e contem com o N20. O próximo N20, coincidentemente, também vai ser na África. Então, os céus estão todos conjurando para a gente buscar novas ações em regiões como o Brasil, a África – praticamente continentes irmãos, do Sul-Sul –, a Índia e a China, para tentar buscar, nesse eixo Sul-Sul, soluções, já que nós temos praticamente as mesmas realidades, os mesmos problemas sociais e econômicos.

Sobre a redução das desigualdades em saúde – porque é isso um dos tópicos, a acessibilidade –, a neurociência pode ajudar a compreender e abordar as desigualdades em saúde, especialmente para as populações marginalizadas.

As pessoas que têm plano de saúde, as pessoas que têm condição, têm um mundo próprio ali delas, que é diferente do da grande massa populacional do país. Então, teoricamente, não precisam se preocupar, mas a nossa preocupação, do N20, é resguardar mais essa população do SUS (Sistema Único de Saúde), que merece também um nível de igualdade – não existe cidadão brasileiro nível B, nível C. Não. Todos somos brasileiros e tem que haver uma equidade de ações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

–, mas que sofre desproporcionalmente com doenças mentais e neurológicas, como foi abordado aqui anteriormente.

Os países do G20 podem promover pesquisas e práticas que ajudem a reduzir essas disparidades, servindo de exemplo para as outras nações. (*Pausa.*)

A valorização da neurociência, como ciência em si, no G20, não apenas fortalece a pesquisa e o desenvolvimento dentro desses países, mas também coloca a saúde mental e neurológica como temas prioritários, capazes de impactar positivamente a qualidade de vida e a economia global.

Recentemente, nós tivemos a pandemia da covid e vimos o quanto a saúde mental pode ser abalada numa situação como aquela. Bom que o G20 está falando também dessa situação, buscando uma cooperação de vacinas de uma maneira rápida entre os países do G20, como também recebemos um vídeo ontem de cooperação do nosso Sherpa, o Pazeto, no qual ele deu toda a atenção a gente e reconheceu o N20 como uma ação importante nas causas neurológicas.

E é isso que nós fazemos, nós somos profissionais de saúde e hoje nós paramos o nosso trabalho para vir aqui, o Dr. Li Li Min, de Campinas, você de Americana, a Ana, lá também de Campina Grande, o pessoal de Brasília, Marcelo Martins também, que é uma pessoa dedicada à epilepsia no país, para a gente ver se a gente transforma o nosso evento, esse N20, num momento de busca de soluções e que seja uma grande saída, que a gente mude, por exemplo, a cor do rosto, Dr. Li Li Min, da epilepsia para uma cor mais viva, que traga esperança aos nossos pacientes.

Estamos falando também, vou deixar registrado aqui, quem sabe a gente transforma as nossas cidades como amigas da epilepsia, exemplos de países como a Alemanha, que já tem as suas cidades que têm a epilepsia como sua bandeira. Então, isso é muito bom para evitar que esses pacientes cheguem num pronto-socorro ali, mil vezes, às vezes com suas caras deformadas de tanta queda que têm, o que é irreparável, um dano tanto para a família como para os seus pacientes.

Com relação à assistência neurocirúrgica, a gente sabe que enquanto a África tem aquele vazio assistencial, o Brasil também tem. Nós temos aqui em nosso país uma realidade africana, uma realidade americana, uma realidade... É um país muito diverso pelo seu tamanho territorial,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas, com isso, a gente busca para que o neurocirurgião tenha, em diferentes locais, o mesmo padrão de cirurgia. Isso já é posto em prática em países como na Europa, como nos Estados Unidos, que as nossas salas neurocirúrgicas tenham os mesmos equipamentos em igualdade para que o neurocirurgião, quando se deslocar para uma cidade de menos atenção, possa encontrar lá um serviço completo, a exemplo de uma ressonância nuclear magnética, um microscópio cirúrgico de boa qualidade e, com isso, possa acionar, possa fazer a melhor técnica possível, a exemplo do trauma.

Outra ação também, Prof. Li Li Min, do N20, é a gente chegar junto à Polícia Rodoviária Federal, porque são dois órgãos, a parte médica, a neurocirurgia, e a Polícia Rodoviária Federal que trazem uma triste realidade no trânsito brasileiro. O trânsito brasileiro hoje é uma fonte de muitos problemas. Na verdade, déficits importantes são acometidos aos pacientes por trauma de coluna, trauma de crânio. A gente busca novas saídas para que se reduzam tanto o número de acidentes como também as sequelas neurocirúrgicas.

Recentemente, nós tivemos aqui uma visita de um colega da China que trouxe uma técnica muito inovadora do trauma de crânio, uma técnica simples, mas que, quando é colocada, ao nível do trauma de crânio, vai realmente revolucionar os resultados neurocirúrgicos, já devido a essa falta de uma UTI neurológica de fácil acesso no país como um todo.

Eu acho que essas bandeiras são importantes, merecem ser aqui documentadas, já estão sendo colocadas em vídeos e esses vídeos nós iremos multiplicar.

E agradeço esta oportunidade de o Senado brasileiro poder dar essa voz à neurociência. A neurociência compreende a psiquiatria, o pessoal da fisioterapia, os educadores físicos. Na verdade, a gente divide só por uma questão de discussão mesmo, mas todos, juntos, temos o mesmo objetivo, que é trazer uma qualidade de vida de uma maneira geral e tratar o paciente de uma maneira equânime, visando todas as facetas dessa doença, desse quadro, como a questão econômica, social, trabalhista, etc.

Eu queria agradecer, Senador, por esta oportunidade que fica na história da nossa neurociência brasileira: esta ação aqui no Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço, Sr. Marcos Wagner.

De pronto, passo a palavra ao Sr. Li Li Min, deixando o Thomas Law por último, com a permissão de todos.

O SR. LI LI MIN (Para expor.) – Obrigado, Senador Nelsinho Trad.

Agradeço aqui à Bruna, assessora, que tão prontamente conseguiu fazer a articulação para hoje estarmos aqui.

E, através do Senador Nelsinho Trad, eu cumprimento a Casa, os Senadores, por abrir este espaço na Comissão de Assuntos Sociais, para virmos conversar sobre acessibilidade em neurociências do mercado ao consumidor.

Meu nome é Li Li Min, eu sou médico, neurocientista, professor titular da Unicamp, sou coordenador de difusão, pesquisador principal do Cepid, do Instituto Brasileiro de Neurociência e Neurotecnologia, na Unicamp, também coordenador de inovação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação de Ibrachina/Ibrawork, no parque tecnológico da Unicamp, e também do grupo de inovação e gestão da saúde.

As falas que me antecederam... a Veviane realmente trouxe um tom pessoal, eu diria, da voz da mãe neuroatípica, que a gente entende que é guerreira, trazendo essa voz que é importante de ser ouvida.

A Ana Veiga trouxe uma perspectiva da África, da situação em que se encontra, feliz em saber que as mulheres estão fazendo a grande diferença no mundo neurocirúrgico.

E aqui também está o Marcos Wagner, amigo, Presidente do N20, que traz o N20 para o contexto do G20 no Brasil, que é um momento único para debatermos sobre a questão das neurociências, mas num contexto mais global.

Eu aqui vou fazer uma fala um pouquinho mais técnica, no sentido de pontuar a vocês a situação das doenças neurológicas no mundo.

Este é um estudo que saiu recentemente, publicado em uma das melhores revistas médicas do mundo, a The Lancet, que o Senador Nelsinho Trad conhece bem, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – É verdade.

O SR. LI LI MIN – E ela traz um estudo em que, em 2021, as 37 condições que afetam o sistema nervoso foram coletivamente classificadas como a principal causa de Anos de Vida Ajustados por Incapacidade, que é um termo, digamos, um cálculo, um termo matemático, chamado DALYs.

Em resumo, o que é isso? São anos em que a pessoa não vive com saúde, ou porque também faleceram, e que totalizam um número enorme, de mais de 400 milhões de anos perdidos. E qual é o impacto? Três vírgula quatro bilhões de pessoas no mundo são afetadas. Então, quase a metade das pessoas no planeta Terra tem algum tipo de doença neurológica, porque foram acometidas. Então, para vocês verem a gravidade e o impacto dessas doenças neurológicas.

E as dez condições com maior impacto em DALYs, em termos de anos de vida perdida, o Dr. Marcos Wagner já falou, número um é o AVC. O AVC, no Brasil, é a doença que mais mata. Em segundo, a encefalopatia neonatal, enxaqueca, doença de Alzheimer... Acho que com a idade, claramente nós vamos realmente enfrentar a questão das demências. A neuropatia diabética, 20 milhões de brasileiros têm diabetes e têm, digamos, consequências de possível neuropatia diabética. Meningite e a epilepsia, que a gente fala, e transtorno do espectro autista, de que a Veviane também já falou. Sem contar a questão do câncer.

Aqui é a situação seguinte: quando a gente não tem acesso ao tratamento, qual é a consequência? Se a gente for olhar, no círculo de 10%, quer dizer, 10% das pessoas com epilepsia não recebem tratamento; o outro, 46% não recebem; 86% não recebem. O fato é que, no mundo, basicamente 85% das pessoas não recebem tratamento. Quando você não recebe tratamento, você tem crises, mas mais do que crises, você está em risco de morrer. Existe risco à vida da pessoa.

Então, vocês veem ali, em preto e vermelho, é o grupo de pessoas em risco. Se a gente tratasse a maioria, Senador, a gente ficaria com uma redução importante de mortes. Infelizmente não é a realidade. A grande maioria dos pacientes com epilepsia não recebem tratamento e, pasmem, estão morrendo de morte evitável. Então, esse é um ponto importante sobre acesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E claro, aqui tem uma espinha de peixe que mostra as causas, as razões por que não têm acesso. Entre elas, tem o estigma. Tem a questão, que eu diria, também legislativa, que acho que tem muito a ver com a Casa em que nós estamos, de facilitar a questão de acesso a esses diversos tratamentos.

Passando adiante, eu queria agora fazer um apanhado sobre inovações tecnológicas e terapias. De fato, a ciência avançou muito em termos de trazer novas possibilidades de tratamento. Infelizmente existe uma grande disparidade, em que a gente não consegue ter acesso, muitas vezes, a esses tipos de tratamento. Eu vou pontuar alguns aí, de medicina regenerativa, terapia com célula tronco, a questão de robótica, neurorreabilitação, telessaúde, que eu diria que é um grande ponto em que a gente deveria cada vez avançar mais, porque realmente aumenta o acesso das pessoas ao atendimento médico, mas também reduz a questão do carbono, do CO_2, porque o paciente não precisa mais pegar o carro e se deslocar.

Então, esse é um ponto importante, porque as inovações tecnológicas existem, e a gente deve estar olhando para elas para trazer a qualidade de vida para as pessoas, mas também tendo um olhar para um planeta cada vez mais sustentável. Acho que não tem como nós fugirmos dessa discussão.

E algumas coisas que nós temos feito lá na Unicamp – essa é só uma das histórias de sucesso –, a gente conseguiu fazer sondas cerebrais em que a gente consegue colocar dentro do cérebro da pessoa. Viu, Marcelo Martins? Então, a gente consegue fazer a parte de registro desses sinais bioelétricos para fazer o que a gente fala de interface cérebro-máquina. E, é claro, a gente tem alguns *softwares* que melhoram o diagnóstico do cérebro, trazendo mais precisão ao diagnóstico de diversas doenças.

Em termos de colaboração internacional, eu quero dizer que esse é um projeto que eu tive a honra e a oportunidade de desenvolver, que é o Epilepsia Fora das Sombras, um projeto grande, da OMS, da liga internacional, do escritório mundial dos pacientes, para formular um modelo de atendimento integral aos pacientes de epilepsia. Se hoje os senhores forem até a OMS e perguntarem: "Tem algum modelo de atendimento para os pacientes com epilepsia?", eles vão trazer esse documento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que acontece? Precisamos também trazer esse modelo para a vida real. Esse foi um projeto de pesquisa em escala global, porém ainda não totalmente implementado, Senador, aqui no nosso SUS. Precisamos dar uma força e fazer isso acontecer. Com isso, a gente pode fazer com que aquele círculo que eu mostrei, em que muitas pessoas ainda estão em risco de vida... Reduzi-lo e tratar, dar um melhor atendimento a elas.

E, é claro, há algumas ações práticas e políticas, acho que a gente tem que também reconhecer o programa de cirurgia para epilepsia refratária, o Instituto de Goiânia, foi o pioneiro no país; o programa para criação de centros de AVC, que foi mencionado pela Dra. Sheila, o tratamento de pessoas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LI LI MIN – ... com TEA na política nacional da PCD, que foi mencionado pela Veviane; e a capacitação *Lean* nas UPAs.

O que eu quero trazer é isto, Senador: muitas vezes a inovação não precisa ser dura. Muitas vezes a inovação pode ser *soft,* através da melhoria de gestão. E com esse tipo de capacitação, o *lean*, a gente consegue melhorar a produtividade, a acessibilidade nos serviços de saúde.

E para terminar, concluir, eu vejo que, certamente, para avançarmos nas questões das doenças neurológicas, é somente através da inovação, e, com isso, aumentar o acesso, o acesso aos serviços.

E aqui faço o convite, o G20 vai ser na próxima semana, e, no N20, que é presidido pelo nosso colega Marcos Wagner, convido vocês a participar desse debate mundial.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos, Dr. Li Li Min.

De pronto, ao nosso amigo Thomas Law. Dez minutos.

O SR. THOMAS LAW (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Exmo. Senador Nelsinho Trad. Eu estive, este ano, celebrando os 50 anos das relações Brasil-China no Congresso Nacional, com a sua presença. Tivemos um evento na Embaixada da China também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, para mim, é uma grande alegria poder falar aqui hoje, na qualidade, não de médico – não sou médico. Sou advogado, mas também um pesquisador na área de cidades inteligentes. O Dr. Li, que é o nosso Coordenador do CPDI (Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação), que fica na Unicamp, que é o parque tecnológico da Unicamp, junto com Inova Unicamp, decidimos, Senador Nelsinho, fazer uma pesquisa, pelo Ibrawork também, focado em cidades inteligentes.

Quando a gente fala em cidades inteligentes, abordamos os 17 Objetivos de desenvolvimento da Agenda 2030. Por isso, o Dr. Li, que é o nosso coordenador na área da saúde, decidiu, fazer vários eventos e também soltamos um edital muito interessante de *open innovation*, que é um edital para pesquisa na área da saúde. Nessa pesquisa, foi o Dr. Li que coordenou os trabalhos.

A gente viu também uma pesquisa muito interessante, Senador Nelsinho, sobre um projeto em neurologia, de telemedicina em doença de Parkinson. Então, esse foi um exemplo bastante interessante porque teve um acesso ao sistema de saúde e também está muito focado nessa parceria internacional, ou seja, o nosso braço pelo IbraChina, que é o Instituto Sociocultural Brasil China também fez uma parceria com a Zhejiang University.

Eu queria destacar aos nossos *speakers*, à Ana, ao Dr. Marcos, à Veviane, que está sendo um projeto bastante interessante. O Dr. Li foi conosco para a China para falar do projeto da Unicamp e, com base nisso, a nossa ideia é fazer cada vez mais esse relacionamento internacional.

Evidentemente que eu sei que o Dr. Nelsinho Trad tem uma liderança também no Grupo Parlamentar Brasil-China, com os Senadores. E aqui, na minha qualidade de *founder* do CPDI, quero, também, sugerir, se for possível, um grupo de trabalho para que a gente possa ter cada vez mais discussões nessa área, Senador Nelsinho, e também, de repente, criar um possível observatório para a gente saber da pesquisa sobre essas evoluções na área de saúde focada em temas de cidades inteligentes.

Eu não quero me alongar muito, mas quero agradecer por este momento especial de fala aqui em uma audiência pública no Senado Federal e agradecer a todos os palestrantes, em especial o Dr. Li, que traz aqui essa pesquisa importante sobre neurociência e esses problemas que afetam os brasileiros na área da saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Dr. Thomas Law também o privilégio de nos oportunizar tratar desse tema que foi estimulado por ele.

Quero dizer a todos que participaram e àqueles que estão nos vendo, nos ouvindo e aqui presentes, que nós temos a participação do público brasileiro através do canal e-Cidadania: da Tamine, lá de Pernambuco; da Maria, do Paraná; da Lunne, de Minas Gerais; do Marcos, de São Paulo; da Poliana, do Distrito Federal; do Antônio, do Acre; e do Gerson, de Santa Catarina.

Praticamente as perguntas se limitam à questão do acesso a essa ação no Sistema Único de Saúde. Como foi um tema muito bem tratado pelo Li Li Min, eu vou ler as perguntas e passo a palavra para que você possa responder. Se você quiser anotar alguma coisa das perguntas, está aqui, anote aqui. Então, vamos lá.

Tamine, de Pernambuco: "A maioria dos usuários do SUS não têm acesso às terapias de que necessitam. O que [...] [tem sido] feito em termos legais para promover esse acesso?".

Maria, do Paraná: "O que está sendo feito para garantir[...] [o acesso] das crianças com transtornos neurológicos a esses programas ofertados?

"Quais são os projetos em análise [...] ou [em] andamento para proporcionar as terapias acessíveis [...] [ao] SUS?".

Vocês observam que tem a palavra acesso em todas as perguntas.

"Como equilibrar direito à saúde e sustentabilidade fiscal ao adotar tratamentos caros para doenças neurológicas no SUS?".

"Quais medidas podem ser tomadas para facilitar [...] o tratamento [...] [em] pequenas cidades [para] pessoas em vulnerabilidade?"

E agora dois comentários.

"Doenças neurológicas, transtornos do neurodesenvolvimento e lesões medulares devem ser abrangidas também pelo SUS [...]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós concordamos com isso também.

E o Gerson, de Santa Catarina: "Muitas vezes a falta de vários profissionais para atender esses [...] pacientes limita a boa condução dos casos [...]".

Com a medicina digital, a telessaúde, isso aqui pode ser suprido. Eu levei para o meu estado, a 14 cidades do interior, a telemedicina. Cidades em que muitas vezes você não consegue sinal para celular. A empresa que ganhou a licitação botou a antena e funcionam perfeitamente bem 10, 11, 12 especialidades na saúde digital. Na atenção primária básica, dá para você atender até 80% dos casos.

Então, realmente é uma situação nova que se apresenta e que precisa ser encarada pelos governantes como uma prioridade.

Com a palavra, Li Li Min.

O SR. LI LI MIN (Para expor.) – Obrigado, Senador.

As pessoas que fizeram essas perguntas...

São perguntas que a gente se faz muitas vezes.

A Tamine pergunta sobre a questão de termos legais para se promover acesso. O fato, Senador, o senhor bem sabe, é que aqui, o nosso país, é o país da judicialização. Não é mais o do futebol. É o da judicialização.

Muitas vezes, o que acontece também é que é de uma forma bastante desigual o acesso à saúde. Quem consegue contratar um advogado, tem condições de pagar um advogado, consegue liminar e, com isso, consegue acesso ao tratamento.

Então, muitas vezes, quando a gente fala que tem a questão da judicialização, isso é um sintoma de que o nosso sistema não está equilibrado, não está conseguindo atender à demanda. E acho que é importante, novamente, os gestores públicos olharem para essas demandas, porque, muitas vezes, como sempre se fala, é muito mais caro você continuar nessa linha de judicialização do que efetivamente implementar um programa para atender às demandas que são necessárias e que são justas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse é um ponto que é a Tamine que levanta.

A questão da Maria, do Paraná. Os programas ofertados são bastante desiguais pelo país. No Paraná, Curitiba, que tem uma rede bem estruturada, é diferente de outras cidades que não têm a organização que tem na cidade de Curitiba, no Paraná.

Então, a gente vê que isso também depende muito de cada lugar.

A gente fala do SUS, que é o Sistema Único de Saúde... Bem sabemos que ele é um sistema hierárquico, tripartite, que tem a parte federal, a estadual e a municipal, e que, no final das contas, é o município que tem que se encarregar dos seus pacientes, salvo nos programas nacionais, como o programa de vacinação.

Então, é preciso, talvez, uma discussão, até em termos da esfera federal, de quais são os temas ou as doenças que vão entrar obviamente no rol de discussão de pertencer à questão federal.

A gente fala da epilepsia, uma área em que eu milito, trabalho muito, que acomete 2% da população, que é um problema de saúde pública e que, talvez, dentro dessa ótica, deveria ter um olhar um pouco mais atento pela esfera federal, para se constituir algum tipo de programa voltado para ela, ou seja, na linha de cuidar.

A Lunne, de Minas Gerais: "Quais são os projetos em análise e/ou andamento para proporcionar as terapias acessíveis pelo SUS?"

Você sabe que existe uma comissão, a Conitec, que avalia a inserção de novas tecnologias pelo Ministério da Saúde. É aberta até para consulta pública sobre quais vão ser incorporadas. Eu, aqui, encorajo muito a participação de entidades, como a Academia Brasileira de Neurologia, a Sociedade Brasileira de Neurocirurgia e outras sociedades médicas, e que participem com um pouquinho mais de protagonismo. Eu vejo que existe um certo distanciamento, até, sobretudo, das universidades, da participação nessa discussão, que acho que é importante para ajudar na orientação, sugerir quais são as tecnologias que podem, efetivamente, ser úteis de uma maneira custo-efetivo. Então, esse é um ponto importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Marcos, de São Paulo: "Como equilibrar direito à saúde e sustentabilidade fiscal ao adotar tratamentos caros para doenças neurológicas no SUS?"

Eu acho que você foi ao ponto, Marcos. É a questão da judicialização, que, como eu falei, onera, porque é aquela história: o cobertor é curto. De certa maneira, você precisa cobrir tudo e, aí, tem de equalizar esses gastos de uma maneira como você possa atender a maior parte da população de modo mais eficiente. Então, de fato, não temos ainda uma fórmula para isso. Acho que existe a necessidade de abrir este debate para que isso possa acontecer.

Enfim, a outra pergunta, da Poliana, do Distrito Federal, aqui da cidade: "Quais medidas podem ser tomadas para facilitar o acesso, atendimento e tratamento para as pequenas cidades e pessoas em vulnerabilidade?"

Acho que o Senador Nelsinho Trad já respondeu quando falou da questão da telemedicina. Acho que esse é um ponto que a gente tem que explorar cada vez mais, porque a gente não tem as especialidades ou especialistas em todos os lugares, mas a gente tem que fazer com que esse especialista esteja acessível. Como fazer isso? Então, a questão da telemedicina é a maneira de se encurtar as distâncias.

E, novamente, Senador, eu acho que as universidades deveriam ser chamadas a essa discussão. Os hospitais de grande porte podem servir como retaguarda, como matriciadores e até como consultores para fazer o atendimento a essa população.

Esse Governo atual tem a Secretaria de Informação e Saúde Digital, cuja diretora é a Ana Estela Haddad. Eu vejo que é importante essa discussão para capilarizar e aumentar cada vez mais.

A gente, que tem alguns trabalhos e projetos na Amazônia, sabe quão difícil é a questão de comunicação lá ou de mobilidade. Nesse caso, vai de barco, e é isso. E, na questão de comunicação, é por satélite, mas daí, novamente, precisa-se ter um projeto do governo para que isso, efetivamente, possa acontecer. Fico feliz que o Senador Nelsinho Trad tenha feito isso no estado, para poder levar a saúde para as pequenas cidades, onde, muitas vezes não se consegue acesso a um neurologista, a um urologista.

A gente, como especialista, muitas vezes é só uma informação especializada. Muitas vezes, esse paciente está lá, nas filas de espera por anos, e nunca chega à especialidade, então, às vezes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só com uma consulta rápida, você já consegue dar resolutividade. Poliana, acho que telemedicina é um aspecto que a gente deve, cada vez mais, impulsionar.

Sobre os comentários, acho que, novamente, somos de acordo com isso: doença neurológica, transtorno de neurodesenvolvimento, lesões medulares, devem ser abrangidas pelo SUS. A questão toda é equalizar, digamos, os gastos e a acessibilidade aos pacientes.

Agradeço novamente as perguntas e a oportunidade, Senador, de eu poder responder essas pessoas que estão aí participando desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – O Marcos Wagner quer fazer uma consideração para a gente finalizar.

O SR. MARCOS WAGNER (Para expor.) – Eu queria agradecer a oportunidade. A gente vai lá para o N20, no Rio de Janeiro, e, após, Senador, a gente pede o apoio do senhor. Quem sabe, Prof. Li Li Min, fazer uma frente do Senado sobre neurociência, onde seja grande *hub* para a gente vir aqui e levar essas ideias adiante, para não ficar só em discursos.

O SR. LI LI MIN (Para expor.) – Eu podia fazer mais um comentário em cima disso aqui? (*Pausa.*)

Sobre a questão da acessibilidade das novas tecnologias, aproveitando que está o Thomas Law aqui, a China é um país que avançou muito nas questões de biotecnologias. Realmente, eles têm várias possibilidades de tratamento que nós não temos aqui, desde a questão de imunomoduladores até terapias celulares, que são de alto valor agregado em termos de tecnologia científica. Então, a possibilidade de fazer essa parceria com a China, novamente considerando os 50 anos dessa relação diplomática entre Brasil e China, acho que pode se estender para mais 50 anos, fazendo com que essas biotecnologias possam, efetivamente, ter um acesso um pouquinho mais rápido para os consumidores aqui no país, facilitando também a questão de pesquisa colaborativa e, efetivamente, fazendo com que essas terapias, que hoje são muito caras, não são acessíveis, digamos, ao povo brasileiro, mas que, uma vez transferida essa tecnologia, a gente poderia produzi-la aqui, desenvolvendo a ciência nacional.

Então, eu faço também esse comentário, aproveitando que aqui está o Thomas, aproveitando o Senador Nelsinho Trad, que tem já uma experiência na Frente Parlamentar Brasil-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

China, e talvez considere essa possibilidade de criar essa *fast track*, como dizem, entre esses dois países gigantescos, em termos de criar algo relacionado à biotecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Perfeitamente. Agradecemos ao Dr. Li Li Min, à Dra. Veviane, ao Dr. Marcos, à Dra. Ana Cristina, ao Dr. Thomas Law, a vocês que participaram desde o início, e a todos que estão nos vendo pelo e-Cidadania.

Nada mais havendo a tratar, cumprida a missão e a finalidade desta audiência pública, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 41 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta e oito minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Leila Barros, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Alessandro Vieira, Fernando Dueire, Flávio Arns, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Romário, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Astronauta Marcos Pontes, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Marcos do Val, Rodrigo Cunha, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Efraim Filho, Zequinha Marinho, Augusta Brito e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Eduardo Girão e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 2816, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera os artigos 1° e 4° da Lei n° 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para adicionar o profissional zootecnista no que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PL/PA). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2695, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar o direito dos alunos da educação básica à assistência oftalmológica." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e acolhimento das Emendas nº 1-T e 2-CE, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 3-CAS (substitutivo). Substitutivo adotado definitivamente em turno suplementar. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5983, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício profissional de acupuntura." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Concedida vista ao Senador Dr. Hiran, nos termos regimentais. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1433, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

art. 297-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para incluir o pagamento de pensão alimentícia mensal à família da vítima ou à vítima, em caso de morte ou lesão corporal por crime de trânsito, provocada por condutor sob influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2607, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta inciso VII ao art. 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que regula as licitações e contratos administrativos, para estabelecer como requisito para habilitação a verificação do cumprimento das quotas de aprendizagem e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3145, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade dos estabelecimentos hospitalares, clínicas, consultórios médicos e odontológicos, farmácias, hotéis, motéis, casas noturnas e similares anexar aviso, em local visível e de forma destacada, sobre os crimes praticados contra a dignidade sexual de pessoas em situação de vulnerabilidade momentânea (art. 217-A, §1º., do CP), por ingestão ou ministração de substâncias sedativas, químicas ou de teor alcoólico que prejudicam a manifestação da vontade; Determina restrições à divulgação de produtos que resultem na potencialidade de tais ocorrências e riscos, nos termos do art. 220, §3º. I, II, §4º., art. 221, I e IV, art. 227, §4º., todos da CF, bem como disposições da Lei n. 9.294, de 15 de julho de 1996." **Autoria:** Senadora Juíza Selma (PSL/MT). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 287, de 2024 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Controle e Avaliação da Qualidade da Assistência à Saúde prestada pela Iniciativa Privada, e altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Flávio Dino (PSB/MA). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 8 - Projeto de Resolução do Senado n° 48, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Assistência Social da Segurança Alimentar." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão Diretora. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1791, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para dispor sobre o aproveitamento de empregados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das empresas públicas do setor elétrico federal desestatizadas pelo Programa Nacional de Desestatização." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 102, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 98/2024-CAS sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 103, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 98/2024 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 104, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 98/2024 seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 107, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa no Espírito Santo, com o objetivo de conhecer a tecnologia desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), do Campus Serra, que utiliza inteligência artificial para identificar possíveis áreas de câncer de mama em imagens de biópsias." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Projeto de Lei n° 3010, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.705, de 25 de outubro de 2023, para prever programa nacional de proteção dos direitos da pessoa acometida por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica ou por Síndrome Complexa de Dor Regional ou outras doenças correlatas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada a apresentação do Requerimento nº 110, de 2023-CAS, de urgência para a matéria, ao Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 110, de 2024** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 3010/2019, que "altera a Lei nº 14.705, de 25 de outubro de 2023, para prever programa nacional de proteção dos direitos da pessoa acometida por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica ou por Síndrome Complexa de Dor Regional ou outras doenças correlatas"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/27

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Essas atas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Senadoras e aos Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

- Aviso 18818, de 2024, do TCU, que encaminha cópia do acórdão que trata sobre o relatório de levantamento acerca de políticas públicas voltadas para a primeira infância, tendo em vista o marco legal da primeira infância estabelecido pela Lei 13.257, de 2016, com vistas a identificar possíveis fragilidades e riscos, bem como propor futuras ações de controle;

- Ofício, da Defensoria Pública da União, que encaminha relatório sobre a situação dos cancelamentos unilaterais dos planos de saúde pelas operadoras e as deficiências da política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscalizatória da ANS para fazer frente a práticas ilegais e discriminatórias que atingem grupos vulneráveis da população, como idosos e pessoas com deficiência;

- Cópia de ofício da Associação Médica Brasileira, que tece considerações sobre a audiência pública realizada nesta Comissão, destinada a debater o atendimento climatério e menopausa pelo Sistema Único de Saúde;

- Cópia dos Ofícios 198 e 211 da Câmara Municipal de Pedralva, Minas Gerais, que encaminham moções de apoio a projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados, relativos aos profissionais de psicologia e aos profissionais dos quadros de pessoal técnico e administrativo da educação básica.

Os expedientes se encontram à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação de Senadores e Senadoras, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião se destina à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão. A reunião contará com a possibilidade de Senadores e Senadoras votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

Informo que os itens 5 e 7, Projetos de Lei nº 2.607/2021 e 287/2024, foram retirados de pauta a pedido dos Relatores, Senador Flávio Arns e Senador Weverton. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discursar.) – Antes de iniciar a pauta, eu queria fazer aqui um registro que considero importante.

Eu fui procurado ontem pelo Conselho Federal de Nutrição, e acho que trazem um assunto que é muito relevante, especialmente porque nós estamos na discussão da regulamentação da reforma tributária, e o tema do "imposto do pecado" é muito importante.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, é com elevada preocupação que hoje trago um tema de extrema relevância para a saúde pública e a segurança da população brasileira: o crescente e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alarmante aumento da comercialização de suplementos alimentares adulterados e falsificados em nosso país.

Esses produtos, frequentemente adquiridos por meio de plataformas virtuais de comércio eletrônico, representam um risco significativo, expondo os consumidores a substâncias desconhecidas ou em dosagens inadequadas, com potencial de causar graves danos à saúde, como intoxicações, reações alérgicas severas e, em casos extremos, óbitos.

Estudos recentes reforçam a urgência de ações coordenadas para enfrentar essa problemática, e a falsificação de produtos amplamente consumidos, como creatina, *whey protein* e outros suplementos utilizados por praticantes de atividades físicas, é apenas uma fração de um problema muito mais amplo. Diversas categorias de suplementos, incluindo termogênicos e multivitamínicos, também estão sob risco de adulteração.

A insuficiência de fiscalização rigorosa e a ausência de registro sanitário obrigatório são fatores que facilitam o ingresso de produtos inseguros no mercado, expondo os consumidores a riscos inaceitáveis.

Senhoras e senhores, é imprescindível reforçar que a regulamentação efetiva da indústria de suplementos alimentares e o fortalecimento das ações de fiscalização são medidas fundamentais para proteger a saúde pública.

Nesse contexto, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), enquanto órgão regulador central, deve desempenhar um papel de liderança, assegurando que os produtos comercializados estejam em conformidade com os mais altos padrões de qualidade e segurança.

Adicionalmente, é essencial que outras entidades, como o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, órgão colegiado vinculado ao Ministério da Justiça, atuem de forma integrada para coibir a circulação de produtos falsificados, frequentemente associados ao financiamento de redes criminosas.

É igualmente importante destacar que o uso de suplementos alimentares, quando necessário, deve ser prescrito e acompanhado por profissionais devidamente capacitados, como os nutricionistas, que possuem o conhecimento técnico para avaliar as condições individuais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada pessoa. A automedicação ou o consumo indiscriminado de suplementos não apenas expõe os usuários a riscos de saúde, como também comprometem intervenções nutricionais que poderiam ser adequadamente realizadas.

Além disso, reforço a necessidade de se promover campanhas educativas voltadas à conscientização da população sobre os riscos de consumo de suplementos adulterados e falsificados, bem como sobre a importância de adquirir esses produtos exclusivamente de fontes confiáveis. A construção de um ambiente de consumo mais seguro e transparente é um compromisso que devemos assumir para desestimular práticas ilícitas e proteger a saúde da sociedade.

Por fim, conclamo esta Casa a ampliar o debate sobre esse tema tão relevante. É urgente avançarmos na elaboração e implementação de legislações que fortaleçam as ações de fiscalização e combate à pirataria, além de garantir que toda a cadeia de produção, distribuição e comercialização de suplementos seja regida por normas claras e rigorosas, sendo a saúde e a segurança dos brasileiros dependentes de nossas ações e, desse modo, não podemos ignorar os graves perigos decorrentes da negligência neste campo.

Muito obrigado.

Quanto à reforma tributária e à sua regulamentação, é importante chamar a atenção que a proposta que veio da Câmara dos Deputados, quando tratou do chamado "imposto do pecado", aquele que prevê uma tributação diferenciada para produtos nocivos à saúde, entre eles os chamados ultraprocessados, veio tão somente com uma agravação maior sobre refrigerantes, sequer esses sucos artificialmente produzidos fazem parte dessa relação, além de outros ultraprocessados, biscoitos e tantas coisas mais.

Eu queria chamar a atenção para que, nesse processo de votação, nós tivéssemos atentos à apresentação de emendas que foram feitas para que nós possamos ter uma abrangência maior na tributação mais forte sobre esses produtos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, como acontece em todo o mundo, o Brasil será o terceiro país do mundo que, quando se trata de tributar produtos nocivos à saúde, entre os ultraprocessados, apenas o refrigerante está nessa relação, enquanto os demais tributam, diferentemente, vários outros produtos.

Mas, bem, vamos iniciar a nossa reunião...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Inicialmente, quero parabenizar V. Exa. pela sensibilidade e queria fazer um registro, Senador Humberto, porque para mim é uma alegria fazer parte desta Comissão e contar com Senadores e Senadoras tão comprometidos com o país. E aqui hoje eu quero fazer um registro de uma mulher a quem eu reputo uma mulher que muito dignifica o Parlamento e o Rio Grande do Norte, a nossa Senadora Zenaide Maia. A Senadora Zenaide Maia eu a conheci aqui na Legislatura e sempre que tenho oportunidade, minha querida Senadora Zenaide, eu falo para as pessoas da mulher que exerce a empatia, que se coloca na dor do outro, da mulher humanizadora, que humaniza a dor, da mulher que efetivamente dignifica a honrada classe do Senado Federal. Eu agradeço ao Rio Grande do Norte por presentear o Brasil com você. Então, neste dia, eu quero desejar toda a felicidade do mundo.

Parabéns pelo seu aniversário! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Voto com o Relator. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria só registrar que a única coisa que falta é ela vir para o PT, não é? (*Risos.*) O dia em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ela vier, aí... Mas parabéns também, Zenaide. Todos nós aqui temos muito respeito, admiração e sabemos não só da sua competência, mas do seu compromisso social tão importante.

Parabéns!

Podemos seguir?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Eu não poderia perder a oportunidade. Eu tenho um Projeto de Lei, o 3.010, que reconhece a fibromialgia como deficiência física. Eu pediria a sensibilidade de V. Exa. para colocar extrapauta esse projeto, porque não tem discussão, polêmica sobre ele e é um reconhecimento para mais de 7 milhões de brasileiros. Só quem tem fibromialgia sabe efetivamente o que é ter essa doença, em que você fica num limbo de falta de reconhecimento.

Se for possível, se os colegas Senadores e Senadoras não se opuserem, se fosse colocado extrapauta eu agradeceria. O PL é o 3.010.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bem, Senador. Será colocado na condição de projeto a ser votado na condição de extrapauta.

Queria informar que nós estamos com um problema no nosso registro de presença. Vários Senadores, acho, que não estão aqui não estão... Eu também não consegui registrar aqui. Estou lá, mas aqui, como Presidente, não estou, não.

Mas eu queria, inclusive, levantar aqui para os companheiros e as companheiras que nós temos basicamente mais umas quatro reuniões, no máximo, aqui da Comissão. E eu gostaria que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente pudesse vencer o máximo possível dessa pauta. Então, vamos ver se a gente faz mais uma vez uma relação de priorização. O que for consenso a gente vota o mais rapidamente possível; do que não for consenso vamos ver uma seleção daquilo que vale a pena ser votado. Mas, mesmo que não seja consenso, eu estou querendo ver se a gente consegue votar, está certo?

Bom, eu queria registrar a presença do Presidente do Conselho Federal de Farmácia, o Sr. Walter Jorge.

E vamos dar início... (*Pausa.*)

Pronto, já deu o quorum também.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI Nº 2816, DE 2023

- Terminativo -

Altera os artigos 1º e 4º da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para adicionar o profissional zootecnista no que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PL/PA)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório:

Observações:

1- Em 30/10/2024, foi aprovado o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2816, de 2023, ora submetido a turno suplementar nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2- Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

3- Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2695, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar o direito dos alunos da educação básica à assistência oftalmológica.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do Projeto e acolhimento das Emendas nº 1-T e 2-CE, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, com parecer favorável ao Projeto.

2- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Concedo a palavra a Senadora Teresa Leitão para a leitura do relatório.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Presidente, vou direto à análise.

Compete à CAS opinar sobre matérias que digam respeito à proteção e defesa da saúde e às competências do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme dispõe o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Por conseguinte, o assunto da proposição sob análise é conexo à competência temática desta comissão.

Como se trata de decisão terminativa, cabe a esta Comissão analisar os aspectos formais da iniciativa. Nesse sentido, o projeto trata de matéria que está inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme dispõe o inciso XIV do art. 24 da Constituição Federal (CF). Também está em consonância com os preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa legislativa dos parlamentares (arts. 48 e 61 da CF, respectivamente). Não existem óbices, portanto, quanto à constitucionalidade da proposta e isso também pode ser dito em relação à juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Quando ao mérito, concordamos ser inquestionável a importância da assistência oftalmológica ao educando do ensino básico. Problemas visuais podem impactar negativamente a aprendizagem, contribuindo negativamente tanto em reprovações quanto no abandono escolar.

De fato, há consenso na literatura médica de que a realização de exames oftalmológicos nas escolas é crucial para a detecção precoce de problemas visuais em crianças. Ao não serem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

percebidos por pais e educadores, muitos problemas de visão, como miopia, hipermetropia e estigmatismo, impactam negativamente o desempenho acadêmico, psicológico e social das crianças. A implementação de avaliação oftalmológica regular torna possível identificar tempestivamente tais condições, proporcionando um tratamento adequado, como o uso de óculos ou outras terapias. Isso não só melhora a qualidade de vida das crianças, mas também contribui para um ambiente escolar mais inclusivo e produtivo.

Documento publicado pelo grupo de trabalho em oftalmologia da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) indica que os erros de refração não corrigidos podem representar até 69% dos problemas visuais na infância, o que os configura como um problema de saúde pública, já que são as principais causas de deficiência visual em crianças na idade escolar no mundo.

Segundo a Organização Mundial da Saúde e o Conselho Brasileiro de Oftalmologia, cerca de 23 milhões de crianças na América Latina enfrentam problemas de visão decorrentes de erros de refração não corrigidos. No Brasil, estudos de pequeno porte que avaliaram a saúde oftalmológica de alunos da educação básica mostraram que a incidência do referido transtorno nessa população aproximou-se a 5%.

Diante desse panorama, resta claro que assegurar acesso à avaliação oftalmológica periódica permite a detecção precoce de problemas que, se não tempestivamente tratados, podem trazer dificuldades acadêmicas, psicológicas e sociais permanentes às crianças.

Pelos mesmos motivos relacionados à saúde visual, julgamos pertinente a iniciativa sugerida na Emenda 1-T de incluir a assistência audiológica aos educandos do ensino básico. Semelhantemente aos transtornos visuais, a deficiência auditiva impõe grandes desafios ao desenvolvimento acadêmico e social dos alunos afetados. Crianças com perda auditiva podem ter dificuldade de acompanhar as aulas, de participar de atividades coletivas e de compreender instruções verbais, o que inegavelmente impacta em aspectos relacionados ao desenvolvimento acadêmico, à saúde mental e à interação social.

Portanto, somos de opinião de que a implementação de assistência em saúde visual e audiológica no âmbito de educação básica, pela via da ação intersetorial, especialmente entre as áreas setoriais de educação, saúde e assistência social, proporcionará aos educandos maiores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condições para atingirem o máximo de seu potencial acadêmico e social, uma vez que seus eventuais transtornos visuais ou auditivos poderão ser oportunamente identificados e adequadamente tratados.

Nesse sentido, sugerimos, para promover a inclusão e a equidade no atendimento, uma redação mais ampliada, adotando um termo mais abrangente: "assistência em saúde visual". Essa modificação reconhece a colaboração de diferentes profissionais da área, garantindo o direito dos estudantes ao cuidado visual sem inviabilizar a execução da lei.

Por fim, sugerimos ainda uma emenda para deixar claro que as ações e serviços previstos no projeto sob análise não serão contabilizados como despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, até porque não caberiam. Para manter a coesão do texto legal, optamos por apresentar um substitutivo para acolher todas as alterações propostas na forma de emenda.

Voto

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.695, de 2023, na forma da seguinte emenda substitutiva.

Emenda

"Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar o direito dos alunos da educação básica à assistência em saúde visual e audiológica."

Art. 1º A Lei nº 9.394 passa a vigorar acrescida do seguinte art. 4º-B:

"Art. 4º-B. É assegurada aos alunos da educação básica, nos termos do inciso VIII do art. 4º desta Lei, assistência visual e audiológica integral para prevenção, identificação e correção de problemas visuais e auditivos, conforme regulamento."

Parágrafo único. As despesas decorrentes das ações e dos serviços previstos no *caput* deste artigo não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme prevê o inciso IV do art. 71 desta Lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa. pela elaboração e leitura do relatório, e coloco a matéria em discussão.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A Senadora Zenaide e depois V. Exa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, eu quero aqui parabenizar o Senador Rodrigo Cunha pela sensibilidade. Esse é um projeto importantíssimo.

E à nossa Relatora, Senadora Teresa Leitão, eu diria que pode ter, não; os erros de refração e a deficiência auditiva, com certeza, atrasam a aprendizagem, Humberto. E muitas vezes o aluno é considerado desatencioso porque ou ele não está vendo ou não está ouvindo. Esse é um projeto grande, salutar, que se faz necessário. Se a gente pensar que, muitas vezes, por falta destes testes – do olhinho e da audição –, ele não chega à escola, porque não teve essa oportunidade, é hora de a gente corrigir isso.

A obrigatoriedade é nas escolas públicas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Eu acho que é, porque a maioria que está na privada já teve a oportunidade de chegar ao oftalmologista.

Parabéns, Rodrigo, e parabéns, Teresa!

E vamos aprovar isso, gente. Pense num projeto bom.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Hiran.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Bom, Presidente Humberto, antes de falar sobre esse projeto, nós temos algo muito importante para tratar aqui hoje que é o aniversário da nossa querida colega Zenaide Maia.

Querida Zenaide, meus parabéns! E receba, com a devida vênia do Presidente Humberto, os parabéns de todo este Plenário aqui. Que você tenha muita saúde, muita sorte, muitas vitórias! Deus lhe abençoe, parabéns!

E quero, em seguida, também fazer uma consideração sobre esse projeto tão importante. Eu, como oftalmologista, que dedico a minha vida, há mais de 40 anos, a preservar a saúde ocular das pessoas, continuo trabalhando com muito afico como oftalmologista também. Assim como a Senadora Zenaide falou e a nossa Senadora Teresa Leitão, nossa Relatora desse projeto, que o fez com tanta maestria, eu queria dizer uma coisa importante que a gente vê na prática.

Uma coisa importante, que a gente vê na prática, querido Rodrigo, autor desse projeto: muitas crianças em quem nós fazemos rastreamento de saúde ocular no meu estado, pasmem, chegam aos 12, 13 anos, Senador Humberto, e nunca fizeram um exame de refração. E, muitas vezes, o mais grave é quando a criança tem uma baixa de visão monocular, ou então uma baixa auditiva monocular, ou uma baixa auditiva num ouvido só; porque essas crianças acham que aquilo é normal, elas não têm um parâmetro da normalidade.

Então, no caso visual, se uma criança não faz o exame de refração até os sete anos de idade – e tem o que a gente chama de anisometropia, uma visão normal num olho e um grau alto de baixa visual no outro olho –, passados os sete anos, Senadora Zenaide, advém aquilo que a gente chama de olho preguiçoso, que é a ambliopia, uma das causas de cegueira importante no mundo, por falta só de correção. Se a gente corrige essa visão até os sete anos de idade, a gente salva essa visão. E o contrário também é verdadeiro: se a gente não faz um exame de refração e corrige a visão no olho ruim, a gente não consegue mais corrigir depois dos sete anos.

Dessa forma, ao apresentar esse projeto, o Senador Rodrigo Cunha, que me deu a honra de eu ser o Relator na Comissão de Educação – e também muito bem relatado aqui com esse substitutivo da nossa querida colega Teresa Leitão –, está indo ao encontro das necessidades de muitas pessoas deste país que não têm acesso à atenção primária de qualidade. Até porque,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Zenaide, minha colega, a oftalmologia não está na atenção primária do Sistema Único de Saúde, ela está na média e alta complexidade, de forma que é muito mais fácil alguém operar catarata e glaucoma no nosso sistema do que ter acesso ao exame de refração.

Então, eu quero parabenizar todos os nossos colegas que vão aprovar essa matéria aqui, certamente; o ilustre autor desse projeto, Senador Rodrigo Cunha, que infelizmente vai nos deixar para ser Vice-Prefeito da nossa querida Maceió; a nossa querida Teresa; e todos aqui, que vamos certamente aprovar esse projeto sem nenhum tipo de... Nós não vamos ter nenhum voto contrário aqui, porque esse é de interesse da saúde pública, principalmente das nossas crianças do Brasil.

Parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O autor, Senador Rodrigo Cunha, com a palavra.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Humberto Costa, primeiro quero dizer que é uma alegria receber os parabéns da aniversariante. É algo realmente inusitado, mas que muito me orgulha. A Senadora Zenaide é conhecida nesta Casa por ser extremamente atuante em todos os temas possíveis, mas principalmente com esse olhar social.

Também quero agradecer aqui a Relatora, Senadora Teresa Leitão, que complementou também um relatório da Comissão de Educação, antes feito pelo Senador Dr. Hiran, no qual todos nós aqui chegamos a um consenso.

O nosso raciocínio médio, em qualquer interpretação, leva a ter certeza dos impactos negativos da deficiência visual. Então, nós estamos diante de uma situação em que falamos aqui da aprendizagem. Uma criança que não tem acesso a um exame precoce vai levar durante a sua vida toda aquele problema. Isso afeta a aprendizagem, sem dúvida nenhuma, mas afeta também a parte psicológica, afeta a parte social. Ela se sente diferente de outras crianças e, como o Dr. Hiran falou, ela não tem um comparativo. Ela não sabe como era ter a visão perfeita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a nossa missão aqui é buscar dar direitos às pessoas, e estamos hoje inovando ao dar direito ao estudante da rede pública a ter acesso a um exame precoce oftalmológico, que pode fazer com que ele, inclusive, aumente a sua renda. Eu estou aqui com um dado bem interessante que mostra que, se uma criança de cinco anos, por exemplo, recebe os óculos em seus primeiros anos escolares e continua usando-os até os 18 anos, ela terá, ao longo da sua vida, uma renda, em média, 78% maior do que se nunca tivesse corrigido a visão. Então, às vezes a gente olha para uma situação e não vê outra.

Esse projeto traz justiça social, faz com que as crianças que, muitas vezes, não têm a possibilidade de fazer um exame privado e cujos pais também não conseguem detectar, porque o professor, na maioria das vezes, é quem detecta, pois a dificuldade da visão chama atenção ao cair o rendimento daquele aluno, mas ele não é o especialista...

Nós estamos aqui colocando uma situação que vai gerar uma política pública, e política pública surge diante de problemas que são apresentados. O Dr. Hiran, que é um grande especialista na área, demonstrou como é grande a incidência, inclusive de situações monoculares. E que, dessa maneira, a gente busque fazer com que este país se desenvolva.

Eu quero aqui agradecer. É uma causa pela qual eu também já atuo há bastante tempo. Eu consegui colocar no meu estado, no ano de 2015, no Plano Estadual de Educação 2015-2025, a obrigação de se alcançar essa meta para que as crianças do ensino público tenham acesso a esses exames precoces e, sabendo-se da dificuldade depois, que se tenha o exame e se tenha também os óculos, porque aí já é outro passo. Às vezes, é até pior você ter o exame, porque você vai criar aquela expectativa e não terá aqueles óculos disponíveis... Isso tem, sim, que ser gerado através dessas políticas públicas que nós estamos criando agora.

Então, eu quero agradecer todos da Comissão! Vocês têm que estar extremamente felizes com toda a manifestação feita, com todos os passos que foram dados dentro desta Casa. Que este projeto seja aprovado com...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Você me permite um aparte, Senador Rodrigo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Com certeza.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Eu queria chamar atenção para uma coisa, Presidente, que está acontecendo no mundo. Infelizmente, muitos pais, quando as crianças pequenas começam a encher o saco, começam a brincar e incomodar, sabe o que fazem? Pegam isto aqui e dão para a criança. Aí a criança fica ali, absorta. Aí é paz para os pais, mas é muito, muito nefasto para a saúde ocular das crianças, porque isso está gerando uma incidência de miopia muito grande no mundo.

Se nós fizermos, ao lado desse exame que deve ser feito nas crianças, uma educação em saúde para esses pais e essas mães, dizendo quão prejudicial é esse ato de dar o celular para a criança não os incomodar, isso já é fundamental para a gente preservar a saúde ocular das crianças do país. Chamo atenção também porque nós hoje, Zenaide, já temos um tratamento para retardar a evolução dessa miopia. Temos usado atropina em uma concentração milesimal para retardar essas miopias crescentes que estão acontecendo, principalmente por esse hábito nefasto. Tem criança que passa o dia todinho olhando para o celular, e a mãe acha maravilhoso, porque ele fica absorto naquilo ali e não incomoda ninguém. Quer dizer, eu acho que isso que nós estamos fazendo aqui é saúde pública e preserva as crianças do nosso país.

Obrigado, Presidente.

Parabéns, mais uma vez, Rodrigo e Senadora Teresa.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Pela ordem.) – Só fechando o raciocínio, Sr. Presidente, eu venho de um estado que, infelizmente, ostenta a estatística de ter a maior evasão e abandono escolar de todo o país. E essa também é uma medida que ajuda a combater a evasão e o abandono escolar. Por isso, eu tenho certeza absoluta de que esta é a nossa missão: fazer com que essas crianças, jovens e adolescentes tenham acesso aos seus direitos plenos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo, nos termos do relatório apresentado. A votação é nominal.

Está aberto o processo de votação.

(*Procede-se* à *votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos dar sequência.

O item 3 da pauta é um projeto que já está há muito tempo aqui para ser objeto de votação e discussão.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 5983, DE 2019

- Não terminativo -

Regulamenta o exercício profissional de acupuntura.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

Em 12/05/2022, 29/08/2023 e 19/09/2023, foram realizadas audiências públicas destinadas a instruir a matéria.

Eu concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão para a leitura do relatório.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Há sobre a mesa um requerimento de retirada de pauta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu indago da Relatora se considera aceitável a retirada de pauta deste tema?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sr. Presidente, até por absoluto respeito à Senadora Teresa, se ela quiser, eu posso fazer uma explicação sobre esse requerimento de retirada.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Senador Hiran, deixe-me também dialogar com V. Exa. Tenho plena consciência de que o projeto é complexo. Pelo tempo que aqui ele tramita, já é um indicador, a mudança inclusive de relatoria, por mais de uma vez, também é outro indicador, mas eu não sei se retirar de pauta resolveria a questão.

Não sei, como V. Exa. tem premência de debater mais profundamente, de conhecer ou de contrapor algo ao que nós estamos colocando, se um pedido de vista não resolveria a sua intenção?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, Senadora Teresa, esse projeto já tramita há dez anos neste Parlamento. Ele é de autoria do nosso querido amigo Deputado Celso Russomanno, e nós já discutimos muito.

Inclusive, o nosso Senador Paim, que está aqui presente, foi também Relator da matéria e viu a dificuldade que é para nós chegarmos a um consenso na matéria. E ele, inclusive, um homem extremamente parcimonioso, disse: "Hiran, é tão difícil que eu vou devolver esse projeto, porque são muitos os argumentos a favor e contrários, e a gente não consegue...". Houve propostas inclusive que vieram do nosso Vice-Presidente Geraldo Alckmin, que é médico acupunturiatra, propostas que não foram aceitas neste Plenário aqui por acupunturistas não médicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como se trata de regulamentar uma atividade, Presidente... O senhor, que é médico também, sabe que a acupuntura é uma das nossas 55 especialidades médicas e requer exame, requer curso de residência médica para se ostentar o título de especialista em acupuntura. Nós já, inclusive, propusemos que os acupunturistas não médicos pudessem continuar desenvolvendo suas atividades – aqueles que foram formados até a data da aprovação da lei –, e, a partir daí, a gente respeitaria o que preceitua a nossa medicina. Mas eu fiquei muito surpreso, porque eu vi que o interesse maior não é daqueles que já praticam a acupuntura sem ser médicos, e sim dos cursos que formam acupunturistas não médicos. Então, é por isso essa dificuldade.

Eu vou estar aqui sempre me contrapondo a esse projeto, porque realmente eu acho que esse projeto fragiliza a atenção à saúde das pessoas. Para a gente fazer acupuntura, a gente tem que conhecer anatomia, fisiologia, neurologia, neuroanatomia; a gente precisa conhecer a fisiologia humana com muita profundidade, para que nós possamos fazer uma abordagem mais responsável desses pacientes que procuram a especialidade. Dessa forma, é para preservar a saúde das pessoas, até porque o senhor sabe que nós utilizamos agulhas para fazer marcação dos pontos onde há o efeito terapêutico da especialidade, e a lei do ato médico é clara quando diz que os procedimentos invasivos são privativos de médicos.

Então, é por isso que eu tenho essa posição contrária.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pessoal, a presença é bem aceita, bem recebida, mas as manifestações, regimentalmente, não estão permitidas.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – E essas manifestações suscitam, inclusive... O senhor vê como a questão não está amadurecida. É por isso que eu solicitei... Com todo o respeito que tenho à minha ilustre colega Teresa Leitão, que é uma pessoa que eu respeito muito, pela sua história, pela sua competência, eu acho que esse projeto não está maduro para a gente votar aqui.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu vou ser breve, por gentileza. Eu só queria fazer um esclarecimento aqui, sem entrar no mérito desse projeto.

Eu sempre fico um tanto quanto preocupado quando esta Casa faz uma certa hierarquização em determinadas profissões.

Eu tenho orgulho de falar que eu fui o autor do piso da enfermagem. Esses profissionais estão aí pagando com a vida, levando bactéria, vírus para a suas residências. Eu fui Corregedor-Geral do Estado do Espírito Santo e tinha denúncias lá de técnico de enfermagem acumulando dois cargos, coitado, para ganhar um salário mínimo. E eu tinha que chamar aquela profissional... Na grande maioria – 3 milhões de servidoras – mulheres: eram 85% de mulheres, 53% de pretas e pardas. Por que, quando a gente legisla para determinadas profissões, a gente fecha as portas do Parlamento? Por que determinadas profissões aqui... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pessoal, eu peço aí a colaboração de vocês. Faz aquele...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Não, eu estou falando isso, me perdoe o desabafo, porque vejo que, quando é projeto para beneficiar, com todo o respeito, juiz e promotor, estendemos um tapete vermelho; para a classe médica, estendemos um tapete vermelho. Agora, para técnico de enfermagem, fechamos as portas; para enfermeiro, fechamos a porta; para fonoaudiólogo, fechamos a porta; para fisioterapeuta, fechamos as portas.

"Todos somos iguais perante a lei". Eu nunca li uma frase tão hipócrita na Constituição Federal. Acho que passou da hora de a gente ter um enfrentamento aqui nesta Casa, mas dar tratamento digno... E eu não estou falando aqui, com todo o respeito, ao projeto, porque esse projeto tem o seu mérito, vai ser debatido no momento oportuno. Mas eu não posso deixar de fazer esse contraponto, porque nós não podemos perder a capacidade de indignação.

Então, toda vez em que eu tiver oportunidade para falar das outras profissões relacionadas à saúde, eu o farei. E o farei da psicologia, farei dos assistentes sociais, falarei do fisioterapeuta,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos técnicos de enfermagem, dos enfermeiros, de quem eu tenho orgulho. Precisou vir uma pandemia para matar 700 mil pessoas para a gente ver o valor que esses profissionais têm.

Não tem como. Não é razoável. Não têm EPI, não têm um local para alojamento. Vá ver os médicos! Se um enfermeiro tiver um carro, não tem nem estacionamento para utilizar. E nem pode.

Ora, espera aí, não é?

Então, acho que nós aqui no Senado temos que ter uma visão maior, uma visão mais ampla. A gente tem que entender que esta é uma Casa de representatividade de todos, mas da população preta, das mulheres, dos povos indígenas, da comunidade quilombola e de todos.

Perdoem-me o desabafo. Só queria fazer esse contraponto, que sempre farei, em defesa das demais profissões da saúde.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora Teresa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Senador Dr. Hiran, eu compreendo perfeitamente os dados que V. Exa. levantou. V. Exa. é da área médica, mas eu sou tão parcimoniosa que fiquei com esse projeto um bom tempo, apesar de alguma pressão para que eu desse logo o parecer. O Senador Paim sabe disso, ele foi uma das pessoas que eu consultei.

Por isso que eu fiz a contraproposta a V. Exa., porque, se o problema é complexo, não é engavetando-o que a gente vai resolvê-lo. A gente precisa dar um passo adiante para poder construir os consensos possíveis. E vou dar alguns dados que eu acho que podem nos ajudar dentro dessa perspectiva aqui já colocada pelo Senador Contarato.

São 370 mil acupunturistas no Brasil, 222 cursos de pós-graduação em acupuntura cadastrados no MEC, sete institutos de educação superior. Cinco mil são formados a cada semestre. Documentos do Conselho Nacional de Saúde incentivam a prática multiprofissional não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por considerá-la uma prática invasiva, mas por considerar uma abordagem da saúde centrada na pessoa e no caráter integral.

Essa é uma realidade que a gente precisa controlar, é bem verdade. Eu acho que V. Exa. tem toda razão no sentido – em qualquer profissão, sobretudo na área médica – de não permitir danos à saúde por questões ou procedimentos praticados por profissionais não habilitados. Mas não é disso que se trata neste projeto de lei.

A minha apreensão, como legisladora, é a gente deixar um projeto, Senador Humberto, tanto tempo tramitando sem um ponto final.

A lei, em si, nunca é um ponto final, também quero dizer isso, porque, se ela não é uma lei boa, se não está tendo a eficácia social e de interesse social que ela tem, a gente reformula, mas, nesse caso, uma lei que vem tramitando há tanto tempo e a gente negando ou não querendo se debruçar sobre a realidade que é praticada nesse sentido... É uma atividade milenar, diga-se de passagem, não é? E como a gente trata isso no mundo atual, diante da existência da prática e diante de questões – e aí, sim – sociais, da hierarquia das profissões, que muitas vezes não condizem com a realidade da vida das pessoas...

Por isso que eu fiz esse pedido a V. Exa., porque retirar de pauta é drástico demais para um projeto que está há tanto tempo tramitando, mas considero que é necessário a gente fazer uma discussão, já que o senhor traz novos elementos. A gente poderia fazer isso de outra maneira, para que... Não quero entregar a relatoria. Até pensei nisso, sinceramente. Até pensei: por que eu peguei essa relatoria? Por que foi distribuída a mim num momento em que eu nem estava, não é? E me disseram que era por conta de um espírito de conciliação que eu quero exercitar, e quero exercitar no diálogo com V. Exa. e com as partes envolvidas, mas que a gente dê um desfecho.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O senhor me permite, Presidente, só à guisa de a gente tentar entrar aqui num acordo?

A senhora ouviu a Sociedade Brasileira de Acupuntura? A senhora ouviu os médicos acupunturistas?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ouvi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ouviu? Porque a gente já fez propostas. Nós não somos, inclusive, contrários aos alunos desses cursos. A gente salvaguarda o direito deles de chegarem até o final dos cursos. Agora, a gente quer acabar com essa prática de formar acupunturistas não médicos, porque acupuntura é uma especialidade médica. A nossa querida Zenaide sabe disso.

Então, eu acho que a gente não pode praticar um ato médico, tentar um efeito terapêutico através de uma pessoa que não tem, nas suas diretrizes e competências, as matérias de que eu falei aqui, que não tem conhecimento profundo de anatomia, de miologia, de fisiologia, de bioquímica.

Enfim, nós precisamos discutir isso com profundidade, porque senão a gente vai causar dano às pessoas.

Eu perguntaria aqui. Eu fico muito... Aqui a gente não pode tergiversar. Quando alguém daqui precisar fazer um tratamento através da acupuntura, vai procurar um médico ou alguém que você sabe que não tem a formação adequada para praticar essa atividade? Isso é uma pergunta que a gente faz. Será que a gente queria isso para a gente? Então, eu deixo aqui esse questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria fazer um encaminhamento.

Regimentalmente a proposição de retirada de pauta do Senador Hiran se pautou num item do Regimento Interno que não é o adequado para esse tipo de proposição. Nesse caso, somente o autor teria essa possibilidade de requerer a retirada de pauta do projeto.

Por outro lado, esse é um desses projetos a que eu estava me referindo, em que a pressão é terrível. A Senadora Teresa Leitão sabe. Eu, que sou apenas o Presidente da Comissão, recebo uma pressão gigantesca para botar ou para não botar, imagine a que ela sofreu. E acho que tanto ela quanto V. Exa. têm razões importantes para a elaboração do relatório, mas também para questionamentos a esse relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou tentar ser salomônico aqui. A gente poderia fazer o seguinte: se a intenção é ainda discutir com a Senadora, tentar ver se ela faz alguma modificação no projeto – se a intenção é essa –, eu acho que nós podemos dar um pouco mais de tempo para que isso aconteça, mas sem tirar da perspectiva de votar nesta Comissão ainda antes do recesso parlamentar. Se a intenção é simplesmente não fazer a discussão, aí eu acho que para esta Comissão é ruim, até porque esse projeto não é terminativo, ele ainda vai passar por outras Comissões. Então, esse debate vai poder... (*Pausa.*)

Ah, vai direto para o Plenário, segundo o nosso assessor aqui.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Vai para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Plenário é um espaço importante para esse debate também. Então, a minha sugestão, não sei se V. Exa. aceitaria: nós ouviríamos a leitura do relatório e alguém pediria vista, mas uma vista não coletiva, de modo que a gente pudesse prorrogar para a última sessão do ano desta Comissão a votação dessa matéria. E nesse tempo, a Senadora com certeza se compromete a ouvir novas opiniões, novas ideias e tentar aperfeiçoar o seu projeto.

Não sei se isso atende V. Exa.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, já que há esse compromisso de a gente votar ainda nessa legislatura, eu sugeriria que a gente retirasse o projeto, até para a gente poder discutir internamente o relatório da Senadora, porque ela vai apresentar... A gente não tinha conhecimento do relatório dela até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não é melhor discutir tendo conhecimento do relatório? Ela leria...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu me comprometo com ela...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele está no sistema, viu, Senador? Só...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mas entrou hoje, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Entrou ontem.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, entrou hoje. Entrou hoje. Eu estou com...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, foi algum equívoco...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, porque a minha assessoria...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... de tramitação, porque eu jamais apresento o relatório no dia.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... se me informar errado, eu demito...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas, então, diga aí a sua...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A minha proposta era essa, que a gente retirasse... (*Pausa.*)

Entrou que horas? (*Pausa.*) Entrou agora pela manhã, viu, Senadora?

Eu sugeriria que a gente retirasse de pauta e a gente discutisse, mas com o compromisso nosso de colocar para...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O que é que acha, Senadora?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Eu acho que postergar não é um bom caminho. Estou aberta ao diálogo.

Eu repito que o relatório não foi colocado hoje, se foi algum erro do sistema... Não foi, foi colocado ontem, mas isso não é o problema maior, estou só querendo justificar, porque seria muito ruim da minha parte ter assinado um relatório hoje de manhã. Não assinei hoje de manhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Repito: se foi algum problema, não foi da nossa alçada. Mas acho que isso não é um problema, porque esse projeto já foi objeto até de audiência pública.

Eu até pensei em sugerir audiências públicas e fui informada de que, antes de eu aqui chegar, esse projeto foi objeto de várias audiências públicas. São posições que realmente se confrontam. A gente precisa ter um consenso em relação ao que é aceitável, ao que não é não aceitável, ao que é bom e ao que não é. E isso só se consegue discutindo, não é?

O que eu aprendi do Relator anterior foi isto: não foi possível se conseguir o consenso. E, quando a gente não consegue, o que a gente faz? Não pode ser retirado de pauta. Vai a voto, se for o caso; ganha-se ou perde-se. Mas ficar postergando, eu não acho bom.

Também me proponho a ceder ao pedido de vista, se for o caso, Senador Humberto Costa, para que a gente possa, dentro desse cronograma de ter a resolução de coisas que estão há tanto tempo esperando, incluir esse projeto, contanto que a gente possa dar um desfecho a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Bom, então, Senador, peço vênia ao...

Pois não.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Humberto, ainda bem que nós temos aqui a presença do Senador Paim, que pode confirmar o que vou dizer.

Durante as discussões desse projeto, quando ele era o Relator, eu inclusive me propus a vir aqui fazer um debate só com as pessoas que praticam acupuntura e não são médicas. O ambiente era mais ou menos assim: uma discussão em que tinha uma claque, aqui atrás, de apoiamento ao projeto. Mas eu sempre me manifestei com muita serenidade e com muita responsabilidade em relação a esse assunto. O senhor vê que é um assunto tão difícil que está há dez anos nesta Casa.

O Senador Paim, com toda a experiência que tem, chegou para mim e falou: "Hiran, é muito difícil a gente caminhar com esse projeto, porque tem posições contrárias e os lados...". A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cedeu bastante, a gente inclusive aceitou – e o Senador Paim está aqui – que todas as pessoas que estão fazendo esses cursos e que não são médicas tivessem o seu direito salvaguardado, se formassem e praticassem até a aprovação da lei. Mas, mesmo assim, não aceitaram. Por quê? Porque o interesse maior não é dessas pessoas que estão fazendo os cursos, é dos donos de cursos, porque isso aí é um grande negócio.

Então é por isto que eu estou me posicionando veementemente contra: eu tenho que cuidar, principalmente, não é do interesse aqui particular de quem é dono de curso de acupuntura, mas, sim, da saúde do povo brasileiro.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas eu também não estou cuidando disso, não, viu, Senador?

Só uma explicitação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

Eu vou fazer o seguinte encaminhamento.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Perdoem-me se...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É porque a frase final foi um pouco incisiva demais.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Perdoem-me, mas é que... Eu estou dizendo isso aqui porque, às vezes, a senhora teve contato com esse projeto há pouco tempo, mas eu estou lhe dando um pouco da história...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, eu compreendo.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... da discussão que a gente tem tido aqui já nesses... Eu acompanho esse projeto desde o primeiro mandato de Deputado Federal, e a dificuldade é sempre essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Eu tomo a decisão de que a Senadora Teresa Leitão faça a leitura do seu relatório. Sugiro que haja um pedido de vista que não seja coletivo. Peço aos colegas que não peçam vista coletiva.

Nesse intervalo de tempo, V. Exa. poderá, junto com a Senadora Teresa Leitão ou outras pessoas mais, sem nenhum problema, apresentar ideias ou sugestões. Se ela não incorporar, V. Exa. ainda terá a alternativa de apresentar um voto em separado para essa discussão e essa votação. E, na última sessão do ano da Comissão, nós faremos a votação dessa matéria.

Então, concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Vou direto à análise, Sr. Presidente.

Conforme o Regimento Interno do Senado Federal, art. 100, incisos I e II, cabe à CAS a análise de assuntos referentes às relações de emprego e a temática da saúde.

Esses temas, ainda, incluem-se entre aqueles de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal. Além disso, o Congresso Nacional possui a competência para legislar sobre o assunto, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Não há invasão de reserva de iniciativa, pelo que a matéria pode ser proposta por Parlamentar, como de fato o foi.

A Constituição, em seu art. 5º, inciso XIII, estabelece que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as exigências estabelecidas em lei. Esse comando constitucional reflete o entendimento de que deve ser observada a autonomia pessoal individual para o desempenho de toda e qualquer atividade profissional.

Dado que é livre a escolha da profissão, qualquer restrição somente pode ser aplicada quanto às condições de exercício da profissão, isto é, quanto aos requisitos necessários àquele exercício. Essas restrições somente podem existir em decorrência de incontornável interesse público – ou seja, por razões de segurança ou de saúde pública ou, ainda, no caso de profissões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cujo exercício seja particularmente sensível no que toca à segurança jurídica ou econômica da população.

Em nosso entendimento, essa é a situação profissional e social do acupunturista. O reconhecimento de que a acupuntura constitui prática médica complementar no âmbito do Sistema Único de Saúde, incluída na Estratégia de Saúde da Família e nos respectivos programas regulamentados e geridos pelo Poder Executivo em nível federal, estadual e municipal, esse fato já constitui, em grande parte, um reconhecimento estatal de sua existência e relevância.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nesse quadro, impõe-se o reconhecimento da profissão pois se trata justamente de atividade diretamente atinente à segurança sanitária dos usuários e cuja ausência de regulamentação pode gerar grandes problemas.

O Congresso Nacional está atento a essa realidade, tanto que já tramitam, nesta Casa e na Câmara dos Deputados, diversos projetos de regulamentação da acupuntura e dos acupunturistas.

Destes, o presente projeto é o que se acha em mais adiantado estado de processamento, já tendo passado por várias Comissões da Câmara e remetido ao Senado, no papel de Casa revisora.

O projeto também possui outras qualidades: é um projeto sucinto, que regulamenta os pontos centrais da profissão de acupunturista e estabelece um marco legal compatível com a proteção dos pacientes e que firma critérios justos de formação e atuação profissional dos acupunturistas sem se perder, como outros projetos, em um cipoal de termos técnicos da área que, em última instância, não são relevantes para o ordenamento jurídico.

Sugerimos, na esteira do anterior relatório do Senador Paulo Paim, a aprovação da Emenda de Redação, que retira alguns dispositivos inócuos do projeto, quais sejam, os arts. 1º e 2º, que se limitam a repetir os termos da ementa de forma ligeiramente diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por se tratar de emenda de redação, sem que haja qualquer modificação material do Projeto, desnecessário será o retorno à Casa de origem, garantindo-se seu rápido seguimento.

Voto.

Do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.983, de 2019, com a seguinte emenda de redação:

> Emenda nº - CAS (de redação)
> Suprimam-se os arts. 1º e 2º do Projeto de Lei nº 5.983, de 2019, renumerando-se os subsequentes.

Esse é o voto aberto, Senador Hiran, a todo e qualquer patamar de diálogo que se faça necessário para que a gente possa ter um desfecho em relação ao projeto de lei.

Muito obrigada.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senadora.

Então, peço vista, e vamos discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. Vista concedida.

Vamos ver aqui o item 2 da pauta, vamos conclui-lo.

Eu peço que se abra o painel.

(*Procede-se* à *apura*ção.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Apurados 11 votos a favor; nenhum voto contrário.

Uma abstenção.

Parabenizo o Senador Rodrigo Cunha e lhe concedo a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Pela ordem.) – Presidente, esse é um projeto que é de todos. O consenso aqui imperou devido à necessidade dessa política pública, sem dúvida nenhuma. Mas eu venho aqui – no sentido do que V. Exa. apresentou no começo desta sessão para dar celeridade – para que a gente também coloque agora em votação o turno suplementar. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadores e Senadoras aqui presentes, podemos atender esse pedido do Senador Rodrigo Cunha? (*Pausa.*)

Não havendo quem se oponha, vamos repeti-lo.

Será nominal novamente. Não?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, esse é simbólico.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, está certo.

O turno suplementar do substitutivo do item 2 da pauta, coloco-o em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar sem votação, de acordo com o art. 24 do Regimento Interno.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

O.k.?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não, Senador Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, dificilmente faço isso, mas faço um apelo à V. Exa. e aos colegas, porque às 11h eu tenho que abrir a Comissão de Direitos Humanos e no item 9, um projeto que o Relator já está presente, o Senador Alessandro Vieira, havia algumas discussões aqui entre nós outros, digamos, mas chegamos a um entendimento de que a matéria poderia ser votada hoje; ela trata dos trabalhadores demitidos pela Eletrobras.

É um projeto, no meu entendimento, simples, que busca o aproveitamento desses trabalhadores que, infelizmente, e aqui eu já termino essa pequena fala, estão sendo demitidos pelo computador. Trabalhadores sentam-se para trabalhar, fizeram concurso, e estão sendo afastados, depois de 20, 30 anos de atividade.

Se ele pudesse apresentar o relatório e pudéssemos votar...

A matéria não é terminativa, vai para a CCJ e é lá que vamos aprofundar o princípio da constitucionalidade ou não.

Esse é o apelo que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. Apesar de ser um projeto que, provavelmente, mesmo sendo aprovado, não vai ser implementado...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tudo pode acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu passo a palavra ao Senador Alessandro Vieira, Relator da matéria.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Item 9.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Questão de ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só um minuto.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 1791, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para dispor sobre o aproveitamento de empregados das empresas públicas do setor elétrico federal desestatizadas pelo Programa Nacional de Desestatização.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Senador, com a palavra.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – É só, muito rapidamente, Presidente, com a sua vênia... Eu tenho uma pauta lá na CCJ, vou ter que me retirar, e queria subscrever os itens 10 e 11 da...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – São requerimentos?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – São. São requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., itens 10 e 11.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com a palavra, o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu peço licença para ir diretamente à análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno, opinar sobre projetos que digam respeito a relações de trabalho.

A proposição em análise dispõe sobre a relação de emprego de milhares de trabalhadores das empresas do grupo Eletrobras, estatais que foram privatizadas em 2022. Basicamente, pretende assegurar o aproveitamento, em empresas que remanesçam sob o controle da União, daqueles empregados que tenham sido dispensados por ocasião da mudança de controle acionário, resultado do processo de privatização.

Já ocorrida a desestatização, o novo dispositivo que se pretende introduzir na Lei nº 12.783 tem o seu alcance bastante reduzido, pois, dentre as integrantes do grupo Eletrobras, remanesceram sob o controle da União apenas a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A (ENBPar), as empresas por ela controladas (Eletronuclear, Indústrias Nucleares do Brasil) e a Itaipu Binacional, cujo controle é dividido entre a ENBPar e a autarquia paraguaia Administración Nacional de Electricidad. Ainda assim, no caso das empresas do setor de energia nuclear, eventual privatização dependeria de reforma constitucional, já que somente à União, ou a ente por ela criado, é dado explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados. As

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

circunstâncias concretas revelam, portanto, ser o art. 3º do PL o seu dispositivo fundamental, por se referir ao processo de desestatização já concluído, cabendo reiterar que, à época da apresentação do projeto, aquele mesmo processo sequer havia sido iniciado.

Cumpre registrar que medida em sentido semelhante à prevista no projeto chegou a ser aprovada pelo Congresso Nacional, com a inserção de dispositivo no Projeto de Lei de Conversão nº 1.031, de 2021, o qual, infelizmente, foi vetado pelo Presidente da República.

Não é tarefa desta Comissão, mas da CCJ, realizar o exame da constitucionalidade do PL. De qualquer modo, até para munir os integrantes deste Colegiado de elementos que os deixem mais confortáveis para examinar o mérito do projeto, entendemos não haver óbices constitucionais à sua aprovação. Ele não dispõe sobre servidores públicos (o que faria incidir a reserva de iniciativa do art. 61, §1º, II, alíneas "a" e "c", da Constituição), mas sobre empregados de empresas estatais. Ademais, seu texto tem o cuidado de estabelecer que o aproveitamento dos trabalhadores se fará noutras estatais federais, em empregos com salário e atribuições semelhantes. Isso, a nosso ver, afasta qualquer alegação de que o projeto pretenderia burlar a regra do concurso público. Aqueles que serão aproveitados já prestaram concurso público para assumir os empregos dos quais foram desligados. Ademais, conforme a própria jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o enquadramento em outros cargos/empregos não viola a exigência constitucional do concurso público quando há uniformidade de atribuições, identidade remuneratória e dos requisitos de escolaridade.

No mérito, pensamos que a medida promove justiça para um segmento de empregados que abdicou de carreiras no setor privado para dedicar-se a uma atividade essencial, que por muito tempo o Estado entendeu necessário prestar por meio de um de seus braços empresariais.

Os empregados impactados pela privatização constituem uma força de trabalho experiente e qualificada, que muito pode contribuir noutros postos abertos no setor empresarial público.

Não é demais lembrar que, tendo sido o Estado brasileiro o principal acionista das empresas do grupo Eletrobras, foram públicos os investimentos realizados na capacitação desses trabalhadores, algo que se perde com o fim de seu vínculo com a administração pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo informa o Relatório Anual da Eletrobras de 2023, desde 2021, quando foi encaminhada ao Congresso Nacional a medida provisória que estabeleceu as regras para sua privatização, até o fim de 2023, houve 3.614 desligamentos nas empresas do grupo. Desse total, 3.024 foram de profissionais com mais de 50 anos de idade, categoria que sabidamente encontra maiores dificuldades de realocação no mercado de trabalho.

O relatório Etarismo e inclusão da diversidade geracional nas organizações, publicado em 2024 em parceria pelas consultorias Labora e Robert Half, indicou que, para mais de 60% das empresas pesquisadas no Brasil, a contratação de pessoas com mais 50 anos de idade nos últimos dois anos havia representado menos de 5% do total de admissões (as empresas que não haviam realizado nenhuma contratação do tipo representavam quase 20% do total). Já os números do Caged apontam a tendência de expulsão de pessoas dessa faixa etária do mercado de trabalho. Em 2023, no grupo entre 50 e 64 anos de idade, o saldo de admissões/desligamentos foi negativo em mais de cem mil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Diante do exposto, a aprovação do presente projeto de lei se mostra essencial para garantir justiça aos trabalhadores demitidos das empresas do grupo Eletrobras, preservar o conhecimento e experiência adquiridos com investimentos públicos e minimizar os impactos sociais da privatização. Ao aproveitar esses profissionais em outras estatais, o Estado estará contribuindo para a eficiência da administração pública e para a construção de uma sociedade mais justa.

O voto, Sr. Presidente, então, é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço ao Senador Alessandro Vieira pela elaboração e leitura do relatório e coloco a matéria em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidente, como foi V. Exa., como sempre, muito complacente com este Senador, eu me comprometo aqui a falar rapidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, quero dizer que a categoria está aqui, com os líderes sindicais, acompanhando este momento e eu quero, de pronto, agradecer o brilhante relatório feito por V. Exa. O relatório de V. Exa., no meu entendimento, é impecável. Então, qualquer argumento aqui não resolveria a questão que está tão bem desenhada por V. Exa.

Eu quero lembrar que esse projeto é do ex-Deputado Federal Assis Carvalho, do PT, lá do Piauí, e que foi aprovado praticamente por unanimidade na Câmara dos Deputados. Vem a esta Casa, sabemos que vai para a CCJ, como muito bem foi colocado, e lá vai se aprofundar este debate.

Mas lembramos, na linha do que já falou o Senador Alessandro Vieira, que, com a privatização da Eletrobras, mais de 4 mil trabalhadores – já são mais de 4 mil trabalhadores... E está prevista a demissão de mais 20%; ou seja, a Eletrobras, que já teve em torno de 12 mil trabalhadores, terá agora menos do que 7 mil empregados.

É importante lembrar que a participação sindical é requisito, conforme o TCT, para a validade desse tipo de dispensa. Mas, em resumo, o projeto só pede o reaproveitamento. Calculem 4 mil, 5 mil, 6 mil trabalhadores que se sentam para trabalhar, e estaria escrito ali: "Passe no departamento pessoal, você está demitido". É isso que a Eletrobras faz.

Eu me ponho no lugar deles. Como é que chega em casa, para a família? Como é que vai viver? Tinham estabilidade no emprego. Se foi privatizado, nós temos que assumir também a nossa responsabilidade com os trabalhadores.

Então, este é o apelo que eu faço a todos os colegas: que a gente vote simbolicamente, vá para a CCJ, e, naturalmente, lá nós vamos acompanhar também o projeto.

Pronto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Senadoras e Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à CCJ.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O próximo ponto da pauta é o item 4, que também é da relatoria do Senador Alessandro Vieira.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1433, DE 2022

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 297-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para incluir o pagamento de pensão alimentícia mensal à família da vítima ou à vítima, em caso de morte ou lesão corporal por crime de trânsito, provocada por condutor sob influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Peço licença para ir diretamente à análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 100 do Regimento Interno, opinar sobre matérias que tenham relação com a proteção e defesa da saúde. Trata-se exatamente do presente caso, em que se pleiteia uma proteção mais adequada às vítimas de acidentes de trânsito no cenário de alcoolemia ou afins.

No que toca à regimentalidade, não se vislumbra nenhum vício no projeto, o qual segue todos os preceitos delineados no Regimento.

Por sua vez, os requisitos formais e materiais de constitucionalidade também são atendidos pelo projeto, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito civil, a teor do disposto no art. 22, *caput*, inciso I, da Constituição Federal, bem como por não ter sido deslustrada cláusula pétrea alguma.

Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o *caput* e o inciso V do art. 48 da Carta Magna, não havendo reserva temática a respeito, nos termos do art. 61, §1º, da Constituição Federal. Assim, não se vislumbra nenhum óbice com relação à constitucionalidade da medida proposta.

Quanto à técnica legislativa, entendemos que o projeto está de acordo com a Lei Complementar nº 95, que tem por objetivo proporcionar a utilização de linguagem e técnicas próprias que garantam às proposições legislativas as características esperadas pela lei, a saber: clareza, concisão, interpretação unívoca, generalidade, abstração e capacidade de produção de efeitos. Todos esses padrões são perfeitamente atendidos pelo projeto ora analisado, sendo proposto um mínimo ajuste redacional, para dar maior clareza à pretendida lei.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, pois, como se sabe, a juridicidade de uma norma pode ser aferida com esteio nos seguintes critérios:

a) adequação do meio eleito ao alcance dos objetivos vislumbrados;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

b) generalidade normativa, que exige seja destinatário do comando legal um conjunto de casos submetidos a um comportamento normativo comum;

c) inovação ou originalidade da matéria, ante as normas jurídicas em vigor; d) coercitividade potencial; e

e) compatibilidade com os princípios diretores do sistema de direito pátrio ou com os princípios especiais de cada ramo particular da ciência jurídica.

Todos esses critérios são intrinsecamente atendidos pelo presente projeto. Então, no mérito, a proposição merece prosperar.

É evidente que o projeto ostenta boas intenções, por atentar para o clamor da sociedade por mais segurança no trânsito brasileiro, sabidamente um dos mais perigosos do mundo.

De acordo com os dados registrados pelo Senador Fabiano Contarato, um profundo conhecedor do tema, foram registrados mais de cem sinistros por hora, no ano de 2021, no Brasil, tendo mais de 33 mil brasileiros perdido sua vida no trânsito em 2020.

E uma das mais graves imprudências, senão dolo eventual, é o uso de álcool, ou outras substâncias psicoativas que causem dependência, logo antes de se passar à condução de veículos automotores, consumo que reduz substancialmente a capacidade de reação e atenção dos condutores.

Não é incomum, nesse diapasão, que recebamos, diariamente, notícias de graves acidentes envolvendo condutores com discernimento alterado – se é que de acidentes se trata. Um dos casos emblemáticos recentes ocorreu em São Paulo, ocasião em que o condutor de um veículo de luxo causou a morte de um motorista de aplicativo, provedor e pai de família. O motorista sequer foi submetido ao teste de alcoolemia após o evento, embora as imagens amplamente divulgadas fossem de clareza solar sobre o nível do discernimento do jovem.

Assim, é o caso de louvarmos e endossarmos a pretensão do Senador Fabiano Contarato, visto que preocupada com a mais irrestrita justiça no âmbito do inseguro trânsito brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma emenda simples, contudo, é necessária para ajustar a redação do §2º do pretendido art. 297-A do CTB à Lei nº 8.213, de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.433, de 2022, com a emenda que segue.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAS.

A matéria vai à CAE.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é apenas para registrar o meu agradecimento ao Senador Alessandro Vieira, pela sensibilidade ao tema. Ele sabe do meu compromisso com esse tema.

Infelizmente, quanto ao trânsito do Brasil, o país é o terceiro que mais mata no mundo, e o custo desses acidentes quem paga é a sociedade.

Parabéns, Senador Alessandro! Parabéns ao Senado Federal!

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é apenas para parabenizar Fabiano Contarato, o autor, e Alessandro Vieira, o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importantíssimo o projeto de lei, e eu vou aqui confessar que apanhei muito quando eu votei pela volta do DPVAT. Eu trabalhei muito em processos de DPVAT, e ele era vinculado a um consórcio de seguradoras privadas. Quando acabou o DPVAT – que agora voltou sob o guarda-chuva da Caixa Econômica Federal –, eu fui muito criticada, Fabiano.

A questão é: é um valor pequeno para uma grande ajuda para aquelas pessoas que não podem pagar um seguro. E a maioria das pessoas que sofrem acidentes são pessoas mais humildes, acidente de moto. Elas ficaram sem auxílio-funeral, sem nenhuma indenização, porque é muito difícil. Mesmo os processos de DPVAT demoram para tramitar. E é bom a gente lembrar que muitas pessoas que têm condições têm seguro de carro, de veículos. Então, aqui é mais uma ajuda e realmente uma punição para aquela pessoa que cometeu esse delito de dirigir embriagado.

Parabéns mesmo, belíssimo projeto!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

O Senador Contarato me pediu para colocar o projeto de autoria dele, mas, em respeito aqui à presença da Senadora Jussara, que é Relatora de um projeto também do Senador Rodrigo Cunha, farei a votação lá e depois passarei para o de V. Exa.

ITEM 8

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 48, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Assistência Social da Segurança Alimentar.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão Diretora.

Concedo a palavra à Senadora Jussara Lima para leitura do relatório.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Exmo. Sr. Presidente, Senador Humberto Costa, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Resolução do Senado nº 48, de 2023, que institui a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Assistência Social da Segurança Alimentar.

Passo diretamente à análise do mérito, Sr. Presidente.

Quanto ao mérito, entendemos que a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Assistência Social da Segurança Alimentar é uma iniciativa primorosa e que busca concretizar o direito constitucional à alimentação por meio da junção de esforços no exercício da atividade legislativa. Cabe ressaltar que o enfoque na assistência social da segurança alimentar reforça a importância do Programa Bolsa Família, do Programa de Aquisição de Alimentos e de outras iniciativas que foram e continuam sendo essenciais para a garantia da segurança alimentar e para o combate à fome no Brasil.

Estudo do Instituto Fome Zero mostra que 13 milhões de pessoas deixaram de passar fome no Brasil e 20 milhões de pessoas deixaram de sofrer de insegurança alimentar moderada em 2023. Em outras palavras, os esforços realizados em nível federal resultaram na redução de 30% da insegurança alimentar total. Essas estatísticas mostram que estamos no caminho certo, mas que ainda temos muito a aprimorar quanto à segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

Nesse contexto, nos parece que a frente parlamentar será um importante mecanismo para fortalecer as políticas públicas de assistência social da segurança alimentar.

Ante o exposto, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 48, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o meu voto, Presidente Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora.

Consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras sobre o requerimento do Senador Fabiano Contarato para a inclusão extrapauta do PL nº 3.010, de 2019.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

PROJETO DE LEI Nº 3010, DE 2019

Altera a Lei nº 14.705, de 25 de outubro de 2023, para prever programa nacional de proteção dos direitos da pessoa acometida por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica ou por Síndrome Complexa de Dor Regional ou outras doenças correlatas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que aprovam a inclusão extrapauta queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Eu concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para proferir o relatório. É de autoria da Câmara dos Deputados o projeto, e a relatoria é do Senador citado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Serei breve, passo direto à análise.

Reconhecemos ser louvável a proposta de instituir um programa nacional de proteção dos direitos da pessoa acometida por fibromialgia, pois poderá contribuir para dar maior visibilidade a essa condição que afeta entre 2 e 12% da população adulta brasileira, além de estimular a adoção de instrumentos voltados para um melhor conhecimento acerca do problema no país. Os dados advindos dos estudos e do cadastro propostos poderão informar sobre as condições de saúde, as necessidades assistenciais e os mecanismos de proteção social das pessoas acometidas pela doença.

As diretrizes gerais para a atenção oferecida às pessoas acometidas pelas doenças previstas no projeto são compatíveis com aquelas que orientam a atenção à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e merecem o nosso apoio.

Da mesma forma, o projeto está em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão e com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ao condicionar a equiparação da pessoa acometida pelas doenças de que trata a realização de avaliação biopsicossocial, que considere os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação na sociedade. É fundamental essa avaliação individualizada, para que sejam verificadas, por equipe multiprofissional, além da situação clínica, as condições biopsicossociais de cada paciente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, consideramos correta a disposição do projeto sobre esse tema, uma vez que a fibromialgia, como a maior parte das doenças, evolui e se manifesta de formas variadas, o que reforça a importância da avaliação, caso a caso, sobre os impedimentos e as limitações que a doença, de fato, provoca.

Assim, a nosso ver, o PL é meritório e irá contribuir para a assistência às pessoas que sofrem cronicamente dos sintomas da fibromialgia.

Voto.

Pelo exposto, manifestamos voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.010, de 2019.

Eu quero parabenizar, Sr. Presidente, a proposição do Deputado Dr. Leonardo, que teve essa sensibilidade.

Eu tenho parentes que têm fibromialgia, pessoas próximas com fibromialgia, e nós sabemos que sintomas como fadiga, rigidez muscular, problema de sono, tontura, dor de cabeça, dificuldade de concentração, sensibilidade ao toque, formigamento nas mãos, depressão, ansiedade, tudo isso... O médico faz uma anamnese, mas vai ser feita uma análise muito mais ampla com relação a esse estudo.

Então, eu acho que esse é um momento importante para que a gente possa dar essa possibilidade de uma avaliação, partindo sempre da premissa da boa-fé. Nós sabemos que a perícia, no instituto do INSS, são pessoas capacitadas. Vai ser analisada por uma equipe multiprofissional e, obviamente, partindo da presunção de legitimidade dos atos praticados pela administração pública, ao final se conclui se aquela pessoa tem ou não fibromialgia, mas nós não podemos fechar os olhos para 7 milhões de brasileiros que sofrem: pessoas que não conseguem sequer levantar, pessoas que sentem o corpo dolorido diuturnamente. Só quem tem fibromialgia sabe, efetivamente, o que é isso.

Às vezes nós temos, como uma função do Estado, sob o pretexto de que a pessoa poderia enganar, o não reconhecimento. Ora, nós temos que partir é da presunção de boa-fé! Eu sempre falo isto: para o pior criminoso, para qualquer crime, a presunção é de inocência! "Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória". Por que uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa que está com laudo, que tem toda uma estrutura, um quadro clínico, que tem essas dores...? Tenha fibromialgia. Tenha fibromialgia e você vai ver o que vai ser, pelo que você vai passar. A gente tem que ter essa sensibilidade, Senadora Soraya.

Então, eu fico muito feliz e agradeço a V. Exa. por ter essa sensibilidade de ter pautado. Primeiro, por ter me concedido o ato nobre de ser o Relator dessa matéria; segundo, por pautar aqui na Comissão de Assuntos Sociais de forma extrapauta.

Dessa forma, também, caso seja aprovado – e eu peço o apoiamento aos colegas –, eu faço um requerimento de urgência para que ele seja encaminhado para a Comissão ou para o Plenário do Senado Federal, na certeza de que nós estaremos caminhando para corrigir uma injustiça com 7 milhões de brasileiros que estão lá, nas suas casas, sofrendo, sem medicação, sem assistência, com o Estado fechando a porta para essas pessoas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Coloco em votação o requerimento de urgência para a matéria, apresentado pelo Senador Contarato.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu tenho um requerimento de uma diligência externa no Espírito Santo, com o objetivo de conhecer a tecnologia em desenvolvimento do Instituto Federal, no *campus* de Serra. Eu pediria só que colocasse e fosse votado esse requerimento, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor está pedindo muita coisa hoje, viu? (*Risos.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. *Fora do microfone.*) – É porque eu cheguei às 9h da manhã...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Para encaminhar.) – Deixe-me pedir um pouco... Contarato, deixe-me pedir um pouquinho também?

No meu requerimento, o item 10, é só para acrescentar dois nomes à audiência pública.

Deixe um pedacinho para mim. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O requerimento é o item 13 da pauta, de autoria do Senador Fabiano Contarato.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 107, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa no Espírito Santo, com o objetivo de conhecer a tecnologia desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), do Campus Serra, que utiliza inteligência artificial para identificar possíveis áreas de câncer de mama em imagens de biópsias.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Senador para a leitura do requerimento.

Senador.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tem que ler, pelo menos isso! (*Risos.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, e do art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa no Espírito Santo, com o objetivo de conhecer a tecnologia desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), no *campus* Serra, que utiliza inteligência artificial para identificar possíveis áreas de câncer de mama em imagens de biópsias.

É um projeto de extrema importância; eu acho fenomenal que isso tenha partido do Instituto Federal do Estado do Espírito Santo.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, o requerimento da Senadora Soraya Thronicke.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 102, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, ° 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 98/2024-CAS sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS) e outros

Passo a palavra à Senadora Soraya Thronicke para a leitura do requerimento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Para encaminhar.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento as Senadoras e os Senadores aqui presentes, cumprimento os servidores e servidoras e quem nos assiste.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento 98, de 2024, sejam incluídos os seguintes convidados: representante da Interfarma; e representante da Abrafarma.

Peço aos colegas o apoio.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Lembro que, amanhã, às 10h da manhã, teremos reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a debater sobre a reforma tributária e seus impactos para a saúde.

Convoco para o dia 4 de dezembro, próxima quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Uma consideração rápida aqui.

O item 1 da pauta de hoje, que foi aprovado aqui, era um projeto de nossa autoria e que teve a Senadora Teresa Leitão como Relatora, não é?

É importante aqui considerar que o zootecnista deveria estar na Lei 4.950-A, de abril de 1966. Quando essa lei passou a vigorar, não se tinha ainda ninguém formado como zootecnista, mas é um profissional tão importante quanto o veterinário, o agrônomo e outros mais das ciências agrárias. Então, para fazer justiça, a gente o inclui, para que também tenha, de igual forma – digamos assim –, o debate na construção dos seus salários equivalentes a esses outros profissionais, porque são muito importantes.

Para se ter uma noção, o zootecnista é responsável pela questão do manejo animal, pela questão da nutrição animal, pela questão ambiental, a questão do meio ambiente relacionado à criação de animais.

Então, é um profissional extremamente importante para um país como o Brasil, que tem um rebanho de mais ou menos 234 milhões de cabeças de gado, sem falar em outras espécies que também não são pequenas; e ele tem uma função extraordinária.

Então, quero aqui cumprimentar a Comissão e lhe agradecer, na pessoa de V. Exa., pela aprovação; à Senadora Teresa Leitão – nós temos duas teresas aqui na Casa –, pela boa relatoria e por fazer justiça a essa classe de trabalhadores e de profissionais da área da produção.

Muito obrigado. Eram essas minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa. e o parabenizo pelo projeto que apresentou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Paulo Paim, Nelsinho Trad e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Eduardo Gomes e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Giordano, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros, Izalci Lucas, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Romário, Eduardo Girão, Wilder Morais, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 98/2024 - CAS, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater sobre a Reforma Tributária e seus impactos para a saúde. **Participantes:** Fabio da Silva Gomes, Assessor de Nutrição e Atividade Física da Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS; Ana Paula Leal Teixeira, Servidora da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco e de seus Protocolos do Instituto Nacional de Câncer - INCA; Luciana Monteiro Vasconcelos Sardinha, Diretora-Adjunta de Doenças Crônicas não Transmissíveis da Vital Strategies; Bruna Pitasi Arguelhes, Assessora do Departamento de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável da Coordenação de Apoio às Ações de Promoção da Alimentação Saudável do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Luciana Phebo, Chefe de Saúde e Nutrição do Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil - UNICEF Brasil; José Angelo Divino, Coordenador do Programa de Mestrado e Doutorado em Economia da Universidade Católica de Brasília - UCB; Mônica Andreis, Diretora Geral da ACT Promoção da Saúde; e Luiza Machado, Advogada, Mestra em Direito Tributário da UFMG e Coordenadora de Incidência Legislativa do Grupo de Pesquisa Tributação e Gênero da Fundação Getúlio Vargas - Direito SP. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/28

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 98, de 2024, CAS, da nossa autoria, para a realização de audiência pública destinada a debater sobre a reforma tributária e seus impactos para a saúde.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, da Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e do Portal do e-Cidadania, em www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet. Alguns, inclusive, já chegaram.

Nós vamos ter uma mesa composta por participações presenciais e participações à distância.

Nossos convidados e convidadas.

Fabio da Silva Gomes, Assessor Regional de Nutrição e Atividade Física da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), que vai participar através de videoconferência. Seja bem-vindo.

Ana Paula Leal Teixeira, Servidora da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos do Instituto Nacional do Câncer (Inca), também por videoconferência. Já estamos vendo Ana Paula na nossa tela. Seja bem-vinda, Ana Paula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Luciana Monteiro Vasconcelos Sardinha, Diretora Adjunta de Doenças Crônicas Não Transmissíveis da Vital Estratégias, já está aqui presente. Agradeço, Luciana, a sua presença.

Bruna Pitasi Arguelhes, Coordenadora da Coordenação de Apoio às Ações de Promoção da Alimentação Saudável do Departamento de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, também por videoconferência. Já está presente. Seja bem-vinda. Bom dia, Bruna.

Luciana Phebo, Chefe de Saúde e Nutrição do Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil (Unicef), já está aqui presente também na nossa mesa.

José Angelo Divino, Coordenador do Programa de Mestrado e Doutorado em Economia da Universidade Católica de Brasília (UCB), através de videoconferência.

Ainda por videoconferência, Mônica Andreis, Diretora Presidente da ACT Promoção da Saúde. Mônica também já está na nossa telinha. Bom dia, Mônica. Seja bem-vinda.

E, para compor a mesa presencialmente, Luiza Machado, Advogada, Mestre em Direito Tributário da UFMG e Coordenadora de Incidência Legislativa do Grupo de Pesquisa, Tributação e Gênero da Fundação Getúlio Vargas. Presença confirmada, já aqui na nossa mesa.

Agradeço a presença de todos.

Vou rapidamente fazer uma justificativa para vocês para ficar clara a nossa contextualização do porquê desta reunião. E ela se dá, coincidentemente, um dia após o anúncio do Governo a respeito de algumas questões relacionadas ao que vem a ser a nossa reforma tributária, mediante o arcabouço e as medidas complementares.

A reforma tributária, assim como ela foi pensada, tem como objetivo a simplificação do sistema fiscal brasileiro. Com foco no consumo, a proposta impactará a vida dos brasileiros em diversos aspectos, dentre eles, o aspecto social, o do meio ambiente e da saúde. É de extrema importância discutir e observar tais aspectos, visando melhorar a qualidade de vida da população, reduzir as externalidades negativas e garantir o acesso a direitos humanos fundamentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É possível, através da reforma tributária, promover alimentação saudável e combater a fome a partir da cesta básica nacional de alimentos com alíquota zero e alíquota reduzida para outros alimentos essenciais, tornando-os mais acessíveis.

É possível também desestimular o consumo do tabaco, bebidas alcoólicas e alimentos ultraprocessados, por meio do Imposto Seletivo, visando melhorar os indicadores de saúde, especialmente dos grupos mais vulneráveis da população.

Ainda os recursos arrecadados com o Imposto Seletivo, se vinculados ao sistema de saúde, podem fortalecer o SUS, hoje subfinanciado, além de beneficiar outros entes da Federação.

Por fim, a reforma tributária terá impacto direto no perfil de consumo dos brasileiros e brasileiras. Precisamos pensar uma reforma que vise reduzir desigualdades, observando os produtos que estão desonerados, bem como ter o Imposto Seletivo como uma iniciativa que onera produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente, visto que as populações mais vulneráveis, que sofrem com o impacto do racismo ambiental, têm acesso insuficiente à rede pública e ao saneamento básico.

A nossa proposta foi aprovada com essa justificativa, por unanimidade aqui.

E nós vamos passar ao nosso roteiro usual de audiências públicas. Nós vamos conceder um tempo inicial para cada um dos palestrantes de 15 minutos. São muitos, e, por isso, eu peço a atenção ao tempo. Nós ficamos com muitas dúvidas de reduzir a participação diante do leque tão grande de abrangência desse aspecto na reforma e, ao mesmo tempo, de tantos estudos que são feitos pelas diversas entidades, pelas diversas pessoas que atenderam esse nosso convite. Depois daí, a gente faz as perguntas do e-Cidadania e as considerações – podem chegar mais algumas no decorrer da nossa exposição.

O tempo será marcado, é automático, mas não se sintam pressionados. A gente vai organizando. E a gente já começa pela ordem que me foi entregue aqui pela assessoria, caso não haja nenhuma contraposição. Podemos fazer pela ordem de chamada?

Então, Fabio, você é o primeiro.

Fabio da Silva Gomes, Assessor de Nutrição da Opas.

O SR. FABIO DA SILVA GOMES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês me ouvem bem?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito bem.

O SR. FABIO DA SILVA GOMES (*Por videoconferência*.) – Vou compartilhar, assim que permitirem, a minha tela, para compartilhar meus eslaides.

Obrigado.

Bom, a minha apresentação se divide basicamente em três momentos. Um momento que aponta as recomendações.

Antes de mais nada, agradeço a oportunidade, em nome da Organização Mundial da Saúde e da Organização Pan-Americana da Saúde, por esta oportunidade de comparecer nesta ocasião.

A primeira parte da apresentação é muito voltada para o reconhecimento do impacto que esses produtos não saudáveis têm na saúde e no desenvolvimento de vários países, incluído o Brasil. A gente tem muitos dados revelando o quanto esse conjunto de fatores de risco – a gente está falando desses produtos como tabaco, álcool e bebidas adoçadas – são os principais fatores de riscos modificáveis das doenças cônicas no Brasil, a principal causa de morte e adoecimento no mundo e no Brasil. Esses produtos são responsáveis por 10 milhões de mortes todos os anos e têm um custo de mais de US$4 trilhões para a humanidade. Por essa razão, eles impactam não só a saúde, mas também o desenvolvimento sustentável em todo o mundo.

E uma das coisas que a gente também já sabe é que os custos decorrentes da exposição da população a esses produtos não saudáveis são muito superiores à arrecadação de impostos provenientes desses produtos. Então, isso justifica a necessidade de a gente avançar, no Brasil e em outros países, com a correção dessa falha que o mercado gera com essa exposição de fatores desses produtos não saudáveis para a população.

E além dos impactos que a gente conhece na saúde e na economia, que acabo de mencionar, também há os impactos sobre o meio ambiente, o impacto que cada um desses produtos pode promover tanto do ponto de vista das mudanças climáticas, mas também das mudanças ambientais não climáticas. No caso do tabaco, a gente sabe o quanto é evidente a interferência da indústria do tabaco em tentar evitar que se substitua o cultivo do tabaco por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

outros cultivos, o que poderia contribuir para solucionar as crises alimentares mundiais do país. Além disso, as bebidas alcoólicas também interferem no processo produtivo, de um modo geral, na agricultura, porque exige uma quantidade de água muito maior para a sua produção e também, com essa expansão desse monocultivo, tem um efeito muito negativo sobre a biodiversidade, o que vai não só afetar negativamente o ambiente, mas também o clima. E, finalmente, os alimentos e bebidas ultraprocessadas, incluídas as bebidas açucaradas e bebidas adoçadas, que, além de estarem associados com o aumento da emissão de gases de efeito estufa, da pegada hídrica e ecológica, são os principais poluidores plásticos. Esse estudo foi publicado na revista *Science* e reuniu as marcas que mais poluíam com plástico no mundo, somando os últimos cinco anos de coleção de dados, entre 2018 e 2022. Ele revelou que os maiores poluidores de plástico no mundo são empresas de produtos ultraprocessados, álcool e tabaco. Então, a gente regular esses produtos é fundamental para todas essas dimensões da saúde humana e planetária.

Nesse sentido, a aplicação dos impostos saudáveis promove esse triplo ganho. Agora a gente tem começado a falar do quádruplo ganho, porque a gente começa a somar também o ambiental – não é? –, como mencionei anteriormente, mas elas são eficazes na redução do consumo de produtos não saudáveis, reduzem os custos ao sistema de saúde – então, mais um ganho: promove o bem-estar e a saúde das populações – e geram receitas estáveis, que podem fortalecer o sistema de saúde e impulsionar o desenvolvimento sustentável. Então, juntando esses três mais o benefício que a gente vê da prevenção dos impactos ambientais, a gente poderia até somar mais um quarto além do triplo, que é já é bem conhecido.

Nossas recomendações são baseadas nesse conjunto de manuais que foram desenvolvidos pela Organização Mundial da Saúde, sobre administração e implementação de políticas de impostos para tabaco, álcool e bebidas açucaradas, e também numa recente diretriz da OMS sobre políticas fiscais para alimentação saudável, que envolve não só a taxação sobre bebidas açucaradas, mas também outros elementos de políticas fiscais para alimentos para outros alimentos além das bebidas açucaradas.

Então, acho que, em relação às nossas recomendações, as recomendações que estão presentes nos documentos da Organização Mundial da Saúde e fazendo um paralelo e uma análise do projeto de lei, eu acho que em relação ao tabaco vamos muito bem. Eu acho que, neste momento, devo aproveitar para parabenizar o Brasil, uma liderança nessa matéria, que segue avançando nessa busca de melhorar a tributação desse produto no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que manter impostos equivalentes sobre todos os produtos é fundamental, evitar que os consumidores possam ter alternativas menos tributadas, garantir essa abrangência dessa medida extrafiscal e, nesse sentido, estender essa estrutura mista proposta para outros produtos. Acho que isso já é uma questão em que tem se avançado. Esperemos que possa se concretizar.

E devemos manter e atualizar o preço mínimo do varejo regularmente. Isso é muito importante, porque, como eu comentei no início, a arrecadação é muito insuficiente em relação ao que a gente tem de impactos negativos sobre a economia e sobre a saúde das pessoas no país. Então, se a gente não garante essa atualização, a gente vai causando uma erosão desse efeito positivo que a medida pode ter se ela não é ajustada. Então, é fundamental esse ajuste ser garantido.

Em relação às bebidas alcoólicas, um ponto que é fundamental, que está garantido para os produtos fumígenos e tabaco, mas a gente precisa reforçar – a mesma recomendação se faz para as bebidas alcoólicas e açucaradas –: a importância da incidência do imposto se dá no preço final, de varejo, para o consumidor. Então, quanto mais essa incidência ocorre para perto do fabricante, pior é a medida, no sentido de impactar a mudança de consumo da população, que é o que vai garantir os benefícios para a saúde, para o desenvolvimento do país de maneira sustentável.

Então, esse é um ponto que seria importante repensar, a fim de pensar num projeto de lei para que essa incidência possa ocorrer bem próximo ao consumidor – no preço final, de varejo, para o consumidor.

E, além disso, quero aqui outra vez felicitar o país por avançar em adotar uma alíquota que considera o teor alcoólico sobre o componente *ad rem*, porque isso garante uma efetividade e simplifica a administração bastante, alinhando com as melhores práticas que a gente recomenda.

Em relação às bebidas açucaradas, quero reconhecer mais uma vez o avanço que é reconhecer as bebidas açucaradas como um produto não saudável e a necessidade de aplicar imposto sobre ele e destacar alguns pontos que poderiam reforçar, para alinhar melhor com as melhores práticas e recomendações da Organização Mundial da Saúde.

Um deles tem a ver com a alíquota específica, ou seja, seria e é recomendável adotar uma estrutura que inclua uma alíquota específica, justamente para minimizar essa manipulação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preços e a migração do consumidor para marcas que poderiam ser mais baratas, mas, ainda assim, bastante nocivas para a população, por se tratarem de bebidas açucaradas.

Então, por exemplo, um novo inciso para o §1º do art. 419 que pudesse incluir as bebidas açucaradas com alíquotas específicas, considerando o volume dos produtos, poderia, como um exemplo, contribuir nesse sentido.

A outra questão que é muito importante para as bebidas açucaradas é que essa tributação seja abrangente. Se a gente aplica só para um número restrito de bebidas açucaradas, os consumidores tendem a migrar para outros produtos também nocivos, por serem bebidas açucaradas, e isso faz com que a medida não tenha um efeito sobre a saúde, que é o desejável. Então, a importância de se considerar todos os códigos que possam conter essas bebidas açucaradas tal como a Organização Mundial da Saúde define, para que a gente não tenha substituições negativas e indesejáveis.

E, finalmente, a mesma consideração que foi feita para as bebidas alcoólicas acho que também se aplica para bebidas açucaradas: garantir que a incidência seja sobre o preço final, de varejo, em relação a *ad valorem*, e acumular isso com *ad rem*, mas, quanto à *ad valorem*, que isso incida sobre o preço final, de varejo.

E, finalmente, as recomendações sobre outros produtos. Essa é a nossa diretriz sobre a importância de tributar outros produtos alimentos, considerar outros alimentos que não contribuam para a alimentação saudável.

E garantir que não existam subsídios como redução de IVA ou outros tipos de subsídios, como créditos, sobre alimentos que não contribuam para a alimentação saudável.

Esse é um conjunto de recomendações que a gente encontra nessa diretriz da OMS publicada este ano. E isso significa, para o projeto de lei em concreto, pensar ou repensar as alíquotas reduzidas ou zeradas para alimentos que não são recomendados como parte de uma alimentação saudável.

Um dos elementos, que é a definição de produtos majoritariamente consumidos por populações de baixa renda, considera o volume de consumo desses produtos pela população de baixa renda, mas é importante considerar que, quando a população de baixa renda – e a gente já realizou vários estudos sobre isso em outros países também – consome produtos não saudáveis,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso impacta nas despesas que elas têm com outros bens e serviços essenciais, como os relacionados à educação, saúde, transporte e habitação. Então, a gente tem que olhar também para o fato de que as pessoas consumirem majoritariamente produtos não saudáveis não deveria justificar a isenção ou a redução de impostos sobre esses produtos, porque a gente pensa que estará onerando essa população, mas, ao contrário, a gente estará permitindo que essa população tenha mais recursos para investir em outros elementos que, inclusive, são mais essenciais. Com isso, estarão dificultando a possibilidade de essa população poder exercer a sua capacidade de comprar ou de acessar serviços mais essenciais, como os que eu comentei inicialmente.

E o terceiro ponto é a questão da coerência, de que trata essa diretriz. No momento em que o projeto reconhece as bebidas açucaradas como um produto não saudável, não incluir ou não eliminar esses produtos de qualquer possibilidade de receber créditos, nesse caso, por exemplo, o IBS, a CBS, poderia resultar numa incoerência. Então, seria importante buscar esta maior coerência para que produtos não saudáveis, além de estarem tributados, não possam receber qualquer tipo de crédito.

Esse é um resumo, e vou encerrar por aqui por conta do tempo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós lhe agradecemos, Fabio. Foi muito boa a sua explanação, muito objetiva e, ao mesmo tempo, muito abrangente no que diz respeito ao tabaco, às bebidas alcoólicas e às bebidas não adoçadas.

Para quem chegou agora nas redes, nós ouvimos Fabio da Silva Gomes, da Opas, que tratou de impostos saudáveis, trazendo inclusive algumas recomendações em relação a esses três produtos.

Vamos dar sequência, passando a palavra agora para Ana Paula Leal Teixeira, também por videoconferência, e, em seguida, para a Luciana Monteiro, aqui da mesa.

Pois não, Ana Paula, para seus 15 minutos iniciais.

A SRA. ANA PAULA LEAL TEIXEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou colocar em modo de apresentação aqui. (*Pausa.*)

Acredito que estejam vendo...

Eu tentei colocar como nós fizemos antes aqui, mas acho que não está em modo de apresentação, não é? (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não está em modo apresentação. Nós estamos vendo só um pedacinho.

A SRA. ANA PAULA LEAL TEIXEIRA (*Por videoconferência.*) – É porque eu estou colocando em modo apresentação para mim, mas depois não aparece a opção compartilhar a tela. Deixe-me ver se consigo agora.

Vou seguir assim para a gente não perder tempo.

Gostaria de agradecer à Sra. Senadora Teresa Leitão a oportunidade de estar aqui apresentando esse trabalho, que é da Secretaria-Executiva da Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

Apenas uma contextualização. O que é esta comissão? A comissão vem para implementar a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, que foi promulgada pela Presidência da República do Brasil em 2006.

Considerando que o tabaco é o único produto legal que mata metade dos seus usuários, que causa cerca de 8 milhões de mortes por ano em todo o mundo e que 80% dos seus usuários estão em países de baixa e média renda, com carga econômica mundial de US$1,4 trilhão ao ano – fonte Tobacco Control –, em função disso, a convenção-quadro tem como seu objetivo principal proteger as gerações presentes e futuras das consequências devastadoras para a saúde e também ambientais e econômicas do consumo do tabaco e também da exposição à fumaça de tabaco. A convenção-quadro tem medidas abrangentes de controle do tabaco, inclusive o Artigo 6, que trata de aumento dos impostos e preços de produtos fumígenos com o objetivo de reduzir o consumo.

A Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro, cuja Secretaria-Executiva eu venho representar aqui, tem como missão articular a implementação dessa política pública. Em 2023, ela teve uma reorganização; ela é formada apenas por representantes do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo Federal, entre eles o Ministério da Fazenda, que é representado pela Receita Federal do Brasil. A Receita Federal do Brasil comanda, coordena praticamente, por causa da *expertise* dela e da prerrogativa da Receita Federal de ser responsável no Governo Federal pelos tributos da União. Ela trabalha conosco nesse grupo de trabalho que implementa o Artigo 6 e vem subsidiando os tomadores de decisão no sentido de regulamentar o Imposto Seletivo sobre produtos fumígenos, que tem como objetivo por natureza reduzir o consumo.

Como o Fabio comentou, temos esse estudo da carga do tabagismo, que foi um estudo feito em parceria e a pedido do Instituto Nacional de Câncer. Nós já tivemos estudos feitos no passado e agora fizemos essa atualização com base nos dados de 2022, que demonstram que o tabagismo causa uma carga econômica de R$153,5 bilhões ao ano para o Governo e para a sociedade, valor que corresponde a 1,55% do Produto Interno Bruto do Brasil. Parte desse valor, R$67 bilhões são relacionados à assistência médica; os R$45 bilhões restantes são os custos indiretos, que são relacionados à produtividade por morte prematura e incapacidade.

O que trouxe de novo nesse estudo de 2022 foi esse valor relacionado ao custo do cuidador informal por perda de produtividade. É aquela pessoa da família que deixou de trabalhar para cuidar do seu familiar doente em casa.

E, por outro lado, a arrecadação federal em 2022 foi de R$8 bilhões com IPI e com PIS-Cofins relacionados à produção de cigarros no Brasil.

Também tem um outro fator, que é o comprometimento da renda familiar. Dados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 indicam que fumantes comprometem mensalmente 7,8% do seu rendimento domiciliar em gastos com cigarro, enquanto eles poderiam estar transferindo esse valor para lazer, para uma alimentação mais saudável, para coisas mais saudáveis, para uma vida mais saudável, não é?

E qual o impacto? Nesse mesmo estudo, foi calculado o impacto em dez anos se aumentássemos 50% do cenário atual da carga tributária. Só nesse cenário, seriam evitadas 145 mil mortes, seria evitado o custo direto para a saúde de R$64 bilhões ao ano, aumentaria a arrecadação tributária em R$26 bilhões. Também haveria uma redução nos anos perdidos por mortes prematuras de 5,5 milhões, casos evitados de doenças cardíacas de 113 mil, casos evitados de acidente vascular cerebral de 97 mil, casos evitados de doença pulmonar obstrutiva crônica de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

270 mil. Só com o aumento de 50% do que temos hoje, em dez anos, já teríamos essa redução, esse impacto para a sociedade e para o Governo Federal.

Nós temos aqui... O Brasil faz esse inquérito por pesquisa telefônica, que é a Vigitel, que é feita pelo Ministério da Saúde desde 2006. Nele podemos ver claramente a experiência bem-sucedida da Receita Federal, quando em 2011 promulgou um decreto aumentando a alíquota efetiva do maço de cigarro entre 2011 e 2016. Pode-se perceber aqui que nesse período já vinha tendo uma queda por uma elevação que também houve no passado, mas, especificamente nesse período de 2011 a 2016, houve uma redução significativa da prevalência de consumo de tabaco por conta desses aumentos anuais que ocorriam tanto na alíquota *ad valorem* quanto na alíquota *ad rem*. Contudo, esse decreto apenas previu os aumentos até 2016. De 2017 até 2023, não houve nenhum aumento, principalmente no imposto específico, que é o que causa mais impacto naqueles produtos que são de preço mais reduzido, consequentemente atingindo a população de sociedade de mais baixa renda – tem um impacto mais positivo, inclusive. Então, como não houve nenhum reajuste nesse período, já teve uma retração, uma redução nessa queda da prevalência. Felizmente, agora, no final de 2024 – inclusive, entrou em vigência agora, a partir de novembro –, esse imposto específico sofreu já um pequeno reajuste e já vamos conseguir uma retomada no aumento dessa carga tributária. Mas ainda há muito que se fazer e que se espera conseguir agora, com este momento da reforma tributária, em que está sendo apreciado o PLP 68.

E por que, então, aumentar a carga tributária sobre produtos fumígenos? Porque o Imposto Seletivo é o instrumento que nós temos hoje para reduzir esse desequilíbrio econômico entre os gastos do Governo e da sociedade e ele deve ser aplicado a todos os produtos de tabaco e seus derivados. Então, não há por que se pensar em tipo de produção, se é uma forma mais caseira... não é nem que seja caseira, mais artesanal, porque na verdade nós temos aqui, como eu falei, na nossa comissão, representantes da Receita Federal que participam e que já fizeram fiscalização nessas empresas artesanais, e que de artesanal realmente não há nada. Então, temos que pensar que é o momento de o PLP não abrir nenhum tipo de exceção para qualquer tipo de forma de fabricação diferente desses produtos.

Esse aumento tem esse poder de reduzir o poder de compra e o acesso aos produtos. Por quê? Quando se aumenta a carga tributária, diminui-se o acesso ao produto. E temos que pensar também que nesses aumentos, como eu falei antes, a exemplo do que aconteceu entre 2011 e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2016, tem que ser garantido que seja feito um reajuste anual dessas alíquotas, principalmente da *ad rem*, para se manterem os preços acima, principalmente, da inflação.

Isso tudo vai poder contribuir para a queda do consumo, pela redução do acesso, promovendo essa redução da carga do tabagismo para o Governo e para a sociedade, reduzindo mortes, adoecimentos e esses sofrimentos das famílias.

Então, como recomendação também do protocolo... Porque o Brasil, além de ter ratificado e promulgado a convenção-quadro, também em 2018 ratificou o Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, que se refere ao art. 15 da convenção-quadro. E o PLP também tem esse artigo previsto, o art. 412, que trata da pena de perdimento nas hipóteses de transporte, depósito ou exposição à venda dos produtos fumígenos desacompanhados de documentação fiscal comprobatória de sua procedência, porque isso é um problema que a Receita Federal nos coloca: quando eles encontram determinados transportes nas rodovias, eles não conseguem fazer uma ação muito efetiva de perdimento, porque não há uma previsão muito explícita legal que permita. Então, o PLP traz aí essa oportunidade também.

E há um mito nessa questão: a carga tributária sobre produtos de tabaco não contribui para o aumento do comércio ilícito, porque o comércio ilícito também desloca o seu preço acompanhando qualquer tipo de aumento. Nós temos vários estudos, como esse mencionado, que podem comprovar essa questão.

Então, o que eu gostaria de colocar é isso.

Mais uma vez, quero agradecer essa oportunidade e colocar a Secretaria-Executiva da comissão nacional que implementa a convenção-quadro à disposição, também das perguntas que vierem, e mais uma vez agradecer também ao Fabio pela exposição que ele fez.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Ana, pela exposição e parabéns pelo trabalho da comissão. Realmente são questões que precisam vir a público. Muita coisa pode ser evitada se a gente cuidar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar agora a palavra, como avisei antes, para a Luciana Monteiro Vasconcelos, Diretora Adjunta de Doenças Crônicas não Transmissíveis da Vital Strategies e, em seguida, para Luiza Machado, ambas presencialmente aqui na mesa.

A SRA. LUCIANA MONTEIRO VASCONCELOS SARDINHA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Muito obrigada, Senadora, por esta oportunidade de estar aqui debatendo um tema tão importante e central para o país neste momento.

Eu sou Luciana, trabalho na Vital Strategies, que é uma organização global de saúde, e nós temos um grande projeto no Brasil junto com a ACT Promoção da Saúde e a Universidade Católica de Brasília, trazendo informações para monitorar tanto o que já está acontecendo com os custos do álcool quanto para subsidiar novas políticas e ações, como agora na questão da reforma tributária.

Aqui são algumas informações. O Fabio já colocou algumas e a Ana Paula também.

O álcool é um dos dez principais fatores de risco para morte no mundo. Ele causa aproximadamente 200 doenças e lesões. O dano associado ao álcool já está bem consolidado na literatura e é quase o dobro do causado pelo tabaco. E aí a gente tem a questão de que ele é socialmente aceito. Os dois são muito prejudiciais, mas nós temos esse ponto. E, aqui no Brasil, a gente tem que, para felicitações, para alegria, tudo envolve a questão da bebida alcoólica. Então é um olhar mais direcionado para o álcool também por conta disso.

Estima-se hoje que 104 mil mortes são atribuíveis ao álcool anualmente e 80% dessas mortes anuais são de doenças cardiovasculares e digestivas, câncer – o câncer de mama está completamente associado à questão do consumo de álcool – e outras lesões. Essas lesões incluem violência, violência doméstica, violência infantil, câncer e outras doenças, além de sinistros de carro – dos acidentes de carro, existe uma grande parte que tem uma relação direta com o consumo de álcool – e de suicídios, a violência autoprovocada. Nós temos um dado aqui que é muito interessante porque ele fala que os jovens correm maior risco de morte principalmente nessa faixa etária de 25 a 29 anos, que é bem a faixa economicamente produtiva desses jovens no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós realizamos um inquérito populacional em 2023 e aqui tem alguns dados bem alarmantes: 41,5% da população costuma consumir bebida alcoólica e consumiu nos últimos 30 dias; 22,1% tiveram episódio recente de consumo abusivo – e aqui o abusivo significa quatro doses para mulher e cinco doses para homem – nos últimos 30 dias; 7,2% bebem pelo menos ou mais de três dias por semana; e 4% apresentam consumo de risco ou provável dependência, a partir de uma escala que nós aplicamos, a Audit.

Os resultados estão aqui, eu não vou ler todos, mas tem alguns que chamam muito a atenção: 23% daquela população que refere beber, dos 41,5%, percebem que não conseguiram parar de beber – eles começaram em algum momento, deveriam parar ali naquele movimento e não conseguem –; 14% perceberam que não conseguiram cumprir suas tarefas no dia seguinte – aqui a gente está falando de estudantes, de trabalhadores, então, podem até chegar a ir para o trabalho, a famosa ressaca, mas não conseguem produzir o que deveriam; isso é um custo econômico para o país –; e 5,6% referem que já ficaram feridos ou feriram alguém após beber nos últimos 12 meses.

A gente sabe que todos esses dados aqui são subnotificados, porque aqui é alguém que teve a coragem, com muitas aspas, de dizer que feriu alguém ou foi ferido, que não conseguiu produzir no dia seguinte. Então a gente está falando de um grave problema realmente de saúde pública e econômica para o país.

Nós fizemos um estudo para o tabaco, para os ultraprocessados, como foi apresentado, a Ana Paula e o Fabio também apresentaram, que acabou de ser lançado com a participação da Senadora, em que nós temos R$18,8 bilhões de custos diretos e indiretos relacionados a doenças e a agravos relacionados diretamente ao consumo do álcool. Dos custos diretos nós temos R$903 milhões em hospitalização e R$224 milhões em custos ambulatoriais. E aqui a gente está falando só do SUS. Aqui a gente tem toda uma rede privada que não está incluída aqui.

E o custo indireto, que é o que eu estava falando, esse potencial custo econômico para a sociedade: R$17 milhões são gastos em mortalidade prematura, porque você tira indivíduos no auge da sua vida produtiva do mercado; R$47,2 milhões em previdência social; R$644 milhões em perdas adicionais, como absenteísmo, doenças, redução da sua produtividade. Então, não é pouca coisa, é algo bem sério, e a gente tem uma oportunidade agora única no Brasil, com a questão da reforma tributária, de tributar aqueles produtos que são prejudiciais à saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós já temos, já veio no texto da lei da Câmara dos Deputados que tenha uma estrutura mista, que tenha um componente *ad valorem* e um componente específico, o que é muito positivo. E a gente acredita que os produtos alcoólicos devem ser cobrados com taxas mais altas para os produtos com maior teor alcoólico, porque nós temos aqui a questão do teor alcoólico em cada dose, porque é diferente você tomar uma dose de um destilado ou de uma cerveja ou de um vinho; você tem doses e a quantidade de etanol em cada uma delas. Então, a gente defende que devem ser as taxas, principalmente no componente específico e do *ad valorem,* com relação ao teor alcoólico.

Quanto ao Imposto Seletivo, nós estamos defendendo com uma alíquota que dê conta de uma redução de pelo menos 20% no consumo dos produtos no Brasil, porque é uma meta dos ODS e nós temos que cumprir isso até 2030 – o Brasil assinou e é signatário –, então nós precisamos fazer essa redução. Então essa é a nossa defesa.

E uma pesquisa do Datafolha, encomendada pela ACT Promoção da Saúde, é um dado desta semana, diz que 77% dos entrevistados disseram que deveria ter imposto mais alto para aqueles produtos que causam dano à saúde – isso é a população dizendo. No passado foi realizada essa mesma pesquisa, e a gente teve um acréscimo para este ano das pessoas concordando com isso.

Então, o que realmente a gente defende? Nós estamos apoiando algumas emendas.

São elas: a 1.478 e a 1.658, de autoria das Senadoras Zenaide Maia e Augusta Brito, que retomam a previsão de atualização anual dos valores das alíquotas específicas do Imposto Seletivo pela variação do IPCA. Isso também já foi colocado aqui pelo Fabio, pelos meus antecessores, pela Ana Paula. Isso é muito importante. A gente precisa dessa atualização, senão chega a um determinado momento que perde a razão de ter.

Nós apoiamos também a Emenda 1.703, de autoria da Senadora Zenaide Maia, que garante que, durante o período de transição, essa tributação seja pelo menos mantida como está, sem a perda de arrecadação, porque nós sabemos as diferenças atuais entre as unidades da Federação. Então, nesse período de transição, que não tenha perda para nenhum deles.

E a Emenda 1.530, de autoria da Senadora Teresa Leitão, que suprime o §4º do art. 419 do projeto, que corrige uma distorção que foi acrescida no último momento na Câmara dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados, quando veio para o Senado, que permite a alíquota do *ad valorem* ser por teor alcoólico, introduzida na última hora, como eu coloquei aqui.

Então, são essas as nossas defesas. A gente está num momento ímpar no país, quando a gente pode contribuir para a redução do consumo do álcool e assim dar mais qualidade de vida à nossa população.

Só um dado a mais, a gente vem acompanhando, pelo estudo do Ministério da Saúde, um inquérito desde 2006. Como foi mostrado aqui anteriormente, a gente tem não uma estabilidade, mas um pequeno acréscimo de aumento no consumo do álcool para os homens; para as mulheres, ele está exponencialmente aumentando, assim como a introdução ao consumo do álcool: a idade média está cada vez menor e as meninas já estão igual ou passando na introdução do consumo do álcool. Então a gente tem que ter uma atenção muito especial com a questão das nossas mulheres no país.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Luciana.

Nós destacamos – só um complemento, não é, Luciana? – como a questão da vida das mulheres é impactada: primeiro, porque, nos casos de violência, a violência doméstica é contra as mulheres, contra as crianças e, ao mesmo tempo, por ser o consumo de álcool socialmente aceito, é um brinde, é um festejo, é uma celebração, "vamos ali tomar uma, vamos brindar". E as campanhas, diferentemente das campanhas do tabaco, ainda não alcançaram o imaginário como o tabaco alcançou. A gente ainda tem muitos problemas – não é? –, mas a propaganda contra o fumo tem mais eficácia, tem mais visibilidade do que as propagandas contra as bebidas alcoólicas, com esse dado estarrecedor de a idade mínima estar cada vez mais mínima, isso a gente percebeu. E não é à toa também que as emendas são nossas – não é? –, de mulheres, não é uma coincidência.

Muito obrigada, Luciana.

Agora vamos passar para a Luiza Machado, a nossa Coordenadora de Incidência Legislativa do Grupo de Pesquisa Tributação e Gênero da Fundação Getúlio Vargas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São 15 minutos iniciais, Luiza, que também está aqui na mesa.

A SRA. LUIZA MACHADO (Para expor.) – Obrigada, Senadora Teresa.

Quero dizer que é um prazer estar aqui. É um alento ter uma audiência em que as convidadas e os convidados estão discutindo propostas verdadeiramente para pensar a perspectiva de saúde na reforma tributária. Isso é uma exceção; não tem sido a regra, viu, Senadora Teresa?

Então, quero agradecer mais uma vez pelo espaço; dizer que a senhora é uma grande parceira do Grupo de Pesquisa Tributação e Gênero; e aproveitar também para saudar as minhas colegas do grupo que estão aqui, as pesquisadoras Jacqueline Mayer e Kamile Kemp, e também saudar as pesquisadoras do Made (Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da USP), na pessoa da Letícia Graça, que estão aqui também nessa luta por uma perspectiva de gênero e raça na reforma tributária.

E aí, sem mais delongas, eu quero trazer três propostas que nós temos do Grupo de Pesquisa em Tributação e Gênero à reforma tributária, ao PLP 68. Queria dizer que a reforma tributária avançou em diversas medidas na questão da inclusão da perspectiva de gênero, mas nós temos distorções ainda muito graves, que precisam ser corrigidas. E a primeira delas, que nós precisamos urgentemente discutir, é a inclusão de armas e munições no Imposto Seletivo.

Então, as emendas estão listadas, já foram protocoladas, e a gente precisa discutir a inclusão de armas no Seletivo. Quando a gente compara as outras propostas aqui, nós estamos até um passo atrás, porque, na nossa proposta, a gente está lutando para tentar manter a tributação como está, para não ter uma drástica redução na tributação de armas. Justamente porque as armas causam dano à saúde, então elas deveriam estar no Imposto Seletivo, e nós temos diversos exemplos internacionais que mostram que precisamos sobretaxar as armas.

Então, só para retomar um pouco, a reforma tributária vem para unificar esses quatro... quatro ou cinco, na verdade, tributos aqui em torno do IVA – IBS e CBS – e também do Imposto Seletivo. O Imposto Seletivo vai tributar esses bens que fazem mal à saúde e ao meio ambiente, e o IVA vai ter essas quatro faixas de tributação para bens e serviços. E nós continuamos tendo a essencialidade como um critério para distinguir quais produtos precisam estar na alíquota cheia e quais produtos devem estar nas alíquotas reduzidas e zeradas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E qual é a questão das armas? As armas hoje têm, a exemplo dos revólveres, uma tributação de quase 90%, somando IPI, PIS-Cofins e ICMS. Com a reforma, elas passarão a ser tributadas na alíquota padrão, e deveria haver a inclusão no Seletivo justamente para tentar manter essa tributação. Como as armas não estão incluídas no Seletivo, nós teremos uma redução de 70% na tributação de armas. Isso significa uma ampliação do acesso a armas. Isso pode ampliar a violência contra a mulher, isso pode ampliar os gastos do SUS, como nós veremos aqui, isso pode ampliar a violência nas escolas, então é um dano que a gente vai ter muito grave. As armas terão a mesma tributação que perfumes e fraldas, por exemplo, o que nós não podemos deixar acontecer.

Então o primeiro ponto é que nós precisamos incluir as armas e munições no Seletivo, para pelo menos manter a tributação como está, para não deixar ter uma drástica redução na tributação das armas. E as armas estão dentro da hipótese de incidência do Seletivo; se o Seletivo, o "imposto do pecado", vem para tributar os bens que fazem mal à saúde e ao meio ambiente, e as armas causam danos à saúde pública, por que as armas não estão no Seletivo?

Quase 70% dos homicídios no país são causados por armas de fogo, que vitimam especialmente jovens negros. Só no ano de 2022, foram mais de 33 mil homicídios por armas de fogo, sendo que também temos 17 mil internações hospitalares para o tratamento dos feridos por armas de fogo.

E aí, quando a gente vai observar – é uma pesquisa feita pelo Instituto Sou da Paz, com dados do SUS –, o valor gasto numa internação por armas de fogo é muito superior ao das outras violências. Por exemplo, o valor médio da internação por violência armada é R$2,3 mil. A despesa pública federal *per capita* é R$737. Então, o peso que as armas de fogo tem para o sistema de saúde é gigantesco, é muito maior do que o gasto médio *per capita* que o Governo Federal tem com cada um. O custo de internação por armas de fogo é 59% maior do que dos ferimentos por outros meios.

E aí, Senadora Teresa, a gente tem que as Regiões Norte e Nordeste, justamente por um aumento da violência, têm um gasto 1,5 vez maior que a média nacional com internações por armas de fogo. Então, os sistemas de saúde das Regiões Norte e Nordeste estão mais sobrecarregados e gastando mais com internações por armas de fogo do que a média nacional. E esse valor decorrente das internações por armas de fogo poderia ser utilizado para fazer 10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões de hemogramas completos ou 934 mil mamografias. É um valor que poderia ser utilizado na prevenção, na descoberta de doenças, na prevenção do câncer de mama das mulheres e está sendo utilizado para tratar vítimas de armas de fogo.

E a gente fala em números, mas a gente também precisa falar na vida das pessoas, das mulheres que têm tido a vida ceifada por armas de fogo. Elas são o principal instrumento utilizado no assassinato de mulheres. E há também uma relação com álcool. As pesquisas demonstram que, em 25% dos casos de violência contra a mulher – e aí complementando as falas que me antecederam –, os agressores haviam feito uso de álcool. Então, há uma relação também com álcool, uso de armas de fogo, violência contra a mulher.

A gente teve o caso da Jane, como ela gostava de ser chamada, como ela era chamada, que, no último final de semana, foi assassinada em plena 25 de Março pelo seu ex-companheiro por armas de fogo, em plena luz do dia, sábado, em frente a sua loja, onde ela era dona, proprietária do seu negócio. Então, é tudo muito simbólico. E, só nesse final de semana, foram diversos feminicídios. Infelizmente, todos os dias as mulheres morrem vítimas de feminicídio. Nicoly foi outra vítima de feminicídio por armas de fogo, foi encontrada morta.

E, para além da vida das mulheres, nós também precisamos falar que até as forças de segurança pública, porque há essa discussão... Aos defensores das armas, essa proposta excepciona as armas adquiridas pela administração pública, porque as armas têm que estar na propriedade da administração pública, das forças de segurança, e não na mão de civis, justamente porque até as forças de segurança são vitimadas pelas armas nas mãos de civis. A gente viu aquele caso do Rio Grande do Sul, em que o atirador assassinou vários membros da sua própria família e também assassinou um policial de 31 anos, Everton Júnior, que foi vitimado e deixou um filho de 45 dias. Esse atirador tinha um registro CAC, tinha todos os registros corretamente, mas teve o amplo acesso a armas de fogo, e a gente viu a tragédia que foi.

Então, a gente tem também... Na experiência internacional, tributam-se sim armas no Imposto Seletivo ou há outras formas de tributar mais as armas de fogo. A gente tem nos Estados Unidos, desde 1937 – os Estados Unidos, que são o exemplo de liberdades individuais, etc. – um imposto específico sobre armas de fogo e munições. E esse recurso arrecadado é, inclusive, vinculado a um fundo, que foi criado à época, ligado ao meio ambiente, justamente porque se tratava de uma tributação sobre caçadores, enfim. Hoje, a realidade é outra no uso de armas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fogo nos Estados Unidos, mas é um exemplo que nós temos de um país que tributa mais, sim, armas de fogo e munições.

No Chile – Excise Tax –, o imposto específico tributa álcool, tabaco, gasolina e armas de fogo e bens de luxo. Na Colômbia, a gente tem um imposto como se fosse um IPVA sobre armas, o imposto sobre propriedade das armas, que incide todo ano, são 10% do salário mínimo. É uma tributação que acontece todo ano como se fosse um IPVA sobre as armas que se tem que pagar. Então, é mais uma forma de desincentivar o uso das armas de fogo e munições, também isento para as Forças Armadas, como todos os outros tipos.

E aí, passando para a próxima proposta, nós temos a discussão em torno das fraldas infantis e geriátricas, que é também a emenda que já foi protocolada pela Senadora Eliziane Gama... desculpem, Zenaide Maia, a Emenda 459. As fraldas infantis e geriátricas, hoje, estão na alíquota máxima de IVA. Então, na alíquota máxima de IBS e CBS, que será 26,5%, 27%, nós temos as fraldas na mesma tributação que perfumes, joias, relógios, armas. Então, não faz sentido para o nosso sistema tributário as fraldas serem tributadas como produto de luxo, e elas assim estão no texto.

Então, a gente tem que hoje 53% dos idosos dependentes, que são aqueles que precisam de ajuda para realizar atividades da vida diária, estão nos lares com renda *per capita* menor que um salário mínimo. E das crianças na primeira infância, 55% estão nos lares cadastrados no CadÚnico. É por isso que, quando a gente observa o peso das fraldas na cesta de consumo, essa planilha, esse estudo do Banco Mundial elencou 160 cestas de produtos de acordo com a representação no orçamento das famílias. O que pesa mais no orçamento das famílias que estão nos 40% mais pobres *versus* nas famílias que estão nos 10% mais ricos. As fraldas são o oitavo item mais representativo, que mais pesa no orçamento da parte de baixo da pirâmide quando comparado com os 10% mais ricos, justamente por essa representação maior de idosos dependentes e crianças na primeira infância nesses lares.

E aí falar de fraldas também é falar das mulheres, porque quem cuida de crianças, quem cuida de idosos são as mulheres. As mulheres gastam o dobro de tempo de trabalho de cuidado do que os homens, e esse dado não tem se alterado muito nos últimos anos. Há uma sobrecarga feminina no trabalho de cuidado, mas não só em tempo, as mulheres gastam seu recurso com o trabalho de cuidado, justamente. Então, quando a gente observa os gastos das famílias, uma família chefiada por uma mulher negra gasta cerca de 80% mais do orçamento com produtos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ligados a higiene e cuidados, quando a gente compara com uma família chefiada por um homem branco. As mulheres gastam mais na subsistência dos lares, na subsistência da família do que os lares chefiados por homens, as pesquisas têm demonstrado isso. Então, por isso que é fundamental que as fraldas sejam reconhecidas como essenciais na perspectiva tributária, porque nós sabemos que as fraldas são essenciais para a saúde, mas, na perspectiva tributária, não estão sendo consideradas essenciais.

E o terceiro pleito que nós temos, emendas que também foram protocoladas, é a inclusão de medidas fiscalizatórias e de participação social sobre benefícios tributários.

Nós acreditamos que temos no ordenamento jurídico brasileiro já diversas medidas que impõem que precisamos fiscalizar benefícios tributários, porque se trata de renúncia de receita, se trata de gasto tributário e é um recurso público que precisa ser fiscalizado. Então, nós temos, por exemplo, experiências internacionais que mostram diversos países que já fizeram uma redução de tributação sobre absorventes. Em alguns países, conseguiu-se apurar redução no preço; em outros países, não se conseguiu apurar redução no preço, ou seja, os industriais e comerciantes se aproveitaram desse benefício tributário. Em outros, houve, sim, redução no preço.

Nova Jersey, Austrália, Alemanha foram estado e países em que houve, sim, redução no preço, por quê? Foram países que implementaram medidas fiscalizatórias e de participação social dos benefícios tributários. Uma das propostas, por exemplo, é que a gente tenha canais de defesa de consumidor que possam receber denúncias das consumidoras dizendo: "Olha, aqui não houve redução no preço. Cheguei aqui a farmácia e não houve redução no preço da fralda, não houve redução no preço do absorvente".

Então, é possível envolver a população para fazer essa fiscalização social porque é fundamental que a população se envolva nisso. A gente tem esse estudo na Alemanha, especificamente, que mostra – é esse último gráfico aqui – que as medidas, ao longo das semanas, até a mudança da legislação que reduziu a tributação de absorventes... A gente observa que, antes mesmo de passar a lei, já houve queda no preço. Por quê? Porque havia uma mobilização social tão grande que já houve redução do preço nas farmácias, enfim, nos estabelecimentos, porque havia uma participação social. Esse estudo linca, inclusive, a quantidade de *tweets*...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUIZA MACHADO – ... e a queda no preço. Então, quando há um engajamento popular, quando há uma fiscalização, há uma forma de pressionar para que haja, sim, repasse no preço.

Eu concluo dizendo que essas são nossas três propostas principais.

Estamos completamente favoráveis à questão dos ultraprocessados, inclusive, porque precisamos retirar os ultraprocessados da lista de alíquotas reduzidas e incluir mais ultraprocessados no Seletivo, mas quero dizer que eu foquei nessas três principais emendas sobre inclusão de armas e munições no Imposto Seletivo. Inclusive, nós temos um ofício que foi assinado por mais de 140 entidades e gostaríamos de contar, inclusive, com mais assinaturas. Continuamos colhendo assinaturas para incluir armas e munições no Imposto Seletivo, mas, também, a redução da tributação sobre fraldas, porque são essenciais, e as medidas fiscalizatórias e de participação social.

Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós é que agradecemos, Luiza.

Vocês estão percebendo que o leque está se ampliando, as intervenções estão muito complementares, mas guardando muita coerência entre si, no sentido de cuidarmos da saúde e de termos uma reforma tributária justa nesse aspecto, ou seja, justa e saudável.

Então, eu vou passar a palavra agora, voltando para a videoconferência, para a Bruna Arguelhes, Assessora do Departamento de Promoção de Alimentação Adequada do MDS.

Bruna, seus 15 minutos iniciais.

Já quero agradecer a disciplina no tempo. Todo mundo está muito disciplinado, porque eu tenho meio-dia uma entrevista na TV Senado, mas é aqui pertinho, não se aperreiem.

A SRA. BRUNA PITASI ARGUELHES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas e todos.

Muito obrigada pelo convite e pela oportunidade de estar aqui.

Vou compartilhar minha apresentação, só um momento. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já apareceu aí para vocês?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

A SRA. BRUNA PITASI ARGUELHES (*Por videoconferência*.) – Está ótimo.

Como já foi apresentado, eu sou a Bruna Pitasi e trabalho na Coordenação de Promoção da Alimentação Saudável que fica na Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Vou falar um pouquinho aqui também sobre a questão, além do Imposto Seletivo, da cesta básica na reforma tributária.

Em março deste ano, o MDS junto com o Ministério da Saúde, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Fazenda publicaram um decreto presidencial que traz diretrizes e orientações sobre a composição da cesta básica de alimentos. Esse decreto estabelece que a cesta básica é um conjunto de alimentos que busca garantir o direito a uma alimentação adequada e saudável, à saúde e ao bem-estar da população brasileira. Ela deve ser orientadora das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e deve ser composta por alimentos *in natura* ou minimamente processados e ingredientes culinários.

Para a elaboração dessas diretrizes do decreto, a gente usou como critério o *Guia Alimentar para a População Brasileira*, um instrumento publicado pelo Ministério da Saúde, que traz todas as orientações sobre a promoção da alimentação saudável para a população brasileira, e também o Alimentos Regionais Brasileiros; e os alimentos da sociobiodiversidade. Eles devem compor essa cesta básica, que é uma cesta básica que promove a alimentação adequada e saudável da população.

Nessa cesta, a gente tem uma lista de grupos de alimentos que devem compor a cesta. E aí esses grupos são grupos que vão ser compostos por alimentos *in natura* e minimamente processados e ingredientes culinários, que são feijões, cereais, raízes e tubérculos, legumes e verduras, frutas, castanhas, nozes, carnes, ovos, leites, queijos, gorduras, sal, açúcar, café, chá, mate, especiarias. Isso está totalmente alinhado com as recomendações do guia alimentar.

E qual é a proposta, voltando aqui só rapidinho? A proposta desse decreto é que ele oriente as diversas políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e também a política tributária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, o Plano Safra pode se basear nessa cesta básica para ver quais alimentos vão ser estimulados na produção no Brasil. A gente tem discutido também que a própria doação de alimentos pelos estados e municípios e pelo próprio MDS deve seguir essas orientações do decreto, entre outras diversas políticas que podem e devem usar o decreto como orientador para a promoção de uma alimentação adequada. E, por isso, isso dialoga totalmente também com a discussão da reforma tributária.

E um ponto importante que ficou de fora dessa composição, o que foi um grande avanço para a gente, foram os alimentos ultraprocessados. E por que os alimentos ultraprocessados não devem compor a cesta básica? Acho que o Fabio já trouxe alguns dados e reforço aqui o impacto dos ultraprocessados na saúde. A gente tem diversos estudos aí apontando o aumento da prevalência da obesidade no Brasil atribuível a esse aumento do consumo de alimentos ultraprocessados. Outro estudo mostra que o consumo de alimentos ultraprocessados é responsável por aproximadamente 57 mil mortes prematuras entre adultos.

E há diversos estudos relacionando o aumento de risco do consumo de alimento ultraprocessado com diversas doenças crônicas não transmissíveis, mortalidade por câncer, transtornos de saúde mental, doenças respiratórias, cardiovasculares, gastrointestinais e metabólicas.

Além disso, a gente sabe que, além de os ultraprocessados terem uma composição nutricional desbalanceada, eles também afetam negativamente a cultura alimentar, porque a gente sabe que muitas vezes eles substituem aquele alimento tradicional da família por um alimento que nem se pode chamar de alimento, por um produto que é fabricado por uma indústria que não traz nenhuma relação com a cultura alimentar daquele povo, fornece calorias excessivas associadas com as doenças, além do que não está colocado aqui, que é o impacto também no meio ambiente. A gente sabe que tanto a produção quanto o descarte, por exemplo, das embalagens dos alimentos ultraprocessados têm impacto negativo no meio ambiente e em toda a cadeia do sistema alimentar.

Por isso, a Organização Mundial da Saúde, a FAO, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura vêm produzindo uma série de documentos e materiais que recomendam então que os alimentos ultraprocessados devem ser evitados, considerando todos esses impactos negativos para a saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu queria trazer um outro ponto, reforçando a importância de a cesta básica ser composta por alimentos saudáveis e adequados, alimentos *in natura:* um estudo super-recente que avaliou o decreto da cesta básica relacionando os grupos que estão colocados lá com o consumo alimentar, a POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) 2017-2018, observou que o maior consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados está entre as famílias de menor renda. Isto é um ponto muito positivo para a gente pensar no caso da reforma tributária: a gente quer que essas famílias mantenham esse consumo desses alimentos. E em relação aos ultraprocessados, ao contrário, a participação aumenta conforme aumenta a renda. Então, a gente quer proteger essas famílias, que elas mantenham esse consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados, mas tem um ponto de atenção, um ponto de alerta: se a gente olha ao longo dos anos, vem aumentando a velocidade com que os ultraprocessados estão participando da dieta das famílias de baixa renda. Então, isto é um ponto de atenção: a gente não quer que esse consumo aumente mais e que ele substitua o consumo de alimentos saudáveis.

Então, só fazendo uma síntese desse estudo, a base da alimentação das pessoas de baixa renda é de alimentos saudáveis, representando mais de 80% das calorias consumidas. Portanto, aquele argumento de que a gente não pode taxar os ultraprocessados porque vai impactar no consumo das famílias mais pobres não é verdadeiro, porque a base da alimentação delas é de alimentos *in natura* e minimamente processados. Então, a nova cesta básica, além de saudável e sustentável, reflete um padrão alimentar amplamente praticado pela população brasileira.

E, aí, agora, eu entro na questão da reforma tributária. A gente considera que a reforma tributária é um grande avanço para a política de segurança alimentar brasileira quando cria, lá na emenda constitucional, a cesta básica nacional de alimentos, que, como está no texto, deve ser composta de produtos destinados à alimentação humana e prevê alíquotas reduzidas a zero para a cesta básica. Então, isso, para a gente, é um grande avanço, é uma grande conquista.

Prevê ainda, no seu art. 9º, alíquota zero para os produtos, hortícolas, frutas e ovos e a possibilidade da redução dos 60% para outros alimentos, além da possibilidade do Imposto Seletivo para produtos prejudiciais à saúde – aí, por fim, entraram as bebidas açucaradas.

Bom, quando a gente olha para o Projeto de Lei Complementar 68, que é o que está em discussão agora, no Senado, a maioria dos alimentos *in natura* e minimamente processados, que são preconizados lá por esse decreto presidencial, ficaram na alíquota zero ou na reduzida. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso é muito importante, isso não é pouca coisa, e é importante a gente sempre reforçar e defender que isso seja mantido, que a gente não tenha um retrocesso, no sentido de que essa conquista e esse avanço que foi colocado pelo projeto de lei seja mantido e garantido.

Também essa avaliação quinquenal que vai haver, das listas complementares, em que foi incluída essa vinculação dos alimentos *in natura* e minimamente processados serem sempre considerados para a composição dessa cesta básica – isso também é um grande avanço.

Bom, além de a gente celebrar essa conquista dos alimentos *in natura* e da cesta básica, a maioria, estarem na alíquota zero ou na alíquota reduzida, a gente também tem alguns pontos de atenção que se precisa para uma qualificação e melhoria do que está proposto hoje.

Bom, o primeiro ponto, como eu já falei, é manter nas listas de alimentos da cesta básica e reduzida apenas os alimentos *in natura* e minimamente processados, como previsto no decreto, manter essa avaliação quinquenal, que eu já comentei, e retirar os produtos alimentícios ultraprocessados. Então, quando a gente olha lá para a lista dos alimentos com alíquota zero, ainda entraram alguns ultraprocessados, como a margarina, os cafés aromatizados e solúveis e preparações à base de extratos, essências ou concentrados de café, que são alimentos ultraprocessados.

Então, é importante – e aí a gente está sugerindo – que sejam retirados esses produtos da alíquota zero e da alíquota reduzida também, em que entraram massas ultraprocessadas, como macarrão instantâneo, pão de forma, bebidas lácteas. Então, também se deve retirar da lista da alíquota reduzida todos os alimentos ultraprocessados, para estar totalmente alinhado com o decreto da composição da cesta básica.

Além disso, incluir na alíquota zero, como parte da cesta básica, arroz quebrado e grãos trabalhados. Isto aqui, por uma questão lá da nomenclatura, acabou ficando excluído. É importante, para não deixar de fora esses grãos.

Como parte dos produtos hortícolas e frutas, que têm a redução de 100%, que têm que estar na alíquota zero, incluir alimentos da sociobiodiversidade. Isso também é muito importante, como as castanhas, algumas leguminosas que acabaram ficando de fora, garantindo essa tarifa reduzida para alimentos da sociobiodiversidade – isso, para a gente, também é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, fazendo uma síntese da minha apresentação, a gente precisa defender que a gente tenha uma cesta básica de alimentos saudáveis e adequados nutricionalmente, que promova o acesso e o consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados, especialmente para os mais pobres.

Então, nesse sentido, é importante a gente garantir e manter que a cesta básica de alimentos seja composta apenas de alimentos saudáveis e excluir todos os ultraprocessados que estão previstos tanto na alíquota zero quanto na alíquota reduzida – isso é muito importante – e também uma reforma tributária que desincentive o consumo de ultraprocessados. Além de excluir da lista, a importância do Imposto Seletivo, como já foi muito bem aqui colocado por outros colegas, e que os alimentos ultraprocessados não tenham nenhum tipo de benefício ou mecanismos de devolução de imposto, *cashback*, e que a gente possa, de fato, ter uma reforma tributária que vá contribuir para a promoção da saúde, para a promoção da segurança alimentar nutricional, pensando nessa questão da equidade, pensando na população mais vulnerável do nosso país, e também contribuindo para uma alimentação mais sustentável, que proteja também o meio ambiente.

Então, essa era a mensagem que eu queria deixar aqui, e fico à disposição para qualquer dúvida.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Bruna. Essa é uma visão bem ampla da importância da cesta básica no combate à fome e na promoção da alimentação saudável. Precisa ser, realmente, muito valorizada.

A nossa próxima convidada que vai fazer uso da palavra é Luciana Phebo, Chefe de Saúde e Nutrição do Unicef.

Luciana vai falar aqui da mesa, presencialmente.

A SRA. LUCIANA PHEBO (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas aqui presentes e também *online*.

Em nome do Fundo das Nações Unidas para a Infância e Unicef, eu agradeço à Senadora Teresa Leitão o convite para estarmos aqui debatendo um tema tão importante, tão atual.

Eu vou trazer outras perspectivas, que complementam as falas aqui. Eu vou falar sobre direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos falando sim sobre saúde, sobre segurança alimentar, mas eu vou falar sobre as perspectivas do direito, impactando especialmente as crianças.

Atualmente, a má nutrição de crianças é um dos principais desafios do Brasil na garantia dos direitos de as crianças sobreviverem, desenvolverem-se plenamente e prosperarem.

Quando nós falamos de má nutrição, nós estamos falando da desnutrição – desnutrição crônica e agora também aguda, pensando aí na saúde indígena –; estamos falando de deficiências de micronutrientes... E o Brasil ainda se encontra nessa situação, mas agora, mais do que nunca, nós estamos também falando de obesidade e sobrepeso, que afetam tantas crianças e tantos adolescentes, e tudo isso é o que nós chamamos da tripla carga da má nutrição, que afeta o Brasil e tantos outros países da América Latina e do mundo e está afetando cada vez mais o direito da criança e do adolescente.

E, quando nós falamos em direito – eu vou apresentar mais adiante –, é uma questão não de escolha individual e sim de todo um contexto obesogênico que o país, que os municípios, que as comunidades impactam na vida de famílias, e famílias das mais vulneráveis. São implicações para hoje, implicações para todo o futuro de uma geração e, certamente, implicações para um país que se espera que esteja em desenvolvimento. O não desenvolvimento das crianças significa o não desenvolvimento de uma nação.

Então, aqui eu passo.

Aqui vocês podem ver... Está um pouco cortado em cima, mas é a realidade da região da América Latina e Caribe: 4,2 milhões de crianças abaixo de cinco anos já são afetadas nesse contexto obesogênico que eu estou trazendo e que os países já vivem.

Então, vocês podem ver que o Brasil, ali na marquinha de coloração vermelha, já se encontra com alta prevalência de crianças que são afetadas, que já se encontram no estado de sobrepeso ou obesidade – isso com relação a crianças menores de cinco anos. No Brasil, em torno de 10% das crianças menores de cinco anos já se encontram em sobrepeso ou obesidade. Quando se avança na faixa etária, incluindo agora adolescentes até 19 anos, esse percentual chega quase a 30% no Brasil e também aqui em toda a América Latina. Vocês podem ver pela coloração também de vermelho a roxo os países que estão muito afetados, com prevalência maior ou igual a 25%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 25 países na nossa região, crianças e adolescentes já se encontram na faixa de sobrepeso e obesidade. Então, realmente é um sério problema de saúde pública.

Eu estou apertando, e o negócio não vai...

Aponto para cá? Agora. Eita, agora foi mais. Menos um.

Então, aqui eu quero trazer especificamente o que já falei, mas representado no gráfico. Essa relação... É uma escolha individual ser obeso ou estar em sobrepeso ou é um contexto político, econômico, um contexto imposto por indústrias, pelo comércio?

Ele avançou sem eu apertar. Podemos voltar? Estou sofrendo aqui com o passador. Não, está indo para frente. Então, volta dois.

Vocês vão poder ver nessa mandala, na parte inferior, que são questões que afetam o ambiente pessoal. É o acesso, são os recursos para acessar alimentação saudável, a disponibilidade. Mais acima, vocês podem ver que o que mais afeta realmente, de novo, são os recursos, a acessibilidade – ir ao mercado e encontrar alimentos saudáveis com o preço do meu orçamento. Isso, realmente, nós sabemos que é o que mais conta. É o contexto mais amplo que conta e que afeta as possibilidades de escolha. O poder de escolha não está nas mãos das mulheres, das mães de família, mas muito além das possibilidades e até mesmo do desejo, do desejo de escolha, porque o *marketing* nocivo afeta especialmente famílias pobres e famílias com crianças pequenas.

E aí nós podemos ver que, no Brasil, 36% das crianças estão em pobreza alimentar moderada. O que significa pobreza alimentar? É quando a criança é restrita na sua alimentação, conforme as classes de alimentos.

Eu apresento ali as diferentes classes de alimentos, e, nesse estudo recém-lançado, foi visto que 36% das crianças estão reduzidas a uma monotonia alimentar exatamente pela dificuldade de acesso, levando também à insegurança alimentar. Crianças com coexistentes formas de má nutrição estão assim representadas e os impactos na sua saúde, como anemia, crescimento inadequado e/ou excesso de peso.

E eu quero trazer aqui – ainda não foi falado – a relação de excesso de peso e saúde mental, outro aspecto também muito discutido como um grande problema de saúde pública, não só no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil como no mundo. O excesso de peso também está diretamente ligado à saúde mental dessas crianças e famílias.

Vamos?

Esse foi um estudo que o Unicef fez, especialmente com famílias de baixa renda, ou seja, famílias do Bolsa Família. E nós observamos, através desses estudos, que 80% das famílias relataram o consumo de ao menos um tipo de alimento ultraprocessado no dia anterior às entrevistas. E são crianças, gente, da primeira infância, crianças abaixo de seis anos. E aí vocês podem ver os campeões de audiência, que começam pelos biscoitos, mas também bebidas lácteas. E isso é muito importante falar aqui, porque nós estamos sabendo que a questão atualmente é do Imposto Seletivo especificamente para refrigerantes. Já foi falado aqui pelo meu colega Fábio e por outros que, quando o Imposto Seletivo se limita a um tipo de bebida açucarada, o que acontece é a migração, por exemplo, para bebidas lácteas. E, como nós podemos já ver aqui, as bebidas lácteas são campeãs também no consumo por crianças pequenas.

Aqui é a relação. Eu não estou conseguindo ler à distância, eu não consigo ler nada, mas vocês podem ver que o consumo de alimentos, de bebidas lácteas está aí não só na rotina da família, que é na coluna esquerda, como também no consumo de fato das crianças.

Essa fotografia é muito significativa: é um bebê tomando Coca-Cola dentro de uma mamadeira. Imagino que vocês já tenham visto essa cena no Brasil e que para nós, do Unicef, mas acredito que para vocês também, choca tanto. Isso é uma realidade e uma realidade, infelizmente, muito frequente no contexto brasileiro.

E nós entendemos que, quanto mais cedo começar, quanto mais cedo a família tiver acesso à informação, ao conhecimento da importância da boa nutrição, quanto mais cedo os alimentos saudáveis forem de fácil acesso, não só economicamente, mas de fácil acesso à mulher que vai ao mercado, à família que vai fazer a compra do mês, o impacto é melhor. O impacto, novamente, não só na saúde da criança, mas no seu desenvolvimento, no seu desenvolvimento social, nas possibilidades de também se desenvolver e prosperar na vida. Essa é uma abordagem sistêmica não só do acesso ao alimento, mas de todo esse contexto obesogênico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Junto com a Organização Mundial da Saúde, o Unicef traz um *framework*, uma proposta de regulamentar esse ambiente obesogênico não só através de tributos de bebidas adoçadas, mas também como guias para a população adulta e para criança. O conhecimento é muito importante.

O Brasil já conta com o guia, inclusive é referente para outros países essa ação do Ministério da Saúde, do Ministério do Desenvolvimento Social, da sociedade civil brasileira também, fortemente representada nas diferentes formas de incidência. O Brasil também vem trabalhando com redução da publicidade, especialmente aquela que afeta crianças e adolescentes, mas ainda falta. Ainda há uma necessidade de avançar, como foi falado também, na melhoria da cesta básica, mas ainda falta – foi muito bom ter escutado a colega aqui do MDS na minha fala anterior – a implementação da rotulagem frontal, que também foi estabelecida – ainda falta. Estamos em todos os itens, como vocês podem ver. É um processo, mas um processo que ainda precisa avançar.

E, agora, na tributação de bebidas adoçadas, é necessário avançar, especialmente neste momento em que estamos na virada, no sentido de que não são só bebidas adoçadas, é também ultraprocessado; não são só refrigerantes, é também uma gama maior – bem maior – de bebidas adoçadas, inclusive adoçadas não só por açúcar, mas também por adoçantes artificiais.

O objetivo da tributação sobre bebidas açucaradas é, sim, aumentar o preço no varejo das bebidas açucaradas. O objetivo central aqui é reduzir a compra, é reduzir o consumo, mas vai além disso: é incentivar uma mudança para o consumo de água potável e segura – então, isso com muita comunicação, com muita educação entre pares, com muita participação da escola, integrando a alimentação saudável no currículo escolar –; mudar as normas sociais, enviando uma mensagem de que o consumo regular de bebidas açucaradas não faz parte de uma alimentação saudável e nutritiva, o suquinho não faz parte de alimentação saudável, a bebida láctea não faz parte de uma alimentação para crianças da primeira infância e para ninguém; reduzir a ingestão de açúcar livre na população, particularmente das crianças, particularmente das crianças na primeira infância; e gerar uma receita governamental significativa, que pode ser revertida para a saúde, para o bem-estar social.

Nós estamos agora saindo do G20, em que foi, com muita honra do Brasil, aprovada a Aliança Global contra a insegurança alimentar, contra a pobreza e contra a fome. Então, essa receita governamental, que pode ser incentivada por esse incentivo tributário, participa também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do G20, para que essa Aliança Global seja de fato colocada na prática. Foi muito bom, foi muito bonito, muitas celebridades juntas e autoridades presentes, mas agora é o momento de colocar a Aliança Global na prática, e estamos falando sobre isso.

O que mais? Imposto Seletivo, bebidas açucaradas, aumento do preço de fato, para que se aumente a receita do Governo – para que se aumente – e essa receita vá para a saúde e programas sociais. Com isso, também pensamos, acreditamos que a redução de sobrepeso e obesidade possa impactar nas doenças crônicas não transmissíveis e isso diminua o custo, como já foi colocado aqui, do Governo, especialmente na atenção de doenças como a hipertensão, a diabetes, o câncer e tantas outras levadas por conta da obesidade e por conta das bebidas açucaradas e dos ultraprocessados.

No mundo, a tributação já está acontecendo.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA PHEBO – Em 81 países já acontece e também em 16 estados e representações subnacionais.

O Brasil precisa entrar nesse mapa. Na região latino-americana isso já vem acontecendo em diferentes países, como a senhora pode ver, Senadora. Países também levam essa tributação para bebida lácteas, como é o caso do Peru, do Panamá, não só se restringindo a bebidas carbonizadas, que são os refrigerantes.

Aí são exemplos, eu vou deixar aqui para sua apreciação, exemplo do México e exemplo do Chile. Meu tempo está acabando, então eu não vou passar por esses pontos, mas certamente eu espero que essas informações sejam úteis, porque eu sei que a senhora, como tantas outras Senadoras atentas, está tentando ampliar essa tributação.

Temos nossas premissas. O consumo de ultraprocessados faz mal, para as crianças especialmente. Também temos a premissa de que quanto mais precoce acontece, pior – e são as crianças e a juventude que têm uma exposição mais longa no sentido de tempo de vida. E essas evidências de diversos países revelam que a taxação de bebidas açucaradas de fato reduz o consumo e de fato melhora a condição de vida, especialmente de famílias mais pobres – isso é uma questão que já é colocada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E trago aqui, para terminar, o seu trabalho, Senadora Teresa Leitão, que está aqui conosco, com o Unicef, ampliando a tributação de bebidas açucaradas. Quem sabe a gente consiga também para os ultraprocessados, mas que se vá pelo menos além dos refrigerantes.

É isso. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Luciana. Sugestões e recomendações aceitas, pode ficar tranquila.

Vamos passar agora para o nosso penúltimo expositor, que é José Angelo Divino, Coordenador do Programa de Mestrado e Doutorado em Economia da Universidade Católica de Brasília, que vai participar por videoconferência.

Professor, seus 15 minutos iniciais.

O SR. JOSÉ ANGELO DIVINO (Para expor. *Por videoconferência*.) – O.k., obrigado.

Vou compartilhar aqui a minha tela.

Inicialmente, cumprimento os meus colegas da mesa. Agradeço à Senadora pelo convite para participar dessa audiência pública e também a cumprimento pelo excelente trabalho que está realizando diante de tema tão relevante para a sociedade brasileira.

A minha fala, de certo modo, complementa um pouco as falas anteriores. Eu vou focar em dois temas principais: reforma tributária e tabaco e reforma tributária e bebidas alcoólicas. As informações que eu vou mencionar, os dados vieram de estudos publicados, inclusive, de um grupo de pesquisadores que reúne professores da Universidade Católica de Brasília e da Fundação Getulio Vargas, conforme mencionado aqui nesse eslaide.

Bom, vamos começar pelo tabaco. Acho que é consensual que o aumento da tributação, que gera um preço mais elevado, é uma das medidas mais eficazes para se reduzir a prevalência, vários estudos em nível mundial comprovam isso. Porém, no Brasil isso ainda não está totalmente explorado, tem margem para a gente aumentar imposto e com isso elevar o preço do cigarro, principalmente, e reduzir o consumo. Isso porque o Brasil tem um dos cigarros mais baratos da América Latina, perde normalmente só para o Paraguai. Agora, com o aumento recente do preço mínimo, houve um acréscimo, foi um avanço importante, mas ainda assim cigarro aqui é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

barato, pouco mais de US$1 por maço se você pegar as marcas mais baratas, enquanto que, em alguns países, chega a US$20 o maço, por exemplo.

Uma preocupação e uma questão recorrente para tentar evitar esse aumento de impostos é a questão do mercado ilícito, que surge com um argumento forte, principalmente por parte dos fabricantes e da indústria, dizendo que, se você aumenta imposto e com isso eleva o preço, a única consequência será o aumento do mercado ilegal de cigarros, uma preocupação relevante para as autoridades, porque o mercado ilegal é uma parcela importante do mercado de tabaco aqui no país. Porém, esse argumento é bem falacioso, como a gente vai ver nos dados que eu vou mostrar daqui a pouco. Então, diante da oportunidade única oferecida pela reforma tributária, é importante que se busque alinhar ao contexto mundial e, com isso, elevar os preços de cigarros aqui no Brasil.

Para contrapor esse argumento de que, se aumentar imposto, vai aumentar mercado ilegal, a gente usa dados oficiais da Pesquisa Nacional de Saúde, conduzida pelo IBGE e representativa do país como um todo, cujos dois anos mais recentes são 2013 e 2019.

A próxima questão que a gente enfrenta ao usar esses dados é como que se identifica o mercado ilícito. Tem duas maneiras principais, e a primeira é considerando o preço mínimo do cigarro. A política foi instituída em torno de 2011, o último reajuste tinha sido em 2016, quando foi para R$6. Era R$5 e, agora recentemente, a partir de setembro, passou a R$6,50. Então você pode usar o preço mínimo da seguinte maneira: cigarros vendidos acima desse preço mínimo seriam legais; abaixo, por definição, ilegais. É claro que tem alguns cigarros ilegais que podem ser vendidos acima do preço mínimo, mas é uma fração muito pequena, os estudos mostram isso. O mercado ilegal tende a vender mais – pelo menos o cigarro mais barato – abaixo do preço mínimo. Isso a gente comprova, por exemplo, na pesquisa de 2009, da PNS, que introduziu uma nova forma de se identificar o mercado ilegal, que é uma pergunta para o fumante de qual marca de cigarro ele comprou na sua última aquisição. Com base em uma classificação de marcas da Anvisa, a gente pode saber se aquela marca é de cigarro legal ou de cigarro ilegal.

Tem uma segunda forma de identificar esse mercado com dados de 2019 – em 2013, somente o preço mínimo. Aí a gente usa métodos estatísticos e econométricos sofisticados. Não é o caso de entrar nos detalhes aqui, mas a ideia é que a gente confronte indivíduos que fumam cigarro ilegal e também fumam cigarro legal com mudança de preço. Muda-se o preço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

equivalente ao ilícito e equivalente ao lícito e avalia-se o comportamento, se esse indivíduo vai mudar, se vai migrar de um mercado para o outro conforme o preço muda. Fazemos vários testes, várias análises para tornar os resultados criveis e robustos.

Aqui tem uma tabela de números que inicialmente pode assustar, mas eu vou focar apenas nos aspectos fundamentais. Então inicialmente que a gente tem os resultados para PNS de 2013, nessas duas primeiras colunas numéricas. No meio, a gente tem as duas reunidas. Aqui é uma amostra grande de mais de 3,5 mil indivíduos no país inteiro, 2013 e 2019; e, nas duas últimas colunas, 2019.

Os números que nos interessam mais aqui são os que estão marcados em verde e os que estão marcados em azul. Os números marcados em verde representam os efeitos de uma mudança no preço do cigarro legal para o consumo do cigarro ilegal. Então, se o preço do cigarro legal aumentar, porque aumentou o imposto, vai elevar o consumo de cigarros ilegais? E os resultados aqui são unânimes para todos os anos informando que não. Por que não? Porque nenhuma das estimativas foi estatisticamente significante. Pode até haver uma mudança marginal, mas estatisticamente não é significante. Então, não provoca essa migração.

Por outro lado, se a gente considera o efeito do preço do cigarro ilegal sobre o mercado legal, sobre o consumo legal, aí é um efeito interessante. Se o preço do cigarro ilícito aumenta, o consumo do cigarro legal vai aumentar. Ou seja, as pessoas migram do mercado ilegal para o mercado legal quando o preço do cigarro ilegal aumenta. Isso a gente observou em 2013 e observou também na amostra conjunta, de 2013, e 2019. Somente em 2019 o efeito não foi também tão significante. E, logicamente, se o preço do cigarro aumenta, o consumo do cigarro naquele mercado reduz. E essa redução é porque alguns vão consumir menos, outros vão migrar para outros produtos, aí tem várias razões para explicar isso. Agora, esse efeito é sempre maior no mercado legal. As pessoas que fumam cigarro ilícito, aqui os números vermelhos mostram isso, são menos sensíveis a variações de preço, porque há menos variabilidade. Algumas questões podem ser usadas para explicar isso.

Resumindo, o resultado principal dessa tabela aqui, com dados da PNS de 2013 e 2019, com amostra conjunta – dados oficiais –, não tem nenhuma evidência de que, se aumentar o preço do cigarro legal, por causa, por exemplo, de impostos mais elevados, não tem nenhuma evidência de que vai haver migração para o mercado ilegal de cigarros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, algumas recomendações para o setor de tabaco é que não tem esse efeito de mudança de demanda, esse é o nosso resultado principal. A reforma tributária é uma oportunidade única para se alinhar a tributação de cigarros no Brasil com outros países, países mais avançados do mundo. A gente já conseguiu avanços importantes, conforme foi demonstrado há pouco na apresentação do Inca, mas ainda tem espaços para melhoria. O cigarro ainda mata muitos brasileiros: a metade dos consumidores, por exemplo.

O preço mínimo após o reajuste voltou a ser um instrumento de política interessante e eficaz. O aumento não cobriu totalmente a inflação do período, de 2016 a 2024, quando ele ficou sem reajuste, mas ainda assim foi um avanço importante. E o mínimo é fundamental para garantir um preço mais elevado para os cigarros mais baratos. São justamente os cigarros mais baratos que os grupos mais vulneráveis consomem: que os jovens iniciam no fumo. Então é fundamental ter um mínimo mais alto para evitar que isso aconteça.

Agora, não dá para ficar parado no tempo de novo. Então o reajuste do mínimo anualmente pelo IPCA é uma política bastante desejada. Por que o IPCA? Porque é a nossa medida oficial de inflação, não é um índice manipulável, é referência para toda economia, então pode ser também para reajustar anualmente o valor desse preço mínimo que subiu agora, em 2024.

Outro ponto: que o combate ao mercado ilícito seja feito de forma legal, com mais fiscalização, repressão, apreensão de cigarros – aí tem as forças responsáveis por isso.

Não se deve fazer política de preço para tentar reduzir ou minimizar o mercado ilegal, isso não existe em lugar nenhum do mundo. Então, política de preço no caso de tabaco deve ser usada para reduzir consumo, aumentando preço, aumentando arrecadação, até para custear os gastos com saúde das doenças relacionadas ao consumo de tabaco, então é para isso que serve política de preços no mercado de tabaco, e não para tentar conter, usando esse argumento falacioso, o tamanho do mercado ilícito, o aumento do mercado ilícito.

Bom, o próximo tópico que eu gostaria de tratar é sobre bebidas alcoólicas, reforma tributária e bebidas alcoólicas. Aqui tem uma questão crítica, porque o Imposto Seletivo deve ser aplicado para bebidas alcoólicas; caso contrário, se permanecer somente o IVA comum a todos os bens e serviços, vai haver uma queda importante da carga tributária nesse setor, como eu vou mostrar daqui a pouco. Isso aí logicamente não só implicaria uma imensa perda de arrecadação, como também efeitos muito danosos à saúde, porque aumentaria o consumo dessas bebidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é fundamental que haja uma escolha adequada do Imposto Seletivo para as bebidas alcoólicas.

E, como haverá uma equalização entre os estados, mesmo com o Imposto Seletivo, deve-se tentar evitar que alguns estados percam arrecadação, principalmente aqueles que atualmente tributam mais e, consequentemente, arrecadam mais no setor de bebidas. Esses estados, depois da reforma, poderão perder receita, porque haverá a mesma carga tributária para todos, mesmo com o Imposto Seletivo. Então, quem tinha uma carga tributária baixa vai ganhar para chegar ao valor nivelado entre os estados; quem tinha uma carga tributária alta vai perder. Então é fundamental que se pense em uma forma de definir o Imposto Seletivo de maneira a evitar a perda de arrecadação dos estados e também reduzir o consumo, na ótica das recomendações da OMS, por exemplo, a queda de pelo menos 20% no consumo.

Outro ponto é que o Imposto Seletivo deve combinar dois componentes: um *ad valorem*, ou percentual, e um específico, *ad rem*, que é o valor em reais cobrado de cada produto. É importante que ele varie entre produtos alcoólicos com diferentes teores de álcool e também que ele seja reajustado anualmente para não perder eficácia ao longo do tempo, e o reajuste deve ser pela inflação do IPCA também.

Aqui é um retrato do setor com os últimos dados mais recentes que a gente tem, tanto do IBGE quanto da Receita Federal.

A participação de cerveja no mercado é massivamente superior: ela responde por 86,5%; depois vem cachaça, com 9%; vinho, 3%; e destilados, 1%. E aqui, em termos de teor alcoólico, cerveja seria o menor; depois vinho, intermediário; e cachaça e destilados, os maiores teores alcoólicos, mais ou menos com o mesmo nível. Quanto ao preço médio, tem uma variação entre eles. E quanto à carga tributária, a carga tributária de cerveja é aproximadamente 37%; 47% para destilados; 39% para vinhos; e 43% para cachaça – é o cenário atual, antes da reforma.

Então, se for nivelado por um IVA de 26% ou 28%, dá para perceber aqui que todos os produtos vão ter carga tributária reduzida; não faz sentido. Então tem que se pensar no Seletivo para, no mínimo, compensar a carga tributária e evitar que os estados percam arrecadação.

A receita: quase R$36 bilhões em cerveja – receita média –, e a dos outros aqui um pouco menor. E o consumo: o brasileiro consome aproximadamente 13 bilhões de litros de cerveja por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ano, é uma coisa bem elevada. Daí a importância de se definir de forma adequada o Imposto Seletivo para bebidas.

Aqui uma ilustração. Na estrutura atual a gente tem o IPI e o PIS-Cofins, que são impostos federais, então têm as mesmas alíquotas entre os estados. E o que varia é o ICMS: os estados aqui definem uma política mais ou menos agressiva na tributação de bebidas alcoólicas. Aqui não são taxas, aqui é simplesmente a participação de cada um nessa arrecadação. Então a participação maior para todas as bebidas alcoólicas é o ICMS, chega a 72% aqui em cervejas, por exemplo, na principal fonte de arrecadação, que é o imposto estadual. Aí, se a gente olhar aqui para os estados, as menores tributações estão em São Paulo e Rio, que são os maiores mercadores consumidores, e esses estados têm os maiores preços. A margem de lucro das empresas nesses estados é a maior possível, são os maiores mercados consumidores. Então tem espaço para a gente aumentar a tributação e, com isso, reduzir o consumo de bebidas alcoólicas.

Bom, o tempo está terminando, deixe-me acelerar aqui.

No caso de bebidas alcoólicas, a sugestão é que seja adotada uma estrutura mista, com um componente *ad rem* e um *ad valorem*; que isso seja escolhido de maneira cuidadosa, para evitar que haja perda de arrecadação e perda de receita; e que o componente específico – *ad rem* – seja reajustado anualmente pelo IPCA, para que não perca valor ao longo do tempo. E, como referência, uma recomendação interessante na linha da OMS é que o consumo seja reduzido pelo menos 20% após a reforma.

Bom, acho que é isso. Muito obrigado pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós que agradecemos, Professor.

Estávamos aqui comentando sobre como a cerveja é a rainha do consumo de bebidas alcoólicas, não é? E isso está muito ligado também a patrocínios de festas, de *shows*, de Carnaval, de eventos; porque esse patrocínio é feito por cervejas, entre as bebidas alcoólicas é a que mais patrocina. Na minha cidade, que tem o maior, o melhor Carnaval (*Risos.*)...

A SRA. LUCIANA PHEBO (*Fora do microfone.*) – Há controvérsias!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... de Pernambuco, lá em Olinda, se fecha o patrocínio para uma marca de cerveja só. E é uma coisa impressionante, impressionante.

Mas vamos adiante, não é?

Vamos ouvir agora Mônica Andreis, Diretora-Geral da ACT Promoção da Saúde. Mônica é a nossa última convidada a se expressar e vai por videoconferência também.

A SRA. MÔNICA ANDREIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada. Bom dia a todos e todas, especialmente à Senadora, pela oportunidade de a gente estar aqui.

Queria também cumprimentar todas as pessoas que falaram, me antecederam aqui nesta audiência, e dizer que, enfim, o conteúdo de todas as apresentações foi excelente, não é? E, mesmo sem combinar, eu acho que elas acabam sendo complementares.

Então, eu vou falar um pouquinho também aqui. Vou dividir a apresentação para comentar um pouquinho também a respeito desse tema, representando a ACT Promoção da Saúde, que é uma organização não governamental brasileira que trabalha pelas políticas públicas de prevenção, promoção da saúde, especialmente o controle dos fatores de risco das doenças crônicas não transmissíveis.

Nós temos acompanhado esse tema da reforma tributária já desde o início, as discussões na Câmara dos Deputados, agora aqui no Senado. Então, temos estado bem próximos e agradecemos, inclusive, a Senadora pelo apoio e por todas as oportunidades que a gente tem de diálogo.

E vou apresentar um pouquinho, então, que a ACT também participa de um grupo mais amplo que defende aí a reforma tributária 3S: saudável, solidária e sustentável, ou seja, a simplificação do sistema tributário, que é prevista na reforma, pode ir além disso, ela pode ir muito mais no sentido de promover um futuro mais saudável à população e mais sustentável para o Brasil. E, nesse sentido, os impostos seletivos elevados sobre tabaco, álcool e bebidas açucaradas são essenciais para atingir as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, com que o Brasil se comprometeu em 2015. E, nesse sentido, a gente acredita que agora é uma oportunidade única que o Brasil tem de corrigir distorções e, de fato, passar a promover mais a saúde, a justiça social e a sustentabilidade no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse trecho que eu copiei aqui está contido nesse documento, que é o Impostos a Favor da Saúde, lançado agora em 2024. Ele tem representantes de vários países participando. Michael Bloomberg liderando essa iniciativa, mas também com representantes de vários países, inclusive a nossa Ministra da Saúde, a Nísia Trindade Lima, que também participa dessas discussões em nível internacional. E tomamos conhecimento de que foi enviado para uma série de pessoas, como, por exemplo, aí do Senado – talvez a senhora mesma tenha recebido, Senadora – esse material que eles traduziram para o português e que é bem oportuno, porque eu acho que fala exatamente do que nós estamos tratando hoje aqui no Brasil.

Ele tem como mensagens-chave cinco pontos – eu vou ler só os títulos para não me alongar aqui – e reitera que é necessária uma ação urgente para reduzir as mortes e as doenças associadas ao consumo de tabaco, álcool e bebidas açucaradas, especialmente nos países de baixa e média renda, que é o que a gente ouviu de praticamente todas as pessoas aqui nesta audiência.

Os impostos a favor da saúde são bons para a saúde, bons para os orçamentos, para a economia, o que os torna uma solução política única e oportuna para a policrise atual. A prioridade máxima é que todos os países aumentem e reformem os impostos sobre tabaco, porque continua tendo o maior impacto em termos de número de mortes e doenças associadas ao tabagismo. Sem uma ação decisiva hoje, milhões de vidas serão perdidas desnecessariamente. E, por isso, através desse documento, se apela a todos os países para que aumentem urgente e substancialmente os impostos a favor da saúde, dando prioridade ao tabaco, e continuem a aumentá-los acima do nível da inflação e do crescimento econômico.

Então, assim como nós tivemos esse documento internacional, eu vou mostrar na minha apresentação outros documentos também de órgãos significativos internacionalmente que reiteram essas mensagens, o que eu acho que é muito importante aqui, porque a gente já viu uma série de dados nacionais, de estudos que refletem a situação aqui do país, mas isso tem um respaldo internacional também que é importante considerar.

Então, os impostos a favor da saúde são os impostos certos para aumentar agora, porque são eficientes, corrigem preços incorretos que tornam o tabaco, o álcool, bebidas açucaradas baratos em relação a seus custos sociais, ou seja, externalidades.

E aqui eu retomo algo que as pessoas também já puderam comentar: os preços dos produtos nocivos não contemplam atualmente os seus custos sociais, ou seja, o ônus acaba

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ficando muito mais para a sociedade, enquanto as empresas ficam com os lucros. Então, a gente tem aí os registros tanto de gastos com tabaco quanto com ultraprocessados e com o álcool atingindo bilhões de reais ao ano, o que impacta, e muito, no nosso orçamento, impacta no Sistema Único de Saúde, por exemplo, e na vida de todas as pessoas que acabam tendo consequências gravíssimas associadas ao consumo desses produtos.

Esse é um outro documento do Banco Mundial, também recente, que analisou impostos de saúde e especificamente trata da questão do Brasil, e reitera o quanto esses produtos, como tabaco, bebidas alcoólicas e bebidas açucaradas, têm um impacto no país.

Então, no Brasil, mais de 20% das mortes anuais têm relação com o consumo desses produtos. Em relação, por exemplo, aos cigarros, já foi dito aqui até que é o segundo menor preço da região da América Latina, e é o mais barato da região dos países do G20. No caso da cerveja, é o quinto mais barato na região da América Latina e no G20. Destilados são o quarto menor preço na América Latina e também o terceiro menor preço no G20. Então, esses dados são importantes para a gente analisar, porque na verdade esses produtos no Brasil estão com um preço muito aquém do que deveriam.

Esses outros documentos, também ainda falando um pouco sobre o tema do tabaco, mostram... tanto a OCDE fez um estudo sobre a taxação de tabaco na América Latina e no Caribe quanto também este outro grupo chamado Tobacconomics, que hoje em dia é chamado Economics for Health, também fez uma avaliação mostrando que o Brasil teve um aumento na acessibilidade de cigarros, por exemplo, que não seria desejável, porque, claro, a gente quer tornar esse produto menos atraente, menos acessível à nossa população, e não o contrário.

Então, entre as recomendações desse documento, também consta que o Brasil deveria aumentar significativamente o imposto sobre cigarros para aumentar os preços e implementar um reajuste automático que supere os índices de inflação e crescimento econômico.

Em relação ao tema de tabaco e álcool, a gente chama atenção aqui na reforma tributária para alguns pontos que nossos colegas anteriores também já falaram. A importância de a gente ter a previsão de um mecanismo de ajuste com base na inflação. Então, havia no texto original a menção de que seria feito um reajuste anual pelo IPCA. Foi retirada a menção ao IPCA. Então, é importante que isso retorne para que não haja dúvidas ou insegurança jurídica sobre isso, também uma transição sem redução de carga tributária em nenhum estado e sem exceções ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brechas, como se vem tentando também através de algumas emendas, de ter uma tributação diferente, por exemplo, para produtos fumígenos artesanais. Isso, do ponto de vista da saúde, não se justifica absolutamente. Todos esses produtos são maléficos à saúde, independentemente até de serem legalizados ou não, independentemente de serem produzidos de uma forma ou de outra, então não cabem essas brechas. E o modelo misto com componentes específicos e *ad valorem* para todos os produtos fumígenos.

Em relação à alimentação também defendemos alinhar a cesta básica e lista de produtos com alíquota reduzida ao guia alimentar, que nos dá a referência para a classificação dos produtos, seja *in natura*, minimamente processados ou ultraprocessados, então é importante que haja esse alinhamento. Como também já foi dito aqui, a gente se preocupa bastante com o aumento de consumo de produtos ultraprocessados entre as crianças.

Aqui a gente vê que, por esse estudo, o consumo diário de calorias com alimentos ultraprocessados é maior entre crianças de dois a cinco anos do que a média da população adulta no Brasil, o que acarreta uma série de problemas. Por isso, a gente defende a ampliação e a inclusão de ultraprocessados adoçados, principalmente os mais consumidos entre crianças e adolescentes. A gente viu na apresentação também da representante da Unicef que eles estão mesmo entre os mais consumidos ali pela pesquisa que foi realizada com crianças, que são os biscoitos, por exemplo, as bebidas adoçadas lácteas, chocolates, sorvetes etc. Então, essa seria uma ampliação importante que nós poderíamos ter agora como oportunidade na reforma tributária. E, minimamente, não conseguindo ampliar para ultraprocessados, é termos uma ampliação para não ficar somente o refrigerante dentro da categoria das bebidas açucaradas, e sim para outras bebidas adoçadas, como foi falado aqui, para bebidas lácteas e outras, que são também bastante consumidas por esse público infantil e que deveriam estar incluídas também como bens e produtos sujeitos ao Imposto Seletivo.

Eu gostaria também de enaltecer aqui e elogiar a iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais, que fez um requerimento pedindo a opinião formal de organismos internacionais sobre esse tema do Imposto Seletivo. Nós tivemos a manifestação, pelo que a gente pôde acompanhar na tramitação, da Opas, do Unicef, do Banco Mundial; todos reiterando essas recomendações que a gente está apresentando aqui hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tivemos de forma complementar, também, uma outra carta da Campaign for Tobacco-Free Kids, que é uma organização americana, que também reuniu uma série de assinaturas de outras organizações recomendando que a gente adote o Imposto Seletivo para produtos de tabaco, bem como outros produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente. E, como eu mencionei anteriormente, também a iniciativa da força-tarefa sobre impostos saudáveis, que também encaminhou a mesma recomendação a Parlamentares do Brasil. Então, vejam que várias organizações, tanto em âmbito nacional quanto internacional, apoiam essa iniciativa do Imposto Seletivo tal como está sendo discutida e proposta atualmente.

E a gente tem também essa pesquisa mostrando o apoio maciço da população brasileira. Isso saiu na *Folha de S.Paulo* ontem, essa pesquisa do Datafolha, que foi encomendada pela ACT e mostra que seis a cada dez brasileiros são a favor de impostos sobre ultraprocessados, mas a gente vê ali que, sobre todos esses produtos que eu estou mencionando aqui hoje, é muito alto o apoio da população. Então, 82% da população apoia o aumento de impostos para cigarros e outros produtos de tabaco; 77% para as bebidas alcoólicas; 64% para os alimentos ultraprocessados e bebidas adoçadas, por exemplo. Então, esse é um dado fundamental, porque a gente está vendo a própria população já consciente e apoiando esse tipo de iniciativa.

E o que a gente não quer ver são notícias como esta, manchetes como esta: "Alimentos saudáveis têm aumento de preços superior a ultraprocessados no Brasil". A gente precisa corrigir essa distorção pensando no futuro da nação, como bem disse a colega do Unicef. Nós temos que reverter isso, nós não queremos esse tipo de notícia. E nem esta: "Preço de arroz e feijão sobe mais que cerveja e cigarro", por exemplo. Isso é uma distorção. O que nós estamos estimulando a população a consumir? Cerveja, cigarro e ultraprocessados? Nós temos a oportunidade de mudar isso agora. E essa outra matéria, que saiu ontem, também falando que a "Cesta do brasileiro tem mais cigarro e menos café em outubro, diz a pesquisa". Então, é tudo isso que nós queremos e podemos mudar agora com a reforma tributária.

E aí a gente levanta esta pergunta: quanto custa pagar pouco por produtos que destroem a saúde? Na verdade, é o barato que sai caro. Esses produtos vão causar um impacto muito grande não só na saúde, mas na vida de todos os brasileiros, e a gente tem a oportunidade de reverter e transformar esse futuro agora. Para finalizar, o momento é agora: uma política vencedora com estratégias políticas de sucesso. E a importância de a gente, então, usar essa oportunidade e promover uma reforma tributária saudável, solidária e sustentável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada mais uma vez pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Mônica. Agradeço demais a sua participação.

Combinei aqui com quem está presente de a gente fazer tão somente a leitura das contribuições do e-Cidadania, até porque muita coisa – ou a maioria das perguntas – foi respondida. Nós temos aqui um grupo de pesquisadoras também da Fundação Getulio Vargas que depois a gente vai atender... (*Pausa.*)

E da USP também. Depois a gente vai atender no nosso gabinete, devido ao adiantado da hora.

Vou rapidamente ler as contribuições.

"Como a reforma tributária está considerando junto ao SUS os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030?" Foi falado explicitamente. De Bruna, do Rio de Janeiro.

Antonio, do Ceará: "Quais os mecanismos de avaliação dos impactos da reforma sobre a saúde da população, especialmente dos grupos mais vulneráveis?" Também fartamente respondida.

Lasie, do Rio de Janeiro: "Quais os impactos do Imposto Seletivo na indústria alimentícia e farmacêutica?"

Acir, do Rio de Janeiro. Comentário: "Sugiro estabelecer uma alíquota diferenciada ou isenção tributária para medicamentos essenciais e tratamento de doenças graves". Embora não tenha sido focado isso aqui, Acir, isso já fez parte de audiências anteriores.

Vinicius, de Minas Gerais: "É necessário zerar impostos de medicamentos de difícil acesso para minimizar a dor de pacientes com doenças graves".

Leon, do Paraná: "Existe uma cadeia de consumo de bebidas alcoólicas que influenciam no turismo, como no Rio Grande do Sul [a terra do vinho, não é, Leon?]. Como isso será tratado?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jailma, do Rio Grande do Norte: "Quais são as mudanças na estrutura de arrecadação e impactos no financiamento da saúde?". Termina por beneficiar pela despesa, pelos custos aumentados do SUS.

E Gustavo, do Paraná: "A sobretaxação dos produtos fumígenos, das bebidas alcoólicas e das bebidas açucaradas deve ser mantida para desestimular o seu consumo".

Acho que tivemos uma sintonia muito grande de leituras diversas, de pesquisas, de estudos, de análises acadêmicas, de análises governamentais, da presença da sociedade civil. Isso enriquece, sem sombra de dúvida, muito a nossa audiência. Ao mesmo tempo, nos desafia.

Enquanto a gente está aqui com tanta coincidência de propósitos e de objetivos, a pressão vocês sabem que existe em uma Casa aberta ao povo, como deve ser o Parlamento, e, ao mesmo tempo, uma Casa bastante plural. Todos os dias os nossos gabinetes são visitados.

Felizmente, eu acho que se avançou tanto neste debate publicamente, que eu acho que essa leitura a respeito da saúde está avançando também. E os elementos que vocês trouxeram aqui, todos – os nossos convidados –, para nós, Senadores e Senadoras, são elementos muito importantes de uma argumentação que defenda essa perspectiva da reforma tributária saudável, da reforma tributária justa e da reforma tributária que preserve esta e as futuras gerações que estão aí vulnerabilizadas, expostas a uma sociedade de consumo.

Eu destacaria como síntese, portanto, desta audiência quatro aspectos. A importância do Imposto Seletivo, que temos todos nós, e posso dizer aos senhores e às senhoras que essa consciência existe aqui no Senado.

A relação reforma tributária com a saúde. Isso atinge os três aspectos mais tocados aqui: o tabaco, as bebidas alcoólicas e os multiprocessados, incluindo os alimentos superaçucarados. A importância de correlacionar os itens a serem taxados, para que não haja migração para outros itens tão nocivos quanto e também para que tenha uma certa relação com o que foi muito bem colocado pelo Prof. José Divino, porque isso é uma grita muito grande de municípios e de estados em relação à perda de arrecadação, dependendo da qualidade do imposto.

Por fim, eu acho que nós temos aqui na fala de todos vocês deixas... Eu não sou da comunicação, sou professora, mas professor tem a obrigação de saber se comunicar, e eu acho que vocês nos deixaram aqui deixas muito importantes para um programa ofensivo, ostensivo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou seja, para um programa ousado de propagandas educativas. Nós temos que utilizar isso com mais força, com mais articulação, com mais objetivo estratégico, porque a gente briga contra a propaganda que eleva isso a alta potência.

Não foi fácil, por exemplo, nós, mulheres, tirarmos a imagem feminina das propagandas de cerveja. Foi luta! Era a prioridade das propagandas de cerveja era o corpo feminino, mas conseguimos. Então, muita coisa do que foi colocado aqui como conteúdo de conscientização, eu acho que pode virar, transformar-se em excelentes peças de comunicação e de uma propaganda formativa.

Então, muito obrigada a todos e a todas.

A nossa audiência teve um excelente acompanhamento pela internet e pelos canais aqui do Senado. Com certeza, lembraremos de tudo que nos foi colocado aqui como alertas, para a gente aperfeiçoar o que está proposto pela reforma tributária, que já não é pouco, mas sempre tem um espaço para a gente aperfeiçoar e melhorar.

Muito obrigada a todos e a todas.

Tenham uma boa tarde.

A quem nos seguiu pelas redes também, muito obrigada. (*Palmas.*)

Desculpe-me. Desculpe-me, porque faltou o protocolar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia três de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Alessandro Vieira, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Leila Barros, Izalci Lucas, Alan Rick, Marcelo Castro, Fernando Dueire, Flávio Arns, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Sérgio Petecão, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Dr. Hiran, Damares Alves e Astronauta Marcos Pontes, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Beto Faro, Wellington Fagundes, Angelo Coronel e Marcos Rogério, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Eduardo Braga, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Romário e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 71/2024 - CAS, de autoria Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senador Humberto Costa (PT/PE), REQ 72/2024 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senador Humberto Costa (PT/PE), e REQ 77/2024 - CAS, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 2687, de 2022, que "classifica o diabetes mellitus tipo 1 (DM1) como deficiência, para todos os efeitos legais". **Participantes:** Solange Travassos, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes; Linamara Rizzo Battistella, Presidente do Conselho Diretor do Instituto de Medicina Física e Reabilitação da USP; Arthur de Almeida Medeiros, Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde; Renan Alves Viana Aragão, Coordenador-Geral de Regulação e Análise Normativa do Departamento de Benefícios Assistenciais do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.; e Karla Melo, Coordenadora do Departamento de Saúde Pública da Sociedade Brasileira de Diabetes. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Alessandro Vieira
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/03

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos requerimentos nºs 71, 72 e 77, todos de 2024, da CAS, de minha autoria, da autoria das Senadoras Mara Gabrilli e Damares Alves e do Senador Humberto Costa, para a realização de audiências públicas destinadas a instruir o Projeto de Lei nº 2.687/2022, que classifica o diabetes mellitus tipo 1 como deficiência, para todos os efeitos legais.

Informo que a audiência tem a cobertura do TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com serviços de interatividade com o cidadão, pela Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211 e pelo e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários para a mesa e para os expositores, feitos através da internet.

Sem mais delongas, primeiro parabenizo pela presença de todos e registro – vocês sabem melhor do que qualquer um – o tamanho, a importância do que se está tentando fazer aqui em benefício de um grupo bastante representativo de brasileiros e brasileiras.

Convido, logo, para fazer sua fala, por videoconferência, o Sr. Arthur de Almeida Medeiros, Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde.

Sr. Arthur, o senhor está com a palavra por dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARTHUR DE ALMEIDA MEDEIROS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, boa tarde a todas e a todos.

Obrigado pelo convite e pela oportunidade de estarmos aqui nesta tarde para conversar um pouco sobre essa necessidade de reconhecimento do cuidado para as pessoas com diabetes e também para as pessoas com deficiência.

Inicio minha fala só resgatando o conceito de pessoa com deficiência e relembrando o papel do Brasil nesse processo. O Brasil torna-se signatário da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o que assume *status* de emenda constitucional, e então assume a responsabilidade na garantia dos direitos da pessoa com deficiência.

A pessoa com deficiência é reconhecida como aquela que tem um impedimento de longo prazo, um impedimento físico, intelectual, mental ou sensorial, e que quando esse impedimento encontra alguma barreira, isso impede o exercício de cidadania dessa pessoa. Então a gente tem essa mudança de paradigma em relação ao conceito da deficiência, saindo do modelo biomédico, centrado numa doença, numa condição e no corpo da pessoa, passando para um modelo social da deficiência, reconhecendo que a deficiência é socialmente construída. E consequentemente uma sociedade acessível possibilita a inclusão de todas as pessoas, e a gente vai conseguir avançar em termos de inclusão.

Então, trazendo isso em mente, a gente, no Ministério da Saúde, fez, no ano passado, a atualização da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência, referendando e reforçando o conceito trazido pela Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da ONU.

E dito isso, a organização da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência toma como base os preceitos da política. A Rede hoje é organizada em muitos setores, envolve atenção primária, atenção especializada e atenção hospitalar, de maneira articulada, sempre coordenada pela atenção primária, que a pessoa que necessita desse cuidado acessa para o seu devido encaminhamento, e tendo, na atenção especializada, os Centros Especializados em Reabilitação (CER), como ponto de atenção ambulatorial para habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa perspectiva, considerando o teor da reunião, é importante a gente lembrar que as pessoas com diabetes têm as suas necessidades em saúde específicas, que são atendidas desde a atenção primária, a atenção especializada e também na atenção hospitalar, então ela percorre, de fato, todos os níveis de atenção, de acordo com a sua necessidade daquele momento.

Aliado a isso, ao conceito da pessoa com deficiência, a gente também tem que resgatar o art. 2º da Lei Brasileira de Inclusão, que trata sobre avaliação biopsicossocial. A Lei Brasileira de Inclusão traz que quando necessário, a avaliação da deficiência vai ser biopsicossocial, considerando não somente o impedimento do corpo, não considerando somente as questões biológicas, mas também as barreiras e o quanto isso pode envolver a limitação do exercício de cidadania dessa pessoa.

Dito isso, qualquer pessoa submetida à avaliação biopsicossocial poderá ser considerada pessoa com deficiência. Então, hoje há o trabalho de implementação da avaliação biopsicossocial, que, no Brasil, está sendo instituído através do Instrumento de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBRM), que poderá classificar as pessoas, se é pessoa com deficiência e o grau dessa deficiência, de acordo com esse instrumento, que vai ser o modelo unificado de avaliação da deficiência.

Então, uma pessoa, ao ser avaliada e definida como pessoa com deficiência, nos moldes da avaliação biopsicossocial, poderá ter acesso a todos os direitos resguardados a ela.

Então, o que a gente traz aqui, na verdade, é só um retrospecto e uma contextualização acerca do conceito. Claro que as pessoas com diabetes têm as suas limitações e as suas necessidades, mas, para que seja considerada uma pessoa com deficiência, ela precisa passar por essa avaliação biopsicossocial.

Ao contrário do que traz a convenção... O simples fato de associar a condição de deficiência a uma condição biológica, a uma doença, a um CID, vai na contramão do que traz a convenção. E, hoje, a organização da Rede de Cuidado da Pessoa com Deficiência está pautada, portanto, na Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e na política que foi recentemente atualizada. Só para a gente entender como pode ser. Mas isso não impede que as pessoas com diabetes sigam o seu cuidado, como já é feito em todos os níveis, de acordo com a sua necessidade de atenção primária, com o seguimento, o acompanhamento, dessas pessoas e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando necessário, óbvio, o encaminhamento para níveis especializados de atenção, para o seu acompanhamento.

E, hoje, no Ministério da Saúde, a Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência está estruturada, com 325 Centros Especializados em Reabilitação pelo Brasil, que estão aptos e preparados para atender as necessidades de habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência, e também com as Oficinas Ortopédicas, que são os equipamentos de saúde responsáveis pela confecção, dispensação e adaptação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção que, por algumas situações, as pessoas... é sabido que pessoas com diabetes, às vezes, podem desenvolver amputações e podem necessitar também de intervenções, por isso reforçando a necessidade da avaliação biopsicossocial.

É importante lembrar que, no ano passado, foi instituído o grupo de trabalho interministerial, coordenado pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, para a avaliação e a implementação da avaliação biopsicossocial. Esse foi um grupo de trabalho constituído por sete ministérios, que finalizou os trabalhos, agora, recentemente, em julho, justamente com a incumbência de avançar na instituição da avaliação biopsicossocial no território nacional, para que a gente possa ter, de fato, um instrumento unificado de avaliação que garanta acesso a todos os direitos e a todas as políticas que as pessoas com deficiência necessitam.

E aí, neste caso específico do diabetes, a pessoa que necessite e que tenha essa demanda poderá ser submetida a essa avaliação para a confirmação ou não da sua condição de pessoa com deficiência.

Senador, era isso que a gente tinha para trazer no momento e estamos à disposição para o futuro debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Arthur Almeida.

Vou só antecipar um pequeno questionamento. Percebi que o senhor em várias oportunidades reiterou a questão da necessidade da avaliação biopsicossocial e é evidente que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existe razão no que o senhor coloca, mas me permita um pequeno paralelo para que o senhor possa me esclarecer – eu não sou especialista na área.

Vamos dizer, uma pessoa com deficiência visual. Ela pode ser adaptada, ela pode ser, enfim, categorizada, em gradações de deficiência, mas ela não deixa de ser uma pessoa com deficiência. É correto isso?

O SR. ARTHUR DE ALMEIDA MEDEIROS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Ou é possível que uma pessoa plenamente adaptada... Vou dar um exemplo. O meu ex-colega Deputado Federal, Felipe Rigoni, um cidadão brilhante, com mestrado no exterior, é completamente cego.

Ele mesmo é um defensor desse conceito, de que: tudo bem, eu sou uma pessoa com deficiência, mas eu sou uma pessoa plenamente adaptada, eu tenho minhas restrições e, dentro de uma categoria, eu posso ser registrado. Mas, usar a avaliação biopsicossocial para excluir a condição de pessoa com deficiência, me parece um equívoco.

O senhor pode explicar um pouquinho melhor?

O SR. ARTHUR DE ALMEIDA MEDEIROS (*Por videoconferência*.) – A avaliação leva em consideração não somente a condição biológica da pessoa, mas sim a interação dessa pessoa com a sociedade. Consequentemente, a sociedade estando adaptada, acessível, as barreiras que essa pessoa vai enfrentar podem ser maiores ou menores, então a dificuldade de acesso pode ser maior ou menor. Isso impacta no reforço do conceito do modelo social trazido pela ONU, de que é socialmente construída e, consequentemente, a gente precisa trabalhar a sociedade para que a gente possa avançar.

A pessoa, como o senhor trouxe, com deficiência visual, vai permanecer tendo deficiência visual. Mas as barreiras que ela vai enfrentar vão depender muito da sociedade que ela encontra hoje e de como ela se adapta a essa sociedade. Então, esse processo, essa graduação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

deficiência, inclusive, pode ser mudado ao longo do tempo. Por isso, a necessidade dessa avaliação biopsicossocial.

Acredito e espero ter respondido.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado, Dr. Arthur.

Passo logo a palavra para a Dra. Linamara Rizzo, Presidente do Conselho Diretor do Instituto de Medicina Física e Reabilitação da Universidade de São Paulo.

A SRA. LINAMARA RIZZO BATTISTELLA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador. É um prazer estar aqui.

O tema é realmente bastante intrigante, mas a gente deve considerar o que seriam as questões que envolvem o hipertenso, a pessoa que tenha, eventualmente, uma condição respiratória crônica e uma série de outras patologias que, não necessariamente, causam limitações para as atividades de vida diária e para as atividades de ocupação.

Então, eu acho que o expositor que me antecedeu falou muito claramente sobre a importância das barreiras e da avaliação biopsicossocial como forma de aparelhar a sociedade para que ela seja cada vez mais justa e plena para todos. Ela não consegue reduzir a deficiência, mas pode oferecer condições de vida plena, de vida útil, para as pessoas que tenham deficiência. São barreiras que nós não sentimos. A presença de uma escada não me limita, mas limita a pessoa que não tem condições de mobilidade.

Então, acho que o conceito da avaliação biopsicossocial é importantíssimo e que precisa ser implementado, mas ela não significa que vá reduzir, diminuir ou aumentar a condição de pessoa com deficiência.

Existem questões interessantes quando nós estamos falando do diabetes. A doença, o diabetes, exige cuidados permanentes, assim como exige uma série de outras doenças – a hipertensão é um bom exemplo –, mas ela é completamente diferente, nas suas necessidades, do que são as necessidades de uma pessoa com deficiência, e isso precisa ser considerado. Nós não podemos simplesmente classificar as pessoas por qualquer outra razão que não seja pela simples

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

razão de ela ser uma pessoa com deficiência. E essa pessoa com deficiência, tem realmente limitações expressivas ao longo do meio ambiente, nas barreiras, seja dos pontos de vista arquitetônicos e ambientais, seja até do ponto de vista de comunicação. Portanto, muito diferente do que é uma pessoa com diabetes.

O diabetes precisa de cuidados, precisa de uma rede de saúde, mas como outros pacientes. Então, as filas não se misturam. Seria absolutamente ingênuo e bastante frágil nós colocarmos uma pessoa que tem um distúrbio metabólico, que é o açúcar, o metabolismo do açúcar, em igualdade de condições com uma pessoa que não enxerga ou que não consegue se locomover.

É verdade que o açúcar, para a pessoa que tem diabetes – e para o mundo inteiro – é um veneno. É verdade que nós devíamos reduzir drasticamente a oferta de açúcar em todos os níveis de assistência. É verdade também que as pessoas que não têm acesso ao cuidado podem, lamentavelmente, mostrando mais uma vez a ineficiência da sociedade, ser expostas a uma deficiência. Mas, veja bem, são coisas diferentes.

O diabético tem hoje uma rede absolutamente presente e robusta para atendê-lo numa unidade básica, para oferecer o remédio na farmácia popular, para garantir que ele tenha acesso a exercícios e a dietas adequadas. Ele não é uma pessoa com deficiência, ele é uma pessoa com uma doença metabólica que precisa de cuidados.

Eu entendo que houve... Eu estou muito à vontade para falar do diabetes, inclusive, porque eu venho de uma família, de pai e mãe, com muitos diabéticos e nenhum deles... avós que morreram com mais de 90 anos; outros que morreram com mais de cem anos...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Dra. Linamara, a senhora me dá só um segundo, por favor, só para eu orientar aqui as pessoas estão acompanhando?

Eu vou pedir que... é do espírito de uma audiência pública que tenha divergência de opiniões. E aí, para funcionar bem, a gente escuta as pessoas com respeito, mesmo discordando delas – está o.k.?, – para funcionar bem a audiência sem problema para ninguém.

Vamos continuar assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Doutora, por favor, continue.

A SRA. LINAMARA RIZZO BATTISTELLA (*Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador.

Então, é interessante. Pode não ser simpática a minha fala, mas ela é verdadeira e, efetivamente, nós temos problemas com a pressão, com o metabolismo do açúcar e com outras doenças e precisamos de tratamento.

E quando a nossa política para aquela determinada doença não está adequada, a comunidade se reúne e cria políticas adequadas, mas a gente não confunde as estações. Seria injusto para este país, mas seria injusto para essas pessoas serem colocadas na posição de pessoas com deficiência, quando, na verdade, elas precisam de um outro caminho, o caminho de um tratamento clínico especializado, que não se confunde com o caminho da reabilitação altamente especializada que o Brasil oferece hoje para as pessoas com deficiência; com os cuidados altamente especializados que o Brasil oferece hoje para as pessoas com deficiência. São caminhos diferentes, eu não sei porque cruzar esses caminhos.

Estou falando isso com muita tranquilidade, como médica, como cidadã, mas também como alguém de uma família que tem muitos diabéticos. As pessoas precisam entender que mudar, cruzar essa rua pode significar perdas para esta criança com diabetes ou para este adulto com diabetes.

Portanto, Senador, eu não tenho dúvida nenhuma de que o Plenário deste Senado, mas, sobretudo, desta Comissão, vai entender a lógica de que é preciso, talvez, rever a política de atendimento às pessoas com diabetes, se é que há falta ou há dificuldades nesse caminho. Mas há de entender, com muita lógica, que não tem como confundir as questões que envolvem uma criança com paralisia cerebral, um adulto com sequelas paralíticas por AVC ou por lesão medular, um adulto ou uma criança cega, com a questão de um dado metabólico que deve ser cuidadosamente tratado, cuidadosamente acompanhado, para que essa pessoa tenha vida plena e possa usufruir da longevidade com qualidade.

A minha fala termina aqui.

Eu poderia, se houver interesse, transmitir depois uma série de referências bibliográficas sobre o tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faço parte de um Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde, exatamente para estudar deficiência e tecnologias assistivas. Trabalho com pacientes com diabetes, eventualmente com problemas pontuais, como, por exemplo, uma neuropatia ou uma dor, mas nenhum deles com limitações que os impeçam de viver plenamente.

Portanto, na qualidade do que sou – de representante de um Centro Colaborador da OMS –, posso lhe afirmar que não há nenhuma condição de se caracterizar uma pessoa pelo simples fato de ser portadora de um açúcar elevado, de colocar uma condição de uma pessoa com deficiência. Mas precisamos, por outro lado, exigir que o Estado atenda às necessidades dessa pessoa, como atende às necessidades de outros grupos, para que eles não se configurem com limitações do ponto de vista da sua relação biopsicossocial.

Então, o tema é emocionante. A sessão que o Senado nos oferece é realmente muito intrigante, mas fica aqui, é claro, a opinião de um médico e de uma representante da Organização Mundial de Saúde, como sou, de que não há a menor possibilidade de confundir dois aspectos muito claros: a presença do diabetes, pura e simplesmente a presença do diabetes... Não das consequências dele. Não estou falando das consequências do diabetes. Estou falando, pura e simplesmente, da presença do diabetes, que tem que ser tratado quando não foi adequadamente prevenido e tem que ser cuidado, como é a hipertensão ou como uma série de outras alterações, do ponto de vista orgânico. Elas não podem se confundir com a presença, neste momento, da deficiência na vida da pessoa.

Agradeço a oportunidade de ter contribuído. Fico à disposição, se necessário for, para maiores informações. Mas fica aqui registrada a oposição do Centro Colaborador da OMS para a América Latina sobre Reabilitação e Tecnologias Assistivas.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Muito obrigado, Dra. Linamara.

Eu vou passar a palavra para a Dra. Karla Melo, Coordenadora do Departamento de Saúde Pública da Sociedade Brasileira de Diabetes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas não posso deixar de registrar aqui, no microfone e no vídeo, que deve ter sido um sentimento geral – de que todos nós ficamos curiosos –, para saber o endereço dessa farmácia popular que atende tão bem e tão eficientemente a população brasileira...

(*Risos.*) (*Palmas.*)

... porque não é, de fato, esse o relato que nós recebemos cotidianamente. Mas, seguramente, teremos a oportunidade de avançar nisso.

Doutora, com a palavra.

A SRA. KARLA MELO (Para expor.) – Bom, boa tarde a todos vocês. É um prazer e uma honra poder estar aqui defendendo uma causa que eu acho e acredito que, além de justa, é necessária para a gente mudar desfechos que a gente tem tido com jovens, com pessoas muito jovens.

Algo para que eu acho que vale a pena chamar a atenção, Senador, é a confusão que tem havido aqui nos discursos, nos dois discursos prévios, de diabetes e diabetes tipo 1. São doenças que só têm uma similaridade: o aumento da glicose no sangue. Tratamentos inicialmente já são completamente diferentes.

Quando a gente fala de diabetes como deficiência, que fique claro que a gente não está falando de todas as pessoas com diabetes, porque eu tenho diabetes gestacional, diabetes *mellitus* tipo 2, diabetes *mellitus* tipo 1, eu tenho *Mody*, eu tenho uma classificação muito extensa. E não é isso que nós estamos aqui pleiteando.

O nosso pleito é tornar que a pessoa com diabetes tipo 1 possa ser enquadrada como uma pessoa com deficiência. Diabetes tipo 2 não entra nisso. Só existe um único país, que eu posso rever, mas se não me engano, são os Estados Unidos, os Estados Unidos da América, onde as pessoas com tipo 2, mas apenas os usuários de insulina, ou é a Alemanha ou são, é o país Estados Unidos, que abre para o tipo 2, mas quando ele é usuário de insulina plenamente. É uma outra situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, então eu gostaria de poder contribuir com essa discussão, porque eu já vi que ela envolve diversos setores diferentes da saúde pública. E é bem importante a gente ter uma noção clara do que é o diabetes tipo 1.

Meu nome é Karla Melo, e eu estou aqui principalmente como fundadora e coordenadora do Departamento de Saúde Pública da Sociedade Brasileira de Diabetes.

Então nada melhor do que começar com um conceito. O que é diabetes tipo 1? É uma doença autoimune, incurável, causada pela destruição das células beta, que produzem insulina. Então isso traz uma questão metabólica? Traz uma questão metabólica associada a uma deficiência completa ou quase completa de um hormônio que é vital para a saúde de todos nós aqui. A insulina é responsável pela nossa energia, até para nós nos mantermos vivos.

Então essas células que produzem insulina são atacadas, tornando obrigatória a aplicação desse hormônio, que é orientada, essa aplicação, por medições frequentes de glicose. Se a gente perguntar a qualquer mãe de pessoa com diabetes tipo 1 quantas vezes vocês furam os dedos dos filhos de vocês, de 7 a 12 vezes ao dia. Então são situações bem diferentes. Por quê? Porque é esse valor de glicose que vai dizer à gente quanto tem que ser aplicado de insulina rápida.

São usados dois tipos de insulina, uma basal e uma rápida, basal ou prolongada e uma rápida. A rápida são diversas ações e atitudes que a gente tem que tomar para fazer uma dose adequada de insulina rápida. Isso é o que faz toda a diferença. Então há necessidade dessas medições frequentes.

Essa forma de diabetes geralmente é diagnosticada em crianças e jovens adultos, embora ela possa ocorrer em qualquer idade. Quanto mais precoce o diagnóstico, mais grave é a deficiência de produção de insulina.

Além disso, o manejo de pessoas com diabetes tipo 1 requer terapia com insulina ao longo da vida, juntamente com esse monitoramento regulado da glicose no sangue, seguimento de orientação nutricional e prática de exercícios.

É crucial que os indivíduos com essa condição trabalhem em estreita colaboração com diversos profissionais de saúde – não é apenas o médico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, um outro equívoco que eu já escutei nos dois discursos prévios, e que eu faço questão de aqui deixar claro: essas pessoas com diabetes tipo 1 já são referenciadas para serviços especializados. Então, eu não estou falando de um paciente que está na atenção primária à saúde.

É crucial a colaboração com todos os profissionais envolvidos. É fundamental para manter níveis ideais de glicemia, melhorar a qualidade de vida e prevenir complicações; ou seja, a gente está falando aqui de não tornar uma pessoa com uma deficiência em uma pessoa com múltiplas deficiências. É isso que a gente está discutindo.

Trago alguns números, só para vocês terem ideia, inclusive de impactos, impactos orçamentários, acho que números... Aliás, eu adoro números – números com arrazoado científico.

Então, situações do diabetes tipo 1 em 2022.

Número de pessoas vivendo com diabetes tipo 1: aproximadamente 600 mil pessoas. Estamos falando aí de 588 mil – é o último número.

Aí vem a parte triste, não é? Número de perdas de pessoas devido ao diabetes: a gente está falando de 30%, Senador. É uma perda de vida muito grande. Por quê? Porque essa deficiência, muitas vezes, erroneamente, está sendo atendida por um profissional que não é um especialista. E hoje nós já vivemos em fases que nós temos a telemedicina, que pode encurtar esse caminho e não perdermos mais tantas pessoas devido ao diabetes. É um terço.

Número médio de perda de anos saudáveis: 33,2 anos. É muito tempo de vida perdido.

Perda por tratamento e cuidado, de dedicação: 2,1 anos.

Perda por complicações: quase 6 anos.

Perda por redução na expectativa de vida: 25,4 anos.

Anos de vida saudáveis, restantes: quando o paciente é diagnosticado aos 10 anos de idade, ele vai ter uma vida de aproximadamente 45 anos de idade. Isso é triste.

Então é essa deficiência que a gente quer tratar para não ter esse quadro que está aqui bem explicitado, e que não envolve pessoas com qualquer tipo de diabetes – deixando claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós ainda teríamos um número adicional. Veja isso, Senador: 10% das pessoas não fazem... Crianças que deveriam fazer o diagnóstico de diabetes tipo 1 não fazem, e abrem um quadro com a cetoacidose e morrem. Então, isso é outra coisa extremamente grave. Olha o número adicional de pessoas vivas, que, se tivessem sido diagnosticadas, dentro dessas 600 mil... eu estou falando de 76 mil pessoas – muitas vidas.

Número de perdas de jovens devido à falta do diagnóstico: 26 mil.

Percentagem de perda por não diagnóstico: 12% da população de pessoas com diabetes tipo 1.

Número adicional de pessoas que estarão vivas em 2040 se todos tiverem acesso: 64 mil.

Então, aqui a gente está falando de vidas perdidas, mas de vidas que poderiam ser salvas, se a gente tivesse... E aqui eu reforço: assistência adequada? O.k., isso é necessário, mas não é só isso que é necessário; o acesso a tratamento é fundamental; a orientação dessas crianças em escolas. Infelizmente as nossas escolas, públicas e privadas, não sabem lidar com essas crianças. É mais uma coisa que a gente pode transpor se tivermos essa condição de pessoa com deficiência.

Insulinas e tiras de testes. A gente está falando de pessoas, de 0,1 milhão, de 100 mil pessoas perdidas e que a gente adicionaria se essas pessoas tivessem acesso às tiras e também a tecnologias assistivas – tecnologias assistivas para pessoas com deficiência. Isso a gente já tem. Só não temos ainda no SUS, mas já está disponível em nosso mercado brasileiro.

E aí vem toda a questão que envolve pessoas com deficiência: um controle glicêmico superinadequado... Estou falando aqui de pacientes atendidos em nível secundário e terciário – SUS. O objetivo é que tenham glicada de 7%, menor ou igual a 7%. Olhem a média de pessoas com diabetes tipo 1, adultos: 9,1%. E quantos atingem o alvo de ter uma glicada menor que 7%? Não chega a 12%. Crianças e adolescentes: 9,4%. Aí vem o temor também dos pais de que seu filho tenha uma hiperglicemia grave.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KARLA MELO – Posso continuar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Fora do microfone*.) – Sim.

Esse aviso é de que a senhora ainda tem um minuto, e a gente pode prorrogar.

A SRA. KARLA MELO – Está legal. Obrigada.

Associado a essa glicada elevada que predispõe os nossos... Eu os chamo "docinhos" cariosamente, viu, Senador? Os "docinhos" são as pessoas com diabetes. Então, hipoglicemia. Além do controle inadequado, glicadas que predispõem essas pessoas a terem complicações, eu ainda tenho uma frequência de hipoglicemia que é das maiores da América Latina. Não estou me comparando com o mundo como um todo; estou falando da América Latina. Isso é supertriste. Ali eu coloquei a frequência de hipoglicemias, aqui ao lado, da América... Não está funcionando, mas ali vocês podem ver – o "AL" é América Latina – as frequências.

Eu já sei que eu posso continuar e vou terminar já, já.

Em relação à hipoglicemia, que já é algo bastante grave – controle ruim, hipoglicemias superfrequentes, das mais elevadas na América Latina –, a que isso tudo leva? A um comprometimento da adesão ao tratamento e ao aumento de complicações. Este é um dos quadros mais tristes: 31% de nossas crianças, ainda, e adolescentes, de 13 a 19 anos, já com complicação do diabetes. Então, ele era um deficiente, ele tinha uma deficiência, que não foi devidamente tratada, e ele agora tem pelo menos mais uma. Além disso, a gente tem tido um aumento importante do peso desses pacientes.

Senador, esse é o meu último ou penúltimo eslaide, no qual eu mostro uma questão para quem trabalha com custos, porque custo em saúde pública é algo extremamente importante. Vejam como é o custo anual médio de uma pessoa com diabetes tipo 1 – tudo que eu trouxe aqui foi de diabetes tipo 1, para não se confundir tipo 1 com tipo 2. É um custo que quase dobra na presença de uma complicação. E, quanto mais complicações existirem, mais aumenta esse custo.

Qual é a nossa principal causa de óbito? Doenças cardiovasculares, amputações... São doenças caríssimas. Perda de produtividade? Isso é o que a gente mais vê. Infelizmente, estão no que a gente chama de custos indiretos com diabetes tipo 1, que hoje, aproximadamente, cobrem ali, chegam aos 40% de custos que a gente tem na saúde desses pacientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é por isso tudo que diabetes tipo 1 é uma condição autoinmune perigosa, que pode afetar qualquer pessoa no Brasil e que leva a 33 anos de vida saudável perdida, por pessoas que têm diabetes tipo 1, em média, em nosso país.

Então, só para finalizar, por que a gente acredita que diabetes *mellitus* tipo 1 pode ser considerado uma deficiência? Porque se enquadra claramente na lei e na atualização recente da lei de inclusão de pessoas com deficiência, uma vez que todas as pessoas com diabetes tipo 1 possuem uma deficiência na produção de um hormônio que é vital, a insulina, e que não pode ser prevenida ou evitada. A gente não pode prevenir, a gente não pode evitar, e não tem como prever que aquela pessoa vai ter o diagnóstico. Hoje ainda não temos essa condição.

Enfim, configura-se dessa forma um impedimento: se eu não produzo insulina, isso é um impedimento de longo prazo de natureza física. É bem claro: é a ausência das células produtoras de insulina que é a deficiência física, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode, sem dúvida nenhuma, obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas e ainda colocar sua vida em constante risco – risco por hipoglicemia, que evolui para coma, óbito... Quantos nós já perdemos? Quantos jovens?

Senador, eu participo de muitos congressos, e não é infrequente, quando eu estou dando aula de hipoglicemia, alguém me procurar ali, descendo do palco, para dizer que conheceu uma pessoa jovem que morreu. No último Congresso Brasileiro de Endocrinologia, ou penúltimo, foi exatamente isso que aconteceu: um carioca, que não tinha 30 anos de idade, faleceu por hipoglicemia. Isso é muito triste.

Então, essa é uma limitação importante e que tira a igualdade de condições em nossa sociedade. As pessoas com diabetes tipo 1, conforme determina o PL 2.687...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KARLA MELO – ... serão submetidas, sim, a uma análise psicossocial. Aqui ninguém pretende ser diferente do que são as outras pessoas já consideradas com uma deficiência. Temos, sim, que passar, até para evitar a injustiça e para haver um melhor aproveitamento dos recursos públicos.

Muito obrigada pela atenção de vocês. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado, Dra. Karla.

Passo a palavra para a Dra. Solange Travassos, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes, por videoconferência.

Ela está presente?

A SRA. SOLANGE TRAVASSOS (*Por videoconferência*.) – Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O.k. Dez minutos, doutora.

A SRA. SOLANGE TRAVASSOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Estão me vendo? (*Pausa.*)

Então, vamos lá. Eu vou passar aqui a minha apresentação e vou falar da vida da pessoa com diabetes tipo 1.

Eu sou Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes, Mestre e Doutora em Medicina pelo UFRJ, e também tenho diabetes tipo 1 e sei como é na pele. Nós também não concordamos com o fato de a simples elevação da glicose classificar uma pessoa como deficiente. A gente fala da deficiência de insulina.

Vou passar aqui.

O diabetes tipo 1 é uma deficiência invisível aos olhos da maioria da sociedade, mas ela é muito real para quem convive com a doença: para mim, para a Karla, para todas essas mães e pessoas com diabetes que estão participando desta audiência pública.

Quando a insulina foi descoberta, muita gente acreditou na cura do diabetes. Ela realmente possibilitou que nós continuássemos vivos, porque a pessoa com diabetes morria ali, mesmo fazendo uma dieta espartana – acho que era uma semana de jejum completo, e depois morria em poucos meses, porque ninguém vive sem insulina. Só que a administração de insulina, embora ela consiga manter a pessoa com diabetes tipo 1 viva, ela não consegue replicar a função fisiológica da insulina natural. Ela interage com muitos hormônios, levando a desafios diários ao convívio, com o risco de complicações agudas e crônicas graves que podem ser fatais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a administração de insulina, como a Dra. Karla falou, deve ser realizada várias vezes ao dia e segue regras muito complexas. A gente precisa definir essa dose a cada refeição, baseada no que vai ser ingerido, no valor da glicemia, se vai ou não fazer atividade física depois, na rotina da pessoa, se tem estresse, se não tem estresse, se tem infecção, se não tem infecção, e até se está frio ou está quente. Então, são fatores que alguns a gente consegue controlar, mas muitos não. São mais de 40 fatores que influenciam os níveis de glicose de uma pessoa. Só de aqui estar falando com vocês, a minha glicose já subiu. Então, eles interagem entre si e tornam esse controle glicêmico um processo muito dinâmico e complexo.

Então, a pessoa com DM1 não desliga, são 24 horas por dia. Ela precisa estar atenta a essas variáveis para tomar decisões informadas para conseguir ou para pelo menos tentar gerenciar da melhor forma os níveis de glicose no sangue.

Então, nessa luta diária da pessoa com diabetes tipo 1, por dia são mais de cem decisões extras do que uma pessoa que não tem diabetes tipo 1. Você precisa estar constantemente ajustando vários fatores. Um pequeno erro pode resultar em uma hipoglicemia grave e potencialmente fatal. Você precisa estar monitorando o tempo todo, e esse cuidado constante, essa preocupação, sem dúvida, ela afeta negativamente a qualidade de vida da pessoa e também da família. O diabetes tipo 1 pode falir uma família: é uma doença cara. Além de todo estresse emocional, você tem a questão financeira. Então é muito comum você ter estresse crônico, ansiedade, depressão na pessoa com diabetes e nos cuidadores. Então, é uma doença extremamente complexa – extremamente complexa –, que requer uma equipe multidisciplinar, só que essa equipe não está disponível, os profissionais não são preparados para atender a pessoa com diabetes tipo 1, os recursos são insuficientes. Por isso é que a gente tem esses números que a Dra. Karla mostrou.

Na infância e na adolescência, o desafio é muito maior. Para vocês terem uma ideia, em uma criança pequena, uma unidade de insulina, que é a dose mínima que a gente consegue dar com o que é fornecido pelo SUS, pode baixar a glicose dessa criança em 250mg, 300mg. Então, como é que a gente faz? A gente acaba deixando essa criança com a glicose mais alta, pelo risco de hipoglicemia. Então, os pais se sentem sobrecarregados por essa responsabilidade de gerenciar o controle do seu filho. Isso tem muitas falhas, não se consegue adequar completamente os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

números, e então a pessoa se sente culpada. Você tem que equilibrar a rotina, essa condição do diabetes, o tempo todo.

Quando a gente vai para a escola, muitas escolas não se sentem preparadas e não aceitam crianças com diabetes, principalmente as escolas de baixa renda, escolas públicas também. Então, nós temos muitos alunos fora da escola, porque a escola não está preparada para identificar e tratar hipoglicemia, hiperglicemia, aplicar insulina. Então, nesse cenário, muitos pais e mães param de trabalhar, um ou outro, renunciam ao seu trabalho para cuidar dos seus filhos. Então, nós temos crianças fora da escola e pais sem trabalho. Na adolescência, existem todos os problemas do adolescente, a dificuldade da adesão, mas também a produção dos hormônios sexuais e a produção do GH dificultam muito o controle. É um momento bastante difícil! Você tem famílias desamparadas que estão vendo aquela criança, que estão vendo aquele adolescente ali com o controle ruim, sabendo que aquilo pode levar a uma complicação grave que custe a visão, que custe a função renal e até mesmo a vida daquela pessoa.

Eu vou tentar usar um exemplo aqui do dia a dia: na pessoa com diabetes tipo 1, na criança com diabetes tipo 1, o simples ato de brincar pode colocar essa criança em risco. Quando uma criança que não tem diabetes começa a brincar, imediatamente a secreção de insulina é suprimida, o pâncreas para de produzir insulina para evitar a hipoglicemia, e o corpo começa a liberar vários outros hormônios – glucagon, cortisol, adrenalina –, para melhorar o fornecimento de energia e para evitar a hipoglicemia. Só que, na criança com diabetes tipo 1, essa regulagem não ocorre. A gente precisa tentar adivinhar como o corpo daquela criança vai responder ao exercício. Então, se eu dou pouca insulina, a glicose sobe demais, e eu tenho hiperglicemia; se eu dou muita insulina, a glicose baixa demais, e eu tenho hipoglicemia. É extremamente difícil, é muito difícil! Ofertar um tratamento digno e seguro que permita que essas crianças sejam incluídas nas atividades comuns da faixa etária é uma necessidade que não é atendida no Brasil. A gente não consegue nem deixar essas crianças plenamente na escola.

Aqui, para vocês terem um exemplo também, é um estudo que já tem um tempo, mas que mostra uma coisa importante que é o efeito da glicose alta e baixa na cognição. Vocês desculpem porque está em mmol, mas eu até botei aqui só nos extremos os valores e vocês veem que, à medida que a glicose vai caindo, a cognição vai piorando; à medida que a glicose vai subindo, a cognição vai piorando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Dra. Karla mostrou que o controle das crianças, adolescentes e adultos com diabetes no Brasil é péssimo. Então, a gente tem um monte de prejuízo aqui. Essas pessoas precisam de mais tempo para realizar provas na escola, em concursos, caso esse controle não esteja adequado. O simples fato de fazer uma prova já faz a glicose subir pelo estresse. É bastante difícil!

Além de toda a carga imposta pelo DM, que eu tentei aqui passar um pouquinho para vocês, a gente ainda precisa lidar com a ameaça das complicações. A Dra. Karla ali também mostrou um cenário bem ruim. Então, a gente precisa de que toda pessoa com diabetes tenha um tratamento adequado para a gente minimizar tudo isso e tentar evitar aqui que uma deficiência que é invisível – porque muita gente acha que é porque não faz dieta direito ou que não faz exercício, e não é nada disso – se torne visível através de várias outras deficiências, que é o que tem ocorrido na nossa população. As pessoas ficam cegas na segunda, terceira década de vida, entram em diálise, e isso completamente é desnecessário.

O diabetes não escolhe cor, classe social, idade, mas, sem dúvida, a população mais vulnerável vai ser afetada de uma maneira muito injusta. É uma coisa muito trágica. A maioria dos casos que a gente vê de evolução muito ruim, muito cedo, é por falta de acesso ao tratamento, por falta de apoio psicológico, recursos, informação, equipe multidisciplinar. É muito triste, e a gente A gente precisa tentar melhorar isso.

Aqui, um dado recente: as enchentes do Rio Grande do Sul e a covid também mostraram a vulnerabilidade da pessoa com diabetes tipo 1. Se a gente fica horas, dependendo do caso, sem insulina, a gente já corre risco de vida. Se fica um dia, tem grande chance de morrer. Se fica a dois, não tem jeito. A gente depende... E a sociedade precisa estar ciente disso. Então, em situações em que você fica restrito a algum ambiente, por algum motivo, sem acesso à sua insulina e sem acesso à comida, você está sujeito a uma hipoglicemia grave ou a uma hiperglicemia grave que pode...

Então, para terminar, o tratamento adequado vai minimizar o risco de complicações agudas e crônicas relacionadas ao diabetes e deve estar ao alcance de todas as pessoas com diabetes tipo 1. Entretanto, infelizmente, ele não é capaz de replicar a função fisiológica da insulina. A insulina é ali produzida, no pâncreas, conversa com vários outros hormônios, vai ali no fígado, tem ações que a gente chama de ações parácrinas, porque ali é o lado da secreção. A gente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando aplica insulina no subcutâneo... A gente tem mais insulina no dedo do pé do que no fígado, o que é totalmente antifisiológico. Com isso a gente gera um monte de desafios que são muito difíceis, praticamente impossíveis de serem superados, que deixam essas pessoas em sobreaviso o tempo todo, em risco o tempo todo.

Então, a gente precisa ter uma rede de apoio que funcione para que essas pessoas possam ter uma participação plena e efetiva na sociedade, que dê condições para as demais pessoas e minimize esses riscos, porque, quando as nossas necessidades não são atendidas, a gente fica em constante risco. E isso não é uma ideia nossa, a gente não está inovando, isso é uma coisa que já acontece em vários países.

A avaliação biopsicossocial vem para adequar as necessidades de cada um, mas todas as pessoas com diabetes tipo 1 devem ser consideradas pessoas com deficiência. E isso está sendo feito, está reduzindo complicações e melhorando a saúde, a qualidade de vida dessas pessoas em vários países do mundo.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Muito obrigado, Dra. Solange.

Eu passo agora a palavra para o Dr. Renan Alves, Coordenador-Geral de Regulação e Análise Normativa do Departamento de Benefícios Assistenciais do Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Com a palavra, por dez minutos, Dr. Renan.

O SR. RENAN ALVES VIANA ARAGÃO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Primeiramente, boa tarde. Gostaria de saudar todos os presentes e agradecer a oportunidade de estar aqui falando em nome do Ministério do Desenvolvimento Social.

Vou trazer aqui uma fala que é um recorte bem específico voltado para os benefícios assistenciais.

A gente não é uma área que lida propriamente com a deficiência, mas, pelo fato de o BPC, que é um benefício constitucional previsto no art. 203 da Constituição, trazer essa previsão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um salário mínimo mensal às pessoas idosas e às pessoas com deficiência, esse é um tema que é muito recorrente na nossa atuação. Então, quanto ao que eu venho trazer aqui, na verdade, acho que o primeiro passo seria resgatar um pouco aqui a fala do meu colega Arthur, do Ministério da Saúde, e tentar trazer aqui que a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência é um importante marco na concepção da deficiência e o fato de ela ter sido incorporada ao regramento nacional com esse *status* de Constituição traz algumas concepções que são muito importantes acerca de como o direito da pessoa com deficiência vai ser operacionalizado a partir da sua incorporação. Então, a gente tem que a Convenção Internacional traz que pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir a sua participação plena e efetiva na sociedade em condição de igualdade com as demais pessoas.

O que a convenção está dizendo para a gente é que deficiência nada mais é do que a interação entre o seu corpo e o meio. Isso significa que, para haver deficiência, a gente necessariamente tem que olhar os dois. E não à toa isso está refletido na avaliação da deficiência do BPC. A avaliação da deficiência do BPC foi alterada em 2011 e trouxe essa nova visão, que é uma visão biopsicossocial que analisa, para além dos aspectos corporais, os aspectos sociais.

É importante a gente trazer que a incorporação da Convenção Internacional marca também um importante rompimento do paradigma anterior, em que a gente olhava deficiência muito com aquele olhar biomédico, em que a gente tentava entender que deficiência é aquela pessoa que a gente vê claramente que não consegue fazer as coisas como as demais pessoas, ou que não consegue trabalhar alguma coisa nesse sentido. Então, esse novo conceito de deficiência que foi trazido pela convenção permite que a deficiência possa ser observada sob outros olhares. Isso traz, inclusive, por exemplo, uma ideia nova de deficiências invisíveis, de coisas que, enfim, são impedimentos que existem no corpo das pessoas que, dependendo da interação que vão ter com barreiras, vão fazer com que elas tenham prejuízo na participação social em condição de igualdade com as demais pessoas.

Então, acho que esse é o ponto que é mais fundamental para a gente trazer para essa discussão, porque isso é o que vai guiar a fala que eu vou trazer daqui para frente, que é sobre a avaliação da deficiência do BPC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A avaliação da deficiência do BPC, como eu trouxe, foi alterada em 2011, de forma a refletir essa Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que foi incorporada ao regramento nacional em 2009. Quando a avaliação da deficiência do BPC alterou, a gente passou a fazer a análise da deficiência sob o olhar de um médico ao mesmo tempo também que a gente trazia um assistente social para fazer uma análise das barreiras.

É importante a gente ver também que, atualmente, o BPC é concedido para mais de 6,2 milhões de pessoas com deficiência e pessoas idosas – dessas, 3,5 milhões são só pessoas com deficiência. E, ao mesmo tempo, como eu trago aqui, a avaliação da deficiência do BPC analisa a interação do seu corpo com barreiras. Isso significa o quê? Que a deficiência não pode ser o tipo de doença que você tem ou o tipo de impedimento que você tem. O diabetes em si é um impedimento, mas não necessariamente a deficiência, mas isso não significa que uma pessoa com diabetes não vá ser uma pessoa com deficiência; muito pelo contrário. E, até para poder exemplificar isso aqui, eu acho que é muito importante eu trazer aqui que os dados produzidos pelo meu departamento em setembro deste ano indicaram que mais de 25 mil pessoas com diabetes *mellitus* recebiam o BPC. Então a gente tem assim: o diabetes em si pode não ser a comprovação da deficiência, porque a deficiência não é o seu corpo em si, é como seu corpo vai interagir com o meio. E é isso que a avaliação da deficiência do BPC faz. Ele olha de que forma esse diabetes está interagindo com as barreiras que estão circundando cada indivíduo de forma a produzir algum tipo de prejuízo na participação social dele.

Então é muito importante a gente ter isso em mente, justamente para a gente tentar entender que hoje a gente tem um conceito de deficiência que é trazido pela Convenção Internacional, que é um documento internacional que permite que pessoas com diabetes acessem políticas voltadas para pessoas com deficiência. Se atualmente pessoas com diabetes não acessam políticas para pessoas com deficiência como deveriam, existem erros formais em algum instrumento ou coisa do tipo, mas não necessariamente é um problema da legislação ou do conceito que foi trazido, que acho que é um conceito amplo e é muito importante que a gente defenda que continue amplo para permitir que não só diabetes, mas outras questões também sejam reconhecidas enquanto deficiência, como é o caso das pessoas com HIV, como é o caso das pessoas com lábio leporino, como diversas outras doenças que são classificadas enquanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impedimento para fins do conceito da convenção, mas que, dependendo da forma como elas interagem com as suas barreiras, elas vão produzir uma deficiência em um indivíduo.

Então acho que, do ponto de vista da nossa fala enquanto regulação do BPC, o mais importante é que a gente tenha esta noção de que hoje o conceito da convenção é um conceito amplo que permite que isto seja adotado, que o diabetes *mellitus* seja reconhecido enquanto uma deficiência.

Nós temos também, assim como o Arthur já trouxe, esta questão de que a deficiência está sendo analisada – está sendo criado um grupo na Esplanada que está discutindo a instituição de um instrumento unificado que vai avaliar a deficiência –, para fins de todos os programas federais que tratam da pessoa com deficiência. Esse grupo já está também em fase final de formulação. E é muito importante que a gente saiba que esse grupo também está trabalhando sob este olhar que é reproduzido também na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e que também no fundo tem como o pano dele o conceito de deficiência que foi trazido pela convenção internacional, que é a deficiência enquanto a interação entre o corpo e o meio. O diabetes é o corpo, o meio vai depender do resultado de cada um.

Então, eu acho que o que eu tenho para trazer aqui de uma forma bem sintética mesmo é isto: é que hoje nós temos um conceito que abrange isso, mas definitivamente nós temos que seguir lutando para que as pessoas com diabetes tenham direitos garantidos, porque, de fato, nós temos a limitação corporal, ela traz barreiras – ela pode trazer barreiras, na verdade – que, dependendo da situação do indivíduo, vão prejudicar a participação social dele.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Dr. Renan.

Eu só peço para o senhor esclarecer, pois o senhor mencionou o número de 25 mil pessoas com diabetes que já percebem o BPC. De que tipo de diabetes nós estamos falando?

O SR. RENAN ALVES VIANA ARAGÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Aqui, no caso, eu peguei todas, todas as CIDs que têm algum tipo de diabetes marcados.

Então, eu poderia ler uma por uma aqui, mas eu vou citar só alguns exemplos aqui: diabetes *mellitus* relacionados com desnutrição, com complicações renais, CID E122. Deixe-me pegar aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a classificação por quantidade, que acho que faz mais sentido aqui: diabetes *mellitus* insumodependentes, que é a CID E10; nós temos diabetes *mellitus* insumodependentes com complicações circulatórias periféricas, são mais 4 mil pessoas, que é a CID E105; e por aí vai. Mas acho que no geral são... Deixe-me fazer uma contagem rápida aqui só para eu ver... São 62 tipos de diabetes que estão marcados nesse estudo que a gente fez...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

O SR. RENAN ALVES VIANA ARAGÃO (*Por videoconferência.*) – ... como eu disse anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado.

Foi o nosso último colaborador da audiência de hoje.

Só acho que é muito importante que se registre – e é muito claro – que o objetivo da lei, o espírito da lei não é aguardar que se tenha uma complicação e uma incapacidade de trabalho para daí dar uma assistência, mas é tratar essas pessoas de forma digna desde o início para que a gente não chegue a esse quadro. Acho que essa compreensão vai ser consolidada, nós teremos mais uma audiência pública, e convido todos.

E, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Até a próxima, e já aviso que ainda esta semana o relatório será apresentado para que o processo legislativo caminhe.

(*Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e quarenta e nove minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa, Marcelo Castro e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Leila Barros, Izalci Lucas, Alan Rick, Carlos Viana, Weverton, Alessandro Vieira, Fernando Dueire, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Rogerio Marinho, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Lucas Barreto, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Eduardo Braga, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Romário, Eduardo Girão e Wilder Morais. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Emendas ao PLN 26/2024 - LOA 2025**. **Finalidade:** Discussão e votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 26/2024-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025". Relatoria: Senadora Leila Barros. **Resultado:** Aprovadas quatro emendas de apropriação e três de remanejamento ao Projeto de Lei nº 26/2024-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025". São elas: Emenda nº 1- Unidade Orçamentária: 55901, Ação e Subtítulo: Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - Nacional, Localidade: Nacional, R$ 1.000.000.000, Senadores solicitantes: Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Carlos Viana, Damares Alves, Eduardo Braga, Flávio Arns, Laércio Oliveira, Leila Barros, Marcelo Castro, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Renan Calheiros, Styvenson Valentim, Veneziano Vital do Rêgo e Wilder Moraes; Emenda nº 2- Unidade Orçamentária: 36901, Ação e Subtítulo: Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Nacional, Localidade: Nacional, R$ 3.000.000.000, Senadores solicitantes: Renan Calheiros, Ana Paula Lobato, Dr. Hiran, Flávio Arns, Humberto Costa, Izalci Lucas, Laércio Oliveira, Mara Gabrilli, Marcelo Castro, Nelsinho Trad, Styvenson Valentim, Veneziano Vital do Rêgo e Zenaide Maia; Emenda nº 3- Unidade Orçamentária: 36901, Ação e Subtítulo: Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas - Nacional, Localidade: Nacional, R$ 3.000.000.000, Senadores solicitantes: Ana Paula Lobato, Alan Rick, Carlos Viana, Davi Alcolumbre, Eduardo Braga, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Marcelo Castro, Nelsinho Trad, Renan Calheiros, Teresa Leitão, Veneziano Vital do Rêgo, Wilder Morais e Zenaide Maia; Emenda nº 4- Unidade Orçamentária: 36901, Ação e Subtítulo: Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - Nacional, Localidade: Nacional, R$ 3.000.000.000, Senadores solicitantes: Zenaide Maia, Carlos Viana, Davi Alcolumbre, Eduardo Braga, Leila Barros, Marcelo Castro, Nelsinho Trad, Renan Calheiros, Veneziano Vital do Rêgo e Wilder Morais; Emenda nº 5- Unidade Orçamentária: 36901, Ação e Subtítulo: Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde e Saúde Bucal - Nacional, Localidade: Nacional, R$ 10.000.000, Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solicitante: Marcelo Castro; Emenda nº 6- Unidade Orçamentária: 36901, Ação e Subtítulo: Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação - Nacional, Localidade: Nacional, R$ 50.000.000, Senadores solicitantes: Davi Alcolumbre, Eduardo Braga e Marcelo Castro; Emenda nº 7- Unidade Orçamentária: 55101, Ação e Subtítulo: Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional - Nacional, Localidade: Nacional, R$ 35.000.000, Senadores solicitantes: Leila Barros, Humberto Costa, Teresa Leitão e Zenaide Maia. Ademais, com fim de não comprometer as atividades do Ministério da Saúde, a Comissão recomenda ao Relator Geral e ao Setorial da Saúde que recomponham as ações: 20K7 - Apoio ao Desenvolvimento e Modernização de Estruturas Produtivas e Tecnológicas para fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (no montante de R$ 10.000.000,00) e 4641 - Publicidade de Utilidade Pública (no montante de R$ 50.000.000,00), usadas como fonte de cancelamento para atendimento de emendas de remanejamento, assim como no caso das ações usadas como cancelamento para atendimento da Emenda nº 7. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2570, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e a Lei n° 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para dispor sobre o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). **Relatoria:** Senadora Leila Barros (*Ad hoc*), substituiu Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 2-CAS (substitutivo). **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3145, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade dos estabelecimentos hospitalares, clínicas, consultórios médicos e odontológicos, farmácias, hotéis, motéis, casas noturnas e similares anexar aviso, em local visível e de forma destacada, sobre os crimes praticados contra a dignidade sexual de pessoas em situação de vulnerabilidade momentânea (art. 217-A, §1º., do CP), por ingestão ou ministração de substâncias sedativas, químicas ou de teor alcoólico que prejudicam a manifestação da vontade; Determina restrições à divulgação de produtos que resultem na potencialidade de tais ocorrências e riscos, nos termos do art. 220, §3º. I, II, §4º., art. 221, I e IV, art. 227, §4º., todos da CF, bem como disposições da Lei n. 9.294, de 15 de julho de 1996." **Autoria:** Senadora Juíza Selma (PSL/MT). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1472, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta o inciso IX do art. 114 da Constituição Federal, para dispor sobre competências da Justiça do Trabalho referentes à relação de trabalho, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Concedida vista à Senadora Damares Alves, nos termos regimentais. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4214, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Medicamento Biossimilar." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2641, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a compensação do pagamento do salário-maternidade das empregadas das microempresas e empresas de pequeno porte e do microempreendedor individual." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS a 4-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 287, de 2024 - Terminativo -** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Controle e Avaliação da Qualidade da Assistência à Saúde prestada pela Iniciativa Privada, e altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Flávio Dino (PSB/MA). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 103, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 98/2024 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 104, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 98/2024 seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 108, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o papel dos hospitais psiquiátricos, sejam públicos ou privados, no atendimento à saúde mental da população brasileira." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. Em seguida, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos. A presente Ata, assinada pelo Senhor Presidente, será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/04

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, a 41ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento do seguinte expediente: Aviso 881, de 2024, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão 2.385, de 2024, que trata de auditoria operacional realizada no Ministério de Minas e Energia e na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, com o objetivo de analisar as fragilidades e oportunidades de melhoria referentes aos critérios de distribuição de *royalties* e participações especiais decorrentes da produção de petróleo e gás natural.

O expediente encontra-se à disposição na Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação das Senadoras e dos Senadores a fim de que seja analisado pelo Colegiado.

Caso não haja manifestação, o documento será arquivado ao final do prazo.

A presente reunião tem duas partes. A primeira parte destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei 26, de 2024, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2025.

A segunda parte destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião contará com a possibilidade de as Senadoras e de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

Dando início à primeira parte da reunião, passo a palavra à Senadora Leila Barros para proferir o relatório das emendas à LOA.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente Humberto Costa, Presidente da nossa Comissão de Assuntos Sociais. Eu cumprimento o senhor e todas as Senadores e os Senadores presentes, e assim a todos que nos acompanham para a leitura deste relatório.

Primeiro, quero agradecer por ter me designado a tamanha missão, estar como Relatora desta importante Comissão, para mim, muito me honra.

Então, vamos ao relatório, porque já atrasamos bem.

Com fundamento nas normas de Direito Financeiro Público, especialmente a Lei Complementar nº 210, de 2024, que "dispõe sobre a proposição e a execução de emendas parlamentares na lei orçamentária anual; e dá outras providências", a Resolução nº 1, de 2006 do Congresso Nacional, que dispõe sobre a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) e sobre a tramitação de matérias orçamentárias no Congresso Nacional, e a Instrução Normativa nº 1/2024-CMO, que "estabelece excepcionalmente regras para apresentação de emendas parlamentares ao projeto de lei orçamentária do exercício 2025", esta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão em até quatro emendas de apropriação e quatro emendas de remanejamento a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2025 (PLOA), Projeto de Lei nº 26, de 2024 do Congresso Nacional. Tais propostas, relacionadas em quadro anexo a este parecer, contemplam programações orçamentárias variadas, conforme as competências regimentais da CAS.

Análise.

Foram apresentadas à CAS 7 propostas para emendas de remanejamento e 123 para emendas de apropriação. As propostas foram analisadas a partir de fundamentos técnicos acolhidos na legislação de Direito Financeiro Público, sobretudo nas já citadas normas. Em especial, dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria. O primeiro foi o de que as emendas exibissem caráter institucional, no sentido de manter relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. O outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional ou regional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Podemos afirmar que as propostas de emendas exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalhos desta comissão ao longo dos anos, com pertinência temática em relação às suas atribuições regimentais.

Quanto às emendas de apropriação, considerando o número de propostas significativamente superior ao limite de emendas a serem apresentadas pela Comissão, utilizamos, como critério para a escolha, a frequência das ações nas propostas apresentadas – isso já é um critério, para sinalizar aos colegas. O critério que foi escolhido é a frequência das ações nas propostas apresentadas, pelo número que superou o limite aqui da nossa Comissão.

Uma observação relevante é que alguns autores replicaram sugestões de emendas com o mesmo objeto. Nesses casos, consideramos apenas uma sugestão por autor.

De acordo com o art. 4º, § 4º, da Lei Complementar nº 210/2024, a destinação de emendas de comissão para ações e serviços públicos de saúde será de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento). Nos termos do art. 11, § 3º, da mesma Lei Complementar, combinado com o art. 16, III, da Instrução Normativa nº 1/2024-CMO, R$5,75 milhões das emendas de comissão serão alocados em ações e serviços públicos de saúde. Por essa razão, estamos propondo, para cada uma das emendas de apropriação na área de saúde, o valor de R$3 bilhões. Isso não significa garantia de atendimento integral, mas abre margem para que o mínimo em ações de saúde seja alocado nessas emendas.

No caso das emendas de apropriação, na impossibilidade de aprovarmos todas as propostas, sugerimos as seguintes:

Proposta 18 (Sen. Mara Gabrilli), relativa à Ação "219G - Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social (Suas), do Fundo Nacional de Assistência Social, no valor de R$1 bilhão, atendendo, ao menos em parte, às seguintes proposta(s): 50 (Senadora Ana Paula Lobato); 55 (Senador Carlos Viana); 40(Senadora Damares Alves); 54 (Senador Eduardo Braga); 56 (Senador Flávio Arns); 45 (Senador Laércio Oliveira); 93 (Senadora Leila Barros); 69 (Senador Marcelo Castro); 28 (Senador Nelsinho Trad); 8 (Senador Paulo Paim); 22 e 61 (Senador Renan Calheiros); 4 (Senador Styvenson Valentim); 117 (Senador Veneziano Vital do Rêgo) e 26 (Senador Wilder Morais).

Proposta 48 (Senadora Ana Paula Lobato), relativa à Ação "2E89 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas – Nacional", do Fundo Nacional de Saúde, no valor de R$3 bilhões, com ajuste para 50% do valor em Modalidade de Aplicação 31 e 50% em Modalidade de Aplicação 41, atendendo, ao menos em parte, [aos seguintes colegas], às seguintes propostas: 3 (Senador Alan Rick); 82 (Senador Carlos Viana); 2 (Senador Davi Alcolumbre); 53

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Senador Eduardo Braga); 97 (Senador Fabiano Contarato); 88 (Senador Humberto Costa); 68 (Senador Marcelo Castro); 39 (Senador Nelsinho Trad); 73 (Senador Renan Calheiros); 110 (Senador Teresa Leitão); 120 (Senador Veneziano Vital do Rêgo); 24 (Senador Wilder Morais); 78 (Senador Zenaide Maia).

Proposta 21 (Senador Renan Calheiros), relativa à Ação "8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde – Nacional", do Fundo Nacional de Saúde, no valor de R$3 bilhões, com ajuste para 50% do valor em Modalidade de Aplicação 31 e 50% em Modalidade de Aplicação 41, atendendo, ao menos em parte, às seguintes propostas: 49 (Senadora Ana Paula Lobato); 121 (Senador Dr. Hiran); 57 (Senador Flávio Arns); 87 (Senador Humberto Costa); 75 (Senador Izalci Lucas); 46 (Senador Laércio Oliveira); 11 (Senadora Mara Gabrilli); 70 (Senador Marcelo Castro); 31 (Senador Nelsinho Trad); 60 (Senador Renan Calheiros); 5 (Senador Styvenson Valentim); 115 (Senador Veneziano Vital do Rêgo); 100 e 123 (Senadora Zenaide Maia).

Proposta 76 (Senadora Zenaide Maia), relativa à Ação "2E90 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas – Nacional", do Fundo Nacional de Saúde, no valor de R$3 bilhões, com ajuste para 50% do valor em Modalidade de Aplicação 31 e 50% em Modalidade de Aplicação 41, atendendo, ao menos em parte, às seguintes propostas: 83 (Senador Carlos Viana); 1 (Senador Davi Alcolumbre); 52 (Senador Eduardo Braga); 92 (Senadora Leila Barros); 67 (Senador Marcelo Castro); 38 (Senador Nelsinho Trad); 72 (Senador Renan Calheiros); 119 (Senador Veneziano Vital do Rêgo); 25 (Senador Wilder Morais).

As propostas de emendas de remanejamento cancelam recursos em diversas dotações para aumentar os valores das ações "219G - Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social (Suas)", Proposta 64, 2E90, que é o Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas; Proposta nº 65, 2E80 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária; Proposta nº 66, 8581 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde Bucal; Proposta 71, 6148 - Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação, que é do país inteiro.

As propostas são atendidas, nessas de remanejamento, 127, 128 e 129.

Algumas dessas ações, 219G, 2E89, 2E90, já foram contempladas, só para reforçar, pela proposta quanto às emendas de apropriação.

Além disso, é preciso ter muita cautela com as emendas de remanejamento porque podem implicar em corte em outras dotações que também são muito importantes. Por exemplo, sofreriam cortes a seguintes ações: 20AH - Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS; 20YR - Manutenção e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Gratuidade; 20YS - Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Copagamento; 21CD - Implementação de Políticas de Atenção Especializada à Saúde; 6217 - Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde; 6511 - Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - no Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral da Lagoa);8755 - Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC; 8758 - Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - Inca. Isto entre outras listas que estão no Anexo II do nosso relatório, caso nós mexêssemos e fizéssemos esse remanejamento, qual seria o comprometimento.

Portanto, em que pese o caráter meritório, propomos que as seguintes propostas de emendas de remanejamento não sejam acolhidas por esta Comissão por já terem sido acolhidas nas emendas de apropriação e pelo impacto que representa nos cancelamentos das propostas já encaminhadas pelo Poder Executivo: nº 4, do Senador Marcelo Castro, relativa à 219G - Estruturação da Rede e Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social, que está sendo atendida em parte em R$1 bilhão, na Emenda nº 1, do Fundo Nacional de Assistência Social, que é de R$ 50 milhões; nº 65, também do Senador Marcelo Castro, relativa à Ação 2E90 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas – Nacional", do Fundo Nacional de Saúde, que é de R$100 milhões; e nº 66, também do Senador Marcelo Castro, relativa à "Ação 2E89 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas – Nacional", do Fundo Nacional de Saúde: R$100 milhões.

Ainda em relação às emendas de remanejamento, propomos o acolhimento da Emenda nº 71 do Senador Marcelo Castro e da Emenda nº 127, do Senador Davi Alcolumbre, que significa em acolhimento da Emenda 128, do Senador Eduardo Braga e parcial da nº 129, do Senador Marcelo Castro:

– nº 71 (Senador Marcelo Castro), relativa à ação "8581 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde e Saúde Bucal – Nacional", do Fundo Nacional de Saúde, no valor de R$10 milhões;

– nº 127 (Senador Davi Alcolumbre), relativa à ação "6148 - Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação", do Fundo Nacional de Saúde, no valor de R$50 milhões. Assim, ao menos em parte, serão atendidas também as propostas de nºs 128 (Senador Eduardo Braga) e 129 (Senador Marcelo Castro);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– nº 128 (Senador Davi Alcolumbre), que é Assistência Médica Qualificada a Todos os Níveis da População – que também trata da Rede Sarah;

E do Marcelo Castro – não é? Atendendo a do Eduardo Braga, atende a do Marcelo Castro e também a do Davi Alcolumbre.

Por fim, acreditamos oportuno, com fim de não comprometer as atividades do Ministério da Saúde, recomendarmos ao Relator Geral e ao Setorial da Saúde que recomponham as ações: 20K7 - Apoio ao Desenvolvimento e Modernização de Estruturas Produtivas e Tecnológicas para fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (no montante de R$10 milhões e 4641 - Publicidade de Utilidade Pública, que acho que é fundamental, mas ela pode ser tratada com o Relator geral, que são os R$50 milhões usados como fonte de cancelamento para atendimento das emendas de remanejamento.

Voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela aprovação das propostas de emendas de apropriação de nºs 18, 21, 48 e 76, e das propostas de emendas de remanejamento de nºs 71 e 127, as quais viabilizarão o atendimento, ao menos parcial, das propostas anteriormente mencionadas.

Reiteramos a recomendação ao Relator Geral e ao Setorial da Saúde que recomponham as ações: 20K7 - Apoio ao Desenvolvimento e Modernização de Estruturas Produtivas e Tecnológicas para fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, no montante de R$10 bilhões, e 4641 - Publicidade de Utilidade Pública, no montante de R$50 milhões.

Nossa, eu estou tontinha, gente, desculpa. É tanta leitura que a gente tem feito nos últimos dias.

A elaboração das emendas a partir das propostas aprovadas deverá observar os ajustes técnicos necessários ao atendimento das normas aplicáveis ao PLOA 2025. Ademais, as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, inclusive com a citação dos nomes dos Senadores que tiverem suas propostas contempladas, ainda que parcialmente.

Finalmente, sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias para a formalização e a apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Plano, Orçamento Público e Fiscalização (CMO), inclusive quanto aos ajustes técnicos aqui citados.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, só para finalizar, antes de entrarmos no debate, sempre houve a minha preocupação. Eu atendi aos Senadores que me procuraram. Algumas instituições, inclusive o próprio Governo, me procuraram também. Mas como eu reforcei aqui, nas emendas apropriadas, devido ao número, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ultrapassou o limite, eu foquei muito naquelas que tiveram o maior apoiamento dos Senadores aqui da Comissão.

E as de remanejamento, é claro que existia uma expectativa muito grande, claro, de a gente apoiar até um número a mais, dando nossas recomendações. Mas assim, muitas das que foram tratadas no remanejamento, a gente entende que estão sendo contempladas nas de apropriação.

Então, eu estou aberta ao debate, dizendo que este é o nosso relatório final, mas eu sei que teremos questionamentos aqui. Estou à disposição.

Era isso, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bem, muito obrigado à Senadora pela apresentação do seu relatório, à Senadora Leila Barros.

Gostaria de fazer aqui o registro da presença do Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho, o Dr. Marcelo Moura.

E gostaria de fazer uma ponderação aqui à Senadora Leila Barros. Ontem o Ministro do Desenvolvimento Agrário fez contato com vários Senadores aqui, pedindo a possibilidade de uma emenda de apropriação que trata do PAA, que é aquele Programa de Aquisição de Alimentos, que fornece alimentação para escolas e tal.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Da agricultura familiar também.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso.

E eu queria saber se existe a possibilidade de nós conseguirmos incluir nesse relatório. Tem vários Senadores que já se dispuseram a apoiar.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Então, como Relatora, o critério, o que foi utilizado? As quatro de apropriação que eu tenho aqui, foram de acordo com o quantitativo de...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Apoiamentos.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – ... apoiamentos. Nós temos emendas aqui que têm 17 apoiamentos, de 11 a 17 apoiamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, como Relatora, sigo o que a Comissão deliberar. Se, de fato, tivermos um entendimento, dentro desta Comissão, de que nós deveremos abrir mão de uma dessas quatro que foram apoiadas pela maioria, para inserirmos essa... E é claro que eu entendo o mérito. Todos vocês me conhecem, sou absolutamente sensível.

Entendo o mérito, é importantíssimo, é inquestionável, mas, por ser uma pessoa... Eu sou do esporte, Senador, eu vou pela maioria. Então, assim, se deliberarmos aqui que é necessário ser acatada em apropriadas, em emendas de apropriação, essa emenda passada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, estou à disposição. Mas isso tem que ser um consenso da Comissão e, digamos, da manifestação dos colegas. Assim, estou à disposição, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu não sei muito bem como conduzir essa discussão, porque também as quatro que V. Exa. apresentou são extremamente relevantes, não é?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Da emenda do MDS, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – MDS.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Desenvolvimento Social, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Que antigamente se chamava MDA.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É que esta Comissão tem tanta atribuição... Esta é uma das Comissões...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, tem o MDS e tem o MDA.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ah, é. O MDS é o Desenvolvimento Social.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Mas essa foi apresentada...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – MDA é Desenvolvimento Agrário.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – É.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Essa é do MDS, certo. Mas o Ministro é do MDA.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – MDS. É MDS.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, quando a gente olha o número de emendas apresentadas aqui, eu não sei como é que a Leila deu conta. E vou dizer o seguinte...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – É por isso que eu estou tonta. Troquei os óculos aqui e estou pior ainda.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E assim, Leila, o desafio pessoal para você, porque na Comissão de que você é Presidente, nós estávamos lá discutindo as emendas da Comissão dela. A Tereza Cristina conduziu, o Senador Contarato conseguiu fazer um relatório que alcançou as expectativas da Comissão. Foi um ano difícil para você lá. Nós destacamos o seu trabalho lá, Leila.

E agora você tem esse trabalho de, no meio de 130 emendas, reunir as expectativas da Comissão. Eu acho que a forma como a Leila apresentou o relatório final fez diálogo, Presidente, com tudo que foi debatido aqui ao longo do ano. Esta foi uma das Comissões que mais trabalhou este ano. O número de audiências públicas... Quando a gente recorda as audiências públicas, o que foi discutido aqui está no espelho das emendas que a Leila acatou.

Inclusive, Leila, um cumprimento especial, quando você traz, na p. 4 o seu relatório, o cuidado para não ter cortes em algumas áreas. Eu acho que esse foi o diferencial do seu relatório, esse cuidado de não ter cortes em áreas extremamente importantes.

A forma como ela fez a consolidação, acho que atende todo mundo. Ela conseguiu, em quatro, colocar 130.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a gente entende agora essa última necessidade trazida agora, Leila. Esta é uma Comissão, Presidente, que vai de assistência social, saúde, alimento, e a questão do PAA...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Imagina como é que foi a minha noite, não é, Damares?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu imagino.

E essa questão da alimentação que está sendo trazida agora também é uma necessidade. E, no ano que vem, a gente vai precisar muito desse aporte lá.

Então eu não me oponho, tá? Se os demais membros da Comissão concordarem, se a Relatora estiver aberta ao debate, eu não me oponho, pelo contrário, eu apoio. Estive na condução lá de pastas da área social e sei a importância de a gente fazer esse aporte como Comissão para a alimentação, para a aquisição lá do programa de alimentação nas escolas, Presidente. Então eu sou a favor do parecer da Relatora e do senhor agora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Eu acho que a fala da Senadora Damares foi muito pertinente, Senador. Eu estou aqui à disposição. A gente tem um grande desafio, porque o critério... E eu já fui Relatora em outros anos, e em Comissão, a gente sempre adota isso. É o maior apoiamento, sabe?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, não, V. Exa. está... Até porque, se V. Exa. fosse utilizar outro critério, ia ficar...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Seria injusto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... louca, na verdade.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Só para o senhor ter uma ideia, a proposta 18 teve 17 apoiamento; a segunda, a proposta 48, 15 apoiamentos; a terceira, 15; só a quarta, a proposta 76, que trata de "Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas", do Fundo Nacional de Saúde, tem R$3 bilhões e teve 11 apoiamentos, e é saúde.

Então, como falei, a gente sabe que quem tem fome... A gente sabe a questão da alimentação, do produtor familiar, da agricultura familiar, eu entendo tudo isso, agora eu trouxe para a nossa Comissão o problema que eu não vou resolver sozinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Claro, com certeza.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Como eu tenho uma alma coletiva, não existe decisão monocrática, graças a Deus, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Veja, realmente é uma escolha de Sofia, porque V. Exa. incorporou quatro propostas. Uma – veja quais foram –, "Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social", que na verdade atende ao MDS, não é? Uma. A outra, "Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas – Nacional". A outra, "Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde – Nacional". E a outra, "Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas – Nacional". É muito difícil tirar uma dessas e colocar outra, por mais relevante que seja, não é?

Eu vou dar a palavra ao Senador Marcelo Castro... Ah, não. O Senador Marcelo Castro tinha pedido primeiro, e aí eu passo para V. Exa. logo depois.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar quero parabenizar a Senadora Leila pelo brilhante relatório que fez. Pelo critério que utilizou, só merece parabéns, Senadora! E são exatamente as emendas, digamos assim, mais próprias desta Comissão, que tratam da saúde e da assistência social. Então, a atenção primária está contemplada, a média e a alta complexidade estão contempladas, a aquisição de equipamentos está contemplada e as ações sociais também estão contempladas.

Na parte, então, de apropriação, 100% de acordo, e só merece louvores e parabéns a Senadora Leila pelo exaustivo e competente trabalho que fez.

Quanto à parte de remanejamento, ela usou também o mesmo critério, inclusive acatando a emenda do Sarah que tem sido deixada de fora, da Rede Sarah; acatou outra emenda que, por sinal é da minha autoria, que é a 8581, quer dizer, a Ação 8581, que é da saúde bucal, para não ficar de fora; e acatou então essas duas emendas de remanejamento.

Nós temos direito, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a quatro emendas de apropriação e a quatro emendas de remanejamento. E eu observo que aqui, no Senado, diferentemente da Câmara, há uma certa rejeição à emenda de remanejamento. Eu apresentei uma emenda na Comissão de Educação em que era Relatora a nossa querida Senadora Professora Dorinha Seabra, e ela disse que não, que não podia atender de remanejamento, porque estaria cortando de outras ações. Eu digo: "Dorinha, toda emenda que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faz é cortando de um lugar e botando num outro, porque o Orçamento já vem, do Executivo, pronto". O Executivo fez aquela proposta. Como nós a emendamos? Nós emendamos de duas maneiras nas Comissões: emenda de apropriação e emenda de remanejamento. O que a gente faz com a emenda de apropriação? Eu quero colocar R$1 bilhão para a atenção primária. Então, eu tenho que tirar, eu tenho que cortar R$1 bilhão do Orçamento que veio para poder colocar naquela ação que estão botando... O remanejamento é a mesma coisa.

Essa emenda que eu apresentei foi uma solicitação do próprio Ministro Wellington Dias, do Desenvolvimento Social, e é uma emenda de um valor relativamente baixo – baixo, relativamente –, porque o orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social é de R$270 bilhões, e a emenda que nós estamos propondo são minguados R$50 milhões, que é um valor elevado, mas, comparado ao que é o volume do orçamento, é um quase nada.

Então, eu queria pedir aqui à nobre Senadora Leila...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Certo.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... e aos colegas da Comissão, para, se estiverem de acordo, a gente introduzir essa emenda aqui do Ministério do Desenvolvimento Social, para atender a essa emenda de remanejamento. Nós ficaríamos com três emendas de remanejamento aprovadas aqui na Comissão. Nós já temos aqui duas no relatório, e a minha proposta é a gente, se não houver resistência – e a Senadora Leila já declarou que não há resistência... Então, eu quero solicitar aqui aos colegas da Comissão, se estiverem de acordo – podem estar, podem não estar –, o acréscimo de mais essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Deixe-me entender... V. Exa. está propondo que essa emenda que foi pedida pelo MDS no valor de R$1 bilhão para o PAA possa ser incorporada como uma emenda de remanejamento?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, porque...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Não, na verdade, na nossa leitura, a gente só tem duas de remanejamento e duas... (*Pausa.*)

Quatro... Quatro de remanejamento?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quatro de apropriação. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Isso.

Então, nós temos duas de remanejamento e temos direito a quatro. Nós não colocamos as outras duas, porque nós entendemos – e eu sei do apelo do Senador – que elas já foram contempladas na de apropriação. Por isso que eu entendo que, de alguma forma, já foi atendido.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, preste... Olhe... (*Pausa.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Ah! Perfeito. Você está propondo que esta agora de que nós estamos falando sobre a agricultura...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Do MDS?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Qual é a...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Qual é a que você está propondo?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Que a minha emenda de remanejamento...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Do Ministério.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... do Ministério do Desenvolvimento Social seja acatada.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Seja uma de remanejamento... Seja acatada.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Seja acatada.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E qual é a...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Qual... É só para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É a 219G, que é a estruturação...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... das ações de serviço social.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Tá, e da agricultura...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas nós não estamos aqui com essa da Mara Gabrilli?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – São coisas distintas.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Estruturação da rede de serviço e fortalecimento... Não está aqui como apropriação?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Essa de apropriação não contempla essa sua preocupação? Estruturação da rede de serviço e fortalecimento da gestão...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Contempla, só que tem uma diferença básica: é que, na de apropriação, o Relator ainda vai botar o recurso e, na de remanejamento, já está tirando de um lugar e botando em outro.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Qual é o valor da emenda?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – São R$50 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mi?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Mi; não é bi, não, pelo amor de Deus. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social são mais de 200 bilhões. Então é uma coisinha de nada para poder atender essa ação, que é a mais buscada de todas as ações do Ministério do Desenvolvimento Social.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas vamos tentar...

Deixe-me ouvir o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Eu também quero, em primeiro lugar, a exemplo do que o Senador Marcelo Castro colocou, elogiar a Senadora Leila Barros. Ela tem sido Relatora de projetos polêmicos, porém sempre com sucesso ao final, como, por exemplo, a Lei Geral do Esporte, os *games*, lá na Comissão de Educação e Cultura, e agora também aqui na Comissão, com a LOA.

Eu penso o seguinte, também conversando inclusive com a Senadora Leila: que a tarefa nossa aqui, em termos de remanejamento ou apropriação, pode muitas vezes inviabilizar o trabalho do Executivo também, só para a gente dizer, porque o Executivo, obviamente, o Ministério do Desenvolvimento Social, pensa no todo, quer dizer, no todo do ministério, para que a execução dos programas aconteçam. E, se nós ficamos aqui nos apropriando ou remanejando...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Como Relatora. *Fora do microfone*.) – É, isso aí é o trabalho do Executivo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sabe lá... Foi esse o argumento que a Professora Dorinha usou ontem na Comissão de Educação, eu diria de maneira correta – não é? –: se nós vamos remanejar, vamos tirar da alfabetização ou de jovens e adultos, aí o programa que inicialmente havia sido considerado importante pelo ministério, ou algum dos programas, pode ficar sem recursos ao final.

Então, a questão de alimentação vinda da agricultura familiar, o programa, eu acho que é muito importante – não há dúvida. Eu até quero dizer que, na minha impressão, R$50 milhões é muito pouco, comprar da agricultura familiar e ter R$50 milhões; não, tem que ter um valor substancialmente maior, que seria 1 bilhão para o Brasil, 2 bilhões, isso dinamiza a economia, valoriza a agricultura familiar, o alimento é destinado para as escolas, para entidades sociais, escolas públicas, então um valor assim muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente tem que pensar o seguinte, como eu conversava aqui: agora, a metade das emendas das Comissões, salvo melhor juízo, vai para a saúde, já são destinadas para a saúde obrigatoriamente. Então, nós, lá na Comissão de Educação, aprovamos emendas, e metade das emendas vai para a área da saúde. Nada contra a saúde, eu acho que a saúde tem que ser promovida, mas a educação também, a cultura também, os alimentos, a assistência.

O orçamento de 250 bilhões do Ministério é muito importante porque os programas sociais estão lá no Ministério: Bolsa Família, com valor importante; BPC, com valor importante. E assistência social é uma política essencial. Então, já que metade vai para a saúde... Eu até dizia para a Leila: "Olha, a gente até pode, eventualmente, pensar em alguma coisa que coloque no lugar da saúde a alimentação vinda da agricultura familiar ou fazer um remanejamento, mas remanejamento de 50 milhões, que podem ser suplementados depois, obviamente, é um valor pequeno. Eu diria que temos que ter um valor substancialmente maior. Essa é a minha opinião, Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Só pedindo vênia aqui...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Flávio Arns, V. Exa. é a favor do acolhimento da emenda ou...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim, mas não só como remanejamento; como apropriação de valor importante.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Presidente, deixe-me falar uma coisa importante. Deixe-me falar, assim... Já insisti com o Senador Marcelo que a emenda está sendo acatada de alguma forma, porque a proposta 18, que é a "Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – Nacional", do Fundo Nacional de Assistência Social, a gente, de alguma forma, já está contemplando com 1 bilhão, Senador.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Concordo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Então, assim, o Executivo encaminhou uma peça. Eu acho que não convém a nós aqui, esse é um trabalho do Executivo. A gente está encaminhando um recurso, um montante substancial – e já peço vênia ao senhor, porque a gente já conversou e muitos dos seus pedidos aqui, de alguma forma, a gente tentou contemplar e quero parabenizar tanto você como a sua equipe pela insistência –, mas eu não vejo sentido em a gente tratar isso como uma emenda de remanejamento. Nós estamos aqui tratando de corte de gastos. Como é que nós vamos fazer essa matemática se nós mesmos não estamos fazendo o nosso dever de casa aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho assim: tratar da agricultura familiar, dessa questão da alimentação do produtor rural, eu acho que, sim, nós podemos tratar como uma emenda de remanejamento, inclusive porque não estamos tratando de apropriação. Não tem nenhum montante com relação aos valores aqui das emendas de apropriação que trata de fato dessa emenda. Até acho que o senhor apresentou uma, a Teresa Leitão apresentou. Aí, realmente, eu, como Relatora, vejo, depois do debate entre nós aqui, acho que é importante. No mínimo... A minha assessoria estava falando que ontem, na CDH, eles aprovaram uma emenda como indicação ao Relator. Podemos... É o Paim, não é? O Paim dando...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Inovando.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Inovando, não é?

Mas, aqui, quero só dizer a vocês: eu estou disposta, mas eu acredito que o pleito do Senador Marcelo Castro, em alguma coisa, está atendido e que nós poderíamos só rever essa questão da agricultura familiar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos fazer o seguinte: faça uma última consulta à sua assessoria e...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Não, eu já estou fechando isso.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tá. Então, a sua proposta seria...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Essa é a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... essa demanda do...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Eu sei que o Marcelo Castro, o Senador, vai entender, ele vai tratar, tem relatoria-geral...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu estava achando que seria difícil de atender essa do PAA porque...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Da agricultura?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É, porque é uma política de apropriação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Não, vamos tratar numa de remanejamento.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Mas se houver a possibilidade de atender como remanejamento, eu acho ótimo. E aí já atende também ao Ministério do Desenvolvimento Social e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Eu fico plenamente satisfeito, tranquilamente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, podemos fazer o seguinte...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Não... É isso que eu estou falando, na do Desenvolvimento Social, nós estamos tratando de orçamento de um ministério. Eu estou mexendo numa peça do Executivo, eu estou tratando de uma rubrica específica, que é a agricultura familiar, e não do orçamento do plano de um...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Leila...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Fale.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... tudo é orçamento.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Mas, Senador, está dentro da proposta nº 1 o que o senhor está querendo.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, eu estou de acordo com a sua decisão. Eu só quero corrigir o raciocínio.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Hã.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quer dizer, o mesmo raciocínio que você usa para não aceitar uma emenda de R$50 milhões você está usando para atender a uma emenda de R$1 bilhão.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Não, não estou...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, porque...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – ... porque a da agricultura eu não estou atendendo em nenhuma. E, na assistência social, está lá especificado que inclui o Ministério do Desenvolvimento Social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós só podemos fazer qualquer emenda aqui... Leila, todas as emendas que nós fazemos...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Sim, Senador.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... tanto de apropriação quanto de remanejamento é cortando. A emenda é ao Orçamento que veio. Se eu boto dez, eu tenho que tirar dez de algum lugar; se eu boto cem, eu tenho que tirar de algum lugar; se eu boto 1 bilhão, eu tirei de outro lugar.

Então, no nosso caso aqui, em que a minha emenda é de R$50 milhões, eu fiz três cortes. Parece que um de dez... Sei que, somando esses três cortes bem pequenos para não atrapalhar a gestão, e foi de acordo com o ministério, foram três cortes para dar esses R$50 milhões. Para esse R$1 bilhão que está sendo proposto aí, com o que eu estou de acordo, foi cortado R$1 bilhão também. O seu assessor pode lhe dizer isso – o Renato, competente assessor. O meu assessor também é Renato. (*Risos.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Então, o que o senhor está pedindo...

Mais uma vez, os R$50 milhões são para o Primeira Infância (Suas), ações de proteção social básica... O senhor está cortando, aliás. O senhor está tirando, do Primeira Infância do Suas, R$9 milhões; de ações de proteção social básica, R$30 milhões; e, de ações de proteção social especial, R$11 milhões.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Tudo isso de acordo com o ministério, Leila. Eu não tirei, atirando sem rumo, não.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Mas eu acho melhor, digamos, no orçamento macro, que seja tratado depois. Ele está incluído lá. O senhor não acha que está incluído R$1 bilhão e que depois isso pode ser tratado dentro do próprio Governo?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A única diferença é esta que eu estou dizendo: R$1 bilhão que nós estamos...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Eu não acho que a gente tem que tratar de orçamento, cortar, com o senhor tratando com o ministro, entendeu? Eu acho que é uma equipe econômica que tem que tratar disso. (*Fora do microfone.*)

Não sou eu que vou...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos com calma aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu estou de acordo com tudo o que você fez aí. Eu só estou acrescentando mais ainda.

Quando a gente faz uma emenda de remanejamento, aquele recurso ali já está garantido. Quando a gente faz uma emenda de apropriação, só para concluir, o Relator pode botar zero. Nós estamos aprovando aqui R$1 bilhão e pode virar zero. Já esses R$50 milhões, se a gente fizer o remanejamento, já tem R$50 milhões. É uma diferença grande.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Bom, então é uma decisão da Comissão, Senador.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Mas não é isso que eu estou propondo mesmo?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pronto.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Se você tivesse ficado fechada... "Senador, já fechei meu relatório, não vou atendê-lo". Por que eu estou insistindo? Porque você abriu essa possibilidade. Você disse: "Vamos à Comissão, vamos debater. Você leva o problema à Comissão, e, se a Comissão estiver de acordo, eu não tenho objeção". Então, eu estou tentando aqui convencer a Comissão, porque você já está de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Alessandro, eu vou passar a palavra para V. Exa. para a gente tomar uma decisão definitiva, porque, senão, vamos ficar aqui o dia todinho... (*Risos.*)

Vamos lá.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Por conta do acumulado de trabalho, acompanhei apenas uma parte da discussão. É apenas para que eu tenha a compreensão se não é possível fazer a compatibilização das duas coisas, das duas demandas, porque nós temos demandas de proporção muito desigual aqui: uma demanda superjusta, de R$1 bilhão especificamente; e outra tão justa quanto, num valor muito menor. Não há possibilidade de composição entre as duas? Só para eu compreender, para que a Relatora possa... Já antecipando que meu voto é favorável à decisão da Relatora, mas para que eu possa ter só um entendimento com relação à viabilidade de composição das duas coisas: em vez de R$1 bilhão, seriam 955...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... Leila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Como Relatora.) – Enfim, eu ainda sigo na premissa de que nós deveríamos tratar o pleito do Senador Marcelo Castro... Eu abri para o debate, porque eu sabia que, de alguma forma, ele ia questionar. Mas eu acho que o meu relatório é claro quanto à minha visão, o que eu penso, o que eu acho que é o melhor para...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nesse caso da emenda apresentada por ele...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Está sendo contemplada, está sendo contemplada a proposta nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... a sua avaliação é de que ela estaria contemplada no que foi indicado na emenda de Mara Gabrilli, está certo?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – É. No remanejamento, não necessariamente que o Relator Geral acate também.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E, com relação ao PPA, qual é o seu parecer?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – No PAA, qual é o seu parecer? No PAA, que é outra?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Não, é essa que eu falei que nós poderíamos tratar como remanejamento.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. Então, seria...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Porque é a única que não é tratada em nenhuma das nossas propostas. Não tem... Eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bom, está bem.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – ... o pleito é legítimo.

E, pela fala da Senadora Damares, Senador Flávio Arns...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está certo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – ... eu acredito que o Alessandro e o Marcelo também, eu acato a decisão da agricultura familiar, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, consideramos que a decisão está resolvida.

Podemos colocar em votação? (*Pausa.*)

Bem, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação as emendas...

Você quer repetir?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Não, pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pelo que eu entendi aqui: de apropriação, a Proposta 18, da Senadora Mara Gabrilli; a Proposta 48, da Senadora Ana Paula Lobato; a Proposta 21, do Senador Renan Calheiros; e a Proposta 76, da Senadora Zenaide Maia. São essas as de apropriação.

As emendas de remanejamento, V. Exa... Eu não estou aqui com a relação delas.

Senadora Leila, poderia dizer as de remanejamento?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – As de remanejamento... Só um minuto aqui. (*Pausa.*)

Desculpa.

Bom, vou ler o voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela aprovação das Propostas de Emendas de Apropriação nºs 18, 21, 48 e 76 e das Propostas de Emendas de Remanejamento nºs 71 e 127 – e teremos essa agora que nós acordamos –, as quais viabilizarão o atendimento, ao menos parcial, das propostas anteriormente mencionadas, como a que o Senador Marcelo Castro comentou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reiteramos a recomendação ao Relator Geral e ao Setorial da Saúde que recomponham as ações: 20K7 – Apoio ao Desenvolvimento e Modernização de Estruturas Produtivas e Tecnológicas para fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (no montante de R$10 bilhões) – e 4641 – Publicidade de Utilidade Pública.

A elaboração das emendas a partir das propostas aprovadas deve observar os ajustes técnicos necessários ao atendimento das normas aplicáveis ao PLOA. Ademais, as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, inclusive com a citação dos nomes dos Senadores que tiveram suas propostas contempladas, ainda que parcialmente. Finalmente, sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), inclusive quanto aos ajustes técnicos que agora nós estamos fazendo.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em votação as emendas.

Os Senadores e Senadoras que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas. As emendas são aprovadas.

As emendas serão encaminhadas para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Vamos dar início à segunda parte da nossa reunião.

Eu peço ao Senador Marcelo Castro que possa me substituir por dez minutinhos, se for possível. (*Pausa.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas um pedido de inversão de pauta devidamente justificado. Eu sou o Relator do projeto que está identificado como de nº 3 na pauta – é o PL 1.472, de 2022, que trata das competências da Justiça do Trabalho. O Senador Rogerio Marinho já antecipou que fará um pedido de vista, salvo engano, que será verbalizado pela Senadora Damares. Então, consulto V. Exa. sobre se é possível dar por lido o relatório e já abrir o prazo de vista, para que a gente possa ter economia processual?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Tranquilo. Como já foi lido o projeto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é o item 3 da pauta.

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1472, DE 2022

- Não terminativo -

Regulamenta o inciso IX do art. 114 da Constituição Federal, para dispor sobre competências da Justiça do Trabalho referentes à relação de trabalho, e dá outras providências.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*

Quer dizer, ela não é terminativa aqui na CAS e depois será terminativa na CCJ.

Como já houve a leitura do relatório, eu coloco então a matéria em discussão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, Presidente, estou pedindo vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não. Vista concedida. (*Pausa.*)

Vamos ao item 5 da pauta.

2ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2641, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a compensação do pagamento do salário-maternidade das empregadas das microempresas e empresas de pequeno porte e do microempreendedor individual.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro emendas que apresenta.

Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra à nobre Senadora Leila Barros, para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, V. Exa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Como Relatora.) – Senador Marcelo Castro – dia a dia puxado aqui, não é, Senador Flávio Arns? –, quero cumprimentar o senhor, a Senadora Damares, o Senador Humberto, o Senador Flávio Arns, a quem parabenizo por esta incrível iniciativa. A gente sabe que tudo tem o ônus e o bônus – não é, Senador? –, mas a iniciativa é muito relevante.

Vamos ao relatório.

Trata-se do Projeto de Lei nº 2.641, de 2024, do nosso querido Senador Flávio Arns, que se encontra em tramitação nesta Comissão de Assuntos Sociais e, posteriormente, ainda será remetido à nossa Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para decisão terminativa. A proposição tem por objetivo permitir que os salários-maternidade pagos pelas microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedores individuais (MEI) sejam utilizados como compensação para pagamento de tributos federais. De acordo com a justificativa do PL, a obrigatoriedade de pagar o salário-maternidade à empregada gestante recai sobre o empregador, que pode, posteriormente, deduzir o valor pago a mais do total de contribuições previdenciárias devidas.

Além disso, o autor da proposição relata que, nas MEs (microempresas) e EPPs (empresas de pequeno porte), o montante a ser pago a título de salário-maternidade, frequentemente, é superior às contribuições previdenciárias devidas, o que enseja o reembolso dos valores excedentes por parte do INSS. Contudo, a morosidade desse processo reduz o capital de giro e traz prejuízos aos pequenos empresários,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que normalmente trabalham com margens financeiras estreitas, colocando em risco a própria sobrevivência dos empreendimentos. Ele destaca ainda a impossibilidade de restituição imediata dos salários-maternidade pagos e a burocracia na compensação de tais valores, que acabam por se tornar um grande entrave à contratação de mulheres por essas empresas.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise.

Quanto ao mérito, cumpre esclarecer que as micro e pequenas empresas representam 27% do PIB brasileiro, segundo dados do Sebrae. Além disso, essas empresas também são responsáveis por empregar 52% da mão de obra formal no país e respondem por 40% da massa salarial.

Não obstante a expressividade dos números, uma pesquisa realizada pelo Sebrae de São Paulo evidenciou que 14% dos empreendimentos são encerrados no primeiro ano por falta de capital/lucro. Ultrapassado esse período, sobem para 19% os casos em que a falta de capital é o principal motivo alegado para o fechamento do empreendimento.

Verificou-se, ainda, que a taxa de mortalidade de microempresas e empresas de pequeno porte com menos de cinco anos de atividade é de 21,6% e 17%, respectivamente.

Além disso, o Mapa de Empresas do Governo Federal evidencia que, somente em agosto de 2024, houve o fechamento de mais de 200 mil empresas, sendo a grande maioria microempresas e empresas de pequeno porte.

Desta forma, a permissão para que micro e pequenos empresários realizem a compensação de valores recolhidos a maior com outros tributos federais, após apuração de valores excedentes decorrentes do pagamento do salário-maternidade, dá uma maior segurança financeira aos pequenos empresários, contribuindo para a manutenção e a sustentabilidade desses empreendimentos, além de reduzir a barreira, claro, para contratação de mulheres.

A medida proposta vai, ainda, ao encontro da especial proteção concedida às micro e pequenas empresas pela Constituição Federal e, também, da proteção ao mercado de trabalho da mulher e à maternidade.

Ademais, o procedimento de compensação de créditos tributários encontra amparo na legislação infraconstitucional. Neste sentido, vide o teor do art. 170 do Código Tributário Nacional (CTN) e, também, o art. 66 da Lei nº 8.383, de 1991.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contudo, em que pese o nobre trabalho apresentado, cumpre realizar alguns apontamentos que impedem a plena aprovação do projeto.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o salário-maternidade das funcionárias de MEI já é pago diretamente pela Previdência Social, conforme §3º do art. 72 da Lei 8.213, de 1991. Por este motivo, sua inclusão no projeto não merece acolhimento.

Ademais, apesar de existir autorização legislativa para que créditos passíveis de restituição ou de ressarcimento possam ser utilizados para compensação de débitos relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados pela Receita Federal, há vedação expressa ao salário-maternidade, que não pode ser objeto de compensação mediante entrega de declaração, mas tão somente de reembolso.

Além disso, o §1º do art. 66 da Lei 8.383, de 1991, veda a compensação entre tributos, contribuições e receitas de espécies diversas.

Desse modo, para a correta adequação do projeto, é necessária a realização de ajustes por meio de emenda.

O voto.

Ante o exposto, nós somos a favor da aprovação do PL nº 2.641, de 2024, com as seguintes emendas anexadas – já estão anexadas ao relatório final e já foram citadas inicialmente nas nossas breves palavras ao relatório, Sr. Presidente.

E já cumprimento o Senador Flávio Arns pela autoria.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, da CAS, a 4, da CAS.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora... (*Pausa.*)

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de realizarmos a votação em bloco dos seguintes projetos: o 2.570, que é o item 1; e o 4.214, que é o item 4.

Temos a concordância? (*Pausa.*)

Não havendo óbices, eu passo à leitura do item 1, em que é a Senadora Leila Barros como Relatora *ad hoc.*

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2570, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para dispor sobre o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- Em 17/03/2023, foi apresentada a emenda nº 1-T, de autoria do Senador Mecias de Jesus.

2- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Está com a bola toda hoje a Senadora. (*Risos.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Como Relatora.) – Bom, deixe-me só beber uma água aqui.

Pergunto, consulto se eu posso ir diretamente à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Pode.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Análise.

Compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e à defesa da saúde, temática abrangida pelo projeto sob análise, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

Além disso, por se tratar de apreciação em caráter terminativo, também cabe examinar a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição.

A defesa da saúde é matéria de competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, conforme prescreve o art. 24 da Constituição Federal, cabendo à União estabelecer normas gerais. Assim, a matéria está sujeita à plena disposição pelo Poder Legislativo, *ex vi* do art. 48, *caput*, da Constituição Federal, nos limites materiais constitucionais.

Não identificamos vícios de injuridicidade, regimentalidade ou de inconstitucionalidade no projeto.

Em relação ao mérito, é preciso registrar que a propositura é louvável, na medida em que foca em uma das situações mais relevantes e marcantes para a atenção à saúde da mulher. De fato, o momento do parto, sua preparação e posterior recuperação são muito importantes para a saúde da parturiente e do bebê, sendo necessário proceder com bom acolhimento e empatia. Esse episódio é, não raramente, ocasião para agressões e abusos contra a paciente, que pode se encontrar em condição de vulnerabilidade física ou mental.

Nesse contexto, disponibilizar à paciente o acompanhamento de pessoa de sua confiança é essencial, visto que dela pode receber suporte de cunho sentimental e o auxílio em outras questões práticas, até mesmo relacionadas à burocracia e à realização das rotinas de seus cuidados pessoais.

Não podemos ignorar também que tal acompanhante, enquanto a paciente não tem condições clínicas de fazer escolhas, pode agir para evitar casos de intervenções que contrariam sua vontade, para impedir a ocorrência de violência obstétrica ou violações de sua intimidade ou privacidade.

Na Europa, entende-se que a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, em seu Artigo 8º, que trata da garantia ao respeito à vida privada e familiar, dá direito à escolha do acompanhante no trabalho de parto. No Canadá, as diretrizes nacionais para o cuidado da maternidade e de recém-nascidos, centradas na família, recomendam também essa medida de suporte à parturiente e ao bebê. Em outros países, também há políticas de acolhimento que preveem esse direito à gestante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda a presença de um acompanhante durante o trabalho de parto e durante o parto, já que há vasta evidência científica de que essa medida melhora os desfechos da assistência à gestante e no período perinatal – inclusive reduz o uso de medicamentos e de intervenções médicas –, bem como aumenta a satisfação da mulher com os serviços de saúde. Esse paradigma é tão relevante que a OMS reforçou sua manutenção durante a pandemia da covid-19, quando a presença de pessoas sem sintomas da doença nos serviços de saúde era desencorajada.

Portanto, os benefícios do acompanhante da gestante são bem documentados na literatura e representam uma boa prática a ser seguida nos serviços de saúde.

Assim sendo, como bem coloca a autora da proposição sob exame, o direito a acompanhante já é obrigatório na rede pública de saúde. Para reforçar essa garantia, é proposto que se punam os agentes em função pública que não o assegurarem às pacientes, além de exigir que a eventual renúncia à presença dessa companhia seja manifestada por escrito, justamente para evitar omissões quanto à oferta dessa prerrogativa.

Ademais, segundo o PL em comento, na rede privada, os planos de saúde passariam a cobrir também a estada do acompanhante, o que, na prática, significa basicamente o fornecimento de alimentação e de acomodação mínima do acompanhante junto à parturiente. Aqui, é importante observar o baixo impacto financeiro de tal medida, pois, além de várias operadoras já oferecerem essa cobertura aos seus beneficiários, é vital destacar que seu custo é reduzido, principalmente se comparado aos benefícios obtidos pela paciente.

Por essas razões, consideramos o projeto sob exame meritório, visto que busca trazer mais humanização e segurança ao atendimento das mulheres gestantes e das parturientes.

Ainda assim, é importante registrar que a redação do art. 19-J da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), foi recentemente modificada após o início da tramitação do PL nº 2.570, de 2022, em razão da aprovação da Lei nº 14.737, de 27 de novembro de 2023, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para ampliar o direito da mulher de ter acompanhante nos atendimentos realizados em serviços públicos e privados.

Esse diploma legal estendeu o direito ao acompanhante a todas as mulheres – e não apenas às parturientes –, em qualquer unidade de saúde, pública ou privada, mas não cuida de todos os pontos de que trata o projeto em tela.

De fato, a nova lei tratou da renúncia a essa prerrogativa apenas quando o atendimento é feito com sedação, situação em que seu registro deve ser realizado por escrito, no mínimo 24 horas antes, assinado e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arquivado em seu prontuário. Além disso, não prevê sanções para aqueles que descumprirem as disposições da legislação quanto ao direito ao acompanhante da paciente.

Portanto, como as condições descritas pelo texto da Lei nº 14.737, de 2023, sobre a renúncia ao direito ao acompanhante se referem apenas aos atendimentos com sedação, julgamos adequado incluir a regulamentação pretendida pelo PL em comento, que trata dos atendimentos relacionados ao período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato e é menos burocrática.

Ademais, consideramos necessário impor medidas de coerção – tal como a tipificação de infração sanitária instituída pelo projeto – para que as disposições legais sejam devidamente observadas.

Entendemos, ainda, ser proveitosa a emenda proposta pelo Senador Mecias de Jesus, na medida em que é fundamental que o SUS proveja informação aos usuários indígenas, em linguagem adequada às diversas realidades sociais e culturais que vivenciam. Contudo, para tanto propomos ajuste de redação que, em nosso julgamento, tornará a referida sugestão mais harmoniosa com o texto do projeto em comento.

Assim, também para adequar o texto da propositura à atual redação do art. 19-J da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, faz-se necessário renumerar os dispositivos que o PL pretende alterar por intermédio de seu art. 1º.

No mesmo sentido, a ementa e o art. 2º carecem de reparos, já que a Lei nº 14.737, de 2023, não limitou apenas às parturientes o direito ao acompanhante, além de obrigar as unidades de saúde privadas a admitir a presença de acompanhante. São direitos, conforme já explicado, que já estão garantidos. Por esse motivo, o §6º adicionado pelo PL ao art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde) deve ser descartado, pois é menos abrangente que as atuais regras legais estabelecidas para o exercício desse direito.

Todas essas alterações ensejam a apresentação de emenda substitutiva, que organiza melhor os ajustes necessários ao texto da proposição.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.570, de 2022, e pela aprovação da Emenda nº 1-T, na forma da seguinte emenda substitutiva que está anexada ao relatório da Senadora Jussara.

E já parabenizo a Senadora Jussara pelo trabalho nesta Comissão e a Daniella Ribeiro, pela iniciativa, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Em discussão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, não posso deixar de me manifestar sobre este projeto.

Primeiro, quero chamar a atenção: é de autoria de uma Senadora, a Daniella Ribeiro; a Relatora que fez o voto – e o voto está perfeito – é a Senadora Jussara; ele foi lido, como *ad hoc*, pela Senadora Leila; e foi comentado pela Senadora mais bonita, que sou eu.

Por que a importância desta pauta hoje? Nós estamos nos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. O mundo inteiro está falando de violência contra a mulher. E este projeto, Presidente, está falando exatamente de uma das mais terríveis violências contra a mulher, que é a violência obstétrica.

E o ideal seria que a gente não precisasse de um projeto de lei deste, que o momento do parto fosse o momento mais respeitado para a mulher, mas não é, infelizmente, o que a gente vê no Brasil. A gente vê absurdos como mulher ser estuprada estando sedada durante o parto! E não é um caso isolado, como aquele em que o anestesista foi flagrado. Existem muitas agressões sexuais contra a mulher durante o parto, por exemplo, na hora do toque, na hora de observar a dilatação. Os relatos que a gente escuta, Presidente, são terríveis!

Eu fui Ministra da Mulher, sou ativista do direito da mulher há anos e sou Pastora. Eu não vou falar como Ministra nem como ativista, mas, dentro de um ambiente pastoral, dentro de um confessionário, o que eu escutei a vida inteira sobre o que as mulheres passam durante um parto! Brincadeiras indevidas... Por exemplo, a mulher chega sentindo dor, já tem que suportar a dor física, Leila, e é obrigada a passar por violência psicológica de maqueiros, assistentes, médicos, enfermeiros, atendentes lá na porta, tipo: "Está doendo agora? Está gritando? Na hora de fazer, gostou e agora está gritando?". São violências que a gente precisa, com muita veemência, Presidente, contestar, combater.

E a presença do acompanhante inibe algumas violências, não vai inibir todas, mas inibe.

Esta proposta de lei – e parabéns, Presidente, por tê-la colocado na pauta esta semana, que é significativa para a Bancada Feminina –, lida pela nossa Líder da Bancada Feminina, num trabalho construído por Senadoras, é um presente que nós estamos entregando para as mulheres no Brasil hoje, pelo fim da violência obstétrica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E já que a TV Senado está ao vivo: mulheres do Brasil, não aceitem nenhum tipo de violência durante o parto, denunciem, liguem para o 180! Depois do parto, procurem alguém na sua cidade, mas não aceitem, não se submetam, especialmente à violência psicológica durante o parto.

Parabéns, Leila, Jussara e Daniella. A gente dá mais um avanço hoje na proteção dos direitos da mulher no país.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu queria falar...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Primeiro, quero elogiar o relatório da Senadora Jussara, da Relatora *ad hoc,* a minha querida Leila, e as considerações da Senadora Damares.

Acho que realmente um acompanhante, que seja um acompanhante preparado previamente para acompanhar um procedimento, um procedimento médico, ele protege as partes, porque a relação médico-paciente é uma relação galgada em alguns princípios dos quais nós não podemos abrir mão, e o mais importante deles é a privacidade. Então, ali, quem está acompanhando o parto tem que ter esse compromisso pétreo, que é o compromisso do nosso juramento hipocrático.

Então, eu espero que, esse projeto aprovado, a gente coloque em prática, mas sempre chamando a atenção que um acompanhante adequadamente preparado pode ajudar sobremaneira a proteger tanto a parturiente, a paciente, quanto a equipe multiprofissional que a acompanha.

Então, parabéns! E que nós possamos seguir em frente, sempre no sentido de coibir qualquer tipo de violência, seja ela física, seja psicológica, não só à mulher, à raça humana de uma maneira geral, Presidente.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Senador Humberto...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Como Relatora.) – É muito rápido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só fazendo um complemento às duas falas aqui, da Senadora Damares e do Senador Hiran, de que é importante, sem sombra de dúvidas, que se tenha um acompanhante preparado. Mas, para quem já viveu uma gestação – eu sou mulher, vivi uma gestação –, acho que neste momento em que a mulher está fragilizada e muitas vezes precisa... Muitas vivem a maternidade de uma gestação sozinha, solitária, só com o apoio, às vezes, da mãe, de uma irmã, de um parente... É necessário mais do que o preparo: é mesmo uma questão emocional para a mulher naquele momento.

Não tem a menor dúvida a importância ou o mérito desse projeto. E, agora, de uma forma mais tranquila, podendo avaliar o presente que foi me dado, mesmo sendo Relatora *ad hoc,* e observando as falas dos meus colegas, quero dizer o quanto me orgulha ter na nossa bancada duas Senadoras como a Daniella e a Jussara para fazer esse belo trabalho, importantíssimo para as mulheres do nosso país.

É isso.

Obrigada.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sr. Presidente, eu só fiz essa consideração, queridos colegas, porque eu sou cirurgião. Então, no parto, muitas vezes o acompanhante da paciente às vezes vê algum movimento que para nós é considerado um movimento normal. Então, por exemplo, às vezes a gente está operando um olho e tem uma pessoa que acompanha – tem muitas pessoas que pedem para acompanhar, e a gente deixa acompanhar. Aí dá um pequeno sangramento na cirurgia. O paciente está ouvindo, a cirurgia é feita com anestesia local. Uma exclamação de alguém que está acompanhando assim: "Nossa, por que está sangrando tanto?". Imaginem quem está lá embaixo cobertinho só com um olho e uma luz intensa nesse olho. A pessoa que está lá embaixo também vai ficar completamente apavorada do que está acontecendo.

Então, às vezes é bom que a gente sempre prepare com cuidado aquele que vai acompanhar nesses procedimentos.

É por isso que eu fiz essa colocação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Daqui a pouco vamos votar em bloco, com o item 4 da pauta.

O item 4 da pauta é um projeto de autoria da Câmara, relatoria da Senadora Mara Gabrilli, que institui o Dia Nacional do Medicamento Biossimilar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4214, DE 2021

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional do Medicamento Biossimilar.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Então, passo para o Dr. Hiran, para que ele possa relatar como *ad hoc.*

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Bom, inicialmente eu quero desejar que a nossa querida colega Senadora Mara Gabrilli, que está de licença médica, se recupere plena e brevemente, para que continue aqui essa nossa convivência e o seu trabalho tão profícuo aqui nesta Casa.

E queria também dar ciência a todos que esse projeto é de autoria do nosso colega médico, também, Pedro Westphalen, Deputado Pedro Westphalen.

Eu peço autorização, Presidente, para ir direto à análise.

Nos termos do disposto no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que digam respeito, entre outros temas, à proteção e defesa da saúde, a exemplo da proposição em debate.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido no inciso I do art. 49 e inciso IV do §1º do art. 91, foi confiada à CE a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e dos aspectos regimentais da proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria um pouquinho de silêncio, Presidente, porque eu já estou aqui me esgoelando.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Peço aos nossos assessores um pouco de silêncio para que o Senador Hiran possa concluir a leitura do seu relatório.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Presidente.

... da União (art. 24, XII, da Constituição Federal), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da Constituição Federal) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, da Constituição Federal) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, ressaem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria, tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com esse diploma legal, a apresentação de proposição legislativa que vise instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada, no dia 26 de novembro de 2021, audiência pública no âmbito da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, para tratar da instituição dessa nova data comemorativa, reconhecendo-se a relevância e o alto significado da data para a sociedade brasileira.

No que concerne ao mérito, incumbe ressaltar a importância dos medicamentos biossimilares para a saúde pública, em razão de terem possibilitado maior acesso da população à classe dos medicamentos biológicos, que representam uma importante inovação terapêutica para inúmeras condições de saúde e que, pelas complexidades tecnológicas envolvidas em sua produção, são medicamentos de custo mais alto.

O medicamento biossimilar, nos termos da regulamentação vigente, é semelhante ao medicamento biológico de referência – aquele produzido a partir de um organismo vivo –, apresentando equivalência em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos de farmacocinética, farmacodinâmica, eficácia e segurança. Após expirada a patente do medicamento biológico de referência, abre-se a possibilidade de produção dos biossimilares, com a consequente redução dos preços desses medicamentos. Daí a importância dos biossimilares para ampliar o acesso da população a esses produtos e para garantir a sustentabilidade dos sistemas de saúde.

Assim, reconhecemos que a proposta de instituir o Dia Nacional do Medicamento Biossimilar é meritória e merece prosperar.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 4.231, já parabenizando o ilustre autor da matéria, nosso colega Pedro Westphalen, e a nossa Relatora, Senadora Mara Gabrilli.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação os dois Projetos: o 2.570, de 2022, item 1 da pauta; e o 4.214, de 2021, item 4 da pauta, que acaba de ser relatado pelo Senador Hiran, nos temos dos relatórios apresentados. A votação é nominal.

Vamos iniciar a votação. Peço que os nossos assessores mobilizem os Senadores que poderão votar remotamente. (*Pausa.*)

Bem, nós temos aqui dois requerimentos, ambos de autoria do Senador Dr. Hiran, um deles com a Senadora Mara Gabrilli.

Eu passo a palavra ao Senador Dr. Hiran para a leitura do item 7 da pauta, que é o Requerimento nº 103.

2ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 103, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 98/2024 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para encaminhar.) – Pois não, Presidente.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 98/2024 - CAS, sejam incluídos os seguintes convidados:

- representante da Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes do Estado de São Paulo;

- representante da Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde;

- representante do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma).

Já vou direito ao segundo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Item 8.

2ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 104, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 98/2024 seja incluído o convidado que especifica.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 98/2024, seja incluído o seguinte convidado:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Sr. Reginaldo Arcuri, Presidente Executivo do Grupo FarmaBrasil.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Coloco em votação, em bloco.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu queria subscrever o Requerimento 108...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... do Senador Eduardo Girão, que requer nos termos regimentais...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, esse é o 109.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ah, esse é o 109?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O próximo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, não havendo quem queira discutir os dois requerimentos, encerro a discussão.

Coloco em votação.

Os Senadores e as Senadoras que os aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Item 9, do Senador Eduardo Girão, com a subscrição da Senadora Damares Alves.

2ª PARTE

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 108, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o papel dos hospitais psiquiátricos, sejam públicos ou privados, no atendimento à saúde mental da população brasileira.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

Só um minuto. (*Pausa.*)

Passo a V. Exa. a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o papel dos hospitais psiquiátricos, sejam públicos ou privados, no atendimento à saúde mental da população brasileira, com inúmeros convidados, como o representante da Associação Brasileira de Psiquiatria, o Presidente do Conselho Federal de Medicina e outros ilustres representantes da área da saúde mental.

Esse é o requerimento. E peço apoio, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos aguardar aqui apenas o atingimento do quórum para que nós possamos encerrar a presente reunião. Precisamos de mais seis, não é? (*Pausa.*)

Declaro encerrada a votação.

Solicito à nossa assessoria que publicize o resultado no painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Houve 10 votos SIM; nenhum NÃO.

Abstenção...

Aprovados os Projetos de Lei 2.570, de 2022, e 4.214, de 2021, nos termos dos relatórios apresentados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Lembro que amanhã, às 10h, teremos reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a instruir o Projeto de Lei 2.687, de 2022, que classifica o diabetes *mellitus* tipo 1, DM1, como deficiência para todos os efeitos legais.

Convoco para o dia 11 de dezembro, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposições. Nesse dia também, nós teremos a audiência pública com a presença da Ministra da Saúde, Nísia Trindade.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às quatorze horas e quarenta e um minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência do Senador Alessandro Vieira, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Styvenson Valentim, Flávio Arns, Zenaide Maia, Ana Paula Lobato e Romário. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Eduardo Braga, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa, Eduardo Girão, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 71/2024 - CAS, de autoria Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senador Humberto Costa (PT/PE), REQ 72/2024 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senador Humberto Costa (PT/PE), e REQ 77/2024 - CAS, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 2687, de 2022, que "classifica o diabetes mellitus tipo 1 (DM1) como deficiência, para todos os efeitos legais". **Participantes:** Ana Carolina Torelly, Advogada e Nutricionista (representante de: Candido Rocha); Pedro Ottoni, Advogado; Lúcia Xavier, Coordenadora de Advocacy da ADJ Diabetes Brasil; Jaqueline Correia, Presidente do Instituto Diabetes Brasil; Sabrina Santana, Presidente da Federação Brasileira Desportiva dos Surdos - FBDS; e Ana Paula Batista Soledade, Associação dos Ostomizados do Distrito Federal - AOSDF. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Alessandro Vieira
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/05

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberto a 41ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 71, 72 e 77, de 2024, da CAS, de minha autoria e de autoria das Senadoras Mara Gabrilli e Damares Alves e do Senador Humberto Costa, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei nº 2.687, de 2022, que classifica o diabetes *mellitus* tipo 1 (DM1) como deficiência para todos os efeitos legais.

Informo que a audiência tem cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com serviços de interatividade com o cidadão através da Ouvidoria, pelo telefone 0800 0612211, e do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Nós temos um roteiro de inscritos, e, se não existe nenhum tipo de pedido de preferência que a Secretaria da Mesa possa me informar, eu passo logo a palavra para a Dra. Ana Carolina Torelly – depois me corrija a pronúncia, por favor –, Advogada e Nutricionista.

Com a palavra, por dez minutos, Doutora. (*Pausa.*)

Pois não, Doutora, me ouve? (*Pausa.*)

A Dra. Ana Carolina consegue fazer a participação? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora precisa tirar o *mute*, Doutora. Seu microfone aparece para mim como mutado. (*Pausa.*)

A Secretaria consegue ver se tem algum tipo de dificuldade com o microfone ou com a conexão da Dra. Ana Carolina, por favor?

Eu passo já, para que a gente tenha o fluxo aqui, ao Dr. Pedro Ottoni.

Dr. Pedro, já está disponível para apresentação?

O SR. PEDRO OTTONI (*Por videoconferência.*) – Estou, sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Por videoconferência.*) – Por favor, por dez minutos, a palavra é sua.

O SR. PEDRO OTTONI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Perfeito.

Boa tarde, Sr. Presidente, demais presentes.

É uma honra muito grande poder participar desta audiência pública que visa debater o Projeto de Lei 2.687, de 2022, que classifica diabetes *mellitus* tipo 1 como deficiência. Eu espero que esta breve participação, mesmo que de forma singela, possa ajudar os nobres Senadores a entenderem melhor esta matéria.

Minha intenção inicial era focar no conceito adotado pela lei do Brasil de pessoa com deficiência e os motivos de esse conceito ser rigorosamente ignorado na prática, mas, acompanhando a audiência pública da última terça-feira, foi possível perceber um preocupante desconhecimento do que é a diabetes tipo 1, além de uma comum confusão, pelo menos com pessoas leigas, entre diabetes tipo 1 e diabetes tipo 2, doenças completamente distintas. Eu acredito, sinceramente, que para existir uma discussão séria e de alto nível sobre uma política pública com real intenção de melhorar a vida das pessoas é necessário partir das mesmas premissas para, a partir delas, construir um debate. Não pode um projeto falar sobre laranjas, e estarmos discutindo sobre abacaxis. Isso seria uma completa incoerência, além de bastante improdutivo. Então, diante dessa confusão de conceitos e de informações, eu tomo a liberdade de começar a minha fala com alguns esclarecimentos básicos e me coloco à disposição para compartilhar as fontes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Projeto de Lei 2.687, tema desta audiência, trata especificamente sobre a diabetes *mellitus* tipo 1, também conhecida como DM1. A DM1 é uma doença autoimune, ou seja, ocorre porque o próprio corpo se ataca, e o local atingido é o pâncreas, o órgão responsável pela produção de um hormônio chamado insulina, cuja função é transportar o açúcar do sangue para dentro das nossas células. Ah, e, para ficar claro, o açúcar é o combustível do nosso corpo, tudo que comemos vira açúcar e fica à disposição em nossas artérias e veias. Com o passar do tempo, o paciente com DM1 perde completamente, de forma definitiva, a capacidade de produzir insulina. Acontece que continuamos em busca de energia, e o nosso corpo continua a digerir os alimentos que comemos, enchendo nosso sangue de açúcar. Porém, não existe mais quem faça o transporte dessa glicose para as regiões que precisam de energia. Isso gera uma série de consequências. Vou focar em duas. Primeiro, a nossa glicemia sobe para níveis perigosos, o que pode comprometer vasos sanguíneos, gerando acidentes vasculares pelo corpo, e causar cetoacidose diabética, o que prejudica o funcionamento de diversos órgãos. Outra complicação é que, apesar da grande oferta de energia no sangue, que é o açúcar, nosso corpo não consegue consumi-lo, chegando ao ponto de se autoconsumir para sobreviver ou para tentar sobreviver. Se nada for feito ou demorar para ser feito, o resultado é a morte, independente de idade, sexo, corpo do paciente.

Para ter uma vida normal, o diabético tipo 1 precisa assumir as funções do pâncreas, precisa monitorar sua glicemia 24 horas por dia, sete dias por semana, 30 dias por mês, 365 dias por ano, e, no ano seguinte, a mesma coisa, pelo resto da sua vida. Além disso, é necessário administrar a quantidade adequada de insulina ao longo do dia. Para determinar a dosagem certa, é necessário considerar o fator de sensibilidade da pessoa, alimento ingerido, alguma doença, infecção ou inflamação preexistente, outros hormônios que estejam ativos, humor, estresse e mais uma série de fatores que variam, sempre tomando cuidado em não errar ou colocar em excesso a insulina. Afinal, a insulina é uma arma letal, pode gerar hipoglicemias que podem levar à confusão mental, à inconsciência e, em último caso, à morte.

Em uma pessoa não diabética, todo esse controle é feito de forma automática com uma precisão que beira a perfeição, sem a necessidade de qualquer interferência externa ou maiores preocupações.

Já diabetes tipo 2 é uma doença metabólica caracterizada pela resistência à insulina, o que dificulta a absorção da glicose, fazendo com que a glicemia do paciente no sangue aumente. Essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condição decorre normalmente de fatores genéticos, excesso de peso, estilo de vida sedentário e uma dieta desregrada. Mudanças no estilo de vida podem prevenir ou reverter esse quadro.

Agora, compreendendo o que é cada uma dessas doenças e as suas diferenças, podemos focar no debate do Projeto de Lei 2.687, no conceito de pessoa com deficiência que o Brasil adota e no motivo de ele não ser aplicado na prática. Vamos lá.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que é parte integrante da Constituição do Brasil, assim como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, define pessoas com deficiência da seguinte forma: são aquelas que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Reparem que houve uma preocupação de não fazer uma lista exaustiva do que pode e do que não pode ser considerado como deficiência. A intenção foi delimitar, de forma geral, o que caracteriza essa realidade. Então, é o impedimento de longo prazo que obstrui a plena e efetiva participação na sociedade, restando a uma análise biopsicossocial avaliar e definir o impedimento e as medidas necessárias para garantir a devida socialização do indivíduo. Essa abordagem evita que, por conta da falha de um burocrata, seja ele legislador, seja ele regulamentador, em não incluir o nome de determinada restrição em um catálogo, sejam cometidos o constrangimento e a injustiça de marginalizar alguém que realmente tenha essa condição restritiva e necessite de um tratamento específico para alcançar sua perfeita integração na sociedade.

Isso é em tese, essa é a teoria. Na vida real, o Brasil ainda não implementou a análise biopsicossocial, apesar de existir uma antiga expectativa se isso está em iminência, desde 2015. E mais grave ainda: existem decretos do Poder Executivo que caminham no sentido oposto, que fazem uma lista do que pode ser considerado como deficiência e do que não seria uma deficiência. Esses decretos são os Decretos 3.298, de 1999, e 11.063, de 2022. Não é minha intenção me aprofundar nisso, mas aqui não se critica o que ali está definido, não há dúvidas sobre se essas listas estão corretas; o problema é se desconsiderar um universo que existe além dessas listas, como se tudo pudesse ser resumido em um artigo e cinco incisos e todas as outras pessoas tivessem garantida a plena e efetiva participação na sociedade. Essa crença é simplista,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reducionista, desrespeitosa e joga milhares de pessoas e seus familiares para o caminho inverso da dignidade.

E vale mencionar que a omissão do poder público em não reconhecer pessoas deficientes como tal não é novidade, é algo antigo, infelizmente. O mesmo ocorreu com transtorno autista, visão monocular e outras realidades. Foi necessário que o Congresso Nacional enfrentasse essas injustiças e aprovasse uma lei específica como solução.

E é exatamente isso que o Projeto de Lei 2.687 busca fazer. Como disse o Deputado Aureo Ribeiro, o Relator do projeto na Câmara, garantir a classificação da DM1 como deficiência é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo dos direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas com diabetes tipo 1, além de fazer valer o que prevê a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Para finalizar minha participação, não posso deixar de mencionar que a classificação de DM1 como deficiência já é uma realidade em diversos países desenvolvidos, como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Austrália e grande parte da União Europeia, ou seja, este projeto não é uma invenção brasileira. Pelo contrário, é invenção brasileira não considerar como tal. Todos esses países são signatários da mesma Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e só o Brasil está isolado e reluta contra esse entendimento.

Sendo bem claro, o Brasil vive a contradição de ter leis modernas reconhecidas mundialmente, mas que não são implementadas e não conseguem atingir seus objetivos. A consequência é que pessoas que, de fato, possuem uma deficiência ficam desamparadas e longe de uma integração real na sociedade.

Esperamos que, com a aprovação do Projeto de Lei 2.687, essa situação possa ser solucionada, resolvida ou pelo menos amenizada. Afinal, as barreiras de longo prazo existem e obstruem a plena e efetiva participação na sociedade, só que não são aparentes como acontece em outras deficiências, mas isso não quer dizer que elas não existam.

Isso não deveria ser um problema. Não se trata de uma competição e, sim, de uma luta por dignidade e igualdade de oportunidades, em especial para crianças que são impedidas de se matricular em escolas por conta da DM1, para pessoas que são discriminadas e enfrentam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diariamente o peso de uma condição que exige atenção constante, disciplina e resiliência de pais, mães, familiares que param de trabalhar e sacrificam suas vidas para buscar uma condição melhor para seus filhos, de pacientes que são subjugados e impedidos de acessar um tratamento básico, básico para a manutenção da sua vida, como se estivessem pedindo demais.

Sr. Presidente, Senador Alessandro Vieira, aqui eu encerro a minha participação. Eu me coloco à disposição para qualquer esclarecimento.

E muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Por videoconferência*.) – Obrigado pela participação, Dr. Pedro Ottoni.

Acredito que a Dra. Ana Carolina já esteja disponível para fazer sua fala. Correto?

A SRA. ANA CAROLINA TORELLY (*Por videoconferência*.) – Correto. Boa tarde, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. Fique à vontade. Dez minutos, por favor.

A SRA. ANA CAROLINA TORELLY (Para expor. *Por videoconferência*.) – O.k.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao senhor pela oportunidade de estar dando voz às pessoas com diabetes tipo 1 no Brasil.

Eu quero iniciar com um pequeno vídeo da Maria Eduarda, que é uma pessoa que tem diabetes tipo 1, é uma estudante de Medicina e conseguiu traduzir muito bem a nossa realidade. Só um minutinho que eu vou compartilhar.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. ANA CAROLINA TORELLY (*Por videoconferência*.) – Bem, vocês me veem agora? (*Pausa.*)

O meu nome é Ana Carolina. Eu tenho como primeira formação Direito, mas hoje sou nutricionista, profissão que entrou na minha vida após o diagnóstico de diabetes tipo 1 do meu filho Rafael, com 12 meses de vida. O diabetes é assim: ele entra na nossa vida, muda tudo –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissão, amigos, família, vida social – e logo a gente entende que precisa se adaptar para viver cada momento da nossa vida agora com diabetes.

Assim como todas as famílias que recebem o diagnóstico, a minha foi muito impactada. Tivemos que mudar completamente a nossa rotina, e isso incluiu e inclui aplicar sete, oito injeções de insulina no meu filho – na época, um bebê –, além de exigir a furada, o furo nos dedos, nos pequenos dedinhos de um bebê, mais de 12 vezes ao dia. E temos que monitorar a glicemia 24 horas por dia, sim, inclusive de madrugada. Não há uma noite de sono em que um pai ou uma mãe de uma criança com diabetes não precise acordar para verificar se o seu filho está vivo ou aplicar insulina. Só quem vive a realidade do diabetes tipo 1 entende como é a vida de quem precisa lidar com uma doença que não te deixa esquecer dela um minuto sequer. Precisamos nos programar para mínimas coisas que as pessoas sem diabetes nem pensam, como comer, dormir, dirigir, estudar.

O diagnóstico de diabetes tipo 1 não tem nada a ver com consumo de açúcar, falta de atividade física e também com estilo de vida. E esse é um estigma que nos fere e que a gente luta muito para combater. Por isso, eu não posso deixar de registrar aqui o nosso repúdio, o repúdio de toda a comunidade com diabetes tipo 1, às declarações da médica que veio ao debate falar sobre diabetes tipo 1 sem ao menos saber a diferença do diabetes tipo 1 para o tipo 2 e, ao final, nos aconselhar a não comer açúcar. Foi muito triste, uma fala capacitista, nos comparou com outras pessoas com deficiência e ficou muito ruim para a gente ouvir aquilo. E a fala dela e também de outros representantes do nosso estado reflete exatamente o que é o diabetes tipo 1. Nós somos esquecidos, ninguém sabe o que é diabetes tipo 1, nem números oficiais a gente tem em relação ao diabetes tipo 1.

O problema talvez seja o nome da doença. Não sabemos por que ela tem o mesmo nome de uma doença que não é igual a ela. Então, eu vou repetir aqui: o diabetes tipo 1 é uma doença autoimune, sem prevenção e sem cura. E o diabetes tipo 1 não é a mesma coisa que diabetes tipo 2. Estamos falando aqui de diabetes tipo 1.

Eu vim hoje aqui porque acredito que eu tenha lugar de fala para debater sobre um assunto tão relevante para a vida de todos nós, para a vida de quem convive com uma deficiência invisível. E as deficiências invisíveis geram desconfianças, sim. Geralmente as pessoas com esse tipo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deficiência são hostilizadas quando procuram exercer seus direitos. E é o que estamos vivendo aqui quando somos comparados com outro grupo de deficientes na tentativa de diminuir a nossa luta pela inclusão do diabetes tipo 1 no rol de PcD.

Sei e ressalto que cada deficiência traz seus próprios desafios e limitações. Então, durante a minha fala, caso eu venha citar algum outro tipo de deficiência, será apenas com o intuito didático, para facilitar o entendimento da nossa deficiência, que é invisível.

Então, da mesma forma como uma pessoa com deficiência física visível, como a perda de um membro, precisa de adaptação do ambiente para que seja reinserida na sociedade, nós, famílias e pessoas com diabetes, também precisamos nos adaptar e precisamos também de auxílio e suporte para isso. Mas o fato de a nossa deficiência ser invisível para vocês não faz com que ela não exista nas nossas vidas, ainda mais quando sabemos que, em outros países, como já foi citado, as pessoas com diabetes tipo 1 gozam de medidas que facilitam a vida delas para enfrentar os desafios do dia a dia.

E os tratamentos existentes hoje para as pessoas que vivem com diabetes tipo 1 não anulam o nosso esforço para que a gente possa fazer tudo que as outras pessoas fazem, mas de maneira natural e sem esforço. Para a gente não é assim. Não basta aplicar insulina e medir glicemia – e olha que isso já é um trabalhão! Viver com diabetes tipo 1 é tomar 180 decisões ao dia apenas para comer, brincar, estudar e dormir. A reposição de insulina é feita por meio de injeções e, apesar de ser uma parte dolorosa, especialmente para as crianças, além dos 12 furos nos dedos, essa não é a parte mais difícil de viver com diabetes – e eu digo aqui que se fosse só isso, para a nossa comunidade essa já seria a cura. O grande desafio do diabetes tipo 1 é justamente pensar e agir pelo pâncreas. Apesar do nosso grande esforço, definitivamente, não é possível chegar a esse nível de excelência que só o nosso corpo consegue ter. Você já se imaginou fazendo o trabalho de um pâncreas? É isso que precisamos fazer todos os dias e é um grande esforço.

Para deixar mais claro, já estou finalizando, eu vou aqui falar rapidamente a rotina normal da vida de quem tem diabetes tipo 1. Ao acordar, já é preciso aplicar dois tipos de insulina, uma basal e uma rápida para poder se alimentar. E é preciso esperar 15 minutos, no mínimo, entre aplicar insulina e poder começar a comer e, ainda, contar a quantidade de carboidratos do que você vai comer, para aplicar a dose correta de insulina. Se aplicar insulina demais, pode ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hipoglicemia, desmaiar e morrer; se aplicar insulina de menos, a glicemia ficará alta e, a longo prazo, a pessoa – ou a criança, no caso aqui – ficará com complicações. E esse processo é repetido todos os dias, em todas as refeições e para sempre. Nem nas madrugadas o diabetes tira folga. E é justamente nas madrugadas que o diabetes mais nos assusta, pois é comum o caso de hipoglicemias noturnas que terminam em morte.

Pais e mães acordam todas as noites justamente para conferir se seus filhos estão vivos.

E nas escolas? Quem vai dar esse tipo de cuidado nas escolas? Não temos suporte. As mães precisam largar seus empregos para ficar na porta da escola para aplicar insulina em seus filhos. Escolas no Rio de Janeiro estão proibindo adolescentes de usarem insulina na escola. Recentemente, acompanhamos a história do Augusto, o jovem que foi expulso do Enem por causa do alarme do seu monitor de glicose. Separar uma pessoa com diabetes tipo 1 dos seus insumos, para que ela faça uma prova, entre na escola ou exerça qualquer ato, é o mesmo que pedir a uma pessoa com deficiência auditiva que retire o seu aparelho auditivo ou a um cadeirante que "deixe a cadeira de rodas ali fora, pois aqui não é permitido entrar com isso". Mas ninguém sabe disso. Nem a médica da USP sabia.

Entendem por que a gente precisa de uma lei que nos ampare? Estamos aqui lutando pelos nossos direitos. Quantas crianças continuarão fora das escolas por conta do diabetes tipo 1? Quantos jovens serão expulsos do Enem por estarem com seus insumos? Quantos adultos precisarão mentir nas entrevistas de emprego por causa do preconceito? E quantas pessoas ainda precisarão morrer com diabetes tipo 1 por falta de acesso ao tratamento?

Aprovem a PL 2.687 porque o diabetes tipo 1 não pode esperar!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Por videoconferência*.) – Obrigado Dr. Ana Carolina.

Orgulhosamente, como representante de Sergipe, eu registro que a Maria Eduarda, Duda, é sergipana, aluna da Universidade Tiradentes, salvo engano, aqui, em Aracaju, que é a nossa capital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permitam-me dar sequência às nossas falas aqui... A audiência remota acaba gerando uma certa dificuldade, mas eu aproveito o tempo para deixar claro que, sim, existe essa confusão pelo fato de ser uma doença, entre aspas, "invisível", e existe, sim, uma preocupação muito clara com eventuais impactos financeiros da aprovação dessa legislação. Mas o projeto cuida disso, e a moderna interpretação do que é uma pessoa com deficiência cuida disso, na medida em que exige uma avaliação biopsicossocial para que a gente tenha esse avanço.

Vou passar a palavra agora para a Coordenadora de Advocacy da ADJ Diabetes Brasil, que é a Sra. Lúcia Xavier.

Já está disponível a Lúcia? (*Pausa.*)

Desculpe-me, mas eu não pude ver aqui agora. (*Pausa.*)

Por dez minutos, por favor.

A SRA. LÚCIA XAVIER (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos!

Eu não sei se me ouvem.

Obrigada.

Exmo. Senador Alessandro Vieira, eu quero muito agradecer por nos ouvir, por dar voz às mães e às crianças do Brasil que têm DM1.

Eu aqui estou tentando passar para o próximo eslaide, mas acho que não está aí por algum motivo. (*Pausa.*)

Desculpa.

Eu aqui represento a ADJ Diabetes Brasil, que é uma empresa de 44 anos que, hoje, continua sentada na cadeira do CNS brigando na parte de patologias. Nós estamos sediados em São Paulo e somos, desde 1999, membro da Internacional Diabetes Federation.

Eu só vou reforçar que é uma doença crônica e é uma doença autoimune, por isso a gente gera, a gente tem esse rescaldo de gerar limitações significativas na nossa vida cotidiana, como algumas pessoas já comentaram. Embora o DM1 não seja uma doença visível, impõe desafios diários, como já foi citado. As consequências de um mau tratamento ou de uma negligência nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recursos para esse tratamento fazem uma falta de controle resultar em complicações graves: cegueira, insuficiência renal, amputações, doenças cardíacas e danos aos nervos, além de afetar a qualidade de vida e a capacidade de realizar tarefas diárias, cotidianas, para todos nós.

A deficiência não é uma questão de capacidade, mas de participação na sociedade. Não é apenas uma condição médica, mas, sim, uma condição e uma questão de como essa condição interage com as barreiras sociais e ambientais. A deficiência é uma questão de direito, de garantir o reconhecimento de DM1 como uma deficiência. Ao garantir isso, a gente garantiria prioridade no atendimento público, acesso facilitado a medicamentos e tratamentos gratuitos, direitos relacionados à educação, ao trabalho, ao direito à vida.

Nós presenciamos a pandemia como presenciamos, também, a catástrofe no Rio Grande do Sul. Nós não tínhamos a segurança de que essas pessoas fossem acolhidas pela situação, e hoje existe. Essas são pessoas que têm a deficiência porque o pâncreas não funciona, então, elas se tornam vulneráveis nessas situações em que a vida nos coloca. O atendimento prioritário é uma coisa muito importante para os nossos dias, porque, por exemplo, quando a gente vai fazer um exame de sangue, nós chegamos em jejum e, às vezes, permanecemos horas na fila. Isso vai acabar trazendo para a gente uma hipoglicemia e, quem sabe, uma cetoacidose. É de uma lei de direito ao trabalho que a gente precisa.

Temos que ter evitada a restrição ao trabalho da pessoa com deficiência ou qualquer discriminação em razão da sua condição.

Se nós estivermos devidamente amparados por tecnologias assistivas, por educação, nós não vamos ter problemas que impeçam o trabalho de maneira nenhuma. Nós temos que ter a tecnologia assistiva, porque as tecnologias assistivas viabilizam e maximizam a autonomia, o autocuidado. Nós temos que pedir agilidade no processo de inclusão de novos recursos tecnológicos para a tecnologia assistiva no rol de produtos distribuídos no âmbito do SUS ou por outros órgãos governamentais.

Nós temos direito à saúde, nós temos que ter um diagnóstico precoce para não ter perdas de crianças, como tivemos de mais de 71 mil crianças que morreram sem ter o diagnóstico do DM1. E atendimento psicológico. É muito triste, é muito difícil para uma família que nunca teve uma criança com diabetes ter, de repente, uma criança com diabetes entre os seus familiares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como acolher? Como trabalhar nossa cabeça? Nós precisamos desse atendimento psicológico para a pessoa e para os familiares. Como incorporar esse caminhão de informações que as pessoas recebem? Nós temos que ter informações adequadas, acessíveis às pessoas com deficiência e aos seus familiares. E promoção de estratégia de capacitação permanente das equipes que atuam no SUS. Nós precisamos de profissionais bem preparados, porque não adianta dar uma medicação ou um insumo, um dispositivo médico, sem que essas pessoas passem a maneira de utilização disso para proporcionar a quem está recebendo um autocuidado, um incentivo ao autocuidado e uma melhor qualidade de vida.

Ainda sobre o direito à saúde, nós precisamos de mais promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis. As operadoras de planos de saúde e seguros privados de saúde têm que garantir à pessoa com deficiência, no mínimo, todos os serviços e produtos ofertados para os demais clientes. Nós precisamos muito.

Ainda sobre o direito à saúde, nós precisamos que seja vedada a cobrança de valores diferenciados por planos e seguros privados de saúde em razão dessa condição de diabetes. E assegurar à pessoa com deficiência o acesso aos serviços de saúde, tanto públicos quanto privados, e as informações prestadas e recebidas por meio de recursos de tecnologias assistivas que sejam sempre compartilhadas.

E, por último, mas não menos importante, nós precisamos de oferta de profissionais de apoio dentro das escolas. Muitas mães têm que abandonar os seus serviços para ir até a escola fazer a medição da glicose e fazer a utilização da insulina nos seus filhos. Como é que ela vai deixar uma criança na escola correr o risco de ter uma hipoglicemia?

Então, é por isso, prezado Senador, que a gente pede a aprovação do PL 2.687.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Por videoconferência*.) – Eu que agradeço pela participação, pelas palavras.

Aproveito para compartilhar que chegam comentários e perguntas, no e-Cidadania, da Thaís, de Minas Gerais; da Elizângela, do Rio de Janeiro; do Daniel, também do Rio de Janeiro; da Gislaine. Essencialmente, são perguntas que já estão sendo solucionadas, equacionadas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respondidas pelos participantes da audiência, mas é sempre um ponto que se repete bastante essa dúvida com relação ao impacto, ao alcance e ao porquê de isso não ser reconhecido, e eu acho que todos já estão explicando qual é a dificuldade: é o fato do desconhecimento, da desinformação. Também já está devidamente esclarecido que o impacto do reconhecimento como PcD do portador do DM1 é mitigado, porque você tem uma análise biopsicossocial, que é etapa legal compulsória para que você tenha a dimensão exata daquilo de que aquela pessoa necessita, e aí a gente vai ter isso, eu quero crer, muito bem avançado e, eu espero, com muita brevidade, votado e aprovado por esta Casa.

Eu agora convido o representante do Ministério da Previdência, que não sei se confirmou a presença ou se está disponível.

A Mesa pode me dizer? (*Pausa.*)

Foram devidamente convidados, mas não compareceram.

Então, vamos passar para a Sabrina Santana, que é a Presidente da Federação Brasileira Desportiva dos Surdos, que vai fazer sua participação, evidentemente, com a colaboração de um tradutor de Libras, salvo engano.

À sua disposição, por dez minutos, por favor, Sabrina. (*Pausa.*)

A SRA. SABRINA SANTANA (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea de libras*.) – Não estou me vendo. Estou vendo o intérprete, mas não estou me vendo. (*Pausa.*)

Olá! Uma boa tarde a todos!

Agradeço por estar aqui presente com vocês nesta reunião.

Eu tenho poucas informações sobre a diabetes tipo 1, não conheço muito bem, mas, pelas explicações, eu consegui entender com clareza o assunto aqui, pergunto, uma dúvida: sobre a diabetes, a DM1, se trata só da DM1 ou de todas as diabetes? Também: na aceitação dela como deficiência, as outras diabetes também serão incluídas nessa ideia? São apenas dúvidas que eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Por videoconferência*.) – Não, apenas a diabetes tipo 1, apenas ela. Apenas a DM1 está sendo incluída

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela lei, apenas ela. Salvo engano, a gente tem 52 ou 72 especificidades descritas como diabetes, e apenas a DM1 consta. Parece-me que são 52 ou 72...

A SRA. SABRINA SANTANA (*Por videoconferência. Tradução simultânea de libras.*) – Cinquenta e duas? Essas estão sendo retiradas. Só a DM1, então.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Por videoconferência.*) – Isso.

A SRA. SABRINA SANTANA (*Por videoconferência. Tradução simultânea de libras.*) – O foco é na DM1 hoje. (*Pausa.*)

Estou procurando o intérprete; não estou enxergando-o. (*Pausa.*)

Ah, encontrei.

DM1 apenas.

Ela se torna mais severa, no caso, porque não tem o uso do pâncreas, correto?

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Por videoconferência.*) – Resumidamente, sim.

A SRA. SABRINA SANTANA (*Por videoconferência. Tradução simultânea de libras.*) – Ah, muito bem.

Eu pergunto sobre isso, sobre essa inclusão na deficiência, no foco dela. Isso é muito bom, essa preocupação com a deficiência. E ela vai ser incluída também na questão das cotas para diabetes tipo 1?

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Por videoconferência.*) – Sim, na medida em que você tenha a avaliação biopsicossocial caso a caso.

A SRA. SABRINA SANTANA (*Por videoconferência. Tradução simultânea de libras.*) – O motivo dessa pergunta é o esclarecimento das cotas. A gente sabe que teve um grande aumento, e isso gerou vários problemas de acesso nessa questão; a nossa preocupação é essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu ponto era só mais esclarecimento mesmo sobre a DM1 e entender – ter essa empatia – esse sofrimento que a gente sabe que é na pele: a questão da insulina, o cuidado, as horas gastas. Esse é um entendimento que ficou muito claro para mim e que faltava para eu entender; se está feito, isso já é de grande avanço.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado pela participação, Sabrina. É um prazer recebê-la aqui.

De fato, a gente tem essa cautela para que se tenha, mais do que tudo, justiça social, garantia para as pessoas. E não é só o sofrimento diário – acho que a última audiência pública trouxe isso com bastante clareza, e a gente registra no relatório, que será divulgado amanhã –, essas pessoas, sem que tenham dado causa para isso, sem nenhuma culpa, têm uma redução de expectativa de vida saudável de mais de 30 anos. Então, isso tem que ser levado em consideração. Tenho certeza de que será levado em consideração.

Muito obrigado, Sabrina, pela sua participação.

A SRA. SABRINA SANTANA (*Por videoconferência*. *Tradução simultânea de libras*.) – Agradeço pelas informações que foram explanadas. Agradeço a todos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Por videoconferência*.) – Dando prosseguimento aqui, nós vamos chamar agora a Sra. Ana Paula Batista Soledade, da Associação dos Ostomizados do DF.

Só ligando... Está presente.

A SRA. ANA PAULA BATISTA SOLEDADE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde! Boa tarde a todos! Boa tarde, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Por videoconferência*.) – Por dez minutos, a palavra é sua, Sra. Ana Paula.

A SRA. ANA PAULA BATISTA SOLEDADE (*Por videoconferência*.) – O.k., muito obrigada.

Bom, eu cumprimento a todos, inclusive quem está nos acompanhando nesta oportunidade, agradecendo também pelo convite para essa participação nessa pauta tão importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu farei a minha autodescrição. Eu sou uma mulher de pele parda, com ostomia há 15 anos. Sou portadora de um tipo de câncer raro há 17 anos, tenho 40 e muitos anos, cabelo castanho com mechas loiras, de comprimento médio. Uso óculos, visto uma blusa na cor preta e um casaco xadrez nas cores bege e preta, e, de fundo, eu tenho uma parede branca desfocada. Na comunidade surda, o meu sinal é passar a mão no cabelo e o sinal do "a".

Pois bem, de fato, entrando já no mérito da nossa pauta, parabenizo, inclusive, a Deputada Flávia Morais, proponente desse projeto de lei aqui em discussão, já que isso é uma demonstração de acolhimento – não é verdade? – do anseio daqueles que mais necessitam. Sobre essa temática, o Estado deve ter, de fato, um olhar singular às especificidades do ser humano, seja na garantia de uma política pública eficaz, seja na implementação, via instrumento legal, de direitos basilares – aqueles que detêm o poder da garantia à própria subsistência, ou seja, aqueles inegociáveis.

Pois bem, nós tratamos aqui do Projeto de Lei nº 2.687, de 2022, fundamentado na inserção do diabetes *mellitus* tipo 1, classificando-o como deficiência para todos os efeitos legais. Mas o PL condiciona tal classificação à criação do instrumento para avaliação da deficiência, conhecido como avaliação biopsicossocial.

Ainda sem entrar no mérito, observo que a própria justificativa do PL, aqui em debate, diz que o DM1 é uma doença autoimune, em que ocorre a destruição das células beta do pâncreas, responsáveis pela produção da insulina, o hormônio necessário para controle da glicose no sangue, como bem explanado pelo Dr. Pedro Salomão e pela Dra. Ana Carolina também aqui.

Com o diagnóstico, o paciente passa a depender do uso de insulina injetável por toda a sua vida, tendo que aplicar múltiplas injeções diárias.

A doença acomete, aproximadamente, 600 mil pessoas no Brasil – um número bastante expressivo, que exige de todos aqui esforço para a execução, de fato, de uma política pública eficaz e que garanta o acesso de acordo com as especificidades de cada paciente.

Assim, são incontroversas as limitações trazidas por determinadas patologias, como a própria diabetes tipo 1, as doenças raras, os cânceres – que inclusive causam a ostomia –, as hipertensões crônicas, entre outras. Consequentemente, precisamos refletir sobre a evolução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

histórica do conceito de deficiência, bem como sobre a consequência de patologias que causam deficiência, explanado aqui também pelo Dr. Pedro Salomão muito bem. E aí, começamos, inclusive, pelo Decreto 5.296, de 2004, que conceitua a pessoa com deficiência como aquela que possui limitação ou incapacidade para desempenho de atividades e se enquadra nas seguintes categorias: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental e deficiência múltipla. Observem, reiterando – inclusive, me permita, Dr. Pedro Salomão –, que, pela força do decreto, não basta ter limitação ou incapacidade; além disso, deve se enquadrar nas categorias expressamente condicionadas no instrumento legal.

Já a LBI, a nossa Lei Brasileira de Inclusão, traduz o conceito de democracia ao pensarmos que, desde 1988, com a promulgação da Constituição Federal e a consolidação do Estado democrático de direito, reconheceu-se a necessidade de garantir a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade. Após décadas de luta, esse instrumento – qual seja, a Lei 13.146, de 2015, que tem como fundamento a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada aqui em 2009, no Brasil, através do Decreto 6.949 – é, sem dúvida, assistir à democracia na prática, pois mais de 45 milhões de brasileiros e brasileiras deixaram de ser invisíveis.

Entre as principais inovações da LBI está a mudança do conceito de deficiência, que agora não é mais entendido como uma condição estática e biológica da pessoa, mas, sim, como resultado da interação com as barreiras impostas pelo meio, ou seja, de quanto mais acessos e oportunidades uma pessoa dispõe menores serão as suas dificuldades consequentes de suas características. Vejam bem, a LBI, no seu art. 2º, diz que – abro aspas –: "Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas". E ela aponta ainda que: "A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, e [...] [considera, vejam]: I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; III - a limitação no desempenho de atividades; e IV - a restrição de participação".

O que se deve analisar, neste ponto, é uma abordagem da deficiência pelo modelo social de direitos humanos aqui já exposto, inclusive, pela Dra. Lúcia Xavier também. Todos nós sabemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o Brasil está migrando de uma avaliação de deficiência, saindo dos critérios médicos puramente ditos – sendo a clássica divisão feita em tipos de deficiência –, para incluir os componentes de modelo social, que considera também aspectos biopsicossociais na avaliação. No entanto, gente, deve-se levar em consideração que são legítimos usuários dos direitos das pessoas com deficiência aqueles que cumprem os critérios macro definidos na legislação, independente de programas ou políticas públicas, sob pena de a regulamentação do instrumento de avaliação restringir direitos como, por exemplo, o direito à não discriminação, que é um direito individual, independentemente da avaliação formal do tipo de deficiência.

Estou finalizando.

O novo paradigma do modelo social da deficiência, com base nos direitos humanos, determina que a deficiência não está na pessoa como um problema a ser curado, e, sim, na sociedade, que pode, por meio das barreiras que são impostas às pessoas, agravar uma determinada limitação funcional. Essa nova visão, resultante da luta das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais, significa uma revolução no modo de lidar com as pessoas com deficiência e suas relações com a sociedade e também com aquelas patologias correlatas a uma deficiência.

Já encaminhando para a finalização e diante do que até aqui foi exposto – e muito bem exposto por todos que se apresentaram –, observo que o PL também traz, em sua justificativa, a não existência de amparo legal que garanta, por exemplo, ao estudante com DM1 atendimento adequado dentro dos estabelecimentos escolares, a dificuldade de acesso ao trabalho por jovens e adultos, além de barreiras para o exercício de funções que exijam grandes esforços. E sobre esses aspectos, é de suma importância registrar a ausência do Estado em garantir tecnologias eficazes para o controle sólido da doença, e, se há tais tecnologias, demonstra também uma falta de acesso desse segmento populacional a tais ferramentas de inovação.

Logo, vejo com preocupação, respeitando aqueles que divergem, que não basta apenas reconhecer o DM1 ou classificá-lo como deficiência, pois condicioná-lo a uma avaliação em que, além de haver a demonstração de limitação e incapacidade, a pessoa, o cidadão, deverá demonstrar em qual categoria se enquadra pode fazer essa excelente iniciativa – quero reiterar aqui –, materializada por este PL, ser ineficaz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, reconhecer o direito de quem tem deficiência é garantir a cidadania. Entretanto, ampliar classificações ou conceitos com a finalidade de garantir acesso a direitos merece cautela, pois poderíamos somar esforços, por exemplo, para garantir de forma isonômica e mediante livre demanda àqueles que possuem indicação médica acesso às tecnologias assistivas avançadas e existentes capazes de promover um controle adequado da patologia e evitar que tal condição os condicione como uma pessoa com deficiência.

Por fim, a Dra. Lúcia me tocou bastante com a sua fala, porque ela explana um cenário que destoa do ideal para que as pessoas com deficiência tenham acesso à saúde. Então, apesar de estar agradecida por participar deste projeto, eu quero compartilhar a minha preocupação: criarmos instrumentos que, ao mesmo tempo que reconhecem a condição da deficiência, limitam o acesso a direitos. Assim, que daqui saiam encaminhamentos que assegurem esses direitos.

O Dr. Pedro Salomão falou muito bem que não dá para se prender a arcabouço legal e normativas jurídicas. Sobre isso a gente até pode dialogar aqui, muito francamente, mas, na prática, na ponta, a pessoa com DM1 vai enfrentar essas barreiras tendo uma deficiência invisível, assim como eu, que sou ostomizada e invisível.

Eu quero agradecer e me colocar à disposição no que eu puder colaborar, para que possamos avançar e para que possamos cuidar da sociedade, da comunidade com diabetes tipo 1. Estaremos juntos. Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado pela rica colaboração, Dra. Ana Paula.

E, finalizando o número de nossos participantes, nós teremos a... Peço desculpas aqui. Nós teremos a Jaqueline Correia, é isso? Nós já tivemos a escuta da Jaqueline?

A SRA. JAQUELINE CORREIA (*Por videoconferência*.) – Não, ainda não.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Por videoconferência*.) – Então, será um prazer. Estamos à sua disposição por dez minutos, Jaqueline.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JAQUELINE CORREIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador. Agradeço pela participação e também pelo acolhimento, tanto do senhor quanto do seu gabinete, em relação a essa pauta tão importante que é o diabetes tipo 1.

A gente costuma falar que nós somos poucos, mas nós existimos. E, por conta disso, de toda essa história, de nossa jornada referente ao direito da pessoa com diabetes... O seu gabinete e a sua pessoa, com certeza, estão trazendo visibilidade para a nossa causa.

Eu gostaria que a equipe da Secretaria pudesse apresentar o primeiro vídeo, por gentileza.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. JAQUELINE CORREIA (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

Pode, por gentileza, começar a apresentação? (*Pausa.*)

Bom, meu nome é Jaqueline Correia, eu sou Presidente do Instituto Diabetes Brasil, que representa o diabetes de forma nacional e internacionalmente. Sou mãe-pâncreas, que é ser mãe de uma criança com diabetes tipo 1.

Pode passar, por gentileza.

Bom, a categoria da classificação do diabetes: para incluir o diabetes tipo 1 no rol de pessoas com deficiência, essa deficiência se define numa deficiência física – o pâncreas não funciona, ele deixa de produzir insulina, que é hormônio vital para a saúde. E, por conta dessas questões, a gente precisa tomar atitudes diariamente.

Quando a nossa amiga me antecedeu, a Ana Paula, ela até categorizou alguns desafios. Nós precisamos todos os dias, constantemente, ter decisões para que os nossos filhos possam ter saúde, qualidade de vida, para garantir a vida deles. Um erro numa administração – um erro! – pode ser fatal. E esses são os dados que nós vemos diariamente no Brasil.

Pode passar, por gentileza.

Bom, aqui são alguns dados que nós temos. Até 2022, nós éramos 588 mil pessoas. Agora, atualizado para 2024, são cerca de 600 mil pessoas com diabetes. Nós tivemos uma perda, por falta de políticas públicas na assistência, de 234 mil pessoas. Senador, era para sermos cerca de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

900 mil pessoas. Hoje, infelizmente, nós somos só 600 mil, porque 234 mil vieram a óbito. Uma a cada nove crianças morre por falta de diagnóstico oportuno. A expectativa de vida dessas pessoas, se ela for diagnosticada a partir dos dez anos, em vez de ser 76 anos, cai para cerca de 55 anos. Isso é um dado trágico, e foram até lançados pela maior revista, que é *The Lance*t, os dados do DM1 no Brasil.

Pode passar, por gentileza.

Bom, como se chegou a esse texto desse projeto de lei aqui no nosso país? O diabetes tipo 1 já é considerado como deficiência na Alemanha, Espanha, Estados Unidos, Reino Unido, onde eles tratam muito bem a pessoa com diabetes. Então, essa política pública de considerar o diabetes tipo 1 no rol de pessoas com deficiência não foi uma política pública que saiu de uma ideia de uma mãe brasileira, de uma pessoa brasileira com diabetes tipo 1. Essa política já acontece e funciona muito bem com a população DM1 desses países que eu citei.

As dificuldades que essas pessoas enfrentam, com o risco todos os dias de perder a vida... A Carol falou muito bem aqui sobre os desafios da madrugada: fazer ponta de dedo, verificar se a criança está respirando, se a criança brincou muito, se não brincou, se o adulto sofre algum estresse, se tem alguma questão clínica de saúde, tudo isso impacta a glicemia dele. Então, é um fator que não tem como a gente não entender e que, de fato, não coloca essa classe de forma igual na sociedade. Eles precisam, sim, ter direitos, com amparo dentro da legislação. E o Estatuto da Pessoa com Deficiência é muito abrangente em relação a isso. Grandes países já consideram o DM1 no rol de pessoas com deficiência. Então, são inúmeras decisões ao dia.

Essa é uma figura de uma criança, é uma imagem de uma criança, com um tanto de picadas, e essas injeções são classificadas também. Além da picada de monitorização e administração de insulina, há também o quantitativo de quantas decisões essa criança e esse familiar precisam tomar ao mês para garantir a vida dessas pessoas.

Pode passar, por gentileza.

Bom, no Brasil não há uma política pública estruturada, infelizmente.

Nós tivemos, na terça-feira, uma fala de uma médica que disse que, hoje em dia, o SUS tem iniciativas robustas que amparam essa população, deu o exemplo do Farmácia Popular, mas eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

venho dizer aqui que ninguém que tem diabetes tipo 1 retira o seu medicamento na farmácia popular; pelo contrário, as poucas pessoas que têm acesso a esses tratamentos o fazem através da farmácia especializada, e até a isso muitas famílias já também não têm acesso. Então, 25% apenas dos pacientes apresentam um bom controle, isso aqui que a gente está falando abrange só 25% dessa população.

Tem uns dados mais atualizados voltados para o SUS que falam também que 90% da população com diabetes estão descontrolados, e estados de regiões como Norte e Nordeste têm o pior resultado da hemoglobina glicada.

Também tem estudos que ressaltam que pessoas negras, em sua grande maioria, que não têm poder aquisitivo também têm uma dificuldade no controle glicêmico, ou seja, essas pessoas já estão condenadas. E a gente volta lá atrás e percebe que aquele número de 234 mil pessoas é o reflexo da falta de amparo.

Quando a gente fala também de reflexo, a gente volta a falar desses países que já fornecem. No Reino Unido, por exemplo, é considerado o diabético no rol de pessoas com deficiência. Essas pessoas já recebem a melhor tecnologia, porque eles entendem que essas pessoas, tendo acesso às melhores tecnologias, vão ter melhor qualidade de vida e vão também ser produtivas.

Falando um pouquinho sobre a avaliação biopsicossocial, essa avaliação já está prevista no texto do nosso projeto de lei. Ela foi implementada na Câmara dos Deputados e também está no texto enviado para o Senado. Todas as pessoas com diabetes tipo 1 devem, sim, ser consideradas com deficiência, mas, para terem acesso a determinados direitos, é importante, sim, que passem por uma avaliação biopsicossocial.

Pode passar, por gentileza.

Pode passar.

Então, o que a gente pede agora, Senador? Que essa condição de pessoa com diabetes tenha que ser, sim, incluída como pessoa com deficiência, porque a gente vive diariamente grandes limitações. Aquelas pessoas, principalmente as vulneráveis, não têm chance de viver – como foi o caso da Milena. Então, isso é muito importante e gente pede a conscientização e a empatia de todos os Senadores para que possam incluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente pensou, de uma forma macro, beneficiando e entendendo as demais condições, que, sim, a pessoa com diabetes precisa ser incluída como pessoa com deficiência, mas que existe também – e já está pleiteado dentro do nosso texto do projeto de lei tanto na Câmara quanto no Senado – a avaliação biopsicossocial para todos, porque a gente entende que a gente precisa... Tem determinadas classes sociais, enfim, que determinam mais direitos, dão acesso a mais direitos para que tenham uma melhor qualidade de vida e possam sobreviver a isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado pela apresentação.

Agradeço muito a cada um de vocês pela oportunidade de ouvi-los, de conhecer cada visão específica sobre esse tema, que é tão relevante. Nós sabemos perfeitamente das dificuldades que cada um enfrenta, de como as peculiaridades atingem cada um de nós e muito mais pesadamente as famílias de pessoas com deficiência.

A legislação que está sendo debatida aqui é uma legislação sóbria. Ela não tem nenhum tipo de excesso, favor ou abuso de direito e não exclui ou atrapalha o atendimento de outros grupos que também são vulneráveis. Eu tenho certeza de que vai servir como uma referência para todos nós nesse trabalho que é de construção de boas legislações, de bons trabalhos, para que a gente possa, enfim, dar consequência àquilo que a gente faz aqui no Senado e na Casa Baixa, que é a Câmara dos Deputados, para que a gente tenha tudo isso funcionando com perfeição.

Como eu já disse na reunião anterior e mencionei tangencialmente nesta nossa reunião, o relatório será publicado amanhã. Antecipo que é um relatório pela aprovação do projeto.

Vamos trabalhar juntamente com a Presidência da Comissão e do Senado para que a gente tenha a aprovação em Plenário e o envio para a sanção do Presidente da República com a maior brevidade possível.

Senhoras e senhores, não havendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião, agradecendo novamente a participação de todos.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 14 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e oito minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Izalci Lucas, Weverton, Fernando Dueire, Flávio Arns, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato e Damares Alves, e ainda do Senador Jorge Kajuru, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Giordano, Eduardo Braga, Styvenson Valentim, Leila Barros, Mara Gabrilli, Jussara Lima, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Romário, Eduardo Girão, Wilder Morais, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas ao PLN 3/2024 - LDO 2025**. **Finalidade:** Discussão e votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 3/2024-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências". Relatoria: Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** A Comissão aprovou a apresentação ao PLN 3/2024 (LDO/2025), perante à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de 3 Emendas de Inclusão de Meta e de 2 Emendas de Texto. Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades: Emenda nº 1 – "8581 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde e Saúde Bucal". Meta: 1.000. Senadores solicitantes: Ana Paula Lobato, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Paulo Paim, Styvenson Valentim e Veneziano Vital do Rêgo; Emenda nº 2 – "219G - Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)". Meta: 1.000. Senadores solicitantes: Ana Paula Lobato, Jussara Lima, Leila Barros, Mara Gabrilli, Styvenson Valentim, Veneziano Vital do Rêgo e Wilder Morais; Emenda nº 3 – "8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde". Meta: 1.000. Senadores solicitantes: Ana Paula Lobato, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Styvenson Valentim e Veneziano Vital do Rêgo. Emendas de Texto: Emenda nº 4 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção IV, Art 86, Inciso I, Alínea b. Senador Solicitante: Flávio Arns; Emenda nº 5 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção II, Art 76. Senador solicitante: Humberto Costa. Em seguida, o presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião e da reunião anterior, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta minutos. A presente Ata assinada pelo Senhor Presidente será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/10

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos Srs. Senadores e Senadoras o recebimento do seguinte expediente: cópia do Oficio 265, de 2024, da Federação Brasileira de Hospitais, o qual tece considerações sobre a proposta de alterações na jornada de trabalho. É um debate muito interessante, e esse debate está hoje em nível nacional, na perspectiva, inclusive, de que a gente possa... Como fizemos na Assembleia Nacional Constituinte, eram 48 horas e nós conseguimos, no movimento em nível nacional, com todas as entidades participando, reduzir de 48 para 44. Agora tem projetos na Câmara e tem também aqui no Senado que caminham para 40 horas semanais e, depois desse objetivo, reduzir uma hora por ano até chegar às 36 ou, se for o caso, às 32.

Então meus cumprimentos a todos aqueles que estão mandando manifestações para os Senadores e Senadoras a favor da redução da jornada sem redução de salário.

Continuando, o expediente encontra-se à disposição na Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação das Senadoras e dos Senadores, a fim de que seja analisado pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, o documento será arquivado no final do prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 3, de 2024, Congresso Nacional, que "Dispõe sobre diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências".

Eu falei aqui da ata, mas nós vamos agora esperar dar o quórum para dar também a ata como aprovada.

Nós estamos aguardando o quórum. O nosso Relator é o Senador Fabiano Contarato. Não sei se ele está se deslocando...

Devido à urgência dos fatos, eu sei que o Senador Flávio Arns está aqui presente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, vamos ver com o Contarato se ele chega a tempo para que a gente possa fazer a leitura do relatório.

Não vou fazer agora, naturalmente, nenhuma votação, porque temos que esperar o quórum de onze Senadores. Já estamos com oito.

Eu vou aproveitar, enquanto esperamos o quórum, para falar de um projeto... E aqui eu faço uma saudação já ao Presidente desta Comissão, Humberto Costa, que por motivo de força maior não está aqui na Comissão no dia de hoje, e gentilmente pediu para que eu presidisse este momento.

Eu quero falar sobre a Política Nacional de Cuidados e, mais uma vez, agradeço ao Líder Humberto Costa, que me indicou Relator de Plenário. Como eu fiz o relatório em Plenário, eu vou aqui, então, fazer uma síntese do relatório, que já foi aprovado, e provavelmente seria sancionado no dia de hoje, mas todos nós sabemos, o Brasil e o mundo, que infelizmente o Presidente Lula passou mal esta noite devido àquela queda que teve e em que bateu a cabeça, foi ao hospital de Brasília e depois foi deslocado para São Paulo.

A informação que temos é a de que ele foi operado e que está bem, está na UTI, mas é um procedimento normal depois de uma operação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ficam aqui as nossas orações e o nosso abraço ao querido Presidente da República, esperando que ele naturalmente retorne às atividades com saúde. Saúde em primeiro lugar, não é? Então, todo cuidado sempre é pouco.

Então, o meu abraço aqui aos familiares do Presidente Lula, um abraço ao povo brasileiro que está acompanhando este momento do Presidente que está na UTI em São Paulo devido à operação que fez. Ele caiu e criou um espaço que eu diria que necessitou de uma operação no cérebro, mas dizem que foi tudo tranquilo, que foi tudo muito bem. Então, fica aqui meu abraço ao Presidente, aos familiares e a todo o povo brasileiro.

Volto a falar agora aqui, destacando o Senador Humberto Costa, que foi quem me indicou para fazer esse parecer em Plenário. Então, eu faço, enquanto não dá quórum, a leitura de um resumo do parecer.

Quero saudar a todos a aprovação pelo Senado Federal do projeto de lei que instituiu a Política Nacional de Cuidados, porque, se não fosse o Presidente ter ido para o hospital, a intenção seria promulgar no dia de hoje, PL nº 5.791, de 2019, pois hoje é o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

O projeto é de autoria da Deputada Federal Leandre Dal Ponte, cuja relatoria tive a honra de conduzir, por indicação do Presidente Humberto Costa, desta Comissão, no Plenário do Senado.

Na Câmara dos Deputados, a Relatora foi a nossa querida e brilhante ex-Senadora e Deputada Federal Benedita da Silva.

Registro aqui o meu reconhecimento ao Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que trabalhou muito nesse projeto. Também destaco, na grandeza daqueles que trabalharam por essa causa, os Senadores Flávio Arns, Mara Gabrilli e Eduardo Gomes, naturalmente porque eles têm um projeto semelhante e entenderam que esse projeto do Governo já tinha sido aprovado na Câmara e poderia ser votado, então, de forma rápida, aqui no Senado, e assim o fizemos mediante acordo, sem prejuízo do projeto encabeçado por Mara Gabrilli, Flávio Arns e Eduardo Gomes, de que eu sou também Relator. Vamos continuar debatendo e avançando naquele projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço também ao Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e a todos os Líderes partidários que concordaram que o projeto fosse votado na semana passada para que houvesse a possibilidade... E repito: se não fosse o Presidente estar hospitalizado, seria sancionado no dia de hoje.

Meu agradecimento se estende a todos os Senadores e Senadoras, porque todos votaram, foi votação simbólica e por unanimidade.

O objetivo do projeto, que agora segue para a sanção, já está para sanção presidencial, é garantir direitos e promover melhorias nas relações profissionais dos voluntários de cuidado. Tem tudo a ver com esta Comissão. O texto abrange desde as famílias até os trabalhadores contratados e busca reorganizar a visão social e cultural sobre o cuidado, inclusive no âmbito familiar.

Dados do IBGE, publicados em 2024, revelam que mulheres dedicam, em média, 21,3 horas semanais aos afazeres domésticos e aos cuidados de pessoas, no caso, principalmente, com algum tipo de lesão, deficiência e idosos, enquanto os homens investem apenas 11,7 horas.

Essa organização social dos cuidados, historicamente injusta e desigual, é alvo direto da nova política, que representa um passo importante no combate às desigualdades estruturais em nosso país. Por isso, eu vou continuar lendo este meu resumo do projeto, porque não há uma forma melhor de homenagear o povo brasileiro hoje, no Dia Internacional dos Direitos Humanos. E esse projeto seria sancionado pelo Presidente. Não sei qual é o processo que será feito agora, mas, com certeza, será sancionado com rapidez.

O projeto estabelece diretrizes e princípios que orientarão um futuro plano nacional de cuidados a ser implementado por meio de ações, instrumentos, metas e indicadores. Esse plano será aplicado de forma descentralizada e articulada entre os entes federativos. O texto define o cuidado como trabalho essencial para a reprodução diária da vida humana, da força de trabalho, da sociedade e da economia, além de assegurar o bem-estar de todas as pessoas.

A Política Nacional de Cuidados adota uma perspectiva integral e integradora, envolvendo políticas públicas de saúde, educação, assistência social, esporte, entre outras. O objetivo principal é promover uma mudança cultural na organização social do cuidado, com ênfase no reconhecimento, na redistribuição e na redução do trabalho não remunerado de cuidado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realizado majoritariamente pelas mulheres. A política incentiva o setor privado a criar condições que conciliem trabalho remunerado, autocuidado e responsabilidades familiares.

Outro foco é a promoção do trabalho decente para trabalhadores remunerados do cuidado, combatendo a precarização e a exploração. O público prioritário inclui trabalhadores remunerados ou não e os beneficiários das atividades de cuidado, como crianças, especialmente na primeira infância, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. O texto prevê ainda a possibilidade de ampliação gradual desse público, de acordo com novas demandas.

As ações a serem implementadas no âmbito da política e do Plano Nacional de Cuidados serão financiados, de forma conjunta, pela União, estados e municípios, que compartilham a responsabilidade de executar a política. A sociedade, as famílias e o setor privado também têm corresponsabilidade em sua implementação.

Senhoras e senhores, concluo reiterando a importância desse projeto para a construção de um país mais justo, equitativo e solidário. A aprovação dessa política é um marco na luta contra desigualdades sociais e no fortalecimento do cuidado como um valor essencial para o desenvolvimento humano e social, para as políticas humanitárias. Mais do que justo que eu tenha essa oportunidade de fazer este pronunciamento aqui na Comissão exatamente na hora em que deu o quórum e exatamente na hora em que chegou o Relator. Está dando tudo certo.

Então, de imediato. De imediato, vamos lá, passo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para proferir o relatório das emendas à LDO.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Parabenizo V. Exa. pela condução nesta tão importante, também, Comissão de Assuntos Sociais. Aliás, quando eu vejo o senhor, que representa a Comissão de Direitos Humanos, aqui nesta Comissão – são Comissões que são interdisciplinares, que se conectam, que falam, conversam entre si –, eu fico muito feliz em ver V. Exa. à frente também desta Comissão tão importante.

Eu passo direto à análise.

No que se refere às emendas ao texto apresentadas, entendemos que todas observam as competências regimentais desta Comissão. Inexistindo limitação quantitativa para tal modalidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de emendas, somos pela apresentação da integralidade das propostas oferecidas pelos nobres pares.

Já em relação às emendas para inclusão de meta, todas também vinculadas à área de atuação da CAS, nota-se um sério descompasso entre o número de propostas de emendas de inclusão de metas no Anexo de Prioridades e Metas sugeridas (47) e a máxima de emendas que a Comissão poderá apresentar (3). O inegável mérito das propostas apenas acentua o impasse e agrava a dificuldade da escolha.

Nesse sentido, após acurado exame em torno da questão, resolvemos levar em conta para a escolha a frequência com que as propostas se repetiram, procurando, com isso, atender ao maior número de Parlamentares proponentes.

Vale ressaltar que o mérito de cada emenda no contexto geral do orçamento será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Voto.

Em face do exposto, somos pela apresentação, por esta Comissão, das emendas ao texto da PLDO 25 elencadas no Anexo I, bem como das seguintes emendas de inclusão de meta no Anexo de Prioridades e Metas, descritas aqui.

Por fim, sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), inclusive quanto aos ajustes técnicos.

Este é o voto, Sr. Presidente.

Eu só quero aproveitar este momento, Sr. Presidente, para externar as minhas sinceras orações e pronto restabelecimento ao nosso Presidente Lula, na certeza de que o Brasil inteiro, aliás, o mundo inteiro, o reconhece como um grande líder mundial, principalmente um Presidente que sempre se coloca com empatia, colocando-se na dor do outro. Quando se fala no Presidente Lula, eu me lembro muito do Padre Júlio Lancellotti, de quando ele fala "eu tenho plena convicção do lado que eu escolhi e não quero mudar de lado". O lado que o Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Relator Contarato, é tão importante a sua fala, que, se V. Exa. me permitir, eu já coloco em discussão e votação, e V. Exa. faz essa saudação...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que eu fiz na abertura também.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais do que justa, é merecida.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação as emendas.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As emendas estão aprovadas.

As emendas serão encaminhadas para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Parabéns, grande Relator Contarato!

Faço questão de ouvi-lo agora na saudação e solidariedade, que V. Exa. já tinha iniciado, ao nosso querido Presidente Lula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Não, Sr. Presidente, eu estou concluindo mesmo, é só para falar porque o que move minha vida na política é a gratidão, e, como eu venho também de uma família pobre, e o senhor sempre luta pelas pessoas que, efetivamente, mais precisam, quando nós temos um Presidente que é comprometido com as pautas sociais, com a luta pela redução da desigualdade, para diminuir o abismo entre os milhões de pobres e a concentração de riquezas nas mãos de tão poucos, eu acho... É lamentável quando eu vejo que as pessoas que utilizam todos os programas sociais não tenham gratidão.

Quando me perguntam, por exemplo, por que o Partido dos Trabalhadores, e olha que eu entrei há pouco tempo, eu fui eleito pela Rede, mas eu não canso de falar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Entrou há pouco tempo e já virou Líder, pela competência, naturalmente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – É porque, sempre que me falam isso, eu faço uma provocação no sentido inverso. Quando me perguntam isso, eu falo "olha, ProUni, Pronatec, Pró-Jovem, Minha Casa, Minha Vida, SiSU, Samu, Luz para Todos, Brasil Sorridente, Mais Médicos... Como eu não vou ter gratidão por um partido e um Presidente que tenha o olhar humanizador, que tenha empatia, que se coloque na dor do outro?"

Quem vive nessa, quem vem desse meio, lá do movimento sindical, lá de metalúrgico, de trabalhador, de lutas de classe, direito de trabalhadores, colocando o jovem, o sonho de o filho de um pobre entrar na universidade, entra com o ProUni... Você tem tantos programas que isso incomoda; incomoda a camada que quer manter esse regime de escravidão. É regime de escravidão, sim. Quando falam que este é o Brasil de iguais, perdoe-me o desabafo, Senador Paim, mas isso está longe de ser realidade. Esta Casa aqui, com todo o respeito, não representa a população. Ela não representa a população pobre. Quem aqui é o Parlamentar que está representando a população pobre? Quais são os legitimados para estarem aqui representando a população pobre?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando eu vejo o Presidente... Por isso que eu faço questão de emanar todas as minhas orações e energias. E o Brasil está fazendo isso para esse grande ser humano, para esse grande Presidente, para esse grande líder mundial que é o nosso Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Desejo a Lula plena recuperação para que, em breve, esteja aí nos comandando mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os meus cumprimentos ao Senador Contarato pelo relatório, aprovado por unanimidade, e pela saudação que V. Exa. faz ao nosso Presidente Lula.

Eu também fiz, na abertura dos trabalhos, na mesma linha de V. Exa., informando ao Brasil que a *fake news* já está circulando. É mentira. O fato real é que ele teve um acidente em que bateu a cabeça e todo o Brasil ficou sabendo. Teve dor de cabeça ontem. Estava numa reunião, inclusive, com os Presidentes da Câmara e do Senado, o Lira e o Rodrigo Pacheco, e entenderam que deveria ir ao hospital. Foi ao hospital aqui em Brasília. Os médicos o examinaram e o encaminharam para São Paulo, porque tinha que fazer uma operação no cérebro devido a essa situação de uma pequena hemorragia. Essas foram todas as informações que eu recebi hoje pela manhã, mas já tem um boletim, foi tudo bem. Ele está na UTI, o que é um procedimento normal – que tem que ser feito –, no período pós-operatório, mas está tudo bem. Esperamos, claro, na linha que você colocou...

Ele hoje, inclusive, iria sancionar a Política Nacional de Cuidados, em que todos nós trabalhamos juntos aqui no Congresso. Enalteci o Flávio Arns, a Mara Gabrilli e também o Eduardo Gomes, que são autores de um projeto semelhante, do qual eu também era Relator. Ele iria sancionar hoje porque é o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Não sei se vai ser sancionado pelo Vice ou se vamos esperar o retorno dele. O importante é que tem toda uma simbologia esse projeto que tinha preparado para hoje. Ele fez um apelo muito grande a todos os Líderes para que votassem o projeto. Os Líderes atenderam, todos atenderam, na Câmara e no Senado, tanto que na Comissão de Direitos Humanos nós votamos num dia – e teve o seu voto lá, defendendo – e no outro dia o Plenário já votou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz uma leitura do resumo do projeto aqui. Acabei não falando da importância, para a aprovação do projeto, além do Presidente da República, do Ministério do Desenvolvimento, na figura do Ministro Wellington Dias, de quem eu falei no relatório, na tribuna do Senado, do Ministério das Mulheres, da Cida Gonçalves, e do Ministério dos Direitos Humanos, da Macaé Evaristo. Todos, todos colaboraram muito para esse projeto estar pronto para ser sancionado.

Eu vou encerrar porque tenho que defender uma proposta de empréstimo em torno de 70 bilhões de euros para Porto Alegre, Rio Grande do Sul, para a recuperação da cidade.

Agradeço muito ao Líder Contarato e ao Flávio Arns, que se colocou aqui à disposição. Com isso, nós vamos para o encerramento.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta reunião e de outras, no caso da reunião anterior, que eu fiz na abertura, que eu citei.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Lembro que hoje, às 14 horas, teremos reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a debater questões essenciais à radiologia e à saúde no Brasil.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a oportunidade que me foi concedida pelo Presidente da Comissão, Humberto Costa, e, em nome dele, declaro encerrada agora a presente reunião, que atingiu todos os objetivos.

(*Iniciada às 09 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 09 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Izalci Lucas, Alan Rick, Marcelo Castro, Weverton, Alessandro Vieira, Fernando Dueire, Flávio Arns, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Sérgio Petecão, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Jorge Kajuru, Hamilton Mourão, Eliziane Gama, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra e Flávio Bolsonaro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Eduardo Braga, Styvenson Valentim, Leila Barros, Mara Gabrilli, Romário, Eduardo Girão, Wilder Morais e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 97/2024 - CAS, de autoria Senador Dr. Hiran (PP/RR) e Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Finalidade:** Debater questões essenciais à Radiologia e à saúde no Brasil. **Participantes:** Cibele Alves de Carvalho, Representante do Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem, do Conselho Federal de Medicina e da Associação Médica Brasileira; Leonardo José Araújo Macêdo de Alcântara, Representante da Federação Médica Brasileira; e Giovanni Guido Cerri, Representante da Academia Nacional de Medicina. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Astronauta Marcos Pontes
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/10

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 97, de 2024, da Comissão de Assuntos Sociais, de autoria do Senador Dr. Hiran, para a realização de audiência pública destinada a debater questões essenciais à radiologia e à saúde no Brasil.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: a Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e o e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, tudo junto, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Nesta audiência, nós teremos a participação de três convidados. Um, a Dra. Cibele Alves de Carvalho, aqui conosco, presencialmente, e dois em videoconferência: o Dr. Leonardo José Araújo Macêdo de Alcântara e o Dr. Giovanni Guido Cerri.

Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer: agradecer a presença de todos e agradecer àqueles que nos acompanham, também, através da rede do Senado e da TV Senado.

Tratar do assunto de saúde no Brasil tem uma importância primordial, considerando não só as nossas dimensões, aqui, do país, mas também as nossas diferenças entre essas diversas regiões. A gente sabe que a saúde acaba sofrendo muito; em muitos lugares, as pessoas precisam ser atendidas e, muitas vezes, não conseguem. É uma luta constante. Certamente, a tecnologia pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ajudar: ela ajuda não só na maior eficiência dos tratamentos e diagnósticos, mas também no próprio controle logístico de todo o setor de saúde.

Eu gostaria de agradecer muito, de antemão, aos nossos convidados também por doarem o seu tempo, aqui, para que nós possamos fazer esta audiência pública, colocar as informações à disposição da população.

Quem nos assiste, por favor, fique à vontade para nos mandar questões, comentários, que nós vamos passá-los aos nossos convidados.

Em termos de operação, aqui, de como é que acontece, cada convidado terá dez minutos para sua exposição. Esse tempo é contado ali – para quem está aqui, no presencial –, naquele relógio. Quando faltar um minuto, vai tocar, automaticamente, um aviso como este...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... e, aos 15 segundos, geralmente entra o aviso sonoro de uma senhorita, eu acredito, muito enfática, falando que faltam 15 segundos. (*Risos.*)

Esse daí.

Para quem está no remoto, não vai haver esses avisos, exceto o dos 15 segundos, que toca lá também, mas eu pediria, então, para que controlassem os dez minutos no local.

Nós vamos fazer a apresentação dos três convidados e, no final das apresentações, nós teremos a leitura das perguntas. Aí, eu ofereço aos nossos convidados para responderem e, ao mesmo tempo, já apresentarem as suas considerações finais, junto com as suas respostas e comentários às perguntas.

Combinado?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Dito isso, nós podemos dar início, então, à audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra para a nossa primeira convidada, que é a Dra. Cibele Alves de Carvalho. Ela é representante do Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem, do Conselho Federal de Medicina e da Associação Médica Brasileira.

Dra. Cibele, a senhora tem a palavra.

A SRA. CIBELE ALVES DE CARVALHO (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Marcos Pontes. Em nome do Colégio Brasileiro de Radiologia, agradeço-lhe e agradeço à Frente Parlamentar da Medicina, representada pelo Senador Hiran Gonçalves, que nos deu de presente este momento tão importante para nós.

O que eu trago aqui rapidamente é uma rápida avaliação da questão do colégio, quem é o colégio, o que nós fazemos e quais são as nossas intenções mesmo do ponto de vista de busca de uma melhoria contínua da prestação de serviço, uma melhoria da qualidade à saúde da população brasileira.

Antes, nós somos um colégio, um colégio de associados e, além de defender, claro, as nossas pautas como médicos radiologistas e do diagnóstico por imagem, nós temos como objetivo também prestar o nosso serviço do ponto de vista social, porque somos médicos, e quem é médico quer fazer sempre o melhor pelo seu paciente.

Então, vamos lá, é uma apresentação rápida.

Eu estou aqui hoje também representando o Conselho Federal de Medicina, sou Conselheira suplente por Minas Gerais, e também a Associação Médica Brasileira.

O CBR é o representante da radiologia e do diagnóstico por imagem no Brasil e temos aí como missão representar e defender a especialidade e os médicos com atuação em radiologia e diagnóstico por imagem – a gente fala radiologia e diagnóstico por imagem, porque hoje a gente tem métodos de imagem que não utilizam radiação ionizante; então, a gente agrega tudo –, buscando uma atuação mais uniformizada e entregando serviços que agreguem valor à vida do profissional e garantam um atendimento de qualidade e segurança para o nosso paciente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São várias, o guarda-chuva do CBR abarca a ultrassonografia, a tomografia, a ressonância, a radiologia convencional e contrastada, a intervencionista, a angiorradiologia, a densitometria óssea e a mamografia.

São várias sociedades médicas parceiras – dentre elas a gente tem a SBACV, a Mastologia, a Abrasso, a Febrasgo, a SBNR dentro das suas áreas de atuação; as nacionais, principalmente o Conselho Federal de Medicina, a AMB, a ABFM; e também a gente sempre tem aí uma parceria com as agências, com quem sempre a gente está conversando, a Anvisa, a Agência Nacional de Saúde; e, além disso, parcerias internacionais, porque a gente tem um trabalho constante de educação médica continuada.

Lembro aqui um pouquinho sobre o perfil do médico radiologista no Brasil. Nos mesmos moldes da medicina, a gente tem infelizmente um número suficiente de radiologistas pelo último censo, nosso censo médico, mas a gente tem uma distribuição irregular.

A gente mostra também que somos médicos que gostam de se especializar muito, então a gente vê muitas vezes um médico com duas, três ou mais especialidades ou áreas de atuação, às vezes não só da radiologia, mas também dentro das áreas de atuação que a radiologia abarca, como eu coloquei.

A gente ainda tem uma diferença: hoje, nacionalmente, as mulheres já ultrapassaram os homens, em termos de formação médica, mas a gente ainda tem um número menor de mulheres médicas, talvez porque a radiação ionizante traz ainda um pouco de preocupação para as mulheres que vão querer ser mãe um dia, que têm um pouco de medo dos efeitos da radiação ionizante; mas a gente sabe que hoje, com os equipamentos supermodernos, nem se fala mais sobre isso. mais sobre isso. Hoje é muito comum a mulher, médica, grávida atuar dentro da radiologia. Mas a gente ainda tem essa diferença.

Então, eu trouxe aqui alguns números. Depois, quem tiver interesse em vê-los...

Um dos pilares nossos é justamente atualizar o médico que trabalha com imagem. Então a gente tem o Atualiza25, que vai ser nos dias 21 e 23 de março de 2025. São dois eventos grandes pós-pandemia. O Atualiza veio com força. É um evento totalmente *online,* que a gente faz em parceria com sociedades internacionais; abarcamos aí outros médicos, de outras especialidades,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como oncologistas, patologistas; buscamos os estudantes de medicina – infelizmente, após a inteligência artificial, muitos acadêmicos de medicina se assustaram em fazer radiologia; hoje, o colégio tem buscado mostrar como a radiologia é importante e que eles não se assustem com a inteligência artificial – e as subespecialidades, todas essas abarcadas no último Atualiza, de 2024, quando nós tivemos aí 1,2 mil inscritos. Está aí um evento muito bacana. É uma discussão de casos *online* também, é superiterativo e tem uma participação realmente muito efetiva, de que todo mundo gosta muito.

E temos o nosso congresso brasileiro, que no ano passado foi em Salvador, uma terra muito linda. Realmente foi um encontro, porque o *online* é muito bom, mas o pessoal faz toda a diferença. Tem um pouquinho aí. A gente inovou. A gente traz as salas de aula, mas a gente também tem maratonas, tem arenas abertas, onde são discutidas várias questões. A gente traz aí um pouquinho: a gente está vendo ali o pessoal do Olodum, as mulheres do Olodum mostrando a nossa cultura. Então a gente pensa um pouquinho fora da caixa, falando da radiologia como um todo, mas também a gente fala aí um pouquinho de tudo.

Aqui é o nosso próximo convite. Vai ser em Curitiba o nosso próximo congresso.

Eu queria falar aqui um pouquinho...

A gente tem o CBR Educa. São vários eventos também *online* durante o ano todo, são várias *webinars*, a gente tem várias comissões. Temos a questão do CBR voltado para as clínicas de imagem. O Colégio Brasileiro de Radiologia tem o único programa de qualidade especificamente voltado para a imagem, já é uma certificação internacional. E a gente se preocupa muito com a prestação de serviço das nossas clínicas.

A gente é pioneiro no selo de qualidade. Além do Padi (Programa de Acreditação em Diagnóstico por Imagem), a gente tem também os selos de qualidade do CBR nas diversas áreas. O nosso selo de mamografia este ano completou 30 anos. Então, o colégio se preocupa há anos e anos com a qualidade daquilo que a gente presta como serviço. Nós temos a ABCDI, que são essas clínicas abarcadas pelo colégio brasileiro, onde a gente tem sempre um cuidado, em termos de qualidade, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a formação, nós fazemos inúmeras provas de título. É uma preocupação nossa tanto o título de especialista quanto as áreas de atuação. São inúmeros colegas que fazem essas provas. Hoje a gente tem inclusive o EDiR, que é uma titulação internacional que a gente faz durante o nosso congresso.

E temos o CBR Sociedade, que a gente traz um pouquinho aqui. A gente, infelizmente, tem vivido muito a invasão do ato médico por não médicos. E é um prazer para nós estar ao seu lado, porque eu sei como que o senhor abarca essas questões nossas da invasão do ato médico. Está aí a sua liderança em projeto de lei dessa alçada.

Principalmente, na nossa guerra, hoje, a gente tem processos junto com o CFM. E eu falo do papel maravilhoso que o CFM faz de defender o ato médico.

Hoje, a gente tem pautas e, infelizmente, ações judiciais em desfavor do Coffito e do Cofen, que ainda a gente tem perdido.

Fomos vitoriosos na questão do arquivamento do Projeto de Lei 2.987, que transformava a ultrassonografia em especialidade médica, mas, de um momento para outro, ia tirar do médico a ultrassonografia e passar também para prerrogativa da enfermagem, da fisioterapia e da biomedicina. Então, a atuação da AMB e do CFM fez toda a diferença para isso.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CIBELE ALVES DE CARVALHO – Aqui, são reuniões que a gente faz com outras entidades médicas, porque, se não fossem elas...

Aqui é no CFM, nossa visita ao CFM, agradecendo e reiterando o nosso compromisso com a qualificação e o título de especialista, o RQE.

Fomos eleitos – não são todas as sociedades eleitas – para uma cadeira do Conselho Deliberativo da AMB, que tem muitas pautas importantes dentro da medicina.

Retornamos ao IBDM. Agradeço à Kate, que teve um papel fundamental nesse retorno.

Hoje, a gente busca outras sociedades para se agregarem, porque têm feito muita diferença para nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí a gente busca essas pautas. Por exemplo, estivemos, na semana passada, falando com o Ministério da Saúde sobre a nossa preocupação, o CBR abraçou a causa da demora para se fazer a mamografia no Sistema Único de Saúde.

Hoje, o câncer de mama é o que mais mata mulheres.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CIBELE ALVES DE CARVALHO – E a gente tem aumentado muito os índices de câncer de mama em mulheres principalmente abaixo dos 40 anos. Estamos ultrapassando níveis mundiais.

Para finalizar, isto aí foi uma campanha de valorização do médico radiologista em que a gente fala que radiologia não é apoio, é essência, porque o diagnóstico preciso, o tratamento precoce, o acompanhamento da doença, isso traz vida, isso traz redução da morbidade e, principalmente, sustentabilidade para o sistema, traz economia, porque hoje a gente tem que falar sobre isso.

Sobre o tempo para que as mulheres fizessem – além da nossa visita liderada pela Frente Parlamentar da Medicina, que nos levou até lá –, tivemos uma repercussão enorme na imprensa a respeito disso.

E pedimos que todos os senhores possam nos ajudar em relação a isso.

Esta é a nossa campanha: essência, longevidade.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CIBELE ALVES DE CARVALHO – E é isso.

Muito obrigada, de coração, por este momento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dra. Cibele Alves de Carvalho, representante do Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem, do Conselho Federal de Medicina e da Associação Médica Brasileira. Parabéns pela apresentação. Conte conosco aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sem dúvida nenhuma, é importante proteger as especialidades médicas. E não é uma questão de cooperativismo, mas, sim, de proteger a saúde das pessoas.

Um profissional que não é treinado para fazer algum tipo de procedimento, certamente, causa um risco muito grande de aquela pessoa atendida ter outros problemas que vão ter que ser corrigidos por médicos depois também, o que não é bom para a pessoa e não é bom, de forma nenhuma, para ninguém.

Então, tive a honra de colocar esse projeto de lei, junto com o Dr. Armando Lobato, que passou as informações.

Hoje, nós tivemos uma discussão, na Comissão de Educação, com relação, também, ao exame de proficiência médica e odontológica, dois projetos de lei que eu coloquei – ambos em coordenação com o Conselho de Medicina e o Conselho de Odontologia.

A gente vê a necessidade, novamente, de proteger a vida dos brasileiros, do profissional médico ou dentista. Ele tem uma responsabilidade muito grande nas suas mãos ali. A gente tem que, realmente, assegurar que tenhamos a melhor qualidade desses profissionais.

Então, gosto muito de trabalhar com o setor médico e, novamente, contem comigo aqui para que a gente tenha, cada vez mais, uma saúde melhor no Brasil.

Na sequência, passo a palavra ao Dr. Leonardo José Araújo Macêdo de Alcântara, representante da Federação Médica Brasileira, por dez minutos, para sua exposição.

Dr. Leonardo, o senhor tem a palavra.

O SR. LEONARDO JOSÉ ARAÚJO MACÊDO DE ALCÂNTARA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde; boa tarde a todos os presentes; boa tarde, Senador.

Inicio perguntando se me ouvem bem. Queria só ter um retorno em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Sim, retorno de 100% aqui.

O SR. LEONARDO JOSÉ ARAÚJO MACÊDO DE ALCÂNTARA (*Por videoconferência*.) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou, inicialmente, me apresentar.

Meu nome é Leonardo Alcântara, sou médico radiologista, também. Fui, até o início deste ano, Presidente do sindicato local aqui – sou médico no Ceará, então fui Presidente dos Sindicato dos Médicos do Ceará – e divido com a Dra. Cibele, atualmente, uma função de Conselheiro no Conselho Federal de Medicina, aqui pelo meu estado – a Dra. Cibele, por Minas Gerais. E, hoje, venho aqui representando o Dr. Fernando Mendonça, que é o Presidente da Federação Médica Brasileira, conterrâneo também da Dra. Cibele. Então, estou aqui enquanto representante da Federação.

Por isso – a Dra. Cibele já deu uma apresentação ampla do cenário da radiologia, de algumas dificuldades que a gente enfrenta, de todas as ações que o colégio desenvolve –, queria puxar um pouquinho minha apresentação, enquanto representante de uma federação, para as questões trabalhistas.

O radiologista hoje enfrenta questões trabalhistas – não de hoje, mas já há muitos anos – e há, talvez, uma agudização desse cenário em relação tanto ao ambiente de trabalho, como à locação desse radiologista e também à remuneração.

Por ser uma atividade bastante instrumentalizada do médico, ao contrário de um médico clínico, que, com um estetoscópio, já é capaz de cumprir seu mister, o radiologista muito dificilmente, de uma forma tão barata, vai conseguir cumpri-lo.

O radiologista necessita de aparelhos – como a gente gosta de falar, aparelhos avançados de diagnóstico, desde um raio-X até uma ressonância magnética –, que necessitam de uma estrutura.

É por isso que o nível da autonomia do médico radiologista, talvez classificado como um profissional autônomo, é um pouco menor do que o de muitos outros colegas que assistem mais diretamente ao paciente.

Nesse sentido, a gente vê que, há muitos anos já, o radiologista se aloca no mercado de trabalho como um prestador de serviço para uma empresa que é contratualizada um tomador de serviço. Então, ele fica ali numa situação um tanto mais vulnerável em relação à capacidade de negociar seus honorários, à capacidade de ter reajustes adequados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não que essas empresas também, que normalmente são clínicas, tenham alguma facilidade; muito pelo contrário, a gente sabe que, apesar de haver uma lei federal, do Governo Dilma, a Lei 13.003, se não me falha a memória, prevendo a necessidade desses reajustes e outros tantos critérios básicos para que haja uma contratualização do serviço e, consequente e obviamente, remuneração desses médicos, isso não tem sido cumprido a contento. Então, esse é um problema.

Aliado a isso, como o Senador bem introduziu, uma das características da radiologia é ela conseguir entrar de uma forma muito mais rápida, pelo menos historicamente, em novas tecnologias, e isso não se faz diferente no momento atual. Principalmente com as tecnologias de transferência de informações, a gente consegue hoje realmente, a uma distância muito grande, exercer o nosso papel enquanto radiologistas.

O problema dessa situação é porque a gente entende, com a chegada e com a ampliação da telemedicina e da telerradiologia, não só na radiologia, mas em outros ramos da medicina, e tem visto uma simplificação do ato médico. Na radiologia, especificamente, o ato do médico radiologista não se resume em emitir um laudo médico, não se resume em emitir aquele relatório de uma ou mais laudas; ele é muito mais do que isso.

O radiologista é responsável por todo o procedimento que envolve o paciente, desde o planejamento desse procedimento, para que, em primeiro lugar, não haja riscos à segurança do paciente e para que, em segundo lugar, esse procedimento seja feito da forma adequada, da forma personalizada para aquele paciente. Então, é muito importante realçar que o ato do radiologista perfaz essa parte de você conseguir personalizar esse atendimento.

Então, quando a gente avança na telerradiologia – e não há como ser diferente, como o Senador, mais uma vez repetindo, introduziu –, essas tecnologias trazem redução de custos, e essa redução de custos visa a um maior acesso da população aos serviços de saúde – e é muito importante que assim o faça –, mas não podemos fazê-lo com simplificação, deixando que o ato médico seja simplório.

Então, a gente vê muito, tanto na medicina pública quanto na medicina privada, essa simplificação trazendo problemas aos pacientes. A realização desses exames não são receitas de bolo. Existe uma padronização, que a gente chama de protocolos, de alguns atos médicos desses, mas essa padronização precisa ser revisada pelo radiologista. A gente tem visto que isso não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sido feito, muitas vezes, e, ao não o fazer, o que a gente tem visto é que existe uma perda de qualidade do serviço e uma economia para o prestador daquele serviço, e essa economia está sendo transferida para o radiologista no sentido de redução de remuneração.

Então, o que a gente quer ressaltar, alinhado ao que a Dra. Cibele colocou, é que é preciso realmente garantir, assegurar que a população seja atendida por esses profissionais capacitados, que têm o RQE (Registro de Qualificação de Especialista) emitido pelos conselhos regionais e pelo Conselho Federal de Medicina, e também que esses atos, essa execução dos serviços tanto pela medicina pública quanto pela medicina privada se dê de forma integral para que a gente não esteja entregando à população uma radiologia de segunda categoria, não por incapacidade dos profissionais, mas, sim, por toda a logística, por todo o restante que envolve a realização desse ato médico.

Então, a gente se preocupa muito quando, voltando à lei, ela não é executada, porque a gente vê que os colegas médicos radiologistas... Existe, nos últimos anos, uma redução do interesse dos egressos das faculdades pela especialidade, em parte pelo que a Dra. Cibele acaba de colocar, no sentido das novas tecnologias, como principalmente a inteligência artificial. Há um alarde muito grande de que isso poderia até substituir, eventualmente, o médico radiologista, coisa que eu já coloco aqui, de início, que não acredito que será dessa forma, não tem como. Quando a gente exerce, a gente entende que a coisa não está andando a passos largos, como tem sido alardeado por meios de comunicação não tão especializados, não tão conhecedores do assunto.

Também, a questão remuneratória tem sido abalada. Os colegas médicos radiologistas, por essa relação muitas vezes indireta com o prestador, por essa autonomia, vamos chamar assim, menor do que de outras especialidades médicas, por essa relação terceirizada na contratualização... Muito dificilmente, um radiologista é contratualizado de forma direta para exercer a sua atividade. Isso tem trazido dificuldade de recomposição inflacionária desses proventos e também, muitas vezes, perda desses proventos. E o pior é que a perda desses proventos, muitas vezes, vem pela troca por serviços que não entregam a mesma qualidade.

Então, a gente precisa, sim, entregar uma medicina de qualidade para a população, uma medicina de baixo custo para a população, mas a gente precisa estabelecer os critérios mínimos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que não haja um aviltamento de valores, na prestação do serviço, que impacte o radiologista em questões remuneratórias e também impacte a população em relação à qualidade desse serviço prestado.

Então, essa é a minha colaboração inicial e, mais uma vez, parabenizo o Senado, o Senador Marcos Pontes pela sempre diligente atuação em prol da saúde da população, em prol da boa prática.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dr. Leonardo José Araújo Macêdo de Alcântara, representante da Federação Médica Brasileira. Parabéns pela apresentação, pelas palavras. Sem dúvida nenhuma...

Aliás, nós provavelmente teremos hoje a votação aqui da regulamentação do uso da inteligência artificial no Brasil, que é um ponto importante. É lógico que ainda não é a legislação perfeita, ela precisa de aperfeiçoamento, ela ainda segue para a Câmara e assim por diante, mas é o que nós temos nesse momento.

Existem pontos ainda a serem discutidos, mas um ponto que eu gostaria de ressaltar é que a inteligência artificial, para que ela seja utilizada na melhor da sua capacidade, precisa ser vista como um assistente e não como um tomador de decisão, no lugar de um ser humano. Muitas vezes, a gente tem essa tendência de colocar nas mãos de uma máquina as decisões que trabalham, inclusive, com a vida das pessoas, e isso é muito arriscado de se fazer. É importante que o profissional conhecedor do assunto utilize a inteligência artificial nas suas melhores características, ou seja, a utilização rápida de conhecimento, a busca em banco de dados muito rapidamente.

Obviamente, a falta de cansaço, que é diferente em um ser humano... Eu estou imaginando aqui uma imagem: se você ficar olhando para muitas imagens, o ser humano cansa, é natural se distrair e assim por diante, o que não acontece com a inteligência artificial. Mas ela tem que ser utilizada, sim, como um assistente, com capacidades boas, mas um assistente. Então, nada como um profissional conhecedor, com a sua experiência, para poder dar o diagnóstico final daquilo. Então, é importante...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela pode fazer a classificação, etc., etc., para reduzir a carga de trabalho, mas é importante ressaltar que a inteligência artificial não substitui, não deve substituir o ser humano e o seu conhecimento, porque existem fatores ligados também à emoção. Sempre vai existir isso nas decisões, e a inteligência artificial é incapaz, até o momento, de tomar qualquer decisão que tenha algum viés emocional, o que muitas vezes é benéfico e, muitas vezes, não é. Então, é só para a gente ter isso em mente.

Na continuidade da nossa audiência pública, eu gostaria de passar a palavra ao Dr. Giovanni Guido Cerri, representante da Academia Nacional de Medicina.

Dr. Giovanni, por favor, tem dez minutos para a sua apresentação.

Obrigado.

O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Marcos Pontes. É um prazer falar nesta discussão, neste debate sobre as questões essenciais em relação à radiologia e saúde.

Eu queria cumprimentar também a Presidente do Colégio Brasileiro, Cibele Carvalho, e o Dr. Leonardo Alcântara. Quero fazer um agradecimento especial ao Senador Marcos Pontes, que tem se mostrado muito sensível às questões de saúde. Aliás, ele tem apoiado aqui o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, sempre com suas emendas parlamentares, e também acho que a participação do Senador na questão deste projeto de regulação da inteligência artificial foi fundamental.

Aliás, eu representei a saúde neste debate, e o projeto inicial era muito restritivo em relação à utilização da inteligência artificial na saúde. Colocava-se a inteligência artificial na saúde como alto risco, em todas as modalidades. Nós sabemos que a inteligência artificial é fundamental para poder melhorar a eficiência de toda a cadeia da saúde e também poder dar mais segurança para o paciente, diminuindo erros.

Como o Senador sabia tão bem, a inteligência artificial é uma ferramenta, é algo que o médico profissional da saúde utiliza no seu dia a dia. Aliás, inteligência artificial hoje já é uma realidade na saúde, e, em particular na radiologia, nós utilizamos bastante inteligência artificial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas temos que sempre cuidar das questões éticas. A inteligência artificial não pode discriminar, temos a Lei de Proteção de Dados.

Então, foi muito importante esse avanço em relação ao que está sendo apresentado como projeto do Senado em relação à inteligência artificial e, sem dúvida, a participação do Senador Marcos Pontes foi fundamental nessa mediação.

Em relação ao assunto de hoje, eu queria dizer que o diagnóstico por imagem é um dos pilares da medicina moderna. Contudo, o acesso ao diagnóstico por imagem em países de baixa e média renda, onde está o Brasil, ainda é muito limitado. O diagnóstico por imagem é fundamental para poder fazer com que pacientes que tenham câncer e outras doenças não comunicáveis, como doenças cardiovasculares, por exemplo, que são as duas maiores entidades relacionadas com causa de morte no Brasil e no mundo, possam ser diagnosticados precocemente e possam ter um prognóstico melhor na sua evolução, ou seja, o diagnóstico por imagem é fundamental para que as doenças sejam diagnosticadas num ponto em que ainda têm um tratamento efetivo. Isso, infelizmente, não é bem a realidade no Brasil.

Um trabalho recente publicado na *The Lancet* mostrou que o Brasil, apesar de ser um país de renda média, tem resultados em relação ao tratamento de câncer que se aproximam mais aos dos países desenvolvidos do que aos dos países em desenvolvimento.

Esse estudo também revelou que uma das principais causas do mau resultado do tratamento de câncer no Brasil é o diagnóstico tardio por insuficiência de métodos de diagnóstico por imagem.

Aliás, é oportuno dizer que recentemente foi proposta uma resolução à Organização Mundial de Saúde, à Assembleia Geral que se realizará em fevereiro, uma resolução que estimula os países, em particular os países de baixa e média renda, a darem mais acesso ao diagnóstico por imagem, de forma geral, às suas populações. Essa resolução, que foi apresentada por Camarões e que foi construída em conjunto com especialistas, já conta com o apoio do Secretário Carlos Gadelha, que representa o Ministério da Saúde na Organização Mundial de Saúde. Então, é muito importante que essa resolução seja aprovada, porque mostra a importância dos métodos de diagnóstico por imagem no diagnóstico de doenças não comunicáveis e como esse diagnóstico mais precoce impacta nos resultados da saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando nós tivemos a oportunidade de criar o Instituto do Câncer aqui do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, há 14 anos, a maior parte dos pacientes que chegavam ao Instituto do Câncer – 70% – chegavam com diagnóstico de câncer avançado. Progressivamente, nós estimulamos a disseminação de diagnósticos de imagem no Estado de São Paulo. Aliás, quando Secretário de Estado da Saúde, nós criamos uma série de ambulatórios médicos de especialidade com diagnóstico de tomografia, ressonância e até PET e mamografia, que é fundamental para o diagnóstico do câncer de mama, para poder promover um diagnóstico mais precoce que permitisse um resultado melhor no tratamento.

Aliás, os dados da literatura mostram que cada dólar investido em prevenção – também incluímos os métodos de diagnóstico por imagem – retorna 12 vezes mais, retorna com US$12,43 para a saúde. Ou seja, são investimentos que permitem que o tratamento, primeiro, tenha resultado e seja menos caro. Na verdade, o que nós assistimos no Instituto do Câncer é que esses pacientes que chegam com doença avançada têm tratamento ineficaz, muitas vezes paliativo, com uso de drogas caras que acabam levando o paciente e a família a um resultado muito ruim, ou seja, nós perdemos um cidadão produtivo por diagnóstico tardio.

Por isso que eu acho que a saúde tem que mudar o seu foco da doença para prevenção, para a educação da população em relação aos seus hábitos – hábitos mais saudáveis, a questão da alimentação, do exercício, é fundamental a procura de um médico que possa pedir exames e fazer diagnóstico precoce de eventuais doenças –, para justamente poder evitar as doenças crônicas, como as doenças cardiovasculares, como câncer, como diabetes, como hipertensão, que acabam levando o paciente a uma redução da sua capacidade de trabalho e a uma invalidez, prejudicando não só o paciente, mas a família e também o país, por perder uma população produtiva.

Em relação a essa questão do diagnóstico por imagem, no Brasil, nós evidenciamos uma grande desigualdade na distribuição de recursos. Existem estados que têm uma distribuição de recursos de diagnóstico por imagem mais equitativa e existem estados que têm um acesso a métodos diagnósticos de forma muito insuficiente. Então, nós estimulamos que as secretarias de saúde criem uma rede de diagnóstico por imagem – é muito importante a ultrassonografia, a tomografia computadorizada, a ressonância magnética, a medicina nuclear e, também, na área de doenças cardiovasculares, a ecocardiografia – para que os pacientes possam ter acesso a esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

métodos, porque, caso não tenham acesso, eles acabarão tendo as doenças crônicas diagnosticadas tardiamente e, como eu disse, o resultado do tratamento será muitas vezes insuficiente, totalmente diferente se essas doenças tivessem sido diagnosticadas precocemente. Então é muito importante que a nossa população tenha acesso ao diagnóstico por imagem.

Outro aspecto que eu queria salientar é a questão da capacitação. É importante que, claro, nós tenhamos os métodos de imagem disponíveis, tenhamos a população, mas que os especialistas, os radiologistas, especialistas em diagnósticos por imagens, certificados com registro no conselho regional de medicina, que tenham realizado a sua residência, o seu exame de especialidade, possam justamente ser os responsáveis por esses diagnósticos, porque não adianta nós termos uma infraestrutura de diagnóstico se os profissionais não forem capacitados.

Então esse é o quadro que eu queria descrever, sobre a importância do diagnóstico de câncer, de doenças cardiovasculares, de AVC e de pneumonias, muito frequentes em populações mais carentes, que acabam levando à mortalidade ou a complicações graves, que poderiam ser evitadas com diagnóstico precoce.

Aliás, cito, por exemplo, o caso do Presidente Lula, que teve seu diagnóstico rápido do seu hematoma intracraniano, o que levou a um procedimento cirúrgico que foi curativo. Então eu acho que é um bom exemplo de como é fundamental ter acesso a métodos de diagnóstico por imagem e bons profissionais.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Giovanni Guido Cerri, representante da Academia Nacional de Medicina. Parabéns pela sua apresentação e pelo conteúdo.

Aliás, uma das questões que eu estive discutindo semana passada é com relação ao custo e a procedimentos de importação de equipamentos para medicina, tanto para a radioterapia quanto para outros tipos de equipamento. Acredito também que para imagem deve se seguir o mesmo processo e, muitas vezes, é dificultado com o custo de tudo isso. Então é uma questão para a gente discutir aqui também. Estou aberto para discutir essas possibilidades para facilitar a aquisição desses equipamentos – grande parte deles são importados, sem nenhum similar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacional, o que nos obriga a ter isso aí –, para que mais pessoas tenham acesso, e em mais lugares, facilitar essa aquisição também.

Bom, terminadas as apresentações, eu gostaria de ler aqui as perguntas que foram recebidas pelo e-Cidadania. Aliás, eu aproveito para agradecer a todos aqueles que nos acompanham através da rede Senado, da TV Senado e que enviaram as suas perguntas e comentários.

Então, a primeira pergunta é do Jonatha, de São Paulo: "Quais [...] os incentivos [...] [para ampliar o acesso à] ressonância magnética em municípios [...] [que ainda não oferecem esse exame?]".

Renato, da Paraíba: "Há políticas públicas que [...] [ampliem a oferta de exames] radiológicos pelo SUS [e incentivem sua maior utilização?]".

Francisco, do Ceará: "[...] [Existem] incentivos para a formação e permanência no mercado de trabalho dos profissionais de radiologia?".

Thifany, de Goiás: "Como [...] [garantir] o acesso à radiologia de qualidade [em regiões remotas com pouca] cobertura [...] de saúde [no Brasil]?".

A gente vê que esse tema é um tanto repetitivo aqui. Só quero lembrar aos nossos convidados, para poderem responder a essas perguntas ou algum comentário que achem pertinente.

Em termos de comentários, tem o do Vinícius, de Minas Gerais: "Exames de imagem [...] [por] radiologia [...] [são essenciais] para diagnósticos [...] [precisos na rede pública e precisam ser ampliados]".

O Carlos, da Bahia: "A Saúde no Brasil [...] [enfrenta uma crise e necessita de mais investimentos] em tecnologia e [...] [na valorização dos profissionais da área]".

Lidas as perguntas, aproveito novamente para agradecer aos participantes e retorno a palavra, então, aos nossos convidados para que eles as respondam. Aliás, não sei se aqui, no presencial, há alguma pergunta da plateia. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu retorno a palavra para os nossos convidados para seus comentários finais e resposta a alguma pergunta que achar pertinente. E eu não sei se os nossos convidados no remoto também receberam; se não receberam, se puder mandar para eles lá também, eu agradeço. E vou abrir cinco minutos para a resposta e comentários finais.

Obrigado.

A SRA. CIBELE ALVES DE CARVALHO (Para expor.) – Eu acho que a gente pode falar de uma forma ampla, não é? E eu trouxe um exemplo da preocupação do colégio em relação ao SUS.

A gente hoje tem uma dificuldade – reiterando a importância do diagnóstico precoce através da imagem, como o Dr. Giovanni falou – principalmente no diagnóstico precoce e no tratamento precoce do câncer. A gente tem visto, com certeza, vários tipos de diagnósticos sendo levados tardiamente para um centro de referência em tratamento.

Então, a gente tem uma distância hoje muito grande do ponto de vista de oferta de tecnologia em saúde na rede pública em relação à rede privada. E aí eu queria falar um pouquinho desse cenário. A gente precisa muito do apoio, Senador, como o senhor estava falando, de incentivar a entrada de novas tecnologias para o Brasil, porque hoje, além de tudo ser em dólar, o que é muito difícil de se pagar, a gente tem insumos também em dólar. Por exemplo, na mamografia, a gente ainda usa o filme radiológico, mas a gente tem contraste. Tudo é dolarizado, então é muito acima de uma inflação, e a gente ainda sofre muito com os contratos de manutenção dos equipamentos. Por quê? Porque a gente tem que prezar pela qualidade daquele equipamento o tempo todo.

E hoje eles fazem o que do ponto de vista mercantil? Cada vez você está mais e mais na mão do fabricante. Somente aquele fabricante consegue fazer o trabalho de melhoria, de consertar aquele equipamento que deu algum problema. E, se isso hoje é difícil em ambiente privado, porque infelizmente as nossas financiadoras, que é a saúde suplementar, as operadoras de plano de saúde, não obedecem, como disse o Leonardo, a uma lei que a gente tem que é a 13.003, que nos dá apenas o IPCA... Tem muitas que não dão nem o IPCA, mas o mínimo que a gente precisava é de uma recomposição da inflação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente sofre: de um lado, a gente não recebe o que a gente deveria pelo menos ter, que é uma reposição inflacionária; a gente vive com equipamentos, com novas tecnologias... E a gente sabe o tanto que isso é importante, não é só o custo: "Ah, aquilo ali é uma perfumaria", não é. A gente sabe... Hoje, por exemplo, com a tomossíntese, que é um tipo de evolução da mamografia digital, a gente chega a quase 45% a mais de diagnóstico de carcinomas invasivos, que são muito frequentes na população feminina a respeito do câncer de mama.

Então, se a gente vive isso dentro da medicina privada, o que a gente vê no SUS hoje? A gente vê que quem vai atrás, quem corre atrás e quem encara isso com responsabilidade... Como a gente dá o exemplo da questão da tabela SUS, hoje a gente nem fala em reajuste do SUS, porque a coisa ficou tão distante que a gente não sabe o que faz, mas, por exemplo, São Paulo foi lá e deu um grande incentivo em relação a tabelas, e profissionais médicos ficaram mais engajados, porque, muitas vezes, o especialista realmente precisa pagar as contas dele. Então, se ele recebe um preço vil, fica difícil. Então a gente tem essa dificuldade do financiamento, mas eu acho que a gente tem uma grande dificuldade da gestão desse financiamento, quem faz para valer e quem não faz.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CIBELE ALVES DE CARVALHO – Então, a gente precisa que vocês, que têm esse poder, como legisladores, consigam estimular para que o Executivo realmente faça a diferença. E a gente viu isso quando a gente rodou em relação à questão da mamografia no SUS: quantas Prefeituras tinham, por exemplo, R$5 milhões designados para assistência do SUS, em termos de tecnologia, naquele ano, e muitas não tinham deliberado nem R$200 mil, R$300 mil. Então a gente precisa mudar muito isso. Eu acho que em todos os pontos a gente tem um pouco para poder melhorar.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dra. Cibele Alves de Carvalho, representante do Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem, do Conselho Federal de Medicina e da Associação Médica Brasileira. Parabéns pelas colocações. Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realmente é um problema que tem que ser resolvido em conjunto. Não é uma só instituição ou uma só instância que vai conseguir resolver. Realmente a gente precisa da participação em conjunto. É um sistema como um todo.

Eu passo a palavra então, para as suas considerações finais e resposta a perguntas e comentários, ao Dr. Leonardo José Araújo Macêdo de Alcântara, representante da Federação Médica Brasileira.

Por cinco minutos, V.Sa. tem a palavra.

Obrigado.

O SR. LEONARDO JOSÉ ARAÚJO MACÊDO DE ALCÂNTARA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Marcos Pontes; obrigado, Dra. Cibele; Prof. Giovanni Guido.

Bom, inicialmente, em relação às perguntas, se a gente espremê-las, a gente vai ver que as perguntas basicamente se resumem a acesso, acesso ao serviço de radiologia no sistema público de saúde. Isso para mim é o sumo que a gente extrai dessas perguntas que foram feitas. E o acesso, como a Dra. Cibele colocou, para não ser muito repetitivo, depende, sim, de financiamento.

Na minha fala inicial, eu falei que a radiologia é um ramo da medicina instrumentalizado, cujo custo não é baixo. A gente usa equipamentos de alta tecnologia, equipamentos com custos de aquisição, instalação e manutenção elevados. E, para isso, você tem que ter fonte de financiamento. E, quanto a essa fonte de financiamento, que a gente vê também indo pouco para o SUS, às vezes você garante a verba de aquisição do equipamento, mas não adianta garantir a verba de aquisição do equipamento, pois, como a Dra. Cibele colocou, existem insumos que precisam ser garantidos de forma recorrente e existem também as manutenções, contratos de manutenção que precisam ser garantidos. Então, muitas vezes, no SUS, a gente tem a situação de que está faltando equipamento, mas a gente tem a situação muito comum de que o equipamento existe, só que não existe um contrato, está quebrado, não tem o dinheiro para a peça que quebrou, então está lá o equipamento, só que não existiu um plano para recomposição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de peças, contrato de manutenção ou mesmo de insumos, como o contraste, que é usado em muitos serviços.

Então o maior problema está no financiamento, e o financiamento passa principalmente pela questão da tabela SUS, como a Dra. Cibele colocou. A tabela SUS não se discute, é um problema, não se discute em termos de solução rápida, não há solução imediata disso. É um problema que ultrapassa o campo da radiologia, é para toda assistência médica no país, médica pública no país.

E uma das soluções que foram implementadas pelo Estado de São Paulo – e a gente já falou até com gestores aqui no meu Estado do Ceará – é essa de complementação do Governo estadual em relação à tabela, que é muito defasada. Então existe lá uma complementação que, muitas vezes, já faz com que aquele procedimento possa ocorrer, e você consiga avançar nisso aí. Então, este é um ponto que precisa ser discutido de uma forma muito mais ampla: o financiamento desse serviço.

Houve uma pergunta, só para finalizar, uma única, em relação à fixação de profissionais nesses locais. Não tem como fazer radiologia à distância, dá para fazer muita coisa, mas não tudo. Então, nesse sentido, a gente precisa, sim, estimular a fixação dos profissionais em locais mais remotos, e a gente não vê outra forma de fazê-lo que não seja através de uma carreira, uma carreira consolidada, uma carreira bem remunerada, uma carreira com condições de trabalho, que garanta que aquele profissional se fixe de fato naquela localização e consiga prestar seu serviço.

Fora isso, minhas palavras finais são de agradecimento à qualidade do debate que foi desenvolvido aqui nesta sessão. Quero agradecer principalmente ao Senador Marcos Pontes, não só por essa liderança nesse quesito específico, mas por outras tantas lideranças em questões de saúde, em questões que envolvem a medicina e em questões que só tendem a beneficiar a população.

Queria também agradecer aqui a presença dos outros debatedores: a Dra. Cibele, Presidente do nosso colégio, Conselheira Federal de Medicina; e o Dr. Giovanni Guido Cerri, Professor da USP, que dispensa apresentações, tanto na área radiológica quanto na área de gestão, muito disso passa por gestão pública da saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, queria só agradecer e torcer para que este debate seja ali semente para modificações e para melhorias de que a gente tanto precisa.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dr. Leonardo José Araújo Macêdo de Alcântara, representante da Federação Médica Brasileira. Enquanto o senhor fazia sua apresentação, suas respostas, lembrei-me de uma coisa, de certa forma, bastante similar em termos de equipamento, da necessidade do equipamento: quando nós temos compras, por exemplo, de aviões de caça. A gente olha um avião de caça e imagina que o custo é só a aquisição daquele equipamento – o que a gente costuma falar –, mas, para cada aeronave de caça comprada, tem mais duas, vamos dizer assim, em termos de custos, que estão associadas à manutenção daquela aeronave, há todo o sistema de manutenção, sem falar, porque precisa de um parque especializado para isso, também nos mecânicos e todo o pessoal especializado naquela manutenção, ou seja, tem que se pensar no sistema como um todo para que seja feita a aquisição de forma correta.

Obrigado, Dr. Leonardo.

Eu passo agora a palavra, para suas considerações finais e resposta às perguntas, ao Dr. Giovanni Guido Cerri, representante da Academia Nacional de Medicina, por cinco minutos.

Dr. Giovanni, a palavra é sua.

O SR. GIOVANNI GUIDO CERRI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu queria reforçar três pontos que eu considero fundamentais.

O primeiro é a indústria da saúde. Durante a pandemia, nós observamos a vulnerabilidade que o país teve durante a pandemia de não produzir itens essenciais. Saúde é algo estratégico para o país, então nós temos que ser autossuficientes em tudo o que representa o dia a dia da saúde. E, nesse aspecto de autossuficiência, eu destaco os equipamentos de diagnóstico por imagem e radioterapia, ou seja, nós precisamos que esses equipamentos sejam produzidos aqui, sejam distribuídos aqui, isso também reduz o custo de manutenção, o acesso é mais fácil. Então, ultrassom, tomografia, ressonância, radioterapia, mamografia, nós realmente temos que incentivar a produção local desses equipamentos, para que a sua disponibilidade seja sempre maior, e não dependermos só de equipamentos importados. Acho que isso tem que ser realmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma mudança da mentalidade no país, que a indústria da saúde possa produzir a maior parte do que consome aqui em território nacional, já que nós somos um país continental e podemos exportar para o restante da América Latina.

O segundo ponto, que foi destacado em várias perguntas, é a questão de como podemos melhorar a distribuição dos equipamentos. Veja, o paciente não pode viajar centenas de quilômetros para realizar um exame de imagem, ou seja, tem que ter uma política de ter centros de diagnósticos por imagem regionais, reunindo grupos de cidade, reunindo áreas dos estados que possam atender a população localmente. É claro que nem todas as cidades, nem todos os nossos municípios podem ter equipamento de ressonância magnética, mas tem que ter um equipamento disponível para a região. Já equipamentos de raio-X e ultrassom, sim, todos os municípios têm que ter esse recurso.

Então tem que ter uma política para reduzir essa desigualdade de distribuição de equipamentos de diagnóstico por imagem, e essa política tem que cobrir todas as regiões do país. Não adianta nós termos 40 equipamentos de ressonância magnética na Avenida Paulista se não temos um equipamento, por exemplo, no Vale do Ribeira. Essas distorções têm que ser corrigidas e têm que ser uma política de saúde.

E, o terceiro aspecto, eu quero insistir muito na questão da capacitação. Nós precisamos de radiologistas, especialistas de diagnóstico por imagem que estejam capacitados, porque também não adianta nós dispormos de equipamentos se os médicos não estiverem capacitados para fazer a leitura do exame, para realizar um exame de ultrassonografia ou uma tomografia, uma leitura de uma tomografia computadorizada, ou seja, nós temos que investir em qualidade profissional. Número não resolve. Às vezes é pior um mau médico do que médico nenhum. Então é muito importante que o Brasil tenha nos seus objetivos a formação de especialistas, de profissionais médicos capacitados, que possam atender adequadamente a população e possam fazer diagnósticos e tratamentos adequados. E isso impacta muito no custo. Mais profissionais capacitados, menor custo à saúde, menos erros nós vamos ter e mais nós vamos proteger a população e reduzir as igualdades.

Muito obrigado, Senador.

Cumprimento o Dr. Leonardo , a Dra. Cibele. Foi um prazer participar deste debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado Dr. Giovanni Guido Cerri, representante da Academia Nacional de Medicina.

Eu tenho que fazer este comentário, como ex-Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações: eu concordo 100% com a necessidade de desenvolvimento de equipamentos com tecnologia nacional.

Eu me lembro, na época da pandemia, no início da pandemia – eu estava no ministério –, de que nós tínhamos lá a RedeVírus MCTI, que eu montei um mês antes do início da pandemia, no dia 10 de fevereiro de 2020. A pandemia começou no dia 20 e foi decretada no dia 11 de março de 2020. E foi aquele grupo de especialistas em viroses emergentes e outras áreas afins que nos deram ali no ministério as diretrizes para que nós cumpríssemos, do ponto de vista de ciência e tecnologia, o combate à possível pandemia então. E uma das áreas – quem quiser procurar na internet, é RedeVírus MCTI, ela ainda continua ativa com suas sub-redes e tudo mais – era a infraestrutura e a necessidade de equipamentos – naquela época, era equipamento de respiração, os respiradores. E a decisão, de forma geral, era comprar esses respiradores, e a nossa dúvida era: será que a gente vai ter esses respiradores disponíveis no mercado mundial para que a gente adquira e traga aqui para o Brasil em número suficiente? Então, eu decidi ali, como Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação. Faz parte da nossa função o desenvolvimento de tecnologia nacional. Então, nos juntamos com a indústria, com *startups*, com a academia e com os centros de pesquisa, para que a gente pudesse desenvolver esse equipamento no Brasil. Eu lembro que, no começo, teve muita dúvida, o pessoal falou assim: "Isso é impossível desenvolver" – eu adoro essa palavra –; o pessoal falou: "Isso é impossível de fazer". Bom, então esse é o nosso trabalho. Impossível só acho que seja a opinião daqueles que não querem tentar fazer alguma coisa. Então, eu falei: "Vamos fazer aqui no país a junção de muitos cérebros, com muito conhecimento". E a atitude positiva para a realização foi capaz de desenvolver não só um modelo de respirador, mas uma série de modelos de respiradores pelo Brasil afora, com universidades, com centros de pesquisa, empresas que se dedicaram àquilo, a pegar um equipamento, um protótipo, uma ideia que estava sendo desenvolvida em uma *startup* e fazer a escala disso, a melhoria daquela tecnologia. Nós somos capazes de fazer – nós somos capazes de fazer – muita coisa no Brasil. A gente tem que acreditar nisso, investir na ciência, na tecnologia, no desenvolvimento, para a gente conseguir fazer aqui. E eu acho que esse é um exemplo que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente tem que dar para as próximas gerações acreditarem no país. Nós temos toda a capacidade, mas precisa de determinação da nossa parte, porque temos, vamos dizer assim, o poder nas mãos de designar, por exemplo, orçamentos.

Nós temos aqui, por exemplo, correndo a PEC 31, de 2023, que eu coloquei, a chamada PEC da ciência – apelido que ela ganhou –, que visa aumentar os recursos, os investimentos de pesquisa e desenvolvimento no país, dos atuais 1,14%aproximadamente do PIB, o que é extremamente baixo, para níveis mais próximos aos da OCDE, que é em torno de 2,73% do PIB em um prazo de dez anos; ou seja, o que a PEC diz é para se fazer esse aumento em dez anos para no mínimo 2,5% do PIB. É possível? Plenamente. Precisa de coordenação do Governo, precisa de boa vontade de todos para trabalharem isso, lembrando que isso não é só investimento público, isso é investimento privado também, investimento do terceiro setor. O trabalho em conjunto de todas essas áreas e setores em prol do Brasil é capaz de fazer muita coisa. A gente precisa fazer isso em conjunto.

Eu gostaria de parabenizar os nossos convidados pelas apresentações, pelo debate, agradecer a toda a audiência que está aqui pessoalmente e a todos aqueles que nos acompanham também via TV Senado e redes do Senado.

Não havendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 45ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às doze horas e quarenta e quatro minutos do dia onze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Leila Barros, Izalci Lucas, Alan Rick, Marcelo Castro, Weverton, Alessandro Vieira, Fernando Dueire, Flávio Arns, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Ana Paula Lobato, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Fabiano Contarato, Sérgio Petecão, Romário, Eduardo Girão, Laércio Oliveira, Dr. Hiran, Damares Alves e Astronauta Marcos Pontes, e ainda dos Senadores Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Eliziane Gama, Chico Rodrigues, Augusta Brito e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Giordano, Eduardo Braga, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli e Wilder Morais. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 2570, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e a Lei n° 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para dispor sobre o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). **Relatoria:** Senadora Leila Barros (*Ad hoc*), substituiu Senadora Jussara Lima. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4988, de 2023 - Terminativo -** que: "Cria o selo "Diversidade, Inclusão e Equidade no Ambiente de Trabalho"." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 1-CDH e 2-CDH e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5983, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício profissional de acupuntura." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2-CAS (de redação) e contrário à Emenda nº 1. **Observação:** Votam contrário os Senadores Dr. Hiran e Laércio Oliveira. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3145, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade dos estabelecimentos hospitalares, clínicas, consultórios médicos e odontológicos, farmácias, hotéis, motéis, casas noturnas e similares anexar aviso, em local visível e de forma destacada, sobre os crimes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

praticados contra a dignidade sexual de pessoas em situação de vulnerabilidade momentânea (art. 217-A, §1º., do CP), por ingestão ou ministração de substâncias sedativas, químicas ou de teor alcoólico que prejudicam a manifestação da vontade; Determina restrições à divulgação de produtos que resultem na potencialidade de tais ocorrências e riscos, nos termos do art. 220, §3º. I, II, §4º., art. 221, I e IV, art. 227, §4º., todos da CF, bem como disposições da Lei n. 9.294, de 15 de julho de 1996." **Autoria:** Senadora Juíza Selma (PSL/MT). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 243, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para garantir condições facilitadas e taxas de juros diferenciadas na obtenção de empréstimos de instituições financeiras integrantes das administrações públicas dos entes federados e preferência em processos licitatórios às empresas que concederem aos pais de pessoas com deficiência, ou aos responsáveis legais destes, abono de faltas, sem a necessidade de compensação de jornada, ou jornada especial de trabalho, quando comprovada a necessidade da presença do trabalhador no acompanhamento em terapias e tratamentos ou na assistência nos cuidados da vida diária." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora para reexame. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1472, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta o inciso IX do art. 114 da Constituição Federal, para dispor sobre competências da Justiça do Trabalho referentes à relação de trabalho, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (substitutivo). **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 6231, de 2023 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2009) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para incluir a realização de exames de identificação de biomarcadores entre as ações destinadas à detecção precoce das neoplasias malignas de mama." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei n° 6231, de 2023 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2009). **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3446, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.830, de 13 de maio de 2019, para autorizar a inclusão da equoterapia entre as práticas previstas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2687, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Classifica o diabetes mellitus tipo 1 (DM1) como deficiência, para todos os efeitos legais." **Autoria:** Câmara dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada a apresentação do Requerimento nº 113, de 2024-CAS, de urgência para a matéria, ao Plenário do Senado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 2360, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para incluir entre as hipóteses de movimentação da conta vinculada o acometimento do trabalhador ou de dependente por esclerose múltipla ou esclerose lateral amiotrófica." **Autoria:** Senador Fernando Dueire (MDB/PE). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 715, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 5.889, de 8 de junho de 1973, e 14.601, de 19 de junho de 2023, a fim de excluir a remuneração decorrente do contrato de safra do cálculo da renda familiar mensal considerada para recebimento de benefícios sociais e de dispor sobre o registro de informações relativas ao contrato de safra no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 1739, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta § 8º ao art. 11 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para estabelecer a inaplicabilidade do limite de dedução do imposto devido na declaração de rendimentos, na hipótese de contribuição adicional para equacionamento de resultado deficitário dos planos de benefícios de entidade fechada de previdência complementar." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Concedida vista ao Senador Dr. Hiran, nos termos regimentais. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 2940, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para tornar obrigatória a criação de comissão de prevenção de tromboembolismo venoso nos hospitais públicos e privados." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira (*Ad hoc*), substituiu Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (substitutivo). Substitutivo definitivamente adotado em turno suplementar. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 111, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2158/2023, que "altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que 'dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências', para permitir que os medicamentos isentos de prescrição possam ser comercializados e dispensados por supermercados, que disponham de farmacêutico"." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 113, de 2024** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2687/2022, que "classifica o diabetes mellitus tipo 1 (DM1) como deficiência, para todos os efeitos legais"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Em seguida, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e cinco minutos. A presente Ata, assinada pelo Senhor Presidente, será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/11

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão. A reunião contará com a possibilidade de as Senadoras e os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, bem como nas matérias terminativas.

Informo que os itens 5 e 11, Projetos de Lei nºs 243, de 2020, e 715, de 2023, foram retirados da pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 243, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para garantir condições facilitadas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

taxas de juros diferenciadas na obtenção de empréstimos de instituições financeiras integrantes das administrações públicas dos entes federados e preferência em processos licitatórios às empresas que concederem aos pais de pessoas com deficiência, ou aos responsáveis legais destes, abono de faltas, sem a necessidade de compensação de jornada, ou jornada especial de trabalho, quando comprovada a necessidade da presença do trabalhador no acompanhamento em terapias e tratamentos ou na assistência nos cuidados da vida diária.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 715, DE 2023

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 5.889, de 8 de junho de 1973, e 14.601, de 19 de junho de 2023, a fim de excluir a remuneração decorrente do contrato de safra do cálculo da renda familiar mensal considerada para recebimento de benefícios sociais e de dispor sobre o registro de informações relativas ao contrato de safra no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.)

Atendendo ao pedido do Senador Alessandro Vieira, nós começaremos aqui pelo item 9 da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 2687, DE 2022

- Não terminativo -

Classifica o diabetes mellitus tipo 1 (DM1) como deficiência, para todos os efeitos legais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Em 03/12/2024 e 05/12/2024, foram realizadas audiências públicas para instrução da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para a leitura do seu relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vem para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o Projeto de Lei nº 2.687, de 2022, da Câmara dos Deputados, de autoria da Deputada Flávia Morais, que classifica o diabetes *mellitus* tipo 1 (DM1) como deficiência, para todos os efeitos legais.

O PL é composto por apenas dois artigos.

O primeiro artigo determina que as pessoas com diabetes *mellitus* do tipo 1 serão classificadas como pessoas com deficiência para todos os efeitos legais. O parágrafo único, por sua vez, aplica às pessoas com DM1 o disposto nos §§1º e 2º do art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

julho de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência –, que tratam da avaliação biopsicossocial da deficiência por equipe multiprofissional e interdisciplinar e de seus instrumentos.

O segundo artigo é a cláusula de vigência, pela qual a lei que eventualmente se originar da proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

De acordo com a autora, é imprescindível que o DM1 seja classificada como deficiência por lei, a exemplo do que ocorre em outros países, para melhor amparar as pessoas com essa condição, especialmente no que se refere à atenção à saúde, à educação e ao acesso ao mercado de trabalho.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída para ser analisada pela CAS e pelo Plenário.

Não foram oferecidas emendas, Sr. Presidente.

Passo à análise.

Compete à CAS opinar sobre matérias que dizem respeito à proteção e à defesa da saúde, conforme dispõe o inciso II do art. 100 do Regimento Interno. Por conseguinte, a proposição sob análise é conexa à temática desta Comissão.

Além disso, por ser a única Comissão a analisar o projeto de lei, incumbe à CAS avaliar, além do mérito, aspectos relacionados à regimentalidade, à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa da matéria.

Inicialmente, no que tange ao mérito, ressaltamos que é louvável a intenção da autora de aprimorar o amparo legal conferido às pessoas com DM1, condição que constitui relevante problema de saúde pública.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Diabetes, o DM1 é uma doença autoimune, incurável, causada pela destruição das células que produzem insulina, o que torna obrigatória a aplicação deste hormônio para a sobrevivência do paciente.

Pode ter início em qualquer idade, sendo mais comum em crianças e adolescentes.

De acordo com o Instituto Diabetes Brasil, o tratamento da doença envolve o uso de insulina por meio de aplicações diárias e o monitoramento frequente da glicemia, o que traz impactos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

severos na rotina da pessoa, além de mudanças no convívio social e no ambiente escolar. Isso inclui alterações na alimentação, nos hábitos e no estilo de vida, o que causa transtornos emocionais e físicos, pois a necessidade de autocuidado passa a determinar o dia a dia do paciente.

Estudo publicado em 2022, na revista *The Lancet*, estima existirem 588 mil pessoas com DM1 no Brasil. Informa também que um em cada nove brasileiros com DM1 morre por não receber o diagnóstico correto e por não ter acesso ao tratamento com a insulina.

Eu peço a atenção para este dado, Sr. Presidente: as crianças diagnosticadas aos dez anos de idade perdem, em média, 33,2 anos de vida saudável. Destes, 5,7 anos são atribuídos às complicações, e 25,4 à morte prematura.

O número total de mortes prematuras estimado no Brasil, por essa causa, é próximo de 235 mil.

Estudiosos também destacam outra situação preocupante: estudo brasileiro publicado em 2021 evidenciou que 31,4% dos pacientes com DM1, na faixa etária de 13 a 19 anos, já apresentaram uma ou mais complicações associadas à doença, o que implica uma elevação importante dos custos diretos e indiretos do tratamento.

Tudo isso traz reflexos no cotidiano das pessoas que vivem nessa condição, com barreiras graves, desde a dificuldade de acesso à escola com a manutenção do tratamento adequado, pois, muitas vezes, os profissionais que trabalham na escola são os primeiros a esclarecer que não têm qualquer tipo de obrigação de monitorar a glicemia e muito menos de aplicar insulina, até problemas em filas de exames, mercado de trabalho fechado, porque pessoas que vivem nessa condição exigem determinadas circunstâncias peculiares.

Por tudo isso, diversos países desenvolveram políticas públicas robustas voltadas para a preservação da vida e da saúde das pessoas com DM1 sem comorbidades.

Já no Brasil, o nosso Sistema Único de Saúde (SUS), em que pesem inúmeros avanços no atendimento aos usuários, com técnicas inovadoras e ampliação de inúmeros procedimentos e fornecimento de medicamentos para diversas comorbidades, para a comunidade de pessoas com DM1, o SUS não tem acompanhado a evolução nos tratamentos, ofertando, na maioria dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estados, o tratamento com medicamentos básicos e, em alguns casos, ultrapassados, como é o caso da insulina NPH, que não é mais recomendada para tratar pessoas nesta condição.

O tratamento inadequado do DM1 é causa de cegueira, amputações, doenças cardiovasculares e insuficiência renal, além de morte precoce.

O impacto da doença no cotidiano dos pacientes, como já mencionado, é significativo, podendo interferir no desempenho escolar ou profissional e até determinar a necessidade de adaptar as atividades diárias às complicações relacionadas ao diabetes, tais como fadiga crônica, neuropatia e retinopatia.

De fato, os desafios enfrentados limitam a capacidade dessas pessoas de participar plenamente da sociedade, em igualdade de condições com os demais cidadãos, pois criam impedimentos de longo prazo e barreiras. Por isso, conforme já dispõe o art. 2º da Lei nº 13.146, nosso Estatuto da Pessoa com Deficiência, podem ser consideradas pessoas com deficiência.

Todavia, o DM1 adequadamente controlado nem sempre apresenta quadro clínico grave, não sendo necessariamente incapacitante. Neste sentido, a inclusão no processo de lei originário da emenda sugerida pelo Deputado Sargento Portugal e acolhida por unanimidade naquela Casa – qual seja, o parágrafo único, que aplica às pessoas com diabetes tipo 1 o disposto nos §§1º e 2º da Lei 13.146/2015, que tratam da avaliação biopsicossocial da deficiência por equipe multiprofissional e interdisciplinar e de seus instrumentos – viabiliza o projeto de lei que neste momento avaliamos, respeitando o princípio da equidade, além de respeitar a definição de deficiência adotada pelo Brasil, que está em consonância com as convenções internacionais das quais o Brasil já é signatário.

Importante lembrar que a legislação brasileira e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência consideram deficiência o resultado de um impedimento da pessoa frente às barreiras com que se defronta ao longo de certo período e que deve ser identificado – esse impedimento – mediante critérios biopsicossociais, e não exclusivamente biológicos.

Com relação à Nota Técnica de impacto orçamentário e financeiro nº 33/2024, produzida pela Consultoria do Senado, em que pese a competência e o preparo dos serventuários que atendem a pasta, por se tratar de uma doença pouco conhecida e muitas vezes – aliás, na maioria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das vezes – confundida com o diabetes tipo 2, o relatório apresenta equívocos passíveis de explicações e correções.

Adianto.

No item 9, por exemplo, a nota técnica afirma que a proposição trará impacto significativo nas contas públicas e exemplifica que, abro aspas:

> trabalhadores em situação de desemprego que venham a ser acometidos por diabetes tipo 1 terão assegurados acesso ao programa de amparo ao trabalhador, com base no art. 203 da Constituição Federal e no art. 20 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), desde que comprovem não possuir meios de prover à sua manutenção nem de tê-la provida por sua família, sendo portadores de deficiência.

Ora, para que isso ocorra, Presidente, colegas Senadores e Senadoras, o trabalhador com diabetes tipo 1 precisará passar por uma avaliação biopsicossocial feita por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar, que atestará se sua condição se enquadra ou não naquilo que descreve a lei, e ainda precisará comprovar, documentalmente, os requisitos materiais, a ausência de condições financeiras para subsistência, tudo de acordo com o texto da lei.

Além disso, é importante ressaltar que, de acordo com a mesma legislação, se houver melhor estabilização do quadro, mediante uma nova avaliação biopsicossocial, o beneficiário poderá perder o direito aos benefícios.

Dessa forma, Sr. Presidente, o diagnóstico de diabetes tipo 1 não implica automaticamente o enquadramento da pessoa em qualquer tipo de benefício, cabendo sempre uma análise criteriosa da equipe multiprofissional e interdisciplinar, nos termos da legislação vigente.

Por fim, registro que o projeto de lei atende aos requisitos de juridicidade, constitucionalidade, técnica legislativa e regimentalidade e reconhece, com justiça, o impacto do DM1 na vida dos brasileiros, propondo direitos e benefícios que visam a equiparar oportunidades e a reduzir desigualdades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, antes de adiantar o voto, que é pela aprovação, eu resumo tudo isso enfrentando objetivamente as duas maiores críticas que costumamos ouvir. A primeira delas é uma consequência da ignorância com relação ao que é a doença.

Existe uma confusão com os outros diversos tipos de diabetes. Este caso específico, que acomete não mais de 600 mil brasileiros, é muito específico, de origem autoimune, e exige uma série de medidas e controles que, seguramente, enquadram essa pessoa na definição técnica de pessoa com deficiência. Esse é o primeiro ponto.

Algumas das especialistas que ouvimos nas audiências públicas relataram que são mais de 180 decisões diárias que essa pessoa precisa adotar: se ela vai fazer uma atividade física, se ela vai fazer uma refeição diferente... Isso exige recursos, exige tempo...

Foi feita uma demonstração técnica do quanto a variação da insulina afeta a capacidade de aprendizagem daquela criança que está desassistida na escola...

Então, estamos tratando de uma situação muito específica; não estamos tratando de uma situação geral.

E o segundo ponto: a questão do hipotético impacto em política de cotas ou impacto severo nas contas públicas.

Primeiro de tudo, a gente tem que reconhecer que as escolhas políticas são feitas de acordo com prioridades que estabelecemos nesta Casa.

Segundo, o público-alvo não é de grande repercussão financeira.

Ao final dos filtros – nós tratamos de 600 mil pessoas no momento inicial –, seguramente, o número que terá acesso aos benefícios propriamente ditos com repercussão financeira será muito menor. Então, não há por que subsistir nenhum dos dois argumentos.

O projeto é meritório, os ajustes feitos são significativos, e esse grupo da população brasileira, Sr. Presidente e colegas, merece atenção.

Então, o voto, ante o exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.687, de 2022, sem alterações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Coloco em discussão a matéria.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Sras. Senadoras e Srs. Senadores, eu quero aqui fazer uma consideração em relação à sensibilidade do nosso colega, Senador Alessandro Vieira.

Eu, que sou oftalmologista, tenho e tive oportunidade, durante esses mais de 40 anos na minha profissão, de acompanhar, do ponto de vista oftalmológico, crianças portadoras de diabetes tipo 1, e a gente sabe da dificuldade que é fazer um acompanhamento multidisciplinar desse paciente, principalmente quando é um paciente de poucas posses, porque ele requer muitos cuidados, cuidado com o rim, cuidado com o coração, cuidado com o sistema vascular, enfim, é um desafio tão grande de acompanhar essas pessoas...

Além do mais, você colocou aí a questão de que essa criança ou esse portador dessa doença deve ser avaliado periodicamente, porque tem muitas pessoas – o senhor sabe, o senhor também é médico –, muitas pessoas que têm diabetes tipo 1 e vivem absolutamente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sou médico e diabético tipo 1 também.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pronto, tipo 1, e alguns vivem uma vida absolutamente normal, mas tem uns que, pelas próprias peculiaridades da doença, são pacientes muito difíceis de se controlar, até por conta de desinformação, Presidente.

Então, eu acho que o seu projeto é meritório e votarei a favor, principalmente porque não é uma condição que deve ser permanente, mas é uma condição temporária e que visa a mitigar o sofrimento principalmente dos diabéticos tipo 1, que não têm condição de fazer o acompanhamento adequado dessa patologia, que é extremamente grave e que acomete tantas pessoas no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senador Alessandro, pela sua sensibilidade, e eu espero que a gente possa aprovar o seu relatório aqui muito rapidamente. (*Pausa.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pela ordem, Presidente, para discutir a matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com a palavra o Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Eu quero aqui também, na mesma linha, parabenizar o querido Senador Alessandro Vieira pela relatoria.

Eu acho que essa é uma demonstração de sensibilidade.

Olha, por que é que nós temos que entender que quem tem diabetes *mellitus* tipo 1 tem que ser considerado pessoa com deficiência? Porque tem vários aspectos envolvidos.

É uma doença crônica, incurável. Ela tem uma afetação na atividade renal, visual, neurológica. A pessoa com esse tipo de diabetes tem que se planejar, tem que ter uma medicação, tem que fazer exercício... Eu não posso tratar essa pessoa como uma pessoa que está em capacidade de sua plena saúde.

Então, esse é um ponto de fundamental importância. É o Senado dando um recado de que nós estamos tendo um tratamento humanizador – é humanizar a dor –, tendo um tratamento de empatia com essa população que tem esse tipo de diabetes *mellitus* tipo 1.

Então, eu faço aqui o meu registro de parabéns com meu voto "sim" a esse projeto.

Eu espero que o Senado aprove, eu espero que essa matéria vá ao Plenário do Senado Federal. Que nós possamos... Se for caso de regime de urgência, que ela seja votada no Plenário. E espero que seja sancionada – ou que, oportunamente, num futuro próximo, seja sancionada.

Então, eu quero só parabenizá-lo e agradecer a compreensão de V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria permanece em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório apresentado pelo Senador Alessandro Vieira.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Alessandro Vieira por unanimidade. (*Palmas.*)

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Muito obrigada, Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sra. Presidente, apresento o pedido de urgência para o Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Apresentado e acolhido o pedido de urgência ao Plenário. (*Pausa.*)

Sim, vou colocar em votação, mas estou dizendo que é acolhido como Presidente. (*Risos.*)

Em votação o pedido de urgência do Senador Alessandro Vieira, plenamente aquiescido. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Abusando, Presidente, do seu tempo, só quero fazer um registro, Dr. Hiran.

Quero parabenizar as famílias de pessoas com diabetes tipo 1, essas famílias que suportam uma carga violenta, mas que têm histórias belíssimas de superação e que se mobilizaram, em diversos coletivos, para que esse projeto fosse colocado de pé.

Então, parabéns para as famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu espero que o Estado brasileiro finalmente possa dar para elas a atenção que tanto merecem. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Senador. Parabéns também a V. Exa.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Senadora Presidente, até por uma questão de justiça e de reconhecimento também, há o trabalho da nossa Deputada Flávia Morais, que é autora desse projeto e é uma Deputada que está sempre envolvida com as questões da saúde, do bem-estar das pessoas. Nós fomos colegas lá na Câmara dos Deputados, e ela sempre participou da Comissão de Seguridade Social e Família, atualmente Comissão de Saúde.

Então, quero parabenizar também a nossa Deputada Flávia Morais pela autoria desse projeto tão importante para as pessoas que são portadoras dessa doença tão difícil de a gente acompanhar e cuidar.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigada também.

Haverá uma nova inversão de pauta, a pedido do Senador Alessandro Vieira, que vai assumir *ad hoc* a relatoria que estava prevista para o Senador Humberto Costa, que se ausentou por alguns minutos, mas já volta. É o item de número 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI Nº 2940, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para tornar obrigatória a criação de comissão de prevenção de tromboembolismo venoso nos hospitais públicos e privados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao Projeto.

2- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

O projeto é de autoria da Senadora Daniella Ribeiro e tinha como Relator originário o Senador Humberto Costa.

Com a palavra o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Peço licença a V. Exa. para passar diretamente à análise.

Com fundamento no inciso II do art. 100 do Regimento Interno, compete a esta Comissão apreciar matérias que digam respeito à proteção e defesa da saúde. Segundo o disposto no inciso I dos arts. 49 e 91 também do normativo interno, foi confiada à CAS competência para decidir terminativamente sobre o mérito da matéria.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, não foram identificados quaisquer vícios de inconstitucionalidade na proposição. Além disso, o exame de juridicidade do PL demonstrou que seu texto apresenta plena conformidade com o ordenamento jurídico. Quanto à regimentalidade, não se verificaram óbices que impedissem o prosseguimento da tramitação.

Em relação ao mérito, entendemos que a proposição merece prosperar.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, mais de 10 milhões de casos de tromboembolismo venoso são registrados por ano no mundo, com uma morte a cada 37

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segundos no Ocidente. Dois terços dos casos são relacionados à hospitalização, sendo a principal causa de morte prevenível em pacientes hospitalizados. Por essa razão, a OMS estabeleceu uma meta global para reduzir em até 25% o número de mortes prematuras por doenças não infecciosas até 2025, incluindo a trombose.

De acordo com estudo realizado pela Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular, a partir de dados do Ministério da Saúde obtidos de janeiro de 2012 a agosto de 2023, quase meio milhão brasileiros foram hospitalizados por complicações causadas pela trombose venosa. São ainda alarmantes os casos diários observados em 2023: a média diária de hospitalização superou a marca de 160 pacientes/dia.

A autora destaca na justificação da matéria que a prevenção do tromboembolismo venoso inclui medidas que vão desde o uso de meias de compressão e profilaxia com anticoagulantes, nos casos de internação, até a realização de exercícios regulares ou de atividades para evitar a imobilidade prolongada.

A criação de uma comissão interna nas unidades de saúde, de modo a criar rotinas para a avaliação sistemática do risco de trombose, é um avanço importante nas políticas de prevenção. Quanto a isso, convém destacar que o SUS presta assistência integral às pessoas com doenças cardiovasculares, uma política nacional de alta complexidade que prevê a organização das redes estaduais para oferecer todo o atendimento necessário aos pacientes, o que abrange desde as consultas até o acompanhamento nas unidades de tratamento intensivo.

Destaca-se, ainda, que o tema discutido nesta matéria está entre aqueles dispostos na Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa nº 36, de 2013. Essa resolução, em seu art. 4º, obriga a criação de núcleos de segurança do paciente em todos os serviços de saúde públicos, privados, filantrópicos, civis ou militares, incluindo aqueles que exercem ações de ensino e pesquisa. A estrutura de comitês, comissões, gerências, coordenações ou até núcleos já existentes pode ser utilizada pelo NSP, nos termos do §1º do mesmo art. 4º. Conforme o art. 1º, parágrafo único, do PL ora em análise, as ações previstas no *caput* poderão ser realizadas pelos núcleos de segurança do paciente, onde houver.

Por fim, em que pese a relevância do tema que ora discutimos, entendemos que ajustes precisam ser feitos: não é razoável que a Lei Orgânica da Saúde disponha sobre procedimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

específicos, os quais devem aparecer em normativo específico. Nesse sentido, oferecemos uma emenda substitutiva propondo a criação desta comissão na Lei 12.629, de 2012, que institui o Dia Nacional de Combate e Prevenção à Trombose – ou seja, apenas fez a modificação topográfica da localização da alteração legislativa.

Pelo exposto, Sra. Presidente e colegas, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.940, de 2023, nos termos da emenda abaixo apresentada, já constante do sistema.

É o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigada, Senador.

Em discussão o relatório do Senador Alessandro Vieira. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o substitutivo, nos termos do relatório apresentado.

A votação é nominal e está aberta.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente, até nós acabamos de... Nós vamos votar esse projeto importante, que é terminativo aqui na Comissão. Eu pediria a V. Exa., até por respeito às pessoas que estão presentes, tanto os colegas médicos como os não médicos que estão aqui acompanhando esta sessão – muitos vieram de fora –, que a gente pudesse ir para o item 3 da pauta e discuti-lo, até por respeito à presença deles aqui, porque nós, agora, inclusive, estamos votando um projeto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Exatamente.

Enquanto a gente vota, a gente pode começar a discutir o projeto. É uma sugestão minha, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Assim que terminar e o Senador voltar, não é? Porque, como eu sou a Relatora, eu não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É.

Onde é que eu voto? (*Pausa.*)

A gente pode passar para o item 6, enquanto a gente vota. Está certo, Senador? E, assim que o Senador Humberto voltar, a gente atende o pedido do Senador Hiran. Segundo fui informada, ele voltará em cinco minutos. A sessão que ele está tendo é aqui, viu? Aqui mesmo, na sala. (*Pausa.*)

Registro a presença dos Juízes Auxiliares da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho, o Dr. Marcelo Antônio de Oliveira Alves de Moura e a Dra. Milena Casacio Ferreira Beraldo. Muito obrigada pela presença. Seja muito bem-vindo e bem-vinda.

Então, vamos passar para o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1472, DE 2022

- Não terminativo -

Regulamenta o inciso IX do art. 114 da Constituição Federal, para dispor sobre competências da Justiça do Trabalho referentes à relação de trabalho, e dá outras providências.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- Em 04/12/2024, foi concedida vista à Senadora Damares Alves, nos termos regimentais.

2- Em 11/12/2024, o Senador Alessandro Vieira apresentou relatório reformulado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Peço licença e vou diretamente à análise.

Nos termos do art. 100, incisos I e IV, do Regimento Interno, à CAS cabe se manifestar sobre temas afeitos às relações de trabalho e temas conexos, como, no caso, o direito processual do trabalho.

Além disso, não vislumbramos impedimento de ordem formal constitucional, dado que a iniciativa para o tema pode ser exercida por qualquer Parlamentar, conforme os arts. 22, incisos I e XXIII, 48 e 61 da Constituição Federal. Não existe, ressalte-se, reserva de iniciativa de outros Poderes ou de órgãos da União.

No mérito, somos favoráveis à aprovação do projeto, na forma do substitutivo, cujo fundamento explicitamos no decorrer da análise.

O presente projeto tem por objeto, como dissemos, a consolidação da competência da Justiça do Trabalho, na esteira do que foi estabelecido no art. 114 da Constituição, conforme a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004. Essa emenda modificou a redação original daquele dispositivo, e aí cito aqui os dois dispositivos, na redação antiga e na redação atual, que consta da Constituição.

Essa nova redação – a redação vigente atualmente – prevê expressamente que lei ordinária poderá dispor sobre a fixação da competência da Justiça do Trabalho, ressalvada a vinculação temática à relação de emprego como fundamento fático da lide.

O projeto busca, portanto, regulamentar essa competência complementar da Justiça do Trabalho, eliminando dúvidas quanto ao julgamento de ações oriundas do trabalho autônomo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, trata-se de mais que uma providência oportuna, mas uma verdadeira necessidade. A Constituição é clara quanto à intenção de que a totalidade da litigância judicial referente às questões de trabalho deve ser remetida à Justiça para tanto especializada.

Trata-se de um reconhecimento da singularidade desse objeto jurídico – o trabalho humano remunerado – em relação à totalidade das relações jurídicas que ocorrem na sociedade. Trata-se, igualmente, da percepção de que essa singularidade se reflete na necessária atribuição de competência a um órgão judiciário especializado.

Esse papel, contudo, nem sempre foi plenamente reconhecido, desde sua criação, em 1943, e de sua incorporação ao Poder Judiciário, em 1946.

Embora a Justiça do Trabalho tenha enfrentado, ao longo desses 80 anos, diversos discursos apoiando a sua extinção – e, na origem, até mesmo o da sua não instalação –, mais recentemente se percebe o recrudescimento dessa visão retaliatória, a reboque dos novos ímpetos econômicos em direção ao Estado mínimo e da retórica política do neoconservadorismo extremista, somando-se aos questionamentos surgidos no período de aprovação da reforma trabalhista, em 2017. (*Pausa.*)

Peço desculpas, porque aqui tem um erro de grafia.

Na campanha de 2018 e nos anos seguintes, foram inúmeras as manifestações críticas aos direitos trabalhistas, com tentativas de aumento da informalidade, sob a alegação de que a informalidade geraria mais empregos. As mesmas críticas foram direcionadas à própria Justiça do Trabalho, acusada de tomar decisões com base em seu caráter ideológico e de ser muito protetiva em relação ao trabalhador.

Não obstante isso, verifica-se que a importância da Justiça do Trabalho permanece não apenas como ponto em que se exprimem as demandas dos trabalhadores, mas também como instrumento de incorporação e desenvolvimento das novas demandas sociais. Por exemplo, podemos destacar as demandas do Judiciário vinculadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, da ONU. Dos 17 objetivos da agenda, cabe destacar o ODS 8 (“promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos”) e o ODS 16 (“promover sociedades pacíficas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis inclusivas em todos os níveis").

Como se percebe desse conjunto, a Justiça do Trabalho pode contribuir de maneira muito mais consistente e abrangente com a prossecução desses objetivos, se lograr ultrapassar, na esfera legislativa, o viés restritivo que a tem apequenado desde a sua instituição, com especial intensidade nos últimos seis anos, inclusive a partir de interpretações igualmente restritivas da Suprema Corte, que se somam à legislação retrocessiva indicada. Essa mediocrização tem se refletido nos próprios dados da Justiça do Trabalho, como revelam as estatísticas produzidas no âmbito do Judiciário: as varas e os tribunais do trabalho têm julgado desproporcionalmente litígios relacionados a verbas rescisórias, ou seja, o mais basilar aspecto da legalidade trabalhista, enquanto questões de grande magnitude econômica e profundo impacto social, que poderiam ter um equacionamento mais célere, justo e seguro pela cognição de órgãos habituados a examinar o conflito entre capital e trabalho, seguem à margem dessa estatística.

Ao revés, expandir a competência material da Justiça do Trabalho, com fundamento no art. 114, inciso IX, da Constituição, pelo qual competirá à Justiça do Trabalho processar e julgar outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei, tende a ser o caminho legislativo mais seguro para que outros aspectos da legalidade trabalhista sejam paulatinamente recuperados, inclusive em questões mais sensíveis para o interesse público e para a própria Agenda 2030, como elevados índices de acidentes de trabalho, elevados índices de adoecimento laboral, em que o Brasil segue ocupando o quarto lugar entre os países com maiores taxas de acidentes de trabalho, com ou sem letalidade.

Dessa forma, sugerimos levar o projeto do Senador Weverton à sua conclusão lógica, rearranjando de forma decisiva a competência da Justiça do Trabalho, de forma a:

a) internalizar, no texto da CLT, os novos dispositivos do art. 114 da Constituição, com os aportes necessários para afastar as dúvidas hermenêuticas surgidas ao longo dos últimos 20 anos, em razão da relativa abertura semântica do texto constitucional que tem sido instrumentalizada para justamente restringir uma competência que, a bem da Emenda 45, pretendia-se expandir;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

b) estabelecer a competência material da Justiça do Trabalho para os litígios derivados indiretamente da relação de trabalho, mas que não opõem diretamente empregado e empregador, preservando-se uma unidade de convicção judicial; e

c) promover um arcabouço normativo que permita a incorporação judicial eficaz das novas realidades do trabalho, decorrentes do avanço da tecnologia, das modificações da legislação decorrentes da reforma de 2017 e das modificações já sentidas derivadas da pandemia de covid-19, que trouxe para muitos um novo entendimento sobre o fenômeno do trabalho organizado.

Aproveitamos também, Sra. Presidente, para reordenar o art. 652, de acordo com o esquema definido pela Lei Complementar 95, de 1998, dado que a CLT, como sabemos, é muito anterior a essa lei e não segue integralmente aquele esquema definido pela lei posterior. Apenas fazemos um ajuste normativo para facilitar o emprego da legislação.

É como voto, Sra. Presidente: pela aprovação, nos termos do substitutivo, registrando que é muito importante a definição e o reforço da competência desse ramo tão essencial da Justiça brasileira.

É o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigada, Senador Alessandro.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CAE, substitutivo.

A matéria vai à CCJ.

Vamos encerrar a votação nominal do item 13.

Todos já votaram? Todos os presentes? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe o Senador Alessandro votar.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Presidente, é para falar sobre...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O item anterior, o item 13, que foi votação nominal.

É sobre isso, Senador?

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, não é? Nem é sobre o 12, não é?

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – É uma inversão de pauta do item 3, o projeto de lei de que V. Sa. é a nobre Relatora.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos apurar o resultado da votação do 13 e imediatamente eu passo a palavra a V. Exa. Mas acho que o Senador vai relatar, não é, Humberto?

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Foram 11 votos SIM; nenhum, NÃO.

Nenhuma abstenção.

Aprovado o projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CAS. Aprovado o substitutivo.

Vamos fazer o turno suplementar de imediato? (*Pausa.*)

Então, dou início ao turno suplementar e coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Devolvo... (*Pausa.*)

Era hora de eu devolver a Presidência ao Senador Humberto Costa. Só que o item 12 é de relatoria dele.

Podemos fazer logo a relatoria dele, depois a gente volta para o 3?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Senador Hiran.

Então, anuncio o item 12 da pauta.

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 1739, DE 2024

- Não terminativo -

Acrescenta § 8º ao art. 11 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para estabelecer a inaplicabilidade do limite de dedução do imposto devido na declaração de rendimentos, na hipótese de contribuição adicional para equacionamento de resultado deficitário dos planos de benefícios de entidade fechada de previdência complementar.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra o Relator, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Senadores, vem à análise da Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto de Lei 1.739, de 2024, da Câmara dos Deputados, do Deputado Federal Sergio Souza, que acrescenta §8º ao art. 11 da Lei 9.532, de 1997, para estabelecer a inaplicabilidade do limite de dedução do imposto devido na declaração de rendimentos, na hipótese de contribuição adicional para equacionamento de resultado deficitário dos planos de benefícios de entidade fechada de previdência complementar.

Nesse sentido, a proposição, em seu art. 1º, promove a alteração na lei que alterou a legislação tributária nacional para estabelecer a inaplicabilidade de que trata a matéria. Por seu turno, o art. 2º determina que a futura lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Na Câmara, o autor apresentou um conjunto de razões que justificam a inaplicabilidade que ora se discute, ressaltando que o percentual hoje deduzido da contribuição adicional para equacionar o déficit nos planos de previdência complementar penaliza duplamente o participante, seja porque este precisa contribuir para cobrir dívidas oriundas de ações ímprobas, seja por não poder deduzir a respectiva contribuição adicional do Imposto de Renda, o que acaba reduzindo ainda mais o seu salário.

O autor destaca, ainda, que este projeto não cria, em hipótese alguma, quaisquer tipos de isenção ou imunidade tributária.

Além deste Colegiado, o projeto vai para a CAE.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

A competência desta Comissão para apreciar a matéria sob análise está respaldada no inciso I do art. 100 do Regimento Interno, que atribui à CAS competência para opinar sobre proposições que digam respeito à previdência social. A análise a ser empreendida por este Colegiado deve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

centrar-se, pois, neste aspecto. Nesse sentido, reservando-nos ao mérito do projeto, entendemos que esta proposição merece prosperar.

Segundo o autor, esta proposição circunscreve-se no contexto das investigações sobre os indícios de fraudes em entidades fechadas de previdência complementar, os fundos de pensão, que resultaram na instalação, em 2015, da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Fundos de Pensão, que funcionou na Câmara dos Deputados, e na deflagração da Operação Greenfield pelo Ministério Público Federal.

Durante as investigações promovidas pelo Parlamento, foi observado que muitos fundos de previdência complementar registraram prejuízos bilionários, os quais estão sendo equacionados entre patrocinadores e participantes, na forma de contribuições extraordinárias descontadas diretamente no contracheque de seus empregados.

É importante destacar que os planos de previdência privada, de forma geral, buscam formar uma reserva para o pagamento de benefícios aos seus participantes, os quais contribuem mensalmente para a manutenção desses fundos. Por outro lado, as contribuições adicionais que ora discutimos são destinadas ao custeio de déficits que lesaram grandemente o patrimônio destas entidades. Os beneficiários, então, estão pagando duas vezes.

O projeto em análise busca diminuir o impacto deste aporte extra no salário dos empregados, tanto das patrocinadoras quanto dos próprios quadros dos fundos de pensão. Ao permitir a dedução de contribuições adicionais pagas pelos beneficiários que tanto são afetados pelos descontos do equacionamento originado, estamos reparando os prejuízos que atingiram, sobretudo, os participantes. Não é razoável que um trabalhador comprometa, em muitos casos, 25% da sua renda mensal com pagamento da previdência complementar e fique limitado à dedução de apenas 12% do Imposto de Renda.

É inegável, ainda, a importância dos fundos de pensão para a aposentadoria dos trabalhadores, um complemento dos recursos percebidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social. Atualmente, o Brasil conta com mais de 300 entidades, com milhões de participantes e assistidos, que representam mais de 15% do PIB, sendo perceptível sua importância para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Portanto, o projeto que está sendo discutido neste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento é um mecanismo que garante a continuidade dessas entidades, patrimônio dos trabalhadores que diuturnamente lutam pela sua manutenção.

Por fim, ressaltamos a atuação dos representantes dos trabalhadores das patrocinadoras, aqui em nome da Associação Nacional dos Aposentados dos Correios, e da representação das entidades, aqui em nome da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, que trabalharam para conferir justiça aos contribuintes e garantir a continuidade destes fundos de previdência complementar.

Voto.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei 1.739, de 2024.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigada, Senador Humberto Costa.

Coloco a matéria em discussão.

Com a palavra o Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Senador Humberto e Presidente, eu vou pedir vista deste projeto porque é um projeto um pouco complexo e eu não tive tempo de analisá-lo, honestamente, porque nós ficamos dedicados a essa questão da acupuntura. A gente achava que não ia nem chegar a este projeto. Então, eu quero pedir vista e me comprometer a apresentar um voto vista ou votar a favor deste projeto na nossa próxima reunião.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É um direito regimental, Senador.

Está concedida vista, nos termos regimentais, ao Senador Hiran.

Devolvo a Presidência ao Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos seguir a pauta.

Este é o turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei 2.570.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2570, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para dispor sobre o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Observações:

1- Em 4/12/2024, foi aprovado o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2570, de 2022, ora submetido a turno suplementar nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

2- Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

3- Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Presidente. Presidente Humberto, eu gostaria de consultar V. Exa. para pedir a inversão de pauta do item 3.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas aqui é só a leitura.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – O.k.. Então, está bom. Não tem problema. Combinado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É turno suplementar.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 5983, DE 2019

- Não terminativo -

Regulamenta o exercício profissional de acupuntura.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta e contrário à Emenda nº 1.

Observações:

1- Em 12/05/2022, 29/08/2023 e 19/09/2023, foram realizadas audiências públicas destinadas a instruir a matéria.

2- Em 27/11/2024, foi concedida vista ao Senador Dr. Hiran, nos termos regimentais.

3- Em 10/12/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Dr. Hiran (pendente de relatório).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão para se pronunciar sobre a emenda apresentada.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – A emenda, Sr. Presidente, foi protocolada ontem à noite. Nós ficamos até tarde votando no Plenário. Eu tomei conhecimento da emenda agora, estou com ela inclusive registrada. Na verdade, ela é praticamente um substitutivo. Ela não é uma emenda focal em algum ponto do projeto, ela é um substitutivo que tem uma única questão coincidente com o meu relatório, que já assim se apresenta, que é a supressão do art. 1º e do art. 2º, já feita pelo Relator anterior, o Senador Paim, que eu incorporei ao meu relatório. Então, o relatório está mantido nos termos em que foi lido e apresentado na última reunião, considerando que as mudanças são mudanças de eixo. A gente está diante de uma posição contrária, não é uma posição de emenda. É um substitutivo contrário ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A Senadora Teresa Leitão preserva o seu relatório da forma como apresentou.

Eu coloco em discussão a matéria.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, só para ajudar a fazer o encaminhamento.

Claro que a gente ouve atentamente o que a Senadora Teresa Leitão coloca. Esse assunto é um assunto muito delicado, que está dividido, este Colegiado está dividido em função desse tema. E aqui no Senado a gente tem uma prática de tentar convergir as ideias que são trazidas, seja na autoria de projetos, seja em relatoria.

A emenda apresentada pelo Senador Hiran, senão no todo, segundo colocou a Senadora Teresa – por quem eu tenho o maior carinho e muito respeito, ela sabe disso –, mas pelo menos talvez tenha alguma coisa nessa emenda que poderia ser apreciada.

Então, em função do prazo exíguo de uma apresentação feita apenas ontem à noite, eu queria propor a este Colegiado... A gente procura trabalhar muito aqui de uma forma harmoniosa, de uma forma conciliatória. Eu queria propor a V. Ex. e aos pares que aqui estão que a gente retirasse esse projeto de pauta, o senhor retiraria de ofício, para a gente fazer uma discussão, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apreciação melhor da própria emenda, em respeito até ao próprio colega Dr. Hiran, e no próximo ano a gente voltaria a discutir isso. Se a gente não encontrasse nenhum consenso, apesar das várias audiências que foram feitas, a gente levaria a voto e quem tem voto ganha, quem não tem voto perde. Talvez seja uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Senador, esse projeto é de 2019, não há mudança de posição. Eu quero também explicar isso ao senhor com muita tranquilidade. Se vai votar hoje ou amanhã, o relatório será o mesmo, Senador Humberto Costa.

Nós estamos, de um lado, com o setor da área – e a emenda de Dr. Hiran representa isso – radicalmente contra a regulamentação da acupuntura para quem não é médico e, do outro lado, com a possibilidade de regulamentar esta prática já efetivamente feita por centenas dos chamados acupunturistas, sendo que o projeto original e o relatório do Senador Paim, que eu assimilei, regulamentam esta prática. No meio, uma prática milenar, que todos referenciam como uma prática milenar da civilização chinesa e que tem os seus rebatimentos aqui.

Eu fui muito pressionada para dar esse parecer na hora praticamente em que recebi o relatório – o Senador Humberto é testemunha disso – e segurei. Não segurei pelo simples motivo de segurar e de postergar. Às vezes, as pessoas dizem isso até para justificar um pedido de vista. Não foi para postergar, é porque, embora os médicos todos passem pela mão de uma professora como eu, nem toda professora como eu conhece os meandros da medicina, mesmo sendo usuária da acupuntura.

Eu me dediquei todo esse tempo a ouvir, até ontem eu ainda estava ouvindo. Levei um documento denso, um documento que recebi do conselho de medicina da acupuntura, com quem conversei, levei para casa, li o documento, li os argumentos, ouvi pessoas favoráveis, ouvi pessoas contrárias. Então, eu estou pronta para dar o relatório, para manter o voto.

Se V. Exa. acha que, para a convivência política entre nós, se faz necessário adiar para amanhã, para depois, para fevereiro – porque é fevereiro, não teremos mais prazo este ano,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Laércio –, não sou eu que vou obstacular. Só quero adiantar que, depois de tudo que eu li, depois de tudo que eu ouvi... Inclusive visitei... Eu disse ao doutor que me procurou: como se explicam tantas clínicas? Não são pessoas que fazem atendimento doméstico, são clínicas autorizadas ao funcionamento que existem em muitas cidades. Então, por que essas clínicas existem? Porque são autorizadas.

Então, Senador Laércio, não quero de forma nenhuma fazer um cavalo de batalha com V. Exa., está nas mãos do Presidente, mas quero adiantar que a minha posição não foi formada do dia para a noite, pelo contrário, ela foi muito bem analisada. Para o relatório, eu ouvi inclusive setores oficiais.

Talvez as pessoas não tenham lido totalmente o projeto de lei aí afora e acham que a gente quer fazer uma coisa desordenada, um bamburim de agulhas de acupuntura. Não é isso. Pelo contrário. O projeto tem exigências, o projeto que veio da Câmara tem exigências, e a nossa intenção em fazer o relatório tal qual veio e tal qual o Senador Paim também o fez é justamente agilizar o processo, porque, senão, ele volta para a Câmara, onde ele já passou cinco anos.

Então, é um pouco disso, viu, Senador Humberto, mas eu fico à disposição do que for melhor e do entendimento que for possível.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Presidente. Presidente Humberto, Senadora Teresa, porque também tenho amizade e respeito pela sua história...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu não disse que tenho por vocês, mas eu também tenho. Por todos os dois.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Nós temos aqui uma convivência muito fraterna.

Divergir é natural, é natural do processo legislativo, mas eu queria dizer ao Sr. Presidente, às senhoras e aos senhores, a todos que nos assistem: esse projeto é um dos projetos mais controversos que eu enfrentei aqui. Presidente, esse projeto tem mais de dez anos tramitando aqui. Ele é de 2003, Senadora. E o nosso querido Senador Paim, quando recebeu a incumbência de relatar, viu que a dificuldade seria tamanha que ele declinou dessa relatoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha posição... Eu apresentei uma emenda, e essa emenda eu acho que a gente deveria discutir, porque é uma emenda que eu acho que contempla, ela não acaba com a atividade dos acupunturistas que não são médicos, mas que a gente possa discuti-la mais profundamente. Por exemplo, o Senador Laércio teve ciência dessa emenda há pouco, e ele não tinha ciência das contrarrazões da nossa Senadora Teresa.

Além do quê, Senadora Teresa, a Medicina tem uma lei que a rege, que é da minha idade, de 67 anos, é de 1957, e a lei criou o Conselho Federal de Medicina e seus conselhos regionais, e é o conselho que rege nossa atividade. Nós estamos no Brasil. Então, nós temos lá... O Conselho estabeleceu que nós temos 55 especialidades médicas, e uma dessas especialidades é acupuntura, de forma que o Conselho Regional de Medicina do referido estado onde se pratica essa especialidade só concede o título de especialista através de residência médica ou de prova estabelecida pela Associação Médica Brasileira, através de convênio com o Conselho.

Então, é por isso que eu defendo que a acupuntura seja feita por médico; mas também, no meu substitutivo, Presidente Humberto, nós consideramos a possibilidade de os profissionais que fazem a acupuntura sem serem médicos, que façam a acupuntura supervisionados por um médico. Isso é uma proposta que eu faço aqui de uma maneira muito clara.

Então, eu acho, Presidente, que, como não há...

O acordo é muito difícil. Nós já propusemos várias emendas no decorrer desse tempo, Presidente.

Eu acompanho esse projeto desde a minha entrada nesta Casa. Eu estou aqui há 12 anos, e a gente não consegue entrar no acordo, até porque, Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o interesse maior é de quem forma acupunturistas sem serem médicos. É dos cursos. Há um *lobby* dos cursos. Os cursos querem continuar formando acupunturistas sem serem médicos. É verdade.

Então, eu acho que é uma questão de prudência, de cuidado com as pessoas, que a gente continue discutindo aqui como fazer um marco legal que não exponha o povo brasileiro, porque, na lei do ato médico também, Senadora, a lei do ato médico estabelece que os procedimentos invasivos – e, quando a gente enfia uma agulha em alguém, é um procedimento invasivo – são procedimentos privativos de médico. Então, eu acho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu peço às pessoas que estão aqui, que são muito bem recebidas, vêm exercer aqui o seu direito, mas, por favor, sem nenhuma manifestação.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Tenho profundo respeito, aliás, por todos, mas eu acho muito prudente que a gente continue discutindo essa questão, porque o que menos a gente quer aqui é criar um marco legal que deixe pessoas em situação de vulnerabilidade. Então, esse é o meu posicionamento.

Eu acho, Presidente, que pediria a Senadora Teresa, até porque a gente precisa... Nós temos aí...

Olhe só: nós temos a presença da grande maioria dos nossos membros, mas eu tenho certeza de que nenhum deles leu a minha emenda e nenhum viu as contrarrazões da nossa querida Senadora Teresa. Então, acho que a gente poderia adiar essa discussão e...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bem, eu...

Quer terminar?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, pois não. Pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Na verdade, eu disse...

Na reunião passada, nós retiramos de pauta, com a anuência da Relatora, eu fiz a promessa de que nós votaríamos ainda na CAS neste ano, e disse que, se fosse do desejo da Senadora adiar essa votação, essa discussão, eu acataria, mas eu não vou adiar de ofício, até porque essa é uma matéria extremamente polêmica, que a Senadora aceitou relatar – ninguém queria relatar essa matéria... Então, por respeito a ela e ao trabalho que ela fez, aqui nós vamos fazer a condução que a Relatora considerar que é a melhor.

Além do mais, votada aqui, vai para o Plenário, não é? Eu suponho que ninguém vai apresentar pedido de urgência. E lá no Plenário pode-se fazer audiência pública, sessão geral, o que for, para discutir esse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, até para proteger a Senadora, veja bem: se o senhor estabelecer uma votação nominal, a gente não... Como é que nós vamos fazer? E, se a gente estabelecer uma votação...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Simbólica.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... simbólica, nós dois vamos ser contrários.

Só tem uma...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, mas esse é o Regimento.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mas, quer dizer, vai aprovar com o voto da...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, V. Exa. pode pedir a verificação de votação, se tiver apoiamento.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Infelizmente, é esse o Regimento.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Então vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bom.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Nós somos contrários...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Registrado o voto contrário do Senador Laércio e do Senador Hiran.

A matéria...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Eu apresentei, Presidente... Uma questão de ordem: eu apresentei um destaque de bancada e queria subscrever... A nossa bancada apresentou, e eu queria subscrever.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ainda sobre essa matéria?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas é que não houve subscrição de outro Senador, e a Senadora Tereza Cristina não está.

Infelizmente, eu não tenho como... Vamos levar este debate lá para o Plenário. Acho que é melhor...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Plenário será um ambiente, Senador Hiran, Senador Laércio... Pelos seus argumentos, o Plenário será o melhor ambiente para se debater isso, com todo mundo envolvido.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, regimentalmente, o destaque está na Comissão. E eu o subscrevi, Presidente. O destaque foi apresentado à Comissão, e eu o subscrevi.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Oi?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador, não houve.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Hã?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não houve a subscrição.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O Líder do bloco está aqui, Presidente. O Líder do nosso bloco está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, mas não houve a subscrição. Foi a Líder do partido que apresentou.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, o senhor deveria ter colocado em votação, ressalvado o destaque.

Tem o destaque...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós podemos fazer a votação da Emenda 1, que V. Exa. apresentou... (*Pausa.*)

... e que tem já um parecer da Senadora Teresa Leitão pela rejeição.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – E o destaque?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Termina funcionando como a mesma coisa. A Emenda 1 estará em votação, e teremos a votação nominal. (*Pausa.*)

Simbólica. O.k. (*Pausa.*)

Então, eu coloco em votação, neste momento, a Emenda 1, nos termos do relatório, que tem parecer de rejeição por parte da Senadora Teresa Leitão.

Em votação a emenda.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Só um momentinho, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Rejeitada a emenda, o projeto vai para o Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sugiro a V. Exas...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, por favor, por favor, por favor, por favor.

Eu sugiro a V. Exas. que apresentem no Plenário as propostas de mudanças que forem necessárias.

Todos nós sabemos que a votação na Comissão não é definitiva. Então, abre-se todo um processo em seguida.

Está certo, Senador Hiran?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, já que nós temos a presente do Senador Girão, eu solicito verificação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Tem três.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tem três apoiamentos aqui na Comissão. (*Pausa.*)

O senhor e mais três.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu e mais dois.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos lá? O.k.? (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

Não havendo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agora, o requerimento...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, só uma questão de ordem: o Líder do bloco não pode pedir verificação?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Procedida...

O requerimento de verificação de votação só será admissível se apoiado por três Senadores. Não há prerrogativa do Líder para isso.

Está bem?

Então, a matéria segue para o Plenário.

Eu queria aqui...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Girão, só para tirar uma dúvida, você vota a favor de não médico fazer acupuntura? Só para...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, Senador... Aí nós vamos reabrir a discussão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Exa. poderá levar ao Plenário.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, rapidamente, só para deixar muito claro...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Silêncio aí, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Quero cumprimentá-lo, Presidente Humberto Costa, pela condução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estava acompanhando do gabinete e de outras Comissões: há muita coisa acontecendo no mesmo dia. Mas eu estou aqui para apoiar esse relatório da Senadora Teresa Leitão, que foi feito de forma muito equilibrada, de forma muito responsável.

Eu tive a oportunidade de, na legislatura passada, acompanhar esse projeto e eu acredito que a condução foi bem feita, ouvindo a sociedade, e vamos a Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria colocar em votação, como último ponto da pauta, um requerimento de autoria do Senador Efraim, que pede... (*Pausa.*)

É o meu?

É de minha autoria, mas foi acertado com ele.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 111, DE 2024

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2158/2023, que "altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que 'dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências', para permitir que os medicamentos isentos de prescrição possam ser comercializados e dispensados por supermercados, que disponham de farmacêutico".

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Aqui há uma proposição de um conjunto de entidades para participarem do evento.

Coloco em votação.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa de leitura da ata e a sua aprovação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário Oficial*.

Só uma informação: nós, provavelmente, teremos mais uma reunião da Comissão de Assuntos Sociais na semana que vem para a sabatina dos eventuais indicados à Agência Nacional de Saúde e também outros temas que nós consideremos relevantes, o.k.?

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 12 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos do dia treze de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Eduardo Braga e Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Cid Gomes, Efraim Filho, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Jayme Campos, Angelo Coronel, Otto Alencar, Lucas Barreto, Jorge Kajuru, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Teresa Leitão, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Sérgio Petecão, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Marcio Bittar, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Omar Aziz, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Beto Martins, Magno Malta, Marcos Rogério e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento PLP 68/2024, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar n° 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências". Do Plano de Trabalho: "Essa audiência pública lidará com os dispositivos que tratam dos demais regimes específicos". **Participantes:** Sr. Manoel Cardoso Linhares, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH); Sra. Amanda Rezende, Coordenadora Tributária da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) (representante de: Márcio Lopes de Freitas, Presidente da OCB); Sr. Rodrigo Rocha Monteiro de Castro, Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos e Desenvolvimento da Sociedade Anônima do Futebol (IBESAF); Sra. Marina Passos Costa Queiroz, Diretora Jurídica da Confederação Nacional do Turismo (CNTur) (representante de: Wilson Luis Pinto, Presidente da CNTur); Sr. Thiago Xavier, Economista (representante de: Pablo Morbis, Presidente do Sistema Integrado de Parques & Atrações Turísticas (SINDEPAT)); Sr. Fernando Mombelli, Gerente de Projeto de Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil; Sr. Paulo Solmucci Júnior, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL); Sr. Eduardo Fleury, Consultor Tributário da Associação Brasileira de Resorts (RESORTS BRASIL) (representante de: Marcelo Picka Van Roey, Presidente da RESORTS BRASIL); Sr. Vanderlei Vianna, Assessor de Relações Institucionais e Governamentais do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (FONIF) (representante de: Custódio Pereira, Presidente do FONIF); Sr. Pedro Henrique de Andrade Nogueira Lima, Vice-presidente de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assuntos Legislativos do Conselho Federal de Corretores de Imóveis – Sistema COFECI-CRECI (representante de: João Teodoro da Silva, Presidente do Conselho Federal de Corretores de Imóveis); Sra. Maria Juliana Fonseca, Consultora da Sociedade Anônima de Futebol (SAF) do Clube Atlético Mineiro e Mestre em Direito Tributário pela UFMG; e Sr. Rodrigo Petry Terra, Consultor Jurídico e Institucional do Instituto Nacional de Reciclagem (INESFA) (representante de: Clineu Alvarenga, Presidente do INESFA). Usa da palavra o Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Senador Eduardo Braga
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/13

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Peço desculpas pelo atraso, mas o Plenário do Senado, como sabe o Senador Cid, está, neste momento, reunido para deliberar uma importante lei sobre a comercialização dos serviços ambientais, a negociação do carbono. Portanto, eu estava, ainda há pouco, exercendo a função de Líder do MDB, para que nós pudéssemos buscar um entendimento sobre as emendas apresentadas junto à Relatora, a Senadora Leila. E eu acabei atrasando a minha chegada aqui para a abertura dos trabalhos. Eu peço, portanto, desculpas aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras e também aos senhores convidados e às senhoras convidadas.

Nós teremos que dividir a mesa em duas etapas, em função do número de convidados. Nós convidaremos à mesa, primeiro, quatro; esses quatro farão a sua participação na audiência pública, e, em seguida, chamaremos os outros quatro para compor a mesa, para poder, portanto, dar espaço para que todos possam falar à mesa.

Eu gostaria de, dito isso, dizer que a presente reunião destina-se a realizar a sexta audiência pública para instruir o projeto que regulamenta a reforma tributária, o Projeto de Lei nº 68, de 2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), o Imposto Seletivo (IS) e dá outras providências.

Conforme o plano de trabalho oferecido, esta audiência pública lidará com os dispositivos que tratam dos demais regimes específicos.

A presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados, por sistema de videoconferência, para exposição e debate. Será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Dito isso, eu convido a Sra. Amanda Rezende, Coordenadora Tributária da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), representante de Márcio Lopes de Freitas; convido o Sr. Manoel Cardoso Linhares, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (Abih). (*Palmas.*)

Muito bem! Esse trouxe o eleitorado. (*Risos.*) Esse trouxe o eleitorado. Muito bem!

Convido a Sra. Marina Passos Costa Queiroz... (*Palmas.*)

Também!

Diretora da Confederação Nacional do Turismo (CNTur), representante do Sr. Wilson Luis Pinto, Presidente da CNTur.

E, por fim, o Sr. Thiago Xavier, representante do Sr. Pablo Morbis, Presidente do Sistema Integrado de Parques e Atrações Turísticas (Sindepat).

Acho que, com o Sr. Thiago Xavier, eu completo os quatro participantes iniciais.

Passo imediatamente a palavra ao Sr. Manoel Cardoso Linhares, porque há uma solicitação por parte dele, diante de outros compromissos – ele terá que pegar um voo para Palmas. Ele pediu preferência para poder participar a tempo de poder cumprir a sua agenda também em Palmas.

Com a palavra, o Sr. Manoel Cardoso Linhares.

O SR. MANOEL CARDOSO LINHARES (Para expor.) – Sras. e Srs. Parlamentares, colegas do setor de turismo e hotelaria e todos que nos acompanham, boa tarde. Quero cumprimentar a todos e faço uma saudação especial ao Sr. Senador Eduardo Braga, Relator deste projeto da reforma tributária. Saúdo também meu grande conterrâneo, a liderança, posso dizer, maior do Ceará, nosso eterno Governador e nosso Senador Cid Gomes, na pessoa de quem saúdo todos os Parlamentares aqui presentes, todos os Senadores. Quero também registrar o meu reconhecimento de seu empenho em conduzir, meu Senador Eduardo Braga, uma pauta que definirá o futuro do nosso Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje estou aqui para defender o turismo do Brasil, não pela primeira vez e, com toda a certeza, não será a última.

Este setor, muitas vezes incompreendido e tratado como acessório, é, na verdade, um dos pilares da nossa economia. O turismo não é apenas lazer; é uma força vital para o nosso país, representa 8% do PIB, sustentando mais de 6,8 milhões de empregos no nosso país. São milhares de famílias brasileiras, muitas em regiões vulneráveis, que encontram no turismo o sustento, a dignidade e a esperança de um futuro melhor – e esse futuro está em risco.

A Tendências Consultoria, em estudo solicitado por nove associações do setor, apresentou um dado alarmante: a cada 1% de aumento no preço dos serviços do turismo, a demanda pode cair 0,7%. O que significa isso? Significa que a sensibilidade do nosso setor aos preços é alta e que qualquer alta de custo pode fazer com que nossos brasileiros e estrangeiros escolham explorar novas belezas. Esse impacto reflete em menos turistas, menos receita, menos investimento e, acima de tudo, menos emprego.

Mas vejamos o outro lado sobre o potencial do nosso setor de gerar emprego: foi constatado por esse estudo que apenas um crescimento de 1% na demanda é capaz de gerar mais de 11,5 mil empregos diretos. Esse número é a prova de que o turismo é uma máquina de oportunidades, um setor intensivo em mão de obra, que precisa ser tratado como estratégico.

Não estamos aqui para pedir privilégio; não estamos pedindo equiparação com as boas práticas internacionais. Mais de 65% dos países da OCDE já aplicam uma alíquota reduzida, prevista em lei, em média, de 11,7%. Repito, Srs. Senadores: os países da OCDE têm como prática aplicar uma alíquota de 11,7% sobre o turismo. Esses países fazem isso porque sabem que fomentam o turismo, esse setor que impulsionará as economias locais, promovendo o desenvolvimento e atraindo visitantes.

O Brasil tem um potencial para alcançar esse resultado, mas, com uma alíquota que pode chegar a 28%, estamos diante de um modelo de reforma tributária que, infelizmente, não considera as particularidades do turismo nem as boas práticas da OCDE para o nosso setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diferentemente das indústrias de transformações, que acumulam crédito, insumo, materiais, o turismo não acumula crédito, mas acumula pessoas, acumula empregos, acumula oportunidades nas regiões mais carentes do nosso país.

Srs. Senadores, o nosso setor é o que mais emprega, gerando dois em cada dez novos empregos no Brasil. Esse setor depende de pessoas, de serviços locais, de hospitalidade. Desta forma, sem compensação adequada, o peso de uma alíquota alta pode elevar a carga tributária em até 90%, um encargo que sufocará nosso setor e fará com que o turismo brasileiro perca competitividade globalmente. Isso não apenas prejudica o brasileiro que quer conhecer as belezas do nosso país, mas afasta o turismo estrangeiro que deseja descobrir o nosso país.

Senador, como o senhor sabe, nós temos um país imenso. Temos o Norte, com a sua Região Amazônica; temos o Centro-Oeste, com o Pantanal e suas chapadas; temos o Nordeste, com essas belezas de praia; temos o Sul e o Sudeste, com essas belezas naturais. Somos o primeiro país do mundo em belezas naturais. Somos o oitavo em cultura. E o que falta para gente alavancar esse setor que gera tanto emprego para o nosso país? Nosso pedido é claro e justo: uma alíquota expressa entre 10% e 11% para o turismo. Não estamos pedindo uma redução, mas, sim, uma equiparação com os países da OCDE, com os países com que competimos. Estamos pedindo segurança jurídica e simplificação, algo que nos foi prometido nessa reforma tributária, e, para nós, é evidente que não está sendo entregue. Do jeito que está a regra, na qual o cálculo da alíquota será feito depois de aprovarmos o texto, é evidente que não é transparente e seguro.

Srs. Senadores, V. Exas. representam a Federação, representam o desenvolvimento regional, por isso acredito no potencial de nosso país para o turismo. Façam desse setor tão maltratado uma política de Estado, para que tenhamos, repito, uma competição justa. Precisamos de um regime tributário que reconheça o turismo como setor estratégico, porque ele é capaz de gerar emprego e dignidade para milhões de brasileiros.

É nosso dever tornar o Brasil um protagonista no turismo mundial, um país onde o próprio brasileiro tenha orgulho de conhecer e de desfrutar de suas maravilhas.

Por um Brasil forte, competitivo e reconhecido no cenário global, reiteramos nossa luta por uma verdadeira transparência e segurança, por uma alíquota diferente para o turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu muito obrigado pela atenção e pelo compromisso de todos em promover um futuro melhor para o nosso país.

Meu muito obrigado, meu Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu que agradeço ao Sr. Manoel Cardoso Linhares pela sua participação, desejando, desde já, uma boa viagem até o Município de Palmas.

Passo agora a palavra à Sra. Amanda Rezende, Coordenadora Tributária da OCB.

A SRA. AMANDA REZENDE (Para expor.) – Obrigada.

Boa tarde.

Primeiramente, eu agradeço pelo convite e por este momento, para retratar as peculiaridades do cooperativismo – que tem um regime específico constitucionalmente proposto – e os anseios do setor no PLP 68, que visa regulamentar a nova tributação sobre consumo.

Inicialmente...

É só pedir para passar? (*Pausa.*)

Obrigada.

Inicialmente, cabe elucidar que o cooperativismo é uma opção, ele é uma oportunidade para o cooperado, que, sozinho, não teria nenhuma chance no mercado. Então, a cooperativa surge da junção de pessoas e suas necessidades comuns, que constituem a cooperativa, cooperativa essa que é sociedade de pessoas com forma e natureza jurídica própria, constituída para prestar serviço aos cooperados, sem finalidade lucrativa, mas com finalidade econômica, justamente para atender às suas necessidades.

E para que isso? Para que atender à necessidade do cooperado? Porque a cooperativa intenta ligar o cooperado ao mercado – eliminando a figura daquele intermediário que teria ali uma finalidade lucrativa nessa intermediação –, ora para viabilizar a comercialização de bens e serviços daquele cooperado, ora para disponibilizar, ou seja, acessar no mercado bens e serviços, inclusive financeiros, em melhores condições para o cooperado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o cooperativismo visa a uma inclusão socioeconômica e a uma maior e melhor distribuição de renda, já que tudo que perpassa dentro da cooperativa não pertence à cooperativa; pertence ao cooperado.

E, nessa longa discussão de reforma tributária, desde a emenda constitucional e agora na discussão do PLP, eu escutei uma analogia muito interessante, que eu vou reproduzir e que espelha bem como funciona esse fluxo operacional dentro das cooperativas. A cooperativa seria como uma nuvem: tudo perpassa pela cooperativa, mas nada fica, porque nada lhe pertence. O resultado é exclusivamente do cooperado.

Pode passar, por favor.

A gente trouxe também uns números que refletem muito bem a representatividade do cooperativismo no Brasil. Nós somos mais de 4,5 mil cooperativas, que reúnem 23,4 milhões de cooperados, pessoal. Isso representa 11% da população brasileira. E a cooperativa atua em diversos segmentos: ela atua no transporte, ela atua no trabalho, ela atua no crédito, saúde, consumo. E, para vocês terem ideia dessa abrangência nacional em diversas categorias econômicas, as cooperativas de infraestrutura eletrificam e desenvolvem diversos municípios, em especial no interior, certo? Elas estão presentes em 800 municípios, sendo uma referência no índice de satisfação da Aneel e disponibilizando energia elétrica para mais de 1,5 milhão de cooperados. Já as cooperativas de trabalho promovem dignidade, profissionalização, e elas retiram esse cooperado da informalidade. São mais de 193 mil cooperados na modalidade de cooperativa de trabalho, em diversas categorias, como de professores, como reciclagem, como artesanato. E temos também o cooperativismo de transporte, que engloba mais de 790 cooperativas, mais de 100 mil cooperados, atuando tanto no transporte de carga como no transporte de passageiros. E, entre inúmeros benefícios, ele proporciona redução de custos operacionais, acesso ao mercado e segurança para esse cooperado.

Pode passar, por favor.

E o que mais diferencia o cooperativismo dos demais modelos de negócio que justamente justifica esse regime específico? Ele propõe a promoção de resultados compartilhados entre os cooperados, o ganho de escala é tanto na produção como no acesso ao mercado, o compromisso e incentivo com o desenvolvimento local, o interesse pela comunidade, a gestão democrática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desses associados e, obviamente, a abrangência nacional – nós estamos em todo o território do país.

Pode passar, por favor.

E foram essas particularidades e essa singularidade do cooperativismo que justificaram, no momento da discussão constitucional da reforma tributária, um tratamento específico que garantia ali para as cooperativas, primeiro, um regime optativo – isso foi importante, como atuamos em diversas categorias econômicas, o cooperativismo ter essa opção de escolher entre o regime específico e o regime geral –, que tem como objetivo respeitar e assegurar a competitividade das cooperativas, não incidindo IBS e CBS sobre o ato cooperativo e garantindo o aproveitamento de créditos das etapas anteriores.

Pode passar, por favor.

Mas é importante lembrar que a proteção ao cooperativismo não é nova, pessoal, ela não veio com a Emenda Constitucional 132. Para vocês terem ideia, cooperativa é mencionada nove vezes no texto constitucional e cooperativismo duas vezes, ou seja, são 11 citações do cooperativismo no texto constitucional. E esse zelo do legislador ao cooperativismo reitera a relevância social do modelo e as particularidades do cooperativismo.

No âmbito tributário, desde 1988, há previsão do adequado tratamento tributário ao ato cooperativo, e a Emenda Constitucional 132 reiterou e estendeu para os tributos que estão sendo constituídos: IBS e CBS.

Então, é nesse cenário que é indispensável que a regulamentação do regime específico, o PLP 68, reproduza o arcabouço constitucional de proteção, de estímulo, de adequação tributária para o cooperativismo, para garantir a sustentabilidade do modelo e garantir segurança jurídica para as operações realizadas pelas cooperativas.

Pode passar, por favor.

Dessa forma, propomos, para esse fim, impreterivelmente, a preservação das adequações que já realizamos na Câmara dos Deputados, sem as quais a cooperativa, o cooperativismo não teria sustentação. Contudo, não sendo menos importante, é fundamental: implementar ajustes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

redacionais no sentido de detalhar todas as operações entre cooperado e cooperativa, que são atos cooperativos e, portanto, eles não são operações mercantis, eles não são operações onerosas e, portanto, eles não são base de cálculo, fato gerador de IBS e CBS, tal como o repasse aos cooperados dos valores dos seus honorários, isso é vital para as nossas cooperativas de trabalho, para afastar uma bitributação sobre esse modelo e desestimular as cooperativas de trabalho e a taxa de administração das cooperativas; garantir a apropriação e repasse dos créditos das etapas anteriores, o que já está na Emenda Constitucional 132, mas, diante de algumas previsões de vedações no PLP 68, é importante a gente deixar clara essa previsão para as cooperativas; e confirmar a aplicação cumulativa do regime específico das cooperativas, que é fundamentado no seu modelo societário, com os regimes específicos favorecidos e diferenciados, que se justificam por conta da atividade econômica que aquela cooperativa realiza.

Vamos dar um exemplo: os serviços de educação têm um regime diferenciado, eles têm redução de base de cálculo de 60%, e nós temos cooperativas educacionais. Então, a cooperativa educacional pode conviver com o regime específico do modelo cooperativo, por ela ser uma cooperativa, e o regime diferenciado, por ela estar numa atividade econômica que tem o direito a ter um regime diferenciado.

O outro ponto é garantir a aplicação do regime específico também às operações com cooperados não sujeitos ao regime regular. Essa restrição precisa ser afastada porque acarreta diferença de preço dentro do quadro social da cooperativa se o cooperado é contribuinte ou não é contribuinte, e isso afeta a lógica da cooperativa, os princípios do cooperativismo, que visam a justamente dar igualdade e oportunidade para as cooperativas.

Essa situação resvala também nas cooperativas de transporte, que também têm a figura do transportador não contribuinte. E se deve permitir a dedução integral do repasse de honorários aos cooperados, nas cooperativas operadoras de planos de saúde, o que foi muito bem apresentado e fundamentado ontem pelo Dr. Muzzi, uma vez que essa limitação acarreta um pagamento maior de tributo pela cooperativa operadora de plano de saúde e, obviamente, vai impactar no preço do serviço ofertado.

Nesse contexto, a gente reitera a essencialidade de diligência dos comandos constitucionais do cooperativismo, e...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AMANDA REZENDE – ... precisamos evidenciar que eles não representam benefício ou favores e que eles representam, na verdade, justiça fiscal para esse modelo de negócio.

Agradeço, mais uma vez, pela participação e pelo convite e permaneço à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Muito obrigado à Sra. Amanda Rezende, pela sua participação.

Mais uma vez, eu peço desculpas aos membros aqui, da mesa, mas o Sr. Rodrigo Rocha de Castro, que está participando de forma remota, de igual modo à situação do Sr. Manoel Linhares, pede para fazermos uma inversão, para que ele possa participar dos debates, já que ele tem um compromisso e não poderá permanecer até o final desta audiência.

Então, eu passo a palavra ao Sr. Rodrigo Rocha Monteiro de Castro, Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos e Desenvolvimento da SAF (Ibesaf).

O SR. RODRIGO ROCHA MONTEIRO DE CASTRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, demais membros da mesa, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, agradeço a oportunidade de trazer aqui um tema que é absolutamente fundamental para o nosso país, um tema que vem sendo negligenciado há 140 anos.

Para isto, para falar sobre este tema que é o do futebol, da perspectiva não apenas esportiva, mas, sobretudo, social e econômica do futebol, eu vou fazer uma separação. E aqui temos que fazer a separação a partir de um marco legislativo que transformou ou vem transformando o país, que é a Lei da SAF. Por isso, separamos em antes de SAF e depois de SAF. E aqui não há exagero e muito menos ironia nesta separação, porque até o advento da Lei da SAF, o futebol, que é a atividade de entretenimento mais pujante do planeta, mais de 5 bilhões de pessoas acompanham o futebol...

O Brasil representa, para que saibamos, 11% de todas as transações envolvendo jogadores. Um país que tem 150 milhões de adeptos e que não exporta este produto, uma atividade que tem, aqui no Brasil, mais de 20 times com 1 milhão de torcedores, criava passivos tributários, passivos judiciais. Era um peso social, não recolhia tributos com imunidades, com isenções e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras lógicas construídas ao redor do associativismo, que é uma situação que hoje tem que ser revista.

A Lei da SAF cria a possibilidade de este associativismo, ou melhor, a atividade empresarial organizada pelo associativismo passar a se submeter a uma lógica empresarial e, a partir daí, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, contribuir não apenas do ponto de vista esportivo, mas social e econômico. E assim vem sendo feito. O Ibesaf foi constituído para estudar e viabilizar o desenvolvimento desta grande indústria, porque tem que ser o futebol, o maior instrumento de *soft power* do país; como os americanos fizeram com o cinema, os sul-coreanos com a música pop, o nosso é o futebol. Uma atividade que está na televisão de 5 bilhões de pessoas, e nós podemos usar isso para influenciar o mundo.

Informação que sairá esta semana em primeira mão de uma pesquisa do Ibesaf: 95 sociedades anônimas do futebol foram constituídas desde 2021 – esse é um número brutal. São mais ou menos 700 clubes registrados na CBF; em três anos, já temos 95 sociedades anônimas de futebol, e é só o começo. Dos quatro finalistas de campeonatos sul-americanos, três são SAF e um é um time estrangeiro. Tudo isso se viabilizou por conta de um regime jurídico que atraiu o proprietário do ativo, que é o clube, e de outro lado, o investidor.

E por que estamos aqui agora? A SAF não é um fim em si. Ela constitui um sistema, um sistema que traz governança, traz controle, traz investimento, traz arrecadação, coisa que jamais ocorreu enquanto o associativismo imperava. E foi por isto que a Lei da SAF previu uma previsão de um regime especial, uma tributação especial para a atividade, porque ela é inteligente, ela tem uma lógica, ela é fácil de controlar e é fácil de se acrescentarem recursos ao Erário. É uma alíquota hoje de 5% sobre a receita, 5% nos primeiros cinco anos de sua implementação e 4% a partir do sexto ano, com alargamento da base. E esta alíquota incide sobre os tributos federais, inclusive as contribuições.

O que aconteceu na reforma tributária, embora a Emenda Constitucional 132 tenha reconhecido a importância da SAF – eu já estou quase terminando aqui, Presidente –, e pela sua importância... E isso foi aplaudido não, como se disse, por clubes que jamais pagaram impostos, por conta de isenções, por conta de imunidades ou por conta de não recolhimento mesmo e a criação de um enorme passivo tributário, mas, sim, pela sociedade, que está vendo a possibilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de o Brasil ter – e terá se o estado permanecer apoiando esta grande política de estado relacionada ao futebol – o maior mercado de futebol do planeta, que hoje congrega mais de 5 bilhões.

Portanto, falamos de uma tributação que previa 5% sobre a receita, com uma queda para 4% a partir do sexto ano, com alargamento da base, que, com o PF/PV a 8%, vai fazer com que estes 4% subam para 8,5%, sem direito a qualquer tipo de aproveitamento. Estamos falando aqui de uma tributação, de um aumento de tributos, da ordem de 120%, e de uma indústria, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, que jamais esteve no radar do Estado, jamais esteve no radar de governos. Não havia e não há previsão orçamentária para este enorme mercado que o Brasil, de modo pioneiro, como em nenhum outro lugar do planeta, vem construindo a partir da Lei da SAF. Novamente, em apenas três anos, são 95 sociedades anônimas de futebol.

Portanto, o que se pede e o que se solicita, o que se conclama é que se verifique quais serão os impactos. Se esta estrutura não for mantida, primeiro, um aumento da base tributável, um aumento monstruoso de quase 120% da alíquota que vai incidir e uma possível inviabilização de uma indústria, que novamente está se construindo, que mostra apenas a ponta do *iceberg* e que gerará riquezas, renda, distribuição, desenvolvimento social, desenvolvimento econômico e a colocação do Brasil no topo dessa indústria de entretenimento, que é a maior indústria do planeta.

Portanto, o que se solicita... e o Ibesaf, junto com o IAT (Instituto de Aplicação do Tributo), já apresentou um estudo a esta Comissão, em que faz uma solicitação, um alerta para que o art. 292, §4º, incisos I e II, do projeto passem a contemplar uma redação que prevê 4% de alíquota para os tributos federais unificados e 1% para o IBS, sendo metade desse percentual correspondente à alíquota estadual e metade desse percentual correspondente à alíquota municipal. Estamos falando, portanto, de uma base que vai ser recolhida mensalmente e sem dificuldade alguma, com uma enorme facilidade de verificação e, portanto, de preenchimento dos cofres públicos.

Sr. Presidente, novamente, muito obrigado pelo convite. Srs. Senadores e Sras. Senadoras, agradeço igualmente a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu que quero agradecer ao Sr. Rodrigo Rocha Monteiro de Castro pela sua participação. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu passo a palavra à Sra. Marina Passos Costa Queiroz, Diretora Jurídica da Confederação Nacional de Turismo, representante do Sr. Wilson Luis Pinto, Presidente da Confederação Nacional de Turismo.

Com a palavra, a Sra. Marina.

A SRA. MARINA PASSOS COSTA QUEIROZ (Para expor.) – Agradeço a palavra e a oportunidade, Senador.

Como o senhor bem disse, eu estou aqui representando a Confederação Nacional de Turismo, que é uma entidade sindical patronal que abrange sete federações, mais de 130 sindicatos, que representam o setor de restaurantes, bares, setor hoteleiro, setor de turismo de maneira geral, agências de viagens, eventos, entre outros segmentos que envolvem aí o setor de turismo.

Hoje, especificamente, o tema trazido pela CNTur diz respeito ao regime especial diferenciado para restaurantes e similares, que está no art. 272 do PLP 68, que trouxe grandes... Nós conseguimos, o setor conseguiu – e aí é muito importante agradecer a oportunidade a Casa e também à Câmara dos Deputados, da discussão em relação ao tema da reforma tributária – a possibilidade de os setores trazerem aqui, para os Parlamentares, os seus pleitos para que eles sejam analisados. A gente viu a importância disso na Câmara, com a conquista de pontos no texto da reforma, especialmente a questão da exclusão das gorjetas da base de cálculo do setor e também das taxas de intermediação pagas para os aplicativos de entrega e *delivery*.

Além desses pontos importantes que eu estou trazendo e que precisam efetivamente ser mantidos para que a carga tributária do setor incida, de fato, sobre a receita do setor, acho que existem alguns pontos que precisam necessariamente ser trabalhados aqui, por esta Casa. E aí eu me refiro à carga tributária, que hoje apresenta, no texto atual, uma incerteza muito grande, e o campo da incerteza para o contribuinte é o mais tortuoso. Não saber o quanto se vai pagar efetivamente traz uma insegurança jurídica absurda e uma insegurança do próprio negócio. O fato é que hoje a previsão no regime especial de restaurantes é de uma carga tributária que será ainda definida efetivamente por uma metodologia de cálculo que não está tão clara na legislação e que, no fim do dia, ao que parece, vai ser uma carga superior à que é praticada hoje, ainda que a ideia inicial seja de que ela seja equivalente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu digo isso porque, por exemplo, citando aqui um breve exemplo de empresas que estão no lucro real e hoje têm uma tributação de PIS, Cofins e ICMS maior do que aquelas que estão no lucro presumido, no momento da equalização da carga para o setor, as empresas do lucro presumido terão, no fim, uma carga majorada, justamente porque as do lucro real entrarão nesta conta. Então, essa questão relacionada à carga tributária e à incerteza de alíquota, à incerteza efetiva de quanto se vai pagar no fim, de IBS e CBS, para o setor de restaurantes e similares é o maior ponto de preocupação e atenção do segmento. E a necessidade realmente é de que...

Assim, a gente consegue enxergar duas alternativas para essa questão. A primeira delas seria fixar uma carga máxima no próprio texto do PLP, e uma segunda alternativa, que, inclusive, já foi apresentada em algumas emendas apresentadas por alguns Senadores – posso citar aqui o Senador Laércio Oliveira, o Senador Dr. Hiran e outros –, seria a substituição, efetivamente, do regime diferenciado que está previsto no texto da Câmara, que é um regime que traz ali a previsão da impossibilidade de crédito pelo setor de bares e restaurantes, por um regime não cumulativo, porque, de fato, a premissa da reforma tributária é o regime não cumulativo, com uma redução em 60% da alíquota aplicável ao segmento. Então, uma dessas duas alternativas funcionaria para o setor, seja se estabelecendo uma carga tributária máxima no próprio texto que já veio da Câmara para o Senado, ou, alternativamente, um texto em que se preveja uma redução de alíquota em 60%, como está em algumas emendas apresentadas, com o direito a crédito.

Ainda em relação a esse ponto do segmento de restaurantes e similares, eu queria trazer um ponto aqui também: seria importante a manutenção em relação ao setor de refeições coletivas. Houve uma conquista desse setor no âmbito da Câmara, com a exclusão desse segmento do regime diferenciado, justamente porque é um segmento que tem bastante diferença em relação ao setor de restaurantes. O serviço é prestado normalmente para pessoas jurídicas, e não funcionaria para o segmento um regime sem direito a créditos, porque não haveria o repasse desses créditos para os seus clientes, para as pessoas jurídicas que adquirirem ali o serviço das refeições coletivas.

Então, a manutenção desse ponto no texto atual é de extrema relevância, com a inserção dessa exclusão em um eventual novo texto que venha a ser aprovado para o regime do segmento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que é importante lembrar-se de tratar os iguais de maneira igual, mas os desiguais de maneira desigual também, para que seja respeitada aí a carga tributária que hoje é aplicada e que é esperada efetivamente para o segmento.

Além disso, mais uma vez, ressalto a importância da manutenção dos itens que já foram conquistados, para que a gente não retroceda no texto, especificamente em relação à questão da gorjeta e, mais uma vez, da taxa de intermediação dos aplicativos de entrega e *delivery*.

Eu queria agradecer mais uma vez a oportunidade. Acho que é bastante importante para todos os segmentos – aqui falando em nome do turismo – ter essa discussão e a oportunidade de trazer para as Casas aqui do Congresso as particularidades do setor.

Esse setor, especificamente, de restaurantes e similares é sempre tão deixado de lado no contexto do Brasil, enxergado muitas vezes como um setor pequeno, mas, na realidade, emprega mais de 5 milhões de brasileiros, enfim, sendo, muitas vezes, representado aí por empregados mais humildes, por mulheres, por pessoas negras... Acho que é um setor de extrema relevância para a economia brasileira e que precisa ter uma atenção extra aí da Casa.

Agradeço a oportunidade, Senador. Agradeço aos ouvintes.

E vamos em frente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Muito bem. Eu quero agradecer à Sra. Marina a sua participação e contribuição e gostaria de chamar o Sr. Thiago Xavier para a sua participação. Por favor.

Apenas informo que o Sr. Thiago Xavier é economista e representante do Sr. Pablo Morbis, Presidente do Sistema Integrado de Parques e Atrações Turísticas (Sindepat).

O SR. THIAGO XAVIER (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

Quero dizer que é um grande prazer estar discutindo este tema essencial para o país.

Todo o nosso estudo é focado no setor do turismo como um todo, mas a gente está tentando enfatizar a importância de discutir a realidade dos parques, dos hotéis, dos *resorts* na agência dentro desta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A apresentação que eu trago para os senhores é para simular como mudanças na carga tributária podem afetar o setor de turismo como um todo, em termos de demanda e em termos de emprego.

Qual é o nosso roteiro? O nosso roteiro é primeiro mostrar que o mundo já passou por isso. Vamos olhar países que migraram para o sistema IVA e quais foram as consequências para o setor de turismo – a gente aprende com as experiências internacionais.

Na segunda parte, a gente discute numericamente os impactos econômicos, sobre como a carga tributária pode beneficiar ou pode penalizar o setor de turismo e, no final das contas, a gente vai dizer quem são essas pessoas que trabalham nesse setor.

Por favor.

Aqui, olhando para o mundo, de novo, o mundo já passou para migrações para o sistema tributário IVA. E o que é que a gente viu? Tem países em que, com a migração do sistema, como é o caso de Portugal, houve um aumento da carga tributária em relação ao sistema tributário anterior para o turismo. Qual é o efeito líquido? Menor Ebitda e mais: aumento de probabilidade de falência e todos os efeitos econômicos em termos de desinvestimento, em termos de empregos.

Tem um outro caso que também serve muito para a gente: o da Itália.

A Itália, quando estava numa discussão de mudança do sistema tributário, resolveu não onerar o setor de turismo, migrou para uma carga tributária menor, e qual foi o efeito disso? Mais emprego, mais investimento, mais consumo, maior demanda do setor.

Isto aqui é o que a ciência documenta em relação a esses momentos: são artigos científicos do mundo, passando por essa experiência e dizendo que, de fato, a carga tributária é repassada em preço e que, quanto mais caro, menor a demanda, menor o emprego.

Pode seguir, por favor.

Qual é a nossa estrutura? Onde nós criamos bases de dados mensais, com todos os dados disponíveis para o Brasil, com base na classificação do IBGE? O que é que a gente conclui? A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conclui que aumentar a alíquota tributária tem um repasse para preço. O mundo passou por isso e o mundo mostrou isso.

Segundo ponto importante: quando aumenta o preço, a gente sabe que cai a demanda, regra de bolso. Mas vamos quantificar isso – a gente consegue fazer isso com técnicas avançadas: a gente vê que cada 1% a mais no preço do setor de turismo tem uma redução de 0,7% da demanda. Trocando em miúdos, o que é isso? O setor é muito sensível ao preço. Tem uma elasticidade, uma sensibilidade grande, quase de um para um: aumentou 1% no preço, cai quase 1% na demanda.

Está bom, mas qual é o efeito disso para a economia? Qual é o efeito disso para as pessoas que trabalham no setor? A gente está dizendo que a demanda, quando cai 1%, no final das contas, há uma destruição de 12 mil trabalhadores. Então, no fundo, aumentar o preço em 1% no setor é destruir 12 mil trabalhadores, com todas as suas famílias sendo penalizadas, isso vindo de um efeito de carga tributária.

Pode seguir, por favor.

Aqui, o que a gente mostra? A gente mostra – vamos lembrar o filme – como o setor de turismo se encontra.

Do lado esquerdo, a gente tem um gráfico com o total de pessoas trabalhando. Então são, no mínimo, 7 milhões de pessoas ocupadas no setor. A gente consegue ver, nos últimos anos, como foi o setor mais drasticamente afetado pela pandemia.

No ano de 2020, o setor reduziu 20% o total de emprego. O que é isso? A cada dez pessoas que estavam trabalhando no turismo, duas perderam o emprego ao longo da pandemia.

Então, é importante também contextualizar, pensar o ponto de partida: será que a reforma tributária vai aumentar e potencializar as oportunidades do setor ou pode, mais uma vez, gerar um choque negativo e penalizar o setor de uma forma mais longa?

Pode seguir, por favor.

Outro tema importante: além de eficiência, a gente está falando de equidade, a gente está falando de diversidade. O gráfico mostra o seguinte, uma informação super-relevante: nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

últimos dez anos, os trabalhadores cresceram 11% no país. No caso do turismo, nos últimos dez anos, o número de trabalhadores cresceu 40%.

Qual é a informação relevante? Falar do turismo é falar de eficiência, mas é também falar de equidade, é falar de diversidade.

Nos últimos dez anos, o aumento dos trabalhadores foi no Nordeste, foi no Norte, foram esses os estados em que mais cresceu a geração de empregos. Então, o setor consegue conciliar eficiência econômica e crescimento econômico com distribuição, com redução de desigualdade.

A gente mostra isso do lado regional, nesse mapa, mas a gente mostra também – por favor, peço para passar o próximo eslaide – o perfil de pessoas que trabalham no turismo.

Quando a gente está falando de turismo, a gente está falando de gente, e, olhando as bases de dados, a gente consegue ver: ele é o setor que mais emprega, dentro do serviço total, em relação às mulheres; ele também é um setor que é uma porta de entrada e permanência importante para jovens; e também, no nosso recorte, há mais negros e pardos dentro do setor do turismo do que em todo o segmento de serviços.

O que é que a gente quer dizer com isso? A gente quer dizer que é eficiência com diversidade, é chegar a regiões onde o turismo é o eixo econômico do município, é abrir a porta para pessoas que teriam dificuldade de entrar no mercado de trabalho e permanecer com qualidade no mercado de trabalho, se não fosse na cadeia do turismo.

Mais um eslaide, por favor.

E aqui a gente fecha, dizendo que o que está sendo discutido aqui, em termos de eficiência, o que está sendo discutido aqui, em termos de diversidade e inclusão, não é diferente do que o mundo todo discute. É um consenso, nas fundações, nos institutos internacionais – não só na ONU –, para quem está olhando para desenvolvimento, para quem está olhando para o social – mas dentro do FMI, dentro do BID – que o turismo é estratégico para a agenda de desenvolvimento, para um desenvolvimento sustentável, para um desenvolvimento inclusivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui a gente traz o último encarte do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), reconhecendo a importância para a economia local, a importância para a população vulnerável, a importância para gerir crises, inclusive crises climáticas.

Então, pensar no setor é pensar em como o país pode crescer mais, e crescer mais atendendo e incluindo, produtivamente, as pessoas que mais têm dificuldade de se empregar neste país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu que agradeço ao Sr. Thiago Xavier.

Efetivamente, o setor do turismo é muito importante, a ponto de nós estarmos fazendo uma audiência pública, na Comissão de Constituição e Justiça, especificamente para esse setor, porque entendemos que é um setor estratégico para o país em geração de emprego, de renda, de desenvolvimento, e com baixo impacto ambiental.

É possível fazer um crescimento importante, do ponto de vista econômico, com baixo impacto ambiental, explorando a diversidade que o nosso país tem, seja na Amazônia, seja no Pantanal, seja no Nordeste, seja nos Pampas, seja no Sudeste... Enfim, o Brasil tem um grande potencial turístico.

Eu tenho 42 anos de vida pública e, ao longo desses 42 anos, eu sempre ouvi que o turismo tem um grande potencial. Nós precisamos transformar isso numa verdade presente.

Eu passo a palavra ao Sr. Fernando Mombelli, Gerente de Projeto da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, que vai participar de forma remota.

Com a palavra, o Sr. Fernando Mombelli.

O SR. FERNANDO MOMBELLI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Cumprimento a todos, na pessoa do Exmo. Senador Eduardo Braga, que tão bem coordena esta audiência pública e as demais que estão sendo realizadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria, em primeiro lugar, de ressaltar algumas questões que são importantes na reforma tributária por parte do Governo, que a encaminhou.

A primeira delas diz respeito a uma questão dos princípios que foram adotados no nosso sistema tributário, princípios básicos em todo o sistema tributário da Emenda Constitucional 132: da transparência, da simplicidade, da cooperação e da justiça tributária. E aqui eu gostaria de me ater a um dos princípios, que é o da transparência, que envolve a disponibilização da informação.

Em primeiro lugar, quando as pessoas, dentro da reforma tributária e dentro do IVA, são bem informadas, os documentos se espelham à realidade, a uma base de cálculo em que o imposto aparece de forma efetiva, o princípio da transparência surge, e ele surge também quando se conhece a motivação dos atos pelos quais eles foram praticados, eles foram elaborados, neste debate que o Congresso Nacional tão bem tem conduzido.

E o terceiro ponto da transparência diz respeito à possibilidade de as pessoas intervirem no processo, dos setores e dos contribuintes participarem do processo, e é exatamente isso que está sendo construído aqui nesta audiência pública. Por isso, rendo minhas homenagens.

Em segundo lugar, quero colocar o princípio básico do IVA, que é uma base ampla de incidência em bens materiais ou imateriais, serviços, e um creditamento amplo nas aquisições, conquistas já trazidas pelo IVA na Emenda Constitucional 132.

Então, dentro dessas conquistas, mais a cobrança do destino, nós temos uma questão relevante, que é a questão da neutralidade da carga tributária que foi colocada, exatamente pela tendência que nós temos de deixar, então, que não haja nem aumento, nem redução da carga tributária nos seus respectivos entes federativos, o que é algo importante.

Então, se houvesse só pouquíssimos regimes específicos e não tivéssemos recortes de alíquota, nós teríamos um IVA próximo ao IVA europeu, de 21% – 20%, 21% –, mas temos essa previsão de 26,5% – e com a inclusão da carne vai a 28% –, própria, então, dessas inclusões, que foram conquistas que foram colocadas pelos respectivos setores.

E aí nós temos os regimes diferenciados, apanhando os regimes diferenciados com alíquota zero, que é a da cesta básica nacional, por exemplo: com alíquota reduzida em 30%, os profissionais liberais; com alíquota reduzida em 60%, os serviços de educação e os serviços de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde; e com alíquota padrão, que é a alíquota geral, que vai corresponder, então, a essa neutralidade da carga tributária dos respectivos entes. (*Falha no áudio.*)

Nós vimos também regimes específicos. E por que específicos? Porque eles não se amoldam exatamente naquela figura do contribuinte normal, pela especificidade do setor ou do negócio.

Então, nós vimos aqui algumas questões que foram apresentadas, no que diz respeito às cooperativas, no que diz respeito aos bares e restaurantes, no que diz respeito aos parques turísticos, no que diz respeito à SAF do futebol, todas elas com suas especificidades.

Nós entendemos que, no debate da Câmara dos Deputados, foi feita uma equalização, no sentido de adequar essa tributação ao que os setores, pelo menos basicamente, pretendiam, não é? Eu cito como exemplo, quando a gente está falando em bares, restaurantes, hotéis, parques turísticos (*Falha no áudio.*)... na garantia do não aumento da carga tributária (*Falha no áudio.*)...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O senhor tem que repetir um pouco, porque, sem querer, eu acho que o senhor cortou o microfone, e nós não ouvimos o que o senhor falou. (*Pausa.*)

Se não conseguir... (*Pausa.*)

Bem, nós tivemos alguma falha técnica, primeiro no som, depois no vídeo e no áudio. Nós vamos passar adiante.

Nós temos mais um remoto aqui, o Sr. Paulo Solmucci Júnior, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel).

Com a palavra, o Sr. Paulo Solmucci.

O SR. PAULO SOLMUCCI JÚNIOR (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Senador Eduardo Braga e demais Senadores, os quais não vejo daqui.

Senador, primeiramente quero parabenizar o Parlamento e o senhor, em especial, pela condução da reforma tributária, não é? Acho que o nosso setor tem importantes avanços. Acreditamos que seja uma medida de impacto muito positivo para sociedade como um todo, mas muito especialmente para o nosso setor, porque vivemos aí com todas essas incertezas tributárias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a má alocação de custos que, muitas vezes, acabam levando a uma oneração da sociedade, como um todo, e do nosso setor em especial.

Ficamos bastante felizes com, primeiro, passando na Câmara, e o senhor endossou aí a essencialidade do setor – é uma alíquota especial –; avançamos também na questão de fazer justiça em excluir do cálculo a gorjeta, que é relacionada aos trabalhadores e seus encargos; excluir a parte do *delivery,* porque é uma receita que sequer chega aos nossos estabelecimentos; e ficamos com crédito, tomamos crédito alinhando as boas práticas que o Secretário Bernard Appy sempre exaltou da reforma, e nós também concordamos com elas.

Como é sabido, já debatido aí por vários colegas, nós estamos entre aqueles setores que não tiveram a sua alíquota definida, um conjunto praticamente minúsculo, a maior parte das empresas do setor – vocês sabem, não é? Uns vão pagar a alíquota básica, outros vão pagar com desconto de 30, outros vão pagar com desconto de 60, de zero, vão pagar a alíquota zero, e o setor de bares e restaurantes ficou com uma indefinição, o que para nós é muito ruim.

O texto que veio da Câmara prevê que, passados até 180 dias da aprovação da reforma, em definitivo, é que será definida a metodologia para se calcular o impacto da alíquota, qual será a alíquota do nosso setor. Desnecessário dizer para o senhor, que conhece tão bem a necessidade de uma segurança jurídica, de conhecer previsibilidade das regras para fazer um investimento, que é fundamental isso para empreender, para investir.

Mas nós, além disso, vivemos um problema de dupla governança na escolha, na decisão dessa alíquota: uma formada pelo grupo dos estados e municípios, e outra pela União, que ainda definirão essa metodologia.

O setor tem, obviamente, em nível federal, uma regra única. No entanto, as regras de cálculo do ICMS variam de estado para estado. Há uma enormidade de diferenças entre os estados. Ainda que as alíquotas não divirjam tanto, hoje em dia, mas a gente tem, evidentemente, cálculos diferentes.

E também temos... Como a metodologia ainda não foi definida e, no nosso ver, já deveria ter sido, o colega que fala aí, antecedente, fala em transparência... Eu acho que a transparência é a virtude final para a gente assegurar uma reforma tributária justa, aquela em que o brasileiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acredita e a qual quer apoiar. E, como fazer isso, se nós não conhecemos os cálculos da Receita, se a Receita ainda não externou para nós qual que é a carga tributária, se nós sempre nos apoiamos em estudos elaborados, obviamente com bons dados, mas aqueles que são públicos e nem sempre os mais completos? É muito difícil chegar a um número preciso.

A nossa expectativa, Senador, é a de que o senhor pudesse nos ajudar a intermediar, nesses próximos dias, um diálogo com a Fazenda.

Eu estive agora, poucos dias atrás, conversei com o Secretário Appy, fui muito bem recebido lá pelos seus técnicos, e eles falam que já têm esses números, já começam a apresentar, mas não nos apresentaram ainda quais são, qual a metodologia, e, pelo que nos foi possível entender, o objetivo agora era conhecer uma alíquota que esse nosso setor paga e transformar isso num percentual da alíquota cheia.

Primeiro, a gente pede atenção do senhor para que isso não aconteça dessa forma, porque nós queremos ter uma alíquota em cima da alíquota cheia, e não um percentual fixo de tributação, porque, acreditando no sucesso da reforma e nas promessas do Secretário Appy, do Ministro Haddad e na crença de todo o Parlamento e da sociedade de que, aos poucos, a nossa carga tributária irá decair, decrescer no país, nós queremos que para o nosso setor também decresça proporcionalmente, e não que ele acabe por pagar mais, em termos relativos, do que paga.

Por fim, digo ao senhor que o nosso pleito, desde o início, tem sido trabalhar com a alíquota de desconto de 60%.

De onde vem esses 60%? De observar as boas práticas mundiais, muito especialmente na Europa.

Em geral, na Europa, você tem em torno de 60% da alíquota cheia sendo concedida ao setor de bares, restaurantes, cafeterias, lanchonetes. Então, essa é uma alíquota que tem sido aplicada mundo afora e que, no nosso entendimento, traz um reconhecimento da sociedade desses países da importância socioeconômica desse setor, um setor com todas as fragilidades que são conhecidas, um setor com barreiras pequenas para entrada, um setor de baixo apoio do poder público em financiamento e, no caso específico de momento – que a gente espera superar –, um setor que ainda está muito abatido pela pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para referência do senhor, quatro em cada dez das empresas do nosso setor estão com dívidas em atraso, sendo que 75% dessas devem impostos federais, mais da metade já deve impostos estaduais, e 1/4 delas – ou seja, 10% do total – já está com encargos trabalhistas atrasados.

Então, é uma situação muito delicada, para a qual a gente pede a intermediação do senhor nesse diálogo com a Fazenda, de maneira que a gente possa, com transparência para quem empreende, para o Parlamento e para a sociedade, buscar chegar a uma alíquota justa e adequada para empreender no setor.

Finalizo, mandando um abraço do nosso Presidente, Rodrigo Zamperlini, lá do Mercato Brazil, para o senhor, dizendo que a Amazônia aguarda com atenção o seu apoio, na nossa jornada, para fechar essa alíquota.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu quero agradecer ao Sr. Paulo Solmucci Júnior pela sua participação, dizendo que, efetivamente, o nosso compromisso é de ter um texto objetivo, claro, simplificado, que possa ser compreendido com facilidade não apenas pelo contribuinte, mas também pela população em geral. Afinal de contas, a transparência é absolutamente necessária nesta reforma tributária.

Eu passo a palavra ao Sr. Eduardo Fleury, que também vai participar de forma remota. Ele é advogado e Consultor Tributário da Associação Brasileira de Resorts, Resorts Brasil, representando o Sr. Marcelo Picka Van Roey, Presidente da Resorts Brasil.

Eu passo a palavra ao Sr. Eduardo Fleury.

O SR. EDUARDO FLEURY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Antes de tudo, mais uma vez é um prazer estar aqui no Senado para conversar com vocês.

Gostaria de pedir, por favor, para subir a apresentação. Não sei se eu vou ter controle...

Gostaria de cumprimentar o Senador Eduardo Braga, na pessoa de quem cumprimento não só os participantes, não só os outros demais Senadores, os demais Parlamentares presentes nesta reunião, mas também os demais convidados.

É uma honra estar aqui mais uma vez, e é muito importante poder ter esse debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só checando sobre a apresentação... Eu subo a apresentação?

Eu Creio que sim.

Está liberado para mim?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sim, sim, pode subir.

O SR. EDUARDO FLEURY (*Por videoconferência*.) – O.k.

Todos estão vendo? Desculpem-me perguntar...

Está disponível essa apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sim, nós estamos com a visão da apresentação.

O SR. EDUARDO FLEURY (*Por videoconferência*.) – O.k. Obrigado.

Muito obrigado, Senador. Desculpe-me.

Bom, a nossa ideia aqui, falando em nome da Resorts Brasil, mas também falando em nome do turismo, do setor de turismo, é entender o porquê de acontecer essa realidade que nós estamos vendo na tela aqui.

Esses aqui são os dez setores mais visitados por brasileiros em 2023, quando eles foram para o exterior – dados da Embratur. Então, eu peguei, em amarelo, dos dez maiores destinos, e você percebe que a chamada alíquota padrão, se vocês estão vendo aqui, fixada por cada um desses países, os hotéis, por exemplo, assim como os parques e restaurantes, mas todos esses que nós marcamos em amarelo, aqui, são países que dão redução de alíquota, às vezes mais da metade da alíquota. Alguns dão redução de quase 60%.

Então, quando a gente olha a França, Argentina, Portugal, Itália, Espanha, Uruguai, Alemanha, todos eles dão redução de alíquota para o setor de turismo, destacando aqui o setor hoteleiro, parques, *resorts* – geralmente, acompanham a mesma regra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí nós perguntamos: por que é que um país como a França ou Itália, que são países com os maiores destinos turísticos do mundo, têm que abaixar a alíquota? Por que é que eles estão usando este mecanismo?

Então, o que a gente apresenta aqui é assim: olha, fazendo uma média ainda, a gente coloca – numa pesquisa até maior do que aquela que a gente colocou na tela anterior –, a gente mostra aqui que, dos 32 países da OCDE pesquisados, 28 países têm alíquotas reduzidas – a média aritmética das alíquotas é de 10,3% –, e, desses 28 países com alíquotas reduzidas, 20 têm alíquotas inferiores a 50% da alíquota padrão.

Então, quer dizer: por que esse comportamento existe? "Ah, porque sim."

O setor é um setor importante? Sim, sabemos que ele é um setor importante e que gera bastante emprego. Mas, além disso, tem uma questão técnica.

Qual é a questão técnica? A regra geral do IBS e da CBS ou IVA é a tributação no destino. Então, um cidadão – digamos assim, um francês –, quando ele vai comprar mercadorias, vai ao supermercado ou vai comprar na internet mercadorias, ele vai verificar que todos os produtos são tributados pela mesma alíquota. A alíquota da França é de 20%. Então, ele vai falar assim: "Bom, não importa se eu vou comprar do Brasil, se eu vou comprar da Itália. Todo mundo vai pagar 20%".

O que muda nessa história, na área do turismo? No turismo, hotéis, parques, até mesmo os restaurantes, você vai até o local, isso significa que o hotel e parque, quando ele vem visitar um outro país, quando o turista francês vai para Itália, ele vai pagar a alíquota da Itália, e não a alíquota da França. Então, aquela neutralidade do que a gente chama do princípio do destino, em que um consumidor, no seu local, vai pagar sempre a mesma alíquota para qualquer produto que ele vai comprar, independentemente de onde ele é fabricado, isso muda aqui, porque, na verdade, a tributação de hotéis e parques é feita na origem, gerando aquela questão óbvia que existe no ICMS do Brasil: a guerra fiscal.

Então, você verifica que essa guerra fiscal existe na Europa e em todos esses países. Por isso que a gente tem essa justificativa bem clara aqui do porquê de esses países terem alíquotas inferiores, mesmo sendo países com os principais destinos de turismo do mundo: porque existe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma concorrência muito grande, e essa concorrência se faz porque a tributação é no destino, e eles acabam fazendo uma espécie de guerra fiscal.

Então, isso se justifica: entende-se que o sistema tributário, o regime específico funciona nesse caso, não é? E deveria funcionar nesse caso.

A gente chama a atenção, porque isso influencia não só os estrangeiros que vêm para o Brasil – está certo? –, mas também influencia os brasileiros que vão ao exterior, porque, afinal de contas, se eles têm uma alíquota aqui de 28% – se fosse o caso, não é? Não estamos falando nisso – e, na França, têm de 10%, obviamente, a preferência para o turismo seria para a França. E assim vai.

Então, quer dizer: ele não só afeta a vinda de turistas estrangeiros para o Brasil, mas também a ida dos turistas brasileiros para o exterior. Então, esse é um ponto bastante importante.

Com relação à alíquota, a gente tem o artigo que está sendo trazido no contexto do PL 6.824, e, como já foi dito aqui, ele é um artigo que, se tiver que ser usado, ele precisa ser melhorado bastante, não é?

Então, a gente tem vários pontos aqui que precisam ser discutidos. Por exemplo: quando ele fala que você tem que usar a receita para determinar qual é a alíquota, qual é a carga tributária atual, você tem que usar a receita do estabelecimento, a pergunta é: que receita? Receita bruta, líquida, a receita do futuro, quando vai ser um novo sistema? Não se sabe, mas ainda se usa pegar a carga tributária da venda, e fala-se de ICMS.

Não tem ICMS sobre o setor hoteleiro. E não se esqueça de que, no regime hoteleiro, estamos falando de hospedagem. Na hospedagem, não entra fornecimento de alimentação, exceto se estiver incluído na diária. Portanto, a redação aqui precisa ser bastante melhorada e deixada mais clara.

Quando a gente vê também essa questão dos impostos que estão no custo, que não foram objeto de crédito para o setor, também tem termos como "impostos incidentes", "devidos", "saldos devedores", quer dizer... Realmente, a gente precisaria mudar bastante isso daqui, para que a gente pudesse ter alguns resultados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, nós chegamos ao cálculo que a gente fez sobre a carga tributária, tentando usar ou interpretar, digamos assim, o artigo que está acima, que a gente acabou de discutir.

Nós chegamos à conclusão de que, se eu fosse pegar a carga tributária e dividir sobre a receita bruta, ou seja, sobre o preço com os impostos, eu teria uma carga tributária de 11,40%, não é? Uma alíquota de 11,40%. Se eu fosse usar sobre o preço sem impostos, eu chegaria a uma alíquota de 12,20%.

Como a gente está vendo, isso aqui está até acima da média que a gente achou, de 10,5%, de países da OCDE. Dessa forma, ao utilizar uma redução de 60% da alíquota, a gente chegaria muito próximo a esses valores. E acho que a gente estaria lembrando que é uma guerra, é uma espécie de uma guerra fiscal: a gente tem que estar competitivo. E, para estar competitivo, nós temos que ter a alíquota muito próxima daquela que a gente vê nos outros países, como a gente olhou nessa primeira tabela aqui, em que a gente vê a alíquota de 10%, até inferior a 10%, sendo cobrada. E por quê? Porque o IVA, nesse setor, trabalha de maneira diferente. Ele tem, digamos, uma pequena falha, e é até por isso que se justifica que ele deva estar no regime específico.

Bom, são esses os pontos que eu gostaria de colocar aqui para vocês nesta conversa.

Eu fico à disposição se tiverem algum questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Muito obrigado ao Sr. Eduardo Fleury, eu agradeço.

Eu quero dar a oportunidade ao Sr. Fernando Mombelli, porque, afinal de contas, o problema foi técnico.

Eu passo novamente a palavra ao Sr. Fernando Mombelli, Gerente de Projeto da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Com a palavra, o Sr. Fernando Mombelli.

O SR. FERNANDO MOMBELLI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Eu tenho a impressão de que caiu, bem no início da minha apresentação aqui, o *link*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou recomeçar, para que não se perca – eventualmente me desculpe se eu repetir alguma coisa do que eu iria dizer –, em primeiro lugar, ressaltando a motivação da Emenda Constitucional 132, no sentido da implantação de um IVA padrão, modelo mundial, em que se tenha uma base ampla incidente sobre mercadorias, sobre bens imateriais e materiais, sobre direitos e sobre serviços, uma base ampla, e também um creditamento amplo e imediato, exceto com produtos e serviços que são utilizados no consumo pessoal.

Então, nós temos também a adoção do princípio do destino, que é muito importante para que tenhamos a adequação da tributação exatamente onde o consumidor se encontra, onde há efetivamente a necessidade da arrecadação de recursos.

Essas questões são importantes para que a gente mire, depois dos recortes que foram feitos pela própria emenda constitucional, no sentido da obtenção da maioria qualificada para a sua aprovação.

E aí nós temos algo que é muito importante, que é a manutenção da arrecadação pelas médias do período anterior, dos últimos dez anos, em que a gente tenha, então, no âmbito do nível federal, estadual e municipal, uma neutralidade da arrecadação. Para isso, esses cálculos são realizados, e há uma alíquota de referência esperada.

Se nós não tivéssemos pouquíssimos regimes específicos, talvez de combustíveis e mais um ou outro, e não tivéssemos alíquotas diferenciadas, nem créditos presumidos por hipótese apenas, nós teríamos a previsão aí de uma alíquota modal de 21% para o nosso IVA, ou seja, a alíquota única, crédito amplo, sem maiores discriminações, possibilitando talvez que se utilizasse o *cashback* numa proporção maior do que ele está sendo utilizado hoje, no sentido de dar justiça tributária dentro do regime de tributação.

Também queria dizer, puxar um dos princípios que foram colocados na reforma tributária, que é o princípio da transparência do nosso sistema tributário. E aí, quando nós vemos o princípio da transparência, nós vemos exatamente a questão referente à informação, o direito ao acesso à informação dos contribuintes dentro do sistema, o direito à motivação dos atos que são colocados, que são elaborados, e o direito à participação da sociedade civil, dos setores, na construção do modelo que está sendo construído, primeiro, na Câmara; agora, depois, no Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Federal; e, depois, voltando para a Câmara. E isso está sendo realizado, inclusive, por essas audiências públicas, nas quais os setores têm a oportunidade de se manifestar.

Evidentemente que, no princípio do recorte dos sistemas chamados sistemas específicos ou em relação aos sistemas diferenciados, nós tivemos uma opção. A emenda constitucional já deu essa diferenciação, foi da emenda constitucional, só que a aplicação na prática coube à lei complementar naquele grupo de trabalho do Ministério da Fazenda – Portaria 34 – que elaborou o anteprojeto que depois foi encaminhado e formalizado como o Projeto de Lei 68 e como o Projeto de Lei 108, um para CBS e IBS e outro para IBS.

E aí, dentro desse contexto desses regimes específicos, não custa lembrar que qualquer recorte que seja feito é calculado setor a setor, e aí vai se dar o cálculo do impacto em relação à arrecadação que era prevista no período anterior, de modo a manter essa neutralidade.

E aí há o ponto para que eu quero chamar atenção: nós não podemos comparar a situação de empresa com situação de empresa. Por quê? Porque o valor da arrecadação bruta é do setor e não de uma empresa que está, por exemplo, no lucro presumido ou de outra empresa que está numa situação diferente do lucro real, etc., que vai ter uma tributação diferenciada. Essa garantia não foi dada, e acho que nem poderia ter sido dada, porque redundaria numa análise caso a caso, o que nos levaria a uma complexidade tamanha que nós não conseguiríamos sair do outro lado.

Com respeito aos regimes específicos que são tratados aqui, eu gostaria também de ressaltar... Evidentemente, alguns ajustes técnicos estão, inclusive, sendo trabalhados agora com os consultores do Senado e depois com o próprio Senador no sentido da adequação. Se eventualmente houver a necessidade de adequação de um termo ou de outro, nós vamos tratar para deixar o texto mais claro possível, o que é a intenção de todos. Quando a gente tem obscuridade, quando a gente tem dificuldade de interpretação ou palavras ou expressões dúbias, nós temos divergências de interpretação que podem redundar depois em contencioso, o que absolutamente não é o que a gente quer.

Quando a gente fala numa alíquota para hotéis, bares e restaurantes... Se houvesse a aplicação da redução da alíquota de 60%, certamente nesse cálculo que foi feito já na edição anterior do projeto de lei, haveria um impacto na alíquota de referência, assim como aconteceu, por exemplo, com a carne, que passou a alíquota de redução de 60% para zero, dando aquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impacto todo, e com a alíquota daqueles setores que foram introduzidos pela Câmara dos Deputados que passou de 26,5% para 28%. Então, a garantia de se calcular um percentual, seja ele qual for, porque ele vai garantir a neutralidade da tributação entre a fase *ex ante* e a fase final, significa que o setor não vai estar sendo onerado e também não vai estar sendo beneficiado, porque, se ele tivesse um comparativo entre alíquotas – por exemplo, como se falou aqui em hotéis na relação com um percentual de 10%, 11%, por exemplo, 10,2%, 11% –, certamente o cálculo do impacto em relação ao que se tributa hoje levaria a uma renúncia, e, na verdade, a renúncia não é renúncia, mas aumento da alíquota modal. Isso é importante.

Com respeito à SAF, eu diria que a SAF hoje é legislação federal, ela embute substituição da Contribuição Social sobre o Lucro, do Imposto de Renda, da contribuição patronal e do PIS-Cofins. Aí, quando se estabelece que ela vai para o IBS, não nos esqueçamos de que a questão, por exemplo, do Imposto sobre Serviços não está na SAF. E ela é colocada aqui na questão do percentual de 1,5% para CBS e de 3% para IBS. Foi o modelo que foi construído para a SAF, preservou a SAF, mas efetivamente há um valor aqui do percentual que foi julgado, foi calculado e considerado adequado.

Na reciclagem, nós temos aqui a questão referente ao crédito presumido, que também foi dado para o setor, de 13% para o IBS e de 7% para a CBS no que diz respeito às operações de empresas na aquisição de produtos de pessoas físicas e cooperativas. São pessoas que estão prejudicadas socialmente, os chamados catadores, que saem com esse crédito presumido, que se encontram em situação similar e compatível então com pessoas jurídicas que pudessem trabalhar em concorrência com esses trabalhadores, não é? Também digo que alguns setores foram retirados do presumido por haver uma necessidade legal da sua guarda e utilização, como no caso das baterias, por exemplo, em que, ao final do reciclo, há obrigatoriedade das próprias empresas de o fazer.

No que diz respeito, então, às cooperativas, nós vemos, primeiro, a hipótese que foi colocada aí da opção: se a cooperativa entende, faz os cálculos, não faz a opção pelo regime da cooperativa, faz a opção pelo regime normal de tributação; a outra que diz que a alíquota é zero para operações com associados e, nesses bens e serviços utilizados dentro da cooperativa, a transferência então da utilização de créditos normais e créditos presumidos dentro da cadeia, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido de dar um adequado tratamento ao ato cooperativo no que diz respeito a obedecer ao art. 146 da Constituição.

Imóveis. Há uma discussão aí sobre o percentual. O setor entende que teria havido um aumento de carga. Não é promessa do regime específico nem aumentar nem diminuir carga, mas, relembrando, foi realizado um tratamento todo específico do setor de imóveis no sentido de dar uma base de cálculo diferenciada, colocando ali o fator de ajuste, com o valor referencial dos imóveis, e também colocando um percentual diferenciado de redução de 60% e 40%, dependendo do tipo de transação, se é com aluguel ou é com alienação de imóveis, por exemplo, e também fazendo o ajuste social, que é de R$100,4 mil para aluguel e R$100 mil para a alienação.

Desse modo, evidentemente, aprimoramentos podem ser realizados, mas sempre lembrando que – já estou me encaminhando para o final – aquilo que nós realizamos em termos de cálculo, e esse cálculo vai ser auditado, esse cálculo vai ser transparente, esse cálculo depois vai ser auditado pelo TCU e passado para o Senado, que vai fazer a definição final, vai impactar na alíquota de referência.

Seriam essas as minhas considerações iniciais.

Agradeço a atenção.

Estou à disposição se, eventualmente, houver também alguma questão a ser esclarecida posteriormente.

Obrigado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Muito obrigado ao Sr. Fernando Mombelli pela participação.

Eu agradeço a sua contribuição e gostaria de agradecer à Amanda Rezende, à Marina Passos Queiroz e ao Thiago Xavier pela participação aqui à mesa. Por favor, podem ocupar aqui os assentos da CCJ para que nós possamos ter o próximo painel, que é o que vai concluir a nossa audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu convido o Sr. Vanderlei Vianna, Assessor de Relações Institucionais e Governamentais do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (Fonif), representante do Sr. Custódio Pereira, Presidente do Fonif. Eu convido também o Sr. Pedro Henrique de Andrade Nogueira Lima, Vice-Presidente de Assuntos Legislativos do Conselho Federal de Corretores de Imóveis – Sistema Cofeci-Creci, representante do Sr. Teodoro da Silva, Presidente do Conselho Federal de Corretores de Imóveis; também para compor a mesa, o Sr. Rodrigo Petry Terra, Consultor Jurídico e Institucional do Instituto Nacional da Reciclagem (Inesfa), representante do Sr. Clineu Alvarenga, Presidente do Inesfa; e, por fim, a Sra. Maria Juliana Fonseca, Consultora da Sociedade Anônima do Futebol (SAF) do Clube Atlético Mineiro – agora eu entendi, agora eu entendi – e Mestre em Direito Tributário.

Eu falei que agora entendi por que o Rodrigo Pacheco pediu. Ele é atleticano e mineiro. Agora eu entendi, rapaz. Agora é que eu entendi. (*Risos.*)

Seja muito bem-vinda!

Eu passo a palavra ao Sr. Vanderlei Vianna para sua participação.

O SR. VANDERLEI VIANNA (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Eduardo Braga, muito boa tarde. Boa tarde aos presentes.

Quero cumprimentar a todos aqui. Cumprimento também o Presidente do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas, Dr. Custódio Pereira, todos os brasileiros e brasileiras que estão nos assistindo agora pela internet, focados aqui nesse tema fundamental. E quero agradecer especialmente a V. Exa. e ao seu gabinete, que ouviu centenas de pessoas no seu gabinete e também proporcionou ao Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas este momento.

O fórum, o Fonif, representa as entidades: a Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas, a Associação Nacional de Educação Católica, a Apae Brasil, a Cebraf, a Confederação das Misericórdias do Brasil, a Febraeda, a Abrafi, a ABMES, a Anaceu, a Brasil Educação, a Fenep, o Semerj, também o Semesp – o Dr. Kildare está aqui – e as demais.

Senador, o nosso ponto é bem focado no terceiro setor, como sabemos.

Aliás, quero cumprimentar também o Deputado Luiz Carlos Hauly, que, como Deputado, está aqui e é um dos brasileiros que mais conhece esse tema da tributação. Dos 194 países da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ONU, 174 países implantaram o IVA. No terceiro setor, o Fonif é absolutamente favorável à reforma tributária porque vai destravar a economia. Não temos dúvida de que será um passo importante para todos nós brasileiros.

É evidente também, Senador, que nós compreendemos a sua luta pela Zona Franca de Manaus, pela manutenção dessa política pública que, há mais de 50 anos, tem sido fundamental para a Região Amazônica. Trabalhei na Região Amazônica e é um privilégio saber a luta que V. Exa. está travando também para que o Brasil tenha, sem dúvida, um dos mais modernos sistemas tributários do mundo. E nós teremos, sem dúvida, com essa reforma. E quero agradecer a V. Exa. por estar ouvindo todas as entidades, todas as demandas – evidentemente vai ter um filtro nessas demandas. E, para o bem da nação, essa reforma em breve também estará valendo.

A imunidade tributária, Senador, às vezes fica parecendo que é só para as entidades religiosas, só para as entidades sem fins lucrativos, mas a imunidade abrange os partidos políticos, as entidades sindicais também, as santas casas de misericórdias, os hospitais filantrópicos, e isso é muito importante, porque às vezes fica parecendo que só as santas casas, as instituições educacionais... Aliás, estava aqui o Senador Cid, que foi Ministro da Educação também, que sabe a potência, a importância, a relevância dessas entidades de educação para o Brasil, sem fins lucrativos.

Mais um eslaide por gentileza.

Então, hoje, no Brasil, nós temos 879 mil organizações sem fins lucrativos, mas nós temos ali um número de 10.223 instituições que são as instituições conhecidas como entidades filantrópicas, que, pela lei, pela Constituição Federal, são conhecidas como Ebas (entidades beneficentes de assistência social). Elas têm um certificado, por isso, então, a imunidade delas é maior, porque, além da imunidade do art. 150, elas também desfrutam a imunidade do art. 195, §7º. E eu vou falar um pouquinho sobre essas entidades.

Próximo eslaide, por gentileza.

Elas têm mais de 27 mil estabelecimentos no país – próximo eslaide, por gentileza, porque o nosso tempo é curto. Somente na área de educação, são mais de 2,5 milhões de alunos, mais de 778 mil bolsas de estudos. Na área de assistência social, são 625 mil vagas para pessoas em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação de vulnerabilidade e 6.098 entidades no Brasil que desenvolvem uma política pública. Na área de saúde, como nós sabemos, elas realizam mais de 60% de todos os atendimentos do Sistema Único de Saúde também. E empregam 1,6 milhão de brasileiros via CLT, ou seja, 4% de toda a força de empregos gerados estão aí nessas entidades filantrópicas também.

O que nós temos aqui? No dia 21 de dezembro do ano passado, a reforma tributária constitucional entrou em vigor com a Emenda 132, votada pelo Parlamento brasileiro. Então, já está valendo. A reforma tributária já está acontecendo, porque a Constituição não cria tributos; a Constituição cria as avenidas pelas quais os tributos passarão – e as limitações também, e as proibições também, e as balizas. Então, a reforma já está acontecendo.

No art. 156-A, ela fala da imunidade da isenção e há um princípio segundo o qual – inciso I – "não implicarão crédito para compensação com o montante devido nas operações seguintes". Isso é básico. No entanto, há uma exceção no inciso II, que diz assim: "acarretarão a anulação do crédito relativo às operações anteriores [e aí está a condição], salvo, na hipótese da imunidade, inclusive em relação ao inciso XI do §1º [que é a imunidade das comunicações, então a Globo, o SBT, a Band, todos eles têm, porque é uma imunidade da livre expressão, então está garantido lá também que acarretarão a anulação, mas não a deles], quando determinado em contrário em lei complementar". Então, a Constituição já disse que V. Exas., tanto a Câmara como o Senado, podem colocar na lei complementar essa exceção.

Então, aí que nós estamos. O que acontece?

Próximo eslaide, por gentileza.

Então, nós estamos aqui para insistir nesta condição de que o Senado Federal, agora com o texto que chegou da Câmara, que não... Infelizmente quero agradecer ao Senador Hauly, porque ele foi fundamental...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não é ainda Senador... (*Risos.*)

O SR. VANDERLEI VIANNA – Ao Deputado. Já é uma promoção, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas quero agradecer ao Deputado, que ajudou muito o terceiro setor lá na Câmara, quando estava construindo, porque ele viu as imperfeições que estavam sendo colocadas no art. 14 do Código Tributário Nacional. Então, eliminamos aquilo, o 9º tinha problema e faltou o 32, em que precisamos fazer esse ajuste aqui.

Vamos para o próximo eslaide.

Então, um exemplo: uma entidade imune no meio de uma cadeia de consumo. Como o serviço dela é imune, aquele imposto que foi pago na etapa anterior não dá crédito. E aí isso passa a ser um custo então.

O próximo eslaide, por gentileza.

Então, por exemplo, uma escola imune paga um imposto sobre cada aquisição sua. Como a saída dela não é tributada, aquele imposto se torna um custo, e será obrigada a recuperar isso, infelizmente, no aumento do valor da prestação do serviço.

Então, como disse aqui o palestrante anterior, o Thiago, economista, ele falou muito bem: em alguns países em que já está valendo o Imposto de Valor Adicionado, houve um aumento porque algumas imperfeições ficaram lá. Então, o perigo de nós termos aqui uma santa casa de misericórdia e uma escola filantrópica, por exemplo, é que quem vai... O consumidor final é que vai pagar esse imposto.

Então, terminando já, o próximo eslaide.

O Dr. Luís Eduardo Schoueri, que é um tributarista de renome, diz o seguinte: se eu tiver uma entidade imune no meio da cadeia produtiva, eu posso ter maior tributação do que eu teria se não houvesse imunidade. Isso é um erro que precisa ser ajustado. Então, veja só, como a reforma tributária já está em vigor, as entidades do Brasil inteiro que são proativas já estão fazendo, já estão realizando a questão tributária. Então, tem muitas imobiliárias, construtoras que já não estão comprando o terreno agora, esperando comprar só quando entrar em vigor, porque elas terão o crédito. Se comprarem agora, não terão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se você está atrás na cadeia produtiva, quanto mais atrás do consumidor final, mais crédito você terá. E quem tem... Então, o que pode acontecer aqui? As pessoas podem não comprar de uma entidade filantrópica porque fica mais caro, vai ficar mais caro para elas também.

Então, terminando, mais um eslaide.

Na audiência que nós tivemos aqui no Senado Federal, na Comissão de Assuntos Econômicos, o representante do Ministério da Saúde, Senador, disse o seguinte – e, olhe só, eu até grifei –, ele disse assim:

> Quando a gente está desonerando a aquisição de equipamentos, por exemplo, para santas casas, nós estamos indiretamente desonerando o orçamento do SUS. É o SUS que compra esses serviços, não é o SUS que está comprando diretamente os equipamentos, então não é ele que está sendo desonerado, mas, se a compra da santa casa for onerada, o orçamento do SUS é onerado também.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLEI VIANNA – Por quê? Porque um hospital filantrópico, uma santa casa são obrigados a ofertar para o Sistema Único de Saúde 60% de sua capacidade. Então, o SUS compra esse serviço dela. Evidentemente que vai estar comprando, e aí nós estamos encarecendo também essa política pública brasileira.

E por final, então, a nossa sugestão do Fonif é uma emenda, e há mais de 17 emendas nesse sentido.

Queremos agradecer ao Senador também que se sensibilizou com essa área, e o Senador Izalci também.

Então, aquela em vermelho ali, o §2º seria um dos nossos pleitos, não é? Que pudesse a legislação dizer o seguinte:

> §2º Em relação às organizações mencionadas nas alíneas “b" e "c" [...] [ou seja, todas aquelas que são filantrópicas, que são imunes], a imunidade aos impostos CBS e IBS não se aplica o *caput*, e não acarretará a anulação dos seus respectivos créditos relativos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às operações anteriores, devendo os mesmos serem devolvidos automaticamente após a efetuação do recolhimento dos respectivos tributos na aquisição de bens e serviços.

Eu sei que é um tema árido, complexo, mas é um tema para que a sociedade brasileira pense, não é? Uma emissora de televisão que cobra muito caro por um espaço num telejornal, por exemplo, para você fazer a sua propaganda vai ter a recuperação do crédito e uma santa casa de misericórdia não terá. Hoje, no Brasil, nós temos 867 municípios onde há apenas um hospital e esse hospital é filantrópico. Nós temos aí, como vocês viram, milhares de entidades educacionais, milhares de entidades que fazem o bem, olhando a quem, registrando o bem, e é por isso que nós estamos aqui para pedir ao Senado Federal e a todos que tenham a sensibilidade com esse tema para que, assim como a reforma vai trazer um *up* na economia nacional, essas entidades também possam continuar realizando a sua tarefa muito bem.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu que agradeço ao Sr. Vanderlei Vianna, agradecendo as palavras sobre o nosso Amazonas e sobre a Zona Franca.

Eu quero passar a palavra ao Sr. Pedro Henrique de Andrade Nogueira Lima, Vice-Presidente de Assuntos Legislativos do Conselho Federal de Corretores de Imóveis, representante do Sr. João Teodoro da Silva.

O SR. PEDRO HENRIQUE DE ANDRADE NOGUEIRA LIMA (Para expor.) – Primeiramente, boa tarde, Senador Eduardo Braga. Na sua pessoa, cumprimento toda a mesa, todos os Senadores e Senadoras aqui presentes. Cumprimento também a plateia que assiste tanto presencialmente aqui na nossa CCJ como virtualmente também, participando desta sessão que discute a reforma tributária.

Estamos aqui, Senador Eduardo Braga, representando o Sistema Cofeci-Creci, composto por corretores de imóveis e imobiliárias, em nome do nosso Presidente, João Teodoro, mas, claro, em nome também de todos os presidentes regionais e todos os conselheiros do nosso Sistema Cofeci-Creci. Inclusive, só fazendo aqui um adendo, Senador Eduardo, temos aqui a participação de dois conterrâneos: o Presidente do Creci Amazonas, o Paulinho está aqui, o Paulo Carvalho; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Marcelo Kizem também, que é o Vice-Presidente, além, claro, de uma comitiva composta aqui pelo Wilson Martins e Felipe Pessoa, que também está presente aqui, neste momento.

Eu vou pedir, para ser breve e muito direto, Senador, que a nossa apresentação vá até a última página, que se leve até a última; de lá para cá, a gente vem trazendo.

Então, nessa última página, Senador Eduardo... Inclusive, o Deputado Hauly também nos auxiliou bastante na reforma tributária na Câmara, quando tivemos essa breve participação para apresentar nossos pleitos e diversos foram os avanços que o mercado imobiliário alcançou, mas nós temos dois pontos importantes que precisamos aperfeiçoar aqui no Senado.

O nosso fator redutor, Senador Eduardo Braga, hoje está para venda em 40% e nós precisamos ampliar esse fator redutor para 60%. E, mesmo que consigamos ampliar para 60%, mesmo assim a gente não tem a manutenção da carga tributária que hoje é aplicada no mercado imobiliário. Para você ter uma ideia, trazemos aqui números. Atualmente, em relação à locação, nós precisamos que o fator redutor seja de 80% para que tenhamos uma ampliação do sistema atual na cobrança tributária num percentual de 11,89%. Com o fator redutor de 80%, iremos para 15,87%. Mesmo assim, com o aumento e se permanecer com um fator redutor de 60%, praticamente que dobramos a alíquota cobrada dentro do mercado imobiliário.

Esse aumento com certeza será jogado ao consumidor, e o nosso consumidor da locação imobiliária são 47 milhões de brasileiros que moram em habitações alugadas. E, basicamente, desses 47 milhões, cerca de metade – 52% – das pessoas que alugam imóvel já gasta mais do que 30% da sua renda com aluguel. Se ampliarmos mais ainda essa alíquota, praticamente dobrarmos, teremos com certeza um impacto negativo e muitas pessoas entrarão em inadimplência ou terão que procurar outra maneira de alugar ou até mesmo comprar imóvel.

Trago aqui números muito objetivos porque o nosso pleito é que a nossa alíquota seja reduzida em 80% para o aluguel, para que tenhamos a manutenção da carga tributária em 15,87%. E, na compra e venda, voltando mais um eslaide, por gentileza, a gente tem esta realidade: praticamente 15,4% em aumento nos imóveis na alíquota. Se a gente mantiver a carga tributária no fator redutor de 40%, teremos uma ampliação na habitação popular no percentual do pagamento dos impostos em torno de 15%; na classe média, aumentaremos 48,8%; e em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

loteamentos, pasmem, 70% será o aumento da alíquota cobrada hoje em relação ao que teremos, se o fator redutor for mantido em 40%.

Foi uma vitória expressiva que tivemos na Câmara. No nosso pleito, inclusive em uma das emendas... O Deputado Hauly já se ausentou, mas uma das emendas que tivemos apresentadas na Câmara era realmente para ampliar os fatores redutores conforme estamos com interesse aqui no Senado, e perdemos por apenas cinco votos. E agora estamos nessa iminência de convencer os Senadores para a necessidade dessa reformulação, porque a moradia é um dos direitos básicos que qualquer cidadão tem para sua dignidade. Então temos alimentação, moradia, saúde, educação. Moradia é com o que estamos aqui, neste momento, lidando, e esse é um dos fatores que levam a essa discussão e a essa exaustão do convencimento dos Senadores.

Voltando mais um eslaide, eu trago aqui os dois pontos principais que nós temos para debate, mas o terceiro ponto, Senador, para que eu preciso do convencimento de grande parte da nossa bancada, é em relação ao regime de tributação. Conseguimos uma mudança no regime de tributação, de competência para caixa, na compra e venda imobiliária, porque, em muitas das vezes, os imóveis são vendidos parceladamente, em parcelamento. Então, não tem como você tributar uma competência de algo que você não sabe nem se vai receber. Então o regime de caixa é o mais justo. E, na locação, da mesma forma.

Na locação, hoje, devido à inadimplência, poderá existir que o proprietário do imóvel que aluga o imóvel seja obrigado a pagar o imposto sem nem ao menos ter a garantia do recebimento do aluguel. E a gente sabe que, muitas das vezes, o proprietário demora dois anos, três anos para desocupar um imóvel, despejar um inquilino inadimplente. E, durante todo esse tempo, ele terá a obrigação, se for tributado no regime de competência, a pagar o imposto mês a mês.

A gente precisa fazer essa alteração. Temos inclusive as emendas já numeradas – a 83 e a 1.504 –, para cada uma dessas situações específicas já temos apresentações propostas. E são básicas, singelas e simples, simplesmente para a gente tornar mais plausível a cobrança tributária dentro do mercado imobiliário, devido à sua importância.

Voltando mais um eslaide, para todos poderem compreender a magnitude dessa nossa intenção, hoje representamos 7% do PIB, arrecadamos 9% dos tributos em todo o país, geramos 10% dos empregos, temos uma cadeia produtiva com mais de 97 atividades, entre elas a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

corretagem imobiliária, que será impactada em toda essa estrutura se mantivermos essa situação atual que já foi aperfeiçoada, mas a gente precisa trazer essas três melhorias principais.

E eu trago também outro ponto importante, um ponto social, porque muitas pessoas, Senador Eduardo, compram imóvel com o objetivo não só de vender, mas de alugar, para ter uma complementação de renda futura, é uma aposentadoria privada. E a gente sabe que a previdência pública já se encontra deficitária. Eu tenho certeza de que, daqui a 20 anos, ela terá estará numa situação mais deficitária ainda. E uma das soluções que temos é o próprio mercado imobiliário, a compra imobiliária, para contemplar essa aposentadoria que muitas pessoas idosas detêm. E pasmem: esses idosos, pessoas físicas que obtêm a sua rentabilidade através da locação imobiliária como fonte de renda única, serão tributados de acordo com a reforma tributária. E a gente precisa separar pessoas físicas que alugam imóveis residenciais dessa situação da realidade que geralmente é de grandes galpões, lojas ou até mesmo comércios alugados que serão impactados por essa contemplação da reforma. Então, precisamos separar o joio do trigo na situação em si, daquele que poderá contribuir com a reforma tributária com suas alíquotas.

Dentro de todos esses pontos, eu trago a situação... Já estava aqui recente o nosso eminente Senador Omar Aziz, médico, inclusive, salvou muitas vidas. E a gente como contribuinte brasileiro, como todos aqui já...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É engenheiro.

O SR. PEDRO HENRIQUE DE ANDRADE NOGUEIRA LIMA – É engenheiro? Não é médico?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É engenheiro civil. Ele é meu conterrâneo.

O SR. PEDRO HENRIQUE DE ANDRADE NOGUEIRA LIMA – Pois ótimo. Corrigido.

Mas acredito eu que todos aqui vão...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Meu colega engenheiro.

O SR. PEDRO HENRIQUE DE ANDRADE NOGUEIRA LIMA – Legal, então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas acredito eu que todos aqui vão entender a semelhança em relação à saúde, porque o contribuinte brasileiro hoje é um paciente terminal, e a gente precisa de um tratamento que é a reforma tributária. E esse tratamento precisa de alíquotas, remédios justos. Se a gente aplica uma dose dupla ou dose tripla daquele remédio que vai curar o paciente, o paciente com certeza vai a óbito. E da mesma forma é hoje o contribuinte brasileiro. A gente precisa entender cada mercado, as situações específicas e as alíquotas, para que sejam realmente contempladas dentro da sua realidade, para não termos nenhuma situação de desemprego, diminuição da oferta de trabalho dentro do mercado imobiliário, seja na compra, na venda e na locação.

E todos nós – eu encerro minha fala trazendo uma realidade – viemos hoje, aqui, com o intuito de voltar para a nossa residência. Imagine quem não tem esse direito da sua moradia, não tem esse direito de voltar para a sua residência ao final do dia. E nós estamos aqui, hoje, debatendo a moradia da população brasileira, um assunto importantíssimo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO HENRIQUE DE ANDRADE NOGUEIRA LIMA – Nós precisamos trazer a dignidade da nossa população também na moradia do nosso povo brasileiro.

Muito obrigado, Senador, por essa oportunidade. Estaremos sempre à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu agradeço ao Sr. Pedro de Andrade Nogueira Lima pela sua participação.

Sem nenhuma dúvida, o setor da construção e a indústria da construção são fatores de geração de emprego e de renda, mas é preciso que nós tenhamos consciência de que existem habitações populares que precisam ser tratadas com um determinado tratamento tributário e existem habitações que não são populares e que podem ser tratadas com determinado tratamento tributário, a fim de que a gente não cometa a injustiça tributária na área da construção civil.

Bem, eu passo a palavra à Sra. Maria Juliana Fonseca, Consultora da Sociedade Anônima do Futebol (SAF) do Clube Atlético Mineiro, que vai disputar, no dia 30, a Taça Libertadores da América, não é?

A SRA. MARIA JULIANA FONSECA – Dessa vez a gente leva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – E eu desejo boa sorte ao Atlético Mineiro. Tem muito Senador que está torcendo pelo adversário, que é o Botafogo, e vocês vão torcer lá em território argentino – não é? –, o que vai ser muito interessante.

Mas passo a palavra à Sra. Maria Juliana Fonseca.

A SRA. MARIA JULIANA FONSECA (Para expor.) – Muito obrigada, Senador. Boa tarde a todos, a todas. Eu gostaria de cumprimentar todos os Parlamentares, na pessoa do Senador Eduardo Braga, nosso Presidente desta Comissão tão importante, que é a Comissão oficial da nossa reforma tributária.

Há mais de 25 anos, não tem uma reforma tributária. É uma honra para mim, enorme, estar aqui. E eu prometo ser rápida, cirúrgica. Dividirei em duas partes aqui a minha exposição e prometo, em ambas, trazer algo que ainda não foi dito.

Então, no tocante à SAF, que é a sociedade anônima do futebol, Rodrigo Castro apresentou aqui muito bem e, nesse caso, nós estamos todos juntos: Atlético, Cruzeiro, América de Minas e todos do Brasil num pleito só. E o que nós temos aqui? O que é hoje? Eu desafio uma pessoa só aqui que não vá concordar comigo nessa explanação, seja tributarista ou não, Parlamentar ou não, da área ou não.

Veja bem, como que nós temos a tributação hoje? Todos os tributos federais estão reunidos numa TEF, Senador, que começa com 5%. Cinco anos depois, passa para 4%. Além disso, tem, em algumas operações, ou ICMS estadual, ou ISS municipal. Como está na reforma tributária? Na reforma tributária está a TEF...

Já encerrou lá? Já encerrou? (*Pausa.*)

Não...

A TEF... Na reforma tributária, nós estamos com a TEF em 4%, mas, olha só, além disso, nós temos 1,5% de CBS. É uma impropriedade. Por que nós temos 1,5% de CBS? Vamos recordar: a CBS veio para substituir tributo federal, PIS e Cofins. Se a TEF reúne todos os tributos federais, já era assim na Lei das Sociedades Anônimas, e é assim na reforma, por que nós temos 4% de todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os tributos federais, mais 1,5% de CBS? É uma impropriedade. Se nós não corrigirmos isso, vai haver uma judicialização enorme, com ganho de causa certo.

E a CBS veio substituir os tributos federais, e o IBS veio substituir o quê? O ICMS e o ISS. Aí, nesse ponto, nós estamos com 3% de alíquota. E o que foi defendido aqui inclusive pelo Rodrigo é que passe a ser 1%, porque 3% em cima do todo é muito, mas muito mais do que se recolhe eventualmente de ICMS ou ISS. Então, nós tínhamos uma tributação de 4% que está indo para uma tributação de 8,5%, não é? Mas a CBS não tem razão alguma. Parece-me até um erro material ela estar ali no PLP 68. Então, há que ser corrigido.

Tive reunião, no Ministério da Fazenda, com o Secretário Extraordinário Bernard Appy. Cheguei a colocar isso e acreditei até que, na mesa, uma mesa até relativamente pequena, a gente já estava acertado ali. (*Risos.*)

Houve...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARIA JULIANA FONSECA – Pois é, agora que nós estamos cá em cima no Senado, nós vamos corrigir essa impropriedade – tenho certeza, Senador –, porque nós temos... Eu falei: "Esta audiência está gravada. Amanhã nós vamos...". Olha quanta judicialização nós não evitamos ao retirar aquele 1,5% de CBS, que não tinha razão de estar. Certo? Essa é uma questão.

A outra questão que eu já aleguei, que é a da segurança jurídica, é porque, na Lei das Sociedades Anônimas, fala-se que, nos cinco primeiros anos, não se inclui, na base de cálculo, a venda de jogadores; depois, sim. Então, o nosso pleito é: aqueles que já são SAF, até a publicação da lei, que permaneçam com esse dispositivo pela segurança jurídica. A partir da publicação, todos já têm conhecimento, estão tornando-se SAF depois, são outros quinhentos, certo?

Então, esse é o nosso pleito em relação à SAF. Fui bem clara, bem cirúrgica para ficar na mente que precisamos retirar a CBS e diminuir o IBS. (*Pausa.*)

Por favor, por favor, Senador!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, posso? (*Fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posso, Presidente?

A SRA. MARIA JULIANA FONSECA – Claro, claro! Se concordar com a gente, claro, não é, Presidente? (*Risos.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – O Senador Eduardo Braga apoiou e com razão o meu relatório num projeto de Lei da SAF, que foi o substitutivo que foi aprovado. E vou só recordar: o nosso grande esforço naquele momento, Senador Eduardo Braga, era estimular que clubes sociais, no atual regramento tributário – que nada ou muito pouco pagam, praticamente nada –, fossem estimulados a um modelo empresarial que tem já mostrado muito resultado. E não é resultado esportivo – porque eu poderia falar do Atlético Mineiro, como do Botafogo, como do Cruzeiro, que subiu da segunda divisão para a primeira –, o mais importante não é isso, Presidente, o mais importante é trazer governança para o mercado do futebol, olhar como um produto, como um mercado. E acabou que a Lei da SAF foi, num tempo muito breve, mais longe até do que eu próprio imaginava, e nós, quando aprovamos, porque os investimentos estrangeiros também entraram no Brasil. Hoje você tem o Manchester City investindo no Bahia; você tem no Botafogo o grupo Eagle, do John Textor; e tem muito estrangeiro olhando para o nosso país.

A minha preocupação em tanto trazer o Rodrigo, como ouvir a Maria Juliana, aqui do Atlético Mineiro, Presidente, é para que você possa ter essa sensibilidade. A gente não pode parar esse processo que está sendo muito positivo de estimular que clubes associativos se transformem num modelo empresarial da SAF. E, se a gente sobrecarrega no imposto, numa reforma tributária, as sociedades anônimas do futebol e mantém os clubes com uma tributação baixa, os clubes associativos, que é o que está acontecendo, a gente não vai incentivar essa transição. Aí é que entra o diferencial de que, na época do Paulo Guedes, eu tive que convencê-lo, assim como a Receita, e eu sei que a gente, a senhora já está fazendo isso. Não há perda de receita.

A SRA. MARIA JULIANA FONSECA – Ao contrário.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ao contrário! Porque, quando a gente discutiu a SAF, não existia SAF. Então, ninguém perdia nada. Na verdade, a gente passou a ganhar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA JULIANA FONSECA – Exato.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... o Governo passará a ganhar uma receita muito maior de arrecadação.

Então, nesse incentivo à transformação da maneira como está sendo colocado, eu venho defender o regime especial, lembrando que, para aqueles que tenham o direito adquirido com base na legislação anterior, porque a gente realmente tem que enfrentar essa questão, não para os próximos, ao menos... Até gostaria, mas não vou...

Então, nesse incentivo à transformação da maneira como está sendo colocado, eu venho defender o regime especial, lembrando que, para aqueles que tenham o direito adquirido com base na legislação anterior... Porque a gente realmente tem que enfrentar essa questão, não para os próximos, ao menos. Até gostaria, mas não vou... Vou saber pedir aqui. Pedido a gente tem que saber pedir, não é? (*Risos.*)

Pelo menos para aqueles que já se transformaram em SAF, tinha uma lógica, Senador Eduardo. Por que não incidia durante esse período inicial imposto sobre venda de jogador? Porque no clube social não incide e porque a gente, ao tratar do passivo dos clubes na Lei da SAF, deu oportunidade nesse período de eles se preocuparem em quitar o passivo social, a dívida trabalhista, a dívida civil que eles têm, através dos mecanismos que a SAF criou, para que eles ganhassem capacidade financeira. E aí, ao longo do tempo, entra, então, a tributação sobre venda de atleta. O Botafogo, o Cruzeiro já, já... O Atlético Mineiro ainda tem aí um período um pouquinho maior pelo tempo que a lei confere.

Agora, também é uma arrecadação nova para o Governo.

A SRA. MARIA JULIANA FONSECA – Exato.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Governo historicamente nunca arrecadou em transferência de atleta. E a gente está falando em cifras...

A SRA. MARIA JULIANA FONSECA – Muito altas.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... muitas vezes milionárias – e em dólar, inclusive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente não pode parar esse processo, Senador Eduardo Braga. E, embora aqui todo meu apoio a todas as demandas, inclusive do setor imobiliário, que, inclusive, me afeta diretamente, mas que vai afetar a população... É o setor que mais emprega na cadeia toda, desde a construção até a geração de emprego.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ainda o setor de serviços, bares, restaurantes – cada um está se posicionando – tem o meu apoio, mas especialmente a SAF eu escolhi, porque eu fui, junto com o Senador Rodrigo Pacheco... O Senador Rodrigo Pacheco foi o autor do projeto, e eu, como Relator, não poderia deixar de brigar, no bom sentido, por uma lei que pegou. Aqui, no Brasil, tem isto: a lei que pega, e a lei que não pega. Ali pegou...

A SRA. MARIA JULIANA FONSECA – E está tendo uma arrecadação efetiva.

Só a título de informação, o Corinthians, por exemplo, teve anulado um auto de infração de 1 bilhão pelo nosso conselho... É o...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Pelo Carf.

A SRA. MARIA JULIANA FONSECA – Pelo Carf. Obrigada.

Inclusive, quem votou na época era até uma colega minha que foi a relatora e que hoje já não está mais no Carf, que está até no escritório. Vejam: foi uma autuação de 1 bilhão. Se fosse SAF, estaria recolhendo uma tributação.

A realidade é que quem não é SAF pode até ser autuado, mas ou não recolhe ou tem o auto de infração anulado; quem é SAF está pagando o tributo. Se nós mais que dobrarmos, nós vamos ter um desincentivo, um desestímulo. E o que vai acontecer é a ausência de tributação e não a tributação efetiva. Então, há uma razão de ser econômica e jurídica, no caso aí da CBS, pois eu tenho certeza de que há um erro material no caso da CBS.

Finalizando...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA JULIANA FONSECA – Sei que já passou o prazo, mas, finalizando, aproveitando aqui o tempo, como também consultora da Fhoresp (Federação de Hotéis, Restaurantes e Bares do Estado de São Paulo), eu gostaria de reafirmar os pleitos aqui, defender o desconto da alíquota de 60%, mas trazer algo que não foi dito. Se essas alíquotas ou esses descontos não puderem ser estabelecidos, que ao menos o regime seja optativo, porque nós não podemos correr o risco de ter um regime especial que seja hoje mais oneroso do que o que está. Então, que ao menos seja optativo, porque ele tem que ter a mesma tributação ou ser menos oneroso.

E, para finalizar, eu gostaria de dizer que eu passei... Eu sou tributarista há mais de 25 anos e estava acostumada a receber a lei pronta. E, aí, a gente xinga muito, não é?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA JULIANA FONSECA – A partir do momento em que eu comecei a participar desse processo legislativo com a reforma tributária, eu me tornei extremamente solidária aos Parlamentares. Como é difícil escrever um texto de lei, não é, Prof. Henrique? Como é difícil escrever um texto de lei! Como é difícil atender as várias necessidades: a necessidade de arrecadação, a necessidade também do contribuinte de não ter excesso e os vários setores! Então, eu me solidarizo, como tributarista que já recebia a lei pronta. Como é difícil! Por isso que a gente tem que ter cortes cirúrgicos e que vão atender a todas as necessidades. E eu acredito que, neste caso, por exemplo, da SAF, nós vamos atender também o Governo, porque nós vamos ter aumento de arrecadação.

Coloco-me à disposição.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu que agradeço à Sra. Maria Juliana pela participação.

Eu vou pedir ao nosso Senador Confúcio Moura, que está aqui, para assumir a Presidência, dizendo que falta o Sr. Rodrigo Petry Terra, para encerrar a audiência pública, porque eu vou ter que ir ao Plenário em função da lei sobre negociação de carbono. E eu peço ao Senador Confúcio que possa concluir, portanto, este trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

Passo ao Presidente Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem.

Dando continuidade à audiência pública, eu passo a palavra para o Dr. Rodrigo Petry Terra, Consultor Jurídico e Institucional do Instituto Nacional da Reciclagem (Inesfa), representante do Sr. Clineu Alvarenga, Presidente da mesma instituição, pelo tempo de dez minutos.

Fique à vontade, Dr. Rodrigo. Com a palavra.

O SR. RODRIGO PETRY TERRA (Para expor.) – Olá! Boa tarde a todos e a todas que estão presentes aqui no dia de hoje, àqueles que estão aqui de forma presencial, aos que nos acompanham de forma *online*; boa tarde, Senador Confúcio.

Faço um agradecimento especial por ter sido convidado, uma vez mais, para participar aqui de uma audiência pública para discutir um tema tão relevante para o desenvolvimento econômico do nosso país, que é a reforma tributária. Agradeço. Obviamente, me sinto honrado. E um agradecimento especial também ao Senador Alan Rick, que viabilizou a nossa participação na data de hoje.

Eu falo hoje representando o Instituto Nacional da Reciclagem, que existe há 50 anos no Brasil, um instituto que defende os interesses do setor de reciclagem desde então, que foi inicialmente concebido para defender os interesses do setor de sucata de ferro e aço, mas, de uns anos para cá, identificou que precisava adotar uma posição de protagonismo e passar a representar a cadeia como um todo, e não mais apenas o setor de ferro e aço, mas, sobretudo, dos demais materiais que são recicláveis, como papel, vidro, eletroeletrônicos, resíduos de construção civil, e por aí vai.

Antes de começar a minha fala, eu gostaria de tecer aqui um comentário rápido a respeito de três palavras que são muito importantes para esse contexto que a gente está discutindo hoje, que são a palavra reciclável, a palavra reciclagem e a palavra reciclado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu vou só pedir um pouquinho de silêncio aqui para o nosso convidado ilustre que está falando e está tendo dificuldade de falar, não é?

Você pode reiniciar, doutor. Pode continuar.

O SR. RODRIGO PETRY TERRA – Muito obrigado, Senador.

Eu gostaria aqui de tecer alguns comentários a respeito de três palavras que são muito importantes para o melhor entendimento do setor. A primeira delas é reciclável; a segunda, reciclagem; e a terceira, reciclado. Diversos materiais são potencialmente recicláveis, mas, se eles não passarem pelo processo de reciclagem, jamais se tornarão materiais reciclados, matérias-primas recicladas que poderão servir de base, de insumo para a indústria de transformação para, então, serem utilizadas no processo produtivo para se transformarem em produtos novos.

E por que isso acontece? Por que diversos materiais são potencialmente recicláveis, mas não passam pelo processo de reciclagem? Por conta da ausência de viabilidade econômica. O que se precisa para que a reciclagem de fato aconteça é a viabilidade econômica na cadeia de reciclagem. Isso é extremamente necessário. E há uma completa ausência da viabilidade econômica em relação a diversos materiais. É preciso que essa viabilidade econômica seja criada de alguma forma pelo poder público para que a reciclagem de fato aconteça. E isso pode ser feito, no nosso ponto de vista, por meio de política pública tributária.

A política pública tributária, no nosso ponto de vista, é a melhor ferramenta para se incentivar ou se desincentivar determinada prática, para se incentivar ou se desincentivar determinada conduta, para se incentivarem ou se desincentivarem as operações com determinados bens e serviços. Isso é o que se chama no direito tributário de extrafiscalidade. É a extrafiscalidade que explica o motivo pelo qual a tributação sobre o arroz é muito menor do que a tributação incidente sobre o cigarro. É a extrafiscalidade que explica o motivo pelo qual a tributação incidente no feijão é muito menor do que a tributação incidente sobre bebidas alcoólicas. Tudo isso conversa com a tentativa do poder público de dar viabilidade econômica e se incentivarem ou se desincentivarem determinados comportamentos e determinadas condutas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço essa contextualização porque ela é muito importante para o que eu vou passar a apresentar.

Como todos sabem, a reforma tributária foi recentemente aprovada e se tornou a Emenda Constitucional 132, e, no nosso ponto de vista, essa emenda constitucional é, de certa forma, contraditória. Há um artigo específico dizendo que a emenda constitucional seria pautada em diversos princípios – entre eles, o princípio de defesa do meio ambiente. Um dos pilares mais relevantes para que a defesa do meio ambiente de fato se concretize é a economia circular, é a reciclagem. E, no nosso ponto de vista, no âmbito do texto da Emenda Constitucional 132, esses fatores acabaram sendo deixados de lado.

Por pouco, o Senado, esta Casa, incluiu, por ocasião ali de análise da PEC 45 aqui no Senado, um texto que previa que a lei complementar que hoje está sendo discutida aqui nesta Casa poderia dispor sobre regimes específicos de tributação para bens e serviços que promovessem a circularidade da economia e a sustentabilidade no uso de recursos naturais. Essa emenda foi aprovada aqui nesta Casa, por ocasião da discussão da PEC 45, e foi incluída no relatório do Senador Eduardo Braga. Acontece, todavia – se puder passar, obrigado –, que, quando o texto chegou à Câmara dos Deputados, pouco antes da sua aprovação, ele acabou sendo retirado. E isso acabou equiparando a carga tributária dos insumos reciclados à carga tributária dos insumos virgens. A carga tributária da matéria-prima reciclada se tornou a mesma carga tributária da matéria-prima virgem, o que, no nosso ponto de vista, é um retrocesso para o desenvolvimento econômico-ambiental do país.

A emenda constitucional que foi, então, aprovada no final do ano de 2023 tem apenas um único texto que trata de um benefício específico para a cadeia de reciclagem, que, no nosso ponto de vista, é um benefício extremamente singelo e passa longe de ser o que a cadeia de reciclagem de fato precisa. Basicamente, o que foi concedido é um crédito presumido ao adquirente de resíduos e demais materiais destinados à reciclagem, quando adquiridos única e exclusivamente de pessoa física, cooperativa de catadores ou outra forma de organização popular, ou seja, trata-se de um crédito presumido que está focado num elo muito específico da cadeia de reciclagem. A cadeia de reciclagem é muito maior do que os catadores pessoas físicas e do que as cooperativas de catadores. Obviamente eles têm um papel de grandíssima relevância para a cadeia de reciclagem – isso não se discute –, mas a cadeia de reciclagem é muito mais ampla do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que isso. E, quando se confere um benefício tributário pequeno, no nosso ponto de vista, vinculado para um elo específico da cadeia, você acaba não privilegiando a cadeia como um todo, que é o que a gente entende que seria o mundo ideal.

Essa regulamentação – que agora é o PLP 68 que a gente discute, que regulamenta agora a Emenda Constitucional 132 –, no nosso ponto de vista, tem dois problemas cruciais. O primeiro deles é que, quando regulamenta a concessão desse crédito presumido, o regulamenta em uma alíquota inferior à alíquota modal que está sendo estimada pelo Ministério da Fazenda. Esse é o primeiro problema. E um segundo problema é que a concessão do crédito presumido é vedada para determinados materiais recicláveis.

O problema um – se puder passar, por gentileza – basicamente fica evidente quando a gente nota que se tem uma alíquota estimada pelo Ministério da Fazenda de 28%, e o PLP 68, que ora se discute, prevê uma concessão de crédito presumido numa alíquota de 20%, ou seja, há um claro descasamento entre a alíquota de crédito presumido que se prevê, ainda que para um elo muito específico da cadeia de reciclagem, e a alíquota estimada pelo Ministério da Fazenda, que é de 28%. A gente está vendo que existe aí um delta de 8%, que tem espaço para que esse crédito presumido seja majorado, ou seja, a regulamentação não garante que o único benefício previsto seja concedido, ao menos, nas alíquotas integrais de IBS e CBS.

Em relação ao segundo problema que eu expus anteriormente, o crédito presumido, ainda que a gente esteja falando especificamente desse elo da cadeia de reciclagem, não está sendo concedido para alguns materiais específicos, como, por exemplo, pilhas e baterias, pneus, lâmpadas, produtos eletroeletrônicos e sucata de cobre, ou seja, de certa forma, basicamente é o PLP 68 desincentivando, de uma forma ou de outra, a reciclagem desses materiais. No meu ponto de vista, ao menos, é um contrassenso o Ministério do Meio Ambiente assinar diversos acordos setoriais para a logística reversa, inclusive de alguns dos materiais que estão expostos aí na tela, e, em contrapartida, não incentivar, por meio de política pública – não incentivarmos, falando agora como poder público em geral –, que esses materiais de fato sejam reciclados e que haja sentido econômico para que a logística reversa de fato aconteça.

No nosso ponto de vista, há duas principais soluções para esses dois problemas que nós trouxemos aqui. Uma é que o crédito presumido deveria corresponder...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PETRY TERRA – ... à alíquota integral de IBS e CBS, e não a um percentual inferior ao que hoje está sendo estimado pelo Ministério da Fazenda.

Em relação ao segundo problema que eu trouxe, nós entendemos que todos os materiais recicláveis, sem absolutamente qualquer exceção, adquiridos de catador ou cooperativa, deveriam gerar esse crédito presumido, para que assim a gente possa regulamentar a Emenda Constitucional 132, de uma forma que o benefício que seja dado para a cadeia de reciclagem seja ao menos minimamente melhor do que hoje está sendo conferido por meio do PLP.

Nós entendemos que essas mudanças são extremamente necessárias, mas, ainda assim, são insuficientes para de fato impulsionar a cadeia de reciclagem. Para isso, a gente, o setor e o instituto têm se movimentado para buscar o que nós entendemos que seria de fato o regime tributário mais adequado para a cadeia de reciclagem. E, junto com o Deputado Arnaldo Jardim, já há uma PEC para que se confira para os materiais reciclados não apenas a isenção de IBS e CBS... Ou seja, uma alíquota zero na venda desses materiais, que já foram tributados na sua vida útil num momento anterior, não é? Acho que isto é importante: antes de eles se tornarem resíduos, todos esses materiais foram tributados integralmente. E a gente defende, ainda assim, um creditamento, um crédito presumido para aquela empresa que for adquirente desse material ou o utilizar no seu processo produtivo e no seu processo industrial.

Nós entendemos que apenas assim a cadeia de reciclagem vai ter o benefício que de fato precisa e vai ter um tratamento tributário que seja diferenciado em relação ao extrativismo e às matérias-primas virgens extraídas da natureza.

Fico por aqui e agradeço, uma vez mais, o convite e a paciência de todos para aguardar até agora, aqui, a nossa exposição. Fico aqui à inteira disposição de todos.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Rodrigo.

Muito bem, aqui eu não tenho na mesa a lista de inscritos para perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há também perguntas feitas pelo e-Cidadania? (*Pausa.*)

Vocês estão vendo que o Plenário lá está bem concorrido, todos os Senadores estão lá, em votação do projeto de crédito de carbono, e não tem nenhum Senador inscrito, nem presencialmente, nem virtualmente.

Mas tem perguntas dos telespectadores. Eu vou dar uma olhadinha, muito rapidinha aqui, para verificar se... Como eu não assisti a todas as apresentações... Porque muitas delas, as perguntas, já foram respondidas durante as apresentações, não é?

Aqui tem a Letícia, do Distrito Federal. Ela pergunta: "Como a reforma tributária irá impactar financeiramente as pequenas cooperativas?". Eu acredito que esse assunto deve ter sido respondido pelos senhores, não é?

Kaio, de Mato Grosso: "Quais soluções podem ser propostas para os desafios enfrentados por setores como cooperativas e turismo na reforma tributária?". Também eu creio que o assunto foi já amplamente discutido, viu, Kaio? Eu acho que a sua pergunta já foi respondida.

A Kelly, de São Paulo: "[...] quais impactos positivos ou negativos na tributação [...] no regime do Simples Nacional no setor serviços". Tem a ver com a pauta desta audiência pública discutir isso?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está bem.

Viu, Kelly? Então, segundo os nossos debatedores, a sua pergunta não tem pertinência com o tema debatido nesta tarde. Muito obrigado pela sua participação.

Rogério, lá de Minas Gerais: "De que maneira a reforma tributária afetará o Simples Nacional [...]". É a mesma coisa, a mesma pergunta. Viu, Rogério?

Rafael, de Pernambuco: "Como a reforma tributária pode afetar no incentivo ao turismo regional?". Já foi respondida também. Fico agradecido a você, viu Rafael? Mesmo distante, lá de Pernambuco, está aqui, antenado na TV Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Wallemberg, do Estado do Piauí – veja que é o Brasil todo interessado –: "Quais mecanismos serão implementados para avaliar os resultados da reforma tributária e realizar ajustes [...]?".

Isso eu creio que, de longe, já foi explicado: durante a regulamentação, que é até o ano de 2033. Não é isso mesmo? Então, Wallemberg, para a sua pergunta também está aqui o grande tributarista, nosso Deputado que é autor dessa PEC, que já me ajudou a responder.

Rodrigo, de Santa Catarina:"[...] [Serão acrescidos] dispositivos no PLP 68/2024 visando, além da reforma tributária, novos mecanismos para suprimir a sonegação de impostos?". Lógico, esse aí é um mecanismo da própria Receita Federal.

Valdir, do Espírito Santo... Eu nem vou ler; vou apenas agradecer a todos os participantes: ao Martinus, do Estado de São Paulo... Muito obrigado a vocês todos que estiveram presentes nesta audiência pública.

Não tendo mais nada a tratar eu vou...

O SR. LUIZ HENRIQUE HARTMANN – Excelência, se me permite, eu não fiz pergunta, mas eu gostaria de fazer uma pequena colocação com relação ao que o Inesfa manifestou.

Eu estou aqui representando...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Venha aqui, por favor.

Um momentinho, um momentinho... Deixe-me só... (*Pausa.*)

Doutor, infelizmente, eu consultei aqui a assessoria, e aqui se faz pelo sistema e-Cidadania ou através de um Parlamentar Senador.

Então, eu vou agradecer ao senhor e pedir desculpas por não ouvi-lo – certo de que seria uma pergunta muito oportuna –, para não ferir aqui a regimentalidade do ato.

Então, nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado aos senhores, muito agradecido.

(*Iniciada às 14 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e trinta e sete minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Eduardo Braga, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Marcos do Val, Confúcio Moura, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Giordano, Efraim Filho, Angelo Coronel, Jorge Kajuru, Mara Gabrilli, Flávio Bolsonaro, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Flávio Arns, Paulo Paim, Sérgio Petecão e Carlos Portinho, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Beto Martins, Magno Malta, Marcos Rogério e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa - Setor Imobiliário**, atendendo ao requerimento PLP 68/2024, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar n° 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências". Do Plano de Trabalho: "Essa audiência pública tratará do impacto do IBS e da CBS sobre segmentos relacionados ao setor imobiliário". **Participantes:** Sr. Renato de Sousa Correia, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC); Sr. Luiz França, Presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras (ABRAINC); Sr. Caio Carmona Cesar Portugal, Presidente da Associação das Empresas de Loteamento Urbano (AELO); Sr. Ely Wertheim, Presidente do Sindicato das Empresas de compra, venda, locação ou administração de imóveis residenciais ou comerciais (SECOVI/SP); Sr. Pedro Fernandes, Ex-Presidente da Associação Brasileira do Mercado Imobiliário (ABMI) (representante de: Alfredo Freitas, Presidente da ABMI); Sra. Fernanda Foizer, Advogada e Sócia da Wilfrido Marques Advogados e Embaixadora da "Mulheres no Tributário" em Brasília; Sr. Fabiano Camargo, Presidente do Conselho da Associação das Operadoras de Turismo (BRAZTOA); e Sr. Carlos Carvalho Duarte Neto, Gerente Nacional de Tributos da Caixa Econômica Federal (CEF). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Braga
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/18

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a realizar a 7ª audiência pública para instruir o projeto que regulamenta a reforma tributária, Projeto de Lei nº 68, de 2024, que institui o IBS, a CBS, o Imposto Seletivo e dá outras providências. Conforme o plano de trabalho oferecido e aprovado na CCJ, esta audiência pública tratará do impacto do IBS e da CBS sobre segmentos relacionados – perdão – ao setor imobiliário.

A presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados, por sistema de videoconferência, para exposição e debate. Será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de ter a participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meio do Portal e-Cidadania, pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Eu vou pedir permissão aos convidados para fazermos dois blocos de quatro para que as pessoas possam falar aqui da mesa; nós só temos quatro lugares aqui com microfone.

Então, eu vou começar com o Sr. Renato de Sousa Correia, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic). Seja muito bem-vindo. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Renato, colocaram a sua placa aqui.

O Sr. Luiz França, Presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras (Abrainc).

O Sr. Caio Carmona Cesar Portugal, Presidente da Associação das Empresas de Loteamento Urbano (Aelo). (*Pausa.*)

E o Sr. Ely Wertheim. É assim?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Isso. Da Secovi-SP.

Então, nós vamos compor inicialmente a mesa com esses quatro convidados e, quando encerrarmos a participação dos quatro iniciais, nós chamaremos logo a seguir os outros quatro que estão aqui presencialmente – parece-me que um vai participar de forma remota.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Sras. Senadoras e Srs. Senadores inscritos. A palavra às Senadoras e aos Senadores será concedida na ordem de inscrição. Os Senadores interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar membro da Comissão.

Concedo a palavra ao Sr. Renato de Sousa Correia, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), para sua exposição por dez minutos, com tolerância de mais cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Sr. Renato.

O SR. RENATO DE SOUSA CORREIA (Para expor.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador Eduardo Braga. Quero agradecer aqui pelo convite e cumprimentar meus colegas de mesa aqui, Luiz França, Ely Wertheim e Caio Portugal. É um prazer e uma honra poder participar desse momento histórico relativo à reforma tributária no Brasil.

Quero fazer a minha fala dizendo que o setor da indústria da construção não quer benesses ou privilégios. O que nós queremos é manter a neutralidade tributária do setor, o que significa pagar a mesma quantidade de impostos antes e depois da reforma. Para isso, fizemos estudos aprofundados – os colegas aqui terão oportunidade de se aprofundarem nos detalhes – que apontam que o desconto da alíquota modal para atender a essa neutralidade tributária é de 60% na incorporação e construção e de 80% na locação.

Nós temos que encarar esse problema como um problema muito importante, para que não haja interrupção do combate ao déficit habitacional no país, para que essa reforma tributária não impute ônus que possa levar a aumento de preços e também para manter a competitividade dos investimentos em infraestrutura. Nosso país tem um déficit habitacional de 6,5 milhões a 7 milhões de moradias, em que pese ter um dos maiores programas habitacionais do mundo, com o Minha Casa, Minha Vida, que comprovadamente entrega residências de qualidade à população brasileira.

No que tange à infraestrutura, o Brasil hoje investe na casa de R$200 bilhões/ano e deveria estar investindo R$400 bilhões. Então, toda a infraestrutura impacta diretamente na competitividade da indústria e de toda a economia brasileira. É importantíssimo que a gente tenha isso em mente quando fizermos a avaliação da carga tributária incidente nesse setor.

O setor da indústria da construção, nos últimos quatro anos, repetidamente, criou mais de 200 mil empregos anualmente. É uma indústria potencialmente muito forte na geração de emprego. Estamos hoje com quase 3 milhões de empregados com carteira assinada e retornamos, ao longo de toda a cadeia, 60 centavos de impostos para cada real investido. Então, é importante colocar tudo isso em conta, por ser um setor totalmente transversal e que impacta a vida de milhares de pessoas.

Indo diretamente – e quero colocar aqui à disposição dos colegas aqui o excedente de tempo; imagino que não vou gastar os 10 minutos –, porque eu acho importante o detalhamento, mas o que nós queremos, além dessa questão de neutralidade tributária com base no redutor de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

alíquota, é um regime de transição que permita aos empreendimentos iniciados antes da reforma e até posteriormente à reforma manter o regime tributário atual, ou seja, manter equivalência ao PIS e Cofins e não ter a utilização de crédito, se mantido o critério de cobrança sobre a receita.

Nós precisamos ainda buscar a simplificação tributária, porque, no caso da incorporação, do loteamento, do setor da indústria imobiliária, comparando-se o que ocorre hoje, quando pagamos o tributo conforme a receita do empreendimento, em PIS e Cofins – por exemplo, pagamos 2,08 para cada 2,08%, ou seja, para cada real que entra na conta –, passaremos a ter que calcular o imposto unidade imobiliária por unidade imobiliária, levando-se em conta o fator de redutor social e o fator de redutor de ajuste, com índices de correção diferenciados para cada um desses itens e para cada parcela paga todos os meses. Certamente, essa metodologia torna bem mais complexo e oneroso para o setor da indústria imobiliária o recolhimento de impostos.

Pedimos, então, a avaliação de uma metodologia que, mesmo que cumulativa, traga simplicidade à operação desse processo, mesmo que por um tempo maior do que o previsto nessa legislação.

Por fim, estamos pedindo isonomia à construção civil, que tem no regramento do PL 68 o abatimento da base de cálculo de todos os materiais constantes de um contrato de empreitada e também a não utilização do crédito equivalente a esses materiais. Não há por que, na nossa visão, uma construção em regime de empreitada global ser tratada diferentemente de todos os outros elos da cadeia. Portanto, fica aqui o pleito para que a gente possa tratar a construção por empreitada de forma isonômica aos demais elos da cadeia.

Aqui, já partindo para a conclusão, nós entendemos a reforma como uma reforma muito positiva para o país, em que a não cumulatividade é necessária, pois aumenta a competitividade da economia como um todo. Estamos dispostos a enfrentar algum sacrifício no nosso setor para que o país aumente a sua competitividade.

No longo prazo, temos certeza de que o aumento da industrialização do setor, a responsabilidade social aliada ao direito constitucional da habitação e também às questões de sustentabilidade serão um ganho adicional a este momento de adaptação que teremos que viver em nosso setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mais, agradeço a oportunidade e fico à disposição, lembrando que a Câmara Brasileira da Indústria da Construção representa 96 sindicatos e associações do setor da indústria da construção em todo o Brasil, com representação em todos os estados e no Distrito Federal.

Muito obrigado pela oportunidade, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agradeço ao Renato de Sousa Correia e passo a palavra ao Sr. Luiz França, Presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), pelo tempo de dez minutos, com tolerância de mais cinco.

O SR. LUIZ FRANÇA (Para expor.) – Muito obrigado.

Primeiramente, eu gostaria realmente de agradecer ao Senador Eduardo Braga, que fez o convite para que nós participássemos da audiência pública, bem como a receptividade que a gente sempre tem com os Senadores e Senadoras, quando nós vamos dialogar com vocês.

Nós tivemos uma experiência de diálogo muito importante alguns anos atrás, Senador, quando nós tivemos a Lei do Distrato. Foram diálogos intensos, e a Casa – o Senado –, com muita tecnicidade, discutiu aquele assunto com a gente, e temos certeza de que, neste assunto também, nós teremos a mesma tecnicidade dos Srs. Senadores e Senadoras.

O Senador Eduardo Braga, eu não preciso dizer que a gente tem visto o quanto ele tem se dedicado profundamente para entender tecnicamente e para poder tomar uma decisão correta para o Brasil.

Também gostaria de ressaltar que, nas diversas interlocuções que nós tivemos com o Executivo, a Sert e o Bernard Appy têm trabalhado em conjunto para entender tudo aquilo que a gente tem levado, para que a gente possa discutir esse assunto da reforma tributária.

É importante...

Tudo bem? (*Pausa.*)

O senhor chegou na hora certa, porque eu vou dizer aqui uma coisa importante. É importante dizer que o nosso propósito é manter a mesma carga tributária. Nós não temos intenção nenhuma de ter uma diferença de carga tributária. O setor só quer manter a carga tributária; esse é o nosso objetivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso é importante... Vou pedir para passar um pouco a transparência aqui, porque eu esqueci que estava com as transparências.

Pode passar uma? (*Pausa.*)

Acho que não conseguem? Então, eu vou falando. Quando conseguir, a gente... (*Pausa.*)

Conseguiu.

Então, o que eu estava comentando aqui e que a transparência mostra é que só queremos manter a carga tributária. Esse é o princípio básico de tudo aquilo que a gente vem discutindo já há anos, desde que se iniciou a discussão da reforma tributária.

Próxima, por favor.

Eu queria aqui também dizer que o Ministério da Fazenda elaborou estudos para a pauta da reforma tributária, o que é importante – eu já fiz esse comentário.

Mais uma.

Isso é fundamental, porque mostra o que a gente está mostrando aqui. Nós fizemos um trabalho muito profundo, que se iniciou há cinco anos. Contratamos o escritório Derraik & Menezes. O escritório pegou 15 empresas, pegou nota fiscal por nota fiscal para determinar qual seria o IVA equivalente ao que a gente paga de imposto hoje. Então, foi um trabalho muito bem-feito.

Como esse trabalho iniciou-se há cinco anos, agora nós o refizemos e tivemos aí também o mesmo número, muito próximo ao do primeiro trabalho. Não contentes com isso, nós fomos buscar uma outra metodologia. Quando eu falo "nós", são as entidades que estão aqui à mesa. Nós fomos buscar uma outra empresa, que foi a Tendências, que usou outra metodologia e, através de uma outra metodologia, chegamos à mesma carga tributária equivalente. Então, isso aqui é o que nos dá o conforto de sermos até um pouco assertivos com relação ao desconto da alíquota modal.

Próxima, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o desconto da alíquota modal, como já foi dito aqui, é... Chegamos a um número em que se tem que ter um redutor, na alíquota modal, de 60%. Já tem hoje, segundo o PL n° 68/2024, 40%. Então, isso é o que nós estamos discutindo.

O importante...

Deixa ainda um pouquinho na outra, lá, faz favor.

O importante é que tudo isso foi levado à Sert e com muito detalhe. Nós disponibilizamos os técnicos de ambas empresas, e a gente tem...

Vou pular duas para frente só para casar com o meu discurso.

E a gente chegou a uma conclusão sobre por que o nosso número não bate. Quando nós usamos a metodologia do Derraik & Menezes, nós precisamos ter um valor médio de imóvel. Nós contratamos uma empresa, que é a Brain Inteligência Estratégica, que trabalha realmente em cerca de 300 cidades, nas cidades mais importantes do Brasil, onde vive 50% da população brasileira. Então, nós chegamos a um determinado número com a Brain.

Eu respeito muito que o Governo não tenha aceito os dados dessa empresa, mas a Sert pegou a Dimob. Eu não tive acesso à Dimob, mas poucas... Nas conversas que nós tivemos, a Dimob demonstrou ser uma base de dados que, talvez, para esse propósito, não seja a melhor. Por quê? Porque lá tem imóveis do FAR, por exemplo, que, na verdade, são construídos e comprados pelo Governo. Lá, se um casal compra um imóvel com três garagens, naquela base aparecem dois imóveis; o casal comprando, como se cada um estivesse comprando um imóvel, e cada garagem como se fosse um imóvel. Com isso, está muito claro para nós que não é a melhor base de dados para esse estudo. Eu não estou desmerecendo, Senador, a base de dados Dimob, de jeito nenhum, mas acho que, para esse estudo, a base de dados traz uma imperfeição nos cálculos, o que é uma coisa que deixa a gente muito preocupado.

Agora, se puder voltar para trás...

Aqui, eu não tenho a pretensão, na verdade, de explicar essa tabela para os senhores agora, mas, se qualquer um dos senhores tiver dúvida, a gente explica. Essa tabela mostra que a gente chegou a um redutor de 60% e mostra uma coisa que a gente aceitou, mas que me incomoda um pouquinho: é a progressividade do imposto. Por quê? Da maneira pela qual será calculado o novo IVA, o imposto é progressivo, ele vai aumentando. E por que me incomoda? Porque eu vejo as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

escolas, por exemplo. Você tem escola lá que tem um determinado valor, você tem escola que até fala um valor em dólar – não é, Senador? São escolas na cidade de São Paulo –, e todo mundo está na mesma alíquota. O nosso setor é o único que está com isso, então é mais um desafio. Em termos de desafio, é mais um desafio para que a gente possa entender e chegar a essa carga tributária que nós conversamos.

Vamos mais um, faça o favor.

Bom, aqui eu já comentei esse assunto, que é o da divergência técnica. Quero deixar muito claro: a divergência é técnica, do redutor. São dois redutores: é o redutor dos bens imóveis e o redutor da locação também. Depois o Ely Wertheim vai falar com mais propriedade sobre esse assunto.

Mais um.

Senhores, acho que esse era o recado que a gente queria dar, que é importante. O Brasil tem um déficit habitacional – eu vou ressaltar de novo – de 7,8 milhões de moradias. Nos próximos dez anos será necessário, neste país, construir mais 11,5 milhões de moradias.

Muita gente... Às vezes eu escuto alguns setores, e respeito: "Nós vamos fechar uma fábrica". Outro dia eu liguei para um empresário que fez esse comentário e eu falei: "A sua fábrica [eu não falei na imprensa] tem menos funcionários do que eu tenho em vários canteiros de obra". Ou seja, a gente emprega uma população...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ FRANÇA – ... que é muito importante para o Brasil, uma população de entrada no mercado de trabalho. E além disso, mexemos com 97 subsetores da economia.

Outra coisa que eu sempre gosto de ressaltar: o PIB da construção puxa o PIB do Brasil. Sempre que você tem o PIB do Brasil subindo, você pode ver no gráfico que o PIB da construção está acima. Então, a construção é importante para o Brasil; mas não só para o Brasil, a construção é importante para qualquer país. Não é à toa que os bancos centrais de todos os países olham os índices da construção para poderem fazer os seus cálculos e as suas projeções com relação ao mercado.

Então, esse é o meu recado curto, em dez minutos. E tenho certeza de que teremos nesta Casa um ambiente de conversa muito bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu falo em todos os lugares a que eu vou: os nossos números estão aí. Se alguém achar alguma premissa errada, algo errado, nós não nos furtaremos a aceitar aquilo que se acha, porque a nossa conversa é técnica. Portanto, nos disponibilizamos – nós, nossos técnicos – para ter uma discussão técnica. E fica esse desafio: se tiver qualquer premissa, qualquer número que não esteja correto, os modelos serão rodados novamente para que a gente tenha o valor real do tributo equivalente ao que nós temos hoje.

Muito obrigado a todos e, mais uma vez, muito obrigado, Senador Eduardo Braga. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu agradeço ao Luiz França pela sua participação.

Convido agora o Sr. Caio Carmona Cesar Portugal, Presidente da Associação das Empresas de Loteamento e Desenvolvimento Urbano (Aelo), para sua participação, também por dez minutos, com tolerância de mais cinco.

Com a palavra o Sr. Caio.

O SR. CAIO CARMONA CESAR PORTUGAL (Para expor.) – Antes de mais nada, boa tarde a todos.

Gostaria de agradecer ao Senador Eduardo Braga, não só por esta oportunidade, Senador, mas por toda a sua relação com o país, em todos os projetos que o senhor participou – a gente tem a certeza de que sempre vai ter, primeiro, um olho na evolução de que o país precisa, um olho na realidade que o país detém e, principalmente, no diálogo democrático com a sociedade.

Acho que uma reforma dessa monta, uma reforma tributária dessa ordem, que é desejada há tanto tempo, só será construída se ela construir um vetor que venha da sociedade organizada, do nosso Parlamento, do Governo instituído, mas principalmente em favor da própria sociedade.

Acho que esse diálogo é o que vai fazer com que a gente construa a melhor reforma possível. E essa melhor reforma possível passa por essa oportunidade dentro do Senado, especialmente aqui na Comissão de Constituição e Justiça. E a gente espera que ela leve essa discussão de uma forma muito mais intensa e menos açodada, do que infelizmente aconteceu na Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil precisa, o Brasil necessita e o Brasil deve fazer uma discussão aberta, transparente e no seu prazo necessário.

Então, esse é um apelo que a gente faz e agradece a oportunidade para estar falando aqui.

O setor que eu represento é o setor dos loteamentos urbanos formais. Esse setor é um setor que produz a terra urbanizada, ou seja, o local onde a cidade se encontra, onde a cidade existe, onde a gente tem um CEP, onde a gente tem a cidadania, antes de tudo, foi um loteamento. Antes de tudo, ela deixou de ser uma produção agrícola que fosse, um vazio urbano que fosse, e ali foi instituído um novo bairro.

Para que isso viesse a ser instituído, o nosso legislador, lá em 1979, fez uma reforma muito grande, a chamada Lei 6.766, sobre todas as obrigações e compromissos necessários que um empreendedor, público ou privado, deve perseguir para produzir um lote urbanizado.

Pesquisa recente que o setor fez com as 1,2 mil empresas associadas... A Aelo é a entidade mais longeva do setor de loteamentos, uma entidade em nível nacional que representa 1,2 mil empresas em 21 estados da União, exclusivamente loteadores.

Então, com 67 respondentes dessa pesquisa, a gente chegou a alguns números bastante interessantes. O setor produz e leva a mercado cerca de 120 mil unidades/ano, mormente 70% dessas unidades são loteamentos chamados loteamentos de acesso, loteamentos econômicos, ou seja, onde vão ser erigidas talvez as casas do Minha Casa, Minha Vida, pela Cbic, pela Abrainc, pelo Secovi, mas também é o primeiro acesso à moradia.

E qual que é a contrapartida que esse setor dá à sociedade? Ele produz, investe e doa saneamento básico, eletrificação, distribuição de energia, obras de drenagem, recuperação e preservação ambiental.

Tudo isso é feito pelo setor privado, e, diga-se, é o único setor que não tem acesso aos recursos públicos direcionados do crédito imobiliário pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, por proibição legal, e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, também por proibição legal; ou seja, o loteador, quando acessa o crédito imobiliário, não o loteador, mas o adquirente do lote, somente no SBPE, na chamada faixa livre, o lote já tem que estar pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, perceba que a importância desse setor é porque, sem ele, o nível de informalidade e de ocupações e favelas que a gente deteria no país seria muito maior, e já é grande o suficiente para a gente ter isso como um alerta.

E por que eu faço essa avaliação? Porque, na hora em que a gente trouxe isso para o campo da reforma tributária, especialmente nas duas leis regulamentadoras, houve a necessidade de ter um tratamento específico para o setor imobiliário e também para o setor de loteamentos, porque isso não é nenhum tipo de inovação.

Está aqui o Deputado Hauly, a quem a gente agradece a presença, que foi um dos mentores da PEC 110, e ele sabe muito bem: quando se estuda o direito comparado tributário de outras nações, como elas trataram o imposto sobre valor agregado para o mercado imobiliário, para a construção civil e, especialmente, para o setor do desenvolvimento de loteamentos? Ou ele tem uma opcionalidade, ou seja, ele é não contribuinte, ou, sendo contribuinte, ele tem um tratamento específico.

E por que assim o é? Porque a cidade é dinâmica, a terra urbanizada é a mesma. A gente passa na cidade e vê um prédio. Outrora, aquele prédio foi um conjunto de casas. Outrora, aquelas casas são demolidas e constrói-se um prédio. Aquele prédio é demolido e é construído um hotel. O hotel é demolido e é construído um *shopping*. Hoje, em São Paulo, o processo de demolição de prédios antigos e ocupação de novos prédios – e não só em São Paulo, mas em outras cidades – é bastante frequente. Mas a terra urbanizada é a mesma. A terra que foi ali instituída permanece a mesma. Ou seja, ela não tem depreciação e ela não é consumida. Por isso que a legislação de outros países e por isso que a legislação nossa deve ter um tratamento diferenciado sobre a atividade imobiliária e da construção, mas especialmente sobre o setor de loteamentos.

Se você puder passar, por favor.

Aqui – eu vou passar mais rapidamente – está como o setor se organiza do ponto de vista de operação. Então, normalmente, é uma associação de uma empresa empreendedora com um terrenista. Daí que o próprio PLP 68, ainda na égide da Câmara, trouxe uma diferenciação entre se esse empreendimento é realizado sobre um formato de parceria ou não, porque a tributação já no Imposto de Renda faz esse tratamento diferenciado entre aquele que é terrenista e aquele que é desenvolvedor imobiliário, ainda que a própria Lei 6.766 tenha feito a equiparação dos dois.

Se você puder ir para a frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, nessa situação, é importante entender os impactos que um eventual aumento da carga tributária possa ter sobre esse setor.

Pode avançar um pouco, por favor?

Hoje, esse setor praticamente – pode avançar mais uma – recolhe, do ponto de vista do que a gente chama do que virá a ser o imposto sobre consumo, só o que está sob a égide da CBS, que hoje é a antiga PIS e a Cofins. Os impostos, hoje, que vão ser reunidos no IBS, que é o ICMS e o ISS, incidem sobre a nossa cadeia de produção. Ou seja, eles incidem sobre as mercadorias e os serviços que a gente adquire. No novo formato, o IBS vai incidir também sobre a nossa receita de venda. Então, o adquirente de lote, na hora em que fizer o seu pagamento da parcela, como foi bem dito aqui tanto pelo França quanto pelo Renato, vai ter uma incidência sobre a tributação de cada uma das parcelas, onde vai ter que ser adotado o redutor social, o redutor de ajuste e todos aqueles elementos. E por que estamos dizendo isso? Porque isso está trazendo complexidade para o nosso setor. E daí vem um dos pleitos que todos os setores operantes no mercado imobiliário e na construção civil fazem, que é a questão da transição.

Vamos lembrar: na Câmara dos Deputados, infelizmente, no PLP 68, por conta da forma como foi conduzido e da forma de ter sido aprovado, não houve a oportunidade, seja pelo Governo que estava construindo o projeto, seja pelo próprio Congresso, de ter um capítulo de transição. E, no caso do mercado imobiliário, isso é deveras obrigatório. Por quê? Porque eu vou estar produzindo um loteamento, uma construção, uma incorporação imobiliária e uma operação de obra pública ou mesmo até uma locação sob uma égide de tributação e eu vou estar recebendo as receitas, seja da locação, seja da venda, da alienação desses lotes, sobre um outro sistema de tributação. Se não existir uma transição que garanta a manutenção da previsibilidade daquilo que foi produzido sobre um sistema para ser arrecadado sobre outro sistema, você vai levar, primeiro, uma decisão para o agente econômico de não investir mais nesse setor. E não investir mais no setor, seja de loteamento, seja da construção civil, seja da incorporação imobiliária, seja da locação, é perda de oferta de imóveis.

Perda de oferta de imóveis vai significar aumento dos preços desses imóveis ou daquilo que está relacionado a esses imóveis. E vai ser um aumento inflacionário em decorrência de um sistema tributário que não fez a adequação necessária de um sistema de transição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse é um dos pleitos que a gente detém aqui. E a gente leva isso ao Senado e a gente tem certeza de que tanto o Senador Eduardo Braga, como a Comissão de Constituição e Justiça, o Plenário do Senado e, mais ainda, a Câmara dos Deputados vão recepcionar a necessidade dessa transição, que é tão importante para a garantia da correta aplicação desse novo sistema tributário.

Se você puder avançar, por gentileza.

Pode avançar um pouco mais.

Aqui, é uma ordem de grandeza. O setor sai de uma carga auferida.

Assim como foi dito pelo Luiz França, nós igualmente, pela Aelo, contratamos também a Derraik e a Consultoria Tendências, para identificar, seja na contabilidade das empresas, seja nos dados divulgados pelo IBGE, qual é a carga tributária, porque a própria reforma e a própria regulamentação da reforma disseram claramente: o setor da construção civil e o setor imobiliário vão ter um tratamento específico.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAIO CARMONA CESAR PORTUGAL – Não é um tratamento com vantagens, não é um tratamento diferenciado; é um tratamento específico, porque assim ele tem que ser, porque assim é no mundo inteiro e porque assim é um setor que não conversa com o mesmo formato do IVA.

O IVA é pensado por uma prestação de serviço, por uma compra e venda da indústria, algo de prazo curto, não como é o ciclo longo da indústria imobiliária ou das obras públicas ou mesmo do loteamento.

Passando, para a gente já ir finalizando.

Em última instância – se você puder já ir para a última lâmina –, o que nós estamos pedindo aqui? Primeiro, um ajuste no redutor de alíquota, conforme demonstrado em todos esses estudos, para que a gente tenha a neutralidade de carga.

O que é a neutralidade de carga? Esse setor arrecada x bilhões de reais. No novo sistema tributário, ele tem que continuar arrecadando x bilhões de reais, nada mais, nada menos. É disso que se trata a questão da neutralidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A própria nota do Ministério da Fazenda disse claramente que a questão da neutralidade não envolvia os regimes específicos de tributação em que se incluem o setor imobiliário, o setor de loteamentos e o setor da construção civil.

O segundo ponto é a questão do regime de transição para a manutenção da segurança jurídica.

Vamos lembrar: a gente vai ter uma nova autoridade arrecadadora, uma nova autoridade que vai fazer escrutínio sobre os valores e a forma de arrecadar. Se não existir transição segura, isso vai culminar onde? No próprio Judiciário. Ora, se a gente está fazendo uma reforma tributária para evitar a litigiosidade, então é disso que nós temos que cuidar para que isso não ocorra.

Por último, é um assunto também que a gente entende necessário: um regime especial de tributação para loteamento. Isso também não significa diminuir a carga.

Assim como, no setor de incorporação imobiliária, existe o patrimônio de afetação, foi criado também para o setor de loteamento o patrimônio de afetação, só que não existe o regime especial de tributação.

Então, são esses os pleitos, em última instância, Senador Eduardo Braga, que o setor está trazendo aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAIO CARMONA CESAR PORTUGAL – E a gente entende e está aberto ao diálogo.

Agradeço, primeiro, a oportunidade que o senhor nos dá.

Segundo, enalteço a Secretaria especial da Reforma Tributária, que tem feito enorme esforço no sentido de buscar convergência com os setores.

Em última instância, quero dizer que, nessa reforma tributária, a gente tem que olhar a floresta. A floresta significa que a economia brasileira e a sociedade brasileira vão sair de um setor de conflito tributário para um setor de harmonia tributária em que haja transparência, em que a gente identifique claramente a carga tributária de cada produto que a gente adquira, mas, especialmente, em que a gente tenha segurança jurídica para continuar empreendendo, gerando oportunidades e, principalmente, inclusão social.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agradeço ao Caio Portugal.

Antes de passar a palavra ao próximo participante, está pedindo pela ordem o Senador Esperidião Amin, que participa da nossa audiência pública de forma remota.

Portanto, eu passo a palavra, pela ordem, ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Presidente.

Estou sendo ouvido?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Está sendo ouvido. Ainda não está sendo visto, mas ouvido está.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Mas eu estou vendo todos e estou me vendo aqui na câmera.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É que está tendo um pequeno probleminha aqui, Esperidião. Vamos já resolver. Só um segundinho que vamos já resolver para colocar você aqui ao vivo e em cores.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Presidente, se permite, eu já vou...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Pronto, agora já estamos com áudio e vídeo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Só quero lhe dizer o seguinte: em primeiro lugar, os meus cumprimentos. O senhor está cumprindo um roteiro, conforme programado e necessário para este espaço de tempo em que nós temos que produzir uma convicção. Então, em primeiro lugar, são os cumprimentos pela escolha dos debatedores, assim como se espera para amanhã, e por ter atendido as solicitações emergenciais que nós normalmente lhe trouxemos e poderemos trazer daqui a pouco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria acrescentar às duas excelentes exposições que a opção prática não foi mencionada, Sr. Portugal. A opção prática a um excessivo, digamos, encarecimento de loteamentos legais que a história mostra no Brasil é a profusão dos ilegais. Estou sendo claro?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, quanto mais ônus houver para fazer as coisas legalmente em matéria de expansão urbana, a história recente do Brasil mostra que o resultado prático, primeiro e mais relevante é o loteamento, vamos chamar assim, a ocupação do solo ilegal em áreas mais perigosas, do ponto de vista ambiental, mais sujeitas a riscos e, portanto, mais onerosas, social e economicamente, para os municípios brasileiros.

Basta lembrar, e assim eu concluo, que hoje é muito difícil encontrar uma cidade brasileira com menos de 50% de ocupação ilegal do seu espaço urbano – muito difícil –, ou seja, a média é de 50% para cima. Só para concluir, em 1940, o Brasil tinha 12 milhões de habitantes urbanos, tinha 12 milhões de moradores de cidades, dentre os 36 milhões, 40 milhões de habitantes que tinha. Hoje, nós temos mais de 200 milhões, mais de 185 milhões de moradores de cidades, e é evidente que essa expansão ocorreu de todas as maneiras – até legais, até legalmente houve expansão –, mas, quanto mais ônus nós tivermos, mais dificuldades teremos do ponto de vista de consequências sociais, humanas, de perdas de vidas, por acidentes, tempestades, deslizamento de terras, ou seja, sob todos os aspectos – econômicos, financeiros, sociais e de vida –, os bens mais preciosos, e a ocupação urbana desordenada tem ensejado...

Dessa forma, é muito oportuno este debate e o alerta que, de um modo geral, nós estaremos ouvindo – espero que com proveito –, em matéria de conduta e de decisão quanto ao projeto de lei complementar.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Bem, eu que agradeço ao Senador Esperidião Amin.

E apenas para manifestar minha concordância com o que disse o Senador Esperidião Amin, eu tenho aqui alguns dados, publicados pelo IBGE recentemente, Deputado Hauly, com relação à questão do setor imobiliário. E algumas características... Porque também tem acontecido, nessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocupações irregulares, nos centros urbanos, que o crime organizado também está presente financiando essa atividade irregular, ou seja, há também um movimento até de lavagem de dinheiro de facções, de criminosos, etc., nesta irregularidade.

Além disso, há um movimento social importante. De 2016 para 2022 – apenas para que a gente possa colocar estes números na discussão –, os imóveis locados cresceram de 18,5% do total dos imóveis brasileiros para 21,1%; os imóveis próprios decresceram de 66,7% para 63,8%. Agora, o que é mais interessante é que a faixa de locação, de aluguel, cresceu entre os jovens, e muitos deles estão optando pela locação porque perderam o interesse em comprar um imóvel como ativo ou como patrimônio, preferem ter os seus recursos para investir de outra forma. Portanto, há uma mudança sociológica que está acontecendo. Os proprietários de imóveis estão sendo cada vez mais aqueles que estão próximos à faixa dos 60 anos de idade, enquanto os jovens, principalmente ao entrarem no mercado de trabalho, ao entrarem, portanto, naquilo que os economistas gostam de chamar de PEA (população economicamente ativa), entram locando imóveis.

E muitas das incorporações mais recentes, nos últimos dois ou três anos, estão demonstrando isso, porque até então, até três anos atrás, você ver um lançamento de prédios em bairros nobres com 27m² por unidade ou 40m² por unidade era impensável. Imaginava-se que esse tamanho de imóvel era apenas para as classes D e E, e não para as classes A, B e C. Hoje o que nós estamos vendo é que o jovem das classes A, B e C prefere ter um imóvel alugado, em que ele tenha mobilidade social, mobilidade urbana, etc., de acordo com o seu interesse econômico: ele quer morar próximo ao trabalho, quer morar próximo de onde ele estuda; via de regra, também não quer mais ter um carro próprio, quer usar algum meio de transporte, ou público ou individual, mas não imobilizando tanto recurso em carros próprios. Antigamente, por exemplo, na minha época de juventude, era – vamos dizer – "*status*" o jovem aparecer com um carro próprio. Hoje, não mais. Hoje, esse jovem não se interessa por ter um carro próprio, ele se interessa em utilizar os serviços por qualquer dos aplicativos ou até mesmo em ter uma bicicleta, ou uma bicicleta elétrica, com a qual ele se locomove sem sofrer com o engarrafamento e com o trânsito.

Ora, as cidades não se prepararam para esse movimento sociológico. O mercado, obviamente, está vendo e está mudando o seu comportamento, e é preciso que os legisladores e os Executivos, tanto municipais quanto estaduais e da União, percebam essa mudança sociológica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É fato que nós temos muitas ocupações, e a maioria delas, lamentavelmente, nos centros urbanos brasileiros, é feita de forma irregular; algumas não apenas de forma irregular, mas também de forma criminosa, com recurso, inclusive, oriundo do crime. E há uma mudança do comportamento sociológico, principalmente na faixa de 15 a 29 anos.

Portanto, essa lógica tem que estar presente no Congresso Nacional, na hora de discutir essa política, e tem que estar presente, também, no Ministério da Fazenda, no Governo Federal, a lógica de que nós estamos tendo uma mudança de comportamento sociológico importante.

Eu digo isso apenas para concordar e complementar a sempre brilhante participação do nosso competente Senador Esperidião Amin.

Eu passo a palavra ao próximo participante, o Sr. Ely Wértheim. É isso?

O SR. ELY WERTHEIM – É "werthêim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Wertheim.

O SR. ELY WERTHEIM (Para expor.) – Senador Eduardo Braga, muito obrigado pelo convite. Cumprimento o Deputado Hauly também, as Senadoras e os Senadores.

O senhor expressou, em três, quatro minutos, aquilo que o setor imobiliário mais sente. A gente nunca conseguiu expressar o que a gente pensa, o que a gente sente, e o senhor conseguiu dar sentimento a tudo aquilo que a gente pensa.

Eu vou ser bem objetivo.

Pode avançar, por gentileza?

Isto aqui os amigos já falaram, então muitas coisas eu vou complementar. Esses são os dois trabalhos que o setor imobiliário fez, com a Derraik e com a Tendências, em que a gente achou... A gente não; na verdade, esses estudos é que comprovaram que a carga tributária atual do setor imobiliário está aí na casa dos 8,11%.

Pode avançar, por gentileza.

Bom, com o redutor de 40%, que é o que está hoje, que veio da Câmara dos Deputados, nós vamos ter, nos vários preços de imóveis aqui à esquerda, o aumento da carga tributária – 15%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para R$200 mil, e assim vai –: loteamento na ordem de 68%; administração, 58%; intermediação, 55%; e 136% na locação.

É importante falar o seguinte: nós temos dois estudos, além de outros, e até hoje a equipe econômica não apresentou para o setor – e acho que talvez nem para a sociedade – nenhum estudo que ou combata este ou divirja dele, ou apresente outro ponto de vista.

Pode avançar.

Aqui, com o redutor de 40%, lá na última linha – não vou entrar no detalhe da planilha –, a gente vai ter um impacto, na carga atual, para os imóveis do Minha Casa, Minha Vida, de 15% de aumento e, progressivamente, vamos ter um aumento de carga tributária nos vários tipos de imóveis. Não gosto muito de média, mas, na média, Senador, estamos falando em quase 40% de aumento na carga tributária, segundo os nossos estudos, com o redutor de 40%.

Pode avançar.

Com o redutor de 60% – e aí eu peço atenção aqui para a última linha –, nós vamos ter uma redução no apartamento do Minha Casa, Minha Vida e em apartamentos menores de 17% e 6%, para manter a média de 7,8%. E aqui entra uma progressividade.

Lembro que o Senador sempre manifestou essa preocupação de que os imóveis de valor um pouco menor tenham alguma redução da carga tributária e os imóveis de valor maior subsidiem de alguma forma isso. Eu lembro que em todos os estados, em todas as cidades, em especial em São Paulo, o apartamento mais caro subsidia o mais barato. Por exemplo, os empreendimentos de maior valor pagam a outorga onerosa para o direito de construir. E essa outorga onerosa, no caso de São Paulo, vai para o Fundurb, que é 100% aplicado em apartamentos de menor valor.

Então, a gente não pode esquecer que são as mesmas empresas, é o mesmo mercado e o trabalhador é o mesmo; quer dizer, um pedreiro não ganha mais por trabalhar no Minha Casa, Minha Vida ou porque trabalha num imóvel de alto padrão. Todo mundo ganha o mesmo salário.

Pode avançar.

Qual é o sistema que nós temos hoje?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje nós temos o RET. Nós vendemos um apartamento, digamos, por R$500 mil. Nesses R$500 mil estão embutidos todos os resíduos, está embutido tudo.

Eu sei que é ruim ou que é bom, não importa; a gente está acostumado desse jeito, é assim que funciona. E em cima disso a gente paga os 4%. O comprador declara, no CPF dele, que comprou da empresa X e pagou lá os x mil reais. A Receita Federal cruza com muita facilidade e, muito simplesmente, é pago. Muitos alegam: "Ah, mas 4% é pouco". É 4% sobre o faturamento bruto, independentemente do resultado. Com uma margem que varia entre 10% e 15%, estamos falando de entre 30% e 40% de imposto sobre a margem, que pode ser que nem aconteça.

Pode avançar.

Agora é como vai ficar. Então, só pelo desenho, graficamente a gente já percebe uma complexidade monumental do novo sistema para o mercado imobiliário.

Para os amigos terem uma ideia, vamos ter que pegar o preço e tirar todos os redutores, parcela por parcela, porque isso é pago a prazo. Então, de cada parcela, tem que tirar a fração do terreno, a fração do redutor social, verificar se teve crédito ou débito na etapa anterior, para depois pagar o determinado imposto. E com um detalhe: as correções desses redutores são pelo IPCA e as parcelas são corrigidas pelo INCC; então, ainda tem correções diferentes. E o comprador vai receber um boleto lá de R$1 mil e mais tanto de imposto. E a cada mês um valor diferente, porque depende do crédito, depende do débito. Então a nossa vida, a vida do setor imobiliário, não será nada fácil no novo sistema.

Podemos ir, por favor?

Bom, com relação ao aluguel, ao que eu chamo de tradição do aluguel, os estudos indicam um aumento de 130%. Eu lembro que locação e imóvel são investimentos, não são consumos.

Pode ir.

Segundo o IBGE – e o senhor acabou de falar isto –, 21% dos mais de 74 milhões de domicílios são alugados. E três pessoas por domicílio... Nós estamos falando de 47 milhões de pessoas, se forem três – podem ser duas, podem ser três, podem ser quatro –, que estão, de alguma forma, tendo na locação a sua moradia.

Pode avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui há uma coisa muito importante em que eu queria me perder um pouco: há um desequilíbrio entre investir para locação e aplicar o dinheiro no banco. (*Pausa.*)

Aqui, há um claro desequilíbrio entre comprar um imóvel para locação e botar o dinheiro no banco.

Com a nova reforma tributária na locação, só um desavisado vai comprar um imóvel para botar para locação. Muito melhor vai ser ele botar numa CDB do banco e passear, ele vai ganhar muito mais dinheiro. Hoje ele paga quase 12%, com o regime tributário ele vai pagar 20% e com o redutor que o setor está pedindo vai para 15%, que é o mesmo do CDB. Mesmo com os 80%, nós vamos pular de 12% para 15%, então é claramente uma decisão de: não invistam em imóveis para locação, ponham o seu dinheiro no banco.

E aí, Senador, vão vir todas as consequências de que o senhor falou nas suas palavras: os jovens não vão ter onde morar; a pessoa mais simples que, através da locação, consegue morar, muitas vezes, na porção de um território de uma cidade com mais infraestrutura... Porque ela não consegue comprar, mas consegue alugar, e onde ela vai alugar? Mais em direção de onde ela pretende morar, onde a cidade funciona melhor. É muito justo isso. E aqui nós temos uma injustiça muito grande e perigosa.

Vamos lá?

Bom, haverá o aumento de inflação do aluguel, é óbvio: se as pessoas vão parar de investir em locação, vai faltar locação. Nós de cabelo branco já vimos este filme. Antes da Lei do Inquilinato, a gente sabia muito bem como isso funcionava. Vai se repetir.

Vai prejudicar a locação como forma de solução habitacional. Para se combater o déficit habitacional, não é só fazer o cidadão comprar o apartamento; a locação também funciona, e funciona em vários países do mundo, como solução habitacional. Por exemplo, uma pessoa de mais de 60 anos não tem crédito; não tem financiamento para uma pessoa de 60 anos – eu não tenho mais –, então, se a gente não tiver uma casa própria, nós temos que morar de aluguel.

Compromete a revitalização dos centros urbanos. Isto aqui os amigos já falaram: os regimes especiais não têm influência na alíquota modal e os regimes especiais, por determinação do Ministério da Fazenda, têm que ter o equilíbrio do imposto pago.

Pode avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, Senador, há uma coisa muito importante. O França já falou sobre isso; eu vou tentar desenhar. Quando o Governo pega a Dimob para entender o preço médio do imóvel do Brasil, não por culpa da Dimob, mas por – culpa não é a palavra – equívoco de se utilizar uma ferramenta para aquilo que não serve – é como se a gente fosse à praia de terno, não vai servir, não vai funcionar –, o que acontece? A Dimob joga o preço médio do imóvel para baixo. Porque, no exemplo que o França deu, em um apartamento de R$500 mil comprado por um casal, com duas vagas de garagem, o denominador desses R$500 mil é quatro, então o Governo lê como R$125 mil. E aí, como ele entende que o preço do imóvel foi lá para baixo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELY WERTHEIM – ... ele entende que a reforma tributária não impacta tanto, mas, na verdade, não é isso; a realidade do mercado, por inteligência de mercado, é isto aqui à direita.

Pode avançar.

Aqui é a mesma coisa, quer dizer, é a mesma coisa que eu estou dizendo no anterior.

Pode ir.

E aqui também, como os amigos colocaram, algumas das nossas principais demandas, as emendas que estão ali trabalhando.

Importante também falar do trabalho da CAE, que propôs aí determinadas alterações para o mercado imobiliário e outros, é importante registrar.

Então, Senador, mais uma vez muito obrigado. É uma oportunidade rara e, mais uma vez, o senhor falou ao coração de muitos incorporadores, loteadores e pessoas do mercado imobiliário quando o senhor deu um quadro de como a gente vê, de como a gente enxerga a habitação no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu agradeço o Sr. Ely Wertheim pela sua participação.

Nós concluímos, portanto, a participação dos primeiros quatro membros que compuseram esta primeira mesa. Eu vou pedir aos companheiros que possam ocupar aqui os primeiros assentos da bancada e convido para – eu que agradeço, eu que agradeço, agradeço, Renato! –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compor a mesa o Sr. Pedro Fernandes, ex-Presidente da Associação Brasileira do Mercado Imobiliário, representante do Sr. Alfredo Freitas, Presidente da ABMI; a Sra. Fernanda Foizer, Advogada e sócia da Wilfrido Marques Advogados e embaixadora do Mulheres no Tributário em Brasília. Seja bem-vinda, Sra. Fernanda.

Tudo bem? Como vai? Por favor... Tudo bem? Como vai?

Participarão de forma remota o Sr. Fabiano Camargo, Presidente do Conselho da Associação das Operadoras de Turismo, e também o Sr. Carlos Carvalho Duarte Neto, Gerente Nacional de Tributos da Caixa Econômica Federal.

Creio que, com isso, completamos a lista dos senhores convidados. Então, passamos a palavra ao Sr. Pedro Fernandes para usar o seu tempo por dez minutos, com tolerância de mais cinco, em nome da ABMI.

O SR. PEDRO FERNANDES (Para expor.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador Eduardo Braga. Quero cumprimentar também aqui todos os presentes, os demais Parlamentares.

É uma satisfação participar deste momento, um momento tão relevante para a história do nosso país, uma reforma que já é discutida há tanto tempo e que tem uma importância muito relevante para o avanço do nosso Brasil.

Estou aqui representando a ABMI. Aproximadamente um ano atrás, a gente também esteve aqui em outra audiência pública, naquele momento discutindo a especificidade do setor. Então, acho que tivemos avanços do ano passado para cá, e a ABMI está, como demonstrado ali, espalhada por todo o Brasil – são mais de 250 cidades –, atuando em todo o setor imobiliário brasileiro, mas eu vou me ater hoje a falar bastante da locação.

Senador Eduardo Braga, é um orgulho para nós, brasileiros, ter um Senador tão preparado. O senhor deu uma aula aqui sobre o que está acontecendo no setor de locação no Brasil, reflexo do comportamento e da mudança da sociedade. Eu vou trazer alguns números para demonstrar como esse setor é relevante. O senhor trouxe alguns números, eu quero trazer uns números que complementam o que o senhor já disse aqui mais cedo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2016, a gente tinha 17% da população brasileira, aproximadamente 18%, que viviam de aluguel, e esse número vem aumentando. Quando a gente olha para países desenvolvidos, esse número chega a 30%, 40%, 50% em outros países. Isso demonstra como a locação é importante como o acesso à moradia. Agora o último número do IBGE, de 2022, já chega a mais de 20% da população, como o senhor disse mais cedo.

O que chama mais atenção é justamente que o jovem tem essa tendência de escolher a locação como primeira moradia, mas a locação também é muito relevante para a população mais pobre. Hoje, 18% da população mais pobre do Brasil vive de aluguel. Se esse é um setor tão relevante e com impactos tão importantes na moradia, a gente precisa realmente tomar muito cuidado com os impactos que a reforma tributária pode gerar nesse segmento.

Pode passar, por favor.

Eu queria justamente trazer, de todos os pontos, dois pontos que eu acho que são chaves, em que a gente já vem trabalhando, inclusive já tem emendas para o PL com relação à reforma na locação. É bom ressaltar, desses dois pontos, que o primeiro é com relação à aplicação do regime de caixa. É fundamental que a gente aplique o regime de caixa na locação para a continuidade da atividade. Não é possível exigir que o locador tenha que pagar o imposto sem receber o valor da locação. O investidor só paga o tributo no investimento bancário quando liquida o investimento.

Então, de novo, aqui, como os nossos colegas falaram mais cedo: o que a gente defende é a neutralidade. A gente não quer pagar menos imposto, a gente quer continuar pagando o que a gente paga hoje. Essa é uma grave distorção que precisa ser corrigida.

O segundo ponto que eu acho que é chave também é a questão da alíquota. Na locação, é necessário que seja uma alíquota de 80% para que a gente tenha essa neutralidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É o redutor.

O SR. PEDRO FERNANDES – É o redutor, o redutor da alíquota. Perfeito!

Que o redutor da alíquota seja de 80%, para que a gente tenha essa atividade adequada e que a gente não tenha um efeito devastador. Então, esse redutor é fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, por último, quero falar também do movimento e dar um contexto do que aconteceu no setor da locação nos últimos anos com investidores produzindo mais unidades para a locação. A gente viu o crescimento do efeito dos *multifamilies*, que são muito conhecidos nos Estados Unidos, que são empreendimentos produzidos para a locação. A gente tem uma preocupação muito grande de que, se a gente não tiver esse redutor, a gente terá um impacto de desinvestimento e gerará uma distorção no mercado, podendo faltar até futuras moradias por locação.

Então, fica aqui, mais uma vez, o nosso pleito nesta audiência pública, o nosso agradecimento a esta Casa, principalmente ao Senador Eduardo Braga, por tamanha dedicação para que essa reforma aconteça da melhor forma.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu que agradeço. Eu que agradeço ao Sr. Pedro Fernandes.

Acho que esse tema de regime de caixa é um tema que encontrou no Senado um apoiamento muito grande, é lógico. Imagine você assinar um contrato por cinco anos, você paga o imposto desse contrato antecipado e, daqui a seis meses, o locador simplesmente não paga o seu aluguel, você vai levar não sei quanto tempo para poder desalojá-lo, para despejá-lo, etc. E, enquanto isso, há uma penalização de quem investe, de quem gera emprego, de quem faz a economia rodar.

Então, eu acho que essa questão do regime de caixa tem sido bem recebida por quase todos os Senadores, acho que o próprio Governo também está enxergando isso, e eu acho que nós estamos encaminhando bem uma solução nessa direção.

Com relação ao fator de redução e à simplificação, ainda estamos trabalhando com os técnicos, trabalhando com o Governo e tentando buscar um consenso ainda entre os Senadores.

Eu passo a palavra à Sra. Fernanda Foizer, que é representante do movimento Mulheres no Tributário.

Por favor, com a palavra, Sra. Fernanda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FERNANDA FOIZER (Para expor.) – Eu agradeço, Senador Eduardo Braga, pela oportunidade das Mulheres no Tributário. Vocês estão vendo, eu sou a única mulher participando da audiência pública. Estamos aqui não pelo gênero, mas para trazer realmente a voz feminina, trazer um pouco do nosso conhecimento tributário e poder mostrar que nós podemos estar aqui também.

Além disso, sou advogada tributarista já há quase cinco anos, sócia do Wilfrido, que também esteve no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais por 35 anos. Então, a gente está podendo trazer um pouquinho aqui do dia a dia, do que é esse impacto da reforma tributária para o setor imobiliário.

Eu vou fazer uma apresentação, porque a minha parte é mais técnica. Eu estou vendo que todo mundo trouxe muitos dados e eu vou trazer um pouquinho do que a gente tem visto.

O art. 246 é claro sobre a tributação de IBS e CBS na alienação de bem imóvel, cessão, locação, cessão onerosa, arrendamento, serviços de administração, intermediação de bem imóvel, serviços de construção. É visível que essa incidência é ampla. E o que nos assusta é o por que que, no Brasil, o IVA está sendo tratado de uma forma tão ampla na venda e na locação de imóveis residenciais; sendo que, no IVA europeu – ele é tido como IVA ultrapassado – não tem o aluguel de imóveis residenciais; e, no IVA moderno, também não tem a locação de imóveis residenciais. E agora, neste momento, a gente está vendo essa tributação tão ampla, sendo que a todo momento é trazido: "Ah, o IVA moderno, o IVA europeu...", e não existe essa tributação de imóveis residenciais. Por que a nossa legislação não fala dessa distinção de imóveis residenciais e imóveis comerciais? Os imóveis residenciais pegariam boa parte da população, que até o Senador Eduardo Braga trouxe, que não está querendo mais investir em imóveis, e isso traz realmente um efeito para o nosso mercado imobiliário.

Satya Poddar, tributarista indiano, quando instituiu a reforma tributária inclusive nos Estados Unidos, falou que a gente tem que levar em consideração o potencial de arrecadação, a neutralidade, o impacto disruptivo e a simplicidade operacional. E é isso que a gente está tratando aqui, do princípio da neutralidade. Vocês acham que isso não vai dar uma distorção no nosso mercado imobiliário? É essa a pergunta que fica. Inclusive, no próximo eslaide eu trago, hoje está na Emenda Constitucional 132 a respeito do princípio da neutralidade. O que seria? Que a gente tenha um sistema tributário que não interfira na otimização da locação de meios de produção,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não provoque distorções. Vocês acham que, com todos esses dados que são trazidos, o mercado imobiliário não vai ser afetado?

Então, o que a gente traz agora... eu vou trazer uma parte bem técnica que eu vou pegar... O Dr. Ely até trouxe o RET, que é o melhor dos mundos tributários para o sistema, mas eu vou trazer aqui, vou fazer um estudo comparado bem rápido só para vocês verem um pouquinho do efeito da tributação em cada um dos mercados.

No arrendamento, hoje a gente tem, antes da reforma, ITBI de 3%, não demanda nota fiscal, não paga ISS ou ICMS. Com a redução de 60% da alíquota, considerando 26,5%, a gente já vai para uma tributação de 10,6%, nota fiscal, ITBI de 3%, ou seja, ali embaixo eu trago de vermelho e azul a diferença de tributação do arrendamento no passado e depois da reforma tributária.

Então, o nosso pleito, na verdade o do mercado, é a redução de 80% – tem uma emenda já nesse sentido – e a locação também de pessoas jurídicas. Hoje a locação de pessoas jurídicas, considerando um regime sem ser um regime especial, paga IPTU, imposto de renda, considerando o lucro presumido, que nem sempre é lucro presumido, 10,88%, PIS-Cofins de 3,65%, não pagava ISS ou ICMS e não demandava nota fiscal. Hoje a gente está com uma redução de 60%, de 10,6%, vai ter que pagar, depois da reforma, IPTU, imposto de renda, IBS, CBS e ainda tem toda essa regulamentação. Por isso, o pleito também é para redução de 80% e já tem emendas nesse sentido. Olha a diferença. Está bem ilustrativa ali embaixo a diferença do que vai ser antes da reforma e depois da reforma para esse mercado. Será que estamos preservando, de fato, o princípio da neutralidade?

No próximo quadro, eu vou trazer um pouquinho aqui da construção das execuções das obras, o que, até no art. 262, me assustou quando eu verifiquei que vai ser vedada a apropriação e utilização de créditos de IBS e CBS pelo fornecedor de serviços de construção civil nas aquisições de material de construção aplicadas às obras contratadas, ou seja, não vai ter nenhum direito ao crédito, que tanto é relatado e a todo momento é trazido pelo Governo.

Antes da reforma, a gente tem o PIS-Cofins de 3,65% e o ISS-empreitada, que dá mais ou menos 6%. Com a redução de 40%, a gente vai para 15,9%, que dá praticamente três vezes o valor do que hoje é pago pelo mercado. A gente vai ter o IBS e a CBS de 15,9%, se a gente não tiver uma redução de 60%. Então, o que se pleiteia é que, de fato, seja considerada essa emenda. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estamos com um setor que não vai ter direito à utilização de crédito de IBS e CBS pelo fornecedor de serviços. Isso é importante.

O próximo quadro, por favor.

A venda e entrega de imóveis à comercialização. Na tributação e alienação de imóveis de pessoas jurídicas – porque eu já falei, inclusive, de imóveis residenciais, que não se enquadram nessa situação –, hoje nós temos ITBI, que seria 3%, imposto de renda no ganho de capital, PIS-Cofins de 3,65%, não pagava ISS ou ICMS e não demandava nota fiscal. Agora, a gente vai ter uma redução de 40%, que vai para 15,9%, vamos ter o ITBI, o imposto de renda sobre ganhos de capital e mais 15,9%.

Agora, a gente vai ter uma redução de 40% – o ITBI, o imposto de renda sobre ganhos de capital, e mais 15,9%. A gente sai de uma alienação de pessoa jurídica que antes estaria enquadrada em 6%, mais ou menos, e a gente vai para quase 15,9%, ou seja, a redução para esse setor de 60% é imprescindível para que não tenhamos distorção, para que seja preservado o princípio da neutralidade. E muito se fala – que é o que eu vou trazer no próximo eslaide – a respeito dos redutores: o redutor de ajuste e o redutor social.

Pode passar para o próximo eslaide.

O redutor de ajuste leva em consideração a alienação de bem imóvel e leva todas estas referências. A gente está vendo que não vai ser fácil para fazer o cálculo, porque você vai ter que considerar índice, vai ter que ver qual é a alienação... Eu até fiz, no próximo eslaide, como ficaria um exemplo, que foi até, eu acho, citado pelo Governo: o valor da venda de um imóvel de R$1,1 mil, o que não existe hoje – um imóvel de R$1,1 mil. Da aquisição até 31/12/2026, ele pode ser considerado como de mil, ou seja, a base de cálculo vai ficar R$100, e 15,9% daria a recolher R$15,90 de IBS/CBS. O redutor social não entra nessa situação, ele é mais para redutor social, de fato: para um bem imóvel novo, você reduz R$100 mil, apenas; quando é para lote residencial, R$30 mil, apenas; e, para locação residencial, R$400 – essa vai ser a base de cálculo.

Então, o que a gente traz aqui e que nos causa preocupação é: será que está sendo preservado, de fato, o princípio da neutralidade? Será que a gente não tem que avaliar essas emendas, essas alterações, a possibilidade de creditamento; avaliar se a gente não vai ter uma distorção de mercado, um aumento de déficit habitacional e um aumento da informalidade – o que foi até trazido também, um pouco, pelo Senador Esperidião Amin –?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço.

Uma boa tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu agradeço à Dra. Fernanda pela sua contribuição.

Passo a palavra agora, de forma remota, ao Sr. Fabiano Camargo, que representa o Conselho da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo.

O SR. FABIANO CAMARGO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos.

Deixem-me só compartilhar a tela aqui.

Estão vendo aqui a apresentação?

Alô?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Nós estamos vendo o seu discurso, a sua fala. Não estamos vendo a apresentação, não; eu estou vendo a sua fala.

O SR. FABIANO CAMARGO (*Por videoconferência.*) – Esperem aí, eu estou no errado aqui.

Eu estou com duas telas aqui; eu peço desculpas.

Agora, acredito que sim. (*Pausa.*)

Agora sim?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O.k., agora sim.

O SR. FABIANO CAMARGO (*Por videoconferência.*) – Está certo.

Bom, muito obrigado. Desculpem-me o erro técnico.

Eu gostaria de iniciar agradecendo, Senador Braga, a sensibilidade do senhor e de sua equipe de permitir a participação da Braztoa nesta audiência, porque, infelizmente, na audiência da semana passada, referente ao turismo, não possuía mais disponibilidade, e nos foi permitido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expor um pouco dos nossos pleitos na data de hoje. Então, gostaria de, mais uma vez, reiterar os agradecimentos.

Hoje, represento não apenas o meu setor, que seria dos operadores, os grandes intermediários de turismo, mas todo o segmento do turismo no Brasil.

Primeiramente, gostaríamos de, mais uma vez, agradecer pelo apoio à PEC que resultou nesse tratamento adequado de um regime específico para o turismo, que foi um acolhimento aqui do Senado.

Gostaria de ressalvar aqui que o agenciamento é o setor da intermediação, que une todos os elos do turismo. Nós operadores e agências de turismo não vendemos nada, nem passagens aéreas ou qualquer outro serviço. Somos meros intermediários.

Aliás, é importante ressaltar aqui, Senador, que alguns ajustes técnicos foram conversados com a equipe do Appy nesse sentido, mas infelizmente não foram contemplados na Câmara.

Eu gostaria de pedir que a sua equipe pudesse analisar essas pequenas demandas que já foram apresentadas, mas que vamos encaminhar novamente. Não são pedidos de ajustes nesse ponto de valores, de alíquotas; nenhum, são meras clarificações do texto, que vieram para se enquadrar um pouco ao nosso negócio.

Bom, quando falamos da importância socioeconômica do turismo, estamos falando em 8% do PIB nacional e num total de 3,4 milhões de empregos formais.

Neste primeiro gráfico, mostramos que houve um crescimento de 37,4% no número de empregos do turismo nos últimos dez anos. E no terceiro, cujo gráfico é parecido, mostramos que o crescimento da ocupação do turismo é ainda maior no Norte e Nordeste do Brasil, que são regiões que necessitam de muitos novos postos de trabalho.

Já nesse gráfico do meio, mostramos a presença nacional do turismo: ele, realmente, tem uma presença muito forte em todos os estados nacionais. Mas o vetor de que o turismo mais se orgulha é que somos muito inclusivos.

Nesse gráfico que trouxemos aqui, até com certa alegria, vemos que 20% dos empregados do turismo são jovens entre 14 e 24 anos, que estão iniciando a sua carreira. A média nacional é de 14,7.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós possuímos também 54% de mulheres em nossos quadros, ante apenas 43%, que é a média das demais atividades. Ou seja, estamos fazendo uma inclusão social grande.

Possuímos 57% de nossos empregados de cor preta ou parda; 3% acima da média nacional. E, mais uma vez, aqui, vemos que Norte e Nordeste são estados carentes de postos de trabalho e possuem percentuais muito acima das médias nacionais em todos esses quesitos, sendo que, no Norte, quase 80% da população – 70%, desculpa – dos nossos quadros de funcionários são de pretos ou pardos.

Agora, vamos ver os impactos diretos que esses incrementos trouxeram para o setor.

Segundo estudos da Tendências, que também foi contratada por nós, um aumento de 1% nos preços dos serviços de turismo resulta, em média, numa redução de 0,7% da demanda no setor.

Por outro lado, um aumento de 1% da demanda de turismo resulta, em média, em uma alta de 0,2% da ocupação, o que corresponde a 11,5 mil postos de trabalho.

Desta forma, faz-se necessária a implementação de uma alíquota que não vá encarecer o nosso serviço, permitindo o crescimento do setor.

O turismo, como a gente demonstrou aqui, possui uma importância socioeconômica muito importante, que é o desenvolvimento de regiões mais necessitadas do nosso país. Uma alíquota adequada favorecerá a geração de empregos e a redução de desigualdades nesses locais, favorecerá a implementação de políticas que permitam que a retenção de capital fique no país, que nós não tenhamos fugas de recursos, com passageiros buscando outros destinos para visitar. E será uma valorização do turismo nacional, contribuindo para o fortalecimento de uma atividade que movimenta uma cadeia produtiva ampla e diversificada, inclusive estando aqui nesta mesa, que contrata muita infraestrutura na sua rede hoteleira e tudo o mais, dos que aqui acabaram de falar.

Aí nós temos mais uma questão que é muito importante, que é a análise da tributação internacional. Uma vez que o turismo é uma atividade com competição global, nós competimos, entre outros países, pelos mesmos turistas. Inclusive, na Europa, como a gente pode ver aqui, existem diversos índices de IVA. Por quê? Porque eles estão nessa briga pelos turistas, inclusive pelo turista dentro da própria União Europeia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse quadro vemos que a média de tributação dos 37 membros da OCDE é de 11,7%. Ademais, na América do Sul, a Argentina tem isenção, assim como a Bolívia e a Colômbia. Então, vamos tomar o exemplo de Foz do Iguaçu, que é clássico e muito perto. Um hotel no Brasil, pagando a alíquota cheia, contra um hotel na Argentina, que está com zero, onde será que a gente teria uma convenção ou uma competitividade maior para atrair turistas? É algo que é muito delicado de nós conversarmos.

Os países que utilizam o IVA fazem essa redução para o turismo pois, como já foi dito, se nós aumentarmos 1% na carga tributária, reduziremos em 0,7% a demanda. Então, se nós trabalhássemos com alíquota cheia no turismo, o potencial seria o de reduzir a demanda em mais de 10%. Isso faria com que a exportação de serviços e viagens internacionais crescesse em detrimento do turismo nacional, porque hoje, no turismo doméstico, nós vemos que as pessoas querem viajar. Então, quanto mais atrativo nós deixarmos o turismo doméstico, mais nós vamos alcançar tanto turistas nacionais quanto internacionais.

Por fim, no agenciamento, que é o que eu represento, a competição internacional com empresas *online* sem sede no Brasil faz com que o ajuste tributário seja crítico. Porque se nós aumentarmos a nossa alíquota no agenciamento e competirmos, por exemplo, com um destino cuja alíquota seja de 5%, 6%, o passageiro vai poder comprar um hotel no Nordeste através de algum *site online,* com uma tributação menor e podendo trabalhar com um custo melhor, em vez de comprar aqui no Brasil. E todo o recurso, os impostos e a parte de valores e empregabilidade iria para o exterior.

Aqui nós queríamos deixar que o conceito da reforma tributária, muito bem implementada, inclusive na PEC, é eficiência e simplicidade tributária para promover a segurança jurídica. O PLP 6.824 determina a manutenção da carga tributária de hotéis, parques e agenciamentos de turismo, mas seu método torna muito complexo, é dependente de lei complementar e cria um risco de judicialização. Portanto, foi contratado o consultor Eduardo Fleury, que fez o estudo que estimou essa alíquota em aproximadamente 12,2% sobre os valores de venda.

Nessa esteira, o setor sugere substituir toda essa fórmula por um redutor mais simples, na casa dos 60%. Assim, nós evitaríamos a criação de outras alíquotas, resultando em uma carga tributária em linha com a média da OCDE e com os destinos mais visitados pelos brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, inclusive, o grupo de trabalho da CAE chegou à conclusão de que a redução de 60% do IBS e da CBS seria a forma mais transparente para essa proposta. E nessa esteira também se faz necessário a gente falar do agenciamento, mais uma vez, na Emenda 1.231, que falou que nós temos que trabalhar como agenciamento – e isso faz uma diferença também, se nós vincularmos com venda.

Por fim, do que precisamos e pedimos aos Srs. Senadores é uma alíquota adequada e competitiva, com a aplicação de um redutor de ajuste de 60%, alinhando o IVA brasileiro ao IVA médio mundial, que é de 10% a 11%, para toda a cadeia de turismo – hotéis, parques e agências –, para preservarmos o princípio da neutralidade, de que a doutora acabou de falar.

Nossa cadeia, apesar de interdependente, não pode deixar de ter tributações distintas, porque isso poderia definir como a oferta seria feita, se seria feita através de agenciamento, de hotéis, diretamente; enfim, é importante que nós tenhamos uma única.

E a simplificação dos cálculos no PLP 68/2024, com a adequação de alíquota frente aos demais competidores internacionais, fará com que o turismo brasileiro continue a crescer, como nós temos visto nos números da Embratur, e gere mais rendas, empregos e investimentos, trazendo não só turistas internacionais, mas aumentando o nosso turismo interno.

E uma ressalva importante é dizer que essa adequação de alíquota não é um pedido de benefício, de uma redução, é um pedido de manutenção das cargas atuais, conforme já está exposto no PLP.

E, por fim, nós só gostaríamos de dizer que nós estamos trabalhando com essas dez entidades. Essa *one page* com esse material vai ser entregue à assessoria de todos os Senadores, e estamos à disposição para qualquer coisa.

Boa tarde e, mais uma vez, muito obrigado pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu agradeço ao Sr. Fabiano Camargo, dizendo que o turismo é uma prioridade nossa, tanto é que, na audiência pública passada, nós tínhamos quase 14 participantes, e agora, na audiência da construção civil, atendendo ao pedido de um Senador, nós também incluímos mais um participante sobre o tema turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra ao Gerente Nacional de Tributos da Caixa Econômica, o Sr. Carlos Carvalho Duarte Neto, para participar por dez minutos, com tolerância de mais cinco.

Por favor, com a palavra, o Sr. Carlos Carvalho Duarte Neto.

O SR. CARLOS CARVALHO DUARTE NETO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Primeiramente, agradeço a oportunidade de estar aqui para compartilhar as nossas percepções sobre os impactos da reforma, que a gente busca evitar aqui nesta oportunidade. Agradeço ao Senador Eduardo Braga pela oportunidade e aos representantes do segmento imobiliário também.

A gente acompanhou aqui com atenção as colocações trazidas pelo mercado, os vários segmentos, e nós do lado de cá estamos aqui defendendo o interesse público, o direito de acesso à moradia como um direito social dos brasileiros. Especialmente, aqui estamos representando o maior fundo brasileiro que traz recursos para o segmento da habitação e estamos trazendo a expressão econômica desse montante de recursos alocados pelo fundo nos segmentos de habitação, infraestrutura, saúde e saneamento básico.

São R$537 bilhões computados até o balancete de setembro deste ano, e a gente traz a representatividade também da Caixa nesse segmento, que, nos últimos cinco anos, originou 96% das operações destinadas para o segmento habitacional. Isso demonstra muito o papel que a gente está exercendo nesse momento, um papel de braço do Governo Federal mesmo, e de outros Governos locais também, no fomento à habitação popular.

Quando a gente traz esse papel, a gente tem um *ticket* de 2,16% ao ano e todo o risco de crédito dessas operações, o que demonstra uma necessidade de se ter uma preocupação alta com o nível de custo a que o arranjo do FGTS está exposto, porque, como muito bem colocado aqui por outros representantes do setor, a variável custo é muito sensível para o segmento. A gente tem consciência disso e sabe que, hoje, para que o arranjo possa alcançar a finalidade de viabilizar a habitação popular para os brasileiros, é necessário que se mantenha a carga tributária, porque o legislador, na década de 90, veio ratificar, na Lei nº 8.036, condições que já haviam sido prescritas na Lei nº 5.107, de 1966, de uma carga tributária que viabilizasse a colocação do crédito.

Mas ela por si só não é suficiente, na medida em que hoje as famílias mais vulneráveis dependem também de subsídios para que seja viabilizada a possibilidade de adquirir esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imóveis aí pelo país e também de alcançar e acessar essas operações de crédito com uma taxa de juros que seja possível de as famílias absorverem.

Então, é nesse papel que a gente está vindo aqui, como um braço do Governo que está preocupado com a manutenção da carga tributária, visando também à sensibilidade do setor, como foi bem colocado aqui, à representatividade do volume de empregos que é gerado, ao desafio do déficit habitacional que a gente tem que enfrentar, para trazer o brasileiro para alcançar o acesso a uma garantia fundamental.

Então, a partir desses extratos, a gente avança para demonstrar – se puder passar o eslaide, por favor – que o Congresso Nacional foi muito sensível ao longo de todo o processo de trâmite da PEC 45, que culminou na Emenda Constitucional 132. Esse assunto foi amplamente debatido; a Sert, como bem colocado aqui pelo segmento também, sempre foi bastante sensível; e o Congresso Nacional também acolheu, de maneira pronta, as observações trazidas pela Caixa, que trouxeram uma garantia de manutenção da carga tributária e de preservação da possibilidade de que o custo não fosse elevado, de maneira que não houvesse impacto na possibilidade de financiamento desses empreendimentos pelo país.

Então, a gente tem hoje uma garantia, na letra do art. 10º da PEC 132, que possibilita que a gente preserve a carga tributária sem um lapso temporal de cinco anos, que está aí reservado aos demais serviços financeiros. E a gente pode, com isso, avançar para a regulamentação, e é isso que a gente busca agora no PLP 68.

Se o senhor puder passar, por favor.

O que a gente está buscando evitar é o impacto no volume de aplicação de recursos mesmo, porque a gente antevê, pelos nossos cálculos, que a gente tem a possibilidade de que 181 mil famílias/ano venham a ser impactadas, caso a gente não tenha a preservação da carga tributária atualmente incidente sobre as operações com recursos do FGTS.

A gente tem aqui que, até novembro de 2024, nós tivemos a concessão de 530 mil operações de crédito para pessoas físicas, o que trouxe aqui o volume de R$87 bilhões de recursos concedidos para aquisição ou para financiamento da construção de habitação popular, e mais 1,6 mil operações de crédito concedidas a pessoas jurídicas, trazendo mais R$25 bilhões concedidos para as pessoas jurídicas para fomentar a indústria imobiliária no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o nosso discurso é bem breve. As propostas que trazemos, Senador, são propostas que beiram aí ajuste de redação, procurando especialmente segurança jurídica, porque são operações de longo prazo que, se suscetíveis a qualquer tipo de discussão sobre a carga tributária incidente, podem trazer uma necessidade de "reequalização" da carga do preço dessas operações. A gente sabe como o mercado é sensível a essas oscilações sobre o volume de crédito passivo de ser financiado. Então, as propostas que a Caixa traz hoje de ajustes nos dispositivos que tratam especialmente das operações relativas ao FGTS são ajustes necessários, até para poder assegurar a coerência com a estrutura que foi concebida para poder disciplinar a tributação de serviços financeiros, e também, aqui, há maior clareza sobre a maneira como essas operações serão tributadas, de maneira a implementar a garantia constitucional que nós temos hoje por força da PEC 132.

Então, a gente permanece à disposição para as discussões. A gente busca esclarecer qualquer ponto que a gente precisar trazer. Nós temos os números também para trazer para a mesa, para poder esclarecer à equipe técnica e poder, ao final desse processo, subsidiar o implemento das medidas que forem necessárias, para que a gente possa exaurir o nosso papel de braço do Governo, para poder seguir amparando o Governo Federal na implementação da política pública habitacional.

Em linhas gerais, é isso, Senador.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Fala da Presidência.) – Eu quero agradecer ao Sr. Carlos Carvalho Duarte Neto pela sua participação.

Aproveito para dizer que, quando da aprovação da Emenda Constitucional 132, que é exatamente a emenda da reforma, nós tivemos um cuidado muito especial aqui no Senado com relação aos fundos da habitação e aos fundos que financiam a habitação popular, principalmente o projeto Minha Casa, Minha Vida. Tanto é que a redação que findou sendo aprovada foi exatamente a que demos aqui no Senado, onde estabelecemos a manutenção da carga tributária atual para esses fundos.

Portanto, nosso compromisso é exatamente manter a fluidez do recurso do fundo para o financiamento das casas do Minha Casa, Minha Vida, seja da Faixa 1, da Faixa 2, da Faixa 3, que são fundamentais para a geração de emprego e renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer a participação de todos.

Nós iniciamos a Ordem do Dia no Plenário com votação que foi interrompida na quarta-feira.

Eu tenho trabalhado independentemente de ser sábado e domingo. Eu já me perco até em que dia nós estamos. Hoje é segunda-feira.

Mas, enfim, em função disso, eu quero agradecer a participação de todos.

Eu, como Líder do MDB, tenho que estar presente no Plenário para o encaminhamento da posição da nossa bancada.

Eu agradeço a todos, dizendo que, efetivamente, esse é um setor prioritário e que nós estamos extremamente dedicados para que façamos um texto que seja simplificado, que seja equilibrado, que seja neutro do ponto de vista da carga tributária, tendo em vista o impacto tanto na geração de emprego, renda, no PIB brasileiro, como também, do outro lado, na política social da casa própria, que é absolutamente prioritária e importante, e o Presidente Lula tem permanentemente reafirmado o seu compromisso com a construção de habitações para aqueles que sonham ter a casa própria.

Aqui, vários brasileiros encaminharam perguntas, e a maioria das perguntas... uma delas vem falando sobre imposto de herança. Ora, nós teremos uma audiência pública onde nós vamos tratar da questão do imposto de herança. E a questão dos impostos sobre compras ou transferências está sendo analisada para que a gente tenha neutralidade da carga.

O Rafael, de Pernambuco, me pergunta sobre o IPTU. O IPTU não trata... Nesta regulamentação, não se trata de IPTU; trata-se apenas do IBS e da CBS.

Alguém pergunta aqui por que o IVA vai ser dual. Simplesmente porque existem substituições de impostos federais que precisam ser correspondidas por um sucedâneo de imposto federal; e existem substituições de impostos estaduais e municipais que necessitam, portanto, de um sucedâneo que trate dos impostos municipais e estaduais. Por isso, o IVA é dual: ele tem a CBS, que trata da substituição do IPI, do PIS e da Cofins, e tem o IBS, que trata da substituição do ICMS e do ISS.

Dito isso, eu declaro encerrada esta sessão, convocando a próxima para o dia de amanhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e um minuto do dia dezenove de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Eduardo Braga, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Omar Aziz, Augusta Brito, Teresa Leitão, Ana Paula Lobato, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Paulo Paim, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Marcio Bittar, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Weverton, Plínio Valério, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Jorge Kajuru, Beto Martins, Magno Malta, Marcos Rogério e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa - Zona Franca de Manaus**, atendendo ao requerimento PLP 68/2024, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar n° 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências". Do Plano de Trabalho: "As atividades econômicas desenvolvidas no âmbito da Zona Franca de Manaus devem ser resguardadas e serão objeto de discussão nessa audiência pública.". 1ª Parte - Zona Franca de Manaus. **Participantes:** Sr. Nivaldo das Chagas Mendonça, Auditor Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas (representante de: Alex Del Giglio, Secretário da Fazenda do Estado do Amazonas); Sr. Bernard Appy, Secretario Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda; Sr. Thomaz Nogueira, Especialista em Direito Tributário e Ex-Superintendente da Suframa; Sr. Marcos Antônio Bento de Sousa, Presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo); Sr. Luiz Dias de Alencar Neto, Coordenador-Geral do Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (ENCAT); Sr. Pedro Câmara Júnior, Advogado Tributarista da Associação Comercial do Amazonas (ACA) (representante de: Bruno Pinheiro, Presidente da Associação Comercial do Amazonas (ACA)); Sr. Jeanete Viana Portela, Advogado da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM) (representante de: Antonio Silva, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM)); Sr. Luiz Frederico Oliveira de Aguiar, Superintendente Adjunto Executivo da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) (representante de: João Bosco Gomes Saraiva, Superintendente da SUFRAMA); Sr. Hamilton da Fonseca Caminha, Vice-Presidente da CDL Manaus (representante de:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ralph Baraúna Assayag, Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL/Manaus)); Sr. Milton Carlos Silva e Silva, Assessor Jurídico Tributário da Federação do Comércio do Estado do Amazonas (Fecomércio/AM) (representante de: Aderson Santos da Frota, Presidente da Federação do Comércio do Estado do Amazonas (Fecomércio/AM)); e Sr. José Jorge do Nascimento, Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros). Usa da palavra o Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (Podemos/PR). **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa - ZPEs e ALCs**, atendendo ao requerimento PLP 68/2024, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar n° 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências". Do Plano de Trabalho: "As atividades econômicas desenvolvidas no âmbito da Zona Franca de Manaus devem ser resguardadas e serão objeto de discussão nessa audiência pública.". 2ª Parte - Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) e Áreas de Livre Comércio (ALCs). **Participantes:** Sr. Rafael Inácio de Fraia e Souza, Secretário de Planejamento e Orçamento do Governo do Estado de Roraima; Sr. Marcelo Souza Pereira, Ex-Superintendente da Suframa, Assessor Parlamentar, Doutor em Sustentabilidade na Amazônia, Mestre em Desenvolvimento Regional, Especialista em Gerência Financeira e Economista; e Sr. Bruno Pessanha Negris, Membro do Conselho Estratégico e Logística do Espírito Santo (Recomex-ES) e do Grupo de Trabalho do Sindicato do Comércio Exportação e Importação do Espírito Santo (SINDIEX). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Braga
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.023154/2025-16

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/19

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião, Extraordinária, da Comissão da Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a realizar oitiva, audiência pública para instituir o projeto que regulamenta a reforma tributária, Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que instituiu o IBS, a CBS e o Imposto Seletivo e dá outras providências.

Conforme o plano de trabalho oferecido pelo Relator da matéria, a audiência pública será dividida em duas partes. Na primeira parte será objeto de discussão as atividades econômicas desenvolvidas no âmbito da Zona Franca de Manaus; na segunda parte, serão abordadas questões referentes às Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) e áreas de livre comércio. A segunda parte será pela parte da tarde... Ainda pela manhã? (*Pausa.*)

À tarde ainda teremos uma outra audiência pública, do Simples Nacional. Então, nós teremos pela manhã, a primeira parte, da zona franca, a segunda parte, das Zonas de Processamento de Exportação e áreas de livre comércio, e teremos uma terceira reunião, ainda hoje, da CCJ, sobre o Simples Nacional.

A presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados, por sistema de videoconferência, para exposições e debates.

Será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu chamo para compor a mesa o Sr. Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda; e o Sr. Nivaldo das Chagas Mendonça, Coordenador do Comitê de Assuntos Tributários Estratégicos (Cate) e Auditor Fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Amazonas, representante do Sr. Alex Del Giglio, Secretário da Fazenda do Estado do Amazonas.

Oi, Nivaldo, tudo bem, querido?

O SR. NIVALDO DAS CHAGAS MENDONÇA (*Fora do microfone.*) – Como está?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Tudo bem.

Convido também para compor a mesa o Sr. Thomaz Nogueira, especialista em direito tributário e ex-Superintendente da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus). E, além disso, convido para compor a mesa o Sr. Marcos Antônio Bento de Sousa, Presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo).

Os demais convidados para compor a mesa serão convidados na subdivisão que faremos desta audiência. E aí os quatro atuais... Porque nós temos um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, novo, dez, onze participantes desta audiência pública. Então, na primeira etapa, nós colocamos um representante do Ministério da Fazenda, um representante do Governo do Estado, um representante da sociedade civil e um representante do setor produtivo. Aí colocaremos, na próxima mesa, um representante da Suframa e também representantes do setor produtivo, para não ficar só uma mesa da parte institucional do poder público e a outra sem nenhum representante do poder público. Diante dessa circunstância, nós estamos dividindo a mesa desta forma.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão sua exposição, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras; a palavra aos Senadores e às Senadoras será concedida na ordem de inscrição; os Senadores interpelantes disporão de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo vedado interpelar os membros da Comissão.

Concedo a palavra ao Sr. Bernard Appy, representante do Ministério da Fazenda e Secretário Extraordinário da Reforma Tributária, por dez minutos, mais cinco de tolerância, como temos feito com todos os convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o Sr. Bernard Appy.

O SR. BERNARD APPY (Para expor.) – Bom dia a todos. Queria cumprimentar o Senador Eduardo Braga, que fez um trabalho muito importante na relatoria da PEC 45, que resultou na Emenda Constitucional 132, e está fazendo um trabalho muito importante agora na relatoria do Projeto de Lei Complementar 68. Aproveito para cumprimentar os meus colegas de mesa: o Dr. Nivaldo das Chagas Mendonça, o Dr. Thomaz Nogueira e o Dr. Marcos Antônio Bento de Sousa.

Senador, eu vou falar rapidamente como é que está a questão da Zona Franca de Manaus no âmbito da reforma tributária.

A Emenda Constitucional 132 estabeleceu que as leis instituidoras do IBS e da CBS, os novos tributos criados no âmbito da reforma tributária, estabelecerão os mecanismos necessários para manter em caráter geral o diferencial competitivo assegurado à Zona Franca de Manaus e às áreas de livre comércio existentes em 31 de maio de 2023, nos níveis estabelecidos pela legislação relativa aos tributos extintos pela reforma tributária. Ou seja, a emenda constitucional é muito clara, a regulamentação da reforma tributária deve tratar estabelecer mecanismos que mantenham a competitividade da Zona Franca de Manaus. E a emenda constitucional ainda define que isso pode ser realizado através de instrumentos fiscais, econômicos e financeiros de forma isolada ou cumulativa.

A emenda constitucional ainda define que a lei complementar vai instituir o Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento e a diversificação das atividades econômicas do Estado do Amazonas, que terá recursos da União e gestão da União, com participação do Estado do Amazonas, e também prevê um fundo semelhante, que se chama Fundo de Desenvolvimento Sustentável dos Estados da Amazônia Ocidental e do Amapá, com o mesmo objetivo e forma de gestão, inclusive o Estado do Amazonas participa também, está no âmbito desse segundo fundo também.

O que eu acho importante aqui, do que tem no âmbito da emenda constitucional, Senador, é que tem dois dispositivos muito claros: um, vai se manter a competitividade do Polo Industrial de Manaus na forma como ele existe hoje, isso está estabelecido de forma muito clara na emenda constitucional; e, segundo, através do Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas, abre-se a possibilidade, em paralelo, ao longo da transição que vai até 2073, que é o prazo previsto para os benefícios da Zona Franca de Manaus, de desenvolvimento de novas alternativas de desenvolvimento para a região, além daquelas atinentes aos benefícios ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Polo Industrial de Manaus. Acho que isso é muito claro no âmbito da emenda constitucional. E o papel da lei complementar é regulamentar como isso deve ser implementado.

No processo de elaboração do Projeto de Lei Complementar 68, que foi discutido conjuntamente com os estados e municípios, foi feita uma opção... Quando se fala em manter a competitividade em caráter geral, poderia ser feita a opção e falar: "Vamos fazer alguma coisa totalmente diferente daquilo que tem hoje, mas tentando calibrar para que o resultado seja semelhante àquele que se tem hoje", mas, no âmbito desse processo, optou-se por fazer algo mais próximo daquilo que já existe hoje. Não é exatamente aquilo que existe hoje, afinal os tributos atuais vão ser extintos, vão ser criados outros, mas no âmbito do IBS e da CBS, procurou-se trazer para dentro do Projeto de Lei Complementar 68 os benefícios que já existem hoje para a Zona Franca de Manaus.

E quais são esses benefícios? Eu acho que esse é o ponto relevante. O primeiro desses benefícios é a suspensão da cobrança de IBS e CBS na importação de material para a indústria incentivada do polo da Zona Franca de Manaus. Isso inclusive amplia o benefício em relação àquilo que existe hoje, porque, no caso do ICMS, você hoje tem suspensão apenas em alguns casos e, em outros casos, tem a cobrança com a geração de crédito, no caso do ICMS.

O segundo benefício, também que já é a reprodução daquilo que existe hoje, é a redução a zero das alíquotas de IBS e CBS na destinação de bens industrializados de origem nacional para contribuintes na Zona Franca de Manaus. E, no momento da entrada desses bens na Zona Franca de Manaus, tem duas situações: uma situação de não incidência, quando eles são destinados à indústria incentivada, e uma segunda situação, que é uma incidência com uma alíquota de IBS, que é 70% da alíquota padrão nos demais casos. E aqui foi calibrado para tentar mais ou menos reproduzir aquilo que já existe hoje em que já existe uma tributação de ICMS na entrada, na Zona Franca de Manaus.

O terceiro benefício, no caso da entrada dos bens industrializados na indústria incentivada, é um crédito presumido – aqueles bens de origem nacional – que hoje é de 7%, no caso do ICMS dos bens que vêm do Sul, Sudeste, exceto Espírito Santo, e de 12%, no caso dos bens que vêm do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo. Na verdade, é a alíquota interestadual, e essa alíquota foi calibrada, porque a incidência dos novos tributos é sobre o preço sem tributo e não sobre o preço com tributo, como é hoje. E, nesse caso, foi para 7,5% o crédito presumido no caso daqueles bens que vêm do Sul, Sudeste, exceto Espírito Santo, e 13,5%, no caso daqueles bens

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

originários dos demais estados, mas basicamente reproduzindo aquilo que já existe hoje, o que foi adotado na construção do Projeto de Lei Complementar 68.

O quarto benefício, na verdade, é alíquota zero nas operações entre indústrias incentivadas dentro da Zona Franca de Manaus, ou seja, operações entre indústrias incentivadas vão ter alíquota zero e, no caso da venda de uma indústria incentivada para uma indústria incentivada produtora de bens finais, lá dentro da Zona Franca, vão ter um crédito presumido de 7,5% para equiparar com a situação do mesmo insumo adquirido em outra localidade do país, também basicamente reproduzindo o que existe hoje. Está tendo um ajuste que está sendo discutido sobre a questão de industrialização por encomenda que talvez precise melhorar um pouco no texto, mas já está sendo discutido.

O quinto benefício é a concessão de crédito presumido. Esse foi introduzido na Câmara dos Deputados; o texto original do Projeto de Lei Complementar 68 tinha um dispositivo um pouco diferente, mas, na Câmara dos Deputados, introduziu-se um crédito presumido de IBS na saída da indústria incentivada correspondente a dois terços do valor correspondente aos seguintes percentuais do imposto apurado, ou seja, do IBS apurado, débitos menos créditos: 55% no caso de bens de consumo final; 75% no caso de bens de capital; 90,25% no caso de bens intermediários; e 100% no caso de bens de informática, ou seja, bens de tecnologia da informação e comunicação.

Esses são os créditos presumidos que tem de IBS na saída.

Nós temos algumas avaliações, fizemos alguns cálculos, e a nossa avaliação é de que, do ponto de vista do montante do benefício atual concedido para as saídas da Zona Franca de Manaus, esses percentuais, com essa forma, como saíram da Câmara, ou mantêm, ou, em alguns casos, até aumentam um pouco o valor do benefício concedido nas saídas da indústria incentivada da Zona Franca de Manaus.

Bom, o sexto dispositivo é um crédito presumido de CBS na saída das indústrias incentivadas. Tem uma regra geral de um crédito presumido de 2%, que é o diferencial que já existe hoje no âmbito de PIS e Cofins, a diferença entre o débito e o crédito. No caso daqueles produtos que são industrializados na Zona Franca, mas cuja alíquota do IPI venha a ser reduzida a zero, que são produtos que têm alíquota inferior a 6,5%...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BERNARD APPY – E aqui é simplesmente para reduzir o tamanho da lista de produtos. Neste caso, o crédito presumido de CBS vai ser de 6% do valor do faturamento na saída da Zona Franca.

Um sétimo benefício – outro ponto que é tratado – é a possibilidade de extensão dos benefícios para novos bens sem similar nacional. Automaticamente, nesse caso, teria o crédito presumido de CBS de 6% na saída e a possibilidade de fixação da alíquota do IPI em até 30% pelo Presidente da República.

Dentro desse modelo – isso já está dentro da emenda constitucional –, prevê-se a redução a zero da alíquota de IPI para os bens que não são industrializados na Zona Franca de Manaus. Tem uma demanda aí da área técnica, da equipe do Senador, de incluir, dentro dessa possibilidade, aqueles bens que já tenham projetos aprovados pelo Conselho de Administração da Suframa, que é o que está sendo considerado. Isso já estava previsto na emenda constitucional, ou seja, mantém-se o IPI para os produtos industrializados na Zona Franca, exceto aqueles com alíquota inferior a 6,5%, e os demais produtos têm uma redução a zero da alíquota do IPI.

Por fim, ainda na Câmara dos Deputados, foi introduzida a possibilidade de instituição de contrapartidas pelo Estado do Amazonas para a indústria incentivada, uma contrapartida semelhante à atual, com destinação para o financiamento do ensino superior, micro, pequenas e médias empresas e interiorização do desenvolvimento, em percentual equivalente a 1,5% do faturamento no final da transição. Na verdade, esse percentual seria 10% disso em 2033, ou seja, 0,15%, e seria crescente até 2073. O texto está falando em 2077, mas, obviamente, como a Zona Franca só está prevista até 2073, seria crescente em 1/45 avos ao ano, chegando muito perto de 1,5% em 2073. Isso também foi introduzido; é um dispositivo que já existe.

Eu entendo isso como uma medida até para preservar a receita do Estado do Amazonas no âmbito da transição da reforma tributária, mas basicamente é isso, Senador. Eu acho que o texto do PLP 68 buscou atender o dispositivo constitucional naquilo que se prevê, que é a manutenção, ainda que em caráter geral, da competitividade da produção da Zona Franca de Manaus. Eu acredito que o texto que foi apresentado atende esse dispositivo constitucional e, de fato, mantém a competitividade nos níveis atuais, com o adicional da possibilidade de usar o fundo de sustentabilidade e desenvolvimento para desenvolver novas áreas de atuação, algo que vá além do Polo Industrial de Manaus, como política de desenvolvimento para a região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fundo de sustentabilidade e desenvolvimento ainda não está regulamentado. Eu acho que esse é um tema que, certamente, vai aparecer no debate aqui no Senado Federal.

Eu acho que é isso, Senador, queria agradecer. O meu ponto aqui foi só fazer uma apresentação do que tem. Acho que facilita o debate que virá depois pelos demais participantes desta mesa.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu agradeço ao Sr. Bernard Appy.

Antes de passar a palavra para o próximo convidado, eu gostaria de manifestar a todos os presentes, a todos os que me ouvem, às Sras. e aos Srs. Senadores, algo que eu acho desnecessário, mas que é sempre bom colocar. Eu sou Senador da República graças ao povo do Estado do Amazonas, Deputado Hauly. Foi a generosidade do povo do Estado do Amazonas que me colocou aqui no Senado da República, já por dois mandatos. Ao longo da minha carreira pública, o povo, seja de Manaus, seja do interior do estado, me fez Vereador, na cidade de Manaus, me fez Deputado Estadual, Deputado Federal, Vice-Prefeito de Manaus, Prefeito de Manaus, Governador por dois mandatos no Estado do Amazonas e Senador por dois mandatos. Portanto, é desnecessário dizer do meu compromisso com o povo do Amazonas, do compromisso inarredável com a manutenção das vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus.

E aí, Dr. Bernard, há uma narrativa, construída ao longo dos anos, que às vezes nos faz esquecer o compromisso com a área do comércio da Zona Franca de Manaus. Ainda há pouco nós ouvimos a narrativa do Dr. Bernard Appy, absolutamente fiel ao texto que veio da Câmara dos Deputados sobre a regulamentação da reforma tributária, basicamente todo o texto voltado para a zona franca industrial. A zona franca do comércio, que é responsável por milhares de empregos no Estado do Amazonas, precisa sofrer, dessa rodada de negociação sobre a regulamentação da reforma tributária, uma atenção, também, por parte do Senado da República, também por parte do Ministério da Fazenda, por parte, portanto, da Secretaria Extraordinária do Ministério da Fazenda sobre a reforma tributária, porque isso tem impacto no custo de vida tanto da cidade de Manaus quanto do interior do Estado do Amazonas.

Sobre o interior do estado, é também desnecessário dizer porque é do conhecimento das Sras. e dos Srs. Senadores e também do Congresso Nacional, há peculiaridades do que significa você ter uma atividade comercial no interior do Amazonas e da Amazônia brasileira. Além da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dificuldade de logística, além das dificuldades de meios bancários para que esses comerciantes possam trabalhar, existem todas as limitações ambientais, todas as limitações impostas por uma necessidade não apenas do povo brasileiro e da economia brasileira, mas também uma necessidade, que hoje é internacional, da manutenção da floresta em pé.

Portanto, eu quero dizer aqui, no início desses debates, que, na próxima rodada... E, aí, é muito importante que o Dr. Appy possa acompanhar a segunda parte do debate, porque será exatamente na segunda parte do debate que os representantes do comércio estarão presentes.

E, como nada é perfeito, o texto que trata da indústria vai, obviamente, merecer a atenção dos Srs. Senadores, porque eu diria que ele está 95% resolvido, pelo que veio da Câmara dos Deputados encaminhado, mas há ainda questões que preocupam os investimentos que estão no polo industrial de Manaus e, portanto, na Zona Franca de Manaus, além de uma terceira etapa dentro da Zona Franca de Manaus, que são as áreas de livre comércio, que têm impacto não apenas no Estado do Amazonas, mas no Estado de Roraima, no Estado do Acre, no Estado de Rondônia, no Estado do Amapá, e que, portanto, como o próprio Bernard Appy já pôde verificar, quando da votação da emenda constitucional, é um tema que permeia as preocupações não apenas dos Senadores desses estados, mas dos governos estaduais, dos comerciantes locais e também da própria população desses estados, porque as áreas de livre comércio estão, cada vez mais, tendo uma participação e um impacto na economia desses estados.

Dito isso, eu gostaria de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Claro, Deputado Hauly. V. Exa., que acompanha... V. Exa. deveria ter um cartão de preferência institucional, porque veja: eu estou fazendo aqui, Appy... É bom que se registre: esta é a oitava audiência pública. Na reunião da CCJ, que é composta por 27 Senadores, apresentaram nada mais, nada menos do que 150 sugestões para as audiências públicas. Quando a gente já estava com uma representação de quase todos os setores e tal, os Senadores pediram para que a gente adicionasse. Portanto, não fora do comum, as audiências públicas estão tendo 10, 12 participantes.

Agora, é interessante a participação dos próprios Senadores que indicaram esses participantes para as audiências públicas. Não vou comentar sobre isso, mas a presença do Deputado Hauly é permanente. Posso fazer aqui audiência pública de manhã, de tarde, de noite, de madrugada, o Deputado Hauly está aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu faço esse testemunho sobre não só a iniciativa que vem de três décadas, do Deputado Hauly – não vou dizer mais para não descobrirem a nossa idade, porque também tem limite –, mas...

Portanto, com a palavra, o Deputado Hauly, por todo esse merecimento ao longo do debate sobre a reforma tributária.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR. Para expor.) – Muito obrigado.

Parabenizo o Senador Eduardo Braga por ser o líder desse processo da Zona Franca de Manaus e desta reforma, que é a mais importante reforma econômica da história do Brasil. A reforma tributária que cria o IVA 5.0, que vai ser o mais moderno do mundo, preserva a Zona Franca de Manaus. E com razão. Esse é o meu depoimento, que eu quero dar.

Estou aqui há muitos anos, como V. Exa. mesmo disse, e posso testemunhar que a Zona Franca de Manaus, desde a sua criação, desde sua concepção na década de 50, 60, cumpriu e cumpre com os seus objetivos e é o maior *case* de preservação ambiental do mundo. É o único estado do mundo que tem mais de 90% das suas florestas nativas preservadas, graças à idealização do polo da Zona Franca de Manaus e das outras zonas.

Eu vislumbro o futuro da Zona Franca, olhando a COP e o G20 e os discursos dos grandes líderes do mundo: a Zona Franca de Manaus, a Amazônia Legal brasileira não precisa de trocados, de tostões, de alguns milhões de dólares; ela precisa dar continuidade a um projeto bem-sucedido, que comprovou, na prática, a preservação.

Eu li várias estatísticas, antes de vir falar isso. Nos últimos 30 anos, só 2% da floresta foram derrubados, ela está intacta. Onde existe isso no planeta Terra? Nenhum caso. Então, o que custa a Zona Franca? O que custar a Zona Franca o Governo do Brasil, Federal, os estados, o Estado do Amazonas, o município, o Brasil tem pago esse custo, está embutido. Então, o que a Emenda Constitucional 132 fez? Preservou essa conquista. E o PLP 68 também.

O que vislumbro para a frente? Esses US$40 bilhões que são faturados hoje na Zona Franca poderão se multiplicar, dobrar, triplicar sem se derrubar uma árvore, desde que os países ricos passem a investir e a comprar da Zona Franca. Vocês vão vender para o Brasil e para o mundo. Isso equilibra a conta, isso paga a conta. Como economista, sabem que eu sou colaborador seu e de vocês. Toda a Bancada do Amazonas sempre lutou pela preservação. Ainda estava com o Átila ontem, batendo um bom papo sobre isso e, às vezes, com o Pauderney e com outros amigos grandes que estão lá na Amazônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu digo a V. Exa – e estão aqui o Appy, representante do Governo, e as entidades –: não há no mundo nenhum *case* parecido, nem de longe. E qual o futuro da Amazônia? Preservar. Tem seca, tem chuva; não depende de vocês governantes, depende da natureza lá de cima, do que vem lá dos Andes, não é? Mas a floresta está intacta. Esse é o grande mérito que tem que ser destacado.

Eu sugeriria a Sua Excelência o Presidente Lula que vendesse esse *case* lá já, nessa semana; fazer um vídeo de sucesso e falar: "Olha, o que nós queremos é que vocês nos ajudem". Não é para vir aqui o Biden, dar US$50 milhões e vir fazer um passeio, como na antiguidade faziam os reis, que passavam pelas províncias soltando as moedas de ouro para o povo. Então, não. É muito mais sério, muito mais profundo. Estados Unidos poderia comprar mais do Brasil? Compre da zona franca, coloque lá, fortaleça as próprias empresas, porque as nossas empresas grandes são todas também transnacionais, não é? Tem as nacionais, tem as transnacionais. É só turbinar, fazer parceria. E o Amazonas seria o primeiro estado desenvolvido ecologicamente do mundo. Já avançou muito.

Então, parabenizo V. Exa. por essa visão estratégica de curto, de médio e de longo prazo. V. Exa. é o principal defensor da Amazônia e da preservação ecológica. Esse é o meu testemunho que eu quero que registre nos *Anais*.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Hauly, eu quero agradecer as suas palavras e quero aqui também fazer justiça. Eu creio que essa responsabilidade e esse mérito têm que ser compartilhados com toda a bancada federal do Amazonas. Aqui no Senado, entre mim, o Senador Omar e o Senador Plínio, quando se trata de Zona Franca de Manaus não há divisão; e, a bem da verdade, na Câmara dos Deputados, também da mesma forma. Portanto, a bancada federal do Amazonas tem esse compromisso.

E as palavras que V. Exa. acabou de dizer com relação aos aspectos ambientais da Zona Franca de Manaus, ditas por mim, têm um valor; ditas por V. Exa., que é um Deputado do Paraná, têm obviamente uma outra dimensão, tendo em vista que V. Exa. dá um depoimento isento. A verdade dos fatos é que o Amazonas tem hoje 96% da sua floresta nativa preservada. É a maior – é a maior – floresta em pé da Amazônia. É a segunda maior do planeta, só perde para o próprio Brasil, que tem uma floresta maior em função da floresta do Estado do Pará e dos demais estados que compõem a Região Amazônica. Mas, sem nenhuma dúvida, é a Floresta Amazônica a maior floresta em pé do mundo, e a floresta do Estado do Amazonas é a maior entre as florestas amazônicas. E a diferença entre o Amazonas e os demais estados que desmataram um pouco mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do que o Amazonas não é porque o amazonense é mais ambientalista ou menos ambientalista, é a Zona Franca de Manaus. A zona franca foi criada em 1967 por uma razão. É aquele ditado: atirou no que viu e acertou no que não viu. Atirou para substituição das importações e acertou no maior programa de sustentabilidade ambiental do Brasil e do mundo. Não há similar.

Portanto, é com essa premissa que nós vamos começar a ouvir os senhores representantes, sempre mesclando uma visão de Estado com uma visão seja da sociedade civil, seja do setor produtivo.

Então, para fazer essa alternância, eu passo a palavra ao Sr. Thomaz Nogueira, que é ex-Secretário de Fazenda do Estado do Amazonas, ex-Superintendente da Zona Franca de Manaus e não é ex-especialista, é especialista... Porque você chega a uma fase da vida em que você começa a ser ex, não é? Ex, ex, ex, ex. Mas é especialista, o Thomaz não é ex.

Então, especialista em Direito Tributário, o Sr. Thomaz Nogueira, com a palavra por dez minutos, com tolerância de cinco minutos.

O SR. THOMAZ NOGUEIRA (Para expor.) – Senhoras e senhores, meu cordial bom-dia.

Eu gostaria de saudar o Senador Eduardo Braga, Relator dessa matéria; Bernard Appy, com quem já estivemos em outra oportunidade; Nivaldo, que é companheiro da Secretaria de Fazenda; e fazer um registro especial exatamente do Deputado Carlos Hauly, com quem nós tivemos a oportunidade de conviver no Confaz, e dar o testemunho dos debates ao longo dos anos, às vezes até divergências, mas da postura clara a respeito do tema, que hoje ele expressa de forma pública.

Gostaria de registrar também que a minha fala não representa apenas a minha visão, mas nós temos trabalhado com um grupo que inclui Afonso Lobo Moraes, que não está aqui porque hoje acompanha o irmão numa cirurgia cardíaca; o Marcelo Pereira, que tem assessorado; e também o Farid Mendonça.

Gostaria também de dizer que temos trabalhado junto com a atual equipe da Suframa – vejo ali o Dr. Fred Aguiar e o economista Patry Boscá –, trazendo nossas preocupações.

Fico muito feliz, porque a fala do Dr. Hauly me suscita a tratar de outros temas, mas eu vou tentar ser o mais disciplinado possível e digo que as preocupações que aqui trago não tratam apenas da relevância para essa ou aquela empresa, mas para o futuro do modelo, para a sua sustentação, para que ele continue gerando essas externalidades, esses efeitos positivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho alguns pontos na indústria e digo, Sr. Senador, que vamos tratar aqui exatamente desses dois pontos e trazer também algumas preocupações da questão do comércio.

Para que nós não percamos tempo, na discussão da indústria, nós temos uma preocupação específica com o artigo que hoje é o 447, que é o crédito presumido nas saídas da produção industrial; vamos tratar aqui de um conceito que não está na lei, que é o crédito presumido de regionalização, que está na lei estadual; o tratamento isonômico para produtos que têm alíquota menor de 6,5% de IPI; e a questão da data de corte de zerar o IPI – ali está errado. E já ouvi Dr. Bernard Appy dando como uma questão razoavelmente encaminhada.

Para que não percamos tempo, a redução de um terço do crédito presumido nas saídas da produção industrial da zona franca reduz concretamente o diferencial competitivo – nós pretendemos mostrar isso – e fere de morte dois dos polos mais relevantes para aquela área de livre comércio: o polo de informática e de componentes.

Muitas vezes eu me sinto como está em Atos dos Apóstolos, "as muitas letras te fazem delirar"; eu acho que os muitos números também já estão me colocando para delirar. O que é que nós tentamos mostrar aqui? Nós fizemos, tentamos fazer da forma mais simples possível uma simulação que extrai qualquer variável que não seja o comportamento do próprio tributo – só o comportamento do tributo.

Este quadro não diz muita coisa, mas ele quer explicar como é que nós trabalhamos os parâmetros: numa hipótese de uma entrada total de insumos de R$100 e uma venda de produção de R$350, o que é que aconteceria com esses tributos? Mas nessas entradas de insumos nós utilizamos uma ponderação que considerou os últimos cinco anos da entrada de insumos da Suframa, então, 65% de insumos são do exterior, 15,20%, nacionais e 19,40%, insumos locais, do nosso bem intermediário.

Esses bens, quando são do exterior, têm a seguinte tributação dentro e fora da Zona Franca de Manaus.

Antes de explicar as alíquotas, como vamos comparar com o novo sistema IBS, que é por fora, o que é que fizemos? Consideramos também as alíquotas atuais do ICMS por fora. Certo? No ICMS, na Zona Franca de Manaus, a alíquota modal hoje é de 20%. Então, a entrada do exterior é tributada com 25%. Está certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Explique o que é esse por fora, porque quem não é especialista e está nos assistindo não vai entender o que quer dizer ICMS por fora.

O SR. THOMAZ NOGUEIRA – Ganhei quatro minutos. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, ganhou um minuto.

O SR. THOMAZ NOGUEIRA – O ICMS tem uma modalidade em que o imposto integra a própria base – integra a própria base. Então, quando você compra uma mercadoria e paga R$100, ali está o imposto. Ora, se, em R$100, 20% são o imposto, R$20 são o imposto; então, o custo fora do imposto é R$80. Certo? Se 20% é a alíquota, R$80 é de custo da mercadoria e R$20 é de imposto. Se nós pegarmos isso e formos calcular separadamente por fora, R$20 são 25% de R$80. Então, 20% por dentro e 25% por fora aqui. Então, é isso que nós transformamos. A alíquota interna de 18%, neste mesmo mecanismo, se transforma em 21,95%. Então, para nós colocarmos tudo na mesma base, transformamos nisso. A saída da Zona Franca de Manaus hoje é 12% nominal e, pelo mecanismo do ICMS, é 13,64%. É a única saída. E, fora da zona franca, no mercado interno, é 21,95%.

Mas aí há alguns detalhes como, por exemplo, o insumo que entra do nacional tem uma diferenciação entre origem e destino no país inteiro. Ora, quando sai do Sul e Sudeste para Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a alíquota é 7%, que significa 7,53%. Quando é Norte e todas as regiões saindo para Sul e Sudeste, a alíquota geral é de 13,4%. E as alíquotas internas, que são 18%, passam, dentro dessa lógica, a ser 21,95%. E o local? O local na zona franca entra com 0%, e fora da zona franca é 18% e 21,95%, e tem este crédito de entrada de 7,53%.

Vamos para o outro quadro para ver o que é mais importante.

Eu, na verdade, estava querendo ficar de pé, mas vai ser daqui mesmo.

O que é que faz esse quadro? Nesse quadro se vê, nessa operação que entrou com R$100 e tributou com R$350, a apuração do imposto. Certo? Então, o imposto apurado na Zona Franca de Manaus é de 28,78, porque ele entra com alíquotas diferenciadas, aquele conjunto de alíquotas que a gente, digamos, vai assumir que está correto e está. Então, o que é que acontece na zona franca? A partir daí, é verificado o benefício fiscal, que é o crédito estímulo. Para cada nível de crédito estímulo, nós temos um abatimento diferente. Calcula-se, de 28, 55%, 15,83, para os bens

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que têm 55% de benefício fiscal. Para o que tem 75%, abatem-se 21,59; para o que tem 90,25%, abatem-se 25,56. E o que tem 100%, obviamente, abatem-se 28,78 Certo? Muito bem. Então, nós chegamos ao imposto devido na operação.

Fora da zona franca, não há nenhum benefício fiscal; então, o imposto apurado é o mesmo que vai ser devido naquela operação.

Dentro da Zona Franca – a divisão ali é do quadrinho, não é minha – ou seja, onde tem 55%, o imposto devido nessa operação é 12,95; 75%, é 7,20; na faixa de 90,25%, é 2,81, e na faixa de 100% é zero, nada paga. Isso é o que é devido nesta operação de saída. Mas vamos verificar qual é a carga tributária? Então é a carga que foi paga nesta operação e na operação de entrada, certo?

Na Zona Franca de Manaus se pagou a entrada de 25...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – 15,83 mais 7,20.

O SR. THOMAZ NOGUEIRA – O.k., nós temos, na carga tributária, 29,30 para 55%; 75%, dá 23,55. E veja que, em 90,25% e 100%, baixa substancialmente, porque está marcado ali porque não pagou nada na entrada. Esses dois... Na entrada de insumo importado não paga. Então não tem nem coisa anterior.

Muito bem, se eu somar o valor deste imposto com o custo da mercadoria, que era 350...

(*Soa a campainha.*)

O SR. THOMAZ NOGUEIRA – ... eu chego a essas quatro fases. Certo? Fazendo a mesma...

O que importa? Fazendo a mesma operação para a Zona Franca de Manaus, eu tenho, no valor de venda e produto, quatro valores, de acordo com o nível de incentivo – *vis-à-vis,* o único valor lá fora que é sem incentivo. Isso me leva àqueles diferenciais que estão ali colocados, de 11,05%; 12,76%; 19,30%; 20,35%. Este é o diferencial que hoje existe.

No outro lado está a operação segundo o IBS – segundo o IBS. É o mesmo raciocínio ainda na base do apurado. Existe uma outra alternativa que a gente vai ver na frente. Na base do apurado, fazendo a mesma coisa, nós vamos ver que aqueles valores diminuem para 6,37%. O diferencial ali embaixo, 8,63%; 10,41% e 11,58%. Isso é etapa de saída da fábrica.

Senador, por que isso acontece? Veja, se nós formos na linha do ICMS devido, exatamente na linha do ICMS devido na operação, ela passa... Vamos olhar aqui, porque tem aquela divisória

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ali que não dá para ver... Mas vamos lá, em 55%. Onde, na operação, é 12,95, ela passa para 38. Por quê? Porque hoje nós saímos com uma alíquota, vamos usar alíquota no IBS, de 13,64% que se eleva e sobe para 18%. Fora de Manaus, a alíquota praticada é 21,95% que reduz para 18%.

Então, por favor, pode avançar.

Se nós olharmos os diferenciais de alíquota, não é menos 5 pontos percentuais de 11%. A diferença, na verdade, é uma redução ali de 42%, de 32%, de 46%, de 43% na saída da fábrica. Mas acontece que essa não é a etapa que produz, é uma etapa importante que nós estamos querendo verificar, porque essa decisão de comprar é dada essa diferença do que vai acontecer entre um mundo e o outro.

Na etapa seguinte, do varejo, que nós vamos ver agora, essas coisas se...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Agora você está falando de comércio ou de...

O SR. THOMAZ NOGUEIRA – Não, essa é a saída da fábrica e nós vamos tratar da hipótese...

Avance.

A hipótese da saída da zona franca e a comercialização pelo varejo dentro dos outros estados. Então, nós pegamos o método, mesmo valor de mercadoria, o valor que veio de cada uma das mercadorias lá com a carga do imposto, colocamos o mesmo agregado, 30%, e verificamos isso para o nível de 55, de 75, de 90,25. Veja que, para o nível de 55 e de 75, efetivamente, aquele crédito maior, porque também aumentou o crédito de 12 para 18, praticamente se equaliza na gôndola, vem diferente na gôndola, mas, se nós avançarmos para os outros dois níveis, 75 e 90, nós temos uma brutal redução, que são, exatamente, os bens intermediários e o bem de informática.

Por que se dá isso? Porque esses dois...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. THOMAZ NOGUEIRA – Porque esses...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Duas vezes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. THOMAZ NOGUEIRA – Porque esses dois já não têm o favor que foi adicionado no modelo hoje, que é a oneração do insumo na entrada do importado. Então, isso faz com que não se tenha a recomposição que tem nos dois primeiros níveis.

Vamos para o quadrinho a seguir.

Considerando o paradigma do ICMS que nós temos hoje, de 7,76, 9,57, 16,61, 17,63, esses são os diferenciais hoje no ICMS, já no varejo. E, lá ao lado, está a comparação com o varejo. Veja que 75 praticamente igualou. A diferença que pode parecer pequena no nível de 55, que é a regra geral, é de 8,55%, mas veja o quanto é a redução, muito forte, na questão dos – que eu já citei – bens intermediários, que é a verticalização, algo altamente positivo para isso, e no bem de informática.

Fica claro no bem de informática – eu gostaria de fazer isso – que, veja bem, a diferença do bem de informática é grande...

(*Soa a campainha.*)

O SR. THOMAZ NOGUEIRA – ... porque, como não tem 100%, é praticamente um *mix* de tributação dos outros. Como é 20,95, se eu considerar só uma origem, a diferença hoje seria 20,95, e essa diferença vai reduzir para 18, porque seria a nova alíquota.

Então, este é o ponto mais importante. Eu me comprometo com esta Comissão a entregar estes estudos absolutamente detalhados e explicados, passo a passo. Obviamente que, pelo limite aqui, nós tínhamos de fazer algo absolutamente voando, para usar a expressão popular.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Resumido.

O SR. THOMAZ NOGUEIRA – Resumido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Objetivo.

O SR. THOMAZ NOGUEIRA – Pronto. Espero que tenha sido feito assim.

Vamos avançar.

Nós fomos direto para o comércio, o.k., e eu tenho exatamente essa questão que o Senador, sem nós termos conversado, trouxe aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é preciso uma reflexão inicial: o comércio integra o núcleo conceitual da Zona Franca de Manaus. Eu trago aí a reprodução do art. 1º do Decreto-Lei 288, que não está esclarecido: "A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário [...]".

O comércio faz parte disso e, realmente, há preocupações sobre a questão do tratamento. Então, eu digo: o comércio tem a mesma proteção legal de todo o sistema. É preciso considerar esse aspecto.

Então, vamos avançar.

A questão do comércio, inclusive, mercê sim, eu digo que é consequência da questão do motor industrial do polo, mas ele gera, por favor, ele gera...

(*Soa a campainha.*)

O SR. THOMAZ NOGUEIRA – ... o maior número de empregos, está certo? Aí eu tenho os dados ali de que 70% do emprego é na área de comércio e serviço, mercê, sim, dessa atividade industrial, não se tenha dúvida.

E na arrecadação do ICMS, ele responde por 71% dessa arrecadação, o que significa dizer que a gente precisa considerar a questão comercial também.

Avancemos.

Dois pontos importantes do comércio: a questão da CBS e a questão da lista negativa. Avancemos na questão da CBS. A questão da CBS – é preciso deixar claro mais uma vez – tem algumas preocupações, mas a CBS é o sucedâneo, não há como negar; um dia desses, na discussão técnica, disseram, não, são coisas distintas. Então a gente vai ter que refazer toda a comunicação até aqui, do próprio Governo Federal, sobre a CBS sendo o sucedâneo do PIS e da Cofins.

Muito bem, o que é que ocorre especificamente na questão da CBS, do PIS e da Cofins na Zona Franca de Manaus? Ela foi desconstituída reiteradamente nos tribunais, de forma tão ampla e decidida, que há uma série de atos. Eu só vou me referir ao primeiro deles, que é este Ato Declaratório nº4, de 16 de novembro de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode avançar um pouquinho. Eu acho que eu tenho... Não, volte. Olha, a sua apresentação comeu alguns eslaides.

Não, volte, volte, volte. Ali. Aí, aí, aí.

O ato declaratório declara que fica autorizada a dispensa de apresentação, de contestação, de interposição de recursos e desistência dos já interpostos, desde que inexista outro fundamento nas ações judiciais que discutam, com base no art. 4º do Decreto-Lei 288, de 28 de fevereiro, a questão do PIS-Cofins.

(*Soa a campainha.*)

O SR. THOMAZ NOGUEIRA – Ah, esse raciocínio foi modificado, foi aqui. Mas o fato é que isto se dá em relação às decisões de tribunais, inclusive com decisões com trânsito em julgado. Pretende-se modificar, está certo?

Então o que é que nós estamos dizendo? A CBS deve ter o mesmo tratamento do PIS-Cofins. A mudança e a tributação da CBS no âmbito da reforma, no meu entendimento, eu já tive a oportunidade de dizer isso para o Secretário, fere dois dos princípios basilares da reforma. O primeiro deles é a neutralidade. Ela introduz uma tributação que já não existe – ela introduz uma tributação que já não existe.

Segundo que era para superar o contencioso. A Receita anda mudando a sua orientação, eu diria, porque é essa coisa da veia que tem ainda, do amor ao contencioso. Nós precisamos avançar. Se nós não fizermos isso, nós teremos um contencioso novo no dia zero da reforma. No dia zero da reforma, nós teremos um contencioso novo.

Mas aí existem algumas preocupações que foram trazidas, inclusive pelo Governo do Amazonas. Ora, há um risco de que esse tratamento dado à CBS seja estendido ao IBS. Sendo estendido ao IBS, isso comprometeria de morte a arrecadação do estado.

Já concluo, Senador.

A arrecadação do estado. Algumas ponderações, e nós tivemos uma reunião com o Governador Wilson Lima, os representantes do comércio, estava lá também o Procurador-Geral do estado, em que o Governador deu uma orientação no sentido, digamos, de acatar essa posição e trazer para cá essa coisa, desde que, digamos, ajustada a redação que a assegurasse. Esse risco, preciso dizer muito claramente, vejo com enorme impossibilidade – será que isso existe? –, com uma baixíssima possibilidade de ser realizado, para se deixar claro. Por quê? Primeiro, no mundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de hoje, nesse irregular hoje, no *framework* legal hoje, a Constituição não permite a isenção heterônoma. Não é um poder que vai dizer que isso será tratado por outro, que seja isento por outro nível de poder. Então, nós estamos vivendo a passagem de um mecanismo para o outro. A lei complementar é a regra fundante dos dois impostos, perdão, dos dois tributos e tem uma regra na lei complementar que diz, para ser didático, que são gêmeos, mas que essa mesma lei complementar diz que, no caso da zona franca, podem ter tratamento diferenciado. E a lei já traz para outros pontos esse tratamento diferenciado.

Aí se alega o seguinte: olha, acontece que esse conceito, esse conceito de que equivale a uma exportação, está no Decreto-Lei 288. Mas eu me lembro também de que o Decreto-Lei 288, no seu art. 49, faz uma referência de que cabe, dentro da zona franca, nas operações internas, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias. Então, esse risco é muito pequeno. O que é que nós temos aqui? Nós temos uma preocupação, aquela que trouxe o Senador ao se reportar à questão do comércio: um ônus novo, desnecessário, para uma região na qual o Brasil testemunha as dificuldades logísticas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. THOMAZ NOGUEIRA – O outro ponto que eu queria comentar, então – o último e muito rapidamente, toma mais um minuto –, é a questão da lista negativa. Tenho outros, mais alguns pontos, mas repito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. THOMAZ NOGUEIRA – ... a lista negativa diz respeito às alterações, especialmente em relação ao que veio de perfume, incluiu produtos de toucador e coisas dessa natureza. Ela também aí está introduzindo uma tributação nova, porque hoje o tratamento fiscal que se dá a isso é que quando é consumido dentro da Zona Franca de Manaus não há essa tributação. Então, por amor ao tempo, a questão é manter a situação atual de não tributar nas operações internas aqueles itens que estão ali na lista negativa, especialmente em questão de toucador.

Eu espero ter contribuído, estou à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Só para esclarecer: não é que não tribute, tem que ser tributado, mas de forma diferenciada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao representante do Governo do estado, Sr. Nivaldo das Chagas Mendonça, apenas pedindo para a gente ter um pouco de atenção ao tempo, porque senão eu não vou conseguir, até às zero horas do dia de hoje, terminar as audiências públicas.

Passo a palavra ao Sr. Nivaldo, com dez minutos e cinco minutos de tolerância.

O SR. NIVALDO DAS CHAGAS MENDONÇA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Bem, bom dia a todos. Para não perder tempo, queria só cumprimentar e agradecer – não é, Senador Eduardo Braga? – o convite à Secretaria de Fazenda e ao Governo do estado. Acho que é uma oportunidade para a gente esclarecer alguns pontos porque nós estudamos e participamos desse processo, liderado pela Secretário Appy. Participamos também do PAT-RTC.

Portanto, o senhor falou aí em 95% razoavelmente contemplados dentro da zona franca. A gente acha até que o percentual é um pouco menor, Senador, mas é difícil fazer esse percentual, obviamente.

Bem, como o senhor mesmo já colocou aqui na fala, eu coordeno um comitê que o Governo do estado criou para acompanhar exatamente a reforma tributária, que é presidido pelo próprio Secretário de Fazenda, que não pôde estar aqui pela mudança que houve – foi em cima da hora, e ele tinha uma agenda com o Governador, pelo que pede desculpas. E nós temos, nesse contexto, participado, desde a PEC. O senhor lembra que nós tivemos algumas reuniões no próprio Senado, com o Secretário Bernard e, no Comsefaz, com o Secretário Hauly, que eu costumo chamar sempre de Secretário, porque convivemos durante muito tempo no Confaz. Nós produzimos, então, algumas notas técnicas tanto para o Comsefaz, como para a Câmara, e agora para o Senado. O senhor deve ter recebido, recentemente, a Nota Técnica 3, em que nós fazemos uma análise e encaminhamos algumas sugestões de alteração no texto.

Eu queria aproveitar, então, essa oportunidade para, rapidamente, abordar aqui os pontos que a gente está colocando nessa nota, a começar pela questão do crédito presumido de saídas – esse é um ponto que a gente entende relevante neste momento –, sobre a qual a Câmara optou... Como o Secretário Bernard falou, quando saiu lá do Ministério da Fazenda, havia uma delegação para fixação desses créditos presumidos de saídas para o Comitê Gestor. E a gente, desde aquele momento... O Secretário lembra bem que o Governador esteve com o Ministro, que assumiu o compromisso de fazer esse ajuste junto com a Câmara e com o Senado aqui, para que esses benefícios fossem colocados no próprio texto da lei complementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a Câmara, então, nessas discussões, colocou esses créditos presumidos, mais ou menos fazendo uma colocação de um texto muito parecido com o que está na nossa lei estadual hoje, com aquelas faixas. No entanto, nós entendemos que o modelo em si que foi adotado, que é o de cálculo sobre o valor apurado, traz uma série de dificuldades, se você considerar que o IBS é bem diferente do ICMS.

Eu vou listar aqui rapidinho, mas a gente entende, primeiro, que esse modelo não é aderente ao novo modelo do IBS, e vou explicar o porquê: ele não é autoaplicável, porque você depende de alguém classificar o bem, porque tem bem que é bem intermediário e, ao mesmo tempo, é bem final, então, vai precisar de alguém definir isso, o que pode gerar contencioso; ele dificulta ou até inviabiliza a utilização do *split payment*, que é um instrumento novo que foi colocado, com o intuito, inclusive, de reduzir a própria alíquota modal. Isso dificulta, porque você só vai saber, na zona franca, qual é o incentivo depois de fazer a apuração e não na hora da emissão da nota fiscal, sendo que o *split* é calculado na hora da emissão da nota. Portanto, nós entendemos que, se hoje ele já tem alguma dificuldade no ICMS, levar esse mesmo modelo para o IBS é ainda mais complicado.

Além dessa questão qualitativa, tem a questão quantitativa, sim. No nosso ponto de vista – e a gente chegou a fazer alguns cálculos –, os benefícios em si trouxeram alguma distorção, e alguns setores talvez tenham recebido incentivo a mais do que a equivalência e outros a menos. Exemplo do pessoal dos 100% – Jorge Junior está aqui e certamente vai falar sobre isso –, que foi um dos que foram mais prejudicados, porque hoje tem um nível de incentivo de 100% que caiu para 55%, enquanto que outros que já eram 55%, como tiveram uma desoneração na importação, porque isso era ônus, tiveram um relativo ganho. Então, houve uma distorção principalmente nessa questão do 100%.

Bem, na Nota Técnica 3, nós temos uma proposta em que nós partimos inclusive dos cálculos que o próprio Ministério da Fazenda tinha feito, Secretário Appy. Você lembra que, na própria audiência da Câmara, o senhor mesmo falou que o ministério tinha feito algumas contas, mas não tinha conseguido arredondar, digamos assim, os percentuais, e isso ficou de ser feito posteriormente. Infelizmente, a gente não teve mais essa oportunidade. Então o que é que fez o Governo do Amazonas, a Secretaria de Fazenda? A gente avançou na mesma metodologia e, com os mesmos dados que o ministério tinha trabalhado, apresentamos uma proposta em que o modelo é em cima do valor do produto, ou seja, em cima do valor do produto faturado, exatamente como está a CBS dentro da zona franca. A gente entende que não há motivo para ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferente. A diferença é que a CBS terá duas faixas e, na nossa proposta, o IBS terá quatro faixas, mas essas faixas também podem ser ajustadas, se o Senado entender que precisa de mais faixas ou de menos faixas.

Além disso, não vou entrar em detalhes aqui, mas só listar que nessa nota técnica, além dessa questão do crédito da saída, a gente tem: a proposta para ajuste da positivação dos créditos presumidos do IPI, aquela questão do prazo de seis meses para o crédito presumido, que entendo que até o próprio Governo Federal já reconheceu que precisa ser ajustada; a questão da garantia do princípio federativo, já que agora o imposto é um IVA dual e os incentivos da Zona Franca de Manaus vão ser aprovados apenas no âmbito do Governo Federal, portanto, há necessidade de os estados e de os municípios participarem desse processo, não só da aprovação de projetos, mas como do próprio PPB; a questão da remessa para industrialização, que também já foi citada aqui; e ainda tem a questão da incidência na entrada do Estado do Amazonas, porque o Estado do Amazonas foi o único que ficou com essa incidência na entrada, e ela tem uma razão de ser, mas nós, pelos nossos cálculos, entendemos que o número não é 70%, é 60%. Então nós fizemos uma proposta de ajuste nesse sentido.

E, para encerrar, queria deixar também o nosso comitê, o Governo do estado e a Secretaria de Fazenda, à disposição para continuar essa discussão. Nós já inclusive começamos a fazer uma discussão, com a equipe de assessores do Senado, tratando desses assuntos. E esperamos que isso se viabilize, porque a gente entende que esse é o melhor caminho para a Zona Franca de Manaus e para o Brasil, para evitar problemas fora da zona franca também.

Então, muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu quero cumprimentar V. Exa., que foi extremamente econômico no tempo.

O SR. NIVALDO DAS CHAGAS MENDONÇA (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Portanto, cumprimento V. Exa.

Então, eu passo a palavra ao Sr. Marcos Antônio Bento de Sousa, Presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares.

O SR. MARCOS ANTÔNIO BENTO DE SOUSA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todos. Primeiramente, Senador Eduardo Braga, gostaria de agradecer a oportunidade de a Abraciclo participar desta audiência pública, neste momento importante de definições para a Zona Franca de Manaus. Gostaria de saudar todos os presentes, os Senadores que nos acompanham *online*, saudar o Dr. Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, que tem trabalhado incansavelmente pelo sucesso da reforma tributária. Na sua pessoa, quero saudar todos os debatedores da mesa; saudar o Deputado Hauly, que não é testemunha somente teórica, mas eu já encontrei com o senhor várias vezes, lá na Zona Franca de Manaus, em visita ocular; e saudar especialmente o Senador Eduardo Braga, que, com sua competência, dedicação e maestria, tem conduzido os trabalhos desta Comissão, como Relator e profundo conhecedor das questões tributárias e econômicas do nosso país.

Por sorte, o Senador, além de brasileiro, é amazonense e conhece como ninguém as questões relacionadas ao Amazonas, e, por ter sido Governador por dois mandatos, sabe da importância da Zona Franca de Manaus para o nosso estado, e também, acumulando mais de 13 anos de experiência no Senado Federal, Senador Eduardo Braga, tenho certeza de que seu conhecimento ajudará muito o Brasil nesta importante discussão que a reforma tributária tem para o nosso país.

Bom, eu gostaria de situar a Abraciclo. Nós somos uma entidade que representa o Polo de Duas Rodas na Zona Franca de Manaus. Temos 48 anos de história e representamos os fabricantes de motocicletas e bicicletas estabelecidos na Zona Franca de Manaus.

Estes aí são os nossos números: um faturamento de R$33 bilhões em 2023; uma capacidade produtiva de 1,8 milhão de motocicletas e 500 mil bicicletas. E é esta capacidade que nos credencia a dizer que somos o maior polo de produção de motocicletas do mundo, fora do eixo asiático, um polo muito verticalizado e que gera muito emprego, um polo que realmente produz com alta tecnologia no Amazonas. Geramos mais de 18 mil empregos diretos no Amazonas e mais de 150 mil empregos no Brasil.

Na minha explicação, eu gostaria de destacar cinco razões para a manutenção da competitividade da Zona Franca de Manaus.

Próximo eslaide, por favor.

A primeira razão é investimento e tecnologia. O Polo de Duas Rodas é um modelo de autodesempenho em termos de eficiência, produtividade e tecnologia. Hoje, em algumas das nossas fábricas, uma moto é produzida a cada 19 segundos. Nossas associadas investem em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologia de ponta, com laboratório, centro de desenvolvimento e pesquisa e geração de tecnologia. Somente para exemplificar, a motocicleta com tecnologias *flex*, ou seja, a motocicleta movida a etanol e gasolina representa 65% do volume da produção nacional. E temos orgulho de dizer que esta tecnologia é brasileira, é feita 100% em Manaus. Nossos produtos são exportados para os mercados mais exigentes do mundo, como Estados Unidos, Canadá, Austrália e França. O que demonstra que os nossos produtos têm tecnologia de ponta.

O próximo, por favor.

O segundo motivo ou a segunda razão é o desenvolvimento sustentável, aquilo que já foi dito pelo Deputado Hauly. Todos os nossos associados buscam e aprimoram constantemente as práticas industriais mais sustentáveis.

Um estudo importante produzido pela FGV demonstra, com dados e fontes, que o Polo Industrial de Manaus contribui para a preservação da floresta em pé, seja com práticas de preservação, seja com geração de empregos, na inibição do desmatamento, através da oferta de emprego. Cada emprego gerado no Polo Industrial de Manaus ajuda na preservação deste, que é o mais importante ativo ambiental global, a Floresta Amazônica.

O próximo eslaide, por favor.

A terceira razão para a manutenção dos diferenciais competitivos da Zona Franca de Manaus é a geração de empregos. O Polo de Duas Rodas tem uma grande concentração de fornecedores no Polo Industrial de Manaus. Conseguimos, ao longo desses anos, criar um Polo de Duas Rodas com mais de 40 fornecedores especializados, que fornecem para os fabricantes finais. É por isso também que a indústria de duas rodas tem elevada concentração de componentes nacionais. Todo esse sistema forma o Polo de Duas Rodas, que faz com que tenhamos mais de 18 mil empregos diretos no Amazonas e mais de 150 mil empregos diretos no Brasil.

O próximo eslaide, por favor.

A quarta razão é a questão constitucional, que é a Lei Maior e que tem hierarquia sobre todas as demais leis do nosso arcabouço legal. A Zona Franca de Manaus é o único regime de exceção tributária garantido pela Constituição Federal até 2073, pelo ADCT 40 e suas alterações. E eu não poderia deixar de citar o art. 92-B, que diz que as leis instituidoras de tributos previstos nos arts. 156 e 195 da Constituição Federal estabelecerão os mecanismos necessários, com ou sem contrapartidas, para manter, em caráter geral, o diferencial competitivo assegurado à Zona Franca de Manaus. Eu grifo aqui o diferencial competitivo, lembrando que essa redação também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi objeto de relatoria do Senador Eduardo Braga, no ano passado, e foi ratificada através da Emenda Constitucional 132, de 20 de dezembro de 2023.

Depois de muitas discussões nas duas Casas do Congresso, ela é a razão de estarmos aqui, hoje, discutindo as leis complementares que devem ter por princípio resguardar o diferencial competitivo da Zona Franca de Manaus. E esta é a solicitação e o pedido da Abraciclo: que sejam respeitados e mantidos nossos diferenciais competitivos da Zona Franca de Manaus. Não queremos mais, mas não podemos aceitar regramentos que imponham um nivelamento para baixo das nossas vantagens competitivas.

Nesse sentido, nós já encaminhamos estudos para a Secretaria da Receita Federal – tivemos reunião com a equipe do Appy –, nos quais demonstram, com cálculos, a necessidade de ajuste da redação, para mantermos o diferencial competitivo do Polo de Duas Rodas.

E assim – o próximo, por favor – eu passo para a última razão de manutenção das vantagens competitivas da Zona Franca de Manaus, que é o consumidor, que é o brasileiro de baixa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ANTÔNIO BENTO DE SOUSA – ... renda, que encontra, na motocicleta, uma forma de se incluir no mercado de trabalho, comprando um produto acessível, que vai usar no dia a dia, na locomoção. Este consumidor, que somente consegue adquirir esse produto com os valores acessíveis, graças às vantagens competitivas da Zona Franca de Manaus. Pois o benefício da Zona Franca vai beneficiar diretamente o cliente. Ele não é um benefício da indústria. Ele é um benefício para o consumidor. É isso que garante que a indústria mantenha um preço acessível ao consumidor.

O próximo, por favor.

Assim eu encerro a minha fala, concluindo as cinco razões para a manutenção da Zona Franca de Manaus. Ou seja, nós geramos um alto investimento em tecnologia; promovemos desenvolvimento sustentável; geramos empregos; temos garantia constitucional; e a nossa vantagem competitiva é destinada para todos os consumidores brasileiros, que podem adquirir o nosso produto com preço acessível, devido às vantagens da Zona Franca de Manaus.

E o meu pedido final a esta Casa é que se promovam os ajustes necessários nas leis complementares ora em discussão, de forma que elas possam garantir a vantagem competitiva da Zona Franca de Manaus, tal qual está estabelecida no art. 92-B da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Cumprimentando o Bento, inclusive pela economia do tempo, eu vou passar agora para as participações remotas.

Eu passo a palavra ao Sr. Luiz Dias de Alencar Neto, Coordenador-Geral do Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (Encat), de forma remota, por dez minutos, com cinco minutos de tolerância.

Com a palavra o Sr. Luiz Dias de Alencar Neto.

O SR. LUIZ DIAS DE ALENCAR NETO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sras. e Srs. Senadores.

Gostaria de cumprimentar o Senador Eduardo Braga.

Senador, foi na sua gestão, enquanto Governador do estado, que tomei posse como Auditor Fiscal do Estado do Amazonas. Isso, há 18 anos. É um estado o qual adotei como minha casa definitiva. Constituí família no Estado do Amazonas e estou revendo muitos amigos aí hoje, como o Thomaz Nogueira, Nivaldo, o Secretário Appy... São pessoas com quem aprendo muito.

Senador, a minha apresentação é dentro de um contexto mais operacional da reforma tributária.

O grupo do Encat é o grupo que implementou a nota fiscal eletrônica no país e é o grupo que vem dando um apoio às secretarias de fazenda de estado, juntamente com os municípios, na discussão de implementação do IBS.

Assim, ao nos debruçarmos sobre o tema da apuração do IBS, a gente encontrou o que podem ser problemas de implementação na forma como está no PLP 68. Inclusive, o Nivaldo já trouxe esse aspecto, e eu gostaria apenas de reforçar algumas questões para reflexão dos senhores sobre a modelagem que está sendo proposta.

Então, falando um pouquinho sobre isso, tem algumas premissas que o PLP 68 traz. Por exemplo, ele deixa de ter aquela visão por estabelecimento, e o crédito fiscal do imposto pertence à empresa. Tanto é que, por via de regra, a apuração do imposto vai ser feita de forma centralizada pelo CNPJ raiz das empresas. E toda a operação, o cotejamento de créditos e débitos dessa apuração vai estar vinculado a um documento fiscal que é de conhecimento do Comitê Gestor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a questão do crédito vinculado ao efetivo pagamento, que é uma solução para se evitar as conhecidas fraudes fiscais, em que a gente vê muita empresa-laranja se instalando nos vários estados para efeito de gerar créditos fictícios e obter vantagens indevidas de algumas empresas, eu acho que o Brasil vai dar um grande salto. O Hauly lembrou o IVA 5.0. Acredito eu que realmente que a gente vai ter o IVA 5.0. Essa solução que está sendo desenvolvida pelo Brasil, tanto a do *split* e do crédito vinculado ao pagamento, vai garantir que as boas empresas consigam concorrer numa melhor condição do que hoje, em que há essa enormidade de fraudes fiscais.

Então, uma possibilidade sempre do adquirente é que ele faça a liquidação ou na liquidação financeira ou faça um recolhimento antecipado. Isso é posto à disposição dele, caso ele não queira aguardar a apuração do fornecedor para ter direito ao crédito dele. Então, o próprio texto constitucional outorgou essa possibilidade, e é o que está sendo desenvolvido pelas equipes técnicas.

Onde é que começa a nos preocupar? A lei de incentivos do Amazonas prevê uma perspectiva da destinação que vai ser dada ao bem. Ou seja, a depender da destinação que vai ser dada ao bem, ele é classificado como um bem de capital, um bem intermediário, de consumo final ou um bem de informática. E, como já foi citado pelos palestrantes anteriores, cada um recebe um tratamento tributário diferente ou um nível de crédito presumido – crédito estímulo, no caso do Amazonas – diferenciado. Isso exige atualmente que uma empresa crie subapurações para que cada benefício, dentro do mesmo estabelecimento, seja apurado de forma segregada. Tanto é que a gente concede mais de uma inscrição estadual para um mesmo estabelecimento, para que ele realize essas subapurações. Então sempre vai ser do ponto de vista da destinação que se vai dar. Ou seja, o valor efetivamente a ser recolhido só vai ser conhecido ao final do período de apuração.

Então, analisando um pouquinho melhor, a gente começa a ver o seguinte: para apropriar esse crédito, vai ser necessário, no caso das empresas sediadas na Zona Franca de Manaus, fechar o período de apuração, para que, em cima do imposto devido, seja aplicado o crédito presumido, para, assim, sendo o caso ou não, efetuar o pagamento. E só a partir daí é que o destinatário dessas operações vai ter o direito ao crédito. Vejam que a gente está migrando o formato que hoje é do ICMS, que é um formato escritural, em que basta o crédito estar registrado no documento fiscal, para um formato financeiro. Essa é a lógica do IBS, o que nos parece incompatível. Vão falar: "Não, com a informática, dá para fazer tudo". De fato, a informática consegue contornar esses tipos de situação, mas me parece que isso vai criar um tratamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desfavorecido às empresas que estão na Zona Franca de Manaus. Inclusive, o Nivaldo citou a própria impossibilidade de o adquirente das mercadorias de lá realizar o *split* de pagamento, para que tenha a garantia do crédito dele, que é uma garantia a mais para o destinatário da mercadoria. Ou seja, ele sempre terá que aguardar encerrar o período de apuração e fazer o recolhimento do tributo na data devida. Então, não há um incentivo, por exemplo, para a utilização do *split* como esse meio de liquidação.

Então, a gente ainda vai ter que desenvolver um sistema de apuração à parte para as empresas da Zona Franca. Ou seja, é um sistema de apuração diferente do sistema do IBS. É claro que eles vão se comunicar, eles vão se integrar, mas vai ser um controle à parte, e isso vai trazer mais complexidade.

Penso que outras alternativas operacionalmente poderiam ser avaliadas, como, por exemplo, a concessão do crédito presumido por tipo de NCM, enfim, dentro de uma outra visão que poderia ser avaliada, porque esse formato realmente vai exigir que haja um sistema à parte de apuração, vai exigir a implementação de outras obrigações acessórias para as empresas. Vejam que no IBS a gente está falando muito em declaração pré-preenchida, declaração que o próprio Fisco gera para o contribuinte, o que vai diminuir o impacto sobretudo na transição, em que o sistema antigo convive com o novo sistema. Então, a gente vai conseguir entregar essa facilidade para todas as empresas, mas para as empresas do Amazonas vai ser muito mais difícil, porque eu tenho que aguardar o fim do período de apuração para que seja definido para onde foi destinado cada bem, para que eu possa realmente segregar a questão dos créditos, das aquisições, o percentual de benefício das saídas. Então, será um modelo mais complexo, tá?

Então, a apresentação realmente é muito rápida aqui, Senador. Realmente tem esse tipo de preocupação de a gente estar exportando para o IBS uma linha de raciocínio do ICMS, que aí pode causar esse tipo de incompatibilidade.

Eu achei que seria realmente importante trazer essa informação, acho que o Nivaldo também já explicou muito bem, para que realmente seja pensado se não existiriam alternativas que simplificassem esse processo de apuração e pagamento do tributo.

Era isso.

Muito obrigado pela atenção. Sigo à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu que agradeço ao Sr. Luiz Dias de Alencar Neto, registrando que o Luiz é da Sefaz, mas está cedido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para Alagoas. O Renan Filho o levou para lá, e ficou por lá. Deveria voltar para o Amazonas, mas, enfim... Cumprimento o Luiz Dias de Alencar Neto.

Eu quero passar a palavra ao Sr. Pedro Câmara Júnior, Advogado Tributarista da Associação Comercial do Amazonas (ACA), representante do Sr. Bruno Pinheiro, Presidente da Associação Comercial do Amazonas (ACA), pelo tempo de dez minutos, com uma tolerância de mais cinco minutos.

Com a palavra, o Sr. Pedro Câmara Júnior.

O SR. PEDRO CÂMARA JÚNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Exmo. Sr. Eduardo Braga, Senador do nosso estado, na pessoa de quem cumprimento todos que compõem a mesa, quero agradecer aqui a oportunidade de a Associação Comercial se manifestar, uma associação que existe desde 1871, ou seja, há 153 anos, e que acompanhou todos os grandes ciclos econômicos do Estado do Amazonas. Daí a importância da sua participação também nesse processo.

Senador e demais membros da mesa, aproveitando a sua fala e a do Dr. Thomaz, o setor comercial do Amazonas realmente foi esquecido pelo PLP 68, que está em discussão. A gente vê uma preocupação muito grande com o polo industrial, obviamente um polo de importância para a nossa economia, mas a Zona Franca, quando ela foi concebida, não se pensou apenas na indústria. Ela tem três segmentos: indústria, comércio e agro. E aproveitando a fala do Sr. Marcos Antônio, o comércio talvez seja o principal elo de comunicação entre os benefícios da Zona Franca de Manaus e a população do Amazonas, daí a importância de a gente também observar que esse setor não pode deixar de ser contemplado nessa regulamentação que trata sobre a Zona Franca de Manaus.

Existe um artigo que nos causa muita preocupação – talvez o 447 ou 449, a gente teve uma certa dificuldade de identificar a numeração correta no texto, não é? Inclusive, na fala de outros participantes, artigos citados também não batem com o substitutivo a que a gente teve acesso. Mas, se não for o 447, é o 449.

Ele menciona todas as exceções que são feitas no texto e diz que todos os demais setores que não estão nessas exceções serão tributados regularmente pelo IBS e pela CBS. Ocorre que isso desfaz todo um trabalho que já dura mais de uma década, um trabalho judicial junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que tem sido um verdadeiro guardião das prerrogativas da Zona Franca de Manaus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo texto do PLP 68 e pela legislação hoje existente, quem está fora de Manaus e vende suas mercadorias para a Zona Franca tem mais benefícios do que quem aqui se instalou, do que quem aqui investiu seus negócios, porque remete as mercadorias com alíquota zero ou com isenção de PIS-Cofins. Então, precisou-se da Justiça para acabar essa desigualdade, para estender esse benefício a quem também aqui comercializa. E o STJ, como eu disse, há mais de uma década, vem reconhecendo esse direito, vem dizendo que quem aqui comercializa entre empresas ou com pessoas físicas ou até mesmo quem presta os serviços têm esse direito de não incidência do PIS-Cofins, que será substituído pela CBS.

Então, se a Emenda Constitucional 132 fez prever a competitividade da Zona Franca de Manaus, é o momento para regulamentar o que apenas a Justiça tem reconhecido. E é nesse sentido que nós apresentamos ao seu gabinete, Senador, algumas sugestões de mudança no texto do PLP, justamente para que isso seja regulamentado e não seja mais necessário as empresas aqui instaladas, as empresas comerciais terem que recorrer à Justiça para ter esse direito garantido.

Como o Dr. Thomaz colocou ainda há pouco, se esse olhar para o comércio não for regulamentado, a questão do contencioso judicial – foi tão debatida uma maneira de acabar com esse contencioso na reforma –, pelo menos para as empresas instaladas na Zona Franca de Manaus, não vai terminar, porque nós compreendemos que a CBS é, sim, uma substituição do PIS e da Cofins. Por isso, os direitos conquistados em relação a PIS e Cofins aqui nas vendas internas precisam ser mantidos.

Nós também compreendemos que essa irmandade entre CBS e IBS é flexível, justamente pelo art. 92 do ADCT, ou seja, é uma previsão constitucional que permite tratamentos diferenciados entre CBS e IBS. Então, o que nós estamos requerendo não atinge a arrecadação estadual, não atinge a questão da regulamentação do IBS, mas apenas da CBS.

Trazendo um pouco sobre a importância do setor comercial para o Amazonas, aqui eu trago, apesar de estar representando a associação comercial, dados da nossa coirmã Fecomércio, levantados neste ano de 2024, em que 70% dos empregos formais do nosso estado estão no setor comercial, Senador. Daí a importância de você ter um segmento que não só garanta essa quantidade de empregos formais, mas também garanta que a nossa população seja beneficiada com a concepção da Zona Franca de Manaus.

Como eu disse há pouco, o comércio é o elo mais próximo entre os benefícios e a população. Então, se essa regulamentação sobre as vendas internas não ocorrer, a população é a primeira a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser prejudicada. Ela vai com certeza ter uma tributação maior ao consumir qualquer produto interno, ou numa compra interna ou qualquer prestação de serviços.

E volto a dizer: ninguém agiu de forma irregular. Todas as empresas beneficiadas pela não incidência de PIS e Cofins hoje têm esse direito porque a justiça assim reconheceu.

Para os senhores terem uma ideia da importância do tema, no âmbito dos repetitivos do STJ, nós temos o Tema 1239, e esse tema, que começou apenas com vendas a pessoas físicas, ou seja, não incidência de PIS e Cofins a pessoas físicas, em comercializações internas, foi estendido, semana passada, para toda espécie de venda, mesmo entre empresas, mesmo sendo B2B, e também sobre a prestação de serviços. Por quê? Porque é uma discussão, como eu disse, que se alonga aí há uma década. E durante todo esse período, não se tem nenhum precedente negativo nesses aspectos, são todos positivos aos contribuintes.

Então, o grupo de trabalho da reforma tributária – da Câmara dos Deputados e agora toda a regulamentação pelo Senado – não pode não observar esse fato. E se o objetivo da emenda constitucional foi manter as prerrogativas da zona franca e sua competitividade, isso também passa pelo comércio, Senador. Daí o nosso apelo, não é?

E registro que essa questão das vendas internas, pelo menos entre empresas, é inclusive reconhecida pela própria Receita Federal do Brasil, através da Instrução Normativa 2.121, de 2022, e também por um parecer da PGFN, que foi publicado dispensando inclusive contestações e recursos em processos que tratam do mesmo tema. Então, como nós não enxergamos, na regulamentação do texto do PLP 68, algo sobre o comércio, algo sobre essas vendas internas, seja entre empresas, seja a pessoas físicas, seja a própria prestação de serviços, isso significa que está sendo totalmente ignorada, por quem está à frente ou esteve à frente desse trabalho, a decisão da Justiça, a opinião da Justiça, trazendo sim prejuízos a todo um segmento.

Então, nesse sentido, Senador e todos que fazem parte da equipe que vai tratar da relatoria da reforma tributária, nós solicitamos sim um olhar, uma atenção maior ao setor comercial, especialmente para garantir essa não incidência da CBS – estou falando exclusivamente da CBS – nessas vendas internas, seja entre empresas, seja para pessoas físicas, para a população da Zona Franca de Manaus e de todo seu entorno, não é? Amazonas, infelizmente, conta o interior pouco desenvolvido. Então, Manaus é a grande cidade do estado, não é? É a cidade onde a população do interior também recorre quando precisa de algo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é nesse sentido que nós pedimos atenção às propostas que foram apresentadas ao senhor, Senador, justamente para que essas prerrogativas que o comércio conseguiu garantir nesta última década também sejam convalidadas agora no texto do PLP 68, que trata sobre a regulamentação do IBS e da CBS e tem um capítulo especial dedicado à Zona Franca de Manaus.

Quero só registrar aqui um abraço do Dr. Jorge Lima ao senhor, Senador, que foi nosso Presidente aqui da ACA, e também do nosso Presidente atual, o Bruno Pinheiro.

Muito obrigado a todos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu agradeço ao Sr. Pedro Câmara Júnior. Eu acho que ficou muito clara a preocupação da associação comercial e dos comerciantes em geral da Zona Franca de Manaus.

E, agora, eu passo a palavra ao Sr. Jeanete Portela, mais conhecido como Portela – em Manaus todo mundo o chama de Portela –, que é Advogado da Federação das Indústrias do Amazonas e do Cieam (Centro da Indústria do Amazonas), inclusive Conselheiro do Cieam.

Aqui, ele está representando a Fieam em nome do Sr. Antonio Silva, Presidente da Fieam, e também o Cieam, o Centro da Indústria, em nome do Sr. Presidente Luiz Augusto Rocha.

Portanto, eu passo a palavra por dez minutos, com tolerância de cinco, para o Sr. Jeanete Portela.

O SR. JEANETE VIANA PORTELA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador.

Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de cumprimentar o Senador Eduardo Braga e, ao mesmo tempo, agradecer o convite para que a federação das indústrias estivesse participando desta importante audiência.

Na oportunidade, também agradeço ao Presidente Antonio Silva, da Federação das Indústrias do Amazonas, por ter me atribuído essa incumbência, a qual considero um privilégio.

Estendo os meus cumprimentos a todos os integrantes da mesa, fazendo uma referência aqui também ao Exmo. Sr. Senador Davi Alcolumbre, Presidente desta CCJ, aos Exmos. Srs. e Sras. Senadores e Senadoras, membros da Comissão e demais Parlamentares presentes.

Muito bem. Falar depois de falas tão importantes como as que compartilhamos hoje aqui, a partir do próprio Senador e, em seguida, do Secretário Bernard Appy, do Deputado Hauly e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguns amigos como o Thomaz, o Nivaldo, o Bento e, por último, o Sr. Luiz Dias, é, por um lado, desafiador, mas, por outro lado, devo confessar que facilita muito a minha missão, pois eu constatei que boa parte das questões aqui já foram muito bem endereçadas, então isso me dá até um certo conforto.

Em primeiro lugar, eu não posso deixar de reafirmar as nossas congratulações aos Srs. e Sras. Parlamentares, membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, destacando a atuação da bancada do Amazonas e dos Srs. Relatores das Casas por ocasião da tramitação da PEC 32, respectivamente, Deputado Aguinaldo Ribeiro e Senador Eduardo Braga, pelo legado deixado por este Parlamento, na forma da promulgação da Emenda Constitucional 132, de 2023, que, de fato, nos entregou um novo sistema tributário, que deve alçar o nosso país a outro patamar de competitividade e produtividade, com o IVA similar àqueles adotados pela maioria dos países membros da OCDE, em termos de tributação, uma tributação moderna sobre o consumo.

Fato é que hoje temos a nossa tão almejada e decantada reforma tributária, por décadas, diga-se de passagem, agora concretizada pela Emenda Constitucional 132, de 2023, entregando-nos um IVA de não cumulatividade plena, compatível com os IVAs mais modernos já implementados e trazendo inovações como a do Comitê Gestor e o *split payment*, que certamente serão objeto de observação por outras economias globais.

Dito isso, sobre a Zona Franca de Manaus, é necessário dizer que este Congresso Nacional, também de forma sábia, atento ao disposto nos arts. 40 e 92 do ADCT, ratificou a salvaguarda constitucional do modelo ao introduzir o art. 92-B no ADCT, através da Emenda Constitucional 132, de 2023, assegurando o diferencial competitivo da Zona Franca de Manaus aos níveis vigentes em 2023. Isso demonstra o acatamento ao que foi determinado pelo Constituinte originário de 1988 e o reconhecimento do nosso Parlamento à Zona Franca de Manaus, como um dos mais exitosos modelos de desenvolvimento regional já implementados. E podemos constatar isso pela ratificação a esse ponto já expresso pelas diversas falas que compartilhamos hoje.

Agora, temendo, mas já assumindo o risco de ser repetitivo, eu gostaria rapidamente de destacar os números atuais da Zona Franca de Manaus, do Polo Industrial de Manaus, principal motor propulsor da economia do Estado do Amazonas. Senador, o senhor, como Governador do Estado do Amazonas por dois mandatos, é a maior testemunha desse fato. Nós temos, projetada para este ano corrente, uma receita total em torno de R$200 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Zona Franca de Manaus adquire insumos nacionais em números da ordem de R$15 bilhões por ano; insumos regionais da ordem de R$18 bilhões por ano. São mais de 500 indústrias instaladas, representadas pelos polos eletroeletrônico e informática, duas rodas, químico-metalúrgico, termoplástico, mecânico, descartáveis, embalagens, bebidas etc. Atualmente são mais de 120 mil empregos diretos, o que resulta em mais de 500 mil empregos totais. Estamos falando de uma capital com uma população em torno de 2,2 milhões de habitantes.

E vejam, com todos esses números que são por demais representativos para a nossa região, para o Estado do Amazonas, representamos simplesmente menos de 1,5% do PIB nacional. E vamos além, a Zona Franca de Manaus e o Polo Industrial de Manaus proporcionam retornos para a sociedade que a colocam senão em patamar de igualdade, mas como uma das capitais mais desenvolvidas do país.

Eu diria também que a Zona Franca de Manaus, na realidade, não é tão franca. A Zona Franca de Manaus proporciona anualmente, de recursos públicos, algo em torno de R$31 bilhões. Isso, falando-se em tributos federais e estaduais e nas chamadas contrapartidas aos incentivos concedidos.

É sempre necessário citar o que costumamos chamar de a cereja do bolo, que é a nossa Universidade do Estado do Amazonas, da qual tive o privilégio de participar desde as discussões iniciais à sua implementação e de ter a satisfação, inclusive, de ter um filho formado pela Universidade do Estado do Amazonas. Vejam a concretude desse projeto que está espalhado por diversos municípios do Amazonas, dando oportunidade a milhares de estudantes, a milhares de jovens, com essa missão de formação de capital intelectual que, ao final, encontram emprego de qualidade no Polo Industrial de Manaus, enfim, na Zona Franca de Manaus – sem falar, naturalmente, no impacto ambiental, aqui já definido diversas vezes, em que nós temos a nossa floresta preservada: fala-se em algo em torno de 96%, 97%.

Senhores, portanto, agora o desafio e a responsabilidade que todos temos, neste momento em que discutimos a legislação complementar, é fazer refletir o que já garantido está pela Constituição através do art. 92-B do ADCT, já aqui citado diversas vezes. O que devemos admitir é que não é uma tarefa fácil, sabedores que somos de que o diferencial competitivo da Zona Franca de Manaus está distribuído entre os diversos instrumentos e dentro de um sistema tributário complexo que envolve tributos como o IPI, o ICMS, o PIS, a Cofins etc. Mas, senhoras e senhores, podemos dizer também que o PL 168, de acordo com o seu texto atual, andou bem em relação à garantia da competitividade da Zona Franca de Manaus ao propor tratamentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferenciados tanto em relação ao IBS e à CBS e mesmo em relação ao IPI, na tentativa de replicar, em termos gerais, os diversos mecanismos hoje existentes.

O PL propôs tratativas adequadas às importações a partir da Zona Franca de Manaus após a aquisição de insumos de outras regiões, replicou na CBS a tributação diferenciada do PIS-Cofins, manteve o IPI para os produtos fabricados na Zona Franca de Manaus em termos gerais e tentou replicar o IBS em um tratamento diferenciado do ICMS decorrente da política e dos incentivos fiscais. Porém, como mencionei, não é uma tarefa trivial.

No que pese a dedicação e esforço de todos os envolvidos, alguns pontos demandam ajustes finos, privilegiando os princípios da neutralidade, também aqui já referidos, e segurança jurídica, para que, de fato, a competitividade da Zona Franca de Manaus seja resguardada. Abordarei rapidamente, de forma objetiva, alguns desses pontos.

Falando sobre o IBS, o crédito presumido na saída da Zona Franca de Manaus: o texto atual considera as faixas padrão de crédito estímulo por segmento, porém reduz o crédito a dois terços e, ao final, não considera produtos hoje detentores da faixa de 100%, além daqueles do setor de informática, que é mencionado no texto, assim como outros segmentos hoje detentores de créditos estímulos diferenciados, em decorrência dos adicionais de regionalização constantes na legislação de incentivos estadual.

Penúltimo, inova ao criar regras para extinção dos créditos presumidos para a Zona Franca de Manaus, estabelecendo este prazo de seis meses para extinção do crédito presumido e veda o ressarcimento. Ora, entendemos que ter um tratamento distinto para a Zona Franca de Manaus em relação à extinção dos créditos não é razoável. A Zona Franca de Manaus deveria estar sujeita à extinção do crédito, na forma como estabelecido pela legislação tributária em geral, de cinco anos. Além do que, vedar o ressarcimento seria tolher a vocação da Zona Franca de Manaus em desenvolver segmentos exportadores que, bem sabemos, estão sujeitos a acúmulo de créditos.

Ainda é necessário mencionar a questão do IPI, senhoras e senhores. O tratamento do IPI dispensado nessa proposta de texto contempla aqui vários segmentos, principalmente aqueles com produtos com alíquotas inferiores a 6,5%, que, no final, têm uma compensação na CBS, um diferencial de 4%, mas não contempla o crédito presumido assegurado aos adquirentes nas compras de bens intermediários. Esse é um ponto a ser tratado aqui a bem da segurança jurídica e, como já mencionado, da questão da neutralidade proposta como um princípio preponderante dessa reforma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, entendemos que, com esses ajustes em relação aos créditos presumidos no IBS na saída, com a supressão dessa vedação ao ressarcimento dos créditos; além do restabelecimento, a extinção do crédito presumido para a Zona Franca de Manaus aos níveis já previstos de cinco anos, como praxe na legislação tributária corrente; além de assegurar esse tratamento diferenciado de IPI para todos os produtos com projeto aprovado na Zona Franca de Manaus e garantir que o crédito presumido pelo adquirente de bens intermediários seja efetivo; isso se faz necessário para termos de fato o que já está disposto na Emenda Constitucional 132 preservado.

Para finalizar, destaco aqui um último ponto em relação à restrição dos incentivos para produtos com similar nacional. Nós temos chamado a atenção para esse ponto, porque na verdade essa regra pode restringir, na realidade, uma competência do próprio Executivo. Nós já tivemos situações em que embora o produto tivesse fabricação nacional, era incipiente e não era competitivo em relação aos importados, uma situação que foi tratada no âmbito da Zona Franca de Manaus. E, ao manter essa regra tão rígida, a própria autonomia, a própria competência do Executivo na análise dos PPBs e, enfim, no direcionamento dos incentivos ou produções para a Zona Franca de Manaus estaria restrita.

Senador Eduardo Braga, mais uma vez, muito obrigado pelo convite, pela atenção, senhoras e senhores. No final são essas as nossas contribuições, destacando que basicamente as mesmas já foram de alguma forma endereçadas a essa relatoria. Assim, eu concluo a minha fala, mais uma vez, agradecendo a oportunidade e colocando a Federação das Indústrias e o Centro da Indústria – aqui falando em nome do Presidente Antonio Silva e do Presidente do Conselho Superior do Cieam, Luiz Augusto Rocha – à total disposição para colaborarem no que necessário for para o bom andamento dos trabalhos dessa CCJ.

Muito obrigado, Senador, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agradecemos ao Dr. Portela, como sempre muito gentil, muito simpático e competente.

Eu agora agradeço aos componentes da mesa, ao Nivaldo, ao Dr. Thomaz, ao Dr. Bernard Appy, que tem sido incansável também nessa reforma tributária – acho que, além de mim, é o único cara que tem mais horas do que eu dedicado a isso; o Hauly também, não é? –, e ao Bento. Eu agradeço a participação e convido os senhores a continuarem aqui na audiência pública, formando aqui a primeira bancada do Plenário da CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E convido agora, para a segunda mesa, o Sr. Luiz Frederico Oliveira de Aguiar, Superintendente-Adjunto da Zona Franca de Manaus, representante do Sr. Bosco Saraiva, Superintendente da Suframa; o Sr. Hamilton da Fonseca Caminha, Vice-Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus, representante do meu amigo Ralph Baraúna Assayag, Presidente da CDL/Manaus. Convido também o Sr. Milton Carlos Silva e Silva, Assessor Jurídico Tributário da Federação do Comércio do Estado do Amazonas, representante do meu amigo Aderson Santos da Frota, Presidente da Federação do Comércio do Amazonas; e o Sr. José Jorge do Nascimento, Presidente Executivo da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros).

Sejam todos muito bem-vindos!

Eu passo a palavra, por dez minutos com tolerância de mais cinco minutos, ao Superintendente Adjunto Executivo da Superintendência da Zona Franca de Manaus, Sr. Luiz Frederico Oliveira de Aguiar.

O SR. LUIZ FREDERICO OLIVEIRA DE AGUIAR (Para expor.) – Senador Eduardo Braga, primeiramente muito obrigado pelo convite feito à Zona Franca de Manaus. O Senador Eduardo tem sido um grande, como sempre foi, um grande defensor da Zona Franca, mas ultimamente tem sido um guerreiro, um grande líder em favor da nossa Suframa também e da Zona Franca de Manaus.

Sras. e Srs. Congressistas aqui presentes, senhoras e senhores representantes da indústria do comércio da Zona Franca de Manaus, na pessoa do Presidente do Cieam, grande parceiro também da nossa Suframa, Luiz Augusto, gostaria de cumprimentar todos os representantes da indústria e, na pessoa do representante do comércio, Dr. Hamilton da Fonseca, todos os representantes do comércio da Zona Franca.

Em nome do nosso Superintendente Bosco Saraiva e do nosso Ministro e Vice-Presidente Geraldo Alckmin, agradeço o convite, também pela oportunidade de contribuir com o debate tão importante para todos nós na Amazônia.

A manutenção das cestas de incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus e das áreas de livre comércio, visando fomentar o consumo interno e a indústria de transformação na Amazônia Ocidental e no Amapá, reafirma o compromisso do Governo Federal em desenvolver a região com a factível possibilidade de integrar a produção da indústria verde na Amazônia com as cadeias produtivas já estabelecidas em nosso polo industrial. Em meio às diretrizes da nova política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

industrial brasileira, que apontam os esforços institucionais para atingirmos elevados graus de inovação e de sustentabilidade, torna-se ainda mais relevante garantirmos meios que permitam uma produção limpa, fabril, no centro da indústria da Amazônia brasileira e que possui importantes reflexos para a economia regional e nacional.

Temos no Amazonas um setor secundário importante para o abastecimento da demanda doméstica de bens de alto valor agregado que gera empregos no Brasil a partir da fabricação de produtos brasileiros e mantê-la significa contribuir para que se reverta a persistente perda de representatividade do valor adicionado da indústria nacional na composição do PIB brasileiro, o que se convencionou chamar de desindustrialização e que no Brasil ocorre de maneira precoce quando se compara às outras economias; o fenômeno já aconteceu com população de padrões de renda mais elevados.

Por essa razão, estivemos tranquilos ao se reafirmarem as garantias constitucionais para a manutenção da Zona Franca de Manaus e das áreas de livre comércio, a partir da promulgação da Emenda 132, de 2023, que previu a possibilidade de instituição de instrumentos econômicos, financeiros e tributários que mantivessem o diferencial tributário ao regime de exceção. Registro que o papel da bancada federal do Amazonas e da nossa região foi fundamental no processo de aprovação e de regulamentação da reforma, no que tange aos mecanismos da Zona Franca de Manaus, cujos instrumentos foram indiscutivelmente aprimorados no Projeto de Lei Complementar 6.824.

No entanto, a Suframa tem acompanhado os debates técnicos junto ao Comitê de Assuntos Tributários Estratégicos do Estado do Amazonas, dos quais participam também, de maneira atuante, entidades de classe de relevo, como o Centro da Indústria do Amazonas, a Federação das Indústrias do Amazonas, a Eletros – aqui representada pelo seu Presidente Jorge Júnior, que foi servidor da Suframa, um grande orgulho do Amazonas, um amazonense que lidera uma associação de produtores industriais nacional –, a Abraciclo, que também está presente, e tantos outros, como também de outros fóruns que se debruçam sobre esse tema.

Também nos colocamos à disposição a Suframa para contribuir com subsídios técnicos durante todo esse processo de construção das soluções que permitirão a manutenção da Zona Franca de Manaus. Sobretudo, quisemos ouvir dos agentes políticos e econômicos sobre suas percepções e necessidades.

Nesse ambiente, percebemos a conversão entre a avaliação de diversos atores, de que alguns pontos do PLP 6.824 precisam ser ainda mais aprimorados, no sentido de atender ao que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora consta no art. 92-B, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que é de manter, em caráter geral, o atual nível de competitividade da Zona Franca de Manaus e das áreas de livre comércio.

Portanto, senhores e senhoras, todas as alterações que serão aqui propostas partem da premissa básica de que se busca apenas manter – não ampliar, tampouco reduzir – o padrão de competitividade da Zona Franca de Manaus e das áreas de livre comércio.

Em respeito à dinâmica da nossa região, Senador Eduardo, também, não vou me ater a detalhes específicos, porque os que me antecederam e que me sucederão também serão atentos a esses pontos, mas adianto que eles estão relacionados, sobretudo, à não incidência da CBS nas operações internas do comércio, à extinção das regras de temporalidade para o aproveitamento dos créditos presumidos, sobretudo o método de apuração do crédito presumido nas operações de venda da produção, e à viabilidade de reconhecimento da excepcionalidade para bens em condições desfavoráveis de competitividade.

O fim da regra de proteção para produtos novos na Zona Franca apenas para quando não houver similar nacional; isso é relevante para os produtos que virão, que é tecnologia e inovação, não é? A não imposição de processo produtivo básico para as áreas de comércio também é uma preocupação nossa, uma vez que não há PPB para áreas de comércio. Isso poderia representar um problema para eles, já que a regra atual é a utilização de matéria-prima regional como maneira preponderante.

Então, essas são pontuadas as principais preocupações que afligem tanto a indústria quanto o comércio na nossa área de atuação. Senador Eduardo Braga, demais Parlamentares aqui presentes e senhoras e senhores representantes da indústria e do comércio, reafirmo o compromisso da Suframa para com este debate, para que a Zona Franca de Manaus e as áreas de livre comércio...

Senador Eduardo, a gente fala muito da Zona Franca, mas nós, na Suframa, também atuamos na Amazônia Ocidental como um todo, como o senhor bem afirmou, e nas áreas de comércio, que estão no Amapá, que estão em Roraima, que estão no Acre e estão em Rondônia.

Então, há um compromisso da Suframa com este debate, para que a Zona Franca e as áreas de comércio tornem-se ainda mais fortalecidas ao final dessa regulamentação da reforma tributária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também eu gostaria de reiterar os nossos agradecimentos por esta honrosa oportunidade de estarmos aqui representados, Senador, e o mais relevante é deixar muito claro que a gente, na Suframa, entende que a manutenção é o que nós queremos, para garantir a previsibilidade, para garantir investimento novos...

Aliás, nós temos recebido investimentos novos na zona franca, fábricas novas, sendo... Ainda em meio a essa reforma, temos recebido grandes fábricas, novas, na zona franca. Então, o Amazonas e a zona franca pretendem apenas que aquilo que nós temos seja mantido, e a zona franca, em nome do Bosco Saraiva, somos muito gratos pela sua convocação, pelo seu convite à Zona Franca de Manaus, e nos colocamos sempre à disposição do debate desta Comissão e deste Congresso, sempre que necessário.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu quero agradecer a participação do Fred, destacar a objetividade da apresentação... Eu prestei muita atenção na sua objetividade.

Eu gostaria de fazer aqui o registro da presença do nosso amigo Luiz Augusto Rocha, do Cieam.

Seja muito bem-vindo. A sua presença aqui é extremamente relevante a este debate.

Gostaria de cumprimentar o meu amigo de muitos anos Armando Ennes, também do Cieam, aqui presente.

Também quero cumprimentar o Presidente da Abir, o Sr. Victor Bica, que aqui está presente, nesta audiência pública.

Sejam todos muito bem-vindos. A importância dos senhores, nesta audiência pública, é muito relevante.

Eu quero passar a palavra ao Sr. Hamilton Caminha, meu amigo de muitos anos, Vice-Presidente da Câmara de Diretores Lojistas de Manaus, representando o também meu amigo Ralph Assayag.

Passo a palavra, por dez minutos, com uma tolerância de cinco minutos, ao amigo Hamilton Caminha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON DA FONSECA CAMINHA (Para expor.) – Muito bom-dia, senhoras e senhores participantes desta audiência, Senador Eduardo Braga, demais componentes da mesa, nas pessoas de quem saúdo a todos os presentes...

Esta audiência pública já é a... Só um minutinho... (*Pausa.*)

O arquivo foi trocado aqui.

Como bem disse o Luiz Frederico, aqueles que me antecederam falaram bastante sobre os temas que a gente vem abordar aqui.

O comércio da Zona Franca de Manaus, dentro da Emenda Constitucional 132, se sentiu bem-abordado e bem-protegido dentro dessa reforma tributária em nível constitucional, no entanto, a regulamentação da reforma tributária, por meio do PLP 68, vem sendo debatida pelo comércio ao longo do seu trâmite desde a Câmara dos Deputados, e até hoje nós vemos que os nossos pleitos não têm ainda surtido efeito.

A nossa colocação como foi feita desde o Thomaz, aqui presente, nesta audiência, como também pelo Dr. Pedro Câmara, representando a ACA, também fez, é no sentido de manutenção do que hoje o comércio tem, além do que está previsto na legislação que trata da Zona Franca de Manaus, do PIS e Cofins.

Nós temos dois pontos principais: um é o PIS e Cofins na Zona Franca de Manaus, nas operações internas da Zona Franca de Manaus. Foi aqui ressaltado que a Zona Franca de Manaus é composta por três setores econômicos; na realidade, o comércio não só faz parte de um desses setores como também o real nascimento da Zona Franca de Manaus foi com uma zona de comércio, em 1957. Em 1967, ela veio a ser aprimorada pelo Decreto-Lei 288, acrescentando atividades industriais. Até então, era um porto de importação, exportação e comercialização de bens de consumo – essa era a finalidade maior da Zona Franca de Manaus até então –, e hoje a gente não vê, quando se trata de Zona Franca de Manaus, se falar do comércio.

O art. 40, logo na sua parte central, fala, com todas as letras, que a manutenção dos incentivos fiscais passa pelas características de área de livre comércio de exportação e importação e de incentivos fiscais. A indústria é relevantíssima e veio a impulsionar o projeto da Zona Franca de Manaus a partir de 1967. Ninguém aqui do comércio é capaz de dizer alguma coisa contrária a isso, mas o que nós dissemos – e que foi muito bem colocado aqui – é que o comércio faz parte desse programa e é o comércio que faz com que se reflita mais no local sobre esses incentivos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dentro da Zona Franca de Manaus, para eles se espraiem naquelas paragens, porque nós temos amazonenses lá que conservam a floresta, mas eles têm que viver com dignidade.

A indústria, como toda a indústria de ponta, como nós temos lá na Zona Franca de Manaus, é aberta ao Brasil e até para o exterior. Para os senhores terem uma ideia, aproximadamente 93% da produção da indústria da Zona Franca de Manaus vai para fora da Zona Franca de Manaus. A produção consumida pela Zona Franca de Manaus – pelo Amazonas, no caso – é de aproximadamente 7%, historicamente. O brasileiro, como um todo, usufrui dos incentivos dados para a indústria, porque recebe produtos de alta tecnologia com preços competitivos com o mercado do exterior, e apenas 7% ficam no local.

Então, a indústria traz o movimento econômico para a localidade, através de empregos, através de tributos pagos ao estado, mas é o comércio que faz essa economia circular no ambiente, projetando o futuro da economia do estado, gerando riqueza também, gerando valor agregado. Nós temos aproximadamente 52% do ICMS recolhido no Estado do Amazonas pelo comércio. Nós temos internamento de mais de 48% para o comércio da Zona Franca de Manaus também, para vocês entenderem a dimensão do comércio. E 361 mil empregos são gerados pelo comércio.

Então, o que se vê aqui é que dois pontos do PL principalmente não estão sendo abordados dentro dessa regulamentação da Emenda Constitucional 132. O principal deles que eu vejo é a questão da CBS nas vendas internas da Zona Franca de Manaus. Nós temos que o art. 442 do PL diz claramente que a CBS tem alíquota zero em operações iniciadas fora da Zona Franca de Manaus com destino a contribuinte da Zona Franca de Manaus. Ora, veja: as operações originadas fora da Zona Franca de Manaus são operações de contribuintes que logicamente se beneficiam do incentivo da Zona Franca de Manaus para repassar para a Zona Franca de Manaus, não porque estejam dentro do programa que vai desenvolver a região, porque eles estão fora da Zona Franca de Manaus. Eles não pagam a CBS para vender para a Zona Franca de Manaus e mantêm o crédito das operações antecedentes. Por outro lado, aquele contribuinte que se encontra localizado na Zona Franca de Manaus, que faz a comercialização de bens e serviços na área, não está contemplado com qualquer benefício da CBS lá. Então, você veja, ele recebe sem a CBS e, quando revende, ele paga na integralidade a CBS naquela produção, e o preço vai ser composto pela CBS.

Então, tanto o comerciante que está na Zona Franca de Manaus quanto o consumidor da Zona Franca de Manaus não estão sendo beneficiados por esse incentivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso aí representa na realidade um tratamento discriminatório, porque nós temos um incentivo que é intitulado como incentivo para a Zona Franca de Manaus, mas que está sendo dado para quem está fora da Zona Franca de Manaus; por outro lado, quem está na Zona Franca de Manaus não está gozando de incentivo igual – não é nem incentivo maior, como era para ser no caso da Zona Franca de Manaus, no qual quem está na Zona Franca de Manaus devia ter um incentivo maior do que quem está fora. Neste caso, quem está fora está tendo benefício e quem está na Zona Franca de Manaus não está tendo benefício – nem o consumidor, nem o comerciante. Esse é um ponto.

Outro ponto é que, quando nós estamos falando de venda para uma PJ que vai consumir, esse incentivo se torna ainda mais maléfico. Por quê?

(*Soa a campainha.*)

O SR. HAMILTON DA FONSECA CAMINHA – Porque aquele contribuinte que é uma empresa que está localizada na Zona Franca de Manaus que vai consumir produtos vai ser induzido a comprar de quem está fora da Zona Franca de Manaus, porque o distribuidor, o atacadista que está na Zona Franca de Manaus vai vender com PIS e Cofins integral, tá? E essa pessoa, se decidir comprar de quem está fora, vai receber sem PIS e Cofins... desculpe, sem CBS e sem IBS – vale ressaltar –, ainda que ele esteja comprando para o seu consumo ou ativo imobilizado.

Veja bem, nesse caso, o PL inovou em cima do ICMS, porque na época do ICMS, até agora, esse incentivo para lá só...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Você está falando da não incidência de IBS também?

O SR. HAMILTON DA FONSECA CAMINHA – Não, eu estou chamando a atenção: a inovação do PL com relação ao IBS veio trazer uma situação que não existia, que é o incentivo para venda para consumo e ativo, que o ICMS só tinha para industrialização.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Está falando de bens de capital, é isso?

O SR. HAMILTON DA FONSECA CAMINHA – Bens de capital e bens de consumo, porque agora não tem mais distinção. O ICMS era somente para quem comprava para vender na zona franca ou para industrializar na zona franca. O IBS, não, ele tem esse dispositivo, que ele abriu, ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não está mais restringindo. Então, para qualquer destinação dentro da Zona Franca de Manaus vai ter a alíquota zero de IBS, como da CBS. Então, é mais um fator...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HAMILTON DA FONSECA CAMINHA – É, entendeu? Então, o varejista vai ter uma concorrência desleal ali, porque... Aliás, o varejista vai ter uma concorrência, porque vai ter a tributação, e quem comprar de fora não vai ter, mas quem comprar para consumo, uma PJ, esse vai ter uma concorrência desleal tremenda, porque ele vai ter as duas situações. O atacadista e distribuidor do Amazonas vai pagar os dois, IBS e CBS, e quem comprar de fora não vai ter nenhum dos dois, então nós estaremos utilizando o incentivo da zona franca para promover uma concorrência desleal para quem está situado na Zona Franca de Manaus. Esse é um ponto importantíssimo para se destacar, que nós estamos falando aqui.

Um outro ponto, o segundo ponto para o qual eu quero chamar a atenção, é que, com relação ao IPI, nós tivemos aí uma salvaguarda com as alíquotas geradas para os produtos efetivamente produzidos na Zona Franca de Manaus.

Aqui não se cansa de falar que o incentivo mais importante da zona franca é o IPI, não é? Então, por isso, foram protegidos os produtos que são efetivamente produzidos na Zona Franca de Manaus. Porém, o comércio não se atém apenas a essa lista de produtos. O comércio se atém a todos os produtos. Qualquer produto produzido ou não na Zona Franca de Manaus e até mesmo no Brasil passa pelo comércio. Se você vai comprar um biscoito, por exemplo, que não é produzido na Zona Franca de Manaus, você vai comprar um calçado que não tem produção na Zona Franca de Manaus, não vai ter mais o IPI no Brasil inteiro nem para importar. E a venda na Zona Franca de Manaus, principalmente no varejo, em que a margem é muito pequena... Segundo um recente estudo do Márcio Holland e do Prof. José Maria Arruda, a margem do varejo é diminuta, é questão de 6%, 7%.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HAMILTON DA FONSECA CAMINHA – E nós vamos ter, só com a inclusão nessa transação do varejo na Zona Franca de Manaus, 8,9%, porque ele vai tirar de dentro a base do ICMS e vai colocar a CBS em cima.

Agora, com relação a quando nós estivermos falando de não termos mais a cobertura da proteção do IPI, essa questão vai ser mais relevante ainda. Se existisse simplesmente a imposição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da CBS aqui na zona franca, nós teríamos uma condição realmente muito grave. Mas, sem a proteção do IPI, isso se torna insustentável.

Por isso, eu gostaria de passar para a nossa proposta, que, desculpe, eu troquei na hora de colocar e não sei se está aí. Mas a nossa proposta se baseia em dois pontos.

Um é com relação à CBS, em que está se pedindo o tratamento isonômico que é dado para o contribuinte que está fora da zona franca quando vende para a zona franca. Ele vende com alíquota zero da CBS e mantém o crédito das operações antecedentes. Esse tratamento nós queremos que seja passado para o contribuinte que se encontra na Zona Franca de Manaus. Ele teria aí um crédito, que seria um crédito presumido, mas igual ao da operação antecedente, e ele não teria tributação na venda dentro da Zona Franca de Manaus das mercadorias nacionais para qualquer destinatário. Por que para qualquer destinatário? Ali está se baseando na equiparação à exportação, que surgiu para todas as situações, inclusive daquele que está fora da zona franca para a Zona Franca de Manaus. Na exportação, se nós virmos o art. 8º do PL 68, as operações de exportação são imunes não importando a quem. Então, não há essa distinção de o destinatário ser pessoa física ou jurídica. A exportação é imune independentemente disso. E, por isso, então, não há que se fazer, dentro da Zona Franca de Manaus, uma distinção. Então, seria este o primeiro pleito.

E, por último, nesse pleito, nós estaríamos salvaguardando, como todos do comércio estão fazendo expressamente, a questão do IBS, baseado no §5º do art. 92-B, que diz que, neste particular de crédito presumido e isenções, não se precisa tratar da mesma forma a CBS e o IBS. Portanto, nesse caso, o IBS seria salvaguardado para garantir a arrecadação do estado em uma parte das operações promovidas naquela localidade.

E, por último, com relação ao IPI, a falta da competitividade, do diferencial competitivo que a zona franca tinha com a isenção aqui e com a tributação fora, não mais existindo para os bens do comércio que não estão contemplados na lista da indústria, teria como uma compensação, a questão da isenção da CBS e do IBS na importação, só na importação, porque na realidade ela seria para que a zona franca realmente fosse uma zona franca de fato na questão dos produtos importados. Então, esses seriam os dois pleitos que a CDL está trazendo aqui para CCJ.

A gente agradece muito a atenção dos senhores e nos colocamos à disposição para esclarecer em maiores detalhes todas essas questões colocadas aqui.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu agradeço a contribuição do Dr. Hamilton Caminha e pediria que o Dr. Hamilton enviasse aqui para CCJ esses dois pontos que não estão na apresentação, que são as sugestões do CDL Amazonas, está?

Eu passo a palavra ao Sr. Milton Carlos Silva e Silva. São dois Silva, para não deixar dúvida, não é? Parte de pai e de mãe. É Silva ao quadrado.

O SR. MILTON CARLOS SILVA E SILVA – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Assessor Jurídico Tributário da Federação do Comércio do Estado do Amazonas, Fecomércio, representando o Aderson Frota, meu amigo de muitos anos.

Por favor.

O SR. MILTON CARLOS SILVA E SILVA (Para expor.) – Boa tarde a todos aqui. Boa tarde, Senador Eduardo Braga, na pessoa de quem eu cumprimento todos que estão presentes aqui, compondo a mesa.

Bom, como bem disse o meu colega Hamilton Caminha, a gente tem uma preocupação muito grande com relação aos impactos dessa reforma tributária, principalmente no comércio. O senhor mesmo, Senador, disse, logo no início da apresentação, que é preciso trazer para o comércio os benefícios da Zona Franca de Manaus. E realmente, quando a gente olha o PLP 68, basicamente o que se vê é que não existe benefício algum para o comércio, pelo contrário, você tem benefícios para os comerciantes de fora, como bem explicou o Hamilton, e os comerciantes locais não terão benefício algum.

Assim, para não ser repetitivo e não entrar naquilo que o Hamilton já falou, que é basicamente também os nossos pleitos da Federação do Comércio com relação à igualdade da CBS, a alíquota zero para importação e também a equiparação da Zona Franca de Manaus com as áreas de livre comércio que tem nos outros estados, porque também isso está garantido pela Emenda Constitucional 132.

Então, basicamente, quando a gente pode olhar aqui, o setor varejista do Estado do Amazonas... O setor varejista do Estado do Amazonas está impactado aqui. Hoje nós temos 19,7 mil CNPJs abertos em Manaus; 70% dos CNPJs do Estado do Amazonas estão em Manaus, dentro da Zona Franca de Manaus. São 27,9 mil ao todo, nós temos 219,8 mil trabalhadores diretos, entre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formais, com 11% do PIB, isso o setor varejista, tá? O setor varejista com mais de 600 mil empregos diretos, está? E...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Mas isso é varejo ou...

O SR. MILTON CARLOS SILVA E SILVA – Não, isso é o varejo. É o varejo, tá?

E nós temos R$16 bilhões anuais de massa salarial, isso no setor varejista.

Pode passar, por favor, o eslaide.

Então, para a gente poder ter esses impactos, a gente pegou alguns parâmetros básicos. No caso, o PLP, como nem todos os benefícios foram transportados para a CBS e o IBS...

As operações internas do varejo, que são equiparadas à exportação... Isso já é pacífico em todos os tribunais, principalmente no STJ, com o tema repetitivo. Então, não existe mais discussão com o tema do PIS-Cofins. E a CBS é, sim, uma contribuição, como o próprio nome diz, e está substituindo o PIS-Cofins. Portanto, ela também tem o regime jurídico das contribuições de PIS-Cofins, ou seja, nós temos a imunidade de PIS-Cofins, no caso do comércio interno na Zona Franca de Manaus, como já reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal.

Pode voltar, por favor.

O art. 92-B foi muito claro ao dizer que vai se manter o diferencial competitivo da Zona Franca de Manaus, de forma ampla e geral. O que ampla e geral significa? A gente tem que entender o que isso significa. Ampla e geral significa que todos os benefícios anteriores a maio de 2023 estão mantidos, devem ser mantidos, de forma geral, não importa qual setor. Então, o comércio tem que estar abarcado pelo PLP 68.

E hoje, do jeito que está, o que vai acontecer é aquilo que já foi dito anteriormente: no primeiro dia, no dia um em que for aprovado, judicialização. Por quê? Já está pacífico no STJ o tema do PIS-Cofins. E, se não adequarem para a CBS, vai ter judicialização. Não tem como fugir disso, o comércio do Amazonas vai judicializar.

A estimativa desse ponto de tributação local do PIS-Cofins já acarreta um aumento de 9,7% sobre o preço final do produto. Esse cálculo foi feito pelo economista Holland, que já considerou toda a retirada da ICMS, da base de cálculo PIS-Cofins, para ajustar por fora e por dentro e para quantificar toda a incompletude dos benefícios da Zona Franca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, 9,7% já vão ter de cara aumento no preço. A gente já sabe que, basicamente, 10%... No dia seguinte, aumento de preço de 10% na Zona Franca de Manaus, no comércio interno.

Pode passar, por favor, o eslaide.

Com certeza, será repassado esse aumento de tributação para o contribuinte, só que, desta vez, o contribuinte vai enxergar. Ele vai enxergar porque, no IBS e na CBS, como é por fora, vai estar lá o preço do produto porque antes ele pagava R$100; agora, ele vai pagar R$110 pelo mesmo produto – no dia seguinte, R$110 –, só que ele vai ver lá que o preço do produto é R$80, tributo, R$30. Vai estar especificado. Agora ele vai entender o que ele está pagando, e isso é importante porque o contribuinte vai olhar e vai dizer: "Eita, espera aí, o que é isso aqui? Estou pagando mais caro e estou vendo aqui o imposto".

Ele vai ver o imposto, então vai ter uma revolta no dia seguinte, porque vai aumentar o imposto e ele vai ver: opa, não é o empresário malvado que está dando o imposto, não, foi o Governo que aumentou o imposto, justamente porque não respeitou o diferencial competitivo da Zona Franca de Manaus. Então, no dia seguinte, já vai ter revolta.

Como eu disse, o emprego total é 219,8 mil postos de trabalho, entre formais, isso no varejo. E a gente tem que entender que o varejo opera com uma margem muito pequena, ou seja, terá que se readequar. E a gente está falando do quê? Reajuste de preços e demissões. É o que vai acontecer, porque a margem vai ficar muito... Vai acabar com a margem. Então, você vai ter que ter demissão. E aí...

Por favor, pode passar o eslaide para mim.

Só para a gente poder identificar os três...

Não, o anterior.

No mercado de trabalho são basicamente três tipos de empregos que a gente tem: o emprego direto, que é criado pelo próprio setor; o indireto, que é gerado pelo setor varejista, como logística, tecnologia, o pessoal que entrega; e o emprego induzido, que é justamente do aumento de bens e serviços, não é? Então a gente tem esses três tipos de empregos, que vão ser impactados, no geral, pela reforma tributária já no *day* 1, no dia seguinte à implementação.

Por favor, pode passar o eslaide para mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só para vocês terem uma noção aqui, esse é o impacto que a gente já pode prever na Zona Franca de Manaus, se a gente não atentar para os itens solicitados, como a adequação da CBS, a alíquota zero na importação de CBS e IBS. Então a gente vai ter uma perda imediata de 63,9 mil postos de emprego, reduzindo R$1,78 bilhão em salário, em massa salarial e tudo mais. Isso vai deixar de rodar na Zona Franca de Manaus, esse dinheiro, ou seja, você vai ter, com redução de emprego, redução de renda. A gente vai ter menos comércio local, você vai ter menos arrecadação para o estado, menos arrecadação para o Estado do Amazonas, então começa a impactar tudo. Aí você começa a entrar numa espiral de negatividade.

E aí, depois vai reduzindo ainda mais, vai reduzindo ainda mais, até que morre a Zona Franca de Manaus, justamente por quê? Porque hoje é melhor você comprar de fora. Do jeito que está o texto hoje, eu, comerciante do Estado do Amazonas, eu não vou comprar do meu fornecedor aqui, eu vou comprar de fora para cá. Não tem por que eu comprar e revender para cá. Eu compro do estado de fora, compro de São Paulo, compro de Minas, não vou comprar do Amazonas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MILTON CARLOS SILVA E SILVA – É, exatamente.

Ou o que é que vai acontecer? Muita gente vai se mudar para Iranduba, e aí, vende de lá para cá, Porto Velho. Então vai acontecer isso, você vai ter...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Ou comércio eletrônico.

O SR. MILTON CARLOS SILVA E SILVA – É, ou o comércio eletrônico, que é...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MILTON CARLOS SILVA E SILVA – Que é o mais provável, que é o que vai acontecer.

Então, assim, o comércio local, basicamente, o varejo morre. O varejo, se continuar desse jeito, o varejo morre. Então é preocupante, não só porque não manteve os benefícios que estão, mas porque está prejudicando, porque hoje o benefício, como bem explicou o Hamilton, está melhor para quem está fora para dentro, de quem está fora da Zona Franca de Manaus enviando e vendendo mercadoria para quem está dentro da Zona Franca de Manaus. Quem está dentro não tem esse benefício. Então, assim, é realmente muito preocupante.

E é por isso que a Federação do Comércio vem aqui ratificar o pedido...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MILTON CARLOS SILVA E SILVA – ... que o Hamilton colocou, para que a gente possa ter alíquota zero ou isenção da CBS nas vendas internas da Zona Franca de Manaus; para ter o crédito presumido do IBS no envio das mercadorias nacionais para a Zona Franca de Manaus, a gente precisa, porque hoje é um benefício que já existe, e a gente quer que se mantenha; a alíquota zero do IBS e da CBS na importação, afinal, área de livre comércio tem que ter alíquota zero na importação para o varejo, até porque foi o que fez a Zona Franca de Manaus. Muito tempo atrás, quando eu me mudei para a Zona Franca de Manaus, ou para Manaus – eu sou de Porto Velho, Rondônia –, meu pai, Hamilton Almeida, esteve em Manaus, e o que bombava, o que realmente vivia era o comércio na Zona Franca de Manaus...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – O comércio de importados.

O SR. MILTON CARLOS SILVA E SILVA – O comércio de importados. Todo mundo ia para a Zona Franca de Manaus para poder comprar os importados porque era uma zona de livre comércio. Isso se perdeu, a gente não tem mais zona de livre comércio na Zona Franca de Manaus. Então é isso o que a gente entende, justamente porque esse foi o principal motivo de a Zona Franca de Manaus ter surgido, e a equiparação da Zona Franca de Manaus com áreas de livre comércio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu queria só fazer um comentário porque... O que que aconteceu? Nós não mudamos a legislação em torno da zona franca, de lá para cá, em relação aos importados. O que aconteceu – lembrava-me aqui o Fred – é que em um determinado momento, em um determinado governo, as barreiras contra os produtos importados acabaram. E aí a vantagem dos importados dentro da zona franca acabou deixando de existir. Porque senão quem está nos vendo vai dizer assim: "Não, mudaram e vocês perderam esse direito". Nós não perdemos esse direito. O que aconteceu foi que a vantagem comparativa que existia na zona franca comercial desapareceu por terem diminuído as barreiras do comércio. Não reduziram as barreiras da indústria e por isso a indústria permaneceu, senão a indústria tinha acabado.

O SR. MILTON CARLOS SILVA E SILVA – Exatamente.

Então, assim, é preocupante para a Zona Franca de Manaus e a gente, para poder... Isso, para ficar bem claro aqui, a Zona Franca de Manaus, hoje, precisa realmente do comércio. Como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem disse o Hamilton, ela é responsável por mais de 50% da arrecadação do Estado do Amazonas. E, no futuro, provavelmente, por 100% quase da arrecadação com a mudança da reforma tributária, já que vai agora ficar no destino. Então, quem consome é que paga. Então, é o comércio interno que vai garantir o todo o faturamento, basicamente, da Zona Franca de Manaus, já que, pela indústria, os bens produzidos na Zona Franca de Manaus não ficam quase no Amazonas, vão embora, vão para o Brasil inteiro. Então, isso também é...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É o que vai garantir a receita do estado, para não haver confusão também.

O SR. MILTON CARLOS SILVA E SILVA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Será exatamente o consumo do Amazonas é que vai garantir a receita tanto do estado quanto dos municípios, diferentemente do que acontece hoje, que nós somos financiados principalmente pelo comércio e pela venda para fora da indústria.

O Amazonas é um estado produtor e exportador, enquanto outros estados são consumidores e importadores.

O SR. MILTON CARLOS SILVA E SILVA – E a partir do momento em que já for aprovada a reforma tributária e que ela entrar em vigor, o Estado do Amazonas vai perder essa receita. Vai perder essa receita e vai depender do comércio. Se a gente não olhar para o comércio local, o impacto vai ser muito maior do que as pessoas estão prevendo na receita interna do Estado do Amazonas.

Então, era isso que a gente gostaria de enfatizar aqui, pela Federação do Comércio, para que todo mundo fique atento com relação a isso e para que possa ser atendido esse pleito nosso de manter os benefícios da CBS para a venda interna, no consumo interno da Zona Franca de Manaus.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu quero agradecer ao Sr. Milton Carlos Silva e Silva pela apresentação. Na sua apresentação estão as propostas concretas de mudança no texto, o que é muito importante.

Obrigado pela objetividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra ao Sr. José Jorge Nascimento, Presidente-Executivo da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos, por dez minutos, com tolerância de cinco minutos.

O SR. JOSÉ JORGE DO NASCIMENTO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Boa tarde a todos.

Obrigado pelo convite, pela distinção.

Antes de a gente entrar no mérito, só para nivelar, porque talvez nem todo mundo nos conheça, eu me chamo Jorge Nascimento e sou Presidente Executivo da Eletros. Aqui, só para nivelar quem nós somos, a Eletros é a Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos, como o próprio nome está dizendo. Fomos criados em 1994 – completamos 30 anos de fundação neste ano – e temos 35 empresas associadas no Brasil todo. Nós somos uma entidade nacional, com empresas instaladas de norte a sul do país. Nossas empresas representam 3% do PIB da indústria brasileira, e a nossa missão é colaborar, contribuir com o fortalecimento da indústria nacional. Representamos 97% dos produtos que os brasileiros consomem de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, que são ofertados e entregues pelas empresas associadas a Eletros. Isso reflete 100 milhões – neste ano, nós tivemos um crescimento e devemos entregar 120 milhões – de produtos em todos os lares brasileiros, representando 200 mil postos de trabalho.

Pode seguir, por favor.

Aí são as nossas empresas associadas, que são as maiores e mais importantes empresas nacionais e multinacionais instaladas no Brasil, representando a força do setor eletroeletrônico e eletrodoméstico brasileiro, que é autossuficiente. O Brasil praticamente não importa muitos dos seus produtos devido à indústria nacional muito forte estabelecida no Brasil de eletroeletrônicos e eletrodomésticos.

Pode seguir, por favor.

Nós representamos cinco segmentos setoriais: linha de ar-condicionado, com 15 empresas; linha branca, que também contempla o ar-condicionado, mas nós separamos por toda uma política industrial específica e pela grandeza hoje do setor de ar-condicionado no Brasil – o Brasil é o segundo maior polo fabricante de ar-condicionado do mundo, só perdendo para a China, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só existe esse polo, que é todo na Zona Franca de Manaus, na cidade de Manaus, devido ao escopo de atrativo de investimento, de bons negócios para a Zona Franca de Manaus –; a linha marrom, em que temos ali a parte de áudio e vídeo também, e toda a produção de televisor é feita na Zona Franca de Manaus; linha de portáteis com 13 empresas; e linha de tecnologia da informação, os bens de informática. Essas linhas compõem aqui os segmentos industriais nacionais da Eletros.

Pode seguir, por favor.

Especificamente para a Zona Franca de Manaus, Senador Eduardo Braga, nós temos aqui a linha de ar-condicionado, hoje são 17 fabricantes de ar-condicionado, ali tem 15, mas a atualização é 17, com a possibilidade de chegarem mais 5 fabricantes até o ano que vem, ratificando o Brasil como o segundo maior centro produtor de ar-condicionado e todo ele na Zona Franca de Manaus.

Nós temos aqui uma cadeia de componentes de cem empresas, todas elas instaladas na Zona Franca de Manaus. O ar-condicionado, hoje, representa 8% do faturamento do Polo Industrial de Manaus – somente a produção de ar-condicionado –, com geração de 15 mil empregos. Isso só é possível por esse colchão de atrativos, de bons negócios, de porto seguro para o investidor. A zona franca consegue competir com os chineses na produção de ar-condicionado devido a essa estrutura que foi estabelecida na Zona Franca de Manaus. Nós não temos similares nacionais, não tem concorrência fora do Amazonas, no restante do Brasil, para a produção de ar-condicionado.

Linha branca: toda a produção de micro-ondas é feita na Zona Franca de Manaus, toda a produção de lavadora de louça do Brasil é feita na Zona Franca de Manaus. A linha marrom, toda parte, todos os televisores fabricados no Brasil são fabricados na Zona Franca de Manaus.

Ali há um crescimento, uma recuperação do setor de áudio, que sofre muito ataque do produto importado, e nós estamos conseguindo construir um novo ambiente para a produção de áudio que está crescendo muito no Brasil e também com uma forte atenção ali na Zona Franca de Manaus.

Linha de portáteis, temos, na parte de uso pessoal, secador de cabelo e chapinha de cabelo. E, na área de informática hoje, cerca de 45% dos bens de informática fabricados no Brasil são fabricados na Zona Franca de Manaus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Quarenta e Cinco?

O SR. JOSÉ JORGE DO NASCIMENTO – Quarenta e Cinco por cento. A gente está falando de *tablet*, celular, computador, *notebook*, relógios inteligentes, fones de ouvido inteligentes, todos eles são representados também pela Eletros, no Brasil, na Zona Franca de Manaus.

Pode seguir, por favor.

Aqui é um mapa que a gente sempre coloca – pode seguir, por favor – sobre como nós estamos no Brasil. Há uma particularidade muito grande em relação à Zona Franca de Manaus. A Eletros está instalada no Brasil com as suas associadas em 51 indústrias, em 28 municípios de norte a sul. Estamos na casa de todos os brasileiros, porque todo mundo tem na sua casa um eletrodoméstico e ele, com certeza, foi fabricado por um associado da Eletros, seja ele na Zona Franca de Manaus ou nos outros estados, nove estados do país. E temos um compromisso real com a preservação ambiental.

Estudos – já foi até dito nesta audiência pública pelo Senador Eduardo Braga – da Universidade Federal do Amazonas, da Superintendência da Zona Franca de Manaus atestam que 80% da economia do Amazonas é baseada no Polo Industrial de Manaus e que essa base econômica, essa matriz econômica faz com que a população não tenha que ir até a floresta para poder ter a sua subsistência. Então ela é responsável pela preservação ambiental como um efeito colateral que lá em 1967 não se imaginava, mas que hoje é um grande patrimônio, um grande legado do modelo Zona Franca de Manaus. Se, dentro da Zona Franca de Manaus, o setor eletroeletrônico é responsável por cerca de 40% do faturamento do polo industrial, sendo que cerca de 40% da geração de emprego do polo industrial é do setor eletroeletrônico, nós temos o orgulho de dizer que o setor eletroeletrônico tem compromisso real com a conservação da Zona Franca de Manaus. E não somente nós: a gente sabe também que toda a indústria que está instalada na Zona Franca de Manaus tem esse compromisso, mas aqui a gente faz o destaque para ratificar esse efeito colateral extremamente positivo que a Zona Franca de Manaus hoje tem para a preservação do maior patrimônio ambiental da humanidade, que é a Zona Franca de Manaus.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ JORGE DO NASCIMENTO – É, vou até colocar, vou até retificar aqui, com a fala do Senador Eduardo Braga: deixou de ser um efeito colateral para ser de fato um efeito extremamente positivo, real, que compõe o escopo da Zona Franca de Manaus.

Pode seguir, por favor.

E aqui, entrando no mérito da nossa discussão sobre a regulamentação da reforma tributária dentro do contexto da Zona Franca de Manaus, eu trago cinco pontos principais e inauguro com um ponto de atenção muito importante que diz respeito ao crédito presumido de IBS e CBS.

O texto que veio da Câmara traz dois pontos de preocupação que já foram trazidos pelos representantes de entidades que me antecederam, até do governo do estado e dos consultores que me antecederam também, no que diz respeito aos dois terços do valor calculado para aplicação também dos percentuais que serão utilizados para o IBS. Nós entendemos, Senador Eduardo Braga, que o pressuposto de manutenção da vantagem comparativa da Zona Franca de Manaus numa regulamentação de reforma tributária não é alcançado quando se estabelecem esses dois terços, e esses créditos, e esses percentuais para alguns produtos. Nós entendemos – até podemos concordar – que nada mais deve ser dado à Zona Franca de Manaus nessa regulamentação, mas nós atuamos com muita força para que também não possa ter nada a menos. Nós não podemos ter perda de vantagem comparativa sob o risco de nós termos um esvaziamento da região, no que diz respeito a investimentos e a empregos, e uma afronta direta à Constituição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ JORGE DO NASCIMENTO – ... que garante essa manutenção das vantagens comparativas.

Então é importante que a gente reveja no texto: que esta Casa, que o Senado Federal possa rever esse texto numa recomposição de manutenção das vantagens comparativas.

Sobre esses percentuais, não ficou claro para nós qual foi o critério estabelecido, porque nós temos aqui empresas que hoje têm um crédito de 100% e que com esse texto cai para 55%, fazendo com que o produto importado seja muito mais competitivo do que o produto fabricado no Brasil. E o investidor, naturalmente, vai olhar, vai fazer a opção de importar esse produto em vez de fabricar no Brasil. Há uma perda de competitividade para a Zona Franca de Manaus, mas há uma perda para a indústria nacional brasileira, seja nas indústrias que estão em Manaus estabelecidas, que talvez tenham a opção de sair do Brasil, porque nenhuma empresa sai de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Manaus para ir para outro estado... Se estão no Brasil e estão em Manaus é porque o único local do Brasil que tem condições de competir com o produto importado é a Zona Franca de Manaus. Ele pode muito bem se instalar na Argentina, ele pode muito bem se instalar no Uruguai, no Paraguai, ou esse investidor atender o mercado brasileiro da Índia, da China, do México, do Vietnã, que são as nossas grandes ameaças.

Então, o que nós entendemos que deve ser ajustado nisso daqui é não olhar somente para Manaus, não olhar somente para o Amazonas, mas haver visão nacional. Nós temos cadeia de componentes estabelecidos em Manaus, mas nós compramos também muitos insumos de outros estados. Só a relação com o Estado de São Paulo é da ordem de R$11 bilhões segundo dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus. Então, nós precisamos estar atentos a essa revisão para que nós não tenhamos um prejuízo à indústria brasileira e numa visão míope de algumas pessoas entendendo que é só um prejuízo para a Zona Franca de Manaus.

Seguindo aí, qual é a nossa proposta, então, diante disso? É o próximo eslaide. A nossa proposta é seguir com o que temos hoje sem perdas, seguindo o que todo mundo está dizendo: nada a mais para a Zona Franca, mas também nada a menos. É injusto com aqueles que acreditaram nas regras estabelecidas, que fizeram investimentos bilionários em dólar no Polo Industrial de Manaus e é injusto principalmente com os 120 mil empregos de forma direta do polo industrial e os 500 mil de forma direta e indireta. É ingratidão e deslealdade, no nosso entendimento, se houver qualquer tipo de dano, não é?

E o que a gente apresenta como proposta? Primeiro, a exclusão desses dois textos que prejudicam os negócios. Até alguém que me antecedeu aqui – acho que foi o Dr. Thomaz Nogueira – fez esse alerta e também o Presidente Marcos Bento, da Abraciclo, trouxe esse ponto de atenção.

Quanto à questão desses percentuais estabelecidos, os percentuais aplicados devem seguir, por exemplo – como proposta que nós trazemos e já apresentamos às assessorias da bancada do Amazonas –, o que a lei estadual hoje estabelece e tem como regra desde 2003. E aí eu faço um registro: é a Lei 2.826, com todas as suas avaliações e modernizações, mas que foi estabelecida quando o Senador Eduardo Braga era Governador do Amazonas e, com uma visão extremamente estratégica de longo prazo – entendendo qual é a necessidade de previsibilidade e segurança jurídica do investidor –, estabeleceu as regras ali. Essas regras até hoje funcionam, são essas regras que causam o equilíbrio de investimentos dentro da Zona Franca e fora da Zona Franca de Manaus, e essas regras, infelizmente, nesse texto, foram desconstruídas, quando, produtos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje já têm crédito de 100%, com essa redução caem para 55%. Isso, no nosso entendimento, afugenta o investimento, cria um risco muito grande de desemprego e subverte o que temos como proposta de reforma tributária para a Zona Franca de Manaus, que é a manutenção dos seus incentivos, das suas vantagens comparativas.

Então, o que a gente pede é que haja a utilização dos 100% de crédito, seguindo a legislação do Estado do Amazonas, que mantém os 100% de crédito que se tem hoje; ou seja, 55% para bens de consumo final, 75%, como já tem, para bens de capital, 90,25%, como já tem hoje, para bens intermediários, e 100%, o que a legislação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ JORGE DO NASCIMENTO – ... até hoje apresenta como adequado. Esse é o nosso entendimento, porque isso, na nossa visão, garantirá, Senador Eduardo e demais colegas presentes aqui, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, a previsão jurídica, a previsibilidade e a segurança jurídica. Qualquer mexida nisso daí, até mesmo com uma condicionante prévia de avaliação, é danosa, afugenta, cria insegurança naquele que investe bilhões de reais e gera milhares de empregos. Isso é muito ruim para a indústria brasileira; não é somente para a indústria manauara ou para a indústria amazonense – que fique muito claro isso.

Nenhuma empresa sairá de Manaus para se instalar em outro estado; ela sairá de Manaus para se instalar em outro país. Nós estaremos... Quiçá ela fosse para outro estado; olhando numa visão de pacto federativo, menos mal, são empregos gerados dentro do próprio Brasil, mas, com essa realidade de fuga de investimento para outros países, qual é o ganho para a nação brasileira exportarmos negócios, exportarmos empregos e importarmos produtos que hoje nós fabricamos?

Então, esse é o apelo que a Eletros traz, num ponto de reflexão, para que a gente tenha muita atenção na necessidade de manutenção das vantagens comparativas com o que se tem hoje, sem qualquer tipo de alteração, sob o risco de perdermos.

É a Lei 2.826, de 2003.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ JORGE DO NASCIMENTO – É, 2.826, e tem as suas atualizações, mas ela é a base matriz que foi criada em 2003, ainda no Governo do atual Senador Eduardo Braga.

Então, os outros pontos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já indo para o final; pode passar, por favor?

Ele traz três pontos de atenção. O prazo de compensação de créditos nós trouxemos, na audiência pública que o Senado promoveu também ainda no grupo de trabalho, a proposta que é trazida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ JORGE DO NASCIMENTO – ... que é o direito de utilização de créditos, que ele seja de 180 dias. Nós entendemos que isso é extremamente... É muito pouco. A gente entende que se deva seguir o que acontece com todas as utilizações de crédito ou utilizações de benefício no país no horizonte de cinco anos, mas 180 dias, infelizmente, nós entendemos isso como muito pouco. Isso deve trazer algum tipo de dor de cabeça, principalmente no início, quando essa nova lógica de reforma tributária estiver sendo implementada.

Então, a gente entende que não deve ser 180 dias. Deve ser um prazo maior, e sugerimos cinco anos.

As compras governamentais são um ponto de atenção. Por quê? A grande vantagem da Zona Franca de Manaus, com a regulamentação da reforma tributária, é a utilização do crédito presumido. Os negócios, na Zona Franca de Manaus, se tornam viáveis principalmente pelo crédito presumido – nós temos outros atrativos. Quando a gente não garante a visibilidade e a utilização do crédito presumido para os negócios da zona franca, nós corremos o risco de termos algum tipo de desconforto.

É por isso que a gente pede tanto para compras governamentais quanto para o *split payment* que fique muito claro, tanto na legislação quanto no sistema que for utilizado, a visibilidade e manutenção do crédito presumido. Sem isso daí, a gente tem um risco muito grande de não ter a vantagem comparativa garantida, por conta dessa ausência e não clareza da utilização do crédito presumido.

Senador Eduardo Braga, todos que estão nos assistindo, demais Senadoras, Senadores, era isso que a Eletros tinha para trazer.

Muito obrigado.

Eu gostaria até de a gente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Thomaz Nogueira trouxe uma proposta, trouxe uns cálculos. Acho que seria importante, se for possível, compartilhar isso conosco, para a gente entender, até mesmo o senhor explicar em detalhes esses pontos, muito alinhados com o que a gente entende como necessário.

É importante que a gente traga também essa manutenção da equalização dos 100% de crédito para todos os produtos, como é hoje, nada mais, mas também nada menos, e a gente entende que, feitos esses ajustes, a Zona Franca de Manaus, a indústria brasileira se fortalecem nessa regulamentação.

Todo trabalho idealizado e construído pelo Bernard Appy e toda a sua equipe conseguirá ter êxito e efetividade, no nosso entendimento, quando esses pontos forem equalizados de toda forma.

Então, Senador Eduardo Braga, muito obrigado pela atenção. A Eletros agradece o convite.

E a gente tem muita confiança na bancada do Amazonas e no Congresso Nacional, para que a gente possa fortalecer a indústria nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Bem, eu que agradeço a apresentação do Sr. José Jorge do Nascimento, Presidente Executivo da Eletros, e, com a apresentação da Eletros, nós encerramos a apresentação desses painéis, mas eu gostaria de fazer alguns destaques antes de encerrar.

O primeiro de todos é, sem dúvida nenhuma, a questão do comércio.

Como foi apresentado aqui, o comércio é gerador de quase 300 mil empregos diretos no Estado do Amazonas e na Zona Franca de Manaus. Como foi mostrado aqui, na questão dos varejistas, representa 70% dos CNPJs da cidade. E, como está demonstrado, a regulamentação privilegia a venda de fora para dentro da Zona Franca de Manaus, e isso, sem dúvida nenhuma, merecerá uma reflexão não apenas do Relator, mas, eu tenho certeza, do próprio Governo. Afinal de contas, nós sabemos que o Presidente Lula, ao longo dos últimos anos, tem sido o grande avalista da Zona Franca de Manaus e comprometido com a Zona Franca de Manaus.

Nós só temos a zona franca até 2073 por causa deste compromisso. Caso contrário, a zona franca teria terminado em 2013. Foi com o Presidente Lula que eu, quando era Governador, consegui, com o apoio do Congresso Nacional, prorrogar por dez anos a zona franca, para 2023. E aí, como Senador da República, com o apoio do Presidente Lula, no Governo da Presidenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dilma, foi que nós conseguimos aprovar a prorrogação da zona franca por 50 anos, garantindo a zona franca até 2073. Ora, não adianta em nada garantir a zona franca na Constituição até 2073, se nós acabarmos com a vantagem comparativa da Zona Franca de Manaus. Isso significa o fim da zona franca, e não é esse, tenho certeza, tenho convicção, o compromisso do Presidente Lula. E não é esse o compromisso do Congresso Nacional. Foi o Congresso Nacional, com o apoio do Presidente Lula, que prorrogou a zona franca até 2073, como o principal modelo e o principal projeto de conservação e preservação da Floresta Amazônica.

Esta é a razão da prorrogação da zona franca. Se a razão da criação da zona franca em 1967 era para fazer substituição dos importados, a razão da prorrogação da zona franca, de que muitas vezes nós, o povo amazonense se esquece, porque o que é ganho vira história do passado, mas sem a zona franca, nós estaríamos vivendo uma devastação na floresta e uma devastação dos empregos e da economia do Estado do Amazonas.

Portanto, a questão do comércio precisará ser reanalisada pelo Congresso, precisará ser reanalisada pelo Ministério da Fazenda, que é parte do Governo do Presidente Lula. Eu tenho absoluta convicção e confiança de que o Ministro Fernando Haddad e o Bernardo Appy, que aqui está, terão a sensibilidade para analisar os pleitos apresentados pelo comércio.

Com relação à indústria, eu gostaria de dizer, Jorginho, que é preciso apresentar os números. Não basta que a gente defenda o fim dos dois terços e a transformação dos dois terços em 100% do crédito presumido. É preciso que a gente mostre em números o que significa, em perda de vantagem comparativa, o estabelecimento dos dois terços. E aqui, o único que apresentou esses números foi o Dr. Thomaz, que apresentou uma tabela com a perda de vantagem comparativa. Isso serve para o Governo do estado apresentar para nós, isso serve para a Eletros apresentar para nós, isso serve para a Abraciclo apresentar para nós, isso serve para a Federação das Indústrias e para o Centro da Indústria. Não basta convencer o Relator; é preciso convencer o Relator, convencer o Senado Federal, convencer o Congresso Nacional e convencer o Ministério da Fazenda e o Governo do Presidente Lula de que com dois terços nós perdemos a vantagem comparativa. E isso precisa ser mostrado em números.

A segunda questão que eu quero aqui destacar é, em um minuto, contar a razão da Lei 2.826, de 2003. Era para que nós pudéssemos finalmente completar o arranjo produtivo da zona franca, trazendo as indústrias de componentes para dentro da zona franca, o que, lamentavelmente, até 2003, não era a realidade da zona franca. Nós éramos importadores plenos de componentes, seja do exterior, seja do Estado de São Paulo. Se hoje nós temos uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equivalência entre a fabricação de componentes na zona franca e a importação de componentes de São Paulo ou de outros estados para a zona franca, gerando, portanto, empregos adicionais na zona franca, é porque esta lei incentivou a indústria de componentes. E esse incentivo à indústria de componentes não pode ser desprezado ou ignorado na regulamentação da Emenda 132.

Outra questão. Em 2003, a indústria de ar-condicionado, seja de gaveta, seja *split*, estava desaparecendo do Brasil. O Armando, que está aqui sentado, na época representava um dos maiores fabricantes de ar-condicionado do mundo e sabe e é testemunha exatamente disto: nós estávamos perdendo a indústria de ar-condicionado. Não a zona franca, o Brasil estava perdendo a indústria de ar-condicionado. E, graças ao apoio do Presidente Lula, com alteração inclusive do PPB da época... Sem a alteração do PPB, de nada adiantaria a Lei 2.826, e o PPB é do domínio do Governo Federal, é do domínio do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério da Indústria e Comércio, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento – portanto, esses ministérios são majoritários na decisão do PPB. Se não houvesse a mudança desse PPB, não teria havido, portanto, a constituição de um polo de produção de ar-condicionado, que hoje gera...

O SR. LUIZ FREDERICO OLIVEIRA DE AGUIAR (*Fora do microfone*.) – É a segunda maior do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... segundo informações da Eletros, 18 mil ocupações de emprego na Zona Franca de Manaus.

E é hoje o segundo polo do mundo de ar-condicionado graças a essa vontade política que aconteceu por parte do Presidente Lula e por parte do Governo do Estado do Amazonas em 2003.

Eu acho que essa história precisa ser contada para que os mais jovens ou aqueles que chegaram no Amazonas saibam o que nos trouxe até aqui e o que nos fez ser um polo tão importante para a conservação da floresta, para a geração de emprego, de renda e de tributos para financiar não apenas o Estado do Amazonas: o Amazonas é o maior contribuinte de impostos federais da Amazônia. Nós arrecadamos mais impostos federais do que qualquer outro estado da Amazônia. Não é isso, Dr. Nivaldo?

O SR. NIVALDO DAS CHAGAS MENDONÇA (*Fora do microfone*.) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Portanto, a zona franca não é apenas arrecadadora de impostos para o Estado do Amazonas, para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Município de Manaus e até mesmo para os municípios do interior de forma indireta, pela distribuição de ICMS e de recursos que o Estado do Amazonas aporta no interior do Estado do Amazonas: ela é responsável pela principal arrecadação dos impostos federais na Amazônia brasileira – e preserva a maior floresta em pé da Amazônia brasileira, que é a floresta do Estado do Amazonas.

Portanto, nós não podemos perder essas perspectivas, sob pena de nós termos graves e sérios problemas de emprego, portanto sociais, e ambientais e também de financiamento dos estados – seja União, seja estado, seja município.

Dito isso, eu agradeço a participação de todos que compuseram esta mesa, que encerra o debate sobre zona franca, pedindo que, por favor, ajudem com números, com tabelas comparativas, com análises comparativas, para que nós possamos sustentar o debate junto à Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, junto ao Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e junto ao Governo do Presidente Lula e do Congresso Nacional.

Não esqueçam que não basta fazer as modificações no Senado, é preciso fazer as eventuais modificações no Senado, ter o texto também apoiado e referendado pela Câmara dos Deputados e finalmente sancionado pelo Presidente Lula, sob pena de aquelas modificações que forem feitas aqui poderem ser ou modificadas, voltando ao texto original pela Câmara dos Deputados, ou até mesmo vetadas pelo Governo Federal, pelo Governo do Presidente Lula.

Eu agradeço a todos.

Encerro esta etapa da nossa audiência pública e convido os Srs. Rafael Inácio de Fraia e Souza, Secretário de Planejamento e Orçamento do Governo do Estado de Roraima; o Sr. Marcelo Souza Pereira, ex-Superintendente da Zona Franca de Manaus e hoje Assessor Parlamentar do Congresso Nacional – e aqui está o seu currículo: Doutor em Sustentabilidade na Amazônia, Mestre em Desenvolvimento Regional, Especialista em Gerência Financeira e Economista –, portanto, o Sr. Marcelo está convidado também para compor a mesa –; e o Sr. Bruno Pessanha Negris, membro do Conselho Estratégico e Logística do Espírito Santo (Recomex-ES) e do grupo de trabalho do Sindicato do Comércio de Exportação e Importação do Espírito Santo.

Portanto, eu os convido e agradeço a participação dos nossos convidados.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

Os senhores convidados, por favor. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, vamos agora à segunda parte da nossa audiência.

Vamos iniciar pelo Secretário de Planejamento e Orçamento do Estado de Roraima, que participará de forma remota.

Eu passo a palavra para o Sr. Rafael Inácio de Fraia e Souza, por dez minutos, com uma tolerância de cinco minutos.

Com a palavra, o Sr. Rafael.

O SR. RAFAEL INÁCIO DE FRAIA E SOUZA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Eduardo Braga. Boa tarde, demais Senadores presentes e componentes da mesa.

Quero, primeiro, confirmar se vocês estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Estamos ouvindo bem e vendo-o também com clareza. Áudio e vídeo estão funcionando bem.

O SR. RAFAEL INÁCIO DE FRAIA E SOUZA (*Por videoconferência*.) – Muito bem. Obrigado, Senador.

Bom, primeiro, eu gostaria de agradecer o convite para participar de tão prestigiosa audiência pública, agradecer ao senhor, Senador Eduardo Braga, e agradecer também ao Senador Hiran Gonçalves, que intermediou com o senhor a nossa participação.

Para mim é uma honra participar. Sou servidor da Casa, aí do Senado, há dez anos, trabalhei com o senhor na relatoria do Ploa, pela Consultoria de Orçamento, quando o senhor foi Relator-Geral, e hoje tenho a honra de exercer o cargo de Secretário de Planejamento e Orçamento aqui no Estado de Roraima.

Aqui na sala, estou com o Fábio Martinez, que é o Secretário Adjunto aqui da Seplan. E nós vamos aproveitar o fato de estarmos aqui em *home office* e usar juntos esses dez minutos.

Bem, pelo andar da audiência, eu vou procurar ser o mais breve possível nas nossas colocações.

O primeiro de tudo e o mais importante é que a gente consiga manter a equiparação de prazos e benefícios entre a Zona Franca de Manaus e as áreas de livre comércio, sobretudo, no meu caso, nas Áreas de Livre Comércio aqui de Bonfim e de Boa Vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As áreas de livre comércio não existem separadamente da Zona Franca de Manaus, elas existem como um ecossistema de negócios que foi pensado para que o comércio dessas áreas trabalhasse em conjunto com aquilo que a indústria da Zona Franca de Manaus produzisse.

Então, a nosso ver, é mais correto e mais justo que o prazo estabelecido tanto para as áreas de livre comércio como para a Zona Franca de Manaus seja estabelecido no mesmo período, 2073 no caso, e não em 2050, como hoje permanece no relatório do PLP 68.

Até porque, veja, é importante salientar o seguinte: o senhor conhece bem também a realidade aqui da Região Norte e do extremo norte do Brasil. O estado é um estado novo, o estado acabou de completar 36 anos. Ele começa a experimentar um crescimento mais robusto, uma diminuição da dependência do dinheiro que provém da administração pública e das transferências. Começamos a ter uma iniciativa privada mais forte e, neste momento, nada mais justo que consigamos manter as áreas de livre comércio com os mesmos benefícios que a Zona Franca de Manaus, até porque a gente percebe que a zona franca conseguiu alcançar aquilo que um benefício fiscal de fato busca, na teoria.

Um benefício fiscal busca dar igualdade de competição para aqueles que, de uma forma ou de outra, não têm a igualdade de competição garantida *a priori*. Então, a Zona Franca de Manaus foi importante e tem sido importante para o desenvolvimento de Manaus, do Amazonas, como também a gente espera que as áreas de livre comércio consigam de fato alcançar o que a zona franca já alcançou. E, se nós reduzirmos essa vigência do prazo, isso pode causar certa insegurança para aqueles que aqui querem investir.

Nós já estamos longe dos centros, nós já estamos hoje ainda fora do sistema nacional de eletricidade. Estamos aí com uma previsão bem razoável de que no ano que vem a gente esteja integrado, mas ainda estamos fora. Então, quando a gente estiver, é que a gente vai conseguir dar esse impulso. Então, a manutenção, e por um prazo mais elástico, vai fazer com que o nosso estado realmente consiga o desenvolvimento que um benefício fiscal busca alcançar. Como a gente ainda está numa fase anterior à Zona Franca de Manaus, nada mais justo que a gente tenha os prazos equiparados.

Também vale a pena a gente colocar alguns pontos que carecem de adequação, inclusive eles estão abordados aí nas diversas emendas realizadas pelos Senadores do nosso estado, sobretudo nas emendas do Senador Hiran, que são ampliar para os processos produtivos (*Falha no áudio.*) ... de industrialização. A questão da contrapartida já foi colocada pelos senhores que já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

me antecederam, e também garantir que a abrangência dos benefícios a que as áreas de livre comércio serão estendidas, também sejam abarcadas pelas empresas que vierem a ser instaladas no ecossistema de livre comércio.

Outra questão importante também que vale a pena destacar, que também já foi destacada por um dos palestrantes que me antecederam, é justamente a de ampliar o prazo de seis meses previsto no PLP para um prazo de 30 meses, porque esse seria o prazo para utilização dos créditos, e esse é um prazo que já é normalmente utilizado pela Receita Federal quando em litígio fiscal.

Então, o que a gente entende que poderia garantir ao nosso estado e às outras áreas de livre comércio, que também estão em outros estados, que também teriam esse mesmo benefício ampliado e igualado ao benefício da zona franca... São esses os principais pontos.

O que então eu quero destacar, antes de passar a palavra para o Fábio, é que não faz sentido pensarmos na área de livre comércio separadamente da zona franca. Como também foi antecipado por mim, nada mais e nada menos: da mesma forma que é nada mais e nada menos para a zona franca, que seja assim, também, para as áreas de livre comércio, que elas acompanhem todos os benefícios e prazos da zona franca, pois elas são parte integrante desse ecossistema.

Com isso, eu passo a palavra para o Fábio para ele concluir a nossa fala e a nossa participação nesta audiência pública, já agradecendo novamente a oportunidade de estar aqui ao lado de tão prestigiosas autoridades e dos Senadores aqui presentes.

O SR. FÁBIO RODRIGUES MARTINEZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador. Boa tarde, ouvintes.

O que o Secretário Rafael Fraia falou é de suma importância aqui para o Estado de Roraima, não só para o Estado de Roraima, mas para toda a Amazônia Ocidental, principalmente àqueles estados periféricos, como o Estado do Amazonas, o Amapá, o Acre, Rondônia, que acabaram recebendo a extensão desses benefícios da Zona Franca de Manaus através das ALCs.

Eu fiz um estudo recentemente em relação ao impacto aqui na nossa economia, e a gente consegue verificar a elevação do comércio, da geração de emprego justamente depois do advento da LC.

É bom destacar que Roraima é ladeada por cidades gêmeas que acabam pegando boa parte do nosso consumo. Se não fosse a criação da LC aqui, os comerciantes locais iam concorrer contra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

empresas que ficam na Venezuela, em Santa Elena, contra empresas que ficam em Lethem, no país vizinho aqui, a Guiana, que têm zonas livres de impostos nas suas fronteiras.

Consequentemente, a gente perdia essa geração de riqueza não para outros estados, como no caso do Amazonas, que está mais distante, mas sim para outros países, ou seja, aquele recurso que deveria estar no Brasil gerando emprego e renda acabava saindo, colaborando muito com o que já foi apresentado aqui.

Essa questão da equiparação das diferenças que temos que ter aqui na LC e na ZPE se deve muito... porque essas empresas não vão sair do Estado do Amazonas, do Estado de Roraima, da Região Amazônica, para outros estados do país; elas vão sair para outros países, vão para a China ou para qualquer outro lugar.

E essas mercadorias não vão ser mais produzidas aqui, a gente vai ter que comprar mercadorias de fora. Então é necessária a manutenção, a prorrogação das ALCs, juntamente com a Zona Franca de Manaus, para que a gente consiga manter esse diferencial. A gente sabe que vive num local isolado e necessita desses auxílios, que já são constitucionalmente assegurados, para que a gente consiga se desenvolver e principalmente manter a Floresta Amazônica em pé. Não é à toa que a maior parte dos estados da Amazônia Ocidental tem mais de 90% das suas florestas preservadas. Aqui no Estado de Roraima, temos 95%. Então, são importantes esses benefícios da ALC e da Zona Franca de Manaus para que a gente consiga manter a floresta em pé, mas dando qualidade de vida para o povo aqui de Roraima e o povo da Região Norte.

O SR. RAFAEL INÁCIO DE FRAIA E SOUZA (*Por videoconferência.*) – Ótimo.

E então, agora só para concluir, depois da excelente fala também do Fábio, a questão da ZPE, que também está dentro da audiência, não é? A ZPE está na competência municipal aqui no nosso estado. A lei ainda está em tramitação. Acredito que a própria tramitação desse PLP pode trazer alguma movimentação, para que a gente consiga, aqui no estado, efetivamente regulamentar essa Zona de Processamento de Exportações, que já está há um tempo ainda tramitando.

Mas, garantindo o prazo igual ao prazo da Zona Franca de Manaus, acredito que é um incentivo ainda maior para que a ZPE realmente se efetive nos próximos meses, no ano que vem.

Bem, então assim concluímos a nossa fala. Mais uma vez, agradecemos a possibilidade de participar pelo estado e coloco-me à disposição para qualquer dúvida, qualquer questionamento que venha a existir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agradecendo ao Sr. Rafael Inácio de Fraia e Souza, e agradecendo duas vezes, porque ele foi meu assessor quando eu fui Relator-Geral do Orçamento, que também não foi uma tarefa das mais fáceis, mas era o primeiro orçamento, Marcelo, "tetado" pela Lei de Gastos Públicos. Portanto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É.

Portanto, não foi um desafio fácil.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Marcelo Souza, ex-Superintendente da Suframa, e eu não vou ler de novo o currículo dele, não é? Então com a palavra, o Marcelo Pereira.

O SR. MARCELO SOUZA PEREIRA (Para expor.) – Senador Eduardo, muito, muito obrigado. Sinto-me honrado aqui. Hoje represento a Assessoria Parlamentar lá na Câmara. Hoje estou lá com o Deputado Saulo e prestando também assessoria à sua equipe na relatoria da reforma tributária.

Eu trouxe uma apresentação um pouco didática, mas ela vai ficar para a equipe, porque aqui traz algumas sugestões de texto que eu não vou abordar aqui, tá? Eu só vou trazer os principais pontos. Mas a principal importância dessa apresentação é que todos compreendam que a política de Área de Livre Comércio não envolve apenas o Amazonas e a Zona Franca; ela envolve os cinco estados, os quatro da Amazônia Ocidental, Acre, Rondônia, Roraima e Amazonas, e o Amapá, que é na Amazônia Oriental, é o irmão caçula da Zona Franca e foi o último a entrar, em 1991.

Então, pelo projeto de lei, está vigente até 31.12.2050, eu acho que a configuração ficou um pouco bagunçada por causa da apresentação do computador.

O que eu quero trazer aqui para os senhores é que dentro da Área de Livre Comércio existe um tratamento tributário. E esse tratamento...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – E eles vão até quando?

O SR. MARCELO SOUZA PEREIRA – Até 2050.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E um dos pleitos que o nosso debatedor, o secretário, colocou agora há pouco é a extensão até 2073.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Mas eu não posso fazer isso por lei complementar.

O SR. MARCELO SOUZA PEREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Tenho que fazer por emenda constitucional.

Só para esclarecer: a prorrogação de 2050 para 2073 precisa ser feita por emenda constitucional, se quiser ter a mesma garantia constitucional da Zona Franca. E nós não podemos extrapolar o prazo estabelecido pelo mandamento constitucional em lei complementar. Só para esclarecer.

O SR. MARCELO SOUZA PEREIRA – Certo.

Então, o que a gente precisa entender aqui para poder discutir as Áreas de Livre Comércio, até com a equipe técnica, até com a Sert também, que está discutindo com a gente, é o que hoje está previsto para as Áreas de Livre Comércio. Então, nós temos a redução a zero de PIS e Cofins nas entradas nacionais. Então, o mesmo tratamento que é dado à Zona Franca é dado às Áreas de Livre Comércio, no caso do PIS e da Cofins, que serão substituídos pela CBS. Então, é o mesmo tratamento da Zona Franca.

Isenção do ICMS e isenção do IPI. Por que eu coloquei a isenção do IPI aí? O IPI está desaparecendo e o mesmo impacto que é causado na Zona Franca de Manaus, no comércio da Zona Franca, está sendo causado também no comércio das Áreas de Livre Comércio. Então, isso é um gargalo que a gente precisa resolver aqui na relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – A emenda constitucional não prevê que o IPI seja mantido nas Áreas de Livre Comércio?

O SR. MARCELO SOUZA PEREIRA – Não, para as Áreas de Livre Comércio não. Só para os produtos produzidos na Zona Franca de Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Só para área industrial.

O SR. MARCELO SOUZA PEREIRA – Isso, só para área industrial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra situação é na importação. Há a suspensão do Imposto de Importação. O Imposto de Importação não está na reforma tributária, é bom que se diga, mas existe o ICMS importação. Então, há um reflexo sobre a importação desses insumos nas Áreas de Livre Comércio também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Como? Explica de novo?

O SR. MARCELO SOUZA PEREIRA – Quando entra qualquer produto importado, ele é isento...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Com alíquota zero.

O SR. MARCELO SOUZA PEREIRA – Com alíquota zero do Imposto de Importação. Se ele for consumido dentro da Área de Livre Comércio não paga o Imposto de Importação. Mas há um reflexo sobre esse produto, que é o ICMS importação. Então, há um ICMS cobrado sobre a importação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O IBS ou...

O SR. MARCELO SOUZA PEREIRA – E aí vai ser o IBS, porque substitui pelo IBS.

A suspensão do IPI também. E tudo isso será convertido em isenção nas Áreas de Livre Comércio se for consumido internamente, se for remetido para Amazônia ocidental, mas a Amazônia ocidental perdeu os incentivos na reforma tributária. As Áreas de Livre Comércio continuam dentro da legislação ordinária delas, podendo remeter para a Amazônia ocidental e remetidos para a Zona Franca ou Áreas de Livre Comércio, ou seja, a circulação entre Áreas de Livre Comércio e entre a Zona Franca não é tributada porque são zonas especiais de tributação. E isso o texto do PLP 68 não trouxe, então a gente precisa...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Mas a Emenda 132 trouxe?

O SR. MARCELO SOUZA PEREIRA – Trouxe a Área de Livre Comércio, então tem que manter. A Área de Livre Comércio tem que ser mantida, e aí é o mesmo princípio da neutralidade tributária.

Pode passar. Pode passar tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu trago aqui uma divisão... Bagunçou um pouco aqui por causa da apresentação. Mas nós temos lapsos conceituais, ou seja, há alguns equívocos conceituais no texto do PLP e há a necessidade de revisão da área. Eu vou demonstrar agora para o senhor por que que tem que revisar essa área. E aí não está na Constituição, está em lei ordinária. E, se está em lei ordinária, a lei complementar pode fazer, não é?

A questão do princípio da neutralidade. Em alguns pontos, o princípio da neutralidade não está sendo obedecido para as Áreas de Livre Comércio, até porque aconteceram os lapsos conceituais. Então, trazendo o conceito errado para dentro do dispositivo, claro que os erros serão redistribuídos em todo o texto.

Existem aspectos organizacionais, existem necessidades de inclusões de texto – que eu também não vou discutir aqui, porque vão ser apresentadas dentro do documento que vai ficar com a relatoria – e alguns erros de remissões, que é uma contribuição que eu estou fazendo, porque o relatório vai ter que corrigir esses erros de remissões para devolver à Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Isso no PLP.

O SR. MARCELO SOUZA PEREIRA – Isso no PLP.

Pode passar.

Então, dentro desse processo, o primeiro lapso conceitual está no art. 456, II, que está exigindo o cumprimento de Processo Produtivo Básico.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Para as Áreas de Livre Comércio.

O SR. MARCELO SOUZA PEREIRA – Para as Áreas de Livre Comércio, e as Áreas de Livre Comércio não têm necessidade de cumprir PPB. Então, esse é o primeiro ponto que precisa ser corrigido, porque, se a gente criar PPB para as Áreas de Livre Comércio, a gente está jogando a Área de Livre Comércio dentro do GTPPB, e eu acho que nem o GTPPB suportaria receber toda essa demanda.

Próximo ponto. Pode passar?

Eu trago aí as motivações. Bagunçou muito a apresentação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a questão. Mas, dentro desse processo todo, Senador, o que está acontecendo? A própria legislação que instituiu as Áreas de Livre Comércio delegou ao Conselho de Administração da Suframa a definição da norma de preponderância de matéria-prima regional, que é a regra de industrialização na Área de Livre Comércio. Então, já existe, dentro da lei ordinária que criou cada Área de Livre Comércio, a delegação de competência para que o Conselho de Administração faça a definição dos critérios de preponderância, e que não é o PPB. Já existem duas resoluções do Conselho de Administração da Suframa. Dentro da zona franca, dentro do PLP, é o grande colegiado que vai aprovar os projetos, e continua sendo o colegiado das Áreas de Livre Comércio. Então, unifica nos dois textos, e é a solução.

Próximo ponto. Pode passar.

Há uma situação da lista negativa. Reproduziram, no texto do PLP, a lista negativa da zona franca para as Áreas de Livre Comércio. E aí não condiz, são legislações diferentes, e cada Área de Livre Comércio tem uma lista negativa distinta, porque foram leis separadas. Então, qual é a proposta? Não utilizar a lista negativa da zona franca, porque vai prejudicar muito as Áreas de Livre Comércio, e pegar toda a lista negativa das áreas e criar uma lista unificada. Então, a gente traz também essa proposta.

Pode passar os dois próximos eslaides, porque são só as motivações.

Outro ponto que é essencial para que o planejamento da Área de Livre Comércio de fato se efetive é a revisão da área. Áreas de Livre Comércio, ao longo de 36 anos, Senador, foram criadas e não surtiram os efeitos, porque muitas Áreas de Livre Comércio foram criadas em uma área muito rarefeita, que era a mancha urbana daquele momento, em 1988, 1991. Então, dentro daquela mancha urbana, hoje, há residências. Nós temos, em Guajará-Mirim, por exemplo, uma situação em que um lado da rua é incentivado e o outro lado da rua não é incentivado, de tão pequena que é a Área de Livre Comércio.

Se a gente passar ao próximo eslaide... Queria passar ao próximo eslaide para vocês visualizarem.

Boa Vista, Bonfim, Macapá e Santana são as Áreas de Livre Comércio mais jovens. Elas foram criadas com um espaço representando 75%, 79%, 99%, e Santana 103% do seu território.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí o senhor me pergunta: por que 103%? É porque depois foi revisada a área pelo IBGE, e aí a área da área de livre comércio foi fixada em lei, então a área de livre comércio é maior do que a área do município.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO SOUZA PEREIRA – Então isso também precisa ser revisado. E, do outro lado, nós temos Tabatinga, Brasiléia, Epitaciolândia, Cruzeiro do Sul e Guajará-Mirim, que têm uma área diminuta, ou seja, é impossível desenvolver as atividades industriais ali dentro. Então, aqui a ideia seria revisar essa área e trazer para a área do município para ficar parecido com as três áreas que foram criadas mais recentemente, está bom?

Pode passar.

Princípio da neutralidade. Nós temos aqui uma situação dentro do PLP em que só está sendo mantida alíquota zero de IBS e CBS, reduzida a zero, nas operações originais fora, mas com bem industrializado de origem nacional. Mas nós temos um regulamento do Gatt, que é o tratamento nacional da mercadoria, que dá o tratamento à mercadoria nacionalizada também. Então, isso, tanto no comércio da zona franca quanto no comércio das áreas de livre comércio, precisa ser revisado, porque é um acordo com o Gatt. Então a gente fere esse acordo do GATT se a gente não permitir a mercadoria nacionalizada também.

Pode passar duas vezes aí, porque o outro eslaide é só motivações, está bom?

Em questão de aspectos organizacionais, o mesmo que está acontecendo na zona franca: estão colocando dentro do PLP apenas seis meses para poder utilizar o crédito. E aí o que é solicitado na área de livre comércio é o mesmo que está sendo solicitado na zona franca, o prazo decadencial de cinco anos. Que seja mantido o prazo decadencial para que se possa apropriar do crédito – na zona franca, só colocaram seis meses também – na área de livre comércio. Se a gente mudar na zona franca, também tem que mudar na área de livre comércio por questão de isonomia.

Podemos passar? São os próximos dois pontos.

O parágrafo único...

Pode passar, tá?

O próximo são as competências. As competências de acompanhamento do ingresso da mercadoria em cada área são da Secretaria de Fazenda de cada estado e da Suframa, que já tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistemas operacionais específicos definidos. Então, neste momento o que se está pedindo, tanto para a zona franca quanto para as áreas de livre comércio, é que essas competências sejam mantidas, sob pena de a gente, de fato, sucatear as estruturas que já estão criadas em cada estado e município dentro desse acompanhamento de ingresso de mercadorias. Então, isso daí é algo bem operacional mesmo.

Pode passar.

Dois pontos, pode passar.

Aqui estão sendo solicitadas, e alguns estados nos procuraram e trouxeram algumas contribuições, inclusões no texto. Então, uma das situações é a redução das alíquotas de IBS, alíquota de IBS dentro das áreas de livre comércio. Por quê? Dentro dessa situação o que tem acontecido? O texto priorizou a indústria e relegou o comércio. O mesmo que aconteceu dentro da zona franca aconteceu nas áreas de livre comércio. O IPI era uma barreira, era um fator de competitividade. E, para compensar a perda do IPI para todos os produtos que se consomem nas áreas de livre comércio, não foi criada nenhuma contrapartida dentro do PLP.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Quem substitui o IPI é a CBS, não é o IBS.

O SR. MARCELO SOUZA PEREIRA – Sim, isso mesmo, não foi criado. Então, dentro da situação, foram feitos dois tipos de solicitação, uma, que seria a redução do IBS ou a questão da CBS no mesmo mecanismo na Zona Franca de Manaus, que é a segunda proposta, segunda proposta de texto, que é fazer com que a CBS também, nas circulações internas, nos ingressos, não seja devida, justamente para promover o comércio local. O.k.?

Pode passar.

Os dois pontos. Estou tentando cumprir o tempo. Esse é o mesmo ponto, é a segunda opção, que é a CBS. Está bom? E a outra situação é permitir a redução do IBS.

Não, volte ao texto anterior, que ele é o mais interessante de todos, o 463-B, o anterior.

Senador, nós temos uma situação onde, pela forma como está sendo colocado no texto, as mercadorias que saem de uma área de livre comércio para outra, ou da zona franca para as áreas de livre comércio, ou das áreas de livre comércio para a zona franca, elas estão sendo tributadas. Então, dentro do atual mecanismo, nós estamos transferindo uma mercadoria, comercializando entre uma zona incentivada para outra zona incentivada. Então, o ideal é que essas reduções, essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isenções e o tratamento tributário sejam mantidos. É o que está sendo pedido aí. Nessa questão, PIS-Cofins também não seria recolhido.

Pode passar.

Pode passar.

E aí são algumas contribuições, são erros de remissão. É apenas para fazer as contribuições. Está bom?

Creio que depois poderia imprimir para ele, porque a configuração...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO SOUZA PEREIRA – ... passou errada aí para o computador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agradecendo ao Marcelo Pereira pela sua contribuição, eu passo a palavra para o último convidado do dia de hoje – até a caneta já cansou aqui –, o Sr. Bruno Pessanha Negris, membro do Conselho Estratégico e Logístico do Espírito Santo e do Grupo de Trabalho do Sindicato do Comércio de Exportação e Importação do Espírito Santo.

O SR. BRUNO PESSANHA NEGRIS (Para expor.) – Boa tarde, Senador Presidente! Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui. Aproveito também para cumprimentar alguns amigos que eu tenho aqui no plenário: o Nivaldo, lá do Amazonas; o Thomaz, que já esteve aqui.

Assim como muitos, quando a gente tem o cabelo branco, a gente é ex, não é? Não tem jeito, não é? Eu fui ex-Secretário da Fazenda do Estado do Espírito Santo; ex-Secretário-Executivo aqui do Confaz durante muito tempo; ex-Diretor de Programas do então Ministério da Economia – a gente vai passando por diversos nesse sentido; é nossa experiência para estarmos aqui ajudando –; também fui Auditor Fiscal do Espírito Santo; e hoje estou ajudando esse conselho estratégico.

Então, o porquê de estarmos falando da zona franca e com um representante do Espírito Santo aqui falando para os senhores: o Sindicato do Comércio de Exportação e Importação do Espírito Santo (Sindiex) tomou a iniciativa de criar um grupo de trabalho, avaliando os impactos – assim como vocês estão avaliando aqui os da zona franca – da reforma na economia do Espírito Santo, no presente, no futuro e durante a transição, como vai ser esse desembarque lá para 2032.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse conselho é composto por pessoas conhecedoras do tema tributário, empresários da área da indústria, comércio, prestadores de serviços, advogados, contadores, membros da Secretaria da Fazenda, membros da Secretaria de Desenvolvimento, para, enfim, achar soluções para que a economia do Espírito Santo, hoje, muito positiva continue pujante como está. Então, esse é o nosso propósito, que a gente vem trabalhando com diversas frentes para ver como que a gente consegue passar esse período com esse novo modelo.

Eu não posso deixar de comentar aqui um pouco da reforma. Quando a gente vê aqui os diversos pontos colocados, mesmo que sejam específicos para a zona franca, nós sabemos que é um projeto amplo, grande, tem suas complexidades; o lado operacional não vai ser fácil, não vai ser simples. Quando você quer manter um modelo que a gente chama de sistema de débito e crédito, ele tem sua complexidade. E olha que existe uma pesquisa, muitas vezes: "Qual o imposto mais complexo, o ISS ou o ICMS?". O ICMS ganha, e ganha muito forte. E, na verdade, nós estamos trazendo o ISS para dentro do ICMS, em tese, chamado hoje IBS. Pode ser que, sobre coisas que estejam muito pacificadas no ambiente do ISS, venham a ser levantas questões relevantes dentro do IBS, hoje. Então, isso é algo que deixa a gente um pouco ansioso, no tocante a como que vai ser a operacionalidade desse novo imposto.

Mas a nossa relação aqui com a zona franca, ele até se reporta hoje a alguns protocolos de ICMS aprovados no ambiente da Cotepe, no Confaz, relativos a produtos industrializados na zona franca. Especificamente, a gente tem vários protocolos, mas eu só vou citar aqui o Protocolo ICMS 23, de 2016, que foi firmado entre o Estado do Espírito Santo e o Estado do Amazonas, para que o Espírito Santo fosse um local onde produtos industrializados na zona franca pudessem ser depositados ou estocados nas empresas de logística que existem no Espírito Santo – que, aliás, é um setor muito grande dentro do Espírito Santo, com uma *expertise* muito grande –, e, a partir dali, fossem distribuídos, de forma mais rápida, mais célere, os produtos que são adquiridos principalmente no eixo Sul-Sudeste, considerando a proximidade que existe hoje entre o Espírito Santo e esses estados consumidores.

E isso tem dado muito certo. As operações estão acontecendo com frequência, e esse PLP 68 não contemplou isso. Então, aqui, o próprio Senador Magno Malta já encaminhou uma emenda, a de nº 1.676, ao PLP 68, para incluir a hipótese de suspensão do IBS quando ocorrer esse tipo de operação, com produtos industrializados podendo continuar indo lá para o Espírito ou qualquer outro estado que também ofereça a mesma modalidade, e, a partir dali, sim, todos os benefícios que estão fixados aqui para a zona franca seriam mantidos, mas a logística, a entrega muito mais rápida seria através, especialmente, do Espírito Santo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos os senhores sabem, da zona franca, qual é o tempo que leva para um produto sair lá da zona franca e chegar principalmente ao Rio ou São Paulo. Muitas vezes é demorado. E, quanto a essa experiência que tem acontecido no dia de hoje, eu acho que ela deve – esta é a nossa sugestão – permanecer, ser incluída dentro do PLP, para que ocorra essa suspensão e, com isso, mais um motivo para manter as condições, hoje, que já estão com a zona franca. Extinguir esse modelo pode vir a prejudicar e, quem sabe, até afetar diretamente a competitividade dos produtos industrializados na zona franca.

Em resumo, é isso.

Senador, o que a gente coloca é essa emenda do Senador Magno Malta, com todas as justificativas que ele apresentou, que a gente gostaria que fosse acatada aqui nesse sentido. É isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu queria cumprimentá-lo pela objetividade, em primeiro lugar, e economia do tempo.

E eu queria dizer que, dito isso... E o Estado do Espírito Santo, além de ser um belo estado e muito bem administrado nos últimos anos, ainda tem o Ricardo Ferraço, que é meu amigo, foi meu colega Senador durante oito anos, Vice-Governador e, provavelmente, futuro Governador do Estado do Espírito Santo. Portanto, aqui as minhas homenagens ao Espírito Santo, porque é um dos estados bem administrados nos últimos anos, no nosso país, e isso tem sido demonstrado pelo crescimento do PIB do Estado do Espírito Santo.

Bem, eu gostaria de agradecer a todos os que contribuíram neste debate sobre zona franca e sobre áreas de livre comércio. Creio que as propostas sobre a área de livre comércio foram colocadas. O Marcelo colocou aqui, com muita clareza, as propostas possíveis sobre área de livre comércio. Algumas delas serão, acho, viabilizadas; outras acho que nós teremos muitas dificuldades para fazer, algumas até de caráter técnico, por se tratar de questões constitucionais – e nós estamos tratando de lei complementar, mas eu tenho todo carinho, toda responsabilidade e todo o respeito com relação às áreas de livre comércio, já demonstrados no passado e também quando da aprovação da Emenda Constitucional 132, que foi a emenda que estabeleceu a reforma tributária na Constituição brasileira e que abriu as portas para que as leis complementares pudessem acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecendo a todos, eu declaro encerrada esta audiência pública, informando que, às 14h30, haverá nova audiência pública sobre o Simples Nacional. Portanto, às 14h30 estaremos de volta, em exatamente 35 minutos, para começarmos a nova audiência pública sobre o Simples Nacional. E nós teremos um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete convidados. Portanto, teremos mais, com certeza, 90 minutos de apresentações.

Muito obrigado a todos e até a próxima audiência pública, às 14h30.

(*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 13 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e trinta e sete minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Confúcio Moura e Augusta Brito, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Eduardo Braga, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Teresa Leitão, Ana Paula Lobato, Flávio Bolsonaro, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Paulo Paim, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Marcio Bittar, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Weverton, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Jorge Kajuru, Beto Martins, Magno Malta, Marcos Rogério e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa - SIMPLES**, atendendo ao requerimento PLP 68/2024, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar n° 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências". Do Plano de Trabalho: "As microempresas (MEs) e as empresas de pequeno porte (EPPs) devem ser resguardadas e serão objeto de discussão nessa audiência pública.". **Participantes:** Sr. Alfredo Cotait Neto, Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB); Sra. Talita Pimenta Félix, Advogada e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Fiscais da Escola de Direito da FVG/SP; Sr. Mário Sérgio Carraro Telles, Superintendente de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Sr. Carlito Merss, Gerente de Políticas Públicas do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Sr. Olielson França Lobato Júnior, Secretário Executivo do Simples Nacional; Sr. Carley Welter, Diretor de Relações Institucionais da Associação Nacional das Empresas de Transporte de Cargas (ANATC); e Sra. Ângela Andrade Dantas Mendonça, Conselheira do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Usa da palavra o Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (Podemos/PR). **Resultado:** Realizada a audiência pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Augusta Brito
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Senador Confúcio Moura
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/19

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Muito bem, boa tarde a todos. Então, vamos iniciar nossa audiência pública.

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 43ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a realizar a nona audiência pública para instruir o projeto que regulamenta a reforma tributária, Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição social sobre Bens e Serviços (CBS), e o Imposto Seletivo (IS), e dá outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme o plano de trabalho oferecido pelo Relator da matéria, Senador Eduardo Braga, as microempresas (ME) e as empresas de pequeno porte (EPP) devem ser resguardadas e serão objeto de discussão nesta audiência pública.

A presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados, por sistema de videoconferência, para exposições e debates. Será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no seguinte endereço eletrônico: www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, que é o 0800 0612211.

Os nossos convidados... (*Pausa.*)

Nossos convidados ilustres para este debate desta tarde: Sr. Alfredo Cotait Neto, que, estando presente, pode vir aqui à mesa, aqui à frente, se sentar; Sra. Dra. Talita Pimenta Felix, também, da mesma forma, estando presente, pode comparecer aqui à frente; Mário Sérgio Carraro Telles; Sr. Carlito Merss, meu querido colega, ex-colega lá da Câmara dos Deputados há muitos anos – bem-vindo, Carlito Merss! – , Gerente de Políticas Públicas do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Sebrae.

Doutora, fique à vontade. Não sei se vai caber. Eu acho que não vão caber todos aqui.

Os demais ficarão aqui, bem à frente: Dr. Olielson França Lobato Junior, que pode ficar aqui adiante; Dr. Carley Welter, Diretor de Relações Institucionais da Associação Nacional das Empresas de Transporte de Cargas (Anatc) – o Olielson é Secretário Executivo do Simples Nacional –; e a Dra. Ângela Andrade Dantas Mendonça, Conselheira do Conselho Federal de Contabilidade.

De acordo com o art. 94, §2º, III, do Regimento Interno deste Senado, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra às Senadoras e aos Senadores será concedida na ordem de inscrição. Os Senadores interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Concedo a palavra, vamos começar aqui, ao Dr. Alfredo Cotait Neto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos estipular um prazo de dez minutos, Dr. Alfredo. Se precisar de mais... Tem dez minutos, mas, se precisar de mais um pouquinho, o senhor avise. Fique bem à vontade. Pode abrir aí a nossa audiência. O senhor, como tem um compromisso, um voo para São Paulo, imediato, e vai se ausentar por causa desse compromisso – está chovendo muito aqui, não é? –, fique à vontade.

O SR. ALFREDO COTAIT NETO – Sim. Fico o tempo que der.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está bom. Obrigado.

O SR. ALFREDO COTAIT NETO (Para expor.) – Primeiramente, queria dar um boa-tarde a todos os presentes no Plenário: Senador Confúcio Moura...

Eu quero, antes de começar, falar o seguinte: eu já fui da Casa. Faz 13 anos, o meu último ano aqui foi em 2011, então, para mim é um prazer estar aqui de volta depois de 13 anos. Esta é uma grande oportunidade, o meu muito obrigado a todos aqui da CCJ.

É evidente que o debate da reforma tributária está sendo feito. Tecnicamente, estão os técnicos aqui, para discutir, mas eu vou falar um pouco sobre a importância do Simples, e não apenas da parte técnica.

Quero relembrar a todos a grande luta que nós tivemos. O nosso sistema de associações comerciais é um sistema que congrega um grande número de MEIs, micro e pequenas empresas, e, desde 1984, quando se criou o Estatuto da Micro e Pequena Empresa, e depois, na Constituição de 1988, gente, nós conseguimos uma determinação constitucional para que os pequenos tivessem um regime diferenciado, e isso tudo está sendo completamente esquecido com essa reforma tributária.

Na sequência, surgiu o Simples Federal, e só em 2006 tivemos então o Simples Nacional, que foi aprovado até pelo Presidente Lula. Agora, o próprio Governo está impactando, de uma forma negativa, o Simples, que tanto contribuiu, Senador, para a economia brasileira. São mais de 20 milhões de empresas formalizadas, pessoas físicas que criaram um MEI, que criaram uma microempresa, que chegaram hoje a ter uma pequena empresa, que se formalizaram. Viviam na informalidade. Foi a maior revolução social e econômica do país. Estão esquecendo tudo isso, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que vale é a tributação, e ninguém mais olha para os pequenos. O impacto que isso vai dar nos pequenos é muito grande, e ninguém está analisando isso.

Eu sempre defendo o meu ponto de vista, de que o Simples não é renúncia fiscal. A Receita, que está aqui presente, insiste nisso. Os pequenos pagam imposto sobre a renda bruta, gente, e lutam muito para sobreviver e gerar renda. E o que nós estamos fazendo é exatamente esquecer todos eles, lembrando que 92% dos empreendimentos são dos pequenos e 70% dos empregos gerados são pelos pequenos.

Então, o Simples deveria ter um destaque isolado e uma discussão de como ajustar o Simples na nova reforma tributária.

Portanto, a minha colocação é muito além da técnica, é sobre a importância que o Simples tem. E, além de defender a questão de que o Simples não é renúncia fiscal, outro ponto é a perda de competitividade das empresas do Simples. Não é possível, da noite para o dia, você falar que mais de 20 milhões de empresas têm que mudar o seu sistema porque alguém decidiu dessa forma. Tem que haver uma forma de poder compensar aqueles que estão no regime do Simples para que eles não possam perder a competitividade e para que possam também ter oportunidade da geração do crédito, que não é permitido por essa reforma tributária, por esse projeto que foi aprovado. Carece aí, pessoal, de uma PEC, uma proposta de emenda constitucional específica para que o Simples também possa se creditar dos impostos na cadeia.

Eu tenho uma confederação que é a de maior capilaridade no país. Nós temos mais de 2.300 associações comerciais por todo o país, e são municipalistas. Estão no município, ouvem o problema e as queixas lá na ponta. Estou aqui para falar para todos os Srs. Senadores, para a Receita Federal que eles estão lá apavorados. Então, precisa ter um critério de nós todos olharmos o Simples de uma outra forma, porque, mais uma vez eu falo, é a maior geração da formalização dentro da economia brasileira dos antigos informais.

Eu vi uma análise das instituições das quais a CACB participa e eu vi que mais ou menos 20% dessas empresas vão deixar de existir, 20% vão perder competitividade e outras tantas vão também não ter a condição de passar para outro regime, pelo aumento de custos que isso traz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço aqui, Senador Confúcio Moura, e a todos os Senadores, meu querido Senador Nelsinho Trad, eu peço a vocês para que as emendas que ainda são possíveis de diminuir o impacto no Simples possam continuar no relatório do Senador Eduardo Braga. E que se possa, no momento seguinte, fazer uma PEC para que a gente analise o Simples com a condição de que ele também possa gerar o crédito do imposto igual à outra empresa que vai estar no regime normal.

Eu estou aqui representando a voz de milhões de empresas e empreendedores que não têm condição de chegar aqui e falar com os nossos Senadores, os nossos Parlamentares, com as autoridades, porque o único caminho é esse.

Portanto, eu reitero o pedido para que todos os Senadores possam analisar não apenas as emendas do Simples que estão sendo colocados para o relatório do Senador Eduardo Braga, mas que depois a gente possa examinar uma forma de uma PEC para que a gente possa fazer com que o Simples não perca a competitividade e possa se creditar dos impostos na cadeia, assim como uma empresa que vai estar funcionando no regime normal.

Então, eu queria agradecer muito essa oportunidade, na expectativa de que vocês vão ouvir o povo brasileiro, porque o povo brasileiro lá na ponta é que está pedindo isso. São empresas que vivem da renda que elas produzem, e nós estamos destruindo essas empresas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Agradeço, Dr. Alfredo, pela sua contribuição importante, pela experiência.

O Senador Esperidião Amin quer fazer uma intervenção. Agora?

Senador Esperidião, o senhor está em videoconferência. Se V. Exa. usar a palavra para alguma apresentação, alguma discussão, pode usar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Se o senhor está me ouvindo, eu quero dizer que eu não consigo vê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Estamos ouvindo bem, muito bem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É o cabelo, não é? A cabeleira.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Estão me vendo também?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Não, não estamos. Deve ter algum problema na sua câmera.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – O senhor está vendo apenas a saudade do penteado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É.

Como é que faz para corrigir esse problema técnico aí?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – O problema técnico eu acho que não vai ser corrigido, porque eu não consigo vê-los e provavelmente vocês não conseguem ver.

Mas eu ouvi atentamente as palavras do meu querido amigo Alfredo Cotait. Acho que ele está deixando aí um testemunho que nós vamos ter que levar em muita conta. E eu acrescentaria às palavras do Dr. Alfredo Cotait apenas duas informações.

Santa Catarina foi o primeiro estado do Brasil a adotar o Estatuto da Microempresa em 1983. Ontem, eu estive na cidade de Brusque. A região tem aproximadamente 100 mil habitantes, e neste ano foram constituídas 2,4 mil microempresas numa região de 100 mil habitantes. É o maior índice, provavelmente, do Brasil, e não sei se em algum lugar do mundo existe tal estatística. Nenhum empreendimento gera emprego ou sustenta o emprego com tanta rapidez quanto a microempresa, a pequena empresa e o próprio MEI, que, ao se autoempregar, está dando uma equação econômica e social para a sua vida.

Realmente essa questão de apoio à microempresa eu não posso dizer que o Governo tenha esquecido, mas a maior demonstração, Senador Confúcio, de que não é a prioridade do Governo foi a atitude que nós respondamos no Congresso de destinação os recursos do Pronampe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor e eu acompanhamos o nascimento do Pronampe. Com o então Senador Jorginho Mello, com o nosso apoio integral, com o apoio entusiástico dos Senadores todos – a Senadora Kátia Abreu não posso deixar de registrar –, nós aprovamos o Pronampe. O Governo injetou R$40 bilhões naquele momento. Os bancos praticamente emprestaram apenas o que seria a garantia.

Agora, do fundo resultante da amortização das prestações, o Governo deu prioridade para destinar esses recursos para o chamado Programa Pé-de-Meia, ou seja, a poupança que seria oferecida aos alunos de um ensino médio claudicante que nós temos no Brasil. Nós conseguimos salvar, num acordo com o Governo, metade do FGO, ou seja, do recurso que fora destinado na pandemia para atender as microempresas foi dada a preferência para um outro uso. Não discuto o mérito. O Pé-de-Meia é um grande programa, e eu votaria a favor até de que ele fosse ressalvado do arcabouço fiscal. Mas, não: o Governo optou, e o Congresso concordou, que, em vez de fazer retornar esse recurso para dar caráter permanente ao Pronampe, pudesse ter uma parte dele – 50%, no final – destinada a outra aplicação.

Então, a advertência que deixa o nosso querido amigo Alfredo Cotait merece fazer parte dos Anais. Se ele não apresenta exatamente a solução, ele nos dá um dever. O dever é refletirmos sobre as consequências de não darmos um tratamento adequado ao Simples, ao Supersimples, à atualização dos valores do Simples e do Supersimples, o atual. Fica aqui a nossa missão.

É o registro que eu faço, pedindo desculpas por interferir neste momento e agradecendo mais uma vez ao meu querido amigo Confúcio Moura por me dar esta oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado, Senador Esperidião Amin, pela sua participação.

Nelsinho, gostaria de falar agora? (*Pausa.*)

Pois não.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Sr. Presidente Confúcio Moura, Senador Amin, virtual, Senador Sergio Moro, aqui ao meu lado...

Alô. Está com som, não está? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está bom.

Dileta mesa composta, a reforma tributária representa uma oportunidade única de fortalecer os pilares que sustentam o crescimento econômico do nosso país. Entre esses pilares, indiscutivelmente o Simples Nacional se destaca como um instrumento fundamental para promover a competitividade dos pequenos negócios, responsáveis, Srs. Senadores, por 92% das empresas e cerca de 70% dos empregos formais do Brasil.

O Simples Nacional não é apenas um regime tributário, mas um mecanismo de inclusão produtiva. Funciona como uma porta de entrada da inclusão na formalidade e formalização econômica que impulsiona milhões de empreendedores.

Ao simplificar a burocracia e proporcionar um ambiente mais favorável para a operação de micro e pequenas empresas, o Simples se torna uma alavanca essencial para a geração de emprego, renda e inovação. Por isso, torna-se imperativo que a regulamentação da reforma tributária contemple o fortalecimento desse instituto. Isso vai ser um bem genérico, um bem para todos. Em um cenário de competitividade global e desafios econômicos, precisamos de políticas que incentivem a sobrevivência e o crescimento dos pequenos negócios, permitindo que eles contribuam ainda mais para a economia do nosso país.

O fortalecimento do Simples Nacional significa não apenas apoiar quem precisa, mas investir na base que sustenta o desenvolvimento econômico brasileiro. A construção de um sistema tributário mais justo e eficiente passa pela valorização do Simples como um motor de crescimento e inclusão. Com isso, garantiremos que os empreendedores tenham condições de prosperar, inovar e contribuir com um Brasil mais forte, competitivo e socialmente justo.

Ademais, em um artigo publicado hoje no jornal *O Estado de S. Paulo*, com o título "Simples não é renúncia", o eminente ex-colega, que aqui se encontra, Alfredo Cotait Neto traz importantes reflexões ao abordar a importância do Simples Nacional como uma política de inclusão produtiva e fortalecimento da economia brasileira. Ele enfatiza que o Simples não é uma renúncia fiscal, mas sim, um regime de tributação diferenciado que facilita a vida dos empreendedores, reduzindo a burocracia e promovendo a formalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto crítico levantado pelo autor é o elevado número de microempreendedores individuais (MEIs) inadimplentes, que reflete a necessidade de aprimoramento do sistema, sobretudo no que tange à prestação de informações e capacitação dos empreendedores. Esse esforço para educar e integrar os empresários é crucial para potencializar os efeitos positivos do Simples na economia.

É essencial que a reforma tributária reconheça as especificidades das micro e pequenas empresas e preserve as condições que tornam o Simples Nacional um modelo eficaz de inclusão produtiva e estímulo à economia. Caso contrário, poderemos enfrentar uma retração no número de empreendimentos formais, o aumento da informalidade e, consequentemente, a perda de empregos, impactando negativamente no desenvolvimento do país.

Uma das principais críticas refere-se ao art. 28 do PLP 68, de 2024, que limita a apropriação de crédito tributário pelos adquirentes de produtos e serviços fornecidos por empresas optantes pelo Simples Nacional. Atualmente, essas empresas podem transferir integralmente os créditos do PIS-Cofins no montante de 9,25%. Com a reforma, os créditos seriam limitados ao valor efetivamente pago no regime simplificado, gerando valores inferiores às alíquotas previstas para a contribuição dos bens e serviços.

Essa mudança pode reduzir a competitividade dos pequenos negócios, tornando-os menos atrativos para empresas maiores que buscam maximizar seus créditos tributários. Não podemos permitir que uma mudança reduza a competitividade. Esse giro econômico é muito importante, nem que a gente tenha que dar um passo para trás, porque, com certeza, nós daremos muitos outros para frente.

Outros pontos a serem observados são os tetos de faturamento e os sublimites para a permanência do Simples Nacional, ajustando-os à realidade econômica atual. Essa atualização é essencial para que as empresas possam crescer de maneira sustentável, sem enfrentar aumentos significativos na carga tributária.

Portanto, Sr. Presidente Senador Confúcio Moura, meu colega Sergio Moro, é imperativo que o debate sobre a reforma inclua ajustes que garantam a continuidade e o fortalecimento do Simples Nacional. Somente assim, será possível assegurar que os pequenos negócios continuem a contribuir para a construção de um Brasil mais justo, competitivo e economicamente saudável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem.

Tanto o Senador Esperidião como o Senador Nelsinho fizeram comentários de apoio à sua manifestação.

Aqui o habitual é que todos os palestrantes falem e depois os Senadores perguntem, mas eles fizeram comentários.

O senhor gostaria de fazer alguma intervenção ou algum comentário?

O SR. ALFREDO COTAIT NETO (Para expor.) – Eu queria agradecer muito... Saúdo também o Senador Sergio Moro. Eu queria realmente agradecer ao Senador Nelsinho Trad, porque ele expressa a vontade do micro e do pequeno.

Nós estamos hoje nesse embate. A reforma tributária... Não estamos discutindo a reforma tributária. Estamos discutindo como ajustar e não perder as propriedades do Simples Nacional na nova reforma tributária. O pequeno quer continuar no Simples, não quer ir para o complicado. O complicado vai destruir a empresa dele. E nós estamos formalizando essas empresas. Uma empresa para ter sucesso, em algum dia foi pequena. Se nós não dermos o caminho para o pequeno, nunca mais teremos os grandes. É um momento crucial.

Por isso é que eu venho aqui apelar para a consciência dos Senadores olhar, especificamente, dentro da reforma tributária, que nós não estamos discutindo, já está aprovada, o Simples, que é para nós não termos um impacto na própria economia brasileira, como o Senador Nelsinho Trad comentou. O impacto vai ser grande, gente. É isto que eu vim trazer para vocês: não são números, o impacto vai ser grande. O pequeno precisa que o que foi determinado na Constituição de 1988 prevaleça. Ele quer ter o seu regime diferenciado por ser pequeno.

Mais uma vez, meu caro Senador Confúcio Moura, agradeço muito esta oportunidade.

Espero realmente que a clarividência e a consciência dos Senadores possam orientar, dentro dessa reforma tributária, uma forma para que o Simples continue existindo e os impactos possam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser posteriormente resolvidos. Eu insisto: precisa-se de uma PEC para que os optantes do Simples possam se creditar dos impostos na cadeia, como uma outra empresa no regime normal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem.

Vamos continuar.

Dra. Talita Pimenta Félix, advogada pesquisadora do Núcleo de Estudos Fiscais da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

A senhora está com a palavra por dez minutos, Doutora.

A SRA. TALITA PIMENTA FÉLIX (Para expor.) – Exmas. Sras. Senadoras, Srs. Senadores, colegas de mesa presentes *in loco* e presentes virtualmente, Presidente, é uma honra retornar a esta Casa para falar mais uma vez de um tema muito caro à reforma tributária que é o Simples Nacional. E é uma honra ainda maior retornar agora em nome do Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas, da Escola de Direito de São Paulo, cuja confiança eu agradeço e reconheço a responsabilidade.

Senador, com o propósito de observar o cunho dessas audiências, eu vou centrar minha fala em cinco pontos.

Por gentileza, quem vai... (*Pausa.*)

Obrigada.

Eu vou centrar minha fala em cinco pontos: o primeiro o Senador Nelsinho já mencionou e diz respeito à faixa de faturamento entre R$3,6 milhões a R$4,8 milhões; o segundo ponto diz respeito aos *marketplaces*, às plataformas digitais que têm responsabilidade no repasse, no recolhimento desse tributo; o terceiro ponto é o tratamento do *cashback*, Presidente; o quarto ponto é a conexão, a relação entre o Comitê Gestor do Simples Nacional e o Comitê Gestor do IBS; e um quinto ponto para tratar das infrações e sanções do Simples Nacional.

O primeiro ponto, Sras. e Srs. Senadores, e o tema que o Senador Nelsinho apontou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ressalvo que esses cinco pontos são elementos que nós entendemos essenciais à reflexão no trato normativo desses dois projetos de lei.

O primeiro ponto: atualmente as empresas que faturam entre R$3,6 milhões a R$4,8 milhões e são optantes do Simples Nacional hoje recolhem ISS e ICMS fora do Simples e os tributos federais dentro do Simples Nacional. Acontece que essa mesma sistemática foi replicada para a reforma tributária sobre o consumo. Então, a despeito de toda a ausência de simplicidade, a burocracia que se causaria e o custo de conformidade, possivelmente, Presidente, nós teríamos até alegações aí de inconstitucionalidade porque o art. 149-B da Emenda Constitucional 132, que foi aprovada em dezembro do ano passado, determina, diz que IBS e CBS devem ter idêntico tratamento. Então, nessa faixa de faturamento para os optantes do Simples, talvez nós tenhamos um problema, um gargalo que precisa ser solucionado. Esse é um primeiro ponto de reflexão.

Segundo ponto de reflexão: nas plataformas digitais, nos *marketplaces*, que têm a responsabilidade pelo recolhimento do IBS e da CBS, qual é o limite dessa responsabilidade, Presidente, no trato do IBS e da CBS? Opção 1: eles seriam responsáveis pelo recolhimento do IBS e da CBS apurados fora do Simples? Opção 2: apurados fora e dentro do Simples Nacional? E, nesse caso, como seria a operacionalização, já que o tributo é arrecadado em uma única guia? Ou opção 3: eles seriam responsáveis por toda a arrecadação do Simples Nacional com todos os demais tributos, o que não parece muito plausível? E uma quarta e pior opção para um cenário de melhoria social seria que esses *marketplaces* não tivessem responsabilidade pelo recolhimento desses dois tributos.

Terceiro ponto: como vai ficar o trato entre o Comitê Gestor do Simples Nacional e o Comitê Gestor do IBS? A grande questão é: temos que tomar cuidado para que não haja sobreposição de competências entre esses dois grandes órgãos, o que interferiria na simplicidade, na gestão desses dois tributos, na eficiência arrecadatória. São elementos que nos parecem ser contrários ao espírito dessa reforma tributária.

Quarto ponto: é um tema que aqui une dois elementos muito caros à reforma tributária, que é o trato do Simples Nacional com o *cashback*. Então, como ficará a devolução do *cashback* para as empresas optantes do Simples Nacional que estiverem na ponta da cadeia? E essas reflexões, Presidente, nós... Como seria feito esse cálculo? Nós temos um sistema para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operacionalizar tudo isso, lidar com o trato de informações de quantidade enorme, de tamanha densidade? E o custo-benefício da manutenção de um sistema como esse? Esse é um quarto ponto de reflexão.

O quinto ponto de reflexão, Presidente, que eu trago aqui colateralmente a este debate do Simples, mas que é um ponto muito caro ao NEF e ao Centro de Cidadania Fiscal da Fundação Getúlio Vargas, o CCiF, que inclusive é um órgão, uma entidade que foi criada em 2014, inicialmente foi constituída pelo Prof. Eurico Santi, do qual participaram o Prof. Nelson Machado, o Isaías Coelho e o nosso Secretário Extraordinário da Reforma Tributária, o Prof. Appy. Então esse grupo, há mais de dez anos, se debruçou sobre esse trabalho e, recentemente, o CCiF, agora composto pelo Prof. Eurico de Santi e Isaías Coelho, publicou recentemente a Nota Técnica nº 27, na qual eles fazem uma sugestão de simplificação das infrações, das sanções relativas ao IBS.

E aqui abro um parêntese relativo ao IBS, porque até então nós temos tratamento diferenciado para a penalização a título de IBS. Então, nos centrando aqui nessa penalidade, Presidente, a título de IBS, hoje o texto de lei traz 37 condutas consideradas ilícitas. E, nessa nota técnica, o CCiF propõe a substituição de 37 condutas ilícitas por apenas cinco, de fácil compreensão por todos aqueles que operam as regras desse jogo tributário, especialmente pelo empresário. São cinco regras simples que, uma vez descumpridas, teriam um condão de imputar uma penalidade de facílima compreensão. São elas: o cadastro, o descumprimento do dever de cadastro; a não prestação de informações de obrigações acessórias, como emissão de nota fiscal; o não pagamento do tributo; o creditamento indevido; e o embaraço à fiscalização, Presidente.

Então a reflexão a que eu os provoco, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, nesse ponto, é uma substituição para trazer ainda maior simplicidade a esse novo regramento jurídico. E vale dizer que essas regras, Presidente, foram construídas muito com base no atual sistema tributário, que preza muito mais pelo jogo da disputa do que pelo jogo da cooperação. Então há uma mudança de paradigma da atuação pelo crime para uma atuação cooperativa.

Sras. e Srs. Senadores, possivelmente vivemos o momento mais importante da nossa história, em termos de regras tributárias, de um jogo tributário. E, para além de serem as maiores mudanças que vivemos na nossa história, são regras que vão ditar as próximas décadas da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

economia tributária brasileira, da economia brasileira, por intermédio da mudança das regras do jogo tributário.

Mais uma vez, Sr. Presidente, eu agradeço o convite, a oportunidade por falar em nome do NEF, e eu deixo essas cinco reflexões para os senhores. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Dando continuidade – muito obrigado à senhora, Dra. Talita Pimenta Félix –, eu passo a palavra ao Dr. Mário Sérgio Carraro Telles.

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES (Para expor.) – Boa tarde, Senador Confúcio. Boa tarde, Senador Moro, Deputado Hauly, todos os meus colegas de mesa e todos que estão nos vendo e nos assistindo.

Tem uma apresentação. Você pode colocar, por favor? (*Pausa.*)

Pode passar.

Eu acho que o primeiro ponto – vou passar bem rápido por essa tela – que a gente tem que lembrar é que a reforma mantém o tratamento beneficiado para as micro e pequenas empresas, não é? O que vai acontecer é que nós vamos ter a substituição de PIS-Cofins, ICMS e ISS pelos dois novos tributos, IBS e CBS. Mas o tratamento favorecido para as micro e pequenas empresas continua mantido. E essa simples mudança, que está colocada ali, que já foi feita na Constituição, leva necessariamente a termos que atualizar a Lei Complementar 123, que é a lei do Simples Nacional – na verdade, a lei das micro e pequenas empresas. Então a gente já vai ter... A gente não, os Senadores e os Deputados, vão ter que alterar a Lei Complementar 123. Esse é um ponto importante.

E a reforma também, vamos lembrar, além de fazer essa mudança, dá duas possibilidades para as empresas do Simples. A empresa do Simples pode permanecer completamente dentro do Simples, pagando o que ela paga hoje lá dentro da tabela. Por definição do contribuinte, a empresa pode optar por recolher aqueles dois que estão em azul, o IBS e a CBS, fora do Simples; portanto, apropriando-se de crédito do que os seus fornecedores pagaram e transferindo o crédito integral para os seus compradores, os seus clientes. Consumidor final não tem crédito. É só para quem tem o direito ao crédito, certo? Consumidor é que paga o pato. Então essa opção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está dada. E, se for uma opção da empresa por sair do Simples para recolher IBS e CBS, por débito e crédito, ela continua dentro do Simples pagando os outros três tributos, certo? Então é isso que está definido na Constituição.

Vamos passar.

Eu costumo dizer – eu já fiz essa apresentação aqui na CAE e em outros lugares – que eu poderia parar por aqui a minha apresentação, tá? O que é esse gráfico aí que eu estou mostrando para vocês? Nós fizemos um estudo na CNI, junto com a LCA Consultores, e ali a gente estimou qual seria a alíquota para o IBS e a CBS, a alíquota em conjunto.

Aquela primeira alíquota que vocês estão vendo ali – base, cenário base –, de 21,7%, o que é aquilo?

Se não houvesse exceções, se ninguém pagasse menos, a alíquota que nós calculamos seria de 21,7%, todo mundo pagaria 21,7%. Infelizmente não foi possível. A CNI defendia isso lá no início. Depois, politicamente, a gente entendeu que era o caminho. Melhor ter a reforma do que não tê-la. Mas seria de 21,7%. Então, aqui já fica, abrindo um parêntese, saindo da discussão do Simples, assim: a alíquota já foi para 28% no nosso cálculo. Então, nós já ganhamos 6,3% de alíquota para quem não vai ter desconto, que vai pagar 6,3% a mais para os outros pagarem menos.

E uma preocupação que a gente tem: em diversas emendas, em diversas audiências públicas, em toda audiência pública – acho que nesta aqui não vai acontecer –, tem alguém defendendo novas exceções. Isso é uma preocupação nossa, mas vamos voltar aqui para a questão do Simples.

Então, alíquota de 21,7%. Nesses 21,7%, as empresas do Simples permanecem onde estão hoje: dentro do Simples. Agora, aí, a gente simulou. O que acontece se as empresas do Simples optarem por recolher o IBS e a CBS por débito e crédito? Fizemos essa mudança. O que acontece com a alíquota que os demais pagam? Sobe para 23,8%. E por que sobe? Eu estou de acordo com o Dr. Alfredo Cotait, na minha visão, tem um erro naquele cálculo de renúncia. Por quê? Porque as empresas do Simples hoje – e na reforma também aconteceria – são as geradoras de cumulatividade. A empresa do Simples que está lá no meio da cadeia – a tributação vem até ela,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o Governo recolhe dos fornecedores da empresa do Simples, recebe o dinheiro –, a empresa do Simples não se credita de nada que o fornecedor pagou, não é, Deputado? Então, ali teve arrecadação, no meio da cadeia; depois, a empresa do Simples ainda paga dentro do Simples, então, tem mais arrecadação; e dali segue a cadeia produtiva. Então, você tem arrecadação antes da empresa do Simples e vai ter arrecadação de quem paga o pato lá na ponta, que é o consumidor final. Se as empresas do Simples, do meio da cadeia, optam por pagar por débito e crédito, acabou essa arrecadação aqui, Silas, no meio da cadeia, tem que arrecadar tudo lá na ponta. Como a reforma tem que ser neutra do ponto de vista da arrecadação, eu tenho que aumentar a alíquota lá na ponta, porque eu deixo de estar arrecadando no meio da cadeia, onde estão as empresas do Simples. Então, se as empresas do Simples, do meio da cadeia, vão para o débito e crédito, a alíquota sobe 2,1%, porque some a arrecadação do meio da cadeia. Ou seja, a empresa do Simples é uma grande geradora de cumulatividade e suporta essa tributação.

Na discussão da reforma – e não foi só com a empresa do Simples –, a gente percebeu, reforçou a percepção de que muitos empresários e empresas no Brasil acham que só suportam o tributo que eles pagam. Não entendem que, se o meu fornecedor pagou o imposto, ele coloca no custo, e eu suporto aquela tributação, se eu não me credito dela, não é? E a gente está cheio de situações em que as empresas não têm direito a crédito.

Vamos para frente, que eu ainda tenho outras coisas para mostrar.

Agora, aí nós simulamos outro movimento. Olha, mas, se as empresas do Simples que vendem para o consumidor final também resolverem pagar IBS e CBS por débito e crédito, o que acontece com a alíquota?

Opa, desculpa, volta aqui. Eu falei vamos para frente, não é? Mas é vamos para frente no mesmo eslaide ali ainda. Volta, fazendo um favor. Voltar. Ixe, está indo só para frente! Não volta? Não tem marcha ré aí, não? Não, está só indo para frente.

Eu vou falar enquanto... Infelizmente vocês não vão ver, não é? Porque, senão, vai acabar meu tempo. (*Pausa.*)

Não, não, eu vou falando. Não, ainda não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que acontece se as empresas optarem pelo débito e crédito? A alíquota, que é de 23,8%, que todos pagam, cai para 22,7%. Por que cai? Porque aí, lá na ponta, a empresa do Simples tem uma – agora, sim! – desoneração. E aí, se ela sair dali, de dentro do Simples, e for pagar por débito e crédito, ela paga mais. Como ela paga mais, os demais, que estão lá, pagando a alíquota normal, podem pagar menos.

Então, isso aqui já antecipa a conclusão a que eu vou chegar. Para empresas do Simples de meio de cadeia, a melhor opção da reforma é pagar por débito e crédito. Elas vão ganhar competitividade; não vão perder.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – E as empresas que estão na ponta vão ficar lá dentro do Simples, e não muda nada para elas.

Segue, fazendo um favor.

Eu não vou... Tem uma questão muito... Isso aí é para dizer o seguinte: se fala muito do crédito presumido de PIS-Cofins que aparece. Aparece realmente quando a empresa do Simples vende para um contribuinte do PIS-Cofins não cumulativo, porque esse toma crédito. Agora, para empresa do Simples, o crédito desaparece em uma série de outras situações. Se a empresa do Simples vende para outra empresa do Simples, toda a tributação desaparece, porque a de lá não toma crédito. Se a empresa do Simples vende para uma empresa do PIS-Cofins cumulativo, também desaparece a tributação, porque o outro não toma crédito. No ICMS, a mesma situação, e em vários estados se transfere a alíquota da tabela, mas o crédito cheio não vai, e ela não toma crédito para trás. E também no ISS, porque ninguém toma crédito.

Então, se fala muito nas situações em que aparece o crédito presumido e se esquece de todas as outras situações em que desaparece a tributação toda da cadeia.

Segue, fazendo um favor.

Então, agora eu vou falar aqui rapidamente sobre o que acontece na cadeia para 74% das empresas do Simples que estão na ponta da cadeia, ou seja, vendem para o consumidor final.

Passa, fazendo um favor. Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso aí é como funciona hoje, não é? Então, estou simulando aqui um varejista que adquiriu ali aquelas roupas, que tem um valor adicionado de cem. No caso de roupa, na CNI, a gente calcula que hoje a tributação, por fora, seria equivalente a 38,4%. Então, essa roupa é vendida por 138,4% lá para o varejista.

Ele adiciona lá R$61,60 de valor, vai apurar os impostos dentro do Simples sobre o que foi pago então na cadeia, que é o R$214,40, que é incidente por dentro. Dá R$12,40 de imposto no Simples.

Somando todos os fatores – o que foi valor adicionado e mais o que foi pago de tributação –, ele vende para o consumidor final aquela roupa por R$212,40 – isso é o que acontece hoje.

Vamos ver como é que vai ficar na reforma, tá?

Muito foi falado que bens vão ser desonerados. Então, se eu sou uma loja que vendo roupa que uma indústria produziu, se nós tivermos uma alíquota de 28% sobre os mesmos R$100 de valor adicionado, essa roupa vai sair por R$128. Lá na ponta, o preço vai ser menor, porque ele comprou mais barato. Se ficou dentro do Simples, ele vai até pagar um pouquinho a menos lá, e o preço final do produto para o consumidor vai cair. Isso, ele ficou dentro do Simples, certo? Agora, o que acontece se ele optar por recolher por débito e crédito?

Passe, fazendo um favor.

Eu não vou fazer todo o trajeto, mas, se ele optar por pagar por débito e crédito, o preço final vai ser R$206,85.

Como não dá ré aqui na nossa apresentação, o preço é maior do que na versão anterior se ele ficar lá dentro do Simples. Então, a opção melhor, como ele não transfere crédito mesmo, é ficar dentro do Simples.

Então, quem está na ponta vai permanecer dentro do Simples.

Pode passar.

Agora vamos falar do que acontece com 26% das empresas do Simples, que estão no meio da cadeia, seja indústria, seja serviço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos passar?

Pode ir.

Então, aqui é um outro exemplo: é uma indústria comprando insumos, e vai vender para um varejista.

Nesse caso aqui, o varejista é PIS-Cofins cumulativo, o lá da ponta.

Então, nos exemplos aqui, ele comprou insumos tributados por R$6 mil; adicionou R$4 mil de valor, e vai incidir o IVA. E, aqui, ele optou por permanecer... Não, desculpem-me: aqui ainda não é a reforma. Aqui é como é hoje. Aí incide o Simples sobre ele, está ali todo o cálculo, e ele vende por R$10.705,94 – o que ele comprou, mais o que ele adicionou de valor, mais o imposto que ele pagou dentro do Simples.

Um varejista vai tomar ainda um crédito... É do PIS-Cofins cumulativo: ele toma o crédito do ICMS, que foi recolhido na tabela do Simples. Então, ele comprou por R$10.705,94, usou o crédito do Simples, que o outro pagou... O custo final do produto para ele: R$10.283,70. Esse é o custo dele – certo?

Isso é como é hoje. Vamos ver o que vai acontecer com a reforma.

Passe, por favor.

Então, ele comprou os mesmos insumos por R$6 mil; adicionou o mesmo valor e está optando por recolher IBS e CBS por débito e crédito. Incidindo 28% sobre o valor adicionado, já que ele vai tomar crédito de R$1.312, ele vai vender por R$11.120. Aí já vem a primeira conclusão errada: "Olha, ele vai vender mais caro".

Vocês lembram que o preço anterior era R$10.705 e alguma coisa, não é? Só que o comprador, que no sistema de hoje não toma crédito total, vai tomar o crédito integral do IVA, os R$2.432,50. Então, ele compra mais caro, mas se credita do que foi pago na cadeia, de modo que o custo final daquele produto para ele, entre o que ele pagou e o que ele vai tomar de crédito, é menor: 15,5%, nesse exemplo, menor do que na situação de hoje.

Passa, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, essa mesma empresa tem a opção de falar: "Não, eu não quero recolher débito e crédito. Eu quero ficar dentro do Simples". Se ela ficar dentro do Simples, fica a mesma situação de hoje – R$10.705,94 – só que a reforma também diz o seguinte: "Olha, quem comprar da empresa do Simples que optou por ficar dentro da empresa do Simples toma algum crédito". Qual crédito? O da tabela. Então, ele vai tomar o crédito do IBS e toma o crédito também da CBS, de modo que o custo final é R$10 mil. Ainda assim, é melhor do que na situação de hoje, mas só 2,8% melhor.

Eu vou me encaminhando aqui para terminar. Essa é a situação da indústria.

Eu vou só passando aqui. Pode passar. Pode passar.

É o mesmo exemplo, mas vendendo para o PIS-Cofins não cumulativo. Não vou fazer todo porque o cálculo é igual. Vamos passar só para as conclusões. Se eu vendo para uma empresa do PIS-Cofins não cumulativo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – ... hoje, na reforma, ainda assim, com a geração do crédito presumido, o preço final daquela mesma operação para a empresa que comprou da empresa do Simples cai em relação à situação de hoje – mesmo com o crédito presumido.

Passa, fazendo o favor.

Agora, se ela optar por ficar dentro do Simples, aí muda. Aí a situação dela fica pior em termos de competitividade, porque o preço do comprador vai ser maior do que é hoje. Por isso, com esse exemplo na cadeia... E é importante a gente lembrar: qualquer análise de IVA tem que ser olhando a cadeia. Se eu olhar só a empresa ou só da empresa para frente, eu vou chegar na conclusão errada. Dessa forma aqui, eu mostrei que é melhor para as empresas da ponta ficarem dentro do Simples – esquece a reforma tributária. E, para quem está no meio de cadeia, é melhor optar pelo débito e crédito e vai ganhar competitividade e não perder competitividade.

E, para terminar, eu vou lembrar de mais dois pontos – não precisa passar mais não, tá? –: hoje no sistema tributário, o Deputado Hauly sabe muito bem disso, o que matam as empresas do Simples, principalmente aquelas que estão para frente da indústria é um negócio chamado submissão tributária. Acaba com toda a vantagem da empresa do Simples, porque eu cobro tudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na indústria, o ICMS, e não interessa se dali para frente a empresa é do Simples ou não é do Simples, se é um mercadinho ou se é o Carrefour. Já pagou na indústria, vai todo mundo recolher, vai suportar o mesmo tributo.

Não tem submissão tributária na reforma tributária, e a gente espera que assim continue, viu, Senador Eduardo Braga?

Outra vantagem que é uma complicação enorme para a empresa do Simples é o Difal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – Não tem mais Difal, porque não tem mais alíquota interestadual, não é? Essas duas vantagens são muito grandes.

E para terminar: "Ah, mas, Mário, você agora está dizendo que a empresa do Simples vai ter que optar por débito e crédito?" Isso é complicado. Primeiro ponto: nós fizemos a reforma para que débito e crédito sejam uma coisa palatável, como é no mundo inteiro, não é nada difícil, mas hoje é. No sistema de hoje, é complexo, mas, no novo sistema de crédito amplo, vai ser muito mais simples. E o segundo ponto, que está também no texto: as empresas ainda vão receber – basta comprar com nota e emitir nota – a declaração pré-preenchida, e aí ela vai avaliar; se estiver o.k., dá o o.k. e já está resolvida a declaração. Então, o novo sistema é mais simples, e vamos ter a declaração pré-preenchida.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – Dito isso, eu acho que, na Lei Complementar 123, nós vamos ter que fazer uma mudança, não é? Errei de novo; quem vai fazer são os Congressistas, não somos nós, não é, Deputado?

Lá nós podemos pensar em tratar a questão do Simples dentro da Lei Complementar 123, e uma possibilidade é, se apurou débito e crédito, tem um imposto a pagar. Você pode colocar na Lei Complementar 123 um desconto no imposto a pagar da empresa que é do Simples e optou pelo débito e crédito. Isso é perfeitamente viável na Lei Complementar 123.

Senador, desculpa. Passei do tempo, mas a Talita me deu aqui dois minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está bem. Muito obrigado, Sr. Mário Sérgio.

Senador Eduardo Braga, gostaria de assumir aqui a Presidência?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não. Eu fiquei a manhã toda já, não é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem.

Eu passo a palavra para o Deputado Carlito Merss, Gerente de Políticas Públicas do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Ele dividiu o tempo dele com o Silas Santiago. Serão cinco minutos para cada um.

Com a palavra, Carlito.

O SR. CARLITO MERSS (Para expor.) – Talvez eu fale um pouco mais, não é? Alfredo, como é bom, não é? Ex-Deputado, não é?

Eu lembro aqui que, quando eu vim para o Sebrae ano passado, a convite do Presidente Décio Lima, falei: "Mas, puxa, eu estou com 69 anos"; "Não, mas dessa vez a reforma tributária vai sair"; "Décio, tu és muito otimista". Eu passei, não é, Hauly? Briguei muito com esse senhor ali, cara. Olha, foram 30 anos de muito embate, não é? Mas numa coisa nós tivemos decepções iguais: no relatório do Germano Rigotto, que lá no Plenário foi mandado retirar; no relatório do Sandro Mabel, que não deu certo, misturou muita coisa; no do nosso grande Mussa Demes.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. CARLITO MERSS – Virgílio junto com Mussa, claro, que ele era o Presidente.

Eu saí muito frustrado daqui, não é? Eu sou economista, cheguei aqui em 1999 e saí em 2021 para ser Prefeito de uma grande cidade, Joinville. Acabei levando o Silas, que era da Receita ainda, porque nós fizemos umas das melhores legislações municipais na questão das micro e pequena empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estive aqui, participei de todos os debates em 2006, quando nós aprovamos a famosa Lei Complementar 123, do Simples Nacional.

Lembro que, na época, algumas pessoas já falavam nesse problema: "Poxa, mas crédito presumido... E, se a pessoa crescer, como é que vai ser?". A gente sempre falava assim: "Não, a gente faz ajustes na 123". Estamos em 2024, então já são bastantes anos, mas pelo menos estamos fazendo este debate no momento oportuno, que é esse sonho meu. Lembro que eu aceitei vir para cá, para o Sebrae, porque a primeira reunião do grupo de trabalho lá da Câmara se reuniu e eu cheguei à Comissão de Orçamento, viu, Confúcio? Eu olhei lá e não tinha ninguém da Comissão, mas estava o Hauly. O Hauly, macambúzio: "É, não me elegi"; e eu também: "Mas eu também nem candidato fui", e pá-pá-pá. Aí eu olhei para os técnicos, e eles falaram: "Cadê essa turma?". "Não, estão numa salinha lá". Aí, por deferência pelo trabalho que fizemos nessa área, eu e o Hauly fomos lá à salinha que decidiu o encaminhamento da reforma – isso em junho, julho do ano passado. E me empolguei também. Estou aqui por isso.

Para mim, a revolução que teve nesses 30 anos em que eu acompanho este debate foi quando, depois de muita guerra fiscal, uma loucura que se fez neste país, Governadores entregando até a alma... Eu, como Prefeito, dei isenção do que tem o município – ISS – para uma GM se instalar na minha cidade, para fazer uma fábrica de motor, e não consegui colocar a BMW, porque não tinha mais terreno no meu município. E, na época, o Governador Colombo e a Presidente Dilma aceitaram dar uma isenção enorme para se instalar a BMW em Araquari, que é uma cidade do lado de Joinville. E eu fiquei feliz, porque, pelo menos, é no meu estado. Lembro o desespero do ex-Governador Olívio Dutra. Eu acompanhei, porque eu acompanhei a transição do Governo dele, como economista. E aquela pressão: "Não, tem que dar 20 anos de isenção, porque a Ford quer, porque senão a Ford vai embora". Nunca esqueci uma frase do ex-Governador, que falou: "Meu Deus, eu não estou conseguindo pagar a folha de pagamento, como que eu vou dar isenção para uma multinacional dessas?". E não deu. Daí, a Ford foi para a Bahia, política lá, R$1 bilhão, se eu não me engano. No ano passado, a Ford falou: "Senhores, muito obrigado, gostei muito do acarajé daqui, mas eu estou indo embora". E essa guerra fiscal foi uma loucura. Por quê? Porque do ICMS, que para mim continua sendo o maior imposto – agora não vai ter mais esse nome –, nunca foi possível fazer a cobrança no destino, porque, no meu conceito simples, que eu aprendi lá na Unicamp, circulação de mercadoria se dá por quem compra, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLITO MERSS – Mas é óbvio que São Paulo, Minas e Rio, principalmente, não aceitavam, porque vinha para eles. Aí, como os Governadores começaram a levar fábrica para outros lugares, todo mundo viu que virou um perde-perde. E é óbvio que, se eu fosse Governador de um estado menor, eu ia fazer de tudo para levar fábrica lá, como eu vi, como Prefeito, e acabei fazendo isso aqui.

Qual o problema? A revolução é que simplificou – gostemos ou não, simplificou, sim –, só que o momento que nós estamos vivendo hoje é de ajustes. Logo que eu acompanhei este debate... O Sebrae, por ser um serviço de apoio, sente na pele o drama dos MEIs. Nós fomos fazer um levantamento, temos um convênio com a Unicamp: por que grande parte dos MEIs não pagam R$80? Estou aqui com a pesquisa, o resumo da pesquisa. Eles não pagam, primeiro, porque desconhecem as consequências de inadimplência – isso aqui é estudo da Unicamp –, desconhecem se o pagamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLITO MERSS – Acham que vai... Eles se esquecem de realizar as obrigações, e nós estamos num drama, porque, a cada final de período, a Receita tira essa gente.

E eu comecei a observar na minha cidade por que amigos meus chegaram a ter oito MEIs. Eu falei: "Meu Deus, que lei que eu ajudei a fazer que cria essa coisa maluca?". Eu apelidei isso de complexo de Peter Pan, não é? Todo mundo sabe, Sininho não quer crescer. Mas está errado, não podemos fazer uma lei que simplifique o início... Mas, se ele ficar grande, ele vai pagar como gente grande. Talvez essa seja a nossa angústia, e temos que fazer isso.

É bom que todos saibam que desde março nós temos um novo protagonista neste debate, que é o Ministério do Empreendedorismo e da Microempresa. E nós, como serviços de apoio, estamos fazendo este debate nesse final, pelas emendas, pelas pressões que temos sofrido, para resolver. Essa semana mesmo, estamos conversando com o Memp.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLITO MERSS – Claro, vamos conversar com a Fazenda, porque é lá que estão os dados principais, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu só queria dizer o seguinte... O Ministro Márcio França é uma pessoa muito objetiva: "Ah, não, Carlito, nesse negócio aí do sublimite, tem que se fazer uma rampa". Ele chama de rampa. Eu nem sei se esse é o nome correto, mas ele quer resolver, está ansioso, porque, bem ou mal, é esse ministério hoje que vai administrar isso que antigamente era no Mdic e em outras...

Então, eu queria deixar aqui para o Silas, pela experiência que ele tem, parte do que a gente queria falar – talvez o Mário, da CNI, já tenha colocado, mas é isso. Acho que os ajustes têm que ser feitos. Eu só espero que a gente não perca a oportunidade, e acho que não vamos perder, porque há um compromisso dos Presidentes do Senado e da Câmara para aprovar isso. É claro que muitos ajustes vão acontecer nesse período todo, até porque essa reforma tem uma transição que vai até 2032. Hoje vimos... fazer com que a Zona Franca de Manaus...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLITO MERSS – ... continue existindo, porque ela é fundamental para o desenvolvimento do país, não é?

Então, eu queria passar para o Silas, para colocar algumas preocupações, emendas possíveis que nós estamos estudando lá no Sebrae, está bom?

O SR. SILAS SANTIAGO (Para expor.) – Obrigado, Carlito. Obrigado, Presidente Confúcio. É um prazer está aqui. Cumprimento o Senador Eduardo Braga também, o Presidente da Comissão.

Muito já se falou aqui, e eu queria corroborar a palavra do sempre Senador Alfredo Cotait de que o Simples não é renúncia fiscal. E agora, Presidente, tem um apoio até da academia, não é? Na minha tese de doutorado, que eu terminei agora, defendi no semestre passado no IDP, eu defendo que o Simples não é renúncia fiscal, é alívio tributário estruturante – o nome que eu acrescentei na doutrina tributária –, por ser um regime tributário alternativo, determinado pela Constituição, que observa o princípio da praticabilidade tributária – assim como o presumido observa, não tem diferença – e também o princípio da capacidade contributiva. Então, não só eu, mas outros doutrinadores têm defendido isso. Minha tese está à disposição dos senhores, para corroborar essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Competitividade é importante, e há uma coisa que o Mário falou: nessa questão da opção de pagar por dentro ou por fora, as micro e pequenas empresas, Presidente, sempre quiseram ter isso e não puderam. Hoje, se uma empresa quiser pagar o ICMS por fora do Simples, ela não pode, e com a reforma vai poder. Então, é um ganho, não é? Agora, tem um problema: 26% estão no meio da cadeia e 74% estão no varejo. Se a gente verificar assim, para as duas situações específicas, tem uma solução: quem está no varejo vai pagar dentro do Simples o IVA, e quem está no início ou no meio da cadeia vai pagar por fora. Tem o problema da empresa que tem os dois clientes, tem metade no varejo e metade necessitando gerar crédito – e aí a gente tem que estudar uma solução para esse caso, tá?

E essa empresa que optar por pagar o IVA, que é IBS e CBS, por fora, porque ela precisa gerar crédito, Mário... E aqui nós vamos precisar do apoio maciço dos Senadores para que tanto a Receita Federal quanto o Comitê Gestor do IBS consigam garantir essa declaração pré-preenchida, que o cálculo saia, porque vai aumentar a complexidade, não é? Então, vamos precisar que realmente a Receita Federal apresente o cálculo da CBS, como o intergestor do IBS apresente o cálculo do IBS, e que o *split payment* funcione, porque, além do tributo, o custo de conformidade é o que mais afeta a micro e pequena empresa hoje, não é? Então, se uma pequena empresa tiver que pagar por fora, com a complexidade atual, realmente pode ser muito preocupante.

Sobre multas e infrações, gostei muito do que a Profa. Talita falou. Nós temos que criar também, Profa. Talita, uma diferenciação nas multas e infrações com relação à micro e pequena empresa. Está na lei geral, não é? Além de simplificar as infrações... Esse estudo do professor do CCiF é muito bom. Além de simplificar, tem que ter uma diferenciação nas multas e infrações para micro e pequena empresa. Está na lei geral, foi até o Ministro Afif que conseguiu defender isto, está lá que toda obrigação acessória tem que ser diferente para micro e pequena empresa, e a gente tem se esquecido disso, não é? Então, não é só simplificar, tem que ter uma diferença na aplicação da multa.

Mário, sobre o desconto do IVA no final, nós também defendemos essa ideia, é uma coisa muito importante. Vai pagar por fora? Vai, vai gerar a mesma carga tributária. Então, ao final, seria interessante ter uma diferenciação regressiva. O pequenininho tem um desconto maior; vai crescendo, tem um desconto menor, porque isso inclusive vai facilitar... Aí pode até ser que tenha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

renúncia fiscal nesse caso, mas é uma renúncia palatável, calculável, totalmente controlável, diferentemente de hoje que é simplesmente um regime tributário alternativo, não é renúncia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SILAS SANTIAGO – Dito isso – e o Carlito adiantou –, tem algumas coisas que nós queríamos que a Comissão apreciasse para melhorar alguma coisa já nessa tramitação do PLP 68.

Eu gostaria que passasse, por favor, à próxima.

A primeira alteração que a gente propõe para a Comissão é que a alíquota zero da cesta básica, que vale fora do Simples, no IBS e na CBS, também possa valer dentro do Simples Nacional. Hoje isso já acontece com ICMS, já acontece com PIS, Pasep e Cofins, mas, no IBS e na CBS, não está previsto. Então, essa é a primeira emenda que a gente pretende defender com o Senador Eduardo Braga. E a primeira emenda seria que a taxa zero da cesta básica fora do Simples valesse dentro do Simples também. Então, é totalmente entendível, e nós cremos que, quanto ao mérito, é perfeitamente defensável.

A próxima.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SILAS SANTIAGO – Aí nós queremos que os sublimites estaduais... A Profa. Talita falou disso. Hoje já não tem sublimite mais no PLP 68, porque já se extinguiu. Só que parou nos 3,6 milhões, tanto o ICMS quanto o ISS e o IBS, no futuro, cravaram em 3,6 milhões. O que nós defendemos, a exemplo do que a Profa. Talita falou, é que vá tudo a 4,8 milhões. Fica muito complexo você ter dois limites: um para o estado e o município e um para o federal. Então, a gente dá aí um prazo até 2027, para que os sistemas façam a adaptação necessária, mas que a gente possa ir tudo a 4,8 milhões, então, sem essa diferenciação.

Próxima, por favor.

A outra defesa que o Sebrae faz é estender o *cashback* para o microempreendedor, porque o *cashback* está previsto para pessoa física...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SILAS SANTIAGO – ... e nós achamos que o microempreendedor também pode receber o cashback, porque, senão, ele vai se desincentivar de comprar com o seu CNPJ, vai querer usar só o CPF, vai gerar uma informalidade empresarial. Então, é estender o *cashback* para o MEI também.

Próxima.

Aí nós queremos eliminar uma distorção, porque foi incluído um dispositivo no PLP 68, dizendo que, se a empresa apresentar a estruturação fiscal por meio do Sped, fica dispensado da Difal. Ora, Difal não vai fazer sentido mais, e a gente quer cravar, com todas as letras, que, se a micro ou pequena empresa apresentar o documento fiscal, nota fiscal eletrônica, não tem que fazer mais nada. O cálculo do tributo tem que ser feito pelo Fisco. Então, essa é a quarta emenda.

Próxima e última.

Aí, nós estamos querendo, viu , Hauly... Nós vamos precisar da força da Câmara dos Deputados também, do Senado inteiro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SILAS SANTIAGO – Já que não vai ter a substituição tributária, como o Mário falou, no IBS, a gente pretende eliminar essa tempestade perfeita para os pequenos negócios, que é a substituição tributária do ICMS, que está prevista para acabar em 2032, e propõe que se antecipe para 2027, porque vai ser um período de muita complexidade. Nós vamos conviver com ICMS, ISS, IBS, CBS, e a substituição tributária é um grande complicador e desequilibra o fluxo de caixa das micro e pequenas empresas. Então, nós defendemos que ela acabe antes, não lá em 2033, mas agora já em 2027. Eu acho que essa é a última emenda.

Isso é o que o Sebrae vem defendendo como ajuste. São ajustes pontuais que a gente quer que sejam feitos na reforma tributária.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem. Perfeito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLITO MERSS – Não, não, é que na fala do Alfredo ele levanta uma questão que teríamos que ter uma PEC específica. O Edgar aqui, que trabalha com a gente lá, me mandou uma mensagem aqui de que existe já a PEC 13, de 2024, que trata, na verdade, dos créditos simples. Talvez essa PEC aqui que está tramitando possa resolver essa questão que o Cotait levantou. Só isso.

E mais, só para concluir também: tudo isso que nós estamos apresentando aqui a gente vai jogar jogado com o Memp primeiro. Nós não queremos ter nenhum tipo de conflito com o Ministério do Empreendedorismo, até porque nós somos um órgão de apoio às micro e pequenas empresas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado.

Bem, eu gostaria de agradecer a todos os palestrantes que estão aqui à mesa. Vamos fazer um revezamento com os outros que estão ali sentados.

Convido o Dr. Olielson... É só trocar também as identificações aqui da mesa.

Eu convido o Dr. Olielson França Lobato Júnior para se sentar aqui à frente, que é Secretário-Executivo do Simples Nacional; o Dr. Carley Welter – bem-vindo; tudo bem, doutor? –, Diretor da Associação Nacional das Empresas de Transporte de Cargas; e a Dra. Ângela Andrade Dantas Mendonça – pode se sentar aqui, Dra. Ângela.

Dra. Ângela, por favor. Coloque aqui as identificações para ela.

Eu gostaria aqui de agradecer a oportunidade de presidir até este momento e passo aqui a Presidência para a querida Senadora... (*Pausa.*)

Ah, meu Deus! Augusta Brito – perdão, deu um branco aqui, Augusta – para concluir o trabalho, na presença aqui do nosso Relator, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para discursar.) – Eu queria, Senador Confúcio, agradecer a V. Exa. pela sua presteza e colaboração na condução desta audiência pública novamente, porque V. Exa. já conduziu outra. E agora a Senadora Augusta está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novamente conduzindo o nosso debate e a nossa audiência pública. Quero agradecer a V. Exa. e à Senadora Augusta Brito também pela presteza e colaboração.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Boa tarde.

Eu que agradeço e aqui faço referência tanto ao nosso Senador Confúcio, que presidiu esta audiência pública, como ao nosso Relator, o Eduardo Braga, a todos que estão aqui, aos que já passaram e agora aos que irão ter oportunidade também de fazer suas apresentações.

Eu queria dizer que já presidi também, na semana passada, outra audiência pública e fiquei feliz que, nesta audiência pública, eu já constatei aqui duas presenças de mulheres na mesa, porque na passada não tinha. Só fazendo um registro pontual, eu fiquei feliz em ver agora as mulheres participando também.

E, de imediato, eu já passo aqui para o Sr. Olielson França, que poderá também fazer aqui a sua apresentação pelo tempo que achar necessário.

O SR. OLIELSON FRANÇA LOBATO JÚNIOR (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Uma boa tarde a todos.

Gostaria de agradecer o convite feito por este Senado Federal para estar aqui participando em nome do Comitê Gestor do Simples Nacional.

Quero saudar a todos e todas presentes e também os que estão assistindo a esta audiência pública.

Eu gostaria também de registrar a minha felicidade de estar aqui com o colega Silas Santiago. Ele esteve na Secretaria-Executiva como Secretário-Executivo anteriormente a mim, foi o primeiro Secretário-Executivo do Comitê Gestor do Simples Nacional. Eu me espelho muito no trabalho que ele fez também, foi um trabalho muito importante. Para mim é uma honra estar aqui na presença dele, gostaria de deixar isso registrado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu gostaria de fazer um breve relato para vocês do que o Comitê Gestor do Simples Nacional está fazendo nesse aspecto da reforma tributária. Então, para isso, eu só vou fazer uma contextualização de como funciona hoje o sistema do Simples Nacional, para que vocês entendam e para que a gente possa colocar, então, essas balizas do trabalho do Comitê Gestor.

A Lei Complementar 123, hoje, coloca três órgãos que são os órgãos de administração do Simples Nacional, dentre eles o Comitê Gestor do Simples Nacional, que é responsável pela parte de regulamentação, tributação, contencioso, opção, exclusão do Simples Nacional, a parte tributária então, não é? Hoje, o Comitê Gestor é formado de administrações tributárias – então nós temos as administrações tributárias federal, estadual e municipal – e também, desde a Lei Complementar 188, nós temos a participação do Sebrae, do Ministério da Micro e Pequena Empresa e também dos representantes dos contribuintes, o que agrega maior legitimidade ao funcionamento do próprio Comitê Gestor do Simples Nacional.

Então, o Comitê Gestor, hoje, tem duas missões precípuas: dar máxima efetividade à legislação que o Parlamento brasileiro produz, seguindo fielmente aquilo que os Srs. Parlamentares nos orientam nas leis, e também fazer a parte de integração entre as administrações tributárias, e agora também com a participação dos contribuintes do Sebrae.

Dentro desse aspecto de trabalho do Comitê Gestor e da decisão política do Ministério da Fazenda de condução da reforma tributária, nós estamos participando basicamente em três etapas da construção desse trabalho.

Primeiramente, como há uma Secretaria especial da Reforma, nós estamos trabalhando assessorando o Secretário especial da Reforma em matérias de natureza do Simples Nacional. Então, o texto é produzido pela Sert, com o nosso apoio, é claro.

Nós estamos acompanhando o que está sendo colocado e os debates que estão sendo postos aqui no Congresso Nacional, para que a gente entenda qual a vontade dos senhores legisladores na redação da regulamentação, para que o Comitê Gestor, então, possa dar essa máxima efetividade quando da publicação das leis, que é o momento posterior, não é? Nós vamos receber dos senhores essa lei complementar nova do Simples Nacional, e o Comitê Gestor vai se reunir para poder redigir e adequar os novos detalhes no regulamento do Simples Nacional, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje é a Resolução 140 – que, inclusive, foi o Silas que produziu, na época que ele estava lá na Secretaria-Executiva, à frente dos colegas das equipes técnicas.

Bom, nós acompanhamos os debates aqui para a gente poder, então, dar esse assessoramento para o Comitê na época da regulamentação, e nós fomos chamados a trabalhar em cooperação com as administrações tributárias para poder construir as ferramentas que vão derivar dessa legislação. Então, esse é um trabalho muito importante que a gente está tendo, de entender quais são os pilares que construíram essa reforma. Porque a gente está tendo uma alteração na tributação do consumo, não é? Lembro que o Simples Nacional é uma cesta de tributos que envolve também tributos em relação à renda e contribuição previdenciária. E dentro desse panorama a gente também tem uma mudança na forma de administração do tributo, em que nós vamos ter a constituição de crédito tributário sendo feita, a confissão de dívida sendo feita pelo documento fiscal, e esse documento fiscal servindo de base de informação para que se possa fazer toda a parte de apuração; e transmitindo para o contribuinte um documento, que hoje o contribuinte faz e que no futuro vai ser pré-preenchido.

Então, esse é um dos grandes objetivos da reforma, não é? Trazer a administração tributária brasileira para o século XXI. A gente até comenta de uma administração tributária 3.0, em que você tem uma utilização massiva de elementos de tecnologia, em que a gente traz a tecnologia para automatizar os processos e facilitar para o contribuinte, para que a administração pública, no caso tributário, interfira o mínimo na economia; e para que ele tenha um ambiente de negócios mais facilitado, com menos burocracia, com menos obrigações acessórias, e que ele possa se preocupar realmente com aquilo que é o *métier* dele, que é a produção, a prestação de serviços e assim por diante.

Dentro desse trabalho, hoje nós temos grupos técnicos que estão funcionando em diversas áreas. Nós temos um grupo criado dentro do Encontro Nacional de Administradores Tributários, que tem a colaboração da Receita Federal; das receitas estaduais, por intermédio do Confaz e do Comsefaz; e dos municípios, por intermédio da CNM, da FNP e da Abrasf. Todo o trabalho, toda a premissa do trabalho é construída na cooperação entre os fiscos e na verificação de uma melhoria de ambiente de negócios para os contribuintes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos fazendo os primeiros levantamentos com os textos que estão circulando, e, para efeito de início de trabalho, nós fizemos reuniões para poder identificar quais são os pontos dos documentos fiscais que nós teremos que ter para que a gente possa então, por intermédio dessa captação de informação, produzir um pré-preenchimento da declaração para o Simples Nacional. Isso é bem factível, considerando que os contribuintes do Simples Nacional são contribuintes que não têm operações muito complexas, até pelo fato de serem hipossuficientes. E nós acreditamos que, com a nova forma de tributação, a gente vai ter aí, pelo menos, entre 80% a 90% de pré-preenchimento totalmente baseado nos documentos fiscais, o que vai facilitar muito para os contribuintes.

A gente também está trabalhando no sentido de desenvolver uma ferramenta pré-cálculo para os contribuintes. Eles vão ter a oportunidade de utilizar suas próprias ou essa que provavelmente vai ser disponibilizada pela Receita Federal e de que ele vai poder se utilizar para preencher os dados das operações. Então, através desse *input* de informação, a nota vai ser pré-calculada por essa plataforma e vai ser devolvido o documento fiscal autorizado e emitido pelas autoridades tributárias, já com destaque de IBS e CBS, para que o contribuinte que vai se creditar da operação já possa lançar isso na sua contabilidade. E também para que a gente possa, através desse desenvolvimento tecnológico, fazer *split payment* e desenvolver todas as funcionalidades que se pretende para o futuro da administração tributária brasileira por intermédio da reforma.

Nós também estamos trabalhando em paralelo com a construção de facilitações no processo de opção para os contribuintes do Simples Nacional. Até um ponto que o Sebrae e outros atores têm sempre nos questionado é a respeito da velocidade com que se pretende fazer para que essa opção surja no mundo jurídico e os contribuintes do Simples Nacional já possam ter a possibilidade de operar e emitir documentos fiscais já como contribuintes optantes do Simples Nacional.

O que está sendo feito nisso e o que nós estamos desenvolvendo é um portal único de negócios junto com as administrações estaduais e municipais, com as juntas comerciais, no sentido de que o contribuinte, quando for fazer a abertura...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OLIELSON FRANCA LOBATO JÚNIOR – ... da sua empresa, já possa, no ato de formalização dessa abertura, optar pelo sistema do Simples Nacional. A gente hoje leva 60 dias para poder verificar as questões de alvará e licenciamento, principalmente municipais, para funcionamento, mas, no futuro, a gente pretende, com esse novo desenvolvimento tecnológico, que a gente possa, então, desde a abertura – é claro, tem as situações de grau de risco elevado, que têm um tratamento diferenciado –, nas situações que são de nível razoavelmente tranquilo, dar a possibilidade de esse contribuinte do Simples Nacional já operar na economia de imediato.

Bom, a gente está trabalhando com cadastros unificados também, junto com as administrações tributárias, para que a gente possa diminuir cada vez mais a quantidade de informações necessárias para as operações, não mais tendo situações de prestação de informação duplicada. Então, é no sentido de a gente sempre estar facilitando cada vez mais para os contribuintes e desenvolvendo os sistemas baseado nas nossas próprias informações internas.

Dentro dessa perspectiva desses grupos de trabalho, nós estamos ainda precisando do texto final para poder avançar; mas como a gente já tem boa parte dos assuntos trabalhados, e da grande maioria do texto que hoje tramita nesta Casa já há um consenso, então nós estamos já avançando para que nós possamos receber, no Comitê Gestor do Simples Nacional, no ano de 2025, a alteração da Lei Complementar 123. Que se faça a regulamentação, no âmbito do Comitê Gestor do Simples Nacional, para alguns detalhes, como, por exemplo, o que está sendo colocado aqui – foi até um pedido, salvo engano, do Sebrae e também de alguns representantes de contribuintes – para que as empresas possam ter mais de um tempo de opção ao longo do ano, não é?

Então, por exemplo, nós estamos trabalhando é para que as empresas optem pelo regime do Simples Nacional uma vez ao ano; nesse mesmo momento, elas vão optar pela não cumulatividade ou não. E aí, no meio do ano, elas terão mais uma possibilidade, então, de fazer a opção por retornar para a cumulatividade ou, não querendo, permanecer na não cumulatividade, até para que se possa demonstrar a intenção de ajudar o contribuinte a ter um mecanismo de *compliance* dele mesmo e de avaliação. Caso ele entenda que não é justificável continuar no modelo cumulativo ou no outro, que ele possa fazer essa alternância sem necessidade de passar um ano inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, dentro de um panorama geral, é isso que nós estamos trabalhando.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR. *Fora do microfone.*) – Quantos funcionários tem o Comitê do Simples?

O SR. OLIELSON FRANCA LOBATO JÚNIOR – O Comitê Gestor do Simples Nacional é um órgão colegiado do Ministério da Fazenda que é composto pela Receita Federal, administrações estaduais, municipais, Sebrae, Memp e as confederações das micro e pequenas empresas. Hoje, trabalhando na Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do Simples Nacional, tem eu, como Secretário-Executivo, e eu tenho uma equipe de quatro assessores, que trabalham comigo, especializados em Simples Nacional e à disposição do Comitê Gestor do Simples Nacional. Fora isso...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR. *Fora do microfone.*) – Quantos milhões de empresas? E MEIs? Micro e MEI? Você gerencia quantos milhões? Nove milhões de microempresas?

O SR. OLIELSON FRANCA LOBATO JÚNIOR – Na verdade, o gerenciamento é feito pelas administrações tributárias; nós regulamentamos. Era até uma parte que eu gostaria de falar, desculpa, Deputado.

Complementando a minha fala, nós temos quatro colegas trabalhando em dedicação exclusiva ao Simples Nacional, mas nós ajudamos, coordenando as equipes que hoje estão dentro das Receitas Federal, Estaduais e Municipais. Então...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR) – Todos os milhões de empresas. (*Fora do microfone.*)

Então, não tem diferença do novo.

O SR. OLIELSON FRANCA LOBATO JÚNIOR – Na verdade, a diferença tecnológica eu acabei de colocar. E a diferença está sendo construída dentro do...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR) – É só para fazer jurisprudência, porque estão falando que o novo IVA vai ser gigantesco, e não precisa. Só estava querendo fazer a analogia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OLIELSON FRANÇA LOBATO JÚNIOR – Bom, o sistema de administração do Simples Nacional tem essas peculiaridades, até porque há uma diferenciação entre o Comitê Gestor do IBS e o Comitê Gestor do Simples Nacional. O Comitê Gestor do IBS foi construído e, inclusive, colocado na emenda constitucional como uma autoridade hierarquicamente superior às administrações tributárias. Hoje, o Comitê Gestor do Simples Nacional não funciona dessa forma.

Mas, enfim, essas são as palavras que eu gostaria de colocar para vocês sobre o que nós estamos fazendo, sobre o âmbito de trabalho do Comitê Gestor do Simples Nacional, e fico à disposição para maiores esclarecimentos.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada. Nós que agradecemos, Sr. Olielson, Secretário-Executivo do Simples Nacional.

Já passamos agora para o Sr. Carley, que também poderá usar o tempo que achar necessário para a sua apresentação. Se for ter alguma apresentação... Já trouxe, não é? Pronto. Fique à vontade.

O SR. CARLEY WELTER (Para expor.) – Obrigado, Senadora Augusta Brito, por estar nos recebendo aqui, na CCJ, hoje. Quero deixar registrado aqui um agradecimento especial ao Senador Eduardo Braga, por participar; e ao nosso Presidente, o Senador Wellington Fagundes, o Presidente da Frenlogi (Frente Parlamentar de Logística e Infraestrutura), que fez o pedido ao Senador, junto com o Deputado Edinho Bez e toda a equipe do IBL.

A gente está destoando um pouco aqui das entidades. A gente é uma entidade específica, somos uma associação de transportadores rodoviários de carga.

Quando a gente estava estudando a reforma tributária, os impactos dentro do nosso segmento... Os nossos associados são transportadores do agro.

Pode passar.

Noventa por cento das nossas operações se concentram no agro.

Pode passar de novo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então a gente tem uma atuação nacional – hoje, em 22 estados a gente tem negócios – e a gente foi ver o que realmente nos impacta. Tem várias questões que nos impactam, mas a situação mais complexa para a gente é a relacionada ao Simples. Todos os nossos associados são lucro real, 100%, e nós estamos aqui falando de Simples. Por quê? Porque ele impacta diretamente o nosso negócio e a movimentação do agronegócio no Brasil.

A gente só tem 32 empresas, mas são grandes empresas do lucro real; 150 milhões de toneladas; mais de 2,2 milhões de caminhoneiros na nossa base.

Pode passar.

Mas a nossa questão... Eu gostaria de colocar aqui por que é que a gente está falando de empresas no Simples.

A opção brasileira pelo modal rodoviário aconteceu lá na década de 60, 70. Por conta da sazonalidade do segmento do agronegócio, safra, entressafra... O Brasil é um país muito grande, então tem safra em diferentes épocas do ano, em diferentes meses do ano, em regiões diferentes. Isso provoca, pela falta de armazenagem – a gente não tem onde armazenar tudo –, uma migração de caminhões, para se movimentar rápido. Então a gente precisa fazer a movimentação rápido durante a colheita. Isso provoca aumentos de preço de frete e há uma migração de caminhões. Então, os caminhões migrantes... O pessoal, em fevereiro, está lá no Rio Grande do Sul; não tem safra nessa época, vai para o Centro-Oeste, vem para cá, depois vai para a Bahia, depois volta, e fica nessa migração. Mas quem migra? Quem faz essa migração? Geralmente são empreendedores. Empresas pequenas, depois cresceram algumas... As empresas muito grandes têm um pouco de restrição, porque não têm as suas bases delimitadas, não têm onde abastecer, não têm onde fazer manutenção.

E aí a gente vai à base de dados da Receita Federal, de CNPJs ativos, e cruza com o dado da ANTT, os RNTRC, que são os certificados para ele poder operar como transportador: 74% das empresas de transporte rodoviário de cargas estão no Simples, e isso corresponde – aí são dados nossos, das nossas empresas... Cinquenta por cento das operações de transporte rodoviário de carga no agronegócio são feitas por empresas no Simples e autônomos. Então, isso afeta diretamente o nosso negócio, o negócio do transporte rodoviário de cargas e, principalmente, a questão do agronegócio, que é um dos grandes motores da economia brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, nós somos consumidores de máquinas, combustíveis, suprimentos em grande escala. Para isso a gente vai conseguir tomar crédito. Mas nós também somos grandes consumidores de empresas no Simples.

Quando um caminhão quebra lá em Itapiranga-SC, em Iporá-GO, são as pequenas empresas que nos atendem. É o borracheiro, é a empresa que vende peça, é o posto de mola, é o combustível... Então, geralmente, essas empresas são pequenas empresas, porque a maior capilaridade que a gente tem do país, depois do Governo, são empresas de pequeno porte, microempresas. Elas estão em todos os lugares. Não é uma rede, mas elas permitem que os nossos caminhões, os caminhões que estão trafegando nas estradas continuem suas jornadas quando têm algum problema.

Pode passar.

Então, a gente tem dois problemas aqui, de onde surgiram a nossa vinda para cá e as nossas questões.

Primeiro, como falou já o nosso companheiro anterior, o Mário Sérgio, na verdade a gente vai ter dois sistemas. A gente vai ter uma empresa no Simples no regime padrão, que é o que tem hoje, e ela vai ter a possibilidade de migrar para um regime regular.

A empresa que está nos fornecendo bens ou serviços, se estiver no regime padrão, ela não vai poder se creditar do que ela compra, pela legislação, e eu vou poder tomar crédito em cima da alíquota que ela pagar. Mas eu não sei quanto ela vai pagar, porque as faixas mudam até dentro do mês. De um mês para o outro, ela pode pagar mais imposto.

Então, essa é uma questão para nós bastante importante, porque, quando ela vai nos vender, eu não sei exatamente qual o valor daquele bem ou serviço, porque eu não sei quanto de crédito eu vou ter lá para frente. Vai jogar no *split payment* na hora em que ela pagar e vai aparecer lá na nossa conta-corrente em algum momento.

Em relação às empresas do regime regular, não. A gente vai saber quanto é a alíquota, vai poder creditá-la e ela também vai poder tomar seus créditos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, a gente tem uma outra questão: a gente também contrata empresas, pequenas transportadoras, autônomos, para fazer essa movimentação. Então, nós somos transportadores e também embarcadores, que é um modelo... Por quê? Quando há migração de caminhões, o caminhoneiro sai do Rio Grande do Sul e está lá no Pará. Ele é uma empresa móvel, ele é uma empresa que fatura "x", mas ele não está sediado num lugar só, ele é móvel, e nós estamos lá para gerar a documentação. Mas, aí, a gente, para ter uma competitividade, precisa se apropriar do crédito que essa operação gera. No regime padrão, eu também vou ter um valor reduzido e eu não vou saber exatamente qual é o valor. O que é que vai acontecer? Eu vou preterir essa empresa num momento em que estiver sobrando caminhão. No regime regular, possibilita a tomada de crédito total.

Problemas.

A gente colocou aqui o que a gente identifica para o mercado futuro. Então, as empresas que não entrarem num regime regular, que ficarem no regime padrão, com certeza perderão competitividade no mercado. Pelo menos no nosso mercado, elas vão perder competitividade. Elas serão preteridas, porque eu não tenho o exato valor do crédito a ser apropriado.

As empresas também têm dificuldade de emissão de documento. Por quê? É uma empresa... Como eu falei antes, é uma empresa móvel, é uma empresa migrante. Então, o caminhoneiro está lá no Pará, lá no Mato Grosso, no Rio Grande do Sul, mas ele mora em outro estado. Se ele carregou, na hora ele deveria gerar o documento dele, que é um CT-e; a gente chama contra CT-e: dou um CT-e de contratação, e ele dá um de subcontratação, para eu poder me apropriar dos créditos. Então, esse é um outro problema, porque ele tem uma contabilidade não tão sofisticada, e a gente tem o problema de receber.

Para vocês terem uma ideia, hoje não é obrigatório. Na verdade é, mas não é. A gente se apropria crédito hoje pelo presumido, então, pelo nosso documento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLEY WELTER – A gente tem 6% de retorno de CT-e. A gente precisaria de 100%, e hoje a gente tem 6%. Então, aumenta a necessidade de fluxo de caixa do contratante, porque hoje eu me aproprio do crédito imediatamente; então, na hora de pagar, eu já desconto – eu vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

receber esse crédito do *split payment* lá no futuro, não é? Então, vai aumentar a necessidade de crédito.

E aqui eu fiz, a gente fez um exercício, a nossa turma fez: nesse modelo atual, sou eu contratando uma empresa no Simples... A gente fez um exercício para uma empresa que tem quatro caminhões, uma empresa que está no Simples. Então, nessa operação ali, a única coisa que muda do modelo futuro... A parte de cima é o modelo do padrão regular, e a parte de baixo são as empresas no Simples do padrão. Essa parte de baixo me provoca um prejuízo de 4% nessa operação, enquanto uma empresa no Simples que eu contratar, que está no regime regular, vai me gerar 1,65% de lucro. Então, ali vão acontecer dois fatores: ou eu não contrato a empresa que está no regime padrão, ou eu reduzo o valor do frete dele, que vai...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLEY WELTER – Exato. E novamente vai perder competitividade, não é?

A sugestão que a gente tem hoje seria o crédito presumido, presumir um crédito tanto para o autônomo...

O autônomo já tem essa presunção de crédito na lei. Ele vai possibilitar, porque, como ele não gera documento, vai ter que presumir o crédito. Mas, para essa empresa no Simples, também a gente vai ter que achar uma maneira de se presumir um crédito, não é? Porque, se ela tiver que migrar desse modelo...

Pensem na dificuldade que tem uma empresa fixa: ela está lá, ele faz compras, ele pode exigir nota... Imaginem um caminhoneiro que está na estrada, que quebra um pneu à meia-noite e precisa ir à borracharia. Como é que ele vai... O cara vai falar "não consigo emitir nota da borracharia", "eu não consigo emitir nota dessa peça que eu estou te vendendo"... Então, isso vai criar muitas dificuldades.

Para terminar, Senadora, a gente imagina aqui que a reforma tributária vai gerar uma migração – a gente chama de Simples complexo, que é essa maneira nova, porque a gente tem...

As empresas associadas são do lucro real; então precisam de procurar todas as notas para colocar na sua contabilidade – imagine uma pequena empresa fazendo isso. A gente tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dificuldade nas grandes, que fazem todas as amarras, não é? – ou a extinção de muitos autônomos e de pequenas empresas do transporte rodoviário de carga.

Por isso que a nossa pauta é mais pelo nosso ecossistema até do que pelas próprias empresas que a gente representa e que vão ser diretamente impactadas.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR) – Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada.

Pois não, Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR) – ... V. Exa. me permite uma ajuda?

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Permito.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR. Para expor.) – Primeiro, o IVA que foi construído, aprovado na Emenda Constitucional 132, no PLP 68 e 108 – o que está aqui, hoje, é o 68 –, é um IVA de última geração, vai ser 5.0.

Qual é o ideal do IVA? A discussão, aqui nesta Comissão, está centrada em grupos de segmentos da economia que querem alíquotas menores. Alguma série delas já foi feita na Câmara – educação, saúde, alimentação, etc. –, e aqui a luta continua por alguns setores – construção civil quer mais um pouquinho, cada um quer mais um pouco.

Isso já foi feito, faz parte da política, o projeto é vivo.

O ideal seria uma alíquota nacional única para todos os bens e serviços da economia. É aquilo que o Mário da CNI explicou agora há pouco: teríamos uma alíquota menor.

Mas, mesmo assim, se você tiver alíquota zero, alíquota de 11% e de 14%, você vai ter que ter uma alíquota maior do que a alíquota modal. Então, se a alíquota média é de 25%, você vai ter que ter alíquota de 27% para compensar o que você reduziu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No final do dia e do ano, o consumidor que vai pagar esse imposto vai pagar a mesma quantidade. Então, esses cinco impostos precisam de 13% do PIB, que é a arrecadação média dele. Se é um PIB de R$10 trilhões, precisa de R$1,3 trilhão. É o que arrecada. Só que tem grandes vantagens para o consumidor e para a empresa.

Esse R$1,3 trilhão, hoje, custa para o consumidor 6% a mais do PIB, que são os incentivos fiscais, que vão acabar, a inadimplência, que vai acabar, e o custo burocrático. Isso, então, para a empresa e para o consumidor vai diminuir custo e vai diminuir o preço final, embora as alíquotas aparentes também vão ser menores, porque, quando você coloca, pega lá a ACSP São Paulo, tem toda aquela lista de qual é o imposto de cada produto. Tem milhares – 35, 40, 45, 50 –, os produtos manufaturados, eletrônicos, todos acima de 50 de alíquota. Todas vão reduzir.

Então, o que o Carlito está falando vai exatamente dentro daquilo com que o Cotait teve preocupação.

Qual é a preocupação? A microempresa tem que estar dentro desse elo da cadeia. Se ele é um IVA de última geração, qual é o segredo que muda do velho modelo para o novo? O modelo atual é escritural: eu compro, escrevo no livro de entrada – está aqui a nossa Presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Ângela –; vendeu, no de saída. No final do mês, as contabilistas e os contabilistas fazem a apuração, fazem o Darf, fazem a GR, quanto a pagar. Esse modelo vai ser suprimido, porque o crédito vai ser financeiro. Em tudo que a sua empresa comprar – qualquer empresa –, ela vai gerar o próprio crédito financeiro dela.

Então, não há crédito presumido, como não vai ter substituição tributária. Então, o crédito vai ser aquele que qualquer empresa vai acumular.

E ele vai receber esse crédito na hora em que ele vender, PJ com PJ. O agricultor comprou, comprou, comprou, produziu, vendeu. Quando ele comprou, ele ficou em crédito, e hoje ele não recebe nada, fica cumulativo. Ele vai receber tudo de volta. Ele vendeu para a indústria, a indústria comprou, comprou, comprou e se creditou, agregou valor, vendeu, o outro que paga. E, lá na ponta, quem paga é o consumidor.

Hoje, quem paga é o consumidor – e amanhã também – o imposto de consumo. Só que vai ser simples, sem nenhuma obrigação acessória – nenhuma. Nenhuma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por isso que eu brinquei que o Comitê Gestor do Simples tem meia dúzia de funcionários, e eles estão idealizando um Comitê Gestor do IBS cheio de gente para quê? Se tudo vai ser eletrônico, se o crédito é financeiro e o índice de participação de cada estado, de cada município e da União vai ser tudo antes calculado, vai ser tudo automático... Porque toda a arrecadação do Simples, no final do mês... O que se faz? Dois, três dias depois que entrou a arrecadação, isso já vai para o escaninho do Banco do Brasil, já chega à conta de cada município do Brasil, 5.569, 27 unidades federadas e a Receita Federal, Imposto de Renda, Imposto de Renda.

Então, para concluir, o Simples não é só os cinco impostos. Dos oito grandes impostos do Simples, nós estamos eliminando cinco. Vão ficar três: Imposto de Renda, CSLL e sobre a folha – fora os "penduras" da folha, que é o Funrural, o Salário-Educação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR) – Não, esse não entra porque esse não tem o que fazer.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR) – Não, não; no que eu estou falando, não. Não, fundo de garantia é fundo de garantia, continua.

O que a gente pode fazer, e eu já estou trabalhando isso na Câmara, um projeto de lei, é um Simples, todo mundo no IVA, débito e crédito. E todas as empresas, micro e pequena empresa, até o limite de teto que o legislador der, vai para ter um Imposto de Renda, um CSLL e uma folha de pagamento reduzida, mais reduzida do que hoje. Aí fica... Tudo roda, porque, no modelo de que você falou, vai haver uma desintermediação e um desinteresse, e vai matar mais microempresa, viu, Carlito? Vai matar mais microempresa.

Então, eu, como pai do Simples... Eu, que fui o Relator do Simples Nacional e do MEI, não é? Nós fomos, em 2006. Lutamos há mais de 30 anos por isso.

Então, eu imagino que, para a microempresa ter crédito, ela tem que ter pagado o imposto. Ela não pode dar crédito maior do que ela...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o crédito é para ela. É um sistema de seguro-receita, porque a verdadeira receita que vai para o estado, município, União vai ser a última. Não é como hoje: o estado recebe, a União recebe, põe no caixa, depois vai pensar se devolve o crédito... Não. Isso nunca mais vai acontecer.

Então, só dando uma explicação, porque o que está sendo idealizado é isto. O que eu estou falando atende à ACSP, de São Paulo, atende à CNC, atende à micro e à pequena empresa, porque os custos, os preços relativos vão ser assentados e diminuídos, todos eles, milhões de itens. Porque, se eu tenho 350 bilhões de incentivos fiscais que não existem mais, para onde vai esse dinheiro? Para o bolso do consumidor. A inadimplência – todo ano, 200, 300 bilhões de inadimplência – não vai ter mais, porque o sistema não permite não pagar o imposto. Não tem como ficar devendo o imposto. Ele é automático, liquida na hora em que passou o cartão de crédito, a TED, o Dex ou o Pix, o imposto já é grampeado e fica lá depositado.

Então, eu acho que essa explicação é importantíssima para que vocês entendam que vai ser benigno. É a maior reestruturação econômica empresarial da história. Nenhuma empresa vai poder passar a outra para trás, nem com as benesses de benefício fiscal do estado, nem com inadimplência, nem com planejamento fiscal, nem com sonegação. Então, vai matar todos esses males. Aí sim, você vai ter uma economia de mercado fluindo. O contabilista vai voltar ao empresário e falar: "Você precisa recalcular o seu custo fixo, o seu custo variável, sua rotação de estoque", porque hoje o contabilista é um escravo do Fisco federal, estadual e municipal, não é, Presidente?

Desculpe essa intervenção, essa intromissão.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pode sempre se intrometer dessa forma.

Eu quero aqui primeiro registrar toda a importância do Deputado, como ele já bem falou aqui, pelo muito tempo que acompanha. Sempre, em toda a audiência pública, ele está aqui do início ao fim, prestando atenção, contribuindo com os seus conhecimentos, que não são poucos, especificamente sobre essa área. Então, é muito importante que V. Exa. fique até o final. E sempre que possa, quando quiser falar aqui, quando eu estiver presidindo, terá total liberdade para falar a qualquer momento. Sempre é muito engrandecedora a fala de V. Exa. aqui na nossa audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você gostaria de perguntar?

O SR. CARLEY WELTER (Para expor.) – Quero agradecer ao Deputado pela aula novamente.

A gente tem algumas preocupações porque as nossas empresas do Simples são móveis. Então, elas não têm muita estrutura para ficar gerando.

Outra questão que nos preocupa bastante é que o preço do frete se dá pelo aumento do custo, mas também pela oferta. Se a gente tiver muito problema, com empresas quebrando, empresas pequenas não podendo continuar a atividade, o preço de custo do frete aumenta instantaneamente pela oferta e demanda, não é? É isto que a gente não quer: que se tenha uma menor oferta. Por isso é que a gente está aqui trazendo as nossas preocupações. O Deputado já colocou e pontuou...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR. *Fora do microfone*.) – Esqueça o IVA. Ninguém vai ter que se preocupar com o IVA.

O SR. CARLEY WELTER – Perfeito.

Vamos...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR. *Fora do microfone*.) – Não é mais preocupação sua nem de ninguém. O sistema vai cobrar automaticamente.

O SR. CARLEY WELTER – Maravilha.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pronto.

Audiência pública é bom exatamente para isto: para que a gente possa ouvir, tirar dúvida, questionar, trazer proposições.

Eu vi aqui que já foram apresentadas várias emendas também e que estão ainda tentando fazer com que essas emendas sejam acatadas pelo Relator, que tão bem vem trabalhando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu posso aqui também constatar que essas audiências públicas são muito importantes porque o que já aconteceu tanto de modificação como de apresentação de emenda, não só da discussão em si, realmente de atitudes, de ações concretas a partir das audiências públicas, para que pudesse realmente ter toda essa regulamentação da reforma tributária de uma forma que ficasse mais simples, de uma forma que ficasse mais acessível, enfim, escutando e ouvindo a todos e todas.

Eu quero já passar aqui para a nossa última convidada, a Sra. Ângela Andrade Dantas Mendonça, que é Conselheira do Conselho Federal de Contabilidade, que também poderá usar o tempo que achar necessário para a sua apresentação.

Fique à vontade.

A SRA. ÂNGELA ANDRADE DANTAS MENDONÇA (Para expor.) – Quero agradecer, em especial, à Senadora Augusta por nossa presença aqui.

Eu gostaria de passar... A gente fez uma pequena apresentação.

Por favor, pode passar a próxima.

A preocupação do Conselho Federal de Contabilidade com relação ao Simples tem trazido uma inquietude muito grande para a classe, até porque a gente tem um universo de empresas muito grandes que são do Simples Nacional. Ele é um regime tributário que desempenha um papel crucial na economia, tem contribuído com cerca de 27% da formação do PIB nacional, e estima-se que ele gere aproximadamente 80% dos empregos formais, representando mais de 90% das empresas registradas no país. Conhecido também como um regime de tributação diferenciado, ele simplifica a arrecadação da unificação dos tributos de Imposto de Renda, CSL, PIS-Cofins, ICMS, ISS, CPP e IPI em uma única guia de recolhimento. Isso tudo traz uma simplificação sob uma alíquota específica em seis faixas de receita anuais, que variam de R$180 mil a R$4,8 milhões. Simplifica o processo de atendimento de exigências fiscais e tributárias, reduz burocracia e fomenta o crescimento da micro e da pequena empresa.

A empresa que não é do Simples tem um universo de atendimento de obrigações tributárias e fiscais enormes. Até pela família Sped, que, quando iniciou, era algo que ia simplificar, mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depois de tantos anos, mais de 20 anos do Sped, a gente não vê nenhuma simplificação; a cada momento foi se criando mais uma outra obrigação.

Pode passar.

E aí são os pontos focais preocupantes da reforma sobre as micro e pequenas expressos pelas entidades que defendem o Simples Nacional. O que elas falam? O impacto na competitividade comercial dessas empresas. De tudo que já foi relatado aqui, em muitos, a gente vê essa preocupação da competitividade. Por quê? O crédito, por exemplo. Como vai se dar esse crédito? Eu fiz aqui uma anotação até da fala do Carley. Por exemplo, no dia primeiro de cada mês, início do mês, a empresa mudou de faixa. Essa empresa vai fazer uma contratação às 6h da manhã, mas não vai poder fazer nada, porque até a essa hora, ainda não temos sistema, não temos informação sobre qual é a faixa desse cliente, desse contribuinte. Então, a gente não tem sistema. A gente tem que entender que muito está se falando em plataformas digitais, de uma tecnologia, mas quem opera o Simples Nacional nas obrigações acessórias, no cumprimento fiscal somos nós contadores. E eu quero saber onde está essa tecnologia que está sendo tanto discutida, porque até agora ela não chegou.

Tem dias que a gente quer mandar o eSocial... O eSocial foi criado, gente, e está em operação desde 2013. Nós estamos em 2024, e a gente não consegue mandar um eSocial em época de pico. A gente não consegue mandar um PGDAS, porque não funciona, a gente não tem acesso. Aí, foi criado o quê? Agora veio o Serpro e disse que ia criar a API. Você sabe o que é a API? É um canal para você transmitir informações fiscais, obrigações acessórias, que é pago. Só que o pequeno, o microempresário não tem condição de arcar com esse custo. Por quê? Se a gente contrata esse canal de comunicação, para que a gente consiga entregar todas as obrigações acessórias, todos os cumprimentos fiscais... Os escritórios, os contadores vão contratar esse serviço. Esse serviço não é nosso, esse custo não é nosso, ele é repassado para a pequena, média empresa e para as grandes também. As grandes têm como absorver, e a micro e a pequena empresa têm como absorver? Não têm. A não entrega de uma obrigação dessa na data são multas horríveis, enormes. E nós já vimos aqui, inclusive, e foi debatido sobre isso, que para esse tipo de empresa as multas seriam reduzidas, e a gente não tem essa realidade, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse é o aumento do nosso custo de *compliance* tributário, isso tem nos preocupado bastante, porque não tem funcionado.

Eu recebi uma reportagem hoje, inclusive, de que a Receita Federal estava em reunião com o Serpro, justamente fazendo esse alinhamento. Mas nós já estivemos... O Conselho Federal já esteve com o Serpro, esse ponto já foi várias vezes pauta de reuniões com a Receita Federal, com o Robinson Barreirinhas, com outros dirigentes, e isso até hoje não foi solucionado. Então, a gente ainda enfrenta esse mesmo problema de captura, de simples captura de nota, a gente tem dificuldade. Como é que a gente está falando que vai ser simplesmente financeira e vai estar tudo estático, receber, não é? É um país que a gente desconhece, nós como operadores... A não ser que o sistema evolua bastante nesse espaço de tempo, em que eu não acredito, porque a gente está brigando por isso desde 2009 e até agora a gente não tem esse cenário...

E outra coisa, outra situação: nós vamos trabalhar uma rampa de muitos anos com dois sistemas tributários sendo apurados, porque não vai ser de imediato a troca. Então, a gente vai apurar toda a tributação do sistema atual em paralelo com o que vai ser implementado. E quem vai suportar esse custo? As pequenas e médias empresas não têm mais como suportar, a gente sabe disso, porque, primeiro, elas vão ter que se organizar muito melhor operacionalmente, e a gente sabe que a realidade delas não é essa. Elas não têm custo para ter um funcionário captando essas informações fiscais para mandar, no caso, para a contabilidade, elas não têm esse custo. A gente é que faz. Muitas delas, muitas vezes, não conseguem ter um sistema bom, um sistema que dê informação correta e que não caia no risco de um ilícito tributário, um ilícito fiscal – não é essa a realidade, não é essa a realidade. Muitas delas têm sistemas customizados a um preço menor que não trazem toda essa conformidade fiscal que é exigida. Então esse é um ponto de preocupação.

Possibilidade de desidratação do regime do Simples Nacional, caso perca suas vantagens. Isso já foi muito falado aqui e é um ponto também de preocupação nossa, não é?

Pode passar, por favor.

A gente entende que o texto não solucionou as complexidades atualmente existentes. A gente sabe que a gente vai caminhar pelo menos até 2027 cumprindo ainda com toda essa gama de obrigações que nós temos. Estima-se um aumento de custos nas operações pelo aumento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alíquota do IBS e da CBS associado à vedação de apropriação de créditos. Como bem falaram os palestrantes anteriores, haverá dificuldade por essa vedação de apropriação de créditos, pela informação em tempo preciso que vamos precisar ter, não é?

A inviabilidade de repasse do crédito presumido aos adquirentes dos seus produtos e serviços. Como vai se dar esse cálculo presumido, não é? Em que celeridade a gente vai ter esse propósito?

Pode passar.

O Conselho Federal de Contabilidade apresentou uma proposta para o art. 21 do PLP 68. O art. 21 diz que é contribuinte do IBS e da CBS o fornecedor que realizar operações e aquele previsto expressamente em outras hipóteses nesta lei complementar. No §4º ele diz: "Os optantes pelo Simples Nacional poderão exercer a opção de apurar e recolher o IBS e a CBS pelo regime regular, hipótese na qual o IBS e a CBS serão apurados e recolhidos conforme o disposto nesta Lei Complementar".

No §5º ele diz: "A opção a que se refere ao § 4º será irretratável para todo o ano-calendário [...]". Isso já foi bastante discutido aqui e apresentado. Então, quando você opta, atualmente você opta por um ano inteiro. Mas, como foi falado já aqui também, dizemos de ter essa opção de, se se passaram seis meses ou no período certo, se fazer uma reavaliação e poder optar, sair do regular e fazer outra opção, não é?

Pode passar, por favor.

Então, o que nós solicitamos? Alterar o §5º e acrescentar o §5º-A do art. 21: "§ 5º A opção a que se refere o § 4º poderá ser para todo o ano-calendário...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ÂNGELA ANDRADE DANTAS MENDONÇA – ... ou para operações individuais, e será exercida no mesmo prazo previsto para exercício da opção pelo Simples Nacional, nos termos do art. 16 da Lei Complementar nº 123/2006 [...]". E o §5º-A: "A opção para operações individuais a que se refere o § 5º será possível para até 40% da sua receita mensal [A gente fez um estudo sobre esse percentual de 40%. Como aqui já foi bem falado, como é que a gente vai... Qual é esse montante desse crédito presumido? Então é necessário estabelecer um percentual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que quem vai apurar, quem vai para a parte fiscal tenha um conforto desse percentual, não é?], e neste caso o contribuinte poderá apropriar um crédito presumido de 40% do valor do fornecimento de cada operação, sem possibilidade de apropriar outros créditos". Com isso, você pelo menos tem já uma margem. Eu acho que é importante a gente estabelecer o percentual, porque no todo você não vai conseguir, você não vai conseguir ter isso; até porque são empresas menores, que não têm estruturas nem de tecnologia nem de pessoas mesmo para apurar essa informação.

Pode passar, por favor.

Então, no art. 166-A, ele diz que "O contribuinte de IBS e de CBS optantes pelo Simples Nacional e sujeito ao regime regular poderá apropriar créditos presumidos dos referidos tributos, nos períodos em que se enquadrar nas faixas 1 a 4 das tabelas [...]". No §1º, ele diz: "Os créditos presumidos de que trata o *caput* deste artigo serão calculados mediante aplicação dos seguintes percentuais [...]", e aí nós demos a sugestão do texto quanto ao crédito presumido de IBS e de CBS.

Pode passar.

E no §2º a gente também acrescentou que "Os créditos presumidos de que trata o *caput* deste artigo somente poderão ser utilizados para deduzir, respectivamente, o IBS e a CBS devidos pelo contribuinte, por ocasião dos fornecimentos sujeitos à tributação, e não excluem a utilização de demais créditos". E no §3º: "O regulamento disporá sobre a forma de apropriação dos créditos presumidos".

Pode passar.

Então, a regulamentação da reforma promete:

- a não cumulatividade ampla, na qual o contribuinte seria capaz de deduzir das bases de cálculo dos novos tributos todas suas entradas, com exceção daquelas classificadas como uso e consumo pessoal;

- se o contribuinte se mantiver integralmente no Simples Nacional e repassar um crédito menor do que será transferido para a empresa por fora do Simples Nacional, perde competitividade, como o Carley também já comentou aqui;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- ao contribuinte que adota o regime fiscal híbrido, passando a fazer o recolhimento do IBS e da CBS separadamente, e arca com um custo tributário elevado e do cumprimento de mais obrigações acessórias de ambos os regimes tributários, o que tornaria a operação inviável para a maioria dos pequenos negócios... Então, aquelas empresas muito pequenas que precisem fazer um regime fiscal híbrido vão ter um custo operacional muito alto para isso, porque isso exige controle, exige uma dinâmica;

- a possibilidade de transferência de crédito integral da CBS no mesmo percentual do regime regular;

- e a possibilidade de se optar pelo recolhimento do IBS e da CBS por fora do Simples, todo o ano-calendário ou por operação individual – também isso tem que ser revisto o ano inteiro ou numa parte do ano.

Pode passar.

Então, nós entendemos que a preocupação das empresas do Simples é a cumulatividade plena, impossibilidade de creditamento pelo comprador, associado à vedação à apropriação de créditos, e inviabilidade de repasse de crédito presumido aos adquirentes.

Baixa oferta de créditos também será um problema, como já foi passado.

Estima-se um aumento de custo nas operações com o aumento da alíquota de IBS e CBS.

Cumprimento das obrigações acessórias será reduzido. A apuração será via controle financeiro?

E a gente vai ter sistema? A nossa preocupação é sistema realmente, é tecnologia, porque a gente tem encontrado muita dificuldade com relação a tecnologia. Isso é uma realidade já apresentada para o Serpro, apresentada para a Receita Federal, apresentada para as unidades estaduais da Sefaz...

Então, a gente tem tido muita dificuldade no cumprimento.

Muitos escritórios de contabilidade, nos dias de pico, têm que começar a trabalhar 6h da manhã, 5h30 da manhã, para poder cumprir uma obrigação acessória, porque, a partir de 8h da manhã...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Época de entregar o PGDAS: 8h30 da manhã – o Olielson poderia fazer esse teste conosco um dia – você não acessa mais, você não consegue entregar uma declaração. Já não consegue nos dois últimos dias de entrega.

Então... Como é que nós vamos trabalhar nesse formato? A nossa preocupação é isso.

Eu acho que o texto não solucionou as complexidades que atualmente existem, porque o Simples, no modelo atual, não tem mais nada de simples. A substituição tributária veio para dar complexidade, as unidades estaduais e municipais da Sefaz foram criando também obrigações nas quais a gente também tem esse cumprimento... Então, o Simples deixou de ser simples há muito tempo.

Pode passar, por favor.

Então, os pontos que precisam de atenção.

O B2B entre as empresas do Simples Nacional...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ÂNGELA ANDRADE DANTAS MENDONÇA – ... porque elas comercializam produtos e prestam o serviço para outras empresas, como foi aqui relatado.

As operações das empresas do Simples com o lucro presumido ou real.

Regimes específicos e alíquotas reduzidas integradas nas cadeias produtivas.

A relação dos itens da cesta básica nacional com alíquota zero ou reduzida, o que foi posto aqui, foi pedido realmente para entrar, e eu acho que deve ser...

O uso e consumo pessoal que não permitirá o crédito do IVA Dual.

Elevado esforço fiscal da União, estados e municípios...

A gente, hoje em dia, já tem essa realidade. Então, como é que isso vai ser posto?

Quero lembrar que a gente vai ter que caminhar, durante quatro, cinco anos, com duas apurações, dois cumprimentos. Então, o custo disso tudo, quem vai...? Essa conta vai ficar na mão de quem? Das pequenas e médias empresas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, um longo tempo de convívio entre dois sistemas bem diferentes. Isso é o maior fator de preocupação. Por quê? Isso gera um risco, um risco de um *compliance* mesmo, o risco de uma autuação, o risco de um erro involuntário, porque você está trabalhando com duas apurações mensais. Então, são preocupações.

Então, o ponto que eu queria trazer pelo Conselho Federal foi esse ponto. E a Comissão ou o Senado tem que se preocupar muito com a tecnologia que vai ser ofertada para nós. Se isso não for um ponto de preocupação para estar no texto, de ter uma exigência do investimento nesse ponto... A gente sabe que o investimento da Receita Federal, um dos maiores orçamentos – não é, o Olielson? –, é justamente para o Serpro, e isso já foi me dito pelos dois Subsecretários, inclusive o Juliano, que coordena isso. Mas a nossa preocupação é: como estão se preparando para isso? Porque todo mundo só está falando em tecnologia, em plataformas digitais. A gente não tem isso. A realidade de hoje é que nós não temos nada.

Então, no momento atual, você não conseguir mandar um eSocial no seu período, você não conseguir enviar um PGDAS também no seu período crítico, isso é o quê? É plataforma digital que nós não temos. Como é que vai se dar essa apuração? A gente vai conseguir acessar, o contribuinte vai conseguir acessar essa informação? Não sabemos. Na realidade de hoje, se a realidade fosse a de hoje: não, não temos essa realidade. Nós não vamos ter esse acesso, a não ser que tenha muito investimento de 2026 a 2032 e que essa realidade tecnológica se transforme e crie realmente esse ambiente favorável. Todos nós torcemos para que isso realmente aconteça.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada, Sra. Ângela.

Eu gostaria aqui, antes de encerrar esta mesa e encerrar a audiência pública, eu gostaria de passar para o Sr. Olielson, que quer fazer aqui o uso da palavra, por favor.

O SR. OLIELSON FRANÇA LOBATO JÚNIOR (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Eu entendo as angústias da classe contábil. Então vou tentar aproveitar este meu momento final aqui para fazer alguns esclarecimentos, até para o colega Carley aqui também em relação à preocupação dele sobre a emissão do documento fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, nós estamos trabalhando, e o Serpro garante que vai ter um parque tecnológico para suprir essa demanda com esse sistema novo de captação da informação via documentos fiscais. Então, o que vai acontecer? O prestador do transporte rodoviário vai ter que, no início ali da prestação, gerar o documento como ele gera hoje, e o documento vai ser fato gerador. É claro que a gente tem situações tecnológicas de impossibilidade, existem problemas nos sistemas, o computador não funciona o tempo inteiro, e a gente sabe que, ao longo do Brasil, são várias realidades distintas de internet também, mas, assim, o que nós estamos pretendendo é fazer um sistema de contingência, em que vai ter até um período em que, provando que houve alguma situação de que ele não pudesse gerar aquele documento, ele possa gerar num segundo momento. E, gerado esse documento, no caso do Simples Nacional... Inclusive, essa foi uma das nossas participações e colaborações no texto que está hoje aqui em avaliação da alteração da 123. Bom, a tributação do Simples Nacional envolve a receita bruta acumulada dos últimos 12 meses, ela envolve o enquadramento nas faixas de faturamento das tabelas anexas para você chegar na alíquota. E foi um pedido, que é um dos pilares da reforma tributária sobre o consumo, para que o débito seja rigorosamente o espelho do crédito para você ter o cumprimento total do princípio da não cumulatividade.

Então, nós verificamos que se precisava de um aperfeiçoamento na lei. O débito hoje não é casado com o crédito: em pelo menos um mês, há uma diferença. Então, nós estamos colocando no PLP 68 o ajuste para essa situação.

E aí como é que vai se dar a alíquota? A gente vai ter essa ferramenta, que eu comentei com vocês anteriormente, de pré-cálculo ali, em que o contribuinte vai fazer o *input* das informações de valor, de qual tipo de operação ele está realizando. Ele pode fazer isso via sistema dele ou pode fazer com o nosso, porque nós estamos idealizando dessa forma.

E aí, esse sistema vai verificar, junto às nossas bases de dados, às nossas informações cadastrais, qual a FS12, qual a RBT12 dele, qual o enquadramento dele para poder ter uma alíquota o mais próxima possível da alíquota real dele. E aí, quando o documento for retornado para ele, autorizado pela Sefaz e pela Receita Federal, já vai com a alíquota dele, que vai ser a alíquota provavelmente final, não é? A gente sabe que pode acontecer algum ajuste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, o que vai acontecer? Na hora de transmitir o PGDAS-D, ele não vai mais transmitir, ele vai receber esse PGDAS-D no ambiente *online*, porque, como eu comentei para vocês, as operações dos contribuintes do Simples Nacional têm uma complexidade baixa. Então, assim, 80%, 90% do faturamento dele é a nota que ele emitiu, decorre da nota que ele emitiu. Então, nós já vamos ter essa informação na nossa base de dados, nós vamos oferecer para ele, como hoje funciona a declaração de ajuste anual do Imposto de Renda, aquilo que ele mesmo gerou ao longo do mês. E ele vai poder ou aceitar, que seria o ideal, ou indicar: "Não, houve um ajuste, eu cancelei alguma nota, ou eu fiz alguma alteração e o meu PGDAS-D não é esse". E aí, sim, ele vai fazer essa informação para nós e nós vamos enquadrá-lo dentro daquilo que ele está colocando.

Então, assim, a informatização é a base da reforma realmente. Nós estamos construindo... E a filosofia de modelagem desses sistemas é para realmente reduzir a complexidade e não ter o gasto do contribuinte, principalmente do Simples Nacional, em relação a isso. Por isso é que nós estamos oferecendo uma ferramenta, estamos iniciando a construção dessa ferramenta para que ele não precise ali ficar fazendo o cálculo da RBT12 dele, da FS12 dele, para saber qual a alíquota sem mesmo ter fechado o mês, não é? Então, isso é um grande avanço que nós estamos trazendo. A reforma necessita desse avanço tecnológico.

A gente ainda está desenvolvendo tudo, mas a nossa expectativa é de que, até meados de 2026, isso já esteja pronto, em fase de teste. Nós queremos colocar aqui à disposição do Conselho Federal de Contabilidade, do Sebrae e dos contribuintes para que possam vir fazer esses testes conosco, para que, em 2027, a gente realmente inicie o ano com a ferramenta testada, funcionando e atendendo as demandas todas.

A SRA. ÂNGELA ANDRADE DANTAS MENDONÇA (Para expor.) – Foi criado pela Receita um grupo de trabalho, um fórum, em que vai estar a Receita e os contadores. Justamente nossa preocupação foi esse período, por exemplo, ser meados de 2026. Mas só que, em janeiro de 2026, a gente já está com a reforma em vigência. E os seis meses?

O SR. OLIELSON FRANÇA LOBATO JÚNIOR – É porque é para o Simples entrar em 2027.

A SRA. ÂNGELA ANDRADE DANTAS MENDONÇA – É, mas, veja, a nossa preocupação sempre – você sabe que a gente está sempre discutindo sobre isso – é que tecnologia nós vamos ter, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que os Senadores aqui contribuem muito se essa exigência estiver contida no texto, porque não pode essa exigência ficar fora desse compromisso com a tecnologia, já que tudo vai ser financeiro e tudo vai girar em torno da tecnologia, porque a que nós temos atualmente não funciona, não está funcionando como deveria estar.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada.

O SR. OLIELSON FRANÇA LOBATO JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu acho que é exatamente essa a intenção não são só desta audiência pública, mas da reforma em si. Se não está funcionando aqui, e já existe essa previsão dessa ferramenta que está sendo construída, e vamos ter aí, primeiro, seis meses para que ela seja discutida, porque, segundo eu entendi, pode ser chamado tanto o conselho, que tem uma ansiedade, porque vai trabalhar diretamente com essa ferramenta...

O SR. OLIELSON FRANÇA LOBATO JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Muda hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Vai ser no teste, não é? Já vai chamar para o teste.

O SR. OLIELSON FRANÇA LOBATO JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – O teste se inicia em meados de 2026, para estar funcionando em 2027.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Ótimo. Eu acho que é muito bom esclarecer, até para que acalme um pouco os profissionais ou que acalme um pouco os micro, enfim, porque exatamente o Governo Federal, pelo que estou vendo, está pensando em melhorar, em agilizar. Então, não é a intenção de não ter a ferramenta, muito menos de dificultar o uso dessa ferramenta.

Então, aqui eu vejo bem claro que vai ter, que vai ser testada, que foi construída, que vai ser construída e ainda aceita a participação. Vamos chamar, na hora em que estiver sendo testada. Se realmente tiver alguma coisa que seja modificada, ainda tem tempo para ser modificada. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu vejo que isso vai acontecer de uma forma muito segura e vai acontecer de uma forma que vá facilitar a vida de todos e todas, e não dificultar, que é a grande preocupação, não só do profissional, como de toda a sociedade que está aí, ansiosamente, esperando para que essa reforma tributária entre em vigor.

Não havendo mais nada, eu quero aqui agradecer a todos os convidados, a todas as participações, às pessoas que estiveram aqui, a todos os que assistiram e que estão assistindo aqui, aos internautas, à assessoria da Comissão, que também sempre fica até o final, à minha assessoria, a todos que puderam participar desta audiência pública. Eu tenho certeza de que tiraram as dúvidas, criaram outras, e, a partir daí, vamos começar com outras perguntas, mas eu tenho certeza de que são muito engrandecedoras essas audiências públicas e tudo que é dito aqui e que a Comissão tem toda uma preocupação de fazer todo o registro, de ter um relatório no final levado para o nosso Senador Relator, para que ele veja, que estude ainda mais e veja o que é que ainda pode ser melhorado dentro dessa regulamentação.

Então, agora a gente declara encerrada esta audiência pública, desejando um ótimo dia a todos e todas.

(*Iniciada às 14 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e treze minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Beto Martins, Magno Malta, Marcos Rogério, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa - Infraestrutura**, atendendo ao requerimento PLP 68/2024, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar n° 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências". Do Plano de Trabalho: "Essa audiência pública tratará do impacto do IBS e da CBS sobre segmentos relacionados à infraestrutura". **Participantes:** Sr. Mário Luiz Menel, Presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico (FASE); Sra. Renata Isfer, Presidente Executiva da Associação Brasileira de Biogás (ABIOGÁS); Sr. Mário Campos, Presidente Executivo da Bioenergia Brasil (representante de: Evandro Gussi, Presidente da União da Indústria de Cana-de-açúcar e Bioenergia (ÚNICA)); Sra. Christianne Dias Ferreira, Diretora Executiva da Associação Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (ABCON); Sr. Marcos Ferrari, Presidente-Executivo da CONEXIS Brasil Digital; Sr. Rubens Rizek Júnior, Presidente da Associação Nacional de Pesquisa da Economia Energética (ANPEEN); Sr. Roberto Ardenghy, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP); Sra. Fernanda Sá, Advogada Tributarista da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEOLICA) (representante de: Elbia Gannoum, Presidente da ABEEOLICA); Sr. Mario Povia, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI); Sr. Rodrigo Schuch Wegmann, Presidente-Executivo da Associação NEO; Sr. Yuri Pontual, Diretor Jurídico e Regulatório da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF) (representante de: Davi Barreto, Diretor-Presidente da ANTF); Sr. Edgar Serrano, Diretor de Relações Institucionais e Governamentais da Federação Nacional das Empresas de Informática (FENAINFO) (representante de: Márcio Gonçalves, Vice-Presidente da FENAINFO); Sra. Marina Cyrino, Gerente de Assuntos Jurídicos e Regulatórios da Associação de Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasoduto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(ATGás) (representante de: Rogério Almeida Manso da Costa Reis, Presidente-Executivo da ATGás); e Sr. Dalton Cesar Cordeiro de Miranda, Diretor de Tributação e Negócios Jurídicos da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/21

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos!

Vamos iniciar a nossa audiência pública justificando a minha presença aqui, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que, devido a impossibilidade momentânea, não pôde conduzir esta abertura. Nós vamos abrir e conduzir esta audiência pública representando o Senador Eduardo Braga.

Esta audiência pública tem 14 convidados para discutir o tema infraestrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Devido ao grande número de participantes com interesse no debate sobre infraestrutura e reforma tributária, se nós formos conceder tempos alongados, ficaremos aqui até as 3h da tarde. Então, vamos fazer uma economia, condensar as apresentações em um tempo de sete a oito minutos para que todos possam falar das suas experiências e contribuir com o relatório do Senador Eduardo Braga.

Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a realizar a décima audiência pública para instruir o projeto que regulamenta a reforma tributária, Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), o Imposto Seletivo (IS), e dá outras providências.

Conforme o plano de trabalho oferecido pelo Relator da matéria, Senador Eduardo Braga, esta audiência pública tratará do impacto do IBS e da CBS sobre segmentos relacionados à infraestrutura.

A presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados, por sistema de videoconferência, para exposições e debates. Será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no seguinte endereço eletrônico: www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, que é o 0800 0612211.

Temos então as senhoras e os senhores convidados ilustres que já estão presentes aqui e também aguardando semipresencialmente, remotamente: Dr. Mário Luiz Menel, Presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico, chamado Fase; Sr. Rubens Rizek Junior, por participação remota, Presidente da Associação Nacional de Pesquisa da Economia Energética (Anpeen); Sr. Roberto Ardenghy, por participação remota, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás; Dra. Renata Isfer, Presidente Executiva da Associação Brasileira de Biogás; Dr. Mário Campos, Presidente Executivo da Bioenergia Brasil, representando o Sr. Evandro Gussi, Presidente da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia; Dra. Christianne Dias Ferreira, Diretora-Executiva da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Associação Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto; Dr. Marcos Ferrari, Presidente-Executivo da Conexis Brasil Digital.

Tem outros que ainda não estão presentes: a Dra. Fernanda Sá, que é Advogada Tributarista da Associação Brasileira de Energia Eólica, representando Elbia Gannoum – muita gente –; Mario Povia, por participação remota; Rodrigo Schuch, Presidente da Associação da Neo; Yuri Pontual, Diretor Jurídico e Regulatório da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), em substituição a Davi Ferreira Gomes Barreto; Edgar Serrano, Diretor de Relações Institucionais e Governamentais da Federação Nacional das Empresas de Informática; Marina Cyrino, Gerente de Assuntos Jurídicos e Regulatórios da Associação de Empresas de Transporte de Gás; Dr. Dalton Cesar Cordeiro de Miranda, Diretor de Tributação e Negócios Jurídicos da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais.

Muito bem!

Queria recomendar aqui, àqueles que não assistiram ainda ao filme Ainda Estou Aqui, que assistam. Vale a pena, viu, gente?

Muito bem, vamos começar.

Vamos chamar aqui, à frente, o Dr. Mário Luiz Menel – por gentileza, Doutor –; Dr. Rubens Rizek Junior, que está remotamente – pode aguardar, Dr. Rubens –; Dr. Roberto Ardenghy, que está remoto também.

Bem-vinda! Pode sentar, Doutora. Fique à vontade. (*Fora do microfone.*)

Dra. Renata Isfer, Presidente Executiva da Abiogás. (*Pausa.*)

Bem, ela não está presente.

A SRA. RENATA ISFER (*Fora do microfone.*) – Eu estou aqui. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Ah, Dra. Renata! Perdão!

Mário Campos.

Dr. Mário, por gentileza, pode sentar aqui adiante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cabe mais aqui.

Christianne Dias Ferreira está presente? Christianne Dias Ferreira, pode sentar, Doutora.

Tem mais uma vaga. Dr. Marcos Ferrari. Por gentileza, Dr. Marcos.

Então, vamos seguir aqui, num ritmo curto, por causa da quantidade de participantes. Todo mundo quer, realmente, colocar seus pontos de vista, e vamos deixar a pessoa falar à vontade, para contribuir com o relatório final do Senador Eduardo Braga.

Para iniciar e abrir, eu passo a palavra ao Dr. Mário Luiz Menel.

O SR. MÁRIO LUIZ MENEL (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio, pela oportunidade de colaborar com o marco regulatório da reforma tributária relatado pelo Senador Eduardo Braga.

Eu tenho uma apresentação para colocar.

Então, eu represento o Fórum das Associações do Setor Elétrico – a Renata participa do nosso fórum. É um fórum integrado por 34 associações, Senador. Essas associações representam todos os segmentos que compõem o setor elétrico – geração, transmissão, distribuição, comercialização, consumidores de energia elétrica – e ainda as cadeias produtivas de equipamentos elétricos e eletrônicos e também da engenharia da infraestrutura. Então, são essas as 34 associações que compõem o Fase, o qual eu presido.

Próximo, por favor.

O Fase, como o senhor viu ali, tem uma diversidade de associações e, portanto, de interesses, mas nós convergimos em poucos pontos, e esse nós temos defendido desde junho de 2024.

Na primeira manifestação nossa, nós criamos um grupo de trabalho no Fase, e esse grupo manifestou o seu ponto de vista em duas ocasiões: uma, em junho de 2024, ao Ministério de Energia e à Câmara dos Deputados; e, em agosto de 2024, para o Senado Federal. Então, são propostas de emenda e são comentários que agora a gente vai apresentar rapidamente.

Próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as contribuições de consenso. O que é que significa isso? Que cada associação, *de per si*, tem seus pleitos, mas os de consenso são esses.

Primeiro, o diferimento ao consumidor final. Que ele vise estabelecer que, no momento da ocorrência, o fato gerador do IBS e da CBS, nas operações de energia elétrica, se dará apenas no momento de comercialização para os consumidores finais. Depois a gente vai detalhar um pouquinho melhor isso.

Quanto ao *cashback*, que atinge a tarifa social e, portanto, a classe menos favorecida, a gente propõe que o *cashback* seja feito simultaneamente: apresenta a conta de luz, paga a conta de luz e já recebe o desconto na mesma hora, para não haver delongas justamente para uma classe que precisa disso.

E o terceiro ponto a que nós nos fixamos é a alteração da base de cálculo. A gente propõe... O Fase propõe excluir da base de cálculo a incidência do IBS e da CBS os encargos setoriais.

Próximo, por favor.

Então, o diferimento. Diferentemente dos outros bens da economia, a energia elétrica possui a geração e o consumo de maneira simultânea, e há um elevado giro contratual. O que é que significa isso? Um gerador produz energia e vende diretamente para um consumidor, vende diretamente para uma comercializadora, vende diretamente para uma distribuidora de energia... Quer dizer: tem muito giro da mesma energia que é produzida e consumida simultaneamente. Essa é a resposta ao por que é uma técnica adequada de tributação.

A segunda, é o seguinte: quais são os benefícios? Ela não reduz a arrecadação. Quer dizer: o mesmo valor que se teria ao longo de toda uma cadeia de geração, transmissão e distribuição, você tem dessa maneira, só no consumo final. Ela agrega todas as outras. Então, não há redução. Tampouco ela posterga, porque, como a geração e o consumo são imediatos, também a arrecadação é imediata.

Gera eficiência e simplificação. Por quê? A própria essência da reforma é a simplificação. O modelo brasileiro de tributação é ineficiente, por isso nós estamos fazendo uma reforma. Então, nós estamos dentro do que preconiza a própria reforma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E conta com o apoio do Governo. É bom a gente dizer isso, porque nós tivemos várias reuniões com vários ministérios, mas destacamos a Sert, do Ministério da Fazenda, que está de acordo com essa proposta do Fase e se propôs, inclusive, a nos ajudar na aprovação. O diferimento está na Emenda 79, de autoria do Senador Eduardo Gomes, que plenamente aceitou a nossa argumentação.

O próximo, por favor. Estou chegando ao fim, Deputado.

Bom, a alteração de base de cálculo. O que nós consideramos? Veja, por exemplo – vou tomar um único exemplo –, nós temos uma conta de consumo de combustível que é para subsidiar o valor da conta de energia elétrica na região dos sistemas isolados, basicamente na Região Norte do país. É meritória, totalmente meritória. No entanto, o que nós contestamos é: isso é uma política pública, essa política pública será que teria que ser arcada pelos consumidores de energia elétrica ou não? Então, a gente acha que é uma bitributação, porque eu já tenho uma oneração do subsídio dentro da minha tarifa e da minha conta de energia elétrica.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO LUIZ MENEL – E aí eu vou pagar imposto sobre isso. Então, é o mesmo princípio do cálculo por fora, que foi eliminado. A gente botava ICMS dentro do valor da conta e aplicava a alíquota sobre ele. Então, esse já foi eliminado, mas o princípio é o mesmo. E uma referência que a gente tem é que, ao colocar esse imposto dentro da cadeia produtiva, a gente perde competitividade e aumenta o custo de vida.

Senador, nós temos hoje, na composição do custo do pãozinho nosso de cada dia, 30% de energia elétrica. Na hora em que você bota um aumento de custo na energia elétrica, imediatamente você aumenta o preço do pão, porque ele vai ser repassado. Outro exemplo: uma chapa de aço. Na hora em que você bota um custo adicional de energia elétrica na chapa de aço...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO LUIZ MENEL – ... ela vai diretamente para o preço, por exemplo, do carro popular.

O último exemplo, para encerrar, alumínio. Se você tiver uma conta de desenvolvimento energético (CDE), você paga hoje cerca de US$16 a US$17. O preço internacional da energia para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produzir alumínio é em torno de US$40, para simplificar. Se a gente arranca de US$16, US$17 no Brasil, não há como uma indústria brasileira competir com US$40, porque a US$26, US$24, US$25, eu não consigo energia em nenhum lugar do mundo. Então, na hora em que se considerar que isso vai integrar o custo de uma cadeia de alumínio, por exemplo, pode esquecer alumínio primário no Brasil.

Próximo, por favor. Tenho a impressão de que é o último.

Muito obrigado. Desculpe ter estourado um pouquinho o tempo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Mário.

Dando seguimento remotamente, eu consulto se o Dr. Rubens Rizek Junior está disponível.

O SR. RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR (*Por videoconferência.*) – Senador, Sr. Presidente, eu estou por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Fique à vontade, Dr. Rubens. Por favor.

O SR. RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado.

Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar todos desta Comissão do Senado na pessoa do Senador Confúcio Moura, a quem eu, como professor e como cidadão, reputo uma das personalidades mais importantes do Senado, presidindo a Comissão de Infraestrutura, que presta um serviço que nos causa muito orgulho, viu, Senador? Muito obrigado. Queria agradecer a oportunidade de falar ao Senado. Vou ser muito, muito breve para dar a oportunidade para os demais, seguindo as suas orientações, viu, Senador?

Aqui eu represento a Associação de Pesquisa da Economia Energética. Eu queria cumprimentar o antecessor, Menel, que representa as entidades do setor energético. Eu estou mais voltado à parte acadêmica, universitária, de planejamento energético; é um *think tank* que nós temos aqui, pensando energia para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Menel já colocou as questões dos setores que fazem, produzem, distribuem energia no Brasil. Energia, todos sabem, o Senador Confúcio sabe muito bem – já estivemos juntos, e o senhor, sempre com toda a sua elegância e galhardia – que isso é um insumo básico para o desenvolvimento, é um insumo básico para a infraestrutura. Não existe país que possa se desenvolver sem uma boa energia barata, competitiva, de qualidade, com estabilidade, um sistema confiável de energia.

No caso do Brasil, na parte tributária, nós temos uma tradição no Brasil do imposto único de energia. Foi assim antes da Constituição de 1988. Sempre houve um imposto único no consumo, porque as cadeias são muito confusas; a energia elétrica especificamente tem especificidades na sua produção, distribuição, comercialização que são muito próprias e que não podem ser reproduzidas por nenhum outro exemplo, por nenhuma outra cadeia. Então, nós sempre tivemos um imposto único no consumo no Brasil. E isso é da cultura brasileira; os consumidores, as empresas, o Governo, a gente se acostumou com isso.

Quando vem o ICMS – o ICM e, depois, o ICMS –, isso também continuou com a mesma lógica. O imposto da energia elétrica é pago no consumo, da cadeia inteira. Isso é simples. Aliás, funciona muito bem, porque a energia elétrica é uma das principais contribuintes do Estado brasileiro. Muito bem, como disse o Prof. Menel agora, que me antecedeu, o próprio Governo, este Senado Federal e a Câmara dos Deputados perceberam que têm uma evolução a fazer, muito simples, nesta reforma tributária, que está aí na mão dos senhores, no texto que vai ser relatado pelo eminente Senador Eduardo Braga, que é o diferimento do pagamento.

Por quê, Senador? E aí eu vou encerrar, vou ser muito breve, muito objetivo. A energia elétrica que está iluminando a sala da CCJ neste instante no Senado Federal está sendo produzida agora. Não é algo que foi produzido, estocado, depois foi para um revendedor, depois foi para um distribuidor. Não! A energia elétrica que está iluminando essa sua sala aí agora está sendo neste momento produzida, agora, neste instante, só que, ao mesmo tempo em que ela está iluminando aí o Senado Federal, ela passou por mais ou menos seis operações de compra e venda – nesse instante, nesse instante.

Bom, o Senado conclui o mês agora de novembro, vem a conta de energia, e ele vai pagar a conta de energia. Com o diferimento, ele já paga todo o imposto da cadeia, ou seja, há até uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antecipação de receita para o Governo, enquanto, se a gente não fizer o ajuste, tal como está a reforma tributária e, de forma errônea, a meu ver, colocar o setor de energia, que é mais semelhante a um setor de mercado de capitais, porque você tem cinco, seis – em países desenvolvidos, chega a ter onze, doze – operações simultâneas de compra e venda de pedaços... Então, nem toda a energia que está sendo consumida agora, no Senado Federal, está sendo produzida por um único gerador, não está sendo fornecida por um único distribuidor, quer dizer, você tem uma série de *players* funcionando numa dinâmica neste momento.

Se nós formos usar a mesma lógica de pega matéria-prima, agrega valor, cobra um imposto, joga para o outro, credita, pega não sei o quê, isso gera um entulho de operações a serem contabilizadas, calculadas, auditadas que, até mesmo sendo por sistema – e vai ser por sistema essa modernização... Nós somos a favor da reforma tributária, ela vai fazer muito bem ao Brasil, só que não vai ter banco de dados que suporte, porque nós temos o Brasil consumindo muita energia, com milhões e milhões de operações diárias. Então, é muito simples, é só fazer como hoje é: difere o pagamento para o consumidor final.

O Dr. Menel disse que o Governo entende como correto, por quê? Porque simplifica, melhora a fiscalização, antecipa a arrecadação e não causa nenhum tostão de evasão ou de redução da carga. É um ganha-ganha, Senador. Então, com isso eu estou muito satisfeito.

No relatório da CAE, elaborado pela CAE do Senado – eu estive na CAE e outros colegas estiveram na CAE –, isso foi plenamente incorporado. Está, se o senhor me permite, no ponto 37 do relatório da CAE Senado, na p. 386. Há emendas que contemplam isso de forma absolutamente precisa, como a Emenda 79, do eminente Senador Eduardo Gomes. E nós temos uma oportunidade de fazer uma correção, uma melhoria na proposta, com concordância do Governo, do setor político, que vai fazer muito bem para o setor produtivo e para toda a cadeia da energia elétrica.

Eram essas as minhas contribuições, Senador, agradecendo imensamente a honra de falar ao Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Rubens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos à frente.

Vamos convidar agora o Dr. Roberto Ardenghy. Ele é Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás.

O senhor está disponível neste momento, Dr. Roberto?

O SR. ROBERTO ARDENGHY (*Por videoconferência*.) – Positivo, Senador. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pode ficar bem à vontade. O senhor tem oito minutos para a sua apresentação.

O SR. ROBERTO ARDENGHY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador.

Queria inicialmente cumprimentá-lo pela Presidência dos trabalhos da nossa Comissão, também cumprimentar o eminente Senador Esperidião Amin, que nos acompanha aqui nesta sessão pública, os demais companheiros que também representam outros importantes setores da economia brasileira.

Quero dizer a V. Exa., Senador, e aos Parlamentares da importância da reforma tributária para o setor de óleo e gás.

Eu sempre conto uma história quando discuto a questão de óleo e gás: há cerca de uns dois anos, uma pequena empresa americana veio ao Brasil se instalar para fazer aqui prospecção geológica. Então, era uma empresa de geologia conhecida nos Estados Unidos que tinha decidido fazer um investimento no Brasil. Essa empresa nos procurou, nós somos a principal entidade do setor – o IBP tem 67 anos de atuação; aliás, fazemos 67 anos hoje, é o dia do nosso aniversário, estamos muito contentes com essa data. E essa empresa, Senador, se instalou no Brasil, num escritório no Rio de Janeiro, e mais ou menos dali a seis meses o Presidente da empresa veio a mim conversar, pediu um horário. Ele tinha se associado ao IBP, e eu perguntei a ele: "E como é que estão as coisas, como é que estão os seus trabalhos, você já começou as atividades?". Ele disse: "Olha, eu estou há seis meses no Brasil e, por incrível que pareça, eu ainda hoje tenho mais contadores na minha empresa que geólogos". Ele estava ainda lutando com a questão do sistema tributário brasileiro, estava realmente preocupado em como pagar os impostos de modo correto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e, apesar de ser uma empresa de geologia, de geofísica, tinha mais contadores e advogados que geólogos trabalhando na empresa dele.

Então, isso dá ideia, Senador, da importância da reforma tributária, da importância para um setor que cria 1,6 milhão de empregos diretos. O Brasil é o nono maior produtor de petróleo do mundo, nós temos o nono maior parque de refino, somos o oitavo maior mercado consumidor. Não preciso relatar aqui aos senhores, que trabalham com a política, o tamanho e a importância dessa cadeia logística gigantesca que abastece o Brasil inteiro, do Oiapoque ao Chuí, com combustível, com diesel, com gasolina, com etanol, com produtos de qualidade. São as verdadeiras veias do desenvolvimento brasileiro.

Então, a primeira mensagem, Senador, seria do total apoio do IBP a essa reforma tributária, que vem em boa hora. O Senado em boa hora está discutindo a sua tramitação final, e essa reforma tributária terá um efeito muito positivo na economia brasileira, tanto para o setor de óleo e gás, para o setor da energia, quanto para outros setores da economia.

Eu queria também ressaltar, Senador, o aspecto de que o petróleo ainda vai continuar sendo muito importante por muitos anos. Há estudos e pessoas que muitas vezes acham que o petróleo vai acabar na semana que vem: isso não vai acontecer, nós temos estudos e pesquisas feitas pelas entidades mais respeitadas do mundo, como a Agência Internacional de Energia, que mostram que o petróleo, até 2040, 2050, vai continuar importante, vai continuar movendo o Brasil e o mundo. E nós temos, inclusive, uma possibilidade de produzir um petróleo com baixo teor de emissão de CO_2, o que nos dá uma vantagem competitiva, inclusive, frente a outros países do mundo, onde a produção de petróleo emite muito mais CO_2. Então, esse setor veio para ficar e ele é muito importante para a economia nacional.

No que diz respeito especificamente à reforma tributária, Senador, nós temos algumas preocupações pontuais de coisas que estão previstas no projeto de lei que está hoje em discussão no Senado e que nos causam um pouco de preocupação, e eu gostaria, então, de rapidamente mencionar esses três pontos.

O primeiro deles é o Imposto Seletivo sobre o petróleo e gás. O Imposto Seletivo é o chamado "imposto do pecado", é um imposto que é gravado em cima de produtos e serviços que fazem mal à saúde e ao meio ambiente e ele, para nossa surpresa, foi incluído no setor de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

óleo e gás. Ora, a carga fiscal, Senador, do setor já é muito grande: nós pagamos cerca de 70% de carga fiscal sobre o setor de óleo e gás. Não vemos nenhum motivo que faça sentido para que esse imposto, com essa natureza, seja colocado em um produto que é a base de muitas cadeias produtivas, senão de todas o Brasil. É muito difícil se identificar um produto que, na sua produção, na sua manufatura, não utilizou, em algum momento, algum produto derivado da cadeia de petróleo e gás. Então, colocar o Imposto Seletivo sobre um produto que é a base industrial, que está no início, que é o insumo da cadeia produtiva de muitos produtos nos parece equivocado.

O Imposto Seletivo, por natureza, é sempre colocado ao consumidor final para desestimular o consumo lá na frente. Onerar o setor de óleo e gás com o Imposto Seletivo nos parece meramente uma decisão que vai gerar uma pressão inflacionária em toda a economia brasileira, por esse aspecto que o setor tem de que nós somos, na verdade, um insumo industrial em praticamente todas as cadeias produtivas. Então, a redução da competitividade do Brasil e a questão da onerosidade da exportação de óleo e gás, que também está prevista nesse Imposto Seletivo, nos parecem um equívoco pela questão do efeito nocivo que teria sobre toda a cadeia produtiva de praticamente toda a economia brasileira.

Um segundo aspecto, Senador, diz respeito à questão do etanol hidratado. Como é de conhecimento, a Lei Complementar 192, de 2022, estabeleceu, em boa hora, a tributação monofásica para o ICMS dos combustíveis, com alíquotas uniformes em todo o território nacional e alíquota *ad rem*, quer dizer, um valor fixo em reais por litro. Foi uma medida importantíssima para gerar, primeiro, uma regularização no setor. Havia muito desvio e muita prática danosa à concorrência dentro do setor por fraudes de natureza tributária, e a Lei Complementar 192 foi importantíssima nesse sentido de fazer com que todos os combustíveis agora, no Brasil, tenham uma alíquota uniforme em âmbito nacional e que a cláusula seja *ad rem*, ou seja, um valor fixo por litro.

Infelizmente, o álcool hidratado não foi contemplado de maneira integral nessa lei complementar, ou seja, se criou um regime que vai apenas entrar em vigor em 2033. Então, nos parece que isso vai criar uma diferenciação perigosa dentro do setor, não vai combater as práticas anticoncorrenciais e danosas à concorrência. E nos parece que, na reforma tributária, haveria uma oportunidade de a gente fazer a regularização e incluir também o álcool hidratado, de modo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo o sistema de tributação monofásica sobre os combustíveis seja contemplado no Brasil, em benefício da economia e também da arrecadação.

E o terceiro e último aspecto, Senador, diz respeito à questão do gás natural – aí é a questão do regime monofásico. A nossa solicitação no IBP é que não seja colocado o gás natural na sua cadeia como um todo dentro do regime monofásico. O gás natural é um produto diferente, tem uma lógica própria, é uma indústria de tubos, é uma indústria de transporte e nos parece que a colocação do regime monofásico no gás natural...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO ARDENGHY (*Por videoconferência.*) – ... tendo em vista a natureza da molécula, que, muitas vezes, muda de mão, inclusive durante o processo de transporte – é um produto que pode sofrer diversas mudanças contratuais – parece-nos extremamente complexo que, no caso do gás natural, se coloque uma alíquota única e se coloque o regime da monofasia.

Então, Senador, eram esses os comentários que o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás teria a fazer, agradecendo a oportunidade e a honra de poder estar presente nesta audiência pública presidida por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Roberto.

Dando seguimento, eu passo a palavra para a Dra. Renata Isfer. Ela é Presidente Executiva da Associação Brasileira de Biogás.

Com a palavra, Dra. Renata.

A SRA. RENATA ISFER (Para expor.) – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui, Senador Confúcio. Eu agradeço também ao Senador Eduardo Braga, Relator da reforma tributária.

Eu vou trazer aqui um ponto, mas, para começar, eu gostaria de falar que, no Brasil, a gente tem muitos desafios, como país – sei que a missão desta Casa não é uma missão fácil para lidar com tudo isso –, e tem três deles que têm muita ligação com o que eu vou trazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro seria o fato de que a gente precisa lidar com a transição energética, realizar a transição energética. O mundo vive as mudanças climáticas, e a gente precisa que essa transição energética seja justa e inclusiva.

Um segundo desafio que a gente tem e que eu vou ressaltar também é a questão do tratamento adequado dos lixos. Hoje, o Brasil ainda tem 40% de todo o lixo deixado em lixões, o que é um problema grave de saúde pública.

E o terceiro é sempre a nossa questão econômica. Sempre tem uma necessidade de crescimento econômico, de geração de empregos, para que o nosso país e a nossa sociedade tenham a qualidade de vida de que precisam.

Existe um setor que hoje é muito subestimado e subutilizado que pode ajudar a resolver todos esses três problemas, que é justamente o setor do biogás e do biometano.

O biogás é justamente o aproveitamento do lixo, do resíduo orgânico, transformando um problema em uma solução, porque ele vai criar energia limpa. E a gente tem um potencial gigante. O potencial total do Brasil hoje – a gente está mostrando na apresentação – é de 120 milhões de metros cúbicos/dia. É um potencial teórico, considerando todos os resíduos que temos. Isso dá o dobro do que o Brasil consumiu de gás natural no ano passado. Inclusive, o biogás, quando purificado, vira o biometano, que vai ser justamente o equivalente renovável ao gás natural. E a gente já estima um crescimento inicial de até 8 milhões de metros cúbicos – nossa produção hoje é de apenas 600 mil metros cúbicos –, podendo chegar – se puder passar a tela – ao nosso potencial de curto prazo, que é de 34 milhões de metros cúbicos, através, inclusive, da nossa reforma tributária, para a gente superar os desafios que a gente tem nesse caminho. Chegando ao nosso potencial total, a gente consegue gerar 798 mil empregos, reduzir as emissões de CO_2 no equivalente a 642 milhões de toneladas por ano, e ainda trazer 120 bilhões de investimentos.

Se puder passar...

Esse potencial é inigualável no mundo. O mundo geralmente está olhando ali só para os resíduos do saneamento, mas o agro do Brasil tem uma força tão grande, principalmente o setor sucroenergético, que está aqui sendo representado pelo Mário Campos, que faz a gente ter algo que é especial e que o Brasil precisa valorizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E do que a gente precisa para destravar esse potencial de curto prazo? Esta Casa Legislativa precisa justamente dar cumprimento à Constituição Federal, que, no seu art. 225, no Capítulo do Meio Ambiente, trouxe que o Brasil tem que trazer um regime fiscal favorecido com um diferencial tributário para os biocombustíveis que o torne competitivo com os seus respectivos fósseis. Isso vai ajudar em muito a reduzir as emoções... As emoções?! Eu estou emocionada, Senador. (*Risos.*)

Vai ajudar a reduzir as emissões de gás carbônico, especialmente naqueles setores de difícil descarbonização, que são o transporte, a indústria e a agricultura.

Então a gente traz dois... O art. 170, que veio do PLP do Senado, já trouxe uma proposta inicial para a gente fazer esse diferencial tributário, mas a gente traz dois aprimoramentos que eu acredito que serão muito importantes. O primeiro deles é o seguinte: o art. 170 diz que vai reduzir as alíquotas, mas não diz quanto. Então, resolvemos fazer uma proposta que está alinhada com o ideal da reforma tributária de trazer simplificação e otimizar a tributação. Então, em vez de criar uma alíquota nova, muito embora se você for pensar que o biometano reduz em 90% as emissões de gases de efeito estufa e que precisa de pelo menos 90% de redução de alíquota para ficar competitivo, a gente trouxe uma alíquota que já existe na reforma tributária, um desconto, para facilitar este momento. Então, a gente sugeriu que sejam reduzidas em 60% as alíquotas de IBS e CBS incidentes sobre operações com biogás e biometano em relação às alíquotas de seus respectivos fósseis.

O segundo ponto que a gente trouxe é que, na Câmara dos Deputados, o *caput* do artigo – aqui é só mostrando essa redução de 90%, mas não tem problema; pode seguir – excluiu os biocombustíveis... Ele deixou só os biocombustíveis consumidos em sua forma pura, foi uma alteração da Câmara dos Deputados, só que, por exemplo, se você misturar metade de biometano ao gás natural, você já reduz em 50% as emissões de gases de efeito estufa. Não tem por que limitar aos consumidos em sua forma pura se você tem no Brasil a oportunidade de fazer uma descarbonização suave, sem necessidade, porque não é todo mundo que pode pagar pelo preço da descarbonização completa de um dia para o outro. Então, a ideia é deixar todos os biocombustíveis. A Constituição Federal não trouxe essa limitação.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RENATA ISFER – Então, pedimos que o texto seja mantido como veio do Poder Executivo e como está na própria Constituição.

Se puder passar para esse daí...

Na nossa visão, essa nossa proposta não vai trazer redução de arrecadação, porque hoje a produção é só em oito plantas. Hoje temos só 600 mil metros cúbicos por dia produzidos, mas, considerando esse enorme potencial de 120 milhões, a gente destravando com essa redução o biometano, você vai ter uma arrecadação anual de 4 bilhões, porque a gente vai conseguir alcançar o nosso potencial de curto prazo. Não estou falando do total; estou falando de um estudo feito com base em estudos realizados para o Estado de São Paulo e aplicados para o Brasil inteiro.

Então, Senador, eu tenho confiança de que esta Casa Legislativa vai ver a grande oportunidade que tem em mãos de destravar um setor que vai trazer efetivamente muitos ganhos para o nosso país.

Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem, Dra. Renata.

Vamos dando seguimento.

Dr. Mário Campos, com a palavra.

O SR. MÁRIO CAMPOS (Para expor.) – Bom dia, Senador Confúcio, obrigado pela oportunidade.

Eu estou aqui representando todo o setor de bioenergia no Brasil, o produtor de etanol, de açúcar, de bioeletricidade e também agora de biogás, de biometano.

E aqui, inicialmente, já faço minhas as palavras da Renata, concordando com ela com relação à proposta que ela fez aqui para colocar, de fato, o biogás e o biometano com diferencial tributário dentro do PLP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gentilmente, o Presidente da Unica, Evandro Gussi, cedeu a oportunidade de a gente participar. E Bioenergia Brasil e Unica hoje representam 100% da produção desses produtos que eu já citei, no Brasil. Então, dentro dessa convergência que nós temos dentro do setor, a gente está trazendo aqui algumas propostas para aprimoramento do texto, e a gente tem certeza de que o Senador Eduardo Braga vai fazer realmente um grande trabalho na apresentação do seu relatório junto com toda a sua assessoria.

Bom, a gente vai falar aqui de alguns pontos importantes. Primeiro, eu vou deixar nessa tela em vez de ir passando, porque são muitos eslaides; mas sobre cada item específico eu vou fazer algumas explicações.

Regime específico de combustíveis. De fato, a gente tem um aprimoramento na reforma. A gente está trazendo... a reforma está trazendo a oportunidade de nós termos para o etanol uma alíquota única no Brasil. Hoje, Senador, nós temos mais de 20 alíquotas de ICMS no Brasil sobre esse produto.

Então, isso faz com que em algumas localidades no Brasil a gente tenha consumo; e, em outras localidades, praticamente, a gente não tenha o consumo desse produto. E a reforma está trazendo esta possibilidade de a gente ter essa unificação, num momento muito importante, porque a gente tem hoje no Brasil, juntamente com o etanol a partir da cana-de-açúcar, também o etanol a partir dos grãos, principalmente o milho. Isso está fazendo com que a produção no Brasil cresça para todas as nossas regiões produtoras. Isso está fazendo com que a gente diversifique ainda mais essa produção. O Sul do Brasil, o Nordeste, o Norte do Brasil têm recebido bastante investimento, e junto com o Sudeste e com o Centro-Oeste, que hoje já são os grandes fornecedores desse produto do Brasil, têm feito, então, essa descentralização da produção. E o fato de a gente ter, então, dentro da reforma, um diferencial tributário entre o etanol e o seu concorrente, a gasolina, é muito importante para que a gente torne esse consumo... no Brasil.

Só tem um ponto que veio do projeto da Câmara que eu destaco: é que a regra para o etanol hidratado está no artigo errado, está no art. 171; a gente precisa trazer para o 170, porque é onde, no *caput* do art. 170, de fato, se faz menção a esse diferencial.

E, como a Renata já colocou, é muito importante que a gente traga o diferencial tributário, porque a Constituição assim diz, no seu inciso VIII do art. 225, que trata de meio ambiente: que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os biocombustíveis têm que ter alíquotas diferenciadas com relação a seus respectivos fósseis. E há o fato de a reforma só estar hoje, dentro do texto, regulamentando a parte do produto que tem o seu consumo de forma pura, que é o caso do etanol hidratado. Ela não regulamenta os outros combustíveis, os outros biocombustíveis, ou os diferenciais desses outros biocombustíveis, como o biometano, por exemplo.

E aqui nós tivemos, recentemente, aprovado, aqui no Congresso Nacional, a Lei do Combustível do Futuro, que está trazendo mandatos para biometano, mandatos para SAF, diesel verde e outros biocombustíveis que têm aparecido e têm ajudado o Brasil nesse desafio da transição energética.

Então, é muito importante que a gente continue, e mantenha aqui no Senado esse diferencial do etanol hidratado e crie esse diferencial para os outros biocombustíveis e, em especial, para o biometano.

Imposto seletivo. Não dá para falar do setor sem falar do açúcar. O açúcar é um item extremamente importante para o setor. E o Brasil, através do PLP 68, instituiu ou está pensando em instituir um imposto seletivo sobre bebidas açucaradas. Gente, o Brasil é o maior produtor de açúcar do mundo, o maior exportador desse produto. Hoje nós temos mais de 60% do mercado mundial. Que recado a gente está dando para o mundo quando a gente coloca realmente imposto seletivo sobre bebida açucarada? E o fato de a gente já estar estabelecendo... Dentro da nossa legislação nós temos hoje o programa de rotulagem, que já está alcançando seus objetivos, ou seja, existem políticas públicas adotadas no Brasil com o objetivo de redução de consumo desses produtos. E a gente também tem estatística – o próprio Ministério da Saúde tem estatística – de que esses produtos chamados açucarados têm tido uma redução nos últimos anos. E o fato de você implementar o Imposto Seletivo só vai onerar e trazer mais inflação principalmente para um grupo da população que é mais carente. Então, a gente precisa realmente retirar esse item da bebida açucarada do Imposto Seletivo. Não faz sentido algum a gente estar discutindo esse assunto aqui no Brasil frente a outras políticas públicas adotadas e frente também a estatísticas que a gente tem hoje.

E sobre o Imposto Seletivo sobre veículo, por que a gente traz esse assunto para cá? Porque o etanol, os combustíveis são usados nos veículos. E para o Brasil é importante que se discuta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse assunto. Se vai ter ou não vai ter... O Senado e, depois, a Câmara vão discutir se o Imposto Seletivo vai existir ou não, mas o importante aqui é que a gente defina e traga a construção de outras políticas públicas. O Imposto Seletivo, da forma como veio da Câmara, é uma forma adequada, na nossa visão. Contudo, tem muita crítica.

Então, o importante é que o princípio seja mantido. E qual é esse princípio, gente? A neutralidade em relação à tecnologia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO CAMPOS – ... e o foco na emissão de CO_2 no sentido de verificação do ciclo de vida. A gente teve no Combustível do Futuro e no Mover, que é o programa de automóveis, de mobilidade... Foi aprovada a questão do ciclo de vida sob o seu conceito amplo: primeiro, do poço à roda; depois, do berço ao túmulo. Então, a gente tem que avaliar todo o veículo, como ele é produzido, de onde vêm os materiais; depois, como é o seu uso, como é o seu descarte. Então, é importante que o Imposto Seletivo sobre veículos defina isso como um princípio.

Continuando, aqui nós temos a questão das alíquotas diferenciadas. O segmento tem diversos subprodutos. Então, lá no PLP 68, já veio identificado como alíquota diferenciada para bagaço de cana e torta de filtro; faltou a vinhaça. Inclusive, a vinhaça é um dos principais insumos para que o Brasil tenha, no futuro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO CAMPOS – ... um grande volume de biometano. Como a Renata colocou, 60% do potencial de produção de biometano está no setor de cana-de-açúcar. Então, é importante que a gente inclua a vinhaça, através dos seus NCMs, também com essa alíquota diferenciada, da mesma forma, que o bagaço de cana e a torta de filtro estejam incluídas.

Cesta básica. O açúcar foi considerado dentro da cesta básica, com alíquota zero. É importante que a gente mantenha. É um produto extremamente importante para a alimentação do Brasil.

E, por fim, quero falar do fundo de compensação. Por que o fundo de compensação é importante? Nós vamos ter a transição, entre 2029 e 2032. Muitos estados fizeram atração de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimentos com relação a benefícios de ICMS. É importante que esse fundo de compensação, então, funcione, de fato, quando a gente tiver realmente essa transição.

Então, a apresentação fica aí para a assessoria. Tem uma série de opiniões nossas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO CAMPOS – ... com relação ao aprimoramento desse fundo de compensação. Ele tem que, de fato, funcionar; o empreendedor precisa, de fato, ter a sua parcela ali ressarcida por esse fundo de compensação, durante esse período, quando eles vão ter a transição do ICMS para o IBS.

Então, agradeço a oportunidade de participação e espero que esta Casa possa realmente analisar o PLP 68 e que a gente tenha, no Brasil, este ano ainda, a aprovação desse PLP 68, importante, a reforma tributária tem um papel importante para a construção do futuro da nossa economia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Mário.

Vamos seguindo.

Dra. Christianne Dias Ferreira, com a palavra, por favor.

A SRA. CHRISTIANNE DIAS FERREIRA (Para expor.) – Obrigada. Bom dia, Senador Confúcio. Obrigada pela oportunidade.

Eu também tenho uma apresentação. (*Pausa.*)

Isso, pode avançar. Obrigada.

Bom, o caso do setor de saneamento chama bastante a atenção, porque hoje é um setor que é contribuinte de PIS e Cofins, mas não é contribuinte de ICMS e ISS. Então, hoje, de acordo com o nosso regime atual, nós temos uma incidência tributária, uma carga tributária de 9,25%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao novo regime proposto, nós teríamos um grande aumento. Hoje, o setor, então, em relação à alíquota efetiva, que nós pagamos, nós alcançamos o percentual de 9,74% sobre a receita bruta.

Pode passar, por favor.

Então, o que muda para o setor de saneamento? Nós deixamos de ser contribuintes de PIS e Cofins e passamos a ser contribuintes do IVA dual. Isso aumenta muito a incidência tributária do setor. Então, a gente sai de um patamar de 9,25% ou a efetiva de 9,74% para uma estimada de 26% a 28%. Então, é uma diferença muito grande para o setor.

Eu gostaria de discorrer um pouco sobre os efeitos dessa diferença para o setor de saneamento.

Pode avançar, por favor.

Bom, primeiramente, do ponto de vista econômico, a gente tem um estudo desenvolvido pela Pezco Consultoria, que mostra o impacto no PIB. Em todos os cenários analisados de alíquota, de 25% a 29%, o setor teria uma perda no PIB bem considerável, bem relevante.

Com relação à tarifa, nós teríamos um impacto na tarifa. Então, o fato de o setor passar a ter essa nova incidência tributária, esse aumento significativo, isso implica dizer aumento de tarifa, de acordo com o estudo que a gente fez, em 18%. Então, o levantamento da GO Associados identificou o aumento de 18% ou redução de 26% nos investimentos.

É justamente um momento em que o setor da infraestrutura, que acabou ficando para trás, precisa universalizar os serviços. Nós temos uma meta aprovada pelo marco legal, há quatro anos, de universalizar os serviços de água e esgoto até o ano de 2033.

Então, o investimento que tem que ser feito é realmente muito grande, e nós estamos falando aqui, em outras palavras, simplesmente do aumento da conta de água para todo cidadão brasileiro. Inclusive, estamos com um abaixo-assinado. Já contamos com muitas assinaturas contra esse aumento da conta de água, porque, para o setor de saneamento – que é um setor especial, mas que não está tendo esse tratamento diferenciado –, é realmente muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista social, existem os mecanismos mitigadores previstos aí na legislação, na reforma como está. Um deles é o *cashback*, que é um excelente instrumento, mas realmente não tem o condão de alcançar a neutralidade tributária. Então, ele não é suficiente para neutralizar o impacto das tarifas nas classes mais baixas. Isso quer dizer que, de acordo com o nosso estudo, mesmo com o *cashback*, a gente tem um aumento na tarifa de 6,5% para a renda mais baixa, que teria direito ao *cashback*.

Pode avançar, por favor.

Então, é importantíssimo ressaltarmos que saneamento é saúde. A falta de serviços de saneamento tem relação com diversas doenças. Também nós fizemos um levantamento ali pela GO Associados, em que, em havendo a universalização do saneamento até o ano de 2040, nós teríamos uma economia de R$25 bilhões em saúde pública. Também fizemos um levantamento de que nós temos, hoje, 330 mil internações anuais, em decorrência de doenças de veiculação hídrica, ou seja, falta de saneamento. E há uma despesa muito grande de saúde pública em razão da falta de saneamento: R$740 milhões é a despesa anual com a falta de saneamento público, ou seja, o saneamento está diretamente ligado à saúde pública.

Quando a gente fala em saúde, muitas vezes a gente pensa somente em remediar, mas nós temos que pensar a saúde também do ponto de vista da prevenção. Então, se por um lado se pensa em arrecadar mais, por outro nós temos ali um gasto enorme com saúde pública. Então, é isso que nós pedimos que seja considerado.

Pode avançar, por favor.

Recentemente, também, estudando... Nós estamos estudando cada vez mais o assunto e nós identificamos... Vejam só como é que dado o tratamento para o setor de saneamento em outros países: ali, alguns países selecionados, europeus, a gente observa que tem um alto nível de atendimento, de saneamento, e tem um tratamento tributário totalmente diferenciado, inclusive com redução de alíquota até 82%. Então, essa tabela mostra muito ali a redução de alíquota para todos esses países, que, como eu acabei de ressaltar, têm realmente um nível de atendimento muito mais avançado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, vejam só... No Brasil, onde o serviço não está universalizado, onde nós temos muito ainda que caminhar, nós não temos nenhum tratamento diferenciado. Pelo contrário...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CHRISTIANNE DIAS FERREIRA – ... nós temos um aumento muito significativo da carga tributária. Então, para o setor de saneamento nós não estamos alcançando a neutralidade tributária.

Pode avançar, por favor.

Essa é a razão pela qual, então, nós pedimos, de acordo com a Proposta de Emenda 246, a equiparação do serviço de saneamento – na verdade, de abastecimento de água e esgotamento sanitário – ao serviço da saúde, o que, é óbvio, mas precisa ter, naturalmente, um reconhecimento legal, e, assim, nós estaríamos incluídos aí na redução de 60% da alíquota. Isso, porque todos já sabem, a própria Organização Mundial da Saúde assevera que, para cada US$1 investido em saneamento, nós temos uma economia de US$5,50.

Então, é urgente e extremamente necessário que se faça essa equiparação ao setor da saúde, para, inclusive, não comprometer essa meta de...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CHRISTIANNE DIAS FERREIRA – ... universalização do marco legal.

Agradeço, Senador, pela oportunidade e a todos os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado, Dra. Christianne.

Dr. Marcos Ferrari, o senhor está com a palavra.

O SR. MARCOS FERRARI (Para expor.) – Bom dia, Senador! Bom dia a todas e a todos!

Eu queria agradecer o convite e cumprimentar os colegas aqui que vão participar do debate. Eu quero cumprimentar também o Senador Eduardo Braga e agradecer por nos ter incluído nesta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu tenho uma apresentação. (*Pausa.*)

Só um momento, Senador. Depois, por favor, desconte esse tempo meu aqui. Restitua, por favor. (*Pausa.*)

Bom, então está aí.

Pode passar, por favor.

Nós somos o sindicato patronal das operadoras de telecomunicações. Então, essas são as nossas associadas, as maiores operadoras do Brasil.

Pode passar, por favor.

Nós temos uma proposta e uma sugestão de reflexão sobre o tema, que nós também achamos importantes. A proposta é justamente permitir que as telecomunicações tenham o mesmo patamar de *cashback* que água e saneamento. Hoje não há dúvida de que a internet é um elemento essencial na vida das pessoas, tanto no ambiente social quanto no ambiente produtivo. Cada vez mais as coisas estão conectadas, as pessoas estão mais conectadas, os ambientes produtivos estão conectados. Nós sabemos é que o futuro da economia digital depende da conectividade, depende da internet. O João está aqui, que foi Secretário-Executivo do MCTI, e sabe muito bem disto: sem conectividade, dificilmente a gente consegue fazer o *catch-up* e chegar no salto de produtividade.

Pois bem, aqui a gente tem um quadro da situação hoje, no Brasil, em termos de disponibilidade de internet. Do lado esquerdo, a gente tem em termos de celulares e, do lado direito, em termos de banda larga fixa, residencial. O que a gente observa é que há uma quantidade elevada de conectividade, porém distribuída de maneira desigual. Quando a gente pega a telefonia móvel, nós observamos que a Região Sudeste tem mais celulares por habitante em relação às Regiões Norte e Nordeste. Existe essa disparidade. Quando a gente vai para a banda larga fixa, é a mesma coisa. Também existe uma disparidade entre aquelas residências que têm internet *vis-à-vis* aquelas que não têm. Sul, Sudeste e Centro-Oeste concentram a maior conectividade; Norte e Nordeste têm menos conectividade.

Pode passar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí você pergunta: isso é em função de preço? Não. As pessoas não acessam a internet não pelo fato de ser uma internet cara. O Brasil tem uma internet muito competitiva. Quando a gente compara com Europa e Estados Unidos, o preço aqui é extremamente competitivo, baixo. Basta lembrar que, antigamente, a gente pagava R$100 para 100 megas, hoje a gente paga R$100 para 300 megas, 400 megas de velocidade. Então, o preço ao longo do tempo foi diminuindo, devido ao nosso processo competitivo.

Pode passar, por favor.

Aqui eu acho que explica exatamente essa discrepância, ou seja, existe uma altíssima carga tributária no setor de telecomunicações no Brasil. Depois da Lei Complementar 194, de 2022, o Brasil passou a elencar a terceira maior carga tributária do mundo; só perdemos para o Paquistão e Bangladesh. Então, hoje nós temos, pegando ali Pis-Cofins e ICMS, uma carga tributária em torno de 25%, mais 4 pontos percentuais dos chamados fundos setoriais, aqueles famosos fundos que nunca são usados – agora começou a ser usado pelo Fust. Mas, somando todos os tributos, temos aí a terceira maior carga tributária do mundo.

Pode passar, por favor.

Pois bem, dada a nossa elevada carga tributária, nós entendemos que o fator que leva à baixa conectividade em algumas regiões está relacionado ao fator renda. E como isso pode ser equacionado via o que nós chamamos de equidade tributária? Pelo *cashback*.

Quando a gente olha aqui nesses dois gráficos, a gente observa o seguinte: existe ainda uma boa parcela da população que não tem acesso à internet, ou seja, abaixo de um salário mínimo, 6,2 milhões de domicílios não têm ainda internet. Quando a gente olha o quanto pesa o custo da internet no rendimento mensal da família, a gente observa que a população abaixo de um salário mínimo tem uma participação de 11,5%, ou seja, essa faixa da população gasta proporcionalmente mais com internet do que as demais faixas de renda.

E qual é a nossa sugestão?

Pode passar, por favor.

Qual é a nossa proposta, melhor? Para termos uma justiça tributária, que se equalize o *cashback* de telecomunicações à energia, água e gás, que são, por definição, os setores essenciais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da economia. Energia, água e saneamento sempre foram, gás também, e agora, de uns dez anos para cá, a internet passou a ser um bem essencial. Então, nada mais justo para o consumidor de telecomunicações que se faça essa equalização do ponto de vista de *cashback*.

Existem algumas emendas. Aqui tanto o Senador Eduardo Gomes quanto o Senador Izalci atenderam ao nosso apelo e apresentaram duas emendas que nós achamos que podem ser aproveitadas nesse processo de finalização da regulamentação da reforma.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS FERRARI – Pois bem, pode passar.

Qual é o impacto de incluir telecomunicações nessa faixa de *cashback*? O impacto é mínimo. Nós estamos falando de um *cashback* que vai justamente para as famílias abaixo de meio salário mínimo, que são aquelas que estão no CadÚnico. Nessas famílias, o consumo delas com telecomunicações representa 0,1% do PIB, é muito baixo. Fazendo o cálculo de como que isso afetaria, como que incluir telecomunicações afetaria a alíquota final, a alíquota referencial, melhor dizendo, o impacto é de 0,01%, ou seja, a alíquota neutra que nós calculamos para a economia toda, em torno de 28,32%, aumentaria 0,001%. O impacto é ínfimo. Transformando isso em impacto no PIB...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS FERRARI – ... a gente está falando de 0,05%. É muito baixo, em torno de R$400 milhões, mais ou menos, de renúncia, o que, comparado ao volume da reforma, é nulo. Se a gente fizer esse mesmo cálculo pela calculadora do Banco Mundial, vai aparecer zero. Nós somos mais conservadores, botamos uma casa decimal a mais e ficou 0,01%, para ser bastante transparente.

Então, essa é a nossa proposta.

E, para finalizar, Senador – o próximo, por favor –, uma sugestão, para que seja apreciada pela Casa: hoje, na base do ICMS não incidem os encargos financeiros sobre alguns serviços – água, saneamento, gás, telecomunicações, internet e energia elétrica. Então, o que nós sugerimos é que seja levado isso em consideração, porque, senão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS FERRARI – ... para esses setores, haverá um aumento de carga tributária, uma vez que passarão a ser tributados os encargos financeiros que incidem sobre as contas mensais.

Então, era isso.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Marcos.

A primeira rodada da nossa audiência se completou.

Eu vou pedir agora que os nossos expositores, os nossos convidados ilustres retornem aos seus lugares, para a gente fazer um revezamento com os demais.

Muito obrigado aos senhores pela apresentação.

Eu estou vendo ali uma malinha de rodinhas, certo? (*Risos.*)

O pessoal está em trânsito, não é? Aqueles que tiverem, assim, horário de voo bem curto fiquem bem à vontade, porque nós temos mais gente para fazer as respostas aos Senadores que estão *online*. Fiquem bem à vontade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado ao senhor, Doutor. Agradecido. Muito obrigado.

Vamos continuar.

Agora eu convido aqui para a mesa a Dra. Fernanda Sá – por gentileza, Dra. Fernanda, vamos colocando aqui –; o Dr. Mario Povia está *online*; o Dr. Rodrigo Schuch está *online*; o Dr. Yuri Pontual, por gentileza, presente, sente aqui à frente; o Dr. Edgar Serrano está pontual, está remoto – bem-vindo, Doutora –; Dra. Marina Cyrino, por gentileza; Dr. Dalton Cesar Cordeiro de Miranda, por favor. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perfeito.

Vamos em frente, vamos sentar. Fique à vontade, gente.

Vamos fazer aqui... O Dr. Edgar Serrano está *online* e tem um voo. Ele está só aguardando a fala dele. Devido ao seu compromisso, ele pediu para antecipar a ordem.

Então, com a palavra o Dr. Edgar Serrano. O senhor pode abrir aí, tocar para aparecer na tela.

O SR. EDGAR SERRANO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Está bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Fique à vontade, Doutor.

O SR. EDGAR SERRANO (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado. Deixe-me só fazer o compartilhamento aqui. Peço que o senhor já me diga quando estiverem enxergando a apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Já, sim. Tudo o.k.

O SR. EDGAR SERRANO (*Por videoconferência*.) – Está bem.

Bom dia a todos.

Muito obrigado, Senador Confúcio, pela oportunidade. Quero agradecer também ao Senador Eduardo Braga, ao Senador Angelo Coronel, que permitiu a nossa participação aqui.

Chamo-me Edgar Serrano e represento a Fenainfo, que é entidade de grau superior, fundada em 1990, e que representa entidades empresariais de TI, os sindicatos patronais. Representamos mais de 130 mil empresas em todo o Brasil, são mais de 2 milhões de empregos diretos, intensivo em mão de obra especializada e é o setor que entendemos dos empregos do presente e do futuro – o que não será serviços e o que não será serviços de tecnologia no futuro? – e representamos 80% do PIB.

O que nós entendemos como os problemas que afetam o setor de TI neste PL? A não cumulatividade será relativa, e nós entendemos isso, porque o crédito é somente após a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprovação do pagamento. Isso a gente entende que joga para o fornecedor e cliente um problema que a Receita Federal rapidamente poderia solucionar.

Nós teremos o setor de inovação mais caro do mundo – também talvez até a nossa água seja uma das mais caras, pelo que eu vi das apresentações anteriores. Nós vamos ter uma carga tributária em quase 28%, sendo que a TI do mundo tem sido amplamente tratada pelos demais países com muita importância, tanto é que as guerras do futuro – a gente queria que não houvesse guerra – chegam a ser guerras cibernéticas em função da importância desse setor. E o nosso hoje vai ter a maior carga tributária.

E a não cumulatividade: o nosso maior insumo de serviços, todos os serviços, é o custo de mão de obra, e que a reforma tributária não está prevendo, então a gente vai ter uma cumulatividade relativa.

Seguindo aqui, para aqueles três grandes problemas, nós temos a emenda do Senador Izalci Lucas, a 738, que exclui o dispositivo do PLP que condiciona a apropriação do crédito presumido ao efetivo pagamento pelo adquirente ao fornecedor. Nós entendemos que isso é importante, porque o poder de fiscalização quem tem hoje é a Receita Federal: eu emito uma nota fiscal eletrônica, imediatamente a Receita já sabe o dia em que ela deve ser paga. Jogar para a sociedade, para cliente, para fornecedor avaliar isso é muito complicado e difícil. Além disso, o risco de fluxo de caixa: se tem alguém inadimplente, o outro lado, que não tem ingerência sobre isso, vai ser responsável por solucionar o problema, o que infelizmente é impossível que faça. Poder coercitivo já tem, de apropriação indébita, a Receita Federal.

Então, a Emenda 738 suprime esse art. 121, que faz com que só possa ser usado depois da comprovação. Quem tem que fazer isso, em nossa visão, é a própria Receita Federal.

Não temos muito tempo, vamos adiante.

Também temos agora uma emenda do Senador Mecias de Jesus, a Emenda 1.363, que consideramos muito importante, que prevê a redução de 60% da alíquota do IVA para os serviços de tecnologia da informação. Vejamos o seguinte exemplo que eu vou dar, que vai servir para dois pontos: se nós vamos tomar todos aqui um chope com batata frita, porque bares e restaurantes estão na alíquota reduzida, a batata, a faca que corta a batata, a frigideira, o gás, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

óleo, o sal, eles podem ser abatidos, eles geram crédito. Quando eu levo isso para a mesa, o pratinho, o palito, o copo do chope e o próprio chope, também eles podem ser abatidos, eles são creditados, eu tenho esse crédito. Já o setor de tecnologia não tem absolutamente nada. É isso que a gente gostaria de ver. Se é importante um setor como este, TI também é fundamental.

E o que é esta emenda? Ela simplesmente ajusta o que já tem e coloca também tecnologia da informação. Todos nós usamos internet, mas também todos nós usamos serviços de TI. Então, a gente considera isso importante. E dentro da emenda existe uma relação de NBS, estes NBS aqui – é uma relação completa, não vou passar em função do tempo – seriam os que nós consideramos fundamentais que entrem na tabela reduzida em prol do nosso país. Sem isso, nós vamos ficar atrasados em termos tecnológicos. Não faz sentido nenhum nós não tratarmos com mais objetividade o setor que é portador de futuro. E o que não será tecnologia no futuro?

Seguindo aqui, nós temos uma outra emenda também do Senador Mecias de Jesus, a 1.364, que prevê o crédito presumido das despesas com contratação de pessoal para o setor de serviços. Vejam, senhores, em serviços, de 70% a 80% do custo é mão de obra, o resto dos demais custos, como cafezinho ou alguma coisa, é insignificante. Então, não faz sentido nós dizermos que vamos ter uma política de reforma tributária não cumulativa se, no setor de serviços, que vai de 80% a 85% do PIB e em que estão talvez, segundo o Sebrae, até 90% dos empregos, não vamos considerar isso para gerar crédito.

E o que a gente tem aqui? O comércio pode se creditar de tudo. Como eu falei o exemplo ali do chope e de uma batatinha frita, tudo eu posso me creditar. A indústria, em tudo que transforma os seus insumos, se credita; a construção civil – tijolo, ferro, etc. – também; e o setor de serviços, que é onde estão os empregos e onde só vão aumentar os empregos... Podemos até dizer que tanto o comércio quanto a indústria... Com a automação, nós vamos estar imprimindo casas na parte de construção civil; a indústria está toda automatizada com robôs; o comércio, as grandes plataformas... Onde é que estão os empregos para isso? No serviço. E nos dá a sensação de que a reforma tributária acaba penalizando o setor de serviços por não considerar que ali estão os empregos atuais e futuros.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDGAR SERRANO (*Por videoconferência.*) – Se não tivermos emprego para essas pessoas e a renda diminuir, quem vai comprar no comércio? E o comércio vendendo pouco, quem vai comprar da indústria? E aí as pessoas com pouco dinheiro, quem vai comprar casas e apartamentos? Senhores, precisamos pensar isso com muita seriedade.

Então, o que coloca a emenda do Senador Mecias de Jesus? Ela autoriza "a concessão de crédito presumido sobre as despesas com a contratação de pessoal, ao contribuinte sujeito ao regime regular de IBS e de CBS, e que pertença ao setor de serviços, nos termos da lei complementar".

O que nós temos aqui hoje para o nosso setor? A carga tributária vai aumentar. Hoje o setor de serviços paga 8,65% de Pis, Cofins e ISSQN. Nós vamos para 27,95%, 28%, 29%, não se sabe mais. Hoje, nesse cenário, há um aumento de 223,12% nos impostos. As pessoas físicas todas não vão ter como se creditar de nada. A gente sabe, então, que escola pelo que eu vi, água, colégios, planos de saúde, médicos, advogados, toda a vida das pessoas vai aumentar em 223% – todos os serviços que nós contratamos, que é quase tudo. Eu pergunto: o que não é serviço? Quem tem o espaço de 27% nas suas economias para empatar? As pessoas vão ter que baixar o consumo. Isso é óbvio, e os números estão mostrando. E onde? E quem? Os empregados de toda a classe de serviços, do setor de serviços, de todos os serviços, não só de TI, serão amplamente afetados. Preço ao consumidor aumentando, é evidente, isso vai gerar um grave problema. E os postos de trabalho em tecnologia e nos setores de serviços em geral? Já se fala em usar o máximo de IA possível para reduzir ao máximo os empregos.

Seguindo aqui, temos um cenário bem difícil, desoneração virou reoneração, aumento de tributos, reforma tributária sobre renda que vem à frente... Por isso é que a gente pede que essas três emendas sejam aprovadas: a 738, a 1.363 e a 1.364.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDGAR SERRANO (*Por videoconferência.*) – Pela atenção dos senhores, muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Edgar Serrano, pela sua participação. O senhor está liberado para sua viagem. Muito agradecido pela sua participação.

O Senador Esperidião Amin, pela ordem, solicita uma manifestação neste momento.

Com a palavra, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, serei mais breve do que queria, então. Já resolvi aqui o meu problema técnico. Eu não tinha conseguido assistir à primeira apresentação, mas já recuperei a apresentação do Dr. Mário Menel e estou acompanhando as outras.

Quero somente saudá-lo, cumprimentá-lo por cumprir esta missão tão importante e acho que as advertências que nós estamos ouvindo aqui podem reduzir danos.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado pela participação bem telegráfica do Senador Esperidião Amin, que é realmente um Senador muito dedicado, estudiosíssimo, tem uma capacidade de memória incrível, além de ser um dos mais qualificados Senadores da Casa.

Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Dando continuidade, eu passo a palavra à Dra. Fernanda Sá.

A SRA. FERNANDA SÁ (Para expor.) – Muito obrigada.

Bom, a gente tem uma apresentação.

A gente pode já ir para o eslaide 7, por favor?

Antes de mais nada, eu gostaria de dar um bom dia ao Senador. Cumprimento a todos na sua pessoa e também agradeço aos Senadores Davi Alcolumbre e Eduardo Braga, respectivamente Presidente da CCJ e Relator do PLP. E, não menos importante, aos colegas de mesa também gostaria de dar um bom dia e agradecer a presença de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou representando aqui, neste momento, a ABEEólica, que é a Associação Brasileira de Energia Eólica. É uma associação que representa mais de 150 associados, que tem como função precípua apoiar o desenvolvimento da energia eólica e apoiar a transição energética, que é um tema extremamente importante hoje no mundo inteiro.

A ABEEólica tem, basicamente, quatro pontos de atenção que eu gostaria de chamar para esse PLP.

O primeiro ponto de atenção já foi trazido pelo Dr. Menel e também pelo Dr. Rubens, nessa primeira parcela da apresentação, que é sobre o diferimento do ICMS das operações com energia. As exposições sobre esse tema já foram feitas, mas eu gostaria de chamar somente três pontos de atenção que me parece ser importante que sejam colocados e que não foram devidamente apontados.

O primeiro é que o diferimento não é um benefício fiscal. Na verdade, o diferimento é uma técnica de arrecadação, que, inclusive, tem uma previsão na própria Emenda Constitucional 132. Isso é muito importante para se distinguir daquilo que se está buscando com essa alteração do PLP 68.

O segundo ponto importante é que, hoje, a tributação do setor de energia – e aí considerando principalmente a tributação do ICMS – já comporta a técnica do diferimento. E por que isso existe? Porque há uma dificuldade de se tributar uma operação de consumo em que operações financeiras e operações físicas não são sincronizadas. Isso significa dizer, no final, que o ICMS já comporta essa técnica de diferimento, ocasionando que o imposto, no caso do ICMS, é recolhido sempre ao destino e no momento do consumo.

E o terceiro ponto, que me parece ser o mais importante em relação à técnica do diferimento, que não é só a eficiência de arrecadação, o recolhimento mais célere, é que, da forma como o PLP está redigido, nós teremos situações em que será difícil o recolhimento e a apuração do próprio IBS e da CBS. E por quê? Porque existem transações... E aí eu cito, por exemplo, as operações do mercado de curto prazo, que são liquidações realizadas no âmbito da CCEE, que é a Câmara de compensação de Energia Elétrica, muito parecida com uma bolsa de valores. Da forma como a CCEE opera no caso em concreto, ela não vai conseguir alcançar a tributação dessas transações. E por que isso? Porque nessas liquidações não é possível se identificar quem gerou,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mas, sim, identificar quem consumiu. Se o fato gerador do IBS e da CBS é o fornecimento, e o gerador ou o comercializador, aquele que está disponibilizando o bem, é que deva ser o contribuinte – isso é o que diz o texto do PLP –, ele não vai conseguir identificar onde essa energia foi consumida. Então, o diferimento do IBS e da CBS, na verdade, é necessário para que a gente dê aplicabilidade à Emenda Constitucional 132 e, sim, haja uma efetiva alteração desse PLP.

Por favor, o próximo eslaide.

O segundo ponto relevante que nós gostaríamos de chamar a atenção aqui dos senhores é sobre a base de cálculo do IBS e da CBS da forma como está no PLP 68. Existe o art. 12, especialmente o §4º, que fala das transações entre partes relacionadas. No IBS e na CBS, como regra geral, a base de cálculo é o valor da transação ali realizada entre as partes. Mas, para o §4º, quando a gente estiver tratando das operações com partes relacionadas, existe uma base de cálculo diferenciada que não vai ser o valor da transação, vai ser o valor de mercado daquelas transações, e aí o que se busca no texto do PLP é uma equiparação e um método de cálculo com base nas regras de preço de transferência. Aqueles que trabalham na área tributária sabem da dificuldade de observância de regras de preço de transferência para transações dessa natureza.

Nós entendemos, a ABEEólica entende que essa técnica que está sendo proposta não se coaduna ou não é necessária com uma sistemática não cumulativa que está sendo apresentada e foi apresentada pela Emenda Constitucional 132, o que significa dizer, no final, que não faz sentido se imputar uma base de cálculo diferenciada que não seja o valor da transação para operações entre contribuintes do IBS e da CBS, porque, pelo fato de tributar essa operação e alguém adquirir e apropriar o crédito, o efeito tributário vai ser neutro, ele não gera um impacto tributário.

É óbvio que essas transações podem ser necessárias, e o texto do PLP precisa ser alterado nesse sentido. Para as operações em que as partes relacionadas sejam não contribuintes do IBS e da CBS, aí faz sentido, sim, se manter...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FERNANDA SÁ – ... uma base de cálculo mínima, mas, em situações em que ambas as partes são contribuintes do IBS e da CBS, isso só vai trazer uma complexidade na arrecadação e, consequentemente, um contencioso que não será desejável.

Por favor, a próxima.

O segundo ponto importante que nós gostaríamos de trazer é sobre a zona de processamento de exportação. A gente precisa lembrar que a Emenda Constitucional 132 previu a manutenção da zona de processamento de exportação. Entretanto, o PLP, da forma como ele foi redigido, não comporta todas as desonerações que constam da Lei 11.508, de 2007, inclusive com as alterações trazidas em 2021; por exemplo, prestadores de serviços ali não poderiam se beneficiar. Energia elétrica, que é um insumo extremamente necessário para o processo produtivo das empresas ali localizadas, também não estaria alcançada pela desoneração, como existe hoje no próprio PLP.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FERNANDA SÁ – E, por último – o último eslaide, por favor –, é sobre o hidrogênio verde. A Dra. Renata já comentou aqui muito bem sobre a transição energética. Existe no texto constitucional hoje proposto um dispositivo, que é o art. 225 da Constituição Federal, que diz que o Governo precisa apoiar uma tributação diferenciada para esse setor, e o que se busca aqui é uma redução de todos os custos para a produção de hidrogênio verde, aí incluindo a energia elétrica, que é necessária e é o insumo principal para o seu processo produtivo.

Sr. Senador, muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito agradecido, Dra. Fernanda, pela sua exposição.

Vamos dar seguimento.

Dr. Mario Povia. Ele está *online*.

Por gentileza, Dr. Mario, o senhor está com a palavra, pode abrir aí sua máquina.

O SR. MARIO POVIA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não. Pode continuar, Doutor.

O SR. MARIO POVIA (*Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador, como vai? Tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Tudo bem.

O SR. MARIO POVIA (*Por videoconferência*.) – É um prazer estar com o senhor. Quero parabenizá-lo pela condução da audiência, sempre com maestria, e cumprimentar também o nosso Senador Esperidião Amin.

Vou falar um pouco do Instituto Brasileiro de Infraestrutura, que é um braço técnico da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos – inclusive, o Senador Esperidião Amin integra essa frente parlamentar.

Quero cumprimentar os Senadores Eduardo Braga e Davi Alcolumbre, da Comissão de Constituição e Justiça, e o Relator do projeto, enaltecendo a importância de nós termos aqui a discussão de temas com o Parlamento, algo de extrema importância para todos nós.

Eu tenho alguns pontos, e vou falar muito brevemente, Senador, sempre aqui com um foco na questão de infraestrutura de transportes, que é o nosso campo de atuação.

Vou tratar aqui inicialmente da questão envolvendo o Reporto. No Reporto nós temos uma questão de caráter dúplice. Primeiro, quanto à extensão do Reporto sob o aspecto temporal, dado que já há uma expectativa de ele ir até 2028, e a nossa ideia, a nossa proposta é que ele se perenize. E por que isso?

A tributação de bens de capital sempre acaba sendo um inibidor de investimentos tendentes ao aumento de produtividade, que é o grande problema do Brasil hoje em termos de competitividade internacional. Então, sempre que nós investimos em bens de capital, nós aumentamos sensivelmente o nosso sarrafo de produtividade e nos tornamos mais competitivos. E sempre que falamos também em investimentos dessa natureza, as empresas precisam se planejar, a médio e longo prazo; e é importante que se tenha a perenidade, que se saiba antecipadamente que essa desoneração persistirá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então isso contempla muito a questão de planejamento de investimentos, isso é fundamental para o setor, sobretudo o setor de portos e o ferroviário, que têm os investimentos de larga escala nessas questões. Então, esse seria o nosso primeiro pleito.

O segundo deles é um pleito de extensão do Reporto a toda a cadeia, vamos dizer assim, de logística portuária. Hoje nós temos como destinatários, beneficiários do Reporto apenas quem atua em área portuária alfandegada ou em área portuária primária, ou quem detém aí algum tipo de autorização especificamente para operar instalações portuárias. Mas nós temos um universo de empresas que atuam em atividades paraportuárias. Eu falo aqui de Depots e de Redex, que são depósitos que, às vezes, estão do outro lado da avenida. Eles estão dentro de um mesmo *clus*ter portuário, de uma mesma cadeia portuária e, por isso, deveriam também estar incorporados nesse benefício. Não faz sentido a gente ter todo um trabalho de descarbonização e de melhoria de frota de um lado, quando não temos a contrapartida do outro num sistema que funciona de forma única, de forma sinérgica.

Então, isso acaba criando descompassos. Eu faço uma série de investimentos em descarbonização de embarcações, em descarbonização de equipamentos e, do outro lado, onde eu vou trabalhar um contêiner vazio, onde vou trabalhar uma atividade de englobar cargas ou de estratificar cargas, eu não tenho esse benefício. Isso não faz sentido.

E o mais interessante é que na nossa proposta não há um centavo de renúncia fiscal. O que a gente quer é aproveitar o momento da reforma tributária, dar uma nova redação, incorporando essas instalações e apenas dividir os recursos já existentes com um número maior de *player*s. Nós já temos manifestações favoráveis para essas medidas do Ministério de Portos e Aeroportos, há uma nota técnica nesse sentido, e entendemos que não há, dentro dos *players* que hoje se beneficiam do regime, nenhum obstáculo, nenhum impedimento, nenhum sinal com relação ao atendimento dessa demanda.

No segundo ponto, nós trabalharíamos a questão do combustível da navegação. Nós temos hoje uma lei, a 9.432...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARIO POVIA (*Por videoconferência.*) – ... que é a lei que regula a atividade de navegação no Brasil. A Lei 9.432 já prevê, de longa data, ela é uma lei de 97, prevê a equiparação do preço do combustível de navegação chamado *bunker*, para empresas nacionais e internacionais.

E por que isso, Senador? Porque essas empresas em dado momento concorrem no mesmo mercado. Ao contrário de outros setores, nós temos a proteção de bandeira, ou seja, a preferência desses fretes nacionais para empresas brasileiras de navegação, mas a lei prevê uma exceção: quando não houver a embarcação disponível, a embarcação brasileira que arvore a bandeira brasileira para atender àquele frete, é possível, através de um procedimento... que outras empresas possam atuar com bandeira estrangeira. E, nesse sentido, essas embarcações estrangeiras têm isenção de impostos. O *bunker* para essas empresas sofre uma isenção total de impostos, enquanto as brasileiras pagam o imposto na totalidade.

Já foram feitos estudos nos principais *clusters* de distribuição desse combustível. A isenção tributária está lá na terceira ou quarta casa decimal em termos de efeito.

Então, seria basicamente o cumprimento de uma legislação de 97 que até hoje nós não conseguimos levar a efeito.

E, por fim, dois pontos muito rápidos. Nós temos a questão de imunidades para serviços de transporte internacional, notadamente nas cadeias de exportação. É importante que haja essa imunidade para toda a cadeia, entendendo que o transporte, às vezes, é compartimentado – nós temos o modal ferroviário, o modal aéreo, às vezes, o modal rodoviário e o modal aquaviário.

É importante que a cadeia toda esteja desonerada, mas também uma outra vertente, que é a exportação dos serviços. Há também... Quando se toma um serviço no exterior, uma operação internacional, o Brasil tem, historicamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO POVIA (*Por videoconferência.*) – ... uma balança de serviços deficitária, exatamente por uma questão tributária. E nós temos, hoje, uma oportunidade ímpar de resolver essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, agora, por fim mesmo, a questão do reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, contratos de longo prazo, de exploração de ferrovias, de rodovias, de aeroportos e de portos. A gente busca aqui um reequilíbrio econômico-financeiro, uma versão expedita disso, cautelar, para as questões, para que não se espere muito tempo. E, para isso, a gente está propondo dois parágrafos, o 3º e o 4º, para o art. 376, que nós vamos endereçar aqui como contribuição.

De resto, quero apenas agradecer, Senador Confúcio, pela oportunidade de estarmos aqui debatendo o tema.

Muito obrigado e um forte abraço.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito agradecido, Dr. Mario, pela sua apresentação.

Vamos passar a palavra para o Dr. Rodrigo Schuch, que também está *online*.

O senhor pode entrar, Dr. Rodrigo. (*Pausa.*)

Dr. Rodrigo?

O SR. RODRIGO SCHUCH WEGMANN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia! Bom dia a todos!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bom dia!

O SR. RODRIGO SCHUCH WEGMANN (*Por videoconferência*.) – Agradeço pela nossa participação, em especial ao Senador Confúcio Moura, que preside esta audiência, e também ao Senador Esperidião Amin, que já apresentou um requerimento para incluir a Associação NEO entre os palestrantes, e, na pessoa dele, saúdo os demais Parlamentares e assessorias aqui presentes e agradeço a eles.

Antes de iniciar a minha fala, gostaria de parabenizar a equipe do gabinete do Senador Eduardo Braga e a Sert, do Ministério da Fazenda, que têm feito um trabalho de excelência em receber, ouvir e analisar os pleitos da sociedade civil, sempre de forma cortês e profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, agradeço a oportunidade de trazer a esta Comissão a visão da Associação NEO sobre a relevância e o impacto da reforma tributária para a conectividade de milhares de brasileiros, em especial a visão das operadoras de pequeno porte.

Eu trouxe uma apresentação, Senador, não sei se o pessoal consegue projetar aí. Ela foi encaminhada ao pessoal e, se puderem projetar, eu já peço que enderecem o eslaide nº 4. (*Pausa.*)

Eu não consigo ver se a apresentação subiu ou não.

Se não tiver como por aí, eu posso subi-la por aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... disponibilizar por aí mesmo, Doutor.

Se a gente colocar por aqui, o senhor não aparece na fala.

O senhor pode ficar bem à vontade.

O SR. RODRIGO SCHUCH WEGMANN (*Por videoconferência.*) – Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O senhor mesmo pode jogar a apresentação na tela. (*Pausa.*)

O SR. RODRIGO SCHUCH WEGMANN (*Por videoconferência.*) – Todos conseguem ver, não é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeitamente.

O SR. RODRIGO SCHUCH WEGMANN (*Por videoconferência.*) – Bom, falando um pouco aqui da Associação NEO, a Associação NEO é uma associação que representa prestadores de pequeno porte. Hoje, o mercado, como já falado aí pelo colega Ferrari, é um mercado de, mais ou menos, 50 milhões de residências conectadas. Destas, mais de 50% são atendidas, hoje, pelas empresas de pequeno porte. Através da Associação NEO – e a gente, hoje, conta com cerca de 200 empresas –, nós atendemos a 14 milhões de clientes através de fibra ótica, temos mais de 500 mil quilômetros de fibra e atuamos em mais de 5 mil municípios em todo o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui a gente traz uma fotografia, só para dar a dimensão de todos os associados. Eu costumo falar sempre que os nossos associados começaram no interior e vieram, do interior para as capitais, conectando todo este Brasil, esses rincões que nós temos aqui no país.

Para ser mais breve na minha fala, Senador, eu trago aqui o que já foi exposto pelo colega Ferrari: a Lei Complementar 194, de 2022, que trouxe a essencialidade do serviço de telecomunicações. Também trago aqui as discussões que ocorreram dentro do STF, que também caracterizaram o serviço de telecom como essencial. Mas, de toda sorte, no PLP 68, que subiu do Congresso, nenhuma dessas essencialidades foi contemplada no documento.

E, para ser mais breve, acho que muito já foi dito, principalmente pelo colega Ferrari, sobre este mercado de que nós falamos hoje. De cerca de 50 milhões de residências atendidas por banda larga fixa, nós temos – como eu disse – mais de 50% desse mercado atendido por prestadores de pequeno porte. Mas ainda há um grande desafio no mercado brasileiro, porque muitos desses prestadores ainda estão informais nesse mercado.

Então, acreditamos plenamente que a inclusão dos arts. 110 e 112 do PLP, trazendo o modelo de *cashback* para o serviço de telecom, será uma grande alavanca para que a gente possa trazer ao setor mais formalidade e falar da inclusão digital, que é tão importante para a nossa sociedade. E pensem bem: como ter o *split payment* e os sistemas de *cashback* na ponta, se esses cidadãos, que estarão utilizando o *cashback*, hoje não estão, na sua grande maioria, conectados?

Esse é um grande desafio. O que foi apresentado do ponto de vista de impacto é pouco relevante, então, a gente tem aqui uma grande oportunidade de trazer novas pessoas à conectividade.

Eu termino por aqui, Senador, para não ser muito extenso, e agradeço, desde já, a possibilidade de poder fazer parte desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Agradeço, Dr. Rodrigo. Muito obrigado ao senhor.

Eu passo a palavra para o Dr. Yuri Pontual, que é Diretor Jurídico e Regulatório da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários, representando o Dr. Davi Ferreira Gomes Barreto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Dr. Yuri.

O SR. YURI PONTUAL (Para expor.) – Olá, bom dia. Muito obrigado, Senador Confúcio. Cumprimento o senhor, cumprimento o Senador Esperidião Amin, ambos reconhecidos defensores da infraestrutura nacional, além de outros temas importantes, e, por meio dos quais, cumprimento todos os presentes e os que nos acompanham *online*.

Represento aqui o setor ferroviário brasileiro, o transporte ferroviário de cargas. Setor que reúne 14 malhas no Brasil, com 30 mil quilômetros de ferrovias. Essas ferrovias transportam 90% do minério brasileiro e 40% dos produtos agrícolas. Ou seja, as forças motrizes da balança comercial brasileira perpassam pelas ferrovias, e grande parte da competitividade brasileira decorre da eficiência e das tarifas baixas cobradas nas ferrovias.

As ferrovias são mais seguras, são mais eficientes, são mais sustentáveis. Só a título de exemplo: uma ferrovia emite 80% menos gases de efeito estufa por tonelada transportada do que o modo rodoviário. Então, é uma solução neste momento de transição energética pelo qual o Brasil passa, e é um consenso de todo o brasileiros que é necessário ampliar as ferrovias do país.

No entanto, hoje, apesar de prestarem um serviço público, os investimentos feitos em ferrovias são eminentemente privados. O setor promoveu mais de R$170 bilhões de investimento desde a desestatização, na década de 1990; só no ano de 2024, Senador, foram R$10,3 bilhões de investimento nas ferrovias brasileiras, e estão previstos para os próximos anos mais R$45 bilhões – isso tudo de investimento privado. Então, para a continuidade desses investimentos, é muito importante, para o setor, a segurança jurídica. Esse é um pilar muito importante para o setor ferroviário – assim como, é claro, para os demais.

Do nosso ponto de vista, em relação à reforma tributária, muitos avanços foram feitos já na Câmara dos Deputados, e temos aqui a pontuar, a sugerir, apenas algumas questões pontuais, específicas em relação ao setor ferroviário, mas que geram bastante impacto nesse ponto da segurança jurídica.

Inicialmente, os dois primeiros pontos – no total, trarei cinco – dizem respeito aos regimes, como até já foi falado, anteriormente, pelo Dr. Mario Povia: o Reidi e o Reporto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Reidi é o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura. A Emenda Constitucional 132 manteve esse regime. O PLP tratou do tema, mas não abordou a questão da limitação temporal para usufruto. O que a gente traz aqui como proposta é apenas um ajuste pontual, para dar mais segurança jurídica, para que seja mantido o disposto no Decreto 6.144, de 2007, que é a previsão da contratação em até cinco anos após a habilitação. Então, a empresa se habilita e tem, a partir dali, cinco anos para contratar – e é a partir da contratação que passa a valer o Reidi.

Já em relação ao Reporto – segundo ponto –, o PLP replicou o prazo do Reporto fazendo menção à sua validade até 2028. Também, como foi falado anteriormente pelo meu antecessor, Mario Povia, há uma discussão sobre se, de fato, será necessário ampliar ou não esse prazo do Reporto de até 2028, e, caso não se entenda tempestivo, neste momento, fazer essa discussão de ampliação ou não, a gente entende importante retirar do PLP 68 esse prazo de até 2028, já que a lei ordinária respectiva já faz menção a esse prazo. Posteriormente, no momento adequado para fazer essa discussão sobre se prorroga ou não, seria mais fácil alterar uma lei ordinária, que tem um quórum menor, do que ter que alterar a lei ordinária e a lei complementar. Então, a nossa sugestão seria apenas retirar essa menção ao prazo de até 2028, já que a lei ordinária já faz essa menção.

O terceiro ponto trazido pelo setor diz respeito à desoneração de bens de capital. A Emenda Constitucional 132 também prevê a desoneração por três meios distintos, e a Câmara dos Deputados condicionou a desoneração a um ato conjunto do Comitê Gestor e do Executivo, a ser editado até 1º de janeiro de 2027. O grande receio do setor é que não se sabe o que será feito caso não seja editado esse ato até esse prazo determinado pela lei. Há um risco iminente, então a gente traz a proposta de apenas uma pequena variação do texto, para que, caso não seja editado esse ato conjunto até 1º de janeiro, a medida da desoneração fique vigente até a edição desse ato, para dar mais segurança, também, novamente, ao setor.

O quarto ponto dentre os cinco é o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos. A gente traz aqui três pontos em relação à questão do reequilíbrio, que é um direito das empresas que contratam com o poder público...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. YURI PONTUAL – ... é algo essencial. Foi inserido, na Câmara dos Deputados, um dispositivo fazendo exigência da regularidade fiscal e trabalhista para o requerimento de reequilíbrio.

A gente entende que não faz sentido, já que é um direito das concessionárias exigir essas regularidades, até porque, no caso das ferrovias, elas perpassam por, às vezes, centenas de municípios. E essa regularidade tem que ser comprovada por cada município.

Então, é um custo administrativo enorme para o levantamento dessas certidões, e não faz sentido, ao nosso ver, serem exigidas para o reequilíbrio.

Outro ponto é a retirada da limitação de pedidos de reequilíbrio anteriores às prorrogações contratuais. Estamos, agora, em fase de discussão da prorrogação antecipada da Ferrovia Centro-Atlântida e, logo em seguida, teremos outras rediscussões de prorrogação contratual, que são temas complexos, que envolvem devolução de trechos, envolvem indenização...

(*Soa a campainha.*)

O SR. YURI PONTUAL – ... envolvem uma série de temas importantes. E quero dizer que, talvez, colocar que essa exigência de discutir todos os reequilíbrios antes da prorrogação antecipada dificulte mais esse processo. Então, a gente solicita apenas essa retirada.

Por fim, também, como já mencionado anteriormente, as medidas cautelares. Atualmente, o PL prevê reequilíbrio de forma provisória, mas a gente entende que dá para melhorar essa redação para que fique clara a possibilidade de reequilíbrio cautelar para que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Por fim, o último ponto, Senador, diz respeito aos créditos acumulados de PIS e Cofins. Não há prazo previsto para o aproveitamento desses créditos, o que traz um risco ao setor de esse prazo ser entendido como aqueles cinco anos, o prazo quinquenal. Nossa proposta aqui, então, é apenas deixar claro que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. YURI PONTUAL – ... essa limitação temporal de cinco anos não se aplica aos créditos acumulados de PIS e Cofins do setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, Senador, trago aqui também, em agradecimento à CNT, que possibilitou a ANTF estar presente nesta audiência hoje, apenas representando que a CNT traz mais oito pontos de ajustes do PLP, que a gente faz questão de defender também e trazer aqui por escrito para o senhor e para os demais, para que possam ser levados em consideração.

Agradeço a possibilidade de participação.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeitamente, Dr. Yuri Pontual.

Eu passo a palavra, em continuação, à Dra. Marina Cyrino. Ela é Gerente de Assuntos Jurídicos e Regulatórios da Associação de Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasoduto.

Com a palavra, Dra. Marina.

A SRA. MARINA CYRINO (Para expor.) – Obrigada. Obrigada, Senador Confúcio. Cumprimento a todos os presentes e os colegas da mesa, na sua pessoa. Obrigada pelo convite. É uma honra estar aqui hoje para falar de um tema tão importante.

Eu vou ser bem objetiva. Pode já mudar para o próximo eslaide.

A gente tem um problema real hoje na legislação tributária em relação ao transporte de gás por gasoduto. Em 2021, a nova Lei do Gás, a Lei 14.134, trouxe o sistema de entradas e saídas. Só que a nossa legislação tributária não se adaptou a esse sistema.

Então, o que acontece? Hoje, toda a parte de obrigação acessória do transporte de gás por gasoduto é regulada da mesma forma que um transporte por caminhão. Então, a gente está tratando um transporte de gás por gasoduto, que é um fluxo contínuo, como o transporte de caixas de sapato por caminhão. E o sistema é totalmente diferente.

O que a gente está pedindo é: vamos adequar a legislação tributária à Lei do Gás. É um pedido simples, reduz muito os custos de transação, pois reduz as obrigações acessórias, reduz a quantidade de documento fiscal que é elaborada tanto pelos carregadores, que são aqueles que contratam o transporte de gás por gasoduto, quanto pelos transportadores – sem reduzir a arrecadação tributária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não há renúncia fiscal, simplifica a tributação e facilita muito a fiscalização tributária. Hoje em dia, os estados têm dificuldade em como fiscalizar esse sistema. Por quê? Por conta da forma de tratamento, de tentar igualar o transporte de gás por gasoduto ao transporte por caminhão.

Pode mudar de eslaide.

Esse daqui é um modelo do nosso sistema de entrada e saída. Como funciona? A gente pega esse modelo, que parece uma piscina, eu contrato a entrada. Então, eu tenho o valor do meu contrato, que é o meu direito de colocar água dentro dessa piscina. Outra pessoa ou pessoas vão contratar essa saída. Então, muitas vezes um contrata a entrada e coloca dez unidades e outras cinco pessoas, outros cinco carregadores vão contratar a saída dessas dez unidades.

Então, assim, a base de cálculo vai ser a mesma, que é o valor do contrato; a alíquota será a mesma, mas a gente vai reduzir e vai facilitar o funcionamento dessas obrigações acessórias.

É importante falar que a emenda apresentada pelo Senador Laércio, a 354, traz isso – pode mudar o eslaide, por favor, obrigada –, e também foi incluída no relatório da CAE pelo Senador Izalci. E a gente também já conversou, inclusive, com a Fazenda para reforçar essa questão de que não há renúncia fiscal, e a Fazenda confirmou isso.

Então, assim, é um pedido que parece ser bem simples e objetivo, mas vai mudar sobremaneira toda a burocracia, todo o trabalho que as transportadoras e os carregadores têm em cada cobrança, em cada faturamento do transporte de gás por gasoduto.

Então, é isso. É rápido.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito agradecido, Dra. Marina, pela gentileza de sair lá do Rio de Janeiro tão cedinho hoje para estar aqui com a gente, prestigiando este evento. Muito agradecido.

E, por fim, eu passo a palavra para o Dr. Dalton Cesar Cordeiro de Miranda. Ele é também Diretor de Tributação e Negócios Jurídicos da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, V. Sa.

O SR. DALTON CESAR CORDEIRO DE MIRANDA (Para expor.) – Boa tarde, Senador Confúcio. Saúdo os presentes, na sua pessoa, nesta audiência.

Inicio fazendo um agradecimento ao Dr. André Nassar, que é nosso Presidente-Executivo da Abiove, ao Carlos Müller, nosso Gerente de Relações Institucionais, mas um agradecimento especial ao Senador Eduardo Braga, que nos deu oportunidade de trazer as nossas preocupações na data de hoje – hoje, aqui representado por suas assessoras, a Diala e a Tatiana, que sempre nos recebem com bastante competência e, digo mais, com paciência, buscando ouvir o endereçamento de nossas preocupações.

A Abiove, Senador, é uma entidade, uma associação que compõe o Instituto Ibriesbio, que é um instituto de pesquisa e estudos que presta apoio à Frente Parlamentar do Biodiesel.

Mais especificamente, nós, como Abiove, somos compostos pelas empresas que exportam grãos, que produzem óleos vegetais, sejam comestíveis ou sejam para a produção de biodiesel, e também o farelo de soja destinado à alimentação de proteína animal.

Também gostaria de parabenizar aqueles que me antecederam, seja no primeiro módulo, como agora neste módulo, com destaque para as apresentações, para as falas da Renata Isfer, do Mário Campos e da Fernanda Sá, que está aqui do meu lado, no que diz respeito à questão do diferimento que você trouxe – nós vamos chegar lá. A Renata e o Mário especialmente pela questão de eles terem feito uma apresentação no que diz respeito à importância da energia limpa, e o biodiesel, como biocombustível, se enquadra nessa modalidade.

Eu queria destacar também a presença, o que aumenta também a minha responsabilidade aqui, do Dr. Léo do Amaral, que é o Diretor Jurídico da Unica, um excelente profissional e um extremo conhecedor do tema que nós estamos tratando aqui.

Eu faço também um agradecimento final à nossa Comissão de Tributação da Abiove, composta pelos representantes associados, que nos permitiram trazer ao conhecimento dos senhores essas preocupações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Confúcio, no que diz respeito ao biodiesel, nós temos um primeiro pleito que não é de preocupação, mas de correção. A Emenda nº 241 é uma emenda pura, é uma emenda raiz, de redação. Ela corrige um erro material. A Câmara, quando fez a revisão da sugestão passiva do biodiesel, por um equívoco, permaneceu a palavra B100, na subseção de um dos títulos de uma das seções que compõe lá a tributação dos combustíveis. Então, essa é uma emenda puramente de redação, para retirar o termo B100 dessa subseção. Mas, seguindo aí na nossa preocupação, até para contextualizar aquilo que vou trazer para os senhores como preocupação, eu queria pedir licença para trazer ao conhecimento dos senhores que nós entendemos, a Abiove entende a importância deste trabalho que está sendo realizado, entende a importância da revisão e reforma do atual sistema tributário vigente no país. Então, nós apoiamos o PLP 68, mas gostaríamos que algumas alterações fossem feitas.

A nossa dificuldade e preocupações aumentam ainda mais se os sensores puderem acompanhar com mais acuidade, com mais cuidado, a relação Fisco-contribuinte que existe hoje. Então, antes de trazer as minhas preocupações, eu vou me reportar a uma fábula que é a do sapo e do escorpião. Os contribuintes são o sapo e o escorpião é o Fisco. E o escorpião nos convence de que a forma como essa mudança está estruturada é a melhor e nos convence a atravessar o rio da tributação com ele nas nossas costas. E o sapo, então, convencido da fala de que realmente haverá segurança jurídica, aceita que o escorpião navegue, vamos dizer assim, as suas costas.

Só que, no meio da travessia do rio da tributação, que é extremamente complexo hoje e talvez fique um pouco menos no futuro, caso aprovado o texto da PLP 68, ele é ferroado pelo escorpião, envenenado pelo escorpião. Por exemplo, com a medida do fim do mundo, a Medida Provisória do fim do mundo, a 1.227, que deixou resquício, pois parte dela foi inclusa no texto da lei da desoneração da folha, que são as obrigações acessórias que devem ser informadas na Dirbi, que são informações, inclusive, que o Fisco já detém, só que ele criou uma modalidade redacional tão confusa e complexa que isso está gerando custo para as empresas e, mais ainda, elas vão incorrer em equívoco na prestação de informações que o Fisco já tem, possivelmente que vai implicar multa contra essas empresas, e multas de valores altos.

O outro veneno que nós temos aí recente é a MP 1.262, sobre a suposta roupagem de que o país estaria se adequando às medidas da OCDE...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. DALTON CESAR CORDEIRO DE MIRANDA – ... ele se obriga a fazer um aumento de carga tributária, no que diz respeito à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e também à questão dos preços de transferência.

Nós, Senador, com relação a esse contexto de desconfiança, temos preocupação com relação ao *split payment*, porque nós entendemos que, da forma como o texto está estruturado hoje, não há uma garantia de que a devolução do dinheiro vai se dar em três dias, até porque, no texto, diz-se que é uma modalidade do sistema de pagamento e não de recebimento. Na triangulação contribuinte, entidade financeira que vai receber o dinheiro, comitê gestor que vai receber parte desse dinheiro e deveria devolvê-lo, não há o fechamento triangular. Então, por isso o texto se denomina, se intitula sistema de pagamento e não de recebimento. Essa é uma preocupação.

Nós acreditamos que seria necessário fazer uma revisão dessa normativa para que, efetivamente, tivesse o recebimento e no prazo que tem sido anunciado aqui de três dias. Isso daria bastante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DALTON CESAR CORDEIRO DE MIRANDA – ... conforto e acredito que credibilidade para o PLP 68.

Em outro ponto, nós temos a questão dos prazos de devolução – 30, 60 e 80. Eles já foram reduzidos. Nós acreditamos que eles possam ser mais bem reduzidos até porque temos dificuldade em acreditar no *split payment*, que, inclusive, necessita da decisão de toda cadeia produtiva para funcionar. Não basta um integrante da cadeia produtiva aderir que isso não vai funcionar. Ele precisa da adesão de todos para funcionar, segundo o texto que está posto.

Aí, Senador, encerrando minha fala, nós temos uma preocupação com relação à industrialização, e aí chegando à questão do diferimento que foi posto pela colega Fernanda. Há a Emenda nº 85 que trata dessa questão do diferimento para a questão da agroindústria brasileira, inclusive produtora de biodiesel. Nós entendemos que é bastante difícil, Fernanda, a aprovação dessa emenda por conta do termo "diferimento". Nós temos que pensar numa forma nova.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a proposição que a Abiove traz, inclusive, é para incentivar a industrialização...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DALTON CESAR CORDEIRO DE MIRANDA – ... em contraposição à exportação, porque o art. 86, no §3º, veda a exportação de produtos industrializados quando não para fins específicos. Isso vai trazer um prejuízo grande para a cadeia do complexo soja. Por quê? O volume de soja que eu compro pode ser para fins específico. O.k. Ele vai estar beneficiado pelo §3º do art. 86.

Ocorre que o modelo de negócio é tão complexo que, no meio desse volume de soja que eu tenho, parte dele, por uma questão de mercado e de negócio, eu tenho que esmagar. Ao esmagar, eu produzo farelo, óleos vegetais seja para alimentação humana, seja para biodiesel. Se eu tenho oportunidade de exportar esse farelo que eu produzi, ele não vai ser beneficiado pela suspensão do art. 86, que é específico para comerciais exportadoras.

Então, haverá, para a industrialização, um tratamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DALTON CESAR CORDEIRO DE MIRANDA – ... anti-isonômico frente às comerciais exportadoras, o que é muito grave para indústria nacional brasileira.

Então, nós entendemos que o modelo de suspensão deve ser pensado talvez próximo ao regime do *drawback*, que existe hoje, sem nem tanta burocracia, mas é importante que se pense para o incentivo da industrialização brasileira que pratica exportação sem fins específicos.

Obrigado, Senador. Desculpe pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, agradeço a todos os 14 palestrantes especializados, representantes de instituições com profundos conhecimentos. Os senhores ouviram, os telespectadores assistiram à beleza da apresentação e também à preocupação de todos eles em ajudar na elaboração do texto final desse PLP em tramitação. Aqui, todos vieram, disponibilizaram seu tempo para trazer os seus conhecimentos, que a gente viu que são notórios, para ajudar. Mesmo não estando presente o Senador Eduardo Braga, estão os consultores legislativos do Senado que trabalham na elaboração dessas revisões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e também a equipe técnica do gabinete do Senador Eduardo Braga. Então, os senhores não falaram ao vento. Fiquem tranquilos! Todas as falas e apresentações estão à disposição dessas equipes todas e do povo brasileiro para consultar. Tenho certeza de que muitos acadêmicos estão antenados nesta audiência pública, justamente para o seu aprendizado e também para compor sugestões futuras.

Nós temos dois Senadores que... O Senador Esperidião já falou, não temos outros ainda inscritos, mas se tiver alguém que não deu presença e queira se manifestar, pode reapresentar.

No mais, temos aqui algumas perguntas dos internautas e comentários gerais. Alguns deles não dizem respeito específico ao tema de infraestrutura na reforma tributária.

Eu ressalto a participação, quero agradecer, de Gabriel, lá do Estado do Tocantins, muito obrigado pela sua participação ativa, fez uma pergunta, mas ela... Não vou nem dirigir a nenhum convidado, porque ela é muito ampla, sobre a reforma tributária, e não cabe aqui ao tema em discussão.

À Caroline, lá do Estado de Sergipe, fico muito agradecido pela sua participação.

Aos comentários de Thiago, de Goiás; Lucieri, do Rio de Janeiro; José, lá do Estado de Rondônia, o estado que represento; Renato, do Estado da Paraíba; Aline, do Estado do Rio de Janeiro; David, do Estado de Pernambuco; Gilmar, de Minas; e Márcio, do Rio de Janeiro; a todos fico muito agradecido pelas participações.

Assim sendo, depois de ouvir essas brilhantes apresentações, não tendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Eduardo Braga e Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença do Senador Alessandro Vieira. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Beto Martins, Magno Malta, Marcos Rogério, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa - Imposto Seletivo**, atendendo ao requerimento PLP 68/2024, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar n° 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências". Do Plano de Trabalho: "O propósito dessa reunião será discutir o Imposto Seletivo, que visa mitigar externalidades negativas relativas à saúde e ao meio ambiente. Deverão ser discutidos os bens e serviços onerados pela exação, as bases de cálculo e alíquotas incidentes.". **Participantes:** Sr. Marcello Fragano Baird, Coordenador de Advocacy da ACT Promoção da Saúde (representante de: Mônica Andreis, Diretora-Presidente da ACT Promoção da Saúde); Sr. João Hamilton Rech, Assessor e Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil (representante de: Bernard Appy, Secretário da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda); Sr. Marcos Aurélio P. Valadão, Membro da Comissão de Reforma Tributária da OAB/DF; Sra. Luiza Machado, Coordenadora de Incidência Legislativa do Grupo de Pesquisa, Tributação e Gênero da FGV/SP; Sr. Eric Brasil, Consultor do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR) (representante de: André Gelfi, Diretor-Presidente do IBJR); Sr. Rodrigo Marinho, Representante do Instituto Livre Mercado (ILM); Sr. Rinaldo Mancin, Diretor de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) (representante de: Raul Jungmann, Diretor-Presidente do IBRAM); Sra. Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Presidente da MSGás, Diretora Acadêmica da Associação Brasileira do Direito e Economia (ABDE); Sr. Eduardo Muniz Cavalcanti, Consultor da Associação Brasileira da Indústria de Fumo (ABIFUMO) (representante de: Edimilson Alves, Diretor-Executivo da ABIFUMO); Sr. Victor Bicca Neto, Diretor-Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não alcoólicas (ABIR); Sr. Felipe Renault, Diretor da Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF); Sra. Viviana Santiago,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diretora Executiva da Oxfam Brasil; Sr. Waldir Salvador, Consultor Institucional da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG) (representante de: José Fernando Aparecido de Oliveira, Presidente da AMIG); Sr. Henrique Mendes de Araújo, Diretor de Relações Institucionais da Copersucar (representante de: Mário Campos, Presidente da Bioenergia Brasil); Sra. Ana Helena Karnas Hoefel Pamplona, Consultora da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) (representante de: Plínio Augusto Lemos Jorge, Presidente da ANJL); Sr. José Eduardo Macedo Cidade, Presidente da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD); Sr. Gilberto Tarantino, Representante da Associação Brasileira de Cerveja Artesanal (ABRACERVA); Sr. Carlos Eduardo Cabral de Lima, Presidente do Instituto Brasileiro da Cachaça (IBRAC); e Sr. Márcio Maciel, Presidente-Executivo do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (SINDICERV). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Senador Eduardo Braga
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/25

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a nossa 45ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a realizar a 11ª audiência pública para instruir o projeto que regulamenta a reforma tributária, Projeto de Lei nº 68, de 2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), e dá outras providências.

Conforme o plano de trabalho oferecido pelo Relator da matéria, o propósito desta reunião será discutir o Imposto Seletivo que visa mitigar externalidades negativas relativas à saúde e ao meio ambiente. Deverão ser discutidos os bens e serviços onerados pela exação, as bases de cálculo e alíquotas incidentes.

A presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados, por sistema de videoconferência, para exposições e debates. Será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade da participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211. Eu quero informar aos senhores que nós temos 20 convidados para a audiência pública do dia de hoje, com 19 confirmados.

O Sr. Márcio de Lima Leite, Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), não compareceu, justificou a sua ausência; e, até agora, não se fez presente o Sr. Felipe Renault, Diretor da Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF). (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Bicca está aqui. Ele está aqui. Você não marcou.

Então, em função do número bastante considerável de convidados, nós teremos que adotar um tempo de oito minutos para cada expositor e, desta feita, sem a tolerância que usualmente eu tenho aplicado.

Por outro lado, eu gostaria de prestar contas: nessas audiências, até agora, nós já ouvimos 150 pessoas, representantes de entidades do setor produtivo, dos diversos setores, e, graças à ajuda do Senador Confúcio e da Senadora Augusta Brito, foi possível chegarmos até aqui. E, no gabinete, nós já atendemos mais de 700 pessoas em audiências com os técnicos e algumas com o próprio Relator.

Portanto, essa é uma demonstração do esforço que estamos fazendo para ouvir todos os setores e buscarmos o grande desafio de poder apresentar um relatório que interprete o setor produtivo brasileiro, bem como a questão federativa do país.

Eu gostaria de também informar que nós vamos dividir as mesas de cinco em cinco, tendo em vista o número de convidados.

Então, eu gostaria de chamar o Sr. Eric Brasil, Consultor do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável, representante de André Gelfi, Diretor-Presidente do mesmo instituto.

Quero convidar o Sr. Marcello Fragano Baird, Coordenador de Advocacy da ACT Promoção da Saúde, representante de Mônica Andreis, Diretora-Presidente da ACT Promoção da Saúde.

Quero convidar também o Sr. Hamilton Rech, Assessor e Auditor da Receita Federal do Brasil, representante do Secretário Extraordinário Bernard Appy, nesta audiência.

Quero convidar o Sr. Marcos Aurélio Valadão, membro da Comissão da Reforma Tributária da OAB do Distrito Federal; bem como a Sra. Luiza Machado, Coordenadora de Incidência Legislativa do Grupo de Pesquisa, Tributação e Gênero da Fundação Getulio Vargas de São Paulo.

Vamos, portanto, dar início à primeira mesa. Eu gostaria de dizer que, hoje, o tema da nossa audiência pública é o Imposto Seletivo. Portanto, daí, talvez, a grande manifestação de diversos setores em participar desta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra ao Sr. Marcello Fragano Baird, Coordenador de Advocacy da ACT, pelo tempo de oito minutos, pedindo ao convidado para que sejamos bastante rigorosos com o tempo, tendo em vista o número de convidados, para dar oportunidade para que todos possam falar.

Com a palavra, o Sr. Marcelo Fragano Baird.

O SR. MARCELLO FRAGANO BAIRD (Para expor.) – Obrigado, Senador. Boa tarde a todas e todos.

É um prazer estar aqui, cumprimento os demais representantes da mesa. Queria dizer que eu sinto uma enorme responsabilidade de estar aqui hoje, porque eu estou representando tanto a ACT Promoção da Saúde, ONG em que eu trabalho; como também um movimento mais amplo, que é a Coalizão da Reforma Tributária 3S – Saudável, Solidário e Sustentável, que acredita que a reforma tributária pode ir muito além da simplificação e da racionalização do sistema tributário, e também fazer o Brasil transicionar para um modelo socioeconômico diferente do atual, mas que cumpra os objetivos de desenvolvimento sustentável, compromisso internacional sustentado pelo país.

Para fazer isso, o país precisa mexer no seu modelo de incentivos. A gente precisa incentivar aquilo que faz bem à saúde das pessoas e do planeta e desincentivar aquilo que faz mal.

E aí, Senador, eu queria... Pode passar para o próximo eslaide, por favor. Quando a gente pensa no Imposto Seletivo, a gente tem um instrumento muito importante para desincentivar aquilo que faz mal à saúde das pessoas e do planeta. Quando a gente olha o preço dos produtos, dos bens, dos serviços nas prateleiras, a gente vê o preço, na verdade, que tem a ver com o custo de produção daquele bem. Mas a gente precisa pensar que esse preço não reflete todos os custos para a sociedade que são infligidos por esses produtos.

Então, até trago aqui, Senador, dados, inclusive dados sobre tabaco, bebidas alcoólicas e alimentos ultraprocessados, inclusive dados que saíram nas últimas duas semanas – os de álcool e ultraprocessados com bastante destaque – mostrando os custos desses produtos para a sociedade, tanto em termos de atendimento no SUS quanto em termos de riqueza que deixa de ser produzida porque as pessoas morrem prematuramente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar, por favor?

E aí eu já, até por causa do tempo, dando uma acelerada, estou querendo trazer algumas propostas aqui, Senador, digo que a esquerda tem um documento feito pelo Banco Mundial aqui no Brasil, que foi publicado há três semanas, defendendo a tributação de tabaco, álcool e bebidas açucaradas, mostrando os males que eles causam para o país. E aí tem três pontos para os quais eu queria chamar a atenção. O primeiro – esse, sim, defendido pelo Banco Mundial – é a volta do IPCA enquanto índice de referência para o reajuste anual do Imposto Seletivo. Isso estava na proposta inicial do Governo, foi retirado na Câmara pelo *lobby*, enfim, de vários grupos que estão aqui presentes hoje. E seria muito importante voltar, porque é o índice de inflação de referência do país, e ele vai garantir que a gente não tenha uma defasagem ao longo do tempo no preço desses produtos.

Um segundo ponto que eu queria mencionar é a questão de a gente garantir que não haja uma redução da carga tributária desses produtos durante a transição, porque, como a gente está mexendo com o sistema inteiro, há um perigo de a gente reduzir a carga tributária, por exemplo, do tabaco, do álcool, dos ultraprocessados durante a transição, o que seria muito ruim.

E, por fim, queria chamar a atenção para um terceiro ponto, que é a questão de a gente tomar cuidado para não abrir brechas aqui no Imposto Seletivo, porque vários setores têm pedido, vêm pedindo brechas para produtos artesanais. Então, já tem emendas, por exemplo, para bebidas alcoólicas artesanais ou para charutos artesanais – inclusive, um charuto pode equivaler a 20 cigarros fumados. Então, não nos parece, do ponto de vista da saúde – e é o que a gente está discutindo aqui hoje, o Imposto Seletivo, que é um imposto para coibir produtos nocivos –, que faça sentido a gente abrir brechas para um ou outro setor, porque um CNPJ é assim ou assado.

Dito isso, passo aqui agora, nesse eslaide mesmo, para a pauta de alimentação, Senador. Eu acho que a gente avançou muito no Brasil nos últimos dois anos, ao tratar do tema da alimentação. A gente conseguiu, acho, conscientizar a população que há alimentos saudáveis, alimentos *in natura*, minimamente processados, alinhados ao guia alimentar da população brasileira, que está ali no meio, que é o relatório que está ali no meio do eslaide, e tem aqueles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtos que são nocivos à saúde, como os ultraprocessados. Inclusive, estudo do começo do ano mostrou que os ultraprocessados estão ligados a 32 tipos de doenças.

A gente tem visto aqui, tanto na Câmara, no primeiro semestre, como aqui no Senado, um exercício de negacionismo científico até mesmo, eu diria, sobre os males relacionados aos ultraprocessados, sendo que cada vez a gente vê mais estudos mostrando como esses produtos fazem mal à saúde.

E, de maneira geral, o que o Senado, o que esta Casa está fazendo, Senador, é melhorar bastante o cenário brasileiro atual, porque tanto a cesta básica quanto a alíquota reduzida estão sendo compostas por produtos, em geral, alinhados ao guia alimentar, ou seja, *in natura* e minimamente processados. Isso é ótimo. Isso vai ajudar a gente a combater a inflação de alimentos, a combater a fome com comida de verdade e a prevenir doenças crônicas não transmissíveis.

Eu diria que, para melhorar o texto atual, a gente só precisaria tirar alguns ultraprocessados que ficaram ali na alíquota reduzida, o que não tem motivo de ser, como macarrão instantâneo, lasanhas congeladas, etc., que não precisariam estar ali. Não sei por que ficaram.

Agora, na questão dos ultraprocessados, acho que a gente ainda foi muito conservador, Senador.

Pode passar para o próximo eslaide, por favor?

Tem cada vez mais estudos mostrando que os ultraprocessados fazem mal à saúde. No Brasil, são 57 mil mortes, todos os anos, causadas por esses produtos. Preocupa-me, particularmente, a questão das crianças, porque tem aumentado, tanto diabetes, como obesidade e excesso de peso em crianças e adolescentes.

Queria destacar até, ali no primeiro retângulo, Senador, um dado que saiu este ano, que é chocante. Se nós adultos consumimos, em média, 20% de ultraprocessados por dia, as crianças de dois a cinco anos já estão consumindo 30%.

Então, assim, para a gente proteger as crianças, a gente precisa dar um passo além em relação à proposta atual que existe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu até trago – ali também, do lado direito –, que a Califórnia tem proibido a venda de diversos aditivos, a produção de diversos aditivos e a proibição da venda e comercialização deles em escolas, também – corantes, etc. Ou seja, esses alimentos não são só problemáticos porque têm altas quantidades de açúcar, gordura e sódio, mas também porque têm muitos aditivos e a gente tem poucos estudos ainda sobre os malefícios desses aditivos.

Se puder passar para o próximo eslaide...

Por isso, Senador, a gente está propondo aqui que a gente amplie o Imposto Seletivo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELLO FRAGANO BAIRD – ... para além dos refrigerantes, que estão hoje, para outros alimentos ultraprocessados adoçados, que a gente poderia chamar, em linha geral, de guloseimas ali: chicletes, balas, bolachas, etc.

Pode passar para o próximo eslaide, por favor?

Ou, no mínimo, Senador, se a gente não conseguir fazer essa mudança mais ampla, seguindo até esse mesmo documento do Banco Mundial, que eu citei antes, pelo menos expandir – a gente colocou em verde ali –, mais um código tributário, para outras bebidas adoçadas. Porque, hoje, só estão os refrigerantes ali. E a gente vai ser um dos únicos países do mundo...

Próximo eslaide, por favor.

Veja, já são 81 países no mundo que tributam as bebidas açucaradas ou adoçadas. Apenas dois, Senador, desses 81, tributam apenas refrigerantes. Assim, todos tributam as bebidas açucaradas de maneira geral.

Então, é importante que a gente inclua sucos de caixinha, néctar, isotônicos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Para concluir, por favor.

O SR. MARCELLO FRAGANO BAIRD – Para concluir, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero só dizer que é fundamental. O Brasil tem que se alinhar à experiência internacional. Na última década, já são dezenas de países que se somaram a outros que já vinham tributando as bebidas açucaradas.

Então, a gente tem uma oportunidade de se alinhar ao mundo, e não ficar restrito aos refrigerantes e pelo menos tributar as bebidas adoçadas de maneira mais ampla.

Finalizo, Senador, trazendo uma pesquisa do Datafolha que vai sair esta semana. Ela é inédita e mostra um amplo apoio da população a todos os produtos nocivos à saúde, desde armas, que vão ser citadas daqui a pouco, cigarro, álcool – ultraprocessados, inclusive, teve um aumento enorme.

Então, assim, acho que a gente tem apoio da população.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELLO FRAGANO BAIRD – A experiência internacional e a ciência nos respaldam para fazer esse trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu agradeço ao Sr. Marcelo e passo a palavra ao Sr. Hamilton Rech, Assessor e Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.

O SR. JOÃO HAMILTON RECH (Para expor.) – Boa tarde a todas, a todos e a quem nos assiste *online* também.

Cumprimento o Senador Eduardo Braga e todos os componentes da mesa.

Eu vou fazer uma apresentação rápida por causa do tempo. Tenho uma apresentação mais completa, mas vou pular alguns eslaides só para marcar o que tem de novidade, o que tem de aprimoramento, pensando naquela minuta que chegou lá na Câmara, foi votada, e, depois, houve mais algumas alterações. Então, vamos pontuar só essas questões mais importantes.

Pode passar.

Então, aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, volte ali.

O que eu marquei em amarelo é o que é novidade.

Ali falava que seria na comercialização o fato gerador, mas a gente viu que há situações que não são de comercialização exatamente que merecem ser fato gerador do Imposto Seletivo, por exemplo, *leasing* de aeronaves. Dificilmente alguém compra uma aeronave, normalmente é feito um *leasing*. Então, acabaria sendo inócuo dizer que aeronaves estão no Imposto Seletivo se, na prática, não haveria compra e venda, comercialização. Agora, falando em primeiro fornecimento, há uma série de hipóteses de como seria esse fornecimento, que pode ser até a título não oneroso. Tudo isso vai ser fato gerador do Imposto Seletivo.

Eu estou falando numa versão que a Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária encaminhou para o Senado com as sugestões. Então, eu estou falando dessa versão, que não sei se é exatamente o que está aqui, mas são as sugestões da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária.

Pode passar.

Eu vou marcar também alguns lugares em que há erros formais que eu acho importante. Na outra audiência, eu já tinha apontado alguns erros, que continuam no texto, e nós temos que corrigi-los.

No caso da exportação, não há a tributação do Imposto Seletivo. Entretanto, para os bens minerais, sim, mesmo na exportação, haverá a incidência do Imposto Seletivo. E aí é feita uma referência no texto que está errada; a referência correta seria o inciso VI do §1º do art. 406, na versão que eu tenho, e está lá inciso V do art. 405. Então, nós temos que cuidar disso para não saírem erros no texto que vai acabar sendo aprovado.

Pode passar.

Por favor, pode passar.

A questão do ICMS não vai integrar a base de cálculo, no caso do Imposto Seletivo, até 31 de dezembro de 2032. Também aqui há um errinho de referência. Esse parágrafo ali está errado, está citado um outro parágrafo, se não me engano, e temos que corrigir isso aqui. Depois... Eu já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

passei a apresentação e, se quiserem, podem levá-la para dar uma olhada e fazer as correções devidas.

Pode passar.

Aqui não houve mudanças na questão dos veículos. Vamos ter os critérios verdes, vamos dizer assim, ecológicos para diminuir ou aumentar a alíquota. Se o veículo for muito poluidor, a alíquota do Imposto Seletivo será maior.

Uma novidade na questão dos cigarros que a gente também vai ver no caso das bebidas alcoólicas é que se colocou na proposta que está no Senado um escalonamento no tempo, considerando o ICMS. Por quê? O Imposto Seletivo vai entrar em vigor em 2027 – essa é a nossa ideia –, só que o ICMS, como a gente sabe, vai ter uma transição longa, ele vai até 2031, só em 2032 acaba o ICMS. Então, nós vamos ter um período, de 2027 a 2031, em que vão coexistir ICMS e Imposto Seletivo. O ICMS também grava de forma pesada cigarros. Então, foi colocado um dispositivo para dizer que vai ter que ser considerada essa incidência que tem do ICMS junto à do Imposto Seletivo para que não dê uma carga tributária exagerada, mas não há o compromisso de manter exatamente a carga atual. Isso está dito no texto.

Pode passar.

A mesma coisa para bebidas alcoólicas. Também vamos ter a coexistência com o ICMS, e, por isso, deve ser considerada a soma – vamos dizer assim – dessas alíquotas no período em que existir o ICMS, até o fim de 2031.

E há uma proposta de redução, para pequenos produtores de bebidas alcoólicas, das alíquotas do Imposto Seletivo; e é uma redução progressiva, no sentido de que, se começou a produzir um pouco mais, essa redução já não é tanto, e vai chegando até o limite em que não há mais redução. Mas haveria um tratamento especial para esses pequenos produtores de bebidas alcoólicas.

Por favor.

Aqui foi colocado um produto a mais entre os minerais que vão ser taxados pelo Imposto Seletivo – os bens minerais extraídos. Nós já tínhamos o minério de ferro, o petróleo e o gás

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

natural; o gás natural, podendo ser liquefeito – quando ele é transportado, ele é liquefeito à alta pressão –, ou o gás natural em estado gasoso mesmo. Foi colocado agora o carvão mineral. Ele está dessa forma no texto; está escrito carvão mineral. Talvez o melhor, Senador, fosse colocar o Código NCM, como tem nos outros produtos, lá no Anexo 18, para ficar mais padronizado, e fica mais objetivo com o Código NCM. A alíquota de 0,25% já tinha sido reduzida. Inicialmente, essa alíquota começou com uma proposta de 1% no máximo e, agora, está no máximo em 0,25%.

Na questão de embarcações e aeronaves, havia apenas uma regra dizendo que, no caso de iates... Seriam iates, e não barcos com intuito comercial; seriam barcos e embarcações com intuito recreativo, mas que tivessem motor, porque a ideia é de que haja algum prejuízo ao meio ambiente. Se não há prejuízo ao meio ambiente... Um iate à vela, em princípio, deveria causar muito menos prejuízo do que um a motor. Mas agora tem uma proposta de fazer uma graduação dessas alíquotas um pouco mais refinada, com base em critério ambiental. Então, os critérios não estão estabelecidos no projeto, mas ele está dizendo que haverá critérios que serão aplicados para definir se a alíquota é maior ou menor no caso de embarcações; para aeronaves, isso também vai valer. Aeronaves passam a ter esse viés também no sentido de que um avião que for um pouco mais econômico, por exemplo, vai ter uma alíquota menor do que outro que gastar muito combustível fóssil.

Para bebidas açucaradas, não houve mudança. Continuamos lá com os refrigerantes, refrescos e água aromatizada. Por enquanto, é só isso. Como falou o Marcello, é uma proposta para aumentar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO HAMILTON RECH – Aqui pode passar.

Apuração e pagamento. Em uma outra audiência em que eu estive, houve uma crítica muito grande de que havia esse dispositivo dizendo que a apuração é mensal, mas que poderia ser reduzida por regulamento, e que isso geraria alguma insegurança. Foi retirado. Então, agora realmente não vejo motivo para ser diferente. A apuração será mensal, como será a apuração da CBS e do IBS. Por isso, eu risquei ali que não há mais essa possibilidade de ser reduzido o período.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim – só volta um pouquinho ainda –, quero dizer que surgiu a ideia – e eu acho bem razoável – de se aplicar o *split payment*. É aquela forma de pagamento em que, quando o adquirente faz o pagamento, uma parte do pagamento já é retida, normalmente via sistema bancário. Então...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO HAMILTON RECH – ... o tributo já é retido naquele momento e fica uma forma mais eficiente de se cobrar o tributo.

Já estou acabando, Senador.

Sobre a importação, nós tínhamos uma regra muito genérica dizendo que se aplicariam as regras de importação da CBS e do IBS, e os colegas lá da Receita propuseram um detalhamento um pouco mais claro do que se aplica e do que não se aplica. A gente não queria escrever tudo de novo o que tem lá na CBS e no IBS: regimes aduaneiros, regras de bagagem. Por exemplo, a bagagem não vai ter Imposto Seletivo. Quando nós chegarmos de viagem, não vamos ter que pagar Imposto Seletivo sobre três ou quatro carteiras de cigarro que a gente trouxer. Então, tudo isso está sendo remetido de uma forma mais detalhada agora.

Pode passar?

Então, aqui no fim, eu só reitero que há problemas formais no texto. Eu marquei alguns ali embaixo, porque estão citando anexos errados, etc.

Sobre a base de cálculo na importação, tem uma proposta aqui de que a incidência do Seletivo é única, e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO HAMILTON RECH – ... se eu tiver uma incidência única na importação, é possível que essa base de cálculo acabe menor do que a de um produto equivalente no mercado interno. Então, é a regra de jogar a margem para que se dê a equivalência.

E o que foi falado pelo Marcello, por último, a questão das alíquotas *ad rem*, que se aplicariam no caso do cigarro e das bebidas alcoólicas e que precisam ter uma atualização, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preferência anual, porque são alíquotas que envelhecem. Então, é importante que no texto se preveja essa atualização.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agradecendo ao Sr. João Hamilton, eu passo a palavra ao Sr. Marcos Aurélio Valadão, membro da Comissão de Reforma Tributária da OAB.

O SR. MARCOS AURÉLIO P. VALADÃO (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas, e ao Senador Eduardo Braga, na pessoa de quem eu cumprimento também todos os membros da mesa.

O tempo é bem curto, então eu vou tentar calibrar a fala nos oito minutos.

O mandato para esta audiência é para a gente tratar de bens e serviços onerados – especificamente deles –, de bases de cálculos e de alíquotas incidentes, mas eu acrescentei outros tópicos importantes, que são a atualização da alíquota *ad rem*, que já foi falada duas vezes aqui, e a questão da transição. E aí eu vou focar bastante na questão das alíquotas do ICMS e vamos ver o porquê.

Esses são os bens e serviços que têm incidência, que estão na lei, a partir da Constituição. Veículos, embarcações e aeronaves e bens minerais têm um enfoque de prejudicialidade ao meio ambiente. Produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas e concursos de prognósticos e *fantasy sport* têm um enfoque à saúde. E aqui tem uma questão: todos os outros são produtos, e a lei fala em "bens e serviços". Então, em tese, concursos de prognósticos e *fantasy sport* seriam serviços. Mas aqui há uma questão a ser discutida, do ponto de vista de enquadramento da previsão constitucional, que também diz "bens e serviços", diferentemente do que está no IBS e na CBS, que remete a bens, serviços e direitos. A própria lei complementar no projeto, quando fala do IBS e da CBS, esclarece que entende por serviço qualquer outra operação que não seja com bens e direitos, de forma que há uma incidência ampla para o IBS e a CBS, o que é mais restrito em relação ao Imposto Seletivo, que tem função extrafiscal clara relativamente às externalidades negativas do meio ambiente e da saúde, mas ele tem algumas amarras que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se tem no IBS e na CBS, e é preciso alertar para isso, o que pode acontecer com esse item VII da lista desses bens e serviços. Próximo.

Esse aqui é o Anexo XVII da lei, que traz a lista das NCMs de cada um desses produtos. Isso é importante, porque, aqui, elimina-se uma dificuldade conceitual – e, aí, eu endosso a fala do João Hamilton: para qualquer produto que for incluído no campo de incidência pela lei complementar, é importante que se explicite o código, para não ter discussão, para se ter segurança jurídica e não ter discussão de qual produto se fala. Tendo o código NCM, não tem dúvida de qual... Claro, de vez em quando, tem-se dúvida da classificação fiscal, mas é bem menor do que apenas um conceito na lei.

Então, todos os produtos fumígenos estão aí e todas as bebidas alcoólicas estão aí; nem todas as açucaradas estão aí.

Não vou entrar muito na discussão, vou fazer um estreitamento da minha análise aqui para os produtos fumígenos e bebidas alcoólicas e não vou concentrar a análise nos outros produtos doravante na minha fala.

O primeiro ponto é a base de cálculo. Os produtos fumígenos remetem ao preço de varejo. A base de cálculo é o preço de varejo. Está a referência legal aí para quem quiser conferir. Nas bebidas alcoólicas, é o preço de fábrica. Isso tem um impacto importante na modulação das alíquotas evidentemente.

Outra questão é que esses dois produtos – e somente eles por enquanto – são tributados concomitantemente com a alíquota *ad rem*, que é um valor por unidade – tantos reais por maço ou por quilo do produto –, e um percentual sobre uma base de cálculo, mas a base de cálculo das bebidas alcoólicas é na fábrica. Essa é uma distinção em relação aos produtos fumígenos. Um aperfeiçoamento seria utilizar a base de cálculo das bebidas alcoólicas também no varejo. Isso é complexo, isso já foi assim no passado, em determinados momentos, mas é de uma administração mais difícil.

Próximo, por favor.

Os produtos fumígenos, em termos de alíquotas, só os 2402, que são cigarros, charutos, etc., têm *ad rem* e *ad valorem* necessariamente; os outros produtos fumígenos podem ter. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem uma abertura aqui. As bebidas alcoólicas, não; todas elas têm *ad rem* e *ad valorem* concomitantemente. Então, você tem uma tributação que leva em conta, na bebida alcoólica, pela lei, a quantidade de álcool que está. Isso é muito importante na tributação *ad rem*. Há uma dificuldade e uma dúvida em relação a utilizar – isso está na lei como "poderá" –, mas tem que ser mais bem verificado se é adequado, porque, em termos de impacto de consumo, a tributação *ad rem* tem um impacto maior. Então, isso pode gerar um complicador na dosagem das alíquotas *ad valorem* para as bebidas alcoólicas.

Próximo.

Necessidade da correção pela inflação das alíquotas *ad rem*. Esse ponto já foi falado duas vezes aqui pelos que me antecederam, e eu vou reiterar e dar alguma fundamentação a mais.

O IPCA é citado ao longo do projeto de lei 17 vezes, em 17 dispositivos se usa IPCA. Somente na mudança, na preparação na Câmara, é que sumiu o IPCA como indexador do seletivo *ad rem,* e ele precisa ser corrigido. A ausência desses índices gera insegurança jurídica, gera incerteza nas políticas de controle desses produtos para a saúde. Então, sugere-se essa mudança.

Outra questão é o aperfeiçoamento de vincular o crescimento do poder de compra também a um incremento do *ad rem*, porque estamos falando de potencial de consumo e impacto na saúde.

Próximo, por favor.

Na tributação dos cigarros, isso é mais impactante ainda. O Brasil, nos países do G20, é o 19º com o cigarro mais barato. Só tem mais um país, a Turquia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS AURÉLIO P. VALADÃO – ... que tem cigarro mais barato que o Brasil.

Outra coisa é que se discute muito – e isso é muito importante nessa discussão – que o aumento de preço, via tributação dos cigarros, aumenta necessariamente o mercado ilegal. Isso é uma falácia. Há estudo, e eu participei desse estudo – aqui está o *link* desse estudo, que vai ficar disponível ao público –, publicado em português e em inglês, em que se mostra, a partir de análises estatísticas, que não há correlação estatisticamente significativa entre aumento de preço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e aumento do mercado ilegal. O mercado ilegal varia por diversos outros fatores, como o câmbio, porque a produção do cigarro ilegal depende de câmbios, importações especialmente dos países vizinhos, e também poder de compra da população.

Próximo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS AURÉLIO P. VALADÃO – Estou terminando.

Outro problema é a transição. Rapidamente, qual é o principal problema da transição, no meu ponto de vista, para esses dois produtos: bebidas e cigarros? É a mudança das alíquotas do Seletivo, que vai ter que cumprir o *gap* que tem hoje de somar a alíquota do ICMS, a alíquota do PIS/Cofins – isso dá um patamar – e a alíquota do IPI, sendo que essa diferença da CBS/IBS vai ter uma alíquota padrão modal em torno de 27,5 ou 28, mas as alíquotas desses produtos, hoje, as médias, são acima de 30. O cigarro chega a 41, sem o IPI. Então, esse *gap*, essa diferença tem que ser suprida pelo Seletivo, só que tem um problema: o ICMS varia muito entre os estados.

Próximo, por favor.

Isso aqui é a alíquota de cigarros entre os estados. Pode ver que varia muito. Aquele FEP é o Fundo de Extinção da Pobreza, que é de 2%, tem uns estados que adotam, e outros não. E, lá na última coluna, é o total para cada estado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS AURÉLIO P. VALADÃO – Próximo, só para terminar.

Isso aqui é a de bebidas, está separado em cerveja e vinhos destilados – também varia muito. Essas diferenças vão ter que ser compensadas estado a estado. Isso é muito importante, Senador, porque pode gerar, inclusive, diferença, redução de arrecadação para alguns estados, que têm alíquotas maiores. Na transição – esse é um problema da transição –, isso vai ter que ser muito bem equalizado, sob o risco de diminuição de tributação em alguns estados, portanto, aumento do consumo de produtos que são claramente prejudiciais à saúde. Então, essa transição, com modulação das alíquotas, de forma que nenhum estado perca arrecadação ou aumente o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consumo por conta da diminuição da carga tributária desses produtos em alguns estados, vai ser um tópico relevantíssimo na transição. Isso vai ter que ser estudado e adequado.

Com isso eu encerro minha fala, antes que me cortem a palavra (*Risos.*) Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu agradeço ao Sr. Marcos Aurélio Valadão.

Passo a palavra à Sra. Luiza Machado, Coordenadora de Incidência Legislativa do Grupo de Pesquisa, Tributação e Gênero da FGV de São Paulo.

A SRA. LUIZA MACHADO (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas.

Agradeço ao Senador Eduardo Braga pela oportunidade, à Senadora Zenaide também pela indicação para estar aqui enquanto grupo de pesquisa em tributação e gênero, para falar da perspectiva de gênero agora no PLP.

Pode passar.

Sem mais delongas, nós temos três propostas principais com relação ao PLP 68, entendendo a perspectiva de gênero, e a primeira delas, que talvez seja a mais relevante para esta audiência, é a inclusão de armas e munições no Imposto Seletivo.

Pode passar.

E nós temos três motivos pelos quais nós precisamos incluir armas e munições no Imposto Seletivo, e o primeiro deles é muito claro: nós precisamos incluir as armas no Seletivo para manter a tributação. Não se trata de uma medida para aumentar a tributação de armas, e, sim, manter como está a tributação de armas.

Hoje, as armas, a exemplo dos revólveres, têm uma alíquota de IPI, PIS, Cofins e ICMS que chega a quase 90%, e passarão a ser tributadas na alíquota padrão, o que representará uma redução de 70% na tributação de armas, caso nós não tenhamos a inclusão de armas no Imposto Seletivo. As armas passarão a ser tributadas na mesma alíquota que perfumes e fraldas, por exemplo. Essa é a redação atual do PLP 68.

Pode passar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É nítido que as armas causam dano à saúde. Apenas no ano de 2022, foram 33 mil vidas perdidas, vitimadas por armas de fogo, e 17 mil internações hospitalares em tratamento em decorrência de armas de fogo. E aí há uma questão relevante a dizer, Senador Eduardo Braga: há um crescimento de 12% na Região Norte nas internações referentes a armas de fogo. Isso significa um impacto maior que as Regiões Norte e Nordeste sofrem com gastos do SUS nas internações decorrentes de armas de fogo.

Próximo.

O valor da internação por arma de fogo – e é por isso que nós estamos falando de saúde, de gastos relativos à saúde... A internação de vítima por arma de fogo custa 59% mais do que por outros fatores, por outras agressões. E as Regiões Norte e Nordeste gastam 1,5 vezes mais do que a média nacional com internações por armas de fogo.

O valor gasto especificamente com essas internações por armas de fogo poderia ser utilizado para realizar 10 milhões de hemogramas completos ou 934 mil mamografias. Isso significa que nós temos gastos do SUS extremamente relevantes que poderiam ser utilizados para prevenção, que estão sendo utilizados para tratamento de vítimas de armas de fogo no Brasil.

Pode passar, por favor.

Armas de fogo são o principal instrumento utilizado em assassinatos de mulheres no Brasil. É muito simbólico porque hoje é o dia 25 de novembro, o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher. Reduzir a tributação sobre armas significa afetar a vida das mulheres. Só neste final de semana, infelizmente, tivemos mais dois feminicídios: Gianeriny Santos Nascimento – o marido a assassinou em plena luz do dia, na 25 de Março – e Nicoly Victoria, que também foi encontrada morta.

Apenas este final de semana, estamos tratando de outros dois casos de feminicídio, mas não apenas. Nós tivemos aquela tragédia do tiroteio, em Nova Friburgo, onde um policial militar foi assassinado por um atirador que tinha o registro de arma de fogo. Então, a gente está falando, também, que as próprias forças de segurança são vitimadas, por a população civil ter amplo acesso às armas de fogo no Brasil.

Pode passar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que a experiência internacional aponta? Os Estados Unidos têm uma tributação específica sobre armas e munições desde 1937. O Chile também tributa armas no Imposto Seletivo e, na Colômbia, nós temos uma experiência que é como se fosse um IPVA, um imposto sobre a propriedade de armas, que tributa 10% do salário mínimo todo ano a quem tem essa propriedade de armas e munições. Então, a experiência internacional mostra que as armas e munições precisam ser sobretaxadas.

Pode passar, por favor.

Sei que não é tema desta audiência, mas preciso aproveitar esta oportunidade de estar aqui neste momento tão relevante com o Relator da reforma para falar de outras duas propostas que são relevantes para o debate de gênero.

E é preciso falar, também, da redução da tributação sobre fraldas infantis e geriátricas. As fraldas estão na alíquota máxima de IVA na reforma. As fraldas, hoje, pela redação do PLP, têm a mesma tributação de perfumes, joias e pedras preciosas, que estão tributadas na alíquota máxima de IVA. E a nossa proposta é que, sendo um produto essencial, ligado à saúde, ligado ao trabalho de cuidado, deveria ter a sua essencialidade reconhecida também para fins tributários.

Pode passar, por favor.

Se a gente tem que a maior parte dos idosos, que são dependentes, que precisam de ajuda para realizar as atividades de vida diária, estão em famílias com renda menor que um salário mínimo e que 55% das crianças da primeira infância estão no CadÚnico, o que faz com que a gente tenha um esforço maior das mulheres, que estão sobrecarregadas nesse trabalho de cuidado... As mulheres realizam essas tarefas de cuidado e gastam o dobro de horas que os homens nos trabalhos de cuidado e no trabalho doméstico.

E é importante dizer que isso não é só tempo gasto em trabalho de cuidado, é recurso gasto em trabalho de cuidado. Então, as famílias chefiadas por mulheres negras, por exemplo, gastam 80% a mais em produtos relativos à higiene e cuidados do que famílias chefiadas por homens brancos. Tributar mais pesadamente produtos essenciais sobrecarrega o orçamento das mulheres.

E nós temos aqui também a planilha, esse estudo do Banco Mundial, que elenca 160 produtos, cestas de produtos, que são mais consumidos pelos 40% mais pobres em comparação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aos 10% mais ricos. E as fraldas são o oitavo item que mais pesa no orçamento das famílias mais pobres, quando comparado às famílias mais ricas, justamente porque há uma sobrerrepresentação de crianças e idosos nesses lares que estão na parte de baixo da pirâmide.

Pode passar.

E a terceira proposição é a questão de inclusão de medidas fiscalizatórias.

Estou passando rápido por conta do tempo, mas as emendas foram protocoladas pela Senadora Zenaide, e estão mencionadas, enumeradas aí.

A questão de inclusão de medidas fiscalizatórias é nada mais, nada menos do que cumprir o que a própria Constituição e a própria reforma tributária nos diz, que é preciso fiscalizar esses benefícios tributários, porque isso é recurso público, é gasto tributário, é uma renúncia de receita, é preciso fiscalizar.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUIZA MACHADO – Estou no meu minuto final.

Pode passar.

O que a experiência internacional demonstra, nos estudos relativos a, por exemplo, redução da tributação de absorventes? Diversos países já fizeram a redução na tributação. Onde houve redução no preço? Houve redução no preço onde foram estabelecidas medidas fiscalizatórias e medidas de participação popular.

Então, os estudos internacionais mostram que, no Estado de Nova Jersey, na Austrália e na Alemanha, houve, sim, repasse ao preço. E o que se assemelha nesses estados e países? Houve engajamento, e houve participação popular, e houve fiscalização, e houve medidas de *accountability* desses benefícios tributários. Então, há diversos estudos internacionais que demonstram isso.

Pode passar.

Vou me manter dentro do tempo.

São três propostas que nós trazemos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusão de armas e munições no Imposto Seletivo para manter a tributação de armas como está, para não ter uma drástica redução. Este é um ofício, Senador, que foi assinado por mais de 150 entidades, pedindo aos Senadores...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUIZA MACHADO – ... que incluam, sim, armas e munições no Imposto Seletivo. É uma questão pela vida das mulheres, por direitos humanos e por justiça tributária.

Também redução da tributação sobre fraudas infantis e geriátricas. Não é possível a gente ter uma reforma que vai colocar fraldas sendo tributadas igual a relógio, perfume e pedras preciosas. São produtos essenciais, e os senhores sabem disso.

Por fim, medidas fiscalizatórias para garantir que esses benefícios tributários sejam repassados ao preço.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Passo a palavra ao Sr. Eric Brasil, agradecendo a participação à Sra. Luiza Machado.

O SR. ERIC BRASIL (Para expor.) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

Boa tarde a todos e a todas.

Bom, eu sou Eric Brasil, economista. Estou aqui como Consultor do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável e queria falar um pouquinho para vocês sobre a eventual aplicação de Imposto Seletivo nas apostas de cota fixa ou apostas esportivas.

Se for possível abrir...

Está ótimo. Obrigado. (*Pausa.*)

Perfeito.

Vou ser bastante objetivo. Acho que eu consigo ficar no tempo.

Pode passar para o próximo eslaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Instituto Brasileiro de Jogo Responsável representa as maiores casas de apostas, operadoras de jogos de apostas que estão entrando no Brasil, todas elas já com licenças no exterior. Estimamos, aproximadamente, cerca de 70% do *share* de mercado já nas operadoras que estão associadas ao Instituto Brasileiro de Jogo Responsável.

O objetivo da minha fala aqui hoje – pode passar, por gentileza – é falar um pouquinho sobre a discussão de eventual aplicação de Imposto Seletivo em apostas de cota fixa, em apostas de eventos esportivos.

O Senador colocou, e o texto da reforma diz que o Imposto Seletivo tem como foco principal o combate à externalidade negativa, principalmente quando associada a questões de saúde e do meio ambiente. Isso faz todo sentido numa tentativa de redução do estímulo ao consumo através do aumento da carga tributária.

A grande questão que precisa ser colocada – e esse é o ponto de atenção que nós trazemos hoje para a sociedade brasileira e para os Senadores do nosso Congresso – são algumas peculiaridades a respeito do setor de apostas e da regulamentação que está sendo implementada neste momento, nesta e nas próximas semanas. A implementação da nova regulamentação do mercado de apostas traz algumas nuances que precisam ser consideradas na discussão da aplicação do Imposto Seletivo sobre esse setor.

A primeira questão é que não só no Brasil, mas no mundo todo, o mercado regulado de jogos de apostas de cota fixa recebe uma concorrência desleal e muito forte do mercado ilegal, do mercado irregular.

Vocês devem ter acompanhado na imprensa que o Ministério da Fazenda, com a Anatel, tirou do ar mais de 2 mil *sites* de apostas ilegais recentemente.

Isso não é um fenômeno só no Brasil. *Sites* de apostas ilegais, plataformas ilegais sem controle do Estado acontecem e são um problema no mundo todo; é um problema na França; é um problema na Alemanha; é um problema em Portugal. Então, não há por que nós imaginarmos que no Brasil, depois de 1º de janeiro, quando o mercado regulado começar a operar efetivamente, nós teremos um setor de mercado de apostas simplesmente pelos *sites* legalizados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o problema disso é que o principal fator de diferenciação entre o *site* legal e o ilegal na escolha do consumidor é o retorno da aposta que ele faz, que tem impacto direto via tributação. Então, é como se a gente falasse que o aumento da tributação aumenta o preço para o consumidor optar por um *site* legal em relação a um *site* ilegal. Então, isso pode causar um desestímulo importante.

Uma outra questão importante – pode passar, por gentileza – é que, tendo em vista eventual discussão sobre a externalidade negativa associada a questões de saúde do mercado de apostas, o Congresso, sancionado pelo Executivo, já colocou uma contribuição obrigatória de 12% sobre o faturamento bruto dos operadores legais de casas de apostas.

Então, o setor de casas de apostas já começa a operar dentro do mercado regulado e formal a partir de 1º de janeiro do ano que vem, com o seu próprio Imposto Seletivo de 12% sobre o faturamento bruto, decidido pela sociedade brasileira via Congresso, sancionado pelo Executivo.

Então, o mercado já tem o seu próprio Imposto Seletivo de 12%. É o Imposto Seletivo que já tem destinação para questões de educação, segurança pública, esporte, turismo, seguridade social e saúde, com características muito semelhantes ao que se quer com o Imposto Seletivo dentro da reforma tributária. Então, o Imposto Seletivo seria, na verdade, um imposto que iria se somar ao imposto já aplicado ao setor e já com essa destinação específica.

Bom, ainda que se pudesse argumentar que é um imposto a mais, ao qual o Imposto Seletivo vai se somar, e nós vamos desestimular ainda mais o consumo de apostas, que é algo que nós queremos, que é algo que eventualmente traz uma externalidade negativa, eu trago um outro ponto de atenção.

A carga tributária do setor de apostas que vai passar a vigorar a partir da entrada em vigor da reforma tributária é estimada hoje em 35%. São os 26,5% da alíquota-base, que todos os setores vão pagar, mais os 12%, com os cálculos devidos das incidências, associados à contribuição obrigatória.

Então, o Brasil, a partir da reforma tributária, já vai ter um setor de apostas de cota fixa, com uma tributação sobre o faturamento, ou seja, sem encontrar Imposto de Renda e contribuição social, de 35%. Qual é o risco disso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O gráfico da direita mostra um pouquinho o que fazem alguns países que têm um mercado com uma canalização um pouco maior. A canalização é o percentual de apostadores que apostam nos *sites* legais, regulamentados pelo governo, que pagam tributos, em detrimento daqueles apostadores que estão no mercado informal.

Os países mais desenvolvidos que têm a maior taxa de canalização, entre 80% e 100% – Grã-Bretanha, Dinamarca, República Tcheca, Bélgica, Hungria, Espanha –, são países que têm uma carga tributária baixa, porque uma das formas de você estimular o apostador a vir para o mercado legal, a apostar em operadores legalizados, é o custo que ele vai ter com essa aposta.

Quando você aumenta demais esse custo, é como se você estivesse incentivando a utilização de *sites* ilegais. Países como Grécia, Alemanha e França têm uma taxa de canalização muito baixa associada a uma tributação muito alta.

Pois bem, onde está o Brasil hoje? Sem reforma tributária, o Brasil começa a regulamentação, a partir de 1º de janeiro, com uma tributação em torno de 22% ou 23%, que é aquela linha tracejada azul ali. Isso dá a possibilidade de o Brasil, se fizer um trabalho bem-feito junto com as autoridades, junto com os *sites* legalizados, de conseguir uma canalização, ou seja, de conseguir um percentual de apostadores dentro do território nacional nos *sites* legalizados, em acordo ou em linha com os que os principais países do mundo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERIC BRASIL – ... conseguem.

Com a reforma tributária, sem um Imposto Seletivo, nós já iremos direto, de partida, com a alíquota base de CBS e IBS, somada à contribuição obrigatória de 12%, para 35%. Isso vai colocar o Brasil naquela linha vermelha de pós-reforma. Isso nos tira completamente do que fazem os países que têm maior canalização e nos coloca muito perto de países que têm muita dificuldade de ter uma canalização alta, estimulando a ilegalidade, estimulando que os apostadores, cidadãos brasileiros, acabem indo para *sites* ilegais. Esse é o ponto que nós queríamos destacar aqui.

O setor já tem uma contribuição obrigatória que tem destinações muito parecidas com o Imposto Seletivo. E o Imposto Seletivo pode aumentar a carga tributária, o que, na verdade, pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se transformar num tiro no pé para a sociedade brasileira, ao estimular a aposta em *sites* ilegais, o que não seria uma jabuticaba brasileira, porque já acontece em outros países.

Já partindo para o meu...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERIC BRASIL – ... último eslaide aqui, Senador...

Pode passar, por gentileza.

Só quero lembrar que estudos do Ministério da Fazenda mostram que o Imposto Seletivo sobre os *sites* de aposta teria um impacto muito pequeno em termos de arrecadação. Então, primeira questão: Imposto Seletivo não tem fins arrecadatórios em princípio, mas, mesmo que se discuta isso, o Imposto Seletivo sobre os *sites* de aposta teria um impacto arrecadatório muito baixo. Então, a gente vai ter um imposto com impacto arrecadatório baixo, que já tem redundância em relação a outro imposto e que, principalmente, pode estimular o mercado ilegal.

Agradeço, mais uma vez, Senador, pela participação e pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sou eu que agradeço aos convidados pela participação.

Eu agora convido os convidados a retornarem aos assentos na bancada, e convidarei o Sr. Rodrigo Marinho, representante do Instituto Livre Mercado. (*Pausa.*) Eu convido também o Sr. Rinaldo Mancin, Diretor de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Mineração.

Convido também a Sra. Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Presidente da MSGás e Diretora Acadêmica da Associação Brasileira de Direito e Economia. (*Pausa.*)

Convido também o Sr. Eduardo Muniz Cavalcanti, Consultor da Associação Brasileira da Indústria do Fumo, representante do Sr. Edimilson Alves, Diretor-Executivo da Abifumo.

Rodrigo Marinho, Rinaldo Mancin, Cristiane Alkmin, Eduardo Muniz.

Rodrigo Marinho, um, dois, três. Eu acho que...

A SRA. CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT (*Fora do microfone.*) – Falta um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Falta um, não é?

A SRA. CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT (*Fora do microfone*.) – Falta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – São tantos!

O Sr. Victor Bicca Neto, Diretor-Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes.

Eu passo a palavra ao Sr. Rodrigo Marinho, representante do Instituto Livre Mercado.

O SR. RODRIGO MARINHO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador. É um prazer, uma honra estar por aqui.

Estou só esperando a apresentação ser colocada por lá.

Eu venho falando como... Sou Diretor-Executivo do Instituto Livre Mercado e Secretário da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado, e venho falar um pouco sobre essa visão do livre mercado para isso.

Acho que a primeira fala...

Já pode passar para o próximo eslaide, por gentileza.

A primeira fala que eu quero trazer que me preocupou muito foi quando o Secretário falou que não está preocupado ou não será neutra a reforma quando ele fala da transição entre 2027 e 2031. Isso preocupa muito, porque aqui, como um defensor da liberdade econômica, eu fico com Milton Friedman: "Eu sou a favor de cortar impostos em qualquer circunstância e por qualquer motivo, sempre que possível". A primeira mesa aqui foi só de gente defendendo aumentar tributo. E o país já está cansado de tantos tributos, que são cobrados para todas as empresas e todas as pessoas deste país. A gente está perdendo uma oportunidade gigantesca de diminuir tributos no Brasil.

E aqui nós vamos falar de Imposto Seletivo...

Pode passar para o próximo eslaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente está falando de um imposto que não foi colocado na PEC – estava no início, depois foi tirado – e que deveria ser extrafiscal, o objetivo desse tributo nunca poderia ser arrecadatório, como de fato parece que o Governo quer que seja, não é? A gente espera sinceramente que o Relator torne claro o objetivo de ser extrafiscal esse tributo, para ele não ser usado como despesa corrente. Porque um governo, Senador, que estiver em déficit vai ver uma oportunidade linda de conseguir aumentar tributos com uma simples canetada em relação a essa tributação.

Pode passar.

Vou falar um pouquinho sobre o tema do livre mercado. Aqui, o imposto tratado como "imposto do pecado" – acho bem injusto isso, até porque o brasileiro ama essas opções, como o consumidor que é. A gente vai falando sobre os vícios do consumidor; porque, na prática, isso aqui não é relacionado à saúde. Quando você vê a primeira mesa, você vê uma coisa relacionada a controle, ou seja: "Eu quero controlar os gostos alheios, os vícios alheios". É uma pena fazer isso, porque não cabe a ninguém determinar qual é a vontade, qual a definição que cada um faz.

Quando a gente vai falar sobre Imposto Seletivo em cerveja, cachaça, em vinícolas, a gente está pensando nos pequenos: 85% das cervejarias são de pequenos produtores, praticamente todos no Simples; 99% dos produtores de cachaça estão nessa situação; 75% das vinícolas.

Pode passar.

Se você trouxer, Senador Eduardo Braga, a visão, a gente precisa não ter o risco de ter dupla tributação. Quem trabalha no setor sabe, e quem trabalha no Brasil como um todo sabe, o absurdo que é o ICMS e o IPI cobrados em relação a cada uma das medidas como essa. Imagine, aqui eu tenho IPI, ICMS e ainda tenho o Imposto Seletivo subindo ano após ano até 2031; ou seja, a tendência é quebrar. Existem várias emendas, apresentadas por diversos Senadores – de centro, de direita, de esquerda –, defendendo essa transição, exatamente para não quebrar esses setores no Brasil. Repito: aqui nós estamos perdendo a oportunidade de melhorar a condição dos pagadores de impostos, daqueles que contribuem – já que não existe dinheiro público, existe dinheiro dos pagadores de impostos –, nós estamos perdendo essa oportunidade.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, se você for para o setor de óleo e gás, trazendo essa visão, é um setor que contribui com quase R$3 trilhões no Brasil. Não satisfeito com isso, nós vamos tributar exportação... Pessoal, nenhum país do planeta tributa exportação. Quando eu ainda vejo o Secretário dizendo: "Não, vamos deixar só para a questão de óleo mineral, de carvão vegetal, de petróleo...", eu digo que vocês estão mandando o nosso tributo para outros países, isso é uma *commodity*. Se eu estou tributando essa *commodity*, a nossa *commodity* vai ficar menos interessante de ser exportada do que a *commodity* de outros países. Nós estamos perdendo competitividade, ou seja, o Governo brasileiro está dizendo o seguinte: "Vamos perder competitividade com o mundo".

Nós já atrapalhamos muito. A função do Governo deveria ser, pelo menos, não atrapalhar. Barão de Mauá dizia isso no século XIX, a principal missão do Governo é não atrapalhar. E nós estamos exportando – pode passar – tributo para o exterior. Isso vai, obviamente, afastar investimento, reduzir a competitividade e ter impacto na geração de 450 mil postos de trabalho diretos. Imaginem os indiretos!

Nós temos o potencial de ser o maior país da transição energética do mundo e nós vamos tributar gás. Olha a situação que nós estamos criando. Vamos tributar tudo aquilo que está lá dentro da nossa condição de fazer uma transição energética no país. Nós estamos prejudicando a possibilidade da transição energética. Eu estou pegando a fala que foi dita aqui antes sobre a questão do Imposto Seletivo no texto que a gente não viu ainda, que o Governo disse que enviou para cá. Foi ótima a fala do Secretário, porque clareou um pouco a nossa visão sobre o tema, e o medo, o receio de tornar o Brasil um péssimo concorrente das *commodities* mundiais.

Por gentileza.

Isso também vai gerar, obviamente, bitributação e a essencialidade de petróleo e gás.

Pode passar.

Outro ponto importante, a nossa Constituição é clara, a única coisa que pode ser regulada por lei é relacionada à questão da propaganda. A nossa Constituição fala isso. Ao mesmo tempo, nós temos a Anvisa, que determinou a proibição do cigarro eletrônico, *vape*, tabaco aquecido, dizendo que 100% – 100% –, se aumentasse, se regulamentasse, você diminuiria, você manteria,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumentaria o contrabando. O problema, Senador Eduardo Braga, é que 100%, hoje, no Brasil, de todo cigarro eletrônico, *vape*, tabaco aquecido é contrabando. A situação é muito séria.

Teve outra pessoa que falou: "Não há um estudo comprovando que, se você aumentar o preço, você vai aumentar o contrabando". Os amigos do Paraguai estão aguardando isso, tá? É só aumentar... Toda a vida que aumentou o preço, veio o contrabando. Essa é a análise que deve ser feita, não é a análise do cigarro regular, não, é a análise do contrabando, é a análise do crime, é a análise do PCC, é a análise do Comando Vermelho... É essa turma que é beneficiada com esse tipo de situação, com aumento de tributação, e é óbvio que é quem está do lado, e o Paraguai é maior exemplo disso, ele faz uso quando há aumento do preço no Brasil.

Por gentileza.

Essa situação gera, obviamente, uma série de externalidades negativas.

Pode passar.

Nessa situação, para você conseguir, por óbvio, até Curva de Laffer, se eu diminuo a tributação, eu tendo a aumentar a arrecadação, tendo a facilitar a produção, tendo a tornar isso, para permitir que eu tenha, primeiro, hoje, medidas, inclusive – para usar o tema da mesa anterior –, em prol da saúde. Hoje, qualquer cigarro que não tem fumaça tende a ter menos problema do que cigarros que têm fumaça. O Brasil simplesmente abriu mão disso. Hoje, nós temos 6 milhões de usuários de cigarro eletrônico que ninguém sabe, Senador Eduardo Braga, quem produz, quem fabrica ou quem distribui no Brasil. Como é que eu vou processar se eu não sei quem são essas pessoas?

Pode passar.

Nós da Coalizão das Frentes Produtivas apresentamos uma série de projetos de lei complementar, um grande trabalho de esforço coletivo feito na Câmara dos Deputados, com alguns Senadores participando desse momento, e um dos projetos de lei que foram apresentados, o Projeto de Lei Complementar 29/2023, do Presidente da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado, que fala sobre Imposto Seletivo, tem pontos importantes: a tributação ocorrer ao menos uma vez, ser monofásica. Principal motivo: ter análise de impacto regulatório, ou seja, eu tenho que entender qual é o impacto regulatório desse Imposto Seletivo. Não é da cabeça de alguém assim:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Não, é bom porque é bom para alguém". Não, eu tenho que entender qual é a consequência do ato disso. Seria fundamental fazer isso, e a nossa Lei de Liberdade Econômica diz da necessidade de projetos fazerem análise de impacto regulatório, fazer sempre uma revisão para entender se esse Imposto Seletivo está servindo para aquilo que se propôs, para aquilo que se definiu: não é para a saúde, para a educação, para o meio ambiente, para essa situação? Então, está funcionando? Está dando certo ou é mais para o Governo arrecadar?

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO MARINHO – E, por fim, para terminar, Senador, participação pública no monitoramento dos estados e os recursos direcionados para quem é impactado.

Último eslaide, por gentileza.

O que nós da Frente Parlamentar e do Instituto Livre Mercado defendemos? Não utilização, nunca, desse dinheiro para despesa corrente do Governo. Ou seja, isso não pode servir para a arrecadação do Governo, nunca! Esse imposto não foi criado para isso, não foi pensado para isso, e a PEC, originalmente, tinha isso escrito, que ele era extrafiscal. Não regulamentação pelo Poder Executivo. Ou seja, se o Governo está em déficit, a solução rápida, eficiente, que vai atrapalhar o Brasil inteiro é aumentar o Imposto Seletivo, e, obviamente, esse Imposto Seletivo não pode ter caráter arrecadatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agradeço ao Sr. Rodrigo Marinho.

E passo ao Sr. Rinaldo Mancin, do Ibram.

O SR. RINALDO MANCIN (Para expor.) – Senador Eduardo Braga, Senadores, Deputados presentes... Muito obrigado pelo convite, Senador Eduardo. O senhor conhece profundamente o setor mineral. O senhor foi Ministro de Minas e Energia quase dez anos atrás.

Quero deixar claro que o Ibram, a mineração, os três principais setores da economia nós estamos aqui representando. O setor mineral defende a reforma tributária, foi um porta-voz pró-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reforma tributária, atuamos na aprovação da reforma tributária e acreditamos que, sim, ela vai trazer um cenário de maior competitividade para o Brasil.

Onde está o nosso problema, Senador Braga? É na questão da inclusão da atividade mineral no Imposto Seletivo. Muito na linha do que o Rodrigo colocou, a gente está falando de atividades que são completamente dispares. Uma coisa é o tabaco, uma coisa é o álcool, que realmente são considerados nocivos à saúde, cujo uso tem que ser desestimulado, e outra coisa é o bem mineral, um bem da União. É uma atividade de utilidade pública. E a gente vê que está havendo uma confusão muito grande.

Trago aqui alguns números, Senador, do setor mineral para a gente compreender o tamanho do impacto disso no setor mineral. Investimentos. É o segundo setor que mais está investindo na economia brasileira: US$65 bilhões vão ser investidos nos próximos quatro anos. Saldo comercial da balança, balança comercial brasileira. No ano passado, 32% foi a conta minério. Em 2021, pior ano da pandemia, 81% de saldo positivo foi a conta minério. Na pandemia, 81% de saldo positivo foi a conta minério, não é? Qualquer tipo de mudança, Senador Eduardo Braga, na conta minério pode impactar a balança comercial brasileira, pode impactar as contas públicas. Saldo positivo na balança comercial representa divisas, divisas cambiais para o Brasil alimentam as contas do Banco Central. Saldo positivo no Banco Central, na conta cambial, é um baita escudo de proteção contra momentos de dificuldade, não é? Senador, esse desconforto de ver minério, um bem da União, junto com outros produtos, é algo que nos motiva.

E outro ponto, Senador Eduardo Braga, é a transição energética. O Brasil tem um conjunto de políticas públicas, compromissos internacionais foram assumidos agora sobre a transição energética, matriz limpa, matriz renovável. É simples, Senador Eduardo Braga, não existe energia limpa e renovável que não demande minérios. Ao contrário, minérios são a resposta, a resposta para a transição energética. É o minério que produz a bateria de lítio, é o minério que produz o painel fotovoltaico, que produz o aerogerador, não é? Então, é incompatível. Por um lado, o Governo brasileiro tem um conjunto de políticas públicas focado na transição energética, por outro lado, tributar, tributar a conta minérios.

Um ponto merece destaque, Senador Eduardo Braga, o trabalho feito pela CAE, na liderança do Senador Izalci, algumas semanas atrás, a CAE produziu um conjunto de audiências públicas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um conjunto de estudos de alto nível. Participamos lá na audiência pública. Qual é a conclusão da CAE? Devem ser excluídos minérios do Imposto Seletivo, está no relatório aqui do Senado Federal, muito bem-feito, por sinal. Então, de forma prática e objetiva, Senador, qual é a nossa proposta? Excluir, não tributar minérios.

Outro ponto gravíssimo até destacado pelo colega da Receita Federal: se eu produzir uma garrafa de uísque aqui no Brasil, Senador, se eu produzir um maço de cigarro e exportá-lo, ele é isento do Imposto Seletivo, ao passo que, se eu minerar aqui no Brasil, minério, minério competitivo, exportá-lo, ele é passível da incidência do Imposto Seletivo sobre exportação. Uma grande anomalia, bem disse o Rodrigo antes de mim, vamos exportar tributos, não é? A equação de competitividade do setor mineral é muito sofisticada. Competimos em mercados globais, nosso preço é taxado, perdão, nossa carga tributária já é a mais elevada do mundo aplicada à mineração. O Imposto Seletivo vai fazer aumentar essa carga tributária, vai reduzir a competitividade da mineração brasileira, novamente, uma das maiores contribuintes para o saldo positivo da balança comercial brasileira, as exportações brasileiras vão ser elevadas. Minério de ferro, que está na proposta como tributação, pelo menos nove outras cadeias produtivas dependem do minério de ferro. A cadeia automobilística, a cadeia de aço, a cadeia da construção civil e outras tantas têm no minério de ferro o seu principal elemento, o seu principal insumo.

Realmente é bastante preocupante, Senador Eduardo Braga, a questão de vermos o Brasil ir por esse caminho. Ao contrário, grandes blocos econômicos estão incentivando a produção de minerais, minerais críticos, a União Europeia, os Estados Unidos, na gestão atual, têm um megaprograma de transição energética. O mundo quer minérios, o Brasil é competitivo, o Brasil tem uma diversidade mineral gigantesca e o Brasil pode ser o grande fornecedor de minérios para a transição energética e para a descarbonização.

Então, Senador Eduardo Braga, aqui a gente pede uma reflexão profunda dos impactos na economia nacional, na competitividade nacional, com a inclusão do Imposto Seletivo sobre a atividade mineral.

O que nós antevemos de impacto? Claro, o aumento dos custos de produção de outras cadeias, de outras indústrias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inflação: aumentar os custos de um setor que repercute tanto na economia, que é alimento para outras nove cadeias produtivas, pode ser um risco muito alto de impactar a conta inflacionária.

Redução da competitividade: tributar as exportações. O único país no mundo que estaria tributando exportações com o Imposto Seletivo seria o Brasil.

Insegurança tributária e jurídica, esse exemplo que eu fiz... Nada contra os demais setores. Por um lado, eu isento bebidas e cigarro do Imposto Seletivo na exportação; por outro lado, tributo minérios. Isso vai dar uma disputa judicial gigantesca. Não faz sentido, o Brasil precisa de segurança jurídica.

Prejuízos na balança comercial brasileira: o Brasil precisa de recursos positivos na sua balança comercial. Tributar, reduzir a competitividade, pode diminuir o saldo positivo na balança comercial, enfraquecendo a conta pública no Brasil.

Senador, o setor mineral está à disposição para contribuir. Estamos aqui para...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RINALDO MANCIN – ... construir o diálogo e acreditamos que o Brasil ainda tem ótimas oportunidades de deixar de lado essa questão e ficar nivelado com os demais países, com práticas da OCDE, não tributando exportações.

Obrigado pela oportunidade, Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu agradeço ao Sr. Rinaldo Mancin.

E passo à Sra. Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Presidente da MSGás e Diretora da ABDE.

A SRA. CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT (Para expor.) – Muito obrigada.

Primeiramente, gostaria de agradecer o convite, Senador, e cumprimentar a mesa e a audiência que está aqui, presencial e *online*, e queria parabenizar, também, todo esse esforço, a celeridade, a seriedade e a paciência que o senhor tem tido já há muito tempo – eu tenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhado. Há um ano a gente está ali com... Aprovamos a Emenda Constitucional 132 e agora os PLs.

Eu vim aqui, na verdade, dizer que eu sou uma entusiasta da reforma tributária, que o senhor bem conhece, mas quero trazer uma reflexão e, provavelmente, um aprimoramento. É isso o que eu queria trazer aqui com relação ao Imposto Seletivo do gás natural.

Eu entendo que a gente não pode botar um Imposto Seletivo no gás natural. Reiterando aqui o que o meu colega acabou de falar e sendo um pouco mais precisa, quando a gente tem lá no Anexo 17 bens minerais, tem quatro NCMs: as duas finais dizem respeito ao gás natural liquefeito e ao gás natural gasoso, e eu peço uma reflexão para retirá-las. E vou explicar agora a razão pela qual eu venho fazer este pedido aqui, em nome também da Abegás, que é a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás de todo o nosso Brasil.

O gás natural, Senador, é uma fonte de energia que faz parte da transição energética, porque descarboniza a nossa matriz. Ele é um combustível fóssil, mas é um combustível fóssil que é menos poluente que outros combustíveis fósseis que estão presentes na nossa matriz. Portanto, pelos próximos 10, 15, 20 anos, o gás natural vai trazer uma externalidade positiva para a saúde e o meio ambiente. Ele não trará uma externalidade negativa, como prediz o nosso Imposto Seletivo.

Como diz o diretor da agência de energia americana, o gás natural é um dos pilares da energia global, que substitui combustíveis mais poluentes, melhora a qualidade do ar e limita as emissões de CO_2. O gás natural emite 44% menos do que o carvão e 27% menos do que o petróleo.

E hoje nós temos, infelizmente, uma pobreza energética muito grande na nossa matriz energética. Nossa pobreza diz respeito a que temos 20% dos lares do nosso Brasil que usam lenha e carvão na cocção, que são fontes de energia muito mais poluentes que o gás natural; há os ônibus nas cidades, os caminhões na rodovia, os tratores no campo, a nossa frota, 70% da nossa frota é a diesel, uma fonte de energia muito mais poluente que o gás natural; na nossa indústria, nas mineradoras, nos vários polos, como em Goiás, ali em Anápolis... Goiás não tem gás canalizado, mas há outros estados como Minas Gerais e Mato Grosso do Sul em que temos o gás

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

canalizado, e, ainda assim, existem empresas mineradoras que preferem usar o carvão, a lenha, até porque o preço é muito elevado.

Eu não estou aqui – aliás, vale colocar esta observação – falando sobre a alíquota que vai ser colocada, a monofasia *ad rem* do diferenciado, não estou falando sobre esse elevado, que já é um imposto elevado. Eu apenas estou falando do Imposto Seletivo. Não vamos colocar o Imposto Seletivo nesse insumo que vai descarbonizar a nossa matriz energética.

E isso está sendo dito, Senador, não é por mim, não é por outra pessoa acadêmica; é por todo o mundo. A gente está falando o que o mundo fala sobre isso. Agora mesmo, tivemos um seminário da Fundação Getúlio Vargas, da FGV Energia, em que ela colocava o gás natural e o biometano, que tem a mesma molécula. Por que é que a gente não coloca isso como fontes de transição energética? E essas são fontes de transição energética de fato. Se queremos, inclusive, produzir mais, tentar comercializar mais o biometano, temos que agora desenvolver as redes de gás natural, porque, no futuro, é por elas que se vai transitar – por exemplo, o hidrogênio verde.

Temos aqui diversos marcos normativos que estão tentando direcionar isso. O mercado livre está começando a se abrir – está para se abrir há 30 anos, mas é agora que a gente está lá impulsionando. O MME está sendo veemente nisso, está fazendo vários seminários. Semana passada, teve um de harmonização regulatória, amanhã terá outro sobre o biometano. Nós temos o Gás para Empregar, nós temos o Decreto 12.153, nós temos o projeto de lei do Paten, que está aqui no Senado, que é justamente um programa para a gente acelerar essa transição energética. E gás natural faz parte dessa transição energética.

A gente precisa baratear essa fonte de energia não só para a nossa indústria, não só para nos tornarmos mais competitivos, mas também, Senador, para o consumo de cada um de nós. Temos aqui diversos, diversos acadêmicos falando sobre isso. Anteontem, sábado, tivemos um artigo da Presidente da Petrobras mostrando que tem investimentos de R$111 bilhões que serão feitos entre 2025 a 2029, e gás natural está ali. Está sendo feito um esforço tremendo do Governo – há a lei que foi sancionada, a do combustível do futuro, entre outras leis – para a gente tentar, de alguma maneira, baratear esse gás natural.

E outra questão: dentro da nossa Emenda Constitucional 132, como o senhor bem sabe, há cinco princípios. Um deles é a defesa do meio ambiente. E o gás natural, neste momento – na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conjuntura desses próximos dez anos, quinze anos, vinte anos –, vai descarbonizar esse meio ambiente; vai trazer benefício, não é malefício. E o Imposto Seletivo, ao contrário, tem que recair sobre os bens e serviços que prejudicam a saúde e o meio ambiente, o que não é o caso.

Mais ainda: não sei se o senhor se lembra de que, na época de Bolsonaro, a Lei Complementar 194, de 2022, foi colocada, e o gás natural entrou como um bem essencial. Se ele é essencial, é porque ele não é indesejável.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – Então, não cabe falar sobre Imposto Seletivo.

E mais: ali ficou vedada a fixação de uma alíquota em patamar maior do que a mediana.

O gás natural, neste momento, cobre um papel importantíssimo no combate da nossa pobreza energética, para combater o uso do carvão, do diesel e da lenha. Há uma evidente contradição se a gente colocar o Imposto Seletivo no gás natural. Portanto, Senador, pecado é impor o "imposto do pecado" sobre o gás natural. Peço uma ampla reflexão desta Casa para que a gente não coloque o Imposto Seletivo sobre o gás natural.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu agradeço à Sra. Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt.

Passo a palavra agora ao Sr. Eduardo Muniz Cavalcanti.

O SR. EDUARDO MUNIZ CAVALCANTI (Para expor.) – Muito boa tarde.

Cumprimento aqui – e reverencio os trabalhos – o Senador Eduardo Braga. Quero cumprimentar todos os presentes, especialmente os colegas de mesa e aqueles que nos assistem pela internet.

Quase numa reflexão, eu queria me permitir dizer que, talvez aqui posicionados, estejamos na posição da Geni: "e joga pedra na Geni".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É fácil – é fácil, é fácil – atacar o impopular; difícil é efetivamente enfrentar os problemas decorrentes dessas questões. Não se trata exclusivamente de saúde pública; é muito mais amplo: é uma política pública sanitária, de educação, de segurança pública.

Talvez aqui poucos saibam que o índice de homicídio das cidades na fronteira do Brasil é de quatro vezes o índice nacional. São 588 cidades brasileiras que vivenciam 400 vezes a mortalidade das demais cidades brasileiras. Eu não precisaria dar uma resposta para essa questão. É simples: o Brasil faz fronteira com dez dos doze países da América do Sul, incluindo Paraguai, Venezuela, Bolívia, Colômbia. Então, é impossível – é impossível – a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Receita Federal do Brasil, por mais preparadas, qualificadas, impedirem a entrada de contrabandos e produtos pirateados e falsificados.

E aqui sem romantizar aquele sacoleiro, porque a gente tem a falsa percepção de que o contrabandista é aquele sacoleiro que atravessa a ponte do Paraguai para vender cigarros ou produtos ilegais do lado do Brasil. A gente está falando de crime organizado, porque eles andam de mãos dadas. O crime organizado se favorece do contrabando e da logística do contrabando e empresta a este a proteção e a segurança que ele precisa para fazer as suas trincheiras e entrar nas cidades brasileiras.

O que eu quero dizer com isso? Nós estamos aqui, como eu disse, discutindo muito mais do que uma política sanitária que o Imposto Seletivo pode aplicar, mas uma verdadeira política pública sanitária, de saúde, de enfrentamento à educação, porque essas mazelas roubam a esperança daquele jovem brasileiro, que começa contrabandeando e depois vira um narcotraficante.

E qual é a matriz teórica do Imposto Seletivo? Ela vem lá de trás, de 1920, do economista Arthur Cecil Pigou, que desenvolveu, para combater as externalidades negativas, o chamado imposto seletivo ou *excise tax* ou *sin tax*. E aí o Brasil, ao longo das décadas, Deputado Hauly, com quem eu tive o prazer de, em vários encontros, debater a tributação... Sou um pernambucano radicado aqui há mais de 20 anos, tendo passado e assumido cargos públicos no âmbito fiscal e nas procuradorias... Quero dizer que o ICMS e o IPI vivenciaram e vivenciam essa ideia do critério da seletividade a partir da essencialidade. O Imposto Seletivo não, ele não tem essa missão. E, por isso, o grande cuidado que nós devemos ter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu chamo a atenção para o que eu classifico como *rebound effect*, ou seja, o efeito rebote que o Imposto Seletivo, Senador Eduardo Braga, pode causar na população brasileira, porque, à medida que a gente eleva o consumo esperando um efeito positivo e desejado em margens menores, nós podemos trazer resultados sanitários danosos à população brasileira.

O Brasil tem uma tributação completamente assimétrica com os demais países. O Paraguai tributa o cigarro em 13%; o Brasil, hoje, alcança entre 85% e 90% em determinados estados do país. A produção de cigarros no Paraguai é de 60 bilhões a 70 bilhões, e o consumo interno no Paraguai é de apenas 2%, 3% são exportados, e os demais produtos entram no Brasil.

Quais são as consequências disso? Enfrentam, diretamente, a baixa escolaridade e o poder aquisitivo de renda. As pessoas que consomem esses produtos são aquelas que têm menores instruções. Sabemos todos disso aqui. É claro, é objetivo. Isso está em alguns artigos científicos que trago aqui rapidamente, permitam-me uma colação: As cores do tabagismo: relação entre raça e consumo de tabaco no Brasil (*The colors of smoking: relationship between race and tobacco use in Brazil*), dos Profs. André Luiz Oliveira da Silva, Caroline de Lima Mota, Renata Aparecida Pereira, Simone Mitri Nogueira, Josino Costa Moreira. A partir de uma pesquisa na vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas, por inquérito telefônico, mostrou também que há uma tendência, não só no Brasil, mas no mundo: o hábito de fumar persiste entre aqueles com menor escolaridade e renda. O percentual daqueles que se declararam fumantes no Brasil é em torno de 13%; entre aqueles que estudam: 8,8% na faixa de 9 anos a 11 anos de estudo, e 6,2%, naqueles com 12 ou mais anos de estudo. Vai caindo o índice de consumo a partir do nível de escolaridade. Então, existe uma relação muito forte entre pobreza e fumo, notadamente porque as classes mais baixas têm menor acesso às informações.

E aí entra uma questão que talvez eu diga que é o pecado capital do Imposto Seletivo, ou do "imposto do pecado": é imaginar que a tributação por si só vai fazer um indutor do comportamento humano, sobretudo nas classes menos instruídas. Não vai, isso é óbvio – isso é óbvio! Então, é falacioso e talvez improdutivo pensarmos que aumentar tributo vai induzir necessariamente à falta de consumo, como se, no dia seguinte, o indivíduo começasse a fazer pilates, fosse à academia e fosse começar a beber água. Não é isso! Ele vai continuar a consumir, só que procurando outros produtos, porque não se trata de tributação, como eu disse, mas de instrução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO MUNIZ CAVALCANTI – Os dados estão aí para isso.

Ao lado do Imposto Seletivo, é preciso adotar estratégias que o Brasil já adota, que a OCDE determina, ou seja: tributação acima dos 75%, o Brasil hoje tem quase 90%; proibição de publicidade, patrocínios e promoção de produtos de tabaco, o Brasil também já adota; adoção de embalagens neutras e alertas visuais em maços, o Brasil também adota; fortalecimento de programas de cessação do tabagismo, o Brasil também adota.

A OCDE recomenda que o índice de tabagismo nos países seja em torno de 10% ou menos. O Brasil hoje acumula um índice entre 5% e 9%, ou seja, o Brasil está dentro das recomendações da OCDE, ao contrário de muitos países em subdesenvolvimento que alcançam até 30%.

A resposta ao preço depende da facilidade de substituir. No Brasil, é muito fácil substituir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO MUNIZ CAVALCANTI – ... um produto legal por um produto falsificado.

Concluo.

No século XVI, o médico suíço-alemão Paracelso já advertia que a diferença entre o remédio e o veneno é a dosagem. Então, cuidemos nós de não incorrer numa dosagem tributária sob pena de prescrevermos um receituário que envenene a economia e a população e fortaleça em favor da saúde do crime organizado.

É isso.

Muito obrigado pelas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agradeço ao Sr. Eduardo Muniz Cavalcanti.

Passo a palavra ao Sr. Victor Bicca Neto, Diretor-Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas Não Alcoólicas.

O SR. VICTOR BICCA NETO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senador Eduardo. Queria só reforçar aqui o que os outros colegas já disseram. Quero parabenizar o senhor pelo trabalho que vem desde o ano passado, com toda a sua equipe que eu vejo aí, a equipe do Senado. A quantidade de reuniões e audiências que foram feitas é impressionante. A gente sabe que o trabalho vai ser muito benfeito por conta de toda essa atenção, Senador.

Queria, inicialmente, dizer que o setor é totalmente favorável à reforma tributária. A gente – e o Deputado Hauly aqui é testemunha disto – passou décadas tentando aprovar essa reforma tributária, e conseguimos agora. Então, não podemos errar, não podemos fazer a coisa errada.

E daí, Senador, para contribuir com esta discussão, eu queria trazer cinco inconsistências da proposta de Imposto Seletivo para o setor de bebidas açucaradas, baseadas, inclusive, em dados do Governo e nos de entidades renomadas.

Por favor, pode passar.

A primeira inconsistência, Senador, é a questão de uma ausência de critérios claros para a definição da base do Imposto Seletivo. Vamos pegar, por exemplo, a cesta básica, que incluiu o açúcar de mesa com zero de imposto, sendo que esse produto é responsável pela grande maioria do consumo de açúcar no Brasil, e, quando se adiciona esse açúcar a uma bebida, ela entra com Imposto Seletivo e com a alíquota cheia, enquanto ela representa somente 1,7% de todas as calorias que o brasileiro consome. Então, aqui tem uma falta de clareza na base da definição do Imposto Seletivo. É a primeira inconsistência.

Por favor.

A segunda, Senador, é a questão – que já até foi falada aqui mais de uma vez – da transformação do Imposto Seletivo num imposto arrecadatório. A gente tem escutado diversas manifestações do Governo. E eu lembro que, na primeira audiência, em agosto do ano passado, Senador, o senhor discutiu com o Secretário Appy da preocupação de esse imposto virar um imposto arrecadatório. E a gente tem escutado sempre manifestações de que a arrecadação do Imposto Seletivo tem que chegar à mesma arrecadação do IPI. E pior: o setor de bebidas açucaradas, de refrigerantes, está no Imposto Seletivo, porque ele tinha IPI e deveria estar no Imposto Seletivo. Então, há uma preocupação aqui, Senador, de a gente desfigurar o Imposto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seletivo, principalmente a característica extrafiscal desse imposto. A gente teve aqui renomados tributaristas, como o Dr. José Maria de Andrade, um *expert* em Imposto Seletivo, chamando a atenção para isso. Agora, vejam bem, a Fundação Getúlio Vargas fez um estudo sobre a tributação desse setor – esse estudo está com o Governo, Ministério da Fazenda, Receita Federal –, que demonstra que esse setor arrecada, gera anualmente mais de R$18 bilhões. É um setor que paga impostos, que gera impostos e que, na nova sistemática do IBS, já vai ter um aumento de carga tributária. Se comparado com a carga tributária atual e a futura, a gente vai ter um acréscimo de 1,7%, podendo chegar a até mais, dependendo da alíquota base. É um setor que já está sendo penalizado, sem o Imposto Seletivo, pelo aumento de carga tributária.

Por favor.

Terceira inconsistência, Senador, senhoras e senhores: o Imposto Seletivo não vai melhorar a saúde dos brasileiros relacionada a bebidas açucaradas. Aqui são dados do Ministério da Saúde, da Vigitel, uma pesquisa que ocorre desde 2007. Nesse período – e é preocupante –, a obesidade cresceu no Brasil 105,9%, e, em contrapartida, a frequência do consumo de refrigerantes caiu 51,8%, ou seja, não há uma correlação direta entre o aumento da obesidade e o consumo de refrigerantes, que vem caindo anualmente. O próprio estudo da FGV reitera isso também, Senador. Então, aqui a gente tem uma terceira inconsistência.

Por favor.

A quarta, que o senhor conhece muito bem, é a Zona Franca de Manaus. A base dos refrigerantes, que estão agora com o Imposto Seletivo, é o concentrado produzido na Zona Franca de Manaus, que gera o seu benefício através de um crédito de IPI. Da forma como vem hoje a proposta de Imposto Seletivo, anexada à legislação, principalmente o regulamento do IPI... Como não haverá incidência do IPI, Senador, as empresas de concentrado não poderão tomar o crédito de IPI. E isso, na nossa visão, fere o princípio constitucional da manutenção das vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus. Isso foi, Senador, trazido aqui pelos juristas José Maria Andrade e Heleno Torres, inclusive, numas discussões que a gente teve aqui do que precisaria ser feito. Então, a gente entende que aqui há realmente uma inconsistência. Você está tirando o benefício da geração de crédito, porque não há incidência do IPI, somente do Imposto Seletivo.

Por favor, a próxima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quinta inconsistência e última, Senador: o Imposto Seletivo vilaniza quem já faz parte da solução. Eu chamo a atenção aqui, primeiro, para um grande acordo que foi feito, inédito – o Brasil deveria se orgulhar disso –, do Ministério da Saúde com o setor de alimentos, que retirou 144 mil toneladas de açúcar de cinco categorias de alimentos, Senador. Isso não existe no mundo, só o Brasil fez, o Ministério da Saúde do Brasil. E a Anvisa fez, no ano passado, um estudo que demonstrou que, desses cinco setores, o que mais avançou na redução do açúcar foi o setor de refrigerantes, que ficou 37% além da meta que tinha sido estabelecida. Então, já há efetivamente um trabalho feito de reformulação para justamente buscar uma solução para a questão da obesidade, mesmo que não haja uma correlação, como eu mostrei.

Esse é um setor que tem tido uma série de iniciativas de responsabilidade, por exemplo: é um setor que não vende mais refrigerantes em escolas com alunos de até 12 anos, não faz propaganda para audiências de crianças de até 12 anos – isso é monitorado pela KPMG – e apoia projetos contra obesidade. Reforçando, até no Vigitel, aquela pesquisa do Ministério da Saúde, Senador, saiu agora, recentemente, em diversos jornais de primeira linha – *CNN, O Estado de S. Paulo, O Globo* –, que o Banco de Dados Dietético Global mostrou que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICTOR BICCA NETO – ... enquanto no mundo a obesidade cresce em crianças e jovens, no Brasil, ela vai de maneira contrária: há uma diminuição dessa frequência e redução do consumo. O Brasil é exemplo, e eu tenho certeza de que é por todo esse tipo de iniciativa que esse setor já adotou.

Concluindo, Senador – mais um, por favor –, a gente fica contente de ver que o Congresso e a sociedade já perceberam essas inconsistências. Trago três números importantes: primeiro, a quantidade de emendas apresentadas pedindo a supressão de bebidas açucaradas, e de diversos partidos políticos, não foi de um só; segundo, a própria CAE, no seu relatório, depois de muitos debates, fez essa proposta de retirada do Imposto Seletivo das bebidas açucaradas; e, por fim, eu trago o resultado de uma pesquisa do PoderData, que é um instituto conhecido de Brasília: 77% da população não aceitam o aumento de impostos sobre bebidas açucaradas como forma de combater a obesidade. Para eles, Senador, o mais importante é o Governo oferecer informação para que as pessoas possam tomar as decisões adequadas a seus estilos de vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para finalizar – o último, por favor –, em função dessas cinco inconsistências, a gente reforça o pedido de supressão de bebidas açucaradas do Imposto Seletivo.

Obrigado, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu pediria só um minutinho dos convidados. Político, via de regra, não gosta de falar sobre seus problemas de saúde, mas eu sofri uma cirurgia, não faz muito tempo, na minha coluna para a remoção de um cisto e uma hérnia de disco que extrusou agora, durante o processo eleitoral. Para vocês terem uma ideia – muitos de vocês me conhecem –, eu estou hoje aqui meio sisudo, estou meio sério, mas não pensem que é por absolutamente nada, é porque eu estou aqui no esforço para cumprir o nosso compromisso com a agenda; e eu realmente, nesse final de semana, não passei bem.

Portanto, eu gostaria de agradecer ao meu colega, amigo e companheiro de partido Confúcio Moura, que gentilmente está vindo aqui para poder dar prosseguimento à audiência pública e cumprir a nossa agenda, porque eu, sinceramente, já cheguei ao meu limite.

Portanto, eu vou pedir ao meu colega Confúcio Moura que assuma aqui a Presidência dos trabalhos, informando a ele que os nomes que estão com dois asteriscos aqui são os que estão remotos e ainda não participaram e os nomes que estão com esta bolinha aqui ao lado são os que ainda não participaram da mesa.

Eu agradeço.

Muito obrigado. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, boa tarde a todos.

O Senador Eduardo Braga já explicou os reais motivos de sua impossibilidade de dar continuidade à audiência pública.

De qualquer forma, os senhores que ainda não falaram e os que estão remotos podem entender que o Senador não tomará conhecimento das falas de V. Sas., mas aqui está presente a alta assessoria particular do gabinete do Senador, além dos consultores legislativos do Senado. E as telas ficam à disposição do Senador. Ele ouvirá, e também os técnicos farão um resumo das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falas de V. Sas. e passarão para o Relator, que tem um prazo bem curtinho para poder fazer o fechamento do relatório da reforma tributária.

Eu vou convidar aqui à mesa o Dr. Felipe Renault, Diretor da Associação Brasileira de Diretores Financeiros (ABDF).

Dra. Viviana está remoto também. A senhora pode aguardar um pouquinho, Dra. Viviana.

Waldir Salvador está remoto; Dr. Henrique Mendes está remoto também e Dra. Ana Helena Karnas está remota.

José Eduardo Macedo Cidade está presente? (*Pausa.*)

Pode vir aqui adiante, Doutor, por gentileza.

Dr. Gilberto Tarantino, por favor.

O Gilberto Tarantino não está, não é? (*Pausa.*)

Dr. Gilberto, pode vir aqui, por favor.

Dr. Carlos Eduardo Cabral de Lima.

Acho que agora já preenchemos todos.

Tem mais uma vaga aí? (*Pausa.*)

Dr. Márcio Maciel.

Muito bem. A gente fecha aqui.

A gente vai alternando entre um presente e um remoto. O tempo é de oito minutos para cada um.

Devido à quantidade de participantes, ilustres convidados, a gente não pode exceder um pouquinho o tempo, senão fica muito tarde e as pessoas que estavam aguardando remotamente ficam inquietas e terminam, às vezes, saindo um pouquinho. Então, vamos resumir.

Eu passo a palavra, de imediato, ao Dr. Felipe Renault, de que eu já falei. Ele é Presidente da Associação Brasileira de Direito Financeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Dr. Felipe.

O SR. FELIPE RENAULT (Para expor.) – Muito obrigado, Senador. Muito boa tarde. É uma honra estar aqui perante V. Exa., nesta mesa, em mais uma audiência pública, debatendo temas que são tão caros ao Brasil.

Cumprimento também o Senador Eduardo Braga. Eu estimo melhoras ao Senador. Imagino que qualquer cirurgia é delicada, imaginem na coluna!

Serei muito breve, até porque os que me antecederam o fizeram com informações valiosíssimas. Só não queria deixar de cumprimentar também a plateia na pessoa do Prof. Marcos Valadão e da Profa. Lina Santin, que eu tanto admiro. Nós debatemos sempre sobre diversos temas de Direito Tributário, inclusive seletivo.

Bom, o que se pretende fazer na reforma tributária brasileira a título de Imposto Seletivo, na verdade, é impor mais uma medida arrecadatória. Não há a menor dúvida de que o Imposto Seletivo que temos no PLP 68 é um Imposto Seletivo que nada conversa com o que pegou, aqui já citado. Ele estabeleceu, trouxe-nos e inovou com relação a uma tributação que visa a coibir práticas sociais que fazem mal à saúde, ao meio ambiente, através de medidas que visem a coibir as externalidades negativas, compor socialmente esses danos que são causados. Isso nada tem a ver na medida em que o Imposto Seletivo foi deveras aumentado aqui na sua extensão e, portanto, é uma criação brasileira.

Não há problema, via de regra, em que uma tributação que seja, tanto do ponto de vista seletivo, como extrafiscal, o que é uma pena... Faço coro quanto ao fato de que a extrafiscalidade tenha sido extirpada do texto até o momento, rogo que o Senado volte com a previsão da extrafiscalidade.

Não há problema em que arrecade. O problema é que prioritariamente arrecade. Essa função tem que ser secundária, até por conta da capacidade contributiva. Se temos prioritariamente o aspecto arrecadatório, é preciso se observar a capacidade contributiva, até porque estamos falando de um imposto propriamente dito que também é um contrassenso técnico na medida em que, se há uma destinação específica – e deveria haver, diga-se de passagem –, deveria ser uma contribuição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que é que vem como imposto? Porque, como o intuito é arrecadatório, naturalmente o Imposto Seletivo vem para frear o aumento da alíquota do IBS e da CBS, de modo a tornar essa alíquota mais palatável e, de certa forma, também compensar os estados e os municípios. Nesse ponto, há uma contradição em si, porque a participação especial e o excesso em óleo da União são calculados – quando a gente fala da extração de óleo e gás, do setor de óleo e gás –, levando-se em consideração... Deduz-se da base da participação, portanto, dos entes federativos todos os custos incorridos, inclusive os tributos suportados. Então, o Imposto Seletivo, ao mesmo tempo que gera arrecadação, diminui a participação dos entes federativos.

Esse tema é extremamente caro – razão pela qual eu agradeço aqui a indicação do Senado para falar –, é muito caro ao Estado do Rio de Janeiro, mas também a todo o Brasil. A gente está falando de 40% do PIB carioca e 30% da arrecadação, que advém do setor de óleo e gás, Senador, além de a gente ter impacto no Brasil todo, por conta de campos de extração de petróleo, tanto no Nordeste quanto no Sul do país, de modo que a arrecadação poderá ser impactada em todo o país. Isso porque, como a gente está tratando de *commodities* – como foi muito bem dito pelos que me antecederam –, não há como repassar no preço qualquer aumento tributário. A *commodity* já está precificada. O que há é uma diminuição de margem. O que há é uma diminuição do investimento que será realizado, tendo em vista o achatamento da margem... Já é um setor cujo *break-even* é elevado, é muito difícil se estabelecer e se chegar efetivamente a um resultado positivo no setor.

Dependemos de diversas multinacionais que investem aqui no Brasil, só que o Brasil não é o único produtor de petróleo. Tem outros países, e o Brasil já é um dos países mais caros para se investir, para extrair petróleo. Se a gente começa a aumentar a carga tributária – o que aliás é muito comum no Brasil, a gente aproveita os maiores setores econômicos e quer tributar cada vez mais esses setores para aumentar a arrecadação –, o problema é que isso diminui o investimento, então, na contramão do que se pretende, que é aumentar arrecadação, tende-se a ter uma redução da arrecadação.

O Imposto Seletivo também vai na contramão do que esperamos da reforma tributária, ele não é transparente, ele repercute na cadeia inteira, sem que se possa visualizá-lo, como iremos visualizar o IBS e a CBS. Então, preocupa-me sobremaneira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voltando ao setor de óleo e gás – como também foi muito bem dito pelos que me antecederam –, ele representa mais de 15% do PIB nacional e arrecadou mais de R$2 trilhões em participações governamentais na década de 2010. Qual o interesse, então, em frear o crescimento desse setor, que inclusive é um setor fundamental – repito: é um setor fundamental – para a transição energética? Quando a gente fala de minerais, *lato sensu*, não há como se falar em transição energética sem falar da essencialidade desse setor, então, como é que ele é nocivo?

Há uma discussão, Senador – aqui eu faço coro –, de que, quando o art. 410, inciso V, do PLP 68, fala em exportação de bem mineral extraído, o que deveria aqui se considerar com relação a se ignorar a destinação e, portanto, tributar-se a exportação propriamente dita é se interpretar essa destinação como uma destinação final do uso do óleo como matéria-prima e não efetivamente a exportação. Tributar a exportação não só é absolutamente inconstitucional como, economicamente, não se sustenta. É absolutamente atentatório contra os próprios interesses econômicos do país. Nós temos uma expectativa de, na próxima década, receber um investimento de R$600 bilhões no país só do setor. Então, não faz sentido nenhum se falar em criar um tributo sem fundamento, tão-só para se arrecadar mais, quando o setor é tão essencial e o impacto tributário é imenso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE RENAULT – Se eu tenho um aumento de 1% da carga tributária, eu tenho um impacto de 6% nos investimentos.

Então, é claro, o ideal seria, como no relatório da CAE, que não houvesse essa previsão, mas, se ela sobrevier, Senador, que seja limitada realmente ao 0,25, coisa que precisa que o Senado efetivamente aprove.

Então, Senador, eu concluo dizendo que, se nós temos o Imposto Seletivo, se nós temos o tal chamado *excise tax*, nesse caso, o foco, o fundamental é termos medidas de compensação. Eu trago aqui como exemplo o IRA, que é um programa norte-americano que visa ao investimento em energia verde e que faz com que as empresas, por exemplo, do setor de óleo e gás tenham uma redução... Na verdade, gera-se crédito e, portanto, uma redução da carga tributária global quando há investimento em energia verde. Então, se há, aqui...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE RENAULT – ... alegando-se, para concluir, Senador, alegando-se aqui que há, de alguma forma, dano à natureza, e nós temos uma baixíssima emissão de CO_2 na extração, mas considerando que, de toda forma, há dano ao meio ambiente, que o Senado inclua medidas de compensação desse eventual dano, assim como prevê o Projeto de Lei Complementar nº 29, de 2024.

Muitíssimo obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado, Dr. Felipe.

A seguir, consulto se a Dra. Viviana Santiago está disponível remotamente. (*Pausa.*)

Dra. Viviana Santiago.

A SRA. VIVIANA SANTIAGO (*Por videoconferência.*) – Olá! Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Boa tarde, Dra. Viviana!

A SRA. VIVIANA SANTIAGO (*Por videoconferência.*) – Boa tarde!

É um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – A senhora está com a palavra.

A Dra. Viviana é Diretora Executiva da Oxfam Brasil.

A senhora tem oito minutos, Dra. Viviana, para sua apresentação.

Muito obrigado.

Está com a palavra, viu? Fique à vontade.

A SRA. VIVIANA SANTIAGO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada.

Saúdo todas as pessoas presentes e quero dizer da nossa alegria, enquanto Oxfam Brasil, em nos fazermos presentes nesta audiência e dizer também que aqui, para além do fato de me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentar enquanto Diretora Executiva da Oxfam Brasil, nós também estamos aqui enquanto parte da Coalizão 3S, por uma reforma tributária que seja solidária, que seja sustentável, e pensar dentro dessa lógica também nos chama a atenção para o fato de que ela precisa ser saudável.

Eu gostaria de começar endereçando a necessidade de que a gente pense a vida das pessoas em situação de maior vulnerabilidade, sobretudo a partir da sua lógica do seu direito à saúde. A saúde é um direito, e o Estado tem um papel enquanto promotor desse direito, garantidor do direito à saúde. Então, pensar o Imposto Seletivo sobre ultraprocessados é vital quando a gente pensa no impacto à saúde, especialmente daquelas pessoas mais vulneráveis.

Eu sempre gosto de me apresentar e apresentar a organização, porque eu acho que é sempre necessário que a gente diga de onde a gente fala.

Então eu falo aqui, me reconhecendo enquanto negra, enquanto mulher, enquanto nordestina, enquanto professora e enquanto mãe. E, desses lugares, eu falo enquanto uma pessoa que experiencia profundamente a desigualdade, enquanto uma pessoa que experiencia profundamente, na própria pele, desde antes de ter chegado nesta vida, os impactos de ausência de justiça e de sobra de desigualdade no país em que nós vivemos.

E um dos pontos centrais da atuação da Oxfam Brasil é o enfrentamento da desigualdade. A Oxfam Brasil atua para que nós tenhamos um país com mais justiça, com menos desigualdades, pensando esse trabalho a partir da lógica de justiça econômica e social, de justiça urbana, de justiça rural e desenvolvimento, de pensar justiça racial e de gênero e de pensar a justiça climática e a Amazônia. E um ponto de justiça é fundamental para que a gente compreenda o impacto da desigualdade dentro desse contexto.

Nesse sentido, a gente vem endereçando a dimensão do racismo como o ponto aqui, no nosso país, que é fundante e perpetrador das iniquidades, das desigualdades no nosso cotidiano. O racismo está inteiramente conectado com o direito à vida, com a integridade física e a saúde, com como você pode ou não acessar e ter garantidos esses direitos, a depender da cor da sua pele, aqui, no nosso país. Pensar nesse processo é fundamental para que a gente possa pensar e reiterar o papel do Estado na garantia da vida de todas as pessoas, especialmente aqui, no Brasil, na vida da maioria da população brasileira, a população negra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos lutado continuamente contra a violência contra as mulheres e, no entanto, a violência doméstica contra as mulheres negras tem aumentado: 63% das vítimas de feminicídio no Brasil são mulheres negras. A gente tem uma média de quatro mulheres assassinadas por dia, 2,2 mil mulheres são baleadas e, nesse contexto, as mulheres negras são ampla maioria. Dentro desse contexto, os assassinatos com utilização de armas de fogo também são mais do que maioria nesses casos. Então, é preciso pensar que a gente precisa de um Imposto Seletivo que incida sobre as armas de fogo, de modo que a gente possa garantir o direito à vida, o direito à integridade física.

No último ano, em um ano, a gente tem cerca de 2.044 pessoas amputadas em consequência de ferimentos provocados por armas de fogo. Isso nos dá um total de pessoas, ao longo de 15 anos, que é maior do que a quantidade de pessoas amputadas, nos Estados Unidos, vindas das guerras, de todas essas guerras de que os Estados Unidos participam ao redor do mundo. Então, isso, no nosso contexto, pessoas que aqui, no nosso país, são amputadas em função de ferimentos provocados por armas de fogo.

E a gente tem sempre uma ideia de que a ampliação do acesso à arma de fogo amplia a sensação de segurança. No entanto, o estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública vai mostrar que, quando a gente tem a mudança na legislação que amplia, que possibilita maior acesso às armas e que aumenta em quase 500% o registro de caçadores, os CACs, a gente tem um aumento proporcional: a cada 1% de armas a mais, a gente tem 1% a mais de homicídios.

Então, arma, acesso a arma não significa segurança, mas tem um endereço certo aqui, no Brasil, quando a gente pensa nas pessoas que são assassinadas. Nesse período, a gente tem pessoas que poderiam ter ficado vivas. Entre 2021 e 2023, a gente tem 6 mil, quase 7 mil mortes a mais aqui, no Brasil, completamente relacionados ao aumento do acesso a armas no país. E o aumento do acesso a armas, uma flexibilização nos requerimentos para que você possa adquirir essas armas... Ainda que a gente tenha uma mudança nesse contexto a partir de 2023, a gente ainda tem hoje uma grande quantidade de armas que estão circulando de maneira ilegal pelo país, quando a gente pensa na perspectiva de roubos de armas, que sumiram, que foram retiradas desses colecionadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso restringir o acesso a armas. É preciso um Imposto Seletivo para que a gente possa aumentar os preços e para que a gente possa reduzir a circulação. É pelo direito à vida.

Quando a gente pensa que, entre 2021 e 2023, mais de 15 mil crianças e adolescentes foram assassinados no Brasil, sendo a maioria, quase 83% de jovens negros... Quando a gente pensa na faixa etária de 15 a 19 anos, 83% de jovens negros assassinados, e quase 90% desses assassinatos foram provocados por armas de fogo. É pelo direito à vida.

Para além disso, a gente tem perdas econômicas, quando a gente pensa nos quase R$50 milhões que são gastos anualmente no SUS, em processos de cuidado à saúde decorrentes de pessoas que sofreram agravos à saúde relacionados a armas de fogo. É pelo direito à vida.

E pensar em todas essas mulheres, crianças e adolescentes que são assassinados nos mostra a dimensão das perdas que nós estamos vivenciando no Brasil. O acesso à arma, o acesso irrestrito a essas armas consegue produzir morte no presente e vai matando o nosso futuro. A idade dessas mulheres assassinadas é entre 20 e 39 anos; mulheres que poderiam produzir tanto pelo nosso país, tanto pela nossa sociedade. A gente precisa de um outro projeto de sociedade que não tenha na morte o seu centro. E isso é possível quando a gente entende que armas não são segurança pública; que política pública de segurança caminha com muitos outros elementos.

Obrigada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado, Dra. Viviana Santiago, pela sua apresentação muito especial.

Dando seguimento, eu passo a palavra para o Dr. Waldir Salvador, que está remoto também. Ele é Consultor Institucional da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (Amig) e representa, nesta audiência, José Fernando Aparecido de Oliveira, que é o Presidente.

Dr. Waldir, o senhor está disponível? (*Pausa.*)

Dr. Waldir, lá de Minas Gerais.

Dr. Waldir? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, então, vamos em frente, não é? Vou deixar aqui. Se ele se apresentar e der o sinal, nós voltaremos.

Eu chamo neste momento o Dr. Henrique Mendes de Araújo – também remoto –, Diretor de Relações Institucionais da Copersucar, representando Mário Campos, Presidente da Bioenergia Brasil.

Dr. Henrique, o senhor está disponível neste momento? (*Pausa.*)

Dr. Henrique?

O SR. HENRIQUE MENDES DE ARAÚJO (*Por videoconferência.*) – Estou sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O senhor pode iniciar.

Está com a palavra por oito minutos, Dr. Henrique. Fique à vontade.

O SR. HENRIQUE MENDES DE ARAÚJO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador Confúcio.

Quero iniciar, como meus antecessores fizeram, agradecendo a oportunidade de estar aqui. Esse processo todo, que tem acontecido no Parlamento, especialmente agora, no Senado, é um trabalho muito criterioso de toda a equipe envolvida, especialmente a equipe do nosso Relator, do Relator do projeto, o Senador Eduardo Braga. Quero cumprimentar aqui, por meio de sua equipe, os seus representantes, que o senhor mencionou que estão aí.

Senador, sei que o senhor já estava aí, o senhor participou da audiência na semana passada, de uma das relevantes audiências, e sei que o senhor é um entusiasta do setor de que eu vou falar um pouco aqui, que é o setor de bioenergia.

Aliás, começo esclarecendo que eu estou aqui representando 100% dos produtores de etanol e açúcar do Brasil. Há um alinhamento total entre as duas principais entidades, a Unica e a Bioenergia Brasil.

E é com esse espírito e com essa responsabilidade, Senador, uma responsabilidade de um setor que tem hoje mais de 800 mil empregos no seu ecossistema e que, nessa discussão tão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atual, tão relevante para o Brasil e para o mundo, de transição energética, tem feito a sua parte e assim seguirá fazendo.

Para ser econômico e direto, eu tenho dois pontos para tratar, para apresentar, para endereçar aqui, hoje, nesta audiência. O primeiro deles é referente a bebidas açucaradas. Eu acho que o Victor Bicca foi muito feliz em trazer um dos argumentos.

Eu tenho uma apresentação que eu enviei. Eu não sei se os senhores estão vendo, se pudessem projetar para os senhores...

O primeiro eslaide, eu não vou passar pelas informações que estão nele, independentemente de ele estar com todas as informações, mas eu tenho dois destaques que eu gostaria de trazer para os senhores. Primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Dr. Henrique, se a gente projetar o eslaide, o senhor não aparece.

O senhor se incomoda se a gente projetar e o senhor não aparecer?

O SR. HENRIQUE MENDES DE ARAÚJO (*Por videoconferência*.) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Então, está bem.

O SR. HENRIQUE MENDES DE ARAÚJO (*Por videoconferência*.) – Pode projetar. Se o senhor quiser projetar...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está bem, então vamos projetar.

O SR. HENRIQUE MENDES DE ARAÚJO (*Por videoconferência*.) – ... eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O senhor pode continuar, por favor.

O SR. HENRIQUE MENDES DE ARAÚJO (*Por videoconferência*.) – Por favor. Está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do eslaide que está aí, que os senhores vão ver, eu acho que o grande destaque que eu quero trazer é a questão de o Brasil ser hoje o maior produtor mundial e o responsável pelo maior fluxo comercial de açúcar em todo o mundo. Essa condição traz ao Brasil divisas. O açúcar é hoje um dos principais itens da pauta de exportação do Brasil, gerando renda, emprego e, como eu disse, divisas para o Brasil.

O segundo ponto, corroborando com o que o meu colega Victor Bicca mencionou... E eu acabo referenciando aqui as mesmas fontes, as pesquisas, que ele mencionou, que são relacionadas à ineficácia da incidência do Imposto Seletivo para bebidas açucaradas.

E por que a gente tem essa afirmação? Por conta de relevantes estudos que estão disponíveis – esse material certamente já foi encaminhado para assessoria do próprio Senado –, houve uma significativa diminuição do consumo de bebidas açucaradas nos últimos anos: o índice que a gente reputa aqui é superior a 50%.

E, nesse mesmo período, Senador Confúcio e demais participantes da audiência, a gente teve um aumento de mais de 100% na questão da obesidade, ou seja, mostrando uma desconexão entre a efetividade dessa incidência com o resultado que ela se propõe a buscar.

Eu acho que isto também é importante dizer: o Brasil já adotou e já implementou a questão da rotulagem dos alimentos, inclusive para bebidas açucaradas, desde outubro de 2022, como uma medida, essa, sim, muito mais efetiva para aquilo que se quer buscar.

Então, em resumo, o nosso posicionamento, o posicionamento do nosso setor é de exclusão do Imposto Seletivo para bebidas açucaradas.

O próximo eslaide, senhores, por favor, é sobre veículos. Claramente o nosso Parlamento, corroborando inclusive a proposta do Ministério da Fazenda, optou por ter a incidência de Imposto Seletivo sobre veículos. Qual é o nosso posicionamento, que eu gostaria de transmitir aqui? Que haja neutralidade em relação às tecnologias, claro, com foco em CO_2 e no ciclo de vida.

Para cada palavrinha dessa, tem um pouquinho que eu vou falar, mas é muito fácil. Todos os veículos devem estar, se assim for o entendimento do Parlamento, adstritos à incidência do Imposto Seletivo. Essa incidência, se se considerar a sua externalidade ou as suas externalidades ambientais, deve considerar todo o ciclo de vida, ou seja, da fabricação ao uso até a destinação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do veículo, porque assim, Senador, o senhor que, como eu disse, é um entusiasta do segmento de energia – e nós sabemos disso, não é? –, o Brasil vai conseguir entregar aquilo a que ele tem se proposto, inclusive com aprovações unânimes do Congresso Nacional, de duas normativas, duas políticas públicas muito relevantes para o nosso país, que são o combustível do futuro e o programa Mover, que estão alinhados com essa perspectiva de que, primeiro, tenhamos neutralidade tecnológica quando falamos em regular a mobilidade no Brasil; e dois, que nós consideremos que o Brasil é, sim, um grande produtor de biocombustível, e que isso traz riqueza, renda e prosperidade para toda a nossa nação.

Então, em resumo, o nosso posicionamento é de que, se houver um Imposto Seletivo para veículos, que ele seja para todos os tipos de veículos e que ele considere a emissão de carbono no ciclo de vida como um todo. Essa é a melhor medida do ponto de vista de política pública, no nosso entendimento, corroborado, como eu mencionei, pelas políticas públicas recentemente aprovadas.

Com essas palavras, eu encerro aqui a minha participação e reitero o agradecimento pela oportunidade de estar aqui hoje. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Dr. Henrique, muito agradecido pela sua participação nesta audiência pública.

A seguir, eu passo a palavra para a Dra. Ana Helena Pamplona. Ela é consultora da Associação Nacional de Jogos e Loterias. A senhora está disponível, Dra. Ana Helena?

A SRA. ANA HELENA KARNAS HOEFEL PAMPLONA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim. Vocês me escutam bem?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Isso, muito bem. A senhora pode iniciar sua apresentação.

A SRA. ANA HELENA KARNAS HOEFEL PAMPLONA (*Por videoconferência*.) – Deixe-me ver se eu consigo compartilhar. Eu vou compartilhar uma apresentação para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA HELENA KARNAS HOEFEL PAMPLONA (*Por videoconferência.*) – Deixe-me ver se eu consigo. Vocês enxergam bem? Vou colocar desde o início aqui para...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pode, a apresentação está na tela, viu? Todos estamos vendo. Fique bem à vontade.

A SRA. ANA HELENA KARNAS HOEFEL PAMPLONA (*Por videoconferência.*) – Está certo. Está certo então.

Bom, antes de mais nada, boa tarde a todos. Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de falar aqui, neste exercício de democracia, que é a audiência pública.

Eu venho falar pela ANJL, que é a Associação Nacional de Jogos e Loterias. Eu sou professora e advogada, sou mestre e doutora em direito.

E quero começar cumprimentando, então, o Exmo. Sr. Senador Confúcio Moura, que está representando o Eduardo Braga, a quem eu estimo melhoras.

E eu quero dizer que venho falar sobre um tema um pouco complicado, que é a questão do concurso de prognósticos. E mais do que falar sobre um tema complicado, como técnica, eu venho também falar aqui como cidadã.

Por que eu acho importante explicar que eu sou cidadã? Porque todos nós queremos um país melhor. E querer um país melhor significa pensar não no que cada setor econômico pensa ou vai pleitear enquanto setor econômico, mas, sim, pensar o que a gente pode fazer para ter um país melhor.

E aqui eu começo a minha fala dizendo que a existência de jogos e de concursos de prognósticos é um fato, e contra fatos não há argumentos. Então, a gente tem que pensar qual é a melhor forma de agir dentro desse fato. Hoje em dia ser contrário à regulamentação, à legalização dos jogos, é ser a favor de um jogo ilegal. O que eu digo com isso é que a tributação vai diretamente repercutir em como a gente vai tratar essa questão e vamos ter um país melhor.

A minha primeira informação é de que nós precisamos ter... O meu objetivo aqui, a minha fala é de que nós precisamos ter um regime tributário específico eficiente. O que é um regime tributário específico eficiente? É aquele que arrecada, mas que estimula a legalização das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas. E por que legalização? Porque a atuação no mercado regulado significa atuação em algo que é controlado, aos olhos do Estado. E, com base nisso, a gente pensou... As empresas, todo o setor se organizou e alinhou com o poder público emendas e propostas para a modificação do PLP, para que ela esteja de acordo com as melhores práticas internacionais.

Eu sigo mostrando para vocês o que se precisa para que a tributação seja eficiente. Se nós olharmos as experiências mundiais, nós vamos ver que a taxa de canalização – e aí eu digo a migração do mercado irregular para o mercado regular – está diretamente ligada com a eficiência da tributação. Quanto melhor, quanto mais eficiente for a tributação, mais empresas teremos sob o olhar do Estado, regulares e arrecadando, e menos empresas teremos no mercado irregular. Então, o que eu lembro aqui é que para arrecadar não significa necessariamente aumentar o tamanho da alíquota, aumentar a base de cálculo e tentar fazer com que o Estado tribute mais, mas, sim, com que o Estado tribute de forma eficiente.

Nesse sentido, eu digo para vocês o seguinte: um regime tributário específico e eficiente migra as empresas para o mercado regulado, faz com que as empresas estejam sob fiscalização, faz com que somente o jogo entretenimento... E eu digo: todo o mercado, o mercado sério quer que somente o jogo entretenimento exista, que é aquele que respeita a questão de tempo e valor. Tudo o que está fora do padrão deve ser banido. Então, nós não queremos que se jogue menos – para quem joga fora do padrão –, nós queremos que não se jogue nada, e nós queremos também proteger o consumidor.

Com isso, eu digo para vocês que hoje em dia não existe um regime eficiente. Na verdade, a previsão que vem pelo PLP vem de encontro a isso; nós teremos uma ineficiência tributária. Nós precisamos alterar, de acordo com as melhores práticas tributárias, para que se tenha sucesso nesse regime, e, com isso, a migração para o mercado regular, a maior proteção do consumidor, para que nós tenhamos recursos para o Estado e para que assim nós consigamos aumentar o PIB do Brasil com a ajuda desse setor.

Como a gente traz essa eficiência? Pensando que, se todos os países não autoritários do mundo já regulamentaram essa prática – se não me engano tem só um que não regulamentou –, significa que os maiores países de todos aqueles que têm sucesso econômico entenderam que é melhor regular do que não regular. Então, vamos utilizar essas experiências como uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

oportunidade. Qual é a grande dificuldade? A grande dificuldade é que os países, em geral, usam uma tributação única para esse tipo de setor, para as apostas em si.

Então, a gente precisa utilizar esses países como referência, mas em termos de carga tributária total. Então, a gente pensa nesse setor como um todo – e aí eu falo em termos de carga tributária total –, porque é preciso lembrar que nós já temos – o setor já tem – um adicional de 12% previsto na legislação específica e onerar ainda mais com o Imposto Seletivo pode vir a prejudicar e trazer uma ineficiência. Então, o sucesso do regime tributário significa o sucesso na regulamentação. Se nós não tivermos eficiência, nós teremos um fracasso na regulamentação.

E aí eu trago que nós precisamos pensar na base de cálculo: quanto às especificidades que existem no setor, ao creditamento e à alíquota da mesma forma. Eu trago aqui breves reflexões sobre o Imposto Seletivo. A minha visão, Professora, não pode esquecer que é preciso lembrar que o Imposto Seletivo tem um objetivo extrafiscal. O objetivo não é um objetivo arrecadatório. Então, na verdade, novamente aqui, nós não queremos que quem jogue fora dos padrões de tempo e valor jogue menos, nós não queremos desestimular a conduta, nós queremos que essas pessoas não joguem nada. E qual é aqui o grande problema? É que se for feita uma tributação excessiva, se aumentarmos uma tributação pelo Imposto Seletivo, aquilo o que a gente quer combater, que são os problemas de saúde, que é fazer com que as pessoas que desenvolvem algum tipo de doença não participem... Elas vão acabar sendo estimuladas a jogar fora do mercado legal e fora do olhar do Estado, elas vão jogar no mercado ilegal, e daí vai ser muito pior.

Bom, lembro que a própria Constituição, sabendo das especificidades do setor, possibilita esse regime específico e assim a adequação de base de cálculo, creditamento e alíquota, para aquilo que é possível e para aquilo que é preciso, para que se tenha sucesso na regulamentação. Então, essas emendas foram propostas pelo setor, com o apoio de diversos Senadores, para que se tenha essa adequação desses setores, dessas questões específicas de base de cálculo, creditamento, alíquota Imposto Seletivo, para que se evitem inconstitucionalidades e para que a gente tenha aí uma eficiência de acordo com as melhores práticas internacionais. Então, um regime tributário específico eficiente canaliza para o mercado regulado, possibilita a fiscalização, protege o consumidor, combate o jogo ilegal e arrecada e fomenta a economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu quero lembrar a vocês é que um regime tributário ineficiente ajuda o não regulado, gera a manutenção do que se quer combater, aumenta o jogo ilegal, falta fiscalização, perde arrecadação, gera perda de confiança...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA HELENA KARNAS HOEFEL PAMPLONA (*Por videoconferência.*) – ... e não fomenta a economia. Eu digo a vocês que o nosso inimigo é o mesmo e que quem ganha com o fracasso da regulamentação é justamente aquilo que nós tentamos combater: o mercado irregular.

Nós queremos um regime tributário eficiente. A ineficiência agrava o que a gente quer combater.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito agradecido, Dra. Ana Helena Pamplona, pela sua brilhante apresentação.

O Dr. Waldir, que é lá de Minas Gerais, já está colocado, mas eu vou passar aqui, Dr. Waldir – aguente um pouquinho aí que eu vou passar para o Dr. José Eduardo Macedo Cidade, que está aqui aguardando, e já eu passo a palavra para o senhor, que está remoto.

Então, o Dr. José Eduardo Macedo Cidade, que é Presidente da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas.

Com a palavra, V. Sa.

O SR. JOSÉ EDUARDO MACEDO CIDADE – Muito bem, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Isso, Doutor, fique à vontade.

O SR. JOSÉ EDUARDO MACEDO CIDADE (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Confúcio Moura.

Na sua pessoa, quero aqui, fazer uma referência especial a todos aqueles que estão participando desta audiência, não deixando de fazer uma referência aqui também especial ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Auditor Fiscal João Hamilton, que tem acompanhado este processo de regulamentação, desde o início desta discussão, quando iniciaram aí esses debates que tanto se faz em relação à reforma tributária no Brasil.

Esses poucos minutos que a gente tem aqui disponíveis são extremamente importantes, mas nos obrigam a primar por uma objetividade. Eu represento aqui a Associação Brasileira de Bebidas Destiladas com um único objetivo: evitar que esta reforma tributária, ora em debate, cometa um equívoco histórico.

Concordamos com que o Imposto Seletivo, no caso de bebidas alcoólicas, é para disciplinar o consumo das mesmas. Contudo, para que a intenção do legislador produza o efeito planejado, é fundamental que o propósito do tributo não crie impacto negativo entre concorrentes, neste caso, bebidas destiladas, para privilegiar os interesses das indústrias cervejeiras, que irão se beneficiar injustamente de uma situação em que deve prevalecer o bom senso para disciplinar corretamente o consumo de bebida alcoólica.

Nesta direção, senhores, vale explanar sobre a proposta inicial apresentada. Ela foi discutida por especialistas, pelos técnicos da Receita Federal, estabelecendo um sistema híbrido para o Imposto Seletivo sobre consumo de bebida alcoólica.

Vejamos.

A apresentação aqui tem alguns eslaides que vão demonstrar esse processo dessa proposta inicialmente apresentada.

Primeiro, temos o tecnicamente conhecido como *ad rem*, que foca diretamente na quantidade de álcool puro contido em uma bebida, independentemente da bebida. Assim, esta alíquota específica é determinada pelo produto do teor alcoólico com o volume dos recipientes.

Estou aqui sendo bastante didático para que a gente possa, assim, acompanhar o raciocínio inicialmente proposto para o Imposto Seletivo de bebidas alcoólicas, que permite que essa tributação varie conforme a quantidade de álcool no recipiente, tributando menos quem tem menos álcool e mais quem tem mais álcool.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando se faz este comparativo entre uma garrafa de 1 litro de cerveja e uma garrafa de 1 litro de bebida destilada, considerando-se um teor alcoólico de 5% da cerveja e um teor alcoólico de 40% de um destilado, encontram-se na cerveja 50 ml de álcool e num destilado, 400 ml de álcool. A conclusão aqui é lógica, de que se tributou o volume de álcool de cada recipiente.

Já a segunda parte deste sistema híbrido é o *ad valorem*, que por si só já diz: é valor. E aqui, senhores, é muito clara e objetiva a proposta inicialmente apresentada. Ela irá incidir sobre o preço dos produtos em questão. Próximo eslaide, por favor.

E, aqui, a gente traz efeitos hipotéticos, exemplificativos: uma cerveja de R$7,00, com uma alíquota de 5%, pagaria R$0,35 de imposto; um destilado de R$80,00, com uma alíquota de 5%, pagaria R$4,00 de imposto. Está muito claro, muito objetivo nesse processo. Nesse sentido, essa regra de aplicação do Imposto Seletivo sobre bebidas alcoólicas estaria adequada à intenção legislativa original, majorar o preço das bebidas alcoólicas por meio da tributação e estimular a redução do consumo dos produtos em questão. Claro, fácil de interpretar!

A grande questão aqui, tendo como balizadores o volume de álcool no sistema *ad rem* e o preço da mercadoria no *ad valorem*, através desse método, a maior tributação irá recair para a bebida alcoólica com maior quantidade de álcool e com maior preço ao consumidor. Respeitamos essa metodologia, uma vez que ela, efetivamente, considera a quantidade de álcool em cada bebida e o seu preço para a definição desse ônus tributário.

Ao se somar essas alíquotas e pelas várias conversas que realizamos com os técnicos quando ainda em elaboração essa proposta, quando se soma o *ad rem* com o *ad valorem*, a gente chega lá a uma diferença entre esses dois produtos de 9,7 vezes, considerando *ad rem* e *ad valorem* nas proporções em que aqui foram apresentadas.

No entanto, senhores, com a adição do §4°ao art. 419, essa lógica cai por água abaixo, cai por terra, como diriam outros, com o único objetivo de beneficiar as grandes indústrias cervejeiras. E digo isso porque, quando você propõe uma alteração nesse §4°, trazendo *ad valorem* por categoria de produtos e acrescidos de uma progressividade em virtude do teor alcoólico...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ EDUARDO MACEDO CIDADE – ... fugiu-se completamente do princípio que lá estava estabelecido na regra inicial. Só essa continha rápida que faço aqui a vocês mostra que 63% vai ser a diferença na tributação entre bebidas destiladas e cerveja.

Eu sei que o tempo é bastante escasso, mas quero aqui dizer aos senhores que o Conselho Nacional de Saúde fez uma referência bastante interessante com relação a esse processo e fez uma recomendação aos legisladores, que observassem que 90% do consumo de bebida alcoólica no Brasil é centrada em cerveja.

Próximo eslaide, por favor.

Próximo.

Mais um...

Mais um...

Eu estou pedindo para passar rápido aqui, Senador, para que a gente possa ir direto ao ponto e que possamos aqui...

Mais um, por favor.

Próximo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ EDUARDO MACEDO CIDADE – E essa recomendação do Conselho Nacional de Saúde, senhores, é demonstrada por este gráfico.

De acordo com o Conselho Nacional de Saúde, 90% do consumo de bebida alcoólica no Brasil é centrado em cerveja. Desde o ano 2000, o consumo nacional desse fermentado aumentou 76%, saindo de 8,385 bilhões de litros para 14,577 bilhões de litros, enquanto as bebidas destiladas saíram de 1,110 bilhão para 772 milhões de litros. Só isso, senhores, já é uma clara demonstração de que o consumo de álcool no Brasil é, sim, de cerveja.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ EDUARDO MACEDO CIDADE – E portanto, nós precisamos fazer uma reforma tributária justa.

E pedimos aqui, Senador Confúcio, que esta Comissão e o Senado excluam o §4º inserido na Câmara dos Deputados.

Quero aqui não me alongar demais, porque o prazo e o tempo que nos foi dado são bastante exíguos. Mas eu gostaria de finalizar, Senador, dizendo que teremos uma infinidade de outros argumentos, dados e diagnósticos cientificamente referendados para expor aos senhores e às senhoras a nossa preocupação.

Nós, da ABBD, somos cumpridores das regras estabelecidas e, evidentemente, não vamos mais extrapolar aqui o tempo que nos foi concedido.

Agradeço a atenção de todos os senhores. O material ficará disponível, Senador, para que esta Comissão e os técnicos possam fazer a sua análise...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ EDUARDO MACEDO CIDADE – ... mas reiteramos a importância de o Relator desta Comissão retirar o §4º do art. 419, inserido na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. José Eduardo, pela apresentação muito clara e didática.

Eu chamo agora o Dr. Waldir Salvador, que está remoto. Ele é lá da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais.

O senhor pode entrar, doutor. (*Falha no áudio.*)

Está tendo um... É o seu som. (*Pausa.*)

Isso, está bom. O senhor consegue falar?

O SR. WALDIR SALVADOR (*Por videoconferência.*) – Vocês nos ouvem bem? Por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem. Pode continuar, Dr. Waldir Salvador.

O SR. WALDIR SALVADOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Confúcio. O nosso agradecimento pelos municípios mineradores de Minas e do Brasil poderem estar participando da audiência pública.

Queria fazer um agradecimento muito especial também ao Senador Jader Barbalho, que é um grande líder e o mais legítimo representante nosso no Senado não só por causa da sua experiência parlamentar, mas também por ser o Governador de um dos mais importantes estados mineradores do Brasil.

Nós, municípios mineradores, somos completamente favoráveis ao desenvolvimento do processo de reforma tributária. Acompanhamos tudo o que aconteceu na Câmara Federal, viemos acompanhando o que está acontecendo no Senado, e sabemos da importância de desburocratizar e otimizar o processo tributário brasileiro, mas não podemos deixar de colocar, aqui claramente, que os municípios mineradores são entes federados que produzem muito: quatro por cento do PIB da exploração mineral é gerado através da geologia depositada em nossos subsolos. São poucos municípios mineradores responsáveis por uma grande concentração da exploração mineral brasileira.

A Amig representa 8 estados brasileiros e 56 cidades que, juntas, têm nos seus territórios mais de 80% da exploração mineral do país. Então, ela tem muita legitimidade e 35 anos de história para, com bom senso, chegar aqui e fazer algumas colocações, que são para o desenvolvimento econômico mineral, mas com visão do lado público dela.

Assistindo desde o primeiro pronunciamento aqui, nós estamos vendo, mais uma vez, que o Senado vai ter que ter muito discernimento, muita calma, muito bom senso, porque sempre a iniciativa privada vem trazer o foco de que não é possível tirar a sua competitividade, não é possível onerar com mais impostos, mas aqueles que representam também o que é público sabem da necessidade da eficácia do Imposto Seletivo para melhorar os aspectos de impactos no meio ambiente e na saúde da população brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso da exploração mineral, nós temos algumas poucas colocações aqui para fazer, mas acredito serem elas muito importantes.

Primeiro, há um equívoco em tributar apenas a mineração de ferro, já que os outros segmentos minerais – como ouro, manganês, lítio, agregado de construção civil, etc. – provocam um impacto tão significativo quanto a atividade de exploração de minério de ferro. É um equívoco achar que só o minério de ferro, por ser o carro-chefe da exploração brasileira – que tem mais de 70% da sua produção mineral concentrada no minério de ferro –, achar que só ele é impactante. Não é! Nós vivemos 35 anos de experiência, dia a dia, nas cidades mineradoras. É preciso corrigir; não pode ser só aplicado o IS sobre a exploração de minérios de ferro.

Outra coisa que é preciso deixar muito clara aqui é que os municípios mineradores precisam ser os reais recebedores do Imposto Seletivo que será arrecadado. Diferentemente do fumo, diferentemente do álcool e de outros segmentos que serão impactados, os segmentos de minério de ferro e dos outros minerais são constritos, são seguros aos territórios. O álcool e o fumo têm diluído pelo país inteiro o seu impacto; a mineração tem impacto local, no máximo nas cidades circunvizinhas, que são coprodutoras, de alguma maneira, do minério de ferro e dos outros minerais. Então, não há como não solicitar ao Senado brasileiro que faça uma correção, de forma que aquilo que for arrecadado com o Imposto Seletivo retorne para a origem, que é onde acontece o real impacto, que são os municípios mineradores brasileiros. Esse é um outro aspecto muito importante a ser colocado.

Precisamos colocar aqui, também, que não é possível permitir que o IS seja descontado da base de cálculo da Cfem. Nós já estamos tendo uma perda enorme! Somos os entes federados que mais perdem com a reforma tributária: perdemos o ICMS, que costuma ser a maior receita dos municípios mineradores de médio e grande porte do Brasil; vamos perder o ISS, principalmente porque, nas últimas três décadas, as mineradoras passaram a ter uma grande terceirização, e o ISS passou a compor uma das três principais receitas dos municípios mineradores.

Nós precisamos, então, que haja uma maneira de se frear a possibilidade de, na hora que se fizerem os cálculos da Cfem, abater o IS sobre esse cálculo. Não tem condição de acontecer isso, principalmente pelo grande prejuízo que os municípios mineradores já têm. De alguns anos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para cá, tem sido demonstrado nos relatórios do TCU – o último aconteceu há 30 dias – que há uma grande sonegação por parte do setor privado da mineração brasileira.

Para os senhores terem uma ideia, esse último relatório trazido a público, há pouco mais que 30 dias, mostra que, dos anos de 2017 a 2021, dos 39 mil títulos minerários ativos no Brasil, 70% não recolheram um único real de Cfem. E os outros 30% cometeram uma sonegação em um bem que é da União, concedido à iniciativa privada, cuja sonegação vai entre 30% e 40,5% daquilo que deveria ser principalmente colocado nos cofres das prefeituras para se fazerem saúde, educação, diversificação econômica, etc., etc., etc.

Então, nós precisamos que o Senado se atente a isso, faça com que realmente não seja deduzida a base de cálculo; que o que for arrecadado volte aos municípios mineradores, porque o impacto é localizado, diferente de outros segmentos que serão tributados pelo Imposto Seletivo.

É preciso que realmente não fique apenas restrito à atividade de exploração de minério de ferro – as demais também provocam um grande impacto ambiental e na saúde dos munícipes, dos municípios mineradores.

A Amig fez, principalmente durante a reforma, vários estudos, contratados da UFMG, que mostram, por exemplo, que a mineração brasileira, ao contrário do que já foi dito nesta audiência pública, é uma das menos oneradas do planeta, principalmente dos seus principais concorrentes: Austrália, Canadá, Estados Unidos, China, que consome muito minério aqui, mas tem uma produção razoável de minério. São países que cobram muito mais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WALDIR SALVADOR (*Por videoconferência.*) – ... do que o Brasil cobra de quem faz essa exploração mineral concedida – o bem mineral é do país, como está na Constituição – à iniciativa privada.

No âmbito nacional, quando também vamos verificar quais são os segmentos, principalmente os industriais menos onerados, está a mineração entre os menos onerados. Não é verdade. Os estudos do UFMG, já protocolados nos gabinetes dos Senadores e dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federais, mostram que a mineração brasileira não terá nenhuma perda de competitividade com a introdução do IS sobre a sua atividade.

E a gente espera que esse Imposto Seletivo, de fato, venha fazer eficiência de gastos, eficiência tributária nos solos dos municípios mineradores de Minas e do Brasil.

São essas as colocações da Associação dos Municípios Mineradores de Minas e do Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WALDIR SALVADOR (*Por videoconferência.*) – Nós agradecemos muito a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Waldir, pela sua apresentação em defesa dos municípios mineradores. Você falou de Minas Gerais aqui, mas é do Brasil inteiro. Satisfação.

Vamos passar a palavra para o Dr. Gilberto Tarantino, que é representante da Associação Brasileira de Cerveja Artesanal.

Agora aí vai dar a polêmica aqui com as bebidas destiladas.

O SR. GILBERTO TARANTINO (Para expor.) – Alô? Boa tarde.

Eu trouxe uma apresentação, se a gente puder colocar.

Senador, boa tarde. Assim, eu não vim criar polêmica nenhuma, eu vim unir, tá? Ao contrário dos colegas que estão aqui, e são excelentes profissionais, eu tenho um diferencial: eu sou empreendedor. Eu produzo cerveja, eu sei das dores de uma pequena empresa. Eu estou há 15 anos nesse mercado de bebidas e, inclusive, já fui importador.

Esse mercado de cerveja artesanal vem crescendo muito e eu aprendi que um dos grandes valores é a comunidade que a gente consegue criar, principalmente das pequenas empresas. Então, eu estou falando hoje aqui do orgulho da cerveja brasileira.

Os números oficiais, concedidos pelo Ministério da Agricultura, são esses. O Brasil é, sim, o terceiro maior produtor de cerveja do mundo – no ano passado, foram 15 bilhões de litros – e isso gera 2 milhões de empregos diretos e indiretos. São 1.847 cervejarias, o que representa 2%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do PIB e isso representa R$50 bilhões de impostos recolhidos. Então, eu tenho orgulho desses números.

E aqui a gente vê o crescimento exponencial. Se a gente pegar aqui, em 2023, foram 1.847 cervejarias e, em 2013, eram apenas 195. Então, é um mercado importante e isso é uma tendência mundial. A cerveja artesanal vem conquistando o mundo todo.

Próximo eslaide, por favor.

Olhem que número interessante: um a cada sete municípios no Brasil tem uma cervejaria registrada. Então, temos pequenos produtores no país inteiro, nos 26 estados mais o DF. Inclusive no DF nós fizemos um festival com 30 cervejarias locais aqui no Parque da Cidade no final de semana passado, então, isso é um orgulho muito grande para a gente.

Próximo eslaide, por favor.

Inclusive eu trouxe aqui essa foto de uma cerveja minha, Senador. É uma cerveja feita localmente com frutas como goiaba, amora e cumaru, que é a baunilha brasileira. Então, assim, novamente, eu tenho orgulho de ser um pequeno fabricante de cerveja artesanal.

A gente tem algumas colocações interessantes – o próximo eslaide, por favor – que eu gosto de chamar a atenção. Eu sempre falo que a cerveja boa é a cerveja fresca, é a cerveja feita localmente. Então, a minha própria marca, que inclusive eu empresto o nome, Cervejaria Tarantino, nós produzimos na cidade de São Paulo, na Zona Norte, ali da ZN, para toda a São Paulo, e só vendemos, inclusive, para a cidade de São Paulo.

Ao contrário do que já foi no passado e do que acontece hoje, muitas multinacionais importam bebidas destiladas para cá, mas a gente tem que privilegiar o produto brasileiro.

Próximo eslaide, por favor.

Temos, sim, vários desafios pela frente, porque a carga tributária é muito grande e, para nós, pequenos produtores, qualquer 1% de aumento representa 20% para o consumidor final. Então, eu peço a atenção dos Senadores e dos Deputados que estão nos acompanhando para que olhem com muito carinho a questão dos pequenos produtores.

Próximo eslaide, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, Senador, nós organizamos um manifesto também, um manifesto em prol do pequeno produtor, não só de cerveja, mas também de cachaça. Eu tenho vários amigos que são donos de cachaçarias e destilarias nacionais, assim como vinícolas. A cachaça, sim, é reconhecida como uma bebida nacional; a cerveja é conhecida como a bebida predileta do brasileiro; e o vinho vem conquistando também prêmios internacionais. Até no Sertão da Bahia, Senador, temos vinho de excelente qualidade. Então, isso é motivo de orgulho para a gente.

Então, os pequenos produtores são responsáveis por quase 1 milhão de empregos do campo ao copo. Quase todos estão no Simples: 99% das cachaçarias, 95% das cervejarias e 75% dos produtores de vinho estão no Simples. Então, nesse sentido, a gente pede uma atenção sempre diferenciada para tudo o que está sendo falado aqui com relação à cerveja.

Próximo eslaide, por favor.

E pedimos o acolhimento da emenda de proteção às bebidas produzidas pelos pequenos produtores, a 1.368, apresentada pelo Senador André Amaral. Por favor, Senador Confúcio, leia. Preste atenção nisso porque a gente está falando de todo o segmento dos pequenos produtores.

Próximo eslaide, por favor.

Agora, eu quero falar uma coisa que, do meu ponto de vista aqui, vem me incomodando bastante. A cachaça não está ameaçada pela reforma tributária, são ameaças à produção nacional que vêm de multinacionais de destilados. Equilibrar ou ter uma isonomia tributária quer dizer que vai aumentar o preço da cerveja, do vinho e da cachaça nacionais e vai reduzir o preço dos destilados importados. Nós estamos falando de indústrias que têm uma produção gigantesca.

E uma curiosidade: por exemplo, no Reino Unido a cerveja paga menos imposto que o destilado. Por que no Brasil teria que ser diferente? Querem fazer um *free shop* do nosso país? Essa é uma questão que eu acho interessante.

Então, a gente está defendendo a indústria nacional e a gente tem um questionamento muito grande: o que é bom para o uísque escocês...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILBERTO TARANTINO – ... não é bom para a cerveja brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo eslaide, por favor. (*Pausa.*)

Próximo eslaide, por favor.

A indústria brasileira de bebidas e de agricultura gera emprego e renda para os brasileiros.

Próximo eslaide, por favor.

Somos quase 5 mil pequenas empresas, se a gente contar as cervejarias, cachaçarias, vinícolas e o grande número de agricultores.

Próximo eslaide, por favor.

Senadores e Senadoras, quem merece proteção? As 5 mil pequenas indústrias e agricultores ou produtos importados?

Próximo eslaide, por favor. Próximo eslaide. Próximo eslaide.

Se der para colocar – tem um vídeo aí, é bem curtinho –, clicar na figura do Guilherme Uzeda... (*Pausa.*)

Som. (*Pausa.*) (*Falha no áudio.*)

Acho que estava muito alto. (*Pausa.*)

A gente está vendo a presença de importador de bebida de luxo presente neste debate.

Não podemos encarar que bebidas como uísques importados tenham a mesma tributação da nossa cerveja artesanal. As alíquotas não podem ser as mesmas. Imagine uma cachaça artesanal, um vinho artesanal e até a nossa cerveja artesanal pagando a mesma taxa tributária de bebidas importadas. Isso afeta a nossa empregabilidade local. Isso nos deixa muito preocupados, isso pode até causar a extinção.

Por isso que nós, produtores locais, apoiamos a Emenda 368, do Senador André Amaral, viva, para que a nossa cerveja não venha a morrer.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem, Doutor.

É o Dr. Gilberto Tarantino quem acabou de falar.

Nós estamos chegando ao final. Faltam só dois apresentadores, convidados. E assim, já antecipadamente, quero agradecer a todos. Vocês viram o volume de 19 palestrantes. Foi uma das maiores audiências públicas aqui do Senado, não é?

Eu sei que todos estão cansados de aguardar as palavras dos outros, mas eu gostei aqui do debate, assim, até contraditório, porque é justamente na contradição que a gente forma um juízo de valor muito importante, não é? Então, gostei, sim, do debate sobre os destilados e as cervejas locais, que é muito instrutivo para orientar aí o relatório do Senador Eduardo Braga nessa reta final.

Eu passo a palavra agora para o Dr. Carlos Eduardo Cabral de Lima, que é Presidente do Instituto Brasileiro de Cachaça (Ibrac).

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL DE LIMA (Para expor.) – Bom, boa tarde a todos e a todas. Quero saudar o Senador Confúcio, e, ao saudá-lo, quero saudar os demais Senadores e demais Senadoras que nos assistem remotamente.

Dando início à apresentação, se puder passar para o próximo eslaide, por favor.

Senador, como de prática, em todas as audiências do Ibrac, a gente traz aqui uma mensagem importante sobre o consumo responsável de bebidas alcoólicas. Então, no instituto, a gente combate o consumo em excesso de bebidas alcoólicas e sempre traz uma mensagem para aqueles que optarem por consumir bebidas alcoólicas, para que sempre o façam de forma moderada, com responsabilidade; e, se beberem, nunca dirijam.

Próximo, por favor.

Falando rapidamente sobre o instituto, Senador, o Ibrac nasce em 2006. É uma entidade hoje que congrega mais de 17 estados, são 13 associações estaduais, regionais e nacionais, dentro do guarda-chuva do Ibrac. Ele representa mais de 80% de todo o volume legalmente produzido no Brasil. Isso envolve a grande maioria de micro e pequenas empresas, de médias empresas, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grandes empresas e até os grupos multinacionais que hoje têm marca de cachaça aqui no Brasil. O Ibrac tem 107 associados diretos, e, se a gente considerar os associados indiretos do Ibrac, a gente está falando de mais de 400 associados indiretos hoje dentro do instituto, que dá ao Ibrac uma total legitimidade de falar em nome do setor produtivo da cachaça, sejam eles grandes empresas, pequenas empresas ou micro e pequenas empresas.

Próximo, por favor.

E é pensando, Senador, em todo o movimento da reforma tributária que o Ibrac lançou um manifesto, que é um manifesto colocando que a cachaça está, sim, em risco de extinção, ao contrário do que foi dito pelo Gilberto, colega da Abracerva, que me antecedeu. É um manifesto hoje que é assinado não só pelo Ibrac, mas por 13 entidades estaduais e regionais, entidades essas que representam micro e pequenos produtores de todo o Brasil, praticamente. Então eu convido aqueles que queiram acessar o manifesto da cachaça que acessem via o *link* que está aí.

O próximo, por favor.

E, Senador, no Ibrac, a gente tem dois pedidos muito claros e muito transparentes aqui para o Senado Federal: o primeiro deles é a exclusão do §4º do art. 419 do PLP 68, de 2024, parágrafo esse que foi incluído ali de última hora, pela Câmara dos Deputados, na leitura do segundo e do terceiro relatórios; e, claro, um tratamento diferenciado para os pequenos produtores. Então, são dois pedidos: a exclusão do §4º e um tratamento diferenciado para os pequenos produtores, para que os pequenos produtores tenham, sim, tratamento diferenciado, para que as bebidas alcoólicas no Brasil sejam tratadas de maneira isonômica.

É importante trazer o que é o setor da cachaça hoje: é um setor que gera mais de 600 mil empregos diretos e indiretos, tem mais de 500 anos de história, nasce praticamente junto com o nosso país, é a primeira indicação geográfica do Brasil. A cachaça é uma bebida exportada para mais de 60 países, com mais de cem empresas exportadoras hoje. São 1.267 cachaçarias registradas no Ministério da Agricultura, e apenas Amapá e Roraima não possuem produtores de cachaça devidamente registrados.

Próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que Eduardo Cidade já falou um pouco do problema, não é, Senador? Houve uma alteração ali na proposta, que foi feita pelo Executivo à Câmara dos Deputados, e foi incluído um §4º, que faz com que as alíquotas *ad valorem* – próximo, por favor – possam ser diferenciadas por categoria de produto e progressivas de acordo com o teor alcoólico, o que penaliza de uma maneira muito injusta as bebidas alcoólicas destiladas. E aqui falo não só pela cachaça, mas também me dou o direito de, como a cachaça representa um grande volume de bebidas destiladas aqui no Brasil, falar pelas bebidas destiladas, de maneira geral. A percepção que a gente teve com essa alteração é de que ela vem para beneficiar bebidas de baixo teor alcoólico e distorce completamente o que seria uma tributação *ad valorem*, uma vez que a tributação *ad valorem* só deveria considerar valor de produto, não outros atributos a não ser valor de produto.

Próximo, por favor.

E aqui, Senador, eu gostaria que a gente tivesse a presença de produtores de cachaça na audiência e não é possível, mas a gente trouxe um vídeo gravado por eles, que eu acho que reforça muito bem o nosso pleito.

Então, se puder passar o vídeo, por gentileza. Eu espero que o áudio funcione. (*Pausa.*)

Será que você consegue passar novamente para ver se o áudio passa? Não? (*Pausa.*)

Bom, é um pedido, Senador, de produtores de vários estados da Federação, reforçando esse pedido que eu trago ao Senado Federal. A grande maioria desses produtores ou a totalidade deles são micro e pequenas empresas. O pedido deles é que o Senado Federal exclua o §4º, inserido pela Câmara dos Deputados, e que também haja um tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas.

Então, o Ibrac, como legítimo representante do segmento produtivo da cachaça e dos micro e pequenos produtores, reforça que a cachaça está, sim, em risco de extinção, e nós reforçamos a necessidade de o Senado Federal corrigir o que foi feito pela Câmara dos Deputados.

Próximo, por favor.

Existem algumas emendas, Senador, que foram apresentadas nesse sentido: uma delas é do Senador Castellar, que tem o apoio do Senador Marcelo Castro; outra é do Senador Veneziano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vital do Rêgo; outra, da Senadora Teresa Leitão, que pedem a supressão do §4º do art. 419; e uma emenda do Senador Castellar, que pede também que empresas optantes pelo Simples Nacional tenham um tratamento diferenciado, com uma alíquota *ad valorem* diferente das demais empresas no âmbito do Imposto Seletivo.

Próximo, por favor.

Por que a gente pede isso, Senador?

Trago aqui dois estudos: um deles é uma nota técnica do Conselho Nacional de Saúde, que traz ali de uma forma muito clara que o Imposto Seletivo não deve variar conforme o teor alcoólico, uma vez que isso iria reduzir significativamente o impacto sobre a cerveja, que é responsável por 90% do consumo de álcool no país.

E aí, o Gilberto trouxe o fato do Reino Unido. Por que no Reino Unido hoje não tem uma tributação tão excessiva para a cerveja? Porque a cerveja não representa 90% do consumo de bebidas alcoólicas no Reino Unido. Então, quando a gente olha a tributação de bebidas alcoólicas nos países, a gente precisa olhar a realidade daquele país e o consumo de bebidas alcoólicas naquele país. É simplesmente por isso que, no Reino Unido, você tem hoje um tratamento que não é um tratamento em que é a cerveja é extremamente onerada, mas aqui no Brasil esse consumo precisa ser olhado, e quem traz isso é o Conselho Nacional de Saúde.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL DE LIMA – Há também um estudo do Sindifisco, que pede que a tributação não varie também de acordo com o teor alcoólico.

Se puder passar, por favor.

E eu acho que um grande estudo que merece uma atenção do Senado Federal é esse estudo que foi publicado que trata da contribuição dos tipos de bebidas alcoólicas para o consumo, uso abusivo de álcool e danos relacionados ao álcool – uma comparação entre cinco países.

Então, quando eu digo que a tributação precisa olhar o padrão de consumo de bebidas alcoólicas naquele país, eu simplesmente estou me pautando, Senador, nos estudos que foram publicados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse estudo é um estudo que foi, inclusive, patrocinado ou financiado por uma grande indústria cervejeira hoje no mundo; e o estudo traz exatamente isso. Foi um estudo feito em cinco países, que diz que uma maior implementação de intervenções baseadas em evidências para reduzir o consumo de cerveja aqui no Brasil pode ter um maior impacto sobre o consumo nocivo e problemas relacionados ao álcool.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL DE LIMA – Próximo, por favor.

O Inca também traz algo nesse sentido; traz aqui um ponto, inclusive, não só do ponto de vista de tributação, mas um olhar sobre o qual o Senado ou o Congresso Nacional deverão, devem ou pelo menos poderão se debruçar em breve que é a questão de publicidade no Brasil, que é um ponto extremamente importante para a gente também.

Próximo, por favor.

E é isso.

Aqui a gente deixa a pergunta: se a cerveja representa mais de 90% do consumo de bebidas alcoólicas no Brasil e o Imposto Seletivo tem como objetivo reduzir o consumo nocivo de álcool, por que a atual proposta está incentivando o consumo dessa bebida?

Eu acho que era isso que eu tinha para dizer e quero lhe agradecer mais uma vez, Senador, pela oportunidade.

Tenho aqui em mãos um documento, o Manifesto da Cachaça, assinado por mais de 13 entidades estaduais e regionais. Essas entidades, verdadeiras representantes dos micro e pequenos produtores de cachaça no Brasil, reforçam que a cachaça está, sim, em risco de extinção com a atual proposta em discussão pelo Senado Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito agradecido ao Dr. Carlos Cabral de Lima.

Vamos para o último...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO TARANTINO (*Fora do microfone*.) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não.

Pode ligar aí.

O SR. GILBERTO TARANTINO (Para expor.) – Já que o meu nome foi citado pelo colega Carlos, queria só esclarecer o seguinte: no Reino Unido, que é o país do uísque, do *scotch whisky*, a cerveja paga menos imposto do que o destilado.

Só queria deixar claro isso, porque eu achei que ficou meio confuso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Obrigado, Doutor.

Vamos para o último convidado nosso, a quem eu peço muitas desculpas por ser o último e ter esperado tanto, não é, Doutor? Está ali ele, pacientemente, o Dr. Márcio Maciel, parecendo um discípulo de Buda, por esperar tanto tempo quietinho. (*Risos.*)

O SR. MÁRCIO MACIEL – Pior que eu medito, hein? Pior que eu medito, quando preciso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem.

Com a palavra o Presidente-Executivo do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja, Dr. Márcio Maciel.

O SR. MÁRCIO MACIEL (Para expor.) – Senador Confúcio, muito obrigado pelo seu tempo e por estar aqui presente conosco.

Quero agradecer também a presença do Senador Eduardo Braga, que está fazendo um esforço hercúleo para estar aqui, à equipe da Fazenda e a todas as pessoas que ainda estão aqui, durante toda esta audiência longa.

O Sindicerv é o principal representante da indústria da cerveja no Brasil; representamos as grandes, pequenas e regionais. Cerca de 85% da cerveja produzida no Brasil está no Sindicerv.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E uma coisa boa de estar no Sindicerv e falar sobre cerveja é que – nesse dado que veio em uma pesquisa do Instituto Locomotiva, agora no meio do ano –, para 85% dos brasileiros, compartilhar uma cerveja com os amigos é parte da cultura do nosso país.

O que isso significa, Senador? Significa que a cerveja é muito mais do que a paixão nacional. Por mais que ela tenha sido uma bebida criada 10 mil anos atrás no Crescente Fértil, é uma bebida que caiu no gosto do brasileiro, é a bebida favorita do brasileiro, como o colega Giba aqui já falou, e é uma bebida que traz o brasileiro junto para celebrar, ver seu time de futebol, música, enfim, conversar com seus amigos. Então, é algo que está muito preso na nossa cultura brasileira. A gente fala: "Cerveja é algo que ajuda o brasileiro a ser cada vez mais brasileiro".

Pode passar o próximo, por favor?

Mas boa parte dessa paixão nacional pela cerveja vem por uma característica específica do setor cervejeiro, de que o meu colega da Abracerva aqui já falou. Um dado da FGV, reforçado pela Oxford Economics, que vai atualizar o seu estudo em fevereiro do ano que vem, fala que 90% da riqueza gerada por uma cervejaria fica na localidade em que ela está instalada; ou seja, a cerveja, além de ser um produto local, como o pão fresco, ali para você bebê-la mais fresca, deixa os recursos, deixa a riqueza próxima daquela localidade. Isso significa o quê? Mais empregos, isso significa mais infraestrutura, isso significa mais impostos na localidade. Então, não só pelo fato de a cerveja ser algo para celebração, mas o brasileiro acaba capturando também essa importância econômica da cerveja no dia a dia da economia.

Próximo eslaide.

Tudo isso, Senador, casa com o nosso lema: "Do campo ao copo". O setor da cerveja é uma indústria que é longa, que vai do campo ao copo, passando desde a agricultura familiar, a agricultura também de grande escala, até chegar à mesa dos brasileiros, no copo dos brasileiros, nos seus brindes.

Deixe lá, por favor. Isso.

A indústria da cerveja brasileira representa 2% do PIB, são 50 bilhões de impostos, que a gente deixou arrecadado em 2023. É um setor que emprega mais de 2,5 milhões de brasileiros; ou seja, a paixão nacional está toda ligada a isso, à representatividade econômica e ao que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representa na geração de empregos. Eu falo que a indústria da cerveja é uma usina de criar empregos no Brasil. Para cada emprego numa indústria, você cria outros 34 na cadeia produtiva.

Tendo essa característica e toda essa relevância – pode passar para o próximo –, a gente nunca se opôs a uma reforma tributária; muito pelo contrário, a gente está presente nos 27 estados do Brasil. A gente convive com as 27 legislações de ICMS e todas as suas regulações. Aqui temos vários tributaristas, e eles sabem como é difícil viver neste mundo. Então, vendo que tem uma reforma tributária que nos seus princípios fala em neutralidade, simplificação e promove o crescimento nacional – afinal de contas somos uma indústria nacional – a gente a apoiou. E nós a apoiamos – pode passar para o próximo – com essa garantia de simplificação, redução da complexidade e insegurança jurídica, fomento à reindustrialização, à progressividade e combate à pobreza.

Ao contrário do que foi dito aqui, em nenhum momento a gente pede privilégio – muito pelo contrário. O setor cervejeiro brasileiro é o que paga mais imposto na América Latina inteira, pois 56% do preço de uma cerveja que o brasileiro paga hoje é imposto. Nenhum país da América Latina paga mais que isso. Mesmo sabendo disso, a indústria da cerveja em nenhum momento pediu para não estar no Imposto Seletivo, para não haver uma reforma tributária ou para que houvesse uma redução da sua carga tributária. Em nenhum momento, foi pedido isso. O que a gente pede é neutralidade. Já pagamos muito. Deixem a gente continuar pagando muito e continuar crescendo.

Pode passar para o próximo.

Por que isso, não é, Senador? Também dado do Instituto Locomotiva: sete em cada dez brasileiros consideram que o imposto que se paga na cerveja já é alto. A gente sabe. Então, a única coisa que a gente está pedindo, no final das contas, é não haver aumento de carga e que a gente, se está fazendo um desenho de uma reforma tributária padrão OCDE, vamos ter um Imposto Seletivo também padrão OCDE.

Pode passar para o próximo.

Quais são as propostas do setor cervejeiro dentro desse cenário, Senador? São três propostas bem simples. A gente fala em progressividade, que, ao contrário do que está sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

levantado aqui, nada mais é do que adotar as melhores práticas internacionais, é adotar o que o órgão máximo de saúde do mundo, a OMS, fala que deve ser a tributação de bebidas alcoólicas: progressiva conforme o teor alcoólico. Produtos diferentes – e as bebidas alcoólicas são diferentes entre si – devem ter alíquotas diferentes. É isso o que a OMS, OCDE, Banco Mundial e FMI dizem. É isso que é aplicado há décadas, em dezenas de países do mundo inteiro e, como foi falado aqui, baseado em evidências, com evidências robustas no mundo inteiro de que isso funciona para a redução do consumo nocivo de álcool.

Além disso, a gente também defende uma transição neutra para todos, para todo mundo que está nesta mesa, para todo mundo que está no Imposto Seletivo. O que a gente defende: já pagamos muito. Acho que ninguém aqui pode se enganar dizendo que não paga muito. Todo mundo paga muito. O que a gente não quer é pagar mais.

Então, apesar de pedirem para aumentar a tributação da cerveja aqui, o que a gente está pedindo é que mantenham a tributação da cerveja, das outras bebidas e de todo mundo que está no Imposto Seletivo na mesma carga que está antes de o Imposto Seletivo entrar. Então, durante a longa transição, como foi falado aqui, a gente mantém a mesma carga tributária.

Por fim, a gente reforça o pedido do colega Giba de defesa e tratamento diferenciado para todos os pequenos produtores de bebidas. Isso é algo que o Sindicerv defende desde o dia um da reforma tributária. No dia 1º de março, na primeira audiência da reforma tributária na Câmara, a gente defendeu – o setor da cerveja – sozinho defendeu esse ponto. A gente defendeu que todo o setor de bebidas, independentemente da bebida que produz, se é pequeno produtor... A gente estava pedindo isenção.

Escutando a Receita falar aqui, a Fazenda, falando em tratamento diferenciado, a gente não se opõe, mas sabe que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO MACIEL – ... o pequeno produtor tem que ser tratado de maneira diferente, porque, falando no caso da cerveja, ele é responsável por cerca de 2% do volume de cerveja no mercado e tem grande valor em cultura, inovações, como o colega aqui trouxe, que são fundamentais para o mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caminhando para a conclusão, Senador – pode passar –, aqui eu quero deixar para vocês referência de dezenas de países no mundo inteiro que utilizam tributação progressiva por teor alcoólico nas bebidas alcoólicas; ou seja, não estamos pedindo nenhuma inovação no Brasil. Muito pelo contrário, a gente está pedindo para ser aplicado no Brasil o que funciona no mundo inteiro, ao contrário do que está sendo pedido aqui, uma suposta isonomia que a gente não vê praticada em nenhum lugar do mundo, em nenhum lugar que funcione.

Pode passar para o próximo.

Eu acho superimportante reforçar duas mensagens. Primeiro: produtos diferentes, alíquotas diferentes, então, alíquotas progressivas, conforme recomendam os organismos internacionais e as boas práticas internacionais.

Por fim, Senador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO MACIEL – ... eu quero reforçar um trecho de um ofício da OMS enviado para a Comissão de Assuntos Sociais neste mês, depois de uma consulta da Senadora Mara Gabrilli. Eu vou abrir aqui porque acho que fica mais fácil de ler.

Em relação a bebidas alcoólicas, o que ele fala?

A estrutura da proposta está alinhada com as recomendações da OMS, pois consiste em uma estrutura mista, *ad valorem* específico, que visa mitigar os efeitos nocivos associados ao maior teor alcoólico. Taxar o álcool com base no teor alcoólico é eficaz na redução dos riscos à saúde relacionados ao álcool, desencorajando o consumo excessivo, especialmente de bebidas com alto teor alcoólico.

Ou seja, Senador, o que a gente está defendendo aqui é algo bem simples: boas práticas internacionais. Não é privilégio, não é inovação, não é nada disso. São boas práticas internacionais. Onde funciona no mundo, vamos trazer isso para o Brasil, porque deu certo lá fora. Vamos fazer dar certo aqui também.

Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem. Ouvimos aí o Dr. Márcio Maciel, com sua apresentação.

Olha, não tem nenhum Senador inscrito para fazer perguntas, mas os internautas... Tem vários aqui. Eu sei que, devido à longa exposição apresentada, muitas perguntas, quase todas já foram respondidas nas exposições, e é dispensável repetir aqui as mesmas palavras já ditas pelos expositores.

Eu vou só agradecer a todos os internautas que entraram em contato com a Comissão, que são o Claiton, lá do Estado do Paraná – muito obrigado, Claiton.

O Leonardo, do Estado de São Paulo, que pergunta sobre Imposto Seletivo. Já foi respondido agora, muito bem.

O Rafael, lá do Estado de Pernambuco, que também fala sobre, comenta sobre o PLP 68.

O Deilson, também do Estado de São Paulo, que pergunta como direcionar-se para os malefícios causados por produtos sujeitos à tributação, e o álcool, etc. Foi muito bem respondido durante a exposição.

O Vitor, de São Paulo, também, pergunta semelhante.

O Rafael, do Estado de Pernambuco; o Deilson, da Bahia; o Fredjoger, do Rio de Janeiro; e a Sabrina, do Distrito Federal.

A todos vocês, muito agradecido por estarem ligados à TV Senado, ouvindo os nossos ilustres representantes de entidades de muitas categorias que aqui fizeram justas e merecidas apresentações.

Embora o Senador Eduardo Braga não esteja, eu vou transmitir a ele as mensagens deixadas e pedir para que ele ouça todas as vozes dos últimos nove palestrantes que aqui falaram na ausência dele, que foram extremamente importantes.

Então, nada mais havendo a tratar, agradeço a todos pela participação, aos ilustres convidados, com muita experiência nas suas entidades representativas, que vieram aqui trazer argumentos muito fortes para a correção dos rumos da reforma tributária, para que ela seja justa e boa para todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos os internautas e aos presentes.

Muito obrigado, gente.

(Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 45 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Marcos do Val, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Jayme Campos, Angelo Coronel, Otto Alencar, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Jorge Kajuru, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Flávio Bolsonaro, Beto Martins, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Sérgio Petecão, Confúcio Moura e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Weverton, Plínio Valério, Omar Aziz, Eliziane Gama, Rogério Carvalho, Magno Malta, Marcos Rogério e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa - Desenvolvimento Regional**, atendendo ao requerimento PLP 68/2024, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar n° 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências". **Participantes:** Sr. Rogério Gallo, Secretário de Fazenda do Estado do Mato Grosso (representante de: André Horta, Diretor Institucional do Comitê Nacional de Secretários de Estado de Fazenda); Sr. Mário Sérgio Carraro Telles, Superintendente de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Sr. Pablo Cesário, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca); Sr. Tácio Lacerda Gama, Professor Livre-docente de Direito Tributária da PUC-SP; Sr. Roni Peterson Bernardino de Brito, Assessor do Gabinete e Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil (RFB), e colaborador da Secretaria Especial de Reforma Tributária do Ministério da Fazenda (representante de: Bernard Appy, Secretário da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda); e Sra. Ana Carolina Brasil Vasques, Presidente do Mulheres no Tributário. Usa da palavra o Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (PODEMOS/PR). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/26

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a realizar a 12ª audiência pública para instruir o projeto que regulamenta a reforma tributária, o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), e dá outras providências.

A presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados por sistema de videoconferência para exposições e debates; e será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular dessa forma.

Os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

A Secretaria informa aqui que os convidados estão presentes. Como na mesa aqui só cabem quatro convidados, e são seis, eu vou propor que, depois que o convidado fale, faça um revezamento, e os que ficarem aí no plenário depois venham para cá. Então, convido para participar da mesa: o Sr. Rogério Gallo, que é um dos convidados, Secretário de Fazenda do Estado do Mato Grosso, representante do Sr. André Horta, Diretor Institucional do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda; o Sr. Mário Sérgio Carraro Telles, Superintendente de Economia da Confederação Nacional da Indústria; o Sr. Pablo Cesário, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca); o Sr. Tácio Lacerda Gama, Professor Livre-Docente de Direito Tributário da PUC-SP; o Sr. Roni Peterson Bernardino de Brito, Assessor do Gabinete e Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e colaborador da Secretaria especial da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, representante do Sr. Bernard Appy, Secretário Extraordinário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda; e a Sra. Ana Carolina Brasil Vasques, Presidente do Mulheres no Tributário.

Ausente o Sr. José Alves Filho, Presidente da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável (Adial Brasil), que justificou a sua ausência.

Eu quero justificar aqui a ausência do Senador Eduardo Braga, que é o Relator do PLP 68. Ele está com problema de saúde, fez uma pequena cirurgia de coluna, que o incomoda muito, sobretudo quando ele fica sentado. Daí, nessas audiências longas, ele tem pedido para alguns colegas o substituírem.

De acordo com o art. 94, §2º e §3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão as suas exposições, e em seguida abriremos a fase de interpelação pelas Sras. e Srs. Senadores inscritos; a palavra aos Senadores e às Senadoras será concedida na ordem de inscrição; os Senadores interpelantes disporão de três minutos, assegurado igual período para a resposta dos interpelados, sendo-lhes vedado interpelar os membros da Comissão.

Concedo a palavra ao Sr. Rogério Gallo, Secretário de Fazenda do Estado do Mato Grosso, representante do Sr. André Horta, Diretor Institucional do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, para a sua exposição, pelo tempo... (*Pausa.*)

O Secretário aqui avisa que o Eduardo Braga estava dando um tempo em torno de oito minutos. Nós não seremos rigorosos com o tempo, mas, evidentemente, vamos pedir, porque são seis que têm que falar, e depois tem as interpelações, para não ficar muito demorado, mas também não podemos abrir mão do conteúdo.

Sendo assim, V. Sa. tem a palavra.

O SR. ROGÉRIO GALLO (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro.

Agradeço também aqui a presença da Senadora Margareth Buzetti, do meu estado, Estado de Mato Grosso, e dos colegas que estão também neste momento nesta audiência pública tão importante. Agradeço a todos os presentes e àqueles também que nos assistem remotamente.

A nossa visão aqui, Senador Marcelo e também Senador Eduardo Braga e todos os componentes da Comissão de Constituição e Justiça, é trazer a visão dos estados sobre o PLP 68 no que tange ao Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais. Isso diz muito diretamente ao último item que eu vou mencionar, que foi sempre um dos entraves que impediram a aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da reforma nas tentativas anteriores que este Congresso Nacional tentou implementar. Quais eram esses pontos, com a discussão de sempre, por que não extinguir o ICMS ou reformá-lo em absoluto, sobretudo naquele princípio, que caracterizou por quase 55 anos, que é o princípio da origem?

- A perda da autonomia federativa de estados e municípios, que sempre se queixavam disso.

- A perda de arrecadação dos estados, em especial dos estados produtores, quer dizer, as outras propostas não traziam soluções consistentes para uma transição.

- A política de desenvolvimento regional – isso era muito relevante, sobretudo para estados do Norte, Nordeste e também Centro-Oeste, que estão em estágios um pouco ainda distintos das demais regiões do país. Então, não havia uma política de desenvolvimento regional nas propostas anteriores.

- E também, obviamente, o que se liga diretamente à política de desenvolvimento regional: os benefícios fiscais de ICMS, que foram utilizados e ainda são utilizados ao longo do tempo como um programa de desenvolvimento desses estados para atrair empresas, em especial empresas industriais, que geram empregos de maior e melhor qualidade, mas também para que essas empresas se mantivessem competitivas – não é só atrair, mas também manter. Esse conceito da manutenção é muito relevante no que nós vamos falar um pouco mais adiante.

Esses quatro pontos sempre foram muito importantes.

Por favor, pode avançar.

E aí, Senador e todos aqui presentes, para cada impasse foi construída na PEC 45 uma solução, que foi articulada durante eu diria cinco anos – a tramitação começou em 2019, mas nós fomos amadurecendo ao longo do caminho, não é? Nós temos quatro daqueles impasses.

Para a perda de autonomia federativa, foi a solução do IVA dual, ter um IVA federal, que é a CBS, e o IBS sendo o de estados e municípios, mantendo, então, a administração por parte de estados e municípios; e a criação do Comitê Gestor. Então, resolveu-se a questão da perda de autonomia federativa; ainda há muito questionamento, mas foi endereçado.

Perda de arrecadação de estados e municípios: com uma transição longa de 50 anos e de seguro-receita por mais 20 anos ao final, também houve um endereçamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desenvolvimento regional: a criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, com aporte anual de recursos federais, vai chegar a estabilizar em 60 bilhões, a serem distribuídos aos estados, que também poderão entregar às empresas, por meio de subsídios financeiros, atraindo novos investimentos e mantendo novos investimentos, também, com *gaps* logísticos, que a gente sabe que existem.

E o último ponto: o que fazer com os benefícios fiscais que estavam vigentes e ainda estão, que foram prorrogados por este Congresso Nacional, pela Lei Complementar 160, até 31 de dezembro de 2032? Qual foi a solução, então? Qual foi o pacto político, a grande concertação política? Uma transição também do ICMS e, consequentemente, do ISS, sendo que só vai se acabar com o ICMS em 2032, e criou-se o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais estaduais. Então, é fundamental que nós tenhamos em mente que essa solução foi uma solução amplamente pactuada e que não se pode agora, na regulamentação, frustrar esses objetivos.

Por favor.

E essa transição, Senador Marcelo, como se dá no tempo? Em 2029, ela começa uma transição já de diminuição em 10% das alíquotas do ICMS com aumento gradual da alíquota do IBS, de tal modo que, no ano de 2029, a alíquota do ICMS será 10% menor, e a do IBS começará a ser proporcionalmente ali aumentada no equivalente àquilo que reduziu o ICMS, o que terminará lá em 2032. Então, podemos dizer o seguinte: com a perda de 10% ao ano dos benefícios fiscais de ICMS, as empresas precisam ser ressarcidas. Isso decorre, obviamente, do conceito de que elas têm direito adquirido, e nós vamos mostrar daqui a pouco quais são os requisitos que devem ser cumpridos. Então, aquela área ali que está mais escura é exatamente a área em que o ICMS diminui, e, consequentemente, as empresas perdem esse benefício fiscal proporcional, e essa repercussão tem que ser reposta por meio de uma indenização a ser concedida pelo Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais.

Pode avançar, por favor?

Qual foi a ideia-guia da reforma? É proteger a segurança jurídica, proteger os estados e municípios, no caso da transição federativa, e proteger os contribuintes, em especial aqueles contribuintes que tenham o benefício fiscal assegurado até 2032, concedidos por prazo certo e sob condição onerosa. O Supremo assegura a eles, então, a proteção de direito adquirido como cláusula pétrea da Constituição, sobretudo depois da Lei Complementar 186 também, que reforçou essa prerrogativa. Porém, não são todos os benefícios fiscais de ICMS que serão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

compensados pelo Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais. Então, é importante também a gente desmistificar.

Aqui eu trago, no próximo eslaide, exatamente quais são os benefícios que serão ressarcíveis pelo fundo de compensação, porque a gente ouve muito dizer que isso aí seria um meteoro fiscal, uma bomba fiscal que vai acometer o Orçamento federal a partir dos próximos anos. A gente sabe que já está alocada, já está contratada uma despesa até 2032 de R$160 bilhões. Porém, nós vamos demonstrar que não é um meteoro. O espaço de aplicação de incidência desse fundo é bastante restrito no que tange aos benefícios fiscais de ICMS. Então, eles têm que ter dois requisitos.

Eles são cumulativos e concedidos para quem? Para as atividades agropecuária e industrial, inclusive agroindustrial. Os grandes beneficiários desses benefícios fiscais de ICMS concedidos sob prazo certo e condição onerosa são as indústrias brasileiras. É por isso que, quanto ao engajamento da Confederação Nacional da Indústria – cumprimento aqui também o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso, Silvio Rangel –, é fundamental que haja um engajamento, porque serão os grandes perdedores, serão os que ali terão grandes prejuízos a partir de 2029, caso os requisitos que estão colocados na lei não sejam adequados e aderentes à realidade que nós vamos expor daqui a pouco. E investimento também... (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO GALLO – Investimento em infraestrutura e também os templos de qualquer culto e as entidades beneficentes de assistência social.

Aqui é importante fazer um recorte. Agropecuária, industrial e investimento em infraestrutura são de natureza econômica e, consequentemente, objetivam uma finalidade de cunho econômico, viabilizar uma atividade de cunho econômico, diferentemente da terceira hipótese, que são benefícios de natureza social e, portanto, não são condicionados, eles são incondicionados. Logo, eles não darão direito a acessar o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais. Então, a gente já faz ali um primeiro recorte.

Qual é o âmbito de abrangência? Seriam aquelas: a letra "a" e a letra "b". E, obviamente, são concedidos por prazo certo e sob condição. Nós temos aí três requisitos.

Você poderia voltar lá só um minutinho?

Os três requisitos seriam: o âmbito material, o prazo certo e a condição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode avançar.

O que foi excluído expressamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO GALLO – ... Senador Marcelo e Senadora Margareth, do âmbito de aplicação do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais? As atividades comerciais estão fora já; as prestações interestaduais de produtos agropecuários e extrações vegetais *in natura*, quer dizer, com produtos *in natura*, que não são processados, não decorrem da agroindústria; e as atividades portuárias e aeroportuárias vinculadas ao comércio internacional.

É bom dizer: o Congresso não os esqueceu, não esqueceu esses setores. Na Emenda Constitucional 132, houve uma ampliação dos benefícios, Senador Marcelo. Pela Lei Complementar 186, o benefício se reduzia em 20% a partir de 2029; então, quando começasse, lá em 2029, nós teríamos a redução de 20% até 2032. A emenda constitucional falou: não vai reduzir em 20%, vai reduzir em 10%; quer dizer, melhorou a condição dessas atividades, desses setores todos em relação à Emenda Constitucional 160.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO GALLO – Então, eles não foram esquecidos.

Isso é para dizer que não é um meteoro fiscal. Nós estamos falando de setores muito definidos e muito específicos, e a gente vai mostrar daqui a pouco qual seria esse impacto.

Vamos mais adiante.

Análise dos requisitos. O dos setores abrangidos está resolvido. A discussão é: o prazo certo, há uma lacuna quanto aos benefícios prorrogados e renovados; e a condição onerosa, que é a nossa maior preocupação, pela indeterminação, pela grande subjetividade que você tem no PLP 68, como está escrito, como veio da Câmara para apreciação do Senado, e que pode ensejar inúmeras batalhas judiciais e contenciosos.

Pode avançar.

Aqui a gente já começa, de um modo muito objetivo... E nós vamos entregar isto para a apreciação depois, obviamente, da Comissão e dos Senadores. O art. 384 estabelece, na redação original, que veio da Câmara, que seria "mediante ato ou norma concessiva" e não expõe que também se abrangeriam as prorrogações ou renovações...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO GALLO – ... dando a impressão de que nós estaríamos apenas, então, restritos ao ato concessivo original. E, após maio de 2023, que é o corte, se houvesse o término de um primeiro ciclo de um benefício fiscal, em 2025, daria dúvida sobre se ele seria ou não abrangido, caso renovado fosse pela entidade, pelo estado que confere aquele benefício. Então, nós estamos deixando claro... A Constituição falou que as prorrogações e renovações também dão direito, sim, ao acesso ao Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais. Não somos nós que estamos dizendo isso, não estamos querendo assegurar isso no PLP, isso está na Constituição.

Pode avançar.

Esta é uma proposta de sugestão. Aí, obviamente, decorre... O que é ato concessivo de benefícios onerosos? É o ato inaugural de enquadramento, porém também, nós falamos ali no final, das prorrogações e renovações. Se é até 2032 e um benefício pode ser prorrogado – porque ele, por algum motivo, terminaria em 2030 e pode ser prorrogado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO GALLO – ... condicionado pela mesma onerosidade que o caracterizou logo no início –, obviamente ele tem que ser abrangido também pelo Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais.

Mais adiante. Mais um.

Aqui talvez seja o coração do nosso problema, o *core* do grande problema que a gente enxerga. É exatamente onde vai ter, Senadores, o maior embate no momento da habilitação com que a Receita Federal do Brasil vai se deparar, o auditor-fiscal.

Ali se está colocando o que é a condição que o estado impôs a uma empresa para que ela se instalasse no seu território: "[...] as contrapartidas previstas no ato concessivo ou fixadas na legislação estadual ou distrital exigidas do titular do benefício [e aí, no PLP 68, está] que imputam ônus adicional ou restrições à sua atividade [...]". Quer dizer, o que é ônus adicional? Traz aí uma indefinição, sobretudo depois, quando a gente for discorrer sobre os "tais como"...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO GALLO – ... os exemplos que estão ali colocados. Eles nos preocupam ainda mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós propusemos ali que... Se é uma contrapartida – a própria definição é que é aquilo que é dado em troca, contrapartida é isso –, se é aquilo que é dado em troca, então, contrapartida já caracteriza e marca a onerosidade. E ele tem que ser o quê? Tem que ser requisito para fruição, de tal modo que, não cumprida a contrapartida, você tem o direito de fruição suspenso. Então, a nossa proposta é retirar aquela parte final, porque só vai trazer imbróglio, litigiosidade, contencioso. E, com certeza, ao final, a gente sabe: todas as vezes que os contribuintes foram buscar a interpretação do que era condição onerosa, na história da jurisprudência – e a gente fez uma pesquisa –, em 90% dos casos, os contribuintes vencem, para dizer que não poderia ser cassado aquele benefício livremente, deveria respeitar o prazo certo, determinado, porque ele tinha ali o caráter da onerosidade. É isso que a gente quer evitar.

E aí vem...

Por favor, pode avançar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO GALLO – A gente coloca aqui, Senador... E aí vem "ônus adicional". Na esquerda, estão ali "ônus adicional" e "novos empregos". Vejam, se eu estou abrindo uma empresa, eu estou gerando, obviamente, empregos; agora, se são novos ou não, isso vai depender de uma análise conjuntural de Caged, se eu estou gerando ou não novos empregos – se abrem e fecham empregos todo dia. E, também, quando você fala de novos empregos... Quando você prorroga um benefício, você tem que, mesmo naquele momento, gerar novos empregos, ainda que sejam ineficientes? Não faz o menor sentido. O que nós colocamos é tirar a expressão "novos". E aí meio que se conecta com aquela ideia de ônus adicional. O que é ônus adicional? É gerar novos empregos para além daqueles que estavam previstos ordinariamente para aquela atividade? Vai obrigar o contribuinte a ser ineficiente para poder ter direito à reparação pelo Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais? Não faz sentido. Nós estamos aqui chocando o ovo da serpente para que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO GALLO – ... a gente tenha uma panlitigiosidade nesse tema. Então, a gente suprime ali a expressão "novos".

Mais adiante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também aqui a gente coloca objetivamente... Isso foi um trabalho coletivo entre todas as entidades estaduais, todas as secretarias de fazenda, dialogando com os setores. Nós temos que deixar claro: existem duas formas de você fazer investimentos. Muitas vezes, uma empresa vai se instalar lá no Piauí, do Senador Marcelo, e eles exigem que você faça uma creche. Uma indústria vai fazer uma creche, vai fazer uma escola, e isso pode ser feito pela empresa ou ser depositado num fundo para que o estado construa. Então, você pode fazer *in natura*, direto, ou fazer por meio da estrutura de estado que está ali exatamente para prestar esses serviços públicos. Então, o que nós colocamos? A alternativa é deixar claro que as obrigações, as contrapartidas que estabelecem investimentos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO GALLO – ... diretos pelo titular do benefício em serviços e infraestruturas públicas são, sim, contrapartidas onerosas que dão direito à reparação por parte do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais. Assim, em contrapartida – por favor –, a gente coloca também a alínea "e", que estabelece o seguinte: se a contrapartida for um recolhimento para um fundo estadual para desenvolvimento econômico e social e investimento em infraestrutura, desde que constituído até 31 de maio de 2023, ele também é uma contrapartida onerosa, porque não faz sentido a distinção que eu acabei de fazer.

Se a empresa constrói diretamente, é oneroso; se ela eventualmente faz uma obra por meio de uma contribuição ao fundo que se arrecada... Nosso estado lá tem um fundo de desenvolvimento econômico e social exatamente para gerar empregos, para firmar convênio com o Sesi e Senai, para que a gente capacite milhares de trabalhadores. Tudo isso aí é arcado com o dinheiro que é pago pelo fundo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO GALLO – ... das empresas que são beneficiárias do Prodei, que é o nosso Programa de Desenvolvimento Industrial. Então, a gente deixa claro, nas alíneas "d" e "e", que ou faz direto e considera um determinado investimento, no caso, a empresa, ou a empresa pode recolher... E isso caracteriza, sim, uma contrapartida. Isso precisa ser, de fato, equacionado. E desculpem até a minha ênfase nesse tema, porque esse para mim é o tema central que pode aí nos levar a uma grande judicialização.

Pode avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui também, preocupados com a questão fiscal, Roni, nosso colega da Receita Federal, nós excluímos, de modo expresso, o Fundo de Equilíbrio Fiscal, que foi criado lá pelo Convênio 42, de 2016, e hoje vários estados mantêm, para alguns benefícios, o recolhimento a esse fundo. Por que a gente coloca esse Fundo de Equilíbrio Fiscal? Porque esse dinheiro entra para o caixa do estado para compor a receita para ele gastar de modo livre. Ele não está vinculado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO GALLO – ... a nenhum investimento relacionado a desenvolvimento econômico, a desenvolvimento social e, tampouco, à infraestrutura. Então, nesses casos especificamente, os estados concordam em excluir essa contrapartida, esse Fundo de Equilíbrio Fiscal, como um requisito da onerosidade, porque não é da essência daquilo que nós estamos falando de contrapartida relacionada à infraestrutura.

Pode avançar.

Aqui também, decorrente de aceitar-se o recolhimento ao fundo como uma contrapartida, tem que ficar na base da repercussão econômica para efeito de compensação, porque, se nós não fizermos essa alteração, também lá tudo o que foi recolhido para o fundo deduz daquilo que vai ser compensado por parte da Receita Federal, que vai habilitar.

Vamos lá, pode avançar.

Eu estava falando do meteoro fiscal. Um estudo recente agora, de outubro, da Fenafisco, com base em todas as leis de diretrizes orçamentárias entregues pelos respectivos Parlamentos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO GALLO – ... aprovadas pelos respectivos Parlamentos para o exercício de 2024... Nós temos ali os números – infelizmente está bem na divisão. Dos R$241 bilhões, se você pegar a indústria e a agricultura, que são aqueles que eu mencionei que estão no âmbito material de aplicação do fundo de compensação, nós estamos falando de R$131 bilhões. Isso aí, se a gente pega... Toma-se que esses R$131 bilhões são por prazo certo e sob condição onerosa. Nós, ali, no final, não ultrapassaríamos os R$130 bilhões e estaríamos abaixo dos R$160 bilhões, que nós vamos ter, quando houver o final da transição com os depósitos que a União deve fazer no fundo de compensação. Então, não é...

E detalhe: ali nós estamos colocando na agricultura, Senador Marcelo, R$40 bilhões, estamos colocando a integralidade da agricultura, só que nós sabemos que o maior benefício que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agricultura tem é o Convênio 100, que são as entradas dos produtores rurais, as aquisições dos produtores rurais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO GALLO – ... de defensivos agrícolas, fertilizantes, que é o Convênio 100. Só que esse convênio – nós sabemos da literalidade do Convênio 100 – é incondicionado. Então, ele tem que... É uma conta dedutora dos R$40 bilhões, quer dizer, o número é ainda menor.

Nós precisamos desmistificar isso. Não é uma bomba fiscal que vai cair sobre... Pode ser uma bomba, sim, nos balanços das empresas que vão deixar de receber do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais. Aí, sim, é um meteoro em cada balanço, em cada DRE dessas empresas que não vão receber ou vão ser obrigadas a entrar em juízo e ter um *gap,* para receber esses recursos, de anos, para não falar décadas.

E o segundo aspecto é o da indústria. Será que está certo o da indústria? Ouvi muito isto: os 91 bilhões. Os meus colegas que estão aqui, que são da administração tributária, sabem – e o Roni, meu colega, também sabe – que a indústria é o setor que está obrigado a entregar as escriturações fiscais digitais. E é onde a gente tem o maior controle...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO GALLO – ... desses benefícios fiscais, é onde os estados têm, na ponta do lápis, todos os valores consolidados para que a gente possa prestar contas ao Tribunal de Contas nos nossos relatórios e também para colocar nas leis orçamentárias. Então, há um grau de precisão bastante – não vou dizer assertivo – alto em relação a esses 91 bilhões, em função da característica da indústria e da sua conformidade, mesmo porque, como está aqui a Abrasca, obviamente, elas têm que fazer toda a sua escrita fiscal em conformidade para que... E são os que mais exploram os benefícios fiscais industriais.

Agora, para os dois últimos eslaides.

Quais são as nossas conclusões?

Nós precisamos manter a neutralidade dos efeitos da reforma tributária para o setor privado. Nós vamos quebrar a neutralidade do setor privado. Já há discussões em relação ao setor público, em relação a quem perdeu, a quem ganhou em fundos e tal, mas, no setor privado, nós estamos assegurando por esse fundo de compensação exatamente a neutralidade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO GALLO – ... para ninguém perder. Agora, se você vai ter estados que vão ficar de fora ou empresas que vão ficar de fora, pois, por uma interpretação do que é ônus adicional para um estado ou outro, vão deixar de pagar, nós vamos ter uma outra guerra fiscal. Um auditor vai definir o que é ônus adicional, vai indeferir uma habilitação, e, eventualmente, essa empresa deixa de ser competitiva. Isso é muito grave.

A segunda é a eliminação de dúvidas sobre conceito indeterminado. Nós não podemos permitir que, com esta oportunidade do PLP 68, a gente deixe vazios, lacunas para serem preenchidas pelo intérprete e, em especial, pelo administrador, pelo auditor, porque a gente sabe que, para o auditor, em regra, se não está explícito, a tendência é que ele deixe para o Judiciário resolver, para que ele não se comprometa.

Outra questão é evitar também – e isto é muito importante, eu acho que é até uma questão de pacto federativo – uma releitura do passado por agente estranho à relação jurídico-tributária inicial. Quem fixou aquela contrapartida foi o estado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO GALLO – ... foi o Fisco de origem. Aquela contrapartida lá não foi fixada... Aí vem um agente estranho, decorrente de um acordo que foi firmado no Congresso Nacional para que houvesse a reparação, e diz que aquilo não é oneroso. Espere aí! Aí eu acho que há uma violação ao pacto federativo. Se é uma contrapartida, se está explícita ali como uma contrapartida no termo de adesão, no contrato, na lei concessiva, tem que ser respeitado como contrapartida que é.

E o outro ponto também é evitar a primeira grande judicialização da reforma tributária. Vão ser contribuintes, e os maiores contribuintes, contra o setor público e, detalhe, contra estados que não têm nada a ver com essa história e contra a União, porque os estados também, como assinaram os contratos, vão responder por isso na Justiça. Isso vai gerar um enorme problema e pode gerar um passivo fiscal para os estados que, de novo, não têm nada a ver com essa norma.

E o último ponto aqui deste eslaide é evitar riscos fiscais desnecessários para estados, municípios e para a União...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO GALLO – ... com o pagamento de sucumbências judiciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, para o último eslaide, por favor.

Gente, Senadores, a que a gente apela, os estados apelam? É que o primeiro intérprete da norma é o legislador, e, se a gente puder fazer uma interpretação autêntica, e a gente sabe quais são os problemas que gerarão, por que não fazer? Por que sermos omissos em deixar algo que vai gerar problema? Então, se nós podemos definir com precisão os termos sujeitos a subjetividades, vamos fazer! Se não fizermos, se o legislador não fizer, o que vai acontecer? Vai estar delegado, no caso do fundo de compensação, para a Receita Federal e, depois, ela indeferindo, para o Poder Judiciário. Aí se fala da judicialização da política. Esse é um espaço do Congresso Nacional; nós é que temos aqui que trabalhar para preencher.

E a proposta, então, de aprimoramento que nós apresentamos, Senador Marcelo e Senadores presentes, é para aprimorar na linha de que nós temos que tornar as hipóteses as mais objetivas possíveis.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO GALLO – Isso tem que ficar claro porque, quanto mais claro estiver, mais fácil para a Receita Federal habilitar e, consequentemente, para as empresas receberem o que lhes é de direito.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Foi quase uma minirreforma tributária.

Bom, agradecendo a contribuição do Sr. Rogério Gallo, vamos passar ao próximo, que vai ser... Concedo a palavra ao Sr. Mário Sérgio Carraro Telles, Superintendente de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Jayme Campos, do glorioso Estado do Mato Grosso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria de indagar a V. Exa., com a sua bondade e a sua generosidade, como sempre tenho acompanhado aqui, para pegar um gancho do Secretário Rogério Gallo, do Mato Grosso, se me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

daria permissão para fazer duas indagações a ele, só se não for atrapalhar o bom andamento e a celeridade dos trabalhos que V. Exa. está presidindo nesta nossa Comissão. São duas perguntinhas só. Até acho que mataram a minha charada em relação a essa indagação, se V. Exa. permite.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – V. Exa. é quem manda aqui neste Senado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não mando em nada; quem manda é o Marcelo Castro. (*Risos.*)

Mas eu agradeço a V. Exa., Sr. Presidente Marcelo Castro, aos senhores convidados, ao preclaro e estimado amigo Silvio, Presidente da Fiemt, de Mato Grosso; à querida colega Senadora Margareth.

Secretário, eu quero fazer duas indagações a V. Exa. As questões sugeridas são as seguintes aqui: na condição de representante do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados, eu gostaria de aproveitar a sua presença para ouvir a sua opinião sobre a implicação do PLP nº 68, de 2024, para o Estado de Mato Grosso. Pediria, por gentileza, que, na qualidade de Secretário de Fazenda do estado, o senhor respondesse às seguintes perguntas: a atual proposta de regulamentação da reforma tributária é baseada principalmente no consumo e privilegia, portanto, unidades da Federação onde há mais consumidores. Qual será o impacto desta regulamentação para estados, como o do Mato Grosso, de baixa densidade populacional? Quais são os riscos de que o Mato Grosso, maior produtor de *commodities* agropecuárias do país, venha a perder arrecadação? São razoáveis os números que vêm sendo divulgados de que a perda do nosso estado pode chegar, dizem, a até 7,8 bilhões ao ano?

Sabemos que o Mato Grosso foi um dos poucos estados brasileiros que não aumentaram a alíquota de ICMS em 2024. Diversos estados optaram pelo aumento em razão das compensações que iriam ocorrer a partir de 2033. Segundo dispositivo do texto-base da reforma tributária que acabou sendo revogado, como o senhor vê essa situação? O senhor acredita que a regulamentação da proposta do PL 68 poderá vir a prejudicar futuramente estados, como o Estado de Mato Grosso, que optaram por um regime de responsabilidade fiscal centrado na contenção de despesas no lugar do aumento da carga tributária?

Terminando, concluindo, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos moldes em que está a proposta, a regulamentação da reforma tributária desincentiva ainda a exploração no país. Já que prega a completa desoneração da exportação de produtos primários, estados produtores como o Estado de Mato Grosso devem perder parte expressiva da arrecadação relativa à exportação de *commodities*, cujos tributos seriam compensados na cadeia de produção. Como o senhor vê essa situação e quais soluções poderiam ser adotadas para incentivar o beneficiamento de *commodities* no próprio país e estimular a exportação de produtos com mais valor agregado?

Essa é minha pergunta.

E cumprimento o Marcelo e demais convidados por esta audiência.

Se V. Exa. puder responder, em rápidas palavras, se possível...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Jayme, o rito nosso aqui é ouvir todos os expositores e, depois, fazer a sessão de debates. Então, o melhor seria... Ele já anotou a questão de V. Exa. Aí, no final...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – O senhor que manda, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não... (*Risos.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu já fiz a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É porque eu estou...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... desconfiando que a resposta dele não vai ser simples, não... (*Risos.*)

... porque são questões realmente muito profundas, de grandes implicações...

Então, vamos ao próximo orador, que é o Sr. Mário Sérgio Carraro Telles.

Com a palavra, V. Sa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – É só para dizer...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A nossa Senadora...

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – ... que eu vou fazer uma relatoria, Secretário, depois eu volto para cá, tá?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Depois eu volto aqui.

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES (Para expor.) – Bom dia a todos! Quero cumprimentar o Senador Marcelo Castro, que está presidindo esta audiência pública, meus colegas aqui de mesa, o Senador Esperidião Amin, Margareth, Jaymes Campos, Deputado Hauly...

Eu vou dividir a minha fala aqui em duas partes. A primeira, com relação ao Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais.

Falar aqui depois do Secretário Gallo vai me poupar um tempo muito precioso, porque a CNI concorda plenamente com todos os pontos que foram colocados aqui pelo Secretário Rogério Gallo.

Acho que tem um ponto que nós precisamos reforçar na fala do Secretário, que já foi bem claro nesse ponto: que houve um acordo dentro da aprovação da reforma tributária. Nós, da CNI, fomos, desde o início dessa discussão – PEC 45, PEC 110 –, apoiadores muito firmes da reforma tributária, com algumas condicionantes. Uma delas, quanto à segurança jurídica: que as empresas que fizeram investimentos com bases em incentivos fiscais que foram convalidados tivessem esses incentivos preservados. Essa foi uma das nossas condicionantes, isso foi aprovado na emenda constitucional, portanto, tem que ser efetivado no PLP 68.

E, na nossa visão, as sugestões apresentadas pelo Secretário Rogério Gallo tornam mais garantido que nenhuma empresa que fez os investimentos que estão de acordo com o que está previsto na Constituição, ou seja, que tiveram condições onerosas para receber esses benefícios fiscais – e são concedidos sob o prazo certo –, que essas empresas tenham garantido o seu direito à compensação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que, dos pontos que o Secretário trouxe, com relação à renovação, se a empresa fez um investimento com base numa condição onerosa e aquele investimento foi prorrogado, renovado, a condição onerosa inicial tem que ser respeitada pelo Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais.

Outro ponto muito bem colocado pelo Secretário – a CNI tem defendido isso desde a fase da Câmara –: nós temos condições onerosas que não estão na lista do PLP 68. Quanto aos investimentos em infraestrutura, é muito comum que as empresas sejam levadas a fazerem estradas e uma série de infraestruturas públicas, e aquilo é uma condição onerosa. Então, é importante que isso esteja previsto no PLP 68. E também o investimento de forma indireta. A empresa não é especializada em fazer estrada. Então, contribui para o fundo, e o fundo faz os investimentos. O setor público tem muito mais eficiência nesse tipo de contratação do que uma empresa – não sei se meu amigo Rodrigo Moccia está aqui, mas vamos fazer uma propaganda – que faz bebidas, cervejas, e não estrada, não é? Então, acho que esses pontos que o Secretário traz muito bem precisam ser incorporados ao PLP 68.

Agora, eu gostaria de trazer mais dois pontos com relação ainda ao Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais. Com relação ao que é condição onerosa e à questão de prazo certo, nós estamos plenamente de acordo com as sugestões trazidas pelo Secretário Rogério Gallo. Agora, tem dois outros pontos. Uma vez habilitada, o PLP 68 prevê 90 dias para análise por parte da Receita Federal do valor informado pela empresa, para, aí sim, aquele valor ser habilitado e, depois, mais 60 dias para o pagamento daquele valor à empresa. Então, nós estamos falando em 150 dias para a empresa receber de volta o que hoje, vamos lembrar, ela usufrui no fluxo de caixa no mês. Isso tem um custo muito grande. E nós defendemos que esse prazo seja reduzido de 150 para, no máximo, 90 dias – 60 dias para análise e 30 dias para pagamento. Veja, os 30 dias para pagamento já são excessivos, na nossa visão, poderiam ser até menos. Por quê? Esse fundo – não é, Secretário Gallo? – começa a receber recursos no ano que vem. Quando chegar a 2029, quando os primeiros desembolsos do fundo forem realizados, o recurso já vai estar no fundo. E, como o Secretário mostrou aqui, os recursos vão ser, muito provavelmente, mais do que suficientes para compensar os benefícios fiscais. Então, se o recurso já está no fundo, por que demorar 60 dias para fazer o pagamento para as empresas, dado que o fundo já estará capitalizado desde o ano que vem, não é? Então, precisamos reduzir esse prazo.

E um segundo ponto: esta é uma indenização às empresas por uma redução no incentivo fiscal que elas têm, que vai ser provocado pela transição, que o Secretário mostrou muito bem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na parte do ICMS. Aqui nós estamos com vários advogados tributaristas, o que não é o meu caso. Verba indenizatória não deveria ser sujeita à incidência de Imposto de Renda e CSLL, não é? Espero que vocês concordem comigo; acho que estão todos concordando, e eu fico mais tranquilo, não é?

Então, acho que esses dois pontos, Secretário, eu gostaria de adicionar às sugestões que o senhor fez.

Então, sobre o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais, eram essas as minhas considerações.

Só que esta audiência pública também trata do desenvolvimento regional. E aí eu gostaria de lembrar algumas situações: primeiro, os benefícios fiscais que nós temos hoje, na medida em que são concedidos por todos os estados, ao longo do tempo, deixaram de ser um instrumento, um diferencial dos estados menos desenvolvidos para gerar crescimento. Nós temos algumas situações específicas. O Centro-Oeste, de forma geral, é um caso de sucesso. Os dados do IBGE de PIB regional mostram o crescimento do Centro-Oeste, mas as Regiões Nordeste e Norte...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – ... que também são menos desenvolvidas, não apresentam os mesmos resultados, apesar de concederem benefícios fiscais. Por quê? Porque São Paulo, Sul, Sudeste também concedem incentivos fiscais.

Então, a reforma trouxe um novo modelo de desenvolvimento regional. Vamos sair dos incentivos fiscais que precisam ser compensados até 2032 e vamos para um novo modelo. E esse novo modelo passa por dois pontos muito importantes: primeiro, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que, entre outras funções, pode ser usado para subvenção direta à atividade produtiva. Então, as empresas que estão nos estados, que foram atraídas por incentivos fiscais que iriam acabar em 2032 independentemente da reforma tributária, poderão ser mantidas nesses estados com recurso do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. Esse é um ponto importante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – E dos R$60 bilhões aos quais o fundo vai chegar, R$39 bilhões são para os estados do Norte e do Nordeste. Ou seja, dois terços do recurso vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para os estados menos desenvolvidos. E aí, Secretário, o senhor me permita tirar o Centro-Oeste porque – notícia boa – o Centro-Oeste já não é mais o menos desenvolvido.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – Então, o Norte e o Nordeste vão receber dois terços desse recurso.

Agora, tem um ponto, Senador Marcelo Castro, Senador Amin, Deputado Hauly, que nos preocupa na CNI, mas não está aqui na discussão do PLP 68, e me permitam um parêntese. No PLP 121, de 2024, foi aprovado um dispositivo que prevê o uso dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional para pagamento da dívida dos estados com a União. Deputado Hauly...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – ... perdoe-me, mas esse não deve ser o uso do fundo, não é o que está previsto na Constituição. Então, o fundo precisa ser preservado nesse sentido do PLP 121.

E, para terminar, temos que lembrar um mecanismo adicional de desenvolvimento regional que a PEC, que a reforma tributária vai trazer, que é a migração da tributação para o destino. Hoje, o nosso ICMS é parte na origem, parte no destino. Essa migração, segundo os últimos cálculos do Sérgio Gobetti, do Ipea, vai fazer com que os estados menos desenvolvidos da Região Norte e Nordeste tenham um aumento de arrecadação. Não vai ser imediatamente, vai ser ao longo de 50 anos – o Secretário Gallo, na resposta aqui, vai tratar desse assunto –, mas a migração para o destino...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – ... faz, nas contas do Gobetti, com que os estados do Nordeste, que são os menos desenvolvidos do país, tenham R$18 bilhões a mais com a migração para o destino, para fazer desenvolvimento regional lá na frente.

E os estados do Norte, já que a situação do Amazonas foi tratada com uma especificidade ali dentro do PLP 68, os demais estados terão um aumento de R$4,4 bilhões – estou falando em valores de 2022 – de arrecadação. Então, esse aumento de receita na mão dos estados menos desenvolvidos também pode e deve ser usado para realizar desenvolvimento regional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, mudamos o modelo e o novo modelo me parece mais adequado do que o atual, na medida em que transfere mais recursos para os estados realmente que estão menos desenvolvidos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – Seriam esses pontos, Senador.

Obrigado pela tolerância no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo a contribuição do Sr. Mário Sérgio, concedo a palavra ao Sr. Pablo Cesário, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), para a sua exposição, pelo prazo tolerável de oito minutos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... se o senhor me permite uma brevíssima interrupção – quero cumprimentar todos –, é apenas para deixar um registro, na companhia do nosso Deputado Hauly, querido companheiro, e da minha assessoria, do nosso assessor que cuida desses assuntos relacionados à reforma tributária e à busca de uma conciliação de interesses. Eu queria pedir a atenção de ambos, tanto do Sr. Mário Sérgio Carraro, quanto do Secretário Rogério Gallo, para uma emenda que eu ofereci, a Emenda 452, que trata exatamente dessa questão abordada por ambos, de certa forma, que é, em síntese, o recolhimento, a fundo estadual ou distrital, como contrapartida, para a fruição de incentivo ou benefício fiscal com os seus complementos, que eu acho que vai ao encontro do que eles proclamam como necessário, penso eu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem, Senador Esperidião Amin.

Então, com a palavra, o Sr. Pablo Cesário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PABLO CESÁRIO (Para expor.) – Senador Marcelo Castro, primeiro, eu agradeço a oportunidade de estar aqui hoje, aos Senadores e Deputados e aos meus colegas de mesa. É uma grande honra estar aqui hoje.

A Abrasca é uma entidade que reúne as empresas de capital aberto do Brasil, as que operam no mercado de capitais, o que significa provavelmente as 500 maiores empresas do Brasil, que são de todos os setores, portanto, aqui pretendo falar sobre duas perspectivas principalmente. Primeiro, eu vou falar um pouco do setor, porque acho que essa é uma questão de todos os setores, mas também de uma perspectiva de desenvolvimento regional, Senador, se o senhor me permite. É menos de tributação e mais de uma política que, com a reforma tributária, muda de instrumento, mas não deixa de existir, de como é que a gente faz desenvolvimento regional no país.

Por favor, a próxima.

Eu trouxe um filminho, porque, às vezes, a gente perde a noção dos fatos. Se puder colocar o *play*. É um filme de 1965, *Novo Mundo*. É uma série de cenas sobre a chegada dos imigrantes em São Paulo. É uma cena que talvez as gerações mais novas não conheçam, mas talvez seja muito importante. Quem tem mais de 50 anos certamente vai se lembrar dela, mas os mais novos não. Elas mostram gente vindo para São Paulo, num movimento que durou décadas, muitas décadas neste país, talvez mais de século, mas que hoje não se vê mais. E isso tem uma razão de existir, que é a iniciativa...

Estou vendo que não conseguem passá-lo, mas não tem problema. O que importa é que vocês veriam um monte de gente negra, parda, pobre, carregando filhos, vinda do Nordeste, do Norte e de todos os rincões de Minas Gerais, como a minha família também veio, para São Paulo e para o Rio de Janeiro, para fazer uma vida melhor, e esse é o tipo de cena que a gente não quer ver novamente no Brasil.

Aqui, portanto, abre-se uma discussão, que é fundamental: mesmo mudando mecanismo de desenvolvimento regional, a gente passa para mecanismo de incentivos tributários, que, de fato, como o meu colega Mário falou, nos levou a uma corrida ao fundo do poço, a tal ponto que um anulava o outro, e talvez isso tenha limitado o efeito dessa política.

Próximo, por favor.

Então, no fundo, o que a gente pode falar em termos de desenvolvimento regional é que, sim, houve uma diminuição das desigualdades regionais, mas há também uma crítica possível –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vou usar dados da CNI, mas a CNA também os tem –: ela foi menos rápida do que nós gostaríamos. Continuamos um país desigual, e, sim, elas diminuíram, mas não o suficiente para nos tornar um único país.

Próximo, por gentileza.

Eu trago aqui dois estudos super-recentes, que têm exatamente a ver com essa discussão. São estudos que foram feitos pelo Nereus (Núcleo de Economia Regional e Urbana da USP), que usou um modelo de equilíbrio geral para dizer quais são os efeitos sobre o desenvolvimento regional da reforma tributária. E a resposta deles é – e essa é uma metodologia ultracomplexa, mas uma das mais sofisticadas –: na ausência de mecanismos de compensação, sim, haverá efeitos redistributivos nacionais que afetam mais alguns estados do que outros, portanto, foi necessário criar fundos que compensassem tanto o estado quanto as empresas para diminuir esses efeitos.

Próximo, por gentileza.

E mais: a segunda questão do mesmo grupo de estudiosos é que a maior ou menor eficácia disso dependerá de como funcionarão esses fundos de financiamento. Então, se nós passarmos de um mecanismo de desenvolvimento regional para um financeiro-orçamentário, na realidade, via fundos, é absolutamente fundamental que a gente comece a discutir qual é a efetividade desses fundos. Feliz ou infelizmente, nós temos uma longa história para contar sobre o que funcionou e o que não funcionou nos fundos.

Eu trago aqui também um outro estudo, que é do Gobetti, que o Mário também acabou de citar, sobre quais são os efeitos por município e quais são os efeitos ao longo do prazo. O que ele vai dizer é que o crescimento que essa reforma deve trazer, de fato, diminui em grande medida essas estimativas, mas são modelos. Portanto, ainda temos que garantir que esse dinheiro chegue lá na ponta para os estados e para as empresas que decidiram ir para lugares para onde não iriam, a princípio, a não ser que tivessem incentivos.

Então, o que importa saber aqui é: a reforma tributária é neutra em termos de desenvolvimento regional? A resposta é: não! Para superar isso, a gente criou – e já está na Constituição – uma série de mecanismos de fundos que tentam construir compensações. O ponto é: quais são essas condições e o que a nossa experiência mais recente pode dizer a respeito do que deu certo e do que deu errado.

Próximo, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, o que importa para nós é que as regras não mudem depois que o jogo continuar. Bola em campo, regras mantidas, e é isso que faz a Lei Complementar 160, que colocou os incentivos até 2032, e essa passou por aqui, nesta Casa, nesta mesa, neste lugar várias vezes.

Próximo, por gentileza.

Aqui foi a grande questão: esses fundos são, portanto, o elemento central do acordo político que foi construído para viabilizar essa reforma tributária.

Próximo, por gentileza.

Aqui, é apenas para dizer o que nós vamos fazer. A partir de 2029, aliás, já deste ano para o ano que vem, R$9 bilhões deveriam ser colocados nesse fundo, e eles ainda não estão na previsão orçamentária, o que acende uma primeira luz, amarela, de que essa discussão sobre desenvolvimento regional está apenas começando, mais uma vez, porque isso significa R$160 bilhões – R$9 bilhões do ano que vem não estão na nossa proposta orçamentária –, e eu sei que estará na mão dos Parlamentares que estão aqui essa discussão. E isso já levanta o alerta de que essa política precisa funcionar, não apenas por ter recursos, mas também por utilizar os instrumentos adequados.

Próximo, por gentileza.

E aqui eu quero trazer quais são os nossos quatro pontos de atenção para a discussão do PLP 68 na questão do desenvolvimento regional.

O primeiro deles é a definição do que é implantação e expansão do empreendimento econômico, que não está previsto na Emenda Constitucional 132 e que está no PLP. Esse é um dos temas mais contenciosos que nós temos. Nós o tivemos agora no STJ, ele volta para o STF, passou – pelo que eu acompanhei pessoalmente – pela sociedade civil, pelo menos três vezes pelo Parlamento, inclusive no final do ano passado. Quero dizer: esse é um dos maiores contenciosos que nós temos; e aqui nós estamos mudando mais uma vez. Os mais antigos, mais uma vez, vão se lembrar: "O que é incentivo? O que vale? É investimento ou é custeio?". E depois isso teve um enorme contencioso, porque dizia assim: "Isto aqui vale; isto aqui não vale".

(*Soa a campainha.*)

O SR. PABLO CESÁRIO – Não havia nenhum critério objetivo para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, de fato, temos algumas dezenas de bilhões – bilhões – de processos em contencioso, e mais uma vez essa definição vai ser mudada. Portanto, esse é um conceito extremamente controverso e absolutamente central em toda a política de desenvolvimento regional.

A segunda questão é sobre o papel da Receita Federal no reconhecimento desses incentivos. E aqui eu quero deixar a posição da Abrasca o mais clara possível. Na nossa perspectiva, a Receita Federal tem o único papel formal de dizer: "Isto aqui vale ou não vale". Eu não consigo ver, por mais competentes e bem intencionados que sejam, os auditores fiscais serem capazes de dizer de alguma coisa aprovada pela assembleia estadual ou pelo Governador do estado: "Isto aqui vale; isto aqui não vale". Portanto, na nossa perspectiva – e isto aqui é absolutamente central –, o papel da Receita Federal deve ser apenas dizer: "Isto aqui está conforme e deve ser formal". Não devem ser criados novos controles...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PABLO CESÁRIO – ... nem sequer dar espaço para interpretação, porque, também me colocando no lugar deles, como um auditor, ou qualquer funcionário público, ou qualquer servidor será capaz de dizer: "Isto aqui que o Mato Grosso fez vale, o que a Bahia fez não vale", mesmo com os incentivos que já foram convalidados por uma emenda constitucional? Então, esse é o tamanho da importância aqui.

Os valores liberados pelos fundos aos contribuintes não devem ser tributados, porque já não o são hoje, e qualquer tributação sobre isso, na verdade, terá o efeito de diminuir a potência dos incentivos de desenvolvimento regionais.

E, por último, é necessário prever, no art. 391, §2º, que os valores a serem ressarcidos pelos contribuintes – é claro, no menor prazo possível –, qualquer ressarcimento, devem ser corrigidos, para se eliminar o efeito do tempo.

Então, para terminar aqui, esse é o meu último eslaide.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PABLO CESÁRIO – Por gentileza, pode passar.

Aqui é só um exemplo de como isso aconteceu. Nós enfrentamos, no início deste ano, um processo no STJ sobre o que incentivos fiscais podem e não podem, ainda falando do crédito presumido e da tributação desses incentivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já havia uma decisão do STJ dizendo: "Não, o crédito presumido vale e, agora, para todos os demais, não vale". O que acontece? Todos nós estamos tendo que rever nossos instrumentos de incentivo. Todos os estados estão fazendo isso, e devem mesmo fazer, porque hoje o que nós vivemos é uma solução incompleta que continua gerando, ou seja, que já tem um contencioso enorme e crescente que não tem solução prevista. Vai continuar crescendo, porque não temos sequer um mecanismo...

O que vale aqui e é importante, e de novo quero jogar mais responsabilidade sobre os legisladores que já estão aqui, é que empresas se adaptam. Portanto, legisladores, criadores de regras, criadores de políticas públicas devem pensar sempre nos incentivos que estão dando porque nós obedecemos a incentivos. E neste aqui – próximo e último...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PABLO CESÁRIO – O que nós vemos aqui? Há um enorme risco de contencioso. Qualquer mudança em contrato feito levará ao questionamento e ao reconhecimento de contratos de concessões onerosas levará a um enorme contencioso tributário. Não devem ser condições aos benefícios negociados por empresas e estados. Eles são dados, eles foram criados pelas regras, são legais, convalidados e a administração federal não deve ter nenhum papel a não ser dizer: cumpriu os requisitos formais ou não. E, claro, a remuneração por Selic.

Em particular, eu quero chamar a atenção para duas emendas que foram protocoladas pelo Senador Laércio de Oliveira e Mecias de Jesus: a 655 e a 982 que, na nossa perspectiva, atendem a todos esses critérios.

Senador, muitíssimo obrigado pela honra de estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a contribuição valiosa de V. Sa.

Vamos ao próximo orador.

Concedo a palavra ao Sr. Tácio Lacerda Gama, Professor Livre-docente de Direito Tributário da PUC, São Paulo.

Para a exposição, V. Sa. dispõe de oito minutos, toleráveis, como sempre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÁCIO LACERDA GAMA (Para expor.) – Bom dia a todos, Senador Marcelo Castro, em nome de quem cumprimento todos os integrantes da mesa, integrantes dessa ilustre assistência, Senador Amin, Parlamentar Deputado Hauly e todos os demais senhores.

A minha comunicação envolve especificamente uma análise jurídica para ressaltar um grande acerto, em meio a muitos acertos, e erros a serem evitados. Eu estruturei essa comunicação em alguns tópicos, mas, de maneira muito simplificada, envolve uma contextualização, sugestões específicas e a conclusão, que sintetiza tudo isso no sentido de afirmar que quem compensa mal compensa duas vezes.

Estamos tendo a oportunidade de evitar que o nosso país assista, na linha do que acabou de ser dito por mais de um dos meus antecessores, a algo que temos condição de evitar: um contencioso multibilionário. Essa é a síntese da minha conversa com os senhores.

Contextualização.

Mais uma, por favor.

O nosso país, nos últimos 35 anos, não teve política de desenvolvimento regional distinta da concessão lícita ou ilícita de incentivos tributários. E quando nós falamos de incentivos tributários, talvez não fique suficientemente forte a ideia, mas o ponto fundamental é: se hoje o Distrito Federal é a terceira maior cidade do país – aproveito para cumprimentar a Senadora Margareth –, é graças a incentivos fiscais. Boa parte da indústria que existe espalhada por este país, bem ou mal, é graças a incentivos fiscais. Eu não estou querendo aqui defender algo que já passou na Emenda Constitucional nº 32.

O que eu estou querendo colocar em ênfase aqui, para os senhores, é que o emprego, o desenvolvimento regional e uma série de outros atributos de qualidade de vida que contribuíram diretamente para evitar a realidade que nós tínhamos na década de 70, de 80, e até no início dos anos 90, de enormes afluxos populacionais, superlotando Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte – no máximo, mas especificamente São Paulo –, essa realidade deixou de existir.

Há um argumento que precisa ser afastado. A economia do Nordeste equivale a 14% do PIB nacional, tendo 27% da população, e é assim nos últimos 50 anos. Quanto teria se perdido? Quantas pessoas deixaram de sair do Nordeste, porque passaram a ter oportunidades industriais lá? É esse o contexto. É essa a realidade, mas essa realidade, conhecida, direta ou indiretamente, por todos nós – mais novos, mais velhos, com mais intensidade –, não é uma realidade nova nos tribunais brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor.

Nós temos, nos últimos 70 anos, desde 1945, discussões intensas sobre o tema do Estado que causa prejuízo e do Estado que é chamado a ressarcir o prejuízo causado. De que prejuízo estamos falando, amigos? Estamos falando do prejuízo causado pelo compromisso que motiva uma indústria a investir dezenas, às vezes centenas de milhões de reais, gerando empregos regionais, aumento da qualidade de vida, inclusive aumento do pagamento de tributo, aumento do pagamento de contribuições à previdência social e muito mais.

Se se pega uma comparação entre a distribuição de renda que existia no Brasil dos anos 80, anos 90, e a que existe hoje, é evidente que a riqueza passou a ser muito mais distribuída, ainda que em números absolutos isso não tenha sido muito alterado. O prejuízo de que nós estamos falando, portanto, é o prejuízo de substituir esses incentivos. Insisto, não é a defesa dos incentivos em si, mas da quebra de confiança do empresário, do setor produtivo que deslocou a sua área de produção, que deslocou a sua força produtiva para outras regiões do país, levando desenvolvimento a todo o território nacional, que não terá mais cumprida a expectativa de fazer uso desses investimentos, sejam eles diretos, sejam eles renovados. Esse é o contexto fundamental.

Mais uma, por gentileza.

Se isso é jurisprudencialmente algo fora de dúvida, doutrinariamente algo fora de dúvida, não podemos perder a oportunidade de aprender com nós mesmos. Não vamos insistir nos erros que nós já conhecemos. Se o prejuízo experimentado é de dez, não adianta oferecer dois, três, cinco, oito, porque não se compensa um prejuízo de dez com um valor que seja inferior a dez.

Diante desse contexto, o que nós observamos? Um acerto espetacular. O acerto da Emenda Constitucional nº 132, que poupou o trabalho do Poder Judiciário brasileiro de identificar o dano causado pela quebra de confiança na expectativa de fruição de um benefício fiscal que motivou a descentralização do desenvolvimento regional brasileiro.

Mas, diante disso, há uma quebra que já está reconhecida no texto constitucional. O que falta? Mensurar o valor do dano e quantificar adequadamente a compensação.

É aqui que nós identificamos, no PL 68, um conjunto de restrições que são facilmente superáveis, porque não interessa ao Estado brasileiro, não interessa à Receita Federal – meus cumprimentos ao Roni Peterson, ilustre representante da Receita, que, para nossa honra, virá falar aqui, em seguida – que esse tipo de restrição crie problemas. Temos, portanto, restrições de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ordem tributária, de ordem financeira, de ordem processual, e acabam sendo restrições que, de certa forma, afrontam a segurança jurídica não apenas, insisto, do setor produtivo, mas do Estado brasileiro, que será, certamente, chamado a responder por isso com juros e correções no futuro próximo.

À frente, por favor.

Diante desse contexto, o que é a compensação? É a identificação e quitação do prejuízo causado pelo fim dos incentivos tributários.

Por que ela existe? Para evitar que a gente tenha os processos que nós tivemos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TÁCIO LACERDA GAMA – ... nos últimos 70 anos.

Como ela existe? Por meio de regulação de lei complementar.

Como deve ser feita? Deve ser feita mediante quantificação adequada e mediante um processo que, na linha do que já foi dito aqui, pelos meus antecessores, corretamente, insista-se, deve ser feito sem limitações de qualquer natureza, porque não se compensa dez com oito. Se se oferecer oito, cinco, três, o remanescente será objeto de litígio, com provável chance de ganho para o contribuinte.

O que acontecerá se não for suficiente? Contencioso, portanto.

Então, diante desse contexto, o que fazer? Algumas sugestões: suprimir limitações administrativas. O poder discricionário da Receita deve ser mais específico. Da forma como está, parece ser dado um poder à Receita, mas, com a nossa jurisprudência, é...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TÁCIO LACERDA GAMA – ... uma batata quente, é algo que trará desgaste, é algo que gerará contencioso. Quanto mais vinculativa for essa função, melhor para a Receita, melhor para todas as partes envolvidas.

Limitações financeiras. Existem valores específicos, só que existem alternativas que, diante da ausência do aporte no fundo, está a Receita Federal autorizada a não ressarcir. Isso significa que existe uma autorização legal hoje para não haver compensação. Está no texto, precisa ser suprimido, não pode deixar de compensar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Limitações tributárias. Da forma como está, pode surgir a dúvida, equivocada, de que estaria sujeito à incidência não só de Imposto sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, mas também de IBS e CBS. Seria ter R$180 bilhões com 50 passíveis de tributação. Faz de conta que eu estou compensando, e não está.

E limitações temporais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TÁCIO LACERDA GAMA – Há um ano para se pedir, quantificar e pedir as compensações. Por que não estender para cinco anos? E há também o grande risco fiscal, o risco de se limitar ano a ano. Se, num determinado ano, não puder, prorroga-se. Nós sabemos como isso funciona.

Um pouquinho mais à frente.

Onde isso está colocado? Já foram citadas pelo meu antecessor duas propostas de emenda do Senador Laércio Oliveira que contemplam boa parte dessas sugestões e que poderão virar litígio.

Mais uma também, por favor.

Então, especificamente, a proposta de emenda 655-U traz uma série de dispositivos que tiram limitações indevidas e que permitem mais clareza nesse processo, que será tanto melhor quanto mais claro.

Mais um pouquinho?

Então, esses cinco pontos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TÁCIO LACERDA GAMA – ... representam fundamentalmente uma maneira de especificar o que é incentivo elegível à correção, equiparar o tratamento dado ao contribuinte – o mesmo que é dado ao Fisco, porque isso já foi objeto de julgamento do Supremo, é pacífico. Essa pequena jogada legislativa não faz bem para ninguém. Reduzir a discricionariedade da Receita Federal, isso é um bem para a própria Receita. A tributação não deve existir e os prazos podem ser ampliados. Então, transformando uma história que passa por muitos artigos e incisos em algo muito direto e objetivo, essas cinco sugestões permitirão um ganho enorme e reduzirão muito prováveis litígios que venham a acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E isso não é por acaso, não adianta colocar na lei. Nós temos uma história doutrinária e jurisprudencial de 70 anos reiterada. Não podemos perder a oportunidade de aprender com nós mesmos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TÁCIO LACERDA GAMA – Insisto, quem compensa mal, compensa duas vezes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem, agradecendo...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PODEMOS - PR) – Presidente Marcelo, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Grande Hauly, nosso mestre!

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PODEMOS - PR) – Um minutinho de palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com grande honra, V. Exa. tem a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PODEMOS - PR) – Muito obrigado, Senador Marcelo Castro.

Estamos na iminência da maior mudança econômica da história do Brasil, que é a criação de um imposto único de consumo na base do consumo. Por fim, em mais de 50 anos de caos na base de consumo, com os piores tributos do mundo, que são o ISS, ICMS, IPI, PIS e Cofins, esses cinco tributos são responsáveis pelo atraso do desenvolvimento econômico brasileiro, pelo manicômio tributário e jurídico do maior contencioso tributário do mundo, com mais de 90% do contencioso tributário, da maior inadimplência do mundo, já estamos com 50% do PIB de inadimplência e 75% de contencioso do PIB, mais de 8 trilhões de contencioso administrativo e judicial e mais de 5 trilhões de dívida ativa dos estados a receber. Dizem que mais da metade são créditos podres.

Bom, temos o maior custo burocrático de pagamento de impostos do mundo. Temos também, com esses impostos, algo que nenhum país do mundo mais faz, que é dar o incentivo fiscal do imposto do ICMS, do IPI, do PIS e Cofins, que é pago pelo consumidor. O imposto não é pago nem pela empresa nem pelo estado, então é um imposto que, quando se dá o incentivo federal, estadual e municipal, é dado embutido no preço do consumidor. Precifcando, as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

renúncias fiscais do ISS, ICMS, IPI, PIS e Cofins, montam a 6,5%, 3,6% do PIB anualmente, mais de 400 bilhões por ano, ante a arrecadação de 1,3 trilhão. Então, nós temos incentivos fiscais de 3,6%, inadimplência de 2% do PIB e custo burocrático de 1% do PIB. Então, o consumidor brasileiro está pagando, dos bens e serviços, 19,5% do PIB, e só chegam aos cofres da União, estados e municípios 13%.

Esses incentivos, esse custo tributário que onera os produtos brasileiros, tornando-os os mais caros do mundo, os mais tributados do mundo, se você somar as alíquotas efetivamente arrecadadas com a alíquota concedida de incentivo, de renúncia, nós temos umaalíquota de mais de 40%, e vai cair para 25% em média.

A proposta global é manter a arrecadação dos estados e municípios por 20 anos e levar mais 20 para poder fazer um processo de transição. Os fundos foram criados na medida em que o Confaz, o Consefaz se reuniu com os Relatores e com a Comissão da Câmara e do Senado, e assim foi feito. A transição ficou longa a pedido dos Governadores. A transição nossa era imediata, para entrar em vigor em 2027, junto com a CBS. Então, o IBS vai ter um período maior.

O que resta fazer para que não haja nenhuma dúvida com relação aos incentivos e à fruição do benefício do novo tributo para o desenvolvimento brasileiro? Sabemos que esse manicômio tributário, esse círculo tributário foi o principal responsável pelo baixíssimo crescimento econômico do Brasil nos últimos 40 anos. O Brasil, nos 50 anos anteriores, cresceu a 6,3% ao ano – durante 50 anos continuados –, até 1980; e, de 1981 para cá, quando esse sistema entrou em vigor, caiu para 2% ao ano. Nos últimos dez anos, somando os anos bons e ruins, deu zero. Zero de renda *per capita*, zero de crescimento. Então, todos os incentivos fiscais concedidos resultaram em nada. Em nada, absolutamente nada! Mais caos, mais confusão, mais contencioso.

Então, a sugestão que tenho, já conversando com muitos Deputados e muitos setores da economia, e o Mário Sérgio colocou bem aqui... Todos colocaram bem do seu ponto de vista. Como eu estou há mais tempo aqui, eu tenho uma visão mais holística, mais completa. Não há saída para o Brasil e para os estados, a não ser antecipar a vigência do IBS para 2027. O que fazer? Trazer os incentivos a valor presente de 2027 e pagar todos eles à vista. E para isso teriam que ser explicitados todos os incentivos.

Bom, segundo ponto: o que os estados devem para as empresas exportadoras, principalmente, de créditos não pagos? A notícia é de que passa de 200 bilhões, mais de 2% do PIB. Por sua vez, os estados estão sempre querendo renegociar suas dívidas e outros fatores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Senado da República, Marcelo, que é a Casa dos estados, poderia fazer esse grande encontro e colocar isso à mesa, com a Consultoria, com o Consefaz, com o Governo Federal, com a Receita Federal, com o ministério, e fazer essas contas.

O Brasil só tem a ganhar com a antecipação. Eu fiz algumas contas de Mato Grosso. Só tem ganho com a nova reforma – só tem ganho, não tem perdas. Nenhum estado da Federação vai ter perda, porque, no acumulado, o consumidor vai ter uma diminuição de impostos, as empresas vão diminuir sua carga tributária, vai aumentar a competitividade e vai aumentar o fluxo de investimento para o Brasil, internacional e nacional.

Então, o sistema como um todo, o IVA está atrasado 50 anos. Já era para ter chegado ao Brasil, lá atrás, quando Roberto Campos e Bulhões fizeram este modelo fatiado de IVA: ISS, ICMS e IPI. Depois, o Governo e o Congresso acrescentaram duas excrecências: o PIS-Cofins.

Então, esses impostos têm que desaparecer: desaparecendo, desaparece a memória do imposto, e um novo imposto, uma nova regra de negócio neutra...

O princípio desse novo imposto é: o crédito financeiro só existirá com o crédito financeiro; acaba-se com o crédito escritural e a cobrança eletrônica automática. Então, ninguém vai pôr a mão no imposto novo. O empresário que fez as suas compras vai adquirir seus créditos financeiros – ele, ninguém vai depender de outro.

Então, o modelo é revolucionário, moderno. Os detalhes trazem prejuízo por conta disso que ouvimos aqui hoje. Claro, se permanecer esse modelo de transição, vai-se trazer muita encrenca. Então, é melhor as empresas terem uma nova regra a partir de 2027 – as empresas beneficiadas, em isonomia com as outras. Isso vale também para as micro e pequenas empresas, que terão um novo reordenamento negocial.

O que nós estamos fazendo vai mexer com todos os preços relativos da economia e com todos os negócios. De 2027 em diante, ninguém tira proveito de ninguém: nenhuma empresa vai ser mais esperta que a outra e nenhum estado vai ter que abrir mão da sua receita para que esse conjunto de situações prevaleça.

Então, a minha recomendação, como veterano, como criador do Simples, do Supersimples, da lei da exportação, é que eu posso dizer, como também um dos que defendeu o IVA: o que estamos fazendo é bom e é muito bom para o país e para todo os estados, para todos os municípios, para o Governo Federal, para as empresas e, principalmente, para o consumidor, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai ter diminuição de carga tributária, e vão aumentar o número de empregos e a renda das famílias brasileiras.

Eu estou vendo, sistemicamente, todo esse conjunto de benefícios, em contraponto aos prejuízos pontuais que vão ter alguns setores produtivos que querem manter os benefícios.

Então, para que não haja prejuízo para ninguém, traz para 2027 e liquida a fatura, com emissão de títulos, se for o caso, e já faz a compensação também das dívidas tributárias dos estados para com as empresas.

Eu tenho certeza de que vai ser um arranque: no primeiro ano o PIB vai crescer 10% ou 15%, e vamos ter um crescimento de 5% ou 6% ao ano por 50 anos continuadamente.

É isso que eu tinha a dizer, meu caro amigo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Abençoadas (*Risos.*) sejam as palavras de V. Exa.

Essa é a contribuição importante que o Deputado Hauly dá. Aliás, é uma luta dele de décadas essa reforma tributária, e nós estamos de acordo que é a reforma mais importante para destravar o desenvolvimento do país.

Como os quatro já falaram, eu vou pedir que os daqui vão para as cadeiras de lá e que os de lá venham para cá.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Posso... Pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senadora Margareth?

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Olha, Senador, eu já tive a oportunidade de falar com o Hauly. Eu espero estar errada, com certeza gostaria muito de estar errada, mas eu não acredito, em hipótese alguma, que a nossa carga vá diminuir. Não tem como; ela não vai diminuir.

Onde nós colocamos a trava, para que não haja um crescimento do imposto, tem 28 páginas – 28 páginas –, e o nosso consultor vem para fazer uma leitura, um diagnóstico do nosso setor, que vai aumentar a sua carga em 30% se comprar ou vender para pessoa física. Se comprar ou vender pelo Simples Nacional, no mínimo, vai aumentar 30%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não se fala, ficou fora toda a cadeia ESG, toda a cadeia de reciclagem, de reutilização, ficou fora da PEC. Não consideraram. Nós colocamos; a Câmara tirou fora. Então, eu não sei qual é essa conta.

Outra coisa: como é que, em 2027, nós vamos estar com as empresas preparadas para estar tudo rodando, se nós não temos nem gente para trabalhar? Não temos gente capacitada, não temos nada, é um horror. Aliás, é outro problema que o Brasil vai ter que enfrentar de cara. Deixa o cara trabalhar com carteira assinada e com Bolsa Família, porque nós não temos gente para trabalhar. É um horror o que a gente pede, implora para o povo trabalhar. O povo não quer trabalhar, porque não quer perder a Bolsa Família, não pode registrá-lo, daí você não pode pegá-lo, porque ele não é registrado.

Então, assim, é complexa essa reforma tributária, complexa.

Por que não deixaram um imposto no município, um imposto no estado e um imposto federal? Pronto, resolvia o caso. Não, é supercomplexo, é uma conta mirabolante, a gente vê um monte de insegurança jurídica, e está aí, não é? O que o Rogério Gallo falou, o nosso Secretário falou, é certo: há um monte de insegurança jurídica, sim, que vai acabar tudo nos tribunais. Mais o quê?

Nós já tivemos, eu lembro quando foi para implementar a nota fiscal eletrônica. Foi assim, um caos, mas conseguimos implementar. Agora, em 2027, as empresas não vão estar com dois sistemas funcionando paralelamente, fazendo as contas de tudo.

E o nosso estado é perdedor, sim. O nosso estado é um grande perdedor, porque é um exportador e não tem consumo. Então, vai ganhar de onde? Não tem. A sorte é que nós conseguimos pôr o Fethab, conseguimos deixar até 2043, senão não sei o que seria do estado. Está beneficiando o Sul, o Sudeste, é isso, o Nordeste, mas os estados do Norte, tirando a Zona Franca de Manaus, esquece, serão perdedores, sim.

Então, o Brasil não é uniforme; ele é desigual. E nós estamos dando o mesmo tratamento para os desiguais. Está errado isso, gente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, agradecendo a contribuição da Senadora Margareth Buzetti, vamos à relação dos nossos convidados aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próximo. Concedo a palavra ao Sr. Roni Peterson Bernardino de Brito, assessor do gabinete e Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil e colaborador da Secretaria Especial da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, para sua exposição, pelo mesmo prazo, com a mesma tolerância. V. Sa. tem a palavra.

O SR. RONI PETERSON BERNARDINO DE BRITO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar aqui meus colegas de mesa, na pessoa do Presidente Marcelo Castro, Senador que preside esta mesa, esta Comissão hoje, e também todos os demais que já me antecederam, os presentes aqui à mesa, todos os presentes, todos que nos acompanham *online*.

É uma satisfação voltar a esta Casa para tentar contribuir neste debate importantíssimo. A gente está falando de desenvolvimento regional, que é um dos pilares, um dos objetivos da nossa República. Então, afeta diretamente a nossa população. Com certeza, é algo que interessa e que é extremamente importante para todos.

Esta audiência tem como objetivo tratar do modelo de desenvolvimento regional como um todo – eu vou começar por ele –, e, na segunda parte, a gente entra no ponto específico do fundo de compensação de benefícios fiscais.

Como já foi muito bem colocado aqui – é ótimo falar depois, porque a maioria dos temas já foi muito explanada, de forma muito didática –, nós temos um modelo do passado, que é, em parte, o nosso modelo presente de desenvolvimento regional, que, conquanto tenha apresentado resultados... Já foi salientado aqui que é um modelo de concessão de incentivos fiscais, um modelo complexo, um modelo com particularidades, algumas ineficiências, mas que resultou em alguns resultados positivos, favoráveis. Não há como negar. Mas também não há como negar que ele se exauriu.

Nós, como sociedade, já temos concluído isso. Não há que se gastar muito tempo nisso, porque, como sociedade, temos concluído que o modelo atual se exauriu por vários motivos: encaminhou a uma guerra fiscal, com uma renúncia muito grande; gerou resultados muito díspares entre aqueles que se embrenharam na guerra; gerou algumas ineficiências alocativas, que todos conhecem, e um custo enorme.

Então, por todos esses motivos, já concluímos que é necessário um novo modelo, e na PEC 132, de 2023, se propôs um novo modelo, que é essencialmente baseado no gasto público, no investimento, no orçamento. A grande estrela desse modelo é o fundo de desenvolvimento regional, que já foi bastante comentado aqui – tem várias virtudes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu salientei aqui algumas rapidamente, mas talvez uma das suas maiores virtudes seja propiciar a todos os entes federativos que possam, efetivamente, implementar políticas de atração de investimento – inclusive aqueles menos desenvolvidos, que, como já foi dito aqui, têm uma dificuldade mesmo no sistema atual e, às vezes, mesmo se concedendo benefícios fiscais não conseguem atrair investimentos por diversos motivos: falta de infraestrutura, distância dos centros consumidores e particularidades. Mesmo com toda a concessão possível de benefícios fiscais, de desoneração, não conseguem atrair.

Esse modelo, em que a União fornece recursos e cada ente federativo os gerencia conforme a sua autonomia, permite que todos os entes federativos, de forma autônoma, possam investir em infraestrutura, atrair investimentos da melhor forma e com as suas afinidades econômicas, as suas virtudes naturais; e, com certeza, do ponto de vista teórico, tem tudo para contribuir para um desenvolvimento maior do que nós já temos tido nos últimos anos.

Sem falar na maleabilidade de escolhas de quais áreas incentivar, de como incentivar capacitação técnica, infraestrutura, subvenção. É uma escolha autônoma. Então, eu diria até que há uma ampliação de liberdade federativa, porque cada ente terá a seu dispor a possibilidade de agir.

Nós temos como grande estrela o Fundo de Desenvolvimento Regional, mas também não podemos esquecer que há outros instrumentos de desenvolvimento regional previstos na emenda constitucional, alguns como incentivo a áreas específicas, poderia citar a Zona Franca de Manaus, área de livre comércio, e, muito pouco comentado, mas que também é uma forma de incentivo regional, Zona de Processamento de Exportação. Quando você vai às leis instituidoras... A lei instituidora das ZPEs diz que elas são prioritariamente instituídas em áreas de menor desenvolvimento regional.

Então, ainda temos áreas que merecem incentivo por si sós e também temos outros fundos, o fundo de desenvolvimento sustentável dos estados da Amazônia ocidental e do Amapá, o Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas Amazonas, entre outros. Também poderíamos citar aqui o próprio *cashback*, que acabará tendo algum elemento de desenvolvimento porque beneficia as populações menos favorecidas. As populações menos favorecidas residem, não apenas, mas geralmente em áreas menos favorecidas. Além da própria, como já foi comentada aqui, adoção do princípio do destino, que acabará, de alguma maneira, também favorecendo o desenvolvimento regional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, foi uma preocupação. Não há como negar que estas Casas, a Câmara dos Deputados e este Senado, se preocuparam com o desenvolvimento regional. Os modelos... Estaremos em processo, não é? E todo processo demanda uma adaptação ao novo mundo. Para chegar a esse mundo novo, nós passaremos por uma fase de transição. Há várias regras de transição para nós chegarmos a esse modelo. Como à maioria não interessa, vou pulá-las e vou direto ao Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais, que é a grande estrela da fase de transição. Se o fundo de desenvolvimento é a grande estrela do novo modelo de desenvolvimento, o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais é a grande estrela da fase de transição.

Nesse ponto, acho que precisa ficar muito... Não vou... O Secretário Gallo fez uma exposição muito didática que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONI PETERSON BERNARDINO DE BRITO – ... já serve, e muito, como introdução a esta fala. Não vou repetir, vou direto aos pontos comentados nas falas que me antecederam, porque acho que a gente ganha tempo.

O primeiro ponto, acho que precisa ficar muito claro, é que a Receita Federal é apenas o agente, é o operacional das regras. As regras nascerão e serão estabelecidas pelo Congresso Nacional, por esta Casa. Então, não há resistência de qualquer parte da Receita Federal de operacionalizar as regras. Eu acho que isso é muito importante que seja dito. Uma frase que foi dita aqui, com a qual concordo, é que quanto mais objetivos forem os critérios e os parâmetros, maior segurança para todos. Eu sempre brinco dizendo que a Receita, aqui na administração desse fundo de benefícios, vai ficar como árbitro de futebol: em toda decisão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONI PETERSON BERNARDINO DE BRITO – ... vai ter alguém feliz e alguém chateado. Então, para nós também, quanto mais objetivos forem os parâmetros, melhor – não há dúvida.

Qual foi... E aí eu peço já desculpas, Senador, por avançar um pouquinho. Vou mais dois, três minutos aqui.

Qual foi a premissa utilizada na elaboração do projeto de lei? Segurança jurídica, conservadorismo. E este debate público é extremamente importante para que nós, como sociedade, como construção coletiva, possamos aprimorar esse texto. E a Receita e o Poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Executivo permanecem à disposição do Congresso Nacional para análises, para estudos, na tentativa de aprimorar e, sim, tornar o mais objetivos possível o texto, os parâmetros, os critérios.

Porém, também, nem só de flores, não posso negar... É importantíssimo que os Srs. Senadores estejam a par do mundo real. No mundo real, nós temos uma miríade, miríade – esta é a palavra – de benefícios, e não apenas de benefícios: de formas de benefícios. Então, nós temos benefício que é redução de alíquota, que é redução de base de cálculo, que é limitação de carga, que é um cálculo ao final do período de apuração, para que a carga fique em tanto, que é um limitador, que é crédito presumido, que é crédito financeiro e que tem redução de base de cálculo, que tem limitação no crédito... Há uma miríade de formas de benefício fiscal.

Então, quando a Receita Federal efetivamente for assinar o cheque para dar o crédito, que é a nossa intenção... Não há qualquer divergência, o valor já está reservado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONI PETERSON BERNARDINO DE BRITO – É a intenção do Congresso e é o nosso objetivo cumprir os desígnios. Nós somos apenas artífices, somos apenas construtores. Esta Casa é a mente que idealizará as regras, mas, na hora de efetivamente assinar o cheque, nós precisaremos quantificar... Infelizmente, quem dera fosse um cálculo simples a quantificação. Não o é. Não é um cálculo simples, porque nós temos inúmeras formas de concessão de benefício atualmente.

Então, boa parte das regras foi para tentar criar um ambiente que permita quantificar. Quanto mais objetivas forem essas regras... E todos os aprimoramentos serão muito bem-vindos na Receita Federal para objetivação das regras, mas não falando apenas de flores.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONI PETERSON BERNARDINO DE BRITO – Não é uma tarefa fácil, e este é o objetivo. Nossa construção coletiva, com certeza, gerará aprimoramentos nesta forma de cálculo.

Eu queria salientar aqui, por exemplo, o quanto o ambiente não é simples.

Tem um dispositivo que já foi questionado aqui, art. 385, *caput*, inciso VI: compete à Receita "estabelecer parâmetros de riscos, com a finalidade de automatizar o reconhecimento do crédito e a autorização de pagamento".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este dispositivo é bom ou é ruim? Na nossa ótica, ele era maravilhoso, porque o nosso objetivo era estabelecer e dar segurança para todos de que "olha, boa parte desses créditos serão concedidos e aprovados de forma automatizada, com base em parâmetros, mas de forma automatizada".

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONI PETERSON BERNARDINO DE BRITO – Mas, por exemplo, já foi dito aqui que este dispositivo, entre outros, estaria dando liberdade demais à Receita Federal.

Não foi essa a intenção. Acho que é importante ouvir as dores do outro lado, porque a gente terá que quantificar. Nossa intenção é automatizar esse processo, porque nós precisaremos assinar esses cheques para uma quantidade muito grande de contribuintes, e reiteradamente, em todos os meses. Então, a intenção foi automatizar.

Sobre quem tem o direito ao benefício: nossa intenção é apenas cumprir o desígnio constitucional. Porém, eu não posso deixar de falar dos espinhos.

Sobre as condições: nós tentamos alguma forma de delimitação, que obviamente está sujeita a aprimoramentos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONI PETERSON BERNARDINO DE BRITO – ... e serão todos muito bem-vindos, mas eu não posso deixar de salientar que há condições de toda natureza.

Por exemplo – só para dar um exemplo de condições que são muito comuns nos benefícios por aí afora, e não para desmerecer as demandas aqui apresentadas, que estão sendo já objeto de estudos e continuarão sendo estudadas, para que nós possamos subsidiar esta Casa na análise –, quero dizer que, se o seu benefício tem um prazo e qualquer condição, parece um pouco amplo demais, porque, entre as condições que nós verificamos, ao revolver alguns dos benefícios, está, por exemplo, a regularidade fiscal. "Te dou o benefício por cinco anos, e a condição é que você mantenha regularidade fiscal."

Ora, se esse tipo de condição puder incluir a pessoa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONI PETERSON BERNARDINO DE BRITO – ... no rol de beneficiários, aquela perspectiva – que tomara se cumpra – de uma monta menor de recursos, ficará bastante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prejudicada essa previsão, se condições dessa natureza puderem transformar alguém em elegível a benefício.

Então, nossa visão é a de que o aprimoramento é muito importante.

Foi feita uma primeira proposta conservadora, e quando muitas pessoas, muitos olhares e muitas óticas diferentes são contrastados, com certeza a gente tem aprimoramentos, e eles serão muito bem-vindos.

Para encerrar minha fala, cumprindo aqui...

Prazo para análise.

Prazo é sempre uma questão de definição. O que esta Casa definir será cumprido pela Receita Federal nesse intento.

Tributação dos valores.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONI PETERSON BERNARDINO DE BRITO – Este é um ponto que esta Casa vai definir.

Houve uma primeira proposta, uma proposta conservadora.

Eu tenho benefícios fiscais de diversas naturezas: benefícios de subvenção para investimento, subvenção para custeio e tudo mais que se puder imaginar. Destes benefícios, alguns são tributados, outros não são tributados.

O que nós propusemos – e esta Casa é o melhor lugar para essa discussão –: esta compensação vem no lugar daquele benefício. Então, como proposta conservadora inicial de debate, foi: se aquele benefício inicial era tributado, esta compensação permanece tributada; se o benefício inicial não era tributado, a compensação também não deve ser tributada.

Parece-me uma regra, para início de debate, conservadora e uma regra bastante razoável.

Mas obviamente, esta Casa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONI PETERSON BERNARDINO DE BRITO – ... tem essa capacidade de ouvir todos os lados, e o que ficar decidido aqui será muito bem executado por nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço desculpas por ter extrapolado o prazo.

Não consegui abordar tudo, mas a gente continua conversando, e o nosso objetivo – tenho certeza –, o objetivo da Receita Federal, do Poder Executivo, é levar a cabo, da melhor forma possível, aquilo que for decidido por esta Casa, que é o fórum democrático que ouve e que vê os diversos pontos de vista.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós que agradecemos a contribuição de V. Sa.

Vamos passar aqui para as duas últimas oradoras: a Sra. Ana Carolina Brasil Vasques, representante do Mulheres no Tributário, e a Sra. Lina Santin.

Vou começar pela Ana Carolina.

V. Sa. tem a palavra.

A SRA. ANA CAROLINA BRASIL VASQUES (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Gostaria de iniciar cumprimentando o Senador Marcelo Castro e todos os presentes.

Roni, obrigada pela abertura na Sert, sempre nos ouvindo. A gente consegue muitas vezes chegar a um denominador comum.

A todos os colegas que nos antecederam, a todos os presentes, à minha colega e parceira de projeto, Lina Santin, eu, como Presidente da Associação Mulheres no Tributário, não poderia deixar, muito rapidamente, de destacar essa importância da questão do gênero, de dizer que para nós é uma alegria ter duas mulheres, hoje, nesta audiência pública e de dizer que nós só teremos um Estado democrático de direito, de fato, e nós só teremos justiça tributária quando for alcançada a igualdade de gênero.

Quando nós olhamos para esse painel, Senador, nós temos muita vontade de mudar um pouquinho desses nomes e ter mais mulheres participando da nossa política, do nosso Legislativo e, assim, construir um ambiente e um país melhor para todos nós.

Posto isso, eu quero iniciar falando um pouquinho da importância da concessão dos benefícios fiscais – eu escrevo sobre isso na minha dissertação do mestrado. Sou uma entusiasta de políticas públicas que tragam efetividade, que tragam retorno para a sociedade, e os benefícios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscais, quando bem aplicados, geram, sim, retorno para a economia e são um importante mecanismo de intervenção do Estado na economia.

Nós vivemos uma pandemia em que foi necessário o Estado intervir na tributação do consumo, do álcool em gel, da máscara... Nós sabemos que a tributação da renda é mais efetiva para retornar para a sociedade esses benefícios. No entanto, muitas vezes, também é necessário mexer na tributação do consumo, e essa vedação total que a emenda constitucional nos traz causa um pouquinho de preocupação.

É fato que, no Brasil, os benefícios fiscais, muitas vezes, foram distorcidos e trouxeram problemas para o nosso sistema tributário, como a questão da guerra fiscal; como problemas concorrenciais, em que um determinado setor tem um benefício, e outro, não; como toda essa complexidade, que gera erros, inclusive, na tributação, mas eu separei aqui, muito rapidamente, três tópicos em relação ao Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais.

O primeiro ponto é que nós precisamos viabilizar a compensação desses incentivos fiscais para não inviabilizar a atividade econômica de diversos setores do nosso país.

Posto isso, em relação à justiça tributária – que é um princípio constitucional que está positivado hoje no art. 145 –, eu gostaria de dizer que nós temos, nas empresas, um planejamento tributário, um planejamento de negócios em que o tributo, no Brasil, o tributo indireto, o tributo do consumo é custo; quando nós analisamos uma DRE, o tributo é custo. Então, ele está diretamente ligado à inteligência daquela atividade, ao planejamento da viabilidade daquele negócio, e ele determina, muitas vezes, a competitividade, o sucesso da competitividade daquele negócio ou não.

Então, esse planejamento é de longo prazo, e não pode o contribuinte ser surpreendido com isso e perder um incentivo que fez parte da estruturação do negócio dele, ao viabilizar aquela atividade econômica.

E o outro ponto é trazer a questão de que nós sabemos que o Brasil tem uma grande extensão territorial e que temos muitas desigualdades regionais, temos problemas logísticos inclusive por causa disso, e há muitas empresas que se instalaram em determinadas regiões apenas para usufruir de determinados benefícios.

Então, no planejamento de negócios daquela empresa, está esse planejamento logístico, está essa questão do benefício fiscal, para que haja a viabilidade daquela atividade econômica. No entanto, muitas atividades terão que migrar de lugar para continuarem existindo, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuarem sendo viáveis. Então, é fundamental que haja essa compensação desses benefícios fiscais.

O outro ponto que eu gostaria de destacar é em relação à transparência. O primeiro ponto é elogiar, porque, no caso da Receita Federal do Brasil, terá que ter essa publicação, essa transparência em relação às concessões que são dadas.

Eu me lembrei um pouco da transação quando eu li esse artigo. Eu acho excelente. Precisamos de transparência para um melhor ambiente de negócios, para trazer segurança jurídica. No entanto, um ponto que me trouxe preocupação é o art. 372, §3º, que determina: "Não importam para o cálculo da repercussão econômica decorrente do benefício fiscal os custos, as despesas e investimentos realizados como função para a fruição do benefício".

Acredito que é muito claro que, se uma empresa se instala no Amazonas, no Nordeste, ela sai de São Paulo, ela sai de Brasília, e vai para esses polos mais distantes, é fundamental considerar esses valores, porque eles são... Inclusive, alguns dos expositores anteriores aqui trouxeram essa questão de a gente discutir se foi para investimento ou para custeio. Isso é claramente um investimento. Então, deveria ser considerado sim como uma perda e como um ponto para a compensação dessas empresas.

Então, eram esses os pontos que eu gostaria de trazer.

Como eu vou dividir o meu tempo aqui com a minha amiga Lina Santin, eu só quero finalizar dizendo que nós também temos a cooperação como um novo princípio constitucional tributário. E, se nós temos essa cooperação, nós devemos pensar nessa cooperação não só entre Fisco e contribuinte, mas também entre as administrações tributárias.

Os entes federados têm que comunicar à Receita Federal, em até dez dias, quando não houver o cumprimento das condições que foram necessárias para a concessão daquele benefício. Então, por que, nessa homologação, já não andam a Receita Federal e os entes federados, estados e municípios, de mãos dadas, para que seja mais efetiva essa homologação e traga mais segurança jurídica para o contribuinte?

Eram esses os meus pontos.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a contribuição de V. Sa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos para a nossa última oradora aqui, Lina Santin.

Com a palavra.

A SRA. LINA SANTIN (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

Bom dia a todos e todas que estão aqui presentes.

Parabenizo esta Casa na figura do senhor, na Presidência desta mesa, e também na do Senador Eduardo Braga, que vem fazendo um lindo e árduo trabalho, desde a tramitação da PEC 45.

Também parabenizo a todos os seus assessores, aqui mencionando minha querida amiga Diala, que tem feito um trabalho também muito bonito, e a todos aqui que me antecederam e que já trataram, com muita profundidade, a respeito do tema.

Agradeço ainda à minha parceira de jornada, Ana Carolina Brasil Vasques, inclusive pela presença aqui hoje.

Eu acredito que o maior ganho, dentre os maiores ganhos da reforma que foi aprovada pela PEC 45 e que agora está sendo regulamentado pelo PLP 188, é, sem dúvida, o fim da guerra fiscal fratricida que ocorre hoje entre estados e estados e municípios, em todas as relações verticais e horizontais entre os entes da Federação.

Ao que a gente assistiu nos últimos anos, especialmente antes da Lei Complementar 160, sem dúvida alguma é uma guerra de perde-perde, em que há uma renúncia fiscal muito grande, uma corrosão enorme da base impositiva do ICMS, o que representa menos dinheiro em caixa para os estados, e geração de grandes problemas concorrenciais – eu tenho uma interferência negativa na economia e o financiamento via dinheiro público de atividades muitas vezes ineficientes.

Então, essas renúncias fiscais usadas de forma indiscriminada, muitas vezes financiando essas atividades empresariais, mas não repercutindo no preço final das mercadorias e dos serviços, significando que o consumidor, que é quem paga, não vai ter nenhum benefício direto, devem acabar, sem dúvida alguma.

Então, feita essa consideração, que creio que é um grande acerto da reforma, da mudança, inclusive, do critério origem para o critério destino e essa vedação em geral para novos benefícios, deixados esses abusos de lado, a gente precisa olhar para realidade brasileira, para a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dimensão continental, pelo fato do que já foi falado aqui pelo Secretário Rogério Gallo, pelo meu amigo e professor Tácio e pelos outros que me antecederam, no sentido de que há regiões no Brasil menos atrativas e que se desenvolveram, até hoje, através de benefícios fiscais. Não é possível que a gente vire a chave, imaginando que essas empresas se manterão nesses lugares, se não houver uma contrapartida, uma compensação e um incentivo para que elas permaneçam ali, gerando empregos e não causando outros danos em razão das compensações que lhes seriam devidas, em razão dessas possíveis indenizações.

Também acho que a gente não pode ignorar que benefício fiscal é uma prática utilizada inclusive por países que utilizam IVA. A gente tem exemplos na Alemanha e outros países extremamente desenvolvidos que, sim, se beneficiam, utilizam benefícios fiscais para os setores da economia que, por interesse do Estado, devem ser incentivados.

A indústria automobilística é uma delas. A gente pode pegar o exemplo da Alemanha. E aqui, no Brasil, eu acredito que acertou muito a PEC, ao manter ali, no art. 19, o crédito presumido de CBS para a indústria automotiva, ao passo que, se não tivéssemos isso, a possibilidade de migração dessas atividades para países vizinhos, como a Argentina e o México, seria enorme, como já aconteceu no passado.

Então, isso é importante, assim como é muito importante a questão do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, mas demandam atenção. Então, houve um acerto muito grande na previsão deles, mas, agora, na regulamentação, a gente precisa de atenção para que sejam afastados quaisquer critérios irracionais, como muito bem colocado pelo Secretário Rogério, a possibilidade de litígio em relação a essas definições.

Esses conceitos que constam hoje nos artigos é algo que nos preocupa como advogados privados, já sabendo o contencioso que virá caso isso não seja corrigido.

E, também, como disse o Prof. Tácio, a gente precisa diminuir essa subjetividade e qualquer restrição imposta. Essas compensações precisam ser integrais, porque, senão, terão que ser compensadas duas vezes.

Dito isso e aproveitando esse tempo final aqui da minha fala, eu também queria aproveitar para destacar três pontos que, se não forem olhados também com cuidado, podem ser causas de contencioso inesgotável na nossa reforma.

O primeiro deles são as listas de exceções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por uma necessidade da nossa realidade brasileira, em razão da alta alíquota, a gente veio a ter listas de exceções para diminuir alíquotas de determinadas atividades, mas o fato é que, dentro de cada uma dessas listas, atividades ficaram de fora, itens ficaram de fora, e isso pode ser um grande gerador de contencioso.

Exemplo: na saúde, eu tenho *home care* de fora, eu tenho esterilização de fora, medicamentos oncológicos de fora da lista de exceção, da lista de redução.

Eu tenho, na lista de alimentos, por exemplo, inúmeros alimentos, crustáceos, mas não tem azeite. Então, são algumas disparidades que a gente olha e fala: isso vai causar contencioso.

Esportes, eu tenho um problema de bicicleta compartilhada, que hoje é utilizado como meio de trabalho para entregadores de iFood. Tem uma função social muito grande, e também está de fora de qualquer redução, sendo que, hoje, o aluguel paga zero.

Então, só alguns exemplos com relação à lista de exceção.

Segundo ponto: aviação internacional.

Eu venho falando muito a respeito disso, porque isso tem um impacto enorme na economia brasileira como um todo.

Hoje, a aviação internacional é totalmente desonerada. Essa é uma prática de todos os países, dos maiores países do mercado da OCDE. Praticamente nenhum deles, das 25 maiores economias, tributam. Os que tributam, tributam com alíquotas bem reduzidas, a exemplo da Índia, que foi um exemplo que nós utilizamos aqui no Brasil, que usa uma alíquota de 5% para a classe econômica e 12% para *business* e *first class*, e a gente está usando aqui uma alíquota muito mais elevada, o que, com certeza, vai impactar a demanda, e isso vai ter, sem dúvida alguma, um reflexo no nosso mercado de turismo interno e em todo o outro setor – de bares, restaurantes –, que está sendo beneficiado por uma redução.

São duas políticas que não conversam. Agora, onerar a tributação internacional e desonerar um setor de turismo que nos é tão caro e que ainda precisa ser tão bem desenvolvido no Brasil, que tem muito potencial?

E o último aspecto, que é outro ponto de grande contencioso, que nós estamos prevendo, caso alguns ajustes não sejam feitos, é a questão do Imposto Seletivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há inúmeros problemas do Imposto Seletivo: exportação de bens minerais, a questão de utilizar só o açúcar como o grande vilão em bebidas, sendo que a gente tem açúcar em inúmeros outros itens... Enfim, há diversos aspectos que a coerência da norma me parece prejudicada.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LINA SANTIN – E aí, para falar aqui o último ponto do Imposto Seletivo, temos a cobrança de Imposto Seletivo sobre itens operacionais. Então, automóveis operacionais, embarcações operacionais, aeronaves operacionais... O que é que significa isso? É custo, no fim, para o passageiro, é custo final para o consumidor, e não é a melhor forma, a melhor prática que vem sendo recomendada pela OCDE, que é você tributar a efetividade do carbono emitido. Então, você tributa não o meio; você tributa o combustível, você tributa através de outros medidores de externalidades, outros medidores de emissão de carbono.

Então, feitas essas considerações, eu agradeço mais uma vez à minha parceira Carolina Brasil, a todos aqui presentes, parabenizo pelo trabalho maravilhoso que vem sendo feito por esta Casa revisora, pelo Poder Legislativo, em conjunto com o Poder Executivo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LINA SANTIN – ... aqui com o nosso querido representante Roni Peterson, e acredito que nós estamos caminhando para aprovar uma reforma muito importante, que vai melhorar os maiores problemas estruturais do nosso sistema.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a V. Sa., Sra. Lina Santin.

Agora seguirei a hora dos debates.

Nós tivemos três Senadores aqui que fizeram exposições e questionamentos. Então, eu passarei a palavra ao Sr. Rogério Gallo para responder às profundas e complexas questões levantadas pelo Senador Jayme Campos, do seu estado, não é? E, depois, eu vou abrir a palavra para quem quiser comentar as palavras do Deputado Hauly e da Senadora Margareth Buzetti, que foram contraditórias.

Aí, se vocês puderem falar sobre essa questão também, a gente agradeceria.

Então, com a palavra, V. Sa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO GALLO (Para expor.) – Bom, depois de todas as explanações muito bem endereçadas, Senador Marcelo, e com a palavra até do Roni, que abriu aí a possibilidade de aprimoramentos, dizendo que o Poder Executivo está à mesa para melhorar e aperfeiçoar, que é o papel da Casa revisora, obviamente, então, acho que se abre um diálogo importante de todos nós aqui, em relação ao aprimoramento, e eu tenho certeza de que esse é o objetivo, não é?

Em relação às indagações do Senador Jayme, de fato, a gente discutiu bastante isso no curso da reforma tributária, da aprovação da emenda constitucional.

O Estado de Mato Grosso, a sua economia, não é segredo para ninguém, 40% da nossa balança interestadual... Nós somos superavitários na balança interestadual em 40%. Quer dizer, a gente compra menos do que exporta. Então, significa dizer que nós nos beneficiamos do sistema atual. Isso é inegável, assim como outros estados também. Por isso, então, houve a necessidade de uma transição tão longa.

A gente tinha pontos na transição do seguro-receita, de fazer uma transição de municípios e de estados, se colocasse 2,5% dos 5% que foram previstos no seguro-receita... Ficaram para estados e municípios. Como você tem municípios que são muito perdedores, porque eles se beneficiam há décadas do princípio da origem no ISS, as perdas deles são maiores do que as dos estados, não é?

Eu não vou citar aqui nomes, mas é perceptível: a gente sabe quais são os grandes municípios prestadores de serviços. Então, o que acontece? Quando você começa a compensar por eles, quase todo o dinheiro do seguro-receita vai para esses municípios, que são grandes perdedores, em função do princípio da origem. Há um desbalanceamento no seguro-receita, no uso do seguro-receita...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO GALLO – ... entre estados e municípios. Mas foi uma opção política que foi feita.

A gente lamentou naquele momento. A gente considerava que tinha que ser 50% do seguro-receita para os estados, e os outros 50% para os municípios, porque os maiores municípios, os mais populosos, vão ganhar exatamente no IBS, naquela parcela do IBS que vai ser distribuída – 80% dela dos 25% vão ser distribuídos de acordo com a população. Então, quer dizer, há uma compensação para esses municípios, diferentemente do que aconteceu com os estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente nivela numa perda muito grande, e eles se compensam pela participação que eles têm no IBS, em função da mudança dos critérios.

Então, assim, de fato, Senador Marcelo, nós vamos precisar, num dado momento, antes ainda, talvez, da virada de chave, lá em 2032, de fazer um novo olhar sobre o federalismo fiscal. Isso é um encontro marcado que a gente tem.

Acho que é importante que a gente comece, de fato, a testar o modelo com as tributações em 2026 de 0,1%, em 2027 já entrando a CBS, o IBS escalonando de 2029 a 2032, a gente sabendo exatamente qual é a potência desse tributo, qual é o impacto – eu vi o Deputado Hauly comentando aqui – do Simples Nacional sobre esse novo modelo; essa concorrência pode ser perversa em alguns setores.

A gente tem que tomar muito cuidado também em não aumentar indefinidamente os limites do Simples Nacional. Isso nos preocupa, porque o modelo que está sendo previsto está retirando a substituição tributária. Nós temos hoje nos estados uma participação... Eu não gosto do modelo também e acho que, tecnicamente, ele não é aderente a um bom IVA, porém, é um modelo que se tem hoje para você assegurar, em alguns setores, uma arrecadação aos estados, porque, em setores muito concentrados, em que se sai da indústria e já se vai direto a um ponto de venda – e esse ponto de venda geralmente é Simples Nacional, MEI ou informalidade –, ali você tem perda na veia de arrecadação. Essa arrecadação perdida pela ausência da substituição tributária vai ser coberta por quê? Por alíquota.

Nós vamos ter que testar. É um modelo que vai estar submetido a testes e a ajustes ao longo do caminho, inclusive em relação à transição federativa e a algumas extrapolações que podem existir do modelo e que terão que ser corrigidas.

Então, eu acho que a gente tem alguns encontros até 2032 em relação a esses temas.

Sobre a questão das exportações, de fato, o modelo beneficia muito as nossas empresas exportadoras. Eu não vejo isso como um problema. Eu acho que nisso nós temos que ganhar, nós temos que ser competitivos. Quanto mais a gente conseguir vender no mercado internacional e ganhar mercado internacional, mais empregos a gente gera aqui no país. Eu acho que esse não é um problema. O problema, de fato, é de financiamento das políticas públicas desses estados exportadores, porque, se você vai ter menos receita, você vai ter um déficit de financiamento. Como isso, ao longo do tempo, vai ser reposto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu finalizo com o Fundo de Desenvolvimento Regional. Aí, eu falo não em nome do Comsefaz; para deixar claro, eu falo em nome aqui do Estado de Mato Grosso, porque hoje aqui eu faço a representação do Comsefaz.

Nós tínhamos uma proposta, o Comsefaz tinha uma proposta que dividia o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional em três partes, com três critérios, Senador Marcelo. Seria o critério do FPE, que foi pactuado, para a gente, de fato, beneficiar Norte e Nordeste; eu acho que está absolutamente correto em relação a isso. Nós tínhamos o critério da população, que era e sempre foi uma reivindicação dos estados mais populosos, que são os mais desenvolvidos, porém, são os estados que também reivindicavam que têm problemas sociais que precisam ser resolvidos, desigualdades sociais, e tem regiões dentro desses estados que são também desiguais em relação ao todo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO GALLO – Então, a gente entendeu isso também, só que nós colocamos... E não fomos só nós, mas o Mato Grosso, o Mato Grosso Sul, o Estado de Goiás, o Espírito Santo, são uns seis, sete estados da Federação que não têm um FPE alto. Por quê? Porque o nosso FPE é PIB *per capita* invertido. O Mato Grosso produz muito e manda a outros estados ou a outros países; 60% da nossa produção é exportada. Então, nós temos um PIB *per capita* com a população pequena... O nosso PIB *per capita* é alto, mas temos desigualdades de renda. Você tem muitos com uma renda abastada e muita gente ali que a gente tem que trabalhar para inserir. E, do outro lado, nós não temos uma população elevada. Então, veja, nós temos um baixo FPE, porque temos PIB *per capita* alto, mas temos também uma baixa população.

O outro critério que a gente tinha sugerido era: 65% do fundo serem distribuídos pela FPE; 25% serem distribuídos por população; e 10% serem distribuídos por exportações de produtos primários e semielaborados. Quer dizer, se o estado está exportando muito primário e semielaborado, significa que ele não está tendo atratividade para poder fazer ali a verticalização da sua economia, não está conseguindo processar ali dentro. Então, seria muito razoável que se colocasse esse critério também. Não foi a opção política, e no final, de fato, esses estados perderam: no Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, nós estamos lá entre os últimos que acessarão esses recursos. Então, significa dizer o quê? – por isto que eu falo do federalismo fiscal. Nós vamos perder na perspectiva do crescimento da arrecadação, porque a gente passa a tributar apenas o destino, o consumo; perdemos a tributação sobre as operações interestaduais, que vão para outros estados; e também, no Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, a gente acessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poucos recursos. Então, no final do dia, o que o Senador Jayme nas três perguntas está dizendo é: "Nós temos um encontro marcado com uma revisão, talvez, desse dispositivo que estabelece a distribuição do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional".

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO GALLO – Para Mato Grosso, com ainda 22 mil quilômetros de estradas para se pavimentarem, um estado que produz 25% do agro nacional, a gente precisa de financiamento. E, perdendo arrecadação no IBS, não acessando o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e perdendo o Fethab, em 2043, como é que esse estado vai conseguir manter as suas rodovias estaduais – e é a maior malha rodoviária estadual do Brasil? Nós temos 30 mil quilômetros de estradas de rodovias estaduais, sendo, delas – nós vamos completar agora –, 12 mil quilômetros pavimentados; ainda faltam 20 mil quilômetros. E nesse momento a gente perde essa arrecadação.

Então, de fato, a classe política e a sociedade estão preocupadas com isto: como o estado vai se financiar, e não com o modelo em si. A gente entende que houve um exaurimento do atual modelo, porém a gente se preocupa com o financiamento, a viabilidade. E o Senado, como a Casa da Federação, certamente não vai se furtar a fazer esse debate, no momento certo, sobre essa agenda, o que não vai se dar agora. No PLP 68, nós estamos discutindo questões muito objetivas da regulamentação.

Mas eu agradeço as perguntas do Senador Jayme e acho que representam muito o sentimento do mato-grossense neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem. Quero agradecer a V. Sa.

Vou passar ao Mário Sérgio, que gostaria de se pronunciar.

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES (Para expor.) – Quero fazer só uns comentários.

Primeiro...

E aqui também – se o Secretário pode, eu vou fazer a mesma coisa – eu não vou falar como CNI, não; vou falar como pessoa física.

O critério do Comsefaz para a distribuição do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, na minha opinião, era bem melhor do que o que foi aprovado, mas, como o Secretário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já colocou bem, foi uma opção política, não é? Na minha visão, no que foi aprovado, como eu falei antes, ainda tem um direcionamento muito grande de recurso para os estados do Norte e do Nordeste, mas o critério do Comsefaz levava mais recursos para esses estados e não reduzia o recurso dos Estados, como o caso aqui, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul e do Espírito Santo. Então, eu acho que o critério do Comsefaz realmente era melhor.

Com relação à fala da Senadora, ela mencionou, entre vários pontos, o critério de manutenção da carga tributária. Na CNI, o que a gente mais valoriza em termos de manutenção da carga tributária é o critério que está na emenda constitucional, que foi inclusive introduzido no relatório do Senador Eduardo Braga ainda na época da discussão da PEC 45, que é uma trava de carga tributária que não deixa dúvidas, é matemática, não é? Está claro lá: no caso da CBS e do Seletivo, a arrecadação desses dois tributos em relação ao PIB não vai poder superar a arrecadação do PIS-Cofins, do IPI, e do IOF-Seguros, na média do período 2012-2021. Então, isso é matemática.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – E, nessa discussão de trava de carga, muito se fala da mudança para o PIS-Cofins não cumulativo, mas, se forem ver o projeto de lei – na verdade, na legislação que criou o PIS-Cofins não cumulativo –, não existia uma trava de carga tributária tão explícita e matemática como essa que está lá na Emenda Constitucional 132. E a mesma situação vale para o IBS nos estados em relação à arrecadação do ICMS e do ISS.

Então, nós estamos, na CNI, muito tranquilos de que, em termos de carga tributária global, a reforma não abre espaço para aumento de carga tributária global. Obviamente, vai ter mudanças setoriais, e o Deputado Hauly já falou aqui que preços relativos vão se alterar, e nós entendemos que devem ser alterados mesmo, porque, no Brasil, a gente tem uma supertributação do consumo de bens e uma baixa tributação em geral do consumo de serviços, o que não é visto no IVA ao redor do mundo nem onde tem as diferenciações de alíquotas, não é?

Se a gente pegar o IVA europeu, você não tem ali produtos sendo mais tributados que serviços. Vou dar um exemplo da Inglaterra: tributação do hotel é 20%; roupa de criança é 0%.

Assim, a gente nem defendia essas diferenças, a posição da CNI sempre foi pela alíquota uniforme, mas não existe também essa experiência no mundo, essa distinção entre bens pagando mais e serviços pagando menos. Então, essa mudança de carga de preços relativos vai acontecer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e, na nossa visão, é bom que aconteça. E outro ponto: ela vai acontecer gradativamente, porque ela começa a acontecer em 2027 e vai acontecendo até 2033.

Então, acho que queria só reforçar esse ponto com relação à carga.

E, com relação à complexidade... A gente conversa com as empresas, a gente tem falado muito, e, é óbvio, o novo sempre traz alguma insegurança, não é? Mas a nossa visão é de que vai haver uma simplificação muito grande, e à medida que as coisas forem se tornando mais claras, principalmente a partir da aprovação aqui da regulamentação, as empresas vão conhecendo o novo sistema e, quando ele começar a funcionar, vão perceber que o sistema é muito mais simples.

Queria dar só dois exemplos com em relação a essa insegurança.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELLES – Um empresário no Piauí, Senador, o Federico, não sei se o senhor o conhece, ele é um argentino, mas não é um argentino que veio para o Brasil novo. Ele era empresário na Argentina, onde tem o IVA, e se mudou para o Brasil para fazer investimentos no Piauí.

Uma vez, numa conversa lá, eu tentando explicar o IVA para uma série de empresários, principalmente do setor de serviços, com aquela preocupação de que o preço vai subir, ele falou assim: "Pessoal, no IVA que eu vivi lá na Argentina, o empresário não pensa no preço com imposto. O empresário raciocina no preço líquido. Por quê? Porque o que vem de imposto eu vou usar de crédito. Então, é uma mudança de mentalidade". E ele me ajudou muito. Por isso, eu já o avisei de que eu o cito sempre que é possível. Eu tenho autorização para citá-lo.

E um outro ponto é o Javier, da Embaixada da Espanha. Uma vez conversando com o Javier, ele me disse que, quando foi feita a introdução do IVA lá na Espanha, na década de 80, a Espanha tinha duas opções: ou implantava o IVA; se não quisesse o IVA, ficava fora da União Europeia. Era só esse custo, não é? Então, eles implantaram o IVA. E o Javier é muito novo, mas os auditores da época, que depois ele conheceu, falaram que esse temor do setor de serviços lá na Espanha acontecia também: "vai acabar o setor de serviços na Espanha com esse IVA". E, se a gente for à Espanha hoje, a gente vê – não é, Lina? Você deve conhecer lá – que o setor de serviço não acabou na Espanha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o novo traz muita insegurança, mas a gente tem muita convicção de que vamos ter um sistema bem melhor e que vai gerar muitos resultados positivos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito obrigado pela sua brilhante contribuição.

E vamos passar agora para o Roni Peterson, que também quer usar a palavra.

O SR. RONI PETERSON BERNARDINO DE BRITO (Para expor.) – Obrigado, Senador, pela oportunidade.

Muito rapidamente, quero reafirmar nossa posição de nos sentar à mesa para tentar contribuir com esta Casa na análise para o maior aprimoramento possível do texto aqui nesse ponto específico do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais.

Sobre essa análise contextual que foi ensejada aqui pelos Senadores, eu acho que é muito importante a gente separar o tributo propriamente, em si, da distribuição de recursos.

Quanto ao tributo, eu acho que a sociedade e o debate têm demonstrado as muitas virtudes do IVA pleno, verdadeiro – porque a gente já tentou, mas o verdadeiro, como nós estamos agora, mais uma vez, colocando em prática. Ele desonera exportações; desonera investimentos; no caso da nossa reformulação aqui, simplifica enormemente procedimentos fiscais; uniformiza a interpretação, que agora vai ficar em dois entes, e ainda unificados nos comitês de harmonização, seja entre as administrações tributárias, seja entre as Procuradorias. Ele tem inúmeros benefícios, inúmeras virtudes, e elas já têm sido identificada pela maioria dos agentes.

E tem uma segunda etapa, o segundo aspecto, que é a distribuição de recursos. E aí, sim, é um ponto que constantemente este Parlamento estará reanalisando no tema. O que se propôs foi uma transição muito suave. Sempre brinco que o meu objetivo de vida é ver o final da transição da distribuição de recursos, porque vai durar 70 anos; então, se eu tiver essa dádiva de ver o final da transição de recursos, será uma bênção. E isso é para exemplificar que nós estamos fazendo de maneira muito responsável, de maneira muito gradual, muito paulatina, exatamente para dar segurança.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONI PETERSON BERNARDINO DE BRITO – E, por fim, na análise do fundo de compensação, é importante ouvir todos os pontos e é importante aquele juízo na hora de estabelecer regras, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então vou citar aqui só o exemplo de um item que foi comentado sobre incluir os valores dos investimentos que se exigem na contrapartida que terá que ser compensada. Ora, acompanhe comigo o exemplo: um estado chama uma empresa e diz "você vai investir aqui na minha empresa R$100 milhões e, depois, eu vou te dar um crédito presumido com base no seu ICMS devido todo mês". O que nós dissemos é: o que eu vou compensar é este benefício de ICMS mensal que você vai adquirindo mês a mês. Se a gente, por qualquer hipótese, colocar o valor deste investimento, na prática, a gente estaria fazendo da União pagar todo o investimento dos últimos anos. Isso não tem a mínima hipótese. Então, é muito importante nós aprimorarmos.

Muitas sugestões aqui colocadas têm muito mérito e serão bastante exploradas para que nós possamos subsidiar esta Casa, mas também nós precisamos ir *cum grano salis*, como diriam os latinos, não é?

Eu agradeço a oportunidade e nos mantenho sempre à disposição desta Casa para ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Obrigado pela contribuição.

Passo a palavra ao Sr. Tácio Lacerda.

O SR. TÁCIO LACERDA GAMA (Para expor.) – Minha comunicação é telegráfica. Não quero competir mais com o almoço de ninguém.

Quero felicitar os trabalhos. Saí daqui muito feliz, e cheguei bastante preocupado.

O tema do desenvolvimento regional ocupa as minhas atenções há duas décadas. Nós temos o Nordeste, e não tem mais nenhuma instituição nordestina que cuida do desenvolvimento do Nordeste; não temos mais bancos regionais, os antigos Instituto do Açúcar e do Álcool, Instituto Brasileiro do Café, Instituto do Cacau. Todos eles perderam muita força, não têm mais nenhum papel protagonista no desenvolvimento e no fomento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A Sudene não faz mais nada?

O SR. TÁCIO LACERDA GAMA – A Sudene... E, ainda assim, a Sudene é federal, a Sudam é federal, embora concentrada ali a atenção.

Então, o que ficou, parece-me, muito claro aqui é que precisamos dar mais conforto à Receita com normas mais claras, e o tema do desenvolvimento regional é uma grande agenda a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocupar, na linha do que colocou o Secretário Rogério Gallo, os nossos próximos anos. A gente tem um grande tema aí a ser enfatizado, mas esses pequenos consensos já foram uma alegria muito grande. Acho que a gente teve um espaço de diálogo, onde foi muito bom te ouvir aberto ao diálogo. Isso é fundamental para o Estado democrático de direito e só reforça a admiração que a gente tem pela Receita Federal e pelas suas contribuições. É uma contribuição muito direta, Senador.

Devolvo a palavra, agradecendo muito a oportunidade, à condução dos trabalhos, porque temos uma agenda, é bom que isso fique registrado, com o desenvolvimento regional do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem.

Eu quero esclarecer aqui aos palestrantes que o Senador Eduardo Braga não pôde estar presente, mas a assessoria dele está anotando, participando e acompanhando de todas as exposições de vocês. Naturalmente, ele vai fazer um julgamento junto com a sua assessoria daquilo que vocês trouxeram aqui nessa manhã-tarde.

Então, no mais, quero agradecer a presença de todos. Acho que foram belíssimas exposições, muito enriquecedoras. Agora, nesse arremate final da reforma tributária, eu espero que essa contribuição de vocês seja acolhida para a gente aperfeiçoar mais a nossa reforma tributária em nível legal, que é a parte final aqui da nossa reforma, uma vez que nós fizemos, ano passado, em nível constitucional.

Nada mais havendo a falar, declaro encerrada a presente sessão, agradecendo a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e seis minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Davi Alcolumbre, Nelsinho Trad, Marcos Rogério e Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Zequinha Marinho, Jayme Campos, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Flávio Bolsonaro, Beto Martins, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Laércio Oliveira e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Weverton, Eliziane Gama, Magno Malta e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 33ª, 34ª, 36ª a 39ª Reuniões Extraordinárias; e da Ata da 35ª Reunião Ordinária, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 953, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda n° 1-CAE (Substitutivo). **Resultado:** Aprovado o Substitutivo oferecido ao PL 953/2021. **Observação:** O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282 c/c art. 92 do RISF. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 133, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para prever regras de segurança ao usuário do PIX e criar mecanismos de recuperação célere dos valores transferidos, na hipótese de cometimento de crimes patrimoniais – Lei de Segurança do PIX." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao Projeto e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4980, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece diretrizes para o sistema de controle interno dos entes públicos, conforme os artigos 37, 70 e 74 da Constituição Federal." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com cinco emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 4 - Projeto de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei n° 2891, de 2020 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para permitir a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes previstos nos arts. 216-B (registro não autorizado da intimidade sexual) e 218-C (divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia) do Código Penal." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo oferecido ao PL 2891/2020. **Observação:** O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282 c/c art. 92 do RISF. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1504, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para destinar os bens da herança vacante adquiridos pelos Municípios, Distrito Federal ou União aos serviços de saúde, de educação ou de assistência social." **Autoria:** Senador Jayme Campos (DEM/MT). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1640, de 2019 - Terminativo -** que: "Torna mais rígido o controle de violência nos estádios e imediações." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 469, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o crime de rixa em decorrência de eventos esportivos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alexandre Silveira (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda 4 – CEsp, com duas emendas que apresenta, pela prejudicialidade da Emenda 5 – CEsp, e pela rejeição das Emendas 1, 2 e 3 – PLEN. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 853, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei dos Crimes Hediondos, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para vedar a progressão de regime de cumprimento de pena aos condenados por crimes hediondos." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 3-CSP e 4-CSP, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 24, de 2024-CCJ, de iniciativa do Senador Rogério Carvalho, para realização de Audiência Pública. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 3595, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui percentual de vagas para contratação de mulheres em situação de violência doméstica ou vulnerabilidade social no âmbito dos contratos de terceirização da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela rejeição das Emendas nº 2-S e nº 3-S, apresentadas, em turno suplementar, ao Substitutivo, acolhida a Emenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nº 5-S. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo, em turno suplementar, e a Emenda nº 5-S-CCJ. Rejeitadas as Emendas nºs 2-S e 3-S. **Observação:** Em 27/11/2024, foi apresentado requerimento de autoria do Senador Flávio Bolsonaro para retirada da Emenda nº 4-S. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 24, de 2024** que: "Requer audiência pública para instrução do PL 853/2024." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/27

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 33ª, 34ª, 36ª a 39ª Reuniões, Extraordinárias, e da ata da 35ª Reunião, Ordinária.

As Senadoras e os Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 953, DE 2021

- Terminativo -

Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;

- Em 30/10/2024, na 35ª Reunião Ordinária, a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores nos termos regimentais;

- Se aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal;

- Votação nominal.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Em votação o substitutivo.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Solicito que as Senadoras e os Senadores exerçam o direito de voto.

Está aberto o painel.

Já abriu, Senador Nelsinho.

Queria pedir para o...

Eu estou numa reunião com o Presidente do Superior Tribunal Militar ali no gabinete da Presidência. Eu queria pedir para o Senador Nelsinho Trad, que é o Relator da matéria, que ele pudesse, depois de votar, ocupar a Presidência rapidamente aqui, enquanto eu vou concluir a reunião com o Presidente do STM.

E solicito à Secretaria da Comissão que informe aos Senadores e às Senadoras que temos uma votação nominal, que o painel está aberto e que os Senadores e as Senadoras já podem votar.

Senador Angelo Coronel, Senador Lucas Barreto, Senador Fabiano Contarato, Senador Rogério Carvalho, Senadora Augusta Brito, Senador Jorge Kajuru, Senador Humberto Costa, Senador Vanderlan Cardoso, Senadora Zenaide Maia, Senador Dr. Hiran, Senador Presidente Mourão, Senador Mecias de Jesus, Senador Esperidião Amin, Senador Jorge Seif, Senador Jayme Campos, Senador Zequinha Marinho, Senador Alessandro Vieira, Senador Plínio Valério, Senador Marcos do Val, Senador Marcio Bittar, Senador Marcelo Castro e Senador Jorge Seif.

Passo a Presidência, para a condução dos trabalhos, ao Senador Nelsinho Trad. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – A sessão está aberta.

Senador Alessandro, Senador Otto... (*Pausa.*)

Continua em votação. Os Senadores que ainda não votaram exerçam seu direito. (*Pausa.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Senador... Não se está conseguindo votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Vai com o *mouse*. Com o *mouse*.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O *mouse* eu já usei.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Já usou?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não está funcionando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Ah, está enfiado aí embaixo. Então use o do Alessandro. (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Estamos aguardando o Presidente de direito e de fato assumir os comandos para dar sequência à sessão.

Senador Alessandro...

O Senador Jorge Seif já votou? (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Estou aguardando os outros colegas chegarem, para concluir a votação, e o Presidente Davi, que está terminando uma audiência na sala anexa. (*Pausa.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Nelsinho...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – O Senador Flávio Bolsonaro já votou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Nelsinho Trad...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Otto.

O Senador Davi já chegou.

Informo a V. Exa. que já temos o quórum da votação do primeiro item. E gostaria que V. Exa. assumisse de volta.

Gostaria de registrar – já passo a palavra ao Senador Otto – a presença do Brigadeiro Joseli, Presidente do Superior Tribunal Militar.

Seja muito bem-vindo à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa!

Com a palavra o Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Senador Nelsinho, informo a V. Exa. que, atendendo a V. Exa., já votamos favoravelmente à matéria, que vai ser regulamentada pelo Governo Federal assim que ela for aprovada e também passar pela Câmara dos Deputados.

É só para lembrar a V. Exa. que V. Exa. tem um compromisso comigo, e, quando se assume um compromisso com criança e com idoso, não se pode faltar absolutamente. Então, não quero que V. Exa. se esqueça do compromisso que V. Exa. tem comigo, para resgatar logo, imediatamente.

Também quero saudar a presença do Comandante, do Presidente do Superior Tribunal Militar, que tem um pé na Bahia, Presidente Davi Alcolumbre. É um baiano de adoção lá para o meu estado e um oficial de alto padrão ético e de compromisso com as forças militares.

Era isso o que eu queria acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, querido Líder Otto Alencar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brigadeiro Joseli, Presidente do STM, está acompanhado dos assessores do STM e também do Ministério da Defesa e do Exército Brasileiro.

Quero aproveitar a oportunidade com os Senadores e as Senadoras presentes e dizer que o querido Brigadeiro Joseli veio solicitar desta Presidência que nós pudéssemos levar ao conhecimento da Comissão e do Presidente Rodrigo Pacheco, querido Vice-Presidente Marcos Rogério, a importância de nós realizarmos aqui na CCJ a sabatina do General Amin, que foi indicado pelo Presidente da República à vaga para compor o Superior Tribunal Militar. A mensagem assinada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva já está na Presidência do Senado.

Informo aqui ao Plenário que amanhã, Líder Otto, o Presidente Rodrigo Pacheco está convocando a reunião de Líderes. Vou propor, amanhã, na reunião de Líderes, que ele possa organizar, ainda no mês de dezembro, uma semana de esforço concentrado para que a gente possa fazer a sabatina das autoridades pendentes aqui na Comissão, entre elas, a indicação do General Amin para o Superior Tribunal Militar, feita pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já há quórum suficiente para encerrarmos a votação. (*Pausa.*)

Vamos aguardar o Presidente Omar Aziz, que está votando. (*Pausa.*)

Já, Senador Omar?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Já.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não há mais Senadores... Há número regimental. Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM, 17 Senadores e Senadoras; votaram NÃO, 3 Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O substitutivo é aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Eu queria cumprimentar o Senador Nelsinho Trad, o Senador Irajá, cumprimentar os Senadores e as Senadoras pelo acordo que foi construído em relação a esse assunto, que estava na pauta há algumas semanas, mas, enfim, demos um encaminhamento adequado, deliberamos a matéria, e ela foi aprovada por uma ampla maioria. (*Pausa.*)

Relatores presentes.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1640, DE 2019

- Terminativo -

Torna mais rígido o controle de violência nos estádios e imediações.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela então Comissão de Educação, Cultura e Esporte;

- Em 13/05/2024 foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Weverton;

- Votação nominal.

Informo às Senadoras e aos Senadores que a votação deste projeto de lei é votação nominal e concedo a palavra ao eminente Senador Relator da matéria, Senador Alessandro Vieira, para proferir o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Peço licença para ir diretamente à análise.

Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que o direito penal está compreendido no campo da competência legislativa privativa da União. Ademais, não se trata de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República.

No mérito, verificamos que a Lei nº 10.671, de 2003, que constituía o chamado "Estatuto do Torcedor", foi integralmente revogada pela Lei nº 14.597, que instituiu a "Lei Geral do Esporte", em 2023.

Entretanto, constatamos que as regras previstas no revogado art. 41-B da Lei nº 10.671, que é objeto do presente projeto de lei, foram praticamente reproduzidas pelo art. 201 da Lei nº 14.597, de 2023, com algumas pequenas alterações. Sendo assim, como entendemos ser pertinentes as alterações promovidas pelo PL nº 1.640, apresentaremos, ao final, emenda para alterar o dispositivo a ser modificado, que agora é o art. 201 da Lei nº 14.597, de 2023.

Conforme o Parecer nº 48, de 2019, que proferimos na Comissão de Educação, Cultura e Esporte...

Sendo assim, são importantes as medidas trazidas pelo PL, que torna mais rigorosa a aplicação de sanções àqueles que incorrerem no crime previsto no novo art. 201 da Lei nº 14.597, qual seja, "promover tumulto, praticar ou incitar a violência ou invadir local restrito aos competidores ou aos árbitros e seus auxiliares em eventos esportivos".

Atualmente, as penas aplicáveis aos que praticarem a conduta em questão são "reclusão de um a dois anos" e "multa". Ademais, nos termos do §2º do art. 201, o juiz deverá, na sentença penal condenatória, converter a pena de reclusão em pena impeditiva de comparecimento às proximidades da arena esportiva, bem como a qualquer local em que se realize evento esportivo, pelo prazo de três meses a três anos, de acordo com a gravidade da conduta, na hipótese de o agente ser primário, ter bons antecedentes e não ter sido punido anteriormente pela prática das mesmas condutas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do PL, além da pena privativa de liberdade e da multa, o juiz poderá aplicar a pena de "impedimento de comparecimento às proximidades do estádio, bem como a qualquer local em que se realize evento esportivo, pelo prazo de um a dez anos". Assim, a medida restritiva de direito em questão passará a constituir pena principal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... e poderá ser aplicada de forma cumulativa com a pena restritiva de liberdade e a multa, e ainda por um prazo superior de um a dez anos.

Na redação atual, tal medida deve ser sempre aplicada, como substitutiva à pena restritiva de liberdade, quando a conduta não for grave, o agente for primário, tiver bons antecedentes e não tiver sido punido pela prática de qualquer conduta prevista no art. 201. No nosso entendimento, deve-se, nos termos preconizados pelo PL, deixar a cargo do juiz verificar, ao analisar o caso concreto, quais hipóteses podem se sujeitar apenas às penas de "impedimento de comparecimento às proximidades da arena esportiva.

Ademais, pertinente é a inclusão de um §2º-A no art. 201, que determina a aplicação do art. 59 do Código Penal no estabelecimento da duração e do perímetro de incidência da pena de impedimento de frequência às proximidades do estádio, bem como a qualquer local em que se realize evento esportivo. Isso porque, como tal medida passará a constituir pena principal e não mais substitutiva, é essencial que se verifiquem as circunstâncias judiciais previstas no referido dispositivo na fixação da pena.

Quanto à Emenda nº 1, apresentada pelo Senador Weverton, cremos ser igualmente relevante. Com efeito, pretende-se incluir no citado art. 201 um §8º com a previsão de que o agente submetido à medida de impedimento de comparecimento ao estádio terá, obrigatoriamente, dados cadastrais com foto incluídos no sistema de informação da respectiva arena para o monitoramento, controle e cumprimento da pena.

Acatamos a ideia – que claramente aprimora a atividade de inteligência e identificação de criminosos pela polícia – sugerindo alterações redacionais, na forma da emenda a seguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, quanto às sugestões apresentadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, observo que estão relacionadas à preocupação de que a pena de multa e de impedimento de frequência e aproximação aos locais onde ocorram eventos esportivos, estipulada no art. 201 da Lei Geral do Esporte, atenda à proporcionalidade imposta pelo sistema processual penal, bem como a alguns parâmetros objetivos de dosimetria. Ademais, há aspectos redacionais na proposta que acolhemos.

Contudo, há a supressão do prazo de um a dez anos em que o impedimento de comparecimento ao local em que se realize o evento esportivo deva ser estabelecido pelo juiz, com o que não concordamos. Conquanto seja meritório prever variados parâmetros de dosimetria para tal reprimenda, entendemos que fixar patamares mínimo e máximo confere ao juiz maior segurança jurídica e menor discricionariedade de atuação.

No mais, corrigidos aspectos de técnica legislativa e algumas redundâncias, incorporamos na emenda abaixo as sugestões do ministério.

O voto, Sr. Presidente, é pelo acatamento da Emenda nº 1-CCJ e aprovação do projeto de lei, com a emenda que segue.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa. pelo relatório.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras se podemos realizar a votação única para o projeto e para as emendas, nos termos do parecer apresentado pelo Relator. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, assim será feito.

Em votação.

Como se trata de matéria terminativa, a votação será nominal.

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Estamos em processo de votação do Projeto de Lei nº 1.640, de 2019, com tramitação terminativa, que torna mais rígido o controle de violência nos estádios e imediações. Projeto de autoria do eminente Senador Veneziano Vital do Rêgo, com relatoria do Senador Alessandro Vieira.

A Secretaria da Comissão está entrando em contato com os Senadores para que possam registrar o voto nesta matéria. (*Pausa.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Enquanto estamos em votação, eu queria pedir a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Líder.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... no exercício da Presidência, enquanto transcorre a votação, que pautasse a PEC 148, de 2015, de autoria do Senador Paulo Paim, cujo Relator sou eu. É a PEC que trata da redução da jornada de trabalho, que a gente não está chamando de seis por um, mas cinco por dois – certo? –, ao contrário. Ou seja, eu queria pedir a V. Exa. que possa pautá-la.

A gente está vivendo uma mudança significativa nos meios de produção, com introdução da inteligência artificial, com incorporação de tecnologias com inteligência artificial, inclusive no setor de serviços, que majoritariamente era um setor de mão de obra intensiva e que agora começa também a ter a substituição por máquinas e equipamentos dotados de inteligência artificial. Todo o processo de automação, robotização das linhas de produção industrial, tudo isso tem reduzido a necessidade de mão de obra como força de trabalho, e há necessidade de outro tipo, de outro perfil de mão de obra tanto no processo de produção industrial quanto no processo de produção agrícola e no processo de produção de serviços. Aos poucos, essa mão de obra vem sendo substituída – claro que não será substituída na sua totalidade, porque precisa de operação, de operadores, de pessoas com outro tipo de formação –, e a tendência é que haja uma redução estrutural das vagas e das ocupações que hoje nós conhecemos em função dos avanços tecnológicos, notadamente com a introdução da inteligência artificial e já com a robotização e a automação, o que já é uma realidade na área industrial e na área da produção agrícola do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, é importante que a gente inicie esse debate, não necessariamente um debate que vá e que deva acontecer de forma sumária, rápida, mas para fazer esse debate com várias audiências públicas, trazendo a sociedade, fazendo o debate com a sociedade, o Parlamento, com os setores produtivos. Eu acho que isso pode ajudar a gente a esclarecer, e discutir, e trazer para dentro desta Casa um debate sobre a produtividade do trabalhador brasileiro, a produtividade da nossa indústria, a produtividade do setor de serviços.

Por exemplo, a indústria da construção civil no Brasil tem muito a evoluir, vai ter muita automação, é um setor que incorpora mão de obra de baixa qualificação. O que nós vamos fazer com todo esse contingente de trabalhadores que precisam ser requalificados? Ou seja, é uma oportunidade não só para discutir jornada de trabalho, mas para discutir o mundo do trabalho e o futuro do mundo do trabalho, e como lidar com essa quantidade enorme de ocupações que vão deixar de existir pela substituição inexorável que ocorrerá em função da incorporação de novas tecnologias nas mais diversas frentes produtivas da economia.

Então, a ideia é que a gente possa iniciar um debate. A Câmara iniciou esse debate agora, mas nós estamos com essa PEC aqui no Senado desde 2015, e seria injusto a gente não fazer esse debate, não iniciar esse debate. Por isso eu peço que paute, não para que a gente tenha uma decisão, para que a gente vote, mas para que a gente abra audiências públicas, para que a gente possa fazer um debate sobre o trabalho e o mundo do trabalho neste momento de grandes transformações tecnológicas que o setor produtivo vem sofrendo e sofrerá ao longo dos próximos anos – não é nem nas próximas décadas, mas ao longo dos próximos anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

O registro do apelo de V. Exa., na condição de Relator, é acolhido por esta Presidência e será encaminhado ao Presidente Davi, para que proceda com os encaminhamentos pertinentes à tramitação da matéria. Portanto, vou encaminhar o apelo de V. Exa. ao Presidente Davi para que possa dar o andamento que achar adequado. É um tema que está em discussão no seio da sociedade, não é? Essa pauta iniciou esse debate realmente na Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, V. Exa. é o Relator dessa matéria aqui e fala da hipótese de ter as audiências públicas, os debates, não é? Eu acho que, até para instruir a matéria, uma vez apresentados os requerimentos, eu acho que é uma oportunidade de a gente colocar o tema realmente em debate e ouvir.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu vou propor a V. Exa. (*Fora do microfone.*)... Eu vou pedir à minha assessoria que apresente vários requerimentos de audiência pública à CCJ, para a gente apresentar na próxima reunião...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... de pelo menos umas cinco audiências públicas para a instrução da matéria e depois nós discutirmos quando devemos pautar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu acho que o tema é um tema de extrema relevância e que a gente precisa começar a discutir no Senado o que vai acontecer daqui a dois, três, quatro, cinco anos – não é para daqui a dez anos. E o senhor, como entendedor de tecnologia, sabe que nós não temos tempo a perder nesse campo do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É verdade.

E V. Exa., como Relator, para a instrução da matéria pode propor justamente essas providências, as audiências públicas.

Agradeço a V. Exa.

Nós já alcançamos ali quórum mais do que o suficiente para deliberação desta matéria. Eu indago se há algum Senador que não tenha votado. (*Pausa.*)

Não havendo, está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Votaram SIM 21 Sras. e Srs. Senadores; nenhum voto contrário.

A matéria está aprovada.

Portanto, declaro aprovado o projeto de lei, as Emendas nºs 1 e 2, da CCJ2.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria de solicitar a V. Exa., se possível, colocar o item 5 para votação nesta Comissão. Já estamos aqui com a nossa Relatora, a Senadora Dorinha, não é? E eu gostaria, se possível, de que colocasse em votação para nós.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço V. Exa., Senador Jayme, mas o Senador Seif tem uma relatoria neste momento. Na sequência eu já coloco o item solicitado por V. Exa.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2891, DE 2020

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para permitir a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes previstos nos arts. 216-B (registro não autorizado da intimidade sexual) e 218-C (divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia) do Código Penal.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública;

- Se aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal;

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif, para proferir o seu relatório.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, antes de eu ler o meu relatório, lhe agradeço e desejo bom dia a todos da Comissão.

Veja que os crimes contra crianças e adolescentes não se limitam a serem crimes sexuais. Tem todo tipo de crime e invenções de crime, exposição, *bullying*, ameaça, grave ameaça, tantos crimes hoje que são cometidos contra crianças, sejam em jogos *online*, sejam em redes sociais, e, por isso, nós apresentamos esse substitutivo. Se o senhor me permitir, eu vou partir direto para a análise.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que o direito processual penal está compreendido no campo da competência legislativa privativa da União, consoante dispõe o art. 22, I, da Constituição Federal. Ademais, Sr. Presidente, não se trata de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do §1º do art. 61, da Carta Magna.

No mérito, verificamos que a proposição tão somente corrige uma "desatualização automática" que é consequência, Sr. Presidente, da enumeração taxativa de tipos penais dos arts. 190-A e 190-C do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Com efeito, referidos dispositivos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram editados antes de outras leis que igualmente alteraram a temática dos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.

Contudo, assim como observou o Senador Alessandro Vieira em seu relatório perante a CSP, o texto do projeto não corrige o problema da "desatualização automática". De fato, ao inserir apenas os arts. 218-C e 216- B do Código Penal no rol de crimes que permitem a infiltração de agentes policiais na investigação, o texto proposto se olvida, ou seja, se esquece de que a todo tempo novos crimes podem criados pelo legislador para punir os criminosos, gerando, novamente, desatualização.

Nesse sentido, Sr. Presidente, a ideia do Senador Alessandro Vieira de suprimir a enumeração taxativa e acrescentar o termo “crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, ou outros crimes graves que lhes sejam conexos” é positiva. No entanto, nos parece que esse termo cria outros problemas.

Ora, a infiltração de agentes é um importantíssimo meio de obtenção de prova, especialmente quando se trata de crimes perpetrados no cenário virtual. Ocorre que nem sempre esses crimes têm natureza sexual.

Veja-se, por exemplo, o crime de intimidação sistemática virtual (*cyberbullying*) incluído pela Lei nº 14.811, de 2024, no art. 146-A do Código Penal. Conquanto não tenha cunho sexual, referida intimidação gera consequências severas para as vítimas crianças e adolescentes, sendo muitas vezes responsável por gerar intenso sofrimento para as vítimas, causando transtornos psiquiátricos, episódios de automutilação e até mesmo suicídio.

Por essa razão, sugerimos alterar a expressão sugerida pelo substitutivo da CSP por uma mais ampla, qual seja, “crimes cometidos contra crianças e adolescentes”.

Quanto à Emenda nº 2, embora seja meritória, não encontra consonância com o objeto do presente Projeto, razão pela qual não iremos acatá-la.

Voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.891, de 2020, na forma do seguinte substitutivo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 2.891, DE 2020
EMENDA Nº -CCJ (SUBSTITUTIVO)
Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para permitir a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes cometidos contra crianças e adolescentes.

Preciso ler todo ou não? (*Pausa.*)

Sr. Presidente, esse era o voto e peço a compreensão de todos os colegas para que os policiais consigam exercer suas funções de investigação e proteção das crianças e adolescentes, não só contra crimes sexuais, mas contra qualquer tipo de crime contra essa parcela importante do futuro do nosso Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço V. Exa., nobre Relator, Senador Jorge Seif.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Passamos à votação do substitutivo.

Como se trata de matéria com tramitação terminativa, é também votação nominal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar pelo sistema eletrônico.

Está aberta a votação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Presidente, o item 3 foi retirado de pauta?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Esse item foi retirado a pedido do Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria pedir para votar, em turno suplementar, o Projeto de Lei 3.595 como extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senadora, deixa só abrir a votação pelo sistema. (*Pausa.*)

Aberta a votação.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senadora Zenaide, V. Exa. estava solicitando...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Eu estava solicitando para colocar extrapauta o Projeto de Lei 3.595, do Senador Flávio Arns, e eu sou a Relatora, em turno suplementar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senadora Zenaide... Eu indago se há objeção ao pedido da Senadora Zenaide. (*Pausa.*)

Não havendo objeção...

Pois não, Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, é porque, na verdade, esse projeto acabou não sendo votado por uma divergência que a Senadora Zenaide corrigiu no projeto. Então, não tenho nada a opor. No momento oportuno, acho que ela vai fazer o esclarecimento, mas da nossa parte também sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

Não havendo divergência, fica acolhido o pedido da Senadora Zenaide e incluído extrapauta o item.

É aniversário da nossa Senadora Líder Zenaide? Receba...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Esse é um grande presente, Presidente. Se a gente aprovar, nós, com certeza, vamos salvar no mínimo 60% das mulheres vítimas de violência doméstica. Sabe por quê? Como médica, trabalhei em serviço de urgência, a grande maioria não denunciava o agressor, porque ela dependia totalmente – ela e os filhos – do agressor. Seria como aquele filme Dormindo com o Inimigo, então ela teria que continuar. Por isso que esse projeto é um presente que o Senado está dando às mulheres brasileiras vítimas de violência.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Esse presente não é a V. Exa., é às mulheres brasileiras, mas ter a relatoria de V. Exa. nesse tema dá segurança a todos os colegas Senadores e também às Senadoras de que é um avanço importante e que vai garantir maior segurança a esse ambiente de vulnerabilidade.

Cumprimento V. Exa., Senadora Zenaide, pelo aniversário, com votos de muita saúde, de muita paz, de muitas alegrias. Vida longa à nobre Senadora.

Continua em votação.

Os Senadores estão sendo contactados para que exerçam o voto pelo sistema eletrônico.

E, assim, a gente vai passar para o próximo item da pauta, que será o item 5, a pedido do Senador Jayme Campos, com relatoria da Senadora Professora Dorinha Seabra. (*Pausa.*)

Consulto o Plenário se todos já votaram.

Vamos encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Votaram SIM 20 Sras. e Srs. Senadores; não houve nenhum voto contrário.

Está aprovado.

O substitutivo é aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Mesa, para as providências cabíveis.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Também, antes de me ausentar da CCJ, eu quero fazer um pedido, em nome do Senador Hamilton Mourão, quanto ao Projeto de Lei nº 436, de 2018, de autoria do Senador Ciro Nogueira, em que ele pede à CCJ – pede aqui ao senhor, enquanto Presidente, e ao Presidente Davi – que seja designada a relatoria para ele.

É o Projeto de Lei do Senado nº 436, de 2018, que está aqui na CCJ.

O Senador Hamilton Mourão está agora em outra Comissão e pediu essa gentileza para nós.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Anotado o pedido de V. Exa. e será dado o devido encaminhamento à Presidência.

Passamos ao próximo item.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1504, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para destinar os bens da herança vacante adquiridos pelos Municípios, Distrito Federal ou União aos serviços de saúde, de educação ou de assistência social.

Autoria: Senador Jayme Campos (DEM/MT)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Votação nominal.

A votação também será nominal, porque se trata de tramitação terminativa.

Concedo a palavra à eminente Relatora, Senadora Professora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento os colegas Senadores e Senadora.

Vou direto à análise do voto.

Quanto aos aspectos de regimentalidade, constitucionalidade e juridicidade, todos estão perfeitamente atendidos no projeto.

No que concerne ao mérito, a proposição merece aplausos.

De fato, não faz sentido que heranças arrecadadas pelos municípios em razão da falta de herdeiros sejam utilizadas para pagamento de servidores públicos ou para outras despesas vinculadas à manutenção do aparelho administrativo. Essas heranças devem ser revertidas em favor da sociedade, por meio de serviços ligados à educação, à saúde e à assistência social. Outras despesas da máquina estatal devem ser custeadas por receitas usuais, como as decorrentes de tributos.

A proposição merece apenas quatro reparos de natureza técnica.

A primeira alteração é evitar a utilização da expressão “concessão de direito real de uso” para especificar a forma pela qual o município poderá permitir que entidades civis utilizem os bens em favor da sociedade. É que, além de a concessão de direito real de uso ser um direito real especificamente voltado para imóveis públicos e ser destinado a apenas alguns fins listados no art. 7º do Decreto-Lei 271, de 28 de fevereiro de 1967, não convém engessar o município no manuseio dos instrumentos contratuais ou de direitos reais que sejam cabíveis para formalizar o empréstimo dos bens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda objeção deriva da constatação de que não é razoável transmitir a titularidade dos bens obtidos a título de herança vacante para entidades civis que prestem serviços onerosos a particulares. Por exemplo, há inúmeras faculdades particulares que, embora sejam associações e, portanto, não possuam fins lucrativos, cobram mensalidades elevadíssimas dos alunos. Seria desproporcional permitir que essas entidades sejam beneficiadas.

A terceira modificação é de que o município não pode, antes da aquisição do domínio dos bens, praticar atos de disposição da herança vacante, pois ainda não é proprietário. Por isso, fizemos o ajuste no texto legal.

O quarto ajuste é de que, entre os bens da herança vacante, pode haver aqueles que não tenham serventia para os serviços de saúde, de educação e de assistência social, mas cuja alienação seja economicamente desaconselhável. Basta pensar em obras de arte de difícil alienação ou mobiliários que não caibam nos locais em que prestam serviços de saúde, de educação ou de assistência. Esses outros bens poderiam, motivadamente, ser empregados em outros fins de interesse público, como, por exemplo, a ampliação de um acervo, no caso, de um museu público.

Ante o exposto, votamos pela aprovação, com as emendas já mencionadas no meu texto e disponíveis no sistema para o acompanhamento.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

Concluído, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço à nobre Senadora Professora Dorinha, que apresenta o relatório pela aprovação da matéria.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Para discutir, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Primeiro, eu quero cumprimentar o Senador Jayme Campos pela autoria e a Senadora Dorinha pela relatoria.

Existe aqui um questionamento sobre constitucionalidade em relação à discricionariedade e à liberdade federativa do que o ente deve ou não fazer com o recurso que é destinado a ele. No entanto, a intenção e o que está se propondo são extremamente meritórios e de interesse público, que é evitar que esse recurso não seja destinado para atividades que não produzam transformações ou melhorem a vida das pessoas.

Portanto, apesar de termos aqui uma reflexão sobre a constitucionalidade ou não, pairar uma dúvida no que diz respeito à questão federativa, o mérito e a qualidade do debate eu acho que nos obrigam, de forma espontânea, Professora Dorinha, a dizer que o projeto é meritório e que merece de todos nós o voto pela aprovação, ressalvando essa questão do pacto federativo e da autonomia entre os entes federados, que pode ensejar um questionamento sobre a constitucionalidade de a gente definir, aqui, num âmbito sobre a aplicação do recurso.

Como é uma questão extremamente relevante, eu, particularmente, votarei favoravelmente ao mérito, mas com essa ressalva sobre o risco de ser considerado inconstitucional, por conta do pacto federativo.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Eu poderia...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A dúvida do Senador Rogério Carvalho é de índole constitucional.

Senador Rogério, está aqui o autor da matéria.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Se me permite a nossa querida Relatora, Senadora Dorinha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu vou votar favoravelmente, viu?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Entendi V. Exa., mas, quando a índole da dúvida é constitucional, é importante a gente fazer o enfrentamento, até para dar validade àquilo que a gente está aprovando, para buscar a efetividade do texto.

Eu gostaria de ouvir o Senador Jayme Campos, que é o autor da matéria.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro, o relatório promovido pela Senadora Dorinha com certeza foi feito de forma zelosa. E, dando aqui satisfação ao ilustre e eminente Senador Rogério Carvalho, não fere, com certeza, o pacto federativo; ele só disciplina a destinação dos recursos.

V. Exa. sabe perfeitamente que é um projeto que moderniza o Código Civil brasileiro. Com certeza, o projeto tem muito um grande alcance social, na medida em que nós estamos destinando... Quando a herança é vacante, ela pode ser destinada já aqui, com certeza, à área social, particularmente.

Eu acho que o projeto...

V. Exa. todo o direito de dizer, de arguir a constitucionalidade, mas, na minha visão, sobretudo depois de feito um trabalho por várias mãos... Quando o projeto foi apresentado, a Consultoria do Senado se manifestou no seu todo, e eu espero que, com esse projeto, possamos dar a destinação dos recursos daquelas heranças vacantes.

Portanto, eu acho que o projeto de que foi feita a relatoria pela eminente Senadora Dorinha é um projeto meritório, na medida em que nós teremos uma importante destinação de recursos para os municípios brasileiros, indistintamente. Todos com certeza serão, não é? Milhares de escolas, creches, orfanatos, hospitais públicos e projetos sociais desse imenso Brasil serão beneficiados com a sua aprovação, de forma que eu acho que pode até ter algum questionamento, entretanto, tenho certeza absoluta de que não vai chegar ao cúmulo de, amanhã ou depois, ser arguido quanto a ser constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por isso que eu vou votar favoravelmente...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu agradeço a V. Exa. e agradeço...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... com muita convicção pela relevância e pela pertinência do que se trata, que é garantir que esse recurso tenha um destino que mude a vida das pessoas ou melhore a vida das pessoas.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Exatamente. Esse é o objetivo maior do projeto e certamente vai atender a alguns milhões de brasileiros que, muitas vezes, estão à mercê de boas práticas políticas, sobretudo em políticas públicas que possam beneficiar, particularmente aqui, como o senhor vê, a questão da saúde, a questão social, essas creches para as nossas crianças do Brasil, as casas de repouso e assim por diante.

De forma que – concluindo aqui, Sr. Presidente, para ser bem breve – agradeço à Senadora Dorinha, que – de forma zelosa, com certeza – promoveu o seu relatório.

E fique certo de que esse projeto foi feito com as melhores intenções, porque sei perfeitamente que, quando há vacância da herança, muitas vezes esse dinheiro é recolhido, e não é aplicado em favor, com certeza, da população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Eu estou me permitindo fazer aqui parte do debate, porque o texto realmente é meritório e a iniciativa é muito acertada. Ela busca dar uma destinação social: "Após a declaração de vacância, os bens deverão ser destinados à prestação de serviços públicos de saúde, de educação ou de assistência social ou serão objeto de concessão de direito real de uso a entidades civis que comprovadamente tenham fins filantrópicos, assistenciais ou educativos [...]".

O §3º do 37, Senador Jayme Campos, é que – e aí eu não sei se foi nesse ponto que o Senador Rogério suscitou a dúvida – coloca aqui, e acho que também acertadamente, a primeira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destinação ao ente onde mora o cidadão. Ou seja, ele mora na cidade; então ali você tem os problemas de saúde, os problemas de educação, os problemas sociais.

A parte final do texto – e aí eu confesso que estou colocando isso aqui a título de a gente fazer o debate e entender melhor – diz o seguinte:

"Se, no prazo previsto no *caput* deste artigo, o ausente não regressar, e nenhum herdeiro se habilitar na sucessão provisória, os bens arrecadados passarão ao domínio do Município ou do Distrito Federal [corretamente, é onde mora], se localizados nas respectivas circunscrições, incorporando-se ao domínio da União, quando situados em território federal [...]". Aqui está a minha dúvida. Com município e Distrito Federal, é fácil você ver a delimitação; agora, quando você fala: "quando situados em território federal", aí fica uma dúvida, porque o território nacional todo...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É porque, a bem da verdade, não existe município no Distrito Federal. Então, foi inserido na medida em que, como não tem município, o Distrito Federal poderia ser contemplado também.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, não, não. O Distrito Federal já está contemplado, domínio do município ou do Distrito Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Deixe-me só, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – A Constituição é muito clara: o DF é estado e município. Só temos um município, mas tem município.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso, mas o texto nesse aspecto atende, já fala do município e fala do Distrito Federal.

O ponto, Senadora Dorinha, que eu estou observando aqui, a partir da provocação do Senador Rogério, é em razão de "quando situados em território federal".

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Não, não, Presidente. A minha dúvida é com relação à discricionariedade, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entrar no campo discricionário do município, para onde o município vai destinar esse recurso, mas, considerando a relevância do que está sendo proposto, eu acho que isso acaba sendo secundário – deixe para outro momento, quem quiser questionar isso –, porque a intenção do legislador aqui é dar um destino mais efetivo a esse recurso.

Então, entendendo isso, essa intencionalidade precisa ser trazida para o debate legislativo, ainda que sob algum tipo de questionamento de constitucionalidade, mas o mérito é tão imperativo que nos obriga a ficar junto, ou seja, a votar pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu estou aqui me valendo inclusive do Ednaldo, dialogando sobre esse texto. Esse texto me parece ser algo que está sendo repristinado de uma situação anterior vivida pelo Brasil, ou seja, nós tínhamos território federal, não é? Nesse caso, não temos mais.

Senadora Dorinha, como Relatora.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Na verdade, a questão da constitucionalidade, eu, de uma outra... A dúvida do Senador Rogério é de outra natureza, mas eu gostaria de assegurar que da União é privativa a questão de regular sobre direito civil. Vou até ler o parágrafo em que eu trato dessa questão da constitucionalidade.

Compete à União privativamente legislar sobre direito civil, de acordo com o art. 22, inciso I, da Constituição, bem como esse caso não afeta cláusula pétrea. Em termos de direito constitucional, não há reserva temática a respeito, e isso está regulado no art. 61, §1º, da Constituição.

Entendo que foi essa a dúvida em relação à preocupação de estar entrando no espaço da gestão decidida pelos municípios e pelo estado.

Quanto à questão genérica de que eu acho que o Senador Marcos Rogério está falando, o texto trabalha... Hoje nós não temos nenhum território federal, mas outrora já tivemos. Então, se houver algum caso desse, já está previsto: no caso dos municípios, vão legislar; no caso do estado... E no texto, na minha relatoria, eu procurei ter alguns cuidados em relação a ajustes necessários que eu mencionei em relação ao texto inicial para essa destinação. Então, na verdade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente direciona para assistência, para saúde ou educação, de acordo com o interesse do ente federado, e ainda temos a abertura no caso em que não for viável ou que não tiver nenhuma afinidade de uso para nenhuma das três grandes áreas de atendimento social. Foi nesse sentido, em relação ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa. o cuidado, inclusive com a possibilidade de vir a surgir um novo território federal, mas essa é a expressão também que já está, inclusive, no art. 1.822 do Código Civil. Portanto, cumprimento V. Exa. pelo relatório e cumprimento o eminente Senador Jayme Campos pela iniciativa, mais uma vez manifestando voto de louvor pelo acerto da iniciativa e pelo acerto da destinação, das áreas prioritárias para atendimento com esses recursos derivados desses bens.

Indago se há algum outro Senador que queira discutir a matéria.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Quero só parabenizar aqui o nosso Jayme Campos e nossa Relatora. As dúvidas, como a Professora Dorinha viu logo... Essa é a Professora Dorinha, então ela viu logo esse detalhe que foi chamado à atenção, mas é um projeto de lei que edifica, não é? E a gente está... Bens de herança vacante, que aparentemente a gente pensa que não existe, mas existe muito, e essa história de ser nos municípios e no Distrito Federal, é onde deve ser. E a gente vê imóveis abandonados, de herança, em todo este país, por incrível que pareça, não é? E vai justamente para educação, assistência social e saúde.

Parabéns, Professora Dorinha e Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Por se tratar de matéria terminativa, esse tema também será por votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu indago se os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras concordam em fazermos uma votação única para o projeto e para as emendas, nos termos do parecer apresentado. Podemos fazer em votação única? (*Pausa.*)

Não havendo objeção, assim será feito.

Está aberta a votação.

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente! Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente Marcos Rogério, Sras. e Srs. Senadores, em julho do corrente ano nós começamos aqui a discutir uma PEC de minha autoria, PEC 48, que trata do marco temporal. Aliás, é um assunto que V. Exa. esmiuçou com muita competência, e, do seu relatório, nós aprovamos a Lei 14.701, de 2023, que está em vigor.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Exatamente.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito bem. Quando eu tomei ciência de que aquela lei estava sendo... Ela foi para... Só para a gente rememorar aqui, o Presidente da República vetou a lei que nós aprovamos aqui, derrubamos o veto com ampla maioria tanto na Câmara quanto no Senado e essa lei está em vigor. Mas essa lei tem sido questionada no Supremo Tribunal Federal, através de três ações diretas de inconstitucionalidade e duas de constitucionalidade, do Republicanos e do partido Progressistas.

Muito bem. O Presidente Gilmar Mendes, ainda em julho, quando nós começamos a discutir a PEC do marco temporal, que eu apresentei nesta Casa, salvaguardando aquilo que poderia ser decidido no Supremo, uma eventual inconstitucionalidade da lei que nós aprovamos aqui... Nós suspendemos a discussão, o nosso Presidente Davi solicitou que nós suspendêssemos a discussão até outubro, quando nós voltaríamos a discutir a PEC 48. Muito bem. Nesse ínterim, foi instalada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma comissão de trabalho no Supremo Tribunal Federal para debater as ações de inconstitucionalidade e constitucionalidade que tramitavam naquela Casa, sob a relatoria do Ministro Gilmar Mendes. Muito bem. No decorrer desses quase seis meses, as discussões não evoluíram, Presidente. E, houve, assim... Eu participei de algumas discussões porque sou membro lá, suplente da Ministra Tereza, nossa Senadora. Eu me preocupo muito porque agora houve o adiamento do prazo de encerramento daquela comissão para fevereiro. E isso gera muita incerteza no campo, incerteza por parte das comunidades quilombolas e indígenas, das populações naturais, do agronegócio, da agricultura familiar, enfim. Isso gera uma insegurança jurídica muito grande para o nosso país.

E eu ouvi, lá nas discussões, dizerem assim: "Olhe, nós não podemos mais falar em marco temporal". Mas eu não consigo entender. Eu acho que o marco temporal é algo absolutamente tão claro para dar estabilidade, para dar segurança jurídica, e é uma coisa que tem sido... O senhor, que é do Norte, que tem várias reservas indígenas demarcadas no seu estado, assim como no meu estado temos 33 reservas já demarcadas... No meu estado, eu tenho sido alvo de manifestações de associações que representam segmentos indígenas, muitas delas financiadas até com capital internacional, as coisas que a gente já conhece muito bem. Mas eu ouvi lá dizerem assim: "Olhe, não podemos mais falar em marco temporal. O Supremo não pode mais... O Supremo não admite que se fale em marco temporal". E eu fiquei surpreso. Por quê? Porque, ainda no voto do Relator Ministro Ayres Britto, que foi o Relator da demarcação da Raposa Serra do Sol, que suscitou muito debate aqui nesta Casa e no Supremo Tribunal Federal, o Ministro Ayres Britto...

Eu vou pedir licença a V. Exa. para ler qual é o pensamento do Supremo àquela época, para ver como as coisas mudam no tempo, não é?

Ele diz assim, entre aspas:

> “Aqui, é preciso ver que a nossa Lei Maior trabalhou com data certa: a data da promulgação dela própria (5 de outubro de 1988) [é o que está consignado na minha PEC, uma PEC muito simples] como insubstituível referencial para o reconhecimento, aos índios [entre aspas], ‘dos direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam’. Terras que tradicionalmente ocupam, atente-se, e não aquelas que venham a ocupar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> [depois de 5 de outubro de 1988]. Tampouco as terras já ocupadas em outras épocas, mas sem continuidade suficiente para alcançar o marco objetivo do dia 5 de outubro de 1988 [Claro, senão Morumbi, Pacaembu e Itaim Bibi seriam terras indígenas, não é verdade?; está muito claro]. Marco objetivo que reflete o decidido propósito constitucional de colocar 'uma pá de cal' nas intermináveis discussões sobre qualquer outra referência temporal de ocupação de área indígena. Mesmo que essa referência estivesse grafada em Constituição anterior."

Veja bem, eu estou dando assim uma síntese do que foi o voto do Ministro Ayres Britto, para dizer que nós estamos aqui falando de marco temporal. Já o seu projeto de lei tramitou nesta Casa durante 26 anos, e, agora, nós estamos há quase um ano esperando para discutir aqui um tema que é do interesse nacional e nós estamos abrindo mão da nossa prerrogativa mais genuína, que é legislar, minha querida Senadora Zenaide Maia, aniversariante do dia. A gente não pode abrir mão disso.

Então, eu queria aqui reforçar a V. Exa., que é o Relator, que foi o Relator nesta Casa da Lei 14.701, que está em vigor – que está em vigor –, para que nós pudéssemos continuar discutindo e votar essa PEC aqui para, enfim, darmos segurança jurídica às populações naturais.

E eu quero aqui deixar bem claro que essa PEC não tira direito nem tira terra indígena; garante – garante – a demarcação das terras às populações naturais que as estavam ocupando no marco temporal de 5 de outubro de 1988.

Esse é o meu pedido que faço e que peço que o senhor transmita ao nosso Presidente Davi Alcolumbre, para que nós possamos discutir essa matéria ainda nesta legislatura.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Hiran.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... acho que já terminou a votação, mas eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O quórum já é o suficiente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... fazer um comentário sobre a manifestação do Senador Dr. Hiran.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu tenho o meu posicionamento, mas acho que nós temos que ter uma definição sobre essa questão, não podemos ficar *ad eternum* sem decidir sobre este tema. A indefinição produz mais desgastes e desmantelos do que uma definição que estabeleça uma regra mais clara, certo? Ainda que não atenda aos interesses na totalidade de todos os segmentos, mas um entendimento, uma definição que estabeleça uma regra clara é melhor para os povos originários, é melhor para todos, para que tenhamos uma convivência pacífica, para que a gente possa...

E acho também que está na hora de a gente fazer uma discussão mais profunda sobre outros temas, que está todo mundo fazendo, e ninguém... Veja, tem determinados temas, por exemplo: o garimpo. O garimpo precisa ser debatido no Brasil. A gente não pode simplesmente dizer que está proibido, ou que não vamos debater, ou que não vamos olhar. É preciso debater isso com mais rigor e com mais clareza, porque a indefinição ou uma definição sem observar o dado de realidade traz muito mais prejuízo para a sociedade, para o meio ambiente, para os povos originários do que se a gente tiver uma clareza e um enfrentamento real desse problema. Então, eu queria aqui dizer que é importante que esse tema avance e que a gente tenha uma definição para solucionar e estabelecer o convívio pacífico entre todos. É isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E apenas para fechar esse tema, acho que são duas manifestações que convergem para a necessidade de o Parlamento se posicionar sobre isso, ter uma definição sobre isso. Mesmo tendo compreensões diferentes em relação ao enquadramento final, há uma convergência. Nós estamos num ambiente realmente de muita insegurança, e insegurança nos dois aspectos: jurídica e no campo também. Esse é um tema que já foi enfrentado pelo Supremo Tribunal Federal duas vezes. Na primeira, com essa manifestação que o Senador Hiran trouxe aqui, o Supremo teve um direcionamento; e, na segunda, ele muda a compreensão anterior. O Parlamento votou a Lei do Marco Temporal, de que eu tive a honra de ser Relator, hoje sob questionamento no âmbito do Supremo, e tem essa emenda constitucional.

Eu vou transmitir ao Presidente Davi o apelo que V. Exa. me faz, para que a gente tenha condições de voltar a tramitação, à regular tramitação dessa proposta de emenda constitucional, para que o tema seja enfrentado de vez e uma resposta efetiva seja dada à sociedade brasileira. Eu acho que, qualquer que seja o encaminhamento, é preciso que tenha, seja por parte do Parlamento, no campo legislativo, seja por parte do Judiciário, um nível de ponderação que leve em consideração a necessária segurança jurídica. Mesmo dando validade, garantindo validade ao marco temporal, que é o que nós defendemos, há um lapso, há um espaço ali para uma modulação de efeitos, por quê? Naquilo que se previu lá atrás, mesmo quando da decisão do Supremo Tribunal Federal, havia ali, depois, um prazo de cinco anos para efetivação das demarcações de que já se tinha sinalização, já tinha pedidos naquela época. E o Estado brasileiro, a bem da verdade, nunca conseguiu concretizar nem uma coisa nem outra.

Então, acho que esse é um tema necessário e, com o bom debate político, maduro, eficiente, desapegado um pouco das paixões extremadas, eu acho que a gente consegue chegar a um entendimento que vai ser o melhor para a sociedade brasileira.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... eu quero aqui manifestar o meu apoio à fala do Senador Rogério Carvalho, um homem experiente. E o senhor traz aqui outro tema que é de absoluto interesse principalmente de nós que moramos na Amazônia, que temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

riquezas incomensuráveis que nós não podemos explorar, principalmente nas terras de populações naturais, porque já está consignado na nossa Lei Maior que nós podemos fazê-lo, sim, com a aquiescência, de acordo com as populações, concedendo a elas, inclusive, compensações, como nós fizemos agora na nossa linha de transmissão que vem de Tucuruí e que vai interligar Roraima ao sistema nacional de energia.

Naquela região, passamos cerca de 110km dentro da Reserva Uaimiri-Atroari e nós – o Governo brasileiro, ainda no Governo do Presidente Bolsonaro – conseguimos chegar a um acordo com as populações de fazer as compensações. O Linhão está chegando e vai ser inaugurado, se Deus quiser, no próximo ano, em Roraima.

Então, poderíamos fazer – se nós tivéssemos elaborado e complementado o que diz a nossa Constituição, que, desde 1988, já prevê essa lei complementar, e ainda não fizemos – e acho que precisamos resgatar isso aqui para prestarmos um grande serviço...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... ao Brasil e àquelas populações que vivem em lugares absolutamente ricos, em situação de absoluta pobreza e vulnerabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Indago se ainda há algum Senador ou Senadora que não tenha votado. (*Pausa.*)

Não havendo, está encerrada a votação.

Vamos ao resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Votaram SIM 18 Senadores – e, com a minha intenção de voto também favorável, totalizaria os 19. (*Risos.*)

SIM, 18; nenhum voto contrário.

Está, portanto, aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, a matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 3595, DE 2019

Institui percentual de vagas para contratação de mulheres em situação de violência doméstica ou vulnerabilidade social no âmbito dos contratos de terceirização da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela rejeição das Emendas nº 2-S e nº 3-S, apresentadas, em turno suplementar, ao Substitutivo, acolhida a Emenda nº 5-S.

Observações:

- Em 04/09/2024, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PL nº 3595/2019, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal;

- Em 16/10/2024, foi apresentada a Emenda nº 2-S, de autoria do Senador Flavio Azevedo;

- Em 16/10/2024, foi concedida vista ao Senador Mecias de Jesus, nos termos regimentais;

- Em 22/10/2024, foi apresentada a Emenda nº 3-S, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro;

- Em 22/11/2024, foi apresentada a Emenda nº 4-S, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 27/11/2024, o Senador Flávio Bolsonaro retira a Emenda nº 4-S e apresenta a Emenda nº 5-S (dependendo de relatório);

- Votação nominal.

Também matéria terminativa.

Eu vou passar a palavra à Senadora...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, é porque eu vou precisar me ausentar...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... e a Senadora Zenaide me autorizou a fazer uso da palavra antes dela aqui.

É só para esclarecer o que está sendo votado.

É um projeto de lei que cria ali uma cota mínima de 5% nas empresas que são contratadas, via terceirização, pela administração pública, para aquelas mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou violência doméstica.

Todos nós sabemos – isso é um consenso – que, em grande parte dos casos, as mulheres que acabam se submetendo a um covarde que as violenta dentro de casa é por questão financeira. Muitas dessas mulheres certamente não aguentariam, não suportariam, não se submeteriam a esse tipo de violência se tivessem uma autonomia financeira. E eu acho que este projeto vai nesta linha de dar autonomia financeira para que essa mulher possa caminhar com as próprias pernas, possa denunciar com mais tranquilidade um covarde que faça isso.

Portanto, todos nós somos amplamente favoráveis ao mérito deste projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual era a preocupação? Que a Senadora Zenaide acolhesse, em seu relatório, uma emenda de minha autoria, porque aquelas empresas que porventura quisessem cumprir essa cota de 5%, fizessem um chamamento público, fizessem uma propaganda e tal, cumprissem tudo que está no edital e, mesmo assim, não conseguissem completar esses 5%, elas poderiam ser penalizadas. E o que diz a minha emenda que a Senadora Zenaide acolheu, que está mexendo no §10 do art. 25? "A indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária para atendimento do objeto contratual não caracteriza descumprimento do disposto no §9º", que é exatamente essa cota que está sendo estabelecida de 5%. Acho que fica algo razoável, pois tem como provar se a empresa tentou fazer esse chamamento público, tentou preencher esses 5% dessas vagas. E aí, sim, não conseguindo, ela não será punida. Era só essa a preocupação,

E quero dar os parabéns ao autor do projeto, porque nós somos amplamente favoráveis aqui a esta medida de dar autonomia financeira para que essas mulheres não precisem mais, como acontece na realidade, se submeter a uma situação vexatória de violência doméstica ou de vulnerabilidade social, na medida em que nós aprovarmos essa lei, que vai abrir uma possibilidade, uma janela de oportunidades para que ela possa trabalhar.

Era isso, Presidente.

Obrigado, Senador Marcos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Como V. Exa. vai ter que se ausentar, esta Presidência esclarece que, caso a Emenda 5-S seja acolhida, o §10 do substitutivo será renumerado como §11.

Asseguro a palavra à Relatora para a sua manifestação de voto.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu preciso ler a análise das emendas que foram rejeitadas e da emenda acatada, que é justamente a de Flávio?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Como já foi divulgado, se quiser ir direto ao voto, fique com liberdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Eu quero ir direto ao voto.

A Emenda nº 5-S, que é essa que eu estou aprovando no substitutivo, também de autoria do Senador Flávio Bolsonaro, mantém o texto aprovado no substitutivo com alguns acréscimos que nos parecem ser mais adequados, e contempla a preocupação exposta também na Emenda nº 3-S, qual seja de que as empresas que tenham envidado os esforços necessários ao preenchimento das vagas para mulheres vítimas de violência não sejam punidas.

Assim, concordamos que não se deve caracterizar descumprimento da norma no caso em que as empresas, após a devida divulgação das vagas, conforme prazo regulamentar, não tenham obtido êxito em preenchê-las em virtude da indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária para o cargo.

Por tais razões, sugerimos o acolhimento da Emenda nº 5-S, que mantém o texto do substitutivo aprovado com dois acréscimos (o inciso III do §9º e o novo §10), renumerado o substitutivo.

Diante disso, o voto.

Ante o exposto, opinamos pela rejeição das Emendas nº 2-S e nº 3-S, apresentadas, em turno suplementar, ao Substitutivo ao PL nº 3.595, de 2019; acolhida a Emenda nº 5-S.

Esse é o voto.

Queria aqui, primeiro, parabenizar o Flávio Arns – viu, Soraya Thronicke? – e gostaria de dizer, pela experiência como médica, que 90%, Senador Rogério... Eu dizia: "Vamos prestar queixa". "Dra. Zenaide, eu não posso prestar queixa, porque eu não tenho para onde ir e tenho dois filhos para criar". Ou seja, ela tinha que dormir com o inimigo por falta de opção financeira.

Eu digo aqui que este projeto, de longe, é o que mais vai reduzir o feminicídio, porque as mulheres vão ter condições e poder não dormir com o inimigo, porque, como falou o Flávio, e pela minha experiência, começa com essas agressões, e ele termina matando, e, na maioria das vezes... A coisa mais rara era eu pegar final de semana uma mulher agredida com lesões graves, que ia para o médico para suturar e tudo, para os filhos não irem juntos. E ela não denunciava.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui são no mínimo 60% de mulheres brasileiras que não vão ser obrigadas a dormir mais com seu agressor.

Então, queria dizer aqui para as mulheres brasileiras, vítimas e não vítimas de violência: este Senado – porque, muitas vezes, a gente é agredida – está aqui dando uma oportunidade de nossas mulheres não serem assassinadas a cada quatro horas – a cada quatro horas uma. Por isso que eu estou pedindo aos colegas: vamos aprovar! Isso é um presente para as mulheres deste Brasil, viu, Flávio?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vamos, sim!

Agradeço a V. Exa., Senadora Zenaide, pelo relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Hoje eu estou falante, não é? Estou falante demais.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Exa. tem toda a liberdade, e o tema é meritório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Eu quero concordar com a Dra. Zenaide, a Senadora Zenaide, porque são muitas medidas adotadas, ronda feminina, são tantas medidas fora do ambiente doméstico, de fora para dentro, sem impacto, que custam e que não resolvem. Para tirar a mulher do lado do agressor ou afastá-la do lado do agressor, é preciso dar essas condições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, a senhora tem toda a razão. Se quer reduzir o feminicídio, dê às mulheres a condição de elas se afastarem do seu agressor: a condição psicológica e a condição financeira, que é muito importante neste momento.

Parabéns, Senadora!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço, mais uma vez, à eminente Senadora Zenaide, pelo relatório, e ao Senador Rogério.

Este é um tema, realmente, de uma importância fundamental.

Já tivemos muitos avanços: delegacia especializada em combate ao crime contra a mulher, a Ronda Maria da Penha, casas de acolhimento, e agora um projeto que vem na esteira do empoderamento econômico: dar condições para aquela que queira ter a possibilidade de não ficar dependente e, em razão dessa dependência, ficar refém de uma agressão permanente.

Quero fazer esse registro, porque entendo também a importância da matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Sr. Presidente, só gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Em tempo, Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Gostaria de parabenizar o Senador Flávio Arns, parabenizar a Senadora Zenaide Maia pelo brilhante relatório.

E, sim, esse é um problema recorrente e nós precisamos trabalhar muito mais. E isso não vai resolver, porque nós precisamos... O problema é tão grave e tão sério, não é, Senadora Zenaide? E é a dependência econômica realmente a que mais mantém o agressor em casa. É a pior dependência.

Então, parabéns! E que continuemos tendo essas ideias, encontrando as saídas e as soluções para esse problema tão grave nosso, que é o feminicídio, que, apesar de a legislação ter mudado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apesar da vedação, saiu de pauta a vedação de... Infelizmente aqui, olha, Flávio Arns: para a Lei dos Crimes Hediondos, na execução penal, para vedar a progressão de regime no regime de cumprimento de penas aos condenados por crimes hediondos, foi retirado de pauta. Então, nós temos ainda progressão de regimes para feminicídio. Não poderia ter sido retirado de pauta, tem que entrar em discussão.

Tem a Bárbara Penna, ela é uma história famosa do Rio Grande do Sul, o ex-marido ateou fogo nela. Ela está viva, ele ateou fogo nela. Ele a jogou do terceiro andar, ela sobreviveu. Mas, na sequência, ele matou os dois filhos do casal. E um vizinho que foi ajudar, porque estava pegando fogo, também faleceu. Esse homem foi preso, mas ele está na progressão de regime. Agora, e sempre da cadeia, Zenaide, lá em Porto Alegre mesmo, ele a ameaçava.

Eu tenho um projeto de lei construído a quatro mãos, foi com o Senador Sergio Moro, não sei onde que está. Carol, deve estar aqui esse projeto. Vou pedir para o Sr. Presidente. A questão é quando o, quando... Está sem Relator até hoje, desde dois mil e... Quando o agressor está preso na cidade, cumpre a pena perto, na região em que mora a vítima, eles continuam mandando recados da cadeia. A ideia é mandar para outro estado, cumprimento de pena em outra unidade da Federação e sem a progressão do regime.

Então, Sr. Presidente... Qual é o número, Carol? (*Pausa.*)

Quero aproveitar o ensejo para pedir designação de relatoria do Projeto de Lei 2.083, de 2022, que é mais um projeto para proteção de mulheres que são vítimas de violência doméstica e cujos réus cumprem sentença na mesma localidade em que ela vive. Com essa progressão de regime, ele volta e muitas vezes a persegue, e volta para terminar o serviço, em tese.

Então, peço que se designe Relator com urgência, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Senadora Soraya.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de abrirmos a votação, eu consulto o Plenário se nós podemos fazer como fizemos nas demais matérias, uma votação única, em turno suplementar, para o substitutivo e também para as emendas. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, procederemos com votação única.

Em votação a matéria.

Trata-se de matéria terminativa, portanto a votação é nominal.

Peço à Secretaria da Comissão de Constituição e Justiça que faça contato com as Sras. e os Srs. Senadores para votar pelo aplicativo, os que não estão presentes em Plenário.

A votação está aberta.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Enquanto isso... Senadora Soraya?

A Senadora Soraya solicitou a relatoria do Projeto de Lei 2.083, de 2022. Apenas para consignar a V. Exa., Senadora Soraya, esse projeto para o qual V. Exa. solicita a relatoria já tem Relator designado. O Senador Eduardo Braga foi designado já, mas agradeço a...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. *Fora do microfone.*) – Não está atualizado o sistema.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não está no sistema? Está na ficha de tramitação, mas feito o registro a V. Exa.

Vamos aguardar os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras votarem pelo sistema remoto, pelo aplicativo. Na sequência, nós vamos ao último item da pauta.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem. Só para falar sobre a questão que se falou aqui, que tem que discutir o marco temporal...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – ... e a exploração mineral. Eu queria dizer que este Senado aprovou em fevereiro deste ano o Projeto de Lei 1.303, de 2019, que tinha que ter um plano de prevenção de desastres na exploração de jazidas. Isso está desde fevereiro na Câmara. Quer dizer, esse plano é algo que a gente tem que discutir, que está lá e não é votado. Então, a gente está cobrando aqui.

Eu quero já fazer um apelo: aprovado aqui esse projeto, vocês mulheres da Câmara e homens, votem, façam isso nos 21 dias de ativismo contra a violência contra a mulher. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Enquanto nós aguardamos a votação pelos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu informo ao Plenário da CCJ e aos demais interessados que a apresentação de emendas aos projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual do ano de 2025 dar-se-á nesta Comissão a partir de amanhã, dia 28 de novembro de 2024, e encerrar-se-á na segunda-feira, dia 2 de dezembro de 2024, às 18h. Portanto, impreterivelmente, encerra-se na segunda-feira, às 18h, ficando as reuniões deliberativas de apreciação das emendas orçamentárias marcadas para o dia 3 de dezembro de 2024, terça-feira, às 14h.

Nós já temos, ali, 14 votos no painel. Nós já poderíamos fazer o encerramento, mas vou aguardar pelo menos mais um ou dois Senadores ou Senadoras votarem, e aí a gente encerra a votação. (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Presidente, posso votar ainda?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Se eu não votar eu vou ficar com muito remorso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... não encerraremos a votação enquanto o seu voto não for devidamente registrado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – ... perder o remorso. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Foi registrado o voto do Senador Amin?

Está ali.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Agora pode liberar!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., obrigado pela liberação.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Votaram SIM 15 Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Não houve nenhum voto contrário.

Portanto, está aprovado o substitutivo em turno suplementar e a Emenda nº 5-S, da CCJ, e estão rejeitadas as Emendas nºs. 2-S e 3-S.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*. (*Pausa.*)

Eu vou passar a Presidência à Senadora Zenaide, para, na sequência, eu fazer a leitura de um relatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Já na condição de Relator, informo ao Plenário de um entendimento que eu construí com o Senador Rogério Carvalho, que fez um pedido de audiência pública para instruir essa matéria, mas, como ela já está com parecer apresentado, eu farei a leitura do relatório, para, sem prejuízo, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sequência já, com a própria Presidente Zenaide, deliberarmos sobre o requerimento do Senador Rogério.

O único apelo que faço, na condição de Relator, Rogério, é que vamos deixar a designação dos indicados... Você já indicou aqui alguns; como Relator, eu vou pedir para indicar depois alguns, para a gente fazer a composição dos nomes para a audiência pública, mas já anuncio a concordância com relação a essa audiência no intervalo, após o pedido de vista e a votação da matéria. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 853, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei dos Crimes Hediondos, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para vedar a progressão de regime de cumprimento de pena aos condenados por crimes hediondos.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 3-CSP e 4-CSP, com a emenda que apresenta.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública;

- Votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública em 27/11/2024, e foi apresentada a Emenda nº 6, de autoria do Senador Fabiano Contarato, dependendo de relatório; e essa votação será nominal.

Eu passo a palavra para o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., Senadora Zenaide, eminente Presidente desta Comissão, e, conforme anunciado por V. Exa., passarei à manifestação de voto, pela parte da análise.

Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que o direito penal está compreendido no campo da competência legislativa privativa da União, consoante dispõe o art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Ademais, o art. 24, inciso I, da Carta Magna prevê, de forma concorrente, a possibilidade de a União legislar sobre direito penitenciário, não se tratando de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do §1º do art. 61 da Carta.

Por sua vez, não encontramos óbices regimentais ao prosseguimento da análise da matéria.

No mérito, temos que o projeto é constitucional, além de conveniente e oportuno.

Os crimes hediondos são considerados gravíssimos e particularmente repulsivos, uma vez que desprezam, dentre outros direitos essenciais ao ser humano, a vida, a liberdade e a incolumidade física, prejudicando, com isso, o convívio social. Ademais, são equiparados aos crimes hediondos, também por sua extrema gravidade, os crimes de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo.

Sendo assim, no nosso entendimento, o criminoso, ao praticar crime hediondo ou equiparado, demonstra que não pode permanecer no convívio social, devendo ficar recluso durante o cumprimento integral da pena.

De fato, o Supremo Tribunal Federal, por meio da Súmula Vinculante nº 26, pacificou o entendimento sobre a inconstitucionalidade do dispositivo legal que previa a imposição do cumprimento da pena em regime integralmente fechado para os crimes hediondos ou equiparados, por conflitar com o princípio constitucional da individualização da pena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entretanto, não obstante essa posição sumulada da nossa Suprema Corte, entendemos que o princípio constitucional da individualização da pena, constante do art. 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal, não é absoluto, devendo ser ponderado com outros princípios e direitos fundamentais igualmente previstos na nossa Carta Magna, como a inviolabilidade dos direitos à vida, à liberdade, à incolumidade física e à segurança (art. 5º, caput).

Segundo o princípio da unidade da Constituição, todas as normas do texto constitucional apresentam o mesmo nível hierárquico, independentemente de seu conteúdo. Além disso, as normas constitucionais devem ser interpretadas e aplicadas como um todo harmônico, de modo a guardar a coerência interna da Constituição Federal, evitando conflitos entre os seus dispositivos.

Em uma sociedade pluralista como a brasileira, que apresenta interesses e valores divergentes, é inevitável a eclosão de conflitos entre as normas da Lei Fundamental. Entretanto, as regras previstas na Constituição Federal não podem ser separadas da realidade concreta, sob pena de perder eficácia, uma vez que a força normativa do texto constitucional está intrinsecamente ligada aos fatores sociais e econômicos em que se encontra inserida essa Carta Maior. Neste sentido é entendimento de Konrad Hesse:

> Em síntese, pode afirmar: a Constituição Jurídica está condicionada pela realidade histórica. Ela não pode ser separada da realidade concreta do seu tempo. A pretensão de eficácia da Constituição somente pode ser realizada se se levar em conta esta realidade. Constatam-se os limites da força normativa da Constituição quando a ordenação constitucional não mais se baseia na natureza singular do presente. Esses limites não são, todavia, precisos, uma vez que essa qualidade singular é formada tanto pela ideia de vontade da Constituição quanto pelos fatores sociais, econômicos e de outra natureza [fecho aspas].

Assim, os direitos e garantias fundamentais consagrados pela Constituição Federal não são absolutos, uma vez que encontram os seus limites nos demais direitos igualmente previstos na Carta Magna. Diante de sua relatividade e pela possibilidade frequente de que os direitos fundamentais entrem em colisão com outras normas constitucionais na solução de casos concretos, torna-se necessária a sua ponderação com as demais regras constitucionais, de modo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a preservar o melhor interesse da coletividade e, consequentemente, de toda a sociedade. Esse é o entendimento de Willis Santiago Guerra Filho, abro aspas:

> Não há princípio do qual se possa pretender seja acatado de forma absoluta, em toda e qualquer hipótese, pois uma tal obediência unilateral e irrestrita a uma determinada pauta valorativa – digamos, individual – termina por infringir uma outra – por exemplo, coletiva. Daí se dizer que há uma necessidade lógica e, até, axiológica, de se postular um princípio de proporcionalidade, para que se possa respeitar normas, como os princípios – e, logo, também, as normas de direitos fundamentais, que possuem o caráter de princípio –, tendentes a colidir [fecho aspas].

Portanto, no nosso entendimento, o Projeto de Lei nº 853, de 2024, realiza a necessária ponderação entre os direitos e garantias previstos no art. 5º de nossa Constituição Federal, fazendo prevalecer o interesse público na preservação dos direitos à vida, à liberdade, à incolumidade física e à segurança. Tal prevalência é, a nosso ver, uma reposta à atual realidade concreta de insegurança pública no Brasil, refletindo, portanto, o desejo de toda a sociedade brasileira.

No âmbito da Comissão de Segurança Pública, o projeto de lei em questão foi aperfeiçoado por meio da apresentação pela Relatora, ilustre Senadora Damares Alves, das Emendas nºs 3, 4 e 5, as quais, a nosso entendimento, refletem o consenso no âmbito da referida Comissão e aperfeiçoam o projeto.

A Emenda nº 3 – CSP mantém a regra geral atualmente vigente de cumprimento em regime inicialmente fechado para os crimes hediondos e equiparados, com a exceção dos seguintes, os quais serão cumpridos em regime integralmente fechado: homicídio, quando praticado em atividade tipifica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado; estupro e estupro de vulnerável; epidemia com resultado morte; favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável; induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitidos em tempo real; sequestro e cárcere privado cometido contra menor de 18 anos; tráfico de pessoa cometido contra criança ou adolescente; genocídio; líder do crime de organização criminosa, quando direcionado à prática de crime

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hediondo ou equiparado; e crimes relacionados à pornografia infantil, prostituição ou exploração sexual de crianças e adolescentes previstos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

No nosso entendimento, a Emenda nº 3 – CSP, de forma acertada, faz uma seleção ainda mais criteriosa dos crimes hediondos, prevendo regime de cumprimento integral somente para aqueles de notória gravidade e que causam grandes danos, muitas vezes irreparáveis, às vítimas. Entretanto, apresentaremos, ao final, uma emenda para alterar o rol dos crimes hediondos constantes do art. 1º da Lei dos Crimes Hediondos, uma vez que alguns dos crimes relacionados à pornografia infantil, prostituição ou exploração de crianças e adolescentes, citados na referida emenda, não constam desse rol.

Por sua vez, a Emenda nº 4 – CSP, para adequar o PL à alteração que foi feita pela Emenda nº 3 – CSP na Lei dos Crimes Hediondos, modifica, também de forma acertada, o art. 112 da LEP (Lei de Execução Penal), para prever que os percentuais de cumprimento de pena para a progressão de regime não serão aplicados, por óbvio, naqueles crimes que serão obrigatoriamente cumpridos em regime integralmente fechado.

Finalmente, a Emenda nº 5 – CSP suprime, com razão, o art. 3º do PL nº 853, de 2024, uma vez que foi mantida a regra geral de possibilidade de progressão de regime, com algumas exceções. Ademais, as alterações necessárias já foram realizadas na LEP pela Emenda nº 4 – CSP. Entretanto, ao invés de suprimir o referido artigo do projeto, o utilizaremos para alterar a Lei dos Crimes Hediondos, conforme propomos acima.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela constitucionalidade e juridicidade da matéria e, no mérito, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 853, de 2024, com a aprovação das Emendas nºs 3 e 4 – CSP, bem como da emenda que apresentamos a seguir.

É o voto que apresento, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Peço vista, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Fica concedida vista coletiva do relatório apresentado.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Só concluindo, coloco em votação o requerimento de audiência pública, conforme o acordo entre o Relator e o Senador Rogério Carvalho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sra. Presidente, se me permite, no acordo que foi feito, em diálogo com o Senador Rogério Carvalho, chegamos ao entendimento de que, por se tratar de uma matéria que tem aspectos jurídicos relevantes, o melhor ambiente para avançarmos numa matéria com essa extensão é realmente termos o debate adequado, ouvindo especialistas sobre o assunto e dando a oportunidade ao conjunto dos Senadores de também ouvir esses debatedores.

Eu solicitei, enquanto fazia a leitura aqui, à assessoria que consultasse, inclusive, o autor dessa proposta quanto a sugestões de nomes e a nossa assessoria também.

O Senador Rogério tinha feito a apresentação de três nomes. (*Pausa.*)

Quatro nomes. Eu estou propondo três nomes, e, se V. Exa. estiver de acordo, nós podemos fazer o encaminhamento com os nomes que estão aqui ou deixar para que, se outros Senadores quiserem propor... Da minha parte, não há divergência. (*Pausa.*)

Então, a Secretaria está sugerindo fazer a votação do requerimento, depois a gente faz a inclusão dos nomes.

Da minha parte, não há objeção, o acordo está selado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Em votação o requerimento. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o requerimento.

A Presidência definirá a data oportuna para a realização da audiência.

Passo a Presidência agora para o meu colega aqui, Marcos Rogério. (*Pausa.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Estou inscrito pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Senador Zequinha. Pois não.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Presidente, a pedido do nosso querido Senador Mecias de Jesus, da gloriosa Roraima, eu gostaria de fazer um pedido de inclusão extrapauta do Projeto 3.545, de 2023, em que ele quer federalizar a rodovia RR-171. Então, é um assunto bem tranquilo, sem polêmica nenhuma.

E ele tem uma certa pressa. Ele estava aqui na Casa, mas parece que teve um desconforto estomacal e teve que ir para casa, voltar para sua casa, mas nos solicitou esse favor, e eu estou aqui solicitando a inclusão extrapauta, em função de também eu ser o Relator dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Zequinha, agradeço a V. Exa. O pedido de V. Exa. é anotado por esta Presidência. Como se trata de um tema de federalização de rodovia, o caminho natural para apreciação, em caráter excepcional, extrapauta, é a concordância do Plenário.

O Senador Otto, que é o Líder do Governo, está aqui ao meu lado e pondera, num embargo auricular – e se quiser pode fazê-lo ao microfone –, de a gente fazer a inclusão na pauta da próxima sessão, para que haja tempo necessário para a análise quanto à extensão dessa inclusão. Por parte dessa Presidência não haveria objeção, mas o extrapauta sempre requer a concordância plena do Plenário.

É isso, Senador Otto?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Exatamente. Eu pedi aqui ao nosso Presidente que observasse, até porque essa matéria teria votação nominal, ela tem que ter votação nominal, e nós estamos com o Plenário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

praticamente vazio... Então, eu solicitei ao Presidente que ele pudesse pautar isso para a próxima reunião, em que seria debatido com outros Senadores.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Fica acordado, então, em nome do Senador Mecias, está bem?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bom. Eu agradeço a V. Exa. o entendimento dado e agradeço também ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao Líder Otto e agradeço ao Senador Zequinha. Fica, então, feito o entendimento para inclusão na ordem do dia da próxima sessão dessa CCJ.

Agradecendo ao conjunto dos Srs. Senadores e das Sras. Senadores, aos servidores desta Comissão, à Secretaria da Comissão e a todos que acompanharam e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 09 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 48ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e trinta e seis minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Alessandro Vieira e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Marcos do Val, Plínio Valério, Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Jayme Campos, Angelo Coronel, Otto Alencar, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Jorge Kajuru, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Flávio Bolsonaro, Beto Martins, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Mecias de Jesus e Dr. Hiran, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Wilder Morais, Laércio Oliveira e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Weverton, Omar Aziz, Eliziane Gama, Magno Malta, Marcos Rogério e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa - Regras de Transição**, atendendo ao requerimento PLP 68/2024, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar n° 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências". Do Plano de Trabalho: "O objeto da última audiência pública que propomos são as normas que tratam de transição, fiscalização e avaliação quinquenal, incluindo a trava da carga tributária, conflitos de competência, domicílio tributário eletrônico, conformidade fiscal, dívida ativa e cobrança do IBS.". **Participantes:** Sr. Márcio Schuch, Representante do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Sr. Rafael Gomes Lima, Auditor-Chefe Adjunto da AudFiscal do Tribunal de Contas da União (TCU) (representante de: Min. Bruno Dantas, Presidente do TCU); Sr. Rodrigo Keidel Spada, Presidente da Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais (FEBRAFITE); Sr. Fábio Henrique de Sousa Macêdo, Presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (FENAFIM); Sr. Ricardo Luiz Oliveira de Souza, Auditor-Fiscal do Estado de Minas Gerais (representante de: Carlos Eduardo Xavier, Presidente do COMSEFAZ); Sra. Zabetta Macarini Carmignani Gorissen, Secretária-executiva do Grupo de Estudos Tributários Aplicados (GETAP); Sra. Mary Elbe Queiroz, Presidente do Centro Nacional para Prevenção e Resolução de Conflitos Tributários (CENAPRET); Sr. Lucas Carezzato Ayres, Consultor do Movimento Brasil Competitivo (MBC); Sra. Francine Fachinello, Presidente do Mulheres no Tributário; e Sra. Adriana Gomes Rêgo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretária Especial Adjunta da Receita Federal do Brasil. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hamilton Mourão
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Senador Alessandro Vieira
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/27

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 48ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se a realizar a 13ª audiência pública para instruir o projeto que regulamenta a reforma tributária, Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS) e dá outras providências.

Conforme o plano de trabalho oferecido pelo Relator da matéria, Senador Eduardo Braga, o objeto da última audiência pública que propomos são as normas que tratam de transição, fiscalização e avaliação quinquenal, incluindo trava da carga tributária, conflitos de competência, domicílio tributário eletrônico, conformidade fiscal, dívida ativa e cobrança do IBS.

A presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. Senadoras, dos Srs. Senadores e dos convidados, por sistema de videoconferência, para exposições e debate.

Será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Convido à mesa o Sr. Márcio Schuch, representante do Conselho Federal de Contabilidade; o Sr. Rafael Gomes Lima, Auditor-Chefe Adjunto da AudFiscal, do Tribunal de Contas da União, representando aqui o Ministro Bruno Dantas, Presidente daquela casa; o Sr. Rodrigo Keidel Spada, Presidente da Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais; o Sr. Fábio Henrique de Sousa Macedo, para participação remota, da Fenafim; o Sr. Ricardo Luiz Oliveira de Souza, também para participação remota, Auditor-Fiscal do Estado de Minas Gerais, representando o Sr. Carlos Eduardo Xavier, Presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, o Comsefaz. (*Pausa.*)

Sra. Zabetta Macarini Carmignani Gorissen, Secretária-Executiva do Grupo de Estudos Tributários Aplicados (Getap); e a Sra. Mary Elbe Queiroz, Presidente do Centro Nacional para a Prevenção e Resolução de Conflitos Tributários.

Senhores, considerando o volume de convidados, cada um dos senhores terá aproximadamente oito minutos para sua exposição.

E já começamos com a fala do Sr. Márcio. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRCIO SCHUCH (Para expor.) – Muito bem. Boa tarde, Senador. Obrigado pelo convite. Parabéns pelo trabalho aqui na Comissão de Constituição e Justiça. Muito boa tarde a todos e aos meus colegas aqui de mesa também.

Dado o nosso tempo aqui, eu já vou de início começar com a minha apresentação. Não sei se tem o passador, alguém vai passando aí para mim? (*Pausa.*)

Então tá.

Bom, Senador, aqui nosso foco principal do Conselho Federal de Contabilidade, neste momento da reforma, em que várias etapas já foram definidas, é trabalhar com o olhar dos profissionais da contabilidade, buscando aprimorar aquilo que nós entendemos que possa ainda haver espaço de melhoria dentro desse projeto, em especial para garantir – e aqui eu trago os três princípios, que o nosso olhar é mais acurado, não é? –: a simplicidade, a transparência e a cooperação. Isso é que foi incluído, então, na nossa Constituição Federal e agora nós estamos no momento de validar se esse PLP, dentro de todos os seus artigos, também está observando esses principais princípios aqui.

Pode passar, por favor.

Eu trago aqui também o art. 149, porque, quando ali na Constituição se instituiu o IBS e a CBS, ficou claro que estes dois tributos observarão as mesmas regras. Então aqui a gente tem um ponto bastante importante, uma grande evolução, mas que nos traz também algumas preocupações, e aqui, a seguir, eu apresento essas preocupações para vocês, com base nesse mote aqui de que tanto o IBS e a CBS vão observar as mesmas regras.

Pode passar.

Bom, aqui quando a gente fala de CBS e IBS, já vai uma primeira reflexão que é sobre o princípio da simplicidade. E a gente entende aqui que a questão do nosso federalismo foi mais forte para instituir duas formas de arrecadação: uma contribuição e um imposto. E começa aqui um pouquinho de prejuízo na simplicidade, porque nós vamos ter, então, claramente a atuação da Receita Federal e a atuação dos estados e municípios no Comitê Gestor, e a nossa preocupação é que o princípio da simplicidade possa estar mais claro aqui dentro dos artigos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar para a próxima.

Então o primeiro ponto: nós vamos ter 5.570 possibilidades de interpretação, e é claro que a gente imagina que o comitê possa harmonizar isso, o nosso Comitê do IBS, mas alguns elementos aqui dentro desse PLP podem ser aprimorados para garantir que essa harmonização seja mais efetiva. Então isso está claro acho que para todos que estudam o PLP 68, e aqui estão as nossas sugestões, então, de aprimoramento para que isso não cause tanto prejuízo à sociedade.

Pode passar para o próximo.

Aqui rapidamente, eu não vou nem me deter muito.

Na CAE, eu expliquei um pouco mais, mas só para vocês entenderem, hoje, já no âmbito de Receita Federal, nós temos a figura da solução de divergência, que é aquele momento em que as áreas da Receita Federal, suas superintendências, já provocadas por uma solução de consulta, que é o contribuinte querendo entender qual é a interpretação do Fisco... Mesmo assim, as regionais da Receita ainda divergem em suas respostas oficiais, e aí entra a figura, então, da solução de divergência. Esse é o ponto que eu quero trazer aqui para vocês, como proposta.

Pode passar.

Aqui é só um exemplo de solução de divergência, e não quero me deter nisso com vocês.

Então, dentro do PLP, nós temos, lá no art. 324, em um de seus incisos, que a Receita Federal e as administrações tributárias poderão utilizar, em seus respectivos lançamentos, as fundamentações e provas de outro ente. Qual é a nossa proposta, Senador? O "poderão" deixa em aberto. O "poderão" traz um risco à sociedade de que talvez o Comitê Gestor não tenha tanto êxito na sua meta de harmonização, e nós possamos ter contribuintes que, sobre o mesmo fato econômico, tenham interpretações divergentes – de um lado a Receita Federal e, de outro lado, o Comitê de Harmonização. É claro, respeitamos o pacto federativo – não está em discussão isso –, mas, se nós colocarmos aqui no PLP uma determinação mais objetiva de que eles devem buscar, antes de agirem, a gente consegue trazer maior segurança jurídica para os contribuintes.

Pode passar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a primeira proposta, respeitando o princípio da cooperação e da simplicidade. A proposta do Conselho Federal é de que, no PLP, deve haver uma determinação para essa cooperação e não uma possibilidade, que é como está no texto hoje.

Pode passar.

A gente traz, inclusive, o como, porque o PLP traz, no art. 324, que os trabalhos, as fiscalizações e aquilo que for realizado pelos entes serão compartilhados entre eles. Então a Receita Federal vai ter acesso ao resultado de uma fiscalização do Comitê do IBS; e, da mesma forma, quando o comitê entender ou quando algum ente tributário entender ser objeto de fiscalização determinado fato ou determinada empresa, ele tem acesso a uma base compartilhada em que deve constar se a Receita Federal, por exemplo, já fez também a sua análise sobre aquele mesmo fato, sobre aquela mesma situação.

Então, usando o 324, é que a gente sugere – pode passar o próximo – que, no 327, em que está previsto o procedimento fiscal, a autoridade fiscal deve consultar o ambiente, que já está lá previsto no 324, e, antes de iniciar a sua fiscalização ou lavrar o seu auto, ela deve primeiro analisar aquilo que já foi feito pelo outro ente, porque senão a gente vive numa situação – e hoje temos exemplos muito práticos disso – em que, quando a competência é muitas vezes discutida entre estados e municípios e o contribuinte fica sujeito à atuação do Estado, em sua defesa, ele pode trazer argumentos, inclusive, de que, na interpretação inicial, a competência era do município e, para o município, ele está quite. Naquele processo contra o Estado, não há nenhuma validade o argumento de que ele já se resolveu anteriormente, mesmo que de forma equivocada, ou alguma compensação.

Então, aqui, como nós estamos falando agora das mesmas regras – não é que nem hoje, uma lei de ICMS e uma lei de ISS, é a mesma norma, é a mesma regra –, que as autoridades tributárias, na sua atuação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO SCHUCH – ... também façam essa consulta prévia, para que a gente não fique sujeito a uma desarmonização e a um custo tributário muito grande para os contribuintes.

Pode passar o próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma no lançamento, não é? Então, assim, claro, fiscalização: "Mas e no momento do lançamento?". Imagine que ela já tenha consultado. Nós não podemos correr o risco, Senador, de termos lançamentos com fundamentos divergentes. Essa é a nossa proposta quanto a esses fundamentos: se houver divergência, que, primeiro, de uma forma mais coercitiva, os entes se harmonizem; e que depois o contribuinte seja objeto de uma autuação ou de uma fiscalização. O texto hoje não traz essa segurança. O texto hoje permite, sim, que, sobre o mesmo fato, por interpretações divergentes, possa ter uma atuação da Receita Federal e uma atuação do Comitê de Harmonização.

Pode passar para o próximo.

Aqui são dois pontos finais, já encaminhando para o encerramento – e eu fico feliz de ter o Tribunal de Contas aqui ao meu lado. A nossa proposta – pode passar direto aqui para o ponto – é: nós propomos que toda essa base que vai ser utilizada pelo Tribunal de Contas para fazer o seu cálculo, para fazer a sua metodologia, possa ser disponibilizada à sociedade em formato de dados abertos, que é uma das políticas em que hoje o Tribunal de Contas trabalha numa frente muito efetiva, sensibilizando diversos entes da Federação para que façam isso. Então a nossa proposta é essa, para que a sociedade possa acompanhar isso, porque afinal estamos falando de uma mudança muito significativa na forma de tributação e é preciso que a sociedade monitore isso de uma forma mais efetiva, não é? Hoje a gente tem alguns *delays* em termos de tempo, às vezes fica-se seis meses, um ano sem a gente acompanhar a efetiva arrecadação dos órgãos, não é?

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO SCHUCH – E a nossa proposta é que o texto da lei já tenha essa previsão.

Pode passar para a próxima.

Mais uma aqui, agora sim, para o encerramento: maior participação da sociedade também. Isso nós já tínhamos apresentado no comitê de assuntos econômicos. Quando se fala em obrigação acessória – e aqui, por trás dessa reforma, tem toda uma proposta de maior tecnologia, de melhoria desse ambiente –, a nossa proposta é que exista um representante do Conselho Federal de Contabilidade nas reuniões do Comitê de Harmonização quando a pauta tratar de obrigações acessórias. Não necessariamente teria direito de voto, porque isso a gente já debateu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anteriormente e sabemos de todo o encargo que a autoridade tributária tem de prover a arrecadação, é a sua prerrogativa, seu compromisso com a sociedade, mas, pelo nosso histórico, a gente sabe que, se no momento da criação de alguma obrigação acessória, se no momento em que isso é pensado houver uma participação mais efetiva de quem realmente realiza isso na prática, a gente ganha muito – a gente, eu falo aqui, a sociedade. A gente evita situações de criação de obrigações em que depois tem que se voltar atrás, depois têm que ser revistas, simplificadas. Então é ali...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO SCHUCH – ... é naquele momento que a gente entende que tem que existir uma participação mais efetiva.

Então, encaminhamos aqui, Senador, e trago todas essas propostas aqui em formato já de emendas. Se entenderem ser acolhidas por V. Exa. e pela Casa, já estão prontas aqui para serem inseridas no projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Agradeço, Sr. Márcio, a participação. Farei o encaminhamento da sugestão de emendas para o Relator Senador Eduardo Braga, que só não se faz presente por uma questão médica.

Já passo a palavra para o Sr. Rafael Gomes Lima, Auditor-Chefe Adjunto da Audfiscal.

O SR. RAFAEL GOMES LIMA (Para expor.) – Sr. Senador Alessandro Vieira, demais Parlamentares, colegas de banca, uma boa tarde a todos que nos assistem.

Primeiramente, eu gostaria, em nome do Presidente do Tribunal de Contas da União, o Ministro Bruno Dantas, de agradecer pelo convite para podermos debater um tema de grande relevância para a nossa sociedade, principalmente para as gerações futuras; então, nossos agradecimentos.

Eu vou focar a minha apresentação, muito breve, nas novas competências assumidas pelo TCU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, nós podemos resumir as novas competências do TCU em três grandes grupos. O primeiro deles, talvez o mais importante, se refere ao cálculo das alíquotas de referência e do redutor de compras públicas; então, a gente sabe a importância, a grande relevância que isso vai ter para todos os entes da Federação. A segunda grande competência se refere à possibilidade de participação nas avaliações quinquenais, que vai verificar eventuais distorções que precisam ser corrigidas. E, por fim, coube ao TCU também a regulamentação e o cálculo dos coeficientes individuais de participação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional – esse tema não integra o PLP 68, mas também foi uma competência que foi atribuída ao Tribunal de Contas da União.

Pode passar, por favor.

Bom, com relação à nossa competência mais importante, acerca das alíquotas de referência, o primeiro ponto que a gente precisa deixar bem claro é que essas alíquotas serão calculadas pelo TCU, mas serão fixadas pelo Senado Federal; então, cabe a esta Casa fixar as alíquotas propostas pelo TCU. Como já foi dito aqui, a premissa básica da reforma tributária é manter a estabilidade da carga tributária, ou seja, não pode reduzir nem aumentar a carga tributária, tem que ser mantida estável, daí a necessidade de uma alíquota de referência. Outro ponto, outro princípio da reforma tributária foi a preservação da autonomia federativa dos entes; então, cada ente pode estabelecer a sua própria alíquota, todavia, caso o ente não o faça, por meio de lei ordinária, vai valer a alíquota fixada pelo Senado Federal. Está bom?

Pode passar, por favor.

Nós podemos resumir as etapas-chave dos cálculos das alíquotas em cinco grandes momentos. O primeiro momento, talvez o mais sensível, se refere ao encaminhamento da metodologia que vai ser elaborada pelo Poder Executivo federal e pelo Comitê Gestor do IBS; eles vão elaborar essa metodologia e vão encaminhar para o TCU no final de junho do segundo ano anterior à vigência; então, a gente está falando já de junho de 2025; então, o Poder Executivo vai encaminhar para o TCU esta metodologia. Após isso, num segundo momento, o TCU irá realizar a homologação dessa proposta; então, o TCU vai ter 180 dias para validar, verificar eventuais melhorias nessa metodologia e, então, vai homologar. Homologada essa metodologia, nós teremos a elaboração das propostas; então, o Poder Executivo, juntamente com o Comitê Gestor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do IBS, vai enviar para o TCU propostas de alíquotas de referência até dia 31 de julho do ano anterior à vigência. Dito isso, posteriormente nós chegamos ao quarto passo, à quarta etapa, em que efetivamente o TCU vai realizar os cálculos; então, o TCU vai receber as propostas do Poder Executivo e vai fazer até dia 15 de setembro do ano anterior à vigência daquela alíquota de referência, vai fazer o cálculo e vai remeter ao Senado Federal. E esta Casa terá até o dia 31 de outubro do ano anterior à vigência para poder fixar essas alíquotas.

Pode passar, por favor.

Bom, outros debatedores já vieram ao Congresso Nacional falar dos impactos. Em termos técnicos, o que pode impactar – grandes grupos que podem impactar – a alíquota de referência? O primeiro deles são as exceções. Eventuais exceções tendem a elevar a alíquota de referência, para que haja compensação, de forma que fique neutra a carga tributária.

De outro ponto de vista, temos também uma possibilidade de redução das alíquotas de referência a partir de reduções de fraude, de sonegação, por meio de adoção do *split payment* da declaração pré-preenchida, que tem o condão de aumentar a arrecadação. Aumentando a arrecadação, a alíquota de referência tende a ser reduzida. Então, esses são os grandes fatores que podem impactar as alíquotas de referência.

Bom, posteriormente, a gente vai ter um período de testes. Entre 2026 e 2028, teremos o período de testes.

Em 2026, a gente vai ter uma alíquota-teste de 1%, sendo 0,9% do IBS e 0,1% do IBS estadual. Por sua vez, em 2027/2028, acaba a alíquota-teste da CBS e entra a alíquota-teste do IBS estadual e do IBS municipal. Nesse período, a alíquota do IBS estadual vai ser de 0,05% e a alíquota municipal do IBS vai ser de 0,05%.

Bom, chegamos ao período, findos os testes, em que teremos a transição para as alíquotas de referência. Então, para a CBS vai ser entre 2027 e 2035 e, para o IBS, de 2029 a 2035.

Pode passar, por favor?

Como é que o TCU está se preparando, internamente, para receber essas novas atribuições e bem cumprir o seu papel constitucional?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro do TCU, elaboramos um projeto em que temos auditores dedicados, especificamente, para acompanhar a regulamentação da reforma tributária. Então, esses auditores estão trabalhando, elaborando providências, propondo providências internas, para que possamos contribuir para o cumprimento dessas atividades.

Então, alocação de pessoal, ajustes normativos, tudo aquilo que envolve múltiplas competências, porque a gente vai precisar de economistas, de pessoal especializado em tecnologia da informação, enfim, de uma série de profissionais que vão ser dedicados a essa área para poder acompanhar e elaborar, da forma devida, os cálculos da alíquota de referência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL GOMES LIMA – Senador, essas são as minhas contribuições.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade e coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado pela participação, Sr. Rafael.

Passo a palavra ao Sr. Rodrigo Keidel Spada.

O SR. RODRIGO KEIDEL SPADA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar, em nome da Febrafite, alguns presentes.

Então, cumprimento todos que estão nos assistindo, na pessoa do Deputado Luiz Carlos Hauly, que está aqui na plateia, um grande defensor da reforma tributária, da melhoria do sistema tributário brasileiro, e também a nossa Secretária Especial Adjunta da Receita Federal, Adriana Gomes Rego.

Obrigado também pela parceria da Receita Federal conosco da Febrafite.

Agradeço o convite para a participação nesta importante audiência pública e cumprimento, especialmente, o Senador Alessandro Vieira, Presidente, em exercício, desta Comissão, e o Senador Eduardo Braga também, que certamente nos acompanha, Relator do PLP 68, e já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demonstrou a sua sensibilidade com temas relevantes para o Fisco durante a tramitação da Emenda Constitucional 132, absorvendo emendas nossas no relatório apresentado.

Esta é mais uma oportunidade que confirma o indispensável papel desta Casa Alta na construção da reforma tributária, uma postura democrática e comprometida com a boa técnica tributária.

Tenho a honra de presidir a Febrafite, entidade que representa 26 associações de fiscais de tributos estaduais. Temos participado ativamente dos debates sobre a reforma tributária, prestando os esclarecimentos técnicos necessários para o aperfeiçoamento das propostas e a melhor condução dos processos de transição para o novo modelo e fiscalização dos novos tributos.

Colocamos a experiência e a sólida formação dos auditores fiscais das Receitas estaduais à disposição do Brasil para a construção de um sistema tributário mais justo e que melhore o ambiente de negócios do país. Os bons empresários, que cumprem com suas obrigações tributárias e geram empregos de qualidade, são motores do desenvolvimento nacional. O sistema tributário não pode mais penalizá-los.

Eu trago hoje a este Colegiado propostas de emenda ao PLP 68 que foram construídas em nossa comissão técnica e também em nosso conselho consultivo, instâncias que reúnem especialistas de sólida formação acadêmica e larga experiência profissional nas administrações tributárias. As emendas foram apresentadas pelo nobre Senador Plínio Valério, do Amazonas. Tenho a certeza de que são sugestões que fazem parte da melhor técnica tributária e de firme compromisso com os valores republicanos.

A primeira e mais importante para nós é a Escola Nacional de Administração Fazendária. Até para corrigir o que o Márcio falou na primeira fala, o risco de ter 5.570 interpretações do texto colocando-se o número das administrações tributárias. Na verdade, é muito mais que isso. Cada auditor ou cada pessoa pode fazer uma interpretação distinta.

Este momento de reforma traz grandes alterações ao Sistema Tributário Nacional. Um enorme estoque de conhecimento de operadores da legislação tributária em todo o país deverá ser renovado. Há mudanças de cultura a serem feitas pelo bom funcionamento do novo modelo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e a Escola Nacional de Administração Fazendária será um acelerador dessas necessárias transformações.

É fundamental, portanto, que tenhamos uma estrutura capacitada dedicada à elaboração de pesquisas, à publicação de doutrinas, à disponibilização de cursos e treinamentos para servidores e para a sociedade, o que trará redução do litígio, na medida em que criará entendimentos uniformes mais rapidamente.

Atualmente, há grande diversidade de sistemas e culturas entre os Fiscos municipais, estaduais e federal. Importante registrar que o Comsefaz, comitê que reúne os secretários de Fazenda estaduais, a Receita Federal do Brasil e a Confederação Nacional dos Municípios, apoia expressamente essa medida. Publicaram ontem o apoio. É inédito.

Compartilhamento de cadastros: Emenda 1.709.

Se puder virar, por favor.

O art. 42 do PLP 68 trata da identificação única para fins de cadastro dos sujeitos passivos do IBS e da CBS. Com isso, a sujeição à tributação pelo IBS e pela CBS impõe o dever de registro em cadastro com identificação única. O §1º deste mesmo artigo dispõe que serão utilizados para essa finalidade o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), o Cadastro de Pessoas Jurídicas (CNPJ), além do Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB). Acontece que esses três cadastros são geridos exclusivamente pela Receita Federal do Brasil, e o PLP 68 não prevê sua gestão compartilhada com estados, Distrito Federal e municípios, por intermédio do Comitê Gestor do IBS.

A emenda que propomos, portanto, assegura que o ambiente nacional de compartilhamento e integração das informações cadastrais terá a gestão compartilhada entre a Receita Federal do Brasil e o Comitê Gestor do IBS, uma medida fundamental para o bom funcionamento do modelo, que foi construído sobre a premissa de cooperação e integração federativa. E também é uma medida que efetiva na lei complementar o texto constitucional, que já diz, no inciso XXII do art. 37, que "as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e [ouçam agora] atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio". É essa Lei Complementar 68 que tem que regular isso.

Domicílio Tributário Eletrônico, Emenda 1.706: a redação dada aos artigos representa um retrocesso a uma solução tecnológica já consolidada, que é o uso do Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), uma solução inclusive...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO KEIDEL SPADA – ... que encontra paralelos na sistemática de intimação do Poder Judiciário e de outros órgãos da administração.

A forma de redação adotada praticamente invalida o uso do DTE, exigindo a posterior intimação via postal, sempre que o contribuinte não fizer o acompanhamento de seu domicílio. Isso impactará prazos processuais, inclusive os do contencioso, pois o PLP 108 prevê a mesma forma de intimação do PLP 68 e custos que, afinal, serão suportados por toda a sociedade. Além disso, a manutenção do texto atual causará insegurança jurídica, na medida em que o contribuinte não saberá se está em curso uma ação fiscal contra ele, porque o Fisco voltará ao tempo de ter que fazer notificações por edital em *Diário Oficial* ou por correio. Soluções anacrônicas para os tempos atuais.

Mais dois minutos, Senador, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Fora do microfone.*) – Pode seguir.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO KEIDEL SPADA – Simples Nacional, Emenda 1.708: o aperfeiçoamento proposto busca evitar fraudes fiscais relacionadas à possibilidade de subsequentes adesões e reversões de adesão das empresas do Simples à apuração do IBS e da CBS fora do regime simplificado. Essas operações, no que respeita os saldos de crédito desses tributos, são passíveis de ressarcimento em dinheiro. Todas as potenciais fraudes fiscais devem ser antevistas e devem ser criados os corretos mecanismos de controle, garantindo melhor ajuste da alíquota de referência, que impacta diretamente a vida de todos os cidadãos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste sentido, inclusive, reitero minha saudação à Câmara dos Deputados, na convicção de que o Senado Federal, da mesma forma, compreenderá a importância de vincular os créditos de IBS e de CBS ao efetivo pagamento desses tributos. Essa é a garantia de que o princípio da não cumulatividade não será exercido na prática e os créditos serão pagos de forma célere e plena aos contribuintes.

Para isso, foram previstos arranjos de pagamento que respeitam as relações negociais entre particulares, ao tempo em que evitam a proliferação de fraudes relacionadas a empresas noteiras.

E a última que eu vou falar é a transação administrativa, a Emenda 1.707. A Emenda Constitucional 132 mobilizou a todos nós com o firme compromisso por um sistema tributário mais moderno. Essa emenda, que propõe a transação administrativa pelas administrações tributárias, é um importante passo nesse sentido, permitindo que os contribuintes e o Fisco negociem mediante concessões recíprocas e, com isso, sejam regularizados os débitos fiscais com maior brevidade, menor litígio e menor custo administrativo.

Não faz sentido deixarmos os maiores incentivos para pagamento apenas no final da cadeia. A realização de acordos entre contribuintes e a administração tributária...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO KEIDEL SPADA – ... certamente levará à redução de litígios, evitando longos processos judiciais e administrativos.

Encerro minha participação com a certeza de que o Senado Federal se encontra altamente sensível aos anseios sociais e preparado para essa missão de reforma da tributação sobre o consumo.

Registro a ampla disponibilidade da nossa federação para a participação em debates técnicos e reuniões com todos os Senadores e consultores para analisarmos os temas aqui propostos e outros que se mostrem necessários.

Muito obrigado pela compreensão, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado pela apresentação, Sr. Rodrigo, e agradeço pela contribuição das sugestões de emendas.

Convido, por participação remota, o Sr. Fábio Henrique de Sousa Macêdo, da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais.

O SR. FÁBIO HENRIQUE DE SOUSA MACÊDO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Alessandro Vieira, Deputado Hauly, todos que nos assistem. Quero agradecer ao Senador Eduardo Braga pelo convite para participar desta audiência.

Vou compartilhar aqui a minha apresentação.

Vamos falar sobre transição e alguns pontos que afetam a transição.

O objetivo da transição é suavizar o impacto nos orçamentos dos entes perdedores da mudança do critério de partilha de receitas da origem no destino. Esse processo inicia-se em 2029. É importante levar em consideração o remanejamento de receitas municipais que devem ocorrer ao longo desse processo. Serão mais de 50 milhões; mais de mil municípios serão perdedores, entre eles 14 capitais. O público-alvo, os perdedores de receita, é o objetivo da transição.

Bom, o primeiro item que vamos falar será o regime das compras governamentais, que determina que a despesa tributária de uma aquisição pública é receita do ente adquirente do bem e do serviço. Dessa forma, os contribuintes do IBS do ente serão a sociedade e o próprio ente. Neste caso, o ente paga e recebe, e toda essa operação vai ser apenas contábil. Lógico, isso será uma receita contábil.

Nossos dados são trabalhados a partir de informações prestadas pelo economista Sérgio Gobetti, que apontam que os municípios compram mais do que a União e os estados juntos e que serão os maiores impactados com essa regra. Admitindo uma alíquota das compras governamentais que o Tribunal de Contas já disse que vai fazer – mas até agora ninguém tem esse número –, de 17%, os municípios vão contribuir para sua própria receita, de forma apenas contábil, com quase R$44 milhões. Serão R$44 milhões a menos no cofre municipal. Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representa uma perda de 36% da receita atual, de 2023, do ISS dos municípios. É uma perda considerável.

O perfil do IBS municipal terá uma parcela expressiva de receita só contábil, porque na realidade é uma despesa, e isso é uma preocupação, porque essa despesa vai obrigar os municípios a gastarem 25% de educação, 15% de saúde e com o Legislativo. Isso também vai ocorrer nos estados. É uma situação extremamente complicada, até questionável, porque uma despesa vai autorizar a realização de outras despesas, como também obrigar, porque a LRF e os comandos constitucionais que obrigam a gastar em educação, saúde e Legislativo não fazem distinção de se a receita é meramente contábil ou financeira. Então, isso é um risco para o controle do gasto público.

Bom, na transição, somam-se o IBS estadual, o IBS municipal e tem-se o IBS total. Nessa parcela da receita de compra governamental, os municípios são responsáveis por mais de dois terços da geração dessa receita. Mas na transição, um percentual desse IBS total será retido para ser distribuído conforme um coeficiente de participação de cada ente, que é determinado a partir da arrecadação do ISS e ICMS, um critério que não leva em consideração a compra governamental do município. E tem que ter em mente que o modelo da compra governamental vai deixar os entes subnacionais e também a União com um valor necessário apenas para pagar o valor do bem ou do serviço. Então, no momento em que ele adquire, ele paga o fornecedor, há uma retenção do tributo – não é? –, mas, para harmonizar essas duas regras, vai ser necessário, para que o modelo seja viável, que você deduza o que ele vai ter a receber na partilha do IBS retido, e ele já recebe outra parte de forma direta. Isso tem uma consequência: a compra governamental na transição vai ter o seu efeito acentuado, não atenuado.

Vamos para um exercício prático – certo? –, com números. Isso aqui é uma situação, um perfil de um IBS municipal, uma parcela expressiva contábil e uma parcela financeira. O IBS total retido vai ser determinante a partir do coeficiente de participação, do quanto esse município, esse ente teria em tese de receita meramente contábil e de receita financeira, dinheiro no caixa. Vejam que não estão de acordo. Então, você vai ter que deduzir o que ele recebeu de forma antecipada na partilha do retido, 90%, que a retenção foi 90%, quer dizer, menos R$36 milhões, juntar a R$63 milhões, soma com os R$7 milhões que ele recebeu de forma direta, os 10% que não são retidos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dá R$70 milhões, soma com R$40 milhões: R$110 milhões. Está equilibrada a situação fiscal do município.

Ele agora passa a comprar mais, não em decorrência de um incremento no seu IBS, da sua receita que vem do IBS, mas sim de uma outra fonte de recurso, que fez com que surgissem mais R$10 milhões de receita meramente contábil. Em vez de deduzir R$36 milhões, vai se deduzir R$45 milhões. Qual o resultado? Esse ente vai perder R$9 milhões de receita financeira no caixa – aquele que paga as contas mesmo, a folha, a dívida – e vai ter mais gastos obrigatórios sem lastro financeiro e uma menor receita financeira da partilha do retido. No sentido inverso, vai acontecer o quê? Educação, saúde, Câmara vão perder dinheiro, não vai ter recurso. E esse município, no caso, vai ter uma maior receita financeira. Lembre-se, só vai se arrecadar o suficiente para pagar o valor do bem.

Então, quem vai perder esse aumento da receita financeira desse município? O modelo está se tornando cada vez mais complexo.

Bom, um outro ponto que nos preocupa, que vai afetar, por isso, diretamente os municípios, é o período histórico da arrecadação de ICMS e ISS, que vai determinar os coeficientes de participação de cada ente na partilha do que foi retido. O PLP 108 aponta 2019 até 2026, muito distante da virada de chave, da origem para o destino. E, se pegarmos a evolução da arrecadação de ICMS e ISS nos últimos dez anos e projetarmos para o momento da virada de chave, vamos observar que os municípios devem perder algo em torno de R$26 bilhões. Por quê? O PLP 108, calculado da forma como está prevista, vai determinar um coeficiente de participação global, falando dos municípios, de 35%. E, em 2032, eles devem ter, a gente acredita nisso ou até mais, 38%. Por isso é que eles perdem os R$26 bilhões.

Qual o resultado de pegar um período tão histórico? Entes ganhadores com a mudança do critério da origem para o destino vão ter um *plus* de receita em detrimento da sociedade daqueles entes que necessitam desses recursos para se manterem. Então, com isso, essa perda é imediata.

Esse resultado já está sendo demonstrado. O saldo municipal até 2023 já está mostrando R$8 bilhões dos municípios se perdendo, são mais de 4 mil municípios que perdem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para finalizar o último ponto, o efeito *free rider*, que o Senado tentou em uma proposta, mas a Câmara suprimiu. O PLP vem com uma solução que a gente entende que é justa para quem trabalha, mas a multa de autuação que pertence ou que pertencerá ao ente que lavrou a infração, ela não vai ser suficiente para combater o efeito *free rider*, porque o estímulo à autorregularização é a orientação das administrações tributárias – ninguém quer autuar, ninguém quer uma indústria da multa –, porque o prazo da autorregularização é mais curto. Só em termos de números: se a retenção é 90%, para eu recuperar R$9 milhões, eu vou ter que arrecadar R$90 milhões. Imagine quanto eu vou ter que multar para ter esses mesmos R$9 milhões que eu perdi no caso da compra governamental.

Por fim, a gente quer agradecer, mais uma vez, e deixar claro que esses pontos que apresentamos são extremamente complexos. Ao longo dos debates, tanto na Câmara como no Senado, apresentamos algumas soluções. Não dá para falar isso agora, a gente se coloca à disposição, mas a gente também quer pedir aos Senadores para abrir nossos números, nossos estudos para os consultores legislativos, o Tribunal de Contas, o Ministério da Fazenda, para quem interessar. A gente quer dar transparência a isso, porque os impactos nos municípios serão expressivos, e as consequências serão desastrosas.

Muito obrigado. E a gente continua à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Muito obrigado pela colaboração. Todos os dados serão amplamente disponibilizados.

Também por via remota, convido o Sr. Ricardo Luiz para sua participação, Auditor-Fiscal do Estado de Minas Gerais.

O SR. RICARDO LUIZ OLIVEIRA DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Eu vou compartilhar aqui minha apresentação. (*Pausa.*)

Pronto. Aqui, iniciando pelo primeiro eslaide...

Primeiro agradeço a honra do convite. Venho representando o Presidente do Comsefaz, o Sr. Carlos Eduardo Xavier.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem uma primeira parte aqui que trata da transição dos tributos, pela qual eu vou passar bem mais rápido, dada a limitação do tempo, e vou focar mais nas questões referentes à coordenação da fiscalização.

Então nós temos aqui realmente os tributos que hoje são cobrados, que vão, após a reforma, ser transformados ou configurados no chamado IVA dual.

E nesse quadro que apresentamos, temos toda a cronologia que será aplicada em relação à transição dos tributos. Então, com a aprovação da Emenda Constitucional 123, nós estamos agora exatamente neste passo – 2024 e 2025 –, que é referente à aprovação das leis complementares regulamentadoras: PLP 68, PLP 108 e algumas leis ordinárias que eventualmente sejam requeridas.

Em 2026, nós temos o ano-teste das alíquotas de CBS e IBS, com alíquotas de 0,9% para a CBS e de 0,1% para o IBS, respectivamente. Isso para testar o efetivo potencial arrecadatório desses tributos recém-criados, especialmente em face da aplicação do conceito de base ampla e também do creditamento financeiro pleno. Esses efeitos precisam ser aferidos, e por isso a necessidade da alíquota-teste.

Em 2027, passa a CBS já à cobrança integral, com a extinção do PIS-Cofins e do IOF-Seguros, a instituição do Imposto Seletivo e a redução a 0% das alíquotas do IPI, porém contemporizando com as questões referentes à manutenção da competitividade da Zona Franca de Manaus.

Em 2027 e 2028, permanece o período de teste para fins de IBS, com alíquotas de 0,05%, idêntica alíquota tanto para estados quanto para municípios, perfazendo 0,1%.

E de 2029 a 2032, já começa aquela transição gradual rumo ao IBS pleno e à extinção do ICMS e também do ISS, chegando por fim, em 2033, à vigência plena do IBS e à substituição, à extinção total, que ocorrerá no final de 2032, em relação a ICMS e ISS.

Então nós temos alguns efeitos, um detalhamento um pouquinho maior, mas eu vou passar mais rápido para focar nas questões da fiscalização.

Aqui tem toda a sistemática de divisão de rateio que vai ocorrer, o detalhamento daqueles exercícios. Essa apresentação vai ficar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui, só queria ressaltar que, no tocante às obrigações acessórias, na fase de transição, haverá a adequação dos sistemas existentes, os sistemas autorizadores e aplicativos de emissão simplificada de documento fiscal. Vai haver esse compartilhamento do ambiente nacional de dados e de cadastros – até um deles foi objeto do comentário aí do nosso colega Rodrigo Spada, que requer um aprimoramento. E também há a questão do cadastro e da apuração, já que haverá a arrecadação centralizada e o sistema de ressarcimento ágil, que está previsto no âmbito do projeto de lei complementar.

Também, futuramente, haverá a centralização, a unificação, a obrigação acessória básica que os contribuintes tanto do IBS quanto da CBS deverão cumprir, que é a emissão do documento fiscal eletrônico. E o Comitê Gestor juntamente com a Receita Federal vão fazer a apuração assistida, por declaração pré-preenchida dessas obrigações da apuração, enfim, do IBS e da CBS. E, consequentemente, em sendo adotado o cadastro único das inscrições, haverá a extinção das inscrições estaduais e municipais tal como existem hoje.

Por fim, eu gostaria de focalizar mais a coordenação da fiscalização, relembrando aqui alguns preceitos da própria emenda constitucional, como o de que o IBS vai ter legislação única e uniforme. Então, é um regulamento único para o IBS. Poderá haver outro regulamento único para a CBS, cogita-se um regulamento que tenha uma parte comum dos dois, mas por enquanto, por questões até de autonomia, veremos que deve ficar cada qual com o seu regulamento único, sendo um para o IBS, no tocante à competência de estados e municípios e do Distrito Federal.

E também é prerrogativa básica dos entes federativos do IBS, do exercício dessa competência compartilhada, a fixação da sua própria alíquota. A mesma alíquota será uniforme para todas as operações, e o IBS será cobrado pelo somatório das alíquotas. Então, num eventual lançamento tributário feito pelo município, ele vai fazer a cobrança tanto da parcela do IBS municipal quanto do IBS estadual; e vice-versa – reciprocamente também é válido esse argumento.

Aqui tem um detalhamento do exercício de forma integrada dessa competência, que está no art. 156-B. As competências básicas do Comitê Gestor são estas três: editar o regulamento único e uniformizar a interpretação; arrecadar o imposto e fazer a partilha, a distribuição dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recursos arrecadados, conforme a observância do princípio de destino; e decidir o contencioso administrativo. Mas nós vamos focar aqui nas questões referentes à fiscalização.

Lembramos que a própria emenda constitucional também prevê a integração, a forma de atuação integrada das administrações tributárias estaduais, municipais, do Distrito Federal e também da União; o que não é novidade, porque isso já vinha disposto no art. 37, inciso XXII, da Constituição Federal desde a Emenda Constitucional 42, que previa a atuação de forma integrada dessas administrações tributárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Mas agora ela ganha uma força, uma dimensão bem maior.

Com o art. 149-B, que foi comentado no início pelo colega Fábio, há o espelhamento, ou seja, aquelas matérias em que há identidade de pontos, de requisitos tanto de IBS quanto de CBS. Mas é importante chamar a atenção porque aqui esses requisitos dizem respeito à estrutura do tributo, e existem outras questões que não estão albergadas por esse espelhamento entre IBS e CBS, tais como as penalidades, a dívida administrativa e judicial, a cobrança administrativa com suas várias modalidades e as alíquotas, obviamente – na verdade, alíquota é a prerrogativa solene de instituir o próprio tributo.

Aqui também tem algumas questões que, dentro do desenho do *split payment,* são importantes para que a gente tenha essa conformação. Mas, sobretudo na coordenação da fiscalização, as premissas que a gente gostaria de expor são o lançamento pela somatória das alíquotas, de que nós já falamos, em que o lançamento de um ente aproveita o outro... Então poderá haver delegação de competência para efetuar o lançamento tributário, quando isso for interessante. Quando, eventualmente, uma municipalidade, por exemplo, não tenha estrutura própria de administração tributária, ela poderá delegar essa atividade para o estado onde ela está situada ou mesmo para um outro município ou mesmo um consórcio de municípios que possa, eventualmente, se dedicar a essa atividade.

Um elemento importantíssimo também que está sendo concebido na questão da fiscalização, e aí também atende ou resolve a preocupação que foi manifestada anteriormente, é a figura da administração tributária titular e cotitular dessa fiscalização, ou seja, o relacionamento com o contribuinte será feito por uma administração tributária, que, dentro de critérios que forem definidos no âmbito do Comitê Gestor, vai se relacionar com o determinado contribuinte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO LUIZ OLIVEIRA DE SOUZA (*Por videoconferência.*) – Então fica afastada a possibilidade de ocorrerem múltiplas fiscalizações e auditorias em relação a um mesmo contribuinte, tendo uma mesma matéria tributável sendo investigada.

Também a questão do efeito *free rider* foi falada. Ela está sendo tratada no PLP, especialmente no PLP 108, mas ela tem um efeito aqui nessa discussão do 68, que é exatamente a possibilidade de participação nas multas daquela entidade que não necessariamente fez o lançamento tributário, mas daquela que contribuiu para a auditoria fiscal, contribuiu para o desenvolvimento do trabalho, isso com os critérios que serão pactuados entre elas.

Então, gostaria de enfatizar a questão da dívida ativa, que também é uma questão que... Como alguns municípios não têm procuradoria própria, poderá haver, sim, a delegação para fazer essa inscrição na dívida ativa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO LUIZ OLIVEIRA DE SOUZA (*Por videoconferência.*) – Por fim, aqui a gente tem que ressaltar que esse marco que está sendo colocado, de 12 meses para o prazo da cobrança administrativa em suas várias modalidades, conforme consta do gráfico, é importante porque ele permite que a administração tributária efetivamente possa fazer essa cobrança sem invadir, sem prejudicar, em momento algum, as matérias que são de competência exclusiva das procuradorias, porque aí já diz respeito à fase judicial, à etapa judicial. Lógico que há situações em que também existe a cobrança extrajudicial, mas isso tudo será observado conforme a legislação local, preservando as autonomias existentes.

E, para o fim, a integração, conforme foi mencionada, a integração da interpretação de tudo isso será feita no âmbito do próprio Comitê Gestor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO LUIZ OLIVEIRA DE SOUZA (*Por videoconferência.*) – Haverá, na estrutura que está sendo proposta, uma diretoria de tributação que se encarregará da interpretação *interna corporis* do IBS entre os próprios entes, os 26 estados, o Distrito Federal e os 5,5 mil e tantos municípios. E ainda haverá uma outra instância de interpretação, de uniformização com a CBS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Falha no áudio.*)... instâncias que estão previstas (*Falha no áudio.*)... naqueles casos previstos poderão fazer essa integração entre IBS e CBS. Então nos parece que o risco de interpretações divergentes serem feitas está efetivamente minimizado, tendo em vista essas estruturas que já estão pensadas para exatamente promover essa uniformização e essa integração.

Muito obrigado pela atenção com quem me ouviram. Eu encerro por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado, Sr. Ricardo.

Só esclarecendo: o sinal eletrônico toca automaticamente, não é maldade da Secretaria da Mesa, não. É porque a cada conclusão de período e concessão de mais tempo, ele vai ser acionado.

Passo a palavra aqui para a Secretária-Executiva do Grupo de Estudos Tributários Aplicados, Zabetta, é isso?

A SRA. ZABETTA MACARINI CARMIGNANI GORISSEN – É isso. Zabetta

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Zabetta Macarini.

A SRA. ZABETTA MACARINI CARMIGNANI GORISSEN (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde a todos e a todas. Eu queria agradecer o convite aqui, na pessoa do Senador Alessandro Vieira. É um prazer estar aqui.

Esse aqui é o último dia das audiências públicas, e eu acho que é um dia em que a gente pode comemorar um ano todo de debates sobre a reforma tributária. Estou muito feliz de estar aqui com vocês hoje.

Hoje é transição e fiscalização, não é? Então eu vou passar logo aos pontos, já que a gente tem somente oito minutos.

Por favor, o próximo.

Eu queria colocar um ponto que a gente já tem trazido há bastante tempo, desde lá da Câmara, não é? Quando a gente olha o cronograma de implementação da reforma, a gente vê

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que esperamos que até o final do ano a gente tenha as duas leis complementares aprovadas, não é mesmo? Até o final do ano. E temos aí, no próximo ano, seis meses para o regulamento, não é? Então, antes que a cobrança do IBS e da CBS esteja em vigor, tem todo o ano de 2025. Então temos, no ano de 2025, o regulamento que está previsto para o primeiro semestre, porque sabemos que a Receita Federal, que está aqui – Dra. Adriana, Roni –, junto com Confaz e os estados estão trabalhando, em paralelo, a lei complementar para agilizar o máximo possível aí a regulamentação. Mas a gente sabe que o regulamento vai ser tão ou mais complexo do que a própria lei complementar, porque é o regulamento que entra no detalhe da operacionalização de tudo o que vai ser implementado. Então a gente sabe que o regulamento também vai demandar bastante discussão e esperamos aqui, no caso, uma consulta pública, alguma maneira de as empresas e de os contribuintes poderem olhar o regulamento antes de implementar.

Daí nós temos a segunda fase, que é a implementação da nota fiscal simplificada, que está sendo desenvolvida também, cuja previsão é de que fique pronta em outubro, restando para as empresas e para os contribuintes três meses para implementação do IBS e da CBS.

Quando a gente fala em operações simples, poucas notas por mês, o.k., mas a gente tem, por exemplo, no Getap, os 85 maiores grupos econômicos do Brasil. A maioria deles atua nacionalmente, com várias filiais em vários estados, não é? E realmente fica muito desafiador você pensar que é possível ou viável se implementar em três meses todo esse novo modelo. E a questão não é nem de carga tributária, de pagamento de tributo. O que a gente tem alertado muito – temos trabalhado com as empresas, com as empresas de tecnologia – é sobre sistemas; é só uma questão de sistemas, não é uma questão de pagamento de tributos.

Então, as empresas estão preocupadas porque nós não temos no país empresas de *software warehouse* para atender todo o país entrando no mesmo dia, em janeiro de 2026, emitindo as notas, etc.

E um outro detalhe também: a gente pensa "não, mas vai ser simples daqui para frente". Sem dúvida, espera-se que a nota fiscal seja mais do que suficiente com o *split payment* e que tudo esteja funcionando. Tem um detalhe: as empresas vão ficar com uma transição de dez anos. Então, além de você implementar esse novo modelo, você tem que ajustar todas as notas, os preços, as operações que elas já fazem hoje e tem que combinar todo o jogo e como é que isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai ficar. Então, existe um pouco de preocupação aí – um pouco não, bastante preocupação – das empresas, pode ser que algumas não consigam implementar.

Qual é a sugestão que a gente deu? Não vamos mudar o prazo... O ideal seria mais um ano – acho que é consenso de todos que tivesse mais um ano para poder implementar, fazer testes de sistemas; tem todas as legislações, por exemplo, de regimes especiais para serem adaptadas, validadas pelo Confaz; tem muito trabalho ainda para poder implementar –, ou prorrogar para 2027, ou dispensar, pelo menos, as multas no primeiro ano, porque algumas empresas não vão ter sistemas suficientes para implementar, ou ainda transformar 2026 num ano de teste, de piloto, que é o que vai acabar acontecendo na prática, não é? Umas empresas vão conseguir entrar, outras empresas não vão conseguir entrar, e você poderia considerar, sem mudar o prazo que está garantido, de 2026, fazer como um ano de teste, de piloto, para as empresas que conseguiriam estar aptas para poder já operar no novo modelo, não é? Então, com relação à implementação, esse é o primeiro ponto. Seria muito importante que a gente tivesse aí uma consideração ainda nesse sentido. Acho que não entrou ainda em nenhuma emenda nem nada, mas há uma preocupação real de que as empresas podem não conseguir estar aptas para estar faturando já em 1º de janeiro de 2026.

O segundo ponto que a gente queria colocar é: a gente viu uma preocupação bastante grande com relação à garantia de todos os créditos que as empresas têm hoje com base no regime atual, não é? Isso a gente não pode dizer que os PLs não trataram; trataram, o 108 tratou do ICMS, o 68 tratou dos créditos de PIS-Cofins. Então, a gente tem só pequenos ajustes aqui para comentar para garantir que realmente esses créditos todos sejam restituídos. Não são pequenos os valores envolvidos, não é? A gente tem um regime hoje atual em que as empresas têm um monte de créditos a receber e não é tão rápido como se pretende fazer – não é? – com o *split payment*, para receber logo de volta. Então é demorado, é custoso receber esses créditos.

O primeiro dele é: para PIS-Cofins, ele prevê realmente todos os créditos que as empresas tenham; na hora em que virar a chave, estão garantidos os créditos apurados no regime anterior. Seria interessante, discutindo com a Sert, com a própria Receita, etc. – sim, pode ter créditos decorrentes de ações judiciais, que ainda vão levar anos para serem discutidos –, estar expressa a garantia do uso desses créditos e o lançamento desses créditos para que não tenha aí a possibilidade, lá na frente, quando terminarem essas ações judiciais, de você não ter como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operacionalizar esses créditos, porque você não tem mais o PIS-Cofins. Então você precisaria ter aí um ambiente para poder receber os créditos de PIS-Cofins decorrentes de ação judicial de maneira expressa, isso seria importante ter, não é?

No PL 68, os créditos de IPI não vieram no próprio PL. E a gente discutiu: mas por que não, não é? As empresas continuam... As que não têm... Apesar de ser extinto, algumas operações continuam com o IPI. Por que será que não estava no texto original a garantia dos créditos de IPI? Então vocês podem ver que foram apresentadas aí algumas emendas – tem três emendas apresentadas – para deixar expresso que, também, eventualmente, se tiverem créditos do IPI, seja garantida a sua compensação e restituição. E é importante estar expresso, porque, depois, não vai estar... Aí, não estava expresso, quando o PIS-Cofins está expresso, o IPI não está expresso, então não tem direito. Não custa nada a gente colocar o de crédito de IPI.

E, aproveitando, falando de créditos, etc., a grande dor do calcanhar de todos são os créditos de ICMS, não é? Existe aí uma regulamentação bastante complexa para monetizar, homologar, lançar, para você poder ter aí os créditos no final de 2032...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ZABETTA MACARINI CARMIGNANI GORISSEN – ... e o pleito aqui seria garantir que a legislação do ICMS não seja trocada na véspera da virada da moeda, porque o que diz a PEC, o que diz o PL é que você vai permitir a utilização com base na legislação que estiver em vigor. Daqui até lá, tem nove anos de possíveis mudanças de legislação, e a gente precisa garantir que de fato, daqui a nove anos ou oito anos que seja, as legislações estaduais não mudem os critérios e os requisitos e as empresas não consigam ter direito aos créditos de ICMS. Isso seria uma medida de proteção bastante interessante.

Como já estou com um prazo muito curto aqui, eu queria passar direto para o...

Vai direto para o REF, que... Isso, o REF, que é a nossa prioridade que eu queria tratar.

O REF é um regime especial de fiscalização que foi criado no PL 68. Ele vai muito bem, porque o que se pretende na reforma agora é que a gente não tenha mais sonegação...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZABETTA MACARINI CARMIGNANI GORISSEN – ... que a gente não tenha mais fraudes, etc. Então, ele traz várias hipóteses onde você consegue enquadrar os contribuintes que se comportarem de maneira contrária ao pagamento de tributo: não emitir nota fiscal...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ZABETTA MACARINI CARMIGNANI GORISSEN – ... não ter registro de nota fiscal, fazer contrabando com mercadorias. Ele vai muito bem, até o inciso V, que é a grande preocupação aqui de todos, que diz: "infrações reiteradas à legislação tributária", e só nesse inciso específico.

E o que são "reiteradas"? Com dois autos de infração em cinco anos, você pode ter o enquadramento no REF. Claro que esse enquadramento no REF vai ser pensado, etc. Qual é o grande problema aqui? Infração à legislação tributária é tudo.

Então, o que a gente está propondo aqui de uma maneira simplificada, só para explicar o conceito? Ele tem a natureza de um devedor contumaz, ele trata de todas as hipóteses de um devedor contumaz. Então seria razoável, até porque no 108, que é o outro PL que deve chegar aqui depois, você tem as infrações da legislação normal... Então, você tem o REF no 68 e o 108. Então, deixa no 68 as infrações dolosas e deixa no 108 as infrações. Qual a sugestão aqui, para encerrar?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ZABETTA MACARINI CARMIGNANI GORISSEN – A gente trabalhar melhor esse inciso V, no sentido de que a infração à legislação tributária seja aquela com o intuito de fraudar o Fisco na mesma natureza das demais, porque, senão, aqui a gente vai ter um regime especial que é muito duro, vai ser tanto um regime para a Receita quanto para os estados e municípios e que pode realmente colocar as empresas e os contribuintes numa situação complicada.

Só para vocês entenderem aqui por que a gente se preocupa com isso, a multa vai para 150%, dobrada, então é 75% mais 75%, para quem for enquadrado no REF; você tem fatos geradores até diários, se for o caso, para pagamento do tributo do IBS e da CBS; você pode perder a espontaneidade, ou seja, estando em fiscalização, você já não pode fazer a denúncia espontânea, por exemplo, e recolher o tributo sem multa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a nossa sugestão aqui é flexibilizar um pouco o REF. Já tem emendas apresentadas para que a gente tenha aí um ambiente um pouco mais tranquilo e adeque o REF aqui ao que se pretende mesmo, que é ir atrás daquele que vai fraudar a legislação.

É isso, Senador.

Obrigada e desculpa aí por passar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado; obrigado pela compreensão com a limitação que nós temos. O esforço foi grande para dar o tempo, mas faz parte aqui.

Passo a palavra para a Presidente do Centro Nacional para a Prevenção e Resolução de Conflitos Tributários, a Dra. Mary Elbe Queiroz.

A SRA. MARY ELBE QUEIROZ (Para expor.) – Boa tarde a todos. Quero dizer do privilégio de estar aqui. Cumprimento o Senador, cumprimento todos que estão na plateia na pessoa da Dra. Adriana Rêgo, cumprimento todas as pessoas que estão aqui do meu lado.

Quero dizer que, Senador, esse é o último momento de o povo ser ouvido, porque na elaboração dos projetos de lei nós não fomos ouvidos. Claro que as pessoas que estavam lá eram competentíssimas, maravilhosas, etc., mas ele tem um viés de arrecadação e combate à fraude, muito justo, mas e o pagador de impostos? Porque nós não somos contribuintes que contribuímos espontaneamente. Nós pagamos imposto porque a lei obriga, é necessário para o estado arrecadar. A minha surpresa é que o Dr. Rodrigo, aqui da Febrafite, e o outro colega lá também fizeram algumas colocações que coincidem com as nossas preocupações. Então não é só do nosso lado, apesar de todos vocês estarem representados nestas Comissões.

Eu digo que essa reforma tributária já começa com a descrença, a falta de credibilidade, porque nós já vimos vários outros projetos de lei que iam acabar com a não cumulatividade, que é isso, e não aconteceu. Depois saíram os atos interpretativos que distorceram, e isso pode ser evitado. A reforma foi aprovada, não temos o que questionar, mas existem grandes possibilidades de conflitos e litígios exatamente aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizar a Febrafite pela manutenção da escola, porque esse tributo tem que ser pensado com a mudança de *mindset* diferente, porque é uma nova coisa, e ele está sendo pensado igual.

E nós temos dois projetos de lei que não cabe agora criticar se houve, se não houve, por que não houve, mas eles são absolutamente diferentes para o mesmo imposto. O IVA dual é IVA da arrecadação. Então, veja só, na arrecadação, mas a lei originária, a materialidade, o fato gerador é o mesmo. Então, o que é que nós temos? Princípio da simplicidade e cooperação... E era para evitar litígios. Então tudo tem que ser pensado. E essa cooperação não é em relação aos fiscos, à administração, é cooperação em relação ao pagador de impostos também.

Então isso não foi visto e aí, Senador, a gente está pedindo socorro. E por esta Casa aqui, que é a Casa do povo, o povo tem que ser ouvido. Porque, por exemplo, quanto ao poder de legislar, os arts. 24 e 30 da Constituição não foram alterados, ou seja, estados e municípios continuam com o poder de legislar. Nós não podemos ter o PL 68 e o PL 108 com normas e regras diferentes, contencioso administrativo, penalidade, processo administrativo, isso vai criar mais litígios. Ou se busca a harmonização... E eu digo que é agora, porque o PL 108 se destina para o Comitê Gestor e se destina para o IBS. E a CBS vai ficar na mão da Receita Federal? Ela agindo e o Comitê Gestor agindo?

E eu digo, com todo respeito aos colegas, mas o que é que acontece? Colega, nós temos que ter uma regulamentação única, não podemos ter cada um o poder de legislar. Quem conhece a prática da autuação – fui por 27 anos da Receita Federal com muito orgulho, 15 anos na advocacia –, a prática do chão de fábrica sabe, sim, que várias fiscalizações chegarão lá, cada um terá uma cabeça diferente e, o que é pior, cada julgador será diferente. Isso significa o quê? Litígio. Para advogado é bom, é processo, é honorário; mas, como cidadã, como professora, eu discordo inteiramente, por quê? Porque o pagador de imposto vai ser sobrecarregado. A colega Zabetta falou na questão da grande empresa que tem vários municípios do Brasil, cada um vai ter uma forma de aplicar, cada um vai ter uma forma de interpretar, e foi reconhecido pelas próprias pessoas que ocupam os cargos da fiscalização.

Então, não podemos ter regulamentação. E onde é que vai ser limitado esse poder? Aqui agora no 68, que é a lei geral da regulamentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja, o 156-B diz o seguinte: "[...] Distrito Federal e os Municípios exercerão de forma integrada, exclusivamente por meio do Comitê Gestor [...] [aí vem] a fiscalização, o lançamento, a cobrança [...] suas respectivas [...] pelas administrações tributárias e procuradorias dos Estados [...] cabendo ao Comitê Gestor a coordenação [...]". Onde é que está dito que, se essa coordenação não for obedecida, vai acontecer o quê? Certo? Então, veja, parece até que está sendo colocada alguma coisa contra, mas não, precisa harmonizar. Hoje a gente já vê que não se chegou nem ao consenso para fazer as leis: tivemos o PL 68 e o PL 108. Se nem para fazer essa lei tivemos uma coordenação, uma harmonização, imagine quando começar a ser aplicada por todo mundo. Imagine o fiscal lá de Ipubi, cidade em que eu nasci em Pernambuco, lá no Sertão, o do Rio Grande do Sul, lá em outra cidade, como é que isso vai ficar? E quem vai sofrer com isso? O pagador de impostos, é a empresa, são os negócios. E para que era a reforma? A reforma era para simplificar, para evitar litígios e haver uma cooperação entre fisco e contribuinte – não era só entre os fiscos, tá? Então, se nós temos uma lei só com a materialidade igual para o IBS, não pode se divorciar na interpretação, fiscalização e julgamento.

A arrecadação é dual. E aí não adianta reclamar que foi autonomia, pacto federativo – já foi. O pacto federativo já foi afetado, quem não acha não acha, foi. Então agora vamos fazer o seguinte... Diante o que nós temos, o que fazer? Nós não podemos ter infrações e penalidades e juros diferentes. Então, uma empresa aqui de Brasília comete uma infração. Vai ser autuada aqui? Ora, se ele cometeu aqui, cometeu nos outros lugares. E aí como é que fica? Um autua de um jeito, outro autua de outro jeito. E depois vai para onde? Quem vai julgar? Não existe previsão legal de quem vai julgar isso no Judiciário. Então, vai ser o juiz estadual, vai ser o juiz federal? Veja, aqui, a CBS tem Selic. No IBS, você tem lá no PL 108 – veja, estão totalmente divorciados, acho que quem fez um não leu o outro – criada a unidade padrão fiscal (UPF). Então eu vou ser autuado numa mesma infração de um jeito, com uma penalidade, e de outro jeito, com outra penalidade. Cadê a simplicidade? Cadê a cooperação? Como é que eu vou evitar litígios? Atualização, infrações, penalidades têm que ser iguais. Ou faz agora ou depois no outro, o que não pode haver é um divórcio entre essas regulamentações.

E aí nós temos o seguinte: se dois ou mais entes desejarem fiscalizar mesmo fato gerador...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARY ELBE QUEIROZ – Não acredito.

... aí veja, quantos autos de infração teremos? O Dr. Ricardo aqui, o chefe da fiscalização, disse o seguinte: "Não, a gente faz convênio". Faz, mas, se não for obrigatório e eu não quiser, eu, um município, eu, um estado, não farei. Então, isso precisa... Como o próprio colega falou anteriormente, nós não podemos ter "poderá", devemos ter sempre "deverá". Por quê? Porque, senão, não acontecerá – até rimou.

Vamos lá, colega, que o negócio aqui está rápido.

Veja, temos que ter um único processo administrativo. O negócio é tão gritante que nós temos um processo administrativo para a área federal e temos outro completamente diferente, com prazos, com procedimentos, lá no PL 108.

Isso não pode acontecer! Por quê? O pagador de imposto vai ficar doido. Qual é o prazo? Um é 20 dias, o outro é 30 dias; um faz isso, o outro não faz isso... Gente, nós estamos reformando o nosso sistema.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARY ELBE QUEIROZ – Senador, isonomia aí com os outros. (*Risos.*)

Aí, veja só, nós estamos mudando o nosso sistema para simplificar, para atrair investimentos, gerar emprego. Teremos que lembrar, na interpretação, do discurso original, da promessa que foi feita.

Outra coisa interessante: nós não temos incentivo à consensualidade. Graças a Deus, a Receita Federal despertou, e agora já estamos na consensualidade também, como a Procuradoria da Fazenda, mas estados e municípios não o estão fazendo. E, quando você apresenta, eles resistem. Tem que haver um estímulo, porque o nosso Judiciário está congestionado e não aguenta mais. Então, temos que ter previsão, que não tem, de possibilidade de consensualidade.

Aí vem o "poderá": "poderá prever a integração do contencioso", "poderá celebrar convênio". Isso está desde a Emenda 132, mas agora é a hora de corrigir, é a hora da regulamentação. Então, uma só lei de IBS e CBS, um só processo administrativo. E isso não tira autoridade de ninguém, nem a autonomia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARY ELBE QUEIROZ – Vamos lá, Roberta? Vamos lá!

Veja, o processo judicial – desse eu já falei –: você vai ter uma infração julgada pelo juiz de Ipubi, Quixeramobim, do Rio Grande, Caxias do Sul, e um juiz federal. Gente, cabeça de gente – e eu fiquei contente, porque foi até o senhor que disse – interpreta diferente, e cada um tem sua forma de ver. E como vai ficar isso? Vai bater no Supremo? "Ah, tem um Comitê de Harmonização." E quem disse que a norma que ele vai fazer vai ser obedecida? Porque não existe punição. Para essa parte aqui, vamos ter que ter uma nova emenda constitucional para estabelecer quem vai julgar. Eu acho que, na pressa de ser aceito, na pressa de ter uma reforma tributária, pontos fundamentais deixaram de ser vistos. E aí o Comitê Gestor atuará com vistas a harmonizar... "Poderão celebrar convênios." E se não celebrar? Tudo isso deverá ser... deverá!

E outra coisa: esses comitês só têm representantes da Fazenda. Competentes, mas o que acontece? A mentalidade, cumprindo a própria missão funcional, é arrecadar. E quem vai representar? Foi feita uma sugestão de ser convidado. Não, tem que fazer parte, tem que opinar e mostrar que existe um outro lado da moeda.

Ao Comitê de Harmonização vai caber uniformizar. A única coisa interessante que tem aqui é que as normas deles serão vinculantes para as administrações. Em quanto tempo vai ser editado isso? Ou seja, até lá vai ser auto de infração de todo jeito.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARY ELBE QUEIROZ – Estou acabando aqui.

Roberta, minha filha, volta para a anterior.

O Fórum de Harmonização, que vem das Procuradorias, é apenas um órgão consultivo: eu consulto, aceitam ou não aceitam. Então, nisso também, a sugestão é que haja uma alteração.

Aí vem... Temos que ter uma conexão do PL 68 com o 108, uma única lei; podem ser até duas leis diferentes, mas os textos do conteúdo não podem ser diferentes. É uma só lei da materialidade que o contribuinte tem que cumprir. Aí dizem: "Ah, mas foi uma escolha fazer o IVA dual". Mas essa escolha não poderá implicar castigar o bom pagador de tributo. Por quê? Porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela foi feita muito baseada na fraude, que tem de ser punida. O fraudador tem que ser realmente castigado. Mas e o bom pagador vai pagar por isso?

Uma só interpretação, um só lançamento, um só processo, uma só cobrança. Se não houver uma limitação do poder de legislar de estados, municípios...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARY ELBE QUEIROZ – ... Senador, eu lhe digo que, daqui a cinco anos, estaremos aqui com vários regulamentos, várias normas, com interpretações diferentes. O sujeito passivo somente poderá ficar sujeito a uma única fiscalização, e a arrecadação depois se distribui.

Agora imaginem o seguinte: uma empresa de São Paulo que tenha filiais em todo o Brasil. Eu vou entrar com ação judicial: vou entrar contra quem? Contra São Paulo? "Ah, o imposto é do destino." Então, eu tenho que ter nos municípios, tenho que ter em vários estados... Essa questão do processo judicial precisa ser altamente pensada, e ainda é este o momento.

Senador, eu agradeço a oportunidade, agradeço a todos e realmente quero dizer que este é o último momento de o povo falar e é o último momento de ele esperar ser ouvido, sob pena de, daqui a cinco anos, estarmos aqui de novo discutindo novas reformas.

Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Muito obrigado pela participação.

Convido o Senador Hamilton Mourão para ocupar a Presidência da audiência, ao tempo em que peço que já se desfaça a mesa. Faço o convite para os demais participantes.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR) – Senador... Mourão, Deputado Hauly aqui. Tudo bem? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Boa tarde a todos.

Assumindo aqui a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, para dar prosseguimento a esta audiência pública, concedo a palavra ao nosso Deputado Hauly...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR) – Obrigado, Senador Mourão.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – ... pai da matéria.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR. Para expor.) – É uma satisfação muito grande poder vê-lo presidindo esta importante Comissão da CCJ e esse importante projeto.

Como sempre faço aqui – tenho feito desde que começaram os debates do 68 –, quero dar uma pequena contribuição ao processo de esclarecimento do PLP 68 e do IVA.

O IVA, que estamos aprovando, é um imposto consagrado no mundo há mais de 50 anos. O mais antigo IVA é o francês, da década de 60.

O IVA foi concebido na França na década de 20 e levou mais de 30 anos para ser implantado exatamente para ser um imposto neutro entre as relações comerciais de empresa com empresa. Quem paga o IVA é o consumidor final, assim como os atuais impostos, só que os atuais impostos – o ISS, ICMS, IPI e PIS-Cofins – são totalmente declaratórios e executados pelas empresas. As empresas tiram as notas de entrada, as notas de saída e escrevem em livros próprios os créditos das suas compras e os débitos que elas têm de pagar das suas vendas, e no final do mês ele preenche a guia de recolhimento e vai fazer o recolhimento do imposto por guia própria, GR etc., não é? Por Darf...

A nova modalidade do imposto transita pela compra e venda, mas não entra dentro da empresa o dinheiro do imposto, ele vai ser totalmente eletrônico, o 5.0. As primeiras operações de uma cadeia produtiva começam no produtor rural. Ele compra, compra... Se ele comprar com a nota fiscal eletrônica e pagar com o meio financeiro indicado pelo Fisco, ele vai ter o crédito dele. Na hora que ele vender a sua produção, ele vai receber seu crédito de volta. O mesmo vai acontecer com a indústria e o mesmo com o comércio, até chegar ao consumidor final, que é quem faz o pagamento final do imposto no valor da mercadoria, do bem ou serviço que está sendo vendido. E a liquidação do imposto é feita no ato da liquidação do pagamento, não na nota fiscal como é hoje, não é escritural, ela é totalmente automática.

Então, o primeiro alerta: o imposto, o dinheiro do imposto nunca mais vai entrar dentro da empresa. O empresário vai ficar com o crédito financeiro, porque o crédito não será mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escritural, não haverá mais escrituração de empresa, o crédito vai ficar depositado para aquela empresa que fez as suas compras. Mas, então, qual é o papel da empresa? Qual é o papel dela nesse processo? Ela é garantidora de que essa receita vai ser arrecadada do consumidor final. Então, cada elo, cada pessoa jurídica nesse meio é uma garantia de que não haverá sonegação. Nesse sentido, se alguma PJ comprar sem nota e pagar em dinheiro ou outra espécie, ela será pega. Aí é crime, é crime doloso, é prisão, não tem o que fazer; porque o imposto não é mais responsabilidade da empresa, mas, sim, do sistema nacional que está sendo construído pela Receita Federal, pelo Serpro, pelo Confaz e pelos municípios, para se ter um sistema impessoal.

Então, eu acho que tem aí uma dificuldade de interpretação, porque nós estamos olhando... as pessoas estão olhando para o velho modelo. O velho modelo vai morrer com o imposto. Nós não teremos nenhuma prática mais do ISS, IPI, PIS-Cofins, nenhuma, nada. Portanto, quem sonegar estará sonegando o pagamento mesmo, é uma contravenção grave, não há nem o que discutir. Aliás, deve-se ter uma legislação específica para esse sonegador, cadeia na hora, como é feito no resto do mundo. Não vejo outra alternativa.

No mais, eu vejo que o projeto está bom, está indo bem. Com pequenas correções que serão feitas pelo Senado da República, ele estará apto a ser votado e ir para a Câmara ainda este ano, e o Brasil começará a fazer toda a legislação complementar.

Obrigado pela deferência especial, meu caro Senador, mas, como eu não tenho nenhum compromisso com o Governo atual, nem com o anterior, nem com a esquerda, nem com a direita, eu estou falando como um livre pensador nacional, defendendo a proposta como um todo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, Deputado Hauly. Todos nós sabemos perfeitamente da dedicação que o senhor apresentou aí ao longo de muitos anos a esse assunto e o conhecimento que V. Exa. adquiriu.

Eu convido aqui para compor a mesa agora o Sr. Lucas Carezzato Ayres, Consultor do Movimento Brasil Competitivo (*Pausa.*); a Sra. Francine Fachinello, Presidente do Mulheres no Tributário (*Pausa.*); o Sr. Luiz Gustavo Antônio Silva Bichara, Procurador Especial de Direito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tributário, Advogado Tributarista e representante do Conselho Federal da OAB; (*Pausa.*) e a Sra. Adriana Gomes Rêgo, Secretária Especial Adjunta da Receita Federal do Brasil.

Cumprindo aqui o nosso ritual, passo a palavra ao Sr. Lucas Carezzato Ayres, por dez minutos, Consultor do Movimento Brasil Competitivo, para apresentar as suas observações.

O SR. LUCAS CAREZZATO AYRES (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão, Presidente em exercício da CCJ.

Quero fazer uma deferência a todos os palestrantes que falaram anteriormente, que brilhantemente passaram essa bola e tornaram a minha fala um tanto mais fácil. Parabéns a todos. Também queria cumprimentar o Deputado Hauly e cumprimentar também o Senador Eduardo Braga, que certamente nos assiste, e dizer, em nome do Movimento Brasil Competitivo, que a gente espera que ele tenha uma plena recuperação e volte aqui a engrandecer os debates desta Casa, como ele sempre fez.

Então, eu queria me apresentar um pouquinho. Eu estou aqui representando o Movimento Brasil Competitivo, que é uma organização da sociedade civil com interesse público, formada por representantes do setor privado, do setor produtivo, e em que nós nos organizamos para elaborar e discutir políticas públicas que visem à melhoria do ambiente de negócios no Brasil e especialmente o aumento da competitividade. Então, entre os nossos pilares de atuação está a redução do custo Brasil, que foi mapeado juntamente com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio (Mdic) e com o apoio técnico da FGV.

Então, a gente chega nesse prisma, que é um total estimado de perdas ao Erário de 1,7 trilhões ao ano, relacionados ao custo Brasil, e um dos maiores pilares desse custo Brasil é justamente a dificuldade que a sociedade tem em honrar tributos. Então, essa dificuldade representa hoje perdas em torno de R$270 bilhões a R$310 bilhões. E com base nisso é que a gente resolveu sentar para discutir, para se debruçar sobre o texto da reforma tributária e trazer tanto à Câmara quanto ao Senado propostas que sejam transversais, ou seja, que conversem com todos os setores da economia, propostas que resultem em não cumulatividade, que resultem na simplificação do sistema tributário no fim do dia, que é o que todos nós queremos, em boas regras de transição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, já partindo aqui para a temática de fiscalização e transição, quero falar um pouquinho dessa primeira emenda, que ainda não foi apresentada – e aí eu faço a provocação aos Senadores que nos assistem, inclusive ao Presidente Hamilton Mourão –, pois a gente gostaria de propor uma alteração ao art. 44; na verdade é uma inclusão.

Pode clicar mais uma vez, por favor? Não, desculpe... Isso.

Com relação aos documentos fiscais que contêm natureza declaratória, o que a gente propõe aqui é que o contribuinte, em casos de erro material, duplicidade do pagamento do tributo, apropriação indevida ou não homologada de crédito, ou enquadramento tributário equivocado, possa retificar o lançamento. E que essa retificação não impeça o exercício regular da fiscalização por parte da administração, mas que fique como faculdade, porque a gente sabe que é um sistema tributário complexo – por mais que ele vá se simplificar, vai continuar sendo complexo –, e erros acontecem todos os dias. Então, seria uma oportunidade muito boa de a gente fazer constar no texto essa possibilidade de o contribuinte fazer a sua retificação em um desses casos expostos nesse rol taxativo.

Outra parte que nós gostaríamos de trazer é sobre as presunções legais que constam no art. 334 quanto à omissão de receita e ocorrência de operações sujeitas à incidência de CBS e IBS. Nós vemos com grande preocupação o §2º desse art. 334, que diz: "Caberá ao [...] [contribuinte] o ônus da prova de desconstituição das presunções de que trata este artigo". Isso para nós traz muita preocupação, porque, em casos em que o contribuinte incorrer em erro não intencional, ele não vai conseguir produzir uma prova negativa do fato. E também aqui de olho nas melhores regras processuais, a gente entende que o ônus da prova neste caso deveria ser do Fisco e não do contribuinte.

Essa emenda já foi apresentada, é a Emenda de número 157, e inclusive foi recomendada no relatório da Comissão de Assuntos Econômicos para que seja acatada no relatório aqui da CCJ. O.k.?

Podemos passar para a próxima.

Também falando um pouquinho agora do Regime Especial de Fiscalização, a Dra. Zabetta anteriormente endereçou essa questão, que é sobre a multa de ofício que pode ser aplicada em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desfavor do contribuinte quando ele incidir na mesma infração que o trouxe até o Regime Especial de Fiscalização. A gente vê com muita preocupação que essa multa possa ser superior a 100%; então, ela pode ser superior ao valor total do débito, o que geraria uma bola de neve incontrolável, e, se o devedor estava naquela condição, enquadrado como contumaz, por algum erro ou algum equívoco, certamente essa multa vai empurrá-lo para uma situação em que ele não vai conseguir voltar. Então, a nossa proposta é que essa multa seja limitada ao limite global de 100%, e aí seguindo o que já foi decidido no STF com matérias análogas.

Por favor, o próximo. Pode...

Aqui também falando sobre a transição, isso também já foi trazido pelos debatedores anteriores – volta só um pouquinho, obrigado –, que é sobre a possibilidade de compensação de PIS-Cofins e IPI após o período de transição. A gente vê com muita preocupação o fato de esses créditos homologados de PIS-Cofins e IPI se perderem depois da transição. Então, a gente sabe que decisões judiciais demoram para transitar em julgado, que muitos desses casos ainda vão continuar em debate ao longo do período de transição e, no mais das vezes, o contribuinte vai ter o seu crédito homologado, mas não vai conseguir aproveitar, porque a gente vai ter o fim da transição. Então, a nossa proposta de texto é para que, mesmo após a transição, esses créditos possam ser compensados. Essa é a Emenda de número 149, está já protocolada em sistema.

Ainda falando sobre Regime Especial de Fiscalização – já peço para passar ao próximo eslaide, por favor –, o foco desta emenda, que é a número 155, é para adequar a redação do Regime Especial de Fiscalização para que ele seja imputado apenas aos devedores contumazes que de fato incidirem em fraude, que de fato praticarem reiteradamente infrações tributárias. Então aqui a gente traz toda uma proposta para que a gente não impute essa questão do REF para devedores ocasionais, para devedores que por algum motivo tiverem descumprido com a norma tributária, que não sejam contumazes, mas que por algum motivo estejam naquela situação.

A gente quer restringir para pegar realmente o fraudador. A gente é favorável ao enquadramento do devedor contumaz, isso a gente deixa claro, mas que seja de fato o contumaz. Trazemos melhorias de redação para que fique claro o que é a prática reiterada, o que é de fato uma infração tributária. Então, essa emenda, a gente a tem com muito... ela é muito cara para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Movimento Brasil Competitivo. Ela é a Emenda de número 155 e também foi recomendada no relatório da CAE para constar no atual relatório.

A próxima, por favor.

Eu acredito que acabou, é isso.

Aqui, aproveitando o tempo que é curto, que a gente sabe que está correndo, mas eu faço uma provocação, Senador, para que a gente possa mandar todas as emendas. Não tem só essas. A gente chegou a um total de 20 emendas, mas, como o tema é transição e fiscalização, a gente quis reduzir aqui a nossa fala, está bem?

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço ao Sr. Lucas Carezzato Ayres, que coloca pontos extremamente pertinentes e importantes, e dentro de uma visão minha, particular, de que quem tem que provar que alguém está errado é o Fisco, e não é a gente que tem que provar que está certo. São temas que serão debatidos e discutidos aí. Nós temos a representante do Fisco aqui, que depois pode se pronunciar a respeito.

Eu passo a palavra à Sra. Francine Fachinello, Presidente do Mulheres no Tributário.

A senhora dispõe de até dez minutos para expor os seus argumentos.

A SRA. FRANCINE FACHINELLO (Para expor.) – Boa tarde, boa tarde a todos! Cumprimento primeiro o Senador Hamilton Mourão, o Senador Eduardo Braga; agradeço o convite para estar aqui, mais uma vez, contribuindo para o novo sistema tributário brasileiro. Cumprimento também a Dra. Adriana Rêgo, cumprimento o Dr. Lucas, meus colegas de mesa, os colegas que estão aqui assistindo também e quem está em casa.

Inicialmente eu começo a minha fala, como Presidente de uma associação de mulheres, Presidente da associação Mulheres no Tributário, chamando atenção para o fato de que nós temos mulheres brilhantes no nosso país e nós precisamos ver mais mulheres ocupando estes espaços, ocupando os lugares no Poder Judiciário, no Poder Legislativo e no Poder Executivo. Esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

é um convite que eu faço para toda a sociedade, para homens e para mulheres, para que a gente lute para mudar as estatísticas e termos aí uma maior representatividade.

Feitas essas considerações, então, eu inicio a minha fala. Vou trazer aqui um pouquinho sobre a fiscalização; a minha colega Mary Elbe e a Zabetta muito bem trouxeram. Nós trabalhamos muito no Mulheres no Tributário a questão de uma fiscalização única.

E o primeiro ponto da minha fala é que é indispensável, do meu ponto de vista, para fiscalização tributária, a necessidade da quebra do paradigma da rivalidade entre Fisco e contribuinte. Nós precisamos mudar a visão de que o Fisco é o leão e o contribuinte é o mau pagador. Sim, nós temos o devedor contumaz e ele deve, sim, sofrer as penalidades, mas nós temos mais de 90% dos contribuintes como bons pagadores, que, em virtude, hoje, do nosso sistema tributário, da complexidade tributária, acabam deixando de fazer pagamentos ou cometendo irregularidades.

Então, como nós estamos tratando de um novo sistema tributário brasileiro, que essa visão também seja nova, que exista uma efetiva cooperação entre Fisco e contribuinte, que haja um ambiente para autorregularização. A OCDE recomenda desde 2013 a conformidade cooperativa. Então, neste momento por que nós estamos passando e que nós estamos vivendo, que sejam quebrados esses paradigmas e que tenhamos, aí, sim, um estímulo à conformidade cooperativa, a uma cultura de confiança entre Fisco e contribuinte.

A Constituição Federal traz a previsão dos princípios constitucionais da simplicidade, da cooperação, como eu falei agora, e da transparência. Então, o nosso propósito dentro de todo o trabalho realizado no Mulheres no Tributário foi o de propor que nós tenhamos uma simplificação, uma norma geral, uma fiscalização que seja interligada, integrada entre todos os entes da Federação.

Nós estamos falando de um IVA dual. Por que foi criado no Brasil um IVA dual? Para preservar o nosso pacto federativo. Então, nós teremos, a princípio, num primeiro momento, até previsto lá no art. 149-B da Constituição Federal... Eles foram criados para serem gêmeos idênticos, então com o mesmo fato gerador, a mesma base de cálculo, a mesma hipótese de incidência. Mary Elbe bem falou que eles foram divorciados. Agora, com o PLP 68 e o PLP 108, a gente está vendo normas completamente distintas para julgar dois tributos que seriam gêmeos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

idênticos. O que vai diferir na CBS e no IBS? É o sujeito ativo, que ou vai ser União ou vai ser estados e municípios, e as alíquotas. Então, como nós vamos ter entendimentos e julgamentos diferentes? Foi bem falado antes também, nós temos mais de 5 mil municípios no Brasil, imaginem um cliente chegar a um escritório e ter recebido mais de 5 mil autuações?! Porque, da forma como está disposto hoje tanto no PLP 68 quanto no PLP 108, nós teremos autuações vindas de diferentes entes de forma completamente dispersa.

Qual é o meu foco? Não vou me estender muito, porque isto foi muito bem reiterado aqui hoje na mesa também. É o de que nós tenhamos uma simplificação, uma unificação, um processo, um contencioso único, um processo administrativo único. Que seja vencido o desafio de criar essa nova forma de autuação. Eu gostaria de destacar que, em hipótese alguma, quando nós falamos num processo único, nós estamos defendendo que não persistam aí as carreiras propostas nas estruturas de fiscalização que nós temos hoje em competências das secretarias da Fazenda – federal, estadual e municipal. Não, muito pelo contrário; defendemos que haja uma atuação em conjunto para se criar aí um sistema, um modo com tecnologia. Hoje, nós estamos tendo aí na reforma o *split payment*, então nós temos acesso à tecnologia. Pode ser muito bem desenvolvido um sistema único que permita uma fiscalização unificada, avançada, trazendo mais segurança jurídica e realmente aplicando aí os princípios da simplicidade, da cooperação e da transparência.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu queria agradecer à Sra. Francine pela objetividade, em primeiro lugar, pelas palavras iniciais dela, convocando as mulheres para participarem, mas o século XXI já é o século das mulheres, Sra. Francine – a senhora pode ter certeza disso. E a senhora toca exatamente numa questão que é a segurança jurídica, que é necessária para que esse sistema não se torne um outro sistema complicado para quem tem que pagar.

E, agora, encerrando esta nossa audiência pública, nós vamos ouvir o Fisco, a Sra. Adriana Gomes Rêgo, Secretária Especial Adjunta da Receita Federal do Brasil.

A senhora tem dez minutos, Sra. Adriana.

A SRA. ADRIANA GOMES RÊGO (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Mourão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço ao Senador Eduardo Braga também pelo convite e pela oportunidade de estar aqui na última audiência – a última a falar, na última audiência. É a oportunidade de a gente esclarecer a visão do Fisco e o que é que a gente vem fazendo, justamente em conjunto com os estados.

E aqui já quero destacar o que o colega Rodrigo Spada falou da emenda sobre a escola. A escola seria esse ambiente de compartilhamento de conhecimento, de compartilhamento de cultura organizacional, de mudança de comportamento para termos uma uniformização e uma padronização de entendimentos. Então, já defendo a emenda trazida pela Febrafite.

Eu não fiz eslaides, não fiz apresentação, porque deixei para falar por último em razão de tudo que vinha sendo falado para tentar arrematar aqui.

Primeiro, nós tivemos uma preocupação, Senadores, com a harmonização. A harmonização é uma preocupação, sim, dos Fiscos nesse Comitê de Harmonização. Não é à toa que ela está colocada como prevenção de litígios e como um ambiente de uniformização de interpretação. Falou-se aqui de soluções de consultas da Receita Federal. A ideia é compartilhar essas consultas antes de publicar para que o entendimento seja um entendimento só. E vejam que pelo PLP 68 tem que haver consenso. A decisão tem que ser consensuada; não é nem votada, não; é consensuada. Então, a proposta é, sim, a de não termos litígio. O litígio é muito caro para a administração tributária, e nós vamos ter que, a partir do momento que ela chega para a gente... E vocês podem trazer as consultas também. O ideal é que vocês tragam as consultas para a gente se antecipar aos litígios nessas uniformizações de entendimento. Nada impede...

Aqui, eu já vim anotando algumas propostas que foram trazidas pelo Dr. Lucas, por exemplo: tem que haver autorregularização. Quando o Comsefaz trouxe a apuração assistida, a apuração assistida é mostrar para o contribuinte aquela apuração para ele ratificar ou não, mas sempre se pensou nisso, e eu acho que, se isso não está claro, na regulamentação, isso tem que vir claro. Então, a gente já está anotando aqui as coisas para trazer isso na regulamentação, com certeza. Há um estímulo, sim, como ninguém quer litígio, à conformidade, ao cumprimento espontâneo, e acho que precisamos caprichar mais nessa parte, quando falamos... Eu estava num evento – se eu não me engano, era do Getap – quando as pessoas disseram: não tem muita coisa sobre a autorregularização no PLP 68.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Podemos aperfeiçoar isso na legislação, mas há partes em que a gente fala de procedimento exploratório, de identificação de indícios e programas de comunicação sobre irregularidades tributárias, então, programas de conformidade. O crédito, o ressarcimento, a lei fala em 30 dias para quem tem classificação boa em programas de conformidade. Claro que aqui a gente tem que pensar que um contribuinte das diversas unidades federativas... Elas vão ter que ter uma mesma regra de conformidade, se não como é que eu vou saber? "Eu sou conforme determinado padrão ou outro." Até os programas de conformidade vão ter que ser pensados de forma conjunta e casada. Então, tudo isso está sendo realmente pensado.

Falou-se da preocupação com os sistemas. Temos como proposta disponibilizar os sistemas em meados de 2025. É ainda a nossa meta. Para quê? Para que a sociedade, as empresas consigam alterar também os seus sistemas e entrar no ar.

Falou-se de créditos de... O crédito do IPI não está na lei, porque é lei ordinária, mas os créditos reconhecidos judicialmente e todos os créditos terão que ser aproveitados sim. Não se cogita não aproveitar. Podemos aperfeiçoar.

Em relação às presunções legais, as presunções que estão aqui são presunções muito antigas na legislação, pelo menos para o Imposto de Renda, porque nas nossas legislações estão situações muito calcadas numa prática reiterada de identificação de infrações. Então, só nesses casos é que há inversão do ônus da prova. Por exemplo, é uma presunção legal a pessoa ter saldo credor de caixa na contabilidade. Os antigos sabem disso. Não tem como não ser uma omissão recíproca. É claro que o contribuinte pode se explicar. Então, só casos, digamos assim, gritantes é que foram trazidos para presunções legais.

O Regime Especial de Fiscalização que foi trazido por mais de um aqui. O Regime Especial de Fiscalização, tal como está aqui, para a Receita Federal, é uma lei de 1996. A Receita Federal foi regulamentar isso por uma instrução normativa somente em 2009. E os casos de REF (Regime Especial de Fiscalização) que nós aplicamos desde 1996 até hoje foram 17, começaram em 2011, terminaram, e o último regime foi em 2016. Então, não se podem banalizar os Regimes Especiais de Fiscalização. São casos gritantes, não se aplicam, não se banalizam. E eu acredito que os Fiscos estaduais e municipais não têm conhecimento de como vocês aplicam, mas imagino que têm que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser tratado com seriedade. Por quê? Porque colocar a fiscalização lá o tempo inteiro é um custo para a administração. Não se quer isso. São casos mesmo que chamam a atenção.

Em relação às multas, concordamos que a multa tem que ser de 100%, porque a jurisprudência do STF já traz isso.

Em relação à redução de litígios, ainda apoiando a emenda já citada pela Febrafite, há uma emenda também de transação aqui. A ideia é transação como prevenção de litígio. Inclusive, não faz sentido o contribuinte só ter transação quando ele tem a inscrição em dívida ativa. A gente defende portas mais abertas de consensualidade, de mediação, de transação para reduzir o litígio, que é tão caro para o Brasil e tão caro para a administração tributária e quem paga é o contribuinte. Então, claro que estamos alinhados. Não se preocupem quanto a isso.

Em relação à concomitância da fiscalização, a concomitância da fiscalização pode acontecer sim, mas o que é que está sendo pensado, discutido? Está sendo pensado que, quando o contribuinte é fiscalizado, recebe o termo de fiscalização e toma ciência por qualquer um dos entes, isso aí é depositado numa plataforma compartilhada. Então, os outros fiscais, as outras administrações tributárias vão tomar conhecimento de que há uma fiscalização já em curso. Ele pode abrir outra fiscalização? Pode. Se ele abrir outra fiscalização, aí, vem a história da prova emprestada, que eu diria que é prova compartilhada. Veja bem que não é uma conclusão emprestada, não é uma conclusão compartilhada, é só a prova. O outro fiscal que está legitimado por outro ente para chegar lá vai ter acesso, num ambiente sigiloso, não vai ser banalizado, não vai ser compartilhado, mas, nesse caso, os dois fiscais têm essa informação, justamente se pensando em não incomodar o contribuinte para ele não ter que fornecer a mesma documentação duas vezes. Então, está-se pensando, sim, nisso e está-se pensando, sim, numa simplificação, como já foi falado, pelo Comsefaz, salvo engano, em uma simplificação inclusive de obrigações acessórias.

Então, os princípios da emenda constitucional não estão sendo banalizados, eles estão sendo, sim, muito discutidos. Aliás, a sociedade foi convidada pela Sert e pela Receita no PAT-RTC, várias entidades representativas da sociedade foram convidadas para participar. Claro que temos que sempre aperfeiçoar, sempre buscar esse aperfeiçoamento.

Acho que seriam essas as minhas considerações, Senador, porque a maioria das coisas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há, sim, a regulamentação, em que pese esteja prevista para ser ato do Poder Executivo, para a CBS e ato do Comitê Gestor, do presidente do comitê, ela está sendo discutida e faz sentido se pensar numa regulamentação uniforme...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA GOMES RÊGO – ... justamente para não se ter legislações tão díspares.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Queria agradecer à Sra. Adriana Gomes Rêgo pelas observações apresentadas. É óbvio que ninguém gosta de pagar imposto, não é, Adriana? Todo mundo sapateia na porta da aeronave, como a gente diz em linguagem de paraquedista, quando tem que pagar imposto. E na história do mundo inúmeros sistemas caíram por causa de pagamento de imposto, não é?

É importante, então, esse trabalho do Fisco. Eu falo isso porque eu já estive dos dois lados do balcão, então, é importante que a gente tenha essa noção.

Importantes os pontos que a senhora tocou aqui, da busca do consenso, a questão da conformidade, que as regras têm que ser similares em todos os lugares para que o contribuinte não fique enlouquecido, que é um dos problemas que o contribuinte enfrenta hoje.

Então, agradeço à senhora.

Eu queria agradecer, então, a participação de todos ao longo desta audiência pública em nome do Senador Eduardo Braga que, por um pequeno problema de saúde, não pôde estar presente.

Agora o Senado Federal tem todas as ferramentas para chegar às melhores soluções para que a tão esperada reforma tributária, em termos da sua legislação, avance e, com isso. os objetivos de neutralidade e simplicidade sejam plenamente atingidos e favoreçam não só os contribuintes, como também o sistema arrecadatório.

Um grande abraço a todos e até uma próxima oportunidade.

(*Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Davi Alcolumbre e Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Zequinha Marinho, Jayme Campos, Omar Aziz, Angelo Coronel, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Jorge Kajuru, Zenaide Maia, Irajá, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues, Jaques Wagner, Ana Paula Lobato, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Eduardo Girão, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Teresa Leitão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Marcos do Val, Carlos Portinho e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 40ª a 46ª e da 48ª Reuniões Extraordinárias, e da Ata da 47ª Reunião Ordinária, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 953, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (art. 284 do RISF). **Observação:** - Durante a discussão da matéria, a Emenda nº 2-S foi retirada pelo Senador Otto Alencar. **ITEM 2 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 2891, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para permitir a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes previstos nos arts. 216-B (registro não autorizado da intimidade sexual) e 218-C (divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia) do Código Penal." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (art. 284 do RISF). **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 133, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para prever regras de segurança ao usuário do PIX e criar mecanismos de recuperação célere dos valores transferidos, na hipótese de cometimento de crimes patrimoniais – Lei de Segurança do PIX." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao Projeto e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo). **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3965, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), a fim de permitir a destinação de recursos arrecadados com multas de trânsito para o custeio da habilitação de condutores de baixa renda." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a emenda que apresenta; pelo acolhimento das Emendas nº 1-CDH e nº 3-CDH, na forma da subemenda que apresenta; pelo acolhimento da Emenda nº 6, com a prejudicialidade da Emenda nº 4; pelo acolhimento parcial da Emenda nº 8, com a subemenda que apresenta; pelo acolhimento da Emenda nº 9; e contrário às Emendas nºs 5 e 7. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 5 - Proposta de Emenda à Constituição n° 3, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Revoga o inciso VII do caput do art. 20 da Constituição Federal e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3780, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de majorar as penas previstas para os crimes de furto, roubo, receptação, receptação de animal e interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública, bem como para tipificar os crimes de recepção de animal doméstico e de fraude bancária." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo). **Observação:** - Aprovado o Requerimento nº 25, de 2024-CCJ, de autoria do Senador Efraim Filho, de urgência para a matéria. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 469, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o crime de rixa em decorrência de eventos esportivos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alexandre Silveira (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Magno Malta (*Ad hoc*), substituiu Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda 4–CEsp, com duas emendas que apresenta, pela prejudicialidade da Emenda 5–CEsp, e pela rejeição das Emendas 1-PLEN, 2-PLEN e 3–PLEN. **Resultado:** Adiado mediante declínio do Relator "ad hoc". **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3545, de 2023 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a federalização da rodovia RR-171 no trecho compreendido entre o início da rodovia BR-433 e o Parque Nacional do Monte Roraima no Km 99,0." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1558, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências", para incluir no rol de crimes hediondos o tráfico de pessoas." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho (PL/RN). **Relatoria:** Senador Jorge Seif (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a emenda de redação que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 2-CCJ, de redação. Rejeitada a Emenda nº 1. **ITEM 10 - Ofício "S" n° 1, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MARCELLO TERTO E SILVA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada à OAB." **Autoria:** Ordem dos Advogados do Brasil. **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 11 - Ofício "S" n° 2, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ULISSES RABANEDA DOS SANTOS, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada à OAB." **Autoria:** Ordem dos Advogados do Brasil. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 12 - Mensagem (SF) n° 56, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do Senhor GUIDO AMIN NAVES, General do Exército, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da transferência para a inatividade do Ministro Lúcio Mário de Barros Goes, a partir de 23 de dezembro de 2024." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 13 - Mensagem (SF) n° 31, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 55-D da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o nome do Senhor IAGÊ ZENDRON MIOLA, para exercer o cargo de Diretor do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 14 - Ofício "S" n° 7, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XIII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor RODRIGO BADARÓ ALMEIDA DE CASTRO, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Senado Federal." **Autoria:** Presidente do Senado Federal: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), Líder do Bloco Parlamentar Democracia Efraim Filho (UNIÃO/PB), Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM), Líder do PSD Omar Aziz (PSD/AM), Líder do PDT Ana Paula Lobato (PDT/MA), Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 25, de 2024** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 3780/2023, que "altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de majorar as penas previstas para os crimes de furto, roubo, receptação, receptação de animal e interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública, bem como para tipificar os crimes de recepção de animal doméstico e de fraude bancária"." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Requerimento de Urgência para o PL 3780/2023. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 26, de 2024** que: "Requer a realização de ciclo de audiências públicas com o objetivo de instruir a PEC 148/2015, que "altera o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, para reduzira jornada de trabalho semanal"." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/04

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da...

Primeira vez que o Kajuru chegou depois de mim! (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ganhei uma no final do ano!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah, era isso?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Era isso. Justificado?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Omar atrasou o Kajuru.

Nelsinho... Baixinho, saudades!

Da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 40ª a 46ª e da 48ª Reuniões, Extraordinárias, e da Ata da 47ª Reunião, Ordinária.

Os Senadores e as Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Eu quero solicitar a V. Exa. a inversão da pauta para votarmos o item 5, já que não tem nenhum Relator dos projetos anteriores presente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pronto. Feita a sugestão pelo Senador Flávio Bolsonaro de inversão de pauta...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu só vou ceder porque ele mexeu bastante no projeto de praia. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Porque, senão, eu seria contra ele.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Dê um papelzinho para o Kajuru para ele ver como é que eu mudei.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Item 5.

ITEM 5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2022

- Não terminativo -

Revoga o inciso VII do caput do art. 20 da Constituição Federal e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta.

Observações:

- Em 27/05/2024 foi realizada audiência pública para instrução da matéria.

Líder Relator, está todo mundo procurando V. Exa. (*Risos.*)

Já entreguei logo o ouro.

Todo mundo procurando. Cadê o Relator?

Eu falei: "Está chegando".

O autor é o Deputado Federal Arnaldo Jordy.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro para proferir o relatório.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Presidente, o parecer está bastante extenso. Eu queria, já que está lançado no sistema e todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores podem ter acesso, só fazer uma leitura dos pontos principais aqui, em especial uma leitura das emendas que foram feitas, para que fique esclarecido o que foi alterado aqui nesta PEC, Senador Kajuru, uma vez que a PEC nunca tratou de praia, mas foi apelidada com esse nome. Então eu fiz questão de trazer praia para dentro desta PEC para que não reste nenhuma dúvida de que a forma como se encontram hoje as praias, o seu regime jurídico e o seu tratamento pela Constituição e pela legislação não mudarão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então as alterações foram as seguintes, Presidente...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Até porque hoje cedo, na minha opinião – eu sou jornalista, por isso eu posso criticar o jornalista e por isso que boa parte da imprensa não gosta de mim –, a Globo News foi muito injusta...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas tem uma parte grande que gosta.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... nas críticas feitas.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aí talvez é mais em relação à relatoria do que ao projeto, não é? A gente está acostumado.

Presidente, nós estamos incluindo aqui, no art. 1º, inciso I, além das concessionárias e permissionárias, também as autorizatárias, que são aqueles de pequeno porte, por exemplo, que têm autorização pública para funcionarem; então estão atendidos aqui nesta PEC.

Aí, Senador Kajuru, eu queria pedir atenção especial de V. Exa. para o §1º, que eu incluí aqui. Na verdade, eu peguei o que já diz a legislação federal hoje sobre praia e estou colocando na PEC.

Preste atenção na redação que está aqui:

> §1º As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica, não sendo permitida qualquer forma de utilização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> do solo que impeça ou dificulte o acesso da população às praias nos termos do plano diretor dos respectivos municípios.

Então está *ipsis litteris* o que hoje já é. A PEC tratava de terrenos de marinha, não tratava de praia, mas agora trazemos, de fato, praia para fazer jus ao apelido que foi dado a essa PEC.

Nós estamos ampliando aqui o prazo no §3º com a seguinte redação, que era de dois anos para cinco:

> §3º Quando se tratar de áreas ocupadas por habitação de interesse social, caberá à União Federal mapear as respectivas áreas e identificar os foreiros e os ocupantes para a realização da transferência gratuita em prazo não superior a cinco anos.

Era mais um pedido também do Governo...

(*Soa a campainha.*)

... que foi atendido aqui com essa emenda, tendo em vista que pessoas que moram nessas áreas, Senador Kajuru, são as pessoas mais humildes, que, muitas vezes, não têm conhecimento da legislação, portanto, cabe aí ao poder público buscá-las e regularizar as suas propriedades.

No caso das habitações que não são de interesse social, está aqui o §4º, com a seguinte redação:

> §4º Nas hipóteses em que a transferência se procede de forma onerosa, incumbe ao interessado formalizar, mediante requerimento escrito, sua intenção junto à administração pública.

Portanto, aqui inverte-se a lógica: a pessoa que tem condições, que já está ocupando uma propriedade em terreno de marinha, vai peticionar junto à administração pública para requerer a transferência da sua área mediante pagamento.

No §5º, nós incluímos aqui o caso de as pessoas não optarem por adquirir essa propriedade. Diz o §5º:

> §5º As áreas de que tratam os incisos III e IV do *caput* deste artigo permanecerão sob o domínio da União, desde que, facultada a hipótese de transferência, o interessado opte por não adquirir o título de propriedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então está bem amarrado aqui também. E trazemos aqui também uma alteração no art. 3º, mais uma vez, ampliando o prazo para cinco anos. Diz o seguinte, o art. 3º com a nova redação dada por essa emenda:

> Art. 3º A União adotará as providências necessárias para que, no prazo de até 5 anos, sejam efetivadas as transferências de que trata esta emenda constitucional.

E aqui, Senador Kajuru, para concluir, a outra alteração do meu relatório é uma grande inovação que eu acho que atende a todos, todos os brasileiros, incluindo um §2º ao art. 3º com a seguinte redação:

> §2º As receitas oriundas das transferências onerosas serão destinadas a fundo nacional para investimentos em serviços de distribuição de água potável e saneamento básico nas regiões de praias, marítimas ou fluviais no território nacional.

Essa alteração aqui, Presidente, que é a que eu quero chamar mais a atenção, porque ainda, em 2019, houve uma projeção de quanto se arrecadaria, caso essa PEC entrasse em vigor, e a estimativa à época foi de R$140 bilhões – R$140 bilhões. E, em números atualizados, esse montante chegaria a algo em torno de R$185 bilhões, Senador Kajuru, sem contar que estamos falando apenas daquelas propriedades que estão mapeadas hoje pelo Governo. Então tem muitas outras que não estão mapeadas, portanto esse número tende a crescer ainda mais, sem falar na valorização que esses imóveis sofreram nos últimos cinco anos. Portanto, podemos falar com muita tranquilidade de uma expectativa de cerca de R$200 bilhões para este fundo, que, no meu ponto de vista, é o maior fundo de preservação de praias já criado na história do nosso país. Então, aquelas pessoas que estavam preocupadas com a preservação desses locais ou com o acesso a esses locais estão plenamente atendidas com esse relatório.

E nós estamos falando de uma arrecadação que, segundo o Governo, em 2023, com foro e laudêmio, foi de R$795 milhões em um ano. Se nós estamos falando de R$200 bilhões que nós podemos colocar hipoteticamente em um ano num fundo, nós estamos falando em antecipar 200 anos de arrecadação para um, para que haja uma verdadeira transformação não apenas do litoral marítimo brasileiro, mas também daquelas propriedades que se encontram ali também sob influência da maré, dos rios. E aqui eu estou falando de cidades importantes como Macapá, Fortaleza, Salvador, Vitória, Florianópolis, Rio de Janeiro, Aracaju, Recife, todas as cidades que possuem hoje essa insegurança jurídica com relação aos terrenos de marinha, que poderia ser resolvida aqui com essa PEC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, mais uma vez, está aqui atendido tudo o que foi trazido no debate dessa pauta com relação a acesso livre, irrestrito, gratuito às praias, bem como a preservação desses locais. Agora, sim, eu crio um fundo de verdade, um fundo com uma fonte de receita muito clara que vai botar dinheiro de verdade para a preservação das praias em todo o Brasil. É diferente desse negócio de Fundo Amazônia, quando vêm líderes internacionais colocar dinheiro, dizendo que vão colocar dinheiro nesses fundos e, quando colocam, o dinheiro entra, sai e ninguém sabe onde foi parar, o que foi feito, que benefício trouxe para a população.

Então, Presidente Davi, é esse o relatório que eu trago aqui, pedindo que leiam o relatório e entendam as alterações que foram feitas antes de partir para críticas infundadas ou trazer mentiras com relação a este debate, como a de que isso de alguma forma privatiza a praia, como se fosse alguém cercar a praia aqui agora e cobrar para as pessoas entrarem na praia. Isso é mentira. Aqui, nesse relatório, está garantido, como sempre esteve, o acesso livre, irrestrito, gratuito às praias.

E, para complementar, Presidente Davi, eu sou Relator também de um projeto de lei de autoria do Senador Esperidião Amin que está exatamente criminalizando quem tenta fechar as praias de uma forma ilegal, restringir o seu acesso. E o projeto do Senador Esperidião Amin está pronto para ser votado, com parecer favorável.

Então, Presidente, esse é o relatório. Peço aí o voto favorável de todos os Senadores.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, pela ordem.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Presidente, eu vou pedir vista.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... eu quero fazer o pedido de vista.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu só queria lembrar que V. Exa. anunciou que, quando pautasse esta PEC, pautaria também o meu projeto de lei, só para lembrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim, o projeto de lei é um complemento do que a PEC fala, ou seja...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... só que, se eu fosse...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minutinho, porque, como nós estamos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... reclamo a pauta – não é a deliberação; a pauta – do PL mencionado pelo Senador.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Rapidamente, antes... Nós vamos voltar a esse assunto aqui, mas acho importante eu fazer um esclarecimento ao Senador Esperidião Amin.

Primeiro, quero registrar que realmente esta Presidência fez um compromisso com V. Exa., aqui nesta Comissão, de que nós retornaríamos para a pauta o projeto e a PEC na mesma reunião. Então, houve um equívoco desta Presidência. De fato, não consegui... Conversei com o Dr. Ednaldo, na semana passada, para que nós pudéssemos, na sexta-feira, publicar a pauta da Comissão, e esta Presidência se esqueceu de colocar o projeto de lei na pauta. Eu faço essa mea-culpa. Coloco na sexta-feira, para a próxima semana, o projeto de lei, para honrar o meu compromisso.

Agora, sobre esse assunto, eu tenho quatro Senadores inscritos aqui para discutir a matéria: Senador Rogério Carvalho, Senador Fabiano Contarato, Senadora Eliziane Gama e Senador Esperidião Amin – e Senador Alessandro Vieira. Mas antes de eu iniciar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente... Mas, Presidente, eu não quero... Antes da discussão, Presidente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Apenas uma sugestão de encaminhamento, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Antes da discussão, Presidente, eu quero pedir vista do projeto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Exato, exato. É uma sugestão de encaminhamento... O pedido, já fiz.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não! Tudo bem. Tudo bem. Antes do pedido de vista, o Senador Rogério Carvalho fez a sua inscrição. Eu vou passar a palavra...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não, certo, mas só para não dificultar... Tudo bem. Mas só para não dificultar e prejudicar o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não vai prejudicar. Eu só quero pedir que seja uma exceção à regra, porque, quando há o pedido de vista, é suspensa a discussão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não. Sem problema, Presidente. Podemos até, informalmente, fazer um acordo de discussão, mas a vista eu quero que fique assegurada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não. Mas, aí, a gente não vai fazer, porque a vista vai suspender a discussão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não, não, não. Mas eu quero só assegurar o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou conceder a palavra ao Senador Rogério Carvalho rapidamente e vou conceder vista coletiva, nos termos regimentais.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, em primeiro lugar, eu tinha uma pauta publicada, com o terceiro item da pauta. Houve uma inversão. A reunião era 10h, quando houve a inversão da pauta sem a maioria dos Senadores estarem aqui. Portanto, apesar de já terem dado presença, não estavam aqui. Então, eu queria... Eu queria registrar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Dez horas. Eu cheguei aqui às 10h02. Você estava lá atrás, e o Presidente lhe chamou depois do pedido de vista. Então, eu quero só fazer esse registro – eu quero só fazer esse registro.

A segunda questão, Sr. Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... que eu quero trazer é que o relatório do Senador Flávio Bolsonaro, ao dizer que legalmente as pessoas terão acesso à praia... Veja, a Constituição hoje não estabelece nenhum requisito para as pessoas terem acesso à praia. Ele condiciona ao plano diretor o que pode ser ou não pode ser "livre acesso", portanto, ele piora, o projeto de lei dele.

Segundo, os ricos, que mais têm terreno de marinha, fazendo – guardando e fazendo – especulação imobiliária, ficam livres de pagar o laudêmio e ficam livres de indenizar a União. Porque aqueles que têm um imóvel, aqueles que moram em cidades costeiras, que têm um imóvel, nós somos favoráveis que sejam isentos e recebam este imóvel.

(*Soa a campainha.*)

Agora, o setor empresarial, que tem milhares de metros quadrados à beira-mar... Sem considerar o momento que nós vivemos do ponto de vista climático, ampliando-se a possibilidade de ocupação das áreas costeiras sem nenhum tipo de estudo.

O Ministério da Gestão e da Inovação está trabalhando, fazendo um estudo do Brasil – o Brasil tem 8 milhões... 8 mil quilômetros de área costeira, 8 mil quilômetros – para poder apresentar e dar consistência a qualquer definição responsável sobre este tema e não para atender interesses específicos – específicos, certo? –, específicos...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente! Presidente!

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu não citei o nome de ninguém... Específicos! E eu estou me referindo ao relatório – estou me referindo ao relatório – e não citei o nome de ninguém aqui, certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero deixar claro, Sr. Presidente, que esse é um debate que não tem um tempo específico, não tem cinco meses, seis meses; é uma questão necessária.

Portanto, eu peço vista, assim como a Senadora Eliziane Gama.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixa... Deixa... Eu vou encerrar aqui a discussão, porque senão eu vou ter que fazer a lista de inscrição e nós vamos discutir a matéria com pedido de vista.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não pode mentir no microfone!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Só para deixar corretamente registrado...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, não, não, não!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É isto, discussão na próxima... No retorno. Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É.

Deixe-me só fazer um registro aqui, porque é importante esclarecer... É importante esclarecer, porque fica aos Senadores e às Senadoras aqui presentes, aos nossos convidados, aos nossos assessores, aos servidores do Senado e à imprensa. A gente olha a matéria do jornal e fala: "O Presidente da Comissão fez um acordo para pautar a PEC de última hora". É inacreditável a capacidade de as pessoas de desvirtuar a agenda legislativa de uma pauta de uma Comissão, seja ela da CCJ, seja ela do Plenário do Senado Federal, seja de qualquer outra Comissão.

Essa matéria chegou aqui na Comissão no dia 16 de agosto de 2023, há um ano e cinco meses. Há um ano e cinco meses, o Brasil, a imprensa, os Senadores, as Senadoras sabem que tem uma PEC chamada Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2022, assinada por vários signatários na Câmara dos Deputados, com o apoiamento no Senado Federal, que está tramitando na Comissão. O que acontece? É muito mais cômodo agredir a Presidência da Comissão e dizer que a Presidência da Comissão atropelou. Eu atropelai o quê, se eu estou há um ano e cinco meses esperando reuniões entre o Governo, entre as Lideranças do Governo, audiência pública? Foi aprovado um requerimento de audiência pública, e nós o submetemos na 20ª Reunião, Ordinária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acabei de aprovar a Ata aqui da 57ª, parece-me. Então, teve 37 reuniões depois da aprovação da audiência pública em que poderia ter sido pautada, porque a audiência pública, regimentalmente – Dr. Ednaldo, só se você... se eu estiver equivocado também –, é feita, regimentalmente, Senadora, para instruir a matéria em tramitação. Simples assim.

Este aqui é um roteiro, nós temos que estabelecer um roteiro de deliberação. Aqueles que são contrários às matérias têm todo direito de se manifestar, de se posicionar e de votar. E aqueles que são favoráveis à matéria têm todo direito de se manifestar, de se posicionar e de votar.

Ocorre que tem 1,7 mil propostas aqui na CCJ, e toda semana o Dr. Ednaldo recebe lá no gabinete da Comissão, na Secretaria, as solicitações dos blocos parlamentares, das Lideranças parlamentares, quando eu já perdi a conta de inúmeras vezes que ele é indagado ou instado aqui na reunião da Comissão, com uma pasta de um Senador, de uma Senadora legitimamente solicitando para que o Presidente pudesse pautar um determinado projeto de lei ou uma determinada proposta de emenda à Constituição. Ou seja, há um ano e cinco meses essa matéria está tramitando. Como é que pode, um ano e cinco meses depois, o Presidente da Comissão dar celeridade para pautar uma matéria açodadamente? É inacreditável, é um absurdo! E eu queria fazer esse registro aqui, porque todas as pautas...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Vai mudar o horário?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, V. Exa. também tem 50% de razão e 50% de não razão – está empatado. (*Risos.*)

Ocorre que, com todas as pautas que entrarem aqui, o que é que vai acontecer efetivamente? Aqueles blocos partidários, Senador Alessandro, que desejam que se paute aquele assunto vão ficar felizes, e aqueles blocos partidários que não gostariam que fosse pautado vão ficar tristes. A pauta é a pauta, o voto é o voto.

Então, eu queria fazer essa manifestação, fazer esse registro e dizer que, dentro do processo legislativo, foi colocada na pauta a solicitação de um bloco parlamentar, como foram incluídas outras matérias na pauta por solicitação de outros blocos parlamentares. E a Presidência apenas pautou uma matéria que está um ano e cinco meses aguardando para ter a pauta.

Então fica regimentalmente concedida vista coletiva com base nos argumentos do Líder Rogério Carvalho, da solicitação da Senadora Zenaide, da solicitação do Senador Fabiano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contarato, da solicitação da Senadora Eliziane Gama, e da solicitação do Senador Alessandro Vieira. Vista regimental coletiva concedida.

Senador Nelsinho... Senador Nelsinho, o seu relatório... Posso iniciar?

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Item 1, turno suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 953, de 2021.

Informo às Senadoras e aos Senadores que esse projeto é terminativo e é necessário votação nominal.

Líder Wagner, seja bem-vindo no retorno aos trabalhos da Casa, saúde e sucesso!

Ementa do projeto:

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 953, DE 2021

- Terminativo -

Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda n° 1-CAE (Substitutivo).

Observações:

- Em 27/11/2024, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PL nº 953/2021, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal;

- Em 03/12/2014, foi recebida a Emenda nº 2-S, de autoria do Senador Otto Alencar (dependendo de relatório);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- *Votação nominal.*

O relatório pela aprovação do substitutivo e pela rejeição da Emenda nº 2-S.

Em 3/12/2024, foi recebida a Emenda nº 2-S, de autoria do Líder Senador Otto Alencar.

Novamente vou informar que a votação é nominal.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Líder Otto Alencar para uma questão de ordem.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu apresentei um destaque ao projeto do Senador Nelsinho Trad e eu estou retirando o destaque, a emenda que foi colocada, por solicitação do Senador Nelsinho Trad. Estou atendendo a solicitação dele.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

Eu apresentei requerimentos para a realização de audiência pública para discutir a PEC 148, de 2015, que trata do 5x2. Como o senhor disse aqui aos Parlamentares e às bancadas que pauta todos os temas, eu quero pedir para pautar os requerimentos de audiência pública, para que depois a gente possa pautar a redução da jornada dos trabalhadores brasileiros para 5x2.

É isso aí, Sr. Presidente, chegou a hora de a gente encarar esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. apresentou o requerimento de audiência pública para instruir a matéria. Nós vamos votar o requerimento de audiência pública oportunamente, no decorrer da reunião da Comissão. É só porque eu tenho que votar aqui rapidamente.

Deputado Coronel Alves, tudo bem?

Cadê o... Senador Nelsinho, então tem que retirar aqui. O Líder Otto... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, sim. Como foi retirada a emenda, não há necessidade de o Relator dar parecer sobre a emenda.

Colocamos em discussão...

Há alguém mais inscrito? (*Pausa.*)

Não.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo... (*Pausa.*)

Ah, sim. Regimentalmente, como não há emendas apresentadas e não há Senadores que apresentaram emenda, fica aprovado nos termos regimentais.

Não tendo sido oferecidas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem a votação em segundo turno, art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão desta Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário do Senado e publicação no *Diário do Senado Federal*. (*Pausa.*)

O Senador Jorge Kajuru é o Relator.

O próximo item eu vou pular aqui, porque o Relator não está, e o Kajuru está aqui.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Questão de ordem, Líder Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu queria um pouco de atenção aqui. Queria um pouco de atenção.

Com a palavra, o Líder Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sr. Presidente, eu entendo a excitação do Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Por gentileza, aqui.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu entendo a excitação do Plenário, porque, afinal de contas, a CCJ tem vários temas importantes, e um deles é a questão da reforma tributária.

Eu indago a V. Exa., na qualidade de Relator, como V. Exa., como Presidente da CCJ, vai definir o rito com relação à questão da leitura do relatório da reforma tributária, tendo em vista que ele entrar hoje, de forma extrapauta, seria bastante esquisito.

Então, eu pergunto a V. Exa. como V. Exa. recomenda que façamos o procedimento com relação ao relatório da reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Queria a atenção do Plenário.

Sobre esse assunto específico, essa manifestação feita pelo Líder Eduardo Braga, a nossa previsão, Líder, era aguardar a entrega do relatório, só que nós todos percebemos que V. Exa. estava compatibilizando o relatório, conversando com os Senadores, conversando com a CAE, com a Comissão de Assuntos Econômicos – que tinha várias sugestões feitas pelo grupo temático formado na CAE –, e V. Exa., pelas informações que eu tenho, acolheu, em parte, muitas manifestações, propostas pelo grupo temático que foi criado na CAE, pelo Presidente Vanderlan, por vários Senadores, liderados pelo Senador Izalci, e também, vários entendimentos de que isso era o mais importante com a Câmara dos Deputados, em relação ao relatório que seria apresentado por V. Exa. Como nós iríamos... O nosso cronograma era nós colocarmos na próxima semana, e como nós vamos fazer uma reunião de sabatina de autoridades na próxima semana, eu tenho uma sugestão e uma proposta a fazer: que a gente faça uma reunião extraordinária da CCJ, com um único item de pauta, o PLP 68, o projeto de lei da regulamentação da reforma tributária, na terça-feira, às 10h da manhã, porque fica todo mundo avisado de que nós vamos fazer a leitura do relatório na terça-feira, e a gente não atrapalha a reunião deliberativa de sabatina de autoridade na quarta. Deixamos para terça-feira, às dez da manhã, para que todos os Senadores possam, efetivamente, participar do debate do relatório apresentado por V. Exa., haja vista que essa é uma necessidade importante, em que há a cobrança, novamente, de vários blocos partidários, de vários Senadores, para que a gente pudesse fazer a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não, Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Pela ordem.) – Lembro que terça-feira, às dez da manhã, será a reunião da CAE; provavelmente vamos ter sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A do Banco Central, não é?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Provavelmente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, como será uma reunião extraordinária da CAE, nós podemos estabelecer para as 14 horas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas na segunda-feira?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Ou na segunda-feira ou na terça-feira, como V. Exa. definir.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Bota na segunda logo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me ouvir aqui a maioria.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Um esclarecimento, Presidente. A gente está falando apenas da leitura do relatório?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Leitura do relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Ou leitura, discussão e votação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Leitura do relatório.

Eu queria fazer um entendimento com os Senadores, porque há regimentalmente a possibilidade de que a vista... Já que nós estamos, há algum tempo, discutindo esse assunto aqui, desde agosto, que chegou aqui, no Senado, eu queria propor, como Presidente, amparado regimentalmente, que a vista fosse por 24 horas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Nessa hipótese, nós teríamos leitura...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Na segunda-feira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... na segunda.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E na quarta-feira a gente poderia votar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E na terça...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Segunda-feira à tarde, e na terça a gente tem reunião da CAE, não é isso? Está fechado?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu queria tirar da CAE, porque na CAE é o Banco Central também.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É, não pode.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Fica segunda e quarta.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Segunda e quarta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me ouvir aqui a maioria.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Segunda e quarta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, é só uma ponderação.

Eu não sei... Vai ser lido na terça-feira?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Na segunda.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Na segunda. Vai ser lido na segunda. Existe uma série de emendas que estão sendo acatadas, não sei quantas – mais de 600. Então, esse assunto merece uma leitura especial; 24 horas é muito pouco tempo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, nesse caso, a minha sugestão de terça era terça às 10h, para quarta, após a sabatina, nós deliberarmos. Só que agora vai ser 48h, porque querem marcar segunda. Pode ser segunda, final da tarde?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Às 16h?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Segunda, às 16h.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, já está informado. Eu estou informando aqui publicamente que eu vou utilizar do amparo regimental. Novamente, haja vista que esta matéria está sendo discutida desde agosto, eu vou fazer as 48h de vista para este assunto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Inclusive reforçando o que V. Exa. diz sob a condução do Senador Izalci, a CAE realizou 22 audiências públicas. Sob a coordenação de minha parte, da Senadora Augusta, do Senador Confúcio e do Senador Marcelo, nós realizamos aqui na CCJ 13 audiências públicas. Portanto, o Senado da República, entre CAE e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CCJ, fez 35 audiências públicas em torno deste tema. Portanto, não faltou debate com a sociedade, não faltou debate com o setor produtivo, não faltou apresentação de emendas – 1.940 emendas –, além do trabalho que a CAE fez, que recomenda 510, se eu não me engano, se a minha memória não está falhando, 510 sugestões e apresenta 180 proposituras de emendas.

Portanto, Sr. Presidente, este é um tema que foi debatido, conversado. E ontem eu tive o prazer de, durante quase uma hora, fazermos uma sabatina com o Presidente do grupo de trabalho da CAE. Sob a coordenação do Vanderlan, ontem eu e o Izalci ficamos uma hora com uma sabatina de 200 questões que foram levantadas.

Portanto, apenas para dar ciência aos Líderes, aos membros da CCJ, etc. de que todo esse trabalho e toda essa construção está sendo feita e que, V. Exa. decidindo pela leitura na segunda-feira, nós apresentaremos o relatório e começaremos, então, a discussão para a votação.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A palavra ao Líder Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Só para não perder o bom humor, Senador Eduardo Braga, o homem mais procurado do Brasil, eu sou empresário da Faria Lima. Fico feliz que na segunda-feira o senhor vai fazer a leitura, porque eu vou lhe entregar a minha única emenda: eu quero pagar 0% de juro. Por favor, acate a minha emenda.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vai ter que acatar na marra agora.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu quero comentar o que o Senador Eduardo Braga falou. O senhor me inscreve?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pode falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu sou testemunha e participante de ambos os esforços...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O volume aí do som está baixo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu sou testemunha e participante do relato das reuniões mencionadas pelo Senador Eduardo Braga.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Faltou apenas dizer que em pelo menos uma ele saiu a nocaute. (*Risos.*)

E foi socorrido pelo Senador Confúcio Moura, não foi pelo Senador Otto Alencar, por isso ele aceitou. Se tivessem acorrido os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, ele dispararia, como aconteceu com o Cid Gomes. (*Risos.*)

Ele sabe escolher o médico que o atende.

De forma que eu quero dizer que realmente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... essas reuniões ocorreram, elas enriqueceram o debate. O Senador Izalci Lucas foi um dedicadíssimo e competente condutor das 22 reuniões na CAE. Eu remotamente ou presencialmente fui a todas. E a 11 das 13... Até por uma preferência pelo número 11, eu participei de 11 das 13 reuniões de V. Exa. De forma que, por falta de discussão, não é!

E certamente há temas polêmicos que vão continuar polêmicos. Como eram antes, continuarão depois.

É esse o testemunho que eu queria dar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Plenário da Comissão concorda com o horário das 16h da segunda-feira, com uma reunião extraordinária para não atrapalhar S. Exa. o Presidente da CAE, o Senador Vanderlan? (*Pausa.*)

À unanimidade, fica convocada a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas semipresencial, ou seja, pode estar presente ou remotamente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É porque a semana que vem é esforço concentrado, eu acho que vai...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim, mas não segunda-feira. Segunda-feira é um dia excepcional.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas aí o que acontece? Eu acho que o que está publicado ali pela Presidência é o esforço concentrado presencial. Eu acho que eu não posso mudar só uma Comissão para semipresencial – eu acho.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas o senhor pode facultar. O senhor pode facultar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não haverá votação. Nós vamos ler o relatório e faremos os discursos da discussão. Portanto, não há deliberação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se o senhor não puder fazer, que seja a terça.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou consultar a Mesa ali, porque eu acho que o sistema não vai estar aberto – eu acho – na semana que vem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sr. Presidente, é uma decisão simples. A Mesa faz o esforço concentrado presencial a partir de terça-feira e abre a segunda-feira...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É, isso a tecnologia vai resolver. É isso mesmo. Vai ser isso aí.

Eu queria pedir o apoio dos Senadores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se for semipresencial, eu concordo. Caso contrário...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, a reunião extraordinária com a leitura – não deliberação –, com o único item na pauta, o PLP 68, será na segunda-feira, às 16h no modo semipresencial.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero enaltecer aqui o trabalho de V. Exa. na condução e pela forma...

Eu também quero aqui fazer o registro com relação, por exemplo, à PEC das praias, a que eu tenho minhas restrições, mas V. Exa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – ... teve um prazo razoável de um ano e cinco meses. Então, a gente vai, efetivamente, se debruçar sobre o tema, discutir e vai para o voto. É simples assim.

Agora, eu queria fazer um pedido a V. Exa. O senhor sabe que eu fui o autor do piso da enfermagem, e eu agradeço a participação e compreensão de todos os Senadores e Deputados Federais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente, por gentileza.

Nós sabemos que precisou vir, Sr. Presidente, uma pandemia para matar 700 mil pessoas para a gente reconhecer o valor dos enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiros. Aprovamos o piso da enfermagem, e, infelizmente, o Supremo fez o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fez. Então, eu faço um apelo a V. Exa. Existe a PEC 19, que trata da carga horária para enfermeiros e técnicos de enfermagem.

A autoria é da Senadora Eliziane Gama.

V. Exa., até hoje, não designou um Relator. Eu pediria, por gentileza, que designe um Relator. Se for o caso, eu me coloco à disposição para ser esse Relator ou V. Exa. escolha, mas, por gentileza, o pedido está sendo feito agora a V. Exa. para que eu seja o Relator desta PEC 19, que estabelece a carga horária para enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem, para tentar corrigir aquilo que, infelizmente, o Supremo fez, que vilipendiou o projeto. O projeto contemplava dez salários mínimos com 30 horas semanais, mas, infelizmente, não foi isso que aconteceu.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Então, eu faço este apelo: já que V. Exa. está pautando todos os temas, vamos fazer esse aceno com essa designação. Eu peço o compromisso a V. Exa., publicamente aqui, para a designação deste Relator, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ela está aqui.

Eu vou me reunir com o Dr. Ednaldo amanhã, no final do dia, para designar várias relatorias. Vai ficar notado o pedido aqui de V. Exa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – PEC 19...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está aqui já.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – ... para relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A primeira signatária é a Senadora Eliziane Gama.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeito, perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou designar V. Exa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeito.

Muito obrigado, Senador, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, está todo mundo informado sobre a reunião da segunda-feira.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 133, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para prever regras de segurança ao usuário do PIX e criar mecanismos de recuperação célere dos valores transferidos, na hipótese de cometimento de crimes patrimoniais – Lei de Segurança do PIX.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável ao Projeto e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 29/10/2024, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Weverton;

- A matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) e pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador e Líder Jorge Kajuru, para proferir o relatório.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Inicialmente, Deus e saúde a todos e a todas. Um Natal justo e amoroso é o que quer o meu coração para todos e todas presentes e para o nosso Brasil.

Presidente Davi Alcolumbre, primeiro, um abraço do seu primeiro cabo eleitoral para a próxima Presidência do Senado. Embora não tenha lhe pedido um copo de água, se quiser me dar um café, eu aceito, perfeito?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas é assim que a gente considera cabo eleitoral firme.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Vamos diretamente à análise.

De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas e emitir parecer quanto ao mérito sobre as matérias de competência da União.

Com relação à constitucionalidade, destacamos que o inciso XXXII da Constituição Federal prevê que o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.

Sobre a juridicidade do projeto, observo que a edição de lei ordinária é o meio adequado para o objetivo pretendido.

O tema inova no ordenamento jurídico, possui o atributo da generalidade e é compatível com os princípios diretores do nosso sistema jurídico.

Com relação aos preceitos de técnica legislativa inscritos na Lei Complementar nº 95, de 1998, recomendo a realização de alguns aperfeiçoamentos:

a) o art. 54-H que se pretende inserir apenas repete o comando já inscrito no art. 1º do projeto de lei, razão pela qual sugerimos suprimi-lo; e

b) os arts. 54 e seguintes do Código de Defesa do Consumidor tratam de superendividamento e de fraudes em instrumentos pós-pagos, notadamente cartões de crédito, enquanto o objetivo desta proposição é proteger o consumidor na hipótese de fraude. Assim, sugiro inserir os novos artigos no Capítulo IV (Da Qualidade de Produtos e Serviços, da Prevenção e da Reparação de Danos), Seção III (Da Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço) do Código de Defesa do Consumidor, mais especificamente a partir do art. 22.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também não existem dúvidas quanto ao mérito da proposição, que é oferecer garantias ao consumidor vítima de crimes por meio do Pix.

Considerando que o Pix está em constante aperfeiçoamento, tanto por meio da incorporação de novas funcionalidades ao sistema quanto em função da constante evolução tecnológica, não nos parece adequado eleger a via da legislação ordinária como canal para o gerenciamento de elementos técnicos e operacionais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Tais providências podem ser adotadas, de forma mais célere e eficiente, na esfera infralegal.

Além disso, os comandos contidos no art. 54-I do projeto de lei podem ser eventualmente questionados quanto à potencial violação da proteção ao sigilo bancário fora das exceções que devem ser expressamente previstas por meio de lei complementar.

Entretanto, acredito ser importante promover alteração legislativa para assegurar ao consumidor de serviços bancários e de pagamento o direito a reaver os recursos indevidamente transferidos. A inclusão, senhoras e senhores, deste comando no Código de Defesa do Consumidor, além de manter as instituições que prestam o serviço obrigadas a observar as regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, cristaliza em lei a necessidade de regras e processos para proteger o consumidor contra este tipo de fraude e torna as instituições que eventualmente não cumpram o regulamento também sujeitas à aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor. Também entendo que essa alternativa implica o acatamento parcial da Emenda n° 1-CCJ.

Levando em conta todas essas questões, proponho, então, aprimorar o Projeto de Lei nº 133, de 2022, na forma da emenda que apresento neste relatório.

Ao voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 133, de 2022, e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1-CCJ, na forma de emenda substitutiva que apresento neste relatório.

Agradecidíssimo, Presidente Davi Alcolumbre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Kajuru.

Colocamos em discussão o relatório apresentado pelo Líder Jorge Kajuru. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório está aprovado e passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, nos termos da Emenda nº 2 da CCJ.

A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. *Fora do microfone.*) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Líder Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, vou fazer uma solicitação, se for possível, com a anuência dos pares, para a leitura breve de duas indicações: do Dr. Iagê, para a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, e do Dr. Badaró, para o Conselho Nacional de Justiça – apenas a leitura no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu queria propor à Comissão que a gente fizesse apenas a leitura.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu quero me associar ao Eminente Senador Eduardo Gomes, aqui, sobre a possibilidade de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos permitir, como Relatores, tanto eu, como ele e outros, para que nós fizéssemos pelo menos a leitura rápida, é uma página, porque aqui, pelo que estou vendo, nós vamos passar da 1h da tarde, das 2h da tarde. Está certo? Então, eu gostaria que V. Exa., com a sua benevolência, a sua generosidade, nos permitisse, como Relatores, ler aqui o nosso parecer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Eduardo, deixe-me falar, senão vai complicar aqui. Tem várias leituras para fazer. A gente faz nem que seja *ad hoc* com alguém, se V. Exa. tiver que sair para a reunião, porque o Senador Randolfe está aqui, o Relator, pedindo para fazer a votação do projeto, o Senador Jorge Seif chegou, Relator da matéria, porque estava tudo pautado, e os itens de fato, os ofícios estão a partir do dez em diante. São cinco leituras de cinco relatórios. Deixe-me continuar a pauta aqui, Jayme – me perdoe –, para a gente continuar a pauta e fazer a leitura dentro do que estava estabelecido já na regra da pauta?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Seu pedido é uma ordem...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Porque senão vai demorar.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... mas eu imagino que, como é sempre bondoso, V. Exa. abrirá essa exceção...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Porque, se for ler tudo aqui, vai demorar!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... para que nós pudéssemos ler.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É só a leitura para eu dar vista para poder ter a sabatina. Pode ser um Relator *ad hoc*. Pode ser?

Vamos votar pelo menos os dos dois Senadores que estão presentes...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... e depois a gente entra?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Turno suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei 2.891, de 2020. Esse projeto é votação nominal, é terminativo, precisa do voto dos Senadores e das Senadoras, Presidente Marcelo.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2891, DE 2020

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para permitir a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes previstos nos arts. 216-B (registro não autorizado da intimidade sexual) e 218-C (divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia) do Código Penal.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar;

- Em 27/11/2024, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PL nº 2891/2020, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal;

- Votação nominal.

Coloco à discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Em discussão.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Presidente, só queria pedir o apoio dos colegas porque esse projeto nada mais é do que uma maior autonomia para nossos policiais investigarem e ajudarem crianças que sofrem *bullying*, perseguições, não só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crimes sexuais, mas todo tipo de crime que pode ser cometido na internet. Hoje, a atual legislação impede que esses agentes se infiltrem, e a criançada, os adolescentes ficam muito mais expostos, porque a polícia não pode agir. Então, já foi votado, tivemos aí uma unanimidade, e eu peço o apoio dos colegas Senadores para aprovarmos esse projeto hoje também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não há mais Senadores inscritos para discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah, sim. Como não foram oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação – art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 3965, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), a fim de permitir a destinação de recursos arrecadados com multas de trânsito para o custeio da habilitação de condutores de baixa renda.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda que apresenta, e pelo acolhimento das Emendas nº 1-CDH e nº 3-CDH, na forma da Subemenda que apresenta, e da Emenda nº 6-CCJ, com a prejudicialidade da Emenda nº 4, e contrário à Emenda nº 5.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Foram apresentadas três emendas à matéria na CCJ;

- Em 27/11/2024, foi retirada a Emenda nº 4, de autoria do Senador Beto Martins,

- Em 02/12/2024, foi recebida a Emenda nº 7 (dependendo de Relatório).

O autor da matéria é o Deputado Federal Líder José Guimarães. O Relator da matéria é o Senador Líder Randolfe Rodrigues. Aqui é de Líder da Câmara para o Líder do Senado.

O relatório também é contrário às Emendas nº 5 e nº 7.

Em 02/12, foi recebida a Emenda nº 7, de autoria do Senador Weverton.

Em 04/12, foram recebidas as Emendas nºs 8 e 9, de autoria do Senador Fabiano Contarato.

As Emendas nº 8 e nº 9 dependem de parecer do Relator.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para proferir o relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente, pela honra de relatar essa matéria.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei 3.965, de autoria do meu querido colega, Líder do Governo na Câmara, Deputado José Guimarães, alterando a Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), a fim de permitir a destinação de recursos arrecadados com multas de trânsito para o custeio da habilitação de condutores de baixa renda.

Passo diretamente para a análise.

Compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade do PL, bem como em relação ao seu mérito.

No tocante à constitucionalidade, insta registrar que a União detém competência legislativa privativa para dispor sobre trânsito e transporte.

No plano da juridicidade, não há reparos a fazer ao projeto.

Quanto à regimentalidade e técnica legislativa, igualmente não vislumbramos óbices.

No mérito, consideramos que a autorização para o uso de recursos provenientes das multas em programas direcionados a facilitar a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação por pessoas de baixa renda é uma forma engenhosa de combater a desigualdade, inclusive por abrir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportunidades no mercado de trabalho. Além disso, a previsão do projeto, em lugar de interferir na autonomia dos entes federados, desenhando em detalhes uma política pública que a eles incumbe executar, limita-se a viabilizar o seu financiamento.

Quanto às emendas aprovadas pela Comissão de Direitos Humanos, concordamos com seu teor

Passo diretamente, então, à análise das emendas.

Entendemos que as Emendas nºs 4 e 6-CCJ são meritórias na medida em que, ao uniformizar o aceite das Autorizações para Transferência de Propriedade do Veículo em meio digital, confere segurança jurídica às transações de compra e venda de veículos, evitando golpes. No entanto, a Emenda nº 6-CCJ, por tratar das especificidades da assinatura eletrônica e do procedimento para a obtenção do ATPV-e, adequa-se melhor à boa técnica legislativa e aos fins pretendidos. Com isso, conforme as regras da redação legislativa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP) – ... optamos pelo acolhimento da Emenda 6-CCJ, restando prejudicada a Emenda nº 4-CCJ.

A Emenda 5-CCJ, apesar de meritória, pela complexidade do tema e por se tratar de matéria usualmente tratada por resolução do Conselho Nacional de Trânsito, merece ser tratada em proposição autônoma, oportunizando o debate mais aprofundado e dialógico.

Por fim, a Emenda 7, do nobre Senador Weverton, é inegavelmente meritória, uma vez que busca promover a inclusão social ao garantir o percentual de 5% da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito. No entanto, levando em consideração o pacto federativo, é importante que cada unidade da Federação tenha autonomia para decidir a forma de utilização dos recursos para habilitação de condutores de baixa renda, uma vez que são esses entes que têm maior proximidade com as especificidades locais, e assim implementar políticas públicas mais eficazes.

Por fim, Presidente, acato parcialmente a Emenda nº 8, de autoria do colega Senador Fabiano Contarato, dando a ela a seguinte redação: "Será custeado pelas empresas operadoras de aplicativos de transporte de passageiros o exame toxicológico obrigatório para condutores como condição para obtenção de CNH".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a Emenda 9 institui que se acrescente ao PL a redação: "Art. 3º Os arts. 277 e 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), passam a vigorar com as [...]" alterações que o texto estabelece.

Dito isso, passo para o voto.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei 3.965, de 2021, e, no mérito, pela sua aprovação, com as emendas que aqui foram detalhadas e acolhidas e com as últimas emendas protocoladas neste instante pelo Senador Fabiano Contarato, com a alteração que aqui propusemos.

Feita a leitura, Sr. Presidente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Como é, Vanderlan?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah, sim.

Coloco em discussão o relatório.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, eu só queria pedir vista desse projeto por causa das emendas que foram acolhidas e eu não entendi direito. É só para poder olhar com mais calma.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Fica concedida vista ao Senador Flávio Bolsonaro, nos termos regimentais.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Peço vista também, Sr. Presidente, vista coletiva...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vista coletiva concedida.

Eu vou fazer a leitura do...

O Senador Jayme Campos está aí?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou fazer aqui de dois relatórios, depois eu o chamo. Eu vou votar um projeto e um relatório – um projeto e um relatório –, para acelerar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Senador Davi, foi pedida vista do projeto que o Senador relatou?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Foi vista coletiva.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Foi? Beleza.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, vista coletiva. O Senador Magno Malta acho que quer... Eu não entendi.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, eu queria discutir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Espere aí, Senador Seif, só um minuto.

Como é?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, Senador Davi, foi ótimo, porque eu estava ouvindo e vim depressa, para poder... Acho essa discussão interessante e tinha algo a acrescentar e, certamente, se fosse terminativo, não iria dar tempo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Foi concedida vista coletiva.

ITEM 13

MENSAGEM (SF) Nº 31, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 55-D da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o nome do Senhor IAGÊ ZENDRON MIOLA, para exercer o cargo de Diretor do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Leitura do relatório, nos termos do art. 383, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal.

O Relator é o Líder Eduardo Gomes.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes para proferir o relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Parecer nº 13, de 2024, da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 31, de 2024, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 55-D da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o nome do Sr. Iagê Zendron Miola, para exercer o cargo de Diretor do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Relatório.

Por meio da Mensagem (SF) nº 31, de 2024 (nº 601, de 2024, na origem), o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Iagê Zendron Miola para exercer o cargo de Diretor do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, com mandato de quatro anos.

Instituída pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, LGPD), a ANPD é, no seu contorno atual, autarquia federal de natureza especial. A agência tem assegurada sua autonomia técnica e decisória, e os cinco membros de seu Conselho Diretor têm mandatos com duração fixa de quatro anos. Os membros da primeira composição do referido conselho, entretanto, terão mandatos de dois, três, quatro, cinco e seis anos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – ... conforme estabelecido no ato de nomeação, como forma de proporcionar a renovação gradual do colegiado.

De acordo com o art. 55-D do referido instrumento legal, o Conselho Diretor da ANPD é composto por cinco diretores, incluído o Diretor-Presidente, todos brasileiros, de reputação ilibada, com formação de nível superior e elevado conceito no campo de especialidade do cargo a ser exercido. Sua nomeação, ademais, será precedida de aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea "f" do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

É competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos do citado dispositivo constitucional. A apreciação da indicação em tela foi atribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 101 do Regimento Interno desta Casa.

Iagê Zendron Miola é brasileiro, Doutor em Direito e Sociedade pela Università degli Studi di Milano, Mestre em Sociologia Jurídica pelo International Institute for the Sociology of Law (IISL)...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – ... e graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Foi *visiting scholar* na New York University (NYU) e é *alumni* do Institute for Global Law & Policy Workshop da Harvard Law School.

Profissionalmente, é Professor do Departamento de Direito da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e é pesquisador associado ao Núcleo Direito e Democracia do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), tendo atuado nas áreas de Direito Econômico e Sociologia Jurídica, com experiência nos temas de regulação econômica, defesa da concorrência, plataformas digitais e transição ecológica. Coordena, desde 2019, o Grupo de Pesquisa Direito, Economia e Sociedade (GDES) e o Observatório do Poder Econômico (OPE). Atualmente, está cedido à Controladoria-Geral da União (CGU), onde atua como Assessor Especial do Ministro de Estado da pasta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em atendimento à alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, o candidato declarou: i) não possuir parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional; ii) não participar ou ter participado como sócio, proprietário, ou gerente de empresas ou entidades não governamentais; iii) ressalvou sua participação, desde 15/12/2021, como membro da Diretoria Executiva da associação científica Instituto Rede de Estudos Empíricos em Direito, inscrita no CNPJ 18.229.040/0001-75, entidade não governamental constituída como associação civil sem fins lucrativos, em caráter voluntário e sem qualquer tipo de remuneração; iv) estar regular com o fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões que apresenta; v) não figurar como réu ou autor em ações judiciais; vi) não ter atuado nos últimos cinco anos, contados retroativamente, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Apresentou, também, declaração escrita na qual detalha sua experiência profissional e demonstra maturidade intelectual e integridade moral para ocupar o cargo pretendido.

Entendemos que o indicado atende aos requisitos previstos na LGPD, pois possui nacionalidade brasileira, reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade de atuação da agência. Além disso, Iagê Zendron Miola tem extensa experiência profissional e docente, além de larga formação acadêmica compatível com o cargo.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Sr. Iagê Zendron Miola para exercer o cargo de Diretor do Conselho Diretor da ANPD.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Esse é o voto, Sr. Presidente.

Temos aqui o item 14, se V. Exa. já quiser fazer agora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto aqui.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Presidência concede, de ofício, vista coletiva, ficando para futura reunião o processo de arguição do candidato e a votação, nos termos do art. 383, II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Estou pronto, Sr. Presidente, para relatar o meu candidato, o indicado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... a próxima autoridade aqui e depois é V. Exa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu tenho a relatoria minha.

O senhor vai anunciar primeiro a outra?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O item 10, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me só terminar essa confusão aqui das autoridades e já vamos voltar para a pauta.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É autoridade, tá? O item 10 é autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então vai ser depois do Jayme. Tem o Líder Otto e, depois do Líder Otto, é V. Exa.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Relator, o Senador Eduardo Gomes, para relatar o Ofício nº 7, de 2024.

ITEM 14

OFÍCIO "S" Nº 7, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XIII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor RODRIGO BADARÓ ALMEIDA DE CASTRO, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Senado Federal.

Autoria: Presidente do Senado Federal: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG) e outros

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: A ser apresentado.

Observações:

Leitura do relatório, nos termos do art. 383, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes para proferir o relatório.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, é com muita honra que faço a leitura da indicação da Ordem dos Advogados do Brasil, em especial com a recomendação também da Ordem dos Advogados do Brasil seção Tocantins, especialmente o Dr. Pitaluga e o Dr. Quezado, que são amigos do indicado também e o recomendaram.

Parecer nº 14, de 2024, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício "S" nº 7, de 2024, do Presidente do Senado Federal e dos Líderes do Bloco Parlamentar Democracia, do MDB, do PDT, do PSD, que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XIII, da Constituição Federal, a indicação do Sr. Rodrigo Badaró Almeida de Castro para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na vaga destinada ao Senado Federal. Relator: Senador Eduardo Gomes.

Submete-se ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a indicação, pelo Presidente do Senado Federal e pelos Líderes do Bloco Parlamentar Democracia, do MDB, do PDT, do PSD, do Sr. Rodrigo Badaró Almeda de Castro para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na vaga destinada a cidadão de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicado pelo Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XIII, da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo o art. 103-A da Lei Maior, os membros do CNJ serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Cabe a esta Comissão proceder à sabatina dos indicados, de acordo com a Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, e com o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O indicado encaminhou a documentação exigida pelos citados atos normativos, bem como seu currículo, que passamos a descrever.

Rodrigo Badaró Almeida de Castro concluiu a graduação em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos em 2000 e a pós-graduação em Direito Econômico e das Empresas pela Fundação Getúlio Vargas em 2002.

Reconhecido e recomendado como referência em direito corporativo, contencioso e cível, pela Chambers Latin American, pela Latin Lawyer e pela Latin American Corporate Counsel Association, é, também, um dos advogados mais admirados pela Análise 500, na área de tecnologia e comunicações e indicado ao Best Lawyers 2022.

É sócio fundador do escritório RBA (Rodrigo Badaró Advocacia), onde atua desde 2023, e foi, entre 2004 e 2023, sócio do escritório Azevedo Sette Advogados, com representação em Belo Horizonte, Brasília, Goiânia e Recife. Nessa qualidade, é advogado militante na área contenciosa e consultiva, em âmbito nacional, inclusive em todos os tribunais superiores, com atuação em mais de 8 mil processos.

Além disso, é Conselheiro Nacional de Proteção de Dados da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) desde 2020; Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Nacional; Coordenador-Geral do Observatório Nacional de Cibersegurança, Inteligência Artificial e Proteção de Dados da OAB Nacional; membro do grupo de trabalho coordenado pelo Conselheiro do CNJ Bandeira de Mello, para reformulação da Resolução nº 332, que trata da inteligência artificial no âmbito do Poder Judiciário; membro do Conselho Superior do Instituto de Advogados do Distrito Federal e Conselheiro do Conselho Consultivo dos Diários Associados.

Foi membro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) de 2022 a 2024, indicado pela OAB, quando exerceu as funções de Presidente da Comissão de Assuntos Legislativos e Jurisprudência do CNMP e editor da Revista do CNMP, além de Presidente da Comissão de Meio Ambiente, tendo ainda ajudado na aprovação do Código de Ética do Ministério Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao longo de sua carreira, o indicado recebeu várias condecorações:

a) Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito do Ministério Público;

b) Medalha Dom João VI – Justiça Militar União;

c) Medalha Dragões da Inconfidência – Exército Brasileiro;

d) Medalha Sobral Pinto – Academia Brasileira de Ciência, História e Literatura com participação do Superior Tribunal de Justiça (STJ);

e) Medalha JK – Governo de Minas Gerais;

f) Medalha de mérito do Ministério Público Militar;

g) Medalha de mérito do Ministério Público do Pará;

h) Comenda da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público.

Reitere-se, finalmente que a mensagem veio instruída pelos documentos e declarações previstas no art. 383 do Risf e na Resolução nº 7, de 2005.

O indicado declarou que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Poder ou instituição responsável por sua indicação; que não sofreu sanções criminais ou administrativo-disciplinares, bem como não respondeu ou responde a qualquer procedimento dessa natureza instaurados contra o indicado; que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes; que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional; e que, nos últimos cinco anos, não atuou em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Encaminhou, também, as certidões referentes à regularidade fiscal e à inexistência de ações judiciais nas quais figure como autor ou réu e as informações sobre a sua participação, como sócio, proprietário ou gerente de entidades privadas.

Em argumentação escrita exigida pelo referido art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o indicado menciona sua experiência e formação acadêmica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências das normas pertinentes à instrução do processo.

Diante do exposto, entendemos que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores integrantes da CCJ dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão o relatório apresentado. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos, está encerrada a discussão.

Esta Presidência concede vista de ofício coletiva automaticamente, ficando para futura reunião o processo de arguição do candidato e a votação, nos termos do art. 383, II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 11

OFÍCIO "S" Nº 2, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ULISSES RABANEDA DOS SANTOS, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada à OAB.

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura do relatório, nos termos do art. 383, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Silêncio!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eles são amigos, eu fiquei preocupado por que estavam se estranhando! (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Relator da matéria, S. Exa. o Senador Jayme Campos, coordenador-geral da frente de resistência. (*Risos.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Essa é boa, hein? Coordenador da resistência para que possa liberar nossas emendas, não é? (*Risos.*)

Sr. Presidente, querido amigo Davi Alcolumbre, Sras. e Srs. Senadores, eu lhe confesso que o meu relatório aqui é bem menor do que o do companheiro Eduardo Gomes.

Submete-se ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a indicação, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Sr. Ulisses Rabaneda dos Santos, para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na vaga destinada a advogado, nos termos do inciso XII do art. 103-B da Constituição Federal, do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf) e da Resolução do Senado Federal nº 7, de 27 de abril de 2005.

Nos termos da Constituição Federal, os membros do CNJ serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Cabe a esta Comissão, de acordo com a citada Resolução nº 7, de 2005, e com o Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, deste mesmo Colegiado, proceder à sabatina dos indicados.

O indicado encaminhou o seu *curriculum vitae*, que passamos a resumir.

Ulisses Rabaneda dos Santos graduou-se em Direito pela Universidade de Cuiabá (Unic) e especializou-se em Ciências Criminais pela Universidade da Amazônia (Unama) e em Processo Penal pela Universidade de Coimbra (UC). Atualmente, é mestrando em Direito Econômico e Desenvolvimento pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Em 2017, concluiu, perante a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, os cursos de Formação de Tutores no Contexto da Magistratura e de Planejamento de Ensino no Contexto da Magistratura.

No que concerne à produção acadêmica, é coautor do livro *Comentários às Normas da Advocacia* e dos seguintes capítulos de livros: “A Execução Imediata das Condenações do Tribunal do Júri: Uma Forma Inconstitucional de Compensar o Resultado das ADCs 43 e 44/STF”; “Colaboração Premiada, Homologação, Sistema Acusatório e Imparcialidade Objetiva”; “Pré-Campanha, Propaganda Antecipada e o Pedido Lícito de Apoio Político”; e “A Gravação Ambiental

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Processo Eleitoral", publicado pela *Revista Democrática* da Escola Judiciária Eleitoral de Mato Grosso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Ainda no plano acadêmico, foi Professor da Universidade de Cuiabá, da Escola Superior da Advocacia, Vice-Diretor da Escola Judiciária Eleitoral de Mato Grosso e, atualmente, é Professor Convidado da Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso.

Com relação à atuação...

Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que se faça um pouco de silêncio. Daqui a pouco vou sair daqui sem poder nem falar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Nesse caso concreto, fui eu que atrapalhei V. Exa. Me desculpe.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não, não foi, não. Foi o público aqui mesmo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Nada demais, foi só um momento de fraqueza de V. Exa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Ainda no plano acadêmico, foi Professor da Universidade de Cuiabá, da Escola Superior da Advocacia, Vice-Diretor da Escola Judiciária Eleitoral de Mato Grosso e, atualmente, é Professor Convidado da Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso.

Com relação à atuação profissional, é advogado há quase 20 anos (desde 2005). Exerceu diversos cargos na OAB, como Presidente e membro de comissões, Diretor da Escola Superior da Advocacia, Secretário-Geral Adjunto, Secretário-Geral, Conselheiro Federal e Procurador-Geral da OAB Nacional, dentre outros. No âmbito do Poder Judiciário, exerceu o cargo de Juiz-Membro do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso, no período compreendido entre 2017 e 2019.

Finalmente, cabe informar que o indicado apresentou as declarações exigidas pelo art. 5º da Resolução nº 7, de 2005.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O indicado ratifica que é sócio unicamente da sociedade Rabaneda Advogados Associados. Foram apresentadas, nos termos regimentais, as certidões de regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal, não havendo quaisquer pendências.

Informa a inexistência de procedimento administrativo-disciplinar em seu nome, bem como não figura como réu em qualquer ação judicial. É autor de uma única ação judicial, de natureza indenizatória.

O indicado informa, ainda, que atuou como Juiz-Membro do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, no período compreendido entre fevereiro de 2017 e fevereiro de 2019, por nomeação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Também informa que não atuou, nos últimos cinco anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Noticia, por fim, que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios, bem como não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Na mesma direção, apresentou argumentação escrita, de forma sucinta, em que afirmou ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade. Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências regimentais para a instrução do processo.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

É o meu relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão o relatório apresentado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Quero discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta, para discutir o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, quando o Conselho Nacional de Justiça...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra V. Exa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu recebi, mas me tomaram. Pode ir de novo?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu recebi o quê?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – A palavra. Depois me tomaram, aí...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, a palavra está com V. Exa., ninguém falou.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ah, tá. Tomaram sem falar.

Sr. Presidente, quando o CNJ foi criado aqui nesta CCJ, e o Conselho Nacional do Ministério Público, eu estava nesta Casa, ajudei a criar, e cometemos um erro.

Quando as pessoas são sabatinadas, elas... Assim, se houver uma disposição desse velho jornalismo de entrar nas redes sociais, no YouTube – está tudo lá – e ouvir os debates e as pessoas que são sabatinadas aqui, elas são as pessoas mais corretas, diligentes e respeitadoras da Constituição. Já bateram de porta em porta, já entregaram o currículo, que é o que menos importa numa condição dessa, porque ninguém é indicado para uma posição como essa se currículo não tiver, Senador Kajuru. Mas elas sentam no gabinete... Nossa! São pessoas dóceis, educadíssimas e que vão cumprir as leis de fato, que vão se comportar conforme as regras. E depois não é nada disso.

Eu vi sentado nessa cadeira Alexandre de Moraes e eu estava sentado aqui, onde está o Senador Nelsinho. E eu disse: "Vocês, para botarem uma capa nas costas, vendem a mãe". Pegue aí a sabatina de todos eles. É tudo estelionato, falsidade ideológica. E aí... Bom, se o Marcel Van Hattem está sendo investigado e indiciado, porque o Lewandowski vai à outra Casa e diz que não é bem assim o art. 53, a nossa imunidade Parlamentar não... Que a Corte foi tendo outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

entendimentos... Corte não tem que ter entendimento, Corte tem que guardar a Constituição. E o cara vem aqui e vomita merda – desculpa, retire essa palavra da taquigrafia, mas, se quiser manter, pode também.

Esse é o cara! Ele rasgou aqui dentro do Plenário! O Senador Randolfe estava aqui, do meu lado, e, aliás, foi meu parceiro, por 16 anos, para impedir a legalização do jogo. E hoje também ele vai continuar com a posição dele, ele me disse. Ficamos aqui por 16 anos, eu com Randolfe, com o voto em separado, e nós dois impedimos isso. Aliás, o Serra também era um desses participantes, e o Senador Girão era só um militante que ficava ali, de cartaz levantado, junto com o Bassuma e tal, com todas essas lutas, e veio parar aqui. É pessoa que tem os seus propósitos, as suas bandeiras e as suas visões, e quero louvar o Senador Girão.

Mas deixe-me dizer sobre o Conselho Nacional de Justiça. Nós cometemos um erro, e eu me penitencio diante da nação, Jorge Seif. Ao criar o conselho, Senador Kajuru, a gente cometeu o erro de dizer que o conselho seria presidido pelo Presidente do Supremo. Que que nós fizemos? Nós entregamos dois Poderes a um indivíduo só. Nós entregamos dois plenários de comando a um homem só, e o CNJ se tornou um cabide de emprego e se arvora a fazer lei hoje. Lembrem-se de que os presos soltos na covid foi uma propulsora do CNJ que o Supremo acatou. A mesma conversa, o entendimento da Corte: "Soltem os presos para não pegarem covid". Eles já têm duas horas de sol, mas, mas solta e prende o povo dentro de casa! Você sabia de onde saiu esse entendimento? De lá. Eles se arvoram a fazer lei, eles se arvoram a punir.

Então, quando você criou um órgão, que é para ser comissão ética... Era uma comissão de ética da sociedade para poder estar de olho no comportamento ético ou não ético de magistrados – só isso! Mas lá está cheio de gente muito competente, advogados competentes, gente competente, e é uma disputa de indicação tão grande que se tornou não um puxadinho do Supremo, mas um outro poder com viés absolutamente ideológico, e Barroso é o Presidente do Supremo e é o Presidente do CNJ. O PGR é o Presidente... O PGR é o homem que manda no Ministério Público e manda no Conselho do Ministério Público. Não tem lógica!

Como a sociedade vai poder vigiar esses Poderes?

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Muito pelo contrário, ela paga por isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que nós precisamos de fazer muitas alterações, e uma delas é que o indivíduo que não cumprir aquilo a que ele respondeu como verdade na sua sabatina será tirado de forma imediata. É como com os diretores de agências – Anac, agência de não sei o quê –: os caras assumem por quatro anos, ninguém pode tirar os caras; eles não estão a serviço do consumidor, mas a serviço dos patrões.

A Anac, uma agência. Lembram quando subiram o preço da passagem? Nós temos a maior tarifa; a tarifa mais alta do planeta é do Brasil, tarifa aérea. Mas, além da tarifa aérea, eles começaram a taxar as malas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Você tinha que pagar a mala também. Lembra disso? Isso é para o povo ou para os donos das companhias, se nós temos uma taxa altíssima, a maior do mundo de tarifa aérea?

Então, quero me lembrar e quero fazer justiça...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O Jorge Viana era Senador aqui comigo, e nós nos insurgimos, convocamos a agência, fomos para o Plenário, mobilizamos o Senado e, imediatamente, eles foram lá e retiraram a sandice.

É como a Anvisa fez agora. Mulheres, eu não sabia da gravidade e do alcance do problema de TPM, não sabia até a sessão temática que foi feita aqui pelo Senador Jorge Seif. A reposição hormonal de mulheres a Anvisa, com os seus técnicos e depois de muito estudo, suspendeu. E a gente sabe que o que manda no mundo, a desgraça do mundo é a guerra da indústria farmacêutica. Mas o Senado se insurge, a Câmara se insurge, nós nos insurgimos e marcamos esta audiência pública. Ela foi para a mídia, o povo se levantou, as mulheres que têm necessidade disso – guerra da indústria farmacêutica –, e, no dia seguinte, a Anvisa, que passou tanto tempo estudando tecnicamente e cientificamente, foi lá e suspendeu. Ora, se era tão importante, por que suspendeu? Então, não é para a sociedade.

Eu tenho preocupação com essas agências exatamente por isso, Senador Kajuru. Na hora de aparecer para dar o currículo... É por isso que eu não recebo ninguém – não recebo ninguém. O cara quer se apresentar para mim lá no meu gabinete para chegar aqui e ficar tudo mais leve.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu recebi o Gonet, porque o Marcos Rogério me pediu. Foi um pedido de Marcos Rogério, que é meu professor, e eu confio muito nele: "Recebe ele e tal". Eu recebi, mas o Gonet votou para tirar os direitos políticos de Jair Bolsonaro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – No meu gabinete, ele foi outra pessoa. Quando chegou na hora da sabatina, eu perguntei: "Onde o senhor encontrou amparo jurídico para tirar a elegibilidade de Jair Bolsonaro? O amparo jurídico?" – ele ficou assim parado. "Eu quero saber o amparo jurídico". Ele falou assim: "Não, assim, Senador, respondendo ao senhor, a gente supôs". Caramba, alguém é condenado porque o outro supôs? Essa foi a resposta do Ministério Público, do Sr. Gonet, o nosso PGR!

E aí o que é que acontece, amigo? Lewandowski veio aqui – fechando a minha fala –, o cara que deu elegibilidade à Dilma sendo constitucionalmente impitimada. Ele rasga a Constituição e dá a ela direitos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O Senador Randolfe faz uma questão de ordem de mais de 15 páginas. Assim que Randolfe falou assim: "Obrigado" e baixou o microfone, ele aceitou a questão de ordem de Randolfe sem ter lido, sem ter consultado, e agora, se eu disser que estava tudo combinado, eu sou antidemocrático.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O antidemocrático sou eu. Eles são os democratas. Eles são os democratas.

Por isso, eu estou tão acostumado, é meu terceiro mandato, sabatinei tanta gente aqui para o Conselho do Ministério Público, Conselho Nacional de Justiça, exatamente para proteger a sociedade. Aqui estão todos os Senadores, e ninguém chegou aqui nomeado por ninguém. Governador não nomeou, aqui não foi nomeado por ninguém, todo mundo veio aqui no voto, como V. Exa., chegamos no voto. E a gente sabe que, na hora de ir para a rua falar das nossas propostas em cima de um trio elétrico, discutir com o povo, entrar na nossa igreja... O outro pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falar no sindicato, mas Fachin já se arvorou dizendo que vai ter crime de abuso religioso. Então, não posso falar na igreja das minhas propostas, mas o sindicalista pode.

Então, o que acontece? Eu encerro dizendo o seguinte. Todos nós aqui sabemos que, quando você chega a um município, o Prefeito fala assim para você...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente, eu tenho um relatório ainda para...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já vai concluir, só um minuto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Questão de ordem tem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto. Eu dei cinco minutos, dei dois minutos a mais só.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Questão de ordem: tem tempo estipulado pelo Regimento do Senado...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu já dei dois minutos... Já vai concluir.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu nunca achei que...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu estou sendo censurado pela capoeira, só porque eu sou de outro...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, não, eu já dei...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Censurado pelo Regimento, capoeira não. (*Risos.*)

Eu jamais daria uma bênção, uma meia-lua dobrada em V. Exa. Pode ficar tranquilo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – E realmente é faixa-preta de capoeira, mas V. Exa. tinha ficar tentando isso até eu encostar em V. Exa., porque, na hora em que eu abraçasse a sua cintura, aí eu levava o seu braço embora, porque só o jiu-jítsu salva! (*Risos.*)

Eu vou encerrar, Sr. Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, ele é faixa-preta do Mestre Bimba. Eles não conhecem a história, não, Otto! Vamos largar isso para lá. Depois, vamos fazer um projeto homenageando o Bimba...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – A bênção, gente, é aquele golpe que o Anderson Silva deu no Vitor Belfort naquela histórica luta e que pegou no queixo. E diziam que foi um golpe que Steven Seagal ensinou para ele. Não foi nada disso. Aquilo lá é da Bahia e aquilo qualquer menino da Bahia faz.

Aí, concluindo, Sr. Presidente, ele vem aqui, rasga a Constituição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... ali dentro do Plenário o Sr. Lewandowski, essa figuraça. Ele veio aqui, no maior desplante, e lá à Câmara e disse que não é assim o entendimento da Corte, que mudou a Constituição, que o art. 53 não é assim, não. Ofensa... Então, não tem mais o juiz original, o juiz de origem, não tem primeira instância, não tem segunda. E realmente nós estamos vivendo um Estado ditatorial.

Não sou profeta do caos, mas vou dizer uma coisa de que V. Exa. vai se lembrar lá na frente, assim como todos que aqui estão me ouvindo: este Parlamento ainda será fechado por este regime que nós já estamos dentro dele. Este Parlamento será fechado! Eu não sou profeta do caos. Este Parlamento será fechado pelo desrespeito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... vandalismo e *strip-tease* moral e jurídico que eles têm feito com a Constituição do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Consulto se há algum Senador inscrito para discutir a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente... (*Pausa.*)

Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pode. Concedo a palavra ao Líder Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, com toda vênia, com carinho e respeito por todos os Senadores, eu quero só dizer que o desrespeito e o fechamento deste Congresso não aconteceram porque nos unimos em defesa da democracia. Eu quero dizer que nós, ao longo de 2021, 2022, nos unimos para proteger a sociedade brasileira na busca pela vacina e por medidas para evitar a mortalidade de brasileiros pela covid e pela negligência. E nos unimos em defesa da democracia – vários setores da sociedade brasileira – o que impediu o golpe, impediu o assassinato do Presidente eleito, do Vice-Presidente e de integrante de tribunal superior, do STJ (Superior Tribunal de Justiça) do Brasil...

Então, dançar sobre este Congresso e sobre a democracia foi o que a gente impediu que fosse feito.

Eu queria deixar este registro aqui porque participei da CPI do 8 de janeiro e, já naquele momento, eu afirmava e dizia que havia uma conspiração para um golpe e estava tudo tramado desde 2018. O Brasil viveu, no final do século XIX e ao longo do século XX, vários golpes civis e militares, e viveríamos outro golpe se não fosse a união dos setores que acreditam na democracia no Brasil. E aqui não estou me referindo à direita, à esquerda, a centro, a lado, a em cima, a embaixo, mas a quem defende a democracia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu espero agora que V. Exa. me conceda o direito de relatar o projeto...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou já passar para V. Exa., é só terminar aqui.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Conclua para nós, Sr. Presidente, a indicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois é, vou concluir aqui.

Não há mais Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Esta Presidência concede vista coletiva de ofício, ficando para futura reunião o processo de arguição do candidato e a sua votação nos termos do art. 383, II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal.

Mensagem...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vote meus requerimentos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto, porque eu estou aqui na ordem.

ITEM 12

MENSAGEM (SF) N° 56, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do Senhor GUIDO AMIN NAVES, General do Exército, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da transferência para a inatividade do Ministro Lúcio Mário de Barros Goes, a partir de 23 de dezembro de 2024.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: A ser apresentado.

Observações:

Leitura do relatório, nos termos do art. 383, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Líder Relator Otto Alencar, para proferir o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa., inclusive, a distinção de me indicar para ser o Relator da indicação do General Guido Amin Naves para ser Ministro do Supremo Tribunal Militar.

Além do currículo, gostaria de acrescentar que fica mais engrandecido, já que ele foi cadete aqui do nosso General Hamilton Mourão e, hoje, nobre Senador da República, que engrandece muito a nossa Casa, o Colegiado do Senado Federal.

É desta Comissão o direito de analisar a indicação dos generais, inclusive do General Guido Amin Naves, para exercer o cargo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga resultante da transferência para a inatividade do Ministro Lúcio Mário de Barros Goes a partir de 23 de dezembro de 2024.

O art. 123 da Constituição Federal estabelece que o STM será composto por 15 Ministros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo dez entre oficiais-generais das Forças Armadas, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis.

A indicação em exame se refere à representação de oficiais-generais do Exército no Tribunal.

As declarações e certidões demandadas pelas normas regimentais do Senado Federal – todas elas obedecidas – relacionadas à arguição da autoridade indicada, especialmente o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e o Ato nº 1, de 2017 – CCJ, foram devidamente apresentadas, acompanhadas do *curriculum vitae* do indicado.

O General Guido Amin Naves realizou diversos cursos próprios da carreira militar, dentre os quais se destacam três anos na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, em Campinas/SP, quatro anos na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende/RJ (Bacharelado em Ciências Militares), um ano na Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea, seis meses na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, no Rio de Janeiro/RJ (Mestrado em Operações Militares), e três anos na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro, também no Rio de Janeiro/RJ (Doutorado em Ciências Militares). Realizou, ainda, o Curso de Estado-Maior Conjunto e Combinado no Exército Espanhol, além de especialização em Relações Internacionais, pela Universidade de Brasília (UnB), e MBA executivo, pela Fundação Getúlio Vargas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Durante toda a sua profícua carreira profissional no Exército do Brasil, o indicado desempenhou relevantes atividades, dentre as quais se destacam, na condição de General de Brigada, o Comando de Defesa Antiaérea do Exército (Guarujá/SP) e a chefia do Escritório de Projetos Estratégicos do Exército (EPEx). Já na condição de General de Divisão, comandou, por três anos, o Comando Conjunto de Defesa Cibernética, chefiou, por dois anos, o Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército e exerceu a função de Presidente do Conselho de Administração da Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel).

O indicado também foi condecorado com a Medalha do Mérito Barão do Rio Branco – Grã-Cruz, concedida pelo Ministério das Relações Exteriores, bem como com diversas medalhas do Exército Brasileiro, a exemplo da Medalha Marechal Osório, da Medalha da Vitória e da Medalha de Comando Dourado.

Atualmente, exerce o cargo de Comandante Militar do Sudeste, que abrange todo o Estado de São Paulo, com sede na capital e com efetivo de aproximadamente 20 mil militares, perfazendo um total de 62 organizações militares e 79 tiros de guerra.

O indicado apresentou declaração de inexistência de parentes que exercem ou tenham exercido atividades vinculadas à sua atividade profissional.

Declarou, ainda, não participar nem ter participado como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não-governamentais, bem como não ter atuado em juízos ou tribunais nos últimos cinco anos.

Sr. Presidente, creio que a indicação é correta. O General Guido preenche todos os pré-requisitos para ocupar o cargo que o Presidente da República, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está indicando. E, além disso, como falei no início do meu relatório, foi cadete do nosso General Hamilton Mourão, que é o nosso Senador da República.

Portanto, diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores que integram a Comissão de Constituição e Justiça dispõem das informações necessárias de forma sobeja para a deliberação sobre a presente indicação ao cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Sr. Presidente.

Esse é o nosso, meu relatório que apresento a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Líder Otto Alencar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria fazer um registro também do carinho que tenho pelo General Amin; reconhecer, Presidente Mourão, Senador Vanderlan, a capacidade que tem o General Amin dentro das Forças; e cumprimentar o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter indicado o General Amin, dentro das regras do Exército Brasileiro, para que ele pudesse compor a vaga como Ministro do Superior Tribunal Militar.

Portanto, Líder Otto, eu queria referendar o relatório apresentado, de forma muito pessoal, porque conheço o General Amin, tenho relação com o General Amin, tenho relação forte com o Exército, com as Forças, e queria exaltar a capacidade também de o Governo, de o Presidente Lula, seguindo as regras estabelecidas dentro da corporação para esse cargo relevante para a Justiça Militar brasileira, ter indicado o General Amin para compor a vaga como Ministro do Superior Tribunal Militar. Quero registrar o relatório de V. Exa., brilhante, mas fazer essa referência ao General Amin e ao Presidente Lula pela indicação.

Em discussão. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, apesar de homônimo, infelizmente não tenho nenhum grau de parentesco com o General, que, ao longo da sua carreira, desenvolveu com exemplar disciplina e criatividade as suas atribuições. E quero confessar aqui que devo à convivência com o General Guido Amin Naves o aprofundamento do meu interesse pelas questões relacionadas à defesa cibernética e ao crime cibernético. A primeira vez que tive a oportunidade de participar de um exercício de ataque cibernético foi a convite do então General de Divisão, Guido Amin Naves, em 2019, no Forte Marechal Rondon, Senador Hamilton Mourão, Forte Marechal Rondon! Hoje, neste ano, o exercício foi desenvolvido na Escola Superior de Defesa. Portanto, trata-se de um profissional, de um brasileiro, de um homem de grande conhecimento e de grande capacidade de dedicação que há de merecer o nosso aval. E tenho a certeza de que vai nos orgulhar a todos no desempenho das funções para as quais foi designado pelo Presidente da República por mérito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não há mais Senadores inscritos para discutir, está encerrada a discussão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Perdão.

Como o Presidente Mourão vem da carreira, nós vamos abrir uma sessão e vamos "desencerrar" a discussão, e vamos passar a palavra para o Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É bem rápido, Presidente.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem!

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – É apenas para me somar às manifestações aqui ocorridas e dizer que eu conheço o General Amin há 43 anos, acompanhei toda a carreira militar dele, fui seu instrutor, como o Otto falou aqui, na Academia Militar, no ano de 1981. Ele é o primeiro da sua turma na academia, e assim o fez (*Falha no áudio.*) à Justiça Militar, como V. Exa. falou.

Era só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra, para questão de ordem, ao Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – É pela ordem, Sr. Presidente. Apenas para sugerir a V. Exa. que possa abrir o processo de votação, vez que a gente já recebeu os currículos das pessoas que estão...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone.*) – Não, isso só é... Estará na Comissão na próxima semana.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Perfeitamente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Esta Presidência concede vista coletiva automática, ficando para a futura reunião o processo de arguição do candidato e a votação, nos termos do art. 383, 2-B, do Regimento Interno do Senado Federal.

O que é mais Amin de todos nós aqui é o Nelsinho Trad.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ele já queria votar antes da arguição. (*Risos.*)

Ele ganhou do Relator, ganhou do Mourão, ganhou do Lula e ganhou do Davi.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Presidente, uma correção. Uma correção.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente, é respeito à hierarquia, trata-se da indicação de um general. Aliás, eu devo... Se V. Exa. me permite, o General Mourão me permite e o Senador Amin, eu fui médico do Hospital Geral do Exército, na Bahia, em 1973.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, o filho do coronel, neto do coronel, nasceu com o pé torto, o pé tinha o chamado pé equinovaro. E eu me dispus a operar, operei, o pé ficou plantígrado, certinho, o menino andando. Eu morava em Salvador e o Hospital Geral ficava em Salvador. Quando terminou a operação, que eu dei alta à criança, eu digo: "Ele vai me homenagear, fazer alguma coisa". Sabe o que ele fez? Me mandou para o interior da Bahia, para o Hospital Eurico Dutra, em Barreiras, para pegar besouro do barbeiro, para ver se estava infectado. Quer dizer, o prêmio dos generais com civis não é muito coisa boa, não, porque, no caso aí, eu paguei um preço muito alto. Saí de Salvador para ir a Barreiras, no oeste da Bahia, ficar pegando barbeiro para ver se estava infectado com o *Trypanosoma cruzi* e causava a doença de Chagas. (*Risos.*)

Mas foi um bem, porque, a partir disso, se descobriu no oeste do meu estado o cinturão de Chagas, que hoje é uma doença erradicada no Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ofício nº 1, de 2024.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Foi cumprir uma missão, portanto. Saiu-se bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Submete à apreciação...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Está aberta ainda, Sr. Presidente? Ou os dois estão conversando... Eu posso falar também?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pessoal, vou iniciar aqui e eu passo a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) –

ITEM 10

OFÍCIO "S" Nº 1, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MARCELLO TERTO E SILVA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada à OAB.

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil

Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações: *Leitura do relatório, nos termos do art. 383, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal.*

Concedo a palavra ao Senador Vanderlan Cardoso para proferir o relatório.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente, e agradecendo pela confiança em me designar Relator da indicação do Sr. Marcello Terto e Silva para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada à OAB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O CNJ é uma instituição, Sr. Presidente, que trabalha para apoiar e aperfeiçoar o Judiciário brasileiro, exercendo diversas funções que garantem eficiência e responsabilidade social deste relevante Poder.

Profissional experiente na área jurídica que ocupou diversas funções na Procuradoria do Estado de Goiás e no próprio CNJ, como Ouvidor Nacional de Justiça, Marcello Terto vai cumprir seu papel com o profissionalismo que marca a sua brilhante carreira.

Peço agora licença para a leitura do relatório, que é, por certo, favorável à recondução dele ao CNJ.

Chega a esta Comissão o Ofício "S" nº 1, de 2024, de autoria da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que "submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, a indicação do Sr. Marcello Terto e Silva, para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na vaga destinada à OAB".

O nome do indicado foi aprovado pelo Conselho Federal da OAB, em sessão extraordinária realizada no último dia 15 de abril. Trata-se de recondução, para mandato de dois anos, ao cargo que o indicado vem exercendo de Conselheiro do CNJ, como autoriza o *caput* do art. 103-B da Constituição Federal.

O art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal disciplina o processo de apreciação de indicações de autoridades nesta Casa parlamentar, estabelecendo que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania efetue uma sabatina do indicado antes do encaminhamento da matéria ao Plenário para deliberação final. O procedimento de avaliação dos nomes indicados para compor o CNJ...

Passemos a um breve resumo do currículo do indicado, de acordo com as informações e documentos apresentados, em atendimento às disposições regimentais, para subsidiar os trabalhos desta Comissão.

O Dr. Marcello Terto e Silva graduou-se bacharel em Direito em 1999, no Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub). Seguiu sua formação jurídica concluindo três cursos de pós-graduação: Ordem Jurídica e Ministério Público, pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em 2002; Direito Civil e Processual Civil, pela Universidade Cândido Mendes, em 2009; e Advocacia Pública, pelo Instituto para o Desenvolvimento Democrático, ligado à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal, em 2014.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O indicado detém vasta experiência profissional na área jurídica, tendo iniciado suas atividades ainda durante a graduação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – ... como estagiário em escritórios de advocacia e órgãos públicos, e como Técnico Administrativo, na Procuradoria-Geral da República (PGR), cargo para o qual foi aprovado na primeira colocação em concurso público – o cara é bom, Sr. Presidente; primeiro lugar. Logo após concluir sua graduação, o indicado foi nomeado para o cargo de Assessor de Subprocurador-Geral da República, até 2003, ano em que assumiu o cargo, que exerce até hoje, de Procurador do Estado de Goiás.

Ao longo de toda a sua carreira o indicado tem sido bastante atuante em entidades representativas de classe. Exerceu, por dois mandatos, o cargo de Presidente da Associação dos Procuradores do Estado de Goiás e os cargos de Secretário-Geral e Presidente, também por dois mandatos, da Associação Nacional dos Procuradores de Estado (Anape). É membro do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), onde presidiu a Comissão Nacional de Advocacia Pública.

A atuação do indicado na OAB também é profícua, desde 2007, quando integrou a Comissão do Advogado Público e Assalariado na Seccional de Goiás. Foi membro do Conselho Seccional de Goiás da OAB, no mandato de 2010 a 2013. No Conselho Federal da OAB, foi eleito membro em dois mandatos consecutivos, com inícios em 2016 e 2019, tendo exercido, durante esses seis anos, o cargo de Presidente da Comissão Nacional de Advocacia Pública (Cnap).

Na seara acadêmica, o indicado atua como docente, desde 2020, nos cursos de pós-graduação da Escola Superior de Advocacia Pública do Cejur/PGE, Rio de Janeiro, e do Instituto de Aperfeiçoamento Jurídico e Fiscal da Unirio.

O indicado apresentou, na forma devida, as certidões e declarações exigidas nos termos do Risf, do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal e do Ato nº 1, de 2007, da CCJ.

Foram incluídas no processado desta matéria as declarações que cuidam da vedação de nepotismo e da negativa de participação como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais, bem como as que atestam que o indicado não é autor ou réu de ações judiciais, tampouco foi condenado civil ou criminalmente por sentença judicial transitada em julgado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O indicado firmou, ainda, declarações de que não atuou como membro de juízos ou tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou cargos de direção de agências reguladoras nos últimos cinco anos, assim como de que não é membro nem possui parentesco com integrantes do Poder Legislativo em todas as esferas federativas e, tampouco, tem parentes entre os integrantes do sistema que compõe a OAB. Consta também da documentação apresentada pelo indicado uma declaração que atesta a inexistência de cumprimento de sanções criminais ou administrativo-disciplinares, bem como de procedimentos dessa natureza contra sua pessoa.

Foram devidamente anexadas as certidões de regularidade fiscal, nos âmbitos nacional, estadual e federal, assim como certidão negativa de débitos trabalhistas.

Consignamos, por fim, que o indicado também apresentou uma argumentação escrita, em que busca demonstrar ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Conselheiro do CNJ e apresenta um relato sucinto das atividades que tem desempenhado como integrante daquele colegiado desde 2022.

Frente ao exposto, Sr. Presidente, entendemos que os Srs. Senadores que compõem esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania detêm as informações necessárias para a deliberação a respeito da indicação do Sr. Marcello Terto e Silva para o Conselho Nacional de Justiça.

É isso aí, Sr. Presidente.

O senhor viu pelo relatório que o homem é competente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Vanderlan.

Apresentado o relatório, está em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir o relatório apresentado.

Está encerrada a discussão.

Esta Presidência concede vista coletiva, de ofício, ficando para a futura reunião o processo de arguição do candidato e a votação, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 3780, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de majorar as penas previstas para os crimes de furto, roubo, receptação, receptação de animal e interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública, bem como para tipificar os crimes de recepção de animal doméstico e de fraude bancária.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

Em 21/11/2023 foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Jorge Seif.

O autor do projeto é o Deputado Kim Kataguiri.

Queria agradecer ao Deputado Kim a presença aqui na Comissão e aproveitar e fazer um registro. Há algum tempo, eu recebo e vários Senadores recebem a solicitação do Deputado Kim para que a gente pudesse tramitar essa matéria aqui na Comissão. Eu queria registrar a persistência, a perseverança e a resiliência de V. Exa. tratando deste assunto importante e muito relevante.

A Presidência da Comissão registra o empenho pessoal de V. Exa. e, naturalmente, o empenho do Relator Senador Efraim Filho, meu Líder, Líder da nossa bancada, que também se dedicou e se debruçou sobre esse projeto, construindo um relatório e buscando um consenso com os nossos colegas Senadores e Senadoras, e apresenta um belíssimo relatório, enquanto Relator, de uma matéria muito complexa, mas também muito relevante.

Parabéns, Líder, pelo trabalho realizado.

O relatório é favorável ao projeto e à Emenda nº 1, nos termos do substitutivo que apresenta.

Em 21/11/2023, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Jorge Seif.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Líder Senador Efraim Filho, Relator da matéria, para proferir o relatório.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Sr. Presidente Davi Alcolumbre, Senadores e Senadoras, senhor autor do projeto, Deputado Federal Kim Kataguiri, de quem tive a alegria de ser companheiro de bancada nos tempos de Salão Verde e de ser Líder do Deputado Kim, enquanto Bancada do Democratas à época.

Seja bem-vindo a esta Casa do tapete azul, meu caro Deputado, quem sabe futuro Senador Kim Kataguiri. Talento para isso e habilidade ele já mostrou que tem.

Presidente, nesse tema, eu vou ler aqui o relatório e fazer duas avaliações aqui do ponto de vista político muito importantes. Uma das majorações que nós estamos trazendo é para o crime de furto e de roubo de cabos e equipamentos de telecomunicações. A pena hoje é muito aquém do que merece, até porque a envergadura que esse tema tomou no cotidiano da vida das pessoas é diferenciada. Ele não é mais apenas um crime de furto, que tem como agente passivo a vítima, a empresa. A partir do momento em que se desestabiliza, com esses roubos, um serviço que está à disposição da sociedade, a punição tem sido para toda a sociedade. Vou dar um caso recente na minha cidade, João Pessoa: roubaram esses cabos de energia da empresa de água e demorou dois dias para que se pudesse restabelecer esse serviço. A vítima foi difusa, foi coletiva, foi toda a comunidade e assim por diante.

Um segundo tema que está sendo majorado é o crime de latrocínio. O crime de latrocínio é, talvez, a forma mais perversa ou cruel ou uma das formas mais perversas e cruéis de cometimento desse ilícito, e sua pena tem que ser majorada.

E também transformamos para todos os casos de crime de estelionato para uma ação pública incondicionada, porque é de interesse do estado e, muitas vezes, a vítima, às vezes, sofre ameaça, fica amedrontada, não entra com a ação penal ou, às vezes, até envergonhada, porque, às vezes, foi um golpe e ela acabou caindo. Então, o crime de estelionato também passa pela nossa sugestão, acolhendo o projeto de lei para ser na modalidade de ação penal pública incondicionada.

Então, feitos esses três registros, peço vênia para ir direto ao voto, Sr. Presidente.

O parecer é bastante extenso, está publicado já desde a primeira sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendendo que essas majorações vêm ao anseio daquilo que é bem conectado com a vida real do cotidiano, dizemos que, se as referidas condutas forem cometidas por meio de dano, subtração ou destruição de equipamentos para a prestação de serviço de telecomunicação, é plausível esperar que a interrupção ou a perturbação do serviço se prolongará por mais tempo, dadas as consequências naturais advindas dos modos de cometimento do delito. Com efeito, justifica-se o aumento de pena pretendido pelo projeto.

Destaca-se que essa previsão encontra parcial semelhança com o parágrafo único do art. 265, caso em que a pena será aumentada se "o dano ocorrer em virtude de subtração de material essencial ao funcionamento dos serviços".

Esses cabos de rede, de cobre, de telecomunicações ganharam um valor muito acima do que era, obviamente, no tempo da elaboração da legislação atualmente em vigor, e por isso a majoração, no meu entender, se entende absolutamente plausível.

Por todo o exposto, nos termos do parecer já devidamente publicado, o voto é pela aprovação do PL nº 3.780, de 2023, e acolhimento da Emenda nº 1, nos termos do seguinte substitutivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, querido Líder Efraim Filho, Relator da matéria.

Colocamos em discussão o relatório apresentado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Eu quero cumprimentar também o Deputado Kim Kataguiri. É um jovem que tem dado substanciosas contribuições ao país: comandou um movimento importantíssimo, a revolta dos meninos, quando andaram de São Paulo a Brasília; é influência no *impeachment* de Dilma, certamente, quem violou a Lei de Responsabilidade Fiscal. Hoje, essa Lei de Responsabilidade Fiscal não está violada; ela está destroçada, escalpelada, e está todo mundo quietinho. Mas eu só queria abraçar o Kim, um competente... apesar da tenra idade – V. Exa. e vocês têm o prazer de tê-lo nos quadros do seu partido, não é? –, realmente com um futuro brilhante, não tenho dúvida, com capacidade, raciocínio rápido, conteúdo. São esses meninos que eu chamo de geração Calebe e Josué que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certamente vão possuir a terra. Eu sou geração Moisés, estou desaparecendo, já subi na montanha, eu e Otto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu não. Vá você sozinho, vá você sozinho. (*Risos.*)

Carrega a sua cruz sozinho. O castigo é conforme o pecado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Na hora em que eu falei que eu estava desaparecendo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Fique logo sabendo que o castigo é conforme o pecado. Vá você sozinho. (*Risos.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... ele fez a cara assim. Eu quis chamá-lo como companhia, e ele vai me deixar ir só.

Senador Efraim, quero parabenizá-lo por esse relatório.

Esse crime se tornou um crime muito rentável – o que parecia brincadeira antigamente, o roubo de um noia, que, para comprar uma pedra, ali pegou um fiozinho e tal – e representa um risco enorme ao ser subtraído, porque precisam ser cortados de algum lugar fios de alta tensão.

Parabéns a V. Exa., que sempre tem relatórios brilhantes – não é? –, afinal de contas você é filho do Efraim.

Muito obrigado. Parabéns. Certamente esta Casa se orgulha tanto do Kim, que está aqui, que é o pai da matéria, como de V. Exa., como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir a matéria, a discussão está encerrada.

É um projeto não terminativo.

Coloco em votação.

Os Srs. Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo).

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. Com a palavra o Deputado Kim.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Sr. Presidente, Senador Otto, Senador Líder Efraim, Senador Sergio Moro, Senador Magno Malta, primeiro, quero dizer do prazer de ter como Relator dessa matéria, como já bem colocado pelo Senador, aquele que foi meu líder na Câmara dos Deputados, mas, mesmo antes, na época do *impeachment* da Dilma, foi meu líder, antes de eu exercer mandato, naquele momento que nós vivemos e que me marcou, quando nós nos conhecemos – já faz nove anos, Senador Efraim –, o que já faz algum tempo. Quero agradecer pelo trabalho, pelo empenho aqui na Comissão de Constituição e Justiça do Senado para a aprovação desse projeto importantíssimo.

Acho que o Estado de São Paulo, que ainda é um estado que tem conseguido apresentar bons números de segurança pública, ainda assim, é um estado de que eu escuto muita reclamação em relação a assalto, em relação a furto, em relação a roubo, ao elo econômico disso tudo, que é a receptação, que é um ponto fundamental que nós estamos atacando.

Incluímos, na Câmara, e foi acolhida aqui por V. Exa., a questão também do tráfico de animais; a questão também dos golpes cibernéticos, que muitas vezes acontecem principalmente contra idosos; a questão também da qualificadora para o furto de infraestrutura fundamental – de energia elétrica, de transportes, de hospitais, de escolas –, que prejudica muito o dia a dia do cidadão.

Então, quero agradecer aos Senadores por essa aprovação, e, em especial, ao Senador Efraim, meu líder na Câmara dos Deputados, que, com muita maestria, relata essa matéria, e fazer um apelo aos Senadores: que nós pudéssemos levar isso o mais rápido possível para o Plenário do Senado para a gente encaminhar à sanção do Presidente da República.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Meu caro Deputado Kim Kataguiri, dizem que, para um Líder, a melhor forma de medir a eficiência da sua liderança é ver a evolução dos seus liderados.

Você hoje traz um projeto de envergadura. Às vezes, se usa muito uma crítica corriqueira, que é a de populismo penal: se querer aumentar pena por aumentar pena. Não é o caso. Há um estudo muito bem-feito aqui de crimes que ganharam uma outra dimensão e uma outra magnitude diante da transformação, da velocidade da transformação da sociedade. Ao ser Relator do tema, entendi bem essa percepção. Você citou aí o caso do tráfico de animais, da receptação de animais roubados. Isso hoje ganha uma outra dimensão. O *pet* passou a fazer parte da família, a ter um outro valor, diferente da dimensão que era dada tempos atrás.

Então, nesses nove anos que nos separam do período em que nos conhecemos até agora, você ainda mantém seus cabelos pretos, e os meus já ganharam a tinta do tempo, mas tenho certeza de que tem muita história para ser construída adiante por essa nova geração.

Forte abraço! Parabéns pela autoria.

Quero agradecer ao Líder e Presidente em exercício Otto Alencar pelo gesto de lhe ceder a palavra para que a gente pudesse fazer essa homenagem ao autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Efraim, a provocação do Deputado foi quase induzindo V. Exa. a pedir, por um requerimento, a urgência. Eu pergunto se V. Exa. vai apresentar, porque eu acatarei de acordo com a conveniência e a concordância do Senado Federal.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Dentro do que é permitido pelo Regimento, faço o requerimento verbal de urgência a V. Exa., para que coloque para votação em Plenário, e conto com o acolhimento do Senador Amin, do Senador Magno Malta, do Senador Zequinha Marinho, do Senador Sergio Moro, além daqueles que nos acompanham *online*. Está ali o Senador Laércio também.

Faço esse requerimento verbal a V. Exa. para o pedido de urgência ao Plenário, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, parabéns pela sua leitura – V. Exa. é de uma inteligência rara –, a sua leitura do sentimento (*Fora*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do microfone.) do Kim, do olhar... Ele foi lá, leu e colocou na mente de V. Exa., dizendo: "Faça por mim, tá? Vá e acate". (*Risos.*)

Os anos de experiência ensinam isso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exato.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – E também as artes marciais.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exato.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu não vou falar do Mestre Bimba de novo, porque eles não sabem quem é – entendeu? –, de onde veio a sua inteligência, perspicácia.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Muito obrigado. Agradeço.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Agora, você disse que desapareceu no mundo, mas para...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, eu discordei de V. Exa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... Macarani, Itarantim ali...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Macarani, sua terra na Bahia, onde V. Exa. nasceu.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – E Itarantim é a sua.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Itarantim é nossa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Terra sua. Então, para lá nós vamos, não vamos?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então tá!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Então, para lá nós vamos.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – E para lembrar tempos antigos, eu acho que depois até da ressalva que o Senador Otto fez, quero solicitar a retirada das notas taquigráficas do "subindo a ladeira", do Senador Otto, porque ele disse que não o acompanha nessa! (*Risos.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, não, retira, porque ele não vai! Ele não... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é, pois é!

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Vá sozinho!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ele não autorizou.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Em votação o requerimento de urgência apresentado pelo nobre Senador Efraim Filho.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento, que vai para decisão agora do Plenário do Senado Federal.

O item 7 é do Senador Amin, que se retirou.

Nós vamos agora ao item 8, que é um projeto do Senador Mecias de Jesus, com a relatoria do nobre Senador Zequinha Marinho, a quem eu passo a palavra.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 3545, DE 2023

- Terminativo -

Dispõe sobre a federalização da rodovia RR-171 no trecho compreendido entre o início da rodovia BR-433 e o Parque Nacional do Monte Roraima no Km 99,0.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura;

- Votação nominal.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu solicito autorização para ir direto à análise do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – De acordo com o inciso I do *caput* do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem a responsabilidade de opinar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade das matérias submetidas a sua avaliação.

Em consonância com a competência da CCJ, a matéria é constitucional, posto que atende ao art. 22, inciso XI, da Constituição Federal (CF), que determina a competência privativa da União em legislar sobre trânsito e transportes. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, em conformidade com o *caput* do art. 48 da Constituição Federal, não havendo reserva de iniciativa a respeito (art. 61, §1º, da Constituição Federal).

Quanto ao mérito, compreendemos relevante e pertinente a iniciativa do Senador Mecias de Jesus. De fato, a Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art. 3º, inciso III, que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais".

Desta forma, a federalização da Rodovia RR-171 configura-se como uma medida estratégica para promover o desenvolvimento de Roraima e reduzir as desigualdades regionais no Brasil. Essa iniciativa tem o potencial de impulsionar a economia local, facilitando o escoamento da produção roraimense, atraindo investimentos e fomentando a criação de novos negócios, além de fortalecer a integração econômica e social da região com o restante do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda, deve-se destacar a capacidade limitada do Estado de Roraima em fazer investimentos em infraestrutura, devido à carência de recursos próprios em razão das peculiaridades de seu território, do qual a maior parte está protegida: 46% são terras indígenas, 14% são unidades de conservação e 1,22% são áreas militares, totalizando 61,7% de áreas preservadas. Essas restrições limitam o crescimento econômico e a capacidade de aumento de arrecadação própria do estado, que possui uma participação apenas de 0,2% no PIB nacional, segundo informações do IBGE.

Por fim, Sr. Presidente, ao estabelecer que a Rodovia RR-171 – no trecho compreendido entre o início da Rodovia BR-433 e o Parque Nacional do Monte Roraima, no km 99 – fica incorporada à malha rodoviária federal, o projeto garante a destinação de recursos federais para Roraima e viabiliza uma infraestrutura de transportes adequada, capaz de promover o desenvolvimento econômico e resgatar a integração regional, em conformidade com os objetivos fundamentais da República previstos na Constituição Federal.

Do voto, Presidente.

Em razão do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.545, de 2023, e, no mérito, pela sua aprovação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Zequinha Marinho.

Esse projeto tem caráter terminativo; portanto, votação nominal.

O projeto é de autoria do Senador Mecias de Jesus, e eu peço à Secretaria da Mesa que possa abrir o painel... (*Pausa.*)

Tem algum Senador para discutir? (*Pausa.*)

Não.

Encerrada a discussão.

Peço à Secretaria da Mesa que abra o painel para a votação nominal.

Vou pedir aos Srs. Parlamentares que possam começar a votação.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Lembro aos Srs. Senadores e Senadoras que a aprovação dessa matéria requer o quórum mínimo de 14 votos para a abertura do painel e a apreciação do resultado da votação. (*Pausa.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, enquanto está em processo de votação, se V. Exa. me concede...

Senador Moro, ontem eu não estive no Plenário – V. Exa. esteve com a Senadora Damares –, mas hoje eu o farei.

Nós estivemos na Ucrânia. Foi uma viagem muito cansativa, de uma logística difícil para que lá chegássemos, mas a importância da presença da delegação do Brasil, e para mim, de uma forma muito especial, vi um país de mais de mil anos, conservador, cristão, ortodoxo, com católicos, com evangélicos.

Eu acho que globalização é só para a paz e a liberdade. Isso tem que ser globalizado. Agora, a guerra pela guerra, a destruição da vida, o poder pelo poder, o desrespeito à liberdade das pessoas...

A maneira como V. Exa., Senador Moro... E registro para o Brasil o respeito e o reconhecimento do povo do mundo inteiro a V. Exa., ao ver como as pessoas do mundo inteiro o reconhecem pelo serviço que V. Exa. prestou a este país, gostem ou não gostem. Existem filigranas na lei. Um entendimento territorial, que não é jurídico, desfez tudo que o Brasil viu e o mundo viu e aplaudiu. E hoje a gente vê as pessoas do mundo inteiro também comentando os desmandos, os bandidos soltos, vê os Estados Unidos se pronunciando, o Donald Trump, de que a Lava Jato e as ações dessas empresas brasileiras que estão no Judiciário americano, vão ter prosseguimento.

V. Exa. falou em nosso nome, da delegação. A sua fala é a tradução do coração de todo brasileiro que ama a liberdade, a vida, de todo brasileiro que se sente acuado neste momento, no regime ditatorial, e fomos lá dizer isso a ele. E ele, um Chefe de Estado que vem crescendo e amadurecendo no meio de um sofrimento... Hoje lemos a notícia, lá no grupo, de que um Prefeito foi morto por soldados russos, de uma forma covarde, violenta. E a gente vê uma cidade, um povo cheio de esperança, de fé de que isso se acabe.

Mil anos de existência, a criadora da ONU, não é? E eu fico olhando para essa globalização, esses governos totalitários... Porque o totalitário não reconhece você; ele acha que você é dele, pertence a ele. E o totalitarismo que a Rússia tem feito em cima da Ucrânia certamente é doloroso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Valeu a pena estar lá.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador, já temos quórum de votação.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Em nome de Itarantim, eu vou encerrar em 30 segundos a minha fala.

Ver um povo que criou a ONU me impressiona muito. Criou a ONU; é como você tivesse feito um filho de criação. Criou a ONU, e hoje você tem um tataraneto que é a Rússia, que quer tomar sua aposentadoria, sua casa, tomar suas terras e dizer: "Não, você está velho demais, e quem manda somos nós, em nome do poder pelo poder". Então, faço esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pode terminar, Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Só quero registrar aqui também, Senador Otto, antes de encerrar e com a vênia de V. Exa., um agradecimento pelas palavras. Mas fomos lá e creio que temos uma lição, de certa maneira, a aprender, pela valentia da população ucraniana, que, enfrentando uma potência militar nuclear, resiste bravamente.

E a minha percepção – e certamente também é de V. Exa. – é de que a gente sabe o que vai acontecer, e há uma certa incerteza no quadro, mas eles vão continuar lutando, porque, para eles, é uma guerra de independência, uma guerra pela liberdade. Quem sabe nós possamos nos espelhar também na bravura desse povo para defender – num contexto mais singelo, mais simples, com a sua complexidade e as suas dificuldades, mas com menor dificuldade do que eles – a nossa liberdade aqui, no Brasil, também.

Mas foi uma honra também compartilhar a viagem com V. Exa., com a Senadora Damares e com o Deputado Paulo Bilynskyj, que tornaram a viagem, além de uma honra, mais prazerosa, já que compartilhamos momentos ali de reflexão, de debate e também de uma certa agrura pelo percurso difícil e arriscado que fizemos nessa ocasião, não é? E como nós aprendemos lá, não é, Senador: *slava Ukraini!*

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Rapidamente.

O Senador Marcio Bittar era Relator do Projeto nº 3.375, de 2023, de nossa autoria. Eu quero aqui solicitar ao Senador Davi Alcolumbre para nos ajudar pautando para a próxima semana o PL 3.375, de 2023, da nossa autoria, para a gente terminar o ano mais alegre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Bom, a votação já está concluída, inclusive com o voto do Senador Hiran, e eu determino à Secretaria da Mesa que abra o painel para verificação dos votos.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Votaram SIM 17 Senadores; 1 voto NÃO.

A matéria está aprovada, em caráter terminativo, e será encaminhada à Mesa Diretora do Senado Federal para as providências cabíveis.

Eu passo agora a palavra ao Senador Jorge Seif, para que ele possa relatar o projeto, terminativo também, que altera a Lei 8.072, de 25 de junho de 1990.

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 1558, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que "dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências", para incluir no rol de crimes hediondos o tráfico de pessoas.

Autoria: Senador Rogerio Marinho (PL/RN)

Relatoria: Senador Jorge Seif

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Votação nominal.

E a relatoria do Senador Flávio Bolsonaro.

Eu passo a palavra, *ad hoc*, para o Senador Jorge Seif relatar a matéria, pedindo permissão a V. Exa. para que eu possa registrar a presença na Comissão de Constituição e Justiça do Deputado Federal Otto Alencar Filho, que com muita honra me representa lá na Câmara dos Deputados.

Com a palavra o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Viva a Bahia! Quero cumprimentar meu amigo Deputado, carinho que nós temos. Obrigado pela sua visita.

Sr. Presidente, se V. Exa. permitir, vou direto para à análise desse importante projeto do Marinho e da relatoria do Flávio.

Não vislumbramos, no projeto, vícios de injuridicidade ou de inconstitucionalidade, nem óbices de natureza regimental.

A matéria está abrangida na competência legislativa privativa da União, admitida a iniciativa por parte de qualquer membro ou Comissão da Câmara, do Senado ou do Congresso.

No mérito, consideramos a proposição conveniente e oportuna.

A proteção especial dada a crianças e adolescentes, consistente da severidade da reprimenda cominada ao agente, deve ser estendida a todas as pessoas que são vítimas do tráfico de pessoas.

Conforme bem ressaltou o autor da proposição, Senador Rogerio Marinho, o tráfico de seres humanos é frequentemente facilitado por redes criminosas organizadas, que fornecem os meios necessários para a prática do crime. Essa ligação, Sr. Presidente, com organizações criminosas justifica ainda mais a necessidade de classificar como hediondos todos os casos de tráfico humano, não apenas os cometidos contra crianças e adolescentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 1, da CCJ, apresentada pelo Senador Rogério Carvalho, é meritória e possui tema relevante para a sociedade brasileira, porém acreditamos que a matéria merece uma discussão mais aprofundada. Ainda tendo em vista que o intuito preliminar do Projeto de Lei 1.558, de 2024, foi trazer uma maior uniformidade na legislação penal para o crime de tráfico de pessoas ao incluir todas as suas formas na Lei dos Crimes Hediondos, visto que o tráfico de criança e adolescente já é hediondo desde o advento da Lei 14.811, de 12 de janeiro de 2024, entendemos pela rejeição da Emenda nº 1, do Senador Rogério Carvalho.

No entanto, Sr. Presidente, visando a aplicabilidade do dispositivo em sua forma plena, oferecemos emenda de redação para especificar as condutas a serem consideradas como crime hediondo no dispositivo atinente ao tráfico de pessoas no Código Penal.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.558, de 2024, com uma emenda de redação que apresenta e a rejeição da Emenda nº 1, da CCJ.

> Emenda - CCJ (REDAÇÃO)
> Dê-se ao inciso XII do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 1.558, de 2024, a seguinte redação:
> "Art.1º.....
> .....
> XII – tráfico de pessoas (art. 149-A, *caput*, incisos I a V e § 1º, incisos I a IV....."
> (NR)

Era esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão.

Há algum Senador que queira discutir a matéria?

Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer a V. Exa. pelo espaço e saudar aqui o nosso Deputado Otto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também, que tão bem representa o Estado da Bahia lá na Câmara Federal, a exemplo de como V. Exa. faz, com muita propriedade, aqui no Senado da República.

Quero saudar os nossos pares e dizer da nossa responsabilidade ao apresentarmos o projeto por entendermos que, numa sociedade, é necessário termos regras, termos limites e temos uma diferença muito clara entre o que é certo e o que é errado. Apesar da nossa legislação já prever o crime de tráfico de pessoas, eu tive a oportunidade de recentemente ter acesso a alguns dados e conhecer alguns casos que me impactaram de uma forma muito peculiar, com a maneira como essas organizações trabalham dentro do território nacional. E, de uma forma subterrânea e pouco publicizada, eles capturam jovens, crianças, pessoas que têm fragilidade do ponto de vista econômico e social e fazem o verdadeiro tráfico da era moderna, tanto para a questão sexual, para exploração sexual, quanto para o trabalho braçal em outros países do continente e até em outros continentes, aqui na nossa realidade.

O ser humano que se dispõe a subtrair a liberdade de alguém e submetê-lo a uma sevícia, a uma indignidade, esse cidadão precisa ser sentenciado de uma forma dura para que a sociedade entenda o recado e esse tipo de prática não perdure.

Por isso, nós apresentamos esse acréscimo à nossa Constituição, desculpe, ao nosso ordenamento jurídico, para que esse crime, que é um crime terrível, que é um crime, de fato, hediondo possa ser contemplado como tal no rol dos crimes existentes.

Peço o apoio dos nossos pares para esta proposição e agradeço aqui ao Senador Jorge Seif pelo relatório *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Magno Malta, para discutir a matéria.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Quero parabenizar o Senador Marinho e o Relator, Senador Jorge. O mérito do seu projeto, Senador Marinho, é o bem maior, é a vida.

Eu me lembro, Senador Otto, que não está me acompanhando na viagem que eu vou fazer...

Hein, Bahia?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Você vai sozinho. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Quando eu fui... Quando eu estive em Marajó, quando o Dom Azcona foi atacado por combater o tráfico de seres humanos, de crianças, pela via de Marajó, o tráfico de adolescentes, adultos, mulheres adultas também, e, principalmente, crianças... Eu estive em Marajó por três vezes. Dom Azcona, de saudosa memória – acho que tem uns 30 dias que ele faleceu –, era ameaçado de morte o tempo inteiro. Foi quando eu tomei a iniciativa e, naquela ocasião, Senador Otto, prendi o irmão da Governadora Ana Júlia, um pedófilo contumaz, e um Deputado Estadual chamado Luiz Sefer, com sete mandatos, que tem cinco hospitais em Belém, e achou que ia debochar. O nome dele é Luiz Sefer. Se V. Exa. juntar o nome com o sobrenome, V. Exa. vai ver que vai dar em algum lugar. Ele pegava crianças em Marajó, na ilha, crianças novas, como médico, e cometia atrocidades. Eu não vou detalhar aqui o tipo de "cirurgia" que ele fazia. Infelizmente, para a gente ficar com mais ódio ainda, ele é preso, e, com as justificativas mais esdrúxulas, com os contorcionismos jurídicos para perigosos como esses, esse indivíduo está na rua, empresariando. Não tem jeito para essa gente. E ele continua abusando – continua abusando. Pessoas desaparecem.

Esse projeto do Senador Marinho que inclui no rol de crimes hediondos – e pedofilia se tornou crime hediondo também nessa época... Não era crime hediondo a pedofilia no Brasil. Na verdade, o texto da CPI foi assinado pelo Senador Nascimento, de Manaus, e eu fui o Relator dele.

No ordenamento jurídico, nós temos que chegar a um momento em que esse crime de desaparecimento de pessoas, de tráfico de pessoas, tráfico de órgãos – tráfico de órgãos... Crianças são vendidas e traficadas como um carro velho para serem desmontadas, Senador Otto – o senhor é médico, seu filho é médico –, e venderem as córneas dos olhos, o rim, o fígado, muitas vezes de uma forma legalizada.

Muitos vêm e adotam criança no Brasil. Um estrangeiro tem facilidade de adotar uma criança brasileira, muito mais do que um brasileiro. O brasileiro tem que esperar na fila, que é outra lei errada, Jorge, que a gente tem que mudar.

Então, o seguinte: a fila beneficia a criança... não beneficia a criança, beneficia o adulto. A criança está no abrigo, ela não tem os traços da família, ela não é bonitinha, ela não tem aparência, então o cara que está na fila vem ver a criança no abrigo, porque é a vez dele, ele mora na Paraíba, mora na Bahia. Vem aqui, a criança agora está disponível: "Ah, mas nós não gostamos". Como se fosse uma bicicleta velha, vão embora. Chamam o segundo da fila: "Nós não gostamos". Essa criança faz 12 anos, 13 anos, 14 anos, salta o muro e vai embora, e vai virar marginal. E, no mínimo, cresce traumatizada. Nós precisamos ter uma legislação em que a criança que seja protegida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou pai adotivo, Deputado. Eu sou pai adotivo. E, quando eu peguei minha filhinha... E eu quero aqui fazer um registro, ontem foi a formatura dela. Ela se formou em Psicologia ontem – minha filha Jaisliny, filha adotiva. E, quando eu a peguei no abrigo, mais quatro irmãos, o juiz se mostrou assim com dificuldade de me entregar a criança, Senador Otto. Eu já era um Senador em 2002, para 2003. Sabendo quem eu era, a obra social que eu fazia, mas, muito mais que isso, estava adotando uma criança. Mas é porque o juiz já tinha vendido as quatro, ela e os três irmãos, para um casal na Itália. E o casal já estava no Espírito Santo. E ele não tinha como levar os quatro, porque eu tinha pego a minha Jaisliny. E eles me negaram ficar com a menina no final de semana. Difícil também de entender, porque eu já era um Deputado Federal, um Senador da República, conhecido, e eu não estava fazendo uma obra social, apesar de ter – é o meu sacerdócio –, eu estava adotando uma criança! Eu estava trazendo uma vida para a minha vida, da minha família. Eles não me entregaram.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – E eu precisei entrar no tribunal para ter o direito de ficar aquele final de semana com a criança. O juiz negou! O Presidente do tribunal me entregou a criança. No final se descobre que ele tinha vendido as quatro, mas aí só conseguiu entregar três.

A minha filha se formou agora, Senador, e eu já fiz um discurso no Plenário. Minha filha é negra. E eu estou tentando de todas as maneiras... (*Manifestação de emoção.*)

As três crianças que foram para a Itália foram com um casal de pedófilos, abusadores. Elas foram abusadas. O casal foi preso, porque já, já a irmãzinha mais próxima da minha filha Jaisliny pulou do quarto andar, se arrebentou toda. Vive hoje num abrigo na Itália, deficiência na fala. A mais velha está num hospital para pessoas loucas. (*Manifestação de emoção.*)

E o menino Jaison vive pelas ruas da Itália, perambulando. Eles descobriram a rede social e começaram... porque eles tinham uma vaga lembrança, porque eles esqueceram tudo, eles não sabem falar português. E eles saíram daqui falando português, novinhos, criancinhas pequenininhas, mas normais. Eles botavam uma bolsa de gelo na cabeça deles, a noite inteira, a madrugada inteira, e eles apanhavam para esquecer o português e decorar o italiano.

Jajá, hoje, toda quebrada, vive num abrigo, com uma ajuda do Governo. E é o meu sonho... Sei que a Embaixada da Itália tem sido solícita, e eu não desfruto de um relacionamento próximo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque aqui, infelizmente, tem Senador de primeira classe e de segunda classe. Eu sou um Senador de terceira classe aqui, por conta da minha virtude, a virtude...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça interino, estou elevando V. Exa. para a primeira classe; a partir de hoje, V. Exa. é de primeira classe e comove todos nós com o seu depoimento, que eu sei que é verdadeiro. O espírito público, o sentimento que V. Exa. nutre pelo social é muito profundo, tanto que todos nós ficamos aqui ouvindo. Seus olhos ficaram marejados aí de emoção, porque certamente lhe comove muito não ter ao seu lado os irmãos da sua filha, que agora se formou; sei que isso é doloroso, cai muito na alma da pessoa. Eu vi a sua emoção, mas não me surpreende, até porque a história de V. Exa. está totalmente ligada a essa questão dos direitos humanos, da recuperação de pessoas, o que é muito incomum no Senado Federal. V. Exa. é um exemplo para todos nós.

Eu tive uma oportunidade, por pouco tempo, de trabalhar numa instituição que tinha mais ou menos esse caminho, e tem até hoje, porque, como um milagre, as instituições sociais de Irmã Dulce têm um hospital de 600 leitos, o maior da Bahia, e têm uma escola para 1,5 mil alunos, todos custeados por bonificações, por doações de pessoas que se comovem com essa situação que existe hoje das pessoas, sobretudo das crianças de famílias economicamente mais fracas, de menor poder aquisitivo.

Portanto, a admiração só cresce. Eu já conheço V. Exa., é meu conterrâneo, é baiano; então, a primeira classe é o seu lugar. Não, de maneira nenhuma venha achar que V. Exa. está num nível que não seja um nível de alto grau, no primeiro andar do Senado Federal!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Agradeço V. Exa. pelas suas palavras. Eu quis me referir ao fato de que acho que a minha maior virtude é não me acovardar diante da verdade. Eu só lido com ela, e isso muitas vezes desagrada, não é? Penso que, se eu realmente estivesse, e eu já fiz essa fala na tribuna, esta Casa teria me ajudado – sabe? – junto a essas autoridades, mas isso não aconteceu. Infelizmente, a minha maior virtude é olhar nos olhos, cumprir minha missão e falar a verdade sem tergiversar, porque: "Fulano é gente boa, é meu amigo...". É, mas a verdade é a verdade.

Então, por causa desse projeto do Senador Marinho, este juiz está afastado, foi afastado, naquela lógica tão maldosa, afastado com salário, aposentadoria, e a única maneira que encontraram para dar o bote nele foi encontrar uma arma sem documento na casa do juiz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas não são as únicas crianças vendidas, isso ocorre por todo o país. Havia um bairro em Recife em que as pessoas simples eram levadas para Israel e um rim custava R$7 mil. E para uma pessoa simples, desempregada, quando você fala em R$7 mil, você tira um rim, você pode ter outro. Então, todas essas máfias, todas essas máfias, o Brasil já passou da hora, eu não sei que dia vai chegar... Quando a gente fala numa lei dessa que acrescenta no ordenamento jurídico, a gente não sabe que dia que o ordenamento jurídico vai voltar, porque ele está nas nuvens, na época de internet. O que existe é o que Lewandowski disse aqui ontem: entendimento da Corte. A Corte entendeu que o art. 53 não vale tanto assim não. A ofensa moral, se você ofende alguém, você tem a sua imunidade, você espera terminar o mandato, quando terminar o mandato, você processa ou, se quiser, faz de uma vez na primeira instância e espera que acabe o mandato.

Então, assim, a gente não tem êxito porque vê essa gente na rua. Eu prendi Adail Pinheiro, teve duas prisões, Prefeito de Coari, em Manaus, um pedófilo contumaz. Operação Luz na Infância 1 e Luz na Infância 2, eu fui a Coari, eu fui ao Amazonas. Esse cara cumpriu cadeia, agora foi eleito Prefeito. E eu fico me perguntando, tem hora, Senador Marcos, Senador Otto, Senador meu Líder Marinho, Jorge, fico pensando nesse sentimento ruim que a gente tem que está enxugando gelo, está enxugando gelo, está enxugando gelo o tempo inteiro.

Mas eu pretendo, na iniciativa de V. Exa., na fala de V. Exa. a mim e à minha família, da nossa luta travada, na verdade, são 43 anos tirando gente da rua, que V. Exa. me ajude, que esta Comissão me ajude. Sei lá, nós vamos descobrir muita coisa, se a gente tira uma Comissão aqui para ir à Itália ver o caso, nós vamos chegar a um abrigo e nós vamos deparar com muitos brasileiros vendidos e abusados, crianças que cresceram abusadas, longe do seu país.

Então, parabéns, Senador Marinho, parabéns ao relatório do Jorge. Realmente isso é o que me comove. Mas eu fico me perguntando, Senador Otto, assim, a minha luta é por liberdade, eu luto por liberdade, eu quero um povo livre, mas quando eu vejo Adail Pinheiro, pedófilo, ser eleito Prefeito, eu pergunto: por que tipo de gente eu estou lutando, é a liberdade para quem, por que tipo de povo eu estou lutando? Quando a gente vê bandido e, infelizmente, é assim que está acontecendo no mundo e não vai melhorar, a Bíblia diz que não, até Jesus voltar, mas a palavra de V. Exa. nos anima a continuar, porque a vida é que vale. A vida tem mais valor do que cimento, do que obras estruturantes, a vida tem mais valor do que esgoto, isso tem mais valor do que asfalto, do que calçamento, a vida é a vida. A partir dela, tudo; fora dela, nada.

Então, eu ganhei o dia hoje, embora esteja muito emocionado. Minha filha se formou ontem e me ligou por vídeo, assim que saiu da sabatina do TCC – o nome dela é Jaisliny Malta, uma negra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

linda –, e eu fiquei emocionado demais vendo-a, na chamada por vídeo, dizer: "Pai, acabei de apresentar o meu TCC e fui aprovada". E eu me lembro dos primeiros dias... A mãe dela cumpriu muitos anos de cadeia por tráfico de droga; o pai morreu assassinado no tráfico e deixou quatro criancinhas – criancinhas – no abrigo, quatro bebês, assim, um seguido atrás do outro. A mãe dela era muito jovem, com 16, 17 anos de idade; foi presa aos 18 e hoje é uma pessoa recuperada – cumpriu muita cadeia –, uma pessoa de bem. E ela reconhece a mãe biológica.

Eu sei que muita gente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... tem essa alegria na minha situação e a alegria deste momento aqui na Comissão de Justiça.

E eu fico mais alegre ainda porque é baiano, meu conterrâneo, vizinho de município. Nós não somos só baianos; nós somos vizinhos de município, não é? Nós conhecemos a história que os caras não conhecem. Quando você fala "Mestre Bimba", eles perdem tudo, não sabem nada. (*Risos.*)

Não sabem nada! Aí, só pensam em Pedro Álvares Cabral, não sei o quê. O resto eles nem sabem o que aconteceu lá pela Bahia; só nós mesmo. Então, a gente tem essa identidade e esse carinho, que foi já, assim, de imediato.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vamos lá! Pois é, Senador.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Vamos abrir a votação, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Encerrada a discussão – nenhum Senador se inscreveu para discutir o tema –, nós vamos agora à votação.

É uma votação nominal, porque é matéria de caráter terminativo.

A votação está aberta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e Senadoras podem votar. (*Pausa.*)

Vamos iniciar a votação. Já está autorizada.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nós estamos votando o projeto, em votação única, e as emendas, nos termos do parecer lido pelo Senador Jorge Seif. (*Pausa.*)

Quero chamar a atenção dos Srs. Senadores e Senadoras para a votação do projeto que acaba de ser relatado pelo Senador Jorge Seif, de autoria do Senador Rogerio Marinho, um projeto de relativa importância, de grande importância, aliás, para a questão dos crimes hediondos.

Os Senadores e as Senadoras podem votar pelo sistema remoto.

São 14 votos para a aprovação da matéria.

Nós temos 10 Senadores, 12 votos agora.

Senador Lucas Barreto, Senador Fabiano Contarato...

O Senador Davi Alcolumbre já votou?

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já votei. (*Fora do microfone.*)

Eu queria registrar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Eduardo Braga, Senador Marcio Bittar, Senador Sergio Moro, Senador Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick...

Completamos agora o quórum de 14 Senadores que votaram.

Está completo o quórum de votação.

O Senador Marcos Rogério está votando. (*Pausa.*)

Consulto se podemos encerrar a votação.

Senador Efraim Filho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Pela ordem.) – Presidente Otto Alencar, querido Líder, enquanto os Senadores e as Senadoras estão exercendo o direito do voto, primeiro eu quero agradecer a oportunidade, querido Vice-Presidente Senador Marcos Rogério, nesta votação específica, já que o Líder Otto está ocupando a Presidência, de votar nesta matéria e neste relatório apresentado.

Eu queria cumprimentar o Senador Rogerio Marinho, autor do projeto; cumprimentar o relatório apresentado pelo Senador Flávio Bolsonaro, que analisou a matéria; registrar também que o Senador Jorge Seif, que está na Comissão, fez a apresentação do relatório *ad hoc*, uma designação do Presidente Otto.

Mas de tudo o que a gente ouviu aqui hoje, eu queria fazer um registro, Senador Magno Malta, um registro inclusive como ser humano, não é como Senador da República. Eu queria cumprimentar a coragem de V. Exa., a determinação de V. Exa., a história de V. Exa. e registrar: que bom que nós temos a oportunidade de conviver com pessoas que, em um assunto ou outro, em um tema ou outro, em uma agenda ou outra, têm a capacidade de divergir com honestidade de propósito e com franqueza de espírito.

Eu sei que a política é feita em muitas das vezes... Nós estamos vivendo um momento muito delicado, porque há infelizmente agressões de ambos os lados em relação àqueles que tentam convergir, àqueles que tentam mediar, àqueles que tentam pacificar, àqueles que tentam conciliar. Nós estamos vivendo um momento muito delicado da história nacional, com muitas agressões gratuitas não à ideia de um Senador ou de um Deputado ou de uma autoridade, mas ao simples fato de se posicionar contra, muitas vezes partidariamente ou ideologicamente.

Eu estou fazendo essa fala... E eu raramente faço manifestação, porque também, enquanto Presidente, eu tento, da melhor maneira possível, mediar, mediar os conflitos, os interesses, os desejos, porque o Presidente tem que ter esse papel de mediação, de ponderação e de equilíbrio, mas, claramente, nós estamos tendo esse problema hoje no Brasil. Ele não é só no Parlamento, ele é na vida real da sociedade brasileira.

Nós estamos vendo familiares, famílias serem destruídas. Muitas das vezes numa posição um pai briga com o filho, um avô briga com o neto. E eu já perdi as contas de manifestações que eu escuto aí nas nossas conversas, e é uma forma muito verdadeira de estar falando isso aqui hoje, de que se monta um grupo familiar em rede social... E eu converso com muita gente – graças a Deus eu tenho esse desejo de ouvir as pessoas – e eu fico conversando que grupo familiar, às vezes, está virando um grupo de briga entre parentes: fulano saiu do grupo, brigou com o primo;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primo brigou com o tio, por causa de uma fala, de uma agressão. Não está ficando mais só na agenda, as pessoas estão se achando no direito de entrar na intimidade das pessoas, no CPF das pessoas, na vida das pessoas. E a gente não está conseguindo perceber que nós, muito mais do que fazendo um debate, estamos ofendendo, agredindo as pessoas, inclusive nas famílias.

Mas eu fiz essa rápida passagem, Presidente Otto, me permita que eu novamente... Raramente falo aqui, faço uma manifestação, Senador Seif, mas, nesse caso concreto, Senador Magno Malta, V. Exa. fez uma fala hoje aqui com o coração, uma fala franca, honesta e verdadeira de um tema específico que V. Exa. está vivenciando dentro da sua família e que infelizmente nós ainda vivenciamos no Brasil. Não foi nesse caso há 18 anos ou 20 anos, mas todos os dias estão acontecendo as mesmas coisas no Brasil. Quando V. Exa. traz aqui essa fala emocionada – porque não tem como não se emocionar com o depoimento de V. Exa., e isso foi dito pelo Senador Otto, nosso querido Presidente em exercício –, todos os Senadores ficaram atentos à fala de V. Exa. por uma crueldade que foi feita em uma família no Brasil, a partir de uma decisão judicial de um juiz que foi, constatadamente, comprado para tomar aquela decisão. E, quando a gente escuta os irmãos da sua filha sofrerem o que estão sofrendo em outro país, a gente passa um filme na nossa cabeça e a gente fica pensando quantos outros ou quantas outras brasileiras estão vivendo isso todos os dias.

Eu quero lhe dizer que V. Exa. sempre será um Senador de primeira classe. V. Exa. tem altivez e estatura para isso. V. Exa. tem mais história que muitos de nós que estão aqui, porque, antes de estarmos aqui, V. Exa. já estava lutando por causas por que poucos tiveram coragem de lutar. V. Exa. foi ameaçado, V. Exa. foi intimidado.

E eu acompanho a história de V. Exa., eu não preciso concordar com todas as suas posições, e V. Exa. também tem o direito de não concordar com todas as minhas, mas eu quero dar um testemunho público aqui para todos que estão nos acompanhando nesta reunião de hoje: a fala de V. Exa. engrandece o ser humano Magno Malta, mas vamos mudar do ser humano e vamos falar do Senador, o homem público. A fala de V. Exa. engrandeceu o Senado da República e o Senador eleito pelo Estado do Espírito Santo, que retorna ao Senado Federal para fazer uma manifestação dessa, que toca a todos nós profundamente.

Meu apoio, minha solidariedade a um Senador atuante, combativo e verdadeiro. E a verdade é uma grande virtude, não é um defeito. Quem quiser colocar defeito numa verdade não está sendo leal. A honestidade e a verdade são qualidades, são virtudes. E V. Exa. tem de sobra isso. V. Exa. comoveu a todos nós. V. Exa. nunca será um Senador de terceira classe, por tudo o que V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exa. construiu na vida pública, em nome do povo do Espírito Santo, que confiou em V. Exa., mas em nome do Senado da República, que tem 200 anos de existência. Eu tenho muito orgulho e muita honra de estar aqui no Senado convivendo com V. Exas. durante meus oito anos do primeiro mandato e dois anos do segundo mandato como Senador da República.

Quero lhe dizer do fundo do meu coração: V. Exa. engrandece o Senado da República e V. Exa. tem todo o apoio nessa agenda pessoal, que, antes de ser pessoal, é a agenda humanitária de um ser humano que tem um coração bom.

Conte com o nosso apoio integral nessa agenda. E nós vamos juntos fazer o enfrentamento com quem tiver que fazer para que V. Exa. possa ter o sonho em relação aos irmãos da sua filha, por consequência, que eles possam vir ao Brasil e ser seus filhos também. Conte com a gente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quero parabenizar o Senador Davi Alcolumbre.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E a votação foi aberta com 18 votos favoráveis.

A matéria está aprovada.

Será encaminhada à Mesa Diretora do Senado Federal para as providências cabíveis.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 469, DE 2022

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o crime de rixa em decorrência de eventos esportivos e dá outras providências.

Autoria: Senador Alexandre Silveira (PSD/MG)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda 4 – CEsp, com duas emendas que apresenta, pela prejudicialidade da Emenda 5 – CEsp, e pela rejeição das Emendas 1, 2 e 3 – PLEN.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Esporte;

- Foram apresentadas as emendas nº 1-PLEN, de autoria do Senador Eduardo Girão; nº 2-PLEN, de autoria do Senador Rogério Carvalho; e nº 3-PLEN, de autoria do Senador Carlos Viana;

- Votação nominal.

O Relator, o Senador Jorge Kajuru, não está presente.

Eu pediria a compreensão e a boa vontade do Senador Magno Malta para que ele possa relatar este último item da pauta da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Com a palavra, o Senador Magno Malta para relatar *ad hoc* a matéria, o item 7, do Senador Alexandre Silveira.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, diante dessa manifestação de V. Exa., eu agradeço, em nome da minha família, o reconhecimento. Acho que este foi um grande presente no dia da formatura da minha filha, um presente que eu recebo do Senado da República: as suas palavras, como meu amigo, conterrâneo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – E admirador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... e V. Exa. se põe como admirador da minha luta, do meu trabalho. É a minha própria vida, é o que eu respiro. Eu não tenho obra social, eu tenho um sacerdócio que eu cumpro.

Diante da emoção também de receber as palavras do Senador Davi, que eu conheci no primeiro mandato... Convivi quatro anos com ele aqui. Já estive no estado dele também, correndo riscos. Fui ao estado em dias difíceis, como Presidente de uma CPI muito forte – e corria risco de vida –, onde prendemos, do Tribunal de Contas de lá...

Um cidadão veio a Brasília, do seu estado, me entregar um envelope que não tinha tanta coisa dentro, um cidadão chamado Sílvio, junto com um ex-Senador, um velhinho – não me lembro do nome dele –, que me procurou na Câmara, queria falar com o Presidente da CPI do Narcotráfico. Eu os recebi com muita educação. Eles me entregaram o envelope, bateram uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foto e encheram o seu estado de *outdoors* com a minha foto com o velhinho, o tal Sílvio, dizendo: "quem não deve não teme". Assim que tivemos conhecimento disso, eu decretei à Polícia Federal, como Presidente da CPI... Eu acho que até isso estão destruindo no Parlamento, com essa liminar que o Ministro André Mendonça deu para a Deolane, desobrigando-a de obedecer, de cumprir a convocação da CPI. É o fim do mundo. Acabou o instituto CPI. Com o que o Dr. André Mendonça fez, o terrivelmente evangélico, que estava sentado ali e disse: "Na vida, a Bíblia; no Supremo, a Constituição", ele mostrou que não conhece nenhum dos dois. E olha que eu lutei para que ele fosse... Pois lá no seu estado, eu determinei... E esse cidadão fugiu, esse cidadão chamado Sílvio, que colocou a minha foto nos *outdoors*, que foram derrubados todos pela Polícia Federal na madrugada, por determinação do Presidente da CPI, por minha determinação.

Não foram dias fáceis nem alegres para mim na sua terra. E voltei em outra situação, para tratar de pedofilia. Fui lá em outra situação, tratar de pedofilia também. Nunca fui para desfrutar de fato, para estar ali, não é? Mas lá estive, em 2018, quando também, por uma oportunidade, cobrindo a minha agenda e também cobrindo o Presidente Jair Bolsonaro, que estava em cima da cama... A minha filha Karla foi lá cobrir a mim e ao Bolsonaro e acabou ficando oito dias na campanha de V. Exa. para Governador.

Em nome da minha família, eu agradeço o seu reconhecimento, como Presidente desta Comissão. V. Exa., como cidadão do Amapá, me conhece, trabalhando, agindo de forma destemida. Fui ao seu estado, não abri mão disso, juntamente com o Moroni Torgan e tantos outros.

E pela deferência à minha posição e ao meu comportamento... porque muitas vezes eu digo para mim mesmo: "Eu não gostaria de ser assim". Por outro lado, eu digo: "Eu tinha que ser assim. Eu tenho que ser assim". Eu lido com a verdade, eu lido com fatos, eu não invento mentira, eu não ofendo pessoas. Eu, de fato, posso até ser duro nos meus posicionamentos, mas há momentos em que é preciso ser... a gente precisa se indignar. O Apóstolo Paulo diz: "Não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos pela renovação do vosso entendimento". Aquilo que V. Exa. tem de virtude, Senador Otto, de apaziguar e de, assim, amenizar... É um comportamento grande também, e cada um tem o seu. Mas, por exemplo, eu não suporto ver um indivíduo que está sendo mandado para um Tribunal Superior se sentar ali e, depois, três meses depois, se descobre que é um estelionato, porque não é nada disso. Então, eu uso a palavra "estelionato", eu uso a palavra "falsidade ideológica", porque eu estava lá, eu vi o fato, sou testemunha ocular. E eu agradeço por esse reconhecimento – porque eu sou dessa maneira – desse fato, mas não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minto, não construo inimizades; muito pelo contrário, convivo com o contrário. Muito pelo contrário!

Essa proposta de legalização de jogo que aí está. Durante muitos anos eu lutei aqui junto com o Senador Randolfe, com um voto em separado de nós dois. E ele me confirmou hoje: "Ó, continuo na minha posição, no nosso voto em separado, e eu vou votar contra a jogatina".

Então, quando V. Exa. está falando dos meus posicionamentos, eu agradeço muito a Deus por esse reconhecimento, mas construo amizade, construo relacionamento. Eu acho que Deus me deu a graça de não ser hipócrita, de não ser fingido, de... Não, não sei, não tem como, aparece no meu rosto. Eu sou, de fato, o que sou. Mas, infelizmente, tem pessoas na política, aqui, no Senado, em todo lugar, na igreja – onde não deveria ter, mas tem –, infelizmente, em todo lugar tem, que você ou agrada, ou faz um agrado, ou passa a mão na cabeça e...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não sei!

... aí você não serve – você não serve. Aí vem dizer: "Não, estou preocupado com a integridade física de vocês por vocês irem à Ucrânia, que está em guerra", não é? Eu tenho três ameaças de morte, documentadas, com CPF, com tudo, e estão na mesa do Presidente do Senado. Ele nunca me deu uma segurança e está preocupado com a minha integridade física agora? Não precisa, até porque eu nunca fiz nenhuma viagem oficial, eu nunca pedi uma passagem, eu nunca pedi diária... Nunca, nunca, nunca, nunca! Sempre viajei com o meu dinheiro. Sempre paguei as minhas diárias para ter condição de falar, para ter condição de falar...

Então, assim, esse reconhecimento que V. Exa. me dá sobre a minha pessoa, Senador Marcos Rogério, eu agradeço a Deus, porque coisa triste é você ser cumprimentado, e, assim que você dá os passos adiante, a pessoa diz: "Hipócrita! Falso! Falso!". A pessoa pode até não gostar de mim, mas esses não são atributos que eu tenho, se é que isso sejam atributos.

E a palavra de V. Exa. com relação à minha família, à minha filha, eu recebo, assim... Eu não sei nem se eu tenho condição de ser Relator *ad hoc* aqui. Eu até pediria ao Senador Marcos Rogério...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se V. Exa. quiser, o Senador Kajuru, ele gostaria... Eu passei porque ele não está presente, mas é relativo à questão do futebol – não é? –, de eventos esportivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A gente pode até deixar para que na próxima reunião ele possa relatar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu concordo, mas, assim, eu passaria porque estou emocionalmente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para encaminhar.) – Então eu agradeço a V. Exa.

Vamos deixar para a próxima reunião, quando o Senador Jorge Kajuru vai relatar essa matéria, que é relativa a brigas em eventos esportivos – é um compromisso que com V. Exa. tenho.

E, Senador Magno Malta, no andar de cima do Senado Federal! – eu não tenho como dizer de outra forma, porque conheço sua história, sua veemência na defesa daquilo que V. Exa. tem como bandeira, bandeira como causa, como projeto de sua vida.

Eu coloco um requerimento em que se requer, no art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de audiências públicas com o objetivo de instruir a PEC 148, de 2015, que altera o inciso XIII do art. 7º da Constituição para reduzir a jornada de trabalho semanal.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 26, DE 2024

Requer a realização de ciclo de audiências públicas com o objetivo de instruir a PEC148/2015, que "altera o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, para reduzira jornada de trabalho semanal".

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Propõe a realização de ciclo de audiência, com a participação dos seguintes convidados: Rick Azevedo, fundador do Movimento Vida; Abel Santos, coordenador; Deputada Federal Erika Hilton; Deputado Federal Reginaldo Lopes; representante do Ministério do Trabalho; representante do Ministério das Mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para segunda audiência, centrais sindicais: CUT, FS, UGT, representante do NCST, representante do CTB, representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios.

E na terceira audiência: representante do Departamento Intersindical, representante da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho; da Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista; o Sr. Jorge Luiz Souto Maior, da USP; Pietro Borsari, da Unicamp.

Quarta audiência, confederações patronais e laborais: representante da Organização Internacional do Trabalho; representante da Confederação Nacional do Comércio; representante da Confederação dos Trabalhadores no Comércio; representante da Confederação Nacional da Indústria; representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.

Justifica o Senador Rogério Carvalho, e eu coloco em votação o requerimento que acaba de ser lido.

Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Aprovado.

Informo aos Srs. Senadores e Senadoras que, em virtude da aprovação do parecer preliminar da Comissão Mista de Orçamento, o prazo para apresentação de emendas a esta Comissão ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 terá a abertura hoje, 4 de dezembro de 2024, quarta-feira, e encerramento 9 de dezembro de 2024, segunda-feira, às 12h, impreterivelmente. Deliberação no dia 10 de dezembro de 2024, terça-feira, às 11h.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão da Comissão de Constituição e Justiça.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 23 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA, 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às doze horas do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Davi Alcolumbre e Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Eduardo Braga, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Cid Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Jayme Campos, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Jorge Kajuru, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Randolfe Rodrigues, Ana Paula Lobato, Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Tereza Cristina e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Wellington Fagundes, Paulo Paim, Sérgio Petecão e Teresa Leitão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Lucas Barreto, Carlos Portinho, Magno Malta e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 68, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, e, no mérito, favorável ao Projeto, com a aprovação total ou parcial das Emendas: 2, 4, 8, 10, 11, 16, 21, 22, 23, 24, 27, 29, 33, 34, 36, 38, 40, 41, 50, 52, 54, 57, 60, 61, 64, 65, 67, 68, 70, 71, 72, 74, 77, 79, 81, 83, 84, 86, 87, 90, 92, 94, 95, 96, 100, 105, 106, 110, 113, 119, 121, 123, 124, 125, 126, 129, 131, 138, 141, 143, 146, 151, 152, 164, 167, 170, 175, 183, 186, 187, 191, 193, 194, 198, 201, 212, 216, 218, 219, 223, 228, 230, 241, 244, 245, 251, 257, 259, 260, 266, 267, 272, 276, 281, 297, 317, 321, 322, 326, 330, 331, 335, 336, 338, 339, 340, 350, 353, 354, 355, 361, 366, 367, 371, 372, 377, 381, 382, 383, 386, 387, 393, 400, 401, 402, 409, 410, 414, 420, 424, 425, 426, 428, 429, 431, 432, 433, 438, 439, 440, 445, 449, 454, 455, 459, 460, 462, 463, 464, 466, 467, 476, 477, 478, 480, 484, 485, 487, 488, 489, 491, 494, 499, 505, 515, 520, 525, 526, 527, 531, 533, 540, 554, 555, 556, 565, 566, 568, 569, 571, 575, 578, 579, 582, 587, 592, 594, 597, 598, 599, 600, 602, 605, 608, 609, 610, 614, 615, 616, 617, 618, 621, 623, 628, 630, 631, 632, 633, 634, 653, 657, 659, 660, 664, 668, 673, 678, 686, 689, 690, 694, 698, 701, 702, 710, 715, 717, 719, 721, 722, 723, 724, 726, 728, 730, 731, 744, 745, 746, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 756, 757, 760, 762, 763, 769, 775, 776, 777, 785, 786, 789, 790, 791, 793, 794, 797, 801, 802, 804, 806, 811, 819, 820, 822, 823, 824, 829, 840, 844, 846, 848, 855, 860, 861,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

862, 863, 864, 865, 871, 872, 884, 886, 888, 889, 892, 893, 894, 900, 913, 935, 939, 942, 944, 948, 953, 956, 958, 964, 966, 968, 969, 972, 973, 975, 976, 980, 983, 986, 987, 989, 991, 992, 994, 995, 997, 998, 1005, 1011, 1021, 1032, 1038, 1039, 1043, 1044, 1045, 1046, 1049, 1053, 1054, 1056, 1057, 1059, 1063, 1065, 1066, 1067, 1072, 1079, 1082, 1084, 1086, 1087, 1090, 1092, 1093, 1096, 1099, 1100, 1101, 1103, 1105, 1113, 1119, 1120, 1121, 1123, 1126, 1127, 1128, 1133, 1137, 1141, 1146, 1148, 1151, 1166, 1168, 1169, 1171, 1172, 1174, 1175, 1176, 1178, 1182, 1184, 1185, 1187, 1195, 1197, 1199, 1202, 1205, 1207, 1208, 1210, 1211, 1212, 1214, 1221, 1222, 1226, 1227, 1230, 1231, 1235, 1238, 1242, 1247, 1254, 1255, 1256, 1260, 1261, 1262, 1269, 1274, 1279, 1280, 1281, 1301, 1303, 1304, 1309, 1311, 1315, 1323, 1328, 1331, 1334, 1342, 1344, 1345, 1346, 1351, 1352, 1353, 1361, 1369, 1372, 1373, 1374, 1376, 1382, 1388, 1390, 1391, 1394, 1395, 1403, 1408, 1410, 1414, 1415, 1416, 1422, 1423, 1426, 1428, 1434, 1435, 1436, 1438, 1440, 1445, 1453, 1454, 1456, 1471, 1476, 1480, 1481, 1482, 1485, 1489, 1493, 1494, 1496, 1497, 1502, 1503, 1504, 1507, 1510, 1512, 1515, 1516, 1519, 1520, 1521, 1534, 1535, 1539, 1542, 1543, 1546, 1549, 1551, 1555, 1556, 1557, 1558, 1559, 1561, 1563, 1566, 1567, 1568, 1570, 1573, 1574, 1578, 1579, 1581, 1583, 1585, 1587, 1592, 1595, 1599, 1601, 1603, 1608, 1611, 1614, 1616, 1633, 1634, 1635, 1637, 1638, 1640, 1643, 1644, 1648, 1649, 1652, 1666, 1667, 1669, 1671, 1678, 1684, 1685, 1687, 1688, 1690, 1691, 1693, 1694, 1695, 1697, 1703, 1706, 1710, 1713, 1714, 1717, 1718, 1726, 1731, 1732, 1734, 1736, 1738, 1742, 1745, 1747, 1755, 1756, 1757, 1758, 1764, 1765, 1766, 1769, 1770, 1773, 1777, 1778, 1779, 1780, 1785, 1788, 1789, 1790, 1797, 1799, 1802, 1803, 1807, 1812, 1813, 1815, 1816, 1817, 1819, 1820, 1822, 1823, 1824, 1825, 1827, 1828, 1831, 1832, 1839, 1840, 1841, 1843, 1844, 1851, 1854, 1855, 1857, 1864, 1867, 1868, 1869, 1870, 1871, 1872, 1874, 1877, 1878, 1880, 1885, 1886, 1887, 1892, 1893, 1894, 1895, 1899, 1902, 1910, 1915, 1917, 1922, 1926, 1935, 1943, 1949, 1952, 1955, 1957, 1960, 1962, 1963, 1964, 1971, 1973, 1976, 1983, 1985, 1986, 1990, 1994, 1995, 1996, 1998; na forma do substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as demais emendas a ele apresentadas. **Resultado:** Vista coletiva concedida. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/10

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Informo ao Plenário que a presente reunião extraordinária destina-se à deliberação de item único.

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 68, DE 2024

- Não terminativo -

Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, e, no mérito, favorável ao Projeto, com a aprovação total ou parcial das Emendas: 2, 4, 8, 10, 11, 16, 21, 22, 23, 24, 27, 29, 33, 34, 36, 38, 40, 41, 50, 52, 54, 57, 60, 61, 64, 65, 67, 68, 70, 71, 72, 74, 77, 79, 81, 83, 84, 86, 87, 90, 92, 94, 95, 96, 100, 105, 106, 110, 113, 119, 121, 123, 124, 125, 126, 129, 131, 138, 141, 143, 146, 151, 152, 164, 167, 170, 175, 183, 186, 187, 191, 193, 194, 198, 201, 212, 216, 218, 219, 223, 228, 230, 241, 244, 245, 251, 257, 259, 260, 266, 267, 272, 276, 281, 297, 317, 321, 322, 326, 330, 331, 335, 336, 338, 339, 340, 350, 353, 354, 355, 361, 366, 367, 371, 372, 377, 381, 382, 383, 386, 387, 393, 400, 401, 402, 409, 410, 414, 420,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

424, 425, 426, 428, 429, 431, 432, 433, 438, 439, 440, 445, 449, 454, 455, 459, 460, 462, 463, 464, 466, 467, 476, 477, 478, 480, 484, 485, 487, 488, 489, 491, 494, 499, 505, 515, 520, 525, 526, 527, 531, 533, 540, 554, 555, 556, 565, 566, 568, 569, 571, 575, 578, 579, 582, 587, 592, 594, 597, 598, 599, 600, 602, 605, 608, 609, 610, 614, 615, 616, 617, 618, 621, 623, 628, 630, 631, 632, 633, 634, 653, 657, 659, 660, 664, 668, 673, 678, 686, 689, 690, 694, 698, 701, 702, 710, 715, 717, 719, 721, 722, 723, 724, 726, 728, 730, 731, 744, 745, 746, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 756, 757, 760, 762, 763, 769, 775, 776, 777, 785, 786, 789, 790, 791, 793, 794, 797, 801, 802, 804, 806, 811, 819, 820, 822, 823, 824, 829, 840, 844, 846, 848, 855, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 871, 872, 884, 886, 888, 889, 892, 893, 894, 900, 913, 935, 939, 942, 944, 948, 953, 956, 958, 964, 966, 968, 969, 972, 973, 975, 976, 980, 983, 986, 987, 989, 991, 992, 994, 995, 997, 998, 1005, 1011, 1021, 1032, 1038, 1039, 1043, 1044, 1045, 1046, 1049, 1053, 1054, 1056, 1057, 1059, 1063, 1065, 1066, 1067, 1072, 1079, 1082, 1084, 1086, 1087, 1090, 1092, 1093, 1096, 1099, 1100, 1101, 1103, 1105, 1113, 1119, 1120, 1121, 1123, 1126, 1127, 1128, 1133, 1137, 1141, 1146, 1148, 1151, 1166, 1168, 1169, 1171, 1172, 1174, 1175, 1176, 1178, 1182, 1184, 1185, 1187, 1195, 1197, 1199, 1202, 1205, 1207, 1208, 1210, 1211, 1212, 1214, 1221, 1222, 1226, 1227, 1230, 1231, 1235, 1238, 1242, 1247, 1254, 1255, 1256, 1260, 1261, 1262, 1269, 1274, 1279, 1280, 1281, 1301, 1303, 1304, 1309, 1311, 1315, 1323, 1328, 1331, 1334, 1342, 1344, 1345, 1346, 1351, 1352, 1353, 1361, 1369, 1372, 1373, 1374, 1376, 1382, 1388, 1390, 1391, 1394, 1395, 1403, 1408, 1410, 1414, 1415, 1416, 1422, 1423, 1426, 1428, 1434, 1435, 1436, 1438, 1440, 1445, 1453, 1454, 1456, 1471, 1476, 1480, 1481, 1482, 1485, 1489, 1493, 1494, 1496, 1497, 1502, 1503, 1504, 1507, 1510, 1512, 1515, 1516, 1519, 1520, 1521, 1534, 1535, 1539, 1542, 1543, 1546, 1549, 1551, 1555, 1556, 1557, 1558, 1559, 1561, 1563, 1566, 1567, 1568, 1570, 1573, 1574, 1578, 1579, 1581, 1583, 1585, 1587, 1592, 1595, 1599, 1601, 1603, 1608, 1611, 1614, 1616, 1633, 1634, 1635, 1637, 1638, 1640, 1643, 1644, 1648, 1649, 1652, 1666, 1667, 1669, 1671, 1678, 1684, 1685, 1687, 1688, 1690, 1691, 1693, 1694, 1695, 1697, 1703, 1706, 1710, 1713, 1714, 1717, 1718, 1726, 1731, 1732, 1734, 1736, 1738, 1742, 1745, 1747, 1755, 1756, 1757, 1758, 1764, 1765, 1766, 1769, 1770, 1773, 1777, 1778, 1779, 1780, 1785, 1788, 1789, 1790, 1797, 1799, 1802, 1803, 1807, 1812, 1813, 1815, 1816, 1817, 1819, 1820, 1822, 1823, 1824, 1825, 1827, 1828, 1831, 1832, 1839, 1840, 1841, 1843, 1844, 1851, 1854, 1855, 1857, 1864, 1867, 1868, 1869, 1870, 1871, 1872, 1874, 1877, 1878, 1880, 1885, 1886, 1887, 1892, 1893, 1894, 1895, 1899, 1902, 1910, 1915, 1917, 1922, 1926, 1935, 1943, 1949, 1952, 1955, 1957, 1960, 1962, 1963, 1964, 1971, 1973, 1976, 1983, 1985, 1986, 1990, 1994, 1995, 1996, 1998; na forma do substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as demais emendas a ele apresentadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- *Foram apresentadas 2025 emendas ao Projeto;*

- *Dependem de relatório as Emendas nº 1999 a 2025;*

- *Foram realizadas 13 audiências públicas para instrução da matéria.*

Autoria: Presidência da República.

O Relator é o Senador Eduardo Braga.

O relatório é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, e, no mérito, favorável ao projeto, com a aprovação total ou parcial das emendas mencionadas, na forma do substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as demais emendas apresentadas.

Algumas observações:

- Foram apresentadas 2.029 emendas até o momento.

- Estão pendentes de relatório as Emendas de nºs 1.999 a 2.029.

- Foram realizadas 13 audiências públicas para instrução da matéria.

Concedo a palavra ao Líder Eduardo Braga, Relator da matéria, para proferir o relatório/a leitura.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Presidente Davi Alcolumbre, eu gostaria de iniciar essa leitura do relatório, primeiro, agradecendo, como sempre, a Deus por ter me permitido chegar até aqui.

Agradeço ao Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal; agradeço a V. Exa., Presidente Davi Alcolumbre, como Presidente da CCJ; agradeço a todos os membros da CCJ, Senadores e Senadoras; agradeço a todos os membros da CAE, Senadores e Senadoras.

Agradeço, em especial, a três Senadores da CAE: o Presidente Vanderlan; o nosso Senador Izalci, que foi o Relator das sugestões da CAE para a CCJ e que realizou, na CAE, 22 audiências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas; e o Senador Efraim Filho, Líder do nosso bloco e que contribuiu muito para que nós pudéssemos ter um relatório de sugestão da CAE extremamente profícuo e importante.

Quero também aproveitar para agradecer a alguns colegas Senadores que me socorreram ao longo das audiências públicas que fizemos aqui na CCJ, Contarato. Nós fizemos, aqui na CCJ, 13 audiências públicas – audiências públicas que, em alguns casos, tinham mais de 20 convidados, Senador Jaques Wagner, mais de 20 convidados. E nós realizamos todas as audiências públicas, ouvimos todos os setores. Se não fosse a ajuda da Senadora Augusta Brito, a quem eu quero aqui agradecer de forma especial, do Senador Confúcio Moura, que me ajudou também muito especialmente nessas audiências públicas, e do Senador Marcelo Castro, eu não teria conseguido cumprir a etapa extremamente importante de fazer as audiências públicas e de poder ouvir... Senador Renan Calheiros, nosso Presidente da CRE... Eu não teria conseguido – não teria conseguido – fazer as audiências públicas.

Eu não poderia também iniciar este relatório sem agradecer à minha assessoria e ao meu gabinete, que trabalharam incessantemente para que nós pudéssemos chegar até o dia de hoje, tanto na figura da Valéria quanto na figura da Tatiana e na figura da Diala. Foram pessoas que contribuíram enormemente.

Sem a Consultoria do Senado, sob o comando do nosso Consultor Geral, o Danilo, e com a participação de vários companheiros como o Ricardo, o Marcos, o Raphael, o Daniel e outros, que também nos ajudaram esporadicamente, nós não teríamos conseguido chegar até aqui.

Por fim, mas não por último, eu gostaria de agradecer ao Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que foi muito importante na construção desse relatório, ao Secretário Extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, do Roni, que é um dos assessores da Receita Federal que estava extremamente envolvido com a tarefa, e, em última análise, ao Presidente Lula, que, com vontade política, conhecimento nacional e conhecimento das desigualdades regionais, buscou mitigar, muitas vezes arbitrar, os diversos interesses difusos numa legislação complexa como a regulamentação dos impostos do CBS e do IBS.

Dito isso, o nosso relatório tem como pedra balizadora, como fundamento, a segurança jurídica, a simplificação, o combate à sonegação fiscal e a redução brutal do contencioso jurídico tributário que o país enfrenta e acumula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste meio tempo, é preciso dizer que nós não estamos apenas aprovando uma reforma tributária. Nós estamos aprovando e iremos aprovar, na votação futura da CCJ e do Plenário, uma nova tecnologia, uma nova metodologia, porque o IVA dual e o CBS, como propostos, implementam ferramentas tecnológicas que são únicas no mundo. O *split payment*, seja o simples, seja o inteligente, seja o superinteligente, é ferramenta sem similar no mundo e está na estrutura da espinha dorsal da reforma. O sucesso da reforma dependerá – e muito – da eficiência desses sistemas e dos acertos e consertos por que estes sistemas passarão durante os períodos de teste, Senador Fernando Dueire.

Dito isso, vamos ao relatório.

Vem ao exame desta Comissão, o Projeto de Lei Complementar 68, de 2024, que "institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências".

De iniciativa do Poder Executivo, porque esta Casa aprovou, há um ano, a Emenda Constitucional 132, de iniciativa do Parlamento brasileiro... Portanto, o Parlamento brasileiro é o protagonista desta reforma, que é a primeira em regime democrático na República Federativa do Brasil.

Mais uma vez, tive a grata satisfação de ser designado Relator – agora do PLP – pelo Presidente desta Comissão, Senador Davi Alcolumbre e pelo Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco. Não posso deixar de registrar os meus cumprimentos, mais uma vez, ao Consultor-Geral Danilo Aguiar e toda a sua equipe de consultores. Foram árduos lutadores na construção do texto. Muito, mas muito obrigado ao Marco André, Ricardo Barros, Daniel Melo, Raphael Souza, Paulo Dantas, Paulo Springer, Ivan Morais e José Ailton.

A equipe do meu gabinete fez um exaustivo e exitoso trabalho! Muito obrigado à Valéria Thomé, Tatiana Araújo, Diala Vidal e Malu Emediato.

Apresentamos o plano de trabalho, que foi aperfeiçoado pelas contribuições de diversos Parlamentares e aprovado por esta Comissão. Para instruir de forma mais técnica e democrática possível a proposição, foram realizadas 13 audiências públicas, nas quais ouvimos os setores envolvidos, entes federados e especialistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui faço um agradecimento especial aos colegas Senadores que me apoiaram nessa importante fase de instrução da matéria, presidindo as audiências às quais não pude comparecer. Refiro-me aos Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro e à Senadora Augusta Brito.

Percorridas todas essas etapas, chega o momento de deliberar sobre a matéria, razão pela qual submeto este relatório aos meus distintos pares. Relatório que, eu tenho certeza, Senador Alessandro Vieira, não é perfeito, porque nenhuma obra humana é perfeita. Mas eu quero dizer a V. Exas. que houve de minha parte e de parte de toda essa equipe uma dedicação além do limite, além do razoável, quase uma obsessão em fazer o melhor para o Brasil, o melhor para o setor produtivo, o melhor para o contribuinte, o melhor para a macroeconomia brasileira e o melhor para o crescimento econômico, geração de emprego e de renda nas mais diversas regiões do Brasil, um Brasil de dimensão continental em que nem sempre o que é bom para o Oiapoque é bom para o Chuí. Entender as diversidades, as desigualdades e as diferenças numa lei nacional e fazer isso com senso de justiça e de justeza para que não façamos nem uma facilitação para A e nem um prejuízo para B foi o guia central do nosso relatório.

Composto por 515 artigos – 515 artigos! –, o PLP, na redação aprovada pela Câmara dos Deputados, teve o objetivo central de efetivar a criação de três tributos, a CBS, o IS e o IBS: dois tributos federais, a CBS e o IS; e um tributo estadual, o IBS. Tanto o IBS quanto a CBS serão informados pelo princípio da neutralidade. São regulados de forma harmonizada, cobrados, em regra, no destino, de forma não cumulativa, por meio da incidência sobre o valor adicionado, de maneira que o ônus recaia sobre o consumidor final do bem ou serviço adquirido.

A não cumulatividade plena é disciplinada no PLP, que permite ampla apropriação de créditos dos valores desses tributos, desde que tenham sido recolhidos ao Fisco, ou seja, não mais pelo regime de competência, mas, sim, pelo regime de caixa, nas operações nas quais o contribuinte seja adquirente de bem ou serviço.

Os optantes pelo Simples Nacional poderão escolher por apurar e recolher o IBS e a CBS pelo regime regular, caso em que esses tributos estarão fora do regime simplificado.

Para o IBS e a CBS, haverá alíquotas fixadas por resolução do Senado Federal. Serão as chamadas alíquotas de referência, calculadas de modo a preservar os níveis de arrecadação tributária e, ao mesmo tempo, garantir a neutralidade da carga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É permitido que estados, Distrito Federal e municípios fixem, por meio de leis próprias, alíquotas do IBS, Sr. Presidente.

Da análise.

Nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas.

Não há vícios de competência nem de iniciativa na proposição.

Com respeito à técnica legislativa, foram realizados diversos ajustes redacionais, necessários para simplificação, transparência e segurança jurídica, mudanças essas construídas em apoiamento às sugestões do Ministério da Fazenda e da consultoria especializada do Senado.

Superada a análise formal da proposição, passa-se ao exame do seu conteúdo. Seguindo essa apreciação, verifica-se que há compatibilidade material com o ordenamento jurídico, embora sejam necessárias modificações, conforme detalhado nos tópicos a seguir apresentados para facilitar a compreensão das alterações ora propostas.

Split payment. Um dos principais temas da regulamentação da reforma tributária é o mecanismo conhecido como *split payment*. Trata-se da ferramenta tecnológica que permitirá a segregação do pagamento efetuado pelo adquirente, com vistas a destinar os tributos devidos diretamente ao Comitê Gestor do IBS e à Receita Federal do Brasil em cada operação com bens e serviços.

Espera-se, com a ferramenta, a diminuição drástica da sonegação tributária no país, uma grande aliada da defesa da concorrência. Pode ainda ser um fator de redução da carga tributária geral – eu diria será, não ainda será; será responsável pela redução da carga tributária –, pois menos sonegação refletirá alíquotas de referência menores, meu caro Senador Laércio.

Estamos convictos de que o modelo aprimorado pela Câmara dos Deputados, com os ajustes pontuais efetivados pelo Senado Federal, tornará o *split payment* brasileiro um dos mais modernos do Brasil, aliás, um dos mais modernos do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cashback. A devolução personalizada do tributo a famílias de baixa renda apresenta, segundo diversos estudos, maior grau de eficiência na redistribuição de renda e na focalização do uso dos recursos públicos, sendo mais adequado, para mitigar a regressividade tributária sobre o consumo, o tradicional mecanismo de submissão de determinados bens e serviços considerados essenciais a alíquotas reduzidas. É a função social da tributação.

A devolução personalizada estará garantida às pessoas físicas integrantes de famílias de baixa renda, inscritas no CadÚnico e pelos critérios estabelecidos no CadÚnico. As devoluções serão calculadas mediante aplicação de percentual mínimo sobre o valor do tributo na aquisição de botijão de gás de até 13kg. E por que até 13kg? Porque existem pessoas de baixa renda que compram botijas de 8kg porque não têm recurso suficiente para comprar a botija de 13kg, principalmente nas regiões mais pobres dos centros urbanos e da zona rural brasileira.

No fornecimento de energia elétrica, água, esgoto e gás canalizado, incluímos, adicionalmente, os serviços de telecomunicações, internet e telefonia, o que, a meu ver, é de suma importância. Portanto, o *cashback* também atenderá os serviços de telefonia e de telecomunicações.

Bens imóveis. No concernente ao regime específico aplicado às operações com bens imóveis, construção, incorporação, parcelamento do solo, alienação, locação e arrendamento, administração e intermediação de bem imóvel, entendemos essencial, para evitar a discricionariedade do Poder Executivo, o estabelecimento dos critérios de volume e quantidade de operações a fim de que as pessoas sejam enquadradas como contribuintes, de modo a fixar para as locações o quantitativo mínimo de três imóveis e o volume de receita anual de até R$240 mil para os não contribuintes, ou seja, aquela pessoa que passou a vida inteira economizando, construindo até três imóveis, para poder ter, num final de vida, uma receita que equivale a uma complementação da sua aposentadoria, estará na posição de não contribuinte sobre essa renda de aluguel.

Para as alienações, fixamos a necessidade de ocorrência de mais de três operações no ano-calendário para que possa ser enquadrado como contribuinte, ou seja, a pessoa física que comercializar mais de três imóveis em um ano fiscal passará a ser contribuinte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na incorporação e no parcelamento de solo, os tributos serão devidos em cada pagamento, adotando-se, assim, o regime de caixa. Isso significa dizer que ele pagará o imposto a partir do momento em que não há inadimplemento do pagamento da locação. O regime de caixa significa dizer que o fato gerador do imposto é a liquidação do crédito.

Em relação às locações, propomos a inclusão das operações de exploração de edifícios-garagem e parques de estacionamento para veículos por curta duração nas mesmas regras aplicáveis a locação, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis, resolvendo uma questão central dos grandes centros urbanos, que necessitam, até por questão de falta de espaço de estacionamento, de novas alternativas nessa área.

Com a finalidade de minimizar os impactos da ausência de créditos compensáveis nas alienações de imóveis, o PLP prevê a aplicação do redutor de ajuste, que poderá ser deduzido da base tributável.

Há também a previsão do redutor social, reduzindo da base de cálculo R$100 mil por imóvel novo e R$30 mil por lote novo.

Acatamos as emendas que estabelecem a redução em 50%... Em vez de 40%, a redução será de 50%. Portanto, há um acréscimo de dez pontos percentuais na redução para a alienação, em geral, de imóveis. E ampliamos o valor do redutor social para R$ 600. E por que ampliamos de R$400 para R$600? Pelo critério do CadÚnico. Era o valor mais próximo que nós poderíamos chegar da renda *per capita* de meio salário mínimo por família do CadÚnico, fazendo um nivelamento, portanto, dos acessos aos direitos sociais sobre os mesmos critérios. Isto, a fim de favorecer os imóveis locados pelas famílias de baixa renda. E estabelecemos a redução das alíquotas não em 60%, mas em 70%, Presidente Renan Calheiros.

Para as operações de administração e intermediação de imóveis, modificamos para 50% o redutor, como já foi dito. Já para os serviços de construção civil, as alíquotas também serão reduzidas em 50%. Com isso, estamos, portanto, compatibilizando desde a construção do Minha Casa, Minha Vida até a construção para a classe média, para a classe A e B, e resolvendo os problemas com relação a loteamentos e locação. E equacionamos isso junto com o Ministério da Fazenda, junto com o setor imobiliário, junto com os técnicos da Consultoria do Senado e um amplo debate com os diversos Senadores envolvidos nas emendas sobre esse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Serviço de transporte. Mantivemos o regramento para o transporte público urbano, semiurbano e metropolitano, desde que rodoviário ou metroviário. No caso do transporte de passageiros interestadual e intermunicipal, nos modais rodoviário, ferroviário e hidroviário, o PLP assegurava a manutenção da carga tributária atual. Em atenção às diversas emendas apresentadas, optamos por excluir o complexo cálculo para alcançar as alíquotas que seriam aplicadas ao setor. Fixamos, portanto, por simplificação e objetividade, clareza e redução da insegurança jurídica, em substituição, o redutor da alíquota padrão no valor de 40 pontos percentuais.

Quanto ao transporte coletivo regional pelo modal aéreo, as alíquotas foram reduzidas em 40%, aviação regional. O PLP aprovado pela Câmara só permitia a redução para o transporte de passageiros. Contudo, estendemos para o transporte de carga, na medida em que a Constituição não prevê a restrição. Afinal, em algumas regiões mais isoladas do país, é através do transporte de carga aéreo, inclusive em pequenos aviões como os Caravans, que nós chegamos com alimentos perecíveis e com suprimentos a um custo que precisa ser equilibrado para não impactar nos grotões do nosso país um aumento real do custo de vida. Portanto, tão somente para essa espécie de carga estamos estabelecendo esse benefício.

Acatamos a sugestão de estabelecer que as rotas de voos regulares regionais de passageiros e de carga devem ser operadas por aeronaves certificadas de até 150 lugares, com o mínimo de três frequências semanais, para evitar que voos que não são regionais passem a ter interpretação regional em detrimento do benefício que é para que a aviação regional resolva um dos grandes passivos sociais do Brasil.

Com relação ao transporte de carga, o PLP estabelece a concessão de crédito presumido para o adquirente de serviço prestado por transportador autônomo pessoa física que não seja contribuinte ou que seja inscrito como microempreendedor individual, para que a logística e o suprimento das regiões mais isoladas, que, via de regra, é feito por microempreendedores individuais, possam não ser penalizados pela tributação que não existia para esse tipo de serviço.

Bens de capital. No substitutivo, a lógica de desonerar os bens de capital é mantida.

Os ajustes que efetivamos têm o intuito de deixar expresso que, em primeiro lugar, fica garantido o crédito integral – chamo a atenção –, fica garantido o crédito integral e imediato na aquisição de bens de capital. Isso é fundamental para o aumento dos investimentos que o Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

precisa na modernização do seu parque industrial. Deixamos clara a redução a zero para tratores, máquinas e implementos agrícolas destinados a produtor rural não contribuinte e de veículos de transporte de carga destinados a transportador autônomo pessoa física não contribuinte. Com isso, resolvemos várias questões no transporte, principalmente da nossa safra de grãos no país, que é feita via de regra por motoristas autônomos.

Também estão incorporadas as sugestões dos Senadores de permitir a desoneração de bens de capital aos optantes do Simples Nacional. Repito, aos optantes do Simples Nacional que tenham exercido a opção pelo regime regular.

Bens de uso e consumo pessoal.

Estabelecemos que a vedação de créditos será a regra e definimos a não concessão de créditos aos casos de fornecimento temporário e não oneroso de bens produzidos pela própria empresa para sócios e pessoas físicas a ela relacionadas. Ampliamos a possibilidade de previsão em acordo coletivo, Senadora Augusta, e não somente convenção coletiva, e a possibilidade de fornecimento de diversas utilidades: bolsas de estudo não serão tributadas, creche não será tributada, alimentação não será tributada, planos de saúde para os trabalhadores e seus dependentes não serão tributados. Além disso, alimentos não serão tributados quando consumidos pelos trabalhadores dentro das suas atividades industriais, comerciais, etc.

Nesse tópico, a nossa principal missão diante dos debates sobre o tema foi aprimorar a redação dos itens inseridos nos anexos para deixá-los mais coerentes. Concedemos tratamento igualitário a todos os óleos vegetais. O óleo de soja e o óleo de babaçu, porém, merecem permanecer na cesta básica. Os óleos de milho e os outros óleos assemelhados ficam no regime diferenciado, com previsão de *cashback* para aqueles que são de baixa renda.

Essa preocupação com o caráter regional também nos levou a restringir o benefício da redução de alíquota em 60% apenas para as frutas de cascas rígidas, que possuam essa natureza, a fim de atender a produção que gera emprego e renda no Brasil, ou seja, as frutas de cascas rígidas produzidas no Brasil: castanha da Amazônia, castanha do caju, castanhas... Todas as frutas que sejam brasileiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As frutas importadas, nozes, etc., essas não, porque não acredito que componham a cesta básica do trabalhador brasileiro. E aqueles que as consomem podem contribuir ajudando, portanto, a redução da alíquota padrão e fazendo justiça tributária social para o povo brasileiro.

Além disso, padronizamos o tratamento tributário entre alimentos *in natura*, como castanha, amêndoas, frutas secas, produtos hortícolas secos, cogumelos e frutas frescas, independentemente de sua forma de apresentação.

Esses reparos não se converterão em impacto na alíquota de referência. Aliás, faço aqui um parêntese, todas as modificações realizadas representam 0,13% de impacto na alíquota – 0,13% no impacto da alíquota.

Com os ganhos na segurança jurídica, com os ganhos no combate à sonegação, com os ganhos no combate à fraude, com os ganhos na redução do contencioso jurídico e na eficiência do *split payment* e na sonegação, nós acreditamos que a redução da alíquota global será muito maior do que 0,13%, que é o impacto dessas mudanças que apresentamos.

Produtor Rural.

Os produtores rurais poderão optar, a qualquer tempo, por se inscrever como contribuinte no regime.

Quanto aos produtores agropecuários, aquícolas, pesqueiros, florestais, extrativistas vegetais, a redução da alíquota de 60% aplica-se aos produtos *in natura*, tal como se encontram na natureza.

Os insumos agropecuários e aquícolas, por sua vez, contarão com a alíquota reduzida somente aos produtos que, quando exigidos, estejam registrados como insumo agropecuário ou aquícola no órgão competente no Ministério da Agricultura e Pecuária.

Em relação à concessão de deferimento de pagamento relativo a insumos, que deveria ser realizado no mesmo momento da venda da produção rural, e seguiria a tributação aplicável a essa operação, alteramos estes dispositivos para impedir o tratamento desigual entre os pequenos agricultores não contribuintes.

Atendemos ao pleito materializado em diversas emendas para incluir as cooperativas e associações no conceito de produtor rural, estabelecer a avaliação dos créditos presumidos a cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cinco anos e estabelecer o crédito para aquisição pelas cooperativas. Repito: avaliação dos créditos presumidos a cada cinco anos e estender o crédito para aquisição pelas cooperativas. Portanto, teremos avaliação quinquenal, como fizemos também na emenda constitucional, avaliação quinquenal para os benefícios fiscais.

Profissões intelectuais de natureza científica, literária ou artística.

Nesse ponto, acatamos as emendas que incluíram a profissão de representantes comerciais que estão submetidos à fiscalização por conselho profissional.

Medicamentos, dispositivos médicos e dispositivos de acessibilidade próprios para pessoas com deficiência.

Nas propostas, ficou evidenciada a necessidade de avanço em relação à tributação dos produtos e medicamentos. Diante disso, algumas alterações estão materializadas no substitutivo.

Chamo a atenção dos senhores à inserção do serviço de *home care*, bem como do serviço de esterilização e instrumentalização cirúrgica.

Eu chamo a atenção, Senador Otto Alencar, porque não estava previsto entre os bens da saúde pública o *home care*, que hoje esvazia os hospitais para que nós possamos ter leitos disponíveis para tratamento de doenças crônicas, como pré-diabéticos e outras doenças. Nós incluímos, como parte do serviço da saúde, a questão da esterilização. Eu não conheço nenhum procedimento médico cirúrgico ou de atendimento que não use equipamento esterilizado e, por incrível que pareça, a esterilização não estava contemplada como item da saúde pública brasileira, e, mais, a instrumentação cirúrgica também não estava. Eu gostaria de compreender como nós faríamos uma cirurgia sem a instrumentação cirúrgica – eu não sei, por isso que eu estou incluindo e aguardando a contribuição dos nossos companheiros que são médicos e brilhantes Parlamentares –, cujos instrumentos agora estão submetidos à redução de 60% do IBS e CBS.

Em relação aos medicamentos, a nossa proposta é a alteração estrutural e a solução é a redução a zero da alíquota para o fornecimento de medicamentos destinados a várias linhas de cuidados, tratamento oncológico, doenças raras...

Eu peço atenção porque essa é uma mudança crítica no relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós recebemos da Câmara dos Deputados – e eu explico e peço a atenção do Presidente Davi Alcolumbre, porque esse é um tema importante –, Senador Renan Calheiros, uma lista com 383 medicamentos. Eu não sou médico, eu não sei avaliar se esses medicamentos são ou não são dessas linhas de cuidados que aqui estão estabelecidos. E, de repente, essa lista aumentou para 486. E, de repente, vinha uma lista de mais não sei quantos insumos, íamos ter uma lista de 600 NCMs com alíquota zero, Senador Wagner, e eu não teria como ter um critério sobre isso.

Então, o que sugerimos? Que a gente suprima essa lista e que submeta à seguinte condição: Que o Ministério da Saúde, o Comitê Gestor e o Ministério da Fazenda encaminhem, na forma da lei, os medicamentos das linhas de condutas aprovadas no PLP, para que nós possamos, com os especialistas, definir se aqueles medicamentos estão efetivamente enquadrados dentro das linhas de conduta estabelecidas para o benefício, ressaltando que todas as compras governamentais, ou seja, as compras do Ministério da Saúde já estão agora com alíquota zero. Todas as compras públicas das secretarias estaduais de saúde já serão com alíquota zero; todas as compras das secretarias municipais de saúde já serão com alíquota zero; e todos os hospitais públicos já serão com alíquota zero; e todos os hospitais que são de atendimento ao SUS em até 60% também serão com alíquota zero. Portanto, só ficam excluídos, dependendo dessa lista a ser encaminhada, os hospitais privados, para os quais precisaremos fazer um crivo, a meu juízo, importante, porque o impacto na alíquota sequer estava calculado, de mais de 600 itens, na área da saúde.

Essa foi a modificação e a inclusão de algo que foi um esquecimento. Imaginem que o programa Farmácia Popular não tinha alíquota zero. Passamos, portanto, a estabelecer alíquota zero para a Farmácia Popular.

Outra questão que também não estava na saúde: a alimentação enteral e parenteral. Eu creio que é dever humanitário e social nós termos alíquota zero para alimentação enteral e parenteral. Para o fim de assegurar a repercussão nos preços ao consumidor, propomos que a redução apenas se aplique aos medicamentos industrializados ou importados pelas pessoas jurídicas que tenham firmado, com a União e o Comitê Gestor do IBS, o compromisso de ajustamento de conduta, onde todas as compras estarão "tetadas" pela tabela pública da Cmed, de medicamento. Quem não vender no preço da tabela Cmed ou vender abaixo do preço da tabela Cmed, não terá o benefício da alíquota zero. Com isso, acreditamos que cobrimos com absoluta responsabilidade a área da saúde pública e a área da saúde em geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Combustíveis.

Relativamente ao regime aplicável dos combustíveis e lubrificantes, o IBS e a CBS terão incidência monofásica, qualquer que seja a finalidade do produto. Para que a monofasia seja implementada, as alíquotas deverão ser uniformes em todo o território nacional, especificadas por unidade de medida e diferenciadas por produto.

A Emenda Constitucional 132, que tratou da reforma, previu a manutenção de um regime fiscal favorecido para os biocombustíveis e para o hidrogênio de baixa emissão de carbono, a fim de assegurar a tributação inferior àquela incidência sobre os combustíveis fósseis.

Dos produtos de higiene pessoal e limpeza majoritariamente consumidos por famílias de baixa renda.

No PLP é fixada a redução mencionada aos itens: sabões de toucador, dentifrícios, escovas de dentes, papel higiênico, água sanitária e sabões em barra.

Entendemos, no mesmo sentido de algumas emendas apresentadas, ser necessária, por uma questão de justiça social, a inclusão de fraldas nesse regime diferenciado.

Nossas crianças, nossas parturientes, nossos idosos, nossos doentes crônicos, muitas vezes, 75% da nossa população que necessita dessas fraldas são exatamente provenientes do CadÚnico.

Entre as operações beneficiadas...

Produções nacionais artísticas, culturais, de eventos, jornalísticas e audiovisuais.

Um dos itens sobre os quais eu fui mais procurado, recentemente, foi exatamente sobre essa questão das produções artísticas, culturais, de eventos jornalísticos e audiovisuais.

Entre as operações beneficiadas com redução de 60% das alíquotas dos tributos estão as produções artísticas, culturais, de eventos, jornalísticas e audiovisuais nacionais, atividades desportivas e comunicação institucional.

No caso das obras cinematográficas ou videofonográficas, apontamos que a produção nacional é aquela que atende aos requisitos para obras audiovisuais nacionais definidos na legislação específica, pleito também de algumas emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Incluímos, no rol de produtos incentivados, obras de arte brasileiras, e relacionamos, em complemento, os serviços prestados por aqueles que as expõem: as obras de arte brasileiras.

No anexo também, atendendo a diversas emendas – porque além dos quinhentos e tantos artigos, existem mais de 30 volumes de anexo, Presidente Renan –, incluímos no rol de produtos incentivados... Retiramos a restrição de que os serviços de comunicação institucional, para serem incentivados, sejam prestados exclusivamente à administração pública direta, autarquia ou fundacional.

Bens móveis usados adquiridos por pessoa física.

Como, pelo regime normal de apuração, a aquisição não geraria crédito normal, o PLP previu a outorga de crédito presumido ao adquirente.

Para o IBS, o percentual será correspondente à soma das alíquotas do imposto vigente para o bem dos entes federativos em que... localizado o estabelecimento em que efetuada a aquisição. Para a CBS, o percentual será equivalente à alíquota da contribuição para o bem móvel na data de aquisição.

Regime das cooperativas.

É indubitável a importância do cooperativismo para a economia brasileira.

Afirmamos que o regime, tal como regulado pela Câmara dos Deputados, atende substancialmente o texto constitucional.

Hotéis, parques de diversão, parques temáticos, bares, restaurantes e agências de turismo.

Para o setor de hotéis, parques de diversão e parques temáticos está previsto que as alíquotas do IBS e da CBS corresponderão a percentual das alíquotas-padrão de cada ente federativo, o qual será fixado de modo a resultar, quando aplicado sobre as alíquotas de referência, em carga tributária equivalente àquela incidente sobre os serviços de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos.

A fórmula de cálculo apresentada no dispositivo é complexa e tem gerado críticas e inseguranças jurídicas. Várias emendas sugerem a substituição desta fórmula complexa por uma redução direta de alíquota, na ordem de 60%, que poderá resultar em tratamento mais benéfico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o vigente. Novos cálculos demonstraram que a carga média do setor seria respeitada com a aplicação da redução em 40% sobre a alíquota padrão. Dessa forma, está simplificado sobremaneira o texto da norma.

Para as operações de fornecimento de alimentação por bares e restaurantes, inclusive lanchonetes, penso que a técnica adotada para o setor de hotéis e parques deve ser a mesma, motivo pela qual excluímos a complexa fórmula de cálculo da alíquota, que gera insegurança jurídica, que gera interpretações duvidosas, para uma redução linear de 40% para esses produtos.

Finalmente, em relação ao regime específico das agências de turismo, a alíquota é a mesma aplicável aos serviços de hotelaria e parques.

Portanto, todo o setor envolvido está com a mesma simetria e com a mesma condição de redução e de carga tributária.

Simples Nacional.

No concernente à opção pelo Simples Nacional, propusemos, na forma de diversas emendas apresentadas, a modificação da Lei Complementar nº 123, de 2006, para permitir que a opção seja exercida duas vezes durante o ano.

Isto foi um pleito do setor, do Sebrae, de todos aqui quando da audiência pública.

Também incluímos dispositivo para estender a aplicação do regime de bens de capital às pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional inscritas no regime regular de apuração do IBS e da CBS.

No texto aprovado pela Câmara, houve a previsão da figura do nanoempreendedor. A fim de aprimorar o texto, acatamos as emendas que passam a considerar como receita bruta da pessoa física prestadora de serviço de transporte privado individual de passageiros ou de entrega de bens intermediado por plataformas digitais 25% do valor bruto mensal recebido. Com isso, adequamos à realidade e às peculiaridades enfrentadas pelos motoristas e entregadores de aplicativos.

Zona Franca de Manaus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A zona franca representa um marco nas políticas públicas de desenvolvimento regional. Esse *status* foi alcançado graças aos seus impactos tanto na esfera econômica como no âmbito social e ambiental. É sem dúvida o maior programa de conservação ambiental do Brasil e um dos maiores do mundo.

Devido aos incentivos, diversos segmentos econômicos optaram por se instalar na região. Podemos citar os setores de eletrodomésticos, eletrônicos, bens de informática, duas rodas, termoplástico, químico, metalúrgico, entre outros.

É importante destacar que essa pujança não fica concentrada nas mãos dos investidores. Diferente do que o senso comum prega, esses rendimentos são compartilhados com a população local, seja por meio da geração de empregos – hoje entre empregos diretos e indiretos são 500 mil –, seja pelas obrigações exigidas de contrapartida dos empresários na área social. Atualmente, a mão de obra ocupada no PIM é de mais de 100 mil empregos diretos. Somados os empregos indiretos, ultrapassa 500 mil trabalhadores que dependem da zona franca para a manutenção da sua renda. Adicionalmente, são impostos compromissos de reinvestimentos dos lucros na região e de assistência nutricional, médica e odontológica aos trabalhadores, além de incentivos para educação e disponibilização de transporte para os empregados e de creches para os filhos dos empregados.

A zona franca é o maior projeto de preservação ambiental da história. Aproximadamente 98% da nossa camada vegetal foi preservada graças à Zona Franca de Manaus. O Brasil vem sofrendo e enfatizando a importância da floresta em pé e demandam cautela nas discussões sobre a zona franca, não apenas dos moradores locais, mas também de toda a nação brasileira.

Em geral, a redação atual do PLP contempla o preceito constitucional e, apesar de o desenho geral da zona franca estar resguardado, o texto merece aprimoramento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Diante das 555, é um resumo bastante...

Em geral, a redação atual do PLP contempla o preceito constitucional. As modificações que ora propomos são bastante relevantes para a garantia do diferencial competitivo – diria mais: para a sobrevivência do modelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira é a supressão do redutor de um terço previsto na redação aprovada na Câmara dos Deputados. É evidente que a indústria perde competitividade, perde viabilidade e perderemos os investimentos dessas indústrias, perdendo emprego e perdendo, portanto, a produção no Brasil – elas não se instalariam em outros estados brasileiros.

Estendemos o crédito presumido de 100% de IBS na saída da produção da indústria incentivada, para o restante do território nacional para alcançar os produtos que, na legislação do ICMS do Estado do Amazonas, já possuem esse nível de incentivo. Portanto, não se trata de nenhum benefício adicional à Zona Franca de Manaus.

Não menos importante é o setor comerciário. E não podemos nos esquecer dos comerciantes e dos trabalhadores do comércio. Ao tratar da manutenção dos incentivos tributários previstos na legislação tributária, o art. 92-B do ADCT não discriminou essa importante mola propulsora do desenvolvimento. Por isso, incorporamos ao texto o benefício tributário que esse segmento já possui em relação à contribuição do PIS-Pasep e à Cofins. Ao fazermos isso, tomamos o cuidado de direcioná-lo apenas à CBS, que substituirá as referidas contribuições alcançadas pelas decisões judiciais que concedem a desoneração para a atividade comercial.

Também restauramos as exceções atuais à lista negativa para produção incentivada na Zona Franca de Manaus em relação aos produtos preparados e de preparações cosméticas, obedecendo ao decreto-lei que estabeleceu o princípio.

O IPI permanece como importante instrumento de proteção da zona franca. No intuito de preservar a segurança jurídica aos investidores, alteramos o critério para redução a zero desse imposto para garantir respeito aos projetos técnicos econômicos aprovados no Conselho de Administração da Suframa até 1º de janeiro de 2022.

Áreas de livre comércio.

Atualmente há cinco áreas de livre comércio no Brasil e seus incentivos fiscais são semelhantes aos da Zona Franca de Manaus. Foram necessários ajustes nos dispositivos referentes às áreas de livre comércio. Introduzimos benefício para o setor comercial semelhante ao incorporado ao texto relativo à Zona Franca de Manaus, bem como estendemos os que eram exclusivos de Boa Vista para termos todas elas com as mesmas condições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Regimes aduaneiros especiais e ZPEs.

No que diz respeito aos regimes especiais aduaneiros e às ZPEs, muitas emendas foram apresentadas para alterar os dispositivos relativos aos regimes aduaneiros especiais, e enxergamos quaisquer mudanças com bastante preocupação. O PLP, em regra, apenas alinha os novos tributos com o modelo do regime vigente, não esquecendo a recente decisão do Supremo Tribunal Federal com relação às ZPEs, inclusive para venda para o mercado interno brasileiro.

Energia elétrica.

As operações com energia elétrica funcionam de forma peculiar, com várias operações de venda e compra simultâneas, multilaterais, que dificultam sobremaneira a aplicação do sistema de crédito e débito em cada uma dessas operações. Por isso mesmo, foram apresentadas diversas emendas com o objetivo de diferir o pagamento dos tributos, o que entendemos adequado, chamando a atenção para o fato de que este diferimento não implica benefício fiscal, mas apenas a cobrança da exação em momento posterior, com finalidade exclusivamente técnica.

Educação.

Os serviços de educação definidos na lei complementar gozarão de redução das alíquotas dos novos tributos em 60%. As atividades educacionais oferecidas no contraturno institucional também terão o mesmo benefício.

Portanto, atendemos sobremaneira a questão da educação – o que lhe diz respeito –, sem que isso tenha implicado aumento da alíquota padrão.

Saúde e planos de saúde.

Mudança necessária é a referência de que não apenas a convenção coletiva do trabalho... Isso já foi lido, isso está repetido aqui.

Outra demanda apresentada por vários Senadores e Senadoras que julgamos bastante pertinente é a inclusão, entre os serviços de saúde com redução de 60%, daqueles prestados no domicílio em apoio a pessoas idosas, crianças, adolescentes e pessoas com transtornos mentais e com deficiências – o chamado *home care*. Isso também já está repetido.

Soberania e segurança nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acreditamos que há necessidade de revisão da lista do Anexo XI, de modo a restringir serviços que não têm relação direta com a soberania nacional, ao mesmo tempo que devem ser incluídos outros que restaram ausentes. Após entendimentos mantidos com as Forças Armadas e os órgãos de segurança pública, adequamos a lista de forma a espelhar as reais necessidades de bens e serviços dessa área, que é uma área extremamente técnica, tecnológica, que avança com muita rapidez e cuja lista pode ficar defasada rapidamente.

Também não vemos razões para esse tratamento específico dado aos serviços de segurança da informação e segurança cibernética no caso de a sociedade ter sócio brasileiro com participação mínima de um quinto do capital social, que ficariam fora da regra geral, que exige o requisito de fornecimento à administração pública. Desse modo, além de inserir essa exigência para fins de gozo do benefício, também relacionamos os serviços incentivados em um dos anexos ora propostos.

Automóveis de passageiros.

Em comparação ao regime atual, ponto positivo do PLP em favor das pessoas com deficiência (PCDs) e dos condutores de táxi é a atualização anual do valor de venda pela Tabela Fipe.

Acerca do valor limite do veículo adquirido pelo PCD, entendemos que o PLP deve manter o teto atual de R$200 mil.

Outro ponto de atenção é a restrição para que os benefícios sejam concedidos apenas a automóveis adaptados, caso a pessoa com deficiência seja fisicamente apta a dirigir. Essa injustiça foi apontada em diversas emendas, as quais acolhemos integralmente.

Imposto Seletivo.

Inicialmente, quanto à hipótese de sua incidência, incluímos as armas e munições, salvo se destinadas às Forças Armadas ou aos órgãos de segurança pública. Essa ressalva também se aplica à incidência da exação sobre veículos, aeronaves e embarcações para uso das Forças Armadas e forças de segurança.

Fixamos a extração como o fato gerador no caso dos bens minerais, deixando claro que o imposto será cobrado tão somente quando da extração e não quando da exportação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação aos anos de 2029 até 2033, estabelecemos que também os produtos fumígenos terão suas alíquotas fixadas de forma escalonada, de modo a incorporar, progressivamente, o diferencial entre as alíquotas de ICMS incidentes sobre esses produtos e as alíquotas modais desse imposto, o Imposto Seletivo.

As alíquotas aplicáveis a bebidas alcoólicas poderão ser estabelecidas de modo a diferenciar as operações realizadas pelos pequenos produtores, definidos em lei ordinária. Assim, atendemos o pleito de diversos empreendimentos artesanais, que são importantes para a geração de emprego e renda em diversas regiões do interior do Estado brasileiro.

Falta uma lauda e meia para concluir.

Serviços financeiros.

Após ouvir as contribuições recebidas em audiências públicas, analisar as emendas propostas pelos nobres pares e as sugestões de representantes do Ministério da Fazenda, buscamos aperfeiçoar o texto e fizemos as seguintes alterações:

§ Inclusão de prestação de garantias e da intermediação de consórcios entre os serviços financeiros;

§ Deixou-se explícito que apenas as entidades abertas de previdência complementar fechadas que não sejam consideradas pessoas jurídicas sem fins lucrativos estão sujeitas à tributação relativa aos serviços financeiros;

§ Maior detalhamento das receitas e das deduções permitidas nas operações de crédito e com títulos e valores mobiliários;

§ Exclusão da possibilidade de dedução do custo do capital próprio da base de cálculo da incidência do IBS e da CBS;

§ Inclusão da sistemática de tributação no caso da alienação de bens móveis ou imóveis que tenham sido objeto de garantia constituída em favor de credor sujeito ao regime específico dos serviços financeiros;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ Determinação de que não estarão sujeitas à incidência do IBS e da CBS as operações relacionadas aos demais fundos garantidores e executores de políticas públicas, inclusive de habitação – que é o caso do Minha Casa, Minha Vida – e de desenvolvimento regional;

§ Inclusão da locação de terminais eletrônicos e do fornecimento de programas de computador (*software*) que viabilizam o funcionamento dos arranjos de pagamento entre os serviços de arranjos de pagamento;

§ Na liquidação antecipada de recebíveis, inclusive a possibilidade de, no caso do Fidc e demais fundos de investimentos que liquidem antecipadamente tributação pelo IBS e CBS, apenas se não forem classificados como entidades de investimento;

§ Determinação explícita da aplicação do regime da caixa no cômputo das receitas e das deduções permitidas nas operações de seguros;

§ Inclusão do conceito de ativos virtuais; e

§ Permissão da apropriação de créditos do IBS e da CBS pelos adquirentes de serviços de ativos virtuais.

Trava de alíquotas.

Estamos propondo alguns ajustes no texto nesse ponto, reforçando seu objetivo, de maneira que o Poder Executivo da União, ouvido o Comitê Gestor, deverá encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei complementar propondo medidas que reduzam o percentual a patamar igual ou inferior a 26,5%.

Por fim, em atenção à necessidade de que a aprovação deste PLP possa ter efetividade, propomos a inserção exclusivamente de dispositivos mínimos que assegurem a instituição do Comitê Gestor do IBS até que a integralidade do conteúdo do PLP nº 108, de 2024, seja apreciada definitivamente pelo Congresso Nacional.

Nesse sentido, ficará instituído, até 31 de dezembro de 2025, o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, com competências exclusivamente normativas para editar o regulamento único do IBS, no aguardo da aprovação do PLP 108.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, quando da implementação das obrigações acessórias, em 2026, nós já estaremos com o Comitê definitivo, com a aprovação, espero eu, o mais rápido possível do PLP 108.

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, e, no mérito, pela sua aprovação, com a aprovação total ou parcial de 657 emendas – muitas delas, inclusive, por sugestão do próprio Ministério da Fazenda –, conforme voto e anexo já publicados.

Sr. Presidente, esse é o parecer, esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nossos cumprimentos ao Senador Eduardo Braga, que, magistralmente, relata esta matéria aqui na Comissão de Constituição e Justiça e no Plenário do Senado Federal.

Com a palavra, Senador Wagner, Senador Contarato, Senador Otto Alencar e Senadora Augusta.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Presidente Renan, querido colega Eduardo Braga, Relator desta matéria, bom, eu vou um pouco chover no molhado, porque V. Exa. já deu mostras suficientes, ao longo da sua trajetória na vida pública e na política, de competência, dedicação e compromisso com a coisa pública. Já fez isso na própria emenda constitucional da reforma tributária.

E eu acho que, em boa hora, lhe foi dada a responsabilidade de relatar, eu diria assim, aquilo que fecha a emenda que é exatamente esta regulamentação.

Eu quero me associar aos cumprimentos a V. Exa. e a toda a sua equipe, à equipe da Fazenda, da Receita, eventualmente, da consultoria, aos colegas Senadoras e Senadores que foram citados aqui – inclusive, V. Exa. não estava na hora em que ele o elogiou e lhe agradeceu –, porque trabalho sempre tem que ser um trabalho de equipe.

É um trabalho hercúleo. São mais de 500 artigos. E V. Exa. consegue fazer um resumo que, na minha opinião, não é longo frente àquilo que foi resumido, mas tocando nos principais pontos que eram fruto dessa matéria.

Então, em nome do Governo – apesar de continuar dizendo que essa matéria não é do Governo, essa matéria é da sociedade brasileira, é da economia brasileira, é do Brasil, mas a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matéria veio a esta Casa a partir de uma iniciativa do atual Governo, se bem que o Governo anterior também já tinha começado a elaborar –, eu quero, em nome do Governo, da sociedade brasileira, da economia brasileira, lhe agradecer.

É claro que, numa matéria como essa, há momentos em que a gente olha e diz: "Vamos conseguir mesmo?". Porque é tão complexa a matéria, são centenas, dezenas, milhares de interesses, que não necessariamente são controversos, mas achar o ponto de equilíbrio entre todos esses interesses não é fácil. E, seguramente, V. Exa. verá alguns o parabenizando, mas talvez alguns de nariz torcido. É da regra: ninguém faz omelete sem quebrar ovos; ninguém faz em tempos de democracia, e essa é a primeira. Eu diria que isso é algo que V. Exa. vai carregar como uma comenda, porque – e não só V. Exa., mas toda a Casa, mas V. Exa. como condutor da PEC e do projeto – não é fácil fazer em tempos de democracia. Em tempos de autoritarismo, faz-se, e todo mundo se contenta ou se submete àquilo.

Fazer o que a Casa está fazendo, e V. Exa. tem um papel fundamental nisso, sinceramente, já vale o meu mandato de Senador pela primeira vez nesta Casa. Ter participado – e ainda não acabou o périplo, mas estamos perto de terminá-lo – e terminar uma matéria que eu considero... Óbvio que, no andar do caminhão, as abóboras vão se ajeitar; seguramente, algumas das coisas que nós votaremos serão revisitadas. Mas aí eu volto ao velho ditado: o ótimo é inimigo do bom e amigo do péssimo. Se quiséssemos a obra perfeita, seguramente não chegaríamos nunca.

Portanto, eu acho que V. Exa., sua equipe e todos aqui... Óbvio que teremos o debate até a votação, que eu espero que aconteça no dia de amanhã. Eu creio que...

E eu quero registrar que, nesse episódio agora, como no outro, por duas vezes lhe acometeram momentos de problemas de saúde, e, talvez, se fosse outro, dissessem: "Bom, aproveita a desculpa para cair fora da responsabilidade".

Eu, por acaso, estou aqui também de carrinho de roda, no qual V. Exa. já andou, e agora, recentemente, não fez o que deveria ter feito com a sua saúde para prestar esse serviço.

Então, fica aqui meu agradecimento, meus parabéns, e eu espero que o Senado da República – e é óbvio que essa matéria voltará à Câmara – consiga concluir, porque creio que isso abrirá uma avenida de melhoria no desempenho da economia brasileira. Parabéns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Otto Alencar, concedo a palavra a V. Exa; em seguida, ao Fabiano Contarato e à Senadora Augusta Brito; e, na sequência, ao Senador Kajuru e ao Laércio.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discutir.) – Agradeço ao Presidente Renan Calheiros e quero parabenizar o Senador Eduardo Braga.

A indicação do Senador Davi Alcolumbre para a relatoria foi a mais apropriada possível. Eu acompanho a vida política de V. Exa. no Senado Federal desde que aqui cheguei, em 2015, e observo uma coisa que é da sua personalidade e da sua maneira de trabalhar: buscar fazer as coisas de forma muito correta em todas as relatorias que V. Exa. já contribuiu no Senado Federal.

Essa relatoria talvez tenha sido, de todas, a mais meticulosa, a mais difícil para ser feita, no atendimento aos vários Senadores e Senadoras que encaminharam tantas e quantas emendas, em que V. Exa. teve a capacidade de entender, de avaliar e de aproveitar no seu relatório como contribuição e outras tantas em que, não as aproveitando, teve a capacidade de mostrar os argumentos pela rejeição das emendas apresentadas.

Eu acho que o relatório, que foi inclusive encaminhado ontem para os Srs. Senadores, atende exatamente àquilo que é o espírito da lei, que é de simplificar os impostos, cobrar no destino e acabar, sem dúvida nenhuma, com tantas leis de ICMS pelo Brasil afora, que realmente deixavam uma insegurança jurídica muito grande.

Além disso, dei uma sugestão a V. Exa. para que pudesse iniciar a cobrança em 2027 – V. Exa. a acatou –, até porque a implantação dos sistemas de cobrança pelo Poder Executivo, pelo Governo, será mais fácil...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... e pelos bancos, pelos investimentos que têm, pela capacidade que têm. No entanto, o contribuinte precisaria de um tempo maior para adaptar os seus sistemas, para a contribuição, para análise do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto, do relatório de V. Exa., que eu espero que seja aprovado aqui na CCJ e, depois, no Plenário do Senado, na próxima quarta-feira.

Ontem nós estivemos com o Ministro da Fazenda, o Ministro Fernando Haddad, na reunião que tivemos à noite. E o Ministro Fernando Haddad disse uma coisa com a qual eu concordo plenamente. Ele disse: "Senador Eduardo Braga, V. Exa. não imagina a contribuição que o seu relatório e essa matéria relatada por V. Exa. vão dar ao Brasil." – são palavras do Ministro da Fazenda, o Ministro Fernando Haddad. E realmente será uma contribuição muito grande e ficará marcada aqui na história do Senado Federal.

Além de Líder do MDB, que é um partido que já deu uma contribuição tão grande ao Brasil, na democracia, na liberdade, agora V. Exa. contribui na reforma tributária do momento, talvez a letra de lei mais adequada que eu pude ler e entender e que V. Exa. fez do seu modo de fazer: no capricho, na dedicação, na competência para oferecer isso ao Senado Federal e ao Brasil. É um projeto de reforma tributária para o Brasil – aqui não tem partido, aqui não tem ideologia, absolutamente, aqui tem o interesse do Brasil.

Portanto, só quero parabenizar V. Exa., aliás, não canso de parabenizá-lo sempre nas suas relatorias. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Fabiano Contarato, com a palavra V. Exa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Senador Renan Calheiros, parabéns pela Presidência.

Eu quero aqui iniciar também ratificando todas as manifestações elogiosas e meritórias ao Senador Eduardo Braga, mas eu quero aqui elogiar também o Senador Rodrigo Pacheco.

O Senador Rodrigo Pacheco é uma pessoa que tem um equilíbrio, uma serenidade, uma sobriedade emocional, e teve isto: esse olhar futurista, porque nós estamos falando aqui... Eu nem sonhava em ser político, eu sou neófito na política, estreando aqui no Senado Federal, e venho aprendendo diuturnamente com vocês. Quando eu olho para o Jaques – ele sabe disto: do meu carinho, meu respeito, admiração –; o Eduardo; o Otto; o Confúcio; enfim, são tantos Senadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

referência, Kajuru, em que a gente se inspira e a gente fala: "olha, nós não podemos criminalizar a política".

E eu tenho uma frase, Senador Eduardo Braga... Quando eu olho para trás, eu falo: "Meu Deus, nós aprovamos uma PEC da reforma tributária que estava em discussão há mais de 30 anos". Victor Hugo tem uma frase fantástica, em que ele fala: "Não há nada mais poderoso do que uma ideia quando o seu tempo chega". Chegou o tempo da ideia, no momento exato, com a pessoa adequada: um político como você, que dignifica muito a honrada classe da política brasileira, da boa política brasileira. Eu me espelho no comportamento de V. Exa. Eu quero parabenizá-lo porque, como o Senador Jaques disse, não é fácil, "o ótimo é realmente inimigo do bom", você equacionar. Isso vai dar uma justiça tributária, vai dar uma efetivação, principalmente para a população que mais precisa.

Nós sabemos da elevada carga tributária, nós sabemos como a população hipossuficiente sofre, e essa reforma hoje – tenho fé em Deus que todos os Senadores tenham a sensibilidade de entender que essa é uma proposição de interesse do país, independentemente de partido político, porque... Depois de tanto tempo de discussão, ao aprovar a PEC e agora a regulamentação, na forma como V. Exa. conduziu, eu não poderia deixar de permanecer aqui para falar da minha gratidão, enquanto brasileiro, enquanto cidadão, enquanto Senador da República pelo Estado do Espírito Santo.

Parabéns pelo brilhante trabalho apresentado hoje.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra à Senadora Augusta Brito.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente, tão bem conduzindo aqui hoje os trabalhos na CCJ, o nosso querido Senador Renan.

Mas eu quero aqui, de uma forma muito especial, falar do nosso Relator, o Senador Eduardo Braga. Desde o início da apresentação da PEC, como agora também, com esse PLP que está aqui hoje, que foi tão amplamente discutido, eu posso dizer que me sinto tão bem representada com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse relatório, porque eu fui ouvida em todas as emendas que eu apresentei – umas acatadas; outras não –, entendendo a argumentação, porque sempre o Relator teve todo o cuidado de dar argumentação tanto por que "não" e também por que "sim".

Então eu me sinto aqui, hoje, como disse aqui o nosso querido Jaques Wagner, contemplada com o mandato que eu estou tendo, com a oportunidade, e também por ter contribuído, eu diria assim – não comparando com a sua contribuição, obviamente –, com algumas emendas que foram acatadas, com as discussões que aconteceram, com várias audiências públicas, mostrando aqui que não só o Relator, como também o Senado Federal e o próprio Governo Federal realmente estavam buscando fazer o que é melhor para o país, porque há muito tempo se esperava e ele queria fazer ouvindo.

Quantas pessoas eu pedi para incluir em audiência pública, quantos setores me pediram para serem ouvidos! E eu não tive nenhuma dificuldade, em nenhum momento, em nenhuma audiência pública, de dar essa voz a essas pessoas que queriam também construir e apresentar suas demandas. Como foi dito aqui, houve muitas demandas de setores, cada um defendendo realmente a sua categoria, os seus interesses, mas eu acho que, no todo, em conjunto, são interesses de todo o Brasil, de todo brasileiro, sobretudo da sociedade.

Então, eu me sinto altamente contemplada em dizer assim: eu participei também dessa construção dessa reforma tributária, que vai trazer, com certeza, um sistema de tributação mais justo, mais célere, que vai fazer a diferença na economia do nosso país, sobretudo também ajudando as pessoas que mais precisam. Então, estou amplamente feliz.

Eu digo sempre que as oportunidades, meu querido Senador Jaques Wagner, que a política nos dá, para além de construir, obviamente, boas amizades, boas relações, porque eu me sinto já assim amiga só por participar, por poder contribuir, por apresentar emenda, por ser ouvida, por ser considerada, por participar de um momento realmente histórico, com um Relator que merece todo o respeito, o respeito do Governo Federal, o respeito dos Senadores e Senadoras, mas, sobretudo, o respeito da sociedade do nosso país como um todo...

Então, estou muito feliz hoje. Como disse, em alguns momentos, a gente nunca esperou... Será que vai votar este ano? E agora eu vejo, eu diria assim, com mais certeza que vai votar e que foi muito bem debatido, muito bem discutido. Eu acredito que não vai ter ninguém que vá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questionar nenhum tipo... Pode até não ter sido acatada a emenda, mas tem uma justificativa, tem um porquê disso, não é?

Então, parabéns. Fico muito feliz em poder também ter contribuído para este momento do nosso país, tão importante e tão necessário que acontecesse.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Kajuru.

Com a palavra V. Exa.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discutir.) – Bom, inicialmente, Deus e saúde a todos e todas presentes e aos que nos acompanham pelos meios de comunicação. Um Natal justo e amoroso e que Deus lhes guarde com um próspero ano novo e felicidade, que é o que todos nós precisamos nesta vida.

Eu não quero falar, meu amigo e ídolo, Senador Renan Calheiros, Presidente da CCJ neste momento, como Vice-Líder do Governo, até porque eu acho que a minha maior referência, o Jaques Wagner, já me demitiu, inclusive. E, se me demitiu, ele pode ficar tranquilo que eu não vou mudar minha opinião sobre ele e nem sobre o Lula.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Estou recontratando.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então recontrate, que é melhor.

Mas, falando sério, eu estou aqui diante de alguém da oposição que eu respeito, porque ele é diferente, e eu o vejo como um brasileiro e não como um antipatriota – outra referência que tem o Senador Otto Alencar –, que é o Laércio. Eu fico um pouco triste, e vou desabafar rapidamente para não ser longo aqui, primeiro dizendo que a melhor frase que cabe ao acima da média homem público Eduardo Braga é que ele não recua nem para tomar impulso, mas ele não é arrogante, ele não é soberbo, ele ouviu todos, todas, sem hora, sem hora para dormir, como da outra vez, quando acabou tendo a consequência que o Jaques falou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu recebi mais de 60 cartas, Jussara, de empresários, e a única coisa que eles queriam é que eu convencesse o Braga de eles não pagarem nem um centavo de imposto. Por isso que Josias de Souza, da *Folha de S.Paulo*, tem toda a razão ao ter escrito, semana passada, na *Folha de S.Paulo*, da qual eu orgulhosamente fui colunista, que a elite brasileira é uma escória, especialmente a da Faria Lima. É uma escória!

E a minha tristeza... Eu, com mais de 30 emendas – algumas Eduardo não aceitou, outras ele melhorou, outras ele acatou –, em nenhum momento, liguei para ele, telefonei de madrugada para ele, para perturbá-lo: "Olha, preste atenção nessa aqui, esse é o empresário tal, esse é o fulano de tal". Nada! Eu o deixei trabalhar com a liberdade que ele precisava ter, porque ele provou a mim... Até então eu tinha a Anastasia como melhor Relator desta Casa, mas, da história desta Casa, o melhor realmente é o Eduardo Braga, não há discussão. Pela segunda vez ele demonstra isso.

Agora Laércio, no dia em que se você quiser conversar abertamente, nós dois, pela relação bonita que nós temos, até pela boa cachaça que você me traz de vez em quando de presente – parou de trazer, continue trazendo...

Mas sinceramente, gente, eu cheguei a falar com gente que disse categoricamente o seguinte a mim quando eu perguntei: "Você chegou a ler a reforma tributária?" – isso, ontem de manhã – "Você chegou a ler já o que o Eduardo escreveu?". E ele: "Senador Kajuru, eu não vou ler e vou votar contra". Então me desculpe, eu sou um juvenil diante de vocês.

O que mais me aborrece é ver que tem realmente nesta Casa, neste Congresso Nacional, gente que não é contra o Governo Lula, é contra o Brasil e é a favor daquela frase pela qual, quando eu era jornalista, eu recebi muito processo, por ter xingado até Fernando Henrique Cardoso, até o Papa eu xingaria, porque era aquela famosa frase, Dueire, de quanto pior, melhor.

Se Deus quiser, amanhã, como disse o Jaques à tarde, a gente não vai ver aqui no Senado Federal – porque, já lá na Câmara, eu não sei o que a gente vai ver – cenas diferentes dessas que eu acabei de citar aqui, e ver uma reforma tributária para o bem do Brasil, do Brasil acima de tudo, e nada mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns mesmo, Senador Eduardo Braga! Fique de cabeça erguida e continue aproveitando e propagando essa frase. O senhor é um homem público que não recua nem para tomar impulso. Parabéns!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo...

Agradecemos ao Senador Kajuru, e concedo a palavra ao Senador Laércio Oliveira. Com a palavra V. Exa.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, meus colegas Senadores, nobre Relator Senador Eduardo Braga, na semana passada nós estávamos na reunião no Colégio de Líderes, e eu fiz uma fala naquele momento me dirigindo a V. Exa., e eu disse que uma das grandes qualidades que eu admirava na sua atuação política e como cidadão, como homem, como pai, como chefe de família, certamente era a forma como o senhor dispensava a cada colega seu. A cada Senador que trouxesse o problema que fosse, o senhor parava o que estava fazendo para dar atenção ao seu colega e oferecer a ele todas as informações possíveis, até mesmo reconhecer um erro possivelmente cometido.

A fala da Senadora Augusta vai exatamente na mesma linha daquilo que eu lhe falei na quinta-feira. E eu fico muito feliz pelo reconhecimento que todos os colegas têm do trabalho que o senhor faz, e para nós, que mesmo vindos da Câmara dos Deputados e chegando aqui no Senado, é muito prazeroso conviver com uma geração que coloca a política onde a política realmente merece estar, e o senhor é um dos protagonistas dessa nova política.

Eu sou do setor de serviços, e nós teremos, no debate que faremos na próxima sessão, uma discussão a ser feita em relação ao setor de serviços. Na emenda constitucional, eu levei um assunto para o senhor referente a esse setor com preponderância de mão de obra, e o senhor acolheu, acatou e consta lá na emenda constitucional no art. 18.

Na regulamentação que nós estamos fazendo aqui, certamente alguma discussão a gente vai fazer, mas o que me conforta, de coração – e eu espero que as pessoas que aqui estão tenham prestado atenção em tudo que o senhor exaustivamente desenvolveu na leitura que fez –, é que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o senhor leva um misto de esperança e de certeza à sociedade brasileira naquilo que leu aqui. O senhor olha aqueles que mais precisam e se coloca dentro do lugar em que esse cidadão precisa estar. Não é só com referência ao *cashback*, mas várias ações que o senhor aponta aqui: o idoso, a criança, aqueles que precisam de assistência médica, aqueles que precisam de remédio, aqueles que precisam comprar botijão de gás, aqueles que precisam de transporte e por aí vai.

Eu me sentei aqui do seu lado e prometi a mim mesmo que eu não me levantaria, que eu ia ouvir atentamente tudo o que o senhor falasse. E o que o senhor falou no seu relatório, Senador Eduardo Braga, nos dá a certeza de que nós estamos vivendo um momento muito especial. Debates irão acontecer, a Oposição vai se posicionar legitimamente, como diz o nosso Líder Senador Jaques Wagner, dentro do debate político natural. Os debates vão e vêm, e a gente vai conversando, conversando, conversando, mas, ao final, eu tenho certeza absoluta de que nós iremos extrair, a partir da sua inteligência, da sua disposição, da renúncia de tanta coisa que o senhor fez, sacrificou até a sua saúde para poder entregar a nós, Senadoras e Senadores, um texto do nível que o senhor apresenta aqui hoje.

Eu fico muito honrado, eu fico muito feliz. E nós vamos caminhar firmes. Naquilo que eu puder contribuir, mesmo defendendo o meu setor de serviços, como o farei, com a elegância que sempre exercemos aqui para que a gente chegue a um bom termo e entregue... A minha vontade era para esta semana. Acho que o Senado deveria entregar a reforma aprovada, mas isso é com o Líder Jaques Wagner, não é com a gente.

Meus parabéns e os meus reconhecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra o Senador Fernando Dueire.

Com a palavra V. Exa.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Para discutir.) – Presidente Renan, Sras. Senadoras, Srs. Senadores...

Senador Eduardo Braga, se tudo não foi dito, muito foi dito. E o Senador, o nosso Líder Jaques Wagner, na sua introdução de fala disse que não queria chover em cima do molhado, mas o senhor aqui foi o herói de todos nós e de si mesmo. Nós participamos, eu ouvi atentamente o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o senhor colocou no seu relatório aqui, procurei-o algumas vezes, ouvi sua ponderação, ouvi a ampla escuta que o senhor promoveu, tentando multiplicar seus braços através da CAE. O senhor aqui citou os membros da CAE, fazendo justiça ao Senador Izalci Lucas e Efraim Filho, que lá atrás contribuiu.

Quero ressaltar aqui o que já foi dito. O senhor hoje, que tem tantos serviços prestados ao Brasil, agrega mais um, através desse grande esforço que o senhor desenvolveu, inclusive como aqui foi dito pelo querido Senador Laércio, vencendo até não só as dificuldades e as opiniões contrárias aos interesses que são legítimos, mas vencendo também as dificuldades de saúde. Hora nenhuma o senhor recuou disso, de forma que faço questão de registrar, mesmo chovendo no molhado, e agradecer pelo extraordinário trabalho que o senhor desenvolveu para o país em que nós vivemos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A todos que solicitaram vista, eu quero dizer que haveria, na reunião de ontem, que infelizmente não se realizou, um acordo de vista coletiva proposto por esta Comissão, de 48 horas; mas, em função da não efetivação do acordo e para não perdermos tempo com relação ao interesse nacional, eu defiro o pedido de vista por 24 horas.

Amanhã, na segunda parte da reunião desta Comissão de Constituição e Justiça, nós vamos ter a apreciação da matéria que foi brilhantemente relatada pelo Senador Eduardo Braga.

Izalci, com a palavra, V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Obrigado, Presidente. Era para eu estar aqui antes, eu estava na CPI lá da *be*t.

Primeiro, eu quero elogiar o trabalho do nosso querido Relator que acatou muitas emendas, mais de 600 emendas foram acatadas; mas ainda ficou muita coisa fora, e que a gente precisa... Ficaram fora coisas importantes. Eu vejo que a gente tem muita coisa ainda para resolver.

Eu estava insistindo para que essa matéria fosse para a CAE, porque aqui a gente tem limitações, por exemplo, questão de número de destaque, ou número de sugestões. Eu até gostara,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

antes da votação, de talvez não apresentar destaque, mas ponderar, Presidente, algumas questões que são fundamentais.

Vou dar um exemplo só. São várias, várias aqui que eu tenho, mas vamos botar, por exemplo, a questão das pessoas com deficiência. V. Exa. acatou duas emendas relacionadas a esse tema, mas o valor continua R$70 mil. Não tem, no Brasil, nenhum carro em que caiba uma cadeira de rodas dentro...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – R$200 mil...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, está aqui. No texto, está R$70...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, são R$200 mil. Você está com o texto errado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não... Eu estava certo de que estaria assim...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – R$200 mil. R$200 mil.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, eu tenho que dar uma lida, isso que eu tenho que ver, porque, na prática...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – R$200 mil.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, ótimo, era a proposta que nós fizemos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – R$200 mil.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, bem, eu não sei se caberia alguma para... Porque a gente só tem direito, por exemplo, no PL, a um destaque. Por isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é que é importante ir para a CAE. Como é que uma matéria de 2 mil emendas, 600 emendas acatadas, um relatório de 586 páginas... Em 24 horas? Não tem sentido isso, Senador Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não pode haver um Regimento para cada matéria. Nós temos que...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, o Regimento é único.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... seguir um Regimento só, um Regimento único.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, se V. Exa. ler o Regimento, art. 99, basta ler o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está bom.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, se é para cumprir o Regimento, vamos cumprir o Regimento, mas não só quando interessa; porque o art. 99 é muito claro, matéria tributária obrigatoriamente passa pela CAE, que é um mérito, está no Regimento.

Então, eu estou ponderando isso, porque tem... Foi ótimo, mudou muita coisa, foram 46 emendas minhas acatadas, mas eu digo, assim, que ainda tem algumas questões que podem ser analisadas e talvez aceitas no relatório com os argumentos que a gente tem, não é? Eu não sei se a gente vai ter esse espaço para fazer isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Presidente, V. Exa. me permite aqui para contrapor a argumentação.

Eu gostaria, primeiro, de agradecer todas as palavras que foram ditas aqui pelos oradores e amigos e Senadores e Senadoras pelo esforço que nós tivemos, mas o Senador Izalci recebeu, de minha parte, uma atenção para lá de especial. Eu passei por uma sabatina de uma hora e meia com o Senador Izalci, ele com um livro com 200 emendas, me indagando uma por uma. As que eu tinha de memória, eu consegui responder, uma delas a do PCD – que são R$200 mil, não R$70 mil – e outras tantas. E pedi ao Consultor-Geral do Senado, Dr. Danilo, que está ali, que recebesse o Senador Izalci e passasse por um outro conjunto de sabatinas para que nós pudéssemos tentar, ao máximo, atender as reivindicações do Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu gostaria de ponderar ao Senador e ao Presidente Renan Calheiros o seguinte: nós teremos dois instantes de pedidos de destaque, Senador Omar. Um será aqui, na CCJ, e outro no Plenário; e no Plenário o PL tem direito a mais dois pedidos de destaque. Ou seja, o que nós não podemos é ficar procrastinando uma matéria de tamanha envergadura e de tamanha importância para a macroeconomia, para a microeconomia, para o setor produtivo, para o contribuinte brasileiro, enfim, para todos.

Por fim, Presidente, eu gostaria de dizer que – eu tenho certeza de que eu disse isso na abertura deste trabalho – o relatório que eu apresentei não é perfeito, mas eu garanto a todos que o empenho, a dedicação, a vontade foi de fazer o melhor, fazer com que a gente pudesse ter um relatório com segurança jurídica, com transparência, com simplificação, com clareza das alíquotas que serão aplicadas, para que nós pudéssemos ter redução de sonegação, redução do contencioso jurídico, e que, por fim, o povo brasileiro ganhasse com uma alíquota padrão menor.

Portanto, eu faço um apelo ao Senador Izalci, para que nós possamos seguir o rito, obedecendo a sugestão do Presidente Renan, com as 24 horas de vista coletiva. Nós debateremos amanhã, eu tenho certeza, o dia inteiro aqui na Comissão, vamos discutir sobre todos os temas, apresentaremos os destaques de acordo com cada partido aqui, e depois, no Plenário, cada partido também apresentará seus destaques. O Senador Izalci sabe, inclusive, de matérias em que eu concordo com a proposta dele e que têm que ir a votos para que a gente possa saber qual é a opinião dos Srs. Senadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Só um minutinho, Sr. Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só porque é o mesmo... Só, ainda, falando sobre...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor. Por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Agradeço até a deferência do Senador Eduardo Braga, mas é evidente que não deu para a gente passar por todas elas, não é? Chegamos na metade, estava na hora de falar com o Ministro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, nós fomos até a última.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E, depois, o Consultor do Senado ficou até domingo. V. Exa. trabalhou sábado, domingo e tal. Não deu para a gente matar o restante.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Mas a gente ainda tem hoje à noite. Ainda tem amanhã.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, tudo bem, Presidente, mas é só para dizer o seguinte – eu preciso deixar registrado.

Nós temos muitos problemas aqui que podem trazer consequências gravíssimas para alguns segmentos. A questão de cooperativas, por exemplo. Posso dar um exemplo. Se pegarmos as cooperativas de médicos, vai ter um desastre.

A emenda constitucional obriga, deu um prazo de 90 dias para o Governo encaminhar aqui a lei da desoneração. Vai fazer um ano, não a encaminharam ainda. E, quando você fala do prejuízo das empresas prestadoras de serviços, alguém diz assim: "Não, mas lá, depois, no Imposto de Renda, a gente vai resolver isso".

Eu estou dizendo assim: tem muitos problemas gravíssimos aqui. A questão do Simples merece aqui uma atenção especial, mas são muitos. Por isso que eu digo... Eu vou tentar ainda, de alguma forma, buscar algumas questões aí que são óbvias.

Quando a gente fez o trabalho na CAE, eu pedi a todos os segmentos: "Olha, só mandem emendas com uma justificativa muito óbvia, que qualquer Senador, lendo-as, vai dizer assim: 'Cara, eu tenho que mudar mesmo'".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tem muitas situações dessas em que eu gostaria que os Senadores que não se aprofundaram ainda nessa questão pudessem ler sobre as consequências de alguns setores, para o que eu estou alertando aqui.

Por isso, eu não posso... Eu não estou... Não é nada... Ninguém mais do que eu entende que é necessária uma reforma tributária. Tem 30 anos que eu estou discutindo isso como Deputado e agora como Senador, mas o texto ainda merece alguns ajustes.

Então, parabenizo V. Exa., agradeço a deferência, mas nós temos sérios problemas ainda para ajustar.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, Presidente Renan, Senador e Relator Eduardo Braga, primeiro, quero parabenizá-lo.

E, como amazonense que sou, você é do nosso estado também, amazonense que é, nos orgulha muito ver um amazonense relatando não só a emenda à Constituição da reforma tributária, mas as leis complementares.

Isso é histórico. Não é qualquer Senador da República que vai ter esse desígnio e você está no momento certo, na hora certa para as grandes mudanças que o Brasil merece ter e que são urgentes, urgentíssimas.

Quero dizer a você que nos orgulha muito você ser do nosso estado e, como Senador, você nos representa muito bem. Tenho certeza de que você... Por conhecê-lo, sei o quanto você focou nesse assunto. Focou nesse assunto, passando por alguns momentos delicados pessoais, que eu, como uma pessoa mais próxima, sei. E, graças a Deus, chegamos a esse ponto.

Se qualquer outro Senador que pedisse o que o Izalci está pedindo, eu ficaria quieto, mas o Izalci conhece bem toda a matéria. Então, ele não precisa de muito tempo. Em menos de duas horas, ele já leu tudo isso, já sabe o que fazer. Ele conhece bem. Para qualquer um outro, eu até concordaria em dar mais prazo, mas o Izalci, não. Ele é Ph.D. nessa matéria. Ele me orienta muitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes. Eu peço orientação, ele sempre está disposto a nos orientar. Com certeza deu uma grande contribuição ao Senador Eduardo Braga e continuará dando até amanhã, quando nós vamos votar essa matéria aqui.

O Senador Izalci sabe do meu respeito e carinho que tenho por V. Exa. E digo isso aqui: Brasília tem um Senador que conhece bem essa questão fiscal e que se preocupa com questões pontuais, de setores pontuais, Senador Renan, que são muito importantes, muitas vezes passa despercebido para alguns colegas do Senado, mas, para o Senador Izalci, não passa.

Tenho certeza de que amanhã, na votação, ele vai estar aqui afiado, já discutindo, até porque ele já conhece muito bem tudo o que você leu, Eduardo. Nada do que você leu para ele é novidade. Não é uma pessoa... Eu também peço a compreensão do Senador Izalci para que a gente possa votar isso mais rápido.

Parabéns, Eduardo. Parabéns à sua equipe, foram várias pessoas que contribuíram, alguns eu conheço, outros não, mas a todos aqueles que contribuíram para que você chegasse a esse resultado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Omar, eu queria, inclusive, aproveitar a sua fala para agradecer aqui ao Thomaz Nogueira, ao Afonso Lobo e ao Marcelo Pereira, que também se somaram à nossa equipe de consultores, à nossa equipe de técnicos e de assessores Parlamentares, para que nós pudéssemos chegar até aqui. Se você não tivesse me lembrado, eu ia cometendo uma injustiça irreparável com essas três pessoas que nos ajudaram muito a conseguir melhorar esse texto e fazer desse texto algo tão importante para todo o Brasil.

Eu queria também agradecer ao Farid, que também foi outro companheiro, são tantos que, às vezes, a gente vai se esquecendo, mas quero aqui registrar. Quero também cumprimentar o Hauly, que, durante todos esses anos, sempre foi um devoto dessa tese.

Portanto, quero agradecer a todos e agradeço muito ao Presidente Renan Calheiros, que sempre tem sido um grande mentor, um grande orientador nessas questões todas aqui no Senado. Eu estou aqui há 14 anos, mas o Renan está aqui há trinta e tantos anos. Portanto, eu ainda não cheguei nem na metade do tempo do Renan aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos: obrigado, Laércio; obrigado, Augusta, mais uma vez pelas suas palavras; obrigado, Omar; obrigado também ao Kajuru pelas suas palavras; obrigado também ao Jaques Wagner; ao Fabiano Contarato; enfim, a todos que, de forma tão gentil e generosa, me cumprimentaram. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 12 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 53ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia onze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Davi Alcolumbre, Hamilton Mourão e Weverton, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Laércio Oliveira, Cid Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Zequinha Marinho, Jayme Campos, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Jorge Kajuru, Zenaide Maia, Irajá, Vanderlan Cardoso, Daniella Ribeiro, Jaques Wagner, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues, Ana Paula Lobato, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Eduardo Girão, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Tereza Cristina, Dr. Hiran e, e ainda dos Senadores Damares Alves, Sérgio Petecão, Paulo Paim, Wilder Morais, Teresa Leitão e Wellington Fagundes, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 50ª Reunião Ordinária, que é aprovada. A reunião é suspensa às treze horas e quarenta e oito minutos e reaberta às quinze horas. Registra a presença de: Sr. Rafael Amorim, Presidente da Associação dos Procuradores do Estado de Pernambuco; Sra. Eunice Haddad, Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro; Sr. Thiago Elias Massad, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); Sra. Julianne Freire Marques, Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); Sra. Maria Auxiliadora Rabaneda, esposa do indicado Ulisses Rabaneda e da Sra. Aline Terto, esposa do indicado Marcello Terto. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Ofício "S" n° 1, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MARCELLO TERTO E SILVA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada à OAB." **Autoria:** Ordem dos Advogados do Brasil. **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pronto para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor MARCELLO TERTO E SILVA, para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, com 25 votos favoráveis e 2 votos contrários. **ITEM 2 - Ofício "S" n° 2, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ULISSES RABANEDA DOS SANTOS, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada à OAB." **Autoria:** Ordem dos Advogados do Brasil. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor ULISSES RABANEDA DOS SANTOS, para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, com 26 votos favoráveis e 1 voto contrário. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 56, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do Senhor GUIDO AMIN NAVES, General de Exército, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da transferência para a inatividade do Ministro Lúcio Mário de Barros Goes, a partir de 23 de dezembro de 2024." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor GUIDO AMIN NAVES, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, nos termos do art. 123, da Constituição Federal, com 26 votos favoráveis e 1 voto contrário. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 31, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 55-D da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o nome do Senhor IAGÊ ZENDRON MIOLA, para exercer o cargo de Diretor do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor IAGÊ ZENDRON MIOLA, para exercer o cargo de Diretor do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, com 26 votos favoráveis e 1 voto contrário. **ITEM 5 - Ofício "S" n° 7, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XIII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor RODRIGO BADARÓ ALMEIDA DE CASTRO, para compor o Conselho Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Senado Federal." **Autoria:** Presidente do Senado Federal: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), Líder do Bloco Parlamentar Democracia Efraim Filho (UNIÃO/PB), Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM), Líder do PSD Omar Aziz (PSD/AM), Líder do PDT Ana Paula Lobato (PDT/MA), Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor RODRIGO BADARÓ ALMEIDA DE CASTRO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, inciso XIII, da Constituição Federal, por unanimidade, com 27 votos favoráveis. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 68, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto na forma do substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as emendas a ele apresentadas. **Resultado:** Aprovado o Relatório do Senador Eduardo Braga que passa a constituir o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 2.171-CCJ (Substitutivo). Votam vencidos os Senadores Izalci Lucas, Eduardo Girão, Flávio Bolsonaro, Marcos Rogério, Hamilton Mourão, Magno Malta, Eduardo Gomes e Jorge Seif. Em votação em globo, foram rejeitados os requerimentos de destaque individuais. Nos termos do art. 312, parágrafo único do RISF, são colocadas em votação as seguintes emendas destacadas:- Emenda nº 67-U, destacada pela bancada do PL. Resultado: Rejeitada com 16 votos contrários e 10 votos favoráveis; - Emenda nº 378-U, destacada pela bancada do PSD. Resultado: Aprovada (votação simbólica). Votam vencidos os Senadores Jaques Wagner, Eduardo Girão, Randolfe Rodrigues e Marcelo Castro; - Emenda nº 1612, destacada pela bancada do PL. Resultado: Aprovada (votação simbólica); - Emenda nº 1371, destacada pela bancada do PODEMOS. Resultado: Aprovada com 13 votos favoráveis e 12 votos contrários; - Emenda nº 1462, destacada pela bancada do PSD. Resultado: Rejeitada (votação simbólica). - Emenda nº 1737, destacada pela bancada do UNIÃO. Resultado: Rejeitada com 19 votos contrários, 4 votos favoráveis e 2 abstenções; Ficam prejudicadas as demais emendas apresentadas. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 28, de 2024** que: "Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLP 68/2024, que "institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências"." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e duas horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/11

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 53ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 50ª Reunião, Ordinária.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será dividida em duas partes. A primeira destina-se à apreciação da indicação de autoridades; e a segunda, à deliberação de item único.

Esta Presidência esclarece às Senadoras e aos Senadores que a votação de autoridades será obrigatoriamente presencial, por meio de duas urnas de votação secreta, na Ala Senador Alexandre Costa, sendo uma urna no corredor e a outra dentro da sala. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 1

OFÍCIO "S" Nº 1, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MARCELLO TERTO E SILVA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada à OAB.

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil

Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Em 04/12/2024, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

1ª PARTE

ITEM 2

OFÍCIO "S" Nº 2, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ULISSES RABANEDA DOS SANTOS, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada à OAB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Em 04/12/2024, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

1ª PARTE

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 56, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do Senhor GUIDO AMIN NAVES, General do Exército, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da transferência para a inatividade do Ministro Lúcio Mário de Barros Goes, a partir de 23 de dezembro de 2024.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Em 04/12/2024, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 31, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 55-D da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o nome do Senhor IAGÊ ZENDRON MIOLA, para exercer o cargo de Diretor do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Em 04/12/2024, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

1ª PARTE

ITEM 5

OFÍCIO "S" Nº 7, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XIII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor RODRIGO BADARÓ ALMEIDA DE CASTRO, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Senado Federal.

Autoria: Presidente do Senado Federal: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Em 04/12/2024, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Autoria: Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco; Líder do Bloco Parlamentar Democracia, Efraim Filho; Líder do MDB, Eduardo Braga; Líder do PSD, Omar Aziz; Líder do PDT, Ana Paula Lobato; e Senador Davi Alcolumbre.

A votação das indicações será obrigatoriamente presencial.

Na presente reunião, procederemos à arguição dos indicados e à votação dos relatórios referentes à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800 0612211.

Gostaria de convidar o querido Ministro Senador Sergio Fernando Moro e o querido Líder Senador Flávio Bolsonaro para que possam se dirigir à sala da Presidência da Comissão para acompanhar os ora sabatinados à mesa dos trabalhos. (*Pausa.*)

Bom dia, queria cumprimentar as Senadoras, na pessoa da Senadora Margareth, e os Senadores, na pessoa do Senador Alessandro; quero agradecer a presença da imprensa aqui presente e dos nossos servidores, na pessoa do Dr. Ednaldo; e fazer alguns cumprimentos e alguns registros de autoridades que estão presentes no plenário da CCJ até este momento: Sr. Rafael Amorim, Presidente da Associação dos Procuradores do Estado de Pernambuco; Sra. Eunice Haddad, Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro; Sr. Thiago Elias Massad, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); Sra. Julianne Freire

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marques, Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); Sra. Maria Auxiliadora Rabaneda, esposa do indicado Ulisses Rabaneda – seja muito bem-vinda –; Sra. Aline Terto, esposa do indicado Marcello Terto – seja muito bem-vinda.

Novamente, eu gostaria de agradecer, nesta oportunidade, a presença do Sr. Marcello Terto e Silva, do Sr. Ulisses Rabaneda dos Santos, do Ministro-General Guido Amin Naves, do Sr. Iagê Zendron Miola e do Sr. Rodrigo Badaró Almeida de Castro, que foram indicados, respectivamente, pela Ordem dos Advogados do Brasil para compor o Conselho Nacional de Justiça, pelo Senado Federal, na vaga destinada ao Senado Federal, também para compor o Conselho Nacional de Justiça, foram indicados para compor a Autoridade Nacional de Proteção de Dados pelo Presidente da República e, também pelo Presidente da República, para compor o Superior Tribunal Militar.

Neste momento, gostaria de convidar o Sr. Marcello Terto e Silva e conceder a palavra a ele para a sua exposição inicial, para fazer as suas considerações regimentalmente, pelo prazo de dez minutos, mas, como é sempre feito aqui, na Comissão, pelo tempo que V. Sa. achar conveniente.

O SR. MARCELLO TERTO E SILVA (Para expor.) – Sr. Presidente, Senador Davi Alcolumbre, muito obrigado pelo espaço concedido, pela atenção que dispensou a nós, enquanto candidatos indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil, para o CNJ, durante todo esse processo. Somos muito gratos por isso. Sras. Senadoras – Senadora Margareth, em especial – e Srs. Senadores aqui presentes, é com grande satisfação e senso de responsabilidade que não utilizarei todo o tempo disponibilizado, Sr. Presidente, mas preciso externar a alegria de retornar a esta Comissão de Constituição e Justiça do Senado para me reapresentar, enquanto representante da OAB no Conselho Nacional de Justiça, sendo que lá estive no biênio 2022-2024. E aqui pleiteio também a recondução ao cargo por indicação de todas as bancadas que expressam a voz da advocacia brasileira nos estados e no Distrito Federal.

Sou advogado há mais de 24 anos, dos quais dedico 21 à Procuradoria-Geral do Estado de Goiás, 17 à Ordem dos Advogados do Brasil, seja como conselheiro seccional, como conselheiro federal, Presidente e membro de comissões e grupos de trabalho. Presidi a Associação dos Procuradores do Estado de Goiás por quatro anos e a associação nacional, aqui representada por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu amigo, Diretor da Anape, Milton Pereira Júnior, por quatro anos, não é? Dando voz a todos os procuradores e procuradoras dos estados e do Distrito Federal.

Sempre procurei, Sr. Presidente, ser um bom observador e, assim sendo, sempre compreendi o motivo político, histórico e social da convivência harmônica; da independência dos Poderes e das instituições republicanas; a importância dos arranjos constitucionais para a celebração do direito, da democracia, da justiça e, o mais importante, da cidadania; a razão da essencialidade constitucional da advocacia para a administração da justiça, com o seu caráter instrumental, em garantia dos direitos fundamentais das pessoas que vivem neste país; o dever de estar aqui, ouvir e prestar os esclarecimentos sobre o que fiz e pretendo continuar a fazer enquanto representante da advocacia brasileira no CNJ.

Durante dois anos, cheguei a presidir a Comissão Permanente de Democratização e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários, ocasião em que pude tratar de temas relevantes relacionados ao acesso à Justiça, custas judiciais e qualidade dos serviços judiciários. Presidi também a Comissão Permanente, General Hamilton, de Aperfeiçoamento da Justiça Militar, a oportunidade que tive de tirar as sombras sobre a existência desse ramo especializado da Justiça, tão importante para preservar os princípios que regem as tropas e as organizações militares brasileiras. Participei de diversas outras Comissões, como a Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis; da Comissão Permanente de Políticas Sociais e de Desenvolvimento do Cidadão; da Comissão Permanente de Gestão Documental e de Memória do Poder Judiciário.

Como membro da Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos, coordenei o grupo de trabalho com objetivo de apresentar propostas para o enfrentamento da litigância, denominada litigância predatória, onde constatei, junto com os membros daquele GT, a complexidade desse fenômeno que mergulha o Poder Judiciário em números, mas que tem origem no comportamento disfuncional dos grandes litigantes.

Concluímos ali ser mais importante o enfrentamento inteligente, cooperado, interinstitucional e estrutural do problema do que as fórmulas generalizantes que tentam resolvê-lo pelo processo, sem uma efetiva governança judicial e sem um tratamento confiável de dados, pela criminalização da atividade advocatícia e pela inibição dos mais vulneráveis ao acesso à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justiça. Afinal, o crescimento vertiginoso do acervo do Poder Judiciário, em especial neste ano de 2024, prova que as fórmulas reiteradamente adotadas são ineficazes e não servem para nada além de ofender os bons e honestos profissionais que representam a maioria maciça da advocacia brasileira.

Por isso, também fui membro do GT instituído no âmbito da Corregedoria Nacional de Justiça para a realização de estudos e propostas para fixação de balizas para a atuação dos magistrados em casos específicos, em especial de levantamentos constantes de valores por advogados e pedidos de expedição de alvarás judiciais. Infelizmente, a minuta desse ato normativo, aprovado com representação de membros do Poder Judiciário e da advocacia brasileira, não chegou ainda a ser aprovada no Plenário do CNJ.

Na qualidade de Coordenador da Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado à Alta Litigiosidade do Contencioso Tributário, contribuímos com a realização da I Semana Nacional da Regularização Tributária, com a participação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e outros 33 órgãos de advocacia pública, tendo havido a extinção, Senador Lucas Barreto, de mais de 7 milhões de execuções fiscais, somente até aqui, no ano de 2024.

Ainda atuei como representante do CNJ no Comitê Temático sobre o Indicador Resolução de Insolvências, tratando de matérias relacionadas ao superendividamento, em especial de pessoas com supervulnerabilidade. Participei do grupo de trabalho que regulamentou o Enam, o Exame Nacional da Magistratura, e também do Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário.

Enfim, conheci a realidade das desigualdades estruturais que ainda assombram o nosso país, das pessoas com deficiências, das mulheres vítimas de violências, daquelas pessoas em situação de rua, da comunidade LGBTQIA+, dos pais, em especial das mães de crianças autistas. Tornei-me aliado de causas importantes para a sociedade. Fui sensível aos reclamos dos servidores e auxiliares da Justiça, sobretudo daqueles que correm riscos nas ruas, para lhe estender as mãos e torná-la efetiva, como os oficiais e oficialas de Justiça. Propus a inclusão de metas qualitativas amparadas no olhar do jurisdicionado sobre o funcionamento da Justiça. O que me preocupa é o sistema de Justiça orientar, de determinada maneira, que alguns juízes, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atingir suas metas, julguem preocupados apenas com números, esquecendo-se do aspecto humano que orienta o mérito, o direito, perseguido em cada processo.

Enfim, participei de centenas de reuniões técnicas e audiências institucionais, dei palestras em eventos. Até o final de 2024, pouco antes do término do nosso primeiro mandato, foram-me distribuídos 230 processos, dos quais 178 já estavam arquivados. Nosso gabinete teve a menor taxa de congestionamento e o melhor índice de atendimento de demanda até ali, destacando-se como um dos mais produtivos no período referenciado.

Em meio a isso tudo, foram mais de 500 audiências, em que recebi a contribuição legítima e efetiva das representações das partes antes da tomada de minhas decisões, que impactavam na vida de magistrados, servidores, advogados, cidadãos e no dia a dia das unidades judiciárias e dos tribunais. Por isso, defendi importantes pautas relacionadas às prerrogativas da advocacia, que nada mais são que a expressão do direito de defesa e representação qualificada dos jurisdicionados, entre as quais preciso destacar a opção ou não pela sustentação oral síncrona perante os órgãos colegiados dos tribunais, assim como está previsto no CPC e no CPP. Afinal, o devido processo é legal e a aprovação de leis processuais compete ao Congresso Nacional, em suas duas Casas.

Enfim, comprometo-me a continuar o trabalho que novamente me traz aqui por aprovação unânime, Senador Jayme, dos meus pares, da minha classe, com foco na defesa da democracia, da segurança jurídica, do acesso à Justiça, do direito dos jurisdicionados, das prerrogativas da advocacia e do aprimoramento da Justiça.

Acredito, sim, que o CNJ deve estar na vanguarda da inovação, buscando soluções eficientes para os desafios que o Judiciário enfrenta. No entanto, esse caminho se faz com respeito às regras constitucionais de competência, com legitimidade e com a certeza de que todo sistema que não conhece as leis é perigoso, antidemocrático e por que não dizer autoritário.

Agradeço mais uma vez a oportunidade de apresentar os resultados do meu trabalho e minhas propostas para o futuro. Agradeço à advocacia brasileira, na pessoa do nosso *bâtonnier*, Beto Simonetti, aqui muito bem representado pelo nosso Diretor Tesoureiro, Léo Capataz; a todos os presidentes de seccionais que penhoradamente nos apoiaram nesta caminhada e faço isso na pessoa do Presidente da minha seccional, Rafael Lara, de Goiás; às conselheiras e aos conselheiros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

federais da OAB; ao Senador Vanderlan, que pela segunda vez relata o nosso processo de indicação para o CNJ; à minha família, aqui bem representada por aquela que mais me ama, ao lado da minha mãe e das minhas filhas, Aline Terto; à minha equipe, que tornou essa missão possível: Elma, Leo, Thaise, André, Orman, Pedro, Carol, Paulo, Reginaldo; aos estagiários e às estagiárias; às amigas e aos amigos de jornada. Tenho a convicção de que podemos continuar contribuindo para o CNJ e para a construção de um Judiciário mais eficiente, justo e acessível a todos os brasileiros e brasileiras.

Renovo, então, o meu compromisso com a advocacia, com a boa administração do Poder Judiciário e com os deveres que me obrigam a respeitosamente ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELLO TERTO E SILVA – ... retornar ao Senado Federal, Sr. Presidente, e submeter o meu nome à aprovação de V. Exas., Srs. Senadores e Sras. Senadoras da República.

Muito obrigado, de coração, pelo espaço franqueado, e espero contar com o apoio, com o voto e a confiança de V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Dr. Marcello Terto e Silva.

Concedo a palavra ao Sr. Ulisses Rabaneda dos Santos para as suas considerações iniciais.

O SR. ULISSES RABANEDA DOS SANTOS (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente Davi Alcolumbre, Exmas. Sras. Senadoras, Srs. Senadores, apresento-me diante desta ilustre Comissão de Constituição e Justiça, com humildade e profundo senso de responsabilidade, para submeter meu nome à avaliação desta Casa, conforme a indicação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para o honroso cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

Inicialmente eu me apresento, eu me chamo Ulisses Rabaneda, sou advogado há duas décadas, sou natural de Mato Grosso. Durante minha trajetória profissional, tive a oportunidade de me especializar em Ciências Criminais pela Universidade da Amazônia, de concluir uma pós-graduação em Processo Penal pela Universidade de Coimbra, em Portugal, e de dar continuidade aos estudos no mestrado em Direito pelo IDP. Minha carreira foi construída, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, com dedicação à advocacia e ao fortalecimento das instituições democráticas, o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

me levou a ocupar diversos cargos na OAB e no Judiciário, incluindo a honrosa função de juiz membro do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso.

Nesta ocasião, permitam-me manifestar sinceros agradecimentos a pessoas e instituições que possibilitaram chegar até aqui: primeiramente a Deus, pela força que me guia em cada etapa desta caminhada; à minha família, na pessoa da minha esposa, Maria Auxiliadora, que me honra com a sua presença; às minhas filhas, Maria Vitória e Maria Antônia, pelo apoio incondicional; bem como aos meus pais e irmãos, que sempre foram pilares em minha vida; ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, especialmente ao Presidente Beto Simonetti; aos presidentes de seccionais e conselheiros federais, que me honraram com a sua confiança, registrando votos de todas as seccionais do país.

Eu me orgulho muito, Senadora Margareth, de dizer que eu tive 27 dos 27 votos possíveis de todas as seccionais do país, na minha casa de origem, na minha casa de coração, que é o Conselho Federal da OAB. Esse apoio unânime é motivo de imenso orgulho.

Não posso deixar de agradecer ao Diretor-Tesoureiro do Conselho Federal da OAB, meu amigo Leonardo Campos, que me honra com a sua presença, minha gratidão eterna, meu querido amigo; e à toda a bancada de Mato Grosso no conselho federal; assim como à Presidente da OAB-MT, Dra. Gisela Cardoso, pelo incondicional apoio. À advocacia mato-grossense, meu especial agradecimento e apreço, pois me confiaram mandatos que me conduziram até aqui.

Registro também minha gratidão aos Senadores do meu estado: Senador Jayme Campos, Relator da minha avaliação nesta CCJ, Senadora Margareth Buzetti e Senador Wellington Fagundes, que me acolheram com generosidade e abriram as portas desta Casa. Agradeço ainda ao Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, ao Presidente desta Comissão, Senador Davi Alcolumbre, e a todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que prontamente me receberam, apresentaram sugestões, questionamentos e críticas construtivas sobre os desafios da Justiça brasileira. Esse diálogo foi enriquecedor, pois tive a oportunidade de conversar com quase a totalidade dos senhores e senhoras, sempre me recebendo com grande cordialidade.

Aos meus companheiros de luta diária na advocacia, integrantes do meu escritório, o Rabaneda Advogados, na pessoa do meu querido sócio, Dr. Renan Serra, a minha gratidão pelo suporte e apoio de sempre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas mais importante, Senador Flávio Bolsonaro, Senador Sergio Moro, do que quem sou e do que fiz para chegar até aqui são alguns pensamentos que tenho a levar ao Conselho Nacional de Justiça. Caso seja aprovado pelo Senado Federal, comprometerei meus esforços à defesa de um Poder Judiciário acessível, que respeite integralmente as prerrogativas da advocacia. Quanto a esta, serei fiel às suas pautas e bandeiras.

É crucial compreender que as prerrogativas dos advogados não são privilégios individuais, mas garantias do cidadão, fundamentais para assegurar a defesa plena e justa. Ao mesmo tempo, é indispensável que a magistratura brasileira seja forte e independente. Juízes precisam de liberdade e segurança para decidir sem temor, pois é na proteção dessa independência que a jurisdição se exerce de forma plena, legítima e justa.

Registro minha homenagem a toda a magistratura brasileira.

Defenderei ainda, Senador Jayme Campos, um Conselho Nacional de Justiça que respeite a separação dos Poderes e preserve a autonomia dos tribunais.

Embora o CNJ tenha um poder normativo regulamentar relevantíssimo, ele deve ser exercido com cuidado e parcimônia, com autocontenção, sempre em caráter complementar. As regras fundamentais para o funcionamento do Judiciário são de competência do Congresso Nacional, legítimo representante do povo brasileiro.

No campo disciplinar, atuarei com absoluta imparcialidade. Corrigir adequadamente os maus magistrados, além de ser uma ação necessária para que se tenha um Judiciário de alto valor, prestigia os que atuam de forma ética e proba, que são a maioria esmagadora dos magistrados brasileiros.

Finalmente, reforço o compromisso de atuar no CNJ com respeito à diversidade das realidades estaduais e locais. Cada tribunal conhece suas peculiaridades e desafios. Não podemos tratar de maneira igual tribunais com realidades tão distintas, Senador Alessandro Vieira. Cada tribunal conhece essas realidades e desafios e impor normas de caráter nacional sem considerar estas especificidades gera distorções prejudiciais.

Meu propósito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ULISSES RABANEDA DOS SANTOS – ... será sempre contribuir para o fortalecimento do Judiciário como um todo, com equilíbrio, diálogo e justiça.

Senhoras e senhores, coloco minha experiência e dedicação à disposição desta Casa e do Conselho Nacional de Justiça, com o firme propósito de servir ao Brasil e ao Estado democrático de direito. Peço, portanto, o voto de confiança de cada um dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras.

Fico sempre à disposição e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quero cumprimentar o Sr. Ulisses Rabaneda dos Santos pela exposição inicial e gostaria de conceder a palavra ao Dr. Rodrigo Badaró Almeida de Castro para as suas considerações iniciais.

O SR. RODRIGO BADARÓ ALMEIDA DE CASTRO (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente Davi Alcolumbre, ilustres Senadoras e Senadores, primeiramente agradecendo a Deus por estar aqui, emocionado, pois para estar aqui é imprescindível – imprescindível – reconhecer a dimensão e a importância do Senado Federal, esta Casa ilustre de 200 anos de história.

Estou aqui, Senador Amin, muito honrado, e tentarei com muita honra, altivez e coragem substituir o ilustre Conselheiro Bandeira de Mello – substituir nunca, mas suceder –, que tanto honrou esta Casa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO BADARÓ ALMEIDA DE CASTRO – Sabemos bem que a política é a arte do diálogo; a política é a trincheira da democracia. Então, o primeiro passo é respeitar os políticos. E aqui eu gosto de dizer, Presidente Davi Alcolumbre, que João Mangabeira dizia que o mandato eletivo é a forma mais honrosa de servir à pátria.

Apresento-me rapidamente. Sou advogado com 24 anos de militância, de atuação. Além disso, fui Conselheiro Federal da OAB, por duas oportunidades, pelo Distrito Federal. Se não bastasse, tive atuação no Conselho Nacional de Proteção de Dados por duas oportunidades e, ainda, tendo passado por esta Casa, no Conselho Nacional do Ministério Público. No Conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional do Ministério Público, Senador Jayme, fui Presidente da Comissão de Acompanhamento Legislativo, fui Presidente da Comissão de Meio Ambiente e lá honrei o mandato que a OAB na época me deu e o que o Senado validou, trabalhando contra os abusos de promotores e procuradores, trabalhando pelas minorias, trabalhando pela pauta de gênero, contra o racismo e pela igualdade e justiça social.

Se não bastasse, Presidente, quanto ao CNJ, me orgulha dizer que fui também membro do grupo de trabalho de acesso à Justiça no próprio CNJ. Fui honrado também com a oportunidade de trabalhar no Grupo de Trabalho sobre Inteligência Artificial, tão bem conduzido pelo Conselheiro Bandeira, que terminou um trabalho brilhante com a atualização ou a sugestão de atualização da Resolução 332. E, ainda, participei no CNJ da Comissão de Proteção de Dados.

Sou daqueles, como Ihering, que acredita que a função do direito é buscar a paz. Não há paz sem segurança jurídica. A segurança jurídica, nobres Senadores, só se dá com um balizar: o cidadão acreditar na Justiça. O cidadão precisa acreditar na Justiça para que busquemos a paz. E, nessa linha, não há de forma alguma como acreditar na Justiça – e nesse caso é função do CNJ – havendo juízes corruptos; não há como acreditar na Justiça havendo compadrio; não há como acreditar na Justiça havendo morosidade no Judiciário. Não à toa, nosso saudoso Ruy Barbosa já dizia que a Justiça morosa, Justiça lenta é injustiça qualificada, Senador Moro.

E eu venho aqui com muita honra e com muito orgulho pedir o apoio de todos os Senadores e Senadoras, independentemente de ideologia, independentemente de partido, independentemente de pensamentos políticos, pois honrarei esta Casa, irei prestar contas a esta Casa da busca por um Judiciário eficiente no Brasil.

O CNJ, além de toda essa importância de controle, é um grande fomentador de políticas públicas. Como no CNMP, verifiquei o papel das comissões, como bem citado aqui pelo Conselheiro Terto, na defesa das minorias, na defesa do acesso à Justiça. É importante que o CNJ promova ainda mais o investimento em tecnologia, o uso seguro de inteligência artificial, para que haja, com segurança, o desafogamento do Judiciário brasileiro.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO BADARÓ ALMEIDA DE CASTRO – A Justiça precisa ser entregue a todo cidadão neste nosso país continental.

Continuo aqui, Presidente Davi.

Buscarei no CNJ a busca pela integridade, a *compliance*, um sistema de auditoria, um sistema de denúncia seguro, para que aqueles maus juízes, maus julgadores sejam, efetivamente, com direito à ampla defesa e contraditório, julgados por aquele órgão.

Não podia deixar de frisar, como fiz em várias visitas aos Senadores e Senadoras, que, não obstante a importância constitucional do Conselho Nacional de Justiça, temos que lembrar – e aqui faço com muita tranquilidade, Presidente Davi – que o Conselho Nacional de Justiça não é o Congresso Nacional, não é o Senado Federal. Precisa haver uma autocontenção legislativa. O Conselho Nacional de Justiça deve ter o cuidado de não ser o Parlamento *ad hoc*. Ele deve, sim, trazendo os aspectos técnicos e desenvolvendo um diálogo, dialogar com o Congresso Nacional, buscando imprimir aqui a sua ajuda eficiente, de experiência dos seus 20 anos de conselho, com toda matéria técnica de tantas PECs que aqui estão sendo debatidas e que atingem diretamente o sistema de justiça.

Por fim, ilustres Senadores e Senadoras, eu prometo ter o que eu acho o principal idioma... Ser fluente, Senador Otto, no principal idioma que o julgador precisa ter, o idioma do silêncio. Julgador que fala demais, julgador que se expõe demais comete...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO BADARÓ ALMEIDA DE CASTRO – ... não uma transparência, comete simplesmente uma insegurança perante todos. É uma segurança *erga omnes* um julgador falar quando está deliberando sobre a matéria que a competência do Conselho Nacional de Justiça lhe impôs.

E, por fim, Presidente Davi, gosto de citar muito Churchill e não me renderei lá no Conselho Nacional de Justiça. Somente me renderei às minhas convicções de honra e bom senso, nunca à força, nunca à força dos abusos, nunca à força do corporativismo, Presidente Davi.

E aqui finalizo, agradecendo a Deus, agradecendo à minha família e pedindo o apoio de todos os Senadores e Senadoras desta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Presidente Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Queria pedir aos nossos convidados que estão ali... Está um pouco tumultuado aqui, aliás muito, e a gente não está conseguindo, de fato, acompanhar as exposições ou considerações iniciais dos ora sabatinados na Comissão.

Concedo a palavra ao Sr. Iagê Zendron Miola, indicado para autoridade nacional de proteção de dados para fazer as suas considerações iniciais.

O SR. IAGÊ ZENDRON MIOLA (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Davi Alcolumbre, Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça, Exmas. Sras. Senadoras e Srs. Senadores, membros da CCJ, muito bom dia; um bom dia também a quem nos acompanha aqui nesta sessão presencialmente ou remotamente.

Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer a confiança em mim depositada nessa indicação pelo Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, e ao Senhor Presidente da República, a quem desejo pronta e completa recuperação.

Eu gostaria também de fazer um agradecimento especial ao Senador Eduardo Gomes, que relatou a minha indicação, o que muito me honra, Senador, tendo em vista a sua destacada atuação no campo da proteção dos dados pessoais no Brasil – e ontem houve uma conquista importante com a aprovação do PL 2.338 no Plenário desta Casa, sob sua relatoria, projeto de autoria do Presidente Rodrigo Pacheco. Fico muito honrado com a sua relatoria e com a sua presença aqui hoje.

Também agradeço a receptividade dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras. É motivo de muito orgulho para mim estar neste Senado Federal diante das senhoras e dos senhores e me submeter ao seu escrutínio para que, se entenderem adequado, possa assumir a honrosa tarefa de integrar o Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), uma jovem, porém já importantíssima instituição regulatória do nosso país.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IAGÊ ZENDRON MIOLA – Sras. Senadoras e Srs. Senadores, a entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e a instituição da ANPD e do Conselho Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade (CNPD), foram marcos históricos para o Brasil. Os dados, de forma geral, e os dados pessoais, em particular, têm enorme importância para a inovação, para as atividades econômicas e para as políticas públicas. Importância essa acentuada na economia digital em razão da revolução tecnológica da inteligência artificial.

Ao mesmo tempo, o tratamento de dados pessoais desperta legítimas preocupações da sociedade. É essencial que ocorra de forma responsável e que garanta direitos. Não é à toa que este Congresso Nacional produziu uma moderna legislação em 2018, que é a LGPD, e, em 2022, inscreveu na nossa Constituição a proteção de dados pessoais como um direito fundamental.

Na sua missão de guardiã dessa legislação, em apenas quatro anos de existência, a ANPD já produziu avanços relevantes para o estabelecimento de uma cultura de proteção de dados no Brasil, com destaque para sua atuação na orientação da sociedade, dos setores público e privado e para a regulamentação de diversos dispositivos da Lei Geral de Proteção de Dados, oferecendo previsibilidade e segurança aos titulares de direitos e aos regulados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IAGÊ ZENDRON MIOLA – Neste momento de consolidação institucional vivido pela ANPD há certamente desafios no horizonte, desafios esses já captados pela própria autoridade, por exemplo, no seu planejamento estratégico e na agenda regulatória para os próximos dois anos, que por coincidência foi publicada hoje no *Diário Oficial*.

Acredito que há oportunidades para avançarmos cada vez mais na orientação, regulamentação e fiscalização em temas de grande interesse social, com impactos concretos no dia a dia da população, como é o caso do tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes, de dados sensíveis na área da saúde e de dados biométricos.

O desafio de se garantir a efetividade da LGPD passa também, na minha visão, pelo fortalecimento da estrutura da autoridade e do seu processo regulatório, com foco na eficiência das ações de fiscalização da ANPD.

Olhando para o futuro da autoridade, penso ser crucial que a ANPD acompanhe os avanços legislativos e regulatórios no campo da inteligência artificial, área em que esta autoridade já tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demonstrado enorme capacidade de contribuição. Em todas essas frentes, o constante diálogo com todos os atores interessados deve ser uma premissa e uma prática regulatória.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, eu acredito que a minha formação e experiência me permitirão contribuir com o processo de consolidação institucional da ANPD como órgão regulador e de enraizamento da cultura de proteção de dados no nosso país. Eu sou graduado em Direito pela PUC do Rio Grande do Sul, mestre em Sociologia do Direito pelo Instituto Internacional de Sociologia Jurídica e doutor em Direito pela Universidade de Milão. Atuei como pesquisador visitante na Universidade de Nova York e como pesquisador associado do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Há quase 15 anos, minha trajetória profissional prioriza questões de grande relevância para uma autoridade administrativa com funções regulatórias e de proteção de direitos como a ANPD, em especial, o direito econômico e regulatório. Desde 2017, sou servidor público federal, dedicado exclusivamente à função pública, atuando como professor do Departamento de Direito da Universidade Federal de São Paulo, a Unifesp, e na Controladoria-Geral da União.

Tanto na universidade quanto na gestão pública, tenho lidado com temas diretamente relacionados ao mandato da ANPD, tais como os desafios da regulação na economia digital e de dados, o *compliance* regulatório, a relação entre proteção de dados e acesso à informação, entre tantos outros. Trilhei esse caminho na administração pública federal, sempre adotando como diretriz o amplo diálogo, certo de que é absolutamente essencial para o sucesso de qualquer política ou instituição pública o envolvimento de todos aqueles que são por ela afetados.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, acredito que essa trajetória me habilita a ingressar no Conselho Diretor da ANPD para, juntamente ao valoroso corpo funcional da autoridade e aos colegas que lá estão, bem como junto ao CNPD, participar ativamente do fortalecimento da proteção de dados no nosso país.

Eu agradeço a sua atenção e consideração e coloco-me à disposição para responder às perguntas que entenderem pertinentes neste momento e, se aprovado, também no futuro.

Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Sr. Iagê Zendron Miola, pelas suas considerações iniciais.

Concedo a palavra ao Sr. General Guido Amin Naves para as suas considerações iniciais.

O SR. GUIDO AMIN NAVES (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Senador Davi Alcolumbre, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, a quem, de antemão, agradeço profundamente – e peço vênia para fazê-lo em nome dos meus colegas da bancada – pelas gestões e diligências que nos trouxeram a este momento. Muito obrigado, Senador.

Exmas. Sras. Senadoras, Srs. Senadores, é um prazer muito grande vê-los e revê-los neste dia. Permitam-me um agradecimento especial ao Senador Otto Alencar, meu Relator nesta atividade, e aos demais participantes desta arguição.

Estou honrado e motivado com a indicação de meu nome pelo Senhor Presidente da República, a quem também faço votos de pronto restabelecimento, para ser considerado para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

Honrado pela relevância de tal cargo e motivado pela possibilidade de poder, caso aprovado, continuar a serviço do nosso país e da sociedade à qual todos pertencemos e à qual todos servimos, manifesto meu elevado respeito por, entre tantos temas aqui tramitados e de maior interesse e relevância para o Brasil, ter a minha indicação apreciada pela Câmara Alta do nosso Congresso Nacional, por meio desta douta Comissão, cujo beneplácito representa o referendo do povo brasileiro e dos nossos entes federados, dado o mandato conferido a V. Exas. em sufrágio democrático, universal e majoritário.

Nascido na zona rural de Franca, Estado de São Paulo, filho de pai professor de escola estadual e de mãe professora de escola rural (*in memoriam*), tendo vivido minha infância e adolescência em Ribeirão Preto, também em São Paulo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUIDO AMIN NAVES – ... apresento-me diante das senhoras e dos senhores, após quase 48 anos ininterruptos de serviço ao Estado brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde o berço e por toda a minha vida militar, o exercício das funções que desempenhei e a convivência com familiares, amigos, superiores, pares e subordinados, me permitiu o aprendizado e a prática de valores fundamentais, como a honra, a responsabilidade, a honestidade, a probidade, a lealdade, a ética, o compromisso, a coragem moral e o senso de justiça. Tais atributos fundiram-se na minha bagagem cultural, pessoal e profissional, norteando meu comportamento e atitudes.

Servir ao Exército no Brasil, no exterior, em força multinacional e em representação diplomática, agregou experiências e moldou minha personalidade profissional, por me ter permitido exercer e comandar atividades operacionais, de instrução, administrativas e humanitárias. Foram mais de dez anos em bancos escolares, civis e militares; exercício por cerca de oito anos de autoridade policial judiciária militar, como comandante de organizações militares; atuação como instrutor por cerca de sete anos, além de funções administrativas e de assessoria em órgãos de alto nível, como o Estado-Maior do Exército e o Gabinete do Comandante do Exército.

Em relação à minha formação acadêmica, estudei três anos na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, em Campinas, São Paulo; quatro anos na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende; um ano na Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea; seis meses na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, no Rio de Janeiro; e três anos na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, também no Rio de Janeiro, realizando o curso de Comando e Estado-Maior e o curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército. Tive também a oportunidade de realizar o curso de Estado-Maior Conjunto e Combinado no Exército Espanhol, além de especialização em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e MBA Executivo pela Fundação Getulio Vargas.

Durante toda a minha vida profissional, esteve presente o exercício de atividades relacionadas à preservação e à promoção dos princípios constitucionais da hierarquia e da disciplina. Os fundamentos das disciplinas ligadas ao direito, estudados desde a academia militar, sempre escudaram o exercício da liderança, da administração militar e da aplicação da justiça nos quartéis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre as funções exercidas até o posto de Coronel, inclusive, destaco a ampliação da minha bagagem de experiências como instrutor da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro; Oficial de um Gabinete do Comandante do Exército em Brasília; observador militar da ONU na Operação das Nações Unidas em Moçambique, na África; Comandante de Bateria e Oficial de Estado-Maior de várias unidades de artilharia do Exército; Comandante do 14º Grupo de Artilharia de Campanha, em Pouso Alegre, Minas Gerais; e assessor do Conselheiro Militar da Missão Permanente do Brasil junto à ONU, em Nova York, nos Estados Unidos.

Como General de Brigada, comandei o Comando de Defesa Antiaérea do Exército, no Guarujá. Fui Chefe de Gabinete do Estado-Maior do Exército e chefiei, no mesmo órgão de Direção-Geral, o Escritório de Projetos Estratégicos do Exército, orientando a destinação de orçamentos significativos e desenvolvendo boa experiência no trato com a alta administração, com a condução de iniciativas estratégicas da Força e no trabalho com os controles interno e externo.

Como General de Divisão, encerrei a passagem pelo Escritório de Projetos Estratégicos do Exército e comandei, por três anos, o nosso Comando de Conjunto de Defesa Cibernética, um dos comandos operacionais permanentemente ativados do Brasil.

Promovido a General de Exército e ascendendo ao Alto Comando da Força, chefiei o Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército por dois anos, conduzindo os projetos de desenvolvimento de equipamentos de interesse da Força, prospecção tecnológica, atividades fabris, relacionamento com a nossa Base Industrial de Defesa e exercendo a função de Presidente do Conselho de Administração da Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), além de supervisionar a formação, especialização e pós-graduação de engenheiros no Instituto Militar de Engenharia, o nosso conhecido IME.

Atualmente, exerço o cargo de Comandante Militar do Sudeste, abrangendo todo o Estado de São Paulo, com sede na capital e com efetivo de aproximadamente 20 mil militares, distribuídos em dois grandes comandos, um operacional e outro logístico-administrativo, e quatro grandes unidades e comandos operacionais, perfazendo um total de 62 organizações militares e 79 tiros de guerra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um ponto comum em toda a experiência profissional descrita constitui-se na necessidade de aplicação de princípios do Direito, corroborado pela existência de robustas assessorias de apoio em assuntos jurídicos nas unidades de nível batalhão e acima, a fim de escudar as decisões dos comandantes nos vários níveis.

O exercício da liderança militar implica atribuições intimamente ligadas ao dever de justiça, cujas responsabilidades fazem parte do cotidiano da vida castrense e habilitam ao exercício da função em apreço, observando o escabinato um dos princípios previstos na normativa que rege a Justiça Militar da União, o mais antigo dos ramos especializados presentes no ordenamento jurídico nacional.

Por fim, gostaria de ressaltar que, durante toda a minha vida militar, busquei exercitar na plenitude a autoridade e a liderança correspondente aos cargos que ocupei, equilibrando autoridade e responsabilidade, jamais hesitando em tomar uma decisão difícil, porém necessária, sempre dentro dos preceitos constitucionais e outros que conformam o arcabouço legal brasileiro.

Exmo. Sr. Senador Davi Alcolumbre, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Exmas. Sras. Senadoras e Exmos. Srs. Senadores que compõem esta notável e importante Comissão, essas são as credenciais que apresento ao ter meu nome submetido à apreciação de V. Exas. para desempenhar o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, que, se concretizado, irá proporcionar a minha honrosa oportunidade de continuar prestando serviços ao nosso querido Brasil.

Espero estar à altura de tão elevada responsabilidade e, caso aprovado, fica meu compromisso de soldado de tudo fazer para ser digno da confiança das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores, do Estado e de toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado pela atenção de V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Como nós fazemos aqui na sabatina de autoridades, nós passamos agora à fase de arguição. Ocorre que há algumas solicitações, de alguns Senadores que gostariam que esta Presidência iniciasse o processo de votação. Eu gostaria de apenas fazer uma consulta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Davi Alcolumbre, eu gostaria de pedir a V. Exa. que, se possível, mesmo diante das pessoas que vão fazer indagações aos sabatinados, nós abríssemos o processo de votação. Eu, particularmente, sou Vice-Presidente da Comissão de Orçamento e sou Relator Setorial de Ciência e Tecnologia, e nós temos, agora na parte da manhã, que estar lá para... inclusive, eu tenho que ler o meu relatório, como Relator Setorial.

Eu gostaria de pedir a V. Exa. que abrisse o processo de votação e, naturalmente, permitisse as perguntas que vão ser feitas aos demais sabatinados. Eu, particularmente, tinha três perguntas, mas vou evitar, vou fazer apenas uma ou duas. Assim, eu gostaria de apelar para sua generosidade e bondade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... para darmos celeridade nos trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito bem. Era justamente essa ponderação, Senador Jayme, que eu gostaria de fazer aqui enquanto Presidente da Comissão.

Também é de praxe que a gente conceda, regimentalmente, por dez minutos, antes da efetiva arguição dos ora sabatinados pelos nossos Senadores e pelas nossas Senadoras, conceda a palavra aos Relatores das indicações. E todos os Relatores estão presentes: Senador Jayme Campos – V. Exa. é Relator –, Senador Vanderlan Cardoso, Senador Otto Alencar e Senador Eduardo Gomes. Se nós formos conceder a palavra a todos os Relatores pelos dez minutos do prazo regimental, nós vamos acabar abrindo esse painel de votação lá para meio-dia. Então eu queria consultar os Senadores, antes de nós iniciarmos a fase de arguição, sobre se nós poderíamos abrir o processo de votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria pedir aos Senadores e às Senadoras também que possam não tumultuar na ida ao voto, ou não, enquanto a gente passa para os Relatores. E aí eu já peço para os Relatores, enquanto os Senadores estão votando, se V. Exas. concordarem, para que a gente vá naturalmente, sem criar um tumulto. Porque acaba que, no meio de uma arguição de um Senador, o sabatinado não consegue entender, por causa do tumulto dos Senadores indo em direção à cabine de votação.

Então há uma solicitação. Eu vou pedir para a Secretaria que abra o painel e vou iniciar, como de praxe, concedendo a palavra aos Relatores. E peço que, naturalmente, os Senadores possam, com mais calma, se dirigir à cabine de votação – aqueles que têm outros compromissos.

Portanto, fica a Secretaria autorizada a abrir e iniciar o processo de votação nominal, secreta e pessoal dos ora sabatinados.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Passamos à fase de arguição para a inquirição dos candidatos. Cada Senador ou Senadora interpelante disporá de dez minutos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É de cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É só... É o prazo do Regimento, mas se quiser ser mais rápido... assegurado igual prazo para resposta imediata dos interpelados, facultadas réplica e tréplica, ambas também imediatas, por cinco minutos, nos termos do art. 383, II, alínea "f", do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra a S. Exa., o Senador Jayme Campos, Relator, nesta reunião, da indicação do Dr. Marcello.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Do Ulisses.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. é Relator da do Dr. Ulisses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente Senador Davi Alcolumbre, senhores sabatinados aqui, antes de mais nada eu quero agradecer a V. Exa., Sr. Presidente, pela designação para que eu pudesse ser Relator da indicação do Dr. Ulisses Rabaneda para ser membro do Conselho Nacional de Justiça. Eu tenho a certeza absoluta de que esse profissional de escol do nosso querido Mato Grosso vai cumprir a sua missão, com certeza, naquele conselho, na medida em que é um jovem que eu conheço e à sua família, é um homem sério, honesto e, acima de tudo, com todas as qualificações possíveis para ser membro do Conselho Nacional de Justiça.

Eu quero fazer três perguntas aqui para o Marcello, para o Ulisses e para o Rodrigo, de forma prática e objetiva para o bom andamento dos trabalhos. Primeiro para o Rodrigo.

Rodrigo, o Conselho Nacional foi pioneiro em editar as normas sobre nepotismo e teto remuneratório. Posteriormente, o órgão estabeleceu regras sobre o horário de funcionamento dos tribunais. Mais recentemente editou normas sobre a perspectiva racial nos julgamentos e instituiu Programa Justiça Carbono Zero. São quase 600 resoluções, mais de uma centena de instruções normativas e quase 200 recomendações, além de outros atos normativos em pouco menos de 20 anos. Qual a avaliação de V. Sa. sobre o resultado e a eficácia dessas normas?

O que V. Sa. pensa das acusações de que o colegiado tem extrapolado as suas competências e, na prática, o seu legislado? Essa é a pergunta para o Rodrigo.

Para dar celeridade, ao Marcello. Muitas vezes a imprensa tem afirmado que está havendo influência corporativa no funcionamento do CNJ. Qual é a avaliação de V. Sa. sobre isso?

E o que V. Sa. pensa de um eventual aumento do número de representantes externos ao Poder Judiciário, como os da Ordem dos Advogados do Brasil e da sociedade civil, no colegiado como forma de reduzir essa influência? Isso poderia ferir a autonomia do Poder Judiciário ou representaria o seu fortalecimento na medida em que ampliaria o acesso do cidadão no Conselho Nacional de Justiça?

Pergunto e indago ao ilustre Dr. Ulisses Rabaneda. V. Sa. tem grande experiência como operador do direito, é advogado empenhado há quase 20 anos, tem atuação destacada na docência, e já ingressou, como advogado, no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso e, nessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualidade, tem certamente acompanhado a atuação do CNJ. Qual a sua avaliação sobre essa atuação? V. Sa. acredita que seria possível aperfeiçoar o seu funcionamento mediante as alterações legislativas?

São três indagações para ser bem prático.

Eu indago ao Presidente e querido amigo Davi Alcolumbre se essas indagações minhas serão respondidas de bate e pronto, ou se os demais Relatores vão fazer as indagações para depois responderem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Jayme, eu gostaria de fazer bloco de três Senadores...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... para a gente adiantar, mas eles fizeram as anotações aqui.

Concedo a palavra...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra a S. Exa. o Senador Vanderlan Cardoso, Relator da indicação do Dr. Marcello Terto. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar, Relator da indicação do General Guido Amin.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa.

Eu já tinha lido, na sessão anterior, o meu relatório a respeito do General Guido Amin, que não é parente, não tem nenhum parentesco com o Senador Esperidião Amin, só por afinidade. Eu queria, inclusive, agradecer...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Melhor o senhor dizer que nem conhece o Amin. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senão, o Otto Alencar, que tem uma fobia de perseguição, é capaz de prejudicá-lo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, não. Inclusive, louvo essa posição do nosso General de não ser parente do Amin, porque o maior crítico que eu tenho no Senado Federal é o Senador Esperidião Amin. Ele veio aqui antes para fazer uma lembrança a respeito de uma passagem minha no Exército Brasileiro, quando eu fui convocado para ser médico em 1973.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E ele veio relembrar um fato de que eu não guardo absolutamente nenhum ressentimento, General. Mas ele veio me relembrar, botando o dedo na ferida, porque, na época, cirurgião que sou e ortopedista, eu fiz uma cirurgia no pé do neto do general. Ficou muito bom, o resultado foi excelente, o pé ficou plantígrado e o menino andava bem. Eu esperava que o general reconhecesse o meu trabalho, mas, ao contrário de me deixar em Salvador, no Hospital Geral do Exército, ele me transferiu para Barreiras. Foi aquilo que eu recebi como prêmio. E, lá em Barreiras, eu ia capturar os barbeiros para saber se eles estavam contaminados com a doença de Chagas. Aí surgiu o cinturão de Chagas do oeste, que serviu realmente para erradicar a doença. De alguma forma, eu prestei um serviço ao meu estado e também à saúde pública do Brasil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Imagine para onde é que vai o médico que operou o Jaques Wagner. (*Risos.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Mas essa não é uma função que...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não fui eu que operei Jaques Wagner.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se eu tivesse operado Jaques Wagner, ele não estaria de cadeira de rodas até hoje, ele estaria andando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Mas eu quero dar meu testemunho, porque eu conheço muita gente operada pelo Senador Otto Alencar. Nem todos estão com a mesma perfeição, mas a média é superior. (*Risos.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Só um minutinho, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – General Guido...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Otto, o Senador Líder Omar pede pela ordem.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Mas se tem um Senador aqui médico, porque falam que ortopedista não é médico... Ele é médico...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quem é que fala que ortopedista não é médico?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – No Conselho Federal de Medicina, já falaram isso.

Veja bem: se tem um Senador aqui – viu, Esperidião? – e se você precisar dele, ele não vai lhe... O Senador Otto já acudiu o Cid Gomes aqui...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone.*) – Instantaneamente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... e o Kajuru; devem a vida ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vai para o Conselho de Ética. (*Risos.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Essa perseguição que o Amin faz, também fazia o Senador Tasso Jereissati, que foi Senador da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

República comigo. Eu andava com ele aí no Túnel do Tempo, aí vinha uma pessoa mancando, ele parava o cara e perguntava: "Quem o operou foi o Otto Alencar?". Então, eu sou perseguido, general, aqui, sou muito perseguido pelos meus colegas do Senado Federal.

Mas quero dizer ao General Guido que trago aqui um abraço do Presidente do meu partido, o Presidente Gilberto Kassab. Mandou um abraço para o senhor, com que teve uma relação, quando o senhor serviu lá, no Estado de São Paulo, não é? Ele manda um abraço e diz ao general que o seu currículo é robusto, engrandece muito a força militar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu não sei se é bom médico, mas é bom capoeirista.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está vendo? Já vem outro lá com capoeira, está vendo? (*Risos.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É, mas pode ficar tranquilo que eu não vou nunca lhe dar aqui uma meia lua dobrada ou um martelo na broca do seu ouvido para você cair duro no chão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ó, mas não pode deixar eu encostar, porque só o jiu-jítsu salva, hein?

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Pode levar seu braço embora.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agora, viram? Vamos parar com...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra o Senador Relator Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu não estou podendo falar, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu continuo parabenizando o General Guido pelo seu currículo. Eu ouvi com atenção toda a sua fala e vi todas as ações que o senhor desenvolveu, tanto dentro do nosso país como fora do país, inclusive na Espanha e outras atividades. Eu sei que o Exército Brasileiro forma oficiais com cultura geral muito grande, com conhecimento grande também, não só das atividades nas Forças Armadas. Eu conheço vários, tenho relação com outros tantos. E nós temos aqui o exemplo disso, que é o nosso Senador Hamilton Mourão, que é general do Exército e presta hoje um grande serviço à nação, ocupando o cargo de Senador.

Portanto, eu tenho certeza absoluta de que o senhor será um Ministro do Tribunal Militar que vai obedecer exatamente àquilo que está pré-estatuído na legislação, na lei, para analisar todas essas ações, quer elas possam ser encaminhadas ao general, e decidir de forma justa e correta, como todos nós queremos.

Mas, Sr. Presidente, Senador Davi Alcolumbre, eu quero estender aos indicados para o Conselho Nacional de Justiça, todos eles muito qualificados, e colocaram aqui os seus currículos – inclusive o Badaró, que é de Minas, tem uma ótima relação com o Presidente Rodrigo Pacheco –, para fazer uma pergunta que o Senado sempre questiona, que é o que aconteceu agora, recentemente, no Conselho Nacional de Justiça, quando o Conselho Nacional de Justiça estabeleceu...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... um quinquênio para todos os membros do Poder Judiciário. Isso é uma atribuição do Senado Federal, e agora, recentemente, foi dada uma decisão nesse sentido. Qual é a posição de V. Sa. a respeito desse tema?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Líder Eduardo Gomes, Relator da mensagem do Sr. Iagê e do Dr. Rodrigo.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Davi Alcolumbre, Senadores e Senadoras, Dr. Iagê Zendron Miola, Dr. Guido Amin Naves, Dr. Rodrigo Badaró Almeida, Dr. Ulisses Rabaneda, Dr. Marcello Terto e Silva...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sr. Presidente, eu gostaria de, neste momento, já tendo em vista de que coincididamente trabalhamos esses últimos 500 dias no projeto da inteligência artificial, que foi aprovado ontem, destacar a atuação do Dr. Iagê Zendron Miola na equipe que instruiu o projeto e sua recomendação pelo Ministério da Justiça, Ministro Lewandowski, pelo Governo Federal e o seu comprometimento com a Política de Proteção de Dados Pessoais e, consequentemente, as regulações de inteligência artificial e essas questões digitais.

Portanto, mais do que fazer qualquer questionamento, que será feito por todos os Parlamentares, na qualidade de Relator quero falar da construção do seu relatório, em que teve uma participação ativa. E eu tenho certeza dos seus préstimos ao setor público através da agência reguladora criada ainda no nosso Governo, no Governo passado, e que merece um fortalecimento especial por conta do mundo digital, do que está acontecendo no mundo inteiro. Então, a ANPD tem uma responsabilidade destacada e eu tenho certeza da sua qualificação e do trabalho que irá realizar.

Portanto, é mais uma saudação, que, de igual intensidade, faço ao Dr. Rodrigo Badaró Almeida, que tem colaborado historicamente com esta Casa, com a Câmara dos Deputados também, nos debates que travou, sempre representando, no caso, o comitê, a Secretaria de Direitos Digitais e a Ordem dos Advogados do Brasil.

Portanto, com atuação destacada, o que fez com que o nosso relatório também tivesse essa facilitação de entender que estamos falando de uma nova posição a uma pessoa que já atua nas questões públicas, em especial no direito digital, mas também em todas as suas passagens pelos conselhos nacionais, pelo Conselho Nacional do Ministério Público, sempre representando com muita competência. Não é a primeira nomeação do Dr. Rodrigo em conselhos nacionais, portanto, por esse reconhecimento também aqui, faço uma saudação e digo que o relatório foi feito quase que instantaneamente, com a atuação dos dois, das duas autoridades relatadas por nós, que estavam coincididamente trabalhando em dois temas muito vivos aqui na Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, desejo êxito a eles e tenho certeza de que os outros indicados também, da Ordem dos Advogados do Brasil e do Conselho do Tribunal Superior Militar, tenham aí destacada atuação. Já vou exercer meu voto agora, absolutamente consciente da capacidade dos indicados.

Desejo boa sorte e bom trabalho a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu percebo que o Líder Eduardo Gomes não fez nenhum questionamento.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Não fiz, Presidente, porque tive oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, tudo bem, é só para...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – ... em duas matérias paralelas na Casa, já há seis meses, de nós trabalharmos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E já está há seis meses fazendo arguição?

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – É verdade. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra, então, para fechar o bloco de três, a S. Exa. o Senador Sergio Fernando Moro, o primeiro Senador inscrito.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Eu vou buscar ser o mais rápido possível, mas, primeiro, quero cumprimentar todos os indicados para os respectivos cargos, os indicados ao CNJ: Dr. Ulisses Rabaneda, Dr. Marcello Terto, Dr. Rodrigo Badaró; o General indicado para o Superior Tribunal Militar, Guido Amin Naves; o indicado para a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, que é um tema cada vez mais importante, o Dr. – confesso que a minha visão aqui está ruim – Iagê. Cumprimento aqui a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou aqui centrar as questões no CNJ, com vênia dos demais. O CNJ é um órgão extremamente importante, de supervisão e fiscalização do Poder Judiciário. Creio que, quando ele foi criado, havia uma série de preocupações, inclusive a própria AMB na época questionou a constitucionalidade do CNJ, mas acho que historicamente ele foi se mostrando um órgão relevante para o Poder Judiciário.

Agora, existe uma preocupação, e tive a oportunidade de falar com cada um dos doutores a esse respeito e também ouvi...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... aqui as reflexões que entendo que convergem com essas preocupações, e uma delas é a questão legislativa, a invasão da área legislativa. Em particular aqui eu destaco, não só essa, mas talvez seja a mais gritante desse último período, que foi a Resolução 487, de 2023, que simplesmente, por uma decisão do CNJ, interditou todos os hospitais de custódia psiquiátricos.

Claro que existe uma preocupação com as condições desses hospitais – elas não podem ser degradantes e têm que respeitar os direitos humanos –, mas, a pretexto de regular a lei que prevê a política antimanicomial, aprovada por este Congresso, se deu um passo radical demais. Eu fui estudar o histórico da aprovação dessa lei no Congresso Nacional, e havia uma redação proposta de interdição, de fato, o fechamento dos hospitais psiquiátricos de custódia, que são aqueles nos quais as pessoas que foram absolvidas por inimputabilidade, mas que receberam medida de segurança, por entenderem que oferecem um perigo à sociedade e aos outros indivíduos, passam ali a cumprir esse tipo de medida. De acordo com o histórico da lei, se propôs o fechamento dos hospitais, mas não foi aprovado na redação final.

Então, se a gente for analisar a história legislativa, o que o CNJ fez foi exatamente aprovar uma medida contrária à que o Congresso Nacional aprovou, e com inúmeras consequências. Nós fizemos, na Comissão de Segurança Pública, uma audiência pública na qual esse tema foi debatido. Esteve aqui o Secretário de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, e ele disse: "Olha, eu tenho aqui no Estado de São Paulo 3 mil pessoas que receberam medidas de segurança. Nós entendemos que nós damos um tratamento adequado em várias etapas, e vários deles acabam saindo ao final, deixando de ser internados para ter tratamento ambulatorial; mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de repente, veio uma medida de cima e disse que em um ano tem que estar fechado o hospital de custódia psiquiátrico", sem ouvir o Congresso, sem consultar, a meu ver, a sociedade.

Nós fizemos aqui – e eu tomei a iniciativa disso, além da audiência pública – um ofício com a assinatura acho que de quarenta e tantos Senadores, encaminhamos ao CNJ. Conversei com o nosso Conselheiro aqui, o Bandeira de Mello, e o CNJ teve a sensibilidade de modificar, pela Resolução 572, de 2023, parcialmente essa resolução antimanicomial, que foi um avanço, pelo menos essa revisão, mas ainda também não é suficiente, porque continua a determinação do fechamento dos hospitais psiquiátricos.

Então uma das primeiras questões que colocaria aqui aos doutores, assumindo os postos lá no CNJ, debrucem-se sobre essa questão, porque é algo que tem gerado inquietação na sociedade. A medida de segurança de internação em hospital de custódia tem que ser exceção, mas para algumas pessoas acaba sendo inevitável. Tem um indivíduo lá no Estado do Rio de Janeiro, Senador Otto, que matava criança e adolescente e chupava o sangue, tem até um apelido lá de "vampiro". Vai fazer o quê com esse indivíduo? Vai colocar num hospital comum, para gerar risco para enfermeira, médico, outros pacientes? Vai colocar em tratamento ambulatorial? Então, assim, precisamos resguardar os direitos humanos, sim; esses hospitais precisam ter condições dignas para abrigar; a medida de segurança tem que ser excepcional; se puder ter tratamento ambulatorial, ótimo; mas a gente não pode começar aí a soltar um monte de maníaco do parque perante a sociedade, ofertando risco para as pessoas.

Então queria aqui pedir aos doutores a reflexão sobre esse tema e outros que podem porventura surgir, e colocar aqui o Senado também à disposição para a gente conversar, para eventualmente: "Olha, acho que essa medida aperfeiçoa o nosso sistema". Nós recebermos propostas e sugestões do CNJ não vejo problema nenhum, acho ótimo. Mas pediria num primeiro momento que, quando V. Sas. assumirem essa posição, façam uma reflexão sobre esse tema.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – A outra questão – e aqui eu também já tive oportunidade de conversar com cada um dos doutores sobre isso – é sobre a independência judiciária. Se o juiz se corrompeu, se recebeu suborno, se recebeu peita – peita era como se chamava o suborno antes do atual Código Penal de 1940, que era o suborno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do juiz –, tem que ser punido. E, infelizmente, a gente está vendo aí casos graves que precisam ser investigados com rigor, não só pela Polícia Federal, mas também pelo CNJ – têm que ser punidos e perder a toga, sofrer a sanção máxima. Por mais questionamentos que tenha sobre a proporcionalidade dessa sanção, o pessoal acha que é insuficiente, mas o CNJ tem que fazer o que ele pode fazer nesses casos. Mas tem que resguardar a independência judiciária. Nesse último período do CNJ, e aqui eu faço uma ressalva de que parece que esse período já passou, então, tanto melhor, houve excessos.

Vou colocar o caso aqui da Juíza Joana Ribeiro, lá de Santa Catarina. Uma menina de 11 anos procurou um hospital para fazer um aborto, porque ela tinha sido vítima de estupro, e o hospital se recusou a fazer, porque já tinha 22 semanas de gestação. E aí foi proposta uma ação judicial, para obter autorização, isso foi à Justiça, e a juíza buscou defender que a menina aguardasse o final da gestação, já que estava em estágio avançado.

Pode-se concordar ou discordar da posição, mas não deixa de ser uma posição razoável, dadas as consequências de uma interrupção voluntária da gravidez numa gestação adiantada.

E o que é que fez o CNJ? Abriu um processo disciplinar contra a juíza, numa situação em que, aqui, boa parte dos Senadores concordaria com o posicionamento da juíza. E talvez ela tenha errado na interpretação, talvez não tenha sido o melhor caminho, mas um processo disciplinar? Ou seja: estamos ressuscitando o crime de hermenêutica.

O Ruy Barbosa, o maior jurista brasileiro, advogado, honrou a advocacia, honrou o Senado – está lá o busto dele –, escreveu uma das páginas mais célebres do nosso direito, que é lá o júri, que é a independência da magistratura, na qual ele fala do crime de hermenêutica, defendeu um juiz do Rio Grande do Sul, no final do século XIX, contra uma responsabilização criminal, discordaria desses posicionamentos.

Ela não foi afastada, mas está o processo lá. É uma espada na cabeça, no pescoço, da juíza, a meu ver, desnecessariamente.

Os juízes do TRF da 4ª Região, magistrados honrados, Carlos Thompson, Loraci Flores, que tiveram uma atuação corajosa, inclusive contra a corrupção, foram afastados, a meu ver, indevidamente, também por crime de hermenêutica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui faço um elogio ao CNJ por ter voltado atrás, inclusive ao Conselheiro Bandeira de Mello, por ter tido a sensibilidade de perceber que tinha havido ali um excesso. Voltaram atrás – o CNJ –, mas esse tipo de decisão não se pode repetir.

Não tinham recebido nada, suborno, não abusaram do poder, magistrados com uma ficha na magistratura ótima, e, de repente, ali, num excesso, são colocados em afastamento.

Sorte que durou ali pouco mais de um mês, e o CNJ teve a sensibilidade e a sabedoria...

E aqui, Dr. Marcello, embora eu critique esse afastamento, também faço a ressalva de que voltou atrás, mas não se pode repetir esse tipo de decisão.

Tem um caso ainda pendente de afastamento – e aí eu encerro –, que é do Juiz Marcelo Bretas, lá do Rio de Janeiro. É um juiz que mostrou coragem. Condenou corruptos lá no Rio de Janeiro. E, de repente, está afastado há mais de um ano.

Eu vi o processo de abertura, lá, disciplinar contra ele, de afastamento. Não tem nada. É um monte de bobagem. Não tem um motivo concreto para afastamento do Juiz Marcelo Bretas. E, se o CNJ sancioná-lo, sinceramente, estará desonrando a memória do Ruy Barbosa, o nosso maior jurista. Então, peço também, por gentileza, que, em relação a esse caso, tenha uma atenção especial quando ali chegar.

Até entendo, passamos por um período turbulento na nossa história que levou a certos excessos, mas os doutores, como advogados, sabem que a advocacia sem uma magistratura independente está perdida. O maior interesse do advogado é ter juízes independentes, que julguem conforme a lei, de maneira ali imparcial. E não é só o advogado, porque o próprio Ruy Barbosa dizia: a independência da magistratura é o nervo da liberdade do cidadão. A garantia dos direitos do cidadão depende de um juiz independente.

Por fim, também, apenas quero aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... colocar da mesma forma, essa decisão, aparentemente uma resolução do CNJ, não sei se já foi publicada ou não, que impede a sustentação oral... o advogado não poder fazer sustentação oral perante o juiz,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presencial ou virtual, mas concomitante ao julgamento, gravar um vídeo e encaminhar, não dá. Isso é, a meu ver... E eu fui juiz por 22 anos. Ficaria, quem sabe, até feliz nos meus afazeres de poder pegar o vídeo e assistir a hora que eu quiser, mas viola prerrogativas fundamentais da advocacia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Desculpe a extensão aqui, Presidente, mas os assuntos eram importantes. Não são perguntas específicas, são aí pedidos de compromissos e também deixo aberto aí à manifestação dos doutores. Gostaria de ouvir sobre esses temas que ventilei.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Como nós concluímos um bloco de três Senadores, eu vou conceder a palavra ao Dr. Ulisses, para que ele possa, no que achar que foi questionado, responder aos Senadores que fizeram os questionamentos.

O SR. ULISSES RABANEDA DOS SANTOS (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Inicialmente, vou responder à pergunta do Senador Jayme Campos sobre a minha avaliação do CNJ e como é possível aperfeiçoar os trabalhos do conselho.

Não há dúvida de que o Conselho Nacional de Justiça, a sua criação e o desenvolvimento das suas atividades acabaram por trazer fortalecimento, transparência e também eficiência para o Poder Judiciário. Nós temos hoje um trabalho muito forte do próprio conselho na modernização, no aprimoramento da tecnologia para uma maior celeridade dos processos, e também um avanço no controle disciplinar. Fazendo a ressalva de eventuais situações que efetivamente podem se considerar alguns excessos, é preciso reconhecer que, durante toda a história do CNJ, uma história recente, houve, sim, avanços também no controle disciplinar.

Quanto ao aperfeiçoamento, eu creio que é preciso, sim, que o conselho atue numa diminuição de desigualdades regionais entre os diversos tribunais brasileiros, respeitando a sua autonomia. Eu tenho isto como uma premissa-chave da minha ida ao CNJ: a observância da autonomia dos tribunais, isso é muito importante; a atuação para uma maior celeridade processual – e celeridade processual, Senador Flávio Bolsonaro, inclusive no próprio conselho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não me parece concebível que o Conselho Nacional de Justiça atue de uma maneira intensa para a celeridade processual de todos os tribunais do país, concedendo inclusive prêmios – Selo Ouro, Selo Diamante –, quando, no próprio conselho, nós, em determinadas situações, temos magistrados afastados, magistrados afastados com os processos que estão tramitando há muito tempo. Então isso, sim, também precisa ser observado – também entender as razões por que isso tem acontecido e haver uma forma de aperfeiçoar, de melhorar isso. Não é uma crítica, mas um apontamento para que haja, sim, uma observância, uma atenção e uma preocupação de todos nós que temos interesse de ir para lá com relação a essa questão.

Quero responder aqui também e agradecer a pergunta do Senador Sergio Moro.

Antes, Senador, se me permitir, quero agradecer ao Senador Eduardo Gomes pelas palavras elogiosas. A pergunta do Senador Otto Alencar, pelo que eu entendi, foi direcionado ao meu querido amigo Dr. Badaró.

Quero agradecer a V. Exa., Senador Sergio Moro, porque tocou em algumas questões que são muito importantes e que precisam, sim, dessa crítica e precisam ser observadas no funcionamento do Conselho Nacional de Justiça.

Quando iniciei a minha fala aqui, Senador, eu disse que o Conselho Nacional tem uma função normativa relevante, mas essa função é complementar. A quem compete definir as normas de funcionamento do Poder Judiciário, a quem compete definir as regras é ao Congresso Nacional, de modo que entendo que o conselho tem um número absolutamente excessivo de resoluções – o Senador Jayme aqui trouxe até dados relacionados a isso –, e me parece que esta separação é absolutamente necessária, Senador Jayme, e o conselho precisa, efetivamente, observar isso.

A questão dos hospitais psiquiátricos é, sim, preocupante, porque a questão da manutenção ou não de hospitais psiquiátricos, o problema da inimputabilidade, o problema da saúde mental das pessoas que são submetidas a julgamento do Poder Judiciário são, sim, problema de saúde pública, mas não é só isso, porque o principal argumento é que é um problema de saúde pública, então se objetiva fechar os hospitais psiquiátricos e encaminhar para o Sistema Único de Saúde. Mas não é só isso, é também um problema de segurança pública. E, também sendo um problema de segurança pública, é preciso se observarem as diretrizes e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proteger a sociedade, dando dignidade para aquela pessoa, dando tratamento para aquela pessoa. Então, acho que o conselho andou bem ao prorrogar a vigência dessa resolução, ouvindo o Senado, de modo que esse é um tema, Senador, em que é preciso, sim, se debruçar. E pode contar com o meu compromisso de observar isso, inclusive nas considerações não só de V. Exa., mas observei aqui, nas visitas, que outros Senadores também fizeram críticas com relação a isso.

Por fim, quanto à independência judicial, esse também a mim é um tema muito caro, Senador. No início da minha fala – quero repetir as minhas palavras –, eu disse que, ao mesmo tempo que é indispensável que a magistratura brasileira seja forte e independente. Juízes precisam de liberdade e segurança para decidir sem temor, pois é na proteção dessa independência que a jurisdição se exerce de forma plena, legítima e justa.

Magistrado não pode ser punido por entendimento judicial.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ULISSES RABANEDA DOS SANTOS – Erros, erros dos magistrados, erros de entendimentos, equívocos, se corrigem pelas vias recursais e não pelas vias correcionais. Isso não impede a atuação do conselho, quando o magistrado, em decisão judicial, objetiva fazer política. Isso é absolutamente diferente de se adotar um entendimento judicial.

Nós sabemos que a Lei Orgânica da Magistratura proíbe esse tipo de conduta, mas isso é absolutamente excepcional. Isso precisa ser observado com muito afinco pelo Conselho Nacional de Justiça, porque magistrado não pode ser punido – tenho esse entendimento – por pensar de determinada maneira.

V. Exa., Senador Sergio Moro – aqui encerro a minha resposta, já me alonguei –, falou que a advocacia sofre muito. Podemos dizer até que ela pode sucumbir se não houver uma independência do Poder Judiciário. Isso é uma realidade. Ao mesmo tempo que a magistratura precisa – e é preciso se compreender isso – respeitar as prerrogativas da advocacia, que são muito caras – e prerrogativas da advocacia não são privilégios, são direitos dos cidadãos –, é preciso também que se respeite as prerrogativas da magistratura.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ULISSES RABANEDA DOS SANTOS – É num equilíbrio entre esse respeito que se faz um sistema de justiça forte, um sistema de justiça independente, em que advocacia, Ministério Público, Defensoria Pública e Poder Judiciário podem trabalhar por um avanço, por uma melhoria nos serviços judiciários. Aqui não há uma competição. Os advogados e a magistratura precisam andar de mãos dadas, porque o objetivo é comum: a entrega de uma prestação jurisdicional célere e justa.

Acredito que eu tenha abordado todos os pontos. V. Exa. dá sustentação oral, mas vou deixar aqui para os colegas e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Dr. Rodrigo Badaró.

O SR. RODRIGO BADARÓ ALMEIDA DE CASTRO (Para expor.) – Ilustre Presidente, renovo os cumprimentos deste glorioso órgão nas pessoas da Senadora Professora Dorinha e da Senadora Tereza Cristina.

Primeiramente, Senador Jayme Campos, respondo à sua indagação com muita tranquilidade e alegria. Primeiro ressaltando um ponto que o Conselheiro Terto deixou claro que há de se visualizar. Existe dentro dos conselhos constitucionais, como no Conselho Nacional do Ministério Público e no Conselho Nacional de Justiça, uma postura louvável e eficiente de propagação da política pública. Isso, eu notei claramente no Conselho Nacional do Ministério Público, e isso é uma forma de exercer a competência constitucional. Pode até muitas vezes ser confundida com algum ímpeto legislativo.

Eu gosto de dizer, Presidente Davi, que o ímpeto legislativo deve ser extremamente estimulante, porque não é só o Conselho Nacional de Justiça que tenta, muitas vezes confundindo um pouco, exercer essa questão. Mas aí eu lhe respondo também, Senador, ciente do excesso de normas – e Senador Moro que é fã, como eu, de Ruy Barbosa, e Ruy Barbosa falava que o excesso de leis não é uma virtude da República –, que há no Brasil, como direito positivo, a cultura legislativa. Mas, no caso, temos que ter a preocupação de um excesso de cultura, principalmente na norma supralegal, que são essas portarias, são as resoluções que o CNJ, muitas vezes, imprime dentro da sua gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, nesse ponto, Senador Jayme, eu acredito que, tendo um diálogo maior do Conselho Nacional de Justiça com o Congresso Nacional, nós certamente vamos conseguir – eu sou um otimista – ponderar um equilíbrio necessário para que não haja esse ativismo judicial, nem ativismo legislativo, o que, todos nós sabemos – e aqui eu não coloquei nenhuma crítica a nenhum órgão –, acaba sendo uma pólvora desse esgarçamento de atrito entre os Poderes. Isso é até acadêmico.

Então, o nosso papel eu acho que é de pacificação. Como eu coloquei na minha exposição inicial, citando Ihering, que o direito busca a paz, essa paz também precisa ser no campo de pensamento da norma supralegal. Por que não deliberar com notas técnicas, ouvir o Senado Federal em questões a serem decididas?

E eu confio, Senador Jayme Campos, na experiência do Presidente Barroso, na experiência e no bom senso do Corregedor Nacional, Ministro Campbell, que tenhamos aí uma luz para que não tenhamos, Senador Jayme, essa aflição de sobreposição de competência institucional.

Com relação à indagação do Senador Otto Alencar. Senador Otto, é com muita alegria que recebo sua indagação. Primeiramente, só faço uma ponderação: salvo engano, o CNJ não chegou a regular a matéria. Teve um debate, e o STJ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO BADARÓ ALMEIDA DE CASTRO – ... e o TST decidiram a matéria. E todos nós sabemos, Senador Otto Alencar, que existe aqui o debate sobre a PEC 10, que já vem, há longo tempo, sendo debatida por este Senado Federal.

E, mais uma vez, talvez até trazendo por arrastamento a resposta que fiz ao Senador Jayme Campos, eu acho que precisa haver uma ponderação e um maior diálogo entre o Conselho Nacional de Justiça e o Parlamento. Eu acho que, com o diálogo e com tempo – e os antigos romanos diziam que o tempo conduz a verdade pela mão –, chegaremos a uma verdade necessária para que haja uma nação melhor, uma nação mais justa, Senador Otto.

Senador Moro, passando para a sua indagação – e muito honrado, inclusive –, eu lembro aqui que, como estudante, eu fui ao manicômio de Barbacena e fiquei extremamente impressionado, até mal impressionado com a situação do manicômio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO BADARÓ ALMEIDA DE CASTRO – Como falei com V. Exa., Senador Moro, eu acredito que a relação institucional e a imposição de normas, principalmente aquelas infralegais, devem ser extremamente debatidas. O Brasil, muitas vezes, por movimentos de ímpetos, de debate, às vezes, até na imprensa ou nacional, provoca um debate acelerado – e, aqui, sem qualquer crítica ao Parlamento. E eu acho que o tempo, mais uma vez, pode ajudar a maturar melhor o debate, e não só o tempo.

O senhor, Senador Moro, com muita prudência e boa colocação, trouxe para nós o senso do consequencialismo, que não é só uma previsão do Código Civil no Judiciário, mas há de se ter também um consequencialismo das normas, sejam elas, Presidente Davi, de ordem do Congresso Nacional, como também, principalmente daquelas normas infralegais do Conselho Nacional de Justiça, ou seja, cabe aos Conselheiros, ao próprio Presidente Barroso e ao Corregedor Mauro Campbell, quando deliberarem sobre eventual matéria de resolução, pensar – e certamente irão pensar – na consequência daquele daquela imposição da norma.

Senador Moro, para terminar, com relação às ponderações que V. Exa. colocou. Eu aqui não quero fugir de qualquer questão, Senador, mas aqui trazer à tona o que eu coloquei na minha exposição inicial, que cabe ao julgador ter como primeiro idioma, Senador Flávio, o silêncio. Eu quero só colocar meu compromisso de sempre, como advogado que sou, de preservar o devido processo legal e a ampla defesa. V. Exa. colocou alguns casos concretos aqui que eu não conheço – o caso concreto. Então, eu prefiro não me alongar com relação ao caso concreto, mas tenha de mim, Senador Moro, o compromisso de análise completa do processo, caso seja de minha competência. E não tenho dúvidas de que o Conselho Nacional de Justiça, criado pelo Constituinte...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO BADARÓ ALMEIDA DE CASTRO – ... derivado, com 15 assentos de origens diferentes, terá certamente a capacidade de avaliar da melhor forma e de forma justa essa questão pontuada por V. Exa., Senador Moro.

Muito obrigado, Presidente. Acredito que esclareci os pontos colocados pelos três Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Dr. Marcello Terto.

O SR. MARCELLO TERTO E SILVA (Para expor.) – Sr. Presidente, muito obrigado pelo espaço...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELLO TERTO E SILVA – ... pela oportunidade de trazer os esclarecimentos em consequência dos questionamentos a nós dirigidos.

Agradeço as perguntas do Senador Jayme, do Senador Otto, do Senador Moro, com quem estive e pudemos dialogar a fundo sobre essas questões, esses dilemas que envolvem a atuação do Poder Judiciário.

Há um ditado que diz que quando demasiado duras, as leis são transgredidas com razão. Quando muito complicadas, o engenho humano encontra facilmente o meio de escapar por entre as malhas dessa rede frágil e escorregadia. Então as leis precisam ser claras, como este Parlamento se esforça para fazer. Assim o é com as prerrogativas da advocacia, assim o é com a independência da magistratura, e assim o é com a nossa consciência quando assumimos, Senador Alcolumbre, uma responsabilidade como esta de ocupar uma das representações no Conselho Nacional de Justiça.

A pergunta do Senador Jayme Campos a mim dirigida, muito importante, é sobre a ideia de uma paridade, uma relação mais equânime em relação à produção, sobretudo dos normativos e políticas judiciárias pelo CNJ, que é um órgão que nos últimos 20 anos tem, sim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELLO TERTO E SILVA – ... como bem apontado pelo Senador Moro, se destacado efetivamente como uma instância que chamou o Judiciário à responsabilidade de quem deve exercer um serviço público. A parte administrativa, a parte de direção e de gestão do Judiciário é serviço público, sim, e deve ser de qualidade.

A decisão sobre a equivalência das representações no CNJ, para evitar influência corporativa, para equilibrar a voz da cidadania, tanto pela advocacia como as representações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indicadas por este Parlamento, em especial pelo Senado Federal, a fim de aprimorar o Judiciário, é uma decisão que compete ao Congresso Nacional. Seria muito interessante essa vivência, essa relação de equidade, de paridade nas representações ali existentes. Nós da sociedade civil somos, obviamente, minoria, por um desenho constitucional que foi atribuído ao Conselho Nacional de Justiça, mas isso não permite que nós escapemos, Senador Flávio Bolsonaro, à responsabilidade de que há limites para esse poder regulamentar do Conselho Nacional de Justiça. E esse esforço para aprimorar o Judiciário através de políticas judiciárias demanda, sim, um maior cuidado na elaboração normativa, demanda preocupação com a legitimação do que se aprova lá e tem efeito em todo o mecanismo do sistema de Justiça, em todos os tribunais, em todas as unidades judiciárias. Atos normativos colocados em mesa pouco refletidos geram consequências drásticas, como esta da Resolução 591, de 2024, que retira o poder e a decisão de sustentação oral da defesa das partes do processo. Isso é muito grave para nós.

A pretexto de se aprimorar – e deve-se aprimorar, sim, o plenário virtual –, nós não podemos tirar da defesa a decisão sobre se vai fazer ou não uma relação, se estabelecer ou não uma relação síncrona entre as partes e os julgadores. Se for para fazer diferente do que está previsto, tanto no CPC como no CPP, que se traga essa discussão para o Parlamento, e o Parlamento, legitimamente, com a competência constitucional, Senador Rogério Carvalho, vai decidir se aquilo tem que ser mantido da forma como previsto em lei ou se tem que mudar.

Eu tenho uma citação do Conselheiro Bandeira, que é uma referência quase que doutrinária para mim não só pela experiência jurídica que possui, mas também pela experiência política e pela habilidade no trato da composição de diversos assuntos que são dramas não só do Judiciário, Senador Cid, mas da cidadania e do jurisdicionado. Ele disse o seguinte, quando tratou dessa pauta de inovação no Judiciário, que está sob sua coordenação e responsabilidade – tem um produto pronto para entregar em breve –: o Judiciário se esforça na tentativa de resolução dos próprios problemas, mas o Judiciário não tem que estar preocupado só com os próprios problemas, ele tem que estar preocupado com a impressão e a percepção do jurisdicionado sobre a qualidade e a prestação dos seus serviços.

Nós temos uma pesquisa de percepção publicada pelo próprio CNJ no ano passado que diz o seguinte: quando as relações são institucionais, são perfeitas com o Judiciário, mas, quando é o jurisdicionado que se manifesta, 76% diz que tem uma desconfiança grave do Poder Judiciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem que mudar essa percepção. Tem alguma coisa errada! Ou é uma crise de legitimidade desses atos que são publicados e tiram prerrogativas da advocacia? Isso compromete o direito de defesa não só nosso, mas dos senhores e das senhoras.

O devido processo legal, Senador Moro, ninguém mais do que os representantes da advocacia no CNJ são mais garantistas ali naquele Plenário, porque a independência judicial do Judiciário, dos magistrados e magistradas é, sim, muito cara para nós, mas nós pedimos – nem exigimos, pedimos – uma relação de mão dupla, de consideração recíproca para entender também que a advocacia é importante, é instrumento de defesa do cidadão e da cidadania no Judiciário, é quem traduz a linguagem de uma realidade social para uma realidade jurídica dos tribunais. E tornar isso uma gravação a que quase ninguém assiste?

Ninguém prova que o julgador assistiu, porque não tem sincronia, não tem uma relação direta e integrada entre as partes e os agentes que promovem o debate em plenários dos tribunais.

E foi um ato normativo, Senador Rogério, colocado em mesa, Senador Moro. A advocacia não participou desse debate. É um único dispositivo, que tira um alcance, o poder e uma instrumentalização de defesa dos jurisdicionados nos processos – não só nos criminais, mas nos civis, que trazem questões importantes como essas de família, Senador Moro.

Recebi a Dra. Joana Ribeiro em meu gabinete, compreendi as razões dela. Falei, dei até algumas dicas, porque, como advogado, a gente não perde a verve. E disse: "Olha, cuidado com o encaminhamento da sua defesa, com a instrução do seu processo; parecerista é parecerista, testemunha é testemunha. E deixe o advogado falar, porque às vezes a pessoa tem muita razão na causa". Porque a gente tem essa preocupação, sim, até em matéria de cumprimento de sentença. Às vezes, um banco, como casos que nós já tivemos ali... Porque não se julgam magistrados, com a importância que tem a sua independência, pelo conjunto da obra; julgam-se pelo que consta dos autos nos processos administrativos disciplinares. E nós temos essa preocupação. Se o que tem nos autos não configura infração disciplinar, não há de se condenar.

Inclusive, há de se dar um recado ao sistema. E pela experiência, sobretudo nas questões cautelares, que são muito caras para nós... Mas a gente tem que aprender a viver também num colegiado, num órgão colegiado que julga também, Senador Otto, a pessoa, o profissional, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agente público. Nós temos que ter cuidado também com o alinhamento com o posicionamento do coletivo, do plenário, da maioria. Embora ressalvemos as nossas posições pessoais, muitas das vezes – e não cansei de dizer isso em plenário – a gente tem que se render à posição da maioria. Mas eu sou favorável, sobretudo, a um elemento que a gente tem que considerar nos processos administrativos disciplinares antes de afastar o magistrado, que é a contemporaneidade. Fui vencido diversas vezes, rendi-me; se for para mudar, com muita, com muita satisfação vou aderir à posição da maioria, porque a contemporaneidade é importante. Porque o tempo resolve muitas coisas, a não ser que seja uma situação extremamente escandalosa.

Então a legitimidade que a gente prega – e vamos continuar defendendo lá – são os espaços. Disse isto na nossa apresentação, que o que compete ao Parlamento é do Parlamento, não é? O devido processo é legal. Para alterar lei processual, por mais que demore, há de se legitimar. Porque governo ou gestão de processos em tribunais não podem se sobrepor ao direito de defesa, ao contraditório, à ampla defesa e ao exercício independente da advocacia. Isso que os magistrados passam... Vez ou outra, nós vimos também alguns advogados sofrendo em tribunais de contas, em ações de improbidade, por criminalização da opinião jurídica. Isso é muito sério dentro de um sistema que deve funcionar no sentido de horizontalidade: não há hierarquia dentro do sistema de Justiça. O juiz decide se cumpre as ordens, mas ali dentro o debate é francamente aberto, para que o exercício do direito de defesa e a defesa do interesse das partes seja exercido com a máxima liberdade possível, porque isso está dito na Constituição, está posto na Constituição e deve ser obedecido.

Senador Moro, concordei com V. Exa. em diversos pontos em relação à questão da política antimanicomial. Acreditei que um grupo de trabalho tivesse elaborado uma proposta que considerasse um regime de transição seguro. E o senhor e tantos outros Parlamentares provaram que não tínhamos isso naquele momento. Tanto que prorrogamos, e concordei plenamente com a necessidade de prorrogação da política antimanicomial.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELLO TERTO E SILVA – Acredito que ela mereça, sim, adequações, reparos, o reconhecimento da realidade que o Sistema Único de Saúde não tem como absorver – não são tantos os casos, não é? Então, temos que preparar o Sistema Único de Saúde para acomodar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas que são violentas, naturalmente violentas, em razão do seu estado psiquiátrico, para não colocar não só a vida dos outros em risco, mas a própria vida do paciente, do custodiado pelo Estado.

Concordo com V. Exa. e conte conosco com toda atenção e cuidado em relação a esse tema.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELLO TERTO E SILVA – Por fim, tivemos lá o caso da Lava Jato, está em fase de processo administrativo disciplinar. Acho que não nos compete adiantar posicionamentos aqui, até porque senão vai prejudicar a nossa decisão ou a nossa posição em Plenário, mas concordo também que a atenção em relação à independência da magistratura deve ser objeto do máximo cuidado nesses processos.

E, quanto às sustentações orais, eu agradeço a V. Exa. pelo posicionamento, pela sensibilidade, porque é algo que, se for para retirar, se for colocado como uma questão de somenos no processo civil e no processo penal brasileiro, que passe por este Parlamento – e no exercício da sua competência, com análise inclusive sobre a constitucionalidade – dizer, enfim, se é ou não útil, se é ou não adequado, necessário e útil para o direito de defesa dos cidadãos, que têm como última instância esse Poder Judiciário, porque eu acredito nele, não é? Nós temos juízes no Brasil, nós precisamos defendê-los, protegê-los, mas também precisamos de um olhar de fora para garantir a qualidade dos serviços judiciários, e que essa qualidade se mostre considerando aspectos, elementos e a voz de quem é o destinatário dos seus serviços, não só nos próprios tribunais, como disse o Ulisses. Não é só a premiação para andar bem referenciado e cotado nos corredores dos tribunais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELLO TERTO E SILVA – ... mas que a sociedade tenha no Judiciário, sim, a máxima confiança, porque a credibilidade e a reputação institucional do Judiciário são merecedoras de atenção, e ele precisa trabalhar para que assim seja.

Com essas considerações breves – espero que tenham sido –, espero ter esclarecido aos Srs. e às Sras. Senadoras sobre as perguntas a nós dirigidas.

Muito obrigado, Senador Alcolumbre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Dr. Marcello, Dr. Ulisses e Dr. Rodrigo.

Vamos iniciar o segundo bloco de arguição de autoridades.

Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito, o Senador Esperidião Amin.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone*.) – Já foi embora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito, o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, eu queria, por favor, pela ordem, só.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Se me permite, Senador, Senador Flávio...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Vá, Corregedor nosso!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu queria fazer só uma pequena manifestação – estou me retirando.

Eu queria pedir a V. Exa. que colocasse esta matéria que estamos votando aqui, indicação dessas autoridades, em regime de urgência urgentíssima, para nós votarmos no período da tarde no Plenário da Casa, se for possível.

Esse é o pleito que eu iria fazer a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Jayme, nós vamos colocar em votação o requerimento quando nós concluirmos o processo de deliberação. Mas há vários requerimentos sobre a mesa solicitando o regime de urgência para o Plenário, ainda hoje, da votação das autoridades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Ótimo, muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Bom dia, Sr. Presidente e todos os sabatinandos, todos os familiares dos senhores que se encontram aqui, apoiadores – também trouxeram uma torcida que é importante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, quero me dirigir primeiro aos candidatos ao Conselho Nacional de Justiça, porque talvez este seja o momento mais importante em que nós vamos aqui votar para escolher pessoas que vão para o CNJ. É mais importante porque a realidade do Brasil hoje é que tem um Ministro do Supremo Tribunal Federal que simplesmente bagunçou a democracia no Brasil, atropelou toda a legislação, ignorou prerrogativas de advogados, rasgou direitos humanos e direitos fundamentais, inclusive que constam de tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Ele infelizmente está fazendo escola. Muitas pessoas na magistratura têm se inspirado no Ministro Alexandre de Moraes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... para fazer as maiores atrocidades e covardias, à revelia da lei, nas instâncias inferiores.

E isso está tendo um reflexo, Presidente, não só em toda a sociedade, mas dentro da magistratura, dentro do Parlamento. Aqui no Parlamento, Deputados e Senadores têm que medir as palavras para não se tornarem réus, para não virarem alvo de Ministro do Supremo. As pessoas têm medo de dar sua opinião em rede social, porque rapidamente uma parte da imprensa, principalmente, rotula como discurso de ódio. E o que é o discurso de ódio? O que é *fake news*? Quem define o que é mentira ou o que é verdade? Tem coisa que é clara – a gente sabe que é mentira e a própria rede social trata de descredibilizar a pessoa que posta alguma coisa como sendo mentirosa –, mas tem coisa que não. Ontem falar que vacina não era 100% eficaz era *fake*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

news; hoje vê-se que era uma verdade. Mas pessoas foram punidas, foram censuradas, tiveram seu ganha-pão retirado por decisão judicial, seus canais desmonetizados porque deram suas opiniões naquele momento.

E é difícil colocar isso num texto frio da lei, porque hoje a realidade é a seguinte, Dr. Badaró, Dr. Ulisses, Dr. Terto: uma discussão com um Ministro do Supremo em aeroporto vira crime contra a democracia. E, pior, a vítima avoca para si o processo, ignora o Ministério Público, escolhe quem são os policiais que vão fazer a investigação. Se a investigação ficar ruim, ele manda voltar e fazer o relatório de novo porque ele quer incriminar aquela pessoa com a pena que ele já predeterminou.

Por muito menos o Lula foi descondenado – por muito menos, não é, Moro? –, acusando um magistrado de combinar supostamente alguma coisa com o promotor de justiça. E infelizmente alguns magistrados vão fazendo escola. No próprio CNJ, enquanto ele exercia o seu poder de influência, já houve magistrado, Senador Moro, que, enquanto representante de uma associação de magistrados, ao defender mais segurança e transparência nas urnas eletrônicas, foi simplesmente aposentado, foi excluído da magistratura por decisão do CNJ. Por isso, eu falo da importância, pelo menos neste momento, dos três que estão aqui se candidatando, porque isso tem que ter um fim.

Eu sei que Ministro do Supremo não pode se sentar no banco dos réus no CNJ, salvo engano, por decisão do próprio Supremo – salvo engano, por decisão do próprio Supremo. Mas os seus juízes auxiliares, por exemplo, podem. Ou não sabem o que estão fazendo, cumprindo ordens ilegais, atentando contra a Lei Orgânica da Magistratura?

E eu queria ser breve e deixar duas perguntas para cada um dos três candidatos aqui ao CNJ. A primeira... E são bem simples; se quiserem responder só "sim" ou "não" – podem ficar à vontade.

Os senhores serão subordinados do Presidente do CNJ ou não? Uma pergunta. Segunda pergunta: por serem juristas, se comprometem em coibir juízes que não respeitem as prerrogativas dos advogados, mesmo que, porventura, eles sejam juízes auxiliares de Ministros do STF?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito simples as perguntas, porque como foi dito aqui, anteriormente, é tão absurdo que chegou lá em casa, ontem, Presidente Davi Alcolumbre, um livro sobre que eu estou muito curioso e ansioso para fazer a leitura, que é de uma defensora pública daqui, do Distrito Federal, chamada Bianca Rosière, e o título do livro é: *8 de Janeiro e o Direito Penal do Inimigo*. Ela, enquanto defensora, participando de todo o desenrolar dos atos aqui, do 8 de janeiro, assistiu a muitas barbaridades, atrocidades, direitos humanos, direitos fundamentais sendo rasgados. No seu livro, ela relata como testemunha de fato e ocular do que aconteceu com relação àquelas pessoas que, por cometerem, em grande parte, atos de depredação de patrimônio público, estão respondendo por atentado contra a democracia, não é, Senador Magno Malta? Como se aquela senhorinha com Bíblia na mão fosse ser ali a escolhida para ser a ditadora do Brasil; ia se sentar aqui, na cadeira do Presidente Davi Alcolumbre, e ia dar ordem para todos os Senadores, todo mundo ia obedecer. A Irmã Ilda ia se sentar na cadeira de Presidente da República e ia dar ordem, todo mundo ia obedecer, não é? Tinha um plano aqui para matar autoridades, e a consequência do plano ia ser montar uma comissão de negociação formada por cinco integrantes; eles próprios, que iam negociar com os Poderes, que iam fazer o quê? É tanta atrocidade, é tanto absurdo, que, infelizmente, o Senado também não está fazendo a sua parte, mas o CNJ tem um papel importante, pelo menos nas instâncias inferiores, em dar um freio nessas atrocidades que vêm acontecendo e tentar resgatar a nossa democracia, que é o que nós sempre prezamos e defendemos.

Então, são essas duas perguntas para os dois.

Eu queria só fazer também uma pergunta muito simples ao Dr. Iagê, sem comentários da minha parte. Como impedir a censura da opinião no uso da inteligência artificial, para que não haja o controle ideológico de conteúdo que não é crime, apenas incomoda o governante de ocasião?

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo Senador inscrito, Senador Magno Malta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente Davi Alcolumbre, senhores sabatinados, ou sabatinandos – não sei, qualquer um está bom –, aqueles que nos veem pela TV Senado, pelas redes sociais, quero cumprimentar a todos.

Eu estava nesta Casa quando o CNJ foi criado. Participei da criação, das discussões; ao mesmo tempo, criava-se o Conselho Nacional do Ministério Público. Participei das discussões, participei da criação. A sociedade exigia que houvesse órgãos fiscalizadores do Poder Judiciário, porque o ativismo já estava galopante naqueles dias.

Meu primeiro mandato começou em 2003, e, a partir de 2005, se as pessoas procurarem – e está lá nas redes sociais –, eu falo de ativismo judicial desde sempre.

Este momento de sabatina é um momento em que os que vão ser sabatinados andam pelos corredores, falam com os Senadores, mostram os seus currículos, que para mim é a coisa, assim, que conta menos, porque ninguém é indicado para uma posição como essa se não tiver currículo. Tem o currículo, isso fica secundário. Para mim, o que vale é o que o indivíduo pensa... (*Pausa.*) ... qual a sua visão de país, de mundo e, de fato, o que ele pensa sobre o comportamento do Judiciário.

Infelizmente, o CNJ se tornou um poder. Não foi criado para isso, mas nós, legisladores, erramos ao criar a estrutura, Senador Davi, do CNJ. Nós entregamos a Presidência do CNJ ao Presidente do Supremo, entregamos dois plenários para um homem só. E o que ocorreu a partir disso? O CNJ começou a ser usado como um sugestionador para o Supremo executar aquilo que não está na Constituição.

Aos poucos, o CNJ foi gostando – foi gostando –, foi criando massa muscular, e hoje decide, age como legislador, o que não é – o erro que nós cometemos.

Quando o PL 122 estava nesta Casa e tinha o nome de PL da homofobia, Joaquim Barbosa era o Presidente do Supremo e do CNJ. Não tem pauta. Ele chegou lá e simplesmente mandou dar uma ordem para os cartórios de que podiam realizar os casamentos homossexuais. Nada contra a opção sexual de ninguém, só estou fazendo um histórico. Simplesmente o CNJ mandou a ordem, coisa que não passou pelo Parlamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na questão da covid, eles pegaram uma sugestão, que partiu do CNJ, para dizer que era necessário diminuir a população carcerária, para que ela não pegasse covid, mas, por via de consequência, trancaram a população civil e de bem por quatro meses e tiraram os poderes do Presidente da República. A violação de direitos no Brasil hoje do cidadão de bem...

O CNJ foi constituído para poder tomar providências e julgamentos de comportamentos éticos ou não éticos de magistrados. O caso da advogada Ludmila, que está nos Estados Unidos, foi embora por posicionamento. Ou você é o politicamente correto ou você vai pagar o preço. O Bretas – ou o politicamente correto –, onde é que está o crime do Bretas? Mas quem cometeu o crime hoje está perdoado. Quem fez acordo de leniência está perdoado. E já faz parte deste Governo que aí está, já operando normalmente, como era antes. Foram descondenados e agora estão até devolvendo o dinheiro.

Um Ministro do Supremo, o Toffoli, perdoou a dívida da OAS, uma ação movida pelo escritório da própria esposa. Olha o mundo em que nós estamos vivendo! A responsabilidade é grande, por isso é que eu evito receber no meu gabinete quem vai ser sabatinado aqui, porque aqui sabatinado é uma coisa. E eu gostaria muito de ser surpreendido com o comportamento daqueles que são sabatinados aqui e, quando passam na sabatina, eles começam a fazer as suas ações.

Uma das preocupações que eu tenho é essa nova agência. Votei contra o projeto ontem, porque me inquieta. Todas as agências que nós temos hoje, seja a Anac, seja a Anvisa, seja o que for, a gente sabe que, quando o sujeito é indicado para essas agências – não é novidade para ninguém, eu estou aqui no terceiro mandato –, ao invés de eles fiscalizarem com a agência que é fiscalizadora, eles se tornam defensores de quem eles deveriam fiscalizar. Essa agência, essa SIA – com "s" –, que foi criada para poder monitorar as pessoas num momento em que o país...

Nós temos uma Suprema Côrte que quer calar de qualquer maneira as pessoas, e não há Constituição e, se ela existe, ela está nas nuvens, porque estamos na era cibernética, não há ordenamento jurídico. O desrespeito: qualquer coisa, eu sou antidemocrático. Alexandre de Moraes é ditador! Eu sou antidemocrático. Eu tenho que concordar com ele e dizer: "Não, ele está certo, ele é um cara valente, está salvando o Brasil, está salvando a democracia". Que democracia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas aí eu discordo dele, ele me bota no estômago do elefante, o chamado inquérito das *fake news*.

Os terroristas do dia 8. Terrorista é Cesare Battisti. Os senhores têm conhecimento, os senhores sabem o que é um terrorista. Cumpre prisão perpétua hoje na Itália, queimou crianças com pai e mãe dentro de casa. Esse é um terrorista. Mas o presidente da corte era o advogado dele e provou para a corte que o inocentou que ele era um inocente, que ele era uma pessoa de bem. "Mas as pessoas que estavam aqui dia 8 são todas terroristas!"

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Houve crime de vandalismo – houve crime de vandalismo. Vandalismo, tem lei para isso? Tem. Primeira instância, juiz natural. Não, prende todo mundo. E aí o golpe estaria dado. Ó, meu Deus do céu! A Irmã Ilda é a presidente que poderia ter sido, não foi, porque ela que ia assumir, porque não tinha ninguém aqui, não tinha Bolsonaro, não tinha ninguém.

Aí vêm os indiciamentos. E o Ministro Alexandre de Moraes já morreu duas vezes: uma, enforcado; e a outra era com um punhal da operação verde e amarelo. O Brasil foi salvo, graças a Deus! E salve a Associação dos Taxistas! O Brasil foi salvo porque um taxista se atrasou! Me engana que eu gosto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O taxista atrasou, não houve então o golpe, não mataram o Alexandre, não mataram o Alckmin, ele está vivo, tá? Não mataram o Alckmin e não mataram o Lula. Salvem os taxistas do Brasil!

O que eu espero, principalmente dessa agência nova que está sendo criada agora, ela é melindrosa... É, daqui também, porque acho que a dificuldade de ler o nome.... Doutor, o seu nome?

O SR. IAGÊ ZENDRON MIOLA – Meu nome é Iagê, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Iagê?

O SR. IAGÊ ZENDRON MIOLA – Iagê Miola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Iagê não é o nome da agência, é o nome dele.

O SR. IAGÊ ZENDRON MIOLA – Exato.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu pensei, já ia falar. (*Risos.*)

Qual o nome da agência?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ANPD.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ah, tá! ANPD. E ele é Iagê?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Autoridade Nacional de Proteção de Dados

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Então, ANPG...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não. É Iagê.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O povo brasileiro está de olho na ANPD e o povo estará vigiando o Iagê. É, exato. Nós vamos ter que vigiar você, porque é muito melindroso.

Eu estou acostumado com agência. Lembram-se da Anac? Que criou... Nós temos a tarifa mais alta do mundo – tarifa aérea mais alta do mundo, passagem aérea. E a Anac... De repente, as empresas aparecem – lembram-se disso? – cobrando pela mala, já com uma passagem altíssima. E cadê a Anac? Quando nós levantamos a voz aqui, cadê a Anac? Nós levantamos a voz aqui, estavam defendendo o interesse de quem eles deviam fiscalizar.

Então, o medo, Doutor, é porque o crime cibernético anda numa lâmina. Quem vai dizer o que é antidemocrático, o que é errado, o que é certo? As pessoas têm medo de se manifestar, e isso está na Constituição. Quem é que vai dizer o que é verdade, o que é mentira? O que é mentira? O que é *fake news*? O que é discurso de ódio? Eu dizer que Alexandre de Moraes é um ditador é discurso de ódio? Eu dizer que Barroso chamou o povo brasileiro de otário? Eu dizer que Barroso falou que a eleição não se ganha, se toma, eu estou mentindo? Eu estou mentindo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é discurso de ódio? O que é discurso de ódio? Eu dizer que Bolsonaro fez a transposição do Rio São Francisco é discurso de ódio? O mundo inteiro hoje comprova o valor e a força da ivermectina e da cloroquina. É discurso de ódio? É? Diversos países estão agora, Senador Davi, pagando, indenizando as pessoas que se vacinaram, e hoje o mundo comprova que a ivermectina é a vacina das vacinas. É discurso de ódio?

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Então, se eu colocar isso na minha rede social, o senhor vai me derrubar? Se alguém colocar isso na rede social, vai derrubar? Qual é o discurso de ódio? O que é discurso de ódio? É soprar no ouvido do ministro, dizendo assim: "Missão dada, missão cumprida". E sabe o que é que o CNJ fez? Um silêncio sepulcral – silêncio sepulcral. "Missão dada, missão cumprida". Algum de vocês ouviu essa frase? Ouviu? Alguém aí tem alguma coisa roxa no corpo, para chegar lá e reabrir esse trem? "Missão dada, missão cumprida". É discurso de ódio, não é? É discurso de ódio. É discurso de ódio.

Então, aquele cara que criou o auxílio emergencial, que não deixou ninguém passar fome, esse cara é criminoso. É discurso de ódio.

O cara que criou o Pix...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... discurso de ódio...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Magno...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... não pode falar.

Fala, Presidente. Cinco minutos eu estou precisando ainda.

V. Exa. é candidato a Presidente e precisa saber fazer campanha. Eu tenho cinco minutos ainda. Então... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É porque eu tenho que seguir o Regimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ah, é?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Eu cedo os meus cinco minutos para ele.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Obrigado, Mourão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E ele não tinha nem feito a inscrição... (*Risos.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Se inscreva, Mourão.

Quando você falou em Regimento ali, o General já se aprumou, porque regimento, normalmente, é dentro da caserna. Regimento é na caserna.

Então, a mim me preocupa muito. Sempre votei, dando um voto de confiança àqueles que são sabatinados aqui, mas as minhas decepções são absolutamente maiores do que as gratas satisfações.

O lugar onde está o General foi o lugar em que Alexandre de Moraes se sentou para ser sabatinado, e eu estava sentado aí onde Moro está sentado, frente a frente com ele. E eu disse a ele uma frase: "Vocês, para botar a toga nas costas, vendem até a mãe". Discurso de ódio, não é? Sabe por quê? Porque ele tinha feito um discurso maravilhoso, de 20 minutos, falando sobre liberdade. Ninguém consegue falar sobre liberdade mais do que ele falou. Lindo! Profundo!

Nessa mesma cadeira, o Fachin falou uma frase para mim quando eu mostrei que ele era militante, que ele era petista, que ele era isso, era aquilo, era um petista, um militante. Ele disse: "Senador, quando um homem põe a toga nas costas, muda tudo. Começa do zero". Eu disse: "Não, advogado. Um homem nunca será separado das suas convicções". E vejam só: ele tirou o Lula da cadeia e disse que não cometeu crime. Foi uma inteligência de Zanin? "Nossa! Que advogado nobre, inteligente! Encontrou uma filigrana jurídica...". Não foi: encontrou uma filigrana geográfica: não era em Curitiba; era em Brasília. E o cara está aí, na Presidência da República, tocando o terror. Aí é o seguinte: é crime de ódio quando eu falo isso?

Deixem-me falar para vocês: sabe essa história das *bets* aí? Essa carência que eles receberam gera 9 bilhões. E, se contar com os prejuízos, não recolhimento de impostos, a renúncia fiscal, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seis meses, se eles não pagarem os 30 milhões para ter as autorizações – e estão recebendo uma renúncia fiscal até o dia 31 –, chega a 180 bilhões! Eles não precisam nem taxar coisa da Shopee. Não precisavam taxar carne, não precisavam taxar nada. Não precisa nem dessa reforma tributária, que não é uma reforma tributária, é um compêndio ideológico.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Então, eu quero desejar aos senhores... Eu sonhei muito em ser advogado na minha vida, desde menino eu queria ser advogado. Nossa, meu pai me levava para ver júri quando eu era menino, Senador Davi, eu ficava encantado com o advogado. E via aquela capacidade de tirar o jurado do lugar dele e colocar no lugar do réu. Eu tinha um sonho, e eu espero que os senhores, que têm formação jurídica, aquele sonho de fazer justiça, aquele sonho de não se acovardar, de não se amedrontar e saber que tudo na vida é passageiro, é como uma nuvem, ela aparece e vai embora rápido... Diz a Bíblia: tudo é pueril e fútil. Jesus disse isto: "Louco! Esta noite te pedirão a tua alma; e o que tens preparado, para quem será?". E qual é o futuro dos nossos filhos com esse ativismo desgraçado judicial? E a falecida Constituição nem existe. Os senhores estão indo para posições importantes, encontrar com colegas importantes. Quando eu falo isso do CNJ, lá tem gente digna, importante, conselheiros, não quero citar o nome aqui para não cometer injustiça, mas em que votei com muito gosto. E eu espero que vocês se somem àqueles que para lá estão indo.

Eu tenho uma decisão na minha vida sobre o Supremo. Qualquer um que for indicado para o Supremo, sendo advogado, já tem meu voto contra desde hoje, desde ontem. Eu não voto para tribunal superior em advogado. Tem que ser alguém que já decidiu, juiz, escolado, experimentado. Mas toda vez que há sabatina de pessoas que vão para o CNJ ou Conselho do Ministério Público, eu preciso fazer essa revisão, porque nós temos Senadores mais novos que não participaram dessa Constituição de que eu participei, e ver com muita decepção o que ocorre.

Então, é uma consideração que eu estou fazendo. Se alguém quiser falar alguma coisa do que eu falei, fiquem à vontade, mas principalmente o nosso querido da nova agência ali, e o meu voto contra o projeto ontem foi exatamente por causa da agência, não é? Eu gostaria que o senhor realmente me dissesse... O Flávio já disse: quem é que vai dizer o que é certo, o que é discurso de ódio? O que é discurso de ódio? Qualquer esquerdista neste momento que está vendo a TV

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado está dizendo que eu estou fazendo discurso de ódio, sabia? Eu estou fazendo uma fala de ódio, sabia? Não, eu só estou falando a verdade. Então, a verdade virou ódio? A verdade virou ódio? Não. Não virou ódio. Então, está bom. O que é discurso de ódio? Dizer que pedofilia é crime? E eu me lembro que nós vamos votar agora um projeto da jogatina em que a própria esquerda é contra, só para dizer que quando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... o Lula fecha os bingos, só para fazer uma analogia aqui, a Força Sindical veio para a rua, para abrir os bingos, e foram para a frente do palácio. Veja, o Lula, que está no poder hoje, respondeu para o Paulinho da Força: "Pedofilia também já existe, nós vamos legalizar porque já existe?". Então, é um discurso de ódio do Lula ter feito isso? E eu estou aqui falando verdades, a primeira mudança em 18 anos no Estatuto da Criança e do Adolescente, a criminalização da posse em defesa da criança, foi sancionada pelo Lula. Era um discurso de ódio?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Magno...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Os cinco minutos já foram, já estou encerrando.

Eu agradeço aos senhores.

E é sempre uma oportunidade para mim lembrar... Quem sabe nem os senhores tinham conhecimento de algumas coisas que eu disse aqui. Mas o que é discurso de ódio – é a minha pergunta –? Como realmente está traçado esse desenho; e, a partir dessa agência, como as pessoas, com seu direito à liberdade neste país, serão tratadas? Quem vai dizer o que é verdade e o que é mentira? Ou se, sobre o que é verdade e o que é mentira, a agência já tem alguma ideia.

Obrigado, Sr. Presidente, pela sua complacência, e está se comportando bem para quem está em campanha.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Magno Malta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito, o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, inicialmente, quero cumprimentar V. Exa. e cumprimentar todos que estão aqui hoje se colocando à disposição para o Conselho Nacional de Justiça e para a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Quero, primeiro, citar uma frase de um grande economista que foi preso quando Pinochet deu o golpe militar no Chile, o Carlos Matus. Ele, na prisão... Porque ditadura existiu no Chile, existiu no Brasil, 20 mil pessoas morreram com a ditadura militar no Brasil, centenas de desaparecidos que ninguém sabe onde se encontram até hoje, nunca viram corpo, nem em vala, nem em lugar nenhum. Então, o Carlos Matus cunhou uma frase que para mim é muito simbólica: "Nem sempre o gesto revela a verdadeira intenção". E, às vezes, a gente vê as pessoas discursando, e aquele gesto nem sempre revela a verdadeira intenção. E assim é como se constrói, muitas vezes, a posição de poder na sociedade, escondendo a verdadeira intenção através de discursos, de falas, através do distópico, do diversionismo, da mistura de argumentações, que vão num canto, vêm no outro e confundem as pessoas para esconder a verdadeira intenção. Então, Carlos Matus, como uma das vítimas, que felizmente sobreviveu – e eu ainda tive a oportunidade de ter sido aluno dele por um período –, isso ficou marcado para mim e, sempre que vejo determinados gestos, me lembro da fala dele.

Quero dizer também que o CNJ tem um papel muito importante e muitas coisas melhoraram no Judiciário depois da criação do CNJ. Nenhuma instituição é perfeita, nenhuma, e nem nenhum ser humano é perfeito. Portanto, exigir a perfeição dos seres humanos no exercício das suas funções e das instituições, formadas por seres humanos, é também um ato de... É uma tentativa de querer criar uma ideia mentirosa para a sociedade de que é possível ter controle de tudo e sobre todas as coisas e de que é possível ter algo extremamente certo e perfeito, porque ninguém, absolutamente ninguém, talvez só o Profeta Jesus Cristo tenha conseguido essa façanha...

Então, voltando, eu acho que, do ponto de vista jurisdicional, ainda que a gente deva preservar essa prerrogativa de quem julga, é preciso o CNJ olhar a não observância das jurisprudências consolidadas no STF, porque aquilo é fruto da repetição, aquela decisão já foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consolidada várias vezes. Por que se negligencia a jurisprudência? Essa é uma questão. Por que num acordo de não persecução, que tem uma lei formada por esta Casa, quando um réu de um processo tem a possibilidade de fazer um acordo de não persecução, que o Ministério Público faz...? Portanto, se o Ministério Público fez aquele acordo, acabou a denúncia. Acabou. Aí o Ministério Público perde. E a prerrogativa é do Ministério Público – quem acusa é o Ministério Público –, neste caso vem um tribunal e diz que não homologa, ele não tem mais o que fazer. Ele não tem o que dizer. Como o CNJ vai agir sobre essas questões? Parece interpretação, mas tem a lei.

Tem outra coisa que eu quero chamar a atenção: a hermenêutica não é a base da relativização absoluta de tudo, porque senão não há lei, porque senão não há um princípio positivo estabelecido em lei, quase matemático, para garantir que o limite da hermenêutica não fuja e não deixe de se subordinar ao princípio da justiça, porque, quando você faz uma lei, tem algo acima que é o princípio da justiça – e olhe que eu não sou advogado –, mas a relativização absoluta sobre o texto de uma lei, que tem ali cravada a vontade do legislador, a intenção do legislador, precisa ser preservada, porque aquilo foi a base para a constituição da justiça.

Então, essas coisas também precisam ser objeto, e a gente precisa sair da periferia do grande debate jurídico no país. A gente precisa ir para o centro. O Conselho Nacional de Justiça é para garantir mais justiça aos brasileiros. E doa a quem doer. E isso significa garantir o devido processo legal em todas as questões; isso significa garantir que aquele órgão tenha condição de enfrentar determinados temas que a gente não tem visto ser enfrentado. Fica na questão administrativa, mas sai do campo principal, que é o campo da produção de justiça.

Por exemplo, foi levantado aqui, e eu tenho – eu não sou advogado, repito – recebido muita queixa de advogados. Muitos advogados têm se queixado da forma como representantes do Ministério Público, às vezes, e representante do Judiciário também, às vezes, se posicionam na relação com o advogado, como se ele fosse uma parte menor. Porque tem quem acusa, tem quem julga e tem quem defende. E quem defende, que é o advogado, representa uma parte, aliás, a parte que está sob acusação, sob julgamento. Portanto, a OAB é... E os advogados são da única profissão que compõe o Poder republicano. Vocês, advogados, quando passam no concurso da ordem, já fazem parte de um Poder republicano, porque o Poder Judiciário é um Poder que representa a República brasileira, é um Poder republicano. E cadê essa prerrogativa de Poder que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente não vê nas instâncias inferiores e na segunda instância? A gente vê o desrespeito, quando se pega um processo de 2 mil páginas, 3 mil páginas, e se julga com rito sumário, sem dar direito às partes de poder vê-lo. "Ah, não, mas está no âmbito jurisdicional." Não! Está errado. Isso precisa ser enfrentado.

Por fim, eu comecei a minha vida como médico num serviço de saúde mental, no Serviço de Saúde Mental Doutor Cândido Ferreira, em Campinas. Passei um ano fazendo residência e trabalhando nesse hospital. E conheci o hospital, o Manicômio Judiciário de Franco da Rocha. Nunca, na minha vida, eu vi algo tão desumano, tão abjeto. Meu Deus! Querer preservá-lo é preservar a transformação do ser humano em algo pior do que qualquer ser, independentemente da condição daquela pessoa. Então, nós precisamos ter uma alternativa.

E eu também concordo: são violentos, são perigosos e precisam ter um lugar. Se é no manicômio judicial ou no manicômio tocado pelo SUS, sendo tratado... Mas ele não pode conviver em sociedade. Não vai poder. Alguns casos não podem, porque o desvio, o distúrbio é tão grave que é impossível a essa pessoa. Mas precisa ter uma solução. Manter aquele estado de coisas é manter algo muito, muito degradante, que agride qualquer indivíduo, qualquer ser humano, diante daquela situação.

Por fim, eu quero dizer que nós tivemos, sim, uma tentativa de golpe. Tivemos. Eu tenho o direito de falar. Eu ouvi. Eu participei da CPI – 8 de Janeiro. Eu acompanhei todo o processo. Houve, sim, tentativa de golpe. Frustrou-se e virou um ato terrorista. Isolado? Não. Mas foi um ato de agressão aos Poderes republicanos, foi um ato de agressão a esta Casa, à Câmara dos Deputados, ao STF, ao Palácio do Planalto, às referências da República, uma agressão ao Brasil, aos brasileiros.

E dizer que aquilo é inocente? Qual é a inocência que tem agredir aquilo que representa os Poderes? Qual é a inocência que tem urdir, conceber, estimular, conspirar contra a democracia?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Foi, sim, um ato golpista; foi, sim, uma tentativa de golpe; foi, sim, um ataque à democracia. E as pessoas precisam pagar, porque em 1964 ninguém pagou. Quem viu Ainda Estamos Aqui, viu o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

drama de uma família. E outras 20 mil? Eu tive problema na minha família, desorganizou toda a minha família, e ninguém me militava na política, era por outros interesses.

Então, não dá para a gente falar em anistia. Anistiar quem agride aquilo que representa os símbolos da República, o símbolo do Brasil? Vamos anistiar quem quer acabar com aquilo que nos faz menos opressores? Estabelece, diminui...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Tem de falar isso para a Dilma....

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É, a Dilma foi vítima também, ficou dois anos presa, tomando choque...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – José Dirceu...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... tomando choque. Eu não vou citar nomes, porque eu tenho respeito. Eu não vou citar nomes e peço respeito quando eu falo, porque eu não estou em debate com V. Exa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu não estou em debate com V. Exa. Eu não estou em debate com V. Exa., mas eu estou falando, o direito da fala é meu, o senhor tem que me respeitar. Porque senão eu vou dizer que golpista tem que estar na cadeia.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Começando com o Alexandre de Moraes aí?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Começando com o seu pai.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Alexandre de Moraes aí?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Começando com o Flávio Bol... com o... com o Presidente Jair Bolsonaro, certo?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Presidente, fui citado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, você não foi citado: "Começando com Jair Bolsonaro".

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Atenção, Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, ele interferiu na minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senador Rogério, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, por favor peço eu, peço eu.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Direito de resposta.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Vamos manter o decoro, gente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – É, tem que manter!

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Vamos manter o decoro. Cada um tem direito a falar. Então, deixe o Senador Rogério Carvalho terminar a manifestação dele. Está bem?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O que não dá é para as pessoas ficarem interferindo durante a fala, porque eu estou aqui ouvindo todos os discursos. Eu ouvi, eu ouvi quieto...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senador, mais dois minutos para V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Deixe-me concluir. Eu estava aqui ouvindo...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – É verdade...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... e, ao ouvir, eu fiz a minha manifestação e não citei absolutamente ninguém. Então, eu acho que a gente precisa ter esse tipo de respeito, e decoro é isso. Eu não admito esse tipo de intervenção, porque aqui ninguém é mais Senador do que ninguém.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – É verdade...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ninguém aqui tem prerrogativas distintas de ninguém, por este ou por aquele motivo. E eu tenho o direito de dizer o que é que eu penso, como penso, o que eu acho e o que eu não acho diante dos fatos que eu vivenciei, porque eu fui – eu fui! – espionado no meu estado na CPI da covid. Braga Netto mandou um oficial no meu estado para bisbilhotar a minha vida. Se tivessem dado o golpe, onde eu estaria? Preso? Eu estaria onde?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Num campo de concentração, segundo o Coronel que está agora sendo investigado?! Ou eu estaria morto, como muitos foram mortos, presos e exilados em 1964?

Então, é uma reflexão que tem que ficar para todos os brasileiros neste momento.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, direito de resposta, porque fui citado aqui, inclusive pedindo a minha prisão. Então, eu queria um minuto de direito de resposta, a qual é muito simples. O que foi falado aqui é exatamente como o Judiciário está se comportando: há um prejulgamento; sequer há denúncia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda, e a condenação já é pedida com prisão, com punição previamente determinada. Esse é o raciocínio de quem diz defender a democracia. Obviamente, a melhor coisa que se faz para desmascarar um comunista é dar a ele a palavra.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Com a palavra o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, senhores sabatinados, nobres pares, este momento para nós – além da liturgia do processo, do fato de que este é um ato necessário para validar a nomeação dos senhores, que foram indicados por diversas entidades para ocuparem cargos importantes na estrutura de controle, de acompanhamento, de avaliação do Estado brasileiro – permite que possamos fazer um debate que está se tornando cada vez mais rico, porque, mesmo quando há alteração, há rispidez, há contundência, eu prefiro a quando as pessoas se calam ou são emudecidas. A controvérsia não pode ser contida. As pessoas precisam necessariamente entender as diferentes visões de mundo para fazerem o seu juízo de valor. Isso é a democracia.

Antes de entrar no tema, que eu acho importante, eu queria falar especificamente – perdoem-me os demais – sobre um órgão que eu considero hoje singular nesse processo, que é o nosso Conselho Nacional de Justiça.

Por dever de ofício e por circunstância, eu hoje me encontro como Líder da Oposição aqui no Senado da República, e essa posição me dá uma espécie de condição de muro das lamentações. Nós somos procurados aqui por populares, por líderes políticos, por empresários, por pessoas do povo, para falarem a respeito dessa insatisfação com a maneira como o Judiciário tem se comportado no nosso país.

De fato, respeitando, inclusive, a posição daqueles que pensam diferente – e, graças a Deus, isso acontece no nosso país –, a sensação que existe é que não há hoje justiça, há justiçamento. As palavras são similares, mas o sentido é diametralmente oposto. No Estado de direito, no império da lei, mesmo que a convicção pessoal do julgador vá no sentido contrário do que ele pensa, o fato de ele se manter fiel à lei é um pressuposto extremamente relevante e importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da saúde das instituições brasileiras. E nós estamos vendo a lei ser relativizada, a lei passar a ser uma circunstância em função dos indivíduos e não do problema em si. A lei está sendo – e me desculpem a expressão – fulanizada.

Vejam os senhores que o próprio Conselho Nacional de Justiça, recentemente, definiu que há a necessidade de se remunerar os trabalhadores do Judiciário, além do teto de salário do funcionário público, com um percentual... Deixe-me ver aqui, para eu não incorrer numa leviandade. (*Pausa.*)

"[...] 1º de janeiro de 2025 juízes federais e estaduais terão direito a receber um novo benefício que irá render mais de R$ 7,2 mil mensais a vários deles." E o critério é o de que o juiz trabalha muito, apesar de ter recessos no final do ano e no meio do ano. O critério dito ontem pelo eminente ministro do Supremo Tribunal Federal – que não fez vênias, porque falou isso publicamente, deu uma entrevista – é que os juízes são mal remunerados no Brasil. Num país de miseráveis, onde o teto é mais de R$40 mil, o ministro entende que a remuneração dos juízes é pouca e que eles precisam ter esses sete mil e tantos, precisam ter de volta os anuênios e quinquênios, que eu aqui nesta Casa tenho dito que é uma imoralidade.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – É mesmo.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – E o CNJ, meu caro Rodrigo, senhores que estão sendo indicados, corrobora legislando e ultrapassando o Congresso Nacional, hipertrofiando um Poder, desequilibrando o pacto entre os Poderes que foi a essência da nossa democracia – Montesquieu, independência, harmonia... Hoje há uma clara disfuncionalidade no funcionamento dos nossos Poderes.

Aqui a gente está falando, porque o Parlamento é isso, é parlar – e, ao contrário do que têm dito alguns doutos juízes, parlar inclusive com contundência, inclusive com aspereza, inclusive deixando inseguros ou desconfortáveis aqueles que nos ouvem. Porque esse apanágio é da instituição, e não meu. Eu estou Senador da República, eu não nasci Senador da República e não vou morrer Senador da República. Mas, enquanto estiver aqui representando a população do meu estado, eu preciso ter a proteção, que é me dada pela Constituição e que foi inclusive o interesse, o intuito, a vontade dos legisladores, da inviolabilidade do meu mandato por quaisquer – aprendi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no português, não é? –, quaisquer atos, opiniões, palavras proferidas. E nós estamos vendo o quê? Nós estamos vendo a relativização dessa blindagem, que na verdade não blinda o cidadão, blinda a democracia. Imaginem os senhores se um Parlamentar fosse jungido, fosse impedido, fosse emudecido, fosse constrangido a não se posicionar porque poderia sofrer uma sanção disciplinar, porque se excedeu na hora em que se posicionou.

Senhores, é muito importante o papel que os senhores vão ocupar, não apenas de controladores e daqueles que vão se preocupar com a lisura dos atos judiciais, mas sobretudo para terem coragem de seguir a lei.

E me permitam falar sobre um ato recente de que eu fui o autor. A exemplo de milhões de brasileiros... Nós já tínhamos esse entendimento, mas isso foi corroborado, exposto, eviscerado pelo jornal *Folha de S.Paulo*, por ocasião do vazamento das conversas dos juízes auxiliares do eminente Ministro do Supremo Tribunal Federal, na época Presidente também do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Alexandre de Moraes – os seus juízes auxiliares conversando com técnicos do Tribunal Superior Eleitoral. Isto foi colocado pelos jornais: diálogos cabulosos, em que um juiz auxiliar orienta um funcionário para dizer o seguinte: "Olhe, se você não está encontrando nada contra esse cidadão, use a criatividade". Eu não sabia que no direito há a possibilidade de se usar a criatividade para se produzir prova contra o inimigo político. Se isso não é um escândalo, eu não sei o que é escândalo.

Mas, pasmem, senhores – pasmem. Não, pasmem não: resignem-se ou indignem-se. Eu tive a audácia de representar o CNJ, como cidadão, porque eu acredito na justiça, eu acredito na democracia, eu acredito na política. E fizemos uma representação e o senhor... Deixe-me lembrar aqui para não cometer injustiças, por favor. (*Pausa.*)

O Sr. Corregedor Nacional Mauro Campbell, sem abrir procedimento de investigação, concluiu não haver "indícios ou fatos que demonstrem que os magistrados [...] [descumpriram seus] deveres funcionais", apesar dos diálogos expostos. Bom, qual é o sentimento que a sociedade tem em relação a esse tipo de comportamento do Corregedor da entidade de que V. Exas. vão participar, o Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ)?

Senhores, nós estamos aqui num prédio que representa 200 anos de história, que é do Senado da República. Ruy Barbosa é o nosso patrono e já dizia: "A pior ditadura é a do Judiciário,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque não temos a quem recorrer". E todo o poder absoluto gera corrupção absoluta. Mas, se o poder não se autocontém – e aqui não é uma ameaça, é uma constatação –, ele será contido de alguma forma.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Para se haver uma nova Constituição que porventura coloque os Poderes dentro das suas atribuições precípuas, aquelas originárias da própria Constituição, se fala que é necessária uma ruptura institucional, uma revolução. Já aconteceu. Só que, ao contrário de uma facada, como o nosso Presidente Bolsonaro recebeu, nós estamos naquela teoria do sapo numa panela de água fervendo. Então, gradativamente, os nossos direitos vão sendo ultrapassados, a nossa blindagem constitucional vai sendo relativizada. E, se você é adversário, até o art. 5º da Constituição é deixado de lado, porque vale tudo para fazermos com que o inimigo seja colocado no seu lugar, num processo de eugenia política, que não cabe ao Poder Judiciário – não cabe ao Poder Judiciário.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Senhores, vivemos um momento muito grave da nossa história. Escutamos aqui um Senador justamente indignado com a sua história, mas que faz uma narrativa: 20 mil mortos. A própria comissão criada pelo partido do Senador fala em 400. São números díspares.

Fala-se contra a anistia. Este país tem um histórico de anistias, de conciliação, de pacificação, nobre Senador Contarato. Ou a Presidente Dilma Rousseff não foi anistiada por crime de sangue, por crime de assassinato, crime de roubo? Ou José Dirceu não foi anistiado? E tantos outros, num processo de reconciliação deste país. Estamos falando de crime de sangue, de pessoas que estavam com a Bíblia na mão?

E me permitam uma breve fala a respeito desse inquérito, já que ele foi falado aqui – eu nem iria falar a respeito do tema. O inquérito diz o seguinte: o golpe começa a ser dado no dia seguinte à posse do Presidente Bolsonaro, em 2019, porque ele nega o sistema eleitoral. O golpe é uma contestação ao sistema eleitoral. E ele seria concretizado no dia 15 de dezembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Duas falhas. Primeiro, se este é o mote do golpe – a contestação ao processo eleitoral –, a Polícia Federal errou. Senhores da Polícia Federal, os senhores erraram na sua investigação! O golpe começa em 2015, por ocasião da votação da reforma eleitoral, quando o Presidente Bolsonaro aprova, na Câmara e no Senado, um projeto de lei do voto auditável, que foi vetado pela Sra. Dilma Rousseff. E esse veto caiu com o voto, inclusive, de Senadores de oposição à época, e hoje de situação, como o Senador Humberto Costa, como o Senador Randolfe Rodrigues, todos favoráveis à manutenção do voto do Presidente Bolsonaro na época.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Então, o Presidente Bolsonaro já sabia, em 2015, que ia ser Presidente da República. Já sabia, em 2015, que Lula seria preso. Já sabia, em 2015, que ele seria solto, apesar das condenações por corrupção. Já sabia, em 2015, que não haveria imparcialidade por ocasião das decisões que foram perpetradas pelo Tribunal Superior Eleitoral, por ocasião das eleições de 2022.

Esse cara é fantástico! Ele merece voltar a ser Presidente, porque ele já sabia de tudo naquela época. Quem consegue ter essa visão de futuro? É uma brincadeira, uma pantomima.

E veja, se 15 de dezembro é o dia do golpe, eu pergunto aos senhores: o que aconteceu no dia 8 de janeiro? E as pessoas que foram julgadas e condenadas a 17 anos porque pintaram com batom uma estátua? Porque estavam com a Bíblia na mão na frente de um gramado. Quem recebeu 14 anos, 12 anos, 17 anos?

Senhores, a responsabilidade de V. Exas. muito grande. O momento que o país vive é muito desafiador. Precisamos todos ter, sobretudo, serenidade e espírito de Brasil, e entender que cada um de nós precisa ter a possibilidade de dizer as suas verdades. E se eu me sinto incomodado com o que alguém está falando, eu só quero ter a oportunidade de contraditá-lo e fazer o debate; não de calá-lo e não de emudecê-lo, porque isso não é democracia – isso é ditadura travestida de legalidade.

Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senador Izalci Lucas, V. Exa. deseja fazer uso da palavra ainda?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Com certeza, Presidente, mas serei breve.

Bem, primeiro, só para complementar o que foi dito até agora com relação ao dia 8 de janeiro, quero dizer que eu participei da CPI, fiz um relatório em separado e provei, com documentos e fatos, que realmente o Governo Federal poderia ter evitado tudo que aconteceu no dia 8 de janeiro. Eu sou R/2, V. Exa. disso; servi aqui no 32º GAC, conheço o Comando Militar do Planalto, conheço a Polícia do Exército, mas também o Batalhão da Guarda Presidencial, e nós sabemos que o objetivo do Batalhão da Guarda Presidencial é exatamente cuidar da Presidência da República. Então, o Governo poderia ter acionado tudo isso, o Plano Escudo, que está lá, todo mundo conhece. Então, o Governo poderia ter evitado tudo isso aí.

Eu só quero aproveitar, Presidente... A gente está assistindo realmente o Supremo invadindo as nossas prerrogativas todo dia, o Presidente Barroso falando que lá agora é um tribunal político, discutindo políticas públicas, audiência pública toda hora. E, como o Senado não faz nada, outras instituições começam a fazer também.

Então, conheço o querido Rodrigo Badaró, já votei nele uma vez, mas me preocupa muito o CNJ. Acho que alguém aqui... Deixe-me ver se alguém participou. Eu estive pelo menos três vezes na residência oficial do Presidente Rodrigo Pacheco, discutindo a PEC 10, dos quinquênios do Judiciário. E ele não colocou em votação porque não tinha voto para aprovar. E agora eu sou surpreendido com o CNJ e o Judiciário pagando os quinquênios já há algum tempo, ou seja, agora o CNJ também passou a legislar; resoluções, inclusive, afetando os próprios advogados, impedindo até também – seguindo o exemplo, o modelo do STF – a questão das audiências.

Eu fico perguntando todo dia: cadê a OAB, cara? Eu conhecia a OAB, mas aquela OAB que todo mundo respeitava, quando, em todas as coisas que aconteciam no Brasil, ela era a primeira a se manifestar. Hoje há esses abusos todos; a OAB não fala absolutamente nada.

Então, eu conclamo... E sei que o Rodrigo Badaró vai cuidar disso lá também, vai fazer a defesa realmente do que é correto, porque não dá para aceitar. Eu estou aqui, assim como todos os Senadores que estão aqui – e eu já fui Distrital, Federal –, para fazer o que eu estou fazendo. Eu fui lá na rua, mostrei serviço e pedi o voto. Para estar aqui, eu tive, sei lá, quase 500 mil votos. Se alguém quer legislar, se candidate, simples assim. Se algum Ministro do Supremo quer legislar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também é possível que ele possa ser candidato a qualquer coisa – não é? –: Distrital, Federal, Vereador, Prefeito, Presidente da República. Mas não dá para que essas pessoas que são indicadas, sabatinadas aqui, depois quererem legislar aquilo que é de competência do Congresso Nacional.

E quero aproveitar também a presença do General Guido para dizer o seguinte: o pacote que está vindo aí – eu vi a legislação que eles estão encaminhando – trata realmente de uma proposta já prevendo punições para os militares: o fim da indenização, do ficto lá, da aposentadoria, já é claro para penalizar os possíveis... As possíveis punições que serão aplicadas aos militares do nosso país, que estão aí sendo acusados de alguma coisa. Eles já querem aprovar uma lei para puni-los, para que eles não possam ter, nem eles, nem os familiares, qualquer remuneração. Então, há um ódio muito claro, uma perseguição muito clara com relação a isso.

Então, eu espero que o Supremo Tribunal Militar possa resgatar realmente essa autonomia deles e que não possa criar leis que prejudiquem as pessoas – em atos anteriores, inclusive, à lei.

Mas não vou fazer nenhuma pergunta aqui, só quero alertá-los disso.

Inclusive ao da proteção de dados – que tanto ajudei aqui a aprovar, essa agência tão importante para nós –, que também não extrapole, como muitos aqui que querem dificultar e quase que proibir a liberdade de expressão. A gente conseguiu dar uma amenizada no texto, mas a gente tem que ter muito cuidado com essas superagências aí que estão contidas no texto para que não haja também invasão das nossas prerrogativas.

Então, já votei – viu, Senador Mourão? –, mas eu não poderia deixar aqui de manifestar a minha preocupação com relação ao que coloquei aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, Senador Izalci.

Com a palavra o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhoras e senhores, quero parabenizar as indicações do General do Exército Guido Amin Naves. Parabéns! Espero que V. Exa., no Superior Tribunal Militar, exerça a função com equilíbrio, serenidade e sobriedade emocional.

Queria aqui fazer um registro, especialmente para V. Exa., de que na data de ontem, veja bem, na data de ontem, violando uma tradição, Senador Mourão, bicentenária... Porque no STM você tem uma rotatividade de dois em dois anos para a Presidência pelas Forças Armadas, pelos integrantes, e pasmem, os senhores: quando chega a vez da única mulher, uma pessoa lançou uma candidatura, e ela foi para o voto. Isso é uma demonstração que na instituição tem um comportamento sexista. Eu acho que isso é muito, é muito significativo. Eu, quando eu vi... E eu ontem eu fiz um voto até de aplauso à Ministra Maria Elizabeth Rocha, que foi eleita por oito votos a sete. Não era para ter nem eleição, porque era a rotatividade adequada no Superior Tribunal Militar, mas, quando chega a vez da mulher, ela foi preterida ou quiseram efetivamente burlar essa lógica.

Depois eu queria ouvir até V. Exa. sobre qual a posição do senhor e da participação das mulheres nesse Superior Tribunal Militar, de tamanha importância, de tamanha envergadura.

Eu quero também aqui fazer uma nota de apoio ao Dr. Iagê, que fez um trabalho muito bom na CGU, com o Ministro Vinicius Carvalho. E essa agência é de fundamental importância, porque nós estamos falando de informação, de transparência. Olha, eu não tenho dúvida: hoje, com rede social, com informação, plataforma, isso tem que ser regulado. E não é para pegar o morador, a sua opinião, a minha, não, é para a responsabilização dessas plataformas digitais que estão praticando efetivamente crime.

Nós temos que entender que a liberdade de expressão não pode ser utilizada como escudo protetivo para prática de crime. É simples assim. Ninguém está acima da lei. Por isso é que eu defendo efetivamente a responsabilização de quem de qualquer forma concorre para essa prática criminosa, e aqui eu quero fazer a minha manifestação de apoio ao Dr. Ulisses Rabaneda para essa agência de fundamental importância.

E eu não poderia deixar de falar do querido advogado Dr. Rodrigo Badaró ao CNJ, e nós tivemos lá uma representatividade desta Casa, o nosso companheiro, querido companheiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bandeira, que muito fez, com um trabalho exemplar no CNJ, e nós não podemos aqui criminalizar instituições. Esse conselho é de fundamental importância.

E aqui eu quero fazer um testemunho com o indicado Rodrigo Badaró, Senador Mourão, porque nós ainda vivemos num país, Senador Magno Malta, extremamente preconceituoso. O senhor sabe que eu tenho dois filhos que são a razão da minha vida, e eu fico muito triste quando ainda, dentro de um Poder, e aí eu falo do Ministério Público, no processo de adoção do meu filho Gabriel, o promotor de Justiça foi contrário à adoção. Olha... E há uma decisão unânime do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público, e o indicado sabe muito bem disso, porque ele teve uma participação efetiva. Aquele promotor foi penalizado com cinco dias de suspensão, porque não pode, ninguém está acima da lei. Isso está dentro da nossa Constituição Federal, no art. 3º, inciso IV, porque um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é promover o bem-estar de todos e abolir toda e qualquer forma de discriminação. É simples dessa forma.

E o Dr. Rodrigo Badaró teve uma fundamental importância nesse processo e como em todos os outros, e que aí eu quero fazer... Olha a importância deste fato: o Conselho Nacional do Ministério Público emitiu uma resolução determinando que todos os promotores de Justiça no país se abstenham de se manifestar contrariamente apenas pela orientação sexual. Ora, todos somos iguais perante a lei! Os nossos filhos, os meus filhos foram deixados nos abrigos por casais heterossexuais. Foram casais heterossexuais que deixaram essas crianças, e as deixam lá, dentro desses abrigos. E nós temos muito amor para dar, como essas crianças têm, e eu tenho muito orgulho do meu filho Gabriel, que fez dez anos, e da Mariana, que fez cinco. Então, a atuação do Conselho foi de fundamental importância. Não terá mais atuação de promotor nessa linha. No mesmo sentido, o Conselho Nacional de Justiça emitiu uma resolução falando que todos os juízes e desembargadores não podem negar a adoção por casais homoafetivos pela simples orientação sexual. Ora, é simples assim!

Então, eu quero aqui deixar clara a minha alegria na indicação tanto do General, o Guido, quanto do Dr. Rodrigo, como do Dr. Ulisses, na certeza de que vão, em muito, dignificar as funções, porque essas funções são de Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu também não poderia deixar de fazer aqui uma ressalva, porque eu vejo colegas aqui falando e atacando o Supremo Tribunal Federal. Olha, com todo respeito, quando se fala que o Supremo está legislando, os Parlamentares que falam isso aqui não leram o art. 5º, item XXXV, da Constituição Federal, que consagra o princípio da inafastabilidade jurisdicional. E eu vou ler o que está escrito lá *ipsis litteris*: "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". Se nós nos acovardamos aqui e não legislamos, quando o Supremo é instado a dizer, ele tem que se manifestar, mas ele se manifesta ante uma omissão do processo legislativo. Se o Legislativo não está legislando, ele é provocado a dizer sobre aquele tema e ele vai ter que falar, mas ele está falando tendo em vista uma inação, um acovardamento da classe da política, do Congresso Nacional. Então, eu não acho que estaria ali violando qualquer poder, em especial aqui do Congresso Nacional, porque eu tenho a minha plena convicção.

Outro fator de fundamental importância, Senador Davi, é que o Supremo Tribunal Federal tem uma função contramajoritária. O que é isso? Ele tem o poder de invalidar leis quando são eivadas com vício de iniciativa ou com vício de inconstitucionalidade. Daí as ações declaratórias de inconstitucionalidade. Nós legislamos, fazemos uma lei que já nasce contaminando um princípio de constitucionalidade, na função contramajoritária do Supremo Tribunal Federal cumpre invalidar essas leis.

Outra função do Supremo Tribunal Federal: ele tem um poder representativo. Nós não legislamos, ele tem que ter o poder de dizer o direito ao tempo e à sua hora, ante a omissão. E eu digo que ele tem ainda uma terceira função, o Supremo Tribunal Federal, que é a função iluminista, de empurrar a história para o rumo certo, como aconteceu nos Estados Unidos com a Suprema Corte quando aboliu a segregação de crianças negras – aquela foi uma decisão iluminista, empurrou-se a história para o rumo certo –; como aconteceu na Suprema Corte da África do Sul, que acabou com a pena de morte em qualquer hipótese; como aconteceu com a Suprema Corte de Israel, que acabou com a tortura, inclusive nos condenados pela prática de terrorismo; e como aconteceu no Brasil quando o Supremo Tribunal Federal convalidou a união entre pessoas do mesmo sexo.

Ora, nós temos que entender que a função do Supremo Tribunal Federal não é... Primeiro que ele não representa o poder majoritário, ele é contramajoritário, ele é representativo, ele é iluminista. Nós, sim, que temos que exercer a nossa função. Agora, escolher não legislar é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolha, mas nós vamos arcar com as consequências dessa nossa inação pelo princípio da inafastabilidade jurisdicional, art. 5º, item XXXV: "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". É simples assim.

O que o Supremo fez com relação a porte de substância entorpecente foi ante uma inação nossa. Aí nós viemos aqui para a Constituição: "Vamos botar na Constituição que portar substância entorpecente para uso próprio é crime". Ora, nós não resolvemos o problema, eu fui delegado de polícia, vai continuar sendo a cara do freguês: se for pobre e preto no bolsão de pobreza, é traficante; se for *playboy* aqui no Plano Piloto de Brasília, é para uso próprio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Então é uma grande hipocrisia falar que o Congresso Nacional, com todo o respeito, representa o povo, isso está longe de ser realidade. Qual é aqui a representatividade desta Casa, casa da população pobre, preta? Qual é a representatividade aqui das pessoas com deficiência? Esta Casa é majoritariamente composta por homens brancos, ricos e engravatados que decidem a vida de milhões de pobres ou por interesse de determinadas categorias.

Então eu acho, assim, que, se nós fizéssemos o enfrentamento com os temas sensíveis e deliberássemos sobre esses assuntos aqui, nós não teríamos aquilo que alguns colegas falam que é uma usurpação de função do Poder Judiciário. Eu morro defendendo a atuação do Supremo Tribunal Federal.

E outra coisa: falar no que aconteceu no dia 8, nós tivemos um ex-Presidente que atacou a Ordem dos Advogados do Brasil, atacou a imprensa, participou de movimentos antidemocráticos, falava que tinha que fechar o Supremo, falava que tinha que fechar o Congresso. Nós nunca tivemos aqui atentado à bomba, e aconteceu em Brasília. Nós tivemos um homem-bomba que morreu, tivemos aqui. Nós tivemos o que aconteceu dia 8. E olha, não foram senhorinhas que estavam com Bíblia, não, porque o art. 29 do Código Penal é claro: "Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas mesmas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade", seja autor, coautor ou partícipe.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – E ele pode estar praticando tanto por ação dolosa – diz-se crime doloso quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo – ou a título de culpa, quando ele deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia. E digo até mais: ele pode ser responsabilizado não só por ação, mas por omissão, art. 13, §2º, alínea "a": a omissão é penalmente relevante quando o agente tenha por lei obrigação de proteção, vigilância e cuidado. É simples assim.

Mas nós vivemos numa democracia muito jovem. Nós não podemos esquecer o que aconteceu em 1964, com a ditadura de 1964. Anistiar os atentados à nossa democracia agora, qual o recado que nós estamos passando para a população? Nós temos que defender – e essa é uma função de todos nós – a democracia.

E eu sinto informar, porque todas essas pessoas que vieram para cá dia 8 ou que diretamente praticaram aqui, elas ficaram quatro anos sendo fomentadas, instigadas para praticar essa conduta, mas a lei não exclui: "Quem, de qualquer forma, concorre para o crime incide nas mesmas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade".

Parabéns a todos os indicados.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só fazer uma consulta rapidamente, antes de conceder a palavra...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Presidente, já falaram sete Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois é. Exatamente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Só dar uma mensagem que é importante. Aí eu...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas V. Exa. está inscrito... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sabia que tinham falado sete não.

Deixem-me ver quem é que quer iniciar aqui... Dr. Iagê!

O SR. IAGÊ ZENDRON MIOLA (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Obrigado, Senadores Flávio Bolsonaro, Magno Malta e Izalci, que me direcionaram indagações mais diretas. Eu agradeço aqui as perguntas.

Eu acho que, para começar a responder, eu entendo que a preocupação maior aqui dos senhores tem a ver com inteligência artificial, o PL que foi aprovado ontem aqui no Plenário, e como é que eu enxergo esse marco regulatório que foi aprovado aqui por esta Casa.

Eu acho que, para começar a falar disso, eu vou falar das minhas percepções sobre esse projeto de lei, mas eu acho que, de largada, é importante destacar que a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, pela Lei Geral de Proteção de Dados, promulgada no ano de 2018, não tem qualquer tipo de competência para exercer função de moderação de conteúdo em redes sociais. Essa não é uma competência prevista na legislação e não é também uma competência que seria atribuída à ANPD, caso o PL 2.338, de autoria aqui do Presidente Rodrigo Pacheco, relatado pelo Senador Eduardo Gomes, seja aprovado na Câmara dos Deputados. Então, não há ali, em nenhum espaço da legislação vigente, nem possivelmente futura, esse tipo de exercício por parte da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

De qualquer maneira, eu acho que a indagação dos senhores lida com a grande questão de fundo por trás da discussão sobre regulação de inteligência artificial, que é: como é que podemos equilibrar, de uma maneira adequada, dois objetivos que são, parece-me, legítimos, expectativas legítimas da sociedade?

Por um lado, é preciso lidar com os riscos gerados pela inteligência artificial, e a gente sabe que nas suas mais diversas aplicações, se a gente for pensar em inteligência artificial que é utilizada para finalidades, procedimentos médicos, por exemplo, inteligência artificial utilizada na aviação, inteligência artificial que pode ser usada, eventualmente, nos ambientes digitais e que pode expor, por exemplo, crianças e adolescentes a riscos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa nova tecnologia, como qualquer nova tecnologia, gera novos riscos. Então, em alguma medida, é preciso regular.

Ao mesmo tempo, a gente sabe que uma nova tecnologia tem importantes papéis a serem cumpridos, no caso da inteligência artificial, para o desenvolvimento econômico, gerando inovação, competitividade... É algo que, certamente, é essencial para o desenvolvimento do nosso país.

Então, como equilibrar esses dois objetivos, e eu acho que dois conjuntos de valores e a liberdade de expressão.

Quando a gente fala, então, da aplicação de regulação de inteligência artificial, num ambiente digital em que a liberdade de expressão é exercida, claramente esse é um problema que se coloca, esse desafio de se equilibrar esses dois valores.

Eu entendo que há um debate relevante no mundo, hoje, nas democracias, sobre como se fazer isso adequadamente, de maneira compatível com respeito à liberdade de expressão; entendo inclusive que a OCDE vem trabalhando um pouco também nessa agenda, para além de jurisdições democráticas, mas a OCDE também vem debatendo quais são as boas práticas que poderiam ser adotadas para se constituírem ambientes digitais mais seguros e, ao mesmo tempo, se respeitar a liberdade de expressão.

Esta Casa acho que discutiu, recentemente, na Comissão de Comunicação e Direito Digital, um projeto de lei de autoria do Senador Alessandro Vieira e relatoria do Senador Flávio Arns. É um projeto de lei focado em tornar os ambientes digitais mais seguros para crianças e adolescentes. Então, ele cria uma série de medidas para coibir, por exemplo, circulação de material de exposição a violência sexual contra crianças e adolescentes. Parece-me que esse é um exemplo de regulação devidamente debatida nesta Casa, que é o lugar apropriado para isso, e que pode nos levar para caminhos interessantes para a gente tentar equilibrar esses dois desafios ou esses dois grandes objetivos.

No caso do projeto de lei de inteligência artificial, Senador Flávio Bolsonaro, especificamente, a sua pergunta, e respondendo-a muito diretamente, como, então, se regular sem recair eventualmente em censura. Parece-me que o Senador Eduardo Gomes aqui, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho importante e hercúleo que ele teve de compor diferentes visões e formar um consenso, conseguiu atingir um equilíbrio interessante, não é? Há nesse PL princípios que a regulação, qualquer que seja essa regulação, para qualquer tipo de inteligência artificial, deve obedecer. E, nesse rol de princípios, está ali consagrada a liberdade de expressão.

Eu entendo que não houve também... Ontem, na versão que foi aprovada no Plenário desta Casa, se decidiu inclusive não ter no PL de inteligência artificial, no 2.338, nenhum dispositivo específico direcionado à moderação de conteúdo em redes sociais. Pelo contrário, há um dispositivo que remete à legislação específica para isso, ou seja, para ser discutida em outro momento. Então, me parece que, da maneira como o projeto de lei de inteligência artificial foi desenhado aqui, com um esforço de composição e formação de consenso pelo Senador Eduardo Gomes, digamos, há um arranjo ali que me parece ser garantidor de direitos, entre esses direitos, o direito de liberdade de expressão.

Um outro mecanismo que me parece importante, desenhado aí ou negociado pelo Senador Eduardo Gomes, e que garante um equilíbrio, Senador Magno Malta, que eu acho que é um ponto que V.Exa. levantou e que eu acho que é relevante de a gente falar, é o SIA, o Sistema Nacional de Regulação e Governança de Inteligência Artificial. Da maneira como esse sistema está previsto no projeto de lei aprovado ontem em Plenário, ele não cria nenhuma nova autoridade. Então, até a lógica desse sistema foi por um lado dizer o seguinte: vamos aproveitar a estrutura do Estado brasileiro já existente hoje, então não se criou nenhuma autoridade ali. Eu sei que isso ainda tem um percurso de debate na Câmara dos Deputados, mas não se cria nenhuma autoridade.

E um outro ponto que é importante e me parece prudente na maneira de o Senador Eduardo Gomes pensar essa relatoria, e os Srs. e Sras. Senadores votaram nessa direção, é de se pensar um sistema e não um órgão centralizado com todos os poderes ou incumbências de se tomar decisões. A lógica desse sistema é respeitar particularidades setoriais. Então, quem vai ser responsável por regular a aplicação de inteligência artificial no setor de aviação civil é quem tem a competência técnica para fazê-lo. Não faria sentido se criar uma autoridade única, pelo que eu entendi da lógica do projeto, que tenha competência ampla para regular todos os setores. Quem tem competência para regular a aplicação de inteligência artificial na área da saúde serão os órgãos reguladores que têm compreensão técnica para atuar nessa área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O papel... Aí eu posso falar especificamente da autoridade para qual eu estou sendo sabatinado, a ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados) tem um papel relevante aí, na medida em que dados pessoais são com muita frequência o insumo para qualquer inteligência artificial, não necessariamente, mas com muita frequência servem para isso. E a ANPD nesse projeto assume dois papéis, Senador Magno Malta. Um é um papel residual. Então, é dizer que tudo aquilo que não for de competência de outros órgãos setoriais pelas suas especificidades setoriais vira a competência da ANPD para exercer a regulação de inteligência artificial. E terá um papel coordenador. Então, em nenhuma hipótese no desenho...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O que o senhor está dizendo é como se fosse o Coaf identificar operações que não sejam normais...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Magno...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... de uma pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... V. Exa. terá réplica, regimentalmente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ah é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Obrigado.

O SR. IAGÊ ZENDRON MIOLA – Não, mas eu já posso... Eu entendi a pergunta do Senador e já posso antecipar. Acho que não há, no desenho atual do projeto, Senador, nenhuma competência atribuída à ANPD, e eu entendo que a nenhum outro órgão, de exercer esse papel de monitoramento ou moderação de conteúdos, por assim dizer, no varejo, das redes sociais. Eu não consigo enxergar isso nem na...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas a minha fala era exatamente para ver se eu tinha entendido o que V. Sa. estava... Nesse troço de jogos aí, de *bets*, essa desgraceira aí, em um lugar só, todo mundo apostou que fulano ia tomar um cartão amarelo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

daí todo mundo ganhou, certo? Então, ficou fora... Assim, não é o normal, ficou anormal esse tipo de identificação que V. Exa. está falando.

O SR. IAGÊ ZENDRON MIOLA – Perdão, eu acho que não entendi. Qual identificação, Senador?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Quando o insumo... V. Sa. usou essa palavra, certo?

O SR. IAGÊ ZENDRON MIOLA – O.k.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Então, nas *bets*, por exemplo, tem muita gente que está passando problema aí, porque apostou que ia tomar dois cartões amarelos, aí a cidade toda apostou – certo? – e aí todo mundo ganhou. Então, saiu da curva.

O SR. IAGÊ ZENDRON MIOLA – Entendi.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É isso que V. Exa. está...

O SR. IAGÊ ZENDRON MIOLA – Eu entendo que esse tipo de questão, as preocupações que ela gera, não atrairia uma competência de um órgão como a ANPD, porque não há em jogo, da maneira como eu entendi o que o senhor falou, alguma questão relacionada à proteção de direitos... proteção de dados, não é? Isso levaria para um outro campo do marco regulatório aqui, da discussão sobre regulação aí de apostas no ambiente digital. Então, da maneira como o senhor apresentou, eu entendi dessa forma. Acho que não atrairia competência da ANPD em particular.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Porque, Doutor, quando o senhor falou sobre o aumento do insumo, ou seja, é um algoritmo ali que se repete com a mesma intensidade que a normalidade.

O SR. IAGÊ ZENDRON MIOLA – Eu fico pensando: um exemplo aqui seria a publicidade direcionada, que aparece nos nossos celulares.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sim.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IAGÊ ZENDRON MIOLA – Então, a gente sabe que, quando a gente vai navegando, os algoritmos vão aprendendo sobre o que a gente gosta, conseguem cruzar com informações sobre quem somos, o que gostamos, e a publicidade começa a aparecer nas nossas telas ali, oferecendo-nos exatamente aquilo por que a gente tem preferência. Então, acho que esse é um exemplo em que os dados pessoais servem de insumo aqui para uma inteligência artificial poder direcionar publicidade. Eu estava me referindo a esse tipo de uso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Entendi.

O SR. IAGÊ ZENDRON MIOLA – Então, em suma...

Acho que posso... Perdão, Presidente.

Para concluir, me parece que o arranjo, como está colocado hoje, com essa lógica da regulação, uma regulação baseada em níveis de risco e que está associada a princípios, com um sistema que divide competências e atribuições, me parece que é uma regulação bastante razoável e prudente no desenho que foi levado a Plenário, na tarde de ontem.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao General Guido Amin.

O SR. GUIDO AMIN NAVES (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria, antes de iniciar a resposta ao Senador Contarato, dizer que observei as mensagens dos Srs. Senadores, ouvi com muita atenção, processei e anotei coisas que serão muito úteis no futuro desempenho da função, caso aprovado pelos senhores, mesmo sem ter me manifestado em respostas.

Com relação ao que disse o Senador Contarato, que me pediu para responder, eu tenho absoluta convicção de que a Ministra Maria Elizabeth tem toda a experiência e todos os predicados para exercer a Presidência do Superior Tribunal Militar no biênio 2025-2026, conforme foi eleita esta semana. E, de antemão, já desejo a ela todo sucesso nesse trabalho de conduzir os trabalhos da Corte nesse próximo biênio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não vejo nada mais que eu possa dizer a esse respeito neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Dr. Rodrigo Badaró.

O SR. RODRIGO BADARÓ ALMEIDA DE CASTRO (Para expor.) – Cumprimento novamente os Senadores, aqui, na pessoa do Senador Wellington Fagundes.

Acredito que só tem duas perguntas, não é, Senador Flávio Bolsonaro?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Quer que eu repita?

O SR. RODRIGO BADARÓ ALMEIDA DE CASTRO – Não, não, eu tenho aqui, obrigado.

Primeiramente: seremos subordinados ao STF? Senador, eu sou subordinado à educação que minha família me deu. Eu sou subordinado à liturgia e sou subordinado ao respeito. Mas pela Constituição, cada conselheiro vota com a sua consciência e, como eu coloquei na minha apresentação inicial, respeitando a minha honra, o bom senso e, obviamente, nesse caso, por mais que eu tenha a subordinação de educação, de respeito, de liturgia e até de admiração, eu vou votar da forma como tiver convicção naquele momento. Obviamente analisando o processo da forma mais adequada possível.

Com relação à sua pergunta, ilustre Senador, com relação a punir juízes que tenham cometido algum abuso ou que tenham contrariado à Loman, farei como fiz no Conselho Nacional do Ministério Público: irei, sim, punir, verificando, obviamente, o caso concreto e sempre, sempre respeitando a ampla defesa e o devido processo legal.

Encerro aqui agradecendo a todos, ilustre Presidente Davi Alcolumbre, que acredito não haja mais perguntas e parabenizando esta Casa pela esgrima política aqui vivida.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – Presidente, ainda tenho pergunta...

O SR. RODRIGO BADARÓ ALMEIDA DE CASTRO – Desculpa. Desculpa, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas calma que ainda não é agora. Não terminou.

O SR. GUIDO AMIN NAVES – Mas fica o elogio pela beleza da democracia e pela esgrima política que eu presenciei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Dr. Ulisses Rabaneda.

O SR. ULISSES RABANEDA DOS SANTOS (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Os dois questionamentos do Senador Flávio Bolsonaro respondo com muita tranquilidade, Senador. Não há nenhum tipo de subordinação entre os membros do Conselho Nacional de Justiça de qualquer uma das suas categorias ao presidente daquele mesmo conselho. A única subordinação que tenho, se aprovado como membro do Conselho Nacional de Justiça, é à Constituição Federal e às leis do país.

Todos os membros do Conselho Nacional, entendo que assim devem agir, e o Presidente do Conselho Nacional de Justiça é um membro do colegiado, assim como os advogados que lá compõem aquele conselho, com o mesmo peso de voto e com uma atuação de respeito absolutamente recíproco e mútuo.

V. Exa. tocou num ponto muito importante sobre magistrados que não respeitam prerrogativas dos advogados. É preciso se observar, com análise bastante acurada de cada caso concreto, se há uma violação absolutamente dolosa, reiterada, de determinado magistrado às prerrogativas da advocacia – e me parece que sim –, abre espaço e campo para uma atuação correicional do Conselho Nacional de Justiça.

Situações que observemos que são pontuais, é possível também acionar consensualidade, chamar as partes para o diálogo. Acho muito importante o diálogo. Eu vou para o Conselho para exercer exatamente aquilo que tenho feito na advocacia, exercer um papel de conciliador, daquele que está aberto ao diálogo, à consensualidade. Então, acho também que em vários e vários casos é possível resolver desta forma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero, por fim, agradecer e dizer que ouvi com muita atenção o Senador Magno Malta, o Senador Rogério Carvalho, o Senador Rogerio Marinho, Izalci Lucas e o Senador Contarato, todas as colocações e ponderações que aqui foram feitas. Considerarei absolutamente todas.

Fico, mais uma vez, à disposição para eventuais novos questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Dr. Marcello Terto.

O SR. MARCELLO TERTO E SILVA (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Autorizado por nosso inquisidor, Senador Flávio Bolsonaro, serei objetivo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Inquiridor.

O SR. MARCELLO TERTO E SILVA – Inquiridor, perdão. Inquiridor. Inquiridor, exatamente o termo correto.

Obrigado, Senador.

Mas, autorizado por V. Exa., serei objetivo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Ele hesitou na hora...

O SR. MARCELLO TERTO E SILVA – Não, de maneira alguma. Espero já ter provado isso ao longo dos últimos dois anos.

E para a segunda pergunta: sim, sobretudo quando estiverem em jogo prerrogativas da advocacia e o direito de defesa dos jurisdicionados ao CNJ. Com certeza, não me curvarei a qualquer investida dessa natureza e, em qualquer hipótese, podem ter certeza de que, da mesma forma como ouço a OAB para levar a posição da classe que representa o CNJ, continuarei, francamente, aberto a ouvir V. Exas., com a experiência que têm e com a carga de legitimidade que possuem, representando as respectivas unidades federadas e o povo de cada unidade federada do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação aos questionamentos do Senador Rogério Carvalho, que fala da observância aos precedentes, ao mérito dos acordos de não persecução penal, dos acordos de não persecução civil, eu tenho certeza, até por determinação legal no CPC, de que os tribunais têm que manter as respectivas jurisprudências estáveis, íntegras e coerentes. O regime de precedente vincula-se à magistratura e descumprir precedente tem que gerar alguma consequência, porque senão ele desarranja o sistema de Justiça e prejudica a necessária racionalização dos serviços do Poder Judiciário. Então, para esse tipo de consequência sem fundamentação e motivação, com certeza, têm que ser apuradas as responsabilidades, sem qualquer prejuízo à independência funcional dos magistrados.

E a solução, Senador Alcolumbre, em relação à construção de políticas públicas e à preocupação trazida aqui pelos Senadores Magno Malta, Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Senador Izalci também e o próprio Senador Contarato, com certeza, dependem muito de governança, uma palavra muito utilizada aqui, mas governança com... Isso quem me ensinou foi um General do Exército – em breve, se o Senado permitir, Ministro do Superior Tribunal Militar –, General Amin, que disse o seguinte: essas questões estruturais que envolvem políticas públicas, inclusive as judiciárias, se resolvem com inteligência e cooperação, porque, do contrário, elas não funcionam. Cada qual no seu quadrado – não é? –, também diria o filósofo. Cada qual no seu quadrado, cuidando dos seus espaços de competência para resolver essas questões, inclusive essas mais complexas, como a política antimanicomial.

Eram essas as breves considerações que queria fazer.

E assumo o compromisso: se eu escorregar, Senador, pode puxar a orelha que eu me arranjo, não tenho compromisso com o erro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo Senador inscrito, Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, eu tenho uma denúncia aqui para fazer, aproveitar que estão os futuros integrantes, Ministros do CNJ. Acabou de sair a decisão do Ministro Alexandre de Moraes, que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

própria Advocacia do Senado recorreu, pedindo para que se revogassem todas as decisões ilegais contra a minha pessoa, inclusive com a devolução do passaporte diplomático. E ele responde da seguinte forma, aí eu atento a todos os Senadores: As declarações do Senador investigado – não sei em que –, embora tenham ocorrido no Senado Federal, se valem de conhecida estratégia de republicação por terceiros nas redes sociais, com objetivo de republicação de conteúdo ilícito, investigado por esta Suprema Corte, razão pela qual se verifica, desde já, o desrespeito à medida cautelar imposta. Ou seja, como ele tirou minhas redes sociais do ar, censura que não está na Constituição, ele está dizendo que quando eu vou ao Plenário, na tribuna do Plenário – que é a minha garantia, em que a Constituição me garante ali, palavras, votos e tudo mais –, ele está dizendo que ali, se alguém fizer cópia daquela fala que foi transmitida pela TV Senado e postar na sua rede social pelo Brasil afora, eu estou cometendo um crime, estou descumprindo uma ordem judicial, como se eu estivesse usando rede social de terceiros.

E ele diz: Não há dúvida de que o investigado, de maneira travessa, está se utilizando de redes sociais de terceiros – nem lista se A, B ou C, de terceiros, ou seja, dos brasileiros – para divulgar ataques à democracia brasileira. Eu atacando a democracia brasileira? É a coisa mais absurda!

E ele completa: Indefiro o pedido de restituição do passaporte. Aplico multa diária de 50 mil em face de Marcos do Val por estar utilizando de redes sociais de terceiros... Determino ainda à empresa X – e aí fala no prazo de duas horas – que proceda ao bloqueio dos canais – ele não cita os canais, e aí fica aqui o entendimento do próprio X de quem que é para assessorar? Ou seja, nós, Senadores, não podemos mais falar nem no Plenário, acabou até essa prerrogativa. Se falarmos no Plenário e algum brasileiro fizer a cópia e publicar na sua rede social, nós estamos usando a rede social desse brasileiro para poder então denunciar o Ministro Alexandre de Moraes.

E aqui eu falo o seguinte: a decisão em questão extrapola os limites constitucionais da interpretada declaração feita em Plenário, amplamente protegida pela imunidade parlamentar, e poderia ser utilizada como justificativa para imputar responsabilidades ao Senador pela reprodução dessa ideia de terceiros? Tal entendimento ignora o princípio basilar da separação dos Poderes e coloca em risco o funcionamento da democracia brasileira, na qual o Legislativo deve ser um espaço livre para o confronto de ideias e a manifestação plena dos representantes eleitos pelo povo. Além disso, a determinação de sanções pecuniárias e o bloqueio de redes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociais por suposta replicação de conteúdo por parte de terceiros e um precedente perigoso, a tentativa de limitar o alcance do debate público por meio de restrições arbitrárias, contrariam o Estado democrático de direito, configurando censura indireta e intimidação a um Parlamentar, que, como representante eleito, tem o dever de questionar, fiscalizar e expor sua visão em defesa da sociedade.

É necessário destacar que a Constituição Federal consagra o direito à liberdade de expressão como um dos pilares da nossa democracia. O uso de medidas judiciais para restringir ou penalizar discursos legítimos no âmbito parlamentar fere de morte esse princípio e enfraquece a confiança da população e as suas instituições.

Diante desse cenário, faz-se urgente uma mobilização da sociedade civil, do Parlamento e de todas as instituições comprometidas com a preservação do Estado de direito para denunciar e reverter essa decisão inconstitucional que atenta não apenas contra um Parlamentar, mas contra os direitos garantidos fundamentais de todos os brasileiros. Não podemos permitir que esse arbítrio substitua a lei e que a censura silencie a voz daqueles que foram eleitos para nos representar. A liberdade de expressão e a imunidade parlamentar não são privilégios individuais, mas instrumentos indispensáveis à democracia.

Então, o Ministro Alexandre está calando o Brasil inteiro, porque quem replicar qualquer fala de qualquer Senador – vocês do Brasil – também vai ser penalizado. Ele está me dando uma multa de R$50 mil para cada brasileiro que repostar a minha fala, inclusive esta. E aí? E aí eu pergunto ao Presidente Rodrigo Pacheco: essa prostração vai até fevereiro? E também ao futuro Presidente: isso vai até quando? Isso está fazendo censura a todos os brasileiros.

E ele diz aqui ainda: "mesmo tenha ocorrido dentro do Senado Federal", como se eu estivesse usando de estratégia de... "Lá eu posso falar, e lá o brasileiro vai replicar o que eu falei"; quer dizer, não adianta a minha rede social sair do ar ou não. Tentou de uma forma... E é o único local que me garantia – e que me garante! – porque eu não vou parar de lá falar.

Aí eu peço para que o próximo candidato a Presidente do Senado e do Congresso possa ver isso com gravidade. Isso é grave! Isso é uma perseguição não só a um Senador da República, porque agora está se estendendo ao Brasil inteiro, inclusive aos senhores que estão sentados à mesa, sendo sabatinados. Qualquer um que replicar o que eu estou falando agora vai ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

penalizado pelo Supremo Tribunal Federal. E eu vou pagar uma multa de R$50 mil por cada um, pelo Brasil, que multiplicar ou compartilhar o que eu estou falando. Tem sentido isso, Brasil? Sou eu que estou atacando a democracia, país? Senadores, sou eu que estou atacando a democracia? Ou o que está aqui na decisão judicial nº 12.404? É ele que está atacando a democracia. Respondam-me e multipliquem o que eu estou falando aqui, porque o que ele está fazendo é ilegal.

E foi feito, Senador Esperidião Amin, um abaixo-assinado com 42 Senadores, fizeram uma petição, uma petição para que o Presidente Pacheco pudesse derrubar essas liminares. Porque eu estou sem salário até hoje. Eu estou sem o meu passaporte, fui evitado de ir a Washington, numa reunião de Senadores que lidam com questões de defesa nacional, de que eu participo desde 2019; não tem nada a ver com o Alexandre de Moraes, e ele me impediu diplomaticamente de representar o Brasil nessa reunião, que tem a ver com a defesa nacional.

Então, não há o que mais se dizer. À imprensa, vocês estão compactuando com essas ilegalidades do Ministro Alexandre de Moraes; e até os funcionários públicos, ao receber... inclusive oficiais de Justiça, quem entregou isso daqui: ao entregar, sabendo que há uma ilegalidade, você também está descumprindo a nossa Constituição, porque cumprir uma ordem ilegal, a nossa Constituição diz que é crime.

E eu estou fazendo aqui um comunicado oficial aos órgãos internacionais. Vou fazer à Organização Internacional do Trabalho, à Organização dos Estados Americanos; à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ao Tribunal Penal Internacional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – ... à União Interparlamentar, ao Conselho de Segurança das Nações Unidas e ao Congresso dos Estados Unidos – não para essa gestão do Biden, mas para a gestão que vai assumir dia 20 de janeiro.

Porque isto daqui é uma grave violação à nossa democracia e à nossa Constituição. Eu desafio os 11 Ministros e qualquer jurista do país a dizerem que o Ministro Alexandre de Moraes está correto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive – pena que ele não está aqui –, Contarato, que estava aqui defendendo que o STF tem sim prerrogativa de legislar: isto daqui é prerrogativa do STF? Interferir na nossa Constituição? Eu prometi defender a Constituição, eu jurei na minha posse defender a Constituição! Isto daqui viola, é a mais grave violação. Fora o bloqueio do salário, que é inviolável; fora o bloqueio de um passaporte diplomático; fora todas as outras ilegalidades...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – ... a censura das minhas redes sociais e o impedimento de dar entrevista.

Então, estou denunciando. Eu espero que os Senadores tomem providências e que o Presidente Pacheco saia dessa prostração que nos envergonha. Já são anos dizendo que vai tentar equilibrar os Poderes, e nós estamos sendo estuprados diante do país.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – E peço para que o próximo candidato tenha em pauta que isso tem que ser revogado, que isso tem que ser freado, porque nós estamos acovardados e eu vou ter que recorrer a órgãos internacionais, sendo que nós temos aqui o poder do Senado de frear essa questão! Não há diálogo com Alexandre de Moraes! Não há diálogo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo Senador inscrito o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – *Maktub*: estava escrito que eu tinha que falar depois desse momento. Não fui eu que escolhi; eu tive que cumprir uma missão, ela atrasou e eu não queria deixar de participar desta reunião.

Tive que ouvir, e vou lhe dizer, Marcos do Val: você sempre contou com a solidariedade mínima de ter o direito de defesa. No foro de onde provêm essas agressões, não sei se você tem tido oportunidade de se defender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – Nem sei a...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Não tem a quem recorrer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não tem a quem recorrer.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – Nem tenho acesso aos autos, não sei por quê.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Desde aquela visita que fizeram ao seu gabinete, à sua casa, é que eu estou indignado; em junho do ano passado, se não me engano.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – No meu aniversário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Em que dia?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – No dia do meu aniversário, dia 15 de junho.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Em 15 de junho. Portanto, estamos por completar um ano e meio. Não se apurou nada, não sei se você foi denunciado por alguma coisa.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Portanto, é muito difícil eu voltar ao normal aqui.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – Eu não fui denunciado em nada...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, voltar ao normal como?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O CNJ não tem alçada para tratar desse assunto.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – Mas se republicar o que eu postei...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu não li isso tudo. Eu nasci no dia de São Tomé, eu vou conferir esse despacho, porque eu não acredito nisso. Não, eu vou conferir depois. Eu não acredito nisso, eu nasci no dia de São Tomé, eu gosto de conferir.

Mas, se é verdade que já houve uma multa de R$50 milhões e foi mandado que o Banco do Brasil lançasse no débito da tua conta e a partir daí se cobrassem juros, quer dizer, então, se o Banco do Brasil fez isso, ele cometeu um crime contra o sistema financeiro, porque ele não pode receber essa ordem judicial sem uma deliberação completa.

Então está havendo aí um grande processo de intimidação, mas não é esse o nosso escopo.

Eu quero dizer que é um momento para mim muito difícil. O meu avô está aqui, o avô italiano, Pelegrino Marini, revoltado com o que ele testemunhou da inquisição, como pedreiro... Ele achava que era um artista, na restauração de casas lá em Verona e Veneza, e também em Treviso, que é a origem dos teus, "Allegro di Venezia", não é?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – É, sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele ficou revoltado...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Anguillara Veneta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Anguillara Veneta, em Treviso.

Ele ficou revoltado e se transformou num anticlerical, que é o outro extremo do italiano. Minha avó era papa-hóstia, e ele era anticlerical.

Então, este é um momento de turbulência, e eu fico muito preocupado, porque o nosso sentido aqui é aperfeiçoar para a sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos começar por lá: a proteção dos dados pessoais. Eu ouvi a sua manifestação sobre o SIA. Eu ajudei o Relator a perceber que ele não podia criar o SIA; eu o ajudei ontem. Isso é tarefa privativa do Presidente da República e ônus do Presidente da República. Para mim, a ideia do SIA é a do Grande Irmão, está inspirada pelo George Orwell, no *1984* – faz 40 anos. O SIA, sistema integrado gerido pelo Executivo – não são agências, são representantes –, é um sistema gerido pelo Executivo. Mas pelo menos isso foi acatado pelo Relator, e o Presidente da República vai ter que propor o SIA. Se sob a forma de agência, de sistema integrado, se vai ser um grande algoritmo, não sei; mas vai ter a responsabilidade de propor, e nós, Presidente, vamos ter a responsabilidade de votar. Ficou bem assim. E, sobre este SIA, eu acho que é o art. 14 do projeto de lei que lista o que é alto risco, e eu apresentei sugestões do que não é alto risco, ou seja...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Rede social, por exemplo, é alto risco?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, eu listei o que não é alto risco, porque, do jeito que vai indo a coisa, eu posso... Alto risco é uma expressão subjetiva. Então, já que esta é a expressão que estava na lei, vamos dizer o que não é alto risco. Isso vale até para as perguntas que foram feitas pelo Magno Malta, que foram muito instigantes, porque falou quase que de controle de resultado de aposta, não é? Se todo mundo quiser cartão... Se todos tiverem cartão amarelo é porque houve um conluio. A pergunta foi inteligente, mas isso...

Quanto a... Vou parar por aqui. Não tenho nenhuma pergunta para lhe fazer, a não ser essa ressalva. O SIA, como está escrito, estava escrito até ontem, é o Grande Irmão – e eu falei isso no Plenário e tenho que falar aqui – que nasceu desdentado, analfabeto e nu, como todos nós.

Ao General Guido Amin Naves, que teve que explicar que não era meu parente para conseguir o seu voto... (*Risos.*)

Seu voto e o do Otto Alencar estavam condicionados: se for parente, eu não voto. Não é parente, mas sou admirador, me ajudou muito e ao Senado com as primeiras informações sobre ataques cibernéticos, sobre a necessidade de o Brasil saber que nós estamos numa encrenca: 107 bilhões de ataques cibernéticos em 2022, 75 bilhões de ataques cibernéticos em 2023, com a diferença de que a qualidade deles ficou mais refinada. Então é um assunto sério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os danos produzidos por ataques cibernéticos hoje, fora a China, de que nós não temos dados... O único que conseguia mandar imagens da China para o Brasil era o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Não fala isso, não. Senão, vou virar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, tem que saber! (*Risos.*)

Em 2019, na véspera da eclosão da covid, ele conseguia mandar imagens de lá do hotel...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Não conhecia o VPN, não conhecia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... de um hotel que pertence ao Partido Comunista chinês, onde ele ficou, onde ele frequentou e onde ele tomava todos os cafés da manhã e almoços na sala islâmica – *islamic room*. Mas não queria que contasse para ninguém, e eu contei.

Mas o que eu queria dizer é que, se nós formos computar os danos causados pelos ataques cibernéticos, Senador Davi, isso equivale à terceira economia do mundo. Só perde para os Estados Unidos e para a China em volume de danos. Aquele apagão em agosto, fruto de um equívoco da que deveria defender o sistema, da CrowdStrike, a empresa... O aplicativo que deveria defender vazou. E ficou-se um dia sem operação de voo nos Estados Unidos. Para consertar isso, você imagina... É só pensar na legislação trabalhista dos pilotos e comissários, e ver quanto tempo leva para você recuperar um dia perdido.

Então, os prejuízos remontam a um terço... ao terceiro PIB do mundo. E eu devo ao General a minha primeira ida lá, em 2019, no primeiro exercício de ataque cibernético, na companhia do nosso saudoso amigo Arolde de Oliveira.

Então tomara que V. Exa. possa, no Superior Tribunal Militar, prestar os mesmos serviços que tem prestado ao Brasil. Eu, que conheço um pouco da sua carreira, tenho convicção nisso.

E aos senhores que vão ao Conselho Nacional de Justiça ou nele permanecerão, eu acho que, nesse ambiente turbulento, que foi descrito aqui, pelo Senador Marcos do Val, os senhores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm que contribuir pelo exemplo, com a autocontenção. Os senhores fazem, sob certo aspecto, os que são juízes, ou os que são advogados, ou que são procuradores... ajudam a promover a autocontenção pelo exemplo. Punição quando isso é necessário, correção de rumo quando isso demanda uma inovação legislativa.

Então, eu lhes desejo equilíbrio, que é o que tem faltado em cortes até mais elevadas em responsabilidade, em constituição do último recurso dos cidadãos – o que nós estamos observando. Faço votos, sinceramente, de que os senhores sejam sempre regidos pelo equilíbrio.

Nós temos lá, na Praia Brava, em Florianópolis, a Pedra do Equilíbrio, não é? São dois megálitos: um tem a parte de cima quase plana, e, sobre ele, uma outra enorme, de mais de 8m de altura, que está praticamente na beirada do que seria a mesa. Ninguém sabe quem é que botou aquela coisa toda lá. Quem passa pela trilha posa fazendo de conta que está suportando a pedra. "Se sair, cai", não cai, porque está aí. Chama-se Pedra do Equilíbrio. O equilíbrio é uma necessidade para todos nós, de parte de um organismo colegiado que tem as responsabilidades de ser o Conselho Nacional de Justiça.

Eu ainda capturei uma pergunta sobre a participação de mais representantes externos. Eu acho que vocês deveriam nos ajudar a tomar uma decisão sensata a respeito disso, não é? Quanto mais arejarmos o ambiente, melhor. Quanto mais o confinarmos, por corporativismo ou por comunhão – comunhão de interesses –, menos ele servirá. Não é verdade?

Nós aqui somos arejados de quatro em quatro anos. E está chegando o fruto do arejamento aí. (*Risos.*)

Um cartola por excelência – não é? – e um grande companheiro.

Então é o que eu faço. Não vou lhes fazer perguntas, mas subscrevo uma parte das perguntas do Senador Sergio Moro, porque, ainda ontem, conversei com ele sobre isso, e faço votos de que os senhores consigam, acima de qualquer paixão, fazer predominar o equilíbrio.

Ao meu candidato, Rodrigo Badaró – portanto, acabo de dizer em quem eu votei... Eu conheci o seu sobrinho, Murilo Badaró. Eu não vou dizer que era teu avô, senão que idade tenho eu? Se eu disser que fui amigo do teu avô, eu vou me envelhecer muito. Mas eu queria que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor pesquisasse quem é que devolveu para Minas Gerais o livro do Tiradentes, que está lá exposto em Ouro Preto.

A carta foi escrita pelo José Aparecido, foi assinada pelo Tancredo Neves e foi recebida pelo Governador de Santa Catarina da época. E está lá o exemplar, o exemplar escrito em francês, editado na Suíça: *Recueil des Loix Constitutives des Colonies Anglaises, Confédérées sous la Dénomination d'Etats-Unis de l'Amérique Septentrionale*; ou seja, o Tiradentes tinha como objeto pessoal um exemplar das constituições das colônias americanas, em francês.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tinha, portanto, um ideal republicano de que a devassa fez desaparecer qualquer vestígio, não é? Ninguém ficou sabendo o que ele pensava. Está lá em Ouro Preto.

Um abraço.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Trinta segundos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Queria decorar só essa parte final aí, em francês. (*Risos.*)

Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, muito rapidamente aqui, uma réplica rápida sobre o que nós estamos falando aqui do direito penal do inimigo e como o que o Alexandre de Moraes tem feito está inspirando outros juízes.

Acabou de sair uma decisão do TRE de Goiás cassando a chapa do Sandro Mabel, Prefeito eleito de Goiânia, e declarando por oito anos inelegível o Ronaldo Caiado, porque fez evento dentro do Palácio das Esmeraldas. Olha a desproporcionalidade de um negócio.

Eu acho que cada magistrado, sem brincadeira, Presidente Davi, tinha que ser candidato uma vez na vida para entender como é difícil ganhar um voto, para saber o que é ir para a rua, dar cara a tapa, passar por esse vestibular, que é mais difícil do que qualquer concurso público,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antes de tomar uma decisão absurda dessas de cassar o mandato de um Prefeito eleito por nada, ou de deixar alguém inelegível por oito anos por nada. Nós estamos falando do caso concreto aqui.

Qual a diferença que faz fazer um evento dentro do palácio e fora do palácio? Se houve ali o gasto público, recomponha-se o Erário público. Agora, cassar alguém ou tornar inelegível por oito... a pena de morte na política por causa disso? Só para fazer esse registro de como Alexandre de Moraes está inspirando os magistrados por todo o Brasil, infelizmente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Como respeita o mandato popular!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós não temos mais Senadores inscritos para a arguição dos ora sabatinados.

Eu consulto se algum integrante da mesa deseja fazer alguma manifestação final antes de nós abrirmos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Abra espaço para o direito de resposta também. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não? Então queria cumprimentar os Senadores que até este horário nos acompanharam aqui, na primeira parte da reunião da Comissão, agradecendo a todos que participaram ativamente desta sabatina de autoridades.

E como nós fizemos um entendimento no início da reunião, nós já tínhamos iniciado o processo de votação. Portanto, eu declaro encerrado o processo de votação, na primeira etapa da reunião da Comissão de Constituição e Justiça, da sabatina das autoridades.

Solicito à Secretária da Mesa que divulgue o resultado no painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – General Guido Amin Naves, indicado para o STM: 26 votos SIM; um voto NÃO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nenhuma abstenção, 27 votos.

Dr. Marcello Terto e Silva: 25 votos SIM; dois, NÃO.

Nenhuma abstenção, 27 votantes.

Dr. Ulisses Rabaneda dos Santos, para o CNJ: 26 votos SIM; um voto NÃO.

Nenhuma abstenção, 27 votantes.

Dr. Rodrigo Badaró Almeida de Castro, para o CNJ: 27 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção, 27 votantes.

Dr. Iagê Zendron Miola, para a ANPD: 26 votos SIM; um voto NÃO.

Nenhuma abstenção, 27 votos totais.

Todos os sabatinados foram aprovados na Comissão de Constituição e Justiça. (*Palmas.*)

Há uma solicitação de vários Senadores que eu vou encaminhar.

Coloco em votação o requerimento de urgência ao Plenário, que foi proposto por vários Senadores, para que essas matérias sejam deliberadas ainda hoje no Plenário do Senado Federal.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

(*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

A matéria vai à Mesa do Plenário do Senado Federal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou suspender por dez minutos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Dez minutos não...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pode ser cinco? (*Pausa.*)

Trinta minutos! Bem...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Olha, é a primeira vez que o lado de cá do Rio Jordão consegue arrancar alguma coisa do lado de lá. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Bem, primeiro eu queria parabenizar todos aqui. Uma votação expressiva para todas as autoridades que foram indicadas, tanto pela OAB, como pela Presidência da República, como pelo Senado da República.

Queria desejar muito sucesso e muito êxito. Vamos ainda ao Plenário do Senado Federal, mas é nítido o apoio que o Senado dá à indicação de V. Exas. para ocuparem cargos estratégicos e relevantes no Estado brasileiro. E eu tenho certeza absoluta de que V. Sas. serão aprovados no Plenário do Senado Federal. Eu desejo muito sucesso, muito equilíbrio, muita maturidade para que a gente possa ajudar a construir a democracia a partir das instituições fortes. Com instituições fortes, o Estado brasileiro está forte. Enquanto Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, desejo muito sucesso nessa nova jornada.

Fica suspensa por 30 minutos a Comissão para a gente voltar para votar o PLP nº 68.

(*Suspensa às 13 horas e 48 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está reaberta a presente reunião.

Vamos iniciar a segunda parte da reunião.

Item 1.

2ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 68, DE 2024

- Não terminativo -

Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, e, no mérito, favorável ao Projeto, com a aprovação total ou parcial das Emendas: 2, 4, 8, 10, 11, 16, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 33, 34, 38, 40, 41, 50, 52, 54, 57, 60, 61, 64, 65, 67, 68, 70, 71, 72, 74, 77, 79, 81, 83, 84, 86, 87, 90, 92, 94, 95, 96, 100, 105, 106, 110, 113, 119, 121, 123, 124, 125, 126, 129, 131, 138, 141, 143, 146, 151, 152, 164, 167, 170, 175, 183, 186, 187, 191, 193, 194, 198, 201, 212, 216, 218, 219, 223, 228, 230, 241, 244, 251, 257, 259, 260, 267, 272, 276, 281, 297, 317, 321, 322, 326, 330, 331, 335, 336, 338, 339, 340, 350, 353, 354, 355, 361, 366, 367, 371, 372, 377, 381, 382, 386, 387, 393, 400, 401, 402, 409, 410, 414, 420, 424, 425, 426, 428, 429, 431, 432, 433, 438, 439, 440, 445, 449, 454, 455, 459, 460, 462, 463, 464, 466, 467, 477, 478, 480, 484, 485, 487, 488, 489, 491, 494, 499, 505, 515, 520, 525, 526, 527, 531, 533, 540, 555, 556, 565, 566, 568, 569, 571, 575, 578, 579, 582, 587, 592, 594, 597, 598, 599, 600, 602, 605, 608, 609, 610, 615, 616, 617, 618, 621, 623, 628, 630, 631, 632, 633, 653, 657, 659, 660, 664, 668, 673, 678, 686, 689, 690, 694, 701, 702, 710, 715, 717, 719, 721, 722, 723, 724, 726, 728, 730, 731, 744, 745, 746, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 756, 757, 760, 762, 763, 769, 775, 776, 777, 785, 786, 789, 790, 791, 793, 794, 797, 801, 802, 804, 806, 811, 819, 820, 822, 823, 824, 829, 840, 844, 846, 848, 855, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 871, 872, 884, 886, 888, 889, 892, 893, 894, 900, 913, 935, 939, 942, 944, 948, 956, 958, 964, 966, 969, 972, 973, 975, 976, 980, 983, 986, 987, 989, 991, 992, 994, 995, 997, 998, 1005, 1011, 1021, 1032, 1038, 1039, 1043, 1044, 1045, 1046, 1049, 1053, 1054, 1056, 1057, 1059, 1063, 1065, 1066, 1067, 1072, 109, 1082, 1084, 1086, 1087, 1090, 1092, 1093, 1096, 1099, 1100, 1101, 1103, 1105, 1113, 1119, 1120, 1121, 1123, 1126, 1127, 1128, 1137, 1146, 1148, 1151, 1166, 1168, 1169, 1171, 1172, 1174, 1175, 1176, 1178, 1182, 1184, 1185, 1187, 1195, 1197, 1199, 1202, 1205, 1207, 1208, 1210, 1211, 1212, 1214, 1221, 1222, 1226, 1227, 1230, 1231, 1235,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1238, 1242, 1247, 1254, 1255, 1256, 1260, 1261, 1262, 1269, 1274, 1279, 1280, 1281, 1301, 1303, 1309, 1311, 1315, 1323, 1328, 1331, 1334, 1342, 1344, 1345, 1346, 1351, 1352, 1353, 1361, 1369, 1372, 1373, 1374, 1376, 1382, 1388, 1390, 1391, 1394, 1395, 1403, 1408, 1410, 1414, 1415, 1416, 1422, 1423, 1426, 1428, 1434, 1435, 1436, 1438, 1440, 1445, 1453, 1454, 1456, 1470, 1471, 1472, 1476, 1480, 1481, 1482, 1485, 1489, 1493, 1494, 1496, 1497, 1502, 1503, 1504, 1507, 1510, 1512, 1515, 1516, 1519, 1520, 1521, 1534, 1535, 1539, 1542, 1543, 1546, 1549, 1551, 1555, 1556, 1557, 1558, 1559, 1561, 1563, 1566, 1567, 1568, 1570, 1573, 1574, 1578, 1579, 1581, 1583, 1585, 1587, 1592, 1595, 1599, 1601, 1603, 1608, 1611, 1614, 1616, 1633, 1635, 1637, 1638, 1640, 1643, 1644, 1648, 1649, 1652, 1666, 1667, 1669, 1671, 1678, 1684, 1685, 1687, 1688, 1690, 1691, 1693, 1694, 1695, 1697, 1703, 1706, 1710, 1713, 1714, 1717, 1718, 1726, 1731, 1732, 1734, 1736, 1738, 1741, 1742, 1745, 1747, 1755, 1756, 1757, 1758, 1764, 1765, 1766, 1769, 1770, 1773, 1777, 1778, 1779, 1780, 1785, 1788, 1789, 1790, 1797, 1799, 1802, 1803, 1807, 1812, 1813, 1815, 1816, 1817, 1819, 1820, 1822, 1823, 1824, 1825, 1827, 1828, 1831, 1832, 1839, 1840, 1841, 1843, 1844, 1851, 1855, 1856, 1857, 1864, 1867, 1868, 1869, 1870, 1871, 1872, 1874, 1877, 1878, 1880, 1885, 1886, 1887, 1892, 1893, 1894, 1895, 1899, 1902, 1915, 1917, 1922, 1926, 1935, 1943, 1949, 1952, 1955, 1957, 1960, 1962, 1963, 1964, 1971, 1973, 1976, 1983, 1985, 1986, 1990, 1994, 1995, 1996, 1998; na forma do substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as demais emendas a ele apresentadas.

Observações:

- Foram apresentadas 1998 emendas ao Projeto;

- Foram realizadas 13 audiências públicas para instrução da matéria.

A autoria é da Presidência da República.

Algumas observações:

- Foram apresentadas 2.160 emendas até o momento;

- Estão pendentes de relatório as emendas nºs 1.999 a 2.160;

- Foram realizadas 13 audiências públicas para instrução da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga, para proferir e se manifestar sobre as emendas pendentes de relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, pelo número de emendas – e eu pude perceber pela reação do entusiasmo de alguns Senadores ao ver o número de emendas –, eu quero dizer que, de novo, novamente, a partir do encerramento da leitura do relatório do dia de ontem até meia hora atrás, nós estávamos debruçados na conversa com Senadores, na conversa com o Governo, na conversa com Lideranças da Câmara, na conversa com o Presidente da Câmara, com o Presidente do Senado, para podermos chegar à apresentação deste complemento de voto, que pretende analisar as emendas até então apresentadas.

Relatório.

Na 52ª Reunião Extraordinária desta Comissão, realizada no último dia 10 de dezembro, oferecemos nosso relatório ao Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68, de 2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), e dá outras providências.

Na forma do relatório proposto, foi apresentado substitutivo ao PLP nº 68, de 2024. Na sequência, foi concedida vista coletiva, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf).

Desde então, foram acrescidas 145 emendas à proposição, as quais analisamos a seguir.

Análise.

Logo de início, destacamos – desculpem, é que o celular estava no modo de barulho –, em relação ao Comitê Gestor do IBS (Cgibs), cuja criação propomos no substitutivo, a necessidade de ajustes, conforme Emenda nº 2.097, para que:

(i) as suas competências não sejam exclusivamente normativas até e tão somente 31 de dezembro de 2025, quando imaginamos que a Lei Complementar 108 já esteja aprovada e esse comitê já estará substituído pelo definitivo;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – (ii) as licitações e as contratações realizadas pelo Comitê Gestor do IBS sejam regidas pelas normas gerais de licitação e contratação aplicáveis às administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, porque, senão, o Comitê Gestor não poderia contratar os serviços dos *softwares* que são necessários para a implementação da reforma tributária; e

(iii) o princípio da publicidade seja observado, mediante veiculação dos atos normativos editados pela entidade. Que seja efetuada preferencialmente por meio eletrônico, com disponibilização na Internet. O objetivo é permitir que o comitê possa exercer suas atribuições essenciais, ainda que limitadas no tempo (até o final de 2025).

No art. 82, acatando as Emendas nºs 2.022, 2.024, 2.095, 2.113 e 2.121, acrescentamos a previsão de suspensão temporária do IBS e CBS no fornecimento de produtos agropecuários *in natura* destinados à industrialização para exportação, para evitar acúmulo de créditos tributários, preservando a competitividade do setor exportador brasileiro, do agronegócio. Em relação às operações de arrendamento mercantil, concordamos com os argumentos trazidos por meio da Emenda 2.077, do Senador Jayme Campos. A tributação deve ocorrer somente no pagamento da contraprestação do arrendamento mercantil, ou seja, no regime de caixa, por dois motivos: (i) do ponto de vista econômico, o desembolso duplo diminui a capacidade de investimento das empresas; e (ii) do ponto de vista jurídico, como não se trata de importação definitiva (despacho para consumo), mas, sim, da entrada temporária de um bem submetido ao contrato de arrendamento mercantil, é este serviço de locação que deve ser tributado. Por isso, alteramos o art. 89 do substitutivo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Foram efetivados ajustes no art. 28 do substitutivo, conforme Emenda 2.102, do Senador Rogério Carvalho, de modo a prever o recolhimento do IBS e da CBS incidentes sobre os serviços de transmissão de energia elétrica exclusivamente pela transmissora de energia elétrica, na prestação de serviço de transmissão de energia elétrica a consumidor conectado diretamente à rede básica de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transmissão. Com isso, insere-se o serviço de transmissão de energia elétrica na sistemática de recolhimento de IBS e de CBS somente nas operações para efetivo consumo de energia elétrica ou para contribuinte não sujeito ao regime regular do IBS e da CBS.

Em relação às alíquotas dos combustíveis, ajustamos o art. 174, na parte que trata da metodologia de cálculo da carga tributária. Ela será aprovada por ato conjunto da autoridade máxima do Ministério da Fazenda e do Comitê Gestor do IBS, e os cálculos para a fixação das alíquotas serão realizados, para a CBS, pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e, para o IBS, pelo Comitê Gestor do IBS, com dados fornecidos por cada um dos estados. Fizemos ajustes na parte relativa à tributação dos serviços financeiros para corrigir remissões a outros dispositivos do PLP e ajustar a metodologia de cálculo da alíquota que incidirá sobre essa atividade, de forma a evitar interpretações equivocadas que reduziriam de forma indevida a referida alíquota, atendendo, assim, a Emenda nº 2.101, do Senador Rogério Carvalho.

No que se refere à substituição tributária, verificamos a necessidade de estabelecer a sua previsão também no PLP – a previsão estava na Emenda 132 e não estava no PLP; nós restabelecemos o mandamento da emenda constitucional que foi promulgada, restabelecendo, portanto, a substituição tributária –, apesar de restrita tão somente a bebidas alcoólicas, águas minerais e refrigerantes, cigarros e outros derivados do fumo.

Nesse sentido, acatamos a Emenda nº 2.032, do Senador Alessandro Vieira, que dispõe que caberá a ato conjunto do Comitê Gestor do IBS e da Receita Federal do Brasil o estabelecimento do regime.

Também entendemos meritórias as mudanças nas regras que tratam do Fundo de Compensação... Atenção: também entendemos meritórias as mudanças nas regras que tratam do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais e Financeiros-Fiscais do ICMS pleiteadas na Emenda nº 2.079, do Senador Jayme Campos. Além de aprimorar os procedimentos operacionais do fundo, corrige grave injustiça que seria manter fora de seu alcance os benefícios condicionados às contrapartidas a fundo estadual ou distrital que empreguem recursos exclusivamente em obras de infraestrutura pública ou em projetos que fomentem a atividade econômica do setor privado.

A Emenda nº 2.083, do Senador Carlos Portinho, também foi acolhida para ajustar a tributação das Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs). Desse modo, a alíquota para os tributos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

unificados, incluídos CBS e IBS, passa a ser de 5%. Adicionalmente, ficarão excluídas da tributação, nos cinco anos primeiros anos-calendário da constituição da SAF, as receitas oriundas da cessão de direitos desportivos de atletas e da transferência do atleta para outra entidade desportiva ou seu retorno à atividade em outra entidade desportiva.

Ademais, avaliamos pertinente o argumento apresentado pela nobre Senadora Augusta Brito na Emenda nº 2.017 e optamos por acolher sua emenda, nos termos da redação proposta, a fim de fortalecer o pacto federativo ao permitir que o Ministério da Fazenda e o Comitê Gestor do IBS, por ato conjunto, fixem a metodologia para apuração das alíquotas de IBS e CBS aplicáveis aos combustíveis e as calculem, sem intervenção de outro órgão.

No que tange ao Anexo I, que trata da lista de produtos da Cesta Básica Nacional de Alimentos (CBNA), sensibilizamo-nos com a justificação das Emendas nº 1.878, de autoria do Senador Esperidião Amin, e 2.098, do Senador Jaques Wagner, acerca de necessidade de realização de ajustes técnicos na descrição do pão, comumente denominado pão francês, a fim de afastar qualquer dúvida que possa pairar sobre a inclusão desse alimento na CBNA.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Isso acontece muitas vezes com aqueles pães caseiros que não se utilizam de pré-fórmula e que, via de regra, são vendidos em pequenas padarias ou até mesmo pequenas mercearias de bairro e que não estavam com o seu NCM acumulado.

O Esperidião Amin não estava – eu quero dizer que acabei de anunciar o acatamento da Emenda nº 1.878, do Senador Esperidião Amin.

De sorte a não correr o risco de deixar nas mãos da administração tributária a fixação da lista de medicamentos que serão desonerados completamente de IBS e da CBS para a iniciativa privada, porque, como todos sabem, as compras governamentais, seja do Ministério da Saúde, seja das secretarias estaduais de saúde, das secretarias municipais de saúde, dos hospitais públicos e dos filantrópicos com atendimento de 60% do SUS terão alíquota zero.

Esta lista a que eu estou me referindo não atinge, portanto, as compras públicas ou de entidades filantrópicas com 60% de atendimento ao SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Propomos alterar o texto do substitutivo para prever que caberá à futura lei complementar estabelecer em rol taxativo – em rol taxativo – os medicamentos relacionados às linhas de conduta.

Quero dizer que a questão da diabetes, por um erro na digitação, ficou... No meu trabalho estava a linha de conduta de diabetes, no que foi publicado, ela acabou tendo um erro material, que a linha de conduta de diabetes não estava, e o Senador Izalci me chamou a atenção, e já está devidamente corrigido.

Não é isso, Dr. Danilo? Diabetes devidamente corrigida no substitutivo. Emenda de V. Exa., mas que foi, inclusive, relatada como acatada, e não estava no substitutivo.

Desse modo, o Congresso Nacional terá de se debruçar sobre o tema, ainda que estritamente técnico, para veicular os medicamentos com redução a zero das alíquotas mencionadas dos tributos. Alteramos, para tanto, o §2º do art. 146 do substitutivo. No *caput* do mesmo artigo, acrescentamos os medicamentos relacionados à linha de cuidado do diabetes mellitus entre os beneficiados com alíquota zero do IBS e da CBS.

Ademais, louvamos a iniciativa do nobre Senador Omar Aziz, apresentada na Emenda nº 2.136, que visa viabilizar a indústria de refino localizada na Amazônia Ocidental – uma única refinaria está localizada na Amazônia Ocidental. Trata-se de medida fundamental para a economia da Amazônia, garantindo emprego e renda para a população.

Essas foram as modificações que efetivamos no substitutivo, com fundamento nos ajustes propostos pelos ilustres pares.

Há uma emenda do Senador Davi Alcolumbre que deveria estar aqui relacionada e que, por um lapso meu, acabou não entrando.

Eu pediria ao Senador Davi Alcolumbre para ler a emenda para que eu possa verbalmente acrescentar ao adendo, porque foi um equívoco de nossa parte. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Queria, agradecer ao Senador Eduardo Braga. É a Emenda 1.622, que trata da exclusão dos fundos patrimoniais filantrópicos, que são um conjunto de ativos provenientes de doações feitas por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas físicas e jurídicas ou associações ou fundações privadas, que atendem também saúde, educação, cultura. Eu apresentei para V. Exa., que acolheu, e não está no relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Portanto, eu quero aqui acrescentar verbalmente ao adendo...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É a 1.622.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... a Emenda 01.622, com parecer favorável, pelas razões já expostas.

Temos convicção de que o tema foi amplamente debatido...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Temos convicção de que o tema foi amplamente debatido no Senado, como indica a expressiva quantidade de emendas apresentadas ao texto, todas devidamente analisadas e enfrentadas em seus respectivos méritos, com vistas a aperfeiçoar o texto da propositura.

Essas são as emendas acatadas. As demais emendas estão rejeitadas por não termos conseguido encontrar apoiamento para as mesmas do ponto de vista técnico e do ponto de vista legislativo.

Voto.

Nessa linha, de sorte a complementar o relatório com as modificações acima, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, adequação orçamentária e financeira e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, e, no mérito, pela sua aprovação, com acolhimento total ou parcial de 17 emendas das 145 apresentadas. Emendas analisadas desde a entrega do nosso relatório.

Esse é o complemento de voto, Sr. Presidente. Esse é o voto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu estou com uma lista, vou colocar em discussão a matéria. Estou com uma lista de oradores.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já tenho, estou fazendo aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Sergio Moro, do seu Partido, Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Rapaz, mas que coisa boa, hein? Que coisa boa!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Olha, não precisa quem é do teu partido, porque é voto cabresto. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, não está, está tudo certo aqui.

Só levantar a mão novamente que eu fiz...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Cid, Tereza Cristina...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já fiz.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Rogério Carvalho...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já fiz, já fiz, já fiz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Rogerio Marinho...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já fiz. Quinze Senadores inscritos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Tem o Jader, também levantou a mão? Não, Jader?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Renan Calheiros também... Renan Calheiros também quer... Não vai falar, não. Então, risca o Renan. Não? Não? Jader também não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou conceder a palavra ao Líder Otto Alencar, que solicitou questão de ordem.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Não, Sr. Presidente, tem um destaque na emenda do Senador Vanderlan Cardoso, o destaque é o 378. Encaminho pela Liderança do PSD, assinado pelo Líder Senador Omar Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou anunciar todos os destaques. Eu falei com o Dr. Ednaldo, são muitos destaques que foram apresentados. Eu vou colocar em discussão, nós vamos iniciar a discussão e daqui a pouco eu anuncio os destaques.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Anuncia a lista.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É porque o Doutor ainda está relacionando.

Concedo a palavra ao Líder Senador Humberto Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, eu queria fazer referência aqui a duas emendas que apresentei e que não foram incorporadas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Queria pedir atenção ao Plenário: regimentalmente, cada orador terá dez minutos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Duas emendas que apresentei que não foram incorporadas, talvez uma delas venha como destaque da nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores. Mas, paralelamente a isso, eu faria uma demanda ao Relator para que reanalisasse, por entendermos que se trata de coisas relevantes.

Uma delas é a emenda que eu apresentei que propõe a inclusão de um inciso V ao art. 4º do PLP, que diz o seguinte: "O disposto no inciso IV do §3º não se aplica às operações não onerosas [...]".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Humberto, permita-me aqui e me perdoe, mas é porque senão isso aqui não vai... nós não vamos conseguir organizar a deliberação.

Nós estamos abrindo para discutir a matéria. Se todos os Senadores concordarem em cada um discutir para defender um destaque, eu prefiro que a gente submeta logo à deliberação todos os destaques e vá para voto de todos os destaques, porque senão vão falar dez minutos e daqui a pouco vão defender o destaque de novo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP. *Fora do microfone.*) – É isso. Daí a gente passa logo para os destaques.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não entendi.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, tudo bem. Quem for discutir a matéria vai ter o tempo para discutir a matéria, mas quem for fazer, como o Líder Humberto Costa, para defender o destaque, que já deve estar por aqui...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Faz depois, o.k. Faz no momento do destaque, está certo. Primeiro, ele faz só a discussão; depois, faz os destaques.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Porque os destaques eram por bancada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto aqui, por gentileza.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Cortar para cinco a discussão e ponderar aí.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto, vou ouvir aqui para a gente pegar uma posição...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP) – Presidente, se V. Exa. me permite só uma questão de ordem, até nos termos do que foi apresentado aí pelo...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Para questão de ordem, V. Exa. tem que dizer qual é o artigo do Regimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP) – Art. 243 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Começou a perseguição. (*Risos.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP. Para questão de ordem.) – Então, olha só, nos termos do art. 243 do Regimento Interno e do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encaminhamento aqui apresentado pelo Senador Alessandro, estabeleçamos cinco minutos para discussão, se houver consenso, ao Plenário...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, Presidente, nós vamos discutir a reforma tributária. Não é...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – A gente está discutindo a reforma tributária, meu Senador Randolfe Rodrigues. Por gentileza, vamos debater.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP) – Querido Líder Rogerio...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP) – Se V. Exa. puder ouvir o conjunto da proposta...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu pediria até uma extensão do nosso tempo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP) – A proposta era a seguinte: no debate nós já estamos adentrando sobre os destaques. À luz do Regimento, cada fala de Senador só pode ser, nesta Comissão, uma vez. A questão de ordem que faria era abrimos a discussão em cinco minutos para cada colega Senador que assim quiser, e, em seguida, abre para o destaque, para defesa favorável e contra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu concordo.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Presidente, Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pode ser que a discussão...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... resulte em alguma solução.

Pode ser que, na discussão, se encontre alguma solução, e aí não haverá necessidade daquele...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Do destaque.

Mas aí pode ser...

Tudo bem. Então, deixe-me tentar fazer uma posição aqui.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente, o senhor só me perdoe uma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não.

Só peço atenção aqui.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu queria atenção. Nós estamos discutindo o encaminhamento da deliberação aqui.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Eu quero pedir que cada Senador que me apresente uma questão de uma emenda... São tantas as emendas, e eu não as tenho de cabeça. Eu preciso ter a emenda na mão, e alguns Senadores não sabem o número da emenda que eles estão me pedindo. Eu não tenho como verificar. Aí é uma questão material. Eu não tenho como verificar. Se o Senador quer discutir uma determinada emenda, ele tem que defender o mérito, mas ele tem que me encaminhar a emenda, para que eu possa ouvir a Consultoria, possa ouvir os representantes do Ministério da Fazenda, para a gente tentar encontrar algum entendimento, senão não vai ter entendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É, mas só tem um problema...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Pela ordem.) – É só para uma sugestão aqui de encaminhamento desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É disso que nós estamos atrás.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Pois é. Exatamente o que eu quero propor objetivamente.

Nós temos aqui, a meu juízo, três tipos de demandas por parte dos Senadores.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Uma delas é formal, objetiva, prevista no Regimento, que é o destaque. O Regimento deve dizer como se dará, e, a meu juízo, essa deve ser a última etapa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É a última etapa.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Muito bem. Eu queria...

O normal, como já lembrou aqui bem o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Atenção aqui, os Senadores, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Como já lembrou bem o Senador Rogerio Marinho, nós estamos discutindo um tema da maior relevância, e esta reunião deve estabelecer um tempo adequado para que a gente discuta.

Eu introduziria aí uma proposta para V. Exa. e para o Relator, porque certamente muitos dos que estão aqui estão inquietos de ainda fazer um derradeiro apelo ao Relator da matéria. E aí, a esses, nessa situação, dê três minutos; três minutos para que possam rapidamente... sem que isso seja um destaque – os destaques só quem pode apresentar são os Líderes –, dê três minutos para que o Relator veja, sensibilize-se ou não, e vamos adiante.

Então, Presidente, eu acho que isso ajudaria a aquietar aqui boa parte dos que estão ansiosos nesta reunião, inclusive eu.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Cinco minutos, Presidente. Presidente, proponha cinco minutos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Uma última sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não, Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Com a habilidade que V. Exa. peculiarmente tem, cinco minutos, com a tolerância da Presidência, deve atender 90% do grupo. E a aqueles que exigem um espaço maior, V. Exa. vai modulando e vai chegando, não é? A gente sabe que cada um tem um perfil. Eu vou gastar um minuto ou dois, outros vão gastar mais.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixem-me tentar fazer um ajuste no procedimento.

Regimentalmente, eu vou ser obrigado a conceder os dez minutos; não dá para me sair disso. Os destaques de bancada, o Dr. Ednaldo acabou de registrar, são obrigatoriamente acolhidos pela Presidência e pela Secretaria. Ocorre que há a possibilidade de um Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

individualmente apresentar um destaque. Só que eu vou ter que deliberar o destaque desse Senador que apresentar e esta reunião vai ficar interminável.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Pode ter destaque individual ou destaque...?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O requerimento do individual precisa ser submetido a voto. Então a gente pode atender os de bancada, todos os que foram apresentados, que regimentalmente são admitidos automaticamente; e fazer os cinco minutos para quem quiser fazer a argumentação – se for ponderação ou não para o Relator, mas fazer a sua manifestação –, porém como discussão da matéria, porque eu já iniciei a discussão. Não é que ele vai falar e ainda não... É a discussão da matéria, só pode falar uma vez; está no Regimento. (*Pausa*.)

Então vamos fazer assim...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não. Um Senador por uma única vez. É o que manda o Regimento. (*Pausa*.)

Então vamos fazer assim – eu vou pedir a compreensão –: nós estamos no processo de discussão da matéria; os Senadores vão fazer as suas argumentações ou ponderações relacionadas à discussão da matéria e os apelos ao Relator, e ele vai acolhê-las; e no final nós vamos deliberar sobre os destaques. Quem falar em cinco minutos, tudo bem; no caso de quem não falar em cinco, eu vou ter que aguardar os dez minutos, só por uma única vez.

Concedo a palavra ao Senador... O Senador Humberto concluiu?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Eu nem comecei! (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Humberto Costa...

(*Soa a campainha*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... para discutir a matéria.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Pronto. O Relator podendo vir...

São dois apelos, Senador Eduardo Braga.

O primeiro é o seguinte. Eu apresentei uma emenda ao art. 4º do projeto de lei, no seu inciso V, em que nós colocamos que o que está disposto no inciso IV do §3º não se aplica às operações não onerosas destinadas ao cumprimento de obrigações ambientais veiculadas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos. O que é que quer dizer? A busca de uma segurança jurídica para que a movimentação de mercadorias em decorrência de obrigações relacionadas ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos – por exemplo, o que é que se faz com uma bateria usada, o que é que se faz com uma pilha usada... Hoje em dia não há incidência de ICMS sobre essa movimentação, e o projeto aqui está admitindo a possibilidade de que venha a se pagar ICMS sobre isso. Isso desestimula, inclusive, o processo que é de aproveitamento e reutilização, de reciclagem.

Então, esse é um ponto. Inclusive, o ministério considera que não haveria problema na aprovação dessa matéria.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Deixe-me colocar para V. Exa. Nós colocamos na emenda constitucional, inclusive, a economia circular, não sei se V. Exas. lembram.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Mas lamentavelmente, na nossa Casa ao lado – está certo? –, isso foi subtraído, e nós não aprovamos o comando constitucional para a economia circular.

Eu queria que o senhor encaminhasse a emenda para que a gente pudesse conversar com...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu subscrevo essa. Essa eu quero subscrever, a da reciclagem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A outra emenda diz respeito ao seguinte: ao Imposto Seletivo, que é um imposto importante para desestimular o consumo de produtos que são danosos à saúde ou ao meio ambiente. Eu acho que o projeto é bastante avançado nisso, embora, por exemplo, eu ache que na parte de ultraprocessados ele deixou a desejar. Mas tudo bem.

Mas o que eu estou querendo levantar aqui é que há um ponto em que V. Exa. diz, no art. 437, que "a lei deverá prever os critérios em que as ações de mitigação de danos ambientais ou à saúde [...] implicarão redução em até 25% (vinte e cinco por cento) da alíquota do Imposto Seletivo". A minha proposta é que, em vez de "deverá", nós possamos colocar "poderá", porque, em se colocando "deverá", nós estamos quase estabelecendo que qualquer ação de mitigação poderá estar... estará sujeita à possibilidade da demanda por essa redução de 25% do Imposto Seletivo. Então, a proposta seria essa. Por quê? Pode ser que a ação mitigativa não tenha praticamente nenhum efeito naquele componente que é o de inibir o consumo, por exemplo...

Desculpe-me, Excelência, pode dizer...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Se V. Exa. me permite, é porque o intuito disso é estimular exatamente que o produtor faça a mitigação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas isso é importante definir na lei, porque qual é a mitigação que pode ser passível de entrar num critério? Por exemplo, uma empresa de cigarro, se ela disser: "Ó, eu vou fazer aqui uma campanha dizendo que o cigarro não é tão bom"...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Isso não é mitigação, desculpe-me. Isso não é mitigação. Mitigação é quando você está, por exemplo, numa produção mineral, fazendo emissão de monóxido de carbono, e você investe em filtros, investe em tecnologias modernas e faz a mitigação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tudo bem, está certo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Isso é mitigação com danos à saúde e mitigação com danos ambientais.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas, mesmo assim...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós não vamos fazer réplica e tréplica porque, senão, isso aqui não vai dar certo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu vou terminar.

Tudo bem, eu entendi a colocação de Eduardo e por que ele colocou isso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... mas quem define se essa mitigação terá ou não essa posição?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – A lei.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A lei. Certo, tudo bem. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo Senador inscrito, Senador Alessandro Vieira.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Oi, Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Senador Eduardo Braga, eu pediria a V. Exa. que ouvisse os Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu também acho.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... e depois falasse; senão, nós vamos ficar num...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Se o Senador não disser qual o número da emenda, V. Exa. nem reconhece.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não acumula, não. Não fica bate-boca.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E não tem como fazer isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Está certo, Omar. Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E nem o negócio de acumular cinco, não tem como, tem que fazer tudo.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Peço para, quando disser um, dizer, por favor, os dois subsequentes para já sabermos: "O próximo é o...".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O próximo é Alessandro e, em seguida, é o Sergio Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Só um minuto aqui de atenção.

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Primeiro, obrigado, Presidente.

Quero parabenizá-lo novamente, Eduardo, pelo tamanho do esforço que está fazendo. A gente sabe que, inclusive passando por uma dificuldade de saúde, você vem enfrentando isso. Parabéns! Acho que todo Senador, atendido ou não, sabe e respeita o esforço que você vem fazendo. Também agradeço pelo atendimento às emendas mais recentes apresentadas, em particular a emenda que tratou da substituição, que teve apoio unânime dos Governadores e que eu tive a honra de apresentar e V. Exa. de acolher.

Mas faço apenas uma pequena observação com relação a um dos últimos pontos de atendimento de V. Exa., que se referiu à isenção, à alíquota zero para aquisição de medicamentos e dispositivos médicos para filantrópicas que atendam no mínimo 60% SUS. A ponderação que faço é se não podemos chegar ao número de 50% SUS, Relator; (*Pausa*.)

se não podemos chegar a 50% SUS, por conta da eventual oscilação de mercado. Nós temos filantrópicas que oscilam.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O.k. Acatado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Gostaria que os Senadores seguissem o exemplo do Senador Alessandro Vieira, que falou por 55 segundos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – E eu, dois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, agradeço.

Vou falar também aqui rapidamente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Primeiro quero cumprimentar o Senador Eduardo Braga pelo trabalho hercúleo que foi feito, como Relator da PEC e agora na regulamentação.

Eu tenho várias inquietações em torno dessa reforma, desde a época da PEC, Senador. A gente entende que ela, majoritariamente, beneficia a indústria brasileira, principalmente por ampliar a não cumulatividade. Quem sabe isso possa gerar uma dinâmica melhor aí da nossa indústria, que vem perdendo espaço na economia. Mas é aquela história, o diabo mora nos detalhes, e aí, como é uma reforma complexa, tem pontos dela que são complicados.

Agora uma questão que foi colocada desde o início na reforma foi aquela ideia de se manter uma neutralidade, de se evitar que a carga tributária aumentasse, principalmente. E eu acho que é isso que quer o contribuinte brasileiro. E, dentro dessa neutralidade, também houve um compromisso, que é importante, de que não houvesse, vamos dizer assim, privilégios tributários para determinadas regiões em detrimento de outras, ou seja, vamos manter o cenário atual da carga tributária.

Isso não foi completamente observado na PEC, e eu até pontuei isso em relação ao Paraná, alguns prejuízos que nós estávamos sofrendo; mas, na regulamentação, nós não podemos assistir a uma majoração de prejuízos a determinadas regiões em detrimento de outras.

E aqui queria apelar à sensibilidade de V. Exa. Sei que esse é um tema sensível, mas chegou ao meu conhecimento a reivindicação da indústria elétrica e eletroeletrônica, no sentido de que a manutenção do texto, como ele se encontra no seu relatório, acabaria inviabilizando a manutenção da indústria em qualquer região do país que não fosse a zona franca. E, sim, houve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um acordo no sentido de preservar a zona franca, e eu acho que isso é importante; é uma região, um estado fundamental para o país.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Nós sabemos das restrições ambientais a que está sujeito o povo lá do Amazonas, e, de certa maneira, a zona franca é para se compensar também esse grande ônus, mas precisaríamos manter o cenário atual, o quadro atual.

Eu apresentei a Emenda 1.737, de 2024, que basicamente retoma o texto que foi encaminhado pelo Governo para o PLP 68, que foi alterado na Câmara e foi novamente alterado aqui, por V. Exa., no relatório. E ele acaba estendendo esses benefícios para além do que nós tínhamos ali acertado naquele momento.

Qualquer projeto que seja para beneficiar o Amazonas, não tenho nenhum problema em votar, sei da importância da região, mas a gente não pode aceitar que aquele compromisso da neutralidade tributária seja aqui abandonado. E a gente não pode também aqui concordar com que seja prejudicada a manutenção...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... e instalação de indústrias desse setor tão importante para o país em outras regiões.

Então, solicitaria aqui, especialmente a V. Exa., que nós mantivéssemos o texto que foi encaminhado pelo Governo, que, na verdade, é o conteúdo da emenda que apresentei, a 1.737. Sei que é um tema sensível para V. Exa.; eu também defenderia o meu estado com garras e dentes – não é? – e buscaria, nessa construção normativa, vamos dizer assim, favorecer ali a minha região, mas aqui há a questão da neutralidade tributária, que é um compromisso assumido e, infelizmente, da forma como está, acaba prejudicando as outras regiões, inclusive o meu Estado do Paraná.

Acima de tudo aqui eu sou Senador do Paraná, estou representando os meus eleitores, estou representando a população do Paraná, e fica muito difícil até votar em favor de toda a reforma sem que haja esse tipo de correção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo Senador inscrito, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, primeiro quero louvar o trabalho do Senador Eduardo Braga. Já falei isso pessoalmente e reitero aqui neste momento, mas eu vou precisar da atenção dele.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu tenho algumas sugestões, que posso depois detalhar, que não vão de encontro ao que o senhor escreveu, mas que ampliam. Exemplo: Emenda 2.133. É o §2º do art. 384.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Desculpe, o número?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É a 2.133, que se refere ao art. 384, quando fala das compensações por benefícios onerosos. O senhor restringiu...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Benefícios onerosos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É. O senhor restringiu aos casos em que os recursos tenham sido investidos em infraestrutura. Eu acho que essa restrição é um paletó muito apertado, porque há outras formas de você dinamizar a economia.

Então eu estou propondo que contrapartida, além da infraestrutura, "ou em projetos que fomentem a atividade econômica do setor privado", que é uma outra maneira...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, já está escrito aqui. Já está escrito. Isso é o §2º, eu já vou lhe passar. Eu preciso do papel, senão eu aborto a minha pergunta.

O senhor está querendo fazer um negócio impossível: eu tenho seis tópicos, o senhor quer pegar todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, eu quero insistir na água mineral. É um absurdo não se considerar a água mineral como um bem necessário à saúde. E fiz uma pesquisa só: quanto o Senado Federal gastou com água mineral? Ontem eu lhe emprestei o meu copo de água mineral, está lembrado?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Estou.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso aqui, olhe. Isso aqui é saúde. É um bem elementar. Não considerar a água mineral como um bem precioso e necessário à saúde é excluir as cidades com menos infraestrutura, que têm menos possibilidade de oferecer água potável encanada para a sociedade brasileira. Então vamos favorecer esse bem.

Ontem eu compartilhei um copo desses aqui. Está lembrado? Não estou te cobrando o copo d'água, estou cobrando um barril de água.

Terceiro, queria lhe fazer um apelo em favor da emenda.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Da emenda da água mineral?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É emenda 2.105. Vai lhe fazer bem à saúde.

2104. Beneficia cooperativas de serviços de assistência médica. Pelo que eu sei, atenção, Appy.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pelo que eu sei, o Sr. Bernard Appy não tem nada contra, não tem nenhuma objeção. Se a minha informação estiver certa, eu lhe peço que acolha.

Quarto...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Traduza essa aí, Senador Amin. Traduza essa aí. É uma nova emenda? Porque...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, é a Emenda 2.104.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Pois é, o que ela diz?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ela suprime o dispositivo...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Suprime o §3º, é isso?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Exatamente.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Bom, então, o.k., é a mesma da minha.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então eu retiro a minha e fico com a dele. (*Risos.*)

Bota na tua cota. Como diz a rendeira da ilha, melhor no deles do que no nosso.

Emenda 1.394. Em nome da busca de segurança cibernética. Eu fico satisfeito...

Presidente, eu fico satisfeito que o senhor contemple as vendas de produtos de cibernética, de defesa cibernética para o Governo, com desconto. Mas o setor privado precisa também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, eu só queria dizer...

Os produtos e serviços de defesa cibernética visam proteger, Senador Eduardo Braga... Hoje, no mundo, os danos produzidos por ataque cibernético, no Ocidente, não estou falando de China, representam o terceiro PIB do mundo – os danos. Então, o senhor pelo menos leve em consideração e analise. Não precisa me dar a resposta agora. Tenho certeza de que o senhor vai analisar o impacto do que isso representa para preservar a economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, a Emenda 1.395. Essa acho que já foi atendida. É a da listagem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – O número da cibernética é 20...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, da cibernética é 1.395.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – A 1.395.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A 1.395. A 1.395, exatamente.

Presidente, fiquei com um crédito de quatro minutos.

Obrigado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Rogério Carvalho.

Senadora Tereza Cristina.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Quem é? Sou eu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, é a próxima, porque eu estou seguindo a orientação do Senador Cid.

É V. Exa., Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, na verdade, eu tenho um destaque, que é uma emenda que eu apresentei sobre refino de petróleo, ou seja, é desonerar a produção de petróleo, lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo para a Zona Franca de Manaus, para ser comercializado na região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O risco que eu vejo é de que isso possa abrir um precedente e esse combustível ser comercializado fora dessa área – certo? –, e isso interferir na indústria como um todo de refino. Então, a sugestão é que a gente suprimisse isso e deixasse como estava no texto original. Se V. Exa. acatar, não tem destaque.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concluiu?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Concluí. Eu vou destacar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está bom.

Próximo, Senador Otto.

Deixa só sair, só um minuto aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu estou achando aqui...

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Olha, se for adotar essa estratégia aqui, dá para a gente suspender a reunião por cinco minutos, todo mundo vem solicitar suas demandas aqui, depois a gente só vota.

Concedo a palavra, para discutir a matéria, à Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Eu tive uma emenda que eu conversei com o Senador Braga, primeiro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está baixo ali o som do microfone.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Não, acho que não. Agora melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Melhorou.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Primeiro, quero cumprimentá-lo pelo trabalho aí e por tantas vezes que discutimos aqui as emendas ligadas ao setor do agro, e muitas foram acatadas, mas eu gostaria, Senador Braga, de ver se é possível, conversando aí com a parte técnica, de rever a emenda que era a emenda sobre conceito de produção rural, a 2.070. Conversando com o pessoal da Fazenda e o seu time, se nós entregamos um novo texto, tirando aqui o que ficava aberto para que outros produtos, que é o caso da borracha, que eu lhe expliquei, você sangra a borracha, tem que colocar um adicionante para que ela não endureça, para chegar até a indústria...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – O anticoagulante.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – O anticoagulante, exatamente. Então nós fizemos um novo texto, eu submeti ao Secretário Appy, é a Emenda 2.158. Eu gostaria de ver se o senhor pode acatá-la. Eu depois lhe entrego.

Eu tenho um destaque que eu...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É a 2.158?

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – A 2.158.

E tenho um destaque que eu também queria colocar aqui nesta Comissão, que ficou de fora, na Emenda 2.072; ficaram de fora os insumos para fabricação de defensivos agrícolas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – A molécula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – A molécula. Essas o Brasil não fabrica, são muito poucas que nós fazemos aqui, então, na importação, a gente colocar essas moléculas que não tenham, porque senão você pode até ter bitributação. Então era uma emenda que eu gostaria que o senhor acatasse, se não for possível...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Qual é o número?

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – O número da emenda é 2.072. Fazendo a correção só para... Já tem fertilizantes, biofertilizantes, só colocando aí os defensivos.

Era só, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Ministra Tereza.

Concedo a palavra ao Líder Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, começo concordando...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone*.) – Na sequência...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Marcos Rogério.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discutir.) – Começo concordando com o Senador Omar Aziz e o Senador Eduardo Braga que a Floresta Amazônica é a maior fábrica de oxigênio do mundo e a maior também retentora de CO_2 e gases de efeito estufa. Portanto, sem dúvida nenhuma, eu que sou defensor de meio ambiente e de floresta em pé, concordo plenamente com o meu Líder, Senador Omar Aziz. E a emenda é a Emenda 378, que foi apresentada pelo Senador Vanderlan Cardoso, e tem o destaque que, inclusive, já está às mãos do Senador Eduardo Braga, que vai em cima da questão de alimentos produzidos em indústrias que têm parcela de açúcares. O Senador Vanderlan apresentou essa emenda, eu estou a destacando, porque esse setor já está taxado com a CBS e o IBS na forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integral; portanto, acrescentar o Imposto Seletivo, na minha opinião, seria desestimular, inclusive, a ampliação desse setor, com gerações de emprego e renda.

Essa é a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. falou, mas tem o destaque para votar. (*Pausa.*)

Senador Marcos Rogério.

Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Meu Relator, Emenda 1.371... Emenda 1.371 diz o seguinte: "Suprima-se a expressão 'médicos veterinários'". Lá na frente, no art. 125, 0101371.

Está bom? (*Pausa.*)

Vamos lá.

Aqui em cima, no *caput*, diz o seguinte: "Suprima-se a expressão 'médicos veterinários' do inciso XIII do art. 122".

E nº 2: "Suprima-se a palavra 'humana' do art. 125 e altere-se o art. 236, Anexo III".

Art. 122...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só a atenção aqui, por gentileza...

O Relator, eu estou aqui do lado... A gente não...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Não estou conseguindo ouvir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É. É incrível isso aqui. Não se consegue mesmo.

Ou então tem que aumentar o som muito ali...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Vamos aumentar o som então. É mais fácil.

Art. 122: exclusão do termo "médicos veterinários". O resto continua.

Art. 125: lá na palavra "humana"... "Serviço de saúde humana". A palavra "humana" também ser excluída.

Qual é a moral da história aqui, Relator? É que, nas reduções de alíquotas, saúde humana, a redução lá para o médico é 60%. Para o outro médico aqui, que é o médico veterinário, só 30. E eles estão reclamando profundamente, porque uma atividade tem íntima relação com a outra.

E, aí, nós queremos pedir a V. Exa. que pondere, no sentido de que o veterinário também seja incluído no sistema de saúde – o sistema de saúde é um só –, de modo que a gente possa beneficiar o profissional da saúde veterinária, assim como o da saúde humana, atendendo, na redução da alíquota, em vez de 30 para o veterinário e 60 para o médico humano, todo mundo fique com a redução de 60% na alíquota.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concluiu?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Concluí.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Líder Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Para discutir.) – A Emenda 02041, V. Exa. acatou em parte a minha sugestão, em emenda, da criação da Escola Fazendária, e existe um pedido para que a Escola de Administração Fazendária possa atuar de forma articulada com o seu comitê gestor.

Então, eu mandei aí, direto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Não, mas ela tem que estar clara lá na...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Sim, mas lá ela pode ser colocada: "Comitê Gestor de Imposto sobre Bens e Serviços". Aí, ela atuar em conjunto. Na hora em que você cria a escola, ela atuando em conjunto com o Comitê Gestor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Apenas porque isso vai ser tratado em outra lei, na Lei Complementar 108, que ainda não tem Relator e que ainda não andou.

Eu não posso trazer para o texto de onde nós não estamos tratando dessa matéria. Por isso que ela foi acatada em parte, porque somente em parte ela foi atendida. Eu compreendo V. Exa., mas nós temos que discutir no PLP 108. Nesta matéria nós não temos como discutir.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Não, eu compreendo V. Exa., mas não entendo. Óbvio, não é? Óbvio. Se V. Exa. pode acatar em parte para criar escola, dizendo "atuando em comitê gestor", mas não tem problema, vamos discutir lá na lei. E o discurso que eu quero fazer elogiando V. Exa., mesmo não me atendendo, eu vou fazer lá no Plenário para a gente ganhar tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Uma salva de palmas. (*Fora do microfone.*) (*Palmas.*)

Se pudesse suprimir o do Plenário também... (*Risos.*)

Próximo Senador.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Não, porque...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Porque ele não merece...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Porque ele acatou 20 emendas minhas, muito boas, e depois eu vou fazer referência a elas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já estou achando que tem preconceito com alguém aqui.

Senador Izalci Lucas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, a Emenda 2.020... Senador, primeiro, elogiar o trabalho de V. Exa., Senador Eduardo Braga, viu? V. Exa. realmente foi um herói fazendo este relatório nesse tempo curto.

A Emenda 2.020 trata dos catadores, Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Por gentileza, aqui só atenção.

Senador Izalci Lucas, com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Senador Relator, o 2.020 trata dos catadores com relação ao crédito presumido, CBS e IBS, 2.020. A Emenda 1.571 trata do óleo contaminado, a reutilização do óleo contaminado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Da primeira, catadores?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Da segunda? É 1.571.

O Prouni, que é a Emenda 1.348, ela já está dispensada do CBS, mas nós temos hoje 60 municípios executando ações, querendo cobrar ISS. Então, essa Emenda 1.348 é para não ter dúvida de que sobre o Prouni não tem o IBS. É 1.348.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, as demais, Presidente, eu vou falar rapidamente aqui, por exemplo, a Emenda 714 autoriza as operadoras dos planos de saúde a deduzirem provisões técnicas, porque tem uma reserva obrigatória da ANS e está sendo tributada uma reserva técnica que é obrigatória. Então, a Emenda 714.

A 740...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – A 714 é reserva obrigatória?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Reserva obrigatória pela ANS, para as operadoras de planos de saúde.

A 740 trata de aquisição de bens e serviços do produtor rural que não é contribuinte nem optante do Simples, está ficando fora do relatório, a Emenda 740. É, vai ter problema, ninguém vai comprar desses produtores. É só para V. Exa. analisar aí.

Tem uma questão técnica, a 853, Presidente. As atividades uniprofissionais, a lei permite você ter, para cada profissional, um auxiliar. Do jeito que está a redação pode dar margem a não dar aquele incentivo de 30% das profissões regulamentadas. É 853, é técnico, é só para não gerar questão tributária, demanda tributária.

A 859 está sendo cobrada aqui, dá margem a cobrança do IBS dos conselhos federais, de todos os profissionais, conselhos regionais, que são autarquias e fundações. Também não tem sentido cobrar IBS das contribuições.

A Emenda 875...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Quantas emendas suas foram acatadas?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Foram várias, Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Quantas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu acho que foram 46, parece, me disseram. Mas não foi minha, é do grupo gestor, que é muita gente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Foram mais que 46, mas eu não vou revelar o número aqui. (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tá.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – O senhor já me falou de uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, mas não é questão de quantidade, Presidente, não é quantidade; é questão de justificativa óbvia. Não são nem minhas essas emendas. São minhas, mas são das audiências públicas.

Por exemplo, na 875, as pessoas que pagam PIS-Cofins, tem um prazo de extinção em 2027.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Se eles não compensarem, vai ficar com esse dinheiro...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, isso está resolvido, isso está resolvido.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está bom, então está bom. Eu vou registrar. Aqui não está. Está bom, o.k.

Bem, a questão do reequilíbrio dos contratos também... Isso em audiência pública. Sobre reequilíbrio de contrato, hoje demora dez anos para os caras darem resposta, e quebra as empresas de concessão, por exemplo. O reequilíbrio de contrato precisa ser garantido.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – O reequilíbrio de contrato não é no PLP do IBS e CBS, é no projeto de lei econômica que trata sobre o tema.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas é IBS e CBS, não é, Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, tem várias aqui, mas eu acho que essas são...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Tem outras 500 emendas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Hein?

Não, por exemplo, livro. Nós tínhamos conversado sobre o livro digital, a Emenda 1.240. Estou botando aqui, ó: livro digital...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – O livro digital...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... Emenda 1.240.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – ... está resolvido, amigo, está resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Estou achando que o Relator atendeu demais o Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, Presidente, são as audiências públicas. Isso é tudo fruto de audiência pública, não é minha.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, é bom se está atendido.

Essas são as principais, tem várias outras de fato, mas essas são as principais, Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O próximo Senador inscrito para discutir a matéria – eu queria a atenção do Plenário – é o Líder Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro eu queria me dirigir ao Relator...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... e dizer que, sem dúvida nenhuma, o Senador Eduardo Braga é um dos mais qualificados quadros desta Casa, porque consegue entender e falar a respeito de um tema tão árido, tão complexo, um tema que, sem dúvida nenhuma, para aqueles que nos acompanham, é de difícil percepção. Nós estamos falando, senhores, e me permitam aqui lembrá-los, de um PLP que vai ter como resultado 537 artigos, fora as alíneas e os incisos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – E 30 anexos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – E 30 anexos. Nós estamos falando de um outro PLP, que é o 108, com mais de 203 artigos. Nós estamos falando aqui de um documento que pretende – e certamente pelo ânimo aqui desta Casa – modificar um sistema tributário brasileiro que talvez seja um dos mais arcaicos e bizarros que o mundo ocidental oferece hoje. Então, sem dúvida nenhuma, a reforma é pertinente. A nossa crítica sempre foi que nós estamos perdendo uma oportunidade.

Feito esse preâmbulo aqui de elogiar o trabalho do Relator, eu quero me deter agora na essência do trabalho, não do Relator, mas até na maneira como ele chegou aqui nesta Casa.

Nós do Bloco Vanguarda – o PL e o Novo – entendemos que a neutralidade tributária, que foi alardeada por este Governo, no início do processo de tramitação, se perdeu no caminho. Nós temos aqui um registro do Ministro Haddad ainda feito no dia 13 de julho de 2023. Reforma tributária, dois pontos, e abro aspas, "Haddad vê alíquota de equilíbrio menor do que 25%", fecho aspas. E logo em seguida, após a votação na Câmara, a Fazenda calcula a alíquota do IVA em quase 28% – a maior do mundo!

Quero lembrar que, ao longo do percurso deste projeto de lei, o Governo, de forma omissa, não participou da maneira como deveria ter feito na Câmara dos Deputados. E mesmo agora, nós estamos vendo o Relator, com muita boa vontade, fazendo o seu trabalho de negociação, fazendo o seu trabalho de transigência para permitir que se encontre um número suficiente de Senadores para que o projeto seja aprovado, tentando levar em consideração a diversidade, a complexidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse tema que afeta várias regiões do país de formas diferentes, várias cadeias produtivas de forma diferente.

Então, quero novamente elogiar o trabalho do Relator, mas me permita, Sr. Relator, é evidente que cada uma dessas emendas que é aprovada aqui, ou agora na bancada, ou anteriormente de segunda-feira para cá, tem um impacto no processo arrecadatório. E qual é a nossa preocupação? De que o pilar, ou um dos pilares mais importantes dessa reforma, foi perdido nesse percurso e está sob risco agora. Ninguém pode afirmar, em sã consciência, que nós teremos um IVA de apenas 28%, até pelas alterações que foram assimiladas agora.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Essa afirmação, que nós já escutamos anteriormente de membros do Governo, tem sido lapidada ao longo do tempo, como se fosse um processo permanente de se buscar melhorar o discurso que deve ser feito à sociedade.

Vejam, senhores, nós estamos agora discutindo, por exemplo, a questão de um pacote fiscal para diminuir o nosso problema financeiro no país, mas o Governo apresenta um projeto que está aqui nesta Casa, que ainda não foi votado, que é o projeto de Orçamento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Chamo a atenção dos senhores que tem lá mais de R$8 bilhões que seriam pagos aos estados em função do término da guerra fiscal e fundos de compensação, provavelmente de desenvolvimento regional, que não estão dentro da nossa lei orçamentária. Então, para que os estados aderissem à reforma, durante o processo de tramitação, ofereceram quase 800 bilhões em fundos ao longo dos próximos 15 anos, 12 anos, e esses recursos vão ser oriundos, provavelmente, do Orçamento Geral da União, que todos nós sabemos que tem dificuldade até para pagar as emendas impositivas aqui dos Srs. Senadores e dos Srs. Deputados.

Então nós estamos vendendo um pote de ouro no fim do arco-íris, mas, infelizmente, nós não temos a concretude dessas ações. Nós temos ainda o problema, que salta aos olhos aqui, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que uma série de alterações foram feitas – e me permita, Relator, sem nenhuma ofensa a V. Exa. – a toque de caixa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... alterações extremamente pertinentes, importantes, que impactam a cadeia produtiva e econômica do nosso país como um todo...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Por gentileza, atenção do Plenário.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu entendo que o Governo e boa parte da base aqui têm interesse de votar o mais rápido possível o projeto. É natural, faz parte da ação aqui dentro do Parlamento.

Mas, vejam, é humanamente impossível... E eu desafio qualquer Parlamentar aqui presente, com exceção do Relator, retiro o desafio de V. Exa., mas qualquer outro Parlamentar aqui que conheça com um mínimo de profundidade esse cipoal de modificações ou de artigos que foram implementados na reforma que V. Exa. nos apresenta hoje. É um trabalho vultoso, é um trabalho complexo, é um trabalho importante, é um trabalho, sem dúvida nenhuma, feito com muito esmero, mas é um trabalho para que eu apelo a V. Exas., passado o processo de votação aqui na CCJ, até por uma questão de cautela necessária, que nós tenhamos pelo menos uma semana. Nós temos ainda uma semana, a próxima semana, para votarmos no Plenário. Falo assim porque está colocado aqui como um fato consumado que, após o processo de tramitação aqui na CCJ, ato contínuo, nós estaremos nos debruçando sobre essa matéria já no Plenário da Casa. E, veja, nada como uma noite para que nós possamos refletir sobre as modificações que foram colocadas.

Eu escutei alguns discursos aqui, confesso que não todos, mas vi, além dos apelos que foram feitos a V. Exa. – e V. Exa., na grande maioria, de pronto acolheu, volto a reiterar aí a sensibilidade do Relator de buscar esse consenso mínimo –, que cada um está debruçado sobre um tema específico, está debruçado sobre um problema que afeta a sua região, está debruçado sobre um problema que afeta uma determinada atividade econômica que lhe foi demandado pelos seus apoiadores, pelos seus eleitores. E tudo bem, faz parte do processo! Mas nós, que precisamos ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma visão do todo, precisamos, nobre Relator, eminente Presidente, de um pouco mais de tempo para nos debruçarmos sobre o feito.

Quanto ao mérito da matéria, a nossa posição, compreenda V. Exa., é muito mais em função da questão da neutralidade tributária.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Contra.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Nós somos contra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Fecharam questão.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Nós somos contra, porque nós vamos impactar a questão tributária de forma negativa, vamos aumentar a carga tributária para a população brasileira. Essa discussão a gente fará oportunamente. Não tenho dúvida de V. Exa. tem os argumentos, e a gente vai fazer o debate, que eu acho que é o bom debate, mas nós gostaríamos de que V. Exas. refletissem sobre a oportunidade e a possibilidade de que nós pudéssemos ponderar mais a respeito dessa matéria, maturar mais a respeito da matéria, dada a complexidade e a extensão do documento que V. Exa. nos oferece agora.

Eu já falei... O Wellington me mostra aqui a nota em que nós fechamos a questão, mas eu já falei logo no início, só não vou ler o texto para não perder mais tempo.

Então, agradeço a V. Exa. e espero que o nosso pedido possa ser atendido.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo Senador inscrito para discutir a matéria, Senador Cid Gomes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Para discutir.) – O Relator foi à casinha?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está aqui atrás fazendo uma conferência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Vou aguardar o seu retorno.

Voltou.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu me associarei ao Senador Weverton, darei um aparte, pedirei um aparte a ele quando das referências merecidas que V. Exa. deve ter pelo trabalho que tem feito desde a emenda à Constituição e também através desse projeto de lei complementar.

Eu trago aqui à sua consideração quatro demandas, nenhuma delas é de minha autoria, o que me deixa mais à vontade.

A primeira é fruto de emendas do Dr. Hiran, do Senador Fabiano Contarato, do Senador Zequinha Marinho, do Senador Luis Carlos Heinze e do Senador Irajá. Eu estou pegando aqui a de nº 562 para ficar como referência.

É o seguinte, Senador Eduardo, quando falam de planos de saúde, diz-se – e isso é óbvio – que quando for fazer o valor apurado, em que devem incidir os impostos, deduzem-se os honorários dos profissionais. E aí tem um parágrafo em que, para cooperativas médicas, essa dedução é de apenas 50%. É esse parágrafo que nós estamos propondo que seja excluído, segundo consta, há por parte da equipe do Secretário Bernard Appy, inclusive dele próprio, uma concordância com isso. Isso causará uma concorrência desleal e vai desestimular algo que a gente sabe que no Brasil é presente, as unimeds e outras tantas cooperativas de profissionais na área da saúde.

Então, essa...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Tem meu apoio, Senador Cid. Tem meu apoio.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Senador Efraim, eu também tenho emenda no mesmo sentido.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Senador Efraim... Senador Amin já tinham feito referência a isso. É a simples exclusão de um parágrafo, que dará tratamento igualitário aos planos de saúde comerciais e aos planos de saúde que são executados a partir de cooperativas médicas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E prestigia as cooperativas.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Claro, claro, que é algo muito forte lá no seu estado.

Bom, a outra, Senador Eduardo, é do Senador Marcelo Castro, é 1.775. Ela trata de ZPEs. Esse é um assunto que muitas vezes é confundido, ou até alguns entendem como uma concorrência para uma zona franca. E não é nada disso, são objetos completamente distintos. Uma zona franca é para importação de matérias, matérias-primas e industrialização. Numa zona de processamento para exportação é o contrário, é você produzir aqui e deduzir dos impostos ou imunizá-la de impostos, porque isso se destina à exportação. Isso é algo que já foi acolhido pela Lei Kandir. O Brasil há muito tempo já pratica isso, nós não exportamos tributo, não faz sentido exportar tributo.

Então, na emenda proposta pelo Senador Marcelo Castro, quanto à energia elétrica, que é um insumo para a indústria, não incidir imposto sobre ela, porque, se incidir, depois eles vão poder pedir o crédito; vai gerar o crédito, e eles vão pedir. E isso só complica – isso só complica. Eles já são imunes... Por lei, eles são imunes tributariamente. Se pagar, aquilo vai ficar como crédito, gera passivos, estados não cumprem, não honram, demoram, e aquilo ali cria um problema. Então, a demanda é esta: que a energia elétrica seja considerada um insumo e, portanto, não incida imposto – não é que ela não vai pagar energia – sobre a energia elétrica.

Por último, eu gosto mais de falar de vida e de saúde, mas a gente é demandado, e tem um pleito – eu vou deixar a Augusta fazer outros – que é do setor de planos funerários. Parece até esdrúxulo, esquisito o tema, mas muita gente, cada vez mais pessoas demandam, recorrem a este tipo de serviço: a pessoa faz um plano, paga mensalmente para ter direito a algo que é certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você faz um plano de saúde para curá-lo de uma doença, que é incerta. A morte é certa. E é muito comum isso. Então, eles pedem um tratamento igualitário, e isso é objeto de uma emenda da Senadora Mara Gabrilli, a de nº 1.446.

Então, apelando para a boa vontade de vocês, eu tenho uma absoluta consciência de que o que pedi é dentro do razoável e espero a sua compreensão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu quero parabenizar o trabalho hercúleo feito pelo nosso colega Eduardo Braga tanto na PEC quanto agora na legislação ordinária.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sabemos que é um trabalho muito exaustivo, e é pela competência e a capacidade de diálogo do nosso Senador Eduardo Braga que nós estamos chegando aqui ao final desta matéria tão importante.

Eu reputo que a reforma mais importante que nós poderíamos fazer e que estamos devendo à sociedade brasileira é a reforma tributária, que vai destravar o nosso país...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... para poder desenvolver-se de maneira mais célere.

O nosso sistema tributário atual, no dizer do nosso grande lutador por esta reforma, nosso colega Deputado Hauly, é um manicômio judiciário, um manicômio tributário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Que vira um manicômio judiciário. (*Risos.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Como eu sou psiquiatra e trabalhei muito com manicômio judiciário...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O Judiciário já é um manicômio.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... é um manicômio tributário.

O nosso sistema...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Seja de qualquer forma, todo manicômio é cliente de Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... é retrógrado, é complexo, é confuso, é injusto socialmente, é ineficiente e não funciona. Talvez seja o pior sistema tributário do mundo. E nós estamos partindo para um sistema civilizado.

O Senador Rogerio Marinho saiu aqui de perto, mas eu venho observando, Senador Eduardo Braga...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... que o nosso Líder da Oposição aqui, o Rogerio Marinho, sempre faz críticas sobre a alíquota com que vai ficar o imposto, dizendo que vai aumentar a arrecadação do país. Não! Por que é que a alíquota está ficando mais alta? Porque nós estamos dispensando de outro lado. Você tira de um lado, tem que aumentar para o outro. No final, a conta é zero. Então, a sociedade vai pagar o mesmo, quer a alíquota seja 25%, 26% ou 27%; se ela vai ficar em 26% ou 27%, é porque você está desonerando em outro lugar. "Ah, isso aqui é importante", bota uma alíquota especial, reduz, tira o imposto; tem que aumentar na frente, senão não tem como fechar a conta. Então essa análise em que o nosso Líder insiste aqui, eu acho que não procede.

Agora, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu gostaria que V. Exa. refletisse novamente sobre essa emenda que eu apresentei e que o Senador Cid Gomes tão bem defendeu. É uma emenda que só traz benefícios ao país. Nós temos zonas de processamento de exportação no Brasil que ainda vêm do Governo Sarney, com muita dificuldade de instalação. Nós vemos o exemplo da China, que tem dezenas de zonas de processamento de exportação. E o que nós estamos querendo é uma coisa simples: é um estímulo, porque nós vamos ter que fazer uma transição energética, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem outra saída. Então, estão instalando indústrias no Estado do Ceará, no Estado da Bahia, no Estado do Rio Grande do Norte, e se espera que, no futuro, dizem alguns, o Nordeste possa se transformar na Arábia Saudita do hidrogênio verde. É uma coisa para o futuro, mas nós temos que nos preparar.

E o que é que nós estamos querendo? Um estímulo para a utilização de energia renovável, porque o hidrogênio só será verde se a energia for renovável. Então, numa zona de processamento de exportação, todos os insumos têm alíquota zero ou suspensa. O que é que nós estamos querendo? Que a energia que seja de fonte renovável – é um estímulo para nós termos energia renovável, para podermos fazer a transição energética e descarbonizarmos a atmosfera – tenha esse tratamento especial. Eu acho que é um pedido mais do que razoável.

Sempre quando se fala nisso, dizem: "Não, mas tem uma zona franca". A zona franca é outra história, é para produzir para dentro do país. Não compete com a zona de processamento de exportação, que, como o nome está dizendo, é para a gente produzir para exportar para os outros países. E, evidentemente, nós, no Nordeste, estamos nos preparando para sermos grandes exportadores de hidrogênio verde, de amônia verde.

Aliás, a Toyota agora, recentemente, fez uma publicação de que já está produzindo um motor, Senador Esperidião Amin, movido a amônia. Que amônia? Uma amônia qualquer. E nós queremos que a amônia seja verde. Para ser verde, é preciso que a energia que vai produzir a amônia seja verde também.

Então, com estes argumentos aqui, peço a V. Exa. mais uma reflexão para aprovar minha emenda, que vem trazer benefícios e não traz nenhum malefício para ninguém, nem para a atmosfera nem para a transição... a descarbonização que a gente precisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo Senador inscrito o Senador Líder Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente e Sr. Relator Senador Eduardo Braga, trago aqui – estou aqui no fundo, à esquerda – alguns temas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, mais uma vez elogio sua dedicação, seu compromisso, além de tudo que foi dito, mas a gente sabe que foi preciso muito comprometimento para poder chegar até este momento, desafios até da sua saúde, não é? E você superou todos eles para que pudesse completar esse trabalho. E aqui vão algumas sugestões de aperfeiçoamento.

Do ponto de vista técnico – depois eu vou falar do ponto de vista setorial –, a Emenda 2.080 é sobre o *split payment*. Não ficou claro que, enquanto não estiver disponibilizado pelos órgãos governamentais, algumas das obrigações acessórias tenham de ser cumpridas. Então, o setor, por exemplo, de alimentos, o setor de aplicativos, Uber, iFood e outros desse tipo, eles têm feito uma reclamação de que se precisaria de um ajuste técnico que está contido na Emenda 2.080, para corrigir e dar segurança jurídica para evitar futuros contenciosos. Está na 2.080.

Eu quero trazer também aqui um tema para deixar vivo no debate, que eu já sei que tem uma posição do Ministério da Fazenda, mas é sobre o Simples Nacional. Quanto ao Simples Nacional, o que se está querendo é se manter a neutralidade da carga tributária. O Simples Nacional, hoje, ele se credita do seu PIS-Cofins. E, na mudança que se está fazendo, se mantém o Simples – o que já foi uma conquista, porque a ideia inicial do Bernard Appy era excluir o Simples, e se manteve –, mas, quanto ao creditamento, não se está pedindo um privilégio; o que se está querendo é o cumprimento da Constituição, que determina que, para os pequenos, deve haver um tratamento favorecido. Nós estamos querendo que a neutralidade da carga, aquilo que já existe hoje, seja preservada e transportada para os pequenos negócios, que na verdade são quem mais emprega e quem mais paga imposto no Brasil. Hoje, para uma grande empresa que chega com cem empregos, se estende até tapete vermelho nos estados. Mas, para um conjunto de pequenos negócios, é difícil ter um gesto.

Então, a Emenda 1.042 trata de dar simplesmente ao Simples o mesmo tratamento que existe hoje. Se a premissa que eu vi todas as vezes aqui no debate era de que nós queremos neutralidade, não há justificativa para dizer que o Simples é subsídio. Pelo amor de Deus, o Simples não é subsídio! Se matar o Simples, a gente está fechando muitas e muitas portas, a gente está levando muitos pais e mães de família para a fila do desemprego sem conseguirem colocar o pão na mesa da sua casa. É a Emenda 1.042.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também, Sr. Presidente e Sr. Relator, quero só fazer o apoiamento – o Cid Gomes já me poupou aqui, não é? Mas é o apoiamento à Emenda 2.106, que tem o mesmo teor da que ele defendeu, a respeito das unimeds, dos planos de cooperativa. Veja só qual é a realidade que está posta no atual projeto. O plano de saúde comercial é taxado menos do que o plano de saúde das cooperativas, por exemplo, a Unimed, que é a mais conhecida, mas entre outras. O que nós estamos querendo é pelo menos a igualdade, não é? O plano de saúde está a 60%; e a cooperativa, a 50% da redução.

Então, não entendo, não compreendo, tentei estudar para entender essa lógica, falei com o Deputado Reginaldo Lopes aqui se ele me explicava, mas até agora não há compreensão por que o plano de saúde comercial, o plano de saúde privado, ele vai pagar um imposto menor do que o plano de saúde feito por cooperativa de médicos. Então está na 2.106 esse entendimento, com argumentação técnica, para que sua equipe possa analisar. E acho que seria bastante justo.

Sr. Presidente, vou fazer aqui uma defesa temática da nossa frente do comércio e serviços e aí eu encerro com esses três temas aqui que eu trago.

Hotéis têm uma redução de 40%, o que já foi um avanço, e há um acolhimento parcial de V. Exa. Só quero fazer a defesa de por que a alíquota de redução de 60% para igualar com o que se faz no exterior. O turista está lá fora, o turista está nos Estados Unidos, está na Europa, está em outro país. Se nós, no Brasil, dermos uma cobrança de imposto maior do que do turismo lá fora é cobrado – e aí tem na nossa argumentação essa tabela internacional –, nós poderemos estar dizendo que o turista acaba não vindo para cá. E 60% de nada é nada – está certo? –, 40% de 100 é 40. Então fica essa avaliação.

Parques temáticos, hotéis e, nessa mesma linha, um tema que foi muito debatido: a questão das passagens internacionais. É para se adotar, Relator, na questão das passagens internacionais, o critério da reciprocidade. Se tem países em que é isenta à vinda, essa passagem da vinda para o Brasil, que na volta possa ser, porque senão a gente vai ter uma passagem de ida e de volta com preço diferenciado, o Brasil cobrando mais caro. Tem um argumento que não me convence, é um argumento esdrúxulo de que, quando a gente deixa mais cara a passagem internacional, a gente está estimulando o transporte interno, a viagem interna. Não é assim que funciona; muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo contrário, um passageiro que vem de fora vai precisar muitas vezes usar também a passagem interna para aumentar o fluxo. Essa é uma das nossas...

Deixe-me apoiar também a Emenda 1.490.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Qual é o número dessa emenda?

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Essa emenda é a 2.099, Relator, de autoria do Senador Rogério Carvalho. Da 2.099, estou fazendo aqui o apoiamento.

Quero apoiar a Emenda 1.490, que já foi tratada aqui pelo Senador Otto Alencar, junto com Omar Aziz, a respeito das bebidas açucaradas, não é? Não é justo que o açúcar esteja na cesta básica e apenas um item que usa esse produto esteja no Imposto Seletivo. Então eu faço a defesa de que haja esse tratamento isonômico – está certo? – para que você possa não estar no Imposto Seletivo. Não é pagar menos imposto, é para que ela não tenha o Imposto Seletivo. O Omar Aziz passa aqui ao meu lado e dá um reforço moral para que eu siga na defesa deste tema.

O mesmo tema, Sr. Relator... Falando de bebidas açucaradas, tem dois temas falando de Imposto Seletivo agora. Tem dois temas que estão no Imposto Seletivo: o tabaco e as bebidas alcoólicas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Eu queria chamar a atenção nesse tema. Aqui o que essas indústrias estão querendo – e elas geram emprego no Rio Grande do Sul – é que se mantenha a carga de hoje, que já é alta. Elas não estão pedindo redução de carga e dizem: "Eu quero pagar o impostão que eu já pago hoje". Agora o texto ficou aberto, sem limite, ou seja, não tem limite. As emendas são a 2.109 e a 2.108. O Imposto Seletivo é o único que diz que, nesses casos, não se observará a neutralidade da carga prevista em 2023. Está lá escrito algo mais ou menos nesse sentido. O que se quer dizer é o seguinte: tem que pagar mais, bebida tem de pagar mais, fumo tem de pagar mais. Agora não pode fechar uma empresa, porque eles têm concorrência com o mercado ilegal. Na hora em que você aumentar demais o imposto, o cara não para de consumir; ele vai migrar para o ilegal, ele vai migrar para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contrabando, fecha-se a empresa brasileira, perdem-se os empregos, perde-se o agricultor, que cultiva, e vai consumir cigarro paraguaio.

Então, fica aí a defesa. São as Emendas 2.109 e a 2.108.

E, por último, encerrando, Presidente, dentro do meu tempo – ainda tenho ali um minuto e meio –, na 2.117, Relator – e aí é um tema que você conhece de perto –, houve, da sua parte, a supressão do art. 466, que trata da Zona Franca de Manaus, o texto que veio da Câmara. E a assessoria técnica disse que ele havia sido substituído pelo 452, que é a redução do IPI dos produtos que são industrializados na Zona Franca de Manaus. E aí se criou – diferentemente do que diz no art. 126 do ADCT...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... um sarrafo de 6,5%. Só teriam a alíquota do IPI reduzida a zero os produtos que tivessem de 6,5% abaixo. Na PEC não havia...

Eu queria entender de V. Exa. qual o critério para esse sarrafo técnico de 6,5%, porque produtos que estão acima de 6,5% não sofrerão essa redução da alíquota. Então, essa supressão do 466, que veio da Câmara dos Deputados, se foi esse o intento de V. Exa. e se não há uma redação que possa contemplar nesse sentido.

Eu agradeço, mais uma vez, o gesto, dentro dos meus 22 segundos, agradeço o trabalho. É um tema por que eu sou apaixonado, me dedico, procuro conhecer, mas trabalhar com a relatoria de V. Exa. me fez aprender ainda muito mais, com muita humildade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo Senador inscrito, Senador Presidente Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para discutir.) – Meu caro Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores; Eduardo Braga, meu querido Relator, em primeiro lugar, meus cumprimentos mais uma vez pela maneira como você se dedicou à regulamentação da reforma tributária. Aliás, igual dedicação V. Exa. teve com relação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... à relatoria da própria reforma.

Eu queria, atendendo a um pedido do Senador Fernando Farias e da nossa querida Senadora Tereza Cristina, defender rapidamente uma emenda de redação que nós apresentamos ao art. 418. Trata de pegada de carbono, que se torna absolutamente imprecisa, e, por isso a necessidade de, através de uma emenda de redação, acrescentar "do ciclo, do berço ao túmulo". Não altera o mérito e acrescenta essa expressão para explicar exatamente a pegada de carbono.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não é de berço a berço, não?

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Porque a circular, Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A economia circular é berço a berço.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone.*) – Não, não é. É de berço a túmulo. É isso mesmo, apesar de ser esdrúxulo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Como é?

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... apesar de ser esdrúxulo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É o art. 418.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – A emenda qual é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A Emenda é a 2.161.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – A pegada de carbono ainda não é um termo utilizado. Utilizado é este: de berço ao túmulo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ao túmulo?

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – É, do início do uso até o final. Então, é esdrúxulo, mas esse é o nome correto.

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É a 2.161.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É uma emenda de redação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas essa 2.161 é a que o Humberto Costa defendeu e com que eu me solidarizei. É berço a berço; 2.161.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas mudou agora, não é o negócio do túmulo?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, mas é... Dá licença? A 2.161 é a emenda do Senador. Primeiro que falou...

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim, senhor: 2.081 e 2.161.

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos continuar a lista de Senadores inscritos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – A 099-8, está aqui a emenda. Está aqui a emenda. A emenda que ele defendeu é outra. O disposto no inciso IV do §3º não se aplica a operações onerosas destinadas ao cumprimento de obrigações ambientais vinculadas, é 099.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Presidente Renan, terminou? (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito, Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Bom, Presidente, Sras. e Srs. Senadores, inicialmente eu também quero reforçar aqui o reconhecimento do trabalho que o nosso Relator, meu querido conterrâneo Eduardo Braga, desempenhou na construção de um texto tão complexo, de um projeto tão complexo e que exigiu – deve ter exigido de você, meu querido amigo – muitas, muitas horas de trabalho seu, da sua assessoria e de todos nós aqui.

Quero agradecer o acatamento das emendas que eu apresentei – a maioria foi acatada –, mas eu queria fazer uma solicitação a V. Exa. Isso é uma emenda minha, é uma emenda semelhante à minha. O Senador Mecias tem uma emenda com o mesmo teor – e o Senador Davi –, para a gente contemplar não só a indústria, mas o comércio nas áreas de livre comércio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – O comércio está contemplado. O comércio está contemplado, Mecias. Está contemplado, inclusive igual à Zona Franca de Manaus.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pronto, então...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Presidente, eu posso falar ou...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pode, pode. Eu lhe concedo um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, espera lá, à fala compartilhada não chegamos ainda. (*Risos.*)

V. Exa. está inscrito também aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mas eu não terminei, então.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está com a palavra.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Então, está bom. Então, já que está contemplado, Mecias, eu quero agradecer. Bom, a garantia do nosso Relator é que está contemplado, então vai ficar consignado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Posso explicar?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pode, pode explicar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Eu vou explicar.

Veja, a Área de Livre Comércio de Boa Vista tem uma peculiaridade específica, está certo?

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O que nós estamos fazendo, em questão inclusive de justiça, é pegar essa peculiaridade específica e estender para as áreas de livre comércio do Amapá, do Acre, de Rondônia, para poderem todas ter exatamente o mesmo benefício: CBS igual a zero e crédito presumido nas operações comerciais. CBS igual a zero e crédito presumido nas áreas de livre comércio, é exatamente o que é o da Zona Franca de Manaus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Meu querido amigo Senador Eduardo Braga, V. Exa. fala apenas dos produtos nacionais...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Mas importados, amigo, não estão na área...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Mas hoje nós já temos isso, hoje nós já temos isso. O que está agora, eu vou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – As importações na Zona Franca de Manaus também têm CBS zero e crédito presumido. Nós estendemos e demos a mesma competência da Zona Franca de Manaus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O senhor me permite só ler o art. 105, só para dizer que nós já temos hoje sobre importação...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu estou dizendo que foram estendidos os benefícios da Zona Franca para as áreas de livre comércio! Estão nivelados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Na lei, o bem de importação não está...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu não acredito.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... quando V. Exa. inclui, no art. 457, "realizada por indústria", V. Exa...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Isso é outra coisa! Isso não é comércio! Desculpe, isso não é comércio. Isso aí é o que vocês têm com preponderância de matéria-prima regional. É a pré-condição da área de livre comércio.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Fica suspensa a incidência do IBS e da CBS na importação de bem material realizada por indústria...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Para aqueles que têm PPB com preponderância de matéria-prima regional.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – No artigo que a assessoria – o Dr. Danilo e um outro aqui – me mostrou, fala só de produtos nacionais, não fala de importação. Portanto, exclui o comércio que já é permitido hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, não, não, querido! Desculpe. O artigo inclusive equipara as áreas de livre comércio à Zona Franca de Manaus na área comercial.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu não sei se foi uma falha da nossa assessoria, porque a nossa assessoria não conseguiu...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... a nossa assessoria não conseguiu...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Mecias, deixe o Senador Hiran garantir aqui a palavra.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Bom, o Relator...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não perca a paciência com o seu conterrâneo. E o Mecias é pequenininho também, merece de nós todo o carinho e respeito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Agora, Relator, eu também queria fazer um pleito a V. Exa.

Existe a Emenda 39, e eu vou puxar aqui um pouco a brasa para minha sardinha. Não ficou consignada nos dispositivos médicos uma redução de alíquota para lentes oftálmicas. As lentes oftálmicas não são só lentes de óculos que corrigem a visão. Nós temos, no Brasil, uma dificuldade de acesso a exames de refração de pessoas humildes, que não podem comprar óculos. Então, eu acho que a gente precisa olhar para isso. E, quando incluímos lentes oftálmicas também, nós usamos lentes que são utilizadas como dispositivo na nossa cirurgia de catarata. O senhor sabe que todos nós, ao chegarmos aos 55, 60 anos, vamos operar de catarata.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Qual é o número da emenda?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É a Emenda 39. Emenda 39.

Então, esses eram meus dois pleitos. Eu quero agradecer a V. Exa. pelo acatamento de 23 emendas aprovadas...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Lentes o quê?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Lentes oftálmicas. Lentes oftálmicas. As lentes que corrigem defeitos da visão.

Obrigado, Relator.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu quero só me inscrever. Tem quantos Senadores ainda inscritos, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tem 63, mas eu vou inscrever V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eu sou a número 64, sexagésima quarta. Eu espero. Eu sou brasileira resiliente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Marcos Rogério. Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, veja que nós estamos neste momento discutindo na CCJ a proposta de reforma tributária – na verdade, a regulamentação de um texto que foi colocado na Constituição Federal e agora vem a parte prática da reforma tributária.

Eu, antes de fazer algumas ponderações, queria primeiro reconhecer o esforço gigante do Relator desta matéria, Senador Eduardo Braga, que se dedicou, realizou diversas audiências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas, procurou acolher um conjunto de emendas dos Senadores, das Senadoras, para apresentar o relatório que apresenta no dia de hoje. Então, ninguém aqui pode desconhecer ou não reconhecer o esforço do eminente Relator, Eduardo Braga.

Agora, por outro lado, Sr. Presidente, obviamente, mesmo fazendo todo o esforço de reconhecimento que é verdadeiro, isso não é para mim o bastante para votar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Só um minuto, Líder.

Deixe-me fazer um pedido aqui para o Senador Mecias e para o Senador Hiran. Desde o começo está esse impasse de interpretação. A gente não está conseguindo ouvir aqui. Dá para ir ali para a sala da Presidência com os consultores, por gentileza? O Appy até vai para lá para ajudar também.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, o.k. Só peço para repor o tempo regimental.

Então, Sr. Presidente, veja V. Exa. esse tema é um tema que demorou 58 anos para o Parlamento Brasileiro ter a coragem, a disposição de enfrentá-lo numa reforma profunda e estruturante. Ao mesmo tempo, isso não nos dá o direito de, de forma açodada, de forma atropelada, fazermos a votação desta matéria.

As evidências de que o que eu estou falando é verdadeiro e não pode nos dar esse salvo-conduto para votar é o que nós estamos vendo nesta CCJ: colegas lendo um texto, dizendo uma coisa e o Relator dizendo outra. É a prova de que nós não temos ambiente de segurança para votar esta matéria nos termos em que ela está estabelecida. O texto... Repito, o Relator fez um esforço gigante para aprimorar o texto que veio da Câmara dos Deputados, mas esse texto não está maduro, não há segurança para o conjunto dos Senadores.

Eu começo, Sr. Presidente... E aqui é uma mudança de matriz no modelo tributário nacional: nós estamos migrando de um modelo que respeitou o pacto federativo para um modelo que fragiliza, senão compromete o sistema federativo nacional. O nosso modelo federativo é trino: é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

composto pela União, pelos estados/Distrito Federal e municípios. Pressupõe autonomia. Pressupõe espaço para os estados atuarem dentro de suas vocações, estimulando, sobretudo, o desenvolvimento regional.

E aqui começo, Sr. Presidente: nós estamos em sede de CCJ. A mim, nesse ponto, essa proposta padece de um vício de inconstitucionalidade – inconstitucionalidade –, por violação ao princípio federativo.

Digo mais: o modelo estabelecido coloca o Brasil como um *player* global. É um *player* nacional. Essa proposta atende aos ditames, aos desejos, ao anseio de entidade que respeito, mas que não pensa no desenvolvimento regional a partir de estados, como o meu estado de Rondônia.

Respeito a CNI, respeito Fiesp, respeito as grandes entidades nacionais que defendem a reforma tributária, mas essa reforma tributária interessa ao Estado de São Paulo, essa reforma tributária interessa aos grandes centros consumidores, mas vai aniquilar o desenvolvimento regional no Brasil. Vai aniquilar o desenvolvimento da indústria regional.

As indústrias lá do Mato Grosso, Mauro, meu caro Senador, estão com os dias contados. A indústria lá do Estado de Rondônia tem dias contados. Não sobreviverão, porque essa reforma tributária aniquila o nosso poder de sobrevivência no aspecto regional.

Aquilo que poderia ser uma alternativa à nossa realidade regional acabou passando ao largo, quando da votação da emenda à Constituição, quando não se respeitou o escopo da Amazônia Ocidental. Nem isso tivemos respeitado.

Agora, nós estamos diante de um ambiente de regulamentação em que os limites foram estabelecidos lá atrás.

Agora, essa proposta interessa a Rondônia? Não. Essa proposta interessa ao Acre? Não. Essa proposta interessa ao Mato Grosso? Não. Essa proposta interessa ao Amapá? Não. Essa proposta interessa aos estados do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste? Não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O Espírito Santo...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... com a vocação que tem lá, região portuária...

Sr. Presidente, então eu estou aqui a fazer uma fala, e ela deveria...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... ser até mais técnica, do ponto de vista constitucional. E, do ponto de vista constitucional, eu identifico um vício constitucional por violação ao princípio federativo. Mas, do ponto de vista de mérito, eu não posso deixar de fazer aqui ecoar a voz de defesa do meu Estado de Rondônia, a voz de defesa das empresas que estão no Estado de Rondônia, que foram para lá, estimuladas que foram, para promover o desenvolvimento regional, que a Constituição de 1988 estabeleceu como meta da Constituição Cidadã, e hoje nós estamos desfazendo esse princípio, desfazendo esse norte, a partir de uma reforma que tem como foco os grandes centros consumidores brasileiros.

Então, eu concluo a minha fala, Sr. Presidente, dizendo que, além desses aspectos que eu estou mencionando aqui, é uma proposta que também representa aumento da carga tributária do país.

Promessa inicial: 25% do IVA. Teremos o IVA...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... mais alto do planeta.

Estou concluindo, Sr. Presidente.

Teremos o IVA mais alto do mundo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Texto do Governo veio com 26,5%. O texto da Câmara sai com 28%. Agora, fala que o texto do Senado tem 28,1%. Eu não sei de onde tiraram esse número, porque, com as concessões que foram feitas aqui, num esforço do Relator para atender setores... E eu não estou dizendo que o esforço foi errado. Quem está errado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Um minuto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quem está errado, Sr. Presidente, é quem não fez o cálculo do impacto disso. E o Governo critica esse ponto, mas, ao mesmo tempo, não diz de onde tirar, de onde cortar. Então, nós estamos diante de uma situação que não é de equação fácil, não é de equação simples. Eu apresentei a emenda que trata dos refrigerantes, dos açucarados, eu também apresentei...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para concluir, Líder.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Foi retirada, continua no Imposto Seletivo, numa incoerência, a mim, técnica, porque você tem, de um lado, o açúcar na cesta básica...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para concluir.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Estou concluindo.

De outro, os refrigerantes em outra extensão.

E aí, uma última emenda que apresentei, a do café, também foi rejeitada. O café torrado está lá, mas, do mesmo jeito que o arroz e o feijão não se compram no mercado cozidos, o café meu pai e minha família compram *in natura* e fazem a torrefação em casa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, tem muitos pontos que nós temos que discutir com mais tempo, com mais cautela e com mais profundidade. Por isso a posição que manifesto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próxima Senadora, Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, cumprimento V. Exa., bem como todos os colegas Senadores e Senadoras, e de forma muito especial o Relator, o colega Senador Eduardo Braga, a quem compreendo na tarde de hoje, desde já, com o bombardeio de informações...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Por gentileza...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – E a paciência de V. Exa., para ser extremamente objetiva, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Só um minuto que a Senadora Daniella gostaria de falar com o Relator aqui.

Com a palavra a Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Sr. Relator, Senador Eduardo Braga, gostaria de solicitar o acolhimento de emenda de minha autoria que inclui e atualiza o rol de atividades do setor de eventos no Anexo X. Essa emenda é a de nº 2.049, Anexo X do PLP 68, de 2024. Essa solicitação não é mais do que o cumprimento do acordo estabelecido quando da aprovação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – É a 2.049, lembrando que foi um acordo feito quando da aprovação da Emenda Constitucional 132, de 2023. Eu conversava com a assessoria de V. Exa., que dava conta de que apenas uma única descrição foi acatada. Então, não haveria dificuldade, conversando com sua assessoria, para que outras fossem acatadas. Afinal de contas, ficou 0,01% diante daquilo que foi colocado e acordado naquele instante. Então, peço de V. Exa. a anuência nesse sentido.

Também, a Emenda nº 00891, que trata também...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – É a 891. Ela busca trazer isonomia para as cooperativas de saúde. É a mesma questão que trouxe aqui o Senador Efraim e o Senador Cid também. A 891 busca trazer isonomia para as cooperativas de saúde, porque, ao limitar em 50% a dedução dos custos com repasses aos médicos cooperados, acarreta-se forte impacto concorrencial negativo nas operadoras cooperativas, pois as operadoras comerciais ficaram com 100%, tornando-se mais caras que as operadoras comerciais. Bom, entregando o número da emenda e compactuando com outros colegas Senadores...

E, por fim, Sr. Relator, eu gostaria também de apoiar a Emenda, da Senadora Mara Gabrilli, nº 01446, que trata de serviço de saúde, de seguro para – a gente falou hoje, mas não quero falar de caixão – funerárias, planos de saúde...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Plano funerário. Eu estou aqui com a emenda. Eu estou tentando ser mais rápida aqui, porque V. Exa. tem uma lista ainda para responder, mas está bem aqui a emenda: planos de assistência funerária...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Isso, é a nº 01446. Eu gostaria também de apoiar... É a 01446. Está bem?

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O próximo Senador inscrito é o Senador Eduardo Gomes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar o Relator Eduardo Braga por todo o trabalho que tem feito já nessa segunda etapa da análise da reforma tributária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, gostaria de defender um destaque sobre uma emenda que, na versão passada, foi votada e acatada pelo Relator, e, no final do ano, nós tivemos uma tramitação absolutamente rápida na Câmara e não foi possível manter essa emenda no texto da Câmara. Vou me ater apenas a esse destaque, Sr. Presidente, assim que o Relator puder...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sim, sim.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Apenas para registrar, Sr. Relator, que algumas emendas que foram feitas com o mesmo intuito de recuperar a paridade tributária do saneamento – água e esgoto – com o serviço de saúde.

A gente sabe que há momentos em que as matérias tramitam no Senado e na Câmara com uma certa sintonia; em outros momentos, até por conta do ano legislativo, do momento, isso não é possível; mas agora a gente tem a intenção de esclarecer esse assunto e pedir apoio...

As emendas foram todas unidas na Emenda nº 1.612 ao PL 68, de 2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços e o Imposto Seletivo, e dá outras providências, no setor de água, tratamento de esgoto e de saneamento, pela evidente característica de que investimento em saneamento é investimento na saúde. E a gente entende que, durante todo o debate de construção com o setor e com os Governos de estado, com os municípios, com a Confederação Nacional de Municípios, foi possível entender que é um assunto em que há concordância. Então, até para identificar qualquer oposição a esse benefício da sociedade, a gente está se unindo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Nesse caso, é a emenda...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – O destaque está aqui: 246.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – É porque foi 1.612, nós mudamos o destaque, para não haver nenhum tipo de vício com relação à possibilidade de inconstitucionalidade.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, espera aí. O destaque é a emenda que trata a questão do saneamento?

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É a 246. Não é a 1.612. Então o destaque está errado.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Vamos corrigir o destaque então.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pode corrigir o destaque...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, só um minuto. É porque tem 11 destaques.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, mas é porque essa seria a única que não teria vício de constitucionalidade, por isso essa foi escolhida para ser destacada.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Então esse é o destaque partidário.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Esse é o destaque partidário.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Isso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, o destaque partidário é o 1.612.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Então não é esse?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pelo visto eles vão tirar esse destaque e apresentar outro. É o outro destaque, não vai ser mais esse.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. *Fora do microfone*.) – Vamos trocar. Não trocaram lá ainda não?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Está errado o destaque.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Qual é o número da emenda, Sr. Presidente, Sr. Relator?

Não atende, porque ela tira qualquer possibilidade de... (*Pausa.*)

Só corrigir o número da emenda, Presidente. Enfim, o nosso pedido... (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Você tem que trocar o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vai trocar o destaque.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Vai trocar o destaque.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Porque o destaque está com a Emenda 246.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vai trocar o destaque?

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Exatamente. Obrigado. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concluiu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Concluiu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP) – Se me permite, Sr. Presidente, só perguntando.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP) – Está destacada a 246.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP) – É o destaque do PL?

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – É o destaque do PL, mas nós vamos corrigir o número do destaque por conta da emenda que atende melhor o assunto sem vício de constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas pode fazer até o final da discussão. Pode fazer, está certo.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – O.k.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP) – Só lembrando: apoiando esse destaque.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP) – Fazendo o devido apoio a esse destaque.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Está prejudicado, só tem que trocar.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sim, vou trocar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Sim, porque o destaque vai para a ata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não tem número ilimitado de destaque, tem que escolher o destaque que vai apresentar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Então, só que tem que consertar o destaque. Tem que riscar e colocar...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Não foi retirado, porque ele leu. Não foi retirado porque ele leu, nós vamos consertar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É só fazer. É só fazer.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Obrigado, Presidente. Obrigado, Relator.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Para não colocar o destaque errado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Líder.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – O.k. Está esclarecido. Obrigado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Líder.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra o Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, o que nós estamos almejando ser contemplado pelo Relator, Senador Eduardo Braga, é algo mais simples e que, inclusive, o Relator disse que já estaria atendido isso no pleito. Ele acaba de me mostrar ali o 449, que fala da Zona Franca de Manaus .

O que nós estamos pedindo na Emenda 1.796 e na emenda que foi reapresentada, na 2.164, é que no art. 457 fosse substituída a palavra "indústria" por "contribuinte". Ele diz aqui no art. 457:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Fica suspensa a incidência do IBS e da CBS na importação de bem material realizado por contribuinte". É a nossa proposta. Ele fala de "por indústria" . Quando ele coloca "por contribuinte", permite ao comércio e à indústria; quando ele coloca "indústria" só permite ao comércio, mas essa é uma emenda.

A outra emenda seria de proteger os produtos considerados de vocação local, que V. Exa. disse que estava.

Os assessores que vieram aqui comigo disseram que não está incluído, e olharam junto comigo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Líder, eu não encontrei...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... e os assessores que foram indicados por V. Exa. e pela Presidência não encontraram. Deixe-me só...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Presidente, eu só preciso ter...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Posso ler para V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu queria pedir a atenção aqui do Plenário...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Posso ler para V. Exa.?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Por gentileza.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Aqui:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inscrição específica e aprovação de projeto técnico-econômico pelo Conselho de Administração da Suframa, para desenvolvimento de atividade de industrialização de produtos em cuja composição final haja preponderância de matérias-primas de origem regional, provenientes dos segmentos animal, vegetal, mineral, exceto os minérios do Capítulo 26 da NCM/SH, ou agrossilvopastoril, observada a legislação ambiental pertinente.

Está aqui, escrito.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Senador Eduardo Braga, nós estamos falando de produtos (*Falha no áudio.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Hã?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – De produtos com vocação local, regional.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Meus queridos, só um minuto...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – A lei que cria as Áreas de Livre Comércio...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... não permite isso. Não permite isso. Desculpa. Não permite.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Queria pedir a ajuda aqui dos nossos assessores, dos assessores dos Senadores e das Senadoras, dos consultores e dos nossos convidados. Nós estamos aumentando o volume do som aqui, e não estamos conseguindo escutar.

Com a palavra, o Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Senador Eduardo, o que V. Exa. acaba de ler é com referência à Zona Franca Verde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não. É sobre as Áreas de Livre Comércio na área industrial. Desculpa. Eu não tenho culpa se o assessor não tem essa informação para lhe dar.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – A sua assessoria também não conseguiu me mostrar isso aqui.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Está escrito. Está aqui, escrito. Eu vou ler...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Também não conseguiu.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Vou ler de novo.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Não. Eu já ouvi o que V. Exa. leu.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Eu entendo que V. Exa. possa estar sem paciência, mas V. Exa. está aqui para o debate, para ouvir, e eu tenho muito respeito por V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – O.k. Eu vou só ouvir V. Exa. Não tem problema.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Eu tenho muito respeito por V. Exa., mas eu quero que tenha o mesmo respeito comigo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Eu tenho respeito, e V. Exa. sabe que eu tenho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – A recíproca é verdadeira.

Então, a nossa solicitação, da segunda emenda, seria essa aqui. V. Exa. está dizendo que está atendida. Eu não reconheço assim e os assessores que V. Exa. encaminhou também não.

Agora eu volto lá para a outra emenda.

O art. 463 do texto que V. Exa. apresentou foi uma ideia, inclusive, creio, de um assessor seu, o Marcelo, que esteve aqui comigo, foi Presidente da Suframa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Está bom. Está ótimo.

Ele veio aqui e ajudou. Se não puder trocar na frase "indústria" por "contribuinte", o que atenderia o comércio... Porque hoje nós já somos isentos do II, nós já nós temos essa isenção.

No art. 453, V. Exa. descreve: "Ficam reduzidas a zero as alíquotas da CBS incidentes sobre as operações realizadas por pessoas jurídicas estabelecidas na Área de Livre Comércio com bem material de origem nacional [...]". Nós estamos falando de bens importados.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – É a decisão do Supremo.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O quê?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Sobre a Zona Franca e as áreas de livre comércio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O que a gente quer é só que V. Exa. coloque aqui, depois de "bem nacional", coloque "e importados". Só isso, pronto. Se V. Exa. colocar isso, acabou o problema, não precisa tanta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – V. Exa. está pleiteando e eu estou dizendo que eu tenho um impedimento do Supremo Tribunal Federal. Não vale nem para zona franca, nem para as áreas de livre comércio. Todas as extensões da zona franca foram dadas às áreas de livre comércio. E aí, nós vamos ao voto e o que o voto decidir vai para o relatório.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Então, está sendo excluído das áreas de livre comércio?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, quem decidiu isso foi o Supremo Tribunal Federal. Enquanto isso, nós não podemos modificar a decisão do Supremo Tribunal Federal.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Nós somos protegidos pelas leis que criaram as áreas de livre comércio. Nós só queremos dar continuidade a isso. É a mesma coisa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Eu estou dizendo, o texto da zona franca foi reproduzido para área de livre comércio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Zona franca, Senador Eduardo Braga, é indústria.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, é comércio.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – É preponderantemente indústria a zona franca.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É comércio.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Roraima não tem indústria, é um comércio pequeno e temos essa isenção hoje. É só um pedido que estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazendo. É um pleito inclusive que todos os secretários da Região Norte, onde tem área de livre comércio, estão fazendo. (*Pausa.*)

Esse pleito, Senador Eduardo, veio dos secretários de Fazenda do Amapá, de Rondônia, de Roraima, de todos os estados que têm a área de livre comércio na Amazônia Ocidental. Nós estamos reproduzindo assim, tanto é que tem emendas minhas, do Senador Davi, do Senador Hiran, do Senador Confúcio, de todos. (*Pausa.*)

Na própria fala de V. Exa., V. Exa. diz: "Comparados à [...] [Zona Franca de Manaus], os benefícios das [...] [áreas de livre comércio] possuem menor magnitude". Fala de V. Exa. feita ontem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Mas não era oficial.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – "No entanto, as desonerações previstas no PLP refletem, com fidedignidade, os níveis de benefícios previstos na legislação [...]".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP) – Senador Mecias...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Se V. Exa. reconhece...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP) – Mecias, querido Mecias, deixe-me dar uma sugestão? Acho que é uma convicção formada pelo ilustre...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP) – ... pelo ilustre Relator em relação ao tema, e, assim, tem a sensibilidade do tema que V. Exa. está aqui apresentando, sobretudo das nossas bancadas, que têm a mesma circunstância, que têm áreas de livre comércio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a sugestão que eu faria a V. Exa. é se poderia apresentar isso como um destaque, porque eu acho que seria o meio mais prático de estarmos resolvendo essa controvérsia, num encaminhamento seguinte à discussão, no voto aqui, com o destaque apresentado.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Nós já fizemos um destaque com relação ao prazo, à prorrogação, Senador Randolfe, do prazo de 2050 para 2073, a mesma que foi dada à Zona Franca de Manaus. Nós só queremos o mesmo equilíbrio, os mesmos benefícios já previstos na Constituição. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Deixe-me dizer uma coisa para V. Exa.: o imposto de importação não é um imposto de bens de consumo, ele não está sendo tratado neste PLP, pelo amor de Deus – pelo amor de Deus! Nós estamos tratando de IPI, PIS/Cofins, ICMS e ISS. O imposto de importação sobre o qual o assessor de V. Exa. tanto insiste não é tratado nesta lei. Eu estou dizendo que nós estamos dando o tratamento constitucional, judicial sobre a matéria. O imposto de importação não é tratado neste PLP. Este é o argumento que eu espero que V. Exa. entenda. Não... É além da minha vontade, ou V. Exa. acha que eu não gostaria de botar na Zona Franca de Manaus, nas áreas de livre comércio, a liberação do imposto de importação? Ou V. Exa. acha que eu não gostaria de fazer isso?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – V. Exa. acabou de citar o IPI.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, o IPI, sim.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – E nós estamos falando também do imposto de importação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, o imposto de importação não está... II...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – IPI, sim; II, não, mas nós já temos hoje, pela área de livre comércio, o II.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, mas o II não é tratado nesta lei!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP. *Fora do microfone.*) – É isso que ele está falando.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O II não é tratado nesta lei, pelo amor de Deus!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O IPI, sim. O IPI está garantido.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para V. Exa. concluir, Senador Mecias, o tempo. (*Pausa.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – V. Exa. está garantindo o IPI?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O IPI, sim – o IPI, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP) – Desculpe-me, Eduardo.

O IPI está contemplado. O II não é escopo da lei.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sim, eu sei, entendi.

Mas em qual artigo V. Exa...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O IPI, inclusive, eminente e querido Senador Mecias, está previsto nos processos industriais das áreas de livre comércio. E o IPI está abrigado. Quando V. Exas. compram, lá no Estado de Roraima, veículos destinados ao consumo interno, V. Exas. são isentos de IPI nas picapes. V. Exa. sabe disso. Agora, na importação, não existe PIS/Cofins. Eu não posso tratar disso. O assessor de V. Exa. está confundindo a legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Senador Eduardo, fale de mim, não fale do meu assessor, não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, tá bom.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Fale de mim, fale de mim. O meu assessor é meu assessor, mas quem está no debate com V. Exa. sou eu.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Tá bom, mas é ele quem está no seu ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador, para V. Exa. concluir rapidamente.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Não entendi, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para V. Exa. concluir.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O IPI...

O Senador Eduardo Braga poderia nos atender apenas incluindo aqui, depois de "origem nacional", o importado, que está atendendo dentro do IPI, porque V. Exa. trata, nesta lei, do IPI.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está feito. Já está registrado aqui, está anotado aqui.

Próximo Senador inscrito, Senador Otto Alencar... Senador Omar Aziz.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O IPI está incluído na CBS dentro das áreas de livre comércio.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu já, ontem, felicitei, na hora...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... em que o Senador Renan Calheiros presidia essa sessão, o Senador Eduardo Braga, parabenizei-o e disse que o trabalho que ele fez foi um trabalho excepcional.

Nós temos algumas...

Eu pediria aos colegas e às Senadoras e aos Senadores, porque eu estou aqui há quatro horas, sentado, esperando começar esta sessão para poder falar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu estou ouvindo calado aqui. Eu não perturbei ninguém, por enquanto. Senão, vamos acabar... Não vai ter discussão aqui se ficar uma discussão paralela.

Senador Eduardo, tem um pedido do Senador Vanderlan, que eu, como Líder do PSD, fiz, que trata de bolachas e biscoitos de consumo popular, da hipótese de se reduzir em 60% a alíquota do IBS e da CBS. É um destaque do PSD a pedido do Senador Vanderlan. A nossa Bolacha de Motor deverá ser incluída nisso, não é? A Maria também. Até...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Qual é o número da emenda?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A emenda, Senador Eduardo Braga, é a nº 1.836. Essa é a Emenda 1.836, do Senador Vanderlan, assinada por mim.

Eu não vou nem questionar essa questão de açucarado, porque também estou aqui com um pedido, e o Senador Otto já defendeu isso, porque também tem uma coisa aqui no país que é uma brincadeira. Chocolate ninguém está botando no Imposto Seletivo, mas Toddynho, achocolatado e outras coisas mais, mais e mais não estão no Imposto Seletivo. Mas aí vão colocar refrigerante, porque é de consumo popular. Agora, bebida que rico toma não estão colocando. Pobre não toma suco caro, porque não tem dinheiro para... Não está na cesta básica. Mas o rico toma. Pobre não, tem que pagar. Está no Imposto Seletivo. Um refrigerante que um cara, com muito sacrifício, num domingo... Principalmente as famílias italianas fazem uma macarronada e colocam lá o refrigerante. Ele vai ter que pagar o Imposto Seletivo. Já o cara que é rico coloca um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suco no café da manhã bonito, naquelas jarras de cristal, para todo mundo tomar, e não tem problema nenhum.

Já tratamos sobre esse assunto, mas eu quero aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... falar sobre uma outra questão.

Eu conversei com o Senador Rogério Carvalho e ele retirou o destaque sobre a emenda que eu fiz em relação à indústria do meu estado. Ele entendeu, me ligou há pouco, dizendo que conversou com o Líder Jaques Wagner e foi retirado o destaque. Mas eu queria aqui repor algumas colocações, Senador Eduardo Braga, para deixar bem claro aos Senadores de outros estados que não tem estado que vai perder mais em arrecadação do que o Estado do Amazonas.

Senador Moro, a produção do meu estado vai ajudar muito em arrecadação do Estado do Paraná, mas muito. Tenha certeza de que vocês vão arrecadar mais do que arrecadam hoje, com a produção feita no Estado do Amazonas. O Estado do Amazonas depende do fundo constitucional para sobreviver com seus serviços básicos futuramente, porque está saindo da origem para o destino e nós somos um povo pequeno e que consome pouco. A partir do momento em que a gente consome pouco, nós não vamos arrecadar na origem.

Em relação à informática, todas as indústrias no Brasil, inclusive as que estão no Paraná, têm que agradecer à bancada do Amazonas por ter dado competitividade a elas. Quem nunca participou de discussão técnica sobre esse assunto... Vem aqui um lobista qualquer e influencia a cabeça de um Senador ou de uma Senadora sem ele se aprofundar na questão.

Nós temos que parar com isso, até porque hoje o incentivo que a zona franca tem, que todo mundo fala que é um paraíso fiscal... Não, ela é o paraíso do Fisco. Nós arrecadamos para o Orçamento da União, para a União R$25 bilhões e recebemos somente R$7 bilhões de volta anualmente. No Norte, o primeiro é o Estado do Amazonas que mais coloca dinheiro nos cofres da União – o segundo é o Estado de Rondônia –, e recebemos menos de um terço, Senador – menos de um terço –, de volta para o povo amazonense. Essa é a primeira questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda questão: não tem nenhum estado que proteja tanto a floresta como o Estado do Amazonas protege a sua floresta, para todo mundo fazer *mise-en-scène* no mundo todo, à custa do caboclo e do povo amazonense, que fazem esse sacrifício para que o agronegócio seja lucrativo, para que a gente possa ter uma indústria forte no Sul do país! Nós fazemos um sacrifício, sim, e isso é que tem que ser levado em consideração; por isso, a nossa luta.

Em relação a bens de informática, a bens finais de informática, vamos deixar muito clara aqui uma coisa: a zona franca tem incentivo fiscal, e o resto do Brasil tem incentivo financeiro, Amin. Há uma diferença muito grande entre incentivo fiscal e financeiro. Sabe por quê, Senador Amin? Porque, lá atrás, nós, para sermos brasileiros e sermos respeitados pelos brasileiros, abrimos mão, através da Organização Mundial do Comércio, que só permite incentivo fiscal à Zona Franca de Manaus porque ela defende e protege a Amazônia! Deixa a floresta em pé! É esse o sacrifício que nós estamos fazendo!

Essa reforma tributária não diga que é boa para a arrecadação do meu estado! Não é verdade! Nós vamos depender da boa vontade do governo de plantão, que cumpra os fundos constitucionais! E nós sabemos muito bem como é que funciona a Lei Kandir, como é que funcionam outras leis neste país. Nós estamos atirando no escuro, mas estamos apoiando-a.

Agora, querer colocar – chegar aqui lobista que vive de *lobby* – e querer convencer Senadores a dizer que nós estamos levando vantagem na reforma tributária é uma das maiores mentiras, ignorâncias e incompetências de quem fala isso! Não há vantagem!

Se alguém me provar que, neste momento, nesta reforma tributária, o Amazonas está ganhando alguma coisa... Zero, Senador Amin! Nós só pedimos igualdade. Nós não pedimos mais do que isso. Nós sempre socorremos nossos pares aqui desta Casa. Isso para nós é uma insegurança, porque o Senador Eduardo Braga, se não fosse brasileiro e não estivesse pensando no Brasil, sentava em cima disso e votava no ano que vem, até termos a segurança de que a Câmara vai manter aquilo que nós mudamos aqui. Essa segurança nós não temos.

Estamos confiando na palavra do Arthur Lira, estamos confiando na palavra dos Relatores, estamos confiando na palavra do Bernard Appy e estamos confiando na palavra do Haddad. Isso é o que nós estamos fazendo. Nós estamos colocando o nosso futuro, o futuro da economia do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu estado na mão dos outros, quando nós temos agora o futuro da reforma tributária na mão de um amazonense.

Eu só quero deixar bem clara essa questão, bem clara! O Amazonas não ganha nada. Zero! Nós queremos manter a nossa competitividade, não queremos tirar nada de estado nenhum. Se algum estado está perdendo, não é culpa da zona franca, e não é acabando com a zona franca que vai melhorar a vida de qualquer outro estado brasileiro. É essa compreensão que eu quero que alguns Senadores que pensam dessa forma pensem como eu estou pensando.

E sou a favor, Senador Amin, que sejam revistos todos os incentivos fiscais que são dados – inclusive, virou uma cultura para quem já tem estrutura, logística, infraestrutura e continua mamando na teta do povo brasileiro.

Era isso aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo Senador inscrito, Senador...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Desculpa, tem também um destaque da Senadora Mara Gabrilli, Senador Eduardo, nº 1.462.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Esse já está destacado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo Senador inscrito, Senador Laércio Oliveira.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente Davi Alcolumbre, Sras. e Srs. Senadores aqui presentes, nobre e dileto Relator do PLP 68, quero fazer três considerações, desde já agradecendo toda a atenção de V. Exa.

A Emenda nº 2.129, que apresentei e foi rejeitada por V. Exa., trata de um assunto muito sério. Gostaria de pedir a consideração de V. Exa. É com referência às empresas prestadoras de serviços, intensivas em mão de obra.

(*Intervenção fora do microfone*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – A 2.129.

De tudo o que foi produzido até hoje referente à reforma tributária, acho que o setor de serviços é o mais penalizado. O setor de serviços, como V. Exa. bem conhece, não tem o que compensar. E a gente está propondo nessa emenda um redutor, para que a gente consiga ser competitivo no mercado, oferecendo prestação de serviço principalmente para aqueles que não podem participar de concursos públicos por não ter formação.

Essa é uma delas.

A outra, Sr. Relator, é a 2.145.

A gente tem lutado aqui, dentro do Senado Federal, do Congresso como um todo, nos últimos tempos, tratando de energia limpa, e tem sido um esforço de muita gente nesse sentido.

O Brasil consome, só para conhecimento de todos, 180 milhões de litros de óleo diesel por dia – 180 milhões de litros de óleo diesel por dia. Claro que a gente precisa mudar essa matriz energética do nosso estado, e a gente tem trabalhado muito sobre isso.

Nessa emenda que eu apresentei, Sr. Relator, a Emenda 2.145, o art. 109 tinha um inciso – inciso não, o §5º –, que foi retirado no seu relatório. Eu trouxe de volta esse parágrafo, acrescentei, o que trouxe mais clareza ao texto. Por quê? Porque a gente está tratando de biodiesel, de etanol, de hidrogênio, de biometano e de gás GNL ou GNC.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Então, gostaria de trazer à consideração de V. Exa. essa emenda, que quero destacar inclusive, a 2.145.

E o último pedido, rapidamente, é com referência à Emenda 2.157, com referência ao transporte coletivo de passageiros.

Eu pedi nessa emenda a V. Exa. que, no art. 283, §1º, inciso I, fosse incluída apenas a palavra "público". Está escrito: "transporte público coletivo de passageiros: o transporte acessível a toda a população mediante cobrança individualizada". No texto, a emenda se propõe – e eu peço mais uma vez a V. Exa. – a incluir apenas a palavra "público". O texto do inciso é assim, da forma como eu li, sem a palavra "público", e o pedido é que seja incluída essa palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo Senador inscrito, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente Davi Alcolumbre, Senador Eduardo Braga, aplaudindo e respeitando o esforço hercúleo de V. Exa., e precisa ter muito nervo mesmo, muito, para aguentar tanta... É uma batalha, é uma batalha mesmo. Para aprovar um projeto, você tem muita discussão, imagine uma reforma tributária.

Eu acho que uma reforma tributária 100% só acontecerá no dia em que alguém resolver fundar um país e marcar a inauguração para domingo. Aí ele faz a reforma tributária na sexta, antes de inaugurar, porque, se inaugurar domingo, não faz mais reforma tributária.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Porque, em reforma tributária, se perde, e o grande não quer ceder.

Preste atenção V. Exa. O discurso do Senador Marcos Rogério me contempla. O discurso de Omar Aziz agora é a base do que eu quero falar com o coração de V. Exa. Não é, até porque já foi rejeitado, mas para que V. Exa. faça uma reflexão.

Veja bem. A base da economia do Espírito Santo, por 42 anos, Senador Eduardo, foi o Fundap, as empresas fundapianas. Vai um delator da Lava Jato e diz que a Odebrecht não queria esse incentivo fiscal no Espírito Santo, trabalhou com alguns Senadores e arrancou do Espírito Santo. Numa votação, arrancou o Fundap de nós, como se tira um filho dos braços de uma mãe, na marra, porque, com o Fundap, com as empresas fundapianas, os municípios todos eram beneficiados. Na área social, construção de escola, construção de creche, era a base da nossa economia. Os nossos portos... Nós temos vocação portuária.

E aqui, neste momento, eu peço uma reflexão de V. Exa., porque foi uma emenda que V. Exa. rejeitou. Quando eu toco aqui no discurso do Omar Aziz e falo como base o discurso que ele fez sobre a Zona Franca de Manaus, eu quero ler um trechinho aqui, Senador Braga: "Em nome do Amazonas e da Zona Franca de Manaus"... Concordo com todas as palavras e vírgulas que disse Omar Aziz. Quando o Senador, que já não está mais nesta Casa, ex-Presidente da República,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

José Sarney tentou fazer uma zona franca no estado do Senador Davi, que também era o estado dele de domicílio eleitoral, porque ele é do Maranhão, eu sou um daqueles que brigaram para não ter, porque tem um sentido.

Eu fiz coro com V. Exa., fiz coro com os Parlamentares da Amazônia, porque, na verdade, eu sei o que era, porque criar uma zona franca lá, eu sei qual era o interesse, mas quem se elegeu Senador foi o Davi. Eu vou largar para lá, que isso é outro papo. Eu sei para que ia criar, mas o sabido aí veio na frente do senhor, aposentou-se e tal, Deus o abençoe.

Veja bem...

Posso continuar, Senador? Posso, não é?

A emenda – e eu queria que tocasse no coração de V. Exa. – diz o seguinte... O Sindiex (Sindicato do Comércio de Exportação e Importação), no meu estado, elaborou o Recomex-ES (Conselho Estratégico de comércio exterior e logístico do Espírito Santo), que é um grupo de trabalho criado exatamente para poder fazer essa emenda, que foi rejeitada. Veja só: a emenda visa assegurar a continuidade do modelo de negócio do setor de logística no Espírito Santo, permitindo que as indústrias da Zona Franca de Manaus utilizem a estrutura de armazenagem e distribuição para antecipar a entrega das suas mercadorias nos grandes centros consumidores do país.

O que eles estão pedindo, o que nós estamos pedindo... E aí eu peço a V. Exa., já que nós perdemos o Fundap, que, segundo o delator, era São Paulo que não queria, a Odebrecht não queria, tinha que levar esse incentivo fiscal para São Paulo – e tudo que é absolutamente bom para São Paulo não é tão bom assim para os outros estados, e meu estado está pagando por isso e o seu também! Eu só gostaria que V. Exa. fizesse uma reflexão sobre essa emenda que V. Exa. rejeitou, entendendo essa ligação nossa...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – É a 1.676, eu apresentei a emenda do Senador... O destaque.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É um destaque, de V. Exa.; foi negado. Nós vamos destacar no Plenário. O número da emenda é 1.676.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. sempre teve em nós – e aí eu falo em meu nome e em nome da classe política do Espírito Santo... Naqueles dias da história que eu acabei de contar, em que iam se criar mais zonas francas, todo mundo queria uma. Vai fazer? Vamos fazer para todo mundo. Era igual aos *royalties* do petróleo, que queriam tomar da gente. Então, vamos dividir os *royalties* do petróleo, do minério, da energia; onde tiver aí, de outros, a gente divide...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Do Rio de Janeiro. E a gente brigou, dois estados juntos, e a gente acabou vencendo isso aí.

Eu só gostaria, à medida que... Depois de rejeitada essa 1.676, que V. Exa. fizesse uma reflexão, que tão somente mantivesse, Senador Eduardo, como sempre foi.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Que seja, eu mando para V. Exa., aqui, meu assessor. A guerra de assessores...

Eu queria que V. Exa. fizesse uma reflexão para manter como está, porque traz um prejuízo para quem já teve prejuízo demais e também não beneficia em nada a Zona Franca de Manaus, os produtos da Zona Franca de Manaus.

É um apelo que eu faço a V. Exa., porque vai ter um destaque no Plenário dessa minha emenda que foi rejeitada, e será feito pelo Senador do Val.

O meu apelo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... é para que V. Exa...

Está tendo uma reunião paralela, senhor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Exato, mantenha como está, como sempre foi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Como é que é? Se atendeu o voto? (*Pausa.*)

Mas o senhor não entendeu: ele está pedindo voto para ele, para Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Não, não...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É malandro...

Eu conheço, rapaz. Ele é doutor e eu sou doutor nele, eu sou doutor em Davi.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É verdade! Aqui ó, é verdade! Tá vendo? É doutor! (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – É um craque.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Parabéns! Já está com ele aqui. (*Risos.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O cara que tirou o mandato de Sarney não pode ser bobo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Você é um craque! Você é um craque!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ele que é! Ele.

Chegou a ficar mudo. O judeu ficou mudo, não é? Ficou mudo, não é judeu?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É porque o Vanderlan está esperando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, está certo.

Mas eu queria dizer a ele que o café no Espírito Santo é pujante. O Brasil e o mundo sabem disso. V. Exa. dá o benefício para o café torrado, que vai para o supermercado. Mas o café *in natura*... Nós temos a grande cooperativa que é a Cooabriel e os plantadores de café no Espírito Santo, que, para plantar, precisam arar a terra, precisam botar adubo, precisam pagar funcionário, e o café de Rondônia, do Senador Marcos aqui, também ficou incluído no IVA com 28%.

É um apelo que eu faço ao coração de V. Exa. Eu faço um apelo, porque o café torrado, que vai para o supermercado, V. Exa. incluiu na cesta básica. Agora, o café *in natura* ficou no IVA, Senador Weverton, que é outro menino sabido...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – V. Exa. não declarou o voto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Só uma colocação...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele não sabe para que ele está pedindo o voto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos lá, vamos lá, está acabando o tempo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele não sabe para quê: se é para aquele ou se é para o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É para o projeto.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Deixem o Senador Eduardo falar, pelo amor de Deus, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É para o PLP.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Nós estamos querendo voto para o PLP, mas me deixe tentar fazer uma colocação para V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Está bem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Todos os produtos *in natura* da agricultura estão beneficiados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Atenção!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O café é um produto da agricultura e vai estar beneficiado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Está dentro do IVA, está no 28, está no teto o café *in natura*.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, não.

Só um minutinho. Nós estamos vendo aqui, porque... Todos os grãos *in natura*, todos os produtos *in natura* estão numa classificação...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Torrado. Ele foi...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, não, não é torrado, não. O torrado é outra coisa. *In natura* é uma coisa...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O *in natura* está no 28 do IVA, lá no teto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eles estão olhando aqui, porque eu tenho isso de cabeça, mas eu não sei o número do artigo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É muita coisa para V. Exa., eu sei.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu vou checar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Senador Eduardo, muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria que V. Exa. tivesse essa sensibilidade, porque é uma dupla...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Ah, não, na cesta básica, não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, não...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Mas como produto *in natura*...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não foi isso que eu disse, Senador, nem Senadora Tereza. Não foi isso que eu disse. Eu disse que o café torrado está dentro de outra alíquota...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... e o café *in natura* está no teto do IVA. E, na verdade, é como se o café nascesse sozinho; ele não nasce sozinho, tem que arar terra, tem que comprar adubo, tem que pagar funcionário; há uma série de coisas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Magno, art. 137:

> Ficam reduzidas em 60% (sessenta por cento) [portanto, pagando 40%] as alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre o fornecimento de produtos agropecuários, aquícolas, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais *in natura*.

Portanto, o café *in natura* está incluso aqui, está atendido.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Então... Você entendeu assim?

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Tudo *in natura*...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Está o.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... tudo *in natura*, tudo *in natura* está atendido aqui.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu não havia entendido.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está atendido e vai ter o voto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – E vai ter o voto.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Davi está dando um nó na sua cabeça, para você pedir voto para ele. Vocês não estão entendendo é nada... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Magno.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, mas isso eu já peço, então ele não está dando nó na minha cabeça.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo Senador inscrito, Senador Vanderlan Cardoso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente. Meus cumprimentos.

Cumprimento meus pares aí, meus Senadores e Senadoras, Relator Eduardo Braga.

Cumprimento aqui o Senador Izalci, o coordenador do grupo de trabalho na Comissão de Assuntos Econômicos.

Senador Eduardo, nosso Relator, eu quero aqui agradecer a fala do Omar.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Na verdade, ele já adiantou bem a minha fala, ele já fez a defesa, mas eu queria fazer alguns esclarecimentos. A Emenda 1.836...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Espera aí, espera aí, a 1.836, que o Omar defendeu?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Que ele defendeu.

Só queria fazer um esclarecimento para deixar claro aqui para os Senadores e Senadoras, que é para biscoitos populares: cerca de 95% do consumo da população brasileira, principalmente da classe D e E, consome esses biscoitos populares. O que é o biscoito popular? É o *cracker*, o de água e sal, o de maisena, Maria, rosquinha, sendo que, no Nordeste...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – ... espoca-bucho.

Sendo que, no Nordeste e em grande parte dos estados do Norte, não se consome tanto o pãozinho, consome-se o biscoito de água e sal, o *cream cracker* e esses que eu acabei de mencionar.

Então, essa emenda, que foi defendida pelo meu Líder, pede a redução, nosso Relator, de 60%, sendo que a carga tributária hoje, já, desses biscoitos, que não estão na cesta básica, é em torno de 10% a 11%. Então, está se pedindo aqui nessa emenda essa redução, que eu gostaria muito que V. Exa. acatasse.

E a Emenda 378-U, que é de bebidas açucaradas... Senador Amin, o setor de bebida hoje, principalmente de refrigerante, já tem uma carga tributária tão alta que, muitas das vezes, o Fisco acha que é a carga tributária alta que vai arrecadar imposto, e não é. Quanto mais alta a carga tributária é, mais há sonegação. Olha o caso dos cigarros, que chegam a ter até 82% de imposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ele faz esse trânsito todinho, saindo daqui com tarifa zero, indo para o Paraguai e depois volta, pagando pedágio em tudo quanto é lugar, e dá margem de lucro para todo mundo, porque o imposto é alto.

Então, aqui está se pedindo que permaneça como se encontra: em torno de 30% do que se paga hoje de imposto.

E, por fim, também isso aqui foi defendido pelo meu Líder, o Senador Omar Aziz: a Emenda 2.111, a Sindireceita que fez esse pedido. Aqui não tem impacto nenhum, é uma emenda apenas de aperfeiçoamento do texto, sem impacto algum na alíquota de referência. É apenas a substituição, Senador, do nome do cargo de auditor pelo termo "autoridades fiscais integrantes da administração tributária da União". É essa a substituição.

A emenda é importante para adequar o texto à realidade da carreira de administração tributária, que tem dois cargos, e não apenas o de auditor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Qual é o número da emenda?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Emenda 2.111.

No mais, Senador, nosso Relator, eu quero parabenizá-lo pela paciência, pelo trabalho que V. Exa. vem fazendo à frente disso, ouvindo a todos os Senadores e Senadoras.

Hora nenhuma em que nós o procuramos, a minha equipe, o senhor deixou de nos atender; sempre com presteza, e está aí ouvindo a todos.

Já que eu tenho tempo aqui, Davi, quero aproveitar bem o meu tempo, tenho 1m26 ainda.

Essa questão da Zona Franca de Manaus: Senador Izalci, eu morei na Região Norte, eu morei em Roraima, conheço aquela realidade. Cobra-se muito desses estados, mas o que é oferecido a esses estados, sempre que vem uma questão tributária, pensam logo em tirar desses estados, principalmente da Zona Franca de Manaus.

Então, fica aqui a minha defesa da nossa Zona Franca de Manaus, porque eu conheço a realidade daquela região, principalmente da zona franca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente e Relator Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Vanderlan.

Concedo a palavra ao Líder Jaques Wagner.

Peço a atenção no Plenário.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Presidente, eu queria cumprimentar V. Exa., mais uma vez, o Senador Eduardo Braga e todos os colegas.

Já foi falado aqui por outros colegas sobre a questão do saneamento. Eu queria lembrar à Casa que, na PEC do ano passado, esta Casa colocou um regime específico para saneamento, tratando o saneamento de uma forma como deve ser tratado.

Infelizmente, mas o jogo é assim, esse item especificamente, Senador Eduardo, caiu na Câmara dos Deputados. Agora eu sei, porque já conversei com o Senador Eduardo, que há vários colegas Senadores querendo colocar o saneamento equiparado à saúde.

Eu só quero chamar a atenção: na regra estabelecida na reforma tributária, o Governo Federal já colocou a possibilidade de 100% de *cashback* do imposto federal, certo? Os estados resistiram e, portanto, o Governo colocou um piso de 20%. Um piso de 20%: não quer dizer que será 20%, pode ser mais, vai depender do estado; o estado fará a sua decisão.

É que, para nós, se se fizer a paridade com saúde, apesar de o objetivo ser nobre, nós estaremos dando essa redução para todos, ricos e pobres, e não para aqueles que merecem receber de volta pelo serviço de saneamento o imposto eventualmente pago.

Então, estou chamando a atenção porque o Senador Relator não acolheu essa demanda que já havia, e eu o parabenizo por isso. Sei da dificuldade que é enfrentar esse tema, porém eu queria chamar a atenção dos colegas para o fato de que, no novo sistema tributário, quando começa a funcionar, se você tira de um lugar – se eu estiver errando, V. Exa. me corrija, porque V. Exa. conhece muito mais –, eu terei que compensar na alíquota geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa paridade com a saúde pode impactar em 0,38% a alíquota geral. Tudo o que o Senador Eduardo Braga fez não impacta 0,2%; alguns dizem que é 0,15%; outros, 0,20%, 0,22%. Só essa equiparação impactaria em 0,38% a alíquota geral. Então, nós vamos dar com uma mão e tirar com a outra. Portanto, o sistema de *cashback* é muito mais inteligente do que fazer essa generalização, porque – e o Senador sabe do que eu estou falando mais do que eu até –, se eu tiro de um lado, eu vou ter que compensar na alíquota geral. Quem vai pagar a alíquota geral? Todo mundo. Então, é muito mais próprio, já que a gente quer atender as pessoas de baixa renda, a gente fazer o *cashback*. Agora, nós não podemos incidir sobre o que o estado vai fazer; por isso, botamos um piso de 20%.

Então, o conserto que está se tentando fazer, vou repetir, apesar de nobre a ideia, Senador Eduardo, na verdade... Eu sei que V. Exa., inclusive, me mandou a PEC. A PEC que nós fizemos no ano passado estava correta, era um sistema específico por reconhecer que saneamento impacta na saúde, e eu concordo com V. Exa – eu, quando Governador, fui o Governador que mais fiz saneamento e água potável no meu estado –, só que eu acho que esse caminho não está correto. Entendeu?

Então, eu estou defendendo o relatório do Senador antecipadamente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Senador, V. Exa. me permite só um comentário?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Claro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Eu compreendo o comentário de V. Exa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Acho que esse é um tema tão relevante que merece que a gente possa estabelecer aqui um diálogo sobre a matéria. E está aqui o Bernard Appy em algum lugar; eu não estou conseguindo enxergá-lo daqui, mas ele está aqui em algum lugar.

Veja, em função do que aconteceu na emenda constitucional, nós não temos outro remédio senão duas opções: ou resolvemos no *cashback* ou resolvemos no destaque que vai à votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu iria aumentar o *cashback* do IBS para 50%. O estado que achasse que deveria baixá-lo que baixasse. No entanto, pela calculadora do Banco Mundial, este impacto seria de 0,57% sobre a alíquota padrão. O que nós apresentamos aqui, fora essas emendas que nós ainda vamos deliberar, tem 0,13% de impacto.

O cálculo do Ministério da Fazenda, com relação ao impacto do saneamento, é idêntico ao do *cashback*, se fosse de 50%. Portanto, eu acho que a decisão ficará na mão dos Senadores. Por quê? Se os Senadores decidirem que a solução é pelo *cashback*, eu mudo o meu relatório e eu aumento o *cashback* para 50% do IBS, e o Governador que não estiver de acordo encaminhe uma mensagem para a assembleia e baixa; ele tem essa autonomia. Eu duvido de que tenha Governador que tenha coragem de fazer isso.

No entanto, eu conversei com praticamente todos os Senadores – todos – e eu sei que tem um número preponderante de Senadores votando a favor do saneamento, em função da situação. Eu quero dizer que, se nós colocarmos o *cashback* de 50%, o impacto será exatamente o mesmo. Agora, se nós não colocarmos, porque isso mexe com o Governo, ou se tentássemos fazer, aí sim, um prédio em cima do outro, dar os 50% de *cashback* e aprovássemos o destaque do saneamento, aí nós estaríamos indo para mais de um ponto percentual de impacto na alíquota global.

Dando razão a V. Exa. e mostrando os números, para que todos estejam aqui conscientes – por isso não coloquei no meu relatório, porque queria que todos tivessem pleno e absoluto conhecimento do que está acontecendo –, aí os Senadores decidam no voto o que querem.

Mas, sem dúvida, há uma grande dívida social neste país em relação ao saneamento, tanto é que o Senado fez o dever de casa correto, fez um regime diferenciado, fizemos o trabalho corretamente, cujo impacto seria perfeito. Lamentavelmente, em um sistema bicameral, não somos nós que controlamos tudo isso.

E acho até que não há nenhuma garantia de que, se nós decidirmos, aqui, pelo voto em separado do destaque pelo nivelamento do saneamento à saúde, a outra Casa confirme.

Apenas para deixar claro, e eu não falarei mais sobre esse tema.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, eu só quero concluir a minha fala, para dizer o seguinte: bom, eu fui Governador e, portanto, já dei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vários incentivos fiscais. Muitas vezes você dá incentivo fiscal geral, e isso não se reflete no preço para o cidadão na ponta, que é o objetivo; reflete-se no fluxo de caixa da empresa de saneamento que vai se instalar.

Então, eu só estou chamando a atenção dos colegas, Senador Eduardo, no mesmo sentido em que V. Exa. colocou, e a gente já tinha conversado sobre isso, de ajudar todo mundo aqui a refletir. Quando você dá um incentivo geral, muitas vezes vai para o fluxo de caixa, não vai para o bolso do contribuinte. Quando você dá um *cashback*, você vai direto àquilo com o que você quer contribuir.

Então, eu faço questão de fazer esta fala muito mais pensando na vontade dos Senadores de querer ajudar, porque, pelo amor de Deus, não me digam que, se comparar com a saúde, mais empresas se interessarão para o saneamento, porque não é por aí.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Senador, V. Exa. tem toda a razão.

A única coisa é que existem contratos de concessão com tarifa e haveria um desequilíbrio econômico-financeiro nas tarifas em mais de 1.200 contratos de concessão de água e esgoto.

Eu quero deixar na mão dos Senadores; está na mão dos Senadores. Os Senadores que decidam. O *cashback* puxado para 50% resolveu o problema – resolveu o problema. E não é só no saneamento. Resolve o problema de conta de energia elétrica, sobre o que nós gastamos aqui um bom tempo numa conversa, resolve o problema em outras questões, mas esta não é uma decisão que caiba ao Relator. O Relator está deixando na mão dos Senadores. Eu escrevo e assino embaixo do que V. Exa. acabou de falar.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tem uma...

Pela ordem, o Senador Eduardo Gomes.

Em seguida, Senador Angelo Coronel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é só para cumprimentar o Senador Jaques Wagner e fazer um breve histórico, sem polemizar, com relação a essa questão do saneamento.

Primeiro, porque, quando o Relator da proposta de emenda à Constituição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – ... contemplou o texto de paridade com saúde, não evidenciava apenas a questão fiscal.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Não era paridade com saúde. Era regime especial.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – É, neutralidade, regime especial. É só o termo técnico importante.

E ele foi à Câmara dos Deputados exatamente numa sessão que deve ter durado pelo menos uma hora e meia. Não foi só o saneamento que ficou de fora. Vários itens... Há um momento ali que é muito mais de trâmite legislativo do que de mérito. Agora, durante esse período todo, durante este ano agora, em que nós discutimos esse tema, houve sim uma estranheza com relação às notícias do Governo na parte técnica do debate sobre esse assunto. Eu até brinquei num seminário que esse assunto devia ter sido tocado pela Abin, porque ninguém comparecia com um número suficiente para o debate. E um debate que eu sei que é caro ao Governo.

Há uma bandeira da saúde, é todo um trabalho, e nós estamos num ambiente de recente universalização do serviço de saneamento. Pela primeira vez, eu vi as empresas públicas e privadas defendendo o mesmo tema com o mesmo objetivo, porque, quando você tem o *cashback* e o retorno do recurso, você também tem, no aumento da tarifa, uma redução de investimento que tem efeitos drásticos numa política que já é escassa de oferecer saneamento para a população brasileira.

Então, muitos Parlamentares, independentemente da questão política...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – ... defendem esse tema, porque isso é simplificar. Não é começar de novo aquela corrida para dizer o óbvio, que saneamento é saúde.

Então, eu queria dizer que o Relator, deixando essa decisão para o destaque, nos dá a oportunidade, quem sabe, de ter mais informações, porque os estudos feitos pelas empresas de saneamento e pelas associações indicam um impacto de 0,2%. De 0,2% para 0,48%, a diferença é enorme, mas, em nenhum campo em que foram discutidos o projeto passado e o atual, chegou a informação do Governo, porque é difícil defender esse tema.

Então, eu queria chamar a atenção para isso, porque acho que esse é um tema, um assunto importante de um investimento que está ocorrendo em todas as cidades brasileiras, tentando oferecer saneamento, e acho que do jeito que está prejudica o investimento e aumenta a tarifa para o consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, rapidamente, eu acho só, como disse o Senador Eduardo Braga, que nós Senadores teremos que escolher. Não podem ser duas coisas ao mesmo tempo. Eu estou defendendo que a gente não aprove a similitude com a saúde e aumente o *cashback*, porque eu acho que você vai direto no ponto que você quer fazer.

Eu não estou sendo contra, Eduardo. Eu só estou dizendo que eu prefiro a ferramenta do *cashback* do que uma ferramenta que uniformize tudo e que, para rico e para pobre, vai dar a mesma coisa.

Então, eu acho que a gente está dando tratamento desigual. E a minha defesa é essa.

Eu não estou falando nem em nome especificamente do Governo, não; estou falando em nome do usuário, porque eu conheço renúncia fiscal. Muitas vezes, vai para o fluxo de caixa da empresa e não reflete no preço final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo Senador inscrito, Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discutir.) – Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, eu solicito ao nosso nobre Relator...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente Davi...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto, então, Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu quero esperar o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É porque o Relator estava indo em direção ao toalete. E ele foi abordado.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas Relator, Presidente, não pode ir ao toalete, não. Ele tem que aguentar toda a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E ele foi abordado na passagem novamente pelo Senador Mecias.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sequestrado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É isto aí: acabaram de fazer um cárcere privado.

Ele está vindo.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu sei que as pazes demoram um pouco para ser feitas, mas ele vai conseguir.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Coronel, vai ter que esperar um pouco, senão vai perder o tempo, e ele não vai estar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas eu acho que há problema, Presidente. Se eu falar e o Relator não prestar atenção, fica difícil.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos esperar aqui.

A reunião está suspensa por cinco minutos.

(Suspensa às 18 horas e 08 minutos, a reunião é reaberta às 18 horas e 18 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Essa reunião ali pode ocorrer lá no gabinete da Presidência.

Concedo a palavra ao Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discutir.) – Estou feliz. Estou-lhe achando com a fisionomia mais aliviada. Significa que surtiu efeito.

Presidente Davi, Líder Eduardo, eu tenho algumas considerações rápidas a fazer a respeito desta reforma.

A meu ver, a reforma veio muito complexa. Poderia ter sido mais simplificada.

Na minha ótica, vamos ter um contencioso fiscal administrativo muito grande, principalmente com esse período de cobrança com duas alíquotas até chegar à alíquota final. Isso vai ter aí um... eu sou engenheiro, mas se eu tivesse idade eu iria me formar em advocacia, porque eu acho que os escritórios de advocacia vão ganhar muito dinheiro para poderem enfrentar esse contencioso fiscal tributário no Brasil que vai acontecer após essa reforma.

Relator, eu gostaria que V. Exa. acatasse na minha Emenda 1.644 o item sabão em pó, porque está fora do vosso relatório e o sabão em pó atinge hoje a baixa renda do Brasil. O sabão em barra, o sabão de coco... só nos lugares bem, bem longínquos que não têm supermercado para se comprar um sabão em pó. Então, ele atinge a classe humilde diretamente. Gostaria que V. Exa. fizesse esta mudança no seu relatório.

Outra solicitação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Qual o número da emenda?

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Emenda 1.644.

O segundo item é a Emenda 666, sobre o transporte aéreo internacional. Relator, nós somos hoje isentos da cobrança de imposto tanto em passagem, *catering*, na viagem internacional. Das 25 maiores economias do mundo, só três tributam passagem aérea, e isso me deixa um pouco, assim, preocupado de frustrar aqueles que querem viajar e vão ter uma oneração na passagem aérea. Então, eu gostaria que V. Exa. analisasse, porque o transporte aéreo internacional impulsiona o mercado doméstico e o turismo. No entanto, Sr. Relator, o aumento de 26,5% no custo das passagens aéreas pode dificultar o acesso dos brasileiros nas classes, principalmente, mais humildes.

Eu acho que nós não estamos saindo da tendência mundial. É uma tendência onde o passageiro brasileiro vai pagar o imposto e o americano, aliás, e quem vier de lá para cá tem a isenção. Então, isso eu acredito que pode tirar o estímulo daqueles que querem viajar para comércio, estudos internacionais, principalmente também na questão dos serviços de carga. Então, queria que V. Exa. analisasse essa Emenda 666 para que fosse acatada.

Presidente Davi, olhe bem, na minha ótica, repito, a reforma é importante. Eu sou temerário a esta reforma. O Líder Eduardo Braga tentou a todo custo melhorar. Eu quero até tecer loas a V. Exa., Senador Eduardo, pelo seu trabalho, que realmente foi hercúleo, para poder tentar atender ao comércio, ao serviço brasileiro. Mas eu queria que V. Exa. também resgatasse uma emenda de minha autoria para tentar contemplar o setor que mais sofrerá com esta reforma, que é o setor de serviços, que seria o crédito na folha de pagamento para compensar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Na folha?

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Na folha do setor de serviços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Esse PLP não trata de folha de pagamento.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sim, mas tem emendas ainda.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas fique na sua memória, que eu sei que V. Exa. é uma pessoa de bom sentimento e vai ver que o setor de serviços precisa ser contemplado com essa reforma; e com a reforma como está, o setor de serviços se acaba no Brasil.

Outra coisa, Sr. Relator, no quesito das armas – que eu vou ter que sair, que eu estou lá cuidando do relatório do Orçamento da União para ser votado na próxima semana –, eu quero registrar que eu sou favorável à redução de impostos na compra de armas – na compra de armas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno*.)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Muito bem!

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu quero ser franco, porque eu defendo essa pauta também, porque quem mora no Nordeste, quem tem propriedade rural do Nordeste, sofre na hora que tem roubo de cacau...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eu quero retirar minhas palmas, Sr. Presidente.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... roubo de café...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – É que eu bati palmas, quero retirar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Atenção, aqui.

Ela é a autora das palmas e ela tem o direito, pelo artigo regimental, de retirar.

Ficam retiradas das notas taquigráficas as palmas da Senadora Eliziane.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E vamos incluir novas agora.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Muito obrigado pelas palmas referentes à minha pessoa, eu fico grato com isso.

Agora eu não posso deixar de externar aqui o meu sentimento e a verdade. Não dá para ficar com hipocrisia aqui, eu vou trabalhar logo com a verdade.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Palmas.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, Presidente Davi Alcolumbre e Relator sensível Eduardo Braga, sei que V. Exa. irá acatar a 666 sobre a não cobrança de impostos no transporte aéreo e a inclusão do sabão em pó na cesta básica para beneficiar as classes menos favorecidas do Brasil.

Tenho dito, Sr. Presidente e Sr. Relator sensível.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo Senador inscrito, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. colegas Parlamentares, eu queria cumprimentar, de forma muito especial, o Senador...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... Eduardo Braga pelo relatório e cumprimentar, na verdade, Senador, todos aqueles que contribuíram para que nós chegássemos até aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório de V. Exa. é um relatório muito importante, porque V. Exa. foi muito habilidoso e construiu um relatório recebendo várias emendas e de uma forma muito desprendida, porque V. Exa. não teve uma preocupação com A ou B, mas olhou, sobretudo, lá na ponta, no consumidor brasileiro.

Então, acho que o conjunto de emendas que V. Exa. admitiu – aliás, inclusive criticado por várias pessoas a partir do projeto que chega a esta Casa – demonstra a sua altivez, a sua determinação e o seu olhar para o Brasil.

Vários pontos aqui de crítica já foram colocados, crítica ao pacto federativo e a tantos outros elementos, mas eu também quero fazer um destaque muito importante. Nós levamos décadas no Brasil pela reforma tributária, desde a redemocratização do nosso país...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto, Senadora.

Só um minutinho, Eliziane, e eu vou repor o tempo aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós vamos pedir aqui a quem está na lateral aqui, à nossa assessoria, à Secretaria da Comissão ajudar...

Nós não estamos aqui conseguindo ouvir o que V. Exa. está falando no microfone.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É.

Atenção, a Senadora está na tribuna.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito bem, Presidente.

Muito obrigada.

Relator, eu queria destacar alguns pontos.

Quando a gente fala, por exemplo... E aí foram levantadas aqui algumas questões. A questão de que: "Olha, não estamos olhando para os estados". Não, mas antes de falar sobre isso, alguém falou: "Olha, é açodada essa discussão".

V. Exa. realizou dezenas de audiências públicas aqui nesta Casa, V. Exa. ouviu todos os Senadores uma, duas, três, várias vezes, os Senadores e os seus respectivos assessores. É bom lembrar que o Brasil espera uma reforma tributária desde a redemocratização deste país. Todos os Presidentes eleitos, desde José Sarney até o presente, anunciavam a possibilidade de uma reforma tributária. E nós conseguimos agora, neste Governo. Conseguimos agora uma alteração, criando, portanto, uma norma constitucional, com a nossa reforma tributária, e agora nós estamos no PLP. Então, não dá para dizer que é açodado porque nós passamos pela devida discussão dentro desta Casa.

As várias emendas que V. Exa., na verdade, admite, mostram a grandeza de um relatório e um olhar plural. E eu queria fazer um destaque entre essas várias emendas, Senador. Quero destacar, por exemplo, as emendas que foram admitidas. Uma delas, por exemplo, que foi a que nós inclusive apresentamos, foi sobre a questão das fraldas geriátricas, em que houve uma alíquota reduzida. Ora, quem tem acesso a esse produto é uma população extremamente minoritária no Brasil, do ponto de vista econômico. Ou seja, as pessoas mais vulneráveis precisam ter acesso a esse instrumento que, por tabela, é também um instrumento médico.

V. Exa. reduziu em até 50% a alíquota no que se refere aos medicamentos e alguns, inclusive, ficaram totalmente isentos. Ou seja, é olhar para quem? Para a atividade essencial, para aquilo que é básico para o consumidor brasileiro.

Quando a gente fala, por exemplo, de um olhar geral para o Brasil, nós levamos aqui, lá atrás, ainda na PEC, Senador Amin, um debate com os Governadores do Brasil inteiro para evitar a guerra fiscal, com o olhar voltado para lá para o início, para a origem ou para o destino em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação ao consumo. Então, todo esse debate ocorreu quando da PEC e, agora também, quando do PLP, ou seja, foi um debate de fato muito exaustivo.

Eu queria também fazer um destaque de quando V. Exa. olhou, por exemplo, para a questão dos produtos da biodiversidade brasileira. Também olhou e levou em consideração lá a redução da alíquota.

Agora há um ponto sobre o qual, há pouco, a gente sorria aqui em relação aos meus aplausos. Agora vão os meus aplausos para V. Exa. Quando colocou, por exemplo, a arma de fogo, a arma letal, exatamente nessa tarifa, nesse imposto seletivo. Ora, todos nós sabemos o que significa a arma na casa da família brasileira. Senador Eduardo Braga, 41% das mulheres assassinadas pelo marido, pelo ex-marido, pelo ex-companheiro ou pelo companheiro foram vítimas da arma de fogo neste país, ou seja, o volume, infelizmente... Das 15 mil mulheres assassinadas, a maioria estava dentro de casa, porque o homem, em vez de agredir fisicamente ou usar uma arma branca, dá um tiro e acabou, não tem mais retorno, não tem mais arrependimento, a mulher, de fato, já está assassinada.

Quando V. Exa. coloca arma nessa alíquota, nesse Imposto Seletivo, na verdade dá a dificuldade para ter acesso a esse instrumento e, por tabela, dá uma maior contribuição ao combate à violência neste país.

No tráfico de armas, você entra, às vezes, pela aquisição da arma, a arma sai para a mão do traficante. Esse é um cenário sobre o qual a gente poderia fazer um profundo debate aqui – sobre armamento –, mas não é o caso em questão. É apenas a questão da alíquota.

E, portanto, eu quero registrar, Relator Eduardo Braga, os meus cumprimentos a V. Exa. A implantação do *cashback* no Brasil é muito importante. A maior beneficiada dessa iniciativa é a população mais pobre do Brasil, as populações minoritárias.

Portanto, os meus cumprimentos a V. Exa., eu espero que nós possamos aprovar esse relatório hoje, aqui, nesta Comissão, e possamos também aprovar amanhã, ao que me parece, no Plenário do Senado Federal.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadora Augusta.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Vou ser aqui muito objetiva e rápida. Primeiramente, quero fazer, mais uma vez, aqui, o reconhecimento a todo o trabalho do Relator, o Senador Eduardo Braga, parabenizando a sua paciência, a sua boa vontade.

Realmente, tudo foi feito de uma forma muito democrática. Eu acho que, se se fala em democracia, essa reforma tem muito disso, quando escuta a todos e a todas e acata várias emendas.

Falado isso – vou deixar de elogios, mas merecidos –, eu queria pedir só que V. Exa. tivesse um olhar ainda – e eu sei que já fez muito – para uma emenda específica, que é a 2.023, que trata sobre a questão das ZPEs, sobre alíquotas sobre serviços. Eu queria muito que fosse revista, pela grande importância que ela tem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É a 2.023.

E eu tenho aqui alguns argumentos, inclusive do Ministério da Fazenda, que eu posso passar para V. Exa. Eu não queria me alongar aqui, porque eu sei que V. Exa. terá todo o carinho e compreensão ao analisar novamente essa emenda.

É só isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próxima inscrita, Senadora Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, ao Relator eu gostaria de agradecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

várias emendas que foram realizadas pelo conjunto de Senadores, obviamente, e sua paciência. Foi muito acertado como trabalhou no texto inicial e, agora, também na regulamentação.

Então, agradeço e tenho a segurança de que, pela complexidade do texto da reforma, nós vamos... Na verdade, ao longo do processo de implementação, ajustes serão feitos, o que é normal. Então, nós não vamos ter nunca um texto que agrade totalmente a todos os setores.

Mas eu queria colocar a minha posição em relação a duas preocupações. Uma é a Emenda 800, que trata do Prouni. Acho que já foi abordada pelo Senador Izalci, mas eu queria colocar... É isento de CBS, é zero, mas de IBS não.

Então, eu tenho uma emenda... Tenho receio...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – É a 800.

Na verdade, é um programa...

Eu vou mudar de lugar, porque o Moro se sentou e ficou na minha frente aqui, agora não consigo enxergá-lo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Porque aí o nosso Relator fica procurando para enxergar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito bem.

O programa Prouni é um programa importante para a educação. Ele permitiu o acesso a milhares de estudantes do Brasil inteiro e, logicamente, é um processo de adesão das instituições que faz uma espécie de encontro de contas. Aí a emenda trata do IBS. Este é o meu apelo: que V. Exa. possa olhar, se é possível, dentro do Prouni, para zerarmos o IBS, porque é uma bolsa que a instituição vai oferecer a estudantes carentes, tem o perfil de quem pode acessar. Logicamente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é um programa de acesso como uma forma de garantir o acesso a mais jovens brasileiros que não têm acesso ao ensino superior público.

A outra emenda foi acolhida parcialmente, mas eu gostaria de destacar. Ela é a 786, que trata dos hotéis, dos parques temáticos, do turismo e que faz uma solicitação para a redução de alíquota para 60%. V. Exa. já colocou como 40%. Eu sei que é um setor que aflige e preocupa a todos nós, porque sofreu muito na pandemia. Isso obrigou a uma série de reestruturações. Eu quero só lembrar sobre essa questão da 786, na certeza de que tanto é bom para os estados pequenos como para os do Norte e os do Nordeste, porque ele mexe com todo o setor de serviços, hotelaria e turismo. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu imaginei que estivesse esclarecendo sobre a preocupação. E, no conjunto do texto, eu acho que...

Eu vou relatar a preocupação. Eu sei que existe um diálogo sendo construído entre Senado e Câmara, mas eu não posso deixar de mencionar esse esforço gigantesco que foi realizado pelo nosso Relator. Depois, nós estamos fazendo aqui essa longa sessão de escutas e de sugestões. Depois, nós vamos para o Plenário. Aí eu tenho sempre o receio de chegar à Câmara e desmontar tudo, esquecer tudo o que foi feito.

Eu gostaria de dizer que...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – ... eu, como Senadora, tenho me sentido... Eu tenho me sentido, muitas vezes...

Nós trabalhamos aqui num texto. Existe um acordo suprapartidário, vamos para o voto. Quando chega à Câmara, parece que nós estamos brincando de trabalhar em desrespeito em relação ao Senado. Então, é um apelo que faço a V. Exa., Presidente Davi. Sei que o Senador Efraim tem também promovido essa preocupação, mas é uma situação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Senadora, a senhora me permite... Eu acho que é um tema que todos os Senadores querem ouvir.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu consegui colocar o nosso texto de pé na madrugada de quinta para sexta-feira.

Na madrugada de quinta para sexta-feira, com o texto de pé, a primeira coisa que eu fiz foi procurar os Relatores da Câmara. Ainda há pouco, o Deputado Reginaldo estava aqui, e a conversa não foi só com o Deputado Reginaldo: foi com o Deputado Gastão; foi com o Deputado do MDB, do Maranhão, o Hildo Rocha. Com eles, eu tive a primeira conversa que durou três horas. Eles receberam muito bem o texto. Eu estive com o Presidente Arthur Lira. Eu expliquei o texto ao Presidente Arthur Lira, junto com os consultores do Senado. Depois, tive um uma nova reunião com o Presidente Arthur Lira, junto com o Presidente Rodrigo Pacheco, em que eu expliquei a questão do nosso texto aos dois Presidentes, tanto do Senado quanto da Câmara. Depois, ainda tive mais uma reunião com os Relatores, entregando formalmente o texto já revisado, etc., entregando formalmente o texto já na segunda-feira, e estive novamente com o Presidente Arthur Lira, conversando, etc.

Eu sei que, hoje, à tarde, o Presidente Arthur Lira esteve reunido com o Colégio de Líderes da Câmara e eu espero, sinceramente, que nós tenhamos conseguido construir um ambiente diferente de outras circunstâncias. Eu espero, sinceramente. Eu estou otimista, mas eu... A minha mãe sempre me dizia que eu, no útero dela, já era otimista, porque minha mãe era RH negativo, e eu perdi a minha irmã imediatamente anterior a mim, mas eu estou aqui. Portanto, eu sempre fui um otimista.

Agora, eu gostaria de dizer uma questão para a senhora com relação à educação: se teve um tema que, no nosso relatório, teve prioridade absoluta, foi a questão da educação. Cem por cento das bolsas que as empresas darão para educação estão desoneradas de imposto. As creches estão desoneradas, os transportes estão desonerados, o contraturno está desonerado, uma série de vantagens. Apenas aquelas em que há invasão de competência federativa é que eu não pude fazer. Apenas essas. Todas as outras eu fiz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao Prouni, nós temos uma questão técnica, mas eu vou pedir para o pessoal da assessoria conversar com a senhora.

Eu fiz um esclarecimento porque creio que o diálogo está extremamente construtivo com a Câmara dos Deputados.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu acho que é bastante pertinente. Na verdade, eu até lamento uma situação dessa nesse formato, porque nós estamos aqui durante uma tarde inteira e obviamente pontos do texto poderiam ser alterados. E não é preciso ter uma relação dessa de subserviência, porque eu sei que, na verdade, todo esse trabalho que V. Exa. demonstrou foi na tentativa de preservar todo o trabalho realizado por uma Casa que, pela sua natureza, precisa ser respeitada. A gente não precisa ter tantos cuidados. O que a gente precisa ter é um diálogo colaborativo, respeitoso, e, logicamente, o que o Senado quer não é nenhum favor que a Câmara precise fazer para o Senado. É um respeito legislativo de todo o nosso sistema federativo.

E eu quero falar sobre a questão do Prouni porque é um programa federal. Eu sei que V. Exa. atendeu muitos pontos, e, por isso, me interessa muito, porque é um programa através do qual nós temos conseguido uma grande expansão.

Parabéns! E espero que essa relação entre Câmara e Senado, no próximo ano, seja redesenhada.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo Senador inscrito, Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Eu quero agradecer aqui ao Relator, que acolheu sete emendas minhas, uma quantidade expressiva.

Também apresentei o destaque do Senador Magno Malta. Foram dois destaques referentes à questão portuária e à questão da água, e eu vou passar para ele o meu tempo, para ele poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

explicar melhor esse aumento da água, que foi desproporcional para todo o país. E também fiz um destaque do Senador Jorge Seif sobre o café, que também interessa muito a nós no Espírito Santo.

Então, o Estado do Espírito Santo, dentro do Sudeste, é o primo pobre, e tudo que resta vai para o Espírito Santo. E a gente quer ter um protagonismo na Região Sudeste: não é só Rio, São Paulo e Minas; é ter Rio, São Paulo, Minas e Espírito Santo. Por isso que nós estamos aqui, eu e o Senador Magno Malta, ombreados, para poder defender o nosso Estado do Espírito Santo.

Eu vou passar a palavra para o Magno Malta, para que ele possa explicar a questão da água e desse destaque que eu fiz. O primeiro o senhor acolheu, que era o 1.676, que ele já tinha...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Marcos do Val, o Senador Magno Malta já foi inscrito no início da reunião e já teve o direito da fala. A palavra está com V. Exa.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Está o.k.

Então, vamos só passar aqui. É uma questão colocada até aqui na apresentação dele, em que ele fala o seguinte: a água mineral possui uma carga tributária aproximadamente de 37,4%, superior à dos refrigerantes. Então, a questão da água...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – ... é que ela está pagando mais impostos do que refrigerante. Eu queria que o Relator pudesse dar uma conferida nessa questão e acatasse esse outro destaque que eu fiz do Senador Magno Malta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – E a Emenda 2.105 também.

Senador Marcos do Val, hoje pela manhã, é a mesma, 2.105, eu tratei dessa emenda.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Ah, é? E foi acatada?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu me perfilo com o senhor e com o Magno Malta, esperando a sua resposta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente isso.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Obrigado, Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concluiu?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Concluí.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Eduardo Braga, peço atenção especial de V. Exa. a três emendas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Primeiramente, solicito que o senhor analise a Emenda 2.022, de autoria do Senador Kajuru, que propõe a redução de 50% para 30% da receita bruta, decorrente de exportação para o exterior, com o objetivo de suspender o pagamento do IBS e da CBS no fornecimento de produtos agropecuários *in natura*. Essa medida, ao beneficiar os contribuintes do regime regular que promove a industrialização para exportação, trará um alívio para o setor agropecuário, essencial para o crescimento e a competitividade do Brasil no mercado internacional. Então, é uma emenda do Kajuru, 2.022.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Não, ela tem 50%. A proposta dele é 30%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Com o próprio setor e com o próprio Kajuru nós discutimos e fizemos um acordo com o setor – está aqui a Tereza Cristina, que participou inclusive do acordo. Foi acatada com 50%, com anuência inclusive do Ministério da Fazenda.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Bom, próximo assunto: a Emenda 492. Aqui estão Senadores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul – vários estados –, que me apoiaram. Emenda 492: a questão da erva-mate, de que falei com V. Exa. ainda ontem.

A erva-mate é um alimento tradicional e essencial nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, e hoje o Chimarrão é utilizado no Brasil inteiro.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – O.k. Dá para continuar, Sr. Relator?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – O.k.

A Emenda 492, Senador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Nós temos ali 30 mil famílias que produzem erva-mate nos estados do Sul e geram mais de 120 mil empregos. Então, é importante para o consumidor e também para os produtores e para as indústrias.

A exclusão da tributação sobre a erva-mate não geraria impacto significativo no IVA, mas contribuiria para a manutenção do poder de compra das famílias, evitando aumento no custo de vida, principalmente nos estados onde ela é muito utilizada por famílias de baixa renda.

Esse é o item da erva-mate: 492.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – A erva-mate já está com alíquota ...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Como é?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – A erva-mate já está com alíquota...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Sim, mas não entrou como na cesta básica.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Ah, aí a alíquota é zero. Aí, a alíquota é zero. Aí...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Bom...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor quase desfaleceu, Relator?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – O.k. Vamos acertar ali depois.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Sr. Relator, por fim, destaco a importância de V. Exa. acatar à íntegra a Emenda 138, do Senador Hiran. É a desoneração do arroz da cesta básica. Precisa contemplar-se toda a cadeia produtiva, desde a aquisição, lá no produtor, até a venda ao consumidor final. Caso a proposta não seja ajustada, o crédito gerado pela aquisição do arroz em casca não será aproveitado pelas indústrias, o que resultará em custos adicionais para o consumidor final.

É muito importante que o Anexo I do PLP...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Olhe aí, ó...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito importante que o Anexo I do PLP 68 contemple a raiz da NCM 1006.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – O que é essa emenda?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – É a emenda do Senador Hiran para contemplar também o arroz em casca. Uma forma de comercialização é o arroz em casca, que depois gera o beneficiado. O beneficiado já está contemplado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Porque o beneficiado está na cesta básica, com alíquota zero.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Sim, esse sim, mas tem uma grande parte da comercialização em casca em que, depois, as indústrias não podem se creditar. É crédito que vai ficar no vazio.

Eu conversei com o assessor do Senador Hiran naquele horário ali, e ele entendeu também que tem esse problema. (*Pausa*.)

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – É o arroz em casca – em casca –, porque parte é comercializada em casca. O arroz beneficiado, sim; mas em casca, da forma como ele é comercializado, não dá, e o cara não pode, depois, se compensar do que teve do crédito.

(*Soa a campainha*.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me aproveitar essa oportunidade, Senador Heinze, permita-me aqui: o Presidente Rodrigo Pacheco solicitou à Secretaria-Geral da Mesa, que viesse nos avisar que ele vai cancelar a sessão do Congresso Nacional de amanhã (*Palmas*.), e vai marcar uma sessão do Senado Federal, às 10h da manhã, para a gente deliberar este projeto – amanhã pela manhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. *Fora do microfone*.) – Vai ser *online*?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Não, é presencial.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, é presencial.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É PLP.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, eu queria fazer uma pergunta antes. Temos cinco ainda inscritos...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Pode ser às 9h?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, Omar, deixe-me só tentar sintetizar o que nós estamos vivendo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tem cinco e ainda tem os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, calma, que estamos pior ainda aqui.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, ainda estou inscrito...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está inscrito. Só um minuto.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, eu estou inscrito em seu coração ainda?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está inscrito. Vai falar já, já.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Estou inscrito em seu coração?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, olha só: o Presidente Rodrigo cancelou a sessão do Congresso e chamou uma sessão ordinária para amanhã, às 10h da manhã, com um único item na pauta – é o que eu estou sendo informado aqui pela Secretaria-Geral da Mesa – o PLP 68.

Só tem um problema. Eu quero fazer uma pergunta agora para o Relator, ao lado do Secretário-Geral da Mesa. Ele está fazendo anotações aqui, de toda ordem. De todos os Senadores que falaram no período de discussão da matéria, algumas ele acatou de imediato – mas vai ter que botar no texto de novo – e outras ele está estudando, conversando com os Relatores, com o Governo, enfim, com a Fazenda...

A gente vai... Para chegar aos destaques – que podem nem mais existir no final da votação –, a gente tem que saber o que a gente vai votar e o que vai incluir aqui ou não. Se ele não estivesse disposto a tentar construir um consenso razoável para acolher parte das manifestações, das emendas apresentadas nesse novo relatório, nós não estaríamos aqui durante todo esse tempo, aguardando as anotações e discussões com os seus assessores.

Se a gente for fazer essa inclusão – que ele vai ser obrigado a fazer no novo texto –, a gente não vai conseguir votar nenhum destaque ainda hoje. Então, a gente vai ser obrigado ou a ficar até meia-noite, 1h da manhã, aguardando o novo texto, para ver o que se acatou e o que não se acatou... porque eu só posso votar algum destaque depois que votar o texto, que eu não sei mais qual é agora, depois dessas alterações.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Tem todas essas anotações aqui. Eu acabei de contar e tem cem emendas a mais.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E o Jorge Seif ainda não falou – nem o Ciro Nogueira, nem a Soraya, nem o Alan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Apenas para que eu possa compreender o encaminhamento que V. Exa. está conduzindo.

Teremos amanhã votação potencial, votação em Plenário, de sorte que não há como fugir da responsabilidade de concluirmos hoje – não vejo como, mas aguardo a conclusão final de V. Exa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente, não seria possível a Mesa também dizer: "Olha, nós termos o tempo para ver o relatório e fazer essa votação em Plenário na segunda-feira, semana que vem?".

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. *Fora do microfone*.) – Melhor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu acho que não.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mas, assim, a gente não tem o relatório, não sabemos o que...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator. *Fora do microfone*.) – O relatório está publicado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, o relatório foi...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Flávio, o relatório está publicado. O que está acontecendo é que o Relator está tentando colher as manifestações ou sugestões de todos os Senadores para aprimorar o relatório para tentar votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Eu vou precisar de 15 minutos para isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, está resolvido.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, pela ordem, Presidente.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Sr. Presidente, um encaminhamento, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Líder Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, havia uma conversa.

O Relator fez várias anotações, pelo meu entender, de sugestões que ele entendeu razoáveis e que precisam ser avaliadas. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nem tanto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Eu anotei tudo.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Certo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Tudo está anotado aqui, e tem algumas que eu já tenho um juízo de valor, mas que eu preciso ouvir a consultoria, porque eu não quero cometer nenhuma insegurança jurídica. Eu preciso ouvir também o Appy e a turma da Fazenda, que estão aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando terminarem todos de falar, o Presidente suspende a sessão por 15 minutos, eu vou para a sala da Presidência com os assessores e com a Receita Federal e, em 15 minutos, eu retorno dizendo o que eu acatei e o que eu não acatei.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, está bom.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, pronto! Vai ser assim.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Eu só quero deixar a sugestão de encaminhamento, Presidente, que aí é para avaliar depois: seria encerrar a discussão hoje, encerrava a discussão hoje...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não. Vai encerrar a discussão e vai votar.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Encerrava a discussão e ficava o texto para ser preparado e elaborado para a gente votar amanhã, às 9h.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... e, da CCJ, ia para o Plenário.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não. Vai encerrar a discussão e vai votar, mas pode ser que, dos 11 destaques que estão ali, ele acate alguma coisa aqui, e alguém tire o destaque também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP. Pela ordem.) – Presidente, se o senhor me permite, no sentido do encaminhamento, eu acho que, neste momento, todo o poder é do Relator, ele está com a palavra. Se tem alguém que nós temos que perguntar se dará conta do serviço ou não é ao Relator, e o Relator acaba de responder que dá conta do serviço; ele precisa, após a discussão, de 15 minutos para consolidar um texto. V. Exa., conforme foi aqui sugerido pelo próprio Relator, suspende por 15 minutos. Nós retomamos à apreciação dos destaques – creio eu que, inclusive, o número de destaques reduzirá a partir da nova apresentação –, concluiremos a votação hoje aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, e amanhã, às 9h ou às 10h, conforme o Presidente Pacheco encaminhou, a gente entrega o texto ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Fazendo uma correção, o Dr. Sabóia me informou que o Presidente do Senado não fará a sessão de amanhã com um item único, ele tem outros projetos de lei para colocar na pauta.

Senador Heinze.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente e Sr. Relator, no caso aqui da questão do arroz, caso na proposta não seja ajustada a essa correção, o crédito gerado pela aquisição do arroz em casca não será aproveitado pelas indústrias, o que resultará custos adicionais para o consumidor final.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Por que não vai gerar crédito?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Não consegue.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Por que não consegue?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Eu posso conversar melhor depois com o seu assessor?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – O.k.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Por que não vai gerar o crédito? Eu não estou entendendo. Porque o que estava previsto para o arroz com casca, eu estava explicando aqui para o Alan Rick...

Agora, está impossível. Eu não consigo. Está impossível.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me pedir aqui a...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Por mais que eu me concentre...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós temos só quatro Senadores inscritos. Está chegando ao fim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, mas aqui está impossível com a conversa lateral.

Senador Heinze, eu estava conversando aqui com o Senador Alan Rick. O arroz para consumo humano tem que estar beneficiado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – O.k.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O.k.? Esse que está com a alíquota zero está na cesta básica. O arroz com casca vai para uma beneficiadora de arroz. Quando entrar na beneficiadora de arroz vai entrar com 60% de desconto e vai levar crédito para a beneficiadora. Portanto, a beneficiadora tem uma série de outros insumos que pagam IBS e CBS, que vão desde a energia elétrica até transporte, etc. Ela tem como se compensar, pelo amor de Deus. Ela tem como se compensar. E o arroz para consumo humano de todo tipo, de todo tipo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Já sei.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... do agulhinha, do agulhão, de todo tipo, está com a alíquota zero, zero, zero, zero, zero.

Então, eu não vejo a preocupação que a V. Ex. está tendo. Tentei entender com o Senador Alan Rick e o Senador Alan Rick disse para mim: "Realmente, eu não estou entendendo". Porque é assim que vai funcionar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Só que muitas empresas que não beneficiam... Senador... Muitas empresas não beneficiam, compram arroz em casca e vão vender para quem beneficia. Não são...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – O.k.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O microfone, por favor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Não é o produtor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Heinze, são dez minutos. V. Exa. já falou 12 minutos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Não, não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, não, estou explicando a V. Ex.

Independentemente de ser o beneficiador ou o atravessador, quando ele comprar com 60% vai se creditar. Na hora que ele vender com 60% também vai transferir o crédito para a frente. E o cara que vai ter o arroz beneficiado vai compensar esse crédito com os insumos que vai pagar, IBS e CBS. Portanto, não tem essa preocupação que V. Exa. está levantando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – O.k.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O próximo Senador inscrito é o Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Presidente, obrigado. Já me senti contemplado com o debate sobre o saneamento.

Creio que há um consenso entre os Senadores de que a emenda proposta por nós e por muitos outros Senadores deve, como destaque, ser aprovada. Cito aqui o Senador Flávio Bolsonaro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... inclusive o PL destacou essa emenda; o Senador Fabiano Contarato; o Senador Kajuru; a Senadora Daniella Ribeiro...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Gente... Só um minuto, Alan. Se tiver alguém, algum convidado, algum assessor, que queira conversar aí sobre algum assunto, pode se afastar um pouco mais.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Ou ir lá para fora, conversar lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra o Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Bem, continuando.

Então, no tema do saneamento, a nossa maior preocupação, Presidente Davi e Senador Eduardo, Relator, é não onerar o contribuinte, é não onerar o cidadão com a líquida mais cara, nós estamos aqui caminhando para um bom entendimento; acho que só ficou para definição se será na redução de 60% linear ou se no *cashback*. Essa é a definição que nós vamos para o destaque votar. Sinto-me contemplado, porque eu vejo até a aquiescência do próprio Relator e o entendimento dele como uma emenda benéfica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nossa emenda é a Emenda nº 1.749, e vou entregá-la nas mãos de V. Exa.

Outro tema, Senador Eduardo Braga. Eu quero parabenizá-lo por toda a paciência, o trabalho, o esmero, o cuidado, o estudo que é necessário para redigir um relatório dessa magnitude. É apenas uma preocupação que me ficou, diante de todas as outras emendas que nós estudamos e acompanhamos, e eu trouxe apenas essas duas.

Essa emenda que fala, Sras. e Srs. Senadores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... sobre transporte aéreo regional é uma outra preocupação nossa. O Senador também falou da desoneração do retorno ao *status quo ante*, em relação aos voos internacionais.

Esse é um público bastante restrito. O nosso maior problema é garantir a aviação regional para o povo dos nossos municípios, do interior do Brasil. E eu creio que essa preocupação seja de todos nós.

Então, eu peço aqui a atenção com relação à aviação regional, que é exatamente a minha preocupação, Senador Eduardo. Na leitura do texto... Eu sei que V. Exa. teve o objetivo aqui de garantir uma aviação regional desonerada e também de incentivar a nossa indústria local, incentivar a Embraer, incentivar a geração de emprego, e de, inclusive, o Governo arrecadar mais, com o incentivo à nossa indústria local, muito embora haja essa história do *leasing*; o avião é feito no Brasil e vai para a Irlanda, depois o *leasing* é feito lá – é uma loucura esse negócio! Depois, a gente vai ter que se debruçar sobre isso, para acabar com essa maluquice e o Brasil ter muito mais autonomia a respeito desse tema.

Voltemos aqui. A minha única preocupação, Senador Eduardo, é de, na redação do texto de V. Exa., nós acabarmos deixando no entendimento do Comitê Gestor ou do próprio Fisco e – vou fazer aqui a leitura –, ao juntar todos os critérios do inciso VIII do §1º do artigo 283, nós termos dificuldades e reduzirmos o acesso e o incentivo à aviação regional.

Por que eu digo isso? Vejam só: inciso VIII – transporte aéreo regional; aí eu colocaria dois pontos aí "aviação doméstica com voos com origem ou destino na Amazônia Legal ou em capitais regionais, centros subrregionais, centros de zona ou centros locais, assim definidos pelo IBGE";

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque eu fui ver, meus amigos, que são todos os demais municípios do Brasil que não são capitais e regiões metropolitanas; é o que define o IBGE. Então, isso atende todo o Brasil.

Aeroportos regionais, voos regionais; aí, vejam, "em rotas de voos regulares operados por aeronaves certificadas de até 150 assentos, com o mínimo de três frequências semanais".

O entendimento de V. Exa. é o melhor possível: garantir a aviação regional incentivada e também incentivar a indústria brasileira, incentivar a nossa Embraer. A minha preocupação – repito – é que, se o Comitê Gestor ou o Fisco entenderem que é a acumulação de todos esses requisitos que eu citei é que definem a aviação regional, nós teremos perdas de voos nessas regiões. Eu vou dar um exemplo: se o Legislador, se o Fisco e se o Comitê Gestor entenderem que é cumulativo isso aqui, ou seja, tem que atender todos esses requisitos, no seu Estado do Amazonas – eu fiz aqui uma pesquisa nos números da Anac –, apenas 5,9 mil voos entrariam na regra do voo regional, 30% desses voos apenas, o.k.?

Os critérios são esses, Senador, para transporte aeroregional, aviação...

Aqui é apenas uma emenda de redação, para garantirmos que todos os estados brasileiros... Aqui nós estamos excetuando os grandes aeroportos, as capitais, as regiões metropolitanas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... atendendo os municípios de todo o Brasil.

Senador Ciro Nogueira, a nossa preocupação é que nós, ao fazermos a leitura e a interpretação aqui do texto, o Comitê Gestor ou o Fisco interprete que tem que atender todos esses critérios. Então, eu propus uma emenda que é basicamente uma emenda de redação, Senador Eduardo Braga, que apenas acrescenta o seguinte – é a Emenda nº 2.167 – ao final: "transporte aeroregional: aviação doméstica com voos com origem ou destino na Amazônia Legal ou com voos com origem e destino em capitais regionais, centros subregionais, centros de zona ou centros locais, assim como definidos pelo IBGE; ou em rotas de voos regulares operados por aeronaves certificadas, com capacidade de até 150 passageiros, com o mínimo de três frequências semanais".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que, nesta configuração, nós teremos aquilo que V. Exa. defende: o incentivo à aviação regional, porque nós teremos uma definição correta de três requisitos específicos de aviação regional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... e teremos o incentivo tão esperado à nossa indústria local. Eu entendo que foi esse o entendimento de V. Exa., a busca desse incentivo à nossa aviação regional, à indústria local.

Portanto, esta nossa emenda é muito simples. Acrescenta-se apenas "[...] ou em rotas de voos regulares operados por aeronaves", ao final.

É apenas essa a nossa pontuação, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Posso explicar?

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Com toda a certeza.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Veja, eu me dedico a essa questão da aviação regional a nada mais, nada menos, do que 25 anos – 25 anos. Fui, inclusive, o primeiro estado a ter uma lei de incentivo à aviação regional – o primeiro estado do Brasil.

O que acontece é que, como a aviação civil em geral ficou sem benefício, estão querendo usar benefício de aviação regional para aviação civil em geral, e quem vai perder são os Estados como Tocantins, Pará, Acre, Rondônia, Amazonas, Roraima, Amapá, que, para poder ir de Manaus para Rondônia, nós temos que vir a Brasília e voltar para Rondônia. O Maranhão está incluído nisso também.

Agora, o que nós estabelecemos? Nós estabelecemos – vou ler: "Transporte aéreo regional, aviação doméstica com voos com origem ou destino na Amazônia Legal ou em capitais regionais". Por quê? Porque estavam querendo colocar a ponte aérea, com todo o respeito ao Estado de São Paulo, da cidade de São Paulo para a cidade do Rio de Janeiro, como aviação regional – como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aviação regional! –; a ponte aérea São Paulo-Brasília, Brasília-São Paulo como aviação regional, mas isso não é aviação regional; aviação Brasília-Confins, Confins-Brasília como aviação regional, mas isso não é aviação regional; Brasília...

Enfim, todas as pontes aéreas de capitais que já são atendidas e que já têm o menor preço *per capita* das passagens aéreas seriam beneficiadas em detrimento dos estados que precisam de aviação regional. E o "ou" não ajuda, penaliza a Amazônia, porque aí eles caracterizam que um voo... Aliás, a TAM iniciou como Táxi Aéreo Marília, em voo regional. Então, veja, o que nós procuramos fazer foi, desta vez, efetivamente garantir que o transporte aéreo regional seja incentivado.

E outra coisa: hoje a aviação regional nos nossos estados é feita por avião Caravan – de oito lugares. Nós não temos aviões, à exceção de um ou outro com ATR ou com avião a jato; o resto é Caravan, e com um preço pelo olho da cara. Então, o que nós estabelecemos? Primeiro, para poder ser caracterizado, tem que ter três voos semanais, porque eles fazem um voo por semana e dizem que é regional – e dizem que é regional. Então tem que ter esses critérios e não pode dar brecha para que eles façam entendimentos isolados.

Porque, senão, o Acre vai continuar sem aviação regional; Rondônia vai ficar sem aviação regional; o Amapá; o Maranhão; o Tocantins; o Amazonas, o Pará, enfim, nós...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O Piauí.

... nós vamos ficar sem aviação regional.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Bahia... A Bahia vai ficar mais... E tem estados que não têm estrada, e tem estados que têm estrada. O meu não tem estrada; nós somos proibidos de ter estrada.

Então, o que nós fizemos? Nós colocamos, nas capitais, centros sub-regionais, centros e zonas ou centros locais, assim definidos pelo IBGE. Porque o IBGE define isso, e isso é lei. Então, não vai poder ser burlado por um *lobby* dentro da Anac. Vamos falar a verdade, porque é o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles fazem: *lobby* dentro da Anac. E a Anac vem aqui, e o Ministério vem aqui e diz: "Não, a passagem baixou". Mas, para você vir do Amazonas para cá – está aqui o Omar –, nós não pagamos menos de R$6 mil.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – É mais caro do que ir...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Para o Amapá, olha aqui: R$9 mil.

Então, não dá para fazer isso, por isso, Alan, por isso: porque chega de a gente ser enganado, vilipendiado. E, lamentavelmente, é por isso e outras que a aviação civil perdeu total apoiamento dentro do Congresso Nacional

Então, vamos deixar claro o jogo, como eu gosto de deixar: eu não apoio a divisão por uma razão simples, isto vai facilitar o *lobby* contra nós. É por isso. É tão somente por isso.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Só para complementar...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Se eu fosse o dono dessa emenda, eu iria tirá-la agora. (*Risos.*)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Só para complementar, a única questão aqui era a leitura para que não prejudicasse a aviação regional. Foi o nosso entendimento – entendimento nosso –, mas todos os critérios aqui relatados pelo Senador Eduardo Braga são aqueles que nós defendemos: uma aviação regional forte e com o menor custo possível. Tanto é, Senador, que nós apresentamos a emenda, na nova lei geral do turismo, justamente para reduzir o preço do querosene de aviação nos aeroportos da Amazônia Legal – justamente para a gente poder reduzir.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – No Amazonas, desde 2003, o querosene de aviação, para a aviação regional, paga 5% de ICMS e, mesmo assim, uma viagem, Ciro Nogueira, de Manaus/ Eirunepé/ Manaus, custa R$3,5 mil.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O objetivo é o mesmo: reduzir o custo e melhorar a situação para quem voa voo regional. Esse foi o nosso objetivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo Senador inscrito, Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Queria a atenção dos Senadores, dos assessores. Temos um Senador na tribuna.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Para discutir.) – Queria muito cumprimentar o trabalho do Senador Eduardo Braga, trabalho que comprometeu até a sua saúde, e graças a Deus o temos de volta.

Senador, queria fazer um apelo todo especial. O Brasil enfrenta, com certeza, o envelhecimento médio da nossa população, e o setor de academias de ginástica do nosso país, com o que foi apresentado pela Câmara dos Deputados, vai ter uma distorção enorme, que cria uma série de requisitos para que eles tenham acesso aos 30%. E essa nossa emenda, que é a de 1.384 e a de 1.463, vem corrigir essa distorção.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – São duas emendas?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Exatamente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Do mesmo assunto?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Exatamente. Ela vem para corrigir essa questão, porque na prática...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não pode juntar em uma?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Pode ser, pode ser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Junta numa emenda.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Perfeito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Para destacar o...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – O senhor acatando-a, eu faço...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Junta e destaca uma emenda.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Perfeito, perfeito.

Porque na prática as academias vão precisar que os professores sejam sócios da academia para terem acesso, e isso vai ter uma distorção enorme.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Depois, me dê o número de uma delas.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Perfeito, eu lhe dou daqui a pouco então, está certo? O senhor acatando, eu fico muito grato. E isso visa, com certeza, a incentivar a prática esportiva no nosso país.

E a outra emenda é um pedido do Senador Laércio e da Senadora Damares que visa a um dos setores que mais emprega as mulheres no nosso país, que é o setor de salão de beleza, que é a Emenda de autoria do Senador Laércio nº 778. Eu queria que o senhor olhasse com carinho esse pedido do Senador Laércio e da Senadora Damares.

É isso, Sr. Presidente.

Eu já lhe passo o número da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo Senador inscrito, Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, caro Eduardo Braga, a exemplo do que todos fizeram, quero também enaltecer o esforço, a dedicação e a competência também para o trabalho que foi executado.

Eu tenho observações em relação a três emendas. A primeira delas, caro Senador, é a emenda que está com número, 571, relacionada às cooperativas.

Algumas foram aceitas, a 571 não foi aceita, foi rejeitada. Mas lembro que o ato cooperativo, caro Relator, o ato cooperativo se entende pelo fornecedor, que é o cooperado, o cliente, que é o cooperado, o sócio, que é o cooperado, porém, podemos ter fornecedores e clientes que também se beneficiam da cooperativa e estes estão sendo, como aconteceu aqui no Senado, que ficamos durante dois meses discutindo a situação, por exemplo, do segurado especial, se poderia se associar a alguma cooperativa ou não. Então, nesse sentido, a emenda, caro Relator, se relaciona a esse fato, inclusive dizendo o seguinte, que assegura ao cooperado não contribuinte, mas que se beneficia da cooperativa, que também possa ter direito à alíquota zero de IBS e CBS, sempre que a cooperativa oferecer bem ou serviço a ele. Então é não contribuinte, porque senão nós teríamos duas alternativas de taxação na mesma cooperativa, uma para o cooperado contribuinte e outra para a outra pessoa que se beneficia.

Ao mesmo tempo, caro Relator, confere a essa mesma emenda o diferimento de novos tributos sobre operações para o período de circulação do bem, fase posterior, e não na entrada do bem. Então esses dois aspectos estão previstos nessa Emenda 571.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu só quero dizer ao meu querido Senador Flávio Arns que nós acatamos muitas emendas de cooperativa, muitas. Agora, essa emenda em específico tem uma questão técnica, porque você está atingindo o consumo. Então eu vou olhar novamente agora, nesses 15 minutos...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... mas eu quero dizer que há uma dificuldade de caráter técnico com relação a essa emenda, por causa da característica de consumo que está sendo dada a essa emenda. Mas nós vamos analisar, só para dizer. E inúmeras emendas foram acatadas na área de cooperativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu tenho conhecimento das inúmeras emendas. Essa é uma emenda inclusive das cooperativas de maneira geral, para não haver tributação diferente sobre os bens ou serviços que são ofertados para a cooperativa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, não é propriamente ao consumo. Quer dizer, o fornecedor, no ato cooperativo, o fornecedor pode ser não cooperado, como o cliente pode ser não cooperado, mas sempre que se beneficie do bem ou serviço da própria cooperativa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Aí é consumo, entendeu? Uma coisa é o cooperativado, outra coisa é a cooperativa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agora, isso faz parte da compreensão do ato cooperativo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Mas isso é consumo. Mas tudo bem, nós vamos analisar bem analisado.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Por favor, havendo alguma dúvida, a gente também fica à disposição.

O segundo aspecto é que eu gostaria de enfatizar o que o Senador Luis Carlos Heinze colocou em relação à erva-mate, porque isso é típico dos estados do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná. Muitas pessoas desses estados, indo para o Norte, Nordeste, e, na cesta básica, por exemplo, está o café, mas o pessoal que se beneficia da erva-mate não toma café, toma a erva-mate. Ao mesmo tempo, a gente não pode dizer para essa pessoa, olha, tome o café, quer dizer, o substituto do café para essas pessoas é a erva-mate. Então eu só quero dizer que é uma emenda do Senador Luis Carlos Heinze, que é...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – É a 492, 492.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. *Fora do microfone*.) – E a minha também.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E da Soraya também. Então é uma alternativa ao café, porque o Brasil tem uma diversidade, uma imensidão, com hábitos diferentes, mas no Sul – e o pessoal do Sul está indo para o Norte e para o Nordeste – usa-se a erva-mate. Não posso chegar para a pessoa e: "olha, não tome chimarrão, tome o café". Não, está doido. Eu tomo o chimarrão no lugar do café.

Inclusive, nós aprovamos aqui, não é, Senadora Tereza?, o Município Cruz Machado, no Paraná, como capital nacional da erva-mate, sombreada também. Não só a plantada, mas a sombreada. Plantada, pode ser, mas sombreada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E o Mato Grosso do Sul pode até tomar tererê.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É. Então é o substituto do café em muitas situações.

Ao mesmo tempo, só para encerrar, caro Relator e Presidente, só a questão, a gente sempre tem a preocupação com o agricultor familiar, porque muitos produtos, obviamente industrializados, estão na cesta básica, mas existe uma emenda, que é a 442, pelo menos nos meus números aqui, que acrescenta, entre os produtos isentos da cesta básica, os produtos alimentícios coloniais ou artesanais processados e semiprocessados na agricultura familiar e pelo empreendedor familiar rural.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Como controlar isso?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois é. Não, mas isso, depois, não é?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Mas como controlar isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, mas só que a gente tem que pensar o seguinte: na cesta básica de muitas regiões nós estamos colocando produtos que vêm da agricultura familiar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Muitos. Mas como controlar o que o senhor está dizendo? Eu não tenho como controlar. Nem eu, nem a Receita Federal, nem as receitas estaduais...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mas isso pode ser regulamentado depois, de uma maneira. Nós não estamos pensando em como fazer depois; nós estamos pensando em incluir a possibilidade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Como?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Nós estamos falando da regulamentação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, nós... É, de uma certa forma, não é, Sr. Relator?, é a regulamentação, mas muitos desses itens serão extremamente detalhados na sequência. Só o grande objetivo que eu gostaria de enfatizar é que vem da agricultura familiar, não é?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Flávio, me perdoe chamá-lo de Flávio, você é meu amigo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Claro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – A agricultura familiar foi extremamente, extremamente beneficiada na regulamentação que nós apresentamos hoje. Agora, nessa questão que você está me colocando, eu tenho um problema de certificado de origem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, só a título de colaboração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Hoje os produtos artesanais a que ele se refere já são controlados pelas secretarias estaduais e pelos serviços estaduais de defesa sanitária.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Isso é o SIF. Isso é o SIF.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É estadual, estadual.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Mas se tiver SIF, se tiver SIF, é outra coisa, mas não está se falando nem em SIF na emenda dele.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas eu só queria dizer isto: que a regulamentação pode especificar. É só essa a minha colaboração.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – A regulamentação é do que nós estamos tratando agora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, isto é um projeto de lei complementar. Os regulamentos infralegais.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Ah, tudo bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Certo?

Por exemplo, queijo colonial. Já temos uma lei nacional, e quase todos os estados do Brasil têm.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – O queijo colonial está resolvido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, eu estou dando como exemplo, mas isso vale para vários outros produtos regionais. É só a título de colaboração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Dr. Flávio, terminou?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, então eu só gostaria... Terminei, mas só gostaria de enfatizar para que o Relator pudesse apreciar essa emenda, porque agricultura familiar é extremamente importante.

Agora, aquela questão do consumo das cooperativas, eu acho que é bom até a assessoria também pensar em termos de ato cooperativo, a compreensão do ato cooperativo. Não é só para consumo, é para entrega do produto como fornecedor – fornecedor – e como cliente, mas não como sócio da cooperativa, está bem?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Flávio.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, eu só quero agradecer ao Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próxima Senadora inscrita, Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, caras colegas e colegas, Sr. Relator, V. Exa. sabe da minha discordância em relação ao texto-base.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – V. Exa. sabe da minha discordância em relação ao texto-base, a PEC 45. Mas, uma vez que ela já passou, eu quero exaltar aqui... (*Pausa.*)

Eu quero exaltar, Relator, a sua habilidade, a sua capacidade, o seu trabalho na regulamentação dessa reforma tributária. Não é fácil lidar com um texto-base que, daquela forma, virou uma colcha de retalhos. Então eu quero aqui... Eu estou um pouco mais aliviada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero agradecer porque, das 45 emendas, o senhor acatou 15 minhas e vou aqui apelar para mais uma. Por que é que eu vou apelar para a erva-mate? Primeiro, a calculadora do Banco Mundial diz que o impacto é menor do que 0,01% da alíquota base. É a bebida da classe mais humilde, os brasileiros de baixa renda. A erva-mate é mais barata, Sr. Relator, do que o café. E comparando com o café...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Obrigada, Senador Randolfe.

Comparando com o café, nós estamos fugindo aqui do princípio da isonomia. É bem mais barato. Sem falar que está na cesta básica desde 1935.

Nossos estados aqui plantam. E algo de extrema relevância é que é a planta nativa com maior índice de captura de carbono no Brasil.

Além disso, a produção anual é de 1,1 milhão de toneladas de folha verde; sustenta 180 mil famílias produtoras em 486 municípios do Brasil, fortalecendo a economia regional e nacional. O setor é formado por 300 indústrias, sendo mais de 90% de pequeno porte.

Sr. Relator, muitas escolas públicas do Mato Grosso do Sul, em vez de suco – suco de saquinho, de pozinho –, dão erva-mate.

Lá no Mato Grosso do Sul, um grande plantador – da Erva Mate Santo Antônio – tem dado as mudas para a gente, para reflorestarmos os assentamentos. E tudo pode ser produzido – está aqui a Tereza que não me deixa mentir... É uma planta que pode ser cultivada em áreas de preservação permanente, as APPs; preserva as nascentes e os solos de aclive; e é aquela, vou repetir, com maior índice de captura de carbono do Brasil.

Então, eu vou apelar aqui. É do nosso dia a dia; nós tomamos tereré. Eu acredito que nós vamos conseguir...

Tereza, me ajuda?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O Davi está querendo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Eu estou de acordo. Eu estou de pleno acordo!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, não... Ele está querendo fazer aqui motivo de campanha, mas eu quero dizer que seus argumentos já estão aceitos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Ah, muito obrigada! Muito obrigada. (*Palmas.*)

Agora, eu gostaria que o senhor me explicasse...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E o do Heinze, que era igualzinho, ele não aceitou ainda agora. (*Risos.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Está vendo?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Mas aí é uma diferença de gênero.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tudo bem. É só para registrar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – É que eu sou mais bonita...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Tem uma diferença de gênero.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Eu sou mais bonita que o Heinze e que o Arns. Eu acho que foi isso. (*Risos.*)

Sr. Relator, e agora, tratando de algo que eu gostaria de entender... Eu vinha escutando a discussão...

Senador Ciro, deixe-me falar e deixe-o me escutar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Eu já te atendi!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Não; eu tenho mais um pedido. Ainda tenho três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Eu gostaria...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Eu já te atendi em 15; 16 agora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Mas são boas as minhas emendas. Deveria ter atendido todas. Têm relevância. Minhas emendas têm relevância.

Eu sei que estás cansado, mas eu esperei aqui todo o tempo.

Então, tá. Eu gostaria de compreender – compreender... Eu não vou nem pedir a da Damares mais – já pedindo a da Damares sobre os salões de cabeleireiro –, mas eu gostaria de compreender, porque eu vinha escutando a discussão anterior, sobre a questão dos planos de assistência funerária, a Emenda 1.586. Por que não incluir? Sr. Presidente, Sr. Relator, é um serviço caríssimo, difícil. Se o senhor puder explicar, o.k. Já me sinto bastante satisfeita com o acolhimento da 1.444 e das demais, mas eu gostaria de entender a rejeição e o que impacta, por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É porque a proposta é nivelar à alíquota da saúde. A saúde é vida. Então, ter uma redução para a alíquota é uma coisa; agora, nivelar à saúde é outra coisa.

Então, a gente tem que ter critérios, porque, se nós não tivermos critérios, aí o discurso da oposição, de que nós vamos ter o maior IVA do mundo, etc., se transforma em verdade. E isso é tudo o que a gente não está fazendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório que apresentei teve impacto de 0,13 ponto percentual. Agora, fazer a nivelação de algo que deveria ser compromisso com a vida com funerária é outro patamar. Se estivesse no regime diferenciado, etc., é óbvio que eu estaria sensível a isso.

E, mais, o povo de baixa renda... Eles fazem...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Têm assistência.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... assistência. Enfim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu não vou alongar a discussão. Eu só...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Não, eu entendi e agora retiro. Compreendi.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Está vendo?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Então, está bom.

É isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo Senador, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, estamos chegando aqui no final desta sessão tão prestigiada e, ao mesmo tempo, disputada para a gente tentar, nessa reforma tributária, que era um sonho, um sonho de todos nós que chegamos aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Um sonho de todos nós que chegamos aqui em 2019 era que o Brasil fizesse uma reforma estruturante, uma reforma tributária para valer.

Eu acho que o nosso grande erro, Senador Rogerio Marinho – quando eu digo nosso, é nosso, todo o nosso esforço... Deveria ter sido feita uma reforma administrativa antes para saber que tamanho de Estado a gente queria.

O que a gente está vendo aqui...

Eu quero, ao mesmo tempo, cumprimentar o Senador Eduardo Braga pelo seu esforço. Você vê que ele está tão antenado com todas as emendas, toda a regulamentação, que ele sabe de cabeça: "Ah, o queijo colonial? Esse aí nós já aceitamos". Então, mostra, realmente, que se dedicou, e a gente sabe disso. Agora, nós fizemos aí... Eu acho que esse estica e puxa que aconteceu... E, muitas vezes, ganha quem fala mais alto, quem tem uma estrutura maior de indústria, de *lobby*, que a gente infelizmente está tendo. Sim, nós vamos ter, Senador Magno Malta, o maior IVA do mundo. E quem vai pagar a conta disso vai ser o consumidor, vai ser lá na ponta, com o aumento de imposto.

Eu vou dar um exemplo aqui que vale para muitos outros estados, talvez para a maioria, Senador Zequinha: comércio e serviços, que é o DNA, por exemplo, do Ceará, do meu Ceará – comércio e serviços. Nós somos considerados... Os judeus aqui do Brasil, o pessoal brinca, comerciantes natos: aqui vai passar para 28 o que é cinco. Você acha que isso vai ser... O impacto lá na ponta vai ser o que para o produto final? E, Senador Jorge Seif, a competitividade como é que vai ficar?

Então, eu votei contra a reforma tributária.

Essa regulamentação... O senhor estava aí conversando, não sei se o senhor percebeu. Eu o elogiei por saber de cabeça aqui as emendas, como alguns produtos que foram colocados. O senhor prontamente: "Não, mas isso aqui nós já resolvemos". Foi um estica e puxa danado para tentar contemplar, mas eu acredito, sinceramente, que nós vamos ter, em 2026 – não sei quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai estar aqui de nós em 2026 –, que fazer uma outra reforma tributária no país, porque essa vai ser para inglês ver.

Então, eu quero deixar muito claro meu voto contra. Não sei se vai ser possível votar, porque eu sou suplente aqui desta Comissão, mas estou pronto aqui, disponível, nem que seja até meia-noite, 1h da manhã, para que possamos efetivar essa votação.

Quero dizer que nós vamos ter também no Plenário, não apenas aqui na Comissão, importantes destaques para serem feitos, para tentar minimizar o impacto dessa reforma.

E, Sr. Presidente, é muito importante, neste momento – e eu tenho esperança até a última hora –, que a gente procure ter serenidade, que a gente procure, de alguma forma, perceber que esse não é o modelo correto, principalmente porque está sendo, no meu modo de entender, como venho de uma região do comércio e de serviços muito forte, muito prejudicado o setor. Nós vamos ter grandes desafios pela frente.

Vejo que a Zona Franca de Manaus está tendo, sim, uma proteção. Vejo que estados como o de São Paulo também. E vai sobrar para o Norte, para o Nordeste, especialmente, o grande desafio que nós vamos ter daqui para frente. Agora, faz parte, isso faz parte da democracia: todos nós aqui estamos representando os nossos estados.

E acredito, sim, que o IVA nosso, e o tempo vai dizer, mesmo o senhor acolhendo cerca de 600 emendas – mais de 600 emendas – e colocando que o impacto vai ser de 0,13%... Eu acredito, Senador Eduardo Braga, e o tempo é o senhor da razão, que nós vamos ter, infelizmente, o maior IVA do mundo com essa reforma tributária, mas quero cumprimentar o senhor pelo trabalho, pela dedicação, por conhecer cada emenda.

Que a gente possa ter o desfecho o melhor possível.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Presidente, me perdoe, mas eu preciso fazer algumas considerações à fala do meu xará, o Senador Eduardo Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, não é verdade que os estados do Norte e Nordeste serão penalizados com essa reforma tributária – me perdoe, não é verdade.

Eu tenho os números dos impactos da mudança de origem e destino para cada um dos estados. E, me perdoe, o estado de V. Exa. ganha com essa reforma. O estado do Senador Davi Alcolumbre ganha com essa reforma. O Estado do Pará ganha com essa reforma.

Como disse o Senador Omar, o Estado do Amazonas é o estado que mais perde receita com essa reforma, porque o Estado do Amazonas é um estado produtor: ele não é consumidor, ele é produtor. E, agora, todo o imposto se transforma...

Eu queria som aqui no meu microfone, porque, para concorrer com a fala paralela, eu preciso de som.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ednaldo! Ednaldo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu preciso de som. Eu preciso de som.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... o volume aqui.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu preciso de som.

Eu quero dizer a V. Exa. que o Estado do Amazonas é o estado da Federação brasileira que mais perde com esta reforma. É o que mais perde! Não é o que mais ganha; é o que mais perde, e eu tenho os números de todos os estados. Para quem quiser discutir estado por estado, eu estou à disposição para fazê-lo.

Agora, respeito a posição política de V. Exa., respeito a posição política do partido de V. Exa., que fechou a questão para votar contra a reforma tributária, mas mesmo assim eu não estou deixando de atender às emendas dos Senadores; não estou deixando de atender aos pleitos de Senadores que eu sei que estão fechados por uma questão política, ideológica para votar contra, seja qual for a reforma que o Congresso Nacional vá votar!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu apenas quero agradecer a V. Exa., porque V. Exa. me deu a oportunidade de botar as coisas no seu devido lugar. Não há estado brasileiro que perca mais com a reforma tributária do que o Estado do Amazonas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senador Eduardo Braga, eu respeito muito a sua história nesta Casa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... a sua experiência, a sua dedicação, e eu quero dizer isso até do ponto de vista da saúde física. Todos nós acompanhamos aqui o quanto impactou o trabalho; nas audiências públicas, ouviu vários setores. Agora, é como a gente ouve desde a infância: o tempo é o senhor da razão. O tempo é o senhor da razão. Muita coisa aqui que está sendo aceita... Vai ter 15 minutos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu quero saber qual é o impacto dessas emendas aceitas. É impossível! Como é que se pode dizer que se analisou o impacto? Nós vamos ver com o tempo, porque a gente sabe que o jogo está jogado. Na votação, aqui, vocês têm maioria, o Governo tem maioria, mas eu acredito que não vai ser bom isso para o povo brasileiro, não vai ser bom o impacto para o produto final para quem vai pagar imposto. Nós vamos pagar mais imposto; o maior IVA do mundo nós estamos aqui consolidando.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me aproveitar para fazer uma justa correção aqui, Líder Eduardo Braga.

Nós falamos ainda há pouco, quando o Senador Alan Rick argumentava em relação à aviação regional... Quando eu fui conversar com ele, ainda há pouco, em relação ao que ele estava concretamente tentando dizer, ele passou a ter razão, porque o texto de V. Exa. está colocando um limitador de até 150 passageiros, e os voos regionais da Amazônia são de aviões...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Presidente Davi, V. Exa. sempre tem razão, e a gente não discorda de V. Exa. de jeito nenhum. Na realidade, é o seguinte: os voos da Amazônia não são iguais ao de Rio Branco para Cruzeiro do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sul. O único caso de voo da Amazônia que tem um 737-800 é exatamente Rio Branco-Cruzeiro do Sul. É o único caso que tem um 737-800, e...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas era justamente esse que ia impactar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... em função deste único caso, eu vou aceitar aumentar o limite de 150 para 186...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É isso aí.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... com o único caso que existe na Amazônia – o único caso. Todos os outros voos são feitos por ATR 42, ATR 72 e por aviões da Embraer, E195.

Portanto, apenas para deixar claro – porque eu gosto de deixar as coisas bem claras –, inclusive no estado de V. Exa. não tem 737 voando para nenhuma cidade do interior.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não tem. Só tem Caravan.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Só tem Caravan.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Quero agradecer ao Senador Eduardo. O caso do Acre é específico, mas nós temos outros estados que acabam se identificando com aqueles centros regionais que têm também o voo por outro tipo de aeronave. Na Amazônia Legal, o caso do Acre é bem específico, mas há outros municípios, por exemplo, no Nordeste que se coadunam com aquela definição do IBGE em que nós temos voo regional com aeronave maior de 150.

Muito obrigado, Senador Eduardo. Eu acho que isso contempla, e a gente incentiva a nossa aviação regional.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Jorge Seif.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Depois de Santos Dumont, é Alan Rick e é Eduardo Braga patronos da aviação regional.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minutinho.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Apenas um esclarecimento. Se V. Exa. mandou suspender o café de todos como estratégia ou...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não.

Ednaldo, suspenderam o café? (*Pausa.*)

Os Senadores estão querendo café.

Foi o Ednaldo.

Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Presidente, muito boa noite.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Boa noite ao senhor. Boa noite ao nosso Relator.

Quero parabenizar o Relator pelo seu trabalho hercúleo, pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Botaram agora foi volume no microfone.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Mete volume aí que o pessoal hoje está agitado, está mais mal-educado que o normal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está alto.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, Senador Eduardo, quero parabenizar e quero também agradecer, porque analisar 2 mil emendas de cada um de nós Senadores... O senhor está de parabéns, e eu quero parabenizá-lo de verdade.

Eu tenho algumas observações, e, logicamente, não é nenhuma questão político-partidária nem pessoal. Eu acredito é que não se faz uma reforma tributária sem antes fazer uma reforma administrativa. É como querer construir o telhado sem erguer parede; é como querer curar câncer com aspirina.

Então, eu acredito que nós precisávamos de uma reforma administrativa, e, infelizmente, com o que nós temos visto, Senador Eduardo, Sr. Presidente, Exmo. Sr. Davi Alcolumbre, aqui é um Governo perdulário, irresponsável. Está aí mais um ponto percentual hoje na taxa de juros, é estatal dando prejuízo, com Correios batendo recorde negativo. Então, é uma série de questões que demonstram que é um Governo irresponsável, perdulário e que o senhor fez um esforço hercúleo para tentar salvar essa gastação desenfreada.

Quero dizer também para o senhor que eu não sou contra a guerra fiscal, e eu vou explicar ao senhor o motivo. Nós somos um país continental, cada qual com o seu talento, com a sua vocação. Não adianta querer dizer que a nossa Santa Catarina é igual à Amazônia, porque não é. Nós temos vocações lá que os senhores não têm lá, e vice-versa.

Então, querer colocar todo mundo debaixo da mesma régua eu não concordo. Eu acho que cada um de nós, como pessoas, como ser humano, tem talentos, tem dons, tem charme, tem vantagens, tem desvantagens, e querer fazer isso na canetada eu acho que não chega a nenhum lugar.

E, por último, eu quero também, Senador Eduardo Braga, nosso querido Relator, que vários economistas do Insper, da FGV, que têm dado entrevista – se o senhor pesquisar no seu Google agora, o senhor vai ver... Eu espero que eles estejam completamente errados e, daqui a um ano, eu quero falar: "Meu Deus, o Senador Eduardo Braga, o Senado tinham razão. Queimei a língua e o imposto reduziu!".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço a Deus – nunca pedi isso a Deus –, eu quero estar errado e que essa reforma realmente seja uma salvação para as finanças do nosso Brasil.

Serei agora o mais breve possível, porque o senhor já acatou algumas das minhas emendas. Quero lhe agradecer por isso, mas eu tenho alguns pedidos.

Senador, a Emenda 713, a qual eu chamei de emenda Unimed, que corrige uma injustiça tributária, garantindo... (*Pausa.*)

Relator querido, preste atenção no teu amigo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Estou prestando atenção. V. Exa. está falando da Unimed.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, parabéns!

Então, a emenda corrige essa injustiça tributária e garante condições justas para preservar a competitividade das operadoras cooperativas e acesso à saúde suplementar de qualidade, conforme o art. 174 da CF. E rejeitar essa emenda, Sr. Relator, eu lhe peço – é até uma emenda do Senador Izalci, eu só estou aqui fazendo o apelo –, limitar a 50% a dedução desses custos vai criar distorção concorrencial e vai comprometer a sustentabilidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... e também elevar os custos do plano de saúde e do SUS.

Outra emenda que eu peço...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Só para esclarecer...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senhor...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... também a Emenda 2.104, de que lhe falei.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Senador.

Senador, nosso querido Relator Eduardo Braga, também tem a Emenda 866-U – carvão mineral –, de autoria do Senador Jorge Seif. Quando rejeitamos, Sr. Relator, essa emenda que exclui o carvão mineral do Imposto Seletivo, compromete-se a segurança energética nacional. Nós não podemos esquecer, Sr. Presidente, que em 2021, com crise hídrica – e tivemos crise hídrica agora de novo –, foram as usinas termoelétricas que salvaram a energia do nosso povo. Então, queria também fazer esse apelo.

Outra emenda não menos importante da nossa eterna Ministra... (*Pausa.*)

Eu quero a atenção do senhor, preciosa, eu sou o último a falar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A nossa eterna Ministra...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mais uma e ele vai pedir gol no Fantástico, se responder pela terceira vez! (*Risos.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, rapaz; olha, está de parabéns, viu?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, agora botei fé nesse Eduardo!

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente Davi, Senador Eduardo, tem uma emenda da nossa eterna Ministra Tereza Cristina, 1.325 – salmonídeos –, que exclui salmonídeos e atuns do Anexo VII, que reduz em 60% as alíquotas de IBS e CBS.

Eu queria dizer para o senhor algo. O salmão lidera o consumo de pescado no Brasil, representa 30% do total e é hoje um pescado popularizado. Além disso – o senhor sabe que eu sou oriundo do setor pesqueiro –, hoje os atuns e as sardinhas são o segundo maior volume de produção no nosso Brasil, de norte a sul. Então, nós produzimos especialmente para os enlatados, que estão na cesta básica. Então, eu queria fazer mais esse apelo para o senhor, se é possível rever, ainda que separe a Emenda 1.325.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faltam só duas, e eu sei que o senhor está cansado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pelo menos o senhor está prestando atenção e está com o sorriso bonito no rosto.

Emenda 1.761 – materiais destinados à reciclagem. Sr. Presidente, rejeitar essa emenda enfraquece a economia circular e compromete a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que valoriza a reciclagem, o meio ambiente, a questão socioambiental. E sem o crédito presumido, Sr. Relator, para os agentes da cadeia de reciclagem, essa reciclagem perde competitividade com matérias-primas virgens e é inviabilizada, prejudicando o Brasil, o meio ambiente, o pessoal que vive de reciclagem, as indústrias.

Então, a aprovação dessa emenda – eu peço a sua atenção especial – é para fortalecer a sustentabilidade, que tantos colegas Senadores aqui defendem, e gera emprego.

Por último, Sr. Presidente, não menos importante...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Eu só quero dizer que são as Emendas 1.411 e 1.425 na questão da reciclagem.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado.

O Senador Esperidião quer fazer um complemento?

Não?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Era a mesma coisa.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está contemplado.

Presidente, por último, eu queria discordar da minha querida colega Eliziane Gama e dizer aos senhores que contra fatos não há argumentos: números são números e não podem ser contestados. Segundo o relatório de segurança pública, no Brasil, em 2017, nós tínhamos uma taxa de homicídio, Sr. Relator, na casa de 63.880 homicídios. Bolsonaro liberou arma no Brasil e caiu para 46.409. Que coincidência!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está aprovado, mas de arma legal. E vou te dar um segundo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente, vou te dar um segundo número. Sabe qual é o estado mais armado do Brasil? Santa e bela Catarina. Adivinha qual é o estado com o menor número de homicídios e criminalidade? Santa Catarina. Já são duas coincidências! Para a terceira vamos pedir música no Fantástico. Então, Presidente, a arma na mão de um policial, de um cidadão de bem, defende; na mão de pessoas erradas, aí realmente gera criminalidade. Querer dizer que arma de fogo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O traficante traz arma lá de fora, ele não está se importando com reforma tributária coisa nenhuma, Sr. Presidente.

Por isso, além de pedir pela emenda do Partido Liberal, em que nós fechamos questão, porque nós entendemos ser importante para o Brasil, eu também fiz uma emenda pensando nos desportistas. E quero trazer um dado para o senhor: a primeira medalha de ouro, a primeira medalha de prata e a primeira medalha de bronze do Brasil em Jogos Olímpicos foram em 1920, na Antuérpia, com tiro esportivo. Então, a nossa Emenda 2.156 garante condições adequadas para o tiro esportivo, modalidade reconhecida pelo COI e pelo IPC, permitindo, Sr. Relator, que atletas olímpicos e paralímpicos compitam em igualdade de condições internacionais.

Então, com essas minhas considerações...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para concluir, Senador.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... quero agradecer a paciência do senhor, do nosso Presidente Davi Alcolumbre, e desejo ao Brasil muita sorte com essa nova reforma tributária.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Seif.

Concedo a palavra ao Senador Irajá.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria também cumprimentar o Senador Eduardo Braga pelo trabalho brilhante, pelo seu empenho e seu esforço extraordinários.

Eu gostaria, não querendo ser contemplado como a Senadora, minha colega Soraya, com 15 emendas que foram acatadas, mas pelo menos com uma. (*Risos.*)

Eu queria fazer um apelo a V. Exa. A Emenda nº 1.981 ratifica, Senador Eduardo Braga, a emenda do Senador Ciro Nogueira nº 1.463, no sentido de corrigir uma grande injustiça que está sendo cometida, e que vai ao encontro da regulamentação da redução de alíquota de 30%, prevista na emenda constitucional, para a prestação de serviços por profissionais especializados, submetidos à fiscalização pelo conselho profissional, que trouxe uma série de requisitos para a redução de 30% que não se adaptam à realidade das academias, com serviços realizados por profissionais de educação física, acabando, inclusive, por ferir o princípio basilar que é a neutralidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – Na verdade, nobre Relator Eduardo Braga, acho que, acatando essa emenda, que é de minha autoria e também do Senador Ciro Nogueira, e acredito que convergente com outras emendas que foram apresentadas, vamos deixar de criar no Senado Federal algo já conhecido como "contabilidade criativa", nós vamos inovar e talvez criar um conceito chamado "sociedade criativa".

Então, vamos evitar a criação desse novo conceito no Senado Federal.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Você acaba de arrumar um apoiamento de peso: da Leila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – Então, pronto, outro apoio convergente com essa demanda, senão iríamos inventar esse novo conceito no Senado...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Se for usar o mesmo critério do Heinze, não vai ser nem pelo Ciro nem pelo Irajá, vai ser pela Leila.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – Então, pronto, o importante é o atendimento. E seremos contemplados lá no Tocantins.

Agradeço a V. Exa. por acatar essa sugestão.

Muito obrigado, Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Irajá.

Último Senador inscrito para discutir a matéria, nosso Primeiro-Vice-Presidente do Senado Federal, Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Não quero colaborar, absolutamente, com níveis maiores de exaurimento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Exaurimento físico e exaurimento emocional, principalmente de V. Exa., Senador Eduardo Braga, porque, reconhecidamente, quaisquer palavras, quaisquer encaminhamentos e direcionamentos de congratulações ao seu trabalho, à sua dedicação, ao seu esforço, à sua extraordinária capacidade de se manter paciente nesse universo que lhe foi demandado, não é senão um gesto de demonstração e acolhimento, na plena exatidão, e de reconhecimento a todo o trabalho que foi feito outrora, quando tivemos a aprovação da proposta de emenda à Constituição.

E, acertadamente, Presidente Davi Alcolumbre, V. Exa...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não se preocupe, aqui dá para tocar...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto aqui.

Dr. Ednaldo...

Só um minuto aqui, Danilo. Marca esta reunião para ali.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Dá para tocar aqui, Sr. Presidente.

É exatamente porque nós vamos chegando a um nível de cansaço, e todos querem ver o momento, com o seu desfecho...

E não duvido, absolutamente, que, por força de toda essa sua *expertise*... E dizia da decisão acertada de que sobre seus ombros recaíssem, mais uma vez, a tarefa de fazer o trabalho para o PLP – essa decisão foi acertadíssima, do Senador Rodrigo Pacheco... E quando V. Exa., para muitos surpreendendo, diz que 15 minutos sejam suficientes, eu creio que V. Exa. tem tudo em mente, e não serão os poucos minutos que levariam a decisões que impactassem negativamente ao final, eu tenho por absoluta certeza.

Portanto, como eu não quero colaborar com níveis maiores de exaurimento físico e emocional – V. Exa., há menos de três meses, saiu de um procedimento cirúrgico e tendo que se sentar e se levantar exatamente porque já deve estar sentindo incômodo físico –, eu tenho dois pedidos, e já conversei, inclusive, com V. Exa. a respeito de um.

Penso que haveria espaço para o convencimento da Fazenda em se tratando da questão da monofasia do etanol...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Do etanol hidratado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Exatamente

A justificativa que me foi trazida... E foi exatamente por essa razão que lhe apresentei, a uma apreciação técnica, uma das emendas... E, de já, como os demais outros companheiros, que também corretamente registram a sua sensibilidade, quero lhe agradecer aquelas que puderam ser acolhidas, creio eu que 11 ou 12 das nossas emendas. Uma delas é exatamente essa, e V. Exa. dizia: "Veneziano, nós entendemos o posicionamento exposto pela Fazenda". Mas a parte que me trouxe em apelo: ele redarguia... Porque a Fazenda estabelece um espaço que pode ser utilizado através de meios de que dispõe para aumentar *a posteriori*, e isso traz a insegurança, que efetivamente nos convence. Por isso, volto a lhe colocar para que, quando V. Exa. se...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Do etanol hidratado?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Exatamente.

A segunda que eu gostaria também...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Eu vou me somar a você nessa emenda.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – A Senadora Tereza subscreve o nosso apelo.

A Senadora Dorinha também já falou disso, Sr. Presidente, e uma das nossas propostas – e V. Exa. a acatou em parte – foi exatamente estabelecer, também em nome da segurança a um segmento altamente importante para a nossa economia e que foi extremamente agastado durante a passagem da pandemia, que é o setor das atividades de hotelaria e de parques, e V. Exa. estabeleceu 40%. Não desconheço, não desconheço. Devo lhe agradecer, mas, se V. Exa. puder elevar um pouco mais, diante daquilo que comparativamente nós temos em outros mercados, ou seja, em outros países, seria de bom-tom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Senador Veneziano, a única limitação que eu tenho é a seguinte: quando a emenda constitucional foi aprovada, ela estabeleceu alguns níveis de alíquota; eu não posso fugir dos níveis de alíquota.

A outra opção é nivelar hotéis à saúde pública, o que é muito complicado.

E eu sei, porque nós fizemos conta, que o que nós estamos fazendo simplifica, simplifica muito, porque na equação que veio da Câmara nem o setor de hotelaria, nem ninguém conseguia decifrar qual era a alíquota. Isso foi o principal pleito que eu recebi de todo o setor de hotelaria.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Inclusive, penso eu que foi a primeira reunião que V. Exa...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – V. Exa. estava presente.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Foi a pedido nosso, há cerca de 40 dias.

Eu só estou a fazê-lo porque como foi incluída como uma atividade prevista constitucionalmente, através da emenda, especial, nós poderíamos, se não a 60%, um pouco mais, mas, enfim...

E, por fim, também, igualmente, e V. Exa. já disse sim ao apelo, primeiro, do Senador Ciro, mas muito mais da Senadora Leila e do Senador Irajá, em seguida a esse apelo, em relação às questões que envolvem as academias...

Aqui não é uma interpretação extensível. O que nós estamos falando, o que nós estamos recorrendo é aos fundamentos, que são extremamente convincentes, e V. Exa. haverá de convir, como já demonstrou no primeiro momento em que foi apresentada pelo Senador Ciro a Emenda 1.463, que foi acompanhada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... pelo nosso companheiro Senador Irajá, pela Senadora Leila. Eu também me acosto, subscrevendo a esse mesmo requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são essas três colocações. Uma delas V. Exa. já ponderou que não pode acolher, mas, se levar em consideração a da monofasia e a da academia, eu agradeço.

Muito grato.

Parabéns, mais uma vez.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Eu só queria apoiar, juntamente ao Senador Veneziano, a emenda da monofasia. Quero deixar registrado, Senador Veneziano, que a Emenda 2.073 tem também o meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Dr. Ednaldo...

Na verdade, o Senador Esperidião Amin...

Nós não temos mais Senadores inscritos para discutir a matéria.

Normalmente, nós encerraríamos a discussão; ocorre que V. Exa. pediu 15 minutos para tentar adequar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Mas aí fica aberto o prazo de emendas, aí não tem como resolver.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Fica infinito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Ou se encerra a discussão, ou, então, amigo, é impossível.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu também achei isso mesmo, eu queria falar.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas eu posso pedir um esclarecimento, então?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pode.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Antes que o senhor conclua, eu fiz quatro reivindicações. A primeira...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – E todas elas acatadas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois é.

É isso que eu queria ter a oportunidade de saber. Qual é o texto da...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – A Emenda 2.133, que V. Exa. me pediu; a Emenda 2.105, da água mineral, que V. Exa. me pediu...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu e uma porção de gente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sim, sim, mas eu estou tratando de V. Exa.

A Emenda 2.104, das cooperativas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A da Unimed, para todo mundo entender.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – A da Unimed, de que todo mundo já tratou.

E, finalmente, a 1.395, sobre cibernética em área...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Cibersegurança.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Cibernética em área privada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É.

O problema que... Só me desculpe interrompê-lo aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu não sei o que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei da primeira, que é um texto. Eu só queria que o senhor desse ao conhecimento o texto, para que eu fique tranquilo, e a sua resposta sobre os outros três pontos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Os outros três pontos, a resposta deles só dá quando eu voltar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – No outro relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – De todo mundo, não pode ser só de um.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quando o senhor apresentar a resposta, e eu não concordar, o que eu faço?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Aí, tem que ser destaque.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É exatamente isso. Está certo.

Não há mais Senadores inscritos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas o destaque nós vamos discutir no Plenário.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Destaque é a mesma coisa... Tem direito de espernear. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não. Vai destacar e vai votar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Pois é. Espernear mesmo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não há mais Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou suspender por 15 minutos.

Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, é que eu apresentei, durante o período da discussão, a Emenda 2.169, que eu acredito que pode sanar aquele problema de que nós estávamos falando.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É só ir lá, nesses 15 minutos, que ele vai fazer a análise.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está suspensa a reunião por 15 minutos.

(Suspensa às 20 horas e 10 minutos, a reunião é reaberta às 21 horas e 12 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está reaberta a reunião.

Concedo a palavra ao Relator Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eles estão lá terminando de escrever, mas eu tenho tudo aqui neste resumo.

Eu vou começar pelos destaques que já foram acatados, que, portanto, podem ser retirados – porque já estão acatados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O destaque dos Republicanos... O Senador Mecias de Jesus está presente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, se ele não estiver, vá buscá-lo.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não, ele saiu – saiu.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, não, não, deu demais trabalho hoje para sair no final.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Eu sou o representante oficial do Senador Mecias de Jesus.

Olhe para mim e veja Mecias.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah, está liberado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O.k., levante o braço, General.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Veja Mecias aqui, Dudu.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Então, General, o destaque dos Republicanos da Emenda 1.799, que tratava da prorrogação das áreas de livre comércio para 2073, está acatado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Menos um.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Com a Senadora Ana Cristina...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tereza Cristina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Tereza Cristina.

Nós fizemos um entendimento com a Senadora Tereza Cristina sobre o destaque do Progressistas, e a Senadora concordou. Ela está terminando o texto, mas já está pronto e vai ser incluído na lista de *fast track* do agronegócio, que, portanto, atende à solicitação do Progressista e não precisa também manter o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Menos dois.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O destaque do PSB, com "b" de bola, o 175.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É 1.775.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É o 1.775, que é a questão da energia, que foi tratada por vários Senadores, também foi acatada.

A emenda é do Senador Marcelo Castro, mas o destaque foi apresentado pelo PSB, Senador Cid...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pelo Jorge Kajuru.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Pelo Jorge Kajuru.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É a emenda das indústrias nas áreas...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não. É a emenda sobre a energia renovável para as EPEs.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Para as EPEs.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Pelas EPEs, está certo?

Está acatado, portanto, o destaque também foi...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Acolhido.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Acolhido.

O destaque 1.836 do PSD, que tratava da questão de bolachas, também foi acatado. Os outros dois terão que ir a voto.

O destaque do PL vai a voto. Os dois destaques do PL vão a votos: um é sobre armas e o outro é sobre saneamento. Eles vão a votos.

O destaque do União Brasil, que é o 1.737, que trata...

O que é o 1.737? (*Pausa.*)

Ah, é a questão da lei de informática e tal... Vai ter que ir a voto.

Não é a questão da lei de informática. Para esclarecer o que eu já disse ao Senador Sergio Moro...

Na realidade, o que acontecerá? Acontecerá que, na lei de informática, quando acabar a questão do ICMS, os benefícios serão financeiros, pelo Fundo de Compensação Financeira. Isso acontecerá em todo o Brasil, com exceção do Amazonas, porque, no caso do Amazonas, até a decisão do Supremo Tribunal Federal, com relação às convalidações, foi excepcionalizada. Por isso, houve a questão de a Zona Franca ter sido excepcionalizada, mas houve o destaque do União Brasil e irá a votos.

O destaque do Podemos é o 1.371.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Zequinha Marinho.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Senador Zequinha Marinho. É sobre os veterinários. Vai ter que ir a votos.

Agora, vamos falar das emendas que foram apresentadas.

Eu vou fazer aqui, pela ordem da minha anotação, que talvez só eu... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, chegou o texto.

Então, eu não...

Eu acho que eu confio mais nas minhas anotações, mas... Vocês vão conferindo, eu vou falando aqui pelas minhas anotações, porque pelas minhas anotações, eu me garanto.

Senador Flávio Arns.

Cadê o Senador Flávio Arns?

Foi embora, mas não foi só do Senador Flávio Arns, também foi do Senador Heinze, que também foi embora. É sobre erva-mate. Sobre a erva-mate está acatada na cesta básica.

Soraya Thronicke.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor pode...

No Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná... Que o senhor não se esqueça do nome científico dessa coisa. O nome científico é *ilex paraguariensis*.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É muito complicado para a minha inteligência. Eu fico com a "erva-mate". Eu fico limitado.

Bem, vamos...

Sobre a erva-mate está atendido, o.k.?

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Senador Rogério Carvalho, a Emenda 1.970 sobre serviços ambientais está acatada e a 2.153 também está acatada.

Alessandro Vieira, 50% do SUS está acatada.

Senador Alan Rick, está acatada a emenda com relação à aviação regional.

Questão do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que não está mais presente, a questão monofásica do etanol hidratado está acatada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão das academias do Senador Ciro Nogueira, do Senador Irajá, da Senadora Leila e do Senador Veneziano está acatada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já pode emagrecer.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Senador Esperidião Amin, a Emenda 2.133 está acatada; a Emenda 2.105, da água mineral, está acatada; a Emenda 2.104, sobre as cooperativas da área de saúde que envolvem as que foram citadas, da Unimed, etc., estão acatadas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E até falaram que não estava prestando atenção...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É! Falaram que eu não estava prestando atenção...

A Emenda 2.158 da Senadora Tereza Cristina está acatada.

A do Senador Heinze é a 4.992, de que eu já falei.

Vamos lá. Senador Izalci, a Emenda 1.571, que trata sobre a reciclagem de óleos utilizados, está parcialmente acatada com o texto que o Ministério da Fazenda está concluindo e que vai atender a pretensão de V. Exa. Do Senador Izalci também está acatada a Emenda 2.143 de V. Exa., o campeoníssimo em emendas aprovadas na CCJ.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – 2.143 e 1.571...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Alessandro, faz condução coercitiva no Izalci!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – A açucarada vai ter destaque e vai ser votado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sr. Presidente, vamos fazer uma reforma tributária só para o Izalci!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Senador Cid Gomes, a questão das cooperativas de saúde acatada e a questão da energia renovável para as EPEs acatada.

Senador Eduardo Gomes, destaque. Vai ser votado.

Senador Omar, a Emenda 1.836 está acatada e a Emenda 2.111 também está acatada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Está acatada. É a das bolachas, eu já falei – eu já falei.

Do destaque do Mecias de Jesus eu já falei. Está acatado.

Senador Efraim, a questão da Unimed está acatada e a questão da Emenda 2.117 está acolhida parcialmente.

O Ministério da Fazenda está ajustando o texto.

A monofasia do etanol foi acatada, está certo?

O texto da Receita, desculpa... O texto é um texto híbrido entre a emenda apresentada pelo Senador Veneziano e o texto do Ministério da Fazenda, com a garantia de que a alíquota será a alíquota citada na emenda do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Sr. Presidente, com isso eu cobri todas as emendas que estavam sob a minha cobertura e que tiveram acatamentos pelo Relator, aumentando, portanto, em mais... (*Pausa.*)

Tem mais algumas... (*Pausa.*)

Ah, sim, tem uma emenda da Senadora Mara Gabrilli, que é a Emenda 612, que nós acatamos.

A de látex já está acatada, já foi anunciada.

Qual foi a outra? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, a Emenda 2.153 foi apenas um erro de redação que foi consertado e que também está acatado. (*Pausa.*)

Ah, sim, mas isso eu já citei, já falei.

Apenas o texto que foi aprovado na Emenda 2.133, é o texto... Viu, Senador Amin? Eu sei que o seu assessor está falando com o senhor, mas houve um entendimento entre o pessoal da Fazenda com V. Exa. para acertar um texto sobre a Emenda 2.133, que eu creio que já está na mão do senhor. O seu assessor está confirmando aí do meu lado, portanto, é nesse...

Ah, está com V. Exa.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Senador...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Aí é com o Presidente, mas por mim pode.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – ... só uma pergunta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só para ficar caracterizado que houve um entendimento, a minha dúvida é...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – A 1.446.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... exatamente sobre o texto.

Presidente...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – A 1.446.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente Davi...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor me permite ler o texto, só para conferi-lo?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Claro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu lhe confesso que eu...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Parágrafo 2º do art. 384:

> Para fins da compensação de que trata este capítulo, considera-se benefício oneroso, não se aplicando o disposto no inciso III, do art. 1º, deste artigo, o benefício cuja contrapartida seja a contribuição a fundo estadual ou distrital, cuja totalidade dos recursos seja empregada em obras de infraestrutura pública ou em projetos que fomentem a atividade econômica do setor privado, inclusive quando exercida por empresas estatais constituídas até 31 de maio de 2023.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu ouvi V. Exa., é esse o texto que foi conversado e é isso que está...

Eu só não tenho de cabeça todos os textos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E com uma data de corte exatamente para impedir...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É, mas o texto que foi acertado é o que está sendo honrado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... e eu espero que todos cumpram a palavra, como eu cumpro.

A Senadora Daniella me pergunta sobre a questão funerária.

Eu não tenho o impacto e, lamentavelmente, eu não tenho como acatar a questão funerária por emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu disse a V. Exa. que há duas questões. Se for para o Plenário, nós vamos ter aí os impactos, mas um sobre a questão de eventos, que nós não temos os impactos para poder avaliar...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Só uma coisa, Senador. Com toda sua vênia, sei que você está exausto, mas só uma coisa: com relação ao impacto de eventos, é bom lembrar que foi acordo feito ainda quando da votação da emenda. Ou seja, o Governo já deveria ter esse impacto, nós já deveríamos ter.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Senadora, eu tenho memória, eu me recordo exatamente de como entrou no texto a questão de eventos, e eu já disse...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – A aquiescência de V. Exa...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu já disse ao pessoal da Fazenda que nós precisamos ter os números.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Não, eu só estou querendo dizer, fazer aqui um...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É porque, na lista de eventos que está aqui, tem uma série de questões que não são propriamente eventos, mas que nós vamos discutir apropriadamente no destaque, porque o destaque do Progressistas...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Não, sobre isso, Senador, permita-me, sobre isso, V. Exa. já me esclareceu, e eu sou grata.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – E sobre funerária também já lhe esclareci.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Aí o que V. Exa. coloca agora é sobre os impactos, que não teriam. Então, é isto que eu pergunto: se, amanhã, nessa discussão, trazendo os impactos, também a gente pode verificar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, nós vamos discutir no Plenário com absoluta liberdade. V. Exa. sabe que será com absoluta liberdade. Eu só não posso acatar...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Porque não tem os impactos. Eu entendi.

Obrigada.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Meu Relator. Meu Relator...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu tenho, só aqui para concluir, eu tenho que colocar... Eu, no início, quando li meu adendo, a minha complementação de voto, eu acatei uma emenda do Presidente Davi Alcolumbre, a Emenda 1.622, e eu estou repetindo para não ficar dúvida com relação ao tema, está certo?

A Emenda 2.153, de fornecimento único, também está acatada.

A pegada de carbono, que vai...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Do berço ao túmulo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... do berço ao túmulo, também está acatada.

Portanto, todas as emendas que puderam ser acatadas já foram devidamente anunciadas e esclarecidas.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Relator, só em nome da... A Senadora Dorinha não está presente, e, como Líder da bancada, ela me pediu para falar sobre o acolhimento de emenda que ela disse que tinha.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Do ProUni, é inconstitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Não, não é a do ProUni, é a dos imóveis. Recuperação de imóveis por banco não está taxada, e recuperação de imóvel por construtora estaria taxada.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Isso está resolvido. É a Emenda nº 2.143.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Pronto.

Obrigado, Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eduardo, Relator...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Isso já foi resolvido. Isso já foi resolvido.

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Presidente, Davi, dá para colocar a do PL, que não teve nenhum destaque acatado, para ser o primeiro a votar?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Espera aí, por favor, porque...

Weverton, houve...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Dois destaques do PL? (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Ontem, houve o tratamento sobre essa questão de *leasing*, inclusive sobre aviões, e isso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, não, a gente conversa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Líder Eduardo, o Senador Magno Malta está a caminho de volta à CCJ e só pediu que eu perguntasse da sugestão que ele deu, da emenda que ele...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu, lamentavelmente, não tenho como acatar aquela emenda.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não foi acatada. O.k.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quero perguntar ao... Eu não estava presente na hora. Pergunto sobre a Emenda 378-U.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Nós vamos votar o destaque em votação em separado. Nós vamos votar, a pedido, inclusive, do Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me fazer...

Dr. Ednaldo, restaram... Eu tenho que ver por onde eu vou começar aqui.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Pelo PL, que não foi atendido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só atenção: informo que há sobre a mesa os seguintes requerimentos de destaque: requerimentos de iniciativa de bancada de partido; requerimentos do Líder do PSD, Senador Omar Aziz, para as Emendas nº 378-U e 1.462, duas; requerimentos do Líder da Bancada do PL, Senador Carlos Portinho, para as Emendas nº 67-U e1.612, duas; requerimento da Liderança do Podemos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentada pelo Senador Zequinha Marinho, para a Emenda nº 1.371; requerimento do Líder do União Brasil, Senador Efraim Filho, para a Emenda nº 1.737.

Nos termos do art. 312, parágrafo único, os requerimentos apresentados por bancada de partido independem de aprovação da Comissão, ou seja... É verdade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Temos também 34 requerimentos de autoria individual de Senadores e Senadoras. Nós vamos ter que submeter à votação em bloco.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente, me perdoe, só para poder completar. A emenda que o Senador Weverton colocou, lá dentro, o pessoal do Governo não havia colocado para mim. Agora, depois do questionamento, foi colocado aqui que a Emenda 2.154 foi acatada, portanto, é importante expressar que ela foi acatada, mas não foi citada na reunião lá dentro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Dr. Ednaldo, eu boto os requerimentos em globo para votar antes de votarmos o...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Senador Eduardo...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Sim.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O meu pedido foi emocional a V. Exa., mas V. Exa. não nos atendeu, não é? Eu falei para o seu coração...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Meu querido Magno Malta, o meu coração é todo de V. Exa...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Muito obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... mas infelizmente nós não tínhamos como fazer a análise do impacto fiscal e aí eu não tive como acatar a emenda, mas V. Exa. poderá apresentar o destaque em Plenário, que aí nós teremos a análise do impacto fiscal da questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sim, será feito e lá a gente faz o debate. E, como está ligado a Manaus, eu acho que é só deixar como está, é o pedido.

Obrigado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Organizamos um procedimento aqui de votação.

As emendas que restaram destacadas pelas bancadas, nós vamos deliberar individualmente, uma a uma. Restaram seis.

Trinta e dois destaques de emendas individuais, nós vamos votar em globo. Então, eu tenho que votar em globo os requerimentos de emendas destacadas individualmente... Não, de uma vez, os 32.

Nos termos, coloco em votação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, só uma questão de sequência, nós vamos votar primeiro o texto-base, certo?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós vamos votar primeiro as 32 emendas, requerimento de emenda destacado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Aí é admissibilidade, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Coloco em votação em globo os requerimentos de destaque de iniciativa individual dos Senadores.

As Senadoras e os Senadores que rejeitam os requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitados os requerimentos.

Agora eu vou colocar em votação o relatório com as adequações feitas pelo Relator, o Senador Eduardo Braga, que estão registradas também nas notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Questão de ordem, Presidente. As votações do texto-base e dos destaques vão ser nominais?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós vamos votar o texto principal, o relatório...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A primeira foi simbólica...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... com as adequações que foram feitas.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A primeira foi simbólica. Agora, vai ser nominal ou...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Se for nominal, o interstício não vai permitir...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É isso que eu estou falando...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu queria sugerir, então, já que o Senador Flávio fez essa ponderação: vamos votar o texto principal, com as adequações apresentadas pelo Senador Eduardo Braga, de maneira simbólica; e a gente faz um compromisso de votar os seis destaques, um a um, as seis emendas, uma a uma, individualmente.

Em votação o relatório, ressalvadas as emendas destacadas pelas bancadas.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, ressalvadas as emendas destacadas.

Só vou registrar os votos aqui: contra, os votos do Senador Izalci, Girão, Flávio Bolsonaro, Marcos Rogério, Hamilton Mourão, Magno Malta, Eduardo Gomes e Jorge Seif. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Presidente Davi... (*Pausa.*)

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Vanderlan, pois não.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Pela ordem.) – Houve um mal-entendido aqui. Eu não entendi a sua pergunta: quem estiver de acordo com o texto, o texto-base, levante a mão, foi isso?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, não. O texto principal nós votamos por acordo, sem verificação nominal. Eu apenas registrei os Senadores que desejaram votar contrário.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, retira... Porque eu levantei a mão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu não falei o nome de V. Exa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, só para registrar nos *Anais* também o voto do Senador Rogerio Marinho, que simbolicamente votou.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ficará registrado.

Cadê os requerimentos da bancada? (*Pausa.*)

Vamos iniciar... Cadê os autores?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A 67-U é de qual bancada? Não está escrito aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – A 671 não tem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não; 67-U.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – PL?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – É do PL, armas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está aqui.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Armas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos iniciar...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, só para... Vai caber aquele encaminhamento de cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vai, vai.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Vai ser pelo PSD, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É porque está numa ordem só pelo número; não tem o partido.

Votação da Emenda destacada nº 67-U.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela foi destacada pelo PL.

Já que ela vai ser nominal, vai ter que abrir-se o painel.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP. *Fora do microfone*.) – Mas qual é a emenda?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Emenda 67-U.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É a de armas.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para fazer a defesa aqui do destaque, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou iniciar a votação, aí V. Exa. orienta, pode ser? (*Pausa.*)

Para orientar a bancada, pelo Partido Liberal, o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para orientar a bancada.) – Presidente, esse destaque que nós vamos apreciar agora foi algo inédito incluído pelo Relator Eduardo Braga, que não tinha feito parte do texto, nem na Câmara, nem no Senado; agora, nesta segunda rodada no Senado, ele o inclui, para que armas e munições estejam no rol...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... de incidência do Imposto Seletivo.

Presidente, em primeiro lugar, é uma inovação: isso não tinha sido discutido em momento nenhum, não fazia parte de nenhum texto já discutido na Câmara ou no Senado. Em segundo lugar, o impacto disso é traço. Nas próprias palavras do Senador Eduardo Braga – me corrija se eu estiver errado, Senador, foi o que eu vi na imprensa –, isso foi incluído por uma convicção pessoal do Senador. Portanto, é uma questão ideológica em um projeto extremamente técnico, em que se discute o impacto dessas medidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sem dúvida alguma, hoje a tributação de armas e munições já é tão elevada que, se houver a incidência também do Imposto Seletivo, esses preços vão ficar proibitivos. Podem configurar até um confisco, o que é inconstitucional, é vedado pela nossa Constituição.

Entrando no mérito muito rapidamente, Presidente, nós estamos discutindo um aumento de tributação com base no aumento da violência. Coloca-se na conta de se aumentar a tributação de armas e munições como se isso fosse resultar em algum impacto no aumento de violência, quando na verdade é exatamente o contrário: marginal não compra arma em loja. Pelo amor de Deus. Isso aqui está penalizando aquelas pessoas que, cumprindo os requisitos legais, querem ter acesso a uma arma de fogo para terem em sua casa, para a sua defesa e da sua propriedade.

Com o aumento da violência, o que resta para aqueles que queiram e cumpram os requisitos legais, Senador Eduardo Braga, é exatamente ter uma arma em casa – aquela pessoa que mora no interior do Amazonas, no interior do Amapá ou no interior do Rio de Janeiro. A polícia não é onipresente.

Esta é uma discussão ideológica que não tinha que fazer parte da discussão da reforma tributária, uma questão de gosto pessoal, apenas.

Eu queria fazer um apelo aqui a todos os Senadores e a todas as Senadoras: isso aqui ainda aumenta o custo para um policial, por exemplo, que queira fazer treinamento? Sim. Ele vai fazer treinamento em clube de tiro, o clube de tiro... Na munição, vai incidir o Imposto Seletivo adquirido pelo clube de tiro: é lá que o policial faz treinamento. O policial compra a sua arma privada, aqui sim não está havendo incidência, mas, para fazer o treinamento em clube de tiro, é claro que incide. Um particular ou um policial que forem fazer o treinamento – um PM, um policial civil, um policial do Senado – vão treinar menos porque vai ficar mais caro.

A gente cobra tanto que os profissionais de segurança pública aprimorem a sua habilidade para que errem menos e a gente está aqui, por uma questão ideológica, aumentando a tributação para munição que ele vai pagar para treinar em clube de tiro, que vai ficar mais caro. É óbvio que vai.

Presidente, com o aumento da violência aqui...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para concluir, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o *ranking* aqui de estados que são considerados os mais violentos do ano de 2023... Na sequência, exatamente, Amapá, de V. Exa., Bahia, Pernambuco, Alagoas, Amazonas, em quinto lugar.

O raciocínio tem que ser o contrário, Relator: as pessoas têm que ter o direito de se defender porque a polícia não é onipresente, não consegue levar segurança para todo mundo ao mesmo tempo. É uma concepção errada a de restringir as pessoas que querem ter acesso a armas legais.

Em 2019, houve o aumento da quantidade de registros emitidos para colecionadores, atiradores e caçadores. A taxa de homicídio reduziu 17%. Portanto, mais armas não significaram mais violência. E agora o que a gente vê, com dois anos do atual Governo, é o contrário: uma restrição e o aumento da violência. Está mais que comprovado que não há relação direta.

Portanto, fica aqui esse apelo, Presidente, para que não contaminemos com algo ideológico uma reforma tributária...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... que está tratando de impacto e simplificação tributária, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só para fazer um esclarecimento, os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – A favor do destaque é voto "não"?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quem vota com o Relator vota "sim".

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então peço o voto "não", Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Relator Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Flávio Bolsonaro, primeiro eu quero dizer a V. Exa. que nenhuma, nenhuma, nenhuma atitude minha no Senado Federal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... principalmente quando em relatoria, é baseada em questões ideológicas. Muito menos ainda em relação à reforma tributária.

O de que se trata aqui não é proibição à compra de armas. O de que se trata aqui, e aí eu peço...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Eduardo, só um minuto aqui. O Senador Randolfe me consultou. Continua a dúvida. Quem votar com o relatório do Senador Eduardo Braga vota "sim", porque está votando "sim" à emenda que foi apresentada pelo Senador Renan Calheiros ao texto. Quem vota com o destaque apresentado pelo PL vota "não".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Então, Sr. Presidente, é apenas para dizer que esta não é uma posição ideológica. Esta é uma posição de quem quer apenas que as armas e munições não tenham redução de carga tributária...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... porque, como estava no texto, nós estávamos reduzindo a carga tributária para armas e munições.

Segundo, Forças Armadas e seguranças públicas não pagam Imposto Seletivo.

Terceiro, polícias militares que se prezam têm estande de tiro, têm que treinar os seus policiais, têm que treinar os seus alunos quando passam no concurso público. Isso não é feito em estande de tiro privado e particular. Isso não é feito. Isso é feito para miliciano, isso é feito para a segurança privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pelo amor de Deus!

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Isso é feito por quem usa arma.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Miliciano não compra arma em loja, Senador. Está desinformado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, por isso...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Capanga que não compra arma em loja.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Por gentileza...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, por isso mesmo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Temos que proteger quem cumpre a lei, quem cumpre a lei.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, por isso mesmo que ele vai para o estande de tiro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Por isso mesmo é que ele vai treinar tiro ao alvo...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Miliciano dá tiro em polícia, dá tiro em inocente na rua, não vai para estande, pelo amor de Deus.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não vai para estande?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – V. Exa. acabou de dizer que policial, para poder aprender a atirar, tem que ir para estande de tiro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Falei que também vai.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Ah, não, não disse também vai.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Falei também vai.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, não, não, não. Se V. Exa. rever...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pode puxar as notas taquigráficas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... as notas taquigráficas, V. Exa. disse que ia para o estande de tiro.

Portanto, eu quero dizer que eu acatei a emenda não por questões ideológicas, mas por questões de que as armas e munições não podem ter redução de carga tributária.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Renan Calheiro, Senador Jader Barbalho, Senador Oriovisto Guimarães...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – O bacana é que atrás da bancada todo mundo tem segurança armada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... Senador Laércio, Senador Veneziano, Senador Cid, Senador Jayme.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Já tem a votação, Sr. Presidente.

Sr. Presidente...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pela ordem, aqui, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Já tem a votação, Sr. Presidente. Há 26 votos.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Como é para manter a votação, se está aberto o painel?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, estou dizendo que já tem votação.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tem 26, falta um votar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Ele quer encerrar a votação...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

(*Soa a campainha*.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Reclamaram que iam ficar até tarde, já tem 26.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Presidente Davi, é só para registrar – só para registrar – que nós estamos jogando na criminalidade milhares, milhões de desportistas do tiro esportivo brasileiro.

Senador Seif...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O massa de tudo isso é que os desarmamentistas todos têm segurança armada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Magno, por questão de ordem, o Senador Jaques Wagner.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – É porque, me permita, eu posso não ter ouvido. Estou vendo que já estão votando, mas não houve, da parte de V. Exa., uma orientação. Quem é...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Houve? Então, fui eu que não ouvi, por isso eu quero saber. Quem quer manter o texto...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quem quer manter o texto vota "sim"...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – O senhor operou o pé ou o ouvido? (*Risos.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O ouvido eu não operei, já tinha deficiência anterior.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Claro que o Jaques votou "não", porque ele sabe o tamanho da violência da Bahia. E, aqui, todo mundo que é desarmamentista tem segurança armada. Eu só não quero dar nomes, para não arrumar a confusão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Magno, só um minuto, por gentileza, senão daqui a pouco vai abrir...

Só estamos aguardando mais um voto, para completar os 27.

Agora não vai dar, porque está empatado.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – É do bloco do PP que está faltando um voto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Weverton, Senador Renan Calheiros...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Está viajando.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Cid Gomes, Senadora Soraya Thronicke, Senador Jayme Campos, Senadora Zenaide, Senadora Eliziane, Senador Irajá...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – O Senador Ciro está pedindo para esperar, porque ele está votando.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadora Ana Paula. (*Pausa.*)

Mais um minuto e eu vou encerrar a votação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – O Marcelo já votou?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já deu um minuto?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele está votando, Presidente. Espere aí.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está contando ali um minuto. Quando acabar o cronômetro, eu vou encerrar. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já encerrou. Já encerrou.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*) (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Rejeitada a emenda.

Votação da Emenda destacada nº 378-U pela bancada do PSD.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tem, mas é daqui a pouco.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – A segunda é do PL.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Foi rejeitada a emenda que ele acatou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP. *Fora do microfone.*) – Tem mais uma do PL. É a do saneamento?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – É a do saneamento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas agora o Omar pediu para votar a do PSD.

Deixe-me falar aqui: essa emenda agora foi destacada pela bancada do PSD, é a 378-U.

Dá para iniciar aqui?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Líder Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A compreensão dos Senadores e das Senadoras...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – É sobre a questão da...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - ES) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Senador está orientando ali o destaque que ele fez. Só um minuto.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Preciso defender o que eu...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas eu estou passando a palavra.

Senador Omar...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para encaminhar.) – Senador Davi, a gente tenta, depois de tantas horas discutindo... Aí você passa o dia todo discutindo e chega a um certo momento em que a gente está cansado. Nós somos seres humanos, não adianta. Agora, o pessoal do lado, em vez de nos ajudar, fica batendo papo. Aí fica difícil, porque quem tem a responsabilidade de votar são os Senadores, de aceitar ou de rejeitar. Depois essa carga vai cair sobre os Senadores, não é sobre os assessores.

Então, vejam bem, Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, na cesta básica está o açúcar. O açúcar é muito mais açucarado do que qualquer outra bebida açucarada, não tenham dúvida. Aquele pessoal que gosta, no Nordeste, de garapa, do chamado caldo de cana vai ter que pagar um imposto maior porque a garapa é açucarada. Está certo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Tubaína também, qualquer tipo de bebida. O pessoal que gosta de comprar chocolate não paga, o Toddynho, que é uma bebida açucarada, não paga, mas aí querem pegar na bebida que é da pessoa mais humilde, mais pobre. Está certo? Por isso, na nossa emenda, eu peço o voto "não" ao Relator, para que a gente possa derrubar essa questão da bebida açucarada. Eu peço o voto de todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou conceder a palavra ao Relator Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, sobre essa questão todos sabem a minha posição. E a minha posição não é diferente da do Senador Omar. Portanto, eu vou votar com o destaque, em que pese tenha apresentado o relatório mantendo a bebida açucarada, para que ninguém achasse que eu estava fazendo isso em função da Zona Franca de Manaus. Estou fazendo isso pelas razões já expostas pelo Senador Omar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, V. Exa. pode esclarecer? Quem vota com o destaque vota...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu fiquei confuso agora, porque o Relator não vota mais com ele agora, vota com o Omar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Você vê, o relatório ganhou vida própria.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Relator está ao lado da tubaína. Tubaína não pode ter imposto. Não pode a tubaína.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Presidente Davi...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Vanderlan...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Só um minuto.

Pela questão regimental, eu tenho que encaminhar o voto "sim", mas já declarei o meu voto enquanto Senador da República.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Ou seja, quem vota com Omar vota "não".

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – É destaque supressivo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E quem vota com o Eduardo, enquanto estava só no relatório, votava "sim"; agora vota "não".

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Quem vota com o Relator vota "sim", quem vota com o Eduardo Braga vota "não". Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu acho que é melhor votar todo mundo "não", então.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Aí tem CPF e CNPJ. (*Risos.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto. Só um minuto. Espera lá.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Vai ter que...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vai ter que refazer aqui. Só um minuto.

Atenção aqui!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto.

Atenção!

O Senador Eduardo Braga não acolheu a emenda apresentada pelo PSD no seu relatório. Quando o PSD destaca para votar em separado a emenda que não foi acolhida, quem vota com o Omar Aziz tem que votar "sim".

É "sim".

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – É destaque supressivo. É "não" ao texto. É "não" ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, não, não, não. Deixa-me falar aqui.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente, V. Exa. está infiltrado aí. V. Exa. está infiltrado. É "não". (*Risos.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Davi, nós estamos votando a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas a emenda está suprimindo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ednaldo, se a emenda é supressiva... (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Como é? É "sim"?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP. Pela ordem.) – A emenda é supressiva. Se a emenda suprime...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Davi, é "não" ao texto. "Não" ao texto dele. É "não" ao texto.

Então, é "não".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP) – É "sim" à emenda, porque a emenda é supressiva.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – É "não". É "não" ao *status*.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto. Só um minuto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, é "não" ao *status quo*.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O *status quo* é o texto do Relator. A emenda... Quem é a favor é voto "não".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Então, quem é a favor da emenda vota "não". Não é isso? É o que eu entendo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O *status*...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP) – A emenda é supressiva.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Espera lá, que o Secretário...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, só uma palavrinha. Existe o *status quo*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Qual a diferença dessa votação para a outra que nós fizemos?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu posso ler aqui a emenda?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu queria que me explicassem qual é a diferença dessa emenda...

O Senador Eduardo Braga não acatou a questão das armas, correto? (*Pausa.*)

Aí, para derrubar o que ele não acatou, era "não".

O Senador Eduardo acatou que a bebida açucarada entrava no Imposto Seletivo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, espera lá. Não vou abrir o painel até resolver isso aqui.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, Omar, eu acatei a emenda do Senador Renan, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixem-me ler o que está escrito na emenda.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agora a gente tem que inverter.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Olha só o que está escrito. Olha só o que está escrito: "Emenda ao PLP nº 68, nº 00378-U. Suprima-se o inciso V do § 1º do art. 406 do Projeto".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – É "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Isso é a emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É "sim".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP) – Então, é "sim" à emenda.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É "sim". É para suprimir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP) – É isso que estamos dizendo. Se é para suprimir, é "sim".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Tem que mudar o voto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É só votar de novo e trocar para...

E eu encaminho o "não" e voto "sim".

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não. Dá para mudar o voto.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Presidente, vamos mudar. Agora, a compreensão é a seguinte: foi votado o substitutivo do Senador Eduardo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... ressalvados os destaques. Foi votado o substitutivo, ressalvados os destaques.

Então, esse texto ainda não foi votado. Por isso que é "não" ao texto. Mas compreendo. Vamos seguir sua decisão.

Mas no texto substitutivo foram ressalvados os destaques.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Então, se o destaque não é aprovado, que é o "não", ele cai.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – É.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Cá entre nós, eu acho... Mas tudo bem. Vamos...

Já votei "sim" aqui.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Mas o que importa é a orientação do Presidente, e a gente segue.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Diga: quem vota com a emenda, vota "sim"; quem vota...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para ficar mais fácil, aqui. Só um minuto.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Derruba a votação...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu acho que eu vou cancelar essa votação...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – ... e passa para o PL aí, o outro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, não, eu vou cancelar essa votação e vou fazer uma votação simbólica, apoiando a emenda do Senador Omar.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Pronto, pronto, pronto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, Dr. Ednaldo, cancele a votação. Cancele a votação.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Presidente, por favor, destaque do PL a próxima, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É, vai ser.

Cancele a votação, sem abrir o resultado.

Como cancela? (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, agora quem é a favor da emenda erga o braço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Fica como se encontra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, não, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP. *Fora do microfone.*) – Permaneçam como estão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É.

Em votação a emenda destacada pelo PSD 378-U.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a emenda, contra o voto do Senador Eduardo Girão, Jaques Wagner, Marcelo Castro e Randolfe Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Esse pessoal aí é tudo contra garapa, viu? Caldo de cana... Quando eu vir vocês tomarem caldo de cana em feira, eu vou denunciar vocês.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Falou, Esperidião Amin.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quero ver o Marcelo Castro entregar uma...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente, eu quero registrar que venceu a Tubaína. A Tubaína ganhou.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É isso.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, em homenagem ao guaraná Pureza.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me continuar aqui, só um minuto, senão...

Emenda destacada nº 1.612, pela Bancada do PL. (*Pausa.*)

Não, está aqui. (*Pausa.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP) – É. Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Presidente, solicito votação simbólica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu consulto...

Com a palavra o Líder Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP. Pela ordem.) – Não, Presidente. Acatando a jurisprudência criada por V. Exa., nessa matéria, nessa emenda, o Governo vai liberar a bancada. Então, há um consenso no Plenário; nós poderíamos encaminhar a votação simbólica também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pode? (*Pausa.*)

Vamos fazer a votação da Emenda destacada nº 1.612, pelo PL, de maneira simbólica também.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a emenda destacada.

Votação da Emenda destacada pelo Podemos, nº 1.371.

Tem que abrir aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Aprovamos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vai fazer nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa emenda foi destacada pela Bancada do Podemos e vai ser votação nominal.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Qual é essa, Relator? (*Pausa.*)

Atenção aqui. Um instante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – A Emenda 1.371 é aquela que nivela a saúde pública na questão dos veterinários...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... e dos tratamentos... É a questão dos veterinários que está nessa...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu acho que aqui é o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já pode? Já iniciou?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... o texto não acatou, e o destaque... É o mesmo caso da do Omar, porque o texto não acatou e ele quer que acate a emenda. Então, tem que votar com a emenda "sim" e votar com o relatório "não".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quem vota com a Bancada do Podemos, que destacou essa emenda, vota "sim"; quem vota com o Relator da matéria vota "não".

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quem vota com a Bancada do Podemos vota "sim".

Quem vota com o Senador Relator Eduardo Braga vota "não". (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Eu quero dizer que o Relator está votando com o texto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... votando "não", porque acho que já há um regime diferenciado para as categorias com conselho, está certo? E para fazer a equiparação à saúde humana há uma distância, mas eles já estão beneficiados pela questão da alíquota, que tem redução de 30%, de acordo com a emenda constitucional e de acordo com a regulamentação do texto. (*Pausa.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Vamos, Presidente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador, faltam dois Senadores votar.

Senador Coronel, Senador Lucas, Senadora Daniella, Senador Omar. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – O Omar já votou.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu posso encerrar?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – O Efraim não votou.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Posso encerrar? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 13 Senadores; NÃO, 12 Senadores.

Está aprovada a emenda destacada. (*Pausa.*)

Nova votação de uma emenda destacada pela Bancada do PSD.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Atenção, por gentileza.

A segunda emenda destacada pela Bancada do PSD, nº 1.462.

Vai ser nominal de novo.

Zera aqui.

Concedo a palavra ao Senador Omar Aziz, para defender a emenda destacada.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, essa emenda foi destacada a pedido da Senadora Mara Gabrilli.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Veja bem, é uma questão muito delicada, porque eu não sei qual é o impacto. Eu não sei qual é o impacto. O Senador Eduardo Braga fez o papel dele, eu estou fazendo meu papel como Líder, que sai de 0,5%...

O objeto é o seguinte, eu vou explicar aqui para vocês, mais ou menos, até porque, como a emenda não é minha, eu estou aqui lendo a justificativa da autora, com todo respeito que eu tenho pela Senadora Mara Gabrilli, e sei das preocupações sociais que ela tem.

Nessa aqui, ela quer definir um percentual acima com as notas que são emitidas, pelo Quero Nota, CPF, aquela coisa toda, para que você aumente de 0,25 para até 0,5% o investimento nessa área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu apresentei esse destaque, mas eu não sei qual é o impacto que isso vai ter nos estados. Eu não sei.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu, igual ao Senador Aziz, não entendi nada. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu queria... Eu queria explicar...

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra o Relator.

Queria pedir a atenção do Plenário.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Eu vou explicar.

Realmente, eu atendi muitas emendas da Senadora Mara Gabrilli, todas elas muito meritórias. O grande problema desta emenda é o impacto que ela tem na alíquota padrão. Veja, o que ela quer é que, em vez de ser 0,25 destinado a um programa de incentivo à cidadania, o que acontecerá é que isso dobrará, já está previsto 0,25, e ela quer dobrar para 0,5%. Agora, você imagine isso em todas as operações fiscais acontecendo.

Então, há uma questão de impacto e, apenas por isso, o Ministério da Fazenda recomendou, em função das alíquotas, que a gente não acatasse essa emenda, tendo em vista que outros programas de caráter social, etc. estão acatados. Portanto, eu não sei se como, neste caso... (*Pausa.*)

Aliás, desculpa, são cinco vezes mais, desculpa, são cinco vezes mais, desculpa, eu me atrapalhei. É de 5,05% para 0,25%. Então, é de cinco vezes mais o tamanho da renúncia. Por isso é que eu recomendo que, se o Presidente quiser...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E a gente quer votar nominal?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... vote simbolicamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Simbolicamente, Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, cancela a votação. Cancela a votação aí.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou colocar em votação.

Em votação a emenda destacada pela Bancada do PSD.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, os que...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Rejeitada a emenda destacada.

Cadê o último? (*Pausa.*)

Votação da última emenda destacada, pela Bancada do União Brasil.

Essa vai ter que ser nominal, Líder?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – É do Sérgio Moro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Sergio Moro para defender a emenda destacada pelo União Brasil.

Quando ele terminar de defender a emenda destacada, eu inicio a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para encaminhar.) – Presidente, essa aqui é uma questão muito objetiva. Quando foi aprovada a emenda constitucional, a previsão do art. 92-B foi:

> As leis instituidoras dos tributos [...] [IBS e CBS] da Constituição Federal estabelecerão os mecanismos necessários, com ou sem contrapartidas, para manter, em caráter geral, o diferencial competitivo assegurado à Zona Franca de Manaus [...].

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, não se quer aqui com essa emenda nem mais nem menos, apenas manter a situação atual.

Ocorre que, para a área de produção de informática e de produtos de tecnologia e informação, os estados em geral e também a zona franca, hoje, concedem um incentivo fiscal de cerca de 12% do ICMS. Com a aprovação da emenda, os estados não vão mais poder conceder esse incentivo de 12% para a produção de bens de informática e tecnologia e informação.

A proposta, a regulamentação de autoria aqui do ilustre Senador Eduardo Braga cria um crédito presumido de IBS correspondente a 100% do incentivo fiscal concedido à produção de bens de informática na zona franca. Mas os estados não vão poder manter esse mesmo incentivo.

Então, o que significa isso? Que vai aumentar o diferencial competitivo em favor da Zona Franca de Manaus para a produção de bens de informática. E aqui eu chamo a atenção dos colegas Senadores porque essa é uma área estratégica. Em todo estado, o Senador, o Governador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... quer criar um polo de produção de bens de informática, de bens de tecnologia e informação. E embora se respeite a intenção, os incentivos dados à zona franca, que são meritórios, com o que não se concorda é aumentar esse *gap* competitivo, porque a grande consequência em relação a isso vai ser uma transferência ainda maior das empresas de produção de informática e tecnologia de informação e comunicação para a zona franca, e parte delas, que não têm condições econômicas de fazer essa transferência, vai acabar tendo que fechar suas portas por não ter condições de competir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, o que se quer aqui não é retirar nenhuma vantagem competitiva da zona franca, mas não se quer aumentar esse diferencial.

As referências que nós recebemos do setor é que isso colocaria em risco as indústrias de produção de bens de tecnologia de informação, de informática e comunicação no restante dos estados, e tem 18 estados que têm essas indústrias. Além disso, isso dificultaria a ampliação desse setor nos estados e a criação nos demais estados, colocando também em risco esses 134 mil empregos desse setor, enquanto que Manaus tem 33 mil.

Então, sei que esse é um tema sensível para o Relator e para a bancada do Amazonas.

Respeito essa posição.

Não aceito que venham falar que estamos cedendo a lobistas.

Estou defendendo... (*Fora do microfone.*)

Não aceito.

Não aceito essa difamação de V. Exa.

Não vou aqui entrar em detalhes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Estou defendendo os legítimos interesses...

Não lhe dei a palavra.

Respeite a minha fala.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Quem atende lobista aqui a gente sabe muito bem quem é, que é o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou defendendo os legítimos interesses da população paranaense, que tem o legítimo interesse, assim como os demais Estados, de desenvolver a sua indústria e de manter a sua indústria de produção de bens de informática; ou seja, o que queremos aqui, apenas, é resgatar o texto que é do projeto inicial do Planalto, que foi encaminhado, para que essa questão seja dirimida de uma maneira adequada para não aumentar essa *gap* competitivo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Para concluir, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Há uma afirmação...

É porque eu fui interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para concluir.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Há uma afirmação: "Ah não, mas esses incentivos fiscais dos estados podem ser resolvidos financeiramente com os fundos!"

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu respeito isso. Mas então se pode tratar da mesma forma a situação do Amazonas em relação ao crédito presumido do IBS.

Veja que não mexemos em nada. Não estamos discutindo os incentivos fiscais, que já existem, de tributos federais, e que são reproduzidos no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Cinco minutos.

Para concluir.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, é basicamente isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço o apoiamento dos colegas e a atenção dos Senadores para que os seus estados não sejam prejudicados com a perda dessa indústria que é tão importante para o desenvolvimento da tecnologia, da inovação e da ciência.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Eu tenho só duas questões, só para poder esclarecer o meu voto.

Trata só de bens, produção de bens, não serviço?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Só bens.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Hoje você já tem essa vantagem sobre os outros estados e mesmo assim... (*Fora do microfone.*)

Não, hoje tem uma vantagem, com benefício fiscal para a produção no Amazonas e mesmo assim indústrias se instalaram em outros....

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Apenas para esclarecer e, a bem da verdade, eu respeito o Senador Sergio Moro como respeito todos os Senadores, mas o que o Senador Sergio Moro colocou aqui, acreditem, da mesma forma sincera, franca, como eu conduzi durante todas essas horas este debate, não é verdade.

Lamentavelmente – lamentavelmente –, a Abinee, desde quando a Zona Franca foi criada, é um adversário da Zona Franca de Manaus, e gasta dinheiro contra a Zona Franca de Manaus.

O que está aqui nesta emenda acaba com a Zona Franca de Manaus.

Os Srs. Senadores estarão cassando o meu mandato, o mandato do Senador Omar...

E não é verdade que, ao aprovar a lei da reforma tributária, estamos acabando com os benefícios da Lei de Informática. Ao contrário, fomos exatamente nós, Senadores da bancada do Amazonas, que corrigimos uma distorção que havia na Lei de Informática, para beneficiar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado do Paraná e todos os outros estados. Tanto é assim que, pelo que ele mesmo disse – olhe como o argumento, quando é verdadeiro, volta-se contra si –: eles têm 123 mil empregos e a Zona Franca tem só 33 mil. É simples a conta.

Agora, o que eles querem? É acabar com a zona franca e levar os 33 mil empregos para estados que já são ricos. E nós, no Amazonas, estamos tendo a maior perda de receita nesta reforma tributária com a mudança de origem e de destino, e o Estado do Paraná é um dos que mais ganhará – é um dos que mais ganhará.

Portanto, por razões de justiça, por razões de manutenção da competitividade, nós não estamos pedindo um centavo a mais; ao contrário, tem indústria no Amazonas que vai ter que pagar mais imposto com a reforma tributária que nós estamos aprovando hoje aqui. Vou dar um exemplo concreto: a Honda Motos hoje tem 71% de restituição. Sabe por quê? Porque as motos de até 250 cilindradas têm 100% de componentes nacionais e 100% de componentes produzidos na Zona Franca de Manaus. E mais: as placas de circuito impresso, que vão para as indústrias de informática localizadas nos outros estados, são produzidas na Zona Franca de Manaus para poder ajudá-las a serem competitivas com o produto importado; ou seja, o que nós estamos fazendo aqui é nada mais nada menos do que manter o *status quo* – manter o *status quo*.

Eu faço um apelo aos Srs. Senadores – um apelo aos Srs. Senadores.

Durante todo esse processo de reforma, eu fui extremamente correto com todas as regiões do país. A Região Sul do Brasil esteve comigo durante a emenda constitucional, e os Governadores sabem o que eu lutei para colocar nos estados do Sul do país. Sabem! Portanto, não nos acusem daquilo que nós não fizemos, não nos acusem! É uma disputa política? O.k., eu respeito, mas, por favor, esta é a sobrevivência do Estado do Amazonas.

Se V. Exas. não aprovarem o texto que nós encaminhamos, V. Exas. estarão delegando ao Estado do Amazonas a fome, a miséria e o desemprego, como aconteceu no fim do ciclo da borracha, quando o meu estado se transformou num porto de lenha, e isso eu não posso aceitar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quem vota com o Relator vota "não"; quem vota com o destaque apresentado pelo Senador Sergio Moro vota "sim".

Tem um Senador inscrito aqui.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me passar a palavra ao Senador Otto, que está inscrito aqui.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero concordar plenamente com a posição, com os argumentos e com as razões apresentadas pelo Senador Eduardo Braga. Eu concordo plenamente com o Senador Eduardo Braga.

Quando se fala em incentivos fiscais, por exemplo, quantas empresas automotivas incentivadas tem no Estado de São Paulo? Quantas tem no Estado do Paraná? Sete ou oito empresas automotivas incentivadas. Quantas de outros setores tem lá incentivadas? Quando se fala em qualquer incentivo para o Nordeste ou para o Norte, é sempre essa a posição que se toma.

E nós temos absoluta certeza de que um estado da dimensão do Estado do Amazonas, com 1,5 milhão de quilômetros quadrados, que tem mais ou menos 5% do seu território ocupado e que preserva a maior floresta do mundo, a maior produção de oxigênio do mundo é no Estado do Amazonas, que é quem mais absorve gases de efeito estufa e dióxido de carbono, e não recebe absolutamente nada por isso. Negar isso ao Estado do Amazonas, como o Eduardo falou, com 33 mil empregos nesse setor, sinceramente é negar o Brasil.

Eu discordo completamente, se me permite o Senador Sergio Moro. Mas eu concordo plenamente com as razões apresentadas pelo Senador Eduardo Braga, que estudou muito o tema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e não está fazendo isso por questões políticas, está em defesa dos empregos do Estado do Amazonas, da Zona Franca de Manaus, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, por uma questão de lealdade, eu sou obrigado a dizer, independentemente do que eu acho do mérito. O texto do Governo corresponde à emenda do Senador Sergio Moro, o texto é original. Porém, eu sou obrigado aqui, em nome e com a palavra do Ministro da Fazenda, que me pediu, que concordou com o pedido do povo de Manaus... Então, eu sou obrigado a dar esse depoimento, porque eu não posso me omitir.

Esse acordo foi feito com o Ministro da Fazenda, e eu até fiz questão de, antecipadamente, avisar ao Senador Sergio Moro. É por isso eu não quero entrar no mérito, eu quero só dizer que eu estou aqui colocando para honrar o acordo feito pelo Ministro da Fazenda.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Eu entendo que esse assunto seja tratado de maneira emocional pelos Senadores do Amazonas, mas, assim como o próprio Senador Jaques Wagner colocou, o Governo, quando apresentou o projeto inicial, não quer acabar com a Zona Franca de Manaus, e nem é a proposta da nossa emenda. É apenas manter o diferencial já existente.

Objetivamente, hoje os estados concedem, em média, incentivo fiscal de 12% para a produção de bens de informática e tecnologia de comunicação e informação, o que não poderão mais; mas está sendo resguardado um crédito presumido, equivalente do IBS, para a produção no Estado do Amazonas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando, no futuro, os Senadores tiverem empresas que se mudarem para Manaus ou que deixarem de instalar polos de tecnologia nos seus respectivos estados para o fazer em Manaus, aí não reclamem.

Mas a gente tentou aqui manter esse diferencial competitivo já existente, como aliás determina o art. 92 da Constituição. E o comparativo aqui não vai válido: 33 mil empregos em Manaus e cento e poucos mil no restante do país. Então, nós estamos comparando aqui os empregos na Zona Franca de Manaus, o total, com o total restante em todo o país.

Essa proposta de emenda em nada prejudica a situação atual existente. E aqui podemos ter diferentes perspectivas em relação a isso. Respeito a posição do Senador Eduardo Braga...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... mas o fato é que a emenda apenas resgata o texto original e mantém o diferencial competitivo atual.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Texto que foi modificado na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Hamilton Mourão...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O Governo não precisava prejudicar a Zona Franca de Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto. Só um minuto.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas não precisava prejudicar a Zona Franca de Manaus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto.

Concedo a palavra ao Senador Líder Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente, não é nada pessoal contra ninguém, pelo contrário. O problema é a narrativa. A narrativa, quando é feita várias vezes, vira uma verdade. E a narrativa, feita através de lobistas aqui, dentro do Congresso Nacional, ela vira verdade às vezes.

É natural para quem não se aprofunda nessa questão.

Só para você ter uma ideia, Sr. Presidente, o Amazonas, Senador Marcos Rogério, Senador Moro, nós somos obrigados a contribuir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Senador Moro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... não é V. Exa. só que pensa assim.

São 5% de P&D. O Amazonas é obrigado a pagar 5% de P&D, a Zona Franca de Manaus. Fora da Zona Franca de Manaus, no Paraná, em São Paulo, são 4%, Senador Marcos Rogério. É um ponto percentual a mais! Se não entrar isso na contabilidade, são várias vezes...

Então, veja bem, há uma diferença muito grande de logística, Senador, de percentual de P&D. Não há nenhuma vantagem, nós não estamos levando absolutamente nada.

E mais, volto a repetir: eu era Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos quando nós aprovamos a Lei de Informática para o Brasil todo, senão hoje não teria informática, porque a Organização Mundial do Comércio não permite incentivo fiscal fora da Zona Franca de Manaus. Nós criamos um incentivo financeiro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... para manter os empregos no Paraná, para manter os empregos em São Paulo. É uma injustiça o que fazem com a gente hoje! É uma injustiça o que a Abinee vem aqui e propaga. A Abinee existe hoje graças a nós, que fizemos com que eles ficassem competitivos, senão eles não produziriam um iPad, um telefonezinho fora da Zona Franca de Manaus.

Essa é a grande realidade. Agora, vir com uma narrativa para cá é fácil, dizer: "Olhe, lá é o paraíso fiscal". Não é paraíso fiscal, é um paraíso do Fisco. Nós contribuímos, o Amazonas contribui para os cofres da União em R$25 bilhões por ano, e recebemos só R$7 bilhões de volta. Como é que pode ser um paraíso fiscal se a gente contribui?

E outra coisa, Senador Jaques Wagner, em momento algum o Governo mandou essa mensagem à Câmara. Foi a Câmara que modificou.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou encerrar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não foi o Governo quem mandou, não; foi a Câmara que modificou.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 4 Senadores; NÃO, 19 Senadores.

Fica rejeitada a emenda destacada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao projeto, nos termos da Emenda nº 2.171, da CCJ, Substitutivo, com as Emendas destacadas aprovadas nº 378-U, da CCJ; 1.612, da CCJ; e 1.371, da CCJ.

Rejeitadas as Emendas nº 67-U, 1.462 e 1.737.

Ficam prejudicadas as demais emendas.

A matéria segue imediatamente ao Plenário do Senado Federal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP. Pela ordem.) – Presidente, regime de urgência para a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Solicitação do Líder Randolfe.

Em votação.

Aqueles que apoiam a urgência do projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 22 horas e 29 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 54ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e nove minutos do dia dezoito de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Laércio Oliveira, Cid Gomes, Izalci Lucas, Zequinha Marinho, Jayme Campos, Omar Aziz, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Jorge Kajuru, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Giordano, Paulo Paim e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Angelo Coronel e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 52ª e 53ª Reuniões Extraordinárias, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3965, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), a fim de permitir a destinação de recursos arrecadados com multas de trânsito para o custeio da habilitação de condutores de baixa renda." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda que apresenta, e pelo acolhimento das Emendas nº 1-CDH e nº 3-CDH, na forma da Subemenda que apresenta, e da Emenda nº 6-CCJ, com a prejudicialidade da Emenda nº 4, e contrário às Emendas nºs 5 e 7. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CDH-CCJ e 3-CDH-CCJ, na forma da Subemenda nº 1-CCJ; com as Emendas nºs 6-CCJ, 9-CCJ e 11-CCJ a 13-CCJ; contrário às Emendas nºs 5 e 7; e pela prejudicialidade da Emenda nº 8. **Observação:** - O relator, Senador Randolfe Rodrigues acolhe oralmente as Emendas n°s 11 e 12, e se manifesta pela prejudicialidade da Emenda nº 8; - Aprovado o Requerimento nº 62, de 2024-CCJ, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, de urgência para a matéria. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2073, de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2022 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a criação de cargos em comissão e a transformação de cargos de Técnico e de Analista em cargos em comissão, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** - Aprovado o Requerimento nº 63, de 2024-CCJ, de autoria do Senador Mecias de Jesus, de urgência para a matéria. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3375, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta os arts. 29-A, 29-B e o § 4º do art. 51 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para dispor sobre o apoio técnico, financeiro e operacional entre os entes federativos na análise dos dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e sobre a natureza autodeclaratória do Cadastro." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **Observação:** - A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Mecias de Jesus, em substituição ao Senador Marcio Bittar. **ITEM 4 - Proposta de Emenda à Constituição n° 7, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Constituição Federal, para dispor sobre os órgãos e as competências da Justiça Militar da União e das Justiças Militares estaduais." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senadora Eliziane Gama (PSD/MA). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável à Proposta com a emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **Observação:** - A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Jayme Campos, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 61, de 2024** que: "Requer dispensa da audiência pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destinada a instruir o PL 853/2024" **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 853, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei dos Crimes Hediondos, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para vedar a progressão de regime de cumprimento de pena aos condenados por crimes hediondos." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 3-CSP e 4-CSP, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 3-CSP-CCJ, 4-CSP-CCJ e 7-CCJ. Rejeitada a Emenda n°6. **Observação:** - A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Magno Malta, em substituição ao Senador Marcos Rogério; - A Comissão aprova o Requerimento n° 61, de 2024-CCJ, de dispensa de Audiência Pública para instrução da matéria; - O relator "ad hoc", Senador Magno Malta, manifesta-se oralmente pela rejeição da Emenda nº 6. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 469, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o crime de rixa em decorrência de eventos esportivos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alexandre Silveira (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda 4–CEsp, com duas emendas que apresenta, pela prejudicialidade da Emenda 5–CEsp, e pela rejeição das Emendas 1-PLEN, 2-PLEN e 3–PLEN. **Resultado:** Adiado. **Observação:** - Recebida a Emenda nº 6, de autoria do Senador Fabiano Contarato. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1038, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera o art. 312 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tipificar o crime de peculato qualificado e hipótese qualificada, quando a apropriação, o furto ou o desvio for relativo a dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel destinado às áreas de educação, saúde ou seguridade social." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 436, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir ações e serviços públicos de saúde no rol de aplicação das receitas arrecadadas com a cobrança das multas de trânsito." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo oferecido ao PL 436/2018. **Observação:** - O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282 c/c art. 92 do RISF. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 409, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a realização de concursos públicos para a Carreira Policial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal e o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal." **Autoria:** Senador Omar Aziz (PSD/AM). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 2951, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola; a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural e dá outras providências; e a Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, que autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural; bem como revoga dispositivos da Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, para aperfeiçoar os marcos legais do seguro rural." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 3467, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a transformação de cargos vagos no quadro permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, sem aumento de despesas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** - Aprovado o Requerimento nº 64, de 2024-CCJ, de autoria do Senador Mecias de Jesus, de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Projeto de Lei n° 4872, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar as penas aplicadas ao furto, roubo e receptação de fios, cabos ou equipamentos utilizados para fornecimento ou transmissão de energia elétrica ou de telefonia ou para transferência de dados e as aplicadas à interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública; e altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, para aumentar a pena dos crimes previstos no seu art. 1º, e 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer sanções aos detentores de serviço de telecomunicações pelo uso de fios, cabos ou equipamentos de telefonia ou transferência de dados que sejam produtos de crime; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Concedida vista ao Senador Sergio Moro, nos termos regimentais. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 62, de 2024** que: "Requer urgência para o PL 3965/2021" **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 63, de 2024** que: "Requer urgência para o PL 2073/2022" **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 64, de 2024** que: "Requer urgência para o PL 3467/2024" **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. O Senador Alessandro Vieira apresenta declaração de voto sim para o PL n° 853, de 2024. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta reunião (54ª Reunião Ordinária), que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e um minuto. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/18

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 54ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 52ª e 53ª Reuniões, Extraordinárias.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu gostaria de solicitar a V. Exa., Sr. Presidente, a possibilidade de fazermos uma inversão de pauta. Uma é sobre a Proposta da Emenda à Constituição nº 7, que busca, naturalmente, a alteração para sabermos da competência da Justiça Militar – da Justiça Militar da União e das Justiças Militares dos estados; como também, se possível, Sr. Presidente, a inversão de pauta do item 11, que é em relação ao seguro rural do nosso país. Matéria extremamente importante, por sinal. Ela é de caráter terminativo e será encaminhada para a Câmara dos Deputados.

Essas duas inversões solicito a V. Exa., na medida em que de uma delas eu sou Relator e tenho a certeza de que não levaremos mais do que 5 a 8 minutos para ler o relatório e fazer a análise para, se possível, aprovarmos ainda nesta Comissão.

Dessa forma, esse é o pleito que faço a V. Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Jayme, o projeto de lei que V. Exa. relata, de autoria da Senadora Tereza Cristina, é um projeto de lei terminativo aqui na CCJ, a gente precisa de votação nominal. A gente pode fazer a inversão, votar o item 4, a proposta de emenda à Constituição e depois, em seguida, já que o de V. Exa. precisa da votação nominal, e esse aqui não...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou fazer a designação de V. Exa. *ad hoc*. A Relatora é a Senadora Dorinha.

Proposta acatada pela Presidência de inversão de pauta sugerida pelo Senador Jayme Campos.

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Constituição Federal, para dispor sobre os órgãos e as competências da Justiça Militar da União e das Justiças Militares estaduais.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) e outros

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Favorável à Proposta com a emenda de redação que apresenta.

Observações:

A Relatora é a Senadora Professora Dorinha Seabra.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos, *ad hoc*, para fazer a leitura do relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro eu queria indagar a V. Exa., Sr. Presidente, se eu posso entrar na fase de análise, tendo em vista que essa matéria já está disponibilizada e imagino que todos os Senadores e Senadoras já tiveram acesso a ela.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. pode inclusive ir direto ao voto.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Obrigado, mas prefiro fazer um pequeno *rentrée* aqui e depois ir à fase de voto.

Análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 356, *caput*, do Regimento Interno do Senado Federal, emitir parecer, tanto de admissibilidade quanto de mérito, sobre propostas de emenda à Constituição.

Do ponto de vista da admissibilidade formal, verificamos que a proposta reuniu o número mínimo de um terço dos membros desta Casa Legislativa como apoiamento necessário para sua apresentação – art. 60, I, da CF –; observa as limitações circunstanciais ao poder de reforma, as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quais vedam emenda à Constituição na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio – art. 60, §1º –; bem como não viola a regra constitucional da irrepetibilidade, segundo a qual a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa – art. 60, §5º, da CF.

Quanto à constitucionalidade material, não vislumbramos qualquer impedimento, uma vez que a proposição não viola o núcleo essencial das cláusulas pétreas, sejam as explícitas, previstas no §4º do art. 60 da Lei Maior, sejam as implícitas.

Quanto ao aspecto material da proposição, especificamente na parte em que torna obrigatória a criação da Justiça Militar estadual, que atualmente é uma faculdade do Estado, mediante lei de iniciativa do respectivo Tribunal de Justiça – art. 125, §3º, da CF –, é importante ressaltar que esta não seria a primeira vez que uma norma constitucional derivada impõe a criação de órgãos a entes subnacionais. Com efeito, a Emenda Constitucional nº 104, de 4 de dezembro de 2019, acrescentou o inciso VI ao art. 144 da Lei Maior, a fim de inserir, entre os órgãos de segurança pública, as polícias penais, inclusive em âmbito estadual e distrital, modificação que nunca teve sua constitucionalidade questionada.

Também não é a primeira vez que uma norma emanada do Constituinte derivado altera as competências de um órgão do Poder Judiciário. Isso ocorreu, por exemplo, com a Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, que alterou atribuições do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e da Justiça do Trabalho.

Ademais, o que a Constituição proíbe é apenas a proposta tendente a abolir cláusulas pétreas. Nesse sentido, por exemplo, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2.024, a Suprema Corte consignou que "as limitações materiais ao poder constituinte de reforma, que o art. 60, § 4º, da Lei Fundamental enumera, não significam a intangibilidade [...]".

Feito isso, Sr. Presidente, vou à fase do voto praticamente já.

Não visualizamos, igualmente, óbices regimentais à tramitação da proposição.

No tocante ao mérito, a proposição deve ser aprovada. A Justiça Militar desempenha um papel essencial no ordenamento jurídico brasileiro, garantindo a aplicação da lei e a manutenção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da disciplina e da hierarquia, valores fundamentais para as Forças Armadas e auxiliares da República – arts. 42, *caput*, e 142, *caput*, da Constituição Federal.

A ampliação das competências da Justiça Militar garante uma análise mais técnica e contextualizada, promovendo decisões mais adequadas à realidade das corporações militares. A especialização da Justiça Militar proporciona maior celeridade processual, maior eficiência no julgamento de casos e decisões consistentes, ao contar com juízes e conselhos formados por profissionais que compreendem as especificidades das relações e funções militares. Além disso, ao ampliar a competência, reduz-se a sobrecarga de outras esferas judiciais, otimizando o sistema de Justiça como um todo.

Assim, Sr. Presidente, entendemos conveniente e oportuna a emenda de redação a seguir apresentada que, além de sanar o vício apontado, aperfeiçoa a redação do texto da PEC.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da PEC nº 7, de 2024, bem como, no mérito, pela sua aprovação, com a seguinte emenda de redação, que é muito importante:

> EMENDA Nº - CCJ (DE REDAÇÃO)
> Dê-se a seguinte redação aos arts. 124 e 124-A da Constituição Federal, na forma do art. 1º da PEC nº 7, de 2024:
> "Art. 124. Compete aos Conselhos de Justiça Militar, sob a presidência de juiz federal da Justiça Militar, processar e julgar os crimes militares definidos em lei, ressalvado o disposto no art. 124-A, I e II." (NR)
> "Art. 124-A. Compete aos juízes federais da Justiça Militar processar e julgar, monocraticamente:
> I – as ações penais contra civis, quando estes forem acusados da prática de crime militar definido em lei;
> II – as ações penais contra militares, nos crimes conexos com os previstos no inciso I;
> III – as ações contra atos disciplinares militares, ressalvado o disposto no art. 105, I, "b" e "c";

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IV – as ações em matéria administrativa militar em que a União figure na condição de autora, ré, assistente ou oponente, exceto questões exclusivamente remuneratórias." (NR)

Sr. Presidente, concluindo aqui, esse é o voto. Estamos à disposição de V. Exa., Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Regimentalmente, o Senador Rogério Carvalho pede vista e, regimentalmente, a vista está concedida.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vista coletiva concedida.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 2951, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola; a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural e dá outras providências; e a Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, que autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural; bem como revoga dispositivos da Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, para aperfeiçoar os marcos legais do seguro rural.

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS)

Relatoria: Senador Jayme Campos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação Nominal.

Concedo a palavra ao ilustre Relator, Senador Jayme Campos, para proferir o relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu, antes de mais nada, queria fazer uma indagação ao Líder do Governo, amigo Jaques Wagner.

Um minuto da atenção de V. Exa., como Líder do Governo aqui nesta Casa. Estou aqui ao lado da nossa autora do projeto, Senadora Tereza, e sou Relator da matéria sobre seguro rural.

Tenho informações de que, após a leitura do meu relatório aqui, o Governo vai pedir vista. Nesse caso, se vai pedir vista, eu acho que não é o ideal nós fazermos a leitura.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Tenho uma sugestão...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Pois não.

Com a palavra aqui o nosso Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria sugerir...

Veja, tem um interesse do Governo e da Susep em discutir a matéria com a autora e com o Relator, certo? Então, retirar de pauta, abrir esse espaço de conversa para aperfeiçoar, e a gente trazer o fruto de um acordo eu acho que seria mais produtivo para nós todos, Sr. Presidente. Se o Relator concordar, o pessoal da Susep está aqui, a gente já pode sair daqui com um encaminhamento de uma reunião de conversa.

Tudo bem, Senadora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me fazer uma consulta aqui, querido Líder Rogério Carvalho. Se a construção do acordo se der, nada impede que o Relator apresente o relatório, até porque eu não posso conceder vista, do ponto de vista regimental, antes da leitura do relatório – é o que diz o Regimento. Já que há o entendimento do pedido de vista, pelo menos a gente ultrapassa uma etapa, e o Relator vai ler o relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas para que essa carreira, Presidente? O senhor está na Fórmula 1?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, é pedido da autora, do Relator.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Está na Fórmula 1? Porque ele está dizendo para segurar e não ler hoje.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Só fazendo um reparo na fala do querido Senador Rogério Carvalho, eu acho que esta matéria, este assunto, este projeto já está há algum tempo aqui, não é de hoje. E já abriram espaço tanto a autora como o Relator... Foi aberto um espaço gigantesco aqui, dando oportunidade para que todos os segmentos, como as seguradoras do Brasil; os produtores, sobretudo o agronegócio brasileiro foi ouvido; as entidades de classe foram ouvidas. Então, eu imagino que este relatório nosso, Sr. Presidente, foi feito de forma muito zelosa, com muito critério, para nós resgatarmos, com certeza, o que é uma dívida do Governo brasileiro em relação a essa atividade econômica no nosso Brasil.

Só dar um exemplo ao ilustre Senador Rogério: este seguro aqui vai permitir, com certeza, que nós façamos um reparo em relação aos prejuízos que têm sido quase recorrentes em relação à agricultura do nosso país.

Dessa maneira, eu indago à Senadora Tereza...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra à Senadora Tereza Cristina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... se ela pode fazer um breve relato e, se for de comum acordo, eu não tenho problema nenhum da minha parte, muito pelo contrário.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente Davi.

Eu entendo perfeitamente que o projeto pode, com certeza, ser melhorado, apesar de que nós abrimos um espaço enorme para que todos pudessem contribuir para que chegássemos ao ponto que hoje tem aí o relatório do Senador Jayme Campos. Audiências foram feitas em Cuiabá e aqui em Brasília, nesta Casa. Mas eu acho que a nossa pressa...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – A nossa pressa, Senador, é por conta do calendário, o calendário agrícola. A agricultura não espera, ela acontece. Tem dia de plantar e dia de colher. Então, se nós conseguíssemos vencer a etapa do Senado e fosse para a Câmara, porque o projeto é terminativo desta Comissão, eu acho que na Câmara nós construiríamos também, ajudaríamos a construir junto à frente parlamentar um espaço para que essas contribuições da Susep, do Ministério da Fazenda, até do Banco Central, que agora recebemos também, que tem sugestões sobre o assunto, pudessem acontecer. Mas nós ganharíamos um prazo, não é? Mudança este ano de Presidência nas Casas, Comissões que vão ter também novos Presidentes... Eu acho que a gente ganharia um tempo para que isso voltasse até o meio do ano para o Senado referendar esse projeto.

Então, é por isso que nós colocamos aqui que gostaríamos da apreciação da CCJ, mas com o compromisso de continuar trabalhando na Câmara dos Deputados também o aperfeiçoamento de um projeto que é tão esperado há tantos anos pela agricultura brasileira e pelo Governo, que deixará de colocar dinheiro todo ano para cobrir o seguro que hoje não atende os agricultores, mas que acaba sangrando também o caixa do Tesouro Nacional.

Então, era por isto, ganhar tempo; terminaríamos aqui e acompanharíamos também na Câmara para que depois voltasse até ao meio do ano.

Era isso, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Presidente, eu queria pedir para o Rogério só fazer um esclarecimento, ilustre Senador, porque esse projeto é velho aqui, de 2010. Nós estamos buscando, naturalmente, através dessa lei...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... a regulamentação da questão orçamentária, que é muito importante, e, sobretudo, da governança também; e a busca da construção de um fundo que vai permitir, com certeza, que o produtor rural brasileiro, a partir da aprovação, tenha mais ou menos disponibilizados R$4 bilhões. Você entende? E, sobretudo, essa lei vai permitir baixar os preços praticados do seguro no Brasil, que muitos produtores não fazem, porque é muito caro ainda, porque nós não temos ainda essa garantia dessa possibilidade de regulação. Dessa maneira, quero só fazer esse esclarecimento a V. Exa., para que tome conhecimento. E, claro, natural, aqui eu estou à disposição, aberto, como já estive por várias vezes aqui, ouvindo várias entidades, segmentos do próprio Governo, a FPA, o IPA, todos já se manifestaram aqui, o que foi construído com várias mãos. Dessa maneira, há toda boa vontade nossa de construímos um projeto, com certeza, dando essa possibilidade de nós termos fundos para garantir o seguro rural do nosso país.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu queria só... Eu não tenho nenhuma posição contrária em relação ao mérito do projeto. A questão... tem duas questões técnicas que precisam de técnica legislativa, inclusive, que precisam ser observadas. Primeiro, a inadequação jurídica ao tentar alterar a Lei Complementar 137, de 2010, por meio de projeto de lei ordinária. Então, isso é um problema, porque você vai alterar uma lei complementar por um projeto de lei ordinária. Isso ensejará algum tipo de veto na hora da sanção. Então, isso precisava ser corrigido. A outra questão é a estimativa de impacto orçamentário. Pelo visto, aqui vai gerar, ao fim e ao cabo, uma economia do quanto o Governo pode destinar, do seu orçamento, fora os R$4 bilhões. Ao longo do tempo, isso pode significar uma redução do custo com essa atividade do seguro rural.

Portanto, não há questionamento em relação ao mérito. Há uma questão mais de forma e de técnica legislativa, de complemento de informações, mas, se for dado vista, a gente tem essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportunidade de fazer este debate, e o Relator, com certeza, com toda a sua experiência e vontade de aprovar o projeto vai buscar e encontrar soluções a essas questões.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Um aparte aqui, com a devida vênia de V. Exa.

Eu poderia, então, ler aqui o relatório?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Ficaria lido o relatório aqui, e V. Exa. então, como o Regimento lhe permite...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vai pedir vista e vai conversar.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Pode ser, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para fazer a leitura do parecer, concedo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente Davi Alcolumbre, Sras. e Srs. Senadores, vou à fase da análise, tendo em vista que essa matéria já está disponibilizada aqui há alguns dias, e eu imagino que todos os Senadores e Senadoras já tiveram acesso.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCJ opinar sobre constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer Comissão, ou quando em virtude desses aspectos houver recurso de decisão terminativa de Comissão para o Plenário. Além de analisarmos os aspectos ora citados, abordaremos, também, questões relacionadas ao mérito do PL 2.951, de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que diz respeito à constitucionalidade da proposição em análise, foram obedecidas as disposições constitucionais relativas à competência legislativa da União (CF, art. 22, VII), sendo atribuição do Congresso Nacional dispor sobre a matéria, com posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48), não havendo reserva de iniciativa (CF, art. 61, *caput*). Não há, portanto, qualquer violação a princípios ou regras de ordem material da Constituição de 1988.

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a opção por um projeto de lei ordinária revela-se correta, pois a matéria não está reservada pela Constituição Federal à lei complementar, inclusive no que tange às alterações promovidas em dispositivos da Lei Complementar nº 137, de 2010, que são normas materialmente ordinárias.

No tocante à juridicidade, a proposição demonstra-se correta, pelos seguintes motivos: o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; há inovação do ordenamento jurídico; respeita-se o atributo da generalidade; constata-se compatibilidade com os princípios diretores do sistema de direito pátrio; e apresenta-se potencial coercitividade.

Não há qualquer ajuste a ser feito no tocante à técnica legislativa do projeto, porquanto foi elaborado em conformidade com a Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001, que dispõe sobre a elaboração e a redação das leis.

Com respeito ao mérito, entendemos que o PL 2.951, de 2024, não poderia ser mais oportuno, por proporcionar a harmonização de normas legais referentes ao seguro rural no Brasil. Como bem argumenta a autora da proposição, ilustre e nobre Senadora Tereza Cristina, urge modernizar as referidas normas, sobretudo em contexto de recorrentes quebras de safras dos últimos anos, o que tem prejudicado muitos produtores do país, os quais têm tido severos comprometimentos da capacidade financeira de manter-se na atividade, com impactos negativos na cadeia de negócios que gira em torno do agro e na formação de renda dos municípios em que a agropecuária tem peso relevante.

Nos casos específicos em que não é possível indenizar produtores que tiverem perdas de safra, percebe-se que muitos desses produtores são obrigados a renegociar suas dívidas para pagamento nas safras seguintes, o que compromete sua capacidade de investimento e inovação nos anos subsequentes, prejudicando a geração de emprego e renda no campo. Nesse contexto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consideramos de fundamental importância instituir, efetivamente, fundo que contribua para o desenvolvimento do setor e para a segurança do produtor rural, bem como contribua para a redução dos custos do Tesouro Nacional e de modo a otimizar a utilização dos escassos recursos públicos.

Entendemos, contudo, que são necessários ajustes para o aperfeiçoamento do contexto, considerando a sugestão que recebemos nas duas audiências públicas realizadas sobre o Projeto de Lei nº 2.951, de 2024. Esses ajustes consideram, inclusive, algumas sugestões que recebemos dos representantes do Ministério da Fazenda e do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Com relação à Lei nº 8.171, de 1991, propomos a inclusão da "recuperação de áreas degradadas" como mais uma ação ou instrumento da política agrícola definida em seu art. 4º. Propomos também a alteração da redação dos incisos do *caput* do art. 56, para que conste que o seguro rural se destina a cobrir prejuízos decorrentes de sinistros que afetem interesse legítimo do segurado relativo a bens fixos e semifixos ou semoventes utilizados na atividade rural, ou cobrir prejuízos decorrentes de fenômenos naturais, pragas, doenças ou outros que afetem o interesse legítimo do segurado relativo às "atividade agrícolas" definidas naquela lei, em vez do termo "plantações" que pode ser interpretado de forma mais restritiva. Além disso, uma vez que se partiu de um conceito mais amplo de atividade agrícola, é importante conferir ao Poder Executivo a faculdade de limitar o rol das atividades a serem amparadas pelo seguro rural, motivo pelo qual é alterada a redação proposta ao parágrafo único do mesmo artigo.

Também é importante esclarecer que o seguro rural é instrumento da política agrícola nacional e da política de seguros e será funcional ao desenvolvimento sustentável do país e aos interesses da coletividade, bem como que as condições contratuais dos seguros rurais respeitarão o disposto na Lei nº 15.040, de 9 de dezembro de 2024, que dispõe sobre normas de seguro privado. Propõe-se, ainda, a alteração da redação do art. 58, com o objetivo de estimular a utilização da apólice de seguro rural como garantia nas operações de crédito rural.

No que tange às alterações promovidas à Lei nº 10.823, de 2003, é alterada a redação dos §§6º e 7º do art. 1º, pois entendemos que seria desnecessário atribuir ao CMN competência que esse órgão já detém e, além disso, optou-se por reforçar a importância da contratação do seguro rural na ocasião de prorrogação ou de renegociação de dívidas do crédito rural. Também foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alterada a redação do §8º para definir que o Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural, não o Conselho Nacional de Seguros Privados, regulamentará as informações a serem prestadas pelas sociedades seguradoras em suas operações de seguro rural subvencionadas.

São propostas, também, a inclusão do §10 para definir a obrigatoriedade da participação da sociedade seguradora no fundo de que trata a Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, para fins de acesso ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural e a revogação do art. 1º-A dessa lei, com o intuito de simplificar esse diploma legal, uma vez que o dispositivo, aplicável apenas ao exercício financeiro de 2015, já teve seus efeitos exauridos.

Ainda no que se refere à Lei nº 10.823, de 2003, é proposto ajuste no inciso V do seu art. 2º para incluir iniciativas que promovam a recuperação ambiental como possíveis de diferenciação da subvenção econômica. Com o objetivo de simplificar o texto, propomos a alteração da redação do §1º do art. 2º e do inciso VII do *caput* do art. 3º, bem como o acréscimo do inciso VIII ao *caput* do art. 3º. Também é alterada a redação do §2º do art. 3º para que o dispositivo abranja informações de operações de seguro rural como um todo, e não apenas de operações subvencionadas para facilitar o desenvolvimento de produtos e políticas securitários para o agronegócio.

Sr. Presidente, nós estamos já em fase de conclusão. Permita-me, como está disponibilizado, para o bom andamento do trabalho, vamos aqui... A última proposta de ajuste na Lei Complementar nº 137, de 2010, refere-se à permissão, em seu art. 10, para que o órgão regulador de seguros disponha sobre operações que impliquem transferência de risco do fundo, inclusive as de resseguro, de retrocessão ou de letra de risco de seguro.

Com os ajustes ora encaminhados, estamos certos de que a proposta do PL nº 2.951, de 2024, de autoria, volto a repetir, da Senadora Tereza Cristina, está apta a promover a modernização do marco legal do seguro rural no país e contribuir para o desenvolvimento desse instrumento de mitigação de riscos fundamental para o progresso do setor rural brasileiro.

Voto.

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto nº 2.951, nos termos da seguinte emenda substitutiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todas já foram relatadas aqui e estão disponibilizadas.

Eu entendo, Sr. Presidente, que o voto nosso é consistente e, sobretudo, complementar ao da ilustre autora, Senadora Tereza Cristina, belo trabalho proposto em relação à modernização do seguro rural do nosso país.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Jayme.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Diante do acordo foi feito, construído, fica o pedido de vista concedido.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3965, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), a fim de permitir a destinação de recursos arrecadados com multas de trânsito para o custeio da habilitação de condutores de baixa renda.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável ao Projeto, com a emenda que apresenta; pelo acolhimento das Emendas nº 1-CDH e nº 3-CDH, na forma da subemenda que apresenta, e pelo acolhimento das Emendas nºs 6 e 9; pelo acolhimento parcial da Emenda nº 8, com a subemenda que apresenta; e contrário às Emendas nºs 5 e 7.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Foram apresentadas doze emendas à matéria na CCJ;

- Em 27/11/2024, foi retirada a Emenda nº 4, de autoria do Senador Beto Martins;

- Em 17/12/2024, foram recebidas as Emendas nºs 10 e 11, de autoria do Senador Magno Malta (dependendo de Relatório);

- Em 18/12/2024, foi recebida a Emenda nº 12, de autoria do Senador Carlos Portinho (dependendo de Relatório);

- Em 18/12/2024, foi recebido requerimento de retirada da Emenda nº 10;

- Em 04/12/2024, a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores nos termos regimentais.

Autoria do Deputado Federal José Guimarães.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, para relatar apenas as Emendas de nºs 11 e 12.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP. Como Relator.) – Presidente, o relatório já é conhecido; então, passo direto para a análise.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só um aparte, se me permite.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP) – Pois não.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Há destaque nas 11 e 12, não é? Na 11 e 12, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto, que ele vai fazer a leitura da 11 e da 12.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP) – Presidente, o relatório já é conhecido; então, passo direto para análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda 11 propõe que o limite para suspensão da Carteira Nacional de Habilitação seja elevado de 40 para 50 anos, desde que o condutor não tenha infrações gravíssimas em seu histórico. A ampliação do limite reflete um ajuste necessário às condições contemporâneas, considerando que infrações menores frequentemente decorrem de situações pontuais, que não indicam a necessidade de se suspender o direito de dirigir, razão pela qual acolho a referida emenda.

Então, acolho a Emenda nº 11, Sr. Presidente.

Quanto à Emenda nº 12, que propõe a reformulação do art. 148-A do CTB, estabelecendo a obrigatoriedade de exame toxicológico para obtenção ou renovação de CNH, aplicável a condutores das categorias C, D e E e também a condutores profissionais das categorias A e B, sejam autônomos ou empregados. Esses condutores com menos de 70 anos devem repetir o exame a cada dois anos e seis meses, independentemente da validade de outros exames.

A proposta representa importante iniciativa para reforçar a segurança no trânsito, ao estabelecer a obrigatoriedade do exame toxicológico para todos os motoristas profissionais. Considerando o crescimento dessa categoria, principalmente nos últimos anos, nas categorias A e B, torna-se necessário o acolhimento da Emenda nº 12, como forma de se garantir padrões elevados para os passageiros.

Diante disso, Presidente, passo diretamente para o voto.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 3.965, de 2021, e, no mérito, pela sua aprovação, nos termos apresentados a esta Comissão no relatório principal, acolhendo-se a Emenda nº 11 e a Emenda nº 12-CCJ, restando prejudicada, então, a Emenda nº 8-CCJ e a sua subemenda relacionada.

Esse é o relatório, esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão o relatório apresentado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu retiro os destaques, Sr. Presidente. Foram acolhidos, naturalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Queria cumprimentar o Senador Randolfe Rodrigues, que acolheu as duas sugestões feitas tanto pelo Senador Magno Malta como pelo Senador Carlos Portinho e incorpora, no seu relatório, as manifestações dos ilustres Senadores da República.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores para discutir a matéria; está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CDH, e 3, da CCJ... Emenda nº 3, da CDH e da CCJ, na forma da Subemenda nº 1, da CCJ; com as Emendas nº 6, da CCJ; 9, da CCJ; 11, da CCJ, a 13, da CCJ, e contrário às Emendas nºs 5 e 7 e pela prejudicialidade da Emenda nº 8.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AP. Como Relator.) – Presidente, nos termos do 3.384, do Regimento Interno, peço urgência ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em votação o requerimento de urgência elaborado pelo Relator e Líder Randolfe Rodrigues.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

A matéria vai à Mesa do Senado.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero agradecer ao Senador Randolfe o acolhimento da minha emenda. Eu inclusive discuti com alguns Senadores, até com o próprio Senador Contarato, que foi delegado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de trânsito lá no estado, e discutia que nós temos, hoje, um universo de milhares de brasileiros na ilegalidade, dirigindo ilegalmente, com carteiras vencidas.

São profissionais liberais, são pessoas simples, que têm um *food truck*, que têm uma kombi, que pegam feira, que pegam festas de municípios e tal e que não têm a mínima condição, e, na verdade, estão aí de carteira vencida, e esse aumento de 40 para 50 pontos na carteira certamente vai beneficiar profissionais liberais e os nossos brasileiros que já chegam a uma quantidade exorbitante de gente dirigindo na ilegalidade.

Agradeço ao Senador Randolfe. Acho que é um assunto para a gente discutir um pouco mais para frente, para melhorar, mas com esse avanço, acolhendo a minha emenda para 50 pontos, eu já fico plenamente agradecido.

E acho que milhões de brasileiros, Senador, que estão neste momento nos assistindo no Brasil, realmente estão alegres, regozijando-se, porque muitos estão na iminência de perder a carteira, faltando três, quatro pontos só, e, muitas vezes, quando você tem motorista, não é você que perde a carteira. É ele, que vai lá, atravessa o sinal de trânsito.

E, em tempos de tanta violência, um sinal vermelho, a partir das 20h, em determinadas capitais, não dá para você ficar parado num sinal vermelho. Você vai ser assaltado. Então, o sujeito vai embora. É muito melhor ele pagar uma multa e perder a carteira do que perder a vida.

Muito obrigado, Senador Randolfe, por ter entendido e acolhido a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Magno.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Para discutir, Sr. Presidente, só para discutir rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já encerrou. Já votamos o projeto.

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 61, DE 2024

- Não terminativo -

Requer dispensa da audiência pública destinada a instruir o PL 853/2024

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Observações:

Solicita dispensa de realização de audiência pública para instruir o PL nº 853/2024.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Projeto de Lei nº 1.038, de 2024.

Vamos votar o item 8 e o item 9.

Eu peço a atenção do Plenário que todos os dois projetos são terminativos na CCJ e carecem de votação nominal.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 1038, DE 2024

- Terminativo -

Altera o art. 312 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tipificar o crime de peculato qualificado e hipótese qualificada, quando a apropriação, o furto ou o desvio for relativo a dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel destinado às áreas de educação, saúde ou seguridade social.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Votação nominal.

O autor do projeto é o Senador Vanderlan Cardoso, nosso querido Presidente da CAE.

Novamente informo que carece de votação nominal.

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Professora Dorinha Seabra, para proferir o relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Vou direto à análise.

O PL atende todos os critérios constitucionais concernentes à competência legislativa.

Não há vícios de juridicidade e, no que se refere à regimentalidade, também foram observados todos os trâmites e procedimentos.

Quanto ao mérito, a proposição é digna de louvor.

O PL prevê figuras qualificadas para o peculato (art. 312 do Código Penal) e para o peculato especificamente praticado por Prefeitos municipais (Decreto-Lei nº 201/1969, art. 1º, I e II), inclusive o chamado "peculato de uso", nos casos em que a apropriação, o furto ou o desvio for relativo a dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel destinado às áreas de educação...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu queria pedir atenção, nós temos orador na tribuna, por gentileza.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – ... vinculado às áreas da educação, saúde ou seguridade social.

A maior severidade da punição se justifica seja em razão dos bens jurídicos envolvidos, seja em razão da maior reprovabilidade do autor desse tipo de delito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com efeito, o desvio, o furto ou a apropriação de dinheiro destinado aos setores mais necessitados da população brasileira – afinal, são, em regra, os mais pobres os principais usuários dos serviços públicos de educação, saúde e seguridade social – é conduta que vai além da violação da probidade administrativa. Atinge-se a própria funcionalidade e eficiência desses serviços. Não é exagero dizer que o autor desse tipo de crime contribui, diretamente, para o aumento das mortes, do analfabetismo e do desamparo social dos brasileiros.

Além disso, o agente que viola esses bens jurídicos demonstra total descaso com a população carente...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – ... uma completa falta de empatia com o próximo, locupletando-se às custas das parcelas mais sofridas da nossa sociedade. Merece, portanto, punição especialmente rigorosa.

Diante do exposto, somos pela aprovação integral do PL nº 1.038, de 2024, de autoria do nobre Senador Vanderlan Cardoso.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senadora Professora Dorinha.

Colocamos em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Em votação. (*Pausa.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Eu quero... Está em discussão já? (*Pausa.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Já encerrou a discussão, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já está em votação. Está aberto o painel.

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Eu quero parabenizar a Senadora Dorinha. É um dos projetos... Tem projeto meritório e tem alguns que são muito meritórios, significativos, que implicam segurança, respeito ao dinheiro público e punibilidade a quem desrespeita o dinheiro público e as pessoas. Então, é muito mais que meritório, é meritório ao quadrado, extremamente necessário em dias tão difíceis. Por exemplo, na própria covid, o que nós vimos foi mais de quase 70 operações da Polícia Federal, e estão rolando essas investigações de desvio de dinheiro público por autoridades, juntamente com Prefeitos, Deputados Federais e muitas autoridades.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – E depois essa coisa passa impune, porque eles falam: "Não tem legislação para se ancorar".

Essa é uma legislação absolutamente importante que V. Exa. relata, e eu quero parabenizá-la.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – As Senadoras e os Senadores já podem votar.

Enquanto estamos no processo de votação, eu vou passando a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador Magno Malta...

Quero parabenizar aqui a Relatora desse projeto de minha autoria, a Senadora Dorinha.

Senador Magno Malta, este projeto nasceu por uma demanda que houve através de nossas emendas para a Maternidade Dona Íris, de Goiânia. Era para levar recurso para a UTI neonatal, que estava colapsando, não tinha mais condições de atender, Senadora Margareth, aquelas crianças na UTI neonatal. Eu consegui o recurso e fui levar. O recurso até voltou, são 20 leitos de UTI. E ali eu pedi para visitar a UTI neonatal. Apesar de ter sido Prefeito e uma das minhas bandeiras sempre ter sido a saúde, não tinha entrado ainda na UTI neonatal. E, ao entrar ali, já tive um impacto, porque eu vi crianças de 500g, 600g, 700g, a mais pesada que tinha ali era de 1,1kg. E essas crianças estavam ligadas ali naquelas incubadoras por esses fios. Aí eu lembrei, quando me pediram esse recurso, que, se aqueles fios, aqueles aparelhos pifassem – eles estavam com sua vida útil já bem vencida –, aquelas crianças não tinham chance nenhuma de sobreviver.

Como eu acompanhei a questão dos desvios, Senadora Dorinha, públicos na covid – foram bilhões e bilhões de recursos desviados na pandemia, na área da saúde –, eu saí dali, encomendei, discuti com a minha equipe e falei: "Nós precisamos aumentar essas penas para quem desvia dinheiro público em determinadas áreas". Toda área é prioritária, mas principalmente em saúde, educação, assistência social é onde o pessoal mais age – aqueles que cometem esses crimes.

Interessante é que – não sei se vocês acompanharam, Senadores, agora, no noticiário – o Secretário de Saúde da Prefeitura de Goiânia foi preso. Recursos vultosos destinados às três maternidades do município, inclusive essa... Alguns foram até presos, porque milhões e milhões foram destinados ali e não foram empregados. E essas crianças, muitas delas morreram.

Então, esse projeto foi apresentado, e tenho certeza de que a gente... Pode ser que não vá coibir 100%, mas essas pessoas que desviam esses recursos, principalmente dessas áreas, vão pensar duas vezes, Senadora Dorinha, quando desviarem esses recursos, principalmente em área como essa, UTI neonatal, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns, Senadora Dorinha! E eu peço aqui a todos aqueles que não votaram ainda que sejam votos favoráveis.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Parabéns, Senador Vanderlan, eu não sabia que era de V. Exa., eu lhe dou parabéns por isso. Mas eu aposto que esse pústula foi preso e já está solto também, não está? Porque é desse jeito que ocorre.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O secretário foi preso (*Fora do microfone.*), foi solto e agora foi preso de novo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu estou com uma ordem de inscrição aqui, só um minuto.

Concedo a palavra ao Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, eu quero aqui elogiar o autor do projeto, Senador Vanderlan Cardoso, e também minha colega de partido aqui, a Senadora Professora Dorinha. É um projeto relevante. Eu sou um pouco contra aumento de pena como uma solução suficiente para coibir a criminalidade, mas existem determinados tipos penais que reclamam, de fato, um aumento da pena.

Em particular aqui, é importante que a pena mínima seja fixada em quatro anos, assim não se permite que haja uma substituição da pena privativa de liberdade por prestação de serviços, por restritiva de direitos. Isso significa, na prática, que quem desviar recursos para áreas tão sensíveis – educação, saúde ou seguridade social – vai ter que cumprir tempo de prisão. E eu acho que é mais importante até do que a pena máxima, porque o juiz normalmente fixa a pena próxima do mínimo – é difícil, tem que ter argumento para colocar a pena mais para cima –, e quando a pena mínima está em quatro anos, então isso possibilita, facilita que esses infratores, esses ladrões do Erário sejam punidos, pelo menos, com cadeia, não é?

Não pode ser prestação de serviço para quem rouba dinheiro da saúde, da educação ou da seguridade social, de modo que eu adianto aqui o meu voto, inclusive, favorável a esse projeto, reiterando meus elogios ao autor e à Relatora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Senador Vanderlan, eu quero aduzir à sua experiência um fato que teve muito relevo na minha vida. Durante a enchente de 1983, além de termos contado com a participação do agora já centenário... Celebramos o centenário do nascimento do ex-Senador e ex-Governador Antônio Carlos Konder Reis anteontem; ele foi o nosso Secretário da Reconstrução. Impôs seriedade, determinação, zelo quanto a todas as doações. Mas surgiu também um outro problema: o aproveitador, não só com o furto – aí se divide, furto, roubo, assalto a uma casa abandonada, a uma casa que ficou desguarnecida, e certamente tivemos esse tipo de problema durante as enchentes do Rio Grande do Sul –, digamos o larápio, o aproveitador e também o açambarcador, ou seja, o que reúne um bem essencial, como, por exemplo, leite, azeite, um bem perecível ou não, e o armazena para vender mais caro. Foi aí que nasceu, na enchente de 1983, o primeiro Decon do Brasil, o serviço de defesa do consumidor, exatamente num caso de açambarcamento, ou seja, o sujeito reuniu um bem de primeira necessidade: água potável... Na enchente, você não tem água para beber. Por incrível que pareça, o excesso de chuva faz com que não se tenha água potável. Então é só para dizer da importância do seu projeto.

Realmente, qualquer forma de desvio de conduta num momento de crise é repugnante. Por isso, complementando o raciocínio do Senador Sergio Moro, agravar a pena pode não ser a solução, mas é um impulso natural de quem legisla. E, por isso, aplaudo seu voto, o voto da Senadora Dorinha, muito afeito a essa questão, e acrescento esse pequeno dado da minha experiência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Consulto...

A Senadora Augusta pediu a palavra.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De uma forma também rápida, quero parabenizar o Senador Vanderlan pela proposição e a Senadora Dorinha pela relatoria desse projeto muito importante.

Ele falou aqui do exemplo da saúde, mas nós temos aqui vários exemplos que realmente são inadmissíveis, como merenda escolar, porque nós sabemos a grande dificuldade da grande maioria dos alunos de escola pública, que vão muitas vezes com dificuldade alimentar, e a merenda escolar é o que eles têm de garantia. A gente não pode permitir que sejam feitas fraudes que diminuam ainda mais a qualidade do que seria a alimentação fundamental para essas crianças e adolescentes que frequentam a escola pública.

Dentro de tudo que já foi dito aqui pelos demais, eu queria só parabenizar V. Exa. pelo projeto e pela sensibilidade com que contou aqui o caso da saúde e que veio com essa sua identidade ao apresentar esse projeto, vendo a dificuldade daquelas crianças e a grande importância de se tratar de vida ou morte por questões que a gente tem que combater, como essa questão do crime de roubar de quem mais precisa, não é? Eu queria dizer assim: parabéns, é um ótimo projeto. Parabéns também à Relatora Senadora Dorinha.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Consulto os Senadores e as Senadoras se posso encerrar a votação. (*Pausa.*)

Só vou aguardar o Presidente Jader Barbalho e a Senadora Zenaide Maia votarem.

Votou, Zenaide? (*Pausa.*)

Vou aguardar o Presidente Jader Barbalho votar. Ele está com um problema ali, mas o Ednaldo vai ajudá-lo. Vá lá. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 24 Senadores; NÃO, nenhum Senador.

Está aprovado o projeto. A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço aos Senadores e às Senadoras que continuem no Plenário, porque nós teremos vários projetos de votação nominal.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 436, DE 2018

- Terminativo -

Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir ações e serviços públicos de saúde no rol de aplicação das receitas arrecadadas com a cobrança das multas de trânsito.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação Nominal.

Concedo a palavra ao Relator, Presidente Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente Davi, bom dia.

Sras. e Srs. Senadores, Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

Compete a esta Comissão a análise dos aspectos formais e do mérito da matéria.

Quanto à constitucionalidade, não há óbices. A União tem competência privativa para legislar sobre trânsito e concorrente para legislar sobre saúde. A matéria não incorre em nenhuma das vedações de iniciativa parlamentar nem cria despesas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à juridicidade, a matéria é da espécie legislativa adequada e possui os requisitos de novidade, generalidade e imperatividade. A tramitação seguiu os requisitos do Regimento Interno do Senado Federal. A técnica legislativa segue os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

No mérito, a matéria merece aprovação.

Pesquisa conduzida pelo DataSenado, em 2022, registrou de que a saúde é o tema de maior preocupação do brasileiro, com 26% dos entrevistados apontando a pasta como a que mais demanda melhorias. No ano passado, o Datafolha chegou à mesma conclusão, com 23% dos respondentes afirmando que esse é o maior problema que o Brasil enfrenta. Como sabemos, infelizmente, o Sistema Único de Saúde é cronicamente subfinanciado.

Nesse contexto de escassez de recursos, o trânsito, como uma das maiores fontes de gastos do sistema público, por causa dos acidentes com vítimas, deve dar a sua contribuição. E nada melhor do que os maus condutores, aqueles que estão cometendo infrações e, portanto, se encontram mais propensos a causarem acidentes, contribuírem.

A fim de aprimorar o projeto, apresentamos substitutivo, com quatro alterações, que passamos a detalhar.

Incluímos no art. 218 do Código de Trânsito Brasileiro, que trata do excesso de velocidade, a obrigatoriedade de aferição dos medidores de velocidade a cada 12 meses, no máximo. Essa obrigação hoje só existe em nível infralegal, o que consideramos insuficiente.

Também não fica claro, nas normas atuais, se a legislação metrológica pode aumentar esse prazo, o que acreditamos ser prejudicial à precisão de funcionamento dos equipamentos.

Alteramos o art. 261 do código para estabelecer o prazo de cinco anos para o término dos processos relativos à suspensão das Carteiras Nacionais de Habilitação. Isso fará com que os condutores eventualmente apenados com esta medida possam ultrapassar o período de suspensão mais rapidamente e cumprir os requisitos necessários para voltar a dirigir, tendo quitado sua dívida com a sociedade. Também preserva o caráter pedagógico da medida, que tende a desvanecer com um prazo muito dilatado entre a infração e a punição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inserimos, no art. 282 do código, a exigência de postagem de notificação de autuação de infração de trânsito com carta registrada, pois entendemos que o envio de correspondência simples não garante que a pessoa autuada possa rastreá-la, para, em caso de extravio por parte dos Correios, exercer seu direito de defesa.

Sugerimos a destinação de 10% dos recursos oriundos das multas de trânsito para o Fundo Nacional de Saúde, em virtude da escassez de fontes para o suporte financeiro ao tratamento das vítimas de acidentes de trânsito em todo o país.

Da mesma forma, sugerimos, finalmente, destinar 5% desses recursos para o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, devido à nobreza de seu propósito e à importância que possui em financiar projetos, estudos e empreendimentos que visem à redução de emissões de gases de efeito estufa e à adaptação aos efeitos da mudança do clima.

Vale lembrar que o combustível fóssil consumido pelos automóveis é um dos principais poluentes responsáveis pelo efeito estufa.

Assim, o voto é pela aprovação do PLS nº 436, de 2018, na forma do substitutivo que se segue.

Esse é o relatório e o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Presidente Mourão.

Colocamos em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Em votação o substitutivo oferecido ao projeto pelo Relator.

A votação é nominal.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Sergio Moro, Senador Jader Barbalho, Senador Laércio Oliveira, Senador Cid Gomes, Senadora Professora Dorinha, Senador Marcelo Castro, Senador Plínio Valério, Senador Alessandro Vieira, Senador Weverton, Senador Zequinha Marinho, Senador Jayme Campos, Senador Carlos Portinho, Senador Rogerio Marinho, Senador Eduardo Gomes, Senador Magno Malta, Senador Ciro Nogueira, Senador Esperidião Amin, Senador Mecias de Jesus, Senadora Tereza Cristina, Senador Dr. Hiran, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Humberto Costa, Senador Jaques Wagner, Senador Vanderlan Cardoso, Senadora Zenaide Maia, Senador Lucas Barreto, Senador Fabiano Contarato, Senador Rogério Carvalho, Senadora Augusta Brito, Senador Jorge Kajuru.

Concedo a palavra ao Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, enquanto colhem-se os votos aí, muito rapidamente, o projeto é simples, mas positivo, aprimora o Código de Trânsito. Então, quero elogiar aqui também o trabalho feito pelo Senador Ciro Nogueira e pelo Senador Hamilton Mourão.

Mas eu queria também, Presidente, aproveitar aqui o ensejo, já que é a última reunião do ano da CCJ, para elogiar a produtividade que V. Exa. imprimiu à CCJ. Inclusive, até lembro que, no início, havia alguns questionamentos e tal, etc., e V. Exa. superou todos com louvor e honra. Então, fica aqui o registro do meu elogio pessoal ao trabalho efetuado por V. Exa., neste ano, na condução dos trabalhos da Casa. Sessões não faltaram e produtividade não faltou na aprovação dos projetos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Moro, pelas palavras de V. Exa.

Concedo a palavra ao Presidente Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Presidente Davi, me sumo aí às manifestações do Senador Sergio Moro. V. Exa. empreendeu realmente um trem de galope. Então, nós ficamos satisfeitos com isso.

O Senador Omar Aziz já está pedindo que é menos. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E eu tento ser amigo do Omar, mas não dá certo.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – E, Presidente, se for possível, peço para a gente já fazer o turno suplementar após o término dessa votação. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Presidente Mourão, a Secretaria da Comissão está dizendo que nós estamos impossibilitados de fazer a votação do turno suplementar, porque tem que informar à Mesa, para a Mesa abrir um novo prazo para outros Senadores que queiram se manifestar. Então, eu estou impossibilitado de atender V. Exa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Como diria o Senador Omar Aziz: Selva! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu posso encerrar a votação?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vota aí, senão vai ter que botar paletó.

Votaram SIM 18 Senadores; NÃO, nenhum Senador.

Está aprovado o substitutivo e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 409, DE 2015

- Terminativo -

Dispõe sobre a realização de concursos públicos para a Carreira Policial Federal e o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal.

Autoria: Senador Omar Aziz (PSD/AM)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro para proferir o relatório.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Bom dia, Presidente.

Passo direto à análise.

A proposição em exame mostra-se claramente constitucional, tendo em vista que respeita todas as regras e preceitos expressos na Carta Política, especialmente o capítulo reservado à segurança pública, que consagra a Polícia Federal como instituição fundamental para cumprimento do dever estatal de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. O projeto encontra-se plenamente alinhado à Lei Maior, uma vez que busca proporcionar à Polícia Federal condições efetivas de cumprir as atribuições elencadas no texto constitucional.

Com respeito à juridicidade, constatamos que o projeto se mostra apto a uma inserção harmônica em nosso ordenamento, sem causar qualquer espécie de conflito com outras normas em vigor. A inclusão de dispositivos com teor similar na Lei 9.266, de 1996, e na Lei 10.682, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2003, mostra-se adequada, uma vez que os dois diplomas legais dispõem sobre carreiras do quadro de pessoal da Polícia Federal, abordando requisitos para o ingresso nessas carreiras, por meio de concurso público.

Quanto à análise da regimentalidade do projeto, entendemos que não se verificam óbices ao seguimento de sua tramitação.

O mérito da proposição parece-nos evidente. Trata-se de estabelecimento de um mecanismo automático de recomposição da força de trabalho da Polícia Federal, determinando a obrigatoriedade de realização de concurso público para seleção de profissionais nas diversas carreiras da instituição sempre que o número de cargos vagos superar 5% do total de cargos de seu quadro de pessoal.

A Polícia Federal é uma instituição indispensável para o bom funcionamento da segurança pública no país, responsável por atividades como a prevenção e repressão do tráfico de drogas, do contrabando e do descaminho, pelo exercício das funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras e de polícia judiciária federal, além de atuar na apuração de todos os crimes que atinjam bens, serviços e interesses da União.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em face dessa relevância, entendemos que a medida prevista na proposição é necessária, para evitar situações em que o efetivo da instituição fique defasado por extensos períodos de tempo, sem recomposição dos policiais que venham a se desligar de seus quadros. A proposta colabora para que a missão institucional da Polícia Federal seja colocada em primeiro plano, sem depender da boa vontade e compreensão do governo de turno.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2015, de autoria do Senador Omar Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao autor do projeto, Senador Omar Aziz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Senador Presidente Davi Alcolumbre, o Senador Flávio Bolsonaro faz um relatório explicitando tudo aquilo que a gente propõe no projeto.

Quero agradecer ao Senador Flávio Bolsonaro pela sensibilidade que tem em relação a uma questão que está na ordem do dia, que é a segurança pública.

Nós temos regiões, como a minha região em que eu moro – e V. Exa., Senador Davi Alcolumbre, conhece bem, e todos conhecem –, em que é inacreditável que você não faça concurso para repor os policiais. Você não faz um concurso e coloca um policial diretamente para trabalhar. Ele precisa fazer um curso, precisa fazer treinamento, é preparado para ser delegado ou agente de polícia. Isso demanda tempo. E, como tem algumas pessoas que fazem concursos diversos, Senador Flávio e Senador Davi, ele faz concurso para policial; aí vem o concurso do Ministério Público, e faz para o Ministério Público; passa na polícia, se gasta dinheiro com ele e não é reposto. Por quê? Porque ele vai para outro concurso, ele vai ser do Ministério Público, vai ser juiz e deixa de ser delegado ou agente da polícia, como bacharel em Direito.

Então, é uma questão de prevenção. Que fique automático, a partir do momento em que o contingente da Polícia Federal diminuir em 5%, ou por aposentadoria ou por sair, é automático o Governo Federal fazer o concurso público, para a gente repor essas perdas, que são naturais no serviço público.

Antes de encerrar agradecendo ao Senador Flávio Bolsonaro, quero aqui parabenizá-lo, Senador Davi, pelo trabalho que V. Exa. fez à frente da Comissão de Constituição e Justiça. Muitos projetos importantes para o país foram debatidos aqui. Um dos maiores projetos, depois de mais de 30 anos, a gente conseguiu aprovar, que foi a reforma tributária, sob a sua Presidência aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, e sob a Presidência do Senador Rodrigo Pacheco à frente do Senado Federal.

Muito obrigado, Senador Davi, pelo companheirismo e essa luta toda que nós tivemos esses anos aqui.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Está fazendo as pazes, está vendo? E você diz que ele não gosta de você... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra, para discutir a matéria, à Senadora Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu gostaria, lógico, de parabenizar pela iniciativa. Não sei que formato essa proposta vai tomar, mas eu concordo plenamente sobre essa questão da importância estratégica.

Queria fazer até um apelo aos colegas Senadores. Eu tenho acompanhado um pleito extremamente justo, tanto da PF quanto da PRF, sobre uma gratificação de exercício em locais difíceis e de fronteira. Esse projeto já passou no Ministério da Justiça, ele passou para frente, está no Ministério da Gestão e da Inovação, com a Ministra Esther, há meses, há mais de um ano, pelo menos, com certeza, desde que ela assumiu, e isso precisa ser enfrentado.

No meu estado, por exemplo, na cidade de Araguaína a PRF tem; em Palmas não tem. E, no caso da Polícia Federal, é o inverso. E é lógico que nos estados nossos do Norte, se não tiver um incentivo, o policial chega, presta serviço um tempo e vai para uma outra localidade, onde o conjunto da vida para sua família, os benefícios e o incentivo são melhores, então não se consegue manter um profissional naquela localidade.

Eu queria fazer esse apelo para que a gente fizesse esse enfrentamento, que o Governo avance em relação a essa proposta, que não é só da Polícia Federal, mas também da PRF. Não tem sentido ficar de castigo, como se fosse uma punição atuar na Região Norte do Brasil, e não tem lógica algumas cidades terem, outras não, independentemente de ser fácil ou não o acesso. Eu acho que a gente precisa enfrentar isso. E são profissionais que, pela exigência e risco que eles passam no dia a dia, precisam ser reconhecidos.

Eu queria, além de apoiar o projeto, fazer esse apelo para que, oportunamente, na próxima legislatura, a gente faça uma audiência pública aqui, um convite à Ministra, para que ela apresente o que ela pensa de um projeto, uma ação administrativa que está há mais de dois anos lá no ministério e que não tem andamento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Magno Malta. Em seguida, Senador Omar Aziz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Parabenizo o autor, o Senador Aziz, e o Relator Flávio Bolsonaro.

Eu sempre honrei muito essa instituição da Polícia Federal, que sempre esteve junto nas grandes batalhas de que eu participei aqui. Houve um tempo em que o Moroni Torga, na Câmara, e eu e o Tuma, aqui no Senado, éramos quem lutava pelas causas e os interesses da Polícia Federal. O Moroni depois deixou a vida pública, o Tuma depois veio a falecer, fiquei eu. Na minha saída, chegou o Flávio Bolsonaro e outros, e agora eu estou de volta aqui.

Penso que o Putin não quer fazer uma guerra com o Brasil, nem a Ucrânia, nem a China. A China é pior, a China quer tomar tudo para ela.

Eu acho que é o momento de a gente rediscutir um país com fronteiras abertas. É a hora, Senador Mourão, de rediscutir o papel das Forças Armadas no Brasil, uma hora em que as Forças Armadas passam por um momento de plena descredibilidade. Um dos seus devia estar sendo julgado no tribunal militar – e está indo agora rediscutir o papel do tribunal militar, porque eu não sei para que ele serve –, mas eles são jogados aos bichos para serem julgados por civis. Sabe?

Agora é interessante. Dez dias depois de um relatório que é entregue, que indicia 36 pessoas, o General Braga Netto é preso porque está atrapalhando as investigações que eles concluíram e entregaram. Assim, só falta chover para cima, ou já choveu e eu é que não vi.

Mas o que eu quero dizer sobre a Polícia Federal é que eu acho que tem que rediscutir... Nós temos 1,1 mil quilômetros abertos só com o Paraguai. E, há cinco anos, tinha 35 federais em 110km. Nas cabriteiras, no Mato Grosso, por onde entram os carros roubados, Senadora Dorinha, e vão para lá, um carro usado vale 0,5kg de pasta, com o que os caras chegam a fazer 50kg de cocaína, botando lá resto de mármore, pó de mármore, Maizena e tal, e tal. Um carro novo vale 4kg de cocaína, pasta pura, e passa pelas cabriteiras todas abertas, porque, no nosso país, as nossas fronteiras têm muita dimensão.

Então, um projeto como esse, um reforço da Polícia Federal, é claro que não vai resolver, mas foi uma instituição ao longo do tempo das mais respeitadas neste país. E formar policiais federais que realmente tenham vocação... Por exemplo, o sujeito passa no concurso da federal, vai para a escola da Polícia Federal e passa seis meses. Passou num concurso para delegado... Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acho uma coisa errada o menino sair da faculdade, com 25 anos, e virar delegado da Polícia Federal, com outro que está lá e que é agente com 18 anos de fronteira e concorre para delegado sem ter nenhuma pontuação. Um menino inexperiente vira delegado e vai mandar num cara de 18 anos de fronteira. É uma coisa que a gente tem que discutir aqui. Saiu da faculdade, fez até um curso malfeito e virou delegado. E aí a mãe vai ao meu gabinete: "Senador, preciso falar com o senhor." "O que foi?" "Não, meu filho passou na Polícia Federal." "Que bom, que bênção, não é? E o que há?" "Não, é porque ele passou para delegado, ficou seis meses na escola e o mandaram para a fronteira. Queria ver se o senhor não poderia intervir para trazê-lo para o nosso estado." "Mas por quê?" "Porque onde ele está é muito perigoso." "Por que seu filho não fez concurso para os Correios?". (*Risos.*)

O cara faz concurso para a polícia e depois está com medo de ficar na fronteira? Então, é isso, meu irmão.

Por isso é que eu acho que o treinamento da Polícia Federal, Flávio... E aqui nós precisamos discutir isso porque água mole em pedra dura bate, bate até que fura, mas nesse caso está batendo, batendo até que acabe a água, não é? Nós temos que discutir isso, porque o cara não pode passar num curso de direito e virar delegado com 25 anos, com 23 anos de idade. E fez um curso malfeito, Senador Weverton. E aí um cara que concorre com ele também para delegado, com 18 anos na rua, trocando tiro, prendendo traficante, almoçando com a família lá na fronteira, no mesmo restaurante em que o traficante que ele prendeu e está solto está almoçando e olhando para ele. E o cara está ali, casca grossa... Ele não concorre... Ele concorre... Ele deve concorrer para delegado, mas ele devia ter dez pontos na frente daquele outro que vai concorrer. Não, ele vai lá e perde, porque o outro acabou de sair da faculdade. Nós precisamos discutir essas coisas e rediscutir o papel das Forças Armadas – ninguém quer invadir o Brasil, mas o nosso adversário é o narcotráfico; os nossos advogados são os crimes organizados, o crime organizado –, por isso rediscutir o papel das Forças Armadas no Brasil, rediscutir!

Então, discuto isso... sempre falei isso sobre a Polícia Federal. E aí a mãe chora, mas ele já pelo menos cumpriu o tempo de... como é que fala? Três meses em que você fica no serviço público? Tem uma palavra lá...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Estágio probatório.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Estágio probatório. Não, ele só tem 30 dias lá, mas a mulher dele está grávida e ele está morrendo de medo. Então, por que ele não fez concurso para a Caixa, senhora? Entendeu? Porque o cara que vai para a Polícia Federal tem que ter vocação, irmão. Ele tem que ter sangue no olho. Por isso que o treinamento tem que ser igual ao do Bope. O treinamento de Polícia Federal não pode ser seis meses de academia, Senador Weverton, tem que ser igual ao do Bope, porque lá você sabe quem tem vocação para ser policial e quem não tem.

Mas, de qualquer maneira, Senador Aziz, parabéns! V. Exa. é do Amazonas; fronteiras abertas. E eu me lembro de um fato de que V. Exa. se lembra. O chefe do espaço aéreo, Mourão, o chefe do espaço aéreo da Amazônia, Moro, era um coronel, o Washington. Eu o prendi na CPI do Narcotráfico, porque ele fazia tráfico de drogas nas aeronaves da FAB. O chefe do espaço aéreo da Amazônia. Agora imagine o que esse cara não fez pelos rios, pelos ribeirinhos, a desgraça disso. Não sei se V. Exa. se lembra disso. Foram presos três generais, quatro coronéis, o irmão do Coronel Washington, não é?

Esse cara chegou como aspirante na época em que eu era S2 na Base Aérea do Recife. Eu apresentei arma para ele, ele achou ruim porque eu o chamei de aspirante, queria que o chamasse de tenente. Se ofendeu todo e foi por ali, durante todos esses anos, no portão sul da Base Aérea da Aeronáutica, que passava a cocaína – pelo portão sul lá da base aérea no aeroporto dos Guararapes – para o mundo inteiro, fazendo tráfico, nas aeronaves da FAB.

Então, eu acho que nós precisamos rediscutir, são duas coisas: o papel também e o treinamento da Polícia Federal. De qualquer maneira, eu tenho respeito, não consegui nada de tudo que eu fiz sem a Polícia Federal. A Amazônia precisa da Polícia Federal, da presença ostensiva da Polícia Federal, mas para isso é preciso ter efetivo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – A Senadora Dorinha falou aqui... aí você tem aqui um conglomerado da Polícia Federal, em outros lugares você não tem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque, na verdade, falta efetivo. Por exemplo, no meu estado há uma carência nas polícias tanto militar como civil, uma carência de número, quer dizer, a polícia, em vez de o número estar aumentando, está diminuindo, por conta de que o crime, de fato, é glamorizado.

Parabéns ao Aziz, parabéns ao relatório do Flávio!

É a oportunidade de a gente trazer à baila esses assuntos que a gente precisa discutir.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, a Senadora Dorinha levantou uma questão crucial para o bom funcionamento e para a presença permanente do policial, que é a questão de localidade.

Eu já tinha conversado com o Ministro da Justiça sobre essa questão. Há um pedido, principalmente na minha região e na sua região, porque ali... o Senador Mourão conhece bem o Alto Solimões. Nós temos uma fronteira enorme com o Peru e a Colômbia; ali no Rio Negro, com a Venezuela. E você tem mais de 3 mil quilômetros ali de fronteira – o Amazonas tem mais de 3 mil quilômetros – com países que produzem cocaína. O Brasil não é produtor de cocaína, mas entra.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – E os corredores são o Alto Solimões, o Rio Negro e o Rio Purus, o Japurá também. Porque a presença física da Polícia Federal bem-treinada – e essa é a razão do meu projeto – é para que a gente tenha... Mas é de fundamental importância o que a Senadora Dorinha levantou em relação ao trabalho na localidade.

Esse é um custo que não é tão grande, não vai quebrar o Brasil isso, mas é importante para prevenção.

Como o Senador Magno Malta falou há pouco, essa questão do treinamento é importantíssima, porque a Polícia Federal é investigativa. Ela faz o trabalho de investigação e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prevenção. A repressão dentro dos municípios, do estado, fica por parte da polícia militar com os seus agentes e polícia civil na sua investigação. Mas esse projeto que eu apresento é para que a gente possa ter contingente preparado para atuar no combate ao narcotráfico, principalmente, que tem nas nossas fronteiras, que são muitas: você tem aqui o Paraguai, você tem o Peru, você tem a Colômbia, você tem a Venezuela, todos produzindo cocaína, e para toda essa cocaína – para grande parte dela – os corredores é o Brasil, seus portos e aeroportos.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Só para esclarecer essa gratificação que eu mencionei: inclusive, ela não é um valor fixo por mês, ela é por dia trabalhado; no dia que está no período de... dentro daquelas escalas de trabalho, ele não faz jus, então não tem nenhum impacto. Até porque o número não é de maneira alguma significativo, mas garante a permanência do profissional naquela área de atuação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Presidente Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – É, Presidente, eu preciso fazer alguns comentários sobre as observações do meu colega Senador Magno Malta, porque a questão de fronteira aqui no Brasil não pode ser tratada de forma simples.

Nós temos 17 mil quilômetros de fronteira terrestre com dez países diferentes. O Senador Omar Aziz mencionou alguns dos nossos vizinhos, que são os maiores produtores de cocaína do mundo. E eu quero destacar o seguinte: os Estados Unidos da América, Magno, com todo o poder que eles têm, eles fazem fronteira com dois países só – dois. O Canadá ao norte é zero trauma; ao Sul, o México. Você tem noção de qual é a extensão da fronteira Estados Unidos-México? O Omar acabou de citar 3 mil quilômetros no Amazonas. Isso é o que os Estados Unidos fazem de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fronteira com o México, sem ter selva, sem ter nenhuma das dificuldades de acesso que existem na nossa Amazônia. E ele não controla aquela fronteira! Passa boi, passa boiada todo dia. Então, não pode ser tocada dessa forma, assim. Eu entendo a tua preocupação, mas essa é uma questão em que a política tem que ser integrada de todo o Estado brasileiro, para que a gente tenha um controle razoável das nossas fronteiras.

E é só observar, nós temos três setores de fronteira no Brasil. A fronteira sul é uma fronteira vivificada, abrange ali o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná. A fronteira oeste, dos Mato Grosso, é uma fronteira meio a meio; você tem algumas cidades na fronteira e o resto é tudo aberto, como você mencionou. E na fronteira norte, o grande Arco Norte, você não tem ninguém, é um vazio demográfico. Eu vivi dois anos em São Gabriel da Cachoeira, controlando 1,7 mil quilômetros de fronteira com a Venezuela e com a Colômbia, e é uma população de 30 mil habitantes na região.

Então, é uma necessidade que a gente realmente discuta esse assunto aqui dentro, e isso é um assunto da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Aliás, em São Gabriel, o hospital é do Exército Brasileiro.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Sim, o hospital é do Exército.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Para você tem uma ideia, ali o Exército tem uma importância enorme, em São Gabriel da Cachoeira.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mourão, e é muito importante... Davi, escute isso aqui, você que está em campanha. Tem muitos Senadores que não sabem nem o que ele está ouvindo aqui. Ele nunca foi lá, nesse local, São Gabriel da Cachoeira. Quando você desce e sai de lá, você se sente brasileiro de fato – de fato. Sem ir ali você não se sente.

Então, o seguinte – antigamente eles faziam, não sei se agora, eu fui levado pelo Exército para lá, quando eu desci –, que se aumente isso, porque a violência está tão grande, e que se faça

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de maneira que todos os Senadores tenham a possibilidade de ir ali. Sabia, Mecias? Porque aí tem um outro...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu só queria complementar – viu, Magno? – em relação à questão da missão das Forças Armadas, a missão, a lei complementar – agora está me fugindo o número, não sei se é 94 ou 120 – já dá o poder de polícia às Forças Armadas na área de fronteira. E eu quero deixar claro que tem que entender o seguinte: as ameaças são difusas. E o Exército pode passar cem anos sem ser empregado, mas não pode passar um minuto sem estar preparado. Isso tem que ficar muito claro.

Obrigado aí pelas suas observações, Magno.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou encerrar a votação. Posso encerrar a votação? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 20 Senadores; NÃO, nenhum Senador.

Está aprovado o projeto e a matéria será encaminhada à mesa para as providências cabíveis.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2073, DE 2022

- Não terminativo -

Dispõe sobre a criação de cargos em comissão e a transformação de cargos de Técnico e de Analista em cargos em comissão, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto.

Autoria: Ministério Público da União.

Concedo a palavra ao Líder Mecias de Jesus, para proferir o relatório.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa.

Eu já gostaria, inclusive, de antecipar que nós temos... Eu sou Relator desse projeto do CNMP e de um outro projeto do Tribunal Superior do Trabalho, que estaria no item 2. Então, só para garantir a V. Exa. que, quando terminar o item 2, eu já possa passar também para o outro item, que é o 12. E também eu sou Relator *ad hoc* do projeto do item 3.

Passo a fazer a leitura, Sr. Presidente.

Se V. Exa. permite e o Plenário também, posso ir direto à análise?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já. Como V. Exa. é o Relator de todos os projetos da pauta de hoje, eu acho que é melhor ir direto ao voto.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Fazer a leitura de todos?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, não. Esse, em seguida o outro, mas bem rápido.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O.k.

Então, vamos direto à análise, Sr. Presidente, porque fica mais fácil para que os colegas Senadores e Senadoras possam entender.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de acordo com o art. 101, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, detém competência para apreciar a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito das proposições que lhe forem submetidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O inciso II do mesmo dispositivo regimental confere à CCJ, ressalvadas as atribuições das demais Comissões, competência para deliberar sobre o mérito das proposições que tratem de matéria de competência da União, como é o caso do projeto em exame.

A análise do projeto revela sua constitucionalidade material e formal. A autoria da proposição ter partido do Ministério Público da União atende à disposição do art. 127, §2º, da Constituição Federal, que assegura autonomia funcional e administrativa ao Ministério Público. As disposições constitucionais relativas à matéria orçamentária também foram respeitadas, uma vez que a transformação dos cargos se dá sem aumento de despesas, por aproveitamento de sobra orçamentária aprovada.

No plano do exame da juridicidade, a proposição se mostra adequada aos preceitos e regras de nosso ordenamento jurídico, além de contar com os elementos essenciais de uma norma legal. Chegamos, portanto, à conclusão que o projeto encontra-se apto a uma inserção harmônica em nosso ordenamento jurídico.

Quanto à regimentalidade, não se identificam obstáculos ao seguimento da tramitação do projeto.

A proposição, em nosso entendimento, é meritória. A transformação de cargos efetivos vagos em cargos em comissão atende a necessidades de serviço essenciais ao bom funcionamento do CNMP, como demonstrado na extensa justificativa do projeto. Com efeito, o reconhecimento judicial de que o CNMP deve resolver conflitos de competência entre membros de todos os ramos do Ministério Público no país provoca naturalmente um aumento da demanda de trabalho do órgão, que precisa ser suprida com a contratação de pessoal. O montante de cargos efetivamente transformados pela proposição mostra-se compatível com o incremento de trabalho apontado. Concluímos, assim, que o projeto contribui para a eficiência da gestão de pessoal do CNMP, com reflexos positivos para o cumprimento de sua missão institucional.

O voto, Sr. Presidente, é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.073, de 2022, que veio da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Líder Mecias.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos.

Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Presidente, como já conversado antes com V. Exa. e com o Ministério Público da União, eu gostaria de requerer a V. Exa. e ao Plenário urgência para o Plenário na data de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em votação a solicitação de urgência.

Os Senadores e as Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a urgência.

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 3467, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre a transformação de cargos vagos no quadro permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, sem aumento de despesas.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Líder Mecias de Jesus para proferir o relatório.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, da mesma forma, eu gostaria de pedir a V. Exa. e ao Plenário da Comissão para ir direto à análise.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de acordo com o art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, detém competência para apreciar a constitucionalidade, juridicidade, regimentabilidade e mérito das proposições que lhe forem submetidas.

O inciso II do mesmo dispositivo regimental confere à CCJ, ressalvadas as atribuições das demais Comissões, competência para deliberar sobre o mérito das proposições que tratem de matéria de competência da União, como é o caso do projeto em exame.

A análise do projeto revela sua constitucionalidade material e formal. A autoria da proposição ter partido do Tribunal Superior do Trabalho atende a disposição do art. 96, inciso II, alíneas "a" e "b", da Constituição Federal, que assegura competência privativa aos tribunais superiores para presente proposição.

O Projeto de Lei nº 3.467, de 2024, sugere a transformação de 25 cargos vagos de Juiz do Trabalho Substituto em 15 cargos de Desembargador, de forma a reforçar a jurisdição de segundo grau e atender à crescente demanda processual. Ato contínuo a proposta também contempla a criação de 9 cargos em comissão de nível CJ-2, 9 cargos de nível CJ-3 e 24 funções comissionadas de nível FC-5, conforme detalhado no anexo único, para assegurar o suporte administrativo necessário. O projeto tem origem em discussões realizadas no pedido de providências do Conselho Nacional de Justiça, que evidenciaram a prática de convocação de juízes de primeiro grau para atuar em segundo grau em percentuais superiores ao permitido pela Resolução CNJ nº 72/2009, a qual limita essa convocação a 10% do total de juízes titulares de varas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As disposições constitucionais relativas à matéria orçamentária também foram respeitadas, uma vez que a transformação dos cargos se dá sem aumento de despesas.

No plano do exame da juridicidade, a proposição se mostra adequada aos preceitos e regras de nosso ordenamento jurídico, além de contar com os elementos essenciais de uma norma legal. Chegamos, portanto, à conclusão de que o projeto encontra-se apto a uma inserção harmônica em nosso ordenamento jurídico.

Quanto à regimentalidade, não se identificam obstáculos ao seguimento da tramitação do projeto.

A proposição, em nosso entendimento, é meritória. A transformação de cargos vagos de Juiz do Trabalho Substituto em cargos de Desembargador do Trabalho, bem como a criação de cargos em comissão e funções comissionadas, atende a necessidades essenciais para o aprimoramento da prestação jurisdicional no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com sede em Campinas, no Estado de São Paulo. A justificativa apresentada evidencia de forma clara a urgência de adequar o quadro funcional à crescente demanda processual, que não pode ser suprida unicamente pela convocação de magistrados de primeiro grau, prática que ultrapassa os limites regulamentares estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça. O montante de cargos transformados e criados pela proposição demonstra-se compatível com o aumento de trabalho identificado e está alinhado ao princípio da eficiência administrativa. Concluímos, assim, que o projeto contribui para a celeridade e qualidade da jurisdição de segundo grau, com reflexos positivos para o atendimento das demandas sociais e o fortalecimento da missão institucional da Justiça do Trabalho.

O voto, Sr. Presidente, é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.467, de 2024.

Sr. Presidente, aproveitando, quero registrar a presença, em nossa Comissão, da Desembargadora Ana Paula Pellegrina, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, e também do Vice-Presidente, o Desembargador Helcio Dantas, que se encontram aqui acompanhados de outras pessoas do Tribunal Regional da 15ª Região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Feito o registro, querido Líder Mecias.

Da mesma maneira, a Presidência acolhe com muito carinho a nossa querida Presidente que está aqui no Plenário da Comissão.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – A exemplo do projeto do CNMP, eu requeiro à V. Exa. e ao Plenário desta Comissão urgência para que esse projeto possa ir ao Plenário ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em votação o requerimento de urgência proposto pelo Relator.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu votei, mas só fiquei numa dúvida: preencher cargos sem remuneração. Como é que tem cargo sem remuneração?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Matéria preclusa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, é só um comentário mesmo. (*Risos.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, é só um comentário. E sabe por que eu não me manifestei? Em respeito à relatoria de V. Exa.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Obrigado, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu fui contrário a muita coisa... Tribunal do Trabalho só pune quem produz no Brasil. Não ganha uma quem produz no Brasil. O cara tem uma empresinha lá de família, de 50 anos, tem 6 ônibus, tem um funcionário lá que trabalha há um ano, sai, denuncia e leva a empresa toda para ele.

Então, eu tenho muita coisa para discutir nesse sentido... Ministério Público do Trabalho, sabe? A pauta deles é tudo de esquerda, sabe? Assim é tudo... Mas eu respeito...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – É tudo contra o empregador, é sempre.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ah, sim, com certeza.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – É verdade.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não ganha uma, mas eu respeito, eu respeito o relatório de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Relator.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – E Davi tinha me pedido para ficar quieto, então eu fiquei quieto. (*Risos.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu sou o Relator *ad hoc* do item 3, se V. Exa. me permitir... É um projeto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Na verdade, esse projeto é de autoria do Senador Zequinha Marinho, exatamente. E, em respeito, eu queria até agradecer ao Senador Zequinha, porque ele está desde o início da reunião, e a gente fez inversão de pauta para todo lado aqui e acabou que... E me perdoe, querido Líder Zequinha, porque o projeto de V. Exa., de autoria de V. Exa., é o item 3 e a gente acabou atropelando aqui. Perdoe esta Presidência.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3375, DE 2023

- Não terminativo -

Acrescenta os arts. 29-A, 29-B e o § 4º do art. 51 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para dispor sobre o apoio técnico, financeiro e operacional entre os entes federativos na análise dos dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e sobre a natureza autodeclaratória do Cadastro.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

Relator: Senador Marcio Bittar.

Faço a designação *ad hoc* ao Senador Líder Mecias de Jesus para proferir o relatório.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, como V. Exa. já anunciou, a relatoria desse projeto é do Senador Marcio Bittar, e, como Relator *ad hoc,* eu peço vênia a V. Exa. e ao Plenário para ir direto à análise do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto não apresenta vício de regimentalidade. Com efeito, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos projetos que lhe são submetidos por despacho da Presidência.

Ademais, não há óbice quanto à constitucionalidade da proposição, isso porque os requisitos formais e materiais de constitucionalidade estão atendidos pelo projeto, pois compete privativamente à União legislar sobre o direito civil e agrário, a teor do dispositivo do art. 22, inciso I, da Constituição Federal de 1988, bem como por não ter sido deslustrada qualquer cláusula pétrea ou previsão constitucional.

Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o *caput* do art. 48 da Constituição Federal, não havendo reserva temática a respeito nos termos do art. 61, §1º, da Constituição Federal. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da matéria proposta.

Quanto à técnica legislativa, entendemos que o projeto está de acordo com a Lei Complementar 95, de 1998, que tem por objetivo balizar a utilização de linguagem e técnicas próprias.

No tocante à juridicidade, o critério de inovação ou originalidade da matéria foi atendido pelo presente projeto, visto que inova no ordenamento ao incluir novos dispositivos à legislação que pretende alterar.

No mérito, o projeto de lei, de autoria do eminente Senador Zequinha Marinho, é louvável e bem-vindo. A proposição busca, a partir de alterações na lei 12.651, de 2012, apresentar uma solução para a dificuldade histórica de implementação do Cadastro Ambiental Rural e evitar que o produtor rural seja prejudicado pela mora dos órgãos ambientais na análise do registro de seu cadastro.

O projeto de lei visa ainda a garantir mais robustez ao instrumento, combinando penalidades àqueles que fraudarem as informações do CAR. Por último, preocupa-se também em assegurar que o proprietário ou possuidor consiga informações necessárias e orientações claras para obter a regularização de sua atividade, caso tenha sido autuado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar do grande mérito da proposição e dos avanços propostos ao ordenamento jurídico, entendemos que há espaço para aperfeiçoamento. Para isso, apresentamos um substitutivo a fim de aprimorar algumas das novas disposições trazidas no projeto de lei, bem como fazer pequenos ajustes de redação, sem alterar seu propósito inicial.

Primeiro, notamos que alguns estados têm buscado enfrentar o problema da enorme demanda de validação dos registros no CAR por meio de uso de novas tecnologias ou mesmo do auxílio de empresas especializadas para análise de dados. Entendemos que o PL pode prever a inclusão explícita dessas ferramentas, cuja menção na lei é importante para evitar insegurança jurídica no tocante à validade e legalidade de seu uso pelos entes federados.

Registramos, nessa esteira, a preocupação permanente dos estados e municípios a respeito da usabilidade e efetividade dos sistemas de informação federais utilizados para a materialização do CAR. Nesse sentido, modificamos a disposição sobre cooperação entre os entes trazida no PL, para definir que a União promoverá melhorias contínuas nos sistemas destinados ao gerenciamento de informações ambientais dos imóveis rurais.

A finalidade dessa alteração é garantir maior celeridade no registro, análise e atualização do CAR, além de promover uma atuação articulada dos entes federados, e, sobretudo, permitir a integração adequada dos sistemas fornecidos na esfera federal com os instrumentos e ferramentas mencionados.

Ademais, as disposições do projeto de lei a respeito da natureza do CAR foram antecipadas para o art. 29-A, por terem cunho material geral. Aperfeiçoamos, também, a redação sobre os efeitos da inscrição do CAR, para fazer constar que será considerada efetivada a inscrição do imóvel no cadastro, nos termos da declaração efetuada, enquanto não for definitivamente homologada pelo órgão competente. Além disso, estabelecemos que a área inscrita no CAR deve corresponder exatamente à área georreferenciada do imóvel rural.

Nesse mesmo sentido, alteramos o art. 14, §1º, do Código Florestal, para tornar explícito que o papel do órgão ambiental é homologar a área de reserva legal eleita pelo proprietário na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

declaração de inscrição do CAR, podendo apontar inconsistências ou pendências, sem, contudo, ditar a forma pela qual irá gozar de sua propriedade privada.

Incluímos no PL, outrossim, a previsão de que o registro da pequena propriedade ou posse rural familiar será facilitado por meio de procedimento simplificado. A medida reconhece que, para esses proprietários, a maior capacidade técnica requerida para a apresentação de algumas informações no CAR pode representar um óbice à efetivação da inscrição, sendo, sem dúvidas, um prejuízo a diversos pequenos produtores rurais.

Por último, fizemos uma pequena correção de técnica legislativa na alteração referente ao art. 51 do Código Florestal, trazendo para o §3º, já existente, as disposições acrescidas pelo PL, aprimorando, também, sua redação. Da mesma forma, igualmente buscamos aprimorar a redação referente à disposição de cominação de sanções administrativas nos casos de fraude ou apresentação de informações enganosas no CAR.

Temos convicção de que esse importante projeto de lei, acrescido dos aperfeiçoamentos propostos, contribuirá para uma implementação mais efetiva do Código Florestal, de modo a efetivar a regularização dos passivos ambientais dos imóveis rurais e garantir a necessária segurança jurídica aos produtores rurais.

O voto, Sr. Presidente, é pela constitucionalidade e pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.375, de 2023, de autoria do Senador Zequinha Marinho, de acordo com o substitutivo.

Sr. Presidente, eu quero aproveitar para pedir o voto favorável dos colegas Senadores e Senadoras, parabenizar o Senador Zequinha Marinho pela apresentação desse brilhante projeto e também cumprimentar o Senador Marcio Bittar, que fez um excelente relatório.

Esse projeto, sem dúvida nenhuma, traz segurança ao homem do campo, sobretudo ao pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, querido Líder Mecias.

Colocamos em discussão a matéria.

Concedo a palavra à Senadora Augusta Brito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, eu queria fazer um pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Regimentalmente, concedida vista à Senadora Augusta Brito.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vista coletiva também, por solicitação do autor do projeto, Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Sr. Presidente, me concede a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Inicialmente eu quero agradecer ao Senador Marcio Bittar por ter feito o relatório, se esforçado com a sua equipe para melhorar o projeto. Ao nosso querido Senador Mecias, por, de forma gentil, aqui aceitar ser o Relator *ad hoc*, trazendo um projeto que é fundamental.

Um dado importante, Presidente, que a gente precisa levar em conta: é um setor importante do agro. Por exemplo, nós temos hoje, no Brasil, em torno de 7,2 mil produtores rurais cadastrados no CAR. Isso começou há 12 anos. Durante esse período todo, meus queridos Senadores, só 1 milhão foi analisado e validado. Nós temos um estoque violento de CAR Brasil afora. Não é só no Pará; a Amazônia toda depende disso, o Brasil todo depende disso.

A nossa ideia, através do projeto de lei, é transformar essa questão do CAR naquilo que é a declaração de renda do contribuinte. Certo? Você é responsável por aquilo que declara, assina embaixo, e está sob as penas da lei caso omita algum tipo de informação. Se, de repente, o órgão ambiental quiser checar tudo aquilo, que o faça, e, se você não informou corretamente, será penalizado. Igualmente na questão do Imposto de Renda, porque, senão, nós vamos ferrar o Brasil, ferrando o produtor rural, porque uma pequena parte só tem esse CAR validado, tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acesso ao crédito, resolve suas questões de regularização fundiária. Enfim, uma série de benefícios.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E atualizará periodicamente?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Pois não, Senador, pode...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E atualizará periodicamente?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Exato. Quer dizer, a gente precisa encontrar uma saída, e essa saída tem que ser uma saída legal, até que o Governo, não sei quando, coloque um pouco mais de inteligência e foco nesse setor, para que o produtor rural, seja ele quem for – pequenininho, médio ou grande, não é? –, possa trabalhar com tranquilidade, porque o Governo exige, faz-se o CAR, depois não se analisa, é o mesmo que nada, e o cara fica parado em função dessa inércia institucional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Zequinha.

Essa votação é de um projeto de lei terminativo, que é uma solicitação do Senador Flávio Arns. O Relator da matéria é o Senador Marcos Rogério, e foi solicitado pelo próprio autor, Senador Flávio Arns, que o querido Senador Magno Malta pudesse fazer o relatório *ad hoc*, em nome do Senador Marcos Rogério, mas como é um projeto terminativo, nós vamos precisar de votação nominal.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 853, DE 2024

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei dos Crimes Hediondos, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para vedar a progressão de regime de cumprimento de pena aos condenados por crimes hediondos.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 3-CSP e 4-CSP, com a emenda que apresenta.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública;

- Em 27/11/2024 foi recebida a Emenda n° 6, de autoria do Senador Fabiano Contarato (dependendo de relatório);

- Na 47ª Reunião Ordinária, realizada em 27/11/2024, a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores nos termos regimentais;

- Em 27/11/2024, a Comissão aprovou o Requerimento nº 24, de 2024-CCJ, de iniciativa do Senador Rogério Carvalho, para a realização de Audiência Pública para instruir a matéria;

- Em 12/12/2024, foi cancelada Reunião Extraordinária da Comissão, convocada para realização da audiência pública referida;

- Em 12/12/2024, foi recebido o Requerimento n° 61/2024-CCJ, de dispensa de realização de Audiência Pública, de autoria do Senador Rogério Carvalho;

- Votação nominal.

O Relator é o Senador Marcos Rogério.

Novamente informo ao Plenário que a votação é nominal.

Faço a designação *ad hoc* do Senador Magno Malta para proferir o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, serei bem rápido.

Meritório e importante, em tempos de tanta violência, em tempos de audiência de custódia que se mata, estupra, sequestra e vão para a rua e se prende um general e mantém preso depois de uma audiência de custódia.

Depois de um relatório entregue indiciando 36 pessoas, encerrou o relatório. Trinta dias depois, um general é preso porque estava atrapalhando as investigações. Investigações de quê? De um relatório que já entregou?

Então, acho que já choveu para cima. Só eu que não vi.

Mas eu parabenizo pela proposta o Senador Marcos Rogério.

Bem, originalmente, esse texto vedava a progressão de regime em todos os crimes hediondos, mas a Senadora Damares, na Comissão de Segurança Pública, restringiu apenas para os delitos considerados mais graves, que protegem os bens jurídicos mais sensíveis do ser humano.

A ênfase, no projeto, recairá sobre os tipos penais que tutelam a vida e a dignidade sexual, que tratam dos valores mais sagrados e fundamentais aos seres humanos.

O projeto prevê que a condenação por alguns crimes será completamente cumprida em regime fechado. Essa é a forma mais rigorosa de punição, em que a saída de preso só ocorre em algumas situações específicas, como para trabalhar em obras públicas e para tratamento médico, por exemplo.

Estão sujeitos a essas regras para os seguintes crimes: homicídio praticado por grupo de extermínio qualificado, quando por motivo fútil, com tortura, entre outras coisas previstas na lei; estupro; epidemia com resultado de morte; favorecimento de prostituição e de exploração sexual de criança, adolescente ou vulnerável; sequestro de menores de idade; delitos relacionados à pornografia infantil; tráfico de criança ou adolescente; genocídio; induzimento de auxílio por meio de internet e sacrifício de automutilação; atividade de lidar com organizações criminosas dedicadas ao tráfico de drogas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem uma emenda aqui do Senador Fabiano Contarato, a Emenda 6, que não merece guarida nesse projeto – embora seja muito meritória –, a qual pretende incluir os crimes contra ordem tributária e financeira, bem como peculato, no rol de crimes hediondos.

Ocorre que a emenda foge ao espírito do projeto, que visa a combater os crimes hediondos contra a vida e contra a dignidade sexual, exemplo do estupro e a pedofilia, que são os tipos de delitos mais vis e repugnantes que existem.

Entendo que a sugestão do Senador Contarato, que suscita a importância da discussão de crime de colarinho branco, pode ser tratada com um projeto de lei, e eu apoio plenamente. É meritório.

Se o senhor fizer, de fato, um projeto de lei, eu participarei dessa discussão com muito prazer e acho necessária, mas não cabe aqui.

Portanto, a emenda está rejeitada, e o relatório está mantido como já lido, Sr. Presidente, pelo Senador Marcos Rogério.

E o nosso voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Quero rapidamente, Presidente, elogiar aqui o projeto do Senador Flávio Arns, também o trabalho que foi feito antes pelo Senador Marcos Rogério.

Endosso as palavras do Senador Magno Malta.

O fato é que tem determinados crimes que, por seu caráter atroz, recomendam um tratamento diferenciado, mais duro, e não faz lá muito sentido simplesmente o cumprimento de uma parcela menor da pena – assassinos, estupradores serem colocados em liberdade, especialmente quando há dúvidas sobre a ressocialização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto também não impede o livramento condicional, que é uma válvula de saída para aquele que, eventualmente, for constatado que realmente não tem nenhuma chance de voltar a delinquir.

Existe uma questão de discussão, que está no relatório, de constitucionalidade.

Mas aqui, enfim, a individualização da pena é um princípio que cabe ao legislador, não é? E aqui está sendo restringido o rol específico de crimes que estão sujeitos à regra mais rígida.

A meu ver, aquela decisão do Supremo lá atrás que decidiu pela inconstitucionalidade teve muito a ver com o fato de o tráfico de drogas estar equiparado como crime hediondo, e o Supremo ter entendido que era inconveniente o cumprimento integral em regime fechado, até porque tem grandes, médios e pequenos traficantes, e, para o pequeno traficante, o regime integralmente fechado talvez não fizesse muito sentido.

Mas, em relação a assassinato, homicídio, feminicídio, estupro, crimes contra crianças, adolescentes, eu acho que há um espaço para que nós tenhamos a definição de um regime aqui carcerário mais duro, com cumprimento integral de pena.

Por isso, eu também vou adiantar o meu voto aqui favorável, não é? E, como a gente está vendo esse crescimento da criminalidade, tem que ser feita alguma coisa. Não acho que a única resposta é endurecimento de pena e de sanções, mas também ajuda, não é, Senador Esperidião? É como se diz lá sobre a questão da pedofilia: eu acho que é uma doença que se resolve com a cadeia, é mais ou menos por aí.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, está bom.

É isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – ... é só para votar, para poder correr para outro compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não há mais Senadores inscritos.

Está encerrada a discussão.

Como é projeto de lei terminativo, trata-se de votação nominal.

Solicito às Senadoras e aos Senadores que venham ao plenário e exerçam o direito de voto.

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

Consulto os Senadores e as Senadoras se posso encerrar a votação. (*Pausa.*)

Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 16 Senadores; NÃO, nenhum Senador.

Está aprovado o projeto e as Emendas nºs 3... (*Pausa.*)

Aprovado o projeto e as Emendas nºs 3, da CCJ, 4, da CCJ, 7, da CCJ, e rejeitada a Emenda nº 6.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Há uma solicitação... Eu vou passar para você, mas eu queria só votar um requerimento do projeto extrapauta. Eu fiz um compromisso.

Tem um projeto de lei que trata de roubo, de furto de cabos e equipamentos utilizados na energia elétrica e telefonia. Eu fiz um acordo. Foi uma solicitação da Bancada do MDB e do PSD, e eu queria fazer a inclusão extrapauta, porque eu falei na semana passada e não coloquei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Esse é o crime do momento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Oi?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Esse é o crime do momento, esse roubo aí.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Isto é uma pandemia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votação... (*Pausa.*)

Não havendo objeção, fica feita a inclusão extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

PROJETO DE LEI Nº 4872, DE 2024

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar as penas aplicadas ao furto, roubo e receptação de fios, cabos ou equipamentos utilizados para fornecimento ou transmissão de energia elétrica ou de telefonia ou para transferência de dados e as aplicadas à interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública; e altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, para aumentar a pena dos crimes previstos no seu art. 1º, e 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer sanções aos detentores de serviço de telecomunicações pelo uso de fios, cabos ou equipamentos de telefonia ou transferência de dados que sejam produtos de crime; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcelo Castro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto.

Não terminativo.

Autoria: Deputado Federal Sandro Alex.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Castro para proferir o relatório.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu peço a V. Exa. para ir direto à análise.

O direito penal é matéria de competência privativa da União e sujeita à plena disposição pelo Poder Legislativo, *ex vi* dos arts. 22, inciso I, e 48, *caput*, da Constituição Federal, nos limites materiais constitucionais.

Não identificamos vícios de injuridicidade ou de inconstitucionalidade no PL.

No mérito, entendemos que a proposta é conveniente e oportuna.

A prática de crimes que comprometem o bom funcionamento de órgãos da União, de estados ou de municípios ou de estabelecimentos públicos ou privados que prestem serviços públicos essenciais é conduta que deve ser fortemente reprimida.

Com o mesmo rigor, deve ser punida a subtração de fios, cabos ou equipamentos utilizados para fornecimento ou transmissão de energia elétrica ou de telefonia ou para transferência de dados, bem como de equipamentos ou materiais ferroviários ou metroviários.

Em todos esses casos, a conduta criminosa não atinge apenas o proprietário dos bens subtraídos – no caso, os entes federados ou os concessionários de serviço público –, mas também toda a sociedade, que fica privada de serviços públicos essenciais.

Por essa razão, entendemos que o incremento das penas dos crimes de furto, roubo, receptação, para as situações de que trata o PL, e de interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública, é muito bem-vindo, pois aumenta o custo da prática dos referidos crimes e, consequentemente, gera um efeito dissuasório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concordamos, ainda, com a modificação da pena do crime de lavagem de dinheiro. Por um lado, diminui-se a pena mínima desse delito, medida que se compatibiliza com a alteração promovida pela Lei nº 12.683, de 2012, que passou a admitir como crime antecedente qualquer conduta criminosa, até mesmo as de menor gravidade.

Por outro lado, aumenta-se a pena máxima, o que também nos parece necessário, como forma de diminuir esse tipo de criminalidade.

Ademais, os crimes de que trata o PL impactam a atividade-fim de suas vítimas. Diante disso, o projeto acerta ao prever a suspensão de obrigações regulatórias e a desconsideração das interrupções dos serviços afetados pelas referidas infrações penais, quando do cálculo dos indicadores de qualidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu tenho uma estatística aqui da Conexis Brasil Digital mostrando que, só no ano de 2023, foram furtados mais de 5,4 milhões de cabos de telecomunicações, entre furtos e roubos, o que é um verdadeiro escândalo e uma prática que precisa ser coibida.

Vamos ao voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.872, de 2024.

É este o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Marcelo.

Em discussão.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, recentemente nós votamos aqui nesta Casa um projeto que aumenta as penas para os furtos de linhas, cobres e essas coisas. Então, acho que seria oportuno que pudéssemos ter vista desse projeto para poder fazer uma adaptação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me só fazer um apelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – E eu aqui, na verdade, também tenho uma divergência séria, que é a redução da pena mínima do crime de lavagem de dinheiro, com que, respeitosamente, eu discordo. Até vai um pouco na contramão do restante do projeto, que eleva as penas. Então, eu vou pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Certo. A justificativa é que esse está mais adiantado e que já votou na Câmara. Então, nós concluiríamos o mesmo assunto em relação ao que votamos aqui, só que o nosso votou aqui e ainda não foi para a Câmara.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Há o problema da lavagem de dinheiro, não é? Eu acho que, no momento em que a gente está vendo aí o crescimento dessa atividade, o uso de criptoativos, a gente acabou de votar vários projetos incrementando a pena. Lavagem de dinheiro é um crime muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas está isso aqui? Isso de criptoativos está aqui nessa lei?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah, não. Tudo bem.

Então, fica concedida vista ao Senador Sergio Moro.

Eu queria conceder a palavra ao Senador Esperidião Amin e queria pedir atenção ao Plenário, porque o Senador Esperidião Amin me fez uma ponderação e, de fato, ele tem toda a razão e eu gostaria de conceder a V. Exa. o tempo necessário para que a gente pudesse esclarecer e tornar pública a manifestação de V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu vou procurar abreviar, Presidente, mas é um assunto muito complexo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... e quero lhe dizer que vou ter que reiterar isso na sessão plenária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa., no dia 23 de outubro deste ano, de maneira muito correta – e eu o aplaudo –, declarou o seguinte... O Senador Hiran fez uma colocação sobre a votação da PEC do marco temporal, e V. Exa. disse o seguinte: "Recolho a manifestação de V. Exa. e me comprometo a conversar com todos aqueles envolvidos que tentaram construir esse entendimento", referindo-se à trégua ou à mesa de negociações instituída pelo Supremo, mais exatamente pelo Ministro Gilmar Mendes, em agosto deste ano. Esta mesa de negociações foi prorrogada para fevereiro. E o que V. Exa. fez? "Nós não vamos deliberar sobre a PEC do marco temporal enquanto houver uma mesa de negociação".

Portanto, primeiro, eu acho que é da competência do Supremo procurar essa conciliação, ou seja, acho que a atitude do Ministro Gilmar Mendes é correta, e constituiu-se uma grande comissão. Para que se tenha uma ideia, integram: três Parlamentares indicados pelo Senado Federal – um deles é o Senador Jaques Wagner, Líder do Governo; outro, Senadora Tereza Cristina –; três Deputados Federais; quatro membros representando a União, ou seja, o Governo; Advocacia-Geral da União; Ministério da Justiça; Ministério dos Povos Indígenas; Fundação Nacional dos Povos Indígenas; Fórum de Governadores; Colégio de Procuradores dos Estados do Brasil; membro da Confederação Nacional de Municípios; Frente Nacional de Prefeitos; cinco membros indicados pelos requerentes de todas as ações de controle de constitucionalidade; e seis membros indicados pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, ou seja, uma grande assembleia. E nós tomamos a iniciativa correta: vamos aguardar. Isso foi prorrogado para fevereiro.

Lembro que está em vigor a lei do marco temporal, a Lei 14.701 está em vigor. Há investidas para declará-la inconstitucional no todo ou em parte, mas ela está em vigor. Qual é a razão que me leva a fazer essa exposição? O Governo Federal, ou seja, o Presidente da República assinou, no dia 4 de dezembro deste ano, ou seja, há 14 dias, durante a vigência desta trégua, dois decretos de homologação de terras indígenas em Santa Catarina, ambos absolutamente controversos, cheios de contraditas, cheios de questões, todos eles sendo discutidos na Justiça. Esses dois decretos estão causando um grande problema, mas eles são decretos executivos. Pela Constituição, nós só podemos entrar com projetos de decreto legislativo para sustar atos normativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estes dois decretos executivos que homologaram duas terras indígenas em Abelardo Luz e no Município de Palhoça, no Morro dos Cavalos, se baseiam num decreto normativo, que é o Decreto 1.775, de 1996. Este decreto não se adequou à lei que está em vigor, ou seja, o decreto normativo ainda considera que é facultado consultar os municípios, os estados e as comunidades afetadas; enquanto, pela lei que está em vigor, isto é obrigatório. Esta diligência não foi cumprida, ou seja, o decreto executivo do Presidente Lula de 4 de dezembro está baseado num decreto perempto, que já foi revogado pela lei que está em vigor. Portanto, trata-se de um processo demarcatório baseado num equívoco, numa contrariedade à lei em vigor.

E o ato do Presidente da República de assinar dois decretos executivos durante a trégua é um insulto ao Supremo Tribunal Federal. Se existe uma mesa de trégua e um dos parceiros da mesa, um dos que integram a mesa, assina atos executivos enquanto nós estamos paralisados... E o fizemos – mais uma vez, vou cumprimentá-lo – em respeito a esta missão que o Supremo se atribuiu corretamente. É uma mesa de negociações, não é para um dos participantes – perdoe-me a expressão – dar uma de joão sem braço e ir aproveitando a trégua para ganhar terreno. Então, isso é um insulto à sua decisão, é um insulto ao Supremo Tribunal Federal e é um insulto, no caso concreto, ao meu estado, que tem representantes que também concordaram que houvesse uma mesa de tréguas, e paramos tudo.

Então, eu deixo esse testemunho, porque esta é a razão de eu ter pedido ontem agilização deste projeto de decreto legislativo. Pedimos à Mesa, certamente vamos ter uma resposta, provavelmente denegatória, do Presidente. Eu compreendo. Eu nem deveria apresentar esse projeto de decreto legislativo. Por quê? Porque não deveria ter acontecido nada de concreto durante a trégua. Então, eu fico parado, eu me amarro e alguém mais esperto ou mais desavisado do que eu faz as coisas que queria fazer. Não é uma queixa, é um registro, porque tanto a PEC do marco temporal quanto o projeto de decreto legislativo são um alerta e são o registro de que não passou despercebida a desconsideração do Executivo em relação a uma mesa de negociações – repito – corretamente instituída pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Ministro Gilmar Mendes.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Esperidião Amin, eu pedi a atenção do Plenário porque, quando V. Exa. me informou sobre esse episódio da nova demarcação de duas terras indígenas no estado de V. Exa., com base nesse decreto executivo – que é de autonomia do Governo Federal, não está fazendo nada contra as suas prerrogativas... Mas eu, enquanto Presidente da Comissão e sendo muito cobrado de muitos Senadores para que a gente pudesse colocar para deliberação a PEC que trata, novamente, de uma lei que já existe, e a gente buscou mais uma vez mostrar que cabe ao Legislativo, enquanto legisladores, tratar dessa questão, que é de fato complexa, mas que existe uma lei regulamentando... E fui eu, enquanto Presidente da Comissão, que coloquei na pauta e tirei da pauta com base nesse acordo dessa mesa de conciliação do Supremo Tribunal Federal, em que todos esses atores estão envolvidos.

Então, eu acho importante eu ter a oportunidade de me manifestar, porque eu concordo com V. Exa. em tudo que V. Exa. fala. Faço minhas as palavras de V. Exa. Não se pode estabelecer uma mesa de negociação com vários atores envolvidos, parte desses atores envolvidos, especialmente o Governo, solicita para esta Presidência que a gente retire da pauta enquanto se decide essa questão no Judiciário, na mesa de negociação do Supremo, e um desses atores da mesa de negociação assinar um decreto indo contrariamente ao que nós estamos tratando na mesa de negociação do Supremo Tribunal Federal, inclusive com Senadores aqui desta Comissão do Senado Federal que foram designados pelo Presidente Rodrigo.

Eu pessoalmente já estive, quando me comprometi, em duas reuniões no Supremo Tribunal Federal com o Dr. Hiran e com a Ministra Tereza Cristina, tratando isso com o Relator da mesa de negociação, Ministro Gilmar Mendes. Nós fizemos a solicitação enquanto Comissão de Constituição e Justiça do Senado para que ele prorrogasse o prazo, porque ia virar uma crise no final do ano, porque a mesa acabava no final de novembro, começo de dezembro. Ele acolheu a nossa demanda, prorrogou para fevereiro a continuidade das discussões da mesa de negociação e nós somos de fato surpreendidos com outros dois decretos, de forma unilateral, de um dos atores da mesa de negociação.

Então, eu queria me solidarizar com V. Exa., concordar com V. Exa. Eu quero propor algo a mais. Como nós estamos buscando um entendimento nessa relação institucional, cabe a esta Presidência, que pautou e retirou com base na mesa de negociação, encaminhar um ofício para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

S. Exa. o Ministro Gilmar Mendes, como Presidente da Comissão, relatando todo esse episódio, colocando a data em que nós pautamos a PEC, colocando a transcrição da fala de todos os Senadores que buscaram entendimento e a conciliação com base nessa mesa de negociação, fazendo um histórico passo a passo de tudo que se deu até aqui e informando, enquanto Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, que nós estamos nos sentindo enganados por parte dos atores que estão participando da mesa de negociação. Porque, se eu soubesse, se eu tivesse a ideia de que a mesa não ia servir para a gente conciliar, eu tinha colocado na pauta e a gente tinha deliberado a proposta de emenda constitucional, que é a autoridade que nós temos enquanto Presidente da Comissão e enquanto Senadores e Senadoras.

Então, nós estamos nos sentindo enganados. E eu quero externar publicamente isso para que esse documento fique formalizado lá na mesa de negociação e pedindo uma providência para S. Exa. o Sr. Ministro da mesa de negociação, que tome uma providência com esse ator que se sentiu no direito de fazer um ato unilateral criando mais duas terras indígenas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Aplaudo e agradeço a sua decisão. Só vou oferecer um subsídio a mais. Por favor, acoste à sua manifestação o Projeto de Decreto Legislativo nº 717, que está protocolado – está na Mesa do Senado –, do dia 12 de dezembro, subscrito por oito Senadores.

Esse documento eu vou entregar ao Secretário da Comissão para que subsidie...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O documento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... o que o senhor vai escrever. E, não esquecendo da sua manifestação, que eu considero uma manifestação honrada, de 23 de outubro de 2024, quando V. Exa. disse: "Vou tirar de pauta enquanto houver a trégua" – 23 de outubro. Este aqui é o projeto de decreto legislativo – se você pesquisar, oito assinaturas – , que está na Mesa. Eu acho que o Presidente vai indeferir, mas eu vou deixar registrado que nós estamos sendo atropelados.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E eu fui vítima, porque fui pedir a prorrogação de prazo para nós não termos mais conflitos, e acabou que foi criado um conflito.

Eu vou fazer o documento, enquanto Presidente da Comissão, Líder Amin, vou anexar todas as manifestações e as notas taquigráficas. Vou anexar tudo junto, para a gente mostrar para a mesa de negociação do Supremo e para o Ministro que nós nos sentimos ofendidos com esse ato do Poder Executivo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou fazer uma leitura rápida aqui e também agradecer...

Ah, sim! Perdoe-me. O Senador Vanderlan pediu a palavra. (*Pausa.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – (*Falha no áudio.*) ... fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou fazer a leitura.

Eu conversei com a nossa equipe da Comissão, e a gente fez um compilado aqui das estatísticas das reuniões da nossa Comissão.

Nós fizemos, aqui na Comissão, no biênio 2023-2024, 108 reuniões. Fizemos também 41 audiências públicas. Apreciamos: projetos de lei terminativos, 72; projetos de lei não terminativos, 77; projetos de lei do Senado Federal terminativos, 4; projetos de lei complementar, 6; propostas de emenda à Constituição, 24; projetos de lei da Câmara dos Deputados não terminativos, 5; projeto de decreto legislativo, 1; mensagens do Senado Federal, 9; projetos de resolução do Senado, 4; ofícios diversos, 20; substitutivo da Câmara dos Deputados, 1; projetos em turno suplementar, 16; emendas da CCJ, 274; emendas da PLOA, 9; emendas da LDO, 18; emendas do PPA, 3; e requerimentos protocolados na Mesa, 148; num total de 690 deliberações realizadas neste biênio de 2023-2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, nesta oportunidade também, muito rapidamente, fazer um agradecimento pela confiança de todos os Senadores nesse período em que eu tive a oportunidade de ficar como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado e também o privilégio de ficar e ser reconduzido nesta legislatura para este segundo biênio; ou seja, nós estamos completando quatro anos à frente da Comissão de Constituição e Justiça.

Quero registrar e agradecer as palavras do Senador Sergio Moro, que fez uma manifestação em relação à nossa atuação. Hoje, de fato, deverá ser a última reunião que eu terei a honra e o privilégio de presidir enquanto Presidente da Comissão. Mas eu queria agradecer o carinho de todos os Senadores, de todas as Senadoras; neste momento também aproveitar a oportunidade, porque nem todos nós só acertamos, nós erramos e acertamos a todo instante; me desculpar se de uma maneira ou outra eu não consegui atender aos desejos e aos sonhos de todos os Senadores desta Comissão enquanto Presidente, mas a tarefa de presidir um Colegiado tão heterogêneo, com tantas posições, de vários partidos, de várias lideranças, pensamentos ideológicos, pensamentos partidários, convicções pessoais... E, quando você preside e tem essa autoridade determinada pela regra, você acaba a todo instante agradando alguns e desagradando alguns. Eu confesso a V. Exas. eu tentei mais agradar do que desagradar, mas muitas das vezes a gente não consegue fazer o que a gente deseja.

Então, eu queria, se errei nesse período com algum Senador, se não tive a educação necessária de acolher a demanda, de recepcionar, de deliberar, de encaminhar, de designar o Relator de uma matéria importante, às vezes numa disputa com um Senador, com uma Senadora, acabava tendo que decidir quem seria o Relator de um assunto importante, pauta, "despauta", enfim, acaba que a gente fica a todo instante tentando ser um mediador de conflitos eternos, porque, da hora que abre a reunião da Comissão, desde um requerimento de inversão de pauta até uma apresentação de um projeto extrapauta solicitado por alguma bancada ou por algum Senador ou Senadora, a gente acaba tendo que decidir sempre dentro do Regimento, com o trabalho da nossa equipe técnica do Senado Federal.

Então, queria agradecer o carinho de todos os Senadores, de todas as Senadoras, as manifestações. E confesso que tentei ser um melhor Presidente nesse biênio da CCJ do que fui no primeiro biênio. E, diante de tudo que nós conseguimos destacar aqui, e nós vivenciamos isso todos os dias, eu tenho certeza de que, na média, eu consigo ser aprovado com uma nota azul,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque tentei sempre atender e mediar até os conflitos mais dramáticos do Parlamento. Eu tentei ser um pacificador, pedir ponderação, e o que não deu para a gente discutir no diálogo, nós deliberamos no voto. E que bom que foi assim, porque o que define a decisão de um Parlamento é quem tem mais votos e quem tem menos votos. Então, o que deu para a gente deliberar a gente deliberou aqui.

Eu queria agradecer, e agradecer também ao Dr. Ednaldo, às nossas assessoras, aos nossos assessores da Comissão, a todos os assessores de todos os Senadores que me aturaram nesse período aqui, porque às vezes nós estamos fazendo dez coisas ao mesmo tempo, um Senador de um lado, outro Senador do outro, um na frente, e acaba que a gente fica tentando mediar. Então, queria também, para todos os colaboradores do Senado, todos os assessores de Senadores que participam ativamente aqui da CCJ, também os meus agradecimentos e meu pedido de desculpas se eu não consegui atender às demandas também que foram direcionadas pelas assessorias dos Parlamentares, porque muitas das vezes as assessorias dos Parlamentares são fundamentais para que os Parlamentares tenham um bom desempenho.

Então, ao trabalho de vocês do nosso gabinete, da Dra. Ana Paula, da Raphaela, que sempre me acompanham aqui na Comissão, os meus agradecimentos e os meus pedidos de desculpas se eu não consegui atender plenamente ou na plenitude o que era o desejo de cada Senador, de cada Senadora desta Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Vanderlan.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Presidente, depois...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Pela ordem.) – Presidente Davi, eu estive aqui mais cedo, na Comissão, e fui fazer atendimentos no gabinete, mas estava ligado aqui na Comissão, e não poderia em hipótese alguma, sendo a última reunião prevista – pode ser que aconteça reunião extra –, deixar de reconhecer e vir aqui usar este microfone para reconhecer o trabalho de V. Exa. durante o período desses quatro anos que V. Exa. passou aqui na Comissão. Eu sei o quanto é difícil às vezes você definir um Relator, dependendo do perfil, porque aqui todos nós, cada um, temos um perfil, e às vezes um tem um perfil numa área, como o Senador Sergio Moro... Quando se fala em Senador Sergio Moro, já sabemos que é na parte da Justiça, porque tem um entendimento maior, embora aqui ele tenha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se mostrado entendido em várias áreas, não é? Então, como Presidente de Comissão, eu sei que às vezes a gente desagrada mesmo, mas tem que tomar a decisão. E hoje uma das coisas mais difíceis que tem é tomar a decisão, porque, com a decisão, você pode agradar e desagradar.

Mas eu ontem eu falei ali no Plenário, na aprovação do Propag, e eu busquei ali a lembrança do pessoal de 2020... Porque muitos às vezes esquecem o trabalho que um Senador, no caso o de V. Exa. como Presidente do Senado à época, o que V. Exa. fez pelos estados brasileiros naquela primeira renegociação de dívidas, que salvou, que deu fôlego para muitos estados. Eu cito aí o meu Estado de Goiás, que não tinha mais condições, estava em cima de liminar – em cima de liminar. Se nós não aprovássemos aquele projeto, do qual fui Relator, o PLP 101, se eu não me engano, e se V. Exa. não tivesse aquela atitude que poucos, às vezes não reconhecem... Embora eu vi poucas pessoas realmente dizerem: "O Senador Davi teve um papel fundamental nessa aprovação", porque, se V. Exa. não segura aquela sessão colocando matérias, discussões para que chegasse aquele projeto... Senador Sergio Moro, a Câmara segurou o projeto que nós aprovamos aqui, ele foi para a Câmara, a Câmara mudou, e tinha que retornar. Eu, como Relator, ia fazer o relatório ainda.

Então, quero lhe agradecer. O meu Estado de Goiás hoje está com as finanças em dia devido àquela aprovação. E agora, com esse presente dado de final de ano, que é o Propag, projeto do nosso Presidente Rodrigo Pacheco... Mas a condução do Relator foi fundamental, não é? Quando a gente apresenta um projeto, em que se escolhe o Relator, é fundamental que a partir daí ele passe a conduzir o projeto, negociar com o Governo Federal, o Ministro da Fazenda, o Ministério da Fazenda... Nós sabemos que este projeto, o Propag, ele atendeu, se fôssemos olhar pela lógica da política, Senador Davi... E eu em momentos, em alguns momentos, eu até cheguei a pensar que não iria se aprovar, porque beneficiava os estados que hoje, politicamente, são até adversários do Governo Federal: Minas, São Paulo, adversários politicamente, que a gente está vendo aí as candidaturas. E o Governo Federal, através dessa negociação em que V. Exa. fundamental, aprovou essa renegociação, que vai salvar e dar mais fôlego a esses estados. Serão 30 anos, Senador, para pagar uma redução de juros, Senador Eduardo. Uma redução de juros, porque só os juros do meu estado, que é o quinto maior devedor, nessa negociação... Mais de R$1 bilhão por ano! Imagina o que dá para fazer com esses recursos, imagina transformar isso. Fazendo a conta por 30 anos, são 30 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então aqui eu quero fazer o meu reconhecimento a tudo o que V. Exa. fez aqui nesta Comissão, escolhendo aí difíceis relatorias e contemplando a todos, independentemente de que partido e que ideologia fossem. O senhor fez isso com maestria. E reconhecendo que V. Exa., nesse trabalho, na condução, nessa relatoria, mas naquele PLP 101, que ali que começou, ali que os estados passaram a ter uma condição de respirar, não é?

No meu Estado de Goiás hoje, segundo o Governador, nós temos aí quase 18 bilhões em caixa, com as contas todas em dia. Vários programas sociais que tiveram condições de ser feitos através dessa renegociação. Estradas, escolas, segurança.

Então isso daí, Senador Davi, o senhor pode ter certeza de que isso ninguém rouba do senhor. Ninguém tira.

O trabalho de V. Exa. no Senado Federal, desde a Presidência que foi por dois anos, e agora na condução da CCJ por esses quatro anos, ninguém tira, rouba do senhor. Foi um trabalho em prol não só do meu estado, nem do seu estado, mas em prol do nosso país, nosso Brasil.

Obrigado por tudo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Presidente Vanderlan.

Eu concedo a palavra ao Líder Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Davi Alcolumbre, Senador Sergio Moro, Senador Vanderlan, Senadores que nos acompanham aí, que estão na sessão do Congresso neste momento.

Minha fala é de reconhecimento e de registro histórico do trabalho que o Senado tem feito nesses anos todos, desde a pandemia, quando foi preciso reduzir o funcionamento do Senado a uma sala, não é? E à implantação do sistema remoto; a passagem – aqui eu cumprimento, neste momento – do Presidente Rodrigo Pacheco nesses quatro anos.

As dúvidas que virão e que persistem sobre o sistema bicameral, a redefinição do papel das Casas, da Casa, da população, do voto direto proporcional ao tamanho dos estados, com a votação popular da Câmara dos Deputados, e a Casa da Federação, que é o Senado da República,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que V. Exa. presidiu, e de maneira inédita, preside esta Comissão de Constituição e Justiça há quatro anos, com mais uma possibilidade, creio eu, que benéfica para o Poder Legislativo, de marcar mais um feito histórico, que é sair da Presidência, vir à CCJ, ficar os quatro anos e voltar à Presidência com experiência ímpar daquilo que funcionou e daquilo que – é a nossa função política – precisa funcionar. A gente precisa voltar a ter a segurança – isso já foi dito aqui pelo Senador Sergio Moro, por todos os Senadores –, até para preservar o papel da Câmara dos Deputados. Afinal de contas, nesse caso aqui, neste Plenário, nós dois fomos Deputados Federais também. É importante que a gente pare de ter esse fluxo de combo, em que a gente aprova uma matéria, a matéria vai à Câmara, e os papéis se invertem. Parece aquele filme do Tony Ramos, em que eu sou você amanhã. Então, a Câmara passa a ser a Casa revisora e a gente passa a ser a Casa formuladora.

Eu tenho certeza de que, depois desse período, o Brasil não pode desperdiçar esse período de experiência de V. Exa., que saiu da Presidência, vindo à CCJ, por tudo que nós conversamos entre nós, todos os colegas aqui, com a grande possibilidade de, em fevereiro, voltar a comandar os destinos desta Casa, com certeza, com o meu voto, com o voto da maioria absoluta dos Senadores, tendo essa experiência. É preciso...

Dos anos todos que eu tenho de Congresso Nacional, talvez este seja o ano mais confuso, porque a própria prática legislativa já é muito intensa, muito confusa, mas, neste ano, em especial, o Governo deu uma contribuição especial, porque conseguiu colocar temas absolutamente profundos, que envolvem carreiras, que envolvem serviço à população brasileira, um turbilhão de informações que chegam. Daqui a pouco, a gente vai ter que conversar com o Papai Noel para ver se entende o que está acontecendo.

Em relação à própria PEC 45, há uma apreensão muito grande, porque nós temos na Casa, tramitando aqui, por sua designação, sob nossa relatoria, a VTN e a PEC do extrateto, que versam sobre a mesma coisa que está tentando ser construída a toque de caixa na Câmara, e que não vai encontrar ressonância física e no tempo para a gente votar com qualidade aqui.

Então, imagino que... Esse discurso era só para elogiá-lo, mas agora eu acho que eu estou lhe assustando, porque o que vem, em fevereiro, de demanda para se ajustar: primeiro, essa relação das duas Casas, o sistema bicameral, essa importância do trabalho que a Câmara realiza,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do trabalho que o Senado realiza, e, principalmente, essas matérias que estão com tramitação paralela. O Governo conseguiu uma coisa que eu achava impossível: colocar matérias análogas em duas tramitações e ainda mandar uma terceira, contra aquilo que ele mesmo estava formulando, e ainda tem que contar com a participação fundamental do Parlamentar sem uma explicação clara.

Com tudo isso, a gente não vai deixar de destacar a aprovação da reforma tributária, que é justa, é clara, mas, sob sua Presidência, nos primeiros dois anos, construiu-se a reforma da previdência, a independência do Banco Central, o marco do saneamento, uma série de medidas que melhoraram a situação financeira do Brasil para que ele pudesse arriscar uma reforma tributária que ainda vai passar por revisão e por uma série de momentos de amadurecimento.

Então, eu estou cumprimentando um amigo pessoal, mas estou também cumprimentando um personagem da política brasileira que vai ter que voltar já com a experiência de quem viu, daqui da CCJ, a dificuldade de sintonia entre as matérias para que a gente tenha condição de enfrentar os desafios.

Depois de relatar a inteligência artificial, ficou muito claro, Presidente Davi, que nós vamos ter que criar uma nova maneira de legislar. Nós temos que partir para um termo difícil, que é a inovação legislativa. A forma da lei não obedece à necessidade do tempo e aos desafios que nós estamos enfrentando no dia a dia, nem na forma tradicional, que é o que está acontecendo hoje até a semana que vem, com possibilidade de termos que votar no sábado o orçamento, pela primeira vez, desde que eu estou aqui, mas também as matérias ligadas ao mundo digital com a rapidez necessária, porque fica sempre parecendo que a gente está com um *delay*, que a gente está votando sempre atrasado coisas que são fundamentais.

Eu sei, tenho certeza de que V. Exa., nessa cadeira, ficou mais mineiro – não é? –, mas continua sendo aquele brasileiro do Norte do Brasil que veio, venceu, presidiu o Senado, presidiu a CCJ por quatro anos e está pronto para comandar o processo de modernização legislativa, que agora, mais do que nunca, é necessário, com tudo o que indica a Câmara, com a ascensão do nosso colega Hugo Motta, que também tem a mesma temperança, a mesma tranquilidade.

Eu espero viver junto com V. Exa. um 2025 com muita produtividade, com muita tranquilidade e também com a capacidade que a gente vai ter para conversar com o Executivo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para tentar arrumar o fluxo das matérias, para não acontecer o que está acontecendo agora. A gente está aqui e, ao mesmo tempo, está em cinco plenários diferentes, sem entender o que está acontecendo.

Então, que Deus te abençoe nessa missão. Conte comigo, e foi uma honra participar, nesses quatro anos aqui, com V. Exa. A única notícia difícil é que não vai conseguir descansar, porque em fevereiro vem mais trabalho.

Parabéns e bom mandato.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Líder.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, muito rapidamente, porque eu acabei adiantando ali os elogios da gestão de V. Exa., eu quero fazer coro aqui ao Senador Eduardo, ao Senador Vanderlan e registrar mais uma vez: fui testemunha, inclusive, da elegância e da cordialidade com a qual V. Exa. tratou todos os Senadores, que são iguais, mas têm divergências, não é? Essas divergências, muitas vezes, são razoáveis, e isso, muitas vezes, envolve a necessidade de a Presidência contrariar também um ou outro Senador ocasionalmente, mas o seu espírito jovial e seu espírito sempre bem-humorado creio que tornou a vida de todos muito mais fácil e, igualmente, a produtividade da Casa é um retrato da eficiência da sua gestão aqui, na CCJ.

Então, reitero aqui meus elogios. Tomo a liberdade também de estendê-los ao pessoal da CCJ, em especial ao Dr. Ednaldo, mas a todos os demais, que também nos trataram sempre com muita atenção.

Então, parabéns, e esses elogios parecem até que são uma despedida, mas, na verdade, estaremos todos aqui, em posições, não é? A V. Exa., o candidato do nosso partido, do União Brasil, à Presidência do Senado. Terá aí uma aprovação muito robusta de todos os pares, e é um retrato da produtividade da sua gestão aqui também, na CCJ, não é? Se tinham alguns questionamentos lá atrás, etc., creio que todos eles estão soterrados por completo, a 20m de profundidade, na terra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, meus parabéns e agradeço aí toda a atenção este ano.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Moro.

Queria, novamente, agradecer todas as manifestações aqui. Falei um pouco – acho que falei até demais já –, mas aproveito a oportunidade, já que estamos todos aqui, à 1h da tarde, para que Deus possa nos abençoar. Desejo boas festas aos nossos servidores do Senado Federal, porque sem vocês nós não teríamos condições de exercer o mandato que foi outorgado pelo povo dos nossos estados. São os servidores, os colaboradores dos nossos gabinetes, os servidores do Senado da República que nos ajudam a produzir pelos nossos estados e pelo Brasil.

Então, queria aqui que Deus nos dê sabedoria, saúde e nos proteja e que a gente possa ter um Ano-Novo repleto de realizações, sempre colocando Deus à frente, para que Ele possa abrir as portas e dar uma forcinha para a gente, tirar as pedras dos nossos caminhos.

Deus abençoe a todos, muito obrigado pela paciência.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 01 minuto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 71ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e dez minutos do dia três de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Alan Rick, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Weverton, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Randolfe Rodrigues, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Jaime Bagattoli e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 70ª reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 778, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências;" **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Resultado:** Não tendo sido apresentadas emendas em turno suplementar, o substitutivo foi dado como definitivamente adotado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2529, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta inciso ao caput do art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para assegurar ao servidor da educação básica pública o direito de matricular seus dependentes na escola de sua lotação." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e das Emendas nº 1 e nº 2. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CE, favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CE. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3817, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 8.958, de 20 dezembro de 1994; a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; a Lei n° 10.973, de 2 dezembro de 2004; e a Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, e dá outras providências para ampliar o financiamento da educação superior no País." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Favorável ao projeto e às Emendas nºs 1, 2 e 3 – CCT, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto com as Emendas nºs 1, 2 E 3 -CCT/CE e com a Emenda nº 4 – CE. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1104, de 2023 - Terminativo -** que: "Regulamenta o contrato de pesquisador pós-graduando." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, das Emendas nºs 1 e 2-CAS, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 2975, de 2023** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a mulher

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indígena na legislação de enfrentamento da violência e de promoção da saúde e da educação." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 1- PLEN, com a subemenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 786, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2192, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei nº 786, de 2021 e à Emenda nº 1 - CAS, e pelo arquivamento do Projeto de Lei nº 2192, de 2022. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 786/2021 com a Emenda nº 1 – CAS/CE e pelo arquivamento do Projeto de Lei nº 2192/2022. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2469, de 2022 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Rádio." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/03

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 71ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 3 de dezembro de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 70ª Reunião, realizada em 26 de novembro de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Informo que os itens da pauta que tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos, se for o caso, e são terminativos na Comissão serão votados nominalmente em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Se não houver discordância do Plenário, votaremos em blocos os demais itens que exigem votação nominal.

Passamos ao item nº1 da pauta, que se refere ao:

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI N° 778, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências;

Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Observações:

1. Em 26/11/2024, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PL 778, de 2019, ora submetido a turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2.Ao substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

2. Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Passamos ao item nº 2 da pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2529, DE 2021

- Não terminativo -

Acrescenta inciso ao caput do art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para assegurar ao servidor da educação básica pública o direito de matricular seus dependentes na escola de sua lotação.

Autoria: Câmara dos Deputados, Francisco Júnior (PSD/GO)

Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso

Relatório: Pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1 e 2.

Observações:

1. Em 12/11/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2. Em 12/11/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Plínio Valério (PSDB/AM), subscrita pelo Senador Hamilton Mourão (Republicanos/RS).

3. Em 26/11/2024, foi recebido novo relatório do Senador Vanderlan Cardoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4. Em 29/11/2024, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Paulo Paim (PT/RS)

Consulto o caro Senador e amigo, Senador Marcos Pontes, se pode ser o Relator *ad hoc*. (*Pausa.*)

Não havendo objeções, concedo a palavra a V. Exa., Senador Marcos Pontes, para a leitura do relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Bom dia. Bom dia a todos.

Se me permite, eu vou à análise, direto.

Análise.

O PL nº 2.529, de 2021, aborda matéria de natureza educacional e está, portanto, sujeito ao exame de mérito da Comissão de Educação, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal. Compete ainda a este Colegiado emitir parecer sobre a constitucionalidade e juridicidade da proposição em referência, uma vez que, nesta Casa Legislativa, ela será a única instância de apreciação da matéria antes do Plenário.

No tocante à constitucionalidade, o projeto de lei cuida de assunto da competência legislativa da União e está de acordo com os preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional (pelo art. 48) e à legitimidade da iniciativa legislativa dos Parlamentares (art. 61). A proposta, portanto, não infringe qualquer dispositivo da Constituição Federal.

Também estão atendidos os requisitos de juridicidade da proposta em exame.

Do ponto de vista material, vale observar que o direito à matrícula do estudante, notadamente nas etapas de ensino obrigatório, é garantido constitucionalmente. Assim, o art. 205 da Constituição Federal estabelece que "a educação é direito de todos", enquanto o art. 206 determina que deve haver, entre aspas, "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola", fecho aspas (inciso I). O §1º do art. 208, por sua vez, determina que, abro aspas, "o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo", fecho aspas. Vale chamar a atenção ainda para o disposto no art. 227 da Comissão Federal, que firma o dever da família, da sociedade e do Estado de garantir à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à educação, dentre outros direitos ali arrolados.

Com vistas a assegurar o direito à educação, a legislação infraconstitucional estabelece uma série de obrigações para o poder público, dentre as quais, para os fins do tema aqui analisado, podemos citar a de garantia de, abro aspas, "vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar quatro anos de idade", fecho aspas.

Também a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, assegura como um direito da criança e do adolescente, abro aspas, "a convivência familiar e comunitária" (art. 19). Traz ainda a determinação sobre a prioridade de matrícula próximo à residência do educando, com o adendo de que se deve garantir vaga no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica (art. 53, inciso V).

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece também que, abro aspas, "é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais", fecho aspas (art. 53, parágrafo único), apontando para a necessidade de interação entre família e escola, presente no ordenamento legal brasileiro relativo à educação.

Portanto, do ponto de vista constitucional e legal, não vemos impedimento para a aprovação da matéria sob análise, que assegura a matrícula dos dependentes de servidores da educação básica pública nas escolas nas quais estão lotados.

De fato, a proposição caminha na mesma direção de dispositivos constitucionais e legais que afirmam a necessidade de aproximação da família com a escola.

Nesse sentido, consideramos que do ponto de vista do mérito a medida merece prosperar. Na prática, dentre outras vantagens, o projeto de lei enseja a facilitação do acesso à educação desse grupo de crianças e adolescentes por meio da redução das dificuldades logísticas que toda mãe e pai de aluno conhece quando tem de compatibilizar os horários escolares dos filhos com suas próprias jornadas de trabalho.

Considerando que os filhos dos trabalhadores da educação também têm direito à vaga na rede pública, a matrícula dessas crianças nas escolas em que os pais trabalham apenas torna mais simples o acompanhamento escolar por parte das famílias. Ademais, já é muito comum que pais professores matriculem seus filhos nas escolas em que lecionam, fenômeno que a proposição, de certa forma, também reconhece, legitimamente.

As emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 2.529/2021 demonstram preocupação com a regulamentação e a viabilidade prática do direito de matrícula prioritária dos dependentes de servidores públicos da educação básica. A Emenda nº 1, de autoria do Senador Plínio Valério, restringe a aplicação do benefício a instituições que adotam processos seletivos ou concursos públicos, garantindo que o caráter meritocrático dessas escolas não seja comprometido. Essa exclusão é pertinente, pois preserva a igualdade de condições para o acesso de outros alunos às vagas, evitando que o privilégio concedido a servidores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicos limite oportunidades para a comunidade em geral. Assim, a emenda concilia a proposta inicial com os princípios de justiça e isonomia no acesso à educação pública.

A Emenda nº 2, de autoria do Senador Paulo Paim, aperfeiçoa o texto original ao condicionar o direito de matrícula à disponibilidade de vagas e à adequação da etapa escolar às necessidades do dependente, conforme regulamento específico. Essa inclusão é essencial para evitar sobrecarga nas unidades escolares e para harmonizar a nova regra com as limitações de infraestrutura e organização das redes de ensino. A proposta detalha critérios que permitem uma implementação equilibrada do benefício, preservando a funcionalidade das escolas e a qualidade do ensino. Ambas emendas enriquecem o projeto ao agregar elementos que asseguram a equidade e a praticidade em sua aplicação, razão pela qual se recomenda sua aprovação.

Voto.

Em razão do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 2.529, de 2021 e, no mérito, pela sua aprovação com o acatamento das Emendas nº 1 e nº 2.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Senador Marcos Pontes, Relator *ad hoc* dessa matéria.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Educação.

A matéria vai ao Plenário.

Passamos ao item nº 3 da pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3817, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.958, de 20 dezembro de 1994; a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; a Lei nº 10.973, de 2 dezembro de 2004; e a Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, e dá outras providências para ampliar o financiamento da educação superior no País.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Favorável ao projeto e às Emendas nºs 1, 2 e 3 – CCT, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nº 1, 2 e 3-CCT.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

3. Em 26/11/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

Em 26 de novembro de 2024, semana passada, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto o Senador Astronauta Marcos Pontes se gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Bom, só gostaria, Presidente, de reiterar a importância desse projeto de lei no sentido de aumentar as possibilidades de financiamento do ensino superior.

Nós vemos as dificuldades que as universidades atravessam e, ao longo do tempo, nós tivemos a necessidade, realmente, de ter outros mecanismos que possam ajudar as universidades a terem maior financiamento, tanto para o custeio quanto para os projetos. Isso é extremamente importante.

Então, gostaria de reiterar minha concordância, como eu coloquei no relatório, com esse projeto de lei e eu espero que ele prospere rapidamente, para que nossas universidades tenham o financiamento adequado para a manutenção. Lembro que as universidades, além da formação dos nossos futuros profissionais, também são responsáveis por mais de 90% da pesquisa básica no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é importante que elas tenham um financiamento adequado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Agradeço ao Senador Marcos Pontes.

Compartilho com essa necessidade, como o projeto prevê, de ampliar o financiamento da educação superior no país, inclusive para despesas de custeio, porque o orçamento para o custeio das instituições de ensino superior federais hoje está abaixo daquele nível de anos atrás, seis, oito anos atrás.

Então, existe essa necessidade, inclusive, de instituições que agregam mais de 90% para as pesquisas, a ciência e a tecnologia em nosso país.

V. Exa., que foi Ministro, inclusive, dessa área, poderia, é claro, esmiuçar essa necessidade.

Muito bem.

Agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório do caro Senador Marcos Pontes permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3 da CCT/CE e com a Emenda nº 4-CE.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito bem! (*Pausa.*)

A pedido dos Relatores, os itens 4 e 7 – Senador Cid Gomes, no item 4, e, no item 7, o Senador Wilder Morais – ficam retirados de pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1104, DE 2023

- Terminativo -

Regulamenta o contrato de pesquisador pós-graduando.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela aprovação do projeto, das Emendas nºs 1 e 2-CAS, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS.

2. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

3. A matéria constou da pauta da reunião do dia 26/11/2024.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 2469, DE 2022

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional do Rádio.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Pela aprovação do projeto.)

O Item nº 6 tem a relatoria da Senadora Leila Barros, que também está se dirigindo a esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, lembro que, hoje, todas as Comissões, praticamente, estão examinando as emendas para a Lei Orçamentária Anual, e isto será feito por esta Comissão logo após esta reunião ordinária de exames de itens da pauta. A Senadora Professora Dorinha é Relatora das emendas.

E quero comentar também, Senador Marcos Pontes, que, hoje à tarde, nós temos audiência pública com o Maestro João Carlos Martins, às 2 horas. Ele é uma figura estimada, querida, um talento, uma história de vida conhecida e reconhecida por todos os brasileiros e brasileiras, e o projeto social Orquestrando, no sentido de auxiliar, animar, incentivar, criar orquestras, bandas, grupos musicais, já se desenvolveu em 400 iniciativas, acho que só no Estado de São Paulo ou, talvez, em alguns outros lugares. Mas ele estará aqui às 2 horas. Será transmitida essa audiência para o Brasil todo, e incentivo, animo as pessoas pelo Brasil a escutarem o caro Maestro João Carlos Martins, que estará aqui apresentando, então, esse projeto.

A Senadora Professora Dorinha havia solicitado a palavra? (*Pausa.*)

A nossa cara Vice-Presidenta.... Até sempre a cadeira está livre à disposição.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Eu havia solicitado porque eu era Relatora do projeto do Senador Vanderlan. Eu era a Relatora *ad hoc*, mas fui informada de que o Senador fez o que eu tinha... Como foi pedida vista e eu tinha construído o acordo para votar hoje, então, o texto estava alterado. Mas não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ótimo! Agradeço a V. Exa.

O Senador Marcos Pontes fez a gentileza de ler o relatório que V. Exa. havia apresentado.

Quero saudar a Senadora Professora Dorinha Seabra e saudar também agora a Senadora Leila Barros, que é a Relatora do item 6 da pauta.

Já recuperou o fôlego para...? (*Risos.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Nem...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Tramitação em conjunto de dois projetos de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 786, DE 2021

- Não terminativo -

Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei nº 786, de 2021 e à Emenda nº 1 - CAS, e pelo arquivamento do Projeto de Lei nº 2192, de 2022.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao PL 786/2021 e pela rejeição do PL 2192/2022.

2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao Projeto de Lei nº 786, de 2021, com a Emenda nº 1-CAS (de redação), e contrário ao Projeto de Lei nº 2192, de 2022.

E o outro Projeto de Lei nº 2.192, de 2022, não terminativo, altera o §9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –, para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

Autoria: Câmara dos Deputados, Deputada Federal Érika Kokay.

Relatoria: também de V. Exa., Senadora Leila Barros.

Muito bem.

Concedo, então, a palavra a V. Exa., Senadora Leila Barros, a quem saúdo também...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Parabéns pelo trabalho desenvolvido em outras Comissões também, nesta e em outras Comissões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... para a leitura do relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Senador Flávio Arns. Eu cumprimento o senhor, a Senadora Dorinha e o Senador Marcos Pontes.

Bom, vou à leitura do relatório.

Vem ao exame da Comissão de Educação e Cultura o PL nº 786, de 2021, de autoria do Senador Fabiano Contarato, e o PL nº 2.192, de 2022, da Deputada Érika Kokay. Os projetos tramitam em conjunto.

O PL nº 786, de 2021, busca alterar os artigos 1º e 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para determinar que a educação escolar deve também se vincular à prática familiar e que o ensino será ministrado segundo princípios que vinculem educação escolar, trabalho e práticas sociais e familiares. Ainda, insere novo §11 no art. 26 da LDB, determinando que conteúdos sobre parentalidade responsável serão incluídos entre os temas transversais dos currículos da educação básica. O PL determina vigência imediata da lei, ressalvado o §11, que deve produzir efeitos em 1º de janeiro do ano subsequente à publicação da lei.

Em sua justificação, o autor da proposta defende que, embora a luta das mulheres por igualdade seja secular, o sexismo ainda entranhado na sociedade brasileira resulta na sobrecarga feminina nos afazeres domésticos e nas atividades de cuidado de pessoas, inclusive de filhos, o que está altamente associado a transtornos mentais comuns em mulheres. Ademais, lembrando que a Constituição prevê a paternidade responsável, defende a construção de uma nova cultura de compartilhamento de responsabilidades domésticas, notadamente aquelas relacionadas à criação e educação de filhos, por meio da formação escolar.

Por sua vez, o PL nº 2.192, de 2022, busca alterar o §9º do art. 26 da LDB para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher como temas transversais nos currículos escolares, com vigência imediata da lei.

Em sua justificação, a autora do projeto apresenta estatísticas de assassinatos de mulheres, informando, ainda, sobre estudo que concluiu que a Lei Maria da Penha foi responsável por evitar milhares de casos de violência doméstica. Nesse sentido, pretende colaborar com a criação e difusão de ações pela paz doméstica, objetivando incluir na programação pedagógica das escolas a discussão sobre o tema.

As matérias foram distribuídas, como o senhor falou, à CDH, à CAS e a esta Comissão. Na CDH, sob relatoria da Senadora Ivete da Silveira, o parecer concluiu pela aprovação do PL nº 786, de 2021, e pela rejeição do PL 2.192, de 2022. Na CAS, o relatório foi favorável ao Projeto 786, de 2021, com emenda de redação, e contrário ao Projeto 2.192, de 2022. Não foram apresentadas outras emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

As proposições atendem aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e foram redigidas de acordo com a boa técnica legislativa. Temos a grata felicidade de relatar duas matérias que são ao mesmo tempo simples, orientadoras e elucidativas.

Passando à análise do mérito do PL 786, de 2021, é realmente gritante e assustadora a diferença entre homens e mulheres na quantidade de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado, que, como bem destacou o autor, deve ser combatida desde cedo, por meio – é claro – da educação.

Dessa forma, a proposição se mostra acertada, necessária e – é claro – urgente, na medida em que a educação escolar deve estar vinculada às práticas familiares e buscar a isonomia nas relações e dinâmicas de gênero que se desenvolvem dentro desses núcleos. A construção da masculinidade e da feminilidade no espaço escolar deve combater a crença de que meninas devem se restringir a ocupações ligadas ao cuidar enquanto os meninos são encorajados a uma ampla possibilidade de outras profissões, para fazer as crianças entenderem desde cedo que todos podem escolher quaisquer profissões e todos devem estar comprometidos igualmente com os cuidados domésticos e dos filhos.

Diante desse contexto, o PL nº 786, de 2021, contribui para que os estudantes compreendam, de modo igualitário, a perspectiva feminina, o que, além de ajudar na desconstrução de um sistema educacional influenciado pelos estereótipos de gênero, também promoverá um futuro de maior igualdade e maior presença das mulheres em diversos campos e dos homens nas atividades domésticas e do cuidado.

A única ressalva que fazemos se refere à necessidade de renumeração, como o §12 do dispositivo a ser inserido no art. 26 da LDB, tendo em vista já haver atualmente o §11, acrescido ao dispositivo pela Lei 14.533, de 2023. Com isso, acolhemos os termos da Emenda nº 1 da CAS.

Por sua vez, apesar do inegável mérito do PL nº 2.192, de 2022, houve perda de oportunidade da matéria, tendo em vista a superveniência da Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021, que alterou o §9º do art. 26 da LDB no mesmo sentido, para incluir nos currículos da educação básica conteúdos relativos à prevenção da violência contra a mulher – isso já existe. Assim, a matéria resta prejudicada.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 786, de 2021, e da Emenda nº 1 da CAS, e pelo arquivamento do Projeto de Lei nº 2.192, de 2022.

Era o que eu tinha a falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, acho que a própria leitura do relatório deixa muito claro que nós estamos tentando aqui preparar as futuras gerações, encorajar as mulheres a entender que não é só cuidar... já faz parte da nossa essência, Sr. Presidente, cuidar de família, dos nossos filhos, dos nossos pais. Mas é importante também que encorajemos as meninas desde cedo a buscarem as profissões, os campos em que elas, por bem, acharem que têm capacidade, porque todas têm – acho que a maior prova somos nós que estamos aqui –, e aos homens de ter esse compromisso com cuidar da família, com o cuidado do trabalho doméstico. Por que não termos grandes parceiros também nesse desafio enorme que é cuidar também dos nossos entes queridos?

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Leila Barros, pela apresentação e pelo relatório.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Senador Marcos Pontos, com a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Realmente, esse tema é extremamente importante e é importante que essa conscientização se inicie cedo na vida, na formação, principalmente dos homens, no sentido de fazerem o que lhes é devido, mas lembrar que, quando você está em um relacionamento, casado, cuidando de filhos, isso aí tem que ser feito em conjunto. Não tem outra maneira de ser feito isso aí.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Deveria...

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – É, tem que ser feito.

E outra coisa é com relação às profissões para as mulheres, para as meninas se interessarem por profissão. Por exemplo, era uma das minhas brigas lá no Ministério trazer mais meninas para a ciência e tecnologia. O número ainda é muito baixo. Por alguma razão, quando chegam ali no ensino médio, o número reduz. Elas vão muito, mas muito bem nas Olimpíadas Científicas – as equipes das meninas vão muito bem. Quando chegam ao ensino médio, a gente acaba perdendo muitas delas, e, com isso, a gente tem um percentual muito baixo de mulheres nas áreas de ciência e tecnologia. É o Stem (Science, Technology, Engineering, and Math). A gente precisa aumentar esse número.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tínhamos programas no ministério, como Meninas na Ciência, que era interessante, e continua. É um programa muito interessante para trazer a ciência para mais perto delas e elas para o centro de pesquisa. Tínhamos também o Programa Mulheres Inovadoras, para incentivar mulheres empreendedoras na área de tecnologia, que também funcionou muito bem. Mas não são suficientes. A gente precisa aumentar esses programas no Brasil.

Eu acho que é importante essa participação. É uma outra visão, uma maneira de a gente trazer mais capacidade para as mulheres terem também a sua independência – deixa eu colocar dessa forma –, para não ficarem dependentes de um relacionamento que, muitas vezes, vai mal, e ela não sai do relacionamento porque ela não tem a sua independência ali. Isso é muito ruim para todos. Então, essa é a ideia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Senadora Professora Dorinha Seabra com a palavra, para discutir.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, bom dia a todos!

Independentemente do escopo da matéria, eu entendo que nós temos muitas legislações já que tratam dos temas de combate à violência, de levar para a escola o debate, a questão da profissionalização. Mesmo em relação à questão das mulheres na ciência, eu penso que nós já temos legislação. O que a gente precisa, na verdade, é ter ação. Não vejo ação concreta acontecendo no âmbito dos ministérios, porque o que nós estamos falando aqui é de mudança de cultura, de comportamento, que necessita de campanhas educativas, de campanhas de orientação, para que se torne um hábito e não uma vigilância.

Eu tenho uma preocupação...

A Senadora Leila é hoje a nossa Líder da Bancada Feminina, e ela sabe do que nós estamos falando. Nós enfrentamos um grave preconceito em todos lugares e aqui não é diferente. Eu estou muito curiosa para ver o relatório do Código Eleitoral, porque nós enfrentamos muitas, muitas barreiras, na Câmara – e aqui no Senado não é diferente. Por vezes, nós escutamos colegas dizendo que nós mulheres não gostamos de política, quase como se fosse uma coisa do nosso sangue ou do nosso DNA. Se nós tivéssemos esse veio biológico, que, na verdade, nós sabemos que é cultural...

Todo mundo sabe muito bem como é que os partidos são coordenados, qual é a autonomia que a mulher tem nos recursos partidários para fazer as suas políticas prévias, do ponto de vista de participação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na política. Eu estou falando de uma situação que é simples, mas, ao mesmo tempo, eu gostaria de convidar quem for ao Ministério da Educação que olhe o painel lá de ministros, de ex-ministros. Vamos encontrar uma única mulher, no período da ditadura, Esther Figueiredo.

É interessante que nós mulheres somos professoras da alfabetização até o ensino superior, mas, na hora de mandar, não tem mulher competente para ser ministra! Não é diferente nos estados, em que a maioria dos secretários são homens.

Então, nos espaços de poder, é como se a gente servisse para carregar a bandeira, para fazer o trabalho, mas, na hora de mandar, a mulher não tem condição, não tem competência... O emocional fala mais alto e ela não tem condição.

Então é um enfrentamento que a gente não pode fazer de conta. Ele está presente nas gestões municipais, estaduais e na gestão da União. E não é diferente nos espaços de poder.

Quantas mulheres temos hoje na Mesa do Senado?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Como Relatora.) – Só para concluir, Sr. Presidente.

Esta semana saiu uma matéria, não sei qual foi o jornal, qual foi o veículo, na internet, sobre uma pesquisa da FGV e da Universidade Federal do Espírito Santo, falando que, aqui no Congresso Nacional, especificamente aqui nesta Casa, as mulheres, as Líderes, são interrompidas, pelo menos, 30 vezes mais do que um homem na mesma condição.

Bem, quero dizer para vocês que isso – não é, Dorinha? – não nos assusta e não nos deixa em paz, porque a gente vive realmente, Sr. Presidente, diariamente, essa dificuldade.

A gente viveu isso na CPI, com a Simone Tebet.

Tivemos a Nise Yamaguchi, que foi médica e, independentemente dos campos e de pensamentos, é uma mulher, e foi interrompida inúmeras vezes aqui nesta Casa antes de concluir a fala dela.

Então a gente vive isso diariamente.

A minha preocupação hoje – e acho, claro, que é da Dorinha – é que antes de nós tiveram outras, e são a elas que nós agradecemos. Então, hoje nós vivemos um trabalho de encorajar as mulheres, de fazer com que elas venham para este *front*. Mas é necessário esse instinto nosso aguerrido, de estarmos o tempo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo, além de provocando a Casa, lutando pelos direitos e para que as mulheres tenham a oportunidade de se sentar em qualquer uma dessas cadeiras para poder decidir, conjuntamente com a bancada e com as outras mulheres, aqui o futuro do Brasil, os caminhos que o Brasil irá tomar.

Então, acho que é importante a fala da Dorinha nesse sentido, porque não é simplesmente o que vivemos todo dia, mas é o que nós queremos para o futuro, e a melhoria desse funcionamento, porque somos nós que damos exemplo para a sociedade.

Se a gente vê uma matéria estarrecedora dessa, de que uma mulher é interrompida pelo menos 30 vezes mais do que um homem, alguma coisa está errada. Porque nós chegamos a um patamar de absoluta igualdade, no dia a dia aqui. Nós encaramos qualquer desafio. Eu encarei o mercado de carbono. Dorinha encara todo dia uma pauta diferente. Estamos aqui dispostas e prontas para qualquer desafio. E o respeito é necessário. E muitas vezes nós não damos esse exemplo para a sociedade.

Não estou falando dos dois aqui. Gostaria até de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Não é? Que bom! Tivemos a sorte de estar aqui hoje, nesta sessão, realmente, com dois representantes, dois Senadores, que, de fato, nos alegram e que dão um bom exemplo, enquanto Senadores, no trato com as Senadores. Mas essa não é a realidade diária que nós enfrentamos.

Aproveito para agradecer ao Senador Marcos Pontes, que relatou o meu projeto anterior com relação a alternativas de financiamento ao ensino superior. Nós estamos vendo aí, por exemplo, a UFRJ, que não tem dinheiro nem para pagar a conta de luz. Então, essa é a realidade das universidades do país inteiro.

Então, assim, é uma iniciativa para que eu acredito que a Casa tem que olhar com certo carinho, porque existe uma falência clara das universidades de ensino superior no nosso país, e a gente tem que olhar com muito carinho.

Eu quero agradecer tanto à Senadora Dorinha como ao Senador Marcos Pontes pelo apoio e ao senhor, Presidente, por ter pautado.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu ia fazer uma observação antes, mas não queria interrompê-la. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se de uma questão, eu diria, até de um conteúdo educacional também: os alunos e as alunas aprenderem a escutar – não ouvir, escutar. Escutar significa prestar atenção. Não é ouvir, é escutar. Escutar significa prestar atenção –, que o pessoal aprenda o respeito com quem quer que seja para escutar a outra pessoa, deixá-la terminar. Eu penso, muitas vezes, na pessoa com deficiência que, por exemplo, às vezes, tem uma dificuldade de expressar o que quer em várias áreas. Então, o interlocutor escutar, esperar, ter calma é um respeito.

Eu fui Secretário de Educação e insistia com as pessoas:

> Olha, vocês podem até dizer um não, mas escutem, escutem, acolham. Não adianta, assim, estar fazendo uma coisa, a pessoa falando, e vocês olhando na tela, no papel. Olhem para a pessoa, escutem-na também e não a interrompam, deixem que a pessoa explique. Vocês podem até não gostar do que a pessoa está falando, mas que encerre o argumento. E aí até a pessoa dirá: "Disseram não, mas foi um não educado, discutido, valorizado".

Nós estamos recebendo aqui a visita agora do maestro João Carlos Martins... (*Palmas.*) ... que convido, inclusive, para se sentar aqui à mesa, caso disponha de algum tempo, pois, para nós, é uma honra. A esposa dele está aqui também, a Carmen. O que seriam dos maridos sem as esposas? (*Pausa.*)

Nós estamos só, caro maestro, em primeiro lugar – já mencionamos, agora há pouco, a audiência pública que vamos ter hoje à tarde, às 14h –, convidando os Senadores, as Senadoras, também os gabinetes e as pessoas que o admiram. O Brasil inteiro admira o senhor – e pode ter absoluta certeza disso – pela sua pessoa, pelo seu talento, pela sua arte, pela generosidade e também pela sua visão social. É isso que, inclusive, está sendo abordado hoje no programa – não é nem projeto mais, eu diria que já é um programa –, Orquestrando, quer dizer, que o mundo seja melhor, eu diria, pela música.

Sabem que o meu pai tocava piano e violino, minha mãe tocava piano, meu pai também foi regente de coral, e nós somos oito irmãos lá em casa – oito irmãos. E o meu pai sempre dizia: "Os oito têm que aprender música, têm que aprender música, é obrigatório; podem desistir, mas têm que aprender"; podem desistir, porque nem todos vão seguir a carreira.

Então, todo domingo, quando nos encontrávamos em casa, o pai e a mãe iam para o piano, para o violino, e cada um tinha que tocar uma música. Podia não sair muito bem, mas tinha que tocar uma música. E isso fez com que a gente admirasse muito a própria pessoa com deficiência, em que a gente atua muito, quer dizer, isso abre espaços, alegria, pensamento, e o senhor aí é uma referência no Brasil para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente está muito feliz de tê-lo aqui. Até já deveria ter vindo, três semanas atrás, mas nós estávamos com aquele evento do G20, com todas as Comissões ocupadas, e nem houve sessões, mas que bom!

O SR. JOÃO CARLOS MARTINS (*Fora do microfone*.) – O Senador permitiria eu falar por só dois minutos? Porque eu vou fazer uma outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O maestro vai ter que fazer outra coisa.

Antes de passar a palavra, eu só vou terminar este item da pauta que está sendo votado.

Então, foi discutido. (*Pausa.*)

Está encerrada a discussão, e agradeço à Senadora Leila Barros pelo relatório.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 786, de 2021, com a Emenda nº 1 – CAS/CE, e pelo arquivamento do Projeto de Lei nº 2.192, de 2022.

A matéria vai ao Plenário.

Eu quero só apresentar ao senhor a Senadora Leila Barros...

O SR. JOÃO CARLOS MARTINS (*Fora do microfone*.) – Não precisa, não. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Essa é conhecida do Brasil todo.

... o Senador Astronauta Marcos Pontes, seu amigo também, e a Senadora Professora Dorinha Seabra, que na área da educação é uma referência, Vice-Presidente desta Comissão e representa o Estado do Tocantis.

Nós estávamos falando justamente sobre um projeto de lei sobre o combate à violência contra a mulher, a promoção da mulher e a promoção das crianças nas atividades, já como crianças, na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio, e aí eu me lembrei de que eu disse para a D. Carmen – permita-me te chamar assim –: "O que seria do marido sem a esposa, e o que é esposa sem o marido?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os dois merecem ser homenageados, porque é uma caminhada conjunta, assim como lá em casa, com a Odenise, a quem eu presto homenagem também, porque a gente já está há 51 anos juntos. Então estamos juntos nessa caminhada. Mas com a palavra.

O SR. JOÃO CARLOS MARTINS – Agora me reuni lá com o pessoal do audiovisual.

Primeiro, quero dizer para vocês que, aos oito anos, comecei minha carreira como pianista, aos 62, como Maestro. Já toquei até o Hino Nacional para a nossa Senadora aqui, antes de um jogo – a senhora se lembra. Aqui em Brasília, já toquei até o Hino Nacional aqui. Mas o que eu quero dizer é o seguinte: hoje a exposição que eu vou fazer é simplesmente para dizer que aos 62 iniciei a carreira como maestro. Nessa minha vida, conforme eu falei, foram cerca de 4 mil apresentações, sempre lutando; 29 operações para manter o meu sonho. Mas, aos 85 anos, no ano que vem, dia 9 de maio, faço minha despedida no Carnegie Hall – é a minha trigésima apresentação em Nova York –, e aí quero iniciar minha carreira como educador musical, num trabalho no Brasil que temos realizado há cerca de cinco anos, principalmente lá com o Sesi de São Paulo. E quero convidar vocês porque o que eu quero mostrar hoje, nos primeiros quatro anos do fundamental, é que qualquer pessoa... Quando Deus criou o homem, deu a voz para a melodia, as mãos e os pés para o ritmo e a audição para a escuta. E eu quero dizer para vocês que hoje vou fazer essa experiência de tarde, espero que eu faça o teste aqui, que vai ser um ensaio geral para mim.

Antes de ir embora, se eu cantar o primeiro compasso de uma música, eu gostaria que vocês tivessem coragem, sem combinar nada comigo, de cantar o segundo compasso. Aí é um ensaio geral que estou fazendo aqui na Comissão. Posso tentar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Procede-se à apresentação de performance.*)

O SR. JOÃO CARLOS MARTINS – Essa é a força da música clássica. Essa música foi escrita há mais de 200 anos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Agradeço então ao Maestro João Carlos Martins, à Carmen, esposa. Lembro a todos e todas que às 2h temos uma... a gente chama de audiência pública, mas na verdade não é audiência, é uma apresentação do programa Orquestrando, pelo próprio João Carlos Martins, que vai ser nesta Comissão. Então vai ser importante.

Muito bem, que bom que ele veio, assim já fez uma prévia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrar a reunião, informo que temos, na sequência, discussão e deliberação acerca das emendas da Comissão de Educação e Cultura ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA 2025), o PLN nº 26/2024, a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Informo também que teremos hoje, como eu já disse, às 14 horas, audiência pública com o objetivo de apresentar o Orquestrando, exitoso projeto de desenvolvimento musical, por ocasião do Dia do Músico, que foi comemorado em 22 de novembro.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e todas e declaro encerrada a presente reunião, lembrando que já abriremos, já iniciaremos, imediatamente, a outra reunião específica para as emendas de Comissão.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 72ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e cinco minutos do dia três de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Alan Rick, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Angelo Coronel e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Randolfe Rodrigues, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Jaime Bagattoli e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CE ao PLOA 2025**. **Finalidade:** Discussão e deliberação acerca das emendas da Comissão de Educação e Cultura ao Projeto da Lei Orçamentaria Anual - PLOA 2025 (PLN nº 26/2024), a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). Relatora das emendas: Senadora Professora Dorinha Seabra. **Resultado:** Aprovada a apresentação das seguintes Emendas à CMO: **Emendas de apropriação: Emenda n.º 1** - R$ 1.390.142.842,00 para a ação "0509 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica", na unidade orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de iniciativa dos Senadores Augusta Brito, Confúcio Moura, Hamilton Mourão, Humberto Costa, Jussara Lima, Leila Barros, Marcio Bittar, Paulo Paim, Plínio Valério, Professora Dorinha Seabra, Randolfe Rodrigues, Styvenson Valentim, Teresa Leitão, Vanderlan Cardoso, Veneziano Vital do Rêgo, Wellington Fagundes, Wilder Morais e Zequinha Marinho. **Emenda n.º 2** – R$ 2 bilhões para a ação "20RP – Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica", na unidade orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de iniciativa dos Senadores Esperidião Amin, Flávio Arns, Jussara Lima, Marcio Bittar, Nelsinho Trad, Plínio Valério, Professora Dorinha Seabra, Randolfe Rodrigues, Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso, Veneziano Vital do Rêgo, Wellington Fagundes, Zenaide Maia e Zequinha Marinho. **Emenda n.º 3** – R$ 274 milhões para a ação "15R3 - Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior", na unidade orçamentária 26101 -

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8775255627

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Educação - Administração Direta, de iniciativa dos Senadores Marcio Bittar, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Vanderlan Cardoso (). **Emenda n.º 4** – R$ 216 milhões para a ação "20ZF - Promoção e Fomento à Cultura Brasileira", na unidade orçamentária 42101 - Ministério da Cultura - Administração Direta, de iniciativa dos Senadores Augusta Brito, Humberto Costa, Leila Barros, Paulo Paim, Plínio Valério, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão e Veneziano Vital do Rêgo. **Emenda de texto**: 1 (uma) emenda de texto, de iniciativa dos Senadores Wellington Fagundes, Professora Dorinha Seabra e Jussara Lima, renumerada para **Emenda nº 5** – Modificativa – Anexo V, I. CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTOS DE CARGOS, FUNÇÕES e GRATIFICAÇÕES, Itens 5.1.2, 5.1.6, 5.1.7, 5.1.8, 5.1.9 e 5.1.10, de iniciativa dos Senadores Jussara Lima, Professora Dorinha Seabra e Wellington Fagundes. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8775255627

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/03

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 72ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 3 de dezembro de 2024.

A presente reunião se destina à discussão e à deliberação das emendas da Comissão de Educação e Cultura ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2025, PLN nº 26, de 2024, a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Comunico que o prazo para apresentação de sugestões de emendas ao PLOA pelos Senadores e Senadoras membros da Comissão foi encerrado na sexta-feira, dia 29 de novembro, às 18h. Esgotado o prazo, foram apresentadas 139 sugestões de emendas ao PLOA, ao Projeto de Lei Orçamentária.

Informo ainda que foi designada como Relatora das emendas ao PLN nº 26, de 2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra.

Passamos à discussão e à deliberação das emendas apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 26, de 2024 (PLOA 2025), que, abro aspas, "estima a receita e fixa a despesa da União para o Exercício Financeiro de 2025".

Como dito, foram apresentadas 139 sugestões de emendas, sendo 135 de apropriação à despesa, uma de remanejamento e três emendas ao texto do projeto. A Comissão poderá apresentar até quatro emendas de apropriação e quatro de remanejamento. Não há limite para as emendas ao texto ao projeto.

Concedo então a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido a Senadora Dorinha Seabra para vir aqui à mesa, inclusive não só como Relatora, mas como Vice-Presidente desta Comissão.

Seja bem-vinda.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom dia mais uma vez.

Bom, eu começo lamentando o que nós estamos vivendo em relação às Comissões – o formato da legislação que nós aprovamos recentemente, no formato que foi aprovado na Câmara – não no Senado, porque, no Senado, nós conseguimos assegurar uma situação óbvia.

Qual o formato que ficou na nova legislação? Cinquenta por cento do que seria destinado a todas as Comissões foram, no formato atual, direcionados para a saúde. Nós já fazíamos isso com as nossas emendas individuais há muitos anos – parte dela é para a saúde, obviamente, para o cumprimento das metas. Só que, nas Comissões, obviamente não: a Comissão de Educação tratava dos recursos para a educação, a do Turismo para o turismo, a da Saúde para a saúde. E o desenho que nós temos hoje é que metade dos recursos destinados a Comissões, antes de serem distribuídos às diferentes Comissões, serão direcionados para a saúde.

Aqui eu não estou dizendo que saúde não é importante. Todos nós colocamos recursos. Inclusive, no meu estado, eu sou coordenadora de bancada pela quarta vez. Todos os anos a gente, mesmo não sendo obrigatório, das nossas emendas de bancada, nós sempre colocamos emendas para a atenção básica, para a PAB; emendas de MAC, para estados e municípios.

Então, não é que a gente não tenha a importância. Eu penso só que é uma distorção o que foi feito, mas, com a tarefa que me foi dada, eu vou apresentar o relatório. Como a nossa Comissão é diferente da Comissão da Câmara, que tem cultura separada de educação – no caso, na nossa aqui, educação e cultura estão juntas –, então eu segui a tradição de três emendas para a educação e uma emenda para a cultura, em virtude da própria, até a amplitude e exiguidade de recursos. Na verdade, a gente não sabe ainda nem o que vai ser destinado efetivamente para a Comissão.

Nos dois últimos anos, o Senador... Nesse último ano a emenda da Comissão foi direcionada, se não me falha a memória, para o Rio Grande do Sul, em virtude da tragédia do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rio Grande do Sul; e no outro ano ficou para o próprio Ministério da Educação. Nenhum Parlamentar nunca usufruiu desses recursos de Comissão. E entendemos que a Comissão é realmente para ações mais amplas de caráter nacional.

Vou fazer a leitura...

Bom, os critérios: como eu disse, eu tentei prestigiar os colegas que mais apresentaram, nas ações, olhando amplitude da emenda e, ao mesmo tempo, aquelas áreas que tiveram uma maior incidência de indicação dos colegas Senadores e Senadoras, mas numa difícil relação.

Como mencionado, no prazo foram oferecidas 139 sugestões de emendas apresentadas, sendo 136 a despesa, das quais 135 de apropriação, uma de remanejamento e três ao texto do projeto.

Conforme apontado, de acordo com as normas desta Comissão, pode-se apresentar até quatro emendas de apropriação e quatro de remanejamento. Não há limite para emendas de texto. Dessa forma, apesar de reconhecer a relevância e o mérito de todas as sugestões recebidas, tivemos que escolher apenas quatro indicações para emendas de apropriação. Optamos por escolher três na área de educação e um na área da cultura.

As emendas de apropriação escolhidas foram as seguintes: na educação, decidimos reforçar os valores constantes na Ação 0509, que é de apoio ao desenvolvimento da educação básica, que foi objeto da indicação de 18 Parlamentares, na forma de sugestão de 42 emendas, com um valor de R$1.390.142, como eu disse. Isso é uma expectativa dos recursos que nós apresentamos. A gente tem que pegar aquelas com maior valor, mas não sabemos ainda qual o valor que vai ser destinado a esta Comissão.

Pretendemos, com esse apoio, ampliar o acesso à educação de parcela da população mais vulnerável, especialmente considerando o cenário pós-pandemia. Realizaram indicações a esta emenda, para essa ação, os seguintes Senadores: Augusta Brito, Confúcio Moura, Hamilton Mourão, Humberto Costa, Jussara Lima, Leila Barros, Marcio Bittar, Paulo Pain, Plínio Valério, Professora Dorinha, Randolfe Rodrigues, Styvenson Valentim, Teresa Leitão, Vanderlan Cardoso, Veneziano Vital do Rêgo, Wellington Fagundes, Wilder Morais e Zequinha Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda na educação, outra iniciativa que recebeu o nosso apoio foi a 20RP, apoio à infraestrutura da educação básica, sugerida por 14 Parlamentares, na forma da proposta de nº 131, R$2 bilhões. Novamente, pretendemos, com esse apoio, ampliar a dotação destinada à educação básica. Realizaram indicações de emendas para essa ação os seguintes Senadores: Esperidião Amin, Flávio Arns, Jussara Lima, Marcio Bittar, Nelsinho Trad, Plínio Valério, Professora Dorinha, Randolfe Rodrigues, Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso, Veneziano Vital do Rêgo, Wellington Fagundes, Zenaide Maia e Zequinha Marinho.

Também na educação, optamos por apoiar a ação 15R3, apoio à consolidação, reestruturação e modernização das instituições federais de ensino superior. Elas foram objeto da indicação de quatro Parlamentares, na forma da indicação nº 17. Com essa emenda, pretendemos reforçar a dotação para as instituições de ensino superior, cujo orçamento está bastante limitado nos últimos exercícios. Realizaram indicações dessa emenda os Senadores: Marcio Bittar, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Vanderlan Cardoso.

Na cultura, optamos por reforçar a ação 20ZF, promoção e fomento à cultura brasileira, indicada por oito Parlamentares, na forma da Sugestão do nº 130, de modo a estimular o surgimento de novos projetos de cultura. Realizaram as indicações de emenda para essa ação os seguintes Senadores: Augusta Brito, Humberto Costa, Leila Barros, Paulo Paim, Plínio Valério, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão e Veneziano Vital do Rêgo.

Não acolhemos a emenda proposta de remanejamento, por entender que não se justificaria a alteração entre rubricas do orçamento do Ministério da Educação. Acolhemos três propostas de emenda de texto apresentadas, todas com o mesmo teor para alterar o anexo V do PLOA 2025 nos termos da tabela 3 do Anexo deste relatório.

Eu gostaria de aqui acrescentar, inclusive isso era fruto do assunto que o Senador Marcelo Castro travava comigo, que ele fez uma emenda de remanejamento para o transporte escolar, e eu entendo, Presidente, que a preocupação dele com a ação do transporte escolar é extremamente pertinente, porque hoje a realidade que eu vivo no meu Estado, o Tocantins, não é diferente da da maioria dos estados. Por vários anos sem um programa de aquisição e distribuição de veículos, chamados amarelinhos, este ano ele foi retomado. Eu, em especial,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive peguei parte da minha emenda de bancada e direcionei para o transporte. Mas nós temos, inclusive, uma limitação no desenho.

Não foi possível continuar a conversa com o Senador, porque eu vim para a mesa e ele teve que sair, mas eu falei com a Presidente do FNDE. O número de ônibus licitados é insignificante. Ela tinha, para este ano, 16 mil ônibus para o país todo. Tanto é que a indicação é de... Vou dar o exemplo do meu Estado, sobre o qual eu posso falar, porque coloquei recurso. Para o Estado do Tocantins inteiro, a rede estadual, eu pude colocar um único ônibus, não porque eu não tivesse dinheiro, mas porque o que está recomendado lá como ônibus que pode ser atendido era um ônibus para o estado, que tem 139 municípios e 500 e poucas escolas.

Dos municípios elencados, eu tinha que me adequar aos municípios já selecionados e tinha os chamados... Acho que o termo é habilitado. Para cada ônibus que eu indiquei, eu consegui um ônibus para uma cidade habilitada, um município, mas um único para cada cidade. Não tem nenhuma cidade que tenha menos de 10, 12, 30, 40 rotas diferentes no formato do transporte escolar. E, como era uma emenda de remanejamento, a proposta aqui tirava dinheiro de várias ações.

Então, se ela fosse uma das mais escolhidas, a gente poderia ter colocado essa ação, mas não como remanejamento, tirando de ações também tão estratégicas quanto.

Por que eu estou fazendo esse destaque? Porque o Senador tem toda a razão com a sua preocupação e eu gostaria de fazer uma provocação para que a Comissão de Educação pudesse tratar desse tema. É impossível lidar com essa questão do transporte escolar no formato em que está hoje. Eu acredito que, para este ano passado, esse era o volume de recursos que tinha disponível para o FNDE, mas, ao mesmo tempo, nós avançamos muito na qualidade do transporte. O pregão realizado identificou veículos de diferentes marcas com adequação para rodar em estradas vicinais, estradas de chão, mas ao mesmo tempo a gente precisa avançar em relação ao desenho da política pública e, com certeza, essa é uma grande preocupação. O Senador Marcelo Castro fez – eu não sei, acho que dois ou três Senadores, eu não me lembro –, mas, como remanejamento, ele até mencionou. Eu queria pedir ao Consultor que estava acompanhando, porque ele disse que fez duas de remanejamento nesse mesmo assunto, e, no meu relatório, eu falo de uma única. Talvez ele tenha se equivocado, mas ela só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não foi acolhida porque a gente não tinha vaga. E, por essa razão, quando a gente começa a olhar que tirava do pouco recurso já de algumas ações, como alfabetização e outras áreas, a gente tirava parte de recursos para esse programa, que tem um problema no desenho. Eu acho que a Comissão pode fazer uma discussão com o Ministro Camilo para ver um formato que nós possamos ajudar.

Todas as vezes que é aberto algum recurso extra para a gente fazer a indicação, nunca entra o Ministério da Educação. Sempre aparecem outros ministérios para receber recurso. Por isso, eu, em particular, já defendo, há muito tempo, que a PEC que tornou obrigatório que 50% das emendas sejam para a saúde deveria já abrir também para a educação. Mas o que nós fizemos foi pior do que isso, não é? Nós, Congresso, não eu, mas foi de colocar até nas emendas de Comissão. Então, nós estamos tirando, de novo, da área social, da educação, do turismo, de todos os atendimentos, 50% para a saúde, em que pese todo o investimento, que considero bastante significativo e importante. Mas não pensem que é tirando dinheiro de educação, de área social, que nós vamos resolver um problema que precisa ser enfrentado pelo Governo. Não dá para usar as nossas emendas para cumprir teto e meta que eles têm para cumprir na área da saúde.

Então, eu me coloco à disposição e só peço desculpas ao Senador por a gente não ter conseguido atender, porque, como eu disse, teríamos que fazer uma escolha muito difícil de tirar recursos de outras áreas. E, de verdade, não sabemos quanto nós vamos receber. Se olhar o histórico do ano passado, o volume de recursos que veio para a Comissão de Educação, comparando com outras Comissões, foi insignificante. Vamos ver como é que vai ser essa definição pelo Relator-Geral.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao PLOA 2025, por esta Comissão de Educação e Cultura, das seguintes emendas: UO 28298, Ação 0509, Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica. Eu já mencionei todos os Senadores. Foi a mais ampla, com indicação de vários Senadores, como se vê pelo número de Senadores: 42 Senadores.

A segunda, 20RP – Apoio à Infraestrutura. Também entendemos como... Pelo número de sugestões e pelos desafios em relação a equipamentos, obras, construções para toda a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação básica, que é onde está abarcado o maior número de alunos, mais de 40 milhões de alunos do ensino público.

A outra direcionada ao ensino superior, a 15R3; e uma direcionada à ação mais ampla e com maior número de indicações na área da cultura, a Emenda 20ZF.

Então, as emendas de texto estão disponíveis. São correções em relação ao que já foi colocado, que se referem ao quadro. Acho que não é preciso ler esse anexo, não é? Está disponível em termos de texto.

Eu ressalto que as emendas de Comissão, agora, devem ser encaminhadas através da ata e com a menção aos Senadores que foram autores de cada uma das emendas, de acordo com a nova legislação.

E está aqui a relação de todos os que indicaram e os respectivos valores individuais de cada um dos Senadores e Senadoras que apresentaram sugestão para as emendas de Comissão.

Este é o nosso voto, reforçando esse pedido em relação à questão do transporte escolar, o Caminho da Escola, que foi uma sugestão extremamente pertinente do Senador Marcelo Castro e, se não me engano, da Senadora Augusta Brito. Acho que mais alguns Senadores também fizeram emendas para essa... Não como remanejamento, mas de apropriação.

Este é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Professora Dorinha Seabra. Agradeço também a presença do consultor já mencionado pela Professora Dorinha, Juci Melim Junior. Seja muito bem-vindo e obrigado também pela participação.

Então, está em discussão o relatório da Professora Dorinha Seabra. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão agradecendo de novo, Senadora Professora Dorinha, pelo relatório, com várias sugestões, inclusive de iniciativas que esta Comissão pode e deve tomar nos debates e nas conversas com o próprio Ministério da Educação. Há iniciativas importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho muito prudente a atitude de não tomar os recursos de outros programas e outras iniciativas que poderiam também sofrer as consequências da falta mínima de orçamento para o desenvolvimento daquilo que se pretende, que se propõe.

A votação, no caso nosso, é simbólica.

Então, está em votação o relatório que foi apresentado pela Professora Dorinha Seabra.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado, então, o relatório.

Serão encaminhadas pela Comissão de Educação e Cultura as seguintes emendas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos, Impostos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da presente reunião.

São quatro emendas de apropriação:

1) Ação 0509 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica; unidade orçamentária 26298; valor: R$1.390.142.842; sugestões de Emendas nºs 5, 8, 14, 21, 29, 33, 34, 42, 48, 65, 69, 79, 83, 88, 90, 106, 111, 124, 132 e 139;

2) Ação 20RP - Apoio à Infraestrutura para Educação Básica; unidade orçamentária 26298; valor: R$2 bilhões; sugestões de Emendas nºs 11, 16, 36, 40, 47, 55, 57, 63, 68, 77, 80, 113, 131, 135, 138.

3) Ação 15R3 – Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior; unidade orçamentária 26101; valor R$274 milhões; sugestões de Emendas nºs. 3, 6, 17, 27, 78; e

4) Ação 20ZF – Promoção e Fomento à Cultura Brasileira; unidade orçamentária 42101; valor R$216 milhões; sugestões de Emendas nºs. 23, 31, 66, 73, 86, 92, 107 e 130.

Uma emenda de texto ao Anexo V do projeto, propostas de Emendas nºs 13, 46 e 115.

As emendas da Comissão serão acompanhadas da ata desta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fica a Secretaria da Comissão autorizada a adotar as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, inclusive com a devida adequação do indicador de resultado primário (RP) das emendas aprovadas.

Antes do encerramento, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Antes de encerrar, lembro às assessorias, inclusive as dos Senadores e Senadoras, da audiência pública de hoje à tarde, com o Maestro João Carlos Martins, com a apresentação do projeto Orquestrando, já em mais de 400 entidades pelo Brasil todo. Vale a pena acompanhar – não só quem está em Brasília, mas todos e todas que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado. Às 14h, Orquestrando, Maestro João Carlos Martins.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e todas e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 73ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e vinte e cinco minutos do dia três de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Alan Rick, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Wellington Fagundes, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Angelo Coronel, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Randolfe Rodrigues, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Jaime Bagattoli e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 79/2024 - CE, de autoria do Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Apresentar o "Orquestrando", exitoso projeto de desenvolvimento musical, por ocasião do Dia do Músico, comemorado em 22 de novembro. **Participante:** Sr. João Carlos Martins, Maestro, regente da Bachiana Filarmônica SESI-SP. **Resultado:** Audiência pública realizada. Participaram da audiência, além do Maestro João Carlos Martins, o Sr. Claudio Cohen, Maestro e Diretor Artístico da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro; a Sra. Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal; o Sr. Davson de Souza, Diretor da Escola de Música de Brasília; Daniel Cardoso Ribeiro dos Santos, estudante da Escola de Música de Brasília; Rafael de Oliveira Faria Lucena, estudante da Escola de Música de Brasília; e o sr. João Marinho de Mesquita Júnior, professor da Escola de Música de Brasília. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/03

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 73ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 3 de dezembro de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de apresentar o, entre aspas, "Orquestrando", exitoso projeto de desenvolvimento musical, por ocasião do Dia do Músico, que foi comemorado no 22 de novembro, em atenção ao Requerimento 79/2024, da Comissão de Educação.

Fazem parte desta mesa as seguintes pessoas, a quem eu, inclusive, saúdo com muita alegria, com muito prazer... É uma honra extraordinária para o Senado Federal e, particularmente, para esta Comissão de Educação e Cultura recebê-los e recebê-la – a nossa Diretora-Geral também. Em primeiro lugar, o Sr. João Carlos Martins, Maestro, Regente da a Bachiana Filarmônica Sesi-SP. (*Palmas.*)

À minha esquerda, o Sr. Cláudio Cohen, Maestro e Diretor Artístico da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro e que já está presente na TV Senado em inúmeras ocasiões. (*Palmas.*)

Com muita alegria, a Sra. Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal. (*Palmas.*)

E o Sr. Davson de Souza, Diretor da Escola de Música de Brasília. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos a exposição, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Gostaríamos de abrir a presente reunião com a exibição do vídeo institucional da Escola de Música de Brasília.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Além da satisfação e alegria de termos a presença de Cláudio Cohen e de Davson de Souza, e parabenizando pelo vídeo maravilhoso da escola, é uma honra termos aqui conosco o Maestro João Carlos Martins, exemplo para todos e todas por seu talento, sua caminhada e seu projeto social. Oxalá todos os músicos e artistas no Brasil com o talento do Maestro – e há tantos outros com bastante talento – tivessem a mesma preocupação social! Lembro que o Maestro esteve presente por ocasião da celebração do Bicentenário do Senado Federal, tendo dirigido o espetáculo "Senado 200 Anos: uma jornada histórica rumo ao futuro", no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, realizado no dia 25 de março deste ano, que contou com um público de cerca de 3 mil pessoas, tendo sido acompanhado pelos canais de transmissão, ao vivo, por outras 9 mil pessoas.

Eu quero dizer especialmente que o João Carlos Martins, para todos nós, para o Brasil e para o mundo, é um exemplo de talento, de criatividade, de luta, de alegria, de amor à vida e tem também uma preocupação, como já dito, social imensa, como vai abordar daqui a pouco no projeto "Orquestrando", para que, como o vídeo colocou, sejamos pessoas melhores, mais sensíveis, do diálogo, do entendimento, pela música, entre outros instrumentos importantes. Então, João Carlos Martins, uma pessoa amada pelo Brasil e pelo mundo – pessoa amada! Essa é a expressão mais correta para dizer que, quando alguém fala em João Carlos Martins, somente coisas boas, positivas vêm ao nosso pensamento.

Então, seja muito bem-vindo, Maestro!

Para saudá-lo, em nome do Senado Federal, nada melhor do que começarmos com uma música. Convido o Daniel Cardoso Ribeiro dos Santos, 12 anos, estudante da Escola de Música de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasília, para fazer uma apresentação. Quero destacar que a mãe do Daniel está aqui presente, a Hendrienny, assim como a esposa do Maestro João Carlos Martins, a Carmen, que está acompanhando aqui esta audiência pública.

Então, Daniel Cardoso Ribeiro dos Santos, com o Brasil.

O SR. DANIEL CARDOSO RIBEIRO DOS SANTOS (Para expor. *Fora do microfone*.) – Boa tarde, gente!

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. DANIEL CARDOSO RIBEIRO DOS SANTOS (*Fora do microfone*.) – Olá! Tudo bem? Meu nome é Daniel Cardoso. Como é que vocês estão? Tudo bem?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. DANIEL CARDOSO RIBEIRO DOS SANTOS – Eu vou tocar algumas músicas para todo mundo.

E João Carlos Martins...

O SR. JOÃO CARLOS MARTINS (*Fora do microfone*.) – Oi, tudo bom?

O SR. DANIEL CARDOSO RIBEIRO DOS SANTOS – Tudo! Como é que você está?

O SR. JOÃO CARLOS MARTINS (*Fora do microfone*.) – Bem.

O SR. DANIEL CARDOSO RIBEIRO DOS SANTOS – E você?

O SR. JOÃO CARLOS MARTINS (*Fora do microfone*.) – Muito bem.

O SR. DANIEL CARDOSO RIBEIRO DOS SANTOS – Eu gosto tanto de você. Eu quero tocar um dia com você, tá?

O SR. JOÃO CARLOS MARTINS – Maravilha, está convidado.

O SR. DANIEL CARDOSO RIBEIRO DOS SANTOS (*Fora do microfone*.) – Vou tocar Uma, Duas Angolinhas, de Heitor Villa-Lobos.

(*Procede-se à execução musical.*) (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANIEL CARDOSO RIBEIRO DOS SANTOS – Agora eu vou tocar Arabesque, de Burgmüller.

(*Procede-se à execução musical.*) (*Palmas.*)

O SR. DANIEL CARDOSO RIBEIRO DOS SANTOS – Silêncio! Agora eu vou tocar...

Maestro Cláudio...

O SR. CLÁUDIO COHEN (*Fora do microfone.*) – Oi.

O SR. DANIEL CARDOSO RIBEIRO DOS SANTOS – Eu toquei com você uma música do Mário.

O SR. CLÁUDIO COHEN (*Fora do microfone.*) – Foi legal.

O SR. DANIEL CARDOSO RIBEIRO DOS SANTOS – Muito obrigado. Vou tocar para vocês.

(Procede-se à execução musical.) (*Palmas.*)

O SR. DANIEL CARDOSO RIBEIRO DOS SANTOS – E, para finalizar, o Hino Nacional Brasileiro.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.) (*Palmas.*)

O SR. DANIEL CARDOSO RIBEIRO DOS SANTOS – Obrigado, pessoal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Parabéns, Daniel Cardoso Ribeiro dos Santos, pela apresentação, pelas músicas e pelo Hino Nacional, também tão bonito, executado de maneira tão brilhante!

Pode, inclusive, participar das sessões especiais do Senado Federal com muito brilho. Parabéns, Hendrienny e Daniel!

Em seguida, eu convido Rafael de Oliveira Faria Lucena, de 12 anos, também aluno – não é, Davson? – da Escola de Música de Brasília, para fazer sua apresentação, acompanhado pelo violonista e Prof. João Marinho de Mesquita Jr. Então, com vocês, Rafael de Oliveira Faria Lucena. Seja muito bem-vindo também, parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à execução musical.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos a você, Rafael de Oliveira Faria Lucena. Parabéns! Doze anos, também aluno da Escola de Música de Brasília. Parabéns! Obrigado pela participação também.

Antes de iniciarmos a exposição do nosso convidado de honra, o Maestro João Carlos Martins, passo a palavra à Sra. Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado.

A SRA. ILANA TOMBKA (Para discursar.) – Boa tarde a todos e a todas. Eu confesso que eu perdi o caminho para casa agora. Eu estou completamente absorta pela música. Eu quero cumprimentar o Maestro João Carlos Martins, o Maestro Cláudio Cohen, o Dr. Davson da Silva, Diretor da Escola de Música.

Maestro, o Senador Flávio Arns disse que o senhor é uma pessoa amada e o senhor é uma pessoa amável. E eu acho que amada e amável combinam com amor. E, neste momento, a única coisa que eu consigo falar e de que eu consigo me lembrar é sobre uma grande história de amores que a música me trouxe. O meu pai é médico, intensivista e sempre tocou violão. E ele passava muitas noites nas UTIs dos hospitais e, quando ele dormia em casa, eu e a minha irmã, nós fazíamos questão de ter pesadelos para acordar de noite, para ele se sentar conosco na cama e tocar violão até que nós dormíssemos.

Muitos e muitos anos depois, aqui no Senado, eu, já servidora pública, no começo de 1998, conheci um colega que tocava violão e acho que o amor que eu sentia, quando meu pai passava as noites acordado tocando violão para mim e para minha irmã, de alguma forma veio à tona, e eu me casei com esse colega, com quem eu sou casada há 25 anos. E, muito tempo depois, eu fiz a relação de que aqueles acordes do violão, aquela música me levavam a um lugar tão bom e tão gostoso e de tanto acolhimento foi esse mesmo sentimento que eu senti quando eu descobri que o Vilmar tocava violão e que me fez tão próxima dele e hoje ele é meu marido. Confesso que é só isso que eu consigo dizer, porque eu estou nesse sentimento assim muito acolhedor, de muito amor que eu só posso agradecer ao senhor, ao Mestre Cláudio Cohen, ao Prof. Davson e ao Sr. Senador Flávio Arns, porque é um momento sublime esse que a gente viveu.

Muito obrigada e bem-vindo! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Muito bonita a referência à história da música, do pai, da família. A música realmente leva o sentimento para o resto da vida, lembranças boas fazendo das pessoas seres humanos muito melhores.

Quero saudar aqui o Senador Marcos Pontes, seja muito bem-vindo! (*Palmas.*)

É membro desta Comissão de Educação e Cultura. Senador Jaques Wagner, Líder do Governo e a esposa Maria de Fátima. Sejam muito bem-vindos também! É uma alegria. (*Palmas.*)

Muito bem. Vamos prosseguir com a exibição de um vídeo biográfico sobre o nosso convidado, amado e amável, completando agora. E, em seguida, o Maestro fará sua exposição.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Passamos agora a palavra ao nosso querido convidado, amado e amável patrimônio nacional, o Maestro João Carlos Martins, para sua exposição.

Com a palavra.

O SR. JOÃO CARLOS MARTINS (Para expor.) – Bem, em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Flávio Arns por este convite, que me honra profundamente; agradecer aqui a presença da minha querida Ilana; do nosso Diretor, do Cláudio Cohen; do meu querido Senador Jaques Wagner; e sua, Marcos Pontes, também...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A Senadora Teresa Leitão agora também.

O SR. JOÃO CARLOS MARTINS – ... quero agradecer a sua presença.

E o que quero dizer é o seguinte: eu sempre, de uma forma jocosa, digo que hoje do que o Brasil e o planeta precisam? Precisam da palavra "harmonia". E eu digo que a música é a régua do mundo, porque, se um governo vai bem, todo mundo diz que funciona como uma orquestra. Se o Dream Team americano, nas Olimpíadas, jogou por música... Como todo mundo diz, o time jogou por música quando venceu todos os jogos com uma diferença grande, diziam que o time jogava por música. Quando um jogador de futebol é o líder do time, todo mundo o chama de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maestro. Mas também pode haver as coisas contra a música, porque, se uma instituição não vai bem, ou um governo, o pessoal diz: "Há uma orquestração contra nós". (*Risos.*)

Mas o importante: eu prefiro o lado da harmonia e o lado bom da música.

Então, o que acontece é o seguinte: em 1931, o conservatório... Sempre eu digo que só existem duas formas de exposição, como o meu querido amigo Mário Covas dizia: a longa e a boa. Eu prefiro a boa. Então, em 1931, tivemos o início do canto orfeônico no colégio Caetano de Campos. Em 1934, o nosso compositor maior Villa-Lobos conseguiu que o canto orfeônico fosse oficializado no Brasil inteiro, e, de 1934 em diante, nós tivemos o canto orfeônico. Logo em seguida ao pós-guerra, a música teve uma evolução enorme. Quando vocês pensam em Tom Jobim, Camargo Guarnieri, Gilberto Gil, Chico Buarque, de todos esses músicos clássicos e populares a origem vem de Villa-Lobos. E Villa-Lobos conseguiu, em 1934, pela exposição que ele tinha, o canto orfeônico. Finalmente, em 1970, foi tirado do currículo escolar o canto orfeônico. E agora vocês podem perceber o que significa a interrupção de algo que serve ao país e à nação. Somente em 2008, a música voltou às escolas, com o Presidente Lula, voltou às escolas, mas nem sempre as intenções são melhores que os resultados.

E, logo em seguida, as artes voltaram às escolas. E a música de carro-chefe passou a ser o primo pobre. Por quê? No curso de Artes, no fundamental do primeiro ao quarto ano, de cada cem professores, talvez 4% conheçam onde seja a nota dó. E a música passou a ser o primo pobre.

Nessa época, eu procurei o Ministro da Educação, que era o Mercadante, e falei: "Mercadante, não temos música nas escolas. Eu tenho corrido o Brasil e não vejo música nas escolas". Ele falou: "João, acontece que, em 1934, havia cerca de 12 a 15 mil escolas; hoje são 120 mil escolas; e não existem professores de música".

Eu voltei para casa, continuei a minha trajetória, mas, conforme diz aí no filme, eu não me conformava. Em 2018, eu comecei, com a Fundação Bachiana e com o Sesi São Paulo, um trabalho para tentar... Primeiro, eu comecei com uma ideia louca, dizendo: vamos transformar milhares de professores em um! É porque hoje nós temos a internet, e por que não transformar milhares em um? Eu falei: essa é a ideia, mas vamos desenvolver um projeto. E começamos a desenvolver um projeto, trouxemos, inclusive, um professor da Royal School, de Londres, e de Hong Kong, e aqui no Brasil o nosso time começou a trabalhar. E começamos a fazer experiências em escolas cobaias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessas escolas, começamos a ver o que acontecia na Europa: um estudante de música conseguia ter um aproveitamento melhor em matérias como Matemática, Geografia, Português, História. E eu falei: meu Deus do céu, além do nosso projeto, nós estamos conseguindo formar cidadãos e, ao mesmo tempo, estamos conseguindo fazer com que a música influencie não só o aluno, mas também a família. E o nosso curso começou o primeiro ano, cujas 40 primeiras aulas já estão prontas. No fim de semana, vão ser filmadas por uma grande produtora.

Vocês vão ter um exemplo agora e vocês vão participar do primeiro vídeo, de 30 segundos, de uma marcha. No primeiro ano, a escola não compra nenhum instrumento, é simplesmente uma forma lúdica. Em 1934, a música era imposta às crianças, e agora as crianças, de uma forma lúdica, procuram as escolas. Este é um tipo de aula com uma marcha.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. JOÃO CARLOS MARTINS – Bem, agora, eu vou fazer a primeira experiência com vocês, porque vocês podem ser professores – um dos professores desses milhares – que podem conhecer os fundamentos da música. E eu, com toda a humildade, e o Cláudio Cohen, que é o Maestro da Orquestra Sinfônica de Brasília, uma das melhores, vamos fazer uma experiência. O que as crianças conseguem na primeira fase? Primeiro, tudo é baseado num coração, o pulso de um coração. E, com essa mesma marcha, ele vai... Eu vou mostrar para vocês, e nós vamos acelerar aos poucos, juntos.

Pode começar.

(Procede-se à execução musical.)

O SR. JOÃO CARLOS MARTINS – Agora, vem a terceira aula, e já fica um pouco mais difícil, porque aqui nós estamos mexendo já com a ansiedade de uma criança de seis anos. É a mesma marcha na terceira aula, que vai ficando aos poucos mais lenta, mais lenta, e as crianças querem, com ansiedade, bater palmas antes.

Vamos a mesma coisa.

(Procede-se à execução musical.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO CARLOS MARTINS – Aí vocês viram: a criança começa a entender o que significa o pulso na música, não estou falando do ritmo. Deus deu para o ser humano a voz para a melodia, as mãos e os pés para o ritmo, e os ouvidos para a audição.

Aí, na quarta, quinta e sexta aula, eles fazem a mesma peça, mas caminhando, como uma marcha. Já na sétima peça, eles vão aprender o compasso binário e ternário. E vocês vão ver que é com uma vareta, não é com instrumento ainda.

Vamos ver o vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. JOÃO CARLOS MARTINS – Aí, com uma vareta, com um copo, com folhas de papel sulfite, nós vamos atravessando o primeiro ano.

E, agora, as crianças têm que ter a noção para esperar, para não agir com ansiedade.

E o Cláudio vai mostrar para nós a famosa Brilha, Brilha, Estrelinha, que é Ah, Vous Dirai-Je, Maman, de Mozart, ele vai tocar. Quando chegar ao final, na pausa, é só aí que nós batemos a palma.

Vai.

(Procede-se à execução da música Brilha, Brilha, Estrelinha.)

O SR. JOÃO CARLOS MARTINS – E a criança começa a ter a noção do que significa o pulso, mas aí nós temos um problema. As crianças têm que saber que a música tem doze tons, mas só sete notas são conhecidas. A melhor forma – e isto é registrado na ONU – de uma criança aprender o "dó, ré, mi, fá, sol, lá, si" é através desta música Dó, Ré, Mi...

Você consegue?

(Procede-se à execução da música Dó, Ré, Mi.)

O SR. JOÃO CARLOS MARTINS – Muito bem. Só que nós não podemos usar esta música, por causa dos direitos autorais. Então, nós fizemos, e agora nós temos o nosso "dó, ré, mi, fá, sol, lá, si" tupiniquim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, com o que nós fizemos, agora, quando nós apresentarmos o projeto pedagógico para a Comissão de Educação e Cultura do Senado, para o Conselho Nacional de Educação e para o Governo em si, nós vamos mostrar como que a música pode transformar sociedades, pode trazer uma inclusão.

E o que eu estou pedindo não é nada demais, é simplesmente uma palavra, no fundo. É porque a música está incluída no curso de Artes do primeiro ao quarto ano, só que hoje ela está incluída como opcional. Qual é que é o meu pedido? O meu pedido é o seguinte. Em 1934, o tempo de concentração de uma criança para música – quando eu pego a metodologia de 1934, até eu acho difícil! – era de 40 minutos. Hoje o tempo de concentração de uma criança com uma aula de música não passa de 15 minutos. Então, o que nós estamos pedindo é que a música seja obrigatória por 15 minutos no curso de Artes durante o ano inteiro. Qual é que é a nossa experiência? Com esses 15 minutos, o que nós notamos – numa escola, inclusive, no Tatuapé – é que, depois do final do primeiro ano, aquela criança implora para ter música no segundo ano. Então, de uma forma lúdica, ela entrou no campo da música, e não foi a música que foi imposta para ela.

E, ao mesmo tempo, vamos descobrindo talentos. Aqueles talentos podem ir para escolas com tempo integral, para cursos, para uma pequena banda, uma pequena fanfarra, um pequeno coral ou uma pequena orquestra. E aí o Brasil começa uma transformação que era o grande sonho de Villa-Lobos.

Voltando ao coração, eu vou mostrar para vocês uma coisa. Por que o coração na primeira aula? Porque aí nós fazemos a audição para o aluno, e o aluno tem a noção da batida do coração só na oitava aula – e é através do Trenzinho Caipira, de Villa-Lobos.

(Procede-se à execução da música Trenzinho Caipira.)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. JOÃO CARLOS MARTINS – Um. Dois.

(*Manifestação da plateia.*)

(Procede-se à execução da música Trenzinho Caipira.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO CARLOS MARTINS – E a criança começa a ter a noção de por que o coração para introduzir música nas escolas. Eu sempre digo: durante a minha carreira, o que foi importante? Em cada concerto que eu dava, eu queria que o público saísse com uma lágrima nos olhos e um sorriso nos lábios.

E vocês vão ver como vocês podem ter uma participação de imediato sem nós combinarmos nada – o Marcos já viu, ali já viu, eu fiz hoje um ensaiozinho aqui na própria Comissão, o Flávio me convidou para entrar dois minutos.

O Cláudio vai tocar o primeiro compasso. Quando eu canto, eu sou desafinado, mas paciência, eu não tenho afinação para cantar. O Cláudio vai tocar o primeiro compasso de uma música, e vocês todos vão cantar o segundo.

(Procede-se à execução da música Eine kleine Nachtmusik.)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. JOÃO CARLOS MARTINS – Esta música foi escrita há mais de 200 anos. Essa é a força da música clássica. Certas músicas que nós estamos ouvindo hoje, daqui a 15 dias, a gente não lembra mais. Essa é a força da música clássica. A música clássica ocidental... Eu respeito todos, eu detesto a palavra "preconceito". A música clássica chega a influenciar todos os gêneros musicais, assim como o ritmo africano influenciou os ritmos em várias nações, inclusive no Brasil.

De uma certa forma, a minha intenção é, de uma forma lúdica, fazer uma criança se interessar por música, e não impor para uma criança a palavra "música". E bastam 15 minutos por semana.

As primeiras 40 aulas vão ser entregues a esta Comissão, porque, como são rostos de crianças e os pais, de repente, podem não estar de acordo, vão ser gravadas pelos músicos da Orquestra Jovem as 40 aulas.

E eu tenho a imensa honra de esse trabalho ter sido iniciado no Sesi; de já ter tido o interesse da escola onde eu tive a honra de ser aluno, desde criança, o Liceu Pasteur – está aqui o nosso Claudio Kassab, irmão do... (*Palmas.*) E de o grupo Anglo já ter se interessado a conhecer o projeto inteiro. Agradeço a você, Juliana, também, pelo interesse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E várias cidades... Quando eu fiz a exposição em São Vicente, em Osasco, já queriam de imediato iniciar neste ano, mas o mais provável é que a gente consiga iniciar isso em 2026.

Como eu digo sempre... Aliás, aproveito a oportunidade para dizer uma coisa aqui que eu posso dizer em Brasília, que é um pedido meu para o Distrito Federal e para quem puder ajudar: o Teatro Nacional Claudio Santoro, que está fechado há dez anos, tem uma das piores, se não a pior, acústica do Brasil. E de um concerto em que eu regi a orquestra do Claudio, que é uma das melhores orquestras da América Latina – eu sempre mando gravar meus concertos –, quando eu ouvi a gravação, eu não acreditei na acústica. Para vocês terem uma ideia, o Teatro alla Scala, de Milão, acabou de reformar a acústica dele. O Lincoln Center, de Nova York, acabou de reformar; duas vezes já fez a reforma da acústica, tal a importância da acústica num concerto.

E eu, como vou me despedir dia 19 de maio do palco, já vou estar perto dos 85 anos... Aliás, acho que está aí o cartaz: "*Music always wins*", Carnegie Hall, dia 9 de maio... Aliás, é 9 de maio. E ali há quatro frases que até me deixam meio bestinha: "Indomável", *The New York Times*; "*A musical hero*", do *The New Yorker*; "Legendário", do *The Guardian*, de Londres; e "*Jubilatoire*", *Le Figaro*, de Paris. Isso daqui faz o velho maestro se sentir até meio bestinha, porque eu não mereço tudo isso, mas a minha dedicação sempre para a música foi essa.

E, como falei, eu não gosto de exposições longas...

E está sendo desenvolvido, já tive a conversa com o Cesar Callegari também, e o nosso Senador vai se encontrar com o Cesar amanhã. E ele se entusiasmou com a ideia; aliás, ele falou que o curso de Artes é uma das coisas mais complicadas do Conselho Nacional de Educação. Ele adorou a ideia, vamos ter um encontro na semana que vem para ele conhecer o projeto nos detalhes.

Para encerrar, eu vou tocar somente duas peças: uma peça de Morricone, e a segunda é com o nosso Cláudio. O nome da primeira significa a palavra "amor", que vem de coração... (*Pausa.*) É de Morricone, chamada Playing Love. E, depois, encerramos com o Cláudio com a Ave Maria, para abençoar este momento, que eu acho histórico para tantos e por vocês. Eu estou emocionado de estar aqui na Comissão nesta altura. (*Fora do microfone.*) (*Palmas.*) (*Pausa.*) É profundamente emocionante para mim, aos 84 anos, estar neste Senado, de que eu tive a honra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de fazer o concerto dos 200 anos, para falar de um sonho. Aos 85 anos, vou iniciar minha nova carreira de educador musical.

Meu pai, com 37 anos, teve um câncer violento: tiraram três quartos do seu estômago e lhe deram seis meses de vida. E ele falou: "É porque vocês não me conhecem". E morreu aos 102 anos, de acidente. (*Risos.*)

Eu fico profundamente emocionado de, até o apagar das luzes, continuar na música e, através da música, procurar transmitir emoção.

Vou tocar uma peça de Morricone chamada Playing Love. (*Pausa.*)

Só falta tocar. (*Pausa.*)

Pronto.

(*Procede-se à execução da música Playing Love.*) (*Palmas.*)

O SR. JOÃO CARLOS MARTINS – E, para encerrar, abençoando este momento histórico para este velho maestro... E tenho certeza de que é histórico para o meu colega Cláudio Cohen, esse fantástico maestro que está regendo aí pelo mundo inteiro, que, numa demonstração de humildade... Eu lhe telefonei e falei: "Cláudio, você pode me dar a cobertura para expor as músicas?". E ele falou: "João, estamos juntos para tudo no que diz respeito à música". Obrigado, Cláudio! (*Palmas.*)

(*Procede-se à execução da música Ave Maria.*) (*Palmas.*)

O SR. JOÃO CARLOS MARTINS – Eu quero dizer para vocês que eu sou um velho chorão e fico profundamente emocionado de, no Senado brasileiro, ter uma sessão, uma audiência para a música. E esta audiência para a música emociona não só este velho maestro, mas qualquer músico em nosso país.

E eu espero que, ao longo de quatro anos, nós vamos fazer a maior revolução na história da música em nosso país, que era o grande sonho de Villa-Lobos – só que ele não tinha a inteligência artificial. (*Risos.*) (*Palmas.*)

Obrigado. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Depois das falas do caro João Carlos Martins e da participação do Cláudio Cohen e também do Davson de Souza, eu quero agradecer, sobremaneira, a presença de vocês – e me permitam chamá-los assim, antes eu já tomei essa liberdade com o maestro também.

E quero dizer que esta audiência pública foi inspiradora para todos nós, para os Senadores e Senadoras, para a Ilana, que, com toda competência e capacidade, organiza também tudo o que é necessário para que esses eventos aconteçam.

Eu quero novamente dar um abraço muito especial para o Daniel Cardoso Ribeiro dos Santos, estudante da Escola de Música de Brasília, e também para o nosso amigo Rafael de Oliveira Faria Lucena, de 12 anos, também da Escola de Música de Brasília, pela participação. Então, foi algo extraordinário!

Eu quero agradecer a todos que participaram e acompanharam este evento pelos meios de comunicação do Senado Federal.

Eu quero dizer ao João Carlos Martins, assim como ao Cláudio e ao Davson, que o Senado Federal está totalmente à disposição para somar esforços com iniciativas tão importantes, tão boas, tão necessárias, tão inspiradoras para o Brasil.

E esta Comissão de Educação e Cultura – da qual o Senador Marcos Pontes é membro também titular, e a Senadora Teresa Leitão também é membro titular desta Comissão –, nós estamos à disposição também para somarmos esforços junto com a Escola de Música de Brasília, também referência para o Brasil, e junto também com Cláudio Cohen, como maestro, com um talento extraordinário da sua parte, e principalmente com essa figura, usando a expressão já utilizada, amada e amável, respeitada pelo talento, pela competência, pela garra, pela dedicação e dando exemplo para o Brasil de que todas as barreiras podem ser ultrapassadas com a boa vontade, com o esforço, com o apoio, e é disto que todos nós precisamos.

Que bom, João Carlos Martins, a Carmen, sua esposa, aqui presente, não é? A gente agradece muito a presença.

E foi uma das audiências públicas, com certeza, mais inspiradoras desta legislatura. Parabéns! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecendo de novo, declaro encerrada a presente audiência pública.

Obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 76ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e sete minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Cid Gomes, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Alan Rick, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Wellington Fagundes, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Marcos Rogério, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Weverton, Angelo Coronel e Jorge Kajuru, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Carlos Viana, Styvenson Valentim, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Jaime Bagattoli e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 71ª, 72ª, 73ª, 74ª e 75ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2294, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Favorável ao projeto e à Emenda nº 2, na forma da subemenda que apresenta, e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3000, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.081, de 24 de agosto de 1966, que regula o Exercício da Odontologia, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Odontologia." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3085, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a adoção de metodologias ativas de aprendizagem no ensino fundamental e no ensino médio." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CE. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 475, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Veda a adoção de critérios discriminatórios contra estudantes e pesquisadores em virtude de gestação, de parto, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nascimento de filho ou de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção nos processos de seleção para bolsas de estudo e pesquisa das instituições de educação superior e das agências de fomento à pesquisa." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (*ad hoc*), em substituição à Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CE, favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CE. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 5 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 2975, de 2023** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a mulher indígena na legislação de enfrentamento da violência e de promoção da saúde e da educação." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 1- PLEN, com a subemenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2469, de 2022 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Rádio." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (*ad hoc*), em substituição ao Senador Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1519, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências, para prever a criação de ações que favoreçam o ingresso de pessoas idosas nos cursos de graduação." **Autoria:** Senadora Janaína Farias (PT/CE). **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, da Emenda nº 1-T-CDH com a subemenda que apresenta, e com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1392, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infração administrativa de deixar o responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche de fixar cartaz em local visível divulgando a infração prevista no art. 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CE, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 9 - Projeto de Lei Complementar n° 113, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 e dá outras providências." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CE, pela prejudicialidade do projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 2389, de 2019 - Terminativo -** que: "Acresce parágrafo ao artigo 26, da Lei 9.394 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a obrigatoriedade do treinamento dos docentes e dos alunos da educação infantil e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos ensinos fundamental e médio em técnicas de primeiros socorros." **Autoria:** Senador Major Olimpio (PSL/SP). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela declaração de prejudicialidade do projeto (votação simbólica). **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 190, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências, o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para promover a qualificação profissional do adolescente em regime de acolhimento institucional." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 2005, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera o art. 14, da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1 - CRA com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 2480, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui o Mês de Conscientização sobre o Transtorno de Personalidade Borderline." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 107, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4752/2019, que 'institui o Dia da Luta da População em Situação de Rua'." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 108, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2294/2024, que "altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina". Propõe a inclusão dos seguintes convidados: representante da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação; representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; representante do Ministério da Saúde; representante do Conselho Federal de Medicina; representante da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (DENEM); e representante da União Nacional dos Estudantes (UNE)." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Requerimento retirado pela autora. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 109, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3000/2024, que "altera a Lei nº 5.081, de 24 de agosto de 1966, que regula o Exercício da Odontologia, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Odontologia". Propõe a inclusão dos seguintes convidados: representante da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação; representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anísio Teixeira; representante do Ministério da Saúde; representante do Conselho Federal de Odontologia; representante da Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO); e representante da União Nacional dos Estudantes (UNE)." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Requerimento retirado pela autora. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Projeto de Lei n° 2285, de 2023 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Hipólita Jacinta Teixeira de Melo no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Projeto de Lei n° 4537, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Reconhece como patrimônio cultural brasileiro as barracas de praia e a atividade desempenhada pelos barraqueiros da Praia do Futuro, em Fortaleza, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CE, favorável ao projeto. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (REQ 110/2024-CE). **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 110, de 2024** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 4537/2024, que 'reconhece como patrimônio cultural brasileiro as barracas de praia e a atividade desempenhada pelos barraqueiros da Praia do Futuro, em Fortaleza, Estado do Ceará'." **Autoria:** Comissão de Educação e Cultura. **Resultado:** Aprovada a apresentação do requerimento para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 76ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de dezembro de 2024.

Gostaria de ler um pequeno texto relacionado ao falecimento de Dalton Trevisan no dia de ontem.

Todo vampiro é imortal. Ou, ao menos, seu legado é. Foi assim o anúncio da morte de Dalton Trevisan, aos 99 anos, nessa segunda-feira chuvosa em Curitiba.

O Vampiro de Curitiba, um dos maiores contistas brasileiros, retratou de forma única o cotidiano e os dramas humanos da cidade em que nasceu, viveu e morreu. Uma personalidade que marcou a literatura brasileira, seja por sua obra, admirada e premiada no Brasil e no mundo, ou por seu estilo de vida recluso e até mesmo misterioso. Dalton pertence a Curitiba, assim como os personagens apresentados de forma impactante, irônica e precisa em sua escrita. Hoje a Comissão de Educação e Cultura do Senado presta sua homenagem a um dos maiores autores brasileiros e vencedor dos prêmios Jabuti e Camões, os mais importantes para autores em língua portuguesa. Seu legado, certamente, Dalton Trevisan, será eterno.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 71ª, 72ª, 73ª, 74ª e 75ª Reuniões, realizadas nos dias 3, 4 e 9 de dezembro.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. Informo que os itens da pauta que tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos e são terminativos na Comissão serão votados nominalmente, em bloco, com abertura do painel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eletrônico, e, se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os demais itens, que exigem votação nominal.

Ficam retirados de pauta os itens 5, 7, 11 e 13, a pedido dos Relatores.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2975, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a mulher indígena na legislação de enfrentamento da violência e de promoção da saúde e da educação.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Favorável à Emenda nº 1- PLEN, com a subemenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 03/12/2024.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 1519, DE 2024

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências, para prever a criação de ações que favoreçam o ingresso de pessoas idosas nos cursos de graduação.

Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE)

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Pela aprovação do projeto, da Emenda nº 1-T-CDH com a subemenda que apresenta, e com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. Em 14/05/2024, foi apresentada a emenda n° 1-T, de autoria do Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR).

2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto, com a emenda nº 1-T/ CDH.

3. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2017

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências, o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para promover a qualificação profissional do adolescente em regime de acolhimento institucional.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações:

1. Em 03/09/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2. Em 21/11/2024, foi apresentado voto em separado, de autoria da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF).

ITEM 13

PROJETO DE LEI Nº 2480, DE 2021

- Não terminativo -

Institui o Mês de Conscientização sobre o Transtorno de Personalidade Borderline.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Não apresentado

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.)

Os itens nºs 1 e 2, que tratam do Exame Nacional de Proficiência em Medicina, cujo Relator é o Senador Marcos Rogério, e o item 2, que institui o Exame Nacional de Proficiência em Odontologia, cuja Relatora é a Senadora Professora Dorinha Seabra, os dois itens são objeto de um requerimento extrapauta da Senadora Teresa Leitão.

Consulto antes o Plenário sobre a inclusão na pauta do requerimento relativo aos assuntos. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, passamos, em primeiro lugar, aos requerimentos extrapauta.

Concedo a palavra a V. Exa., Senadora Teresa Leitão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Primeiro, Presidente, bom dia.

Quero saudar o texto que V. Exa. leu sobre Trevisan. Realmente é uma perda: uma perda para literatura, uma perda para uma visão muito própria do cotidiano. Eu não li a notícia por inteiro, mas soube, inclusive, que ele deixou algumas recomendações para o momento de agora, para o pós-morte, dentro daquele espírito, com 99 anos, bastante revolucionário com o qual ele sempre pautou a sua vida e os seus escritos.

O senhor me passou a palavra para falar dos requerimentos.

Eu estava conversando agora com a Senadora Dorinha da importância dessas audiências por ser tratar de temas novos, são temas que não irão ao Plenário, são temas terminativos na CAS. Não sei se a gente faria, inclusive, uma audiência conjunta, se isso seria do interesse desta Comissão e da CAS.

Peço realmente que a gente possa aprovar isso para ter uma serenidade e alguns elementos maiores para poder definir com tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agora, Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Bom dia, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadora.

Eu falava há pouco para a Senadora Teresa Leitão que esse tema já foi fruto de audiência, inclusive em outras Comissões. Acho que é um debate longo e, ao mesmo tempo, eu creio que é um desafio para todos nós quando lidamos com a qualificação do ponto de vista do exercício profissional.

Eu tenho certeza de que os dois projetos são extremamente importantes, são ações na área da saúde, e que esse projeto de avaliação, ou seja, a instituição da avaliação, do exame, é extremamente importante para garantir a própria qualidade e orientação às instituições formadoras.

Eu, logicamente, gostaria de votar o texto, mas o Plenário aqui é soberano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu penso que já foram... Inclusive, eu participo de outras Comissões. A Senadora Daniella Ribeiro já fez audiências em outras Comissões tratando desse tema, e, logicamente, o desenho e o formato de funcionamento vão ter que ser debatidos ao se construir o exame. Essa é minha posição. Entendo que, inclusive, já houve debates nessa temática tão importante. Se for aprovado o requerimento, que seja, pelo menos, uma audiência conjunta, porque, a cada tempo que a gente faz, acaba adiando um tema tão importante, que é um desafio em todas as áreas.

Eu fui Relatora na Câmara do Enameb, que foi, inclusive, uma proposta, na verdade, à época, enviada por três Deputados, o Deputado Gastão e o próprio Governo, o Ministro da Educação, à época, Fernando Haddad, e trata da avaliação semelhante na área da educação. Muitos países fazem isso como forma de garantir certificação e padrão de qualidade na formação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – O outro Deputado é o Abicalil, que não tinha me lembrado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Abicalil. Isso.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Nesse projeto de educação.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente Flávio Arns, por favor, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço à Senadora Professora Dorinha e passo a palavra ao caro Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Bom, Presidente Arns, Senadoras, Senadora Dorinha, Senadora Teresa, muito bom dia a todos.

Quero também saudar aqui os ilustres membros do Movimento Médico, o nosso Presidente, meu xará Hiran Gallo, que está aqui presente e, em nome do Hiran Gallo, quero saudar todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representantes das entidades associativas, dos conselhos, e dos sindicados que estão aqui presentes, apoiando esse projeto.

Presidente, vivemos, durante dez anos, sob a égide de uma moratória de criação de novas escolas médicas no Brasil. Essa moratória acabou em 2023. E, pasmem, senhoras e senhores, durante essa moratória de dez anos, se instalaram no país mais de 169 novos cursos de Medicina. E o que é mais grave, durante a moratória, as faculdades privadas utilizaram um artifício que descaracterizou toda a questão da política de abertura de novas escolas no país, porque, ao conseguirem liminar para abrir essas escolas, elas foram abertas sem critério. E a maioria delas nos grandes centros ou em alguns lugares onde não tínhamos o menor cenário de prática para suporte ao aprendizado dos egressos dessas faculdades.

Dessa forma, Presidente, já lutamos contra essa proliferação desenfreada de escolas, o que gera a má formação do médico e faz sofrer a população brasileira, principalmente a mais pobre. Por quê? Porque os mais ricos estão na saúde suplementar e têm acesso à medicina de qualidade.

Aqui ninguém quer ser atendido por Mais Médicos, que ficam quatro anos sem a devida avaliação, fazendo medicina nos rincões deste país, sem a menor responsabilidade, inclusive. Olha o dano que estamos causando!

E a nossa preocupação é esta: má formação, proliferação desenfreada de médicos malformados, o que gera sofrimento, principalmente das pessoas mais pobres do nosso país, como nos rincões do Amazonas, do Acre, do Amapá, de Roraima, do Nordeste.

E, durante esses debates todos, Presidente, senhoras e senhores, o Movimento Médico, que não é contra a abertura de escolas médicas... As escolas de qualidade, as escolas que formam bons médicos, são muito bem recebidas pelo Movimento Médico brasileiro. Por quê? Porque, ao formarmos bons médicos, estamos diminuindo essa sensação que existe entre medicina de rico e medicina para pobre, o que existe muito claramente no nosso país.

Presidente, veja bem, na semana passada tivemos aqui uma plenária temática sobre inovação e eu trouxe aqui vários médicos que usam inteligência artificial na sua profissão, grandes inovações, e trouxe... O senhor viu que nós colocamos um robô, o Da Vinci, que é um robô utilizado para cirurgias abdominais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vários colegas falaram da vantagem da cirurgia minimamente invasiva feita através desse robô, a qual pode ser feita inclusive à distância.

Pasmem: tem 20 anos, Professora Dorinha, que esse robô é utilizado em cirurgia de próstata, cirurgia de bexiga, cirurgia de rim, cirurgia abdominal, mas ele não está inserido, não está incorporado à Conitec, então o SUS não faz. Só quem tem plano de saúde, quem tem dinheiro para pagar faz. Isso é odioso. Isso é inaceitável, principalmente para mim, que sou médico.

E veja bem, Presidente, eu fiz residência no Rio de Janeiro. E eu defendo aqui que tenha mais médicos no interior, nos lugares mais longínquos, porque eu fiz isso. Eu fui para um lugar longínquo, que tinha 80 mil pessoas naquela época, e eu era o único oftalmologista no meu estado todo.

Então, eu estou aqui defendendo, Presidente, boa formação de médico. Só há uma maneira de nós coibirmos essa proliferação desenfreada de profissionais que não têm a mínima condição de atender as pessoas, como o Mais Médicos, como algumas faculdades. Por exemplo, tem faculdade aqui que só dá aula à noite. É um absurdo! Além do que – além do que – nós temos uma coisa mais grave: proliferam-se, Senadora Teresa, escolas médicas nas fronteiras do nosso país, como no Paraguai, por exemplo, onde as pessoas trabalham durante o dia e vão fazer faculdade à noite a um preço vil. A gente não vê como! Essas pessoas são enganadas por essas faculdades, porque elas terminam não se formando em medicina. Recebem o diploma e terminam saindo por aí causando dano às pessoas.

E é por isso, Presidente, que eu clamo aqui à nossa querida Senadora Teresa, que é uma pessoa muito envolvida nas causas sociais, na defesa dos mais desfavorecidos, que a gente possa aprovar esses dois projetos aqui – tanto o de proficiência da odontologia, que é um problema similar, quanto o da medicina – até porque, Presidente, nós ainda temos aqui um longo caminho a percorrer. E, durante esse caminho, Presidente, muitas pessoas vão morrer ou sofrer danos pela má prática de profissionais mal formados.

Nós ainda temos o caminho desse projeto na CAS, Comissão de Assuntos Sociais desta Casa, onde ele é terminativo. E, depois, esse projeto vai para Câmara dos Deputados, onde será apensado a um outro projeto, no caso da medicina, que nós temos tramitando lá, cujo autor é o nosso querido Deputado Luizinho. A diferença deste projeto para o que tramita na Câmara é que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por este aqui, a prova de proficiência é feita ao final do curso; no da Câmara – um projeto, inclusive, que nós achamos até mais adequado – nós vamos ter três etapas de proficiência: no segundo, no quarto e ao final do curso.

E não é só isso, Presidente. Os projetos estabelecem sanções às faculdades que tiverem um índice de reprovação muito alto, porque, quando todo mundo é reprovado, fica aí muito claro que a culpa não é do egresso, não é do aluno; é da má formação, é da instituição. Então, nós temos que aplicar sanções duras a essas instituições que não preparam médicos da forma devida, adequada para enfrentar esse grande desafio, que é nós melhorarmos o acesso para as pessoas mais desfavorecidas, desse imenso Sistema Único de Saúde, que é o maior do mundo.

E nós, eu, o senhor e todos aqui trabalhamos para aperfeiçoá-lo, já que ele ainda é jovem; ele ainda não tem 35 anos.

E, quando nós fazemos isso aqui... Quero aqui parabenizar o autor desse projeto, que não é médico, mas é um rábula da medicina, o nosso Astronauta Marcos Pontes.

Senador, eu quero aqui, em nome da medicina do meu país, que eu defendo aqui com toda a minha força, com toda a minha responsabilidade, exaltar o seu compromisso, exaltar o seu tirocínio, a sua inteligência e a pertinência desse projeto, e que nós possamos, como eu já falei aqui, aprovar não só esse projeto, mas o projeto da odontologia, porque eles não são terminativos aqui.

Está claro que isso aqui é para proteger as pessoas, e nós não precisamos aqui... Presidente, só para concluir, eu acho que não tem por que, com todo o respeito que tenho pela história da Senadora Teresa... Eu acho que nós precisamos fazer com que esse projeto caminhe.

Nós estamos no final do ano. Esse projeto será apensado a um projeto na Câmara, e vai lá mais um ano, dois anos discutindo-se na Câmara, olhem só! Enquanto isso, morre gente, médicos malformados, assim como os desse Mais Médicos, que têm quatro anos para trabalhar no país, sem o devido Revalida, que nós aprovamos por dois votos, quando eu era Deputado.

Como emanava do Movimento Médico, precisávamos fazer um Revalida rigoroso, porque ninguém aqui quer, Presidente, entrar em um táxi cujo motorista não tenha carteira de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

habilitação. Ninguém aqui tem coragem de entrar em um avião cujo piloto não seja brevetado, ora!

Então, nós vamos fazer com que essas pessoas pobres do nosso país continuem sendo atendidas sem o devido respeito, sem a devida competência, porque, Presidente, quando o médico é incompetente, quem sofre, principalmente, são os mais pobres deste país.

Por isso, eu peço a devida vênia da nossa Senadora Teresa, para que nós possamos ler esse relatório, aprová-lo aqui e fazer com que esse projeto caminhe, para o bem do povo brasileiro e para o bem da medicina do meu país.

Muito obrigado, Presidente, e muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Dr. Hiran, pela manifestação.

Só para lembrar, aqui, nós temos o Senador Marcos Rogério, a Senadora Teresa Leitão, a Professora Dorinha, o Alan Rick, o Marcos Pontes, o Dr. Hiran, que acabou de se manifestar.

Nós estamos avaliando os itens nºs 1 e 2 da pauta, e existem requerimentos colocados para que haja a realização de audiência pública.

Então, é nesse sentido que as pessoas, os Senadores e os colegas, estão se manifestando.

Senador Alan Rick; e depois o Senador Marcos Pontes.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiramente agradeço a V. Exa. por pautar a matéria, que já vem sendo debatida há muito tempo.

Fazer com que a qualidade dos médicos formados no Brasil seja avaliada constantemente, que se crie um exame de proficiência médica, como proposto pelo autor da matéria, o Senador Marcos Pontes, eu creio que é de bom grado, é uma alternativa importante que se cria no Brasil diante desse cenário já relatado aqui por vários colegas, um cenário que o Brasil conhece, da proliferação de muitas universidades de Medicina. Eu sou de um tempo em que o aluno dedicado... Muitas vezes, o colégio não tinha talvez o corpo técnico mais qualificado, o mais bem preparado, mas o aluno dedicado sempre era um bom profissional. Ele sempre se forma um bom

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissional por conta da sua dedicação e do seu esmero. Obviamente, uma grande formação vem de grandes professores, vem de uma estrutura adequada, para que essa vocação... Porque eu entendo que a medicina é uma vocação, é um sacerdócio, é uma das mais belas profissões que alguém pode escolher na vida, porque se trata de salvar vidas. Então, eu entendo que a matéria é meritória, tanto quanto a nossa contribuição, a nossa emenda que trata da realização desse exame por aqueles brasileiros que se formam fora do Brasil e que, ao realizarem o exame de proficiência médica, estarão, automaticamente, aptos a terem também seu CRM. Por quê? Qual o objetivo desse exame? Avaliar a qualidade da formação desse médico. Ponto.

Os dados apontados aqui pelo nobre Senador Marcos Pontes, desde que o Cremesp instituiu o seu exame, em 2012, os números são estarrecedores aqui no Brasil. Veja só, Senadora Dorinha: em 2012, entre os 2.411 participantes, 54,5% foram reprovados. Em 2013, 59,2% dos 2.843 recém-formados em medicina foram reprovados. Na décima edição do exame, realizada em 2014, 2.891 recém-formados foram avaliados no Estado de São Paulo, e mais da metade, 55%, não passou no exame do Cremesp. Ora, eu entendo que esse exame seja rigoroso, seja bem elaborado, com o objetivo, exatamente, de avaliar a proficiência médica, a capacidade, o preparo, o quanto esse médico estudou e se preparou para assumir essa profissão tão bonita, esse sacerdócio que é ser médico.

O Senador Hiran se referiu, ainda pouco há pouco, ao Revalida. Foi, realmente, uma grande luta tornar o Revalida um exame obrigatório, um exame anual, duas vezes por ano, porque, antes de 2019, esse exame aqui... Nós estamos falando da revalidação de exames de médicos formados fora do Brasil. O.k. Antes de 2019, o Governo teve muitas dificuldades de fazer o Revalida durante alguns anos. Durante três anos, não houve Revalida no Brasil por conta das dificuldades logísticas, por vários problemas enfrentados pelo Inep, mas, após a aprovação da lei, nós tivemos uma organização do exame. Inclusive, Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje, com todo o rigor que o Revalida tem, nós temos um programa elaborado todos os anos, duas vezes por ano. Agora, recentemente, na aprovação do Mais Médicos para 2023 em diante, foi aprovado também que o exame Revalida seja feito com uma terceira etapa a cada ano. Portanto, ele se tornaria um programa três vezes ao ano em vez de duas.

Sou favorável a essa matéria, sou favorável a que nós possamos fazer uma avaliação criteriosa, como sempre fui favorável ao Revalida, sempre fui favorável. O grande desafio do Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente... Eu moro no Acre e constantemente também tenho conhecido a realidade de outros estados da Amazônia. Nas capitais – Rio Branco, Porto Velho, Manaus, Palmas, que também é a Amazônia Legal, Belém, Boa Vista, cidade lindíssima, capital do Estado de Roraima, e os demais municípios que são capitais dos nossos estados – tem uma boa quantidade de médicos, médicos qualificados para atender a sua população. O grande problema do Brasil, Sr. Presidente, é garantir atenção médica no interior, nos municípios mais afastados.

O senhor sabe que eu visitei os 22 municípios do Acre para conhecer a realidade de cada hospital do nosso estado. Hoje todos os hospitais que estão sendo reformados, ampliados e equipados no meu estado têm recursos nossos, porque foi um dever cumprido. Hoje alguns já estão em funcionamento e outros ainda em obras. Para quê? Para garantir que nos municípios do interior esses médicos tenham o melhor equipamento, tenham o melhor instrumento, tenham o melhor hospital para poder atender – não só os hospitais, mas as unidades básicas de saúde e as unidades mistas de saúde. Foi um compromisso meu com o nosso povo.

Portanto, finalizando, sou favorável à matéria. É meritória, porém, entendo que a emenda nossa acatada no relatório traz justiça para que se faça realmente uma avaliação de todos os médicos: dos formados no Brasil e dos formados fora. Aí você garante igualdade de condições. Quem estiver preparado vai passar, quem estiver adequadamente capacitado vai passar. Só não entendo ser justa uma cobrança em duplicidade daqueles que se formam no exterior. Esse é o ponto. O projeto é meritório e agradeço ao Senador Marcos Rogério por ter acatado a nossa emenda em seu relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Alan Rick.

Eu só pediria, com a devida vênia, só para irmos nos cinco minutos, para darmos a oportunidade e fazermos o encaminhamento do assunto.

Caro Senador Astronauta Marcos Pontes, com a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senadoras e Senadores, bom dia! Bom dia a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixem-me colocar assim, para começar: eu sou piloto e eu entendo bem da área e da arte de pilotagem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Concordamos. (*Risos.*)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Imaginem a seguinte situação. Nós todos aqui pegamos aviões para voltar para os estados, e assim por diante, avião comercial. Imagine que você entre em um avião comercial e, durante o táxi, ou seja, depois que ele sai do *gate* e começa a rolar para a pista, o comandante fale ao alto-falante do avião: "Bom dia a todos os passageiros. Estou muito feliz que vocês estejam aqui comigo hoje, porque hoje é o meu primeiro dia voando esse tipo de avião. Eu não tive a oportunidade ainda, então fico muito feliz que vocês compartilhem comigo esse momento tão marcante na minha vida. A meteorologia no caminho não é das melhores, nós temos alguns problemas no caminho, mas eu tenho certeza de que a parte automática desse avião vai tomar conta dele durante o período em que nós estivermos aqui, e eu espero que nós possamos pousar em segurança no nosso destino". Eu tenho certeza de que todo mundo aqui vai ficar muito inseguro e, provavelmente, muita gente vai querer sair desse avião, numa situação como essa.

Eu coloquei isso de uma forma um pouco mais dramática em termos de voo, porque todo mundo aqui pega um voo toda semana e sabe como é isso, mas, quando a gente vai a um médico, a gente coloca ou a nossa vida na mão desse profissional – e é bom que isso fique muito bem entendido –, ou a de algum ente querido, para ser tratado, operado por esse profissional. O que acontece é que nós temos um número muito grande de escolas de medicina, o que dá um número de médicos formados muito grande. Quando eu vi esse número, eu falei: "Ótimo, é muito bom que o país tenha muitos médicos excelentes". Por falar em audiência pública, nós fizemos audiência pública para tratar desse tema – já foi tratado em audiência pública – e nós tivemos a presença do Conselho Federal de Medicina, da Associação Paulista de Medicina. São aquelas pessoas que trabalham no dia a dia com isso, que conhecem muito bem a formação, profissionais de mais de 40 anos de experiência no setor de medicina, e aí eles me chamaram a atenção para uma série de fatos. Quando eu falei: "É bom ter muitos médicos, não é?". "Não, sem dúvida, mas, sem ter qualidade, é muito perigoso, está se multiplicando o problema."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não só as escolas de medicina precisam ter a qualidade da formação, como também o corpo de professores tem que ser muito bem preparado. Além disso, não é como aprender, vamos dizer assim, direito, que você aprende mais nos livros; você precisa ter a parte prática. A competência, no caso para o médico, envolve conhecimento, envolve habilidade – e muita habilidade – e também a atitude do médico. Essas escolas não têm tido qualidade suficiente para que esses médicos tenham o treinamento adequado em hospitais – o.k. –, e isso dá uma formação ruim.

No final, eu achava, por exemplo, que no Brasil era obrigatório, assim como nos Estados Unidos, se fazer uma residência depois da medicina, para que o médico pudesse começar a fazer o seu trabalho, depois de conhecer muito bem uma determinada área, uma especialidade. Aí fiquei surpreso em saber que não, e muitos dos alunos nem querem fazer a residência, para entrarem no mercado mais cedo. É mais um fator...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... contribuinte, preocupante dentro dessa situação que nós temos no país.

Depois de ouvir todos os profissionais falando sobre isso na audiência pública e nos encontros que eu tive com eles, nós colocamos esse projeto de lei que exige um exame de proficiência, diferente de um projeto que corre na Câmara, que exige vários exames ao longo do tempo. Com isso, nós podemos reduzir ou mitigar esse risco para a população; isso é um risco para a população, é um risco para todos aqueles que vão aos médicos. Todos os médicos com os quais eu conversei, com um certo tempo de formação, foram unânimes em aprovar o fato de se ter esse exame. Ter vários exames não é muito bom, porque não tem "perna" – vamos dizer assim – para serem feitos, e esse é um dos problemas. Então, ter um exame é suficiente e necessário para que nós tenhamos a mitigação desse problema.

Agora, tem um ponto ainda que não foi coberto, mas isso pode ser coberto no futuro, que é o seguinte: para um piloto continuar a voar, você tem que fazer exames médicos todos os anos, você tem que fazer *checks* periódicos para saber a sua proficiência naquela aeronave todos os anos. Isso é exigência. Para médico, não. Ele se forma em 1970, nós estamos em 2024, e o médico que se formou lá não precisa fazer nenhum exame, ele continua a fazer as suas tarefas sem ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhuma revalidação com tudo isso. Isso também é outra coisa para ser tratada no futuro, mas, por enquanto, o exame de proficiência é absolutamente necessário no país.

Eu sou contra nós fazermos outra audiência pública aqui, porque essa matéria ainda vai para a CAE, e, na CAE, pode ser feita audiência pública e haver mais discussão. Eu sou muito favorável à discussão. Por exemplo, em inteligência artificial, eu presidi mais de dez audiências públicas, pedi uma série delas, mas, para dar andamento a esse processo, é necessário que a gente passe isso aí para frente, aprove aqui, vá para a CAE, e na CAE a gente pode pedir uma outra audiência pública, o que seja; mas é imprescindível para o país, para a saúde do país, que a gente tenha esse projeto aprovado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Agradeço ao Senador Marcos Pontes pela palavra.

É muito bem lembrado que os dois projetos, depois da Comissão de Educação, irão à CAS, Comissão de Assuntos Sociais, para apreciação também.

Eu pergunto aos Relatores e à proponente dos requerimentos se há algum encaminhamento que desejem realizar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

A Senadora Professora Dorinha Seabra, de acordo com a Senadora Teresa Leitão, será a porta-voz do encaminhamento, lembrando que a Senadora Professora Dorinha é Vice-Presidente também desta Comissão.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer uma proposta de acordo. Se for necessário, a gente pode pedir vista, hoje, coletiva. Aprova-se o requerimento de audiência pública para fazer conjuntamente CAS e Comissão de Educação, que foi o encaminhado aqui pela Senadora, e terça-feira nós votamos o projeto de odontologia e o de medicina, porque nós não queremos perder o prazo do ano todo em termos de debate. E aí, lógico, ele vai seguir para a CAS, como é, mas a gente já fez uma audiência pública conjunta.

Era essa a minha sugestão.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Bom, o senhor sabe que eu sou uma pessoa muito cordata e tudo mais, mas nós fizemos uma audiência pública, Presidente. Esse é um tema que nos é caro há muito tempo.

Presidente, me preocupa muito... O Senador Astronauta Marcos Pontes falou uma coisa interessante aqui, falou sobre o nosso padrão-ouro da especialidade, que é a residência médica. Nós não temos vaga para todo mundo, e tem muita gente também que não tem feito residência, Presidente, sabe por quê? Porque o Governo aprovou um modelo de Mais Médicos de dar direito a alguém que não tem CRM de trabalhar lá nos interiores do Brasil sem CRM, durante quatro anos, depois ele vai fazer o Revalida. Durante esses quatro anos, Presidente, ele recebe doze mil e poucos reais, sem ser médico, porque ele não tem CRM. E um residente, Presidente, tem uma bolsa de R$5 mil. Ninguém quer fazer residência, quer faturar os doze primeiro, e é por isso que tem esses modelos que prejudicam a formação médica. E nós estamos aqui para preservar a saúde da população. Nós não podemos ter diversidade sobre isso, Sr. Presidente.

Eu acho que a gente deve votar o requerimento. Se houver um pedido de vista, a gente faz um pedido de vista coletivo e traz aqui para... O pedido de vista é possível aqui, qualquer Senador pode pedir, mas eu acho que a gente precisa vencer esse requerimento. Com todo o respeito à Senadora, à Senadora Teresa, que é uma pessoa que a gente respeita muito, mas, olhem, nós estamos com todo o movimento médico aqui apoiando – são pessoas responsáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Presidente, eu sugiro que o nosso Relator leia o relatório. Se houver alguma dúvida no relatório, que se peça vista, aí a gente pede vista coletiva e vota na próxima terça-feira. Eu acho que aí não tem nenhum problema, eu acho que fica muito mais... Não é?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senadora Teresa Leitão.

Agradeço, Senador Dr. Hiran.

Senadora Teresa Leitão, como autora dos requerimentos.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Estava conversando aqui com o Senador Marcos Rogério, e agora o Senador Hiran torna pública essa possibilidade de pedido de vista, que eu sei que é regimental, sei que poderia chegar já com essa posição, mas não quis obstacular o debate. Muitos participaram deste debate na Câmara, outros não. Tem tantos projetos aí pendentes de um aprofundamento, projetos dessa monta, desta importância.

Estávamos aqui conversando, foi um acordo, é bom que a assistência saiba que esta Casa é uma Casa de diálogo, é uma Casa de construção de consensos, é uma Casa de acordos. Acho muito difícil a gente terminar o ano legislativo no dia 17, o Presidente Pacheco já sinalizou que poderemos funcionar até o dia 19. As votações estão atrasadas, todos sabemos disto, então a próxima semana vai ser uma semana viva. Foi nesse sentido que inclusive o meu requerimento é só para a audiência pública aqui, mas agrego a sugestão da Senadora Dorinha de audiência pública conjunta com a CAS, onde ambos os projetos são terminativos.

Se, Presidente, a alternativa consensual for por pedido de vista coletivo, a gente aceita como medida e fruto do diálogo e do consenso, mas não votaremos hoje, porque o pedido de vista impede. Eu já me preparo para o pedido de vista, se for o caso, substituindo o aprofundamento do debate em audiência; e posso conversar, inclusive, na CAS, de que sou também membro, porque é o que a gente vai fazer na CAS, que lá ele é terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Era isso que a gente estava tentando construir, entendeu, aqui com a Senadora Dorinha, que é uma das Relatoras.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só um minuto.

Senadora Teresa Leitão, em função das observações que V. Exa. fez, enfatizando a necessidade do entendimento, do diálogo, eu pergunto se V. Exa., aceitando, inclusive, o pedido de vista e, posteriormente, encaminhando audiência pública, fazendo parte do acordo de que haja essa audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, retiraria os requerimentos.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Posso fazê-lo, embora eu ache que é uma perda, porque o assunto tem a ver com educação e o assunto tem a ver com saúde propriamente, que é a pauta da CAS. Acho...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, V. Exa. me concede...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente. Nós ganharíamos tempo e ganharíamos conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu gostaria, antes de ver o tipo de encaminhamento que nós vamos fazer para a votação, de ouvir os dois Relatores, o Senador Marcos Rogério e a Senadora Professora Dorinha.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu normalmente apoio os pedidos de audiências públicas, porque eles são um instrumento para esclarecimento, para poder aclarar pontos dos projetos. Agora, a audiência pública serve para instruir a matéria. Em que fase nós estamos neste momento? Nós estamos na fase de leitura do relatório. O pedido é pertinente, correto, mas, na minha visão, num momento inadequado, porque nós estamos com a pauta para a leitura do relatório. Se houver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendimento, acordo para que isso aconteça, naturalmente pode acontecer, mas, neste momento, nós estamos a uma semana de o Senado, de repente, não ter aqui sessões deliberativas. A próxima semana não se sabe como será, vai depender das pautas que estão saindo das Comissões no dia de hoje e amanhã. Então, a minha ponderação vai na direção de a gente fazer a leitura, como está previsto na pauta. Esta matéria vai passar pela CAS. É possível fazer lá a audiência pública, a gente pode fazer, posso participar naturalmente, mas, neste momento, eu acho que a leitura é o caminho correto. O pedido de vista, obviamente, é regimental. Se houver pedido de vista, não há nem tem por que haver objeção por parte deste Relator. A questão é se a Comissão quiser avançar com a matéria votando hoje, aprovando e já encaminhando para essa nova Comissão, para, aí, sim, fazer o pedido de audiência pública desde o começo, que é o momento oportuno de instrução da matéria, o que é o melhor caminho... Neste momento, eu vou optar também pela leitura do relatório, se assim V. Exa. entender.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senadora Professora Dorinha, Relatora também de um dos itens objeto desta discussão.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na minha visão, como eu disse no início, eu acho que as duas propostas são extremamente importantes numa política de acompanhamento, de garantia de qualidade. Acho que já fiz a exposição inicial da importância de ambos os temas, tanto para a medicina como para a odontologia. Ao mesmo tempo, eu acho que os colegas aqui entendem que a Senadora Teresa cumpre também um papel que precisa ser respeitado, sem o prejuízo da garantia... Eu poderia ler meu relatório, sem problema nenhum, obviamente, e não vejo nenhum problema... Eu acho que a Comissão de Educação, ao realizar uma audiência conjunta com a CAS, inclusive, marca uma posição importante neste tema, porque, se realizado na CAS, logicamente, o tema... Nós podemos participar...

E eu quero votar este texto, eu gostaria do compromisso do nosso Presidente de que, na terça-feira, ele estaria pautado, porque, com o pedido de vista, nós não temos outra alternativa, ele é regimental, ele não vai ser votado. O requerimento de audiência nós podemos derrubar, porque isso é de voto. Agora, todo mundo que acompanha sabe que regimentalmente o pedido de vista não precisa ser votado. A Senadora tem direito. O que eu queria é um compromisso de que seja dado espaço para fala, que vai servir para a próxima Comissão, que serve para todos nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatores; e, ao mesmo tempo, que a gente tenha o compromisso de votar, ainda que não presencialmente, mas pode ser feita uma sessão remota. Se for feito o acordo de nós lermos o texto – em que pese que toda a abordagem e o texto já sejam públicos –, eu penso que poderia ser construído dessa forma.

Não adianta nós adiarmos no sentido de que este debate em relação a exames nacionais é pertinente, vai dentro do caminho de garantia de qualidade e amplo debate. Ao mesmo tempo, nós nos preocupamos com a qualidade dos cursos que têm sido oferecidos em todas as áreas. Eu falei, no início, da questão da educação, em que a grande maioria dos profissionais estão sendo formados via EaD, que não é o caso aqui, mas nós precisamos acompanhar a qualidade.

Por isso, eu me posiciono, seja qual for a deliberação... Gostaria muito e acho que é importante que a Comissão de Educação delibere, ainda neste ano, os dois projetos, tanto o da medicina quanto o da odontologia.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, o senhor me concede três minutinhos?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Três minutos, Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Só comece na hora em que eu começar a falar, está bem, Presidente? (*Risos.*)

Presidente, eu tenho muita preocupação com esta época de final de ano. Vou dar um exemplo para vocês aqui. A gente está falando da próxima semana. Nós fomos convocados para vir para cá, Senador Marcos Rogério, para ouvir a leitura do relatório da reforma tributária ontem, corremos para cá, e foi suspensa a nossa reunião à tarde, aos cinco minutos do segundo tempo. A gente não pode correr esse risco, Presidente. Nós estamos aqui com relatório pronto, nós estamos prontos para votar.

Aqui, a grande maioria dos Senadores e Senadoras quer ouvir o relatório e quer votar. Todo mundo já tem convicção sobre isso. Dizer que nós somos contra a proficiência, que nós somos contra aferir a competência, o preparo do egresso de uma faculdade que vai cuidar das pessoas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cuidar do nosso maior patrimônio, que é a nossa vida?! A gente ficar aqui procrastinando isso, tergiversando sobre o assunto não é uma coisa adequada, com todo o respeito!

Eu espero que nós possamos, sim, votar o requerimento. Vamos colocar por voto este requerimento. Não há acordo! Há uma angústia do... Olhem aqui: está cheio de gente do movimento médico aqui, pessoas envolvidas com boas práticas, com responsabilidade, com bem formar o médico brasileiro. Eu não vejo por que a gente deixar isso para a próxima semana, pessoal! Então, eu espero que nós possamos aqui, Presidente, colocar os requerimentos para serem votados. Que se leiam os relatórios, que os Relatores leiam os relatórios e aí, se houver pedido de vista, o que é regimental, que se possa pedir, mas que se arque com ônus da responsabilidade de tentar ficar jogando esse assunto para a frente, o que eu acho que não é o interesse de nenhum de nós aqui. Nós todos temos compromissos...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... a Dorinha com a educação, a nossa Senadora Teresa tem uma história belíssima de cuidar das pessoas, de compromisso social. Então, eu espero que nós possamos votar, porque o povo brasileiro não pode mais ficar esperando por uma situação que os torna em situação de absoluta vulnerabilidade ao serem atendidos por médicos que não têm CRM e por médicos malformados.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Vamos, por último, escutar novamente a autora do requerimento, para em seguida fazer os procedimentos necessários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – É a primeira vez que eu vejo um requerimento ser tão debatido no sentido de rejeitar o debate. (*Risos.*) É uma coisa inédita nestes dois anos em que eu estou aqui.

Eu estou sendo instada a abrir mão de uma negociação, de um aprofundamento do debate... Afinal, nem todos os Senadores são médicos, e todos os Senadores têm responsabilidade com a vida. Eu retiro os requerimentos para evitar votá-los e seguirei... Assim como, para apresentar os requerimentos, eu segui o Regimento, seguirei o Regimento em questões relacionadas ao meu direito como membro titular desta Comissão, lamentando profundamente, mas farei isso, até porque, Dr. Hiran, como muito bem o senhor disse – aliás, já é a segunda vez que o senhor diz em matéria médica –, eu tenho um compromisso com a vida, todo educador tem. Embora na morte lenta da educação não apareça sangue, a gente tem compromisso com a vida. Então, Sr. Presidente, para evitar a votação, os requerimentos, que geralmente são objeto de acordo... Os dois requerimentos estão retirados. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa., Senadora Teresa Leitão. Parabéns pelas palavras também. O compromisso com a vida tem que ser de toda a sociedade, médicos, profissionais de saúde, professores, sociedade em geral...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É. Quem sabe a CAS albergue os requerimentos, mas agradeço muito, inclusive, a boa vontade de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Quero destacar aqui a presença do Deputado Helio Lopes e também – o Helio Lopes... Ah, está aqui, desculpe, Helio, seja muito bem-vindo também a esta Comissão de Educação e Cultura – e o Deputado Zacharias Calhau...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Calil. Eu, que estou com óculos, preciso me consultar com o Dr. Hiran, porque o multifocal não está dando muito certo, ele é o culpado. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos ao item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2294, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Favorável ao projeto e à Emenda nº 2, na forma da subemenda que apresenta, e contrário à Emenda nº 1.

Observações:

1. Em 10/09/2024, foram apresentadas as emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Alan Rick (UNIÃO/AC).

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Em 9 de dezembro de 2024, foi recebido novo relatório do Senador Marcos Rogério.

Com a palavra V. Exa. para a leitura do relatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Eu sei que geralmente pedido de vista... É porque eu tenho que ir para a CAE e eu vou só explicar isso. Pedido de vista se faz após a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu vou pedir a V. Exa. vista, porque eu preciso votar nominalmente na CAE. Hoje é sabatina, eu participei um pouco da sabatina, mas preciso estar lá neste momento.

Agradeço a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não havendo objeções do Plenário para que a vista seja concedida à Senadora Teresa Leitão, que cumprirá compromisso em outra Comissão... (*Pausa.*)

Muito bem. Então, há esse entendimento...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, só uma questão de ordem.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Que será coletiva, evidentemente.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Como normalmente nós pedimos vista depois de ouvir o relatório, nós vamos pedir vista coletiva, mas, por respeito ao Relator, nós vamos ouvir o relatório e pedimos vista coletiva...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, exato. Primeiro a leitura...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – De total acordo, Dr. Hiran.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O primeiro ponto é a leitura do relatório, aí o pedido de vista, a leitura do outro relatório pela Senadora Professora Dorinha Seabra e a solicitação de vista também.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Coletiva.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, como membro também da CAE, preciso me ausentar e subscrevo o pedido de vista coletiva. Obviamente, estamos todos aqui ansiosos para que esse debate prossiga.

Muito obrigado a V. Exa. e a todos que acompanham.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Alan Rick.

Senador Marcos Rogério, com a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero agradecer a V. Exa., Sr. Presidente, por me designar Relator desta matéria, que é uma matéria tão importante, quero cumprimentar o conjunto dos Senadores e Senadoras que tiveram a oportunidade de conhecer o texto, de analisar o texto, alguns sugerindo emendas que serão, neste momento, apreciadas.

Eu quero registrar e agradecer a honrosa presença nesta Comissão de Educação do Presidente do Conselho Federal de Medicina, Dr. Hiran Gallo, que é Presidente dessa importante entidade do nosso país, que representa e coordena a classe médica do país, e que é também, com muito orgulho, do meu Estado de Rondônia. Então, Dr. Hiran, seja muito bem-vindo a esta Comissão de Educação. E, na sua pessoa, quero cumprimentar os demais membros da diretoria do colegiado, profissionais médicos que aqui estão, inclusive Parlamentares, como o Dr. Zacharias Calil, que é médico e Deputado Federal, e aqui o meu amigo também Helio Lopes, prestigiando esta Comissão de Educação.

Sr. Presidente, cumprimento naturalmente o autor desta matéria, o Senador Astronauta Marcos Pontes, que, a tempo e a hora, apresenta uma inovação legislativa que vai em direção à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proteção da vida e à proteção dessa classe que é tão importante para o país que é a classe médica.

É um projeto que fortalece a carreira médica no Brasil. É um projeto que, quando eu tive a oportunidade de olhar, eu falei: "Demorou muito tempo para um projeto dessa natureza ser apresentado e discutido". E o que, para mim, foi muito gratificante foi justamente essa soma da iniciativa do Senador Astronauta Marcos Pontes com uma conjugação de esforços com a classe médica, com o Conselho Federal de Medicina, com as entidades que representam a classe médica brasileira. Eu fiquei duplamente honrado com essa relatoria.

Passo à análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias de natureza educacional. Desse modo, é pertinente e oportuna a análise do Projeto de Lei nº 2.294, de 2024, que ora se procede, o qual pretende instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina para atestar a qualidade da formação médica brasileira.

Não se pode ignorar que médicos mal qualificados não apenas impõem riscos à vida, à saúde e à integridade física dos indivíduos – todos direitos fundamentais –, mas também comprometem a sustentabilidade do sistema de saúde.

Segundo o Painel "Radiografia das Escolas Médicas no Brasil", 71% das vagas em cursos de Medicina no país estão em locais que não atendem à infraestrutura mínima necessária para garantir formação adequada aos futuros profissionais. Desse modo, não há dúvida de que medidas voltadas a atestar a presença de competências e conhecimentos essenciais ao exercício da medicina se revestem de notória relevância social.

O Exame Nacional de Proficiência em Medicina é um instrumento válido e confiável, adotado em dezenas de países e particularmente útil para certificar as condições mínimas necessárias para o desempenho profissional. Dessa forma, o exame pode contribuir para a qualidade do atendimento médico e para a segurança dos pacientes, principalmente aqueles que dependem de um serviço público eficiente, ou seja, os mais vulneráveis e necessitados.

Não se trata de prova de concurso, em que as vagas são limitadas e apenas os mais bem avaliados são selecionados. O propósito do Exame Nacional de Proficiência em Medicina é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantir que os egressos das escolas médicas brasileiras, cujos números aumentaram substancialmente na última década, possuam os conhecimentos e habilidades fundamentais para o exercício seguro e competente da medicina, uma profissão que exige preparo técnico rigoroso e amplo domínio de diversas competências necessárias ao bom desempenho profissional.

Registre-se também que o exame proposto não é incompatível com as avaliações realizadas no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), de que trata a Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. Ao contrário, vale reconhecer que as informações sobre o desempenho dos egressos obtidas por meio do Exame Nacional de Proficiência em Medicina podem ser um valioso complemento para a avaliação das escolas e dos cursos de graduação em Medicina. Exemplos como o exame aplicado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o exame promovido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) também seguem essa linha de avaliação da qualificação profissional e demonstram a relevância de exames dessa natureza em diferentes áreas.

Por fim, passemos à análise das emendas apresentadas.

A Emenda nº 1 - CE, do Senador Alan Rick, amplia o benefício aos médicos formados no exterior que foram aprovados no Exame Revalida, conforme a Lei nº 13.959, de 18 de dezembro de 2019. Ocorre que esta proposição exige que todos os médicos aprovados no Exame Nacional de Proficiência em Medicina possam se inscrever no Conselho Regional de Medicina. Isso inclui os profissionais formados no exterior que, após terem seus diplomas revalidados, são formalmente equiparados aos formados no Brasil. A proposta da Emenda nº 1, que sugere critérios diferenciados para esses médicos, é inadequada, já que seus diplomas revalidados possuem o mesmo valor e reconhecimento. Manter um exame único para todos os médicos fortalece a equidade e a justiça na avaliação profissional, razão pela qual rejeitamos a emenda.

A Emenda nº 2 - CE, também do Senador Alan Rick, propõe que a aprovação no Exame Nacional de Proficiência em Medicina seja considerada equivalente à aprovação nas duas etapas do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida), conforme a Lei nº 13.959, de 18 de dezembro de 2019. Isso significa que médicos aprovados no Exame Nacional de Proficiência em Medicina não precisariam realizar o Revalida. Entretanto, o texto proposto deixa dúvidas quanto à possibilidade de a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação no Revalida dispensar o médico da realização do Exame Nacional de Proficiência em Medicina, o que necessita de maior clareza. Por essa razão, a emenda é acatada com o acréscimo de uma subemenda, conforme apresentada abaixo, pois pode contribuir com avanços na proteção à saúde dos brasileiros e na educação médica do País.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.294, de 2024, com a rejeição da Emenda nº 1 e pela aprovação da Emenda nº 2, na forma da subemenda apresentada.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Se V. Exa. pudesse ler também a subemenda.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Farei isso, conforme orientação de V. Exa.

A subemenda fica com a seguinte redação:

> SUBEMENDA Nº - CE
> Dê-se ao art. 3º do Projeto a seguinte redação:
> Art. 3º A aprovação no Exame Nacional de Proficiência em Medicina equivale, para todos os fins cabíveis, à aprovação nas duas etapas do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida), de que trata a Lei nº 13.959, de 18 de dezembro de 2019.
> Parágrafo único: A revalidação de diploma de medicina, por qualquer meio autorizado legalmente, não substitui a necessidade de aprovação no Exame Nacional de Proficiência em Medicina.

É a subemenda apresentada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme acordado, nos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva pelo prazo de 5 dias.

Passamos ao item nº 2 da pauta.

Projeto de Lei nº 3.000, de 2024, não terminativo...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente, para uma questão de ordem. Não é para discutir.

Na próxima semana nós teremos sessão aqui na Comissão, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim, teremos.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Teremos, não é? Porque o que me preocupa é essa questão que aconteceu ontem na CCJ, por exemplo: nós viemos para cá; foi suspensa. Eu fico muito preocupado com que a gente, no final do ano, não tenha deliberativa aqui na Comissão e esse projeto, que é tão importante para nós, possa, eventualmente, ficar para o próximo ano.

Não tem risco disso, não é, Presidente? Na próxima sessão, é garantido que nós vamos pautá-lo?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – No prazo de cinco dias, conforme a gente habitualmente faz.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3000, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 5.081, de 24 de agosto de 1966, que regula o Exercício da Odontologia, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Odontologia.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à cara Senadora Professora Dorinha Seabra para a leitura do relatório. (*Pausa.*)

Agradeço ao Senador Dr. Hiran, ao Senador Marcos Rogério, à Senadora Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu vou direto à análise.

Em tempo, eu parabenizo a iniciativa do nosso Senador Astronauta Marcos Pontes. Na verdade, nós vamos chegar ao mesmo lugar, não é? Era claro que o acordo que tinha sido proposto chegaria à mesma posição, então, a gente só perdeu tempo. Eu não gosto de fazer parte de teatro, não, infelizmente.

De acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação deliberar sobre matérias que versem sobre normas gerais da educação, formação e aperfeiçoamento de recursos humanos e outros assuntos correlatos, como é o caso da proposição em análise.

Constitucionalmente, o teor da iniciativa está bem fundamentado na competência da União de instituir, em concorrência com os entes federados, normas gerais em matéria educacional. Também se pode encontrar apoio constitucional na determinação de que a garantia de padrão de qualidade deve reger a oferta do ensino (art. 206, VII). Convém destacar, ainda, a liberdade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucional do exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

No que concerne ao mérito, compete a este Colegiado decidir sobre os efeitos do PL sobre a educação escolar e a formação profissional. Nesse sentido, a proposta encontra-se em consonância com os esforços do poder público de avaliar as instituições de educação superior e seus cursos, para garantir a qualidade dos serviços oferecidos à população e, por conseguinte, assegurar uma boa formação dos futuros profissionais.

Cumpre lembrar que existem mecanismos razoavelmente consolidados para a avaliação das instituições de educação superior e seus cursos de graduação no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), regulado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Entre os mecanismos de avaliação do Sinaes, deve ser destacado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), que busca, nos termos do art. 5º, §1º, da referida lei, avaliar o desempenho dos estudantes de graduação em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, bem como suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento. O Enade é aplicado periodicamente aos alunos dos cursos de graduação ao final do primeiro e do último ano de curso, admitida a utilização de procedimentos amostrais.

O exame aqui proposto, naturalmente, não se enquadra na configuração do Sinaes. Com efeito, os exames de proficiência, como o sugerido pelo PL em análise e o aplicado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), são instrumentos extraescolares de aferição de conhecimentos e competências. Tais instrumentos, no entanto, podem ter impacto positivo sobre a estrutura educacional, uma vez que os estudantes terão mais um incentivo para se dedicar às atividades acadêmicas e primar por sua formação. Desse modo, fica reforçada a cobrança de que lhes seja oferecido ensino de boa qualidade pelas instituições de educação superior.

Em suma, conforme ressalta a justificação do projeto, o exame proposto busca aprimorar a formação de profissionais de odontologia e, por conseguinte, garantir a prestação ao público de serviços pertinentes com competência técnica e ética.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição, ainda, toma o cuidado de resguardar os direitos dos alunos que já tiverem começado os respectivos estudos até a data inicial de vigência da lei em que vier a se transformar o projeto, bem como dos profissionais também até essa data devidamente inscritos no Conselho Regional de Odontologia.

Assim, ressalvada a análise da CAS sobre, entre outras matérias, a conveniência das medidas aqui propostas para o controle do exercício profissional em tela, avaliamos que este Colegiado deve acolher o projeto em exame.

Em vista do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.000, de 2024.

Em tempo, quero dizer da importância do trabalho realizado pela Associação Brasileira de Odontologia, pelo Conselho Federal de Odontologia e pelos conselhos regionais. Entendo que a realização do exame é um instrumento importante para o exercício da profissão e, ao mesmo tempo, pode ser um instrumento direcionado às instituições formadoras, buscando sempre melhorar a qualidade de formação e, obviamente, o serviço prestado aos cidadãos brasileiros.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa., Senadora Professora Dorinha, pelo relatório.

Nos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva pelo prazo de cinco dias.

Passamos ao item nº 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3085, DE 2021

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a adoção de metodologias ativas de aprendizagem no ensino fundamental e no ensino médio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra a V. Exa., Senadora Professora Dorinha Seabra, para a leitura do relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vou direto à análise.

Por se tratar de uma decisão em caráter terminativo e exclusivo, insta mencionar que a proposição atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Passando à análise do mérito, as metodologias ativas de aprendizagem são uma abordagem pedagógica que coloca o aluno como o principal agente do processo de aprendizado. Nessa situação o professor assume o papel de mediador e orientador, enquanto os alunos são incentivados a participar ativamente do processo, discutindo, construindo e reconstruindo o conhecimento.

A adoção de metodologias ativas no ensino fundamental e no ensino médio pode ser realizada por meio de diversas estratégias, entre elas, as trazidas na proposição, de atividades de monitoria por pares e de aprendizagem por pares e equipes. Essas estratégias engajam e motivam os próprios estudantes a serem agentes ativos no processo de ensino-aprendizagem.

Com efeito, diversos estudos têm demonstrado os benefícios da adoção de metodologias ativas, como o aumento da motivação dos alunos, a melhoria do desempenho acadêmico e o desenvolvimento de habilidades importantes para o mercado de trabalho, tais como liderança, trabalho em equipe e comunicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A monitoria, por exemplo, pode contribuir significativamente para a melhoria da qualidade do ensino, pois permite que os estudantes tenham um papel mais ativo no processo de aprendizagem, ao mesmo tempo em que oferece suporte e assistência para aqueles que possuem dificuldades. É uma abordagem que valoriza a cooperação e a colaboração entre estudantes e professores e que pode contribuir para a formação de indivíduos mais críticos, reflexivos e autônomos em relação ao seu próprio processo de aprendizagem.

Em conclusão, entendemos que a proposição pode trazer diversos benefícios para o processo educacional. Somos favoráveis à aprovação da matéria. Acreditamos, contudo, ser importante que as atividades de monitoria e aprendizagem por pares e equipes sejam sempre supervisionadas por um professor que possa orientar e subsidiar o trabalho dos monitores ou do grupo, motivo pelo qual apresentamos uma emenda.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação.

A emenda traz, no art. 2º, parágrafo único, que as atividades mencionadas no *caput* serão supervisionadas por professor da instituição de ensino a que estiverem vinculados os estudantes.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço a V. Exa.

Está em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Obrigado, Professora Dorinha.

Item nº 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 1392, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infração administrativa de deixar o responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche de fixar cartaz em local visível divulgando a infração prevista no art. 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 09/04/2024.

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Alessandro Vieira, para a leitura do relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, como V. Exa. já descreveu, trata-se de projeto bastante singelo, mas que tem relevância e merece a aprovação.

Passo diretamente à análise.

De acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, cumpre a esta Comissão opinar sobre as proposições que envolvam matérias de natureza educacional, como é o caso do presente PL.

Quanto à constitucionalidade, verifica-se que o projeto atende aos pressupostos de constitucionalidade formal, uma vez que a competência legislativa da União sobre a matéria encontra-se albergada pelo inciso XV do art. 24 da Constituição Federal: legislar concorrentemente sobre proteção da infância e juventude. Também estão respeitadas as normas relativas à iniciativa. A espécie legislativa adotada para veicular a matéria – qual seja, lei ordinária – não fere a Carta Magna, uma vez que não se trata de conteúdo reservado a lei complementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, não vislumbramos óbices no que concerne à constitucionalidade material das disposições que compõem o projeto.

No que concerne à técnica legislativa adotada, o PL harmoniza-se com as prescrições da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Quanto ao mérito, entendemos que a proposição possui relevância, uma vez que, ao estabelecer a exigência de divulgação por cartaz em ambientes escolares e de assistência à saúde, pretende imprimir maior concretude e objetividade à fiscalização de casos de maus-tratos contra crianças e adolescentes.

Infelizmente, tais casos ainda são muito comuns no nosso país. De acordo com os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, depois do crime de estupro, o crime de maus-tratos é o tipo de crime contra crianças e adolescentes com maior número de registros em boletins de ocorrência no Brasil. Parece-nos, portanto, salutar que o ECA seja aprimorado para exigir a divulgação concreta da necessidade de reporte de tais casos de violência contra nossas crianças e adolescentes.

O voto, portanto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.392, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Alessandro Vieira.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação, o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos ao item nº 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2469, DE 2022

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional do Rádio.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 03/12/2024.

Consulto o Senador Marcos Pontes se pode ser o Relator *ad hoc*.

Não havendo objeção, passo a palavra a V. Exa. para a leitura do relatório. (*Pausa.*)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de partir para a análise.

Nos termos do disposto no inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre a instituição de datas comemorativas, a exemplo da proposição em debate.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido no inciso I do art. 49 e no inciso IV do §1º do art. 91, foi confiada à Comissão de Educação a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, ressaem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada audiência pública pela plataforma Participa + Brasil, da Presidência da República, sobre o tema, conforme consta dos pareceres aprovados no âmbito da Comissão de Cultura e da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados.

Registre-se, ademais, que, no que se refere à técnica legislativa, o texto da proposição está em estrita consonância com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que versa sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que tange ao mérito da proposição, cabe-nos reconhecer a inegável importância histórica do homenageado, cujo exemplo de vida se entrelaça ao surgimento da radiodifusão no Brasil.

Edgard Roquette-Pinto nasceu em 25 de setembro de 1884, na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Formado em medicina, e posteriormente especializado em fisiologia, destacou-se como um intelectual multifacetado, tendo atuado como professor, autor e defensor das inovações tecnológicas de sua época. Sua paixão pela comunicação o levou a conceber a radiofonia como um meio de disseminação cultural e educacional, vislumbrando seu potencial transformador na sociedade.

Para que se tornasse possível a primeira transmissão de rádio no Brasil, na celebração do centenário da Independência, em 1922, uma estação foi erigida no Corcovado, na então capital federal, Rio de Janeiro, com o intuito de veicular tanto composições musicais quanto o discurso do Presidente Epitácio Pessoa. Outrossim, é digno de nota que Roquette-Pinto foi o fundador da primeira emissora oficial de rádio do Brasil, a atual Rádio MEC, estabelecendo assim as bases para a radiodifusão nacional.

O rádio, precursor dos veículos dedicados à comunicação de massas, adentrou as vidas dos cidadãos, permeando tanto as esferas do debate público quanto a intimidade do lar. Sua natureza intrinsecamente democrática permitiu que as ondas se espraiassem, de forma equânime, sobre os centros urbanos mais populosos e os rincões mais remotos.

Mesmo com todas as inovações vivenciadas nos meios de comunicação, o rádio demonstra sua capacidade adaptativa e continua sendo uma fonte acessível e contínua de entretenimento, informação e educação, em prol do bem-estar de toda a população brasileira.

Como fenômeno cultural e comunicacional, o rádio constituiu um divisor de águas na maneira como a sociedade brasileira se comunica e se informa, e sua celebração é imperativa para que se reconheça a magnitude do impacto desse veículo de comunicação no nosso tecido social.

Ao se instituir a data de 25 de setembro como o Dia Nacional do Rádio, celebra-se a contribuição inestimável de Roquette-Pinto para a comunicação, e a capacidade transformadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do rádio na vida de milhões de brasileiros. A influência do homenageado persiste, iluminando o caminho para as futuras gerações de comunicadores. Portanto, defendemos a necessidade de se reconhecer e se honrar o legado de Edgar Roquette-Pinto, pela promoção de um ambiente no qual sua memória e o impacto do rádio sejam devidamente celebrados.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.469, de 2022.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passamos ao item nº 9 da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 113, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 e dá outras providências.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Cid Gomes.

Quero saudar também o Senador Wellington Fagundes, também aqui presente.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Como Relator.) – Presidente, o senhor antecipou a prejudicialidade constatada. Como esse relatório também está publicado, disponível, principalmente ao Senador Jader Barbalho, com quem procurarei falar, eu passarei, com a sua permissão e dos demais pares, direto à análise.

Conforme o art. 97 do Regimento Interno do Senado Federal, compete às Comissões Permanentes, caso da Comissão de Educação e Cultura, estudar e emitir parecer sobre os temas submetidos ao seu exame.

Em específico, a Comissão de Educação tem, entre outras atribuições, a de opinar acerca de proposições que versem sobre normas gerais de cultura e outros assuntos correlatos da área cultural, de acordo com os incisos I e VI do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

No que tange ao mérito, à época da apresentação da matéria, na data de 12 de agosto de 2022, tanto o prazo para o repasse de recursos da Lei Paulo Gustavo aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios quanto o prazo para a execução dos valores recebidos por esses entes eram, de fato, muito exíguos, dado que se encerravam no fim de 2022, como já afirmado pelo autor da proposição. Daí decorre que eram plausíveis as extensões dos prazos para execução dos recursos e para devolução ao Tesouro Nacional de valores não aplicados pelos entes subnacionais.

Posteriormente, com a publicação da Lei Complementar nº 202, de dezembro de 2023, a data do término do período para enquadrar os gastos dos espaços culturais custeados com valores oriundos da Lei Paulo Gustavo como “despesas de desenvolvimento do espaço ou das atividades culturais” passou a ser 31 de dezembro de 2024. A Lei Complementar nº 202, de 2023, também estendeu o prazo para os entes subnacionais executarem os recursos federais recebidos até o final deste ano, devendo eventual devolução de valores ocorrer em até dez dias úteis subsequentes a esse prazo, sem prejuízo da prorrogação de prazo motivada pela legislação eleitoral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, à luz do art. 334, no seu inciso II, combinado com o §1º, do Regimento Interno do Senado, julgo que o PLP nº 113, de 2022, deveria ser declarado prejudicado em razão do seu prejulgamento pelo Plenário do Senado Federal em outra deliberação recente.

O voto.

Em vista do exposto, proponho voto pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei Complementar nº 113, de 2022.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Cid Gomes.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pela prejudicialidade do projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a nobre Senadora Dorinha terá matérias a relatar, mas eu queria pedir a compreensão de V. Exa. para a inclusão em pauta do Projeto de Lei nº 4.537, de 2024, que trata da inclusão, como patrimônio cultural nacional, das barracas da Praia do Futuro, que é um espaço amplamente conhecido no país, dado que é um dos principais destinos turísticos do nosso estado.

Essa matéria foi aprovada semana passada na Câmara. Há lá toda uma celeuma envolvendo o Ministério Público e o patrimônio da União, de maneira que a aprovação desse projeto aqui permitirá paz, tranquilidade e a manutenção desse patrimônio cultural do nosso estado e do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu só quero enfatizar, com V. Exa., que V. Exa. também tem um requerimento para a inclusão extrapauta do nome de Hipólita Jacinta Teixeira de Melo no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadores sobre a inclusão extrapauta dos Projetos de Lei nº 4.537, de 2024, e 2.285, de 2023, o primeiro de autoria do Deputado André Figueiredo e o segundo de autoria do Deputado Jonas Donizette, como itens extrapauta. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, estão incluídos.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Muito grato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pergunto à Professora Dorinha...

Primeiro, Professora Dorinha...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ou ele faria a leitura dos dois...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone.*) – Ela faz o dela, e eu fico para o final.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, passo a palavra à Senadora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Como? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo ao nº 4, Senadora Professora Dorinha, que está como Relatora *ad hoc* da Senadora Leila Barros, do relatório da Senadora.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 475, DE 2024

- Não terminativo -

Veda a adoção de critérios discriminatórios contra estudantes e pesquisadores em virtude de gestação, de parto, de nascimento de filho ou de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção nos processos de seleção para bolsas de estudo e pesquisa das instituições de educação superior e das agências de fomento à pesquisa.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação, com uma emenda de redação que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto.

De autoria da Câmara dos Deputados, Deputada Federal Erika Hilton, e relatoria da Senadora Leila Barros.

Em 9 de dezembro de 2024 foi recebido o novo relatório da Senadora Leila Barros.

Consulto V. Exa. para ser a Relatora *ad hoc*. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, passo a palavra a V. Exa., Senadora Professora Dorinha, para a leitura do relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou direto à análise, reforçando que atende todas as condições quanto às questões de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

De pronto, consideramos que o PL dispõe sobre tema relevante e o faz de forma justa e harmônica com a legislação do ensino no Brasil. É certo que, a partir dos direitos e garantias fundamentais, estabelecidos pela Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, de acordo com o art. 5º, o que, por si só, já obsta qualquer tipo de preconceito na vida social.

No campo do ensino e da vida acadêmica, isso é ainda mais evidente, uma vez que a educação é direito de todos, e deve haver igualdade de condições de acesso e permanência, bem como que se deve assegurar o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Nesse sentido, tivemos recentemente aprovada a Lei nº 14.925, de 17 de julho de 2024, que assegurou a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadores da educação superior, em virtude de parto, de nascimento de filho, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção. Essa norma reforçou o arcabouço legal da área, garantindo que pais e mães possam continuar suas atividades acadêmicas e de pesquisa com tranquilidade, enquanto cuidam de seus filhos. Os benefícios de uma medida dessa natureza são grandes para os indivíduos, mas são ainda maiores para a sociedade.

A proposição em tela, por sua vez, alcança outro ponto desse processo, justamente aquele da definição de quem será selecionado para obtenção de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito de instituições de educação superior e ou de agências de fomento à pesquisa, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), as principais agências federais.

Nesse momento, em que avaliações e entrevistas são realizadas e pareceres são elaborados e publicados, é necessário assegurar o caráter republicano das decisões, em que considerações de mérito são o elemento principal, com o afastamento de quaisquer critérios discriminatórios como justificativa para negação dos pedidos, notadamente aqueles argumentos de natureza pessoal ou sobre as famílias das candidatas e candidatos a bolsas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deve, então, ser vedada a utilização de critérios que considerem a condição de gestação, de parto ou de nascimento de filhos ou de adoção, bem como a de guarda judicial, sob pena de punição para o agente público que agir de forma diversa.

Assim, o PL em comento vem ao encontro de anseios sociais de igualdade e garantia de direitos, especialmente para as mulheres, geralmente as vítimas principais desse tipo de discriminação. A proposição, então, é meritória e merece prosperar nesta Comissão.

Dessa forma, consideramos que o texto faz jus ao sistema público de ciência e tecnologia, que tem lutado para suprimir preconceitos e discriminações nos seus processos internos e certamente se fortalece com a aprovação de projetos como o que agora apreciamos, de forma a impedir que eventos de discriminação voltem a acontecer no âmbito dessas instituições importantes para a ciência do nosso país.

Por fim, em diálogo com o Ministério da Educação, sugerimos pequenos ajustes terminológicos na redação do art. 2º da proposição. Em primeiro lugar, especificamos que o processo administrativo deve ocorrer "no âmbito da respectiva instituição". Embora consideremos que isso já está subentendido na proposição, a explicitação desse conteúdo aumenta a segurança jurídica do texto, resguardando a autonomia universitária. Em segundo lugar, propomos a substituição da expressão "categoria funcional", presente na parte final do art. 2º, pela expressão "categoria profissional", mais adequada para abarcar tanto os profissionais do setor público quanto os do setor privado, o que é o objetivo do projeto. Os dois pequenos ajustes, portanto, são apenas redacionais e não configuram alteração do sentido da matéria aqui sob análise.

Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei 475, de 2024, com a emenda proposta no art. 2º:

> EMENDA
> [...]
> "Art. 2º O agente que praticar o ato discriminatório descrito no art. 1º desta Lei ficará sujeito à instauração de procedimento administrativo, no âmbito da respectiva instituição, em consonância com as disposições legais pertinentes à sua categoria profissional."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É este o voto apresentado pela Senadora Leila, com a minha leitura.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Professora Dorinha Seabra.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação, o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da Comissão de Educação. A matéria vai ao Plenário.

Nós temos o item nº 14.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 107, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4752/2019, que "institui o Dia da Luta da População em Situação de Rua".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros

Esse requerimento é de autoria do Senador Paulo Paim, e eu subscrevo também esse requerimento, na ausência do autor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Passamos ao item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

PROJETO DE LEI Nº 2285, DE 2023

Inscreve o nome de Hipólita Jacinta Teixeira de Melo no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela aprovação

Autoria: Câmara dos Deputados – Jonas Donizette, PSB, São Paulo.

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Cid Gomes, para a leitura do relatório.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Como Relator.) – Sr. Presidente, muito grato pela aquiescência de V. Exa. em atender à nossa solicitação de colocar essa matéria extrapauta.

Trata-se de um projeto que "inscreve o nome de Hipólita Jacinta Teixeira de Melo no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria".

Vem à análise da Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 2.285, de 2023, do Deputado Jonas Donizette, nosso correligionário do PSB, que "inscreve o nome de Hipólita Jacinta Teixeira de Melo no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição contém dois artigos. Enquanto o art. 1º determina a inscrição do nome de Hipólita Jacinta Teixeira de Melo no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, o art. 2º prevê a entrada em vigor da futura lei na data de sua publicação.

Na justificativa, o autor da matéria narra a trajetória de vida da homenageada e suas conquistas para o povo brasileiro.

Na Câmara dos Deputados, o projeto de lei foi aprovado pela Comissão de Cultura e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, o Projeto de Lei nº 2.285, de 2023, que não recebeu emendas, foi distribuído para análise exclusiva e terminativa da Comissão de Educação.

Análise, Sr. Presidente.

Decorre do comando contido no art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a competência da Comissão de Educação para análise de homenagens cívicas, a exemplo da proposição em debate.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, foi confiada à Comissão de Educação competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, por ser a única Comissão a se manifestar sobre a matéria, compete à Comissão de Educação, ainda, a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspectos, nada há que se opor ao Projeto de Lei nº 2.285, de 2023.

Com efeito, a matéria se insere no campo da competência concorrente da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Carta Magna. Ademais, é legítima a iniciativa parlamentar, visto não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República. Igualmente legítimo é o tratamento da matéria por meio de lei ordinária, uma vez que a Constituição não reserva o tema à esfera de lei complementar.

Não se vislumbram óbices de natureza jurídica ou regimental, estando o projeto redigido de acordo com a boa técnica legislativa, em conformidade com o que determina a Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Complementar nº 95, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Além disso, a proposição está em consonância com os pressupostos da Lei nº 11.597, que trata sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Nos termos da referida lei, são merecedores da distinção brasileiros e brasileiras, individualmente ou em grupo, que tenham oferecido a vida à pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo, desde que decorridos dez anos de sua morte ou presunção de morte, exceção feita aos brasileiros mortos ou presumidamente mortos em campo de batalha. De fato, consta que Hipólita Jacinta Teixeira de Melo veio a falecer no ano de 1828.

No mérito, a matéria igualmente merece acolhida.

Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, nascida em 1748, na região do Campo das Vertentes, em Minas Gerais, foi a única mulher a participar ativamente da Inconfidência Mineira, um dos primeiros movimentos anticoloniais do Brasil. Sua contribuição foi fundamental para a comunicação entre os inconfidentes e para o financiamento de ações essenciais ao movimento.

Hipólita fazia parte da elite de Vila Rica, atual Ouro Preto.

Casou-se aos 33 anos, uma idade considerada tardia para os padrões da época, com um oficial do Regimento de Cavalaria de Minas. Sem filhos biológicos, adotou a filha de sua irmã, a renomada poetisa Bárbara Heliodora, protegendo-a de possíveis escândalos sociais devido à juventude da mãe.

Proprietária da Fazenda Ponta do Morro, Hipólita utilizava sua propriedade como local de encontros e reuniões secretas dos participantes do movimento, demonstrando coragem e comprometimento com a causa da independência.

Com recursos próprios, apoiou financeiramente o movimento, evidenciando seu papel estratégico e sua dedicação à libertação do jugo colonial português.

Uma de suas mais notáveis ações foi a autoria de uma carta que denunciou Joaquim Silvério dos Reis como traidor. Além disso, enviou avisos sigilosos informando sobre a prisão de Tiradentes no Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em um bilhete endereçado ao Padre Carlos Corrêa de Toledo e Melo, transmitido por meio de seu compadre Vitoriano Gonçalves Veloso, alertou, abre aspas: "Dou-vos parte, com certeza, de que se acham presos, no Rio de Janeiro, Joaquim Silvério dos Reis e o alferes Tiradentes, para que vos sirva ou se ponham em cautela; e quem não é capaz para as coisas não se meta nelas; e mais vale morrer com honra que viver com desonra".

Ante o iminente fracasso da revolta, Hipólita buscou mobilizar uma reação, aconselhando o Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade a organizar resistência a partir do Serro.

Embora a rebelião tenha sido sufocada e seus líderes, presos, incluindo seu marido, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Hipólita não foi detida. Contudo, teve todos os seus bens confiscados pelo Governo colonial, o que evidencia o reconhecimento de sua participação na insurgência.

A ausência de sua prisão ou menção oficial pode ser atribuída ao preconceito da época, que não admitia que uma mulher pudesse coordenar uma revolta de tal magnitude.

Seu legado foi resgatado ao longo de anos, graças aos esforços de mulheres empenhadas em revelar a participação feminina na história nacional.

Em 1999, houve a concessão póstuma a Hipólita Jacinta Teixeira de Melo da Medalha da Inconfidência, ocasião que contou com a presença da Ministra do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia Antunes Rocha, então Procuradora do Estado de Minas Gerais.

Em 2023, Hipólita recebeu a honra de ter seu nome inscrito no Panteão da Inconfidência, em Ouro Preto, tornando-se a primeira mulher a receber tal distinção.

Sua história também inspirou artistas contemporâneas, como a cantora Zélia Duncan, que compôs músicas em sua homenagem.

A inscrição de Hipólita Jacinta Teixeira de Melo no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria é uma medida necessária para reconhecer e celebrar a participação feminina em momentos cruciais da formação do Brasil. Sua coragem, liderança e dedicação à causa da liberdade são exemplos inspiradores, que merecem ser perpetuados na memória nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao honrá-la, corrigiremos uma injustiça histórica e destacando o papel fundamental das mulheres na luta pela independência e construção do país.

Portanto, é justo e oportuno que Hipólita seja oficialmente reconhecida como Heroína da Pátria, servindo como símbolo de resistência e inspiração para as gerações presentes e futuras.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.285, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa., Senador Cid Gomes.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Antes de passar a V. Exa., Senador Cid Gomes, para o próximo item extrapauta, que é não terminativo, só vou abrir o painel, para que a votação nominal dos itens já lidos possa acontecer.

Passaremos agora então à votação nominal, em bloco, dos itens 3 e 6 da pauta e do item 18, extrapauta.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Portanto, em votação, as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 3.085, de 2021; PL 2.469, de 2022; PL 2.285, de 2023.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que votam com os Relatores ou as Relatoras votam "sim".

Então, está aberto o painel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só também solicito às assessorias dos Senadores e Senadoras que os informem e as informem sobre a votação nominal, porque o quórum está bem adequado para termos aí, o mais cedo possível, o resultado dessa votação.

Enquanto isso, Senador Cid Gomes, podemos passar para outro item extrapauta, que é

EXTRAPAUTA

ITEM 18

PROJETO DE LEI Nº 4537, DE 2024

- Não terminativo -

Reconhece como patrimônio cultural brasileiro as barracas de praia e a atividade desempenhada pelos barraqueiros da Praia do Futuro, em Fortaleza, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados, André Figueiredo, PDT/CE

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela aprovação

O relatório é favorável ao projeto.

Concedo, então, a palavra, para a leitura do relatório, ao Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Como Relator.) – Muito grato, Sr. Presidente.

Passo à leitura do relatório.

Vem à análise da Comissão de Educação e Cultura o Projeto de Lei nº 4.537, de 2024, do Deputado Federal André Figueiredo – conterrâneo, cearense e que já foi correligionário político; ele integra ainda o PDT –, que reconhece como patrimônio cultural brasileiro as barracas de praia e a atividade desempenhada pelos barraqueiros da Praia do Futuro, em Fortaleza, Estado do Ceará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição contém quatro artigos. Enquanto o art. 1º reconhece como patrimônio cultural brasileiro as barracas de praia e as atividades desempenhadas pelos barraqueiros da praia do Futuro, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, o art. 2º destaca a relevância cultural, a integração com a comunidade e autenticidade, a importância econômica e turística das barracas da Praia do Futuro.

O art. 3º prevê que o poder público, em parceria com a comunidade local, deverá adotar medidas para preservação, valorização e salvaguarda do patrimônio cultural, enquanto o art. 4º assegura a participação ativa da comunidade local, dos barraqueiros e dos demais interessados na formação de políticas públicas destinadas à preservação do patrimônio cultural.

O art. 5º prevê a entrada em vigor da futura lei na data de sua publicação.

No Senado Federal, o Projeto de Lei nº 4.537, de 2024, que não recebeu emendas, foi distribuído para análise da Comissão de Educação.

Na justificativa, o autor ressalta que a Praia do Futuro é um ícone de Fortaleza e do Ceará, reconhecida por sua cultura, patrimônio histórico e impacto econômico.

Com barracas que vão além de estabelecimentos comerciais, elas refletem a hospitalidade e criatividade cearense, servindo como espaços culturais e gastronômicos.

Ressaltou, ainda, que as barracas da Praia do Futuro são testemunhas do desenvolvimento turístico de Fortaleza, desempenhando um papel importante em manifestações culturais, como *shows* e danças, e impactando positivamente a comunidade e o meio ambiente.

Por ser a única Comissão a se manifestar sobre a matéria, compete à Comissão de Educação apreciar seu mérito e, ainda, a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspectos, nada há que se opor ao Projeto de Lei nº 4.537, de 2024.

Com efeito, a matéria se insere no campo da competência concorrente da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Carta Magna. Ademais, é legítima a iniciativa parlamentar, visto não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

República. Igualmente legítimo é o tratamento da matéria por meio de lei ordinária, uma vez que a Constituição não reserva o tema à esfera de tratamento como lei complementar.

Não se vislumbram óbices de natureza jurídica ou regimental, estando o projeto redigido de acordo com a boa técnica legislativa, em conformidade com o que determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No mérito, a matéria igualmente merece acolhida.

É cediço e notório a todos o que representa as barracas da Praia do Futuro para o turismo nacional, para a economia e para a sociedade cearense. Ponto obrigatório a quem vai a passeio a Fortaleza, são famosas as barracas, que acolhem com hospitalidade, com segurança, com *shows* musicais e com artistas que divertem e fazem rir a todos, com sua gastronomia peculiar.

A Praia do Futuro surgiu na década de 1940 e hoje é também a praia do presente, e é impossível dissociar a praia das barracas que ali existem – marca registrada do litoral do Ceará – da hospitalidade, do bom humor, do atendimento de excelência dos barraqueiros, dos caranguejos tão procurados e famosos até no exterior.

Portanto, é justo e oportuno que sejam reconhecidas como patrimônio cultural brasileiro, nos termos do art. 216 da Constituição Federal, as barracas de praia e a atividade desempenhada pelos barraqueiros da Praia do Futuro, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, em razão de sua relevância cultural, social e econômica, bem como por sua contribuição para a identidade local e nacional.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.537, de 2024.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Cid Gomes.

Está em discussão o item relatado pelo Senador Cid Gomes, que é o Projeto de Lei 4.537, de 2024. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será logo em seguida.

Tão logo a gente abra o painel... Declaro encerrada a votação dos itens anteriores.

A Secretaria pode encerrar a votação para proclamarmos o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Votaram SIM 15 pessoas; NÃO, nenhum voto.

Abstenção: nenhum voto.

Total: 16.

Então, estão aprovados os projetos de lei, nos termos dos relatórios apresentados: PL 3.085, de 2021; PL 2.469, de 2022; e PL 2.285, de 2023.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Em votação, agora, o item extrapauta, relatado pelo caro amigo Senador Cid Gomes, o Projeto de Lei nº 4.537, de 2024.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu quero cumprimentar V. Exa. Só quem vai ao Ceará, a Fortaleza – uma terra maravilhosa, acolhedora, bonita – sabe. Quero mandar um abraço para o querido Estado do Ceará e para todo o Nordeste. Aliás, o Nordeste é uma beleza específica, típica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aquelas – para quem já foi lá – barracas de praia... Quer dizer, a atividade dos barraqueiros é algo extremamente típico e histórico da região também. Praia do Futuro...

Quero parabenizar todos que estão atuando nas barracas, os barraqueiros. Quero parabenizá-los. Isso faz parte, de fato, de uma característica nossa, quer dizer, da cultura nossa, e por isso é um Patrimônio Cultural Brasileiro.

Com a palavra V. Exa.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Como Relator.) – Presidente, eu gostaria de agradecer a atenção que V. Exa. teve com essa matéria específica, que diz respeito a uma preocupação que existe muito fortemente lá, de que aquele patrimônio inteiro possa ter um reconhecimento oficial, e as implicações que isso trará para a segurança, para a comodidade e, principalmente, para a questão turística e econômica que essas barracas representam.

Essa foi uma iniciativa criativa do nosso Deputado Federal André Figueiredo. Ele conseguiu, em tempo recorde, aprovar a matéria na Câmara. E, graças a V. Exa., nós também conseguimos aqui, em tempo recorde, ter o parecer e o relatório dessa matéria.

Eu queria... Só para que isso já possa ser apreciado pelo Plenário – e vou apelar o Presidente para que possa sê-lo nas próximas sessões, antes do recesso –, eu gostaria de solicitar a urgência para esse Projeto de Lei nº 4.537.

E, ao tempo em que V. Exa. aprecia o nosso requerimento, eu queria também destacar a importância do outro projeto por mim relatado. Dois grandes brasileiros da atualidade são defensores e trabalham... Além, é óbvio, do autor da matéria, o Deputado Jonas Donizetti, que até paulista é, mas reconhece uma Heroína do Estado de Minas Gerais, há dois mineiros que eu gostaria de destacar, que têm acompanhado e têm a preocupação de que se oficialize essa inscrição como Heroína da Pátria do nome da Sra. Jacinta: o nosso Presidente da Casa, o Senador Rodrigo Pacheco, está pessoalmente empenhado nisso; e a Ministra do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia, que também é uma pessoa que, acompanhando a história, sempre valorizando a história do Estado de Minas Gerais, que é um estado de grande história, de grande referência para o Brasil, tem também o envolvimento para que essa homenagem possa tornar-se oficial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agradeço a V. Exa. também a aquiescência para que a matéria tenha sido apreciada aqui de forma extrapauta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Agradeço, Senador Cid Gomes.

Então, o item extrapauta é o Requerimento nº 110, de 2024, de V. Exa., pedindo urgência para o PL 4.537, de 2024.

Em primeiro lugar, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o item extrapauta... (*Pausa.*)

Não havendo objeção, em votação o requerimento simbólico de pedido de urgência.

EXTRAPAUTA

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 110, DE 2024

Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 4537/2024, que "reconhece como patrimônio cultural brasileiro as barracas de praia e a atividade desempenhada pelos barraqueiros da Praia do Futuro, em Fortaleza, Estado do Ceará".

Autoria: Comissão de Educação e Cultura

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência para o PL 4.537, de 2024.

Antes de encerrar a reunião, informo que teremos imediatamente, na sequência, a discussão e deliberação acerca das emendas da Comissão de Educação e Cultura ao Projeto de Lei de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diretrizes Orçamentárias PLDO 2025 (PLN 03/2024), a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 77ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às doze horas e doze minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Cid Gomes, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Alan Rick, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Wellington Fagundes, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Marcos Rogério, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Carlos Viana, Styvenson Valentim, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Jaime Bagattoli e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CE ao PLDO 2025**. **Finalidade:** Discussão e deliberação acerca das emendas da Comissão de Educação e Cultura ao Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias PLDO 2025 (PLN 03/2024-CN), a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). Relatora das emendas: Senadora Professora Dorinha Seabra. **Resultado:** Aprovada a apresentação das seguintes Emendas à CMO: **Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades** do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, pelo maior valor proposto para as metas: **Emenda nº 1** – "0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica", de iniciativa dos Senadores Hamilton Mourão, Humberto Costa, Irajá, Jussara Lima, Leila Barros, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Veneziano Vital do Rêgo, Wellington Fagundes e Wilder Morais (propostas de emenda número: 9, 14, 21, 22, 23, 30, 36, 40, 50, 56 e 64), no valor de 50.000; **Emenda nº 2** – "20RP – Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica", de iniciativa dos Senadores Damares Alves, Irajá, Jussara Lima, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Fagundes (propostas de emenda número: 5, 18, 20, 24, 29, 38, 43, 47 e 52), no valor de 75.000; e **Emenda nº 3 –** "20ZF - Promoção e Fomento à Cultura Brasileira", de iniciativa dos Senadores Humberto Costa, Jaques Wagner, Paulo Paim, Soraya Thronicke e Veneziano Vital do Rêgo (propostas de emenda número: 1, 7, 26, 60 e 63), no valor de 100. **Emendas de texto**: duas emendas de texto (propostas de emendas número: 10 e 49), renumeradas para **Emenda nº 4** – Aditiva – Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção IV, Art 86, Inciso I, Alínea b, de iniciativa do Senador Flávio Arns; e **Emenda nº 5** – Modificativa – Corpo da Lei, Cap VII, Art 114, Inciso IV, de iniciativa da Senadora Teresa Leitão. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 79ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e hum minuto do dia dezessete de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Alan Rick, Zequinha Marinho, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Wellington Fagundes, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Beto Faro, Otto Alencar e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Confúcio Moura, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão, Carlos Portinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 78ª reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em três partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2294, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Favorável ao projeto e à Emenda nº 2, na forma da subemenda que apresenta, e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 2 – CE, nos termos da Subemenda nº 1 - CE, e contrário à Emenda nº 1. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3000, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.081, de 24 de agosto de 1966, que regula o Exercício da Odontologia, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Odontologia." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 3 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 2975, de 2023** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a mulher indígena na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislação de enfrentamento da violência e de promoção da saúde e da educação." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*ad hoc*), em substituição à Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 1- PLEN, com a subemenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável à Emenda nº 1 – PLEN/CE, nos termos da Subemenda nº 1 – CE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1519, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências, para prever a criação de ações que favoreçam o ingresso de pessoas idosas nos cursos de graduação." **Autoria:** Senadora Janaína Farias (PT/CE). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*ad hoc*), em substituição à Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, da Emenda nº 1-T-CDH com a subemenda que apresenta, e com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto, com a Emenda nº 1 – T/CDH/CE, na forma da subemenda nº 1 – CE, e com a Emenda nº 2 – CE. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2389, de 2019 - Terminativo -** que: "Acresce parágrafo ao artigo 26, da Lei 9.394 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a obrigatoriedade do treinamento dos docentes e dos alunos da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio em técnicas de primeiros socorros." **Autoria:** Senador Major Olimpio (PSL/SP). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela declaração de prejudicialidade do projeto (votação simbólica). **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, pela prejudicialidade do projeto. **Observação:** A matéria vai ao Plenário para as providências previstas no art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2005, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera o art. 14, da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1 - CRA com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei Complementar n° 114, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Prorroga o prazo de execução da LCP nº 195/2022 e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 6177, de 2019 - Terminativo -** que: "Reconhece como manifestação da cultura nacional a cerimônia do Kuarup, realizada no Parque Nacional do Xingu, no Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **2ª Parte - Avaliação de política pública**. **Finalidade:** Avaliação da política pública "As cotas étnico-raciais nos programas e ações do Ministério da Cultura", em atendimento ao Req 22/2024 - CE. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Relatório aprovado. **3ª Parte - Deliberação do relatório da CEIDCERTA**. **Finalidade:** Deliberar o relatório da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Subcomissão Permanente da Alfabetização na Idade Certa do ano de 2024. **Resultado:** Relatório aprovado. Antes de encerrar os trabalhos, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da presente ata, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/17

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 79ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de dezembro de 2024.

Comunicados.

Comunico que esta Comissão de Educação e Cultura realizou, nos anos de 2023 e 2024, 18 audiências públicas para debater o novo Plano Nacional de Educação (PNE). Em 2023, quando o projeto de lei ainda não havia sido apresentado, nos antecipamos como Comissão e realizamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

8 debates com 38 instituições, abordando as seguintes áreas temáticas... E quero saudar, inclusive, o Senador Esperidião Amin, aqui presente, sempre participando de todas as audiências públicas, e quero cumprimentar também a Deputada Dra. Mayra, do Ceará. Sejam muito bem-vindos!

Foram 8 debates com 38 instituições, abordando as seguintes áreas temáticas: mapa do caminho e os grandes objetivos; monitoramento, controle, *accountability* no novo PNE; as redes de educação básica, prioridades e demandas no novo PNE; educação especial, educação bilíngue e de surdos no novo PNE; "Nada sobre nós, sem nós"; as redes de educação superior, prioridades e demandas no novo PNE; o PNE vigente e o novo PNE: continuidade ou ruptura?; o novo PNE, um com os trabalhadores da educação e os estudantes.

Em 2024, quando o projeto de lei foi apresentado pelo Poder Executivo à Câmara dos Deputados – o projeto de lei está na Câmara dos Deputados, Dra. Mayra –, realizamos mais 10 debates com a participação de 44 instituições, abordando todas as etapas e modalidades da educação básica e também a educação superior pública e privada.

Nesse sentido, tudo o que eu estou mencionando estará no Portal da Comissão, com o objetivo de divulgar o resultado desses debates e também de subsidiar os futuros trabalhos acerca do Plano Nacional de Educação.

Encaminharemos aos gabinetes dos Senadores da Comissão de Educação, aos membros da Frente Parlamentar Mista de Educação e aos participantes das audiências a publicação "O novo Plano Nacional de Educação em Debate: Audiências Públicas da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal em 2023 e 2024", esta publicação que eu estou mostrando aqui também, o relatório, com um resumo de todas as audiências públicas, para que isso subsidie o debate que venha a acontecer, Dra. Mayra, lá na Câmara dos Deputados, e caros Senadores também.

Eu lerei rapidamente a introdução, não vou ler o relatório todo, obviamente, mas fica à disposição e estará chegando aos gabinetes também.

O Plano Nacional de Educação (PNE), previsto no art. 214 da Constituição Federal, com duração decenal e *status* de lei, é um instrumento fundamental para a orientação das políticas educacionais no país. Nos termos da Carta Magna, a lei do PNE tem o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estratégias de implementação para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam ao avanço da educação brasileira na direção da superação de nossos problemas educacionais e construção de uma educação de qualidade.

Então, foram realizadas, como eu mencionei, oito audiências públicas no ano passado, quando esse documento ainda não havia chegado ao Congresso Nacional, e, neste ano, após a chegada do documento à Câmara dos Deputados, foram realizadas mais dez audiências públicas, com dezenas de instituições já mencionadas, e foram apresentadas algumas recomendações, que, obviamente, a gente envia à Câmara dos Deputados para apreciação e subsídio, porque é fruto de muito trabalho aqui na Comissão de Educação e Cultura do Senado.

Então, ante o exposto, as recomendações que fazemos são as seguintes:

1. Considerar os direitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988, nas convenções, nos pactos e acordos internacionais, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na legislação e nas experiências bem sucedidas de políticas educacionais como a principal e indiscutível referência a nortear os debates sobre o PNE, de forma a superar impasses e caminhar na construção de um plano coerente e capaz de transformar a educação brasileira nos próximos dez anos;

2. Dar prioridade à discussão do PNE na pauta do Congresso Nacional, de modo a garantir sua aprovação no prazo adequado, evitando novos adiamentos – o Senador Esperidião Amin, inclusive, foi o Relator da prorrogação do Plano Nacional de Educação atual para mais um ano – ,descontinuidades e atrasos que comprometam a elaboração e implementação dos planos subnacionais e das políticas educacionais;

3. Buscar o trabalho coordenado entre os relatores do PNE na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, de forma a permitir a colaboração e o aprofundamento técnico e político sobre o plano, com celeridade na tramitação;

4. Estabelecer articulação entre o Congresso Nacional, a sociedade civil e o Governo para acelerar a tramitação e aprovação da lei do Sistema Nacional de Educação, de modo a garantir a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

articulação federativa, a elaboração dos planos decenais subnacionais e a execução das metas do PNE;

5. Adotar, no PNE, visão sistêmica da educação, da creche à pós-graduação, promovendo a valorização de todos os níveis de ensino;

6. Manter e aprimorar os mecanismos de monitoramento nacional das metas do novo PNE, analisando a possibilidade de se realizar monitoramento desagregado em nível subnacional e acompanhamento dos resultados alcançados nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, inclusive por meio da disponibilização eletrônica de dados e ferramentas de acompanhamento;

7. Incentivar, durante a tramitação do novo PNE, que estados, Distrito Federal e municípios se engajem na elaboração de seus planos educacionais, com base nas diretrizes e objetivos preliminares em discussão no Congresso Nacional, ampla participação social, consideração das realidades locais e apoio técnico e financeiro do Governo Federal;

8. Incluir metas robustas de ampliação e qualificação do atendimento escolar em todas as etapas da educação básica e na educação superior, garantindo a universalização do ensino obrigatório, com equidade entre os diferentes grupos populacionais e prioridade para aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, prevendo mecanismos de implementação e de monitoramento periódico, inclusive metas intermediárias, que permitam acompanhamento tempestivo e correção de rumos ao longo do decênio;

9. Estabelecer metas claras e mensuráveis, ligadas a mecanismos de responsabilização criteriosos, voltados para assegurar efetividade ao novo PNE, evitando abordagens que inviabilizem o trabalho dos professores, gestores de escolas e dirigentes estaduais e municipais da educação;

10. Assegurar a participação da sociedade civil no debate sobre a construção do PNE e criar mecanismos de transparência e informação para que os cidadãos possam acompanhar a implementação do plano e exigir o cumprimento de suas metas;

11. Fazer constar do novo plano objetivo relativo à educação ambiental e às mudanças climáticas, a fim de preparar as novas gerações para os desafios contemporâneos, promover a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sustentabilidade socioambiental e garantir adaptação das infraestruturas e continuidade das atividades escolares em todos os níveis de ensino durante situações emergenciais;

12. Incorporar ao novo plano estratégia relacionada aos usos e impactos da inteligência artificial na educação, assegurando a ampliação da conectividade das escolas e o uso pedagógico da tecnologia, sem perder de vista os riscos do uso excessivo de telas por crianças e adolescentes;

13. Garantir que o novo PNE promova a educação especial contemplando a diversidade de faixas etárias, desde o nascimento e alinhada ao conceito de educação ao longo da vida, assegurando o direito de opção dos alunos e suas famílias por modalidades e tipos de estabelecimento escolar;

14. Assegurar que o novo plano inclua a valorização de todos os profissionais da educação, com salário condigno, concursos, planos de carreira, melhores condições de trabalho, formação inicial e continuada de qualidade, e atração...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só um minutinho, por favor.

... de jovens para as licenciaturas;

15. Fortalecer no novo PNE a perspectiva da gestão democrática do ensino público e da participação da comunidade escolar nos processos decisórios e pedagógicos de cada estabelecimento de ensino;

16. Garantir um financiamento adequado da educação no novo PNE, promovendo a ampliação dos recursos com racionalidade, transparência e eficiência, tanto em relação às fontes quanto às despesas, sem perder de vista os déficits de acesso, qualidade e equidade que ainda persistem na educação brasileira, tendo o Custo Aluno Qualidade como ferramenta para assegurar padrões adequados de infraestrutura e recursos nas escolas e considerando os avanços obtidos pelo novo Fundeb;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

17. Assegurar que haja alinhamento entre as metas do PNE e a legislação orçamentária, com a participação das áreas de orçamento, tanto do Governo quanto do Poder Legislativo, no processo de elaboração do PNE;

18. Reconhecer no novo PNE a contribuição das instituições privadas, especialmente as comunitárias, confessionais, filantrópicas e sem fins lucrativos, nas diferentes modalidades educacionais, assegurando que as parcerias público-privadas sejam guiadas pelo interesse público e pelos critérios de qualidade e equidade na oferta escolar;

19) Assegurar no novo PNE mecanismos de articulação intersetorial da educação com outras áreas, como cultura, artes, esportes, segurança pública, assistência social e saúde, para garantir o desenvolvimento pleno e integral dos estudantes, não só em termos de aprendizagem, mas também de bem-estar físico e mental para toda a comunidade escolar;

20) Fortalecer a perspectiva da equidade e da não discriminação no novo PNE, favorecendo a construção de ambientes escolares inclusivos e seguros, antirracistas, livres de violências de qualquer tipo, com respeito à consideração das diferenças e necessidades educacionais de grupos específicos e voltados à redução das desigualdades sociais;

21) Apoiar no novo PNE as necessidades de formação e contratação de professores, bem como a elaboração de materiais didáticos para modalidades específicas, como a EJA, a educação escolar indígena, a educação quilombola, a educação no campo, a educação especial e a educação bilíngue de surdos;

22) Adotar no novo plano padrões de qualidade da educação objetivos e socialmente referenciados, com base em parâmetros nacionais e internacionais utilizados de forma contextualizada e transparente.

Então, eu quero dizer que este relatório das 18 audiências públicas realizadas, como eu já mencionei, oito no ano passado e dez neste ano, sobre o PNE, estará sendo enviado para os gabinetes dos Senadores e Senadoras titulares e suplentes desta Comissão e também para todas as entidades que participaram das audiências públicas, para a frente parlamentar mista, e para subsidiar, na medida do possível, os debates que acontecerão certamente no ano que vem, Dra. Maíra, na Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o trabalho da Comissão – a gente pensar que foram 18 audiências públicas – é um trabalho de fôlego, importante, necessário, com grandes debates e com um subsídio importante que aconteceu.

Senador Esperidião Amin, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu só queria fazer coro à sua colocação, Presidente, e agradecer a referência. Eu procurei participar com a assiduidade, especialmente desse nosso trabalho, não de antecipação, mas de provisão para a apreciação do Plano Nacional de Educação e, de um modo geral, cumprimentá-lo pela dedicação, pelo clima de abertura que sempre permitiu, de amplo debate, de enriquecimento, de conhecimento, que V. Exa. favoreceu aqui na Comissão de Educação e Cultura mais uma vez.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Eu quero saudar também o Dr. Luiz Ovando, Deputado, PP, Mato Grosso do Sul.

Seja muito bem-vindo a esta Comissão, assim como a Dra. Mayra Pinheiro, que eu já mencionei. Quero mencionar também a presença do Dr. José Hiran Gallo, Presidente do Conselho Federal de Medicina, e também da Dra. Rosylane Rocha, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se o senhor me permite, do Dr. Marcelo Lemos, Presidente do Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não. Também sejam todos muito bem-vindos!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bom!

Saúdo novamente o Senador Esperidião Amin, o caro Senador Dr. Hiran, o Marcos Pontes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ivete da Silveira, seja muito bem-vinda de volta também, depois de um tempo fora. Que bom! Seja muito bem-vinda!

O Dr. Hiran parece que quer usar a palavra também.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente, muito rapidamente.

Bom dia a todos. Quero saudar a todo o movimento médico aqui presente, em nome do Dr. Hiran da Silva Gallo, meu xará, Presidente do Conselho Federal, que abrilhanta esta sessão, além dos meus queridos colegas também, meu querido Luiz Ovando e minha querida Deputada Mayra.

Presidente, na nossa última deliberativa, nós tivemos a leitura do Projeto 2.294, 2024, de autoria daqui do meu rábula da medicina, Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Um homem de grande altitude.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É, um homem de grande altitude. E eu fico muito feliz de o nosso Astronauta... Só um homem com a visão muito à frente do nosso tempo poderia vislumbrar um projeto com tanta sintonia com o nosso movimento médico. Quero agradecer a ele e ao nosso Senador Marcos Rogério, que teve que viajar. Não está presente, mas também quero fazer uma saudação pela sua relatoria inteligente e dizer que, como nós já temos quórum, e já foi votado – o relatório do projeto já foi lido e o voto já foi feito –, aqui, nós só vamos hoje celebrar esse projeto, que é de grande importância para a qualificação, a aferição da qualificação do médico brasileiro, que vai prestar serviço às pessoas mais simples, especialmente do nosso país.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Dr. Hiran.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tínhamos o quórum agora há pouco; como agora já temos também, então, antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 78ª Reunião, realizada no dia 12 de dezembro.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Quero também saudar... Eu sei que há inúmeros profissionais da área da acupuntura aqui presentes. Pode levantar a mão quem for da acupuntura. Estão lá na esquerda também. E por que estão aqui, até para explicar? Porque o projeto de lei foi remitido para esta Comissão no decorrer desta semana, obviamente, para ser examinado do ponto de vista não da saúde, do ato médico ou das implicações na área da saúde – porque isso era com a CAS (Comissão de Assuntos Sociais) –, mas foi remitido para esta Comissão do ponto de vista da formação dos profissionais, seja pelo Ministério da Educação, seja pelo Ministério da Saúde, secretarias estaduais, comunidade.

Então, a gente sempre pensa em formação inicial e formação continuada.

Então, esse debate vai acontecer nesta Comissão de Educação, não há dúvida nesse sentido. Estou examinando com todo cuidado a questão da indicação da relatoria, então isso está sendo estudado, há já pretendentes para serem Relatores, como o próprio Dr. Hiran, a Senadora Teresa Leitão, a Senadora Professora Dorinha, mas vamos analisar com calma para ver como isso será feito.

Eu quero dizer, inclusive, para os profissionais que eu fui Senador no período de 2003 a 2010, depois fiquei fora, não disputei eleição, e naquele período fizemos um conjunto de reuniões. Só quero ver se tem alguém do Paraná aqui... Aí, o pessoal do Paraná está aqui também, do meu estado. Fizemos um conjunto de reuniões aqui na biblioteca, aqui embaixo, a sala era maior, com a participação do Conselho Federal de Medicina, conselhos regionais, associações e confederações na área da acupuntura, então nós vamos, obviamente, como fazemos em relação a todos os projetos, verificar com calma também.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço e quero enaltecer a presença também do grupo.

Pois não, Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Eu, no decorrer da votação da reforma tributária na semana passada, procurei ficar até o final, porque eu fiquei muito preocupado com a maneira como foi aprovado esse projeto na CAS, com todo o respeito que tenho aos nossos colegas, mas aí entrei... Já havia entrado com o pedido, não foi agora, eu entrei em 2023 com esse pedido para que esse projeto passasse aqui pela Comissão de Educação, porque é um tema correlato. A gente não pode aprovar nada que seja de formação profissional sem passar na Educação, então eu consegui que nós trouxéssemos para cá.

Eu fui Presidente da Comissão de Seguridade Social da Câmara e eu poderia lhe dar uma sugestão: que o senhor encaminhasse para a relatoria um Relator pelo princípio da precedência, porque eu fui o primeiro que pedi essa relatoria. Eu queria que o senhor considerasse essa minha solicitação, que estou fazendo perante meus colegas, mas é só um pedido do seu velho amigo aqui. Se você tiver aí esse beneplácito com o movimento médico e com o seu querido amigo Senador Hiran, ficarei muito agradecido.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa. Tenho pelo amigo, oftalmologista, Dr. Hiran... Aliás, até o meu olho está fechando, a turma tem dito "abra o olho" e tal, porque acho que já é a idade, o olho vem fechando, mas nada que o oftalmologista não resolva.

Quero cumprimentar a todos e todas e dizer da satisfação... A natureza do trabalho do Senado é o debate, não há como, porque ou a gente faz na Comissão ou faz no Plenário depois, mas, de qualquer forma, eu próprio quero ressaltar para a sociedade que me envolvi em pelo menos 20 reuniões, se não tiver sido mais no período também. Então, é um projeto de longa data, que vem tramitando dentro do Congresso Nacional.

Muito bem, a presente reunião está dividida em três partes: a primeira parte é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão; a segunda parte é destinada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à discussão e à deliberação do relatório de avaliação de política pública, relatada pelo Senador Paulo Paim – que, daqui a pouco, estará entre a gente, sem dúvida –, de acordo com o Requerimento nº 22, de 2024, Comissão de Educação; e a terceira parte é destinada à discussão e à deliberação do relatório final para o ano de 2024 da Subcomissão Permanente da Alfabetização na Idade Certa, presidida pelo caro Senador Cid Gomes, do Ceará, porque o Ceará, Dra. Mayra, é uma referência também neste sentido não só da alfabetização na idade certa, mas na educação e nos índices obtidos, de uma maneira geral. Parabéns para o estado!

A primeira parte, que é deliberativa...

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Informo que, se não houver discordância do Plenário, os itens da pauta que são terminativos na Comissão serão votados nominalmente em bloco, como sempre a gente faz, com a abertura do painel eletrônico.

Passamos, assim, ao item nº 1 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2294, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Favorável ao projeto e à Emenda nº 2, na forma da subemenda que apresenta, e contrário à Emenda nº 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. Em 10/09/2024, foram apresentadas as emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Alan Rick (UNIÃO/AC).

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

3. Em 10/12/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto o Senador... Ele não está presente, mas não precisa estar. O relatório já foi lido.

O Senador Marcos Rogério, que é o Relator, não está presente, mas eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Presidente, por favor, desculpe a tardança.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ah! Desculpe, Senador Zequinha Marinho. Eu quero cumprimentá-lo, em primeiro lugar, e passar a palavra a V. Exa.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente.

O autor do projeto está aqui, que é o Senador Astronauta Marcos Pontes, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Parece-me uma ideia interessante, mas eu gostaria que ele usasse a palavra, queria pedir que ele use da palavra para expor para todos nós aqui exatamente o que é esse Exame de Proficiência em Medicina, que certamente deve ser importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Zequinha Marinho.

Com a palavra o autor do projeto, Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Pois não, Presidente.

É uma honra para mim poder estar aqui nesse dia tão importante para o setor de saúde no Brasil. Nós temos aqui, inclusive, o nosso Presidente Hiran, do Conselho Federal de Medicina. Essa ideia partiu de uma audiência pública que foi realizada com o setor de saúde, com as principais lideranças do setor de saúde, e durante aquela audiência pública foi exposta a necessidade de haver uma melhora na qualidade dos médicos formados no Brasil. Embora o número seja muito grande, o que é muito bom, tem bastante médico, mas a qualidade é o principal fator que levou à proposta desse projeto de lei. Obviamente, ele não visa prejudicar nenhum tipo de profissional do setor, muito pelo contrário: visa melhorar o atendimento à saúde da população – e o foco principal sempre tem que ser o bem-estar, a qualidade do atendimento à saúde de cada um dos brasileiros.

Quando nós vamos a um médico – o Dr. Hiran aqui sabe muito bem disso –, quando a gente vai ao médico, a gente coloca a nossa vida na mão desse profissional, e é importantíssimo que esse profissional tenha o conhecimento adequado, seja testado, assim como um profissional de aviação: quando a gente entra dentro de um avião comercial, você espera que aquele piloto, que está pilotando o avião com 150 pessoas a bordo, tenha conhecimento e capacidade, tenha sido testado com todos os exames, tanto médicos quanto exames de proficiência – que ele faz a cada ano, diga-se de passagem – para que ele possa exercer aquela atividade com segurança para todos. Da mesma forma, o Exame de Proficiência em Medicina, assim como em odontologia, segue o mesmo princípio.

Então, essa foi a ideia original do projeto, muito apoiado por toda a comunidade médica – inclusive, a gente vê a presença aqui dos profissionais – e também pelo próprio Dr. Hiran, que é o nosso Senador médico oftalmologista, que já expôs a sua opinião a respeito do teste.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Zequinha Marinho, está bem?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Está claro, é interessante. É uma OAB da medicina, não é? (*Risos.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador, posso fazer uma...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – É mais ou menos isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pode.

O Senador Esperidião Amin está pedindo também a palavra.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Em respeito à amizade que eu tenho ao Senador Zequinha...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu gostaria apenas de solicitar que a gente utilizasse até cinco minutos.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, vou ser muito rápido.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bem.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Nós já temos... Nós estamos formando mais de 35 mil médicos anualmente no país. Já temos quase 600 mil. Nós temos... Só temos menos escolas médicas do que a Índia, e muitas escolas têm formado profissionais com qualidade duvidosa. A finalidade deste projeto e da proficiência não é só aferir, como falou aqui, bem falou, o nosso autor o projeto, mas também avaliar periodicamente os cursos de Medicina.

Vou dar um exemplo, Senador Zequinha. Se um curso de Medicina tem seus egressos reprovados, mais de 50%, no curso de proficiência, esse curso tem que sofrer algum tipo de sanção, ele não está formando médicos adequadamente. Então, você precisa suspender

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temporariamente, por exemplo, novos vestibulares até que esse curso se adéque para formar melhores profissionais.

A finalidade precípua desse projeto, que é apoiado pelo movimento médico, é garantir a qualidade daqueles que vão cuidar das nossas vidas para que eles entrem, tenham acesso ao que é o padrão ouro da nossa formação médica, que é a residência médica, para que entrem preparados para, dali para a frente, desenvolver suas habilidades nas suas especialidades. Esse é o mote, a grande razão e a importância desse projeto.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Surgiu aqui uma perguntinha simples. Por exemplo, o pessoal que faz Medicina fora do Brasil, para exercê-la aqui no país, faz aquele Revalida. Quem faz o Revalida também tem que fazer exame de proficiência?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Houve uma emenda do Senador Alan Rick que vai nesse sentido do que o senhor levantou. Quem faz...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Quem faz o Revalida...1

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... faz o Revalida...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Está liberado.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... está liberado, porque ele fez...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Ele já serve como...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Se ele passar...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – ... proficiência.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Como proficiência. Exatamente. Está certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É isso. É neste sentido, Senador Zequinha Marinho: quem faz o exame, pela emenda, estaria liberado do Revalida.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, eu creio que o tema é da maior atualidade, porque, juntamente com a extraordinária evolução da Medicina, que procura acompanhar a nossa maior longevidade, mais extensa longevidade, nós temos sido surpreendidos com o aparecimento, em grandes centros, de verdadeiros farsantes. Nas maiores cidades do Brasil ou, pelo menos, nos polos do Brasil, na região do Rio de Janeiro, São Paulo, de vez em quando, se descobre que estava operando lá, estava trabalhando num hospital ou num posto, numa unidade sanitária, alguém que é um farsante. No meu estado também, já houve alguns flagrantes desse tipo.

E a proliferação democraticamente auspiciosa dos cursos de Medicina... Por exemplo, a nossa bancada de Santa Catarina, Senadora Ivete, teve como prioridade, neste ano, agora, neste momento, neste final de ano, apoiar o curso de Medicina da Universidade Federal de Santa Catarina, na Curva do Arroz, em Joinville, que vai se instalar lá. É um curso que nos tranquiliza pela qualidade não apenas da universidade federal e das nossas universidades comunitárias, da Acafe, que são uma garantia de qualidade, mas também pelo avançado estado de maturidade do nosso Conselho Regional de Medicina, que está aqui representado pelo Dr. Marcelo Lemos – está por aqui, está aí –, cuja presença eu quero realçar neste momento.

Eu sempre discuti, na Câmara dos Deputados – e quem era Deputado na época sabe disso –, que o nosso então Presidente da Câmara Eduardo Cunha, cada vez que aparecia um projeto qualquer, colocava ali um jabuti – era um jabuti – para acabar com o curso, com o exame da OAB. Eu sempre dizia que, antes da OAB... E o meu número na OAB de Santa Catarina é 1.909, um número meio pré-histórico, não é? Eu já me formei na Faculdade de Direito há 54 anos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Parabéns.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E na de Administração há 55.

Então, como eu posso perceber, de todos os cursos, com todo o respeito a todas as profissões, não há nenhum tão sensível, digamos assim... Quando se fala, Senador Marcos Pontes, em tecnologia, quando se fala em tecnologia sensível, vem logo à baila o *avant-première* da espionagem, é o máximo que se pode ter em matéria de sofisticação, é o curso que mexe com a vida, com a saúde.

Por isso, se a proficiência em Direito, com quase 4 milhões de graduados, perdura, apesar de todas as tentativas, Senadora Dorinha – a senhora se lembra do Eduardo Cunha, que colocava sempre, em qualquer projeto que aparecesse, um jabuti para acabar com o exame de proficiência, as coisas mais estranhas? –, se a proficiência em Direito, que é um curso também que tem sensibilidade social relevante, perdura, e perdura apesar de ter adversários fortes e, eventualmente, até exercendo funções de relevo, muito mais razão cabe o atestar-se na proficiência num curso que vai cuidar do bem mais precioso que nós temos, que é a vida, e do maior pilar da vida, que é a saúde.

De sorte que eu tinha a preocupação sobre ter havido já a audiência pública, mas o Senador Dr. Hiran Gonçalves me assegura que já houve na Comissão que antecedeu a esta, de forma que eu acho que esse projeto merece aprovação. Os detalhes, se vai haver uma avaliação intermediária, no segundo, no quarto e depois no sexto ano, ou não, como já existe essa variante de um projeto que está na Câmara – não é assim...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone*.) – Está na Câmara.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... do nosso correligionário Professor Luizinho... Isso é uma questão de gradação da proficiência exigida, mas eu não vejo por que negarmos esta manifestação do Legislativo em favor da criação, da adoção desse exame de proficiência para uma atividade profissional tão relevante e sensível quanto esta.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente, antes de o senhor passar a palavra para o seguinte orador, eu queria também dar uma informação para todos. Nós pedimos uma nota técnica sobre se havia alguma posição contrária do MEC em relação a esse projeto. Não houve nenhuma manifestação contrária, e, inclusive, houve um pedido de vista da nossa querida colega Senadora Teresa Leitão, mas ela também não fez nenhuma manifestação até agora...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... em relação ao que foi deliberado aqui na reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, não houve.

Eu só quero, antes de passar a palavra para a Senadora Zenaide Maia, dizer que o conceito de saúde, inclusive, agora é um conceito ampliado, de saúde única, na área da saúde. Por exemplo, eu tive uma reunião na semana passada com a representação do Conselho Federal de Medicina Veterinária, e eles estavam preocupados com a formação que isso implica na saúde humana. Não é só na saúde animal, mas na saúde animal que vai ser ingerida pelo ser humano. E eles relatavam para mim que, nos Estados Unidos, são 33, 34 – ou por aí – cursos de Medicina Veterinária. E aqui no Brasil nós temos 400, se não me engano. Então, é um... E assim, eles também... O projeto está em tramitação na Câmara dos Deputados e virá para apreciação no Senado Federal, não há dúvida.

Senadora Zenaide Maia, com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, colega Senador, eu confesso que não me debrucei sobre esse projeto de lei, mas estou sabendo que vai ter uma audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Na CAS.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Na CAS.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Aqui não é terminativa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – É muito importante isso, porque é o seguinte e eu teria várias perguntas, porque, como o Zequinha perguntou: é como uma OAB? Só que a gente já tem um Conselho Federal de Medicina, que, pelo que eu sei, já é o órgão que dá ou não o CRM a quem é formado. Certo?

Dois, a maioria dos estudantes de Medicina, por exemplo, das escolas públicas, eles já fazem concurso imediatamente para uma residência médica. Ele vai ter que esperar que o CFM faça primeiro esse teste com ele, mesmo que ele tenha sido aprovado numa universidade pública federal?

E, outra coisa, o CRM vai ter dupla finalidade? Além de todos os médicos contribuírem todo mês se quiserem ter sua atividade, vão também pagar, todo ano, como a OAB, uma coisa a mais? É uma pergunta que não quer calar.

Outra coisa, a gente sabe... Nada contra, eu acho que quanto mais testar, melhor, mas não é criando um teste para ser feito num dia ou dois é que se vai impedir que se formem médicos em universidades, que é sobre o que a gente deveria se debruçar lá, sobre essas universidades, com testes anuais, entendeu? E não deixar para uma única prova dizer se você, se se formou médico, é capaz, com isso aí. Isso não vai impedir... Ou está impedida a criação de novas universidades, faculdades de Medicina? Mas isso foi muito ampliado.

Eu quero dizer: um, não corrige; dois, o CFM vai ter uma dupla, como é que a gente diz, uma dupla atuação? Ele vai atuar como CRM mesmo e vai também como se fosse uma OAB dos médicos? Nada contra, e eu vejo essa questão da...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque a gente sabe que nas universidades públicas a gente não pode ficar botando defeito. Primeiro, ela tem um filtro para você entrar que não é fácil. Todos sabem que entrar num curso de Medicina na universidade pública não é simples.

Dois, depois esses estudantes, a grande maioria, fazem a pós-graduação, não é, Hiran? Dificilmente, um médico hoje não quer fazer, no mínimo, uma residência, até para lhe dar segurança.

Mas eu estou tranquila porque eu confessei aqui que nem olhei, Hiran, mas me lembrei logo desse poder que já tem o Conselho Federal de Medicina, que chega ao ponto de ser contra a vacina. A gente tem que ter medo também de dar tanto poder a um órgão só, gente. Então nós temos que ter esse olhar. Por isso é que... Quando é a audiência? No próximo ano, não é? Eu quero estar aqui para ouvir, de repente ouvir.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só um minutinho.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Só por isso está questionando...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não. Só pelo respeito que eu tenho com a...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só um minuto...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... para esclarecer V. Exa., Senadora Zenaide Maia, que, na última reunião desta Comissão, houve um debate muito grande sobre a necessidade de se fazer audiência pública, aqui ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E ficou deliberado nesse sentido que, como o projeto é não terminativo e irá para a Comissão de Assuntos Sociais, que esse debate, essa audiência seja realizada lá na Comissão de Assuntos Sociais, para que essas e outras dúvidas, se houver, sejam debatidas, discutidas, dialogadas e tal. Está bem?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Primeiro, foi feita audiência pública e, por profundo respeito e amizade que tenho com a minha querida colega Zenaide, desde a nossa época de Deputados, querida amiga, esse projeto tem um condão, primeiro, de aferir habilidades. Queria dizer para você que nós temos um longo caminho a percorrer.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Nós vamos discutir mais uma vez na CAS, de que você também é membro, e de lá esse projeto vai para a Câmara dos Deputados, onde há um projeto de semelhante teor, mas de formulação um pouco diferente.

O projeto aqui estabelece uma prova de proficiência. Ele acatou uma das emendas de Senador Alan Rick, que confere proficiência aos oriundos do exterior que passarem na prova do Revalida – não precisa fazer duas coisas. Lá na Câmara, nós temos um projeto que estabelece, inclusive, uma avaliação seriada nos 2º, 4º e 6º anos. Só será válido a partir do momento em que esse projeto for aprovado e para aqueles alunos que vão entrar na faculdade, os que estão na faculdade não vão ser submetidos a esse marco legal.

Mas é importante frisar que durante dez anos daquela moratória de que nós falávamos tanto e que perdurou até 2023 foi o período que mais se proliferaram escolas médicas no país sem o menor critério. Sabe por quê, Senadora? Porque se conseguia na Justiça a abertura da escola e se abria a escola onde se tinha interesse pecuniário. Isso centralizou as faculdades em grandes centros onde se tem maior poder aquisitivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, já que a gente não consegue frear essa *commodity* que é a nossa profissão, todo mundo quer ter um curso de Medicina, a gente precisa avaliar o egresso e avaliar também o curso, porque, no nosso pensamento, no que se delibera no movimento médico, é importante que... Quando a gente tiver, por exemplo, uma prova de proficiência com mais de 50% de egressos que foram reprovados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... a gente tem que estabelecer uma sanção para o curso. Curso ruim tem que ser penalizado, suspende o vestibular por determinado tempo, para que se faça uma avaliação da universidade. Esse é que é o nosso pensamento.

Nós estamos aqui começando um processo longo de discussão, viu, Zenaide? Então, nós vamos estar juntos discutindo, e você, que é uma pessoa que tem uma bela história, vai nos ajudar a aperfeiçoar esse texto cada vez mais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Dr. Hiran.

Passo a palavra para a Senadora Professora Dorinha Seabra, Vice-Presidente desta Comissão.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Bom dia, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras.

Eu quis discutir o tema, Presidente, só porque eu sou Relatora do seguinte, que trata, nos mesmos moldes, da Odontologia.

Eu acho que é importante nós entendermos que vai ser preciso organizar um sistema no seu conjunto de avaliação. Nós temos o Sinaes, que já avalia as instituições; o Enade, que avalia os graduandos. E o Enade pode ser amostral.

A proposta em tela permite que os conselhos realizem avaliação individualizada, reconhece todos que já estão inscritos tanto no CRM quanto no CRO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu entendo é que se pode, através de regulamentação que precisa ser construída, organizar um sistema de avaliação que seja racional; que permita individualmente ao graduando – quem concluiu seu curso – entender quais são as suas lacunas, qual o processo de formação; em que a instituição formadora receba os resultados no seu conjunto, porque é uma forma de ela melhorar a sua qualidade. Aqui, não tem nenhum tipo de implicação ainda para as instituições, mas eu penso que elas precisam receber os relatórios e ter tempo para mudar, porque também, se uma instituição continua formando pessoas com uma lacuna profissional significativa, precisa ser instada a mudança no seu currículo e no seu desenho de formação.

Eu falei, na última reunião, que eu fui Relatora... E me permitam, porque eu sou da educação: eu não gosto de falar profissão mais ou menos importante. Eu fui Relatora do Enameb, que está hoje na CCJ da Câmara e foi proposto pelo Deputado Gastão, pelo à época Deputado Abicalil, que conhecemos pela sua prática, inclusive uma pessoa respeitadíssima do PT nessa linha, e pelo próprio Ministro Fernando Haddad. O Enameb cria as avaliações de exercício para os profissionais da educação. Como é que um professor alfabetizador vai ser alfabetizador se ele não sabe alfabetizar? E é isso que acontece hoje, no Brasil. A mesma coisa do 1º ao 5º, do 6º ao 9º, educação de jovens e adultos.

Então, eu penso que não é fácil, mas a gente precisa enfrentar os exames de avaliação. E sem critério de punição, porque o aluno termina a sua graduação, pagou muitas vezes pelo curso, chega ao final do curso; e, se ele não está bem preparado, a punição não é para esse aluno. Não estamos falando de punição. A gente precisa servir para melhorar o sistema de formação.

Então, eu penso, Senadora Zenaide e Senadores que apresentaram, que tem ainda, sim, não só aqui no Senado, mas na Câmara. É preciso organizar esse sistema; eu acho que é importante.

Muitos países trabalham com a certificação com regularidade. Por exemplo, um professor que foi certificado no Estado de Nova York para atuar em sala de aula: de quatro em quatro anos, de cinco em cinco, ele precisa refazer o seu credenciamento. Ele está atualizado? Ele está preparado para continuar atuando? Eu entendo que a residência faz isso para um foco. Aqui a gente está falando de uma formação geral, mas isso tudo precisa conversar para a gente entender que não vamos criar um sistema em que os alunos, os estudantes sejam punidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao mesmo tempo – aí é uma provocação que em nada tem a ver com essa discussão, mas ao mesmo tempo tem –, eu tenho recebido relatos de estudantes de Medicina que fazem residência médica, passam em primeiro lugar; tinha duas vagas: em virtude do desenho das cotas aplicadas, ele nunca consegue entrar. Sendo um bom estudante, tendo uma boa nota, ele não consegue a vaga, porque a vaga, no desenho de cotas, não sobra para ele, e ele vai fazendo todo o processo de avaliação.

Eu acho que, no conjunto, a questão dos cursos de Medicina, a falta de espaço para o internato, para o processo, tudo isso precisa ser discutido. Eu apoio e fiz esse relato na Odontologia. Vou votar na Medicina e entendo que a gente tem uma oportunidade de melhorar e também de provocar as instituições cujos cursos – e aí eu não vou falar só para as instituições privadas – e cujas mensalidades são caríssimas, que obrigam estudantes a irem para o Paraguai ou para outros lugares no entorno, porque a mensalidade é cara, mas também uma provocação às universidades federais, que começam o seu funcionamento sem olhar toda a estrutura que é exigida a uma instituição privada para funcionar. Eu falo de um exemplo do meu estado, porque nós estamos na luta para fazer o hospital da Medicina na capital, e o curso de Medicina, já com várias turmas formadas, não tem um hospital, começou a funcionar sem uma boa biblioteca, sem todas as exigências que, muitas vezes, uma instituição privada tem e ainda tem a autorização de funcionamento do seu curso negada, exemplo que eu tenho também no meu estado.

Então, Senador, eu me coloco junto, porque eu acho que é uma oportunidade, quem sabe, no debate, no próximo ano, de a gente conseguir, Senador Hiran, Senador autor, Astronauta Marcos Pontes, construir um sistema que seja racional, pensando que em caráter nenhum aqui é punitivo, e muito mais a oportunidade de construção de qualificação, de formação e de qualificação.

Muito obrigada.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Senador Marcos Pontes e, em seguida, também para a manifestação o caro Deputado Luiz Ovando.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Presidente, todo esse tema tem uma importância muito grande, sempre mantendo em mente – relembrando o que a Senadora Professora Dorinha falou – que isso é feito no sentido de proteger a saúde da população. Esse é o ponto principal aqui, o objetivo principal.

Um curso de Medicina precisa ter não só a qualidade, em termos de conteúdo apresentado na sala de aula, mas também uma infraestrutura adequada para a formação das habilidades nessa competência médica: conhecimento, habilidade e atitude. Isso envolve uma infraestrutura de hospital, isso envolve infraestrutura para que nós tenhamos residência ou quantidade adequada de vagas de residência, e a gente sabe que o sistema não tem tudo isso.

Então é uma primeira barreira de proteção da saúde da população esse exame de proficiência.

Por que um exame, e não vários? Isso foi uma proposta do próprio Conselho Federal de Medicina, não havendo condições ou braços suficientes para ter múltiplos exames para formação. Então, um exame é considerado, pelo conselho que propôs esse projeto, adequado para esse primeiro ponto.

Agora, eu concordo plenamente que é importante que, a partir desses resultados, nós tenhamos um foco nas escolas de Medicina para que elas tenham a qualidade adequada na formação e, além disso, também o provimento de mais vagas para residência médica. Além disso, tem muitos alunos que hoje em dia não querem fazer residência médica. Eu aprendi isto na audiência pública que fizemos aqui com o setor de medicina, discutimos muito isto: muitos alunos não querem fazer residência médica, querem sair do curso e partir direto para a profissão, muitas vezes não preparados ainda totalmente para atender os pacientes.

Essa é uma preocupação séria, eu ouvi de professor aqui de 40 anos da área de medicina falando que só 30% dos alunos querem fazer a residência. Então, também é um ponto importante a se pensar, essa motivação para a residência.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Deputado Luiz Ovando, para a manifestação.

O SR. DR. LUIZ OVANDO (Bloco/PP - MS) – Sr. Presidente, Senador Flávio Arns...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Desculpe. Em seguida, a doutora... É Mayra ou Maíra? Mayra. Desculpe então. Mayra Pinheiro.

O SR. DR. LUIZ OVANDO (Bloco/PP - MS. Para expor.) – Sr. Presidente, quero saudá-lo e também à Professora Dorinha; saudar o Senador Dr. Hiran Gonçalves; o Senador Marcos Pontes; meu colega sul-mato-grossense e médico Nelson Trad Filho, o Nelsinho; a Dra. Mayra; os colegas que se encontram aqui.

Eu quero me apresentar rapidamente: eu sou sul-mato-grossense, graduado em Medicina há 49 anos, pós-graduado na Universidade Federal do Paraná e na Universidade de Minnesota, dos Estados Unidos, professor aposentado, mas atuante ainda como médico.

Eu sempre fui contra esta questão de se submeter o aluno de Medicina a uma avaliação pós-término do curso, mas infelizmente eu tenho visto, devido à leniência do processo educativo nacional capitaneado pelo Ministério da Educação e Cultura deste país, um aumento exagerado de escolas médicas. Chegamos aí em torno de 400 – é o que a gente tem, porque cada dia aumenta e a gente não sabe verdadeiramente o número preciso. Por que eu sou contra? Simplesmente porque, a regra do jogo, começou-se uma partida e no trajeto ela está sendo mudada.

Mas o que tem acontecido com este país infelizmente? Nós saímos de uma situação de 1 médico para 2 mil habitantes quando eu entrei na escola médica e me formei, em 1975, para uma condição hoje em torno de 2,6 para 1 mil habitantes, e, infelizmente, nós estamos chegando a uma condição dramática em que aquele graduado não vai para o interior, não resolve o problema. Então, nós temos neste país um número significativo de cidades pequenas, com em torno de 20 mil habitantes. O Estado do Mato Grosso do Sul é um estado bom, e, no meu estado, nós temos uma avalanche de encaminhamento para os centros, para as capitais. Então, nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aumentando o número de médicos, mas nós não estamos resolvendo o problema do atendimento primário em saúde.

Nós temos o Sistema Único de Saúde, o chamado SUS, que é fantástico! O que o senhor procurar o senhor consegue resolver, mas, quando chega no atendimento primário em saúde, é uma catástrofe! Não se resolvem 20% dos casos. É bem verdade que eu estou falando aqui, de maneira geral, sobre aquilo que eu recebo. Eu tenho atuado, atualmente ainda faço medicina em consultório e, até recentemente, professor no curso de Medicina, liderando, inclusive, a residência de clínica médica na Santa Casa de Campo Grande, a terceira maior Santa Casa do país. E o que a gente vê ali?

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. LUIZ OVANDO (Bloco/PP - MS) – Simplesmente falta de diagnóstico, porque não se primou pelo esmero da relação médico-paciente. E nós estamos vendo que cada vez mais isso está acontecendo.

A pergunta, para encurtar e ser objetivo, é: esse exame vai resolver o problema de encaminhamento e qualificação? Porque o Ministério da Educação nós não temos visto. Recentemente, nós tivemos uma moratória em que foi suspensa por cinco anos a abertura de escolas médicas, mas, logo depois, aumentou significativamente o número de escolas médicas e não só de escolas, mas o já existente número de vagas. Nós estamos chegando a uma situação hoje em que o indivíduo graduado não tem qualificação, não vai para o interior e vai ser professor de curso de Medicina. Infelizmente, nós estamos vivendo isso. E nós aprendemos com quem dá exemplo, com aquele que faz.

Então, aqui eu quero levantar isto, Sr. Presidente: verdadeiramente, nós vamos, de forma leniente, passar agora a um curso, ou seja, a uma prova de qualificação e nós não estamos cobrando das escolas, o Ministério da Educação não está cobrando das escolas médicas, não está exigindo qualificação, é tudo exigido do ponto de vista inicial. Mas, posteriormente, o Enade, como a Professora Dorinha falou... Existem inclusive, cursos em que os alunos de medicina são colocados ali para fazer a prova e para ter um bom resultado para aquela escola não... Então, é preciso fazer alguma coisa. Nós estamos chegando a essa situação, e aqui fica o meu alerta: vamos resolver ou simplesmente nós vamos continuar sendo tolerantes?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Dr. Luiz Ovando, do PP, Mato Grosso do Sul.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Antes, eu já havia anunciado a Deputada...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

Com todo o respeito que tenho a todos, temos um quórum robusto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu acho que a gente pode abrir a votação e dar a palavra para todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A votação é simbólica, não é nominal, não é terminativo aqui. A votação é simbólica.

Só antes, vamos ouvir...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Pode haver divergência, Presidente, aí...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vai haver divergência.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Então.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mas se houver... Vamos ver primeiro, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Mayra Pinheiro, PL, Ceará.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Pois não. Dra. Mayra inclusive concorda com o encaminhamento, Dr. Nelsinho Trad também. Que bom! Então, está bom. Só que eu tenho que encerrar a discussão.

Então, está encerrada a discussão.-

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Aprovado o relatório, passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 2, da Comissão de Educação, nos termos da Emenda nº 1, Comissão de Educação, e contrário à Emenda nº 1.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais... (*Palmas.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, Presidente, contrariando até a minha expectativa, sem divergências.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sem divergências, por unanimidade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Passamos ao item nº 2 da pauta.

Destaco também – não fiz antes, mas faço agora – a presença do Dr. Élio Silva Lucas, do Conselho Federal de Odontologia. Dr. Élio, só levante a mão para... Pois não. Está aqui presente.

Item nº 2 da pauta. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem. Podemos passar para o item nº 2.

1ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3000, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 5.081, de 24 de agosto de 1966, que regula o Exercício da Odontologia, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Odontologia.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

2. Em 10/12/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto a Senadora Professora Dorinha Seabra, Relatora, se gostaria de fazer uso da palavra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu acho que... Como eu já li o relatório e o texto guarda semelhança com o tema que nós acabamos de discutir sobre a proficiência na área da medicina, ele também vai para a CAS (Comissão de Assuntos Sociais) e lá deve dar sequência ao debate. Mas ele guarda semelhança com os mesmos argumentos, não é? A necessidade de articulação dentro de um sistema de avaliação. No caso da odontologia, ainda eu acho que é mais até palatável, porque nós não temos a questão das residências médicas, mas tem as especializações. Mas entendo que também o anseio apresentado pelo Senador Astronauta Marcos Pontes deve ser casado a partir de uma regulamentação entre os exames já realizados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Penso que facilita muito avançar num sistema integrado, até diferente da OAB, porque a OAB, hoje, não tem nenhum tipo de articulação entre as ações da realização do exame de ordem e as outras avaliações.

Logicamente, o propósito aqui é a avaliação individual, mas, na regulamentação, eu penso que os relatórios institucionais podem ser, inclusive, encaminhados para a possibilidade de monitoramento e avaliação das instituições.

O texto é semelhante, embora a situação de exercício profissional seja diferente entre a odontologia e a própria medicina, mas o anseio é de igual forma: a preocupação com um curso importante, que precisa avançar.

Inclusive, eu queria fazer um apelo.

Eu sei que o SUS retomou alguns programas, mas odontologia é saúde pública e precisa ser tratada com maior seriedade pelos estados, pelos municípios e pela União. (*Palmas.*)

Muito obrigada.

O meu estado é um estado jovem, mas é muito triste quando eu vou a uma aldeia indígena e eu vejo indígenas, dezenas deles, desdentados, sem condição de saúde.

Não é diferente nas nossas escolas, nos bairros e nas periferias, cujas ações, na maioria dos lugares, quando tem – o meu estado mesmo é um exemplo, o Presidente do conselho é do Tocantins, Juliano do Vale –, são distribuição de *kits* e orientação de escovação.

Vamos olhar a situação, hoje, da pobreza das famílias, a situação de miséria, cujos filhos não têm condição de comprar, às vezes, o *kit* de higiene. A gente fala "não, é baratinho, é baratinho ter uma escova". O que a gente vê são muitas famílias que têm uma única escova sendo utilizada, quando têm.

Vejam que o SUS precisa, de verdade, trazer a política de saúde bucal preventiva para a população.

Acho que nós temos um exemplo mundial do atendimento realizado pelo SUS, mas nós precisamos entender que, do ponto de vista de saúde e política pública, a gente tem um grande caminho pela frente quando nós tratamos da questão da saúde bucal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejo que essa preocupação é uma pontinha.

Se a gente não conseguir trabalhar no sistema, o que a gente vê são profissionais que ficam, na verdade, subaproveitados nas UBS, nas estruturas de saúde, precisando de um sistema robusto que possa tratar da saúde e no seu sentido mais amplo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço à Professora Dorinha.

Continua em discussão matéria.

Caro Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Flávio, Senadora Professora Dorinha, que ora, de uma maneira muito própria, colocou as suas razões, demais colegas que estão aqui presentes e que nos acompanham remotamente, apenas reforço a nossa posição no sentido de apoiar este projeto não só na questão da odontologia como também da medicina.

Eu entendo que estudar nunca fez mal para ninguém, se aperfeiçoar também não, se qualificar também não. E essa é uma condição de proteção para quem está atuando e, mais ainda, de segurança para quem vai receber esse atendimento.

A gente sabe que, a partir do momento em que você tem um profissional bem formado, a condição de atendimento é outra. E o inverso também é verdadeiro

A gente não pode lidar, na saúde, com vidas, com pessoas que possam ter consequências danosas em função de um atendimento feito por um profissional que não está qualificado, podendo deixar sequelas para o resto da vida.

Quanto mais a gente puder diminuir esse risco, a gente tem que ter essa responsabilidade.

Parabenizo e, tanto na medicina como na odontologia, eu sou a favor desse encaminhamento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Nelsinho Trad.

Passo a palavra ao Wellington.

Depois, no final, o autor do PL conclui a manifestação.

Senadora Zenaide Maia, primeiro.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Como ela é médica, o humano; depois, vem o médico veterinário aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu mencionei, agora há pouco, a questão da saúde única, que é o conceito da medicina veterinária.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ela é médica e competente. Então, vamos dar preferência.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Concordamos inteiramente com a competência, a dedicação e a humanidade.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas, ninguém é contra aqui se fazer um controle de qualidade em profissionais que vão lidar com a vida.

A odontologia não é diferente. A odontologia, aparentemente, pode ser uma coisa simples, mas uma cárie dentária impede uma cirurgia cardíaca, porque nenhum cirurgião cardíaco vai submeter alguém com isso aí, só para mostrar à população.

Mais uma vez, Professora Dorinha, nós voltamos ao que a gente vem falando, como falou meu colega Parlamentar Deputado: precisamos que a saúde primária funcione, gente. Isso pode ser na parte médica, de enfermagem, de odontologia.

Se a gente não fizer isso, infelizmente, não é um exame desse que vai resolver os problemas. Nós sabemos qual é o problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mesmo na saúde pública, como Dorinha falou, nós temos avanços na saúde pública, mas nós não estamos colocando a saúde pública deste país no Orçamento. A verdade é essa.

Nós estamos aprovando aqui, mas, primeiro, não vamos à causa.

Se a gente tiver dentistas, técnicos de saúde bucal em todas as equipes de PSF, fazendo a prevenção, corrigindo algumas cáries na saúde primária, pouca gente vai chegar àquele CEO (Centro de Especialidades Odontológicas), para onde vai quem precisar de endodontia, de prótese e de outras coisas.

O que eu quero deixar claro aqui é que nada contra você formar pessoas, que é outra coisa. A responsabilidade é do MEC. Achei até interessante o MEC dizer que, por ele, tudo bem se vão avaliar.

Mas é o mesmo problema: ou a gente cuida da saúde primária, seja saúde oral, seja bucal, seja outro tipo de saúde na medicina, ou nós vamos ter um CEO para odontologia em cada esquina, e não vai resolver.

E eu queria dizer que isso aqui não é diferente, Dorinha, do médico.

Por que eu defendo a saúde primária? Qualquer médico deste país, com um tensiômetro, um estetoscópio, um termômetro ou uma fita de fazer uma glicemia de periferia, dá, no mínimo, mais de 90% do diagnóstico. Se a gente solicitar, Dorinha, um sumário de urina e um hemograma, chega a mais de 95%.

Então, nós podemos fazer UPA, nós podemos criar leis aqui proibindo a abertura de novas universidades de Medicina. Se a gente não tiver esse olhar diferenciado, não tem plano de saúde, não tem esse SUS, que é uma pérola maravilhosa, que aguentem isto: você olhar para o paciente com a dor de cabeça e pedir uma tomografia computadorizada do cérebro em vez de verificar uma pressão ou fazer um raio-X de seios de face.

Eu, médica da universidade, já fui Secretária de Saúde de São Gonçalo do Amarante e o que eu peguei de tomografia com "sugiro sinusopatia", ou seja, você faz uma tomografia de crânio, que é um raio-X em corte, gente. O que é uma tomografia? É você se submeter a uma radiação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

100 vezes ao passo que, com um raio-X simples, você vê lateral e frontal. E mais de 90% dessas tomografias são ou sinusopatia ou normais.

A Senadora Zenaide não está contra que os dentistas, as pessoas formadas em Odontologia ou em Medicina ou em Medicina Veterinária precisem de uma avaliação. Mas são as perguntas que eu fiz: nós estamos apenas enxugando o gelo, porque nós não vamos conseguir proibir que tenha universidades formando pessoas sem qualificação. É por aí que a gente tem que começar.

Por isso eu digo "a favor", mas ainda vamos discutir. Ainda vai para a CAS, não é, Dorinha? Vamos discutir isso com seriedade ou se nós queremos apenas aumentar os poderes dos Conselhos Federais de Medicina ou de Odontologia, com todo o respeito. Eu tenho autoridade para isso porque, quando quiseram extinguir os conselhos, eu fui uma que fui contra, porque se faz necessário.

Agora, vamos ter um olhar diferenciado. Não vamos achar que as faculdades de Veterinária, de Medicina, de Odontologia vão melhorar o padrão de atendimento só porque vai ter um teste para isso.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Passo, em seguida, a palavra ao Senador Wellington Fagundes, só enaltecendo Hélio José, ex-Senador também, do Distrito Federal. Seja muito bem-vindo!

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente Flávio Arns, primeiro quero elogiar aqui o projeto do Senador Astronauta, nosso companheiro de partido, pela sua competência.

Minha esposa é dentista, é odontóloga.

Se fosse possível, Senadora Dorinha, não sei se neste projeto ainda, eu acho que todos os cursos da área médica teriam que ter realmente essa prova que, no fundo, no fundo, é uma confirmação da competência do profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, no Brasil, nós aumentamos demais o número de faculdades. Agora, estão propondo, inclusive, faculdades na área médica à distância. Olhem só aonde nós estamos chegando!

Eu acredito que essas provas dos diversos conselhos fortalecem os conselhos, sim, mas o conselho também de cada função tem a função de fiscalizar a profissão. Por isso eu acredito que o fortalecimento dos conselhos de todas as profissões é fundamental.

Eu não só aplaudo a iniciativa do projeto e a relatoria como, se eu pudesse, até acrescentaria, como emenda da Relatora, todos os cursos na área médica.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço.

Só uma sugestão: talvez não na área médica, mas na área da saúde, no conceito de saúde única, porque o médico veterinário é essencial, a terapia ocupacional, a fisioterapia, a fonoaudiologia.

A gente tem que ter bons profissionais em todas as áreas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Concordo perfeitamente. Aí a sapiência do nosso Presidente, sempre buscando aprimorar as nossas ideias.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Eu só gostaria de somar alguns pontos.

Primeiro, parabenizo, pelo relatório, a Senadora Dorinha.

Quem trabalha com gerenciamento de riscos – eu fiz isso durante muito tempo na área de aviação e espaço – sempre trabalha com duas variáveis. Uma delas é a probabilidade de um evento acontecer; e a outra é o impacto caso aquele evento aconteça. Isto é padrão em termos de gerenciamento de risco: probabilidade e impacto. A partir dessa análise de risco, você tem os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

agentes de mitigação, basicamente quatro: ou você elimina o risco, o que é muito difícil; ou você transfere o risco, seguro etc.; ou você mitiga, você reduz aquele risco. Tanto você pode reduzir a probabilidade quanto reduzir o impacto. Aí é o ponto aonde eu quero chegar.

Eu concordo muito com a Senadora Zenaide sobre a necessidade que nós temos de melhorar. Eu tenho falado muito com o pessoal da área da saúde como um todo, incluindo odontologia, medicina, da necessidade de nós termos um sistema no Brasil mais eficiente para atendimento da população como um todo na saúde. Esse é um problema sério, realmente sério.

Isso, a gente vê no aspecto de prevenção ou da probabilidade de uma ocorrência ruim na área da saúde, como a pessoa falecer – a probabilidade.

A partir do momento em que nós temos o problema existente, nós temos o impacto a ser tratado.

Então, o que eu vejo é que essa prova de proficiência em qualquer área, medicina, odontologia, funciona como mitigação do impacto. E qual é a probabilidade? De onde vem esse problema? Da qualidade dos cursos, da qualidade do atendimento, da infraestrutura para atendimento e tudo mais.

Aí a gente precisa de ações também, que não são a prova, mas outras ações para melhorar também, para reduzir a probabilidade de problemas na medicina. Para isso, a gente vai ter um trabalho muito maior, muito mais amplo no país como um todo, mas a gente tem que encarar esse problema. Sem dúvida nenhuma, tem que encarar.

Então, é mitigação da probabilidade, como a Senadora Zenaide falou, e mitigação, no caso aqui, do impacto. E uma das ações é justamente esses testes de proficiência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório da Professora Dorinha Seabra permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. (*Palmas.*)

Parabenizo os representantes do Conselho Federal de Odontologia aqui presentes e os odontólogos também do Brasil inteiro.

Eu sempre digo para o meu dentista: nunca fico feliz quando tenho que ir ao dentista. Tem que achar um mecanismo de diminuir a ansiedade e o medo também. (*Risos.*)

Bom, na área da medicina também, há várias áreas, mas, felizmente, existem dentistas, odontólogos, médicos e profissionais competentes e habilitados.

Item 3, emenda de Plenário ao Projeto de Lei 2.975, de 2023.

1ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2975, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a mulher indígena na legislação de enfrentamento da violência e de promoção da saúde e da educação.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável à Emenda nº 1- PLEN, com a subemenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

2. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 03/12/2024 e 10/12/2024.

Autoria: Câmara dos Deputados, Deputada Federal Juliana Cardoso.

Relatoria da emenda: Senadora Augusta Brito.

Em 12 de dezembro de 2023, a matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, com parecer favorável ao projeto.

Em 5 de junho de 2024, a matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.

Em 13 de junho de 2024, foi apresentada a Emenda nº 1-PLEN, de autoria do Senador Mecias de Jesus.

A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

Consulto se a Senadora Damares Alves pode ser a Relatora *ad hoc*.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Com a palavra, V. Exa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, inclusive a leitura deste relatório *ad hoc* é um presente para mim. É um presente, o senhor sabe...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Tenho certeza disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... do amor e do respeito que eu tenho aos povos indígenas e da nossa luta pela defesa das mulheres indígenas.

Nesse sentido, eu quero destacar a presença da Ysani Kalapalo. Ysani é uma *influencer* indígena, milhões de seguidores. Ela tem como...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Seja muito bem-vinda!

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A Ysani tem como luta o enfrentamento à violência contra mulher e criança em área indígena. A Ysani luta pelo fim do abuso sexual de mulheres e crianças, contra práticas culturais nocivas entre seus povos, e ela veio para acompanhar a votação dessa matéria e da matéria que o Senador Wellington vai relatar daqui a pouquinho.

E a outra mulher linda que está do lado dela, Senador, é a minha filha. A minha filha é a Kajutiti Lulu Kamayurá. A minha filha...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pode se ver onde que está a filha? Levante-se aí.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ela também é uma mulher xinguana. Nós estamos com duas mulheres do Xingu, dois povos diferentes, calapalo e camaiurá, que vieram acompanhar também a votação do projeto de lei de que o Senador Wellington é o Relator. Mas este aqui específico, Presidente, tem muito a ver com a minha história, com a minha luta. Eu peço permissão para ir direto à análise.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Educação opinar sobre proposições relacionadas à diversão em espetáculos públicos e outros assuntos correlatos, o que torna regimental a análise da Emenda 1 do Plenário, visto que traz acréscimo ao protocolo "Não é Não", instituído pela Lei 14.786, de 2023, cuja implementação é obrigatória no ambiente de casas noturnas e de boates, em espetáculos musicais realizados em locais fechados e em *shows* com venda de bebida alcoólica, para promover a proteção das mulheres e para prevenir e enfrentar o constrangimento e a violência contra elas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A emenda sob análise atende também aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e foi redigida de acordo com a adequada técnica legislativa.

Em relação ao mérito, a Emenda 1 de Plenário não destoa do objeto do PL, que visa a justamente garantir, de modo específico, o direito das mulheres indígenas em áreas em que sua violação é recorrente, como as de segurança, saúde e educação. É forçoso reconhecer que políticas generalistas, ainda que bem fundamentadas, são por vezes insuficientes para assegurar a proteção de grupos de vulnerabilidade agravada, como é o caso das mulheres indígenas.

São os dados que revelam a insuficiência dessas políticas. Aproximadamente uma em cada três mulheres indígenas – olhe o número, Presidente: uma em cada três mulheres indígenas – já sofreu violência sexual ao longo da vida. Entre 2000 e 2020, houve um aumento de 167% dos casos de feminicídio de mulheres indígenas. Vê-se, portanto, que se trata de grupo ainda fortemente atingido pela violência.

Por isso, para além das alterações já propostas pelo PL para coibir atos violentos contra mulheres indígenas, é louvável o objeto da Emenda 1 do Plenário, que visa a tirar da invisibilidade essas mulheres também no âmbito de aplicação das medidas decorrentes do protocolo "Não é Não", reforçando a proteção desse grupo em relação a atos de constrangimento e de violência praticadas em ambientes diversos. Para isso, a Emenda 1 do Plenário obriga os agentes públicos e privados, responsáveis por implementar o protocolo "Não é Não", a respeitarem as condições e necessidades específicas das mulheres indígenas, o que as diferencia de outros grupos e materializa sua própria identidade étnica, cultural e linguística.

A emenda analisada, portanto, atenta-se para que possíveis diferenças existentes em campos como a língua e a cultura não embarguem, de modo algum, a proteção dos direitos das mulheres indígenas, especialmente em ambientes em que a agilidade da prestação de socorro é essencial para que se obste o ato de violência.

Finalmente, entendemos que cabe pequeno ajuste na emenda do PL apenas para refletir a alteração proposta pela Emenda 1-PLEN.

O voto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação da Emenda 1-PLEN, com a seguinte subemenda, que já foi publicada. Dessa forma, nós vamos proteger as mulheres indígenas. Elas também poderão, agora, dizer que não é não, em qualquer ambiente.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Damares Alves.

Em discussão a matéria.

Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero aqui parabenizar a nossa... Esse projeto é da Senadora Janaína Farias, não é?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Não, é da Câmara. A Augusta fez o voto e eu li *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É de autoria da Deputada Federal Juliana Cardoso. Relatoria *ad hoc*.

Eu só quero parabenizar V. Exa. também pelo trabalho todo a favor da promoção da mulher, da criança, do adolescente, que tem que ser reconhecido por toda a sociedade. Parabéns!

Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, eu quero parabenizar por esse projeto, porque infelizmente é assim: se a gente for atrás, dizem assim: "A saúde é um direito de todos e um dever do Estado; todos somos iguais perante a lei". Mas a gente sabe que, se não fizer uma lei dessa mostrando que as mulheres indígenas sofrem mais violência do que a população geral, como a gente vê acontecer com as mulheres negras deste país... Então, se faz necessário chamar a atenção, criar um projeto de lei para dar visibilidade ao povo brasileiro de que as mulheres, nossa população indígena que, quando a gente chegou aqui, já estava aqui, na verdade, eram donos de tudo que a gente tem aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso é que eu não gosto desta história de ficar empurrando-os até chegar a um ponto em que não fiquem mais nem no território. Sou a favor da população indígena, protegem nosso meio ambiente, e é isso aí. As nossas mulheres indígenas, negras e todas as mulheres... Não é possível que todos os homens e toda a sociedade não deem as mãos! Como vamos permitir que, a cada três mulheres indígenas, uma sofra violência? – e a maioria é violência sexual. Isso é muito grave, Dorinha, para a gente ficar aqui fazendo de conta que não está existindo! A cada quatro horas ou cinco horas, tem uma mulher assassinada neste país, depois de sofrer violências seguidas.

Por isso, parabéns! Não temos aqui seres humanos melhores ou piores do que os outros. Nós temos é que defender nossas mulheres indígenas, nossas mulheres negras e todas as nossas mulheres.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Os parabéns que eu transmiti para a Senadora Damares Alves, agora há pouco, estendo também à Senadora Zenaide Maia, batalhadora na área.

Senadora Professora Dorinha Seabra, com a palavra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Não, Sr. Presidente, só em virtude do tema, eu não gostaria de deixar de falar. Eu acho que, do ponto de vista de ação do Congresso, e eu que fui Líder da Bancada Feminina na Câmara, nós conseguimos aprovar na época – a Damares, hoje Senadora, era Ministra –, e começamos um trabalho de fortalecimento da legislação. E quero chamar a atenção que, na verdade, o projeto aqui, além de tratar da Maria da Penha, trata da Lei de Diretrizes e Bases. E acho importante nós quebrarmos um discurso que se repete de que a violência nos povos indígenas é cultural. Isso é uma vergonha e não é cultural, porque, se a gente tivéssemos ficado por trás do cultural, nós não estaríamos avançando também com os brancos, porque é cultural a mulher ser patrimônio, ser utilizada como um bem...

Então, a nossa tarefa é que, por trás da cultura que nós respeitamos, e muito, dos povos indígenas, esta não pode ser utilizado como fachada para que as instituições de saúde e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança não enxerguem os povos indígenas dentro do seu espaço nem as condições de proteção à criança, de proteção à mulher. Nenhuma cultura pode servir de argumento para a situação de violência, discriminação e morte. Então, chega de dizer que a violência, o feminicídio, o infanticídio nos povos indígenas é cultural! Cultural, não; cultural é valorizar as manifestações, o respeito à história, à língua, à forma de produzir. Agora, violência: nada de cultural, nada de patrimonialismo, muito menos selo para permitir que os DSEIs, que estão trabalhando na saúde indígena, saiam do silêncio e digam onde está acontecendo, como proteção. Então, não tem nada de cultural; cultural é dança, música, história dos povos indígenas. Isso é violência, é feminicídio, é infanticídio.

Então, parabéns! E precisamos enfrentar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação, relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à Emenda nº 1, Plenário, Comissão de Educação, nos termos da Subemenda nº 1, Comissão de Educação.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Pois não, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, como eu vou relatar um projeto que trata também da questão indígena, se for possível, a gente já faria a inversão para votarmos na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não havendo objeção...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Vou pedir um tempo, porque depois eu quero falar um pouquinho, logo após a aprovação, se for possível. Tem quantos projetos ainda?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Quantos? (*Pausa.*)

Tem dois na frente...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Viu, Senadora Damares? Só tem dois projetos. Eu acho que para não... Eu estou aqui disposto a ficar até mais tempo, então podemos aguardar um pouquinho?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim, aí haveria o relatório da parte de V. Exa. Enquanto estiver acontecendo a votação, aí a palavra ficará livre também.

1ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1519, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências, para prever a criação de ações que favoreçam o ingresso de pessoas idosas nos cursos de graduação.

Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação do projeto, da Emenda nº 1-T-CDH com a subemenda que apresenta, e com uma emenda que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Em 14/05/2024, foi apresentada a emenda n° 1-T, de autoria do Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR).

2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto, com a emenda nº 1-T/ CDH.

3. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 15/10/2024 e 10/12/2024.

4. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Relatoria: Senadora Augusta Brito.

Consulto se a Senadora Zenaide Maia pode ser a Relatora *ad hoc*.

Com a palavra a V. Exa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu queria perguntar se posso ir direto à análise, já que o projeto estava à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – A iniciativa legislativa está de acordo com o art. 61 da Constituição Federal, que prevê a iniciativa de leis ordinárias para qualquer membro do Congresso Nacional. Ademais, o projeto se alinha aos direitos fundamentais à educação (art. 6º e art. 205 da CF) e à proteção especial ao idoso (art. 230 da CF), promovendo sua inclusão social e participação na sociedade.

Quanto aos aspectos de constitucionalidade, o projeto está em consonância com o ordenamento jurídico brasileiro. A competência para legislar sobre o Estatuto do Idoso é concorrente entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, conforme o art. 24 da Constituição Federal (CF). A União, neste caso, estabelece normas gerais, o que se coaduna com o escopo do projeto em análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que tange à técnica legislativa, o projeto atende aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. A proposição observa a boa técnica legislativa, com a inclusão de artigo único alterando a lei vigente e cláusula de vigência.

Quanto ao mérito, concordamos com a análise realizada pela CDH. O projeto aborda tema de grande relevância para a garantia do direito da população idosa à educação, especialmente à educação superior. Como destacado no parecer da CDH, estudos recentes indicam que baixos níveis de escolaridade estão associados com o aumento dos riscos de demência e com o aumento da vulnerabilidade a golpes e do isolamento social, o que reforça a importância da efetivação do direito à educação para essa população.

A proposição visa preencher lacuna importante na legislação, uma vez que o Estatuto da Pessoa Idosa, embora já preveja algumas medidas para garantir maior escolaridade à população idosa, não aborda especificamente o acesso aos cursos de graduação.

Cabe ressaltar que a medida proposta é viável e já encontra respaldo em iniciativas existentes, como o exemplo citado da Universidade de Brasília, que tem lançado editais de processo seletivo destinados a pessoas idosas para ingresso em seus cursos de graduação.

Ainda, concordamos com a aprovação da Emenda nº 1-T, aprovada na CDH, do Senador Mecias de Jesus, com a substituição do termo "manutenção" por "permanência", o que confere maior precisão ao texto, na forma da subemenda de redação que apresentamos.

Por fim, com o objetivo de resguardar o equilíbrio orçamentário e operacional das medidas propostas, apresentamos uma emenda ao texto principal para dispor que as despesas decorrentes do programa estarão sujeitas à previsão nas respectivas leis orçamentárias.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.519, de 2024, com uma subemenda de redação à Emenda nº 1-T-CDH, e a emenda a seguir:

SUBEMENDA Nº -CE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 1.519, de 2024, a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> "Art. 1º A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 25-A:
> 'Art. 25-A. As instituições de educação superior criarão ações para promover o ingresso e a permanência de pessoas idosas em seus cursos de graduação.'" (NR)

Acrescente-se ao Projeto de Lei nº 1.519, de 2024, o seguinte art. 2º, renumerando-se o atual art. 2º como art. 3º:

> "Art. 2º As despesas decorrentes do disposto nesta Lei serão classificadas na função orçamentária específica e estarão sujeitas à previsão nas respectivas leis orçamentárias anuais."

Esse é o voto.

Sr. Presidente, eu podia já dar uma palavrinha, como eu estou lendo *ad hoc*, e já dizer algo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Existe algo que a gente pensou muito e foi aprovado – era Eduardo Barbosa, eu, Mara Gabrilli – lá na Câmara. Para aprovar a educação por toda a vida ou ao longo da vida, nós fizemos audiências públicas com muitos neurologistas, psiconeurologistas do mundo para provar que o cérebro pode aprender em qualquer idade. Aquela ideia que a gente teve quando se formou de que as células eram estáveis, permanentes ou se reciclam fácil... as do cérebro eram permanentes, que, depois de lesadas, não tinham recuperação. Hoje a gente sabe que sim.

Outra coisa que a gente descobriu: que, como se mostrou aqui, as demências são mais comuns nas pessoas que tiveram menos estudo, porque o cérebro vai acompanhando isso. E dois: achava-se que o silêncio para os idosos era a coisa mais importante; hoje a gente sabe, a ciência prova, que o silêncio mata o cérebro. Então isso é um motivo para a gente se preocupar que nossas pessoas com 60 anos ou mais – porque está dizendo aqui que entram já como idosos... Hoje os idosos no avião é 80 anos, hein, gente! Já diz assim: a fila preferencial com 80 anos ou mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas quero dizer o seguinte: vale é salutar isso aqui. Para o nível superior, sei que os institutos federais, que são escolas de nível médio, de ciência e tecnologia, já apresentam programas para as pessoas idosas – Mulheres Mil ou outras coisas – e oferecem vagas, como a UnB aqui. A gente, se for pensar, mesmo que não seja só no lado humano, de ver seu pai, seu avô o reconhecer, ter uma qualidade de vida melhor, vamos pensar em termos econômicos, porque muitas vezes esse lado humano não sensibiliza tanto. Lado humano: pessoas que têm condições de levar uma vida normal e cuidar da vida dos seus familiares. Gente, vocês não têm ideia do que são dez anos, ou menos, para uma pessoa que resolve a vida de suas pessoas, que eram menores de idade e ficaram maiores.

Sabe, Flávio Arns, eu nunca esqueço, como médica, que muitas vezes a gente ficava mantendo aquele paciente, Nelsinho, que, apesar de grave, não perdia a lucidez. E a gente segurava, mesmo que fosse uma fase terminal, até esperar o seu familiar, para ele ter o direito de se despedir. Isso é o respeito à vida, isso é defender a vida. Por isso que eu lhe digo: de toda aquela CPI da Covid, tudo me arrasou, como médica infectologista, mas nada me deixou mais chorando por dentro do que ver um plano de saúde deixar idosos morrerem para não gastar com uma hemodiálise.

Aí isto é o que eu quero dizer aqui: gente, este Senado está preocupado, sim, com a saúde dos seus idosos, que é a população que mais cresce no mundo, aquela de 80 a 100 anos. E a gente tem que se preparar, e tem que se preparar preparando o CPU deles, que é a cabeça. Essa cabeça que é o comando.

Então vamos dar visibilidade. Vai ter esse projeto, vamos cobrar onde tem universidades públicas, onde tem institutos federais, que a maioria também tem nível superior. E vamos proteger nossos idosos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Zenaide Maia.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. mencionou, então antes de passar para o item seguinte, só quero lembrar e homenagear novamente o Deputado Eduardo Barbosa, médico também, infelizmente falecido no ano passado e que tanto contribuiu para todas as áreas sociais.

Então, quero mandar um abraço novamente para a família do caro Eduardo e a esposa dele. Inclusive, anos antes havia falecido num acidente de carro, de *van*, visitando entidades sociais também.

Então, com respeito ao Eduardo Barbosa, posso assegurar que faz muita falta.

Passamos ao item 5 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2389, DE 2019

- Terminativo -

Acresce parágrafo ao artigo 26, da Lei 9.394 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a obrigatoriedade do treinamento dos docentes e dos alunos da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio em técnicas de primeiros socorros.

Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP)

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela declaração de prejudicialidade do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer pela prejudicialidade do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 10/12/2024.

3. A votação da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Senador Flávio Arns, para economia do tempo – os colegas têm outras Comissões –, V. Exa. já declarou aí que o nosso relatório está pela prejudicialidade ao Projeto 2.389, de 2019, justamente porque já existe matéria nesse sentido devidamente aprovada e em vigor, de tal sorte que louvo aqui e faço uma reverência à memória do nosso querido e saudoso Major Olimpio, mas é uma matéria que já está com essa lei aprovada.

Então, em função disso, o nosso relatório é pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Será votada a declaração de prejudicialidade à presente matéria, nos termos da Instrução Normativa nº 5, de 2015, da Secretaria-Geral da Mesa, por ser a declaração de prejudicialidade prerrogativa do Presidente do Senado Federal, em questão preliminar à apreciação terminativa.

A deliberação será tomada pelo processo simbólico.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, passa a constituir o parecer da Comissão, pela prejudicialidade do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário, para as providências previstas no art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Obrigado, Senador Nelsinho Trad. Parabéns a V. Exa.

1ª PARTE

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 6177, DE 2019

- Terminativo -

Reconhece como manifestação da cultura nacional a cerimônia do Kuarup, realizada no Parque Nacional do Xingu, no Estado de Mato Grosso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Autoria: Câmara dos Deputados, Professora Rosa Neide, PT, Mato Grosso.

Concedo a palavra para a leitura do relatório.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente e nobres companheiros e colegas Senadores e Senadoras, vamos direto também à análise.

Nos termos do disposto pelos incisos I e II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, acerca de normas gerais sobre cultura, diversão e espetáculos públicos e homenagens cívicas, temas presentes no projeto em análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda segundo essa norma, conforme estabelecido no inciso I do art. 49 e inciso IV do §1º do art. 91, foi confiada à Comissão de Educação a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa e também à regimentalidade da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 24, IX, CF), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, CF) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que concerne ao mérito, reconhecemos a importância ímpar da cerimônia do Kuarup como expressão genuína da cultura nacional.

O Kuarup é um ritual cerimonial indígena que se realiza anualmente, entre os meses de agosto e setembro, no Parque Nacional do Xingu, situado ao norte do estado de Mato Grosso.

Na celebração, são abordados temas profundos e universais, como a morte e o luto, ao mesmo tempo em que se homenageia a memória de indivíduos ilustres que deixaram um legado significativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O ritual congrega as diversas etnias do Alto Xingu, reencenando uma prática religiosa que reverbera a figura de Mavutsinim, a divindade criadora que, segundo a tradição, moldou o mundo e os primeiros homens a partir dos troncos da árvore Kuarup.

A narrativa, meticulosamente documentada pelo indigenista Orlando Villas Boas, revela a tentativa de Mavutsinim de ressuscitar os mortos, transformando troncos de madeira em seres humanos através de um ritual que envolve um intricado entrelaçamento de cânticos, danças e celebrações comunitárias. Os elementos simbólicos, como os troncos adornados com ornamentos elaborados, bem como a interação com a natureza circundante, são fundamentais para a prática, que visa honrar as memórias dos ancestrais e fortalecer os laços comunitários e a coesão social.

A cerimônia é marcada por uma alternância poética entre momentos de profundo luto e celebração da vida, refletindo a filosofia indígena de que a continuidade da existência e a convivência harmoniosa em comunidade são essenciais após a perda de um ente querido. O rito culmina com o simbólico lançamento dos troncos na água, que representa a despedida, a transformação e a transcendência.

Acreditamos, pois, que a projetada lei se apresenta como instrumento para a valorização e preservação das inestimáveis contribuições que os povos originários oferecem à cultura e à sociedade brasileiras contemporâneas, além de estimular o diálogo intercultural que enriquece a convivência e a compreensão mútua entre os diversos grupos que compõem o tecido social do país.

O voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.177, de 2019.

Sala das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

Está em discussão a matéria.

Senadora Damares Alves, V. Exa., inclusive, tem um vídeo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tem um vídeo. Tem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... que gostaria de passar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Eu gostaria de passar depois da aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mas será que não seria mais interessante antes?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Olhe lá. Podemos passar?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não. Vamos passar, então.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – E, aproveitando, Sr. Presidente, enquanto passa o vídeo, eu quero aqui parabenizar a Deputada Rosa Neide pela iniciativa de dar visibilidade a uma tradição tão rica e essencial para os povos indígenas do nosso Xingu. Quero dizer, inclusive, Sr. Presidente, que a Deputada Rosa Neide foi a mais votada nesse pleito passado, mas infelizmente não conseguiu a eleição, dado exatamente o nosso sistema eleitoral, que necessita de um quórum eleitoral para que cada partido possa eleger o primeiro Parlamentar.

E eu quero aqui também...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só um minutinho. Tem som o vídeo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Tem baixinho. Eu coloco o som baixinho.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pode aumentar.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Está dando microfonia.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu quero aqui, inclusive, ressaltar também a presença da Senadora Damares Alves e também da sua filha Lulu Kamayurá, que fez questão de estar aqui conosco. Olhe aí como é rica. E a sua presença aqui nos motiva ainda mais a trabalhar para manter viva essa cultura.

Também quero deixar meu carinho à indígena Ysani Kalapalo, uma jovem indígena do Xingu que está aqui conosco, que se destaca como ativista e também é professora de cultura indígena. Ysani criou o Movimento Indígenas em Ação, tem um *blog* pessoal e o maior canal indígena no YouTube.

Aqui também estão presentes o Kanato, que é Vereador de Gaúcha do Norte, e o Pablo também, de Canarana.

Eu concluo aqui, então, Sr. Presidente, para explicar, como já foi lido aqui no relatório, que o Kuarup é uma cerimônia tradicional e sagrada realizada pelos povos indígenas no Parque Indígena do Xingu, localizado lá no Estado de Mato Grosso, bem próximo a Tocantins também, onde temos várias outras etnias, não é? Como eu já li aqui, o funeral homenageia todos aqueles que, principalmente, são figuras mais em destaque dentro da sua etnia. E o significado, então, do Kuarup é um momento de renovação de vida e de homenagem aos mortos. Embora tenha como base a despedida dos entes falecidos, a cerimônia também celebra a vida, a união e a força das comunidades indígenas. Além disso, é um ritual que reforça a cultura, os laços familiares e a identidade coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os preparativos, os rituais e a escolha dos troncos. O nome da cerimônia vem dos troncos de madeira esculpidos, conhecidos como Kuarup, que representam os espíritos dos homenageados. Os troncos são preparados com grande cuidado e decorados com pinturas, adornos e plumagens. Como essas danças, também durante a celebração, os indígenas realizam cantos, danças e rituais ao redor dos troncos, envolvendo toda a aldeia em um ambiente de respeito e emoção.

Luta de huka-huka. Uma das partes mais conhecidas do Kuarup é a luta ritualística chamada huka-huka, em que homens lutadores demonstram a força e a habilidade em uma espécie de luta corporal. Essa prática simboliza a vitalidade e a continuidade da vida.

Alimentos de celebração. Há também um momento de partilha de alimentos, quando as famílias compartilham comidas tradicionais preparadas especialmente para essa ocasião.

Ao final da cerimônia, os troncos são colocados no rio, simbolizando o encerramento do luto e também a libertação definitiva dos espíritos para o mundo dos ancestrais. O Kuarup transcende o ritual funerário e se torna um símbolo de resistência cultural e também de espiritualidade dos povos do Xingu. A cerimônia é um evento que reúne diferentes etnias, mantendo viva a rica tradição indígena e fortalecendo também as suas relações comunitárias. Essa celebração milenar continua a ser uma parte essencial da cultura dos povos indígenas do Xingu, preservando a memória dos antepassados e também a identidade cultural das novas gerações.

Ao reconhecer o Kuarup como patrimônio cultural, damos assim um passo fundamental para valorizar e proteger as tradições que nos formam como nação diversa e plural. É uma homenagem e também uma mensagem de respeito àqueles que primeiro habitaram esta terra e de reconhecimento à riqueza cultural que carregam. O Kuarup é um exemplo vivo da beleza e da profundidade das tradições indígenas. E agora, com este reconhecimento, daremos, então, ao Brasil a oportunidade de conhecer, respeitar e preservar esse legado.

Eu quero ainda, Sr. Presidente, dizer como é a situação, não é? A terminologia "Dia do Índio" foi decretada, em 1943, por Getúlio Vargas; mas agora, em julho do ano passado, tivemos uma evolução, porque às vezes isso inclusive era visto como um ato de denegrir a imagem desses povos originários. Por isso, nós evoluímos e hoje não se fala mais "o índio" ou "Dia do Índio", e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sim "o Dia dos Povos Indígenas Originários". Originários por quê? Como já foi falado aqui, eles é que estavam aqui quando vieram os brancos para habitar o Brasil. Por isso, o nosso respeito.

E eu quero mais uma vez aqui parabenizar a luta da nossa ex-Ministra e agora Senadora Damares, não só por ter adotado uma indígena, mas também por estar ali presente. Ela como Ministra fez um trabalho fenomenal. E sempre, quando ela vai contar um pouco da história, do sofrimento, ela até se emociona. Pode chorar se quiser aqui também, porque a nossa Comissão permite. Damares, parabéns! Que Deus abençoe essa luta sua!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Nós vamos escutar a Senadora Damares, mas eu queria perguntar para a Senadora se nós poderíamos abrir a votação nominal...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Sim, para ganhar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... e, depois de aberta, V. Exa... Não há problema? Não?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Passamos, então, agora à votação nominal em bloco dos itens 4 e 8 da pauta.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

Então, em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 1.519, de 2024, e PL 6.177, de 2019.

Os Senadores e as Senadoras que votam com os Relatores votam "sim".

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu passo, com muito prazer, a palavra a V. Exa., citada tantas vezes. E eu observava V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enquanto o Senador Wellington Fagundes lia o relatório, quando V. Exa. concordava, ficava feliz e transmitia isso também pelo gestual.

Com a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, é um dia histórico para o Xingu.

Xingu é a maior reserva indígena do mundo. Xingu tem 16 povos diferentes, que falam línguas diferentes.

O Kuarup é a festa em que eles dizem adeus para os mortos, num certo período, e dizem não para a morte, porque, para eles, essas pessoas continuam vivas. É uma festa linda, Presidente.

A minha fala tão somente é para agradecer ao Senador Wellington – a gente dá esse presente para o Xingu hoje – e agradecer ao senhor, Presidente, por ter colocado na pauta.

Kuarup é uma das manifestações culturais mais lindas do Brasil. Por incrível que pareça, lá fora as pessoas falam mais do Kuarup do que aqui no Brasil. No Kuarup, eles recebem visitas do mundo inteiro – vem gente do mundo inteiro para assistir ao Kuarup. Então, que essa cultura seja aqui no Brasil mais conhecida!

Essa cerimônia, esse ritual lindo, não é apenas um dia, são dias de festa, dias de celebração à vida, dias de manifestar o choro, a saudade. E aí, no final do Kuarup, eles fecham o luto. Tudo o que eles deixaram de fazer durante o luto eles voltam a fazer, as festas voltam. É um momento especial.

Inclusive, Presidente, o Kuarup do ano que vem vai ser o do Cacique Kotok. O nosso grande Cacique Kotok morreu em 30 de julho deste ano, 2024, e o Kuarup dele vai ser o próximo. Eu gostaria muito de fazer o convite à Comissão – eu tenho legitimidade para fazer o convite, porque eu sou da família do Cacique Kotok e é a família que organiza o Kuarup. Eu tenho uma ligação muito forte com a família do cacique; não é a família da minha filha, a minha filha é de um outro clã. O nosso grande Kotok foi embora este ano, e a gente vai fechar o luto. Eu queria muito que a Comissão fosse, que a gente fosse nesse ano ao Kuarup. É lindo, é extraordinário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – Vai ser no ano que vem?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É. Vai ser em julho ou agosto.

Inclusive, a minha filha já trouxe, para o senhor, para o Relator e para a Dorinha, o bracelete para usar no Kuarup.

Vamos lá, filha. Entrega lá para eles. Eles já vão ganhar o bracelete.

E quero dizer o seguinte: se a gente puder ir, a gente vai dar uma visibilidade...

Olhe aqui, o senhor já vai usar isso no Kuarup, no ano que vem.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Pode usar já hoje. (*Risos.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode usar!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Depois, vamos tirar uma foto.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E aí, Senador, eu acho que a gente dá visibilidade a uma das manifestações mais lindas do país.

Dorinha, você ficou linda, viu? Ficou linda.

A Ysani estará no Kuarup este ano. A Ysani é calapalo e a Lulu é camaiurá. As mulheres xinguanas são lindas. Lindas!

Hoje, a gente também deu um avanço aqui, um passo importante na proteção da mulher xinguana, da mulher indígena. E vamos fazer, no início do ano, um requerimento de uma diligência, de uma missão oficial ao Kuarup do ano que vem.

Lembro, Presidente, que o Cacique Kotok – eu vou contar uma coisa engraçada para vocês – me pediu em casamento. Mas eu tinha que decidir entre me casar ou deixar de ser Senadora, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu preferi continuar sendo Senadora. Eu seria a quinta esposa do Cacique Kotok. (*Risos.*) Então, eu preferi não me casar, ficar no Senado, mas tenho um amor muito grande pelos xinguanos.

Que o Kuarup seja conhecido! Nossos povos originários são ricos em cultura.

Eu estou muito feliz. E vejo que as pautas do coração me unem muito ao Senador Wellington. Eu estou muito feliz.

Que Deus abençoe os povos xinguanos! (*Palmas.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – E eu quero ainda, Sr. Presidente, trazer aqui um fato importante para as etnias todas lá do Xingu. Quando criamos a Universidade Federal de Rondonópolis, com o apoio de todos os nossos Senadores aqui, na primeira turma do curso de Medicina, tivemos uma indígena lá do Xingu, que é da etnia caiabi, a Poãn Kaiabi. Então, essa é a importância que representam também os nossos povos lá, de toda a região – e aí eu diria Mato Grosso, Tocantins, ali nós temos também a Ilha do Bananal, com uma importância tão grande, com todas as etnias ali. E sempre com a determinação deles, principalmente dessas etnias do Xingu, na formação educacional. Como eu já disse, uma das blogueiras mais importantes do Brasil está aqui conosco e é lá também das etnias do Xingu, dos povos do Xingu.

Então, por isso eu quero aqui também parabenizar a nossa Universidade Federal de Rondonópolis, através da nossa Reitora Analy, que criou também mecanismos exatamente para que os nossos povos indígenas pudessem estar nos cursos da nossa universidade. Inclusive lá foi criada também a bonificação – agora foi questionada, mas continua esta inovação: alunos do segundo grau, estudantes, do Mato Grosso têm uma bonificação de 15%. E isso fez com que a grande maioria, principalmente desses cursos mais concorridos, pudesse ter então alunos mato-grossenses frequentando esses cursos importantes.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Senadora Professora Dorinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Eu gostaria de parabenizar a Deputada Rosa Neide, que foi colega minha e tem um trabalho muito forte. Ela foi Secretária de Educação, colega quando eu era Secretária também. Foi uma grande Deputada. E o exemplo foi este: ela teve uma votação estrondosa, mas, pela questão do quociente, ela não conseguiu ser eleita, e hoje está fazendo um grande trabalho na Conab. Ao mesmo tempo, parabenizo o Senador Wellington Fagundes, que nas causas indígenas nós já nos conhecemos também há muito tempo, eu ainda como Deputada.

Acho extremamente importante esse reconhecimento da festa, da cerimônia do Kuarup. No meu Estado do Tocantins, na Ilha do Bananal, nós realizamos o Hetohoky, que é uma festa também realizada, assim, a exemplo das festas como o Kuarup, que é reconhecido internacionalmente. É isso que eu falava, Amauri, a quem eu gostaria inclusive de saudar. Ele também é ex-colega Deputado e Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Cultura. Eu penso que isso é cultura, isso é que nós temos que legitimar, apoiando as festas para que elas não se percam. Porque a maioria das festas os povos indígenas lutam para realizar. Eles precisam de ajuda financeira, de alimentação, de deslocamento, para realizarem a festa; na verdade, uma cerimônia, que mantém os costumes e a cultura vivos.

Então, eu me coloco à disposição. Eu já sou candidata a ir para a festa. A minha vaga eu vou combinar com a Senadora Damares. Mas quero muito ir, sim. E acho que a Comissão de Educação pode formar uma missão para acompanhar, a educação e a cultura.

Ao mesmo tempo, eu queria agradecer e parabenizar a Presidência do nosso querido Senador Flávio Arns. É um grande orgulho, é uma pessoa que nós admiramos como ser humano, como pessoa e como Presidente. Ele é equilibrado, é democrático, a sua vida e a sua história exemplificam como ele conduziu esta Comissão.

Eu, que tive a oportunidade de ser Relatora do Fundeb na Câmara, e ele Relator aqui no Senado... Diferentemente do que ocorre hoje, em que o tempo inteiro o Senado é desrespeitado, nós construímos, na época, uma relatoria compartilhada, em que o texto que foi aprovado foi construído pela equipe do Senador, pela nossa equipe, pelas consultorias da Câmara e do Senado. Mais do que isso, isso permitiu que, na pandemia, num período em que ninguém acreditava que nós pudéssemos aprovar o Fundeb na Constituição, nós conseguimos aprovar na Câmara, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seis votos contrários. Aqui no Senado passou com a aprovação de todos os Senadores e Senadoras, numa relação de respeito e de humildade, porque o Senador Flávio Arns, como a gente trabalhou juntos, tinha toda a legitimidade para fazer as alterações que quisesse fazer, e não o fez em benefício da educação. Nós saímos de uma complementação da União que sempre foi de 10% para 23% e avançamos na constitucionalização. Isso só foi possível, Senador, pela sua competência, humildade e disposição de construção.

Então, eu queria... Isso não foi diferente aqui na Presidência. Eu me orgulho de ter dividido essa responsabilidade em uma Comissão que trabalhou, e trabalhou muito. Então, eu gostaria de dizer que tenho um grande orgulho da sua competência, da sua dedicação, da forma como conduziu a Comissão.

Em nome da Andréia e do Diogo, eu queria parabenizar toda a equipe desta Comissão (*Palmas.*) pelo compromisso, pela dedicação, pela vontade de servir, pela construção em temas da educação e construção que nós realizamos no Plenário. Quero aproveitar para também cumprimentar os consultores que estão aqui, os consultores da educação. São parceiros que nos auxiliam nesse processo todo de consolidar a educação e a cultura.

Acho que a gente finaliza um ano com... Com certeza, não votamos tudo que nós gostaríamos. Nós trabalhamos muito. Eu ainda brinquei com a Andréia: "Não é possível, as Comissões todas já se encerraram, e nós estamos aqui ainda votando, acreditando, lutando pela educação e pela cultura". Nós somos dos resistentes e teimosos, porque a gente acredita que a educação é um instrumento verdadeiro de transformação e de mudança.

Então, Senador Flávio Arns, parabéns pelo seu trabalho e pela sua dedicação. É um grande orgulho do Senador Flávio Arns, mas também da pessoa Flávio Arns.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente Flávio Arns, faço das palavras da Senadora Dorinha as minhas palavras também, mas dizem que ninguém faz nada sozinho. Então, eu acho que, como a gente brinca lá no interior, essa "dupla de dois" – dois Senadores aí, o Flávio Arns e a Dorinha – é uma referência também na educação no Brasil, não só na nossa região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós queremos agradecer, sim. Primeiro, a pontualidade, a serenidade, a competência de vocês de conduzirem esta Comissão, que, com certeza é uma das Comissões mais importantes para o Brasil e aqui para o Congresso Nacional.

Então, agradeço sempre a gentileza do nosso Presidente, a forma como ele sempre nos tratou, a condução de todas as votações, a oportunidade dada a todos, as relatorias distribuídas de forma equânime. Enfim, acho que o Presidente Flávio, V. Exa., bem como a Dorinha, merecem muitos parabéns, os nossos reconhecimentos. E quero aqui também fazer jus a toda a Comissão, a toda a assessoria e à Andréia, que é a Secretária.

Nós estudamos juntos, não é, Andréia? Nós fizemos uma pós-graduação na UnB em Ciência Política. Olha só, Presidente, eu, como médico veterinário, fui me atrever e fui o único, até hoje, na UnB, a fazer uma pós-graduação como Parlamentar. Na época, eu era Deputado, estava no meu quinto mandato e tive essa oportunidade rica de fazer 720 horas numa pós-graduação. E a maioria eram jovens, como a Andréia e...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Como?

(*Manifestação da plateia.*) (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E eram profissionais, normalmente jornalistas ou advogados. Estava lá eu, com toda a minha terceira idade já presente, mas foi, realmente, muito rica a nossa oportunidade; e ela tem aqui sido da mesma forma.

Eu acho que V. Exa. escolheu como o seu biotipo, não é? Porque ela é serena, muito tranquila, e tem, com certeza, ajudado muito no desenvolvimento do nosso trabalho. Eu só quero aqui – complementando – dizer que, na época, minha monografia foi sobre o seguinte: os fatores que influenciaram a reeleição no Parlamento nos últimos 20 anos. E a conclusão foi que o político que muda com a família para Brasília dificilmente volta, viu? Então, as bases são fundamentais para o nosso trabalho – essa foi a constatação da minha pesquisa.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço à Senadora Dorinha e ao Wellington, mas eu só quero insistir, por cinco minutos também, porque eu gostaria só de ler uns números.

A presença da Professora Dorinha Seabra na Vice-Presidência traz segurança, equilíbrio, tranquilidade e direcionamento. Tenho o maior respeito pela Professora Dorinha, como procurei demonstrar o tempo todo e continuarei demonstrando, e também pela Comissão.

Sempre eu digo: a nossa Comissão, o nosso trabalho. Procuro nunca usar a primeira pessoa do singular, "eu", mas sim "nós": nós fazemos, nós discutimos. Então, é uma Comissão extremamente importante, a mais importante – isso eu sempre digo em qualquer entrevista –, porque educação e cultura, no nosso caso a educação, são prioridades absolutas; têm que ser. Na hora em que isso for prioridade para os governantes, o Brasil muda.

Então trabalho conjunto: Zenaide, Jussara, Paulo, Wellington e todos. São 27 titulares e 27 suplentes. A Secretaria, com a Andréia, a Camila e todo o grupo, foi extraordinário, extraordinário; muito bom. A Consultoria do Senado também esteve sempre presente, ajudando – estão aqui atrás.

O Governo, com que a gente trabalhou tão junto, e que agora está no Governo, no Fundeb, ao que a Professora Dorinha se referiu, o Diogo, a turma dos gabinetes, a Greicy está aqui, a Aires está aqui, a chefe, enfim, as pessoas dos gabinetes. Isso para mostrar que é um trabalho conjunto, coletivo.

Eu chego muito feliz ao final desses dois anos, porque eu penso que houve um equilíbrio, um diálogo, um entendimento, as pessoas participaram, discutiram e isso foi muito importante.

Só para vocês terem uma ideia – permitam-me chamá-los de vocês – e toda a Comissão ter uma ideia, nós realizamos, até agora, 198 reuniões: 59 deliberativas; 106 audiências públicas, Paulo Paim, bastante; sete reuniões para comparecimento de Ministros; 11 reuniões da Subcomissão do Ensino Médio – 11 reuniões; três reuniões da alfabetização na idade certa; uma reunião da questão de jovens e adultos; três reuniões do seminário conjunto com a Comissão de Meio Ambiente para a celebração dos 25 anos da Política Nacional de Educação Ambiental; e uma reunião na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assembleia Legislativa na cidade de Joinville, para debater a instituição do Dia Nacional dos Bombeiros Voluntários.

A nossa Comissão tem se engajado em todos os temas, basta dizer o relatório que apresentamos hoje sobre o Plano Nacional de Educação, em que fizemos 18 audiências públicas, e o plano nacional não está no Senado ainda, estamos passando as contribuições para a Câmara dos Deputados para que eles possam apreciar, para servir de subsídio.

No Biênio 2023-2024, apreciamos um total de 522 matérias, entre as quais aprovamos 292 projetos; desses 292, 176 em decisão terminativa e 116 em decisão não terminativa, quando vai para outra Comissão ou para o Plenário; 209 requerimentos; 21 matérias com outros *status*, arquivamento, indicação e emenda de Plenário.

Agora, eu quero dizer que esses números são um reflexo do nosso compromisso, como Comissão de Educação e Cultura, com as áreas da educação e da cultura em nosso país. Então, eu diria que foi um trabalho dignificante, bom, necessário, importante, Professora Dorinha, uma Comissão para o país, estamos aqui para fazer isso.

Parabéns, uma salva de palmas para toda a turma. (*Palmas.*)

Para a Secretaria, para a Consultoria, para os meios de comunicação, para as assessorias dos Senadores e das Senadoras, para todos nós.

Parabéns para todos nós e para todos que nos acompanham.

Muito bem, está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Votaram SIM 19; NÃO, ninguém.

Abstenção, nenhuma.

Aprovados os projetos de lei, nos termos dos relatórios apresentados, PL 1.519, de 2024, e PL 6.177, de 2019.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem.

Passamos à segunda parte da nossa reunião, que se destina à apresentação e apreciação do relatório final da avaliação de política pública, abrem aspas, "As cotas étnico-raciais nos programas e ações do Ministério da Cultura", nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, em atendimento ao Requerimento nº 22, de 2024, da Comissão de Educação.

Com muita honra, concedo a palavra ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e membro desta Comissão, Senador Paulo Paim, para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Se o Presidente Flávio Arns me permitir, eu faria um resumo aqui do relatório...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... porque ele é muito longo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Que ficará disponível...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai ficar disponível...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... no *site* da Comissão também para quaisquer novos debates no próximo ano.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, antes mesmo de iniciar a leitura do relatório, quero cumprimentar V. Exa. por tudo que foi dito aqui pela nobre Senadora Professora Dorinha, pelos outros Senadores, mesmo os que não falaram ainda. Eu tenho certeza de que todos comungam com as homenagens que os Senadores fizeram a V. Exa., e V. Exa., como sempre, na grandeza que tem, disse: homenagem não é só para mim, é o coletivo, os funcionários, os Senadores, as Senadoras desta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só vou dizer uma frase, que, para mim, fecha tudo: V. Exa., com os números que deu aí – eu presto muita atenção aos números –, bateu todos os recordes da história do Parlamento brasileiro. Eu trabalho muito com dados e números também. Nunca na história do Parlamento brasileiro uma Comissão votou tantos projetos, fez tantas audiências públicas e tantos debates, que a sociedade assim clamou e V. Exa. respondeu.

Eu quero dar uma salva de palmas não é para nós todos, não. É para V. Exa., porque olha... (*Palmas.*)

E ainda me ajudou na Comissão de Direitos Humanos – viu? –, me ajudou muito lá. Precisava de quórum? "Pode deixar que daqui a um pouco eu estou aí".

Então, muito obrigado, Senador Flávio Arns. É muito bom saber que no mundo existem pessoas iguais a você. Meus cumprimentos.

Se V. Exa. permitir, eu vou ao resumo agora.

Relatório.

Cotas étnico-raciais nos programas e ações do Ministério da Cultura.

Senador Flávio Arns, Presidente; e eu sou o Relator.

Eu já cumprimento de pronto, neste momento, os profissionais da Casa na figura do Consultor Yves Carneiro Finzetto, que foi quem, na verdade, redigiu o relatório – redigiu o relatório, claro, com a orientação dos Senadores e Senadoras que participaram.

Eu vou ao resumo, que o relatório é longo.

Apresentação.

O art. 49, inciso X, da Constituição da República Federativa do Brasil estabelece, como competência exclusiva do Congresso Nacional, "fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta".

Nesse sentido, a Resolução nº 44, de 2013, que acrescentou o art. 96-B ao Regimento Interno do Senado Federal, definiu os procedimentos para a avaliação de políticas públicas por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esta Casa, com o objetivo, entre outros, de adequar os dispositivos normativos às necessidades sociais.

Dessa forma, a Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, atendendo ao Requerimento nº 22, de 2024, de autoria do Senador Paulo Paim – não precisava dizer o nome, podia dizer "deste Senador" –, realizou a avaliação das políticas públicas relacionadas às cotas étnico-raciais nos programas e ações do Ministério da Cultura (MinC).

O presente relatório aborda a implementação e a eficácia das cotas étnico-raciais no âmbito dos programas e ações desenvolvidos pelo MinC, com especial atenção ao seu impacto no combate ao racismo estrutural e à promoção da inclusão social de grupos historicamente marginalizados. Essa análise é parte de um esforço contínuo para avaliar as políticas públicas culturais no Brasil, alinhando-se à missão do Senado Federal de fiscalizar e sugerir aprimoramentos nas iniciativas governamentais, conforme previsto no art. 96-B do Regimento do Senado Federal.

Metodologia.

A avaliação foi realizada com base na coleta e análise de dados de diversas fontes, incluindo:

- audiência pública;

- documentos apresentados pelo Ministério da Cultura;

- legislação legal e infralegal sobre a matéria;

- *Diário Oficial da União*.

Audiência pública.

No dia 5 de setembro de 2024, ocorreu a 50ª Reunião, Extraordinária, da Comissão do Senado Federal, audiência pública interativa com o objetivo de debater as cotas étnico-raciais nos programas e ações do Ministério da Cultura.

O debate foi realizado com base no Requerimento 80/2024 e Requerimento 22/2024, ambos de autoria deste Senador, como consta aqui no relatório, contando com a participação de representantes de diferentes órgãos e especialistas no tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre os presentes estavam... Aqui eu não preciso ler o nome de todos. O senhor acha que é preciso?

Não precisa, não é? São inúmeros convidados.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Fora do microfone*.) – Até porque a gente tem, todo mundo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, todo mundo tem e fica nos *Anais* da Casa este documento.

Diagnósticos e resultados da avaliação.

Iniciativas e impactos observados.

Panorama geral.

Primeiramente, verificou-se que, de alguma forma, todo o sistema MinC executa políticas de ação afirmativa, seja por meio da administração direta ou da administração indireta.

No âmbito da administração direta, destacam-se:

- Secretaria do Audiovisual;

- Secretaria de Formação, Livro e Leitura;

- Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural;

- Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural;

- Secretaria dos Comitês de Cultura;

- Secretaria de Direitos Autorais e Intelectuais;

- Subsecretaria de Espaços e Equipamentos Culturais;

- Assessoria de Participação Social e Diversidade;

- Assessoria Especial de Controle Interno.

Ainda destacamos:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Fundação Nacional de Artes (Funarte);

- Instituto Brasileiro de Museus (Ibram);

- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan);

- Fundação Cultural Palmares (FCP);

- Agência Nacional do Cinema (Ancine);

- Fundação Biblioteca Nacional (FBN);

- Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB).

Em março de 2023, foi instituído o Comitê de Gênero Raça e Diversidade do MinC. O comitê foi instituído pela Portaria MinC nº 7, de 7 de março de 2023, com o objetivo de subsidiar a elaboração de políticas públicas de cultura transversalizadas pela diversidade, promoção da igualdade de gênero, étnica e racial de forma alinhada e articulada.

A Assessoria de Participação Social e Diversidade coordena o comitê, que acompanha e monitora as diversas experiências de implementação de ações afirmativas em planejamento, execução e avaliação pelas secretarias e entidades vinculadas do Sistema MinC.

Das iniciativas do ministério que contemplam ações afirmativas mapeadas pelo Comitê de Gênero, Raça e Diversidade do MinC, no primeiro semestre de 2024, cerca de 60% correspondem a editais.

Sr. Presidente, a maior parte das iniciativas está em fase de execução, como demonstra o gráfico apresentado pelo MinC durante a audiência pública realizada nesta Comissão.

Os gráficos estão aqui no relatório.

Mais de 50% das ações afirmativas em implementação no MinC referem-se a cotas ou a reserva de vagas e recurso em editais. Dentre os grupos contemplados, em maior escala, estão: pessoas negras; pessoas e povos indígenas; pessoas com deficiência; outros povos e comunidades tradicionais; mulheres; pessoas LGBTQIAPN+.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que diz respeito a edital específico e/ou categorias específicas, a maioria dos editais contemplam povos indígenas, pessoas negras e mulheres.

Audiovisual.

Quanto às ações afirmativas do MinC em implementação no setor audiovisual, deve-se destacar:

- Edital Ruth de Souza: edital específico para mulheres; as cotas étnico-raciais contemplaram mulheres negras e indígenas; todas as regiões do Brasil foram contempladas;

- Edital Curta para Mulheres: o edital destinou todas as suas vagas para realizadoras mulheres estreantes; dentre as propostas selecionadas, 50% foram dirigidas por mulheres negras e indígenas; todas as regiões do Brasil foram contempladas;

- Edital Curta Afirmativo – Bolsa para Produção de Curta-Metragem: todas as regiões do Brasil foram contempladas; dentre as propostas selecionadas, 50% foram dirigidas por pessoas negras e 50% por pessoas indígenas;

- Edital Curta Criança: no Curta Criança, as bolsas para a produção independente de obras cinematográficas brasileiras de curta-metragem foram dirigidas a pessoas físicas estreantes, com temática voltada à infância; 60% das propostas selecionadas foram dirigidas por pessoas negras e indígenas;

- Edital de Intercâmbio Cultural – Formação Audiovisual no Exterior: edital com cota mínima de recursos; cota indígena de R$100 mil e cota para negros de R$200 mil;

- Edital de Intercâmbio Cultural – Circulação Audiovisual no Exterior: edital com pontuação indutora às pessoas negras, pessoas indígenas, pessoas com deficiência (PcD), mulheres cis, pessoas trans e pessoas não-binárias.

Livro, leitura e escrita.

No que diz respeito às ações afirmativas em implementação em relação a livro, leitura, literatura e escrita, deve-se destacar – eu vou citar os nomes, só, Sr. Presidente–: Edital Carolina Maria de Jesus; e Prêmio Pontos de Leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Política Nacional de Cultura Viva.

Legislação cultural legal e infralegal que prevê ações afirmativas.

Aqui, Sr. Presidente, tem uma série de leis.

Eu vou citar, só, se me permitir, o número da lei e a data: Lei 14.903, de 27 de junho de 2024 – está aqui discorrendo o que significa a lei –; Decreto 11.453, de 23 de março de 2023; Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022; Lei 14.399, de 8 de julho de 2022. Todos os números estão presentes aqui no relatório completo, feito pela Consultoria, que especifica que lei é e por que está aqui.

Agora, vamos às recomendações.

As cotas étnico-raciais, implementadas nos programas e ações do Ministério da Cultura (MinC), são instrumentos fundamentais para corrigir desigualdades históricas e promover a inclusão social de grupos marginalizados, como povos indígenas, comunidades quilombolas e afrodescendentes. No entanto, para maximizar sua eficácia, algumas melhorias podem ser consideradas, com base nas avaliações realizadas.

Implementação de indicador de desempenho.

A ausência de mecanismos robustos de monitoramento e avaliação tem sido um desafio recorrente na implementação das ações afirmativas. Conforme destacado na audiência pública de 5 de setembro de 2024, iniciativas, como os editais Ruth de Souza e Carolina Maria de Jesus, mostraram avanços significativos, mas carecem de dados consolidados que meçam impactos e promovam ajustes contínuos. A criação de indicadores padronizados permitirá acompanhar a inclusão e os resultados, além de fornecer subsídios para aprimorar as políticas públicas.

Ampliação da participação social.

A participação social é central para garantir que as políticas afirmativas atendam às realidades locais e territoriais. Durante as discussões, foi evidenciado que os conselhos e comitês têm desempenhado papel relevante na adaptação das ações afirmativas, como o Comitê de Gênero, Raça e Diversidade, do MinC. No entanto, a realização de consultas e audiências públicas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulares ampliará a legitimidade das ações e permitirá o acolhimento de novas demandas, fortalecendo, assim, a transversalidade das políticas culturais.

Capacitação de gestores.

Sr. Presidente, não sei se eu preciso ler o detalhe ou dou o título, que aqui já afirma a intenção.

Então, fortalece a capacitação de gestores; faz campanhas educativas.

Medidas legislativas propostas.

Fundo específico para diversidade cultural, monitoramento para diversidade cultural, em que todos os Senadores que têm em mãos têm acesso a toda a argumentação aqui.

E no fim, Sr. Presidente, eu vou ler só as considerações finais. Aqui é bem rápido, Sr. Presidente.

A avaliação das cotas étnico-raciais nos programas e ações do Ministério da Cultura (MinC) revelou avanços significativos e desafios a serem superados no enfrentamento das desigualdades históricas e estruturais que marcam a sociedade brasileira. Essa política pública tem se mostrado essencial para a promoção da inclusão social e da diversidade cultural, atendendo às demandas de grupos histórica e socialmente marginalizados.

Entre os avanços, destacam-se a criação de editais específicos que têm ampliado a participação de artistas negros, brancos, indígenas e de outras minorias, principalmente de minorias – aqui, o destaque dado é para negros, indígenas e outras minorias –, nos diversos setores culturais. A implementação do Comitê de Gênero, Raça e Diversidade também se mostrou uma ação relevante para a formulação, monitoramento e avaliação de políticas afirmativas no campo cultural.

Essas iniciativas têm contribuído para o fortalecimento de expressões culturais marginalizadas e para a descentralização territorial dos recursos; permitindo, assim, maior alcance das ações afirmativas.

Por outro lado, a ausência de indicadores padronizados e de um sistema robusto de monitoramento representam um obstáculo para a consolidação dessas políticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A coleta de dados ainda é fragmentada, dificultando a análise do impacto efetivo das cotas e de outras iniciativas afirmativas.

A audiência pública realizada no âmbito dessa avaliação reforçou a necessidade de maior integração entre as esferas federativas e de capacitação de gestores para lidar com a complexidade das especificidades culturais.

Por fim, Presidente, outro ponto de atenção é a necessidade de campanhas educativas voltadas à conscientização da sociedade sobre os benefícios das cotas étnico-raciais e sobre a importância de uma abordagem transversal da implementação das políticas culturais, a promoção de narrativas que combatam o racismo estrutural e a exclusão social, que devem ser fortalecidas, utilizando diferentes mídias e alcançando territórios historicamente negligenciados.

Em resumo, o Minc tem dado passos importantes na democratização do acesso à cultura e na promoção da equidade racial, contudo, avanços significativos ainda são necessários para garantir que as políticas afirmativas atinjam seu pleno potencial transformador.

Recomendamos, assim, a criação de um fundo específico para a diversidade cultural e a implantação de um sistema nacional de monitoramento e avaliação das ações afirmativas que centralize dados e promova maior transparência e responsabilidade.

Por fim, reafirma-se o compromisso do Senado Federal com a fiscalização e o aperfeiçoamento das políticas públicas, destacando a importância de assegurar que as cotas étnico-raciais permaneçam como instrumentos fundamentais para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Eu queria só fazer um comentário rápido: infelizmente, quando aqui aprovamos as políticas de cota no serviço público, aprovamos as comissões étnico-raciais, como também que a revisão das cotas no serviço público seria de dez anos.

Por que eu disse infelizmente? Foi para a Câmara, arredondada aqui pelas nossas equipes, com todos os Senadores, votamos por unanimidade, mas, infelizmente, a Câmara derrubou o artigo sobre as comissões étnico-raciais, que são fundamentais para haver a veracidade dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

postulantes a esse ou àquele curso na universidade; e derrubou também aquele período de dez anos, e passou para cinco. Quando se derruba o período de dez anos, ninguém consegue fazer uma avaliação adequada em cinco anos de um tema tão delicado e importante para o nosso país, como mostrou esse relatório produzido em parceria com os Senadores e Senadoras, com orientação de V. Exa., e a bela contribuição dada pelos consultores da Casa.

É preciso que se entenda que, depois que as cotas surgiram no Brasil, hoje nós temos já, no mínimo, 50% dos negros e negras no serviço público.

Na universidade também, na universidade pública, no mínimo 50% já estão lá. Há quem diga que são 54%, 52%, e, por isso, eu fico aqui no mínimo de 50%.

Esse é o relatório e um rápido comentário.

Não poderemos aprovar as cotas no serviço público este ano, porque já foi dito que não vai ser pautado e, até lá, graças ao Dino, o nosso querido Ministro, que é Senador também, da Suprema Corte, decidiu o seguinte, que tudo bem e enquanto o Congresso não votar, vale a lei que está hoje.

E, por isso, eu ainda faço um apelo, já que entendem que não se pode votar este ano, que a gente vote no primeiro mês de 2025.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado pelo apoio que eu recebi de todas as equipes desta Comissão e da Consultoria do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Paulo Paim, amigo Paulo Paim, Senador, Presidente da Comissão e Relator, propositor e Relator, quer dizer, o trabalho foi aprovado pelo Plenário da Comissão em um requerimento de V. Exa. para que a política pública do ano fosse de cotas étnico-raciais nos programas e ações do Ministério da Cultura.

Parabéns também para toda a Consultoria, que colaborou, obviamente, na elaboração do relatório. É importante e quero saudar a todos na pessoa do Yves Finzetto. Parabéns pelo trabalho, muito bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está em discussão o relatório.

Eu só quero dizer o seguinte, que estava falando com a Secretaria e penso que aqui se criou uma metodologia de trabalho, quer dizer, olhar para o Ministério sob a ótica das cotas étnico-raciais na área da cultura. Então, eu dizia para a Secretaria que vamos enviar esse relatório para todos os estados, Distrito Federal e municípios, sugerindo, no ofício, que eles possam fazer disso uma metodologia parecida para examinarem como é que está essa situação nas secretarias de cultura de 5.570 municípios e também nos 26 estados e no Distrito Federal. Até em função de todo o debate que tivemos agora há pouco sobre os povos indígenas, quilombolas, povos originários, ribeirinhos, do campo, étnico-raciais e outras alternativas.

Mas, então, o relatório vai ser enviado para todos os municípios, estados e Distrito Federal, sugerindo para que seja feito um trabalho parecido para vermos a quantas andamos.

Está bem? (*Pausa.*)

Muito bem.

Então, está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, nos termos do art. 96-B, §3º, do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

A terceira parte da reunião é destinada à discussão e a deliberação do relatório final para o ano 2024 da Subcomissão Permanente da Alfabetização na Idade Certa.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia, com prazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permitir, eu teria que sair.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tenho uma reunião de bancada importantíssima neste momento e estão me chamando lá, mas a minha opinião, se eu pudesse votar, é o voto com a Relatora, antecipadamente, Zenaide Maia.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não, Senador Paulo Paim.

Senadora Zenaide Maia, Vice-Presidente da Subcomissão Permanente da Alfabetização na Idade Certa, para a leitura do relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sr. Presidente, esse relatório é imenso, mas quero apresentar aqui um resumo executivo e depois mostrar as recomendações.

Este relatório visa a levantar as contribuições trazidas no ano de 2024 no âmbito da Subcomissão Permanente da Alfabetização na Idade Certa, cuja criação foi aprovada na Comissão de Educação e Cultura, em 30 de maio de 2023, por meio do Requerimento nº 56, de 2023, com a finalidade de acompanhar as políticas de alfabetização na idade certa.

A alfabetização na idade certa constitui uma das conquistas fulcrais do processo escolar, pois representa a construção do alicerce sobre o qual se assentarão os conhecimentos e as habilidades fundamentais para o sucesso de todos os estudantes. Assim, espera-se que, por volta dos sete ou oito anos, as crianças já dominem as habilidades fundamentais de leitura e escrita, que lhes servirão para a continuidade consistente da aprendizagem, conforme as prescrições curriculares de cada série e etapa educacional.

Exemplo de sucesso amplamente reconhecido nesse campo, o Programa Alfabetização na Idade Certa, instituído em 2007 pelo Governo do Estado do Ceará, é uma política de cooperação com todos os municípios do estado, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Unicef), com apoio do Governo Federal, para alfabetizar todos os alunos das redes públicas cearenses até os sete anos de idade.

Os êxitos da experiência cearense contribuíram para que o Governo Federal criasse inicialmente o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e, posteriormente, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios, almeja, por meio da conjugação dos esforços, garantir o direito à alfabetização de todas as crianças do país.

Vale a pena, ainda, destacar que a pandemia de covid-19 impactou profundamente o ciclo de alfabetização no Brasil, não sendo exagero afirmar que essa etapa do processo educacional foi a mais afetada pelo fechamento das escolas brasileiras. Os resultados nacionais do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2021 confirmaram essa realidade, uma vez que, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que conduz o Saeb a cada dois anos, foram preocupantes os resultados dos testes de proficiência aplicados aos estudantes do 2º ano do ensino fundamental em 2021, pois mais que dobrou o número de crianças com nível de proficiência abaixo do esperado em alfabetização.

Trata-se, então, de um grave prejuízo para a trajetória individual dos alunos e para o país.

Esse cenário alarmante ainda não foi totalmente resolvido, tendo em vista que, em 2023, somente 56% dos estudantes atingiram ou superaram o padrão mínimo esperado. Apesar de ter sido atingida a meta fixada para tal ano, que era de alcançar o desempenho de 2019, recuperando-se o patamar anterior à pandemia da covid-19, ainda há muitos desafios a serem enfrentados até que todas as crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do ensino fundamental, conforme previsto na Meta 5 do Plano Nacional de Educação vigente, instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Nesse contexto, foi instituído pelo Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, realizado em regime de colaboração entre a União e os demais entes federados. O compromisso tem por objetivo garantir que 100% das crianças brasileiras sejam alfabetizadas na idade certa, bem como garantir a recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização, de todas as crianças matriculadas nos anos iniciais do ensino fundamental, tendo em vista o impacto da pandemia para esse público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com efeito, as ações em favor da alfabetização na idade certa não devem se limitar à elaboração de cartas de intenções e à adoção de medidas superficiais.

Nesse sentido, estando permanentemente atentos a esse compromisso nacional com a educação de qualidade, é que foi criada no âmbito da CE (Comissão de Educação) do Senado Federal esta Subcomissão Permanente da Alfabetização na Idade Certa, voltada para acompanhar a evolução do compromisso com a alfabetização de todas as crianças brasileiras na idade adequada.

Em 2024, foi instalada a Subcomissão, sendo eleitos Presidente o Senador Cid Gomes e Vice-Presidente a Senadora Zenaide.

Também foi realizada a audiência pública interativa para discutir políticas de alfabetização na idade certa, que contou com a presença de representantes do Ministério da Educação e do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, além de entidades representativas de profissionais da educação.

Considerando as valiosas contribuições trazidas pelos expositores na audiência pública realizada, é indiscutível a necessidade de articulação e colaboração entre União e demais entes federados na garantia do direito à alfabetização na idade certa.

Contudo, ao passo que valorizamos a instituição do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada pelo Governo Federal, acreditamos que as ações em favor da alfabetização na idade certa não devem se limitar a políticas temporárias. É preciso que exista um compromisso permanente de todos, governos, comunidades escolares e sociedade em geral, em favor do sucesso escolar de nossas crianças e jovens, futuros cidadãos e cidadãs, mediante iniciativas sólidas, articuladas e devidamente avaliadas.

Por esse motivo, como conclusão deste relatório, apresentamos proposição para que o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada possa ser debatido e aprimorado no Congresso Nacional e se torne uma política de estado, com a solidez, permanência e priorização que a matéria requer. Contamos, assim, com o apoio dos nobres pares para darmos início a esse debate e aprovarmos as matérias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As proposições, Sr. Presidente, estão aqui. O que o relatório dessa Subcomissão quis dizer? A gente já tem tratados, tem, como a gente vê, amplamente divulgadas portarias, mas nós precisamos, se queremos que essa política se torne uma política de Estado, e não do Governo atual, nós temos que transformar isso aqui em projeto de lei.

Então, nas proposições dessas recomendações, eu vou só citar os itens porque já está disponível para todos.

No Capítulo I, temos as disposições gerais, instituindo o Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada, denominado Compromisso.

No Capítulo II – Dos Princípios –, explicita a colaboração entre os entes federativos, promoção da equidade educacional, considerados aspectos regionais, entre outros; o pluralismo de ideias, a promoção da equidade educacional e a valorização dos profissionais de educação.

No capítulo III, traça as diretrizes, destacando-se a autonomia dos entes federativos, assistência técnica e financeira da União, política de formação destinada a professores, técnicos e gestores educacionais.

O capítulo IV trata dos objetivos, quais sejam, o de implementar políticas, programas e ações para que as crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do segundo ano do ensino fundamental.

O Capítulo V trata da adesão, que será voluntária aos entes da Federação e municípios.

E o Capítulo VI dispõe sobre as estratégias de implementação, adotando as estratégias de fortalecimento, articulação, assistência técnica e financeira para a formação de professores e gestores escolares por meio de políticas específicas.

O Capítulo VII trata dos eixos estruturantes, dispondo sobre a governança e gestão da política de alfabetização, instituindo com caráter permanente o Fórum Nacional do Compromisso e o Comitê Estratégico Nacional do Compromisso para garantir a gestão das ações pactuadas no compromisso.

Será instituída a Rede Nacional de Articulação, de Gestão, Formação e Mobilização (Renalfa). Trata ainda da formação de profissionais de educação e melhoria das práticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedagógicas e de gestão escola e da melhoria e qualificação da infraestrutura física e pedagógica bem como dos... melhoria e qualificação da infraestrutura física e pedagógica.

O Capítulo VIII prevê o direito à alfabetização das populações específicas, nas modalidades:

I – educação de jovens e adultos;

II – educação especial;

III – educação bilíngue de surdos;

IV – educação do campo;

V – educação escolar indígena; e

VI – educação escolar quilombola.

Capítulo IX

Disposições finais

Art. 29. A assistência financeira da União correrá por conta das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual ao Ministério da Educação e às suas entidades vinculadas, de acordo com a sua área de atuação, observados a disponibilidade e os limites estabelecidos na legislação orçamentária e financeira.

Portanto, Presidente, isso aqui não deixa de já ser um projeto de lei. Nós temos editais, temos portarias, mas não temos esse compromisso em forma de lei, que é a única maneira de não ser um edital ou uma portaria do Governo atual ou do Governo seguinte; isso tem que ser uma política de Estado.

Dessa questão financeira, eu digo o seguinte: nós estamos aqui formatando um projeto de lei – e esta Comissão está de parabéns –, mostrando a importância da alfabetização na idade certa. E a gente sabe que, por mais brilhante que seja este projeto – eu quero parabenizar todos que se debruçaram da Subcomissão e da Comissão, o senhor e a Professora Dorinha –, esse olhar diferenciado para a educação é tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas quero dizer o seguinte: sem colocarmos a educação no Orçamento deste país, seja ela alfabetização até os níveis superiores, graduação e pós-graduação – e isso aqui nós fazemos –, é importante o que estamos fazendo, porque estamos dizendo ao povo brasileiro que nós estamos, sim, preocupados com o número de analfabetos neste país e, seja criança, seja idoso, seja quem for, alfabetizar. Mesmo que não consigamos colocar a educação no Orçamento, que não é despesa e, sim, investimento, estamos aqui fazendo, na verdade, o que Paulo Freire fez lá no meu estado, lá na comunidade de Angicos.

A gente diz muito que Paulo Freire defendeu a educação, e a defendeu, mas eu não tenho dúvida de que, pelo que eu ouço lá naquelas comunidades em condições de miserabilidade, ele mostrava que aquele povo não estava na miséria porque Deus quis. A gente ainda ouve muita barbárie hoje: "Deus quis que a sua criança morresse porque não tinha um leito de UTI vago, Deus quis que a sua criança não nascesse porque tivemos coisas extremamente tóxicas deformando o bebê e o organismo expulsando-o naturalmente". E ele dizia que Deus não era quem queria aquela pobreza franciscana, aquela miserabilidade, o que faltava era uma política de Estado, pois tinham resolvido deixá-los na miséria, sem educação e sem saúde. Isso foi o que o grande Paulo Freire deixou de exemplo.

Senhores brasileiros e senhoras brasileiras, os senhores não estão analfabetos, não estão na miséria porque Deus quis, porque, independentemente de religião, a gente sabe que Deus quer vida plena. Então, ele mostrou... O mérito não foi só alfabetizar em 72 horas; o mérito foi mostrar àquelas pessoas que aquelas condições de miserabilidade em que eles viviam não eram por causa de Deus, eram por falta de políticas públicas. Esse é o grande recado do nosso grande Paulo Freire.

Então, vamos lutar para que isso aqui seja um projeto de lei – acho que nove itens aí já dão para a gente correr atrás –, mas vamos lutar, Flávio, pelo mais difícil aqui: colocar a educação pública, a saúde pública, a segurança pública no Orçamento deste país.

Continuo dizendo aqui – e eu sou da Comissão Mista de Orçamento – que 45% no mínimo ficam para bancos; serviços de uma dívida que nunca foi auditada em nenhum Governo, independentemente do que for. Fica com 45%. O mercado financeiro fica, sim, Brasil, com 45% do Orçamento deste país, sem se sentar com a gente. Nós nos sentamos à mesa, na CMO, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutir metade do Orçamento, porque os donos da outra metade nem se sentam à mesa com a gente, que é justamente o sistema financeiro. Aí, ficamos nós lá – cá estamos nós, como se diz – lutando por 4% para educação, 4% para saúde e – pasmem – menos de 0,5% para a segurança pública: 0,25%. Para a assistência social, nem se fala.

Então, nós precisamos quebrar essa caixinha de Pandora, que é esse Orçamento. O Brasil tem que saber quem fica com os recursos. Quem fica com os nossos recursos? O sistema financeiro, eu digo aqui, acha pouco metade do Orçamento da nona economia do mundo. Ele ainda pratica juros extorsivos em cartões de crédito, cheques especiais – mais de 400% ao ano –, extorquindo literalmente as famílias brasileiras. E nós temos aqui, na CCJ, uma PEC (PEC nº 79, de 2019), assinada por Zenaide e mais 31 Senadores, que limita os juros dos cartões de crédito, cheques especiais e outras transações econômicas a três vezes a taxa Selic, no máximo. Não mexe com a autonomia do senhor Banco Central, é constitucional, e o Congresso pode, sim, tirar essa espada apontada, assim, para as costas dos brasileiros e brasileiras. E não mexe...

E outra coisa: nós temos o Banco Central... Eu tenho que chegar a isso, porque nós não vamos ter Orçamento, então me deixem falar. O Brasil é o único país do mundo que remunera sobras de caixa de bancos, Brasil, ou seja, quando fecha o sistema, os bancos, o Banco Central, ou seja, o Tesouro Nacional fica com aquele dinheiro e remunera a esses senhores, no mínimo, a taxa Selic. Isso mata nossa educação, isso mata nosso investimento nos setores que geram emprego e renda, porque os bancos não querem investir. Por que eu vou ser banqueira e vou arriscar emprestar e não receber, se o próprio Tesouro Nacional faz isso, e é um trilhão por dia?

Isso foi dito aqui pelo Banco Central, e este é o único país no mundo que faz isso.

Então, sistema financeiro, mercado financeiro, com todo o respeito, deixe o povo brasileiro ser educado, permita que o povo brasileiro não morra de morte evitável, por falta de um leito de UTI ou um exame, e permita que o povo brasileiro possa investir em infraestrutura, como rodovias, ferrovias e nos pequenos e médios empresários, que são responsáveis por 75% dos empregos formais neste país.

Desculpa se eu me estendi, mas quando se fala em recursos, tem que ir para aí.

Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pedimos aos colegas que aprovem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa., Senadora Zenaide Maia. Esse é o relatório da Subcomissão Permanente da Alfabetização na Idade Certa.

Eu solicito também à Secretaria que envie esse relatório, que está muito bom, com uma sugestão muito boa de legislação, que será encaminhado à Mesa para as providências cabíveis, como uma contribuição da Comissão de Educação e Cultura para o processo, mas que se envie para as prefeituras, para os estados, numa correspondência separada das cotas étnico-raciais, porque esse debate interessa a todos e a todas, educadores e educadoras, mas particularmente a municípios, onde a alfabetização acontece. E também, obviamente, para as entidades que participaram do debate.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis, particularmente em relação ao projeto de lei, também muito bom.

Antes do encerramento, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e todas.

Desejo a todos e todas um feliz Natal, um feliz Ano-Novo, com muita saúde e com muita paz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que o exemplo do presépio, de humildade e grandiosidade, se reflita nas caminhadas de vida de todas as pessoas e do Brasil.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 80ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quatorze minutos do dia dezessete de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Alan Rick, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Flávio Arns, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Wellington Fagundes, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Giordano, Angelo Coronel e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Marcelo Castro, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão, Carlos Portinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 106/2024 - CE, de autoria do Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA) e do Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Finalidade:** Discutir o "viés político e ideológico presente em livros didáticos que abordam o agronegócio brasileiro, e promovem a desinformação à alunos de escolas públicas e privadas em todo o país". **Participantes:** Sra. Samantha Pineda, Diretora Institucional da Associação "De Olho no Material Escolar"; Sr. João Demarchi, Diretor Técnico da Associação "De Olho no Material Escolar"; Sr. Celso Claudio de Hildebrand e Grisi, Professor Titular da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (USP) e Coordenador de Projetos de Educação e Pesquisa na Fundação Instituto de Administração (FIA/FEAUSP); Sra. Raphaella Rosinha Cantarino, Coordenadora-Geral de Materiais Didáticos do Ministério da Educação (MEC); e Sr. Maciel Aleomir da Silva, Diretor Técnico Adjunto da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Antes de encerrar os trabalhos, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da presente ata, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/17

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde. Muito obrigado pela presença de todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 80ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de dezembro de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de discutir o "viés político e ideológico presente nos livros didáticos que abordam o agronegócio brasileiro e promovem a desinformação a alunos de escolas públicas e privadas em todo o país", em atenção ao Requerimento nº 106, de 2024, da Comissão de Educação, de nossa autoria, e de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes.

Convido, para tomar lugar à mesa, os seguintes convidados: a Sra. Samanta Pineda, Diretora Institucional da Associação De Olho no Material Escolar – por favor, querida Samanta, fique aqui do lado –; o Sr. João Demarchi, Diretor Técnico da Associação De Olho no Material Escolar; o Sr. Maciel Aleomir da Silva, Diretor Técnico Adjunto da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA).

Quero cumprimentar aqueles expositores que estão presentes remotamente, Dr. Celso Claudio de Hildebrand, Professor Titular da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo e Coordenador de Projetos de Educação e Pesquisa da Fundação Instituto de Administração (FIA). Bem-vindo professor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar também a Dra. Raphaella Rosinha Cantarino, Coordenadora-Geral de Materiais Didáticos do Ministério da Educação. Muito obrigado, Doutora, pela sua presença. Gostaríamos muito que a senhora estivesse aqui presencialmente, mas, não sendo possível, vamos remotamente.

Informo que foi convidado o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), que não enviou representantes.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos presentes, às pessoas inscritas, para fazerem suas perguntas e/ou comentários.

Antes, porém, eu gostaria de fazer menção à justificativa do nosso requerimento, que a gente deixa clara aqui, Dra. Samanta e demais convidados.

Por diversos lugares do mundo não é incomum ver o agronegócio brasileiro sendo alvo de difamações injustas e infundadas – uma tática conhecida de países menos eficientes que, buscando proteger seus produtores locais, recorrem à desmoralização do setor agropecuário brasileiro para aumentar artificialmente sua própria competitividade. Não por acaso, tais tentativas se intensificam no agronegócio brasileiro, demonstrando, repetidamente, sua eficiência e relevância no cenário internacional.

No entanto, um aspecto que ainda surpreende é o fato de que as críticas mais severas, muitas vezes, vêm dos próprios brasileiros, seja de membros do Governo, seja de organizações não governamentais financiadas por interesses estrangeiros.

Tal situação evidencia a doutrinação de alunos que, desde cedo, tornam-se um terreno fértil para propagação de narrativas contrárias ao setor agropecuário, muitas vezes fundamentadas em posicionamentos ideológicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em uma matéria publicada pela *Gazeta do Povo* foi destacado um estudo realizado pela Fundação Instituto de Administração (FIA), vinculada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, em São Paulo.

O estudo analisou 94 livros didáticos adquiridos pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do Programa Nacional do Livro Didático de 2022, voltados para o ensino fundamental e médio. Os resultados foram reveladores: uma significativa quantidade de conteúdo político-ideológico foi encontrada nos materiais, muitas vezes sem base científica e marcadamente opinião pessoal dos autores.

Constatou-se que, de 345 menções ao agronegócio presentes nos livros analisados, 303, isto é, 87,8% não tinham embasamento científico e se limitavam a opiniões. Em contraste, apenas 12 menções (3,5%) eram fundamentadas em estudos científicos. Essa disparidade evidencia um processo de desinformação que há décadas contribui para a construção de uma imagem negativa de um setor essencial para o crescimento econômico do Brasil e alimentação do mundo.

As conclusões reforçam a necessidade de um debate mais transparente e embasado sobre o agronegócio, além de uma revisão crítica do conteúdo que é levado às salas de aula. É fundamental garantir que os estudantes recebam informações balanceadas e baseadas em dados objetivos, evitando a disseminação de narrativas que distorcem a contribuição e a importância do setor agropecuário brasileiro.

Ante o exposto, foi por isso que solicitamos esta audiência mediante aprovação do requerimento que nos traz a este momento aqui para essa grande reunião, que eu considero extremamente relevante. Quero aqui agradecer mais uma vez a participação de todo mundo, mas de forma muito especial aos nossos expositores.

Bem-vindo, mais uma vez, todo mundo.

Este é um assunto interessante com que o Brasil precisa tomar cuidado. De repente, a gente fica um pouco desligado desse setor e, enquanto isso, as raízes do mal vão se alastrando. Não é verdade?

A escola sempre foi um meio de comunicação do Governo, do sistema dominante, mas de forma muito discreta, de forma muito discreta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje a gente começa a ver alguma coisa que até nos assusta. Quando se quer detonar com um setor, leva-se para dentro da escola, para dentro do material escolar. Um tema que a gente vem acompanhando há muito tempo é a questão da família. Como a família, através do material escolar, tem sido detonada dentro da sala de aula, lugar onde a família deveria ser tratada com respeito e ter o seu lugar... De repente, é aí que ela é atacada, mas Paulo Freire disse que a família é a primeira instância da opressão e isso é muito complicado quando o patrão da educação de um país se comporta dessa maneira.

Depois, estamos aqui trabalhando a questão do agro, em que o produtor rural é o bandido, o produtor rural só tem aquela terra, porque a tomou de alguém; o produtor rural só é rico, porque roubou, porque desfraldou alguém; é o grande algoz da questão ambiental, é o cara que promove os piores crimes ambientais. Que coisa difícil!

Já está começando a entrar no material escolar também a questão dos ricos. O rico só é rico... O Governo quer taxar as riquezas, as grandes riquezas. Tudo bem, vamos discutir aqui no Congresso Nacional se devemos ou não devemos, se é bom ou se não é para o Brasil fazer isso. A França se apressou, fez isso e, no dia seguinte, teve que correr atrás das pessoas que foram embora de lá levando os seus patrimônios. Patrimônio não tem pátria nem coração; o cara vai embora, transfere não sei para onde e aí acabou. E, hoje, a França está pedindo para voltar, porque cometeu essa besteira.

Mas aonde eu quero chegar aqui com relação a esse tema? É que também está chegando no material escolar – também está chegando no material escolar – a degradação da imagem moral daquele que conseguiu alguma riqueza na vida. O cara só é rico, porque roubou; é rico, porque tomou de alguém; é rico, porque escraviza alguém; é rico... Pare com isso! Nós não podemos permitir que o recurso que a sociedade entrega para o Governo fazer a educação seja destinado a financiar militância política dentro da escola pública ou privada. A gente precisa se posicionar, este Parlamento, esta Casa e, de maneira especial, a sociedade brasileira.

O Brasil é hoje um dos países, na relação PIB e investimento em educação, que mais investe em educação. Depois dessa audiência aqui, desse debate que nós vamos fazer, nós temos outros passos a seguir. O Ministério Público Federal precisa entender que tem que olhar por esse setor. O Tribunal de Contas da União precisa também estar de olho nisso. Como é que vai aprovar uma conta, a compra de um livro, cujo objetivo não é a formação acadêmica, não é a educação, mas é fazer outro tipo de atividade? Isso não é correto! Então, o TCU e o Ministério Público Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisam, num segundo momento, debater esse assunto, e nós vamos provocá-los a partir do início do ano que vem. Nosso papel aqui é também fiscalizar.

Quero dizer aqui, neste momento, como já disse aqui a regra do jogo, que, ao fim das exposições, a palavra será concedida.

Em primeira mão aqui a palavra será facultada, neste momento, à Dra. Samanta Pineda, Diretora Institucional da associação De Olho no Material Escolar.

É um prazer tê-la aqui, Dra. Samanta, seja bem-vinda! Com a palavra, por dez minutos.

A SRA. SAMANTA PINEDA (Para expor.) – Obrigada, Senador Zequinha.

Está ligado, não é? (*Pausa.*)

Primeiro, eu quero parabenizá-lo pela iniciativa e pela coragem. Não é um assunto fácil, não é um assunto agradável, mas é um assunto extremamente necessário e urgente. Então, obrigada pela oportunidade e parabéns de novo pela iniciativa, porque tanta coisa está acontecendo no mundo, hoje, no Brasil principalmente, discutindo-se questões econômicas, discutindo-se questões de cunho social, só que, se a gente for olhar bem a fundo, com uma lupazinha, como tem aí na marquinha na De Olho, tudo isso pode ter, sim, a sua razão, a sua raiz na educação ou na falta dela.

Então, quero cumprimentar os meus parceiros de mesa, Prof. João Demarchi, Maciel, da CNA, obrigada pela presença, e quero lamentar a falta do Governo, porque foram convidados, MEC e Mapa, certo?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Está presente, remotamente, a representante do MEC, Dra. Raphaella.

A SRA. SAMANTA PINEDA – A representante do MEC. Ótimo. Que bom! Muito obrigada, então, pela presença.

Quero dizer aqui que a De Olho no Material Escolar está muito feliz também de estar aqui para discutir esse tema. Eu sou Diretora Institucional da De Olho, mas nós temos uma Presidente que todo mundo conhece, atuantíssima, a Letícia Jacintho, que vem carregando essa bandeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A De Olho, para vocês entenderem rapidamente, nasceu durante a pandemia, quando os pais começaram a fazer mais a lição com os filhos, a olhar o material escolar dessas crianças e perceberam que o que ali tinha não era real, ou porque os dados eram equivocados, ou porque a própria informação era equivocada. E aí, uma mãe começou a conversar com outra mãe, que chamou um pai... Enfim, com essa insatisfação – os dispostos se atraem, não é? –, acabaram se encontrando, e a associação nasceu forte já. Nós somos hoje mais de 350 membros, entre pessoas físicas e jurídicas. Estamos em vários estados brasileiros, não para apontar o dedo, não para achar culpados, mas para propor, de fato, uma solução; e essa é a ideia.

Para isso, a gente começa falando a respeito de dados, que é a única coisa que nós queremos, que o Brasil, eu acho, precisa: dados e evidências. Nós tivemos aí, por parte do IEA, uma publicação de anteontem, nesta semana, a respeito do desempenho do Brasil – que foi aqui replicado pelo Inep – em uma das avaliações internacionais referentes à educação, que é o Timss, que é uma avaliação em que vários países participam, e nos dá uma bússola a respeito de como estão esses países em relação à sua educação. Isso foi repercutido pela mídia. Está ali o editorial de um jornal dizendo que o Brasil vai mal em mais uma avaliação global da educação. E esse Timss é uma prova que avalia o desempenho em ciências e matemática de alunos do quarto e do oitavo ano.

Esses alunos são submetidos a essas provas, que são de uma... Quando a gente fala de matemática e quando a gente fala de ciências, não estamos falando de regionalidades. Nós estamos falando, de fato, de fatos, de números, de ciência. E há, dentro desse *ranking*, níveis para medir a aprendizagem. Eu acho que essa seria a grande expressão para que nós precisamos olhar em relação ao que queremos dos alunos brasileiros: que aprendam. É simples assim. Se vai para a escola, é para aprender.

Do ponto de vista dessa avaliação, nós temos ali níveis para medir esse nível de aprendizagem. Então, o nível pode ser avançado, alto, intermediário ou baixo. O nível baixo está ali em 400 pontos. O que isso significa? Que, se estiver abaixo de 400, esse estudo permite que tenhamos um *ranking* abaixo do baixo. E, infelizmente, é onde o Brasil está. Nós tivemos o resultado para os alunos do quarto ano, em matemática e ciências. O 400, como disse, é baixo. O Brasil está lá embaixo, abaixo do baixo. Observa-se que alcançou um desempenho médio significativamente inferior à média nesses domínios avaliados, que são matemática e ciências; esse é o primeiro ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo ponto é a questão da avaliação, dentro do próprio Timss, dos alunos do oitavo ano – já é aquele que está saindo do ensino fundamental. Então, o quarto ano é a passagem do ensino fundamental do primeiro nível para o segundo, que são as nossas antigas quinta e oitava séries – não é, Senador? A gente é do tempo do ginásio. Enfim, não vou começar a me entregar aqui, mas... (*Pausa.*)

Bem-vindo, Senador! Obrigada.

Quando falamos em relação aos alunos do oitavo ano, que já teriam que estar indo agora para o ensino médio – ou seja, aquele adolescente que começa a enfrentar dificuldades em se estuda ou se trabalha; aquele adolescente que muitas vezes, se não está numa família estruturada, pode ser aliciado por tráfico de droga; aquele adolescente que está começando a entender o seu papel no mundo –, de novo, nós tivemos um resultado abaixo do baixo. Ali, na primeira coluna, que é de matemática, infelizmente, o Brasil ficou, realmente, muito ruim; do ponto de vista de *ranking*, ficou muito ruim, muito mal avaliado.

O que isso mostra para nós? Isso mostra que o Brasil, embora tenhamos, como o próprio Senador falou, um grande investimento nesse setor – quando a gente fala de orçamento, é carimbadinho o que vai para a educação, não é falta de recurso – esse resultado não está acontecendo. Quando a gente compara o Timss com um outro estudo, uma avaliação internacional, que é o Pisa, nós conseguimos mostrar uma coerência entre esses estudos, infelizmente, que é uma coerência dizendo que não temos os nossos estudantes em nível mínimo para o exercício da cidadania.

Os senhores já pensaram em quão sério é isso? O quanto nós estamos condenando os nossos jovens a um ciclo vicioso de pobreza? O quanto estamos fazendo com que essa diferença social, que tanto buscamos combater, está sendo perpetuada desde cedo, desde muito cedo nas nossas escolas? Então, quando a gente olha para níveis do Timss abaixo de baixo e níveis do Pisa, em que nós não temos, não estamos formando cidadãos que possam exercer os seus direitos, que sequer podem saber dos seus direitos, que não conseguem fazer planejamento familiar, que não têm noção de educação financeira, que não conseguem ter discernimento, que não conseguem ter noção de hierarquia, nós estamos condenando a nossa sociedade. E aí o programa, o Pisa, tem avaliação com estudantes de aproximadamente 15 anos de idade. Então, é bem aquela idadezinha crítica. Quem tem filho adolescente, quem trabalha com essa idade vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saber, entender exatamente como uma educação de qualidade, uma escola forte, tem, sim, o condão de mudar a vida dessas pessoas, principalmente nessa idade.

Como eu já falei, as consequências dessa falta de educação, e aí como nós estamos aqui falando em dados – sempre gostamos de basear em dados tudo que falamos –, é isso que a gente quer nos livros didáticos também, a consequência... Tem um estudo da Fundação Roberto Marinho e do Insper que diz que as pessoas que não concluem a educação básica, ganham em média R$159 mil a menos ao longo da vida. Então, a gente está, indiretamente, mas de uma maneira muito séria, condenando realmente essas pessoas a um nível de pobreza comprovado.

O Senai aponta que quem tem uma formação técnica, por exemplo, consegue chegar a ganhar 22% a mais que a pessoa que não tem essa formação. Então, poderíamos olhar para essa identidade que o Brasil tem de ser empreendedor, de ser inovador, de ser criativo. A gente consegue equilibrar vários pratinhos, e podíamos estar usando isso ao nosso favor, mas estamos, infelizmente, engrossando aquela margem, aquela porcentagem de pessoas que não conseguem sequer se formar em um nível médio, mas também não têm formação técnica. E um estudo do Ipec para a Unicef...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SAMANTA PINEDA – ... diz que 48% dos jovens de 11 a 19 anos que deixaram a escola disseram que a deixaram por precisar trabalhar fora. Então, a gente está, de novo, os condenando à pobreza, sem contar o restante, como a questão, inclusive, de aumento de uso de drogas, gravidez na adolescência, etc.

Para finalizar, vou entrar aqui no Programa Nacional do Livro e do Material Didático. A maior compra de livro e material didático do planeta é a do Brasil: em 2024, foram comprados mais de 194 mil livros e investidos mais de R$2 bilhões, atingindo 31 milhões de estudantes. O sistema de compra desse material e de livros didáticos é um sistema complexo, é um sistema que tem passos muito definidos. Então, faz-se um edital por parte do MEC, depois esse edital é elaborado pelas editoras, o material didático passa por uma avaliação pedagógica e, só depois que isso é aprovado, é que isso vai para as salas de aula.

Não quero nem que os senhores entendam esse processo; o que eu gostaria é de mostrar esse resultado, que vai ser comentado aqui pelo Prof. João, mas que foi trazido, já, citado pelo Senador Zequinha, de que os registros ligados ao tema... E a De Olho começou com o tema do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agronegócio, mas nós podemos estender para várias questões aqui de outros ramos da ciência. Esses registros são inverídicos, têm informação absolutamente desatualizada. Se nós temos, a cada quatro anos, um ciclo de impressão de novos materiais, não faz sentido que esses materiais se remetam ao que acontecia há 30 anos; então, nós precisamos de informações atualizadas. São informações imprecisas: elas não têm fundamento técnico-científico, bibliografia, não citam fontes.

E aí não faz sentido que nós tenhamos esse volume de investimentos, esse número gigantesco de aquisição de material, um sistema tão complexo como esse que nós mostramos para aquisição e avaliação desse material que traga tantas imprecisões, que traga tantas impressões, que muitas vezes se baseie em matérias jornalísticas, em vez de se basear na Embrapa, na Esalq, no Inpi, no IBGE e em tanta coisa boa que o Brasil tem.

As citações referentes ao agro, principalmente a maioria delas, eram negativas – ali nós temos a visão geral do agronegócio nos livros –, e, infelizmente, nós temos uma população que acaba crescendo com um certo ranço do setor sem saber por que, muitas vezes porque teve mensagens subliminares, não só referentes a esse setor, mas referentes à família, referentes a valores, referentes à própria vida, à gestão da própria vida, que são enviesadas por esse material.

Para acabar, gostaria de trazer proposições. Identificamos o problema: o que a gente faz com isso? A De Olho no Material Escolar está completamente à disposição, com time de técnicos, conteudistas, com gente que quer ajudar, com gente que quer fazer parte disso, mas a proposta é que, primeiro ponto, o edital que comece o processo de elaboração desses livros e materiais didáticos, o próprio edital, exija que tudo o que estiver no material didático tenha fonte, bibliografia, fundamentação científica. Só aí a gente já ajuda a resolver o problema.

Um segundo ponto: que, desses avaliadores pedagógicos que passam, que avaliam esse material depois que ele foi elaborado, alguns tenham conhecimentos técnicos específicos. Hoje a gente ficou tão setorizado que nós vamos a um médico, por exemplo, que resolve problema de dedo, não é mais nem de mão. Então, essa especialização exige que esses avaliadores tenham conhecimentos técnicos específicos, para dar qualidade para esse material.

Quanto ao processo de formação dessa comissão que avalia, que ela seja mais participativa, que possa ter um pouco mais de clareza, para que a gente consiga colocar esses técnicos melhores, talvez até mais setorizados, e, por fim, que haja um procedimento de correção. Quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se passar por tudo isso, o edital já exigir fonte, o pessoal que faz a avaliação tiver conhecimento técnico, sair algum material com algum erro, que possa haver um procedimento de correção, porque as coitadas das editoras vão ao edital, elaboram tudo daquele jeito que tem que ser, só que às vezes isso sai com alguma imprecisão, e depois elas não têm um caminho; não existe um procedimento para fazer uma correção de digitação, de impressão, enfim, em que possa haver isso para qualquer erro detectado.

Minha fala era essa, e eu acho que eu passei um pouquinho do meu tempo, Senador, mas eu agradeço de novo a oportunidade e quero colocar a De Olho à disposição, para que a gente consiga fazer com que o país tenha alunos que aprendam e para que a gente consiga fazer um Brasil melhor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Muito obrigado. Agradecemos aqui, porque foi rica a sua apresentação.

Nós vamos temperar aqui as apresentações e chamar um que está remotamente, o Dr. Celso.

Antes, porém, eu quero registrar a presença do meu querido Senador Jorge Seif, de Santa Catarina. Muito obrigado e, por favor, nos ajude aqui na luta.

Bom, foi uma presencial; vamos pegar uma exposição remota agora.

Convido agora o Dr. Celso Claudio de Hildebrand e Grisi, Professor Titular da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (USP) e também Coordenador de Projetos de Educação e Pesquisa na Fundação Instituto de Administração (FIA), que vai participar agora, remotamente.

Por favor, Dr. Celso Claudio.

O SR. CELSO CLAUDIO DE HILDEBRAND E GRISI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Em primeiro lugar, queria agradecer muito o convite que o senhor me fez – o Senador é muito gentil – e cumprimentar todos os membros da mesa, assim como a Dra. Raphaella, que está remotamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu apenas gostaria de falar sobre a metodologia dessa pesquisa. Nós temos aí que eu enviei um relatório muito completo de toda a pesquisa, de como ela foi feita, mas o importante para mim é caracterizar a validade científica do nosso trabalho.

O que nós fizemos? É muito fácil de entender. Nós pegamos 70% daquilo que se chama de os livros didáticos distribuídos para as escolas. Escolhemos os livros, de maneira a poder representar muito, muito mesmo, o ensino médio, menos um pouco o fundamental I e II e menos ainda o fundamental I, porque são assuntos mais avançados e que estão em uma fase mais avançada da vida do aluno, mais à frente.

Pegamos esses livros e os submetemos a uma análise. Como foi feita essa análise? A gente pega pessoas que vão ler o livro inteiro e vão encontrar o conjunto das palavras que dizem respeito ao agronegócio – tudo o que diz respeito ao agronegócio. Pegamos essas palavras e construímos, então, uma forma, através de um programa, para, com essas palavras, pegarmos o seu radical. Por exemplo, agricultura, pegamos "a", "g", "r", e colocamos nesse programa tudo o que pudesse começar com AGR. Então, vieram todas as possibilidades que nós tínhamos para poder analisar, não ficou faltando nenhuma palavra que não tivesse sido pega. Assim, nós minimizaríamos ou eliminaríamos o risco de um indivíduo que leu o livro, e iria pegar aquelas manifestações sobre a agricultura, deixar escapar alguma coisa. Tudo isso foi transformado num negócio chamado unidade de registro. Cada vez que aparecia alguma coisa falando de agronegócio, nós púnhamos numa unidade de registro. Isso pode ser uma palavra, uma frase, pode ser um texto e construímos uma unidade de registro.

Essa unidade de registro foi levada para os analistas educadores e foram aplicando uma técnica chamada análise de conteúdo para entender exatamente aquilo que está dito explicitamente ou aquilo que está embutido no pensamento, mais subliminarmente, ou seja, aquilo que foi uma mensagem passada, mas que não aparecia de forma explícita. Então, pegamos todos os trabalhos, todas as afirmações com seus conteúdos implícitos e explícitos.

Submetemos isso tudo a uma análise de conteúdo. Quando havia alguma dúvida, nós reportávamos esse texto aos especialistas. Os especialistas escolhidos foram aqueles que, vamos dizer assim, são unanimidades na área do agronegócio. São pessoas muito preparadas, pessoas que têm um conhecimento imenso, mestrado, doutorado, no Brasil, no exterior, são pessoas de grande formação. E eles nos deram a explicação dizendo: "Olha, isso está certo. Isso está errado. Isso está incompleto. Isso aqui precisa apenas de uma correção aqui e ali". E nós criamos essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

categorias de mensagens que já foram apresentadas pelo Senador e já foram agora apresentadas pela Samanta. São vieses de caráter muito individual, pode ser um viés político-ideológico, pode ser um erro, um não entendimento, uma incompletude de informação que possa levar a algum desvio no aprendizado do leitor do livro.

Bom, fizemos isso e os resultados, então, apareceram aí, já foram expostos por vocês. Eu fico à disposição para responder a qualquer pergunta sobre a metodologia. O que é importante saber é que nós pegamos as grandes editoras, 70% dos livros que são distribuídos, e fizemos uma análise fria, com toda a metodologia científica possível para análise de conteúdo e chegamos a essa conclusão.

Eu quero também fazer uma ressalva de que todo método científico acaba apresentando suas limitações e suas restrições. Quando o trabalho é quantitativo isso é muito óbvio, quando o trabalho tem uma parte qualitativa, como a nossa, o nosso é um trabalho "quali-quanti", essas restrições acabam aparecendo com maior vigor, mas acreditem, tudo foi feito da maneira mais perfeita possível para apenas identificar as mensagens e os seus conteúdos.

Nós somos uma fundação que faz pesquisa. Não temos nenhuma conclusão a respeito de agronegócio e não temos que defender nem atacar. Nossa coisa é fazer a pesquisa tal qual ela é e passar esses resultados.

Era isso que tinha a dizer e fico à disposição para qualquer pergunta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Obrigado, Dr. Celso Claudio. Muito obrigado mesmo. Tenho certeza de que esse trabalho foi bem-feito.

Quero só pedir à Dra. Raphaella para ficar por último, aqui, para ir anotando, e depois fazer as pontuações pelo MEC sobre os comentários aqui feitos.

Quero chamar agora o Dr. João Demarchi, Diretor Técnico da associação De Olho no Material Escolar.

João, dez minutos para a sua exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO DEMARCHI (Para expor.) – Boa tarde, Senador, Zequinha! Boa tarde, Samanta, Maciel, senhores e senhoras!

Eu vou fazer uma breve analogia, ou uma introdução, para que a gente possa construir um raciocínio juntos. Antes de estar aqui como Diretor Técnico da associação, sou pesquisador científico há quase 40 anos. Sou agrônomo por formação e trabalho na Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, desde 1987. Então, nós, enquanto pesquisadores, temos desenvolvido, ao longo desse período, não só eu, mas todos os meus pares, inovações, usado a nossa competência, as nossas estruturas, para desenvolver ciência para o agronegócio. Eu, mais especificamente, com pecuária e, ao longo da minha carreira, inclusive, usando muito a questão da integração. Diferentemente do que foi a minha construção de formação, muito segmentada, compartimentada – como era o ensino –, ao longo desse tempo, estamos construindo um raciocínio de integração, de soma.

Nesse caminhar, enquanto pesquisador da pecuária, fomos, Instituto de Zootecnia, pioneiros, por exemplo, na avaliação da emissão do metano pelos bovinos. A nossa instituição foi a primeira a avaliar isso, já tentando integrar a produção agropecuária com essas questões ambientais que tanto nos afligem.

Da mesma forma, há mais de dez anos, represento o instituto nos Comitês das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, levando todo o *know-how* da secretaria para a contribuição nas discussões da gestão do recurso hídrico, que é o principal desafio que nós temos, não só naquele território crítico, que abastece ali mais de 25 milhões de pessoas, em grandes centros urbanos, quanto pela dificuldade de ter essa água em quantidade e qualidade.

Por que estou fazendo essa analogia? Porque, nos comitês, nós tivemos uma mola propulsora para poder criar uma abertura para a valorização do meio rural, nem vou chamar do agro, eu vou dizer que é todo o espaço rural, tão importante na gestão dos recursos hídricos. Nós sempre temos uma visão às vezes de pegada hídrica, mas não do ciclo como um todo e a contribuição dos produtores rurais, como "produtores de água", entre aspas, aqui. Então, nós levamos, aproveitamos essa seca de 2013-2014, como uma forma de abertura desse espaço, para levar o meio rural, a importância do agricultor, do ocupante desse território de se integrar com o espaço urbano. A poluição dos nossos recursos hídricos não é exclusiva nem de cidade, nem de campo. Ambos têm contribuições positivas e negativas, mas a ideia é contribuir para uma melhor gestão dos recursos hídricos, para termos segurança hídrica ao longo do tempo. Então, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estamos levando ciência para o ambiente dos comitês, inicialmente mais sobre competência de engenheiros civis na construção de estações de tratamento de água, de esgoto, nos meios urbanos. Nós ampliamos essa visão, e o produtor entra como um fornecedor de soluções baseadas na natureza. Vejam bem, a gente pode começar a trabalhar de forma conjunta, numa paisagem única, integrada, cidade-campo.

Nesse mesmo raciocínio, nós entendemos e foi isso que me traz aqui como representante da De Olho. É da minha competência discutir essas questões dentro da associação. Este trabalho também foi uma mola propulsora para nós olharmos para a criticidade do ensino no país, para a criticidade da qualidade, a quantidade de ciência dessas citações corretas, da presença do positivo e do negativo. A gente não quer... Eu, como cientista, vejo as qualidades que o meu setor tem e vejo as dores, e nós trabalhamos na ciência para resolver essas dores. Nós não temos outro caminho a não ser avançarmos em ciência para poder resolver os problemas. Mesma coisa no ambiente dos comitês, em que nós precisamos aproximar a ciência do comitê ou dos comitês para nós fazermos essa visão... Inclusive, o material escolar também traz muito pouco dessa visão da gestão de recursos hídricos de uma forma sociopolítica integrada, por bacia hidrográfica, por bioma, dessa integração da paisagem única. São conceitos que a gente não enxerga, não enxergava nem no ambiente, ou pouco ainda no ambiente dos comitês, como no material escolar.

Da mesma forma, a ciência também precisa estar mais presente. A minha instituição me autoriza a estar aqui representando e falando em nome não só da De Olho, mas também da Secretaria de Agricultura e também dos comitês, para a necessária presença da ciência na nossa sociedade. Fazer uma aproximação do esforço que nós fazemos nesses ambientes chegarem até a sociedade de uma forma mais fácil, mais fluida. Esta é a essência da minha presença na associação: fazer essa visão do agro mais completa, com um viés. Se for positivo, positivo; se for negativo, negativo, mas o que é mais importante no ambiente dos comitês e também é desafio da De Olho: incentivar, criar engajamento do jovem para ele participar desse processo. Se nós temos dores, se nós temos soluções a buscar, que o jovem se incentive a fazer isso.

Eu preciso ter um material que me traga a realidade, as realidades ou as diversas faces de um mesmo problema, seja desmatamento, seja pesticida, seja qual for o tema, o aluno precisa ter nas suas mãos várias faces do mesmo problema, para ele aprender, inclusive, a ser muito mais crítico do que ele é hoje, para a gente poder construir um cenário positivo para todos, não é só a cadeia do agro que está interessada nisso. Tenho certeza absoluta de que a indústria também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quer jovens capacitados, com capacidade crítica para poder avançarmos enquanto país, enquanto sociedade. Esse é o desafio. Eu estou aqui como Diretor Técnico, mas com um posicionamento pessoal compatível com essa posição. Nós queremos proposições. Nós queremos contribuir para a melhoria...

Quando nós nos defrontamos com a educação como um todo, a gente brinca que nós temos o DNA do agro, nós temos o pé na fazenda, mas nós estamos agora muito preocupados com a educação como um todo, porque não adianta o material escolar ser bem descrito ou bem qualificado, se o material escolar ou a infraestrutura da educação ainda têm tantas necessidades, têm tanto a construir juntos.

Então, nós temos, por exemplo – quinta e sexta passada fizemos isso lá em Piracicaba, em parceria com a Esalq e com a Pecege –, uma construção com mais de 200 professores. É um evento que nós estamos... É um caminhar nosso, enquanto associação, chamado Mestres no Agro. É essa aproximação, esse construir junto com os professores, que têm lá também um cabedal de conhecimento, de informações sobre pedagogia, sobre ensino, que têm a realidade ali da infraestrutura escolar, para que nós possamos, junto com eles, construirmos um cenário mais positivo. Esta é a ideia desse braço da associação, o Mestres no Agro: trazer o professor para dialogar conosco; que a universidade e que os institutos de pesquisa estejam mais presentes nesses espaços, para que o professor tenha mais subsídios, tenha mais facilidade de transferir esse conhecimento lógico, esse conhecimento mais ampliado, com essas visões positivas e negativas.

O resultado do trabalho é claro, mas a associação não fica agarrada nisso, ela quer construir algo com isso; ela não quer ficar só divagando ou usando isso como uma ferramenta de trabalho. Não. Ela simplesmente despertou: foi uma validação daquilo que era um achar de mães presentes com os filhos na pandemia, que olharam aquele material, mães ligadas ao setor. Mais do que isso, é construir, agora, um cenário diferente. Se não for proativo... Não adianta a gente ficar só olhando para aquilo que está errado, a gente precisa propor.

Temos o Vivenciando a Prática, que é levar o professor, levar o aluno para o meio, entender a nossa realidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO DEMARCHI – ... e os desafios que esse setor tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem já plantou alguma vez, quem já colocou uma semente no solo e teve que esperar por todas as condições de tempo para que aquilo se transformasse em um produto comercializável, sabe dos desafios que nós temos. É uma indústria a céu aberto. Então, é disso que nós precisamos. É isso o que eu trago. É essa posição como pesquisador, como coordenador de uma câmara técnica no ambiente dos comitês de bacias, que estou querendo contribuir não só para a construção disso dentro da associação, mas também uma contribuição efetiva para que esses dados que a Samanta traz aqui dos resultados da nossa educação mudem ao longo do tempo. É essa a construção. É esse trabalho integrativo que nos desafia.

Senador, obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Dr. João Demarchi, muito obrigado pela exposição.

Eu quero convidar agora o Dr. Maciel Aleomir da Silva, Diretor Técnico Adjunto da CNA.

E, por último, nós vamos chamar remotamente a Dra. Raphaella, do MEC. Eu tenho certeza de que ela ouviu, vamos dar todo o tempo de que ela precisa para posicionar o MEC com relação a tudo o que se comenta aqui neste momento, o que temos ouvido aqui.

Dr. Maciel.

O SR. MACIEL ALEOMIR DA SILVA (Para expor.) – Senador, boa tarde!

Primeiramente, em nome da CNA, do Dr. João Martins, quero agradecer o convite para participar desta audiência e discutir um tema de tão grande relevância para nós do setor agropecuário.

Eu acho que a primeira pergunta a ser respondida é: por que a CNA está querendo discutir educação e por que a gente está tão preocupado com este tema? Ainda lá em 2022, quando a gente trabalhava em um documento que era uma proposta para os presidenciáveis... Por muitos anos, este mesmo documento a gente elaborava pensando no que a gente queria para o setor agropecuário. Sempre foi este o foco da nossa discussão: quais eram as diretrizes de políticas públicas para o setor agropecuário.

Em 2022, a gente se sentou, conversou bastante e chegou à seguinte conclusão: se a gente só discutir disponibilidade e ampliação da produção de alimentos, a gente está resolvendo parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

significativa do problema, mas a gente não está resolvendo todos, nem, inclusive, o de segurança alimentar. Se essa população não tiver condição socioeconômica de acessar esse alimento, por mais barato que a gente consiga colocá-lo na mesa da população, ele vai ser insuficiente para sanar a fome. A gente vai continuar falando na produção de alimentos para mais de 1 bilhão de pessoas e a gente ainda vai escutar estatísticas de gente passando fome, porque a gente não endereçou todos os problemas. Foi quando a gente se sentou e nessa proposta a gente falou: a gente vai ter que discutir também educação, a gente vai ter que discutir saúde, a gente vai discutir o bem-estar dessa população para que ela tenha a mínima condição – mínima, sendo muito medíocre na pontuação – de acessar esses alimentos com condição significativa de vida.

Então, quando a gente passa a olhar para a educação sob esse aspecto de desenvolvimento socioeconômico, a gente passa a enxergar também a sustentabilidade do nosso setor. Tudo aquilo que a gente vivenciou, nos últimos 30 anos, de ganho de eficiência, de implementação tecnológica, de desenvolvimento científico, foi por um movimento de educação, seja dos saberes que foram repassados aos produtores rurais via assistência técnica, seja o que o desenvolvimento científico fez com a tropicalização da nossa agricultura. A continuidade desse processo só vai depender do quão eficiente a gente vai ser na implementação da nossa educação de base hoje. Então, a continuidade desse ciclo depende muito do que vamos discutir hoje de educação de base.

Quando a gente, ainda lá em 2023, começou a discutir o Plano Nacional de Educação – toda a estruturação de discussão do que seria um documento de referência, quais seriam as bases – a gente teve algumas preocupações que a gente volta a trazer para a mesa, Senador. Eu acho que em qualquer política pública, seja para a educação, a gente precisa ter alguns parâmetros mínimos para que ela seja muito bem-sucedida.

Primeiro, a gente precisa olhar para o passado e saber onde a gente acertou, onde a gente errou. Eu acho que os indicadores que já foram apresentados aqui demonstram que a gente tem deficiências, a gente tem pontos a serem aprimorados.

Segundo, a gente precisa ser mais eficiente na definição desses indicadores. Onde eu estou errando? Se eu faço um investimento tão alto, orçamentário, por que o retorno ainda não é na mesma proporção? É por dificuldade de formação de professor ou ele está associado ao material didático, que é uma parte desse processo? A gente costuma dizer que ele é um dos meios, que talvez até mude. Com o que a gente tem vivenciado de alteração tecnológica de formas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aprendizagem, talvez, daqui a uns cinco anos, a gente nem esteja mais discutindo livro didático, porque a forma de aprendizagem, de acesso a essas informações, mudou; mas o que não pode se perder, de forma alguma, é a gente ter a mínima condição de identificar onde a gente está errando e quais são os acertos que a gente precisa tomar.

Então, a gente está num momento muito importante desse processo de discussão, que a gente vai iniciar, no ano que vem, provavelmente, a discussão do Plano Nacional de Educação, aqui nesta Casa. Então, eu acho que o Congresso vai ter um papel muito relevante na definição desses indicadores, na implementação, mas, mais do que isso, os mecanismos de correção precisam ser claros. Não dá para a gente discutir só a cada dez anos um plano decenal. Na evolução que ocorre na economia, na evolução que ocorre no desenvolvimento tecnológico no nosso setor, dez anos é tempo demais para a gente só voltar a discutir em dez anos o que seriam os pontos de correção.

Esses pontos de correção, eu estou falando aqui a título macro do que seria a nossa política maior relacionada à educação, mas ela também cabe aos materiais didáticos. A gente fazendo aqueles investimentos milionários em material, a gente esperar quatro anos para pensar numa eventual correção que pode ser que não ocorra. Não dá para a gente desperdiçar todos esses recursos e reimprimir esse volume de livros, mas a gente tem que ter um mecanismo mínimo para que a sociedade, para aqueles que estejam monitorando e estejam insatisfeitos de alguma forma, com a ausência de parâmetros científicos, com a ausência de parâmetros tecnológicos robustos que embasem aquelas informações, que o Governo, o MEC tenha uma alternativa de corrigir e adequar isso dentro do processo de formação.

Então, Senador, pensando no futuro, eu acho que a gente tem que estar muito presente nesse planejamento se a gente, como setor, quer garantir uma mão de obra efetiva, uma mão de obra produtiva. Eu acho que antes de a gente estar discutindo escala de trabalho, de estar preocupado, acho que a gente tem que pensar na eficiência dessa mão de obra que a gente tem, na eficiência dessa mão de obra que vai formar. Se ela vai trabalhar numa escala seis por um, sete por sete, cinco por dois, antes de qualquer coisa, ela precisa ser eficiente naquele momento em que ela estiver trabalhando.

Eu acho que a educação é um dos principais e talvez um dos pontos mais fortes – a educação básica – a ser corrigido para que a gente possa ter uma formação técnica, uma formação profissional que enderece aqueles problemas que a gente vai estar vivenciando no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campo, que, muito provavelmente, vão ser bem diferentes dos problemas que a gente está vivenciando hoje, muito diferente. As ferramentas de endereçamento e de solução vão ser muito diferentes das que a gente está vivenciando hoje, e o que a gente não pode ser aqui é um limitador do desenvolvimento tecnológico por capacidade, seja por capacidade imaginativa nossa, ou por incompetência de endereçar aquilo que é básico na educação.

Seria isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Obrigado, Maciel, pela participação e pela exposição.

Queremos chamar agora a Dra. Raphaella Rosinha Cantarino, Coordenadora-Geral de Materiais Didáticos do Ministério da Educação, que está remotamente, neste momento.

Enquanto... (*Pausa.*)

Correto.

Quero só pedir aqui à Dra. Raphaella um momentinho para que o nosso Senador Jorge Seif traga a sua contribuição.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discursar.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Zequinha Marinho, que representa tão bem o nosso Estado do Pará.

Quero dar as boas-vindas à Sra. Samanta Pineda, ao Sr. João Demarchi e também ao Maciel da Silva, bem como aos demais expositores.

Senador Zequinha, nós temos ouvido e precisamos lembrar que o óbvio precisa ser dito – o óbvio. Então, antes de iniciarmos uma discussão sobre a educação e os temas que abordam o agronegócio brasileiro, eu preciso lembrar a todos que estão nos assistindo, especialmente nos acompanhando pela TV Senado, o que é o agronegócio no Brasil, quem é esse cara, qual é o protagonismo dele, qual é o tamanho dele no Brasil e o que estão fazendo com ele dentro das nossas instituições de educação, o que o Governo, o que o dinheiro público está patrocinando com alguns materiais, como a Sra. Samanta bem apresentou aqui, ou seja, o dinheiro do contribuinte está sendo usado para quê, para causar o que nos nossos alunos, nos futuros cidadãos brasileiros? Então, vamos falar o óbvio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relevância do agronegócio na economia brasileira. O PIB nacional, Senador Zequinha, é responsável... o agronegócio é responsável por 25% do PIB brasileiro, alguns falam 35% – eu vou me ater aqui aos dados oficiais, conforme a Sra. Samanta já destacou que é importante. E sustenta milhões de empregos diretos e indiretos no país.

Por falar em empregos diretos e indiretos, a agricultura familiar, que representa, segundo o Censo Agropecuário de 2017, 77% dos estabelecimentos rurais, corresponde a 70% da produção de alimentos do nosso país e emprega 67% da mão de obra rural no nosso Brasil. Esse é o tamanho da agricultura familiar!

Exportações. O Brasil é um dos maiores exportadores de alimentos do mundo, destaque para soja, milho, carnes – proteínas – suína, bovina e de aves, café e laranja.

Em 2023, Sr. Presidente, o agronegócio exportou US$166 bilhões – vou repetir: US$166 bilhões! –, trazendo riqueza para o nosso povo e para a nossa nação.

Desenvolvimento regional. Muitas cidades, especialmente do Estado do Pará, do Estado de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul e regiões brasileiras, dependem exclusivamente da atividade agrícola, que promove crescimento econômico e oportunidades no interior do nosso país. Estamos só falando do agro. Não vamos falar ainda de educação, não.

O agronegócio brasileiro, Senador Zequinha Marinho, é pilar da segurança alimentar. Do Brasil? Não. Do mundo! O Brasil alimenta o mundo. O país é essencial para a segurança alimentar mundial. Um a cada cinco pratos consumidos no mundo, Senador Zequinha Marinho, tem ingredientes provenientes do agronegócio brasileiro. Olhem a importância e a relevância! Já falei de empregos, já falei da economia e estou falando, agora, em segurança alimentar do mundo não só da nossa nação.

Produção sustentável. A tecnologia aplicada no campo permitiu aumento de produtividade sem expansão de área plantada. Nós não utilizamos nem 9%, não chega a 8% do nosso território, fazemos duas colheitas por mês de acordo com a região, de acordo com a safra, com a lavoura. Qual é o país que faz isso? Nenhum.

Combate à fome, logicamente, o agro brasileiro ajuda, por motivos óbvios: produtor de alimento, ajuda a suprir a demanda global por alimentos em meio a um crescimento populacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos falar dos livros didáticos agora.

O que nós vimos aqui apresentado pela Sra. Samanta, isso é desinformação. É utilizar o dinheiro do pagador de tributos, usar dinheiro público que deveria orientar a nossa criançada, deveria encaminhar a nossa criançada, influenciar positivamente o olhar delas para o maior potencial e a maior vocação brasileira que é o agronegócio, em vez disso, grande parte do material didático, agora não são palavras minhas, são apresentações que nós vimos nesta audiência pública, é influenciado por políticas ideológicas. E descreve, Senador Zequinha Marinho, o agronegócio como destruidor do meio ambiente e explorador de trabalhadores, o que não corresponde à realidade.

O agro moderno, Senador Zequinha Marinho, utiliza tecnologia de ponta para garantir produção sustentável e proteger os recursos naturais. A legislação trabalhista no campo está entre as mais rígidas do mundo, garantindo direitos e condições aos trabalhadores. E a consequência desse viés ideológico no Ministério da Educação e Cultura é a desinformação, que pode prejudicar – que pode prejudicar não, que está prejudicando – a formação dos nossos jovens, que são ensinados a enxergar o agro como um vilão.

Aliás, essa visão é muito alinhada com o atual desgoverno, que chama o agro de fascista, que chama o agro de direitista, que diz que as nossas plantações são desertos verdes, ou seja, esse pessoal não tem conexão com a realidade. São loucos e investem contra o nosso maior patrimônio. Como esse desgoverno pode atacar o principal negócio do Brasil, que é o agronegócio – o principal negócio do Brasil! –, que traz divisas, gera emprego e mata a fome do brasileiro e do mundo inteiro? É visto como vilão e demonizado pelo Governo e, infelizmente, também pelo MEC.

E o futuro do setor... O que acontece com essa ideologização dos livros didáticos, orientando nossas crianças, Senador Zequinha Marinho? Reduz o interesse das novas gerações em carreiras essenciais para a inovação e sustentabilidade agrícola; o êxodo rural que nós tão bem conhecemos.

Vamos falar de sustentabilidade, já que o mundo inteiro fala de sustentabilidade. Tocam fogo na floresta deles, matam os animais deles, não têm mata ciliar, não têm floresta de pé, mas o Brasil é que tem as questões ambientais mais rígidas de plantio. E agora a França está lá nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sabotando, porque eles são incapazes de concorrer conosco em pé de igualdade. São superbeneficiados por programas governamentais, só que o Brasil é que é o vilão da história.

Então, o Brasil preserva – para quem acredita na Bíblia, desde Adão e Eva – 66% do seu território. Não estou falando de agora. Para quem não acredita na Bíblia, vamos falar de Pedro Álvares Cabral. De Pedro Álvares Cabral para cá, 66% do nosso território, Zequinha, está preservado, e o agro brasileiro é o único no mundo, Profa. Samanta, que preserva, dentro das propriedades rurais, 20% do Cerrado e 80% da Amazônia. Nós somos exemplo para o mundo. Nossas matrizes energéticas são quase 85% sustentáveis: hidrelétricas, agora com o advento da energia eólica, placas solares. Ainda vamos evoluir muito.

Baixo uso de terra, Senador Zequinha: embora o Brasil seja um gigante agrícola, a área destinada à produção, corrigindo a informação que eu tinha dado anteriormente, é apenas 7,8% do território nacional. E, ó, não estou pegando matéria de jornal, não; é Embrapa, é Epagri, do meu estado, é Esalq. São dados e fatos, não é conversa fiada, não.

Tecnologia sustentável, uso de plantio direto, uma característica do nosso agro brasileiro que deu aula para o mundo: integração lavoura-pecuária, lavoura-pecuária-floresta e manejo sustentável que reduz as emissões de CO_2, o grande vilão hoje da nossa humanidade, do efeito estufa, etc., etc. E o Brasil, Senador Zequinha Marinho, para finalizar, é líder na produção de biocombustíveis como etanol e biodiesel.

Então, resumo da ópera, políticas ideológicas nas escolas, como livros didáticos, tendem a romantizar modelos de agricultura arcaicos, desprezando o papel da tecnologia no agro brasileiro. Os ataques à verdade. O setor agropecuário é alvo de narrativas ideológicas que criminalizam a produção de alimentos e geram falsas percepções sobre sua contribuição à economia, ao meio ambiente e às questões socioculturais. Os resultados reais. É preciso ensinar os alunos com base em dados concretos, como a Profa. Samanta já bem abordou, e não narrativas. E o agro é desenvolvimento econômico, geração de empregos e inovação ideológica.

Então, o agronegócio, Senador Zequinha, não é apenas um setor econômico, é a solução para a fome no mundo, um pilar essencial do PIB nacional e um exemplo de produção sustentável. É inadmissível utilizar dinheiro do contribuinte, o nosso dinheiro, do brasileiro, para livros didáticos que distorçam esses fatos e tentem vilanizar ou demonizar aqueles que garantem a comida no prato das famílias brasileiras e estrangeiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Precisamos, com urgência, Senador Zequinha Marinho, com a nossa força aqui do Senado Federal, combater a desinformação e promover o respeito a um setor que tanto faz pelo Brasil e pelo planeta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador Seif.

Antes da Dra. Raphaella, deixe-me fazer algumas perguntas dos internautas aqui.

Começando pelo Estado do Ceará, o Gabriel: "Os livros didáticos conseguem contextualizar o agronegócio de acordo com a realidade socioeconômica e ambiental de diferentes regiões?". Essas perguntas são para os nossos expositores, tantos os que estão aqui presencialmente quanto os que estão remotamente.

De São Paulo, o Luiz pergunta: "Temos muitos pesquisadores renomados no agro, quais desses estão cotados para garantir a qualidade do material?". Bom, nós estamos discutindo aqui uma tese da associação brasileira De Olho no Material Escolar.

De Pernambuco, Francisco: "De que forma a tecnologia pode ser apresentada nos livros didáticos para mostrar tanto seus benefícios quanto seus desafios no agronegócio?".

Do Estado de Goiás, o Christiano pergunta: "Serão discutidos os impactos ambientais causados pelo agronegócio e [...] estratégias ambientalmente sustentáveis que podem ser adotadas?".

De São Paulo ainda, o Samuel pergunta: "Quais métricas...

Já vai embora?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Eu preciso ir.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Está bom, obrigado.

Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Quais métricas ou indicadores são utilizados para avaliar o sucesso e o impacto dos projetos educacionais relacionados ao agronegócio [...]?".

Do Paraná, a Victória pergunta: "Como os livros didáticos poderiam apresentar uma visão dos impactos positivos e negativos do agronegócio sobre as comunidades rurais?".

Do Amapá, nosso vizinho lá do Pará: "Qual é o impacto da representação do agronegócio nos livros didáticos sobre a percepção dos alunos em relação a esse setor?".

Da Bahia, Aldanete pergunta: "Como minimizar as consequências da expansão do agronegócio [...] [quanto ao agravante] das desigualdades sociais e econômicas [do país]?".

E aí nós temos aqui, pelo menos... Tem mais uma pergunta, lá do meu Estado do Pará. O Gilberto pergunta: "[...] [Deve-se] incluir nos livros didáticos [...] dados concretos [...] [sobre o] uso de água, agrotóxicos e desmatamento [...] [relacionados ao agronegócio]?". É interessante a pergunta, bem pertinente, viu, Gilberto? Parabéns!

E há dois comentários aqui. Do Rio Grande do Sul, a Maria comenta: "A discussão é [...] válida. [...] [Deve-se apresentar] nas escolas [...] [a realidade do] agronegócio, [...] [incluindo] suas dificuldades e [...] [conquistas]".

De Santa Catarina, o Luís também comenta: "Se forem usados dados científicos, é fundamental considerar não [...] [só] positivos, mas também os impactos negativos do agronegócio no Brasil".

Nossos expositores presenciais e remotos estarão com a palavra logo depois, mas agora é a hora da Dra. Raphaella, que é Coordenadora-Geral de Materiais Didáticos do Ministério da Educação.

Dra. Raphaella, muito obrigado por ter esperado. Chegou a sua vez, use o tempo que a senhora achar necessário para fazer os seus comentários, principalmente em cima de tudo aquilo que já foi aqui colocado.

Muito obrigado.

Por favor. (*Pausa.*)

Vamos ligar o som da Raphaella? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Raphaella, ligue o seu microfone, por favor, aí. Dê um jeitinho. (*Pausa.*)

Ainda não, vamos lá. (*Pausa.*)

Vamos ver? Veja no computador. (*Pausa.*)

Ainda não, continua mudo. (*Pausa.*)

A SRA. RAPHAELLA ROSINHA CANTARINO (*Por videoconferência.*) – Aqui está desativado o som.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Agora ativou, saiu aqui. Ótimo.

A SRA. RAPHAELLA ROSINHA CANTARINO (*Por videoconferência.*) – Então, tá. É porque estava desativado aí pela mesa...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Muito obrigado.

Bem-vinda!

A SRA. RAPHAELLA ROSINHA CANTARINO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador Zequinha. Muito obrigada pelo convite.

Na sua pessoa, cumprimento todos os integrantes da mesa e quem está presencialmente aí no auditório.

Bom, vamos lá. Eu acho que é importante dizer que a minha fala é uma fala bem técnica sobre o Programa Nacional do Livro Didático, sobre a questão da abordagem do livro didático. É importante a gente dizer que o PNLD é um programa que começou em 1937 e perdura até hoje, com algumas mudanças estruturais de nome. Então, é uma das políticas mais antigas que a gente tem dentro do Ministério da Educação.

Eu acho fundamental que a gente explique um pouquinho como funciona o PNLD. E eu fiquei muito feliz quando eu vi que a Samanta trouxe o fluxo do PNLD, porque ele tem um fluxo muito grande, em que pese a gente não ter tempo e ela mesmo dizer que não seria interessante a gente vê-lo. É importante que a gente se atenha ao primeiro ponto, que é a elaboração de editais do PNLD.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre os editais, o PNLD tem uma estrutura de rodar para atender às etapas da educação básica, num ciclo de quatro em quatro anos – isso é regulamentado por um decreto. Como se começa esse edital? Para que a gente possa colocar um edital na rua, a gente precisa seguir uma legislação, a legislação que hoje rege a educação no Brasil, a que a gente tem, é a Base Nacional Comum Curricular. Ela define todos os objetivos de conhecimento para cada etapa da educação básica. Então, a gente traz isso para dentro do PNLD na hora da elaboração do edital, mas o edital não é feito somente pela equipe da Coordenação-Geral de Materiais Didáticos e, eventualmente, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que é quem faz a distribuição desse material. Esse edital é feito...

A gente leva uma minuta de um edital para uma reunião técnica em que pode participar... A gente publiciza essas reuniões técnicas para que todo mundo possa participar dentro de cada aspecto do que está sendo debatido. A gente faz essa reunião a cada edital que é aberto. Nesses editais, a gente coloca quais são as ideias iniciais do que a gente quer debater e, com isso, pega sugestões de todo mundo que trabalha com livro didático. Então, a gente escuta professores, escuta associações, escuta editoras, escuta autores, para que a gente possa ter esse edital sendo colocado depois, tentando abranger todas as ideias que a gente precisa que os alunos estudem na ponta, dentro das escolas públicas do Brasil. Lembrando que eu estou falando do PNLD, que é distribuído somente para as escolas públicas brasileiras, a rede privada não tem ação com o PNLD, a escolha é de cada rede, cada escola particular escolhe o seu material. Então, a gente não tem isso e não entrega material para escolas privadas.

Bom, depois que a gente encaminha esse material, essa primeira reunião técnica, a gente recolhe todas as sugestões que a gente tem, traz de volta para cá e pensa em como adequar essas ideias que vieram para que a gente possa fazer uma audiência pública antes da publicação do edital do PNLD. Então, a gente tenta de alguma maneira ouvir todas as pessoas que fazem parte da cadeia produtiva do livro – autores, pais, pesquisadores –, para que a gente possa colocar esses materiais todos dentro do que a gente consegue para que estejam incorporados à BNCC. Então, depois que se tem a audiência pública, aí sim é publicado esse edital e a gente começa a etapa da produção do material, tanto pelos autores quanto pelas editoras, que têm um prazo de quase seis meses para fazer a elaboração dentro do que foi colhido, tanto na reunião técnica quanto na audiência pública, para a gente começar a produção material.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Geralmente, a produção dos materiais começa com quase três anos de antecedência para que a gente possa ter a fidedignidade do que a gente precisa, porque são processos, são fluxos muito densos da avaliação pedagógica, da parte de negociação, de compra de material. Então, com isso a gente segue uma linha – aquela que foi apresentada pela Samanta – que é um fluxo bem grande de elaboração. Enquanto a gente está aguardando que os autores escrevam os materiais e que as editoras submetam isso a um período dentro do fluxo do PNLD, a gente acaba compondo um banco de pessoas que vão fazer a avaliação pedagógica desses materiais.

O João falou sobre a questão de ele estar construindo o Mestres no Agro. Eu não sei se vocês sabem – a gente inclusive já publicizou isso esses tempos –, nós temos um banco de avaliadores, e qualquer professor – qualquer professor –, de rede pública, rede privada, universidade, pode fazer parte da avaliação pedagógica dos materiais que são submetidos ao PNLD. Basta fazer a inscrição na plataforma que a gente tem. É uma plataforma em que a gente pede os dados de formação para que a gente possa ter isso de uma forma bem tranquila. E, cada vez que a gente vai iniciar um processo de avaliação pedagógica, a gente monta uma equipe de forma diferenciada.

Só vou olhar aqui o negocinho... A Samanta também falou sobre a questão dos editais, que exigem fontes, bibliografia e fundamentação científica. Esses são itens que aparecem no próprio edital. Os avaliadores com conhecimentos técnicos específicos podem se inscrever. A gente faz a seleção dessa maneira. Então, se a gente for fazer uma avaliação de educação infantil, a gente vai pegar pessoas que entendem; se for literário, a gente vai pegar professores que têm uma formação em literatura para que eles possam fazer a avaliação desse material.

Quanto às comissões técnicas, conforme o decreto que rege o PNLD, que é o Decreto 9.099, de 2017, a gente encaminha um ofício circular para todas as universidades. Lá tem uma série de instituições para as quais são encaminhados esses ofícios, e essas pessoas indicam para nós aqui pessoas que tenham – como posso explicar? – ligação com a área que vai ser avaliada. Então, depois que isso vem das universidades, nós nomeamos uma comissão técnica de acordo com a bagagem de conhecimento que a pessoa tem na área que vai ser avaliada. Então, a gente tem isso de uma forma muito orgânica.

Teve também um ponto que ela colocou sobre a questão dos procedimentos de correções de erros detectados. O PNLD tem um ciclo, conforme eu já falei, de quatro anos; é uma compra governamental grande, de grande porte; o orçamento do FNDE se mantém mais ou menos o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mesmo, já tem um bom tempo. Então, não é deste ano, do ano passado; ele já vem há um certo tempo com esses valores. O nosso número de alunos tem se mantido mais ou menos o mesmo, então a gente não tem um número maior ou menor de orçamento. Hoje nós temos cerca de 38 milhões de alunos distribuídos em 135 mil escolas do Brasil.

E aí eu acho que a gente tem... Eu estou gestora já tem um certo tempo; sou pedagoga de formação. E, quando o Maciel falou sobre a gente pensar em acertos e erros, a gente acha que isso é extremamente importante. Nenhuma política pública nasceu pronta e está pronta sempre. Ela sempre tem que ter... A gente tem que ter possibilidades de ajustes. Acho que, hoje em dia, o tempo nosso é muito rápido, tudo é muito cíclico; o que era ontem, às vezes, amanhã já não é mais a mesma coisa. Então, dentro disso, a gente tem buscado, inclusive, conversar com todos os atores, para a gente poder sempre melhorar o Programa Nacional do Livro Didático, porque é ele que chega a todos os lugares que a gente tem no Brasil. O Brasil é um país de dimensão continental, e é muito difícil a gente pensar numa política em que a gente consiga abarcar todos.

Bom – só voltando, rapidinho –, quando a gente termina o processo da avaliação pedagógica, a gente entrega essa avaliação pedagógica de volta para o FNDE, e aí a gente tem outras tantas etapas que são feitas lá. Uma delas é a questão da escolha do material. Então, a gente não faz uma avaliação dizendo: "Todo mundo vai ter que usar só este material". Não, a gente entrega muito material para que os próprios professores nas redes façam a escolha do material que eles queiram adotar dentro das suas salas de aula. Isso também está previsto no decreto. Então, a gente também acha de suma importância que essas ações sejam sempre respeitando o princípio dos professores em sala de aula para a utilização do material.

Aqui, quando a gente faz avaliação pedagógica, a gente faz uma avaliação pedagógica de material didático de forma descaracterizada, em que a gente não tem quem é a editora que está nos encaminhando aquele material. Esse é um princípio que a gente acha extremamente importante, dentro de todos os princípios da gestão pública, para que a gente tenha resguardada a possibilidade de escolha. A gente tem que fazer a leitura desse material. A gente forma equipes, dentro dessa plataforma de que eu já falei, em que seria extremamente importante a gente ter a participação.

Quando eu li o requerimento de informação, uma questão que eu acho que é extremamente importante é a gente ampliar este debate que a gente tem aqui, não somente comigo, que hoje estou aqui representando a minha área técnica, mas a gente fazer essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discussão também com as editoras, com os autores, numa discussão maior para que a gente possa ouvir essas questões todas. Nós procuramos a pesquisa e o que a gente achou foi só o PowerPoint. Eu procurei aqui, e não consegui localizar. Acho que isso seria extremamente importante, porque, se a gente tem algum erro conceitual, e a gente não sabe de onde veio aquela informação, é importante – para melhorar a política do livro didático, dentro de todos os aspectos que a gente quer que chegue para os nossos alunos – a gente ampliar essa discussão com as editoras, com os detentores de direitos autorais e com os autores, inclusive para trazer esta discussão sobre a questão: de onde veio essa fonte? De onde é que você tirou essa ideia?

Hoje, conversando mais cedo aqui, uma pessoa me falou: "Rapha, mas grande parte dos autores e das editoras utiliza fontes do tipo ONU, FAO, IBGE, Censo Demográfico, Censo Agropecuário". E aí eu acho que, assim, pode ser que tenha algum equívoco, pode ser que a gente precise melhorar esse tipo de fonte? Eu acredito que sim. Acho que nenhuma política pública, como eu já falei, está totalmente fechada, e a gente vai dizer: "Não, a gente não tem como fazer...". Não. Eu acredito muito na gestão da gente que está aqui no ministério – eu sou servidora da Secretaria de Educação do DF –; então eu sei que, daqui a pouco, eu vou estar de volta à sala de aula e os meus alunos vão estar usando o material. E eu espero que o que chegue para os meus alunos seja o melhor material possível, desenvolvendo o senso crítico, desenvolvendo a capacidade de eles fazerem comparações. Nenhum material está aqui para fazer com que ele seja a verdade única. Então, eu acho que a gente precisa fazer isso de uma forma muito mais orgânica.

Nós tivemos algumas questões que a gente já começou a mudar no PNLD. A gente agora já está pensando no PNLD dos anos iniciais, que vai sair em 2027. E a gente já fez uma reunião técnica. Daqui a pouco a gente vai ter uma e é passível de a gente fazer essas alterações, de a gente fazer esses debates.

Então, eu acho que, da minha parte, o que eu tinha a dizer era isso. E quero dizer que a gente está aqui à disposição, para conversar, ampliar essa discussão, porque eu acho extremamente importante a gente discutir com as editoras, a gente discutir com os autores – porque, afinal, são eles que fazem esse material – e poder, inclusive, tentar saber, por exemplo, de onde veio a fonte do material que está na pesquisa. Qual foi a fonte utilizada? De onde veio? Acho que isso é superimportante, para a gente, ter essa visão. Então, eu fico à disposição para eventuais perguntas e, basicamente, era isso o que eu tinha para dizer, por enquanto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Dra. Raphaella.

Permaneça aí na linha. Nós tivemos aqui uma série de perguntas feitas pelos internautas, e eu consulto a mesa aqui, se alguém gostaria de fazer algum comentário sobre o que ela falou ou alguma pergunta.

Samanta?

A SRA. SAMANTA PINEDA (Para expor.) – Como sou a única mulher da mesa, não é, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – A senhora tem prioridade.

A SRA. SAMANTA PINEDA – ... o senhor sempre começa comigo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Prioridade total.

A SRA. SAMANTA PINEDA – Muito obrigada.

Primeiro, eu quero agradecer e dizer para a Profa. Raphaella que a gente sente essa paixão dela, também, pelo mesmo tema que nós. Muito obrigada pela sua fala. Foi uma fala que dá um alento. Daqui a pouco eu vou estar na sala de aula, e eu quero que eles tenham um senso crítico. A gente vê que professor é igual a agricultor: não dá para ficar na profissão se não for apaixonado, e é isso que move a gente. A gente faz com que a causa seja o nosso levantar do dia a dia.

Olhando essa descrição que a Profa. Raphaella fez, eu fiquei muito feliz com relação a algumas aberturas que a gente acaba tendo aqui, mas eu queria só um esclarecimento com relação a dois pontos. Ela falou que é feita, primeiro, a questão da minuta do edital, depois tem reunião pública, depois tem audiência pública, e aí, enfim, depois que é publicado esse edital, há a formação dessa banca de avaliadores. E ela disse que tudo isso é aberto, que tudo isso é possível, que qualquer pessoa que queira participar pode fazer a sua inscrição na plataforma e que depois vai ter uma seleção – é aqui que eu gostaria de chamar a atenção, para esclarecer a minha dúvida. Como é feita? Quem faz essa seleção de quem gostaria de participar da elaboração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse material, desse edital, enfim, de todo esse processo, que é, realmente, muito complexo, cheio de passos?

Segundo, eu queria uma opinião pessoal da Profa. Raphaella. Se há todo esse processo – é claro que a gente entende que nenhuma política pública é pronta e que estamos sempre construindo –, a que ela atribuiria termos tantos erros? Porque aí não sou eu, não é... Inclusive eu estava conversando aqui com o Prof. João sobre a disponibilização de todo esse material, dessa pesquisa que foi feita pela FIA, que são os resultados – parece que a senhora não conseguiu acesso, então nós podemos disponibilizar essa pesquisa, que é pública –, e, inclusive, os mais de 90 livros que foram consultados para que fossem detectadas essas imprecisões, enfim...

Então, há duas perguntas. Primeiro, quanto à questão do critério de seleção, em que é feita uma inscrição, da qual gostaríamos de participar, como é feita essa seleção, por quem é feita; depois, a que a senhora atribui os erros que foram, de fato, encontrados pela pesquisa.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – O João, tem alguma coisa a comentar, João, ou a questionar?

O SR. JOÃO DEMARCHI (Para expor.) – Não, vou só endossar o que a Samanta colocou, agradecer a Profa. Raphaella pelo posicionamento, pela proatividade. Eu acho que isso que a gente colocou aqui, de construção conjunta, é muito importante. As editoras têm sido já receptivas, nós temos construído coisas junto com as editoras, então as editoras estão vendo esse potencial uso desse material para que haja um enriquecimento, uma melhoria qualitativa. É também um potencial negócio: nós temos uma amplitude muito grande e regiões muito ligadas a esse setor, e eu tenho certeza absoluta de que esses materiais teriam, inclusive, interesse comercial, porque as editoras também são comerciais.

Nós temos construído para tentar colaborar; a Agroteca é uma das ferramentas que a associação tem... Só abrindo um parêntesis: nós somos muito jovens enquanto associação, nós não tivemos nem oportunidade de participar dessa construção inicial. Acho que na próxima, com estas portas abertas aqui, com certeza nós estaremos juntos – neste processo agora, deste ano, com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São interessantes as perguntas que foram feitas por muitos aqui. Eu vou só citar algumas: "Temos muitos pesquisadores renomados no agro [Sim. Ele afirma isso], quais desses [...] [seriam] cotados [...]?". Na verdade, a gente tem uma gama gigantesca de profissionais, e eu acho que essas portas abertas vão propiciar isso, essa aproximação da ciência, da educação, dos institutos de pesquisa e ensino... As próprias universidades têm se aberto à sociedade.

O Christiano fala: "Serão discutidos os impactos ambientais causados [...]?". Sim, a gente está dizendo de ciência, e a ciência traz tanto as questões positivas quanto as negativas; o que a gente quer é senso crítico. Se a gente fala em pesticida e fala: "Ah, mas é ruim usar pesticida", é, usar um analgésico também é, usar qualquer medicamento também é, mas nós usamos, porque a gente tem uma série de demandas; nós temos farmácia em qualquer lugar da cidade. O produtor não quer gastar com pesticida, porque custa muito caro, com riscos, ainda, de uso. Então, pode parecer que o produtor quer usar, mas não, ele usa porque, num país tropical, com mais temperatura, com mais desafios, pragas e doenças estão presentes e, se não utilizar, não produz. É essa a visão. "Mas é bom o pesticida?" Não, como também não é bom qualquer medicamento; porém, do que a gente precisa? De jovens com abertura, com conhecimento, com vontade de construir coisas novas para o próprio setor e para a própria sociedade. É essa a visão proativa que a gente quer.

Só pegando mais uma aqui... Por exemplo, a Maria, do Rio Grande do Sul, põe que a discussão é válida e que se deve apresentar nas escolas a realidade do agronegócio, incluindo suas dificuldades e conquistas. Não é porque um produtor... Se aparece lá um caso de trabalho escravo, todo o setor parece que é penalizado, como se isso fosse uma rotina, e é zero, zero vírgula qualquer coisa percentual da mão de obra empregada, mas, infelizmente, às vezes, pelas distâncias, aparece um setor com isso – como apareceu na minha cidade, com relação à confecção e a bolivianos –; quer dizer, não é porque está no meio rural... Isso é um problema do ser humano, não é do setor específico.

Assim a gente pode discutir várias outras perguntas que me motivaram bastante aqui. Até acho que são muito positivas, do ponto de vista do que a gente tem trazido aqui, essa regionalização, a discussão por bioma, como cada bioma interage com o setor, as necessidades específicas, a separação do que é crime, do que é direito, do que é responsabilidade.

Eu acho que é essa visão mais aberta, mais completa do setor que é necessária, não é só no material didático, a gente vê que a nossa sociedade está precisando desses esclarecimentos, dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ampliação da visão para o reconhecimento da importância do setor. E ninguém está escondendo nenhum problema. A gente sabe que há problemas, mas a gente quer solução e a gente quer jovem motivado para isso.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Obrigado, João.

Faculto a palavra aqui ao Maciel.

O SR. MACIEL ALEOMIR DA SILVA (Para expor.) – Senador, eu vou ser bem breve, pois eu estou mais curioso com a resposta da Dra. Raphaella (*Risos.*), porque acho que a gente precisa ser mais pragmático em relação aos resultados, mas é só para não deixar ignoradas aqui as perguntas que foram feitas no e-Cidadania. Eu acho que é muito importante a participação da sociedade, inclusive um dos pontos que a gente trouxe na discussão é que, quanto mais a gente puder contribuir como sociedade para as políticas públicas, acho que para mais perto da realidade a gente se aproxima.

Eu grifei algumas palavras-chave aqui que se repetiram em muitas delas. Primeiro: realidade, dados científicos, desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento socioeconômico, realidade do agronegócio. Acho que a gente não quer nada diferente disso. Quando a gente está aqui sentado para esta discussão, Senador, nossa maior preocupação é trazer a ciência para dentro dos fatos. Então, ciência fala por ciência, ela comprova uma hipótese ou ela nega uma hipótese, agrade ela A ou B ou não. Ciência é ciência. Eu acho que isso é que é relevante estar dentro dos materiais, principalmente o retrato mais recente do desenvolvimento tecnológico do setor. Acho que o Zeca Tatu e o Chico Bento já ficaram na história há muito tempo. O que a gente tem para contar do agronegócio... Ele é outro personagem, que eu acho que as nossas crianças ainda não estão vivenciando.

Talvez seja o maior cardápio, a maior fonte de despertar interesse nesse jovem seja esse desenvolvimento tecnológico e demonstrar o quão positivo será para eles, como pessoas, como integrantes da sociedade, se eles compreenderem a fundo como funciona e como podem fazer parte talvez do maior segmento da economia deste país, igual o Senador Jorge Seif já falou aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o que foi questionado aqui... Foram todas as perguntas muitos boas, muito pertinentes. Eu acho que o que a gente precisa é isto: é trazer a ciência para dentro da discussão, ter a possibilidade assim como a gente está discutindo agora essas perguntas da participação ampla dos segmentos da economia e da sociedade. Acho que a gente tem uma janela muito grande de oportunidade para contribuir positivamente com essas discussões.

Porém, eu estou mais curioso com a resposta da Profa. Raphaella.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Obrigado, Dr. Maciel.

Vamos voltar a palavra para a Dra. Raphaella, que pode responder o que foi questionado aqui, como também fazer as considerações finais.

Doutora, por favor.

A SRA. RAPHAELLA ROSINHA CANTARINO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Escutam? (*Pausa.*)

Sim? Então, vamos lá.

Samanta, o que acontece: a gente tem a reunião técnica, que são processos que são abertos para todo mundo, assim como a audiência pública. Então, são esses dois procedimentos que a gente tem antes de a gente publicar o edital em *Diário Oficial*. Essas duas etapas são etapas que precedem a publicação do edital, e ali é o momento em que a gente tem, principalmente na reunião técnica, para discutir. A gente publiciza antes... Na audiência pública, desculpe; na reunião técnica, não. Na reunião técnica, a gente aborda quais são os aspectos principais, qual vai ser a configuração do material que a gente escolhe para fazer – se vai ser livro didático, se vai ter livro literário, se vai ter recurso educacional digital –, e a gente disponibiliza isso numa reunião técnica. Quando a gente vai para a audiência pública, a gente já traz, de uma forma mais estruturada, quais são os temas, de acordo com a BNCC, que vão ser abordados dentro do material que vai, depois, ser produzido pelas editoras. Essa é a primeira parte.

Quando, no decorrer do fluxo dessa questão da publicação do edital, depois da audiência pública, que é via YouTube... E a gente a faz de modo híbrido, inclusive, ou ela é presencial, geralmente no auditório do FNDE, e a gente também a transmite pelo YouTube, no canal do FNDE, para que todo mundo possa ter acesso, com um *chat* aberto, porque a gente acha muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante a participação de todo mundo que está assistindo. A gente tem muitas sugestões de professores, a gente tem muitas sugestões de associações... Então, isso, para a gente, é extremamente importante. E aí a gente tem, depois que o edital já está consolidado, que a gente já sabe o que vai pedir dentro do PNLD, a gente tem um ofício, que é encaminhado... E aí eu não tenho aqui de cabeça, mas a gente tem citado no Decreto 9.099 quem são as pessoas a que a gente vai encaminhar esse ofício circular, que é assinado aqui pela Secretária de Educação Básica, e a gente encaminha pedindo indicações de pessoas que tenham um perfil técnico, professores, doutores, como eu falei antes, professores de rede pública, de rede privada, mestres... A gente recebe essas indicações, e aí, depois, a gente faz uma seleção dentro do que a gente recebe de indicações das universidades, das associações.

Quando o João fala que professores cotados... Se não estiver inscrito na plataforma... Desculpem, comissão técnica, não, mas, para os professores fazerem a avaliação pedagógica dos materiais, quem escolhe é a comissão técnica. Então, um exemplo simples: eu fui indicada para ser comissão técnica, junto com outra pessoa, sempre são duas pessoas. Essa comissão técnica é para avaliação de material didático. Essa avaliação... Daí para a frente, esses dois professores, que têm o nome publicado em *Diário Oficial*, começam a montagem das equipes que vão fazer avaliação dos materiais didáticos. E aí a gente tem coordenadores pedagógicos, assessores pedagógicos, coordenadores adjuntos, avaliadores, todos esses indicados por essa comissão técnica.

E todo esse fluxo, toda essa pirâmide para baixo, de que eu falei, que é a pirâmide enorme que faz avaliação dos materiais, é extraído da plataforma do PNLD Avaliação. E, depois, eu posso indicar direitinho o nome, o endereço dessa plataforma, para que as pessoas possam se inscrever. Então, a única coisa é que tem que ser professor.

Com relação à questão dos dados da pesquisa, o ideal – porque foi perguntado como a gente pode ver a questão dos erros – seria que a gente pudesse ver quais foram os materiais, entender quais foram esses erros, mas, como eu sempre... Eu acho que a pesquisa foi feita em 2022, e os materiais são avaliados pelo menos dois anos antes, de dois a três anos. Então, eu vi que a pesquisa foi de anos iniciais, anos finais e ensino médio. O material, de 2021, do ensino médio era um material novo. Então, as avaliações desses materiais... A gente teria que dar uma olhada nesses editais, no que eles estavam solicitando e no que veio no material, para que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possa ter a clareza. Esses editais devem ser de 2018 e 2019, porque, em 2022, eles já estavam distribuídos para as escolas.

E aí eu me coloco à disposição para poder ler, ver a pesquisa, para a gente entender direitinho e fazer uma análise, porque hoje, quando eu vi o PowerPoint, eu não consegui... Eu vi que tem algumas editoras que são citadas, que apareceram na pesquisa, e o ideal seria a gente poder se debruçar um pouquinho para a gente poder entender e poder dar uma devolutiva de forma mais correta, mas o que eu entendi que vocês colocam é que tem, às vezes, algumas coisas com relação à autoria das obras, e a gente tem que tentar entender isso também com os autores. É aquilo que eu falei: é a autora, é a editora, é todo mundo que faz o Programa Nacional do Livro Didático. Vocês enquanto essa questão do agronegócio... A gente tem que tentar entender, assim como a gente também tem outros tantos assuntos que são pedidos para que entrem na pauta do livro didático, e eu acho que a gente tem muito a ganhar com relação a isso. Então, eu não posso dizer aqui... Acho que seria muito imaturo da minha parte se eu dissesse: os erros foram por causa disso, disso e disso. A gente teria que dar uma lida para a gente poder entender e poder colocar para vocês exatamente o que aconteceu.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – A senhora pode fazer suas despedidas ainda neste momento, por favor.

A SRA. RAPHAELLA ROSINHA CANTARINO (*Por videoconferência*.) – Esqueci.

Mais uma vez, eu agradeço.

A Samanta falou que é bom a gente ver... Eu amo o que eu faço, trabalhar com educação é muito bom, poder ajudar a educação por onde eu passo. Para mim é uma causa ideológica eu acordar de manhã e dizer: hoje eu vou fazer alguma coisa pela educação, seja a do Brasil, seja a do GDF, onde é a minha casa. Fico muito feliz de estar aqui e coloco-me à disposição para a gente poder continuar esta conversa, que eu acho que é muito importante. Ano que vem, teremos o PNE sendo discutido. É sempre tempo de a gente melhorar a educação do Brasil. Se eu, amanhã ou depois, não estiver aqui tratando da educação do Brasil, eu vou melhorar a educação de onde eu estiver e por onde eu passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, agradeço a iniciativa do Senador e fico à disposição aqui para que a gente possa continuar essa nossa conversa.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Valeu. Em nome da Comissão de Educação aqui do Senado, nossa gratidão pela disposição de participar e trazer os esclarecimentos.

Eu acho que nós também vamos mudar um pouco o nosso perfil de atuação e chegar perto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – O espaço é aberto, a plataforma está à disposição. Então, vamos ter que participar desse debate bem proximamente.

Eu quero chamar aqui, remotamente também, de forma rápida, o Dr. Celso Claudio para trazer as suas considerações finais, porque ele também trouxe sua contribuição, informando sobre a pesquisa que foi feita.

Por favor, Dr. Celso.

O SR. CELSO CLAUDIO DE HILDEBRAND E GRISI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu quero agradecer a todos vocês pela oportunidade de estarmos juntos e de podermos conversar um pouco sobre este tema.

Ouvi muito, com muita atenção, a Raphaella. A Dra. Raphaella me impressionou muito bem e levantou uma questão interessante: ela quer conhecer quais são os problemas que a pesquisa aporta. Então, eu quero lembrar, Dra. Samanta: cada livro analisado, que nós analisamos, contém as unidades de registro – o que foi analisado em cada livro e como foi analisado. A senhora fique absolutamente à vontade para passar tudo isso para a Dra. Raphaella, para conversar com a Dra. Raphaella sobre cada um dos problemas.

Aquilo que teve um caráter – digamos assim – de incompletude informacional está lá registrado. Aquilo que teve um caráter de viés político-ideológico está lá registrado, com a sua análise, naquela unidade de registro daquele livro. Então, isso seria interessante, porque só aí a Dra. Raphaella vai ter oportunidade de conhecer. Primeiro: que livro é esse? Dois: qual é a editora? Três: qual é a unidade de registro que foi analisada? Quarto: qual foi a análise feita? Quinto: qual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

foi a conclusão? Fique à vontade para demonstrar, porque o que nós fizemos foi uma coisa muito razoável, muito aberta, sem nenhuma pretensão de provar isso ou aquilo. O que nós estávamos fazendo era um trabalho científico. Como diz o João, para mim, tanto faz se a opinião é essa ou é aquela. O que eu tenho que registrar é o fato. Aquela opinião foi colocada? Então, esse é o fato? É isso que nós vamos analisar. O resto, para mim, não interessa. O trabalho cinge-se aos objetivos dele e à metodologia que ele impôs. Então, fique à vontade, Samanta, para levar para a Dra. Raphaella aquilo que ela precisar.

Eu agradeço muito a todos vocês, ao Senador, em especial, pela sua atenção, pelo seu carinho, pela forma de conduzir esta audiência pública.

Quero deixar meu abraço muito sincero à Dra. Raphaella e aos demais membros da mesa.

Quero dizer que problemas existem para serem resolvidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Dr. Celso Claudio é Professor Titular da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo. Muito obrigado pela participação, pelo prestígio para esta audiência pública.

A Samanta vai falar por último agora, porque ela vai responder a alguns questionamentos, mas eu dou um minuto para o João fazer as suas considerações finais e se despedir, já contando com nossa gratidão pela sua presença aqui.

O SR. JOÃO DEMARCHI (Para expor.) – Somos nós que agradecemos, Senador.

É muito bom ver a posição do Prof. Celso também, que contribuiu muito para esse esclarecimento para nós. Eu fiz aqui uma analogia: nossa mola propulsora, mas não fica nela. A gente sabe que isso é cíclico, como a Profa. Raphaella colocou. Fico feliz que a gente esteja aqui construindo pontes, abrindo espaços. Na quinta e na sexta-feira, muitos dos professores que foram fazer as palestras se mostraram muito interessados em continuar esse trabalho e se dedicarem voluntariamente a contribuir para essas melhorias que a gente tem citado aqui ao longo da nossa audiência.

Fico feliz de poder estar aqui e agradeço a oportunidade, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Dr. João Demarchi.

Dr. Maciel.

O SR. MACIEL ALEOMIR DA SILVA (Para expor.) – Senador Zequinha, quero só agradecer o convite feito à CNA.

Estamos 100% abertos para o debate, para as contribuições em relação ao tema de educação e à relação com o setor agropecuário e com o agronegócio.

Sem me estender muito, quero só agradecer. Obrigado a todos que contribuíram com o debate e àqueles que participaram virtualmente e que puderam enviar suas perguntas também.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Dr. Maciel.

Dra. Samanta, para a resposta das perguntas e também para suas considerações finais.

A SRA. SAMANTA PINEDA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Eu selecionei aqui a pergunta do Gilberto, do Pará, não porque é o seu estado (*Risos.*), mas porque resume. Ele fala: "[...] [deve-se] incluir nos livros didáticos os dados concretos [...] [sobre o] uso de água, agrotóxicos e desmatamentos [...] [relacionados ao agronegócio]?". É claro que sim. Deve-se colocar nos livros didáticos a verdade.

Que tipo de uso é feito da água que vai para a agricultura? É um uso que faz essa água voltar para o ciclo ou é um uso igual ao da cidade, que contamina quando eu abro a minha torneira lá para lavar louça e coloco um detergente? A gente precisa saber como é a água usada e a água gasta. O processo que entra dentro da agricultura é diferente ou é igual ao que vai nas nossas casas? Na questão de desmatamento, o desmatamento do Brasil é o agricultor que faz? Sim ou não? Então, todos esses dados, sim, devem estar. Eu acho que a gente precisa buscar a verdade.

E aí quero trazer uma frase que diz o seguinte: "Em Deus nós confiamos, todos os outros devem trazer dados". Essa frase é de William Deming, um consultor americano – é famosa essa frase.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E os dados são os seguintes: temos erros nos materiais didáticos. Eu me comprometo a levar, pela De Olho, para a Profa. Raphaella os estudos que foram feitos e brilhantemente apresentados aqui pelo Prof. Grisi e pelo Prof. João Demarchi.

E também é fato que o Brasil está mal ranqueado na educação. Como a gente vai resolver isso? Eu acho que o começo é este tipo de conversa.

Por isso, eu finalizo agradecendo muito a V. Exa. a oportunidade.

Que Deus nos guie nessa missão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Eu quero agradecer também, mas quero dizer que a gente encerra esta audiência pública, mas que precisamos muito, muito, muito cedo, no início do ano que vem, retomar este assunto, porque a gente precisa avançar num posicionamento. E a gente não pode fazer isso de forma isolada. Nós temos que conversar com mais setores, porque, em que pese terem sido colocadas comissões, etc., tal e tal, mas passou tudo isso – passou. O crivo, a peneira, não foi suficiente para barrar um monte de coisa, quer dizer, passou. E, depois que passa, o prejuízo está aí.

Nesses dias, a gente estava numa reunião na CNA, Maciel, e o Dr. João Martins foi informar lá para a bancada, para nós que militamos no agro pela Frente Parlamentar da Agropecuária, dizendo: "Eu contratei um escritório de advocacia [parece que em Bruxelas] e vou acionar judicialmente o CEO do Carrefour. O pessoal fala mal da gente, difama e tal, e fica por isso mesmo?!". Eu gostei demais. Se essa moda pega, coitado do MEC, vai levar um monte de ações – um monte de ações! Não pode pegar.

A gente tem que... Vamos chegar perto, vamos conversar com esse povo e vamos ter um pouco mais de atenção, mas também vamos acionar. Precisamos conversar com o Ministério Público. Está dormindo de botas o Ministério Público, não é verdade? O TCU está dormindo de botas também? Não tem ninguém que acompanhe essas coisas? Então, acordem!

E aqui é a Casa de a gente conversar sobre isso.

Gratidão a todos vocês pela participação aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, antes de encerrar a reunião, submeter à deliberação do Plenário a dispensa da leitura da ata da presente reunião.

As senhoras e os senhores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todo mundo pela paciência de a gente conversar sobre esse tema tão importante para o Brasil, porque isso é uma sementinha que, se não for combatida, vira um negócio nocivo lá na frente.

(*Iniciada às 14 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e sete minutos do dia quatro de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Zenaide Maia, reúne-se a Subcomissão Permanente da Alfabetização na Idade Certa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Leila Barros, Paulo Paim, Augusta Brito e Astronauta Marcos Pontes, e ainda dos Senadores Weverton, Angelo Coronel, Izalci Lucas, Nelsinho Trad e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 56/2023 - CE, de autoria do Senador Cid Gomes (PDT/CE). **Finalidade:** Discutir políticas de alfabetização na idade certa. **Participantes:** Sr. Alexsandro do Nascimento Santos, Secretário de Educação Básica Substituto do Ministério da Educação (SEB/MEC); Sra. Maria Sílvia Bacila, Dirigente Municipal de Educação de Curitiba/PR e representante do Comitê Estratégico Nacional do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CENAC); Sra. Mônica Maria Silva de Souza, Coordenadora-Geral de Alfabetização da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) e representante da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (RENALFA); Sra. Marlei Fernandes, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); e Sra. Margot Johanna Capela Andras, Diretora da Secretaria de Defesa das Diversidades e Direitos Humanos e Respeito às Etnias e combate ao Racismo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Zenaide Maia
Vice-Presidente da Subcomissão Permanente da Alfabetização na Idade Certa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/04

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente da Alfabetização na Idade Certa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 4 de setembro de 2014.

Objetivos e diretrizes da reunião. A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de discutir políticas de alfabetização na idade certa, em atenção ao Requerimento nº 56, de 2023, da CE, de autoria do Senador Cid Gomes.

Participam de forma remota os seguintes convidados: Alexsandro do Nascimento Santos, Secretário de Educação Básica Substituto do Ministério da Educação; a Sra. Maria Sílvia Bacila, Secretária Municipal de Educação de Curitiba, no Paraná, e representante do Comitê Estratégico Nacional do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada; a Sra. Mônica Maria Silva de Souza, Coordenadora-Geral de Alfabetização da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e representante da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada; a Sra. Marlei Fernandes, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; e a Sra. Margot Johanna – estou pronunciando "johana", mas não sei se é, ou é "joana"...

A SRA. MARGOT JOHANNA CAPELA ANDRAS (*Por videoconferência.*) – É "yohana".

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – É "joana"? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está certo.

... Coordenadora da Secretaria de Defesa das Diversidades, Direitos Humanos e respeito às Etnias e Combate ao Racismo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino.

Informo também que foi convidado um representante do Conselho Nacional de Educação, que não pôde comparecer a esta audiência e justificou sua ausência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas e comentários.

Passo a palavra agora ao Sr. Alexsandro do Nascimento Santos, Secretário de Educação Básica Substituto do Ministério da Educação. (*Pausa.*)

Como o Sr. Alexsandro não está conseguindo... caiu a imagem dele, eu passo a palavra para a Sra. Maria Sílvia Bacila, Secretária Municipal de Educação de Curitiba.

A SRA. MARIA SÍLVIA BACILA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

É uma honra representar o comitê estratégico do nosso programa, que tem o objetivo de trabalhar todas essas questões da alfabetização na idade certa.

Bom, eu tenho a incumbência de apresentar esse programa, que tem por objetivo uma decisão colegiada e diferenciada de uma política nacional de alfabetização anterior e que vem superar algumas questões que nós vivemos – em primeiro lugar, não democráticas, e, desta vez, com esse programa, muito mais, eu diria, postas, sobretudo pela égide da possibilidade de nós vivermos a estrutura do regime de colaboração. Então, o programa Criança Alfabetizada tem essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perspectiva de trabalhar com todos os entes federados e os municípios, trabalhar essa perspectiva de que nós estamos, dentro de um regime democrático, trabalhando por essa perspectiva colaborativa em prol da alfabetização.

Por que eu digo que nós temos uma superação? A partir do momento que o programa dá a liberdade de os estados e municípios organizarem os seus materiais, organizarem as suas formações dentro desse programa, nós temos a condição também de olhar algo que é fundamental, que são as questões das localidades de cada região do nosso país. Por mais que a alfabetização tenha uma especificidade que seja única para todos, ela acontece, culturalmente, dentro de uma perspectiva regional. Eu sou do sul do país e eu não posso olhar igualmente o sul e o norte do país. Então, essa perspectiva é fundamental também e é respeitada nesse programa que nós estamos vivendo hoje, especialmente nessa perspectiva do regime de colaboração.

O programa reúne essa política, reúne lideranças tanto do Ministério da Educação quanto de estados, capitais e municípios, para a análise dos percursos que nós estamos vivendo e também para tomarmos decisões a partir daquilo que nós identificamos; tanto do que foi bom, para fortalecer aquilo que foi bom, quanto daquilo que se tem como fragilidade – e nós precisamos agir ante a essas fragilidades.

Algo que também é fundamental é a Renalfa, nossa Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização, que conta com os nossos formadores na área de alfabetização, que, por óbvio, fazem a gestão desse processo no país todo. Então, conseguem representar os municípios, conseguem representar as diferentes regiões do país e conseguem fazer exatamente esse trabalho que é fundamental. A partir das diversidades, a partir das especificidades regionais, conseguem fazer um trabalho que nos conduza àquilo que é único, na perspectiva de nós aprendermos e desenvolvermos essa perspectiva que é tão importante na alfabetização, sempre respeitando as especificidades de cada local.

Então, isso é fundamental e eu vejo isso não só representando o nosso comitê estratégico, mas vivendo e sendo uma dirigente municipal, vivendo também todas as questões que fazem parte do Criança Alfabetizada, vivendo isso com esta perspectiva de respeito, com esta perspectiva de que nós temos um compromisso, temos uma entrega, mas temos também a possibilidade de olharmos para as especificidades de cada localidade do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que essas são as grandes questões que eu gostaria de apresentar, e sem dúvida os meus colegas, a Mônica e o Alexsandro, vão poder ampliar aquilo que eles consideram importante, e mais amplo, e mais profundo do que são essas questões que eu trago não só pela vivência, pelo comitê, mas sobretudo por ser uma dirigente municipal.

Obrigada pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Obrigada, Profa. Maria Sílvia Bacila.

Quero dizer o seguinte: o Sr. Alexsandro já entrou? Não, não é?

Então passo a palavra aqui para a Sra. Mônica Maria Silva de Souza.

A SRA. MÔNICA MARIA SILVA DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e a todas.

Sou a Profa. Mônica, estou coordenando neste momento o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada aqui no âmbito da Cogealf.

Ah, o Prof. Alexsandro voltou. Passamos a palavra para ele ou dou continuidade?

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Pode continuar.

A SRA. MÔNICA MARIA SILVA DE SOUZA (*Por videoconferência*.) – Está o.k. Muito obrigada.

Bom, a minha fala vai ser pautada no trabalho que a Renalfa desenvolve, já que o Prof. Alexsandro vai falar um pouco mais sobre a política de maneira geral. Assim, nós coordenamos a Rede Nacional de Articulação. Ela é composta por cinco membros nacionais, que são pessoas técnicas aqui do Ministério da Educação. Nós tivemos a oportunidade de indicar cinco pessoas em locais diferenciados do ministério, dentro da SEB, mas profissionais com olhar mais específico para avaliação e monitoramento; um outro representante voltado mais para a questão da assistência financeira, que o compromisso se propõe a desempenhar junto a estados e municípios; uma representante olhando atentamente para os processos de formação; e duas representantes no movimento da gestão. Então, são cinco membros no âmbito nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a gente funciona de uma forma muito integrada, apoiando articuladores no âmbito estadual, regional e municipal. Ao todo são mais de 7 mil pessoas hoje compondo essa rede.

Essa rede tem uma perspectiva, além de articular as ações que precisam ser desencadeadas no âmbito dos territórios, de que todos os articuladores passam por um processo formativo contínuo, e passam por esse processo de formação a partir dos eixos que estão presentes na política, no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Por isso é que no âmbito nacional nós temos representantes olhando especificamente para cada um dos eixos da política.

No estado, em cada território, tem dois articuladores estaduais, um representando as secretarias estaduais de educação, e um representando os municípios. Então, a gente tenta colocar essa representatividade de forma muito integrada, para que a gente possa, de fato, fortalecer o regime de colaboração, como a Profa. Maria Sílvia colocou. Esse é um componente estruturante da política, a gente aposta nesse regime de colaboração, nesse protagonismo de estados e municípios e nesse trabalho de forma mais colaborativa. Então, nós temos essas duas pessoas que fazem o trabalho da articulação, que movimentam todo o processo de implementação dos comitês estaduais. No mesmo formato que a gente tem no âmbito nacional, que é o Cenac, que a Profa. Maria Sílvia está aqui representando, a gente também tem essa mesma proposição no âmbito dos territórios. Cada território precisa constituir o seu Ceec, para que esse diálogo possa trazer, possa fazer vir para essa roda, para esse diálogo outros sujeitos também responsáveis pela gestão e pela governança das políticas de alfabetização nos territórios.

Em cada regional... todos os estados organizam regiões dentro do território. Então, em cada região dessa, nós temos mais três articuladores – dois vinculados diretamente à secretaria estadual e um, mais uma vez, como representante dos municípios – e, em cada município do país, nós temos um articulador municipal.

O nosso processo formativo se dá nesse movimento mesmo, contínuo e perene. Nós realizamos formação com os articuladores estaduais, essa formação segue para os articuladores regionais e para os articuladores municipais. Então, essa é uma proposta da política de, de fato, fortalecer essa articulação, fortalecer a nossa escuta permanente das necessidades que cada contexto apresenta. Então, temos esse olhar muito atento para isso e temos fortalecido a formação técnica desses atores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Discutimos muito, no âmbito da Renalfa, dois conceitos que para nós são muito significativos, que é a gestão e a governança das políticas de alfabetização. Nós precisamos ter esses dois elementos de uma forma bastante equilibrada nesse processo, porque políticas de alfabetização que hoje sinalizam, em territórios, em municípios... políticas de alfabetização que deram certo, que estão dando certo sinalizam fortemente a atuação dos gestores – secretários, Prefeitos, Governadores –, colocando a pauta da alfabetização como prioritária e fortemente apoiada por um acompanhamento e um monitoramento dessas políticas. Então, essa rede Renalfa tem muito essa perspectiva do acompanhamento, do monitoramento e de articular e colocar sempre como uma pauta propositiva a questão da alfabetização. Então, o compromisso tem essa proposição.

Para além de todas as questões que os outros eixos também sinalizam – os outros eixos da política, como materiais estruturados, formação de professores, um sistema de alfabetização sendo implementado em cada um dos territórios –, a gente tem um eixo, e é nesse eixo que a Renalfa está presente, que é o da gestão e governança. Então, a gente tem como estrutura, dentro desse eixo: o Cenac, no âmbito nacional, os CEECs, no âmbito de cada território, e a Renalfa atuando de forma transversal nesses comitês e no processo formativo junto à gestão de cada um dos territórios.

É um pouco esse o desenho e a minha contribuição aqui neste momento sobre a Renalfa.

Fico à disposição para maiores esclarecimentos.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Obrigada, Profa. Mônica Maria Silva de Souza.

Eu passo a palavra para o Sr. Alexsandro do Nascimento Santos.

O SR. ALEXSANDRO DO NASCIMENTO SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito boa tarde, Senadora Zenaide. Peço desculpas pelo problema tecnológico que nós tivemos no início da reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentá-la, dizer que sou um grande admirador do seu trabalho no Senado, na sua luta pela democracia, pelo cuidado da sociedade brasileira com os mais vulneráveis. Estamos muito felizes de estar aqui nessa Subcomissão que para mim tem um tema muito central, que é o tema da alfabetização. Nós estamos num momento do ano muito simbólico, no dia 8 de setembro nós comemoramos o Dia Mundial da Alfabetização, uma marca com o compromisso das pessoas de bem de garantir que todo mundo tenha esse direito humano garantido, o direito humano à educação.

Se a senhora me permite, eu queria começar essa minha pequena fala trazendo uma reflexão que o Eduardo Galeano registrou no livro chamado *Os Filhos dos Dias*, em que ele relata um encontro que ele teve com Paulo Freire – Paulo Freire trabalhando naquela época em Sergipe –, e ele fez esse registro de um dia de trabalho ali do Paulo Freire.

O texto é curtinho e diz assim:

> Dia da Alfabetização
> Sergipe, Nordeste do Brasil: Paulo Freire começa uma nova jornada de trabalho com um grupo de camponeses muito pobres, que estão se alfabetizando.
> – Como vai, João?
> João se cala. Amassa o chapéu. Longo silêncio, e finalmente ele diz:
> – Não consegui dormir. A noite inteira sem fechar os olhos.
> Mais palavras não saem da sua boca, até que ele murmura:
> – Ontem, eu escrevi meu nome pela primeira vez.

Nesse pequeno dia, esse pequeno *flash* de um momento da vida de alguém que consegue garantir o exercício desse direito de saber ler e escrever, mostra para nós o que significa ter no país 48% das crianças brasileiras, ao final do segundo ano, sem saber ler e escrever. Nós não podemos permitir que isso continue. Este país não pode fazer isso com as suas crianças. É uma violação de um direito muito fundamental. E é por isso que, quando o Presidente Lula escolheu o Ministro Camilo Santana para ser o Ministro da Educação, o Presidente Lula estava de olho naquilo, que é o tema dessa Comissão, que foi, no Estado do Ceará, uma revolução no processo de garantia do direito à alfabetização, que foi o Programa Alfabetização na Idade Certa, o Paic.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A inspiração do Paic já tinha se movimentado no Governo Federal em 2012, na gestão da Presidenta Dilma, quando o Secretário Cesar Callegari, liderando aqui a SEB, propôs o Pnaic, uma primeira experiência a partir das aprendizagens realizadas ali no Paic e em outros lugares do país com programas de alfabetização na idade certa. E essa primeira inspiração, lá de 2012, com o Pnaic, nós retomamos agora no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que tem a ver com isso que Mônica e a Profa. Maria Sílvia estavam trazendo aqui. Primeiro, o reconhecimento de que a responsabilidade para alfabetizar as crianças brasileiras não pode ficar somente na conta dos municípios.

A Profa. Maria Sílvia é Secretária de Educação de Curitiba, faz um trabalho brilhante lá em Curitiba, mas se a gente deixar os municípios sozinhos para cuidar desse direito humano de cada criança, os municípios não conseguirão fazer tudo que precisa ser feito. Então nós precisamos colocar o Governo Federal, o governo estadual a serviço dos municípios, apoiando-os nessa tarefa árdua, que é cuidar da alfabetização das crianças na idade certa.

Os municípios cuidam de 10 anos da educação básica, porque eles têm que atender os 5 anos da educação infantil e os 5 anos dos anos iniciais do ensino fundamental. São 10 anos da educação básica na responsabilidade direta dos municípios. É por isso que nós, quando desenhamos o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, convocamos os Governadores, os secretários estaduais de educação para colocar a mão na massa, no regime de colaboração, para construir com os municípios as estratégias que podem garantir a alfabetização de todas as crianças brasileiras.

E eu quero sinalizar que a Profa. Maria Sílvia representa aqui também o Consec, que é o Conselho Nacional de Secretários da Educação das Capitais, que tem um desafio adicional, porque as nossas capitais, as nossas grandes cidades são os lugares que mais explicitam as desigualdades, em que mais a violência está marcada e que têm desafios adicionais no campo da educação.

Mas se a gente não organizasse esse compromisso numa perspectiva da corresponsabilização, do MEC, das secretarias estaduais de educação e dos municípios, a gente não conseguiria avançar para cumprir a meta que o Presidente Lula pactuou com cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governador e com cada Prefeito, que é ter todas as crianças brasileiras alfabetizadas na idade certa até 2030.

A Mônica já falou o que é o Comitê Estratégico Nacional, o nosso Cenac, em que a gente tem a representação dos estados, dos municípios, incluindo as capitais, para tomar as decisões estratégicas da política. É no Cenac que a gente discute qual é o melhor desenho das propostas do MEC, como é que a gente pode corrigir aquilo que ainda está fora do lugar, como é que a gente pode trazer as dificuldades que estão na ponta, que, às vezes, o MEC não consegue enxergar.

Então a gente escutando o Consec, a Undime e o Consed, a gente consegue discutir esses desafios. Aí em cada estado a gente tem o comitê estadual. Então no Paraná – está aqui a Profa. Maria Sílvia – a gente tem o Secretário Roni, que é o Secretário estadual, e a representação da Undime, dos municípios, no comitê estadual, para cuidar do território do Paraná, para tomar as decisões de maneira compartilhada, colaborativa, trabalhando junto, porque não interessa em qual rede a criança está matriculada. Não pode ser um fator de desigualdade eu ter um bom trabalho no município e um trabalho ruim no estado, ou no município 1, eu tenho um bom trabalho, mas no município do lado eu não tenho. Então o comitê estadual tem o compromisso de fazer todo mundo avançar na mesma direção, na mesma velocidade, cuidar de quem está ficando para trás – isso é muito importante.

E na nossa Renalfa, Senadora, são 7 mil profissionais dedicados a fazer o compromisso de acontecer em cada um dos municípios brasileiros. A gente tem um articulador para cada município, a gente tem três articuladores para cada uma das 650 regionais de educação e a gente tem dois articuladores em cada estado. Esse grande exército de 7 mil educadores trabalhando só com foco no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada é um investimento do MEC para garantir que todo mundo esteja junto, trabalhando com o mesmo foco, trabalhando na mesma perspectiva.

E tem só uma questão que eu queria trazer aqui por último, porque, quando a gente lançou o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, o MEC também tinha acabado de retomar a nossa Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão). E retomou essa secretaria porque a gente tem certas modalidades da educação básica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que são muito específicas: a educação escolar indígena, a educação escolar quilombola, a educação escolar no campo, a educação escolar da pessoa surda. Então, essas modalidades da educação precisam de uma modelagem de política só para elas, para garantir a especificidade desse atendimento. Por isso, sob a liderança do Ministro Camilo Santana, nós construímos uma portaria separada para a gente garantir o investimento do compromisso nessas modalidades da educação básica. Nós conseguimos este ano aportar R$8 milhões só para fazer formação de professores dessas modalidades e nós aportamos quase R$20 milhões para garantir materiais didáticos específicos para essas modalidades no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Ao mesmo tempo, o compromisso tem um olhar de que a alfabetização não começa no primeiro ano do ensino fundamental. A alfabetização começa na educação infantil. É preciso um olhar intencional para que as crianças possam ter acesso a práticas de leitura, de escrita, de oralidade intencionais e bem preparadas desde a educação infantil, respeitando as características de cada faixa etária, é claro. A Profa. Maria Sílvia faz isso muito bem em Curitiba, lá na educação infantil, orientando professores e professoras sobre como é que eu trabalho com a cultura escrita, com a leitura, com a escrita e a oralidade desde a educação infantil. E o MEC está formando 250 mil professoras da educação infantil com foco na leitura, oralidade e escrita dentro do programa Leei. São 250 mil professoras que estão fazendo neste momento a formação, apoiada por 34 universidades federais e estaduais. Isso é o compromisso, isso é o que a gente está movimentando no país, tentando garantir esse direito humano fundamental para todo mundo.

E, Senadora, muito bom o Senado Federal ter criado esta Subcomissão para acompanhar esse trabalho. Nós contamos muito com o olhar atento e cuidadoso das nossas Senadoras e dos nossos Senadores.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Obrigada, Sr. Prof. Alexsandro.

E passo a palavra agora para a Sra. Marlei Fernandes, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARLEI FERNANDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadora Zenaide Maia. Também é uma honra participar hoje desta reunião da Subcomissão do Senado Federal.

Quero cumprimentar os colegas que estão aqui dividindo este espaço e este momento conosco, sobre um tema relevante da educação brasileira, tratado recentemente na Conferência Nacional de Educação por todos os estados e municípios.

Eu estou representando aqui a Confederação Nacional das Trabalhadoras e dos Trabalhadores em Educação, direto de Curitiba também, trazendo preocupações e elogios às políticas que estão sendo implementadas e também trazendo um olhar crítico às necessidades ainda presentes. Acredito que sempre esse é o nosso intuito.

Em primeira mão, eu quero mais uma vez parabenizar essa Subcomissão, parabenizar todos os gestores e o próprio MEC, que trouxe à tona recentemente essa preocupação de forma mais veemente, vamos dizer assim, porque essa é uma preocupação presente em todos os nossos estados e municípios, principalmente, porque as redes municipais estão diretamente ligadas a este aspecto da alfabetização, da educação idade-série ou na idade certa.

Temos, como já foi colocado aqui, ainda a necessidade de muitas políticas para superação da regularidade da idade dos nossos estudantes no país. Embora tenhamos tido uma melhora, isso ainda não é significativo, como o programa de alfabetização demonstra. Quando o Alexsandro coloca que 48% dos nossos estudantes precisam ou devem – é o nosso desejo, enquanto educadores, educadoras, gestores, trabalhadores da educação – estar alfabetizados ali ao final do 2º do ensino fundamental, de fato isso é um esforço coletivo.

Também nós da CNTE temos plena concordância com os esforços necessários. Toda a sociedade precisa estar muito presente, todos os gestores, todos os governos, todos os profissionais da educação, pais e mães. Então é um desafio gigantesco para nós, na educação básica do nosso país, que tenhamos sucesso nessa política e nessas definições futuras.

O que eu quero trazer ainda também é uma necessidade grande. A CNTE, a nossa confederação, participou, nesses últimos dois anos, de uma pesquisa internacional com outros sete países: Brasil, Uruguai, Costa do Marfim, Gana, Malásia, Coreia do Sul e Suíça. Nós fizemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma pesquisa capitaneada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com educadores e educadoras no nosso país, relativa à formação permanente e à alfabetização. Então foram todos profissionais do 1º ao 5º, foram profissionais dessa área. E essa pesquisa, esse encontro, não foi uma pesquisa de quantidade, foi uma pesquisa de qualidade, foi um processo de um curso permanente com esses educadores durante dois anos. E eu queria tratar um pouquinho disso, que é um procedimento que tem nos preocupado no país.

Embora seja muito importante a mensuração, embora seja muito importante avaliar, embora seja muito importante medir, nós compreendemos que estamos passando por um momento em que essas medidas têm trazido um certo sufocamento às nossas redes de ensino. É necessário que possamos rever as características avaliativas dos números, dos ranqueamentos. E é necessário – estamos no início de um debate em relação a isto – que possamos rever todo o sistema nacional de avaliação no nosso país, do seu tempo e do seu espaço, também nos estados e municípios. Eu sou da rede estadual, mas fiquei impressionada, com a avaliação através dessa nossa pesquisa e desses nossos estudos, de quanto as redes acabaram por se adaptar à mensuração dos resultados, mas, muitas vezes, a condição de superar esses resultados de forma mais qualificada ainda não tem sido suficiente ou eficiente, eu diria, nas nossas redes de ensino. Então é um debate, não é uma crítica, vamos dizer assim, no sentido de "se acaba com tudo isso e pronto". Não! É uma crítica de que a gente precisa coletivamente rever esses instrumentos para que esses instrumentos, de fato, sejam qualificados para o desenvolvimento da educação como um todo no nosso país, principalmente esse processo inicial de alfabetização. E nós temos esses dados que podemos enviar, Senadora Zenaide, para vocês através desse nosso estudo comparativo realizado.

Também quero chamar a atenção – não é a primeira vez que vou falar isto numa Comissão, num debate no Senado – de que a gente ainda também vive o apagão de trabalhadores e trabalhadoras da educação, ou seja, professores e professoras. Então, nós também temos uma preocupação bastante grande da necessidade de que, nesse compromisso, nessa pactuação para se ter o sucesso escolar de nossos estudantes, estejam previstos os concursos públicos. Hoje, nós temos no país 54% de toda a rede estadual com contratos temporários e 42% de todas as redes municipais com contratos temporários, o que significa trazer uma insegurança muito grande num processo de *continuum*, de continuidade do processo de alfabetização e de garantia desses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores nas escolas públicas do nosso país. E também, obviamente, com isso, eu restabeleço aqui a necessidade de carreira e de pagamento do piso salarial.

Quero dizer que nós estamos juntos neste debate, que, enquanto Confederação dos Trabalhadores em Educação, queremos ter esse processo ampliado e que também, ao mesmo tempo, a gente possa, em todos esses processos dessas políticas, olhar no sistema nacional de avaliação todos esses percursos e elementos que hoje nós entendemos que ainda os indicadores do Saeb não garantem. Então, nós precisamos avançar nesses aspectos também para ter esse sucesso escolar que nós precisamos ter na escola pública do Brasil.

Temos aí colocado um novo Plano Nacional de Educação com metas e características necessárias, de ampliações possíveis, mas que são necessidades dessas políticas imediatas.

Eu fico por aqui, então, e fico aqui para o debate.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Obrigada, Profa. Marlei Fernandes.

E passo a palavra para a Sra. Margot Capela Andras. (*Pausa.*)

A SRA. MARGOT JOHANNA CAPELA ANDRAS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Estão me ouvindo? (*Pausa.*)

Boa tarde!

Eu sou Margot Andras, eu sou Diretora da Sinpro/RS; da Executiva da FeteeSul, que é a federação dos trabalhadores em educação do Sul; e participo também da executiva da Contee, que é a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino.

Queria agradecer e dar boas-vindas a todos desta Comissão, na pessoa da Senadora Zenaide Maia. (*Falha no áudio.*)

E, representando o ensino privado, a gente considera a educação pública como balizadora da educação deste país. E isso é muito importante a gente ter sempre em mente, porque, no momento em que a educação pública for de qualidade, vai ser referência e vai aumentar todos os índices de qualidade na educação, que é o que a gente quer dentro do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu preparei uma fala pensando, primeiro, assim: o que a gente espera? A gente espera políticas públicas que sejam permanentes, a gente espera a compreensão, por essas crianças e esses estudantes, do letramento, quer dizer, reflexão sobre o conteúdo, leitura, todas essas coisas que significam a alfabetização na idade certa ou efetivamente para garantir a questão da cidadania. O que a gente tem? Uma realidade muito distante disso, muito distante, seja porque, às vezes, esses estudantes são preparados para uma avaliação que não reflete exatamente o que está acontecendo; às vezes, porque as condições da escola não são exatamente o que a gente espera; às vezes, porque as políticas públicas não chegaram lá; às vezes, porque não há transparência na utilização dos recursos públicos – seja um Fundeb – ou das políticas públicas. Eu acho que isso é muito importante de a gente reforçar. A gente precisa de transparência e boa utilização desses recursos públicos.

A gente tem que pensar assim: o que a gente espera? Primeiro, eu gostei muito da fala do Prof. Alexsandro, porque foi o único aqui que referiu a educação infantil. A gente não tem como garantir uma educação de anos iniciais, finais e médios com qualidade se a gente não tiver uma educação infantil de qualidade efetivamente. Isso é muito importante.

Aqui, no Rio Grande do Sul, só na cidade de Porto Alegre, tem 6 mil crianças na idade, a partir de 4 anos, esperando vaga. Quando a gente fala da educação infantil, a gente pode não só falar da espera de vagas, mas a gente também fala do compromisso dos municípios com a educação infantil, porque esse é o compromisso dos municípios, em que, na sua grande maioria, 70% estão dentro de uma rede parceirizada, que não garante qualidade no atendimento, bons salários, nada disso, porque depende do repasse das prefeituras. A gente precisa que isso seja uma responsabilidade pública.

A gente também pode pensar na questão da evasão. Aqui no Sul, a gente acaba de passar por uma tragédia climática, a gente passou há dois anos por uma tragédia pandêmica e a gente tem essas tragédias que são recorrentes e que atrapalham na questão da alfabetização.

Eu me lembro, na pandemia, de uma juíza falando comigo e dizendo: "A minha filha está na 1ª série do ensino fundamental, o 1º ano do ensino fundamental. Eu não sei como é que ela vai ser alfabetizada". E ela estava dentro de uma estrutura que possibilitava isso. Agora, dentro de uma estrutura de uma família em que não tem isso, a evasão a gente precisa resolver, porque isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem a ver inclusive com as crianças tendo que ficar em casa para cuidar dos irmãos. A gente precisa entender como é que se dá essa evasão e como é que se resolve. Quer dizer, eu estou pontuando aqui não a superestrutura, mas a criança, o estudante lá no início. É olhando esse universo que a gente vai garantir uma alfabetização e um letramento na idade certa. A infraestrutura física da escola e das pessoas que trabalham na escola, não só os professores, mas todas as pessoas envolvidas no processo educacional: a educação não é só uma sala de aula com um professor e as crianças aprendendo, a educação é muito mais do que isso, e a gente precisa ter pessoas com qualidade de vida em todos esses espaços.

Apoio pedagógico, a gente tem que pensar. Independentemente dessas tragédias pandêmicas, climáticas, seja lá o que for, ou da questão da inclusão, a gente precisa – e daí a gente repõe a fala do Ministro Santana quando fala da educação integral – de espaços, apoio pedagógico e formação continuada para que as pessoas envolvidas dentro desse processo possam realmente olhar individualmente para cada um desses estudantes e crianças e fazer com que haja o desenvolvimento na idade certa e do jeito certo.

A educação popular precisa ser vista e a EJA também como a recuperação desse tempo se a gente não conseguir chegar na idade certa. Isso também é um jeito de garantir.

Tem uma pesquisa que foi feita que diz que 77% das crianças alfabetizadas conseguem mudar ou ascender na sua situação socioeconômica, enquanto as não alfabetizadas não ultrapassam 43%. Então, a alfabetização garante a cidadania dessas crianças e desses estudantes. Portanto, a gente tem que fazer isso e recuperar esse tempo, caso ele não tenha acontecido na idade certa.

Isso tem a ver com a escola, as famílias e a comunidade. Tem que andar junto. As necessidades – e na primeira fala apareceu isso – são específicas dos lugares. E isso é escola, família e comunidade. As frustrações precisam ser resolvidas com esses apoios.

A inclusão é superimportante, ou seja, a gente ver toda criança como um indivíduo que tem diferentes tipos de aprendizagem, ainda mais se for uma criança atípica, porque existem crianças atípicas que vão fazer o seu desenvolvimento de um jeito que precisa de pessoas que tenham conhecimento de como fazer esse desenvolvimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à questão das tecnologias, isso é a qualidade da infraestrutura física das escolas, e o conhecer e o saber utilizar as tecnologias a seu favor é superimportante.

E, quando a gente fala do acompanhamento, entra a questão do transporte – a criança pode evadir ou não chegar à escola porque não teve transporte para chegar –, tem a questão da alimentação, tem a questão da família e da rede de apoio, que é superimportante.

Para não me estender mais, eu queria lembrar a transparência no uso dos recursos públicos e das verbas do Fundeb. Eu falei isso no início. É superimportante que a gente tenha muita transparência na utilização desses recursos.

E eu queria reforçar também a responsabilidade do Senado Federal nas articulações do PNE e em garantir que esse novo plano de educação seja efetivamente posto em ação.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Muito obrigada, Sra. Margot Andras.

Eu queria aqui, antes de passar para as perguntas do e-Cidadania – eu vou falar, e quem achar que é seu o assunto, ou mais de um dos senhores, responde a eles –, fazer um resumo aqui, já parabenizando os senhores, que fizeram uma explanação grande.

O Brasil tem que saber que se faz essencial essa alfabetização na idade certa. Tem pessoas que me perguntam: "Qual é a idade certa?". A gente começa a dizer: a idade certa é aquela em que não vai ser necessário a gente ter que ter um plano de alfabetização para adultos e outras pessoas, para alfabetizá-las. Ou vocês têm uma ideia? Depois vocês me respondem qual seria a idade ideal.

Mas eu queria dizer que vocês explanaram aí esse plano importantíssimo: Alfabetização na Idade Certa. Primeiro, chegaram à conclusão de que é necessário não só o município para a educação infantil e educação fundamental. O município sozinho não pode arcar com dez anos, como foi falado aí, de ensino. Isso já é uma coisa importante. Tem que ter as três esferas, como foi falado muito bem por Alexsandro, ou seja, a responsabilidade do município, a responsabilidade do estado e a do Governo Federal, inclusive falando sobre a importância da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

academia na qualificação dos profissionais e todos. Na verdade, isso é uma responsabilidade de toda a sociedade. É essencial que as crianças sejam alfabetizadas.

Dois. Como falou aqui a Profa. Maria Sílvia, há as especificidades de nosso Brasil, um país continental com regiões que precisam de modalidades específicas para cada uma.

Três. Como foi falado com a Sra. Mônica Silva de Souza, uma coordenação da rede com articulação, com assistência financeira e com processos de formação. Eu diria que essa rede, além de acompanhar, é como se tivesse um controle de qualidade e de relembrar isso aí, mostrando que é essencial a presença da família, dos pais. E a Sra. Marlei Fernandes falou justamente sobre os recursos humanos. É necessário que tenhamos uma estrutura física com equipamentos e novas tecnologias, mas sem os recursos humanos fica difícil.

E também foi falado aqui, que me chamou a atenção, a questão de professores com contratos temporários. Olha, gente, para mim, algo grave que foi aprovado nesse país ainda, eu acho que em 2016, foi a terceirização plena, que não chamou muito a atenção da sociedade. A PEC do teto chamou mais atenção do que a terceirização plena. Mas, na verdade, a terceirização plena acabou com as carreiras de serviços públicos, porque isso permitiu que para atividade-fim – que no caso aqui são os professores, na área da saúde, os médicos – possam ser contratados profissionais com contratos temporários. Então, como qualificar os professores? Na hora que você qualifica, completa os dois anos, você passa a ter uma rede já com deficiência, um apagão de recursos humanos.

E terceiro, gestão e gerenciamento, porque a gente sabe que onde tem gestão, facilita. Você pega um diretor de escola, a gente sabe que todos, como foi falado... A educação não é formada só de professores, aí tem essa gestão. Eu estou aqui querendo parabenizar o senhor e as senhoras, nós somos maioria, que as mulheres é uma coisa rara, viu? A maioria... Então, o que acontece? Tem que ter esse olhar diferenciado.

Salários. Aí eu diria aqui o que eu digo todo dia: o que precisamos é colocar nossos alunos e nossa educação no Orçamento desse país, porque eu queria dizer para os senhores que quando a gente senta na Comissão de Orçamento, a gente vê que em um país que é a nona economia do mundo, metade do seu Orçamento vai para juros e serviços de uma dívida que nunca foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

auditada. E a gente passa o ano discutindo orçamento, lei orçamentária, e no fim ficam 4% para educação, 4% para saúde e outras coisas.

Então, o Senado e o Congresso Nacional têm que ser cobrados para colocar nossa educação no Orçamento. Você sabe que, quando criaram a PEC do teto, eu sempre fui contra botar saúde, educação, gastos primários, até porque educação não é despesa também. Educação é investimento! E a gente sabe que é a única maneira de se corrigir a falta de inclusão social, de se reduzir a violência. O que reduz a violência? Os países do mundo que reduziram a violência o fizeram com educação pública de qualidade e em tempo integral. E para isso se precisa de recursos também.

Mas gostaria de dizer aos senhores que os senhores fizeram um resumo aqui muito importante e mostraram os pontos essenciais. E a gente clama aqui que a sociedade dê as mãos.

A gente sabe que, depois daquele acordo MEC-USAID com os Estados Unidos – porque a gente tinha uma educação –, a gente passou a ser um ensino. Acho que isso foi... não sei se foi em 1967. E não passaram a ter esse olhar diferenciado com a educação.

Mas a gente vai ficar aqui no Parlamento – já pedindo desculpa pela ausência dos colegas e das colegas Senadoras... É porque aqui são muitas atividades. A essa altura, está todo mundo numa Comissão com sessão deliberativa. Mas a importância de uma audiência pública dessa é que o Brasil está vendo. E informação é poder. As pessoas estão tendo conhecimento de que o Ministério da Educação, de que o Ministro Camilo está preocupado com alfabetização na idade certa e já consciente de que só o município não resolve, nem só o estado; são necessários os três entes federativos e de todos os Poderes, gente, do Poder Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

Então, agora, depois dessa explanação, e agradecendo mais uma vez, já que vocês me deram uma aula, porque a gente tem noção do que é, mas, quando entram aqui os educadores... Eu costumo dizer que educar é diferente de ensinar: ao ensinar, você ensina para alguém passar num processo seletivo; e, ao educar, você forma um cidadão para a vida. Então, eu agora passo às perguntas do e-Cidadania, e um dos cinco responde, de acordo com o assunto que for mais inerente a cada um que falou aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da Ana, de São Paulo, a pergunta é a seguinte: "[...] [Nos últimos anos], o índice de alfabetização tem caído [...]. Como cidadãos, quais ações podemos tomar?".

Quem vai responder? (*Pausa.*)

O SR. ALEXSANDRO DO NASCIMENTO SANTOS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Oi, Senadora, posso responder à Ana, de São Paulo, aliás, São Paulo é o meu estado. Sou paulista e paulistano.

Na verdade, o que a gente tem nos indicadores oficiais é que justamente este período da escolarização, os anos iniciais do ensino fundamental, é a etapa em que o Brasil avançou mais rápido. A meta do Ideb para os anos iniciais tinha sido pactuada lá em 2007, e nós atingimos agora a meta, no Ideb de 2023.

Agora, sobretudo depois da pandemia, a gente teve uma queda mesmo nos indicadores de alfabetização, principalmente porque esse período crítico, que cobre um pedaço da educação infantil e o primeiro e segundo anos do ensino fundamental, foi o período mais afetado pelo fato de as crianças não poderem ir à escola por força do período de reclusão da pandemia. Então a gente teve uma queda nesse período pós-pandemia que a gente precisa correr atrás.

Não é que os indicadores estejam bons, como eu mesmo disse, 48% das crianças brasileiras não se alfabetizam na idade certa, mas a queda se explica muito mais em função da pandemia do que propriamente de outros fatores.

Agora, o que as famílias, os cidadãos podem fazer para apoiar o processo de alfabetização de todas as crianças brasileiras? Em primeiro lugar, a gente precisa garantir que as crianças tenham acesso à leitura e à escrita também fora da escola. Então existem municípios, governos estaduais que promovem, por exemplo, programas de distribuição de livros para as famílias. O Governo Federal também está apostando nisso. Nós incluímos as bibliotecas comunitárias e as bibliotecas públicas municipais no PNLD. No Minha Casa Minha Vida haverá um *kit* de livros para que as crianças tenham acesso em casa.

E o outro processo é a gente também cuidar daquilo que não é pedagógico, mas que interfere muito no pedagógico. Então, crianças que estão em condição de vulnerabilidade e risco, nós precisamos garantir políticas da área social para atentar para isso; crianças que têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprometimentos de saúde, sejam aqueles associados à deficiência, sejam outros comprometimentos de saúde, precisam ter bons serviços de saúde para dar conta dessa dimensão; crianças que vivem em territórios conflagrados, territórios com muita violência, em que a criminalidade está instalada. A gente sabe – os dados mostram isso – que escolas que estão nesses territórios muitos dias suspendem aula e, quando isso acontece, o prejuízo à aprendizagem é muito grande.

E há situações em que a gente ainda experimenta no Brasil crianças trabalhando, trabalhando na rua, mas também trabalhando em casa. Às vezes é uma criança de oito, que cuida do irmão de quatro. Às vezes é uma menina de oito, sobretudo meninas, que se responsabilizam por todo o trabalho doméstico de casa. Então, esses elementos que não são pedagógicos, toda a sociedade precisa cuidar, para que a gente garanta que, no pedagógico, a aprendizagem aconteça.

Então, eu diria esses dois mecanismos: garantir que a leitura e a escrita estejam presentes em todos os lugares, na casa das crianças, nas suas comunidades, como um objeto social de valor; e garantir o cuidado para essas outras dimensões, que não são pedagógicas, que a escola não vai conseguir dar conta, mas que a sociedade tem que botar mão na massa e dar conta: criança com bom cuidado de saúde, com assistência social próxima, não esteja no trabalho, não seja obrigada a trabalhar, porque criança não trabalha, criança tem que dar trabalho. Então, que a gente cuide, juntos, para garantir essas coisas.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Jackson, de Rondônia: "De que maneira a alfabetização precoce impacta a autoestima e o desempenho escolar das crianças ao longo de sua trajetória acadêmica?"

Eu acho que uma das nossas palestrantes aqui até já falou sobre essa autoestima. Eu vou fazer todas as perguntas, e vocês vão se organizando no menor tempo. E, se não der tempo, eu deixo as perguntas, e os senhores podem responder, e a gente transfere aí.

Amauri, do Rio de Janeiro: "Por que insistir no método analítico, com base no socioconstrutivismo, se o método silábico e fônico é muito mais eficaz?".

Vão vendo aí para cada um responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Willian, de São Paulo: "Existe algum estudo que vise a utilização de novas tecnologias e de [...] [inteligência artificial] no processo de alfabetização nas escolas?".

Rebeca, da Bahia: "Quais são/serão as medidas [...] para inclusão justa das crianças [...] [pessoas com deficiência], de forma que tenham seu tempo respeitado, mas também [sejam] integradas?".

Luciana, de Santa Catarina: "Como garantir esse objetivo se há necessidade de qualificação dos educadores e participação ativa dos pais neste processo de alfabetização?".

Cíntia, de Minas Gerais: "Quais profissionais estarão [...] [no processo]? O psicopedagogo avaliará e principalmente fará as intervenções [...] junto à equipe multidisciplinar?".

Letícia, de Goiás: "Existe um projeto de lei com incentivos para o apoio de um profissional da educação com formação superior em salas de alfabetização?".

Rafaela, do Espírito Santo: "Como fiscalizar as creches que deixam as crianças apenas brincarem o dia todo e entram no 1º ano sem conhecer letras e números?".

Maik, do Rio Grande do Sul: "Mais do que financiar a educação, é preciso combater a evasão escolar e o trabalho infantil. Assim, essa política pública será mais eficaz".

Não é uma pergunta, ele fez aqui uma confirmação.

Tássia, de Santa Catarina: "Temos que estabelecer critérios de alfabetização para crianças em vulnerabilidade social, crianças PCD ou com transtornos aprendizagem".

Agora eu passo para os senhores e cada um responde a uma dessas pessoas. Para os senhores verem que todos estão interessados, pelo e-Cidadania, todo mundo fica fazendo as perguntas. Como vocês viram aí, cada um responde a essas pessoas que estão verdadeiramente interessadas na educação.

A SRA. MARLEI FERNANDES (*Por videoconferência.*) – Podemos começar?

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARLEI FERNANDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Então vamos lá. São várias perguntas, Senadora, nós ficaríamos aqui mais uns três dias fazendo este amplo debate, mas fico feliz com as interações colocadas neste momento.

Penso que temos muitos desafios na educação brasileira ainda: a superação de um plano de Estado; a aprovação do próximo Plano Nacional de Educação, que ele seja realmente efetivado; a necessidade de novos recursos para a educação pública; esse pacto federativo; uma luta intensa de todos nós por um sistema nacional de educação que de fato dê conta da superação das dificuldades educacionais no nosso país.

Eu ainda vou defender o socioconstrutivismo, nesta nossa condição de alfabetização. Entendemos que o método fônico ou silábico também tem as suas facetas necessárias, mas entendemos que o socioconstrutivismo de uma alfabetização com o histórico, com o social da criança, com as metodologias mais adequadas, nos permite ter um sucesso bastante efetivo, de acordo com as realidades, com as especificidades, com os níveis e modalidades, como foi colocado aqui.

Acho que o Alexsandro trouxe uma parte muito importante, que é a educação indígena, a quilombola, a educação especial, a diversidade, as dificuldades territoriais que nós temos.

Eu vou ficar mais com a qualificação dos profissionais. Entendo que isso é constante nas redes de ensino. Nós precisamos manter programas e projetos de estudos para os educadores e educadoras do país – eu digo que tenho 30 anos de magistério, mas eu tenho que estudar todo dia, não tem jeito –, mas as redes de ensino precisam proporcionar essa qualificação profissional, e, nesse sentido, voltada às primeiras séries do ensino fundamental. E quero corroborar com o que disse a Margot: não é possível que você tenha uma criança que chegue no primeiro ano e que não passou ali pela educação infantil; é muito diferente do que aquela que passou. E um desafio nosso em nível nacional é que tenhamos educação infantil no final do próximo Plano Nacional de Educação, quiçá antes, mas ao menos até o final do próximo plano nacional.

Porém entendo que essa qualificação profissional passa muito por aquilo que a gente já configurou aqui nas redes de ensino do financiamento, do regime de colaboração, dos concursos públicos, de uma carreira, da necessidade de você ficar na mesma escola por mais tempo para que este seu acúmulo profissional esteja, de fato, voltado aos projetos educacionais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvidos. E nós entendemos que profissional da educação precisa do ensino superior – do ensino superior –, então, assim, não pode ter um colaborador nem na educação... É o professor, é o licenciado, essa é a nossa defesa sempre para a educação básica brasileira.

A CNTE continua à disposição.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Vou passar a palavra agora para a Sra. Margot Andras.

A SRA. MARGOT JOHANNA CAPELA ANDRAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada!

Dando continuidade ao que a Marlei falou, que é (*Fora do microfone.*) superimportante, para não ser repetitiva, eu quero reforçar a questão da formação continuada. E não é uma formação continuada por EaD, é uma formação continuada qualificada, presencial, onde exista a disponibilidade de o professor fazer isso, dentro da escola, seja ela privada ou pública, para que se entendam todas as especificidades, inclusive das crianças atípicas. Porque, diferentemente do que foi perguntado aí, eu não acredito numa educação que seja para uma criança ou outra criança. Eu acho que toda criança pode ter um atendimento individualizado, mas ela precisa estar num grupo para que se desenvolva e para que tenha desafios de desenvolvimento, e esse grupo, quanto mais heterogêneo for, mais qualificado será no desenvolvimento da criança, que vai passar a respeitar as diversidades também.

Quanto à pergunta sobre o letramento antes da primeira série do ensino fundamental, o primeiro ano do ensino fundamental.

O primeiro ano do ensino fundamental foi instituído – quando se pensou na educação em nove anos, a educação fundamental – como o ano que era, antigamente, a pré-escola, e nesse ano seria feito o letramento. Criança com seis anos não tem que ter letramento, criança com seis anos tem que aprender brincando. A educação infantil ensina brincando de forma lúdica, e só os professores, profissionais competentes para entender isso, podem fazer essa brincadeira e transformar, porque a criança que tiver toda a sua habilidade verbal e motora desenvolvida, quando entrar no primeiro ano do ensino fundamental, vai se alfabetizar rapidinho, porque isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está incluído na formação. Antes dos seis anos, as crianças não têm que conhecer letra. Aliás, elas podem começar a conhecer letra com sete anos, no início do segundo ano.

Alguém perguntou qual seria a idade certa, a Senadora perguntou qual seria a idade certa. A idade certa, digamos que seriam os cinco primeiros anos do ensino fundamental, ou os quatro primeiros onde tem a unidocência, tudo dentro do seu tempo.

E, a criança que tem todas as suas habilidades desenvolvidas, ela vai chegar ao letramento com reflexão, com competência, e a formação dos professores vai garantir isso.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Obrigada.

Passo a palavra agora... Quem foi que pediu a palavra? (*Pausa.*)

Alexsandro.

O SR. ALEXSANDRO DO NASCIMENTO SANTOS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senadora, pela palavra.

Acho que muito do que eu ia dizer, as nossas colegas já trouxeram aqui, mas queria reforçar três pontos fundamentais. O primeiro, na questão da qualificação do professor e da professora, nós do Ministério da Educação estamos muito atentos a isso. A primeira medida importante que o Ministro Camilo Santana tomou para corrigir a rota da formação do professor e da professora foi suspender a oferta de cursos totalmente EAD nas licenciaturas. Isso foi um marco histórico. A expansão da EAD, dos cursos em EAD para a formação dos professores aconteceu de modo muito complicado no Brasil, comprometendo bastante a qualidade da formação docente. E nos parece, nós que pesquisamos educação, nós acreditamos que não é possível formar um bom professor com um curso 100% à distância, sem nenhuma interação presencial no ambiente universitário.

Então, o Ministro Camilo Santana suspendeu a abertura de novos cursos em EAD, e nas diretrizes curriculares nacionais para formação inicial não poderá mais haver cursos 100% EAD na formação do professor, porque as dificuldades começam na formação inicial. Lá no ensino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

superior, nós já temos muitos problemas na formação do professor, e é preciso que a gente corrija esses problemas.

E, no caso da formação continuada, no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, o Ministério da Educação está investindo recursos para garantir que todo professor e toda professora do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental e da educação infantil tenham a formação continuada com foco em alfabetização. O Ministério da Educação está transferindo recursos para os governos estaduais, que vão liderar o processo – cada estado com os seus municípios –, para ofertar essa formação.

Além disso, faz 15 dias que nós lançamos, aqui no Governo Federal, aqui no MEC, o Programa Nacional de Especialização em Alfabetização e Didática do Ensino da Língua Portuguesa, para garantir que todos os professores brasileiros possam ter a oportunidade de se especializar nessas duas frentes de trabalho. Então, qualificação é importante, mas também tem a qualificação que acontece dentro da escola. A lei do piso não construiu só o piso do magistério em termos de salário; ela também significou uma conquista dos trabalhadores e trabalhadoras da educação de um terço da jornada ser dedicado ao planejamento das aulas, à discussão do trabalho pedagógico na escola e à formação continuada. Nós precisamos ver o que está acontecendo com esse um terço da jornada, se os professores estão, de fato, tendo a possibilidade de discutir sua prática pedagógica, de compreender o que está sendo feito na escola.

E outra coisa que queria dizer é sobre essa discussão de métodos.

Vou pedir só mais 15 segundos para a gente acertar esse passo aqui.

Tem um livro muito importante na história da alfabetização, da Profa. Mortatti, da Unesp, em que ela discute a guerra dos métodos. Essa é uma conversa antiga, é uma conversa do século XIX. A gente não pode ficar debatendo método, quando o que importa é garantir um bom trabalho em sala de aula. Há evidências de países que escolheram o método fônico e isso deu certo e há evidências de países que escolheram a trilha socioconstrutivista e isso deu certo. Os educadores e educadoras têm autonomia para construir a sua prática pedagógica, para estudar o processo de alfabetização e para escolher os melhores caminhos para cada criança e para cada turma. Parece-me que o tema da guerra dos métodos é muito mais uma discussão política mal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocada do que propriamente uma discussão técnica. Eu, que sou professor alfabetizador, que me considero alguém que alfabetiza bem crianças, digo, com todas as letras, que a nossa concepção de alfabetização é a seguinte: linguagem é social, as crianças são protagonistas no processo de aprendizagem, a aprendizagem tem que acontecer a partir da reflexão sobre a língua. Então, se a escolha metodológica garantir isso, nós estamos bem. Não precisamos ficar brigando por etiqueta de método, isso é uma conversa do século XIX. Está certo?

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Obrigada a todos aqui. Muito interessante a discussão. É excelente a gente ouvir todos vocês que estão de mãos dadas por esse projeto do Governo. É importantíssima essa medida do Ministério da Educação da alfabetização na idade certa.

Muito obrigada.

Nada mais havendo a falar, considero encerrada esta sessão.

(*Iniciada às 14 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Humberto Costa, Nelsinho Trad, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Jorge Seif, Flávio Bolsonaro, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Paulo Paim, Zenaide Maia, Augusta Brito e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Mara Gabrilli, Otto Alencar, Beto Faro, Ana Paula Lobato, Rogerio Marinho, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CTFC ao PLOA 2025**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CTFC a CMO, referentes ao PLOA 2025 (PLN 26/2024-CN) – que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025". Relator: Senador Nelsinho Trad. **Resultado:** Aprovado o relatório, pela apresentação perante a CMO das seguintes emendas: 1) Número: 50350001. UO: 30101. Ação: Proteção e Defesa do Consumidor – Nacional. Localidade: Nacional; Acréscimo: 300.000.000. Autores: Senadores Eduardo Braga, Flávio Bolsonaro, Irajá, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Marcos do Val, Omar Aziz, Rodrigo Cunha, Styvenson Valentim; 2) Número: 50350002. UO: 63101. Ação: Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais – Nacional. Localidade: Nacional. Acréscimo: 30.000.000. Autores: Senadores Davi Alcolumbre, Irajá, Jussara Lima, Nelsinho Trad e Omar Aziz; 3) Número: 50350003. UO: 37101. Ação: Auditoria Governamental, Transparência, Integridade e Enfrentamento da Corrupção – Nacional. Localidade: Nacional. Acréscimo: 302.410.950. Autores: Senadores Eduardo Braga, Jussara Lima, Marcos do Val, Nelsinho Trad, Omar Aziz, Randolfe Rodrigues, Styvenson Valentim; 4) Número: 50350004. UO: 30905. Ação: Apoio e Fomento a Projetos de Defesa de Direitos Difusos – Nacional. Localidade: Nacional. Acréscimo: 500.000.000. Autores: Senadores Eduardo Braga, Marcos do Val e Omar Aziz. Ao final, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da presente ata, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e oito minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Omar Aziz
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e quinze minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Sergio Moro, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Otto Alencar, Vanderlan Cardoso, Flávio Bolsonaro e Damares Alves, e ainda dos Senadores Jorge Kajuru, Weverton, Paulo Paim, Wellington Fagundes, Zenaide Maia e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Mara Gabrilli, Humberto Costa, Beto Faro, Ana Paula Lobato, Jorge Seif, Rogerio Marinho, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CTFC ao PLDO 2025**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CTFC a CMO, referentes ao PLDO 2025 (PLN 3/2024-CN) – que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências". Relator: Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado o relatório, pela apresentação perante a CMO das seguintes emendas: 1) Número: 50350001. Ementa: (cópia) CTFC - Proteção e Defesa do Consumidor. Alteração Meta: 100. Autores: Senadores Irajá, Jussara Lima, Mara Gabrilli e Omar Aziz. 2) Número: 50350002. Ementa: (cópia) Jussara Lima - 2D58 - AUDITORIA GOVERNAMENTAL, TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E ENFRENTAMENTO DA CORRUPÇÃO - CTFC. Alteração Meta: 80.000. Autores: Senadores Jussara Lima, Mara Gabrilli, Styvenson Valentim e Omar Aziz. 3) Número: 50350003. Ementa: (cópia) Jussara Lima - 4018 - FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS - CTFC. Alteração Meta: 8.800. Autores: Senadores Jussara Lima e Styvenson Valentim. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezoito minutos.

Senador Omar Aziz
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e sete minutos do dia dezenove de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas, e ainda do Senador Marcos do Val, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 37/2024 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "A Previdência Pública é viável". Participantes: Adroaldo da Cunha Portal, Secretário do Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social; Leonardo Gomes Fonseca, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo - SINSSP; José Hailton Lages Diana Junior, Advogado – Especialista em Direito Previdenciário - Vice-Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB/DF; Silberto Silva, Representante da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos – COBAP; Wanderson Dias Ferreira, Vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP; Maria de Lourdes Nunes Carvalho, Diretora de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social, de Políticas Sociais e Assuntos Especiais - SINDIFISCO; Ari Aloraldo do Nascimento, Secretário Nacional de Pessoas Aposentadas, Pensionistas e Idosas da Central Única dos Trabalhadores – CUT; e Thaize Chagas Antunes, Diretora da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – FENASPS. Resultado: Audiência pública realizada. O Presidente concede a palavra ao seguinte orador da galeria: Kellen Güntter, Comando de Greve do Estado de Rondônia. O Presidente faz os seguintes encaminhamentos: Manifestar, a CDH, junto ao INSS acerca do fim da judicialização da greve. Verificar a possibilidade de criar uma Comissão de Senadores e Senadoras para apoiar as negociações junto ao MGI para tratar de questões que não têm impacto financeiro e protegem a previdência pública (ao final da fala do Leonardo Gomes). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a 37ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública de hoje será realizada nos termos do Requerimento nº 37, de 2024, de minha autoria, para debater o tema "A previdência pública é viável".

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/e-Cidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Eu vou formatar a primeira mesa e, em seguida, faço uma fala da abertura e passo aos convidados.

Primeira mesa. Já está aqui conosco o Dr. Adroaldo da Cunha Portal, Secretário do Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, que aqui está representando o Ministro Lupi – meus cumprimentos. (*Palmas.*)

Toda vez que o Ministro é convidado, e não pode vir, então pede para o Adroaldo, que é o conhecedor do tema, que se faça presente. E ele tem participado de todas. Eu já adianto que nós temos um outro debate, que eu diria bem mais amplo, porque vai ser da Câmara e do Senado, no próximo dia 21, lá no Nereu Ramos. E no Ministério da Previdência, o Ministro também é convidado; mas eu estendo, além do convite para o Ministro, também para você, Adroaldo, independentemente de o Ministro ir, seria sempre uma satisfação tê-lo lá também na Câmara. E claro, se puder o Ministro estar presente, eu gosto muito do Ministro.

Vamos agora:

- Leonardo Gomes Fonseca, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo; (*Palmas.*)

Seja bem-vindo, Leonardo.

- José Hailton Lages Diana Júnior, advogado, especialista em direito previdenciário e Vice-Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB-DF; (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja bem-vindo.

Temos também confirmado presencialmente o Sr. Silberto Silva, representante da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap), que, segundo dizem, estaria se deslocando para este evento.

Quero lembrar que o evento lá da Câmara, por questão de justiça, é promovido pela Cobap e outras entidades.

Então, se vocês permitirem, eu faço uma rápida introdução para situar os telespectadores, já que estamos ao vivo pela TV Senado.

Esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos do Senado tem como objetivo debater o tema "A Previdência Pública é viável".

É imprescindível assegurar e proteger o atual modelo brasileiro de previdência social. É imprescindível, porque ele atua como um verdadeiro seguro para o trabalhador, ele é um dos maiores distribuidores de renda do país, garantindo os meios indispensáveis para a manutenção deles e de suas famílias quando em situação de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, prisão ou morte ou mesmo aposentado por invalidez ou quando fica no auxílio.

Infelizmente – eu vou ser bem claro aqui; ninguém está dizendo que é esse ou aquele –, alguns especialistas têm levantado a necessidade de uma nova reforma da previdência social – ainda bem que são só alguns –, citando os gastos com benefícios de INSS, como aposentadoria, pensão e benefício de prestação continuada (BPC), além, inclusive, do aumento do salário-mínimo.

Eu acho um absurdo quererem retirar a política de inflação mais PIB, que foi uma luta que travamos. Fomos debater esse tema em todos os estados, até que, enfim, se criou a política de inflação mais PIB. E o salário mínimo, antes dessa política, ficava entre US$60... chegou a US$100, e foi uma luta para chegar a US$100. E, com essa política de inflação mais PIB, nós ultrapassamos os US$300. A lei foi revogada pelo Governo anterior, mas o Governo Lula novamente fez com que a lei voltasse se tornando lei.

Por isso tudo, é essencial lembrar, conforme o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência – da qual eu fui, inclusive, Presidente –, que ela aprovou por unanimidade, em 2017, que o sistema previdenciário é, sim, viável e rentável. A CPI da Previdência identificou que os problemas levantados sobre a previdência são, na verdade, questões, ao longo desses anos, de gestão, arrecadação, fiscalização, sonegação, corrupção, desoneração e dos tais Refis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sempre digo que o tal Refis, para mim, é piada. O cara vem, faz o Refis por 10 anos, 20 anos; daí alega que não pode pagar mais e faz outro, para não pagar nunca mais. Todo mundo sabe que é assim! Inventam de fazer Refis e acabam fazendo com que esses Refis aconteçam, e quem paga é o trabalhador.

Mas eu lembro aqui que o relatório da CPI, lá atrás ainda, identificava já uma dívida de 450 bilhões de empresas privadas à previdência. Ora, hoje é mais de 500 bilhões! Eu estou falando só dívidas que poderão ser cobradas. Agora, se você botar no cálculo todos os perdões, todos os Refis não pagos, nós vamos chegar a mais de R$1 trilhão.

Eu não tinha visto ali, viu? Pode botar bem grande e até dar um para mim aqui.

É mais de R$1 trilhão e vão querer tirar do trabalhador, do aposentado, do pensionista e não assegurar um salário decente para o servidor? É inaceitável! (*Pausa.*)

Pode segurar aqui, venha aqui atrás.

O que ela está me entregando aqui, casualmente... Esse R$1 trilhão não estava aqui, viu? Não estava no meu resumo. Mas eu me lembrei e você me mostrou que está nesse documento aqui, mostrando que é mais de R$1 trilhão de reais...

Bom dia! Pode passar um de cada lado aqui; os quatro que estão na mesa, mais vocês. O.k.?

Estamos falando de R$1 trilhão. Onde está esse R$1 trilhão de reais? Eu diria que é nas mãos dos grandes devedores. O.k.? Obrigado.

Enfim, para piorar essa situação, conforme a Procuradoria da Fazenda Nacional, eles dizem que em torno de R$180 bilhões correspondem a débitos que eles acham que dão efetivamente para recuperar. Estamos falando de 1 trilhão, mas que venham esses R$180 bilhões de imediato. E vamos continuar brigando, arredondando, pelos outros R$800 bilhões.

Os grandes devedores devem ser obrigados a quitar suas dívidas, e os recursos da previdência precisam ser destinados exclusivamente ao pagamento dos benefícios – enfim, para o leque da previdência –, para aqueles que contribuíram ao longo de toda a vida, ou seja, o povo trabalhador brasileiro aposentado e pensionista. E os empregadores que cumprem também com a sua parte – os que cumprem, porque tem uns que não cumprem. Ou seja, o dinheiro da previdência tem que ficar na previdência, não pode ser desviado para outros fins.

Falo aqui na Proposta de Emenda à Constituição, PEC 24, de 2023. Propostas de privatização ou capitalização do sistema previdenciário são inaceitáveis. Repito, propostas de privatização ou capitalização, como alguns setores – entre aspas – "defendem", são inaceitáveis, tanto a capitalização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quanto a privatização, pois só servem aos interesses do setor financeiro, dos bancos e das empresas da previdência privada. Qualquer governo, antes de apresentar proposta de reforma, deve compreender que, por trás dos números e gráficos, existem vidas, corações, almas que choram, mãos calejadas pelo suor de anos de trabalho e sonhos que não podem ser apagados.

Com essas considerações rápidas, nós vamos agora já para a fala dos nossos convidados.

É com satisfação que eu passo a palavra ao Dr. Adroaldo da Cunha Portal, Secretário do Regime de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, que terá o tempo aqui.

Eu vou dar para todos dez minutos, com mais cinco, mas, se necessário, darei mais cinco.

O SR. ADROALDO DA CUNHA PORTAL (Para expor.) – Obrigado, Senador Paim.

É um grande prazer estar aqui. Agradeço o seu convite e da Comissão para voltar a esta Casa. Estive aqui algumas vezes, ao longo de um ano e meio, na condição de Secretário de Previdência, e é sempre bom voltar ao lugar onde eu vivi os últimos 25 anos para falar de um tema que é tão caro a todos nós, particularmente a mim, nesse um ano e meio, mas ao senhor, durante toda uma vida pública dedicada a esse tema.

Eu lembro, Senador, que, na primeira oportunidade que eu tive de estar aqui, no Senado Federal, para falar de previdência, eu tinha assumido o cargo acho que há uns 15 dias, e o senhor me convidou para vir aqui. Eu lembro que aquele dia foi a comemoração dos cem anos da previdência no Plenário e eu lembro que aquele dia eu vim aqui para fazer uma choradeira, para contar das mazelas que nós havíamos encontrado na previdência social depois de seis, sete anos de desmantelamento, de sucateamento da previdência social. Vim aqui para falar sobre aqueles represamentos gigantescos que nós encontramos. Nunca é demais lembrar que, lá em 2023, no início do ano, o Presidente Lula assumia com um passivo na previdência de 2,5 milhões de pessoas aguardando pelo reconhecimento de direitos, de aposentadorias, pensões, salários-maternidade, auxílios-doença e os benefícios assistenciais também que são operados pela INSS, como o BPC.

O quadro era muito grave – e eu já falo dele e do que aconteceu ao longo de um ano e meio –, mas eu começo lembrando que é sempre bom, quando falamos de previdência, partirmos de uma premissa não equivocada. A previdência social, desde que no país... Acho que desde os anos 90, quando se implementou um modelo de economia neoliberal, a previdência passou a ser o patinho feio da Esplanada. É o lugar onde é o sumidouro de gastos, onde os recursos públicos se vão numa quantidade astronômica.

E é óbvio, nós investimos – e o Ministro Lupi gosta muito de falar que previdência não é gasto, é investimento. Nós investimos R$900 bilhões por ano em pagamentos de benefícios previdenciários e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendemos hoje mais de 40 milhões de pessoas – com todo o respeito ao nosso vizinho, a Argentina, isso é quase a população do nosso país vizinho –, cobertos por previdência.

É importante dizer que não há nada parecido no mundo com esse nosso modelo, nem em números percentuais de cobertura, nem em números absolutos – lembrando que a cobertura previdenciária de quem está na idade economicamente ativa de 18 a 59 anos ultrapassa os 70% no Brasil –, não temos nada parecido no mundo inteiro.

O nosso modelo de previdência é admirado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Desculpe-me a interrupção, mas, ficando no seu raciocínio, o Sr. Silberto Silva, que é um dos líderes da Cobap, chegou neste momento em nome da Cobap. Eu já havia dito, Silberto, que você estava se deslocando para cá e já falei também do evento do dia 21, que será um grande evento. Você terá a palavra no momento adequado.

Volto a palavra para o Dr. Adroaldo, mas fica aqui o nosso cumprimento ao Sr. Silberto Silva, que está aqui, como se comprometeu que viria. (*Palmas.*)

O SR. ADROALDO DA CUNHA PORTAL – Como eu dizia, Sr. Presidente, o nosso modelo de previdência é admirado e espanta o mundo pela grandiosidade. Não só pelo fato de o Brasil ser um país continental, com uma população gigante, mas pelo fato de não haver nada parecido no mundo com os percentuais de cobertura previdenciária.

Como eu dizia, na faixa economicamente ativa, de 18 a 59 anos, nós temos uma cobertura previdenciária bem superior a 70%. Nada disso tem comparação no mundo, nem mesmo, Presidente, nos chamados estados de bem-estar social, onde a cobertura e o lastro de rede social são muito bons, já foram muito melhores há 20, 30 anos, mas o nosso modelo difere porque ele é majoritariamente previdenciário, há cobertura previdenciária: a nossa previdência é sustentada pela contribuição de trabalhadores e empregadores. Não há nada parecido no mundo com esse modelo .

Mesmo assim, nós encontramos no início do ano passado, quando chegamos ao Governo, uma situação muito grave. Eu arrisco dizer hoje, com base nos números, que nós encontramos o maior represamento da fila da previdência de todos os tempos. E eu não falo isso a esmo: eu fui estudar os números e não consigo localizar qual momento da história da previdência em que nós tivéssemos uma fila de 2,5 milhões de pessoas aguardando por benefício, em que nós tivéssemos 1,2 milhão de pessoas esperando por perícia médica. Quem aguarda por perícia – em tese, a esmagadora maioria das pessoas –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está sofrendo algum tipo de incapacidade para o trabalho; ela tem algum nível de deficiência aliada à vulnerabilidade, ou seja, ela aguarda por um benefício que vai garantir a sua subsistência.

Quando eu disse que nós tínhamos uma fila de 1,2 milhão de pessoas esperando, é importante dizer que, naquele momento, há um ano e meio, o tempo de espera médio de uma pessoa – eu vou falar um pouquinho de perícia médica, porque ela dá um exemplo do que é a realidade dos outros benefícios e também porque ela, desde 2019, está sob competência e administração da secretaria que eu coordeno – era de aproximadamente cem dias. Então, Senador Paim, se alguém se afastava do trabalho por incapacidade temporária e necessitava de auxílio-doença, além de esse benefício ser um benefício de subsistência, ele também era de substituição de renda. De uma hora para a outra, a pessoa tinha a sua renda suspensa. E o tempo médio de espera era de cem dias. Eu aprendi, ao longo da vida, a não gostar de médias, porque as médias geralmente escondem algo pior do que a média. Na média, no Brasil, ninguém passa fome, não é verdade? Só que muita gente come muito bem e outras pessoas passam fome. Era isso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ADROALDO DA CUNHA PORTAL – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Doze milhões ainda passam fome.

O SR. ADROALDO DA CUNHA PORTAL – Era isso que acontecia.

Enquanto em Porto Alegre alguém tinha que aguardar 40, 45 dias para fazer uma perícia médica, no Nordeste do Brasil o tempo de espera estava variando, de acordo com a cidade, entre 260 e 365 dias. Ou seja, naquele período, quanto ao auxílio-doença, o INSS dizia mais ou menos assim para o cidadão: "Seu João, D. Maria, você está incapaz para o trabalho. Estou marcando a tua perícia médica para daqui a seis meses, para daqui a nove meses, para daqui a um ano, mas fique tranquilo, quando você fizer a perícia, nós vamos te pagar tudo retroativo, com juros. Até lá, você se vira para comprar comida, para comprar remédio, para pagar o aluguel". Nós tínhamos convertido o auxílio-doença – que, além de ser um benefício de subsistência, é de substituição de renda –, nós tínhamos transformado esse benefício num benefício indenizatório. Ou seja, "devo, não nego; pago quando puder", quando a fila der conta de recebê-lo.

Durante os primeiros meses deste Governo, o Presidente Lula, sua equipe de ministros, o Ministro Lupi e o Ministério da Previdência buscaram alternativas e discutiram soluções para um quadro que era extraordinário, era um quadro de absoluta emergência. Quando eu falei aqui no auxílio-doença, é importante lembrar que estava nessa mesma situação quem, por exemplo, tinha que fazer perícia médica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do benefício de prestação continuada, que não é um benefício previdenciário, não é pago pela Previdência, sai do orçamento da assistência, do MDS, mas a operação é nossa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADROALDO DA CUNHA PORTAL – A primeira medida adotada pelo Presidente Lula, autorizada por ele, foi a criação do Programa de Enfrentamento à Fila (PEFPS), programa que permitiu tanto ao INSS quanto à perícia médica, dentro da capacidade operacional que tinha na época, aumentar a produtividade. No caso da perícia médica, isso nos deu condições de ir mês a mês reduzindo o tamanho daquela fila. Resumindo, a fila que era de cem dias no Brasil hoje é de 34 dias. De novo, estou aqui falando em média. A média esconde ainda realidades ruins. Se, em Porto Alegre, o tempo de espera era de 40 a 45 dias e hoje é de 4 dias – alguém agenda em Porto Alegre uma perícia na segunda e a faz na sexta –, no Nordeste do Brasil, o tempo de espera ainda é de 77, ou seja, é muito menor do que era.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixa eu me...

Só para ficar claro, porque depois podem nos cobrar lá. Quatro dias...

O SR. ADROALDO DA CUNHA PORTAL – Para a realização da perícia. Esse é o tempo de Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quatro dias?

O SR. ADROALDO DA CUNHA PORTAL – Muda muito rápido o auxílio-doença no Rio Grande do Sul. Eu ainda vou rapidamente detalhar isso. Enquanto isso, no Nordeste...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então posso assegurar aqui tranquilamente...?

O SR. ADROALDO DA CUNHA PORTAL – Claro! O tempo médio...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Porque muita gente não sabe que, em Porto Alegre, em quatro dias tu tens a tua perícia médica.

O SR. ADROALDO DA CUNHA PORTAL – Uma perícia médica agendada. Em...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vi no plenário ali que tem alguns que não concordam, mas vou deixar você falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é que eu achei importante, viu? Por isso eu quis destacar.

O SR. ADROALDO DA CUNHA PORTAL – É importante.

Nós temos, em Porto Alegre, uma centralização na realização de perícias médicas – foi um modelo implementado por Temer e Bolsonaro de que eu não gosto. Então, em Porto Alegre, praticamente as perícias são feitas, quase todas elas, na BI Partenon. Tenho viajado o Brasil e conheço os locais. Esse número de quatro dias é o número que vigorou de janeiro até agora, na primeira quinzena de julho. Agora, nós jogamos o número tão para baixo que isso está permitindo nós cumprirmos o que manda a lei. A lei estabelece que benefícios previdenciários de longa duração devem passar por revisão. Então, Porto Alegre, Santa Catarina, Paraná, os estados, e todos os estados do Sudeste adquiriram uma capacidade operacional satisfatória, que está permitindo a gente incluir na agenda a realização de um benefício... a análise de revisões, as famosas revisões, que a lei manda fazer.

Então, em Porto Alegre, nós colocamos na agenda, agora, na segunda quinzena de julho e em agosto, a realização de 60 mil perícias de revisão no Rio Grande do Sul. Isso obviamente vai ser absorvido pela capacidade operacional e vai, durante 44 dias, que é o tempo que nós calculamos para realizar todas essas revisões... Nós vamos ter uma variação no tempo médio, que vai, durante três, quatro, cinco semanas, subir um pouco o tempo de espera, mas em Porto Alegre dá para fazer. Se você tem quatro dias para realizar as revisões e precisar levar dez ou quinze, durante três ou quatro semanas, isso é viável. Mas quem entrar no Meu INSS para agendar uma perícia médica verá que os tempos desabaram no Sul – desabaram em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná –, e em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, os tempos reduziram muito. Por exemplo, no Nordeste, em que eu falava que o tempo ainda é de 77 dias, como média – e média, de novo, esconde números ruins –, tem lugares em que o tempo de espera era de um ano, e esse tempo de espera hoje caiu para em torno de cinco meses. Ainda, Senador, é muito ruim, mas é uma recuperação de capacidade operacional que aponta para esses números aqui.

Nós tínhamos uma fila...

E aí a apresentação pode ir para a tela.

Aqui na primeira tela da apresentação que eu trago, Senador Paim, mostra-se que nós tínhamos um estoque de quase 1,2 milhão de perícias no primeiro semestre do ano passado.

Primeira página, pode passar. (*Pausa.*)

Enquanto colocam lá, eu vou explicando aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No primeiro semestre do ano passado, nós tínhamos 1,178 milhão de pessoas na fila, e hoje a fila é de 566 mil. É uma fila equalizada porque a esmagadora maioria dessas pessoas é o fluxo do mês. A Previdência Social recebe, entre requerimentos de perícia e requerimentos iniciais de aposentadoria, 1 milhão de novos requerimentos por mês, sendo que em torno de 400 mil são de perícia médica. Então, quando nós temos uma fila hoje de 566 mil, nós estamos quase no fluxo.

Estamos no fluxo no Sul e no Sudeste, resolvendo todos os atendimentos ao longo do mesmo mês. Mas ainda temos um excedente aqui no Nordeste brasileiro, por baixa capacidade operacional. Eu tenho o mesmo número de peritos médicos no Sul que tenho no Nordeste, mas o Sul do país tem 29 milhões de habitantes; e o Nordeste, 60 milhões. Então ainda é um problema de capacidade operacional.

O Presidente Lula acabou de autorizar a realização...

Podem voltar as telas até a primeira.

O Presidente Lula autorizou o aumento em 23% das vagas de perito médico para o Nordeste. Então é o primeiro enfrentamento, com o concurso lá, para reduzir, e com 23% de aumento da capacidade operacional a gente vai melhorar muito e muito rapidamente os números.

Nós temos uma meta de realizar, de obter junto ao Governo a contratação de mil peritos até o final do Governo do Presidente Lula, e isso vai nos dar uma condição operacional estabilizada. A apresentação, que eu vou deixar à disposição para os senhores, mostra em detalhes os números e mostra como a fila do tempo de espera em cada estado do Brasil reduziu. Esse material fica à disposição para os senhores pelo tempo.

Eu só faço aqui um alerta, Senador, que é uma preocupação da Previdência. Toda capacidade operacional tem limite, e nós vivemos um fenômeno social que a Previdência sozinha não tem condições de diagnosticar, de avaliar o que acontece – e eu estou falando dos benefícios de prestação continuada. Nós tivemos no ano passado... Eu não estou falando de concessão. As concessões cresceram depois que o Congresso Nacional, em 2021, flexibilizou a regra do porte de renda, de um quarto de salário mínimo: houve uma flexibilização no diálogo com o STF depois que o Presidente Bolsonaro vetou a mudança da regra, e isso aumentou o nível de concessão. Mas o que acontece no último ano e meio merece estudo: é que nós temos um crescimento avassalador, gigantesco, de requerimento de benefícios de prestação continuada. Não é um crescimento que ainda tenha causas justificáveis.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ADROALDO DA CUNHA PORTAL – Para os senhores terem uma ideia, no ano passado – para terminar –, nós tínhamos em torno de 95 mil pessoas por mês requerendo BPC. Esse número já ultrapassou 150 mil de média por mês nos últimos 6 meses.

Do ponto de vista operacional, a gente consegue fazer alguns diagnósticos, ainda sem valor científico, mas que apontam que há uma migração de buscas do cidadão que está em situação de desemprego ou em situação economicamente frágil buscando BPC. Então, os níveis de concessão não cresceram, porque há regras muito claras na concessão.

Percebe-se, cada vez mais, um número de pessoas que seriam candidatas a outros programas sociais, e até – um diagnóstico que a gente faz –, na medida em que o sistema melhorou muito em relação a tempo de espera, isso atrai um público maior. Havia uma parcela da população que potencialmente teria direito e não buscava porque pensava: "Vou ficar um ano ou dois até haver uma decisão". Assim como tem aquela pessoa que, numa situação de desamparo econômico, pensa num atalho e busca um benefício que tem regras muito claras, mas no qual infelizmente ele não se enquadra. Então, ele agenda uma perícia médica, ocupa a capacidade operacional, mas chega lá e claramente ele não é um quadro.

Então, esse é um estudo que o Governo está se dedicando a fazer, a avaliar, a encontrar alternativas, discutindo também uma série de atuações paralelas. Criou-se um mercado também de empresas, e eu não estou falando de advogados, estou falando de empresas. A gente vê comercial na TV o tempo inteiro: "Consiga o seu BPC com muita facilidade" – as autoridades têm investigado isso e a própria OAB, que percebe que não são advogados, mas que procuram aliciar, vender a ilusão para a pessoa de que ela pode obter o benefício em troca de facilidades.

Eu termino – e, agora sim, concluindo – fazendo uma rápida defesa do modelo de previdência. Há uma agitação no mercado por uma nova reforma. Isso é evidente. Hoje a capa do jornal *Valor* traz mais uma dessas matérias falando sobre aumento de gasto da Previdência. Primeiro, essas discussões não estão calcadas em números; não estão. Vocês veem entrevistas minhas ou do Ministro Lupi chamados para explicar números? Não. E nós estamos à disposição para fazê-lo. Quando se diz que há uma explosão de aumento de gastos no auxílio-doença – como está na capa do *Valor* hoje – por conta da ferramenta do Atestmed, que tem permitido a concessão do auxílio-doença muito rapidamente para casos de curta duração, eu digo o seguinte: eu rebato com números. Onde estão os números?

Historicamente, em 40 anos, o auxílio-doença gasta entre 4% e 5% dos recursos da Previdência. Este ano são R$900 bilhões de gastos; são R$40 bilhões a R$41 bilhões estimados de gastos até o final do ano com auxílio-doença. Isso é 4% dos gastos. A variação, historicamente, se dá entre 4% e 5%, e é o que está acontecendo. Porque, em que pese nós estarmos concedendo muito mais rápido e estarmos pagando agora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que contratávamos com cheque pré-datado para o futuro, quando marcavam sua perícia para daqui a um ano, o tempo de duração dos benefícios está reduzindo. Lembram que eu falei no início que nós marcávamos uma perícia para dali a seis meses, para dali a um ano? Acontecia que a alguém que tinha uma fratura de pé, uma lesão de ombro, uma patologia que o afastava do trabalho potencialmente por curto prazo, nós pagávamos seis meses de benefícios, oito meses de benefícios.

Nós tínhamos feito com que o perito médico federal, quando analisava a BI (benefício por incapacidade), fizesse análise documental de corpo presente; ou seja, o cidadão comparecia lá, mas podia ser a esposa dele levando o atestado, o filho, o vizinho ou o carteiro, porque quando você faz uma análise desse tipo um ano depois ou seis meses depois a pessoa não está mais doente. O que nós fizemos foi otimizar esse processo.

Nós tínhamos transformado o cidadão brasileiro num carteiro: seis meses depois, levando um pedaço de papel para o perito. O perito analisava tão somente o documento, não mais a pessoa. A pessoa não estava mais incapaz.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADROALDO DA CUNHA PORTAL – O tempo médio – para concluir mesmo –, que era de 180 a 300 dias de pagamento, mesmo para casos de curta duração, hoje está na casa dos 69 dias. Esse é o tempo que um cidadão, em média, precisa ficar afastado e ter condições de voltar ao trabalho. Levava tanto tempo pela nossa incapacidade de dar o benefício no momento oportuno.

O que precisamos, aqui no Congresso Nacional, e o Governo tem falado sobre isso, é nos preocuparmos com as fontes de financiamento da previdência. O tempo inteiro a previdência social é vista como patinho feio, mas, como o Presidente aqui coloca: há perda de receita continuada. A gente, no Governo, aboliu a palavra "déficit" da previdência, até por estarmos no campo progressista, mas reconhecemos que ficar depauperando a previdência nos coloca numa situação de ter que encontrar formas de sustentá-la.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADROALDO DA CUNHA PORTAL – A necessidade de financiamento da previdência social é fundamental. E essa é uma responsabilidade não só do Governo, mas do Congresso Nacional.

E eu o parabenizo, Senador Paim, por esta audiência pública e pelo esforço continuado nesse trabalho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Adroaldo da Cunha Portal, Secretário do Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social. Eu o cumprimento pela exposição, mas, principalmente, por esse fechamento que você fez agora sobre o jornal.

Ninguém aqui está atacando o jornal, viu? Às vezes, as pessoas confundem. Ele apenas destacou uma notícia que está hoje no jornal *Valor*. De novo, como... É que alguém, na verdade, passa a notícia para o jornal, tentando demonstrar que a previdência...

O SR. ADROALDO DA CUNHA PORTAL (*Fora do microfone*.) – Consultores de plantão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele dá o termo aqui, mais adequado para o momento, com o cuidado que a gente tem: consultores de plantão, que vão lá colocar essa notícia de que a previdência está falida. E não está falida. Por tudo que ele colocou, está avançando ainda. E temos que avançar muito mais.

Tem uma frase que eu sempre usei ao longo das minhas campanhas – e vou para 40 anos de Congresso, com mais dois anos –, a frase que eu usei na primeira: "Fizemos muito, mas temos muito, muito por fazer", devido à situação do nosso povo. Como aqui foi dito, tem 12 milhões de pessoas que estão ainda passando fome e ninguém vai conseguir mudar tudo isso do dia para a noite. Temos que aperfeiçoar, sim, a previdência pública, por exemplo, e você aqui já deu dados, números e caminhos que o Ministro Lupi está percorrendo.

Passamos agora...

A intenção é botar uma pessoa que está presente para fazer a sua palestra e uma à distância.

Passamos agora, por videoconferência, ao Wanderson Dias Ferreira, Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), que sempre tem participado conosco desses debates e acredito – não é, Silberto? – que vá estar também no dia 21, lá no Nereu Ramos.

O SR. SILBERTO SILVA (*Fora do microfone*.) – Já confirmado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já confirmado, não é?

Então, por favor, Wanderson Dias Ferreira, por dez minutos, com mais cinco, se necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WANDERSON DIAS FERREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Paim.

Um bom dia a todos os Senadores.

Eu cumprimento a mesa, na pessoa do Senador Paim, e todas as pessoas que estão participando desta Comissão, seja presencialmente, seja virtualmente através da TV Senado.

Bom, primeiro, agradeço pelo convite, a Anfip agradece pelo convite, por conta da relevância do tema. Apesar de sermos uma associação de classe que representa os auditores fiscais, nós da Anfip temos na nossa gênese uma relação muito íntima com a previdência social, já que nascemos de auditores da previdência social. Então nós estamos sempre muito preocupados, atentos, vigilantes e cerrando as fileiras da defesa da previdência social pública.

Enfim, como já narrado tanto pelo Senador Paim como pelo nobre colega que me antecedeu, outra questão que se faz necessária é que nós estamos sendo atacados a todo momento no que tange à discussão e necessidade de uma nova reforma previdenciária. Então, é muito necessário que nós estabeleçamos um ambiente de debate aberto, justo, e que se ponderem todas as variáveis necessárias para a conscientização da sociedade no tema da previdência.

Bom, em primeiro lugar, o que a gente, a Anfip, sempre faz questão de colocar, quando se pronuncia em relação à previdência, é que a previdência social brasileira, antes de tudo, é uma conquista da nossa sociedade. Também já foi falado pelo nobre colega, a grandeza e a estrutura que a previdência social tem no Brasil é inigualável e de uma importância ímpar, porque ao mesmo tempo que ela é uma agente de justiça social, por conta do suporte que ela dá à sociedade, ao cidadão brasileiro quando ele está em alguma situação de vulnerabilidade, seja no período laborativo ou posteriormente, quando ele precisa do apoio após a cessação da sua atividade laborativa... Então, ela tem esse viés, essa parte importantíssima, mas também a previdência social brasileira tem uma função de redistribuição de riqueza muito grande.

Nós, na Anfip, temos um livro que fala exatamente sobre isso, que é o *A Previdência Social e Economia dos Municípios*, que mostra que mais de 70% da economia dos municípios brasileiros é fortemente ou majoritariamente impactada pelas receitas advindas da previdência social, pelos benefícios pagos pela previdência social brasileira – alguns são maiores ainda que os repasses do fundo de participação dos municípios; ou seja, qualquer soluço de continuidade, qualquer interrupção impactaria fortemente a economia dos municípios brasileiros. E nessa publicação pode-se observar também que a maioria desses municípios são municípios em que você tem um índice de qualidade de vida, principalmente na questão da riqueza... quando se vai ver a renda *per capita*, são os que têm menor renda *per capita*, ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja, são municípios mais pobres. Então, só por isso a gente já vê o caráter da necessidade da existência da previdência social.

E, quando a gente pensa a previdência social pela necessidade, pelo lado da necessidade, eu costumo dizer que, quanto à questão da viabilidade, você já começa a perceber a viabilidade pelo querer a sua existência. Então, você já começa, do ponto de vista lógico, a perceber que tem de ser viável uma previdência social e de caráter público, porque a própria Constituição, quando fala em seu art. 194, fala do caráter da universalidade, da universalidade dos temas que são cobertos pela seguridade – que são previdência, saúde e assistência: tem que ter o caráter universal.

Então, apenas uma previdência pública que não se preocupa com o caráter de rentabilidade – visto que, se fosse uma previdência privada, além do caráter atuarial de equilíbrio ela também teria que premiar as pessoas que dirigem, que gerenciam a previdência –, uma previdência desse caráter não conseguiria abranger, não conseguiria ter o caráter universal que a Constituição brasileira exige que tenha, que a previdência tenha. Então, por isso, a gente já percebe que tem que existir essa viabilidade.

Superada essa questão de necessidade, a gente já pode pensar na viabilidade – naquilo que se começa a discutir, que se discute fortemente, vem se discutindo há bastante tempo –, que é o binômio receita-despesa das contas previdenciárias. É bem verdade que as despesas, os gastos previdenciários, nos últimos 20 anos aproximadamente, têm sofrido um forte impacto pelo crescimento e pela política de valorização do salário mínimo. Isso é uma coisa que por mais que... Quaisquer que sejam as discussões, sejam pelo lado progressista, sejam pelo lado liberal, isso é uma constatação; ou seja, como a maioria dos benefícios da previdência social se concentra numa faixa de renda mais baixa e a maioria também no valor de um salário mínimo, qualquer política de valorização do salário mínimo vai impactar nas despesas, nos gastos dos benefícios.

Entretanto, nós da Anfip, através da promoção de estudos a todo momento – e tem um livro da seguridade social, da análise da seguridade social –, exploramos, constatamos, apesar da política de valorização do salário mínimo, e percebemos que durante esse mesmo período o gasto ou o equilíbrio, ele tem se mantido satisfatório. O que isso quer dizer? Que, mesmo que as despesas tenham crescido, fortemente impactadas pela política de valorização do salário mínimo, as receitas também sofreram um crescimento que buscou acompanhar – durante a boa parte desse período, elas acompanharam.

O que começou a corroer as bases de financiamento? Basicamente foi uma política de, ao longo do tempo, desoneração da folha de pagamentos e de outras renúncias fiscais, que atinge não somente a base da previdência, mas também toda a estrutura de financiamento da seguridade social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente – só para poder consolidar e passar os valores –, no âmbito das receitas das contribuições sociais, as renúncias fiscais estão situadas na ordem de cerca de R$270 bilhões, no ano 2023. Ao passo que o total de renúncia fiscal dos tributos, no campo da União, em um valor aproximado da ordem de R$500 bilhões, ou seja, sempre vislumbrando incentivar algum outro tipo de atividade, alguma outra área de atuação estatal, começou-se a carrear recursos da seguridade social e também da previdência social para esses investimentos, esses ditos gastos tributários, que são políticas de Governo, enfim, no mundo todo se pratica essa modalidade de incentivo de atuação estatal, se tiraram recursos da previdência e da seguridade para outras ações governamentais.

O fato é que já se começa, já se tem uma visão bastante crítica e se percebe que esses valores, em primeiro momento, não conseguem obter os impactos prometidos pelos setores que pleitearam e que foram agraciados pelo Governo, pelo Estado brasileiro, ou seja, não está devolvendo para a sociedade, e por outro lado também você começa a causar um problema, um descasamento da base de financiamento da previdência social e da própria seguridade.

Enfim, só para outro nível de exemplo, no ano passado somente da desoneração da folha de pagamentos, em alguns dos setores existentes, o valor foi de R$10,4 bilhões e há uma demanda crescente de outros setores que não foram agraciados para também quererem gozar dos mesmos incentivos, dos mesmos benefícios. E pode se dizer também, de forma clara, que, como não há o retorno para a sociedade, seria um privilégio.

Então, a gente fica... a gente consegue constatar e consegue perceber que fica difícil efetivamente a gente continuar financiando a previdência se não houver uma cessação e também, obviamente, uma reversão dos valores e da estrutura de financiamento da previdência social.

Bom, uma outra coisa também que a gente pôde perceber e vem percebendo ao longo do tempo é a questão da corrosão dos órgãos que são necessários para poder manter essa estabilidade e a viabilidade da previdência. Nós temos, pelo lado dos benefícios, basicamente o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e também, obviamente, tem a estrutura do Ministério da Previdência Social que encampa o dito órgão, a dita autarquia – que vem passando ao longo do tempo por uma dificuldade de estruturação e até de recomposição dos seus quadros, ou seja, que acaba dificultando tanto a prestação do serviço, como dito também pelo nobre colega que falou antes, mas também até na política de conseguir fazer uma gestão talvez mais agressiva na apuração de eventuais desvios na concessão de benefícios e na fruição dos benefícios...

Por outro lado também, a própria Receita Federal do Brasil – aí, pelo lado da Receita – tem, ao longo do tempo, tido um decréscimo substancial da sua força de trabalho da área de auditoria para poder fazer o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combate à sonegação tributária, principalmente dos tributos que são a contribuição previdenciária. A gente teve uma redução significativa desse quadro, ou seja, a gente deve ter hoje cerca de 35% do total do quadro que a gente tinha 15 anos atrás. É óbvio que os órgãos, tanto o INSS, quanto a Receita Federal do Brasil, tentam compensar com avanços, tanto na gestão quanto na tecnologia, mas, ainda assim, é necessária a recomposição dos quadros desses órgãos para que a gente possa atuar no sentido de promover a otimização das receitas e das despesas e, assim, promover o equilíbrio.

Para finalizar a minha fala, é importante considerar que também é fato que houve uma mudança na questão da pirâmide etária do país – e a questão atuarial pode ser impactada no futuro, isso também é um fato que tem que ser ponderado – e também a questão da mudança na dinâmica das relações de trabalho, mas todas essas considerações têm que ser realizadas num debate amplo entre a sociedade, levando em consideração toda a questão da renúncia fiscal e da renúncia tributária, que corroem a base de financiamento da previdência.

Por conta disso, a Anfip se mostra vigilante, se mostra sempre ao lado da defesa da previdência social brasileira e agradece muito pelo convite. Estamos dispostos sempre a colaborar no debate e no oferecimento de dados e alternativas para construir uma previdência mais forte, mais justa e mais solidária.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Wanderson Dias Ferreira, Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), que diz com muita consistência e muita firmeza que não é o salário mínimo o problema da Previdência. É claro, quando o salário mínimo atinge cada vez mais aqueles que ganham o salário mínimo, o gasto é maior, mas a arrecadação também cresce. Ninguém pode negar: se as pessoas ganham mais, pagam mais.

Eu confesso que eu ainda vou fazer um dia uma audiência pública – e vou trazer aqui todos os setores do campo econômico, social e naturalmente político – sobre por que não se enfrenta o debate de a contribuição da Previdência ser sobre o faturamento e não sobre a folha de pagamento. É claro que nós trabalhadores vamos pagar sobre a folha – os nossos 5%, 8%, sei lá o número que vai se encontrar. Mas por que aquele que fatura mais não paga mais e o que fatura nada vai pagar pouco ou nada?

Eu sempre dou exemplo dos bancos. Quem mais fatura nesse país? São os bancos. Quem menos emprega? São os bancos. Consequentemente, se eles pagam sobre a folha, acabam sempre sendo beneficiados. Eu não quero aqui criar uma polêmica com esse tema, porque eu sei que nem todos pensam igual. Democracia é isso, é fazer um bom debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ainda vou promover uma audiência pública, talvez num espaço maior, só para debater esse tema, só para ver aonde chegamos, aonde vamos, se é possível, se não é possível. Mas por que não se enfrenta esse debate de o empregador pagar sobre o faturamento? O número vamos construir juntos, quanto vai ser. Daí não fica essa questão em que uns pagam, outros não pagam, outro é beneficiado. Esse é um debate que eu gostaria muito de enfrentar. Eu venho falando disso há muito tempo, mas sinto, entendo que não está bem discutido, tem que ser aprofundado. Entra aí o Ministério da Fazenda, naturalmente, que vai ter que debater também. Mas sinto que eles resistem muito à história do faturamento, principalmente os que lucram mais e empregam menos. Hoje para eles está bom, lucram bilhões e empregam 100 pessoas ou que seja mil pessoas.

Eu dou o exemplo dos bancos. Eu vejo com o sindicato dos bancários de qualquer estado: os que tinham mil empregados num passado até recente hoje tem 100, porque tudo está via internet e vai ficar cada vez mais. Um dia, o banco vai ter meia dúzia de empregados faturando bilhões, e quem vai pagar? Esse é um debate que eu deixo no ar, não me considero dono da verdade, mas gostaria de ver esse debate acontecer um dia.

Vamos avançando. Parabéns pela fala da Anfip.

Eu passo a palavra agora ao Leonardo Gomes Fonseca.

O Leonardo Gomes Fonseca é Diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo.

Dez minutos com mais cinco, Leonardo.

O SR. LEONARDO GOMES FONSECA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu queria cumprimentar o Senador e agradecer a oportunidade de participar dessa audiência de extrema relevância; e cumprimentar todos os colegas presentes do INSS também que vieram aqui dar uma força a essa questão que é de suma importância para o povo brasileiro.

Trouxe uma cola aqui para não me perder, tamanha a relevância do tema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu entendo e uso muito na tribuna. Dados, números, eu tenho que ir com uma colinha junto, que nem vocês botam aí no painel os dados e os números. Tranquilo.

O SR. LEONARDO GOMES FONSECA – Então, a previdência pública hoje, comumente conhecida como previdência social, é uma das políticas públicas mais relevantes já implementadas no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como a população hoje, de acordo com o Censo de 2022, é de 203 milhões de pessoas, cerca de 23 milhões de brasileiros são beneficiários da previdência. Isso gira em torno de 11% da população brasileira. Atualmente, a previdência...

Eu vou repetir alguns números e questões que já foram colocadas aqui, mas, como a gente diz, a repetição é a mãe da excelência; quanto mais repetir, mais isso vai ser assimilado, e as pessoas vão ter a compreensão do tema.

Hoje ela distribui em torno de R$70 bilhões por mês, garantindo a sustentabilidade econômica de pequenos e médios municípios por meio de seus beneficiários.

É fundamental reconhecer que a previdência pública é alvo de ataques que buscam desconstruí-la, promovendo narrativas de déficit, que favorecem uma possível futura privatização. No entanto, é crucial esclarecer que as fontes de arrecadação da previdência pública não se limitam às contribuições de empregados e empregadores. Elas incluem também PIS, Cofins, jogos de loteria e impostos, como a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Há ainda a ideia equivocada de que os atuais contribuintes pagam pelas aposentadorias vigentes, ignorando a situação de que os próprios aposentados já contribuíram para garantir suas aposentadorias em grande parte.

Diante desses fatos, é essencial que a previdência pública seja reconhecida como um patrimônio nacional. Uma política social de tamanha magnitude deve ser protegida acima de qualquer viés político, pois estamos tratando do futuro, hoje, de 11% da população brasileira, que tende a crescer. Todos nós temos algum parente, em algum momento, que já utilizou ou utilizará a previdência, especialmente em momentos de maior vulnerabilidade. Portanto, não importa a orientação política, seja direita, seja esquerda, seja centro, todos os Parlamentares de todos os partidos devem se unir em defesa e valorização da previdência pública.

As políticas de desoneração da folha de pagamento e o perdão de dívidas previdenciárias devem ser avaliados com extremo cuidado, pois impactam diretamente a vida dos cidadãos, especialmente nos momentos em que mais necessitam de apoio.

A previdência deve continuar sendo pública e prestar um serviço de qualidade. Para alcançar a excelência no atendimento, é imprescindível a valorização dos servidores, que, com dedicação e comprometimento, mantêm a previdência social operando de forma eficaz. No entanto, a situação dos servidores é alarmante. Muitos sequer possuem um plano de saúde oferecido pelo órgão e, quando adquirem um plano por conta própria, enfrentam dificuldades para mantê-lo devido à defasagem salarial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, nós estamos cientes hoje de que a inteligência artificial será cada vez mais utilizada no serviço público. Conforme anunciado, inclusive pelo Governo – a gente consegue localizar isso na internet –, o Governo investiu R$2,2 bilhões nessa tecnologia. Então, nós acreditamos que a combinação da tecnologia nos processos com a atuação dos servidores na fiscalização e no controle permitirá alcançar uma melhor qualidade e eficiência na previdência social.

Dada a relevância do instituto da previdência, cabe ressaltar aqui que hoje os servidores estão em greve. Então, a gente não poderia falar de previdência pública de qualidade sem citar a greve dos servidores desde o último mês, buscando... E o que os servidores estão buscando? Não apenas a melhoria da qualidade dos serviços e a valorização, como também que sejam criados mecanismos que garantam a viabilidade da previdência pública, dificultando qualquer processo de privatização.

Nesse sentido, o mais importante com relação à greve, sem desconsiderar o aspecto financeiro, o que fez com que a categoria se colocasse em greve foram as pautas que protegem a previdência, como a reestruturação da carreira, porque entendemos que a carreira do seguro social seja garantida como parte integrante do núcleo estratégico do Estado brasileiro. E essa é a parte central do movimento de greve. Essa pauta não acarreta impacto financeiro, dependendo apenas da vontade política para proteção e valorização da previdência e de seus servidores.

Aqui nós trouxemos um estudo que desenvolvemos, que oferece soluções. A gente traz as questões, os problemas, mas a gente também traz ideias de solução, e esse estudo rege a respeito das questões orçamentárias. Então, esse estudo sugere uma economia de até R$150 bilhões ao ano, somente realocando parte dos servidores para uma área onde atualmente apenas 1% está alocado. Essa economia pode ajudar e evitar inclusive uma nova reforma previdenciária a curto e médio prazo.

E como proposta para o futuro, a médio e longo prazo, acreditamos que seria fundamental abrir um debate – como o próprio Senador colocou aqui – amplo, com a classe política, os servidores e a população, buscando novas soluções para a previdência social, soluções estas que não impliquem no recuo dos direitos dos trabalhadores, que durante anos dedicaram suas vidas e energia contando com o momento em que poderão, por exemplo, aposentar-se, sem que esse momento seja constantemente postergado.

E se me for permitido aqui – eu não sei se é o momento – eu gostaria de deixar um pedido de dois encaminhamentos: uma manifestação desta Comissão, escrita, solicitando ao INSS que abra mão imediatamente da ação judicializada da greve, porque, como sabem o próprio Governo e essa própria Comissão de Direitos Humanos, a greve é um direito dos servidores. E, se possível, formar uma comissão de Senadores para solicitar uma reunião com o MGI (Ministério da Gestão e da Inovação) e convidar os representantes da categoria para discutirem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO GOMES FONSECA – ... a abertura da mesa de negociação e as pautas estabelecidas, principalmente as questões que não se tratam de impacto financeiro.

É claro que isso não é desconsiderado – o Governo já fez uma avaliação da questão financeira –, mas a base, a categoria está nesse movimento de greve, principalmente por questões que não têm impacto financeiro e que protegem a previdência desses discursos de privatização, de eliminação da previdência pública. A previdência pública só vai conseguir prosperar a partir do momento em que ela tenha esse equilíbrio...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais um minuto.

O SR. LEONARDO GOMES FONSECA – ... esse equilíbrio tanto da parte de arrecadação, de gestão, como da valorização dos servidores como um todo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Leonardo Gomes Fonseca, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo, que faz uma série de propostas e encaminhamentos, o que é o mais correto – a audiência pública tem que ter um encaminhamento no final, e você já deixou alguns. E eu já pedi para a assessoria, e eles estão sabendo: antes de terminar, eu vou ter que receber os encaminhamentos que foram propostos aqui pelos nossos convidados.

E achei importante também. Não tem que ter medo de falar de greve numa audiência pública. Aqui é uma Casa democrática, e falar de greve... Algo que está, aqui nesse boletim que eu recebi, a partir do dia 20.

O SR. LEONARDO GOMES FONSECA – Não. A greve começou no dia 10. Algumas entidades já começaram a movimentação de greve no dia 10; e outras, no dia 16.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem. É que o boletim que eu recebi aqui de alguém – só vou ler o que eu recebi aqui – pediu que eu situasse. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa aqui é especificamente dos peritos médicos, essa aqui chegou aqui – me informam aqui agora. A greve já começou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO GOMES FONSECA – Começou desde o mês passado. E queria deixar bem claro aqui: o momento de greve – os servidores não gostam de estar de greve – é uma necessidade no sentido de preservar a previdência social pública brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele está dentro do tempo dele ainda. Então, foi bom, porque ele deixou muito claro como está a situação da greve: começou dia 10...

O SR. LEONARDO GOMES FONSECA – E permanece até o momento, porque não houve a abertura da mesa de negociação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tá. E o que chegou à mesa, então – aqui só dizia: "Atenção! Greve a partir do dia 20" –, é dos peritos médicos.

O Adroaldo falou para mim que ele está bem à disposição para falar sobre a greve. Acho bom que tenha, inclusive, líderes dos movimentos que estão no plenário que gostariam que você falasse. Mas vamos tocando a agenda, porque nós tínhamos combinado, e ele vai falar sobre essa questão.

Então, como já está situado aí, a greve dos peritos é a partir do dia 20 e a greve dos outros servidores começou no dia 10 e continua. E está pedindo encaminhamento de abrir a mesa de negociação para chegar a um entendimento. Em resumo, é isso.

O SR. LEONARDO GOMES FONSECA – A questão é que foi a primeira vez que uma greve foi judicializada tão rapidamente, colocando inclusive em dúvida o direito de greve. Hoje saiu uma liminar, estipulando 85% dos servidores atuando. Nem em momento de normalidade acontece isso. Então, é uma vedação ao movimento de greve.

E a questão, como foi feito lá em 2022... Houve um movimento político, em que Deputados e Senadores foram presencialmente solicitar essa abertura de negociação, que hoje seria junto ao MGI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., claro que vamos acatar, não custa nada para nós encaminhar isso, mas vamos dar um encaminhamento no final da reunião.

Agora vamos continuar aqui, para que todos falem, depois vai ter mais outra rodada. O Adroaldo pediu, inclusive, que ele gostaria muito de falar sobre a questão da greve no momento adequado.

Então eu passo a palavra agora à Maria de Lourdes Nunes Carvalho, Diretora de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social, de Políticas Sociais e Assuntos Especiais (Sindifisco).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tempo é seu por dez minutos, com mais cinco.

A SRA. MARIA DE LOURDES NUNES CARVALHO (*Por videoconferência*.) – Alô, alô, alô.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pronto, estamos ouvindo.

A SRA. MARIA DE LOURDES NUNES CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos, na pessoa do Senado Paulo Paim, por quem eu tenho a maior admiração, eu quero desejar muito o engajamento de todos, nesta luta que é, sobretudo, uma luta cidadã em defesa da sociedade brasileira.

O que eu gostaria de destacar, neste primeiro momento, é que a previdência pública deve continuar pública e estatal, sobretudo, Senador, deve ser tratada como uma política pública de longo prazo, pois, no decorrer do tempo, desde a sua história de cem anos, ela tem sido tratada apenas nos momentos de crise cíclica da economia. E aí nós temos remanejamentos, temos dívidas atuais, temos conceito de déficit, precarização, e tudo o que a gente ouve falar.

Das dívidas nós precisamos, além de cobrar as que estão em atividade, que estão já registradas em dívida ativa, cobrar também as que deixam de ser registradas durante estes últimos anos, porque a partir da fusão do Fisco, Previdência e Receita Federal, as contribuições previdenciárias tiveram mesmo um tratamento de imposto e não um tratamento especial de contribuição que é destinada à sociedade, em que a Receita Federal, com seus auditores fiscais, é a carreira guardiã dessa contribuição. Então, política pública viável e de longo prazo, que precisa de reparos.

Em relação aos remanejamentos das várias contribuições no decorrer dos anos, o país já atuou muito para resolver a questão da economia, criando contribuições temporárias de equilíbrio. E quantas pessoas fizeram parte da previdência como contribuintes individuais com a promessa de se aposentar com 25 anos de salário, com teto de 25 salários mínimos, 20, 18, 15, e foi baixando, baixando, hoje nós temos salários de contribuição no teto, em que muitos contribuíram para receber mais? E que bom que ainda é possível fazermos esta avaliação e mantermos essa política pública viva, porque isso garante cidadania.

O que nós precisamos é, com certeza – com certeza! –, tratar de colocar para a sociedade que nós não somos políticas públicas de governos, mas políticas públicas de Estado, que devem permanecer, com todas as forças, sendo vigiadas por Senado, Câmara e pela sociedade, principalmente pela classe trabalhadora. Por isso, uma contribuição como a gente já teve do Fundo Social de Emergência, logo que a Constituição foi promulgada, pode ser feita para dar equilíbrio até 2060, como nos é oferecido anualmente um anexo de projeções atuariais no lançamento da Seguridade Social de como estaria o quadro de aposentadorias a partir da projeção e da expectativa de vida da população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vale ressaltar que a Constituição de 1988 nos deixou, assim, com muita tranquilidade, um capítulo Da Ordem Social, que resgatou histórias da previdência rural, a qual, pelo modelo latifundiário do país, não tinha previsão legal de aposentadoria; e as contribuições sobre o faturamento e sobre o lucro são em decorrência de fazer esse resgate de cidadania desses milhões de brasileiros. Só que, com o passar do tempo, começou-se a fabricar, a criar necessidade de desonerações e de diminuição de contribuição em cima da folha de salário, em razão da população que ia envelhecendo e chegando à idade de aposentadoria, ou por perda da capacidade laborativa. E todo aquele dinheiro que foi emprestado em forma de ações para a Vale do Rio Doce, para a Companhia Siderúrgica Nacional, no regime militar, para promover o desenvolvimento econômico, com construção de estradas e obras de infraestrutura, para a construção de Brasília, com a promessa de devolver esses valores quando chegassem à idade da aposentadoria, não foi devolvido. E aí começou o processo de desoneração da folha de salário. Toda vez que a economia vai mal, ciclicamente, as empresas entram com o pedido de desoneração da folha.

Eu gostaria de ressaltar que fiquei muito contente de ver o Senador falar do desafio de se discutir o faturamento. A folha de salário foi uma construção histórica do modelo que nós adotamos no país, mas qualquer base de incidência é importante, contanto que o seu valor seja preservado, seja guardado em conta própria do Regime Geral de Previdência Social, como recurso pertencente à sociedade. E, para tanto, a gente já tem um preceito constitucional, que foi incluso na Constituição pela Emenda 20, de 1998, que trata das desonerações. Esse artigo diz, no seu inciso XI, que, quaisquer que sejam as contribuições substitutas da folha de salário, elas deveriam receber esse carimbo; e diz, nesse art. 167, que as contribuições sobre a folha de salário não devem ser utilizadas para outros fins que não sejam aposentadorias do regime geral. Por que então que as contribuições substitutas da folha de salário não recebem o mesmo carimbo? Porque, colocando carimbo, não cai na vala comum da execução orçamentária de curto prazo. O dinheiro fica reservado e guardado para a previdência social.

E a outra questão é uma nova reforma, tratando a previdência social como política pública de governo, e não como política pública de Estado. Então, se a economia vai mal, o governo tem que se recorrer exatamente ao lado pobre, dos trabalhadores que precisam do Estado para garantir sua capacidade de ter vida digna, quando perdem, por idade ou por doença, a capacidade laborativa. Esta é uma das questões que precisam ser enfrentadas: o país que envelhece e cresce, em uma globalização do mundo da tecnologia, em que menos mão de obra tradicional é precisa – e tem, aqui, no Brasil, o processo do meio em andamento –, há necessidade de fazer a economia girar por outros caminhos que não sejam só o caminho das exportações, uma valorização da indústria nacional, com alguém que ocupa mão de obra enquanto não se resolve qual o caminho que vamos dar para o financiamento de longo prazo da previdência. Essas são as questões importantes que precisam ser abordadas para nós sairmos deste artifício contábil de comparar a arrecadação atual gerada pelo sistema nas contribuições da seguridade social com todo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estoque de aposentadorias e pensões que nós temos no passado. Quando fazemos isso, estamos desconsiderando o que foi desviado, remanejado oficialmente para outros fins no decorrer de décadas.

Enquanto a sociedade brasileira, o Parlamento e servidores públicos federais, em especial...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA DE LOURDES NUNES CARVALHO (*Por videoconferência.*) – ... aqueles envolvidos e atuantes dentro do regime de previdência social, no caso do INSS, e nós, Secretaria da Receita Federal, auditores fiscais e demais servidores administrativos envolvidos com fiscalização, arrecadação e planejamento dos recursos que vão para o orçamento da seguridade social, em especial previdência social... Fica bastante complicado falar em reforma sem fazer uma análise desse desenho, do que cabe prosperar e do que cabe ser revisto em forma de financiamento, mas pela ótica da sociedade e dos trabalhadores, porque todas as reformas que foram feitas até agora, desde 1988, e todas as conquistas da área de previdência social, não foram uma busca da economia nem dos diversos governos, mas reivindicações, lutas e conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras.

Gostaria de chamar uma atenção especial, sobretudo, à história da precarização das relações de trabalho, em que, em muitos casos, o contrato de trabalho é o passaporte para o Regime Geral de Previdência Social: que a gente olhe com muito cuidado para a questão da inscrição individual dos contribuintes que trabalham por conta própria, seja pelo CPF, NIT, seja pelo MEI; que se possibilite, aos 40 anos de trabalho, de labor, ter condições de não arrastar os pés na rua, nos confins do Brasil, para conseguir ganhar algum dinheiro para a manutenção da própria sobrevivência, inclusive da alimentação.

Não é demais relembrar o que nosso amigo Diretor da Anfip já falou sobre a importância da previdência com redistribuição de renda, porque muitos municípios do Brasil, inclusive do meu Estado do Maranhão, têm uma economia voltada para esse movimento que acontece.

E o povo brasileiro merece dignidade. Que a assistência social, que o cuidado com os valores repassados para a população em situação de fragilidade e vulnerabilidade não fiquem reféns de políticas públicas de governo, mas que nós criemos condições de financiamento de um valor de aposentadoria, de pensão, de benefício assistencial que garanta exercício de cidadania. Caso contrário, nós estamos apenas tratando de medidas paliativas – resolvendo o emergencial – para aquilo que deveria ser uma política permanente.

Por isso, Senador, servidores, TV Senado, seria interessante que nós tivéssemos algumas urgências pautadas pelo Parlamento, em especial a consciência de que a contribuição previdenciária não é um recurso do Governo e não é um imposto – é um tributo, mas não é um imposto, e, por isso, não pode ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gasto de qualquer maneira. E a reivindicação que nós auditores fiscais do Sindifisco Nacional fazemos é que qualquer contribuição que seja substituta da folha de salário receba o carimbo constitucional do art. 69, inciso XI, que foi incluído na Constituição Federal pela Emenda 20, porque garante reserva de fundo para evitarmos que fiquemos conferindo a arrecadação do ano com estoque de aposentadorias, pensões e benefícios assistenciais daquele mesmo ano, em detrimento de tudo que deveria estar sendo colocado anualmente naqueles sistemas como sobra. E não existem sobras porque estamos comparando um sistema com muitos aposentados e a população que envelhece, com mais aposentados que ativos.

Por isso, precisamos voltar ao passado, porque são 30 anos, 35 anos de remanejamentos; precisamos ativar a questão da cobrança das dívidas; precisamos fazer lançamentos dos débitos que estão em fase administrativa, por meio da fiscalização; e precisamos sobretudo tornar esse assunto prioridade no Parlamento, no Poder Executivo e no Judiciário, para que a população brasileira não fique refém dos ventos da economia que vão no mundo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA DE LOURDES NUNES CARVALHO (*Por videoconferência.*) – ... principalmente no modelo monoexportador clássico que nós temos, em que exportamos produtos em grande quantidade do agronegócio, importamos produtos industrializados e ficamos com um déficit da seguridade social, colocado como se fosse um problema da sociedade que precisa ser resolvido pela economia.

O nosso problema precisa ser, sim, resolvido, mas conjuntamente debatendo economia – tanto a financeira como as outras – com os outros segmentos, Governo, Poder Executivo e Parlamento. Sem isso, o Brasil não continuará sendo uma potência; e, se for, é apenas um canteiro de economia mundial e não um país onde seus cidadãos possam exercer com dignidade, qualidade de vida e preservar o seu território, inclusive em termos de termos de casa comum.

Muito obrigada e eu fico à disposição para qualquer pergunta. E avante, junto à discussão referente ao faturamento, Senador.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, gostei muito., Dra. Maria de Lourdes Nunes Carvalho, Diretora de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social, de Políticas Sociais e Assuntos Especiais, Sindifisco, que fala com muita precisão: qualquer mudança na previdência tem que garantir recursos para a previdência. Querem fazer mudança? Façam – eu digo na forma de arrecadação –, desde que o Tesouro, então, garanta que a previdência não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terá nenhum déficit. E por isso que eu falo também de mexer no faturamento e não simplesmente dizer que agora não paga mais sobre a previdência, como há uma tendência, quando você fala em capitalização – você, não; não a Doutora, que falou muito bem –, quando alguns falam do regime de capitalização ou mesmo de privatização.

Agora vamos presencialmente.

Advogado José Hailton Lages Diana Junior, Especialista em Direito Previdenciário e Vice-Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB/DF.

O SR. JOSÉ HAILTON LAGES DIANA JUNIOR (Para expor.) – Bom dia, Presidente. Bom dia a todos.

É um prazer estar aqui nesta Casa falando de um tema tão importante que é a previdência social pública. Excelentes exposições nós tivemos aqui anteriormente.

Queria chamar a atenção para um detalhe importante de toda a estruturação de nossa previdência social pública, que é a questão dos regimes próprios de previdência social. Isso porque todas as nossas discussões a respeito de reforma da previdência foram praticamente voltadas para a discussão do Regime Geral de Previdência Social. Nós temos uma teoria do risco social – todas as reformas deveriam seguir essa teoria –, em que só se poderiam subtrair, reduzir direitos em caso de alteração na própria teoria do risco, ou seja, uma redução do risco social. Nós temos uma situação que, todas as vezes que o tema previdência ou trabalho entra em discussão, é baseada no viés econômico. E nós estamos aqui de forma técnica e bem preparados para discutir toda a questão da previdência social no Brasil.

O Senador Paulo Paim foi um grande nome da proteção da reforma da previdência. Essa reforma de 2019 só não foi uma reforma mais drástica em razão da sua atuação e de todos os colegas aqui no Senado Federal. Nós acompanhamos de perto pelo Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário e pelo Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário e nós percebemos que a reforma da previdência já chegou atrasada, ela já chegou com um aspecto econômico muito forte e toda a economia de gasto foi relativizada em razão da pandemia que veio nos anos posteriores. E nós percebemos, naquele momento, que não existe proteção social sem um Estado forte e sem uma previdência social igualmente forte. Então, nós tivemos uma reforma que já começou atrasada, deixou de fora estados e municípios – acredito que foi um grande equívoco daquela reforma da previdência.

Nós temos hoje no Brasil, praticamente, 5.569 municípios, dos quais 2,2 mil municípios não conseguem se colocar numa situação de disposição orçamentária, disposição financeira para controlar o seu próprio regime. Então são municípios que estão em situação de crise, são municípios que têm uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação financeira bem delicada, em que esses regimes próprios vão cair novamente dentro do Regime Geral de Previdência Social. Então todo o debate da previdência social deve passar também pela reforma que nós tivemos em 2019 e pela necessidade de adequação da legislação dos estados e municípios.

A Emenda Constitucional 103 trouxe uma desconstitucionalização de praticamente todas as regras previdenciárias, exceto a idade mínima, que permaneceu na Constituição, a idade mínima homem e mulher: 65 anos de idade homem, 62 anos de idade mulher. Nós precisamos discutir de forma firme essa reforma porque hoje, a partir de uma lei complementar, eu altero completamente todo o nosso regime previdenciário, sem necessidade de um debate mais amplo por meio de proposta de emenda à Constituição.

Nós temos, de fato, uma mudança demográfica, em que é possível perceber que as pessoas cada vez mais têm menos filhos. Nós temos de fato o envelhecimento da população – são fatos, são situações concretas –, mas nós precisamos olhar também que a legislação previdenciária precisa se adequar às novas modalidades de trabalho.

Nós temos uma preocupação porque a reforma da previdência veio depois da reforma trabalhista e não observou os novos modelos de trabalho. Hoje eu tenho brasileiros trabalhando no exterior, recolhendo em outros países, ficando aqui completamente desprotegidos e sem trazer recursos para o nosso país. Nós temos situações em que a reforma trabalhista de fato precarizou as relações de trabalho e toda a nossa base contributiva está ligada à folha de salário.

Então, nós temos hoje uma necessidade de adequação do modelo contributivo de previdência social com as novas relações de trabalho, senão toda a corrosão da nossa base previdenciária vai impedir que no futuro a gente consiga cobrir, fazer frente a todos esses benefícios.

Eu queria chamar a atenção também para um ponto que eu considero de extrema importância, que é o fato de o INSS hoje ainda ser o maior litigante da América Latina. Eu entendo todo o empenho do Governo no sentido de reduzir a fila. Nós que atuamos diretamente nessa área previdenciária consideramos que o Governo tem adotado medidas interessantíssimas no sentido de reduzir a fila e trazer uma fiscalização maior na concessão dos benefícios previdenciários – isso, por si só, já reduz um pouco o nosso gasto, o nosso investimento com previdência social pública –, mas ainda o INSS é açodado com diversas ações judiciais, seja por questões procedimentais, seja pela falta de servidores, por isso que nós da advocacia defendemos uma carreira forte também, uma carreira que consiga fazer frente a todos os pedidos. Não é fácil lidar com 40 milhões de beneficiários, não é fácil ter dentro da previdência social toda a estrutura da assistência, em que há necessidade de esses servidores se desdobrarem.

Nós temos uma outra realidade dos servidores conhecida por nós em que – em decorrência da ausência de concurso público – diversos servidores já estão em abono de permanência e são esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

servidores que estão na linha de frente das agências, atendendo todos esses pedidos da população, sem contar com um plano de carreira necessário, que seja um plano de carreira adequado com toda a realidade que os servidores vivem – os analistas, os técnicos e os peritos.

Nós entendemos que, pelo menos nos últimos dez anos, vivemos, presenciamos – e de forma silente – o sucateamento de toda a estrutura do INSS. É por isso que nós chamamos a atenção de que nós vamos evitar concessões equivocadas com servidores treinados, servidores com uma carreira forte, e é necessário que a gente coloque isso na nossa discussão, porque a previdência social vai depender dessa fiscalização constante, vai depender dessa fiscalização perene.

Nós temos um outro problema grande que é a compensação entre os regimes previdenciários. Eu atuo muito no regime próprio aqui do Distrito Federal, mas, quando a gente vai para os municípios, além de termos uma diversidade de orientações e legislações no regime próprio, nós contamos com uma ausência de compensação previdenciária. Nós sabemos que temos diversos municípios que estão no vermelho, que já fizeram diversos e diversos financiamentos a perder de vista, e muitas vezes o Estado é complacente com esses municípios por entender a sua situação. Nós temos que repensar se esses municípios deveriam continuar com seus regimes próprios, porque eles estão arrecadando, não estão transferindo para a previdência social e, na hipótese de quebra desses municípios, todo o gasto volta para a nossa estrutura máxima, que é o Regime Geral de Previdência Social.

Nós temos R$200 bilhões por ano que são movimentados dentro dos regimes próprios. Nesses regimes próprios, hoje, nós temos 9,7 milhões de servidores e nós igualamos as regras para concessão de benefício, exceto algumas questões de regra de transição, mas nós estamos caminhando para uma previdência uniforme entre Regime Próprio de Previdência Social e regime geral, que nós consideramos que é uma medida justa, até porque nós falamos de equidade na forma de participação e custeio.

Nós entendemos que há necessidade de ampliação da base contributiva e também há necessidade de se acabar com as desonerações e com a desvinculação. A PEC 6, que se transformou na Emenda Constitucional 103, já trouxe uma previsão expressa de que a arrecadação previdenciária só deve ser utilizada para pagamento de benefício de aposentadoria e pensão por morte.

Nós temos todas as questões de fraude, que nós já falamos, e é interessante a medida que o Governo tem tomado. Nós temos aí novamente um novo pente fino. É importantíssimo que nós tenhamos de forma recorrente os pentes finos, para que a gente possa simplesmente...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ HAILTON LAGES DIANA JUNIOR – ... averiguar todos os benefícios que são pagos de forma equivocada.

E a pergunta desta audiência pública, que é sobre a viabilidade da previdência social: ela não só é viável, como ela é necessária. O próprio Banco Mundial indica que as previdências dos países devem estar firmadas em três pilares, sendo que o pilar central é a previdência pública. Não existe debate sobre previdência que não passe pela previdência pública.

Nós podemos aprender com os exemplos de países vizinhos, como o Chile, que fez um regime exclusivamente de capitalização, um regime privado, que trouxe em poucos anos um empobrecimento da população. E, sempre que a gente tem essas crises, esse empobrecimento, a gente joga esse cidadão, esse trabalhador novamente dentro da seguridade social, porque esse trabalhador vai sair da conta da previdência social e vai para a conta da assistência. Não é isso que a gente deseja com o modelo estruturado de previdência social no nosso país.

Queria parabenizar também o nosso Senador Paulo Paim pela PEC paralela. Apesar de não termos avançado muito no debate, ele identificou que a PEC 6, que se transformou na Emenda Constitucional 103, já veio necessidade de ajuste. Nós entendemos que, naquele momento, o Governo precisava tocar em frente essa reforma para ter um alívio de caixa, mas foi uma reforma que chegou atrasada. E, por isso, veio a PEC 133. As entidades precisam acompanhar a discussão tanto da PEC 133 quanto da PEC 6, de 2024, porque dizem respeito aos regimes próprios e à alteração novamente das regras de previdência. Então, quando se falar de reforma, nós temos que fazer as retificações, os ajustes daquilo que foi malcolocado e malfeito com a Emenda Constitucional 103 e nós precisamos também discutir fora do campo econômico, porque só assim a gente vai fortalecer a previdência pública e vai poder avançar nesse debate.

Presidente, muito obrigado pela atenção. Estou à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu que agradeço ao advogado José Hailton Lages Diana Júnior, Especialista em Direito Previdenciário e Vice-Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB, que mostra que, de fato, é um estudioso do tema. Não fez crítica pontual a ninguém, mas apontou caminhos e preocupações que nós devemos ter.

Senti-me contemplado quando você se lembrou da PEC paralela. É algo que eu jamais vou esquecer. Para votar na PEC naquela época como o Governo queria, eu disse: "Olha, só se esses ajustes forem feitos garantidamente na PEC paralela". E eu confiei na palavra do Governo. Aí me lembro das galerias cheias... Eu conto aqui, eu nunca fui vaiado. Eu disse que eu confiava no Governo, que a PEC paralela iria sair e que, por isso, eu estava votando daquela forma. Eu lembro que ouvi: "Até tu, hein, Paim?". Mas, graças a Deus e à boa vontade do movimento – que pressionou e tinha que pressionar mesmo, porque é dele é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PEC paralela –, aprovamos a PEC paralela, que foi a salvação da lavoura, mais ou menos como você colocou muito bem aqui, Dr. José Hailton, e apontou caminhos com que nós sempre estamos preocupados. E eu concordo plenamente com seu ponto de vista, como o de todos aqueles que, até o momento, falaram, buscando caminhos, que não é uma nova reforma da previdência.

Pelo amor de Deus! Como eu sempre digo, não teve uma reforma da previdência em que o trabalhador teve ganhos, só perdeu. Eu me lembro de que tem alguns que argumentam corretamente: quando a gente pensa em reforma, é reformar para melhorar a nossa casa, o nosso terreno, o campinho de futebol, mas não para ter prejuízo. Por isso que estamos em estado de alerta.

Parabéns pela fala.

Passo, de imediato, ao Secretário Nacional das Pessoas Aposentadas, Pensionistas e Idosas da Central Única dos Trabalhadores, Sr. Ari Aloraldo do Nascimento.

O SR. ARI ALORALDO DO NASCIMENTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Paim, bom dia aos demais colegas debatedores, bom dia àqueles que nos acompanham pelas mídias sociais!

Quero dizer que temos muitos acordos em relação, inclusive, ao requerimento que foi encaminhado pelo Senador para esta audiência pública, temos bastante acordo em relação ao que foi colocado, inclusive, na exposição do Senador. Também quero dizer que nós estamos acompanhando bem de perto essas manifestações que têm acontecido na mídia em relação à questão de uma nova reforma e a justificativa que se coloca em relação a uma nova reforma da previdência.

Então, a gente está bastante atento a isso. Nós estamos nos organizando para enfrentar esse debate. Nós estamos com uma equipe bastante dedicada a esse tema para fazer o enfrentamento necessário. Entendemos que ou a gente faz o enfrentamento ou vai acabar acontecendo uma nova reforma com o viés desses articulistas, que é a visão, o viés do mercado, principalmente do mercado financeiro e dos fundos, inclusive dos fundos internacionais que têm interesse na previdência, mas que não é o mesmo interesse de nós trabalhadores e trabalhadoras, que somos contribuintes, que não é a mesma opinião da gente, os mesmos interesses, não é?

Na reforma de 2019, a gente ouvia muito se falar que essa reforma deveria acontecer, porque, inclusive, se falava em privilégios na previdência, que a previdência como um todo ia ser debatida, ia ser modificada. E a gente viu que, mais uma vez, a previdência foi mexida no regime geral e no regime próprio e que uma parte significativa da previdência não entrou para o debate. A pergunta que se faz é: vai-se enfrentar o debate da previdência como um todo ou vai-se fazer esse olhar que é o olhar que todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reformas de certa forma, como disse o Senador, sempre fizeram, que é aquele olhar de cada vez dificultar mais a vida do aposentado, da aposentada, do pensionista? Então, a gente quer de fato entrar nesse debate.

Nós estamos preparando, Senador, um documento, a exemplo daquele documento que nós fizemos quando a gente enfrentou o debate da Lava Jato, em que a gente colocava ali o quanto foi o prejuízo do ponto de vista do nível de emprego e do ponto de vista da economia com aquela operação que foi feita. E a gente tinha um documento, na ocasião, bem robusto, com dados técnicos, com estudos, que foi coordenado pelo nosso glorioso Dieese. Então, nós estamos preparando um documento também nesse sentido de a gente... Inclusive, ele vai perpassar todas as reformas que foram feitas, quais eram os discursos da época e o que de fato se fez de lá para cá. A gente quer debater a previdência com o viés da Constituição de 1988, trazer toda a fundamentação que se fez na época da importância da previdência social, e a gente quer de fato debater a previdência como um todo. A gente acha que não dá para pegar partes da previdência e setores serem, de certa forma, trazidos para o debate e outros não. Então, a gente entende que é importante trazer esse debate à tona.

Em relação a uma questão, por exemplo, de um ponto com que a gente precisa ter cuidado de trabalhar, que é a questão do envelhecimento, a gente não pode achar, por exemplo, em uma conquista que os trabalhadores têm e que já ajudamos a construir, que a pessoa, por viver mais, tenha que ser punida pela questão do debate que a gente venha a estar fazendo sobre a previdência social. A gente quer debater, de fato, esta condição de a gente ficar mais tempo de vida na Terra, a gente quer debater isso, mas a gente quer debater por outro viés, não pelo viés que o mercado quer e tem feito. E a gente tem acompanhado muito de perto, como eu estava falando, a visão dos articulistas, dos "espertos" que vez por outra aparecem num espaço da mídia, jornal, revista ou até mesmo na mídia televisiva.

Mas, para nós, um dos pontos que é extremamente importante – e ali sim nós queremos debater – é a questão do financiamento da previdência social. E aí não dá para a gente fazer o debate do financiamento da previdência social descolado da questão do mundo do trabalho. Então, a gente precisa debater essa questão da previdência associada ao mundo do trabalho. E aí, Senador, a gente tem que trazer para cá – e talvez seja uma pauta para a gente tratar no futuro – alguns temas que a gente entende importantes de se estar debatendo.

Eu acompanhei, até outubro, pela central, o debate sobre as plataformas digitais – e aí estamos falando muito sobre a questão dos aplicativos. Então, nós temos que trazer o debate dos aplicativos para cá e debater sobre a questão da previdência. É importante a gente fazer esse debate.

A gente precisa trazer para cá outros pontos, outros temas que também são extremamente importantes, os quais a gente acha que dá para... Talvez não tenhamos tantos acordos, mas é importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente traga para cá, por exemplo, a questão do MEI. A gente defende e sempre defendeu o MEI, mas a gente quer combater o desvirtuamento que acontece hoje com o MEI.

Há uma fuga do mercado formal de trabalho para a questão de processos fraudulentos dentro da estrutura do MEI. A gente quer debater isso, a gente quer trazer para cá, para fazer um debate sério sobre isso, porque o MEI não pode ser um instrumento de desvirtuação, de desvirtuamento da questão do mundo do trabalho.

A gente precisa também trazer para cá o debate fiscal, porque estamos acompanhando a reforma tributária e precisamos trazer para cá o que está sendo debatido, o que já tem de acordo em relação a isso e qual o impacto que tem na previdência social.

A Marcha dos Prefeitos e das Prefeitas em Brasília trouxe aqui para o Congresso uma pressão que é aquela questão das alíquotas dos 20% para os 8%, e que inclusive no Senado andou bastante rápido. A gente acha que temos que debater, porque isso tem um impacto direto também na questão da previdência.

Então, tem vários assuntos que impactam na vida da previdência e nós temos que trazer esses assuntos para a gente debatê-los como um todo, porque senão a gente fica debatendo por partes e acaba não tendo uma noção do todo. A renúncia fiscal, a desoneração de folha, tudo isso a gente acha que tem que vir para cá, para a gente debater também.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARI ALORALDO DO NASCIMENTO (*Por videoconferência.*) – Então, acho que a gente deve aproveitar, Senador, a disposição que V. Exa. sempre teve sobre o tema e trazer todas essas políticas que se discutem hoje tanto na Câmara como no Senado e que têm impacto de curto, médio e longo prazo na previdência social, para que a gente possa aqui aprofundar esses assuntos e construir uma proposta, uma política de enfrentamento a esse processo de desvirtuamento, do desvio dos recursos da previdência.

O Congresso Nacional tem legislado, do nosso ponto de vista, sem olhar para a questão – de que tanto se fala – técnica do impacto, porque muitas políticas que se decidem, que se discutem aí, têm um impacto na previdência social. E aí, depois, não adianta dizer que a previdência está com problema, está deficitária, porque, de certa forma, há um processo legislativo sempre em curso, no sentido de fragilizar cada vez mais as fontes arrecadadoras da previdência social. Então, a gente entende que esse debate de financiamento tem que ser um debate central para que a gente possa ter uma saúde financeira da nossa previdência social.

Também foi aqui levantado – e a gente quando faz uma fala por último sempre tem que ter cuidado de não ser repetitivo – que, de certa forma, o combate às fraudes, à sonegação, à inadimplência também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem que estar no centro do debate, porque a gente precisa ter alguns capítulos em que a gente possa, nesses capítulos, trazer esses elementos e aprofundar esses elementos para que a gente possa ter um acordo entre nós de que previdência estamos construindo no médio e no longo prazo. Então, a gente precisa construir alguns entendimentos entre nós.

Nós estamos, de fato, debatendo com o Ministério da Previdência. Tem inclusive algumas conversas que já fizemos de a gente enfrentar esse debate público sobre a questão dessas opiniões, sobre as posições que os articulistas têm feito, para que a gente possa fazer o contraponto de forma organizada e qualificada.

E esse estudo que nós estamos fazendo vai dar conta disso, porque a gente não quer só emitir uma opinião; a gente quer trabalhar também com os dados e com os discursos que sustentaram desde a primeira reforma até essa última, para que a gente possa entender de fato o que estava por trás de cada uma das reformas que aconteceram, que foram feitas.

Nesse último congresso da nossa central, foi criada a secretaria, da qual eu sou o Secretário Nacional, que vai cuidar do tema dos aposentados, pensionistas e das pessoas idosas. Eu, inclusive, faço parte do Conselho Nacional da Previdência e eu quero ser um parceiro de quem tem essa preocupação de a previdência social ser um instrumento potente de proteção social para a classe trabalhadora, para o conjunto da nossa sociedade, não é? E eu acho que, se a gente construir esses entendimentos e esses acordos entre nós, nós conseguiremos fazer o debate, porque a nossa ideia... O ano que vem é o ano que vai anteceder as eleições da Câmara e do Senado, e a gente quer, nesse ano, estar bastante organizado e capacitado, para a gente fazer esse debate lá na ponta, que é lá onde o Parlamentar – o Deputado, a Deputada, a Senadora, o Senador – tem que prestar contas para os seus eleitores, para as suas eleitoras. E, nesse viés, nós não temos dúvidas de que vamos estar muito mais organizados do que estivemos em 2019 na reforma da previdência, na reforma passada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARI ALORALDO DO NASCIMENTO (*Por videoconferência.*) – Então, quero deixar aqui, Senador, uma sugestão de a gente trazer para cá debates que estão acontecendo na Câmara e no próprio Senado e que impactam na arrecadação da previdência. Vamos trazer propostas também que avaliamos importantes, para que, ao invés de se discutir forma de se fragilizar a previdência, que foram essas reformas, possamos trazer para cá pautas e propostas que venham no sentido de fortalecer cada vez mais a nossa previdência social.

A gente não pode entrar nesse debate com este viés rentista do sistema financeiro, desses fundos que têm interesse pela previdência. Nós temos que entrar para esse debate com o viés social, viés esse que está, inclusive, na proposta do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARI ALORALDO DO NASCIMENTO (*Por videoconferência*.) – Então, por ora é isso, Senador.

Obrigado, e estamos aí sempre à disposição para ajudar no debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos, Ari Aloraldo do Nascimento, Secretário Nacional de Pessoas Aposentadas, Pensionistas e Idosas da Central Única dos Trabalhadores.

Acho importante você ter vinculado o mundo do trabalho à previdência, porque hoje com a ideia da uberização, que eu acho um absurdo, o melhor negócio do mundo é você ter uma empresa que permite a você botar todo mundo para trabalhar com a máquina dele, tudo é dele, o seguro é dele, o acidente é dele, eles não pagam nada. Então nós temos que efetivamente vincular o mundo do trabalho à nossa previdência e manter o sistema de arrecadação que dê sustentação à nossa previdência pública, que pode ser um exemplo para o mundo – já deveria ser, mas, infelizmente, quanto mais tiram da previdência, não repõem de outra forma. Tudo isso nós vamos ter que aprofundar.

Parabéns pelas iniciativas da CUT nesse sentido!

Passo a palavra agora para Silberto da Silva, representante da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap).

O SR. SILBERTO SILVA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Queria cumprimentar o Senador Paulo Paim por este convite que nos fez. Estou aqui representando a Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas), confederação que está instalada em 26 estados e aqui no Distrito Federal. Nós temos ao todo quase mil entidades e mais de 1 milhão de aposentados.

Senador, o que eu achei interessante, neste debate que a gente está vendo aqui, é que já é uma prévia do que nós vamos ter – não é, Senador? –, depois de amanhã, lá no Nereu Ramos, onde vamos fazer um debate justamente sobre esse tema aqui e mais algum tema referente à previdência social. Para esse debate, Senador, o Stefanutto já confirmou a presença dele na sexta-feira, o Ministro da Previdência também confirmou. Estivemos com o Deputado Federal Vicentinho, que faz parte de uma comissão parlamentar latino-americana, e 13 membros já estão aqui no Brasil e estarão presentes lá, onde nós vamos debater justamente a situação da previdência, e nós da confederação já estamos apreensivos porque dizem que vem agora uma nova reforma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, o senhor está lembrado que uns anos atrás nós fizemos, com o senhor e com a Anfip, uma CPI, onde foi provado que a previdência social não tem déficit, ela tem um superávit incrível, mas o que chega ao nosso conhecimento agora é que, nessa reforma, tudo indica que irá acabar com o décimo terceiro dos aposentados. Ora, gente, se essa coisa acontecer, a gente, que já está penalizado, principalmente o aposentado que recebe acima de um salário mínimo... E uma medida, essa 434, que passou no Senado, está lá na Câmara, e a gente não consegue colocar isso aqui em votação, para essas pessoas que deram mais de 35 anos de serviço terem aqueles seus direitos quando se aposentam, terem o direito àquele patamar que recebiam na ativa.

Também há uma preocupação porque, nessa reforma, foram tirados os direitos das viúvas, que hoje recebem só acima de 50%. Não é possível que isso continue nesse patamar.

O que nós vamos fazer lá, Senador, depois de amanhã, é pedir a todos os Deputados Federais e Senadores que estiverem lá presentes para que volte a pensão da viúva.

Outra coisa, Senador, a gente que faz parte dessa confederação...

O senhor sabe que ao longo desses 38 anos em que essa confederação existe, nós, com a CUT, com a Força Sindical, com a Contag, de fato representamos esses milhões de aposentados. Mas, infelizmente, de uns tempos para cá, apareceram algumas entidades – eu digo a vocês – fantasmas. E isso está nos preocupando, porque, de repente, essas entidades tinham, três anos atrás, dois anos atrás, mil sócios; e hoje essas entidades, sem autorização nenhuma aqui, têm lá um patamar de quase 40 milhões recebendo por mês. E nós da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, ao longo desses anos, só temos 450 mil aposentados. Nós temos convênio com o INSS, com a Febraban, e lá o associado nosso assina para ter seus direitos, a gente oferece alguma coisa no lado social, a gente dá toda a assistência ao nosso associado.

Infelizmente, essas entidades aqui estão ilegais, e há um compromisso do Ministério Público e da Polícia Federal de ver quem está errado e banir essas pessoas do movimento, entendeu? Separar o joio do trigo. A confederação tem o respeito, o senhor sabe que em todas as audiências públicas, não só aqui, como no Nereu Ramos ou quando se faz também lá na... aqui no próprio Senado, a gente está junto com vocês, debatendo essa questão do aposentado.

Então, a preocupação nossa é essa. E quero dizer a vocês o seguinte, que nós que fazemos essa confederação vamos lutar por nossos direitos e temos certeza – sabe, Senador? – de que vamos conseguir equilibrar essa situação. Porque há uma ameaça de fazer um recadastramento. Ora, como é que nós vamos fazer um recadastramento de quase um milhão e poucos que a gente tem associado, fazer um por um? Não tem condições, não tem condições de fazer esse recadastramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria dizer aqui a vocês o seguinte: a confederação agradece, em nome do meu Presidente, Warley Martins Gonçalles, que infelizmente não pôde vir. Como sou o Diretor de federações e entidades de base, ele nos pediu para representá-lo aqui, com nosso companheiro Waltencyr e nossa jornalista que está ali, a Sra. Lívia. E quero dizer, Senador, que o senhor está de parabéns por esta audiência, o senhor que é o defensor não só da previdência pública e privada, o senhor é um defensor dos aposentados e daquela classe mais humilde. Então, digo, em nome da confederação, que sempre que tiver essas audiências públicas, pode contar com a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, que nós estaremos sempre aqui presentes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Silberto Silva, representante da Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos), que reafirmou o convite a todos para o dia 21, quando, conforme ajustado, caberá a mim e ao Vicentinho coordenar esse evento, e o faremos lá, embora tínhamos...

Tínhamos, não, queriam que nós fôssemos para o Rio Grande do Sul, só que eu não posso, tenho um compromisso no dia 21 com esse evento aí, e depois tem o Congresso em Foco também, no dia 29, que nos obriga a estar aqui. Depois eu vou por Rio Grande do Sul e só volto depois das eleições.

Eu vou passar a palavra agora à Diretora da Federação Nacional do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência e Assistência Social (Fenasps), Diretora Thaize Chagas Nunes.

A SRA. THAIZE CHAGAS ANTUNES (*Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador. É Thaize Chagas Antunes, só corrigindo o nome.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Thaize Chagas Antunes.

A SRA. THAIZE CHAGAS ANTUNES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito prazer por estar aqui com você, na audiência. O Senador aí é sempre um defensor apaixonado da previdência. A gente já esteve com você em outras ocasiões, e esta audiência está num momento muito importante para nós.

E daí já começo falando um pouco sobre o tema. A previdência para a gente é, sim, altamente viável. Nós também somos defensores de uma previdência pública e de qualidade, e, na nossa opinião, não existe déficit na previdência. Existe sonegação, existe desvio de recurso, inclusive para pagar juros da dívida pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Paulo Guedes, no último governo, fez uma defesa da questão da reforma da previdência, ainda querendo avançar para a questão de uma reforma pior para os trabalhadores, mas nós entendemos que isso é totalmente desnecessário. Na verdade, a política deveria girar para cobrar os grandes devedores. A gente tem aqui uns números dos grandes devedores da previdência; eles têm uma dívida equivalente a mais de 35% do Produto Interno Bruto, e esse valor não pode ser arrecadado nem por dez anos da reforma da previdência já feita. O foco está equivocado.

A previdência, como disse o representante do Ministério da Previdência, é um patrimônio do povo brasileiro; não tem nenhum outro modelo do mundo que possui um regime igual ao nosso.

Os oradores que me antecederam já foram brilhantes na exposição dos números, mas eu gostaria de focar em outro tema. Gostaria de focar em quem executa essa política de previdência, em quem é que hoje é responsável por operacionalizar essa distribuição de renda, porque a gente não chama de despesa; a gente chama de renda. Essa renda que os colegas já passaram para o Senador, esse orçamento que está no INSS, de quase 1 trilhão para este ano, é operacionalizado pelos servidores do INSS, servidores da carreira do seguro social, que já estão em greve há mais de 30 dias. E um dos pontos dessa greve é justamente para defender essa previdência pública e gratuita, para que a gente consiga defender esse patrimônio do povo brasileiro, a gente precisa ter uma carreira forte. Uma carreira forte tem que estar no núcleo estratégico do Estado brasileiro.

Em 2022, nós fizemos uma greve de 60 dias no Governo Bolsonaro. Fomos os únicos trabalhadores que conseguimos fazer uma greve durante o Governo Bolsonaro. Nessa greve, eu digo que nós tivemos uma grande vitória. Essa grande vitória foi pautar – eu chamo de alteração de paradigma mesmo – a possibilidade de um órgão como o INSS. Como todos que me antecederam já disseram, é vital para o povo brasileiro estar no núcleo estratégico do Estado brasileiro.

Esse ponto está no acordo de greve de 2022: transformar o INSS numa categoria dentro do núcleo estratégico do Estado brasileiro, o que até hoje não foi cumprido pelo Governo. Nós também precisamos de uma carreira forte, que são os pilares do nosso acordo de greve. A carreira do seguro social, se incluída no núcleo estratégico, ela serviria para proteger essa previdência pública e gratuita, que todos defenderam aqui, todos aqueles que nos antecederam.

Mas, infelizmente, nós não estamos num cenário bom. Hoje é um dia especialmente triste para a gente. Nós recebemos a notícia de que a Presidência do INSS e o Governo, porque é uma ordem de Governo, resolveram cortar 100% do salário dos trabalhadores – 100%. Veja só, Senador, num estado democrático nós que estivemos na rua para construir este Governo, na defesa da democracia, estamos com o salário 100% cortado. E isso é muito triste para a gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos à disposição para negociar com o Governo, mas infelizmente essa mesa de negociação de greve não foi aberta. E, ao invés disso, o Governo resolveu optar pela truculência: greve judicializada nos primeiros dez dias, sem de fato uma negociação. Foi um acordo de greve descumprido que tem todos os eixos dessa nova greve. O trabalhador precisando fazer greve para cumprir um acordo de greve, e, ao invés de negociação, o Governo devolve com ataques. Então, isso é bem ruim para a gente.

Nós gostaríamos, de fato, que tivéssemos uma negociação com o Governo, mas nós não conseguimos ver isso até agora – ao contrário. Na nossa pauta está a transformação da carreira de seguro social em típica de Estado, está a alteração do nível de ingresso da carreira de seguro social para nível superior, está a valorização da carreira, e sobretudo não é uma pauta corporativa, meramente corporativa, é uma pauta para blindar esse órgão como estratégico para o Estado, para evitar futuras reformas que venham a dar prejuízo para o povo brasileiro.

Então, a gente aproveita este espaço da audiência pública neste importante tema, que é para discutir sobre a viabilidade – e aproveito a presença do representante do Ministro da Previdência, que infelizmente não pôde estar presente na audiência em que a gente discutiu a greve –, para a gente colocar esse tema, que é muito importante. Nós executamos essa política, os servidores do INSS têm nas suas mãos um poder de concessão de benefícios, de análise de benefícios, na soma de R$1 trilhão este ano.

Tem aí também uma medida do Governo que é uma medida para tentar combater fraudes, e nós não gostamos do termo "pente-fino", a gente acha que é um termo pejorativo, mas nós, sim, enquanto trabalhadores do seguro social, temos na nossa mão o poder de fiscalização dos benefícios, de auditar benefícios irregulares. Nós achamos que o foco tem que ser isto, em auditar benefícios irregulares, e não este termo "pente-fino", que acaba sendo um pejorativo para a população brasileira.

O INSS não onera despesa, ele distribui renda. Nós temos dados, aí já apresentados nessa pasta que foi para o Senador, de que o pagamento de benefícios previdenciários frequentemente supera o Fundo de Participação dos Municípios. Em mais de 70%, a renda obtida dos benefícios previdenciários supera o Fundo de Participação dos Municípios.

Então, estou citando esses dados somente para que vocês entendam a importância do trabalho que é desenvolvido pelos meus colegas servidores do INSS.

Adroaldo citou também a questão do tempo de fila, do tempo de diminuição de fila da perícia médica. É um dado real, só que quem contribui para essa diminuição são os servidores do INSS, servidores que neste momento não estão ouvindo. Já façam um chamamento para o Adroaldo, que está representando o Ministro da Previdência, para que ele nos receba, para que ele nos ajude a abrir de fato uma negociação com o Governo. O Ministro Lupi só nos recebeu uma vez. Nós estamos numa greve que já ultrapassa 40

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dias sem termos sido atendidos pelo Ministro. Pedimos também que o Senador nos ajude nessa intermediação, precisamos de apoio do Parlamento, porque essa greve não é uma greve – repito, vou repetir até que todos entendam – de uma pauta meramente corporativa: ela está no eixo da defesa do órgão enquanto estratégico para o Estado brasileiro.

Por isso, nós gostaríamos de já pedir para o Senador para repetir o que fizeram em 2022. Em 2022, nós só conseguimos negociar com o Estado brasileiro quando uma comissão de Parlamentares fez um requerimento na Câmara, aprovou uma Comissão Parlamentar de apoio. Essa Comissão, em 2023, foi aprovada novamente para acompanhar o acordo de greve de 2022, que até agora não foi cumprido. Acho que o Senador pode ver no *chat* que nós já chegamos aos milhares de trabalhadores do INSS cobrando uma posição do Governo em relação a esse corte de ponto. A gente entende que a nossa greve é legal, é desumano cortar salário de trabalhador, ainda mais no grau de 100%.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. THAIZE CHAGAS ANTUNES (*Por videoconferência.*) – Eu vou ter que colocar aqui uma coisa que me dói muito no coração: o Governo Bolsonaro cortou 10% do salário; o Governo democrático, que nós todos ajudamos a eleger, cortou 100%. Por enquanto, está na prévia, a gente espera que isso se reverta, mas, se não reverter, vai ser trabalhador do INSS sem condição de dar comida para a própria família, porque é isso, salário é alimentar. Se se cortam 100% da renda, você está deixando famílias – e são milhares delas – sem condição de subsistência. E nós já vamos pedir apoio, porque nós vamos lançar uma vaquinha *online* para ajudar a sustentar esses trabalhadores que estão sem renda.

E mais ainda, queria mandar aqui um recado aos negociadores do Governo: que essa greve não vai parar; enquanto não negociarem conosco, não vai parar. Os trabalhadores do INSS foram aqueles que não tiveram medo de enfrentar uma greve no Governo Bolsonaro. Não adianta judicializar, não adianta cortar o ponto; nós queremos que negociem conosco, nós queremos que cumpram o acordo de greve. Eu acho que deve ser princípio do Estado democrático respeitar um acordo firmado com trabalhadores. Tem um acordo firmado com Ministro de Estado que o atual Governo está negando. E, para a gente, isso é lamentável – é lamentável.

Nós sabemos que o Senador é um fiel defensor da democracia, que sempre esteve do lado dos trabalhadores. Nós aproveitamos o espaço aqui para fazer um apelo para que venha junto conosco, um apelo para que o Governo nos ouça e negocie conosco. Eu gostaria... Eu tenho uma foto para exibir, eu gostaria de pedir licença para exibir. É de uma das nossas manifestações lá no Rio Grande do Sul, que é o Estado do Senador. É uma foto de uma colega que está lá num protesto e já virou um símbolo da nossa greve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de pedir licença para que eu pudesse exibir. Posso exibir, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro que pode.

A SRA. THAIZE CHAGAS ANTUNES (*Por videoconferência.*) – Essa foto é da nossa colega Ana Dreher. Os nossos colegas grevistas foram atrás lá do Presidente Lula para tentar entregar nossa pauta. E nós fomos recebidos lá pelo Choque. Mas ela é um símbolo para a gente. E daí, eu já aproveito para mandar um recado para todos os nossos trabalhadores que estão com o ponto cortado: cabeça erguida e coluna ereta! Nós vamos seguir, apesar da judicialização, apesar do corte de ponto... Ana Dreher – uma salva de palmas para ela –, que é nossa colega de lá do Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

É uma guerreira, assim como os milhares outros que tiveram a notícia do corte de ponto no sábado. Quando voltavam das caravanas que estiveram a semana inteira em Brasília, tiveram a notícia de que seus salários seriam cortados no nível de 100% e, mesmo assim, não recuaram. As manifestações que nós temos pelo Brasil afora são de que a greve vai subir. Nós temos notícia agora da entrega coletiva dos cargos de confiança.

Então, nós fazemos um apelo ao Congresso e aos Parlamentares que nos ajudem a negociar. O representante do Ministro da Previdência, que participe conosco, que faça essa *interface* de negociação com o Governo Federal, pois nós queremos negociar. Nenhum trabalhador gosta de ficar em greve, muito menos com 100% do salário cortado. Nem o Governo anterior foi capaz de jogar um corte de 100% nos nossos salários. Nós vamos torcer para que, de fato, a gente consiga uma negociação e que a gente consiga receber essa greve, sem que os trabalhadores sejam penalizados, porque isso, sim, é desumano. E a nossa pauta visa à defesa da previdência pública e gratuita e da sustentabilidade dela, que é o objetivo desta audiência pública.

Parabéns a todos os meus colegas grevistas que estão espalhados pelo país. Sigam firmes, que vocês não estão sozinhos. Todas as providências legais para evitar o desconto já estão sendo tomadas. E eu confio que o Senador Paulo Paim estará conosco aí, com todo o seu empenho político e toda a sua bagagem junto ao Governo, para nos ajudar nessa negociação.

Obrigada, Senador. Obrigada a todos os presentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa foi Thaize Chagas Antunes, Diretora da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social, que, na sua fala, fez um relato da greve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos dar agora os seguintes encaminhamentos. Primeiro – como é de praxe – faço a leitura das perguntas que foram encaminhadas à mesa pelo e-Cidadania. Depois disso, cada um terá um período para as suas despedidas e considerações finais.

O Adroaldo pediu para falar sobre a greve, como representante aqui na mesa do Ministro Lupi. Ele terá o tempo dele. Nós vamos também, já combinei aqui, eu sempre abro para o plenário – não é uma exceção hoje, viu? –, em audiência pública. Às vezes falam dois, falam três. E hoje, devido à situação da greve, eu falei com a minha assessoria, encaminhei, eles conversaram com vocês, e vocês concordaram com a minha posição de que uma pessoa fosse indicada para falar, então, pelos grevistas, que vai ser, no momento adequado, a Kellen Gunther, do Comando de Greve do Estado de Rondônia. O.k.? Ela será chamada em seguida.

Então, vamos lá, conforme o combinado. Depois, serão os encaminhamentos no final, conforme aqui já foi acertado.

Vamos ver as perguntas.

Eliane, de São Paulo: "Quais seriam as principais estratégias que o Governo brasileiro poderia adotar para garantir a sustentabilidade da Previdência Social?".

Eu quero dizer que todos que estão aqui na mesa vão receber uma cópia de tudo o que eu estou lendo aqui, para responder agora e, se não puder, mandarem depois aqui para a Comissão.

Ana, de São Paulo: "Como o envelhecimento populacional afeta a sustentabilidade financeira da Previdência Social no Brasil?".

Ernani, de Rondônia: "Quais os impactos de uma nova reforma da Previdência na economia e na sociedade brasileira, especialmente para os mais pobres?".

Bruno, do Espírito Santo: "Por que o cálculo do valor da aposentadoria [...] não leva em consideração as contribuições efetivas [de cada] interessado?".

Lizandra, de São Paulo: "Quais medidas podem ser adotadas para garantir que as [possíveis] mudanças não amplifiquem desigualdades existentes?".

Ainda, Patrício, do Rio Grande do Sul: "Por que não criar um imposto sobre as grandes fortunas para reforçar os fundos da segurança social?".

Isso eu posso responder. Já apresentei três vezes, fui derrotado três vezes. Não me custa nada apresentar mais uma vez. Já apresentei inclusive, e está tramitando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tatiane, do Maranhão: "Quais são as propostas para lidar com os privilégios previdenciários em certas categorias do funcionalismo público?".

Mourairis, de Pernambuco: "A enfermagem é uma profissão de risco. Por que [enfermeiros] não têm direito à aposentadoria especial?".

Sérgio, de São Paulo: "Como uma nova reforma poderia dificultar ainda mais o acesso aos benefícios da Previdência e quais [são] as novas propostas de reforma?".

É uma das audiências com mais perguntas. Não cansem aí, porque eu não cansei aqui não. Vamos lá.

Gustavo, do Pará: "Segundo o [Tribunal de Contas da União] (TCU), o déficit *per capita* da Previdência dos militares é 16 vezes maior do que o do [instituto nacional do] INSS. A aposentadoria deles será revisada?".

João, de Rondônia: "Como a nova reforma da Previdência Social pode afetar sua viabilidade e garantir a sustentabilidade do sistema a longo prazo?".

Renan, do Rio de Janeiro: "As pensões pagas às filhas de militares solteiras pressionam o Erário. De que forma uma reforma ajustaria essa distorção?".

Matheus, do Rio Grande do Sul: "O Governo estuda incentivar trabalhadores a contribuir para uma previdência privada, tendo em vista as falhas do atual modelo?".

Ana, de São Paulo: "[...] As reformas anteriores conseguiram [...] reduzir as desigualdades no acesso à aposentadoria?".

Eu já respondo que não.

Gustavo, do Pará: "O combate à pejotização do trabalho é uma medida determinante para aumentar a arrecadação das contribuições previdenciárias". Aqui ele faz uma afirmação.

Aelson, de São Paulo: "O país está envelhecendo e os jovens não conseguem ingressar no mercado de trabalho. Precisamos de políticas que fomentem o primeiro emprego".

Bom, os encaminhamentos eu farei no final.

Vamos agora, conforme havíamos conversado.

O Adroaldo, que iniciou aqui, pediu um tempo para falar sobre a greve. É mais do que justo e democrático.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então Adroaldo, tu vais agora falar sobre a greve, na visão, naturalmente, do Ministério da Previdência. Depois, eu vou passar para as considerações finais de cada um dos convidados e vou passar a palavra à Kellen, que vai falar sobre a greve; está no plenário e é do Comando de Greve, creio eu.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Mas se quiser falar...

Quer falar agora, Kellen? Então, está!

Isso que eu acho legal, viu? Porque normalmente a pessoa quer ser sempre a última. A Kellen não, não tem problema, fala agora. É contigo, Kellen.

Ele, naturalmente, seria o último. Só tem um representante do Governo, e ele, naturalmente, seria o último. Ele estava disposto a falar, mas perguntou se você queria falar antes. Acho que seria bom, porque daí ele responde já.

A SRA. KELLEN GUNTHER – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, com satisfação, de forma muito democrática e tranquila, o plenário se manifestará.

Kellen Gunther, do Comando de Greve do Estado de Rondônia.

A SRA. KELLEN GUNTHER (Para expor.) – Bom dia a todos. Muito obrigada pela oportunidade.

Estou aqui, na verdade, representando a base, os servidores. Sou do Comando de Greve do Estado de Rondônia, não sou uma representante sindical. Pedi a palavra para falar em nome de todos os colegas de todo o Brasil.

Bom, eu gostaria de iniciar despertando um pouquinho a empatia de todos que estão aqui. Como os senhores se sentiriam se chegassem em um quadro de infarto no Hospital Sírio-Libanês e, de repente, quando entrassem ali e se deparassem com aqueles equipamentos maravilhosos, aquela estrutura espetacular, os senhores fossem atendidos por jovens recém-saídos do ensino médio, sem nenhuma especialização? Qual seria a garantia de vida com que os senhores estariam ali? Algum equipamento garantiria um bom atendimento? A gente sabe que não. E é isso que está acontecendo no INSS. Promessa de equipamento, de estrutura a gente tem escutado há muito tempo, mas nós, que estamos dentro do INSS, sabemos quem é que resolve os problemas da previdência no dia a dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de aproveitar a fala do Sr. Silberto Silva, que mencionou aqui a questão das mensalidades associativas fraudulentas; nós vimos que foram feitos descontos em lotes de benefícios sem nenhuma autorização, sem nenhum termo de filiação a esses sindicatos e foram demandados nos benefícios do Brasil inteiro. Eu participei de várias ações, cansei de pegar pessoas que não sabiam nem ler nem escrever pagando mensalidade de R$70 em cima de um salário mínimo. Isso descredenciou, é verdade, as associações. Eu vejo lá que tem associações da Contag que eu sei que estão lá fazendo o serviço deles, só que, quando isso acontece, descredenciam-se todas as associações do Brasil. E nós... Eu fiz uma das primeiras denúncias quando nós vimos essas associações fazendo esse absurdo.

Então o servidor capacitado, aquele servidor preparado, que é o que nós queremos, com nível superior, valorizado... Nós fazemos essas denúncias dentro do órgão quando isso acontece. Então, todo mundo precisa de um servidor capaz.

A OAB, o nosso representante que o José Hailton mencionou, na questão do RPPS... Os RPPS hoje precisam de uma fiscalização, não é verdade? Não é isso que está faltando? Por que não trazer essa função de fiscalização para nós? Nós já salvamos o seguro-defeso, que não funcionava bem no Ministério da Pesca antigamente. Veio para o INSS e nós resolvemos. Se a gente não consegue zerar a fila, é porque nós temos um número muito maior de demanda do que servidores, mas o nosso trabalho dentro da previdência com o seguro-defeso é sensacional. Poderíamos ser os fiscalizadores dos RPPS. Por que não trazer essa atividade para nós? Nós queremos essas atividades e nós estamos preparados, porque muitas vezes o que um servidor do INSS faz, gente, lá na iniciativa privada, precisa de um advogado, um contador e um juiz para resolver – e a gente faz isso.

Olhe só a perícia médica, por exemplo. A perícia médica tem dois componentes: um médico e um administrativo. O que está acontecendo hoje? O cidadão vai lá, dá entrada no Atestmed – ele está incapacitado, sofreu um acidente, está todo quebrado–, mas, quando chega ao componente administrativo, o benefício é indeferido, e aí precisa do pós-perícia, que entra para nós. E muitas vezes lá vai para o servidor, que precisa entender o que está acontecendo, porque ele vai ter que trabalhar com a informação que o perito inseriu no sistema, mais a informação de trabalho, mais uma série de outros elementos. Então, o servidor precisa ser competente, precisa ter um nível superior.

E o que a gente está vendo agora? Eu vou fazer uma denúncia do que eu estou prevendo que vai acontecer. Com essa proposta que o Governo apresentou para nós agora, que nem foi resposta da greve, porque eles não abriram mesa de negociação – então, aquilo ali é uma coisa unilateral que nada tem a ver com proposta –, eles trazem, na verdade, uma redução do nosso direito. Eu não vou entrar nos detalhes, mas vai tornar o cargo de Técnico do Seguro Social mais desinteressante ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, além de os servidores que estão na casa já estarem saindo... Gente, são muitos, vocês não têm noção. Servidores super-habilitados estão indo para outras carreiras, porque o INSS não paga mais os seus salários. Então, nós estamos perdendo mão de obra qualificada e estamos nos tornando agora... Se essa proposta absurda do Governo for concretizada, nós vamos diminuir o interesse ainda mais das pessoas pelo cargo de Técnico do Seguro Social. E aí vocês vão entrar no Sírio-Libanês, gente, e vão se deparar com aquela realidade de que eu falei no início da minha fala.

Outra coisa é a automação. A automação é a proposta – e não é só a proposta deste Governo, ela já vem acontecendo desde o Governo anterior. A automação é interessantíssima, mas ela tem deixado um legado de erro absurdo, coisas assim absurdas. Quem mais precisa acha que o benefício está indeferido, que não tem direito, mas, na verdade, é um erro de automação. E nós é que estamos lá dentro para verificar os erros e regularmente estamos apontando as falhas, porque tudo é feito de modo experimental. E aí é na prática, é com o servidor denunciando os erros da automação que eles vão corrigindo. Só que com isso a gente já causou uma série de injustiças com os beneficiários e com os segurados do INSS.

Sobre as fraudes é a mesma coisa. Quem tem olhar para detectar uma fraude, porque a fraude é muito sensível, são quadrilhas muito especializadas... Então, quem tem essa competência somos nós. Nós fazemos fiscalização, combate a fraudes, análises até mesmo de aspectos médicos a gente faz regularmente, denúncias – somos nós. Então, eu gostaria que... Quem puder intervir nesse sentido, gente, não é muito, ao contrário, é urgente, já passou da hora de a gente reconhecer o técnico do seguro social como uma carreira de nível superior – tá? – e as atividades como exclusivas do Estado.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos, Kellen Gunther, por ter se manifestado de forma tão tranquila e tão competente. A gente viu na sua fala – para quem está nos assistindo nesse momento – que você não tinha nenhum documento na mão, não, você falou como alguém que está lá dentro, que está na linha de frente, que sabe o que está acontecendo. Foi muito ilustrativo e, mais do que isso, passou conhecimento para nós aqui e para muitos que estão lá fora. Quero cumprimentar sua fala e dizer que espero, naturalmente, Adroaldo, que a gente consiga abrir espaço dentro do Governo para o diálogo – você vai ter a palavra em seguida –, porque eu já vi muito movimento de greve em que eu dizia para eles: "Não adianta sair batendo, argumentem, porque os argumentos de vocês é que serão ouvidos por nós e nós poderemos levar para frente". Só bater, bater, bater, bater não vai levar a nada!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi exatamente o que você fez. Você argumentou com capacidade, com diplomacia, com qualidade, que mostra a competência dos nossos servidores da previdência. Então eu queria, antes mesmo que ele falasse, dar uma salva de palmas, pelo equilíbrio da sua fala. (*Palmas.*)

Eu espero que contribua no encaminhamento final, que eu farei como Presidente desta Comissão.

E agora, com satisfação, passo a palavra para o Adroaldo. Quero te cumprimentar, Adroaldo. O Adroaldo nunca se nega ao debate. Toda vez que o Ministro não pôde – aconteceu já comigo em outros momentos –, ele veio e fez um diálogo também tranquilo, à altura de uma Comissão de Direitos Humanos do Senado, como você fez agora. Claro que aqui nós sabemos que haverá um outro debate, no dia 21, porque esse momento exige. Exige. Exige que nós debatamos a previdência que nós queremos, e não tem como desconhecer uma greve do porte dessa que está acontecendo no país.

Adroaldo, o tempo é seu, pelo mesmo tempo que ela teve. No mínimo, dez minutos, é o mínimo. Pode ficar tranquilo e depois você fará uma fala final da sua despedida. Agora é sobre a greve, como eu havia me comprometido.

O SR. ADROALDO DA CUNHA PORTAL (Para expor.) – Obrigado, Presidente Paim.

Reitero o prazer de estar aqui e o sentimento de dever, nada mais do que a obrigação do agente público de participar desses fóruns e debates, quanto mais do Congresso Nacional.

Eu fiz algumas anotações sobre as falas aqui dos representantes dos servidores. Eu começo rapidamente fazendo algumas manifestações que logo entram na questão da greve. É lógico, o que o mercado quer é uma nova reforma da previdência, e como eu conversava com um importante representante do mercado, esses dias, ele, assustado inclusive com a volúpia do mercado, então ele é homem ponderado, ele dizia: "Faz menos de quatro anos que tivemos uma reforma da previdência e o mercado quer o quê? Uma nova reforma para aumentar a idade mínima para 70?". É mais ou menos nesse caminho.

Agora, é importante, no nosso campo de defesa da previdência, que a gente também não se iluda e se enrede com os próprios argumentos. Nós temos um regime de previdência no Brasil que é solidário, sim. O Estado brasileiro, lá em 1988, tomou uma decisão: a nossa previdência é subsidiada, o Estado tomou essa decisão. E eu dou um exemplo que é muito caro ao Senador Paim, porque estava lá atrás: a nossa previdência rural. O Estado brasileiro tomou uma decisão de garantir benefícios previdenciários aos trabalhadores rurais, independentemente, Senador, de eles terem contribuído ou não, porque, a rigor, se nós fôssemos usar uma regra fiscalista desde 1988, não pagávamos benefícios para as aposentadorias rurais.

Eu cito o exemplo do mês de junho agora – e é uma decisão de Estado –: nós arrecadamos de contribuições rurais, no mês de junho, R$900 milhões e pagamos R$18 bilhões. Na linguagem neoliberal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do mercado, estão aí R$17 bilhões de déficit. Não é nada disso. O nosso regime é solidário não só entre os trabalhadores, mas também o Estado decidindo aportar recursos. Então, não se trata de déficit. É o modelo, é o nosso modelo. E o modelo é solidário, sim.

É muito perigoso nós apelarmos para o discurso fácil de que a previdência se sustenta por si só, porque a contribuição do trabalhador já garante o valor da aposentadoria. Olha, esse é o discurso do Chile – esse é o discurso do Chile! Nós vamos o quê por esse caminho? Esse caminho, esse discurso fragiliza a previdência, porque ele aponta, como porta, a capitalização. Então, vamos individualizar as contribuições, vamos fazer uma caderneta para cada pessoa e, daqui 30, 35 anos, ver quanto tem. Esse modelo não se sustenta. Esse era o discurso do Pinochet lá no Chile em 1990. Esse é o discurso que o Paulo Guedes estava lá, como assessor, nos anos 1990, ajudando a construir. Deu no que deu.

O nosso modelo é solidário, sim – a contribuição que o trabalhador faz hoje ajuda a pagar o benefício de quem se aposentou –, mas o Estado brasileiro não se envergonha disso. O nosso modelo é este, é o modelo em que o Estado e o trabalhador contribuem, sim, para pagar a aposentadoria de quem já cumpriu a sua missão como trabalhador. Então, é importante não fazermos determinadas confusões. Nós temos que nos orgulhar do modelo. Não podemos fingir que esse modelo não precisa de constante avaliação – não de novas reformas para tirar direitos, mas precisa, sim, ser muito discutido para garantir novas fontes de financiamento.

O Congresso Nacional debateu, no ano passado – e nós temos, até agora, enfrentado esta dificuldade nesse ano –, a questão da desoneração. São R$60 bilhões por ano – R$60 bilhões não entram. Deveriam estar nos cofres da previdência.

Nós temos benefícios que, mais do que outros, não se sustentam do ponto de vista atuarial. E o Estado tomou essa decisão. Ou vocês acham que o MEI se sustenta? Claro que não, mas o Estado tomou essa decisão.

Então, nós temos que encontrar, sim, novas fontes de financiamento e reabilitar fontes que foram perdidas. É aquela história: dar alguma coisa e tomar de volta é muito difícil. Lá atrás, quando se deram as desonerações, o Senador Paim era um que se posicionava, lá atrás, preocupado e contra isso, porque dar e depois de tirar... "Não, é por um prazo. É por cinco anos, é por dez anos." Estamos vendo agora o preço que é você tomar esse tipo de decisão. Não se trata de ser profeta do acontecido e ficar criticando os gestores passados que tomaram a decisão, mas é importante ver que se pagou um preço.

Mas vamos defender a nossa previdência com realismo, com realismo, porque nosso Governo, como qualquer governo na democracia, tem começo, meio e fim, e nós não podemos cair no discurso de que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisamos garantir novas fontes de financiamento, porque daqui cinco, dez, quinze anos, um novo Governo de viés liberal vai fazer o quê? Vai aumentar os financiamentos para a previdência? Não, vai cortar direitos.

Então, desculpa esse preâmbulo aqui, mas faz parte das respostas que eu achava importante dar, e todas elas vêm de setores que defendem a previdência, assim como, os próprios servidores.

Agora, sobre a greve. Bom, quem me conhece, Senador Paim, sabe que eu não sou muito de tapinha nas costas. Então, eu não perderia a oportunidade de vir aqui para falar para os senhores do que eu penso sobre o momento que a gente está vivendo.

Não trouxe procuração do Ministro Lupi nem do Presidente Stefanutto para falar sobre a greve, mas vou ser muito franco do que eu penso sobre o movimento. Então, assim, na condição de Secretário do Regime Geral de Previdência, tenho participado de debates internos, e essa é a minha posição pessoal, e até justifico algumas atitudes que o Governo tem tomado.

É importante dizer que a carreira do INSS é uma das carreiras mais meritórias do serviço público federal. Nenhum outro servidor federal tem um histórico, ao longo de décadas de proximidade com o cidadão brasileiro no serviço público federal, como o servidor do INSS, ao longo de décadas dentro das agências, atendendo as camadas mais vulneráveis da população. Procurem outro servidor que tenha esse perfil. Quem fez ao longo de décadas atendimento diário às pessoas? Alguém poderia levantar a mão: "A Receita Federal". A Receita Federal, é verdade, mas a Receita Federal atende na média um segmento social um pouco diferente do público do INSS. Então aqui eu louvo o trabalho, a excelência, a *expertise* que esses servidores têm.

É verdade que a política implementada, inicialmente pelo Governo Temer, sobretudo a partir de 2017, de automação, tinha um objetivo, tinha um objetivo: fechar as agências – "A máquina vai fazer tudo daqui a pouco, não precisamos mais dos servidores do INSS". Não é à toa que nós tivemos essa redução gigantesca de quadro. Tivemos, Presidente Paim, no país, no passado, 40 mil servidores, hoje temos 18 mil.

Parando de falar do passado, viemos para o presente. O Governo do Presidente Lula tem pouco mais de 18 meses, e o que difere dos últimos sete? Bom, é um Governo realmente comprometido com os servidores e com os trabalhadores. E não é uma tese, eu me sustento no que aconteceu nos últimos 18 meses: o Presidente assume dando 9% de reajuste salarial para os servidores. Quando havia sido o último aumento salarial? Nós passamos dois Governos sem reajuste, dois Governos em que não só não houve reajuste, e o debate estava interditado – o debate estava interditado.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ADROALDO DA CUNHA PORTAL – Servidor público era um pária, era alguém a quem colocar uma granada no bolso, não foi isso que Guedes disse?

O Governo Lula assume dando 9% de reajuste e decide para o segundo ano o quê? Que faria mesas individuais de negociação com todas as categorias.

Está lá o Feijóo, que o senhor conhece bem, Secretário de Relações de Trabalho, a quem eu louvo o esforço insano dos últimos meses, trabalhando 16 horas por dia, com a sua equipe, negociando com todas as categorias. Então há que se repor uma coisa no lugar. Mesa de negociação ao longo dos últimos meses houve com todas as categorias – com todas. E, com a grande maioria delas, as negociações chegaram a bom termo e os projetos de lei com os reajustes salariais estão vindo para o Congresso Nacional.

A proposta oferecida ao INSS é igual à oferecida para a perícia médica federal: 18% de reajuste. Isso significa que, em quatro anos do Governo do Presidente Lula, nós teremos concedido mais de 28% de reajuste salarial. Isso recompõe a inflação. Não teremos 28% de inflação nos quatro anos. Ainda que em pequena monta, haverá uma recomposição de uma conta de governos anteriores.

A exemplo do que o Presidente Lula tem feito com a política de valorização do salário mínimo, ao final de quatro anos, o Governo terá, por caminhos diferentes, Senador, aplicado aos servidores uma política de valorização da renda do servidor, porque terá garantido a inflação e recomposto uma parte do período passado. Bom, recompõe as perdas da última década? É claro que não. Mas é justo cobrar deste Governo, em 18 meses, os retrocessos de sete anos? É justo exigir deste Governo que, além do reajuste salarial, garanta todas as pautas de todas as carreiras numa tacada só agora?

Sobre a greve e por que o Governo foi à Justiça. Em janeiro deste ano, como chefe da perícia médica federal – perícia médica está lá na secretaria –, eu liderei uma investida no Superior Tribunal de Justiça que obteve, Presidente Paim, percentuais parecidos. O STJ exigiu que, para a greve da perícia médica acontecer, ela tinha que garantir 85% de atendimento nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e 75% no Sul e Sudeste. No STJ, a decisão levou em conta o tamanho da demanda e do represamento.

Quando nós fomos ao Judiciário, quando a AGU foi ao Judiciário, nós tínhamos uma noção muito clara de que precisávamos pesar direitos, garantias. O direito de greve está garantido na Constituição – está –, mas ele não é um direito absoluto, ele não pode estar acima de todos os outros interesses, ele não pode estar acima dos interesses do cidadão.

Eu tenho quase de cor a sentença do Ministro Mauro Campbell que garantiu aqueles percentuais para greve. Ele lembrou que um cidadão que está aguardando reconhecimento de direito, e é especificamente no caso da perícia, que está aguardando há seis meses por um benefício de subsistência ou, no caso da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

auxílio-doença, de substituição de renda, ele está, por esse período, aguardando em situação vulnerável. Quando a perícia médica não era realizada, não era como uma greve num hospital, em que havia um represamento de atendimento... É muito comum no sistema de saúde, quando há uma greve, se 70% ou 80% da categoria parar, você acabar represando o atendimento: alguém que ia ficar duas horas no hospital fica esperando 12 ou 24 horas. No caso da perícia médica, isso significava que alguém que estava aguardando há seis meses ia ter que novamente reagendar aquele atendimento e ser atendido daqui a seis.

O que o STJ fez foi pesar os interesses. E aí o STJ firmou uma tese, a tese é de que o interesse público tem que levar em conta o interesse do trabalhador e o interesse do cidadão. E, ao fixar aquele percentual de 85% e 75%, estava dando, Senador Paim, salvo melhor juízo, às greves no serviço público o papel que elas devem ter. O papel da greve no serviço público é de sinalizar fortemente aos governos, mas a greve no serviço público não pode fazer o cidadão de refém. E, desculpe, eu disse que não vim aqui para dourar a pílula; eu falo o que penso. A greve há que ter limites – há que ter limites.

Eu ouvi aqui uma reivindicação, que eu acho absolutamente justa, dos servidores e que é um ponto de pauta importante: o reconhecimento da essencialidade da atividade, de que é um serviço público essencial – o que o INSS faz e o que a perícia médica faz. E, no caso dos servidores do INSS, a luta por tornar a carreira uma carreira típica de Estado é absolutamente legítima. Mas, senhores, ônus e bônus. Ao mesmo tempo em que eu defendo que uma carreira é essencial ao serviço público, ela tem obrigações. Como uma carreira que deseja ter esse título – e os reconhecimentos que isso traz, de carreira essencial, de carreira indispensável – faz com um mês de greve em que 4 mil pessoas não consigam fazer perícia médica e 100 mil pessoas não tenham o reconhecimento de direito na análise dos seus processos? O cidadão é um mero detalhe nesse processo? É aí que o Estado se posiciona. A greve é um direito, mas ela não pode servir para tornar o cidadão refém – eu prejudico o cidadão ao ponto de colocar o Governo contra a parede.

E aqui eu faço uma observação para dizer que, no caso da greve dos servidores do INSS – eu digo isso desde o início do movimento –, não é um movimento pelo reajuste salarial, em que pese, eu vou dizer, uma parte significativa dos servidores estar incomodada com a recusa até agora no aceite da proposta. O Governo tem alertado, ele precisa enviar os projetos de lei para o Congresso, e não desejo que aconteça como no passado e que a carreira fique sem o reajuste. Eu digo isso para dizer que a greve não é por conta disso, assim como a greve, Senador, que a perícia médica promete a partir de amanhã não é por conta de reajuste. O reajuste de 18% ela aceitou. O que ocorre é que ela quer manter um PGD obtido no acordo de greve de 2022, que reduziu a capacidade operacional em 40%. Há um acórdão, uma decisão do Tribunal de Contas da União que aponta e condena, de forma vigorosa, os danos à sociedade causados por aquele PGD. E se dizia que aquele PGD – porque tinha sido homologado pelo STJ – era uma sentença judicial transitada em julgado. Veja, PGDs e acordos de greve não são sentenças perpétuas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lembro todos nós aqui, para que serve PGD? Por que eles foram inventados e criados? Eu acho que os motivos que levaram o Governo Bolsonaro a investir neles tinham viés equivocado: eu não dou aumento e reduzo carga horária. Mas não é para isso que PGD existe – para concluir, Senador Paim –; os PGDs existem para o Estado abrir mão de carga horária em troca de aumento de produtividade, e, ao longo dos anos, isso não tem sido levado em conta.

O cidadão tem que estar no centro da mesa na hora de definir acordos e programas de gestão. Quando o cidadão é afastado da mesa, acontece o que está acontecendo em vários lugares. Os PGDs foram sendo mitigados, foram sendo, cada vez mais, enfraquecidos na sua capacidade de fazer o que um PGD deve fazer: entregar ao cidadão o serviço.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADROALDO DA CUNHA PORTAL – Não é verdade que não houve mesas de negociação. A carreira do INSS talvez tenha sido a segunda que mais reuniões teve – acho que só perdeu para a dos professores federais.

O que acontece é que, neste momento, há uma decisão dos servidores de manter greve até que consigam a carreira típica de Estado, até que garantam questões que merecem, sim, legitimamente ser debatidas, questões relacionadas ao seu programa de gestão, questões relacionadas ao acordo de greve. A ida ao Judiciário é não para acabar com a greve, mas é para dizer que a greve não pode tornar o cidadão refém.

Eu me compadeço muito das questões colocadas aqui sobre o cidadão sem salário, o cidadão servidor do INSS, mas eu também me compadeço, sim, de 4 mil pessoas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADROALDO DA CUNHA PORTAL – ... que não fizeram perícia médica e estão sem benefício e de 100 mil pessoas que deveriam ter tido seus benefícios analisados, e boa parte deles concedidos nesse período. Nós precisamos encontrar um meio de negociar sem que o cidadão seja prejudicado. A greve é legítima e fundamental, mas o paradigma colocado pelo STJ para a greve da perícia médica e a greve dos servidores do INSS parece ser adequado: 100% de servidores parados numa agência é inaceitável, assim como esse quantitativo enorme de pessoas que dependem da análise documental remota também.

Para concluir mesmo, em 15 segundos, é importante dizer: todas as cartas podem ser colocadas sobre a mesa – o PGD, acordo de greve, tudo isso –, mas não com a faca no pescoço, não do Governo, do cidadão, que hoje tem que procurar uma agência do INSS, encontrar a porta fechada e ver, como eu vi em janeiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os sindicalistas da perícia médica federal, no primeiro dia de greve, comemorando o povo voltando para casa sem atendimento. Essa perda de noção da realidade é algo que deve nos fazer pensar. O cidadão em primeiro lugar, e aí, sim, há espaço para negociação. Sem isso, Presidente Paim, nós permaneceremos no impasse, e a Previdência Social e o Governo vão cobrar o cumprimento da decisão judicial.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, esse foi o Adroaldo da Cunha Portal, que falou em nome do Ministério da Previdência Social. E digo de pronto que, desde o início, quando ele soube que haveria aqui pessoas que usariam a palavra – e eu ia abrir, como abri mesmo –, no plenário, sobre o direito de greve, tranquilo ele olhou para mim: "Eu falarei no momento em que você me der a oportunidade". Assim eu o fiz. Ouvi quem falou pelos grevistas, e disse que é de base, e dei para ele o mesmo espaço – até mais: você falou dez minutos, e ele falou quinze minutos, não é? Mas é legítimo, ele responde naturalmente pelo Governo.

Eu não vou abrir o debate no plenário, porque não foi o combinado. A gente fala sempre que o combinado é o que vale. Eu combinei com vocês que falaria um pelo plenário e ele pelo Governo. E assim foi feito. Então, eu tomo agora a decisão que cabe a mim, mediante esta reunião.

Foi proposto aqui que eu apreciasse a possibilidade de uma Comissão de Parlamentares para apoiar as negociações junto ao MGI – é isso, não é? –, para tratar de questões, inclusive conforme está aqui, que não têm impacto financeiro e protegem a previdência pública. É o que está escrito aqui. Mediante isso, eu não vejo obstáculo nenhum, e, pela fala inclusive do Adroaldo, as negociações estão abertas. Então, a Comissão toma a decisão, que estava ao nosso alcance, de interceder de forma positiva, construtiva.

Eu fui sindicalista cinco anos, e não fiquei mais porque virei Constituinte. Foi um mandato de quatro anos e, em seguida, fui reeleito, mas o povo do Rio Grande do Sul entendeu, num congresso de sindicalistas, que eu deveria vir para ser Constituinte. Não me arrependi. Sempre fui um negociador e me apresento aqui como um mediador, não um negociador, porque as categorias, as suas lideranças e, naturalmente, o Governo é que devem fazer a defesa de suas teses, seus princípios, e eu acho que caminharemos bem nesse sentido.

Acredito que a melhor coisa é o diálogo, é a mesa, é a negociação. Sempre fiz assim. Já mediei greves, greves de 12 dias, de 30 dias, de 20 dias. Já mediei greves dos Correios. E, depois, quero aqui dar o mérito ao Presidente Lula. O Presidente Lula fazia um pronunciamento no Rio Grande do Sul sobre diversos temas, e eles me pediram que eu falasse com o Presidente. Eu falei com o Presidente. Ele disse: "Está bom, Paim. Então, chame a mesa de negociação, chame o ministro" – isso porque eu pedi para chamar o ministro –, e houve um acordo, terminou a greve com um entendimento entre as partes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o diálogo sempre é em primeiro lugar. Independentemente de estar na Justiça, para mim tem que prevalecer o diálogo. É por isso que eu tentarei, da forma que vocês aqui, pelo que eu entendi, solicitaram, e há concordância do Adroaldo de que há a possibilidade, sim, de sentar, construir o diálogo, e é isso que eu farei já a partir desta semana, na perspectiva de que o importante é retornar à mesa de negociação. Se vai lá um Senador, ou dez Senadores, ou dez Deputados não é o que importa; o que importa é que a gente, como Comissão aqui do Senado, abra o diálogo. O.k.?

Então, cumprida a missão... (*Palmas.*)

Viu como o diálogo é importante? Até o Adroaldo bateu palma aqui. (*Risos.*)

Não, achei legal, achei legal do plenário e também do Adroaldo. E eu me comprometo – você encaminhar, viu, Ingrid? – a que a gente faça as conversas necessárias para a abertura da negociação.

Como eu havia combinado, embora agora seja meio-dia e 5, nós teríamos, ainda, se assim vocês entenderem que é necessário, algumas considerações finais. O que vocês acham aqui da mesa? Ou se sentem todos contemplados? Todos contemplados? (*Pausa.*)

Então, olha aí. Viu? Tudo em nome do diálogo e do entendimento.

Então, cumprimos a nossa missão no dia de hoje. Teremos outro debate, com certeza, no dia 21.

E você está convidado – eu já o convidei antes de você falar, independentemente de o Ministro ir. Faço questão de que o Ministro vá, não é? O Ministro Lupi é muito querido por todos e fazemos questão de que ele esteja lá no dia 21.

E assim encerramos a audiência pública de hoje.

Vida longa à democracia, ao diálogo e ao entendimento.

Palmas a todos vocês. (*Palmas.*)

Está encerrada a audiência pública de hoje.

(*Iniciada às 9 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e vinte e seis minutos do dia vinte de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Giordano, Augusta Brito, Flávio Arns, Otto Alencar, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Magno Malta, Eduardo Gomes, Dr. Hiran, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Beto Faro, André Amaral e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Humberto Costa, Romário e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 44/2024 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "As propostas de políticas públicas para a juventude no contexto do G20". Participantes: Silvia Rucks, Coordenadora Residente da ONU no Brasil; Daniela Costa, Jovem da delegação do Brasil no G20 – Inclusão e Diversidade; Ronald Luiz dos Santos, Secretário Nacional da Juventude; Felipe Paullier, Subsecretário-Geral Adjunto da ONU para a Juventude; Marcus Barão, Presidente do Youth20/Y20 Brasil 2024 - Grupo Oficial de Engajamento de Juventude do G20; Bruna Brelaz, Presidenta do CONJUVE; e Florbela Fernandes, Representante no Brasil do Fundo de População das Nações Unidas. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 38ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública de hoje será realizada nos termos do Requerimento nº 44, de 2024, de minha autoria, para debater o tema: "As propostas de políticas públicas para a juventude no contexto do G20". A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Eu abri a sessão às 14h25, estava prevista para às 14h. Eu pedi tolerância de meia hora, porque eu tinha que fazer uma fala na tribuna. Já fiz a fala sobre a previdência na tribuna e sobre a desoneração da folha. Eu defendo uma tese de que os recursos da previdência deveriam sair do faturamento e não só da folha, o que naturalmente ajudaria a ter mais pessoas emprego, contribuiria muito para o giro da economia e para uma arrecadação maior para a previdência.

Votarei favorável ao projeto do Efraim Filho, que está no Plenário, tendo o Senador Jaques Wagner como Relator. Vou acompanhar, porque é uma transição para se chegar ali na frente. Eu dou o exemplo sempre dos bancos: os bancos são os que menos empregam, os que mais lucram e menos pagam a previdência, porque pagam também sobre a folha.

Vamos lá, eu vou fazer a introdução do tema, como sempre faço, e depois chamarei os convidados para a mesa. O tema é juventude e G20.

Senhoras e senhores, esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal tem como foco debater as propostas e políticas públicas voltadas para a juventude, especialmente no contexto da discussão do G20.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um momento ímpar para alinhar as preocupações e demandas que emergem no Brasil com o debate internacional, que reconhece a juventude como um segmento fundamental para a formulação de políticas e tomada de decisões que moldarão tanto o presente quanto o futuro. Temas urgentes, como o combate à fome, à pobreza, às desigualdades e aos preconceitos, as mudanças climáticas, a transição energética e o desenvolvimento sustentável com políticas públicas, merecem toda a nossa atenção e, muito além disso, sempre numa linha de melhorar a qualidade de vida do planeta e das pessoas.

Nesse cenário global, os jovens não são apenas beneficiários, mas protagonistas. Eles devem ser ouvidos e engajados na construção de soluções para os desafios contemporâneos. A inclusão de suas vozes nas esferas de poder é essencial para que as políticas públicas reflitam as reais necessidades e as aspirações dessa parcela tão importante da população. Ao promover a participação ativa da juventude, garantimos que as políticas públicas sejam e avancem mais nas linhas de inovação inclusivas e sustentáveis.

Esse debate é, portanto, uma oportunidade para que o Brasil não só aprimore suas próprias iniciativas, mas também contribua para a construção de uma agenda global que valorize e empodere os jovens em todo o mundo.

Essa é a introdução do tema.

De imediato, eu vou, conforme já combinado com a assessoria da Comissão, chamar os painelistas.

Convidamos Felipe Paullier, Subsecretário-Geral Adjunto da ONU para a Juventude. (*Pausa.*)

Falaram que o Felipe, que é o Subsecretário-Geral Adjunto da ONU, já está chegando. (*Pausa.*)

O Ronald Luiz dos Santos, Secretário Nacional da Juventude, também está vindo com o Felipe, pelas informações.

Silvia Rucks, Coordenadora Residente da ONU no Brasil, está presente. Por favor, V. Sa. está convidada para mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E chamo também para a mesa Daniela Costa, jovem da delegação do Brasil no G20. Por favor, Daniela Costa.

Palmas para as duas. (*Palmas.*)

Sejam bem-vindas!

Eu pergunto à assessoria, não sei se ao Agostinho, a quem está montando as mesas: temos mais convidados além dessas? (*Pausa.*)

Até o momento não tem. Só para me situar, se tivesse, eu ia situá-los.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, tá. Muito bem. A Silvia já me assessorou aqui. Ela me disse que tem, sim. A ONU me assessorou, pronto. (*Risos.*) (*Pausa.*)

Isso aqui eu já falei antes, eu já falei que eles estavam vindo. E os outros estão na fila; não é na fila do ônibus, é na fila para entrar aqui no Senado.

A SRA. SILVIA RUCKS (*Fora do microfone.*) – Mas é bom registrar que as mulheres estão aqui no horário. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como sempre, e são maioria, pontuais e maioria. Se eu olhar para o plenário e olhar para a mesa, as mulheres são maioria, fazem jus a esta Comissão, porque as mulheres são maioria nesta Comissão. Todo tema bom para o povo que eu quiser aprovar, eu só peço a elas que estejam presentes. Elas se fazem presentes e aprovam, defendem a tese e aprovam, pela sensibilidade que vocês têm muito mais aguçada que nós homens, viu? Vão dizer: "Bah, só as mulheres parecem que são preparadas". Mas são preparadas, claro, e nós queremos o apoio de todos: homens, mulheres, enfim.

Nós vamos começar, então, com a Silvia. A Silvia está aqui na mesa já e já se propôs a iniciar. Então, passamos de imediato a palavra à Silvia Rucks, Coordenadora Residente da ONU no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tempo que eu tenho dado normalmente nas audiências é de dez minutos com mais cinco, mas, se precisar, eu dou mais cinco, o que dá em torno de 15 minutos.

A SRA. SILVIA RUCKS (Para expor.) – Boa tarde a todas e todos.

Cumprimento S. Exa. o Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e, na sua pessoa, saúdo todas e todos os Parlamentares presentes. Muito obrigada, Senador, pelo convite e pela oportunidade de representar o sistema das Nações Unidas e nosso Secretário-Geral da ONU, António Guterres, nesta audiência.

Gostaria de cumprimentar também o Secretário Nacional da Juventude, que está entrando, o Sr. Ronald Luiz dos Santos, e uma saudação porque também estamos esperando o Subsecretário-Geral Adjunto da ONU para a Juventude, o Sr. Felipe Paullier, que é meu conterrâneo – uma representação importante do Uruguai hoje aqui na mesa no trabalho com a juventude. E estendo meus cumprimentos a minhas e meus colegas das Nações Unidas que nos acompanham hoje: Sra. Florbela Fernandes, muito obrigada, representante da Unfpa e tem a liderança do grupo temático interagencial da ONU para assuntos de juventudes aqui no Brasil.

E, por último, mas não menos importante, saúdo as muitas e muitos jovens que participam desta audiência pública, na pessoa da Sr. Daniela Costa, jovem integrante da delegação do Brasil no Y20, suas vozes são essenciais para montarmos um futuro mais justo e equitativo para todas as pessoas.

Excelência, senhoras e senhores, o trabalho da Organização das Nações Unidas está concentrado em três pilares: paz e segurança, direitos humanos e desenvolvimento sustentável. Em todas essas áreas, a ONU reconhece e prioriza a atuação para e com a juventude.

No Brasil, o sistema das Nações Unidas trabalha em interação próxima com o Estado brasileiro, incluindo aí os três Poderes da República e os três níveis federativos, para a promoção do desenvolvimento sustentável. Essa colaboração é orientada por nosso marco de cooperação, que foi assinado... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Eu recupero o seu tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SILVIA RUCKS – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De imediato, para a mesa...

A SRA. SILVIA RUCKS – Como no futebol, a gente recupera esse tempo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por favor, o Ronald Luiz dos Santos, Secretário Nacional da Juventude. Seja bem-vindo! Diga-se de passagem que a Silvia não queria começar sem você chegar. (*Risos.*)

Eu disse: "Ele chega logo aí, e nós vamos iniciando". Seja bem-vindo, prazer!

Volto a palavra para a Silvia. Eu vou dar mais um minuto, que eu acabei tirando de você aí.

A SRA. SILVIA RUCKS – Mas é bom porque o Secretário conhece muito bem o trabalho da ONU. É um trabalho muito colaborativo, mas, como estava falando, no Brasil o sistema das Nações Unidas trabalha em interação próxima com o Estado brasileiro, incluindo os três Poderes da República e os três níveis federativos, para a promoção do desenvolvimento sustentável. Essa colaboração é orientada por nosso marco de cooperação, que foi assinado no ano passado, com o Ministro das Relações Exteriores e que vai guiar nossa atuação no país até 2027.

O marco de cooperação está estruturado em torno de cinco eixos temáticos que determinam como a ONU deve contribuir para o desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio da transformação econômica, inclusão social, do meio ambiente e mudança do clima, da governança e das ações humanitárias. Esses eixos temáticos foram estabelecidos em amplas discussões com entes do Estado brasileiro e com pleno alinhamento às prioridades nacionais.

Por entender a importância da questão geracional e seus impactos nos esforços de desenvolvimento, as demandas das diferentes gerações estão refletidas nos nove resultados do marco de cooperação que esperamos atingir até 2027. E o tema da juventude é tratado de forma transversal e prioritária.

Os jovens são foco de um dos nossos grupos interagenciais temáticos, que ajudam a integrar, sistematizar e monitorar todas as iniciativas relacionadas à juventude implementadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelas agências especializadas, fundos e programas das Nações Unidas no Brasil. Esse grupo conta com 18 entidades da ONU e é liderado por Unfpa e Unicef.

Já falei, está aqui a Sra. Florbela Fernandes, que é a representante do Unfpa, que lidera esse grupo interagencial sobre as juventudes no Brasil.

Por meio desse grupo temático, temos colaborado intensamente com a Secretaria Nacional de Juventude e com o Conselho Nacional de Juventude para apoiar a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas a esse grupo populacional. A linha mestra de nossa atuação é garantir que os próprios jovens estejam envolvidos e liderem esses processos, tanto no âmbito nacional quanto em fóruns internacionais. Assim, temos apoiado a participação da juventude brasileira em discussões cruciais, como foi o caso do Fórum Ecosoc, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e o G20.

Ao longo do ano, o grupo de trabalho de juventudes interagiu com a delegação brasileira no Y20, oferecendo assistência técnica e formação para que os cinco delegados e delegadas representassem as pautas da juventude brasileira diante desse importante grupo de países.

A delegação brasileira se estruturou a partir das prioridades temáticas estabelecidas pelo Brasil como Presidente do G20 durante o ano. Cada um dos temas – combate às desigualdades, ação climática sustentável, reforma da arquitetura financeira internacional, transformação digital inclusiva e fortalecimento do multilateralismo e da governança global – foi representado por um jovem ou uma jovem, que contaram com o apoio da ONU para se prepararem e mobilizarem seus pares de modo que suas demandas e recomendações fossem consideradas nos documentos finais do G20. Esse trabalho culminou nos eventos do Y20 realizados na semana passada no Rio de Janeiro. Desenvolvimento sustentável, empregabilidade de jovens e reforma da governança global foram alguns dos temas discutidos por jovens de todos os países do G20, que demandaram não apenas se sentar à mesa para conversar, mas, sim, participar ativamente da tomada de decisões.

É claro que essa atuação do sistema ONU no Brasil se dá de forma integrada às políticas globais das Nações Unidas a respeito da juventude, sobre as quais o Subsecretário-Geral Felipe Paullier pode falar com mais detalhes, mas não é só isso. Nosso trabalho parte também do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diálogo constante com a juventude, por meio das inúmeras iniciativas, projetos e campanhas que implementamos com esse grupo populacional.

A humanidade está enfrentando enormes desafios simultâneos. As mudanças no clima, o aprofundamento das desigualdades e a escalada de conflitos nos colocam em estado de alerta. Precisamos de ação rápida e certeira para evitar o agravamento desses problemas. Sabemos que as consequências das decisões que tomamos hoje serão sentidas principalmente pelos jovens e é por isso que acreditamos que suas perspectivas e sua criatividade devem ser parte central da busca por soluções.

Reitero, Sr. Senador, perante o Congresso Nacional, nosso compromisso de garantir que as vozes jovens serão ouvidas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns, Coordenadora Silvia Rucks, Coordenadora Residente da ONU no Brasil. Parabéns pela sua fala, que deu para situar a todos a importância da juventude, como eu sempre digo, no planeta, no mundo todo. Por isso, nós estamos aqui com uma reunião desse nível, um alto nível.

Eu passo, de imediato, a palavra ao Sr. Felipe Paullier, Subsecretário-Geral Adjunto da ONU para a Juventude.

O SR. FELIPE PAULLIER (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Boa tarde a todos e todas. Em primeiro lugar, Senador Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Eu não falo espanhol, mas entendo, viu? (*Risos.*)

O SR. FELIPE PAULLIER (*Tradução simultânea.*) – ... muito obrigado pelo convite e muitas desculpas pelo atraso. Mas conseguimos chegar, isso que é o importante.

Quero agradecer à instituição do Senado e cumprimentar os integrantes da Comissão pela juventude. É muito significativo e muito simbólico estar aqui, em uma audiência pública, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

marco do espaço da juventude do G20, como também focando na importância da Agenda de Juventude no Brasil e também em nível global.

Eu quero cumprimentar a nossa Coordenadora Residente no Brasil, a Sra. Silvia Rucks; o Secretário Nacional da Juventude do Governo Federal do Brasil, o Ronald, meu amigo Ronald; e cumprimentar a Daniela Costa, que tive o prazer de conhecer na semana anterior, no marco das negociações dos jovens que participavam do Youth 20.

Eu quero começar me apresentando brevemente, sou Felipe, Subsecretário-Geral das Nações Unidas para Assuntos da Juventude. Eu tenho a responsabilidade de liderar o recentemente estabelecido Escritório das Nações Unidas para a Juventude, criado sob o mandato da Assembleia Geral das Nações Unidas, com o objetivo de priorizar e promover a Agenda de Juventude.

No coração da nossa oficina, encontra-se o chamado para fortalecer a participação significativa dos jovens na formulação de políticas e nos processos de tomada de decisões. Gostaria de ressaltar que para as Nações Unidas a participação significativa dos jovens implica a inclusão deles, como sócios, num pleno direito e não apenas como beneficiários, significa a inclusão em todas as decisões que afetam as vidas deles, os meios de vida e o futuro.

O nosso mandato, o mandato do Escritório das Nações Unidas, é um mandato transversal. Isso significa que temos o desafio de promover o trabalho para os jovens e com os jovens em todos os pilares das Nações Unidas. Isso significa trabalhar no desenvolvimento sustentável, trabalhar na agenda de paz e segurança, nas agendas de direitos humanos e ação humanitária sob essa perspectiva.

Para isso, o nosso departamento se propõe a trabalhar em três dimensões. Uma é fundamental e significativa, por isso que tem tanta importância estar aqui no Brasil, nesse espaço, porque para as Nações Unidas e para ser efetivo no avanço e na priorização da Agenda de Juventude, nós devemos transformar os espaços intergovernamentais, trabalhando com os governos, com os Estados-membros das Nações Unidas, com os 193 Estados que fazem parte das Nações Unidas, nos processos e mecanismos multilaterais, garantindo que a juventude esteja em primeiro lugar. E, nesse quesito, o Brasil tem um papel de protagonista na região e em nível global.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para nós, influenciar e avançar na Agenda de Juventude implica trabalhar com todo o sistema das Nações Unidas. Para isso, o nosso escritório tem uma estratégia: Juventude 2030, o marco comum das 132 equipes de cada um dos países. Esse marco é comum para as mais de 58 entidades das Nações Unidas que fazem parte da estratégia que propõe substancialmente uma mudança cultural, bem como mudar a forma de trabalho para os jovens e com os jovens.

As Nações Unidas foram historicamente uma instituição de referência, e nós queremos que isso continue sendo assim. As Nações Unidas deram um passo além ao estabelecer esse escritório. Finalmente, também significa trabalhar dentro da organização. Para nós, é muito importante e fundamental advogar por transformações a partir da organização. As Nações Unidas devem praticar aquilo que predicam em todos os níveis para que isso possa avançar, trabalhar melhor para os jovens e com os jovens e termos mais jovens dentro da organização, fazendo uma transformação cultural também de dentro para fora.

A boa notícia... E acredito que quem está aqui nesta audiência são pessoas que acreditamos no porquê, e é valioso trabalharmos nesta direção. Nós nunca estivemos em uma melhor posição do que na que estamos hoje para trabalharmos com e para os jovens, visando outro nível, especialmente com relação à agenda global. O estabelecimento desse escritório através de um consenso dos 193 países que fazem parte das Nações Unidas e estabelecer um mandado claro e político é um exemplo dessa oportunidade.

Com a minha nomeação, como a pessoa mais jovem da história das Nações Unidas, nesse nível, também é simbólico. Não é uma decisão pessoal, é uma decisão dos Estados-membros, que tomaram essa decisão não apenas para criar esse vínculo, como também para a pessoa que, nesse momento, nessa etapa sou eu, mas pode ser outra, porque é importante a institucionalidade, é o simbolismo da transformação das lideranças organizacionais para que essa agenda possa avançar.

A Cúpula do Futuro vai encontrar, em algumas semanas, os chefes de Estado dos 193 países das Nações Unidas, em Nova York, na Assembleia Geral, onde cada país tem um voto. Essa Assembleia Geral simboliza o encontro do mundo. Essa Assembleia Geral simboliza o consenso e a possibilidade de construir acordos comuns. Nessa Cúpula do Futuro, os Estados-membros finalizarão e entrarão em acordo, em um pacto para o futuro, um pacto que reúne a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidade internacional para discutir as mudanças necessárias nas estruturas de governança global e revisar o multilateralismo.

É simbólico, importante e uma decisão política que esse pacto possa ter um capítulo especial sobre a juventude e a participação significativa dos jovens na formulação de políticas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE PAULLIER (*Tradução simultânea.*) – ... e nos processos de tomada de decisões no centro do debate. Envolver os jovens não é apenas apaziguá-los; envolvê-los significa que as decisões sejam mais efetivas para poder construir confiança nas instituições públicas. Trata-se de proteger e fomentar os direitos fundamentais dos jovens e cumprir com uma responsabilidade global.

Hoje o mundo é lar de 1,9 bilhão de jovens. A metade do mundo tem menos de 30 anos, e a maior parte deles, 90% deles moram em países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, as pessoas e o planeta são afetados por desafios que transcendem as fronteiras, desafios globais. Em um momento em que os objetivos de desenvolvimento sustentável estão fora da rota, os conflitos persistem, as emissões globais aumentam, os jovens são particularmente afetados ou impactados por isso. Eu quero fornecer dois dados que evidenciam essa afetação e porque é chave: um de cada cinco jovens no mundo não estuda, não tem emprego e não tem formação; entre esses jovens, dois de cada três são mulheres.

A saúde mental é uma preocupação séria em todo o mundo. A depressão e a ansiedade são uns dos principais fatores de incapacidade dos jovens. Neste mundo de desafios interconectados e complexos, são os jovens aqueles que estão impulsionando a mudança social, os jovens que fizeram com que a agenda climática seja importante para o Brasil, com a Presidência da COP e a COP30, uma COP Brasil, mas uma COP da região.

É tão importante o papel dos jovens em colocar essa agenda no centro das decisões. Nesses dias, foi evidente: eu tive a oportunidade de conhecer, em primeira mão como jovens brasileiros, não apenas aqueles que participaram da delegação formal como aqueles que a Secretaria da Juventude, Marcus e a equipe organizativa fizeram gerar em torno e dialogaram com jovens de diferentes partes do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neles existe um protagonismo e uma vontade de mobilizar e de participar, mas a realidade é que as estruturas do poder continuam refletindo que os jovens são quase invisíveis nas posições do poder. E, em todo o mundo, menos de 3% dos membros do Parlamento são menores de 30 anos. Existe, portanto, um desequilíbrio com relação à demografia do mundo. Aqui no Brasil, os números são muito significativos e similares à tendência global.

Para ter um impacto positivo na vida dos jovens, as necessidades e os desejos deles têm que ser colocados na mesa. Não é apenas importante gerar espaços de diálogo entre os jovens e os parceiros. É também importante que esses espaços possam dialogar com os processos de tomada de decisões. Aquilo que aconteceu, na semana passada, no Rio, precisa dialogar com os espaços onde os líderes do G20 assumirão compromissos com relação às economias mais poderosas do mundo. O G20 representa 80% do Produto Interno Bruto mundial. Portanto, existe uma responsabilidade especial, porque são também esses países que têm a carga mais importante de emissões, porque eles geram essas emissões.

Do meu lugar, eu quero destacar a vontade e a prioridade de que, nessa agenda, a partir das Nações Unidas, nós possamos apoiar e dar suporte ao Governo do Brasil e aos espaços de diálogo para que haja um impacto maior e mais significativo dos jovens na política...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE PAULLIER (*Tradução simultânea.*) – ... porque isso significa mais e melhores políticas públicas.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Felipe Paullier, Subsecretário-Geral Adjunto da ONU para a Juventude. Bela exposição, falou numa visão global, mas situando também a questão do Brasil.

No Brasil, de fato, são muito, muito, muito, muito, muito, muito, muito poucos jovens que nós temos na política com menos de 30 anos. No Brasil, é muito, muito, muito pouco o número de mulheres na política. No Brasil, são muito – estou repetindo –, muito, muito poucos negros e negras na política, tanto no Senado como também na Câmara. Avançamos quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguimos construir políticas de cotas. Se não fossem as cotas, seria só eu aqui de negro. (*Risos.*)

Mas, graças às cotas, nós temos já uma bancada negra na Câmara. E, no meu estado, o Rio Grande do Sul, também avançamos no número de mulheres e de negros e negras.

Então, essa sua visão global é muito importante para nós todos que estamos aqui. Acreditamos muito que o presente e o futuro estão na mão da juventude. E todos nós somos responsáveis. Eu me considero jovem, não é? Eu só tenho 74. (*Risos.*)

Por que vocês riram? Por que vocês riram? Mas tenho de Parlamento oito mandatos: quatro de Deputado Federal e três de Senador. E estou muito alegre em recebê-los e recebê-las aqui. É uma jornada de vida pelas causas que eu sei que vocês defendem, que são as causas dos mais vulneráveis, dos que mais precisam, do social, enfim, da nossa gente, do nosso povo.

Então, vamos em frente. Está bom o debate. Estou gostando, viu? Estou bem animado.

Vou passar agora para Daniela Costa, jovem da Delegação do Brasil no G20.

Pode ser, Daniela?

Em seguida, o Ronald e o Marcus.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tudo bem. Vamos lá.

Por favor, Marcus. Prevaleceu a sua juventude. Pronto.

Falou antes de eu falar. Era eu quem queria falar, e você apontou para ele.

Não, eu sabia, já me tinham indicado aqui que seria o Marcus.

Vamos lá.

Marcus Barão, Presidente do Youth20 Brasil/2024, Grupo Oficial de Engajamento das Juventudes do G20.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCUS BARÃO (Para expor.) – Bom, em primeiro lugar, cumprimento toda a mesa, cumprimento o Felipe Paullier, Subsecretário-Geral Adjunto para assuntos de juventude.

É uma honra imensa receber o Felipe, mais uma vez, das várias vezes em que nós tivemos a oportunidade de repetir isso, para toda a juventude brasileira, para todas as instituições que atuam com juventudes e política de juventude, para quem tem a oportunidade de conhecê-lo nesta primeira visita oficial, que esperamos que seja a primeira de outras. A gente sabe que tem que dividir você com 190 e tantos países, mas que seja a primeira de outras.

O Felipe tem uma trajetória importante de atuação com juventude no seu país, no Uruguai. É alguém que conhece a dimensão territorial e alcança uma reflexão e uma atuação global. Realmente tem um grande desafio e conta com o nosso apoio, com a nossa admiração. Particularmente para o Y20, foi uma honra recebê-lo aqui no Brasil. É uma honra recebê-lo aqui no Brasil.

Cumprimento também a Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas no Brasil, a Sra. Silvia Rucks. Na pessoa da Sra. Silvia, cumprimento todos os representantes das Nações Unidas, agências, fundos e programas aqui representados, que têm uma história importante de contribuição na consolidação das políticas públicas de juventude no Brasil.

Nos principais elementos da política de juventude do Brasil, em todos os momentos da história, a gente pôde contar, para sua conquista, com o apoio das Nações Unidas, especialmente no último período, em que o Conselho Nacional de Juventude sofreu diversos ataques institucionais.

Na condição também de representante da sociedade civil e ex-Presidente do Conselho Nacional de Juventude, também cumprimento a Presidenta do Conselho Nacional de Juventude, a Bruna Brelaz, que está conosco.

As Nações Unidas foram muito importantes. A gente sempre repete isso, mas eu queria transmitir essa fala publicamente aqui no Senado Federal.

Cumprimento o Secretário Nacional de Juventude, Ronald Sorriso, que tem sido uma liderança fundamental para a reconstrução da política de juventude no Brasil, que nos inspira confiança na condução desse trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento a Daniela, que teve a generosidade de antecipar esta fala.

Quero dizer da importância da atuação da Daniela e de toda a delegação, não só da delegação brasileira, mas de todas as delegações do Y20.

Este é um trabalho... O Grupo Oficial de Juventude do G20 existe desde 2010. Desde então, centenas de jovens participaram desse processo, construindo um posicionamento fundamental para o grupo das maiores economias do mundo.

Num contexto em que a gente tem a maior geração de jovens da história da humanidade, é impossível a gente discutir uma agenda de futuro, seja na cúpula que vai acontecer em Nova York, a Cúpula do Futuro, seja em espaços como o G20, sem que jovens sejam protagonistas desses processos de construção, de diálogo, de discussão, talvez me apoiando de alguma maneira na palavra inspiradora do nosso Subsecretário-Geral Adjunto para assuntos de juventude, reforçando a importância da participação juvenil para o fortalecimento desses processos.

E, por último e não menos importante, eu faço questão de cumprimentar... Para poupar eventualmente o tempo dos que virão, mas também para registrar quem está aqui, também o Senador Paulo Paim... Em todos os meus anos de atuação com política de juventude, em todos os atos importantes de política de juventude, algumas pessoas a gente sempre encontra: uma delas é o Senador Paulo Paim. A última vez em que eu estive no Senado Federal para uma audiência, inclusive, foi a convite do Senador Paulo Paim. Então, quando a gente pensa na emenda constitucional que incluiu os jovens na Constituição, quando nós pensamos no Estatuto da Juventude, quando a gente pensa em qualquer ato normativo que regulamente ou institua algumas cotas, por exemplo, qualquer política que seja importante para a juventude, não é à toa que a gente sempre encontra o Senador. Então, queria cumprimentar e agradecer mais uma vez o convite tanto ao Senador, quanto à Comissão e também à ONU, para que a gente pudesse compor esta mesa.

De maneira muito geral e talvez para privilegiar eventualmente o nosso diálogo aqui, o Y20 – talvez alguém que esteja assistindo ou esteja aqui não o conheça ainda – é o grupo oficial da juventude do G20. O G20 é o grupo das maiores economias do planeta, reúne 85% da economia mundial, dois terços da população mundial, tem um modelo de organização com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grupos de trabalho e com grupos de engajamento com diferentes segmentos da sociedade civil, e um deles é o da juventude, aliás, um dos mais antigos. Então, o próprio C20, da sociedade civil, e o T20 surgiram depois do Y20.

Especialmente na edição brasileira, Secretário, a participação social foi um tema muito importante. Pela primeira vez na história, o Y20 inaugurou um processo chamado Diálogos Regionais. Nós fizemos mais de 30 diálogos em todo o Brasil, com dezenas de milhares de jovens, em todas as regiões do Brasil. Há duas semanas, o penúltimo, aliás, o último foi realizado no Tocantins – está o Gustavo Gama aqui, e a Daniela esteve lá –, que é um estado da Região Norte do Brasil, estado importante da Região Norte; e o penúltimo foi realizado em Pernambuco, em uma cidade pequena chamada Pesqueira, com 200 jovens de 42 municípios do Estado de Pernambuco, depois de um processo em que o diálogo foi realizado em diferentes biomas do estado, a última cidade do Agreste brasileiro, onde lá, no território sagrado do povo xucuru, que é um povo indígena, Terra dos Encantados, nós realizamos um diálogo regional, um dos 30 que foram realizados para que pudéssemos chegar até o Y20.

A participação sempre impõe desafios, mas é um desafio que vale a pena, porque não existe política pública sem a participação do povo. Então, nós aprendemos muito com outros grupos de engajamento, mas nós também temos muita segurança de que talvez este tenha sido um grande legado do Y20 na presidência brasileira: diferentes formas de participação. Nós tivemos uma pré-cúpula em Belém do Pará, com mais de mil participantes, uma cúpula que aconteceu na semana passada, uma abertura no Teatro Municipal, com mais de 1,5 mil participantes. Esse é um esforço que dá muito trabalho, demanda muito recurso, bagunça muito a nossa operação, mas vale a pena cada segundo, cada centavo investido, porque muitas dessas pessoas nem sequer saberiam o que é G20; muitas dessas pessoas nem sequer saberiam o que é Y20.

Então, quanto mais a gente puder fazer com que as discussões de alto nível alcancem a vida das pessoas onde elas vivem, mais impactante vai ser aquilo que a gente faz.

Quero encerrar aqui a minha fala, talvez fazendo menção direta ao discurso que nós fizemos na abertura da Cúpula do Y20, em que, em determinado momento, nós mencionávamos que não nos basta para a juventude a poesia dos textos institucionais. O que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós precisamos são de recomendações, de propostas, de políticas, de programas que, de fato, alcancem e transformem a vida das pessoas, porque, enquanto nós estamos aqui, neste Senado Federal, nesta Casa, onde todas as políticas de Estado destinadas à juventude foram discutidas, existem jovens que estão sofrendo violação dos seus direitos, estão sendo privados da sua liberdade, privados da educação, têm perdido as suas vidas, têm perdido seus sonhos.

Por isso o que nós fazemos é importante. O que nós fazemos é importante porque tem como destinatário mudar a vida das pessoas, da maior geração de jovens da história do Brasil.

Então, essa tem sido um pouco a reflexão do Y20.

O nosso debate se concentrou em cinco temas.

A Dani, que está aqui, também vai poder comentar um pouco. Ela, inclusive, liderou um desses temas, não é, Dani?

Os temas foram os três da Presidência brasileira: combate à fome, à pobreza e às desigualdades; mudanças climáticas, transição energética e desenvolvimento sustentável; reforma do sistema de governança global; inclusão e diversidade; e inovação e futuro no mundo do trabalho.

Ficamos muito felizes em dizer que, esta semana, nós divulgaremos esse comunicado, para compartilhar com todas as pessoas aqui.

Muito obrigado.

Parabéns ao Senado Federal por abrir este espaço.

Parabéns às Nações Unidas por continuar liderando a construção de uma agenda em um mundo complexo, em crise.

Essa concertação de muitos interesses é muito importante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCUS BARÃO – E a gente se enxerga nas Nações Unidas também aqui fazendo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado e parabéns. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Marcus Barão, Presidente do Y20 Brasil/2024, o Grupo Oficial de Engajamento de Juventude do G20.

Marcus, você fez uma brilhante exposição. Todos estão gratificados, os telespectadores também.

Já que você falou do Estatuto da Juventude, eu fui autor do Estatuto do Idoso, do Estatuto da Igualdade Racial, do Estatuto da Pessoa com Deficiência e vou falar do Estatuto da Juventude.

Eu acho que você estava lá.

Eu estou aqui no Senado, e vêm uns 20 jovens: "Precisamos falar com o senhor, Senador". "Estou aqui. O que é? Vamos lá, cara", eu bem querendo ter a linguagem da gurizada na época. "Queremos que você relate o Estatuto da Juventude". Digo: "Mas por que eu? Eu sou o mais veterano aqui". Aí a sabedoria deles: "Por ser o mais antigo, o mais veterano, é o que tem conhecimento para a gente aprovar esse projeto com rapidez". (*Risos.*)

Eu nunca me esqueço de que eles falaram isso.

Daí aprovamos. Foi gol de placa, trabalho que vocês construíram na Câmara. Para mim, veio praticamente pronto.

Parabéns pela fala.

Agora, é a vez da Daniela Costa, jovem da Delegação do Brasil no G20 – Inclusão e Diversidade.

A SRA. DANIELA COSTA (Para expor.) – Oi, gente. Boa tarde. Tudo bem?

Gostaria de começar cumprimentando a mesa também na pessoa do Senador Paulo Paim, que é um parceiro das juventudes e das demandas das juventudes nesta Casa.

Inclusive, no ano passado, estivemos aqui com 50 adolescentes do Reimaginando Futuros, numa mesa também presidida pelo Senador Paulo Paim, para trazer as demandas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adolescentes e jovens, as demandas mais prioritárias e importantes, como o combate ao racismo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso mostra o compromisso de vocês jovens, porque pediram audiência na Comissão de Direitos Humanos.

A SRA. DANIELA COSTA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aí eu tive que presidir.

A SRA. DANIELA COSTA – Também tem sido um parceiro histórico aí das demandas da juventude.

Gostaria de cumprimentar também a Presidência do Y20, na pessoa do Marcus Barão, que tem sido fundamental, e, por meio da pessoa dele, cumprimento toda a governança que tem trabalhado incansavelmente para fazer o Y20 acontecer, para colocar a juventude como protagonista desse processo.

Gostaria também de cumprimentar os meus colegas delegados, que fazem parte também da Delegação do Brasil no Y20, mas não puderam estar aqui, a quem eu represento: a Mahryan Sampaio, que lidera o tema de mudanças climáticas e transição energética; o Philippe Diogo, que lidera o tema de combate à fome, à pobreza e às desigualdades; o Leandro Corrêa, que lidera o tema de mudanças da governança global; e o Guilherme Rosso, que lidera o tema de inovação e futuro do trabalho. Acho que é importante nomeá-los também aqui nessa mesa, porque estivemos, não apenas na semana passada, durante a Cúpula do Y20, mas durante os últimos meses, trabalhando incansavelmente, junto com as delegações internacionais, para concertar, para entender quais eram as demandas globais e como a gente consegue chegar a um consenso, porque é muito difícil pensar quais são os temas prioritários – não apenas para o Brasil, mas colocando as nossas prioridades na mesa –, entender quais são os temas prioritários para as juventudes globais, para as juventudes do G20, para, disso, ter um documento forte, um documento amplo, um documento que representa as demandas da juventude dos países que representam o maior PIB, as maiores economias do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para me apresentar também um pouco, brevemente, sou a delegada brasileira para o tema de inclusão e diversidade. Nós cinco fomos selecionados por meio de um edital público e aberto para toda a população brasileira, para toda a juventude brasileira, que selecionou jovens de até 30 anos para representarem cada um desses temas e representarem tanto com um recorte de diversidade e inclusão, considerando questões de gênero, questões de raça, questões de região, mas também considerando o histórico de atuação de cada jovem delegado no tema, para que pudesse representar da melhor forma possível os interesses do Brasil.

Falando um pouquinho de mim, eu também sou gerente de redes e *advocacy* atualmente na Girl Up Brasil, que é uma organização que trabalha para promover o ativismo e a liderança de meninas adolescentes, sua participação na política. Estou até com um "pinzinho" aqui rosa, que é o *pin* que representa uma demanda por mais mulheres jovens na política, porque sabemos, como foi bem trazido aqui na mesa, que ainda somos minoria, ainda somos poucas, e as nossas vozes precisam estar presentes, representadas. Também faço parte do movimento Mulheres Negras Decidem, que traz esse recorte importante, porque não basta falar que precisamos de mais mulheres na política, também é importante falar que precisamos de mais mulheres negras na política, de mais mulheres indígenas na política, que essas mulheres e meninas precisam estar representadas também na sua diversidade.

Eu acho importante colocar também, como trouxe o Senador, que sou filha da política de cotas, sou formada em Relações Internacionais aqui pela Universidade de Brasília. (*Palmas.*)

Fiz meu mestrado em Direito também por meio da política de cotas. Acho que é importante pontuar isso, porque, sem a política de cotas, eu também não estaria aqui, eu seria uma das únicas. E nem na delegação eu não sou a única – isso é uma grande felicidade –, somos duas mulheres jovens e negras que compõem a delegação. Eu não estaria aqui não porque nos falta competência, mas porque nos falta oportunidade e porque vivemos num sistema que trabalha para nos excluir estruturalmente, sistematicamente.

Então, acho que é importante também colocar como as políticas públicas – e, nesse caso, as políticas de cotas, como esse é o tema também da nossa audiência – são fundamentais para garantir a participação das juventudes, para garantir a participação de mulheres jovens, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população negra, da população indígena, não só na tomada de decisão, mas garantir também os seus direitos de forma mais ampla.

Acho que vou começar falando um pouco da importância desse processo – nós saímos agora de alguns meses, e tudo isso se intensificou e condensou durante a cúpula do Y20 na última semana –, um processo muito intenso de negociação. Eu acho que para nós, enquanto juventude brasileira, mas também juventude global, esse é um espaço muito importante, porque, como trouxe o Marcus Barão, a gente não quer apenas ser consultado, nós queremos estar diretamente envolvidos na tomada de decisão, diretamente envolvidos para pensar as soluções, porque a juventude tem muito a contribuir, para pensar de forma inovadora quais as soluções de que precisamos, não só no Brasil, mas também no mundo, para que a gente tenha um futuro mais igualitário, um futuro mais justo. Então, acho que é muito...

Esse processo do Y20 é um processo interessante de se pensar, porque coloca de fato o jovem neste papel de protagonista, neste papel de negociador, e aí, imaginem, negociar com outros 30 países, com interesses muito diversos, para tirar disso um documento consensual, imaginem o tamanho do desafio que isso é. Mas isso também demonstra – acho que o potencial da juventude – o quão prontas as juventudes estão para estarem assumindo esse papel, não só porque somos aqueles que vão herdar as decisões que estão sendo tomadas hoje e que muitas vezes são tomadas sem a nossa participação, mas, não pensando apenas no futuro e nessas soluções que iremos herdar e nos problemas que iremos herdar, mas também no presente, em como atualmente precisamos estar incluídos na tomada de decisão e em como atualmente nós temos propostas, nós temos ideias, nós temos... Materialmente queremos contribuir com as soluções, não só no Brasil como no mundo.

E aí eu acho que trouxe um pouquinho do que foi discutido na minha *track* para a gente pensar também como a gente absorve, porque acho que o desafio daqui para frente é... As juventudes brasileiras e mundiais foram convidadas a participar desse processo e a articular juntas soluções. Mas como agora, a partir disso, a gente articula nacionalmente e internacionalmente essas demandas? Como é que o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário podem absorver essas soluções e construir em conjunto com a juventude políticas públicas que atendam a essas demandas, que atendam às necessidades, que são tão urgentes?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que o *communiqué* ainda não foi divulgado, será divulgado em breve, não é? Acho que é um documento muito interessante para os agentes públicos, para a gente conseguir pensar em conjunto em como a gente consegue colocá-lo em prática. Mas, trazendo um pouquinho aqui do que é a pauta de inclusão e diversidade dentro desse documento e aí pincelando um pouco com o que sei que está também nas recomendações trazidas pelos colegas, acho que, para começar ressoando também o que foi colocado aqui na mesa, é importante a participação da juventude nos espaços de tomada de decisão, sejam esses espaços nacionais, sejam esses espaços internacionais.

Vou trazer um dado de uma pesquisa feita pela Girl Up Brasil nas últimas semanas. A gente vai passar por eleições municipais este ano, mas atualmente nas capitais brasileiras nós temos apenas 2% de Vereadores com menos de 30 anos – 2%. Então, a juventude não tem estado presente nas Câmaras Municipais. E quais são as políticas públicas que podem ser estimuladas e promovidas para os incluir? E, desses 2%, menos de 1% são mulheres jovens, isso sem fazer um recorte de raça para entender quantas dessas mulheres são mulheres negras. Então, a partir desse dado, a gente tira o quanto a participação da juventude ainda é incipiente.

A gente está vendo um quadro de cada vez menos jovens... Porque o TSE tem mostrado esses dados: cada vez menos jovens se filiam a partidos políticos. Então, também, quais as responsabilidades do nosso sistema partidário, do nosso código eleitoral, de promover a participação da juventude na tomada de decisão dos espaços legislativos nas câmaras municipais e também nesta própria Casa...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELA COSTA – ... na Câmara dos Deputados e no Senado Federal?

Mais participação de meninas e mulheres jovens não apenas no mercado de trabalho, com pagamentos igualitários, mas também nos espaços de tomada de decisão, uma educação que leve em conta as diversas perspectivas culturais e que trabalhe de forma a ser decolonial; que as perspectivas, por exemplo, das comunidades negras, das populações indígenas históricas sejam incluídas nessa educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um combate a todas as formas de discriminação, seja baseada em raça, em etnia, em religião. Nós vemos dados alarmantes, e eu acho que a gente tem visto uma crescente, muitas vezes, radicalização da juventude, porque a juventude não tem recebido políticas públicas necessárias para combater essa radicalização, porque não tem recebido conhecimento necessário, uma educação emancipatória, uma educação decolonial. Então, temos visto, inclusive, muitas vezes, um crescimento do discurso de ódio nas redes sociais, e essa foi também uma pauta. Então, como a gente pensa em políticas que combatam o discurso de ódio?

E na criação de cidades que sejam cidades mais seguras, espaços públicos e privados mais seguros para meninas e mulheres, uma infraestrutura, uma política de segurança pública mais segura para meninas e mulheres e também para a população negra, para que a gente possa habitar nas cidades com a garantia plena dos nossos direitos.

A proteção dos territórios indígenas e territórios étnico-raciais. E no Brasil, isso é uma demanda muito forte das juventudes indígenas e das juventudes quilombolas. Então, como a gente consegue pensar no direito à participação política, no direito a uma educação, se a gente não está garantindo um direito que é um dos primeiros e principais, que é o direito a habitar seu território de forma segura e ter esse território garantido e protegido?

Um combate à violência de meninas e mulheres, especialmente com foco nos espaços virtuais. É como trouxe muito bem o Felipe Paullier: a saúde mental como um dos focos principais, uma das demandas principais da juventude brasileira e das juventudes globais.

Nós temos atualmente políticas públicas de promoção da saúde mental, mas acho que falta também a gente avaliar o quanto essas políticas públicas têm chegado na ponta, tem chegado nas escolas dos nossos adolescentes, dos nossos jovens. A gente tem uma das taxas... A gente tem visto um crescente nas nossas taxas de adoecimento mental das juventudes, então essa é como uma demanda também fundamental, especialmente para as juventudes mais vulneráveis.

Uma integração das juventudes migrantes refugiadas com oportunidades de emprego, com oportunidades de acesso à saúde e oportunidades de acesso à educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A inclusão digital das juventudes. Acho que nesse ponto, só para fazer um breve comentário, a gente sempre coloca que a juventude atual está muito *online*, a juventude das redes sociais, a juventude da internet, quando a gente olha para os números de acesso, são números elevadíssimos, mas qual é de fato esse acesso à internet? A maioria dos adolescentes e jovens tem acesso a uma internet de baixíssima qualidade, que só permite de fato acesso às redes sociais. Como a gente garante o acesso a uma informação de qualidade por meio da internet, quando esse acesso ainda é tão limitado, especialmente para juventudes mais vulneráveis, para juventudes dos espaços rurais?

E trazendo também que essa é uma demanda que conversa muito, não só essa como outras, como por exemplo o Plano Juventude Negra Viva. E como a gente consegue articular nacionalmente, a partir também desses planos que já estão colocados, dessas demandas da juventude que já estão articuladas e fortalecem o que a juventude global do G20 está trazendo para também articular esses planos no território nacional.

Uma demanda por mais dignidade menstrual, para assegurar que todas as pessoas que menstruam possam ter acesso digno a insumos, porque a dignidade menstrual que possibilita outras formas também de dignidade, o acesso à educação. Muitas mulheres faltam, muitas meninas perdem aulas mensalmente por não terem acesso aos insumos necessários para garantir a sua dignidade menstrual. Um apelo também para a promoção da saúde sexual e reprodutiva e a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, especialmente da juventude, ao transporte, à educação, aos empregos, aos espaços de poder.

Eu trouxe muito brevemente porque, de fato, são cinco temas e em cada um desses temas nós temos em torno de 12 a 15 recomendações. Então, é de fato um documento extenso, um documento que pensa em propostas. Claro, é um documento também amplo porque serve a esse propósito de juntar as demandas globais da juventude para que depois a gente consiga também internalizar no formato de políticas públicas no nosso país.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELA COSTA – Eu acho que o meu tempo acabou, mas queria agradecer muito a oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, o tempo não terminou, você tem 53 segundos. (*Risos.*)

A SRA. DANIELA COSTA – Obrigada.

Eu me coloco à disposição desta Casa para a gente pensar em como absorver essas demandas, como articular essas demandas junto ao poder público, mas, em especial, nos colocamos à disposição das juventudes brasileiras para a gente conseguir pensar como que nós articulamos essas que são as nossas demandas, internalizamos essas demandas e fazemos uma incidência política para que elas sejam levadas em consideração tanto no âmbito do Legislativo, mas também do Executivo, e como a gente internaliza para que elas sirvam às nossas comunidades, aos nossos bairros, às nossas famílias, como que elas podem de fato chegar na ponta para que os nossos direitos sejam garantidos nos espaços que a gente ocupa, em que a gente vive.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Daniela Costa, jovem da delegação do Brasil no G20.

A Daniela falou tudo, tudo que eu queria ouvir. Eu tenho presidido muitas sessões de jovens, viu? Parabéns! Em 15 minutos ela falou de negros, de índios, de quilombolas, das mulheres, pessoas com deficiência, da falta de qualidade de vida, da questão menstrual das meninas, enfim. Eu não vou conseguir falar aqui, porque o meu período é ter um minuto no máximo com cada convidado. Mas, parabéns, fiquei muito feliz. Oxalá a gente tenha Senadores – eu vou dizer Senadores e Senadoras –, jovens com essa qualidade que você demonstrou aqui. Fiquei muito feliz, viu? E, naturalmente, Deputadas e Deputados – eu quero ampliar nesse sentido –, que para mim é muito bom, viu? Porque nem sempre a gente ouve os jovens falarem, a gente acaba ouvindo sempre – eu não digo os mais inteligentes – os mais maduros, com a idade mais avançada, mas, em matéria de competência, toda mesa que eu vi falar aqui, agora você fechando, uma jovem negra, cotista... (*Manifestação de emoção.*)

Isso que é bonito. Sabe que tem uma consultora do Senado que como cotista entrou – é o *top* aqui na linha, não é? –, ela entrou como cotista. E, enquanto a gente está defendendo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

política de cotas, ela está lá assessorando o Plenário. É o *top* aqui na Casa, não é? Ela diz: "Não se esqueça de dizer que eu sou filha... (*Manifestação de emoção.*) ... da política de cotas".

Talvez muitos não entendam a importância, talvez a minha emoção, porque eu trabalhei muito com a política de cotas: cota no serviço público, cota para as pessoas com deficiência. É uma forma de você fazer com que as pessoas mais vulneráveis, mais sofridas, mais pobres tenham acesso, não é? E aí nós estamos aqui falando também do jovem na política – espaço de poder. Negros, negras, brancos, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, LGBTQI, essa diversidade que é o Brasil e que vocês representam.

Palmas a vocês. (*Palmas.*)

Muito bem, Daniela.

Agora, Ronaldo Luiz dos Santos, Secretário Nacional da Juventude.

O SR. RONALD LUIZ DOS SANTOS (Para expor.) – Boa tarde, Senador. Eu estava conversando com o Barão aqui dizendo que é a segunda vez que a gente está presente em uma mesa e é a segunda vez que o senhor me chama de Ronaldo, mas é Ronald.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Ah, Ronald.

O SR. RONALD LUIZ DOS SANTOS – Sempre muito importante dizer Ronald, mas Ronald Sorriso, um apelido que carrego para a vida. Muito obrigado pelo convite, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O convite é fundamental.

O SR. RONALD LUIZ DOS SANTOS – Com certeza, é o mais importante. Mas muito obrigado pelo convite, pela combatividade e pela assistência que sempre deu e que continua dando ao trabalho da juventude. Muito obrigado à nossa Coordenadora Residente das Nações Unidas no Brasil, a Sra. Silvia Rucks. Não apenas a ela, mas também eu vejo a Florbela, a equipe do UNFPA, vejo a equipe do Unicef, vejo o Rodrigo da Unesco. Talvez não esteja vendo e não esteja identificando alguém. A Samanta também está aqui, que trabalha no escritório, que organiza como ponto focal a juventude no sistema e que tem sido muito parceiros e parceiras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Secretaria Nacional de Juventude nesse processo de reconstrução, não só da Secretaria, do Conselho Nacional de Juventude.

Hoje nós tivemos uma bela agenda do Comitê Interministerial, onde o Felipe Paullier pôde estar presente, dialogando a Política Pública de Juventude, interministerial, esse caráter transversal tão importante.

Quero agradecer aqui ao Marcus Barão, que fez um empenho importante para a organização da Y20, muito a pedido também nosso, Sr. Senador, em relação à necessidade de nós termos uma pessoa que tivesse qualidade política para organizar esse processo. Então, foi nossa escolha que o Marcus Barão estivesse, ele topou depois de alguma insistência nossa esse desafio.

A Daniela, que aqui representa uma delegação tão plural, tão importante, que foi a delegação e que, de maneira muito brilhante, muito sensível, apresentou a política em sua síntese e emocionou, eu acho que a todos, especialmente aqui o nosso Senador, que também nos emocionou com essa palavra.

Ao Felipe Paullier, que é o nosso Secretário-Geral para a Juventude da ONU, algumas pessoas sempre ficam falando, se não tem ministro, você é o ministro da juventude. Eu sempre faço questão de lembrar que o ministro com quem a gente trabalha e que também trago um abraço, é o Ministro Márcio Macêdo, Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, que tem dado toda assistência, mas, se as pessoas fazem esse tipo de vinculação em relação ao meu cargo, que fique nítido que o Felipe Paullier também é o nosso Secretário-Geral para a Juventude das Nações Unidas. (*Palmas.*)

E quero também agradecer aqui a presença e pedir, Senador, se possível, para que eu possa compartilhar o meu tempo de fala com ela, com a Presidenta do Conselho Nacional de Juventude, Bruna Brelaz. E prometo que seja...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, eu tinha me comprometido que a moçada aqui, que me assessora: "Senador, elas me pediram para registrar presença". Eu ia fazer uma surpresa, e ia deixar vocês todos falarem, e eu não respondi para eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, deixa que eu resolvo. Eu vou dar tempo para elas, elas vão falar do plenário, mas já vão falar o mesmo tempo dos convidados, que é de dez minutos.

Pode usar todo o seu tempo.

O SR. RONALD LUIZ DOS SANTOS – Perfeito, perfeito.

E o que eu queria apresentar aqui logo de largada? A gente recebeu esse desafio de organizar o Y20 no Brasil, que é um grupo de engajamento da sociedade civil, mas o Governo resolveu organizar junto, como se fosse também seu: empenhar esforços, empenhar investimento financeiro e fazer com que o evento acontecesse e tivesse a magnitude que é característica do Brasil, especialmente no Governo do Presidente Lula, que é a sociedade civil participando integralmente. Para nós, não bastava a gente reunir os delegados – representativos, de fato, cinco de cada nação presentes aqui no país –, colocá-los dentro de um hotel e, dentro desse espaço, fazer os debates sem que a sociedade tivesse conhecimento do que era esse espaço.

Afinal de contas, por que o Brasil investe no G20? Por que o Presidente Lula, não só como Presidente, mas como Chefe de Estado, viaja o mundo todo para falar sobre o Brasil, para defender os interesses do Brasil e para construir um modelo de governança? Porque essas coisas efetivamente influenciam na nossa vida no presente, na nossa vida no território. Afinal de contas, quando a gente fala sobre o futuro no mundo do trabalho – que foi um tema que a governança do Y20 determinou que fosse um dos temas de debate –, por que é tão importante debater isso a nível global? Porque as organizações que lucram em cima da precariedade do trabalho da nossa juventude são organizações transnacionais. Portanto, as decisões precisam ser transnacionais, precisam ser globalizadas.

Por que é importante nós falarmos sobre o pacto, a aliança global contra a fome, na premissa da juventude, no âmbito do G20? Porque, se não forem os esforços de todos os países para que a erradicação da fome e da miséria aconteçam, não haverá essa possibilidade, porque existe uma distribuição desigual do capital, uma distribuição desigual do trabalho em relação à hierarquia dos países, que se estabeleceu desde os tempos coloniais até o dia de hoje, e essa concertação precisa ser uma concertação global. Esse desafio que nós temos precisa estar incorporado pela juventude, e eu tenho dito sempre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente vai fazer um planejamento na vida, a gente pode planejar a curto, a médio e a longo prazo, tudo depende da expectativa que você tem desse usufruto. Então, é natural, ainda que não seja aceitável, que algumas outras pessoas que tiveram uma trajetória mais longeva – não digo todos, até porque nós temos aqui um grande aliado que pensa a longo prazo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Veteranos, veteranos!

O SR. RONALD LUIZ DOS SANTOS – Veteranos.

É natural que eles queiram que as riquezas sejam exploradas de imediato no seu máximo grau para poder usufruir desse bem-estar momentâneo que aquela condição dá. Mas e a médio e longo prazo? Qual o preço que se paga em relação a isso? A juventude é quem tem condições de dizer qual é o preço, e qual é o preço que ela, a juventude, quer pagar.

Então, quando a gente vai para um debate global e incorpora a juventude na agenda, como nós queremos e vamos fazer em relação à COP 30 – temos dialogado bastante com o Felipe para a gente avançar nesse sentido, não é, Bianca? –, nós queremos que a conta venha refletida a longo prazo, para que nós possamos ter planeta no futuro e para que as condições sejam imediatamente revertidas... Não é porque a gente pensa no amanhã, no depois de amanhã que a gente não pensa no agora. A indignação da juventude se dá a partir das realidades presentes, quando a gente percebe que a crise climática não afeta por igual, ela afeta de maneira distinta. Ainda que ela tenha atingido locais do centro de Porto Alegre, a gente sabe quem são as pessoas lá na restinga que estão pagando o preço até esse momento. Portanto, a gente quer que as soluções sejam dadas agora, pensando a curto, a médio e também a longo prazo. Nós precisamos ter planeta.

E eu acredito que nós conseguimos, nesse trabalho de Governo e sociedade civil, envolvendo diversos atores, incorporar esse sentimento. Eu acho que esse sentimento não só foi incorporado pelo Brasil, pela sociedade civil, pela delegação brasileira, como ele também foi incorporado pelas delegações internacionais, porque, depois de grandes e extensos debates, a gente conseguiu ver, da Rússia aos Estados Unidos, da África do Sul à Alemanha, a possibilidade de nós termos uma declaração em consenso. É a declaração máxima, é o manifesto do partido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunista, é a tese que encanta corações e mentes? Não necessariamente, nem é sobre isso. Não é sobre a gente ter a tese máxima alcançada, é sobre a gente saber como a gente tem capacidade de conviver como humanidade.

Então, a partir desse momento, nós vamos receber as recomendações e nós vamos trabalhar essas recomendações com os outros países. Nós pretendemos fazer, talvez de maneira virtual, talvez de maneira presencial – isso é um estudo que nós estamos fazendo acerca do calendário do G20 –, uma reunião entre os ministros e responsáveis de juventude desta temática no G20, para que nós possamos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALD LUIZ DOS SANTOS – ... fazer uma análise, um debate aprofundado sobre essa declaração e, a partir disso, saber como os nossos países, que representam 85% da economia global, que representam dois terços da população, conforme apresentou aqui o Marcus Barão, podem incorporar, através da ação das suas juventudes, das suas organizações, das suas instituições de juventude. Acho que é fundamental.

É um prazer nós estarmos aqui neste agosto. O agosto, como o senhor sabe, Senador, é o mês da juventude. O agosto é sempre tão importante porque, desde 1998 – na verdade desde 1999, depois da cúpula de ministros de 1998 de juventude das Nações Unidas –, nós comemoramos o Dia Internacional da Juventude. Desde 2002, através da Lei 10.575, assinada pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, nós celebramos o Dia Nacional da Juventude. Desde 2013, através da sanção pela Presidenta Dilma Rousseff, nós celebramos o aniversário do Estatuto da Juventude. Nós temos o Dia do Estudante, que, em sua grande maioria e natureza – não é, Bruna, que foi Presidenta da União Nacional dos Estudantes? – são jovens, data da fundação da União Nacional dos Estudantes. E nós precisamos fortalecer essa reflexão. Não é à toa que nós estamos, pelo segundo ano consecutivo, ao lado do Senador Paim, no Senado Federal, debatendo o tema juventude no mês de agosto. Nós precisamos amplificar essa visibilidade e, a partir da amplificação dessa visibilidade, também começar a utilizar o agosto não só como o mês de apresentar a agenda, mas também como o mês de arrancar a vitória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí tem uma questão que foi fundamental, que a Dani apresentou aqui: é importante pressionar e dialogar com o Executivo, mas não só, porque as políticas de Estado são gestadas no Parlamento, no Congresso Nacional, mas a gente sabe que também o processo de interpretação dessas leis se dá no Judiciário. Então, esse diálogo que nós precisamos fazer, inclusive acerca das recomendações do comunicado do Y20, precisa se dar com todos esses atores e essas atrizes. Da mesma forma, nós precisamos fazer um grande esforço para que os setores empresariais, para que o terceiro setor, para que aqueles que, neste momento, detêm o poder do capital observem essas recomendações e cumpram essas recomendações, porque nós sabemos que, sem esse esforço de pactuação dos direitos, a partir de uma premissa de que a juventude pode desenvolver este país, desenvolver o mundo, não será possível colocar essas recomendações em prática.

Por fim, quero falar sobre o Plano Nacional de Juventude. Eu tenho certeza de que a Bruna vai falar sobre isso, que tem sido o nosso esforço. Nós temos o decreto do Plano Juventude Negra Viva, que nós reconstruímos junto com o Ministério da Igualdade Racial e outros 18 ministérios no último ano. Nós temos a reconstrução do Plano de Juventude e Sucessão Rural, para que a juventude tenha qualidade de vida no campo. Nós estamos trabalhando no Comitê Interministerial de Juventude pela reconstrução do Plano de Juventude e Meio Ambiente, também trabalhando a questão climática.

Mas nós sabemos que tudo que é por decreto – a nossa querida Florbela sabe muito bem – é muito frágil. O decreto cai na medida em que um Presidente toma a decisão de que ele não serve, ou mesmo quando o Congresso Nacional tem esse poder de sustar o decreto. Nós queremos fortalecer a política de Estado. Nós fizemos isso com a Emenda Constitucional nº 65, colocando o jovem na Constituição Federal, art. 227, acompanhando o idoso, a criança e o adolescente, dotando-o de direitos. Esse mesmo art. 227, a partir dessa emenda, determinou a construção, §8º, item I, do Estatuto da Juventude – nós conseguimos –, a Lei 12.852, de 2013.

Mas o item II nós ainda não cumprimos, que é ter um Plano Nacional de Juventude. Não bastam as intenções, não basta a vontade, é preciso dizer como. E nós trabalhamos a Conferência Nacional de Juventude, no ano passado a realizamos com mais de 175 mil jovens de todo o país, e agora nós queremos transformar isso num plano e, a partir deste plano, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Plano Nacional de Juventude, para que nós possamos integrar essa política, Samantha, e fazer com que a Política Nacional de Juventude seja uma política exitosa no nosso país.

Enfim, eu quero agradecer novamente a oportunidade e dizer que a Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, através da orientação do Ministro Márcio Macêdo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALD LUIZ DOS SANTOS – ... e obviamente das determinações do nosso Presidente Lula, está absolutamente à disposição, para a gente fazer com que as vitórias aconteçam nesse futuro bem breve e também no longo prazo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Ronald Luiz dos Santos, Secretário Nacional de Juventude. Falou muito bem, parabéns! Um fala melhor que o outro, e agora como é que eu faço? Elogiou um, não elogiou o outro... vou elogiar todos, menos os que não falaram. Já estou elogiando vocês também. Todos brilhantes. Parabéns, viu, Ronald? Você trouxe dados, informações, inclusive para mim, porque eu não tinha conhecimento, de suma importância.

Eu sei que a Silvia vai ter que sair. Daqui a algum tempo ainda?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora! A Silvia, então, pediu para se despedir aqui deste espaço físico do Senado, pois vai estar sempre junto com vocês, naturalmente.

E, depois da Silvia, eu já aviso que eu vou chamar a Bruna e, em seguida, a Florbela.

A SRA. SILVIA RUCKS (Para expor.) – É, mais uma vez, Senador Paim, para agradecer o convite.

Na verdade, é uma maravilha ver esta sala cheia de jovens, muitos sorrisos com esperança de que finalmente a gente consiga transformar o mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é uma pena que vou ter que sair, pois esta conversa está tão interessante. O que acontece? E, por isso, eu queria explicar. Hoje é um dia muito especial para a Colômbia. O Embaixador da Colômbia organizou um evento de reconhecimento para lembrar as vítimas do conflito armado da Colômbia. E, no caso, eu fui Diretora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento na Colômbia e acompanhei o processo de paz lá. E ele me convidou especialmente, porque vão inaugurar um espaço da memória para as vítimas do conflito armado na Colômbia. É por isso, é só por isso que eu vou sair daqui com muita pena, mas também é um dia muito especial para a região da América Latina e Caribe.

Senador, muito obrigada mais uma vez. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Valeu, Silvia Rucks, Coordenadora Residente da ONU no Brasil. Leve meu abraço para todos que estarão nessa atividade.

De imediato, eu vou passar a palavra para Bruna Brelaz, Presidente do Conjuve, com o mesmo tempo dos outros convidados.

Bruna, como ela teve que se retirar, você podia vir para a mesa. Ela vai sair, tem uma cadeira sobrando. (*Pausa.*)

Aí a gente combina de a Florbela também falar depois daqui da mesa, mas agora é com você, Bruna.

Bruna Brelaz, Presidente do Conjuve.

A SRA. BRUNA BRELAZ (Para expor.) – A gente pode revezar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pronto. Isso.

A SRA. BRUNA BRELAZ – Primeiro, antes de tudo, eu queria muito agradecer ao Senador Paulo Paim e parabenizá-lo. Senador, eu fui Presidenta da União Nacional dos Estudantes. E, na minha gestão e, obviamente, em outras gestões também, nós tínhamos como prioridade a campanha da lei de cotas. Nós, inclusive, fizemos um clipe muito bonito que fazia parte da nossa campanha e nós construímos uma agenda para que nós pudéssemos garantir a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

renovação da lei de cotas, porque essa geração de estudantes que que fazem parte do movimento estudantil é exatamente a geração que conseguiu entrar na universidade graças às cotas. Por isso, estar na sua presença é algo muito significativo, exatamente porque, graças à sua luta, à luta do Presidente Lula, à luta de tantos jovens dessa geração e de outras gerações, à luta do movimento negro, nós conseguimos avançar na popularização do ensino superior. E isso não é coisa pouca para o histórico do nosso país. Então, muito obrigada, Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Principalmente pela mobilização de vocês.

A SRA. BRUNA BRELAZ – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fizeram a pressão devida aqui dentro.

A SRA. BRUNA BRELAZ – Exatamente.

Nós ficamos muito felizes de estar neste espaço exatamente por compreender a luta da política pública para a juventude como um processo histórico do povo brasileiro. Primeiro, porque nós fazemos parte – ou somos fruto, na verdade – de gerações de jovens que lutaram para que a gente pudesse garantir e estruturar alguns passos importantes. E eu sempre rememoro o que está no DNA da nossa juventude. Um deles é a conquista do voto aos 16 anos, a luta pelo Passe Livre Estudantil no transporte público, o marco da Lei do Estágio, a implementação do ProJovem. São algumas lutas que fazem a travessia da nossa história e trazem a importância de gerações de jovens que puderam fazer com que hoje nós estivéssemos aqui, assim como a própria criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional da Juventude, que são instrumentos institucionais extremamente importantes para a aplicação da política pública de juventude.

Eu creio, Senador e demais da mesa, que a nossa agenda para o presente e para o futuro está elencada em três aspectos. O primeiro deles é a participação da juventude. Sobre a participação, é algo que atravessa a história de várias gerações, porque eu acredito que nós, no Brasil, damos exemplo relacionado à participação. A juventude do Brasil é uma juventude que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participa. E eu acho que essa juventude que participa quer ampliar mais a sua participação, quer ampliar não só para além do debate da educação, mas também para os territórios, para o debate de mobilidade, para o debate de emprego. Então, eu acho que a participação ainda é um desafio presente para a nossa geração, apesar de eu ter uma opinião de que os jovens brasileiros participam e constroem, ajudam a construir as lutas cotidianas.

A segunda coisa que eu acredito que seja pertinente, um dos assuntos mais pertinentes à juventude brasileira, é o debate sobre o trabalho. Esse é um debate que acaba angustiando essa geração de jovens exatamente porque, num período passado, no último Governo, a juventude brasileira foi totalmente apagada. O Barão, que foi Presidente do Conselho Nacional da Juventude, sabe muito bem como a juventude sofreu com os desmontes da política pública e como o Secretário Ronald Sorriso e toda a estrutura de juventude do atual Governo sofreram para poder ter memória sobre a política pública. Como é que nós vamos reconstruir o país? Como nós vamos apontar os rumos do futuro se nós não temos uma referência daquilo que foi elaborado? Então, acredito que o debate sobre o trabalho é algo primordial para a luta dessa geração.

E o debate por justiça climática é um debate também importante na luta da juventude, que atravessa as nossas trajetórias e que nos influencia a nos mobilizarmos para uma agenda importante, que é a COP 30, que acontece em Belém, ano que vem, aqui no Brasil.

E, para finalizar, porque eu pretendo ser muito sucinta, eu acredito que essas bandeiras atravessam exatamente aquilo que o Ronald Sorriso apresentou. Nós precisamos ter uma agenda para essa juventude. E essa agenda de juventude está alocada na aprovação do Plano Nacional de Juventude. Essa agenda que nós queremos construir aqui no Congresso Nacional, Senador – e nós queremos muito sua ajuda –, vai precisar ser um instrumento de mobilização da sociedade brasileira, vai precisar envolver todos os setores sociais de juventude, vai precisar envolver o terceiro setor, vai precisar envolver o Parlamento brasileiro, que vai precisar envolver – já está envolvido – o Executivo brasileiro. Precisará haver uma força-tarefa para que nós consigamos, de uma vez por todas, transformar as agendas de juventude em política de Estado.

Nós não podemos, a juventude não pode ficar à mercê de governos, exatamente porque nós tivemos uma experiência muito ruim para as juventudes brasileiras no último período. Se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não há política de estado, as juventudes ficam à mercê de qualquer situação e de qualquer coisa que não seja elaborada para a juventude.

Então acho que nós precisamos fazer e construir um pacto que possa contribuir para que a juventude brasileira tenha, na sua luta, aprovação do Plano Nacional de Juventude. Para o Conselho Nacional de Juventude, essa é a primeira bandeira; então, nós temos isso como uma premissa importante.

Ainda no debate de emprego, existem dois aspectos importantes, e eu também faço, Senador, parte do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Nós precisamos interligar aquilo que nós defendemos: desenvolvimento nacional com justiça climática. Isso se chama sustentabilidade, e eu tenho muita certeza de que nós podemos concatenar essas lutas, exatamente porque o Brasil precisa crescer. E este país pode crescer sendo desenvolvido sustentavelmente, pode crescer garantindo emprego para a juventude, retomando um plano de reindustrialização, construindo alternativas a partir das estruturas climáticas que cabem a nós e, acima de tudo, cobrando os países de fato responsáveis pelas mudanças climáticas, os países que passaram do século XX ao século XXI poluindo desenfreadamente para que, no final das contas, o que seja cobrado, seja da Amazônia, do Brasil. Eu acho que nós precisamos refletir sobre isso de forma estratégica. Eu tenho plena convicção de que o Presidente Lula tem feito isso de forma brilhante e que tem nos representado muito bem nos fóruns internacionais, apresentando, de forma altiva, o debate do Brasil nas questões das mudanças climáticas. Nós temos observado como a juventude também tem se responsabilizado e mobilizado para que nós possamos cobrar de quem, de fato, tem que ser cobrado o debate de mudanças climáticas.

Então, eu acho que todos esses anseios perpassam por essa geração de jovens. São muitas angústias... Desculpa, está seco em Brasília viu, gente? É sofrido. (*Risos.*)

São muitas as angústias da juventude. Eu acho que nós precisamos construir caminhos neste sentido: pela aprovação do Plano Nacional de Juventude; que, de fato, seja robusto e represente os anseios da juventude brasileira, para que nós apontemos um rumo para a juventude no debate do emprego e também no debate sobre justiça climática, que atravessa hoje a nossa geração mais do que nunca.

Então, essa é a contribuição do Conselho Nacional de Juventude.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BRUNA BRELAZ – Eu queria me colocar à disposição e colocar à disposição todo o conselho. São mais de 120 pessoas que participam do conselho, das mais diversas organizações, que vão construir com a gente essas agendas no próximo período.

Quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade.

Obrigada, Secretário, por sempre ajudar o Conselho Nacional de Juventude; obrigada, Senador Paim, pelo espaço.

Vamos para cima que a luta é nossa, a luta da juventude brasileira.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bruna Brelaz, Presidente do Conjuve.

Eu já disse que não iria mais elogiar, e eu elogiei por antecipação da fala... (*Risos.*)

... porque eu sabia que iria falar muito bem. Então, agora peço palmas. (*Palmas.*)

Especiais.

De imediato, Florbela Fernandes, Representante do Brasil do Fundo de População das Nações Unidas.

O Ronald gentilmente cedeu o lugar. (*Pausa.*)

Seja bem-vinda.

Florbela Fernandes, Representante do Brasil do Fundo de População das Nações Unidas.

A SRA. FLORBELA FERNANDES (Para expor.) – Boa tarde.

Muito obrigada pelo convite.

Quero iniciar saudando o Sr. Senador Paulo Paim e, em sua pessoa, saudar a mesa.

Quero estender também um abraço muito cordial a toda a audiência, e hoje temos, para além da juventude, também algumas crianças que acompanham. Então, boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É realmente um prazer estar aqui.

Muito já foi dito sobre juventude, inclusive também o pensamento estratégico das Nações Unidas no Brasil, através aqui da nossa Coordenadora Residente, a Sra. Silvia Rucks.

Nesta oportunidade, quero apenas reforçar que as Nações Unidas, no Brasil, está a serviço da Conjuve. Queremos agora, com a nova liderança, reiterar aqui a nossa colaboração para seguir juntos.

Estamos também a serviço da Secretaria Nacional da Juventude – então, o Ronald conte sempre conosco para os desafios – e também, certamente, aqui ao Senado.

Vou estender também aqui um reconhecimento ao nosso Subsecretário-Geral Adjunto da ONU para assuntos da juventude. Como já foi dito, foi a primeira missão, e nós estamos certos de que fará muitas outras mais para o Brasil.

Agora, juventudes no Brasil é um tema importante. De acordo com o último censo populacional, de 2020, 2022, nós temos, no Brasil, 45 milhões de jovens.

É um segmento importante a considerar para o desenvolvimento do país, mas também reconhecendo que o Brasil passa por uma transição demográfica. Então, quando nós olhamos para o censo populacional de 2010, nós tínhamos, nessa altura, cerca de 51 pessoas jovens no Brasil. Então, vemos aí uma redução e vemos também a necessidade de priorizar mais os nossos investimentos na juventude, em que áreas priorizar na educação, por exemplo.

Nós sabemos que investimentos na educação e, principalmente, manter as meninas, as adolescentes, na escola faz toda a diferença. Imaginem que um ano adicional de escolaridade para uma adolescente equivale a cerca de 10 a 20% mais de renda que ela pode obter no seu emprego futuro. Então, vale a pena manter sim as meninas na escola e olhando para esse potencial da juventude também na educação e, como já se falou aqui também, no emprego, estudando, claro, quais são as novas formas de emprego às quais os jovens querem aderir.

Olhamos sempre para a inovação, criatividade, mas penso que o que mais ouvimos esta tarde é a necessidade de, para além da participação, os jovens estarem nos espaços de decisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós, com a presença do Felipe, olhamos para fora e para dentro da casa da ONU, e o Felipe colocava também um desafio à ONU: onde estamos, em termos de ter mais jovens nos espaços da ONU?

Nós, do Fundo de População das Nações Unidas, queremos muito seguir com o nosso programa de estagiários, convidando jovens brasileiros a conhecerem mais a casa da ONU e também, com essa oportunidade, futuramente, colaborarem com profissionais da ONU. Nós precisamos de sangue novo, mudança e novas formas de pensar, e isso só pode ser feito através da juventude.

Há dois últimos pontos que eu queria mencionar nesta oportunidade. Então, para além de ser Representante do Brasil, eu também sou Diretora de País para o Uruguai e para o Paraguai. E isso faz-me sempre pensar na potencialidade que o Brasil tem de usar também os espaços regionais para levar aquilo que a gente tem como melhores práticas no país e servir de inspiração para outros países da região também. Aqui foi falado, por exemplo, da participação que a gente tem no Brasil, que não é algo que a gente possa contar com os outros países também.

E o outro prisma é o nível global. Nós temos para o próximo ano já a COP 30. O quão importante é levar toda a sabedoria que foi construindo esses espaços com o Y20 para assegurar que a agenda da juventude, com resposta ao clima, também seja exemplar. Então temos aí uma frente de trabalho também. Queremos, com a ONU, seguir olhando para isso e ocupando essa agenda global também, para assegurar que o Brasil possa utilizar da sua Cooperação Sul-Sul para inspirar outros países também.

Então, uma vez mais, agradeço a oportunidade e o trabalho que temos feito juntos para colocar jovens brasileiros e brasileiras sempre à frente, mostrando o que eles sabem fazer melhor.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns, Florbela Fernandes, Representante do Brasil do Fundo de População das Nações Unidas, que enfatizou também a questão do clima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos vocês sabem que no meu estado, o Rio Grande do Sul, 92% dos municípios foram, de uma forma ou de outra, atingidos. E, nesse quadro, eu diria para vocês que a solidariedade que houve de todos os 27 estados, com o DF naturalmente, e a solidariedade internacional foram fundamentais. Chegou o momento em que a gente disse "não mandem mais roupa, não mandem mais colchão, não mandem mais cobertores", porque não tinha mais onde colocar. Isso é muito bom. Aí, pediram produtos de limpeza e outros de estrutura a mais, para que a gente pudesse reconstruir o Rio Grande.

Está sendo um movimento com o apoio muito grande do Presidente Lula. O Presidente Lula já foi seis vezes já ao Rio Grande nesse período para mostrar à população que estamos juntos. E, como ele disse, mesmo na discussão da dívida do Estado, que é a discussão da dívida de todos os estados, tem que dar um tratamento especial para o Rio Grande do Sul.

Eu agradeço a você por lembrar... Todos lembraram, mas você falou um pouquinho mais da questão do compromisso com o clima.

Muito bem, está presente aqui da Fasubra. Então, uma salva de palmas à Fasubra, que fez questão do registro aqui. (*Palmas.*)

Como é de praxe, eu teria que ler as perguntas que me chegam pelo e-Cidadania, mas, como nós estamos com um problema de tempo, eu vou fazer uma leitura rápida, porque em seguida vai começar o plenário.

Cada um terá – daqueles que estão presentes e que usaram a palavra – dois minutos para as considerações finais. E podem escolher uma das perguntas, se quiserem.

Carolina, do Paraná: "Quais são os maiores desafios enfrentados na coordenação de política para os jovens entre diferentes países e organizações internacionais?".

Rosemberg, do DF: "Qual o impacto das políticas de saúde mental para jovens do Brasil em comparação com as adotadas por outros países do G20?".

Sandro, da Bahia: "Como as ações afirmativas nas universidades podem ser estabelecidas enquanto políticas públicas com articulação internacional?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Andressa, do Rio de Janeiro: "O jovem, apesar de ter um papel fundamental, ainda [...] [enfrenta] dificuldades[...] [para se] engajar em diferentes discussões relacionadas ao futuro [...]."

Larissa, do Rio Grande do Sul: "Quais as ações [...] [previstas] para [a] inserção dos jovens no mercado de trabalho?".

Julienne, do DF: "Quais medidas o G20 pode adotar para incentivar a participação dos jovens no desenvolvimento e na implementação de políticas públicas?".

Ernani, de Rondônia: "Como as políticas públicas para a juventude no Brasil podem ser alinhadas com as agendas do G20?".

Jiuliana, de Santa Catarina: "Qual o papel da ONU na facilitação da cooperação entre países do G20 [...] [no campo de] políticas para a juventude?".

Francisco, de São Paulo: "Como o desenvolvimento sustentável pauta a criação de políticas públicas?".

E, por fim, Célio, de Roraima: "Como promover educação integral, [e a] profissionalização, [...] [além de incentivar a valorização da] ética, [do] trabalho e [da] cidadania?".

Henrique, de São Paulo: "Qual a melhor forma de engajar os jovens nas discussões sobre políticas públicas em uma era marcada pela rapidez e fluidez das informações?".

Essas são as perguntas.

Eu vou, agora, começando dos últimos para os primeiros... Quem quiser falar, fala. É no máximo um ou dois minutos, viu?

Eu vou começar pela Florbela Fernandes. Só vou dizer o nome. É só para se despedir; se quiser comentar alguma pergunta, fique à vontade.

A SRA. FLORBELA FERNANDES (Para expor.) – Vou, sim. Muito obrigada.

Bom, tem uma que fala sobre o papel da ONU no G20 e também sobre como proporcionar uma cooperação entre os países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui quero explicar que o que a ONU faz no Brasil é, inicialmente, definir aquilo que são as prioridades, de uma forma que é muito participativa e que passa também por um processo de consulta.

Então, o que nós fazemos é, logo no início do ano, mas durante o ano também, conversar com a Secretaria Nacional da Juventude, conversar com a Conjuve e também conversar dentro do sistema das Nações Unidas para orientar aquilo que são as prioridades.

Como podem imaginar, em nível global, também existe uma estratégia para a juventude. Eu vou pedir, depois, aqui ao nosso Subsecretário-Geral Adjunto para falar um pouco sobre essa política.

Então, nós temos uma política em nível global, temos uma política em nível regional e definimos também prioridades para o Brasil...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FLORBELA FERNANDES – ... que estão muito ligadas, como eu falei, com essas instituições. É com base nisso, então, que nós providenciamos o apoio, que tem a ver sempre com o nacional, com o regional e com o global.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem! Muito obrigado, Florbela Fernandes.

De imediato: Bruna Brelaz.

A SRA. BRUNA BRELAZ (Para expor.) – Lá no Amazonas, é "brelaish". (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pô, daí você me mata também. Eu nunca iria dizer "brelaish". (*Risos.*)

A SRA. BRUNA BRELAZ – Eu quero só agradecer, mais uma vez, o espaço. Eu sei que o tempo está corrido.

Quero dizer para todos e todas que estão nos assistindo, tanto presencialmente quanto virtualmente, que podem contar com o Conselho Nacional de Juventude, que, ano que vem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completa 20 anos de existência. Então, contem com que nós vamos construir muitas agendas em conjunto aqui.

E quero pedir ao Senador Paulo Paim apoio sempre para a articulação das nossas agendas de juventude no Senado e no Congresso Nacional, porque nós sabemos que o senhor é muito bem-relacionado e é bom de aprovar projeto. Então, a gente quer colar com o senhor, para a gente poder garantir a estruturação das nossas políticas públicas, para que elas se transformem em políticas de Estado.

É isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bruna "Brelashi" – ouviu? (*Risos.*)

Pode contar comigo sempre aqui, viu, moçada? Estou aqui à disposição de vocês.

Agora, Marcus Barão.

O SR. MARCUS BARÃO (Para expor.) – Bom, eu quero agradecer mais uma vez ao Senado, na pessoa do Senador, e reforçar todas as palavras que usei na minha introdução.

Às Nações Unidas no Brasil – a Florbela está aqui com a gente –, agradeço imensamente o apoio que nos é dado.

Falei para a Sra. Silvia, agora também para a Sra. Florbela e me direciono a todas as agências, fundos e programas que estão aqui e que, há muitos anos mesmo, nos apoiam a chegar até aqui e apoiam muitas outras pessoas e instituições. A política de juventude tem mesmo sido enriquecida com esse processo.

E agradeço à Secretaria Nacional da Juventude e ao Conjuve.

Com isso, eu me conecto, Secretário Sorriso e Presidenta Bruna, somando-me, Dani, talvez a você, pensando no Y20, à primeira pergunta, que fala um pouco deste desafio de como a gente consegue fazer um debate como este e construir propostas com tanta diversidade.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCUS BARÃO – Eu me recordo do tempo em que eu atuei na Juventude da CPLP e ouvia muito sobre a filosofia ubuntu, muito presente... ou vem do continente africano e que fala sobre destruir muros e construir pontes.

Para que nós possamos construir consensos e para que sejamos capazes de enfrentar problemas complexos da sociedade, a gente vai precisar olhar para além das nossas diferenças. A gente precisa realmente olhar para aquilo que nos une. Essa, certamente, é a resposta, é o caminho para que a gente consiga enfrentar esses desafios.

Com isso, eu queria encerrar e agradecer. É uma alegria estar aqui.

Direciono-me, mais uma vez, ao Secretário Felipe, dizendo que a gente deposita muito dessas esperanças na condução do trabalho do Escritório para a Juventude da ONU. Certamente, nós aqui do Brasil estamos comprometidos com a consolidação dessa agenda, porque a gente sabe que esse é um desafio que você e o escritório – não é, Bianca? – lideram, mas não dá para fazer sozinho. A gente precisa fazer junto, para que a gente consiga ser resposta para os desafios que o mundo precisa, principalmente para as pessoas que não acessam lugares como este.

Muito obrigado, e contem conosco também. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Marcus Barão. Meus cumprimentos.

De imediato: Ronald.

O SR. RONALD LUIZ DOS SANTOS (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Direcionando-me a quem fez a pergunta, que está em casa assistindo – muito obrigado também por assistirem a este debate –, sobre como a construção das políticas públicas pode se conectar à agenda do G20, eu acho que o grupo de engajamento já é uma forma de fazer essa conexão. E esse trabalho que nós vamos fazer junto aos ministros e responsáveis de juventude e junto a outros Estados nacionais vai ajudar na implementação das recomendações. Mas é claro que incentivar que as delegações se mantenham ativas para influenciar os Estados nacionais em relação às decisões que tomaram é um princípio fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No segundo tema, sobre como engajar os jovens na construção de políticas públicas nestes tempos de internet, primeiro, a gente tem instrumentos valiosos – o e-Cidadania já é um instrumento –, a gente tem uma série de conselhos que também utilizam essas esferas de participação virtual.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALD LUIZ DOS SANTOS – O Governo Federal, via Secretaria-Geral da Presidência da República, estabeleceu o Brasil Participativo como também uma ferramenta de participação social.

Eu quero convidar todo mundo também, nos seus municípios, a construir junto ao Conselho Nacional de Juventude essa campanha de difusão dos conselhos municipais de juventude. É um espaço fundamental para que os jovens possam participar da política pública nos seus próprios territórios.

Por fim, quero agradecer ao Senador Paulo Paim; agradecer ao nosso Secretário-Geral para a Juventude da ONU, Felipe Paullier; à Florbela Fernandes – é sempre um prazer imenso estar contigo –; à Dani, que fez um grande trabalho; ao Marcus Barão, por ter presidido esse trabalho; que a Silvia Rucks também leve o nosso abraço; e especialmente à nossa colega Bruna Brelaz, porque a gente vai ter um ano de muito trabalho intensamente, uma parceria entre o Conselho Nacional de Juventude e a Secretaria Nacional de Juventude. Vamos embora!

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Ronald. Parabéns!

Daniela Costa, por favor.

A SRA. DANIELA COSTA (Para expor.) – Muito rapidamente também, quero agradecer o convite; agradecer a oportunidade de estar representando a delegação brasileira aqui nesta mesa; agradecer ao Senador por, mais uma vez, esta oportunidade de trazer a juventude aqui para esta Casa para a gente debater em conjunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, eu tenho só algumas mensagens, porque é muito importante, é um desafio articular isso com a juventude global. A gente conseguiu fazer um documento de recomendações que é um consenso entre todas elas. E agora acho que é muito importante a juventude brasileira como um todo se juntar às juventudes globais para demandar que essas recomendações sejam levadas em consideração.

Eu quero falar também que ser jovem não é um demérito; muito pelo contrário, é uma potencialidade. A gente tem que se enxergar nesse papel de potencialidade e como sujeitos de direitos, para quem a participação é um direito, não é uma cessão, não é algo que é concedido porque é legal, porque é bonito, é um direito da juventude participar ativamente das decisões que são tomadas, participar ativamente da construção de políticas públicas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELA COSTA – E, por fim...

É muito corrido! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem um minuto ainda.

A SRA. DANIELA COSTA – Obrigada!

E, por fim, como última mensagem, a gente está num ano que é chave para a democracia brasileira, um ano de eleições municipais. Então, deixo também aqui meu pedido para que a gente participe ativamente da política nos nossos municípios, conheça as propostas e avalie as propostas que, enfim, se relacionam com as demandas da juventude, que a gente vote em candidatos jovens, especialmente em mulheres jovens, para que elas nos representem nos próximos anos; e em candidatos que, claro, carreguem essa bandeira, que não apenas sejam jovens, mas que carreguem a bandeira das demandas das juventudes, das demandas de meninas e mulheres jovens, das demandas da população negra e da população indígena.

É isso. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Valeu, Daniela Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como a Silvia teve que sair mais cedo, despediu-se, então faz o último pronunciamento o Sr. Felipe Paullier.

O SR. FELIPE PAULLIER (Para expor.) –

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE PAULLIER –

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem! Parabéns, Felipe Paullier – aí eu leio na íntegra –, Subsecretário-Geral Adjunto da ONU para a Juventude.

Eu só vou fazer uma falinha de dois minutos, prometo, viu? (*Risos.*) Só dei dois minutos para cada um! Quem falou mais foi você, viu, Felipe? (*Risos.*)

É só para dizer que vocês me deram uma tarde de muita alegria. Quero só agradecer a competência, o preparo dessa juventude, a emoção em como vocês falam, mas com a coragem de quem conhece a realidade do dia a dia deste país.

Muitas vezes eu confesso que eu fico decepcionado aqui no Congresso, quando eu vejo temas que são aprovados, eu vou para casa muito triste. Ainda sou do tempo que não se dormia à noite quando se perdia uma votação que eu entendia que era importante para o povo brasileiro. Enfim, não durmo, no outro dia venho e vou de novo para o combate. Não dá para se entregar. E hoje, para mim, foi um presente que vocês deram.

Tivemos problemas, nas últimas semanas, em algumas votações, que me deixaram muito indignado, chateado, mas tem que passar, porque tem que ir para o bom combate e retomar e sempre acreditar que este país pode melhorar e vai melhorar.

Eu me somo aqui ao que o Presidente Lula vem fazendo, um trabalho brilhante. Ele está ajudando a reconstrução do Rio Grande do Sul, mas está ajudando também a reconstrução do Brasil. E essa juventude, com essa força, com essa forma de expressão aqui... que me encantou,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

viu? Por todos e todas que aqui falaram, anima-me dizer... Com esses últimos 2 anos que ainda tenho como Senador, vai dar 40 anos de mandato. Está na hora de eu voltar para casa. Volto para casa ciente do dever cumprido, mas ciente de que essa juventude que está aí vai fazer um país melhor ainda do que fizemos até hoje.

Vida longa à juventude brasileira, vida longa ao Brasil, vida longa à humanidade, em todo o planeta!

Abraço a todos.

Encerramos! (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e cinco minutos do dia vinte e dois de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Giordano, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Jader Barbalho, Ciro Nogueira e André Amaral, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 46/2024 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Objetivo de debater sobre: "Assassinatos contra crianças e adolescentes no Brasil". Participantes: Cauê Martins, Pesquisador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Marta Volpi, Diretora de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos; Gabriel Sampaio, Advogado - Diretor de Litigância e Incidência da CONECTAS Direitos Humanos; Douglas Belchior, Representante da UNEAFRO Movimento Negro; e Marivaldo de Castro Pereira, Secretário Nacional de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP. O Presidente faz os seguintes encaminhamentos: Acompanhar o PL 2999/2022 de autoria do Deputado Federal Orlando Silva, PcdoB/SP – cria a Lei Mães de Maio, que estabelece um programa de enfrentamento aos impactos da violência institucional. O projeto encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados; acompanhar o PLS 239/2016, de autoria da CPI dos assassinatos de jovens (2016) – Objetiva colocar fim aos autos de resistência. O projeto foi arquivado ao final da legislatura em 2022 – verificar a possibilidade de desarquivamento; acompanhar a tramitação do PL 5231/2020, sobre Abordagem Policial, que já foi aprovado no Senado e encontra-se na Câmara dos Deputados, onde foi aprovado na CDH e rejeitado na Comissão de Segurança Pública, e agora está para análise da CCJ; observar as recomendações apresentadas na pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; realizar audiência pública na CDH do Senado para ouvir as mães, estado por estado, que perderam filhos e filhas para a violência; realizar ação reparatória: investimento bilionário para manter jovens negros nas escolas; realizar sessão temática no Plenário do Senado sobre o tema debatido hoje na CDH (assassinatos de crianças e adolescentes); acompanhar o PDL 206/2024, que retira trechos do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Decreto nº 11.615/2023 do Poder Executivo. Com a retirada dos trechos, ocorrerá retrocesso na política de controle de armas de fogo; e incluir o tema no Orçamento, bem como lutar para que as emendas de comissão sejam mais equilibradas, de forma que a CDH tenha mais capacidade orçamentária para suas emendas, tendo em vista a importância das políticas de Direitos Humanos. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/22

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 40ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 46, de 2024, da CDH, de nossa autoria, para discutir, mediante provocação que recebemos – provocação, que eu digo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é praticamente uma convocação –, para discutir os assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Eu farei uma fala de introdução para situar os nossos convidados, os telespectadores, aqueles que nos ouvem também pela Rádio Senado, pela TV e por todo o sistema de comunicação na Casa.

Nós estamos numa semana em que a votação e a discussão podem ser virtuais e, por isso, aqui, no dia de hoje... Eu sei da importância deste tema, mas já temos nossos convidados que farão suas falas via teleconferência e serão ouvidos por todo o Brasil.

Vamos ao tema.

Esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa foi solicitada para debater a violência contra crianças e adolescentes, um tema urgente, muito urgente.

É alarmante o estudo realizado por Unicef e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, intitulado Panorama da Violência Letal e Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil. Há uma realidade devastadora que aqui foi revelada: nos últimos três anos, mais de 15 mil crianças e adolescentes, com idade entre 0 e 19 anos, foram mortos de forma violenta em nosso país. Além disso, no mesmo período – vejam só –, 165 mil meninas e meninos, dessa mesma faixa etária de 0 a 19 anos, foram vítimas de violência sexual. Esses dados nos deixam mais do que preocupados, tristes, até envergonhados que isso aconteça no nosso país.

Mediante esses fatos, eu levanto ainda que o estudo aponta, entre outros fatores, um aumento preocupante na porcentagem de mortes causadas pela violência – vejam, a violência tanto civil como infelizmente que envolva policiais. Um dado: em 2023, quase uma em cada cinco crianças e adolescentes mortos no Brasil foi vítima de balas da segurança pública.

O número de casos de estupro contra crianças e adolescentes tem crescido em todo o país. Em 2021, foram registrados 46.863 casos de violência sexual, número que saltou para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

63.430 em 2023. Vejam só a gravidade: saímos de 46 mil para 63 mil num período praticamente de, no máximo, três anos. Isso tudo significa que, no último ano, uma criança ou um adolescente foi vítima de estupro a cada oito minutos. Repito: isso significa que, no último ano, uma criança ou um adolescente foi vítima de estupro a cada oito minutos.

A situação é ainda mais alarmante entre as crianças mais novas. As mortes violentas aumentaram 15,2% entre crianças de até nove anos de idade, e a violência sexual teve um crescimento especialmente entre meninas e meninos dessa faixa etária. Entre 2022 e 2023, os registros de estupro contra crianças de até quatro anos de idade aumentaram 23,5% – são crimes hediondos que estão aumentando, e a sociedade tem que se mexer, tem que responder –, enquanto, entre aquelas de cinco a nove anos, o aumento foi de 17,3%. Ambos são da maior gravidade, mas vejam: entre aquelas de até quatro anos, aumentou 23,5% e, entre aqueles que têm de cinco a nove, 17,3%. A covardia cresce, e os números não mentem.

O estudo também destaca a violência contra meninos negros. A maioria das vítimas de mortes violentas no Brasil tem entre 15 e 19 anos (91,6%). Desses 91,6%, eram pretos ou pardos 82,9%, e do sexo masculino, 90%. O menino negro entre 0 e 19 anos no Brasil tem 21 vezes mais chances de ser morto do que uma menina branca dessa mesma idade.

Não importa se é negro ou branco, não poderia estar acontecendo isso em hipótese nenhuma, e os percentuais de números para mais e para menos mostram que são todos crimes hediondos. Esses números, por mais impactantes que sejam, são apenas uma amostra da gravidade da situação. A situação não pode continuar como está. Alguém tem que gritar.

E a Comissão de Direitos Humanos vai fazer a sua parte aqui no Congresso Nacional, mais especificamente no Senado. Estamos dispostos a nos deslocar para qualquer região do país para aprofundar o debate e para que se tomem medidas cabíveis para que esses crimes hediondos não continuem acontecendo.

O Brasil precisa agir com urgência e firmeza no combate à violência contra nossas crianças e adolescentes. Todos nós sabemos que a omissão é uma forma de cumplicidade.

O Projeto de Lei 5.231, de 2020, que trata da abordagem policial, apresentado por mim aqui no Senado, foi aprovado e está na Câmara dos Deputados há alguns anos, como está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também o dos aposentados e pensionistas, há mais de uma década parado lá na Câmara dos Deputados, aquele que garante uma política decente aos aposentados e pensionistas. Apresentei e aprovei há mais de dez anos.

Mas vamos lá. O país não pode mais aceitar abordagens truculentas, racistas, discriminatórias, preconceituosas, que são um veemente ataque aos direitos humanos e à dignidade.

Já chegou aqui o nosso mestre convidado – é um tema que eu sei que ele trata com todo o carinho e, quando convidado, ele se faz presente – Gabriel Sampaio, advogado, Diretor de Litigância e Incidência da Conectas Direitos Humanos.

Gabriel, eu aproveitei o período, enquanto alguns entraram por videoconferência – devido a esse período aqui que o Senado está votando à distância, uns entrarão também por conexão via internet –, e fiz a apresentação do tema mostrando dados alarmantes do assassinato de crianças e adolescentes e da violência sexual de crianças e adolescentes, mostrando que a maioria dos que são assassinados e vítimas de violência sexual de meninos e meninas são negros e negras. Mas eu dizia aqui que, seja branco, seja negro, seja indígena, seja quem for, seja migrante, seja refugiado, o Brasil tem que reagir. A situação não pode continuar. Os números são alarmantes.

Eu só vou me permitir repetir aqui os dados que eu recebi da Unicef e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que você conhece muito bem. Nos últimos três anos, mais de 15 mil crianças e adolescentes foram assassinados, de 0 a 19 anos. E outro dado, só para você que vai ser o primeiro a falar: além disso, no mesmo período, 165 mil meninas e meninos dessa faixa de 0 a 19 anos foram vítimas de violência sexual. Depois os dados mostram que, principalmente, de zero a quatro anos é a maior quantidade.

Gabriel Sampaio, é uma alegria recebê-lo aqui. Você tem sido sempre um lutador, eu digo um herói anônimo – um herói anônimo, porque não está todo dia, como nós estamos aqui no Congresso, digamos com uma visibilidade que deveria ter. E é um estudioso desse tema. Eu sei que você se dedica, como a gente fala, com alma e coração a combater esses crimes monstruosos, que eu chamo de crimes hediondos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gabriel Sampaio, Advogado, Diretor de Litigância e Incidência da Conectas Direitos Humanos, com a palavra.

Você tem 15 minutos, com mais cinco; se precisar de mais, naturalmente nós vamos assegurar.

Depois, teremos outros convidados por videoconferência e também outros que estarão aqui presencialmente.

O SR. GABRIEL SAMPAIO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Valeu, amigo.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – É uma honra enorme estar de novo na presença de V. Exa., Senador Paulo Paim, que dignifica o Senado Federal, presidindo a Comissão de Direitos Humano, sobretudo dedicando a sua trajetória pública à defesa da democracia, à construção da nossa Constituição Federal, à construção e consolidação de um processo democrático e, sobretudo, sinalizando para todos nós, todas nós, pessoas negras, o quanto é importante, valoroso e valioso ocupar esse espaço no Senado Federal. Fica aqui... Rendo sempre minhas homenagens à sua figura, Senador.

E, agradecendo também as palavras, me dirijo também a essa discussão, pegando justamente do ponto que V. Exa. destacou. Nós temos acompanhado a última série de dados, sobretudo do Atlas da Violência, do Mapa da Violência, produções que têm se consolidado a partir do trabalho do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e também do Unicef.

Recordo-me de que, há cerca de uns 15 anos, Senador, havia sempre uma discussão sobre a confiabilidade dos dados. Nós tínhamos ali ainda uma dificuldade nos fluxos dos dados, tanto do Sistema Único de Saúde, quanto do Sistema de Segurança Pública. As iniciativas, as dificuldades de sistematização de dados não permitiam que nós tivéssemos um diagnóstico tão completo quanto nós temos. E não que seja a que nós temos hoje. Nós temos há pelo menos uma década – vamos falar em 12 anos, 13 anos – capacidade suficiente de ter dados que sejam capazes de fundamentar as políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, passada mais essa década, nós vamos perceber que há uma constância, há uma resiliência de dados que afetam a nossa juventude, especialmente em relação à mortalidade violenta. A mortalidade violenta é provocada por diversos fatores que envolvem a sociedade, que nem sempre são esclarecidos por conta da dificuldade do sistema de justiça em trazer esclarecimento a todas as situações de morte violenta. E também há uma resiliência relacionada às mortes provocadas pelo Estado.

Bom, que características fundamentais elas têm? V. Exa. retomou o dado de 15 mil no último ano, das mortes envolvendo crianças e adolescentes.

Quero deixar aqui um abraço ao meu amigo Douglas Belchior.

E também... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É com alegria que nós registramos a presença, já vai direto para a mesa, desse líder que é o Douglas Belchior, representante da Uneafro, que já está aqui conosco, e ele também que é um lutador. Eu disse que esse aqui, o Gabriel, é um herói. Você também é um herói. Cada um trabalha no seu campo de atuação para salvar vidas, seja criança, adolescente, combatendo todo tipo de preconceito. É uma alegria enorme estar aqui com dois líderes que são respeitados em todo o país e internacionalmente.

Volto a palavra para o Gabriel.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Obrigado, Senador.

Eu dizia dessa questão dos dados. E eu já conheço o Douglas nessa luta e nessa militância antes mesmo dessa confiabilidade dos dados. A gente já se conhece bem lá uns 20 anos. Eu dizia, Douglas e colegas, que nós já podemos traçar com um nível de confiabilidade... Pelo menos há mais de uma década, há 12 anos, 13 anos, há a confiabilidade de termos dados suficientes para conseguirmos estruturar e fundamentar políticas públicas.

Esses dados têm um traço resiliente e constante no sentido da afetação dessas mortes violentas. Elas têm uma característica não só afetando preponderantemente a juventude e ainda mais a juventude negra... Senador, na série histórica, nós vamos ter essa resiliência manifestada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

num tamanho, numa proporção sempre acima de 70% – 70%, 75%, se aproximando a 80% – na representatividade das pessoas negras nessas mortes. Não é um dado que aparece hoje, é um dado que já tem mais de década.

Pode-se dizer que as mortes violentas como um todo são multifatoriais, que é difícil fazer um diagnóstico único, que temos uma série de contextos para discutir – pretendo tratar um pouquinho disso na fala –, mas também chama atenção que as mortes provocadas pelo Estado também tenham essa mesma resiliência, também sempre acima de 70%.

E, quando nós falamos das mortes provocadas pelo Estado, nós temos que reconhecer aqui que, nesse caso, é indefensável que o Estado não tenha capacidade de produzir políticas públicas eficazes para evitar essas mortes.

Pode-se argumentar que há várias questões em relação aos contextos, mas o diagnóstico, que eu trago aqui e que eu acho importante nós trazermos para essa discussão, está diretamente relacionado ao projeto de país e à relevância, à preponderância das políticas públicas que atendam a juventude. E, muitas vezes, tentaram colocar a avaliação, por meio dos estudos, da doutrina, da literatura, de algumas soluções que foram se mostrando, algumas mais, outras menos, eficazes em relação a essa matéria.

Por um tempo, havia um entendimento de que, havendo o investimento, com o país demonstrando capacidade de crescer economicamente, de combater as causas da desigualdade, da miséria, nós teríamos condições de automaticamente também reduzir esse cenário de violência e de mortalidade violenta. Pelo menos há dez anos, nós podemos dizer que esse argumento é insuficiente. Nós lamentamos, porque evidentemente nós sabemos o quanto é importante a preponderância dos investimentos envolvendo o enfrentamento às nossas desigualdades e à miséria, mas eles sozinhos não dão conta desse fenômeno.

Qual é o indicativo e o que é importante trazer aqui para o Senado Federal e para esta discussão na Comissão de Direitos Humanos? Nós precisamos cada vez mais ter uma atenção especial para o fenômeno e destrinchar cada um desses dados.

Há um dado relevante, Senador. Se nós examinarmos com uma lupa o conteúdo desses dados, nós vamos ver, evidentemente, uma preponderância em algumas regiões do país, dados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito acima da média em alguns estados, mas, especialmente, nós vamos identificar que os dados mais altos afetam regiões que podem ser objeto de política pública focalizada, o que significa dizer... Se pegarmos como exemplo o Estado de São Paulo, que é o estado onde eu nasci – o Douglas também é de São Paulo –, não significa que o estado vai precisar de uma política geral para todo o estado resolver o problema. É evidente que é importante ter políticas gerais, mas, se o Estado tiver a capacidade de identificar as políticas públicas para os territórios mais violentos e mais específicos, isso vai ser mais eficaz.

E, aí, nesse caso, incide um dado importante. O pesquisador Daniel Cerqueira correlaciona, por exemplo, o investimento em educação: ter um investimento geral em educação para promover a educação dos nossos jovens, mas ter investimento naquela região onde as mortes violentas são mais agudas. Significa que aquele espaço público precisa ter a melhor escola, significa que aquele espaço público precisa ter o melhor acesso ao esporte, o melhor acesso à cultura, porque nós estamos falando da necessidade de enfrentar um fenômeno e de trazer alternativas sociais que sejam eficazes para aquele contexto de território.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Douglas e Gabriel, que já estão aqui, eu fiz uma introdução.

O Gabriel está fazendo a sua fala. Em seguida, vai falar o Douglas. E temos ainda, por videoconferência: Cauê Martins, pesquisador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, e Marta Volpi, Diretora de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente, representante do Ministério dos Direitos Humanos.

E, agora, para a satisfação nossa, chegou aqui o nosso querido líder também, lutador por essa causa, que é o Marivaldo de Castro Pereira, Secretário Nacional de Assuntos Legislativos, que aqui hoje representa o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Fiquei muito feliz com a tua chegada, viu? Se o Ministério da Justiça e Segurança Pública não estivesse aqui, entre nós, eu sei que seria uma tristeza. A gente daria a devida explicação, mas não iria convencer.

Também é com alegria que eu vejo que o Cauê Martins vai estar aqui representando o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e a Marta Volpi estará representando o Ministério dos Direitos Humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu explicava que nós estamos numa semana em que a votação dos Senadores será à distância, pelo aplicativo virtual. Por isso, claro, o Plenário não está com o número de Senadores que o tema merece, mas eu entendo. Eles foram liberados. Eu estou aqui porque tinha dois, três debates marcados, inclusive, um lá no Nereu Ramos, na Câmara, ontem, sobre a situação dos aposentados e pensionistas do Brasil.

Dou essa pequena explicação, e vamos ao nosso tema, que é um dos mais graves de todos de que eu já participei aqui, no longo desses meus quase 40 anos no Congresso Nacional.

Gabriel, eu vou, inclusive, te dar o tempo, porque duas vezes atropelei. É contigo.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Obrigado, Senador.

Aproveito também para render minhas homenagens ao Marivaldo de Castro Pereira, figura com quem eu tive a honra de trabalhar e com quem, com certeza, aprendi muito sobre essa temática, sobre o engajamento no enfrentamento dessa matéria. Tenho certeza de que, no posto em que ocupa, terá plena capacidade de incidir sobre essa matéria.

Estava trazendo aqui, Marivaldo e colegas, justamente esse elemento que é fundamental. Tenho certeza de que, nas falas que vão me suceder, o Cauê também vai tratar desta matéria: a importância de investir de forma focalizada, de identificar, de priorizar políticas públicas de acesso aos serviços sociais, de acesso à educação, de acesso à cultura, especialmente para esses territórios. É um recorte. Se chegarmos a um recorte mais específico e focalizado, nós vamos perceber que há a capacidade do Estado brasileiro de prover políticas públicas para proteger essa juventude. Não há falta de recursos; há necessidade, sim, de engajamento, envolvimento da institucionalidade para priorizá-los.

Senador, eu gostaria de destacar aqui a importância e a relevância de iniciativas que também já foram avançadas, já avançaram aqui, no âmbito do Parlamento, e que podem ajudar a enfrentar essa matéria. O Senador foi uma das vozes muito importantes em Comissões Parlamentares de Inquérito, onde pôde ter contato, onde colaborou na participação da construção de propostas legislativas, algumas delas aprovadas, mas eu quero destacar algumas que contribuem para o enfrentamento desse cenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando iniciei a fala, eu destaquei essa resiliência dos dados, tanto das mortes gerais quanto das mortes provocadas pelo Estado. E, quando aponto, num primeiro momento, que, em relação às mortes gerais, nós temos a necessidade de identificar, priorizar e especificar as políticas públicas nos territórios, em relação às mortes do Estado, a gente também tem uma agenda importante a tratar, uma agenda em relação à qual este Senado já avançou no debate, inclusive por meio de Comissão Parlamentar de Inquérito e também da construção de propostas legislativas com forte participação da sociedade civil.

Eu destaco aqui um PL, que é o PL que põe fim aos autos de resistência. É um tema que aqui, nesta mesa, tanto Douglas como especialmente Marivaldo conhecem bastante, porque foi um entusiasta, alguém com quem me envolvi bastante na construção dessa proposta.

Por que é importante reforçar e enaltecer a relevância dessa iniciativa de enfrentar os autos de resistência? Porque é uma situação que persiste, é uma realidade que persiste no nosso país, é uma realidade que tira a capacidade de o poder público e muitas vezes de as próprias polícias, na sua institucionalidade, construírem e criarem condições para exercer um controle mais qualificado do uso da força, ampliarem sua capacidade de investigação, de esclarecimento das situações que envolveram as mortes violentas, trazerem, do ponto de vista institucional, respostas mais qualificadas para os fenômenos, tanto identificando as reais situações em que possa ter havido uma resistência a uma atuação policial, como identificando as melhores políticas públicas, políticas de inteligência e políticas de atuação que preservem a institucionalidade dos chamados confrontos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL SAMPAIO – ... mas, sobretudo, conseguindo, por meio dessa iniciativa, dotar o Estado brasileiro e a nossa institucionalidade de condições de ter um controle qualificado sobre o uso da força, trazendo resposta a todas aquelas pessoas que não têm uma resposta qualificada do Estado em relação a circunstâncias em que o Estado usou da força e dessa força tenha resultado a morte de uma pessoa.

Esse projeto, então, é fruto da CPI e, salvo engano, no final do ano passado, chegou a ser arquivado por questões regimentais, mas eu tenho a convicção e a certeza de que o resgate desse texto, por meio desta Comissão, seria uma contribuição muito relevante para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

enfrentamento dessa matéria, não só pela produção das políticas públicas, como também pela contenção...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL SAMPAIO – ... do uso da força.

Trago a última abordagem, Senador, que é a consequência que essas mortes violentas trazem para mães vítimas e familiares, porque o Brasil tem um movimento pulsante de mulheres, a maioria delas mulheres negras, que lideram e que são as maiores responsáveis, no nosso país, para que nós tenhamos a cobrança por políticas públicas em relação a essas matérias.

Nós podemos citar aqui Mães de Maio, Mães de Manguinhos, diversos movimentos de mães, mães da Baixada... Em todos os estados do Brasil existem movimentos de mães que questionam, que cobram do Estado a responsabilidade por diversas dessas mortes. E, infelizmente, o Estado ainda não é capaz de trazer a devida resposta, a reparação, o atendimento psicossocial para essas mulheres.

Além dos jovens mortos, nós temos um rastro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL SAMPAIO – ... de ofensas do Estado em relação a essas pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode concluir, tranquilo. A campainha é automática.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – ... prometo aqui encerrar –, porque cada uma dessas mortes deixa uma consequência. O senhor, como homem público tão atento às famílias brasileiras, e nós todos aqui, essa institucionalidade tão atenta às famílias vítimas de violência, é importante direcionar, endereçar uma agenda que atenda a essas pessoas.

Sei que há, agora, na Câmara dos Deputados – espero que chegue rapidamente ao Senado Federal –, a iniciativa do Projeto 2.999, de 2022, que trata justamente dessa matéria e da estruturação de programas de atendimento a essas mães vítimas e familiares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Nossos cumprimentos aqui ao Gabriel Sampaio, advogado e Diretor de Litigância e Incidência da Conectas Direitos Humanos. Parabéns pela fala.

Eu peço à assessoria que todas as propostas que ele encaminhou sejam anotadas, para a gente, no final, poder... desde os autos de resistência, o projeto da abordagem, sobre o qual falei, na abertura, que você me ajudou muito na construção, encaminhou aqui para a Comissão, eu peguei, e virou projeto de lei... Já está lá na Câmara dos Deputados.

Também eu fiquei muito bem impressionado, porque eu fiz uma apresentação no início e V. Sa. reforçou com outros dados, inclusive que essa é a situação das mães, que estão, em todos os estados, se movimentando.

Eu queria que tomasse nota a assessoria de nós fazermos uma audiência pública, convidando todas as mães, estado por estado, para estarem aqui para discutir esse tema

Porque os números são apavorantes, os números que vocês já passaram e a Consultoria do Senado – a Isabel, que ajudou muito, e o Paulo André –, e foi isso que eu li também no início. Mas, quando você falou, por que não fazer aqui na Comissão de Direitos Humanos e dar oportunidade a que essas mães, estado por estado, possam se pronunciar e cobrar da sociedade brasileira?

Mas vamos em frente. Eu sei que alguns convidados nossos estão com problemas, e é natural, de agendas. Quem pediu para falar agora, se o Douglas concordar, foi o Cauê Martins, pesquisador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Cauê Martins, o tempo é teu, por dez minutos com mais cinco; se necessário, a gente amplia.

O SR. CAUÊ MARTINS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá! Bom dia a todas e todos.

Gostaria de começar agradecendo ao Senador Paulo Paim e à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal pela realização desta audiência pública e pela oportunidade de estar aqui hoje para tratar desse tema tão urgente, que é o assassinato de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crianças e adolescentes no Brasil. Cumprimento também os colegas juristas, ativistas e especialistas e peço desculpas antecipadas a todas e todos por ter que me ausentar da reunião antes do término.

Falo aqui como representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em nome do nosso Diretor Presidente Renato Sérgio de Lima, e venho compartilhar algumas das principais análises e recomendações contidas no Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Esse estudo que a gente realizou em parceria com o Unicef, abrangendo o período de 2021 a 2023, foi publicado na semana passada e serviu de mote para a realização desta sessão.

Vou compartilhar a apresentação.

Como o Senador muito bem destacou, entre 2021 e 2023, tivemos a morte violenta intencional (MVI) de pelo menos 15.101 crianças e adolescentes no Brasil. Essa categoria, MVI, foi criada pelo fórum em 2017 e reúne os registros criminais de homicídio doloso, feminicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenção policial em serviço e fora dele. Esses números que trazemos aqui em especial chocam e evidenciam uma realidade brutal. Apenas em 2023, 4.944 crianças e adolescentes perderam suas vidas de forma violenta, o que equivale a uma média de 13,5 mortes por dia.

É preciso que se destaque, inicialmente, que não estamos tratando apenas de números; salvar a vida de uma só criança já justificaria a mobilização de nossa sociedade para enfrentar essa tragédia. Esses números, por outro lado, dimensionam o fracasso da sociedade brasileira, que banaliza a morte violenta intencional de 13 crianças por dia.

Em primeiro lugar, é crucial entendermos as nuances da violência letal que atinge crianças e adolescentes no Brasil. A nossa análise mostra que, embora tenha havido uma redução de 7,7% no número geral de MVI entre crianças e adolescentes de 2022 para 2023, essa diminuição não se distribui de forma homogênea entre as diferentes faixas etárias. Enquanto as faixas de dez a catorze anos e de quinze a dezenove anos mostraram uma redução de 1,9% e 8,8%, respectivamente, as crianças mais novas, especialmente aquelas de zero a quatro anos, sofreram um aumento preocupante de 19,2% no número de MVI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar do crescimento da violência letal contra crianças, as maiores taxas se concentram esmagadoramente entre adolescentes. A taxa média de mortalidade de zero a dezenove anos é de 9,1 por grupo de 100 mil habitantes – nesse grupo etário de zero a dezenove anos –, mas, entre quinze e dezenove anos, a taxa chega a 31,2 mortes por 100 mil, uma taxa 3,4 vezes superior à média.

Esses dados nos levam a refletir sobre o tipo de violência a que essas crianças estão expostas e onde ela ocorre. Por exemplo, crianças de até nove anos frequentemente sofrem violência dentro de suas casas, perpetrada por pessoas conhecidas, muitas vezes familiares. Quando analisamos, por outro lado, as mortes de crianças e adolescentes de dez a dezenove anos, o palco se desloca para a violência urbana, a arma de fogo passa a ser o principal instrumento utilizado nos crimes e o local das ocorrências de violência letal muda significativamente, saindo do ambiente doméstico em direção à via pública.

Outro ponto crucial a ser destacado é o impacto de marcadores sociais como raça e gênero na exposição à violência letal. Nossa pesquisa confirma que a interseccionalidade desses fatores agrava consideravelmente a vulnerabilidade de certos grupos sociais. A partir da faixa de dez a catorze anos, o sexo da vítima ganha relevância para a explicação do fenômeno. É nessa fase que o gênero começa a atuar enquanto marcador social da diferença no caso da violência letal. De 52,9% das vítimas no final da infância, os meninos passam a representar 71% das vítimas a partir do início da adolescência. Entre os quinze e dezenove anos, por sua vez, são mais do que nove em cada dez vítimas computadas. Do ponto de vista dos marcadores raciais, crianças e adolescentes negros estão muito mais expostos à violência letal. Verificamos a prevalência de vítimas negras entre todas as faixas etárias, variando de 64,3% entre as crianças de zero a quatro anos até 83,6% das vítimas de quinze a dezenove anos. Assim, se, para as crianças mais novas, o gênero, como vimos no eslaide anterior, não chega a atuar como um fator de risco, a desigualdade racial, sim, implica uma maior chance de crianças negras serem vítimas de violência letal desde que nascem.

Em 2023, a taxa de mortalidade entre crianças e adolescentes negros do sexo masculino foi 4,4 vezes maior do que a de crianças e adolescentes brancos do mesmo sexo. É fundamental que a gente dê o máximo de destaque a esse dado, uma crua evidência do racismo estrutural

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que permeia profundamente nossa sociedade e que se manifesta cruelmente na violência contra jovens negros.

Em suma, as características da violência letal que atingem as crianças de até nove anos em comparação com aquelas que estão presentes nos assassinatos de quem tem entre dez e dezenove anos indicam se tratar de dois fenômenos distintos. No primeiro caso, estamos falando de atos violentos que ocorrem dentro de casa, cometidos em sua maioria por agressão por pessoas conhecidas da criança. As vítimas são tanto meninos quanto meninas, com uma maior prevalência de vítimas de raça-cor negra. Essa síntese nos permite inferir que, na sua maioria, são mortes que decorrem de maus-tratos que se passam em geral no ambiente familiar e que podem envolver uma continuidade de atos de negligência, abuso físico, psicológico e sexual.

Já a partir dos dez anos, as mortes assumem características de violência urbana, com prevalência de vítimas do sexo masculino, proporção ainda maior de negros, com massiva utilização de armas de fogo e violências praticadas basicamente no espaço público, muitas vezes por desconhecidos das vítimas.

Um último aspecto que não pode ser ignorado é o papel do Estado, especificamente das forças de segurança pública, na violência letal contra crianças e adolescentes. Em 2023, 18,2% das MVIs nesse grupo foram de autoria de agentes estatais. Enquanto a taxa de mortalidade por ações da polícia de pessoas com mais de 19 anos foi de 2,8 por grupo de 100 mil, na faixa de 15 a 19 anos a taxa registrada no último ano chegou a 6,0 por 100 mil adolescentes nesse grupo etário, ou seja, a taxa de letalidade provocada pelas polícias entre adolescentes de 15 a 19 anos é 113,9% superior à taxa verificada entre adultos.

Com base nessa análise, apresentamos algumas recomendações para enfrentar a violência letal contra crianças e adolescentes no Brasil.

Em primeiro lugar, é fundamental que toda a sociedade reconheça que cada vida perdida é uma tragédia que não pode ser banalizada. Precisamos investir em diagnósticos que levem à compreensão do que motiva a prática de violência – já estou encerrando – letal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem no mínimo mais cinco minutos, porque são dez com mais cinco.

O SR. CAUÊ MARTINS (*Por videoconferência.*) – Ah, ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quando toca a campainha eu dou mais cinco. Vai tranquilo, que está indo bem.

O SR. CAUÊ MARTINS (*Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador. Então, eu vou com mais calma. É que eu acabei de receber uma mensagem de 15 segundos, imaginei que já fosse para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não, não. É que é tudo automático, mas o Presidente interfere. (*Risos.*)

Está contigo aí.

O SR. CAUÊ MARTINS (*Por videoconferência.*) – Agradeço, Presidente.

Retomando, então, que já chego ao fim da exposição. Precisamos investir em diagnósticos que levem à compreensão do que motiva a prática da violência letal e em políticas que formulem estratégias de mudança de comportamento e de normas sociais que enderecem esses motivadores.

2) A redução da violência letal contra crianças e adolescentes passa necessariamente pelo controle rigoroso do uso da força por parte das polícias. Há evidências robustas do impacto do uso das câmeras policiais, associadas a protocolos e fluxos adequados, como a gravação contínua, na redução dos homicídios de adolescentes.

3) A prevalência de armas de fogo como instrumento de morte entre adolescentes reforça a importância do controle do uso de armamento bélico por civis.

4) A gente salienta que o combate à violência contra jovens negros passa pelo reconhecimento e enfrentamento do racismo estrutural em nossas instituições, particularmente na segurança pública e no sistema de justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5) Investir na compreensão das intersecções entre a violência doméstica e a violência contra crianças também é crucial. Políticas que integrem essas perspectivas na prevenção e resposta a casos de violência precisam ser desenvolvidas e implementadas com urgência.

6) É preciso enfrentar normas restritivas e discriminatórias de gênero, que fazem com que meninos sejam socializados para se identificarem com práticas violentas e as reproduzirem.

7) Por fim, a Lei 13.431, de 2017, que estabelece o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, precisa ser plenamente implementada, com fluxos e protocolos claros para identificação e gestão de casos de violência.

8) É fundamental capacitar os profissionais que atuam com crianças e adolescentes, seja na segurança pública, saúde, educação ou assistência social, para que possam identificar e responder adequadamente aos sinais de violência.

9) Garantir que crianças e adolescentes tenham acesso a informações sobre seus direitos e saibam como buscar ajuda é essencial para prevenção e resposta à violência.

10) Por fim, a melhoria dos registros e o investimento em monitoramento contínuo são fundamentais para entender melhor as dinâmicas da violência e ajustar as políticas públicas.

Por fim, para proteger as crianças e os adolescentes hoje, precisamos insistir em jogar luz nas características bem conhecidas tanto da violência doméstica intrafamiliar quanto da mortalidade violenta da juventude negra, para que possamos tornar transparentes os crimes que já ocorrem, responsabilizar seus perpetuadores e construir um futuro que contemple a dignidade de todas e todos sem exceção.

Eu agradeço mais uma vez pela oportunidade de falar aqui hoje.

Espero que esse debate seja um passo importante na construção de um futuro mais seguro e menos desigual para todas as crianças e adolescentes do nosso país.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado dizemos nós, Cauê Martins, pesquisador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que deixou ali já dez pontos de sugestão para que a Comissão analise e faça o devido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encaminhamento. Muito obrigado, Cauê, pela sua participação num tema tão importante para todo o povo brasileiro que é cuidar das nossas crianças.

Se não cuidarmos das crianças, vamos cuidar de quem? Os idosos ontem, no evento em que eu estive, estavam pedindo socorro. As crianças, desesperadas. Então compete a todos nós e aumenta a responsabilidade do nosso Governo, que voltou agora com o Presidente Lula.

Eu vou passar, se o Marivaldo... O Marivaldo que teria que sair, não é, Marivaldo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ser?

Então, agora – o Douglas concordou –, porque é um por videoconferência e um presente, eu passo a palavra ao Marivaldo de Castro Pereira, Secretário Nacional de Assuntos Legislativos, representando aqui o Ministério da Segurança Pública.

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA (Para expor.) – Obrigado, Senador Paim.

Bom dia a todos. Bom dia a todas. Felicidade estar de volta aqui a esta Comissão, sobretudo ao lado de dois companheiros que eu admiro muito, Douglas Belchior e companheiro Gabriel Sampaio, companheiros que eu conheço desde o movimento estudantil. O Douglas aqui, na linha de frente dos cursinhos populares – eu só cheguei aonde cheguei graças a cursinho popular –, sou muito fã do trabalho, admirador do trabalho que ele toca em São Paulo e que deu oportunidade para tantos jovens negros e negras chegarem à universidade e começarem a ocupar os espaços de poder. Gabriel Sampaio, na luta sindical, na luta no Ministério da Justiça. Lutamos muito juntos. Lutamos contra o golpe em 2016, Senador Paim, aqui no Ministério da Justiça, e seguimos lutando contra o tempo obscuro que tomou o nosso país desde então, desde o golpe, que trabalhou intensamente pelo desmonte das políticas públicas que nós lutamos tanto para construir durante o Governo Lula 1 e 2, durante o Governo Dilma 1 e 2. E, agora, seguimos em frente, desde 2023, tentando reconstruir essas políticas. E seguimos exatamente debatendo a reconstrução de políticas públicas que tentem fazer frente a esse drama nacional, a essa grave tragédia nacional, que é o assassinato de jovens, o assassinato especialmente de jovens negros e negras. E os dados, que o Cauê colocou ali, do Fórum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasileiro de Segurança Pública não cansam de nos mostrar o quanto ainda é necessário investir para fazer frente a essa realidade.

E, Senador Paim, eu tenho a convicção, aliás, a gente tem evidências científicas de que nós não vamos mudar essa realidade se a gente continuar investindo na segurança pública da forma como a gente sempre investiu. Tradicionalmente, o nosso investimento em segurança pública é arma, é viatura, é equipamento de enfrentamento. Quando a gente precisa fazer enfrentamento, é porque a gente já perdeu. Quando a gente chega a esse ponto, é porque a gente já perdeu, a sociedade já perdeu. Isso é muito grave. E no Brasil a gente tem um histórico de seguir nessa linha de investimento, que infelizmente nos mantém nessa trajetória da população negra e pobre periférica pagando o preço da violência, pagando o preço da falta de segurança pública, seja da perspectiva da violência institucional, seja da perspectiva da violência privada. No resultado final, será sempre um corpo negro tombado em alguma esquina, e ninguém vai responder por isso, infelizmente.

E é exatamente por isso que a gente precisa discutir como a gente pode mudar esse cenário. O que a gente pode fazer de diferente? Porque, veja, se a gente vem fazendo a mesma coisa por anos e não está dando certo, é hora de a gente tentar alguma coisa diferente. E acho que é esse o grande esforço que eu, a companheira Sheila Carvalho, a companheira Tamires, a companheira Marta e agora o Sarrubbo, na Secretaria Nacional de Segurança Pública, vimos tentando fazer no Ministério da Justiça, e é exatamente por isso que a gente vem buscando a construção de políticas que atuem na prevenção a essa violência.

E a gente tem algumas políticas muito importantes, que vale destacar aqui, como, por exemplo, o Convive, que foi anunciado recentemente pelo Presidente Lula, que ele colocou no PAC, que é a construção de equipamentos em áreas com altos índices de violência que gerem oportunidade de esporte, lazer e educação para a juventude. Então, são equipamentos que têm piscina olímpica, quadra coberta, auditório, salas de aula... E o objetivo é criar um espaço ali onde essa juventude possa ter oportunidades, possa ter outras perspectivas, para disputar essa juventude com esse cenário, com esse destino trágico que a gente verificou aqui na pesquisa apontada pelo fórum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Convive é inspirado no Compaz, que a gente tem lá em Recife, e nas Usinas da Paz, que temos, também, lá em Belém. Então, inspirados nessas duas experiências, a gente teve esse lançamento.

A primeira fase serão 30 equipamentos. Quem toca essa política é a Secretaria Nacional de Segurança Pública. Ela está avançando e a gente espera começar a entregar esses equipamentos ainda este ano.

Mas tem outras políticas também que a gente vem construindo. Junto com a companheira Sheila, a gente tem os cursinhos populares. Pela primeira vez, o Governo Federal, Douglas, inspirado, inclusive, no seu excelente trabalho e de outros companheiros que tocam essa política na sociedade civil – e quem vivenciou um cursinho popular sabe o quanto um cursinho popular é impactante para mudar o destino de um jovem negro periférico –, nós começamos a financiar cursinhos populares em parceria com institutos federais, e a gente sabe o impacto que isso tem na periferia.

Muitas vezes o jovem da periferia termina o ensino médio, quando consegue terminar, e nem sabe que pode acessar o ensino superior. Ninguém nunca falou para ele, porque ninguém na família dele vivenciou isso. E o jovem da classe média já cresce com a família dizendo: esse vai ser doutor. Se o jovem da periferia concluir o ensino médio, é uma festa, porque já é um negócio assim...

Então, ter a possibilidade de acessar um cursinho popular é extremamente importante.

A gente tem também o Pronasci Juventude, uma política tocada pela companheira Tamires, que é a coordenadora do Pronasci, junto com a companheira Marta, que é a Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas, que tem como objetivo a criação de políticas públicas para alcançar o jovem antes dessa conclusão do ensino médio, aquele jovem ali entre 13 e 15 anos, para que a gente tenha o fortalecimento de vínculos desses jovens.

Temos duas experiências importantes sendo tocadas – uma no Rio de Janeiro, que é o Tô de Boa, e outra em Salvador – que também são políticas extremamente importantes.

Enfim, tem uma série de políticas sendo testadas, sendo implementadas, mas ainda temos o desafio de criar mecanismos para conseguir fazer essas políticas em escala. Uma coisa que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falo é que, no Brasil, a gente consegue fazer política em escala para financiar, para equipar as forças de segurança pública, e acho que têm que estar equipadas. Acho que o policial tem que estar protegido, acho que a gente tem que proteger o policial, acho que o policial não tem que estar exposto, porque na maioria das vezes esse policial é um jovem negro periférico também. Mas eu acho que a gente precisa, também, olhar para a prevenção. Se não olharmos para a prevenção à violência, se não criarmos mecanismos de financiamento para a prevenção à violência, não vamos conseguir mudar esse cenário.

Uma outra frente central – e apareceu bastante aqui na pesquisa do fórum, Senador – é a questão do controle institucional. Não dá! Não dá! O Gabriel colocou muito bem aqui. A gente já fez muito essa discussão – não é, Douglas? – quando lutou aqui pelo PL que coloca fim aos autos de resistência. A gente quase conseguiu, não é, Gabriel? Chegou a entrar na pauta, naquela confusão pré-golpe, mas, infelizmente, não conseguimos votá-lo. E a gente não queria nada de mais, a gente só queria que, quando houvesse morte em operação policial, a gente tivesse o local do crime isolado, fosse realizada a perícia e o Estado investigasse para saber o que aconteceu. A gente não queria nada de mais, a gente só queria isso – só queria isso –, mas, mesmo assim, encontramos uma resistência muito grande – muito grande –, porque, quando é para a população negra, pobre e periférica, pedir o óbvio pode ser muito, já é muito.

Infelizmente, a gente não conseguiu avançar com esse projeto, mas, de lá para cá, a gente vivenciou uma política muito importante, que teve um impacto muito forte na redução da letalidade institucional, que é a das câmeras corporais, Senador. Exatamente por isso essa foi uma política que, desde a transição, a gente abraçou com muita força e batalhou muito para que ela avançasse no âmbito do Governo Federal, para que ele criasse mecanismos para incentivar a disseminação dessa política em âmbito nacional. De lá para cá, nós conseguimos 400 câmeras de doação da embaixada americana, mandamos 200 para a Bahia e 200 estão em teste na PRF. Nós conseguimos avançar com o projeto da PRF, que deve licitar essas câmeras; deve começar agora o processo, no final deste ano. Nós conseguimos duas portarias: uma de caráter técnico, da Senasp, e uma outra disciplinando o uso dessas câmeras – e, nessa portaria, prevendo que toda a atuação ostensiva e preventiva deve ser gravada de forma ininterrupta, porque senão você coloca em risco a própria política pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estudo recente publicado pela Senasp inclusive demonstrou que, quando você não tem a gravação inteira ou quando a gravação depende do acionamento do policial, você coloca em risco a própria vida do policial. E a tendência é que a câmera seja cada vez menos utilizada, então, com o passar do tempo, nada mais é gravado, e isso significaria você jogar recurso público fora. Por isso, a gente prevê que toda atividade de policiamento preventivo e ostensivo deve ser necessariamente gravada para que a política seja efetiva, para que o policial seja protegido, para que o cidadão também seja protegido.

Então, essa é uma política pública que demonstrou resultados muito impactantes e que, infelizmente, não é consenso, Senador – a gente vê gente batalhando para desmontá-la. É uma política que levou a uma redução drástica: se eu não me engano, de um ano para outro, reduziu de 106 para 34 mortes em operações policiais, em São Paulo. É um resultado espetacular! É um resultado espetacular! E, por incrível que pareça, uma política bem-sucedida como essa, que deveria ser consenso, é fonte de constantes ataques.

Veja, transparência é um pressuposto da administração pública, transparência está na Constituição. Todo aquele que exerce um cargo público tem o dever de transparência. Se você é autorizado a utilizar a violência em nome do Estado, em nome da sociedade, você tem mais ainda o dever de transparência. A sociedade tem o direito de saber para o que você está usando a violência em nome dela. Então, isso é muito importante. Acho que as câmeras corporais é um ponto muito importante para que a gente mude esse cenário.

Por fim, eu queria falar de outro ponto. E esse é o ponto, talvez... Eu dizia isto para o Ministro Flávio Dino: a reunião mais importante que eu vi no Ministério da Justiça – e a gente presenciou muitas lá, não é, Gabriel? – foi a reunião que ele fez com as mães de vítimas de violência institucional. Não tem nada, nada, assim, nada mais dolorido, uma dor... não há dor mais difícil de suportar do que a dor daquela mãe que enterra seu filho precocemente – nada, nada. E o Estado tem uma dívida muito grande com essas mães.

E o pior, Senador: para essa audiência que o senhor chamou, se houver recursos para que elas vinham para cá, o senhor vai se assustar porque pode somar outro plenário aqui de Comissão e não caberão todas. Eu fiz uma reunião na Defensoria Pública do Rio de Janeiro para dialogar com essas mães, começaram a chegar, chegar, de repente aquele auditório estava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lotado, e você diria: "Não é possível que o Estado seja capaz de disseminar tanta dor, de disseminar tanto sofrimento, a pretexto de proporcionar segurança pública". Está muito errado, está muito errado isso! E compartilhar a dor e o sofrimento daquelas mães foi, sem dúvida alguma, uma experiência que eu jamais vou esquecer.

E olhando para isso – mais uma vez em parceria com a companheira Sheila, da Secretaria de Acesso à Justiça –, nós temos dois projetos muito importantes e que seria muito importante a gente nacionalizar, que é o projeto de acolhimento dessas mães. Porque, veja, Senador, essa mãe perde o seu filho e ela ainda tem que lutar para provar que o seu filho não era criminoso – e que, se fosse, merecia ser preso e julgado, como manda a lei –, e ela não tem nenhum suporte do Estado, ela tem que lidar com a sua dor sozinha, ela tem que lidar com essa dor sozinha sem nenhum suporte.

E foi pensando nisso e atendendo a essa demanda que nós montamos dois projetos: um com a Unifesp, lá em São Paulo junto com a D. Débora, das Mães de Maio; outro com a Federal do Rio de Janeiro, em parceria com a Defensoria Pública, para criar um espaço de acolhimento dessas mães, para dar um suporte psicossocial para que essas mães possam enfrentar esse momento tão terrível causado pelo próprio Estado. Essa é uma política muito importante que a gente conseguiu avançar lá.

Então, eu acho que tem três eixos em que a gente deve focar: prevenção, controle e transparência, e acolhimento. Esses três eixos precisam ser enfrentados. Mas, para que a gente consiga fazer frente a isso, nós vamos entrar agora num momento muito crucial aqui no Congresso, que é a discussão da Lei Orçamentária. Para que a gente consiga colocar de pé essas políticas, Senador, é necessário que elas estejam presentes no orçamento. E a gente sabe que a disputa do orçamento é muito difícil, é uma disputa muito difícil, a gente sabe que as corporações se mobilizam e a gente sabe que esse lado que a gente quer alcançar geralmente é o lado mais fraco na disputa desse orçamento. E é por isso que a gente precisa de pessoas como o senhor e de outros Parlamentares aqui que são sensíveis a essa causa, para que a gente consiga assegurar que parte do orçamento seja utilizada para nacionalizar essas políticas.

É com essa perspectiva que a gente quer trabalhar na Secretaria de Assuntos Legislativos. E eu tenho certeza de que nós teremos essa grande parceria aqui com o senhor e com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade civil, representada aqui pelo Gabriel Sampaio, pelo Douglas Belchior e pelos demais companheiros que nos acompanham *online*.

Queria agradecer, Senador, e pedir mil desculpas, porque eu tenho uma audiência agora, lá com o Ministro. E agradeço mais uma vez ao meu irmão Douglas Belchior aqui, que me autorizou passar na frente dele. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Marivaldo de Castro Pereira, Secretário Nacional de Assuntos Legislativos, representando aqui, nesta audiência pública, o Ministério da Justiça.

Marivaldo, eu aproveito este momento para dizer que você tem toda razão. Se nós não entrarmos também no orçamento, nós vamos falar, falar e não teremos receita. E só vou dar um exemplo – e é possível –: tem Comissão aqui no Congresso que ganha R$1 bilhão, que ganha R$3 bilhões. A Comissão de Direitos Humanos ganha – eu digo para fazer políticas públicas e colocar na peça orçamentária – R$500 mil, R$400 mil. Isso é muito menos do que eu particularmente ganho para mandar para o estado. Claro que aí são peças... são emendas parlamentares. Cada Parlamentar hoje ganha, no mínimo, de R$80 milhões a R$90 milhões. A Comissão de Direitos Humanos, que olha para essa realidade que vocês estão retratando aqui muito bem, ganha R$700 mil, R$600 mil, R$500 mil. É muito menos do que ganha uma prefeitura...

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que ganha de diversos Parlamentares. É muito menos do que ganha uma prefeitura do seu Parlamentar.

Eu mando emenda para todos os 497, então eu falo aqui com toda a autoridade. Eu mando para todos. E essas Comissões, como a de Direitos Humanos, teria que ser uma Comissão que tivesse no mínimo um valor igualitário com as outras Comissões – um valor igual com as outras Comissões – para poder aportar recursos nessa área que aqui vocês levantaram muito bem.

O SR. DOUGLAS BELCHIOR (*Fora do microfone.*) – Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não se pode passar a impressão para a sociedade de que os direitos humanos não é prioridade do Congresso.

O SR. DOUGLAS BELCHIOR (Pela ordem.) – Eu quero só aproveitar – peço licença –, antes que o Marivaldo saia, para eu poder falar uma coisa para você ouvir, Marivaldo. Esta mesa, que está composta por quatro homens negros – a gente pode até discutir, tem todo um debate sobre a representatividade –, tem um simbolismo. Nós estamos aqui com o Senador Paulo Paim, que é uma referência histórica do nosso movimento – um homem negro que chegou a um lugar não permitido a negros –; e nós estamos aqui, Marivaldo, Gabriel e eu, que somos militantes de movimentos sociais como origem, jovens negros que sobreviveram a essa carnificina. Isso aqui é absolutamente anormal – anormal! E me orgulha muito fazer parte dessa geração que se dedicou, Gabriel, Marivaldo, a dedicar sua vida a expor esse genocídio, porque é esse o nome que a gente tem que dar para a tragédia brasileira que acomete sobretudo – e o Cauê trouxe para a gente ali, o Gabriel também falou – meninos negros, e como o genocídio está dando certo, na medida em que esses meninos desaparecem no processo, na trajetória escolar, na dinâmica da sociedade. Então, esta aqui é uma mesa de sobreviventes.

E eu gostaria de registrar isso aqui, Marivaldo, com o maior orgulho de ser seu parceiro, seu amigo, Gabriel e Paulo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Gostei da fala aí, viu? Permita as palmas aqui. "Uma mesa de sobreviventes." Se cada um de nós contar a sua história, vai ver que tem lógica o que ele diz: de sobreviventes mesmo! E não só nós, não é? A comunidade negra toda vai nessa linha.

Se o Marivaldo tiver que sair, nós todos vamos entender. Ele fez um esforço para estar aqui.

Então, muito obrigado por estar conosco. E vamos ter parceria.

O que o pessoal está pedindo é uma foto antes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA – Vamos! (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Passamos de imediato a palavra para Marta Volpi, Diretora de Proteção dos direitos da Criança e do Adolescente, que aqui representará o Ministério dos Direitos Humanos.

A palavra é sua, Marta, por favor.

A SRA. MARTA VOLPI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador. Eu agradeço, em nome de todo o ministério, pelo convite e a participação neste importantíssimo debate. Eu cumprimento os colegas de mesa, em especial o colega Douglas Belchior, com quem eu tive prazer de atuar em alguns momentos como sociedade civil.

Eu peço desculpas por não estar presencialmente, mas eu estou com sintomas de gripe muito forte há dois dias, então, para preservar as outras pessoas, eu fiz essa opção de participar remotamente.

Os dados apresentados aqui pelo Conectas e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública são realmente esses, e são esses há algum tempo. Eu anotei algumas partes do estudo que foi feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e, assim, nesse acúmulo de 2021 a 2023, o levantamento é de que são mais de 15 mil, mais de 15,1 mil vítimas de mortes violentas intencionais entre crianças e adolescentes. Desses 15 mil, mais de 13 mil, quase 14 mil, estão na faixa etária entre 15 e 19 anos. Então, tudo isso demonstra aquilo que já vem sendo dito no Brasil há algum tempo a respeito do extermínio da juventude negra e pobre, porque os dados também mostram que o grande contingente desse número são adolescentes negros e pobres. Então, enquanto a maioria das mortes de criança geralmente ocorrem dentro de casa, as de adolescentes não, elas ocorrem fora. Esse outro apontamento que foi trazido em relação às mortes por conta de enfrentamentos à polícia é um dado bem real também.

E aí a gente tem algumas medidas que passam a dar alguns resultados, mas eu queria também chamar atenção para essa informação que os colegas que me antecederam trouxeram, de que a violência é um fenômeno complexo, então não basta uma ação isolada, a gente precisa de várias políticas que se integrem, que se conversem entre si, para que nós consigamos reduzir esses números. A fala de Marivaldo traz essa perspectiva de que a diminuição das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desigualdades e uma série de políticas que envolvam tanto a transferência de renda quanto cultura e esportes têm o condão de melhorar os índices de violência e também as relacionadas à segurança pública no Brasil.

E aí eu trago esse recorte também importante de que a medida das câmeras pessoais, de fato... Em outra pesquisa feita em São Paulo, demonstra-se uma redução alarmante do número de homicídios em confronto com a polícia, especialmente de adolescentes. Então, ela é uma medida importante, ela era fundamental, o Ministério da Justiça e Segurança Pública fez uma recomendação nesse sentido.

Só que aí a gente também tem uma questão, que eu achei muito interessante, de uma pesquisa que foi feita pelo Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação, em que eles entrevistaram um grupo grande de pessoas, e a maior parte delas aponta que o Governo Federal tem a atribuição de garantir e segurança das pessoas, sendo que, pelo art. 144 da Constituição Federal, as polícias militares são subordinadas aos governos de estado. Então, de fato, a gente precisa que essa recomendação seja também um avanço, seja uma forma de avançar com essa política nos estados, porque a polícia militar está lá.

Em relação, ainda, às práticas que possam reduzir a violência, em especial os assassinatos dos nossos adolescentes, são apontadas algumas outras medidas que também vêm a impactar nessa redução, que são os programas de gestão por resultados na segurança pública. A gente precisa melhorar, de fato, as investigações com resultados, com o apontamento dos culpados, com a punibilidade dos reais atores desses crimes. Temos que melhorar os programas de gestão do uso da força e redução da letalidade policial, nos quais entram aí as câmeras, mas não só elas. A gente precisa de um modelo integrado de controle de armas, uma vez que, se aumenta a circulação de armas no país, aumentam as mortes de crianças e adolescentes, fatalmente.

E precisamos do investimento em maior esclarecimento dos homicídios. E aí a gente fala dos autos de resistência, e eu me lembro de há quantos anos, de fato, a gente vem falando a respeito desse projeto de lei. Eu acompanhei também boa parte, pude fazer parte do coro da sociedade civil pelo fim dos autos de resistência. E, de fato, foi um assunto que sumiu depois de um tempo; mas a gente precisa resgatá-lo, porque essas investigações também vão nos levar a uma maior elucidação dos casos, a uma resposta de justiça para essas famílias. E, quando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente fala das mães, isso também é uma questão que nos toca muito profundamente. Também a elucidação vem como uma forma de inibição de novos crimes, porque enfim a gente consegue, de fato, punir aqueles culpados.

O Conanda também fez uma manifestação pelo uso ininterrupto das câmeras no fardamento policial, também tendo em vista essa pesquisa que foi feita em São Paulo pela redução dos óbitos de adolescentes.

Deixem eu ver o que mais eu separei para falar com vocês...

E aí, a respeito de ações do Governo Federal, o Marivaldo trouxe uma série delas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, inclusive citando a Secretária Marta, que, de fato, tem feito um trabalho para a juventude muito bom, muito relevante. E nós, enquanto Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, temos o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. É um programa que tem salvado muitas vidas, em especial de adolescentes, embora tenha crianças protegidas pelo programa. E nós temos investido não só pela ampliação do programa, mas pelas formas de acolhimento desses jovens, para que eles sejam protegidos. E nós temos um índice muito bom de sobrevivência dessas pessoas no Brasil todo. Agora, a gente estuda mecanismos para a ampliação do programa para todos os estados brasileiros.

E aí, Senador, a gente entra de novo no assunto orçamento. E aí eu vou repetir também algo que já tem sido dito em outros espaços há algum tempo: lugar de criança é no orçamento público. Então, a gente precisa, de fato, fazer com que crianças e adolescentes sejam a prioridade absoluta também na destinação dos nossos recursos. Políticas sem recursos para a implementação não passam de boas cartas de intenções. Então, a gente precisa fazer com que esses direitos sejam, de fato, entregues para as pessoas, em especial para as crianças e os adolescentes lá nos seus territórios.

Em relação à formação, que também foi algo citado pelo colega do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a gente também tem duas grandes iniciativas, que são a Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que é voltada para a formação de profissionais que atuam com esse público, e as escolas de conselho, que são também uma iniciativa junto com as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

universidades federais nos estados para a formação contínua de conselhos tutelares e conselhos de direitos, que são esse público que atua...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem no mínimo mais cinco minutos, e não quinze segundos, viu? Fique à vontade. (*Risos.*)

A SRA. MARTA VOLPI (*Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador. Eu já estou terminando também, porque, como o grande arcabouço já foi trazido pelos colegas anteriores, para não ser repetitiva, eu trouxe apenas mais essas pontuações.

Eu queria só concluir falando que as escolas de conselho visam dar essa formação para conselheiros tutelares e conselheiros de direitos no Brasil todo, que são o público que foi indicado pelo ECA como os grandes espaços. Portanto, os conselhos de direitos como espaços de controle das políticas para a criança e o adolescente – controle social –, enquanto os conselheiros tutelares são a força que faz o atendimento de crianças e adolescentes que precisam ter os seus direitos resguardados e que em algum momento tiveram esses direitos violados. Então, a gente tem apostado muito, na Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que o público que trabalha com as pessoas de 0 a 18 anos de idade, tendo esse conhecimento, consegue entregar melhor a proteção integral que a nossa Constituição Federal determinou a esse público.

Eu quero agradecer muito e dizer, Senador, que eu, particularmente, como indivíduo, admiro muito seu trabalho. Já tem bastante tempo que eu acompanho sua atuação, em especial no que diz respeito a crianças e adolescentes no Senado. Então, é um grande prazer, uma grande responsabilidade estar aqui hoje dividindo essa mesa com colegas que atuam nessa pauta há muito tempo, para tratar de um tema tão importante.

Eu agradeço, mais uma vez, o convite, em nome do Ministério dos Direitos Humanos, e nos coloco à disposição para trazer novos elementos a este debate.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Marta Volpi, Diretora de Proteção dos direitos da Criança e do Adolescente, que falou aqui representando o Ministério dos Direitos Humanos. Parabéns pela fala, que fez um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resumo do que todos falaram. Vi que você falou ali de um programa que já existe, de uma realidade que já existe, que é a dos conselhos tutelares, que deveriam ser também aprimorados, incentivados, que estão lá no bairro, lá na comunidade onde estão efetivamente os mais pobres, não é? Parabéns pelo conjunto da obra.

Agora nós vamos passar a palavra – eu agradeço já pela tolerância – ao Douglas Belchior, representante da Uneafro, movimento negro. Ele já me convidou aqui... E eu já vou dizer em público que, na terça-feira, estarei com você no evento a que você me convidou, numa casa aqui em Brasília, em que vão estar reunidas inúmeras autoridades que lutam contra todo tipo de preconceito e, mais precisamente, contra o racismo. Estaremos juntos lá.

O SR. DOUGLAS BELCHIOR (Para expor.) – Muito obrigado, Senador. Que honra, mais uma vez, estar ao seu lado! Obrigado pela confiança de nos convidar, mais uma vez, para fazer esse debate.

Esteve aqui o Marivaldo, eu já me referi a ele, um cara importante na nossa trajetória e caminhada dos últimos quase 30 anos, na nossa geração, atuando desde jovenzinho na luta contra o racismo.

O Gabriel é membro fundador da Uneafro Brasil, do nosso movimento. O Gabriel estava na Avenida Paulista. Nós fizemos um ato no dia 5 de março de 2009, aniversário de 75 anos da USP, de inauguração do nosso movimento, ocupando a Faculdade de Medicina da USP, que é, ainda hoje, um sinônimo do privilégio da branquitude brasileira. Estava lá Gabriel, com a nossa bandeira em punho, meu querido amigo de muitos anos.

É um orgulho para nós, Gabriel, ver a sua trajetória, o seu desempenho, o tamanho da sua contribuição para o combate ao racismo no Brasil. Você nos enche de orgulho, meu irmão querido!

A Bel está aqui, minha querida companheira também de muitos anos no combate ao racismo no Brasil.

Senador, nós preparamos, na Uneafro, um texto, que eu quero ler, em respeito à formulação construída coletivamente – e eu quero aqui também agradecer muito à nossa companheira Adriana Moreira, que deveria estar aqui, que nos ajudou nessa formulação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Gabriel, quando eu cheguei, estava falando sobre os diversos aspectos, sobre a complexidade, assim como foi repetido também pelas outras explanações, daquilo que leva a esse resultado mortal, especialmente atingindo jovens e adolescentes negros. Eu vou me ater a esmiuçar... Como você disse, temos que esmiuçar os elementos diversos para entender a complexidade e atuar especificamente em cada um deles. Eu vou falar da educação, que é o campo de onde eu venho e que diz respeito ao movimento que a gente constrói. A Uneafro é um movimento negro que tem como estratégia a atuação no campo da educação, por entender que a educação é fundamental, o acesso a ela, para salvar vidas de jovens negros.

Então, quero lembrar aqui três dos eventos disparadores de violência racial que atravessaram barbaramente a vida de adolescentes e jovens negros e que demarcaram o início da organização política e institucional do movimento negro brasileiro, a partir do período da ditadura militar.

Um jovem, Robson Silveira da Luz, acusado de roubar frutas em seu local de trabalho, foi barbaramente torturado, assassinado por um delegado de polícia, lá Zona Oeste de São Paulo, pertinho da minha casa, em Guaianases. Isso foi em 1978. No mesmo ano, quatro garotos, jogadores de vôlei, foram discriminados pelo Clube de Regatas Tietê, e não puderam participar de um campeonato. No mesmo período, um jovem operário, chamado Newton Lourenço, foi morto pela Polícia Militar no bairro da Lapa, em São Paulo.

Esses três eventos foram impulsionadores do que foi a fundação da frente Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, que hoje – ainda hoje – é a organização mais longeva do movimento negro brasileiro. Desde os seus primeiros momentos, questões vinculadas à forma como o Estado brasileiro não entenderia a população negra como sujeito de direitos, em especial adolescentes e jovens negros sujeitados à violência estatal, sempre figuraram entre as principais denúncias realizadas pelas organizações do movimento negro. Portanto, a gente está aqui repetindo a denúncia de sempre.

Nos anos 90, diversas dessas organizações do movimento negro, que participaram da luta pela constituição do Estatuto da Criança e do Adolescente, passaram a denunciar as chacinas das crianças e adolescentes em situação de rua, que aconteciam em todo o país. Destaque-se o fato de que as organizações do movimento negro, à época, eram as principais promotoras das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

denúncias e dos enfrentamentos jurídicos e políticos a que se assistia no país. Porém, a história não relata o papel do movimento negro e a importância desse protagonismo nesse processo.

Já nos anos 2000, para ser exato, em 2008, foi realizado o 1º Encontro Nacional da Juventude Negra, cuja organização e a agenda de luta consistiam em lutar pelo fim do genocídio da juventude negra, quando a gente traz, com muita força, esse conceito. Nesse encontro, alguns entre os principais desafios que estavam colocados eram convencer o Estado brasileiro de que os jovens negros eram vítimas sistemáticas do próprio Estado – o Gabriel falou isso aqui – e, portanto, demandariam, na qualidade de sujeitos de direitos, políticas específicas para resguardar as próprias vidas. O Estado promove a violência, tem os dados, sabe disso; a partir dessa ciência, deve formular a contenção.

Nessa perspectiva, houve a criação, naquele período, na Secretaria Nacional de Juventude, da cadeira de juventude negra, que cumpriu a tarefa de convencer o planejamento do Estado, naquele período, a produzir indicadores sobre condição de vida e morte de jovens negros brasileiros.

Cheguei, o Gabriel estava falando que, então, a gente já tem uma década e meia de elementos, de dados concretos que nos levam a formular saídas mais alternativas, mais efetivas do que vem sendo experimentado.

O tema de juventude negra, na série histórica do Mapa da Violência, que depois se transforma em Atlas da Violência, parece que, de alguma forma, se consolida para a produção de dados. Com a criação do programa Juventude Viva, em 2012, mais indicadores foram produzidos, entre os quais devemos citar o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ) – isso em 2017, certo, Gabriel, que participou disso profundamente? –, publicado pela Secretaria de Governo da Presidência da República, pela Secretaria Nacional de Juventude e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em cooperação com a Unesco. O IVJ-Violência, tinha como objetivo elaborar uma radiografia da juventude brasileira a respeito dos riscos sob os quais estão os vulneráveis, de modo a subsidiar a construção de políticas públicas que garantissem a vida dos jovens no Brasil. Para tanto, apresentou-se como um indicador sintético que classifica municípios com mais de 100 mil habitantes, a partir de uma série de variáveis mobilizadas para compreender as trajetórias das vidas juvenis entrecortadas por toda sorte de violências, inclusive

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a violência mental. Ou seja: observar a vida do jovem negro e como ela é recortada pela violência e como ela é impedida pela violência, inclusive pela ação direta do Estado.

De acordo com esse relatório – eu vou repetir, porque, para quem acompanha esse debate, é muito importante buscar essa formulações, e o IVJ-Violência traz isso –, essas variáveis, associadas aos níveis de exposição de jovens à violência, seriam a permanência na escola. Então, nós estamos aqui identificando elementos que poderiam tirar o jovem negro da linha de tiro. Como é que o tira desse lugar nebuloso, perigoso, mortal?

E, aí, trazem aqui os elementos: permanência na escola, forma de inserção no mercado de trabalho e os contextos socioeconômicos dos municípios nos quais residem os jovens em questão, o que equivale a dizer que educação, emprego, pobreza e desigualdade são variáveis fundamentais para explicar a exposição dos jovens à violência.

O Gabriel, quando falou, disse: "Se a gente identifica o território, é ali que está a violência; mais investimento em educação focada naquele território". Isso traz resultado, com especial atenção à relação entre educação e trajetória de morte dos jovens negros no Brasil, em particular meninos negros.

O IVJ revelou que, entre jovens de 18 a 29 anos de idade, o desemprego ou as formas precárias de inserção no mercado de trabalho contribuem sensivelmente para a sua vulnerabilidade e violência. Já para adolescentes, o mais importante é a condição de frequência à escola. Então, os elementos mudam de acordo com a faixa etária do menino preto.

Ao usar termos apenas no campo educacional, que é o foco que eu quero trazer aqui, o que encontramos no sistema de ensino nacional? Então, essa é pergunta, o papel da educação no Brasil no resultado de morte de jovens negros. A gente tem que fazer esse cruzamento.

De acordo com os dados do Saeb de 2021, 7,8% dos meninos pardos e 11,3% dos meninos pretos acessam a escola com 8 anos ou mais de idade. Ou seja, já chegam à escola tarde. Lembrem que o argumento aqui é: a escola salva vidas; a educação tira o moleque da linha do tiro. E eu estou dizendo aqui agora os dados objetivos em relação à condição desse jovem no acesso ao que salva a vida dele. Certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No 5º ano do ensino fundamental, 15,1% dos meninos pardos e 21,2% dos meninos pretos já foram reprovados pelo menos uma vez; já no 9º ano do ensino fundamental, 8,1% dos meninos pardos foram reprovados duas ou mais vezes, e 12,7% dos meninos pretos se encontram na mesma situação.

No que diz respeito ao abandono escolar, no 5º ano do ensino fundamental, 7,7% dos meninos pardos e 9,6% dos meninos pretos já abandonaram a escola uma vez nessa trajetória.

Gente: no 9º ano!

O quadro apresentado pelos dados educacionais do ensino fundamental expressam o fato inexorável de que a escola de educação básica brasileira é avessa aos meninos negros, que perfazem suas respectivas trajetórias educacionais, via de regra, de forma irregular. A trajetória educacional do jovem negro é irregular.

Inclusive, as políticas de educação básica no atual Governo dedicadas à permanência escolar, muito embora reconheçam as identidades quilombolas e indígenas como vulneráveis no ambiente escolar e, portanto, sujeitas de direitos da política, ignoram a condição do ser menino negro em ambientes urbanos violentos como condição de vulnerabilidade educacional.

Isso eu vou repetir, porque isso precisa ser elemento para política pública.

Então, a política reconhece dois dados fundamentais. Quilombolas, por exemplo, o.k. Na cidade, meninos negros, por serem meninos negros, estão mais afetados pela ausência escolar. Isso precisa ser alvo da política, ou seja, tem que ter fomento específico para, além do território, o sujeito, no perfil. Como é que eu mantenho meninos pretos na escola? Tem esta política absolutamente acertada do Pé-de-Meia, que um pouco olha para isso, olha para como é que eu mantenho jovem na escola, mas ainda é insuficiente, porque receber uma bolsa no final do ano significa que eu vou passar o ano inteiro precisando continuar estudando, e como é que eu fico durante, como é que eu fico no processo? Então, isso é...

Se eu tivesse que escolher, Paulo Paim, querido Senador, uma ação reparatória radical no nosso país, depois da reparação histórica, seria o investimento pesado, bilionário, em manter, com bolsa, com recurso, com dinheiro, nossos jovens negros nas escolas. Isso mudaria o país radicalmente, drasticamente, num curto espaço de tempo. Nós não temos política para fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permanecer jovens negros nas escolas. As políticas expulsam os meninos negros das escolas e, ao expulsá-los das escolas, acontece o que eu vou dizer agora: o Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania, por meio do sistema nacional... Não, eu pulei um pedaço e vou ler aqui.

O Relatório de Informações Penais, no primeiro semestre de 2023, realizado pela Secretaria Nacional de Políticas Penais, informou que, entre janeiro e julho de 2023, agora, no Brasil, havia 381.154 homens negros, pardos e pretos, condenados, cumprindo pena em regime fechado, cerca de 68% dessas pessoas encarceradas, das quais 67 não concluíram educação básica.

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, por meio do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, sobre o atendimento de adolescentes em restrição e privação de liberdade no país, informou que 95,6% são do sexo masculino, e 63,8% dos adolescentes atendidos são negros. Do ponto de vista educacional, via de regra, o que se observa é o não cumprimento das diretrizes educacionais para o sistema socioeducativo em meio fechado, Ou seja, o moleque é preso, e fica preso, e não estuda.

Logo, não é possível construir outra conclusão que não seja a de que o Estado brasileiro constrói as trajetórias para a vida de algumas e para a morte de outras, inclusive o caminhar para a própria morte física. Essa escolha é deliberada, tem um público específico, são meninos e jovens negros, cuja exclusão do ambiente escolar se encontra com as oportunidades de geração de renda e dos mercados ilegais, o que garante a justificativa moral para o extermínio da vida.

Eles vão buscar estratégias que moralmente são condenadas pela sociedade e os coloca no lugar de descartáveis.

Essa formulação é preocupação de projetos de lei que já foram citados aqui, de formulações de solução, como foi colocado pela exposição da Conectas, das propostas que Gabriel traz, que Marivaldo traz.

Senador, para terminar, não se trata de ausência de formulação. Nós não estamos aqui tratando de um tema que não tenha sido profundamente estudado, que não tenha sido acompanhado nos últimos anos, que não tenha dados e que não tenha propostas reais e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efetivas de solução. Estamos falando de um tema gravíssimo que se mantém, com toda a decorrência que disso acontece, como já foi falado aqui, por exemplo, a vida destruída das famílias e o quanto isso impacta a sociedade, porque estamos falando de 115 mil jovens e adolescentes mortos, assassinados em três anos.

Não é só esse número, o que já seria abismal; quer dizer, qual o impacto disso na família, na comunidade, na continuidade daquela família? Sim, cara, infelizmente, eu tenho primos presos, eu tive parentes assassinados, amigos perdidos – mortos na dinâmica do crime organizado ou na ação do Estado e da sua polícia. Isso explode o ambiente comunitário, explode a família, provoca que o irmão dele se revolte e fale: "Então, agora eu vou, porque eu vou vingar a morte do meu irmão". Isso gera um efeito em cadeia avassalador, violento, que aprofunda traumas, violência e pobreza.

Então, se tem algo que precisa ser feito para estancar outros processos de violação e de deterioração social, é um investimento pesado na manutenção de jovens negros nas escolas, especialmente dos meninos negros.

Eu termino, Senador Paulo Paim, dizendo a todo mundo aqui qual foi o convite que eu lhe fiz, porque eu quero que todo mundo saiba que o Instituto de Referência Negra Peregum, ao lado da Conaq, Alma Preta, Instituto Nós em Movimento e Uneafro, vamos abrir uma casa do movimento negro aqui em Brasília. Inclusive o nome da casa é Hub Peregum, uma casa para os movimentos negros em Brasília. Esse é o nome. Então é em Brasília, é uma casa que vai servir de referência, de ponto de apoio, de estrutura, mas também de espaço de formação, de formulação técnica qualificada, para apoiar os nossos mandatos, para apoiar os nossos líderes que estão ocupando cargos estratégicos dentro do Governo, no sentido de disputar esses espaços, que estão todos sempre em disputa, mas para nós é sempre mais difícil. Então é uma honra poder receber Paulo Paim, e Benedita da Silva confirmou. Então, você imagine um evento desse com Paulo e Benedita, vai ser uma coisa assim de arrepiar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu que vou estar feliz por estar ao lado dela e de vocês.

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – E vamos reunir nossos mais velhos do movimento, as novas gerações também. Vai ser um momento muito forte e importante, acompanhe essa atuação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, imagine que essas 15 mil jovens e adolescentes poderiam ser rebecas andrades, que a gente está tanto celebrando, poderiam ser alvo de uma política pública que oferece vida, possibilidades. Vinis jr., suelis carneiros, emicidas, manos brown, abdias, gilbertos gil, gabriéis, conceições evaristos, sérgios vaz, paulos paim, bells, é isso que a gente está matando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Douglas.

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Nós, cada um de nós. É disso que se trata, é esse país possível que a gente está matando, na medida em que esse processo continua.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns, Douglas Belchior, representante da Uneafro, movimento negro!

Eu tive a alegria de algumas leis terem sido construídas com a ajuda desses dois – me permitam que eu diga os dois: ele, como assessor da bancada, me ajudava; e você, como líder nacional do movimento, sempre, toda vez que eu solicitei, contribuía com ideias. E o que mais me marcou nesse período foi o da abordagem policial, que, infelizmente – aprovamos aqui; por unanimidade, conseguimos aprovar –, está engavetado na Câmara. Eu lembro esse, um dos tantos em que você trabalhou junto.

Nós vamos em frente.

Agora, pessoal, nós temos ainda aqui o e-Cidadania. Eu vou ler as perguntas que vieram e vocês, se puderem responder algumas delas, poderão responder. Outras eu responderei pela própria Comissão, nós da Comissão. Eu peço que façam mais duas cópias enquanto eu leio, para vocês terem em mão e darem uma olhada, os dois que estão aqui presencialmente. Para os que estiverem à distância, eu vou fazer a leitura e, se quiserem também fazer algum comentário, daí terminam com o comentário das perguntas e já vão para as considerações finais, o.k.? Mas de pronto já cumprimento a todos que participaram, foi uma excelente audiência pública.

E, se você me permitir, isto não foi falado até agora, eu não vou falar no final, falo agora mesmo: é tão importante esse tema que nós vamos entrar com uma sessão temática no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Plenário do Senado, para que os nossos convidados falem para os Senadores durante uma semana e naturalmente pelo sistema de comunicação do Senado.

Posso colocar?

O SR. DOUGLAS BELCHIOR (*Fora do microfone*.) – É claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fruto também dos encaminhamentos desta reunião.

Então, vamos lá.

Michele, do Rio de Janeiro: "Quais são as principais falhas na atuação do Estado que têm contribuído para o aumento dos assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil?". Muito bem, Michele, é isso que está aqui nos preocupando a todos, e você faz uma pergunta direta. Mas eu não vou comentar porque senão não dá tempo de vocês falarem.

Jackson, de Rondônia: "Como engajar a sociedade civil e ONGs no desenvolvimento e implementação de estratégias para proteger crianças e adolescentes da violência?".

Filipe, de São Paulo: "Maiores investimentos no monitoramento das atividades policiais e rigorosidade legislativa reduziriam a criminalidade e a violência policial?". Ele faz em forma de pergunta.

Adrian, do Mato Grosso: "Superar o assassinato da juventude no Brasil é superar o racismo em [...] [suas formas]. [É essencial] Uma política de educação forte desde a base". Foi um dos eixos das falas que eu ouvi.

Rosemberg, do Distrito Federal: "A redistribuição de renda em programas sociais tem [...] [mostrado] melhorias nos últimos anos para reduzir a violência e marginalidade?". Eu vou ler de novo. Rosemberg, do DF: "A redistribuição de renda em programas sociais tem [...] [mostrado] melhorias nos últimos anos para reduzir a violência e marginalidade?".

Ana, de São Paulo: "Quais exemplos internacionais de sucesso na redução da violência contra jovens poderiam ser aplicados no Brasil?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Siro, do Rio de Janeiro: "Por que não adotar a escola [...] [em] horário integral [...]?". Eu sou simpatizante também, e acho que todos nós, não é? E foi o eixo da fala de vocês, principalmente do Douglas aqui. Siro, do Rio de Janeiro, repito: "Por que não adotar a escola [...] [em] horário integral como forma de promover o conhecimento e a socialização em igualdade de condições?".

Marcelo, de Minas Gerais: "O poder público deveria atuar [...] [desde o] momento em que a criança nasce, [...] acompanhando o [seu] desenvolvimento, porém é omisso".

Ademir, de Rondônia: "A falta de escolas [...] [integrais e atividades esportivas] contribuem para que esses jovens entrem [...] [no] crime, precisamos de políticas públicas [urgentes]". O.k.?

Então, vamos começar com o Douglas.

Em seguida, passo para o Gabriel.

O SR. DOUGLAS BELCHIOR (Para expor.) – Está telegráfico, porque falamos bastante sobre esses pontos, mas, Michele, escola, trabalho e renda e ambiente comunitário são pontos em que o Estado poderia ser muito mais efetivo e há, sem dúvida nenhuma, possibilidade de bons resultados. De acordo com todos os levantamentos, pesquisas e dados que nós temos, esses são elementos fundamentais para manter jovens na escola, para garantir uma trajetória regular, para o acolhimento familiar, para que a juventude trabalhada nos espaços comunitários e educacionais possa estar menos sensível ao apelo do crime organizado, por exemplo, porque é muito saboroso, a gente sabe. Cara, o período da juventude é, biologicamente, um período revolucionário na vida do menino. Ele quer experimentar coisas novas, ele quer consumir um mundo absolutamente dirigido pelo estímulo ao consumo. Isso, sem dúvida, muitas vezes aparece como as suas grandes possibilidades de vida, e a gente tem que disputar isso com outra lógica, com outra moral, com outros valores, e o ambiente comunitário adequado, com ausência de violência, com a presença do Estado, é importante e traz efeitos.

O terceiro setor tem se dedicado bastante a isso, Jackson, mas eu concordo com você que o investimento do capital privado e não haver uma cultura de doação no Brasil atrapalham a atuação da sociedade civil por deixá-la frágil economicamente. Então, talvez uma coisa que a gente tenta fazer é... Os grandes doadores ou aqueles que têm propensão a doar não são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mobilizados pela nossa agenda. A pergunta é: a vida de jovens negros importa a ponto de mobilizar os afetos e as pessoas doarem ou apoiarem essa causa? Eu vou dizer que não, Senador. Sabe por quê? Eu quero dar um exemplo e eu não quero ser antiético, mas eu vou dizer nome aqui porque é preciso que os nomes sejam dados. Eu sou de uma periferia em São Paulo, que é uma pequena cidade chamada Poá, a minha cidade de origem, saindo da cidade de São Paulo, bem na divisa com Guaianases e Itaim Paulista. Do lado de Poá, tem uma outra cidade chamada Suzano. Na última ou na penúltima eleição, houve uma tentativa de roubo na porta de uma escola, e uma policial que foi levar seu filho à escola, que estava à paisana, não estava fardada, estava armada e matou o jovem na sua abordagem. Ele não estava armado, ela o matou e se transformou numa heroína. Ela matou um jovem negro. Sabe o que aconteceu com essa policial em seguida? Ela foi eleita Deputada Federal com um estrondoso número de votos e veio para o Congresso Nacional. Qual era a única peça de propaganda da campanha eleitoral dela? E eu estou dizendo a você... Katia Sastre é o nome dela, procurem aí. Você vai digitar esse nome na internet e vai ver que a campanha eleitoral dela era a filmagem do assassinato na porta da escola.

Então, esta é a nossa sociedade: a morte negra dá voto. Isso é um absurdo de dizer, mas são os elementos concretos que nós temos. Então, é óbvio que é necessária uma mobilização das forças da sociedade para contrapor esta lógica, este pensamento, este ideário que nos acompanha desde a escravização: 400 anos de escravidão no Brasil deixam uma mentalidade, resquícios, permanências da ausência da humanidade do nosso corpo, "pode matar, não importa tanto". E é isso que a gente vê na prática. Então, Jackson, sem dúvida, seria muito importante haver mais estratégias e maiores investimentos nesse campo, para que ONGs e sociedade civil tivessem mais força.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DOUGLAS BELCHIOR – Ao Filipe o Gabriel vai responder melhor que eu.

O Adrian fala sobre política educacional forte desde a base. A Uneafro Brasil é um movimento de educação popular que se dedica a isso. Tenho pleno acordo.

O Rosemberg fala sobre distribuição de rendas em programas sociais. Tem apelo, é importante. Precisa ser mais, ainda é em pouca quantidade, então não tem o impacto que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderia. Mas, sem dúvida, quem tem poder de chegar com política pública ou com ação efetiva aos rincões deste país é o Estado brasileiro. Todo... tem uma escola, tem um posto de saúde... São aparelhos do Estado, Gabriel, que deveriam estar dedicados a, por exemplo, estimular práticas comunitárias, vivência comunitária, ambiente comunitário, que, no âmago da sua providência, da sua prática, combate ao racismo, porque, diz respeito, Senador, a relações pessoais, à construção de vínculo e de relação não violenta, a uma educação não violenta desde pequeno. Então, isso tudo contribui como um todo, porque não é uma ação só que vai dar resultado.

Sobre escola de horário integral e investimento em esporte não tenho dúvida. Sabe que o movimento negro... Talvez eu fale uma grande bobagem e seja depois corrigido pelos meus mais velhos, mas, pelo menos na minha geração e nos meus espaços de convivência, no movimento negro, tem pouca ação específica pensando em esporte, por exemplo. A gente discute pouco. Você quer uma coisa que impacte mais a quebrada e a molecada preta do que possibilidades de esporte? Eu juro que eu seria um esportista, Gabriel. Eu seria! Eu era um moleque que pulava e corria e jogava. Se eu tivesse tido o estímulo correto e a oportunidade, eu teria sido um atleta de alguma modalidade, provavelmente, ou teria, no mínimo, vivenciado mais essa experiência. E a dinâmica da vivência nos esportes disciplina, gera respeito, cria sentimentos de respeito, de autoestima, de disciplina, de respeito ao outro. O moleque não gosta do outro moleque, mas os dois, jogando juntos, fazem gol. E é isso que importa. Gera-se todo um clima, um ambiente positivo, quando você tem essas iniciativas na comunidade. Isso realmente funciona.

O Estado pode fazer isso com muita força, e não faz. Isso quase fica sempre na responsabilidade da ação de organizações da sociedade civil. Aí tem um cara que gosta de boxe, monta, improvisa uma academia de boxe na quebrada. Faz o maior sucesso. Mas o cara não tem o tablado, não tem a luva, não tem os aparelhos, não tem o treinamento que poderia oferecer naquela comunidade. Então, por que política de esporte, política de convivência comunitária não é um alvo radical do investimento?

Tudo o que eu estou falando, gente, eu não inventei. Isso está formulado, isso está escrito, isso está construído, isso está experimentado. E a gente precisa botar mais força nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o nosso querido Douglas Belchior, que representou nesse evento a Uneafro.

E vamos continuar... Já está convocado – viu, Douglas? – para essa sessão temática de debate que vamos fazer no Senado. O título diz tudo, como a moçada que já botou, uma sessão temática que vai discutir o assassinato de crianças e adolescentes. Claro, vem, no meio, toda a violência sexual, os estupros... Os dados são assustadores.

Então, de imediato, o Gabriel Sampaio, advogado.

Permita-me, você que está presente, Gabriel, fechado aí, porque a Marta Volpi, Diretora de Proteção da Criança e do Adolescente, que falou em nome do Ministério dos Direitos Humanos, pediu para fazer suas considerações finais.

O Cauê teve que sair, não pôde ficar, eu entendo e já agradeço a ele também, e o Marivaldo também teve que se retirar.

O Cauê representando o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Marivaldo que representou o Ministério da Justiça.

Fica aqui o nosso carinho e abraço a ambos.

Então, agora, a Marta Volpi usa o seu tempo de considerações finais e, no fim, o Gabriel conclui, usando o seu tempo, naturalmente.

A SRA. MARTA VOLPI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu achei muito brilhante a maneira como o Douglas coloca para nós, exatamente o que diz o art. 227 da Constituição Federal, que a gente precisa da família, da sociedade e do Estado, nessa garantia de direitos das nossas crianças, adolescentes e jovens. E ele citou o investimento privado. Acho que isso é, ainda, algo que precisa muito chegar, em especial para as organizações, para compor as ações do Estado.

Volto a falar a respeito de orçamento, que é necessária essa priorização da criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Brasil tem avançado nessas políticas de educação em tempo integral. E aí eu falo, também, não só a respeito da prevenção das violências, que o espaço escolar é um espaço muito importante, até porque é o local de formação da primeira rede subjetiva da criança e do adolescente, e é onde vão aparecer as denúncias, mas também é um espaço de proteção plena, inclusive como uma das ações de prevenção do trabalho infantil.

A questão do trabalho no tráfico também é algo que precisa vir para os nossos debates com toda força, porque é uma das piores formas de trabalho infantil, e a gente deve dar a destinação para esses adolescentes, para essas crianças e adolescentes, a destinação da segurança pública. A gente não trata, necessariamente, como vítimas de um tipo de trabalho que, como o Douglas falou, é bastante rentável e bastante sedutor, ainda mais na sociedade de consumo em que a gente vive. Então, nós temos avançado, não na proporção que gostaríamos, nem na proporção de que as crianças precisam.

Então, é mais um apelo para que a gente tenha, de fato, essa união de família, sociedade e Estado, e aí compreendendo, dentro dessa sociedade, não só os indivíduos, como também as empresas e as organizações sociais, porque é uma responsabilidade de todos garantir um futuro, garantir uma vida plena para crianças e adolescentes, com pleno desenvolvimento também. Como o Douglas nos coloca, não só o direito à vida, mas o direito ao desenvolvimento pleno, é um dever de todos, e há uma necessidade de estar nas agendas, em especial, também, do recurso privado, porque de fato é isto: para onde vai o investimento quando a gente fala em investir no setor social? Realmente, ele está indo para onde se precisa?

Eu deixo esse apelo.

Então, finalizo as minhas considerações, deixando, mais uma vez, este apelo para todos nós: para que a gente consiga garantir as disposições do art. 227 da Constituição Federal para todas as nossas crianças, sem qualquer discriminação, que é isso que a Constituição Federal prevê.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Marta Volpi, Diretora de Proteção da Criança e do Adolescente, representante do Ministério dos Direitos Humanos, meus cumprimentos pela sua fala.

Então, como havíamos mais ou menos combinado aqui, Gabriel Sampaio, para os seus comentários sobre as perguntas e, ao mesmo tempo, para as considerações finais. Daí eu só farei o encaminhamento das propostas que chegaram à mesa.

O SR. GABRIEL SAMPAIO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Eu gostaria de renovar aqui meus cumprimentos e agradecimentos, de fato, por participar de um momento histórico no Senado Federal.

Como o Douglas bem lembrou, é muito importante nós também sinalizarmos para essa juventude com alguns símbolos. Ter uma mesa com essa representatividade de pessoas, pelas quais eu tenho, inclusive, uma admiração e uma história e trajetória pessoal, é um momento que eu vou guardar para sempre, na minha memória. Estar ao lado de V. Exa., de Douglas e de Marivaldo, neste momento, é algo que vai ficar realmente marcado para mim e também me traz uma responsabilidade ao trazer uma mensagem também para todas essas crianças e adolescentes que vivem hoje nessa situação de vulnerabilização gerada pelo Estado.

É importante também trazer essa marca. O jovem negro e a menina negra quando nascem não são em si um fator de vulnerabilidade, mas a sociedade impõe condições ou é conivente com condições que tornam essas pessoas vulneráveis. Nós precisamos resgatar essa noção, essa ideia de um projeto de sociedade. Nós vivemos muito isso, Senador, na sua geração. Lembro-me muito da nossa militância – não é, Douglas? –, desde sempre nós buscando um projeto de sociedade em que nós possamos ser protagonistas da nossa história.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Muito bem! Muito bem lembrado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E cada vez mais – eu tenho um filho, agora com três anos – nós vemos o quanto nós nos perdemos enquanto sociedade nas discussões daquelas questões que fogem a essa ideia de um projeto. Cada vez mais se faz debate e se produz conteúdo que pouco dialogam com um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto de sociedade, que pouco trazem de perspectiva, de união, de unidade, de um sentido mesmo para a vida, para a existência das pessoas.

Quantos de nós ficam tranquilos quando veem uma criança ou um jovem adolescente com um celular na mão? A gente não sabe que tipo de conteúdo está sendo transmitido, e não só é porque a gente não confia – tem, enfim, várias questões que envolvem isso –, mas é porque há um oligopólio, há pessoas que ganham dinheiro, há pessoas que se enriquecem, se tornam bilionárias, trilionárias, querem ir para o espaço se aproveitando dessa energia que a juventude tem, essa energia que está sendo cada vez mais canalizada para criar ansiedade, para criar disputa, para criar desarmonia na nossa sociedade.

Nós queremos construir um projeto. Nós queremos participar de um país que tenha condições de aproveitar essa energia da juventude para construir uma sociedade justa e igualitária, que aproveite a capacidade de atuação do Estado, a capacidade de atuação dessas forças sociais para construir um país justo, livre e muito melhor do que o que temos hoje.

Entrando aqui nas questões e nos pontos que foram colocados, que tipo de falhas de atuação, como engajar a sociedade civil, as ONGs e o Estado nessa tarefa?

Acho que a gente falou bastante sobre isso, o Douglas reforçou a importância, e as perguntas também trazem aqui a necessidade de investimento em educação e em esporte. E focalizar a política. Se fizermos um recorte de onde os dados estão mais elevados, vamos identificar que, com duas centenas de municípios, a gente resolve, a gente vai estar abordando mais da metade das mortes violentas no país.

Estamos falando de um país que tem mais de 5.500 municípios e, se falarmos de duas centenas de municípios que têm maior incidência dessa violência, nós vamos enfrentar a parte mais preponderante do dado. Então, é política pública focalizada.

A gente quer, no território mais vulnerabilizado, como o Douglas comentou aqui, a melhor escola e o melhor equipamento de esporte, porque nós precisamos dar para a juventude a melhor perspectiva. E por que escola? E por que esporte?

Também nessa perspectiva que eu trouxe no início da minha fala, porque elas dão sentido de coletividade. Nós estamos entregando a juventude para um sentido cada vez mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

individualista, em que certos grupos econômicos estão se aproveitando dessa sua capacidade de transformar a sociedade, por meio da tecnologia, em algo que os beneficia economicamente.

Então, é preciso ter este sentido de sociedade: focalizar política pública de um lado e também identificar as políticas que dão errado. E aí, Senador, não poderia ter sido o melhor momento para fazer esta audiência pública e endereçar questões aqui, porque neste momento em que os dados apontaram que a maioria preponderante das mortes provocadas contra crianças e adolescentes ocorrem por arma de fogo, nós sabemos do esforço de V. Exa. e de forças comprometidas com a vida das crianças e adolescentes do Brasil para evitar a votação de um projeto de decreto legislativo que retrocede na política de controle de armas.

E aí, o debate está ... Permitam-me, Srs. Senadores, ter uma fala muito direta, muito sincera e muito aberta ao diálogo, mas é absolutamente equivocado que esse tema tenha prioridade neste momento.

Em um dia, o Senador traz aqui, em audiência pública, os dados mais relevantes da mortalidade de jovens, crianças e adolescentes, mais de 13 morrendo por dia, por arma de fogo. E a sinalização, a mensagem que fica para a sociedade – é importante que a institucionalidade traga as mensagens corretas – é de que é razoável que haja um clube de tiro perto de uma escola.

Eu passo, diariamente, porque todo dia deixo e busco o meu filho na escola, na frente de um clube de tiro, na rua da frente, Senador. "Ah, mas há um direito adquirido de ter um clube de tiro na frente de uma escola!" Eu tenho que explicar todo dia para o meu filho que é normal ter um clube de tiro? "Ah, é um espaço discreto!"

Senador, tem uma imagem, mostrando que aquilo é um clube. As pessoas que frequentam, não as estou criminalizando, podem ser pessoas que cumprem a lei, que tomam todos os seus cuidados, mas eu quero falar da mensagem. Eu quero falar dos riscos. Eu quero falar do projeto de sociedade e dizer que é fundamental o compromisso de todas as pessoas que se importam com a vida dessas crianças e adolescentes em passar a mensagem de que a prioridade para a defesa das suas vidas é investir em educação, em esporte, em cultura e na proteção da sua vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, nós, enquanto sociedade civil, estaremos vigilantes, militantes e atuantes para chegar a esse desafio, um desafio que parece utópico, mas que, com a junção das nossas forças, eu tenho certeza de que nós lograremos êxito.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Gabriel Sampaio, advogado e Diretor de Litigância e Incidência da Conectas Direitos Humanos

Olha, todos falaram.

Meus cumprimentos aqui ao Cauê Martins, pesquisador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; à Marta Volpi, que falou pelo Ministério dos Direitos Humanos; ao Marivaldo de Castro Pereira, que falou pelo Ministério da Justiça; ao Douglas, que falou com a competência de sempre, como os outros painelistas, aqui representando a Uneafro, e nos deu esta notícia boa, além de todas as falas, dessa casa que teremos em Brasília; não é só uma casa ilustrativa, como alguém pode estar ouvindo, será uma casa de um grande debate da situação do movimento negro e, por exemplo, do assassinato de crianças e adolescentes. Esse é o objetivo. Eu tenho certeza de que será um sucesso – e já me comprometi de estar lá – pela pauta que ela vai levar de forma permanente.

O Gabriel fez essa fala brilhante – Gabriel, meus cumprimentos – e fez o encerramento dando exemplo da sua caminhada e do seu filho em direção à escola e um clube de tiro bem na frente e ter que explicar para o menino por que isso. E querem votar essa questão aqui no Senado. Tem algumas votações aqui que, de fato, me deixam muito, muito triste. Eu sou um defensor permanente da liberdade de expressão e da democracia, mas tem alguns temas que não são favoráveis à vida, alguns temas que atacam a vida das pessoas e não poderiam ter voto favorável, como infelizmente... A vida – alguém já disse, e eu repito – em primeiro lugar, a vida dos negros, dos brancos, dos indígenas, enfim, de toda a gente brasileira.

Gabriel, depois de cumprimentá-lo e também o Douglas, que estão aqui presentes – eu cumprimento todos que já estiveram aqui, neste dia histórico; para mim, foi um dia histórico –, eu vou agora para os encaminhamentos. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Começo por aqui mesmo.

Vamos realizar uma audiência pública aqui no Senado, na CDH, e, se possível, vamos ouvir as mães, pelo menos uma, representando as mães de cada estado que perderam filhos e filhas para a violência.

Realizar ação reparatória de investimento para manter jovens negros nas escolas. O princípio aqui, pelo que eu entendi, é escola de tempo integral, de preferência.

Realizar sessão temática no Plenário do Senado sobre o tema debatido hoje: assassinato de criança e adolescente.

Acompanhar o PDL 206, de 2024, que retira trechos do Decreto 11.615, de 2023, do Poder Executivo. Com a retirada dos trechos, vai ocorrer um retrocesso na política de controle às armas de fogo.

Acompanhar o PL 2.999, de 2022, de autoria do Deputado Federal Orlando Silva, do PCdoB, de São Paulo, que cria a Lei Mães de Maio, que estabelece um programa de enfrentamento aos impactos da violência institucional. O projeto está na Câmara dos Deputados.

Acompanhar o PL 239, de 2016, de autoria da CPI do Assassinato de Jovens, aquela que provou que, a cada dez jovens assassinados – não teria que ser assassinado nenhum –, nove são negros ou negras, que objetiva pôr fim aos autos de resistência. O projeto foi arquivado no final da legislatura, em 2022. Vamos pensar na possibilidade, se vocês concordarem, do desarquivamento; se não for mais possível, porque o tempo já passou, nós representaremos o projeto, fruto desta audiência pública de hoje.

Acompanhar a tramitação do PL 5.231, de 2020, sobre abordagem policial, que já foi aprovado no Senado, por unanimidade. Encontra-se na Câmara dos Deputados. O projeto foi aprovado numa Comissão, agora está para análise da CCJ.

Observar as recomendações apresentadas na pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Há essa referência, porque ele colocou dez pontos ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E não vamos esquecer – eu tinha escrito mais uma proposta... Está aqui, é essa aqui. Esse tema tem que estar no orçamento, com mais equilíbrio, inclusive nas emendas de Comissão, porque não tem sentido. Eu estou vendo sempre o debate, parece que tem um mistério. Eu vou falar aqui tranquilamente: por que certas Comissões têm 4 bilhões, 3 bilhões, 2 bilhões, 1 bilhão? E uma Comissão só, por exemplo... Porque eu passo, eu termino meu mandato no fim do ano, virá outro. Como essa aqui não tem sequer 1? A última foi, se não me engano, 700 mil ou 500 mil. É uma vergonha, comparando com as outras Comissões, uma Comissão que trata dos direitos humanos. Que haja mais equilíbrio entre a receita da possibilidade de investimento nas Comissões em políticas públicas. E qual a política mais nobre que a política de direitos humanos? Então, que haja também essa preocupação. Eu levarei com esse objetivo. Se a Comissão de Direitos Humanos tiver uma verba maior... Eu não quero nem igual, porque eu sei que vai ser impossível pelos caciques da vida; nada contra os caciques, mas os caciques da nossa vida aqui dentro da Casa... Eu não estou aqui falando de nenhuma Comissão. Só estou dizendo que eu não consigo entender até hoje por que umas Comissões têm um valor bilionário – bilhões – e outras não chegam nem perto de 1 bilhão – nem perto.

Então, ficam esses encaminhamentos. Se todos concordam, nós vamos tratar de encaminhar junto à Casa e aos espaços que nós poderemos influir, baseados no que foi decidido aqui, hoje.

Atendido o nosso objetivo, fica a frase que vocês disseram: uma sessão histórica, podem ter certeza, uma sessão que cuidou das nossas crianças e adolescentes. A violência contra elas – eu digo até meio encabulado – é um ato de terror, é um crime, é um crime de lesa-pátria, porque quando estão matando as nossas crianças e adolescentes estão atingindo a nossa pátria.

Encerrada a audiência de hoje. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Weverton, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Augusta Brito, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Romário, Eduardo Gomes, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Mecias de Jesus, Ciro Nogueira, Beto Faro, Marcos do Val e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli, Jussara Lima, Humberto Costa, Magno Malta, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 41/2024 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Os 45 Anos da Lei da Anistia". Participantes: Hamilton Pereira, Assessor Especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Ubiraci Dantas de Oliveira, Vice-Presidente Nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB; Ana Lucia Marchiori, Advogada e Pesquisadora - Diretora do Sindicato dos Advogados de São Paulo; Daniel Josef Lerner, Delegado de Polícia Federal, foi Gerente de Projeto da Comissão Nacional da Verdade e Coordenador-Geral da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; José Bezerra da Silva, Representante da Associação dos Cabos da FAB; Roberto Serra da Silva Maia, Vice-Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB; Jair Krischke, Presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre; Maria Victoria Benevides, Socióloga - Representante da Comissão Arns; Deputada Federal Daiana Santos, Presidenta da CDHMIR da Câmara dos Deputados; Adair Carlos da Cruz, Presidente da AMA-A ABC; Luciano Monteiro Campos, Petroleiro anistiado - Petrobras; e Maria Conceição dos Santos, Anistiada política de Volta Redonda. O Presidente faz os seguintes encaminhamentos: Receber a carta lida na audiência pela senhora Conceição Santos, anistiada política de Volta Redonda e membro do Conselho de Interlocutores e Interlocutoras dos Anistiados Políticos do Brasil. A carta apresenta e reivindica as questões dos anistiados e anistiadas. Após, encaminhar a carta à presidenta Eneá Stutz; receber a documentação do palestrante José Bezerra da Silva referente à denúncia contra atos da Comissão de Anistia, AGU, STF e Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, feito pela Associação dos Militares Anistiados da Bahia – ASSMAN/BA; A CDH

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aguarda do palestrante Luciano Campos a referida documentação; e reunir-se com o Ministro de Direitos Humanos Silvio Almeida em audiência pública. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/27

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 41ª Reunião, Extraordinária, Semipresencial da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 41, de 2024, de minha autoria e de outros Senadores, para debater o tema: os 45 anos da Lei da Anistia.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu informo a todos que o Plenário 6, aqui ao lado, está também destinado a nós para este debate. Então, para os que não tiverem lugar aqui e quiserem ficar mais bem colocados, há o Plenário 6, aqui ao lado, em que a TV está transmitindo ao vivo. Vocês podem assistir de lá. E, aos que quiserem, fiquem aqui no Plenário, o.k.?

Vamos imediatamente à nossa introdução do tema.

Como é de praxe, pessoal, eu sempre faço um pronunciamento na abertura sobre o tema principal dos debates que são realizados nesta Comissão. Nós temos realizado aqui praticamente duas a três audiências públicas por semana, porque nós entendemos que é fundamental ouvir o povo sobre a sua realidade – a sua realidade lá na ponta, não só a de quem está aqui em Brasília.

Agradeço à Segurança do Senado pelo apoio que nos deu, tanto para facilitar a entrada de vocês, como colaborando também para que a Sala 6 fosse também liberada para os senhores. Não é de praxe, mas eu sei que eles estão aqui olhando. Vamos dar uma salva de palmas para eles aí. (*Palmas.*)

Deu tudo certo.

Agradeço a todos, então.

Vamos lá.

Esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal tem por objetivo debater os 45 anos da Lei da Anistia.

Este encontro foi sugerido por entidades de classe, sindicatos, organizações da sociedade civil que compreendem a importância de refletirmos sobre os efeitos dessa lei ao longo de mais de quatro décadas.

Destaco aqui, por justiça, a figura do Bira. O Bira é teimoso. Depois que ele bota na cabeça, não tem como você não atender a audiência pública dele.

Bira, meus cumprimentos. Tem que ser teimoso mesmo. Se a gente não teimar, não leva, não é? Na verdade, é persistente. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lei da Anistia, promulgada em plena ditadura militar, em 1979, teve como objetivo principal conceder perdão aos perseguidos políticos durante o regime autoritário. Com sua aprovação, foram libertados mais de cem presos políticos e cerca de 2 mil exilados que puderam voltar para sua casa, para a sua pátria, para o Brasil.

Entre os beneficiados por essa lei estavam personalidades de grande relevância para a história e a cultura brasileira. Só vou citar alguns; claro que não poderia citar aqui mais de umas centenas.

Lembro aqui do sociólogo Herbert José de Souza, o Betinho, para quem eu peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Que, lá do alto, ele sinta a energia do povo brasileiro.

Cumprimento aqui o jornalista, até hoje atuando com muita competência, Fernando Gabeira. Palmas para o Fernando Gabeira. (*Palmas.*)

Cumprimento os intelectuais que escreveram bem além do seu tempo e, por isso, ficarão sempre na história. Vou ler o primeiro e vou ler o segundo, depois vou ler os outros. Vou falar de Darcy Ribeiro, que, quando falece, dá o espaço para o grande Abdias, o grande líder da comunidade negra. Há dois nomes na história que eu demarco no Brasil: Zumbi e Abdias. Palmas a Darcy Ribeiro! Palmas a Abdias! (*Palmas.*)

E agora, claro, aquele que é o nosso marco no campo da educação, que também foi um dos anistiados, Paulo Freire. Sr. Paulo Freire, Prof. Dr. Paulo Freire. (*Palmas.*)

E quero, com o mesmo carinho, que a gente cumprimente... Porque eu sou do Rio Grande do Sul; eu estava lá quando ele chegou, viu? Quero aqui cumprimentar... Está lá no alto também, mas sabe que a gente tem um grande carinho e respeito por ele. Quando eu fui Vice-Presidente do Senado, eu o recebi aqui, no Senado, com as honras que ele merecia de chefe de Estado. Cumprimento aqui também ele, um líder do Rio Grande, mas do Brasil, que foi Governador também do Rio de Janeiro, Governador Leonel Brizola. (*Palmas.*)

Com a mesma grandeza, conheci-o também, porque eu venho de outros tempos, não é? Eu sou lá... Vou parar por aqui, mas eu conheci todos eles pessoalmente. Miguel Arraes, Governador Miguel Arraes, um grande nome – um grande nome! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também um Vereador com que eu tive uma convivência direto, em Porto Alegre, o ex-Vereador Antônio Louzada, não é Paulo André? Grande Antônio Louzada! (*Palmas.*)

Mas vamos em frente!

Entretanto, a Lei da Anistia também provocou controvérsias ao conceder perdão a todos envolvidos em crimes políticos ou conexões, incluindo agentes de repressão que cometeram torturas, assassinatos, desaparecimento de presos políticos entre 1969 e 1979. Esse perdão indiscriminado fez com que muitos defensores dos direitos humanos e da anistia, especialistas, questionassem a necessidade de uma revisão dessa lei, argumentando que crimes contra a humanidade não poderiam nunca ser anistiados.

Hoje, ao lembrarmos os 45 anos da Lei da Anistia, é essencial refletirmos sobre o seu legado e seus impactos na sociedade. A anistia representou um passo fundamental para a redemocratização do Brasil, mas também trouxe consigo desafios não resolvidos, principalmente no que diz respeito à memória, à verdade e à justiça para as vítimas da repressão.

Quero registrar a importância dos movimentos dos direitos humanos pela anistia. Cito aqui direitos humanos, OAB, estudantes, trabalhadores, sindicalistas e também a importância das mulheres. Lembro que elas foram pioneiras.

Lembro aqui: em abril de 1975, oito mulheres, lideradas por Therezinha Zerbini, reuniram-se em São Paulo para redigir o manifesto do Movimento Feminino pela Anistia. Depois, o movimento se espalhou pelo país. (*Palmas.*)

Lá no Rio Grande do Sul, cito a socióloga Lícia Peres e a escritora Mila Cauduro. (*Palmas.*)

Cito também um incansável lutador pelos direitos humanos, do meu estado, que eu tive inclusive a satisfação de visitar, nos estados vizinhos, numa comissão especial de direitos humanos – eu fui como sindicalista –, para salvar brasileiros e outros que estavam no exterior presos ainda, por obra da ditadura da época, da repressão, num pacto feito com outros países. Viajei os estados vizinhos ao lado do meu amigo, que está até hoje vivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele foi a diversos países, mas eu fui com ele, representando o movimento sindical daquele período, aqui ao Uruguai e ao Paraguai.

Cumprimento, com o maior carinho, o líder até hoje dos direitos humanos Jair Krischke, conhecido de todos vocês. (*Palmas.*)

E não podemos nos esquecer do papel que a cultura teve na mobilização pela anistia, marcada por músicas que se tornaram símbolo dessa luta, como O Bêbado e a Equilibrista, do grande João Bosco e Aldir Blanc, que, na voz de Elis Regina, se tornou o hino informal do movimento, com versos que evocavam a dor e a esperança dos exilados e perseguidos.

Palmas para a cultura! Palmas para Elis Regina e todos os outros que aqui citei. (*Palmas.*)

Vamos aqui a um pequeno trecho:

> [...] que sonha
> Com a volta do irmão do Henfil
> Com tanta gente que partiu
> Num rabo de foguete
> Chora a nossa pátria, mãe gentil
> Choram Marias e [choram] Clarices
> No solo do Brasil.

Alguém quis cantar aí. Pode cantar e pode bater palma. (*Palmas.*)

Eu vi que alguém cantou aí...

Quem é que cantou aí?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então cante aí. Cante aí.

Pegue aí o microfone e cante. Cante ou declame. Não faz mal.

Eu, aqui, tento declamar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se ao canto.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lindo, lindo, lindo, lindo... (*Palmas.*)

(Continua o canto.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – *Show*, *show*, *show*, *show*... (*Palmas.*)

E também Tô Voltando, de Paulo César Pinheiro e Maurício Tapajós, cantada por Simone, que traduziu o sentimento do retorno e do reencontro.

O que é que diz? Eu vou aqui ler. Se você quiser cantar, cante, mas eu não canto, não. Se eu cantar, vocês dizem: "Ei, Paim pode ser um bom Senador, mas cantor, não". (*Risos.*)

Vamos lá, eu vou ler aqui.

Pode ir armando o coreto
E preparando aquele feijão preto
Eu tô voltando
[...]
Põe pra tocar na vitrola aquele som
[...]
Enche a casa de flor
Que eu tô voltando

Lindo, hein? Muito lindo.

Quem é que sabe essa? (*Palmas.*)

Quem é que sabe Tô Voltando?

Não lembro... (*Pausa.*)

Sabem, mas não estão lembrando. Vamos em frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com essas palavras, eu encerro esta pequena abertura. Convido todos a refletirem sobre a importância da Lei da Anistia para a história recente do Brasil e o papel que ela ainda desempenha no nosso processo de construção democrática.

Vida longa, eterna, à democracia! (*Palmas.*)

Vamos agora à primeira mesa.

Eu gosto de música, viu? Quem lembrar uma música da época, assim, que mexe com os nossos corações e as emoções, eu bato palma. Cantar, não canto; vocês vão dizer: "Pare aí, Paim".

Vamos lá, então.

Primeira mesa. Convido à primeira mesa Hamilton Pereira, Assessor Especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. (*Palmas.*)

O SR. HAMILTON PEREIRA (*Fora do microfone.*) – Vulgo Pedro Tierra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está aqui já, rapaz! Que bom lhe ver!

Diga aí, vulgo...

O SR. HAMILTON PEREIRA – Pedro Tierra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vulgo Pedro Tierra, da época. (*Palmas.*)

Valeu.

Convidamos o Ubiraci Dantas de Oliveira, Vice-Presidente Nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), que foi um dos que ajudou na articulação aqui, o Bira. (*Palmas.*)

Ana Lucia Marchiori, Advogada e Pesquisadora, Diretora do Sindicato dos Advogados do Estado de São Paulo. Seja bem-vinda, Ana Lucia; me encontrei com ela aqui no corredor. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daniel Josef Lerner, Delegado de Polícia Federal, foi Gerente de Projeto da Comissão Nacional da Verdade e Coordenador-Geral da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil. (*Palmas.*)

Está aqui já. Seja bem-vindo.

A Doutora eu já cumprimentei, porque nos encontramos no corredor, não é, Doutora?

Por fim, José Bezerra da Silva, representante da Associação dos Cabos da FAB. (*Palmas.*)

Está aí? (*Pausa.*)

O.k., mas vamos em frente.

Eu vou apenas agora registrar que teremos oradores por videoconferência. Eu vou intercalar um presente e um por videoconferência.

Por videoconferência, Roberto Serra da Silva Maia, Vice-Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Uma salva de palmas para ele, ele vai entrar por videoconferência. (*Palmas.*) Ele está assistindo já pela tela.

Jair Krischke – esse que eu falei aqui –, Presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre. (*Palmas.*)

Grande Jair Krischke, é uma satisfação ouvir você hoje aqui e vê-lo pela tela.

Maria Victoria Benevides, socióloga, representante da Comissão Arns – por videoconferência, confirmou também –, que lembra aqui a história desse período. (*Palmas.*)

Está previsto – não sei se ele vai conseguir entrar, mas tentará – o Senador da República Jaques Wagner, Líder do Governo no Senado Federal, que está fazendo um belíssimo trabalho.

Parabéns, meu Líder Jaques Wagner! (*Palmas.*)

Se puder, será muito, muito bem-vindo para todos nós aqui.

O Senador da República Angelo Coronel está também vendo se consegue entrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja bem-vindo, Angelo Coronel, Senador da Bahia! (*Palmas.*)

De imediato, passo a palavra a Hamilton Pereira, Assessor Especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Cada um terá dez minutos. Se todos ficarem dez minutos, vai dar para um bloco maior falar, o.k.? Daí eu vou abrir a palavra para alguém para cantar uma música. Quero ver se não é a senhora! (*Risos.*)

O SR. HAMILTON PEREIRA (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos.

Querido companheiro, Senador Paim, que preside esta sessão para que possamos – a sociedade brasileira possa – debater em torno do tema dos 45 anos de uma lei que, de alguma forma, marca a história do Brasil. É fundamental para nós lá, no Ministério dos Direitos Humanos, trabalhando ao lado do ex-Ministro e ex-Deputado Nilmário Miranda...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Grande Nilmário Miranda! (*Palmas.*)

Tive o prazer de ser Deputado com ele, viu?

O SR. HAMILTON PEREIRA – ... que é uma personalidade inseparável da agenda de direitos humanos no Brasil, no ministério liderado pelo Ministro Silvio Almeida. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele esteve aqui...

Permita-me, porque não tem como eu não me meter. (*Fora do microfone.*) Silvio Almeida, o Ministro Silvio Almeida, já esteve aqui; toda vez que eu o convidei ele veio. E posso dizer para vocês que ele arrasou! Silvio Almeida, você sabe da admiração que eu tenho por você, por isso eu peço uma grande salva de palmas. (*Palmas.*)

Um negro que mudou o curso da história em muitos, muitos lugares que ele passou!

O SR. HAMILTON PEREIRA – Eu queria iniciar fazendo um registro e um convite, que a meu juízo é da maior importância para este momento da história do Brasil. Na próxima sexta-feira, dia 30, será reinstalada a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

determinação do Presidente Lula e pelo empenho do Ministro Silvio Almeida e do ex-Ministro Nilmário Miranda. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Muito bem! (*Palmas.*)

Mas é, sobretudo, uma conquista da sociedade brasileira que a gente tenha alcançado essa vitória, porque, seguramente, é uma vitória histórica no rumo da reconstrução da democracia no país.

Dito isso, eu queria, num momento que me parece muito significativo, lembrar a todas e a todos aqui que aquilo que a Lei da Anistia trouxe para o país já foi aqui refletido pelo Senador Paim de maneira magistral – teve até música, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Graças ao plenário!

O SR. HAMILTON PEREIRA – Graças à sociedade brasileira, que ama música!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

O SR. HAMILTON PEREIRA – Pois bem, é importante, no entanto, que a gente não se afaste do exercício crítico necessário permanente para essa reconstrução, pela qual empenhamos todos nós as nossas vidas. Quem lhes fala aqui cumpriu uma longa pena de prisão entre 1972 e 1977, parte dela no DOI-Codi do II Exército, parte dela no Carandiru. Ou seja, essa luta não é uma luta ocasional, é uma luta de gerações.

Por isso, eu peço permissão para ler a redação do art. 1º da Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979, que diz:

> Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos [e sublinhe-se] ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

Por que eu estou fazendo essa referência? Porque esse artigo, que abre o texto da Lei da Anistia, a rigor, a primeira providência que ele traz é anistiar os algozes, é anistiar a escumalha de torturadores... (*Palmas.*)

... que sobreviveram à ditadura e seguiram, depois de muitos e muitos anos, depois da promulgação da Constituição de 1988, atuando nos subterrâneos da sociedade brasileira.

E, 45 anos depois, a nossa luta segue pela reconstrução da memória de todos aqueles que lutaram. É por isso que é fundamental que a gente entenda e apoie essa reinstalação da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, que será reinstalada na próxima sexta-feira pelo Governo do Presidente Lula. Sem memória, não há construção da democracia. (*Palmas.*)

Nós não podemos renunciar à memória das lutas do povo brasileiro, em defesa da democracia e contra as tiranias, porque o nosso povo tem uma paixão invencível pela liberdade. A liberdade é inseparável da democracia que desejamos construir para nós e para nossos filhos.

Muito obrigado, Paim.

Agradeço, em nome do Ministério dos Direitos Humanos, o convite para esta sessão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos, com muito carinho, ao Hamilton Pereira, Assessor Especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

Hamilton, parabéns pela sua fala. Você foi um guerreiro, um lutador. Sofreu na carne aqueles tempos. Eu tinha, naquela época, 14 anos e eu era metido a líder estudantil já, viu? Do Ginásio Noturno para Trabalhadores. E eu estava nas ruas. Não sofri o que você sofreu, mas eu sei o que foi o confisco da liberdade, da sua pátria, do seu país.

E vou dizer que ouvi, na fala dele, muita emoção. É muita emoção. Liberdade e democracia sempre em primeiro lugar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria cumprimentar a Senadora Damares Alves, que está aqui prestigiando esse evento.

E quero dizer – permita que eu diga agora, Hamilton –, que às vezes a gente fala também com emoção. Quando eu disse que o Silvio, quando veio aqui na Comissão, deu um espetáculo, eu quis dizer "um negro como eu", porque não são todos os negros que conseguem chegar a esses espaços de poder, não é? E, quando chegam, têm que mostrar mesmo toda a sua competência, e o Silvio tem mostrado. Parabéns!

Só de ter um assessor como você, já merece uma salva de palmas. Só por isso, se não fosse por nada. (*Palmas.*)

Então chamamos de imediato...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, pessoal, só um minutinho aí. Pessoal, quem preside aqui sou eu. Eu quero que todos aqui respeitem – respeitem! – a nossa democracia.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, pessoal... Pessoal, olhem, eu abri o espaço. Todos vocês vão fazer uso da palavra. Agora, ninguém aqui vai proibir nenhum Senador que quiser usar a palavra. Se o Congresso é a Casa da democracia...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fique bem à vontade, fique à vontade; mas, aqui, os Senadores que aqui vierem vão usar a palavra. Eu estou abrindo espaço, inclusive a vocês que estão no plenário, para que possam falar no seu momento. Então, vamos manter a tranquilidade. A audiência está bonita, está no mais alto nível. Nós vamos continuar nesse nível. Os convidados estarão aqui na mesa, e eu passarei a palavra para todos no momento adequado. Ninguém aqui será tolhido de falar, mas aguardem o seu momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria passar a palavra agora, com muito carinho, ao Ubiraci Dantas de Oliveira. O Ubiraci foi aquele que organizou este evento.

A palavra é sua, Ubiraci.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA (Para expor.) – Oi...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Silêncio, pessoal, para que o Ubiraci possa falar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele foi o grande articulador deste evento.

Ubiraci Dantas, com a palavra.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Companheiros e companheiras, bom dia a todos. Bom dia!

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Companheiros e companheiras, eu queria, em primeiro plano, agradecer a atenção do Senador Paulo Paim, que, de imediato, concordou com a gente fazer essa audiência pública pelos 45 anos da anistia. E não poderia ser diferente, porque esse companheiro está junto conosco em todas as lutas dos trabalhadores, dos negros, dos aposentados, absolutamente de todos aqueles que precisam de apoio de luta para que a gente possa vencer as agruras da vida e as dificuldades que nos impuseram em tantos anos de ditadura aqui no nosso país.

Eu queria primeiro fazer minha homenagem a todos aqueles que tombaram. Eu estou diante aqui de vários trabalhadores que ajudaram a derrubar a ditadura com as suas lutas e com a luta da sociedade. Então, eu quero, nas pessoas de todos vocês, fazer a homenagem ao companheiro Carlos Marighella, que é um grande lutador do povo brasileiro. (*Palmas.*)

Quero fazer a minha homenagem ao companheiro Capitão Carlos Lamarca, que é a outra liderança da nossa luta. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E faço isso porque eles lutaram do lado do povo, do lado do Brasil, e eu tenho a obrigação moral de registrar a luta desse grande brasileiro. Foram dias difíceis, foram dias de dor do povo brasileiro. Aqueles companheiros da Volkswagen, o Manoel Fiel Filho, o pessoal todo que foi assassinado... (*Palmas.*) ... por estar lutando pela democracia.

Felizmente, nós conseguimos vencer a ditadura. Foi uma luta dura, muitas vidas se perderam. Mas, Paim, só podia ser você para poder resgatar a luta desse povo, desses companheiros, queridos companheiros. Por causa deles, nós estamos aqui; por causa da luta deles, nós estamos aqui; deram o sangue, as suas vidas, para que a democracia pudesse existir no nosso Brasil.

Portanto, eu abro dizendo o seguinte: a democracia é um pilar básico do ser humano neste país e nós vamos mantê-la de qualquer maneira. Tentaram acabar com a democracia. O 8 de janeiro está aí presente e foram derrotados aqueles que queriam aniquilar com aqueles lutadores, acabar com o Brasil, tirar os direitos dos trabalhadores, demitir milhares e milhares daqueles militantes que estavam lutando dentro da fábrica por melhores salários, pela previdência social pública.

Então, a nossa luta tem que ser vigilante sempre, porque, passa um dia, passa um tempo, passa outro, a cabeça da cobra vem para tentar voltar ao nosso país. Eles ficam acoitados, ficam baratinados, nos seus esgotos, e, quando aparece uma oportunidade, eles querem de volta o regime de arbítrio. Eles não iam querer que a gente fizesse reunião como essa se eles estivessem no poder. Eles não iam querer que a gente lutasse por salário se eles estivessem no poder. É essa a questão que está em jogo. (*Palmas.*)

Portanto, eu respeito todo mundo aqui, mas eu sou obrigado a dizer a verdade: nós nos livramos do capeta em figura de gente quando o Lula ganhou a nossa eleição. Essa que foi a... (*Palmas.*)

Não, não, companheiros. Deixe-me falar, a palavra é minha agora. Ele me deu a palavra, então me deixe falar. Eu não vou atacar ninguém pessoalmente, ninguém. Eu vou seguir a orientação aqui, está certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é o seguinte... Agora eu vou falar que nós não queremos ditadura nunca mais. Agora, é necessário, é muito importante que a gente possa entregar para o povo o que nós prometemos. É muito importante... Como os caras estão na espreita, é muito importante a gente ter um emprego de qualidade, é muito importante a gente ter um país em crescimento econômico, porque a miséria e a fome são terreno fértil para aqueles que não querem a democracia. Aparecem como Deus, como salvador da pátria, para depois pisarem no pescoço do povo, para depois destruírem aqueles que lutam pela liberdade neste país.

Nós temos exemplo de lutadores que para mim foram muito importantes. Tiradentes foi um, deu a sua vida pela liberdade. Esse homem deu exemplo para todos nós nessa luta.

Então é o seguinte: é preciso entregar para o povo o que foi prometido, senhores e senhoras.

Olha só, nos últimos 12 meses, a banca internacional levou R$800 bilhões para quem não produz um prego. A Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada no Congresso, destinou 1,73 trilhão para a banca internacional. Enquanto isso, existe gente passando fome ainda, queiramos ou não. Não foi só no Governo anterior que o povo estava comendo osso. Piorou a situação naquele momento, é evidente – está certo? –, mas ainda não foi resolvida. Por quê? Porque o buraco foi muito grande. O estrago feito pelo Governo anterior para o povo brasileiro foi duro, foi difícil. Se tivessem ganhado esses caras, hoje eu não estaria aqui, muitos de vocês não estariam aqui, quiçá eu não estivesse preso ou morto. Essa é a realidade, entendeu? (*Palmas.*)

Essa é a realidade.

Então, meus queridos companheiros, é preciso ter uma política econômica que faça o povo crescer, que faça o povo se desenvolver, que dê emprego de qualidade, que dê uma previdência pública, que dê um salário digno para aqueles que construíram o Brasil no seu tempo.

Então, queridos companheiros, este momento é um momento chave. Nós não podemos permitir que a democracia seja ameaçada novamente. Para isso é necessário ter um país bom para o povo, para esse o povo trabalhador, guerreiro, lutador, para que a gente possa enterrar de vez o fascismo, enterrar de vez aqueles que não querem a felicidade do povo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, meus amigos, foram quase 800 mil pessoas que morreram pela pandemia. Oxente! E por que foi isso? Foi uma obra divina? Não! Foi a corrupção, foi a falta de vacina, porque se tivesse vacina, muitos dos que se foram estariam aqui junto conosco, aplaudindo aqui, discutindo, debatendo, está certo? Infelizmente eles não estão conosco. (*Palmas.*)

Usaram vacina como propina, meus companheiros. Então eu quero dizer para os meus companheiros que vocês que vieram de longe – São Paulo, Rio, Rio Grande do Sul, do Nordeste, que estão aqui num sacrifício lascado, que eu sei quanto custa uma passagem de avião para vir para cá, e sei quantas horas demora de ônibus para vir para cá também, porque eu já vim muitas vezes para cá nessa luta –, então eu saúdo a todos vocês e acho que – isso é o que eu queria dizer – foi uma vitória importante a anistia, porque permitiu que Arraes, Brizola, João Amazonas, vários queridos companheiros, pudessem estar de volta na luta do nosso povo.

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Oi?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Luís Carlos Prestes, exatamente, muito obrigado e de tantos outros. (*Palmas.*)

Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Eu o conheci.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Estou terminando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para lembrar que Luís Carlos Prestes, eu o conheci pessoalmente, quando ele ia ao Rio Grande do Sul, junto com o Pinheirinho, que era um militante histórico lá no nosso estado.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Beleza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bela lembrança do Luís Carlos Prestes.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Beleza. Então, eu acho que a gente deve trabalhar bem, ao mesmo tempo que queremos a reparação, mas queremos também, objetivamente, senhores e senhoras, meus queridos companheiros e companheiras, queremos uma vida digna para o nosso povo, porque isso vai facilitar o crescimento do Brasil, isso vai desenvolver o Brasil. Nós queremos ver esse povo feliz, cantando como essa querida companheira Liége, membro da direção do meu partido, do Partido Comunista do Brasil, acabou de falar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – ... cantar uma música bonita agora há pouco aqui, que eu também não tenho nada a ver com cantor, viu, companheiro? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Calcule eu.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Não estou nessa, não.

Então, eu encerro aqui agradecendo profundamente o Senador, pedindo a vocês: firme na luta. Eu estou com 72, acho que, se durar até 90, eu vou meter bala, não quero nem saber, está certo? (*Risos.*)

Vou jogar pesado aí para ajudar meu povo e o meu país, está certo? (*Palmas.*)

E eu conto com vocês, ouvi vários companheiros da época do ABC de São Paulo aqui, meus queridos que lutaram conosco, que bateram... caminhada para poder ter uma vida decente para o nosso país.

Esses homens e mulheres que estão aqui são os remanescentes daqueles que botaram o corpo na frente da ditadura para salvar a democracia deste país.

Parabéns a todos vocês, muito obrigado pela atenção e por ter vindo até aqui. Obrigado, companheiro Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma salva de palmas para esse cara aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Palmas é para o Bira aí.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ubiraci Dantas de Oliveira, conhecido como Bira, Vice-Presidente Nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

Meus parabéns, Bira, pela tua militância, tua história bonita, que orgulha a todos nós.

E aqui é importante, pessoal, que a gente, além das falas de protesto, com firmeza, cada um coloca o seu ponto de vista, porque assim é a democracia. Se nós não estivéssemos na democracia, nem todos poderiam aqui firmar o seu ponto de vista.

Mas, além do protesto, seria importante que, no final, a gente veja quais são os encaminhamentos. Vocês todos que vieram do Brasil não vieram aqui só para fazer um ato político. O ato político é fundamental, faz parte das nossas vidas, mas vamos ver qual é o encaminhamento que faremos a partir desse evento.

Com o maior orgulho, porque fui admirador e caminhei do seu lado por muitas vezes, eu quero chamar agora Jair Krischke, Presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, eu diria, do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Jair Krischke. (*Palmas.*)

Se me permitir, Jair: Lilian Celiberti e Universindo, foi essa viagem que eu fiz com você, eu era um jovem sindicalista e fui convidado a viajar com você e outras entidades, na perspectiva de libertá-los. Nunca esqueci isso.

Jair Krischke, com a palavra.

O SR. JAIR KRISCHKE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muitíssimo bom dia, Senador Paim, meu querido e velho amigo desde os tempos de sindicalista, grande dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas. Na sua pessoa, meu querido amigo, saúdo a todos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participam da mesa, esse auditório animado, já vi que está bem animado, inclusive com uma senhora que tem uma voz muitíssimo agradável.

Mas nos toca, meu querido amigo, falar sobre os 45 anos da anistia. É claro que foi importante, ela foi muito importante, não tenha dúvida, uma conquista do povo brasileiro. E esta conquista tem muito a ver com o trabalho de mulheres, mulheres já citadas: Therezinha Zerbini, Lícia Peres, Mila Cauduro, valentes mulheres que tomaram essa iniciativa e mobilizaram o povo brasileiro a chegarmos até a Lei de Anistia.

Eu lembro, meu querido amigo Senador Paim, que antes da promulgação da lei, dia 20 de julho de 1979, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos manifestou-se formalmente, junto à Comissão, chamando a atenção que o texto que estava às vésperas de ser aprovado tinha dois pesos e duas medidas: anistiava aqueles que lutaram por democracia, mas estendiam esta anistia àqueles repressores que cometeram crimes de lesa-humanidade.

O companheiro que nos antecedeu leu o art. 1º, mas eu quero chamar a atenção para o §2º desta lei. Já no *caput* do artigo, está lá muito claro que anistia os crimes políticos e conexos. Conexos a quê? A crimes políticos. Mas, pelo amor de Deus, isso em qualquer lugar do mundo é um entendimento já ultrapassado. Agentes públicos – agentes públicos –, quer sejam militares ou civis, por sua condição de agente público, não comete crime político nunca. Ele sempre cometerá crime comum. Ele tem a condição de agente público. E ali já começa a farsa dessa anistia com dois pesos e duas medidas.

O parágrafo segundo, eu até peço licença para ler, porque preciso ser exato: "Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal". Ah, mas, então, nem todos foram anistiados, não é? Isso é tão verdade que muitos companheiros nossos continuaram presos depois da promulgação da anistia – anistia de agosto de 1979. Em fevereiro de 1980, houve uma greve de fome de presos políticos que continuavam encarcerados porque haviam cometido crimes contra a pessoa – crimes de sangue, diziam. Pois é, são dois pesos e duas medidas. Os repressores que cometeram crimes contra a pessoa, que mataram, que torturaram e que desapareceram milagrosamente foram acolhidos pela anistia, um absurdo – um absurdo! E foi assim que aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas veja o que diz a Corte Interamericana ao examinar a questão da anistia brasileira. A Corte Interamericana é muito clara quando diz que essa anistia não pode alcançar esses torturadores. O que diz a Corte através de seus juízes?

> As disposições da Lei de Anistia brasileira que impedem a investigação e sanção de graves violações de direitos humanos são incompatíveis com a Convenção Americana, carecem de efeitos jurídicos e não podem seguir representando um obstáculo para a investigação dos fatos do presente caso, nem para a identificação e punição dos responsáveis, e tampouco podem ter igual ou semelhante impacto a respeito de outros casos de graves violações de direitos humanos consagrados na Convenção Americana ocorridos no Brasil.

Então, vejam: a jurisprudência internacional é clara. Essa Lei da Anistia não alcança aqueles que cometeram crimes de lesa-humanidade, mas, no Brasil, lamentavelmente, foi acolhida essa tese.

Eu gosto sempre de chamar a atenção, minhas caras amigas e meus caros amigos, para o fato de que esse detalhe da Lei da Anistia faz parte de um plano, de um plano maior. Eu costumo afirmar que, no Brasil, não houve transição, houve uma transação, um grande acordo que tinha como finalidade apenas a absoluta impunidade daqueles que cometeram esses bárbaros crimes. Esse era o princípio.

O primeiro movimento desse plano foi o fim do AI-5 – é uma sequência –; o segundo movimento é a Lei da Anistia, de autoanistia, é bem verdade, não é? Este foi o segundo momento do plano, e esse plano segue.

Vocês devem lembrar que neste país houve um movimento de massas, o maior movimento de massas da sua história, que foi Direta Já, a Emenda Dante de Oliveira. A ditadura reagiu, e reagiu fortemente. No dia da votação na Câmara dos Deputados, retirou de plenário 133 Srs. Deputados, para que a emenda fosse derrotada.

A seguir, num Colégio Eleitoral – num Colégio Eleitoral, modelito ditadura –, elegeu quem? Tancredo Neves. Mas a ditadura não tinha um candidato? Claro que tinha. O candidato da ditadura seria Paulo Salim Maluf, mas a ditadura entendeu que deveriam eleger Tancredo Neves,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

como parte do plano, como parte do projeto de impunidade. E foi o que aconteceu. E até hoje, minhas caras amigas, meus caros amigos – até hoje –, no Brasil, a gente vive esta situação de uma não democracia plena.

Eu também costumo dizer que os militares apenas desocuparam a praça. Mas, lá atrás, estão sempre influindo sobre as decisões importantes do nosso país. E isto é tão verdade que o dia 8 de janeiro do ano passado comprova plenamente que havia no país uma movimentação golpista – não é? – para impedir que o Governo Lula, legitimamente eleito, seguisse o seu trabalho.

E esses senhores militares, hoje todos os oficiais generais em comando, não têm absolutamente nada a ver, pessoalmente, com a ditadura. Eu costumo dizer: ou eles estavam ingressando na academia, ou estavam recém-saídos da academia. Mas mantêm o espírito de corpo absolutamente equivocado, porque o espírito de corpo, eu acho que é bom. Ele se destina a extinguir, a cortar, a podar aqueles lados podres que podem contaminar o corpo inteiro; mas no Brasil, não. No Brasil, esse equivocado espírito de corpo serve apenas para proteger aqueles que, usando a farda das Forças Armadas brasileiras, conspurcaram, denegriram esta farda. E, mesmo assim, os seus atuais colegas agem permanentemente para manter essa impunidade. Nós precisamos vencer essa barreira. A sociedade brasileira precisa vencer essa barreira.

Já quem me antecedeu falou, e otimamente, e claramente, de que devemos aplaudir a reinstalação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos. É claro! Mas veja: houve de novo uma movimentação forte da sociedade brasileira pela reinstalação, e a imprensa noticiou fartamente. E, de novo: negociações com os senhores militares. Mas é preciso, de uma vez por todas, entender que militares são sujeitos ao poder civil. Eles absolutamente devem recolher-se aos quartéis. E, às vezes, quando eu faço essa recomendação, eu também fico temendo, porque militares nos quartéis, geralmente, com tempo ocioso, muito ocioso, acabam pensando coisas que atentam contra a democracia.

Eu imagino que o meu tempo já deve estar terminando. Então, aproveito para encerrar as minhas palavras...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com a tolerância devida pela sua história, que é um orgulho para todos nós – com a tolerância devida! –, continue falando.

O SR. JAIR KRISCHKE (*Por videoconferência*.) – Sim, mas eu vou encerrando, Senador Paim, para de novo agradecer esta oportunidade e felicitá-lo pela iniciativa, porque é muito importante, Senador, nós falarmos sobre este tema.

Eu acho que, de repente, se pode ou aperfeiçoar a Lei da Anistia ou talvez interpretá-la corretamente, porque do que está escrito eu faço uma leitura diversa. E já acentuei: agente público não comete crime político, por sua condição. E, lá no §2º, de novo, repete-se que os crimes contra a vida, os crimes de sangue não estão anistiados. Então, vamos ler com atenção, todos nós vamos ler com atenção, porque o povo brasileiro merece.

Nós precisamos fortalecer a democracia. A democracia é aquele espaço único que possibilita, como agora estamos fazendo, conversarmos sobre temas sensíveis. Só a democracia permite isso. Então, é preciso, sim, num esforço permanente de manutenção da democracia, nos livrarmos dessa influência nefasta desses eternos golpistas, que já estão numa segunda ou numa terceira geração, mas que, nos seus entendimentos, continuam ainda querendo impor à nação a visão militar. Militares são sujeitos ao poder civil.

Que assim seja.

Muito obrigado, Senador Paim. Muito obrigado a todos que compõem esta mesa e a todas essas pessoas que estão aí no plenário. Muitíssimo obrigado.

Viva a democracia! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Viva!

Esse foi o grande Jair Krischke, Presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre. Sua fala diz tudo. Qualquer comentário fica bem aquém de tudo que ele falou. Foi uma satisfação revê-lo, Jair, e lembrar as viagens que fizemos pela liberdade e pela democracia em diversos momentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chamo agora para usar a palavra o Dr. Roberto Serra da Silva Maia, Vice-Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a nossa querida OAB.

O SR. ROBERTO SERRA DA SILVA MAIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e autor do requerimento para a realização desta audiência pública com o objetivo de comemorar os 45 anos da Lei da Anistia, em sua pessoa, eu estendo os cumprimentos a todos e todas presentes nesta reunião.

Começo esta rápida manifestação com a afirmação do saudoso Tom Jobim de que toda música é reflexo de uma época. Por isso, Sr. Presidente, me senti embalado pelas canções lembradas por V. Exa. na abertura deste evento, principalmente aquela canção considerada como o hino da anistia, de João Bosco e Aldir Blanc, interpretada pela magnífica voz de Elis Regina, a canção O Bêbado e a Equilibrista, que um dos trechos o senhor, Presidente, fez questão de destacar:

> Que sonha com a volta do irmão do Henfil
> Com tanta gente que partiu
> Num rabo de foguete
> Chora a nossa pátria, mãe gentil
> Choram Marias e Clarices
> No solo do Brasil

Na época da composição da música – e é bom que se recorde para aqueles que não viveram esse período –, ainda estava em vigor o Ato Institucional nº 5, o AI-5, norma que deu início aos anos mais duros do regime militar, que resultaram, inclusive, em inúmeras perseguições, exílios, prisões, torturas, mortes e desaparecimentos de opositores.

Ao pedir, por exemplo, pela volta do irmão do Henfil – e isso é uma referência ao sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, também aqui mencionado –, essa canção passou a mobilizar milhares de pessoas pelo fim da repressão. Aliás, era um desejo de toda a sociedade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que pessoas exiladas, como Betinho, retornassem ao Brasil. Além disso, ao falar da dor de "Marias e Clarices", a canção acabou fazendo referência às mães e viúvas de presos políticos, como Maria, esposa do metalúrgico Manoel Fiel Filho, e Clarice, esposa do jornalista Vladimir Herzog, ambos torturados e mortos pelo regime. Um verso do Hino Nacional também foi usado na canção para ironizar o sentimento de nacionalismo, denunciando que os cidadãos brasileiros são mortos e exilados por um Estado que deveria protegê-los.

Pois bem, Sr. Presidente, daí a importância da recordação que V. Exa. tão bem fez no início desta sessão.

Não se pode negar que essa Lei da Anistia, que completa 45 anos neste mês de agosto, pavimentou sim o caminho para a redemocratização do Brasil, redemocratização essa, aliás, em que a OAB teve papel fundamental. Nos últimos tempos, inclusive, esse papel foi acentuado. Para título de recordação, em 2008, por exemplo, o Conselho Federal da OAB ingressou no STF com a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153, a fim de que aquele colendo Tribunal desse à Lei 6.683, de 1979, que é a Lei de Anistia, uma interpretação conforme a Constituição, de modo a declarar, à luz dos seus preceitos fundamentais, que a anistia concedida pela citada lei aos crimes políticos ou conexos não se estendesse aos crimes comuns praticados pelos agentes da repressão contra opositores políticos durante o regime militar. Contudo, a posição do Supremo Tribunal Federal na referida ADPF, cujo julgamento ocorreu no ano de 2010, foi na linha daquela afirmação de Tom Jobim que mencionei no início da fala: de que toda música é reflexo de uma época. Ou seja, para a Corte Suprema, se a mudança do tempo e da sociedade impuserem a necessidade de revisão da Lei de Anistia, essa discussão deverá ser feita pelo Poder Legislativo, do qual não só V. Exa., mas todos aqueles que o acompanham fazem parte neste momento.

Por outro lado, Sr. Presidente, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, ao julgar o caso Gomes Lund e outros referentes à Guerrilha do Araguaia, reconheceu expressamente que as disposições da Lei da Anistia brasileira seriam incompatíveis com a Convenção Americana. Em outra decisão histórica, no caso Vladimir Herzog, a mesma Corte Interamericana determinou que o Estado brasileiro promovesse o julgamento e a punição dos responsáveis pela tortura e o assassinato desse jornalista, que ocorreu em 1975.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, Sr. Presidente, senhoras e senhores, ao tempo em que celebramos os 45 anos da Lei da Anistia como instrumento importante para a redemocratização do Brasil, devemos refletir se essa anistia foi ampla o suficiente para fazer desaparecerem as torturas, as mortes, enfim, as graves violações de direitos humanos ocorridos naquele período de regime militar. A OAB, portanto, está pronta, Sr. Presidente, para o debate.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Roberto, se me permitir, você está na tela ainda. Roberto Serra da Silva Maia, Vice-Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Eu me lembro de que, em plena ditadura, nós tínhamos já fundado a Central, a CUT, e eu fui encarregado de ir para o exterior, levando um dossiê do que acontecia no Brasil, junto com o Abdias, do Rio de Janeiro. Alguém lembra do Abdias lá do Rio de Janeiro? Ele é o tesoureiro da CUT, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, já faleceu também, não é? O Abdias e o João Paulo de Monlevade – éramos nós três. Dos três, os dois já faleceram. Então, eu peço uma salva de palmas para o Abdias e para o João Paulo de Monlevade. (*Palmas.*)

Nós íamos para o exterior, eu levava um dossiê que foi construído pelo movimento sindical, pelos advogados daquela época, e fui preso no aeroporto de São Paulo. E, não sei como, a notícia correu rápido: "O Paim foi preso em São Paulo quando ia para o exterior para denunciar o que acontecia aqui no Brasil". Era época da ditadura e da repressão. Eu estou lá, meio gurizão ainda, meio assustado, confesso. Eu estava naquela sala, eu nunca tinha sido preso – e fui preso. Quando eu vi, entram na sala dois jovens advogados da OAB, e disseram: "Não, está tudo em dia com ele. Está aqui, temos os documentos dele, tem passaporte. Ele vai, sim!". Aí fizeram um debate ali com o pessoal que estava me prendendo; não sei se tinham todo esse poder para me prender. Eles disseram o seguinte: "Tudo bem, ele vai, então, mas o dossiê fica".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os advogados falaram para mim: "E o dossiê, Paim?". Eu: "o dossiê está todo aqui". Aí fui embora e levei a mensagem da ditadura no Brasil. (*Palmas.*)

Então, meu agradecimento aqui. Essa salva de palmas é para a OAB; não é para a historinha que eu contei. A OAB sempre cumpriu um papel fundamental – não é? – na luta pela democracia.

Está conosco aqui, com enorme satisfação, ela, que veio lá da Câmara dos Deputados e sabia deste evento – se não era convidada, já é convidada sempre, por antecipação, para qualquer evento que nós temos aqui –, uma salva de palmas para a Deputada Daiana Santos, do PCdoB do Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

E ela é Presidente da CDH. Esta mesma Comissão que aqui eu presido, lá ela preside. E ela vai usar a palavra no momento em que ela entender que deve usar do tempo.

Passamos a palavra, neste momento, para Ana Lucia Marchiori, Advogada, Pesquisadora e Diretora do Sindicato dos Advogados de São Paulo. (*Palmas.*)

A SRA. ANA LUCIA MARCHIORI (Para expor.) – Obrigada, Senador Paim. Quero cumprimentá-lo e agradecer pela realização desta audiência, que é muito importante para nós.

Quero cumprimentar também aqui o Hamilton, cumprimentar o Daniel, o nosso caro Bira, a Deputada... que é, para nós, muito importante. Nós sempre realizamos essa atividade na Câmara, e estamos agora realizando, hoje, aqui no Senado. Então, a presença dela aqui é muito importante, porque é lá, na Câmara, que tem nos acolhido durante todos esses anos.

Quero cumprimentar também aqui o meu companheiro Bezerra e, ao cumprimentá-lo, faço uma menção à lembrança do Capitão Wilson, que era o nosso decano... (*Palmas.*)

... e cumprimento aqui, entre todos os presentes, em nome do Luciano Campos, que é hoje o nosso decano, e do Stanislau, o Stan, porque passou por duas perseguições na vida: foi um perseguido do nazismo e também passou pela perseguição da ditadura civil militar neste país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falo sobre os 45 anos da Lei da Anistia... Talvez aqui a maioria das pessoas tenham mais propriedade do que eu, porque estiveram presentes, foram partícipes dessa luta, mas eu tenho me dedicado, nos últimos anos, a pesquisar, a estudar. Fui uma das pessoas que elaborou a peça que deu, ao final, o acordo do TAC da Volkswagen, e é, para nós, de muito orgulho o reconhecimento da participação das empresas na perseguição dos trabalhadores.

Também participei da elaboração do pedido de investigação da Docas de Santos e da pesquisa realizada agora sobre o caso. Tem alguns companheiros aqui de Santos, metalúrgicos de Santos, o pessoal dos AVRs da Receita Federal. Inclusive, vi aí o Carlos Paes, que foi um exilado e teve que sair do país por um período, por uma tentativa de assassinato.

E por que começo dizendo isso? Porque o Senador lembrou a reinstalação da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos, e eu queria fazer também uma menção a uma outra comissão que foi muito importante, que foi a Comissão Nacional da Verdade. (*Palmas.*) A Comissão Nacional da Verdade possibilitou que a verdade, os fatos, a nossa história pudesse ser contada, pudesse trazer à tona todas as barbaridades que foram cometidas naquele período, e a Comissão da Verdade revelou algo que os nossos livros de história não contavam, que foi a luta da classe trabalhadora para a redemocratização deste país.

A Comissão da Verdade conseguiu, a partir da análise de documentos, verificar que a ditadura civil-militar no nosso país foi mais do que um propósito de poder, foi um plano político e econômico. Não foi só a transação que não foi cumprida. Esse plano tinha como base a superexploração dos trabalhadores, o não cumprimento de acordos e ações judiciais, o aumento da carga de trabalho e o aumento dos acidentes de trabalho, o aniquilamento das organizações dos trabalhadores e dos seus líderes, com perseguições, demissões, intervenções sindicais.

Em especial, quero fazer uma menção também já dita pelo Senador às mulheres, e como mulher me sinto independente de defender que todos têm direito numa democracia – nós defendemos isso – de se expressar, mas, para nós, é muito ruim, porque nós vimos, Senador, recentemente, no Governo, pessoas que gritaram aos berros a uma mulher que foi estuprada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por 40 homens, uma mulher que foi empalada, que ela era uma terrorista e que ela mereceu aqueles atos e aquelas barbáries. (*Palmas.*),

Então, para nós é muito ruim, Senador. Dói muito ouvir e ver uma pessoa – que trouxe toda essa miséria recentemente, que não atacou só a democracia, que atacou todas essas pessoas que estão aqui e que lutaram, muitos que não estão e que tombaram – dizer, na cara de uma mulher que foi estuprada por 40 homens e que foi empalada, que essa pessoa esteja aqui presente entre nós. (*Palmas.*)

É muito ruim – é muito ruim -, mas é bom que esteja para saber também que não nos venceram, que aqueles e aquelas que lutaram no passado continuam lutando hoje, que a classe trabalhadora não foi derrotada nessa ameaça que a nossa democracia sofreu recentemente, e que nós só vamos avançar... Como disse o Bira, nós elegemos o Presidente Lula, mas nós não derrotamos esse setor reacionário que quer aniquilar a nossa democracia, mas nós vamos continuar lutando. (*Palmas.*)

Nós não vamos desistir!

E temos como espelho essas mulheres e esses homens que estão aqui presentes, que viajaram hoje de vários locais, cidades e estados do país para estar aqui hoje nesta audiência pública. Porque, para nós, a Lei da Anistia deve ser comemorada. Ela é uma vitória da classe trabalhadora: após todo o período, que se iniciou a partir do final de 1977, com o avanço da luta da classe trabalhadora, foi que foi possível derrotar a ditadura. É isto que a Comissão Nacional da Verdade diz: que, embora tenha havido a luta dos estudantes, que foram gloriosos também nessa luta, foi a luta da classe trabalhadora, o avanço sindical brasileiro, que criou condições e oportunidade para que a gente tivesse a Lei da Anistia aprovada. E essas pessoas estão aqui.

E, para finalizar, o senhor colocou sobre... Nós temos que ter aqui alguns encaminhamentos. Nós temos uma carta que... A Conceição está lá representando o conselho de todas as associações dessas pessoas que estão aqui. A gente sempre escreve uma carta, que eu gostaria que ela lesse, e que ao final também, o nosso companheiro Luciano, nosso decano, pudesse falar em nome de todos os anistiandos e anistiados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E queria dizer que a nossa luta...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA LUCIA MARCHIORI – ... é muito importante, mas a luta também dos Deputados e Deputadas, dos Senadores e Senadoras, neste instante, também é importante para nós. Nós temos agora, neste momento... Não sabemos se os processos de anistia continuarão sendo apreciados, não temos a marcação de julgamento do próximo mês, por conta de verba. Então, é muito importante, e isso é um papel dos Deputados e Deputadas, dos Senadores e Senadoras.

Termino aqui agradecendo mais uma vez esta oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nossos cumprimentos à Ana Lucia Marchiori, Advogada e Pesquisadora, Diretora do Sindicato dos Advogados de São Paulo.

Digo que o Bira já tinha aqui informado que quem vai ler a carta, no momento adequado, vai ser a Sra. Conceição Santos, do Conselho... (*Palmas.*)

Isso, a senhora aqui na frente

... de anistia do Brasil. É isso, vai ler no momento adequado.

Passamos a palavra agora para alguém por videoconferência.

Maria Victoria Benevides, Socióloga, Representante da Comissão Arns, por videoconferência.

A SRA. MARIA VICTORIA BENEVIDES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Boa tarde.

A SRA. MARIA VICTORIA BENEVIDES (*Por videoconferência.*) – Aliás, bom dia. Bom dia a todas e todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúdo os companheiros e companheiras da mesa, na pessoa da figura do bravíssimo Senador Paulo Paim.

Tenho uma grande alegria de estar aqui para comemorar, no sentido de lembrar e reafirmar, que a luta pela anistia é uma luta de ontem, de hoje e de sempre. Continuamos em luta pela anistia que nós quisemos desde o início: ampla, geral e irrestrita.

Saúdo também, muito especialmente, o companheiro Jair Krischke, companheiro de todas as lutas em defesa dos direitos humanos de todos; e, especialmente também, o Conselheiro da OAB, lembrando o papel importantíssimo que a OAB federal e algumas das OABs estaduais tiveram no processo de abertura, com os Presidentes Miguel Seabra Fagundes e, especialmente, Raymundo Faoro. E hoje acompanho, aqui em São Paulo, especialmente o trabalho da OAB com a valorosa Presidente Patricia Vanzolini.

Quero lembrar – saudando o nosso Presidente desta audiência, o Senador Paulo Paim – que foi muito importante, durante as primeiras batalhas pela anistia, o papel do então MDB, com seus valorosíssimos Deputados e Senadores.

É bom lembrar que a campanha da anistia, de certa maneira, iniciou-se a partir de uma ampla, brava e muito atuante rede de solidariedade formada por familiares de exilados e de presos políticos, por religiosos, por advogados – já citei a OAB – e por ativistas de direitos humanos que já vinham se reunindo e atuando no sangrento período Médici. Esse embrião da anistia foi muito importante por chamar a atenção da sociedade, que estava de certa maneira amortecida com aquelas campanhas horrorosas de "Brasil: Ame-o ou Deixe-o" e com aquele absurdo de luta contra comunistas, o que era tudo inventado, não é?

Então, eu queria lembrar que, com a consolidação da Campanha pela Anistia, o primeiro programa mínimo de ação incluía o fim radical e absoluto das torturas – aliás, lamentamos profundamente, mas a prática da tortura continua hoje em todo o país –: a libertação de todos os presos políticos; o retorno dos caçados, aposentados, banidos, exilados e perseguidos políticos; o apoio à luta dos familiares e dos demais setores interessados na elucidação do paradeiro daqueles considerados desaparecidos – e aqui abro um parêntese para lembrar, insistindo na continuidade da luta pela anistia, que o desaparecimento de presos, de detidos é considerado um crime contínuo e, portanto, é necessária a contínua procura e responsabilização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos responsáveis –; a reconquista do *habeas corpus* – lembro bem desse tema, que foi algo extremamente importante na luta pela abertura, que seria lenta, gradual e segura –; o fim do tratamento arbitrário e desumano contra os presos políticos e, por extensão evidente, contra todos os demais presos; a revogação da Lei de Segurança Nacional e o fim da repressão e de normas punitivas contra atividade política – a luta pela abolição da Lei de Segurança Nacional foi, naturalmente, uma consequência de toda a luta pela anistia –; e o apoio às lutas gerais pelas liberdades democráticas dos setores populares, sindicais, dos movimentos, em todo o país, de trabalhadores contra a repressão. Entre os movimentos, eu lembro a Comissão Justiça e Paz, então sob a liderança do nosso saudoso D. Paulo Evaristo Arns.

Esse período prévio à Lei da Anistia, que hoje completa 45 anos, envolveu a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, já em sua reunião nacional de 1976; as lutas estudantis com a realização do 1º Congresso da UNE, depois daquele histórico congresso em Ibiúna, que levou à prisão de centenas de estudantes; a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia, em fevereiro de 1978, graças ao impulso mobilizador das mulheres; o movimento que apoiou muito essas lutas, o Movimento Negro Unificado; o I Congresso Nacional pela Anistia, em São Paulo, que contou, inclusive, com apoio explícito público da torcida corintiana; movimentos esporádicos, como, por exemplo, o Dia Nacional do Luto, que foi embalado não apenas pela canção O Bêbado e a Equilibrista – já aqui lembrada –, mas também pela canção de Milton Nascimento e Ronaldo Bastos "Quem cala sobre teu corpo consente na tua morte", isso já em maio de 1979, e, finalmente, o II Congresso Nacional da Anistia, que foi realizado em Salvador, já em 1979, já às vésperas da lei.

É importante lembrar que, mesmo naquela época, com a alegria que foi podermos receber de braços abertos os exilados que voltaram nas asas da anistia, já havia uma reação à limitação da Lei da Anistia, no sentido de que era esperada uma anistia ampla, geral e irrestrita que incluía os próprios inimigos da democracia, dos direitos humanos e da própria anistia para os presos políticos. E essa posição perdura até hoje.

Eu costumo lembrar, como lembra a psicanalista Maria Rita Kehl, que os torturadores, os assassinos da repressão não podem ser perdoados, inclusive porque eles jamais pediram perdão, jamais reconheceram os seus crimes, que são crimes contra a humanidade e que, portanto, permanecem em aberto. Por isso que eu insisto: a luta pela anistia permanece como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma luta que visa a identificar na tortura, nos assassinatos políticos, um crime imprescritível contra a humanidade.

Mas costumo lembrar a Maria Rita Kehl, psicanalista de São Paulo e que foi membro importante da Comissão da Verdade, em resposta àqueles que dizem que a anistia limpou e anistiou todos, referindo-se a dois lados: o lado dos assassinados e torturados e o lado dos assassinos e torturadores, o que é uma contradição em termos, o que evidentemente não pode ser levado a sério. Diz Maria Rita:

Nada foi perdoado... A recusa da memória e do desagravo – a negação do ressentimento – não é igual ao perdão. Não se pode dizer que a sociedade brasileira tenha perdoado os militares por seus abusos, seus crimes, por vinte anos de atraso no desenvolvimento da democracia. Nada foi perdoado porque nada foi levado às últimas consequências, nenhum ex-ditador foi julgado, ninguém precisou pedir perdão. Ao contrário do que fizeram os argentinos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA VICTORIA BENEVIDES (*Por videoconferência.*) – ... – devemos considerar as madres de *la Plaza de Mayo* ressentidas? –, a sociedade brasileira costuma "deixar barato" o resgate das grandes injustiças de sua história para não manchar sua reputação de "último povo feliz" do planeta. [Será?] Mas que preço caro pagamos por essa felicidade [que é só] para inglês ver!

Creio, portanto, que é extremamente importante comemorarmos com alegria essa data da promulgação da Lei da Anistia, em 1979, mas queria lembrar que, cerca de dez anos depois, o grande advogado defensor de direitos humanos Fábio Konder Comparato entrou com uma representação no Supremo Tribunal Federal para reconsideração dessa parte da Lei da Anistia que anistiava assassinos e torturadores. Dos 11 Ministros, apenas dois...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA VICTORIA BENEVIDES (*Por videoconferência.*) – ... o Ministro Lewandowski e o Ministro... Ai, meu Deus. É aquele de Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui o plenário fala em Ayres Britto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA VICTORIA BENEVIDES (*Por videoconferência.*) – Apenas dois votaram a favor da proposta Comparato, que foi apresentada em nome da OAB.

Os outros nove ministros votaram de acordo com o Relator no sentido de que a anistia abrangia também aqueles crimes por toda a legislação de direitos humanos no Brasil e no exterior são considerados imprescritíveis.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui é automático, tanto a campainha como 15 segundos, eu não aperto nenhum botão. Eu aperto para dar mais tempo.

A SRA. MARIA VICTORIA BENEVIDES (*Por videoconferência.*) – Eu queria lembrar também que hoje...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais um minuto.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA VICTORIA BENEVIDES (*Por videoconferência.*) – ... nós somos rescaldados...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ela não ouve a campainha lá.

A SRA. MARIA VICTORIA BENEVIDES (*Por videoconferência.*) – ... por um período tenebroso, que foi o Governo anterior do antigo inelegível, e que nós temos que saudar esse processo de governo democrático, que tem enfrentado muitas questões importantíssimas no campo dos direitos humanos.

Saúdo o nosso bravíssimo Ministro Silvio Almeida, mas com a certeza de que muito acertei...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora são 15 segundos mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA VICTORIA BENEVIDES (*Por videoconferência.*) – ... não apenas em relação à continuidade da luta pela responsabilização dos que são, do ponto de vista dos direitos humanos, condenáveis...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA VICTORIA BENEVIDES (*Por videoconferência.*) – ... pelos excessos da repressão, da ditadura, mas também pelas novas causas de direitos humanos que nós temos hoje, que eu poderia resumir como a luta dos povos indígenas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – D. Ana Lucia, eu vou lhe dar mais um minuto para a senhora concluir.

A SRA. MARIA VICTORIA BENEVIDES (*Por videoconferência.*) – ... a luta contra o absurdo do marco temporal, a luta do povo quilombola, a luta dos povos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se ela não me ouve, vocês têm que falar ali, porque tem outros oradores ainda.

A SRA. MARIA VICTORIA BENEVIDES (*Por videoconferência.*) – ... a luta dos povos em situação de rua, ou seja, nós estamos vivendo um período especial que temos que aproveitar ao máximo, já que estamos vivendo a democracia política...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, vamos deixar ela concluir. Ela falou um pouco a mais, ela falou o dobro que cada orador. A gente está controlando aqui, mas vamos deixar ela concluir.

A SRA. MARIA VICTORIA BENEVIDES (*Por videoconferência.*) – ... e temos que apontar Parlamentares que se envolvem com essas lutas.

Eu sou uma estudiosa do Congresso Nacional, desde pelo menos a redemocratização de 1945...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É que dentro do limite vai cair daqui um pouco, se ela não terminar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA VICTORIA BENEVIDES (*Por videoconferência.*) – ... no final do Estado novo e devo dizer que desconheço momento político tão difícil para a luta democrática no Congresso Nacional durante todo o período estudado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou lhe dar mais um minuto daí vai automaticamente cair. O.k.?

A SRA. MARIA VICTORIA BENEVIDES (*Por videoconferência.*) – ... até o golpe militar de 1964 e depois, felizmente, nos governos democráticos que se seguiram à herança desses quatro anos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ela não está nos ouvindo. Está fazendo uma bela palestra, mas ela não nos ouve.

A SRA. MARIA VICTORIA BENEVIDES (*Por videoconferência.*) – ... o ex-Presidente, que hoje é inelegível...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É questão de comunicação.

A SRA. MARIA VICTORIA BENEVIDES (*Por videoconferência.*) – ... tem um campo de destruição que nos obriga a um processo lento, mas certeiro de reconstrução democrática.

Nesse sentido, quero comemorar o trabalho de Parlamentares importantes como esses que compõem a mesa, com a Deputada presente à mesa e o nosso bravíssimo Senador Paulo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito, muito obrigado. Muito obrigado.

Passo a palavra agora para Daniel Josef Lerner, Delegado de Polícia Federal, que foi Gerente de Projeto da Comissão Nacional da Verdade e Coordenador-Geral da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

Por favor, Dr. Daniel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANIEL JOSEF LERNER (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Bom dia a todos e todas.

Para mim é uma honra estar aqui, uma honra muito grande, muito especial, pela admiração que eu tenho pelo seu trabalho, Senador Paulo Paim, pelas pessoas que estão participando aqui hoje desta audiência, tanto a mesa como o público.

Então, antes de mais nada, eu quero cumprimentar os meus companheiros de mesa, o Hamilton Pereira, que é um mestre para mim, um grande autor que deve ser lido por todos e todas; o Ubiraci, Vice-Presidente da CTB; a Ana Lucia Marchiori, Diretora do Sindicato dos Advogados de São Paulo; o José Bezerra da Silva, da Associação dos Cabos da FAB, que mostra o caráter democrático desse encontro e como as Forças Armadas têm nos seus quadros gente que luta sempre pela democracia. Então, quero cumprimentar também aqui a Deputada Diana Santos e dizer que é uma grande felicidade, Senador, que tanto a Presidência da Comissão do Senado como a da Câmara dos Deputados estejam com o senhor e com a senhora, porque são instâncias da mais alta relevância que, no período recente, infelizmente, tiveram denegridas a sua dignidade, a sua real envergadura.

Quero cumprimentar a todos e todas da plateia aqui, esse público tão grande e diversificado, na pessoa da Liége, que puxou essa música para nós, e também especialmente do Dimitri, da Isabela e da Ana Júlia, meus amigos e alunos de DP.

Bom, o Paulo Vannuchi, que foi meu chefe por muitos anos, Ministro dos Direitos Humanos, me ensinou que ficar por último, quando a gente está em um evento, é uma tarefa ruim e árdua, a gente fica em uma saia justa, porque somos antecedidos por pessoas que conhecem muito mais do tema do que a gente e vai ficando difícil trazer alguma coisa nova.

Eu quero dizer do orgulho muito profundo para mim que é participar de uma mesma atividade com o Jair Krischke, pela história dele nos direitos humanos, pela coragem do Jair Krischke em enfrentar a ditadura do Cone Sul, a violência da Operação Condor. Existe um documentário sobre o Jair Krischke que se chama O Homem que Salvou Duas Mil Vidas. Eu recomendo esse documentário e o menciono para dizer que não são palavras vãs que eu estou dizendo para adular ninguém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma, a Profa. Maria Victoria Benevides, de quem tive a grande honra de ser aluno na Escola de Governo, uma escola vinculada à Universidade de São Paulo, que encerrou as suas atividades durante o período da pandemia, e que ela conduziu com muita militância e com muito vigor com o Prof. Fábio Konder Comparato. Esses são dois dos maiores nomes da Universidade de São Paulo e da construção histórica dos direitos humanos no nosso país. Então, poder participar de uma atividade com a Profa. Maria Victoria é uma grande honra para mim. Queria cumprimentar a Profa. Maria Victoria, dizer que ela está muito bonita e que é um orgulho este momento para mim, Professora.

Eu acho que é muito importante também dizer que esse tema entrou na minha vida pela história da minha mulher, a Maria Victoria Hernandez Lerner, porque ela pôde vir para o Brasil, depois do exílio em que ela estava, com a promulgação da Lei da Anistia, essa lei falha e incompleta de 1979, cujo primeiro artigo foi lido para nós pelo Hamilton, o Pedro Tierra, agora há pouco. Então, é dessa forma sentipensante, como diz o Eduardo Galeano, quer dizer, com o coração mesmo e também com o estudo, que eu quero me dirigir aos senhores e às senhoras hoje.

A nossa construção racional, teórica e doutrinária sobre o direito internacional dos direitos humanos e sobre as comissões da verdade se insere nesse campo da dor das pessoas, um nível de dor que é pouco compreendido e conhecido. Essa é a minha trajetória pessoal com essa história.

Quando eu comecei a trabalhar com o Ministro Paulo Vannuchi, com direitos humanos, na Secretaria Especial dos Direitos Humanos, eu não entendia o porquê da militância de vidas inteiras de tantas pessoas tão valorosas nessas fileiras, nesses *fronts*. E à medida que a gente vai aprendendo do que se trata um desaparecimento humano, por exemplo, ou do que se trata uma sequela de tortura, a gente compreende por que não é possível uma reconciliação forjada, forçada. Por que não é possível virar uma página de um livro que não foi lido ainda? Então, o emaranhado jurídico-burocrático desse tema é intrincado. É difícil ter uma percepção completa do que é esse quadro normativo no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje, a gente falou bastante da Lei da Anistia, de 1979, mas existe todo um marco normativo da justiça de transição no Brasil que passa também pela Lei 10.559, de 2001, que é o principal...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DANIEL JOSEF LERNER – De 2002 – perdão, 2002, obrigado –, que é o principal documento que trata da moldura legal da anistia no Brasil.

Então, hoje, a gente vive um momento de reafirmar a importância de se continuar anistiando as pessoas que foram perseguidas pela ditadura militar no Brasil.

E aí, é importante, do ponto de vista teórico, compreender... o principal é isto, compreender que não se trata de um fla-flu político, de ser do lado A ou do lado B. As pessoas têm os seus lados e têm as suas posições políticas. Agora, é preciso entender que direitos humanos é uma matéria que tem um arcabouço técnico. Você não pode misturar direitos humanos e religião de maneira inconsequente.

Então, para se chegar à construção da igualdade jurídica, de que todos são iguais, todos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, esse é o Artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos do homem, de 1948. Naquela época, em 1948, Bira, não existia isso de chamar "eles e elas". Não havia ainda todo esse avanço na questão de gênero. Então, a declaração é dos direitos do homem, se chama assim ainda.

Mas como que essa declaração surgiu? Ela surge no contexto pós-Segunda Guerra Mundial; ou seja, toda a construção da ONU e dos outros órgãos, braços da ONU, nasce de uma percepção muito clara das atrocidades e do nível de barbárie a que chegou o mundo depois da Segunda Guerra Mundial. Então, a gente está falando de uma construção de quase 80 anos. A gente não pode querer reduzir o quanto de esforço, o quanto de construção racional, humana e política, Senador Paim, foi necessária com sangue, suor e lágrimas, inclusive com muitos e muitas das aqui hoje presentes, para que a gente chegasse a isso, para que a gente chegasse à compreensão clara, técnica...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANIEL JOSEF LERNER – ... de que um processo de transição só pode ser conduzido de maneira democrática. Ele não pode ser ditado pelo tirano. Ele não pode ser imposto pelo tirano.

Então, nessa data especial, eu quero reafirmar a importância de que a gente conheça o trabalho da Comissão Nacional da Verdade, que a Comissão Nacional da Verdade demonstrou que não foram excessos pontuais da ditadura, que foi uma política de Estado – a ditadura militar no Brasil usou a tortura como política de Estado – e que existe a recomendação por atividades de seguimento que continuem, que sigam, entre elas, um órgão de seguimento propriamente dito, que possa pegar esses trabalhos e levar adiante, porque as pessoas, as famílias que têm entes desaparecidos até hoje têm o direito a que o Estado continue nesses processos de investigação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL JOSEF LERNER – Como foi mencionado aqui antes, são crimes permanentes, são crimes continuados. Então, é imperioso que as Forças Armadas no Brasil reconheçam que foi uma aberração, foi um período de exceção que não pode se repetir. Isso é um gesto que a Comissão Nacional da Verdade pediu formalmente, recomendou que fosse feito e que eu acho que é um grande primeiro passo.

Como o grande Jair Krischke falou, as Forças Armadas são muito mais do que essa banda podre que deformou com essa atuação que resultou no desaparecimento, na prisão arbitrária, na tortura... Então, a gente precisa dar esse passo adiante.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Daniel Josef Lerner, Delegado de Polícia, Gerente de Projeto da Comissão Nacional da Verdade e Coordenador-Geral da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Achei importante você ter dado um exemplo de vida da sua própria esposa. Apesar dos defeitos da lei, foi o momento em que ela pôde retornar.

O SR. DANIEL JOSEF LERNER (*Fora do microfone.*) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como é o nome dela?

O SR. DANIEL JOSEF LERNER (*Fora do microfone*.) – Maria Victoria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Maria Victoria. Ó, Victoria! Parabéns à tua esposa, Maria Victoria! (*Palmas.*)

Eu passo a palavra, como último convidado – depois teremos três que falarão pelo plenário mediante o acordo a que chegou esta mesa –, agora a José Bezerra da Silva, representante da Associação de Cabos da FAB. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ BEZERRA DA SILVA (Para expor.) – Boa tarde, Senador Paulo Paim.

Aqui aproveito para cumprimentar todos os componentes da mesa e agradecer pelas brilhantes apresentações.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim. E, se o senhor permitir, eu vou fazer uma referência ao senhor. Quando a gente tem algum assunto para tratar com V. Exa., eu me lembro da mesma parcimônia, do mesmo equilíbrio, do mesmo profissionalismo que tinha um Deputado aqui que, salvo engano, tinha 44 anos de mandato e que se chamava Arnaldo Faria de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Grande Arnaldo! (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ BEZERRA DA SILVA – Grande Arnaldo! Que Deus o tenha.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, aproveito para cumprimentar todos os ilustres participantes da mesa e todas as mulheres aqui presentes. Parabéns para vocês! Por favor, compareçam sempre, porque vocês fortalecem a nossa luta. (*Palmas.*)

E também parabéns a todos os cidadãos, como o nosso decano Luciano, que não hesita em estar presente. Lamentamos, sim, a morte do nosso Capitão Wilson, mas você, por favor, fique conosco. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero falar da anistia invertida no Brasil. No Brasil, não ocorreu uma anistia. Os nobres colegas aqui da mesa disseram várias vezes que, há 45 anos, nós lutamos por uma anistia clara, precisa, ampla, geral, irrestrita, mas o General Leônidas Pires Vasconcelos interferiu nesta Casa o tempo todo e infiltrou os chamados crimes conexos. Estupro não é crime conexo com política, assassinato e sequestro não são crimes conexos. Aquilo foi um jabuti que o General Leônidas empurrou goela abaixo dos Deputados. E nós deveríamos não ter aceitado transação com bandido, com assassino, com criminoso. Com bandido não se negocia! Com assassino não se negocia! Nós negociamos e até hoje estamos, há 45 anos, sem conseguir um governo que possa modificar aquela lei. E o Congresso está cada vez mais lotado de fascistas que a aplaudem, que gostam dela e que a querem de volta.

Então, nós precisamos, sim, de uma lei de anistia que verdadeiramente traga anistia, porque, naquela ocasião, eles disseram que era lei de anistia, e eles anistiaram os militares torturadores, perseguidores, golpistas. E os legalistas, os perseguidos, os torturados ficaram alijados, ficaram num limbo de anistia política para tentar provar a sua anistia política. Você tinha que provar a sua! Você tinha que provar a sua!

A ditadura foi feita com o dinheiro do Erário. Só que a anistia tem que ser feita com o seu dinheiro privado. E muitos não têm condição de vir aqui. Então, um escritório, em Brasília, para anistiar todos os cidadãos do Brasil é inoperante. Por quê? Porque eles não têm condição de vir a Brasília, todo mundo. É R$4 mil uma passagem para vir a Brasília atualmente.

Essa lei foi criada e ficou defeituosa. Quem está anistiado político é o Brilhante Ustra, é o General Heleno, é o Fleury, todos os torturadores, o Coronel Magalhães e todos os generais. O Tenente Lobo, da Base Aérea do Galeão, o Tenente Mattos, todos estão anistiados.

Surgiu a Lei de Anistia e eles ficaram nos quartéis recebendo seu dinheiro normal e perdoados. E você que foi para a rua? Porque a cassação surgiu dentro dos quartéis no primeiro dia do golpe. Foi cassado o Rui Moreira Lima; foi cassado, assassinado, dentro da Base Aérea de Santa Cruz, o Coronel Alfeu; foi cassado o Capitão Sérgio Macaco; foi cassado o Capitão Lamarca. E o pior é que todos eles, quando houve algumas anistias, não foram anistiados e ingressaram no quadro das Forças Armadas. Eles ficaram numa relação em apartado para poderem as Forças Armadas capitaneá-los. Eles não são militares da ativa, são militares

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anistiados políticos. E, aí, as Forças Armadas imputam a eles o regime do anistiado político quando deveria imputar a eles o Estatuto dos Militares, porque a Lei 10.559 diz que você que é anistiado retorna à caserna com todos os direitos como se não estivesse. É comum, no Rio de Janeiro, os militares dizerem: "Aqui não tem democracia, não, senhor advogado, senhor fulano, aqui é a ditadura mesmo. E você, coronel, capitão, major, não traga sua mulher para fazer tratamento aqui porque o senhor é anistiado da Lei 10.559, portanto, não tem direito a pensão militar e tratamento de saúde para sua mulher". Isso aconteceu até com um brigadeiro no Rio de Janeiro. Um brigadeiro foi expulsar a mulher de outro brigadeiro, que estava internada com o fêmur quebrado. Imaginem a idade dessa mulher! Então, esse preconceito, esse ranço, essa maldade da ditadura prevalecem até aos dias atuais.

E eu quero dizer para vocês que acabou a anistia dos cabos da FAB, de todos.

Senador Paulo Paim, a AGU interferiu na Comissão de Anistia; a PGR interferiu em pareceres da Comissão de Anistia. A PGR botou pareceres dentro da Comissão de Anistia. A Comissão de Anistia, que é autônoma e independente, foi acatando, foi acatando, foi acatando pareceres desde 2003. Vários pareceres juntos, eles jogaram em cima dos magistrados. A AGU jogou em cima dos magistrados. Todos os tribunais do Brasil passaram a obedecer à AGU, como se a AGU fosse a legisladora, fosse o poder desta Casa. Houve uma interferência de poder. Eu estou agora passando às suas mãos para poder o senhor tomar conhecimento dos fatos.

O Ministro Roberto... Esta aqui é uma cópia... Se puder me conceder, exarar uma brilhante assinatura sua, eu fico contente.

O Ministro José Dias Toffoli simplesmente legislou acima do poder dele, foi lá e alterou o art. 54 da lei da decadência, e disse que o Estado tem poder para legislar todo o tempo que quisesse. E, com isso, ele revogou a Lei do Processo Administrativo. O STJ, por sua vez, obedecendo a pareceres da AGU, disse que as anistias de cabos da FAB não tinham validade. Ora, esses militares estavam em casa após serem expulsos. O Governo criou a Lei da Anistia e os anistiou. Agora, eles estão há 22 anos nos hospitais, doentes, passando fome. Não, estavam no hospital. Tinha um que tinha feito dez operações de câncer – faltavam três. O brigadeiro o botou para fora do hospital. Tem mais de um. E agora eles estão passando fome, e o Ministro Toffoli disse que o dinheiro que tivesse sido recebido anteriormente não seria cobrado. Agora, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aeronáutica está cobrando judicialmente desse pessoal, e quem não paga está indo para processo, processo em que a Justiça Federal está apreendendo o carro das famílias, está tomando a casa das famílias, tem casos, exemplos, vários, não é um só.

E a Ministra Damares, que deve estar presente, parabéns à senhora!

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ BEZERRA DA SILVA – Ela botou, para intimidar os cabos da FAB, uma viatura da Aeronáutica, um suboficial à paisana e uma viatura secreta atrás, para ir na casa de cada oficial, na casa de suboficial, comunicar que a anistia estava suspensa.

Além disso, eu quero dizer a V. Exa.: o caso dos cabos da FAB é perseguição política, sim, porque na intentona comunista um cabo deu um tiro no escroto, na região escrotal do Tenente-Brigadeiro Eduardo Gomes, que não era Brigadeiro ainda. Depois, ele perdeu a virilidade, a capacidade sexual reprodutiva; nunca casou, nunca teve namorada. Quando ele estava oficial superior, reuniu a tropa inteira da base da Força Aérea, e disse: "A partir de hoje, nenhum de vocês pode casar, nenhum pode ter filho nos quartéis da Aeronáutica, nenhum de vocês pode ter filho nem casar, e as suas mulheres serão colocadas para fora".

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ BEZERRA DA SILVA – Eu não vou prosseguir com o resto, para não tomar o tempo de V. Exa.

Muitíssimo obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi José Bezerra da Silva, representante da Associação de Cabos da FAB.

O documento que ele me passou eu já passei para a Secretaria-Geral da Mesa, que vai entrar nos encaminhamentos, conversando, naturalmente, com V. Exa.

O SR. JOSÉ BEZERRA DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Neste momento, é com enorme satisfação que eu passo a palavra à Deputada Daiana Santos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PCdoB, Rio Grande do Sul, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. (*Palmas.*)

A SRA. DAIANA SANTOS (Bloco/PCdoB - RS. Para expor.) – Meu querido conterrâneo, meu caro Senador Paim, em sua pessoa eu quero fazer uma saudação muito especial a essa mesa aqui composta e também agradecer esse acolhimento num espaço tão importante.

De forma muito breve, sem, obviamente – não é, Liége? –, fazer uma saudação muito especial a ti, em nome de todas as mulheres do meu partido, mas também de todas as bravas mulheres que resistiram a esse período de forma tão aguerrida. Tenho muito orgulho de seguir nas mesmas fileiras por onde tu, de forma muito firme e com muita coragem, nos inspiras, até hoje, a dar continuidade a esse belíssimo trabalho. Eu acho que a gente tem que ressaltar. (*Palmas.*)

Isso é fundamental quando a gente trata da memória, não é, meu caro Senador Paim?

Então, de forma muito breve... Eu até quero dizer para vocês que tinha aqui um grande discurso, mas, em definitivo mesmo, venho aqui representando a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara Federal e quero dizer que o mais importante nesses espaços, Senador, é que a gente possa ouvir, que a gente possa fazer desta maneira, como aqui está muito bem conduzido por V. Exa., e depois encaminhar, para que a gente mantenha sempre firme essa memória. É disso que nós precisamos tratar em períodos como esse, em que nós retomamos um trabalho sob a luz dessa recondução de um país que agora, novamente, tem aí uma condução democrática, e é isso que, para nós, conta em definitivo para que possamos avançar.

Hoje a gente está aqui, então, reunidos para tratar desse marco, que é um marco em nossa história recente e que representou um passo crucial na transição de um Brasil num regime autoritário para a democracia. No entanto, é também um momento de reflexão sobre as cicatrizes que ainda marcam a nossa sociedade, especialmente aquelas deixadas pela repressão brutal contra aqueles que ousaram resistir.

Ao estar aqui, neste marco dos 45 anos da anistia, devemos reconhecer a sua importância na história do Brasil. A promulgação do dia 28 de agosto de 1979 representou um momento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crucial na redemocratização do país, permitindo o retorno de milhares de exilados e a libertação de presos políticos que lutavam bravamente pela liberdade e pela justiça. Hoje lembramos e homenageamos aqueles que, com coragem e resiliência, lutaram contra um regime opressor em busca de liberdade, justiça e democracia. É importante lembrar que a vitória não é concedida de forma espontânea e que essa foi uma conquista pela luta incansável de homens e mulheres que resistiram à tirania, enfrentando perseguições, torturas e até mesmo a morte. São essas as vozes que, muitas vezes silenciadas, até hoje ainda ecoam e nos inspiram a continuar a lutar por um Brasil mais justo e igualitário.

É impossível falar da Lei da Anistia sem mencionar o papel fundamental do partido de que me orgulho muito de fazer parte, o Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, que desempenhou, nesse período da luta contra a ditadura militar, de forma muito aguerrida e se posicionou firmemente contra o autoritarismo, a repressão, se organizando na clandestinidade e resistindo a todas as formas possíveis de ataque. E, neste mesmo momento, quero ressaltar também que foi o partido um dos principais protagonistas na luta pela emancipação do povo, da classe trabalhadora, com toda a responsabilidade que nos cabia.

Um bom exemplo dessa resistência é a Guerrilha do Araguaia, que se tornou um símbolo de resistência contra a ditadura, na luta pela democracia, um símbolo que, em definitivo, enfrentou e se destacou nesse enfrentamento, numa posição firme contra esse terrível regime militar; e é com muito orgulho que falo isso olhando para a Liège e quero ressaltar isso.

Nós devemos continuar! É nosso dever continuar exigindo que todos os crimes cometidos sejam apurados, e os responsáveis sejam responsabilizados, pois não há... (*Palmas.*) Não há verdadeira democracia sem a justiça, e isso é importante ficar ressaltado neste espaço.

Da memória ninguém apaga, e continuaremos na luta para construir um Brasil onde o autoritarismo e a violência do Estado nunca mais encontrem espaço; um Brasil onde a liberdade, a igualdade e a solidariedade sejam os pilares da nossa sociedade.

Então, meus camaradas, meus companheiros, viva a democracia! Viva o povo brasileiro! E seguimos na luta por memória, verdade e justiça. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns!

Essa foi a Deputada Daiana Santos, do PCdoB, do Rio Grande do Sul.

Neste momento, nós vamos – como foi combinado – ter três falas do plenário.

Primeiro, o Adair, Presidente da AMA-A. (*Palmas.*)

Sente-se ali.

Tem um microfone, não? (*Pausa.*)

Pronto, já se entenderam aí. Perfeito.

O SR. ADAIR CARLOS DA CRUZ (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

Quero aqui agradecer ao Senador Paim.

Lembro-me de você na época em que você era dirigente sindical dos metalúrgicos do Rio Grande do Sul, eu pelo ABC.

Sou Presidente da AMA-A, Associação dos Metalúrgicos Anistiados e Anistiandos do ABC Paulista. Estou aqui também em nome da Plenária Paulista. A gente tem uma organização na qual a gente se fala e trata das nossas questões no dia a dia.

Hoje é um momento de memória, reparação, verdade e justiça. Ditadura, nunca mais – 60 anos do golpe e 45 anos da anistia. A nossa associação também vai fazer 25 anos, a Associação dos Metalúrgicos Anistiados do ABC.

Nós, depois do golpe de Estado em cima da nossa Presidente Dilma, passamos por momentos muito difíceis – muito difíceis. O desgoverno que teve nos quatro anos anteriores e no Governo Temer viraram as costas para todos os anistiandos do país. Nós começamos a respirar um pouco ano passado, na nova gestão do Governo Lula, mas clamamos pela necessidade de verba, porque temos muitos companheiros nossos que foram perseguidos que clamam por direito. A gente não pede que seja dada a anistia para todos, mas que sejam julgados; e eles têm o direito de saber se têm ou não o direito, para que eles possam tocar a vida deles. A gente tem muitos companheiros nessa situação. E tem muitos anistiandos aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje, que vieram para esta atividade, esta audiência pública, um pouco para manifestar também o seu desejo de justiça e reparação.

E nós, hoje, estamos aqui também para nos solidarizar com a atividade que vai ter, agora no final da semana, com os mortos e desaparecidos. Porque quem tem um ente querido desaparecido não tem sossego, não tem paz. Então, somos solidários com esse momento de dor e de sofrimento dessas famílias. Porque nós que somos trabalhadores, que, na época da ditadura, enfrentamos, nas portas de fábrica, a polícia, o Exército – muitos companheiros nossos hoje têm trauma ainda daqueles momentos que viveram e de tortura também que eles sofreram –, a gente sabe o quanto é duro e o quanto é difícil. Eu já peguei um pouco essa fase melhor, já estava na Lei da Anistia. Mas e quem não estava?

Então, justiça para todos nós! E vamos lutar e brigar por esse direito.

E vamos brigar também, Senador, pelas nossas verbas, para que esses companheiros possam seguir a sua vida. A maioria, olha, tudo com cabelo branco, a vida já... Entendeu? (*Risos.*) Então, precisamos que eles tenham uma paz.

Muito obrigado a todos e a todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Adair, Presidente da AMA-A.

Adair, na tua pessoa da época, eu cumprimento o movimento sindical. Tivemos uma greve geral, lembra?

O SR. ADAIR CARLOS DA CRUZ (*Fora do microfone.*) – Sim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu coordenei no Rio Grande do Sul a greve geral.

O SR. ADAIR CARLOS DA CRUZ (*Fora do microfone.*) – Sou muito amigo do Jairo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Jairo, grande Jairo! Jairo está bem lá ainda.

O SR. ADAIR CARLOS DA CRUZ (*Fora do microfone.*) – Está bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem, está bem, está bem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É aquilo que eu sempre digo: sem pressão, não leva a nada. Eu não... Estou concordando com a fala de vocês. Tem que pressionar para levar, senão, não leva.

Eu me lembro da greve dos Correios em que eu ajudei e conseguimos um adicional de periculosidade. (*Palmas.*) Foi graças ao Lula também, porque eu estava com o Lula num comício lá no Rio Grande do Sul. A pedido dos Correios, eu fui conversar com o Lula no palanque, e o Lula disse: "Fala com o ministro lá que eu mandei, que eu pedi e que é para fazer o acordo". E o ministro foi falar comigo, no meu gabinete ainda. Áudio do Lula, não é? Fiquei poderoso. Aí, no meu gabinete, daí combinamos que íamos assegurar... Foi um momento histórico aquele.

E é claro que não dá para ficar esquecendo agora o que esses governos do passado fizeram, que foi a anistia dos Correios. Conte conosco aqui também.

Agora eu passo a palavra para o Luciano Campos, o mais antigo anistiado. (*Palmas.*)

O SR. LUCIANO MONTEIRO CAMPOS (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas presentes. Bom dia a todos os componentes da mesa.

Nós não estamos aqui para comemorar e sim para rememorar. Nós, na Bahia, fizemos uma greve de equiparação ao pessoal do Sul, de São Paulo. Nós ganhávamos na época cerca de 60% do que era pago ao mesmo profissional em São Paulo.

Eu estou emocionado, estou tentando ir devagar. (*Manifestação de emoção.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Está bem, está bem. Vai, que está bem...

O SR. LUCIANO MONTEIRO CAMPOS – Nós fizemos uma greve em 1960, em novembro de 1960, reclamando a equiparação. O tema da greve era: "Ou equipara ou aqui para". E paramos. Paramos e fomos despedidos, quatro anos depois, com o golpe. Nós já estávamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organizados, tínhamos a associação e, mais do que isso, o sindicato que fundamos: entramos em luta e fomos reintegrados, fomos anistiados.

Eu tenho um ganho que propicia a mim e à minha família uma vida regular e normal. Tem companheiros, entretanto, que estão passando necessidade porque, embora anistiados, não recebem a reparação. Ora, o art. 1º da lei diz que anistiado será imperativamente agraciado com a reparação, e isso não ocorre com um número muito grande de companheiros nossos.

Nós fizemos uma postulação, um recurso plúrimo pela negativa não de anistia, mas do pagamento correspondente à anistia, que é imperativo. E nós tínhamos uma pendência de cerca de 55 companheiros que não recebem – não recebem! – a reparação, sendo 41 na Bahia e 14 em Campinas, São Paulo.

Ora, nós estamos aqui também para denunciar. Nós reclamamos, e brigamos, e fizemos a greve de 1960 porque o tratamento era desigual. Voltou a ser desigual. Agora há pouco, há dois ou três anos, a empresa Petrobras criou uma remuneração RMNR, uma remuneração mensal regional, quer dizer, volta a remunerar o sulista com o preço tal de 10, sulista do Rio com 10; o paulista, sulista, com 8; o baiano, com 6; o sergipano, com 5, fazendo a mesma coisa – fazendo a mesma coisa! E aí nós entramos com uma ação judicial.

Eu recebo essa diferença. E estava passível de corte, porque voltou a ser... Ora, a empresa é nacional. Nós assinamos um contrato de trabalho. Eu fui a Canoas dar partida na unidade. Eu era instrumentista da Petrobras, responsável por oito horas do controle automático da empresa, da unidade fabril. Então, querem tirar isso que nós ganhamos com a luta.

E se diga, com certeza, que a igualdade e a honestidade não podem ter partido. Nós conseguimos a equiparação com um homem de direita, com Aureliano Chaves. Nós fomos, e ele disse: "Olha, se tiver direito, leva". E nós tínhamos direito e levamos. No primeiro momento, tinha dificuldade de pagar 100% da equiparação, porque era 40%, mais ou menos, a diferença, era um tombo danado. Aí ele disse: "Olhem, tomem 20% agora; e, depois, eu dou os outros 20% e se equipara".

E, agora, tornaram sem efeito a equiparação salarial de empregados que estão sujeitos à transferência para dar assistência técnica em unidade de outro estado da Federação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, outra coisa que nos traz aqui é pedir sua ajuda de novo. Eu já estive aqui uma vez alguns anos atrás, mas peço sua ajuda de novo.

Nós estivemos com o Senador Angelo Coronel, pedindo, porque ele vai tomar posse no Orçamento da República, que destine dinheiro para pagamento dessas anistias. Tem pessoas que já foram anistiadas, e não recebem a reparação. É uma profunda injustiça.

Outra coisa: o problema dos cabos é uma imoralidade. A administração pública tem quatro anos para rever um ato seu; não depois de 30 anos, como um Deputado aí tentou conseguir que se reveja, durante 30 anos, a nossa anistia para tentar modificar, tirar, diminuir, fazer qualquer alteração. A administração pública tem quatro anos para rever os seus atos administrativos.

Essa denúncia que Bezerra fez aqui é seríssima. A intimação, o que deveria ser a intimação... Botou-se um carro com um oficial da Aeronáutica e um soldado sem farda não para fazer uma intimação, mas uma intimidação, que é uma coisa completamente diferente.

A gente tem um tempo. Nós vamos respeitar o tempo, mas esperamos que isso seja levado em consideração.

Desculpem, inclusive, o nervosismo, porque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faz parte.

O SR. LUCIANO MONTEIRO CAMPOS – ... é terrível essa situação. Na minha casa, a minha despensa está cheia; e eu estou vendo companheiros nossos com cesta básica, recebendo cesta básica de nossas associações.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A emoção é a fala do coração, viu? Parabéns pela fala.

Eu só vou pedir, Luciano... Luciano, eu vou pedir que você depois passe o encaminhamento que você entende procedente que a gente possa fazer, por escrito, para a assessoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Angelo Coronel é gente boa. Eu falo com ele. Vou conversar com ele também. Eu me comprometo a falar com ele – viu, pessoal? –, mediante documento.

Vou receber um outro documento agora de encaminhamento. Viu, Luciano, não esqueça o documento, que eu entrego em mãos para o Senador Angelo Coronel, que é o Senador da Bahia.

Conceição Santos, anistiada política de Volta Redonda e membro do Conselho de Interlocutores e interlocutoras dos Anistiados Políticos do Brasil. (*Palmas.*)

Ela vai ler, inclusive, a carta, conforme combinado.

A SRA. MARIA CONCEIÇÃO DOS SANTOS (Para expor.) – Vamos à carta.

Boa tarde a todas, boa tarde a todos.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. MARIA CONCEIÇÃO DOS SANTOS – Quero agradecer ao Senador e parabenizá-lo por esta oportunidade. Vou passar à leitura da carta: "A audiência pública que ora se realiza, organizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, presidida pelo Exmo. Sr. Senador Paulo Paim [a quem, desde já agradecemos por tão nobre iniciativa], tem por objetivo fazer memória da mobilização histórica da sociedade civil, partidos políticos, movimentos sociais, movimentos sindicais, organizações de mulheres, movimentos estudantis que foram às ruas para exigir a liberdade dos presos e presas políticos, denunciar a repressão e as arbitrariedades que se abatiam sobre os amplos setores da sociedade, reconhecer a existência de pessoas banidas, exilados e exiladas políticos, e exigir a anulação de atos de exceção praticados no Brasil no período sombrio da ditadura militar, no período de 1964 a 1985. A anistia política no Brasil foi uma conquista da mobilização e da organização da sociedade civil – como tão bem já foi falado aqui hoje por essa mesa.

Nós, anistiados, anistiadas, anistiandos e anistiandas políticos representados – representando, nós somos representantes desse Conselho de Interlocutores e Interlocutoras dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anistiados e Anistiadas do Brasil – temos a tarefa, o compromisso de não permitir que essa data da criação da Lei de Anistia 6.683, de 28 de agosto de 1979, seja esquecida, seja apagada.

A aprovação da Lei de Anistia no Brasil de 1979, durante o regime militar, foi um marco, um marco fundante do processo de redemocratização da forte organização social no Brasil.

O conceito de anistia defendido pela sociedade civil na década de 1970, anistia enquanto liberdade, seguiu desenvolvendo-se durante a democratização, consolidando-se na ideia de anistia enquanto reparação, constitucionalizada no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988.

E trazemos a reparação porque esse é o grande problema que nós enfrentamos hoje.

A reparação das violações é uma obrigação de todo e qualquer país que queira trilhar o longo, se não infindo, caminho do aprofundamento de uma cultura democrática.

Desde a criação de anistia, ela veio se aprimorando. A Lei da Anistia, que foi citada, que é a Lei 10.559, de 2002, foi criada com essa destinação de reparar os atos de exceção, incluindo torturas, prisões arbitrárias, demissões e transferências por razões políticas, sequestros, clandestinidade e exílio, banimentos, expurgos e monitoramentos ilícitos.

O programa de reparação brasileiro não se limita apenas à dimensão econômica. A Lei 10.559, de 2002, prevê o direito à declaração da condição de anistiado político e anistiada política pela verificação dos fatos de perseguição política e outras iniciativas de construção da memória coletiva.

A declaração de anistiados políticos é um ato de reconhecimento ao direito de resistência dos perseguidos e perseguidas políticas e de reconhecimento dos erros cometidos pelo Estado contra cidadãos e cidadãs, e a reparação econômica é parte de um conjunto de políticas que devem ser incorporadas como parte da justiça de transição – essa justiça de transição no Brasil, que é uma justiça inacabada.

A partir de 2007, a Comissão de Anistia adotou um recorte mais abrangente em sua atuação, com o fito de resgatar o conceito e os princípios da justiça de transição: direito à memória, à verdade, à justiça e à reparação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Comissão de Anistia passou a conduzir e promover diversos projetos de educação, promoção da cidadania e memorialização, expandindo assim tanto o escopo de sua atuação quanto o próprio conceito de reparação, incorporando à sua atuação importantes mecanismos e projetos efetivos de justiça de transição: as Caravanas da Anistia, que tinham por objetivo realizar sessões itinerantes [onde os julgamentos eram feitos nos locais, onde os perseguidos e perseguidas políticas recebiam o perdão do Estado]; outro projeto era o Trilhas da Anistia, que tinha por objetivo a promoção da preservação da memória histórica através da instalação de monumentos artísticos em locais que foram palco de perseguições políticas; Marcas da Memória, com a finalidade de fomentar e valorizar os processos de memorialização oriundos da sociedade civil; construção do Memorial da Anistia, que foi até iniciado e paralisado; a Rede de Clínicas do Testemunho, que é uma etapa do programa de reparação da Comissão de Anistia, com a implantação de núcleos de apoio e atenção psicológica aos afetados por violência do Estado, a que se refere a Lei 10.559. O Projeto Clínicas do Testemunho busca uma reparação plena não apenas no campo financeiro, mas também no campo psicológico. A atenção psicológica para as vítimas é uma obrigação do Estado.

É importante destacar e reconhecer que o Brasil, com a Lei de Anistia, produziu grandes avanços que foram obtidos nessa política de reparação com a instituição da Comissão de Anistia, na execução da reparação, no seu sentido mais amplo, no restabelecimento da recomposição financeira e também na promoção da recuperação física e psicológica das vítimas das arbitrariedades cometidas por agentes do Estado.

No entanto, importantes mecanismos e instrumentos da justiça de transição desenvolvidos pela Comissão de Anistia foram paralisados naquele trágico momento que todos nós conhecemos bem.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA CONCEIÇÃO DOS SANTOS – E alguns continuam ainda paralisados.

Importantes alterações estão em curso na Comissão de Anistia, em flagrante descumprimento da Lei 10.559, como o arbitramento do teto de R$2 mil pago a todas e todos anistiados, para todos aqueles que são anistiados, com a prestação mensal permanente continuada, em descumprimento ao art. 6º da Lei 10.559 – fato que precisa ser revisto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro fator importante que tem causado inúmeros questionamentos por parte dos anistiados e anistiandos são os julgamentos em bloco, que têm muito nos preocupado. O julgamento em bloco é importante para dar celeridade aos julgamentos.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA CONCEIÇÃO DOS SANTOS – No entanto, esses blocos precisam ser revistos e formados de forma discutida com os anistiados políticos e de forma transparente, para que não sejam formados blocos com processos diferentes, como tem acontecido.

Outros ajustes se fazem necessários na Comissão, em especial a relação com os anistiados e anistiandos e seus representantes, para que haja uma maior transparência e diálogo entre a Comissão de Anistia e os grupos de anistiados e anistiandos. (*Palmas.*)

Para além da memória histórica, de propósito, de não esquecimento e de não apagamento dessa data simbólica para nós anistiandos e anistiados políticos, essa data tem por objetivo e esta sessão tem por objetivo anunciar a boa-nova. Essa boa-nova são os atos de bem que são promovidos e que têm produzido bem-estar para os anistiados e anistiandos políticas e denunciar – também denunciar. Denunciar os atos e ações ora executados que precisam ser revistos, reformulados. E, para tanto, nós, representantes dos anistiados e anistiandos políticos, nos colocamos também à disposição para ajudar, para contribuir nessa revisão tão necessária".

Nós temos aqui alguns pedidos, esses encaminhamentos que foram feitos pelo nosso Senador Paulo Paim. E um deles que é muito importante para esse encaminhamento hoje não está aqui presente, o nosso Ministro, mas nós precisamos urgentemente de uma reunião com ele. Esse é um pedido. (*Palmas.*)

Já tivemos uma reunião, mas precisamos novamente de uma reunião com ele.

E nós temos algumas propostas que já foram tantas vezes faladas, mas nós insistimos, porque elas não foram revistas, não foram revisadas. Algumas delas: a retomada e implementação de todos os projetos de educação, promoção da cidadania e memorialização...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA CONCEIÇÃO DOS SANTOS – ... que vinham sendo desenvolvidos, foram interrompidos na gestão anterior e ainda continuam paralisados; a anulação de todos os indeferimentos proferidos na gestão da Comissão da Senadora que aqui estava, enquanto Ministra. Vários atos de anulação foram feitos, e foram feitos sem apreciação. Então, nós já, em vários momentos, trazemos essa reivindicação da anulação desses atos; não de pronto, mas que eles possam ser revisados, passar novamente pela Comissão, que possam ser apreciados. E esses, sim, em blocos, formando blocos grandes que possam ser... Porque esses julgamentos, muitos deles, já tinham até sido feitos na gestão anterior, na Comissão anterior, e foram anulados pela Ministra Damares.

(*Soa a campainha.*) (*Palmas.*)

A SRA. MARIA CONCEIÇÃO DOS SANTOS – Outras reivindicações: o cumprimento, que já foi falado aqui também, das resoluções da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, nos casos Gomes Lund e Vladimir Herzog; reconhecer os danos e as violações de direitos humanos cometidos contra as mulheres no período da ditadura civil militar, sob a ótica de gênero; buscar a criação de um marco legal que reconheça todas as formas de violência sexual cometidas contra as mulheres naquele período como um crime independente dos demais crimes cometidos.

Então, essas são algumas reivindicações. Tem as do Luciano, que serão depois juntadas aqui. E nós esperamos que esta mesa, tão bem composta por esses nossos companheiros que aqui estão... Que nós possamos ver resultados, nós buscamos resultados também nesses espaços. Nós esperamos que esses encaminhamentos sejam cumpridos e queremos, mais uma vez, agradecer ao Senador Paim por nos proporcionar este momento, ao Hamilton Pereira, que para mim sempre será o Pedro Tierra, e a todos os outros componentes aqui da mesa.

Muito prazer em conhecer a Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, agradecendo também a presença da nossa companheira aqui e a de todos e todas que estão aqui presentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Conceição Santos, anistiada política de Volta Redonda e membro do Conselho de Interlocutores dos Anistiados Políticos do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu conversava aqui com o Hamilton, e nós decidimos que vamos encaminhar essa carta à Comissão, claro, endereçada à Presidenta Enéia de Stutz...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eneá de Stutz, e também mais uma audiência com o Ministro Silvio Almeida.

Pessoal, nós temos que ir para os encaminhamentos finais. Então, esses são os passos que vamos dar depois da reunião.

Eu recebi aqui uma série de perguntas e comentários, mas todos dentro daquilo que os painelistas falaram, não é? Eu vejo que o e-Cidadania, sempre acompanhando, encaminhou a esta Presidência, e todos, no meu entendimento, estão atendidos. Teve um aqui que eu acho que não foi atendido que eu vou remeter para a Comissão.

Por fim, pessoal, eu sei que todos estão cansados, não é? "Agora, o Paim ainda vai fazer um discurso de 40 minutos". (*Risos.*)

Riram? Por que estão rindo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, sim, eu gostei dessa.

Então, mas eu resolvi terminar da seguinte forma, se vocês concordarem: nós vamos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu não vou cantar, mas vocês talvez cantem. Ele adivinhou ali, viu?

Pra não Dizer que não Falei das Flores vai ser a música de encerramento, mas, como eu sou muito apaixonado por uma outra da Mercedes Sosa... Adeus... Como é o nome da música?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – *Solo le Pido a Dios*. Eu só Peço a Deus, não é?

Então, nós vamos agora... Para terminar, no lugar da minha fala, eu peço que bote aí a música Pra não Dizer que não Falei das Flores. Valeu? São quatro minutinhos. (*Palmas.*)

Para, para. Só um pouquinho. Vocês aguardam aí.

Vamos lá? Geraldo Vandré.

E, depois da música, nós vamos ter uma foto coletiva, mas vocês vão ficar aí. Vocês só se levantam, e nós levantamos aqui na frente.

Essa é para encerrar.

Podemos cantar junto, baixinho.

(*Procede-se à execução da música Pra não Dizer que não Falei das Flores.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, só um minutinho. Por favor, só um minutinho, que essa é uma paixão da minha vida. Eu queria que vocês ouvissem comigo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa é de três minutinhos e daí nós vamos para a foto.

Deu aí?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A nós todos.

Eu Só Peço a Deus.

(*Procede-se à execução da música Eu Só Peço a Deus.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Valeu! (*Palmas.*)

Está encerrada a audiência pública de hoje. Ela atingiu os objetivos.

Eu peço uma salva de palmas a todos vocês por este grande movimento que vocês fizeram. (*Palmas.*)

Está encerrada.

(*Iniciada às 10 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas do dia vinte e oito de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Weverton, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Romário, Eduardo Gomes, Dr. Hiran e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Ciro Nogueira, Beto Faro, André Amaral, Rosana Martinelli e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli, Humberto Costa, Magno Malta e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da trigésima sexta até a quadragésima primeira das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 5815, de 2023 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que "dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências" para instituir prioridade especial para criança com até três meses de idade e para pessoas idosas com idade superior a 80 anos." Autoria: Senador Wilder Morais (PL/GO). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da emenda nº 1-CDH (substitutivo). Resultado: O Substitutivo é aprovado de forma definitiva sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4974, de 2023 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa." Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 763, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para estabelecer a reserva de, ao menos, trinta por cento das cadeiras de Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital e Vereador para as mulheres e reservar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para candidaturas femininas." Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1333, de 2021 - Não Terminativo - que: "Acrescenta art. 83-A à Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para reservar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para candidaturas masculinas e outra vaga para candidaturas femininas." Autoria: Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Wellington Fagundes (PL/MT). Relatoria: Senadora Zenaide Maia. Relatório: Favorável ao PL 763/2021, com duas emendas que apresenta, acatando o PL 1333/2021 parcialmente, uma vez que seu conteúdo se encontra na primeira emenda apresentada. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto de Lei 763/2021 com as Emendas nºs 1 e 2-CDH, e parcialmente favorável ao Projeto de Lei 1333/2021. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4116, de 2021 - Não Terminativo - que: "Modifica a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para garantir percentual de vagas de estágio para pessoas negras." Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4800, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 46 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para fixar a competência do foro do domicílio da pessoa idosa economicamente hipossuficiente, quando figurar na condição de autora, nas ações fundadas em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: O presidente passa a presidência à Senadora Damares Alves. Na sequência, é aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5813, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 11.788, de 25 de setembro de 2008, e 13.667, de 17 de maio de 2018, para estabelecer incentivos à inserção de pessoas com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Weverton. Relatório: Favorável ao projeto, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDH. ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 47, de 2024 que: "Requer, nos termos dos arts. 336, III, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 5813/2023." Autoria: Senador Weverton (PDT/MA). Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item extrapauta. Na sequência, o Requerimento é aprovado. Às doze horas e trinta e nove minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Damares Alves. Às doze horas e quarenta e três minutos a Senadora Damares Alves devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/28

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 42ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 36ª até a 41ª Reunião da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas. (*Pausa.*)

Eu vou aproveitar o primeiro momento aqui da abertura dos trabalhos, enquanto os Senadores estão à distância pelo sistema de votação e outros que poderão vir ao plenário.

Eu queria, primeiro, destacar que recebemos o seguinte convite:

> É com grande alegria que convido Vossa Excelência para o evento de entrega do Prêmio Congresso em Foco 2024, a se realizar nesta capital no próximo dia 29 de agosto, às 19h, no Porto Vittoria – Setor de Clubes Esportivos Sul Trecho 02, Conjunto 19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Na oportunidade, divulgaremos os nomes dos vencedores e das vencedoras desta que é a 17ª edição do projeto. Sua participação é fundamental para o sucesso da premiação!
> O convite é extensivo a um(a) acompanhante [que assim o Senador entender que deva acompanhá-lo].

E informações mais eu vou orientar depois.

> A pontualidade dos congressistas será um fator decisivo para a boa realização do evento, que será transmitido ao vivo pela internet através deste canal.
> Para mais informações, favor clicar aqui ou entrar em contato pelo WhatsApp (61) 99223 5216.
> Sylvio Costa
> Fundador do Congresso em Foco.

Muito obrigado, Sylvio.

Eu participei de todas as edições. Sempre de uma forma ou de outra eu fiquei entre os contemplados, os premiados, porque é feita pela internet a votação dos Parlamentares mais atuantes. Eu não sei se entrei ou não entrei, mas estarei lá, porque sempre prestigiei o Congresso em Foco e vou estar lá no dia 29 de agosto, às 19h.

Obrigado, Sylvio Costa, fundador do Congresso em Foco, que alguns dizem que é o tipo um Oscar da política. Se é ou não é, eu não sei, mas é um momento muito lindo da democracia, muito bonito. Como eu participei de todas as edições, eu me vi aqui na obrigação de também dividir com vocês essa responsabilidade.

Queria também, antes mesmo de iniciar a ordem do dia, dizer que ontem nós tivemos, aqui em Brasília, no Setor Habitacional Individual Sul QI 27, conjunto 6, uma apresentação de um espaço público para o atendimento da população negra. Lá eu fiz uma fala junto com a Benedita, estavam lá sete ministros que também contemplaram. O eixo da minha fala é o mesmo que eu vou fazer aqui em homenagem a esse movimento, que é uma casa de acolhimento, uma casa onde aqueles que lutam para o combate de todo tipo de racismo, preconceito e discriminações serão bem-vindos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu digo: é uma satisfação participar desse momento singular com o Instituto de Referência Negra Peregum, em colaboração com as organizações Uneafro Brasil, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Alma Preta e o Instituto Nós em Movimento, lançando o Hub Peregum, uma casa para os movimentos negros, em Brasília.

Diante dessa situação, eu relembrei lá e reafirmo aqui que, sem os movimentos sociais o nosso país, em especial, nesse caso, os movimentos negros, não teríamos aprovado legislações como o Estatuto da Igualdade Racial; a lei da história e cultura afro-brasileira; as leis de cotas nas universidades e nos institutos federais; a Convenção Interamericana contra o Racismo; o próprio feriado nacional de 20 de novembro; e tantas outras matérias, como colocar, no Livro dos Heróis da Pátria, os Lanceiros Negros, de lá do meu do Rio Grande do Sul – uma batalha que travei durante 30 anos, mas hoje é lei –, e também João Cândido, o Almirante Negro, que aprovamos aqui no Senado – fui Relator –, agora está na Câmara.

Mas, digo aqui e repito, caminhar ao lado dos movimentos sociais é uma missão de vida para mim, poder caminhar como ontem. Uma sala foi lá aberta naquele espaço com o nome de Benedita da Silva e Paulo Paim. Caminhar ao lado dos movimentos de mãos dadas com Benedita da Silva e sendo aqui um aluno dos ensinamentos de Abdias do Nascimento e tantos outros ícones que promoveram e promovem a igualdade em nosso país é sensacional, pois, mesmo sendo um dos poucos Parlamentares negros no Senado, sei que não estou sozinho. Outros negros e brancos caminham ao lado da gente.

Parabenizo a todos e a todas nas pessoas de Douglas Belchior, de Mariana Andrade e de Ingrid Sampaio, que propiciaram que esse momento fosse realidade.

Era um sonho da comunidade negra, indígena, quilombola, enfim, de todos aqueles que são discriminados, claro que vamos sempre falar das mulheres, vamos falar de LGBTQIA+. Mas eu quero aqui destacar a minha alegria de saber que uma sala, uma belíssima sala foi batizada com o nome de Benedita da Silva e Paulo Paim.

Lá eu falei da nossa história na Constituinte. Quando eu cheguei à bancada negra na Constituinte, eram Benedita da Silva, Paulo Paim, Caó e Edmilson Valentim. Caó já faleceu, era um grande Líder do PDT, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E lembrei, na conversa lá – o espaço estava com, acho, em torno de 300 pessoas, com 6 ou 7 ministros presentes, muito bonito –, que uns dos momentos mais gratificantes para mim foi quando nós aprovamos, na Constituinte, uma moção exigindo a libertação de Nelson Mandela na África do Sul. E lá fomos nós, essa bancada negra mais João Herrmann e Domingos Leonelli, eu me lembro, os dois não são negros, e fomos à África do Sul. E visitamos o Governo do *apartheid*, que não nos recebeu, mas fomos recebidos por via protocolar, entregamos a moção e fomos recebidos pela esposa do Mandela, a Winnie Mandela. Ela ficou muito feliz e me entregou em mãos a Carta da Liberdade do Povo do Sul-Africano. Lembro aqui que vinha conversando no avião, na volta já, e disse que, conversando com a Benedita, com o Caó e com o Edmilson, apresentaríamos essa carta como instrumento para construir o Estatuto da Igualdade Racial. E, graças a Deus e a este Congresso, o Estatuto da Igualdade Racial é lei – mas surgiu dessa Carta do Povo do Sul-Africano.

Senadora Damares já está presente, Zenaide Maia já está presente, mas permitam que eu fale. Eu sei que esta minha fala será agora feita e terá um aparte de V. Exa.

Quero saudar o Ministério das Mulheres, a Ministra Cida Gonçalves, pelo lançamento da mobilização pelo Feminicídio Zero e contra todas as violências contra a mulher. Foi um evento a que eu tive a oportunidade de assistir – havia sido convidado, mas não pude ir, mas pude assistir – e que contou com a presença de inúmeros ministros e do Presidente Lula. Essa campanha é do Ministério das Mulheres, da Ministra Cida Gonçalves, com o título Feminicídio Zero. É liderada pela Ministra Cida, mas com certeza tem o apoio de todos os ministérios e também de todo o Congresso Nacional.

Nenhuma violência contra a mulher deve ser tolerada. O feminicídio é um dos crimes mais desumanos. Esse cenário é resultado de uma combinação de fatores – como foi dito lá e nós estamos falando aqui –, como o machismo estrutural, a desigualdade de gênero e a naturalização da violência.

Uma pesquisa do Laboratório de Estudos de Feminicídios da Universidade Estadual de Londrina, no Paraná, mostra que os feminicídios consumados no primeiro semestre de 2024 representam uma média diária de 4,98, ou seja, praticamente 5 mulheres são assassinadas todo dia. No período de janeiro a junho de 2024, 5 mulheres foram assassinadas por dia no Brasil, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

número que supera a média, inclusive, do ano passado, que foi 4,7 casos diários em 2023. As tentativas de feminicídio apresentam uma média diária ainda maior: em 2024, 6,5, com 1.102 casos registrados, em comparação a 2,7 casos diários de 2023.

Essa pesquisa foi amplamente divulgada pela imprensa nacional, entre eles, inclusive, o *Correio Braziliense*. A coordenadora da pesquisa, a socióloga Silvana Mariano, explica que o crime de feminicídio é muitas vezes consequência de uma série de violências que já vinham acontecendo – com o sofrimento da vítima – e termina no assassinato.

A pesquisa revela que, em 8,1% dos casos de feminicídio consumados, a vítima não tinha feito nenhuma denúncia prévia contra o agressor. Essa omissão da própria vítima em não denunciar fez com que chegássemos a esse número preocupante, terrível, de 81,1%. Segundo ela, muitos agressores fazem parte do círculo íntimo da vítima, e, por isso, as mulheres não veem a medida protetiva como uma opção de proteção.

Os crimes consumados, mesmo com medidas protetivas, representam 12,8% do total. O feminicídio é geralmente cometido dentro da casa da vítima, 48,6%; por parceiros íntimos, 41,9%; ou ex-parceiros íntimos, 23,4%.

O feminicídio não afeta apenas as mulheres, mas também os filhos e familiares. O estudo mostra que 17,8% dos assassinatos de mulheres e 21,4% de tentativas de feminicídio foram presenciados pelos filhos da vítima. Não existem dados concretos sobre quantas crianças se tornam órfãs devido ao feminicídio no Brasil, mas, com certeza, são centenas. No entanto, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública calcula que, em 2022, havia uma média – está aqui o número que eu estava procurando – de 2,3 mil filhos de mães vítimas de feminicídio.

Um levantamento do jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, no meu Estado do Rio Grande do Sul, revela que, em 53 dias, no período de 1º de julho até 22 de agosto, ocorreram – em 53 dias! – nove feminicídios no Rio Grande do Sul, o que significa que, em média, uma mulher foi morta a cada 5,8 dias, a cada 6 dias.

O feminicídio é um problema gravíssimo, resultado de uma combinação de fatores, como o machismo estrutural, a desigualdade de gênero e a naturalização da violência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminando, a luta das mulheres brasileiras – e a luta também desta Comissão e de outras Comissões, naturalmente – contra o preconceito, a discriminação e a violência é diária. Temos que apoiá-las e dizermos um basta à indiferença e à ignorância. Não podemos mais permitir tamanha violência, tamanho descaso, tamanho desrespeito.

Senadora Damares, eu convido V. Exa. a usar a palavra e, de pronto, digo que a senhora, ontem, aqui esteve naquela audiência e reafirmo o que disse ontem na sua presença: a palavra de Senador e Senadora, independentemente do partido, independentemente da sua visão ideológica, ninguém aqui vai cassar palavra – ninguém –, muito menos um ou outro cidadão, porque não gosta daquela pessoa. Eu, como Presidente, reafirmo mais uma vez que, para toda audiência pública, os 81 Senadores serão convidados. Os que aqui estiverem ninguém – ninguém – vai barrar, porque, se a gente defende tanto a democracia, que democracia essa em que só aqueles que pensam como eu podem falar?

O Congresso é a Casa do Povo. Diziam sempre para mim que era a Câmara a Casa do Povo, mas é a Câmara e o Senado também. Nós somos a Casa do Povo, e todos aqueles que vieram aqui falar e expressar o seu ponto de vista, com o legítimo contraditório, terão o seu espaço.

Mas eu falei das mulheres e provoquei V. Exa. já para falar sobre o tema.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discursar.) – Quero agradecer por ontem, Presidente, pela acolhida.

O assunto de ontem me interessa muito – me interessa muito. Eu fui Ministra da pasta e tive que fazer os julgamentos dos pedidos de anistia. Aí, Presidente, eu esbarrava na legislação. Acho que, na discussão, ontem, sobre a lei, a gente podia ter tido a oportunidade de apresentar adequações à lei.

Eu tive que indeferir milhares de pedidos. E por que o fiz? Quando assumi a pasta, eu recebi 13 mil pedidos, que estavam arquivados; as pessoas precisam de uma resposta – ou "sim", ou "não" –, e os pedidos não correspondiam aos critérios estabelecidos por lei. Então, decidi indeferir para que a pessoa imediatamente pedisse na Justiça. Eu não podia deixá-los sem resposta. Então, eu tinha que dar oportunidade. Alguns já estão muito velhinhos, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles precisam de uma resposta. Então, a resposta para alguns era "não", mas já sinalizando: "Vocês vão para o meio judicial agora; lá é que vai ser o debate". Mas acho, sim, que dá para a gente adequar a legislação para alcançar alguns que ainda não foram alcançados com o pedido de indenização. Mas foi tudo bem! A gente sabe que faz parte.

Eu queria, Presidente, cumprimentar a Ministra Cida pelo lançamento da campanha. Eu sou justa, muito justa, e ela tem se empenhado. Não é fácil, Presidente, estar naquela pasta – eu estive lá. É uma pasta que lida com temas transversais; a violência contra a mulher é um tema transversal. E, por sermos considerados uma pasta transversal, aquela pasta, nunca tem orçamento. Tipo assim: vocês articulam, outro executa. Esse é um grande problema com relação ao Ministério da Mulher. A gente tem a ideia, a gente quer fazer, a gente tem o problema, tem a demanda, mas o recurso está com o outro ministério. Então, eu conheço os desafios da Ministra Cida, parabenizo-a pela campanha. Inclusive me coloco à disposição. A Ministra Cida tem sido respeitosa comigo em todos os momentos em que a gente se encontra. Sei das dificuldades, porque nós pensamos diferente em alguns pontos, mas o que nós duas queremos, lá na ponta, é a proteção da mulher – e me coloco à disposição.

Ontem, li uma reportagem, uma entrevista dela, em que ela está falando de buscar também o segmento religioso. Eu tentei fazer isso no Governo passado, lançando o projeto Maria da Penha Vai à Igreja. Houve muita resistência da igreja, mas eu continuei insistindo. Agora, como Senadora, eu tenho uma campanha dentro do meu mandato, que é a Se Liga, Irmã. É para falar lá na igreja sobre a violência contra a mulher. É inclusive para capacitar mulheres a identificarem mulheres que estão sofrendo violência, não só dentro da igreja, mas ali na comunidade.

Então, eu me coloco à disposição da Ministra Cida para ajudá-la na abordagem com o segmento religioso, para a gente estender o que ela quer fazer, o Feminicídio Zero, também às comunidades religiosas. E a gente tem que enfrentar com muita coragem.

Presidente, esse final de semana, nós aqui, no DF, tivemos dois casos absurdos – absurdos! De um deles, inclusive, as imagens ganharam o mundo. O homem, para matar a namorada que o abandonou, Presidente, atropelou a namorada, a mãe e a criança. A criança, por um milagre, conseguiu se levantar e ir para a calçada. Ele voltou com o carro – acho que todo mundo assistiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– e passou três vezes em cima da ex-namorada, Presidente, com o carro. É tanto ódio que, na hora de eliminar a ex-companheira, não importa quem está do lado: a criança, a mãe, quem está do lado. O ódio para matar a mulher é tão grande que mata outros em consequência de seu ato de ódio, de aversão à mulher e de raiva.

Nós estamos muito preocupados, Presidente, muito preocupados com tanto ódio à mulher no Brasil.

Esse tema tem que nos unir, unir todos nós, e eu quero cumprimentar a Ministra Cida pela iniciativa.

E "vambora" juntos, Presidente, mudar essa realidade.

Aproveitando que o senhor me deu a palavra, hoje é dia 28. É o dia nacional de enfrentamento ao escalpelamento, Presidente, Dia Nacional de Combate e Prevenção ao Escalpelamento, e a gente sabe que 90% das vítimas são mulheres também, lá na região da Amazônia.

Então, eu queria fazer esse registro, mandar um abraço a todas as mulheres escalpeladas lá do Norte do nosso país.

Hoje eu vou entrar com algumas medidas legislativas direcionadas ao segmento, mas a gente também vai ter que enfrentar essa violência contra a mulher, que é o acidente por escalpelamento no país.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Damares Alves.

Eu aproveito este momento e peço à assessoria do Governo, que está no plenário... Eu gostaria muito – é um convite – que a Ministra Cida lançasse aqui, nesta Comissão também, a campanha Feminicídio Zero. É uma forma também de nós darmos visibilidade a uma campanha tão importante, que vai salvar, eu ousaria dizer, milhares de vidas. Então, se nós combinássemos... Ela escolhe o dia, e nós estaremos aqui, para ela lançar aqui também a campanha Feminicídio Zero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os assessores do Governo já fizeram o sinal positivo de que farão o contato.

A Zenaide Maia, a querida Senadora Zenaide Maia, Senadora Damares, querida de todos nós, ela é Vice-Presidente desta Comissão e pediu também para falar sobre o tema.

Senadora Zenaide Maia, com muita satisfação, V. Exa., neste momento, é convidada para dar o seu ponto de vista sobre essa campanha.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Presidente.

Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu quero aqui parabenizá-lo pelo que o senhor falou aí. É como eu digo: é uma democracia. Todos têm que ser ouvidos. Se a gente quer ser democrata, não pode achar que é dono ou dona da verdade.

Aí, passando para essa campanha Feminicídio Zero, eu quero parabenizar também, Damares, a Ministra Cida. Ou damos as mãos... Imagine: nós temos um assassinato de mulheres a cada hora neste país, num mínimo de cinco a seis, e para o que eu queria chamar atenção é que, de dez mulheres de feminicídio... De cada dez feminicídios, sete são por armas de fogo, gente. Por isso que a gente tem que chamar a atenção também...

A gente sabe que não é só isso, mas a facilidade que se tem com a arma de fogo para matar alguém é muito maior, muito maior, porque é mais simples. Atira ali... É impressionante a frieza.

Mas quero dizer, como a Damares disse, que todos os setores, como Cida está chamando a atenção... O feminicídio é um problema de toda a sociedade: o Congresso Nacional, colocando as mulheres no Orçamento, insistindo cada vez mais que denunciem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trabalhei mais de 25 anos em pronto-socorro e digo aos senhores: nunca trabalhei, num final de semana, de plantão para não pegar mulheres espancadas. E era com aquele espancamento que ela chegava ao serviço médico.

Por isso que, quando a gente criou, cruzou esses dados com o Ministério da Justiça, o Senado Federal... Porque, como se falou aí, essa transversalidade existe até nas denúncias, Paulo Paim e todos que estão nos assistindo. Essa mulher que chegava à médica no pronto-socorro tinha lesões graves que precisavam ser suturadas. E mais: dificilmente vinha só a mãe com lesões corporais; na maioria das vezes, os filhos também, principalmente as crianças entre oito, nove, dez anos, que tomavam a frente e ficavam do lado da mãe, vinham para suturar também.

Aí tem aqueles que os vizinhos denunciam por espancamento. A polícia que chega lá e esse dado é registrado na segurança pública. Por isso é que nós aprovamos que a polícia pudesse já fazer as medidas protetivas, porque sabe o que elas me diziam? "Dra. Zenaide, eu não vou denunciar, porque eu vou ter que voltar para casa e, se ele souber que eu o denunciei, quando eu chegar, ele vai me matar." E é o que as estatísticas mostram.

E a terceira é aquela em que a maioria é de uma classe social mais alta, que vai direto para o Ministério Público. Entendeu?

Então, essa união, essa transversalidade já de informações... Porque, para a gente criar políticas públicas, também tem que ter estatística... É como se diz: é uma doença. Por exemplo, se é uma doença, a gente precisa de estatística para poder programar medidas protetivas, ou seja, prevenir e combater. Nós já temos uma lei impressionante e maravilhosa, que é a Lei Maria da Penha, a que a gente precisa dar visibilidade também, viu, Damares? E sei que ninguém faz proteção...

Eu costumo dizer: saúde, educação, segurança pública, assistência social, qualquer pasta dessas, se a gente não colocar no orçamento que está na pasta, com o ministro, é uma situação muito difícil, porque essa mulher, a maioria... A gente sabe que em todas as classes sociais tem violência grande, mas a gente sabe que a maioria que são assassinadas são mulheres negras e de periferia. Então, a gente precisa ter esse olhar de amparar. Se for uma mulher que tem condições, ela não vem para o serviço público, nem para a saúde e muito menos para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança pública; ela já arranja uma advogada, isso já é resolvido no Ministério Público. O atendimento é em hospital e muitas vezes não se registra.

Agora o que a gente tem que ver e que eu pergunto é: por que aumentou tanto? Aumentou realmente a violência, mas também – não falando só do feminicídio, mas de outras formas de violência – tem mais denúncia. Para essas mulheres criarem coragem para denunciar, elas têm que ter uma estrutura, e a maioria dos pais não acata porque não têm onde colocar na sua casa.

Por isso é que eu quero aqui parabenizar Paulo Paim e a gente que aprovou instituir o Bolsa Família em forma de urgência para aquela mulher, porque os pais podem até não a sustentar e manter os filhos porque não têm condições, mas, se for com o Bolsa Família, nos moldes que estão hoje, com certeza essa mulher vai ser mais bem assistida. A Casa da Mulher Brasileira, delegacias de polícia... Aqui no Rio Grande do Norte, tinha uma na capital e outra na segunda maior cidade, mas, recentemente, a Governadora ampliou essas delegacias de mulheres, porque elas têm mais confiança, elas têm um olhar diferenciado. Então nós temos...

E não é só! Além de a gente criar leis mais rigorosas, nós temos que dar visibilidade para essas mulheres terem conhecimento dos seus direitos e fazer toda essa parte de acolhê-las, o que não é tão simples. E mais: como eu trabalhei como médica na medicina familiar e numa área que a gente chama de Alto Juruá, em que tem uma pobreza maior, uma violência maior... Em muitas delas, a violência já começa porque muitos companheiros são viciados, envolvidos com o crime e as colocam nisso...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Por videoconferência.*) – ...por pressão, porque elas têm medo. Eu vi, presenciei muito isso. São presas, na verdade, porque o companheiro, o marido, seja quem for, já está. Isso já é, como a gente diz, uma pressão grande para elas entrarem também nesse mundo do crime.

Eu quero aqui parabenizar a Ministra Cida e todos.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Por videoconferência*.) – Eu digo assim, Damares: quando a gente assume uma pasta, a gente tem que ter a humildade de saber que é sempre possível fazer mais e respeitar quem estava anteriormente. É isso aí!

Então, parabéns, Cida.

Vamos dar as mãos, Paulo Paim, vamos atrás.

Eu costumo dizer que temos que ser mulheres e homens... É aquela fé que faz a gente insistir, persistir, nunca desistir e lutar por justiça. Vamos defender nossas mulheres. Estamos nessa missão.

Muito obrigada, Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Senadora Zenaide Maia.

É com você, Senador Weverton, que nos representa muito bem junto à Mesa. Em seguida, ele está presidindo os trabalhos em nome do Presidente Rodrigo Pacheco, e ele é tolerante com o tempo, inclusive para este Senador. Então, estou agradecendo a ele já. (*Risos.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu não poderia, antes de fazer aqui o pedido ao nobre amigo, a V. Exa., de que pudéssemos fazer, caso os Senadores concordem, a inversão de pauta, porque eu sou Relator do item 6...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Que poderá ir, à tarde, para o Plenário.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – ... que poderá ir, à tarde, ao Plenário. Nós já estamos trabalhando, vamos trabalhar a urgência, caso seja aprovado – e deve ser porque já tem acordo. Aí, eu gostaria de pedir a V. Exa., nesse caso, que a gente possa antecipar para poder já começar a trabalhar junto ao Presidente Pacheco essa inclusão de pauta. Daqui eu já vou atrás dessa possibilidade de resolvemos. Caso não der certo hoje à tarde,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo menos, quero já deixar apalavrado para o esforço concentrado agora, da semana que vem, a gente aprovar e devolver para a Câmara.

Por último, quero cumprimentar aqui pela fala a Senadora Zenaide e a nossa Senadora, sempre atuante aqui, Damares e todas da Bancada Feminina. Essa luta do Feminicídio Zero é uma luta de toda a sociedade. Essa é uma pauta que ainda envergonha o Brasil. Nós somos o país que, ainda, mais mata no mundo, e de forma covarde. Isso precisa ser duramente combatido. E aqui nós temos feito a nossa parte.

Quero lembrar que eu sou o autor da lei que aumenta a pena para crime de feminicídio contra crianças, adolescentes e vulneráveis. E a Maria da Penha, lá no Maranhão, na prática, também já tem nosso apoio. Eu tenho hoje cerca de oito viaturas da Polícia Militar destinadas exclusivamente para batalhões da Maria da Penha, para ajudar também nessa luta, que é permanente. Além dos conselhos tutelares, porque, estando com os conselheiros fortalecidos, você tem também a possibilidade de a mãe, de a família estar protegida.

Então, graças a essa luta e a essa consciência construída no dia a dia, eu sou o Parlamentar do Maranhão que mais mandou viaturas e *kits* de conselhos tutelares para o Estado do Maranhão, ainda como Deputado Federal e agora como Senador. Inclusive, quando a senhora era Ministra, eu mandei várias, dezenas de viaturas lá para o Maranhão. É uma luta permanente, e pode continuar contando conosco, porque ela não é só das mulheres, é de toda a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Weverton.

E aqui conversando com as duas Senadoras e também com o senhor, nós já encaminhamos um pedido para que a Senadora Cida, que é a Ministra das Mulheres, lance a campanha Feminicídio Zero, que ela lançou esta semana num espaço com o Presidente da República, aqui na Comissão.

Mas vamos ao item 6, se assim o Plenário entender. É possível? Senadora Damares Alves, Senadora Zenaide, sobre a inversão de pauta?

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Vamos ao item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 5813, DE 2023

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 11.788, de 25 de setembro de 2008, e 13.667, de 17 de maio de 2018, para estabelecer incentivos à inserção de pessoas com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável ao projeto, com quatro emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS

Autoria: Deputada Federal Iza Arruda.

Concedo a palavra ao Senador Weverton para a leitura do seu relatório.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Como Relator.) – Já vou começar fazendo esse agradecimento a todas as instituições que contribuíram para o aprimoramento desse importante projeto, e em especial à Deputada Iza Arruda, que está aqui presente. Ela acompanhou *pari passu* com toda a nossa equipe, a Izamara, a Tatiany, todo mundo lá do gabinete. Então, eu gostaria de verdade de agradecer a todos.

E gostaria de nominar o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério da Educação, o Ministério dos Direitos Humanos, a Liderança do Governo aqui no Senado e também a Casa Civil, a Associação de Mães de Autistas do Maranhão, o Movimento Orgulho Autista Brasil, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federação das Associações de Síndrome de Down; e todos, o Plenário, a nossa bancada aqui, a Comissão, que sempre esteve e está atenta a essa agenda importante, que é o fortalecimento permanente dessa pauta importante que é a luta daqui da Comissão de Direitos Humanos, tão bem presidida pelo Presidente Paim.

Como foi feita a construção já desse acordo, eu vou direto para a análise dele, para ficar mais fácil.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado, cabe a esta Comissão opinar sobre a matéria relacionada à proteção e inclusão social das pessoas com deficiência, o que torna regimental esta análise.

Em relação ao mérito, a proposição representa mais um avanço na garantia dos direitos das pessoas com deficiência, especialmente das pessoas com transtorno do espectro autista. Ao prever medidas que fomentam a inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho, o PL cumpre o inciso V do art. 2 da Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

As medidas previstas no PL incluem: a manutenção de cadastro específico de trabalhadores com transtorno do espectro autista para intermediação de vagas de emprego e para contratos de aprendizagem; e, também, a atribuição de prioridade e especial atenção ao atendimento às pessoas com transtorno do espectro autista pelos agentes de integração, que deverão adotar todos os esforços necessários na prospecção e na captação de vagas de estágio adequadas ao perfil desses candidatos.

As medidas propostas são oportunas, visto que aproximadamente 85% dos adultos com transtorno do espectro autista no Brasil estão desempregados. Isso evidencia que, mesmo com a reserva de vagas às pessoas com deficiência prevista na Lei nº 8.213, de 1991, ainda não foi possível alcançar a concreta inserção das pessoas com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, o que reforça a necessidade do PL em análise.

Não obstante o mérito da proposição, entendemos cabíveis alguns ajustes:

a) Nós estamos sugerindo a supressão do §4º no art. 5º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, uma vez que seu conteúdo já é abarcado pela Lei 7.853, de 23 de outubro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, além de já estar contemplado na regulamentação infralegal do Sine, como a Resolução Codefat nº 808, de 24 de abril de 2018, que aprova o Termo de Referência do Sine e define pessoas com deficiência como público prioritário do Sine.

b) Sugerimos que sejam suprimidos os incisos I e III do parágrafo único que o PL busca adicionar ao art. 6º da Lei 13.667, de 2018, isso porque a referida alteração apenas determina que sejam observadas normas já cogentes.

c) Propomos emenda de redação no inciso II do parágrafo único do art. 6º da Lei 13.667, de 2018, para tornar claro que as normas técnicas de acessibilidade da ABNT devem ser observadas em relação a infraestrutura necessária à execução das ações e dos serviços do Sistema Nacional de Emprego. Para isso, em vez de inserirmos novo inciso, alteramos o inciso I do *caput* do art. 6º.

d) Alteramos o inciso V, do art. 7º, da Lei 13.667, de 17 de maio de 2018, pois o Sine já dispõe de cadastro de trabalhadores com deficiência, necessitando apenas da inclusão da tipificação da deficiência no caso em exame: o transtorno do espectro autista.

e) Com o intuito de incentivar a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, incluímos inciso XIX ao art. 9º da Lei 13.667, de 2018, para que seja fomentada a realização de feiras de emprego e a sensibilização de empregadores para a contratação de pessoas com deficiência.

f) Por fim, ajustamos a ementa do PL para que a sua redação melhor reflita o objeto da proposição.

Então, em razão do exposto, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.813, de 2023, com as seguintes emendas... Eu já fiz aqui o resumo delas e estão todas já lançadas no meu relatório.

São esses o meu relatório e o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus cumprimentos pelo nível de articulação que o Relator fez com inúmeros segmentos dentro do Governo, fora do Governo e com os movimentos sociais.

E meus cumprimentos também à Deputada Federal Iza Arruda...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que veio aqui prestigiar este momento.

Vou quebrar o protocolo, se vocês me permitirem, para que a Deputada, se quiser fazer uma saudação à Comissão de Direitos Humanos, faça-o neste momento, porque o Relator deu parecer favorável, e, pelo que eu entendi – claro que vamos ouvir aqui a Senadora Damares Alves –, ele será aprovado por unanimidade.

Senadora Damares e, em seguida, a Deputada.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu quero parabenizar o Relator pelo voto. Eu o acompanhei e estou lendo-o desde que foi publicado, com muita alegria.

É um tema que me chama muita atenção – todo mundo sabe disso. Inclusive, se ele não viesse hoje, eu ia ligar... "Deixe-me relatar, por favor. A gente tem pressa. Eu vou relatar *ad hoc*". (*Risos.*)

Parabéns, Senador, a toda equipe sua e a todo mundo que se envolveu...

Claro, Deputada Iza, estendo o meu abraço à senhora.

Gente, a Deputada Iza é uma pessoa incrível. Eu a conheço, acompanho o trabalho dela, e nós temos muito carinho pela Deputada, pela sensibilidade dela com este tema.

Parabéns, Deputada! Parabéns! Vai ter uma lei aprovada de sua autoria que vai beneficiar tanto o segmento.

Então, eu estou muito feliz! Essas coisas fazem valer a pena a gente ir para uma urna, para uma campanha, brigar para ser eleita... Vale muito a pena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que Deus te abençoe!

E vamos votar logo, antes que alguém peça vista. Vamos votar correndo este projeto de lei.

Parabéns, Senador! Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deputada, vamos passar a palavra a V. Exa.

Deputada Federal Iza Arruda.

A SRA. IZA ARRUDA (Bloco/MDB - PE. Para expor.) – Presidente, eu quero, inicialmente, agradecer até pela oportunidade de poder falar aqui, Senador Paulo Paim, agradecer ao Senador Weverton e parabenizá-lo pelo relatório.

É muito importante quando a gente escuta o senhor falando que, mesmo com as reservas de vagas, é notório que as pessoas com deficiência, as pessoas que têm uma deficiência intelectual ou múltipla ficam preteridas para este cargo. Por isso, é importante a gente hoje estar aqui discutindo sobre isso.

Agradeço pela inversão de pauta.

Dessa forma, agradeço também à Senadora. Muito obrigada.

E é verdade que o trabalho vai permitir habilidades sociais, vai dar à pessoa essa condição de acesso ao mercado de trabalho e à independência.

A gente precisa sempre lembrar que a deficiência não limita a pessoa com deficiência e a gente precisa valorizar essas oportunidades, as condições da pessoa, e respeitar os limites que todos nós temos.

Então, com muita gratidão aqui, hoje, agradeço pela oportunidade. Que bom que o projeto está aqui na Comissão e que está sendo discutido com bons olhos. Fico muito grata e satisfeita.

Muito obrigada a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Deputada Federal Iza Arruda.

O Relator, nosso querido Senador Weverton, pediu a palavra neste momento.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Como Relator.) – É só para também, Presidente, cumprimentar a Paloma, que é representante da federação da...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em seguida, eu vou botar em votação.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Com a Paloma, eu tive a oportunidade, em uma comitiva representativa do Brasil, de participar de um evento em março, Senadora Damares, lá em Nova York, na ONU. Eu tive a oportunidade de levar um projeto aprovado por nós, de minha autoria, quando eu era Deputado Federal, e vim lutar aqui para ser o Relator no Senado; ou seja, literalmente, a gente assoviou e chupou cana; (*Risos.*) chutou, cruzou e foi correr para fazer o gol. Mas a lei já está aprovada, sancionada pelo Presidente Lula, está valendo a lei do ecocardiograma fetal, que dá o direito a todas as mulheres de realizarem três exames no mínimo durante a gravidez no SUS – antes era só se fosse de risco ou pagando o seu exame.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nem o Garrincha e o Pelé conseguiram fazer isto, hein?: bater o escanteio e correr... (*Risos.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Ah, mas eu estava com a Senadora Damares e o Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, saiu bem, saiu bem, saiu bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com quatro emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas 1, 2, 3 e 4, da CDH.

O projeto, pela orientação que seria, seguiria para a análise da Casa, mas o Relator pediu a palavra novamente...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... e vamos dar a ele para encaminhar uma outra votação.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Como Relator.) – Isso.

Requeremos, Presidente, nos termos dos arts. 336, III, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 5.813, de 2023, que estabelece incentivos à inserção de pessoas com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho.

Então, requerimento de urgência aqui lido e...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E defendido já.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – ... defendido.

E agora gostaria também... Já mostrei aqui para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Nós estávamos conversando com o Presidente Pacheco aqui, na hora em que eu estava aqui ao telefone, e ele acabou de responder dizendo que vamos correr para ver se bota já hoje no Plenário para a gente votar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns aí. Agora eu acredito que ele bate o escanteio e faz o gol, o gol olímpico, o gol olímpico; fez gol olímpico. Pronto, é possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Vamos para cima, hoje a gente já o vota.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aprovado o requerimento de urgência.

Então, o projeto vai diretamente para o Plenário.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Então eu vou correr atrás do Sabóia.

Obrigado mais uma vez a esta importante Comissão, Presidente. Parabéns pela condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Rosana – a Senadora Rosana muito presente no Plenário todos os dias quase; nós ficamos lá em quatro ou cinco, e ele presidindo –, se quiser comentar algum dos projetos, a palavra é sua.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai se situar primeiro.

O.k., então?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Tá, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Missão cumprida.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Missão cumprida. Até daqui a pouco. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos tirar uma foto conjunta aqui. (*Pausa.*)

Senadora Damares, nós vamos para o item 1. A senhora é a Relatora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.023154/2025-16

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, como faço de praxe, quero só cumprimentar a presença da Senadora Rosana Martinelli, que já participou aqui da votação desse projeto tão importante para os autistas, para a família autista.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5815, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que "dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências" para instituir prioridade especial para criança com até três meses de idade e para pessoas idosas com idade superior a 80 anos.

Autoria: Senador Wilder Morais (PL/GO)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da emenda nº 1-CDH (substitutivo).

Observações:

Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Caso não sejam oferecidas emendas até o encerramento da discussão, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Ontem ainda fiz uma fala no Plenário – e as pesquisas mostram, não é? – de que o país está, de fato, envelhecendo.

Na 36ª Reunião da CDH, o substitutivo ao PL 5.815, de 2023, foi aprovado por esta Comissão de forma terminativa e hoje está em turno suplementar.

Até o momento, não foi apresentada nenhuma emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunto aos Senadores e Senadoras se desejam apresentar emenda ao substitutivo e se pretendem discutir a matéria. (*Pausa.*)

Discussão também não? (*Pausa.*)

Então, encerrada a discussão, sem o oferecimento de emendas, o substitutivo é adotado de forma definitiva, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

As Senadoras, a qualquer momento que entenderem, podem usar a palavra, viu?

A Senadora Martinelli, que chegou agora, fique bem à vontade.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 763, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para estabelecer a reserva de, ao menos, trinta por cento das cadeiras de Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital e Vereador para as mulheres e reservar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para candidaturas femininas.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao PL 763/2021, com duas emendas que apresenta, acatando o PL 1333/2021 parcialmente, uma vez que seu conteúdo se encontra na primeira emenda apresentada.

Observações:

- Em 22/08/2024, foi recebido novo relatório da Senadora Zenaide Maia.

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

[Tramitam em conjunto: Projeto de Lei 1.333, de 2021.]

Tramita em conjunto com o Projeto de Lei 1.333, de 2021, não terminativo, que acrescenta ao art. 83-A a Lei 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), uma reserva para quando da renovação de dois terços do Senado Federal, em que uma vaga seja para a candidatura masculina e outra para a candidatura feminina.

Essa autoria é do Presidente da Comissão... (*Risos.*)

... para buscar o equilíbrio. Não é de dois? Um homem e uma mulher. Esse é só o critério.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senadora Zenaide Maia, favorável ao PL 763, de 2021, com duas emendas que apresenta, acatando o PL 1.333/2021 parcialmente, uma vez que o seu conteúdo se encontra na primeira emenda apresentada.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia, para a leitura do relatório. Em seguida, vamos para a discussão.

Senadora Zenaide Maia, por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu queria passar para a análise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Por videoconferência*.) – Nos termos do art. 102-E, incisos III e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção, garantia e promoção dos direitos humanos, incluindo direitos da mulher, razão pela qual é regimental a análise da matéria por este Colegiado.

Preliminarmente, destaco que a CCJ irá se manifestar sobre aspectos de juridicidade e constitucionalidade do texto e, por essa razão, o exame aqui estará concentrado na análise do mérito da proposição. E, nesse aspecto, a matéria é relevante e digna de acolhimento, uma vez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que promove o aperfeiçoamento de nossa legislação e se inscreve no conjunto de medidas adotadas neste Parlamento destinadas à promoção da representatividade feminina e dos direitos da mulher.

De acordo com o Relatório Global de Desigualdade de Gênero de 2020, compilado pelo Fórum Econômico Mundial, que avaliou diversos países e territórios segundo a igualdade de gênero nos setores da política, economia, saúde e educação, "a política continua a ser a área onde se verificam menos progressos até o momento" em termos de equidade de gênero. Sobre o cenário brasileiro, especificamente, o estudo concluiu que "a falta da atribuição de poder político às mulheres é o quesito que mais atrapalha o desempenho global do Brasil".

Para incentivar a entrada e a permanência de mulheres na política, vários países têm desenvolvido medidas, como leis de cotas ou de paridade, para promover a representação feminina nos espaços públicos de tomada de decisão. O Brasil não se encontra alheio a esse movimento. Nesse sentido, a Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, prevê, no §3º de seu art. 10, o mínimo de 30% de candidaturas de mulheres para cada partido ou coligação.

Ocorre, contudo, que os avanços legais brasileiros voltados ao incentivo das candidaturas femininas não têm se mostrado suficientes para a construção de uma nova práxis associada à participação mais equitativa das mulheres no Parlamento. A esse respeito, destaco que, apesar de mais da metade da população brasileira ser feminina (51,8%) e de as mulheres representarem a maioria do eleitorado (52,65%), considerando os resultados do último pleito eleitoral, as mulheres ocupam apenas 17,7% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 14,8% no Senado Federal.

Tais índices, ainda que ligeiramente superiores aos registrados nas eleições de 2018, demonstram que a sub-representação feminina no Parlamento brasileiro ainda é significativa. De acordo com a União Interparlamentar (UIP), organização internacional dos Parlamentos de Estados soberanos que atualmente reúne dados de 193 países, o Brasil ocupa hoje a 146º posição no *ranking* em termos de participação de mulheres no Parlamento, apresentando percentual bastante inferior à média global, que é de 26,4% de participação.

Essa problemática se reflete em várias instâncias associadas ao exercício da cidadania pelas mulheres, incluindo a sub-representação no processo político de defesa de seus direitos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interesses, além de contribuir para a ocorrência de violência política contra aquelas que atuam na vida política, atuação esta que desafia os papéis de gênero que lhes são tradicionalmente atribuídos.

Por isso, entre outras medidas, é preciso desnaturalizar a ausência feminina no exercício de direitos político-eleitorais.

Tal medida coaduna com os principais compromissos e diretrizes internacionais de proteção da mulher. Entre outros instrumentos, destaco a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979. Essa convenção foi recepcionada no Brasil nos termos do Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002, que estabelece no art. 3º que os Estados Partes devem adotar todas as medidas apropriadas, inclusive de caráter legislativo, para assegurar o pleno desenvolvimento e progresso da mulher, garantindo-lhe o gozo e o exercício de direitos e liberdades em igualdade de condições com o homem, em todas as esferas, incluindo a política. Preconiza, ainda, no art. 7º, a obrigação dos Estados Partes de tomar as medidas apropriadas para garantir, em igualdade de condições com os homens, o direito da mulher de participar na formulação de políticas governamentais e exercer todas as funções públicas em todos os planos governamentais.

Friso que as ações afirmativas surgem como medidas reparadoras relevantes e necessárias para realocar na condição de cooperadores sociais aqueles que foram historicamente excluídos de participar. É exatamente o caso da atuação das mulheres na política.

Faz menos de um século que as mulheres conquistaram o direito de votar no Brasil, onde o sufrágio feminino foi previsto pela primeira vez em 1934, mas foi efetivamente exercido de forma ampla pelas mulheres do país apenas a partir da Constituição Federal de 1988. Esse alijamento da história política nacional apresenta reflexos até os dias atuais que tornam imprescindíveis a corajosa atuação deste Parlamento para a promoção de medidas que tornem a presença de mulheres na política mais igualitária. Tais medidas devem perdurar até que as ações afirmativas se tornem desnecessárias em razão da equidade entre gêneros nos espaços de poder. Este é o nosso sonho – não é, Paulo Paim? –, não estar fazendo leis ainda para a gente poder ter equidade na participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, entendemos que as cotas de gênero na política representam avanço significativo para equilibrar a balança de representatividade feminina no cenário político nacional e que a cota para reservas de cadeiras proposta pode representar um novo caminho na busca pela igualdade de gênero e promoção dos direitos da mulher.

Consideramos que tanto o PL nº 1.333, de 2021, quanto o PL nº 763, de 2021, contêm ideias igualmente meritórias e bastante similares, senão praticamente correspondentes no que se refere à renovação do Senado Federal, para a busca pela igualdade de gênero na seara política. Contudo, o PL nº 763, de 2021, é mais abrangente, por alcançar também as cadeiras de Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital e Vereador, e possui também precedência regimental, por ser mais antigo. Por essas razões, será adotado como texto-base de aprovação para a matéria.

Visualizamos, porém, que o teor do parágrafo único do art. 83-A proposto pelo PL nº 1.333, de 2021, não está previsto no PL nº 763, de 2021. A disposição merece aproveitamento no texto para o melhor atendimento dos fins a que a norma se destina. O dispositivo prevê que os suplentes tenham o mesmo sexo dos candidatos eleitos, como forma de garantir a participação dos dois sexos na composição do Poder Legislativo mesmo em caso de afastamento do titular. Por essa razão, propomos emenda que contemple a previsão, de modo que o texto a ser aprovado represente a mais completa e abrangente composição tanto do PL nº 1.333, de 2021, quanto do PL nº 763, de 2021.

Desse modo, a norma que a proposição se tornar contempla integralmente o teor do PL nº 1.333, de 2021, por suas valorosas contribuições, sendo esta proposição rejeitada no voto meramente por razões regimentais.

Por outro lado, considerando que o intuito das proposições é aumentar a atual Bancada Feminina no Parlamento, fomentando a participação de mulheres na política, não nos parece existirem motivos para que haja previsão de reserva de cadeiras para candidatos do sexo masculino.

Tal previsão, em última análise, acaba por estabelecer barreira máxima, de forma imotivada, de mulheres passíveis de serem eleitas quando da renovação do Senado por dois terços, o que não atende aos fins a que a política afirmativa se destina. Por outro lado, a medida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderia ensejar discussões sobre a eventual exclusão de candidaturas de pessoas com outras combinações cromossômicas, consideradas intersexuais.

Dessa forma, sugerimos que a emenda para esse dispositivo passe a prever unicamente a reserva de uma das vagas para candidatas do sexo feminino, sem especificar o destino da vaga remanescente quando da renovação do Senado Federal por dois terços.

Por fim, no que se refere ao novel inciso I do art. 109 do Código Eleitoral proposto, verificamos que a previsão contemplando coligações em eleições proporcionais representa possível afronta ao teor do §1º do art. 17 da Constituição Federal, que admite coligações eleitorais exclusivamente nas eleições majoritárias. Diante disso, propomos a correspondente emenda para que seja assegurada a viabilidade da norma.

Desse modo, com as alterações sugeridas, a proposição estará digna de acolhida.

O voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 763, de 2021, com as seguintes emendas, e acatamos parcialmente o Projeto de Lei nº 1.333, de 2021, uma vez que seu conteúdo se encontra na primeira emenda abaixo transcrita:

> EMENDA Nº - CDH
> Dê-se ao art. 83-A da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, proposto pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 763, de 2021, a seguinte redação:
> "Art. 83-A. Quando da renovação do Senado Federal por dois terços, uma das vagas será reservada para candidatas do sexo feminino.
> *Parágrafo único*. Os suplentes da vaga reservada para candidatas do sexo feminino de que trata o *caput* serão do sexo feminino."
> EMENDA Nº - CDH
> Dê-se ao inciso I do art. 109 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, proposto pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 763, de 2021, a seguinte redação:
> "Art. 109.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I – dividir-se-á o número de votos válidos atribuídos a cada partido pelo número de lugares definido para o partido pelo cálculo do quociente partidário do art. 107, mais um, cabendo ao partido que apresentar a maior média um dos lugares a preencher.

....." (NR)

Esse é o voto.

Eu queria, Paulo Paim – o senhor, como autor de um deles; e a gente juntou esses dois –, dizer aqui a todos que estão presentes e às minhas colegas Parlamentares que a gente sabe que se faz necessária a nossa participação não só porque somos a maioria da população, mas porque, por exemplo, se não tivermos representatividade nos locais de Poderes, nós não vamos...

E eu queria, antes de passar para o senhor, dizer o seguinte: um exemplo para as mulheres brasileiras foi a reforma da previdência de 2019, em que nós mulheres – eu e Paulo Paim eu digo que lutamos contra – tivemos aumentados mais sete anos de trabalho para podermos nos aposentar. Eu não tenho dúvida – e nenhuma das mulheres brasileiras – de que, se fôssemos pelo menos 30% do Parlamento, não teríamos sido penalizadas com sete anos a mais de trabalho.

Vou passar agora para o autor, para poder explicar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus parabéns, Senadora Zenaide Maia, pelo brilhante relatório.

Eu concordo na íntegra, porque eu cansei aqui nesta Casa de o meu projeto ser o mais antigo e ser atropelado por outro que veio mais recente. Então, se eu defendo por princípio, eu tenho que defender o projeto do Senador Wellington Fagundes, porque o dele – os dois têm o mesmo teor, eu vou explicar o dele – é mais amplo, inclusive. Ele trata de Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal; o meu tratava só do Senado, uma vaga para o sexo feminino, uma vaga para o sexo masculino. Mas, além disso, o dele é o Projeto 763, de 2021; e o do Sr. Paulo Paim é o 1.331, de 2021. Então, é justo que o meu tenha sido apensado ao dele e, assim, ela fez uma fusão dos dois, e o projeto ficou completo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda quero dizer que essa ideia – eu mandei resgatar aqui, não estava lembrando o nome dele – de a vaga no Senado ser para um homem e uma mulher, estou resumindo, foi do ex-Senador Anibal Diniz. Ele era suplente, se não me engano, do Tião Viana ou do Jorge Viana. Ele assumiu aqui e depois ele voltou, porque ele era suplente, ele voltou e assumiu como titular. Ele disse: "Paim, você cuida para mim desse projeto?". "Eu cuido." Mas acontece que o projeto não foi aprovado e foi arquivado. E, quando eu percebi que estava arquivado, então, trabalhei para reapresentar o projeto. E reapresentei. No mesmo ano, o nosso querido Senador Wellington Fagundes, que a senhora aqui muito bem representa, Senadora Rosana Martinelli, apresentou um projeto mais amplo. O meu não ficou tão completo quanto o dele, e ainda o apresentei alguns meses depois que ele apresentou.

Então, está corretíssimo. Eu defendo exatamente o relatório da Senadora.

E, agora, espero a posição das senhoras sobre o tema.

Quem gostaria de falar?

A Senadora Rosana Martinelli vai falar sobre o tema do seu colega, nosso também, Senador Wellington Fagundes.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – É muito importante e eu quero parabenizar tanto o senhor como o próprio Anibal...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Anibal Diniz, do Acre.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Anibal Diniz, do Acre, a quem nós mandamos um abraço, porque hoje está sendo lembrado aqui. Isso é importante resgatar. Mérito é mérito, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Dai a César o que é de César.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – A César o que é de César. Era verdade.

Então, o que a gente faz aqui é justamente complementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns pela iniciativa, Senador Paim, por estar presidindo também esta Comissão; ao Senador Wellington pela iniciativa. E quero dizer da importância, realmente, de vocês apoiarem as mulheres.

Eu quero dar até um exemplo: eu venho de Sinop, Mato Grosso, uma região lá do norte do Mato Grosso, na divisa com o Pará, e eu tive a oportunidade de ser Secretária de Indústria e Comércio, primeira mulher a ser Vice-Prefeita e primeira mulher Prefeita daquela região. Eu nunca me senti menos, e sempre fui apoiada pelos homens; não tive problema.

Então, hoje, eu quero dizer que a mulher está conquistando um espaço muito importante, e os homens estão respeitando esse espaço que as mulheres estão ocupando, não é, Senadora Damares? Então, é por isso que hoje nós estamos capacitadas a atuar em qualquer segmento.

Eu quero parabenizar a Senadora Zenaide pela brilhante relatoria. A defesa que ela fez de todos esses tópicos está muito completa. E nós temos que, sim, ocupar espaço, porque a mulher – é bíblico isso – não tem que estar atrás do homem, mas, sim, ao lado do homem. E por que não na política?

Nós estamos lutando... É uma medida até desigual, porque quando a mulher quer estar em algum lugar – e eu falo no segmento do trabalho, segmento da política –, ela tem que trabalhar dobrado. Ela tem que trabalhar dobrado, ela tem que se esforçar para ser reconhecida. Eu falo como mulher, como mãe, como esposa, e a gente faz, a gente dá conta, porque nós somos abençoadas por Deus. Deus nos fez assim, com essa competência, com essa polivalência de dar conta do recado. Quando nós chegamos a nossas casas, o nosso pacotinho está lá, reservado: a nossa família, a nossa casa, e nós damos conta do recado automaticamente, sem ter e nos queixar dessa carga que nos é atribuída, porque nós estamos ocupando espaço e nós estamos aqui porque queremos – nós não fomos obrigadas.

Então, nós estamos aqui porque queremos estar, queremos contribuir, e a mulher, quando ela vem, principalmente para a política, vem por um propósito, porque ela já tem uma base e ela sabe, Presidente, que pode contribuir, opinando, estando ciente do que pode melhorar. Nós somos muitas vezes tachadas: "Elas somente são emoção". Não. A mulher é emoção e a mulher é razão para escolher o que é melhor para a nossa família, o que é melhor para a nossa vida e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é melhor para nossas cidades e para o país. Então, por isso que a mulher, mais do que nunca, merece estar...

Então, eu fico muito feliz pela iniciativa que foi feita, reconhecida pelo Senador Paim, pelo Senador Anibal e principalmente pelo Senador Wellington, que trabalha e nos dá a oportunidade, tanto é que ele me deu a oportunidade de estar aqui, me escolhendo como suplente, uma mulher.

Então, eu quero agradecer imensamente pela iniciativa do Senador.

E nós temos ainda muito. Nós tivemos somente, e eu quero ressaltar aqui...

Desde o início da República, que foi em 1889, o Brasil teve uma única Presidente, a Dilma Rousseff, e 16 Governadoras mulheres. Sim, ainda temos resquícios de uma sociedade patriarcal. Superamos o colonialismo, mas ainda precisamos enfrentar a colonialidade. Afinal, a mulher só começou a votar 90 anos atrás.

Então, nós temos ainda muito a contribuir, muito ainda a desbravar.

E eu quero aqui também elogiar a nossa ex-Primeira-Dama do país, a Michelle, que está fazendo um trabalho muito grande, oportunizando, incentivando as mulheres na política. Está percorrendo todo o país, incentivando para que mais mulheres entrem na política, que é um local também designado para nós todas. E nós temos que continuar trabalhando.

E nós, aqui, como a Senadora Damares, que foi a Ministra da Mulher, que fez um brilhante trabalho...

Muitas vezes, as mulheres são incompreendidas quando defendem principalmente a família, a liberdade de expressão, e nós, que ocupamos aqui esses cargos hoje, nós temos a grande responsabilidade de incentivar, como a Michelle, como a nossa Primeira-Dama hoje, atual, temos sim que estar engajadas, juntas, uma mulher defendendo outra mulher, dando a possibilidade de candidaturas, porque a maioria, Presidente... Quando a mulher vai para a política, ela fala assim: "Eu não vou ter oportunidade. Eu vou ter que abrir mão de tanta coisa, da minha família, do espaço...". Porque a gente tem que se desdobrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é fácil a vida nossa, e, muitas vezes, ela não tem perspectiva de poder. Então, ela nem entra. E muitas mulheres valorosas, que ocupam espaços hoje de grandes empresas, de vários segmentos, nem se animam a entrar, porque justamente sabem o quanto é difícil e o quanto é restrito esse espaço.

E esse projeto vem dar essa possibilidade às mulheres, a garantia, porque eu tenho certeza de que hoje são 30%, e nós vamos chegar a 50%, Presidente, eu tenho certeza, porque as mulheres, ocupando espaço, nós precisamos trabalhar e nós temos, todas as mulheres que estão ocupando esse espaço público, nós temos essa responsabilidade de incentivar, de trabalhar, para que mais mulheres venham a ter esse espaço na política, que é o nosso lugar.

Então, muito obrigada pela oportunidade e novamente reiterando parabéns, Senador Paim, e parabéns ao Senador Wellington Fagundes pela oportunidade de estar aqui e estar votando hoje, nesta Comissão, um importante projeto que é em defesa da mulher na política, e a mulher tem que estar em todos os lugares onde quiser. Ela tem espaço e ela tem que ter oportunidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Parabéns, Senadora Rosana Martinelli, que fez uma defesa brilhante do projeto, que é de autoria do Senador Wellington Fagundes, mas sou contemplado pelo outro projeto que apresentei, em que o original se chama Aníbal Diniz. Ele foi, voltou, e pediram que eu apresentasse, e eu apresentei, e agora os dois são contemplados. Mas quero dizer que o projeto que estamos votando é o de nº 763, de autoria do Senador Wellington Fagundes. O meu entrou como uma emenda.

E agradeço à Senadora Zenaide, porque ela poderia ter feito uma emenda dela, mas fez questão de resgatar o nosso projeto e disse que o projeto do Paim estará contemplado no projeto mais antigo, que é o do Senador Wellington Fagundes.

A Senadora sabia que ia falar. Então, eu fiz só para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu não vou perder essa oportunidade nunca.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Damares Alves falando desse momento... Eu acho até que é um dia histórico aqui, não é? Porque, lá na CCJ, quando o Aníbal apresentou e depois eu reapresentei, não foi votado, acabou sendo arquivado. Então, é um dia histórico, é o primeiro dia em que o Senado vota uma política como essa que, de fato, garante vagas para as mulheres.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu vou começar pela Zenaide, pelo voto dela, porque ficou maravilhosa a forma como ela conduziu as duas propostas em um único voto. Ficou maravilhoso.

Quero cumprimentá-lo, Presidente, por essa sua iniciativa. O senhor não só resgatou a proposta de um colega, como também nos honrou enquanto Parlamentares.

Nós estamos completando, Senador, 200 anos do Senado Federal e, por 150 anos, não tinha uma mulher aqui. A primeira mulher que assumiu como Senadora foi uma Senadora do Amazonas, em 1979. Inclusive, Senadora, ela está viva e mora aqui no DF. Eu vou até sugerir que a Bancada Feminina faça uma visita a ela e uma homenagem. A saúde dela está debilitada, mas a gente podia ir lá. É uma pessoa incrível, muito lúcida ainda. Então, 150 anos sem uma mulher nesta Casa. Quanto o Brasil perdeu, não é? Quanto?

Então, assim, a gente vem com essa proposta da reserva de cadeiras, a gente vem fazer justiça, porque nós somos boas, Senador. Nós somos muito boas no que a gente faz. Em tudo, não é?

Inclusive, a gente estava rindo aqui enquanto Zenaide estava lendo, porque nós temos um colega que pediu para a gente pedir vista, mas ele pediu para as pessoas erradas. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não tiveram nem coragem de vir falar comigo sobre isso.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu tenho muito carinho pelo colega, não vou dizer o nome, nós somos muito parceiros, mas ele vai pedir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justo para a suplente do Wellington e justo para a ex-Ministra da Mulher. Dessa vez, ele errou em pedir.

Não sei por que ele queria vista. Se ele tiver dúvida, ele vai ter a oportunidade de discutir o texto, não é?

Mas eu encerro, Presidente, dizendo que hoje é um dia realmente histórico. A reserva de cadeira aqui é um momento histórico. Eu quero, assim, nesta minha fala, neste momento final, homenagear duas pessoas: a ex-Ministra Fátima Pelaes, Ministra da Mulher, que tinha esse sonho e que é do meu partido; e a ex-Ministra Cristiane Britto, que também é do meu partido. Meu partido tem três ex-Ministras da Mulher. E a Ministra Cristiane, inclusive, trabalha aqui no Senado, está lá na sala dela nos assistindo, é chefe da assessoria jurídica do meu partido. Ela sonhou com isso, é uma grande advogada da área eleitoral, lutou muito para que isso acontecesse e, como ex-Ministra, batalhou para mais mulheres na política. Então, hoje eu também quero dizer a essas duas ex-Ministras: o sonho de vocês hoje está se concretizando aqui num texto.

Parabéns, Senador Paim e meu amigo Wellington Fagundes!

Que bom que você está aqui neste momento, Rosana, e a gente pode fazer essa homenagem ao nosso colega. E vamos embora, vamos agora caminhar para essa matéria ser imediatamente aprovada. Eu acho que vai ser um presente para as mulheres no Brasil.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Viva a política! Parabéns a nós todas por essa grande conquista e esse dia histórico! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Rosana Martinelli, a senhora, na sua fala, lembrou que tivemos somente uma mulher na política: Dilma Rousseff.

Eu conheço a Dilma Rousseff há mais de 40 anos, mesmo antes de eu ser Deputado Federal por quatro mandatos e três como Senador. Dilma Rousseff e Carlos Araújo, que já faleceu e era o esposo dela, foram na fábrica me buscar para eu ser candidato dos metalúrgicos de Canoas. Eu não tinha partido, e ainda deixavam livre para que eu escolhesse o partido. Eu acabei escolhendo, depois de uma conversa com o Presidente Lula, o PT. Mas o que eu quero

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dar de depoimento de coração e de alma? Foi a maior injustiça que esse país fez com a Presidenta, com uma mulher, que, no caso, é a Presidenta Dilma.

Eu fui à tribuna, eu defendi. Lembro-me do discurso da Senadora Kátia Abreu, brilhante discurso também, mas perdemos, e tiraram o mandato dela. Até hoje ninguém explica, só falam que foi uma tal de pedalada. E eu pergunto: o que é essa pedalada? Ninguém soube me explicar. Todo mundo diz, porque disseram, que é pedalada, pedalada, pedalada, mas não tinha um fundamento concreto do que significa isso. Vieram aqui Presidentes de outros partidos que não eram de esquerda, conversaram conosco, e não nos disseram. Mas é normal, em qualquer país do mundo, isso acontecer quando tu vês que não tem verba para isto: se é uma questão de emergência, tipo Bolsa Família ou as enchentes como no Rio Grande do Sul, tu vais deslocar verba para aquela área. No fim, ela foi considerada inocente.

Eu apenas faço esse... E vou dizer mais por que eu faço esse depoimento – e gostaria até que o pessoal que está aqui no Plenário, que conhece bem a minha história... Um belo dia desse, um jornal de repercussão em nível nacional pediu para eu fazer uma retrospectiva desses meus quase 40 anos. E eu falei o que estou falando aqui. E eles botaram lá: uma das divergências que o Paim tem é porque ele discordou de uma decisão da Dilma. Faltou com a verdade. Eu não fiquei esquentando a matéria porque sabe como é que é, quanto mais... Faltou com a verdade! Pelo contrário, eu disse que eu tinha o maior carinho pela Dilma. Conheço-a. Ela tinha um apartamentozinho em Porto Alegre. A filha dela se formou juíza. Todos bem resolvidos. O Carlos Araújo era um grande advogado também. E hoje todos reconhecem o potencial da Dilma.

Eu só digo isso porque, se fosse um homem com a tal de pedalada, não cassavam o mandato. Não cassavam, tenho certeza absoluta, porque eu vi homens... Só para dar um exemplo, vou dar um depoimento e não vou citar nomes, porque eu não sou de "fulanizar" as críticas. Teve um ou dois Senadores da época que foram tomar café com ela, almoçar com ela e se comprometeram a votar. Então, nós, aqui no Senado, pensamos: está pau a pau, acho que vai dar. E os mesmos que tomaram café com ela, que almoçaram com ela, traíram-na. Eu sei o nome, mas eu não vou dizer naturalmente. Depois, na hora aqui: "Em nome do meu pai, do meu canário, do meu cachorro, disso e daquilo, eu vou votar pelo *impeachment*". Fiquei com uma decepção enorme, porque eu acho que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vi uma frase um tempo atrás que diz o seguinte: o melhor caminho de todos é a verdade, porque, quando tu mentes, tu tens que explicar a mentira para que alguém entenda que é verdade. Agora, se tu falares a verdade, todos entendem. E eu falo essa verdade baseado no discurso que eu fiz. Quem pegar os anais... Eu fiz um discurso, no tempo que me deram, claro, de 20 minutos, em defesa da Presidenta, mas, infelizmente, o mandato dela foi cassado. Eu entendo que foi uma grande injustiça por ser mulher; se fosse homem, não tinha acontecido aquilo. Nem estou entrando aqui no debate ideológico.

Senadora Rosana Martinelli, que me deu essa oportunidade, porque citou o nome dela.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Justamente. E eu sempre comento isso: a Presidente Dilma só foi cassada porque era mulher. Concordo plenamente. E eu sempre falo isso, independentemente de elogio à política ou de estar no partido contra, o que é certo é certo.

Então, realmente, todos cometem pedalada, e quem pagou só foi a Presidente. Então foi uma mulher. E eu sempre comento, a história diz quantos anos, a previsão é de 150 anos, tomara que se reduza a possibilidade de uma mulher...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Vai ter que reduzir.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Vai ter que reduzir. Mas, quando a Presidente foi cassada, era essa a perspectiva de uma mulher vir a ser Presidente. Isso é um absurdo! Eu tenho certeza – eu sempre falo, independentemente de qualquer coisa, a gente está em partidos opostos, mas a gente tem que defender o que é certo – ela realmente foi injustiçada nesse sentido, porque muitos cometeram e cometeram muito mais e não foram cassados. E ela foi cassada somente por ser mulher. Então, a gente não pode jamais acobertar esse tipo de coisa. Justiça seja feita!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma salva de palmas (*Fora do microfone.*) (*Palmas.*) a você e à nossa ex-Presidente Dilma.

Dilma, eu sei que você não está aqui, mas saiba que esse aqui é um depoimento verdadeiro, deste que votou contra o seu *impeachment*. Alguns, às vezes, jogam veneno aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas um depoimento que eu acho que é o depoimento de todas as mulheres desta Comissão aqui, e de homens também que têm a mesma visão. Muito obrigado.

Vamos em frente, então, agora. Podemos ir em frente?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.

Em discussão ainda a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao PL 763, de 2021, com duas emendas que apresenta, acatando, na fusão que a Senadora fez, também o PL 1.333, de 2021, parcialmente, uma vez que seu conteúdo se encontra agora na primeira emenda apresentada, ou seja, no projeto original.

Assim, aqueles que aprovam permaneçam como se encontram.

Estamos votando o PL... sumiu daqui. Eu quero destacar aqui: estamos votando – para que todos entendam –, o meu projeto foi aprovado parcialmente, mas o projeto que está sendo votado e foi aprovado é o projeto de autoria do Senador Wellington Fagundes, esse é o projeto que está sendo votado. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao Projeto 763, de 2021, com as Emendas 1 e 2–CDH, e parcialmente favorável ao PL 1.333, de 2021.

Muito bem, Senador Wellington Fagundes, sua representante aqui fez a defesa com muito carinho.

O projeto segue para análise terminativa na CCJ. Se dependesse de mim – aquela velha história da urgência... Pergunto se pode a urgência, vocês querem encaminhar a urgência? Porque já daria mais um passo à frente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Assinamos o requerimento de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, vamos...

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Faço tudo que for necessário. Senão, está aqui verbalmente o pedido de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um pouquinho, só um pouquinho. A assessoria aqui, eu já... Permita-me que eu encaminhe. Eu já, de pronto, digo: se dependesse deste Plenário, teria o aval total da urgência do projeto, mas, como ele é terminativo na CCJ, que vá a recomendação: se dependesse da Comissão de Direitos Humanos seria aprovado para ir para a urgência do Plenário, mas não me permite, então vai para a CCJ cumprir o rito.

Senadora Zenaide Maia pediu a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, é só para agradecer e parabenizar os Senadores Aníbal, Wellington Fagundes e o senhor, que teve esse olhar, agradeço pela relatoria.

Quero dizer o seguinte para as minhas amigas que estão aí, minhas colegas: eu nunca tive dúvida de que a Presidente Dilma só foi cassada porque era mulher. Eu fui o único voto contra o *impeachment* da Dilma no Estado do Rio Grande do Norte, o único na Câmara – eu era Deputada Federal. E a gente sabia, tinha certeza que era isso.

Quero dizer o seguinte: quero parabenizar o Wellington mais uma vez, Paulo Paim, as colegas Damares e nossa suplente – aí a gente já vai ficar triste, porque, quando terminar, se o Wellington voltar, nossa amiga vai sair, vai ser uma mulher a menos. Mas quero dizer o seguinte para as mulheres brasileiras: venham participar da vida política, porque vocês que estão nos assistindo, quando dizem assim... Eu ouço isto muito, Damares: "Dra. Zenaide... ". Porque eu sou médica da universidade, de formação, e não tenho nada a ver com política, mas todas as decisões são políticas. É na política, aqui neste Congresso Nacional, que se define o nosso salário, quantas horas vamos trabalhar. Como foi falado muito bem, eu sou médica, Senadora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mãe e avó, e a gente, nenhuma mulher trabalha menos do que três expedientes. Então, se isto tudo, salário, com que idade vai se aposentar... Lembrem-se: é o Congresso Nacional que define qual é a quantidade de recursos que vai para a saúde pública, para a educação pública, para a segurança pública, para a defesa das mulheres, para a assistência social.

Aproveitando aqui, Paulo Paim, como Procuradora Especial da Mulher, quero fazer um chamamento às mulheres deste país: vamos participar sim da política! As decisões são políticas, e, ainda mais, nós sabemos que apesar, como foi falado, não ter nem cem anos de quando pudemos votar e ser votadas, naqueles locais onde se depende de processo seletivo nós já estamos chegando lá. Então, vamos participar sim.

Obrigada, mais uma vez, ao Wellington Fagundes, ao Senador Aníbal e ao Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Zenaide Maia, mesmo à distância, pelo brilhante relatório, aqui apoiado por todos os Parlamentares e pelos que estão aqui presentes, e todos em sintonia em reconhecer, nem que tardiamente... Nós votamos, fazendo em nome do Congresso – aqueles que pensam assim, naturalmente, não é? –, que a Presidente Dilma só foi cassada por ser mulher. E aqui todos nós demos o nosso depoimento.

Eu me lembro de que um jornal de Brasília, com um articulador famoso, que já faleceu agora... Porque eu venho de outros tempos, viu, pessoal? Ele já faleceu, e a filha dele é jornalista. Ele escreveu um artigo dizendo que foi o melhor pronunciamento que eu fiz: a defesa da Dilma. E perdi. Então, com o melhor pronunciamento que eu fiz na minha vida, eu perdi a votação. Enfim, tudo faz parte da democracia e do voto, não é? A vida é assim.

Então, neste momento, eu vou convidar – porque a senhora não teve essa oportunidade que a Damares já teve – a Senadora Rosana Martinelli para presidir no meu lugar, porque eu sou Relator de um projeto do Senador Ciro Nogueira e fiz o relatório favorável ao projeto.

Convido a senhora a presidir. Vai ter toda a orientação aqui do... (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Vamos dar prosseguimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 4800, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o art. 46 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para fixar a competência do foro do domicílio da pessoa idosa economicamente hipossuficiente, quando figurar na condição de autora, nas ações fundadas em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo, neste momento, a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidenta Rosana Martinelli, se V. Exa. permitir, eu vou direto à análise.

Eu não altero o conteúdo do projeto, só faço algumas adaptações, porque todos sabem o compromisso que eu tenho com a pessoa idosa, e esse projeto traz benefícios à pessoa idosa.

Vou direto à análise, pode ser? Posso ir direto à análise?

A SRA. PRESIDENTE (Rosana Martinelli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Pode.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal estabelece competência desta Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para opinar sobre matérias relativas à proteção dos idosos, como a que ora examinamos, do Senador Ciro.

Ainda que as pessoas idosas representem uma parcela crescente da população brasileira e que a sua renda seja, em muitos casos, o arrimo econômico das suas famílias – como vimos durante a recessão pela qual a economia brasileira passou nos últimos anos –, uma proposição voltada às pessoas idosas hipossuficientes está solidamente alicerçada nos valores constitucionais da solidariedade e, mais particularmente, do respeito prioritário à juventude e à velhice. Cabe mencionar que existe jurisprudência afastando cláusulas de eleição de foro em contratos de adesão firmados por partes hipossuficientes, independentemente de sua idade, o que nos permite afirmar que essa exceção seria ainda mais compreensível e socialmente aceita no caso de pessoas idosas desfavorecidas.

Não obstante o mérito, que reconhecemos, do projeto do Senador Ciro Nogueira...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, muito bem, muito bem. Mas foi simbólico a sua... foi a simbologia.

Não obstante o mérito, que reconhecemos, há margem para aprimorar tecnicamente a proposição e evitar possíveis efeitos desejados, como passamos a expor.

Inicialmente, sob a perspectiva da técnica legislativa, a proposição mereceria alguns reparos, pois já existem os §§3º, 4º e 5º que ela pretende acrescentar ao art. 46 do Código de Processo Civil. Dessa forma, seria correto enunciar, no art. 1º do PL, que o art. 46 “passa a vigorar com a seguinte redação”, acrescentando os §§6º a 8º, ao final do qual se inserem as letras “NR”, para indicar que o dispositivo sofreu alteração. Além disso, a expressão “anoso”, como sinônimo de “idoso”, é pouco conhecida e utilizada na linguagem corrente, enquanto o art. 11, inciso II, alínea "b", da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, determina que a precisão seja obtida expressando-se ideias, quando repetidas no texto, com o uso das mesmas palavras, sem usar sinônimos com propósito meramente estilístico. Mas há observações adicionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Progredindo em nossa análise, constatamos que é necessário ter cuidado, ao definir regra de competência jurisdicional em razão da idade da parte, para não dar margem a conflitos com as normas de competência de foro previstas no art. 53 do Código de Processo Civil. Por exemplo: o art. 46 diria que as ações cujos autores forem pessoas idosas economicamente hipossuficientes poderão ser propostas no foro do respectivo domicílio, mas o art. 53 prevê, por exemplo, o foro do último domicílio do casal para ações de divórcio ou afins, e do lugar do ato ou do fato para ações de reparação de danos. Existe, portanto, margem para antinomia, o que nos impele a sugerir alterações de maior vulto, em prol somente da juridicidade, e protegendo até a ideia original do Senador Ciro Nogueira.

Registre-se, ainda, que o art. 53, inciso III, alínea "e", do Código de Processo Civil, já estabelece a competência do foro do lugar onde resida a pessoa idosa, para a causa que verse sobre direitos previstos na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, conhecida como Estatuto da Pessoa Idosa, estatuto de que – todos sabem – eu tenho o orgulho de dizer que fui o autor. A construção foi coletiva, ajustada no conjunto da obra, aqui pelo Congresso Nacional, principalmente o Senado.

Assim, seria recomendável prever regras que favoreçam as pessoas idosas economicamente hipossuficientes como acréscimos a esse dispositivo, desdobrado em itens, que equacionem as questões mencionadas.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.800, de 2023, com a emenda que apresentei.

Não precisa ler toda a emenda, não é, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não. Está publicada.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com uma emenda substitutiva que ora se apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos favorável ao projeto, na forma da Emenda 1– CDH (Substitutivo).

Aproveito, Presidente, para informar que o projeto segue para análise terminativa na CCJ.

E aproveito para parabenizá-lo pelo voto. Muito justa e oportuna esta matéria. Parabéns, Presidente.

Devolvo a Presidência ao nosso Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para cumprir o ritual da Casa, eu vou ler o expediente final, e encerramos a sessão.

Senadora, fique bem à vontade, porque eu só vou ler o ritual aqui.

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos:

- sugestão de projeto de lei em favor da pessoa com deficiência (PCD), pois o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) frustra as expectativas ao manter o limite de R$70 mil para isenção do ICMS na compra de carros para pessoas com deficiência, valor insuficiente para adquirir um veículo adequado para transporte de cadeira de rodas, sendo necessário aumentar o limite, segundo propôs, para R$120 mil e garantir a isenção integral;

- solicitação de apoio na defesa de Jorge Glas, ex-Vice-Presidente do Equador;

- denúncias de atos racistas contra um Parlamentar negro na convenção partidária em Itabuna no sul da Bahia, contra atos da Comissão de Anistia por descumprimento da Lei da Anistia, de cultura de assédio dentro da organização da sociedade civil e da Organização Nacional de Direitos Humanos que apresenta denúncia da União Nacional Indígena contra abuso de autoridade e violação de direitos humanos em condução policial na delegacia territorial de Pau Brasil;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- da DPU, da Defensoria Nacional de Direitos Humanos, encaminhando o Anuário do Sistema de Defensoras e Defensores Nacional e Regionais de Direitos Humanos, da Defensoria Pública da União (junho de 2023 a junho de 2024).

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 2, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria e/ou no Portal da CDH para manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminando o prazo, os documentos serão arquivados.

Nesses mesmos termos, comunico o encerramento do prazo dos documentos lidos na 33ª Reunião.

Encerramos, assim, a nossa reunião deliberativa do dia de hoje...

Já vi que o Bira está aqui presente. O Bira foi o grande articulador daquele debate sobre a anistia. Meus cumprimentos, Bira!

Encerrados os trabalhos no dia de hoje.

(*Iniciada às 11 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e vinte e seis minutos do dia vinte e oito de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Giordano, Weverton, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Flávio Arns, Otto Alencar, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Romário, Eduardo Gomes, Dr. Hiran, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores André Amaral, Wilder Morais, Sérgio Petecão, Jorge Seif, Ciro Nogueira, Beto Faro, Rosana Martinelli e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli, Humberto Costa, Magno Malta e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 39/2024 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: debater o "Dia da Visibilidade Lésbica: pesquisas e ativismos", em parceria com a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados. Participantes: Deputada Federal Daiana Silva dos Santos, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados; Deputada Federal Carla Ayres, Câmara dos Deputados; Dayana Brunetto, Professora Pós-Doutora - Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos; Raquel Mesquita, Pesquisadora, militante e mestre em Economia pela Universidade de Brasília - Membro da Equipe de Pesquisa do I LesboCenso Nacional; Janaína Oliveira, Vice Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e Representante o Fórum de Lésbicas do Ministério das Mulheres; e Carla Ramos, Representante da Secretaria Nacional de Enfrentamento à violência contra Mulheres. O Presidente faz os seguintes encaminhamentos: Reformulação dos protocolos de atendimentos de saúde, tornando-os sensíveis à orientação sexual e à identidade de gênero; garantir o acesso à contracepção assistida; permitir que a lesbofobia seja mapeada e identificada nos boletins de ocorrência; inclusão do lesbocídio (assassinato da mulher lésbica), como um caso de feminicídio por meio da alteração do Código Penal; exigir do IBGE que inclua na PNAD – Contínua e no Censo, perguntas sobre orientação sexual e identidade de gênero, uma vez que o IBGE alega que a população não sabe ainda o que é orientação sexual, então seria necessária uma política de conscientização sobre o que significa cada letra do acrônimo LGBT, além do significado de cisgeneridade e heterossexualidade; criar um grupo de trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para pautar os problemas e soluções junto aos cartórios de registros civis e apresentar soluções legislativas; pautar a questão da visibilidade lésbica dentro do LOA. O Presidente passa a palavra para os seguintes na galeria: Bel Sá, Secretária Substituta da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+; e Tiago Ranieri de Oliveira Procurador do Trabalho – MPTGO. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/08/28

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 43ª Reunião, Extraordinária, Semipresencial, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, da Câmara dos Deputados.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 39, de 2024, desta Comissão, de minha autoria e de outros Senadores e Senadoras, para debater o tema do Dia da Visibilidade Lésbica: pesquisas e ativismos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Boa tarde a todos e a todas. Sejam todas e todos bem-vindos! Estão em casa aqui.

Eu vou fazer uma pequena introdução, como é de praxe, de minha parte, sobre o tema. Em seguida, eu chamarei as convidadas para falarem aqui da mesa.

Esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados, tem como objetivo debater o Dia da Visibilidade Lésbica: pesquisas e ativismos.

No dia 29 de agosto, ou seja, amanhã, celebra-se o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. A data foi escolhida em razão do I Seminário Nacional de Lésbicas, realizado em 1996. Esse é um dia dedicado a discutir políticas públicas de combate à lesbofobia e a dar visibilidade à comunidade lésbica no Brasil.

Embora tenha havido avanço significativo na legislação para as mulheres lésbicas, com a inclusão da orientação sexual na Lei Maria da Penha, o direito ao casamento civil entre mulheres, o amparo legal para a reprodução assistida e a importante decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2019, que equiparou a homofobia e a transfobia a crime de racismo, ainda é muito pouco. Digamos que, nesse campo, fizemos muito, mas temos muito por fazer.

Nesta audiência pública, serão apresentadas três pesquisas sobre a violência contra lésbicas no país. É fundamental fomentar o diálogo sobre a pluralidade e buscar o respeito aos direitos da comunidade lésbica. Sabemos que o aumento de casos de violência contra lésbicas no Brasil tem aumentado. O Brasil precisa enfrentar corajosamente essa questão, que é uma questão de direitos humanos.

Essa é uma rápida introdução. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De imediato, convoco – convoco ou convido, como diz ela, que esteve ontem comigo aqui – a Deputada Federal Daiana Santos, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados. (*Palmas.*)

Na minha fala inicial, eu já anunciava que, aqui, há uma parceria entre nós, como fizemos ontem. Foi um sucesso ontem, como vai ser muito boa hoje.

Já fiz uma fala rápida. Neste momento, se você quiser fazer sua fala já, você é quem manda.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Deputada é bem democrática: "vamos chamar os nossos convidados. Depois, eu falo".

De imediato, eu convido a Deputada Federal Carla Ayres. Por favor, seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Convido também Raquel Mesquita, Pesquisadora, militante e Mestra em Economia pela Universidade de Brasília, membro da equipe de pesquisa do I LesboCenso Nacional. (*Pausa.*)

Já está à mesa a Deputada Federal Daiana.

Era para estar presente nesta mesa – não sei se já chegou – Dayana Brunetto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Dayana Brunetto, convidada direto para ir para a mesa. (*Palmas.*)

Chegou no suspense da chamada, Dayana Brunetto, Professora Pós-Doutora, Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos. Já está aqui. Meus cumprimentos! Bem-vinda. (*Palmas.*)

Por videoconferência, teremos Janaína Oliveira, Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e representante do Fórum de Lésbicas, do Ministério das Mulheres. Muito bem, Janaína. Vamos dar uma salva de palmas para a Janaína. O Ministério das Mulheres, presente. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos seguir a ordem aqui.

De imediato, se assim ela concordar... Sobrou para você abrir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Disse ela: "tudo comigo, pode deixar". (*Risos.*)

Eu passo a palavra, de imediato, à Deputada Federal Carla Ayres.

Já está liberada, é só apertar.

A SRA. CARLA AYRES (Bloco/PT - SC. Para expor.) – Boa tarde a todas as pessoas presentes, a quem nos acompanha ao vivo pela TV Câmara.

Quero saudar, primeiramente, o Senador Paim por sempre ser um parceiro em toda e qualquer pauta que diga respeito aos direitos humanos neste país, em todo o tempo que compõe este seleto Colégio de Líderes no Senado; e minhas companheiras de luta e de história Daiana Santos, Dayana Brunetto e Raquel, pela pesquisa, inclusive.

Senador, a gente fica muito feliz com a parceria constituída entre a Câmara Federal e o Senado Federal em relação à visibilidade lésbica.

Nós temos um movimento ativo há muitos anos, há muitas décadas no nosso país, que começa sua história na luta pela democracia no sentido de que a gente pudesse ocupar os nossos espaços, ter o nosso reconhecimento enquanto cidadãs, garantir direitos para nossa população e a liberdade de sermos quem somos. Esse movimento, ao longo de muito tempo, pautou políticas públicas específicas.

Está aqui a nossa Secretária Adjunta e interina Bel Sá, que representa hoje a Secretaria Nacional LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos, que ladeia a minha trajetória enquanto militante também. (*Palmas.*)

Neste momento histórico, em que a gente tem um fato extremamente relevante que é nós termos, na Câmara Federal, um espaço que tantas vezes protagoniza os ataques contra nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existência, contra os nossos direitos, duas Parlamentares abertamente lésbicas, que somos a companheira Daiana Santos e eu, podemos estar aqui... (*Palmas.*)

... falando por nós mesmas e sendo a voz de muitas daquelas que já ficaram pelo caminho e daquelas que ainda estão nos territórios sofrendo muito com o preconceito, pela memória daquelas que se foram pela crueldade que ainda é ser quem somos no nosso país. Então, toda e qualquer porta aberta que este Parlamento apresenta, para que possamos discutir avanços em relação às nossas pautas, é extremamente relevante. Fico muito feliz com este momento.

Mais uma vez, agradeço.

Vamos ter uma tarde, certamente, de debates muito oportunos, que não podem ficar no debate, que precisam ter encaminhamentos práticos para que mais nenhuma de nós tombe no caminho.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Meus comprimentos à Deputada Federal Carla Ayres, que faz uma abertura simples, direta e objetiva, apontando caminhos já para que não se fique só no discurso. Muito bom. Gostei.

Raquel Mesquita, Pesquisadora, militante e Mestre em Economia pela Universidade de Brasília. Ela é membro da equipe de pesquisa do I LesboCenso Nacional.

A SRA. RAQUEL MESQUITA (Para expor.) – Obrigada pelo convite, Senador Paulo Paim.

É a minha segunda oportunidade de estar aqui nesta Casa falando sobre este tema, sobre visibilidade lésbica, especificamente.

Agradeço também à Deputada Carla Ayres, à Deputada Daiana Santos e à companheira Dayana Brunetto, de tantas lutas.

Hoje, eu vim aqui apresentar o LesboCenso Nacional. É uma honra participar deste momento dessa pesquisa, que já está rodando há algum tempo. Já temos dados para trazer a este debate das políticas públicas, principalmente, nesta Casa, uma Casa que por muitos anos nos invisibilizou. Trazer também um recorte de raças e das interseccionalidades é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante para nortearmos as políticas públicas para a nossa população de forma que possamos ter uma cidadania plena, porque não basta ser visível, é preciso também ser um agente de mudança e de transformação histórica na política nacional.

Muito obrigada pelo convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Raquel Mesquita é Pesquisadora, militante e Mestre em Economia pela Universidade de Brasília e está aqui para participar deste debate com nós todos.

Depois, tem algumas perguntas. Até vou pedir para você, Daiana, para ler as perguntas no momento em que entender necessário – se alguém quiser, pode ir respondendo.

Vou pedir para a nossa querida Daiana Santos, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados. Nós vamos dividir aqui, é uma parceria, esta Comissão, que eu presido e ela preside.

Então, eu pediria para ela, se ela puder já ler as perguntas que chegaram pelo e-Cidadania, algumas daquelas que estão na mesa e as que vão falar...

A SRA. DAIANA SANTOS (Bloco/PCdoB - RS. *Fora do microfone*.) – Você não quer passar para a Dayana de repente antes?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ser.

A SRA. DAIANA SANTOS (Bloco/PCdoB - RS. *Fora do microfone*.) – Claro, porque depois a gente já lê as perguntas e eu já falo.

É perigoso o senhor me passar a palavra... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Daqui a pouco não lhe dou mais a Presidência, é só vacilar... (*Risos.*)

Então, vou seguir a orientação dela.

Vamos passar, de imediato, para Dayana Brunetto, Professora Pós-Doutora, Coordenadora-Geral da Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAYANA BRUNETTO (Para expor.) – Olá todas as pessoas presentes, boa tarde a todas, todes e todos.

É uma grande satisfação estar aqui hoje.

Quero saudar a Daiana Santos, a Carla Ayres, a Raquel Mesquita e, também, o Senador Paim, cumprimentando a Mesa também quero saudar a nossa Secretária substituta, a Secretária Nacional dos Direitos das pessoas LGBTQIA+, Bel Sá, que é a resistência e uma inspiração para todas nós.

Uma mulher preta, sapatão, periférica, nos representando aqui hoje e representando a Secretaria, que é um aceno do Governo Federal para a importância dessas políticas e para a gente sair, pois, como diz a Raquel, não basta ser visível, a gente precisa de políticas efetivas e de dados que nos representem e que orientem o planejamento das políticas públicas.

Então, quero agradecer ao Senador Paim que tão prontamente atendeu à nossa solicitação de audiência um tempo atrás, à Daiana Santos também, Senador, para dar visibilidade também às pesquisas dos movimentos sociais, porque ainda que a gente não tenha dados estáveis nos sistemas de Governo ou nos órgãos federais, estaduais e municipais, a gente tem as pesquisas feitas pelas ativistas e acadêmicas do movimento social de lésbicas feministas, então, quero visibilizar essas pesquisas e parabenizá-las também.

Muito obrigada pelo convite. (*Palmas.*)

A SRA. CARLA AYRES (Bloco/PT - SC) – Permitam-me uma quebra de protocolo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou lhe permitir isso, só vou agradecer à Dayana, que aqui fala em nome do Ministério dos Direitos Humanos.

Isso é muito, muito importante.

Muito obrigado, Dayana, você esteve aqui outras vezes já e fez uma fala muito qualificada. E, naturalmente, todas vocês aqui farão essa fala que ficará nos *Anais da Casa*.

Deputada Federal, Carla Ayres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CARLA AYRES (Bloco/PT - SC. Para expor.) – Obrigada, Senador.

A gente está falando aqui sobre visibilidade para além dos dados e das pesquisas.

Eu acho que é extremamente importante e relevante dizer que nós estamos em todos os espaços e que aqui estão presentes assessoria de ministério, como a Carla, assessoria de Parlamentar, da Deputada Ana Pimentel, além da Bel, e eu tenho o prazer e a honra de estar acompanhada da minha esposa também, porque é extremamente importante a gente ocupar com afeto... (*Palmas.*)

... esse espaço e que todos os nossos corpos de existência ocupem resistentemente o Parlamento brasileiro.

Então, parabéns e obrigada a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Diga o nome dela.

A SRA. CARLA AYRES (Bloco/PT - SC) – Jeane Adre Rinque. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou passar a palavra agora, porque depois eu vou passar para quem vai falar por videoconferência, para a Deputada Federal Daiana Santos, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados, que esteve aqui ontem.

Foi muito bem no debate da anistia, fez uma fala aqui que foi muito aplaudida. Eu fiquei orgulhoso, porque ela é gaúcha, e gaúcho é meio bairrista, mas só meio. (*Risos.*) Não totalmente.

A SRA. CARLA AYRES (Bloco/PT - SC) – Só meio. Mas, se for meio a meio, a gente faz completo aqui, então. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É com você, Daiana.

A SRA. DAIANA SANTOS (Bloco/PCdoB - RS. Para expor.) – Obrigada, meu querido conterrâneo, Senador Paulo Paim. Quero, na sua pessoa, aqui também agradecer à Carla, à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dayana. Também faço uma menção muito importante, Raquel, à tua pesquisa, e principalmente à tua figura enquanto uma mulher pesquisadora, uma mulher lésbica, num tema tão importante, tão sensível e necessário para nós. Também quero saudar a Janaína, que está *online*, que é uma grande companheira, camarada e parceira. Faço uma saudação também especial – porque há outros movimentos, obviamente, de que ela também faz parte – à grande camarada, a uma referência lésbica deste Planalto Central que é a Lélia, que aqui está representando hoje, entre outros movimentos, dos tantos que ela faz, o Vote LGBT. Um importante instrumento... (*Palmas.*)

Merece mesmo essas palmas, porque é um importante instrumento que tem auxiliado, Senador Paim, no desenvolvimento de ações efetivas para as candidaturas LGBTs ao longo de todo o país. Isso se faz fundamental porque, quando a gente chega num espaço como este – e aqui estamos eu e Carla –, a gente fala ainda de uma minoria se colocando de uma forma muito contundente para a representatividade de uma parcela significativa da população que não tem investimentos, que sofre com todo esse revés da desestrutura de uma política que acaba sendo sempre tensionada em prol de algumas prioridades que nunca se colocam à disposição dessa diversidade, que não conseguem ser parte dessa contemplação de um país que está avançando por conta não só da miscigenação, da diversidade, dessa pluralidade de quem nós somos. *Pari passu,* não tem um investimento referente a isso.

Também já aproveito para falar que, assim como a gente faz essa defesa importante, hoje, da visibilidade e do orgulho lésbico, a gente também tem que tratar isso numa questão de gênero. Eu, agora, faço parte – desde o início do ano – do Observatório Nacional da Mulher na Política. Por esse período, estou coordenando todo o Observatório. Eu atuo direto com a violência política de gênero, mas agora estou com a coordenação de todo o Observatório. A gente recebe, no Observatório, centenas de denúncias relacionadas à atuação de mulheres. Quando essas mulheres vêm já com esses corpos marcados por serem mulheres negras, mulheres lésbicas, por serem mulheres que transitam e pautam a diversidade do que é ser mulher no nosso país, sofrem ainda mais.

Então, é a importância de grupos como o seu Lélia, do Vote LGBT, que tem essa grande parceria conosco e que tem uma atuação muito contundente, que faz esse movimento de evidenciar essas questões e de colocar isso como parte dessa plataforma política, de colocar isso como parte fundamental, para que a gente tenha um debate de investimentos e também da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança da atuação, para poder se projetar. Se não se tem isso em definitivo, não se consegue executar nenhum tipo de movimento nesses espaços políticos, imaginem chegar até à Câmara Federal. Nas Câmaras de Vereadoras e Vereadoras, que agora estão num processo eleitoral, Senador Paim, a gente já vê essa resistência – e ainda embasada em mentiras, em *fake news* que tentam dar o tom, com todas as mentiras que falam da nossa existência, desses corpos que se colocam fazendo a defesa da diversidade – como parte de uma situação organizada para refutar essa nossa condição, mas principalmente, Carla, aquilo que a gente tem como pauta principal, porque, quando a gente fala isso, não é pauta identitária, e muito menos pauta de costume, a gente está falando das nossas vidas, do nosso modo de viver, da nossa atuação, daquilo que de fato é muito caro e importante e que a gente não vai negociar.

Então, fazendo isso, eu quero dizer que é muito importante hoje nós estarmos juntos – a Comissão aqui do Senado e a Comissão da Câmara –, neste momento, que é um momento de fato histórico e necessário para o avanço de uma nova possibilidade de construção política nesses lugares.

Acho que trazer isso, Senador Paim, com toda a responsabilidade e com todo o orgulho que tenho, inclusive, de estar ao seu lado, gaúcho, e vamos, sim, falar metade-metade, meio bairrista, vamos falar dessa forma porque, em definitivo, é um orgulho imenso poder estar construindo esses espaços de defesa da política e de possibilidade de ampliação de um debate, de uma construção política mais efetiva, garantindo as nossas atuações.

Fazer isso em espaços onde, majoritariamente, a gente tem um pensamento e ações que permeiam sempre um grupo político. Fazem isso como priorização mesmo, um grupo político que tem como hábito e como costume não nos colocar no centro do debate. Não colocam LGBTs, principalmente mulheres lésbicas, isso nunca está no centro do debate. Se não somos nós – é sempre isso –, precisa ter uma de nós, precisa ter um de nós para poder continuar tensionando para que a gente consiga existir nesses lugares.

Por isso falo, Raquel, da importância da pesquisa, por isso falo que a gente tem que evidenciar, e a gente não quer ficar o tempo todo tratando das questões que falam das violências contra nós. A gente não quer isso, em definitivo, a gente não quer, porque, para além, muito além da nossa orientação dentro dessa sociedade – e quando digo isso falo inclusive da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

postura política e não da nossa identidade de gênero –, para muito além disso nós somos indivíduos pensantes, nós estamos aqui produzindo política, nós nos colocamos à disposição para fazer a ruptura de um sistema que não nos comporta, mas que necessariamente precisa nos ouvir, e que não fala somente... (*Palmas.*)

Vou inclusive bater palmas junto do Senador, porque quando eu falo disso, a gente está tratando de questões que são muito sensíveis e são muito importantes.

Nós aqui estamos, neste momento, recebendo a possibilidade de estarmos visibilizados, porque aquilo que nós tensionamos, enquanto política federal, Carla, tem um eco, mas nós temos centenas e milhares de mulheres lésbicas que estão atuando em movimentos, que estão nas organizações, que estão na pesquisa, estão na academia, estão na cultura, estão na saúde, estão nas artes, estão em todos os espaços e não se sentem seguras para tratar dos temas como devidamente devem ser tratados, não se sentem seguras de exaltar quem são por conta das violências.

Termino aqui, Senador, falando que a necessidade desse nosso encontro e desse nosso debate, do avanço, pensando na produção de dados e de políticas é para dar segurança para o avanço dessa sociedade, que não pode refutar e não pode tratar com violência corpos que diferem dessa normativa que foi imposta para nós.

Trato isso e trago à memória aqui os últimos fatos absurdos que nós tivemos de violência contra nós, mulheres lésbicas, e aí me coloco nessa condição porque nenhuma de nós está livre dessa violação de direito.

Nós, como presidentes dessas Comissões aqui no Senado e na Câmara Federal, temos a obrigatoriedade de levar essas questões, todas elas, até as últimas consequências de responsabilização. Não se pode negociar com aquilo que está violando o direito da existência desses corpos.

Então, viva a visibilidade, viva o orgulho, vivam todas essas mulheres lésbicas que se colocam à disposição e que fazem um enfrentamento cotidiano, não somente aqui no espaço da política, mas em todos os cantos, porque a luta que essas mulheres historicamente vêm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

travando para existir, por amar, Senador Paim, é o que faz com que hoje nós tenhamos avanços significativos na sociedade e na política.

Muitíssimo obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Deputada Federal Daiana Santos. Eu gostei do seu "viva" aí! Viva! O "viva" dela foi muito bonito. É a Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados, que orgulhosamente – eu digo – foi eleita pelo Rio Grande do Sul. (*Risos.*)

A SRA. DAIANA SANTOS (Bloco/PCdoB - RS. *Fora do microfone*.) – Vocês já viram que vai ser isso hoje aqui! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Passamos a palavra, agora, por videoconferência, à Janaína Oliveira, Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e representante do Fórum de Lésbicas do Ministério das Mulheres.

A SRA. JANAÍNA OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas as pessoas.

Eu quero agradecer imensamente o convite do nosso Senador Paulo Paim e saudar as nossas Deputadas Federais Carla Ayres e Daiana, que são duas mulheres de luta, aguerridas, e que são uma referência e um exemplo. A gente sabe o quanto ocupar esse espaço político no Congresso Federal é central para as lutas sociais. Então, fica o meu forte abraço às minhas companheiras aí.

Quero saudar a Raquel, a Dayana, a Bel, que está como Secretária interina da Secretaria dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, e dizer que esta audiência é fundamental não só para a gente falar de dados que são centrais para nortear o processo das múltiplas violências que se tem no país e no mundo com a população lésbica, seja cis, seja trans, mas para ter uma oportunidade para a gente debater como o sistema... E a nossa Deputada Daiana faz muito bem essa referência, quando a gente fala sobre gênero, da importância de a gente debater também as questões de gênero, porque isso vai perpassar como essas violências, a partir do patriarcado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a partir do sexismo, a partir do machismo... Ele também é violento, ele é também perverso com as mulheres lésbicas deste país. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Janaína Oliveira, Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e representante do Fórum de Lésbicas do Ministério das Mulheres, que eu até elogiava hoje de manhã, pois lançou a campanha Feminicídio Zero. Eu acompanhei pela TV, não pude estar lá, mas enalteci, hoje de manhã, essa iniciativa da Ministra. E foi um belo evento com a presença do Presidente Lula.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Você foi lá?

A SRA. DAIANA SANTOS (Bloco/PCdoB - RS. *Fora do microfone.*) – Não. Eu mandei representante...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, eu também não estava lá.

A SRA. DAIANA SANTOS (Bloco/PCdoB - RS. *Fora do microfone.*) – Estive antes com a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com a Ministra. Muito bem.

Graziele Carra Dias, que era para estar presencialmente, eu acho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, vamos lá. É a Carla que veio representando...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode vir para a mesa. Cadeira a gente resolve.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Carla está bem quietinha aí, não é, Carla? Não! Venha cá. Venha para a mesa. Lugar não vai faltar.

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode deixar aí que eu cuido para você. (*Risos.*)

Se faltar alguma coisa, fui eu... Se faltar alguma coisa no final, "ah, o Senador Paim disse que cuidava, então, ele é responsável..." Estou brincando, claro. Estão todos em casa aqui. (*Pausa.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só faltou a placa dela aqui. (*Pausa.*)

Carla, você, agora, é que fala pelo Ministério das Mulheres.

A SRA. CARLA RAMOS (Para expor.) – Que responsabilidade!

Uma boa tarde a todas as pessoas! Cumprimento esta mesa maravilhosa – que honra, que prazer enorme –, com as Deputadas e com o Senador! Muito boa tarde, mais uma vez!

A Malu, que está ali, na plateia, me colocou nesta situação, aqui, hoje, e eu agradeço! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Nós é que agradecemos!

A SRA. CARLA RAMOS – A Maria Luiza de Aquino é a nossa Assessora LBT no ministério, trabalha diretamente com a Ministra e é quem está tocando, de maneira mais direta e muito dedicada, a pauta dentro do Ministério das Mulheres. A gente tem avançado bastante, desde o ano passado, em relação às ações do ministério, às nossas formulações e aos nossos debates internos. Então, tenho que falar o nome dela, porque é muito importante para nós.

Uma outra coisa que aconteceu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quantos minutos eu tenho?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seu tempo é de dez minutos. Normalmente, eu dou mais cinco; se precisar, mais cinco; se precisar, mais cinco, mas... (*Risos.*)

A SRA. CARLA RAMOS – É porque eu me lembrei de uma história agora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em tese, são dez, mas pode ir até vinte.

A SRA. CARLA RAMOS – Eu vou ser breve.

A Malu fez o convite para eu estar aqui participando, e eu fiquei, inicialmente, assim: "Ai, meu Deus, já faço tanta coisa e vou ter que ir à sessão...". Eu sou Diretora da Secretaria Nacional de Articulação Institucional. Sou uma Diretora sapatão, uma mulher negra sapatão, Diretora do Ministério das Mulheres. Quem está na direção sabe – quem, aqui, já teve essa experiência – que é uma atividade muito de gestão e muito... A gente tem essa função administrativa mais propriamente e fica mais nos bastidores. Então, raramente, eu venho para mesas como esta. E eu estava tentando entender por que é que eu estava tão resistente, e aí eu acho que eu consegui compreender, hoje, pela manhã. É que eu falei: "Meu Deus, eu vou debater essa questão da visibilidade lésbica..." Como eu tenho tanta dor nisso pela minha própria trajetória como mulher negra lésbica, estar aqui me fez refletir – não que eu não faça isso, faz parte do meu cotidiano – ainda mais sobre essa questão da visibilidade da minha posição como mulher lésbica negra no mundo. E não tem sido fácil. Não é fácil. Não é uma vida fácil.

A primeira coisa que eu lembrei, bastante, hoje de manhã, foi a quantidade de cidades em que eu morei nos últimos 15 anos da minha vida: mudei de cidade seis vezes. A primeira vez em que eu mudei de cidade foi, justamente, porque eu precisava namorar a minha primeira namorada... (*Risos.*)

... o que não poderia ser perto do... Eu sou carioca, eu mudei de bairro, mas era tão distante que parecia uma outra cidade. Então, o primeiro movimento de saída de casa, do meu bairro, da minha paisagem afetiva, do meu colo familiar, dos meus amigos foi, justamente, para conseguir namorar, para conseguir amar e para conseguir ter uma outra vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois disso, enfim, eu caí no mundo, por outras razões, e eu nunca mais voltei para essa casa. Essa casa ficou. Agora eu tenho outras, fabriquei outras casas em outras cidades, em outros países inclusive. E tenho uma vida de bastantes privilégios, eu não posso reclamar disso.

Sou uma mulher negra, filha de trabalhadora doméstica, que fez universidade pública e, que bom, eu estou aqui. Eu tenho até uma plaquinha. Tenho um *pin* também. Isso indica até onde a gente chegou.

E aí eu vim para cá. Cheguei mais cedo, andei pelos corredores, muito atenta ao que ia acontecer agora. Quando eu cheguei e eu vi que meu nome não estava na mesa, eu falei: ainda bem, vou ficar ali no cantinho, observando as minhas Deputadas incríveis, as pesquisadoras, e vou ficar também na minha ali; mas, bom, estou aqui. Não adiantou ficar muito ali, quieta; tive que vir para a mesa.

O Ministério das Mulheres é um ministério de todas as mulheres. Esse *slogan* é um *slogan* que não é *slogan*, é a nossa vida cotidiana e é muito real. A outra dimensão disso que é muito importante é que a formulação de políticas para mulheres como eu, com a experiência social que eu tenho e outras tantas, passa necessariamente pela nossa presença nesses lugares. Foi o que vocês acabaram de falar aqui. Então, não é possível que isso aconteça sem que a gente esteja com a mão na massa literalmente.

Quando eu falei da Malu, que tem promovido uma série de disrupturas dentro do ministério em relação a essa temática, é porque a gente vem discutindo e vem produzindo possibilidades de debate público e de articulação política e de construção de canais, que são canais muito importantes, de contato direto com as pessoas, com as mulheres. Nesse processo – aí falando um pouquinho das ações do Ministério das Mulheres –, a gente vem construindo esses canais e a gente tem a constituição de um fórum, que inclusive foi instituído no ano passado – não é, Malu? –, que foi a nossa entrega do ministério também, no ano passado, no 29, o fórum de mulheres lésbicas, justamente para pensar políticas de enfrentamento à violência, de autonomia econômica, de articulação política. É um fórum que reúne, que coloca todo o ministério para discutir a formulação de políticas públicas com atenção dedicada às mulheres LBTs, LBTIs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a gente teve, no ano passado, a formação de um grupo de trabalho interministerial, Senador, que tratou, durante meses, do debate sobre o enfrentamento à violência política contra nós mulheres, justamente preparando o Ministério para o que a gente vai enfrentar agora – aliás, estamos enfrentando, estamos em campanha.

Nesse GTI, a gente discutiu muito essas dimensões da violência contra nós mulheres, ocupando espaços de poder, e também as mulheres aí nesse espaço de poder do ponto de vista dessa dimensão política. Nesses debates, apareceu muito a dimensão das mulheres lésbicas, das mulheres negras, das mulheres indígenas, e foi daí que saiu também a iniciativa de formulação de outro grupo de trabalho para pensar especificamente violência política contra as mulheres LBTs, que inclusive foi instituído em janeiro deste ano. A gente está em pleno funcionamento, fazendo as escutas, fazendo as reuniões, o que nos deixa muito orgulhosas também, porque são espaços de formulação coletiva, Deputadas, e de formulação com a sociedade civil.

Além disso, a gente acabou de assinar um ACT ontem, junto com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Esse ACT é muito importante, porque coloca esses dois ministérios para conversar mais diretamente do que já conversam. Inclusive, o Ministro Silvio, ontem, durante a cerimônia de assinatura, chamou a atenção para isso. Ele falou: "Ministra Cida, eu queria muito fazer um ACT com você, há muito tempo". E esse ACT, justamente, diz respeito ao cuidado e a planos de ações específicas dos dois ministérios para a população, também, de mulheres LBTs.

Portanto, a gente tem um caminho de construção institucional, mais diretamente, e a gente está muito feliz com esse percurso. E estamos aí também, na roda, na luta, na disputa, como diz a Ministra Cida Gonçalves, por orçamento de estruturação do ministério, para que essas ações de fato possam ter robustez e alcance. Vocês sabem do que eu estou falando aqui, não é?

Só para terminar, para encerrar: é tão importante este debate dentro do Ministério das Mulheres, porque é um debate também que nos estrutura como um ministério novo e recente, um ministério que foi recentemente criado. Então, a própria dinâmica e a constituição institucional interna passam por esse debate. Esse debate nos ajuda a nos organizar também como ministério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, é um ambiente interessante, onde a gente se alimenta e alimenta também – nos retroalimenta.

Acabei sentando-me a esta mesa para falar. Muito obrigada.

E o Ministério das Mulheres está à disposição.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Carla Ramos, que representou o Ministério das Mulheres. Ela é da Secretaria Nacional do Enfrentamento à Violência contra Mulheres.

Eu tinha pedido para a Daiana, se ela quisesse, para ler as perguntas. Ela disse: "Eu leio, mas se cuida, porque eu tomo conta dessa Presidência logo, e aí vão ficar só me ouvindo aqui". (*Risos.*)

Vai lá, Daiana.

A SRA. DAIANA SANTOS (Bloco/PCdoB - RS) – Brincadeiras à parte, quero, antes da leitura, Senador, falar da importância que é, Carla, tu chegares aqui, em nome do ministério, falando em todo esse processo de construção, que é fundamental nessa relação direta do que a gente vem tratando, que é a violência de gênero, violência de gênero e raça – no âmbito político, então, a gente tem inúmeros relatos.

Quero saudar, de forma muito especial, a maneira como tu chegas aqui, porque isso representa a nossa chegada aos lugares, Carla, a maneira como a gente olha para esses espaços, e não se sente acolhida, não se sente parte, pertencente; mas, ao mesmo tempo, vai se fortalecendo, porque agora a gente reflete. Nós temos um espelho. A gente já consegue se ver ocupando, tratando, organizando, pensando, pautando e direcionando coisas que são fundamentais para nós.

Então, é importante chegar aqui tratando... Na nossa terra, fala-se "bem como se vem", Senador Paim. É isto: tem que chegar "bem como se vem". A gente precisa, cada vez mais, se sentir segura de quem se é e tratar disso com naturalidade, para poder construir a partir do nosso ponto de vista, a partir das nossas vivências, das nossas experiências, a partir da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elaboração dessa concepção individual, que se transforma no coletivo, na soma das forças, mas daquilo que a gente tem de olhar para a sociedade, para o crescimento coletivo. Isso é fundamental.

Seja muito bem-vinda mesmo! É uma alegria estar aqui contigo, compondo esse espaço, assim como com as demais camaradas, que aos poucos foram chegando. Agora está aumentando o bonde aqui, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Está bom, está bom...

A SRA. DAIANA SANTOS (Bloco/PCdoB - RS) – A gente tem uma série de perguntas aqui, que já foram encaminhadas.

Tem uma, aqui, do Rio Grande do Sul. Não foi combinado, gente. É sério... (*Risos.*) É a primeira.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se tiver culpa é do e-Cidadania, não é nossa, não.

A SRA. DAIANA SANTOS (Bloco/PCdoB - RS) – Do Rio Grande do Sul, vem aqui uma pergunta da Maria, que fala assim: "É muito importante esse espaço nos representando! Qual a perspectiva da desburocratização do processo de registro de filhos de lésbicas?".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – A pergunta fica para o coletivo todo responder.

A SRA. DAIANA SANTOS (Bloco/PCdoB - RS) – Ótimo, Maria. Eu não sei se a gente... Quem sabe a gente vai fazendo isso uma a uma, o que vocês acham?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Vamos ler todas.

A SRA. DAIANA SANTOS (Bloco/PCdoB - RS) – É isso, então vamos para a próxima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu vou pedir para imprimirem uma cópia para cada uma delas.

A SRA. DAIANA SANTOS (Bloco/PCdoB - RS) – Para cada uma? Ótimo, então fica até melhor. Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Aí elas vão escolhendo a pergunta que vão responder depois.

A SRA. DAIANA SANTOS (Bloco/PCdoB - RS) – Isso.

Então, aqui a gente tem o Alex, que é de Goiás, que fala: "Quais políticas públicas [...] [o Senado tem adotado] para combater a lesbofobia?". Muito bom, Alex. Obrigada, viu?

O Jackson, de Rondônia: "Quais [...] [foram] os principais avanços legislativos recentes no Brasil [...] [no] combate à lesbofobia?".

E a Ana, de Santa Catarina – essa veio junto com a Carla Ayres, não é só Rio Grande do Sul –: "Como [...] [podemos integrar os dados sobre] violência contra as mulheres lésbicas e trans nos observatórios de violência contra as mulheres no país?".

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, eu vou pedir que imprimam mais uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete.

Se me permitir, eu convido, então, a Bel Sá, que não usou a palavra ainda, que é Secretária Substituta da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTIQIA+, que vai falar aí do microfone do plenário. É só por falta de espaço aqui na mesa, viu?

A SRA. BEL SÁ – Tudo bem. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sinta-se à mesa.

A SRA. BEL SÁ (Para expor.) – O.k. Boa tarde a todas as pessoas presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço demais este chamamento a esta audiência pela Deputada Daiana e pelo Senador Paim, com a Carla Ayres aqui integrando.

Quero cumprimentar a companheira Dayana, que tem se esforçado ao máximo para garantir que – já que ela está na Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos – políticas realmente sejam implementadas.

Quero cumprimentar também a companheira Suely, que acaba de entrar à sala, que é do MDS, que é conselheira nacional, o que é muito importante, porque é isto, a gente está aqui em busca de visibilidade.

Eu estou neste momento como Secretária Substituta da nossa Secretária Symmy Larrat, o que para mim é uma honra. Isso demonstra o compromisso que a Secretaria Nacional tem em nos dar espaço. E o fato de a gente estar ocupando os espaços, seja no Legislativo, seja no Executivo... ainda falta muito, mas aos poucos nós vamos avançando.

E, ontem, como disse a companheira do Ministério das Mulheres, a Carla, nós tivemos a honra de assinar o primeiro ACT, que vai tratar do levantamento desses dados, que vai dialogar com toda essa violência que nós mulheres lésbicas sofremos no nosso dia a dia. Foi fundamental a presença do Ministro Silvio Almeida, da Ministra Cida Gonçalves, porque isso mostra esse compromisso dos dois ministérios. E, a partir daí, eu tenho certeza de que todas as políticas que a gente já vem implementando vão chegar com muito mais força na ponta, porque é lá que a gente sofre.

Como eu disse ontem lá, eu sou uma mulher que nasceu na periferia, negra e lésbica, o que é muito difícil. E eu sou uma mulher que também veio de partido... Faço parte do Partido dos Trabalhadores, e também fui sindicalista. Nesses espaços, mesmo que sejam espaços de esquerda, a gente também sofre todo tipo de violência, sofre todo tipo de misoginia, de machismo e de ataques. Então, não é só na sociedade, mas, no espaço onde também deveríamos ser acolhidas, muitas vezes somos maltratadas e invisibilizadas principalmente.

E não dá para negar a própria violência que algumas mulheres hétero e cis, de qualquer canto, também têm contra nós mulheres lésbicas, de nos deixar alçar, de nos deixar sonhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que um momento como esse, de estar aqui nesta Casa, no Senado – amanhã a gente vai estar na Câmara –, e dentro dos ministérios, ocupando os espaços, é fundamental para a gente começar a mudar de fato essa realidade. Então, eu quero agradecer muito, Senador, Daiana e Carla, por este momento.

Estou aqui à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Bel Sá, Secretária Substituta da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.

Quando fizemos essa rodada, cada um teria o tempo de dez minutos – cheguei a falar em 15 –, mas a Raquel Mesquita mandou um recado para a Mesa de que ela fez uma saudação e de que gostaria, agora, de apresentar a pesquisa dela.

É claro que ela vai ter o tempo necessário.

Então, neste momento, Raquel Mesquita, Pesquisadora, militante e Mestre em Economia pela Universidade de Brasília, membro da equipe de pesquisa LesboCenso Nacional.

Ela vai apresentar a pesquisa, estou certo?

A SRA. RAQUEL MESQUITA – Isso. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, é com você.

A SRA. RAQUEL MESQUITA (Para expor.) – Eu só queria ressaltar que a pesquisa não é minha, a pesquisa é de todo um coletivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRA. RAQUEL MESQUITA – A primeira etapa da pesquisa foi feita pela LBL (Liga Brasileira de Lésbica) juntamente com a Coturno de Vênus, que é uma organização aqui do Distrito Federal, inclusive com a Mel e a Lélia, presentes aqui, que participaram – gostaria de saudar as companheiras. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora, nessa segunda etapa, nós seguimos.

Então, trouxe uma apresentação de eslaides – eu pretendo ser breve – com alguns dados que nós já temos, para também nortear o debate e trazer algumas questões.

Poderia colocar, por favor?

Só um momentinho, por favor. (*Pausa.*)

Estamos com problemas técnicos, mas já vamos resolver.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. DAYANA BRUNETTO (Para expor.) – Democraticamente, vamos lá.

Eu vou começar a responder à pergunta da Ana, de Santa Catarina, que é: "Como [...] [podemos integrar os dados sobre] violência contra as mulheres lésbicas e trans nos observatórios de violência contra as mulheres no país?".

A gente está em diálogo com o Ministério das Mulheres para inserir essas categorias em todas as áreas no observatório das violências de gênero, o que a gente acha que é bem importante. Estamos nessa pactuação e neste debate para inserir. Para inserir em outros observatórios, a gente precisa ter as categorias inseridas, senão não tem como mapear.

E o que a gente fez na Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+? A gente produziu um formulário. Como um dos grandes desafios nossos é a produção de dados estáveis, a gente produziu um formulário padrão com questões básicas sobre orientação sexual, identidade de gênero e características sexuais, que foi referendado pelo Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e que a gente está orientando e divulgando para os demais órgãos que coletam dados sobre pessoas. Uma vez que a gente não tem dados estáveis, a gente pensou na padronização dessas coletas, assim o cruzamento desses dados vai ficar muito mais factível, porque, nos diferentes espaços de políticas públicas, de instituições, enfim, os dados dessas categorias podem ser cruzados sem grandes questões. Por quê? Porque são as mesmas perguntas feitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente até vai encaminhar, Ingrid, o PDF – daí você deixa disponível na audiência – para ficar disponível para todo mundo, até para as pesquisas acadêmicas também. É um formulário básico para a gente poder cruzar os dados.

Então, não tem como a gente integrar sem colocar as categorias, sem a gente colocar as lésbicas, as bissexuais, as travestis, as transexuais dentro dos observatórios. É preciso mapear esses dados.

A SRA. DAIANA SANTOS (Bloco/PCdoB - RS) – Parece-me que o problema técnico ficou ajustado, então eu vou passar, de imediato, para a Raquel Mesquita.

A SRA. RAQUEL MESQUITA (Para expor.) – Muito obrigada.

Pode passar.

Então, a primeira coisa a se ressaltar é a importância do LesboCenso Nacional, porque não existem dados sobre a nossa população. Infelizmente, no Censo ainda não se pergunta, nos dados oficiais, a orientação sexual dos respondentes; apenas se pergunta se o respondente é casado com pessoa do mesmo sexo – e usa-se essa categoria, e não o gênero – ou de sexo oposto; e isso não permite que haja uma base abrangente da população.

A partir dessa ausência de dados, existe uma dificuldade na construção de políticas públicas para a nossa população, porque nós não sabemos quantos somos, nem o nosso perfil. Então, retomando o conceito da Berenice Bento, Professora do Departamento de Sociologia aqui da UnB, de necrobiopolítica – o Estado escolhe quem vive, como vive e quem vai morrer –, a gente identifica que essa ausência de dados não é por acaso; é uma ausência proposital, porque ela visa também a essa necropolítica, a esse "deixar morrer" certos corpos. Nesse sentido, a militância – como eu já disse, a LBL e a Coturno de Vênus – se uniu para realizar o primeiro LesboCenso Nacional.

Pode passar.

Trata-se de uma pesquisa que é acadêmica e ativista, ao mesmo tempo, ou seja, ela não tem só uma frente acadêmica, não é uma pesquisa unicamente acadêmica, mas ela não é também uma pesquisa unicamente ativista. Estamos tanto na militância quanto na academia. E a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética, então ela tem toda a validade acadêmica, mas também com o olhar ativista, pois a terceira etapa do LesboCenso é justamente realizar esta incidência política, pois precisamos de dados para políticas públicas, e não apenas para fazer uma tese, ou um artigo científico, um *paper*. Não tem esse objetivo. Trata-se de um objetivo ativista, embora com todo o rigor acadêmico.

Pode passar.

É um estudo nacional de caráter qualiquantitativo dividido nessas três etapas.

A primeira etapa foi realizada de 29 de agosto de 2021 a 30 de maio de 2022. Essa era a etapa quantitativa, em que foi feito um formulário eletrônico, que foi distribuído pelo método bola de neve, para todas as respondentes que se identificassem enquanto lésbicas e quisessem responder.

A segunda etapa, que está atualmente em andamento, se refere a uma entrevista em profundidade, então é justamente o método qualitativo, para aprofundar temas que não foram explorados com a profundidade devida na primeira etapa, pela limitação do formulário quantitativo.

E uma terceira etapa seria formativa e de incidência política, justamente como eu havia dito, por ser esta pesquisa ativista e acadêmica ao mesmo tempo.

Pode passar.

A primeira fase foi apoiada por recursos da Unfpa e do Fundo Elas, foram recursos bem limitados, que serviram para a gente contratar uma base de dados que tivesse todo o amparo técnico para garantir a privacidade conforme a LGPD.

A gente recebeu, na época, uma proposta de financiamento do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, mas, pelo nosso posicionamento político, recusamos; porque, como dissemos, nosso interesse não é apenas produzir dados, mas saber qual vai ser o uso desse dado. A gente não queria que o nosso dado fosse mal utilizado e usado para legitimar políticas de violência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa segunda fase, a gente está contando com o apoio do Ministério das Mulheres – inclusive, agradeço. Muito obrigada.

Pode passar.

Então, aqui eu vou trazer um pouco da primeira etapa, que já está concluída. O relatório está disponível na internet para todos que quiserem acessar e, inclusive, utilizar o questionário.

Ele foi respondido de forma anônima. Foi uma participação voluntária a partir da autoidentificação – o critério de seleção era você se identificar enquanto lésbica e ser maior de 18 anos, além de residir no Brasil. Então, é uma pesquisa nacional, com esse recorte territorial.

Acessaram o questionário 24.514 pessoas; 21.051 estavam aptas, ou seja, não foram excluídas por esses três critérios, das quais 19.455 concluíram o formulário, então, com respostas válidas.

Pode passar.

Esse seria o mapa de onde a gente teve respostas. Observem que, embora seja uma pesquisa que não teve o apoio do Estado, que não teve a força de um IBGE da vida, a gente conseguiu alcançar lá na ponta, a gente chegou à Cabeça do Cachorro, por exemplo. Isso é algo que é relevante para nós, do ponto de vista de movimento social, porque nós estamos em todos os espaços e nós precisamos chegar a todos os lugares do Brasil.

Pode passar.

A pesquisa é composta por seis eixos. Eu trouxe alguns dados relevantes – é claro que a pesquisa é muito mais ampla que isso, então aqui são alguns dados pincelados para eu falar num tempo de dez minutos.

O primeiro ponto é o eixo da autoidentificação: a gente perguntou como a mulher se identificava, porque, dentro da nossa perspectiva, como você se identifica, qual palavra você usa para designar a sua orientação sexual, é relevante.

Como dado, a gente obteve que 51% das respondentes se identificam como lésbicas, enquanto 26%, como sapatão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à identidade de gênero, 85%, como cisgênero; 6,3%, não binária; 1,17%, agênero; e 1,07%, mulheres trans. Então, justamente, a nossa pesquisa não teve um caráter transexcludente. A gente considera que ser lésbica é ser mulher e gostar de mulher, relacionar-se com outras mulheres, independentemente da sua identidade de gênero. Esse era o critério.

Em relação à raça/etnia, nós tivemos 33,55% de negras, considerando pretas e pardas, e 61,9% de brancas. Trata-se de uma limitação de pesquisa, porque se tratou de uma pesquisa *online*, realizada durante a pandemia, então a gente teve dificuldade para chegar à periferia, para chegar justamente até onde está a mulher marginalizada. Foi uma limitação da nossa pesquisa.

A média de idade, de 30 anos, também foi outra limitação, porque a gente teve dificuldade de alcançar a lésbica mais velha. O nosso recorte foi, principalmente, o das mulheres que estão entre 20 e 50 anos. Acima de 50 anos, a gente não teve tantas respondentes assim, por ser uma pesquisa *online*. Então, é algo a se refletir para um próximo.

Também, nós tivemos 2,39% que se declararam deficientes, com algum tipo deficiência, que é algo relevante para pensar as interseccionalidades e como cada lésbica vive a sua orientação sexual.

Pode passar.

Renda familiar: nós tivemos aqui, naquela tabela que foi retirada do relatório descritivo dos dados, que cerca de 50% tinham renda entre R$2 mil e R$8 mil. Então, trata-se de uma base de dados de classe média. Nessa base, cerca de 66% eram assumidas em todos os espaços de convívio – também para pensar isso de quem sabe da sua orientação sexual, porque não está evidente. Como nós estávamos dizendo, ainda é muito difícil se assumir enquanto mulher lésbica no Brasil. Então, é outro dado.

Quanto ao trabalho, 73% estavam trabalhando no momento da pesquisa. Também foi uma pesquisa realizada na pandemia, que, como nós sabemos, foi um momento de dificuldade para toda a população brasileira, e não seria diferente para as lésbicas. E 37% das que estavam trabalhando tinham carteira assinada, e 21% eram autônomas, também trazendo essa questão de algum grau de formalidade e de informalidade de certa parte dos dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo.

Sobre a violência, que é justamente o nosso principal tema da audiência pública, eu acredito que é relevante a gente trazer este dado de que 78% das respondentes disseram que já sofreram algum tipo de lesbofobia e de que 6,26% conheciam alguma mulher lésbica que morreu em função de sua orientação sexual. E o principal tipo de violência indicado foi o assédio moral, seguido do assédio sexual. Outra questão relevante especificamente para a nossa população é que os principais perpetradores da violência, os agentes da violência são pessoas conhecidas, principalmente do núcleo familiar, o que correspondeu a 29% dos casos. E esse número chegou a ser maior do que o de pessoas desconhecidas, que foi de 21%. Outra questão a se pensar é que 38% não reagiram à violência sofrida. A principal estratégia ainda é o silenciamento, o que é muito triste, se a gente for pensar, enquanto apenas 6,9% procuraram a polícia ou o Judiciário. Então, qual é o acesso dessa mulher à Justiça?

Próximo...

(*Soa a campainha.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isto é automático. A campainha toca automaticamente. Não sou eu, não. (*Risos.*)

Todo mundo riu e olhou para mim: "Paim, qual é o problema?".

Pode continuar tranquilamente. Eu lhe dei dez minutos e vou lhe dar mais dez. Aí você aprofunda a sua pesquisa.

A SRA. RAQUEL MESQUITA – Perfeito.

Um quarto eixo é família: 90% não tinham filhos ou filhas. E, das que tinham, apenas 9,7% realizaram inseminação artificial. A maior parte delas ainda não teve acesso a outros métodos de concepção assistida. Então, é algo a se pensar: o nosso acesso à saúde e acesso aos métodos de reprodução.

Passando ao quinto eixo, o de acesso à saúde, embora a maioria das respondentes tenha acesso à saúde privada, à rede privada, um quarto, aproximadamente, sofreu lesbofobia em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendimento ginecológico. Nós mulheres lésbicas aqui presentes sabemos como é difícil ir ao ginecologista, infelizmente.

Pode passar.

E 72,9% sentiam constrangimento em revelar a orientação sexual. Então, isso nos faz pensar que esse dado de violência em atendimentos de saúde poderia ser até maior, porque o constrangimento em revelar sua orientação sexual é algo muito relevante, porque impede uma anamnese correta pela equipe de saúde. Então, trata-se de algo a se pensar: a política pública em termos de anamnese, de garantia de acesso à saúde e a dignidade de atendimento a essas mulheres.

Outra questão é que cerca de 15% já tiveram alguma IST (infecção sexualmente transmissível) e que 37% nunca realizaram o teste de HIV. Outra questão é que muitas mulheres das nossas respondentes da pesquisa disseram que não acreditavam que mulher lésbica contraía IST – por isso, não se preveniam. Então, existe muita desinformação. E cabe a nós que estamos na política pública pensar em como alterar essa realidade e responder a essas falhas do nosso sistema, porque, se elas acreditam que não conseguem contrair uma IST e por isso não precisam de prevenção, isso é algo em que o sistema de saúde está falhando, o sistema educacional está falhando para fazer chegar a informação até a ponta.

Pode passar.

Outra questão é o eixo 6 que é o das redes, que é muito importante para gente que está na militância. Apenas 26,4% participavam de algum coletivo, associação, sindicato... Então, esse dado tem dois lados: para a militância é um número baixo, o que significa que a militância não está atingindo tantas mulheres assim, mas para nós que estamos na pesquisa também é um dado positivo, porque significa que a pesquisa chegou a quem não está incluída, a quem não é ativista, a quem não tem esse acesso ao movimento social.

Pode passar.

Aqui, é a segunda etapa, em que a gente conta com o apoio do Ministério das Mulheres. Foram realizadas entrevistas em profundidade, justamente questões que a gente percebeu que poderiam ser melhor abordadas por serem mais profundas, por envolverem temas mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sensíveis, inclusive a questão da violência. Nessa segunda etapa, a gente já realizou as entrevistas, e foram realizadas entrevistas em todos as unidades da Federação do Brasil. Nós tivemos entrevistas em campo que foram realizadas presencialmente, o que foi viabilizado pelo recurso, porque é complicado você viajar, você se deslocar, estar cara a cara com a mulher que está vivendo a violência e fazer também este acolhimento. As entrevistas estão em fase de análise do conteúdo. E, em breve, a gente vai ter novidades com essa análise sendo lançada.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. RAQUEL MESQUITA – Novembro, isso.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. RAQUEL MESQUITA – Isso.

Eu agradeço a presença e me coloco à disposição para responder qualquer dúvida que vocês tenham. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns, Raquel Mesquita, que apresentou um belo trabalho, ela que é Pesquisadora, militante e Mestre em Economia pela Universidade de Brasília e membro da equipe de pesquisa do I LesboCenso Nacional.

Eu até consultei a assessoria, que disse que o seu trabalho fica exposto aqui, à disposição da Comissão de Direitos Humanos da Câmara e do Senado. É isso? (*Pausa.*)

Muito bem.

A SRA. DAIANA SANTOS (Bloco/PCdoB - RS. Para expor.) – Se o senhor me permite, eu quero aproveitar aqui o momento dessa explanação da Raquel com esses dados para falar justamente de algo que é muito importante e que, há algum tempo, a gente já vem debatendo aqui, Carla.

Agora, eu coloquei como um projeto, que logo deve estar tramitando na Câmara, que é referente aos protocolos de atendimento às mulheres lésbicas e bissexuais na atenção básica do SUS. É necessário que a gente tenha essa responsabilidade de colocar projetos que dialoguem com essas realidades – por isso, Raquel, falei da importância da pesquisa. Em definitivo, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não pode mais conceber a ideia de que os protocolos são os mesmos para mulheres cis heterossexuais, porque falam de um processo de violação que impede exatamente isto que a Raquel traz na pesquisa: a anamnese de forma completa e o cuidado de forma mais próxima, num espaço que deveria ser de acolhimento. E a gente acaba tendo uma perda significativa, porque não se consegue ter, principalmente no Sistema Único de Saúde, na porta de entrada dos atendimentos, que é a atenção básica, essa responsabilidade. Então, a gente precisa fazer isso.

E a gente precisa pensar também, Raquel... Em conjunto com isso, a gente está pautando, Carla, a questão da formação continuada. A gente precisa retirar o estereótipo, o estigma e as marcas da diversidade quando ela acessa o serviço de saúde, quando ela acessa às políticas públicas, essas políticas que, aqui, você evidencia que já são tão distantes dessa população. E, quando ela adentra esse espaço, ainda sofre com esse que é um dos piores modelos, uma das piores formas de rechaçar que as pessoas possam, em efetivo, ser parte desse atendimento que é o preconceito. Então, a gente tem que tratar isso neste espaço, nesta Casa e colocar isso num debate. Por isso, tenho me aprofundado.

Acho importantíssimos, de novo, vou dizer, os movimentos sociais, as organizações, agora os ministérios, mas, principalmente, o LesboCenso, que vem antes da gente, antes da nossa volta. E você registra isso quando fala que teve um período em que era Ministério da Mulher, Família... Enfim, era um ministério com tanta coisa... Eu até peço desculpas, porque, de fato, é um nome muito extenso mesmo. Nesse período, vocês optaram por tratar os dados, por proteger esses dados, por fazer dessa maneira, porque isso é responsabilidade que se tem com quem nós somos e com essa política que a gente constrói com tanta dedicação, com tanta responsabilidade, para ter esses retornos.

Eu só queria registrar isso, Senador Paim, porque é fundamental e é algo em que a gente já está avançando na Câmara, olhando para essas questões que são nossas. Isso fala das mulheres, isso fala do gênero, de que nós estávamos tratando aqui, isso fala do acesso ao cuidado na saúde, mas isso fala também de uma garantia constitucional: o direito à saúde. A gente não pode tratar isso como se fosse algo distante de uma realidade, que, na política, precisa ser debatida todos os dias. Bem pelo contrário. É algo que nós viemos travando aqui, Raquel, Carlas, há algum tempo, que tem nos tomado um tempo, mas estamos avançando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito para colocar um outro ponto, Carla, que é referente à sistematização desses dados falando desse acesso e, principalmente, falando dessas mulheres que não são mulheres que participam de movimento, porque eu acho que isso é fundamental. Acabamos conseguindo ter uma leitura mais objetiva de onde estão essas mulheres, de quem são essas pessoas, do porquê de pautarmos política, principalmente num espaço como o nosso, este espaço que nós ocupamos agora aqui, nos espaços dos ministérios. A gente tem que olhar a política como política para todas as pessoas, para todas as mulheres, para todas as lésbicas, para o conjunto da sociedade, porque, em definitivo, quando a gente vem tratar de algumas questões, sempre tratam como se fossem as especificidades de um determinado grupo.

Quando fazemos isso, Senador Paim, tratando desta forma ampla e não segmentada, com a responsabilidade que nos cabe de colocar isso para debate e de pensar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAIANA SANTOS (Bloco/PCdoB - RS) – ... numa perspectiva muito mais real da necessidade dessa população, estamos tendo um avanço enquanto sociedade.

Eu fico extremamente feliz e lisonjeada de poder compor aqui, Carla, sabendo dos desafios que nós temos, mas podendo já celebrar os avanços que temos a partir do momento em que chegamos sustentando o que nós somos e falando de política, porque é isso que a gente está fazendo aqui o tempo todo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Deputada Daiana.

De imediato, eu passo a palavra à Deputada Federal Carla.

A SRA. CARLA AYRES (Bloco/PT - SC. Para expor.) – Obrigada, Senador.

Eu acho que a Daiana, na sua fala muito importante, acaba por responder a duas das perguntas que nos chegaram: uma, sobre os avanços legislativos em relação ao combate à lesbofobia, ainda que no âmbito da saúde, que é do Jackson, de Rondônia; e a pergunta de Mal_G., meu conterrâneo de Santa Catarina, sobre a questão de como avançar contra a discriminação na saúde sexual e reprodutiva de mulheres lésbicas. Daí eu aproveito isso e faço um gancho com a pergunta da Maria, conterrânea de vocês, que chegou para a gente, sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

perspectiva de desburocratização dos processos de registro de filhos e filhas de mulheres lésbicas.

Eu acho que é um debate extremamente importante, necessário e bastante atual nas construções que a gente tem feito. É importante pontuar que, em 2011, o STF garantiu a união estável. E, posteriormente, o CNJ garantiu o casamento igualitário por determinações judiciais. Nós temos, neste momento, pautado na Comissão de Direitos Humanos, pela Presidenta Daiana, o projeto que legaliza de vez o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Esses avanços que nós tivemos tanto no STF quanto no CNJ, de 2011 para cá, possibilitaram uma série de democratização das perspectivas de família no país, ainda que não de forma legislativa. Em 2015, após o CNJ emitir a resolução do casamento igualitário, o STF também julgou o direito à adoção por casais do mesmo sexo. Com isso, nós tivemos um salto, eu peguei uns registros mais recentes: de 143 pedidos de realização de adoção de casais do mesmo sexo, em 2019, para 401 registros, em 2023.

E nós temos uma série de outras situações. Por quê? Uma realidade que está muito posta atualmente entre as mulheres lésbicas e bissexuais é o debate sobre inseminação, sobre a necessidade de bancos públicos de sêmen; e é o debate da regularização desse tipo de inseminação, seja por FIV, que é muito caro, seja por práticas caseiras.

Também temos entraves no registro, no reconhecimento dessas crianças pelas duas mães. Por que isso? Porque os cartórios também têm uma normativa muito restritiva. Eu acho que cabe aqui a nós, enquanto Parlamento, Daiana e Senador Paim, mas também enquanto ministérios aqui representados, pensarmos num grupo de trabalho que paute e organize um protocolo de incidência junto aos cartórios e também ao CNJ para uma nova normativa em relação a isso.

Hoje, os registros trazem filiação materna, filiação paterna, ou pai, mãe, e não abarcam uma coisa basilar. Assim como, mesmo que o casamento igualitário já seja reconhecido e a resolução do CNJ diga – ela não diz que o casamento está liberado, não é? – que todos os cartórios estão proibidos de negar pedidos de casamento, para não dizer que está liberado, ela diz que está proibido negar, mas, ainda assim, em muitos cartórios, quando a gente vai lá requerer o nosso casamento, ainda está "marido" e "esposa", não é? Poucos cartórios no Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela ausência de um protocolo unificado, colocam "cônjuge 1" e "cônjuge 2". E no caso dos registros também. Então, acho que é uma pauta em que a gente precisa avançar. Eu já deixo aqui um encaminhamento e uma tarefa para as minhas executoras aqui do Governo Federal, tanto no Ministério das Mulheres quanto no Ministério dos Direitos Humanos.

E acho que, no debate em relação à inseminação, à saúde sexual e reprodutiva e ao direito da reprodução assistida das mulheres, não só por adoção, mas também para as que desejam engravidar, seja por qual método for, o Ministério da Saúde precisa estar envolvido também. Então, acho que é uma pauta que está aberta, é necessária e urgente para se discutir. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, cumprimento a Deputada Carla Ayres, que faz uma exposição completa aí do tema.

Meus parabéns! Eu aqui estou tendo aulas hoje. Parabéns, fico feliz.

Pediram para que eu registrasse, eu o farei, claro, com muita satisfação, a presença na nossa audiência pública do Procurador do Trabalho Dr. Tiago Ranieri, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT).

Ele está aqui ainda? (*Pausa.*)

Se quiser usar a palavra, fique à vontade. Pode ser agora, inclusive. É uma satisfação recebê-lo aqui, viu, doutor?

O SR. TIAGO RANIERI DE OLIVEIRA (Para expor.) – Primeiramente, uma boa tarde a todos, a "todes", a todas. Parabéns, Senador Paim; parabéns, Deputada Daiana, Deputada Carla Ayres, são conhecidas recentes, mas já grandes aliadas e aliados da Associação Nacional do Ministério Público do Trabalho.

Obviamente que eu venho até aqui colocar a nossa associação à disposição, trazendo esse recorte do mundo do trabalho, que é onde também acontecem as discriminações, os assédios, as lesões às mulheres lésbicas, às bissexuais. A associação tem esse compromisso, enfim, com essa pauta. Falo isso também no sentido político, porque eu sou um corpo LGBT e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tenho esse marcador social na minha vivência, na minha existência. Então, é uma pauta prioritária para nós, do MPT, para os procuradores e para as procuradoras.

Cabe registrar também que a nossa carreira é a única carreira no sistema de Justiça que possui mais mulheres que homens. E, no último concurso para procuradores e procuradoras do trabalho, ingressaram também mulheres lésbicas, de orientação sexual, de corpos dissidentes, vamos assim dizer. Então, esse movimento já vem crescendo na nossa carreira e a nossa ideia é vir até essa audiência somar esforços, colocar- nos à disposição do Senador, das Deputadas, dos movimentos sociais.

Deixo registrado também, Senador, que nós temos uma plataforma, um observatório feito juntamente com a OIT. Nesse observatório nós temos um recorte de diversidade e, nesse recorte de diversidade, temos a interseccionalidade, onde falamos de raça, gênero, movimentos LGBT. Eu falo isso para fazer uma ponte com a cientista e pesquisadora que apresentou esses dados, a gente tinha bastante interesse em fazer essa interlocução para que o nosso observatório, junto com a OIT, fique mais rico e fique um ambiente, enfim, de pesquisa também para a sociedade, de um modo geral. Ele possui capilaridade, inclusive, municipal, então, de repente, essa articulação com vocês vai poder potencializar ambos, o observatório e a pesquisa.

E, no mais, é isso. Quero parabenizar pela condução desta audiência e nos colocar à disposição: contem sempre conosco da ANPT.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Tiago Ranieri, Procurador do Trabalho, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT). Uma bela contribuição ao nosso debate. Parabéns, viu?

O carinho de sempre com a ANPT, que está de forma permanente aqui, na maioria das audiências públicas, dando a sua contribuição.

Pediu para usar a palavra agora a Dayana Brunetto, aqui, neste momento.

A SRA. DAYANA BRUNETTO (Para expor.) – É só para complementar e dialogar aqui um pouco com a pergunta da Maria, do Rio Grande do Sul, respondida pela Deputada Carla Ayres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem, na Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, um programa que está sendo construído que se chama Retifica+, que é de retificação de gênero e prenome das pessoas trans, travestis, transexuais e transmasculinas. E, no bojo desse programa, a gente se preocupa com os registros importantes para as pessoas LGBTQIA+ de uma forma geral. Então, esse quesito dessa questão aqui do registro de crianças filhas de lésbicas está na nossa preocupação também, no bojo desse programa.

E é interessante notar como que são os meandros das narrativas. Então, as decisões favoráveis que a gente tem se referem, no Brasil, à inseminação caseira, só que existem algumas condições para esse registro ter uma decisão favorável. Então, as lésbicas têm que estar casadas ou com a união estável regulamentada, o doador tem que ser anônimo e precisam demonstrar, na prática, na materialidade dos fatos, que a criança já tem duas mães – e ao Estado cabe só reconhecer esse vínculo de família. A gente tem decisão favorável em São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Paraná. Então jurisprudência tem, mas precisa mesmo de um ato normativo que regularmente e padronize para o acesso a todas as pessoas.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu conversava aqui com a nossa Presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara que nós faríamos o seguinte encaminhamento agora: daríamos considerações finais para cada uma das convidadas e, por último, como ela é Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, ela faz uma fala de encerramento em nome das duas Comissões. Eu cumpro o Regimento dizendo que está encerrada a reunião. (*Risos.*) A parte mais fácil ficou para mim, não é?

Então, vamos agora seguir de novo a lista de convidadas para as considerações finais; cinco minutos para cada uma. A alguma pergunta que não for respondida, depois nós respondemos, não há problema. E, quem quiser responder na sua fala, pode fazê-lo também.

Começamos com a Deputada Federal Carla Ayres, por cinco minutos. À vontade. Se quiser falar de perguntas, fala; se não, fala sobre a reunião.

A SRA. CARLA AYRES (Bloco/PT - SC. Para expor.) – Está bom. Obrigada, Senador Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu quero agradecer novamente esse espaço sempre aberto aqui no Senado pela Comissão de Direitos Humanos. Sobre o grato momento que a gente está vivendo neste momento, queria reafirmar isso, inclusive nesse contexto de estarmos em vários espaços, não é, Carla? Fiquei muito tocada com a sua fala também, minha xará, porque, de fato, a gente tende ainda, no país, ao utilizar esses espaços que nós temos para falar sobre nós, a falar muito sobre as violências que nos acometem – não é? –, pela falta de direitos historicamente garantidos para a nossa população, pelo tanto que somos subjugadas nos espaços públicos, institucionais, nas famílias, nos espaços de lazer. Mas eu acredito que esta mesa, esta oportunidade e o momento que a gente está vivendo também são positivados: positivados de avanços, positivados por estarmos aqui, positivados por lutas históricas – não é? – que nos trazem a este momento.

Obviamente, temos muito que avançar, por isso que eu comecei, na minha fala de saudação, dizendo que a gente não pode só vir aqui, ano a ano, falar da visibilidade e da falta de direitos. É muito importante esse momento em que a gente faz um balanço daquilo em que a gente já avançou. E eu acho que aqui a presença do Ministério das Mulheres e do Ministério dos Direitos Humanos é marca disto, dos avanços que nós temos também. E aí a gente precisa avançar ainda mais – além de não retroceder e não negociar –, Dayana, a cada um dos ataques que vêm em relação a avanços irrisórios, muitas vezes, para nós, mas que já são suficientes para os ataques virem de forma desproporcional, porque a gente sabe que cada passo que a gente avança é revolucionário no sentido da profundidade da democracia que a gente garante e também daquilo que a gente almeja para uma sociedade mais justa, mais igualitária, sem preconceitos, mais democrática, em que todos e todas tenham, de fato, cumprido o direito constitucional da letra fria da lei de que todas e todos somos iguais perante a lei.

Na prática, não é isso que acontece, e é por isso que, infelizmente, a gente ainda precisa fazer incursões de especificidades e há tanta dificuldade, por esses marcadores de preconceito moral, religiosos, fundamentalistas, de entender a integralidade de todas e todos, efetivamente. Mas nós precisamos – um ponto que é fundamental, e cada vez mais a gente precisa falar sobre isso – é que LGBTI+ e, sobretudo, mulheres lésbicas, que é o tema específico aqui, estejam previstos no orçamento público do Estado brasileiro. Não se constitui política pública sem recurso do Estado. Não só as nossas emendas, Senador e Deputada, nós precisamos estar no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

centro do entendimento da União de que investir em políticas públicas igualitárias é garantir, efetivamente, a dignidade humana para a nossa população e para todo o povo brasileiro.

Então, acho que um avanço que a gente precisa garantir – a gente está no segundo semestre, falando de... daqui a pouco a LOA está na Casa, sexta-feira está aqui e toda vez é sobre isso – e respaldar ainda mais é a necessidade de que, transversalmente, o orçamento esteja garantido para as nossas políticas.

No mais, fico à disposição, Senador Paim. Estou passando por um estágio temporário na Câmara Federal, num mandato de quatro meses, mas que certamente tem um compromisso tal qual um mandato de quatro anos. Estamos tentando deixar marcas constantes com a Dayana aqui também, em parceria com o Governo Federal. Este Governo foi eleito por nós, foi eleito com as nossas vozes, com a nossa militância. Foi eleito, inclusive, para que se reverta um estado de coisas que, na última década no país, desde o golpe contra a Presidenta Dilma, com *fake news* que foram constituídas e golpearam a primeira mulher Presidente eleita em cima das nossas existências, em cima dos nossos corpos, em cima da cassação dos nossos direitos, e a gente está sustentando este Governo também, mas para que ele avance em relação àquilo que tem que avançar e não retroceda nem um milímetro.

Vamos lá!

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CARLA AYRES (Bloco/PT - SC) – Ponto alto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deputada Federal Carla Ayres, quem é o titular que te cedeu o espaço?

A SRA. CARLA AYRES (Bloco/PT - SC) – É o Deputado Pedro Uczai.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero dar uma salva de palmas para ele, viu? (*Palmas.*)

Muito bem.

Então, de imediato...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CARLA AYRES (Bloco/PT - SC) – A gente está vendo uma forma de ele voltar, a gente tentar tirar algum fascista de Santa Catarina, e eu ficar. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Vamos aqui agora para Raquel Mesquita, por favor.

A SRA. RAQUEL MESQUITA (Para expor.) – Mais uma vez, eu agradeço pelo convite, por ter participado desta audiência, pela oportunidade de mostrar esses dados do LesboCenso.

E eu quero dizer que essa pesquisa não é para a gente que está aqui; ela é para a mulher que está lá na ponta, que não tem acesso, que tem vergonha, que se sente constrangida, que às vezes, está sozinha no interior do Brasil. Eu também sou do interior do Brasil, então eu sei como é difícil ser uma lésbica do interior. E justamente por essa vivência, eu penso muito nessas mulheres.

E acredito que nós que estamos aqui neste espaço de privilégio que é o Senado Federal, podendo discutir, podendo discutir políticas públicas, temos que pensar em todas, por mais difícil que seja a situação. E a gente tem que trazer essa mulher para o centro da política, como a Deputada Carla Ayres falou, trazer para o centro do orçamento, de forma transversal, em todas as pastas. Não é apenas na pasta de direitos humanos ou na das mulheres. Tem que ser um tema central e transversal, porque nós estamos em todos os espaços.

Como o colega falou, nós estamos no mercado de trabalho. Então a gente precisa considerar também políticas que visem a garantir acesso a trabalho digno às mulheres lésbicas, independentemente da sua expressão de gênero, pois sabemos que também a expressão de gênero afeta a empregabilidade. E são questões que devem ser trazidas à pauta.

Eu também queria ressaltar, e fazer uma provocação final, Senador, que o IBGE alega que não pergunta a orientação sexual das pessoas porque isso inviabiliza os dados, uma vez que as pessoas não sabem o que é ser LGBT, não sabem o que é ser heterossexual, não sabem o que é ser cisgênero, transgênero, não sabem. Então, que não é possível perguntar. Então nós vemos que existe também...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é que a heterossexualidade compulsória faz? Torna a heterossexualidade e a cisgeneridade como a única opção. É a única coisa que existe. Então, por isso, não merece ser nomeado, não tem nome. Então, uma política pública também para conscientizar as pessoas, conscientizar que existem outros corpos, que existem dissidências sexuais, que existem minorias, e que o fato de você ser cisgênero, heterossexual não significa que você seja a única pessoa que existe, e essa seja a única possibilidade. Na verdade, existem múltiplas possibilidades. Que a visibilidade seja para todos e todas, e que não seja apenas no dia 29 de agosto.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria alertar o meu pessoal das propostas de encaminhamento. Uma delas, que ouvi e guardei, é o orçamento. Achei muito importante você levantar a questão do orçamento. E qual foi a última que você levantou?

A SRA. RAQUEL MESQUITA – Foi a questão de a população não saber...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A invisibilidade.

A SRA. RAQUEL MESQUITA – A invisibilidade e considerar que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O IBGE.

A SRA. RAQUEL MESQUITA – É, o IBGE desconsidera porque fala que é impossível perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só alertei, não vou dizer que vocês não estão tomando nota. Eu e meu pessoal nos comunicamos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, agora, quem é mesmo? (*Pausa.*)

De imediato, Dayana Brunetto, Professora Pós-Doutora, Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos.

A SRA. DAYANA BRUNETTO (Para expor.) – Vou ocupar um pouquinho mais de tempo, não só cinco, mais uns seis minutos (*Risos.*), porque passa um filme na cabeça, vendo a Raquel apresentar, porque eu fiz parte da equipe de pesquisas também – eu, Raquel Mesquita e Grazielle Tagliamento –, e é uma pesquisa realmente muito impactante. São dados muito importantes para a gente pensar as vivências e os dados sociodemográficos das lésbicas e sapatão do país. Então, o LesboCenso teve várias reuniões no sábado – não é mesmo, Raquel? –, mas está aí o resultado.

Eu gostaria também de ressaltar que, em 2023, a gente fez uma Agenda de Enfrentamento à Lesbofobia e ao Lesbo-ódio, em parceria com o Ministério das Mulheres, em parceria com o Ministério da Igualdade Racial e o dos Povos Indígenas. E os desdobramentos dessa agenda, que foi debatida com os movimentos sociais de lésbicas do Brasil – foi um convite amplo e tudo o mais –, se desdobrou inclusive na assinatura desse ACT, que insere as mulheres lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e intersexo nos serviços do Ligue 180, de forma específica, acolhedora, qualificada e ética, e na Casa da Mulher Brasileira, que vai ter um protocolo específico. Isso é importantíssimo para o nosso grupo social.

Quero dizer também que as pesquisas, os movimentos sociais, as ativistas que estão na rua e que estão na academia – não é porque a gente está na academia que a gente deixa de ser ativista, não é porque a gente está no ministério que a gente deixa de ser ativista; é outro tipo de ativismo, mas permanece – são super qualificadas. A gente tem o Dossiê sobre o Lesbocídio, e a Dra. Suane Soares gravou um vídeo para nós, que vai ficar disponível no *site* do Senado, que fala do agravante do feminicídio em relação às lésbicas e sapatão. E aí é o lesbocídio, porque tem especificidades, como foi feito, por exemplo, no caso da Ana Caroline, de Maranhãozinho, que teve o rosto desfigurado, teve todo aquele horror... Porque é um crime de ódio, então tem um agravante e uma especificidade.

E essas pesquisas demonstram o estado de coisas em relação à ausência desses dados estáveis que nos digam quantas somos, quais as nossas interseccionalidades, qual a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

idade, qual o nosso território. O LesboCenso chegou ao campo, ao território quilombola, ao território indígena, à favela – muito menos do que a gente gostaria, não é mesmo, Raquel? Porque estava na pandemia, não pudemos botar recenseadora, não tinha dinheiro, enfim, mas chegou – para ver como a gente está mesmo, em todos os territórios, em todas as profissões, em todas as idades, em todos os lugares. Mas a gente não tem isso quantificado e nem mapeado qualitativamente.

Quais são os nossos anseios por políticas públicas? Quais as violações de direitos? Como funciona a lesbofobia, o lesbo-ódio, o lesbocídio no país? Quais as contribuições que a gente tem para a construção da sociedade, como a Daiana Santos falou? Quais são os nossos sonhos enquanto lésbicas e sapatão no Brasil? Será que a gente tem direito de sonhar? Será que é garantido esse direito? Quantas sofrem "estupro corretivo"? É um dado que a gente não tem também, porque muitas vezes é um homem da família que a estupra, e aí ela não quer denunciar, porque muitas vezes ela ouve: "Não basta você seduzir; você ainda quer destruir a nossa família".

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAYANA BRUNETTO – Estou encerrando já.

Lembra-me a escola esse sinal. Eu gosto! (*Risos.*)

Eu sou professora, não é, gente?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DAYANA BRUNETTO – Olhe aí!

No contexto atual, então, em que a gente está colhendo efeitos de poder do discurso de ódio e do moralismo judaico-cristão, não nos é permitido saber sobre nós, demograficamente, qualitativamente, para pensar as políticas públicas. As lesbianidades – que são plurais; a gente já falou isso aqui –, os diferentes modos de se colocar no mundo como lésbica ou sapatão representam uma afronta à masculinidade hegemônica tóxica. É por isso que não nos querem deixar saber de nós. Porque a narrativa que vem é: "Como é que você é uma mulher e não está disponível para o meu prazer?". E as lésbicas não estão. As lésbicas se constituem muito além

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos homens e das masculinidades. E isso é uma afronta, é um tapa na cara do machismo e do patriarcado da nossa sociedade.

E, por isso, a gente é alvo das inúmeras formas de violação de direitos e de violências, porque, para a masculinidade hegemônica tóxica, é muito difícil lidar com o não. A gente tem visto isso no feminicídio: a maioria das razões para acabar em feminicídio é porque a mulher disse "não quero mais". "Como é que você é uma mulher e vai dizer que não quer mais? Quem te deu esse direito?" Agora, imaginem as sapatão, que não estão absolutamente preocupadas em dizer o não. Já nascem dizendo "não", entendeu? Aí, é mais afronta ainda, entende? Por isso lhes são negados os direitos.

Para encerrar, então, é na resistência e na ocupação dos espaços que a gente vai devagar fazendo as políticas públicas, porque a gente ainda é muito alvo do ataque conservador – muito alvo. Então, as estratégias têm que ser pensadas coletivamente, e os avanços têm que ser pensados... Este corpo que está aqui, da Dayana, da Carla, não está representando só a Dayana, a Carla. O corpo da Luana, que transita aqui, não representa só a Luana; o da Carla não representa só a Carla.

Nós não estamos nos lugares de privilégio, porque... Sim, estamos ocupando lugares de privilégio, pensando na nossa população. A Raquel também, que é funcionária agora do Senado, concursadíssima... (*Risos.*)

A gente não está ocupando esses espaços para representar o nosso umbigo; a gente traz um segmento todo que nem sabe que a gente existe. E a gente luta não é só por quem está aqui, é por quem tombou no caminho, é por quem está aqui e pelas gerações que virão. Nós temos esse compromisso e essa responsabilidade.

Para encerrar, o desafio no qual nós temos trabalhado incansavelmente no ministério e na Secretaria Nacional é: o Estado precisa assumir essa produção de dados. As pesquisas dos movimentos sociais são incríveis, mas o Estado tem que assumir essa função e produzir dados sobre lésbicas e sapatão, como produz das outras pessoas – simples assim –, enfrentar esse discurso de ódio, enfrentar o moralismo judaico-cristão e tratar no viés dos direitos humanos, dos direitos sociais e do acesso às políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, gente.

Estou muito feliz com a audiência hoje. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

Dayana Brunetto, Professora Pós-Doutora, Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos.

Parabéns pela síntese que fez. Passou uns cinco minutos, mas tudo bem. (*Risos.*)

Passou dois só, estou brincando. Passou dois.

Passo a palavra para a Carla Ramos, representante da Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres. (*Pausa.*)

A SRA. CARLA RAMOS (Para expor.) – Então, aos encaminhamentos... Tem uma lista? Ótimo. Queria colocar no topo, por favor, Senador e Deputadas, o orçamento. Isso é fundamental.

A gente fez essa parceria – a Raquel está aqui falando, a Dayana também acabou de falar – de um TED absolutamente humilde, embora tenha sido muito guerreado, não é?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. CARLA RAMOS – Muito guerreado. E olhem quantas coisas a gente já conseguiu produzir e quantas coisas a gente está no caminho de produzir a partir desses dados que estão sendo levantados no LesboCenso Nacional.

Chamem a gente para falar sobre isso em novembro também – não é, Raquel e Dayana? –, que vai ser a apresentação do...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CARLA RAMOS – Isso. A apresentação desse relatório é muito importante, com dados de campo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é muito violento – não é possível deixar de falar – como a nós não é permitido saber de nós, como a Dayana acabou de falar. Isso é o ápice da violência de Estado que a gente pode passar. A gente não pode saber de nós.

Portanto, o Ministério das Mulheres, em articulação com o MDHC e outros tantos ministérios, vai continuar provocando e fazendo muita pesquisa – o tanto que a gente puder a gente vai fazer – e vai produzir esses dados, enfim, essas informações.

Então, o orçamento é a linha de frente, Deputadas que estão aqui, Senador. O Ministério das Mulheres recebe emendas parlamentares também. Fiquem ligados nisso para o próximo ano, porque a gente pode fazer um trabalho bem bacana, bem mais completo, bem mais robusto também, contando com mais recursos a partir do ano que vem.

E tem uma coisa interessante: como a gente está nesses lugares de formulação, elaboração e implementação de política pública, certamente teremos, no ano que vem, a revisão do PPA, que é do processo mesmo, depois de dois anos... Dois anos, não é? É 2025 ano que vem? Estou até perdida.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CARLA RAMOS – Sim. E todas essas ações de que eu falei aqui rapidamente no início da minha fala, que o Ministério das Mulheres tem articulado, vão para dentro da nossa revisão do PPA. Então, se eventualmente alguma ação, alguma iniciativa não foi contemplada inicialmente na primeira formulação, será agora complementada. O PPA é fundamental, porque o PPA é orçamento, é por ali que a gente vai conseguir recursos, de fato, para poder formular... não formular, mas implementar e fazer política pública de verdade.

E aí tem uma das perguntas aqui – só para terminar – que é do Isaque, de Goiás, perguntando como é que a gente evita retrocessos?

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Fique tranquila, porque ainda não deu o seu tempo.

A SRA. CARLA RAMOS – Dá medo esse negócio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como que a gente evita retrocessos na política?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Tem três minutos.

A SRA. CARLA RAMOS – É, eu estou de olho lá. (*Risos.*)

Aprendi.

Como a gente evita retrocessos na política, para mulheres lésbicas, no país inteiro? Uma das maneiras é que a gente consiga, de fato, estruturar políticas públicas e que elas aconteçam e sejam organizadas pelo Estado brasileiro, isso quer dizer por todos os ministérios e demais entidades, inclusive entidades subnacionais. Temos que pensar nos estados e municípios. No caso do Ministério das Mulheres, a gente tem uma rede interessante e importante de secretarias de políticas para as mulheres no Brasil todo, nos estados e municípios.

Então, uma das ações também, uma frente importante que a Ministra Cida tem nos cobrado é que a gente estruture e fortaleça essa rede, porque é por aí também que a gente vai fazer a política pública para as mulheres LBTI, pelas secretarias de estado e de município, obviamente. Então, estruturar essa rede é também uma maneira, uma estratégia importante de a gente manter esta pauta estratégica – as nossas vidas, na verdade, porque não é uma pauta, mas me entendam – na ordem do dia para o cuidado do Estado.

Então, com isso, eu encerro, deixando o encaminhamento, por favor, do orçamento. Há o debate sobre a nossa ocupação nos lugares de decisão e poder. É importante que as mulheres lésbicas, em toda a sua diversidade, no país inteiro, ocupem espaços de formulação também e de decisão – espaços de poder e de decisão. Então, esse é outro encaminhamento, Senador, por favor. O debate sobre a participação política para nós é muito importante.

Então, muito obrigada.

O Ministério das Mulheres está à disposição.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Carla Ramos, representante do Ministério das Mulheres, na mesa, que foi muito bem também.

Agora, Bel Sá, Secretária substituta da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.

E a Janaína alertou que ela também está esperando a vez dela por videoconferência, depois que a Daiana terminar de concluir a fala.

A SRA. BEL SÁ (Para expor.) – Primeiro, quero agradecer a oportunidade, mais uma vez, de estar neste espaço.

E, como disse aqui a nossa amiga Carla, estamos aqui também para que a gente tenha, de fato, orçamento, porque não adianta a gente construir qualquer tipo de proposta se a gente não consegue levar adiante. E essa forma, como estão sendo colocadas as emendas parlamentares, neste lugar, neste momento, acaba dificultando que o Governo Federal possa, de fato, seja em qualquer ministério, fazer o que tem que ser feito, que é estar ali levando a política pública para a ponta. Então, acho que a gente também faz um apelo aos Deputados e aos Senadores para que eles olhem para essa questão, porque o dinheiro está aqui, o nosso orçamento está aqui nesta Casa, o Governo não o tem.

Olhe o que aconteceu, há duas semanas, quando a gente perdeu o mínimo do orçamento que a gente tinha. Nós temos uma conferência LGBTQIA+, que vai acontecer em 2025, e até agora a gente não conseguiu licitar o espaço, porque nós não temos o dinheiro – não temos –, o orçamento se foi. Então, essa questão é muito urgente de ser resolvida também.

E indo agora... É que eu não poderia perder a oportunidade de falar isso, mas indo agora para a questão do ACT que foi assinado entre os dois ministérios, eu acho que ele vai possibilitar, e muito, que a gente tenha uma maior possibilidade de fazer o levantamento desses dados, porque isso diz respeito a tudo. Você vai a um posto de saúde, você não tem um atendimento acolhedor para as mulheres lésbicas. Em qualquer espaço a que você vá, você não tem esse...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BEL SÁ – ... espaço garantido.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. BEL SÁ – Tá.

Então, a partir do momento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. BEL SÁ – Ah, eu estou olhando aqui.

A partir do momento em que esse ACT, realmente a gente construir o plano de trabalho dele, tudo isso que foi pontuado aqui vai estar. Isso vai estar lá na ponta. E as lésbicas, as bis, as trans e todas elas que estão lá vão poder, de fato, responder a um...

Gente, desculpa.

Um questionário com maior propriedade, porque quando eu estava vendo os dados, eu já tinha acompanhado um pouco a leitura disso, mas ele não condiz com a nossa realidade, não é? Você não traz ali um dado realmente das mulheres que estão lá na ponta. O trabalho é maravilhoso, mas como é que a gente chega à ponta? Porque a gente não tem orçamento nem mesmo para fazer um questionário.

Então é importante também que chegue recurso para que a nossa amiga Raquel possa fazer um levantamento mais robusto, com mais, sabe? Que a gente se enxergue. Eu não me enxerguei ali. E não é que ela não chegou ou não tentou falar com as mulheres que estão lá na ponta. É que a gente não tem recurso para isso.

Então a gente depende de vocês, Senadores, Deputados e Deputadas que estão aqui. E também que o Governo possa realmente nos apoiar nessa ação, e que daí nós consigamos construir políticas que dialoguem com a nossa sobrevivência, porque nós estamos aqui para sobreviver.É só pegar o que aconteceu nesses últimos seis anos, em que teve um desmonte de tudo que a gente vinha construindo.

Ontem também, lá na assinatura do ACT, eu falei sobre a questão de duas companheiras que estavam aqui no nosso Governo, que foi a companheira Lurdinha Rodrigues, que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acredito que a grande maioria aqui conheceu, e a nossa companheira Rosângela Rigo, que sempre foi muito parceira da nossa pauta, e que estavam tentando fazer um levantamento também, desse tipo, e que infelizmente perderam a vida naquele acidente horrível.

E depois a gente tentou continuar, ainda que fosse, mas aí veio o golpe. E aí foram seis anos de total desmonte. Então a gente precisa retomar. E eu acho que é o que a gente está fazendo agora.

Muito obrigada. E vamos torcer para que tudo... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Bel Sá, Secretária substituta da Secretaria Nacional de Direitos das Pessoas LGBTQIA+, que também aprofunda o debate da questão do orçamento.

De fato, o orçamento tem que ser questionado. Eu nem vou entrar em detalhe aqui. Eu vou ficar por aqui. Mas eu estou aqui há alguns anos e conheço infelizmente como funciona o orçamento.

Vou parar por aqui, para não me incomodar mais ainda. Dizem: "Ah, Paim, não fala". Olha que um dia eu vou fazer uma audiência pública sobre o orçamento, e aí vai aparecer o que até o momento não aparece. Mas só vou ficar aqui – não falei nada. Não falei nada. Estamos pela TV Senado, ao vivo, para todo o Brasil, mas não falei nada. Só disse que vamos aprofundar o debate do orçamento – daí vai ver que melhora, e muito.

Agora eu passo a palavra para a Janaína Oliveira, Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ – porque ela já está ali – e representante do Fórum de Lésbicas do Ministério das Mulheres.

É com você, Janaína.

A SRA. JANAÍNA OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador Paulo Paim, novamente, obrigada pelo espaço, por esse compromisso que o senhor sempre teve conosco – a população LGBQIA+.

Quero saudar a Deputada Daiana, saudar a Deputada Carla: vocês nos representam, vocês são nossas vozes, nossos corações, nossos desejos nesse espaço legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero trazer um elemento importante: amanhã, em Belém do Pará, vai ter um julgamento, o primeiro julgamento por violência política a partir da lesbofobia. A Vereadora Caminha foi vítima de ameaças, quatro meses atrás. Então, está indo a julgamento a condição dessa violência política em função da lesbofobia. Eu acho que é importante, para quem puder, acompanhar. É a Vereadora Bia Caminha, em Belém do Pará.

Então, em todos os aspectos da nossa luta social, quando a gente fala dessa questão – não só da orientação sexual ou da identidade de gênero –, a gente também tem que falar de um recorte...

Nossa, caiu o *host*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui, nós estamos ouvindo.

A SRA. JANAÍNA OLIVEIRA (*Por videoconferência*.) – Aqui ficou sem tela para mim, mas tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Continue. Estamos ouvindo bem.

A SRA. JANAÍNA OLIVEIRA (*Por videoconferência*.) – A gente precisa falar um pouco desses aspectos que permeiam as questões étnico-raciais e as questões de gênero. A gente fala muito da violência física, da violência psicológica – a saúde ainda é o principal gargalo na questão do atendimento das mulheres lésbicas.

A gente fala em fazer o enfrentamento à violência. A Raquel trouxe algo que é fantástico: essa transversalidade, para além do Ministério dos Direitos Humanos, para além do Ministério das Mulheres, porque, tradicionalmente, as pessoas esperam que a política esteja unicamente nesse espaço.

Então, acho que o fortalecimento da participação social demonstra fortemente que o Ministério das Mulheres, agora retomado no Governo Lula, estabeleceu de volta a coordenação que trata da pauta das mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais e criou novos mecanismos – em parceria com a Secretaria LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos –, que são os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próprios fóruns. É o fórum que nos permite, inclusive, fazer esse diálogo de participação social direta, conjunta, de construção.

Mas eu quero trazer, para todo mundo, uma reflexão, uma provocação que é importante: como os instrumentos da violência e do assédio contribuem para um mal do século? Eu digo um mal do século, porque a gente está falando de violências silenciosas. A violência física é uma violência visível, que a gente consegue materializar; mas há uma outra violência, que é uma violência a que todas as mulheres estão sujeitas, mas a que nós, lésbicas, também estamos sujeitas: é essa característica de assediar a nossa existência, de assediar a nossa luta, de assediar a nossa construção e de, o tempo todo, questionar a nossa capacidade, seja no Executivo, seja no Legislativo – em especial no Legislativo, porque as mulheres lésbicas que ocupam não só uma cadeira no Congresso Nacional, mas também nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas, tiveram, durante esses quatro anos, o tempo todo o seu mandato questionado, o papel que desenvolvem, o projeto que pensam para o país, que pensam para a população local – onde aquela Vereadora se encontra. Então, assim, esses processos de assédio são extremamente violentos, viciosos e nos tacham, nos colocam em um lugar de pessoas raivosas, de pessoas não qualificadas para estar lá, de pessoas que só sabem falar sobre esse tema.

Eu quero desafiar as pessoas a conhecerem o trabalho que os mandatos desenvolvem, esse mandato de mulheres lésbicas, todos os mandatos da população LGBTQIA+. Você vai ver que não é só sobre nós, é sobre a população, é sobre os desejos e os anseios, que pensam em educação, que pensam em saúde, que pensam em moradia, que fazem fiscalização e cumprem um papel importante.

A gente precisa falar de narrativas, porque esses assédios permeiam...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JANAÍNA OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – ... os espaços não só na relação com quem tem mandato, mas na relação com quem ocupa espaços no Executivo.

A gente precisa falar dessas violências que permeiam, de uma forma, os nossos corpos, que nos silenciam. Quando a gente fala há a possibilidade do "se": será que aconteceu? Será que não provocou? Será que não deu a entender segundas intenções? Esse "se", que é uma palavra constante na nossa existência, viola os nossos corpos, viola as nossas existências. E,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando a gente não compreende isso, não é possível só falar: "Ah! Nós estamos pensando em programas de enfrentamento à violência", já que a gente não muda as estruturas, onde outras formas de violência também perpassam.

Se a violência política não for combatida de forma séria pelos gestores deste país... Quando eu digo isso, quero provocar os estados e os municípios para que olhem, que protejam, que cuidem, porque a gente está cansada de ouvir, todo o tempo, que mais um mandato de uma companheira lésbica foi um mandato que sofreu ameaças, que foi um mandato que sofreu racismo, um mandato tão... Eu acho que a gente precisa falar um pouco como o assédio, também, tem sido um instrumento para permear inclusive os ambientes de trabalho, como um ambiente violento às mulheres lésbicas.

Então, eu estou vendo a companheira Malu, do Ministério das Mulheres. Eu quero saudar a companheira por essas importantes iniciativas do Ministério, que têm contribuído muito conosco nesse processo, porque esse fórum, inclusive, é um espaço de participação social, de escuta direta, de pensar a política de forma conjunta. É uma característica. Então, quero parabenizar a nossa companheira por essa importante tarefa que assume e quero agradecer também ao Ministro Silvio e à Ministra Cida que, sem dúvida nenhuma, têm se dedicado diariamente à defesa dos nossos corpos, das nossas vidas.

Companheiro Paim, meu Senador, muito obrigada mesmo; Daiana, muito obrigada mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grande Janaína Oliveira... (*Palmas.*)

....Vice-Presidente do Conselho Nacional do Direito das Pessoas LGBTQIA+, representante do Fórum para Lésbicas do Ministério das Mulheres. Parabéns pela sua fala, bem objetiva e direta.

Eu disse para a nossa querida Daiana que, agora, ela vai fazer o encerramento, mas senti assim, Tiago, que tinha te deixado fora. É como dizer: o Tiago não vai falar. Tiago, dois minutos para ti. Pode ser? Só para fazer uma saudação. E eu passo à Daiana para fazer o encerramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TIAGO RANIERI DE OLIVEIRA (Para expor.) – Só para parabenizá-los mesmo, Senador, Deputadas. É muito simbólico...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ela disse para dar os cinco que dei para os outros a ele. (*Risos.*)

O SR. TIAGO RANIERI DE OLIVEIRA – É muito simbólica esta audiência pública. Realmente, estamos falando de corpos invisibilizados, de maiorias minorizadas e que são, na realidade, parcela da história da humanidade.

Então, eu adiro a todas as falas que me antecederam. Não pude participar o tempo integral, pois estava também em outras Comissões. Mas, mais uma vez, deixo registrado aqui o compromisso do Ministério Público do Trabalho, das Procuradoras e Procuradores com essa pauta no mundo do trabalho e, enfim, com outras pautas que reverberam a partir da nossa atuação. Então, parabéns e desejo sucesso a mais essa pauta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Tiago Ranieri, Procurador do Trabalho, pela sua contribuição, como sempre faz a ANPT.

Agora, de verdade, é ela, a Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, com quem fizemos em parceria – eu abri, e ela encerra –, Deputada Federal Daiana dos Santos, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados.

A SRA. DAIANA SILVA DOS SANTOS (Para expor.) – Querido Senador Paim e minhas colegas aqui que compõem essa mesa, a Janaína, que também nos acompanha e brilhantemente nos traz essa lucidez enquanto faz essas defesas, eu quero iniciar esse nosso encaminhamento final aqui dizendo que é com muita alegria, e me sinto extremamente lisonjeada, que, enquanto Presidenta da Comissão dos Direitos Humanos, Igualdade e Minorias na Câmara Federal, eu venho hoje aqui compor, junto do senhor, Presidente da Comissão dos Direitos Humanos desta Casa, porque a gente começa a notar, na sutileza do dia a dia, no cotidiano do trabalho aqui, o quanto, Carla, a nossa presença tem modificado e tem alterado esse cenário. Isso já se dá desde o ano passado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Inclusive no Senado...

A SRA. DAIANA SILVA DOS SANTOS – Inclusive no Senado, é isso.

... com essa grande parceria, com a abertura desses espaços para que a gente possa construir esses debates respeitosos, sérios, e que saiam daqui com os encaminhamentos.

Eu quero rememorar aqui que, no ano passado, nós fizemos pela primeira vez na história da Câmara Federal a sessão solene pelo Dia da Visibilidade Lésbica. Isso pareceu... (*Palmas.*)

Isso tem que ser celebrado mesmo.

No primeiro momento, pareceu que gerou um desconforto, e alguns questionamentos vieram. Eu falei: "Esse é um marco fundamental na história desta Casa". Porque, em definitivo, é isso. Aqui já foi tratado que – a Day falou e algumas outras companheiras falaram – a partir do momento em que a gente se coloca à disposição nesses lugares e faz esse enfrentamento de forma responsável com aquilo que tem que ser conduzido... Nós não estamos falando da individualidade das Deputadas que representam, a gente está falando da coletividade que precisa se sentir abraçada, acolhida, mas, principalmente, ouvida e representada de forma a ser contemplada com as suas necessidades. Ter este momento que teve na Câmara, essa sessão solene, assim como hoje a gente ter esta audiência conjunta, isso modifica o cenário político no mais alto âmbito de debates políticos do nosso país, que é o Congresso Nacional.

Então, eu quero saudar esse espaço e falar da relevância que tem esse nosso encontro para a alteração de todos esses encaminhamentos, todos esses pontos que foram tratados como encaminhamentos. Eu nem vou tratar aqui do orçamento, porque o senhor viu que este é o nosso nó crítico; isso já foi amplamente debatido e precisa ser conduzido dessa mesma forma. E eu não quero, pelo contrário, sou extremamente otimista... Mas, com a lucidez que nós temos, é necessário, em alguns momentos colocar isso aqui, falar da conjuntura atual. Mesmo que nós estejamos em um Governo que tem responsabilidade com o povo, que olha para essas questões com muito mais concentração em cada um dos pontos, para poder, de fato, encaminhar; um Governo que está agora apoiando e pautando ciência novamente – e aí temos o Ministério da Ciência e Tecnologia –; um Governo que trata das especificidades das mulheres com o Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das Mulheres; um Governo que tem um Ministro com a envergadura do Silvio Almeida dos Direitos Humanos; que tem a responsabilidade de colocar a Symmy Larrat para conduzir uma pasta fundamental para o avanço dos direitos LGBT no nosso país; nós estamos num Governo que olha e trata as questões com a responsabilidade que cabe, porém, mesmo que nós tenhamos, agora, esse ajuste com esse Governo, nós temos que pressionar. Nós precisamos ter essa mobilização conjunta para fazer com que este Governo, que é composto... A Bel falava isso. Quero retomar, até, desse ponto de que tu falavas, Bel: não é porque a gente está aqui, é da esquerda e está num partido progressista que a gente não tenha essas questões que acabam, em parte, nos delimitando e questionando a nossa atuação. A gente tem que ser muito consciente disso, Senador, para que a gente possa atuar e se ampliar, porque a nossa sociedade é construída com base no machismo, em toda essa estrutura de um pacto, que é o pacto narcísico, que fala tanto da questão da branquitude – aqui nós temos uma pesquisadora que pode se aprofundar nisso muito melhor do que eu, e aí a gente tem que debater as questões raciais com essa responsabilidade – quanto também dos LGBT, mas nessa relação de um distanciamento da garantia do direito.

Então, para que a gente possa avançar, a gente tem que entender isso, fazer a leitura da realidade. Mesmo que nós estejamos atuando *pari passu* com esses camaradas que nos compreendem, ainda eles fazem parte dessa organização sistêmica que precisa, todos os dias, ser desconstruída. Isso é necessário para que a gente possa, de fato, avançar, seja na política, seja nos movimentos sociais, na sociedade como um todo. É necessário que a gente coloque isso como parte fundamental do desenvolvimento das nossas ações.

Tratando disso, aqui nós temos os encaminhamentos, que vão desde a reformulação dos protocolos de atendimento no SUS... Foi disso que a gente tratou aqui, Senador Paim, mas também aqui, de novo, vamos reforçar a LOA, porque é importante a gente fazer esse debate, mas eu acho que um dos pontos centrais – que mobilizam, inclusive, a construir um conjunto das Comissões aqui – é que a gente trate da alteração do Código Penal. Isso é importante a gente debater, para que a gente tenha o lesbocídio, e trate... Tu trouxeste muito bem o caso da Carol Câmpelo. Também quero fazer uma saudação importante à resistência de todas essas mulheres que sofrem essas violações sistêmicas todos os dias, tanto que a Day trouxe muito bem isso, inclusive a questão do estupro corretivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente precisa, Senador, avançar sobre isso. A gente precisa avançar, tem que olhar para essas coisas, que são muito duras, mas fazem parte desse cotidiano de violências; tem que falar do lesbocídio, mas também falar do estupro corretivo, falar do que precisa estar ali, constando como crime. Tivemos aí o triste caso da Carol Câmpelo, mas também já tivemos, um tempo atrás, a Luana Barbosa. Isso, para a gente, é... Primeiro de tudo, é muito doloroso falar sobre isso. É muito triste ver que os nossos corpos ficam à mercê desses questionamentos e dessas violências – e o tempo todo! A Janaína trazia isso, e faço questão de relatar: não é como uma forma de se vitimizar, mas todas as vezes em que nos levantamos, todas as vezes em que começamos a tensionar, a colocar o dedo nas questões mais centrais para nós e a falar das nossas identidades, nós sofremos ameaça, e essas ameaças tratam justamente de quem nós somos, da nossa orientação, das nossas identidades; elas tratam daquilo que é mais íntimo, como uma forma, inclusive, de nos intimidar.

Então, eu quero falar que o avanço dessa sociedade perpassa justamente pelo ganho dessa consciência política e dessa pressão conjunta, coletiva, nesses espaços.

Desses encaminhamentos aqui, falei justamente do Código Penal, que eu acho que é algo em que nós, conjuntamente, podemos tocar, Senador, mas também fazer uma retificação no IBGE, de verificar, inclusive, o porquê de não ter uma formação, algo que aproxime. E acho que isso não deveria ser só do IBGE.

Na verdade, já aproveito, vou aproveitar que estou falando no Senado, então vamos botar para fora mesmo.

A questão da educação é fundamental, porque se as pessoas não conseguem identificar o que é cis e o que é trans, isso é um problema que, para mim, é gerado quando se tem um debate de escola sem partido. Por exemplo, Senador, isso é uma questão estrutural de construção da sociedade, porque a gente não está falando de identidades, a gente não está falando de colocar pessoas em guetos. Nós estamos falando de um avanço de uma sociedade que sabe e respeita cada uma das pessoas dentro da sua diversidade.

É isto que a gente quer: respeito, respeito para construir a política pública, respeito para poder acessar o mercado de trabalho, respeito para poder estar nas universidades, respeito para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

poder viver a rua, viver as cidades, ter direito à cidade sem ter medo das violências múltiplas que vão se sobrepondo, principalmente, se esses corpos são negros e são mulheres.

A gente precisa olhar para isso com a responsabilidade que nos cabe. E fazer isso conjuntamente, Senador, me mobiliza, porque não fala de mim, da Carla, da Day, da Janaína, não fala da outra Carla, da Raquel e desse conjunto de parceiras que está nos acompanhando neste momento aqui, presente; fala de uma coletividade silenciada e que, historicamente, se distancia, inclusive, deste processo político de legitimação, em que não se vê, porque nunca foi representada por absolutamente nada. Tudo aquilo que a conduzia até o mínimo que fosse da garantia, quando ela se identificava, já a refutava.

Então, a gente precisa, e eu me coloco à disposição, este corpo lésbico que vem de uma comunidade... Uma mulher negra de comunidade assumidamente lésbica que chega aqui tem a responsabilidade de construir política para essas pessoas, porque não é o sucesso individual, nunca foi, é a luta coletiva de todas essas organizações que projetou essa mudança aqui nesta Casa, e que vai impactar na construção de um novo momento nesta sociedade brasileira.

Eu luto para isso, Senador, e me somo agora com o senhor, porque a gente precisa avançar com o investimento, Carla, e tem razão, a gente precisa colocar isso de fato no orçamento. A gente não pode ficar pensando que emendas e parceiras, porque é isso que, por vezes, dizem: "Não, tem a Deputada Daiana, que ela é dos religiosos. Não, fala com ela. Essas coisas de mulher, preto, LGBT, ali ela vai garantir". Não é isso. Nós não queremos essas parceiras, nós queremos a responsabilidade de um Estado que investe e respeita as pessoas. E é para isso que a gente luta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Essa é a nossa Daiana dos Santos, Presidente da Comissão dos Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados, com essa fala brilhante.

Eu só vou dizer uma coisinha: olhem o orçamento, mas olhem também as emendas de Comissão, de Comissão, porque me parece que é um tabu aí. Não tem que ter tabu nenhum. Vamos olhar as emendas de Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Comissão dos Direitos Humanos vai fazer o seu papel aqui. Nós vamos colocar. Nós temos que ficar espertos para eles não cortarem tudo lá depois, num momento adequado. Não estou apontando para a Câmara, é a Comissão de Orçamento que acaba dando a palavra final. Agora, por que as Comissões de Direitos Humanos, historicamente, neste país, são as que recebem a menor verba? Só vou dar como exemplo para o debate – não quero fazer nenhuma provocação, porque devem estar dizendo "o Paim está abrindo a boca lá, não devia falar tudo isso" –: por que uma Comissão de Direitos Humanos, às vezes, recebe R$500 mil e uma outra recebe R$5 bilhões? Direitos humanos são política pública, meu Deus do céu!

A SRA. DAIANA SILVA DOS SANTOS (*Fora do microfone.*) – Que impacta no desenvolvimento da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro!

Tem tudo a ver com os 212 milhões de brasileiros, não é? E aí, naturalmente, no seu conjunto, vamos ver o que pode ser feito.

Bom, mas não falei nada, não é? Não fui eu que falei. (*Risos.*)

Eu agora, então, encerro.

A nossa reunião foi excelente, atingiu todos os objetivos. Essa parceria das Comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado tem que continuar. Continuaremos juntos!

Agora, é só dizer: obrigado, obrigado, obrigado. Gratidão eterna!

Encerrada a reunião de hoje. (*Palmas.*)

Encerrados os trabalhos.

(Iniciada às 14 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 38 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e dezenove minutos do dia quatro de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Augusta Brito, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Jussara Lima, Humberto Costa, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Eduardo Gomes, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Esperidião Amin, Wilder Morais e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da quadragésima segunda e a quadragésima terceira reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4974, de 2023 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa." Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3346, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para assegurar adaptação razoável do horário de trabalho que permita prestação alternativa ao empregado e ao servidor público, em virtude de escusa de consciência, quando o seu dia de guarda religioso coincidir com os dias ou os turnos do exercício de atividades laborais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto. ITEM 3 - Projeto de Resolução do Senado n° 110, de 2023 - Não Terminativo - que: "Cria a Medalha Laço Branco a ser concedida a homens que atuam na luta pelo fim da violência contra a mulher." Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto de Resolução do Senado, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: O presidente passa a presidência à Senadora Augusta Brito. Na sequência, é aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto de Resolução, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 48, de 2024 que: "Requer a realização de audiência pública para apresentar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campanha "Feminicídio Zero"" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Requerimento aprovado. ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 49, de 2024 que: "Requer a realização de audiência pública para debater "a regulamentação do exercício da profissão de operador de telemarketing/teleatendimento"." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Requerimento aprovado. ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 50, de 2024 que: "Requer a realização de audiência pública para debater "a regulamentação da Lei 14.878 de 2024 - Política Nacional de Cuidado Integral às Pessoas com Doença de Alzheimer e Outras Demências"" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Requerimento aprovado. ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 51, de 2024 que: "Requer a realização da audiência pública "o direito à mobilidade segura como direito humano"" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Requerimento aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 103, de 2023 que: "Requer debater a gravíssima situação dos presos do dia 08 de janeiro, que culminou no falecimento do senhor Cleriston Pereira da Cunha" Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item de forma extrapauta. Na sequência, o requerimento é aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 36, de 2024 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de esclarecer denúncias de violações ao devido processo legal em razão das prisões efetuadas pela Polícia Federal no dia 06/06/2024." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item de forma extrapauta. Na sequência, o requerimento é aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 52, de 2024 que: "Requer Realização de Audiência Pública Sequestro Internacional" Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR). Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item de forma extrapauta. Na sequência, o requerimento é aprovado. Às onze horas e vinte e um minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Augusta Brito. Às onze horas e cinquenta e um minutos a Senadora Augusta Brito devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/09/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 44ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 42ª e 43ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Nós vamos, de imediato, ler a pauta de hoje.

Só um minuto, Senadora Augusta Brito. (*Pausa.*)

Primeiro ela. (*Pausa.*)

Senadora Augusta Brito, a culpa não é minha, eles estão dizendo que a pauta é toda do Senador Paulo Paim, porque muitos retiraram os projetos, muitos pediram para retirar.

O orgulho vai ser a senhora presidir agora, para eu poder, então, relatar os requerimentos e os projetos, porque muitos retiraram. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Bom dia.

Bom dia a todos e a todas, bom dia à assessoria aqui presente e a todos que assistem pela TV Senado.

Quero aqui primeiro cumprimentar o nosso Presidente, que aqui está, nosso querido Paulo Paim, nosso Senador, e dizer do imenso prazer de poder presidir esta sessão de projetos, que serão relatados de sua relatoria, de muita importância.

Então, eu quero aqui já começar do item 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 110, DE 2023

- Não terminativo -

Cria a Medalha Laço Branco a ser concedida a homens que atuam na luta pelo fim da violência contra a mulher.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto de Resolução do Senado, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e CDIR.*

A Medalha Laço Branco, a ser concedida a homens que atuam na luta pelo fim da violência contra nós, mulheres.

Agora eu concedo aqui, com muita honra e prazer, a palavra ao nosso Relator, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Querida Senadora Augusta Brito, que preside os trabalhos desta Comissão, é uma satisfação enorme relatar um projeto de autoria de V. Exa., inclusive, que teve essa bela iniciativa, um projeto que cria a Medalha Laço Branco, a ser concedida a homens que atuam na luta pelo fim da violência contra a mulher.

Se V. Exa. permitir, eu vou direto à análise.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone.*) – Com certeza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Primeiro, cumprimento V. Exa. pela iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a este Colegiado opinar sobre matéria relacionada aos direitos da mulher, o que torna regimental esta análise.

No mérito, a proposição representa um significativo avanço na conscientização dos direitos da mulher e no combate à violência de gênero. Ao mobilizar a opinião pública e fomentar o debate sobre as desigualdades entre homens e mulheres, o projeto em análise cumpre a importante função de promover a equidade de gênero e a erradicação de todas as formas de violência contra as mulheres.

Destaca-se que a homenagem proposta é inspirada na Campanha do Laço Branco, símbolo do engajamento dos homens na luta pelo fim da violência contra a mulher e do compromisso em não serem coniventes com atos de violência, em quaisquer de suas formas.

Ademais, a medalha aqui proposta, Laço Branco, enaltece ações públicas e manifestações em defesa dos direitos das mulheres, especialmente entre os dias 25 de novembro e 6 de dezembro, datas que marcam importantes simbologias no combate à violência de gênero.

A homenagem também se mostra oportuna haja vista estudos que revelarem a preocupante prevalência de violência cometida por homens contra as mulheres no Brasil. Segundo consta da justificação da proponente, pesquisas indicam que 25,4% dos homens no Rio de Janeiro admitiram ter usado violência física contra suas parceiras e 38,8% confessaram ter insultado, humilhado ou ameaçado suas parceiras pelo menos uma vez.

Além de meritória, a proposição, da Senadora Augusta Brito, se encontra adequada à ordem constitucional e jurídica e às disposições do Regimento Interno do Senado Federal. Não obstante o mérito da proposição, entendemos que as disposições constantes do texto do projeto merecem apenas alguns ajustes a fim de se adequarem ao padrão estabelecido para as premiações no âmbito desta Casa, que passou a vigorar com a edição da Resolução nº 8, de 30 de junho de 2015.

Não mudo em nada o seu projeto. O mérito é 100% de V. Exa., Senadora Augusta Brito. Apenas fiz alguns ajustes para a nova forma de construção de projetos dessa magnitude e dessa importância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Resolução nº 8, de 2015, instituiu a Comenda do Mérito Esportivo e alterou outras oito resoluções que instituíam comendas, diplomas e prêmios no Senado Federal, de modo a padronizar seu funcionamento e a composição dos respectivos conselhos.

Nesse sentido, a referida resolução uniformizou as composições dos conselhos com um Senador ou uma Senadora de cada partido político com representação no Senado Federal. Fixou, ademais, o período de dois anos para a renovação dos conselhos.

Dessa forma, propomos substitutivo, apenas com as adaptações, ao projeto para nele refletir o padrão estabelecido por esta Casa a partir da mencionada resolução. Para isso, dispomos sobre a composição do Conselho da Medalha Laço Branco e a periodicidade de sua renovação.

Acreditamos que essas alterações aprimoram o projeto e vão ao encontro dos anseios da autora.

VOTO

Ante o exposto e objetivando o aprimoramento da iniciativa precedente, conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 110, de 2023.

É isso, Senadora Augusta Brito, meus cumprimentos pela iniciativa. É um belo projeto. Saiba que, lá no Rio Grande do Sul, por iniciativa do Deputado Edegar Pretto, tem a Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres. Inclusive, eu o trouxe aqui para fazer uma fala sobre esse tema, o Edegar Pretto. É um grande Deputado, viu? Só não virou o Governador por detalhe: faltou lá uma meia-dúzia de votos.

V. Exa, agora, com esse projeto... Vai ser a Medalha do Laço Branco. Enaltece e fortalece essa ideia, que está se espalhando pelo Brasil todo, do compromisso dos homens pelo fim da violência contra as mulheres.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Primeiro, quero parabenizar o nosso Relator, o nosso querido Senador Paulo Paim, e quero registrar aqui as presenças da Senadora Jussara, do Senador Flávio Arns e, também, do Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Magno Malta, que chegou. Quero aqui dizer que sejam bem-vindos à nossa Comissão, sempre estamos aqui nas reuniões, tão bem presididas pelo nosso querido Senador Paulo Paim!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E agora melhor com V. Exa., que voltou. Ela voltou! (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Voltei, mas eu queria aqui já abrir, botar em discussão, e já começar só pedindo aqui a permissão de vocês para que eu possa falar o porquê da intenção de botar um projeto para que a gente crie dentro do Senado Federal uma medalha para reconhecer a importância dos homens no combate à violência contra nós mulheres. No Estado do Ceará a gente já fez isso, quando eu era Deputada Estadual na Assembleia Legislativa.

Isso veio com várias recomendações, inclusive da ONU Mulheres e de uma instituição que existe que é a ElesPorElas. E veio, no dia 6 de dezembro, simbolicamente, de uma violência cometida lá no Canadá, em que um aluno de engenharia civil entrou na universidade, separou as meninas dos meninos e matou 14 meninas. Então, os pais se reuniram e começaram a fazer essa campanha do Laço Branco. É uma campanha que já existe em mais de 55 países. Nós trouxemos aqui para o Ceará e para o Brasil, já temos em alguns estados, e agora estamos trazendo para o Senado Federal para que a gente possa levantar a importância realmente não só da medalha em si, simbolicamente falando, de um objeto físico, mas da grandeza que tem em reconhecer a importância que é ter homens para combater a violência contra nós mulheres.

Não podemos ficar falando de violência contra nós mulheres só com as mulheres, porque em sua grande maioria ela é cometida pelos homens. E a gente tem que combater o machismo estrutural, que vem de muitos anos se repetindo e fazendo com que a violência tivesse essa força e, de certa forma, fosse até um respaldo da sociedade como um todo ao naturalizar a violência contra nós mulheres. Então, queremos chamar a atenção e dar realmente a medalha àqueles homens que não só reconhecem que a mulher não tem que sofrer nenhum tipo de violência, mas além de reconhecer, homens e instituições devem fazer ações para que a gente possa verdadeiramente combater a violência contra nós mulheres. Então, a intenção de trazer foi dar visibilidade a essa pauta, ressaltar a importância da participação dos homens. Fico feliz que seja um Relator homem, já que temos Senadores também homens e Senadoras mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que a violência contra nós mulheres, volto a repetir, não é assunto de mulher, é assunto de toda a sociedade, inclusive dos homens. Quando a gente conseguir realmente pautar e conversar diretamente com os homens, a gente vai ter realmente a não violência contra nós mulheres, que é o que a gente tanto deseja.

Eu agradeço muito ao Relator, sei de sua sensibilidade. Eu já vejo aqui que esta Comissão é muito importante pela forma da escolha da medalha, porque aí não é só uma Mesa Diretora do Senado, vamos ter indicações partidárias, os Senadores podem participar, vão sugerir nomes, que serão avaliados pela Comissão, de quem realmente vai merecer, para que não se transforme numa medalha, como eu diria, sem realmente ter o valor que a gente quer que ela tenha, pois, quando a gente dá medalhas demais, eu digo que elas perdem um pouco do valor. Então, se eu não me engano aqui, foram estabelecidas três medalhas por ano.

A ideia é que a gente conseguisse fazer no dia 6 de dezembro, pela simbologia desse dia, marcado pela violência que foi cometida por um adolescente, que, depois que matou as 14 meninas, deixou uma carta dizendo que ele não aceitava que aquelas meninas – isso foi em 1989 –, aquelas mulheres fizessem um curso que era de homens. Então, ali, há a prova de como o machismo mata, sobretudo, as mulheres. Depois, ele se matou, sofrendo com uma coisa que não é para sofrer, que a gente tem que realmente desconstruir para que ela não se repita, como infelizmente ainda se repete muito nos dias de hoje.

Agradeço a todos e todas que estão aqui.

Quero passar agora já para a discussão. O nosso querido Senador que já pediu, Flávio Arns, tem aí a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Eu quero, em primeiro lugar, saudar V. Exa., de volta aqui para o Senado. Ficamos muito felizes. A atuação de V. Exa. é muito importante num conjunto de áreas, e também em direitos humanos e legislação participativa. Que bom, estamos felizes. Quero cumprimentar a Senadora Janaína Farias, que esteve aqui, enquanto V. Exa. estava de licença também, mas que bom que V. Exa. está, retornou também. A gente tem um apreço muito grande pelo trabalho seu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero concordar inteiramente com o projeto. Acho muito importante, não é um problema das mulheres só, é um problema da sociedade de uma maneira geral, e dos homens também, lógico, Senadores junto com as Senadoras; trabalharmos, Jussara Lima, para ver como articular iniciativas a favor da segurança e do bem-estar das mulheres.

Inclusive, agora há pouco, o Senador Paulo Paim estava lá na CAS também. Nós falamos um pouco sobre a importância da saúde mental, porque, nesse caso do Canadá relatado, e que aconteceu em 1989, é óbvio que a pessoa tem que ter um transtorno mental para cometer, fazer um absurdo desses. E esse transtorno mental é reconhecido muitas vezes – a gente fez todo esse debate na Comissão de Educação e Cultura, no ano passado –, é identificado, pode ser identificado na escola, como criança, como adolescente. E essa criança e adolescente podem ser ajudados a ultrapassar um transtorno. Quer dizer, a pessoa é quieta, isolada, fala algumas coisas, a internet, que a criança e adolescente têm acesso a absurdos, em relação ao que aconteceu no Canadá.

Por isso, a necessidade – a gente discutia lá – dessa articulação da saúde mental, com a saúde e a educação, porque tem que ter psicóloga, assistente social, já está na lei, na escola comum, mas, ao mesmo tempo, ter o apoio da saúde.

Quanto ao projeto, eu quero parabenizar, acho muito bom. Voto a favor também. É uma iniciativa muito interessante e que já acontece, como foi relatado, em tantos países do mundo. Parabéns!

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada, Senador, sempre muito gentil e também muito participativo. Sempre a gente se encontra aqui em todas as pautas, inclusive nesta pauta que é nossa, também, do combate à violência contra nós mulheres.

Senadora Jussara também quer discutir. Passo agora para a Senadora Jussara.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Para discutir.) – Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o Presidente da CDH, Senador Paulo Paim.

Quero cumprimentar a Senadora Augusta Brito, que bom tê-la de volta. Esta mulher que tanto trabalha em prol de todos os brasileiros, mas especialmente de nós mulheres.

Quero cumprimentar o Senador Flávio Arns, o Senador Magno Malta e dizer da importância de criar essa medalha, que é a medalha do laço branco, a ser concedida a homens que vão atuar na luta pelo fim do feminicídio e da violência contra a mulher.

E quero dizer da importância que é trazer os homens para o debate, trazer os homens para juntarem-se à gente, juntarem-se às mulheres, porque só assim a gente vai encontrar um caminho para... Não vou dizer acabar, mas já dar um andamento a todo esse trabalho que já vem sendo feito por nós mulheres na Comissão de Combate à Violência contra a Mulher.

Quero dizer da importância de ter o Senador Paim como Relator desse projeto, porque é um homem sensível, é um homem que está sempre junto às mulheres, defendendo também os nossos direitos. A gente sabe da importância que é as mulheres participarem e os homens também, porque, como bem disse a Senadora Augusta, são os homens que matam as mulheres, não é? Infelizmente, é isso. E trazê-los para o debate é muito importante.

Então, parabéns, Senadora Augusta, e parabéns, Senador Paim, por ser o Relator desse projeto!

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada, Senadora Jussara, também sempre atuante, acompanhando todas as pautas.

Continua em discussão.

Senador Magno Malta, para discutir.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Acho absolutamente importante, acho que, para mais além, as coisas não são absolutamente boas que não possam ser melhoradas nesse momento, nesse marco zero dessa boa iniciativa, Senadora. E por que não alargar isso, em seguida, nos anos que vão vir? Porque toda concessão pública, rádio, televisão... Nós chegamos ao bom termo de que essas coisas virão pela via da informação e educação, da formação do homem, dos indivíduos. E, se a Bíblia diz que a fé vem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo ouvir, imagine as outras coisas. Tudo está em decadência: a televisão está em decadência – TV aberta, então! –, mas o rádio nunca muda, porque é pelo ouvido, não é pelo olho, o rádio está sempre presente, ninguém muda o rádio, não é?

E, mais tarde, essa proposição, que tem meu total apoio, de escrever quem de forma acintosa, seja verbal ou fisicamente, porque as duas juntas... Quando vem a agressão física, a verbal já veio, a psicológica já veio, a emocional já veio. Isso é um combo demoníaco, é um combo demoníaco essa afronta à mulher! Eu até vou mais longe: é uma afronta a quem gera a vida, a quem gera a vida, é uma afronta à vida. Os meios de comunicação, como a gente tem feito, tem uns projetos meus aí – acho que até já foram aprovados aqui e estão emperrados em alguns lugares –, porque o dinheiro... A concessão é pública. Aí você diz que, cinco vezes por dia, o sujeito vai usar dois minutos de uma concessão, que não é dele – dele é o equipamento –, para falar sobre o malefício das drogas, e eles não querem, porque estão perdendo tempo de vender uma publicidade. E essa publicidade feita, criando consciência pela via do ouvido: educação, prevenção...

Eu me lembro, Senadora, que eu faço prevenção: há 44 anos, eu tiro drogados da rua. Não só como prevenção, mas de forma curativa, num sentimento paterno, num sacerdócio que Deus me deu. Desde os meus 20 anos, eu já fazia palestras em escolas sobre prevenção, dizendo o que poderia vir a ser o que está aí hoje. Nós temos que cuidar do presente para ter futuro.

Então, quero parabenizá-la pelo projeto, e, com o tempo, acho que ele pode tomar forma, olhando todos esses meios de quem tem equipamento, mas não é dono da concessão, ela é pública, e o que é público tem que ser, de fato, usado nesse sentido, principalmente quando nós já estamos vivendo dias de dores. Se o cenário bíblico que está posto para a volta de Jesus... De tudo que eu conheço da palavra, o cenário está posto – o cenário está posto –, ele volta na hora em que ele quiser, porque os desmandos, o desamor, o desafeto, a agressão... Tanto a criança quanto a mulher se avassalam todos os dias.

Portanto, parabéns e meus respeitos! Parabéns pela sua volta e parabéns pelo projeto, que tem o nosso voto!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu agradeço e digo: como é bom a gente conviver e escutar, ouvir os Senadores e Senadoras, porque a gente já vai criando outra visão, já vai pensando em outro projeto, com essa sugestão, que eu já quero acatar aqui, para que a gente possa realmente usar os meios de comunicação, especialmente as rádios de todo o país, com inserções – que seja – falando da real consequência de usar drogas e da importância, também, do combate à violência contra nós, mulheres. Eu acho que várias outras temáticas podem entrar dentro dessas inserções que são importantes para a gente começar a prevenir e prevenir também através desses meios de comunicação. Já estou pensando aqui como é que a gente pode...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – E dá certo, sim.

Veja que, de cada dez mulheres agredidas, o fator é droga. É porque as pessoas não consideram bebida alcoólica droga. Vou dizer uma coisa aqui: o sujeito chega lá na casa de recuperação para se recuperar. O método lá é antigo – o meu método lá, que recupera 85% dos que lá entram –, é o método antigo: é Deus de manhã, Jesus ao meio-dia, e o Espírito Santo de noite.

O Paim já esteve lá – eu já ia falar pastor Paim. É porque ele tem filho pastor, viu? Então eu já ia... Ele tem genro pastor, tem filha pastora, está cheio de pastores na casa dele. E ele conhece a minha instituição, esteve comigo lá, me deu o prazer de passar uns dias comigo lá, convivendo.

Normalmente, quando uma mulher é agredida, é por um homem que está bêbado, ingeriu bebida alcoólica, está alterado ou está drogado – está drogado, está drogado. E aí eu digo: a gente, quando quer tanto proteger, é preciso que a gente enfrente, com muita coragem, este debate de não legalizar droga neste país. Quando a gente não contribui com esse debate, não adianta a gente estar fazendo outro debate de violência contra a mulher, porque homem drogado, o cara com a cabeça cheia de maconha, espanca a mulher, bate em mulher, ofende a mulher. Então, as decisões tomadas por esta Casa, após a decisão do Supremo Tribunal Federal, de que droga nenhuma deve ser legalizada no Brasil, é uma grande contribuição para essa proposta de V. Exa., hoje, aqui.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Muito obrigada pela contribuição.

Digo mais: nos finais de semana em que tem jogos, nos dias de jogos de futebol, aumenta a violência contra nós mulheres em 20%, se o time ganhar ou se perder. Infelizmente, por isso é que o Governo Federal também vem fazendo uma campanha forte, dentro dos estádios, junto com o Ministério das Mulheres. Já estivemos lá no Estado do Ceará. Nós temos um projeto também que fala sobre a importância de termos essa discussão dentro dos estádios de futebol.

Eu quero, aqui, agora, terminando a discussão, quero botar em votação o relatório do nosso querido Senador Paulo Paim, já agradecendo e parabenizando a sua sensibilidade, a forma com que faz e que trata todos os Senadores e Senadoras na Comissão.

Então, vou botar, agora, em votação, o relatório, favorável ao projeto do nosso Senador Paulo Paim.

Os que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Foi aprovado.

Agradeço a todos e todas que, aqui, contribuíram e aprovaram.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Neste momento, agradecemos à Presidente... (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Não, é um coletivo, não é? A gente sabe que, aqui, ninguém faz nada sozinho, então, a gente precisa ter essa boa convivência, a gente precisa ter o convencimento. Isso que acontece tão bem. Eu aprendi no primeiro dia em que eu encontrei o Senador Paulo Paim. Ele dizia que ia ficar um pouco menos ativo, mas ele é ativo mais do que qualquer um, ele está em todos os espaços e sempre com esse jeito acolhedor e coletivo, como tem que ser.

Então, agora, declaro aprovado o relatório do nosso querido Senador, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto de resolução, na forma da Emenda nº 1, também desta Comissão, com o substitutivo.

O projeto segue, agora, para a análise da Comissão Diretora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dando continuidade, nós temos alguns requerimentos. Como também são de autoria do Senador Paulo Paim, continuo, aqui, presidindo, com o maior prazer, mas queria já dizer que é o item 4.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 48, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para apresentar a campanha "Feminicídio Zero"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Já quero até adiantar que vou votar, favoravelmente, obviamente. É de autoria do Senador Paulo Paim, que vai já falar sobre isso.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 49, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para debater "a regulamentação do exercício da profissão de operador de telemarketing/teleatendimento".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 50, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para debater "a regulamentação da Lei 14.878 de 2024 - Política Nacional de Cuidado Integral às Pessoas com Doença de Alzheimer e Outras Demências"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 51, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização da audiência pública "o direito à mobilidade segura como direito humano"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Agora, eu vou conceder a palavra para o autor dos requerimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidenta Augusta Brito, se V. Exa. permitir e o Plenário concordar, eu farei a defesa dos quatro requerimentos, depois eu volto à Presidência, e vamos botar em votação, inclusive, os outros requerimentos, porque já tenho compromisso.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Magno Malta sai logo na frente.

Deixem só eu justificar: tem tudo a ver com este momento, é uma audiência pública que tem como objetivo promover a campanha Feminicídio Zero. É uma campanha que foi lançada pela Ministra das Mulheres, Cida Gonçalves. Eu achei muito interessante; aqui, vamos dar mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um espaço de visibilidade, e vai ser coordenada pelas mulheres, claro, com a presença da Ministra, em data a ser encontrada no nosso calendário.

O outro objetivo de audiência é debater sobre a regulamentação do exercício da profissão de operador de *telemarketing* e teleatendimento. É uma luta antiga dessa categoria, que quer, de uma vez por todas, ver essa questão regulamentada. Foi apresentada via uma SUG, aqui nesta Comissão, uma SUG de 2015, e é esse o debate que gostaríamos de fazer.

O outro requerimento regulamenta a Lei nº 14.878, de 2024, a Política Nacional de Cuidado Integral às Pessoas com Doença de Alzheimer. Aqui, eu lembro que já é lei. Foi um projeto que veio lá do Rio Grande do Sul, dos doutores que são especialistas nessa área, e eles pediram para que a gente pudesse fazer um debate a partir da lei que eles apresentaram – claro, eu fui instrumento do processo –, que foi aprovada na Câmara e no Senado.

E o último: direito à mobilidade segura como direito humano. O direito à mobilidade segura é também um direito humano; toda a população tem o direito de ir e vir com segurança. É proposta uma audiência pública. Os que propõem a audiência pública me provocaram, apresentaram um projeto da Polícia Rodoviária Federal, cujo tema é: amiga dos autistas – segurança pública e autismo. Soma-se a essa audiência a preocupação com a segurança no trânsito levantada pela Fundação Thiago Gonzaga. Esse é o debate. É um debate que faremos; depois, vamos ver se o projeto é apresentado ou não.

Era isso. São quatro.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pronto, meu nobre Senador.

Eu quero aqui já pedir para botar em votação em bloco os requerimentos do Senador Paulo Paim.

Todos concordam?

Eu vou só aqui citá-los: o item 4, Requerimento nº 48, de 2024; o item 5, Requerimento nº 49, de 2024; o item 6, Requerimento nº 50, de 2024; o item 7, Requerimento nº 51, de 2024. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos os requerimentos foram aprovados com unanimidade dos Senadores e Senadoras.

Agora, com muito prazer, eu devolvo a Presidência ao Presidente, para que ele possa seguir com a pauta, com o item 1, desta reunião da Comissão.

Muito obrigada a todos e todas, que todos tenham um ótimo dia.

Vou passar com muito prazer para o nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma salva de palmas para a nossa Presidente, que voltou! (*Palmas.*)

Ela esteve afastada por um tempo, e a Janaína que a substituiu, com muita competência, também, viu?

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Muita, graças a Deus.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente, só um pela ordem.

Eu tenho um requerimento, não sei se a Secretaria recebeu. (*Pausa.*)

Extrapauta.

Eu sei que V. Exa. tem um procedimento de, às vezes, não votar no dia o requerimento, só na semana seguinte, mas gostaria que fosse lido, pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Terá o mesmo carinho que os outros requerimentos terão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso, exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu terei um cuidado especial, com a grandeza de todos aqui aprovarem os requerimentos, em algumas exceções, até extrapauta. (*Fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, primeiro, dizer para o meu amigo Magno Malta, que está aqui, que, quando o Senador fala que eu tenho dois filhos que são evangélicos, e é verdade, a Ednéia e a Janaína, eu também tenho outros dois que são católicos apostólicos romanos. Eu sou católico apostólico romano. Inclusive, faço parte da frente que hoje, de manhã, esteve aqui, nesta Comissão, mas, infelizmente, eu não pude estar presente, pela correria daqui da Casa. Eu sou daqueles que entendem que seus filhos escolhem a própria religião. Eles escolhem, eu não escolho. Eu escolhi a minha quando pude escolher, lá na minha infância. Fui até sacristão, viu?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Foi?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fui sacristão da Igreja São Pio X, em Caxias do Sul.

Realmente, a Janaína e a Ednéia são evangélicas e são atuantes mesmo. Fazem um belo trabalho no Conjunto Guajuviras.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – São convertidas mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São, e trabalham realmente com criança, adolescente, fazem todo tipo de trabalho social. Não que os outros não façam, mas também fazem o seu trabalho.

Então, vamos direto para o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3346, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para assegurar adaptação razoável do horário de trabalho que permita prestação alternativa ao empregado e ao servidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público, em virtude de escusa de consciência, quando o seu dia de guarda religioso coincidir com os dias ou os turnos do exercício de atividades laborais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e CAS.*

A autoria é do Deputado Wolney Queiroz.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta para a leitura do relatório.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, é com muito prazer e acho que de forma muito tardia que a gente vota esse projeto, algo sobre que a gente já conversou pessoalmente, Parlamentares falam pessoalmente, e nunca, de fato, se efetivou. É um projeto com algumas páginas, que vai demandar um pouco de tempo, mas eu vou ler o cabeçalho para que haja esse entendimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei nº 3.346, de 2019, do Deputado Wolney Queiroz, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para assegurar adaptação razoável do horário de trabalho que permita prestação alternativa ao empregado e ao servidor público, em virtude de escusa de consciência quando o seu dia de guarda religioso coincidir com os dias ou os turnos do exercício de atividades laborais.

Vem para o exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei (PL) nº 3.346, de 2019, que, conforme sua ementa, altera a Consolidação das Leis do Trabalho para "para assegurar adaptação razoável do horário de trabalho que permita prestação alternativa ao empregado e ao servidor público, em virtude de escusa de consciência, quando o seu dia de guarda religioso coincidir com os dias ou os turnos do exercício de atividades laborais".

O art. 1º da proposição descreve seu objeto, a saber, a garantia de prestação laboral alternativa em virtude de escusa de consciência, isto é, a garantia, como se vê pelo restante da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposta de que haja negociações – este é o termo mais importante – entre o empregado e o empregador para o estabelecimento de adaptações razoáveis de dias e horários que permitam que o empregado guarde o dia, ou o momento, ou a ocasião, por ele considerado como sagrado, no qual não se deve trabalhar. O art. 1º ainda se refere ao âmbito de aplicação da lei que propõe: trata-se da relação entre atividade econômica, por um lado, e, por outro, motivações comportamentais de natureza religiosa, que nomeia de "dia de guarda religioso".

O art. 2º do PL nº 3.346, de 2019, dirige-se ao art. 67 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em que inscreve quatro parágrafos, numerando o atual parágrafo único como §1º.

O primeiro deles, fundando-se no inciso VIII do art. 5º da Carta Magna, que veda a privação de direitos em razão de convicção religiosa, filosófica ou política e que relaciona o exercício de tais direitos à forma da "prestação alternativa", assegura ao empregado o direito de se dirigir ao empregador para com ele fixar formas de prestações alternativas de atividades laborais devidas. Tais formas alternativas estão prescritas em dois incisos: a escolha do dia semanal a ser religiosamente "guardado" de atividades laborais e a forma de sua compensação, a saber, o "acréscimo de horas diárias ou troca de turno até a compensação do quantitativo de horas de trabalho definidas no contrato de trabalho".

Sr. Presidente, eu vou dar uma adiantada aqui, chegando a minha conclusão, visto que o básico para esse entendimento entre empregador e empregado eu já coloquei. É o Poder Legislativo de forma prática, o que a Carta Magna já expressa em seu art. 5º, incisos VI e VIII, no que trata do direito à liberdade de consciência e que protege a autonomia do cidadão na adesão de valores religiosos, espirituais, morais ou político-filosóficos.

Quanto à sua juridicidade e técnica legislativa, não se vê qualquer óbice. Vazada em linguagem escorreita, clara e direta, a redação do PL 3.346/2019 contribuirá para sua aplicação.

Para concluir, observe-se que a proposição é a vanguarda de nossa dinâmica histórico-constitucional, que tem gerado admiráveis normas que conciliam a fé e a liberdade de consciência, atuando de modo muito eficaz, silenciosamente, no interior das consciências dos brasileiros livres. Por isso mesmo, são também normas que potencializam o desenvolvimento da sociedade brasileira, na medida em que os credos religiosos não se interpõem entre as pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– ao contrário, permitem que todos cooperem e ofereçam seu melhor ao conjunto da sociedade, ao mesmo tempo em que preservam suas individualidades e fazem florescer os talentos de cada um.

A proposição é um exemplo muito bom de como ideais e costumes imanentes às sociedades lhes fornecem leis melhores do que as que têm fundamentos transcendentes (isto é, que vêm de outras sociedades), a exemplo da hostilidade estatal contra as religiões e do consumismo, ideais alheios ao nosso querido Brasil.

Meu voto, em razão disso, é pela aprovação.

Gostaria, Sr. Presidente, de dizer que esse debate tem a vênia da Confederação Israelita do Brasil, da Associação Internacional de Liberdade Religiosa, da Associação Nacional de Juristas Evangélicos, da Igreja Adventista do Sétimo Dia para a América do Sul, do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado, da União Nacional das Entidades Islâmicas do Brasil, da Associação Nacional de Juristas Islâmicos, do Instituto de Defesa dos Direitos Religiosos Afro-Brasileiros, do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e Tribunal de Contas da União.

Na verdade, de maneira muito simplificada, é só o respeito à confissão de fé. Vivíamos um tempo em que o sujeito era de uma confissão de fé sabática – guarda o sábado; é muçulmano, judeu ou não, todas essas confissões guardam o sábado –, e ele era impedido, porque não havia uma legislação para que pudesse fazer a prova no domingo, ou na sexta-feira, antes do pôr do sol.

Hoje, todas essas associações, ao longo de muitos debates, e não sei por que isso nunca... A gente já tentou, já estamos nesta Comissão há três mandatos, não é? Aliás, acho que eu fui o primeiro Presidente, quando se criou esta Comissão aqui. E não se avança. E aí fica uma coisa mais ou menos discriminatória. O que ocorre aqui é que há um entendimento, dentro da lei, do empregado com o empregador, para que ele possa ressarcir, retribuir, recolocar o tempo em que ele não se fez presente, no turno ou no dia do trabalho, em função de algo especial da sua confissão de fé.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em resumo, na verdade, é isto: respeitando as confissões de fé que guardam o sábado, Sr. Presidente. Por isso, meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

A assessoria só informa que a primeira Presidente desta Comissão foi a Marina Silva, depois foi... (*Pausa.*) E aí V. Exa. Eu fui depois de V. Exa., a minha primeira vez.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas entrou bem, entrou bem. Ele saiu, eu entrei.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas tinha uma confusão no Senado, que não tinha esse tipo de Comissão que tinha na Câmara, quando nós chegamos aqui em 2003. E tinha outra confusão, que foi minha primeira proposta, porque era uma Comissão Permanente de Segurança Pública: como a gente tinha criado também, nós estávamos lá na Câmara, como tinha criado na Câmara, após a CPI do Narcotráfico, foi uma proposição minha e do Moroni, que todos acataram, que se criasse a Comissão de Segurança Pública. E eu tentei aqui, na nossa chegada, em 2003, e nós nos juntamos para que essa Comissão fosse criada. Nós estamos bem antigos nesta Casa, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Também o tempo que estamos aqui dentro.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Só para ficar mais claro, inclusive, nós fizemos uma grande audiência pública aqui sobre esse tema. O Senador Magno Malta não pôde estar presente, mas a assessoria dele acompanhou e depois houve um ritual de muita conversa em cima do projeto. A intenção das entidades que estavam aqui naquele dia era aprovar o projeto exatamente como veio da Câmara, o que foi consolidado no parecer final do Senador Magno Malta.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise da CAS.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – As palmas foram daqueles que estavam aqui naquele dia, na audiência pública.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Só para confirmar, eu fui o primeiro mesmo. As fotinhos estão aqui, estão ali fora.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu também achei estranho porque eu tinha visto as fotos ali. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eles explicam aqui o seguinte, o Secretaria-Geral criou...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Tinha outro nome.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ela foi quem criou a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Aí, V. Exa., então, bem informado pela sua assessoria, foi então o primeiro. Isso, foi o primeiro Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É que, quando me entregaram a medalha de... Como é que é? Terceiro lugar é a medalha de bronze. Eu falei: "Não, é a de ouro, eu fui o primeiro".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aí se nota a criatividade para tudo.

Vamos seguir a pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, só para pedir a inclusão também de um requerimento extrapauta para a gente votar. São dois requerimentos meus, não sei se o senhor gostaria que eu lesse ou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só deixe-me ordenar aqui como é que está neste momento, para entrar só nos requerimentos.

Tem algum projeto de lei ainda, não? (*Pausa.*)

Tem o da Leila, um projeto de lei, mas ela pediu para que ficasse para o final.

Então, voltamos agora aos requerimentos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Coloco em votação o pedido de extrapauta dos Requerimentos nºs 103, de 2023; 36, de 2024... E o seu é? (*Pausa.*) É o 52? (*Pausa.*)

É o 52, segundo a assessoria.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Nós vamos, então, votar os requerimentos.

Eu explico a todos que esses requerimentos estão, há tempos, com o pedido para que eu os colocasse na pauta. Eu digo: "Eu vou colocar na pauta". E agora, suscitado pelo Senador Girão, eu pedi que os trouxessem aqui e os coloquei na pauta. Porque eu sempre digo aqui que eu não engaveto nem projeto nem requerimento, pois um dia tem que votar. Não tem essa de ficar achando que nunca vai votar. Vai votar! E chegou o dia em que nós vamos, então, neste momento, se houver entendimento de todos, votar os três requerimentos.

Primeiro, pergunto se há entendimento de que os requerimentos possam entrar em extrapauta, os que eu aqui li? (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, vamos aos requerimentos.

Cadê os requerimentos? (*Pausa.*)

Vamos lá.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 36, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de esclarecer denúncias de violações ao devido processo legal em razão das prisões efetuadas pela Polícia Federal no dia 06/06/2024.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Esse é o requerimento.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação imediata do requerimento.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Não. Não li nenhum.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 103, DE 2023

Requer debater a gravíssima situação dos presos do dia 08 de janeiro, que culminou no falecimento do senhor Cleriston Pereira da Cunha

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Requer realização de audiência pública.

Não havendo quem queira discutir, e percebo que há esse entendimento, vamos à votação do requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 52, DE 2024

Requer Realização de Audiência Pública Sequestro Internacional

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Requer a realização de audiência pública para discutir a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças. (*Pausa.*)

O Senador Flávio quer discutir? (*Pausa.*)

Muito bem.

O Senador Flávio Arns também abre mão da discussão.

Vamos à votação.

Em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu esclareço a todos que, quanto aos requerimentos, inclusive os meus, nós vamos todos depois discutir, de acordo com a pauta da Comissão, o dia da votação...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito, Presidente. Eu só queria fazer um...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixe-me só esclarecer.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... o dia em que vamos realizar as audiências públicas. Informo que eu vou presidir todas essas audiências públicas. Informo também que vamos ter todo o cuidado, como sempre fizemos, com aqueles que quiserem contribuir – que nós tenhamos o equilíbrio aqui na mesa entre aqueles que pensam de uma forma ou de outra.

Fiquem tranquilos aqueles que criam, às vezes, algum temor enorme em cima dessa questão, porque em relação a isso não haverá problema. É um debate igual a toda e qualquer audiência pública. Eu vou presidir, estarei aqui, e vamos adaptar, claro, à agenda dos senhores, mas também à minha agenda, para que eu possa presidir. É só esse o esclarecimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Perfeito, Presidente.

Só para confirmar: todos os três foram aprovados?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todos os três foram aprovados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto.

Então, sobre os dois meus aqui, tanto o requerimento para debater a gravíssima situação dos presos de 8 de janeiro, que culminou com a morte de um brasileiro – Cleriston Pereira da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cunha –, assim como o das prisões aqui do dia 6 de junho, prisões com violações do devido processo legal, segundo juristas e tudo, eu queria lhe pedir, já que é um assunto que vem desde o dia 8 de janeiro de 2023, ou seja, nós estamos aí mais de um ano e meio depois e essas pessoas continuam como presos políticos no Brasil, eu queria lhe pedir uma prioridade sobre isso.

Eu visitei, assim como o Senador Magno Malta, tivemos a oportunidade de visitar a Papuda, a Colmeia, e de conversar com as pessoas. Esta é uma Comissão que, assim que eu cheguei aqui no Senado – o senhor sabe disso –, eu e o Styvenson viemos diretamente para cá e participamos de muitas audiências, ajudamos aqui nos processos legislativos. É um assunto que tem deixado aí milhares de famílias com o peso de uma injustiça.

E a gente vai ouvir aqui autoridades. Aqui as autoridades, só para as pessoas que estão nos assistindo entenderem: tem o Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski; o Ministro Alexandre de Moraes; o Excelentíssimo... tem um Deputado americano que quer vir ao Brasil, um membro da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos; o Defensor Público-Geral da União, que é o Leonardo Magalhães; a Sra. Gabriela Ritter, Advogada e Presidente da Associação dos Familiares e Vítimas do 08 de Janeiro – ela, inclusive, é filha de um dos vilipendiados, de um dos presos políticos –; a Sra. Carolina Siebra, Advogada; o Sr. Ezequiel Silveira, Advogado e Vice-Presidente da Associação dos Familiares e Vítimas do 08 de Janeiro; o Sr. Michael Shellenberger, Jornalista, que tem mostrado as entranhas desse processo ilegal no Brasil; o Sr. Hélio Júnior, Advogado de Defesa; e o Sr. Willians Silva Pedroso, Advogado de Defesa; entre outras autoridades, como Beto Simonetti, Presidente da OAB, e o próprio Ministro Silvio Almeida, que aqui esteve uma vez – aliás, duas vezes – já aqui conosco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Duas vezes.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É por isso que eu peço ao senhor uma atenção especial, porque está represada essa dor das pessoas; aliás, represada está não a dor, as pessoas continuam sofrendo desde esse momento, e a gente precisa tomar... E eu faço um apelo ao senhor, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Girão, como o apelo que V. Exa. me fez, inclusive quando eu estava presidindo uma sessão do próprio Congresso, substituindo o Presidente Rodrigo Pacheco, que me deu, digamos, essa honra de presidir o Congresso deste nosso querido Brasil, porque estava votando um tema que era fundamental para o Rio Grande do Sul, que virou item único, e conseguimos aprovar por unanimidade... Lá me foi perguntado isso. Eu disse que tenho uma relação excelente aqui nesta Comissão com todas as posições políticas, e que esse tema – sobre o qual já tinha V. Exa. me procurado – seria discutido, aprovado o requerimento e marcada a data.

Pela importância do tema, pois todos nós sabemos que não estamos tratando de um tema de A, de B, de C, é um tema que merece um cuidado, uma discussão e um preparo devido, eu vou presidir todo o período. Vai ter hora, é claro, para começar e hora para terminar. Vamos dar o tempo de cada convidado e vamos convidar todos aqueles que quiserem participar, com o tempo limitado, das duas posições, quem tem posição contra ou a favor – assim é a democracia –, como fizemos aqui em todas as reuniões até hoje.

Até algumas vezes em que eu voto aqui questões vinculadas ao mundo do trabalho, alguns me perguntam: "Por que ninguém fala pelos empresários?". Não falam porque não quiseram vir. Convites foram para todas as entidades também. Não vieram? Bom, os que vêm é que vão falar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pode ser semana que vem, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou mais uma vez informar a V. Exa.: nós vamos ter que sentar, discutir agenda e horário. Lembremos que nós estamos em um esforço concentrado e estamos dentro de um processo eleitoral, e que todos nós temos que correr. Então, vamos acertar uma data e hora para cada uma dessas audiências públicas. Aí, sentamos fora daqui. O.k.?

Não havendo mais nada a tratar, encerramos a nossa reunião de hoje. Desde já, agradeço a todos pela presença.

Missão cumprida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 11 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 45ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas do dia trinta de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Humberto Costa, Flávio Arns, Otto Alencar, Lucas Barreto, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Magno Malta, Romário, Dr. Hiran, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Sérgio Petecão e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli, Jussara Lima, Augusta Brito e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4974, de 2023 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa." Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5901, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), para integrar e articular os procedimentos de dispensação de órteses, próteses e materiais especiais, e dar publicidade e transparência a esse processo." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: O Presidente designa a Senadora Damares Alves como relatora "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3542, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), a fim de determinar a isenção de custas processuais para a solicitação, a revisão e a adoção de medidas protetivas à mulher em situação de violência doméstica, independentemente de comprovação de hipossuficiência financeira." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Margareth Buzetti. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH (de redação). ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4226, de 2021 - Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, para tornar gratuita e online a emissão da segunda via da certidão de nascimento para os cidadãos em situação de vulnerabilidade social." Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Relatoria: Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senadora Jussara Lima. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: O Presidente designa a Senadora Zenaide Maia como relatora "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 5 - Projeto de Lei n° 385, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar a conduta de difamação contra os mortos nas situações em que o ofensor tenha, entre suas motivações, o preconceito contra a pessoa ou grupo de pessoas; e a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, para implementar os mandados de criminalização de condutas discriminatórias definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da Federal e para criminalizar a prática, indução ou incitação ao ódio, à intolerância e à violência contra pessoa ou grupo de pessoas, em razão de sua raça, cor, etnia, religião, nacionalidade, procedência, classe ou origem social, situação migratória ou de refugiado, sexo, identidade ou expressão de gênero ou orientação sexual." Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE). Relatoria: Senador Weverton. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1235, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para prever o uso de símbolos de identificação imediata de deficiências ou de doenças crônicas." Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE). Relatoria: Senador Weverton. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3443, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para facilitar a doação de percentual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1889, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para disciplinar a divulgação do desaparecimento de crianças e adolescentes." Autoria: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS). Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senadora Jussara Lima. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: O Presidente designa a Senadora Damares Alves como relatora "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3219, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, para obrigar os serviços de saúde a fornecerem informações aos pais de recém-nascidos com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

microcefalia, deficiências e doenças raras e graves sobre serviços referenciais e especializados para a condição da criança." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Dr. Hiran. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - Projeto de Lei n° 5099, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.634, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde, para garantir à mulher cuja gestação termine em abortamento ou em morte perinatal o direito a permanecer em área distinta daquela onde estão alojadas as mães acompanhadas de nascituros." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Relatoria: Senadora Zenaide Maia. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto com a Emenda nº 1- CDH. ITEM 11 - Projeto de Lei n° 978, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para estabelecer a obrigatoriedade de hospitais públicos e privados instituírem procedimentos relacionados à humanização do luto materno à mulher que tenha sofrido aborto espontâneo ou seja parturiente de natimorto e para garantir assistência psicológica aos pais nesses casos." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Zenaide Maia. Relatório: Favorável ao Projeto com uma Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 54, de 2024 que: "Requer o comparecimento do Ministro da CGU para esclarecer as denúncias de assédio sexual contra servidores públicos federais." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 57, de 2024 que: "Requer realização de Audiência Pública para debater sobre a incorporação da Inotersena no SUS." Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 58, de 2024 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5372/2019, que “institui a Semana de Conscientização e Prevenção dos Males Causados pelo Uso Precoce e de Longa Duração de Dispositivos Eletrônicos por Bebês e Crianças”." Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 59, de 2024 que: "Requer realização de AP para debater acerca da criação do Dia Nacional da Conscientização sobre a Paralisia Cerebral, a ser celebrado no dia 06 de outubro." Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 60, de 2024 que: "Requer a realização de audiência pública, com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

objetivo de debater sobre a criação do Dia Nacional da Síndrome de Angelman, a ser celebrado no dia 15 de fevereiro." Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 61, de 2024 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o "Balanço das Eleições Municipais de 2024 sob a ótica de Gênero e Raça"." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros.. Resultado: A Comissão aprova o requerimento. A senadora Damares Alves subscreve o Requerimento para indicação de representante na Audiencia Pública. ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 62, de 2024 que: "Requer, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, da Emenda 2 ao PL 3965/2021, que "altera a Lei nº9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), a fim de permitira destinação de recursos arrecadados com multas de trânsito para o custeio da habilitação de condutores de baixa renda"" Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP) e outros.. Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item de forma extrapauta. Na sequência, o requerimento é aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 19 - Projeto de Lei n° 3965, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), a fim de permitir a destinação de recursos arrecadados com multas de trânsito para o custeio da habilitação de condutores de baixa renda." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Dr. Hiran. Relatório: Favorável ao Projeto com uma Emenda que apresenta. Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item de forma extrapauta. Na sequência, é aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto e à Emenda nº 1- CDH, na forma da Emenda nº 3-CDH. Observação: A Emenda nº 2 foi retirada pelo autor. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 45ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 44ª Reunião desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Vamos de imediato entrar na pauta.

Está presente a Relatora.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3542, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), a fim de determinar a isenção de custas processuais para a solicitação, a revisão e a adoção de medidas protetivas à mulher em situação de violência doméstica, independentemente de comprovação de hipossuficiência financeira.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda de redação que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Federal Paulo Ramos.

Está com a palavra a Senadora Margareth Buzetti.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente Senador Paulo Paim. Peço permissão para ir direto à análise, por favor.

Nos termos do inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre matéria relativa aos direitos da mulher, o que torna regimental esta análise.

Em relação ao mérito, a proposição trata de questão de extrema relevância à sociedade brasileira, especialmente em seu atual contexto.

No Brasil, em 2022, quase 30% das mulheres sofreram algum tipo de violência ou agressão. As agressões em contexto de violência doméstica e os casos de feminicídio tiveram aumento significativo em relação a 2021. Além disso, em 2023, segundo dados do Ligue 180, cerca de 245 mulheres ligaram diariamente para a Central de Atendimento à Mulher para relatar algum tipo de violência.

Diante desse cenário, não há dúvidas de que o Estado brasileiro deve estar preparado para atender as mulheres em situação de violência doméstica e familiar que buscam a concessão de medida protetiva e, ao fazê-lo, deve garantir-lhes prestação rápida e eficaz, sem qualquer obstáculo, inclusive obstáculo financeiro. Isso porque, como já apontado na justificação do PL, qualquer necessidade de comprovação de hipossuficiência financeira, qualquer atraso, por menor que seja, pode significar a diferença entre a vida e a morte de uma mulher.

Ademais, as mulheres que buscam medidas protetivas estão em situação de extrema vulnerabilidade – ainda que não sejam hipossuficientes nos termos formais. Não é incomum que tenham medo de deixar qualquer rastro, inclusive o financeiro, que chame a atenção de seu agressor, mesmo porque muitas vezes o agressor é seu parceiro e o cotitular de suas contas bancárias ou, ainda, o único titular das contas bancárias do casal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Frequentemente, tem-se a concomitância de vários tipos de violência, incluindo a violência patrimonial, a qual pode deixar a mulher em situação de vulnerabilidade agravada – em posição de ter que obter recursos financeiros junto a terceiros para buscar a segurança que o Estado tem o dever de garantir-lhe; apenas para não ser mais agredida, para não morrer.

O fato é que geralmente não se sabe qual é a extensão da violência à qual a mulher está sujeita, nem suas consequências para a autonomia financeira dessa mulher, de forma que exigir que essa pague – ou que prove que não pode pagar – para ter acesso à concessão ou revisão de medida protetiva de urgência é irresponsável e tem o potencial de causar graves danos à ofendida.

Adicionalmente ressaltamos que, em consonância com o sentido do PL, em sede do Recurso Extraordinário nº 1.102.229, de relatoria do Ministro Alexandre de Moraes, já se declarou a inconstitucionalidade da lei estadual que buscava fazer incidir custas processuais e taxas judiciárias em medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, o que corrobora a relevância e a adequação desta proposição.

Por fim, entendemos que o PL representa aprimoramento nas medidas de enfrentamento da violência contra a mulher, contribuindo com a concretização da proteção visada pela Lei Maria da Penha e do dispositivo do §8º do art. 226 da Constituição Federal, que prevê que o Estado assegurará os mecanismos de assistência para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Diante do grande mérito da proposição, sugerimos apenas um pequeno ajuste na ementa, para que passe a conter a expressão “violência doméstica e familiar” e não apenas “violência doméstica”, a fim de refletir corretamente o que o PL propõe.

O voto, Sr. Presidente.

Em razão do que foi exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.542, de 2020, com a seguinte emenda de redação:

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 3.542, de 2020, a seguinte redação:

Emenda da CDH, de redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), a fim de determinar a isenção de custas processuais para a solicitação, a revisão e a adoção de medidas protetivas à mulher em situação de violência doméstica e familiar, independentemente de comprovação de hipossuficiência financeira.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Senadora Margareth Buzetti, pela importância do seu relatório.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que agora segue para a CCJ.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar aqui o autor do projeto e falar da relevância do que iremos aprovar, do que estamos aprovando, hoje, nesta Comissão.

Entendo que é obrigação do Estado facilitar todas as formas possíveis que essa mulher busque por segurança, e isso hoje se dá, ou pelo menos deveria se dar, através da medida protetiva.

Só para ilustrar como é importante, uma pesquisa produzida pelo Observatório da Mulher e pelo DataSenado revelou que 60% das mulheres que sofreram violência doméstica procuraram pelos familiares; 45% procuraram pela Igreja, em vez de irem atrás da proteção do Estado. A mesma pesquisa apontou que 73% das mulheres agredidas não solicitaram medida protetiva.

Agora, quero aqui reforçar que nada adianta aprovarmos leis se elas não forem cumpridas. Precisamos que o julgador, que o promotor, que a polícia, especialmente homens, falem a mesma língua que nós; do contrário, só enxugaremos gelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatarei um fato que aconteceu, no sábado passado, Presidente, em Ribeirão Cascalheira. Um Vereador manteve em cárcere privado e agressão, foi preso e foi solto, a pedido do Ministério Público, depois de três meses preso. Ele manteve em cárcere privado e agrediu a sua esposa. Depois de três meses solto, ele matou a ex, matou o irmão dela – o cunhado dele –, sem ter nada a ver com a história, e, não assumindo pelos seus atos, covardemente ainda se suicidou. Vejam que retrocesso estamos vivendo na lei de proteção às mulheres.

Estamos aprovando uma lei que isenta a medida protetiva de custos. Neste caso aqui, a mulher tinha a medida protetiva; pediu mais proteção do Estado e não obteve. E também foi colocada em xeque a nossa lei, porque o MP soltou esse Vereador. Quer dizer, sábado passado, nós tivemos a morte de três pessoas por falha da nossa legislação. Na realidade, não é nem da legislação, não foi falha da legislação, foi falha de se cumprir o que determinava a lei. E isso é um retrocesso que a gente vive todos os dias, Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! A matéria já foi votada.

Chegaram outras Senadoras, mas eu queria, para nós ganharmos tempo – já falei com a Senadora Damares –, ler em bloco os requerimentos; depois vamos para os projetos.

Item 12.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 54, DE 2024

- Não terminativo -

Requer o comparecimento do Ministro da CGU para esclarecer as denúncias de assédio sexual contra servidores públicos federais.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se quiser fazer algum comentário...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, é muito simples.

A gente sabe que a CGU está com um trabalho muito bom para enfrentar os assédios, tanto sexuais como morais, dentro da máquina. Então, que o Ministro nos apresente, inclusive para a gente levar isso como proposta para os estados depois.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Item 13.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 57, DE 2024

- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública para debater sobre a incorporação da Inotersena no SUS.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos seguindo à votação.

Item 14.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 58, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5372/2019, que "institui a Semana de Conscientização e Prevenção dos Males Causados pelo Uso Precoce e de Longa Duração de Dispositivos Eletrônicos por Bebês e Crianças".

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

Não havendo quem queira discutir, vamos para o próximo requerimento.

Item nº 15.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 59, DE 2024

- Não terminativo -

Requer realização de AP para debater acerca da criação do Dia Nacional da Conscientização sobre a Paralisia Cerebral, a ser celebrado no dia 06 de outubro.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Item 16.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 60, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a criação do Dia Nacional da Síndrome de Angelman, a ser celebrado no dia 15 de fevereiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Item 17.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 61, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o "Balanço das Eleições Municipais de 2024 sob a ótica de Gênero e Raça".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Naturalmente, também sobre a questão das mulheres.

Se todos concordam com os requerimentos, eu dou por aprovados. (*Pausa.*)

Agora vou entrar nos projetos.

Eram só audiências públicas aqui.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Só o último seu que eu gostaria de subscrever e indicar uma pessoa para a exposição, tá?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tranquilamente. Subscreva e encaminhe para a Mesa.

Senadora, parabéns pelo relatório – eu li todos correndo –, brilhante relatório.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Presidente, eu tenho duas relatorias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Duas relatorias...

Eu vou permitir que o Senador use a palavra, porque ele me fez uma solicitação lá na Comissão em que eu estava ao lado dele, Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso se vocês concordarem, naturalmente.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Muito obrigado pela gentileza das duas colegas.

Eu queria pedir, Senador... Aliás, inclusive, por conta de que na próxima semana nós teremos uma atividade legislativa nesta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não vai ter nada.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... eu acho que a gente precisa dar uma trabalhada mais firme aí. Por isso, eu estou pedindo a inclusão extrapauta do Projeto de Lei 3.965, de 2021, que é do Deputado José Guimarães, que permite a destinação de recursos arrecadados com multas de trânsito para custeio de habilitação de condutores de baixa renda. É um projeto de cunho social muito importante para aquelas pessoas que precisam conseguir uma carteira de habilitação para trabalhar e não...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, e não têm dinheiro.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É um projeto simples, ele me explicou direitinho lá na outra Comissão em que nós estávamos. Não é de praxe nós termos projetos que não estejam publicados na pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Por isso mesmo, eu lhe peço essa excepcionalidade, apelando aqui para a sua extrema benevolência para comigo já tradicional nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu queria pedir essa inclusão, Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – No momento em que entrar na pauta, nós entramos com essa discussão. O Senador Randolfe está retirando uma emenda, então simplificou, inclusive, para o relatório.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – E não é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente; continua, vai para a frente. (*Pausa.*)

Então, vamos lá? Então, vamos... Concordo que se coloque extrapauta esse projeto. É um projetinho simples, eu tive o cuidado de ler... (*Pausa.*)

Isso.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Posso ler, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ler, pode ler. Vamos de imediato votar esse projeto, e aí seguimos a nossa lista aqui, para que todos saibam o que é esse projetinho que eu concordei em botar extrapauta.

Pode ler, pode ler.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Bom, vou direto à análise.

Compete à CDH opinar sobre matérias relacionadas aos direitos humanos, que abarcam os direitos das minorias sociais, nos termos do inciso VII do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, o que torna regimental a análise da proposição por este Colegiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto em análise é de grande relevância. Nos estados brasileiros, o custo para obter a primeira carteira nacional de habilitação (CNH) pode alcançar até R$2.714. Considerando que o salário mínimo no Brasil é de R$1.412, é evidente que uma significativa parcela da população não possui condições financeiras de obter a CNH. Um trabalhador que recebe um salário mínimo, por exemplo, precisaria dedicar quase dois meses de trabalho integral apenas para custear esse documento.

As pessoas de baixa renda enfrentam grandes desafios apenas para conseguir equilibrar as despesas essenciais, como saúde, alimentação e moradia, com a renda que possuem. Diante desse cenário, fica evidente que obter a habilitação se torna um privilégio em nosso país.

À primeira vista, podemos questionar quais são os benefícios de pessoas de baixa renda terem acesso à CNH, considerando que muitas delas dificilmente conseguem adquirir um veículo. O acesso ao documento vai além da mera faculdade de possuir um automóvel, mas é também um recurso que abre portas para o mercado de trabalho, especialmente para inserção em atividades como entregas e transporte privado de passageiros por aplicativo, por exemplo. Essas atividades têm crescido significativamente nos últimos anos e representam uma alternativa ao desemprego para milhares de brasileiros; no entanto, muitos ainda estão excluídos desse mercado por não conseguirem cumprir o primeiro requisito, que é possuir uma carteira de habilitação.

Nesse sentido, acreditamos que a proposta em análise é um passo essencial para a democratização do acesso à CNH. Em adição ao texto original, estamos acolhendo a Emenda nº 1, da CDH, proposta pelos Senadores Eduardo Girão e Carlos Portinho, que reforça a segurança no trânsito ao expandir a exigência do exame toxicológico para todos os condutores, sejam autônomos ou empregados, que exerçam atividade profissional.

De forma relacionada à alteração acima, propomos alteração com vistas a autorizar as clínicas que realizam exames de aptidão física e mental a realizarem também os testes laboratoriais referentes ao exame toxicológico, de forma a aumentar a comodidade aos condutores e a oferta desses serviços. A medida visa oferecer comodidade aos condutores que deverão submeter-se aos exames toxicológicos previstos no art. 148-A do Código de Trânsito Brasileiro, por meio da agregação às clínicas que realizam exames de aptidão física e mental dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condutores da atividade complementar de posto de coleta laboratorial, de modo que, além de tais exames, os condutores possam realizar também a coleta de amostras para o exame toxicológico.

Em suma, a oferta de tal comodidade atende ao interesse público da desburocratização do processo de habilitação de condutores. Ademais, certo é que os exames de aptidão física e mental guardam estreita relação com os exames toxicológicos, já que consistem em requisitos para a habilitação de condutores.

Ante as razões apresentadas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.965, de 2021 e da Emenda nº 1– CDH – , na forma da seguinte emenda...

Está lido, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Antes da discussão, temos que seguir o seguinte ritual, porque houve uma emenda do Senador Randolfe, também extrapauta, então.

Sobre esse projeto, em votação a inclusão extrapauta do Requerimento nº 62, de 2024, não terminativo, e do Projeto 39.065, de 2021, não terminativo.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos agora ao requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 62, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, da Emenda 2 ao PL 3.965/2021, que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), a fim de permitir a destinação de recursos arrecadados com multas de trânsito para o custeio da habilitação de condutores de baixa renda"

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP)

Concedo a palavra ao Senador, que não está presente, mas que já concordou com esse encaminhamento.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Vamos agora à votação do parecer do Dr. Hiran, conforme eu já havia anunciado.

Eu vou abrir a discussão também, naturalmente.

EXTRAPAUTA

ITEM 19

PROJETO DE LEI Nº 3965, DE 2021

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), a fim de permitir a destinação de recursos arrecadados com multas de trânsito para o custeio da habilitação de condutores de baixa renda.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Favorável ao Projeto com uma Emenda que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CDH e CCJ.

Não terminativo.

É de autoria do Deputado José Guimarães.

O Dr. Hiran já fez a leitura do relatório, com uma emenda que apresenta.

Em discussão a matéria.

Quem quer discutir?

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos em frente.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 desta Comissão.

O projeto segue para análise da CCJ.

Parabéns, Dr. Hiran, pelo projetinho...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Quero agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Projetinho simples, eu quero dizer, mas grande, que vai abraçar muita gente que não tem o dinheirinho para fazer sua carteira.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Exatamente.

Eu quero parabenizar as Sras. e os Srs. Senadores pela sensibilidade, pela pertinência de aprovar o tema e, mais do que isso, agradecer a V. Exa. pela sua generosidade de conceder essa extrapauta para a gente poder fazer com que o projeto ande aqui nesta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Presidente, muito obrigado, Sras. e Srs. Senadores. Aliás, Senadoras, hoje aqui a nossa reunião está mais bonita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – As Senadoras tomaram conta. Por isso está andando fácil.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sim, está andando fácil. Só tem craque aqui.

Saudações alvinegras para todas, viu?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois é!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos voltar para o item 1, porque nós entramos numa extra pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4974, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CEsp, CDH e terminativo na CAS.

Em 28/02/2024 - a matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Esporte (CEsp).

- Em 08/08/2024, recebido novo relatório da Senadora Leila Barros.

- Em 03/09/2024, recebido novo relatório da Senadora Leila Barros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para a leitura do relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Até peço desculpas, porque a gente protelou na análise deste projeto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – ... esbarrava muito em um horário da CMA e da CDH. Então, como eu estou comandando a CMA, a Comissão de Meio Ambiente, quero só pedir desculpas aos colegas e principalmente ao senhor, que incluiu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Vamos direto à análise.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – O projeto é simples.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Como Relatora.) – Análise.

O envelhecimento da população frente a parcela de jovens, decorrente especialmente do declínio das taxas de fecundidade e de mortalidade, além dos avanços na área da saúde, é fenômeno que se apresenta de modo crescente na maioria dos países, inclusive no Brasil.

No Brasil, segundo o IBGE, a parcela de pessoas com 60 anos ou mais aumentou de 11,3% para 14,7% entre 2012 e 2021. Em números absolutos, esse grupo etário passou de 22,3 milhões para 31,2 milhões de pessoas, crescendo – pasmem – 39,8% no período. É um número bem relevante.

O Poder Público não pode desconsiderar as repercussões sociais de um país progressivamente mais idoso. Diante desse cenário, torna-se necessário adotar mecanismos específicos de promoção da saúde, da qualidade de vida e do bem-estar com foco no processo de envelhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A adoção de um estilo de vida ativo, especialmente por meio da prática regular de atividade física, é um importante meio de prevenção e promoção da saúde, trazendo diversos benefícios de caráter físico, social, fisiológico e psicológico, que interferem diretamente no bem-estar e na qualidade de vida da pessoa idosa.

A prática de atividade física previne doenças, melhora a memória e as habilidades de socialização e ainda aumenta a disposição e a autonomia, além da capacidade de se movimentar e realizar atividades do dia a dia.

Assim, entendemos que a iniciativa de se instituir uma Política Nacional de Promoção da Atividade Física para Pessoas Idosas é louvável e necessária, Senador Paulo Paim.

Vislumbramos, contudo, a necessidade da prática de atividade física direcionada à pessoa idosa ser submetida à orientação segura – essa era a nossa maior preocupação – e que seja realizada por profissionais de educação física ou de fisioterapia, para que efetivamente tenha como foco a prevenção e a promoção do envelhecimento saudável, reduzindo as chances principalmente de lesões, que acontecem muito nesta faixa etária.

Outra alteração que julgamos pertinente é definir que as campanhas educativas sejam sobre os benefícios da prática de atividade física para o envelhecimento saudável. É importantíssimo a gente fazer esse trabalho de comunicação, esse trabalho educativo nas escolas e nos hospitais, reforçando a importância de a pessoa idosa praticar atividade física.

Por fim, sugerimos que os espaços públicos adequados para a pessoa idosa praticar atividades físicas devam respeitar suas necessidades – óbvio – e preferências. Isso é um trabalho individualizado.

Para contemplar as alterações sugeridas apresentamos duas emendas, que estão anexas ao nosso relatório final

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.974, de 2023, com as duas emendas que apresentamos para o nosso relatório final.

Era isso, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora. Direta no assunto e rápida, porque o projeto é muito bom mesmo.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Eu quero parabenizá-la e dizer o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – A gente tem a academia de idosos, que já é um programa que normalmente não é no meio da rua, é num ambiente fechado. Agora nós vamos esbarrar na mesma coisa: a efetivação da lei.

E essa é a importância, Leila, de mostrar que o idoso tem que continuar com a atividade física. Quem sustenta o esqueleto da gente é o músculo. O coração é um músculo, tudo é músculo. A atividade física nada substitui. Até a produção de endorfina, que é uma das substâncias que evita a depressão, você só consegue com a atividade física. Aí é onde vem dar visibilidade a esse projeto e mostrar a importância dele. Se não queremos idosos cheios de fratura, sem musculatura e também deprimidos, temos que convencê-los – e convencê-los desde jovens.

Meu pai era um pequeno agricultor, não entendia desse condicionamento, mas dizia o seguinte: "Quem levanta o bezerro, se levantar o bezerro todo dia, levanta o boi". E a gente sabe que isso era um condicionamento. Meu pai não tinha a mínima noção disso, mas ele tinha esse conhecimento, Leila. Ele dizia: "Se eu levantar aquele bezerro todo dia, eu levanto o boi".

Quero aqui parabenizá-la por essa sensibilidade de dar visibilidade para a população da importância da atividade física. Nada substitui a atividade física. A gente vem somando isso com a alimentação saudável e a prova são as pessoas de antigamente que comiam todas as comidas, como tutano de boi, mas trabalhavam no cabo da enxada, oito horas por dia. Às vezes, vão dizer: "Fulano comia tudo, como meu pai". Eu digo: mas trabalhava, oito horas por dia, no cabo da enxada. A gente, sentada, vai ter que arranjar um jeito de queimar, porque o organismo é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabido: aquilo que você consome e não queima na atividade física ele vai depositando onde não deve.

Parabéns, Leila! Eu só poderia esperar isso de você.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Muito bem, Senadora Zenaide Maia.

Senadora Damares Alves, com a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, quero parabenizar a Leila porque o relatório ficou perfeito, mas dizer que é uma das poucas vezes em que eu estou legislando em causa própria – eu e o senhor, nós dois. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós. (*Risos.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E olhe o desafio: nós vamos ter que fazer atividade física, Presidente, para mostrar que a gente vive o que a gente prega, não é?

Parabéns, Leila! Ficou maravilhoso e vamos embora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Leila, deixe-me dar – são 40 anos –, se me permitir, um depoimento. Como eu fui para as campanhas, fui para o estado, é mais parado em cima do caminhão, não é? Eu não fazia caminhada porque não tinha como. Eu tenho problema de coluna e nervo ciático. Vim para cá no domingo à noite e voltei para a fisioterapia todo dia. Já estou bem melhor, porque no fundo é exercício. Só isso.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Parabéns, Leila!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Damares.

Obrigada, Damares, Senador Paim e Zenaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu não tenho dúvida porque a minha vida inteira foi de atividade física – não uma atividade que é, até de certa forma, saudável. Ser um atleta de alto rendimento traz também sequelas, porque é um movimento repetitivo. Eu tenho hoje uma prótese de quadril e alguns problemas de coluna também pelo impacto do voleibol. Mas, ao mesmo tempo, é uma consciência muito grande de que, se eu estiver sempre atenta ao meu corpo e cuidando dele... Como a Zenaide falou sobre a questão do músculo, é importante para o idoso nessa faixa etária, a gente perde muita massa magra, que é músculo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Hum-hum!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Então, a orientação de um profissional... O que eu acho mais interessante nesse projeto – não é, colegas? – é ter o profissional orientando. A Zenaide falou do pai dela na roça: ele cresceu ali na roça já mexendo com o peso. Nas cidades, não! Os idosos chegam a uma faixa etária, sem terem acesso à atividade numa certa idade produtiva, e, quando chegam àquela idade, é necessário o reforço de um fisioterapeuta, como o senhor está falando, que está recuperando o senhor, e de um profissional da educação física.

É um projeto fundamental, porque a nossa população está envelhecendo e de forma célere. Então, é importante termos esses profissionais envolvidos e essas campanhas educativas.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto segue para análise terminativa na CAS.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Pela ordem.) – Só quero fazer uma justiça aqui: eu quero parabenizar mesmo o autor da iniciativa, que é o Senador Eduardo Gomes.

O Eduardo Gomes é muito envolvido nas pautas de saúde também, de esporte e da cultura. Então, é uma excelente iniciativa. Gostaria, assim, de parabenizar o Senador Eduardo Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Às vezes a gente faz um relatório e se esquece do destaque devido ao autor, a quem trouxe a primeira proposta para nós. Então, parabéns.

Item 10, que ela havia já solicitado...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Eu queria fazer só uma inversão. Eu vou relatar os dois, mas queria, combinado com Damares, relatar primeiro o 11.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Aí eu vou relatar os dois, certo? Mas o assunto é o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Senadora Zenaide foi a primeira a chegar, mas já seria, pela ordem, a primeira a fazer o relatório dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Quando a gente tem 15 irmãos, já aprende a ceder...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A fazer a parceria!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – ... a fazer a parceria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, vamos lá.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 978, DE 2019

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para estabelecer a obrigatoriedade de hospitais públicos e privados instituírem procedimentos relacionados à humanização do luto materno à mulher que tenha sofrido aborto espontâneo ou seja parturiente de natimorto e para garantir assistência psicológica aos pais nesses casos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto com uma Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

Autoria: Deputada Federal Flávia Morais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Zenaide Maia, a quem eu passo a palavra neste momento, para apresentar o seu substitutivo.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Eu queria passar direto para a análise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Nos termos dos incisos III e IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado, compete à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção, garantia e promoção dos direitos humanos, incluindo a proteção aos direitos da mulher, razão pela qual é regimental a análise da matéria por este Colegiado.

O PL, sem dúvida, mostra-se meritório. A proposição promove relevante inovação ao ordenamento jurídico vigente, que ainda não garante atendimento humanizado voltado especificamente à mulher e aos pais que enfrentam o luto decorrente de uma perda gestacional.

Apesar de a perda gestacional ser um fenômeno frequente que, de acordo com a revista médica *The Lancet*, acomete 15% do total de gestações, ainda são escassos os cuidados ofertados a essas mulheres e pais. Tais cuidados, muitas vezes, se limitam à instrução de "tentar novamente" e desconsideram a real necessidade de apoio físico e mental relacionados à perda.

A desconsideração com as necessidades particulares desses pais e mães é tamanha que comumente são acomodados em leitos próximos a parturientes que se encontram em plena celebração de gestações e nascimentos bem-sucedidos, em total descompasso com o luto que enfrentam.

Por isso é urgente que se garanta às mulheres e aos pais que tenham sofrido perdas gestacionais ou perinatais o olhar respeitoso ao momento delicado que enfrentam, estabelecendo meios para auxiliá-los a processar a perda sofrida e promover sua recuperação física e emocional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se de procedimento relativamente simples de ser adotado, pois não pressupõe investimentos estruturais, apenas o uso adequado das instalações e o oferecimento de serviços de assistência psicológica já existentes em prol da atenção individualizada à mulher.

Vislumbramos, contudo, a oportunidade de realizarmos ajustes para ampliar a aplicabilidade e a eficácia da norma.

Assim, propomos que o PL venha a abarcar todo o atendimento prestado à mulher, que não se restringe à internação. Propomos, ainda, que deve ser presumida a necessidade de atendimento em área reservada e individual, em reconhecimento ao intenso abalo emocional característico do momento retratado, do desconhecimento dos próprios direitos por grande parcela da população, especialmente aquela mais vulnerável, e, ainda, da possibilidade de fatores alheios ao bem-estar da paciente, como custos e disponibilidade de leitos, virem a condicionar, na prática, a avaliação da necessidade e gozo da medida.

Por outro lado, entendemos que a proposição deve se destinar à gestação que "termine em abortamento ou em morte perinatal", conceito mais amplo do que "aborto espontâneo ou parto de natimorto". Dessa forma, não afastamos as hipóteses de aborto legal da proteção ofertada pelo PL e ampliamos sua abrangência para mortes ocorridas até o sexto dia completo de vida após o nascimento, e não apenas nas primeiras 48 horas após o parto.

Incluímos, também, para além da assistência psicológica, o direito à comunicação sensível a respeito da ocorrência, que perpassa todo o atendimento que deve ser prestado aos pais em luto para a promoção da sua dignidade.

Finalmente, em razão da alteração realizada, posteriormente à apresentação da presente proposição, ao art. 10 do Estatuto da Criança e do Adolescente pela Lei nº 14.721, de 2023, que lhe acrescentou inciso VII, adequamos a numeração proposta pelo PL, a fim de assegurar que a garantia que se busca estabelecer não suprima os avanços já experimentados quanto à matéria.

Adequamos, ainda, a redação conferida ao inciso XIV do art. 7º da Lei Orgânica da Saúde para, além de acrescentar ao dispositivo o atendimento à mulher cuja gestação termine em abortamento ou morte perinatal, manter a expressão "para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral", atualmente vigente, uma vez que, apesar de não ser o objeto do PL nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

978, de 2019, a redação então proposta acaba por restringir, inadvertidamente, o âmbito de alcance da norma quanto às vítimas de violência doméstica em função do gênero.

Voto.

Diante do exposto e do caráter meritório da proposição, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 978, de 2019, na forma da seguinte emenda substitutiva:

> PROJETO DE LEI Nº 978, DE 2019
> Altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde) para estabelecer a obrigatoriedade de hospitais públicos e privados instituírem procedimentos de humanização do atendimento em caso de gestação que termine em abortamento ou morte perinatal.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º Esta Lei altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990, e 8.080, de 19 de setembro de 1990, para estabelecer a obrigatoriedade de hospitais públicos e privados instituírem procedimentos de humanização do atendimento em caso de gestação que termine em abortamento ou morte perinatal.
> Art. 2º O *caput* do art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido dos incisos VIII e IX, com a seguinte redação: [...]

Desculpa, estou só tossindo, mas não é infecção.

> "Art. 10. .....
> .....
> VIII – garantir à mulher o direito de permanecer em área reservada e individual, distinta de outras parturientes, em caso de gestação que termine em abortamento ou morte perinatal;
> IX – oferecer assistência psicológica aos pais e assegurar a comunicação sensível a respeito da ocorrência durante todo o atendimento em caso de gestação que termine em abortamento ou morte perinatal. ....." (NR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 3º O inciso XIV do *caput* do art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º .....

.....

XIV – organização de atendimento público específico e especializado que garanta, entre outros, acompanhamento psicológico e cirurgias plásticas reparadoras, em conformidade com a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, para vítimas de violência doméstica em geral e para mulheres, inclusive aquelas cujas gestações tenham terminado em abortamento ou morte perinatal;

....." (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Queria dizer da importância, porque a gente pega muitos abortamentos com descolamento prematuro de placenta por agressividade do pai da criança. Então a gente pega muito isso.

Esse é um projeto de lei salutar, mas eu quero só voltar a discutir porque eu vou aprovar o da Senadora. Eles têm... eu diria que o mérito é o mesmo, certo? Mas vamos aqui ao que é melhor para as mulheres.

Que coisa triste, a gente vai falar de abortamento, de natimorto, e ter que falar sobre a violência contra a mulher. Isso aí não é raro, viu? Não é raro, é comum.

Então, o item 10. Anuncie aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, calma, tem que terminar o item 11. A senhora me atropela aqui. (*Risos.*)

Eu digo: "Mas o que está acontecendo?".

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Fora do microfone.*) – Eu pensei que iríamos discutir os dois juntos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, vamos para os dois projetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continua a discussão matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma de emenda substitutiva que a Senadora apresentou.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma de Emenda nº 1 desta Comissão (Substitutivo).

O projeto segue para a análise da CAS.

Agora sim, item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 5099, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.634, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde, para garantir à mulher cuja gestação termine em abortamento ou em morte perinatal o direito a permanecer em área distinta daquela onde estão alojadas as mães acompanhadas de nascituros.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Relatoria: Senadora Zenaide Maia, a quem eu passo a palavra neste momento para apresentar o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Presidente, eu queria pedir para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Nos termos dos incisos III e IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado, compete à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção, garantia e promoção dos direitos humanos, incluindo a proteção aos direitos da mulher, razão pela qual é regimental a análise da matéria por este Colegiado.

Nota-se a relevante inovação jurídica promovida pelo PL, eis que as normas de proteção da saúde e atendimento à mulher ainda não estabelecem protocolos para o acolhimento daquelas que enfrentam o luto decorrente de uma perda gestacional.

O PL, sem qualquer dúvida, mostra-se meritório.

De acordo com a revista médica *The Lancet*, 23 milhões de gestações em todo mundo terminam em aborto espontâneo a cada ano, o que representa 15% do total ou 44 a cada minuto.

Apesar de ser fenômeno comum, os cuidados específicos e a oferta de apoio para essas mulheres ainda são escassos, muitas vezes limitados à instrução de “apenas tentar novamente”, desconsiderando a real necessidade de apoio físico e mental.

A falta de diretrizes específicas para o atendimento desses casos faz com que, atualmente, mulheres que sofreram perdas gestacionais e morte perinatal sejam atendidas pelas maternidades em ambiente conjunto com outras mulheres que se encontram em plena celebração de gestações e nascimentos bem-sucedidos, em total descompasso com as suas necessidades particulares.

Há relatos, inclusive, de que essas mulheres são comumente acomodadas em quartos nos quais se mantém o berço hospitalar vazio e, até mesmo, em que se possibilita o acesso de terceiros não autorizados, os quais inadvertidamente chegam a questionar acerca de seus bebês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É necessário que se garanta que as mulheres que sofrem aborto espontâneo ou perda perinatal sejam devidamente respeitadas e apoiadas, estabelecendo-se meios para auxiliá-las a processar a perda sofrida. Por isso, é louvável a sensibilidade da autora em apresentar a iniciativa em análise.

É urgente se pensar em um novo sistema de atendimento e tratamento para os casos de aborto e morte perinatal, que promova o acolhimento da paciente, o respeito ao seu momento de luto e intenso abalo, além de sua recuperação física e emocional. Daí a pertinência do PL nº 5.099, de 2023.

A garantia de acomodação e permanência em área reservada e individual, distinta daquela onde estão alojadas as mães acompanhadas de neonato, na forma proposta pelo PL, é procedimento relativamente simples de ser adotado. Envolve o uso adequado das instalações e equipamentos já existentes, não pressupondo investimentos estruturais maiores, mas apenas a organização dos serviços de atendimento em prol da privacidade e da garantia de atenção individualizada à mulher.

Da mesma forma, a garantia de atendimento humanizado, que inclua a comunicação sensível, acompanhamento psicológico e oferta de cuidado terapêutico, é mudança de paradigma que representará grande impacto na melhoria da qualidade da atenção prestada às mulheres.

Trata-se, portanto, de procedimento salutar a ser adotado em momento especialmente sensível da vida de muitas mulheres, que lhes promove a dignidade, privacidade e saúde.

Com o intuito de assegurar a precisão do texto normativo, sugerimos emenda para substituir, por “neonato”, a expressão “nascituro”, que designa seres humanos ainda não nascidos.

Por isso, entendemos que a proposição se encontra digna de acolhida, com a emenda proposta.

Diante do exposto e do caráter meritório da proposição, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.099, de 2023, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CDH

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Substitua-se, na ementa e no art. 1º do Projeto de Lei nº 5.099, de 2023, a expressão "nascituro" por "neonato".

Presidente, eu queria agora falar sobre os projetos e parabenizar a Damares, a nossa Deputada Flávia Morais, que abordou um assunto que eu, como médica, vi muito. Esse termo de dizer, "tranquilo, você vai ter outro", até isso ninguém... E a gente sabe que mesmo nas mães que estão com o seu filho ali do lado existe uma queda hormonal e quase todas as mulheres têm a depressão pós-parto, que é um quadro que, mesmo para quem está com o seu bebê, é chamativo.

A depressão pós-parto é tão grave que muitas vezes a lei diz que, quando a mãe abandona o seu filho recém-nascido ou até a gente vê que mata, a pena dela é reduzida, porque a ciência prova que muitas – não é obrigado a ser todas, mas há uma percentagem altíssima – têm depressão. Se você está com o seu bebê e ainda tem... Você imagine ainda deixar o berço para todo mundo chegar e dizer: "Onde é que está o bebê?".

Foi para isso, para humanizar. São seres humanos, e a gente precisa discutir isso, a gente precisa aprovar isso. E ainda se soma àquelas que perderam o seu filho por violência contra ela cometida pelo próprio pai. Nada contra os homens, mas as estatísticas mostram que, quando a criança nasce e tem uma deficiência – não é só no Brasil –, quase 70% dos pais saem de casa, e a mãe se transforma numa mãe solo.

Então, cabe ao Estado, cabe a este Congresso... E eu queria dizer aqui às mulheres deste país que o Senado está sim – e a Câmara – preocupado com elas, tanto no caso da violência como com o tratamento. Você sofre violência em casa, chega aonde deveria ser acolhida e sofre violência normalmente? Nós não podemos permitir isso.

Parabéns, Damares, parabéns, Flávia, e a todos.

Mulheres deste país, o Congresso Nacional está preocupado com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Para discutir.) – Vou deixar para a Damares finalizar, porque uma das iniciativas foi dela.

Só quero parabenizar mesmo a Deputada Flávia Morais pelo 978, que traz procedimentos humanizados, e, inclusive, o trabalho da Zenaide de incluir a questão da violência, a violência doméstica. Nossa, só mulheres mesmo! Eu acho, assim, a importância... A importância de muitas vezes que a gente... Parece que está banalizado quando a gente reforça tanto a importância das mulheres nos espaços de poder, não é, Sr. Presidente? Mas é tão importante saber que hoje nós temos uma bancada de 14, 15 Senadoras, que, independente dos campos, nós agimos muito em sororidade e muito no sentido de mostrar para a sociedade que nós estamos preocupadas, sim, com o comportamento de banalização de certas situações que envolvem as mulheres.

Então, quero parabenizar a Flávia e parabenizar a Damares, porque nós estamos trazendo... É um detalhe! É a mesma coisa de quando a gente discutiu pobreza menstrual aqui, não é? Tem que discutir sobre pobreza menstrual? Obviamente que nós temos que discutir, porque nem todas têm acesso ao absorvente. É a mesma coisa de se falar uma ala. É um detalhe que faz toda a diferença para uma mulher que acabou de perder seu filho, que teve um aborto espontâneo, enfim, cujo filho nasceu morto, para ela ter o acolhimento e ter preservada a sua dignidade, o seu sentimento, porque, assim, é um momento único para a mulher. Nós somos mães aqui e nós sabemos que filho é o coração fora da gente, não é? Então, assim, sem sobra de dúvida, muito orgulho de ver esse trabalho da bancada.

Quero agradecer, Presidente, porque muitas vezes a gente debate aqui pautas... E a gente reclama muito dentro das Comissões porque, muitas vezes, para o nosso trabalho e aquelas pautas que para nós são fundamentais – para as mulheres do Brasil, não é para a bancada –, muitas vezes, a gente não vê um Presidente de uma Comissão com essa empatia, entendeu? Então, quero parabenizar o senhor, Presidente Paulo Paim, por entender que é uma pauta que é um detalhe, mas que faz toda a diferença.

Parabéns, Senadoras Zenaide e Damares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Leila, pela defesa que faz da luta das mulheres, que vocês todas fazem. E nós homens temos que nos somar, porque a luta das mulheres é uma luta de todos nós. E por isso que, lá no meu estado, o Deputado Edegar Pretto criou a Frente Parlamentar de Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres – e pegou, ele foi convidado para falar até na ONU sobre esse tema.

Mas vamos em frente.

Agora está com a palavra a Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu preciso parabenizar a Zenaide pela forma como ela conduziu as duas matérias e pela inovação que ela traz à matéria. É incrível. Como é que eu não tinha pensado nisso antes?

Sabe, como é bom este debate nas Comissões! Eu fico tão triste porque tem Senadores que não vêm para as Comissões, mas é aqui que a gente ajusta tudo, é aqui que a gente resolve tudo.

Então, as duas matérias vão tramitar, são parecidas. É claro que a matéria que veio da Câmara tem precedência. Então, a gente vai trabalhar da seguinte forma: a Zenaide faz uma modificação incrível na matéria que veio da Câmara e nós vamos deixar essa voltar para a Câmara. Se a Câmara aceitar a mudança de Zenaide, a gente pode interromper a tramitação do meu; se a Câmara não aceitar, aprova lá sem a mudança da Zenaide, e a gente traz essa mudança nesse segundo projeto meu. Então, de qualquer forma, a gente garante que essa inovação da Zenaide vai se concretizar: ou a Câmara aceitando a modificação que ela traz ou a gente trazendo para esse outro. Então, a gente fechou aí. E, da forma inteligente com que a Senadora Zenaide lidou com isso, eu acho que a gente fecha a proteção integral da mulher.

Parabéns, Senadora Zenaide. As duas assessorias vão acompanhar a tramitação das duas matérias.

Você disse, Senadora Zenaide, que não é rara a violência do homem contra a mulher grávida. Eu já acompanhei caso, Senador, de que o ódio dele pela mulher era tão grande que ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abriu o ventre dela para tirar o bebê – ela sobreviveu, o bebê morreu. Uma mulher dessa merece uma cirurgia de reparação. É como a Zenaide traz aí: cuidar dessa mulher.

Então, assim, eu fico muito contente com como nós lidamos com essa matéria, com a forma inteligente com que a sensibilidade da Senadora Zenaide trouxe.

E aí, Leila, eu termino, dizendo: não é o cuidado só com aquela mulher que perdeu. A mulher que está do lado e teve o bebê está celebrando com o bebezinho dela no colo, feliz – eu já tive uma situação dessa, vou explicar em que situação –, o marido entra para celebrar com aquela que está com o bebezinho e do lado está a outra chorando. Mães que tiveram o bebê, que a colega perdeu, disseram que é um constrangimento tão grande, porque ela está feliz, mas, ao mesmo tempo, constrangida porque a outra perdeu o bebê. Elas não celebram.

Como pastora, eu fui visitar uma mãe – meu processo foi o contrário – que perdeu o bebê. E eu fui para confortá-la. E eu confortava a mãe que perdeu e olhava o outro bebê lindo do lado. Eu queria cumprimentar a outra mãe, mas me senti assim: se eu cumprimentar a outra, essa aqui vai ficar triste. Então, Presidente, não dá para elas ficarem juntas. A que perdeu tem que ter um tratamento humanizado, cuidada mesmo, para também aquela outra não se sentir culpada porque o seu está vivo e o daquela faleceu. Então, a gente deu aqui hoje um passo necessário e importante na delicadeza. Foi o que a Leila falou: um detalhe delicado que faz toda a diferença.

Obrigada, Senadora Zenaide, pela forma como conduziu. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Damares Alves, pelo projeto do item 10.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos para a votação.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com a emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a construir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, desta Comissão.

O projeto segue para análise terminativa na CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5901, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), para integrar e articular os procedimentos de dispensação de órteses, próteses e materiais especiais, e dar publicidade e transparência a esse processo.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Relatoria: Senador Flávio Arns.

Conversando comigo, ele autorizou que eu passasse, *ad hoc*, pela importância do tema, para que fosse em frente.

Ad hoc, Senadora Damares Alves, com a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Eu vou direto à análise, Presidente.

Em relação ao mérito, a proposição é adequada e enfrenta um desafio essencial para a promoção efetiva da igualdade material. A dispensação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção à pessoa com deficiência é imprescindível para a garantia de seus direitos.

Em razão da leitura conjunta do art. 89 da Lei nº 8.213, de 1991, e do art. 18, §4º, inciso XI, da Lei nº 13.146, de 2015, percebe-se que a dispensação é realizada tanto pelo SUS quanto pela previdência social, em especial pelo Instituto Nacional do Seguro Social. O Guia para Prescrição,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concessão, Adaptação e Manutenção de Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção do Ministério da Saúde recomenda que haja interface entre as equipes do SUS e do INSS nos casos em que o usuário esteja habilitado para usufruir da dispensação por ambas as listas. Entretanto, essa interlocução não tem ocorrido na prática.

Nesse sentido, o Relatório de Avaliação da Política de Dispensação de Órteses, Próteses e Materiais Especiais, emitido pela CAS em 2023, indica que a articulação entre as filas do SUS e do INSS ainda é inexistente. É lamentável, Presidente. Assim, a proposição corrige lacuna identificada em minucioso processo de fiscalização de políticas públicas, função precípua do Poder Legislativo e parte essencial de nossa atuação parlamentar.

Em vista dessas considerações, entendemos que o PL nº 5.901, de 2023, tem o potencial de promover maior eficiência e celeridade na garantia da atenção integral à saúde da pessoa com deficiência.

Com o intuito de aprimorar a proposta, apresentamos emenda substitutiva para blindar o projeto em face de potenciais questionamentos a respeito de sua constitucionalidade, ampliar o escopo da regulamentação para todos os aspectos da articulação almejada e integrar a proposição com dispositivo correlato da Lei nº 13.146, de 2015.

Com nossas contribuições para a melhor integração ao texto da Lei nº 13.146, de 2015, o escopo da proposição passa a abarcar também – olha que beleza – os medicamentos, insumos e fórmulas nutricionais, o que trará ainda mais completude para a iniciativa e garantirá, de forma mais ampla, os direitos das pessoas com deficiência.

O voto, Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.901, de 2023, na forma do substitutivo que já foi anteriormente publicado. Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Muito obrigado, Senadora Damares Alves, que relatou *ad hoc* o relatório original do Senador Flávio Arns, de autoria da Senadora Mara Gabrilli.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que já foi apresentada.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado relatório, que passa a construir parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

O projeto segue para análise terminativa na CAS.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4226, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, para tornar gratuita e online a emissão da segunda via da certidão de nascimento para os cidadãos em situação de vulnerabilidade social.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CAE e terminativo na CCJ.

Relatoria: Senadora Jussara Lima.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia, que fará o relatório *ad hoc*.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sr. Presidente, gostaria de pedir para ir direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete à CDH opinar sobre matérias relacionadas à garantia e promoção dos direitos humanos, nos termos do inciso III do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, o que torna regimental a análise da proposição por este Colegiado.

Reconhecemos o mérito da proposição. Para pessoas com maior esclarecimento e boas condições financeiras, o processo de emissão da segunda via da certidão de nascimento ou de óbito é prático e rápido, pois, atualmente, é possível solicitar as certidões por meio de plataformas digitais, recebendo-as em formato digital, via *e-mail*; ou em formato físico, no endereço indicado.

Contudo, para aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, essa realidade é bem diferente. Os custos para emissão da segunda via desses documentos podem alcançar até R$169,10, dependendo do estado da Federação, considerando apenas os emolumentos e sem incluir os outros custos associados, como, principalmente, o custo de deslocamento.

Diante desse cenário, embora a Lei de Registros Públicos preveja a gratuidade da segunda e demais vias da certidão de nascimento ou de óbito para as pessoas reconhecidamente pobres, a legislação não contempla expressamente a gratuidade para pedidos realizados via sistemas digitais.

Esse fato impõe uma sobrecarga maior às pessoas mais necessitadas que não residem próximas a um cartório de registro civil, obrigando-as a arcarem com custos de locomoção e até de estadia para obterem segundas ou demais vias desses documentos básicos. Muitas vezes, esses custos superam o valor dos emolumentos para emissão da certidão, e, dessa forma, mesmo que a certidão seja gratuita para as pessoas em situação de pobreza, o acesso a ela ainda as obrigará a despenderem recursos financeiros adicionais.

Dessa forma, vemos com bons olhos a proposta, pois ela não só facilita o exercício de um direito já previsto em lei, mas também permite que esse ato seja realizado sem a necessidade de sair de casa. Nesse sentido, a proposta demonstra um verdadeiro compromisso com a inclusão social e com a redução das barreiras que frequentemente impedem as pessoas de baixa renda de exercer plenamente seus direitos fundamentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embora reconheçamos o mérito da proposição, entendemos que há espaço para aperfeiçoamento, conforme passamos a expor.

Primeiramente, no substitutivo que apresentamos, estamos sugerindo ajustes à proposição em relação ao mérito. A nosso ver, o PL tem o potencial de atingir um objetivo diverso daquele almejado, isso porque, ao criar hipóteses para o exercício do direito à gratuidade da segunda via das certidões de nascimento ou de óbito, a proposta acaba por estabelecer obstáculos adicionais ao exercício desse direito. Nos termos do §2º do art. 30 da Lei de Registros Públicos, "o estado de pobreza será comprovado por declaração do próprio interessado". Diante desse fato, entendemos que as hipóteses trazidas como formas de comprovação do estado de pobreza pelo PL são todas mais restritivas do que a simples autodeclaração de pobreza, já prevista em lei.

Ainda no que se refere ao mérito da matéria, embora tanto a ementa quanto o art. 1º prevejam que o objetivo do PL seja alterar a legislação para tornar gratuita e *online* a emissão da segunda via da certidão de nascimento para os cidadãos em situação de vulnerabilidade social, a proposição não acrescenta qualquer menção à gratuidade dos emolumentos referentes às certidões digitais na norma objeto de alteração. Dessa forma, estamos propondo a inserção de um parágrafo ao art. 30 da Lei de Registros Públicos no sentido de prever que a gratuidade – já garantida pelo §2º do art. 30 – também seja aplicada aos emolumentos cobrados pelas segundas e demais vias das certidões emitidas em ambiente digital. Ademais, o texto legal vigente prevê a gratuidade da primeira via da certidão de nascimento e óbito, bem como a isenção de emolumentos para as demais vias para pessoas em situação de pobreza. Em razão disso, entendemos que o PL torna a legislação mais restritiva ao substituir "demais vias" por "segunda via". Diante disso, estamos propondo a adoção do termo "demais vias" no substitutivo que apresentamos.

Como sugestão final sobre o mérito da matéria, propomos a supressão da disposição que veda os cartórios de solicitar documentos adicionais, como aqueles emitidos pelo Cras, para comprovação do estado de pobreza. Isso se justifica porque, em casos de evidente desvirtuamento da gratuidade, quando houver fortes indícios de que o solicitante não se enquadra na condição de pobreza, o cartório deve ter à disposição mecanismos para verificar a veracidade da declaração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, além das alterações mencionadas, efetuamos ajustes para alinhar a proposição à melhor técnica legislativa, sem que essas modificações interferissem no mérito da proposição.

Voto.

Ante as razões apresentadas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.226, de 2021, na forma da seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CDH (SUBSTITUTIVO)
> PROJETO DE LEI Nº , DE 2024
> Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, para isentar as pessoas em situação de pobreza do pagamento de emolumentos pelas demais certidões extraídas pelos cartórios de registro civil, inclusive em ambiente digital.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, para isentar as pessoas em situação de pobreza do pagamento de emolumentos pelas demais certidões extraídas pelos cartórios de registro civil, inclusive em ambiente digital.
> Art. 2º O art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte §3º-D:
> "Art. 30 .....
> .....
> §3º-D A isenção prevista no §1º deste artigo inclui os emolumentos das certidões emitidas em ambiente digital e não inclui os custos de envio, caso o solicitante opte por receber a certidão de forma física em endereço indicado no momento da solicitação.
> ....." (NR)
> Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação.

Sr. Presidente, eu queria parabenizar por isso. As chances de as pessoas mais pobres perderem esses documentos são muito maiores. Muitas moram em barraco, a maioria não tem casa própria, vive de mudança. Eles são muito mais suscetíveis e vulneráveis à perda dos seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

documentos do que quem tem condições de vida, que normalmente tem um lugar onde marca a organização. Mesmo entre aquelas mulheres vulneráveis e homens, quem procura mais a Certidão de Nascimento são as mulheres. Os homens não têm nem com quem deixar as crianças para poder ir atrás desse documento. E o cartório está aí para isso.

Quero parabenizar aqui o Senador Mecias de Jesus por ver isso. Mecias, como é da Região Norte... Lá é que tem mais dificuldade de chegar lá.

Esse é um projeto muito salutar e é um respeito à cidadania. Essas pessoas vão atrás disso quando precisam entrar para pedir um benefício de prestação continuada ou registrar que o filho nasceu – quem trabalha –, para poder ter direito ao salário-família. E, se o Estado brasileiro quer dar cidadania, tem que oferecer os documentos para as pessoas de maneira mais rápida possível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Zenaide Maia, que fez a leitura do relatório *ad hoc* da Senadora Jussara Lima; o projeto é de Mecias de Jesus.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1 (Substitutivo).

O projeto segue para a análise da CAE e, posteriormente, de forma terminativa, para a CCJ.

Passamos para o item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 1889, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para disciplinar a divulgação do desaparecimento de crianças e adolescentes.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, e em decisão terminativa na CCJ.

Relatoria: Senadora Jussara Lima, que nos pediu que indicasse, *ad hoc*, a Senadora Damares Alves, para quem eu passo a palavra neste momento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise, já parabenizando a autora e a Relatora.

Considerando que caberá à CCJ pronunciar-se a respeito da constitucionalidade e juridicidade da proposição, restringiremos nossa análise ao mérito da matéria.

Quanto ao tema objeto do PL nº 1.889, de 2022, é importante mencionar o pioneirismo dos Estados Unidos. Em 1996, o país criou o Alerta Amber, considerado o primeiro sistema de emissão de alertas em caso de desaparecimento de crianças. Foi desenvolvido após a comoção nacional que se seguiu ao sequestro e assassinato de uma criança de 9 anos, Amber Hagerman. Portanto, o Alerta Amber é uma homenagem a essa criança. O sistema norte-americano foi se expandindo e, atualmente, consiste na divulgação de alertas de amplo alcance, por meio de estações de rádio e de televisão, além de operadoras de televisão a cabo e de provedores de internet. Abrange ainda o uso de diversas plataformas *online* – como o Google, o Bing e mídias sociais – e meios físicos, inclusive sinais eletrônicos de trânsito e *outdoors*.

A iniciativa foi reproduzida em âmbito internacional pelo Canadá, pelo México e por países europeus, entre outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Brasil, destacamos o desenvolvimento do Alerta Pri, pelo Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2021, em referência ao desaparecimento de Priscila Belfort.

Além disso, desde 2023, o Brasil aderiu ao Alerta Amber. Em nosso país, o programa se configura sob a forma de disparo de publicações nas plataformas da Meta para anunciar a descrição da criança sequestrada e de eventuais suspeitos de envolvimento no crime, conforme informações divulgadas no *site* do Ministério da Justiça. É necessário, contudo, que as unidades da Federação formalizem a adesão ao sistema, por meio de termo de cooperação com a Secretaria Nacional de Segurança Pública. O estado da Senadora Jussara, o Piauí, por exemplo, aderiu ao programa em maio deste ano.

Na trilha das experiências mencionadas, o PL nº 1.889, de 2022, impõe a obrigação de divulgação do desaparecimento de crianças e de adolescentes às operadoras do Serviço Móvel Pessoal, que é o serviço de telecomunicações com maior alcance no Brasil. Segundo dados da Agência Nacional de Telecomunicações, o Serviço Móvel Pessoal contava, em fevereiro de 2023, com 250 milhões de acessos de telefonia móvel, dos quais, 226 também eram acessos de banda larga.

Assim nos parece que a opção legislativa é adequada aos objetivos da proposta, qual seja, informar o máximo de pessoas possível sobre o desaparecimento de crianças e adolescentes, com grande potencial de mobilização social em torno do problema.

Da mesma forma, prevê que a divulgação das mensagens de desaparecimento só será realizada após determinação das autoridades competentes, que terão informações suficientes e adequadas para acionar as empresas. Dessa forma, é reduzida a possibilidade de trotes, que poderiam mobilizar recursos importantes de forma desnecessária.

Destaca-se ainda a determinação de utilização de todos os formatos, meios, tecnologias, plataformas disponíveis para a divulgação do desaparecimento de crianças e adolescentes, otimizando a infraestrutura das empresas e aproveitando o potencial das novas facilidades tecnológicas, como os aplicativos de comunicação interpessoal, que podem transmitir, ao mesmo tempo, mensagens de texto, de áudio e de vídeo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A iniciativa também é bastante precisa no que diz respeito às informações que devem constar das mensagens de alerta, bem como sobre a possibilidade de divulgação das imagens das pessoas, obedecendo à Lei Geral de Proteção de Dados.

Sugerimos, para aperfeiçoamento, tão pequeno reparo no texto da proposição, com o objetivo de suprimir a previsão de custeio por meio de recurso do Fistel, da obrigação imposta às prestadoras de Serviço Móvel Pessoal, que descontariam de sua contribuição anual para o fundo dos custos decorrentes da divulgação das mensagens. Somos favoráveis à gratuidade da prestação de serviço de remessa de mensagens de alerta de pessoas desaparecidas.

Lembramos ainda que o acordo de cooperação técnica entre o Brasil e a Meta, que tem o objetivo de ampliar o alcance do Alerta Amber, foi firmado sem custo para o Erário. Por outro lado, a proposta também pode ser aperfeiçoada na forma. Como descrito acima, o projeto prevê alterações no ECA, para propor a disciplina de divulgação do desaparecimento de crianças e adolescentes. No entanto, a Lei 13.802, de março de 2019, é específica ao instituir a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e criar o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.

Então, com a finalidade de aprimorar a proposição em tela, apresentamos emenda no sentido de, em vez de modificar o ECA, alterar a Lei 13.802, de 2019.

Com os ajustes sugeridos, entendemos que o PL 1.889 deve ser aprovado, por criar, em nosso ordenamento jurídico, um poderoso instrumento de proteção a crianças e adolescentes.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do PL 1.889, de 2022, com uma emenda substitutiva, conforme já foi devidamente publicada.

Esse é o voto e o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Senadora Damares Alves, pelo seu relatório, substituindo a Senadora Jussara Lima. A autoria do projeto original é da Senadora Soraya Thronicke.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a construir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1 da CDH, substitutiva. O projeto segue para a análise terminativa na CCJ.

Faço ainda aqui, rapidamente... É expediente, mas vou passar a palavra para a senhora em seguida. Esse aqui é bem rápido.

A Secretaria desta Comissão recebeu os seguintes documentos:

- Solicitação de ajuda para conseguir visitar detento em penitenciária;

- Denúncias: o Dr. Mário Barros e a Dra. Bruna Santana, advogados da seccional de Rondônia, denunciam que 15 brasileiros e brasileiras dos Estados de Rondônia, Roraima, Amazonas, Maranhão e Goiás estão presos na Venezuela, enfrentando condições desumanas de detenção, acusados de cometer crimes de exercício ilegal da mineração; ameaça de morte devido a perseguição política no Estado do Piauí; ameaça de morte e perseguição política em município do Estado do Ceará; ameaça ao Quilombo Boca do Rio, no Estado da Bahia; processo investigatório conduzido em delegacia do Rio Grande do Sul, com violação de direitos à ampla defesa e presunção de inocência; descumprimento da Lei Federal nº 14.817, de 2024, no interior do Rio Grande do Sul; violação dos direitos de profissionais com transtorno do espectro autista nos registros dos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia;

- Do Ministério do Esporte: encaminha a Cartilha de Ações Orçamentárias do Ministério do Esporte – 2025;

- Da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão: encaminha nota técnica sobre a possibilidade jurídica de averbação, nos assentos de nascimento de pessoas afrodescendentes, de informações sobre raça, etnia ou religiosidade no sobrenome, a pedido da pessoa interessada, fornecendo subsídios para formulação de projeto de lei federal que altere a Lei de Registros Públicos;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Da Associação Civil Monitor Ambiental Antirruídos: encaminha ofício com proposta de projetos de leis para garantir o direito às cidades limpas, saudáveis e sustentáveis, livres de poluição sonora e ecoeficiência ambiental, acústica e sustentabilidade ambiental acústica.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria e/ou no portal da CDH para a manifestação dos membros desta Comissão, pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Nesses mesmos termos, comunico o encerramento do prazo dos documentos lidos na 42ª Reunião.

Senadora Zenaide Maia, com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente Paulo Paim, já vou agradecendo.

Eu e minha colega aqui, Damares, somos as persistentes.

Eu quero aqui fazer um apelo aos nossos colegas Senadores. Nós temos um projeto do nosso Senador Flávio Arns, que está na Comissão de Constituição e Justiça, sobre que eu digo aqui: de todos os projetos em defesa da mulher, contra a violência contra a mulher, esse é o que mais previne, Paulo Paim. Esse projeto – o 3.595, de 2019 – que já vai ser votado no segundo turno na CCJ, institui percentual de vagas para contratação de mulheres em situação de violência doméstica ou vulnerabilidade social no âmbito dos contratos terceirizados da administração pública federal – seja direta, autárquica ou fundacional – e das empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União.

Gente, nos editais da administração pública federal, quando vai contratar o serviço das instituições privadas, das empresas que tenham a partir de cem trabalhadores, já é para constar que 5% das vagas, Damares, são para trabalhadoras mulheres vítimas de violência doméstica, atendida a qualificação necessária de cada mulher vítima.

Tem ideia de quantas vidas nós vamos salvar? Porque o que acontece com as mulheres? Elas são vítimas de violência, mas não têm coragem de denunciar o agressor, porque ela tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que voltar para casa, ela não é independente economicamente. Eu diria que, se a gente aprovar isso aqui...

Eu quero parabenizar Flávio Arns, fazendo um apelo a todos os Senadores e Senadoras: vamos aprovar, porque, quanto antes a gente aprovar, mais feminicídio nós vamos evitar.

Eu tenho uma experiência como médica: ela vinha para ser suturada, o filho... Isso é a proteção das mulheres e das crianças. "Doutora, eu não posso denunciar, porque eu não tenho para onde ir. Se eu voltar e ele souber que denunciei, ele me mata". Então, isso é salvar a vida de mulheres, porque, em um país em que, a cada cinco horas, se assassina uma mulher, a gente não pode demorar.

Aqui não tem custo, aqui não onera ninguém, aqui acaba com aquela história de proteção, que vamos ter que dar uma cesta básica, vamos isso... Vamos fazer com que as mulheres deste país não sejam assassinadas, porque, se nós não fizermos isso, nós vamos deixá-las dormindo com o inimigo, e, se vão dormir com o inimigo, vão ser assassinadas, sim.

É esse apelo que eu faço aqui, Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – ... porque isso não deixa de ser direitos humanos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos estar juntos lá.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu quero fazer coro à Senadora Zenaide...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu cumprimento a Senadora Zenaide Maia e passo para a Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu quero fazer coro, Presidente, porque esse projeto não tem nenhum impacto financeiro, porque nós já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos as empresas terceirizadas trabalhando no serviço público. É apenas as terceirizadas reservarem 5% para as mulheres vítimas de violência.

O que nós gostaríamos, Presidente – esta Comissão é a Comissão dos Direitos, e o senhor tem conduzido toda a pauta de direito da mulher com tanto zelo –: nos ajude com o diálogo com a CCJ, porque está parado lá.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É.

Ajude-nos lá para que realmente a gente consiga aprovar, e, na sequência, a gente já pede urgência para o Plenário, para que, nas próximas licitações, já conste esse critério. Então, nos ajude nessa interlocução.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Podem contar comigo.

Eu só vou dar dois informes. Primeiro, havia um projeto, de que sou Relator, da Deputada Federal Paula Belmonte, cujo parecer é favorável, mas o Governo pediu para dar uma revisada. Ele não é contra o projeto. E eu concordei, então ele entra na semana que vem.

Quero também...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Paulo Paim, só um minuto. (*Fora do microfone.*)

O que me falaram é que, devido ao G20, provavelmente nós não vamos ter Comissões, porque a entrada aqui vai ficar restrita. O que eu sei é o que o Presidente da Câmara, Arthur Lira, já disse: não tem Comissão nem votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Na próxima audiência esse projeto entra, então. Eu sei qual é a data, mas não vou dizer agora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – É 13/11.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É bem mais longe.

Tem um requerimento que nós aprovamos também. Vamos ter uma audiência pública para promover a campanha Feminicídio Zero, que foi lançada, no dia 7 de agosto, pelo Ministério das Mulheres. A data marca o aniversário de 18 anos da Lei Maria da Penha e é para aumentar o nível de consciência pelo fim da violência contra a mulher.

A Ministra Cida Gonçalves, que foi convidada para participar da audiência, está à frente da campanha "Nenhuma violência contra a mulher deve ser tolerada". Esta audiência será amanhã. Amanhã teremos audiência às 9h.

Quero também informar que nós conseguimos aprovar que o Dia Nacional da Consciência Negra seja feriado nacional, no dia 20 de novembro, e foi sancionado pelo Presidente Lula. Foi uma luta que nós travamos desde a Constituinte, principalmente com a Bené. Eu e a Bené estávamos lá, tentamos e não conseguimos. Mas, enfim, agora conseguimos aprovar esse projeto, que é de autoria do Senador Randolfe Rodrigues. Eu fui Relator, aqui no Senado, e a Reginete Bispo foi Relatora, com entendimento com a Bené, lá na Câmara dos Deputados.

Então, teremos, no dia 19, que é véspera do 20 de novembro, que é feriado, uma audiência, no Plenário do Senado, para debater o tema combater todo tipo de preconceito, porque esse é o objetivo. O dia 20 não é só para refletir sobre a questão do negro ou da negra. Mas o dia 20 é um dia de combate a todo tipo de preconceito: contra a mulher, contra o negro, contra o deficiente, contra a criança, contra o idoso. Então, faremos essa sessão temática no Plenário do Senado.

Algumas pessoas que convidamos já anunciaram que estarão presentes, como o Dr. Antônio Carlos Côrtes, que foi o criador – está com a idade avançada, meu amigo lá do Rio Grande do Sul – do Dia Nacional da Consciência Negra. Aqui nós avançamos: é o Dia de Zumbi dos Palmares, Dia da Consciência Negra e é feriado, como é nos Estados Unidos, lembrando o grande Martin Luther King.

Confirmaram a presença – se não puderem, eu entendo também, poderão entrar até por videoconferência –: Randolfe Rodrigues; Senador Paulo Paim; Deputada Federal Reginete Bispo;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Igualdade Racial; Ministério dos Direitos Humanos; Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas; Uneafro Brasil; Ilana, aqui da Casa, Diretora-Geral do Senado; Fundação Cultural Palmares, pela figura do Presidente João Jorge. Essas são algumas pessoas que confirmaram. Outras confirmarão ainda, porque vai ser no dia 19, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O dia 19 é uma terça, porque quarta é feriado. Então, nós... Quarta é feriado nacional de Zumbi dos Palmares pela primeira vez. Então, eu venho do Rio Grande do Sul só devido a esse feriado. Foram 40 anos praticamente peleando para esse feriado.

Eu apresentei e fui... Eu nem vou contar a história de um ano em que eu o tinha praticamente aprovado. Essa eu vou contar em um segundo. Com Eduardo Magalhães – faço uma homenagem a ele – combinei: "Eduardo, deixe-me votar". Ele disse: "Olhe, Paim, eu vou fazer o seguinte: eu vou botar na pauta. Se ninguém complicar, eu voto".

E daí, infelizmente, um Deputado, que branco não era – eu queria dar esse depoimento. Já morreu, eu não vou falar o nome dele –, disse: "Eu sou contra, não votei". Estava tudo pronto já, só um... Ele tinha dito: "Se um pedir verificação [porque não tinha quórum para ir para o voto], eu vou ter que dar". Infelizmente, esse cidadão, cujo nome não vou dar, disse: "Eu sou contra esse feriado, então...". Senão, nós teríamos o feriado já 35 anos atrás.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., encerramos, então, a reunião de hoje.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Martin Luther King dizia que a falta de comunicação gera o ódio. Então, esta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Boa frase para este momento. Estaremos juntos. Abraço a todos! Obrigado, obrigado. Limpamos a pauta. Todos os projetos que foram combinados foram aprovados, e os requerimentos também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assunto encerrado, sessão encerrada.

(*Iniciada às 11 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e seis minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Paulo Paim e da Senadora Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 48/2024 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Apresentação do Programa "Feminicídio Zero" do Ministério das Mulheres. Participante: Cida Gonçalves, Ministério das Mulheres. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/31

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 46ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 48, de 2024, de minha autoria e de outros Senadores, para debater o tema: lançamento da campanha Feminicídio Zero, do Ministério das Mulheres.

Foi um convite que fizemos à Ministra para que venha aqui expor, via TV Senado, Rádio Senado e Agência Senado, para todo o Brasil, a importância dessa iniciativa.

Então, parabéns à Ministra, que já está chegando.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Antes de fazer a abertura oficial, com o discurso da Presidência, aproveito agora...

Bom, a Ministra, pontual, chega na hora mesmo. (*Pausa.*)

A Ministra, como sempre, pontual.

Eu estava abrindo, ela chegou. "Não, não vai abrir sem eu estar aí, não".

Ministra, permita-me, antes mesmo que eu faça a fala da Presidência, fazer um registro que eu tinha que fazer no Plenário do Senado ontem e não pude. Vou fazer aqui. É bem rápido.

Na verdade, é uma homenagem ao nosso sistema de comunicação da Casa, que pediu que, com a sua presença, eu registrasse aqui, então.

Senhores e senhoras, quero cumprimentar a equipe da TV Senado, finalista do Prêmio TAL, uma das principais premiações para televisões públicas da América Latina. Um dos destaques foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a cobertura da TV Senado durante a diligência da Comissão Temporária Externa, de oito Senadores, que eu presido, Ministra, sobre a tragédia no Rio Grande do Sul, que concorre na categoria Coberturas Especiais.

Nas pessoas dos repórteres Isabela Dutra e Thiago Tiburcio, cumprimento aqui toda a equipe, que realizou um excelente trabalho durante as diligências que fizemos no Rio Grande do Sul. Parabéns!

Quero também cumprimentar – porque também está na disputa – o documentário Arte no Caos, sobre a obra que Vik Muniz fez, a partir dos destroços do 8 de janeiro.

Neste ano, o prêmio TAL recebeu 457 inscrições, de 52 canais, em 12 países da América Latina.

A edição apresenta categorias inovadoras, incluindo conteúdo sobre direitos humanos, com o objetivo de destacar produções que promovam a sensibilização, a educação e a mobilização social em relação ao tema – como é também a do meio ambiente.

Está feito o registro.

Parabéns a toda a equipe de comunicação do nosso querido Senado da República.

Ministra, apenas registrei a sua presença, e vou fazer – porque não ia fazer sem a sua presença –, o discurso da Presidência.

Senhores e senhoras que nos assistem pela TV Senado e que também nos acompanham pela Rádio Senado, e com a cobertura da Agência Senado, esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa tem por objetivo promover a iniciativa do Ministério das Mulheres, a campanha Feminicídio Zero, lançada, como eu disse, pelo Ministério das Mulheres, sob a liderança da nossa querida convidada do dia de hoje, a Ministra Cida Gonçalves.

Seja bem-vinda.

Eu já peço uma salva de palmas, viu? (*Palmas.*)

Sou um admirador do trabalho dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante sublinhar que o Presidente Lula sancionou a Lei nº 14.994, de 2024, que prevê até 40 anos de prisão por crime de feminicídio. Anteriormente, as penas de prisão previstas eram de 12 a 30 anos. O trabalho da Ministra foi fundamental na construção dessa lei. A nova lei também aumenta a pena, de dois para cinco anos, nos casos de violência doméstica. Antes, a punição variava de três meses a três anos. Agora é reclusão, é crime hediondo, e será de dois a cinco anos. O texto ainda reconhece, como eu já dizia antes, que o crime de feminicídio entra para o rol dos crimes hediondos.

Portanto, reafirmamos aqui o compromisso desta Comissão, com a campanha liderada por V. Exa., Ministra, Feminicídio Zero e Brasil sem Misoginia.

A violência contra a mulher no Brasil segue, infelizmente: números alarmantes, com recordes.

Em 2023, o número de casos disparou para quase 260 mil – exatamente 258.941 –, um aumento de 9,8% em comparação a 2022 – 258 mil, viu? –, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

As ameaças contra as mulheres também cresceram 16,5%, somando 779 mil casos.

Os feminicídios, definidos como assassinatos de mulheres em razão de seu gênero, totalizaram, infelizmente, números que sempre vão ultrapassar os milhares, mas, nesse caso, com um aumento de 0,8% em relação ao ano anterior.

Desses assassinatos – e vejam que esse dado é preocupante e assustador –, 90% foram cometidos por homens.

Ainda, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, a cada seis horas, uma mulher é vítima de feminicídio no Brasil, e 63% das vítimas são negras. Todo mundo sabe que sou militante dessa causa. Tenho orgulho de dizer que participei, praticamente, de todas as leis, da Constituinte para cá, aqui no Congresso – e aí eu lembro da Bené também. A Bené é uma referência para todos nós, um símbolo, um farol. E, se vocês não ficarem muito chateados, peço palmas para a Bené também, que é amiga... (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu a convidei, e ela me pediu que registrasse aqui a presença dela e o carinho à senhora, o que estou fazendo neste momento.

Diante de situações de violência contra a mulher, é fundamental agir rápido e de forma efetiva para impedir o ato de violência extrema.

Pesquisa do Laboratório de Estudos de Feminicídio da Universidade Estadual de Londrina, no Paraná, revela que, em 81% dos casos consumados, a vítima não havia feito denúncia prévia contra o agressor – e a senhora vai aprofundar o tema, naturalmente.

Muitos agressores – muitos, muitos – fazem parte do círculo íntimo da vítima e, por isso, as mulheres não veem medidas protetivas como uma opção de proteção.

O feminicídio é, geralmente, cometido dentro da casa da vítima, em 50% dos casos. Com parceiros íntimos, 41,9%; ou outros parceiros, 23,24%.

O feminicídio não afeta apenas mulheres, mas também os filhos e familiares. O estudo mostra que 17,8% dos assassinatos de mulheres foram presenciados pelos filhos das vítimas. Mais triste ainda.

Ministra, o tempo é seu.

Perguntaram qual era o tempo que eu daria para a Ministra e eu disse: o tempo que ela quiser.

A senhora fale pelo tempo que quiser aqui. A palavra é sua.

Com a palavra, nossa querida Ministra Cida. (*Palmas.*)

A SRA. CIDA GONÇALVES (Para expor.) – Bom dia.

Quero agradecer ao Senador Paim.

É a segunda ou terceira vez que eu venho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito. Sempre bem-vinda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CIDA GONÇALVES – E num momento que eu acho que é muito importante, Senador, para a democracia, porque esta Casa e o Congresso Nacional compõem um poder muito forte na garantia da democracia do Brasil, o que para nós é uma das prioridades.

Então, para mim, sempre será um prazer estar aqui e fazer uma discussão que, para nós, mulheres do Brasil, para o Ministério das Mulheres, é tão cara, a questão do feminicídio.

Quero, também, agradecer as meninas do Instituto Banco Vermelho, que estão aqui nos prestigiando, e a Alice Bianchini, do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, e dizer, Senador, que estamos em reunião... Ontem, definimos a data da nossa Conferência Nacional: vai ser de 16 a 19 de setembro de 2025, e já vamos fazer os preparativos para a Conferência Nacional, para que, de fato, a gente possa fazer um grande debate com todas as mulheres do país.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Boa notícia.

A SRA. CIDA GONÇALVES – Quero agradecer a toda a equipe do Ministério que está aqui e que tem ajudado, nesse um ano e onze meses, posso dizer, a construir as políticas e garantir um ministério que, de fato, dê respostas efetivas para as mulheres.

A gente fez uma apresentação.

Está pronto?

Queria, primeiro, começar discutindo, Senador, a importância de a gente fazer este debate sobre o Feminicídio Zero.

E como nós chegamos até o feminicídio zero? Nós trabalhamos, o ano passado, buscando nos primeiros seis, sete meses, a causa, a raiz do problema do aumento da violência contra as mulheres em todas as esferas.

Depois, com isso, em outubro, nós lançamos o Brasil sem Misoginia, porque a misoginia e o ódio contra as mulheres é que são a raiz do problema, são aquilo que faz o aumento de todas as violências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, quando conseguimos constituir o processo da discussão sobre o Brasil sem Misoginia, que agora a gente discute nas academias, dentro dos movimentos, a misoginia como o cerne da questão, nós percebemos que precisamos conversar com a população, e com a população nós precisamos ter uma discussão direta, uma discussão concreta, nós precisamos mandar uma mensagem direta, e é por isso que estamos trabalhando com o Feminicídio Zero.

Pode passar.

Então, na verdade, a gente está trabalhando com esses dados que você acabou de ler, que, no Brasil, a cada seis horas, uma mulher é vítima de feminicídio.

Acho que é importante trabalharmos com esses dados.

A cada seis minutos, uma mulher ou uma menina sofre violência sexual.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Dez minutos?

A SRA. CIDA GONÇALVES – A cada seis minutos.

Então, desde quando esta audiência começou, nós já tivemos quantas meninas ou quantas mulheres que sofreram violência sexual?

Três, em cada dez brasileiras, já foram vítimas de violência doméstica.

Dessas mulheres que estão aqui, três, pelo menos, Senador, já sofreram violência doméstica. E a cada 24 horas, 75 casos de importunação sexual são denunciados. E aqui nós estamos falando de casos denunciados, não estamos falando ainda da subnotificação.

Pode passar.

Pelos dados que vimos, a violência contra as mulheres só cresce. E esse é o mapa que a gente gosta de trabalhar.

Então, você vai ter, 2023 a 2025. É uma crescente. Mesmo que, de 2022 para 2023, seja quase linear, ainda tem um grande aumento aí da questão da violência contra as mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É um dado. Eu só vou comentar alguma coisa.

A SRA. CIDA GONÇALVES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela importância da sua exposição.

É um dado que eu não tinha, que cada ano aumenta mais.

A SRA. CIDA GONÇALVES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por mais que a gente esteja trabalhando.

E, agora, sob a sua orientação, espero que a gente inverta esse crescimento, para que a gente diminua.

Parabéns! Isso é importante, viu?

A SRA. CIDA GONÇALVES – Pois é. Essa é a proposta, a gente fazer o debate, para que possamos, o Brasil inteiro, conhecer do que nós estamos falando. Não é só a questão das políticas públicas, não é só a gente já ter as entidades, os movimentos de mulheres, mas nós termos um dado real.

E veja bem os dados: 73% dos casos foram cometidos por parceiros ou ex-parceiros íntimos; 10% das vítimas foram assassinadas por familiares; 8,3% dos autores são desconhecidos e 8% dos casos foram perpetrados por outros conhecidos.

Portanto, estamos falando do nosso meio de convivência. Se você for juntar o que são os parceiros, o que são os conhecidos, vai ser muito maior do que os desconhecidos. Então, estamos falando de um crime que acontece no meio das relações afetivas das mulheres.

Pode passar.

Portanto, por que pensamos em uma mobilização nacional? E é isso que estamos chamando. Porque a nossa avaliação é que, por mais que você implemente políticas públicas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por mais que você faça o debate com a sociedade, não estamos dando conta de prevenir e evitar a violência e o feminicídio.

Iniciamos em agosto, que é o mês que esta Casa, o Congresso Nacional, decretou como o mês de conscientização pelo fim da violência contra as mulheres, nós lançamos, no mês de agosto, a mobilização nacional.

E, na verdade, o que queremos com essa mobilização, Senador?

A mobilização é para fazer com que possamos chegar, efetivamente, no que foi o que o Betinho fez na década de 80 e 90, com o Fome Zero.

Nós precisamos chegar a todas as pessoas, nós precisamos chegar à casa das pessoas, nós precisamos fazer com que todo mundo discuta, com que todo mundo entenda o processo. Porque eu tenho dito, em todos os lugares a que eu vou – pode passar –, que, na verdade, não adianta a gente ter leis mais duras, não adianta nós termos...

Eu tenho falado que nós podemos construir... O Governo Lula pode pegar todo o recurso e colocar no Ministério das Mulheres, para a gente fazer a Casa da Mulher Brasileira em 5,6 mil municípios. Nós não vamos acabar com essa violência e não vamos diminuir, se a sociedade brasileira não tomar consciência de que ela também tem um papel estratégico e fundamental para isso. E é nessa perspectiva que nós estamos construindo a mobilização nacional.

Então, é uma mobilização que vai se estabelecer, com diversas frentes de atuação, comunicação, debate, implementação de políticas, engajamento de diversos atores, para que nós possamos chegar efetivamente aonde nós temos que chegar.

E é para isso que nós pensamos, Senador, que a gente precisava...

Aí nós temos as fotos do que foi o lançamento.

Pode passar.

A mobilização digital, com diversas atrizes, pessoas.

Pode passar.

A repercussão na imprensa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que, na verdade, nós queremos fazer? Nós queremos reinventar a roda. E o que significa isso? Nós queremos chegar aonde nós nunca chegamos. Por isso, a nossa mobilização vai falar prioritariamente de dois eixos principais, que são duas grandes paixões nacionais.

Uma é o futebol. Nós precisamos falar com os homens, nós precisamos chegar aos homens – pode passar. Por isso, a gente quer chegar ao ambiente do futebol. E nós queremos chegar, Senador, porque, nos dias de jogos, a ameaça e a violência contra as mulheres aumentam em 23%.

E no Brasil nós temos jogos o ano inteiro. Nós temos campeonatos estaduais, nós temos campeonatos nacionais, nós temos campeonatos da América Latina, nós temos a Conmebol; nós temos vários campeonatos, o ano inteiro, de futebol.

Os registros de boletins de ocorrência nos dias de jogos aumentam em 20,8%; e, em dias na cidade, o aumento dos registros de lesão corporal é de 25,9%. Portanto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Tudo em dia de jogo?

A SRA. CIDA GONÇALVES – Tudo em dia de jogo!

Então, chegar aos estádios, falar com os times de futebol e falar com as torcidas é a estratégia para que a gente possa, efetivamente, pensar em uma nova forma de organização de intervenção com relação à questão do feminicídio.

Isso significa... E ali na frente nós vamos ter... Hoje, a gente já tem o Corinthians, o Bahia, o Fortaleza, o Botafogo, o Flamengo, o Vasco, o Paysandu, o Remo, o Cruzeiro. Está faltando, não, Lucimar? Então, esses são os times que, efetivamente, já aderiram.

E a ideia é de o time de futebol não estar só. O ato principal que a gente faz, quando o time adere, é que ele assina uma carta, um compromisso, mas é muito mais do que isso; é a gente trabalhar com a base do time, para que nós não tenhamos novos danieis alves, novos brunos, novos jogadores, e que o time possa pensar ações de intervenção na questão da violência contra as mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Bem pensado; bem bolado, viu? (*Palmas.*)

A SRA. CIDA GONÇALVES – Portanto, o debate que o ministério está fazendo não é com um jogador, é com o time de futebol; é com os presidentes, é com os dirigentes, para que a atitude seja do time e não individual, de uma pessoa ou de um jogador. Porque a ideia aqui e o que nós estamos discutindo é que nós precisamos mudar comportamento e valor. E aqui nós não vamos falar de cultura, porque a cultura é outra coisa, é uma coisa boa, mas de comportamentos e valores.

Podemos passar?

Nós tivemos ações em dez jogos, em que nós entramos com a faixa, que os jogadores seguram, e a mensagem a ser dada aqui é que, efetivamente, eles são rivais dentro do jogo, mas fora do jogo, o time e os jogadores estão contra o feminicídio.

Então, nós vamos ter ações com o Corinthians, que colocou o emblema no seu uniforme de futebol; nós vamos ter com o Vasco, que tem o colete de segurança lilás, feito por mulheres, para que as mulheres que são perturbadas possam saber a quem recorrer; com o Botafogo, que tem o reconhecimento digital – facial –, e ele colocou como um dos critérios que quem tem medida protetiva de urgência não entra – quando é reconhecido e colocado ali, não entra.

Então, você vai criando mecanismos para fazer com que a sociedade faça o debate, discuta e venha para dentro.

O Cruzeiro agora fez todo o processo e vai criar a Raposinha, que é o símbolo do Cruzeiro. Então, ele tem o Raposão, o Raposinho e agora vai criar a Raposinha, com o número 180, como um alerta para a violência contra as mulheres.

Então, é você estabelecer um processo muito maior de debate para dentro dos times, para que a gente possa enfrentar aqueles números que nós temos.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, ainda continuo na questão da mídia. Com os times de futebol, a gente passa a campanha durante o jogo; tem o emblema do 180, porque a prioridade é divulgar o 180. Então, essas são as ações que nós fomos fazendo durante os jogos de futebol.

Pode ir para a frente.

Nós temos as empresas; as empresas também aderiram. Então, nós vamos ter a Caixa Econômica, que colocou nas loterias, nos bilhetes de aposta, a divulgação do Feminicídio Zero; a CNI colocou no Sistema S a campanha interna.

E aqui é importante dizer que a Fiesp teve um papel muito importante no sentido de construir um material didático, tanto para os seus professores quanto para os seus alunos; e na Fiesp, o Sistema S tem mais de 70 mil alunos. Portanto, chega a uma abrangência muito grande do debate sobre a questão da violência e o feminicídio.

A Firjan; o Grupo Mulheres do Brasil, que faz *advocacy*. E eu quero mandar um abraço para a Luiza Trajano, nossa grande líder no Mulheres do Brasil (*Palmas.*)... que tem trabalhado a questão do GT.

E agora nós estamos entrando na segunda grande paixão nacional, que é o Carnaval.

Então, nós queremos falar com duas grandes mobilizações nacionais: de um lado, o futebol; e, do outro lado, o Carnaval, em que nós assumimos... (*Pausa.*)

Então, nós acabamos de assumir... Na verdade, quem assumiu o compromisso foi a Liesa, que é a Liga das Escolas de Samba do Rio de Janeiro.

É importante dizer que dia 8 de março do ano que vem é um sábado e é o sábado do desfile das escolas de samba. Então, nós vamos pegar essa oportunidade para que o desfile das escolas das campeãs seja com o Feminicídio Zero, para que a gente possa chegar com a mensagem ao máximo de pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Muito bem, muito bem! Todas as áreas. (*Palmas.*)

Eu vi os empresários, eu vi o carnaval, eu vi a cultura. Saiba que eu sou muito ligado ao movimento sindical. Vai entrar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CIDA GONÇALVES – Vai.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai chegar lá? Então, tá! Fiquei mais tranquilo agora. Estava precisando mesmo.

A SRA. CIDA GONÇALVES – Nós temos, então, o Carnaval, e a proposta do Carnaval, que a gente está começando a trabalhar, não é apenas você entrar nos desfiles das escolas de samba; é, desde já, a gente já começar a ir para os ensaios, para as discussões nas escolas, para ir fazendo o debate com a própria comunidade, porque qual é a proposta de a gente chegar ao meio cultural?

Nós precisamos fazer com que os nossos autores de música, os nossos autores de poesia, as nossas autoras também pensem em outros temas e músicas que não vitimizem mais as mulheres, não tratem as mulheres como um mero objeto, mas que as garantam como sujeitos de direitos, permanentemente.

Então, a proposta é a gente fazer uma construção para que, no futuro, a gente tenha um novo comportamento, com novas músicas, com novos processos, com novos debates.

Nós temos o Sebrae, que a gente já ataca na campanha, as empresas Ambev, Coca-Cola, Latam. Nós fizemos uma visita a todas as empresas, à Rede Globo, à Record, ao SBT, para conversar, primeiro, sobre a forma como eles divulgam e trabalham a questão da violência contra as mulheres e de que forma essa divulgação revitimiza as mulheres, ao mesmo tempo, pedindo para que eles também trabalhem o aspecto positivo.

O que é feito? Tem o feminicídio, mas tem muita gente que é solidária, tem muita coisa que trabalha, que responde. A sociedade tem enfrentado, no seu método, da sua forma, o feminicídio. Então, é a gente trabalhar com essas perspectivas.

Pode passar. Você que colocou, Gi? Não, não é?

Na esfera sindical, que é o que te interessa, a gente está fazendo um debate com as centrais sindicais e com os sindicatos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Pronto! Cadê minhas palmas? É só puxar o debate com as centrais e com as confederações todas. (*Palmas.*)

A SRA. CIDA GONÇALVES – Principalmente porque ali a gente tem um desafio, o segundo desafio que nós temos ali dentro, que é a discussão da igualdade salarial.

E, via igualdade salarial, nós estamos fazendo esse debate. Estão aqui a Neuza e a Simone, que tocam isso, mas por quê? Porque não é possível a igualdade com violência. Não é possível que você discuta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não deixa de ser uma violência.

A SRA. CIDA GONÇALVES – Não deixa de ser uma violência.

E as centrais sindicais... A gente ainda não fez, mas vamos fazer um evento para isso, que pode ser aqui também; mas é importante dizer que nós temos hoje mais de 63 sindicatos que fizeram negociação na sua negociação coletiva para a questão da igualdade salarial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

A SRA. CIDA GONÇALVES – Então, se as empresas entraram na Justiça, as centrais sindicais e os sindicatos estão bancando, por dentro deles, na própria negociação coletiva, o direito à igualdade entre homens e mulheres. Isso é uma mudança muito importante no meio sindical que, para nós, é fundamental.

Nós temos ações que nós pensamos serem estruturantes, principalmente na questão com os ministérios e governos, porque a ideia que nós temos com a mobilização nacional, Senador, é a gente trabalhar muito mais na perspectiva da prevenção.

Até agora, nós temos tido muitas ações de combate – aqui eu estou falando de combate –, aumento de pena, essas coisas todas; e também de atendimento, criar serviços, criar referências. Mas nós investimos muito pouco em prevenir; nós investimos muito pouco em trabalhar o que, efetivamente, precisava ser pensado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa mobilização do Feminicídio Zero é um ato preventivo; e o ato preventivo passa principalmente pela questão da educação, e, dentro do Governo, nós estamos investindo nisso.

As secretarias estaduais fizeram, em todos os estados, a questão do Feminicídio Zero, com o Agosto Lilás. Na educação, nós conseguimos fazer um pacto com o Ministério da Educação, em que nós vamos ter um edital nas escolas para que tenha uma premiação em todas as escolas estaduais e municipais do país, que vão fazer um trabalho sobre a questão da violência contra as mulheres e fazer o debate.

O prêmio nós vamos dar aqui em Brasília. Então, a escola, o diretor, o professor e o aluno vêm para cá. Isso mobiliza a escola, primeiro para fazer o trabalho, segundo para fazer a disputa, terceiro, quando ganhar, para vir. Isso vira uma celebração, principalmente no interior; vira notícia, vira informação, o próprio trabalho do aluno ou da escola, como um todo, vai ser debatido pela cidade.

E essa é a proposta, que a gente possa, a partir dos gestos pequenos, fazer uma grande mobilização e fazer com que as pessoas tenham mais engajamento no processo da não violência.

Também, junto com a educação, nós fechamos uma discussão sobre uma pesquisa e fortalecimento dos núcleos de gênero nas universidades federais, para pesquisa, para debate, e, principalmente, trabalhando a questão da misoginia, as formas de violência, esse dado que a gente colocou, que isso só aumenta, por que só aumenta, aonde chega, como nós podemos prevenir com maior tranquilidade.

E, por fim, também a questão de ter um material para se trabalhar com os professores e com todo mundo, sobre a questão, efetivamente, do Feminicídio Zero. Então, vai ter um material pedagógico produzido pelo Ministério da Educação, para que todos os professores tenham acesso e estejam em mãos, trabalhando a misoginia, que é a grande causa do feminicídio.

Como nós estamos trabalhando a mobilização? Tem a assinatura de uma carta-compromisso pelo Feminicídio Zero. Essa carta é uma carta simples; a gente não estabelece plano de trabalho, mas, depois que assinada, que tem o ato, aí, sim, a equipe do Ministério das Mulheres volta lá, e vamos começar a fazer o plano de trabalho, o que cada empresa vai fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o objetivo principal é fazer a mobilização externa, mas também fazer a mobilização interna, porque a discussão que nós fazemos com as empresas, com os sindicatos, é que você pode fazer – foi o que nós fizemos com a Fiesp e com a CNI – internamente, mas, internamente, se você tiver 300 funcionários.

Só que, na Fiesp, tem empresas que têm 50 mil funcionários. É preciso convencer essa empresa de que ela tem que ter ação lá dentro. E tem que ser um papel de discussão que a Fiesp possa fazer, e não simplesmente o Ministério das Mulheres. O Ministério das Mulheres pode ser um apoiador da Fiesp.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro.

A SRA. CIDA GONÇALVES – A gente passa a mudar, na verdade, o comportamento das instituições brasileiras frente à violência.

E, se tem 50 mil trabalhadores e tiver metade homem e metade mulher – geralmente, a maioria são mulheres –, você vai ter agressor e você vai ter vítima. Portanto, a empresa termina ou sendo prejudicada ou tendo responsabilidade pelos seus funcionários, sobre o que acontece com cada um deles.

É essa perspectiva que nós precisamos construir, para que nós possamos, de fato, resolver o problema; e a outra é estabelecer formas para que a empresa tenha solidariedade com as mulheres. Não pode, simplesmente, porque a mulher falta três dias e está toda roxa, ela ser demitida por justa causa. Qual é a forma de acompanhamento, de acolhimento? Aí, a gente vai ter o Magazine Luiza, que tem teleatendimento, que tem atendimento psicológico. Então, você tem formas que não custam para a empresa, mas que têm como dar apoio e suporte para a sua funcionária que sofre violência.

Pode passar.

Bom, nós queremos fazer uma mobilização, mas nós não esquecemos que nós somos Governo. E Governo tem que implementar políticas públicas para as mulheres, a gente tem que investir nisso. Então, nós queremos fazer as duas coisas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui nós estamos, Senador, com R$330 milhões de investimentos, desde 2023, que o Ministério das Mulheres fez na questão da Casa da Mulher Brasileira. Nós temos aquelas que já estavam em funcionamento e que nós continuamos a manter. E, quando eu falo em dar apoio, é o apoio financeiro, mas também o apoio político; as reuniões que a equipe da Secretaria de Enfrentamento à Violência faz com as coordenadoras da casa, com as secretárias municipais; as idas para ver os problemas, para pensar as diretrizes, para pensar as linhas. Tudo isso é um acompanhamento permanente do Ministério das Mulheres com as casas que já são inauguradas.

Nós inauguramos, agora, no nosso mandato, três casas. Nós estamos com seis em obras e com três casas com orçamento próprio, que é dos estados. Nós mesmos já alocamos recursos para isso. Nós temos 17 casas que estão em formatação de contrato, o que dá R$272 milhões, que são recursos do Fundo de Segurança Pública, segundo a legislação que esta mesma Casa aprovou de que tem que ser direcionado para o enfrentamento à violência contra as mulheres.

Então, nós estamos, efetivamente, com esse quadro que nós estamos trabalhando, e buscamos chegar, no ano que vem, nas 40 casas com que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva se comprometeu, no dia 8 de março de 2023.

Pode passar.

Essas são as casas que foram inauguradas em Ananindeua, em Teresina e em Salvador.

Pode passar.

Sobre os centros de referência, aqui é importante dizer que, quando nós chegamos, o Governo anterior tinha feito casas tipo 1, 2, 3 e 4.

Nós entendemos que Casa da Mulher Brasileira é aquela que tem todos os serviços especializados, e são nove serviços especializados. Aquelas que não têm condições, que têm três ou quatro, nós estamos chamando de Centros de Referência da Mulher Brasileira. Nós temos aqui em Japeri, Jataí, Mossoró e Cidade Ocidental, que já foram inaugurados na atual gestão.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos fechando e queremos já convidar esta Casa, porque nós vamos lançar o painel de monitoramento das Casas da Mulher Brasileira no dia 4 – no máximo, no dia 5 –, para que a gente possa, de fato, ter no nosso *site* todas as informações. Quando um Senador, quando alguém do movimento social, quando uma secretária, quando alguém precisar da informação, ela estará diretamente vinculada ao nosso *site*. É só entrar lá, ver o quanto que foi investido, como está, com fotos da obra, para que a gente possa acompanhar por foto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Com transparência absoluta, não é?

A SRA. CIDA GONÇALVES – Absoluta. (*Palmas.*)

Aqui vai ser o primeiro painel, tirando Tocantins lá, que vai sair, não é, Gisele? Então, ali o primeiro painel vai dizer o valor total de investimento do Governo nas casas e nos centros de referência: R$455 milhões. E, depois, a gente vai ter 21 casas, e vamos colocar o painel geral...

Bom dia, Damares.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CIDA GONÇALVES – Tudo bom?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seja bem-vinda, ex-Ministra do Governo anterior e muito atuante nesta Comissão, viu? A Damares tinha me dito... Eu estou com outra audiência para debater um projeto seu, mas vou passar lá.

Seja bem-vinda.

A SRA. CIDA GONÇALVES – Obrigada.

Nós vamos estar com esse primeiro painel e, depois, nós vamos colocar estado por estado, município por município, como está a obra, o valor que foi investido, as fotos, para que, de fato, todas as pessoas que quiserem não precisem ficar pedindo informação, só se quiserem mais detalhes.

Mas as informações gerais...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CIDA GONÇALVES – ... vão estar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esquece isso aí... Essa campainha é automática. (*Risos.*)

A SRA. CIDA GONÇALVES – ... efetivamente no nosso *site*.

Então, a gente está querendo inaugurar, na semana que vem, para que a gente possa fazer a prestação de contas para todas as pessoas.

Eu queria fazer, agora, uma... Aí, nós tivemos também a reestruturação do 180 – também está no *site*, está, gente? A gente está mostrando aquilo o que já está em transparência, que é a questão da rede de atendimento. Quantos serviços têm por estado, por município? É importante que, se você mora lá no interior, você entra aqui para ver qual é o serviço que tem. Se não tem um centro de referência especializado, se não tem uma Casa da Mulher Brasileira, tem o Cras, tem o Creas, tem os serviços de saúde. Então, aqui vão ter os serviços.

Também vai ter um diagnóstico, você vai ver que tem a questão da atualização dos serviços, você vai ter os números, os dados do atendimento do ano anterior, e é importante dizer que sempre serão do ano anterior.

A gente incluiu, no atendimento do 180, também a questão do atendimento do WhatsApp. Nessa reestruturação, nós também estamos trabalhando para retornar o atendimento internacional. Nas viagens para fora do Brasil, quando você vai conversar com as brasileiras, um dos grandes desafios é a questão da violência contra as mulheres, o que fazer e como fazer.

Eu queria só encerrar essa minha apresentação e essa minha fala, Senador, com três questões que eu tenho colocado, que eu quero deixar para esta Casa e que eu tenho perguntado para todas as entidades e para nós mesmas. Nós não podemos mais simplesmente trabalhar com a perspectiva de que a violência contra as mulheres não faz parte da nossa vida, se os dados mostram isto todos os dias: a cada seis minutos, uma mulher e uma menina sofrem violência sexual; a cada seis horas, uma mulher é assassinada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante a gente trabalhar com o feminicídio, porque ele é um crime evitável – ele é um crime evitável. Se tiver políticas firmes, ele vai ser evitado. É diferente de um crime, de uma briga de uma gangue em um jogo de futebol, que você não tem como evitar, ele está acontecendo. Aqui não. Você tem o vizinho que escuta, que sabe que aquela mulher sofre violência. Você tem um amigo, você tem um parente, alguém sabe como vive aquela mulher.

Sobre os dados que você mesmo leu, Senador, dizendo que a maioria das mulheres que estão sofrendo feminicídio hoje não são aquelas que vão ao serviço público, isso não significa que o serviço público não está dando conta. Significa que tem falha, uma falha que nós precisamos resolver, que é como as mulheres vão chegar ao serviço público, vão acreditar no serviço, para que elas possam continuar vivas.

Esse é o grande debate que nós queremos fazer no Feminicídio Zero. Nós precisamos fazer com que todas as pessoas... Não pode ser um problema – e eu tenho dito isso – ideológico, não pode ser um problema partidário, não pode ser um problema só do Ministério das Mulheres, tem que ser um problema de todas as pessoas, de todos os partidos, de todas as tendências, de toda a sociedade brasileira, de todos os órgãos do Governo brasileiro, porque, senão, nós não vamos diminuir isso e vamos continuar tendo uma tendência crescente.

Então, salvar uma vida é simples – eu tenho dito isso –, é simples. Se não sabe o que fazer, ligue no 180. As meninas vão atender, vão dizer o que fazer. Se está acontecendo, ligue no 190. E, aí, eu tenho andado o país, e as pessoas dizem assim para mim: "Ministra, a gente liga, e a polícia não aparece". E é verdade. Não estou dizendo que não é não, está, Senador?

O que é a grande questão? Se ligou no 190 e não foi a polícia, ninguém fez nada e a mulher morreu, ou teve uma situação muito grave, tem que denunciar na Ouvidoria das Mulheres. Nós vamos ter que ir para cima do Governo do estado ou da prefeitura municipal. Ligue na ouvidoria do Senado, ligue em algum lugar.

Nós precisamos começar a cobrar que as políticas sejam feitas para evitar que essas mulheres morram e também nós precisamos que se tenha uma decisão – e eu tenho dito isso –, porque enfrentar a violência contra as mulheres... O Feminicídio Zero é um processo. Nenhum tipo de violência vai ser aceito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a mulher não morrer, ela não pode ser humilhada, sofrer violência psicológica, violência moral, violência física ou qualquer tipo de violência, porque o feminicídio é o último estágio da violência contra as mulheres – é o último. Ela já passou por muitos outros. A ameaça que todo mundo diz que não acontece, é ali que acontece. Então, nós precisamos nos preocupar com isso.

A discussão que eu quero fazer – e eu tenho dito que me chamou a atenção, principalmente para colocar a mobilização na rua – é sobre dois casos, Senador; um da Maria da Penha. Eu cheguei de Genebra, porque eu fui responder ao relatório CEDAW, Senadora... E, quando cheguei lá, todo mundo estava me perguntando da Maria da Penha. Eu falei: "Ué, mas a Maria da Penha está bem. A gente fala com ela e tal". Aí, cheguei, liguei para ela e falei: "Maria, o que está acontecendo?". Ela disse: "Ah, Cida, eu estou aqui e fui ameaçada de novo". Eu peguei e saí de Brasília, fui para lá conversar com a Maria da Penha, saber o que estava acontecendo.

A Maria da Penha, depois que soltaram a fala do feminicida dela em alguns jornais, as redes sociais começaram – uma grande questão da violência política de gênero – a ameaçá-la de novo, a ponto de ela chegar ao banco, o cara chegar e ameaçá-la. A Maria da Penha é uma mulher tetraplégica, gente, não tem como se defender. Ela nunca mais saiu de casa, dois meses sem sair de casa, Senador.

Conversamos com o Governador, a quem eu vou agradecer a vida inteira, e ele colocou segurança, colocou tudo. Mas isso me assustou, porque uma mulher que sofreu a violência há 40 anos, 40 anos depois que fez o enfrentamento que teve que fazer, na Justiça dentro do Brasil, para a investigação... E a grande discussão não era nem a investigação, porque a investigação foi perfeita, a questão foi o processo de justiça. Foram 21 anos na Justiça, sem julgamento, sem o cara ser punido, e, quando o foi, foi só por dois anos. Ela precisou ir para a OEA.

Não é possível que tenha algum órgão de comunicação ou de rede social que dê credibilidade e poder de fala para uma pessoa que foi condenada em cinco instâncias: na primeira instância, na segunda instância no Brasil; na terceira instância, na quarta instância, no CNJ; e ainda na OEA. Foram cinco instâncias que disseram que ele era culpado. Nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meios de comunicação que dão voz, tornam essa pessoa um grande herói, e a vítima de novo é a Maria da Penha. Então, isso me deixou inquieta.

O segundo caso foi um que aconteceu em Brasília. Eu ouvi no rádio – não fui atrás – os policiais dizendo que chegaram à casa e a mulher estava morta, às 8h da manhã. Os vizinhos começaram a dizer, um ouviu às 2h, outro ouviu às 3h, outro ouviu às 4h, outro ouviu às 5h. A minha questão é, se qualquer vizinho desse tivesse ligado no 190, essa mulher estaria viva.

Foi isso que me fez pensar que nós precisamos fazer a mobilização, nós precisamos dizer para as pessoas que elas precisam acreditar em nós. Nós precisamos dizer que estas instituições – o Governo Federal, o Ministério das Mulheres, o Senado, a Câmara Federal de Deputados, o Judiciário – têm responsabilidade e vão ter que dar conta de fazer, para salvar a vida dessas mulheres.

Eles têm que entender que todos esses órgãos vão estar juntos, porque, se eles não entenderem isso, Senador, eles não vão ligar, eles não vão ligar. "Ah, estão brigando"... Desculpe-me, Damares, vamos nós duas. A Cida e a Damares estão brigando lá, eles vão salvar a gente? Não. Nós vamos ter muitas outras brigas. Mas, nessa questão, nós temos que estar juntas. As pessoas têm que entender que, se elas se unem, é para resolver o problema. "Então, eu posso fazer, eu vou acreditar". É isso que nós precisamos passar para a população brasileira – a mobilização nacional é isso.

E, aí, eu vou encerrar com o que eu tenho dito em todos os lugares. Nós precisamos fazer... A pergunta que eu faço quando eu estou em uma palestra, discutindo: não é possível, porque esse quadro aqui a gente não colocou, Senador, mas houve aumento da violência sexual entre crianças de zero a nove anos. De zero a quatro, 15%, e, de quatro a nove, 20%. É aqui que está o aumento. Se você for pegar lá, acima de 18 anos, ela aumentou, mas não aumentou tanto quanto foi aqui embaixo.

A minha pergunta é: não é possível que nós tenhamos um país inteiro – inteiro – que não escuta o choro, o desespero de uma criança sendo violada dentro de casa. Não é possível, Senador. Não é possível. Uma criança com cólica já é doído, uma criança com dor é doído. Você imagine uma criança ser violada e ninguém fazer nada. Ninguém escutar, ninguém falar. Você imagine o grito, o desespero de uma mulher para não ser morta, para não deixar seus filhos, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ninguém escutar neste país, só o Ministério das Mulheres, só as mulheres comprometidas com isso.

Essa é a pergunta que eu quero deixar para o Brasil, e essa é a discussão que eu quero fazer com a mobilização nacional.

Nós precisamos fazer alguma coisa. E a mudança começa no indivíduo, não começa no coletivo. Porque, se eu mudo, se eu tomo uma atitude, se eu resolvo fazer alguma coisa, o coletivo vai fazer também. Eu não posso discutir, jogar a responsabilidade: tudo é no coletivo, tudo tem que ser o partido, tudo tem que ser o movimento... E você, faz o quê, cara pálida? Essa é a pergunta. A mobilização começa com você e depois ela vai ao coletivo. Nós precisamos fazer com que este Brasil efetivamente nos dê resposta e salve as mulheres.

Então, eu quero agradecer a quem já está na luta, como o Instituto Banco Vermelho; agradecer ao movimento de mulheres, à Ana Liési, que está aqui – um abraço, nossa feminista da UnB. Espero que a gente possa, de fato, não deixar responsabilidade só para grupos isolados. Nós precisamos fazer um debate e uma mobilização nacional.

Eu estou andando por todos os lugares, Senador. Não tenho aparecido quase no Palácio, mas aonde eu posso ir – à periferia, às aldeias, aos quilombos –, eu vou, para fazer esse debate e conclamar todas as pessoas para que nos ajudem a fazer com que, de fato, este país seja um país que não aceita nenhum tipo de violência contra as mulheres, que não aceita nenhum tipo de violência; um país que respeita as mulheres; um país que quer as mulheres vivas, poderosas, acreditando em si; um país que acredita efetivamente que é possível a gente ter respeito, solidariedade; e a gente fazer um país digno, democrático, que nos permita simplesmente ser felizes.

Então, é isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Ministra de Estado das Mulheres, Cida Gonçalves, que aceitou o convite desta Comissão para que lançasse aqui também a campanha "Feminicídio Zero".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares, vou passar em seguida à senhora, mas quero só dizer que ela fez uma bela exposição...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fantástico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que ela colocou essa campanha em todas as áreas que a senhora pode imaginar. Eu não vou repetir, porque, por mais que eu repita, eu não vou falar todas: foi no futebol, foi na cultura, foi nos artistas, foi nas empresas, foi nos empresários, foi nos trabalhadores, foi no movimento sindical...

A SRA. CIDA GONÇALVES (*Fora do microfone*.) – Na área religiosa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... na área religiosa, enfim, não citei nem a metade dos setores que ela percorreu. Eu, vendo esse belo trabalho, convidei-a para vir aqui na Comissão; e convidei V. Exa. também que deu um jeitinho de estar aqui com a gente.

Com a palavra, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Ministra, parabéns. Eu só tenho que registrar aqui louvores à campanha, ao projeto, ao programa.

É exatamente isso, Ministra: a mobilização. Não tem outra resposta. Ou a gente traz todo mundo para esta luta ou a gente traz. Não tem alternativa b.

E é isso o Ministério da Mulher. Eu estive aí no seu lugar. Quanto nos cobram! Cadê as grandes obras do ministério? A gente tem lá os programas, a Casa da Mulher, as ações, mas o maior papel do ministério é isto: é a articulação, a mobilização, trazer todo mundo para a luta.

Eu estou acompanhando, nós estamos acompanhando o que está acontecendo. Estamos muito felizes. Esta Comissão está o tempo todo falando da campanha. As Senadoras estão todas muito felizes. Nós desejamos que a senhora chegue a todos os lugares, a todos os lugares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim que a senhora lançou, eu trouxe um diálogo com a Igreja Evangélica também, porque eu tive, Ministra, resistência com as comunidades religiosas. Muita resistência. Especialmente por ser pastora, eu ouvi os pastores dizerem assim: "Mas isso não é assunto de igreja". É assunto de igreja.

Então, eu lancei, com o meu mandato e algumas líderes, mulheres pastoras... Para a senhora ter uma ideia, Ministra, a gente aprovou aqui, na Casa, o Dia Nacional do Pastor, e não estavam lá pastores e pastoras. A gente brigou: "Ponham pastoras aí também!", porque a gente existe. Para a senhora entender como a discussão no segmento religioso ainda está muito longe.

Nós lançamos com algumas lideranças um programa chamado "Se Liga Irmã". Nós estamos levando a sua campanha para dentro da Igreja por meio do "Se Liga Irmã". E aí eu descubro, de uma forma muito feliz, que a nossa Arquidiocese aqui em Brasília, Andréia, lançou "Não Temas, Maria!" – eu achei linda a frase "não temas, Maria" – para falar com mulheres dentro da Igreja e com os fiéis, porque a gente tem que trazer os homens.

Então é exatamente isto, Ministra: todo mundo vai ter que vir para a luta – todo mundo. A forma como vocês formataram o programa, a campanha, chegando a todos os segmentos, é uma forma extraordinária e interessante, falando em linguagens bem específicas: falando com a mulher quilombola, falando com a mulher da área da cultura, falando com a mulher intelectual, falando com a trabalhadora. Então, parabéns!

A gente sonha, Ministra. Estamos em posições políticas diferentes, mas eu e a Ministra Cida tudo que a gente pode fazer junto aqui a gente faz, mas o que a gente quer – eu, a senhora e as ministras que nos antecederam, a contribuição que as ministras que nos antecederam trouxeram para esta nação –, o que a gente sonha mesmo é que esta nação tenha zero feminicídio. É possível a gente perseguir a meta. É possível. "Vocês estão sonhando". Deixe-me sonhar. Eu quero uma nação em que eu possa andar na rua e ter segurança, que ninguém queira na rua me machucar tão somente por eu ser mulher.

Registro, Ministra, manifestando, como já manifestei várias vezes, minha solidariedade, carinho e respeito por Maria da Penha. O que está acontecendo com ela é terrível. Por quê? Mulheres lá na ponta estão dizendo: se está acontecendo de novo, 20 anos depois, com Maria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Penha, o que vai acontecer comigo? O que está acontecendo? Está levando mulheres a ficarem em silêncio. Porque, se a Maria da Penha está sofrendo 20 anos depois, eu não vou denunciar; eu vou sofrer.

Então, que as mulheres do Brasil entendam: vocês não estão sozinhas. Nós temos programas, nós temos o 180. Na hora da emergência, ligue para o 190, mas procure ajuda no 180. Acreditem, nós temos uma rede de proteção no país, e a rede é boa. Vamos acreditar.

Claro, há o apoio das instituições como o Instituto Banco Vermelho – o que está fazendo no Brasil! – e tantas outras.

Parabéns, Ministra. Parabéns, ministério, toda a sua equipe. Conte com a gente aqui, tá? Conte com o Senado, com a nossa bancada, e que Deus abençoe vocês e que a gente... Se uma mulher for salva com toda mobilização, já valeu a pena, mas eu sei que a gente vai chegar a muitos lugares.

Que Deus te abençoe e parabéns, Ministra. (*Palmas.*)

A SRA. CIDA GONÇALVES – Eu quero agradecer, Damares...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Senadora Damares só vai sair porque ela tem que presidir uma sessão...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Sobre lucros, mulheres com lucros!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

Damares, não se esqueça do meu projeto lá, hein?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É o seu projeto. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ministra, se quiser fazer um comentário agora. Em seguida, veio do público que está nos assistindo uma meia dúzia de perguntas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CIDA GONÇALVES – Não, vamos fazer as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E o que chega aqui, eu passo. Eu não sei responder, mas a senhora sabe.

A SRA. CIDA GONÇALVES – Vamos responder às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora, pode ser?

A SRA. CIDA GONÇALVES – É, pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só vou ler para vocês e passo a ela, para ela ir respondendo da forma como ela entender mais adequada.

Chegaram muitas perguntas. Nós simplificamos nessas aqui:

Letícia, de Goiás: "Como a campanha abordará a violência psicológica e emocional contra a mulher, que frequentemente antecede o feminicídio e é subnotificada?".

Eu vou passar à senhora em seguida.

Nicely, do Paraná: "Há algum projeto [...] [para] falar sobre o feminicídio nas escolas [...] [e] reduzir esse tipo de crime?".

Isabel, de Minas Gerais: "[...] [Que] medidas mais eficazes [...] [podem ser adotadas], além da legislação, para promover a mudança cultural que previna o feminicídio?".

Gabriela, do Rio de Janeiro: "Como a campanha informa o público sobre os meios corretos e as informações necessárias para denunciar casos de violência contra a mulher?".

Pedro, de Pernambuco: "Quais as ações planejadas para garantir que as mulheres em áreas rurais ou remotas também possam ser atendidas [...]?".

Só mais duas.

Nilton, de São Paulo: "Muitas religiões colocam a mulher num lugar de submissão[...] [resultando num aumento do feminicídio. O que podemos fazer a respeito?]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jamires, do Rio de Janeiro: "Como o Legislativo vai fazer para impedir que condenados por violência doméstica assumam cargos públicos?".

Eu vou passar à Ministra, ela vai olhando e respondendo da forma adequada. Se quiser deixar alguma, depois a Comissão se encarrega.

A SRA. CIDA GONÇALVES (Para expor.) – Vou responder à pergunta da Letícia.

Eu acho, na verdade, que muitas coisas aqui terminam se juntando. A campanha... Quando a gente pensa em discutir o feminicídio zero, é um processo que não tem como você discutir só o feminicídio. Você precisa discutir a questão da violência moral, da violência psicológica; você precisa discutir, por exemplo, o que acontece no transporte público, as "encoxadas", essas coisas todas. Então, discutir feminicídio zero é um processo contínuo e permanente de todas as formas de violência, de todas as formas.

Portanto, como é que a mobilização pensa? Nós pensamos que estamos fazendo uma grande mobilização nacional, chamando a atenção para a comunicação, para o debate, mas cada órgão precisa ter as suas ações específicas. Que as empresas pensem ações de informar o que é a violência psicológica, o que é a violência moral, porque muitas mulheres ainda, Senador, não sabem que, por exemplo, se o cara quebrar todas as coisas em casa, é uma violência patrimonial. Não sabe que isso está na Lei Maria da Penha. Muitas vezes ela diz: "Mas foi ele que pagou".

A gente ainda tem muita desinformação. Então, nós precisamos investir num debate sobre informação, comunicar à população e às mulheres o que são esses direitos. A campanha prevê isso, e isso será feito pelas secretarias estaduais, pelas secretarias municipais de mulheres e pelo Ministério das Mulheres, assim como com todas as pessoas que aderirem à campanha.

Com relação à questão nas escolas, eu apresentei aqui o debate, primeiro, da premiação, porque é você incentivar que as escolas comecem a fazer este debate; e não é, neste primeiro momento, fazer como uma obrigação, que precisa ser introduzida na escola. É fazer como uma coisa boa, positiva, de fazer pesquisa.

O Congresso Nacional, o Senado e a Câmara Federal tinham, junto com a ONU, um processo de premiação das melhores práticas. A gente tinha muitos alunos que ganhavam,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

construíam vídeos, faziam pesquisa. Isso mobiliza a sociedade. Por quê? Porque na hora que mobilizar as crianças...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CIDA GONÇALVES – ... você vai terminar mobilizando também os seus professores. Também mobilizar os seus alunos, os seus professores, para que a gente possa construir um processo mais permanente dentro das escolas.

Não é simplesmente discutir a violência contra as mulheres dentro das escolas só no mês de março, no mês de agosto e no mês de novembro; é discutir permanentemente o processo de construção. Você precisa ter um mecanismo que a diretora, a coordenadora... Um apoio para que, na hora que chegar a denúncia, que a criança trazer a denúncia, você tenha como resolver o problema. Porque muitas vezes você vai lá, dá uma palestra e vai embora, e o problema fica com quem está lá, que não sabe o que fazer. Então, é trabalhar toda uma rede de apoio que dê conta, efetivamente, de trabalhar o tema.

A questão da legislação, eu acredito que... Principalmente a questão da mudança cultural, eu estou trabalhando não como mudança cultural, eu estou trabalhando como de comportamento. Eu acho que a cultura ajuda, mas ela é cultura, ela também pode nos ajudar a desfazer. Isso é uma questão de comportamento, é de posse, e nós podemos definir qual é o comportamento que eu posso ter frente à violência contra as mulheres. Eu posso definir qual o meu comportamento, que vou ter. Então, isso é o que nós precisamos trabalhar.

Nós precisamos não apenas de legislação, mas nós precisamos de atitude. Nós precisamos que as prefeituras, nós precisamos que as instituições, nós precisamos que todas as pessoas façam isso. Nós temos um... Eu vou falar aqui que é o meu estado, tenho que falar. Lá em Mato Grosso do Sul, a gente tem um time de futebol de meninas que já está fazendo tudo com feminicídio zero, lá na periferia, construindo o processo. Então, você reconstrói o comportamento, os valores a partir disso. Eu acho que isso é que é importante.

A questão de como informar nos meios corretos. Bem, primeiro, as campanhas a gente sempre tem, agora, os meios corretos, esse é um debate que a gente está fazendo muito com os meios de comunicação. E aí os meios de comunicação são os tradicionais, e nós queremos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutir – o que é muito mais difícil – a questão das redes sociais, porque elas propagam muita *fake news*, muita mentira e muita desinformação. Então, você concorre com uma gama de rede social que mais desinforma do que informa. E nós não podemos negar que no Brasil nós temos um movimento forte contra qualquer tipo de coisa que seja a garantia dos direitos das mulheres. Acho que isso é importante a gente colocar.

Então, a gente tem colocado, tem discutido, e eu tenho um sonho – talvez o Senado me ajude –, que é reunir todas as pessoas das agências publicitárias para que a gente possa repensar, inclusive, a comunicação das propagandas. Como é que a gente pensa propagandas que, de fato, otimizem, criem outra perspectiva que não seja como algumas perspectivas colocam as mulheres, o lugar das mulheres, a forma das mulheres. Eu sei que a gente avançou bastante, avançamos muito nesses últimos anos, mas nós precisamos avançar mais, e isso também ajuda na questão das informações.

Para as mulheres rurais – a Pagu está aqui, a nossa diretora, agora Secretária de Enfrentamento à Violência contra Mulheres –, nós temos a reivindicação da Marcha das Margaridas, que são as unidades móveis que possam chegar nas áreas rurais, no campo, na floresta, nas águas, para poder levar orientação, levar atendimento. Fora isso, a gente precisa criar novas formas e mecanismos de garantir que essas mulheres tenham acesso à informação. Isso é a primeira prioridade.

Nós temos mulheres que ligam no 180 perguntando se, se ela deixar o marido, ela perde o direito à casa ou perde o direito à garantia dos filhos. Essa é a realidade que nós vivemos. Então, nós precisamos dizer para elas o que são os seus direitos.

E sobre o que o Legislativo vai fazer para a questão dos condenados, Jamires, na verdade, a gente já tem várias legislações, tanto em nível de estado quanto em nível de município. Existem leis aprovadas na Câmara Municipal ou na Assembleia Legislativa, pelas quais quem tem violência contra as mulheres, quem tem medida protetiva ou quem foi julgado e condenado por violência contra as mulheres não pode prestar concurso público e, se prestar e passar, não assume. (*Palmas.*)

E o cargo de confiança também. Então, isso nós já temos, já tem acontecido em muitos municípios brasileiros e em muitos estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que isso vai ser um processo que vai ser mais ou menos natural em âmbito nacional que termine acontecendo. Quanto mais nós tivermos a mobilização da sociedade; quanto mais nós tivermos a capacidade de fazer com que a opinião pública – porque eu acho que é importante isso – pressione o governante municipal ou estadual... Porque também, gente, é importante dizer, não é fácil ser Ministra – Damares foi embora –, porque você tem que convencer o gestor municipal e o gestor estadual de que precisa fazer aquela coisa. E mesmo que você aloque recurso, muitas vezes não quer. Então, se tiver opinião pública, se tiver a população, se tiver homens e mulheres, isso também vai nos ajudar.

E a principal comunicação que nós temos que fazer – e aí eu quero trazer o que o Senador Paim disse – é: isso não pode ser um problema das mulheres, não pode ser um problema do Ministério das Mulheres, não pode ser um problema da Secretaria de Mulheres. Esse é um problema dos homens, esse é um problema da sociedade brasileira, esse é um problema do Brasil e precisa ser assumido por todos nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Ministra, com a competência de sempre, deu uma lida geral e praticamente respondeu todas na sua fala.

Ministra, eu sinto que no Plenário houve duas ou três pessoas que gostariam de falar, mas é de praxe na Casa que as perguntas sejam dirigidas pelos Senadores. Eu usufruí já dessa questão e encaminhei as perguntas que recebi da sociedade civil via internet.

Então, neste momento, Ministra, eu daria para V. Exa. o tempo necessário para as suas considerações finais. Agradecemos muito a sua presença; quem ganhou foi o Brasil com essa bela exposição. Mais uma vez, cumprimentamos a TV Senado, que ficou todo o tempo no ar, passando para a nossa gente esse belo trabalho que a senhora vem fazendo.

Então, as suas considerações finais, pelo tempo que achar necessário.

A SRA. CIDA GONÇALVES (Para expor.) – Eu queria agradecer mais uma vez. Quero parabenizar a TV Senado pela premiação pelo trabalho no Rio Grande do Sul, acho que foi muito importante. A TV Senado sempre – é importante registrar, Senador – nos ajuda com esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temas, com esses debates. Eu nem sempre venho, mas a minha equipe sempre está por aqui, falando, discutindo.

Então, eu quero agradecer esse compromisso da TV Senado, desta Casa – eu acho que é importante dizer: o compromisso desta Casa – com as mulheres e, principalmente, do Senador. Não posso deixar de reconhecer o papel que o Senador Paulo Paim tem na defesa da questão do enfrentamento do racismo, mas também da questão do machismo no Brasil, na garantia dos direitos das mulheres, na garantia de todo esse processo.

E eu quero trazer nas minhas conclusões finais algumas questões que são superimportantes para que nós possamos refletir. Uma eu já falei anteriormente, mas agora quero dizer assim: quais são as condições que nós vamos dar e o que nós temos de tempo para pensar em como está a situação e a vida das mulheres?

A gente está aqui para discutir a questão do feminicídio, mas nós estamos com uma disputa no Judiciário sobre a questão da lei da igualdade salarial, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Muito bem lembrado.

A SRA. CIDA GONÇALVES – Nós estamos quase perdendo, porque a última decisão que teve foi para que nós pudéssemos retirar o relatório de transparência do ar, e nós tivemos que retirar, é ordem judicial.

Então, veja bem, nós estamos num momento no nosso país em que os desafios são fortes. Nós precisamos enfrentar a violência, mas nós precisamos pensar todos os problemas que nós estamos vivendo, que vêm de um ódio que está colocado, que não aceita que as mulheres estejam nos lugares de poder.

Nós estamos em um momento em que acabaram as eleições, terminaram as eleições, e nós vimos o que significaram essas eleições para as mulheres. Nós elegemos muito poucas mulheres! Nós avançamos, nós saímos de 16% e fomos para 19%, mas é muito pouco pelo trabalho, pelo esforço. Mas nós aumentamos nessa campanha a violência política de gênero e a forma com que isso aconteceu: sempre é o nosso corpo, sempre é a nossa capacidade – ou você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

está nesse lugar porque é amante do fulano, ou você está porque é bonitinha, nunca é porque você tem capacidade.

A disputa política não é se você é capaz ou não de gerir uma cidade ou de gerir um mandato, é porque você é amante de alguém ou você está a mando de alguém – as mulheres nunca têm qualidade e qualificação. Isso nos coloca num determinado lugar que faz com que seja preciso avançar, e, principalmente, num lugar de desigualdade.

Eles tiraram do ar, mas eu posso continuar falando. O relatório da desigualdade e da transparência, o último, foi pior do que o primeiro, Senador, porque nós tivemos um aumento de emprego no nosso país, e as mulheres foram, mas foram com os salários mais baixos. E, portanto, a desigualdade, que era 19,4%, passou a ser 20% – aumentou a desigualdade. Então, quando você aumenta o emprego, o trabalho e a geração de renda, aumenta a desigualdade. E aumentou principalmente entre as mulheres negras – era de 52,8% e passou para 60% a diferença das mulheres negras.

E nós estamos falando de um relatório em que as empresas prestam conta. Não é pesquisa, não é dado que foi... Não, são dados reais que as empresas nos mandam. Essa desigualdade precisa ser pensada. A questão das mulheres, onde elas estão no mundo de inclusão – da exclusão, porque são elas que estão passando fome... Os dados do IBGE mostram que nós somos 50%, eles falam quarenta e nove vírgula uns quebrados, mas são 50% as chefes de família, e nem por isso nós somos reconhecidas para ter o direito de, se trabalho igual, salário igual.

Então, as formas de violência subjetivas que estão colocadas permanentemente sobre os ombros das mulheres são muito sérias, Senador. O desafio sobre a questão de enfrentar, pensar o feminicídio zero e pensar um país democrático e igualitário – que não permita que as mulheres morram, que não permita que as mulheres passem fome, que não permita que as mulheres fiquem morando debaixo de pontes, que sejam violentadas – é um desafio constante que está colocado para a sociedade brasileira, para este Senado.

Eu quero aqui concluir a minha fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que este debate, esta audiência é para que a gente discuta o Feminicídio Zero, mas a gente só vai ter feminicídio zero se a gente conseguir pensar um país com igualdade e equidade de gênero, onde as mulheres sejam livres, onde as mulheres tenham o direito de sonhar, tenham o direito de andar na rua sem sofrer violência sexual, sem ameaça de violência sexual, tenham o direito de estar no lugar que elas quiserem, para fazerem o que elas quiserem e da forma que elas quiserem.

Eu acho que essa é a mensagem que eu gostaria de deixar aqui. Esse é o desafio que nós, mulheres, estamos enfrentando e em que eu solicito que o Senado seja nosso parceiro.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui nossos parabéns, nossos cumprimentos. E permita-me, pela sua ousadia, dar-me mais liberdade até para falar dentro da mesma visão da senhora.

Eu fiquei, de fato, muito preocupado, inclusive, com a cota em relação à ajuda financeira, que é do fundo eleitoral, para mulheres negras e brancas. O que aconteceu? Tem um problema na lei que nós vamos ter que ver. Eu mesmo posso apresentar uma emenda, é claro, e debater no futuro.

Ali ficou em 30%, mas 30% para quem? Para as mulheres. Daí, como a senhora pegou.... Não vou usar o termo que a senhora usou. Daí, uma mulher mais amiga do rei, daquela cidadezinha lá, pegou 30%. E há outras – eu tenho denúncias aqui – que não ganharam nada, mulheres negras que se comprometeram, e não deram nada. E a lei – foram me informar – diz que era no mínimo 30% para as mulheres. Foram para as mulheres, mas para quais mulheres? Aí ficou centralizado e... Não estou aqui acusando nenhum partido, nem todos fizeram isso, mas que fizeram, fizeram. Deram 30% para essa ou aquela mulher na sua cidade. E daí, vai ficar assim? Não pode.

Outra questão de que a senhora falou aí. Por essa lei de salário igual para homem e mulher nós vínhamos brigando há mais de 30 anos, não só eu, também as mulheres, na Câmara e aqui no Senado também. Eu lembro que todo ano, no dia 8 de março, eu dizia: "Não adianta só vocês virem aqui" – os oradores, eu estava entre os oradores – "nós virmos aqui só falar em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solidariedade, flores, abraços, amamos as mulheres... Sim, mas vamos ver, não tem uma lei que garanta o mesmo salário". Fizemos a lei, graças ao Presidente Lula e ao trabalho da senhora, dos ministérios correspondentes, só que a lei, infelizmente, é como se não existisse. O dado que a senhora me trouxe... Disse que piorou, então, que a diferença aumentou entre homem e mulher. Isso, de fato, exige de nós todos um movimento muito maior, inclusive aqui no Congresso.

Mas, Ministra, eu quero ainda informar que a Keide Lacerda está no plenário. Ela representa aqui a Coordenação da Procuradoria da Mulher no Senado Federal. A nossa querida Zenaide Maia, que é a Procuradora da Mulher e é Vice-Presidente desta Comissão, pediu que ela estivesse aqui. Está aqui ainda a Keide Lacerda? Está aqui. Isso

Então, uma salva de palmas para a Procuradoria da Mulher. (*Palmas.*)

Vem fazendo um belo trabalho. Eu até abri uma exceção, para, se quisesse, fazer uma saudação, mas ela disse que não, que vai respeitar o combinado: só fazem perguntas os Senadores.

Eu só posso agradecer, Ministra. Para nós é um momento muito importante a sua presença aqui. É claro que nesse dia muitos e muitos Senadores estão viajando, o que é natural. É quinta-feira, e a semana que vem, devido ao P20, não vamos ter nenhuma atividade no Senado, nas Comissões, mas todos que falaram comigo pediram que eu lhe desse um abraço, com muito carinho e muito respeito – todos a quem eu falei da possibilidade de estarmos aqui.

Por fim, para terminar mesmo, chegou aqui a informação para que eu lembrasse a todos e convidasse, se vocês puderem, para participar da sessão especial em celebração ao primeiro feriado nacional Dia de Zumbi e da Consciência Negra. Nós vamos fazer esta sessão nessa terça-feira. Eu venho do Rio Grande para presidir, a pedido do Presidente Rodrigo Pacheco: "Paim, podemos fazer, mas você tem que vir presidir". Daí eu vou vir. Vamos fazer no Plenário, na terça-feira, dia 19, porque no dia 20, pela primeira vez, teremos feriado neste país; a exemplo de Martin Luther King, nos Estados Unidos, nós vamos ter aqui, no Brasil, Dia da Consciência Negra, Dia de Zumbi dos Palmares, dia de combater todo tipo de preconceito.

Quero ver todos vocês no Plenário. Eu vou estar lá. Posso contar?

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero ver aí! (*Palmas.*)

Vamos estar no Plenário, então, dia 19, às 10h.

Ministra, aqui eu encerro, agradecendo muito a V. Exa. Parabéns pelo trabalho que vem fazendo! Eu sei que sempre tem, eu diria, no termo popular, os "bocas grandes" querendo às vezes fazer intriga aqui e ali, mas não vão conseguir fazer intriga. O trabalho da senhora é um trabalho brilhante. Eu vejo aqui, dentro da Casa, que todos respeitam. Aceite o nosso abraço, o nosso carinho e a concordância de nós outros, todos, pelo trabalho que, com muito brilhantismo e competência, V. Exa. está realizando.

Uma salva de palmas, não para mim, mas para a Ministra! (*Palmas.*)

Aí, Ministra!

Uma foto coletiva! (*Pausa.*)

Está encerrada a nossa audiência pública, mas vamos para a foto formal.

E, neste momento, Ministra, eu quero entregar-lhe dois livros de minha autoria: *Brasil, o Grito Calado: reflexões na pandemia*; e este aqui, *Tempos de Distopia* – tem tudo a ver com aquela frase do nosso Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mas é um livro que eu escrevi em 2019, e é muito positivo.

Vamos lá! Vamos para a foto agora, Ministra.

(*Iniciada às 9 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 48ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e treze minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Romário, Eduardo Gomes, Dr. Hiran e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Beto Faro, Marcos do Val, Angelo Coronel, Jorge Kajuru e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Mara Gabrilli, Magno Malta, Eduardo Girão e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da quadragésima quinta até a quadragésima sétima reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 252, de 2017 - Não Terminativo - que: "Revoga os art.611–A e 611-B, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto – Lei n° 5.452, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, a fim de revogar a prevalência da Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho sobre a Lei." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Weverton. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2188, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que "Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual" e a Lei n° 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para facilitar o acesso dos idosos e das pessoas com deficiência e comprovadamente carentes aos benefícios da gratuidade no transporte interestadual." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2467, de 2023 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a emissão e a uniformização de passes livres para idosos e pessoas com deficiência física válida em todo território nacional." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Relatoria: Senador Weverton. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.467/2023, e favorável ao Projeto de Lei nº 2.188/2019, os quais tramitam conjuntamente. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 385, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar a conduta de difamação contra os mortos nas situações em que o ofensor tenha, entre suas motivações, o preconceito contra a pessoa ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grupo de pessoas; e a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, para implementar os mandados de criminalização de condutas discriminatórias definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da Federal e para criminalizar a prática, indução ou incitação ao ódio, à intolerância e à violência contra pessoa ou grupo de pessoas, em razão de sua raça, cor, etnia, religião, nacionalidade, procedência, classe ou origem social, situação migratória ou de refugiado, sexo, identidade ou expressão de gênero ou orientação sexual." Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE). Relatoria: Senador Weverton. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 4 - Projeto de Resolução do Senado n° 92, de 2023 - Não Terminativo - que: "Institui a Frente Parlamentar Mista de Combate à Violência Política de Gênero." Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE). Relatoria: Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Weverton. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3219, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, para obrigar os serviços de saúde a fornecerem informações aos pais de recém-nascidos com microcefalia, deficiências e doenças raras e graves sobre serviços referenciais e especializados para a condição da criança." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Dr. Hiran. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: O Senador Flávio Arns solicitou vista ao Projeto. A Comissão aprova o pedido de vista. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1577, de 2020 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (substitutivo) da Comissão de Assuntos Econômicos, com uma subemenda que apresenta. Resultado: O Presidente passa a presidência ao Senador Flávio Arns. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE/CDH (substitutivo), com a Subemenda nº 1-CDH. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2750, de 2021 - Não Terminativo - que: "Assegura a emissão de documentos e de certidões de registro civil com aposição de ferramenta tecnológica que garanta acessibilidade às pessoas com deficiência visual." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: O Presidente designa o Senador Paulo Paim como relator "ad hoc". Na sequência, Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 8 - Projeto de Resolução do Senado n° 61, de 2023 - Não Terminativo - que: "Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Alzira Soriano." Autoria: Senadora Zenaide Maia (PSD/RN). Relatoria: Senador Zequinha Marinho (*Ad hoc*), substituiu Senador Magno Malta. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: O Presidente designa o Senador Zequinha Marinho como relator "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 9 - Projeto de Resolução do Senado n° 64, de 2023 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não Terminativo - que: "Institui no Senado Federal a Comenda Ceci Cunha e dá outras providências." Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES). Relatoria: Senadora Jussara Lima. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 10 - Sugestão n° 10, de 2023 - Não Terminativo - que: "Institui a Semana Nacional de Paz nas Escolas." Autoria: Programa Jovem Senador. Relatoria: Senadora Jussara Lima (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. Relatório: Conclui pela apresentação de Requerimento para realização de audiência pública. Resultado: O Presidente designa a Senadora Jussara Lima como relatora "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela apresentação de requerimento para a realização de audiência pública (Req. nº 67/2024-CDH). ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 63, de 2024 que: "Requer a realização de Audiência Pública sobre "Segurança Alimentar para Povos e Comunidades Tradicionais"" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 64, de 2024 que: "Requer a realização da Audiência Pública sobre "O Impacto da Inteligência Artificial nos Direitos Humanos"" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 67, de 2024 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de requeremos, com fundamento no inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos I e II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a instituição da Semana Nacional de Paz nas Escolas, proposta pela Sugestão nº 10, de 2023." Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. Às onze horas e cinquenta e oito minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para o Senador Flávio Arns. Às doze horas e dezoito minutos o Senador Flávio Arns devolve a presidência para o Senador Paulo Pai. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 48ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a disposta da leitura e aprovação das Atas da 45ª até 47ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Vamos começar, porque já está presente conosco a querida e competente Senadora Jussara Lima.

Senadora Jussara Lima, vamos ver o projeto de que V. Exa. é Relatora.

Item 9.

ITEM 9

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 64, DE 2023

- Não terminativo -

Institui no Senado Federal a Comenda Ceci Cunha e dá outras providências.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: à CDH, seguindo posteriormente à CDir.

De imediato, concedemos a palavra à nobre Senadora Jussara Lima para a leitura do relatório.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Exmo. Sr. Presidente Paulo Paim, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Resolução do Senado nº 64, de 2023, de autoria do Senador Magno Malta, que institui no Senado Federal a Comenda Ceci Cunha e dá outras providências.

Para tanto, a proposição, tal como consignado na ementa, institui a homenagem e estabelece que essa se destina a agraciar personalidades do sexo feminino que tenham se destacado no exercício da atividade legislativa ou executiva no âmbito federal, estadual, distrital ou municipal. Prevê, igualmente, que a honraria será conferida anualmente a cinco personalidades, bem como define os procedimentos para indicação, apreciação, escolha e divulgação dos nomes das agraciadas. Encerra, por fim, a cláusula de vigência, prevista para a data da publicação da lei em que se converter a matéria.

Na justificação, o autor elenca as razões que justificam, em seu entender, a instituição de premiação em homenagem a Ceci Cunha.

O PRS nº 64, de 2023, não foi objeto de emendas.

Encaminhado a este Colegiado e à Comissão Diretora, seguirá para deliberação do Plenário.

Passo diretamente ao mérito, no qual a matéria é louvável.

A médica Josefa Santos Cunha, conhecida desde pequena como Ceci, foi morta a tiros logo após receber o diploma para exercer seu segundo mandato de Deputada Federal.

"Como médica, poderia ajudar muita gente. Como política, sei que ajudarei muito mais." Com essa frase, Ceci Cunha explicava sua opção pela política, depois de passar 18 anos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhando junto às mulheres sem recursos, realizando partos e prevenindo doenças ginecológicas.

Ceci Cunha iniciou sua trajetória política como Vereadora de Arapiraca, cargo que ocupou de 1988 a 1995. Durante seu mandato, destacou-se por sua atuação em prol da saúde pública e da educação, áreas nas quais tinha vasta experiência. Sua gestão foi marcada por projetos que visavam melhorar a qualidade de vida da população, especialmente dos mais necessitados.

Em 1995, Ceci Cunha foi eleita Deputada Federal por Alagoas. No Congresso Nacional, continuou a defender suas bandeiras, lutando por melhorias no sistema de saúde e por uma educação de qualidade. Sua atuação parlamentar foi reconhecida pela seriedade e pelo compromisso com os eleitores.

Tragicamente, a carreira promissora de Ceci Cunha foi interrompida de forma abrupta e violenta. Em 16 de dezembro de 1998, no dia em que foi diplomada para um novo mandato como Deputada Federal, Ceci Cunha foi assassinada em Maceió. O crime chocou o país e foi cometido por seu suplente, que ordenou o assassinato para assumir o lugar de Ceci na Câmara dos Deputados.

A morte de Ceci Cunha não apagou seu legado de luta e dedicação ao serviço público. Sua trajetória é lembrada como um exemplo de integridade e compromisso com a população. Além disso, sua trágica morte trouxe à tona a necessidade de maior segurança para os políticos e de uma Justiça mais eficaz no combate à violência política no Brasil.

O projeto é, portanto, meritório. A um só tempo, presta as devidas homenagens a Ceci Cunha e enaltece a participação feminina no cenário político nacional. Por tais razões, louvamos a iniciativa e consideramos justa e merecida a homenagem proposta.

Em consonância ao exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 64, de 2023, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº – CDH
> Exclua-se da ementa do Projeto de Resolução do Senado nº 64, de 2023, a expressão "e dá outras providências".

Esse é o meu voto, Senador Presidente Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Brilhante o relatório da Senadora Jussara Lima, que faz justiça à grande Ceci Cunha. E, a partir da aprovação, teremos então aqui a Comenda Ceci Cunha, como homenagem a todos aqueles que lutam pela democracia, pela liberdade, pela justiça, porque ela foi covardemente assassinada para que o seu suplente ou sucessor assumisse o mandato. Então parabéns a V. Exa.

E cumprimento também o Senador Magno Malta.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – E só para dar um esclarecimento (*Fora do microfone.*), ela era mãe do Senador Rodrigo Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mãe do Rodrigo Cunha? Olha!

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – É, a mãe do Senador Rodrigo Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais um destaque então. Parabéns a toda a família, lamentando o que aconteceu. Mas ela ficará praticamente entre as heroínas desta Casa.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1.

O projeto segue para análise da Comissão Diretora.

Parabéns, Relatora Jussara Lima!

Já conosco também, nosso querido Senador Zequinha Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos, de imediato, agora ainda para a Senadora.

Item 10.

ITEM 10

SUGESTÃO Nº 10, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Semana Nacional de Paz nas Escolas.

Autoria: Programa Jovem Senador

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Conclui pela apresentação de Requerimento para realização de audiência pública.

Observações:

Tramitação: CDH.

Relatoria: Senador Alessandro Vieira, que fez agora mesmo, na outra Comissão, um brilhante relatório, assegurando a possibilidade de os quase 6 mil funcionários da Eletrobras demitidos pelo computador... Eles chegavam para trabalhar, em meses diferentes, e ficavam... Com estabilidade no emprego, não é? Que tinham, tinham. Então programaram a sua vida para aquele emprego. E chegam lá, ficam sabendo então que estão demitidos: "Passem no departamento de pessoal para fazer o acerto de contas".

O projeto pede o reaproveitamento desses servidores que lá estavam, e espero eu que a gente consiga aprovar também na CCJ, já que foi aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados.

Vamos lá. De forma *ad hoc,* eu passo a palavra à Senadora Jussara Lima. O Relator seria o Alessandro Vieira, mas ele fez um pedido para que V. Exa. relatasse, pela apresentação de requerimento para a realização de audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à nossa querida Jussara Lima.

Está com a senhora a palavra neste momento.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente Senador Paulo Paim.

Os Jovens Senadores percebem com clareza a necessidade de reação das instituições a essa nova e terrível forma de violência que tem surgido entre nós.

Vale ressaltar que a sugestão é de grande relevância, visto que a escola é um ambiente de socialização e de aprendizagem que, na contemporaneidade, tem se deparado com questões relacionadas à violência, presentes na sociedade como um todo e que têm reflexos nas escolas. A violência contra a escola, da escola e na escola são exemplos de manifestação deste fenômeno. Com isso, é necessário refletir sobre as responsabilidades no enfrentamento de brigas entre alunos, *bullying*, automutilação, desentendimentos entre servidores, alunos e pais, indisciplina, entre outras violações de direitos.

Esse olhar de prevenção e discussão sobre essas violências é apresentado pela Sugestão nº 10, de 2023, o que demonstra e fortalece o nosso entendimento de plausividade temática.

Existem os círculos de construção de paz que buscam o consenso, mas não a unidade de pensamento. Esses espaços são canais de diálogo e respeito às diferenças. Eles consistem em ouvir de forma acolhedora, promovendo o diálogo para que todos possam aprender uns com os outros. Acreditamos que, a partir do momento em que a comunidade escolar e a comunidade externa estiverem interligadas a um mesmo processo formativo, comprometido com uma educação para a paz, a escola experimentará momentos de crescimento coletivo.

Educar para a paz, portanto, consiste na criação de uma atmosfera acolhedora que inspire empatia, harmonia e confiança, numa perspectiva de segurança, de tal forma que as pessoas sejam compreendidas em suas potencialidades e limitações. Dessa forma, são necessárias ações preventivas no tocante à violência, assim como para proporcionar um ambiente seguro na escola e que contribua no desenvolvimento dos sujeitos. Sendo a escola reflexo das relações humanas que se constituem na sociedade, é imprescindível que a comunidade escolar – equipe gestora, docentes, discentes, servidores, pais ou responsáveis – aprenda a lidar com seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próprios conflitos e necessidades de forma consciente, pacífica e construtiva, mantendo atitudes responsáveis, positivas, empáticas e generosas, o que, provavelmente, repercutirá nas suas relações.

Ademais, os meios e os fins escolhidos e descritos nos arts. 2º, 3º e 4º da sugestão são adequados e bem-compostos, ainda que uma ou outra ideia pudesse ganhar contornos mais nítidos, o que poderia ser feito por remissão a regulamento ou por emenda ao próprio texto. Vê-se, por exemplo, a relação entre o *caput* e o inciso II de seu art. 3º.

Mas, se do ponto de vista do conteúdo a proposição faz muito sentido, ela tem problemas de forma. A sugestão não atende aos requisitos da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que regula o processo de instituição de efemérides e que deixa claro, em seu art. 2º, que a alta significação da data proposta deve ser atestada "por meio de consultas e audiências públicas realizadas [...] com organizações e associações legalmente reconhecidas e vinculadas aos segmentos interessados".

Conforme o art. 4º desta lei, as evidências de cumprimento dessa exigência legal devem acompanhar a proposição que tencione fixar datas comemorativas. Os requisitos da lei se mostram, no caso, como particularmente relevantes, dada a natureza altamente irracional dos atos que deseja inibir, o que demanda o olhar do especialista em segurança pública, em educação e em psicologia.

Sendo assim, requisitos legais devem ser cumpridos antes que se possa decidir sobre a transformação da SUG nº 10, de 2023, em Projeto de Lei. Daí votarmos propondo a realização, por esta CDH, de audiência pública para debater a relevância da instituição da Semana Nacional de Paz nas Escolas.

O voto, Sr. Presidente.

Conforme os argumentos apresentados, o voto é pela apresentação de requerimento para a realização de audiência pública, nesta Comissão, a fim de debater a instituição da Semana Nacional de Paz nas Escolas, conforme os incisos I e II do art. 93 do Risf, nos seguintes termos:

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeremos, com fundamento no inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos I e II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a instituição da Semana Nacional de Paz nas Escolas, proposta pela Sugestão nº 10, de 2023.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora.

É um projeto que institui a Semana Nacional de Paz nas Escolas, de autoria do Programa Jovem Senador, de relatoria do Senador Alessandro Vieira. A Senadora Jussara Lima gentilmente aceitou fazer o relatório, com apresentação de requerimento para a realização de audiência pública.

Já lido o relatório, em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, que conclui pela apresentação de requerimento para a realização de audiência pública sobre o tema Semana Nacional de Paz nas Escolas.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, com apresentação de requerimento para a realização de audiência pública.

Aprovado.

Parabéns, Senadora e Senador!

O item 8.

ITEM 8

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 61, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Alzira Soriano.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: à CDH, seguindo posteriormente à CDir.

Relatoria: Senador Magno Malta, que concordou e até indicou que o Senador Zequinha Marinho, que se encontra aqui, faça o relatório.

Com a palavra o Senador Zequinha Marinho.

Já registro a presença – está sempre presente também aqui – do nosso querido Flávio Arns, que preside a Comissão de Educação.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a este Colegiado opinar sobre matéria relacionada aos direitos da mulher, o que torna regimental esta análise.

No que se refere à constitucionalidade, não há óbice à proposição, porquanto cumpre as diretrizes previstas no inciso IX do art. 24 da Constituição Federal, que preceitua a competência da União, em concorrência com os estados e o DF, para legislar sobre cultura.

A proposta de instituição da Comenda Alzira Soriano, no âmbito do Senado Federal, é a celebração e o reconhecimento da trajetória de Luiza Alzira Teixeira Soriano. Vanguardista, foi a primeira Prefeita da história do Brasil e da América Latina, eleita, democraticamente, mandatária do Executivo do município potiguar de Lajes, em 1928, pelo Partido Republicano. Sua vida e obra são um testemunho de dedicação e comprometimento com a causa das mulheres e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evidenciam a importância de sua contribuição na construção de um Brasil mais justo e democrático.

A comenda proposta representa um passo significativo em direção à valorização da presença feminina na política, por destacar a necessidade de se promover o equilíbrio de gênero em todas as esferas governamentais. Atualmente, as mulheres ocupam apenas cerca de 15% das cadeiras na Câmara dos Deputados e, aproximadamente, 13% aqui, no Senado Federal. Esses números sugerem a sub-representação das mulheres em espaços de poder, já que representam mais de 51% da população brasileira.

Ao celebrar as conquistas de mulheres notáveis, a Comenda Alzira Soriano se posiciona como um catalisador para a transformação social, incentivando novas gerações de líderes femininas a se manifestarem e a ocuparem cargos de relevância na política. Assim, a instituição da Comenda Alzira Soriano é um gesto de reconhecimento que transcende a homenagem individual, refletindo um compromisso coletivo.

Além de meritória, a proposição se encontra adequada à ordem constitucional e jurídica e às disposições regimentais do Senado Federal. Também, há adequação ao padrão estabelecido para as premiações no âmbito desta Casa, que passou a vigorar com a edição da Resolução nº 8, de 30 de junho de 2015.

A Resolução nº 8, de 2015, instituiu a Comenda do Mérito Esportivo e alterou outras oito resoluções que instituíam comendas, diplomas e prêmios no Senado Federal, de modo a padronizar seu funcionamento e a composição dos respectivos conselhos.

Nesse sentido, a referida resolução uniformizou as composições dos conselhos com um Senador e uma Senadora de cada partido político com representação no Senado Federal. Fixou, ademais, o período de dois anos para renovação dos conselhos.

Registre-se, ainda, no que se refere à técnica legislativa, que o texto do PRS nº 61, de 2023, se encontra de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Do voto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 61, de 2023.

Esta era a análise do nosso voto, exarado aqui pelo Senador Magno Malta, que, com muita honra, acabamos de ler.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Zequinha Marinho. O projeto é de autoria da Senadora Zenaide Maia, a relatoria seria do Senador Magno Malta, que concordou com que o Senador Zequinha Marinho apresentasse aqui o relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, concordando com o relatório e com a autoria da Senadora Zenaide, também só destaco que o Senador Magno Malta, no dia de hoje, está indo para a Ucrânia, junto com o Senador Sergio Moro e a própria Senadora Damares Alves.

Inicialmente a missão seria oficial pelo Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia, que eu tenho a honra de presidir, mas, em função dos acontecimentos recentes, a missão oficial foi adiada; não cancelada, mas adiada, porque é importante também manter esse contato com o país. Contudo, através da Embaixada da Ucrânia, os três Senadores estão, de forma pessoal – nada impede também de ir; não como missão oficial –, indo àquele país – no caso da Damares Alves, particularmente, mas também do Sergio Moro e do Magno Malta –, porque há notícias no Brasil e no mundo sobre o sequestro de cerca de 20 mil crianças ucranianas para territórios russos, o que seria uma coisa abominável.

Então será interessante vermos os relatos deles na volta, particularmente, no caso das crianças e adolescentes, da Senadora Damares, que se dedica muito a essa área, para essa articulação também de esforços nessa direção. E, na verdade, também até rezo para que tudo dê certo, porque o Parlamento ucraniano está fechado neste momento, com apelo para que os Parlamentares se abriguem e cuidem de seus parentes. Por isso que a missão oficial foi cancelada... adiada como missão oficial.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, justificou a não presença por uma causa justa, que é verificar a situação dessas 20 mil crianças. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A assessoria lembra que a Comissão recebeu aqui uma delegação da Ucrânia, a qual foi atendida no mais alto nível, numa conversa qualificada.

Muito obrigado, Senador.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem quer discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão.

O projeto segue para análise da Comissão Diretora.

Ainda temos aqui o item 5.

Meus cumprimentos ao Dr. Hiran, que já está conosco também.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 3219, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, para obrigar os serviços de saúde a fornecerem informações aos pais de recém-nascidos com microcefalia, deficiências e doenças raras e graves sobre serviços referenciais e especializados para a condição da criança.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações:

Tramitação: CDH E CAS.

Autoria: Deputada Federal Edna Henrique.

Relatoria: Senador Dr. Hiran, com quem fizemos agora pela manhã até mais um...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... mais um pequeno debate sobre a questão da acupuntura, não é? E o acordo foi de que este ano vamos tentar construir o acordo. Eu tentei muito, viu? Mas vamos continuar e votar ainda este ano.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – É rapidinho, só uma informação – eu cheguei atrasado –: o item 4 já foi apreciado?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Ainda não? Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É seu?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Não. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem.

Dr. Hiran, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Presidente, peço permissão para ir direto à análise do projeto.

Conforme explicita o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos (inciso III), proteção à família (inciso V) e proteção e integração social das pessoas com deficiência e proteção à infância (inciso VI).

No papel de instâncias revisoras, o Senado Federal e especialmente esta Comissão não podem deixar de apontar uma impropriedade que, embora pareça simples, é relevante: as disposições da proposição e o seu objetivo não têm nexo temático com a norma legal que ela altera, qual seja, a Lei do Planejamento Familiar.

Caso se pretenda forçar tal nexo temático, é preciso advertir que, ao associar o planejamento familiar à atividade já rotineira e obrigatória dos serviços de saúde e de assistência social de encaminhar a serviços especializados os nascituros com microcefalia, deficiências ou doenças graves e raras, a iniciativa pode ensejar a pecha de conter um viés de eugenia ou controle de natalidade prejudicial às pessoas que são o objeto da proposição.

O planejamento familiar é direito de todo cidadão (art. 1º da lei) e só se justifica, como política pública, quando visa instituir uma prática universal, destinada a garantir direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal (art. 2º). Suas ações nunca podem ser utilizadas para sugerir, ainda que sutilmente, qualquer tipo de controle demográfico (parágrafo único do art. 2º).

Assim, é altamente desaconselhável especificar doenças ou condições de deficiência em um diploma legal que propõe a universalização do planejamento familiar.

A Lei do Planejamento Familiar não tem associação temática com o dispositivo principal da proposição em análise, segundo o qual "os serviços de saúde deverão indicar, obrigatoriamente, aos pais ou responsáveis de recém-nascidos com microcefalia, deficiências e doenças raras e graves entidades especializadas que desenvolvam atividades relacionadas à condição das crianças, bem como encaminhá-las para a atenção especializada sempre que possível".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tal disposição seria cabível no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ou na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

De fato, o Capítulo II da LBIPD trata do Direito à Habilitação e à Reabilitação e prevê, no art. 15, a atuação permanente, integrada e articulada de políticas públicas que possibilitem: a plena participação social da pessoa com deficiência; a oferta de rede de serviços articulados, com atuação intersetorial, nos diferentes níveis de complexidade, para atender às necessidades específicas da pessoa com deficiência; e a prestação de serviços próximos ao domicílio da pessoa com deficiência, inclusive na zona rural, respeitadas a organização das Redes de Atenção à Saúde nos territórios locais e as normas do Sistema Único de Saúde (SUS).

Além disso, conforme determina o art. 17 dessa lei, os serviços do SUS e do Suas (Sistema Único de Assistência Social) deverão promover ações articuladas para garantir à pessoa com deficiência e sua família a aquisição de informações, orientações e formas de acesso às políticas públicas disponíveis, com a finalidade de propiciar sua plena participação social. E o parágrafo único do mesmo artigo explicita que os serviços do SUS e do Suas podem fornecer informações e orientações nas áreas de saúde, de educação, de cultura, de esporte, de lazer, de transporte, de previdência social, de assistência social, de habitação, de trabalho, de empreendedorismo, de acesso ao crédito, de promoção, proteção e defesa de direitos e nas demais áreas que possibilitem à pessoa com deficiência exercer sua cidadania.

No Estatuto da Criança e do Adolescente, além das disposições do art. 10º, inciso III, §1º, que tratam de maneira abrangente sobre o teste do pezinho – o qual tem importância fundamental para a detecção precoce de doenças crônicas raras ou potencialmente incapacitantes –, também existem disposições relacionadas ao tema no art. 8º, que assegura a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde. Mais explicitamente, o §3º do mesmo artigo determina que os serviços de saúde onde o parto for realizado assegurarão às mulheres e aos seus filhos recém-nascidos alta hospitalar responsável e contrarreferência na atenção primária, bem como o acesso a serviços e a grupos de apoio à amamentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como se vê, a legislação brasileira já estabelece, senhoras e senhores, a obrigação de os serviços de saúde e assistência social fazerem o encaminhamento dos nascituros com quaisquer problemas de saúde, o que aponta também para a injuridicidade da proposição em análise pelo fato de ela não inovar o ordenamento jurídico do país.

Pelo exposto, o meu voto é pela rejeição do Projeto de Lei nº 3.219, de 2019, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Dr. Hiran, que apresentou o seu relatório pela rejeição do projeto.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – É porque a proposição é uma proposição meritória, mas ela já está consignada no nosso ordenamento jurídico com muitos detalhes, inclusive, é por isso que eu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bom o complemento. Que a Deputada Federal Edna Henrique entenda que a sua proposta é bem-vista por todos, mas que entende este Colegiado que ela já está contemplada. Então ela só vem reforçar...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – De maneira absoluta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... essa lei. Então parabéns.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – De maneira absolutamente detalhada, para salvaguardar os direitos das crianças nascidas...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns também então à Deputada Federal Edna Henrique, e ao Senador Hiran, que teve esse cuidado para não repetir uma lei que já está em andamento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Ouvindo o relatório do Dr. Hiran, depois até fui olhar o projeto original. De fato, ela não aborda isso. Assim, a minha preocupação era no sentido de que talvez o projeto de lei estivesse abordando o assunto de você ter uma estatística, um levantamento, quando a criança nasce, para saber se essa criança nasceu com algum tipo de deficiência – muitas delas são identificadas só posteriormente –, ou se tem algum problema de saúde, uma doença rara, ou se fez o teste do pezinho e foi identificado, para termos esse levantamento todo, o que seria, sem identificar, obviamente, a pessoa, dentro da Lei Geral de Proteção de Dados... Mas essas estatísticas são muito falhas no Brasil. Você tem uma doença rara qualquer, e são muitas doenças raras, muitas não identificadas também, mas algumas podem ser identificadas até durante a gestação também, por testes cardíacos, outros testes e tal... Porque daí, a partir desse levantamento é criar uma política pública adequada. Então a gente fica imaginando o drama.

Eu tinha um filho especial também, que faleceu no ano passado, o Osvaldo, com 48 anos de idade. Mas aprendeu a ler, a escrever e tudo.

Mas essa orientação não existe, quer dizer, pode estar no diploma legal, em vários diplomas, mas não acontece isso, não existem serviços também.

Agora, sabermos, a criança nasceu com fenilcetonúria – e foi identificada no teste do pezinho –, hipotireoidismo ou outra situação, aí a gente tem que ter esse levantamento. E eu acho que o Brasil não tem, porque a partir desse levantamento, da estatística, dos números, se estabelece uma política pública. Quantas crianças foram identificadas pelo teste da orelhinha para ver se nasceram surdas ou não? Eu, por exemplo, gostaria de saber, até para que... Ou numa determinada região, muitas crianças estão nascendo com paralisia cerebral. Opa, se muitas crianças estão aqui, então há algum problema durante a gestação, pouco antes do nascimento, no nascimento ou depois do nascimento, que vai acarretar a paralisia cerebral. Por que tanta gente nessa região? Ah, nasceu com microcefalia, zica vírus e outras condições. A gente precisa ter números no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o projeto de lei da Deputada fala na orientação que a família tem que receber, e isso é importante, mas já está em outros diplomas legais, como o Dr. Hiram colocou muito bem. Aliás, conhecedor profundo da área. Mas ao mesmo tempo, a gente não tem esses números para saber se é microcefalia, se é uma doença rara, se é isso, se é aquilo, e a gente precisa ter.

Então eu gostaria até de pensar assim: bom, para você orientar, você precisa ter números também, não é? Então esse projeto, eu acho, assim, que poderia ser modificado, talvez um pouco, com um substitutivo, alguma coisa assim, indicando números, estatísticas e tal, para que essa orientação prevista em lei aconteça de uma forma mais adequada, correta, boa.

Não sei o que V. Exa. acha, Dr. Hiran.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dr. Hiran, com a palavra.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Senador Arns, o senhor tem absoluta razão.

O que acontece, Senador, é que os nossos serviços epidemiológicos do Sistema Único de Saúde, tradicionalmente, têm subnotificação. Eu que vivo num lugar onde nós temos várias doenças endêmicas... A Amazônia tem muitas doenças endêmicas e a mais emblemática delas é a malária. A malária tem que ser notificada, porque todo o programa de controle da malária é feito através de uma estratificação de casos nas localidades. O que acontece é que nós não temos, por exemplo, prontuário eletrônico, não temos uma internet de qualidade e a transmissão de dados é muito deficiente ainda em muitos lugares. Isso não é uma particularidade só da Amazônia, mas é dos rincões do nosso país.

Então, o arcabouço legal é muito cuidadoso em relação a isso, mas o fato é que a gente termina por não cumprir a lei por falta de estrutura proposta nesses arcabouços jurídicos que foram aprovados por nós. Já existe a obrigação de se notificar e, quando se notifica, a obrigação do Sistema Único de Saúde é desenvolver programas tanto para a atuação naqueles casos já detectados como para a prevenção das doenças, porque a coisa mais importante é a prevenção das doenças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui salientar que realmente foi um cuidado que a Deputada Edna Henrique, quando passou pela Câmara dos Deputados, teve. Eu acho que é meritório, mas realmente nós já temos todo esse cuidado na construção do nosso Sistema Único de Saúde e das leis que preservam a cidadania no nosso país.

Nós precisamos é de instar o Ministério da Saúde para que a gente possa, realmente, tornar realidade aquilo que a gente propõe aqui como política pública. Eu volto a dizer: às vezes, inclusive, a subnotificação acontece, Presidente Paim, até porque em alguns lugares o hábito de contrair malária se tornou tão banal que as pessoas se automedicam e não vão à UBS, enfim, e isso compromete os nossos dados epidemiológicos para a gente poder construir políticas públicas eficientes para combater determinada endemia em determinado local do nosso país.

Mas a colocação do Senador Arns é extremamente pertinente.

Parabéns pela sua colocação, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Até se V. Exa. permitir, Senador Hiran, porque é um assunto que eu gostaria, por exemplo, de saber o que o ministério... Eu posso estar totalmente equivocado, mas saber dos dados, dos levantamentos epidemiológicos, como foram colocados, de surdez, microcefalia, hidrocefalia, ou outro problema físico, cegueira, porque, para você indicar o serviço, você precisa ter levantamentos para saber se precisa ter serviços auditivos, visuais e tudo.

Então, eu pediria vista do projeto. Vou discutir com...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É regimental...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... com o Ministro e vou falar com o Dr. Hiran muito de perto. Não que o relatório não esteja bom e correto; é correto, bom e tudo, mas só para a gente pensar lá no que pode ser feito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro! O.k.!

Dr. Hiran, tudo tranquilo?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sem problema, sem problema. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Maravilha!

O pedido de vista é regimental e está assegurado.

A matéria voltará à pauta depois da construção feita pelos dois Senadores. (*Pausa.*)

Não, não! Não precisa ser coletivo, porque dá mais tempo para conversar.

Eu convido agora o Senador Flávio Arns a assumir aqui a Presidência para que eu possa fazer o relatório de alguns requerimentos...

Só requerimentos ou projetos também? (*Pausa.*)

Está bem. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Paulo Paim a deferência... Ao Senador e amigo Paulo Paim. A gente se conhece há tantos anos já e eu sou fã de carteirinha do Paulo Paim também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Fomos Deputados Federais juntos por muito tempo. Construímos lá o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O Estatuto da Pessoa com Deficiência, exatamente.

Muito bom!

Então, passamos ao Item nº 6 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1.577, DE 2020

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES).

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), da Comissão de Assuntos Econômicos, com uma subemenda que apresenta.

Observações:

- Tramitação: à CAE, à CDH, à CAS e, em seguida, à CCJ, em decisão terminativa.

- Em 25/06/2024, a matéria recebeu o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

Com a palavra, então, o caro Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente Flávio Arns, esta Comissão já deu parecer a um projeto semelhante a este. Eu participei ativamente desse debate, mas percebemos que o PL 1.577, do Senador Fabiano Contarato, também ia na mesma linha. E, quando assumi a relatoria, eu tive o cuidado de olhar com muito carinho e percebi que, de fato, alguns complementos poderiam estar nesse projeto. É tipo aquilo que a gente chamava, na época ainda da Constituinte, de PEC paralela. Aprovava uma, depois aprovava outra para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – Não só na Constituinte. Até hoje, tem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Até hoje tem PEC paralela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E tem uma discussão já de um projeto que, talvez, vá estar no Plenário hoje à tarde, que vai, mais ou menos, na mesma linha. Então, devido a isso, Presidente – a justificativa nós já apresentamos diversas vezes –, eu faria só uma introdução.

Vem ao exame desta Comissão o PL nº 1.577, do Senador Fabiano Contarato, para instituir a Política Nacional para a População em Situação de Rua – então, vem complementar um outro que já aprovamos –, a ser efetivada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos na proposição.

Todos nós sabemos sobre a situação da população de rua no nosso país. Toda a argumentação que está aqui já foi lida em outro momento. Devido a isso, se V. Exa. permitir, eu vou à subemenda, porque é aqui que está a mudança.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.577, de 2020, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Assuntos Econômicos, com essa subemenda da CDH:

SUBEMENDA Nº – CDH
à Emenda nº 1 – CAE (Substitutivo)
Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 1.577, de 2020, na forma da Emenda nº 1 – CAE (Substitutivo), a seguinte redação:
Art. 2º .....
.....
"Art. 2º-A. .....
.....
XIV – fomentar a implantação e promover a oferta qualificada dos serviços socioassistenciais destinados à população em situação de rua;
.....
....."
"Art. 21-A. O padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento provisório deverá observar critérios fixados em regulamento, especialmente em relação à capacidade de atendimento, regras de funcionamento e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição geográfica das unidades de acolhimento nas áreas urbanas.

§ 1º A estruturação e reestruturação de serviços de acolhimento devem ter como referência a necessidade de cada município, considerando-se os dados das pesquisas específicas de contagem da população em situação de rua e o censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

§ 2º O poder público fica incumbido de fomentar e promover a reestruturação e a ampliação da rede de acolhimento a partir da destinação de recursos orçamentários alocados em regime de cofinanciamento pelos entes federativos.

§ 3º A rede de acolhimento provisório existente deve ser reestruturada e ampliada para incentivar sua utilização pelas pessoas em situação de rua.

§ 4º O ingresso nos centros de acolhimento provisório de pessoas em situação de rua que façam uso problemático de álcool ou outras drogas será objeto de regulamentação específica, elaborada com base em orientações metodológicas fixadas pelo órgão competente."

"Art. 21-B. As pessoas em situação de rua serão atendidas nas unidades da rede de atenção psicossocial do sistema único de saúde, especialmente nos casos de uso abusivo de álcool ou outras drogas.

Parágrafo único. O poder público garantirá, no âmbito do componente de atenção residencial de caráter transitório da rede referida no *caput*, a oferta de vagas em unidades de acolhimento para pessoas com necessidades decorrentes de uso abusivo de álcool ou outras drogas."

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

Eu entendo que esse projeto completa o outro que já é lei.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa., Senador Paulo Paim.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1 – CAE (Substitutivo), com uma subemenda que apresenta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1 – CAE/CDH (Substitutivo), com a Subemenda nº 1 – CDH.

O projeto segue para análise na CAS (Comissão de Assuntos Sociais) e, posteriormente, de forma terminativa, na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), para os que nos acompanham pelo Brasil, porque é um número de siglas bastante acentuado.

Muito bem, passamos ao item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 2750, DE 2021

- Não terminativo -

Assegura a emissão de documentos e de certidões de registro civil com aposição de ferramenta tecnológica que garanta acessibilidade às pessoas com deficiência visual.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: à CDH e posteriormente à CCJ.

Autoria do Deputado Federal José Nelto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria da Senadora Mara Gabrilli.

Pergunto ao Senador Paulo Paim se pode ser o Relator *ad hoc* da matéria.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É possível.

Então, concedo a palavra a V. Exa., como Relator *ad hoc*, para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente, Mara Gabrilli e V. Exa., aqui na Casa, são dois especialistas no tema, e é com orgulho que eu passo, a pedido da Senadora Mara Gabrilli, à leitura do relatório desse importante projeto.

Se V. Exa. permitir, nesse eu vou direto à análise para ver os argumentos, já que do anterior eu já tinha lido os argumentos outra vez, e aquele novo texto apenas complementa.

Análise.

Conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matéria respeitante à proteção e à integração social das pessoas com deficiência. É, portanto, regimental seu exame do PL nº 2.750, de 2021.

A constitucionalidade material da proposição é sólida. Não se veem problemas no tocante aos direitos humanos. Ao contrário, se compararmos a fórmula original do Projeto de Lei nº 2.750, de 2021, com a que foi enviada ao Senado Federal, veremos que a proposição se tornou mais universal e mais acessível com os aperfeiçoamentos trazidos pela tramitação na Câmara dos Deputados.

É que as razões originais do autor apontavam para a necessidade de se ampliar a acessibilidade no sentido de o titular do documento ter plena ciência de seu conteúdo, e elegiam o sistema braile como o meio, por excelência, a ser adotado para isso. Os debates, em diferentes instâncias daquela Casa, modificaram, para melhor, a nosso ver, a proposição original, pois apontaram os meios acústicos como o instrumento a ser usado para a concretização do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direito que discutimos aqui, e não o braile, conhecido apenas por aproximadamente 10% da população com deficiência visual.

Do ponto de vista da acessibilidade, os meios escolhidos pelo PL nº 2.750, de 2021, em sua forma final na Câmara, são os melhores possíveis: a disponibilização de um arquivo audível sob a forma de segunda via do documento cujo conteúdo a pessoa com deficiência tenha interesse em conhecer. Vê-se, na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI – Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), no inciso V de seu art. 3º, a definição jurídica de "comunicação" referir-se inclusive aos "sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados". A transformação em lei da proposição certamente trará mais direitos e garantias às pessoas com deficiência, pois o caráter simples e acessível dos arquivos de áudio é evidente.

Faremos aqui algumas observações críticas sobre a proposição, o que deixará fundamentadas as emendas que ofereceremos, sem que, entretanto, nada da excelente ideia normativa se perca.

Com muito respeito, aqui o relatório da Senadora Mara Gabrilli faz algumas considerações.

A leitura do art. 2º da proposição dá margem à interpretação de que alguém, de direito, deva aceitar o arquivo de áudio como se fosse a própria certidão, ou o próprio documento. Nos argumentos originais do autor, bem como nos debates entre os Deputados, e ainda no restante da proposição, fica claro, porém, que a finalidade dos arquivos é a de dar a conhecer ao possuidor, pessoa com deficiência, o conteúdo exato do documento. Dar caráter de aceitação compulsória aos arquivos de áudio não é a finalidade da proposição, problema que pode ser contornado com a inclusão de parágrafo não dispensando a posse e a apresentação do documento em seu formato clássico, quando assim determinado. Veja-se quantos problemas isso evita, pois um arquivo de áudio não é um documento com foto. Como se sabe, em diversas circunstâncias da vida civil e da vida pública, o indivíduo precisa se identificar para exercer seus direitos. Qualquer um pode portar um arquivo de áudio e se fazer passar pela pessoa com deficiência. Assim, para a proteção e a segurança da pessoa com deficiência visual, em especial, bem como para a boa fluência e segurança dos negócios jurídicos, de um modo geral, ofereceremos emenda para incluir, no art. 2º, parágrafo não dispensando a posse e a apresentação do documento em seu formato clássico, quando assim determinado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por sua vez, a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, determina, no inciso IV de seu art. 7º, que o mesmo assunto não pode ser disciplinado por mais de uma lei. É por isso que ofereceremos emenda realojando a ideia normativa na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência, como também é conhecido. No mesmo movimento, tornar-se-á prescindível o enunciado do §2 do art. 2º, posto que a LBI já contém critérios para o estabelecimento da condição de pessoa com deficiência visual.

Por fim, a proposição remete a lei a regulamentos dos Poderes Executivo e Judiciário no que concerne às certidões de registro civil. Porém – e, por fim, aqui estamos terminando –, há razões para que o regulamento se refira também aos tipos de arquivos de áudio disponíveis que serão amparados pela lei, de modo que as instituições provejam meios realmente capazes de satisfazer a pessoa com deficiência. Ademais, se o art. 2º do PL fala em "reprodução em sistema auditivo", seu art. 1º fala em "aposição de ferramenta tecnológica que garanta acessibilidade às pessoas com deficiência visual", redação que abrange, dado o caráter abstrato das expressões que usa ("aposição" e "ferramentas tecnológicas"), mais meios do que apenas os sistemas de áudio. Por exemplo, a escrita braile está contida, logicamente, na definição de “ferramenta tecnológica”. Assim, parece, além de prudente, útil e benéfico para os interessados remeter-se toda a proposição a regulamento, de modo a garantir que as finalidades da lei sejam atingidas.

Voto.

Em razão dos argumentos mostrados, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.750, de 2021, com as emendas que aqui, na justificativa, eu já comentei.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Paulo Paim.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma de Emenda nº 1, CDH (Substitutivo).

O projeto segue para análise da CCJ.

Passamos ao item 11 da pauta.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 63, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública sobre "Segurança Alimentar para Povos e Comunidades Tradicionais"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Passo a palavra ao autor, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – De imediato, Presidente, a justificativa é bem curta.

O tema a ser debatido é relevante e tem o intuito de apresentar a cartilha sobre segurança alimentar dos povos e comunidades tradicionais.

O objetivo principal da cartilha é propor caminhos para a execução das ações de segurança alimentar e nutricional em territórios tradicionais.

O material foi construído a partir do diálogo com lideranças de diversos segmentos de povos e comunidades tradicionais, entre eles quilombolas e indígenas, e expressa seus anseios e desejos de como o Estado brasileiro deve respeitar as formas e dinâmicas territoriais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organização social, produtiva e cultural desses territórios tradicionais ao implementar programas de segurança alimentar, respeitando a cultura local.

A audiência pública é uma proposição conjunta com os Ministérios do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA); e do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Esse é o objetivo, Sr. Presidente, deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Aliás, quero ressaltar que é uma iniciativa muito importante, até existe uma expressão que se usa muito na área da pessoa com deficiência, que diz o seguinte: "Nada sobre nós sem nós".

Isso deve se aplicar a todas as áreas da sociedade: na agricultura, "nada sobre nós sem nós"; no comércio; nas relações também, e na segurança alimentar dos povos e comunidades tradicionais. A gente tem que partir da realidade, da diversidade, para ver o que significa segurança alimentar numa comunidade tradicional. Nada melhor do que eles e os especialistas escutarem e verem como é que as coisas podem ser compatibilizadas, porque é a mesma coisa que a gente pedir para alguém comer fígado, por exemplo, e a pessoa diz: "Eu não como fígado, não gosto e tal". Então, tem que fazer de acordo com a...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Alternativas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, tem que ter alternativas. Não que não comamos fígado. Não é o fígado dos outros, é o fígado adquirido no açougue. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Passamos ao item 12 da pauta.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 64, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização da Audiência Pública sobre "O Impacto da Inteligência Artificial nos Direitos Humanos"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Com a palavra, o Senador Paulo Paim, autor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Também a justificação é bem rápida, é pequena.

O tema é muito atual e requer a visão dos Direitos Humanos, inclusive esteve na pauta de debate do G20 Social pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), que propõe em conjunto com esta Comissão a audiência pública.

Os pontos a serem abordados nesta temática são desafios éticos, exposição sem limites de dados pessoais, disseminação de conteúdos falsos, entre outras questões.

No que diz respeito aos direitos humanos, deve-se desenvolver e utilizar sistemas de inteligência artificial que levem em consideração aspectos morais e valores humanos, que contribuam para as políticas humanitárias, desde a educação básica, e que vão além de uma educação crítica, com o objetivo de eliminar os fenômenos negativos que permeiam a nossa sociedade.

É isso, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, Senador Paulo Paim. Até eu quero destacar que hoje na CCDD, Comunicação e Informática também, na Comissão, foi aprovado o projeto de lei de proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. E, na inteligência artificial, nós vamos chegar a esse ponto também de proteção e promoção de direitos humanos no contexto da inteligência artificial. Acho que esse debate tem que acontecer e ser amadurecido, como se propõe na audiência pública, para que a gente chegue a convergências do que deva ser feito, isso é muito importante também. Aliás, sobre proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, há mais de 300 entidades que atuam nessa área apoiando o projeto. Quer dizer, houve um consenso, foi aprovado por unanimidade na Comissão, em caráter terminativo, indo para a Câmara dos Deputados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, a assessoria me lembra de que, no primeiro requerimento que eu li, a primeira audiência será no dia 3/12 e, no segundo documento, 9/12.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ótimo. Isso a Secretaria agiliza, já está agendado.

Em relação ao item 12, inteligência artificial nos direitos humanos, está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

É isso aí. Então, com muita honra, retorno a palavra ao nosso Presidente Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., Presidente, muito obrigado. V. Exa. é o eterno Presidente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senta aqui na cadeira oficial da Presidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou atualizar aqui as informações. Então, sobre a segurança alimentar, será no dia 2/12; sobre a questão do impacto da inteligência artificial nos direitos humanos, será no dia 3, 9h; e o debate outro que teremos sobre o PL 1.791, que foi aprovado hoje na Comissão de Assuntos Sociais e foi para a CCJ, que, mediante a conversa que tivemos com os atores, é um projeto que altera a Lei 12.783, de 3 de janeiro de 2003, para dispor sobre o aproveitamento de empregados das empresas públicas do setor elétrico federal desestatizadas pelo Programa Nacional de Desestatização, será no dia 9/12, porque entendemos que se deva fazer uma audiência pública aqui.

O projeto foi aprovado por unanimidade hoje pela manhã. O Senador Alessandro Vieira foi o Relator. O projeto é do Deputado Assis Carvalho, do PT, do Piauí. E conseguimos lá. Eu fiz a defesa também do projeto, porque entendo que nós temos que ter esse olhar. Olha, cada vez que se desestatiza uma empresa pública, metem no olho da rua todos os trabalhadores? Ponham-se no lugar deles vocês, muitos que são concursados aqui. Mandam embora, e acabou.

Então, eu comecei a receber, no gabinete, em casa, no celular, eu diria até milhares: "Paim, por amor de Deus, pelo menos olhem para nós, que fizemos concursos, somos profissionais, ganhávamos um salário decente e, daqui para frente, já estamos com 50, 60 anos e fomos postos no olho da rua do dia para a noite". Então, é responsabilidade, sim, de todos nós. Tudo bem, querem privatizar? Se isso é a vontade da maioria, privatiza-se, mas o que se vai fazer com os trabalhadores? Atirar todos no meio da rua? Seria uma irresponsabilidade que eu não quero no meu currículo, nem na minha vida, nem na minha história. Por isso, esse projeto, que foi uma bela iniciativa desse Parlamentar lá na Câmara, que eu já li aqui, o Deputado Assis Carvalho... E aqui o Alessandro Vieira fez um belo relatório.

Alguns me dizem: "é inconstitucional". Bom, se é inconstitucional ou não... Eu sou do princípio de que a lei boa é aquela que é justa e correta. Então, que se ajuste a lei. Agora, o que não pode é começar... Eu sei a luta que é passar num concurso. Vocês sabem. Eu tenho amigos, filhos, parentes que passaram em concursos. E até fiquei assustado quando vi o volume que chegava aqui. E simplesmente demitiram. Olha, e sabem como é a demissão? Não te chamam,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não conversam, não explicam; é no computador. Tu senta para trabalhar, e está escrito aqui, ó: "Por favor, senhor, o senhor passe no departamento de pessoal porque está demitido". É isso. A pessoa se desespera, chora, sei lá o que faz...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... se suicida, fica desesperado. "Bom, o que é que eu vou fazer? Moro aqui em Brasília há tantos e tantos anos. Meus filhos nasceram aqui, meu salário sai daqui." – estou dando um exemplo de um cidadão como esse; não é o meu caso, naturalmente – "O que é que eu faço? Senador, consegue me colocar em algum lugar?" É claro que eu não consigo! Nunca consegui e nunca vou conseguir apadrinhar esse ou aquele, ali ou aqui, porque também não é o meu papel como Parlamentar; é brigar na lei.

Por isso, quero cumprimentar muito o Senador Alessandro Vieira, que fez um belo relatório. Esse relatório vai agora para a Comissão, para a CCJ, e vamos discutir lá. Mas que sirva de caminho para outras. Vão acontecer privatizações? Vão, não é? Porque as empresas estatais têm que dar resultado também. Eu não acho que empresa estatal possa ser um espaço onde o interesse do Estado não tem que ser representado além dos funcionários. Muito bem, fiz concurso, fui para lá, fui convocado pelo poder público. Se passei, bom, eu passo a ter meus direitos, mas de repente me dizem que eu não tenho direito a mais nada. Ponham-se no lugar desses 6 mil trabalhadores. Ninguém está propondo aqui criar cabide de emprego aqui e acolá, mas vamos debater essa situação, como é possível... Tem profissionais de alta competência lá – é da Eletrobras que eu estou falando –, profissionais muito, muito competentes. Pois bem, se são profissionais competentes, eles não podem ser alocados em outro lugar na máquina pública? É isso que a gente quer discutir.

Por isso, eu marquei já a audiência pública. Essa ficou para o dia...? (*Pausa.*)

Dia 9/12, e vai ser aqui nesta sala.

Agradeço muito ao Senador Flávio Arns e a todos os Senadores que estiveram aqui.

Nós estamos encerrando aqui hoje esta Comissão. E claro que vamos ter uma sessão de encerramento até o fim do ano, não é? Porque todos nós sabemos – para que todos saibam, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão nos assistindo pela TV Senado – que há um rodízio: você fica dois anos na Presidência de uma Comissão, depois você cede, e outro vem, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, e, na semana que vem, temos LDO e Loas, terça-feira, meio-dia, está marcado aqui. (*Pausa.*)

Perfeito. Após a audiência pública da inteligência artificial e direitos humanos, teremos essa reunião e decisão sobre LDO e Loas.

Mediante isso, agora eu só faço aqui a leitura de alguns encaminhamentos – é uma página –, encaminhamentos baseados no documento que eu recebi. O nome do documento se chama Expediente.

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos:

– da Câmara Municipal de Ariranha, São Paulo, que encaminha moção de apoio ao Congresso Nacional para posicionamento favorável à resolução do Conselho Federal de Medicina que veda a utilização do procedimento de assistolia fetal para a interrupção de gravidez em feto com idade acima de 22 semanas;

– do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, que solicita ao Conselho Nacional a ratificação da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa;

– do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que encaminha relatório final da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que teve como tema o cenário atual e futuro na implementação dos direitos da pessoa com deficiência.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria e/ou no portal da CDH, para a manifestação dos membros desta Comissão, pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, o documento será arquivado.

Nesses mesmos termos, comunico o encerramento do prazo dos documentos lidos na 45ª Reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito, muito obrigado a todos, pela tolerância de vocês, até de ouvir as minhas preocupações. Eu até lembrei o que não era pauta do debate de hoje, mas apenas eu adiantei o debate que teremos ali à frente. Agradeço a todos vocês, mais especialmente ao Senador Flávio Arns.

Eu não estarei nesta Comissão, vocês sabem, porque o rodízio tem que ser feito. E quem sabe não seja o Flávio Arns. Não estou dizendo quem vai ser, mas, se ficar em suas mãos, ficam em boas mãos os direitos humanos.

Está encerrada aqui a nossa reunião deliberativa.

(*Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

DA 49ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e dois minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Augusta Brito, Lucas Barreto, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Eduardo Gomes e Laércio Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 61/2024 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS) e outro. Finalidade: Balanço das Eleições Municipais de 2024 sob a ótica de gênero e raça. Participantes: Luana Santos de Oliveira, Candidata a vereadora pelo PDT, no município de Balneário Camboriú; Juliana Araujo, Representante da Organização Vote LGBT; Richelle Costa, Representante do Mulheres Negras Decidem; Pérola Sampaio, Bacharel em Direito – PUCRS, Psicopedagoga: Clínica e Institucional – PUCRS, Integrante da Coordenação Executiva da Associação de Juristas pela Democracia e do Movimento Pretistas; Munah Malek, Co-Diretora Executiva d'A Tenda das Candidatas; Amanda Brito, Representante da Organização Plataforma 72 horas; e Maria José de Souza Silva, Mulher negra quilombola, professora, graduada em Pedagogia e pós-graduada em Neuropsicopedagogia, liderança comunitária. O Presidente faz os seguintes encaminhamentos: cobrar no âmbito jurídico o não cumprimento das cotas para candidatos racializados; e apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição implementando pelo menos trinta por cento de cotas para os cargos políticos. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 49ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 61, de 2024, de minha autoria, para debater o tema: "balanço das eleições municipais de 2024 sob a ótica de gênero e raça".

A reunião será interativa, transmitida ao vivo, e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Os palestrantes terão, no início, o tempo de dez minutos para expor suas falas, com a devida tolerância desta Presidência, naturalmente, e depois teremos um espaço ainda para o debate.

De imediato, convido para a mesa:

Juliana Araujo, representante da organização VoteLGBT.

Seja bem-vinda, Juliana. (*Palmas.*)

Convidamos Luana Santos de Oliveira, candidata à Vereadora pelo PDT, no Município de Balneário Camboriú.

Seja bem-vinda, Luana. (*Palmas.*)

E já presente também, Richelle Costa, representante do Mulheres Negras Decidem.

Seja bem-vinda, Richelle. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pedi para a minha assessoria – e a Isabel me apresentou aqui rapidamente – uma pequena introdução que eu apresento para iniciar em seguida o debate.

Esta audiência pública é fruto do clamor dos movimentos sociais, especialmente dos movimentos de negros e negras para que possamos discutir as representatividades em nossos Parlamentos.

Em 2022, segundo o Relatório Luz, o país elegeu 91 Deputadas Federais, 17,7% das cadeiras; um aumento em relação às 77 de 2018.

Cabe destacar ainda que candidatas mulheres são as mais votadas em oito estados – Acre, Goiás, Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Sergipe – e também no Distrito Federal. Pesquisa informa que, apesar dos avanços significativos das últimas décadas, o Brasil se encontra na posição 132 entre 193 países no *ranking* de mulheres em espaços equivalentes a Senado Federal e Câmara dos Deputados.

Diante desse cenário e acionado pelos movimentos negros, a intenção nossa, fruto naturalmente desse debate, é avaliar se deveremos ou não apresentar uma proposta de emenda à Constituição para que os recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do Fundo Partidário destinados às campanhas eleitorais aos partidos políticos obrigatoriamente apliquem – porque hoje é 30%, e todo mundo sabe que 30%, infelizmente, nem todos cumpriram – apliquem no mínimo 30%...

Eu esclareço. Quando esse projeto foi votado aqui no Senado, eu tentei conversar com o Relator, falei na tribuna, mas não foi aceita a expressão "no mínimo 30%", porque daí não haveria o que aconteceu. E foi uma sugestão, inclusive, de bancas de advogados negros: "Olha, Paim, se não entrar 'no mínimo 30%', o nosso pessoal, muitos, muitos e muitos" – eu não tenho os dados aqui naturalmente – "não receberão; alguns nada, outros receberão 20% ou 10% ou 5%". Por isso, eu tentei, mas infelizmente não deu certo. Eu votei contra a tal PEC 9. Eu votei contra porque eu votaria a favor se aceitassem "no mínimo 30%".

Prossigo: no mínimo 30% em candidaturas de pessoas pretas e pardas. E, para mim, poder-se-ia estender às mulheres, que são muito discriminadas; não são só as mulheres pretas. Mas a discussão ali era se teria ou não 30% para as mulheres pretas e pardas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, na situação que se apresenta, vamos aqui discutir a melhor estratégia para esse debate, para garantir que mais mulheres e homens negros tenham mais espaço na disputa política, com condições reais de se eleger e até se reeleger.

Vamos debater essa situação, a importância do acesso ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha e ao Fundo Partidário e as violências pela não implantação – ou seja, o que aconteceu onde não foi implantado – dessas políticas, sob o olhar de especialistas, ativistas, candidatos e candidatos de toda a sociedade, para que fiquem todos atentos diante dos desafios para a plena representatividade no nosso país daqueles que, principalmente, representam negros, negras, LGBT e os setores mais vulneráveis.

Isso aqui é só uma introdução para situar. Vocês é que vão dar o tom e dizer se devemos ou não apresentar essa proposta de emenda à Constituição botando a expressão "no mínimo 30%", porque daí você... O que alguns partidos fizeram? Vou dar um exemplo. Mulher negra: na que era mais próxima ao poder partidário eles centralizaram, então, tanto; e as que não eram muito próximas ao poder ganharam zero ou muito pouco. Então, esse cuidado... Não estou aqui acusando ninguém, estou apenas levantando uma situação que eu entendo que nós podemos resolver colocando, simplesmente, na lei que foi aprovada, a expressão "no mínimo" – no mínimo – "30%".

Mas o debate vai ser liderado por vocês, eu só serei o mediador aqui.

Então vamos de imediato à primeira convidada. Passo a palavra, neste momento, à representante da organização VoteLGBT Juliana Araujo.

A SRA. JULIANA ARAUJO (Para expor.) – Bom dia. Você pode iniciar a apresentação? (*Pausa.*)

Bom dia a todas as pessoas presentes e a quem nos acompanha virtualmente.

Meu nome é Juliana Araujo Lopes, sou advogada e pesquisadora. Vou só fazer minha audiodescrição rapidamente. Sou uma mulher negra de pele clara, estou usando óculos, cabelo trançado, uma blusa vermelha. Estou aqui em nome do VoteLGBT para apresentar o nosso balanço das eleições municipais de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria primeiro cumprimentar a mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, que convocou esta audiência pública. Agradeço à Comissão de Direitos Humanos pelo convite, por promover este espaço. Cumprimento minhas companheiras de mesa, todas as organizações parceiras.

Também queria agradecer nominalmente à equipe de dados do VoteLGBT, nas pessoas de Carla Vickman, Beta Brandão, nossa coordenadora de eleições, Alciana Paulino, e Evorah Cardoso, sem as quais, a análise apresentada aqui não seria possível.

Pode passar, por favor.

Para quem não conhece, quem é o VoteLGBT? O Vote é uma organização da sociedade civil que atua desde 2014, visando aumentar a representatividade das pessoas LGBT na política e contribuir no debate político nacional sobre diversidade e democracia.

Nós adotamos várias abordagens para fortalecer a política LGBT+, numa perspectiva interseccional, desde pesquisa, e atualmente estamos desenvolvendo um relatório sobre violência política LGBTfóbica. Advoca-se. Nós atuamos, por exemplo, na consulta ao TSE que resultou na conquista do nome social no título de eleitor em 2018 e na articulação para a resolução que garantiu a inclusão de identidade de gênero e orientação sexual nos cadastros do TSE. Apoio a lideranças, mobilização de eleitoras, campanha de sensibilização, criação de ferramentas digitais, além de um projeto chamado Cuida LGBT+, que oferece apoio psicológico gratuito para candidatas, mandatárias e assessorias.

Pode passar.

Durante as eleições municipais deste ano, a gente acompanhou de perto todas as etapas, desde o cadastramento das pré-candidaturas até a divulgação oficial das eleitas, feita pelo Tribunal Superior Eleitoral, para monitorar o processo e fornecer informações claras e acessíveis e garantir transparência.

Em 2024, pela primeira vez, o TSE possibilitou a autodeclaração de orientação sexual e identidade de gênero nos formulários de cadastro de candidaturas nas eleições municipais, ou seja, pela primeira vez na história do Brasil, nós temos dados oficiais sobre LGBTs na política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós fizemos esse levantamento utilizando três fontes. Primeiro, o mapeamento de candidaturas LGBT. Foi feita uma busca ativa pelo Vote e a Antra, durante esse ciclo eleitoral, das pré-candidaturas às eleitas. Nossa equipe entrou em contato, convidando para se cadastrar na nossa plataforma. Vocês podem consultar esse mapeamento no nosso *site*, que eu vou disponibilizar aqui no final.

E as outras fontes são o *site* DivulgaCandContas e o Portal de Dados Abertos, ambos do TSE, mas que têm informações diferentes. O portal disponibiliza os dados em formato de planilhas públicas, que têm informações de todas as candidaturas em um lugar só. Aqui tem, por exemplo, dados de raça e gênero, gênero feminino e masculino, que já tem faz tempo, identidade quilombola e etnia indígena, que são mais recentes.

O DivulgaCandContas tem o perfil de cada candidato. A identidade de gênero e a orientação sexual estavam só nos perfis individuais, não no portal de dados abertos. Então foi necessário fazer uma raspagem do *site* para chegar a essas informações.

Ou seja, mesmo com o consentimento expresso das candidatas... Nem todas consentiram com a publicização desse dado. A gente pode pensar nas razões para isso: por que uma pessoa LGBT+, na política, não gostaria que soubessem da identidade dela? Por medo de violência, viabilidade eleitoral, contexto partidário, etc. Mas, mesmo com o consentimento, esses dados não ficaram acessíveis para o público.

Pode passar.

É a primeira vez que temos uma base consolidada a partir da autodeclaração. Em 2022 também foi feita aquela busca ativa, com autodeclaração também, mas o alcance obviamente é bem menor do que o da Justiça Eleitoral. Antes disso, tinham listas elaboradas por organizações da sociedade civil, que utilizavam inclusive informações da mídia, mas nem sempre eram confiáveis.

O dado oficial do TSE hoje é 3.323 candidaturas LGBT no ano de 2024. Aqui a gente vai considerar só aquelas que consentiram com a divulgação, que dá 2.210 pessoas, somando com o nosso mapeamento. É uma primeira experiência, que pode ser melhorada. O TSE não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campo para registrar, por exemplo, pessoas intersexo – nós achamos 20 candidaturas intersexo; não binários nós achamos 28.

Podemos ver nesse gráfico que há pessoas que só se declararam LGBT para o Vote, e não para a Justiça Eleitoral – a gente pode pensar nas razões para isso também.

Pode passar.

Bom, o que nós achamos? Primeiro, é importante destacar o saldo positivo desse ciclo eleitoral. O número de eleitos dobrou em relação à eleição de 2020. Sobre as candidaturas, é difícil dimensionar quantas ficaram para trás nessa contagem do ciclo anterior, já que não tínhamos dados oficiais, mas essas mais de 3 mil candidaturas são um avanço tremendo, considerando que dez anos atrás praticamente só se conseguiam levantar os simpatizantes da causa, com pouquíssima participação efetiva dessa população.

A gente considera essa marca um sucesso eleitoral, apesar de tudo. São poucas candidaturas no universo total, mas elas receberam 1.742.575 votos. Vinte delas foram as mais votadas, 457 estiveram entre as 20% mais votadas em suas cidades. Recebemos menos votos do que no ciclo eleitoral de 2022, em que LGBTs receberam 3,5 milhões de votos, o que pode indicar como a disputa municipal é mais difícil para LGBTs.

Pode passar.

Ainda assim, a população LGBT+ é o grupo mais sub-representado da política nacional, proporcionalmente. A pesquisa do orgulho, realizada em 2022 pelas Havaianas, em parceria com a All Out e o Datafolha, estima que nós somos 9% da população brasileira, e, pelo levantamento das eleições de 2024, somos só 0,34% das eleitas. Vou só fazer uma ressalva aqui em relação à população indígena, que representa 0,83% da população e é 0,38% dos eleitos. Então, só reitero que eu me refiro à proporção.

Pode passar.

Comparando com outros grupos, só mais uma ressalva de que não temos como saber em que medidas as fraudes nas autodeclarações raciais resultam nessa proporção de 44% de negros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Disputamos e ganhamos em todas as regiões do país, mas estivemos presentes em apenas 1.442 dos 5.568 municípios. Nos elegemos em apenas 197.

Pode passar.

Um dado que chama muita atenção é esse, de que 79% das candidaturas LGBTs são de mulheres ou pessoas negras, sendo 31% mulheres negras, 28% homens negros e 20% mulheres brancas, amarelas ou indígenas. Então, promover as candidaturas de pessoas LGBT é promover equidade de gênero e raça na política; é impulsionar, principalmente, mulheres negras na política. No total de candidaturas, esse percentual é de 67%, então há maior proporção de negros e mulheres entre os LGBTs que disputam cargos eletivos.

Queria destacar aqui que, embora não haja política pública de ação afirmativa específica para a população LGBT em âmbito eleitoral, ela se beneficia muito das cotas de gênero e raça. Nas eleições gerais de 2022, por exemplo, das 18 pessoas LGBTQIA+ eleitas para as Casas legislativas estaduais e para o Congresso, 16 eram mulheres, 6 delas eram lésbicas, 14 negras, 5 trans.

Pode passar.

Falamos das candidatas, agora vamos falar das eleitas. Trinta e nove por cento das eleitas LGBTs são mulheres, enquanto no total de eleitas as mulheres são só 17,9%. Percebam a diferença da proporção de mulheres e negros entre a candidatura e a eleição. Entre as LGBTs eleitas, 49% são pessoas negras, enquanto as candidatas eram 59,2% negras. Mulheres eram 51,5% das candidatas e quando a gente chega nas eleitas são esses 39,8%, quase 40%, então sempre cai.

Pode passar.

Um pouco mais sobre a composição étnico-racial.

Nós tivemos 60 candidatas quilombolas LGBTs, duas eleitas. Quanto mais se avança no processo eleitoral, mais o perfil vai ficando branco.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tivemos 33 candidatas LGBTs indígenas de 15 etnias diferentes, com representantes de todas as orientações sexuais e identidades de gênero, inclusive uma não-binária e uma intersexo. Duas mulheres indígenas LGBTs foram eleitas, uma delas pataxó, a outra não conseguimos identificar.

Pode passar.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JULIANA ARAUJO – Sobre identidade de gênero: 19,5% são candidaturas trans. A maioria das pessoas trans é de mulheres trans e travestis; 4,5% homens trans, mas esses outros 18,3% ali embaixo são não identificados. Lembrando que o Vote identificou 28 não binários, 20 intersexos.

Pode passar.

De todas as identidades consideradas, os homens *gays* predominam entre as candidatas LGBTs, 37,7%, e entre as eleitas. As *gays* são 44,5% das LGBTs. O perfil também vai ficando mais masculino à medida que avança o processo eleitoral.

Agora somando lésbicas, bissexuais, mulheres trans e transvestis, 35% das candidaturas são de mulheres LBTs. Foram 63 mulheres LBTs eleitas Vereadoras em 14 estados, 53 municípios, sendo majoritariamente do PT e do PSOL.

Pode passar.

Agora sobre o perfil partidário: 52% das candidaturas LGBTs, em cidades com menos de 200 mil habitantes, estavam em partidos de centro e de direita, assim como mais de 60% das eleitas, o que é uma cifra bastante expressiva. Mas em eleições municipais a gente precisa olhar a cidade com cautela. Os partidos com maior capilaridade territorial e sucesso eleitoral são os de centro e direita, o que pode significar uma escolha por viabilidade política.

Além disso, a partir de entrevistas com candidaturas LGBTQIA+ também sabemos que muitos partidos não se comportam tão à esquerda, no nível local, como no nível nacional. Além disso, são partidos grandes que lançam muitos candidatos.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente olha para esse dado proporcionalmente, as LGBTs representam menos de 0,68% das candidaturas desses partidos. Proporcionalmente, quem elegeu mais LGBTs foi o PSOL, com 8,45%, seguido do PT, com 2,09%, do PC do B com 2,01%. Vale registrar que entre os de centro e de direita, o PL é o que tem a taxa mais baixa, com 0,22%, abaixo de todos os partidos de esquerda, com exceção do PCO, que teve zero candidatura LGBT. Também vale mencionar partidos menores de esquerda que não elegeram nenhum candidato LGBT ou não, mas que têm boas taxas de representatividade. A UP teve 20,72% candidatos LGBTs, o PSTU teve 9,38% e o PCB, 5,58%.

Pode passar.

Em números absolutos, o PT foi o que mais teve candidaturas LGBTs, um total de 630 pessoas, o que equivale a 20% das candidaturas.

Entre as eleitas LGBTs, 28,87% são do PT. O PSOL ficou em segundo, com 335 candidaturas, seguido do PSB, com 232 candidaturas. Depois, o MDB, com 196, e, por fim, o PDT, fechando a lista dos cinco primeiros, com 186 candidatos do PDT.

Queria destacar que todos esses partidos com maior número de candidaturas têm setoriais LGBTs, o que indica que, quando há espaço institucional para a organização desse público com protagonismo, mais mandatos podem emergir.

Pode passar.

Agora, considerando as eleitas, a paisagem muda. O PT ainda é o que tem o maior número de eleitas, são 61 LGBTs eleitas pelo PT, mas o segundo aqui é o PSD, que saltou da sexta para a segunda posição, com 25 LGBTs eleitas. Depois do PSD, tem o PSB, com 17, o PSOL, com 16, o MDB, com 15, o MDB que também não estava entre os que tinham mais candidaturas, e o PSDB, que também não tinha muitas candidaturas, com 14 pessoas LGBTs eleitas.

Pode passar.

Já me encaminhando para o final, uma informação extremamente importante é que 34% das candidatas LGBTs não receberam qualquer recurso dos seus partidos e se elegeram com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma média de R$5 mil arrecadados de outras fontes. Entre os partidos de centro e direita, 51,9% não receberam nenhum recurso do partido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse dado nos interessa. Nós queremos ver como lado positivo, é claro, como uma política de distribuição para as candidaturas negras e LGBTs, mas esse dado é um dado já que aponta que tem algum problema na legislação.

A SRA. JULIANA ARAUJO – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como é que 34% das LGBTs eleitas receberam zero de recursos do partido?

Então, fica uma disputa imoral, ilegal e desprezível de minha parte. Como é que você dá 0%, e assim mesmo elas conseguiriam se eleger.

Merecem nossas palmas pela força, pela coragem de fazerem o bom combate para se elegerem mesmo recebendo 0%. (*Palmas.*)

Olhem o que eu estou repetindo aqui! Estou falando do Senado da República, que deveriam receber, na minha ótica, no mínimo, 5%, que é no que nós queremos até mexer, se necessário for. Elas não receberam nada.

Pode continuar. O tempo vai ser assegurado até você concluir toda a pesquisa.

A SRA. JULIANA ARAUJO – Pode retornar a apresentação? (*Pausa.*)

Obrigada.

Trinta e quatro por cento não receberam qualquer recurso dos partidos e se elegeram com uma média de R$5 mil arrecadados de outras fontes .

Entre os partidos de centro e direita, 51,9% não receberam nenhum recurso do partido.

Aqui nesse gráfico a gente está considerando só as disputas para a vereança.

Faço a ressalva de que as prestações de conta ainda não foram concluídas. Então, esse dado vai ser atualizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, numa semana em que aconteceram, estão acontecendo ainda, dois eventos sobre violência política de gênero aqui na Câmara, aqui do lado, com participação de Parlamentares e candidatos de todo o Brasil, eu não poderia deixar de falar que o subfinanciamento de campanha é violência política, é violência econômica, institucional, intrapartidária, embora não esteja prevista na legislação. E a gente não vai ver essas pessoas denunciando isso para o Ministério Público Federal, à Dra. Raquel Branquinho, a Coordenadora do GT de Violência Política de Gênero, que esteve aqui ontem.

Nem muito nas entrevistas, mas nos atendimentos psicológicos, que são anônimos, vemos que umas das principais causas de sofrimento mental e desistência das carreiras políticas são o subfinanciamento e falta de apoio dos partidos.

Pode... É isso! Pode ficar nesse... Pode voltar.

Agora, finalizando mesmo, apesar das dificuldades que a gente aponta, temos muito o que comemorar: conquistamos 1.742.575 votos; 225 eleitas, sendo duas prefeitas; 20 LGBTs foram as mais votadas em seus municípios; 437 estão entre as 20% mais votadas; 51, no *top* três das mais votadas nos seus municípios; 334, entre as mais votadas dos seus partidos – o asterisco aqui é que, por vezes, não é só do partido, é da coligação –, o que era inimaginável alguns anos atrás, essas cifras.

Pode passar, por favor.

E isso!

Para quem quiser conhecer o nosso mapeamento dos Cidades+LGBT, é só visitar esse endereço de *e-mail* aí na tela ou entrar no *site* do Vote, que vai estar no QR *code* no próximo eslaide, onde, além do mapeamento, você encontra nossas pesquisas, outros materiais e ações, se vocês se interessarem.

Pode passar.

Muito obrigada novamente. Bom dia para todo mundo! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Juliana Araujo, representante da organização Vote LGBT, que faz uma exposição, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu entendimento, muito, muito inteligente; mostra o avanço, a luta da comunidade, mas, ao mesmo tempo, mostra que 34 eleitas – eleitas! – não receberam um centavo dos partidos políticos. Tem problema na lei, e nós estamos aqui para isso. Os Parlamentares têm a obrigação de fazer o devido ajuste para que isso não possa se repetir.

Vamos em frente! Parabéns! Meus cumprimentos pela bela exposição!

Vamos trabalhar com uma painelista presente aqui à mesa e outra por videoconferência.

Então, é com muita satisfação que vou me dirigir agora ao Rio Grande do Sul, chamando Pérola Sampaio, bacharel em Direito (PUCRS), psicopedagoga: Clínica e Institucional (PUCRS), integrante da Coordenação Executiva da Associação de Juristas pela Democracia e do Movimento Pretistas.

Pérola, é com você.

A Pérola eu já peguei no colo, viu? Agora, não calculem a minha idade e a dela. (*Risos.*)

Era um bebê ainda.

Está ali ela.

A SRA. PÉROLA SAMPAIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia!

Vocês estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estamos te ouvindo perfeitamente, Pérola.

Parabéns pela tua jornada, que eu acompanhei durante muito tempo, desde líder estudantil até este momento.

A SRA. PÉROLA SAMPAIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu sou uma mulher negra retinta, uso tranças que representam a minha ancestralidade, que é a minha força como mulher negra, a minha identidade e a minha identificação neste nosso diverso Brasil. Tenho um sorriso largo, estou vestindo um anel branco artesanal e também uma pulseira dourada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de iniciar a minha fala, então, dando o meu bom-dia, ou meu boa-noite, ou o meu boa-tarde para as pessoas que irão nos assistir depois.

Mas, primeiramente, ao nosso Senador, o querido Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, que é o nosso grande Senador, que tem feito um trabalho imprescindível no Senado e foi também um dos grandes articuladores do Estatuto da Igualdade Racial, por meio do qual nós tivemos a primeira conferência, em 2005, em Brasília, além de diversos outros estatutos, e que é conhecido e chamado, carinhosamente, como o pai dos estatutos, porque tem feito a diferença nesse espaço político que tem ocupado.

E também quero aqui falar que sou uma mulher negra e que fui candidata em 2024. Então, além de nós fazermos uma fala muito técnica um pouco aqui, nós também falaremos com algumas impressões e sensações de quem foi candidata no seu município – na capital gaúcha.

Gostaria, então, aqui de falar que nós temos dados...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pega o laçote e coloca que nós estamos ao vivo para todo o Brasil. Pode continuar.

A SRA. PÉROLA SAMPAIO (*Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

... temos dados da Common Data: ao analisar as candidaturas por raça, os dados mostram que 54,6% dos eleitos são brancos, enquanto 44,2% se identificam como negros e negras. Isso identifica que, a cada quatro candidatos brancos, um é eleito. Isso já mostra uma grande desigualdade.

Entendemos que as instituições democráticas devem refletir a diversidade da sociedade, permitindo que os grupos historicamente excluídos – e nós sabemos quem são esses grupos: são as mulheres, nós mulheres; são os negros, as negras; os grupos LGBTQIA+; tem os grupos também quilombolas; indígenas – participem dos espaços de decisão. Eles ficam fora desses espaços, ficam excluídos desses espaços de decisão.

Destacamos a importância de uma revisão no sistema eleitoral, bem como o voto em lista, com alternância de mulher, negro, homem, juventude, indígena, quilombola, LGBTQIA+ e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas com deficiência, para garantir maior equidade, incluindo a distribuição dos recursos públicos, do fundo eleitoral e do fundo especial.

Lembrando que o fundo especial é destinado já, atualmente em legislação, para as mulheres e para os negros e negras. E esse fundo eleitoral é o que banca os recursos das candidaturas, enfim, nas campanhas.

É urgente pensarmos o critério de partilha entre os partidos e também o critério de partilhas internamente entre os partidos, muito bem aqui falado pelo Senador Paulo Paim. Quem está mais próximo do poder acaba recebendo o maior recurso, de uma certa forma, e isso nós temos que fazer com que se modifique, isso tem que acabar. Porque a legislação já estabelece que as mulheres, os negros e negras devem receber um aporte diferenciado para que a gente possa ter uma discriminação positiva, que é tratar diferentemente aquelas pessoas, aqueles grupos historicamente excluídos e que estão em situação de desigualdade. Portanto, teria que ser avaliada aqui a questão desses dois grupos, então: mulheres, negros e negras.

A outra coisa que tem sido uma grande polêmica, que não quer calar e que nós devemos aqui trazer, é a grande importância da instalação da comissão de heteroidentificação.

O nosso entendimento, como grupo que aqui estou representando, que é o grupo das Pretistas, que são mulheres negras, em todo o Brasil, que foram candidatas, agora em 2024. Esse era um grupo em que nós nos acolhíamos, um grupo de afeto entre mulheres que conseguiam, entre si, estabelecer uma relação psicológica de acolhimento, tendo em vista que, no processo eleitoral, a violência política é constante, e nós temos que ter ferramentas e instâncias para que essas mulheres possam ser acolhidas.

Foi no grupo de Pretistas que me senti (*Falha no áudio.*) ... sentiram que ali estavam presentes (*Falha no áudio.*) ... porque ali a gente (*Falha no áudio.*) ... nos organizar e nos acolher.

A comissão de heteroidentificação, no nosso entendimento, deve ser indicada pelo Tribunal Superior Eleitoral. Sabemos que hoje, agora, em 2024, tinha uma indicação pelo Supremo Tribunal Federal para que os partidos instalassem essa comissão de heteroidentificação, mas de que adianta um ou dois partidos a instalarem e não ter uma legislação que obrigue que todos os partidos a instalem? Então, quem tem que indicar a banca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de aferição é o Supremo Tribunal Federal e também o Tribunal Superior Eleitoral. (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode continuar. Deu um pequeno corte aí, parece que é aí no seu microfone e no seu computador.

É lá, não é? (*Pausa.*)

Se caiu, nós, como sempre fizemos, avançamos para um outro convidado...

A SRA. PÉROLA SAMPAIO (*Por videoconferência.*) – ... lembrando que a heteroidentificação é essa ferramenta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora você voltou, viu, Pérola? Agora é que você voltou. Não está na tela, mas a estamos ouvindo.

É aí no seu computador, não é aqui. A sua imagem não aparece.

Agora, sumiu a voz também.

Só dizendo que estava muito boa a exposição dela, não é? Apontando caminhos, falando o real.

A SRA. PÉROLA SAMPAIO (*Por videoconferência.*) – Olá, voltei; desculpem-me. Vocês estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estamos aqui no Congresso. Você disse "voltei"; eu posso dizer que é "voltei para ficar, porque aqui é o meu lugar". Gostou? (*Risos.*)

A SRA. PÉROLA SAMPAIO (*Por videoconferência.*) – É isso aí!

Prosseguindo com a minha explanação, uma das faltas que é mais cara para nós, enquanto movimento negro brasileiro... E eu, sendo uma militante desde muito novinha, como aqui foi bem dito pelo Senador Paulo Paim, porque, desde menina, nós acompanhamos também, no Rio Grande do Sul, esse processo político, porque vim do movimento estudantil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sou fruto do movimento estudantil da PUC, que também (*Falha no áudio.*) ... importância do debate das cotas, das ações afirmativas, numa ocasião em que nós não tínhamos ainda a aprovação das cotas. Retomando o que eu estava falando, a importância da comissão de heteroidentificação, lembro que a heteroidentificação é uma banca de aferição que vai afirmar se as pessoas realmente são negras e se são pardas também. Então, nós estávamos colocando aqui a importância de a comissão de heteroidentificação ser indicada pelo Tribunal Superior Eleitoral e também pelo STF, lembrando que a questão da heteroidentificação tem gerado muitas fraudes, a autodeclaração tem gerado muitas fraudes. Um exemplo nacional e muito discutido foi a autodeclaração de diversos Prefeitos. Eu, como falo da capital gaúcha de Porto Alegre, a gente viu que o atual Prefeito Melo, por exemplo, se autodeclarou pardo, sendo que, nas dez eleições em que ele concorreu, ele não se declarava pardo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PÉROLA SAMPAIO (*Por videoconferência.*) – ... ele se declarava branco. Fraude diz respeito ao olhar jurídico, e é crime. As pessoas devem ser responsabilizadas de forma administrativa, civil e criminal. Então, nós não podemos aceitar, nesta grande possibilidade que é o processo eleitoral, que nos possibilita a democracia, nós termos fraude. Isso é muito importante.

Quero aqui falar também da farra da autodeclaração dos partidos políticos, das pessoas que se autodeclararam negras, sem ser; pardas, sem ser; e, pasmem, LGBTQI+, sem ser. Essas pautas são muito caras para nós. Então, internamente, alguns partidos deram recurso a mais para quem se declarou LGBTQI+, e houve fraude nessa heteroidentificação. Então, isso também tem que ser revisto.

A outra importância, que aqui tem que ser colocada, é que os recursos chegam de última hora, e isso inviabiliza o êxito das candidaturas, de todas as candidaturas que nós aqui mencionamos e estamos aqui citando, que são candidaturas que pertencem a grupos que historicamente foram excluídos da sociedade. São as mulheres, os negros, LGBTQI+, quilombolas, e não podemos nos esquecer da nossa querida juventude.

O outro ponto aqui, também trazido e de forma unificada discutido no grupo das pretistas – e acredito que também seja algo que se expande a todos os outros partidos – é a prevenção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para nós podermos, na pré-campanha, estabelecer recursos, e até mesmo recursos que venham do fundo eleitoral para as candidaturas de mulheres e para as candidaturas negras, lembrando que uma campanha não se dá somente no processo em si eleitoral, ela vem muito antes disso. Ela vem de todo um processo anterior que se tem que ter, de deslocamento, de gastos, de equipes, enfim.

Então, quero aqui destacar a importância de nós termos uma reforma política ousada, com alternância na lista partidária, de mulheres, de negros e de homens. Se a gente tiver estabelecida uma alternância na lista partidária, os grupos que representam os seus coletivos, como as mulheres, os negros, grupos LGBTQI+, não são grupos que ficarão de fora, porque os mais votados dentro daquela categoria terão a sua representação no Parlamento. É incabível nós termos mais de 50% da população no Brasil negra e também de mulheres, e nós não termos essa representação no Parlamento. Isso precisa ser mudado, temos que ter uma modificação e isso se faz com a reforma política. Que a gente possa ousar construir um mundo melhor, mas um mundo que possa incluir e não excluir grupos que historicamente foram discriminados!

Aqui, quero lembrar que as ações afirmativas foram construídas e foram frutos do movimento negro brasileiro que lutou para que hoje a gente pudesse ter, no fundo o eleitoral partidário, nas universidades, nos concursos públicos e Parlamentares que foram imprescindíveis para que essa luta acontecesse. E o Senador Paulo Paim é um desses Parlamentares que muito nos honram – não por ele estar aqui neste momento, por eu estar aqui falando para vocês –, é algo que nós aqui no Rio Grande do Sul sempre falamos da importância dos feitos políticos que o nosso Senador tem realizado. É uma pena que a gente não veja outros Senadores do nosso estado fazendo jus à cadeira na qual estão sentados para representar o povo brasileiro, em especial o seu estado. Nós precisamos ter pessoas políticas sentadas no Parlamento que possam representar, de fato e de direito, as nossas políticas, políticas que hoje passam batido.

E eu finalizo aqui a minha fala, dizendo da importância de nós termos uma reforma tributária que também vai dar igualdade de direitos e justiça de renda para as pessoas e taxando também as grandes fortunas. Isso é muito importante.

Obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, nossas palmas à querida Pérola Sampaio, bacharel em Direito, psicopedagoga clínica e institucional pela PUC/RS, integrante da coordenação executiva da Associação de Juízes pela Democracia e do Movimento Pretista. Parabéns, Pérola, pela exposição brilhante como sempre! Eu a conheci, porque a conheci no tempo em que a mãe dela ia aos comícios e a levava. E desde lá ela fica sempre militando por essa causa, o que ela faz com brilho, com muita elegância, como fez agora. Um abraço para toda a tua família, Pérola Sampaio.

De imediato, passamos a palavra – porque estamos intercalando uma por vídeo e uma presencial – à Luana Santos de Oliveira, candidata a Vereadora pelo PDT, no Município de Balneário Camboriú. E, permitam que eu diga, a Luana é cotista e passou no concurso do Senado – estão aqui alguns colegas dela, inclusive, presentes. Uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Uma cotista assumida, que está aqui no Senado, assessorando inclusive a nós, Senadores e Senadoras, na mesa.

Vejam bem, por obra dos colegas delas, que podem se identificar depois, no dia em que fizemos a sessão de homenagem ao primeiro feriado nacional do Brasil, 20 de novembro, um projeto de que eu tive alegria de ser um dos construtores, eu, o Randolfe Rodrigues, Líder do Governo, e a Reginete Bispo, na Câmara. Eu, Relator aqui; ela, Relatora lá, e o Rodrigues apresentou, a pedido do movimento, mas combinado com a bancada negra aqui no Congresso, e o resultado foi positivo.

E daí, os consultores, que são nossos assessores aqui na Casa, em todos os momentos... ela me assessorou na mesa, eu presidindo e ela me assessorando. Luana, uma salva de palmas por ter estado aqui, dizendo que o lugar nosso é onde nós quisermos estar. (*Palmas.*)

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia, Brasília! Bom dia, ABC! Bom dia, Brasil!

Eu quero saudar a mesa, na figura do Senador Paulo Paim, Presidente aqui da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. É uma honra estar nesta mesa, com esse brilhante Parlamentar brasileiro, que orgulha muito esta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu estou muito honrada de estar aqui também com as colegas painelistas e os meus queridos colegas de trabalho, Georges, a D. Irene, a Verônica, que passou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Pronto, estão citados. Foram eles que organizaram. A minha assessora nessa sessão histórica. (*Palmas.*)

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA – E à minha mãe e à minha irmã, muito obrigada por estarem aqui também.

Meus queridos, hoje eu que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Onde é que está a sua irmã?

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA – Minha irmã, Letícia, e minha mãe estão me assessorando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Parabéns! (*Palmas.*)

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA – Então, é uma oportunidade maravilhosa poder falar, eu que sempre estou para trabalhar. É uma honra estar aqui e essa oportunidade vai estar sempre tatuada no meu coração como um dos dias mais significativos da minha jornada.

Eu quero dizer aqui, começar a minha fala, com algo que uma vez eu ouvi da minha professora de psicologia social: a política é uma experiência sensível. Eu posso afirmar que, quando eu aceitei ser candidata na eleição da minha cidade, em Balneário Camboriú, eu vivi essa experiência de uma forma singular. Só que eu vou dividir aqui com vocês não apenas a minha perspectiva, mas também questões comuns que nos unem pela ótica de gênero e raça. Então, as minhas ponderações não são dirigidas para alguém, mas sim para a organização do sistema como um todo.

As pessoas vão perguntar: "Quando tudo isso se inicia, você querer ser candidata à Vereadora?". E as pessoas podem perguntar. O desejo da Luanitta, que é o meu nome de urna, não começa em 2023, quando o PDT me chamou para ser candidata, mas ele vai começar em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1992. Eu tinha cinco anos, em 1992, com um Brasil efervescente naquela época. E a professora perguntou, na sala de aula, eu tinha cinco anos: "O que vocês querem ser quando crescer?".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu já era Deputado Federal. (*Risos.*)

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA – Olhem só!

"O que vocês querem ser quando crescer?". Uns alunos levantaram: "Eu quero ser médico". "Eu quero ser advogado." "Eu quero ser professor." "Professora." E eu levantei a mão, uma criança, uma mulher negra periférica e falei: "Eu quero ser Presidente do Brasil". (*Risos.*) (*Palmas.*) Nem o Lula ainda tinha subido a rampa e eu estava querendo ser Presidente do Brasil.

Eu cheguei em minha casa, com os meus pais, eles eram operários da metalúrgica, em São Paulo, e eu cheguei para minha mãe, eu falei isso. A minha mãe olhou para mim pesarosa: "Filha, não é assim, você querer ser Presidente, não é assim que nem médico, que nem advogado, tem a eleição". E uma criança birrenta começou a chorar, eu comecei a chorar: "Não, eu quero ser Presidente do Brasil!". Aí o meu pai se compadeceu disso, ele falou assim: "Vai ser sim, filha, você vai ser o que você quiser". E o desejo da política sempre esteve em meu coração, eu sempre gostei de política. Isso foi caminhando comigo ao longo da minha trajetória, até que finalmente, em 2024, eu me torno candidata à Vereadora em Balneário Camboriú, pelo PDT.

Balneário Camboriú, em Santa Catarina, é uma cidade que está no litoral norte, acredito que tem alguns olheiros vendo lá, assistindo. É uma cidade que possui uma Câmara de Vereadores até representativa, nós temos 19 vagas em nosso Parlamento e, atualmente, apenas uma mulher é Vereadora lá. Só que em nossa eleição, na próxima legislatura, a gente já tem duas, a gente já evoluiu, de uma fomos para duas.

Só que tem uma curiosidade muito triste dessa cidade. Em 60 anos de história de Balneário Camboriú, nunca uma mulher negra foi eleita. Só que Santa Catarina tem um histórico pioneiro, porque é do Estado de Santa Catarina que nós vamos ter a primeira mulher negra a ser eleita no país, que é a Deputada Antonieta de Barros, em 1934. Então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Qual cargo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA – Deputada Estadual. (*Palmas.*)

Boa lembrança, grande Antonieta de Barros.

E, falando da minha experiência, se eu pudesse intitular um filme sobre a minha experiência nessa eleição municipal em Balneário Camboriú, e quem quiser pode conferir no meu Instagram, Luanitta BC, tenho vários capítulos dessa saga, mas se eu pudesse intitular esse curta metragem sobre essa experiência seria assim: "As aventuras de uma candidata quase laranja na Dubai Tupiniquim".

Mas por quê, Luana? Meus queridos e queridas, o processo eleitoral é uma máquina de moer sonhos, não é, gente? Bem que minha mãe me avisou disso. Quando me convidaram para a empreitada, eu aceitei, porque eu tinha o desejo genuíno de ser candidata, só que eu só confirmei isso quando eu tinha estabilidade financeira. E ainda bem que eu tive essa cautela, pois eu vi e ouvi relatos... As candidatas com maior vulnerabilidade social enfrentam o maior assédio do poder econômico, nas suas manifestações mais despudoradas. A campanha é árdua para as mulheres e exige uma tripla jornada: em casa, no trabalho e na campanha. E é comum as mulheres autônomas abdicarem do ganha-pão para estarem em atividades de campanha, em prejuízo ao orçamento doméstico. E as atividades são muitas vezes obrigatórias. Dizem que não, mas é obrigatório você estar lá.

A lei eleitoral determina uma participação de, no mínimo, 30%, e de, no máximo, 70% de candidatas de cada sexo. Apesar de ser uma imposição criticada, ela surge para garantir pelo menos uma nominata com alguma representatividade. Se não fosse isso, o cenário eleitoral seria menos representativo ainda.

E, olhando para a eleição, nessa eleição, o PDT lançou 20 candidatos, seis mulheres. A gente teve uma vitória, sim, de uma mulher, que ganhou e teve 708 votos. Só que, observem: das seis mulheres desse partido, eu fui a segunda mais votada, com 31 votos. E, se a gente observar, os outros homens todos tiveram mais que 31 votos. Só que depois de mim só tem mulheres; então, houve mulheres que tiveram menos de 31 votos. Então, é algo que cabe para a gente refletir: que sistema é esse? E há questões em que eu acredito que a gente precisa avançar, para que mais mulheres, e mulheres negras, consigam se eleger.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na minha experiência, acho que a principal barreira para a democrática inclusão no processo eleitoral está relacionada à distribuição de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha às candidatas e aos candidatos. Quando eu fui candidata, me prometeram que haveria recursos, que os recursos chegariam. Eu fui esperançosa. Até disseram: "Você precisa abrir três contas. Eu falei: "Nossa, três contas?". "É a conta do fundo, é a conta de doação, é uma conta especial". Eu falei: "Nossa, é tanto dinheiro que vai ter que usar três contas, não é?". Ledo engano. Os dias foram passando, foram passando, a campanha foi passando, e nada de repasse.

Aí eu questionei a situação: "Ué!". "Ah [disseram], é porque o partido tem liberdade de escolher para quem fará o repasse e isso é algo definido numa alta cúpula", que, de tão alta, eu teria que ter asas, como as de Ícaro, para chegar lá. E como eu não tinha asas, eu acabei bancando eu mesma a minha própria campanha. Apesar de tudo, banquei o aparelho de som, as reuniões, acabei bancando esses gastos de campanha. Pelo menos, assim, o material foi fornecido pela majoritária. Só que uma campanha vencedora não se faz com pouco dinheiro e meia dúzia de santinhos. São necessários bons recursos do fundo para garantir a viabilidade daquela candidatura. Assim, quando a direção...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma curiosidade, já que você está abrindo todo o jogo aí. Por responsabilidade tua, e eu estou aqui só para te provocar. Mas do fundo eleitoral quanto ganhou, cem mil, 50 mil, 20 mil, 10 mil? Do fundo eleitoral, que nós aprovamos aqui, embora eu tenha votado contra a forma como foi feito, viu? Quanto ganhou?

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA – Zero.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É só isso que eu queria ouvir, com todo esse potencial que nós estamos vendo que ela tem, não é? Continue.

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA – Assim, pessoal, quando a direção partidária escolhe não repassar os recursos, repassar zero real aos candidatos, ela está indiretamente inviabilizando determinadas candidaturas, abandonando-as à própria sorte. Ainda bem que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinha estabilidade financeira para suportar, mas teve relatos de pessoas que pararam no meio do caminho.

A gente pode falar assim: "Não, mas isso aí é só retórica!". Vamos comprovar. Em Balneário Camboriú, pelos dados disponibilizados pela Justiça Eleitoral, dos 19 candidatos vencedores, 14 receberam recursos partidários, e as duas mulheres que venceram...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Não sou eu.

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA – ... e as duas mulheres vencedoras – as duas – receberam recursos do fundo partidário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – É uma disputa desigual mesmo.

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA – Aí você pode falar: "Mas aquele tem condição". Não, pessoal! Eu não vou citar o nome, mas o candidato em Balneário Camboriú mais votado, mais famoso, de família política nacionalmente conhecida, até ele recebeu recursos do fundo partidário. Agora, se esse famosíssimo, riquíssimo, que nem precisava recebeu recursos para fazer a sua campanha, que dirá os outros candidatos, os demais?

Eu faço parte dessa massa de candidatos e candidatas invisíveis que pela força do sistema mantêm a continuidade das desigualdades nas representações políticas, porque, ao mesmo tempo em que o sistema precisa de nós por uma imposição legal, é o mesmo sistema que está fechado para a nossa participação efetiva. São necessários recursos eleitorais para todas e todos os candidatos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Até porque, então, não digam que tem recurso eleitoral.

Pelo que eu estou vendo na sua história, linda história – ainda bem que a TV está passando ao vivo, e quero cumprimentá-la já pela sua coragem –, iludem as pessoas que têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

potencial – e você está demonstrando isso –, e, chega na hora, dizem: "Não. Tu não vais ganhar nada". É brincadeira! É brincadeira!

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA – E a pessoa ainda não tem nem a coragem de dizer: "Não, não vai ganhar nada; você vai ter que fazer". Não. As pessoas não falam isso. Elas dizem: "É, está chegando. Tá. Vamos ver". No último dia de campanha: "Ah, não chegou. Que coisa, né!".

Mas, enfim, são necessários esses recursos eleitorais, pois esses critérios utilizados hoje na distribuição prejudicam a maioria dos candidatos participantes, especialmente mulheres, especialmente mulheres negras.

E aqui, Senador, eu ouso parodiar o meme da menina indignada, que ganhou as redes sociais, abro aspas: "Eu cheguei aqui ao mesmo tempo dos outros candidatos. Isso não pode acontecer. Deixaram poucos com muito dinheiro, e a maioria ficou sem nada! Que critério é esse? Que democracia é essa?", fecho aspas. (*Palmas.*)

Apesar de tudo, eu quero parabenizar o trabalho primoroso da Justiça Eleitoral, em especial o DivulgaCand, que é o sistema de divulgação de candidaturas e contas eleitorais. Essa plataforma maravilhosa traz a informação, porque foi por meio desse instrumento que eu pude constatar que alguns recebiam verbas, e outros não. Eu fiquei passada! Ninguém falava no assunto, ninguém tocava no assunto. E aí eu também, por essa plataforma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você teve que pesquisar e lá você descobriu...

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA – Foi lá que eu descobri, no DivulgaCand.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... a mentira permanente que passava por verdade.

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA – Exatamente!

E aí eu consegui ver mais além. Eu consegui também perceber que a campanha vencedora, lá pelos dados, mais barata, em Balneário Camboriú, custou em torno de R$10 mil e a campanha mais cara, R$158 mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz um vídeo – está no meu Instagram @luanittabc –, em que eu falo também quanto eu gastei na minha campanha e dou um tutorial para como vocês podem conferir cada candidato – está lá no meu Instagram.

Então, a Justiça Eleitoral merece todo o nosso reconhecimento, pois a transparência e a publicidade são princípios constitucionais que sustentam a democracia, e esse trabalho da Justiça Eleitoral é primoroso.

E, por fim, meus queridos – por fim –, a minha mãe tinha razão, mas o meu pai também. Um cargo político não é, assim, como querer ser um médico, um advogado; tem a eleição, não é? As pessoas precisam me escolher, mas como elas me escolherão, se não me conhecem? Como irão me conhecer, se os recursos necessários para impulsionar a candidatura não chegam?

Enfim, meus queridos, eu acredito que, algum dia, o Brasil terá na Presidência uma mulher negra. Não sei quando e não sei como, mas um dia haverá. Pode ser que a nossa geração não veja essa mulher subir a rampa do Planalto, mas, quando isso acontecer, aquela pequena Luana, que sonhou ser Presidente, estará com ela, pois "eu sou porque nós somos" – Ubuntu –, e nós podemos ser o que nós quisermos.

Então, muito obrigada aqui à minha mãe, Vera, que me apoiou nessa jornada da eleição. Gratidão à minha irmã Leticia, que esteve comigo durante toda a campanha e está até hoje aqui, com essa assessoria. Você é o sinônimo e a materialização das palavras lealdade e generosidade, minha irmã. Muito obrigada.

E eu queria expressar a minha profunda gratidão aos meus 31 eleitores e eleitoras de Balneário Camboriú, que depositaram em mim sua confiança. Eu sei que estou ao lado aqui de alguém que tem milhões de votos, mas os meus 31 votozinhos foram a coisa mais alegre que eu recebi, quando fechou o resultado. (*Palmas.*)

Meus queridos, para mim o voto é algo sagrado, porque ele simboliza a esperança.

Então, muito obrigada, meus 31 eleitores, por honrar a confiança de vocês, e a luta continua, porque, como disse Freud: "Um dia, quando olhares para trás, verás que os dias mais belos foram aqueles em que lutaste".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, pessoal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Convida a tua mãe a tua irmã para tirarem uma foto contigo.

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA – Minha mãe e minha irmã, eu convido vocês aqui para tirarmos uma foto nossa aqui, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E deixem as lágrimas caírem, porque emocionou todo mundo. (*Pausa.*) (*Palmas.*)

Gente, sem comentários – ouviu, Luana? – sobre a tua fala, sem comentários, não é, Valcir? Sem comentários à fala da Luana, que emocionou a todos – podem crer.

Eu me segurei aqui, porque eu sou meio... Deixo o coração, a razão, os olhos e as lágrimas trabalharem junto. O coração bate, a lágrima cai, o coração e a voz trancam.

Quero dizer, Luana, que a tua fala foi muito, muito, muito... Eu vou pedir para o nosso pessoal, inclusive, reproduzir a fala de todas as painelistas que estão aqui, porque você falou aquilo que eu digo sempre... A verdade é simples. Você não precisa explicar nada, a verdade diz tudo, e foi a sua fala. Foi uma fala verdadeira da sua vida, da sua história e do processo eleitoral.

Isso há de sensibilizar, espero eu, os próprios Parlamentares, porque não pode acontecer isso. O caso é que você deu um testemunho de vida – como a gente chama. Todos aqui falaram, e falaram muito bem, mas contaram o que está acontecendo, mas você conta o que aconteceu contigo.

Corajosa. Parabéns.

Eu sempre digo que, na vida, para a gente poder caminhar e avançar, a gente precisa de três coisas, no mínimo: seriedade, responsabilidade, competência e coragem. Você tem todas elas.

Parabéns, viu? Estamos juntos nessa caminhada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De imediato, passo a palavra a Munah Malek, Codiretora-Executiva da A Tenda das Candidatas, que aqui as representa neste momento.

Por favor, Munah Malek.

A SRA. MUNAH MALEK (*Por videoconferência*.) – Bom dia. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia.

A SRA. MUNAH MALEK (*Por videoconferência*.) – Todos me escutam? Sim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem dez minutos, com mais cinco.

A SRA. MUNAH MALEK (*Por videoconferência*.) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se necessário, eu dou um pouco mais ainda.

A SRA. MUNAH MALEK (Para expor. *Por videoconferência*.) – Está bom. Obrigada, Senador.

Primeiramente, eu gostaria de saudar essa mesa, a todos e a todas, os Exmos. Deputados e as Exmas. Deputadas desta Casa Legislativa, Senadores e Senadoras, em especial o Senador Paulo Paim, que, após uma conversa conosco de A Tenda das Candidatas, na figura da sua representante Isabel, assessora, que nos recebeu sempre muito bem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está aqui a Isabel. Está aqui a Isabel. (*Palmas.*)

A SRA. MUNAH MALEK (*Por videoconferência*.) – Faço menção, porque sempre fomos muito bem recebidas por Isabel no seu gabinete. Após conversa, na oportunidade em que lutávamos contra a aprovação da PEC 9/2023... Estivemos, inclusive, na última audiência pública convocada pelo senhor também, um dia antes do registro oficial das candidaturas, lutando, desde sempre, pela não aprovação da PEC 9. A gente apresentou um requerimento para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa audiência fosse possível, nesse diálogo com o gabinete do senhor, trazendo esse importante debate sobre o pós-eleições após a aprovação dessa nefasta PEC 9/23.

Eu gostaria também de saudar a todos e a todas que nos estão assistindo, ressaltando a importância desse debate para que a gente possa seguir na luta contra a sub-representação política de gênero e de raça que temos nesse país e que ainda é um obstáculo para que a gente tenha uma democracia mais forte.

Meu nome é Munah Malek, sou mãe, mulher negra, socióloga, Mestre em História e estou atualmente como Codiretora-Executiva na A Tenda das Candidatas Instituto, direção que tenho o prazer de compartilhar com a advogada, Mestra em Direitos Humanos, Laura Astrolabio. Eu estou aqui hoje, em conjunto com outras organizações presentes que muito nos orgulham trabalhar em parceria, representando A Tenda das Candidatas Instituto e buscamos contribuir com a proposta dessa audiência, no que diz respeito ao balanço das eleições municipais de 2024, sobre a perspectiva de gênero e raça.

Eu falo do lugar de uma mulher negra sub-representada nos espaços de poder, de onde saem as decisões que impactam diretamente a minha vida e a vida das mulheres que são atendidas pela A Tenda das Candidatas. Desde 2020, o instituto atua em defesa dos direitos políticos das mulheres, sobretudo dos das mulheres negras, porque, apesar de sermos 28% da população, somos as mais sub-representadas.

Essa atuação da A Tenda das Candidatas acontece em diversas frentes, tais como: a formação de mulheres para a política eleitoral partidária, o desenvolvimento de pesquisas sobre gênero, raça e política, o acolhimento e formação pós-eleições para mulheres não eleitas, incidência política e legislativa pelos direitos políticos das mulheres e pessoas negras, além da manutenção e coordenação de uma rede de lideranças de defensoras dos direitos humanos pelo qual estamos lutando para ocupar o campo político eleitoral partidário, considerando que historicamente somos tolhidas, afastadas desse espaço.

Neste ano, 28 lideranças da rede A Tenda, que fizeram a formação política em 2023/2024, se candidataram para a disputa eleitoral em municípios de diversas regiões do país. Estamos contentes não só pela A Tenda das Candidatas, mas pelo fortalecimento da democracia e pela luta que encampamos contra a sub-representação de gênero e raça das mulheres em dizer que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4 dessas 28 lideranças da A Tenda das Candidatas foram eleitas. Uma mulher indígena em Florianópolis, Santa Catarina, a Ingrid Sateré Mawé, a primeira mulher indígena eleita para o cargo de vereança naquela capital, e três mulheres negras, Adriana Souza, em Contagem, Minas Gerais; Ana Paula Rocha, em Vitória, no Espírito Santo; e Ilona Açucena, em Cariacica, também no Espírito Santo. Dezoito dessas mulheres também alcançaram a suplência, em Recife; duas, em Curitiba, Paraná; em Vera Cruz, Bahia; em Belo Horizonte; no Rio de Janeiro; em Aparecida de Goiânia; em Natal; em São Paulo; em Niterói; em Santo André; em Guarujá; em Tubarão, Santa Catarina; em São Luís; em Macapá; em Aquidauana, no Mato Grosso do Sul. Dessas 18 suplências, 14 são mulheres negras, uma é mulher indígena e duas são mulheres brancas.

O objetivo de trazer esses dados sobre as eleições e suplências que alcançamos na rede de lideranças da A Tenda é para mostrar a importância que as formações políticas têm em ensinar o jogo político-eleitoral para mulheres, sobretudo negras, haja vista que esse jogo possui regras explícitas e implícitas, que precisam ser conhecidas para que essas mulheres consigam colocar suas campanhas dignas nas ruas e nas redes, mas, para além disso, estamos já na nossa segunda formação pós-eleições para candidatas que não foram eleitas, porque essas candidatas, tais quais a nossa companheira que antecedeu minha fala, são excelentes quadros políticos que não podemos perder para o sentimento de derrota que campanhas subfinanciadas, violência política de gênero e raça e a divisão sexual e racial do trabalho, entre outros fatores, tentam tirar do jogo político-eleitoral.

Esse é um fato para o qual toda a sociedade e, sobretudo, os partidos políticos e as organizações da sociedade civil precisam lançar seus olhares. Essas mulheres não podem simplesmente serem abandonadas após o pleito. É preciso que continuem sendo engajadas, impulsionadas e apoiadas também no pós-eleições. (*Palmas.*)

As eleições não se decidem apenas em anos eleitorais.

Adentrando ao mérito desta audiência, cabe à nossa experiência com campanhas eleitorais a análise de cenário político e eleitoral, direitos políticos de mulheres e população negra. Assim, com base nas pesquisas que a gente vem desenvolvendo, a partir do Observatório de Candidaturas de 2024, das lideranças candidatas dessa rede de mulheres que A Tenda criou, impulsiona e acolhe, realizamos um monitoramento dessas candidaturas, além de entrevistas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anonimizadas. Ainda pesa muito, apesar das ações afirmativas de gênero na política, a marca da violência de gênero e racial.

Do total de 69.346 eleitos no primeiro turno, 12.417 foram mulheres; os outros 82,09%, ou seja, 56.929 eleitos, foram homens.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Mais de 80% são homens.

A SRA. MUNAH MALEK (*Por videoconferência*.) – Os dados comparativos entre as eleições de 2020 e de 2024 revelam uma dinâmica de mudança, especialmente no que diz respeito à representatividade de gênero e raça.

Em 2020, a composição dos eleitos apresentou 6% de mulheres negras, 9% de mulheres brancas, 38% de homens negros e 44% de homens brancos. Em que pesem os dados e em que pesem também as problemáticas no reconhecimento racial, como a Pérola disse anteriormente, a participação das mulheres cresceu apenas 2% nas Câmaras Municipais, comparando-se as eleições de 2020 e de 2024, passando de 16% para 18% no total de Vereadores eleitos no Brasil.

Segundo o levantamento de dados oficiais dos TSE, 775 municípios brasileiros não elegeram nenhuma Vereadora em 2024. O número de Prefeitas eleitas também neste ano obteve um crescimento mínimo de apenas 1% se comparado aos resultados da eleição anterior, de 2020, passando de 12% para 13% do número total de eleitos do país.

Em dez cidades brasileiras, nenhuma mulher é eleita desde os anos 2000. Em algumas delas, nunca houve sequer a representação de uma mulher em toda a sua história.

Boa Vista, por exemplo, na Paraíba, fundada há 28 anos, nunca elegeu uma mulher, apesar de somente neste ano 11 mulheres de três diferentes partidos terem sido candidatas ao cargo de Vereadora, representando 36,67% no total de candidaturas dessa cidade.

Cabeceiras, em Goiás, nunca teve uma Prefeita, e a última Vereadora eleita foi em 1996.

Em Conceição do Pará, Minas Gerais, nenhuma mulher é eleita desde 1980. E Guaraciama, São Geraldo do Baixio e Lagamar, também no mesmo Estado de Minas Gerais, nunca elegeram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma mulher em toda a sua história. Ainda em Minas Gerais, a cidade de Oliveira Fortes há 32 anos não elege uma mulher para nenhum cargo público.

No Piauí, em Pau D'Arco, mulheres só assumiram cargos após a cassação ou a morte dos titulares homens que assumiram as cadeiras.

No Rio de Janeiro, que foi o estado brasileiro com menor proporção de mulheres eleitas no país, a cidade de São Fidélis teve apenas uma única Vereadora eleita, que cumpriu mandato entre 1993 e 1996.

Das 417 cidades que compõem o Estado da Bahia, o estado mais negro do nosso país, 72 não elegeram sequer uma mulher para a Câmara de Vereadores. Em Vera Cruz, onde tivemos uma liderança da Rede Atenda como suplente, a única mulher eleita foi no ano de 1980.

Em Aracaju, onde 37% da população é composta por mulheres, nenhuma mulher negra foi eleita Vereadora, apesar de terem elegido uma mulher como Prefeita pela primeira vez na sua história.

A mesma situação se repete em Florianópolis, onde as mulheres negras representam 11% da população, mas não possuem nenhuma representante eleita. Nas eleições para vice-prefeitura, os homens, negros e brancos, dominam o cenário, com 45,33% e 30,58% das candidaturas, respectivamente, enquanto as mulheres brancas representam 13,76% das vice-prefeituras, e as negras têm uma participação ainda menor, de 7,21%. Entre os 5.457 eleitos no primeiro turno, a predominância de homens cis e brancos é evidente, representando 57% do total. Por outro lado, as mulheres cis negras correspondem apenas a 4% dos eleitos. Além disso, 29% dos eleitos são homens cis negros e 9% são mulheres cis brancas, reforçando a desigualdade de gênero e de raça na política brasileira em todas as cidades.

Nas candidaturas para prefeituras, o cenário também é desigual: 53,78% das candidaturas foram de homens brancos e 30,19% de homens negros. Em contrapartida, as mulheres brancas representaram apenas 0,33% das candidaturas às prefeituras, enquanto as mulheres negras possuem uma representatividade ainda mais restrita, com apenas 0,18% das candidaturas.

Portanto, mulheres, e sobretudo as negras, permanecem gravemente sub-representadas em todas as cidades brasileiras, em todo o território nacional. Esses números refletem, portanto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um sistema político-eleitoral racista, machista e que historicamente mantém mulheres, principalmente negras, à margem do campo político eleitoral.

E aqui é importante ressaltar que não adianta nosso sistema dispor, em lei, de cotas de gênero e raça na política para promover a inclusão dos corpos historicamente marginalizados. Nesse campo, se na contrapartida, temos uma linha do tempo que nos remete exatamente a quatro anistias aos partidos que não cumpriram com essas leis, se autoanistiando, como foi o recente caso da PEC 9/2023, aprovadas às vésperas do início das campanhas eleitorais.

O que tem sido movimentado para aproximar a população da tramitação de emendas constitucionais dessa envergadura, que são aprovadas a toque de caixa, com audiências públicas em que as manifestações das organizações da sociedade civil são completamente desconsideradas? Onde está, portanto, a gente se pergunta, esse instrumento de participação popular, que apenas é utilizado como para inglês ver?

Assim, a gente trabalha com a hipótese de que existem barreiras que precisam ser superadas com urgência para que possamos sair desse cenário de crise de representação política.

Vejamos, por exemplo, quais são essas barreiras.

A violência política de gênero e raça. Em 2024, a ouvidoria do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania recebeu, através do Disque 100, 387 registros de casos de violência política de gênero; 149 registros sobre participação e democracia e 52 registros sobre violência política de raça. Há violência política de gênero e raça dentro dos próprios partidos, incluindo o subfinanciamento de campanhas de mulheres, sobretudo negras, haja vista que, ao tratar de violência política também é preciso dizer sobre violência política econômica.

Ao longo desses quatro anos de atuação da A Tenda das Candidatas, recebemos diversos relatos de violência política de gênero e raça que são estarrecedores, tais como: diretor de partido pedir para que a candidata sente em seu colo para negociar verba de financiamento de campanha, racismo, misoginia e todo tipo de descredibilidade, e até mesmo temor pela própria vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É imperiosa a necessidade de ampliar, portanto, o escopo da lei de violência política de gênero e raça para entender o subfinanciamento de campanha também como violência política de gênero e raça. E o subfinanciamento de campanha – quero aqui abrir um parêntese – não é apenas a falta de repasse, mas também a demora nos repasses dessas verbas. Existe uma prática dentro de muitos partidos de que, quando sobra alguma verba, aí sim elas são repassadas para as mulheres, para as mulheres negras, para os corpos marginalizados dentro dessas lógicas. E é às vésperas das campanhas. Eu pergunto: qual a eficácia de você distribuir santinhos, panfletos, às vésperas de uma campanha que não teve nenhuma visibilidade? Então, a demora na chegada desse dinheiro também é uma violência econômica política de gênero e raça. (*Palmas.*)

A prática da divisão sexual e racial do trabalho, dentro e fora dos partidos, também é uma problemática que precisa ser enfrentada. O eleitorado que acredita no mito de que lugar de mulher não é na política está afinado, infelizmente, com os partidos que não têm mulheres, sobretudo negras, em cargos de decisões partidárias importantes – os que definem, por exemplo: o direcionamento das verbas do Fundo Eleitoral Partidário e do Fefc; assim como o apoio às candidaturas de homens, que não é o mesmo dado às candidaturas de mulheres, que sempre receberam menos verbas de campanha do que os homens.

O que faz uma mulher mãe, uma mãe solo, que não tem apoio, com o seu filho durante a campanha? Quem são as mulheres que podem se licenciar de seus trabalhos para fazer campanhas, quando a maioria das mulheres, especialmente negras, estão ocupando os cargos mais desvalorizados dentro do nosso sistema social, os que recebem menos verba e que têm menos direitos trabalhistas?

A compra de votos neste ano foi algo que chamou muita atenção nas entrevistas que fizemos com as atendidas da rede A Tenda. Essa prática nefasta, que é pouco fiscalizada – assim como poucos direcionam políticas públicas para conscientizar a população sobre esse crime eleitoral –, mantém candidaturas de mulheres e negros em desvantagem, haja vista que no Brasil classe tem cor e tem gênero.

A coação eleitoral, que é outra prática comum no Brasil e que também é pouco fiscalizada e tem poucas políticas públicas a ela direcionadas para que seja combatida, também mantém

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

candidaturas de mulheres e negros em desvantagem, considerando-se o dito anteriormente de que classe no Brasil tem gênero e tem raça.

Em 2024, até setembro, o Ministério Público do Trabalho já tinha registrado um número quatro vezes maior de denúncias sobre coação eleitoral. Foram 300 denúncias. E a A Tenda também fez uma pesquisa sobre a coação eleitoral no Brasil.

Além disso, chegamos ao ponto das diversas anistias, um ponto pelo qual a A Tenda das Candidatas sempre esteve encampada na luta, contra as anistias aos partidos políticos brasileiros que aprovam aqueles que não cumprem as regras do jogo eleitoral, o que inclui respeitar as cotas de financiamento de campanha para mulheres e negros, a exemplo da PEC 9/23, conhecida como a PEC da Anistia, já alvo de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7706/2024, na qual solicitamos ingresso como *amicus curiae*, juntamente com as outras organizações parceiras que também hoje estão aqui, como o Mulheres Negras Decidem e o VoteLGBT.

É esse, portanto, o cenário político nefasto que mulheres, sobretudo negras, precisam enfrentar para tomarem a decisão de colocarem seus corpos e seus projetos políticos em praça pública numa campanha eleitoral. Isso não é de hoje e não deixou de sê-lo nessas eleições de 2024, infelizmente.

As propostas e ações da A Tenda das Candidatas para contribuir no combate a esse cenário são, portanto, as seguintes. Primeiro, a violência política de gênero e raça já é prevista como crime. No entanto, conforme nos ensina a criminologia crítica, dispor em lei que uma conduta é crime não tem o condão de fazer com que a conduta pare de ser praticada. Para além do vigiar e punir, precisamos investir em políticas públicas de conscientização social, como uma campanha nacional de combate à violência política de gênero e raça.

Por isso, desde outubro de 2023, e em setembro deste ano também, colocamos nas ruas e nas redes as campanhas Outubro Neon e Setembro Neon, respectivamente, contra a violência política de gênero e raça, que aconteceram em dez cidades espalhadas por todas as regiões do país, uma ação que envolveu as lideranças da rede A Tenda em seus territórios, panfletando e conversando com a população a respeito do tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa iniciativa nos inspirou a criar o Projeto de Lei nº 3.397/2024, de autoria da Deputada Sâmia Bomfim, que propõe o Setembro Neon em todo o território nacional como o mês da conscientização contra a violência política de gênero e raça. Para além disso, precisamos de mecanismos de monitoramento e proteção para candidatas em risco, especialmente para aquelas que atuam em contextos de alta vulnerabilidade.

As respostas não estão sendo rápidas e tampouco eficazes como deveriam. Mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+ são alvos frequentes de violência política, que vai desde ataques verbais e campanhas de difamação até ameaças reais à segurança. Isso não só afasta candidatas qualificadas, como também reforça o ciclo de exclusão.

Trago aqui algumas das violências relatadas pelas mulheres que foram atendidas e são atendidas em lideranças da rede A Tenda: física, sexual, psicológica...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MUNAH MALEK (*Por videoconferência.*) – ... moral, importunação sexual, difamação, toques inadequados no corpo, microagressões, tentativas de docilização, de ter que sorrir o tempo inteiro para agradar, descrédito, silenciamento, acusações, hiperexposição da imagem, manipulação de material de campanha, cerceamento de liberdade de expressão, gordofobia, transfobia, violências praticadas por pessoas dentro e fora do partido, falta de apoio, sobreposição de responsabilidades entre a campanha e a vida pessoal, boicote; que geram sensações, emoções e sentimentos como: dores no corpo, sentimento de estar suja, sentimento de ser desacreditada, agravamento de quadro de saúde mental, frustração, ansiedade, solidão, sensação de insatisfação e insuficiência, culpa, sensação de ter que estar alerta o tempo inteiro, desimportância, falta de reconhecimento, dificuldade de se organizar, dificuldade em organizar a casa; e que tem efeitos sociais e econômicos como: desemprego após as eleições, dificuldade de retomar a vida cotidiana, vergonha ao sair de casa.

O outro ponto que precisa ser elucidado e sobre o qual a gente traz propostas é o subfinanciamento de campanhas de mulheres, sobretudo as negras. A Tenda das Candidatas disponibiliza, desde 2022, no nosso *site* atendadascandidatas.org, o guia *Desculpas Não Pagam Campanhas*, que ensina como mulheres, negros e indígenas devem atuar na negociação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verba para suas campanhas, e, pelo menos dentro da rede de liderança A Tenda, tem dado certo.

Por que não existe uma política pública que atue nesse sentido? Por que não existe um protocolo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MUNAH MALEK (*Por videoconferência.*) – ... de negociação de verba de campanha com os partidos, um protocolo que impeça que mulheres e negros sejam preteridos nesse momento crucial para que possam colocar uma campanha digna nas ruas?

A autonomia partidária não pode se sobrepor aos direitos políticos de mulheres e negros, que são direitos fundamentais, assim como as ações afirmativas de inclusão de negros e mulheres na política.

Financiamento insuficiente compromete a competitividade e a visibilidade de suas campanhas e seus projetos políticos. O atraso no recebimento da verba de financiamento de campanha foi algo bastante relatado, como disse anteriormente, e também precisa ser combatido.

Outra questão que dissemos foi sobre a divisão sexual e racial do trabalho, que precisa também ser combatida dentro dos partidos políticos, porque trabalhamos com a hipótese de que essa prática impulsiona a violência política...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MUNAH MALEK (*Por videoconferência.*) – ... de gênero e raça e também a violência política econômica de gênero e raça.

É preciso, portanto, que os partidos se comprometam a implementar ações afirmativas de gênero e raça para ocupação de seus quadros. Como podemos avançar com essa demanda? Quais os partidos que realmente estão comprometidos com a igualdade de gênero e raça que adotarão essa iniciativa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão da compra de votos, que tem sido relatada – não no sentido de terem presenciado, mas de ficarem sabendo sobre compra de votos –, não é uma novidade, porque essa é uma prática sabida por todos e todas em todo o território nacional.

Nós questionamos: quais políticas públicas efetivas serão implementadas para combater esse tipo de prática que fere de morte a nossa democracia? Que campanhas públicas estão sendo feitas para conscientizar a sociedade a respeito disso? A que lugar essas campanhas estão chegando?

As anistias para os partidos que não cumprem as regras do jogo eleitoral, prevendo a inclusão de mulheres e negros na política, já chegaram à marca de quatro anistias. Quanto tempo mais teremos que esperar, nós, principalmente mulheres negras, para conseguirmos acessar os nossos direitos?

Diante disso, nossa análise é que as eleições de 2024 mostraram avanços muito pontuais, e digo isso me referindo à eleição de alguns quadros importantes dentro e fora da rede de liderança A Tenda. Mas uma democracia forte só se constrói com todos os grupos sociais e raciais, sobretudo os historicamente marginalizados, ocupando os espaços de poder de onde saem as decisões que impactam diretamente suas vidas.

Por fim, eu aproveito para agradecer, mais uma vez, essa oportunidade de espaço para apresentar as nossas propostas e questionamentos d'A Tenda das Candidatas, e agradeço ao Sr. Senador Paulo Paim pela coragem de elucidar esses discursos, pela coragem de trazer ao debate público as organizações da sociedade civil que representam as mulheres que estão sendo marginalizadas nesse processo eleitoral, em especial as mulheres negras.

Muito obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito, muito, muito, muito, muito, muito, muito bem, Munah Malek! Munah Malek, Co-Diretora Executiva d'A Tenda das Candidatas, fez uma bela exposição. Tanto que o tempo dela tinha ultrapassado, e eu não tive nem coragem de dizer: "Está na hora de concluir". Ela foi didática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, uma exposição como essa que vocês estão fazendo aqui me provoca, até um dia – e eu farei um dia, não sei quando –, a fazer este debate no Plenário do Senado. Porque isso aqui é a verdade dos fatos. Quem fala a verdade é simples: fala a verdade e ponto.

Então, meus parabéns, viu, Munah Malek? A tua exposição abrilhantou, como as outras que já falaram, este debate aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Eu termino meu mandato aqui na Comissão, que tem rodízio de dois em dois anos, no fim do ano. Mas eu, quando não era Presidente da Comissão, fazia muito debate temático no Plenário, viu? E esse é um tema que eu levarei para o Plenário, porque a sociedade, o Congresso, tem que ouvir isso. Esse é o mundo real lá fora.

Cada vez que a gente se enclausura aqui dentro, se tranca aqui dentro, parece que estamos nos protegendo de alguma coisa, e incluo a mim. E nós temos que ouvir a voz das ruas. O que vocês estão fazendo aqui é falando o que realmente está acontecendo lá no processo eleitoral.

Quando me fizeram a provocação desta audiência pública: "Sim, eu o farei, mas quero ouvir a verdade, só a verdade, nada além disso". E foi o que eu ouvi – e estou ouvindo aqui ainda. Vamos em frente.

Intercalando agora, é Richelle Costa, representante do Mulheres Negras Decidem.

A SRA. RICHELLE COSTA (Para expor.) – Oi, vocês me ouvem bem? (*Pausa.*)

Sim.

Bom dia. Primeiramente... Ah, esse microfone... É difícil.

Primeiramente, eu quero mais uma vez cumprimentar o Senador. Muito obrigada por abrir esta Casa para nós, enquanto sociedade civil, para estarmos aqui discutindo a participação de mulheres e pessoas negras na política.

Assim também eu saúdo todas as Senadoras e os Senadores desta Casa. Eu também saúdo aqui... Estou muito feliz e muito honrada de dividir a mesa com essas mulheres, presencialmente, virtualmente; com a Munah – nossas organizações são irmãs, trabalhamos muito juntas e isso nos orgulha muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou a Richelle Costa, sou ativista por mais mulheres negras na política e estou assessora política e de *advocacy* no movimento Mulheres Negras Decidem, o movimento que eu represento aqui hoje.

Já apresentando-o, o movimento Mulheres Negras Decidem é uma iniciativa política e social. Nós atuamos em âmbito nacional, nossa rede é composta por mais de 200 articuladoras políticas e o nosso maior objetivo é promover a participação política de mulheres negras nos espaços de poder e o protagonismo dessas mulheres. O movimento surge em 2018, produzindo dados e pesquisas com o objetivo de ampliar o entendimento das contribuições de mulheres negras para a sociedade, porque, quando a gente se dá conta, a gente está muito citada em estatísticas negativas: quando se fala em extrema pobreza, são mulheres negras; quando se fala em violência, são mulheres negras. Então, o maior objetivo do MND é produzir dados que falam sobre a contribuição das mulheres negras para a sociedade, que são muitas; a gente sabe que são muitas.

Por isso, o MND foi fundado por cinco mulheres negras muito entusiastas da democracia. Elas criaram o MND com esse espírito de entregar um projeto que qualificasse o debate da sub-representação política nos espaços de poder e, sobretudo, na política institucional. Pensando nesse ciclo eleitoral, em que nós atuamos de forma muito assídua, trouxe aqui esta charge, que norteia um pouco como nós vemos o processo eleitoral...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito boa a charge, viu? Eu já estava olhando aqui; muito boa. Se você puder ler ali o que dizem as placas...

A SRA. RICHELLE COSTA – Ah, sim. É uma corrida, não é? A corrida eleitoral. Aí, de um lado, nós vemos uma mulher negra, com seus tênis, porque ela é uma trabalhadora, ela é uma mãe, ela tem a tripla jornada e ela não tem como viver isso de salto alto; então, ela está com os seus bons tênis e a sua boa roupa confortável, para conseguir dar conta da tripla jornada. Há diversos obstáculos que atravessam o seu caminho político, eleitoral: é a tripla jornada; depois, ela enfrenta mais uma barreira, que é a autoanistia partidária; depois, ela tem outra barreira, que é a violência política. São diversas barreiras que impedem que o jogo eleitoral, para ela, seja justo. Do outro lado, a gente vê ali muito bem representado o que é a política atualmente: é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

homem branco, cis, muito tranquilo, com seu bom terno, chegando à linha de chegada, sem nenhuma barreira.

Mas os nossos caminhos se... A bifurcação de nossos objetivos é completamente diferente, porque mulheres negras estão comprometidas com o projeto político do bem viver, e é o bem viver para toda a sociedade, para todas as pessoas. Não... (*Palmas.*)

Não queremos a política como projeto individual, mas o nosso projeto político é coletivo. E, muito bem desenhado, o outro perfil não está muito interessado nesse projeto coletivo.

Essa charge foi feita pela brilhante cartunista Taoly Dandara, nós divulgamos na nossa rede, e foi a imagem das eleições que a gente conseguiu, literalmente desenhando o que é a política, a corrida eleitoral para mulheres negras, literalmente desenhado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. RICHELLE COSTA – É a Taoly Dandara, a cartunista...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. RICHELLE COSTA – Com certeza... (*Palmas.*)

... uma artista brilhante, muito brilhante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Algo que a gente fala um para o outro: eu vou precisar desenhar? Se precisar desenhar, chama ela que ela mostra tudo que tu não quer ver... (*Risos.*)

A SRA. RICHELLE COSTA – Exatamente, desenhado.

Bom, encerrado esse ciclo eleitoral, aqui, muito do nosso diagnóstico...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RICHELLE COSTA – ... se aproxima com o voto LGBT, se aproxima com o relato da Luana e também do que a Pérola traz, do que a Munah traz.

Eu acho que é possível ter muitas conclusões, inclusive, que, sim, apesar das adversidades, as lideranças negras seguem na disputa, seguimos na certeza de que o nosso lugar é também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos espaços de poder e decisão, sobretudo. E ainda que esse jogo político seja cruel e violento, construído para nos afastar dele, nós seguimos muito bem organizadas e alinhadas a esse projeto político de bem viver coletivo.

Aqui eu trago alguns dados que são importantes, que mostram que a população negra aumentou pouquíssimo a sua representação em comparação com 2016: 42,1% no Legislativo e 29,2% no Executivo municipal, em 2016. E, neste pleito que encerramos, aumentamos um pouquinho, de 45,9% no Legislativo e 33,5% no Executivo municipal. Assim, são dados que mostram que, embora muito pequenos, avançamos a duras penas, mas, ainda quando falamos de mulheres negras, a gente está falando de mulheres negras autodeclaradas, a gente fala de um dado muito pequenininho, que são apenas 4,3% das eleitas, como Munah trouxe; e, para os cargos para Prefeitura, nós somos apenas 7,45%.

Um pouco desses dados que norteou o nosso estudo, enquanto movimento, vem muito do Odara – Instituto da Mulher Negra, que é uma organização que atua em todo o território do Nordeste, sobretudo em Salvador. E essa pesquisa é chamada Democracia Representativa para Quem?

E, pensando nesse pequeno avanço, a gente está muito distante de conseguir refletir a composição racial do país, porque há uma desproporção alarmante no que fala, no que tange à participação de mulheres negras. Enquanto uma mulher branca é eleita a cada dez candidatas, uma mulher negra é eleita a cada 26 candidatas.

Há um aumento progressivo nas candidaturas de mulheres negras, nós estamos cada vez mais corajosas em colocarmos nossos corpos, colocarmos o nosso projeto à disposição nos partidos, mas não tem sido acompanhado pelo aumento do índice de elegibilidade, ou seja, ainda que a gente esteja se candidatando mais e colocando os nomes nos pleitos, a falta de garantias de participação justa tem uma ligação muito direta a essa não eleição, porque, para eleger mais mulheres negras, é fundamental garantir o seu acesso a condições igualitárias, segurança, integridade física, mental, financiamento, capital político, tempo de qualidade para construir uma campanha e tudo aquilo que é indispensável para uma candidatura que dê para concorrer de forma igualitária, *tête-à-tête*. Um pouco do que Luana traz também, dessa questão de não... É isso, nós não somos herdeiras, nós não herdamos nomes políticos fortes, poder, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nunca somos colocadas como prioridade dos partidos. Como você disse, aquela grande convenção partidária, aquela cúpula, dificilmente nos escolhe como prioridade. (*Palmas.*)

E existem barreiras muito sérias e muito determinantes que seguem impedindo a nossa caminhada política, é preciso muita seriedade e compromisso na revisão desses dispositivos legais...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RICHELLE COSTA – ... e isso nos dá uma pontinha de esperança em ver o compromisso que o Senador tem com a pauta das mulheres negras na política, com a pauta das ações afirmativas.

É isso, a gente está seguindo de pouquinho, mas a gente também tem aliados importantes, enfim, que podem nos ajudar a assegurar verdadeiramente esse direito político e que combatam a violência, que tem sido uma onda muito crescente na tentativa de intimidar e desestimular a candidatura.

Esse último ciclo eleitoral é isso. Elegemos 57% de homens brancos para as prefeituras; 49% das Câmaras serão comandadas por homens brancos e cis... Isso num país formado majoritariamente por pessoas negras! E aqui o recorte de que somos 60 milhões de mulheres negras no Brasil, nós somos o maior grupo demográfico. Isso é um dado que a gente fala à exaustão, porque somos 60 milhões de mulheres negras e nós não estamos representadas nem em 3% do Congresso Nacional.

Isso não é sobre a relação candidatura-receber voto, mas é sobre uma estrutura preexistente que desmonta a participação justa no processo eleitoral. É isso, nós não temos sobrenomes conhecidos poderosos, nós não somos herdeiras de nenhum cargo político e os partidos não nos priorizam, nem no recurso, nem na... De forma nenhuma. Não de forma espontânea, e, quando existem dispositivos legais que os obrigam à própria institucionalidade, eles se viram contra a gente.

Como a Munah colocou, a PEC 9, que incidimos junto com diversas organizações, o Vote, a Tenda, o Pacto pela Democracia, que tentamos a duras penas, enfim, conseguir tentar barrar, é a que melhor descreve o quão desproporcional é esse jogo político, essa máquina que mói

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres negras na política. As ações afirmativas dentro do sistema político partidário possibilitam essa consolidação de direitos de mulheres e pessoas negras de ampliarem a possibilidade de transformação do processo eleitoral, tornando mais equânime, mais justo, mas, diante de tantos entraves, um seguido do outro, fica uma pergunta: "Será que assusta dizer que o correto mesmo é reservar vagas para o maior grupo populacional, o maior grupo demográfico?".

E aqui eu cito a nossa maravilhosa, magnífica, nossa referência, a Benedita da Silva, quando ela diz que não somos identitárias, nós somos majoritárias. (*Palmas.*)

Não somos identitárias, nós somos majoritárias!

E aqui eu cito uma coisa que pega muito na nossa segurança física, mental, que é a Lei da Violência Política, Lei 14.192, 2021, que altera o Código Eleitoral e que torna crime a violência política de gênero. Ainda assim, existem muitos casos em que não há contemplação da legislação. A lei que em agosto desse ano completou três anos é um marco por conceituar a violência política contra as mulheres, por destacar os atravessamentos da opressão racial e, ainda, por simbolizar o primeiro passo no âmbito normativo-jurídico rumo à proteção da integridade dessas mulheres candidatas e também às detentoras de mandatos coletivos.

Ainda assim, eu quero ressaltar a importância de que haja um avanço no sentido de não apenas criminalizar a violência política, mas, no processo, precisamos fornecer a devida proteção integral à vítima, para que, durante o processo, ela possa ter seus direitos políticos garantidos de maneira plena e irrestrita, visto que, quando uma mulher é vítima de violência política, a vítima se torna aprisionada, porque ela tem que se resguardar dentro de casa, ela dificilmente pode sair, ela não pode exercer o livre arbítrio de ser uma candidata, de viver e desenvolver o seu mandato de forma plena.

Eu também queria chamar bastante atenção para o processo de ampliação dessa lei. Um balanço realizado pelo Instituto Alziras neste ano constatou que, de 175 representações de violência política de gênero e raça que são monitoradas pelo Grupo de Trabalho de Prevenção e Combate à Violência Política de Gênero do Ministério Público Federal, apenas 12 ações resultaram em ações penais eleitorais, o que representa 7% do total de representações entre os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos 2021 e 2023 e evidencia um gargalo imenso na lei e na responsabilização dos autores desse crime.

Destaco que todas as ações têm como vítimas mulheres com mandatos, ou seja, mulheres eleitas, o que para nós também configura um ponto de muita atenção, já que sabemos que a violência política não se restringe às detentoras de mandato, mas também se estende a apoiadoras, assessoras e a outras mulheres que compõem grupos políticos de "mandatas" e candidatas e estão igualmente expostas a diferentes tipos de violência.

Nós, Mulheres Negras Decidem, acreditamos na importância de se construir uma política nacional de enfrentamento à violência política e no aprimoramento da atual legislação sobre a violência política, de modo a englobar as menções de raça, gênero e transgeneridade, para que todas as mulheres sejam protegidas de forma a considerar os contextos de vulnerabilidade em que elas estão inseridas e, ainda, que esta legislação apresente um viés educativo e pedagógico para a população sobre o tema.

Sobre esse último ponto, eu quero lembrar que, o ano passado, o Ministério das Mulheres realizou uma escuta muito qualificada de especialistas, ativistas e vítimas para a construção de uma política nacional de enfrentamento à violência política, mas que, até o momento, ainda não foi lançada. Nós ainda aguardamos esperançosas pelo desdobramento dessas discussões antes do processo eleitoral de 2026...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RICHELLE COSTA – ... que já nos antecipamos em pensar que vai ser um segundo processo eleitoral muito difícil e violento para mulheres negras.

E, para encerrar, eu gostaria aqui de compartilhar que nós somos coautoras de um Plip (projeto de lei de iniciativa popular) chamado Mais Mulheres na Política, que prevê a paridade de gênero com equidade racial, porque acreditamos que só assim é possível falar em uma democracia real. O projeto de lei precisa reunir assinaturas para ser protocolado de pelo menos 1% do eleitorado em cinco estados do país, com pelo menos 0,3% dos eleitores de cada um deles. Então, aqui eu peço, consultem, leiam o Plip e assinem, por favor. Vocês podem encontrar o *link* lá no Instagram do projeto, que é @plipmmp, entrem no *link* para assinar como apoio, para que esse projeto seja protocolado e consigamos dar andamento a ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também este ano nós estivemos em Genebra, no 3º Fórum Internacional de Pessoas Afrodescendentes, e entregamos como uma recomendação que seja criado um modelo de dispositivo legal que determine a garantia de paridade de gênero com equidade racial para as eleições dos Legislativos, garantindo paridade de gênero com equidade racial para as eleições legislativas de todos os países que compõem o fórum, porque, para nós mulheres negras, as eleições não são a linha de chegada, as eleições para nós são a linha de partida, porque é sobre uma construção de um país que erradique verdadeiramente as desigualdades, em que nós possamos construir o bem-viver para todas as pessoas e em que consigamos exercer livremente o nosso direito político.

E é isso.

Muito obrigada, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, muito bem, muito bem, Richelle Costa, representante do Mulheres Negras Decidem.

É uma melhor que a outra, viu? O pessoal que organizou é a equipe aqui da Comissão, a equipe do meu gabinete, principalmente na figura da Isabel, que nos assessora muito nessa área, com todo o carinho, porque a Ingrid... Não fique com ciúme aí, Ingrid, hein? (*Risos.*)

A Ingrid assessora a Comissão, mas a Isabel cuida com muito carinho essa questão, além de outras coisas – ela me assessora no Plenário do Congresso –, como a Ingrid me assessora em todas as Comissões. Eu tenho uma equipe que eu posso dizer que – e podem ir lá conferir – tem negro, tem branco, tem índio, tem LGBT, e a maioria são as mulheres, não sei por quê, mas são. Devem ser mais competentes, não é? É ou não é, Isabel? A maioria são mulheres aqui e também no Sul.

Parabéns, viu, Richelle? Seus dados foram... Eu acho que muita gente que está assistindo a esse programa agora... Eu diria que 90% não sabiam dessa realidade que vocês aqui estão retratando ao vivo para todo o Brasil. Eu fico muito feliz, porque eu estou dando a minha contribuição, e já agradeço a vocês por esta oportunidade que vocês me deram, não eu que dei a vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amanda Brito, representante da organização plataforma 72 Horas.

É com você, Amanda.

A SRA. AMANDA BRITO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

E eu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia.

A SRA. AMANDA BRITO (*Por videoconferência*.) – ... repórter clássica, que entra ao vivo.

Inicialmente, eu quero agradecer o convite, parabenizar o Senador por essa iniciativa. Inclusive, nos honra muito falar com a Casa, num momento tão importante, sobre eleições.

Eu não vou me estender muito. Eu sou internacionalista, formada em Relações Internacionais pela Belas Artes de São Paulo, especialista em Economia e Negociação Internacional pela Unesp, também em São Paulo. Em parceria com a Drica Guzzi, que é uma pesquisadora e já foi também Diretora da Escola do Futuro, da USP, estamos juntas no 72horas.org.

É uma alegria estar aqui com tantos rostos que já encontramos por aí, discutindo ainda este tema, que já poderia ter sido votado se as soluções já estivessem postas, não é? Então, para mim... Eu fico muito feliz, fico emocionada – me desculpe se a voz embargar –, porque ontem eu estava também num outro momento com mulheres negras incríveis, que foi uma formatura do Conselheira 101. Então, eu estou muito feliz de o nosso país estar avançando na pauta de mulheres negras, mas ainda temos que pontuar algumas coisas.

Eu não vou ser repetitiva, tentarei não ser repetitiva em alguns dados, principalmente em ocorrência percentual, mas eu quero ressaltar aqui, trazer um artigo que foi publicado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos, que também é parceiro do 72 horas, o Inesc, e saudar também a pessoa da Cristiane Ribeiro, que não pôde estar aqui conosco, e da Carmela. Esse artigo é muito importante até mesmo para contextualizar o 72 horas. Lá elas estão trazendo todo o histórico de como começou a distribuição dos 30%, a marca dos 30%, seja do fundo eleitoral ou também da destinação para pessoas negras. Eu vou trazer rapidamente, mas eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sugiro a todos que busquem este artigo que se chama "Dez anos depois, o quanto as pessoas negras ocuparam a política?".

Começa, em 2014, quando o TSE passou a exigir a declaração racial para as candidaturas. Então, é ali o princípio de tudo. Posteriormente, em 2018, o TSE decidiu que os partidos deveriam repassar os 30% do fundo especial de campanha. Em 2019, nossa querida e amada Deputada Bene, Benedita da Silva, foi lá e questionou o TSE: "Olhe, e as pessoas negras?". Então, em 2020, já entrou em vigor a destinação dos recursos para as pessoas negras também.

O 72 horas chama-se, primeiro, 72 horas por causa da declaração, porque as candidaturas têm 72 horas para declararem as suas movimentações de recursos. Então, a partir daí, o 72 horas nasce como uma instituição que acompanha, a partir do DivulgaCand, do TSE... E aqui, como já foi dito na mesa, eu quero ressaltar que o DivulgaCand é um dos sistemas mais eficientes do mundo no que diz respeito à declaração de candidatos e a como você pode acompanhar as candidaturas no nosso país e no mundo. Muitas pessoas acompanham e têm o DivulgaCand como modelo. Isso para nós do 72 horas também já ficou claro.

Neste ano, foram R$4 bilhões de recursos públicos – é muito dinheiro, não é? –, só do Fefc. No total, essas eleições movimentaram mais de R$6 bilhões. Inclusive, vamos falar aqui para aqueles que nos ouvem, R$6 bilhões foram equiparados ao valor que o Governo neste ano destinou para auxílio ao setor aéreo. Então, vamos pensar, fazendo uma equiparação aqui, que o valor de campanha também pode ajudar um setor do nosso país.

Com o 72 Horas, a primeira vez que a plataforma estava em funcionamento foi em 2020. Então já era um valor menor, inclusive era metade do que foi movimentado neste ano em eleição. Naquela época, o 72 Horas só pegava de fato as declarações que estavam no TSE, com a utilização do fundo público e do fundo partidário.

O 72 Horas tinha o objetivo, naquela época, inicialmente, de ajudar as candidaturas a ficarem mais competitivas durante o pleito. Ou seja, nos nossos filtros, as candidaturas conseguiam ver quem recebeu, como recebeu e quando recebeu. Então, os seus pares, dentro dos partidos, tinham uma facilidade de encontrar quem eram as pessoas que já tinham recebido o recurso em todo o Brasil. Quando uma candidatura não recebia o recurso, ela ia, procurava o partido – isso nós estamos trazendo por relatos que chegavam para nós –, e o partido dizia:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Não, mas o dinheiro ainda não chegou". A partir do 72 Horas, a pessoa tinha o filtro não só do nome, mas com a foto e com a data. O Divulgacand já abria automaticamente e ela dizia: "Não, mas está aqui, a pessoa não declarou que ela recebeu". Então, essa candidatura tinha a possibilidade de brigar ainda no pleito para receber ali o recurso que havia sido combinado com ela inicialmente. Certo?

Em 2022 foi uma campanha diferente, porque nós estamos falando de Presidência da República, dos Deputados Federais, dos Senadores. Então, os valores são diferentes e o comportamento da eleição também é diferente.

Chegamos aqui a 2024 com a terceira edição do 72 Horas. E, para além da plataforma, nós analisamos os dados, o comportamento do curso do dinheiro no decorrer das eleições e, ao final, no contraturno, nós produzimos os dados para que sejam usados como informação. Não que durante o pleito o 72 Horas não esteja ativo, no 72 Horas nós temos parcerias com algumas mídias, inclusive temos uma com o Congresso em Foco, o que nos ajuda também a formar mais acessível a informação, que é o propósito do 72 Horas, a acessibilidade. A acessibilidade a partir do uso do dinheiro.

Neste ano também nós tivemos a oportunidade de conseguir colocar na nossa plataforma outros recursos. E o que são os outros recursos? Também os recursos vindos de doação que os candidatos recebiam. Então, na plataforma nós temos os *big numbers*, mas também é possível você optar por região.

Chegamos, então, às eleições deste ano. Falando especificamente, eu vou começar pelos números. O nosso relatório, a nossa prévia deste ano, porque agora, durante o contraturno, nós vamos mostrar esses dados com que nós chegamos até aqui... Nós já conseguimos entender e identificar o voto mais caro do país, o voto mais barato do país, quem mais arrecadou, quanto custou entre 50 e 100 votos, mil e 2 mil votos, quanto custou cada um desses votos. Nós conseguimos ranquear as pessoas, as candidaturas que foram eleitas nesse pleito, as não eleitas, os suplentes, quanto custou cada campanha, quanto custou cada voto, inclusive quanto custou zero voto. Então, todas essas informações nós já temos.

Aqui é um relatório extenso, por isso é que eu nem vi, são 124 páginas com muitos gráficos e muitos valores, mas aqueles que desejarem ter acesso a esse relatório podem nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procurar que nós vamos enviar, embora ainda, para o semestre que vem, nós vamos ter esses dados com mais detalhes.

Vamos falar aqui dos números.

Desculpem-me, pois eu vou olhar a tela lá e estou compartilhando aqui com o celular, porque a internet está um pouco ruim.

Vamos lá. Primeiro, vamos fazer um recorte pelo gênero. Dentro desse relatório é possível ver o número de candidatas, o número de candidaturas *versus* o percentual que foi investido nessa candidatura. Eu vou trazer brevemente alguns números que eu acho importantes, a princípio falando, de uma forma geral, de gênero, lembrando que nós mapeamos todos os partidos que concorreram. Então, dentro desse *ranking*, também tem lá os partidos, qual foi o comportamento dos partidos, o número de candidaturas que os partidos colocaram no pleito, aqueles que de fato saíram vencedores, os que não foram eleitos e quanto isso custou.

Eu estou... Vou começar por este número... Eleitos. As candidaturas femininas tiveram, olhando da perspectiva de *performance*, que é a perspectiva que nós analisamos nos dados... Primeiro, na nossa perspectiva, para a gente limitar um pouco na nossa análise, nós utilizamos o mesmo critério de uma política pública: tem que ser eficiente, eficaz e efetiva. Então, quando nós olhamos os dados, os números, o valor de arrecadação e de investimento nas candidaturas, nós olhamos da perspectiva do partido, se ele foi eficiente, eficaz e efetivo no número que ele elegeu, e também do ponto de vista da candidatura: quanto ela recebeu e como ela investiu esse valor.

Voltando aqui, eu quero reforçar: os nossos dados são a partir do que tem no TSE. Se não tiver no TSE, nós não temos a informação.

Vamos ao Fefc. E nós separamos também por vereança e por prefeitura nos relatórios. Por que nós fizemos separados? Na eleição anterior, em 2020, nós não fizemos separados. Nós entendemos que essa informação é importante, principalmente, por causa, como eu vou falar à frente, do Sistema de Prestação de Contas Eleitorais. Além de as candidaturas serem diferentes em custo, em forma e em desenvolvimento, a lista dos partidos também funciona diferente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando vai colocar essas candidaturas ali para concorrer. E, neste ano, para a gente teve uma novidade que foram os suplentes.

A vereança. Homens não eleitos: 40%, o que representa 15 mil candidaturas – um pouco mais que isso, mas a partir de 15 mil candidaturas. Mulheres: 22 mil candidatas, 59% delas não foram eleitas. É um pouquinho demais, não é? Desculpem, é o contrário: 15 mil candidaturas mulheres, 40% não eleitas; homens, 22 mil, 59% não eleitos. Isso daqui é que eles utilizaram o Fefc, considerando 157 mil candidaturas equivalentes a um pouco mais de R$1,8 bilhão.

E teve também para a gente neste ano uma novidade que são os inaptos. Nós consideramos inaptos aqueles que, ainda no TSE, por algum motivo, aparecem como "concorrendo". Sempre que nós tínhamos algumas dúvidas, nós procurávamos o TSE para nos esclarecer, de acordo com o que está demonstrando ali a plataforma.

Então, vamos lá. Situação dos candidatos em valores dos eleitos: feminino: 128 milhões; e, pasmem, 302 milhões. Quando nós olhamos... Só por isso, já dá para... Não tem como negar, omitir que os homens recebem mais do que as mulheres. Está lá, está declarado, está no TSE. Isso precisa ser olhado. E, dessas mulheres aqui, eu não tenho nenhum recato em dizer que muitas só receberam no dia seguinte ao da eleição; não é nem na véspera, é no dia seguinte ao da eleição, do pleito. E muitas dessas mulheres não tinham acesso às suas contas. São coisas que nós precisamos rever enquanto estratégia. E quando eu digo "nós", eu me refiro às minhas colegas, às mulheres pretas deste país.

Nós precisamos também nos articular em relação às estratégias que estão sendo usadas, como é dito, para nos incluir ou para avançar para que nós cheguemos ao poder. Não! Existe também uma contraestratégia diante disso. Porque se prometem um dinheiro para você concorrer a algo e tem uma despesa alta, como podem entregar esse dinheiro depois da corrida? Isso é inadmissível e acontece muito, principalmente com vereança.

Bom, aproveitando que eu estou fazendo esse recorte das estratégias que chegaram também para nós, porque as mulheres chegam para a gente desesperadas: "Olha, eu não recebi o dinheiro, eu estou endividada, tem pessoas me cobrando, tem pessoas que eu contratei, lugares que eu loquei, carro que eu aluguei, estou com cartão de crédito estourado, eu preciso pagar. Cadê o dinheiro do partido?". Eu faço a mesma pergunta aqui. Deixo essa pergunta para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todas as minhas colegas. Se alguém tiver resposta a esta pergunta: cadê o dinheiro do partido antes das eleições e depois das eleições?

Pois bem, seguindo aqui, para eu não ocupar muito tempo, para nós termos tempo para o debate – para que a Pérola possa fazer umas considerações também, então não vou ocupar todo o tempo para que nós possamos conversar –, eu vou para o ponto que nós estamos discutindo aqui: mulheres e pessoas pretas. É triste ver como foi feito. E aqui eu deixo também, direcionado ao Senador: Senador, nós procuramos os partidos todos, sem exceção, e as respostas que nós temos é: "O dinheiro vai chegar". Porque, para a gente, no 72 Horas – somos quatro pessoas; embora pareça que somos muitos, nós somos quatro pessoas –, é angustiante quando chega uma mulher do interior do nosso país e diz assim: "Eu estou ameaçada nas ruas, eu estou devendo, eu não posso sair à rua nem para continuar a minha campanha". Então, a gente mobiliza todas as redes, todas as mulheres que nós conhecemos, os grupos de mulheres negras principalmente...

E eu sou muito feliz porque uma coisa que ninguém pode negar no nosso país é que nós somos muito unidas. Quando a gente está junto, a gente movimenta este país sim. Nenhuma mulher fica sozinha, e não vai ficar. Procure que você sempre vai encontrar agora, com os nossos movimentos, uma mulher que vai defendê-la, lutar por você, você que nos ouve. Procure. Aqui você ouve diversas instituições, mas tem muito mais. E, se a instituição que está aqui não puder ajudar, ela vai encontrar uma parceira em uma região e falar: "Olha, aqui tem uma mulher para te apoiar". Então, é uma alegria mesmo, no nosso país. Nós mulheres negras estamos muito unidas e crescendo nessa união, em todas as áreas; seja no setor privado, seja no setor público, nós somos mulheres e negras unidas e decididas a mudar o nosso país.

Vamos aos números. Vereanças: relação de candidaturas de vereança por cor, raça e gênero. Tem uma discussão que eu acredito que nós também vamos trazer aos colegas, a todos, de que precisamos aprofundar a relação – que é como está no TSE, não é? –, em que raça e cor estão separadas.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AMANDA BRITO (*Por videoconferência.*) – E tem as etnias que nós precisamos considerar também. O 72 Horas se aproximou mais das pessoas indígenas, que são... E aí nós entendemos também que a gente precisa compreender melhor o nosso país a partir das etnias.

Então, dito do jeito que está, é como eu vou passar para vocês.

Os recursos do Fefc, no geral, 1,8 bilhão. De fato, o que foi para candidaturas negras é muito pouco, gente. Se eu considerar que o Prefeito de São Paulo, que é a cidade de onde eu falo hoje, com 51 milhões... Como é que um Prefeito... Se tivéssemos uma candidatura de uma pessoa negra lançada aqui, à Prefeitura de São Paulo, como seria?

Então, é algo que a gente precisa olhar. Dinheiro importa. Esta é uma frase que o nosso 72 Horas reforça sempre: dinheiro importa...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AMANDA BRITO (*Por videoconferência.*) – ... não só para subsistência, mas para se tornar competitivo no nosso país. Competitivo, digo aqui, mais uma vez: competitivo eleitoralmente.

Está todo mundo preparado? Eu estou tentando preparar vocês. Vamos lá!

Eleitos, em valores. Feminino branco, de 1,8 bilhão, fazendo um recorte aqui, do Fefc; feminino branco, 74 milhões, de 1,8 bilhão, ou seja 74 milhões destinados a candidaturas de mulheres brancas; mulheres pardas – falando dos eleitos, das pessoas eleitas –, 30 milhões; mulheres pretas, que se declararam pretas, 22 milhões. Eu não vou trazer o número de quanto isso significa de candidatura, que vai dar a entender que uma mulher teve que fazer uma campanha com menos de um salário mínimo, a depender da região.

Então, esse cálculo... No nosso relatório para o ano que vem, isso vai estar esmiuçado, mas para hoje não vou trazer essa informação.

Masculino, de 1,8 bilhão do Fefc, 178 milhões foram para homens brancos; homens pardos, 112 milhões; homens pretos, 28 milhões. De 1,8 bilhão, homens pretos também receberam 28 milhões. Se a gente olhar, depois tem uns percentuais, ou seja, de pessoas que se declararam pretas, 22 milhões foram para mulheres, e, para homens, 28 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Partidos, não é um favor que vocês nos fazem; vocês têm uma obrigação – melhorem os números de vocês.

Vamos aos não eleitos. Aí, nos não eleitos, candidaturas brancas caem, vão lá para o final.

Vou encerrar aqui, a Comissão disse que acabou meu tempo. Então, vou só fazer esse recorte.

Feminino, vai lá para o final, as não eleitas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A senhora está indo muito bem! Como nós temos uma outra etapa ainda, por isso é que o pessoal dá um alerta para os convidados via *online*.

Continue e fique bem à vontade.

A SRA. AMANDA BRITO (*Por videoconferência.*) – Já acabou o meu tempo? Eu posso resumir aqui. Só vou fechar uma consideração final.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já acabou, mais ou menos, há uns dez minutos, mas nós estamos resistindo aqui. No bom sentido, a gente vai dando mais tempo para todos. Não é só a senhora: todos receberam mais tempo.

A SRA. AMANDA BRITO (*Por videoconferência.*) – Os números são muitos desafiadores...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É um belo trabalho. Parabéns!

A SRA. AMANDA BRITO (*Por videoconferência.*) – Então, só para resumir, o nosso alerta...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AMANDA BRITO (*Por videoconferência.*) – Eu vou compartilhar esses históricos com aqueles que precisarem – se tiverem dúvidas, procurem-nos também –, mas eu vou deixar um alerta, porque, no contraturno, o que é que vem agora? As candidaturas ficaram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

endividadas. Muitas candidaturas. Majoritariamente, mulheres e pessoas pretas. Então, fica o alerta, porque já recebemos casos de mulheres que foram para a situação de rua, porque perderam até o seu patrimônio. Isso é inadmissível.

Então, Sistema de Prestação de Contas Eleitorais: Partidos, designem pessoas para instruírem as candidaturas sobre como funciona esse sistema. Entendo que o partido diz: "Mandem para a gente, que nós vamos fazer", mas nem sempre isso acontece no tempo hábil, ou, quando acontece, vai com muitos erros, e as mulheres acabam... E essas pessoas acabam endividadas.

Então, para ser uma política eficiente, eficaz e efetiva, nós precisamos melhorar a inscrição dentro dos partidos: não simplesmente entregar um *kit* para que essas pessoas assinem, mas dizer também o que elas estão assinando.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito, muito bem, Amanda Brito, representante da organização plataforma 72 Horas.

Parabéns pela sua exposição! Conceito, coragem, espírito público e muitos dados, muitos dados, o que é importante, porque esta audiência pública irá ao ar outras vezes além deste momento em que está indo ao ar pela rede do sistema de comunicação aqui do Senado, neste momento, e voltará depois, em outros dias, e a gente vai comunicar quando ocorrer.

Agora vamos para a nossa última convidada, Maria José de Souza Silva, mulher negra, quilombola, Professora graduada em Pedagogia e pós-graduada em Neuropsicopedagogia, liderança comunitária.

Antes de passar a palavra para você, a assessoria pede que eu faça um registro.

Agradecemos também a Monise Avelim de Paula Nascimento, da Tenda das Candidatas, e Mariana Rosa, do Movimento Pretistas, que ajudaram muito a organizar – do que eles botam eu assino embaixo – esta genial e essencial audiência pública.

Então, ficam aqui os cumprimentos. (*Palmas.*)

Agora, Maria José, com você.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA JOSÉ DE SOUZA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia.

A SRA. MARIA JOSÉ DE SOUZA SILVA (*Por videoconferência*.) – ... a todos e todas que estão *online*, que estão aí presentes.

Quero dizer da satisfação de poder conversar, pelo menos de forma virtual, com o Senador Paulo Paim, que sempre acompanho na Câmara suas sessões, suas falas, e muito me honram seus posicionamentos.

Também sou professora e fui candidata a Vereadora nesse pleito deste ano.

Quero dizer que eu não vou também ser muito repetitiva, porque fui contemplada em todas as falas das companheiras que me antecederam, mas quero trazer também uma reflexão para o partido de quem...

A gente viu aqui vários tipos de violência que nós candidatas, principalmente mulheres, sofremos durante esse pleito no sentido de não receber recurso ou receber um recurso mínimo. E, quando a gente faz esse reporte para cidades pequenas do Nordeste, como a em que estou, localizada no Sertão central, no Município de Mirandiba, isso é muito mais relevante para a gente debater as questões políticas, em pleno século XXI, nas quais nós estamos inseridos e inseridas.

Quero saudar também o grupo das mulheres "pretistas", dentre as quais fui escolhida para estar aqui representando também, junto com a Pérola, e dizer que, em relação às cotas de que a gente está falando, que elas realmente sejam bem distribuídas, porque a gente já sabe que as mulheres negras quilombolas têm um desgaste muito grande que é o de fazer todo o percurso político, de pedir voto, de andar nas comunidades, e, quando não se tem subsídio nenhum para se fazer esse trabalho, isso fica muito prejudicado. Por quê? Porque as candidaturas para Prefeito, para Deputado e para Senador estão respaldadas dentro dos municípios pequenos através da nossa representação local. Então, se nós candidatas não estamos sendo... Se, de uma certa forma, o partido não está discutindo de forma igualitária essas divisões da cota e também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os fundos partidários, isso nos impossibilita de manter um trabalho consistente, para que tenhamos condições realmente de fazer o trabalho que deve ser feito.

Então, quero dizer para todos que hoje a gente percebe que, para se eleger, não precisa somente querer, mas também que se tenha subsídio financeiro. E esse subsídio financeiro muitas vezes compra a dignidade de muitas pessoas.

Em uma candidatura que nasce com o pleito de fazer o bem para a comunidade, de defender direitos, principalmente da população negra, que já é invisibilizada apenas por ser negra, quando a gente vai ocupar esses espaços de tomada de decisão, isso nos coloca mais ainda dentro de um sistema que nos oprime e que nos violenta. Quando se fala no recorte feminino e no recorte LGBTQIAP+, isso complica mais ainda.

Então, quando a gente vai olhar quem está dentro das direções dos partidos, vemos que são pessoas brancas. Isso prejudica também de uma certa forma esse olhar sensível para valorização das candidaturas. Então, quando a gente pega só um exemplo aqui da população do nosso país, que fica em torno de 55,5% da população, de 513 Deputados, 370 são brancos, e 134 são negros. Então, logicamente, pela população que a gente tem no Brasil, era para a gente ter essa maioria representada tanto nas Câmaras Municipais quanto nas outras duas esferas, estadual e federal; mais isso a gente ainda não tem.

Então o que é que a gente percebe? É que precisa de mais política incisiva, de reconhecimento, porque oportunidade está tendo, mas, na prática, essa oportunidade não faz com que essas representações ocupem, de fato, esses espaços. Por exemplo, ser eleito, isso ainda não nos garante. Teve um crescimento razoável de mulheres negras se candidatando e de homens negros e pardos se candidatando, mas a gente ainda percebe que esse número ainda é muito baixo, para ser um pleito decisivo: me elegi, ou então cheguei lá!

Então a minha fala é muito assim particular, dentro da vivência de que estou chegando agora na política. Sou uma mulher negra que vem da área rural de uma cidade de 13 mil habitantes. E a gente vivenciou, eu também vivenciei uma violência. Que tipo de violência? Eu fui agraciada com o Fefc, mas também, porque eu recebi esse recurso, eu fui violentada pelos meus companheiros de partido, entre outras pessoas também, porque eu recebi, e eles não receberam. E como que eu ia explicar toda essa questão? Então, a gente sofre violência por não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

receber e, quando recebe uma pequena parcela... E a gente não consegue, porque esse valor é muito, digamos assim, não é o suficiente para que as mulheres, entre outras pessoas, possam se eleger, porque, quando a gente observa a política de hoje, não tem muita coisa de se dizer que você tem muito serviço prestado, que tem conhecimento, índole. Muitas vezes a população não conta com isso, não é? A população conta com o dinheiro, o dinheiro se sobressai.

Então a compra de votos foi muito explícita, sem escrúpulo nenhum, e isso prejudicou muito as candidaturas, principalmente as candidaturas do PT, que foram candidaturas perseguidas, que foram trucidadas, que foram bem violentadas, principalmente nesses municípios pequenos, inclusive em Mirandiba, no qual eu estou inserida.

E quero dizer para vocês que não vou me estender, não vou usar todo o meu tempo, porque também eu estou aqui participando de um seminário da educação escolar quilombola e a minha fala daqui a pouco vai acontecer.

Quero dizer, assim, da satisfação de as companheiras também já terem relatado, retratado, pontuado os dados também que eu fiz aqui nos meus relatórios, mas eu queria enfatizar essa questão das representatividades que tem dentro dos partidos. Quem são essas pessoas que estão fazendo parte dos diretórios nas tomadas de decisões, para que as candidaturas da população que enfrenta os pleitos nos municípios sejam realmente valorizadas e para que a lei seja cumprida de fato?

Quero agradecer também à Mariana, das candidatas "pretistas", por este momento muito importante, para que a gente possa estar aqui compartilhando nosso sentimento, nossas vivências em relação às candidaturas de mulheres e mulheres negras, do povo LGBTQIP+, aqui no estado e no Brasil.

Então, é importante, Senador, que a política dentro do partido melhore, para que nós tenhamos essa coragem de ir para o enfrentamento dentro da política nesses territórios, que é tão violenta, quando se trata de política, e para que se garanta também essa qualidade de fazer política e se garanta também essa oportunidade de fazer a política de igual para igual na disputa.

Então, é isso que eu queria ressaltar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Maria José de Souza Silva, mulher negra, quilombola, Professora, graduada em Pedagogia e pós-graduada em Neuropsicopedagogia, liderança comunitária.

Meus cumprimentos pela sua fala, que foi direta e objetiva, e isso faz com que a gente possa, então, dividir um pouco mais do nosso tempo. Eu vou explicar por que eu estou dizendo isso. Eu estava consultando, 12h30... Almoço eu já esqueci, isso já não existe. Eu às vezes almoço entre as 2h e as 3h da tarde, mas já me acostumei, não tem problema. Eu saio das Comissões, dou as entrevistas, depois vou para o Plenário, eu falo lá as duas horas e depois eu vou almoçar. O meu horário é 2h30, 3h, quase todo dia.

Neste momento, agora, por isso estou fazendo esse esclarecimento, nós poderíamos ter no máximo – no máximo – cinco minutos para as considerações finais. E teremos que fazer aqui de quem está presente, porque quem entrou por videoconferência não teria essa possibilidade. Então, entre as presentes, cada uma de vocês terá cinco minutos para as considerações finais. Nós teremos que terminar ao meio-dia. Ao meio-dia a gente termina, mas primeiro eu vou ler aqui as perguntas que vieram pelo e-Cidadania.

Isso a gente fez, já fizemos isso diversas vezes. Respondem os que estão presentes, e os que estão à distância... Muitos eu sei que já não estão mais, porque não avisaram que não estariam, mas fica já o agradecimento aos que colaboraram à distância, com belas palestras.

Vamos lá, para ganhar tempo.

Perguntas que vieram pelo e-Cidadania.

Elinton, do Rio Grande do Sul: "Quais iniciativas [...] poderiam ser implementadas para tornar a representatividade na política mais próxima da diversidade demográfica?".

Eu vou pedir que a nossa equipe dê uma cópia para cada um dos que estão aqui na mesa e usarão da palavra.

Victor, de Minas Gerais: "Quais ações podem ser adotadas para ampliar a presença de mulheres e pessoas negras nas próximas eleições municipais?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jônatas, do Mato Grosso: "O Brasil tem avançado [...] o diálogo de pautas para a comunidade [...] [LGBTQIAPN+] mas [ainda] tem muito a melhorar. Como o Senado [...] [vê esse progresso]?".

João, de Santa Catarina: "Como as políticas e leis eleitorais impactam a representatividade nos cargos eletivos?". Segunda pergunta que ele faz: "De que forma o militarismo influencia nessa inclusão?".

Rio Grande do Sul... Aline, do Rio Grande: "[...] [Diante do resultado das] eleições de 2024, o que se [...] [pode esperar] para 2026 em relação às políticas públicas [...] [voltadas para as minorias]?".

Helisiaquésia, do Ceará, pergunta quais ações poderiam ser aprimoradas na esfera municipal para superar desigualdades ainda presentes em nosso país.

Danilo, do Rio de Janeiro: "Com base [...] [nas] eleições de 2024, quais foram os avanços [alcançados] em relação à diversidade nas câmaras municipais e prefeituras?".

João, de Minas Gerais: "Quais medidas [...] [estão sendo implementadas pelos municípios] para promover o acesso de minorias aos cargos públicos?".

Aqui são três comentários.

Eilor, de São Paulo: "As mudanças necessárias nos direitos das mulheres, negros [e negras], povos originários e [...] [LGBTQIAPN+] dependem da correta representação política! [...]".

Oswaldo, do Rio de Janeiro: "Justiça cidadã se [...] [constrói] elegendo pessoas [...] [éticas, preparadas e comprometidas], independentemente de gênero ou raça".

Como veem... Toda unanimidade dizem que é burra; aqui uma pessoa pensa diferente de tudo que nós falamos aqui e de todo este debate. Mas isso é democrático e fica aqui. Eu agradeço também a tua contribuição, Oswaldo, do Rio de Janeiro.

Renato, da Paraíba: "[Esse] é um tema bastante [...] [relevante]. [...] [Estamos falando] de representantes de grupos sociais, que [...]" costumam encontrar maior espaço de representatividade apenas em ONGs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este, então, entende correto; 99% dos comentários aqui foram favoráveis ao debate que vocês aqui lideraram nesse dia, tanto aqueles à distância como vocês aqui presentes.

Como temos pouco tempo, eu vou de imediato passar aqui para que vocês, dentro do possível, escolham algumas respostas. Sei que em cinco minutos... Não sei se dá, mas aqui, pelo meu cálculo, vocês podem falar sete minutos cada uma.

Eu vou abrir mão da minha fala de encerramento porque me sinto muito bem representado por todas vocês, mesmo aquelas que falaram à distância e vocês que estão aqui na mesa.

Então, de imediato, Juliana Araujo, representante da organização VoteLGBT.

Você tem sete minutos, e aí não vai ter tolerância. No sete, a campainha toca.

A SRA. JULIANA ARAUJO – Eu não pretendo usar o tempo todo, não. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O meu problema é o seguinte: estão pedindo... Eu vou falar aqui agora porque a melhor coisa é ser transparente e falar a verdade, não é?

Quantos foram por videoconferência? Vamos ver aqui.

Por videoconferência foram... (*Pausa.*)

Um, dois, três, cinco. Cinco por videoconferência.

A Pérola, que é uma jovem do Rio Grande do Sul, pediu se pelo menos ela poderia falar os mesmos cinco, seis minutos – teria que ser cinco para cada um, daí – por todos os que falaram por videoconferência. Se houver concordância... Façam uma pesquisa aí pelo... Se todos concordarem, a Pérola falará cinco minutos, por videoconferência. (*Pausa.*)

Está bom. Aqui na mesa, todos concordaram.

Pérola, tu és ligeira, hein? Ela está ouvindo lá. Tu conseguiste. Tu conseguiste por unanimidade, viu?

Então, a Pérola falará por videoconferência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou botar para falar agora a Juliana, nos seus seis minutos... Viraram seis, agora, viu, Juliana?

Juliana Araujo, representante da organização VoteLGBT, nos seus seis minutos finais.

Escolha alguma das perguntas. As outras... A Comissão responde às que não forem respondidas aqui neste momento.

A SRA. JULIANA ARAUJO (Para expor.) – Só quero fazer uma fala muito breve.

Vários dos comentários e perguntas foram inquietações sobre possíveis estratégias para a promoção de diversidade na política. Muitas das nossas estratégias têm sido no sentido de incidir sobre o Poder Judiciário. A gente conseguiu algumas conquistas interessantes por meio de resoluções do TSE, decisões judiciais, coisas nesse sentido.

Quero aproveitar a oportunidade de fazer este debate nesta Casa Legislativa para provocar a elaboração de políticas públicas e legislação específica para a inclusão desses grupos e reiterar que não existe uma ação afirmativa específica para a população LGBT no âmbito eleitoral.

É isto: deixo os votos de que a gente consiga pautar isso num futuro breve.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar presente aqui e agradeço novamente ao Senador Paulo Paim.

Bom dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Juliana Araujo, representante da organização VoteLGBT, que sintetizou a sua fala, cumprimentando a iniciativa que foi de vocês. Eu só sou a ferramenta aqui para ajudar a encaminhar as propostas que chegam ao Senado. Muito obrigado, Juliana.

De imediato, Luana Santos de Oliveira.

Todos podem usar, no mínimo, seis minutos.

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA (Para expor.) – Bem, eu queria agradecer a oportunidade de estar nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para ser justo com você, como serei com os outros: Luana Santos de Oliveira, candidata à Vereadora, pelo PDT, no Município de Balneário Camboriú.

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA – Com o nome de urna de Luanitta, tá, pessoal? Luanitta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bom, para saberem que é você que está aqui.

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA – Eu queria agradecer a oportunidade de estar nesta Comissão, de expor aqui essa minha vivência. E olhando as perguntas aqui, eu achei muito interessante quando o João, de Minas Gerais, pergunta sobre medidas que estão sendo implementadas pelos municípios para promover o acesso da minoria a cargos públicos. Cabe destacar a importância da educação para a cidadania. Lá em Santa Catarina, em muitas Câmaras de Vereadores, há o Programa Vereador Mirim. E enquanto eu era servidora na Câmara de Vereadores de Joinville, nós criamos O Legislativo vai à Escola.

A ideia é desencastelar o Legislativo, levar o Legislativo para dentro das escolas para que a gente possa fazer a educação voltada para a cidadania; explicar qual é a função do Vereador, do Prefeito, do juiz, para que a nossa juventude, os jovens, possam entender o que é, qual é o trabalho e qual a importância para mudar a vida das pessoas da comunidade. E, quando a gente ia até lá, a gente falava sobre problemas muito simples, por exemplo, como a merenda, que é algo que traz esse entrelaçamento da cidadania, da juventude. E eles: "Olha, nós queremos uma merenda melhor", então a gente, a partir disso, começava um debate político. Então, essa é a importância para a educação, para a cidadania, para que mais jovens queiram participar e, consequentemente, os jovens periféricos, as mulheres, as mulheres negras.

Eu fico imaginando se eu, lá em 1992, tivesse participado de um programa desse, acho que não seria servidora pública, acho que já seria uma Deputada ou alguma coisa assim. Enfim, pessoal, acho que a educação para a cidadania é primordial e, para o nosso futuro, isso é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, quando se fala sobre políticas públicas voltadas para a população, trazendo recorte de gênero e raça...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUANA SANTOS DE OLIVEIRA – ... sempre vai ter alguém que vai dizer que não é importante, que independentemente... Mas, quando a gente coloca esse ponto de vista "independentemente", é justamente aqueles que já estão se mantendo na sua posição de privilégio, já se sentem representados.

Então, não é para essas pessoas que a gente está aqui lutando, a gente está lutando para aqueles que não se sentem representados, que a gente precisa de aliados para a nossa causa, para cada vez mais esta Casa ser mais representativa, com mais mulheres negras, mais homens negros, mais pessoas periféricas, LGBTQIA+, aqui legislando e trazendo decisões para o nosso país.

Obrigado, pessoal, um grande abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Luana Santos de Oliveira, candidata a Vereadora pelo PDT no Município de Balneário de Camboriú, direta e objetiva, cumprimentando o evento, que foi ao vivo para todo o Brasil.

Vamos agora à Richelle Costa, representando o Mulheres Negras Decidem.

A SRA. RICHELLE COSTA (Para expor.) – Bom, tentei ser sucinta e compilar todas as perguntas ou parte delas. Eu acho que uma coisa, algo na ordem bem prática, é revisitar um pouco as legislações e as ações afirmativas que tramitam nesta Casa, que tramitam na Câmara e também algumas ações publicadas pelo TSE em relação às candidaturas, às regras para o processo eleitoral e considerar muito as questões de raça, de gênero, pensando nessa equidade. E acredito que nós, enquanto movimento das mulheres negras, o movimento negro, no geral, com certeza estamos e sempre estaremos à disposição de criar e afinar, o máximo possível, esses dispositivos legais que possam fortalecer e impulsionar as candidaturas.

Acho também uma coisa que é muito importante, e a gente tem discutido muito, é fiscalizar e punir verdadeiramente partidos que não cumprirem as regras, que não cumprirem o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que está na lei. Não dá mais para a gente ver sendo aprovada uma outra anistia partidária. É isso, a PEC 9 foi aprovada, e a gente já percebe que uma nova PEC pode acontecer a qualquer momento, já pensando no pleito de 2026 – encerrando o 2024, pensando no 2026. Então, eu acho que é, pensando nessa revisão desses dispositivos legais, pensar em como enfrentar e como barrar a possibilidade mínima de anistiar mais uma vez partidos políticos.

E acho que também não é possível... Fizeram uma pergunta aqui sobre as políticas públicas para superar desigualdades e tal. Acho que não é possível construir políticas públicas justas e igualitárias apenas na perspectiva de um grupo social, racial e que é minoria populacional, que são homens brancos, que é a maioria esmagadora dos eleitos neste país.

E há um mito muito grande de que mulheres negras governam apenas para si mesmas. Primeiro, não tem como governarmos para nós mesmas, visto que, como já disse anteriormente, como a Munah e todas falamos, somos maioria populacional. Inclusive o Mulheres Negras Decidem lançou uma pesquisa chamada balanço de parlamentares. A gente analisou os mandatos de mulheres negras eleitas em algumas partes do país – não deu para contemplar todas, é óbvio –, pensando nos mandatos de 2019 a 2022, muito para poder contrapor esse discurso, que não tem o menor cabimento. E, analisando esses mandatos, a gente conseguiu identificar que todas essas mulheres negras eleitas são pioneiras em aprovar e ter compromisso com pautas que atingem a população em geral.

Nós fizemos também um levantamento que a gente chama mais ou menos de "a ODS dessas mulheres negras". A gente elencou ali dez maiores temas que abarcam a população e que são temas que as mulheres negras eleitas priorizam nos seus mandatos, que são: mobilidade urbana, enfrentamento à insegurança alimentar, violência doméstica, violência política, que são pautas que atravessam o nosso dia a dia – falar da saúde, do postinho de saúde ali do município pequeno, falar do transporte que funciona e que não funciona, falar da passagem que é caríssima. Enfim, acho que também...

E, pensando na atuação dessas mulheres, que é uma atuação brilhante, eu também acredito que um desdobramento muito importante é o compromisso no enfrentamento à violência política. Então, nessa revisita desses dispositivos e ações, que seja incluído, de forma muito séria, o enfrentamento à violência política, porque é isto: fazer legislações que permitam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que essas mulheres acessem a política, se candidatem e tenham seus mandatos. Mas, quando elas são eleitas, o que a gente pode fazer para cuidar dessas mulheres, assegurar que elas consigam fazer o seu mandato com segurança, sem temer a própria vida, sem temer o seu discurso político e ter essa insegurança? Como eu disse, tem mulheres que são revitimizadas porque elas sofrem a violência, são ameaçadas, e isso volta para elas mesmo porque elas ficam enclausuradas, sem poder exercer esse poder.

Então, precisamos cuidar dessas mulheres, precisamos também fortalecer o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humano, e aqui eu friso muito, porque é isto: assim como A Tenda, assim como o MND, nós trabalhamos com mulheres – nós trabalhamos não –, acompanhamos, somos parceiras de mulheres de territórios muito deflagrados, mulheres inclusive da Região Amazônica, que sofrem ameaças do agro de forma muito ferrenha.

Então, como cuidar dessas mulheres para além do eixo Sudeste, para além das grandes capitais, como a Mazé trouxe, não é? Eu acho que pensar nesse fortalecimento do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos é importante, muito pensando na atuação do Senado, muito pensando na atuação do Ministério dos Direitos Humanos.

E é isso. Tentei compilar para não atravessar ali o tempo.

E aí, mais uma vez, eu gostaria muito de agradecer à Isabel, maravilhosa em abrir essas portas para nós; e ao Senador Paulo Paim, por se colocar muito...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RICHELLE COSTA – ... nesse lugar de estar andando lado a lado com o movimento de Mulheres Negras e pensando em como fortalecermos, como impulsionarmos esse protagonismo.

É isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Richelle Costa, representante do Mulheres Negras Decidem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, mediante a votação unânime dos que falaram à distância, eu passo a palavra à Pérola Sampaio, bacharel em Direito pela PUC-RS, Psicopedagoga Clínica e Institucional pela PUC-RS também, e integrante da Coordenação Executiva da Associação de Juristas pela Democracia e do movimento pretistas.

É com você, Pérola.

A SRA. PÉROLA SAMPAIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Primeiramente, Senador, quero agradecer a iniciativa deste importante debate; ele é imprescindível e temos que continuar fazendo-o. Mas quero aqui também agradecer ao nosso coletivo de pretistas, que nos indicou para estar aqui, neste espaço tão importante. E aí quero fazer referência a uma das idealizadoras do grupo pretista, que foi a Mariana, que mora aí em Brasília, trabalha no Senado – deve estar por aí ou em alguma sala –; porque a nossa rede é muito grande, nós estamos em todo o Brasil, como mulheres negras e articuladas.

E também quero fazer aqui referência, nas considerações finais, a que o racismo estrutural nos mata diariamente e nós temos que enfrentá-lo, tanto o racismo institucional quanto o racismo estrutural. É muito difícil para nós chegarmos no patamar no qual nós estamos, nós mulheres negras; se falarmos então das mulheres negras retintas, é mais ainda, porque a gente sabe que o racismo é muito maior conosco. Então, a autoestima que nós temos de não baixar literalmente a nossa cabeça, mas falarmos olhando olho no olho; falarmos com a cabeça para cima, porque o corporal também fala; termos a capacidade de pegar o microfone, solicitar intervenção, falar em espaços públicos nos demandou, para algumas, muitas terapias, muitas formações políticas e muitos ingressos em vários grupos sociais.

Quero também falar aqui que nós não somos herdeiras e herdeiros, nem economicamente nem politicamente, de quadros políticos, e tampouco temos amigos políticos. O que nós temos são pessoas que admiram o trabalho de construção política coletiva que nós fazemos dentro dos movimentos sociais nos quais nós estamos, porque muitas se afastaram e, como diz o senso comum, "vazaram", para não dizer abandonaram a luta. E falo isso porque trago também aqui comigo a luta do *hip-hop*. Então, é preciso falar que muitas pessoas chegam também, de um ano para o outro, e se filiam a um partido político para serem candidatas, enfim, por interesses outros, às vezes até internos. E quem tem que ser valorizada e valorizado é quem constrói essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

luta desde muito; quem estava nos momentos mais difíceis abraçando o partido, levando a bandeira e defendendo as pautas de lutas, como as cotas, de que já aqui falei, não vou me estender, que foram grandes embates, inclusive, no Supremo Tribunal Federal, em momentos anteriores – e nós estávamos aqui para defender.

E muito foi falado também da questão econômica da mulher e da não participação dela na política. Por isso que eu fiz referência, lá no início da minha fala, do quão importante é a gente fortalecer e empoderar as medidas do Governo Federal agora com relação à reforma tributária.

Então, quero dizer que a nossa campanha foi coletiva. Nós tivemos o apoio do Movimento Negro Unificado, da Marcha Mundial de Mulheres, da Associação de Juristas pela Democracia, do Fórum Permanente do Hip Hop, do Instituto EcoVida, da Frente Negra Gaúcha, do Movimento 50-50 de Advogados e Advogadas, da Juventude Kizomba, da Coalizão Nacional de Mulheres, da Rede de Mulheres Negras – minhas grandes irmãs – e do Fórum Permanente de Juventude Negra. E aí não foi fácil, numa campanha política, como a Amanda colocou com muita propriedade técnica aqui, com pesquisas, a gente fazer 2.612 votos. Isso porque desde menina eu participo dessa luta e sou filiada ao Partido dos Trabalhadores e das trabalhadoras. E digo – não tenho vergonha de dizer – qual a bandeira que defendo e qual campo político que sou. Esse campo político tem cara, tem identidade, e foi o partido que mais ousou neste país em fazer políticas públicas reparatórias...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PÉROLA SAMPAIO (*Por videoconferência.*) – ... que nós chamamos hoje de reparação, que são as cotas para negros e negras em diversos lugares.

E aí, Senador, nós estamos nos encaminhando para 2026; iremos eleger em 2026 Deputados e Deputadas também, estaduais e federais, e ao Senado, na qual o Senador não vem mais, segundo algumas declarações. Então, queremos contar, Senador, contigo nesta luta, porque o teu legado tem que ser substituído por pessoas negras. E isso é um debate que tem que ser feito internamente no partido. E aí nós contamos com a tua capacidade política para contribuir com isso, porque nós sabemos que isso tu tens muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui finalizar a minha fala para dizer que o encaminhamento que quero aqui fazer... Foram trazidos muitos debates ricos aqui. A Mariana nos trouxe dados assustadores – assustadores – e que têm que ser denunciados no Ministério Público Federal, porque tem uma lei que tem que ter cota para negros e negras, que tem que ter cota para mulheres. E, se isso não foi cumprido, algo tem que ser feito com relação a isso. Tem que ser cobrado no âmbito jurídico, não político neste momento, mas sim jurídico. Esta é a instância devida.

Então, quero aqui dizer da importância de a gente poder, Senador, ter essas mesmas debatedoras que estavam aqui e as *online* que não conseguiram estar presencialmente aí num outro debate, com esse mesmo tema, mas presencial, com o apoio do Senado Federal, para a gente estar aí com a nossa carinha preta mostrando quem nós somos, de onde viemos e o que queremos para 2026, 2030 e para os próximos períodos e para os próximos dez e 20 anos. Nós queremos construir uma política pública reparatória de negros e negras no Parlamento brasileiro, nas três esferas: municipal, estadual e federal.

Grande abraço, rumo à vitória da democracia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grande Pérola Sampaio, do Rio Grande do Sul, líder que concorreu agora para Vereadora. Fez uma expressiva votação, mas, por causa do destino, ela não conseguiu estar colocada, porque tem a questão eleitoral da soma dos votos, não é? E, muitas vezes, quem faz mais votos individualmente não vai.

Tem outra colega, e vou até citar o nome dela, tenho o maior carinho por ela, a Abigail. Ela fez em torno de 5 mil votos e não entrou. Ela é do PCdoB. E um outro candidato ou candidata, que fez 2,5 mil, entrou. Isso é fato, é real, porque é a soma dos votos, e influencia o voto partidário.

Queria só agradecer muito a todos vocês. Eu havia proposto, Pérola, se me permitir, antes já, que não faríamos uma reunião na Comissão. A minha intenção, pelo brilho que vocês deram a esse tema, pela capacidade indiscutível intelectual, corajosa, de independência, sabedoria – eu sou fã de frente ampla, viu? E de uma frente ampla em que as causas estejam sempre em primeiro lugar –, eu vou pleitear para que a gente faça, se não for, claro, este ano, não dá mais tempo, para termos este debate no Plenário do Senado, convocando, não é convocando,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convidando os Senadores para estarem lá para ouvirem vocês e outros convidados até num tempo maior. Fica esse compromisso.

O segundo compromisso, que nós apresentamos na abertura, é a possibilidade de apresentar uma PEC. Eu acho que é unanimidade entre nós que poderão vir outros e outros projetos – de interesse da democracia, eu diria, da democracia! – de interesse de negros, de brancos, de indígenas, de LGBT, enfim, de todos os segmentos da sociedade. É avançar cada vez mais na diversidade, e isso passa por um debate e uma lei correta. Mas nós apresentaremos, se vocês concordarem, o que eu tentei na PEC 9: votar pelo menos 30%, no mínimo 30%. É só botar a palavra "mínimo" ali naquela que foi aprovada – talvez seja mais fácil do que fazer uma mudança maior – sem prejuízo de nós outros todos irmos construindo – quem sabe? – uma PEC. Nós termos uma PEC avançada e apresentá-la para o debate, porque eu aprendi, nesses meus 40 anos de vida pública – quatro mandatos de Deputado Federal e três, de Senador –, que, se você não tem proposta, quem tem leva. Tem que ter proposta.

Então, se eu puder dar um conselho agora para – conselho pela idade, viu, pessoal? Não é que eu seja mais sábio – a comunidade toda, que vocês aqui tão bem representaram, seria a gente ter uma proposta. Quem tem a proposta apresenta e vai para o debate. Se não passa toda ela, vai passando em parte, isso já é um avanço, não é? Como a gente fala na política é o seguinte: entre o ideal e o possível, muitas vezes se tem que ficar com o possível, não é? E o ideal você continua perseguindo.

Quero concluir só agradecendo muito. Só vou citar o nome porque estamos estourando o tempo: obrigado, Pérola; obrigado Munah; obrigado Amanda; obrigado, Maria José; obrigado, Juliana, que está aqui ainda na mesa conosco, tanto a Juliana, como a Luana, como a Richelle.

Muito, muito obrigado.

E quero dizer uma frase que, às vezes, repito, mas eu gosto muito dela: para mim – para mim – é uma alegria enorme só saber que no mundo existem pessoas iguais a vocês.

Está encerrada a nossa audiência pública.

Obrigado por tudo. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 9 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 50ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e dois minutos do dia dois de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 63/2024 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Segurança Alimentar para Povos e Comunidades Tradicionais". Participantes: Marcos Ruben de Oliveira, Coordenador do Data Senado; Sra Lina Apurinã, Representante do Ministério dos Povos Indígenas; Claudia Regina Sala de Pinho, Diretora de Gestão Socioambiental e Povos e Comunidades Tradicionais, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Domingos Barbosa, Representante do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais; Adriana Lima, Vereadora e Representante da Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras no Conselho Nacional dos PCTS; Lilian dos Santos Rahal, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (SESAN/MDS); Débora Stefany Epifânia de Oliveira, Integrante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais – CONAQ e representante do CONSEA; Sra Beatriz Lima, Representante do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT e da Rede PCTs - Segmento das Andirobeiras; Charlene Borges, Secretária Geral de Articulação Institucional da Defensoria Pública da União - DPU; Sr. Ronaldo dos Santos, Secretário Nacional das Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Ciganos do Ministério da Igualdade Racial; Sra. Camila Carneiro, Analista de Políticas Sociais e Assessora do Gabinete da Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (SESAN/MDS); e Isabela Cruz, Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/02

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 50ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 63, de 2024, da CDH, de minha autoria, para debater segurança alimentar para povos e comunidades tradicionais.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo, e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Faço aqui uma introdução, como é de praxe, do tema que vai ser fruto do debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhoras e senhores, esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa tem por objetivo debater o tema "Segurança Alimentar para Povos e Comunidades Tradicionais".

Conforme os compêndios, a segurança alimentar é um direito fundamental que ultrapassa questões econômicas e sociais, sendo fundamental para a dignidade humana. Garantir que todas as pessoas tenham acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e qualidade suficientes é um passo indispensável para combater a fome, reduzir desigualdades e promover a saúde pública. Além disso, políticas voltadas para a segurança alimentar fortalecem a agricultura familiar, preservam a biodiversidade e impulsionam o desenvolvimento sustentável. Investir na segurança alimentar não é apenas uma questão de justiça, mas de construir uma sociedade mais equitativa e resiliente, onde ninguém – ninguém! – seja privado de suas necessidades mais básicas.

Esta audiência pública também tem por objetivo apresentar a cartilha sobre segurança alimentar dos povos tradicionais. Ela tem o propósito de propor caminhos para a execução das ações de segurança alimentar e nutricional em territórios tradicionais.

O material que ora apresentamos foi construído a partir do diálogo com lideranças de diversos segmentos de povos e comunidades tradicionais, e expressa seus anseios e desejos de como o Estado brasileiro deve respeitar as formas e dinâmicas territoriais de organização social produtiva e cultural desses territórios tradicionais. Esse material todo que vai ser aqui apresentado... Eu presido a Comissão, mas os painelistas é que construíram todo esse material, e, ao vê-lo, no primeiro comunicado que recebi, eu os convidei para apresentarem aqui. Mas vamos lá: devem-se respeitar as formas e dinâmicas territoriais de organização social produtiva e cultural desses territórios tradicionais ao se implementar programa de segurança alimentar – respeitando a cultura local.

Esta audiência pública é uma proposição conjunta com os Ministérios do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e do Meio Ambiente e Mudança de Clima.

A cartilha oferece orientações para que os gestores públicos possam atender às necessidades específicas de povos e comunidades tradicionais nas políticas de segurança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alimentar. Ela traz informações sobre os 29 segmentos de povos e comunidades tradicionais reconhecidos pelo Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, como quilombolas, ribeirinhos, ciganos, extrativistas, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, entre tantos outros. Para cada grupo são descritos seus costumes, hábitos alimentares e os principais desafios no acesso à alimentação adequada.

Vamos agora convidar os nossos convidados.

Para a primeira mesa, convido, de imediato, Isabela Cruz, Diretora do Departamento de Reconhecimento, Proteção de Territórios Tradicionais e Etnodesenvolvimento da Seteq/MDA. Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Isabela Cruz, convidada à mesa.

Convido agora Marcos Ruben de Oliveira, Coordenador do DataSenado. Presente aqui o DataSenado, que tem feito um belo trabalho nesse sentido de combate à fome. (*Palmas.*)

Convido Lina Apurinã, do Ministério dos Povos Indígenas. Por favor. (*Palmas.*)

Cada convidado, como é de praxe, tem o tempo de dez minutos, mas, como eu sei que ninguém fala em dez minutos, eu sempre digo dez mais cinco, e com a tolerância desta Presidência, está bem? Então, quando der dez minutos, vai tocar a campainha, mas saibam que vão ter mais cinco daí, a não ser que não queiram usar, naturalmente, não é?

Isabela, nós fizemos aqui um sorteio na mesa, e tu foste contemplada para ser a primeira. (*Risos.*)

Então, Isabela Cruz, pode ser ou vocês têm algum ajuste?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Dra. Claudia, por favor, já chegou.

Pode apresentá-la. Pode. Vai começar com você, você apresenta.

Seja bem-vinda, Dra. Claudia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ISABELA CRUZ (Para expor.) – Olá, bom dia.

Com todo o respeito e a devida vênia, não deixe a gente muito à vontade porque a gente se esparrama, Senador. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fique bem à vontade.

A SRA. ISABELA CRUZ – A gente gosta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O bom debate é isso, não é? Aí que a comunicação chega à casa das pessoas. Lembramos que estamos ao vivo pela TV Senado, Rádio Senado e Agência Senado para todo o Brasil. Então, a tua fala vai chegar a, no mínimo, alguns milhões de pessoas.

A SRA. ISABELA CRUZ – Assim seja. (*Risos.*)

Bom dia a todas, a todos, a "todes", ao público que nos assiste de casa.

Eu gostaria de pedir licença aos mais velhos, aos encantados e aos não presentes para que a gente possa ter um bom debate em torno da garantia de direito à segurança alimentar e nutricional para povos e comunidades tradicionais.

Eu me chamo Isabela Cruz, estou no MDA, estou como Diretora do Departamento de Reconhecimento, Proteção de Territórios Tradicionais e Etnodesenvolvimento.

Estar aqui hoje, falando sobre segurança alimentar, vindo do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, nos remete, sobretudo, ao trabalho que desenvolvemos no MDA. Entendo que terão companheiros e companheiras de outros ministérios que muito dominam o tema. Então, na perspectiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o que a gente pode trazer é como a regularização dos territórios, a titulação dos territórios e o reconhecimento do Estado, através da garantia da propriedade coletiva desses territórios, impactam diretamente na segurança alimentar e nutricional dessas comunidades; é pensar que, para garantir o alimento tão sagrado para os povos, é preciso pensar e enfrentar o grande desafio que é a regularização de seus territórios, não é, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente não se furta ao debate, a gente não se furta aos desafios e aos enfrentamentos que, por vezes, precisamos fazer para poder garantir esse direito também às comunidades.

Eu falo especificamente de dentro do ministério responsável pela titulação dos territórios quilombolas, por exemplo, mas que também vem desenvolvendo, ao longo do ano passado e deste ano, seminários regionais para que se pense um marco de regulamentação dos 28 segmentos de territórios tradicionais.

Então, a gente sabe que, na Constituição Federal, estão reconhecidos povos indígenas e povos quilombolas e, a partir dos decretos que explicam os procedimentos de titulação desses territórios, nós temos apenas esses dois grupos, dentre os 28 segmentos, que já têm uma legislação que garanta minimamente como se dá o procedimento para regularização de seus territórios... Ainda precisamos avançar muito, o Estado brasileiro precisa avançar muito na garantia da titulação desses territórios, mas como eu disse, a gente está aí para fazer esse trabalho, para enfrentar os desafios que forem necessários.

Então, identificamos que os 26 segmentos, que não povos originários, indígenas e povos quilombolas, ainda carecem dessa legislação, ainda precisam dessa atenção do Estado, porque, mesmo diante do Decreto 6.040, que define o que são povos e comunidades tradicionais, e mesmo diante do Decreto 8.750, que é o que caracteriza os Conselheiros e Conselheiras do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais... E deixo aqui também a minha saudação a esse grupo de pessoas, de lideranças, que, por muitas vezes, deixam suas casas para irem construir política pública – e a gente sabe que as comunidades tradicionais, os povos originários, os povos quilombolas não estão nos grandes centros. Muitas comunidades estão sendo urbanizadas, mas essas comunidades se caracterizam justamente por um grande distanciamento dos espaços urbanos, e isso dificulta também o acesso a políticas públicas, a direitos fundamentais. Então, a gente precisa ir até esses grupos e garantir o direito deles também.

Então, eu venho dessa construção, desse debate da regularização fundiária e da importância da garantia da terra, para que esses povos possam ter a segurança no seu território, segurança na existência, segurança na sua própria identidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Seteq, particularmente, nós trabalhamos com as duas áreas: a regularização fundiária e as políticas públicas de etnodesenvolvimento e agricultura familiar, voltadas à sociobiodiversidade. Também, os desafios ainda são muitos, visto que o Ministério do Desenvolvimento Agrário foi desmantelado no último Governo e precisou ser reconstruído. Então, literalmente, nós precisamos reconstruir, rememorar todo o processo de construção de políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Nós tivemos que fazer isso em dois anos.

Então, agora é o momento também de... O que a gente faz com o tempo que a gente tem, entendendo que políticas públicas são questões em disputa permanente no Brasil? A gente entende... vem de um histórico de um Estado que não foi pensado a partir dos povos tradicionais; ele não é um Estado pluriétnico. Ele é um Estado democrático de direito, com garantia de participação social, mas que ainda precisa trazer muito mais os povos e comunidades tradicionais para construir os direitos a partir da sua própria ótica, da sua própria cosmovisão. E este é o objetivo da Seteq: estar aberta permanentemente, como espaço de escuta, sobretudo para que as comunidades tragam os desafios que enfrentam, para que a gente possa enfrentar esses desafios conjuntamente.

Então, se, de um lado, a gente discute primordialmente a regularização fundiária e a importância do reconhecimento desses territórios, por outro lado, e ao mesmo tempo, a gente discute as políticas públicas voltadas à agricultura familiar e ao modo de plantio, de colheita, de vivência das comunidades tradicionais. Nós temos, como princípio, sobretudo também, a Convenção 169, que diz que é preciso consultar as comunidades antes de qualquer ação que impacte diretamente seu território. E eu costumo, didaticamente, dizer que antes de mexerem no seu quintal, você precisa ser consultado. Antes de mexerem na sua área, você precisa ser minimamente consultado. E é esse o princípio da Convenção 169, aplicado aos povos e comunidades tradicionais. (*Palmas.*)

De novo: não nos furtaremos a fazer este debate, mesmo diante dos desafios de fazê-lo no cenário político do Brasil de hoje. Trabalhando com povos e comunidades tradicionais, a gente aprende que não dá para se furtar ou ignorar algumas questões, porque o tempo dessas comunidades, o tempo de luta dessas comunidades é secular. Então, não começamos agora, não sou eu que vou dar início a uma luta. Nós somos apenas parte desse processo. E como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte desse processo, a gente precisa respeitar os que vieram antes para dar continuidade às lutas dos que ainda virão.

Então, nesse sentido é que a gente costuma dizer que, mesmo diante dos desafios colocados nesses dois anos, a gente segue, porque a gente ainda tem mais dois anos de luta e muitos mais anos de luta, independentemente do Governo que esteja à frente do Estado brasileiro.

Para possibilitar um pouco mais o debate também, não poderia dizer que o MDA trabalha sozinho. O MDA reconhece, através da Lei da Agricultura Familiar, que todas as políticas do MDA são políticas para povos e comunidades tradicionais, mas a porta de entrada para essas políticas... E aí eu me remeto à importância da informação, à importância da educação jurídica popular, à importância da educação popular para os povos, porque a porta de entrada é o cadastro da agricultura familiar. Então, para poder ter acesso a muitas políticas, não todas, mas para que os povos e comunidades tradicionais possam entrar, cada vez mais, como público das políticas do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, a gente precisa do primeiro passo, que é dar informação. Então, daí a importância da educação novamente.

Então, a minha consideração é: precisamos fortalecer os cadastros da agricultura familiar para que as comunidades tradicionais possam demandar políticas e programas que já estão em andamento no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Na Seteq, por exemplo, nós temos dois programas voltados exclusivamente a povos e comunidades tradicionais, que é o Pafe (Programa de Apoio e Fortalecimento ao Etnodesenvolvimento), que já está em execução.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ISABELA CRUZ – Olha lá, meus cinco minutos. (*Risos.*)

E nós temos também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Foi o combinado.

A SRA. ISABELA CRUZ – O combinado não sai caro, como se diz na minha terra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós temos também, recentemente, ambos instituídos este ano, o Programa Territórios Tradicionais, que é de apoio à regularização fundiária, ao fortalecimento das organizações e à proteção dos territórios, porque, para falar de segurança alimentar – porque a gente sabe que quem alimenta o país são os pequenos agricultores e agricultoras familiares, os povos e comunidades tradicionais, através das suas roças tradicionais, do seu manejo tradicional, da agroecologia, da agrofloresta –, a gente precisa garantir a vida dessas lideranças, garantir a vida dessas pessoas que têm sofrido imensamente com grandes impactos, desde grandes empreendimentos a conflitos muito fortes que têm acontecido no campo atualmente.

Então, a gente trabalha tanto na linha da proteção do território, mas entendendo que esse território é composto por pessoas, por memórias, por vivências dos que estão ou dos que já não estão. Então, não dá para discutir segurança alimentar sem trazer à tona o debate da regularização, da defesa da vida dessas pessoas e do constante acesso à informação.

Eu vou compartilhar o microfone, porque senão a gente não vai embora, mas fico à disposição para toda e qualquer eventual questão que possa surgir. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Isabela Cruz, Diretora do Departamento de Reconhecimento, Proteção de Territórios Tradicionais e Etnodesenvolvimento da Seteq/MDA. Parabéns pela sua fala!

Sabe que, num certo momento aqui, naquelas possibilidades de emendas extras, eu disse: "Eu vou mandar – é pouco, mas ajuda – 500 mil para cada comunidade, para cada cidade que tem comunidade quilombola". E para a surpresa minha, tinha Prefeito que dizia: "Não, aqui não. Você quer mandar, manda, mas aqui não tem quilombola". Daí a Fundação Palmares me ajudou – por isso que é importante ter o trabalho do reconhecimento. E eu ligava para ele: "Tem sim, assim, assim, assim", dizia até o local em que estava a comunidade quilombola. "Ah, bom, eu não sabia; agora, estou sabendo." Daí eu mandei os 500 mil para cada comunidade, para cada cidade que tem comunidade quilombola, no caso do Rio Grande do Sul. É claro que 500 mil é só um aperitivo, mas ajuda, não é? Tem comunidades quilombola lá que não tinham banheiro onde eles residiam. Estavam lá mais de uma centena de famílias, e não tinha banheiro na comunidade. A região deles não tinha banheiro. Daí, então, até nisso a gente tem esse pequeno cuidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que eu quero só é cumprimentar. Por isto que este momento é muito rico: a gente fala em combate à fome, à miséria, no nosso país, que são milhões e milhões de pessoas, e as comunidades quilombolas são discriminadas, seja no campo ou na cidade. Se é na cidade, eles querem ocupar o espaço deles com o dito setor imobiliário, que quer vender, quer pegar na marra. E no campo tem regiões também que eu conheci em que eles não os deixavam chegar aonde tinha água, que era o rio. Aí pediram emenda para fazer o poço artesiano, fizeram, mas não funcionou. Aí você vê toda a malandragem, a picaretagem que tem. Então, há um desrespeito generalizado com as comunidades tradicionais. Por isso, parabéns a vocês que tiveram essa iniciativa de vir aqui, ao Senado, falar sobre esse tema que é tão caro para a nossa gente.

Eu só vou falar agora, depois eu paro de falar. Eu sou daqueles negros que diz que todo negro que não entendeu que ele é um descendente de quilombola não entendeu nem a razão da sua vida. Todo negro que está nos ouvindo neste momento é descendente de quilombola, porque assim é história, assim é a vida. De uma forma ou de outra, quando nós chegamos aqui e a forma como foi feita... Eu tenho orgulho de dizer que sou descendente de quilombola.

Tá, Isabela? Tranquilo? Parabéns pelo trabalho de vocês. (*Palmas.*)

Vamos em frente.

Marcos Ruben Oliveira, Coordenador do DataSenado, que tem nos apresentado uma série de estatísticas, um belo trabalho sobre a questão do combate à fome no Brasil. Parabéns!

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Obrigado, Senador Paim, pela oportunidade de colaborar, mais uma vez, aqui, com o debate sobre esse tema, que, nós vamos ver, está começando a ser estudado, mas precisa de muito mais informações, mais estatísticas, mais dados, para que nós possamos pensar em políticas públicas efetivas. Políticas públicas com dados fazem muita diferença.

Para começar, rapidamente, o que nós pretendemos falar hoje, quero apresentar brevemente quem somos, o DataSenado; mostrar quais são os dados disponíveis que nós localizamos, nós identificamos sobre o nosso tema de hoje, segurança alimentar para povos e comunidades tradicionais; apresentar o que esses dados revelam e algumas conclusões breves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quem somos? O DataSenado está inserido dentro da Secretaria de Transparência. O nosso objetivo: foi criado para auxiliar os Parlamentares, o Congresso Nacional e a sociedade no debate sobre os temas públicos, informando dados, pesquisas. Nós levantamos dados quando não existem; caso eles existam, nós apresentamos essas informações, essas estatísticas para os Parlamentares, para que se possa melhorar, ampliar e aprimorar o debate público sobre os temas sociais, entre eles o nosso tema de hoje, sobre povos e comunidades tradicionais.

Senador, o DataSenado está fazendo 20 anos no dia 17 de dezembro, foi criado pelo Presidente José Sarney, e o senhor estava na Mesa Diretora na época em que foi criado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu era Vice-Presidente, nunca me esqueço.

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA – Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sobrou a vaga de Vice-Presidente, o pessoal vacilou e eu (*Risos.*)...

"A vaga é minha!".

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA – Então, o senhor está conosco desde a criação, o senhor foi um dos criadores do DataSenado. Queria agradecer pelo apoio, pelo esforço e pela (*Palmas.*)...

presença durante todos esses anos. O Senador Paulo Paim é um dos maiores parceiros aqui, um dos maiores incentivadores do DataSenado em toda a sua história. Obrigado.

Bom, dentro desse contexto, nós fomos convidados a colaborar aqui com o debate. E o que nós fizemos?

Pode passar, por favor.

Nós levantamos os dados disponíveis. Caso algum dado esteja faltando, peço que a comunidade ou quem puder nos informe, mas esses são os dados, estatísticas oficiais, em uma pesquisa da Fian que nós identificamos, que trata especificamente do tema povos e comunidades tradicionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que nós temos de informação hoje? O IBGE, no Censo de 2022, pela primeira vez, levantou dados sobre os povos tradicionais oficiais, reconhecidos legalmente, eu digo, que são os povos indígenas e as comunidades quilombolas. Então, nós temos dados do Censo de 2022 que quantificam e localizam essas pessoas, essas comunidades em todo o território nacional.

Nós temos também, tratando especificamente de segurança alimentar, uma pesquisa feita pelo IBGE, que já está na sua quinta edição e, em 2024, eles estão fazendo mais uma versão dessa pesquisa, que é uma pesquisa que mede a insegurança alimentar. Eles usam uma escala criada lá em 2003, pela Rede Penssan, pela Profa. Ana Segall, e essa escala é a Ebia (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar). Essa escala foi aplicada em 2004, 2009, 2013, 2018 e 2023 pelo IBGE e também pela Rede Penssan, que criou essa escala em 2021 e 2022.

Acontece que, nessa amostra da Rede Penssan – a gente não vai trazer os dados aqui –, a amostra de indígenas foi bem pequena, e ali os quilombolas nem são mencionados, mas aqui, nesses dados do IBGE, nós vamos conseguir traçar um pouco esse perfil das pessoas que se autodeclaram indígenas. Não tem ainda, no IBGE, a identificação de quilombolas para a escala Ebia, mas temos, sim, para a quantificação lá no censo de 2022.

Temos também, no Ministério do Desenvolvimento Social, dados do mapa da insegurança alimentar de 2016-2018, que identifica os povos e comunidades tradicionais e o Cadastro Único, que quantifica também os indígenas, mas não quantifica quilombolas. E é desse estudo que foi feito em cinco comunidades tradicionais, da Fian, que eu vou apresentar aqui os resultados.

Então, primeiro, o censo, o que os dados revelam. Vamos ver aqui o censo.

O censo quantificou, então, em 2022, as populações indígenas e quilombolas. Em 2022, foram recenseados 1.694.836 indígenas e 1.330.186 quilombolas em todo o Brasil. Os indígenas representando, então, 0,83%, e os quilombolas 0,66%.

Lembrando que, no IBGE, essa informação é autodeclarada: a pessoa que informa se é branco, preto, pardo, amarelo ou indígena.

Onde estão essas pessoas?

Vamos lá, no próximo eslaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A população indígena, a maioria, se concentra no Amazonas, naquele pontinho mais escuro ali, onde está a grande maioria, em Manaus, são 71.691 ali, naquele pontinho, e os demais espalhados por todo o Brasil, mas principalmente no Amazonas, na Bahia e em Roraima. São os lugares que mais concentram a população indígena.

Já a população quilombola, no próximo eslaide nós vamos ver, se concentra, a maior parte, na Bahia, em Senhor do Bonfim – estão 16 mil quilombolas lá –, mas eles também estão em todo o Brasil. No Rio Grande do Sul são 17.552 quilombolas, de acordo com os dados do censo. Então, essa é a distribuição geográfica.

Quando nós falamos de políticas públicas é importante saber onde estão as pessoas, onde está a necessidade, em qual local o Estado deve ir e aumentar o seu esforço para identificar essas pessoas e pensar em políticas públicas. Aqui nós temos a distribuição geográfica em todo o país das comunidades quilombolas e indígenas.

Não existem dados, no censo, nem oficiais, divulgados pelo IBGE de outras comunidades, como extrativistas, ribeirinhos, ciganos, etc. Então, esses são os dados oficiais do IBGE sobre a distribuição da população.

O IBGE também divulga, vou trazer agora, a Ebia (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar). Foram cinco edições, e, nessa escala, Senador, a gente só consegue olhar a informação das pessoas que se autodeclaram indígenas. Então, infelizmente, não tem dados sobre as demais comunidades tradicionais.

Mas o que esses dados revelam?

Ali nós temos a série histórica desde 2004 a 2023. A insegurança alimentar é dividida em duas grandes faixas: uma em que a pessoa tem segurança alimentar, ela não sente o risco de ausência de alimento; e a insegurança alimentar, quando existe o risco, a pessoa tem a percepção de que pode faltar alimento em sua família, uma medida feita por domicílio.

Nós temos ali os dados do Brasil e da população indígena. O IBGE normalmente não divulga estatísticas só para a população indígena nas suas pesquisas, porque, em geral, a amostra é pequena. Mas não é tão pequena assim – nós trouxemos aqui –: são cerca de 2,7 mil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

indígenas entrevistados em 2023, nessa pesquisa – é uma pesquisa amostral, não vai em todo o Brasil –, e cerca de mil domicílios, mil unidades amostrais.

Então, o que nós observamos? O gráfico aí mostra que, em geral, ao longo dos anos, a insegurança alimentar – aquela parte lá de baixo – tem variado bastante ao longo dos anos. Em 2018, nós chegamos ao ponto mais grave no país: foram 41% dos brasileiros declarados, identificados como estando em insegurança alimentar. E para a população indígena, para as pessoas que se autodeclaram indígenas, esse número sempre foi maior, historicamente é sempre maior do que na população como um todo, o que já gera um grande alerta para que se dê uma atenção especial para com os povos indígenas – e a gente vai ver daqui a pouco que isso se estende também para as demais comunidades tradicionais.

Vamos olhar aqui. A questão da insegurança alimentar é dividida ainda em três categorias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA – ... a insegurança alimentar leve, moderada e grave. Na leve, existe aquela insegurança alimentar, mas a pessoa ainda consegue se alimentar; e temos até a insegurança alimentar grave, que é um caso que requer atenção imediata e em que o direito à vida, o direito à alimentação está em risco total nesse caso.

Então, o que vamos fazer no próximo eslaide é detalhar um pouco a insegurança alimentar das pessoas indígenas.

A gente vê que ali embaixo, no nível mais baixo, é a insegurança alimentar é mais grave. Ela vem variando, mas é estável ao longo dos anos; quer dizer, apesar de... O primeiro levantamento foi em 2004; 20 anos depois, parece que a situação está a mesma do que 20 anos atrás. Então, isso mostra que é necessária realmente uma atenção especial para a população indígena.

No próximo gráfico a gente vai ver o resultado do Brasil.

Aí vou pedir para passar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos observar como, no Brasil, como um todo, parece que há uma tendência de queda da insegurança alimentar, mas é num nível, num patamar bem abaixo do que o que a gente identifica nos povos indígenas. Então, realmente há que se ter uma atenção maior para essa população, ela parece estar em um estado de vulnerabilidade alimentar maior que os demais.

Esses são os dados do IBGE. Nós temos também dados do Ministério do Desenvolvimento Social; eles fazem o que chamam de Mapa Insan, fizeram duas edições, e são essas as informações que existem sobre povos tradicionais. Nós vamos passar no próximo eslaide.

O que eles mediram? Nesse estudo, nesse mapa, eles medem dois indicadores: déficit de peso para a idade e déficit de altura para a idade, para crianças com menos de cinco anos. É uma medida que dá a ideia da desnutrição, da insegurança alimentar, das necessidades que essa população vive.

Esses dois dados estão disponíveis tanto para o Brasil como um todo quanto para essas seis, sete comunidades tradicionais. Então, aí nós vemos, de novo, que, no Brasil, esse déficit, em média, foi de 4,5% em 2016 – a gente tem notícia de que esse mapa está sendo atualizado, mas esse ainda é o dado mais recente. E a situação é parecida com a dos indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, ciganos, terreiros e pescadores artesanais. Então, isso quer dizer que essa situação, a situação que nós verificamos na população indígena, os indicadores que surgem na população indígena se repetem nas demais comunidades, com destaque aí para extrativistas e ribeirinhos, que estão numa situação mais grave do que os demais.

Esse é o déficit de peso para a idade. Se a gente passar ao próximo, nós vamos ver o déficit de altura. É praticamente uma réplica do gráfico anterior, mostrando que a situação é grave. Para essa população, há que se ter políticas públicas a respeito.

Além dessa informação do mapa da insegurança alimentar, o Ministério do Desenvolvimento Social divulgou, no seu Cadastro Único, a informação de raça. É outra informação autodeclarada, aquelas cinco opções que historicamente se utilizam no Brasil: branco, preto, pardo, indígena e amarelo. E o que nós temos, então, é a quantidade de inscritos no Cadastro Único, de acordo com a sua autodeclaração de cor ou raça.

Próximo gráfico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vemos aí o crescimento linear, ao longo dos anos, da quantidade de inscritos. E o último número ali, de agosto de 2024, nós temos 870 mil indígenas, pessoas que se autodeclaram indígenas, registrados no Cadastro Único. Comparando com o dado do censo, 1,6 milhão de indígenas, nós temos que cerca de 51% dessa população está inscrita no Cadastro Único. É um indicador de que essas pessoas precisam de atenção.

Agora, qual é o detalhe do que nós falamos até agora? A Ebia (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar) mede muito questões sobre renda, sobre capacidade financeira para comprar alimentos. Um exemplo de uma pergunta dessa escala Ebia que a gente mostrou lá atrás mede a insegurança alimentar: nos últimos três meses, os moradores desse domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida. Então, as palavras "comprar", "ter dinheiro" estão sempre presentes.

E lá no estudo da Fian, o que eles fizeram? Eles observaram que essa escala pode não ser aplicada diretamente. Existe um problema, uma diferenciação nos povos e comunidades tradicionais, e eles adaptaram aquela escala...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA – ... em parceria com a Rede Penssan, em parceria com a Ana Segall, que é a criadora dessa escala, e criaram uma escala adaptada para esses povos tradicionais. Fizeram esse estudo e o aplicaram em cinco comunidades, é o próximo gráfico, é o resultado...

Vamos passar por favor.

É o resultado... esse aqui vem direto do estudo deles, eles fizeram esse estudo em 2023, aplicaram essa escala nova em 2023, e fizeram o estudo também em 2013, não aplicando essa escala. Então, é uma escala que se adéqua melhor: "No mês passado, você sentiu preocupação em conseguir comida para a sua casa?", sem enfatizar tanto na questão da renda.

O que a gente observa? Não é um estudo que vale para todo o país – eles foram aplicar em regiões do Mato Grosso do Sul –, mas o que a gente verifica é que os números dessas comunidades são tão graves quanto ou até mais graves do que aqueles que nós vimos, que foram levantados pelo IBGE. E nós verificamos que a insegurança alimentar, em muitos lugares,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em algumas comunidades, a insegurança alimentar grave chega a 25%, variando dos 5% até os 25%.

Então, esse é um estudo, Senador, que foi aplicado no Mato Grosso do Sul, um estudo bem interessante e que poderia eventualmente ser estendido para todo o país.

Então, só para encerrar, o que nós observamos dessas...

Pode passar, por favor.

O que nós verificamos? Principalmente que existem algumas estatísticas, mas a gente precisa de mais estudos, precisa de mais estatísticas oficiais sobre os povos e comunidades tradicionais. Regularmente, os dados que já existem indicam que há maior insegurança alimentar nesses povos, e, pelo último estudo que nós vimos, há que se adaptarem esses estudos às culturas dos povos e comunidades tradicionais. Não é simplesmente pegar uma escala e aplicar para outra que o assunto está tratado; há que se fazerem mais estudos.

Então, o que fica é o clamor por mais estudos, mais informações para melhor dirigir as políticas públicas sobre segurança alimentar para os povos e comunidades tradicionais.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Marcos Ruben de Oliveira, Coordenador do DataSenado, que mostra dados muito, muito interessantes de onde estão de fato a miséria, a pobreza, a fome, e reconhece que nós temos muito poucos dados ainda. Precisa-se de muito mais pesquisa, muito mais investigação de campo – que nem aquilo que eu contei aqui, antes, que é verdadeiro, viu? Os quilombolas estavam aqui, e os indígenas ali, e os proprietários das terras não deixavam eles chegarem ao rio para tomar banho e tomar água. Por isso é que os estudos vão mostrando, com o tempo, o quanto nós temos também que dar atenção para essas comunidades.

Vamos em frente: Lina Apurinã, representante do Ministério dos Povos Indígenas.

A SRA. LINA APURINÃ (Para expor.) – Bom dia pessoal. Bom dia, Exmo. Sr. Senador, e a todos da mesa, a todos que estão presentes e que estão presentes de forma virtual. Sou Lina Apurinã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente fala sobre soberania e segurança alimentar, vale destacar que isso sempre vai perpassar sobre os direitos básicos de acesso a moradia, água, energia e, principalmente, sobre o que a Isabela falou, sobre acesso à terra, regularização fundiária, demarcação. E hoje a gente destaca que a insegurança nos territórios vem sendo causada por diversas frentes, e a demarcação é uma dessas, porque sem direito a terra você não tem como produzir.

Outra questão tem sido as contaminações por mercúrio, através do garimpo, que desmata os territórios e intoxica também as fontes de alimentos dos povos indígenas, que são a fauna e a flora. Também a gente tem a questão dos agrotóxicos, que, no Mato Grosso do Sul, têm sido uma grande questão, porque os agrotóxicos têm, sim, influenciado na qualidade dos alimentos, dos territórios e na biodiversidade também.

Outra questão que aparece, hoje em dia, é a da emergência climática, porque existem territórios que estão sendo afetados pela seca e pelo acesso a alimentos adequados. E também a evolução de pragas e outros tipos de patógenos e nematoides dentro das produções agrícolas.

E a gente tem uma questão também que afeta a segurança dos povos, que são as restrições impostas quando os territórios estão sendo invadidos, pois aí há falta de acesso aos direitos básicos também. A gente tem um exemplo aqui – e muitos estão vendo talvez nas redes sociais –, que é a questão dos guaranis-caiovás, porque eles têm restrições de acesso a água, energia, saneamento básico, coleta de lixo, retirada de documentações básicas e também de acesso a políticas públicas.

Então, essas são umas das principais causas, que a gente vem analisando, sobre o que traz essas inseguranças.

E não tem como também a gente falar de segurança alimentar se a gente não fala, hoje em dia, sobre produção agrícola, uma produção voltada à agroecologia também, uma produção que não seja exploratória ou de monocultivos. E a gente até teve uma resposta, inclusive, nesse mês passado, agora, em novembro, do movimento de agroecologia indígena, que fez um encontro e trouxe vários parentes indígenas para participar de discussões sobre acesso a políticas públicas e segurança alimentar; ou seja, existe um interesse, existe um movimento no qual as pessoas estão preocupadas, sim, em produzir, de modo saudável, dentro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos territórios e de trazer nutrição – não é só alimentação –, trazer autonomia também para os territórios.

No Ministério dos Povos Indígenas – como eu estou aqui o representando –, a gente tem se preocupado também com essa situação. Atualmente, nesse começo do ano, a gente lançou um edital a partir de um programa, que é o Programa Mosarambihára, Semeadores para Cura da Terra, que é exatamente voltado para gestão territorial e ambiental, o fortalecimento de sistemas agrícolas e restauração. E a gente lançou um edital para fortalecer e fomentar alguns territórios nesse quesito.

A gente sente também uma falta muito grande de um mapeamento de como estão os territórios nessa questão da segurança alimentar – como o Marcos trouxe, existem dados, mas a gente não consegue visualizar quais são os territórios que estão mais afetados –, inclusive para a gente conseguir, às vezes, lançar algum tipo de programa de fortalecimento emergencial, para que não haja o mesmo que aconteceu com os ianomâmis, porque foi uma questão drástica a questão da segurança alimentar deles, que foi causada pelo garimpo. E existem outros territórios também que estão passando pela mesma posição e precisam de um olhar mais apurado sobre isso, exatamente para a gente não cair de novo num processo drástico assim, de as crianças estarem desnutridas, de a população ficar sem acesso à alimentação adequada ou somente dependente da cesta básica, que é um grande apoio, porém a gente sabe que não tem como a gente pensar, em longo prazo, coisa de dez anos, uma população só recebendo cesta básica. Então, é necessário que a gente possa trabalhar, de fato, com o fomento mesmo, o fortalecimento institucional e das produções dentro dos territórios.

Acho que é isso que eu posso compartilhar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns! Parabéns à Lina Apurinã, representante do Ministério dos Povos Indígenas, que vai na mesma linha da Isabela e do Marcos, de que é preciso ter pesquisa, informação detalhada e atendimento aos povos originários.

Eu vejo aqui... E olha que eu venho de uma região onde a agricultura familiar, enfim, o trabalho na plantação é muito grande, mas é muito difícil eu ver entrega de trator, de máquina, de equipamento para os povos tradicionais. É muito mais fácil eu ver a entrega para outros que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuam na área rural. E acho que, dentro do possível, tem que atender a todos, mas não tem como excluir os povos indígenas e os quilombolas, como o exemplo que foi dado aqui.

Muito bem, isso é algo que merece um carinho especial, inclusive do nosso Governo – entrega de trator, entrega de ambulância e de todo tipo de equipamento agrícola – e está muito distante, creio eu, daqueles que ficam, eu não digo ilhados, ficam sitiados quase – e não chega lá a assistência devida.

Mas vamos em frente. Vamos avançar. Por isso estamos aqui.

Vou passar agora para uma videoconferência.

Vou passar para a Débora Stefany Epifânia de Oliveira, integrante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais (Conaq) e representante do Consea. (*Pausa.*)

Como a Débora teve um probleminha, vamos para o Sr. Domingos Barbosa, representante do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

É com você. (*Pausa.*)

Não tem problema. Vamos em frente.

Cláudia Regina Sala de Pinho, Diretora de Gestão Socioambiental e Povos e Comunidades Tradicionais, do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima.

A SRA. CLAUDIA REGINA SALA DE PINHO (Para expor.) – Bom dia a todas as mulheres e não mulheres. Saudação, Senador.

Pela segunda vez, estou aqui numa audiência liderada pelo senhor. Na primeira audiência, eu estava adentrando ao Governo. Então, tem mais de ano que não nos encontramos.

Fico muito grata pelo convite e pela organização do evento.

Quero saudar toda a mesa e saudar, em nome da Secretária Edel e da nossa Ministra Marina Silva, também, a todas as presentes. A Secretária Lilian Rahal, os parentes que estão aqui, no Plenário, e a quem assiste também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu até mudei um pouco a minha fala, o início do que eu ia dizer, e vou começar pela contribuição que o colega da mesa trouxe, do DataSenado, em relação ao IBGE. E aí tem várias questões que, antes de eu vir para o Governo, quando eu estava na sociedade civil, eu ficava me perguntando por que o Brasil demora tanto para inserir e reconhecer a diversidade do país.

Então, estamos falando de 28 grupos que são reconhecidos pelo decreto que cria o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, que é o Decreto nº 8.750, que nomeia 28 autoafirmações.

Então, se a gente pensar que estamos no ano de 2024 e que temos dois grupos, praticamente, os dois que estão inscritos, como dizia o meu pai, com as letras do português, na Constituição, então, nós estamos falando de uma diversidade que não está sendo reconhecida nos dados oficiais. Então, estamos falando, no mínimo, de 26 autoafirmações.

E a gente está tendo a oportunidade, colega Isabela e parenta quilombola, de, neste ano, abrir uma discussão no IBGE para reconhecer o que na Constituição se traz como outros. Eu costumo fazer uma nova narrativa de que são os mais, mais povos e comunidades tradicionais, no sentido de incluir mais autoafirmações. Nós estamos tendo a oportunidade de discutir com o IBGE, para o próximo Censo Agropecuário, a inclusão de mais povos e comunidades tradicionais. Então, eu espero, em uma apresentação, ver aquele monte de nomes ali, da grande diversidade que tem este país. Eu espero, realmente, que a gente consiga avançar no sentido de reconhecer essa grande diversidade, e isso reflete, também, nas políticas que não têm chegado à ponta.

Então, as perguntas que, em 2005, no primeiro encontro de povos e comunidades tradicionais de que eu participei, perguntavam: quem são, onde estão, quantos são... A gente espera avançar, no próximo ano, com as oficinas do IBGE, por todo o país – nós, enquanto Secretaria de Povos e Comunidades Tradicionais, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, junto à Seteq e também a outros ministérios parceiros –, nessa discussão para reconhecer o direito e a diversidade deste país.

Então, esse é o primeiro ponto que eu acho que, para quem está nessa luta da visibilidade, é uma grande conquista. (*Palmas.*) O segundo ponto que eu trago aqui é o que a gente já vem fazendo, que é por onde eu iria iniciar. Nós estamos com um programa, no Ministério do Meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ambiente, que está nessa secretaria, que é conhecido mais como Programa Bolsa Verde. Com o Programa Bolsa Verde, agora, em novembro, nós avançamos no pagamento de R$600 trimestrais a 51 mil famílias. Essas são famílias que estão em situação de vulnerabilidade e que estão no Cadastro Único. Então, nós temos aí uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, porque um programa como esse, não avança sozinho.

Nós estamos tendo a oportunidade de ter um programa que é considerado transversal. O exercício da transversalidade, neste Governo, é constante; não é fácil, mas a gente está vendo que é possível. É possível fazer a transversalidade, é possível... Com um programa como o Bolsa Verde, quando ele se movimenta, movimenta a estrutura do Estado também, porque, para se fazer chegar uma política como o Bolsa Verde, há necessidade das parcerias, há necessidade de se instituir um decreto, há necessidade de se buscar outras políticas, para que um programa como esse funcione nos rincões da Amazônia, nos rincões deste país.

Então, nós estamos falando de um programa que, na última reunião do comitê, aprovou 46 novas áreas para além da Amazônia. Então, esse é um avanço no reconhecimento de quem conserva os biomas brasileiros e de quem contribui para uma sociedade como um todo. Não é justo, não é digno que quem conserva os biomas, que quem contribui para a sociedade esteja à margem, esteja invisível e esteja em situação de vulnerabilidade. (*Palmas.*)

Então, este programa vem nesse sentido de fortalecer quem realmente está contribuindo com seus territórios. É preciso avançar mais, porque um programa agora como a Ater, por exemplo, que é uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que tem o Sanear e outros programas com outras parcerias... É preciso chegar mais coisas, mais políticas públicas, para que realmente o fortalecimento das pessoas e dos seus territórios seja realmente eficiente, no sentido de garantia de que a política está chegando para quem realmente necessita.

Um terceiro ponto, finalizando a minha contribuição nesta reflexão, é que nós temos hoje, na Secretaria, o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, em que, no próximo ano, nós teremos 5 encontros regionais e um nacional para discutir o Plano Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Essa é uma ferramenta que está dentro do Decreto 6.040. Neste Decreto 6.040, dizia-se que tínhamos 90 dias para fazer o plano. Isso foi em 2007 – nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em 2024. Então, de 2024 para 2025, nós temos essa oportunidade de fazer um plano com os povos e comunidades tradicionais.

Nesse sentido, Senador, a tarefa que me foi atribuída, além de convidá-lo a estar com a gente neste momento, é também a de colaborar para que esses momentos de encontro para a elaboração de políticas públicas com os povos e comunidades tradicionais tenham a colaboração desta Casa e, principalmente, da sua pessoa, de estar conosco neste momento. Para isso, a gente está em parceria com outros ministérios, porque a gente não faz nada sozinho, em parceria de que é possível fazer políticas públicas com quem tem direito de usufruí-las.

Para fechar, nós estamos também com um programa de destinação de florestas públicas no Ministério do Meio Ambiente e também no MDA – nossa, temos um monte juntos, no MDA! –, construindo a destinação de florestas públicas para povos e comunidades tradicionais no próximo ano.

Esperamos que, realmente, até o próximo ano, consigamos destinar as florestas públicas da Amazônia para os povos e comunidades tradicionais. Algumas das ações que nós temos feito e estamos fazendo são muito...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLAUDIA REGINA SALA DE PINHO – ... no sentido de fortalecer os territórios tradicionais, mas também de contribuir efetivamente para que, realmente, a insegurança alimentar não volte a tomar conta do país. A nossa pequena parcela junto aos povos e comunidades tradicionais nessa reflexão tem possibilitado avançarmos na agenda, e temos a consciência de que tem muito por fazer, mas nós temos dado os primeiros passos, contribuindo para políticas públicas mais eficientes, junto com os povos e comunidades tradicionais.

Grata pela oportunidade.

Grata a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Claudia Regina Sala de Pinho. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diretora de Gestão Socioambiental e Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

É fundamental tudo o que você falou, e o que todos os que falaram aqui, na busca da qualidade de vida e segurança alimentar. Se melhora a qualidade de vida, produzimos mais, melhora para aqueles que produzem e melhora para a população. Como dizem os agricultores, sejam quilombolas, sejam indígenas, sejam aqueles que estão lá no MST, por exemplo: se o campo não produz, a cidade não come. Então, temos que dar estrutura para todos os segmentos que estão no campo – como vocês propuseram com muita competência –, para que cheguem lá também os investimentos.

Disseram-me que está na linha o Domingos Barbosa. O Domingos Barbosa está na linha. Na linha que eu digo é na tela. Porque ele sai e entra... (*Risos.*)

Domingos Barbosa, satisfação recebê-lo! Representante do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. É com você.

O SR. DOMINGOS BARBOSA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos e a todas!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia!

O SR. DOMINGOS BARBOSA (*Por videoconferência.*) – Bom dia ao Senador Paulo Paim e aos demais membros da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Quero parabenizar o Senado Federal e esta Comissão por estarem fazendo este belíssimo debate nesta manhã, por ouvirem as comunidades e os povos deste país, um debate que é importante, que é essencial: discutir a questão da segurança alimentar e nutricional.

É de fundamental importância que o nosso povo e o nosso país venham a compreender que o tema segurança alimentar e nutricional, para os PCTs, não tem relação somente com a necessidade de alimentos, mas, sim, com a ênfase na questão territorial e regularização fundiária, com alimentos saudáveis, alimentos com base na sustentabilidade do clima, sustentabilidade financeira, sustentabilidade de permanência do nosso povo no território.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao ver o Senado Federal fazer, nesta manhã de hoje, esta discussão e nos convidar a nos ouvir, eu, enquanto cidadão brasileiro, Senador, fico muito feliz em ter aí, nesse nosso Parlamento, homens e mulheres que nos representam, assim como senhor.

Ao mesmo tempo, quero agradecer ao Ministério Meio Ambiente por estar fazendo debate sobre esse tema; quero agradecer ao Ministério de Combate à Fome por estar fazendo esse debate, que, em outro tempo, não se fazia, nem se discutia com a gente.

Ao mesmo tempo, não podemos esquecer que hoje, conforme o Decreto 6.040, do nosso Presidente Luiz Inácio Lula, somos 28 segmentos, mas poucos estão inseridos no sistema do Bolsa Família e do CadÚnico. Então, a gente faz este apelo aqui, nesta audiência: que o Ministério, o MDS, reconheça os demais, inserindo os demais segmentos no sistema, porque isso vai garantir acesso à política pública, acesso à faculdade, acesso à garantia de território, à melhoria da qualidade de vida das famílias.

O senhor fez um relato de que, muitas vezes, se distribuem tratores, equipamento agrícola e outras tecnologias, que não são repassados para as comunidades e para os povos originais.

A gente, além da dívida histórica e cultural, tem a dívida com essas comunidades, a dívida do acesso à tecnologia para a produção, do acesso à tecnologia para a comunicação, sem falar da dívida que este país tem em relação ao território, em relação à regularização fundiária.

Compreendemos o desafio que temos hoje, mas entendemos que o melhor lugar para se debater o tema da segurança alimentar e nutricional, o tema da questão do território das comunidades e dos povos originais e dos demais povos que estão aqui neste país é a Casa do povo, é o Senado, é a Câmara.

É com o apoio de homens e mulheres que nos representam aí, nessa Casa, que nós podemos avançar na construção de um país melhor, com a política pública chegando.

Hoje, nós sabemos que temos um time, um time que está junto com o nosso Presidente Lula, no MMA, no MDA e nos demais ministérios, mas nós também precisamos de Senadores, de Deputados comprometidos com as causas das comunidades e dos povos tradicionais deste país, que, por séculos, vêm sendo invisibilizados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, hoje, Senador, por nos dar este espaço de reconhecimento público da nossa existência, eu quero, mais uma vez, parabenizá-lo pela ação.

Para construir um país melhor, um país de união e reconstrução, é necessário ouvir todos desta sociedade, inclusive nós, os PCTs deste país.

Muito obrigado, Senador e demais membros da Comissão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Domingos Barbosa, representante do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, que deixa muito claro que temos que ter, na sua fala, no conjunto, mais representantes das comunidades tradicionais no Parlamento, lá nas Câmaras de Vereadores, lá nas Prefeituras, como Deputado Estadual, Federal, Senador, Governador. É preciso que se avance também nesse campo, para não ser considerado quase como uma exceção quando a gente faz um debate como este aqui, no Senado.

Já fizemos alguns, já tivemos comunidades tradicionais. Já houve congresso aqui, e terminaram o congresso aqui dentro, claro que com delegações, nesta Comissão.

Parabéns pela grandeza!

Eu sou um defensor, digo sempre, de uma política para todos. Se é para todos, é para todos: é para negros, é para brancos, é para quilombolas, é para indígenas, é para mulheres, é para LGBTQIA+; para todos, sem a exclusão de uma ampla maioria a favor de uma minoria.

Eu quase não tenho falado deste tema, mas só vou dar uma faladinha e passar para a frente.

Está esse pacote aí. Quem está mais chiando é o mercado, como se o mercado fosse o grande bambambã. São os caras que mais faturam neste país e acham que são os prejudicados com o pacote. Pelo amor de Deus! Quem mais ganha mais quer ganhar, e o prejuízo vem para aqueles que mais precisam.

Por isso que eu não entendo essa reação absurda do mercado, que jogou peso, inclusive, na elevação do dólar, por causa do debate que está acontecendo sobre a questão do pacote, que visa – este tem que ser o objetivo – a melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pelo amor de Deus, mercado! Esse, sim, é invisível. É invisível, mas atua mais do que ninguém, inclusive, aqui, dentro do Congresso Nacional.

E vamos dar visibilidade aos nossos povos, como este debate hoje das comunidades tradicionais.

Adriana Lima, representante da Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras no Conselho Nacional de PCTs, da União dos Moradores de Jureia, do Projeto Cabaça Viva, da Rede PCTs do Brasil e ponto focal do Fórum dos PCTs do Vale do Ribeira.

Adriana Lima, é com você.

A SRA. ADRIANA LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas, todos, "todes". Bom dia, Senador Paulo Paim. Cumprimento todos da mesa na pessoa da Claudia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Adriana, desculpe-me atrapalhar, mas me deram uma boa notícia: você foi eleita Vereadora agora, nesse pleito deste ano!

Oxalá tenhamos mais Vereadoras e Vereadores que representam, de fato, o nosso povo mais vulnerável! (*Palmas.*)

Não é falta de capacidade; é falta de oportunidade.

Parabéns a você!

A SRA. ADRIANA LIMA (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora, eu já vou botar aqui: Adriana Lima, Vereadora, porque eu não tinha colocado no currículo.

A SRA. ADRIANA LIMA (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

É uma honra estar aqui, acompanhando e podendo trazer a voz das comunidades tradicionais para este espaço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já ouvi também aqui o parente Domingos, a parenta Claudia Sala de Pinho, que agora ocupa também um espaço importante no Ministério do Meio Ambiente, nos representando nessa coordenação.

Para nós, este tema é muito caro.

Nós tivemos a oportunidade, agora, recentemente, junto com o Ministério de Desenvolvimento Social, de participar de uma escuta, que possibilitou que vários de nós pudéssemos falar um pouco de cada lugar e das nossas necessidades em relação à segurança alimentar e nutricional.

A minha fala é muito reforçando aqui o que o Domingos já trouxe, porque, para nós, a nossa principal questão são os nossos territórios, são terra e território, que, para nós, são coisas diferentes. Se a gente não garante o acesso e a permanência de viver com dignidade nesses territórios, a expulsão deles para as cidades, para as áreas mais vulnerabilizadas nos afeta diretamente.

Nós estamos, hoje, no Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, de forma organizada, no Brasil todo, representando 28 segmentos. Nós estamos em todos os biomas brasileiros; então, o nosso modo de vida tem contribuído muito para o aumento da biodiversidade, para trazer experiências de combate a todas as problemáticas que a gente vem vivendo no Brasil, mas a gente sente ainda que esse processo de expropriação do território, de expulsão, afeta diretamente.

Vou trazer um exemplo aqui, que acabou de acontecer: eu acabei de receber uma denúncia do litoral norte de São Paulo, onde foi demolido um rancho de pesca. Assim como são demolidos os terreiros dos povos de matriz africana, como são demolidas as casas de reza dos povos indígenas, nós, caiçaras, também somos muito afetados, porque o rancho de pesca é o local onde você garante que você tem um lugar para colocar suas canoas, seus apetrechos de pesca. Então, uma forma de impedir que a comunidade continue com esse modo de vida é destruir ali o seu espaço básico de trabalho – isso vem acontecendo no território brasileiro; hoje, no território paulista, aqui, no Sudeste do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é uma forma perversa, porque impedir a comunidade de pescar, de buscar o seu alimento, é uma forma de calar a comunidade, de politicamente apagar a comunidade. E, no Brasil todo, essa é uma problemática que a gente tem muito grande: impedir através da alimentação de qualidade.

Vão tirando o nosso direito à terra e vão introduzindo um outro tipo de alimento na nossa vida. Então, a gente passa a deixar de consumir alimento saudável e diverso porque, quando a gente tem a terra, a gente planta em diversidade. A gente não tem monocultura, e é isso o que, para nós, garante a alimentação saudável.

E, também, fortalecer os programas, como o PAA, que levam o alimento dos diferentes povos e comunidades tradicionais, de agricultores e agricultoras familiares para as escolas, também é uma forma de fortalecer essa manutenção desse modo de vida, desse modo de se alimentar, porque as escolas, cada vez mais, vão introduzindo, também, alimentos de fora, e as crianças, desde pequenas, vão perdendo o seu contato com a alimentação, que é cultural. Então, para nós, essa é uma questão muito importante.

Eu também fico muito feliz por ter a oportunidade de, neste debate, nós, enquanto comunidade, sermos ouvidos, mas ainda é o início; eu acho que isso precisa se repetir em outros espaços também.

Hoje nós, enquanto povos e comunidades tradicionais, temos uma rede, que é a Rede dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Eu integro essa rede, e ela representa esses 28 segmentos que são reconhecidos pelo Estado brasileiro, mas, também, Senador, já há estudos e pesquisas que mostram que nós somos muitos mais. Hoje, reconhecidos somos esses, mas povos que têm um modo de vida diferenciado, que têm uma cultura relacionada diretamente com a natureza, são muitos, e são estes os que são os mais impactados.

Para finalizar, acho que tem uma questão, também, dos investimentos públicos. A gente ainda disputa investimento com os grandes empreendimentos, com o agronegócio. Então, nós precisamos que as políticas públicas destinem recursos de forma mais adequada para o campo, para a floresta e para as águas, que são os lugares onde nós nos encontramos e buscamos manter a nossa vida, o nosso modo de produzir, que respeita a natureza, que tira dela o necessário para viver melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a nossa luta é essa. Agradeço a oportunidade, a escuta. Estou muito feliz também com a eleição aqui – acho que é uma oportunidade. Somos alguns, no Brasil, que conseguiram esse pleito e vamos trabalhar também, trazendo essas pautas para o município, que é onde nós estamos. E espero que outras comunidades também ousem tentar buscar ocupar esses espaços, para que a gente possa fazer um diálogo direto com o Legislativo, com Executivo, com as diferentes áreas de planejamento das políticas públicas do nosso Brasil.

Então, eu agradeço muito.

Um bom trabalho a todos que abriram este espaço de debate e diálogo para trazer a pauta dos povos e comunidades tradicionais e a segurança alimentar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Muito bem, Adriana Lima, Vereadora eleita, representante da Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras no Conselho Nacional dos PCTs, União dos Moradores da Jureia, Projeto Cabaça Viva, Rede dos PCTs do Brasil, ponto focal do Fórum dos PCTs do Vale do Ribeira.

Muito bem, Adriana.

Bem rápido: achei importante você falar do trabalho das comunidades no campo, na floresta e na água. Achei também importante você frisar rancho de pesca. Aonde eu vou, nas outras regiões, onde os pescadores têm um espaço para ficar, tem câmara frigorífica, tem aparelhos para que eles possam colocar o seu peixe. E vocês tinham somente o rancho de pesca – provavelmente não tinham toda essa estrutura – e, assim mesmo, acabaram com ele. Então, é preciso ter esse olhar para o todo.

Como eu gostaria chegar a um rancho de pesca das comunidades quilombolas, indígenas e ver uma estrutura ali. Buscam o peixe no mar – eu sei, porque eu gosto muito do mar, mas eu sou daqueles de remar na canoa ainda, para aprender –, mas têm que ter instrumentos de qualidade, para entrar no mar adentro, para pescar, naturalmente, com todo o equipamento, com equipamentos em que possam botar o peixe quando o pegam no mar e quando chegam à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidade, porque, ao chegar lá, vão botar o peixe onde? Se não tiver comprador ali na praia, quando se chega... Eu ainda compro ali, na praia, muitas vezes, mas aquilo que sobra vai para onde? Não é nem que sobre, mas onde eles vão guardar o peixe?

Mas, vamos lá, vamos sonhar, porque ninguém pode nos proibir de sonhar. Que o nosso sonho se torne realidade, e que as nossas comunidades tenham estrutura suficiente para a sua atividade, seja no campo, nas florestas ou nas águas.

Agora quem é que entra?

Por favor, Lilian dos Santos Rahal. (*Pausa.*)

Chamo-a para a mesa, então.

Dá para falar daqui?

Então, de imediato, Lilian dos Santos Rahal, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan).

Já há um acordo aqui na mesa, de que você venha para a mesa.

Um dos que estão aqui – gentilmente –, o Domingos Barbosa cedeu o espaço para você aqui.

A Charlene Borges, dizem que está caminho, Secretária Geral de Articulação Institucional da Defensoria Pública da União (DPU).

Lilian, é com você.

A SRA. LILIAN DOS SANTOS RAHAL (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

Inicialmente, cumprimento as colegas de Governo que estão aqui, na mesa, a Claudia e a Lina, a Isabela, que acabou de sair rapidinho, e agradeço, Senador, a oportunidade de vir aqui, a esta Comissão, conversar com vocês um pouco sobre essa agenda que nos é tão cara, que é a agenda de povos e comunidades tradicionais, a qual nós temos buscado, desde a volta a essa agenda do Governo no ano passado, nos dedicar com um pouco mais de atenção, em função dos dados que o Marcos apresentou aqui e da nossa experiência também junto às políticas de segurança alimentar e nutricional de uma forma geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trouxe alguns eslaides só para a gente poder se situar nesse assunto e mostrar como a gente tem trabalhado para viabilizar algumas das nossas políticas junto a povos e comunidades tradicionais de uma forma geral.

Senador, só vou fazer um aparte aqui: a Aline, que trabalha aqui com vocês agora, foi nossa servidora até bem pouco tempo atrás, e ela faz muita falta lá. Então, vocês aproveitem bastante essa moça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Faz muita falta lá, mas não é para você ir para lá, é para continuar aqui. (*Risos.*) (*Palmas.*)

A SRA. LILIAN DOS SANTOS RAHAL – Ela faz muita falta lá, seja na agenda de povos e comunidades tradicionais, seja na agenda de planejamento e orçamento, que ela também cobriu durante um período.

Mas vamos lá, não é, Aline? Já que você está aqui...

Bom, nós, então, somos da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social, trabalhamos com alguns programas do ministério relacionados à agenda de segurança alimentar e nutricional, como o Programa de Aquisição de Alimentos, do qual coordenamos o grupo gestor e implementamos uma ação direta com estados e municípios, o Programa Cisternas, o Programa Fomento Rural, agora o Cozinha Solidária... Enfim, tem alguns programas nossos, a maior parte, aliás, que tem uma interface direta com povos e comunidades tradicionais. Talvez os principais, de fato, sejam os programas de aquisição de alimentos e a ação de distribuição de alimentos, que é a provisão de alimentos por meio de cestas junto a povos e comunidades tradicionais.

Pode passar, Aline.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LILIAN DOS SANTOS RAHAL – Ah, tá!

E por que a gente tem essa preocupação? Já nas competências da nossa secretaria, quando foi publicado o decreto, no ano passado, com o restabelecimento de uma secretaria de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança alimentar e nutricional no ministério, nós recebemos atribuições específicas relacionadas não só ao reconhecimento, como à implementação de políticas relacionadas a povos e comunidades tradicionais.

Então, nós vimos dando consequência ao cumprimento dessas atribuições e colocamos, inclusive, no PPA de segurança alimentar e nutricional, no nosso programa de segurança alimentar e combate à fome, esse reconhecimento comum dos objetivos estratégicos de promoção dos direitos de povos indígenas quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.

Pode passar, por favor.

Bom, por esse eu já vou passar direto, porque são os reconhecimentos dos marcos legais de povos e comunidades tradicionais.

Pode passar, por favor.

E nós vimos trabalhando ao longo dos anos, mas principalmente desde o ano passado, com essa retomada da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, com o reforço a essa diversidade e ao reconhecimento de todos os públicos que estão listados e sendo trabalhados pela Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, conforme a definição da nossa política nacional.

Pode passar, por favor.

Pode passar.

E aí, hoje, são todos esses 28 segmentos que estão reconhecidos e aos quais nós temos procurado dar visibilidade, de alguma forma, nas nossas ações.

E, por último, a Juventude de Povos e Comunidades Tradicionais, que entra como um 29º segmento que vem sendo trabalhado pela comissão que é coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente.

Bom, eu trouxe aqui os dados, mas o Marcos já passou. Então eu vou... Ele já falou um pouco dos dados da trajetória recente da segurança alimentar e nutricional no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar esses eslaides, que nos mostram que, cada vez mais, a gente tem conseguido identificar que a insegurança alimentar é mais forte nos lares chefiados por mulheres negras. Quer dizer, então, que tem um componente de gênero e raça que é muito forte nos dados de segurança alimentar e nutricional, e eles têm nos mostrado que tanto a insegurança alimentar é mais forte em segmentos como o caso dos indígenas, como o Marcos mostrou aqui, quanto nos demais povos e comunidades tradicionais, especialmente nos lares chefiados por mulheres e com presença de mais crianças dentro das residências.

Pode passar.

Inclusive, tem dados relacionados à insegurança alimentar de crianças indígenas, que vieram nessa última escala brasileira, na última pesquisa da escala brasileira de insegurança alimentar e nutricional, que são muito importantes.

Então, considerando esse panorama, nós, desde o ano passado, decidimos começar a flexibilizar a entrada em alguns dos nossos programas, para permitir, como no caso do PAA, o acesso maior de povos e comunidades tradicionais.

Então, no caso do Programa de Aquisição de Alimentos, por exemplo, que tem diversas modalidades, nós – pode parar um pouquinho aí – decidimos criar uma modalidade específica, para atender a indígenas e quilombolas nesse primeiro momento. E, para permitir o acesso de indígenas e quilombolas, nós flexibilizamos o documento de entrada desses povos para acesso ao PAA, o Programa de Aquisição de Alimentos.

Por que nós fizemos isso? Porque os documentos... A Isabela falou um pouco aqui do CAF e da DAP. Infelizmente, o CAF e a DAP são documentos muito importantes, mas são documentos muito rígidos e muito difíceis de serem acessados pela maior parte dos povos e comunidades tradicionais. Então, nesse primeiro momento, enquanto o Ministério do Desenvolvimento Agrário também estava sendo formado, aperfeiçoado e estabelecido, nós entendemos que seria necessário flexibilizar a documentação de entrada, permitindo aos povos indígenas, aos povos quilombolas e aos demais povos e comunidades tradicionais o acesso aos nossos programas, principalmente ao PAA, apenas com o Cadastro Único – o número de identificação social do Cadastro Único – ou uma declaração de algum órgão federal, como a Funai, por exemplo, no caso de povos indígenas, informando que aquela família, aquele grupo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquela pessoa, aquele indivíduo faz parte de uma comunidade tradicional e que pode ser identificado como comunidade tradicional.

Com isso – pode passar –, nós iniciamos um trabalho específico relacionado a povos indígenas e comunidades quilombolas. E aí, tanto por meio da operação que nós fazemos na Conab quanto da operação com estados, nós começamos a avançar nesse trabalho de compra e doação de alimentos nos territórios indígenas, por exemplo, e nos territórios quilombolas.

No caso, em ambos os casos, nós tanto flexibilizamos os documentos de entrada, para permitir a participação de povos indígenas e povos quilombolas, como também flexibilizamos as exigências sanitárias, para que a compra e doação de alimentos se dê dentro dos próprios territórios indígenas e dentro dos próprios territórios quilombolas, de forma que a gente possa reforçar essa necessidade de um autoconsumo.

A ideia é que, se as famílias consomem aqueles alimentos, por que é que a gente tem que tirar aquele alimento do território e introduzi-lo de novo no território, passando por outros procedimentos que não são necessários? Então, a compra dentro do território para doação dentro do território pode ser caracterizada como autoconsumo, e, com isso, a gente abre a oportunidade de as famílias...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LILIAN DOS SANTOS RAHAL – ... não só ampliarem a sua capacidade produtiva, como fornecerem alimentos aos quais elas já estão habituadas no seu cotidiano.

Pode passar.

E aí, com isso, com essa flexibilização e essa possibilidade de compra e doação dentro do território, nós avançamos para, na média, 15% de indígenas e quilombolas participando do programa de aquisição de alimentos.

Por meio das operações da Conab, nós chegamos a 30% de fornecedores indígenas e quilombolas. Por meio da atuação com os estados, chegamos em 5%.

Por que é que a gente tem reforçado muito a necessidade de atuação com estados, além do que a gente faz via Conab? Porque, na atuação com estados... Por exemplo, nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuando agora em Mato Grosso do Sul, com o Estado de Mato Grosso do Sul, com uma operação razoável de PA indígena. Já chegamos a mais de R$2,5 milhões aplicados junto a comunidades indígenas Guarani Kaiowá.

E por que é que a gente tem reforçado a necessidade de atuar com estados e não só direto com as organizações indígenas via Conab? Porque nós entendemos que há necessidade de trazer para dentro dos estados esse olhar específico para os povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais. É necessário que eles tenham uma atuação e que reconheçam os indígenas e as comunidades tradicionais nas suas especificidades.

Então, nós destacamos recursos específicos do programa de aquisição de alimentos, para que eles sejam aplicados por estados só com indígenas ou só com quilombolas, de forma que os estados organizem suas equipes e os seus programas para reconhecerem e agirem junto a essas comunidades.

Nem sempre isso dá certo, mas, se ele está dando certo num estado como o Mato Grosso do Sul, que é tão emblemático com comunidades indígenas, é possível que a gente consiga fazer isso em outros territórios, com outros povos e comunidades tradicionais.

Então, esse é um pouco o pano de fundo.

Pode passar, por favor.

E, da mesma forma, nós temos feito com outras políticas, como é o caso do Programa Cisternas – eu vou passar muito rápido –, que reconheceu, por exemplo, a necessidade do desenvolvimento de um modelo específico para captação e tratamento de água na Região Norte, um específico para a comunidade Yanomami, e a gente vem trabalhando para que as nossas ações e os nossos programas possam chegar cada vez mais – pode passar – para os diferentes públicos e os diferentes povos e comunidades tradicionais.

Pode passar, pode passar... Pode passar mais.

A gente tem priorizado no programa de fomento, da mesma forma, povos e comunidades tradicionais, reconhecendo essa diversidade e a necessidade de assistência técnica específica para esses públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Eu estou preocupada com o tempo aqui, que já foi, e eu queria chegar à nossa cartilha.

Pode passar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Não foi não. Pode chegar, tranquilamente.

Quando chegar à cartilha, eu vou ficar esperando, até vocês terminarem.

A SRA. LILIAN DOS SANTOS RAHAL – É aqui, pronto.

Não, tem um anterior a esse aqui, um eslaide anterior.

Eu acho que tem mais um anterior.

A SRA. CAMILA CARNEIRO (*Fora do microfone*.) – Só são dois.

A SRA. LILIAN DOS SANTOS RAHAL – São só dois, não é?

É esse mesmo, Camila?

A SRA. CAMILA CARNEIRO (*Fora do microfone*.) – Sim.

A SRA. LILIAN DOS SANTOS RAHAL – Tá.

Bom, então, a partir dessa experiência que nós temos feito com os diversos programas, desse diálogo com o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais e dessa necessidade de reconhecer que as famílias de povos e comunidades tradicionais podem ter uma participação efetiva nos programas de segurança alimentar e nutricional, nós, neste ano, Senador, elaboramos essa cartilha, que está sendo lançada aqui hoje, e eu já deixo um exemplar para cada uma das pessoas aqui da mesa, e a gente tem...

Tem para todo mundo aqui? Tem.

E a gente trouxe para todas as pessoas aqui presentes um *folder* desse, para que todas as pessoas possam acessar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, a cartilha não está impressa. Ela só está disponível *online*. Espero que, logo, nós consigamos imprimir.

Então, nós elaboramos essa cartilha, a partir desse diálogo com os diferentes segmentos de povos e comunidades tradicionais presentes no Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. É esse documento aqui, que está disponível.

Então, a Camila, que é a nossa coordenadora, nossa servidora, que está aqui presente, e é a nossa representante no Conselho Nacional, conduziu este trabalho ao longo deste ano, contratando uma consultoria especializada, promovendo as escutas, como a Adriana falou. Ela foi uma das pessoas que participou da escuta, representando o segmento de pescadores, mas, assim como nós trouxemos o segmento de pescadores, nós trouxemos todos os demais segmentos, fazendo essa escuta ativa, para entender e olhar para as diferentes realidades e as necessidades desses povos, e elaboramos – pode passar – essa cartilha, que está disponível, contendo as diretrizes para o atendimento de povos indígenas e comunidades tradicionais nos nossos programas de segurança alimentar e nutricional.

E, com isso, nós conseguimos sistematizar, de alguma forma, o que nós consideramos orientações importantes para os nossos parceiros e implementadores, por exemplo, do PAA, do Programa Cisternas, do Programa Fomento e dos nossos demais programas – Cozinha Solidária –, os equipamentos e mesmo algumas das pesquisas que vêm sendo feitas. Nós trouxemos orientações específicas dos nossos parceiros, para a implementação dos nossos programas em territórios tradicionais.

E, com isso, a gente reforça o compromisso do Governo Federal e do nosso Ministério do Desenvolvimento Social no combate à fome e na garantia do direito à alimentação adequada para todas e todos os brasileiros.

E, Senador, eu gostaria só de reforçar que alguns dos dados e algumas das pesquisas que o DataSenado trouxe aqui são pesquisas trabalhadas e conduzidas por nós, e a gente vem fazendo um esforço para que elas possam ser aperfeiçoadas, de acordo com os diferentes segmentos dos povos e comunidades tradicionais.

Hoje, no Cadastro Único, nós temos dados específicos para diversos segmentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Marcos trouxe aqui os dados dos segmentos indígenas, mas hoje, no nosso Cadastro Único para Programas Sociais, nós temos os dados para indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, comunidades de terreiros, ciganos e pescadores artesanais e, neste momento, nós estamos em diálogo junto com a comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, para que o nosso Cadastro Único possa reconhecer toda a diversidade de segmentos que está presente na Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.

Hoje são oito grupos e populações tradicionais específicos – Marcos, não tem só indígenas; tem oito segmentos –, mas nós reconhecemos que isso ainda é insuficiente e estamos, em conjunto com a comissão – e é a Claudia que coordena, lá no Ministério do Meio Ambiente, esse trabalho com a comissão –, buscando ampliar para todos os demais segmentos de povos e comunidades tradicionais.

Neste momento, nós estamos, junto com o grupo da Rede Penssan, da Profa. Ana Segall, dialogando sobre a aplicação de uma Ebia em todos os territórios indígenas. Infelizmente, nós não dispomos de orçamento ainda, porque a pesquisa em todos os territórios indígenas custará cerca de R$20 milhões. Nós estamos custeando com o nosso orçamento o que é possível, o pré-teste, para que nós tenhamos já a pesquisa pronta, para que, assim que conseguirmos o orçamento, nós possamos aplicar a Ebia em todos os territórios indígenas.

Então, Senador – é até um apelo aqui –, a gente sabe da sensibilidade da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado com essa agenda de povos e comunidades tradicionais. Então, quem sabe a Comissão se some a esse esforço do Ministério do Desenvolvimento Social, para que nós possamos fazer a aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar em todos os territórios indígenas, a partir desse esforço da Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar de desenvolver uma Ebia específica para povos indígenas, que são, de fato, as populações, hoje, com maior vulnerabilidade à insegurança alimentar no país.

A gente fica à disposição, Senador. Muito obrigada pelo espaço para trazer a nossa cartilha aqui e compartilhá-la com todos vocês.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Lilian dos Santos Rahal, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Sesan.

Parabéns pela cartilha; havia uma expectativa muito grande. Ela não está impressa, mas está nas redes sociais já.

A Comissão de Direitos Humanos vai colaborar, naturalmente: vamos botar em todas as nossas redes, como vocês recomendaram, porque, de uma forma ou de outra, muitas vezes, o nosso povo, como não tem acesso à informação, não sabe como chegar lá, não é? Aí, tem que procurar intermediário aqui, acolá... Parabéns, viu?

Estou com a cartilha aqui e vou lê-la: "Diretrizes [que ela sintetizou] para o Atendimento de Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais em Programas de Segurança Alimentar e Nutricional. Aponte a câmera e acesse a cartilha aqui".

Já estou fazendo uma primeira divulgação da cartilha: aqui, olhem; é só apertar aqui. (*Risos.*)

Muito bem.

Parabéns, viu? Bela exposição.

Com isso, nós avançamos agora.

Eu acho que deve estar na tela já... A Débora ou a Beatriz? (*Pausa.*)

As duas? Então, vamos lá.

Débora Stefany Epifânia de Oliveira, integrante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais (Conaq) e representante do Consea.

Em seguida, vai falar a Beatriz.

É com você, Débora.

A SRA. DÉBORA STEFANY EPIFÂNIA DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos, todas e "todes" presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento as mulheres, cumprimento a Isabela Cruz, minha companheira de luta; cumprimento o Sr. Senador Paulo Paim também.

Estou muito honrada. É gratificante estar aqui neste debate pela manhã, em que a gente está falando de segurança alimentar, que é um um ponto muito importante na nossa sociedade e na nossa vida.

Mas, primeiramente, também quando a gente fala em segurança alimentar a gente precisa do nosso território, para a gente poder ter um alimento saudável e garanti-lo aos nossos povos e comunidades tradicionais. E, segundo, a visibilidade que a gente precisa ter dentro dos programas políticos, porque a gente precisa garantir e dar visibilidade a esses povos, para a gente saber mapeá-los, para ter resultados específicos, saber onde cada um se encontra neste Brasil, porque é muito importante primeiramente a gente visibilizar e poder mapear onde cada um de nós está.

Então, esse debate hoje é muito certeiro, muito importante para nós garantirmos e darmos continuidade a essa segurança alimentar, pois, assim, tem muitas crianças que só têm uma alimentação por dia nas escolas, por falta de acesso, por falta nossa, das políticas públicas. Então, tem criança que, hoje em dia, já quando dá a sexta-feira, fica sábado e domingo sem alimentação. Então, a gente, garantindo esse território, vai poder garantir um alimento, a gente vai poder ter certeza de que não vai ser só uma alimentação por dia, e sim as três alimentações.

E também – eu fiz um rascunho aqui –, para gente também conseguir avançar nessas políticas públicas, como os outros companheiros também já frisaram, já falaram – já fui bem contemplada com eles – , nós da CPCT, do Consea, a gente luta por essa visibilidade dos nossos povos e comunidades tradicionais, para eles serem vistos dentro das políticas, para poder ter acesso, para poder garantir o acesso das nossas políticas e melhorias para o nosso povo, que é muito importante.

Não vou me estender muito – o meu sinal aqui também está muito ruim, porque a chuva está muito forte... Tive problema de oscilação aqui com a internet –, mas estamos aqui para dialogar e agradeço mesmo por estar fazendo parte desta audiência. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa foi a Débora Stefany Epifânia de Oliveira, integrante da Coordenação Nacional da Articulação das Comunidades Negras Rurais (Conaq) e representante do Consea.

Parabéns pela sua exposição. Foi objetiva, rápida, mas falou tudo.

De imediato, passo a palavra para Beatriz Lima, representante do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (Cnpct) e da Rede PCTs - Segmento das Andirobeiras.

Por favor, Beatriz Lima.

Em seguida, será a Dra. Charlene, que já está conosco e é da Defensoria Pública.

A SRA. BEATRIZ LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e todas.

Bom dia, Senador.

Cumprimento a Cláudia de Pinho e as demais mulheres aí.

Este momento é muito importante para os povos e comunidades tradicionais: a gente ser ouvido quando a gente fala em segurança alimentar e nutricional, que vai muito além dos alimentos, vai acessar os territórios, acessar as águas...

Nós vivenciamos uma crise climática, uma emergência climática, e alguns dos nossos territórios foram devastados pelo fogo, os nossos meios de produção e de sobrevivência.

Gostaria de trazer todo esse empanhado que os colegas falaram sobre alimentos, mas o divisor de águas fundamental para todos nós é o acesso ao território. Sem a garantia do território e a permanência nos territórios, não tem como a gente produzir, a gente participar dos programas sociais, e não estar dentro do CadÚnico, que é um dos nossos marcos, que nós defendemos. E queremos que constem todos os segmentos, porque vamos conseguir acessar as políticas públicas, vamos conseguir acessar UPAs, vamos poder estar inscritos lá e acessar não só o programa Bolsa Família como os outros programas sociais do Governo.

Trazer essa escuta para povos e comunidades tradicionais, no retrocesso que passamos, é fundamental. Eu quero, de antemão – para não tomar muito tempo –, agradecer a todos, agradecer ao Senador, agradecer à Camila pelo convite, e dizer que povos e comunidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tradicionais andam do lado do povo, são o povo. A maioria dos alimentos produzidos por nós, por nossas mãos, estão na mesa de alguns consumidores.

Fico muito feliz, numa segunda-feira, por estar neste diálogo, debatendo sobre povos e comunidades tradicionais e segurança alimentar, que vai muito além dos três eixos: o moderado, o leve e pessoas de extrema pobreza.

No mais, muito obrigado.

Bom dia a todos e todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Valeu!

Parabéns, Beatriz Lima, representante do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.

Muito obrigado, Beatriz, que foi rápida e objetiva.

Agora nós vamos para o encerramento aqui com a última painelista, que estava com outros compromissos, mas chegou em tempo – não é, Charlene?

Então, passo a palavra agora para a Dra. Charlene Borges, Secretária-Geral de Articulação Institucional da Defensoria Pública da União (DPU).

Eu tenho um carinho muito grande pela Defensoria, pelo papel fundamental que vocês fazem em defesa dos mais vulneráveis.

O tempo é seu, dez minutos com mais cinco.

A SRA. CHARLENE BORGES (Para expor.) – Bom dia a todas e todos!

Começo a minha fala fazendo a autodescrição: eu sou uma mulher negra, estou com uma blusa azul-marinho, tenho cabelos crespos e estou utilizando um batom vermelho e bijuterias com símbolos de religião de matriz africana. Estou com abebé de Oxum aqui no brinco.

Bom, desculpem o atraso. Eu estava em um evento também do Senado Federal, estava na abertura do seminário da Rede Equidade, representando a Defensoria Pública da União, e agora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estou aqui, enquanto Secretária-Geral de Articulação Institucional, para falar do nosso trabalho de acompanhamento das demandas relacionadas à segurança alimentar para povos e comunidades tradicionais.

Nós temos, dentro da estrutura da Defesa Pública da União, três grupos de trabalho que estão afetados a esse tema: o Grupo de Trabalho Povos Indígenas, o Grupo de Trabalho Comunidades Tradicionais e também um grupo de trabalho, Senador, voltado para a abordagem da segurança alimentar. Este grupo de trabalho tem desenvolvido um trabalho importantíssimo de acompanhamento de demandas tanto de povos indígenas quanto de povos e comunidades tradicionais.

Nós realizamos algumas intervenções e acompanhamentos, com o auxílio também do nosso Observatório do Garimpo, no território ianomâmi. Nós acompanhamos, nos últimos anos, a situação de desnutrição das crianças, a situação da falta de acesso à água, da falta de acesso às refeições, e estamos realizando visitas técnicas durante esse período, em parceria com o Ministério da Justiça e também com o Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Esse é um acompanhamento importantíssimo, porque é uma situação alarmante que foi denunciada nos últimos anos. Então, em 2023 e 2024 nós acompanhamos, com as visitas no território ianomâmi, as violações no direito à alimentação, no direito humano à alimentação.

Além da demanda relacionada a esse território específico, nós também temos projetos e parcerias realizadas com governos locais para o monitoramento do fornecimento de alimentação a alguns territórios indígenas.

Eu gostaria de destacar aqui um projeto realizado no Estado da Bahia, que é a implementação da Mesa Catrapovos, que é uma mesa institucional que tem como compromisso monitorar o fornecimento das refeições e a articulação para que os povos e comunidades tradicionais possam participar dessa rede de fornecimento de alimentação e também de educação e fomento à agricultura familiar e ao desenvolvimento também econômico dessas comunidades, através da cultura da segurança alimentar.

Esse é um projeto muito importante, é uma luta do nosso GT, e nós conseguimos realizar algumas ações itinerantes também nos territórios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu posso citar ações itinerantes realizadas no território de Belmonte, por exemplo, no ano passado, em que a gente começou a desenvolver essas atividades de inserção da comunidade nessa cultura da segurança alimentar.

Nós também realizamos a publicação, em conjunto, do guia de orientação de defensores e defensoras para a atuação no Pnae, em parceria com a Fian Brasil. Esse guia tem como função a exigibilidade de direito à alimentação para orientar o atendimento das defensorias na temática.

As defensorias federal e as estaduais costumam atuar em parceria na abordagem dos grupos sociais vulnerabilizados, e isso não é diferente do que acontece em relação a povos e comunidades tradicionais.

Então, nós temos esse guia de orientação para a atuação de defensores em relação ao Pnae, que é um programa importantíssimo de combate à fome e de incentivo à agricultura familiar. Então, esse projeto tem como objetivo fortalecer a atuação dessas defensorias.

Também realizamos articulação com o Semiárido Brasileiro, com a ASA, para tratar do Programa Cisternas. Essa é outra demanda importante que nós acompanhamos, sobretudo no Nordeste, onde o direito e o acesso à água ainda é um enfrentamento necessário a ser realizado. Então, nós temos o acompanhamento desse projeto, do Programa Cisternas, e realizamos reuniões com os coordenadores das associações envolvidas.

Essa parceria envolve uma rede com 11 organizações, e temos algumas experiências comunitárias de agricultura familiar envolvidas também nesse projeto.

Nós também participamos de um seminário de convergência para a educação sobre agrotóxicos como armas químicas no Cerrado, aqui, na região, participamos no encontro de advogados e advogadas populares para o combate a agrotóxicos e também realizamos atendimentos itinerantes nas aldeias indígenas e nas comunidades e povos tradicionais e campos quilombolas.

Este ano, especificamente, dentro do contexto da emergência climática, nós acompanhamos a tragédia no Rio Grande do Sul e desenvolvemos um olhar de preocupação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a invisibilização da população negra, de povos e comunidades tradicionais e de povos indígenas. Então, a Defensoria Pública da União...

Nós participamos do projeto Caravanas de Direitos, que envolve atendimento e acolhimento da população afetada pelas enchentes, mas observamos que todos os programas de reconstrução precisavam também estabelecer um olhar específico para os povos e comunidades tradicionais. Então, em algumas visitas *in loco,* percebemos que estava ocorrendo uma situação de invisibilidade desses povos e comunidades tradicionais, e isso afeta o direito à segurança alimentar.

O que percebemos, não apenas em relação ao Rio Grande do Sul, mas ao Brasil como um todo, é que a dificuldade de acompanhamento e de uma entrega efetiva de políticas públicas para esse público envolve a ausência de mapeamento. Não temos um mapeamento, não temos dados, levantamento de dados, para o mapeamento de povos e comunidades tradicionais atingidos. Em relação à tragédia climática que ocorreu este ano, não temos o mapeamento das comunidades envolvidas e quais as demandas que precisavam ser acolhidas.

Essa é uma denúncia, um pedido da sociedade civil. Nós trabalhamos em conjunto com os movimentos sociais, também com as universidades, que fizeram um apelo à Defensoria República da União para que pudesse fazer uma ponte com o Governo Federal, uma ponte com o Ministério da Igualdade Racial, com o Ministério da Justiça e com todos os ministérios envolvidos com a demanda de promoção de direitos humanos, para que pudéssemos somar esforços para realizar esse levantamento dos povos e comunidades tradicionais, para levantar as demandas e, assim, promover políticas públicas efetivas.

Não sabemos exatamente quantas são, quais as violações envolvidas e onde é preciso haver intervenção de segurança alimentar. A gente sabe que foram fornecidas cestas básicas para algumas comunidades, mas isso não é o suficiente.

Em visita aos territórios, nós observamos que existe uma deficiência de acesso à saúde. Não existe a facilidade de entrada nos territórios, como foi mencionado aqui. Então, agentes de saúde não conseguem chegar às comunidades para promover políticas de saúde pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe o problema de fornecimento de água, de água potável, denúncias não só em territórios indígenas, mas em territórios quilombolas também. Remonto que não há indicação de fornecimento de água em alguns territórios; não há, inclusive, a facilitação do acesso a esse fornecimento de água nessas regiões.

Então, são demandas que a gente consegue mapear se houver um investimento de política pública para o levantamento dessa população.

A Defensoria Pública da União estabelece esses atendimentos itinerantes. Nós temos uma atuação muito forte e incidente na regularização fundiária, no direito à terra e ao território.

Por ser uma demanda que desafia a competência federal, a Defensoria Pública da União acompanha os processos de conflito dos territórios, para a regularização de terra indígena e também de povos e comunidades tradicionais, pela titulação e garantia do território.

Porém, o nosso acolhimento não se limita à regularização fundiária. A gente percebe que existe uma falta de atendimento de direito à saúde, de direito à educação e de direito à alimentação.

Então, a gente faz esse apelo aos poderes públicos, faz esse apelo ao Poder Legislativo, para que a gente possa realmente realizar um levantamento efetivo, em que sejam promovidos investimentos para o mapeamento dos povos e das comunidades tradicionais, para que a gente consiga delinear e estabelecer uma política pública efetiva.

É isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Dra. Charlene Borges, Secretária-Geral da Articulação Institucional da Defensoria Pública da União (DPU).

Mais uma vez repito: o meu carinho, o meu respeito aos defensores e defensoras, inclusive no Rio Grande do Sul. Fizeram um trabalho lá, de fato, de ponta – como a gente chama. Foram lá ver como é que estava, de fato, a situação, principalmente também... Olharam para todos, mas tiveram um olhar também para as comunidades quilombolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E você dá dados aqui de que eu assino embaixo: a falta de água, inclusive, a importância do sistema de cisternas, toda uma estrutura da terra, da demarcação, da falta de dados...

Eu disse antes aqui que, em um momento em que eu queria doar, das minhas emendas individuais... Aquilo é pegar e mandar. Chega lá mesmo.

Eu não conseguia saber quantas cidades tinham comunidades quilombolas. Depois que a Fundação Palmares me socorreu, num certo momento, e os outros ministérios também me socorreram, eu consegui: estamos conseguindo chegar a em torno de cem cidades.

Mas eu falava antes, repito agora, que muitos Prefeitos para quem eu dizia... Porque descobrimos, graças ao Governo, que tinha comunidade quilombola, e o Prefeito dizia que não tinha. Eu tinha que dar a fonte de onde veio, para o Prefeito entender que aqueles R$500 mil eram para as comunidades quilombolas.

Mas, enfim, avançou. Incomodei um bocado, mas avançou.

Eu quero mais é cumprimentar o trabalho de vocês.

Foi falado também já na abertura... Quem falou na abertura foi... É tanta lista aqui, que eu nem sei mais quem foi.

Foi você, Marcos. Isso.

O Marcos falou do trabalho que o DataSenado vem fazendo também, como, naturalmente, os ministérios.

Parabéns!

Neste momento, pessoal, apareceu de última hora o meu querido amigo aqui, que me pediu se poderia falar em videoconferência, o Ronaldo dos Santos.

O Ronaldo dos Santos é Secretário Nacional de Políticas para Quilombos, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Ciganos do Ministério da Igualdade Racial.

É claro que vai falar, Ronaldo. É um prazer enorme te ouvir.

Encerramos com você os convidados e vamos para as perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É com você, Ronaldo.

A SRA. RONALDO DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e todas.

Senador, é um prazer estar mais uma vez com o senhor nesta audiência pública, o senhor sempre comprometido com as pautas das comunidades tradicionais, com as pautas dos direitos humanos.

Quero pedir muitíssimas desculpas por chegar depois de iniciados os trabalhos e, para todos os efeitos, eu também não... Eu estou vindo aqui honrar com o compromisso de atender a este convite, mas, ao mesmo tempo, eu tenho um voo para BH daqui a pouco. Então, não vou poder, também, me estender muito na reunião, na audiência, mas eu quero saudar... Eu já vi vários rostos conhecidos, aqui, de companheiras e companheiros com os quais a gente constrói junto permanentemente. Então, é um prazer estar neste diálogo.

Na verdade, nós, do Ministério da Igualdade Racial, da Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos, temos buscado estruturar o nosso trabalho em duas linhas de ação que são fundamentais. É o atendimento emergencial às demandas.

Essas demandas são de diferente ordem e natureza, como, por exemplo, atendimento à questão das violências que ocorrem permanentemente contra comunidades quilombolas, contra acampamentos ciganos e contra terreiros de candomblé.

Nós temos buscado aqui estruturar um núcleo de atendimento e acompanhamento a esses casos de violação de direitos humanos, a esses casos de violências enfrentadas e/ou ameaças vividas por essas lideranças. Então, essa é uma área de atuação que a gente busca fazer de forma articulada com outros ministérios, com o próprio MDA, que está aqui na audiência pública, com o Ministério da Justiça, com o Ministério Público, com a Defensoria Pública e daí por diante.

Uma outra demanda que chega muito para nós é essa demanda de pedido emergencial de cesta básica e de água. Está muito ligada a essa questão da insegurança alimentar e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nutricional, muito ligada também aos eventos climáticos, como, por exemplo, o ocorrido no Rio Grande do Sul ou a situação atravessada na Amazônia pelo segundo ano consecutivo.

Então, essas são situações com as quais nos deparamos permanentemente. Nós articulamos junto ao MDS, junto a Conab, e buscamos atender a esses pedidos. Porém, não é essa a nossa maior capacidade de atendimento, até pela própria estruturação, tamanho, condição objetiva e atribuição mesmo institucional desse ministério. A gente faz isso no sentido de buscar dar as respostas necessárias, porém nós temos focado a nossa maior capacidade de operação na estruturação de políticas.

Sobre a política quilombola, a gente pode dizer que, ainda no ano passado, nos cem dias de Governo, a gente retomou o antigo Programa Brasil Quilombola, agora com o nome de Programa Aquilomba Brasil, através do Decreto 11.447, de 21 de março de 2023, política que, na verdade, canaliza todas as políticas públicas do Governo Federal, sejam as específicas para a comunidade quilombola, como, por exemplo, o Programa Nacional de Educação Escolar Quilombola, que é da Secadi, Ministério da Educação, mas está neste âmbito de política pública para a comunidade quilombola, sejam as políticas universais, como, por exemplo, o Minha Casa, Minha Vida, mas que precisam ter destinação também para a comunidade quilombola.

Então, tudo isso a gente busca organizar e articular em âmbito do Programa Aquilomba Brasil.

Ainda no ano passado, no Dia 20 de novembro, nós lançamos a PNGTAQ, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola, o que, para nós, é a grande estruturação do que podemos chamar de desenvolvimento territorial para as comunidades quilombolas.

E, nesse novembro, aliás, na última sexta-feira, o BNDES anuncia o primeiro investimento de R$33 milhões para investir no PNGTAQ na Amazônia Legal, por se dar em âmbito do Fundo Amazônia.

Então, nós seguimos a articulação com grandes doadores para investimento na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola fora da Amazônia, uma vez que o BNDES já assume, primeiro, o compromisso dentro da Amazônia. Então, essa é uma ação que a gente vem desenvolvendo, a fim de atender às comunidades quilombolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lançamos, no dia 2 de agosto deste ano, o Decreto 12.128, de 2024, que cria o Plano Nacional de Política para os Povos Ciganos, tornando o Brasil o segundo país do mundo a ter uma política voltada para o atendimento aos povos ciganos, atrás apenas da Colômbia, que tem uma política similar lançada antes de nós.

Então, a gente está, neste momento, anunciando o maior investimento em política social para os povos ciganos de toda a história. Então, lançamos o detalhamento do plano, por meio de uma portaria interministerial, recentemente, anunciando um conjunto de medidas e ações voltadas para o atendimento aos povos ciganos.

E, nessa sexta-feira, tivemos a felicidade de lançar o Decreto 12.278, que cria a Política para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e de Matriz Africana, que tem três eixos fundamentais: um eixo voltado para a questão da cidadania, para a questão do direito; o segundo eixo é um eixo de enfrentamento ao racismo religioso, porque, considerando o processo que o país atravessou recentemente – do qual nem nos libertamos ainda –, tendo em uma das suas vertentes fundamentais o fundamentalismo religioso, que tem atacado diretamente as comunidades de terreiro, o povo de candomblé, os povos de matriz africana, então a gente entendeu que garantir que um eixo fosse de enfrentamento ao racismo religioso seria fundamental; e o terceiro eixo é um eixo que pensa o desenvolvimento, um eixo que pensa em um conjunto de medidas que possam apoiar o desenvolvimento dessas comunidades tradicionais, como precisamos pensar para qualquer povo, para qualquer segmento.

Então, como eu disse, foram dois anos de muitos esforços para colocar essas políticas de pé, e hoje nós temos já um arcabouço que fundamenta a destinação de orçamento específico para essas comunidades, para essas populações, e que nos permite, a partir do próximo ciclo, avançar nessa construção.

Assim como o BNDES acaba de anunciar um montante para o PNGTAQ, que possamos também estar conseguindo articular estrategicamente os entes federados, as estatais, os financiadores de diferentes naturezas, para que essas políticas possam ter o seu financiamento e as comunidades sendo atendidas. A gente compreende que isso é uma forma estruturante de lidar com a soberania alimentar das comunidades e dos povos, que é pensar a sua proteção e o seu desenvolvimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, dito isso, eu acabei entrando e já falando – não sei se eu extrapolei o tempo ou se eu ainda tenho tempo –, mas eu encerro por aqui e fico um pouco mais ouvindo o debate.

Em algum momento – já antecipei, mas eu repito –, eu vou ter que sair por causa de um voo que eu tenho daqui a pouquinho.

Mas obrigado, Senador, pela oportunidade de estarmos mais uma vez juntos, trocando informações e nos colocando sempre à disposição para esse debate.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Ronaldo dos Santos, Secretário Nacional das Políticas para Quilombos, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Ciganos, do Ministério da Igualdade Racial.

Só meus cumprimentos, Ronaldo.

Eu sei que você está com outra agenda, mas foi importante você ter tratado, inclusive, da violência que atinge todos os setores que você descreveu.

Bom, nós vamos para o último momento.

Neste momento, nós vamos dar para cada um dos convidados presentes, painelistas presentes – porque não dá para dar para todos –, a possibilidade de responder às perguntas.

Vieram aqui quatro páginas de perguntas, e eles vão escolher, dentro do tempo que eu vou assegurar-lhes, as perguntas que preferem responder.

Eu sei que a Dra. Lilian dos Santos Rahal, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, que apresentou a cartilha, vai ter que sair, mas vai pedir que uma secretária, que atua junto com ela, assuma o lugar dela.

Se puder se despedir agora...

A SRA. LILIAN DOS SANTOS RAHAL (Para expor.) – Sim.

Muito obrigada, Senador, pela oportunidade de estar aqui com vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Camila, que é a nossa Coordenadora de Povos e Comunidades Tradicionais, vai ficar aqui no meu lugar.

Eu dei uma olhadinha nas perguntas, e a Camila vai poder respondê-las em nosso nome, mas eu já adianto que nós temos...

A cartilha traz um pouco a ideia de como a gente entende que as nossas ações, políticas e programas podem chegar junto a povos e comunidades tradicionais, de uma forma geral, mas o nosso trabalho vem no sentido de ampliar a autonomia dos povos e comunidades tradicionais que vivem em territórios, de forma que eles possam ter a possibilidade de produzir, acessar e consumir os alimentos de acordo com os seus hábitos alimentares.

Então, programas como o Programa Fomento Rural e Programa Cisternas dialogam com outros programas do Governo Federal e de outros ministérios aqui presentes também: o próprio Ministério da Igualdade Racial, que falou aqui; o Ministério dos Povos Indígenas, o MDA e o MMA – que estão aqui presentes também... Nós temos atuado muito conjuntamente, todos esses órgãos, de forma a que nós possamos adequar as políticas existentes, para que elas possam, efetivamente, atender aos povos e comunidades tradicionais dentro das suas especificidades.

Agora mesmo a gente está com o MDA e com o MMA, numa ação específica para comunidades quilombolas e comunidades indígenas, associando assistência técnica adequada a esses povos com o Programa Fomento Rural, para que essas comunidades, definidas em conjunto, possam iniciar um processo produtivo, com vistas à garantia da segurança alimentar; e, a partir daí, a gente entra com outros programas.

Mas eu vou deixar a Camila aqui e, então, Senador, ela poderá responder com mais calma, porque eu realmente estou meio apurada aqui no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

A SRA. LILIAN DOS SANTOS RAHAL – Eu agradeço mais uma vez a oportunidade de compartilhar a cartilha com vocês e de compartilhar essa mesa com todas essas mulheres aqui e com o senhor também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

E com o nosso colega Ronaldo também.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu que agradeço à Lilian Sandoval, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Assume a Camila.

Então, a Camila Carneiro fica no lugar dela.

Então, vamos ao processo natural.

Eu vou ler as perguntas que vieram, conforme a orientação do e-Cidadana, e, daí, cada uma de vocês terá o tempo de cinco a sete minutos para responder.

Escolham as perguntas.

Fabiana, do Rio Grande do Sul: "Como as ações podem ser adaptadas para respeitar as especificidades culturais e produtivas das comunidades, promovendo a segurança alimentar?".

Thaynara, de Minas Gerais: "De que maneira as políticas de segurança alimentar podem fortalecer a produção agrícola sustentável e a economia local dessas comunidades?".

Bruno, do Rio Grande do Sul: "Como é possível garantir a segurança alimentar em comunidades de difícil acesso terrestre?".

Carlos, do Ceará: "Como se propõe [garantir uma] [...] alimentação segura [e menos industrializada de forma] [...] viável aos povos [que vivem em regiões] mais [remotas] [...]?".

Rodrigo, de São Paulo: "Quais medidas concretas serão adotadas para proteger os territórios contra invasões e degradações que comprometem a segurança alimentar?".

Adalberto, de São Paulo: "A segurança alimentar desses povos é fundamental por razões não só humanitárias como para a nossa História. Há tradições orais a preservar".

Esse é um comentário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alef, do Ceará, que também faz um comentário: "Tema com relevante valor social, sendo uma ótima ferramenta contra as doenças causadas pelos alimentos ultraprocessados".

Ainda pergunta José, do Rio Grande do Sul: "Segurança alimentar e nutricional também passa pelo controle de defensivos agrícolas. Como diminuir sem prejudicar a produção?".

Davi, do Distrito Federal: "Como garantir que as ações de segurança alimentar respeitem a autonomia e os saberes culturais dos povos e comunidades tradicionais?".

Aline, de Santa Catarina: "Como garantir a segurança alimentar dos povos, quando parte da contaminação e escassez de água e alimentos acontece devido ao garimpo ilegal?".

Daiara, de São Paulo: "Como a cartilha vai abordar ações para garantir a segurança alimentar em casos de ocorrência de eventos climáticos extremos?".

Guilherme, da Bahia: "Algumas comunidades de povos tradicionais são falantes de línguas que não o Português. Quais medidas serão feitas para que também tenham acesso?".

Comentário de Cláudio, do Rio de Janeiro: "É essencial que existam políticas públicas que garantam o acesso a alimentos saudáveis e respeitem a diversidade cultural".

Francisco, de Minas Gerais: "Sanar a fome e verificar as necessidades de sobrevivências dos povos deve ser sempre uma prioridade dos gestores e [com] a educação como base".

Essa leitura que fiz são das perguntas. Todos os presentes terão espaço de seis a sete minutos para responder.

Mas, antes ainda, porque, depois que vocês falarem, a gente encerra, pediram aqui o registro de presença: Danilo Miranda Quilombola, da comunidade do Rio Capim no Estado do Pará, Coordenador Jurídico do Movimento Afrodescendente do Estado do Pará (Mocambo) e Líder Regional do Movimento Amazônia de Pé; Alan Pires Kalapalo, da Aldeia Aiha Kalapalo, do território indígena Parque do Xingu, no Município de Querência, em Mato Grosso, agricultura familiar; Ernany Marcos do Nascimento, do território indígena Raposa Serra do Sol, São Marcos, Roraima, agricultura familiar indígena; e aqui presente, também, Marcelo Apel, do Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras, Brasília/Manaus.

Agora, então, vamos para os que vão responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Começamos, então, com a Isabela Cruz, Diretora do Departamento de Reconhecimento, Proteção de Territórios Tradicionais e Etnodesenvolvimento na Seteq/MDA.

Isabela, você tem cinco minutos mais dois. Escolha alguma das perguntas, porque ninguém vai poder responder a todas, não é? (*Risos.*) É impossível.

A SRA. ISABELA CRUZ (Para expor.) – Olá.

São todas questões muito importantes, que dariam um longo debate, visto que são questões históricas e estruturais também do Estado brasileiro, e a gente não pode deixar de olhar para isso com a magnitude que se tem, porque chegar aqui e tentar responder, de maneira fácil ou simples, questões que são complexas e históricas seria irresponsabilidade de qualquer gestor ou gestora pública.

Então, eu selecionei duas questões, para dialogar com o Bruno, do Rio Grande do Sul, e com o José, por coincidência, também do Rio Grande do Sul, que se referem ao distanciamento das comunidades tradicionais, muitas em locais de difícil acesso, e também sobre o controle de defensivos agrícolas.

Então, o Bruno pergunta: "Como é possível garantir a segurança alimentar em comunidades de difícil acesso terrestre?".

Justamente é uma das questões que mais dificulta o acesso de comunidades tradicionais às políticas públicas. É porque também temos uma lógica, hoje em dia, no Brasil, de que as pessoas estão, sobretudo, na área urbana. E isso eu costumo dizer que também é um pouco mito no Brasil, porque o Brasil é muito rural. O Brasil é muito presente em localidades, como a companheira trouxe, dos campos, das águas e das florestas.

Então, essa ideia midiática que é vendida, nacional ou internacionalmente, de que o Brasil é um grande polo urbano também precisa ser combatida, porque as comunidades estão muito presentes no interior do país. E, no interior do país, nos campos, nas águas, nas florestas, nos locais chamados de difícil acesso terrestre, há comunidades que estão vivas há muito tempo, que estão preservando, estão manejando esses territórios há muito tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ele é de difícil acesso a partir de qual olhar? A partir de que ótica? Se a gente olhar do centro da cidade ou dos centros das grandes cidades para o interior, ele é de difícil acesso. Agora, se a gente olhar da comunidade para os polos urbanizados, a gente vai perceber que essas comunidades foram deixadas aquém do desenvolvimento, que é um desenvolvimento focado nos centros urbanos.

Então, por isso também, deve-se retomar a ideia de que o Brasil não é só urbano. O Brasil não é majoritariamente urbano; há, sim, uma ideia de que o Brasil é urbano – e isso muda totalmente o olhar.

Quando a Makota Valdina diz: "Eu não sou descendente de escravos, eu [...] [sou descendente] de [...] [homens e mulheres] que foram escravizados", isso muda totalmente o olhar, isso inverte a lógica de que essas populações são escravas para uma ideia de que foram homens e mulheres escravizados.

Eu quero trazer esse mesmo exemplo para pensarmos a ruralidade ou os espaços urbanizados no Brasil. Então, nós temos comunidades tradicionais que foram urbanizadas porque a cidade chegou até elas, e, muitas vezes, com a expropriação imobiliária. Se a gente inverter o olhar e pensar que essas comunidades são mais antigas que os próprios municípios ou que as cidades que elas compõem, a gente inverte também a lógica da política pública.

Elas não estão afastadas, elas não são isoladas; elas estão carecendo de mais atenção do poder público, desse Estado brasileiro, que também precisa olhar para as áreas ruralizadas e do interior com a atenção que merecem.

Sobre isso também, a gente já pode... Como a gente avança de acordo com o tempo presente, no qual estamos? Com o uso das ferramentas a nosso favor.

Com a pandemia...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ISABELA CRUZ – ... da covid-19, o mundo todo precisou se readaptar e se readequar à situação do momento – de fechamento de estradas, de isolamento social –, e as comunidades tradicionais não foram diferentes: elas também se ressignificaram nesses momentos e também passaram a fazer uso, como a gente acabou de observar, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

videoconferências, do acesso à internet... Então, utilizar essas ferramentas também para que as políticas cheguem até as comunidades é uma estratégia que o poder público pode ter, para fazer com que essas comunidades acessem melhor a informação.

Além da internet, eu costumo pensar também – aprendi muito com o movimento de juventude – que os jovens e as jovens estão aí também e utilizam muitas tecnologias sociais. Então, a gente precisa trazer os jovens também, porque eles conseguem acessar as informações disponíveis na internet. E, com isso, eu gostaria de sugerir que os parentes que estão no interior, que estão, por exemplo, nos assistindo via internet, também procurem os escritórios regionais do MDA, nos estados, e peçam o apoio e o acesso à informação, porque, além de superintendentes, a gente também tem equipes que são muito parceiras nos estados.

Quem não conseguir pessoalmente, no *site* do Ministério do Desenvolvimento Agrário – e de todos os ministérios aqui presentes – tem uma aba chamada Quem é Quem, e nessa aba tem *e-mail* e telefone para os assuntos mais diversos. Então, eu também convido as comunidades, as lideranças a buscarem, nos *sites* dos ministérios, a referência do *e-mail* e do telefone de cada área, porque ali você consegue acessar também os programas que cada secretaria desenvolve. Isso é acesso à informação.

E quero colocar, por fim, que as comunidades tradicionais têm práticas e conhecimentos ancestrais, que permitem que a gente reduza o uso dos chamados defensivos agrícolas. Então, em vez de comprar os agrotóxicos ou os venenos, que a gente possa resgatar os conhecimentos ancestrais de cada região, porque, cada ancião, cada anciã, na sua região, sabe o que é o melhor remédio para cada situação ou para cada plantio.

Então, que a gente possa fortalecer a formação e a informação sobre os conhecimentos tradicionais, porque isso também é uma disputa de narrativa política de quem produz alimento no país.

E reafirmo: a gente sabe que quem está na ponta, quem planta a mandioca, quem cuida da galinha, quem planta o milho crioulo sem veneno, são essas pessoas que, de fato, estão alimentando de forma saudável a população brasileira. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Isabela Cruz, Diretora do Departamento de Reconhecimento e Proteção de Territórios Tradicionais e Etnodesenvolvimento, na Seteq (MDA).

Parabéns.

Vamos direto.

Agora eu não farei mais comentário nenhum, porque nós vamos perder tempo.

Marcos Ruben Oliveira, Coordenador do DataSenado.

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA (Para discursar.) – É...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São cinco minutos. Quando der os 15 segundos, vocês têm ainda mais dois, viu?

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA – Tá. Vou tentar usar menos, Senador.

Vou responder a duas perguntas aqui.

A do Cláudio, do Rio de Janeiro. Políticas públicas.

É essencial que existam políticas públicas que garantam acesso a alimentos saudáveis, respeitem a diversidade cultural. Nesse sentido, a Lilian e a Camila devem falar também do esforço do MDS em coletar dados, em ampliar as informações sobre os povos e comunidades tradicionais.

Eu gostaria só de enfatizar que a necessidade de fazer políticas públicas com dados é um grande diferencial no Brasil. O DataSenado tem se esforçado em apoiar o Parlamento e o país nesse sentido. E esses dados que surgem, que vão se desenvolvendo, nos permitem visualizar bem melhor a situação do país.

Então, só um apelo para que o MDS consiga fazer esse levantamento nas populações indígenas e que nós tenhamos cada vez mais informações.

Uma outra pergunta, Senador, rapidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eduardo, do Paraná. "Como serão feitas as análises das necessidades alimentares e nutricionais dessa população, visto que diferem dos padrões do meio urbano?".

Então, quanto ao primeiro caminho, nós mostramos o estudo do Fian, que foi feito com o apoio da Rede Penssan, e eu vou fazer uma propaganda deles. Eles têm um aplicativo que tem essa escala de insegurança alimentar, que você pode aplicar para povos não urbanos, vamos dizer assim, que tem um enfoque respeitando melhor essa diversidade cultural. Então, essa é uma forma de avaliar, de contemplar esses povos, na avaliação das necessidades nutricionais.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Marcos Ruben de Oliveira, Coordenador do DataSenado.

Lina Apurinã, representante do Ministério dos Povos Indígenas.

A SRA. LINA APURINÃ (Para expor.) – Bom dia.

Vou responder à pergunta da Fabiana, do Rio Grande do Sul. "Como as ações podem ser adaptadas para respeitar as especificidades culturais e produtivas das comunidades, promovendo segurança alimentar?".

No contexto indígena, a gente tem o Tratado 169, da OIT, que dá direito à consulta livre e prévia informada dos povos e o direito à governança e participação na escolha das ações dentro dos territórios, e a gente também tem o Plano Nacional de Gestão Ambiental e Territorial, que é a nossa política que orienta todas as ações do Ministério e da Funai no âmbito dos povos indígenas.

E, dentro da Pnegati, existem os planos de gestão ambiental e territorial, onde são feitas as consultas. A partir disso, é orientado a cada povo, a cada povo e etnia, o método pelo qual eles decidem fazer suas produções, respeitando suas respectivas culturas.

Outra pergunta aqui... Ah, a Pngati foi instituída pelo Decreto 7.747 – para terem essa informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra pergunta é a da Thaynara, de Minas Gerais: "De que maneiras as políticas públicas de segurança alimentar podem fortalecer a produção agrícola sustentável e a economia local dessas comunidades?".

Alguns planos, este ano, foram lançados, como o Planapo, que é om Plano Nacional de Produção Agroecológica e Orgânica. Dentro desse plano, existem metas e algumas estratégias que orientam os ministérios sobre quais ações estes devem fortalecer.

Esse plano também fortalece o Plansan, que é o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar.

Então, acredito que uma das maneiras de fortalecer essa produção agrícola junto às comunidades é a gente começar a fortalecer esses planos que foram lançados e que são orientados também ao atendimento dos PCTs e povos originários.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Lina Apurinã, representante do Ministério dos Povos Indígenas. (*Palmas.*)

Foi bem objetiva, não usou os cinco minutos.

Agora vamos para a Claudia Regina Sala de Pinho, Diretora de Gestão Socioambiental e Povos e Comunidades Tradicionais e Mudança, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

A SRA. CLAUDIA REGINA SALA DE PINHO (Para expor.) – Aqui houve algumas perguntas, e eu vou me ater a duas. Uma é a do Davi, do Distrito Federal: "Como garantir que as ações de segurança alimentar respeitem a autonomia e os saberes culturais dos povos e comunidades tradicionais?".

Eu acho que a primeira questão, quando se faz política pública, é com o grande respeito a toda a cultura e a toda a diversidade que se apresenta de conhecimentos, de saberes. Então, as políticas públicas elaboradas têm a maior possibilidade de dar certo, e, com isso, a gente inclui as de segurança alimentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próprio Decreto 6.040, no seu art. 3º, diz que a segurança alimentar perpassa, vai além da questão de produção de alimentos. Então, traz vários outros itens, como a quantidade adequada, a qualidade do alimento...

Então, conhecer as realidades nas quais estão os povos e comunidades tradicionais e elaborar uma política com sua participação efetiva é um bom caminho para que, realmente, a gente tenha políticas que estão de acordo com essas realidades. Assim, a gente tem autonomia e também o respeito a toda forma de cultura e à diversidade dos segmentos de povos e comunidades tradicionais.

Uma outra questão, que foi do Guilherme, da Bahia, é sobre algumas comunidades de povos tradicionais e falantes de línguas que não o português.

Temos várias. No Brasil, nós temos quatro povos que são chamados de povos justamente porque alguns nem falam o português. Mas, para além do português, nós temos reconhecidos, no Decreto 8.750, os povos indígenas, os povos de terreiro e matriz africana, os povos ciganos e o povo pomerano.

São povos que falam outras línguas. Então, que medidas serão tomadas para terem acesso, pelo que eu estou entendendo, às políticas públicas, já que falam outras línguas, não é?

Este é um grande desafio em se tratando do Estado brasileiro: reconhecer que há uma diversidade. Precisa-se que essa diversidade seja respeitada.

Então, nós temos vários, dentro do Governo, que têm possibilitado documentos e construção de políticas com a participação na língua-mãe. É um desafio muito grande, em se tratando de que nós estamos falando de um país vasto e diverso, mas esses que não falam o português têm o mesmo direito, e o Estado brasileiro precisa garantir esse direito de que a língua seja respeitada na sua forma, como grupo.

Aí tem toda a questão da Convenção 169 e outros aparatos legais que fazem com que o Estado tenha esse dever de cumprir.

Ainda são poucos os programas e políticas embasados na língua-mãe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desses quatro grupos que eu disse que são povos tradicionais no Brasil, nós temos um avanço em alguns documentos de povos de terreiro, em outros, de povos indígenas, que...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLAUDIA REGINA SALA DE PINHO – ... talvez seja o que mais tem avançado.

Nós temos protocolos de consulta livre e prévia informada, por exemplo, que já estão escritos na língua-mãe, mas ainda há um longo caminho a percorrer, principalmente porque são muitos os povos ciganos, pomeranos, povos de terreiro e povos indígenas neste país.

Bom, no mais, eu me coloco à disposição sempre, Senador, desta Casa e agradeço o convite, em nome da nossa Secretaria de Povos e Comunidades Tradicionais e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Grata. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Muito obrigado, Cláudia Regina Sala de Pinho, Diretora de Gestão Socioambiental e Povos e Comunidades Tradicionais, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Agora vamos para Camila Carneiro, Analista de Políticas Sociais, que aqui representa a apresentadora da cartilha, que teve que sair, Assessora do Gabinete da Sesan/MDS.

A SRA. CAMILA CARNEIRO (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Bom, eu escolhi, para dialogar, a pergunta da Daiara, de São Paulo, que se remete diretamente à cartilha. "Como a cartilha vai abordar ações para garantir a segurança alimentar em casos de ocorrência de eventos climáticos extremos?".

E também o comentário do Adalberto, de São Paulo, que afirma que a segurança alimentar desses povos é essencial, não apenas por razões humanitárias, mas para preservar a nossa história e suas tradições orais.

Assim, Senador, eu também gostaria de fazer um diálogo com algumas outras perguntas, porque eu percebi que muitas trazem a questão da adaptação da alimentação, de alimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saudáveis e sustentáveis. Então, acho que dá para fazer um apanhado que dialogue também com essas outras, não é?

Começando pela Daiara, que faz a pergunta diretamente relacionada à cartilha, a cartilha não chega a abordar diretamente a questão dos eventos climáticos. No entanto, a gente está, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, elaborando o plano setorial de segurança alimentar e clima. Dentro do Plano Clima, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, a gente tem alguns setoriais: tem o setorial indígena, tem o setorial dos povos e comunidades tradicionais, para citar alguns relacionados aos temas que nós estamos abordando aqui hoje; e nós temos também o setorial de segurança alimentar e nutricional, porque, de fato, a questão das crises climáticas, das emergências climáticas tem imposto impactos muito severos à soberania alimentar dos povos e comunidades tradicionais, inclusive impactando também o nosso trabalho na Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A gente precisa se reorganizar para atender. Começou este ano com as enchentes no Rio Grande do Sul, depois a gente passou pelo fogo no Pantanal, depois a gente chegou à seca na Região Amazônica. E isso vai mudando as nossas prioridades de atuação e os nossos esforços, tentando atuar primeiro de maneira responsiva – responder a esses eventos climáticos – e, depois, na recuperação da segurança alimentar e nutricional dessas populações.

Também queria tangenciar brevemente em relação ao que o Guilherme falou da questão dos não falantes da língua portuguesa. Quero aproveitar e mencionar que, entre as orientações que a cartilha traz, ela traz a orientação de que as pessoas que chegam aos territórios tradicionais têm que fazer a tradução, quando necessário, das políticas, dos programas, e também abordar a população em uma linguagem acessível e adequada, para que as populações possam compreender e se apropriar do processo dos programas de segurança alimentar e nutricional.

Para dialogar com essa dimensão de que a segurança alimentar não é só uma questão de direito humanitário, lembrando que o conceito de segurança alimentar e nutricional no Brasil está ancorado no direito humano à alimentação adequada... E ele traz tanto a dimensão quantitativa quanto qualitativa, e, então, a gente tem essa questão da quantidade suficiente, mas adequada culturalmente. A gente tem também, amparando esse entendimento, o *Guia Alimentar para a População Brasileira*, que traz toda a importância da cultura alimentar. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado brasileiro não pode mais cometer o "nutricídio" dessas populações, que seria a morte da cultura alimentar, a morte dos sistemas alimentares tradicionais, por meio de uma padronização dos sistemas de produção, por meio...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CAMILA CARNEIRO – ... de uma industrialização da alimentação. Pelo contrário, é importante que o Estado, de maneira coordenada, integrada, se organize para reconhecer os conhecimentos tradicionais e as práticas agrícolas ancestrais e que ele, dessa forma, esteja reconhecendo como os povos e comunidades tradicionais são os principais e verdadeiros produtores de alimentos saudáveis e sustentáveis, de comida de verdade, como a gente costuma falar no âmbito do Consea.

E aí, para encerrar minha fala, também quero só mencionar a importância da integração dos programas da Sesan, da secretaria. Acho que a cartilha também aponta para isso, não é? E, lá no âmbito da Sesan, a gente também tem um GT (grupo de trabalho) de povos e comunidades tradicionais em que a gente tem discutido uma rota – na verdade, rotas, no plural – pensando que, para a gente ter uma estratégia de promoção da alimentação saudável em territórios tradicionais, é importante que a gente integre os programas da secretaria e os adapte, principalmente, às formas coletivas tradicionais ancestrais de vida dos povos e comunidades tradicionais.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Camila Carneiro, Analista de Políticas Sociais e Assessora do Gabinete da Sesan/MDS.

E, por fim, para encerrarmos a nossa audiência pública, Dra. Charlene Borges, da Secretaria-Geral de Articulação Institucional da Defensoria Pública da União(DPU).

A SRA. CHARLENE BORGES (Para expor.) – Eu escolhi aqui a pergunta da Aline, de Santa Catarina, que pergunta como garantir a segurança alimentar dos povos, sendo que parte da contaminação e escassez de água e alimentos acontece devido ao garimpo ilegal. De fato, é uma questão sistêmica, porque a atuação ilegal do garimpo afeta a segurança alimentar dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

povos e comunidades tradicionais. A Defensoria Pública da União tem uma atuação muito incisiva nessa temática. Nós temos, na nossa organização, o Observatório do Garimpo, em que a gente tem um *site* para que sejam realizadas denúncias sobre o avanço do garimpo nos territórios, tanto nos territórios indígenas como nos territórios de povos e comunidades tradicionais, mas também temos a atuação do nosso GT Povos Indígenas e do GT Comunidades Tradicionais.

Recentemente, nós oficiamos aos ministérios envolvidos, ao Ministério da Justiça, à Polícia Federal, à Funai, ao Ibama, denunciando violações relacionadas à prática do garimpo no território indígena de Sararé, no Mato Grosso. Nós denunciamos questões específicas relacionadas à contaminação da água e à contaminação dos peixes e também a afetação de territórios sagrados dessa população. Então, nós enviamos ofício e também solicitamos a implementação de políticas públicas para o controle e monitoramento, por exemplo, da movimentação de maquinários pesados nos territórios, o monitoramento de maquinários como retroescavadeiras nos territórios indígenas.

Além da questão específica desse controle indígena no Mato Grosso, nós também reforçamos nosso acompanhamento dentro do âmbito do território ianomâmi. Nós pedimos a implementação de política pública, de investimento para testagem da população em relação à contaminação por mercúrio. A testagem... É importante esse monitoramento. Nós temos acompanhamento em outros territórios indígenas afetados pela contaminação das águas por mercúrio, que afeta a saúde.

Também cobramos ações estruturais para monitorar o avanço e a migração dos garimpeiros nos territórios. Como é um problema sistêmico, isso envolve a atuação de vários ministérios envolvidos, envolve a atuação também da segurança pública, e a Polícia Federal tem uma atuação determinante no enfrentamento do avanço do garimpo.

Não se trata apenas da violação do território, mas também da violação do direito humano à alimentação que é decorrente dessa prática degradante do meio ambiente.

É isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Charlene Borges, Secretária-Geral de Articulação Institucional da Defensoria Pública da União (DPU).

Meus amigos e minhas amigas, assim terminamos nossos trabalhos.

Eu agradeço muito, inclusive a cartilha que está sendo colocada à disposição, agradeço muito a todos os painelistas que debateram diretrizes para o atendimento de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em programa de segurança alimentar e nutricional. Na verdade, foram 29 segmentos, em que nós hoje aprofundamos o debate aqui.

Assim, encerramos o trabalho.

Muito, muito obrigado a todos. Gratidão, gratidão, gratidão! Voltaremos! (*Palmas.*)

Eu convido a todos que estão no plenário para tirarmos uma foto aqui. São os meus últimos dois anos nesta Comissão!

(Iniciada às 9 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 43 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas do dia três de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Weverton, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Augusta Brito, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Eduardo Gomes, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Angelo Coronel e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Mara Gabrilli, Jussara Lima, Humberto Costa, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 64/2024 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "O Impacto da Inteligência Artificial nos Direitos Humanos". Participantes: Estela Aranha, Assessora Especial da Assessoria Especial da Presidência da República - Membro do Conselho Consultivo de Alto Nível da ONU para Inteligência Artificial; Renan Bernardi Kalil, Procurador do Trabalho, Coordenador Nacional da Conafret e Membro do Grupo de Trabalho sobre Inteligência Artificial do MPT; Paula Guedes, Representante da Coalizão Direitos na Rede - CDR; Atahualpa Blanchet, Representante do Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos - IPPDH; Priscila Lauande, Advogada e Assessora Jurídica - Doutora em Direito pela Sapienza Universitá di Roma e Universidade de São Paulo; Renata Mielli, Representante do Comitê Gestor da Internet do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - CGI / MCTI; Sra. Paula Simas Magalhães, Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos - ACNUDH; e Admirson Medeiros, Representante do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/03

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 51ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento 64, de 2024, da CDH, de nossa autoria, para debater o impacto da inteligência artificial nos direitos humanos.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal eCidadania, na internet, em www12.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Os palestrantes terão dez minutos com mais cinco, se necessário for, com a devida tolerância desta Presidência.

Como é de praxe, farei aqui a leitura do texto de início dos trabalhos organizado pela consultoria do gabinete.

Senhoras e senhores, em primeiro lugar, dou boas-vindas aos representantes do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, que propuseram, em conjunto com a CDH, essa audiência pública sobre o impacto da inteligência artificial nos direitos humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço também a participação dos convidados, de todos os presentes, dos que nos assistem pelos canais do Senado Federal, como Agência Senado, enfim, por todo o sistema de comunicação da Casa, Rádio Senado...

Esta audiência pública se insere na série de debates que vêm sendo propostos pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos em torno do tema da inteligência artificial – parabéns pela iniciativa!

O último desses encontros ocorreu no Rio de Janeiro, há duas semanas, no âmbito do G20 Social. As conclusões desse evento reforçam a importância da regulação imediata como estratégia para promover o desenvolvimento ético e inclusivo da inteligência artificial.

Não há dúvida de que a inteligência artificial é uma tecnologia que veio para mudar o mundo. Está aí, não tem volta. Seus benefícios são óbvios. A IA permite o processamento rápido de grandes volumes de dados, automação de processos e a personalização de procedimentos, aumenta a eficiência e a produtividade, reduz custos, promove crescimento e desenvolvimento.

Há mesmo quem afirme que estamos diante de uma nova revolução no mundo do trabalho e das comunicações.

Seus impactos sobre os direitos humanos são, porém, contraditórios – por isso estamos aqui hoje, não é? De um lado, cresce a expectativa de avanços consideráveis na saúde, com diagnósticos mais precoces e mais precisos, medicina personalizada e a assistência remota.

A IA vem promovendo também avanços na educação, com maior disponibilidade de informação, mais facilidade de acesso a dados e aprendizado adaptativo.

Espera-se que contribua também para avanços na preservação do meio ambiente, com sistemas de monitoramento mais abrangentes e otimização de recursos.

Devemos também avançar em tecnologias assistivas, que, com base em inteligência artificial, têm um enorme potencial de ampliar a acessibilidade, romper barreiras linguísticas e promover inclusão social.

No entanto, existem também os riscos: o risco de desigualdade digital, de que os benefícios da IA sejam apropriados por apenas uma parte da população e que termine por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reproduzir ou mesmo agravar a desigualdade social, que é uma grande, grande preocupação desta Comissão; e, por isso, é a Comissão de Direitos Humanos.

Há o risco da perda de privacidade e de controle sobre os dados pessoais, em uma sociedade de vigilância máxima; o risco da discriminação e do viés, o chamado racismo algoritmo, que pode perpetuar ou mesmo amplificar preconceitos. Há o risco da desinformação e da manipulação, de disseminação de discurso de ódio e de ataque coordenado às instituições ou mesmo às pessoas, as famosas *fake news;* há o risco de substituição massiva de trabalhadores por meio da automação sem o devido debate.

E aqui eu me dou o direito de dizer, por exemplo, o da redução de jornada sem redução de salário. O debate que o mundo faz hoje é de quatro dias por três, por semana, 4 x 3.

Esse debate está aqui no Brasil também, com inúmeras iniciativas de redução de jornada. Só eu tenho uma PEC, de 2015, e dois projetos, e o Senador Weverton, que tem uma outra, de que sou o Relator.

Na Câmara dos Deputados está em avanço essa campanha contra o 6 x 1, que é seis dias de trabalho e um de descanso.

Não podemos permitir que a inteligência artificial venha a retirar direitos e emprego dos trabalhadores.

Eu tenho um debate longo, em que eu trato dessa área, e já estive em outros países debatendo isso. Quando a tecnologia avança, de forma surpreendente e positiva – e ninguém pode ser contra a tecnologia –, e cada vez aumenta, digamos, a automação, você tem que ver como é que fica o trabalho dos seres humanos. E aí o caminho, na minha ótica – um deles, não é só ele –, é a redução da jornada de trabalho.

Enfim, podemos ter repercussões sobre todo o sistema de assistência e previdência social. Há o risco da concentração do saber, do poder tecnológico e do aumento da exclusão digital, principalmente em países como o Brasil, que chegou atrasado a essa corrida pela inovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não são poucos os desafios, os desafios éticos e os desafios sociais da inteligência artificial. Estamos aqui hoje para discuti-los, de forma tranquila, com uma visão ampla de que nós queremos apenas fazer o bem a todas as pessoas.

O Senado constituiu, há pouco, há mais de um ano, uma Comissão Temporária Interna destinada especificamente a preparar uma proposta de regulamentação da inteligência artificial no Brasil. Foi a alternativa encontrada para dar conta da enorme quantidade de propostas sobre a matéria. Só no Senado são, hoje, mais de 20 projetos de lei que discutem a inteligência artificial.

O ponto de partida da Comissão, aqui no Senado, foi o Projeto de Lei nº 2.338, de 2023, que é resultado do trabalho de uma equipe de juristas. A proposta tem como autor principal o Presidente Rodrigo Pacheco. O Relator é o Senador Eduardo Gomes.

A proposta reproduz, em muitos pontos, as orientações aprovadas recentemente pela União Europeia.

Ao texto original do projeto a Comissão incorporou elementos de várias outras proposições, entre as quais o Projeto de Lei nº 21, de 2020, já aprovado pela Câmara dos Deputados.

Para a discussão desse texto, precisamos de parâmetros, parâmetros que esperamos que sejam construídos a partir de um debate que já está acontecendo, com muito equilíbrio, muita tranquilidade, de forma tal que a inteligência artificial venha para fazer o bem.

Quando eu digo bem, eu uso sempre aquela frase conhecida: "fazer o bem sem olhar a quem".

Enfim, são parâmetros que esperamos sejam construídos a partir de grandes debates, como estamos fazendo já no Brasil – e o mundo todo já fez e está fazendo.

Portanto, esse é o objetivo desta audiência pública.

Agradeço a presença de todos. A participação de vocês é essencial.

O tema que discutimos hoje aqui é nada mais do que o nosso futuro, futuro que o mundo já está debatendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem.

Feita a introdução, vamos, de imediato, para a primeira mesa.

Eu iria já chamá-la e o farei assim mesmo.

Fica anunciada a Sra. Estela Aranha, Assessora Especial da Assessoria Especial da Presidência da República, membro do Conselho Consultivo de Alto Nível da ONU para Inteligência Artificial.

Estela está a caminho. Quando chegar, ela já vem para a mesa.

Paula Guedes, representante da Coalizão Direitos na Rede.

Paula Guedes já se encontra?

Por favor, Paula Guedes. É um prazer recebê-la aqui. (*Palmas.*)

Atahualpa Blanchet, representante do Instituto Políticas Públicas e Direitos Humanos.

Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Admirson Medeiros, representante do Conselho Nacional dos Direitos Humanos. (*Palmas.*)

Essa é a primeira mesa.

Com todos aqui presentes, aproveito para cumprimentá-los. (*Pausa.*)

Algumas pessoas chegaram aqui, quiseram tirar uma foto comigo, e eu estava abrindo a sessão, mas todos são bem-vindos.

Ninguém pode ir embora sem tirar foto, hein? Ou individual ou coletivamente. Isso já é praxe nesta Comissão, viu?

Mas vamos lá, pessoal. Com esse espírito de alegria e de que avançaremos, vamos iniciar o nosso debate.

Passo a palavra então, já que a Sra. Estela não se encontra, à Dra. Paula Guedes, representante da Coalizão Direitos na Rede.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PAULA GUEDES (Para expor.) – Bom dia, gente.

É um prazer estar aqui, representando a Coalizão Direitos na Rede.

Já agradeço o convite do Senador, também do Admirson e de meus colegas aqui. É um prazer estar representando a sociedade civil nesta mesa.

O Senador já adiantou bastante sobre os impactos da inteligência artificial em direitos humanos. Acho que isso é claro para todo mundo e é uma realidade. A gente não está falando mais de uma tecnologia que vai chegar, mas de algo que já está nas nossas vidas, inclusive na palma das nossas mãos, quando a gente pega o celular, às vezes, para desbloquear o telefone, por exemplo, para acessar aplicativos nas redes sociais e por aí vai.

Mas acho que a minha missão aqui, hoje, é falar que a gente não está lidando só com riscos de uma tecnologia futura, mas com benefícios, claro, e com alguns danos que já são sentidos por muitas pessoas, em especial nos grupos vulneráveis. E aí, quando a gente fala em grupos vulneráveis, no nosso contexto do Brasil, que é um país de Sul Global, é ainda mais sentido, não é? Ainda tem esse reforço.

Acho que a missão aqui é mostrar por que a gente deve, sim, olhar para direitos humanos, quando a gente fala de inteligência artificial, e por que a regulação é uma aliada para a tecnologia nesse contexto.

O Senador também pontuou muito bem que a gente tem aqui no Brasil, desde 2020, um projeto de lei que fala sobre inteligência artificial. Na verdade, a gente tem vários projetos de lei que falam sobre inteligência artificial já, hoje em dia.

O PL nº 2.120 nasceu na Câmara dos Deputados e, hoje em dia, está na Comissão Temporária de Inteligência Artificial, apensado a outros projetos, como o de nº 2.338 de 2023, para análise no Senado.

Mas queria fazer com vocês aqui, na verdade, um histórico de pensarmos que, no início do *boom* da inteligência artificial – porque ela voltou às conversas por volta de 2018, 2019 –, houve também uma explosão de princípios éticos que falavam de governança desses sistemas, e, de 2019, para cá, se viu que, na verdade, só estratégias principiológicas de autorregulação não são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suficientes para conter os riscos e os danos dessa tecnologia. Então, se viu necessário criar regras cogentes, com força de lei, com força vinculante, para que os agentes que estão aí desenvolvendo, implementando, utilizando o sistema de inteligência artificial possam se adequar e respeitar direitos humanos e direitos fundamentais. E é aqui que a gente está hoje em dia, quando a gente fala de regulação de inteligência artificial.

Então, agora, na minha fala, gostaria de falar do que é importante, do que uma regulação de inteligência artificial para o Brasil deveria ter. E a gente tem visto, já com uma tendência internacional, a regulação de sistemas de AI a partir do risco.

Acredito que isso seja muito positivo e, por experiência de outros países, também de outras regiões, a gente tem visto que isso tem virado quase a tendência, quando se fala em regulação de inteligência artificial, porque a tecnologia é muito ampla. Então, tem sistemas que têm baixo risco, médio risco, alto risco e riscos que são inaceitáveis e, por isso, não podem ser aceitos.

Então, nem toda tecnologia é indispensável e inevitável. A gente pode, sim, escolher qual tipo de tecnologia quer, e, para isso, a gente precisa de regras bem estabelecidas.

Então, para regular a inteligência artificial, uma tendência que temos observado é essa regulação baseada em riscos, mas o projeto de lei brasileiro – e aqui eu falo do Projeto de Lei 2.338, de 2023 – não é só baseado em riscos, mas também é baseado em direitos, e isso é muito importante, considerado o histórico do Brasil, que tem uma Constituição com um rol de direitos fundamentais amplo, inclusive com a possibilidade de inclusão de outros direitos fundamentais, direitos humanos, a partir de tratados internacionais incorporados aqui, que têm *status* de emenda constitucional.

Então, é superimportante que, quando a gente olha para a inteligência artificial, a gente tenha uma regulação que pense nesses sistemas protetivos de direitos responsáveis e que não seja uma inovação a qualquer custo, que vá violar direitos e gerar vários problemas sociais que, depois, a gente vai ter que correr atrás para corrigir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a regulação de inteligência artificial pelo Projeto 2.338 é baseada em riscos e em direitos, porque ela tem – por enquanto, pelo menos – um rol de direitos aplicáveis aos eventuais afetados por esses sistemas.

Ela conta também com um arranjo regulatório, que, pensando no contexto brasileiro, é até um pouco inovador, pelo que a gente conhece, porque teria uma agência coordenadora e autoridades setoriais que estariam trabalhando nesse sentido, para fiscalizar, regular e regulamentar também eventuais outras necessidades do projeto.

Com isso, você dá dentes também para que a regulação não seja só uma norma aberta e que tenha, de fato, como ser implementada e fiscalizada, e aqui uma fiscalização *a posteriori*. Os agentes de inteligência artificial teriam a obrigação prévia de eles mesmos fazerem esse movimento de se avaliarem e cumprirem com as obrigações, e, eventualmente, a autoridade estaria ali para fiscalizar e para garantir que aqueles agentes estejam, de fato, prestando contas.

Essa abordagem baseada em riscos faz com que a gente não coloque todo o peso regulatório da mesma forma para todos os agentes, mas sim que alguns sejam mais regulados do que outros.

E aqui é importante falar que, como já mencionei alguns minutos atrás, tem alguns sistemas que são inaceitáveis. Então, por exemplo, você fazer pontuação social da população é um caso que é inaceitável, porque viola muitos direitos humanos, muitos direitos fundamentais. Então, deveria ser um caso de uso de sistemas de inteligência artificial desde logo banido, proibido pela futura lei.

Os casos de alto risco são os que são permitidos, a princípio, mas têm que cumprir uma série de obrigações de governança, e aqui eu coloco como destaque as obrigações de impacto algoritmo, outras obrigações de transparência, prestação de contas, garantia de critérios de segurança, de confiabilidade e de robustez, com destaque para essa avaliação de impacto.

Outro ponto que também é muito importante, quando a gente fala de sistemas de inteligência artificial, é também considerar a participação dos grupos que vão ser eventualmente impactados. Nada melhor do que ouvir quem vai sentir na pele os impactos daquela tecnologia, para ter *insights* eventualmente do que pode ser feito para melhorar ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saber se aquela população, de fato, precisa daquela tecnologia, porque nem sempre é o que acontece.

Acho que esse projeto de lei que vai ser, inclusive, talvez votado hoje, às 11h, na Comissão Temporária sobre Inteligência Artificial é um primeiro passo positivo que o Brasil pode dar em direção à regulação desses sistemas, passando uma mensagem adequada, internacionalmente também, de que o Brasil quer inovações que sejam responsáveis e protetivas de direito, passando um recado também de que regulação não é contrária à inovação, muito pelo contrário, porque, para a gente ter uma inovação, ela tem que proteger as pessoas que moram aqui ou que estão aqui e proteger direitos fundamentais das pessoas.

Não adianta criar qualquer tipo de inovação ou de tecnologia que depois vai gerar danos, inclusive danos de reputação para as próprias empresas, com violações de direitos. Então, no passado – eu sempre uso este exemplo, porque eu acho que ele é muito palatável –, a gente via muitos casos de produtos que eram defeituosos, explodiam e feriam consumidores, e hoje em dia a gente não vê tantos casos assim, porque o Código de Defesa do Consumidor foi criado e criou obrigações para que os fornecedores as cumprissem e para que os produtos e serviços então colocados no mercado e disponibilizados para serviço tenham critérios de condições para circular e para estar em contato com os consumidores.

Então, esse é um exemplo muito claro de que o Brasil é capaz de produzir e de continuar produzindo inovações, mesmo com regulação.

Então, regulação não é oposta à inovação, e quem usa esse argumento é normalmente tendencioso; é um argumento muito falacioso e que, na concretude, não se mantém.

E, para finalizar a minha fala, porque eu estou vendo que o meu tempo está acabando, quero reforçar que esse projeto também olha para a particularidade do Brasil.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PAULA GUEDES – Então, ele lida...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Você tem mais cinco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PAULA GUEDES – Ah, é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Agora, depois do sinal, mais cinco.

A SRA. PAULA GUEDES – Ah, que ótimo! Então, ganhei cinco minutos. O.k.

Esse projeto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Para todos isso serve.

A SRA. PAULA GUEDES – Maravilha!

Então, esse projeto também tem a particularidade de olhar para o que o Brasil tem de especial, e aqui eu coloco o Brasil enquanto um país do Sul Global, em que a gente tem nossas particularidades também de um contexto de discriminações estruturais, principalmente de racismo estrutural, e esse projeto olha para isso, como um primeiro exemplo, conceituando o que seria a não discriminação e considerando, inclusive, discriminação indireta, que é um conceito que vem da Convenção Interamericana de Direitos Humanos... De direitos humanos não; estou louca: da Convenção Interamericana contra o Racismo, que também tem *status* constitucional aqui no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Mas tem a ver com os direitos humanos também.

A SRA. PAULA GUEDES – Ah, com certeza, mas eu estava usando a convenção errada – para quem está ouvindo, para saber a referência certinha.

Então, esse projeto olha para isso, ele traz uma proteção de direitos fundamentais de não discriminação também importante, ele traz a proteção também especial para grupos vulneráveis, principalmente a crianças, adolescentes e idosos.

E esse projeto, então, na última versão publicada pelo Senador, no dia 28 de novembro, traz um mínimo necessário. Ele traz uma abordagem baseada em riscos, ele traz casos proibidos, ele traz os casos de alto risco, com um rol exemplificativo, trazendo medidas de governança, como as avaliações de impacto, ele traz o sistema de fiscalização, regulação e governança, ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

traz também a proteção ao trabalho, ao trabalhador, à sustentabilidade, aos direitos autorais, mas ele também traz alguns retrocessos, principalmente por conta de *lobby* que aconteceu, principalmente, de *big techs* e do setor industrial.

Então, o projeto cada vez mais vem se desidratando, e parece que a atenção aos direitos fundamentais vai diminuindo também, quanto mais se apresentam novos relatórios, e acho que aqui é um momento também para a gente reforçar o quanto é importante que a regulação que sair deste Senado e que depois for também continuar o processo legislativo na Câmara – e eventualmente para cá de novo – seja protetiva de direitos e traga uma inteligência artificial responsável, porque... De novo eu estou sendo repetitiva aqui, porque, de fato, é importante: a regulação não é contrária à inovação, muito pelo contrário: o que a gente quer é estimular boa regulação, aquela regulação que vai proteger direitos fundamentais e potencializar o que o Brasil tem de bom, e o que a gente tem de bom aqui é muita capacidade de criar e de ter inteligência artificial que seja protetiva de direitos e responsável.

De novo, estou sendo repetitiva aqui, porque é de fato importante: a regulação não é contrária à inovação, muito pelo contrário. O que a gente quer é estimular a boa regulação, aquela regulação que vai proteger direitos fundamentais e potencializar o que o Brasil tem de bom. E o que a gente tem de bom aqui é muita capacidade de criar e de ter inteligência artificial que seja protetiva de direitos e que seja responsável.

Então, devolvo, com três minutos, para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ela disse que guardou três minutos, porque ela voltará na hora do debate.

Quero cumprimentar a Paula Guedes, representante da Coalizão Direitos na Rede, e já dar uma salva de palmas... (*Palmas.*) ... pela sua brilhante explanação, mostra que realmente conhece o tema, e demonstrou a todos que regulamentar não significa proibir. Regulamentar significa garantir o direito de todos, moralizar e não permitir *fake news*. Esse resumo é meu, viu? Se estiver errado, diz: "Foi ele que disse".

Parabéns, viu, Paula? Você terá oportunidade de falar novamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, nos solicitou – porque ele está com outro compromisso –, para que ele possa entrar por videoconferência, o Sr. Renan Bernardi Kalil, Procurador do Trabalho, Coordenador Nacional da Conafret e membro do Grupo de Trabalho sobre Inteligência Artificial do MPT.

Por favor, Dr. Renan Bernardi Kalil. O tempo é seu, dez minutos com mais cinco.

O SR. RENAN BERNARDI KALIL (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todas e todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia.

O SR. RENAN BERNARDI KALIL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Paulo Paim.

Gostaria de, inicialmente, agradecer o convite, em nome do Procurador-Geral do Trabalho José de Lima Ramos Pereira, para o Ministério Público estar neste momento importante, nesta audiência pública que trata do impacto da inteligência artificial nos direitos humanos. Esse é um tema fundamental para os dias em que a gente vive, e o Ministério Público do Trabalho tem grande interesse em estar nesses debates e apresentar as nossas contribuições.

Então, gostaria de fazer esse agradecimento inicial e iniciar minha fala um pouco no sentido de retomar o que a Paula veio dizendo e o que o Senador também colocou, que a regulação não é contrária e não tem nenhuma dificuldade com a inovação. Pelo contrário, parece que essa questão, como o Senhor mencionou, é fundamental para a gente encarar que as inovações tecnológicas, inclusive, não são forças isoladas que são produzidas por valores neutros e sem qualquer tipo de interesse, sem vinculação com as relações de poder instituídas.

É importante que a gente coloque que essas inovações tecnológicas estão inseridas dentro desse contexto mais amplo. Elas são desenvolvidas dentro de um sistema socioeconômico em que a gente vive e, de alguma forma, estão reproduzindo e atendendo alguns ditames que se relacionam com essas relações de poder que estão dadas. Se a gente olha para a tecnologia única e exclusivamente como se ela fosse uma força condutora de uma marcha inexorável a caminho de uma direção unívoca, a gente vai simplesmente desprezar possibilidades de intervenção, na realidade, para moldar o presente e o futuro, a partir de formas alternativas, inclusive, que entendem que não deve haver qualquer tipo de regulação e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tudo isso vai se dar por meio de uma autorregulação, eventualmente, por parte das empresas. Isso nos coloca em uma posição de, eventualmente, moldar de forma marginal esse futuro que a gente está querendo debater aqui; este presente, na verdade, porque a inteligência artificial já é uma realidade para todos.

Então, eu gostaria de iniciar a minha exposição colocando o tema dentro dessa premissa, que me parece fundamental e se relaciona com essa preocupação que o Senador trouxe, que a Paula mencionou na fala dela, de ressaltar a importância da regulação nesse sentido.

A minha preocupação – que eu vou tratar com mais detalhe aqui, Senador e demais presentes, até por conta da instituição à qual eu pertenço, o MPT – vai muito direcionada para a figura do trabalhador e das entidades sindicais. Quando a gente olha para a inteligência artificial, geralmente, a gente imagina aquele modelo de linguagem, algum tipo de sistema, algum artefato técnico que está interagindo conosco de forma automatizada, sem que exista qualquer tipo de mediação realizada por um ser humano, mas os sistemas de inteligência artificial não se desenvolvem dessa forma. Quando a gente entra em contato com um ChatGPT, com esses modelos de linguagem, por exemplo, ou com qualquer outro mecanismo de inteligência artificial que faz verificação de imagem e tudo isso, para que esse produto chegue até nós, enquanto consumidores, isso passou por uma espécie de treinamento e customização que envolveu o trabalho de pessoas, o trabalho de seres humanos.

Existem plataformas de *crowd work*, por exemplo, que são uma modalidade de trabalho via plataforma digital que ocupa um papel fundamental nisso, e os trabalhadores que fazem essa espécie de treinamento e de customização desses modelos de inteligência artificial vão realizar algo que alguns estudiosos vão chamar de trabalho cultural. O que é esse trabalho cultural? Quando a gente olha para trabalhadores que vão gerar essas informações treinadas e customizadas que eu estou mencionando, eles vão ensinar os algoritmos, de alguma forma, a combinar e a compreender padrões que são produzidos por seres humanos em relação a determinados assuntos. Essas empresas de tecnologia precisam dos trabalhadores, porque os *softwares*, os computadores, enfim, não vão ter as referências culturais necessárias para interpretar linguagem, sons e imagens que são questões relacionadas diretamente aos seres humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um exemplo, Senador, para tentar ilustrar isso que eu estou mencionando, um exemplo desse trabalho cultural é a avaliação de *timeline* de usuários de rede social, por exemplo, e o julgamento de disputas que podem existir em relação a um conteúdo denunciado em páginas da internet. Isso vai exigir a existência de um conhecimento de contexto, de peculiaridades, de particularidades, na verdade, próprias das interações humanas, em que a inteligência artificial, o aprendizado de máquina, vai ter uma limitação para fazer essa análise. Então, conforme os seres humanos vão realizando atividades e vão treinando essas tecnologias, as capacidades da inteligência artificial vão avançar e as pessoas vão ser designadas para realizarem outras atividades.

Isso é um ciclo que é virtuoso para as empresas de tecnologia, mas é um trabalho que não é apresentado e colocado à luz do sol para as pessoas. Não é à toa que vários estudiosos do tema vão caracterizar e vão denominar esse tipo de trabalho como trabalho fantasma, como trabalho escondido, como trabalho atrás das cortinas, porque todos esses modelos, todos esses produtos que se relacionam com a inteligência artificial e que chegam até nós, muito pouco do trabalho humano colocado nisso vai ser mencionado e exposto para a sociedade. Então essa é uma preocupação inicial que eu gostaria de trazer.

A segunda se relaciona até com o que o Senador trouxe na fala inicial, com a preocupação de os trabalhadores não ficarem para trás e de a gente não ter apenas e tão somente um cenário em que os trabalhadores vão ser substituídos por máquinas, por robôs, e que vão ficar sem um emprego, sem a fonte de subsistência do trabalho deles. Para a gente evitar isso, é fundamental que a gente pense numa regulação que reforce o papel que os sindicatos vão ter e em que a negociação coletiva de trabalho vai ser estimulada. Somente dessa forma é que impactos da robotização vão poder ser mitigados e os trabalhadores não vão ser prejudicados no curso desse processo. E vejam que não estou fazendo essa colocação apenas e tão somente para reforçar o papel dessas instituições, que são centrais para o mundo do trabalho, mas porque a gente possui experiências em outros países que demonstram que, quando os sindicatos intervieram em processos de debate sobre o uso de máquinas que eventualmente iriam substituir trabalhadores, quando existia um número grande de sindicalizados ou quando negociações de coletiva de trabalho foram celebradas, os impactos foram positivos para os trabalhadores. E existem dois casos que eu gostaria de trazer aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro é em relação à Alemanha. Tem um artigo científico muito interessante que demonstra que, nos anos 90, houve um *boom* da introdução de robôs na indústria manufatureira na Alemanha e que, por meio das pesquisas que analisaram o impacto do que aconteceu com os trabalhadores, esses autores conseguiram identificar que aqueles trabalhadores que tiveram as atividades repassadas para os robôs não foram demitidos, mas foram treinados e alocados em outros trabalhos mais complexos na linha de produção da empresa. E isso aconteceu com mais intensidade em locais em que havia um maior número de trabalhadores sindicalizados.

Outro exemplo para que eu chamo a atenção é o caso da Suécia. A Suécia, diferentemente de outros países, tem lidado de forma um pouco mais otimista com a automação e a robotização, por conta de uma combinação que existe lá de uma forte rede de proteção social, de sindicatos fortes e importantes, e de uma cultura de cooperação entre trabalhadores e empregadores. Então, diferentemente de outros países em que a automação geralmente é vista como uma ameaça ao emprego, na Suécia, isso é encarado como uma oportunidade para tornar as empresas mais eficientes, mas para que também os trabalhadores fossem beneficiados. E os sindicatos tiveram papel crucial nesse processo. Então, em vez de resistirem à automação, eles realizaram negociações de contratos coletivas para assegurar salários justos, que é fundamental para os trabalhadores, mas também boas condições de trabalho e treinamentos para requalificar esses trabalhadores, porque a preocupação das entidades sindicais ali não é com o emprego em si, mas com o que está acontecendo com os trabalhadores. Então, se um posto de trabalho está sendo fechado, a gente tem que olhar para aquele trabalhador que está de alguma maneira saindo desse posto de trabalho, para conseguir entrar numa outra atividade. Então, existe essa preocupação que o sindicalismo sueco está trazendo e que tem sido tratada de forma positiva por lá.

Além disso, existem outras questões que me parecem fundamentais e que têm uma relação com o debate que a Paula trouxe sobre a classificação em riscos e como que a gente olha para as relações de trabalho. No PL 2.338, na versão anterior do relatório, no art. 56, existia uma série de direitos que tratavam dos trabalhadores que foram enxugados e reduzidos a apenas três incisos na versão atual do art. 58. E me parece que esse enxugamento, essa redução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dos incisos retira elementos fundamentais para que o trabalho não seja deixado para trás nesta conversa que a gente está fazendo sobre regulação da inteligência artificial.

A gente prevê que questões relacionadas com o monitoramento dos trabalhadores e as decisões automatizadas passem por revisão humana, isso é fundamental para que os trabalhadores tenham uma clareza a respeito do que está acontecendo na relação de trabalho e para que eles possam compreender esse gerenciamento algorítmico que, eventualmente, as empresas vão conduzir. A obrigatoriedade de uma revisão humana diante de decisões automatizadas que impactam a vida dos trabalhadores, que era uma previsão no último inciso do art. 56 do PL e que foi retirada nessa nova versão, é uma questão que afeta não só a inteligência artificial diretamente, mas as relações de trabalho que estão constituídas hoje em dia e que a gente vê se desenvolverem nas ruas do Brasil inteiro.

Então, nesse debate, por exemplo, que trata da situação de motoristas e entregadores que atuam por meio de plataformas digitais, uma das principais demandas que eles sempre colocam em todos os debates dos quais eles participam é a forma pela qual as empresas aplicam suspensões e bloqueios a eles. Eles não têm clareza alguma disso e, se eles ficam insatisfeitos com a forma pela qual isso se dá, eles invariavelmente não conseguem ter uma resposta satisfatória das empresas e são obrigados a recorrer ao Judiciário para entenderem o motivo pelo qual eles estão sendo afastados do trabalho, estão sendo bloqueados, estão tendo essa fonte de renda suprimida deles.

Então, a previsão de se colocar no PL a importância de se assegurar uma explicação do motivo pelo qual o interesse desses trabalhadores está sendo de alguma forma prejudicado e que, diante de decisões automatizadas, eles tenham direito à revisão, uma revisão humana, é fundamental, inclusive, que isso eventualmente seja reconsiderado para reintroduzi-lo no PL 2.338 que está sendo debatido, como já foi mencionado anteriormente.

Esses eram os principais aspectos que eu queria abordar. Estou vendo aqui que eu já estou chegando perto do meu limite de tempo, inclusive dos cinco minutos adicionais que o Senador franqueou para os expositores. Então, eu finalizo a minha fala trazendo essas preocupações de que os trabalhadores têm que estar dentro do centro das preocupações das conversas que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente faz quando a gente está regulando a inteligência artificial. Tentei trazer aqui alguns elementos relacionados a isso.

Gostaria de desejar uma ótima continuidade de audiência pública para todas e todos e de reiterar o agradecimento pelo convite para o MPT participar desta atividade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Renan Bernardi Kalil, Procurador do Trabalho, Coordenador Nacional da Conafret e Membro do Grupo de Trabalho sobre Inteligência Artificial do Ministério Público do Trabalho, que enfocou ali, como eu comentava aqui com a Paula, que foi a primeira a falar, a questão do desemprego – eu fiquei um pouco mais preocupado – que se pode gerar. E disse a Paula: "Não, já se está gerando; não é que se pode gerar".

E, mais do que nunca, eu me lembro aqui do debate... E tenho aqui o nome da Deputada Federal Erika Hilton, que conseguiu, via redes sociais, fazer uma grande mobilização nacional contra o sistema de jornada de seis por um. Ela defende, como eu defendo no meu projeto, quatro por três. E eu faço esse vínculo, porque, inclusive, o Dr. Renan falou muito da questão do movimento sindical e falou positivamente qual é o papel do movimento sindical, agora, com a inteligência artificial. São outros tempos. Como eu disse antes aqui, na minha fala inicial, é quase como uma revolução no mundo do trabalho e também, naturalmente, da comunicação. Eu achei muito interessante o enfoque que o movimento sindical tem que ter. E é claro que eu aproveito, como ex-sindicalista, para trazer também para a mesa a questão da redução da jornada sem redução salarial – o mundo está fazendo este debate, e o Brasil também o está fazendo –, para podemos um dia... Eu sei que isso não é do dia para a noite, não é? No projeto que eu apresento, eu faço... Na Constituinte, nós reduzimos de 48 horas para 44 horas. Disseram que ia ser o fim do mundo, que iam demitir todo mundo. Não se demitiu ninguém. Aumentou o emprego, e tivemos já um período em que tínhamos aqui no Brasil em torno de 4% só da população desempregada – de 4% a 5%. De lá para cá, nós brigamos muito para reduzir para 40 horas. Apresentamos diversas vezes, não só eu, mas outros Deputados e Senadores. Não conseguimos aprovar, mas o debate continua. Eu tenho uma PEC aqui, uma proposta de emenda à Constituição, que é de 2015, que traz, primeiro, para 40 horas; depois, uma hora por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ano a menos, até construir o sistema de quatro por três, não é? E a proposta da Deputada Erica Hilton, que é quem está liderando na Câmara esse processo, também vai nessa linha.

Só para se ter uma ideia, rapidamente, eu pedi para a assessoria... Redução de jornada no Senado: PEC 148, de 2015, de Paulo Paim – só vou dizer o título –; PL – o numerozinho está danado aqui... Esse numerozinho dela aqui eu estou tentando decifrar, viu? (*Pausa.*)

Ah, é "um" aquilo ali, é? Aquele "n" ali é "um"? (*Pausa.*)

Prossigo: PL 1.105, de 2023, Senador Weverton. Na Câmara, quem está encabeçando lá é a PEC da Deputada Erica Hilton, contra o sistema seis por um – quer quatro por três –; e temos também o projeto de um Deputado do PT, que está junto com a Erica liderando lá – é bom, por questão de justiça, botar o nome do Deputado. É só pesquisar... (*Pausa.*)

Não, o dela tudo bem. O dela eu já falei: PEC da Deputada Erica Hilton. Eu quero o nome do Deputado do PT, porque depois ele vai me cobrar: "Pô, Paim, por que é que tu omitiu logo o meu nome", porque ele está junto com a Erica. Inclusive fizeram um debate juntos, está muito bem encaminhado o debate lá.

Aqui o Rogério Carvalho, o Senador, Relator dessa PEC de minha autoria, já deu o parecer e está fazendo agora uma série de audiências públicas.

Mas vamos em frente, o debate aqui não é redução de jornada.

Deputado Reginaldo Lopes, que apresentou também um projeto nesse sentido há um bom tempo já.

Agora vamos então, não sei se a senhora quer falar agora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bom, então vamos para o Sr... Eu vou chamar todos de doutores aqui, viu? Se é ou não é, não importa. Dr. Atahualpa Blanchet, representante do Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos (IPPDH).

O SR. ATAHUALPA BLANCHET (Para expor.) – Bom dia. Bom dia a todas e todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim, muito obrigado por este convite.

Quero parabenizar também o Senado Federal e esta Comissão, na figura do Senador Paulo Paim, do meu estado, do Rio Grande do Sul, meu Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Gaúcho? Você é gaúcho?

O SR. ATAHUALPA BLANCHET – Gaúcho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De todas as querências.

O SR. ATAHUALPA BLANCHET – De todas as querências.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já agradecemos a solidariedade de todo o Brasil no caso das enchentes, não é?

O SR. ATAHUALPA BLANCHET – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma salva de palmas, não ao Rio Grande, mas ao Brasil, que apoiou o Rio Grande, que vocês todos aqui representam muito bem. (*Palmas.*)

Começou bem, viu? Iniciou recebendo palmas já.

O SR. ATAHUALPA BLANCHET – Obrigado, Senador. Na verdade, a palma foi para o nosso estado, e eu me sinto também incluído nessa homenagem, embora eu more no Uruguai. Estou vinculado ao Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mora no Uruguai?

O SR. ATAHUALPA BLANCHET – Moro em Montevidéu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estou com ciúme dele agora. (*Risos.*)

Por causa da última eleição que passou agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ATAHUALPA BLANCHET – Pois é, estava lá acompanhando esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns.

O SR. ATAHUALPA BLANCHET – E receberemos, lá no nosso país vizinho, meu país também, o Uruguai, porque eu sou brasileiro e uruguaio, com os braços abertos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma salva de palmas ao Uruguai agora. (*Palmas.*)

Ao Uruguai, viu? Pelo resultado eleitoral recente.

O SR. ATAHUALPA BLANCHET – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Do grande Mujica, não é? Que é uma liderança mundial, o Mujica.

O SR. ATAHUALPA BLANCHET – Então, Senador, aproveitando já que estamos neste clima amigável aqui, descontraído, queria saudar também a todos os presentes aqui, sobretudo, saudar a iniciativa do Conselho Nacional de Direitos Humanos também, por ter proporcionado esta atividade e de ter juntado uma verdadeira comunidade integrada em torno da perspectiva de direitos no âmbito da inteligência artificial. Então temos pessoas aqui representantes de Governo, de organismos internacionais, de movimentos sociais, entre outros, acadêmicos, sobretudo. Também me considero um integrante da comunidade acadêmica.

Quero aproveitar para saudar os colegas do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), onde nós também temos um grupo sobre inteligência artificial responsável. Eu justamente participo de um grupo sobre inteligência artificial e trabalho, ali.

E também o pessoal da PUC de São Paulo, que tem um grupo também, chamado Transformação Digital e Sociedade, quer dizer, no Brasil nós temos muitos pesquisadores valorosos. Inclusive temos aqui a Estela, que está aqui com a gente também, que tem desenvolvido um trabalho fundamental para representar o nosso país no âmbito das discussões nos foros multilaterais, com relação ao tema de inteligência artificial.

Falando sobre o Pepe Mujica, aproveitando que o Senador comentou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu gosto de ouvir esse som do nome (*Fora do microfone.*)

desse cara, mas principalmente aquela que ele está com uma dancinha na vitória.

O SR. ATAHUALPA BLANCHET – O vídeo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Acho que todo mundo rodou, não é?

O SR. ATAHUALPA BLANCHET – O vídeo do Pepe, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

O SR. ATAHUALPA BLANCHET – O Pepe é uma figura fantástica. Eu tive uma oportunidade, já fazendo um gancho com a apresentação brilhante do Renan Kalil, representante do Ministério Público do Trabalho, com quem já tive a oportunidade também de dividir mesa, mais de uma vez, sobre esses temas atinentes aos impactos da inteligência artificial no âmbito do mundo do trabalho –, em uma atividade da Confederação Sindical das Américas (CSA), que foi realizada num sítio, no rancho do Pepe Mujica, que tem um quincho lá de um vizinho, eu tive uma rara oportunidade, Senador e presentes aqui, que foi a de sentar-me ao lado do Pepe Mujica durante alguns minutos para conversar sobre inteligência artificial.

Sentei-me ao lado dele. Nós estávamos elaborando um documento de referência no âmbito do Mercosul. Nós temos uma declaração vigente, no âmbito da Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos do Mercosul, que é a Declaração de Princípios de Direitos Humanos no Âmbito da Inteligência Artificial. Foi aprovado durante a Presidência Pro Tempore brasileira, em dezembro do ano passado, e é um documento de referência, que inclusive enfrenta temas como o caso, por exemplo, do racismo algorítmico, do uso dos vieses nos sistemas, por exemplo, de reconhecimento facial; temas relacionados ao meio ambiente, como o gasto e o dispêndio de energia e de água necessário para manter em funcionamento o sistema de um *data center*, por exemplo; a questão do respeito às línguas, saberes e culturas dos povos e comunidades tradicionais, ou seja, de que forma isso se insere no âmbito dos grandes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modelos de linguagem – como o raio-X muito bem feito aqui por parte do Renan –, de como funciona esse tipo de sistema, de que forma ele é alimentado.

Esses sistemas, na verdade, pessoal, são alimentados por humanos; são alimentados com dados pré-existentes, por pessoas, Senador, que estão realizando um trabalho altamente precarizado em diversas partes do mundo, principalmente em países do Sul Global, em países africanos, na Índia. Então, em função dessa compressão de dados e pela forma como o processo algorítmico é desenhado, que é um processo desenhado por meio de padrões estatísticos, esses sistemas acabam replicando vieses e estruturas de discriminação já existentes no seio da nossa sociedade. Então, quando me sentei ao lado do Pepe Mujica, a pergunta que ele me fez – que é a pergunta que muitos aqui devem se fazer – foi: "Como a máquina aprende?". Foi essa a pergunta que ele me fez. E, aí, eu tentei brevemente explicar como se dá o processo das conexões neurais, do *machine learning*, esses termos mais técnicos, mas, sobretudo, destacar que esses sistemas são alimentados por pessoas, por humanos – humano, demasiadamente humano. E aí ele ficou me olhando assim, o Pepe, com aquele olhar profundo dele, e disse assim: "Mas, então, não é tão artificial". Eu disse: "não". Ele disse: "Mas, então, também não é tão inteligente". Então, nós estamos falando de sistemas que são construídos por pessoas, por humanos, e todas as variáveis de cunho cultural, político e histórico estão inseridas nesse contexto.

E, aí, ao mesmo tempo, eu queria utilizar uma expressão que se vem aplicando agora também no âmbito acadêmico e que se aplica muito ao tema da regulação, que é o chamado dilema de Collingridge. Tem um professor chamado David Collingridge, que, nos anos 80, justamente definiu o dilema de quando nós estamos tratando de regular um aspecto – principalmente quando se trata de inovações tecnológicas – que ainda está em desenvolvimento, ainda está em curso. Então, fazendo uma analogia bem simples, é como trocar o pneu do carro com o carro andando, ou seja, as coisas estão acontecendo, os impactos estão, em maior ou menor medida, sendo identificados, como a Paula, inclusive, salientou agora, na fala anterior, no âmbito, por exemplo, da questão do desemprego, do impacto que já vem gerando a utilização dos sistemas de inteligência artificial no âmbito do mundo do trabalho.

A Organização Internacional do Trabalho publicou agora, há mais ou menos uns dois meses, um informe, um relatório, no âmbito da América Latina, em que aponta que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inteligência artificial generativa pode impactar em 28% a 36% dos empregos da nossa região, o que significa que no universo de cinco a dez anos, nós podemos ter um impacto em milhões e milhões de empregos.

Mas a questão é: em que velocidade, falando no campo das oportunidades, vão se criar os novos empregos, os novos trabalhos, as novas profissões relacionadas à era digital em relação à velocidade em que ocorrerá o fenômeno chamado, em inglês, de *displacement*, ou seja, essa substituição da mão de obra humana pelo processo de automação?

E aí, no mundo do trabalho, eu quero deixar muito claro, fazer esse recorte no âmbito do mundo do trabalho, porque é fundamental, como colocou o Renan aqui, o colega do Ministério Público do Trabalho, que nós estejamos atentos à inserção dos direitos dos trabalhadores no âmbito do Projeto de Lei 2.338. Estou falando tanto no âmbito das macrorregulações, como é o caso, por exemplo, da recomendação da Unesco sobre a ética na inteligência artificial, a própria declaração de princípios e direitos humanos no âmbito da inteligência artificial, que citei agora no âmbito do Mercosul, que destaca princípios éticos e princípios da inteligência artificial responsável que são necessários que estejam presentes e que permeiem todo o conteúdo da regulação nacional, porque a regulação nacional, uma lei nacional está inserida num contexto, no âmbito internacional. E existem diferentes graus de proteção aos direitos humanos, que se dão por meio do sistema internacional de direitos humanos, por meio do arcabouço de direitos no âmbito do direito constitucional e também por meio da legislação.

E aí também entramos no âmbito das microrregulações, como é o caso das negociações coletivas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ATAHUALPA BLANCHET – ... no âmbito do mundo do trabalho e a questão da própria normatização, de que forma entra a tecnologia e a inovação no âmbito do mundo do trabalho. Por isso é importante também fazer o diálogo tripartite nos moldes, como propugna a Organização Internacional do Trabalho.

E aí, pessoal, queria agora destacar que no âmbito acadêmico já vem sendo pesquisado de que forma esses direitos vêm entrando no âmbito das negociações coletivas. Então, já há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cláusulas de negociação coletiva, por exemplo, que regulam a utilização dos dados que são coletados de trabalhadores por meio de sistemas de inteligência artificial. Tem um caso emblemático nos Estados Unidos, Senador, que é o caso dos jogadores de basquete da NBA, em que eles não permitem o uso dos dados que são coletados por sistemas de inteligência artificial para realizar negociação salarial. Eles inseriram uma cláusula. Agora, recentemente, os trabalhadores de instituições financeiras aqui do Brasil conseguiram inserir cláusulas na sua convenção coletiva no sentido de que os trabalhadores estejam abrigados por um processo de requalificação profissional, para que eles possam se adaptar na chamada interação humano-algoritmo e utilizar a tecnologia a favor do humano, ou seja, um dos princípios é a centralidade humana, o princípio do controle humano, o princípio ético.

Nós estamos falando, por exemplo, da negociação coletiva com relação à questão do controle de trabalhadores e vigilância por meio de sistemas de gestão algorítmico. Há casos no Japão em que já há câmeras que fazem a chamada leitura emocional, em que os trabalhadores são monitorados sobre se estão sorrindo, se estão alegres, se não estão. Como é que isso pode entrar numa escola, por exemplo? De que forma um sistema como esse pode ser aplicado? Então, nós temos que começar a pensar nisso. De que forma se vai regular os chamados agentes da inteligência artificial, que são os sistemas que têm um grau de autonomia muito maior do que os chamados assistentes da inteligência artificial?

De que forma a gente vai trabalhar o casamento entre os sistemas de inteligência artificial e a neurotecnologia, em que já é possível, inclusive, pensar e debater, no âmbito internacional, princípios como é o caso do princípio da privacidade mental? A pessoa poder ter o direito de garantir que os seus pensamentos estejam guarnecidos por um direito.

Não estou falando de ficção científica; estou falando de uma recomendação que já vem sendo trabalhada no âmbito da Unesco. É uma recomendação sobre ética na neurotecnologia. Então, como é que nós vamos debater esses temas? Essas coisas já estão em curso, e, por isso, são fundamentais os princípios.

A negociação coletiva, por exemplo, vai garantir o direito de um trabalhador de não ser monitorado de forma abusiva, por meio do chamado princípio da transparência algorítmica. Esse princípio é um princípio fundamental e vem vinculado a um outro princípio, que se chama

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

explicabilidade, ou seja, é o direito de a pessoa saber: 1) que está sendo monitorada; 2) quais são os critérios utilizados nesse monitoramento para tomada de decisão e de que forma os dados coletados sobre esses trabalhadores são utilizados.

Isso precisa ser pensado no âmbito da regulação, se não da forma com querem retirar do projeto, mas franquear. Que seja tratado não só no projeto, mas também no âmbito das negociações coletivas. Isso precisa estar presente.

E, finalmente, a questão dos trabalhadores de plataforma. Por quê? Porque, hoje, qualquer trabalhador é passível de passar por um processo de plataformização, basta que ele esteja conectado a um dispositivo móvel com uso de internet. Não se trata só de motoristas, de entregadores; trata-se, hoje em dia, de trabalhadoras domésticas que, em vários países, já vêm passando por um processo de plataformização, entre outros.

Aí, isso se vincula já ao contexto de informalidade estrutural que temos no âmbito do mundo do trabalho e também ao contexto de intensificação das dinâmicas de precarização das relações de trabalho.

E tudo isso eu estou dizendo por quê? Porque os direitos dos trabalhadores são direitos humanos. E dentro do mundo do trabalho é onde a gente verifica, justamente, o tensionamento da aplicação desses direitos, e, ao mesmo tempo, o mundo do trabalho é um grande laboratório da utilização desses sistemas em outros âmbitos, seja por meio da questão do controle e vigilância, do monitoramento.

E, para finalizar o tempo que eu tenho aqui, quero aproveitar para agradecer essa oportunidade de estar aqui, me abrir, para que nós possamos dar seguimento a esse diálogo e pensar num projeto legislativo que tenha não só a perspectiva de inovação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ATAHUALPA BLANCHET – ... mas que tenha, sobretudo, uma perspectiva de direitos, porque, ao fim e ao cabo, nós temos que pensar que o direito contribui para a melhoria da vida das pessoas, e a tecnologia tem que estar a serviço do nosso bem-estar das pessoas, para que possamos ter uma vida mais digna e não o contrário. Não estamos aqui para ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escravizados pela tecnologia, muito pelo contrário, estamos aqui para que ela funcione e sirva ao nosso favor.

Quero agradecer, Senador, e mandar um grande abraço. Espero encontrá-lo agora, seja no Uruguai ou na nossa região. Agradeço ao Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos por esta oportunidade, ao CNDH e ao Senado Federal. Um abraço a todas e todos. Vamos continuar dialogando, porque isso agora é só o começo, está bom?

Muito obrigado. Um abraço grande. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Dr. Atahualpa Blanchet, representante do Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos.

Parabéns pela fala, não só porque falou do Pepe Mujica, porque eu sou fã dele, não foi só por causa disso, não, viu?, mas pela forma do enfoque que você também deu, na mesma linha da Paula, mostrando ser alto conhecedor do assunto; e a importância de o movimento sindical participar ativamente deste debate. Eu já digo para que fique nos meus encaminhamentos, de eu apresentar – e vou pedir que os convidados de hoje estejam presentes, dentro do possível, não é este ano, no ano que vem – um debate no Plenário do Senado Federal, a chamada Sessão Temática.

Eu mesmo estava olhando de longe a inteligência artificial, com algumas preocupações, mas aqui vocês estão aprofundando, levemente aprofundando. Eu sei que vai muito mais longe a questão do mundo do trabalho, das relações, da negociação coletiva inclusive, que tem que ter cláusulas lá no acordo coletivo, ou mesmo no dissídio coletivo, querem sempre acordo, não é? Quando vai para as instâncias do Judiciário, é o dissídio coletivo.

Parabéns, parabéns pela fala aí. Tudo o que eu falar aqui agora não completa, nem ajuda, eu só vou comentar o que você falou.

Então, vamos em frente para que outros possam falar também.

De imediato, eu passo a palavra para Renata, o.k.?

A SRA. RENATA MIELLI (*Por videoconferência.*) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Videoconferência, Dra. Renata Mielli, Representante do Comitê Gestor da Internet do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A palavra é sua, Dra. Renata, dez minutos, com mais cinco.

A SRA. RENATA MIELLI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim. Em seu nome, eu agradeço o convite da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Acho fundamental essa iniciativa de discutirmos aqui as várias intersecções entre a inteligência artificial e os direitos humanos. É uma pena que eu não tenha tido possibilidade de estar presente para cumprimentar todos, todas, e rever colegas queridos; porque a pesquisa, a política e a atividade que nós fazemos no cotidiano também se dão por afetos.

Então, eu queria cumprimentar aqui o Greg, com quem já trilhei várias jornadas, a Estela, o Atahualpa, a Paula. É um prazer poder dialogar, estar com vocês nesta Mesa.

Quero dizer, Senador, que acho que, nas suas considerações iniciais, mas também nas falas dos colegas que me antecederam, a sua fala ela traz um conjunto bastante abrangente de quais são as oportunidades, as possibilidades que a inteligência artificial traz para o desenvolvimento da sociedade, para o avanço, inclusive da inclusão social, da redução de desigualdades, ou seja, é uma tecnologia que pode representar uma série de melhorias para a vida em sociedade, para processos produtivos, otimização da gestão pública; ou seja, estamos falando de uma tecnologia que tem aspectos positivos, mas também, como na sua fala, traz inúmeras incertezas acompanhadas de muitos riscos, se não for bem desenvolvida, se não possuir um arcabouço regulatório que defina os parâmetros para o uso dessa tecnologia em prol do bem das pessoas e da humanidade.

Então, eu queria dizer que acho que o debate sobre os impactos da IA nos direitos humanos pode ser feito por inúmeros aspectos. É um assunto complexo e tem muitas condicionantes e variáveis.

Como são muitos – e aqui o Renan, a Paula e o Atahualpa já citaram alguns deles –, eu fiz uma escolha de, porque a gente tem dez minutos com mais cinco minutos, abordar três ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quatro pontos; são três pontos com um ponto desdobrado. Alguns deles já foram trazidos aqui, mas, então, como foi a minha escolha de recorte para discutir o aspecto, eu vou tentar trazê-los com algumas informações adicionais.

O primeiro recorte que eu queria trazer para discutir os impactos da IA nos direitos humanos é exatamente essa questão do trabalho, já trazido aqui pelo Renan, pelo Atahualpa e pelo Senador, que tem essa trajetória histórica de compromisso com a luta dos direitos dos trabalhadores. Como o Renan e o Atahualpa já trouxeram, nós precisamos compreender e, de certa maneira, desmistificar para a sociedade o que são sistemas de inteligência artificial.

Os nomes que nós damos às coisas têm peso na compreensão e na maneira como a gente interage, principalmente com a tecnologia. Eu tenho uma visão muito crítica, Senador e demais, a essa tendência de utilizarmos termos próprios de características humanas para nomear e caracterizar as tecnologias. Isso pode induzir a imensos erros. Então, inteligência artificial é um nome que traz muitas dificuldades de compreensão do que nós estamos tratando neste momento.

Nós estamos falando de sistemas tecnológicos que são construídos a partir de um problema desenhado e parametrizado por pessoas que desenvolvem os algoritmos, o *software e* todo o processo de construção dos parâmetros que são alimentados por dados. Esses dados não são apenas *bits, bytes* ou informações tecnológicas; eles são reflexos do que nós seres humanos fazemos no ambiente digital. Então, o conjunto de dados utilizado para treinar esses sistemas é fruto da interação humana, mas não só, como trouxe o Renan e o Atahualpa; eles são também treinados, eles são também revisados e eles são também avaliados por pessoas que são os tais trabalhadores invisíveis que atuam nessa cadeia da inteligência artificial. Trabalhadores invisíveis que, na sua grande maioria, como muitos projetos de pesquisa já demonstram, trabalham de forma completamente precarizada, em algumas condições, em situações análogas à escravidão, porque exercem jornadas extenuantes num trabalho automático, tendo que fazer revisão de imagens e de textos, lidando com conteúdos, muitas vezes, degradantes, sem nenhum tipo de regra, sem nenhum tipo de proteção, sem nenhum tipo de formalidade nesse trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pesquisas feitas por laboratórios e centros de pesquisas brasileiros mostram que, no Brasil, esses trabalhadores têm, em média, entre 16, 18, 30 anos. São, portanto, formados por uma população jovem e recebem uma média mensal de R$580 para realizar esse trabalho no país.

Internacionalmente estudos demonstram que esses trabalhadores ganham US$2 por hora de trabalho. Portanto, Senador, nós lidamos com duas dimensões do impacto da inteligência artificial no trabalho, quer dizer, duas para simplificar aqui, porque são muitas, não é? Mas eu queria trazer aqui estas duas.

O microtrabalho, esse trabalho precário, que não tem nenhum tipo de proteção, essas pessoas não têm uma organização sindical por detrás, porque não há um sindicato desses trabalhadores, que estão completamente na informalidade, e nós precisamos desenvolver e pensar mecanismos de proteger esses trabalhadores.

E o outro é o desemprego gerado pelas tecnologias, que é uma questão complexa, porque, ao mesmo tempo em que a inteligência artificial, de fato, vai substituir uma série de funções hoje realizadas por humanos – mas isso também não é uma novidade na história da nossa sociedade, da humanidade, a tecnologia, sempre que se desenvolve, substitui trabalho humano –, nós precisamos compreender como nós vamos gerar novos postos de trabalho com um valor agregado mais qualificado, para elevar a renda e melhorar as condições do trabalho das pessoas.

Então essa dimensão dos impactos da IA no trabalho é um aspecto que precisa ser mais bem discutido em termos de regulação e de políticas públicas. E aí, eu acho que a regulação muitos já trouxeram aqui. Nós temos em debate no Senado o PL 2.338, mas eu queria trazer aqui que, em termos de políticas públicas, o Brasil está lançando agora, lançou o nosso Plano Brasileiro de Inteligência Artificial, uma iniciativa que foi coordenada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, mas que contou com o envolvimento e a participação de inúmeros ministérios. Foi um pedido feito ao Conselho de Ciência e Tecnologia pelo Presidente Lula.

E nesse plano...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RENATA MIELLI – ... nós temos um eixo. Um dos eixos do plano é exatamente a questão da formação, da qualificação e da requalificação dos trabalhadores para lidarem, de uma maneira mais consciente e informada, com essas tecnologias de inteligência artificial e digital.

Isso é fundamental para que a gente possa exatamente fazer esse salto de trabalhadores que estão hoje submetidos à tecnologia para termos trabalhadores que estejam autônomos, independentes e utilizando essa tecnologia para a melhoria do seu próprio trabalho, não só das cadeias produtivas, mas para a melhoria da sua renda, da sua forma de trabalho. E isso está diretamente relacionado com o debate da redução da jornada de trabalho no Brasil.

Então esse era um dos aspectos que eu queria trazer brevemente para a nossa reflexão.

O segundo ponto que eu destaquei para que a gente discutisse aqui também, para refletirmos um pouco sobre os impactos da inteligência artificial sobre os direitos humanos, são as maneiras através das quais esses sistemas de inteligência artificial reproduzem vieses, preconceitos, discriminações já existentes na nossa sociedade. Isso porque, Senador e demais, como já foi dito aqui, esse sistema não é 100% artificial, ele é reflexo, de certa maneira, um espelho de tudo o que nós enquanto humanidade fazemos no ambiente digital, porque são com os nossos dados que eles são treinados. Mas tem uma questão adicional que eu queria trazer aqui: esses modelos de inteligência artificial, e hoje a inteligência artificial no mundo é uma tecnologia altamente concentrada, é um monopólio que está na mão de poucas empresas estrangeiras, na sua grande maioria estadunidenses, que dominam toda a cadeia produtiva da inteligência artificial. Portanto, nós, países do Sul Global, como o Brasil e outros países, nós estamos hoje, dentro do cenário internacional, no lugar de consumidores de uma tecnologia que está sendo desenvolvida e treinada em outros países.

Quando nós falamos isso, é preciso colocar um acento nessa questão, porque, como eu disse anteriormente, quem desenvolve e treina são normalmente pesquisadores, pessoas do Norte Global, a partir das suas visões políticas, culturais, sociais, econômicas do Norte Global, para atender interesses privados e com dados que são majoritariamente em inglês. Há pesquisas que mostram que 80% ou mais de 80% desses modelos de inteligência artificial são treinados em língua inglesa. E o que isso representa em termos de impacto do uso desses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modelos, dessas inteligências artificiais, nos países do Sul Global e seus impactos para os direitos humanos? Ocorre que a ausência de diversidade, pluralidade linguística, mas não só linguística, que a gente tenha dados georreferenciados que representem a diversidade e a pluralidade, por exemplo, do povo brasileiro, de norte a sul do país, faz com que o uso dessas IAs no nosso país tenha profundos vieses.

Eu não sei se os presentes aqui chegaram a ter contato com... Foi pedido para uma inteligência artificial, eu não tenho certeza se foi o Gemini AI, para representar homens, no caso o pedido foi homens de cada estado brasileiro, para gerar uma imagem de um homem do Amazonas, de um homem do Pará, de um homem do Rio Grande do Sul, e, quando a gente olha essas imagens geradas, é patente e visível o viés algorítmico que produz pessoas a partir de uma visão, de um estereótipo do que seria um Amazônida, um gaúcho ou um paulista, e com traços bastante semelhantes a traços de pessoas do Norte Global, inclusive, tentando fazer essa mixagem na hora de produzir uma imagem.

Então, nós estamos lidando com um sistema que é treinado a partir de uma determinada referência linguística, social, cultural, e, portanto, os impactos disso em direitos humanos, na representatividade de comunidades, são muito importantes. Basta lembrar... Esse exemplo eu vou trazer no meu terceiro ponto.

E aí eu queria trazer, rapidamente, porque eu não sei quanto tempo, porque eu não marquei aqui, não tem um reloginho para eu ver, mas, Senador quanto tempo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já está em 14 minutos, mas, pelo brilhantismo de todos os convidados, eu vou lhe dar mais 5 minutos.

A SRA. RENATA MIELLI (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada, mas eu não vou usar os cinco, Senador. É porque, de fato, eu me perdi aqui, porque eu não tenho o reloginho.

Então, nós trouxemos esse tema, inclusive, no G20 – no Grupo de Economia Digital do G20 –, em que o eixo de IA foi coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, onde nós ressaltamos muito a importância de que os países tenham condições de ter soberania tecnológica, e esse também é um dos aspectos do nosso Plano Brasileiro de Inteligência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Artificial. Como nós, enquanto país, podemos investir em infraestrutura para termos uma inteligência artificial que represente minimamente a nossa diversidade cultural?

E, por último – e não vou usar os cinco minutos –, eu queria trazer, rapidamente, os impactos que a inteligência artificial pode trazer para a esfera pública, para a democracia, com a circulação de desinformação, de *fake news*, mas não só. Hoje, nós temos aí, e essa é uma questão fundamental, a necessidade de nós termos rotulação, de nós termos a informação de forma bastante destacada de que nós estamos interagindo com sistemas de inteligência artificial, com conteúdos de inteligência artificial, para que nós tenhamos condições de entender que aquela imagem não reproduz uma imagem real, é uma imagem artificial, ou vídeos, e isso cada vez mais está se tornando um complexo e sendo utilizado para direcionar a vontade soberana do povo em processos políticos e eleitorais. A gente viu isso nos Estados Unidos, a gente viu isso no México, e a gente tem assistido a isso em outros países.

E, para terminar, quero dizer do impacto da inteligência artificial na *web*. Eu não poderia deixar de falar isto, como Coordenadora do CGI: a inteligência artificial está mudando a maneira como a gente interage nesta grande plataforma, que é a World Wide Web, por onde a gente experiencia, principalmente, a internet, podendo acessar *sites* e informações as mais variadas, o que pode nos garantir um mínimo de pluralidade e diversidade.

Nós já tivemos as plataformas de rede social fagocitando a navegação dos seus usuários para dentro dos ambientes privados das plataformas, e agora nós temos as aplicações na *web* de IA fazendo o mesmo, inclusive gerando respostas a perguntas que podem trazer erros gravíssimos. E nós temos agora o entrelaçamento dessas duas coisas, e eu vou dar um exemplo e termino aqui, Senador. Muito obrigada pelo tempo adicional.

Nós tínhamos até então os buscadores *web*, como o Google, que eram ferramentas de buscas que nos ofereciam fontes para as perguntas que a gente fazia, então: "Google, por favor, dê-me uma receita de bolo de laranja". E você tinha lá indexado vários *sites* com o endereço de bolo de laranja, e você entrava no *site*. Agora, não; agora, você pergunta para o Google: "Google, dê-me uma receita de bolo de laranja", e ele vai te dar, como primeira opção, uma dada receita do bolo de laranja. Com isso nós não vamos mais navegar em *sites*. Então, em vez de ser uma ferramenta de busca, ele se está transformando numa ferramenta de respostas, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso é bastante grave do ponto de vista do impacto que nós temos para a diversidade informativa e para o direito à comunicação.

Muito obrigada, Senador, pela oportunidade de participar desta audiência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Renata Mielli, representante do Comitê Gestor da Internet do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Parabéns pela brilhante exposição, que entrou também nessa questão do trabalho escravo, para a qual podemos estar contribuindo se não nos alertarmos, não regulamentarmos, não aprofundarmos esse debate. Parabéns!

Eu vou, de imediato, agora, passar à Dra. Estela Aranha, Assessora Especial da Assessoria Especial da Presidência da República, Membro do Conselho Consultivo de Alto Nível da ONU para Inteligência Artificial.

A SRA. ESTELA ARANHA (Para expor.) – Muito obrigada, Senador, pelo convite. É um prazer estar aqui com V. Exa. e com esta Casa. A gente tem que estar mais próxima, trabalhando no Executivo.

Também quero saudar todos os meus companheiros que estão aqui. Agora, estou no Executivo, mas sou oriunda da sociedade civil, em que a gente faz todos esses debates, e também sou oriunda do movimento político, social. Enfim, é muito importante estar neste debate. Então, agradeço a todos os nossos companheiros que também estão aqui.

Eu vou trazer duas questões que eu acho importante pontuar nessa discussão: a primeira é sobre essa construção da tecnologia em inteligência artificial; e a outra é sobre o aspecto que eu acho que é o impacto sociotécnico mais importante que a gente tem quando a gente olha direitos.

Quando a gente está produzindo, falando de IA, de tecnologia, a gente tem que lembrar que não tem nenhuma tecnologia sem humanos para produzi-la, como foi falado aqui, mas a questão é, principalmente, a das instituições que decidem sobre os caminhos dessas tecnologias. A gente tem que olhar para além do dispositivo tecnológico em si. A gente acaba discutindo IA como se fosse uma coisa que a gente chama tecnodeterminismo, ou seja, como se fosse uma evolução – a tecnologia foi evoluindo em si, e agora a gente está chegando a esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resultado –, mas, não; ela é consequência de circunstâncias econômicas e sociais do seu desenvolvimento, do seu emprego, do seu uso e é moldada pelas forças econômico-sociais, não é? Então, a tecnologia é significante por si própria. E também a tecnologia em si é importante a gente discutir porque acaba que algumas finalidades humanas são poderosamente transformadas na medida em que se adaptam aos meios técnicos. Esse é o maior exemplo que a gente tem hoje com o debate, por exemplo, das redes sociais ou da digitalização de modo geral: quanto das nossas vidas e de nossas finalidades de vida, aspirações, de modo muito profundo, existencial, foi modificado pelos impactos dessa tecnologia?

E aqui, quando a gente está falando de IA... Essa tecnologia também não surgiu, não é fruto de um desenvolvimento tecnológico. Inclusive, ela não tem grandes ciências. Todos os CEOs de IA se vangloriam, inclusive, quando eles explicam que ela tem muito pouca tecnologia. Dizem até que bateu um muro este novo modelo, mas ela é resultado de investimento de poder computacional, de uso de dados muito grande e de algoritmos – algoritmos não tão mais sofisticados, mas com o uso de muitos deles a partir desse modelo de poder computacional e uso de dados. E tudo isso foi possível graças a uma concentração econômica e de poder em algumas *big techs*.

Então a tecnologia de IA não é uma tecnologia que surge somente no desenvolvimento econômico, mas no investimento de algumas poucas empresas em uma determinada tecnologia que elas vão usar, algo que só elas têm, porque todo esse acúmulo de dados foi feito a partir, obviamente... Quando se fala de dados pessoais, por exemplo, cada rede social é um investimento do usuário para fazer e treinar. Então, assim, a partir já de um modelo econômico que existe, em que ela tem um poder concentrado, ela conseguiu essa concentração de dados.

Ela tem silo, hoje nós temos silos de dados. Eu dou um exemplo sempre assim, a gente tem algumas ações, nos Estados Unidos, em que os fazendeiros compram algumas empresas de IA, porque os dados pessoais deles não são deles, então eles querem trocar de empresa e não conseguem, porque aqueles dados da própria fazenda, os próprios dados estão lá em silos proprietários, assim como nossos dados pessoais.

A gente hoje, por exemplo, uma questão que a gente não toca em nenhuma legislação é a possibilidade de interoperabilidade, de usar os dados. Mas eles foram concentrados a partir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse poder político, desse poder econômico. Então é muito importante a gente pensar que a gente tem que levar muito a sério as características e os significados dela. Na nossa forma habitual de pensar, as tecnologias são vistas como ferramentas neutras, que podem ser usadas para o bem ou para o mal, ou algo intermediário, mas usualmente a gente não para para pensar que um dado dispositivo foi projetado e construído de tal forma que produz um conjunto de consequências que foi lógica e temporalmente anterior a qualquer de seus usos explícitos. Então quem está construindo a tecnologia está determinando para que serve essa tecnologia.

Então, obviamente, a gente está usando a IA. Ela foi feita por uma visão de mundo. Essa visão de mundo é dessas empresas de tecnologia. Obviamente elas são feitas de modo que o seu desenvolvimento traga lucros para elas e exclua, o modo como elas estão desenvolvendo, exclua quem não está, quem não seja, por exemplo, do Vale do Silício ou seus eventuais competidores.

A gente está discutindo agora por que é que se cria – além de tudo, de o Vale do Silício ser poderoso econômica e socialmente, eles também são um poder de propaganda gigante – aquela ideia de que, por exemplo, eles não podem ser responsabilizados por nada, porque senão a gente para o desenvolvimento da tecnologia, a gente teria um setor da economia hoje que não é responsável pelos danos que causa etc., porque eles têm um discurso. Primeiro era liberdade de expressão, no caso das redes sociais; agora esse discurso é que a gente vai parar o desenvolvimento da tecnologia. A gente obviamente tem muitas evidências de que não tem nada a ver com o desenvolvimento de tecnologia e regulação; tem muito mais a ver com a economia real, enfim, com outras formas de investimento que existem, mas é um discurso que pega.

Então, pode ser conscientemente, ou deliberadamente, ou inadvertidamente, mas as sociedades vão escolher as tecnologias que influenciam como as pessoas vão trabalhar, se comunicar, viajar, consumir e assim por diante. E também, obviamente, dentro desse aspecto, como esses direitos são exercidos. E esses são processos de decisão que são feitos são compromissos que a gente assume inicialmente e depois se torna tão fixada nesse material, com esse investimento econômico, com esse hábito social, que qualquer flexibilidade original desaparece para qualquer propósito prático. A gente vê nas redes sociais. Hoje a gente tem a sensação de que é quase impossível mudar esse regime ou essa forma, essa concentração etc.,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

porque já foi, a gente já está lá. A gente teve alguns *hypes* de tecnologia, como falamos do trabalho, da economia compartilhada, e hoje a gente descobre que não tem nada, nenhum compartilhamento, mas a gente já criou esses sistemas, não consegue mudar e tem que se adaptar a eles.

Então, a primeira coisa é isto: evitar o tecnodeterminismo, entender essa tecnologia, entender por que a gente tem o *hype*, entender... Sabemos que há um tecnodeterminismo hoje, pois tudo é determinado por alguns executivos do Vale do Silício que brigam contra a regulação. E, se nós não tivermos um processo de nos colocar face a eles, de debater... A gente precisa ter alguma supervisão democrática, algum controle; a sociedade, nós temos que moldar a tecnologia, a forma como ser usada. Não adianta falar que a gente precisa correr para ter IA. Mas para que é a IA? Por que nós a queremos? Então, vamos moldá-la para o que a gente quer. Eventualmente pode ser útil? Pode ser útil. Para que ela pode ser útil? Como ela pode ser útil? Então, isso é muito importante.

E agora, na metade do tempo, eu vou mudar um pouco de assunto e vou para o segundo ponto.

Entre os impactos que eu acho que a inteligência artificial traz, há o que a gente chama de impacto sociotécnico, que é o impacto da tecnologia na sociedade, gerando efeitos sociais. Até a gente teve essa discussão de forma bastante profunda lá no AI Advisory Body da ONU, em que a gente discute questões éticas – tem até um representante do Vaticano; é muito variado justamente por isso: não é só gente de tecnologia, é gente de antropologia, uma maravilhosa antropóloga, do mundo inteiro –, e uma das discussões é isto: qual é o principal impacto sociotécnico da inteligência artificial? Eu acho que hoje, nesse cenário, com a mudança da lógica da casualidade para as decisões para essa lógica estatística que se traz de correlação, é um impacto para os direitos humanos que é muito central, muito importante. E, aí, vou dar uma explicação.

Você, por exemplo, no crédito, eventualmente tem direito de acesso a crédito, porque você pagou a conta ou não. Eu estou devendo, eu estou lá no SPC porque não paguei uma conta; eu não posso ter crédito. Eu paguei a minha conta; eu posso ter crédito. Isso também é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um modo de você organizar a sociedade. E eu quero que as pessoas paguem conta, logo, tem alguma forma. Eu sei que, se eu não pagar a conta, eu não vou ter crédito...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ESTELA ARANHA – E o que acontece? Na lógica da correlação, não necessariamente... Não é casualidade; é correlação. Então, eu posso juntar você, e você não ter crédito porque você mora numa vizinhança, e para essa vizinhança a gente tem um conceito do CEP determinante... Isso é muito importante quando a gente fala de discriminação. O CEP é determinante para muita coisa. Hoje, na nossa cidade, ele determina a escola que você frequenta, se você vai ter crédito, como você vai alugar; determina muita coisa. Então, eventualmente, você não sabe por que você teve um direito, um acesso negado. Pode ser por questões raciais. E aí, nas questões raciais, não adianta tirar, por exemplo, a questão de cor de pele, porque raça é um conceito social, obviamente, não é um conceito biológico. Tem outros marcadores muito fortes que envolvem esse conceito de raça, e você sempre vai discriminar por grupo. A tecnologia de inteligência artificial, a lógica de correlação é de discriminação. Ela vai discriminar um grupo que vai ter acesso a isso e um grupo que não vai ter. E essa discriminação pode ser legal ou ilegal. Esse é o problema. Como a gente vai achar se ela é legal ou ilegal?

Mas a gente – eu falo assim – tem problema de vieses, porque os dados são feitos por humanos, então, em qualquer base de dados, primeiro, eu estou preservando *status quo*, porque não tem como a IA mudar *status quo*, porque a base de dados é do passado. A IA não prevê o futuro; ela trabalha com dados do passado. Então, se eu sempre vou usar aquela base de dados, sem mudar, estou preservando *status quo*.

E, a partir de outro momento também, a gente não sabe se esses dados têm... E aí eu acho que, além da discriminação humana quando forma os dados, esses dados hoje a gente sabe que têm todas essas discriminações de gênero, raça, hierarquias sociais das maiores formas, de todas as formas, do próprio artefato tecnológico e não do humano, a gente tem um monte de características que isso agrava, porque ela é opaca, a gente não sabe como a decisão foi feita. Eu não posso olhar e mostrar: "Aqui teve discriminação. Aqui está errado. Aqui meu dado é desatualizado". Então, ao mesmo tempo, ela tende a discriminar, porque ela é discriminatória, ela tende a exacerbar a discriminação pelo próprio artefato, então se você não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faz nada, você não muda, você necessariamente vai discriminar. E também, assim, ela não individualiza, ela não é causal, você nunca vai ter uma consequência porque você é ou porque você fez alguma coisa, e sim porque você pertence a um grupo, e um grupo você não sabe que tipo de grupo. Então, não tem nada que você possa fazer para mudar o resultado.

Imagina, eu tenho o crédito negado... Eu vou dar um exemplo do crédito, porque, assim, no Brasil, as grandes instituições de crédito são SPC e Serasa, todo mundo usa a mesma base de dados, todo mundo. Eu vou lá, perdi o emprego, quero comprar um Uber, quero um acesso a um crédito, se eu tiver um dado errado, se eu sou discriminada, se eu não tenho acesso a saber esses processos, esses direitos que a gente chama procedimentais, de direito à explicação, de contestar as decisões, eu nunca vou ter acesso a nada, porque, no sistema de crédito, todo mundo consulta o SPC e Serasa. Então, a partir do momento que eu não tenho esses direitos, a minha vida estará comprometida para sempre. E eu não sei o porquê – sabe aqueles filmes do Ken Loach, em que a gente chora muito até o final –; é isso que a gente está criando se a gente não garante esses direitos.

E a gente está falando desses direitos, que já estamos falando que tem o de proteção de dados, de modo geral, de transparência e tal, mas esses direitos procedimentais que vão garantir aquilo que já é direito fundamental, devido ao processo, a garantia do direito à personalidade e todas essas outras garantias e liberdades fundamentais, ela precisa, você precisa especificar alguns direitos procedimentais. Claro que as empresas deveriam ter obrigação de evitar e fazer tudo para mitigar os riscos e tirar as baias, etc., mas, uma vez que a gente não tem este cenário, minimamente que o indivíduo possa, ao menos, ter uma saída na hora em que ele é colocado numa situação extremamente injusta, e é uma injustiça que é reificada, porque você vai repetir, etc.

Só para finalizar, eu dou o exemplo: ontem saiu um monte de matéria sobre o casamento do meu querido Ministro Dino, Flávio Dino, que o Ministro Barroso tinha cantado a canção Aquarela Brasileira lá. E aí um repórter disse: "A canção Aquarela Brasileira é de Martinho da Vila". Não, a canção é do Silas de Oliveira; o Martinho da Vila é um dos intérpretes. Aí eu falei: "Que estranho esse erro em *O Globo*". E aí eu fui olhar no Google, que hoje já cria com inteligência artificial aquele primeiro destaque, aquele primeiro nome, e ele errou, porque hoje a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IA generativa tem uma margem de erro de 30%, e coloca lá a Aquarela Brasileira, de Martinho da Vila.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ESTELA ARANHA – Aí, eu vejo que pelo menos 30 jornais replicaram que Aquarela Brasileira era do Martinho da Vila, que é da Vila Isabel, e ele não pode ter feito o samba enredo... (*Risos.*)

Vocês falando do Sul, eu sou do Rio – não pode ser da escola concorrente, amiga, mas concorrente Império Serrano, lá de 1964. Inclusive a data lá no Google também está errada.

Só que a IA vai ser treinada, e jornal é uma fonte confiável, então ela vai ter um peso maior no treinamento, com a matéria desses 30 jornais. Daqui a pouco, com esses erros, ela vai apagar o Silas de Oliveira como autor da música, de repente apagar até o Silas de Oliveira.

Isso parece uma bobagem, mas quantos milhões de erros todo dia a gente não está tendo? E como isso pode impactar quando a gente está tratando de um direito nosso, de uma característica nossa? Porque se erra aqui, vai errar em tudo, é claro, é a mesma tecnologia. Posso ter um monte de erros. E a IA generativa é pior, porque ela não tem *reasoning*, ela não pode explicar, ela é somente a justaposição de palavras que têm mais probabilidade, um pedaço de palavra parecida ao lado da outra, ela não tem a menor explicação. E como isso vai afetar os direitos? Então, a gente pensar...

A gente criou a civilização a partir da causalidade: eu tenho a culpa por ter feito alguma coisa, logo, eu tenho a pena. Todo devido processo legal existente é para provar dentro da lógica da causalidade. E como é que eu vou fazer um devido processo legal numa lógica de correlação? Isso não existe, eu não sei como é, o que eu peço, como vai ser. Então, é uma coisa, assim, tão civilizacional que é muito complicada.

Só, finalizando, por exemplo, na área penal, em 1940, no nosso novo Código Penal, nós tiramos questões que não sejam de causalidade em relação à pena de um indivíduo: o ambiente social, onde mora, o que faz, e somente ele é culpado por aquilo que ele fez. Se eu volto a usar a IA, eu simplesmente volto àquele raciocínio lógico em que interfere onde ele mora, onde ele vive, com quem ele convive para eu determinar as coisas em relação a ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, enfim, concluindo, esta questão é central em qualquer regulação de direitos: a gente olhar tudo que impacta nessa lógica de causalidade para correlação e a gente preservar direitos procedimentais que, pelo menos, garantam que o indivíduo possa ter um caminho diante de graves injustiças. É o mínimo que a gente tem que garantir.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns pela brilhante exposição, Estela Aranha, Assessora Especial da Assessoria Especial da Presidência da República e membro do Conselho de Alto Nível da ONU para Inteligência Artificial. Parabéns pela exposição perfeita, que apontou, inclusive, essa questão do racismo e dos erros que podem acontecer. É aquela velha frase, muito mais antiga do que a Inteligência Artificial: uma mentira dita tantas vezes, tantas vezes, parece que é verdade.

A SRA. ESTELA ARANHA – Mas é importante... E aí eu falei que comecei a racionalizar que o problema não são só os erros, parece que, só corrigindo os erros, a gente corrige. Tem outras questões de lógica da coisa que também a gente tem que discutir, que são esses artefatos, lógica de vigilância, lógica de olhar menos para garantir direitos e mais para como sermos produtivos ou como eu ter lucro, enfim, embora os erros tenham sido corrigidos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está tudo em jogo. Está tudo em jogo.

Passamos a palavra agora para o Dr. Admirson Medeiros, representante do Conselho Nacional dos Direitos Humanos.

O SR. ADMIRSON MEDEIROS (Para expor.) – Bom dia!

Primeiramente, Senador, faço um agradecimento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – (*Falha no áudio.*) ... que depois do Sr. Admirson, nós vamos para a segunda mesa.

O SR. ADMIRSON MEDEIROS – Eu trago um agradecimento da Presidenta Marina Dermmam e de todo o colegiado do Conselho Nacional dos Direitos Humanos pela audiência proporcionada aqui pela Comissão de Direitos Humanos. E quero aproveitar também para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saudar a Paula, o Atahualpa, a Estela, minha querida Renata Mielli e o Renan, que estão contribuindo com este debate. E uma saudação especial ao Senador, que, pela sua longa trajetória de luta pela classe trabalhadora, ajudou a fundar, inclusive, a central de que eu faço parte, Central Única dos Trabalhadores, e é um defensor intransigente das causas das comunidades vulneráveis, como a gente tem acompanhado, e a importância de seu mandato para que a gente possa continuar na luta dos direitos.

Bom, depois de escutar todos os companheiros e companheiras, eu não vou tomar muito tempo, até porque esta Casa aqui hoje está sendo objeto de observação do mundo inteiro em função do relatório que vai ser votado daqui a pouco na Comissão temporária que foi criada aí para a questão da inteligência artificial – e é observação, porque a gente já deu exemplo ao mundo na questão de regulações aqui. O marco civil da internet foi algo fundamental, e a gente tem que reconhecer que o Brasil passou a ser visto com outros olhos. E a gente tem que continuar dando exemplo.

E é nessa perspectiva que o CNDH... Em função de toda uma demanda que chegou dentro do conselho, porque chegam diariamente denúncias de violação de direito, de violação de liberdade de expressão, de discursos de ódio – assim, vocês não têm ideia do que chega –, de ataque às comunidades quilombolas, comunidades indígenas, *fake news*... E, quando chegou denúncia sobre a questão da inteligência artificial, o conselho disse: "E agora? Para onde vamos?", um tema tão complexo como esse.

Então, em função disso, foi criada uma relatoria, a qual eu estou coordenando, para tratar dessa questão do impacto da inteligência artificial nos direitos humanos. Ela foi criada em outubro, e a gente, de lá para cá, correu para tentar dar conta, tentar ver de que forma a gente poderia incidir neste momento tão crucial que a gente está vivendo, quando a tecnologia passa a ser palco de uma série de aspectos: dentro do STF, está lá a discussão da constitucionalidade do art. 19; aqui, discussão da inteligência artificial; recentemente, teve o 2.630, que foi palco de discussão sobre a questão da regulação das plataformas. Então, assim, é um momento importantíssimo.

Vários companheiros e companheiras estão circulando aí, tentando convencer os Senadores a que a gente tenha uma regulação ética, uma regulação transparente, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulação que atente para a preservação dos direitos. E a gente sabe que é um momento crucial para que a gente possa ter algo que vá proteger os trabalhadores, que vá garantir transparência, que vá garantir todo um processo que já foi citado aqui por quem me antecedeu.

O CNDH, nesses dois meses de relatoria, a gente esteve lá na sua terra – o último pleno foi lá, inclusive – e desenvolveu um seminário lá para tratar desse assunto, um diálogo muito importante, que nos deu base, inclusive, para ir para o G20 Social, onde a gente desenvolveu uma atividade lá. Antes disso, uma nota foi soltada, solicitando que o Senado se atentasse a essa questão. Preparamos para o G20 a nota conceitual, relatando uma série de preocupações e de atenção a ser dada nesse processo de regulação.

E, ontem, saiu – a gente encaminhou para os membros aqui da Comissão – uma recomendação no sentido de preservar, preservar esses aspectos que estão colocados no que diz respeito à questão da ética, à questão da produção do conteúdo, à questão do direito autoral, à questão do mundo do trabalho – o impacto que isso causa–, à questão da preocupação com a qualificação e requalificação, que já foi citada. Então, assim, a gente está tentando incidir, está tentando sensibilizar, a sociedade civil está movimentada.

Eu não me apresentei totalmente. O meu nome é Admirson Medeiros, Senador, mas eu sou conhecido carinhosamente como Greg. Eu estou, dentro do conselho, representando o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – eu sou o coordenador do fórum –, e a gente vem, via fórum e via Coalizão Direitos na Rede e várias outras entidades, tentando fazer esse diálogo acontecer. É um diálogo bastante complexo. A gente precisa de vários seminários.

Quando a relatoria assumiu essa tarefa, a gente pensou em um seminário de dois dias para provocar os temas importantes, provocar o debate, que a gente sabe que não seria conclusivo, mas iniciar essa discussão. Não conseguimos fazer esse seminário de dois dias, mas está nos nossos planos realizar esse seminário. É lógico que a gente vai contar com o apoio desta Comissão, como vamos contar com o apoio da Comissão lá da Câmara de Deputados, com que a gente já está conversando. E a gente pretende fazer que tenha mais momentos como esse, porque eu acho que é importantíssimo a sociedade civil estar se posicionando.

A gente tem um processo que eu vou deixar aqui na sua mão – esse material que está sendo produzido está lá dentro do Participa + Brasil, onde está todo o material do Conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Direitos Humanos –, então está aí a nota conceitual, está aí a recomendação que a gente está mandando aqui para o Senado. E a gente espera que seja dada atenção a esse aspecto que a gente está ressaltando, porque a gente está falando de uma tecnologia. Eu sou da área de tecnologia e sei muito bem o impacto que isso causa. Há essa questão da jornada que o senhor cita e tem outros elementos também, como a questão do trabalho em casa, que afeta deveras a vida das pessoas. A isso tem que ser dada atenção também nesse processo de uso das tecnologias.

E a gente, inclusive, estava até conversando com o Atahualpa para ele estar como Consultor *ad hoc* do CNDH, em função da parceria que a gente está tendo com o IPPDH, e também com a Acnudh a gente tem dialogado. O Conselho Nacional de Direitos Humanos está se relacionando com essas duas entidades, para a gente tentar construir algo com que a gente vá favorecer o debate internacional. Isso não é uma coisa que está afetando só a nós no Brasil; isso é uma discussão hoje que está colocada no mundo. E a gente sabe de forma bem clara que, se a gente não se atentar agora, a gente pode ter retrocessos imensos.

A gente tinha um relatório lá atrás. Esse relatório a gente já fazia observações de que precisava ser melhorado. E saiu um novo relatório agora que retrocedeu, e muito, e isso está nos preocupando bastante. A gente está com uma movimentação aí dentro da sociedade, inclusive aí com os companheiros e companheiras que estão nos acompanhando e que estão aqui presentes. A CUT, nossa Central Única dos Trabalhadores, está disponibilizando uma ferramenta, na pressão, que é uma ferramenta para a sociedade poder se posicionar e pressionar os Deputados no sentido de que eles precisam estar atentos a essa regulação. Não dá para a gente, neste momento, dizer que isso vai acabar com as inovações, vai acabar com os avanços da tecnologia porque está se regulando. Onde já se viu isto? Você deixa livremente as coisas serem reguladas, e isso aí está trazendo consequências imensas, seja lá na produção dessas *fake news*, que só fazem afetar a nossa vida, seja lá desrespeitando os direitos autorais, tirando postos de trabalho sem ter nenhum processo de remanejamento e de requalificação. Então, essas são preocupações que esta Casa tem que ter neste momento em que ela vai estar regulando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como está próximo da votação e eu sei que tem pessoas já querendo acompanhar esse processo de votação, eu quero encerrar por aqui, mais uma vez agradecendo e dizendo que a gente vai continuar parceiro nesse processo, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Admirson Medeiros, representante do Conselho Nacional de Direitos Humanos, que deu uma série de alertas para que a gente continue aprofundando o debate, e ainda alertou do projeto que está para ser votado, algumas preocupações que você traz.

A SRA. ESTELA ARANHA (*Fora do microfone.*) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não, pois não!

A SRA. ESTELA ARANHA (Para expor.) – Só quero fazer um comentário que é o seguinte: nessas discussões aqui legislativas, e mesmo no Judiciário, no Executivo, há um *lobby* tão grande, tão forte das empresas, que a sociedade civil, os movimentos sociais, o movimento sindical, de modo geral, a gente tem dificuldade até de encontrar espaços para nossas reivindicações, enquanto sociedade civil, movimento social e defensores de direitos. Então, contamos com o seu apoio...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estamos juntos.

A SRA. ESTELA ARANHA – ... nas pautas. Será muito importante, porque tem até uma dificuldade de espaço de debate, de diálogo, porque é muito difícil, é muito forte o poder econômico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas esse espaço aqui na Comissão está garantido. E é importante que o sistema de comunicação do Senado... Uma vez foi o Lula que me disse: "Por que vocês não usam mais a tribuna?". "Eu uso." "Então, eu fiquei tranquilo." Disse ele: "Aquele espaço da TV Senado, da Agência de Senado é um canhão de informação; é uma frase do Lula essa, muito tempo atrás ele falou numa reunião em que estávamos com as bancadas de Câmara e Senado. E esse espaço está assegurado; toda segunda-feira, eu o tenho pela manhã e, durante a semana, eu faço uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou duas a mais além da reunião da segunda, porque na quarta é deliberativa, como teremos amanhã essa deliberativa.

Agora, na segunda mesa, eu tenho: o Dr. João Caldeira Brant Monteiro de Castro, Secretário Nacional da Secretaria de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom); o Dr. Gustavo Borges, Diretor do Laboratório de Direitos Humanos e Novas Tecnologias... (*Pausa.*)

Então, é só um. (*Pausa.*)

Então, também vocês podem continuar na mesa, porque vai haver as considerações finais ainda. Eu vou pedir para botar uma cadeira aqui para o Sr. Gustavo Borges. (*Pausa.*)

Então, o Gustavo e o João Caldeira não estão.

Vamos em frente. Vamos lá, nós estamos correndo atrás do tempo aqui. E nós temos mais uma parte para vocês todos falarem ainda, hein?

Eu quero só restar a presença do Tiago Ranieri, Procurador do Trabalho e Diretor de Assuntos Legislativos. É isso? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

Neste momento, meus amigos, eu vou pedir para a assessoria da mesa que entregue para cada um dos painelistas as perguntas do e-Cidadania. Eu vou ler as perguntas... Você já entrega para eles? (*Pausa.*)

Então, providencie a entrega para eles.

Eu vou ler as perguntas e, em seguida, cada um dos senhores e das senhoras escolhe qual a pergunta que deseja fazer. (*Pausa.*)

Está certo, ele me lembrou ali. Cada um de vocês escolhe as perguntas que deverá responder. Tu dás a cópia para eles agora? (*Pausa.*)

Enquanto eles olham, eu vou chamar, por videoconferência ainda – são dois só –, a Dra. Priscila Lauande, Advogada e Assessora Jurídica, Doutora em Direito pela Sapienza Università di

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Roma e Universidade de São Paulo; e, em seguida, Dra. Paula Simas, Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Por favor, Dra. Priscila, dez minutos com mais cinco.

A SRA. PRISCILA LAUANDE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

Bom dia a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia.

A SRA. PRISCILA LAUANDE (*Por videoconferência*.) – Eu queria, inicialmente, agradecer o convite da Comissão para tratar de um tema de extrema relevância para o nosso país, fazendo isso na pessoa do Senador Paulo Paim, e parabenizando-o por esta iniciativa.

Cumprimento ainda os palestrantes convidados, quem está nos acompanhando pelo canal do YouTube e quem está participando de forma interativa com o envio de perguntas.

Bom, apesar da amplitude desta temática e questões relevantes acerca dos impactos da inteligência artificial nos direitos humanos, minha abordagem aqui será limitada a um tema em particular que foi objeto do meu doutorado na Sapienza Università di Roma e na USP, que resultou na publicação do meu livro *Inteligência Artificial nas Relações de Trabalho*, em que eu busquei responder a três questões principais: quais são os sistemas de inteligência artificial que estão sendo utilizados e incorporados nos locais de trabalho? O que eles representam em termos de risco aos direitos dos trabalhadores? E o que a legislação existente, em particular as convenções da OIT e os projetos de lei que estão em tramitação, dizem a respeito? Ou seja, se englobaria esses riscos que foram evidenciados na pesquisa.

Após a análise teórica e pesquisa de campo que eu desenvolvi no Brasil e também em Bruxelas, entrevistando diversas lideranças sindicais, cheguei a algumas conclusões que trato com maiores detalhes no livro e que vou tentar resumir aqui em dois tópicos já abordados também pelos convidados que me antecederam, mas que eu buscarei aprofundar, que são: os impactos não só na ocupação, mas também na qualidade do trabalho, e os riscos aos direitos dos trabalhadores com a utilização de gerenciamento algorítmico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à ocupação, esses desafios podem assumir duas formas: a primeira, com a automação de algumas tarefas que compõem a ocupação, que trazem uma ameaça iminente aos empregos e riscos a desemprego em massa, e com a remodelação das habilidades dos trabalhadores, de tal forma que uma minoria de trabalhadores altamente especializados obteria benefícios extraordinários, enquanto a grande maioria seria marginalizada.

As razões pelas quais sugere-se que o impacto sobre a ocupação seria diferente das revoluções tecnológicas precedentes, que estavam associadas principalmente à automação de tarefas rotineiras, é que, com os recentes avanços na IA, possibilita-se agora também a automação de tarefas normalmente associadas a ocupações altamente qualificadas, como atividades manuais não rotineiras, que exigem destreza, e atividades cognitivas não rotineiras, que exigem um pensamento abstrato, criatividade e inteligência social.

Em termos de legislação, nós já temos previsto na Constituição Federal, no art. 7º, inciso XXVII, a proteção em face da automação na forma da lei, dispositivo que infelizmente ainda não foi regulamentado e que é inclusive objeto de uma ação direta de inconstitucionalidade em tramitação no Supremo Tribunal Federal, a ADO 73.

Então, a proposta que trago aqui diz respeito à adoção de algumas medidas em termos de políticas públicas que visam a algumas também já abordadas no PL 2.338 e que dizem respeito, primeiramente, à qualificação e requalificação dos trabalhadores em todos os setores e em todos os níveis, para que eles estejam preparados para esse novo mercado de trabalho.

Aliado à aquisição dessas habilidades técnicas, é importante também o incentivo a programas de literacia e inteligência artificial, ou seja, que os trabalhadores de um modo geral sejam capazes de entender o papel da IA e o seu impacto no trabalho. Isso requer conhecimentos em informática, compreensão, processamento e manipulação de dados, identificação e solução de problemas relacionados à IA, raciocínio lógico e computacional. Um cenário ideal seria o desenvolvimento de uma estrutura que permita aprimoramento, reciclagem quanto ao desenvolvimento da alfabetização em IA, garantindo que a capacidade dos indivíduos seja transformada ou aprimorada de uma forma mais abrangente.

Um segundo ponto para aqueles trabalhadores que foram já substituídos: se mostra necessária a adoção de medidas de apoio imediato para quem perdeu sua principal fonte de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

renda, que seja através de benefícios, tais como seguro-desemprego, até que consigam uma recolocação no mercado de trabalho, ou até mesmo a discussão sobre uma renda básica universal.

Nesse sentido, uma medida eficaz de modo a gerenciar esse processo de transição seria a consulta e negociação entre trabalhadores e empregadores, incentivando a redistribuição e o treinamento ao invés da perda do emprego.

No caso de demissões em massa por motivos tecnológicos, a adoção de requisitos processuais especiais, incluindo consultas do empregador com representantes dos trabalhadores, notificação às autoridades competentes, adoção de medidas para evitar ou minimizar as rescisões e mitigar os seus efeitos, bem como o estabelecimento de critérios para seleção, rescisão e prioridade de recontratação são medidas que podem mitigar esses efeitos, que já são adotadas em diversos países, inclusive países-membros da União Europeia.

Por fim, em relação a esse primeiro tópico, é necessária também uma fonte de intervenção política que vise a garantir a qualidade dos novos empregos criados como resultado da mudança tecnológica. Com a *gig economy*, as plataformas digitais de trabalho forjaram um modelo de negócios que possibilitou a fragmentação do trabalho em micro tarefas, por exemplo, com o *crowdsourcing*, em que os trabalhadores são pagos por tarefas e regidos por contratos civis, o que significa que esses trabalhadores não têm nenhuma proteção trabalhista ou benefícios de previdência social que acompanham a relação de emprego.

No que diz respeito, por outro lado, ao gerenciamento algorítmico, são observados inúmeros riscos aos direitos dos trabalhadores, através de uma nova dinâmica de monitoramento e vigilância, que se mostra muito mais invasiva e intrusiva, possibilitando uma avaliação constante e inédita, o que inclui vigilância por vídeo, *software* de rastreamento como registro na internet, registro das teclas digitadas, sistemas de registro de tempo.

Os resultados dessa pesquisa, juntamente com a análise teórica, destacaram pelo menos quatro áreas maiores com maiores riscos de violação aos direitos dos trabalhadores. A primeira delas diz respeito à privacidade e à proteção de dados, o que se denominou de paradoxo tecnológico. Na medida em que, apesar de as tecnologias passarem a permitir que os trabalhadores realizem suas tarefas com maior autonomia, fora de uma supervisão direta, há um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

risco real de que o controle seja intensificado por meio da própria conexão tecnológica, o que foi chamado de telessubordinação. O aumento dos aspectos controlados na prestação de serviços transforma os trabalhadores em sujeitos involuntariamente transparentes, pois muitas vezes desconhecem o uso de tais sistemas, não sabem quais dados estão sendo coletados, para qual finalidade ou como os sistemas estão avaliando esses dados. Tudo isso ampliado em uma relação de evidente assimetria de poder.

Isso é observado através de práticas como o *nudging*, que é uma influência na tomada de decisões, a gamificação do trabalho, que é a utilização de elementos de jogos em contextos não relacionados a jogos para motivar, envolver e aumentar a produtividade do trabalho, e outras formas de controle que desumanizam os trabalhadores através da *datafication* do local de trabalho.

Podem intensificar ainda práticas discriminatórias resultantes do *design* do uso ou do uso de dados incorretos, seja por meio da mineração de dados, rótulos de classe que podem ter um impacto significativo em categorias vulneráveis, dados de treinamento que podem conter um caráter discriminatório, amostras tendenciosas que podem amplificar as previsões da inteligência artificial *proxel* através da discriminação intencional.

Uma questão central que permeia a mitigação desses riscos é o envolvimento e a participação dos trabalhadores, como já destacado aqui anteriormente na fala do Senador e dos convidados que me antecederam, na medida em que, devido ao aumento da coleta de dados e à sofisticação desses algoritmos, os acordos coletivos podem ser abrangentes o suficiente para incluir regras sobre introdução e uso dessas tecnologias, podendo superar a atual abordagem de controle de danos *ex post*.

Nesse sentido, eu faço menção aqui à recente diretiva da União Europeia sobre melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores em plataformas digitais, que traz uma abordagem muito interessante e que, além de trazer essa presunção relativa de uma relação de emprego, quando verificados o controle e a direção, invertendo o ônus da prova para que as plataformas possam demonstrar que, de fato, se trata de um trabalho autônomo e não de uma relação de emprego, traz também uma gama de direitos que engloba não só os empregados, mas também trabalhadores autônomos submetidos ao gerenciamento algorítmico, como, por exemplo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proibições totais do processamento de determinadas categorias de dados, como dados pessoais relacionados ao estado emocional ou psicológico, dados relacionados a conversas privadas, dados pessoais para obter informações como origem racial ou étnica, *status* migratório, opiniões políticas, crenças religiosas ou filosóficas, deficiência, saúde, filiação sindical, orientação sexual, bem como do processamento de quaisquer dados biométricos para estabelecer a identidade de uma pessoa, vedando ainda a coleta de dados quando a pessoa não estiver trabalhando ou não estiver procurando trabalho.

Proíbe ainda decisões que limitem, suspendam ou encerrem a relação contratual ou a conta dos trabalhadores, a menos que seja tomada por seres humanos, e decisões que exerçam pressão indevida sobre os trabalhadores ou criem riscos à segurança e saúde física e mental.

Traz ainda salvaguardas quanto a uma transparência robusta e direito de explicação, prevendo que as plataformas informem sobre o uso de monitoramento automatizado e práticas de tomadas de decisão que incluam, além da notificação da adoção, as categorias dos dados e ações monitoradas, supervisionadas ou avaliadas por esses sistemas, os principais parâmetros e o peso relativo de cada parâmetro, estendendo ainda aos procedimentos de recrutamento e de seleção.

Prevê ainda que justifiquem essas decisões, fornecendo explicação para qualquer decisão tomada ou apoiada pelo gerenciamento algorítmico sem atrasos indevidos, de forma transparente e compreensível, desde a suspensão ou rescisão da conta até a recusa de pagamento e mudança no *status* de emprego. O direito de revisar e obter retificação de tais decisões também se encontra prevista na diretiva.

E, por fim, ela traz também esquemas de envolvimento mais forte para os representantes dos trabalhadores, assegurando o direito de serem assistidos por representantes sobre o impacto da gestão algorítmica nas condições de trabalho, de participar de avaliações de risco de segurança e saúde ocupacional e também de exercer direitos de informação e consulta sobre a introdução ou mudanças substanciais no uso de monitoramento e tomada de decisões automatizadas, estabelecendo a necessidade de criação de canais de comunicação nos quais todas as pessoas que realizam trabalhos em plataformas, independentemente da situação contratual, possam se comunicar de forma privada e segura e interagir com os representantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observa-se dessa forma que a diretiva traz grandes avanços não só em relação ao enquadramento jurídico com a presunção legal de uma relação de emprego, mas ela também estabelece um rol de direitos que abrangem em sua grande maioria os trabalhadores autônomos quando submetidos ao gerenciamento algorítmico, o que se deve ter em vista...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRISCILA LAUANDE (*Por videoconferência.*) – ... quando se busca a mitigação dos impactos da inteligência artificial nessas novas dinâmicas de trabalho, que já é uma realidade na vida de milhões de trabalhadores.

Eu encerro aqui minha participação agradecendo, mais uma vez, o convite. Fico muito feliz em poder participar do debate e à disposição para dar continuidade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Priscila Lauande, Advogada e Assessora Jurídica, Doutora em Direito pela Sapienza Università di Roma e Universidade de São Paulo. Parabéns. Aprofundou a questão das relações no mundo do trabalho, desde a desumanização do direito do trabalho à discriminação, falou também da importância da recolocação dos trabalhadores.

Eu acompanhei recentemente o caso aqui da Eletrobras, o mundo do terror que se criou... Ela tinha em torno, eu acho, de mais de 10 mil trabalhadores, foram demitidos 4 mil, dizem que vão mais de 20% agora. Uma delegação me procurou aqui, dizendo que foram demitidos pelo computador. Profissionais preparados se sentam para trabalhar, e o computador informa: "Você está demitido. Procure o departamento de pessoal". Simples assim. E eles deram o testemunho, inclusive numa audiência pública que eu fiz.

Felizmente estamos trabalhando em cima de um projeto que veio da Câmara, de um Deputado, inclusive, do PT, e aqui o Alessandro Vieira fez um brilhante relatório. Aprovamos, por unanimidade, na Comissão de Assuntos Sociais. Agora ele vai para a CCJ.

O princípio, por isso que eu estou ligando à fala dela, é este: era uma estatal; todos concursados; em tese, tinham direito à estabilidade; mas, no momento em que é privatizada, cai tudo. Pelo menos, que haja o compromisso da recolocação desses trabalhadores em outra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estatal, em outro espaço público, que é na linha da fala aqui que ela fez, da formação, da recolocação.

De imediato, Dra. Paula Simas Magalhães, representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

A SRA. PAULA SIMAS MAGALHÃES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Boa tarde.

A SRA. PAULA SIMAS MAGALHÃES (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada a V. Exa. por esse convite, por essa oportunidade especial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É bom dia ainda, mas vale bom dia e boa tarde. (*Risos.*)

A SRA. PAULA SIMAS MAGALHÃES (*Por videoconferência*.) – Queria poder cumprimentar todos os painelistas aqui presentes e todos que estão acompanhando a sessão, todos e todas. Queria mandar os cumprimentos do nosso representante regional, o Jan Jarab, que infelizmente não pôde estar aqui hoje.

Do nosso lado, acho que nós queríamos trazer algumas considerações sobre o papel da inteligência artificial nos direitos humanos e também qual tem sido a atuação e o pensamento nas Nações Unidas e dos mecanismos internacionais de direitos humanos.

Aqui eu diria que, desde o nosso escritório, já há uns dez anos, nós temos trabalhado essa questão sobre o impacto nos direitos humanos de novas tecnologias, inclusive inteligência artificial, mas eu diria que, sobretudo desde 2021, dada a evolução na tecnologia da inteligência artificial generativa, tenho sentido uma atenção especial também dos mecanismos internacionais de direitos humanos, dado a amplitude de direitos que podem ser afetados.

E aqui eu traria, por exemplo, os mecanismos de direitos humanos tais como as várias relatorias das Nações Unidas e dos comitês, por exemplo: o Comitê de Direitos Humanos, o Comitê sobre os Direitos das Crianças, a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Discriminação contra a Mulher, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Várias dessas instâncias, só no último ano, trouxeram dezenas de recomendações a vários países sobre o impacto da inteligência artificial e a importância da regulação dessa tecnologia.

Essas recomendações são variadas, tocam em temas como a proteção das crianças no espaço digital, a automação, a indústria bélica, os impactos que foram bem destacados aqui no mercado de trabalho, o acesso ao trabalho, a informação de populações chave, sejam mulheres, pessoas com deficiência, povos indígenas, população afrodescendente, entre vários outros.

Destacamento também específico à questão do perfilamento racial e reforço de estereótipos raciais e de gênero. Isso a gente vê sobretudo, por exemplo, na esfera de segurança pública e acesso a serviços econômicos. Várias questões sobre a sub-representação de certas populações no espaço da tecnologia – por exemplo, mulheres –, questões de proteção de dados, direitos à privacidade, vigilância.

Eu diria que vários dos palestrantes trouxeram muitas dessas preocupações e a necessidade de medidas para tentar mitigá-las. Eu acho que o que nós queríamos trazer aqui também – tendo o sentido do tempo – são certas considerações sobre toda a cadeia produtiva da inteligência artificial. E aqui eu talvez focaria sobre os impactos que a produção dos materiais e a manutenção das máquinas que operam a inteligência artificial têm, porque eu acho que é um tema que não tem sido ressaltado necessariamente, mas que tem um impacto atual e futuro muito importante.

E aqui eu traria, por exemplo, que todos os materiais que são necessários para a produção dos *chips* ou dos sensores que a inteligência artificial usa são frutos de processos de extração de minérios complexos, grandes, de grande escala, o que pode ter impactos em direitos humanos consideráveis. Por exemplo, se esses minérios se encontram em terras de povos indígenas, como está sendo feito o processo de consulta prévia, informação e consentimento dessas populações? Muitos vêm de regiões que estão em conflito armado. Quais são as medidas de devida diligência que as empresas estão tomando para garantir que não seja fruto de conflito, que não seja fruto de uso, por exemplo, de crianças no conflito armado a extração desses materiais? O impacto ambiental, por exemplo, digamos, na produção do lítio, que é uma das novas fronteiras aqui na América do Sul e no Brasil também, pode ser muito considerável. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também tem todas essas questões só nos materiais que são utilizados para operar a inteligência artificial e, igualmente, para a questão da manutenção das máquinas que operam a inteligência artificial.

Quando a gente pensa em questões de direito a um ambiente saudável, a gente tem que lembrar do alto consumo de energia para fazer o próprio treinamento da inteligência artificial, especialmente desses modelos mais avançados, o que aumenta, por exemplo, as questões de emissão de carbono. E a gente, obviamente, vindo logo depois da COP, tem que também pensar no impacto nas mudanças climáticas dessa nova tecnologia e como mitigá-las.

Pensamos aqui também em questões relacionadas ao alto consumo de água. Para gerar os produtos, os eletrônicos que compõem as máquinas, utiliza-se muita água também. E, nos próprios *data centers*, para poder mantê-los refrigerados, requer-se uma quantidade de água imensurável. Alguns estudos já estão saindo mostrando que uma mera interação, por exemplo, com o ChatGPT de sete ou oito perguntas poderia ser o equivalente a 1 litro de água. Então, se você for pensar só o que nós, como pessoas, fazemos na interação com essa inteligência... Obviamente, isso é para chamar a atenção, mas é realmente para trazer essa questão da água e a inteligência artificial.

E tudo isso tem impactos grandes quando a gente pensa em questões climáticas. Pensando no Brasil, só neste ano nós tivemos dois dos maiores desastres da nossa história, seja pelas inundações no Rio Grande do Sul, seja pelos incêndios e a seca no Norte. Então, a gente tem um impacto no longo prazo também que tem que ser considerado desses sistemas e que também tem que ser avaliado.

E aqui eu queria trazer um pouco – e a Dra. Estela já trouxe também essa questão – que essas preocupações sobre a inteligência artificial são uma preocupação global. Tanto o é que o Secretário-Geral da ONU constituiu esse Conselho Consultivo de Alto Nível, de que a Dra. Estela faz parte e que recentemente também publicou o seu relatório, em setembro deste ano. E o que traz o relatório e que muitas das nossas agências da ONU têm reforçado é que existe um déficit de governança global em relação à inteligência artificial. Apesar de muitas discussões sobre ética e princípios, globalmente as normas e as instituições ainda estão muito incipientes e cheias de lacunas. Por isso, são muito importantes e laudáveis os esforços no Brasil e as propostas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislativas que estão avançando, porque é muito importante ter essa regulação e a fiscalização dessa nova tecnologia.

E eu diria que os padrões desenvolvidos no Brasil têm que dialogar e têm que ter um esforço comum com todos os outros países, em nível global, para se criar essa governança global. A inteligência artificial, tal como o desenvolvimento de armas químicas, a energia atômica e questões de aviação civil, é questão que não consegue ser gerada em nível só local; tem que ser administrada e tem que ter acordos em patamar global também. Então, quero reforçar que, pensando nos processos regulatórios, também deve ter esse diálogo em nível sub-regional e internacional também.

O que o conselho consultivo trouxe foi justamente a necessidade de se criarem esses mecanismos de diálogo político, de compartilhamento de normas e de criação de normas conjuntas, mas também de criação e pensamentos sobre a própria ciência da inteligência artificial. Eu acho que o nosso Alto Comissário recentemente destacou que a gente não deve ter receio em restringir o uso ou o desenvolvimento de novas tecnologias de inteligência artificial se a gente sabe que essas ainda não estão compatíveis com os direitos humanos. É muito importante que as salvaguardas sejam criadas antes, para poder evitar o maior impacto aos direitos das pessoas. Aqui, retomando a fala da Paula e de vários dos outros colegas, tem que ser centrado nos direitos humanos qualquer processo regulatório da inteligência artificial.

E aqui eu trago um exemplo, trazendo de novo a questão do meio ambiente: no Chile, recentemente, por decisão judicial, um investimento multimilionário da Google para criação de *data centers* no Chile foi restringido devido justamente ao impacto no consumo de água que isso traria. E isso não foi conflitivo. Nesse sentido, a Google já anunciou que vai refazer todo o programa para poder garantir ressalvas ambientais. Então, a gente vê que não tem que ser contraditório – eu acho que você pode ter os investimentos, mas você tem que ter as salvaguardas e as garantias antes – e que não é impossível. As empresas podem se adequar – aliás, devem se adequar –, porque o impacto afeta a todos, inclusive as próprias empresas.

E, talvez, só para trazer algumas considerações que também foram trazidas no relatório global, mas que se aplicam também ao Brasil, cito a importância de garantir inclusão de diversidade nos dados. E acho que isto muitos dos palestrantes trouxeram: os riscos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perpetuação de estereótipos e preconceitos. Por isso, tem que ter uma inclusão diversificada nos dados e tem que ter uma supervisão de como esses modelos estão sendo desenvolvidos, para evitar quaisquer medidas discriminatórias.

E aqui eu diria a importância de garantir participação ampla e diversa – e, de novo, quero agradecer esse espaço, tal como a Dra. Estela disse – para poder trazer visões diferentes sobre a temática, não só de técnicos ou tecnologistas e empresários. É muito importante ter uma representação ampla de vozes na evolução dessa tecnologia, de eticistas, ativistas, advogados, enfim, variados. É importante a participação nesse processo.

E, finalmente, eu acho que, além da regulação, tem toda uma questão propositiva e ativa do Estado em financiar processos que ampliem o conhecimento da população sobre essa tecnologia, sobre o uso dessa tecnologia, sobre seus impactos, mas também investimento na inovação local. Que seja um processo transparente e ético também.

Eu vou parar por aqui, agradecer novamente por esta oportunidade e parabenizar a todos pelo trabalho também.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Paula Simas Magalhães, representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, que aprofundou inclusive a questão do clima – importantíssimo, e aí vou lembrar o que aconteceu lá no meu estado, o Rio Grande do Sul – e fortaleceu também a regulação. Tem que ter algum tipo de regulação para evitar os absurdos, como é hoje a falta de ética, a política de ódio e o que está retratado na palavra *fake news*, não é? Então é isso mesmo, parabéns.

Bom, neste momento já apareceram outros convidados que queriam ainda participar do debate, mas agora, como eu tinha dito que essa era a última por videoconferência e todos que estão presentes já falaram, nós vamos para o encerramento, como sempre é feito nesta Comissão. Eu vou ler as perguntas que chegaram, e os que estão presentes vão responder. São três convidados painelistas que estão presentes, eles vão escolher quais as perguntas a que eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

querem responder. Agora, neste momento, será de cinco a no máximo dez minutos. Se quiserem usar os cinco ou os dez, cada um resolve como achar melhor.

Então, vamos lá. Perguntas.

André, do Paraná: "Quais [...] medidas serão tomadas para [evitar que] a IA [...] [viole] a Lei Geral de Proteção de Dados? [...]".

Leonardo, do Rio de Janeiro: "Como equilibrar o progresso da inteligência artificial com a proteção de dados, veracidade da informação e direitos humanos?".

Carla, de São Paulo: "Como integrar a educação sobre ética em IA nas escolas para preparar as futuras gerações?".

Guilherme, do Amazonas: "Como garantir que os cidadãos tenham controle dos seus dados e que não sejam usados para treinar ferramentas de IA de empresas estrangeiras?".

Íris, de Pernambuco, diz o seguinte – não é pergunta, é uma afirmação –: "Grande parcela dos professores estão perdendo sua autonomia do saber-fazer docente e recorrem à IA por falta de uma formação/orientação".

Evaldo, de Minas Gerais, também faz um comentário: "Vejo que a evolução tecnológica da IA é interessante, mas [...] [preocupa devido à crescente disseminação de *fake news*] e desinformação [...]".

Pergunta Bruno, do Rio Grande do Sul: "De que forma a utilização da inteligência artificial pode [...] [impactar] tanto a proteção quanto a violação dos direitos humanos fundamentais?".

Poliana, do Distrito Federal: "A inteligência artificial apresenta certos riscos, como o aumento do preconceito e discriminação. Como prevenir esse impacto negativo?".

Letícia, de São Paulo: "Quais seriam os limites éticos e jurídicos que deveriam ser impostos no uso de IA para garantir o respeito aos direitos humanos?".

Ana, de Minas Gerais: "Como proteger a privacidade dos indivíduos em um mundo cada vez mais conectado e monitorado?".

Por fim, ainda só mais dois comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Micaella, de Santa Catarina: "A IA [oferece avanço, como maior acesso à informação e serviço, mas] impacta profundamente os direitos humanos [...] [e] gera desafios éticos".

Maria, da Bahia: "Adicionar matérias [...] [sobre tecnologia nas escolas ajudará os jovens a usar a IA de forma consciente, prevenindo, então] o mau uso da ferramenta".

Vamos voltar agora aos nossos convidados que estão presentes.

Eu vou começar aqui com os últimos sendo os primeiros. Vou inverter agora.

Admirson Medeiros, representante do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Tem de cinco a dez minutos, no máximo.

O SR. ADMIRSON MEDEIROS (Para expor.) – O.k., Senador. Eu não vou responder a uma pergunta específica. Eu tentei agrupar aqui e vou dar uma resposta geral às várias perguntas que chegaram.

Primeiro, a Maria, da Bahia, a Íris, de Pernambuco, e a Carla falam muito nessa questão do impacto da IA na educação. Como tratar essa questão? Eu acredito que a gente vai ter que ter um diálogo forte para a gente entender de quem é a responsabilização por esse processo. Isso está dentro do PL e é um dos pontos polêmicos. A responsabilização é do Governo? A responsabilização é das empresas, é das *big techs*? Eu acredito que a responsabilidade é de todos, da sociedade civil também. Eu acho que todos têm que se juntar na perspectiva de construir a alternativa para esse processo educacional.

A gente está falando de um processo de uma tecnologia, Senador, numa sociedade em que boa parte da população não tem acesso sequer à tecnologia básica, quanto mais à IA. Muitos não sabem nem o que é IA, não sabem nem que estão sendo monitorados, inclusive. Então, a gente precisa conversar com o MEC, a gente precisa conversar com os institutos federais de tecnologia, a gente precisa conversar com as empresas, com as *big techs*, enfim, precisamos repensar os currículos escolares, precisamos repensar os currículos acadêmicos e precisamos pensar nos programas de qualificação e requalificação, sim, porque isso precisa de um novo patamar educacional para poder se ver o que é a inteligência artificial e como ela interfere no processo educacional, inclusive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os professores estão tendo dificuldade, os alunos estão tendo dificuldade. Como é que se utiliza isso em bem de um processo de formação?

Outro bloco de questões que eu agrupei aqui vem de Leonardo, do Rio de Janeiro; Guilherme, do Amazonas; Ana, de Minas Gerais; Bruno, do Rio Grande do Sul; e Micaella, de Santa Catarina. Bom, gente, sobre essa questão da proteção de dados, de como a gente se prevenir, de como a gente ter acesso às coisas, tem uma lei já no Brasil vigorando, a LGPD está aí. Ela é uma lei que foi construída, que tem uma série de questões que precisam ser regulamentadas, Senador, e a gente tem que avançar nesse sentido e tem que estar atento a todo esse processo. Agora, tem coisas polêmicas dentro do PL a que a gente tem que estar atento, que são mecanismos de controle. Quem controla isso? Como é que se dá esse processo de transparência? Até onde as plataformas e as *big techs* vão abrir as suas ferramentas para serem transparentes e a gente ver como é esse processo, se tem, dentro dos sistemas, coisas que são preconceituosas, tendenciosas, como a Estela e outra aqui colocaram? Porque os sistemas são constituídos por seres humanos. Como é que você faz auditoria nesse processo?

Então, isso é um elemento que precisa ser elucidado para garantir toda essa segurança do que essa tecnologia nova vem trazendo para a sociedade, que ela ameaça em diversos aspectos, e a gente precisa ter instrumentos. Vai ser um órgão que vai ser criado para fazer essa fiscalização e controle? Então, essa questão da governança, de como se dá o processo é algo que está lá. Agora, já existe uma Lei Geral de Proteção de Dados vigente no Brasil, e tem que estar atento a essa lei para que as coisas não vão além.

E aí você vê um debate crucial, Senador, que é essa questão da vigilância eletrônica. Passou pelo CNDH uma denúncia sobre o Smart Sampa, que foi uma tecnologia implantada em São Paulo sem nenhum processo de discussão, sem nenhum controle e está lá causando males cruéis.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADMIRSON MEDEIROS – Primeiro, tendenciosamente somente negros são penalizados; segundo, nos processos, nos levantamentos que são feitos, as pessoas que são identificadas lá e que são presas são normalmente negros e negras. Então, mostra que o sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem seu lado preconceituoso e precisa ser... E não é auditado. Então, essa questão precisa ser regulada.

No último bloco, o Evaldo, a Poliana trazem essa questão das *fake news*, essa questão da desinformação, que é algo sobre o qual também chega muita denúncia dentro do conselho. E a gente queria resgatar aqui que tem um PL que está parado aqui dentro, que é o 2.630, que trata da questão da regulação das plataformas e que precisa voltar à tona. Tem dentro dele pontos cruciais precisam ser colocados, que são: quem decide que aquele conteúdo é falso ou não é? Qual tipo de penalidade que vai ser dado a quem cometeu? Quem é que vai ser responsabilizado? Quem patrocinou? Quem publicou? Quem produziu? Então, são coisas que precisam ser definidas. E outra coisa: quem julga isso?

Então, existe uma normativa jurídica no Brasil, e a responsabilidade por essa normativa jurídica é do STF. Então, não dá para fazer um avanço da discussão... E esta Casa tem que chamar para discussão – e eu sei que o Senador chamou – o STF para esse debate, para saber como é que se deu esse processo de julgamento, de penalização, qual a responsabilização e quem é que vai ser punido por essas coisas que são produzidas de forma que estimulam o ódio, que estimulam o preconceito, que estimulam as informações falsas.

Então, é isso que eu trago, respondendo a todas as questões que chegaram. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Admirson Medeiros, representante do Conselho Nacional de Direitos Humanos, que fez uma síntese das perguntas que, com muita competência, respondeu.

Temos que agilizar, porque depois dessa eu ainda tenho que ter outra reunião deliberativa – termina essa, e eu inicio outra –, que vai tratar do Orçamento.

Passo a palavra de imediato ao Dr. Atahualpa Blanchet, representante do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos.

O SR. ATAHUALPA BLANCHET (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Bom, primeiro, eu quero, mais uma vez, destacar a importância dessa atividade, porque, ao fim e ao cabo, são temas de que a cidadania tem que participar, tem que debater, e, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

função disso também, quero destacar a importância de receber as perguntas da participação cidadã nesta audiência.

E o Admirson Medeiros (Greg) está fazendo um trabalho sensacional no âmbito do Conselho Nacional de Direitos Humanos, justamente para poder difundir, disseminar a informação sobre como se dá o funcionamento dos sistemas de inteligência artificial, mas também, sobretudo, sobre quais são os seus impactos, riscos e oportunidades.

Aqui, como ele bem fez, ele agrupou as perguntas com relação a determinadas abordagens, e eu tratei de fazer mais ou menos a mesma coisa, tinha feito justamente a mesma definição de grupos de perguntas.

Com relação a um tema que foi aqui tratado inclusive pelo Greg, se referindo à questão das plataformas digitais, das redes sociais, eu acho que foi muito importante essa atividade realizada no âmbito do Senado Federal, porque nós conseguimos destacar, de forma geral, os temas relacionados aos impactos no âmbito dos direitos humanos, ao mesmo tempo enfocando em determinadas temáticas que são fundamentais para o tratamento do tema agora do Projeto de Lei 2.338, sobretudo destacando o tema relacionado aos impactos no âmbito da classe trabalhadora, dos trabalhadores, de que forma os sistemas de inteligência artificial vêm impactando.

Queria também trazer aqui um tema, dialogando com as perguntas aqui realizadas, que é fundamental, que é o tema da integridade da informação nos meios digitais. Uma das vertentes de impactos tangíveis no âmbito da aplicação de sistemas de inteligência artificial é o uso dos chamados algoritmos de recomendação nos sistemas, nas plataformas digitais, nas redes sociais, o que acaba fazendo com que se repliquem determinados tipos de conteúdos e se criem chamadas bolhas informacionais, que, ao fim e ao cabo, transformam o debate, no âmbito de uma arena digital, numa câmara de ressonância de convicções preexistentes, o que facilita muito também determinados tipos de conteúdo que acabam entrando no âmbito dos chamados discursos de ódio, que, ao fim e ao cabo, são mais uma manifestação também do impacto da IA na sociedade.

Então, a questão da percepção de realidade, que é alterada e mitigada por meio dessas plataformas, é um tema que é fundamental, é um tema que dialoga com os direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fundamentais. Nós estamos falando não só de disseminação de discursos de ódio, de racismo, de xenofobia, de machismo no âmbito das redes sociais, mas também estamos falando de temas que são atinentes à questão relacionada à própria autoestima das pessoas. Estamos falando, por exemplo, do uso dos chamados filtros em redes sociais, que acabam criando padrões estéticos inalcançáveis e que acabam muitas vezes causando impactos de âmbito psicológico nos jovens, nos adolescentes. Então, nós estamos falando de temas bastante complexos.

E aqui, quando se pergunta, por exemplo, com relação à questão da educação, é fundamental, tem-se utilizado muito a terminologia do letramento digital, da educação de direitos no âmbito do manejo do uso das tecnologias.

Queria só destacar, para finalizar aqui, que, no Uruguai, por exemplo, existe uma política pública na escola pública que é chamada Plano Ceibal, em que cada aluno da escola pública recebe um computador ou um *tablet* para poder levar a tecnologia para a sua própria casa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ATAHUALPA BLANCHET – E isso não é uma coisa que vem só no âmbito material; também no âmbito do currículo da escola pública e também das escolas particulares, já há alfabetização midiática, ou seja, eles já trabalham os conceitos para poder fazer um uso ético e um uso responsável dessas ferramentas desde que são crianças, porque, ao fim e ao cabo, nós estamos tratando aqui, como foi bem dito, de questões de caráter cultural, histórico, econômico, como foi bem destacado aqui. E é preciso que, no âmbito das políticas públicas, nós possamos realizar um movimento anticíclico justamente para não seguir, como comentou a Estela aqui, o tecnodeterminismo; quer dizer, nós temos a capacidade de inserir e de incidir no âmbito da implementação dessas ferramentas, e eu acho que é importante destacar que se trata de uma questão de variável política. O debate sobre a implementação das novas tecnologias, da inteligência artificial, das tecnologias disruptivas ou tecnologias emergentes, como se vem falando agora, que vem gerando toda essa transformação na nossa sociedade, é um tema de caráter político, e, para isso, Senador, para finalizar e agradecer mais uma vez esta oportunidade, é fundamental o debate público, é fundamental que haja informação e disseminação, que haja um diálogo com os formadores de opinião. Nesse caso, também há um caráter, como o próprio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador falou aqui, comunicacional. Nós temos que garantir a possibilidade de estabelecer linhas de agir comunicativo e educacional para poder gerar uma cultura de apropriação das ferramentas. Não se trata de refutar a inovação tecnológica; muito pelo contrário, trata-se de que nós possamos fazer um uso inteligente a favor da dignidade humana, a favor da perspectiva de direitos.

E, para finalizar, tem uma história que eu quero contar, muito brevemente, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – O senhor tem dois minutos.

O SR. ATAHUALPA BLANCHET – ... é muito breve mesmo, que é o caso do Henry Ford, da fábrica de automóveis. Ele consegue automatizar o processo todo de construção do carro, leva um sindicalista para a fábrica, para mostrá-la e diz: "Olha só, estou conseguindo montar carros aqui sem a necessidade de um trabalhador sequer. Então, já, já, em breve, não vai ter mais sindicato". E aí o sindicalista olha para ele, o representante dos trabalhadores olha para ele e pergunta: "O.k., não vai ter mais trabalho, emprego e também não vai ter mais sindicato, mas aí eu te faço a pergunta: quem vai comprar o carro?".

É isso, pessoal.

Muito obrigado e até a próxima. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nossos cumprimentos ao Dr. Atahualpa Blanchet, que aqui representou o Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos.

Mas me permita... Já que você provocou com essa do Henry Ford, tem uma também que eu achei muito boa que me contaram: numa situação nos Estados Unidos muito difícil, o Presidente da época o chama e pergunta, na mesma linha do que você falou aí: "Qual é o segredo de a sua fábrica continuar com pleno sucesso se o país não vai bem?". E ele: "Só tem uma saída", "Qual é a saída?", "Bote dinheiro para circular, pague bem os trabalhadores, porque eles é que vão comprar os meus carros, vão fazer a economia circular". Tem tudo a ver com... Mas eu achei positivo no sentido de pagar bem os trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos em frente.

Permitam-me só, antes da última convidada, ler o seguinte aviso aqui.

Mais informações sobre a audiência de hoje no portal do Conselho Nacional de Direitos Humanos – tudo em letra minúscula, pelo que eu percebi aqui –: https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh.

Está dado o aviso que me pediram que eu desse.

Por favor, agora, a Sra. Estela Aranha, Assessora Especial da Assessoria Especial da Presidência da República, membra do Conselho Consultivo de Alto Nível da ONU para Inteligência Artificial.

Eu vou votar aqui, já pode...

A SRA. ESTELA ARANHA (Para expor.) – Bom, para concluir aqui, primeiramente, agradeço ao Senador por abrir esse espaço. E acho que é muito bom também o Senado abrir-se cada vez mais para esse tipo de debate, porque IA não é hoje mais um assunto de técnicos, mas ela interfere na vida de todos nós. É excelente a ideia do relatório, já corri aqui para abrir, porque eu quero saber quais são os problemas atuais. A gente fica muito... A mídia, inclusive, impulsionada por alguns atores do Vale do Silício, fica falando pouco sobre os riscos existenciais de uma IA geral que vai ter e que a máquina vai vir contra os humanos, mas a gente tem riscos existenciais já agora nas nossas vidas. Um desses riscos tem a ver com algumas dessas perguntas, que é a história do uso da inteligência artificial na educação. A gente tem que entender sobre o estado da arte hoje e o que isso significa.

Tem um relatório da própria Unesco, como a colega do sistema ONU falou aqui anteriormente, que era sobre o ensino digital na época da pandemia, chamava-se "Uma tragédia Ed-Tech? Tecnologias educacionais e fechamento de escolas na era da covid-19". Esse relatório fornece fortes evidências do impacto negativo da digitalização da educação no direito à educação, especialmente e não apenas para os mais marginalizados, e esse impacto negativo da educação digital como substituto da escola presencial, como professores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente sempre deve examinar muito cuidadosamente soluções digitais quanto à qualidade, relevância, impacto na educação. A gente tem que rejeitar abordagens centradas em tecnologias, porque se falar "a tecnologia vai resolver o problema"... Não, obviamente a gente tem que introduzir o uso dessas tecnologias, conscientes, com ética, como a gente saber usar, para que ela serve ou não, mas a gente não pode achar que a educação vai melhorar porque a gente está usando inteligência artificial. Inteligência artificial é só um meio, é só uma tecnologia, como um computador. Ela não serve para melhorar nada. Ela é um instrumento e, na verdade, não vai resolver problema nenhum.

E é muito problemático, porque a gente adora bala de prata, não é? "Ah, isso vai resolver o problema". E, na verdade, esse tipo de discurso é muito usado em políticas de austeridade: "Eu quero diminuir os gastos com educação, então vou colocar AI". Então, a gente não pode seguir neste caminho. A gente tem um pacto de aprendizado, porque hoje em dia o aluno, além de não se concentrar, não prestar atenção, estar o dia inteiro ao telefone, perde habilidades. Tem estudos científicos que mostram, inclusive, que não só crianças, mas adultos têm um impacto na produtividade, no longo prazo, porque, quando você não pratica as habilidades, você vai perdendo.

Eu lembro que, quando era jovem, eu era muito boa de me localizar: me largavam em qualquer lugar da cidade com um mapa, e eu tinha uma super-habilidade e era elogiada, não me perdia com o mapa na mão. Hoje, eu não consigo caminhar sem olhar no Google Maps. Eu, às vezes, em um ou dois quarteirões, me perco, porque a gente vai perdendo esse tipo de habilidade.

Isso é um problema para a educação. A gente não pode deixar que os alunos percam esse tipo de habilidade. Na educação superior, os professores estão reclamando que esse tipo de coisa está acontecendo. (*Pausa.*)

Esse tipo de coisa está acontecendo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fique tranquila, é uma delegação de pessoas que vieram participar da Semana da Pessoa com Deficiência, e eles queriam tirar uma foto aqui na Comissão de Direitos Humanos. O teu tempo eu vou dar, em seguida, mas eu te conto a história deles. Eles tinham outro compromisso aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do lado, no outro gabinete. Eles vão lá e voltarão aqui depois, porque sabem que eu vou ficar aqui, porque eu tenho outra audiência aqui em seguida.

A SRA. ESTELA ARANHA – E esse é um tema muito importante...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito importante!

A SRA. ESTELA ARANHA – A acessibilidade é uma questão... A gente está falando das críticas à IA, mas eu acho que este ponto é importante também, a IA pode ajudar em alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Já repus o teu tempo lá.

A SRA. ESTELA ARANHA – Então, é isso, a questão da educação. Inclusive eu tive alguns debates internacionais com o próprio mercado de empresas, de *big techs*, e os executivos das áreas falavam: "Olha, não se pode usar IA para uso básico". A IA hoje, na sua atual concepção, só serve para algumas categorias de educação profissionalizantes, em que faz sentido, não uso geral. Então, ela não está apta para você trocar o ensino e o contato com o professor por uma IA, embora você possa – na verdade, você deva – usar para ensinar como usar, para ensinar que ela tem problemas, para ensinar que você não vai resolver seus problemas. Ela é um instrumento a mais para lhe ajudar e não vai resolver os seus problemas.

Eu quero falar um pouquinho sobre privacidade rapidamente. De alguma forma, a IA é um negócio de vigilância em geral com fins lucrativos, coleta massiva e uso de dados. Então, a gente tem que tomar muito cuidado. Eu acho que há diferença entre o que é uso de dados pessoais e o que não é uso de dados pessoais. Por exemplo, você coletar todos os dados relativos aos terremotos é ótimo, porque a gente precisa ter, ajuda a fazer correlações, ajuda a fazer previsão, e são dados objetivos. Então, o uso da IA é absolutamente apropriado. Agora, usam o mesmo algoritmo, a mesma tecnologia que você usa para avaliar a incidência de terremotos para avaliar a incidência de crime. Aí, a gente já tem um problema, porque você tem questões relacionadas à vigilância, ao uso de dados pessoais, mas são dados subjetivos, são dados que não demonstram a realidade. Quando você usa os dados de um BO, não são os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dados da criminalidade da rua; o crime de colarinho-branco não vai aparecer aí, os grandes crimes financeiros não vão aparecer aí; e você vai direcionar a polícia, você vai direcionar tudo de um modo absolutamente enviesado, com hipervigilância em alguns bairros marginalizados, entre outros. Então, usar a IA, achar que a IA pode resolver problemas de questão na área criminal, na área penal não é adequado. A gente precisa entender isto: primeiro, a questão da proteção dados e privacidade.

Eu acho muito difícil, no futuro... Olhando isso, a gente hoje nem sabe que está tendo dados coletados por IA ou que está usando IA; a gente é obrigado a usar IA sem saber. Eu estava usando o meu computador lá no meu departamento lá no palácio e, de repente, falou-se: "O Copilot está inserido no seu Windows" e tal, na minha licença, e me joga para usar IA. Eu não optei por usar IA, não queria usar IA, mas aí entrou no meu uso, está copiando tudo que eu faço, inclusive reuniões eles printam, eles conseguem todas as reuniões que eu faço. Eu estou falando de a gente ter um órgão da Presidência da República na Microsoft. Ela sabe categorizar aquilo que é feito em reunião, tudo que eu escrevo, tudo que eu faço. E aí que privacidade nós temos? E aí também é uma questão de soberania.

Ao mesmo tempo, quando no WhatsApp eu quero pesquisar uma mensagem...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ESTELA ARANHA – ... o que me aparece? Obrigam-me a usar Meta AI. Quando eu faço uma pesquisa no Google, eu já nem sei mais onde eu estou usando IA nem para que os dados estão sendo usados. Então, a gente não tem nem opção de escolher, isso nos é imposto.

O colega falou sobre a questão ambiental: eu vou fazer uma busca com IA e fazer uma busca normal, eu uso dez vezes mais energia. Então, eu não quero fazer uma busca de AI; eu quero fazer no Google normal, como eu fazia, só que não, a empresa obriga, aquilo que colocou, eu não consigo buscar uma mensagem aqui que não seja cunhar no meu telefone, eu estou gastando dez vezes mais energia.

Então, a gente cada dia está menos sem opção, como cidadão, como consumidor e como Estado também, não é? Porque eu falei da Microsoft; bem ou mal, eu sou uma funcionária do estado, trabalhando em funções estratégicas do Estado brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso é muito preocupante, e acho que, enfim, temos que pensar também nessa questão de proteção de dados pessoais e também na questão de soberania. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns, Dra. Estela Aranha, Assessora Especial da Assessoria Especial da Presidência da República, membro do Órgão Consultivo de Alto Nível sobre Inteligência Artificial da ONU.

Acho que fechamos bem com a bela fala dos três, e você agora falou em nome do trabalho que é feito na Presidência da República. Então, nós atingimos todos os objetivos da nossa reunião, e fica o compromisso que eu já assumi, de nós levarmos este debate para o Plenário, não é? Mas claro que será no ano que vem; agora nós temos duas semanas praticamente, e tem um monte de matéria para debater. Vamos trabalhar todos os dias no Plenário, mas vamos fazer este debate no Plenário, com a presença dos Senadores.

Assim, encerramos a nossa audiência pública de hoje, e eu entrarei, em seguida, numa outra, para discutir o orçamento e a Comissão de Direitos Humanos, mas quero registrar a presença aqui de uma série de companheiros. Alguns estão aqui, no corredor ainda, foram visitar outros Senadores. Estão participando da 1ª Marcha PCD e Raros, está certo? "Nada sobre nós sem nós", Dia Internacional de Luta da Pessoa com Deficiência.

Está encerrada esta reunião. Já vou iniciar a outra, mas vamos tirar uma foto aqui nesse período.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 52ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2, **COM A FINALIDADE DE DEFINIR AS EMENDAS A SEREM APRESENTADAS PELA CDH AO PROJETO DE LEI Nº 26, DE 2024-CN, QUE "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA UNIÃO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025"**.

Às doze horas e vinte e dois minutos do dia três de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Augusta Brito, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Weverton, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Jussara Lima, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Eduardo Gomes, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Wellington Fagundes, Wilder Morais, Angelo Coronel, Sérgio Petecão e Beto Faro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli, Humberto Costa, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa das emendas ao PLOA. Finalidade: **Discussão e deliberação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao PLN 26/2024 (PLOA 2024), que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025".** Relator: Senador Paulo Paim. O Presidente abre a Reunião e passa a Presidência para a Senadora Augusta Brito. Em seguida a Presidenta Eventual Senadora Augusta Brito dá a palavra ao Senador Paulo Paim que lê o Relatório. Foram apresentadas 97 propostas de emendas, todas de apropriação, conforme artigos 37 a 42 da Resolução nº 1/2006-CN. Os critérios de seleção das emendas consistiram em programações orçamentárias alinhadas às prioridades das políticas públicas a cargo dos Órgãos afins às competências desta Comissão, bem como na verificação dos critérios de valoração dispostos no tópico 2.1 do relatório e das sugestões que apresentaram objetos coincidentes ou similares, de sorte a contemplar os interesses representados pelo maior número possível de parlamentares. As sugestões de emendas de apropriação acolhidas encontram-se discriminadas no quadro abaixo, a serem convertidas em emendas de apropriação de autoria desta Comissão, classificadas com RP 2, conforme artigo 12 da Instrução Normativa nº 01/2024-CMO[1]. Não obstante, conforme a ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 854 - DISTRITO FEDERAL. RELATOR: MIN. FLÁVIO DINO. Cito:*"10. Para o exercício de 2025, quanto às "emendas de bancada" (RP 7) e às "emendas de comissão" (RP 8), devem ser observadas as disposições da LC nº. 210/2024, conforme delineado nesta decisão. Em outubro de 2025, será realizada auditoria da CGU especificamente quanto à vedação de "rateio" dos valores e de fragmentação dos seus objetos, conforme plano de trabalho a ser apresentado a este Relator, no prazo de 15 (quinze) dias corridos. Repito: tais emendas devem ser deliberadas nas respectivas bancadas e comissões, sempre com registro detalhado em Ata, na qual deve conter, inclusive, a identificação nominal do(s) parlamentar(es) "*. Isto posto, fica consignado nesta Ata que:

[1] IN 01/2024-CMO, Art. 12. As emendas de comissão deverão ser apresentadas com indicador de resultado primário 2 (RP 2).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDAS DE APROPRIAÇÃO DA CDH A SEREM APRESENTADAS À CMO Nº	CÓDIGO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CÓDIGO/DESCRITOR DA AÇÃO	VALOR (R$)	AUTORES DA PROPOSTA DE EMENDA
1	81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta	21G5 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações	260.000.000	Paulo Paim, Mara Gabrilli, Marcio Bittar, Damares Alves, Randolfe Rodrigues, Nelsinho Trad, Zequinha Marinho, Jussara Lima, Flavio Arns
2	81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta	21G1 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência	150.000.000	Paulo Paim, Soraia Thronicke, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Zequinha Marinho, Zenaide Maia, Humberto Costa, Augusta Brito, Jussara Lima
3	67101 - Ministério da Igualdade Racial - Administração Direta	21FE - Apoio à Implementação de Políticas para Quilombolas, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiro e Ciganos	400.000.000	Paulo Paim
4	65101 - Ministério das Mulheres - Administração Direta	21GJ - Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres	320.000.000	Paulo Paim, Mara Gabrilli, Professora Dorinha Seabra, Márcio Bittar, Randolfe Rodrigues, Zequinha Marinho, Jussara Lima

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após a discussão da matéria, a Presidente Eventual põe em votação o Relatório do Senador Paulo Paim. **Resultado: A Comissão aprova o relatório, indicando que a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao PLN nº 26, de 2024:**

NÚMERO	UO	AÇÃO + SUBTÍTULO	LOCALIDADE	ACRÉSCIMO (R$ 1,00)
60090001	81101	21G5 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações	Nacional	260.000.000
60090002	81101	21G1 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência	Nacional	150.000.000
60090003	67101	21FE - Apoio à Implementação de Políticas para Quilombolas, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiro e Ciganos	Nacional	400.000.000
60090004	65101	21GJ - Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres	Nacional	320.000.000

A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da presente ata da reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e sete minutos, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 53ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e cinquenta e quatro minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Weverton, Alessandro Vieira, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Magno Malta, Romário, Eduardo Gomes, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Jorge Seif e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Mara Gabrilli, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da quadragésima oitava até a quinquagésima primeira reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5791, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Cuidados." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: O Senador Paulo Paim passa a presidência à Senadora Zenaide Maia. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 2 - Projeto de Resolução do Senado n° 92, de 2023 - Não Terminativo - que: "Institui a Frente Parlamentar Mista de Combate à Violência Política de Gênero." Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE). Relatoria: Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Weverton. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3219, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, para obrigar os serviços de saúde a fornecerem informações aos pais de recém-nascidos com microcefalia, deficiências e doenças raras e graves sobre serviços referenciais e especializados para a condição da criança." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Dr. Hiran. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela rejeição do Projeto. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4803, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para tornar obrigatório o oferecimento de atendimento telefônico a idosos por operadoras de Plano Privados de Assistência à Saúde." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senador Laércio Oliveira. Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, com as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3243, de 2024 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre o uso do cordão de girassol por pessoas com deficiências ocultas ou não aparentes." Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). Relatoria: Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Zequinha Marinho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: O Presidente designa o Senador Flávio Arns como relator "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o Projeto. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5437, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para acrescentar parágrafo determinando a convocação de candidatos deficientes em concursos públicos, independentemente da existência de aprovados no certame regular." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao projeto com duas Emendas que apresenta. Resultado: O Presidente designa o Senador Flávio Arns como relator "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 597, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de outubro de 1990, para instituir abordagem relativa ao luto perinatal no âmbito do Sistema Único de Saúde." Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao Projeto na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 8 - Projeto de Lei n° 739, de 2024 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a dispensa de produção de provas adicionais para que a pessoa regularmente inscrita no Cadastro-Inclusão possa usufruir regularmente dos direitos, prerrogativas e faculdades previstos para as pessoas com deficiência." Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). Observação: O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282 c/c art. 92 do RISF. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1168, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal –, para tornar inafiançável o crime de lesões corporais praticado em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher." Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC). Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcio Bittar. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: O Presidente designa a Senadora Damares Alves como relatora "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto. ITEM 10 - Sugestão n° 3, de 2024 - Não Terminativo - que: "Propõe o direito ao trabalho remoto (home-office) para pessoas no Espectro Autista." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresenta. Resultado: O Senador Paulo Paim passa a presidência à Senadora Zenaide Maia. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 68, de 2024 que: "Requer, nos termos dos arts. 336, III, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 5791/2019." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Comissão aprova o requerimento. Às onze horas e vinte minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Zenaide Maia. Às onze horas e vinte e oito minutos a Senadora Zenaide Maia devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/04

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 53ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 48ª até a 41ª Reunião desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas. (*Pausa.*)

Por solicitação, já presente, do Senador Romário, que pediu, se possível, inverter a pauta, vamos ao item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 739, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a dispensa de produção de provas adicionais para que a pessoa regularmente inscrita no Cadastro-Inclusão possa usufruir regularmente dos direitos, prerrogativas e faculdades previstos para as pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: À CDH, em decisão terminativa.

A relatoria é do Senador Romário, a quem eu passo a palavra.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente Paim.

Bom dia a todos, Senadora Zenaide e todos presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição é dotada de juridicidade e atende à constitucionalidade, bem como se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional.

Em relação ao mérito, a proposição é louvável, já que tem o fim de garantir que as pessoas com deficiência possam efetivamente exercer os seus direitos.

É forçoso reconhecer que, no campo fático, o Estado ainda falha quando sempre exige a produção de nova prova perante diferentes órgãos do mesmo ente federativo – previdenciário, fiscal e de saúde, entre outros – ou de entes distintos, pois órgãos federais, estaduais, distritais e municipais nem sempre reconhecem documentos uns dos outros. O Estado ainda falha em fornecer informações completas, de fácil acesso e compreensão à população.

Assim, o PL vem possibilitar que os dados do Cadastro-Inclusão sejam utilizados para que as pessoas com deficiência exerçam os seus direitos, dispensando-se a produção de provas adicionais. A medida prevista pelo PL, que já é relevante, será ainda mais fortalecida quando houver a regulamentação e a institucionalização da Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência, que servirá para alimentar, a partir de parâmetros mais uniformes, os dados do Cadastro-Inclusão.

Finalmente, suprimimos algumas expressões que entendemos desnecessárias ou prejudiciais ao sentido do texto do PL e realizamos ajustes para aprimorar a técnica legislativa e evitar possível interpretação de que o §6º do art. 92 do Estatuto da Pessoa com Deficiência teria sido tacitamente revogado.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 739, de 2004, na forma da seguinte emenda substitutiva:

> EMENDA Nº -CDH (SUBSTITUTIVO)
> PROJETO DE LEI Nº 739, DE 2024
> Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a utilização dos dados do Cadastro-Inclusão para possibilitar o exercício, pelas pessoas com deficiência, dos direitos previstos em lei e em outros atos normativos, dispensada a produção de provas adicionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 92 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 92. .....

.....

§ 5º .....

.....,,.....

III – emissão de comprovante de registro que, até a regulamentação da avaliação biopsicossocial prevista nos §§ 1º e 2º do art. 2º, servirá como prova para o exercício, pelas pessoas com deficiência, dos direitos previstos em lei e em outros atos normativos, dispensada a produção de provas adicionais.

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Era isso, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Eu pergunto à Mesa sobre um mal-entendido que houve aqui. O projeto que eu vou relatar não é terminativo, é simbólico, aí eu pergunto: como não há presença no Plenário de um número de pessoas para votar os terminativos, nós podemos, antes de encerrar a discussão, votar simbolicamente este que eu relato? (*Pausa.*)

Eu entendi, não tem problema. A pergunta foi outra, porque eu estaria com pressa de votar esse projeto. Eu não sabia que era terminativo... (*Risos.*)

Eu queria votar e mandar para a Mesa, porque a Mesa queria votar ainda hoje, mas o seu é terminativo. Nós vamos abrir a votação, vai atrasar uma meia hora a mais, mas faz parte do jogo, não é? Para você está bom, faz parte do jogo... (*Risos.*)

O gol vai ser seu...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Faz parte...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai votar primeiro o seu...

Então, concedo a palavra ao Senador Romário, que já fez o relatório.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto, nos termos do relatório apresentado. A votação é nominal. Proceda-se à votação nominal.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pedimos a todos os Senadores e Senadoras que votem. (*Pausa.*)

De imediato, passo a Presidência para a Senadora Zenaide. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – A votação está aberta. Passo agora a relatar o item 1.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Que não é terminativo, não é?

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5791, DE 2019

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Cuidados.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: À CDH e, em seguida, à CAS.

A autoria é da Deputada Federal Leandre.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Eu vou votando...

Eu vou ler o relatório de forma bem objetiva, porque esperamos agora dar o quórum no primeiro projeto, para podermos votá-lo simbolicamente.

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei nº 5.791, de 2019, de autoria da Deputada Federal Leandre, que institui a Política Nacional de Cuidados.

Conforme o art. 1º do projeto, a Política Nacional de Cuidados tem por intuito garantir o direito ao cuidado, por meio da promoção da corresponsabilização social e entre homens e mulheres pela provisão de cuidados, em especial considerando as múltiplas desigualdades. A proposição reitera que todas as pessoas têm direito ao cuidado, que compreende o direito a ser cuidado, a cuidar e ao autocuidado, além de definir públicos prioritários para a formulação e implementação dessa política pública.

A iniciativa determina que a Política Nacional de Cuidados é dever de todos os entes federativos, no âmbito de suas competências e atribuições, em corresponsabilidade com as famílias, o setor privado e a sociedade civil. Essa política será implementada, de forma transversal e intersetorial, por meio do Plano Nacional de Cuidados, que será elaborado pelo Poder Executivo e estabelecerá ações, metas, indicadores, instrumentos, período de vigência e de revisão, órgãos e entidades responsáveis. Caberá também ao Poder Executivo federal dispor sobre a estrutura de governança do Plano Nacional de Cuidados. Ainda, o projeto delineia os objetivos, os princípios e as diretrizes que orientam a referida política pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, o PL nº 5.791, de 2019, apresenta as definições dos conceitos pertinentes para a interpretação dos instrumentos da Política Nacional de Cuidados. Destaca o conceito de cuidado, definido como:

> Trabalho cotidiano de produção de bens e serviços necessários à sustentação e à reprodução diária da vida humana, da força de trabalho, da sociedade e da economia e à garantia do bem-estar de todas as pessoas.

Quanto ao financiamento, o PL nº 5.791, de 2019, determina que a Política Nacional de Cuidados será custeada por dotações orçamentárias do Orçamento Geral da União, por fontes de recursos destinadas por órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital ou municipal, por recursos provenientes de doações de qualquer natureza e por outras fontes de recursos nacionais ou internacionais.

Na justificação, a autora ressalta a ausência de políticas públicas voltadas para o cuidado no Brasil. Aponta, ainda, que é de suma importância que o Parlamento discuta em profundidade a configuração de uma política de cuidados para pessoas em situação de dependência para o desempenho de atividades básicas da vida diária.

A proposição, oriunda da Câmara dos Deputados, foi despachada à CDH e seguirá também para a Comissão de Assuntos Sociais, antes de ser submetida à deliberação no Plenário.

Não foram recebidas emendas.

Análise.

Compete à CDH opinar sobre matérias que tratam da garantia e promoção dos direitos humanos, conforme previsto no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, atende ao critério de regimentalidade a análise do PL nº 5.791, de 2019, por este Colegiado.

No mérito, entendemos que a proposição é uma importante ferramenta para resguardar aqueles que exercem o cuidado e os que dele dependem. A organização social dos cuidados tem sido distribuída de forma injusta e desigual, onerando de forma desproporcional pessoas em especial situação de vulnerabilidade econômica e social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justamente em razão dessas preocupações, nosso mandato tem sido ativo na promoção de condições dignas de cuidado, particularmente para pessoas em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, apresentamos o PL nº 4.364, de 2020, convertido na Lei nº 14.878, de 4 de junho de 2024, que institui a Política Nacional de Cuidado Integral às Pessoas com Doença de Alzheimer e Outras Demências. Dessa forma, recebemos com muito interesse e atenção a proposição, chancelada e promovida pelo Governo Federal, de instituir a presente Política Nacional de Cuidados.

A realidade atual é preocupante, conforme se verifica nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2022, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa aponta que mulheres dedicam cerca de 21,3 horas semanais para afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas, enquanto a população masculina investe apenas 11,7 horas nesse tipo de atividade. Essa discrepância torna-se ainda mais acentuada quando se levam em conta as interseccionalidades de raça e vulnerabilidade socioeconômica.

Em atenção a esse contexto, que transcende a realidade brasileira, o Compromisso de Buenos Aires, celebrado no âmbito da XV Conferência Regional sobre a Mulher na América Latina e Caribe, referencia expressamente a necessidade de adotar marcos normativos que garantam o direito ao cuidado por meio da implementação de políticas e sistemas integrais de cuidado, com especial consideração às perspectivas de gênero, interseccionalidade, interculturalidade e direitos humanos.

O PL nº 5.791, de 2019, dispõe que todas as pessoas têm direito ao cuidado, nas dimensões de ser cuidado, cuidar e de autocuidado, e propõe a priorização de públicos vulneráveis para combater as desigualdades mais prementes nesse campo. Os públicos vulneráveis inicialmente especificados pela proposição são justamente aqueles que mais são afetados pelo direito ao cuidado, quais sejam: crianças e adolescentes, com atenção especial à primeira infância; pessoas idosas e pessoas com deficiência que necessitem de assistência, de apoio ou de auxílio para executar as atividades básicas e instrumentais da vida diária; e trabalhadoras e trabalhadores remunerados e não remunerados do cuidado.

A proposição promove a possibilidade de ampliação progressiva dos grupos prioritários, com o intuito de alcançar a universalização do direito ao cuidado, sempre em atenção às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

múltiplas desigualdades que impactam os trabalhadores e trabalhadoras do cuidado, assim como aqueles que necessitam de apoio e auxílio. Essa perspectiva é pertinente, pois busca endereçar a questão de forma estratégica, sem olvidar o caráter universal do direito a ser tutelado.

A política também cumpre o importante papel de abranger todos os atores interessados no escopo de sua realização. De fato, a proposição determina que a Política Nacional de Cuidados é dever do Estado, compreendidos a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no âmbito de suas competências e atribuições, em corresponsabilidade com as famílias.

Sra. Presidenta, eu fui bem direto aqui e já estamos na última página.

Os objetivos da Política Nacional de Cuidados refletem de forma fidedigna as principais matrizes orientadoras do tema. De igual modo, os princípios da Política Nacional de Cuidados dialogam com os próprios fundamentos e objetivos fundamentais da República, nos termos da Constituição Federal de 1988. Eu fui Constituinte. Eu estava lá, com muito orgulho!

Nesse sentido, zelam, inclusive, pelo respeito à dignidade e aos direitos humanos de quem recebe cuidado e de quem cuida, pelo universalismo progressivo e sensível às diferenças, pela corresponsabilidade social entre homens e mulheres e pelo combate ao preconceito, principalmente nas dimensões antirracista, anticapacitista e anti-idadista.

Concluindo, as diretrizes, por sua vez, resguardam a perspectiva transversal e intersetorial da política pública, garantida a participação e o controle social. Esses preceitos orientadores da Política Nacional de Cuidados prezam, entre outros temas, pela acessibilidade em todas as dimensões, em todo o território nacional.

Em síntese, Sra. Presidente, essa medida dá mais um importante passo no combate às desigualdades estruturais. Caminhamos com mais vigor rumo à redução de grandes mazelas sociais, como a divisão social do trabalho e os impactos desproporcionais dos cuidados nos grupos em maior situação de vulnerabilidade. Também nos aliamos à implementação de experiências que se têm mostrado exitosas na América Latina e atendemos aos compromissos internacionais celebrados a respeito da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.791, de 2019.

Esse é o voto, Sra. Presidenta Zenaide Maia.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Em discussão, a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, eu encamei à Mesa o requerimento de urgência dessa matéria. Se V. Exa. puder colocar em votação...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Requerimento nº 68, de 2024.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 68, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 336, III, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 5791/2019.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Autoria do Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Sra. Presidenta, a justificativa é simples. O tema requer urgência do Parlamento em discutir com profundidade a configuração de uma política de cuidados para pessoas em situação de dependência para o desempenho de atividades básicas da vida diária.

O PL nº 5.791, de 2019, como consta no relatório apresentado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, dispõe que todas as pessoas têm direito ao cuidado, nas dimensões de ser cuidado, cuidar e de autocuidado, e propõe a priorização de públicos vulneráveis para combater as desigualdades mais prementes nesse campo. Prioriza os públicos mais vulneráveis, ou seja, crianças, adolescentes e idosos, com atenção especial à primeira infância. Repito: pessoas idosas e pessoas com deficiência que necessitem de assistência, de apoio ou de auxílio para executar as atividades básicas e instrumentais da vida diária; e trabalhadoras e trabalhadores remunerados e não remunerados do cuidado.

Esta é a justificativa.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Retorno a presidência ao Paulo Paim.

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Gente, vamos encerrar a votação do item 8. A gente já tem 11 aí.

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Encerrada votação do PL 739, de 2024, nos termos do relatório.

SIM, 10 votos; NÃO, nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nenhuma abstenção.

Aprovado o relatório.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Retorno a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Senador Flávio Arns, eu agradeço a presença de V. Exa., porque esse tema que nós aprovamos agora teve uma participação profunda de V. Exa. e da Senadora Mara Gabrilli lá no início. Então, no meu voto, eu faço um complemento que eu faço questão de colocar agora aqui. É justificativa, já está votada a matéria.

É importante destacar que a construção da proposta de uma política nacional de cuidados teve a participação do Legislativo e do Executivo. O Grupo de Trabalho Interministerial para a construção da Política e do Plano Nacional De Cuidados partiu do reconhecimento e do estudo detalhado de projetos de lei que já tramitavam no Congresso desde 2019.

O PL 5.791, de 2019, de autoria da Deputada Leandre Dal Ponte, que institui a Política Nacional de Cuidados, e o PL 2.791, de 2022, de autoria da Senadora Mara Gabrilli, do Senador Flávio Arns e do Senador Eduardo Gomes, que instituiu a Política Nacional de Cuidados, dispõem sobre os serviços assistenciais e modificam a 8.212, de 1991, organização da Seguridade, e a Lei 8.213, de 1991, Planos de Benefícios da Previdência Social. Esses dois projetos foram objetos de profunda discussão no grupo de trabalho e de cuidados e orientou e inspirou a elaboração desse PL que foi votado na Câmara e agora foi votado aqui.

O resto, tudo são detalhes no resumo do projeto, que eu deixo aqui também registrado para os Anais da Casa.

De minha parte, terminei.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Item 10.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10

SUGESTÃO Nº 3, DE 2024

- Não terminativo -

Propõe o direito ao trabalho remoto (home-office) para pessoas no Espectro Autista.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra ao Senador Romário, para leitura do relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente Zenaide, Senadora Zenaide.

A referida Sugestão, oriunda da Ideia Legislativa nº 181.789, busca estabelecer que pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista, independentemente do nível de suporte, tenham o direito de exercerem seus empregos em modalidade remota mediante requerimento à chefia imediata e apresentação de documentação comprobatória de sua condição.

A matéria recebeu, durante seu período de exibição na página do Senado, o total de 20.849 apoiamentos, razão pela qual foi convertida na Sugestão que ora se examina.

Análise.

No mérito, consideramos plenamente justificável a iniciativa.

Considerando-se, ademais, que o projeto a que a Sugestão dará origem ainda será analisado pelo Congresso Nacional, entendemos cabível a sua recepção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por essa razão, propomos a inserção dos dispositivos pertinentes na Lei n° 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para que os direitos estabelecidos pela proposição alcancem, além das pessoas com transtorno do espectro autista, indistintamente todas as pessoas com deficiência.

Por isso, incluímos no texto a garantia de que a medida decorra de opção da própria pessoa com deficiência, não devendo obstaculizar a sua participação no ambiente físico laboral. Prevemos, ainda, que essa modalidade de trabalho não deve representar restrição à garantia e ao exercício de direitos pela pessoa com deficiência.

Outrossim, a medida é condicionada à possibilidade de a atividade ser efetuada por meio de teletrabalho ou trabalho remoto, uma vez que a referida previsão depende da existência do regime de teletrabalho no órgão ou entidade a que se vincula a pessoa com deficiência, além da compatibilidade com o trabalho desenvolvido.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação da Sugestão nº 3, de 2024, e de sua conversão em Projeto de Lei, para regular processamento nesta Casa, na seguinte forma:

> [...]
> O Congresso Nacional decreta:
> Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para assegurar à pessoa com deficiência que desenvolva atividades passíveis de realização por meio de teletrabalho ou trabalho remoto prioridade na alocação nessas modalidades de trabalho.
> Art. 2º A Seção I do Capítulo VI do Título II da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 35-A:
> "Art. 35-A. É assegurada à pessoa com deficiência que desenvolva atividades passíveis de realização por meio de teletrabalho ou trabalho remoto, mediante manifestação prévia de sua vontade, prioridade na alocação nessas modalidades de trabalho.
> Parágrafo único. A opção de que trata o *caput* deste artigo não deve restringir a garantia e o exercício de direitos pela pessoa com deficiência, nem legitimar a adoção de barreiras à sua participação a qualquer tempo no ambiente físico laboral."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o relatório, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, com voto favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que a apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Presidente.

Obrigado a todos os pares aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Passo, agora, a Presidência para o nosso Paulo Paim. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta Zenaide Maia, eu agradeço aqui. V. Exa., como sempre, com aquela maestria dos grandes mestres, deu um *show* aqui na Presidência.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Fora do microfone.*) – Que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos lá agora. Vamos tocar.

Vamos para o item 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 3243, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre o uso do cordão de girassol por pessoas com deficiências ocultas ou não aparentes.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

Tramitação: à CDH, em decisão terminativa.

A Relatoria era do Senador Zequinha Marinho.

Vamos conceder a palavra, neste momento, ao Senador Zequinha Marinho, que liberou o Senador Flávio Arns para, *ad hoc*, fazer a leitura.

Eu só fiz questão de citar o nome do Zequinha Marinho como Relator, mas ele, *ad hoc*, pediu que V. Exa., Senador Flávio Arns, assuma a relatoria.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Exato, Sr. Presidente.

Quero agradecer a gentileza do Senador Zequinha Marinho para que eu possa ser o Relator *ad hoc*.

Na verdade, o projeto é muito importante. Trata do cordão de girassol usado por pessoas com deficiência oculta ou não aparente, e o projeto é do caro Senador Styvenson Valentim, uma pessoa sempre também muito cordial e solidária com a área.

O art. 1º – é importante dizer – altera a Lei nº 13.146, de 2015, para estabelecer parâmetros acerca do cordão de girassol enquanto símbolo nacional para a identificação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas com deficiências ocultas ou não aparentes, além de equiparar a utilização inadequada desse símbolo ao tipo penal de uso de documento falso, disposto no art. 304 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

O art. 2º dispõe que a lei que resultar da proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Então, nesse sentido, o projeto de lei está de acordo com os critérios legais, constitucionais e regimentais, e, em relação ao mérito, observamos que é pertinente a iniciativa de conferir maior autenticidade ao símbolo do cordão de girassol, muto importante, diga-se de passagem, para a identificação visual de pessoas que apresentem um quadro de deficiências ocultas ou não aparentes, especialmente em razão de sua inestimável função de promover mais acessibilidade para as pessoas com deficiências ocultas ou não aparentes.

A omissão legislativa a respeito desses parâmetros tem possibilitado que indivíduos sem as condições previstas legalmente utilizem o cordão, o que enfraquece sua credibilidade e reduz a eficácia do instrumento.

Nesse contexto, o PL nº 3.243, de 2024, propõe o nome da pessoa como requisito mínimo de identificação no cartão de identificação pendurado ao cordão de girassol. Como elemento complementar, a proposição indica a possibilidade de que o cartão contenha código bidimensional que possa ser lido por dispositivos eletrônicos para que se tenha acesso a documento digital comprobatório da condição de pessoa com deficiência. Finalmente, a equiparação da utilização inadequada do cordão de girassol ao tipo penal do uso de documento falso nos parece, de acordo com o Relator, Senador Zequinha Marinho, proporcional e adequada para combater essa conduta criminosa.

Ante o exposto, entendemos que a regulamentação proposta pelo PL nº 3.243, de 2024, asseguraria maior confiabilidade ao cordão de girassol, de forma a proteger a sua finalidade inclusiva. Também contribuiria para identificação e combate a fraudes, além de prevenir a banalização do símbolo.

Ante o exposto, o Senador Zequinha Marinho coloca, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.243, de 2024, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto, nos termos do relatório apresentado.

Este projeto tem votação nominal.

Coloco em votação o projeto, nos termos do relatório apresentado, e peço à assessoria da Mesa que libere o painel. (*Pausa.*)

Senador Flávio Arns, em seguida, tem um outro que envolve V. Exa., que é um projeto de que V. Exa. pediu vista e retornou para a pauta hoje. Já foi lido. Se não tiver nenhuma...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não há necessidade, Sr. Presidente, de ler de novo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, só colocaremos em votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, vamos para o item 3, Senador Flávio Arns, com a sua justificativa, já que não há motivo de nenhuma alteração.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3219, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, para obrigar os serviços de saúde a fornecerem informações aos pais de recém-nascidos com microcefalia, deficiências e doenças raras e graves, sobre serviços referenciais e especializados para a condição da criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações:

Tramitação: CDH E CAS.

Autoria: Deputada Federal Edna Henrique.

O Relator, Senador Dr. Hiran, já fez a leitura, já foi feito o debate, e foi pedida vista na reunião deliberativa de 27 de julho de 1994. O relatório foi lido e foi concedida vista ao Senador Flávio Arns.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, pela rejeição do projeto.

Aqueles que o aprovam permaneça como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão pela rejeição do projeto.

Enquanto esperamos o quórum no painel para a votação de projetos que são nominais, tem que ser nominal, vamos avançando.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4803, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para tornar obrigatório o oferecimento de atendimento telefônico a idosos por operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: à CDH e posteriormente à CAS em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Laércio Oliveira para a leitura do seu parecer.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim!

Bom dia, Senadoras e Senadores aqui presentes!

Bom dia a todos que participam conosco desta Comissão tão importante aqui no Senado Federal!

Esse tema, esse projeto, de autoria do Senador Ciro Nogueira, tem importância muito grande, porque ele vai ao encontro da sociedade quando esses meios eletrônicos buscam transformá-los totalmente em digitais. Isso causa, assim, primeiramente, um constrangimento muito grande para as pessoas, porque gente fala com gente, gente não fala com máquina, e, infelizmente, o que a gente tem experimentado, nessas operadoras, cartões de créditos, bancos, planos de saúde, é exatamente essa tecnologia invadindo a rotina dessas empresas e, praticamente, colocando máquinas conversando com pessoas. O projeto do Senador Ciro Nogueira vai exatamente nesse sentido, e eu gostaria de, com a aprovação do Sr. Presidente, com sua concordância, ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ir direto, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – O projeto em análise é de grande relevância. De acordo com relatório do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar, o grupo de pessoas com 60 anos ou mais que são beneficiárias de algum plano de saúde atingiu 7,5 milhões de pessoas no quarto trimestre de 2023, o maior número já registrado desde que a Agência Nacional de Saúde Suplementar começou a coletar esses dados.

Essas informações, juntamente com os resultados do último censo populacional, evidenciam que a população brasileira está envelhecendo. Isso ressalta a necessidade de garantirmos o bem-estar e a acessibilidade das pessoas idosas em todos os aspectos da vida. No entanto, em alguns setores, observa-se que essa atenção é insuficiente ou até mesmo negligenciada, como no caso das operadoras de planos de saúde.

Com o avanço das ferramentas de inteligência artificial como os famosos *chatbots*, que simulam interações humanas, muitas operadoras de planos de saúde têm adotado essas tecnologias para reduzir custos com a contratação de pessoal e, com isso, aumentar sua eficiência operacional. Entretanto, nem todos os usuários se adaptam facilmente a essas novas formas de atendimento. Muitos usuários, especialmente pessoas idosas, encontram dificuldades em operar essas tecnologias e até mesmo em usar funções básicas de um *smartphone*.

Embora a digitalização de serviços e a implementação de novas tecnologias tragam benefícios em várias áreas, essas mudanças podem não atender plenamente às especificidades de todos os grupos, especialmente as pessoas idosas.

Nesse sentido, a iniciativa de oferecer atendimento telefônico gratuito à população idosa é extremamente válida. O telefone, que já faz parte do nosso cotidiano há mais de cem anos, é uma tecnologia bastante familiar para a maioria dessas pessoas. Essa população cresceu usando modelos tradicionais de telefones, cuja única função era fazer ligações. Tecnologias como os *smartphones*, com suas múltiplas funcionalidades, só começaram a ganhar popularidade em nosso país nas últimas décadas.

Dessa forma, é fundamental que as políticas e estratégias voltadas para o atendimento das pessoas idosas não apenas acompanhem o avanço tecnológico, mas também considerem as particularidades dessa faixa etária. Por fim, estamos apresentando duas emendas de redação apenas para ajustar o uso da língua, sem qualquer alteração quanto ao mérito da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou ao voto, Sr. Presidente.

Por essa razão, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.803, de 2023, com a emenda a seguir que diz o seguinte:

.....

"Art. 1º A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), passa a vigorar acrescida do art. 19-A, com a seguinte redação:

'Art. 19-A. As operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde oferecerão atendimento telefônico à pessoa idosa, sem custo adicional, inclusive para o agendamento de consultas e procedimentos, sendo-lhes vedado oferecer qualquer produto ou serviço de saúde exclusivamente por meio da internet.'"

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão favorável ao projeto, com as Emendas 1 e 2.

Queria registrar a presença aqui no Plenário – além dos Senadores Romário, Zenaide Maia, Flávio Arns, Laércio Oliveira, Leila Barros também –, com alegria, estou vendo aqui o Deputado Washington Coração Valente, do PP, do Sergipe.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Gostei desta frase aqui: "Washington Coração Valente". (*Risos.*)

É que tinha a Presidenta Dilma que também levava o título de "coração valente".

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Presidente, o Washington viveu no seu estado durante muito tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É por isso que eu estava ligando as coisas.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Ele foi Deputado Federal suplente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Exerceu um mandato aqui com a gente na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi jogador também.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Foi jogador de futebol.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu o conheço como jogador de futebol e também como Deputado lá no meu estado, mas você olha aqui "Sergipe"...

O SR. WASHINGTON CORAÇÃO VALENTE (*Fora do microfone*.) – Fui treinado pelo seu irmão, Anaro Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Anaro Paim.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Pois é, está vendo como as coisas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele vai ficar feliz que você lembrou o nome dele. Ele está muito doente, mas eu vou dizer para ele que você esteve aqui e lembrou o nome dele.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você está no Ceará? Agora vamos bater um papo aqui. (*Risos.*)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Ceará, não, Paim. Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sergipe, mas ele esteve um tempo no Rio Grande do Sul.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Gente, e foi um símbolo do Fluminense.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Pois é.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mas eu quero estender um pouquinho mais também, porque eu sou do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai lá. Sergipe.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O Washington, primeiro o Washington Coração Valente, porque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Coração valente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Washington Coração Valente, porque ele foi tratado de um problema do coração pelo doutor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Viu, Washington? Ele está explicando por que é "coração valente" – vai aí, Flávio Arns –, está falando de você aí.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E daí ele continuou jogando futebol, pôde continuar, graças à identificação e ao tratamento que foi feito.

Mas quero falar duas coisas. Ele foi jogador do meu time no Paraná, do Paraná Clube – Paraná Clube. Saiu do Paraná Clube e eu comentei na época: "Esse jogador é bom. Esse é artilheiro".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tão bom que virou Deputado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só que o Paraná Clube não chegava para ele. Aí, posteriormente, foi para o Atlético Paranaense. E o meu filho, Osvaldo, que infelizmente faleceu no ano passado, há um ano e meio, e que tinha uma necessidade, uma deficiência também, entrou no campo do Atlético, entrou no campo e ficou acompanhando o Washington. Foi uma alegria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma bonita lembrança. Gostei da lembrança – gostei da lembrança. (*Palmas.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E desejamos todo o sucesso do mundo.

Está em forma ainda, tem que caprichar, porque os jogadores de futebol – não só os jogadores, mas outros também – perdem a condição física depois de deixarem os campos de futebol.

Mas é uma alegria ver o Washington Coração Valente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bom, muito bom.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Porque todos os jogadores têm nele um espelho, para dizer: "Vamos fazer bem o exame de saúde e, se houver algum problema, alguma dificuldade, que possa ser tratado como ele foi tratado".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Você jogou na minha cidade também, a minha cidade é Caxias do Sul.

O SR. WASHINGTON CORAÇÃO VALENTE (*Fora do microfone.*) – Comecei lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Começou lá. Viu? Olhe aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Essa conversa não está muito boa, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos disputar...

Agora, já me disseram que você jogou no Inter também.

O SR. WASHINGTON CORAÇÃO VALENTE (*Fora do microfone.*) – Joguei no Inter também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Viu? É o cara. Está aí. Pena que o Romário não está aqui, viu?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu gostaria de uma fotografia depois aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos tirar, vamos tirar.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Gente, o recorde de artilheiro do Brasileiro é dele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É? Isso eu não sabia também.

Viu a informação que a Leila passa agora? Confirma a informação que ela passa? Fala aí, Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Ele é artilheiro recorde de número de gols no Campeonato Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por isso que ele jogou em Caxias. (*Risos.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Paim, não dá para saber de tudo, não é? Não dá para saber de tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – No final, tirem uma foto coletiva aqui na mesa, pode ser?

Vamos em frente então.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Um fã-clube aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aprovado, então, o seu projeto.

Você tinha pedido a palavra, não é, Laércio, se eu não me engano?

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Já tinha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deu? O.k.?

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Tudo certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, vamos em frente.

Aprovado. Aprovado o relatório que passa a constituir parecer desta Comissão favorável ao projeto com as Emendas 1 e 2 da Comissão.

O projeto segue para a CAS.

Item 6.

A Senadora Mara Gabrilli solicitou a designação desse projeto, porque ela está com problema de doença, para que *ad hoc* fosse o Senador Flávio Arns.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 5437, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para acrescentar parágrafo determinando a convocação de candidatos deficientes em concursos públicos, independentemente da existência de aprovados no certame regular.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto com duas Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: à CDH, seguindo posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, que aqui substitui a Senadora Mara Gabrilli *ad hoc*.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço também à Senadora Mara Gabrilli e reafirmo o que a gente falou no Plenário: ela que deveria estar fazendo este relatório, se houvesse, por parte do Senado, alguma iniciativa para permitir, no caso, numa excepcionalidade como a dela, que ela pudesse participar de forma remota. Eu acho que é o cerceamento de uma decisão do eleitorado de São Paulo que disse para ela que a queria como Senadora. Então, tem que criar mecanismos tecnológicos para que ela possa participar. Mas a gente sempre faz com o máximo prazer. Eu só quero apoiar a Mara o tempo todo, como V. Exa. também. E até poderia haver, eu penso, uma carta, um expediente da Comissão de Direitos Humanos para a Mesa Diretora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já está aprovado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... reafirmando esse nosso objetivo.

Muito bem.

Em relação ao mérito, o PL trata de medida de grande relevância para garantir o direito das pessoas com deficiência à igualdade substancial no âmbito dos concursos públicos federais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A própria Constituição Federal determina a reserva de percentual de cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência. No âmbito federal, em cumprimento do mandamento constitucional, a Lei nº 8.112, de 1990, assegura às pessoas com deficiência a reserva de até 20% das vagas em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência. Por sua vez, o Decreto nº 9.508, de 24 de fevereiro de 2018, prevê que ficam reservadas às pessoas com deficiência, no mínimo, 5% das vagas oferecidas para o provimento de cargos efetivos e para a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, no âmbito da administração pública federal direta e indireta.

Ocorre que, mesmo com a vigência das normas mencionadas, por vezes, as pessoas com deficiência não têm seus direitos plenamente assegurados. Como destacado na justificação do PL, há certames em que a administração pública não nomeia pessoas com deficiência da lista de reserva de vagas – mesmo que haja vagas a serem preenchidas –, simplesmente por não restarem aprovados para serem nomeados na lista de ampla concorrência, adotando o entendimento equivocado de que a lista de reserva de vagas estaria de alguma forma subordinada à lista de ampla concorrência, o que não se coaduna com o mandamento constitucional e, por isso, não pode ser admitido.

Portanto, faz-se necessário prever expressamente que as pessoas com deficiência aprovadas em concurso público serão convocadas, nos termos do edital do certame, independentemente da existência de aprovados da ampla concorrência. Desse modo, garante-se que, caso surjam novas vagas durante o período de validade do certame, os aprovados, na lista de reserva de vagas, poderão ser convocados, ainda que já tenham sido nomeados todos os aprovados na lista de ampla concorrência.

Em adição ao exposto, não obstante caber à CCJ decidir sobre a admissibilidade da proposição, entendemos importante destacar que, na ADI nº 2.672, o Supremo Tribunal Federal já reconheceu a constitucionalidade de lei de iniciativa parlamentar que trate sobre condições prévias à investidura em cargo público com o objetivo de garantir o valor constitucional da igualdade, como é o caso da reserva de vagas a pessoas com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, no âmbito da mesma Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 41, o Ministro Relator Luís Roberto Barroso afirmou que a reserva de vagas para ingresso no serviço público é política voltada para a efetivação do direito à igualdade e reforçou o entendimento, já exarado no julgamento do Recurso Extraordinário nº 570.392.

Por fim, diante do grande mérito do PL, propomos apenas alguns ajustes e acréscimos.

Sugerimos acrescentar previsão de que as pessoas com deficiência, optantes pela reserva de vagas, concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência.

Ademais, substituímos o termo “deficiente” por “com deficiência”, em observância da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, e o termo “no certame regular” por “da ampla concorrência”, para maior coesão com os termos já adotados nos diplomas legais vigentes. Além disso, promovemos alterações para tornar claro que as pessoas com deficiência, referidas na ementa e no art. 1º do PL, são aquelas que optam pela reserva de vagas.

Em razão do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.437, de 2023, com as emendas explanadas agora há pouco e já do conhecimento da Comissão.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão, a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório com o voto favorável ao projeto com duas emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a construir parecer desta Comissão, com as Emendas 1 e 2 da CDH.

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

Leila Barros agora. Chegou então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 7.

Campeã do mundo também, não é? Só tem campeão do mundo hoje aqui.

Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 597, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de outubro de 1990, para instituir abordagem relativa ao luto perinatal no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao Projeto na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: À CDH, seguindo posteriormente à CAS, em decisão terminativa.

Senadora Leila Barros, que também é conhecida como Leila do Vôlei, viu?

Concedo a palavra à nobre e querida Senadora de todos nós, uma campeã do mundo, e que já é campeã aqui dentro também. Inclusive, foi ao Rio Grande do Sul duas, três vezes, naquela Comissão que nós montamos para a solidariedade ao povo gaúcho e ajudou com propostas e ideias para ajudar o nosso estado.

Em discussão... Concedo a palavra à nobre Senadora Leila Barros. Empolguei-me de falar de você e já queria discutir e aprovar o seu relatório. (*Risos.*)

A palavra é sua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Como Relatora.) – Bom dia, Senador.

Eu já falei tanto hoje, o Senador Flávio Arns tem me acompanhado: relatório na CAS, depois projetos. Enfim, a garganta já está sentindo um pouquinho.

Eu só quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, assim como os colegas aqui, em especial o Washington pela referência, uma referência no futebol e no esporte brasileiro. É um prazer tê-lo aqui conosco. É um colega. Na verdade, eu e o Washington, assim como o meu marido e tantos outros atletas... Eu sempre falo que nós saímos do esporte, mas ele não sai da gente. A gente se identifica mutuamente, as conversas sempre são muito boas. Prazer tê-lo aqui conosco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Eu vou à leitura do relatório. Parabenizo a Senadora Augusta por esta brilhante iniciativa e, acima de tudo, o senhor por me designar como Relatora deste projeto.

O Projeto de Lei nº 597, de 2024, de autoria da Senadora Augusta Brito, altera a Lei nº 8.080, de 1990, para dispor sobre a abordagem relativa ao luto perinatal no âmbito do SUS.

Especificamente, determina que, em caso de óbito do recém-nascido ou de feto a partir de 22 semanas, o SUS deve dar apoio psicológico à mulher e à sua família, realizar exames para avaliar a causa do óbito, prestar assistência nos procedimentos legais relativos ao óbito, disponibilizar espaço separado de outras parturientes e de recém-nascidos, e dar seguimento após a alta hospitalar.

Ao justificar a iniciativa, a autora menciona que, no ano de 2022, o Ministério da Saúde registrou o óbito de 27.394 fetos com mais de 22 semanas de idade gestacional e de 21.837 bebês dentro de 28 dias após o nascimento. São fatos traumáticos para as mães e suas famílias, às quais são devidas todas as medidas possíveis de respeito e acolhimento. Assim, justifica-se a proposta de maior atenção à saúde física e mental, bem como auxílio, com procedimentos legais e isolamento de outras mães e bebês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição foi distribuída à CDH, seguindo, posteriormente, para análise terminativa pela CAS.

Não foram recebidas emendas.

Análise.

A morte de um filho sempre é traumática. Do amor e da esperança brotam o vazio e uma dor indivisível – indizível, gente, desculpem –, indizível, que inspira toda nossa solidariedade e nossa determinação para que o luto seja, de alguma forma, amparado, e que a devida atenção seja dada à mãe, principalmente, além de a sua família.

As medidas propostas revelam a atenção e a delicadeza dedicadas pela autora, que não se limitou à saúde física da mulher, mas estendeu o cuidado à saúde mental. Desde a separação do contato com outras parturientes e bebês até o apoio psicológico e o seguimento posterior à alta hospitalar, vemos a preocupação com uma atenção integral. A proposição vai além, prevendo a realização de exames para determinar a causa do óbito, com a finalidade de subsidiar o acolhimento para prevenir futuras perdas. Mesmo a assistência em procedimentos legais, que pode parecer estranha ao tema, é importante para suavizar o luto, pois providências práticas, como o registro do óbito, não são simples incômodos burocráticos para quem passa por esse sofrimento.

A empatia é algo que podemos manifestar como pessoas, mas temos, como agentes públicos, a responsabilidade de alcançar as pessoas que vivem o luto perinatal e garantir que o atendimento a elas seja amplo e humanizado.

Nesse sentido, reconhecemos o mérito da proposição. Temos, não obstante, algumas observações, que oferecemos com o intuito de aperfeiçoar a iniciativa.

Inicialmente, observamos que a redação do art. 1º pode ser ajustada para refletir a melhor técnica legislativa.

Sugerimos, ainda, que a idade gestacional igual ou superior a 22 semanas seja omitida, pois a perda gestacional pode impor elevado sofrimento mesmo antes desse estágio, especialmente se a gravidez for desejada, ou se houver alguma imposição de culpa à gestante,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive por ela mesma, por não ter feito algo que poderia, supostamente, ter salvado a gestação, ou por ter feito algo que, também supostamente, possa ter levado a esse resultado.

Em relação ao inciso II do §6º, ressalvamos que a "realização de exames para avaliação da causa do óbito" já é dever do médico, que deve atestar a causa do óbito decorrente de causas naturais ou em caso de morte suspeita ou causada por fatores externos e encaminhar o cadáver ao Instituto Médico Legal. Tomando como referência a finalidade descrita na justificação da proposição, sugerimos alterar a redação desse inciso para “oferecer à mulher informações sobre a causa do óbito, especialmente com relação a fatores que possam inspirar cuidados em futuras gestações”.

Já com relação ao inciso III do § 6º, ressalvamos que não compete às unidades de saúde oferecer ampla “assistência nos procedimentos legais relativos ao óbito”. Essa redação pode sugerir representação judicial, que não tem pertinência com o SUS, ou atuação junto a cartórios de registro civil. Pensando nessa última hipótese, talvez a redação possa ser alterada, por emenda, para “medidas para simplificar o registro do óbito”.

Recomendamos, finalmente, que a cláusula de vigência seja mais distendida, por ao menos 30 dias, para que as unidades de saúde possam organizar os serviços e procedimentos necessários ao cumprimento das alterações, o que não seria exequível com a vigência imediata.

Nós conhecemos o sistema, não é? A gente está tentando, de alguma forma, facilitar o próprio sistema e também essa correria que as mães e as famílias têm diante dessa situação.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 597, de 2024, na forma da emenda substitutiva que apresentamos, que está anexada ao relatório e que já foi exposta na nossa fala, Sr. Presidente, na nossa leitura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito, Senadora Leila Barros.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação o relatório, com voto favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

O projeto segue para análise terminativa na CAS.

Item 5, que foi em votação nominal.

Já podem abrir o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – SIM, 11; nenhum voto contra.

O projeto, assim, é aprovado.

Parabéns, Senador Zequinha Marinho! Parabéns, Senador Flávio Arns!

Aprovado por unanimidade.

E parabéns também ao Senador Styvenson Valentim!

Agora vamos passar esta informação, que é importante: o prazo para apresentação de emenda à LDO, aqui na CDH, estará reaberto, ficando até às 12h de segunda-feira. E teremos deliberativa, então, para votar as emendas da CDH, na terça-feira, dia 10/12, às 12h, porque dá para nós irmos às Comissões e passarmos aqui só para votar. Pode ser?

Senadora Damares, quer usar a palavra?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Quero sim, Presidente. Eu quero usar a palavra para lhe agradecer pela pauta de hoje, pela sensibilidade com a pauta. Nós estamos nos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, e a gente teve duas pautas importantes aqui hoje: a violência política, e a gente trouxe agora também o luto – o luto materno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório da Leila está perfeito. É um tema delicado, que, se não tratado com a delicadeza com que o projeto de lei impõe, é uma violência contra a mulher. A gente que está lá na ponta, Presidente... Quantas mães perdem o bebê, quantas mães têm um abortamento e são tratadas como culpadas? Mães que se sentem mesmo culpadas, porque disseram: "Você não fez o que devia ter sido feito". Então, esse cuidado com a mulher, neste momento, Presidente...

Infelizmente, a gente está tendo que pôr tudo em lei. Eu queria uma nação em que este momento fosse respeitado sem uma imposição de lei, mas, como não é respeitado, vem a lei da Senadora Augusta Brito, relatada pela Leila, para dizer para o agente de saúde, para a família, para os vizinhos da mulher que há o respeito a este luto, o respeito a esta mãe. A dor dela já é profunda, não precisamos acrescentar mais nem um pouquinho de dor a ela.

Então, a sua sensibilidade, Presidente, em trazer essas duas matérias para a pauta hoje, eu só tenho que agradecer. A gente termina esses dias de ativismo com esta Comissão colaborando tanto com essa campanha.

Na sequência, Presidente, quando eu falo de violência contra a mulher é contra todas as mulheres. No último final de semana, eu estive na Ucrânia, Presidente, e lá eu vi uma das mais terríveis violências contra a mulher. Eu fui convidada pelo Parlamento ucraniano, o nosso Senador Flávio Arns não pôde ir, mas eu estava lá, e exatamente nos 16 dias de ativismo. E, que violência vi lá! Eu vi mãe tendo seus filhos arrancados de seus braços. A Rússia, Presidente, já sequestrou mais de 20 mil crianças da Ucrânia. Essas mães estão em desespero. Tudo que essas mães querem são seus filhos de volta. Então, eu pude presenciar, chorar com mães, em uma das mais terríveis violências em que eu jamais imaginei estar envolvida tão de perto, que foi essa violência, esse crime de guerra, de um ditador sanguinário, de um ditador sem escrúpulo, que é o Presidente Putin.

Vi mães chorando, vi mulheres em desespero, mas eu vi crianças que estão sendo trazidas de volta. Eu estive numa instituição Presidente em que as crianças que são trazidas... E há todo um trabalho da sociedade civil, incrível, das igrejas evangélicas, católicas, uma unidade para trazer as crianças que foram sequestradas de volta. Quando as crianças são trazidas, elas precisam de um momento de cura para voltar para casa, porque a cabecinha delas está muito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito ruim. Elas estão em profundo sofrimento. Eu estive com algumas dessas crianças, com meninas e meninos que estão voltando para a Ucrânia.

Então, nesses 16 dias de ativismo, eu fiz um apelo ao Parlamento ucraniano. Vamos lembrar das mulheres ucranianas que estão tendo, Presidente, Senador Flávio Arns, seus filhos arrancados – uma das maiores violências contra a mulher no mundo, que eu pude presenciar.

Então, eu precisava fazer esse registro e tinha que ser nesta Comissão, a Comissão que luta pela garantia de todos os direitos. Eu precisava fazer esse registro.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Damares. Obrigado pelo informe que traz da sua viagem ao exterior.

Nós recebemos também uma delegação, que esteve aqui na Comissão e deixou as suas preocupações, claro, e, ao mesmo tempo, as críticas pela forma como está se estendendo essa guerra. Vamos todos rezar para que ela termine o mais rápido possível.

Não havendo mais ninguém que queira usar a palavra, eu vou agora fazer, de praxe, a leitura do expediente.

A Secretaria da Comissão recebeu os seguintes documentos:

- da Câmara Municipal de Regente Feijó, São Paulo: moção de apoio ao Congresso Nacional no posicionamento favorável à Resolução do Conselho Federal de Medicina que veda a utilização do procedimento de assistolia fetal para interrupção de gravidez em feto com idade acima de 22 semanas;

- da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo: moção de apoio para a aprovação dos projetos de lei sobre a instituição da licença à paternidade no Brasil;

- do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: encaminha a convocação para participar da 85º Reunião Ordinária do Conselho;

- da Câmara Municipal de Avaré, São Paulo: requer propostas para a diminuição de toda forma de abuso contra as mulheres e sugere alterações na legislação;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura: encaminha relatório de inspeção da Clínica de Reabilitação Os Filhos de Maria, Campo Grande e Mato Grosso do Sul;

- da Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul: encaminha ofício que solicita estudos urgentes no sentido de propor projetos de lei com o objetivo de revogar as chamadas *bets,* legalizadas pela Lei 13.756, de 2018, e regulamentadas pela Lei 14.790 de 2023;

- de outros cidadãos aposentados e pensionistas: solicitam ao Senado Federal interferência enquanto *amicus curiae* no julgamento da revisão do benefício previdenciário, para preservar os direitos fundamentais dessa classe hipossuficiente.

Denúncia:

- Denúncia alegando ação desproporcional da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso na retirada de várias famílias sem terras;

- Outra denúncia: pessoa alega receber, como servidora de município, abaixo do salário mínimo e solicita ajuda para resolver.

- Requer agenda para tratar da violação de direitos humanos no aeroporto.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 12/2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria e/ou no portal desta Comissão, para a manifestação dos membros da mesma, pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Nesses mesmos termos, comunico o encerramento do prazo dos documentos lidos na 48ª Reunião.

Vamos ao item 9.

É um projeto do Senador Marcio Bittar, que solicitou à Senadora Damares Alves que faça a leitura *ad hoc*.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 1168, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal –, para tornar inafiançável o crime de lesões corporais praticado em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: À CDH, e em seguida à CCJ em decisão terminativa.

A relatoria é do Senador Marcio Bittar, que pediu para que a Senadora Damares Alves, se assim entender possível, seja a Relatora *ad hoc*.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Com muita honra, Presidente.

É mais uma proposta de proteção e defesa da mulher que o senhor tem a sensibilidade de pautar.

Eu destaco que é uma proposta escrita por um Senador e relatada com o voto original feito por outro Senador, o que mostra que a luta é de todos nós. Eu fico muito feliz com essa iniciativa.

Em relação ao mérito, Presidente – eu vou direto à análise –, o PL trata de tema relevante para o enfrentamento da violência doméstica e familiar no Brasil, propondo medida que condiz com o atual cenário social.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, os feminicídios, em 2023, cresceram 0,8% em relação a 2022, o que corresponde a 1.467 mulheres mortas por razões de gênero – é muito, Presidente, é muito! Esse é o maior número já registrado desde a publicação da lei que tipifica o feminicídio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também em 2023, as agressões em contexto de violência doméstica aumentaram 9,8% em relação a 2022, totalizando mais de 258 mil vítimas mulheres.

Diante desses dados, é forçoso reconhecer que, não obstante os avanços logrados – com a participação ativa deste Parlamento e desta Comissão –, ainda há muito a ser feito para combater a violência contra as mulheres e para assegurar-lhes os direitos necessários à concretização de sua dignidade humana.

Sendo assim, é oportuna a proposição, ao prever a não concessão de fiança no crime de lesão corporal praticado em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher. Essa medida é importante especialmente em razão de elementos que são próprios da violência doméstica e familiar e que não se compatibilizam com o instituto da fiança.

Com efeito, a violência doméstica e familiar, apesar de possuir várias dimensões e especificidades, se consolida por meio de ciclo que é frequentemente repetido, composto por três fases: aumento da tensão, ato de violência e, então, arrependimento e comportamento carinhoso por parte do agressor. Ao final das três fases, a tensão volta a aumentar e o ciclo de violência se renova, chegando, por vezes, ao feminicídio.

Não são poucos os relatos de casos de mulheres que, após a soltura de seus agressores em razão do pagamento de fiança – às vezes, tão pequenininha, Presidente –, voltam a sofrer atos de violência e são por eles, lamentavelmente, vencidas. É inadmissível que o Estado falhe dessa forma, à custa das vidas de suas cidadãs.

À vista disso, e como já descrito na justificação, é cabível e desejável a iniciativa do PL de tornar inafiançável o crime de lesão corporal cometido em situação de violência doméstica e familiar, para que se freie a escalada de violência contra as mulheres em nosso país e para que o ciclo de violência esteja cada vez mais próximo de ser, finalmente, quebrado.

O voto, Presidente.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.168, de 2024.

Eu peço aos pares o apoio.

A autoria é do Senador Jorge Seif, e a relatoria original é do Senador Marcio Bittar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está concluído?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Concluído.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, com voto favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

Parabéns ao autor, ao Relator e a V. Exa., que aqui os representa muito bem, Senadora Damares Alves!

Podemos encerrar?

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a todos e encerramos o trabalho da Comissão no dia de hoje, informando que a terça-feira é o prazo limite para votarmos as emendas desta Comissão em relação ao Orçamento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu li antes o resumo. Posso ler de novo aquele resuminho, aquele do Orçamento, da LDO.

Senadora Damares, a senhora não estava, então só para...

Prazo para apresentação de emendas à LDO desta Comissão é reaberto até segunda, 12h; e votamos na terça-feira, ao meio-dia. Há reunião marcada para o meio-dia.

Está encerrada a nossa reunião de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 54ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas do dia nove de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do senador Paulo Paim, e ainda da Senadora Teresa Leitão, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 8/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater o PL 1791/2019 - Caso Trabalhadores da Eletrobrás. Participantes: Josehirton Pereira de Albuquerque, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Amazonas - STIUAM – Coordenador da Intersindical Norte - Membro do CNE e Membro da Comissão de Acompanhamento do CNE dos PLs 1791/2019 e 1189/2023; Wellington Araújo Diniz, Diretor Jurídico do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Maranhão – STIU-MA – Coordenador da Intersindical Norte - Membro do CNE e Membro da Comissão de Acompanhamento do CNE dos PLs 1791/2019 e 1189/2023; Neuriberg Dias do Rêgo, Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP; Mizael de Sousa Alves Oliveira, Presidente da Associação dos Empregados Públicos da Eletrobrás Distribuição Piauí - AEPEPI; e André Alves Alencar, Vice-presidente da Associação dos Empregados Públicos da Eletrobrás Distribuição Piauí – AEPEPI. O Presidente faz os seguintes encaminhamentos: aproveitar funcionários egressos da Eletrobras na empresa pública recém criada "ENBPAR" e em outras. solicita que o Senado articule junto aos ministérios e à casa civil o apoio do governo na aprovação do Projeto. Interceder junto ao Executivo visando um voto no sentido de cessar as demissões na Holding da Eletrobrás e suas subsidiárias, em virtude de possíveis irregularidades no processo de privatização, até que seja julgada a ADIN nº 7385. Inclusão de representantes dos trabalhadores na Câmara de Conciliação e Arbitragem Federal-CCAS. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/09

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 54ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 8, de 2023, de minha autoria, para debater o PL 1.791 de 2019, caso trabalhadores da Eletrobras.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Informamos a todos que os palestrantes terão dez minutos para a sua fala, com uma tolerância de mais cinco minutos.

Como é de praxe, farei uma pequena introdução do tema para aqueles que estão nos assistindo pela TV Senado, pelo YouTube, nos ouvindo pela Rádio Senado e também com a participação da Agência Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhoras e senhores, esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal tem como objetivo debater o Projeto de Lei 1.791, de 2019, que dispõe sobre o aproveitamento de empregados de empresas públicas do setor elétrico federal que foram privatizadas.

O projeto assegura aos trabalhadores da Eletrobras, privatizada em 2022, o direito de serem transferidos para outras empresas públicas.

A proposta foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais, sob a relatoria do Senador Alessandro Vieira, e encaminhada para análise na Comissão de Constituição e Justiça. O autor do projeto é o Deputado Federal Assis Melo, do PT.

No período mencionado, aproximadamente 4 mil empregados foram desligados das empresas do grupo, sendo cerca de 3 mil com mais de 50 anos de idade. Isso são os dados que nós recebemos das entidades.

E sabemos que a empresa pretende reduzir os seus quadros de funcionários em mais 20%.

A legislação exige a participação prévia com diálogo entre empresas e sindicatos dos trabalhadores como a primeira etapa antes de uma demissão coletiva, de acordo com o entendimento do Supremo. Esse diálogo envolve apresentação e análise de soluções alternativas a demissões, contribuindo para a preservação de emprego e recuperação econômica. No entanto, essas discussões não ocorreram, segundo informam as entidades. O reaproveitamento desses profissionais reflete a responsabilidade social com os trabalhadores da Eletrobras, como diz o projeto.

A Eletrobras é a maior companhia de energia elétrica da América Latina e um dos principais grupos empresariais do Brasil. As empresas da Eletrobras operam 33% da capacidade instalada de geração no país, 50% das linhas de transmissão, e atende a 31% do território nacional na área de distribuição.

Em 2016, ano em que se iniciaram os primeiros passos para a privatização da companhia, a Eletrobras contava com 39 mil trabalhadores, 24.701 empregados diretos, 14.472 terceirizados, distribuídos praticamente em todos os estados da Federação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A privatização da Eletrobras representou o fim do protagonismo estatal no setor energético nacional. A empresa desempenhava um papel de liderança e atuava como estabilizadora dos preços e da oferta no sistema elétrico brasileiro.

Entre os cinco maiores grupos responsáveis por 53% da capacidade instalada de geração de energia no Brasil, três eram estatais nacionais – Eletrobras, Cemig e Petrobras – e estavam incluídos nos programas de privatização, enquanto dois eram estrangeiros, ambos com participação e controle estatais em seus países de origem. Vale destacar que o protagonismo estatal no setor energético não é e nunca foi uma exclusividade do Brasil.

Com essa rápida informação, nós vamos, de imediato, chamar os convidados.

Este documento que eu recebi aqui, um documento muito bem resumido, fala de como está a situação dos trabalhadores na Eletrobras e motivos para a aprovação do PL 1.791, de 2010. Temos aqui sete motivos que os painelistas devem comentar e depois tem toda uma justificativa de por que foi apresentado o projeto. E este debate nesta Comissão visa a fortalecer que a CCJ vote o projeto o mais rápido possível.

Vamos para a primeira mesa. Na primeira mesa, convido para que venha já assumir o seu posto o Sr. Welligton Araujo Diniz, Diretor Jurídico do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Maranhão, Coordenador da Intersindical Norte, membro do CNE e membro da Comissão de Acompanhamento do CNE dos PLs 1.791/2019 e 1.189/2023. (*Palmas.*)

Convido também Josehirton Pereira de Albuquerque, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Amazonas, Coordenador da Intersindical Norte, membro do CNE e membro da Comissão de Acompanhamento do CNE dos PLs 1.791/2019 e 1.189/2023. (*Palmas.*)

Bom dia. Bom dia, senhores.

Teremos ainda, por videoconferência, Neuriberg Dias do Rêgo, Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

De imediato, vamos começar com quem está presente; depois, o meu amigo Neuriberg Dias será chamado na sequência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra, neste momento, como já anunciei – já está na mesa –, ao Diretor Jurídico do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Maranhão, Sr. Wellington Araújo Diniz.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você que manda, toca aí. Daqui para frente, o tempo é teu.

O SR. WELLINGTON ARAÚJO DINIZ (Para expor.) – Bom dia, pessoal. Bom dia a todos e todas presentes, também aos nossos companheiros e companheiras trabalhadores das empresas do sistema Eletrobras que se encontram nos assistindo pelas redes sociais.

Meu nome é Wellington Araújo Diniz, sou Diretor Jurídico do Sindicato dos Urbanitários do Maranhão e também sou advogado.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim por ter disponibilizado, com toda a sua disposição, este espaço para que nós pudéssemos fazer a explanação de tema tão importante e gostaria de fazer também referência a algumas pessoas, especialmente do Rio Grande do Sul: a nossa Ana Maria Spadari, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Eletricidade do Rio Grande do Sul, já falecida; faço uma referência aqui ao trabalhador Claudio Otti, um trabalhador de Candiota, da Usina de Candiota, que, infelizmente, por conta da privatização, cometeu suicídio, demonstrando um dos efeitos da privatização das empresas do sistema Eletrobras; e faço uma referência toda especial para a nossa querida Maria Cristina Silva da Silva, a nossa querida Cris, Dirigente Sindical de Candiota, trabalhadora também, lá do Rio Grande do Sul, por quem nós temos um imenso respeito pela luta contra a privatização da Usina de Candiota; e faço referência, logicamente, a todos os trabalhadores e trabalhadoras das empresas do sistema Eletrobras privatizadas até agora.

Então nós trouxemos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ficam aqui, então, as nossas palmas a todos os nomes citados – inclusive já alguns falecidos e outros não –, pela luta que fizeram aqui, e outros que continuam fazendo também aqui no Brasil. (*Palmas.*)

Alguns morreram, como você falou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON ARAÚJO DINIZ – Isso, isso. O Claudio Otti, trabalhador, operador, que cometeu suicídio, que era trabalhador da Usina de Candiota, lá no Rio Grande do Sul.

Bom, gente, eu trouxe uma apresentação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Onde eu fiz uma greve de 12 dias, viu?

O SR. WELLINGTON ARAÚJO DINIZ – Fez uma greve de 12 dias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De 12 dias. Eu parei aquilo lá tudo. Estava morrendo trabalhador por acidente, eu disse: "Ninguém mais entra, e quem entrar vai morrer acidentado". A "peãozada", que não é boba...

O SR. WELLINGTON ARAÚJO DINIZ – "Não vou entrar."

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – "Ninguém vai entrar então." Até que fizemos um acordo, naquela época um acordo decente. Quem nos ajudou muito lá foi o já falecido ex-esposo da Dilma, da Presidente Dilma, Carlos Araújo. Só para registro.

O SR. WELLINGTON ARAÚJO DINIZ – O.k., Senador.

Então, pessoal, só para a gente usar como roteiro, nós trouxemos essa apresentação.

Vocês vão passando os eslaides? (*Pausa.*) Ah, o.k.

A nossa apresentação traz como tema o PL 1.791 – justiça para os trabalhadores da Eletrobras. Esse projeto de lei foi aprovado na Câmara dos Deputados e agora ele tramita na CCJ do Senado, a que, na abertura, o Senador Paulo Paim fez referência. Então, o que nós estamos pedindo? É justamente que haja a aprovação do projeto de lei na CCJ do Senado. Já foi aprovado na CAS, através de um belíssimo parecer do Relator Alessandro Vieira, o que, também através da intervenção do nosso querido Senador Paulo Paim, permitiu que o relatório fosse votado dentro daquela sessão.

Aqui também queremos fazer, com todo o respeito, todas as vênias, uma menção à manifestação do Senador Humberto Costa, que, creio eu, de maneira talvez até esquecida, disse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que talvez o projeto de lei não passe, talvez não seja aprovado. Mas nós já gostaríamos de fazer uma referência: que nós estamos totalmente à disposição do Senador Humberto Costa para esclarecer todos os pontos relativos à grandeza desse projeto de lei, que visa a resgatar a dignidade dos trabalhadores e das trabalhadoras das empresas do sistema Eletrobras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixo só o registro de que o Senador Humberto Costa é um grande Senador e comprometido conosco, viu? Inclusive para botar na pauta: ele tinha colocado na pauta, não foi ele que pressionou para tirar de pauta. Forças externas pressionaram para se tirar de pauta e, enfim, no fim ele colocou na pauta, e era a posição que nós outros todos defendíamos. Ele colocou... O que ele quis talvez falar naquele momento foi que vamos votar, faz parte do bom combate, e quis dizer que temos que trabalhar muito na CCJ, não é? Que lá na CCJ não é fácil, mas nada que uma boa pressão não resolva. Na minha avaliação, nos meus 40 anos em que estou aqui dentro, só se aprova com muita pressão. Então ele quis alertar nesse sentido.

Então fica aqui meu abraço também ao Senador Humberto Costa.

Por favor, continue.

O SR. WELLINGTON ARAÚJO DINIZ – Perfeito. Não, tranquilo Senador. E é por isso que nós estamos à disposição do Senador Humberto Costa, para que nós possamos contar com o voto dele e logicamente levar todos os argumentos necessários para o convencimento dele, bem como para o convencimento dos demais Senadores e Senadoras.

A senhora pode passar.

Bom, os objetivos e o alcance do projeto, do PL 1.791. Em primeiro lugar, é a garantia de emprego. Ele tem uma aplicação retroativa e um alcance reduzido. Todos os trabalhadores e as trabalhadoras que pleiteiam a reintegração, o aproveitamento – institutos do direito administrativo – foram contratados por concurso público. E criou-se aí o que nós chamamos de limbo jurídico, em função da sua aprovação por concurso público e, a partir desse momento, eles não contarem mais com a possibilidade de poder exercer aquela função pública, a qual eles conseguiram com tanto esforço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele tem uma aplicação retroativa, ele prevê o aproveitamento de todos os trabalhadores e trabalhadoras do sistema Eletrobras, tanto os trabalhadores das empresas de distribuição, como também os das empresas de geração e transmissão e do planejamento também da expansão do setor elétrico. E o seu alcance é reduzido. A princípio, nós teremos possibilidade – ou teremos a possibilidade – de fazer o aproveitamento desses trabalhadores na ENBPar, que foi uma estatal, Senador, que foi constituída a partir da Lei 14.182, que foi a lei decorrente da privatização da Eletrobras. Eles podem ser aproveitados também na Itaipu Binacional, isso é possível também, porque são empresas ainda de controle do Governo, e também na Eletronuclear. Mas podem ter esse seu alcance com a distribuição desses trabalhadores em outras empresas da administração pública indireta.

A senhora pode passar.

A constitucionalidade do PL 1.791.

Uma das grandes preocupações que logicamente vai permear a mente dos Senadores é justamente se o projeto de lei é constitucional. Do projeto de lei, nós podemos falar tranquilamente que é constitucional. Se não fosse, ele não seria aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Uma vez que ele foi aprovado e foram verificados todos os pontos relativos a determinar a constitucionalidade e também a obediência a legislações infraconstitucionais, nós não temos nenhuma dúvida de que o projeto é constitucional e por isso ele deve também ser aprovado na CCJ do Senado. Além do quê, o projeto não viola o regramento do concurso público. O que se está querendo dizer com isso é que não se quer que haja a entrada de trabalhadores e trabalhadoras na administração pública sem concurso público, porque o concurso público eles já fizeram. O que se quer somente é que esses trabalhadores obtenham colocação dentro das empresas da administração do serviço público, da administração pública indireta. E na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, especialmente na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.406 – se vocês tiverem a curiosidade de verificar –, isso já está muito bem estampado. E até mesmo em uma manifestação dos membros do STF ficou pacificado no acordão dessa ação direta de inconstitucionalidade que, havendo já a entrada de trabalhadores em empresas da administração pública indireta, a sua redistribuição é possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON ARAÚJO DINIZ – Pode passar.

Os precedentes para o aproveitamento.

Existem precedentes legais para o aproveitamento dos trabalhadores e das trabalhadoras das empresas do sistema Eletrobras demitidos após a privatização. E nós citamos um precedente novo, que é um precedente que foi feito agora, inclusive, na época do Governo Bolsonaro, um projeto de lei inclusive de autoria, aliás, relatado – desculpem-me – pelo Senador Flávio Bolsonaro, que foi o aproveitamento dos trabalhadores da extinta Infraero, principalmente na questão da gestão aeroportuária. Foi criada uma estatal exclusivamente para abrigar os ativos físicos, todo o acervo técnico e também os trabalhadores e as trabalhadoras da Infraero. Então é um precedente bem novo, através da Lei 13.903, com o aproveitamento dos trabalhadores da Infraero na empresa NAV Brasil.

Existe também um precedente antigo. Logicamente, nós vamos encontrar também, na administração pública estadual e municipal, diversos precedentes semelhantes ao que nós estamos trazendo aqui. Quando houve a privatização da Rede Ferroviária Federal, da extinta Rffsa, todo o seu quadro de trabalhadores e trabalhadoras foi redistribuído na administração pública, Senador, tanto direta quanto indireta.

Na administração pública indireta era mais fácil, mas, na administração pública direta, foi feito um instituto da administração pública que permitiu fazer a transmudação de regime. O que seria a transmudação de regime? O trabalhador deixaria de ser celetista e passaria a ser estatutário. Então todos esses trabalhadores foram absorvidos pelos órgãos da administração pública. Eu, por exemplo, tive a oportunidade de, lá em São Luís, no Maranhão, encontrar um trabalhador na SPU que era a egresso da Rffsa. Então isso foi possível também. E nós tivemos também um estadual na empresa de trens metropolitanos de Belo Horizonte, que é um exemplo de aproveitamento dos trabalhadores. Existem precedentes legais e muito bem pacificados sobre o aproveitamento de trabalhadores, como nós pretendemos aqui através do PL 1.791.

Bom, qual é o impacto da privatização dos trabalhadores da empresa Eletrobras? Nós estamos falando, inclusive, de números desatualizados. Nós tivemos, de desligamentos totais, 3.614. Nós não estamos computando os desligamentos de 2023 aqui já para 2024. A grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maioria é de profissionais com mais de 50 anos, ou seja, o trabalhador fez o seu concurso, chegou ao momento em que há uma dificuldade... E o Senador Paulo Paim é grande conhecedor disso. Inclusive, lutou muito contra esse processo, contra essa Emenda Constitucional 103, que alterou as regras da previdência, da aposentadoria. Então, Senador, no momento em que o trabalhador estaria se preparando para um processo de aposentadoria, ele é demitido e tem que trabalhar, no mínimo, mais 15, 16 ou 20 anos. Nós estamos falando do perfil médio dos trabalhadores demitidos das empresas do sistema Eletrobras. Então, num total de 3.614, vocês verificam que quase 90% desses trabalhadores, 80% desses trabalhadores são trabalhadores e trabalhadoras com mais de 50 anos.

Para vocês verificarem, existe um saldo negativo, a administração pública tem um saldo negativo de mais de 101 mil vagas ociosas. Então dá para se fazer tranquilamente o aproveitamento dos trabalhadores das empresas do sistema Eletrobras sem trazer nenhum tipo de impacto para a administração pública. Mesmo com esse exame nacional unificado que o Governo Federal fez agora, não conseguiram ocupar nem 20% das vagas ociosas que existem na administração pública. Então isso é uma coisa muito simples de se resolver: basta que haja vontade política, basta que haja o interesse da administração pública, especialmente do Governo Federal, do nosso querido Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para que se aproveitem os trabalhadores das empresas do sistema Eletrobras.

Pode passar.

Sobre o déficit de pessoal do serviço público federal, como já falei inicialmente, essa pirâmide procura demonstrar de que forma isso estaria distribuído.

Alguns ministérios eu trouxe como exemplo. O próprio Ministério da Economia está com 40.277 cargos vagos; no Ministério da Saúde, 36.346 cargos vagos; no Ministério da Educação, 34.308 cargos vagos e no próprio INSS, 23.527 cargos vagos. Isso nós estamos falando da administração pública direta.

É possível fazer o aproveitamento dos trabalhadores das empresas do sistema Eletrobras na administração pública direta? É possível. Basta que esses trabalhadores e as trabalhadoras desempenhem as suas atividades na administração pública, os custos relativos à remuneração desses trabalhadores sairiam do próprio dispêndio que é feito do repasse dos recursos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decorrentes dos dividendos que a Eletrobras obrigatoriamente tem que repassar ao Governo e que seriam suficientes para arcar com salários e benefícios desses trabalhadores e das trabalhadoras. Então, não haveria nenhum tipo de improbidade administrativa de recompor esses trabalhadores demitidos à administração pública direta ou indireta. Vagas existem, recursos existem, só precisa de vontade política.

Os impactos da falta de pessoal nos serviços públicos. Logicamente, a absorção dos trabalhadores e das trabalhadoras das empresas do sistema Eletrobras pelo serviço público, outra vez, não vai resolver, lógico, nem temos aqui a intenção de dizer: "Olha, isso vai ser a resolução para todos os problemas"; mas você consegue mitigar os problemas que já acontecem atualmente.

Então, nós temos, por exemplo, filas de espera, cerca de 1,8 milhão de pedidos de aposentadoria na fila para análise do INSS...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLIGTON ARAUJO DINIZ – ... trabalhadores das empresas que trabalhavam na área das empresas do sistema Eletrobras, que trabalhavam, por exemplo, na área administrativa, logicamente que devidamente orientados, podem compor esses quadros para fazer essas análises. A saúde comprometida, o fechamento periódico de leitos, isso são efeitos que podem ser mitigados, por exemplo, em órgãos públicos. Saúde comprometida, educação prejudicada, sobrecarga de trabalho e adoecimento de servidores no Ministério da Educação.

Nós temos trabalhadores, Senador, das empresas do sistema Eletrobras que são professores. Podemos citar o caso aqui do Mauro Martinelli, aquele senhor de cabeça branca, de camisa vermelha aqui, que é trabalhador, engenheiro da Eletronorte, está empregado, mas ele também é professor. Muitos trabalhadores das empresas do sistema Eletrobras procuraram se aperfeiçoar, estudaram, hoje são graduados, pós-graduados, alguns com doutorado, inclusive, podem perfeitamente ser aproveitados.

Os benefícios do aproveitamento dos trabalhadores da Eletrobras. A manutenção da *expertise*, fortalecimento do serviço público, a transição energética – importantíssimo – e também a economia de recursos. Eu chamo a atenção para dois pontos, manutenção da *expertise*. Das empresas do sistema Eletrobras, todas elas são premiadas nos prêmios da faixa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ouro, prata e bronze do PQGF, do plano de qualidade do Governo Federal. Isso demonstra o extremo conhecimento e a capacidade dos nossos companheiros e companheiras. E a transição energética. Muitos trabalhadores das empresas do sistema Eletrobras podem ser aproveitados na própria Petrobras, que agora mudou ou ajustou seu foco para a transição energética. A Petrobras, inclusive, vai começar a investir muito no aproveitamento, na exploração, na questão da transição energética. Quanto a esses trabalhadores, para que terceirizar essas atividades se a própria Petrobras pode aproveitar os trabalhadores demitidos? Então, nesses benefícios do aproveitamento, eu chamo a atenção para vocês para os pontos um e três.

Os aspectos legais e constitucionais do PL 1.791. Respeito ao princípio do concurso público, já falei e repito: se a pessoa fez concurso público para ser um empregado da administração pública, quer seja direta, quer seja indireta – e nem vamos adentrar no debate de o servidor celetista não ter estabilidade... Mas os trabalhadores foram demitidos sem motivação, eles foram demitidos por uma vontade do Governo, mas não porque eles deram causa ao seu desligamento. Então tem que haver o respeito ao princípio do concurso público.

A conformidade com a Constituição. Já deixamos claro que o Projeto de Lei 1.791 é constitucional. Ele não afronta nenhum dos preceitos contidos na Constituição que tratam da composição dos quadros da administração pública; não viola, por exemplo, o art. 173 da Constituição, que fala da paridade entre trabalhadores das empresas da administração pública indireta com trabalhadores de empresas privadas; e há o alinhamento perfeito com o interesse público. A administração pública precisa de gente para trabalhar e os trabalhadores querem trabalhar, então só basta que o Governo dê o passo e faça esse recebimento desses trabalhadores em seus quadros.

Os impactos positivos da aprovação do PL. Ele é um projeto de lei que vai trazer justiça social e nós podemos falar tranquilamente de justiça social dentro de um Governo democrático e popular, mesmo sendo um Governo de coalizão. Ele traz continuidade dos serviços. Vai haver a continuidade dos serviços, o respeito, por exemplo, para que o Estado possa, a partir da absorção desses trabalhadores, dar continuidade aos seus serviços, diminuindo o impacto negativo da prestação de serviços públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segurança do sistema elétrico. Caso os trabalhadores... Ela será garantida, caso esses trabalhadores venham a compor os quadros das empresas estatais.

O fortalecimento do setor público, do serviço público de uma maneira geral.

Conclusão e os próximos passos. Todos esses companheiros e companheiras que hoje estão presentes aqui neste plenário, Senador, são pessoas que têm se esforçado de uma maneira muito grande para a aprovação do PL 1.791. Alguns vieram de avião, alguns vieram de ônibus, alguns saíram da sua casa e deixaram o conforto da sua casa, alguns estão tirando um tempinho no outro trabalho em que já estão, para verificar, no seu telefone celular... acompanhar, para participar dessa audiência pública.

Então, o PL 1.791 representa uma oportunidade de fazer justiça aos trabalhadores e, desde já, eu sei que não é demais pedir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLIGTON ARAUJO DINIZ – ... para contar com seu apoio e com o apoio do Senado Federal na aprovação do projeto de lei.

Era isso que eu tinha para trazer como mensagem e agradeço.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Welligton Araujo Diniz, Diretor Jurídico do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Maranhão, Coordenador da Intersindical Norte, membro do CNE e membro da Comissão de Acompanhamento do CNE em relação ao PL 1.791 e ao PL 1.189.

Parabéns pela exposição, conteúdo, técnica e juridicidade. São fundamentos fundamentais para que o projeto ande.

De imediato, passamos a palavra agora ao Sr. Josehirton Pereira de Albuquerque, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Amazonas, Coordenador da Intersindical Norte, membro do CNE e membro da Comissão de Acompanhamento do CNE dos PLs 1.791 e 1.189.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dez minutos com mais cinco.

O SR. JOSEHIRTON PEREIRA DE ALBUQUERQUE (Para expor.) – Bom dia a todos. Primeiro, gostaria de agradecer ao Senador Paim por trazer esse assunto de extrema importância a todos os trabalhadores do setor elétrico; agradecer aos companheiros que se fizeram presentes aqui nesta plenária, justamente como o companheiro Wellington colocou, que vieram de diversas formas, companheiros vieram do Piauí, através de uma caravana.

Então, todo o Brasil está mobilizado por essa causa, e nós já viemos trabalhando isso há muito tempo, Senador, os dois PLs que fazem justiça a todos esses trabalhadores, que, de uma forma ou outra, foram atingidos num processo de privatização que impactou a vida desses trabalhadores, que se prepararam no concurso público, que mudaram sua vida para poderem se aposentar nessa empresa, e, por uma decisão governamental, mudou-se a realidade da vida de milhões de trabalhadores do setor elétrico, que hoje se encontram aí muitos sem uma nova oportunidade, muitos não conseguem se realocar devido à idade, devido às condições.

Eu queria trazer aqui a realidade dos meus companheiros do Norte, do Amazonas, das distribuidoras de energia. São seis distribuidoras de energia que foram privatizadas na primeira leva, lá em 2017, e muitos desses trabalhadores não conseguiram se realocar na realidade do mercado, porque nós tínhamos operadores ali que entraram na empresa ainda lá na década de 70; ou seja, o trabalhador que foi demitido em 2017 só sabia fazer aquela atividade, o operador praticamente passou a vida dele toda fazendo aquele tipo de atividade, e, quando chegou próximo de ele se aposentar, ele foi surpreendido com essa realidade nefasta da privatização, que trouxe um caos a todos esses trabalhadores que passaram por esse processo.

Então, os trabalhadores das distribuidoras estão há mais tempo vivendo essa agonia que hoje atinge todos os trabalhadores que fazem parte do grupo Eletrobras. Então, desde 2017, esse desmonte do setor elétrico vem acontecendo.

Eu queria trazer aqui uma realidade que não é fácil de entender, porque quando essa decisão é tomada por pessoas que não conhecem a realidade do setor, quem paga o preço desse problema somos todos nós. Eu tenho certeza de que, na época em que foi moldada a privatização do setor elétrico, não foi verificada a situação em que iria se encontrar o setor a partir de um tempo. Seria apenas uma decisão imediata para tentar arrecadar recursos para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cobrir alguns furos do Governo naquele momento, que trouxe um prejuízo estrutural para o país, porque o setor elétrico, de uma hora ou outra, da forma como está indo, de acordo com a privatização aumentando, a tendência é precarizar ainda mais os serviços, a tendência é os trabalhadores adoecerem mais.

Se você for pegar, Senador, grande parte dos trabalhadores que ainda se encontram nas empresas que estão privatizadas, do setor elétrico, muitos deles têm problemas psicológicos, sofrem de vários transtornos justamente porque a pressão que é colocada em cima desses trabalhadores para atender à demanda é gigantesca, e muitos não conseguem. A gente chegou até a ter casos de suicídio no setor elétrico brasileiro devido a essa situação.

Quem conhece a realidade do setor sabe que, para você fazer a nossa atividade, você tem que ter uma tranquilidade absoluta na hora de executar as suas atividades, porque não existe segunda chance no setor elétrico brasileiro. Se você errar, você morre.

Então, quando você passa a trabalhar nesse sistema novo, vamos dizer assim, delegado – pelo que foi feito no Governo anterior – à privatização, o trabalhador passa a trabalhar sob pressão e a todo momento ele está correndo um grande risco de se acidentar, como também de ir a óbito na sua própria atividade. Então, nossa atividade é uma atividade extremamente delicada e que precisa de uma tranquilidade e um treinamento absoluto. Todos esses trabalhadores que foram demitidos passaram anos se qualificando, anos se qualificando para poder operar esse sistema tão complexo que é o nosso sistema elétrico brasileiro.

Para você ter uma ideia, Senador, um trabalhador do setor elétrico para estar plenamente pronto para operar sozinho – até porque sozinho ele não consegue fazer, porque a norma não deixa, sempre tem que ter alguém próximo dele para fazer as atividades –, são no mínimo dez anos para você preparar um trabalhador desse, são no mínimo dez anos de treinamento, todo ano com reciclagem, para que o trabalhador não possa se acidentar. E o que acontece na privatização? O que acontece? Esses trabalhadores passam por um regime de trabalho que é uma rotatividade que só faz com que cada momento piore mais a dificuldade das execuções de serviços.

Então pode escrever aí que, daqui a um tempo, se a gente não mudar o rumo dessas coisas que estão acontecendo, da forma como estão indo os processos de privatização do setor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elétrico, nós teremos diversos apagões, nós teremos um sistema completamente fragilizado. E isso tudo culpa de uma decisão unilateral que foi tomada lá atrás, que trouxe esse prejuízo imensurável aos trabalhadores do setor elétrico brasileiro.

Então, o que a gente pede aqui, encarecidamente, é que o Governo possa olhar com outros olhos esses trabalhadores que se dedicaram há muitos anos nessas empresas, que construíram o setor elétrico brasileiro. Muitos conseguiram se aposentar, graças a Deus, mas muitos outros tiveram a sua carreira impedida justamente por causa dessa decisão unilateral. Só nas distribuidoras de energia são mais de 6 mil trabalhadores que passaram por esse processo, somando os trabalhadores da Eletrobras, como o senhor bem colocou aí que na época tinha mais de 24 mil do sistema todo. Então hoje a gente está resumindo a mais ou menos uns 3 mil trabalhadores aí. Então, para você ver a dificuldade que é hoje para esse sistema elétrico estar de pé. Está de pé porque é um sistema robusto e foi criado por trabalhadores que se dedicaram a isso.

E nada mais justo que agora, depois de todo esse caminho percorrido, esses trabalhadores tenham a oportunidade de serem recolocados, de serem reenquadrados, para que se faça uma justiça com todos esses trabalhadores que se doaram a cada minuto para esse setor gigantesco que é o setor elétrico brasileiro. Uma hora a gente vai entender que o setor elétrico brasileiro não é um setor para que se trabalhe da forma privada, a energia elétrica é essencial para o Brasil, é um sistema que a gente diz que é um setor extremamente estratégico e de segurança nacional. Uma hora o Brasil vai entender, ou por bem ou por mal, que deve retomar essas empresas para que a gente tenha a seguridade do sistema elétrico. E nada mais justo que agora, neste momento, a gente consiga, no mínimo, corrigir o erro que foi feito lá atrás quando se privatizaram as empresas, porque privatizar pode, mas você também tem que ver as consequências das pessoas que estão nesse sistema e que se programaram para isso.

Então, nada mais do que justo que o Governo Federal possa nos ajudar neste momento, Senador, com a sua ajuda, com a ajuda dos Senadores, para que a gente possa levar adiante esse PL. A gente já colocou aqui que existem outras categorias que conseguiram essa realocação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nada mais justo que a gente possa trazer tranquilidade a essas famílias que foram impactadas pelo processo de privatização. Não são uma nem duas, mas várias famílias que foram impactadas, que tiveram seus sonhos interrompidos por uma decisão unilateral. Então, nós estamos aqui fazendo este apelo ao Congresso Nacional para que apoie a causa dos trabalhadores e para que a gente possa fazer a justiça necessária a todos os trabalhadores do setor elétrico brasileiro.

Obrigado. Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Josehirton Pereira de Albuquerque, Presidente do Sindicato... (*Palmas.*)

... dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Amazonas, sobre cuja atuação eu já havia discorrido. Parabéns pela exposição!

Eu comentei, em outro dia também, lá na casa... O cara faz concurso, estuda, estuda, estuda... "Bom, agora eu estou estabilizado, vou tocar meu trabalho, claro, com competência". E, de repente, privatizam e demitem, como bem entendem. Por isso, vocês estão com toda razão. Colegas meus também estão nessa situação, colegas e amigos que foram demitidos... Como eu estou aqui há muitos e muitos anos, de fato, em inúmeros casos, os trabalhadores foram aproveitados. Não será nenhuma exceção, se houver o aproveitamento de vocês. Eu mesmo passei por diversas situações nesse sentido e deu certo.

E esse PL vem... Os dois PLs vão no mesmo sentido, não é?

Além de fazer audiência pública aqui, vamos tentar fazer uma na CCJ também, porque lá estão os Senadores que vão deliberar.

Vamos em frente, então.

Eu vou convidar, por videoconferência, o Neuriberg Dias, Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

O Neuriberg é companheiro de jornada de todos nós aqui.

Neuriberg, é com você aí, por dez minutos, mais cinco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NEURIBERG DIAS DO RÊGO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Está ótimo.

Muito obrigado, Senador Paim.

Primeiro, quero agradecer a iniciativa e o convite feito ao Diap para colaborar neste importante debate. Também cumprimento a Mesa, os que me antecederam, e quem nos acompanha pela internet.

Não sei se está liberado para projetar...

Quero compartilhar uma apresentação. Imagino que ela já deve estar na tela para vocês acompanharem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já está na tela.

O SR. NEURIBERG DIAS DO RÊGO (*Por videoconferência*.) – Já está na tela, não é? Está ótimo.

Na minha apresentação, a ideia é complementar o que foi colocado pela Mesa, que são, de fato, os números e a análise jurídica e técnica de alta qualidade que comprovam a importância da proteção dos trabalhadores frente à privatização.

Aqui na minha exposição, eu quero explorar alguns tópicos que eu acho relevantes sob o ponto de vista do debate do que é público e do que é privado no Brasil e as manobras criativas para a venda de estatais.

Eu não tenho dúvida de que, para o setor elétrico, em especial, em função das decisões tanto do Congresso Nacional, também referendadas, em boa parte, pelo Poder Judiciário, em especial, pelo STF, acelerou-se o processo de venda e privatização das empresas do setor através de subsidiárias. E quero falar um pouco comparando a realidade brasileira em relação à do mundo. A gente aponta que há experiência, especialmente no setor elétrico, de remunicipalização, de desprivatização desse serviço, buscando retomá-lo, sob o ponto de vista da soberania, sob o ponto de vista da garantia de um melhor atendimento, para a população, dos serviços públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando você analisa o debate e a retomada desse debate das privatizações no Brasil, retoma-se uma série de conceitos hegemônicos na década de 90 e em 2015. Fazendo um parêntese aqui, em 2015 se retomou essa agenda e foi decisivo o papel da CDH e do Senado para evitar um avanço muito mais acelerado do processo de privatização.

O Paim na Comissão, junto com o Diap, várias organizações, em especial o Comitê em Defesa das Empresas Públicas, travaram uma batalha para segurar a tramitação do projeto de lei que criou a Lei das Estatais, na época o PLS 555, que foi transformado em lei, em tese, mas a gente conseguiu avanço significativo naquela época no sentido de evitar a venda ou a transformação das empresas públicas em sociedades anônimas, a que obrigava a lei, e consequentemente avançar no processo de privatização dessas empresas.

Então, houve uma resistência naquela época à chamada Agenda Brasil, em função de um ambiente de crise fiscal combinado com crise política. O Congresso e o Senado pautaram a retomada dessa agenda, em especial com duas ordens de defesa. Uma delas se assentava em relação à ideia da iniciativa privada, ou seja, orientada para buscar lucros, e seria mais eficiente retomar esses processos de privatização que foram paralisados em 2002, com a eleição do Lula, e retomados em 2015, a partir da correlação de forças naquele momento, no processo de *impeachment* no Congresso Nacional. E a outra ordem de ideia e discussão era exatamente a que se baseava em combater problemas fiscais, de um lado, e, de certa forma, garantir, com a venda ou privatização dessas empresas, mais investimentos.

O fato que você olha aqui nesse gráfico, comparando a evolução líquida do setor público em relação ao PIB, os argumentos não se sustentam. Quando você compara a primeira onda, digamos assim, mais recente de privatizações, você percebe um aumento dessa relação dívida em relação ao (*Falha no áudio.*) público para 52%. Quando você compara o período em especial, de 2015 a 2022, há também uma manutenção desse nível de relação entre dívida e PIB; ou seja, os argumentos estruturais, essas ideias colocadas para discussão não se sustentam, porque esse processo de privatização... Vamos lembrar aqui a própria Eletrobras em 2021, com a aprovação da MP 1.031. Veja que no ano anterior, uma empresa que era privatizada no Estado do Amapá, no caso, teve um apagão lá, e já dava sinais em relação às privatizações remanentes ou feitas (*Falha no áudio.*) a 2000, que consequentemente foi precarizar o trabalho, o serviço para a população. Isso só foi resolvido (*Falha no áudio.*) o Amapá em função do apoio de outra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresa pública, de uma empresa pública, a Eletronorte, para resolver o apagão que trouxe prejuízo para a população. (*Falha no áudio.*) o caso de São Paulo mais recente, como também os processos de privatização do setor, em especial em 2001, onde também houve uma crise do apagão.

Quando se coloca essa relação de prestação de serviço de qualidade e redução de custos, garantia de investimentos, isso não se comprova quando você avalia os dados históricos em relação a isso.

Outro dado relevante para fazer a discussão sobre as empresas públicas e o seu papel especial é você avaliar a evolução dessas estatais durante um período de tempo. E o retorno dessa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Neuriberg...

Neuriberg...

O SR. NEURIBERG DIAS DO RÊGO (*Por videoconferência.*) – Oi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... só para situar. Durante toda a sua fala, na tela só apareceram um, dois, três pontos sobre os quais você, no meu entendimento, está discorrendo, mas não está aparecendo na tela.

O SR. NEURIBERG DIAS DO RÊGO (*Por videoconferência.*) – Está congelado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está congelado aí. (*Pausa.*)

A recomendação aqui é de que você coloque no modo apresentação. (*Pausa.*)

Agora apareceu já... (*Pausa.*)

O SR. NEURIBERG DIAS DO RÊGO (*Por videoconferência.*) – Apareceu?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... mas não está em modo apresentação, segundo a assessoria aqui da mesa. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estão falando aqui em F5. Eu não sei o que é, mas eu vou falar com ele, é F5.

O SR. NEURIBERG DIAS DO RÊGO (*Por videoconferência.*) – Eu coloquei aqui. (*Risos.*) (*Pausa.*)

Deu? (*Pausa.*)

Então, tá.

O SR. NEURIBERG DIAS DO RÊGO (*Por videoconferência.*) – Deixe-me retomar aqui. Eu vou zerar para voltar. (*Pausa.*)

Está passando agora? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está a tela branca.

O SR. NEURIBERG DIAS DO RÊGO (*Por videoconferência.*) – Está passando, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está tela branca, tela branca, totalmente branca!

Alguém vai dizer: "Duas ali estão cinza". (*Risos.*) (*Pausa.*)

O SR. NEURIBERG DIAS DO RÊGO (*Por videoconferência.*) – Eu passei o eslaide. Não se consegue compartilhar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nada, não tem nada na tela! (*Pausa.*)

O SR. NEURIBERG DIAS DO RÊGO (*Por videoconferência.*) – Nada, eu vou parar aqui e dar *start*?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pediram para você dar "esc" e entrar novamente.

O SR. NEURIBERG DIAS DO RÊGO (*Por videoconferência.*) – Tá, última tentativa aqui. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pronto! (*Pausa.*)

Agora é o famoso F5. (*Pausa.*)

O SR. NEURIBERG DIAS DO RÊGO (*Por videoconferência.*) – Está passando? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A orientação seria você fazer manualmente.

O SR. NEURIBERG DIAS DO RÊGO (*Por videoconferência.*) – Mantenho aqui, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

O SR. NEURIBERG DIAS DO RÊGO (*Por videoconferência.*) – Quando dá F5, trava.

Então, retomando aqui, em função do tempo, quando você avalia a evolução da dívida em relação ao PIB, os argumentos – eu coloquei os dois – não se sustentam.

Outro ponto, sob o ponto de vista das privatizações e que prejudicou muito o Estado e sob ponto de vista da sociedade, os trabalhadores, foi a retomada desse processo, quando se observa que você vinha no controle sob o ponto de vista de fortalecimento das estatais, com melhores remunerações, reposição de quadros e, a partir de 2016 para cá, com a Lei das Estatais, criou-se uma figura nova, que é criar subsidiárias. O próprio Congresso Nacional, e o Senado Federal, na época da discussão da ADI no Supremo Tribunal Federal, defendeu que passassem essas criações – tanto subsidiárias como a empresa-mãe, a principal; quando eu falo de empresa-mãe, estou falando de Eletrobras, estou falando de Caixa, e essas empresas criam outras empresas chamadas de subsidiárias – à autorização legislativa.

O fato é que o STF entendeu que essas subsidiárias, essas empresas criadas não precisariam de autorização legislativa e se viu ali uma manobra de setores, em especial, como você vê, dos Governos Temer e Bolsonaro, de criar empresas subsidiárias para privatizar, com a intenção de venda e privatização, as áreas estratégicas dessas empresas.

Então, quando você olha esse recorte no Brasil, no total de estatais, a gente enxergou, no Governo, uma linha que era de privatização, de estatização, a chegar a 200 empresas estatais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas quando você olha a criação de subsidiárias, que são 154 nesse gráfico, eles utilizaram essa decisão judicial especial do STF para vender – veja o setor elétrico, veja a Caixa Econômica Federal –, criando subsidiárias e vendendo aquilo que era uma operação muito importante para a empresa pública e, consequentemente, prejudicando a principal, o que facilita, de certa forma, a privatização.

Então, houve essa manobra que prejudicou muito sob o ponto de vista da participação social dos companheiros, enfim, de todas as estatais, para debater com o Congresso Nacional, com as próprias instâncias de decisão, para saber se haveria ou não, para saber quais seriam os interesses ou não que beneficiariam a criação dessas subsidiárias e, principalmente, as privatizações. Foi um debate feito de forma pouco transparente, com a decisão das subsidiárias, que afastou o Congresso Nacional desse debate e fundamentalmente agilizou esses processos, prejudicando os trabalhadores.

Veja que hoje a gente tem um quadro de 124 estatais, sendo que mais da metade dessas estatais são subsidiárias. Então, esse processo, mesmo com o Governo Lula comprometido com os trabalhadores, herdou uma legislação em que se permite ainda o avanço dessas estatais em que foram criadas subsidiárias ainda nos governos anteriores. É um fato que o Senado tem que se debruçar e debater profundamente, porque você cria gasto de um lado e tem aumentado o serviço, o valor do serviço para a população.

Esse outro gráfico mostra claramente como se atacou a Eletrobras. Veja que ela tinha, nesse período de 2016 a 2021, 30 subsidiárias, criaram 70, e, depois, fizeram um processo de venda ou a ampliação de participação dessas estatais no setor privado. Assim acontece com todas as empresas, tanto na Petrobras como na Caixa, e isso tem diminuído o controle social e a participação dos trabalhadores em especial. Sob o ponto de vista do Congresso, deve-se debater com mais profundidade as razões e os benefícios que podem trazer essas privatizações.

Vejam que, curiosamente, se aumentaram estatais, aumentaram cargos, salários, enfim, diretorias, mas quando você olha a evolução dos empregados, historicamente, você vê que se reduziu com esse processo, de 2016 para cá, em quase 100 mil trabalhadores ou empregados públicos que saíram, ou em processo de acordo em relação à demissão ou oriundos desses processos de privatização através da empresa mãe, como aconteceu da Eletrobras, mas como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também das subsidiárias, o que antecede, inclusive, a própria lei aprovada no Congresso Nacional.

Então, sob o ponto de vista das ordens de recomendação, seja de redução ou eficiência de custos, quando você olha esses dados, só se vê o prejuízo do lado do empregado público, que tem os seus direitos adquiridos perdidos e, por outro lado, a sociedade em relação aos serviços prestados.

Um ponto fundamental aqui, para concluir, é o caso de reestatização. O Diap junto com o Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas traduziram um estudo recente feito pelo TNI, que avalia mais de 2,4 mil casos de reestatização, ou seja, voltando o controle desse serviço para o Estado, sendo que, desses 2,4 mil, 1,4 mil foram de fato efetivados em serviço público.

Quando você olha, sob o ponto de vista do mundo, quem começou a rever o controle desse serviço público, você vê a Europa e a própria América do Norte, com Estados Unidos e Canadá, que são ali sempre mostrados como exemplos sob o ponto de vista de privatização, sendo dos países que mais, quando se vê no contexto... É o segundo país do mundo a retomar o controle desse serviço público justamente para garantir o ponto de vista do valor desse serviço, como também para garantir a qualidade que tinha sido precarizada. Então, este é um mapa extremamente relevante para a discussão no caso brasileiro, pois a gente está indo na contramão, quando você vê o avanço aqui... Inclusive, há compra de estatais nossas por empresas estatais de outros países, em alguns casos, sobretudo no setor elétrico, em que se vê isso, entre outras áreas.

Os setores, quando você vê o mundo, que mais retomaram o serviço público são água, energia, que lideram esse processo, assim como transporte, resíduos, telecomunicação... Então, vejam que o mundo... E ao Estado cabe avaliar se privatiza ou não, mas cabe a ele também, em função da qualidade e dos compromissos da privatização, reavaliar um debate sobre essas privatizações no sentido de melhorar a qualidade e o custo desse serviço.

Vejam que, quando se olham essas remunicipalizações do mundo, a grande maioria, como eu comentei, é do norte... O principal argumento para isso é garantir tarifas mais baixas e maior investimento público. Nos processos de privatizações do Brasil, visa-se exclusivamente ao lucro dessas empresas, sendo que principalmente elas não chegam a lugares, a municípios do nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país para também atendê-los, preferindo concentrar o seu serviço em estados, em municípios populosos.

Por fim, é extremamente relevante este debate dos trabalhadores da Eletrobras. Vejam que o Senado já foi muito sensível em relação a garantir a recolocação desses trabalhadores. Isso aconteceu na época da discussão da Medida Provisória 1.031, da desestatização. O próprio Davi Alcolumbre, o atual Presidente da CCJ e futuro Presidente do Senado – tudo indica –, apresentou a Emenda 609, que foi acolhida na época pelo Senador Marcos Rogério, no seu PLV, que garantiu a recolocação, em empresas controladas pela União, dos empregados da Eletrobras que seriam demitidos nos 12 meses subsequentes à privatização, valorizando esses profissionais, que ingressaram na empresa por meio de concurso público. Isso foi sancionado; no entanto, esse trecho específico foi vetado, e a manutenção foi feita aqui no Congresso Nacional.

Nas razões do veto, quando você olha sob o ponto de vista da iniciativa, a principal apontada é o confronto, o impacto em relação à contrariedade do interesse público. Então, o fato é que os argumentos já colocados vão na contramão do que o próprio Governo da época, o Governo Bolsonaro, apontou sob o ponto de vista de gasto, sob o ponto de vista de segurança jurídica.

Na nossa avaliação, é plenamente possível se aprovar essa legislação. E ela é extremamente importante não só para os trabalhadores da Eletrobras, mas também sob o ponto de vista do cenário que eu passei, em função da iminente pressão por privatizações desde a Lei das Estatais, de 2015 para cá, dando ênfase ao que eu apresentei em relação à redução de trabalhadores, aos processos de privatização maquiados, sob o ponto de vista das manobras feitas em função das subsidiárias e quando você olha o contexto internacional.

No Senado, como já foi pontuado aqui, tramita o 1.791. É relevantíssimo não só retomar essa articulação para que se designe um Relator na CCJ, mas também buscar o futuro Presidente do Senado, porque é um projeto que exige a votação no Plenário da Casa, para que ele se torne sensível, como foi na discussão lá da Medida Provisória 10.101.

Então, são essas breves considerações em relação ao assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico à disposição aqui para mais contribuições.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Neuriberg Dias, Diretor do Diap, que faz uma análise provando que o projeto é viável. (*Palmas.*)

E fez uma retrospectiva nacional e até em nível internacional de situação semelhante a essa.

Antes de passar para os outros dois convidados, eu vou já deixar no ar as perguntas que vieram pelo e-Cidadania.

Luís, de Minas Gerais: "Caso o projeto seja aprovado e sancionado, transformando-se em lei, qual será o prazo para que a União [...] [o regulamente]?". Então, depois, eu peço que deixem uma cópia na mesa aqui.

Sidney, Pará: "Como o PL 1.791/2019 garantirá direitos, funções e salários compatíveis aos empregados realocados em empresas públicas?".

Mais uma. Francisco, do Distrito Federal: "A admissão é somente em estatais ou em qualquer órgão federal?".

São comentários, e vocês poderão também se desenvolver sobre eles.

Paulo, de São Paulo: "A valorização desses profissionais é [...] [essencial] para o bom funcionamento de todo o aparato estatal e da urbanidade e [...] [qualidade de vida geral]".

Joana, da Bahia: "Profissionais experientes devem ser aproveitados, com a manutenção dos seus direitos, sem perda salarial, na empresa que assumir".

Maurício, do Ceará: "Em defesa dos empregados públicos, sua valorização, dignidade de vida e possibilidade de relocação para outras empresas públicas".

Disso aqui vocês já têm cópia. Vocês vão responder depois dos outros dois convidados, que vão usar a palavra neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de imediato, Mizael de Sousa Alves Oliveira, Presidente da Associação dos Empregados Públicos da Eletrobras Distribuição Piauí.

O tempo é seu, dez minutos com mais cinco.

O SR. MIZAEL DE SOUSA ALVES OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu queria iniciar a fala cumprimentando aqui o Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão, que tem sido um grande parceiro da gente aqui nessa luta pela aprovação do Projeto de Lei 1.79. Inclusive, antes de o projeto entrar nesse novo momento, ele foi o primeiro Parlamentar a nos receber aqui no Senado, enquanto o projeto ainda estava na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. A gente até costuma dizer que o projeto tem dois momentos: de 2019 até 2023, o projeto praticamente não andou; e, depois dessa conversa que a gente teve com o Senador Paulo Paim, o projeto começou a seguir a passos largos.

Queria cumprimentar também aqui os colegas do CNE, o nosso amigo Hirton e o nosso amigo Wellington, que têm sido parceiros aqui nesta jornada – e não é fácil a gente brigar pelos direitos dos trabalhadores –, cumprimentar também os colegas aqui da distribuidora. Tem o pessoal aqui do Stiueg também, que está somando com a gente aqui na luta, nossos amigos do Piauí, que vieram de longe, 30 horas, de ônibus, para poder estar aqui, para se fazerem presentes aqui nesta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, vamos cumprimentar todo o Plenário. (*Palmas.*)

O SR. MIZAEL DE SOUSA ALVES OLIVEIRA – São 30 horas de ônibus para poderem se fazer presentes, estarem aqui prestigiando esta audiência pública.

A gente já foi contemplado, em grande parte, aqui, das informações a respeito dos dados. Nosso amigo Wellington fez um trabalho bem fundamentado, com dados, nosso amigo Hirton também levantou alguns dados a respeito das distribuidoras, mas a gente queria complementar. Até...

O Senador fez uma pergunta aqui a respeito da faixa. O Projeto de Lei 1.791 iniciou-se com a luta apenas das distribuidoras, porque a Eletrobras foi privatizada de forma fatiada, começando pelas distribuidoras, no ano de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para colaborar com alguém que diz: "Que faixa?", que fica perguntando, posso ler a faixa?

O SR. MIZAEL DE SOUSA ALVES OLIVEIRA – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele está comentando a faixa: "Justiça para mais de 6 mil pais e mães de família. Aprovem [já] o PL 1.791, de 2019". O "já" é meu, eu coloquei ali, sem ninguém ver. Está escrito embaixo, naquele branquinho ali: "Aprovem [já] o PL 1.791, de 2019". (*Palmas.*)

O SR. MIZAEL DE SOUSA ALVES OLIVEIRA – É isso aí. Essa faixa já acompanha a gente há muito tempo, até antes mesmo da privatização dos outros segmentos: transmissão, geração, a comercializadora e a *holding*. Essa faixa aqui é bem simbólica para a gente.

A gente já vem nessa luta bem sofrida, principalmente para a gente das distribuidoras. A gente está representando aqui não só o Piauí, mas as outras associações que também colaboraram para que a gente estivesse aqui presente, porque a gente sabe da dificuldade dos trabalhadores que não conseguiram ser recolocados no mercado de trabalho por diversas questões: pela idade avançada, até por uma forma de preconceito, porque, por ser funcionário público, você é visto com maus olhos para a contratação. Muita gente, hoje, ainda continua desempregado, Senador, há mais de seis anos, mas acreditando na evolução desse projeto, acreditando nos Parlamentares e no Governo que a gente ajudou a eleger para fazer justiça a esses trabalhadores. A gente...

O Welligton até apresentou aqui alguns dados a respeito da quantidade de vagas. A gente tem o projeto, o texto prevê o nosso aproveitamento em empresas públicas e sociedades de economia mista, mas, se tiver a possibilidade de a gente ser realocado, o Governo Federal hoje...

Essa foi uma pesquisa que a gente fez hoje pela manhã, no Ministério da Gestão e da Inovação. Hoje existem 244.522 cargos vagos. A gente não representa nem 10% desse percentual, desse total de vagas em aberto, e a gente está falando de mão de obra qualificada, porque o Governo investiu por anos em pós-graduação, graduação, qualificação, e não só na área do setor elétrico, tem muita gente boa na área de administração. A gente costumava dizer que tinha profissionais de nível fundamental... A gente tinha em campo leiturista de nível

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental, mas que era engenheiro; a gente tinha eletricista que era engenheiro eletricista; mão de obra qualificadíssima, não é? E a gente não entende por que a gente não teve o mesmo destino de algumas empresas que a gente até utiliza como precedente. Vieram privatizações posteriores, que foi o caso da Infraero, em que todo mundo foi recolocado, e a gente não teve a mesma oportunidade.

Mas, em resumo, para não ficar muito repetitivo – a gente já foi contemplado aqui com os dados, com as falas aqui dos nossos colegas –, a gente pede aqui, encarecidamente, aproveitando a oportunidade, para que todos os Parlamentares, os Senadores, levem em consideração essa quantidade de empregados que contribuíram tanto aí para a prestação do serviço público. E quero dizer que a gente tem uma preparação além do setor elétrico e que a gente vai poder contribuir muito mais aí para o Governo Federal e para a população brasileira.

Obrigado aí pelo espaço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Mizael de Sousa Alves Oliveira, Presidente da Associação dos Empregados Públicos da Eletrobras Distribuição Piauí. Meus cumprimentos pela fala direta, objetiva, e a reação do Plenário mostrou que você acertou na fala, viu? Todos aqui falaram bem, mas você também acertou.

Agora, vamos de imediato a André Alves Alencar. Daí, depois, vocês falarão de novo, baseados nas perguntas.

André Alves Alencar, Vice-Presidente da Associação dos Empregados Públicos da Eletrobras Distribuição Piauí.

O SR. ANDRÉ ALVES ALENCAR (Para expor.) – Bom dia a todos os companheiros, ao Senador Paulo Paim.

Primeiramente, Senador, eu queria expressar aqui minha emoção de estar aqui do lado do senhor. A admiração que todos os companheiros têm aqui por V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ ALVES ALENCAR – ... é uma coisa assim, vou dizer, infinita, porque V. Exa. abriu as portas do Congresso para nós, para caminhar, começar essa luta. A sua assessoria também está de parabéns, porque eu me lembro de que, quando a gente mandou a notificação para o senhor, em questão de 24 horas, a assessoria do Senador nos deu a resposta, nos convocando para vir a Brasília presencialmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só não elogia demais (*Fora do microfone.*)

porque está aqui todo o gabinete assistindo e, quando eu chegar lá, todo mundo vai pedir aumento. (*Risos.*)

Mas uma salva de palmas vocês vão ganhar. (*Palmas.*)

O SR. ANDRÉ ALVES ALENCAR – Com certeza.

E, Senador, nós estamos hoje aqui com o nosso PL tão avançado por conta dessa sensibilidade que o senhor teve. Claro que a gente acreditava que chegaria, mas, se hoje nós estamos na CCJ, foi por conta dessa abertura que o senhor nos deu, mesmo o projeto estando na Câmara. O nome Paulo Paim... Quando a gente chegava à Câmara, era: "Ó, o Paulo Paim já nos recebeu". E aí, hoje, esse projeto, além de ter suas digitais, a gente pode dizer que tem as do Rio Grande do Sul, porque a sua companheira Fernanda, lá na Casp...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grande Parlamentar! (*Palmas.*) É a Fernanda Melchionna.

O SR. ANDRÉ ALVES ALENCAR – Na Casp, ela fez a diferença. Ela chamou a responsabilidade contra algumas adversidades que teve lá, mas aprovou o projeto, lutou e inclusive ampliou o direito do projeto, não é? Porque o projeto, como o Mizael falou, era apenas para distribuidoras, e ela ampliou para todo o sistema Eletrobras.

E, com esse andamento, com os trabalhos que a gente fez, Senador, o projeto foi para a CCJ da Câmara. O interessante desse projeto, Senador, é que ele já foi para os dois lados dos campos políticos: foi com a Fernanda, na Casp e, na CCJ, com o Alberto Neto, do PL. E lá, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o projeto foi bem trabalhado, foi bem articulado, o projeto teve uma aceitação... Eu costumo dizer que em cinco minutos foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cinco minutos? Foi bom. (*Palmas.*)

O SR. ANDRÉ ALVES ALENCAR – Em cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que a CCJ daqui veja o exemplo de lá.

O SR. ANDRÉ ALVES ALENCAR – É. Com os trabalhos da nossa querida Deputada Erika Kokay...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Erika Kokay, grande Parlamentar. (*Palmas.*)

O SR. ANDRÉ ALVES ALENCAR – E isso foi muito prazeroso para nós, porque ficou claro, Senador, inspirado em V. Exa., que o diálogo é tudo. Você tem que chegar aqui no Congresso e trabalhar com cada Parlamentar de uma maneira individual e apartidária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente, independentemente da sigla partidária.

O SR. ANDRÉ ALVES ALENCAR – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Às vezes o pessoal vem falar comigo: "Paim, mas com quem é que eu falo?". Eu digo: "Fale aqui, aqui e aqui". Porque os nossos já estão todos garantidos. Daí eles vão e entendem que tem que se ter uma visão, como eu digo, de frente ampla pelo Brasil: fazer o bem sem olhar a quem.

O SR. ANDRÉ ALVES ALENCAR – Com certeza. E como o objetivo principal é aprovar o projeto, eu acho, Senador, que quem está à frente das entidades, representando cada trabalhador, os pais de família, tem que ter essa sensibilidade e saber que o objetivo é aprovar o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E foi muito prazeroso. Em um ano a gente conseguiu aprovar na Câmara. Viemos aqui para a CAS, temos que dar uma trabalhadinha com o nosso Senador Humberto Costa, para ele entender alguns parâmetros do projeto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas pelo menos, eu digo, ele é parceiro, viu? Eu sou prova disso.

O SR. ANDRÉ ALVES ALENCAR – Senador, agora é o seguinte: na CCJ nós acreditamos que vai ser tranquilo, porque é com muita satisfação que nesse período a gente visitou o gabinete de mais ou menos 90% dos Senadores; todos já estão cientes do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Da CCJ?

O SR. ANDRÉ ALVES ALENCAR – Num todo; todos os Senadores. Porque a gente entendia que cada Senador poderia contribuir, até mesmo na Câmara, como estavam lá com esse diálogo. E hoje acredito que, dos 81 Senadores, 90% já estão cientes do projeto, deram a receptividade.

Também queria pedir aqui um agradecimento especial para o Senador Alessandro Vieira, que, como o Senador falou, fez um relatório impecável. (*Palmas.*) E eu acredito que nós estamos muito próximos de aprovar esse projeto na CCJ. Agora é só aguardar o ano que vem – nova composição, não é, Senador? – e fazer esse trabalho.

E queria falar também que, no meu caso particular, eu fiquei triste em saber que V. Exa. divulgou que não vai mais disputar o Senado, mas espero que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas eu tenho dois anos ainda.

O SR. ANDRÉ ALVES ALENCAR – Não, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com dois anos a gente aprova tudo aqui dentro! (*Palmas.*) Se depender de mim.

O SR. ANDRÉ ALVES ALENCAR – Mas eu falo isso, Senador, para a posteridade, não é? A gente não pode se resumir só nesses dois anos. Vamos ver se a gente convence o Senador a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pegar mais oito anos aí, porque o Senador já extrapolou os limites do Rio Grande do Sul: não é um Senador do Rio Grande do Sul, é um Senador do Brasil, e o é com muita satisfação.

Lamento demais não poder transferir meu título, não ter a oportunidade de votar em V. Exa., mas eu queria passar este recado aqui para o senhor e agradecer, em nome de todos os trabalhadores do sistema Eletrobras, pela sua receptividade. E esse projeto aqui tem as suas digitais.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, André Alves Alencar, Vice-Presidente da Associação dos Empregados Públicos da Eletrobras, Distribuição Piauí, que também fez uma fala direta, objetiva, como todos fizeram.

Então, agora nós vamos voltar ao primeiro painelista. Neste momento você vai responder às perguntas que você entender adequadas, e depois teremos ainda cinco minutos para cada um, depois das perguntas, para as considerações finais e algum encaminhamento que vocês entenderem que nós possamos fazer, o.k.? Agora é cinco minutos para as perguntas, depois terão mais cinco para as considerações finais, que pode ser num outro momento, não precisa ser já.

O SR. WELLINGTON ARAÚJO DINIZ (Para expor.) – Bom, tem algumas perguntas aqui, o Albuquerque me mostrou também, e, se quiserem, nós podemos aqui, os membros da mesa, fazer o revezamento.

Mas vamos lá!

Tem aqui uma pergunta de Luís, de Minas Gerais: "Caso o projeto seja aprovado e sancionado, transformando-se em lei, qual será o prazo para a União regulamentá-la?".

Bom, Luís, os prazos nesse caso são próprios, não é? Ou seja, a União tem um prazo próprio não estabelecido em dias ou em meses, basta que haja a vontade política de se fazer. A partir do momento em que o projeto de lei é aprovado nas Casas legislativas, ele é levado para a sanção presidencial. E depois, para que ele possa ter sua efetividade, essa efetividade é feita através da regulamentação que é estabelecida por um decreto. Então, o que nós temos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer? Além de fazer as nossas articulações aqui dentro do Congresso Nacional, nós teremos que exercer, sim, uma forte pressão em cima do Poder Executivo para que, tão logo o projeto seja aprovado, ele seja regulamentado e tenha a sua efetividade.

Então, por isso, nós temos também visitado diversos órgãos da administração do Poder Executivo; já estivemos conversando com a Secretaria de Planejamento, que agora está na SGI; e no Ministério da Gestão e Inovação, já conversamos lá com a Ministra Esther Dweck; já conversamos dentro do antigo Dest, que agora é Sest, justamente para que não só o projeto seja aprovado, mas para que esses trabalhadores saibam para onde devem ser reaproveitados.

Tem outra pergunta aqui de Sydney, do Pará: "Como o PL 1.791/2019 garantirá direitos, funções e salários compatíveis aos empregados realocados em empresas públicas?".

A própria redação do projeto de lei já estabelece que esses trabalhadores, ao serem reaproveitados, eles serão reaproveitados em funções, cargos e salários compatíveis, não exatamente na mesma função que eles exerciam lá na distribuidora, mas é para que haja similaridade do cargo e também em salários compatíveis. Aí se chega a uma situação: se o ônus ficar por conta da própria Eletrobras, em pagar os salários dos trabalhadores – assim como ficou com a RFFSA, quando se foi criado um fundo para custear os salários desses trabalhadores que ficaram como quadro de extinção –, eles poderão ficar com o mesmo salário. Essa é a nossa ideia no processo de regulamentação. Se não, eles terão que se readequarem ou se adequarem à realidade do órgão para o qual eles foram. E, logicamente, quem está desempregado não vai dizer assim: "Não, eu só vou para lá se for para ganhar R$100 mil, R$10 mil, enfim". É claro que não, não é? Ele vai se adequar àquela realidade porque o objetivo dele é ser reenquadrado dentro da administração pública, quer seja a indireta.

Outra. "A admissão [...] [será apenas] em estatais, ou em qualquer órgão federal?", que é a terceira e última pergunta desta página. Ela pode ser em empresas estatais. O nosso entendimento é que ela pode ser em órgãos da administração pública, pode ser em agências do Governo em que haja similaridade, em primeiro lugar, com o regime celetista. Então nós temos uma grande quantidade de espaços ociosos em que esses trabalhadores podem ser reaproveitados.

Tem outra? Qual é? Da Ana. Deixe-me ver. Está aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MIZAEL DE SOUSA ALVES OLIVEIRA (Para expor.) – Só complementando a fala do Wellington aqui a respeito das empresas em que a gente pode ser realocado, o texto do projeto de lei prevê a nossa realocação somente para empresas públicas e sociedades de economia mista. Mas, como ele falou, nada impede que a gente seja realocado para uma empresa pública e consiga prestar serviço em outras entidades da administração pública, tendo em vista a quantidade de cargos vagos e a possibilidade de a gente compor forças de trabalho nesses outros órgãos, mesmo que cedidos, assim como aconteceu na Infraero.

O SR. WELLINGTON ARAÚJO DINIZ – O.k.

Tem outra lista de perguntas.

Ana, de São Paulo: "O importante é manter [...] [a disposição] de remanejar esses funcionários para que eles não sejam penalizados. Qual o grau de comprometimento [...] [com isso]?". Bom, se essa pergunta for feita para nós entidades representativas, quer sejam sindicatos, federações e confederações, a disposição é total, tanto é que não há um exemplo maior do que você enfrentar 30 horas de ônibus, perder toda uma noite de sono e vir para cá para o Congresso, pegar chá de cadeira... Logicamente que não é o caso do gabinete do Senador. Nós já fizemos um fronte lá dentro do gabinete do Senador. Mas tem Parlamentares dizendo que é para privatizar tudo mesmo e botar todo mundo na rua. Então isso aí ofende a nossa dignidade. Se a disposição depender de nós, a disposição é toda, a vontade é no corpo todo para garantir que os trabalhadores sejam reintegrados.

Tem outra pergunta aqui, da Juliana: "O PL contemplará também funcionários recém-demitidos da *holding*?". Nós temos que trazer a verdade para os trabalhadores. Todo e qualquer trabalhador que tenha sido admitido por concurso público ou todo e qualquer trabalhador que seja egresso da Eletrobras, das empresas do sistema Eletrobras, antes do processo de privatização... O quadro era composto por trabalhadores que foram admitidos por concurso público e trabalhadores também absorvidos de outras empresas que passaram a compor os quadros das empresas do sistema Eletrobras. Hoje nós temos também uma realidade. Tem trabalhadores admitidos pós-privatização que não estarão contemplados no rol dos trabalhadores a serem agraciados com a integração aos quadros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, por último, tem a pergunta do Jeter, de São Paulo: "É possível realizar a aposentadoria compulsória? Não seria justo disponibilizar essa opção?". A aposentadoria compulsória é o instituto que está previsto, que foi trazido, foi recepcionado pela Emenda Constitucional 103, que trouxe as novas regras, que trouxe a tal da reforma da previdência. Então, se o trabalhador ou a trabalhadora já estiverem inseridos no rol daqueles itens que estabelecem a possibilidade da aposentadoria compulsória, nós não poderemos lutar contra a Constituição. Qualquer ato ou qualquer intenção da nossa lei de ir contra algo que está contido na Constituição mataria, decretaria a nulidade total do nosso projeto de lei. "Não seria justo disponibilizar essa opção?" Só se nós fizéssemos uma emenda constitucional para alterar isso que já está previsto na Constituição, e creio que isso seja humanamente impossível. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns ao Dr. Welligton Araújo Diniz, que respondeu à maioria das perguntas. O Mizael complementou com uma outra. Agora, vai para vocês, vocês dois.

Agora, Mizael, quer ainda usar um tempo? Pode usar agora, ou se sente contemplado em relação às perguntas? O.k.?

Então passamos a palavra para Josehirton Pereira de Albuquerque, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Amazonas.

O SR. JOSEHIRTON PEREIRA DE ALBUQUERQUE (Para expor.) – Obrigado, Senador Paim.

Vou tentar responder aqui a essas perguntas. A grande maioria delas acaba se colidindo, se juntando, não é?

A pergunta do Marcelo, de Minas Gerais; do Vandeir, de Santa Catarina; Paulo, de São Paulo; Joana, da Bahia, e do Maurício, do Ceará, com relação à valorização desses profissionais. Ficou claro aqui, na audiência, nós deixamos claro que esses profissionais não só entraram preparados, através de um concurso público, mas também tiveram investimentos feitos pelo Governo Federal ao longo dos anos, no intelecto de cada trabalhador desse, que hoje acumula uma grande camada de conhecimento e que pode ser utilizado em qualquer outra área, sendo reaproveitado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso aqui está bem claro, que os trabalhadores que adentraram naquele período através de concurso e que passaram todo esse tempo se capacitando dentro da Eletrobras tranquilamente podem assumir outros cargos do mesmo nível, da mesma altura, para que se possa, vamos dizer assim, corrigir esse equívoco que aconteceu com a privatização do setor elétrico.

E vou responder também aqui à pergunta do companheiro Fábio, do Amazonas, que me dá parte, eu sou do Estado do Amazonas, represento os trabalhadores lá do Estado do Amazonas, o Norte do país. Ele fala aqui uma coisa que eu acho que a grande maioria dos trabalhadores sente, essa aflição: "Passar no Concurso Público para dar 'estabilidade' à família, e após 15 anos de serviço ser demitido. Espero que esse PL corrija esse disparate", ou seja, é aquilo que eu quis falar desde o começo, Senador, que o trabalhador se programou para isso, estudou, se dedicou para prestar um concurso público, para ter a segurança de ter sua carreira preservada e levar realmente todo esse conforto a sua família e, por uma decisão unilateral, muda-se o curso da vida e esse trabalhador acaba sendo atingido por um processo de privatização equivocado. A gente já sabe disso.

Em todas as mídias que a gente costuma navegar e que a gente acompanha, a gente sabe que a privatização trouxe diversas mazelas ao serviço de energia elétrica. A gente tem aí o histórico de São Paulo e do Rio de Janeiro, que se encontram com problemas na distribuição de energia, um caos total por causa dessa realidade.

Eu não queria deixar também de agradecer a presença aqui dos companheiros do Stiu-DF, que se fizeram presentes aqui, estão nessa luta sempre com a gente acompanhando e fazendo essa força aqui do Coletivo Nacional. (*Palmas.*)

Obrigado aí, Senador.

Essas foram as perguntas que a gente conseguiu responder aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Josehirton Pereira de Albuquerque, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Amazonas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora vamos para o último responder às perguntas, o Sr. André Alves Alencar, Vice-Presidente da Associação de Empregados Públicos da Eletrobras .

O SR. ANDRÉ ALVES ALENCAR (Para expor.) – Senador, como o nosso amigo Hirton falou, a maioria das perguntas falam sobre o mesmo tema. A gente acredita que muito dessa questão de como vai ser a realocação, como é que vai funcionar o sistema – eu acredito – são questões posteriores, quando for regulamentar, quando chegar o próprio Governo, para que ele faça esse mecanismo, determine... E no momento eu acredito que a movimentação principal é fazer essa aprovação, fazer essa aprovação do projeto, que é o nosso principal objetivo. E eu acredito que essa parte posterior – até para a gente passar a informação segura para cada companheiro; eu entendo que todos estão ansiosos... eu acredito que neste momento a concentração em aprovar o projeto é a prioridade.

E o nosso amigo Hirton, o Mizael, o Wellington já fizeram mais ou menos aquilo que a gente prevê que pode acontecer em relação a todas essas dúvidas dos companheiros. Todos estão ansiosos para saber se vão receber a mesma remuneração, onde é que vão ser realocados, se é próximo de casa. Eu acredito que é mais ou menos isso que os companheiros falaram, essa explanação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.?

Esse foi o Sr. André Alves Alencar, Vice-Presidente da Associação dos Empregados Públicos da Eletrobras Distribuição Piauí.

Feita essa etapa, que está completa agora – responderam a todas as perguntas –, eu poderia combinar, porque nós estamos com um tempinho aqui ainda... Para todos falarem não dá. Mas eu vou apelar para que a gente escolha aí em torno de três do Plenário.

Mas seria importante, pessoal... Eu sei que numa hora dessas cada um está com seu drama pessoal, mas neste momento não dá para trazer o seu problema. Tem que fazer alguma colocação ou pergunta no coletivo. O individual depois vocês conversam com os diretores, com o jurídico, que eles poderão dar alguns encaminhamentos. Eles, pelo menos com os que eu falei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui na mesa, todos disseram que estão à disposição para ajudar em tudo aquilo que for possível.

Eu fiquei feliz de saber, foi dito aqui na mesa, que vocês já visitaram 90% dos 81 Senadores. Agora, se puderem dar uma carga final na CCJ – visitar a CCJ, corpo a corpo...

Então vamos escolher quantos do plenário para usar para a palavra?

Levante o braço quem quer falar. (*Pausa.*)

O seu nome é? (*Pausa.*)

Eu peço para a assessoria que pegue o nome deles. Só digam o nome para ficar escrito.

O SR. DONISETE CÂNDIDO VAZ – Meu nome é Donisete.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Segunda inscrita, Fabiola.

As mulheres podem falar aqui, viu? Não tem nenhuma... Achei legal que as mulheres estão se inscrevendo.

O SR. MAURO MARTINELLI (*Fora do microfone.*) – Mauro Martinelli.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mauro Martinelli. Tem mais uma vaga ainda. Mais uma vaga. Quem quer falar? Então está, está completo, o.k.?

Podem me passar os nomes.

Começa com você já para ganhar tempo. Dá o seu nome e inicia a tua fala. Cinco minutos.

O SR. DONISETE CÂNDIDO VAZ (Para expor.) – Bom dia a todos os companheiros e companheiras. Quero aqui parabenizar e cumprimentar o Senador Paim, que vem de uma luta longa, não é? O Senador Paim esteve em Goiás, lá na Assembleia Legislativa, discutindo a reforma da previdência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estive. Estive em Goiás. Reforma da previdência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DONISETE CÂNDIDO VAZ – Aquele desastre que aconteceu e ainda continua.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Continua, e querem fazer outras já.

O SR. DONISETE CÂNDIDO VAZ – E aí nós estamos ainda no PL 42, para ver se corrigem aquela maldade que foi feita, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. DONISETE CÂNDIDO VAZ – Paim, Senadores e demais, nós estamos aí nesse processo importantíssimo de realocação dos trabalhadores do setor elétrico oriundos aí do sistema Eletrobras. E aqui, só para dar uma lembrada, um processo que a Celg Distribuidora, como também foi privatizada, entrou no processo daquele maldito saco chamado PND; a gente queria eliminar aquilo e salvar todo mundo, não é? E a Celg foi a primeira, foi o bode primeiro da privatização. Falaram: "Vamos fazer isso aqui para ver se dá certo?". E aí aconteceu essa tristeza de privatização do setor elétrico.

Nós, de Goiás, estamos aqui bem apreensivos e bem, assim, com a ansiedade de que esse projeto vá para a frente, para poder a gente fazer essa justiça com os trabalhadores, porque, na época da privatização, a nossa luta foi grande; a gente não conseguiu reverter a privatização. Foi uma luta enorme. E, depois da privatização, naquela época das audiências públicas que teve em Goiás... Audiência pública que a gente fala que não é pública; era uma audiência privada, fechada, em locais que não tinham acesso da sociedade para poder falar, participar e ter a consulta: "Nós vamos vender? Pode vender?", e tal.

Aí não teve isso, e a gente foi naquele processo terrível, e, em uma das audiências lá, nós mesmo falamos para o pessoal da Agência Nacional de Energia Elétrica que aquela privatização ia precarizar, ia matar companheiros – ia matar companheiros. Dito e feito, Senador Paim: na privatização, nos primeiros anos da Enel Distribuição em Goiás, morreram mais de dez trabalhadores eletrocutados. E os outros, que a gente não sabe contar, que estão parecendo não ter mais condições mais de trabalho. É igual a uma cobra, que a gente fala, que é aquela cascavel: quando não mata, aleija.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mais triste ainda, Senador, é a gente lá na entidade, na entidade sindical, na sede da entidade, chega um companheiro que passou num concurso público, chega lá pedindo ajuda financeira para poder comprar um quilo de arroz para poder se alimentar. É triste, Senador, e fora o suicídio, que a gente comentou por aqui, que teve suicídios.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DONISETE CÂNDIDO VAZ – Então, é só para relembrar aqui que nós estamos firmes nessa proposta. A ideia, viu, Senador, é da reestatização, certo? E, em Goiás, nós estamos querendo a reestatização do setor elétrico com a encampação dos trabalhadores terceirizados. É isso que a gente quer, e esse projeto vem no momento certo.

A gente está aqui para parabenizar o Senador. E aí, Senador, a gente queria que este Plenário do Congresso Nacional tivesse cinquenta mais um paims. E aí é aquele ditado: fica Paim, que nós queremos o senhor aqui. Não vá embora, não. O senhor está novo. Não precisa disso, não. (*Palmas.*)

Então, o recado de Goiás é esse, Senador, e nós estamos firmes no projeto. Se for para fazer *lobby* e pressão em cima de Senador e Deputado, nós vamos fazer. Uma vez eu falei para um Deputado deste jeito assim: "Eu votei para o senhor, Deputado, agora o senhor vota contra mim? Explique-me essa situação". Nós não queremos isso; nós queremos é que o senhor, Deputado e Senador, vote para nós aqui, porque nós votamos no senhor para colocar o senhor aqui dentro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E poderão voltar, não é? Desde que sejam coerentes. Votamos de novo, né?

O SR. DONISETE CÂNDIDO VAZ – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas tem que ser coerente.

O SR. DONISETE CÂNDIDO VAZ – Pois é, Senador. Tem que ser coerente, e é ruim isso, de a gente ver, sabe? A sociedade é refém e não sabe do que está acontecendo direito. É preciso, sim, a gente fazer debate, fazer audiência e explicar para a sociedade o que é isso, não é? Como funciona?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o setor elétrico brasileiro é importantíssimo, sim, para a nação, porque é fator primordial...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DONISETE CÂNDIDO VAZ – ... para todas as indústrias, para todo o povo brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só faltou o seu nome ainda, você não deu, porque a relação não chegou aqui à mesa.

O SR. DONISETE CÂNDIDO VAZ – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Diga seu nome.

O SR. DONISETE CÂNDIDO VAZ – Meu nome é Donisete, eu sou funcionário da Celg Distribuição. E a gente está hoje aí na direção do sindicato fazendo esse trabalho de luta e de insistência mesmo para poder garantir o que é do povo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Donisete. (*Palmas.*)

Fabiola Latino Antezana, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Urbanitários, cinco minutos, com a tolerância da Presidência.

A SRA. FABIOLA LATINO ANTEZANA (Para expor.) – Perfeito, muito obrigada, Senador Paim.

Um bom dia a todos e a todas, aos companheiros que bem defenderam a aprovação do PL 1.791, de 2019, a todos que estão também pelo YouTube assistindo, viu, Senador? Tem muita gente nos estados apostando na aprovação desse projeto de lei, para fazer justiça de fato aos concursados das empresas distribuidoras e agora da própria Eletrobras *holding*.

As defesas foram perfeitas, a gente não tem muito o que adendar da necessidade da aprovação desse PL 1.791, mas a gente não podia perder a oportunidade também de colocar que uma das empresas nas quais esses trabalhadores poderiam sequer estar sendo demitidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no dia de hoje, porque a cada semana nós temos demissão no sistema Eletrobras, está aparecendo na mídia como possibilidade de acordo entre o Governo Federal e a Eletrobras privatizada. E faz parte do nosso papel denunciar essa possibilidade de acordo, não apenas porque, durante a campanha, o Presidente Lula classificou todo o processo de privatização como espúrio, crime de lesa-pátria, bandidagem e vários outros adjetivos que de fato qualificam o que aconteceu com a Eletrobras, mas principalmente porque nos assusta ver, neste momento, que há uma possibilidade de acordo – acordo esse que vai ser prejudicial não apenas para os trabalhadores do sistema Eletrobras, mas para toda a sociedade, porque você simplesmente legaliza o que foi ilegal e inconstitucional. Então, é um processo que, para além de uma perda da maior empresa de energia elétrica da América Latina, também é uma perda política muito grande.

Queria colocar também que nós temos algumas empresas que poderiam absorver, já de imediato, alguns desses trabalhadores, inclusive a ENBPar, uma empresa criada durante o processo de privatização, para a qual não teve concurso público ainda – porque é uma das lutas que têm sido feitas o concurso público. Já poderiam se absorver alguns dos trabalhadores que estão sendo demitidos neste momento e foram demitidos no passado para compor os quadros da ENBPar. São várias frentes que estão abertas no sentido de fazer justiça a esses inúmeros trabalhadores, trabalhadoras e a suas famílias. E nós entendemos que poderiam ser dados passos, mesmo que pequenos, no sentido de começar a demonstrar que isso, sim, é possível, que esse sonho de muitos e muitas – tal qual foi o que aconteceu na reforma administrativa ali na década de 90, e nós temos aqui vários trabalhadores que foram anistiados e anistiadas acompanhando também esse processo, é a segunda vez que eles passam por um processo como esse – é possível, é viável e basta, de fato, uma decisão política para a gente poder ver essas pessoas realocadas em novas empresas, seja qual for. A experiência dessas pessoas pode ser aproveitada em inúmeros locais.

Então, quero agradecer, verdadeiramente, não só por esta audiência, mas por todo o apoio que o Senador alocou nos inúmeros anos de luta que nós temos, não só com relação ao sistema Eletrobras, mas a própria pauta da classe trabalhadora, com todo o apoio que o Senador tem dado ao Coletivo Nacional dos Eletricitários, aos urbanitários, ao longo desses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mandatos que para nós são de muita valia. E esperamos que nos encontremos em outras trincheiras que sejam não necessariamente aqui dentro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns, Donisete Cândido Vaz, urbanitário de Goiás, que deixou, inclusive, uma sugestão na mesa já.

Eu até lhe perguntei qual é a sigla mesmo, você me falou que é ENBPar, não é? Deixou uma sugestão na mesa para que a gente veja como pode, nos encaminhamentos, fazer com que essa seja uma das propostas. (*Pausa.*)

Muito bem.

Agora, Fabiola Latino... (*Pausa.*)

Fabiola falou agora; o Donisete também já falou; então só falta o Mauro.

Mauro Martinelli, Sindicato dos Urbanitários do DF.

O SR. MAURO MARTINELLI (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas, quero em primeiro lugar parabenizar o senhor, Senador, por sempre estar à disposição dos trabalhadores do setor elétrico brasileiro. O senhor, sem exagero, é uma fonte de inspiração para todos nós trabalhadores, que procuramos nos espelhar no seu trabalho.

Eu queria falar um pouco sobre a importância da aprovação desse projeto. É importante que os Senadores percebam e que o povo brasileiro perceba que a aprovação desse projeto não é importante única e exclusivamente para os trabalhadores e as trabalhadoras que foram demitidos, mas é importante para o setor elétrico brasileiro, é importante para o país, é importante para o Brasil. E por que eu digo isso? Porque são profissionais que foram formados ao longo de 15, 20, 30 anos.

Eu sou engenheiro do setor elétrico. E um engenheiro do setor elétrico, para ser formado, para ser completamente qualificado, leva de 15 a 20 anos. E normalmente as empresas demitem essas pessoas, prejudicando o país. Todos nós sabemos que a Aneel, a agência nacional de fiscalização do setor elétrico, não tem trabalhadores suficientes para poder fiscalizar e regular o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

setor elétrico brasileiro, apesar de ter excelentes profissionais. Então, está aí: aproveitar esses trabalhadores desligados na Aneel é importante para o país.

Eu não sei se as pessoas sabem, mas, na época em que a Eletrobras era estatal, muitos trabalhadores da Eletrobras eram cedidos para o Ministério de Minas e Energia, porque o Ministério de Minas e Energia não tem profissionais em número suficiente para fazer a sua obrigação. (*Palmas.*)

E esses trabalhadores da Eletrobras altamente competentes, tanto na área de operação quanto na área jurídica, poderiam ajudar, e muito, o país.

Então, este projeto não faz justiça única e exclusivamente aos trabalhadores; ele faz justiça ao povo brasileiro, que precisa de um Ministério de Minas e Energia forte, porque é o poder concedente; faz justiça à Aneel, que precisa de trabalhadores altamente qualificados e em número suficiente para fazer a regulação e a fiscalização do setor elétrico brasileiro.

E nós, enquanto sindicalistas, não podemos deixar que continue a acontecer o que está acontecendo na Eletrobras, Senador: toda semana, trabalhadores são demitidos. Aliás, só não foram demitidos na semana passada. Sabe por quê? Porque aconteceu um grave acidente de trabalhadores na Subestação Guamá, do Estado do Pará, e esse trabalhador está com mais de 40% do seu corpo queimado. Devido a isso, a empresa suspendeu momentaneamente as demissões.

São trabalhadores que estão sendo demitidos, sumariamente, de surpresa, sem nenhum preparo. Essas pessoas, Senador, nem sequer têm acesso à empresa para pegar os seus pertences; essas pessoas nem sequer têm acesso às suas máquinas para tirar os seus documentos. Isso é um absurdo que nós não podemos aceitar. É isso que a empresa privada faz com trabalhadores altamente qualificados – altamente qualificados –, que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO MARTINELLI – ... ajudaram a construir o setor elétrico brasileiro.

Senador, parabéns pela realização desta audiência! Contamos com o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu queria fazer uma proposta de encaminhamento, porque não basta aprovar esse projeto – que será aprovado, porque é bom para o país –, mas é importante que o Senado brasileiro... E nós queríamos contar com a presença do senhor, para que fosse conosco aos ministérios e à Casa Civil, para pedir para o Governo empenho na aprovação desse projeto.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Mauro Martinelli, líder do Sindicato dos Urbanitários do DF, que falou do seu caso como exemplo, da história dele, do trabalho dele. Inúmeros profissionais, tão competentes quanto você, pelo que você justificou, são colocados no olho da rua.

Teve um caso que me contaram de uma profissional chegou para trabalhar, abriu o computador, e ouviu: "Está demitida, procure o departamento de pessoal". Eu fiquei chocado quando eu soube disso, quando me contaram, de uma funcionária da Eletrobras. Então, tudo isso faz com que a gente fortaleça cada vez esta audiência pública.

E, pensando agora nos encaminhamentos, cada um dos senhores terá cinco minutos, inclusive também o Neuriberg, para suas considerações finais. E aí a gente faz um resumo dos encaminhamentos.

Eu peço para a assessoria, dentro do possível, que já tome nota do que foi proposto, até o momento, como resultado desta Comissão, além de tudo que vocês estão fazendo, o que nós poderíamos fazer.

Vamos, então, para as considerações finais. Eu vou inverter agora, vou deixar o senhor por último, o.k.?

Neuriberg Dias – se estiver ainda na tela, em tempo, pode fazer seu comentário final –, Diretor do Diap. (*Pausa.*)

Não está. Então, vamos em frente.

André Alves Alencar – eu vou inverter; os últimos serão os primeiros –, Vice-Presidente da Associação dos Empregados Públicos da Eletrobras Distribuição Piauí, cinco minutos para as considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ ALVES ALENCAR (Para expor.) – Senador, só, ressaltando este momento aqui que V. Exa. está nos proporcionando, quero mais uma vez reforçar o agradecimento por toda a sensibilidade que V. Exa. tem não só com a categoria dos eletricitários, mas com todas as causas pelas quais V. Exa. luta, porque é muito importante mexer com a dignidade, com o social, e não poderia ser diferente, considerando uma pessoa como V. Exa., esse retorno tão intenso que V. Exa. nos deu.

Eu só queria reforçar o meu muito obrigado em nome de todos os companheiros do setor elétrico e, mais uma vez, fazendo um lobbyzinho, pedir aqui que o senhor reveja essa aposentadoria para 2026, para que, na próxima legislatura, V. Exa. esteja aqui lutando pelos direitos sociais e trabalhistas.

Quero desejar também aqui que o seu estado se recupere daquele problema que teve, dizendo para o senhor aqui que – eu acredito – não só a minha pessoa, mas todos aqui ficamos consternados com o problema que o seu povo teve.

E, mais uma vez, muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Os meus cumprimentos ao André Alves Alencar pela sua bela contribuição a este debate, ele que é Vice-Presidente da Associação dos Empregados Públicos da Eletrobras Distribuição Piauí.

Mizael de Sousa Alves Oliveira, Presidente da Associação dos Empregados Públicos da Eletrobras Distribuição Piauí.

O SR. MIZAEL DE SOUSA ALVES OLIVEIRA (Para expor.) – Eu queria também só fazer um agradecimento a todos os que se fizeram presentes aqui hoje, ao pessoal também que está acompanhando nas redes sociais, pelo YouTube, pelos canais de comunicação aqui do Senado.

E quero pedir que continuem acreditando na aprovação do Projeto de Lei 1.791, que a gente permaneça firme nessa luta, porque a gente vai conseguir fazer justiça para esses milhares de pais e mães de famílias que foram prejudicados com a privatização da Eletrobras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente tem o apoio de Parlamentares, como o Senador Paulo Paim e outros Parlamentares também que nos ajudaram, como a Senadora Jussara, o Deputado Júlio Cesar, que também apresentou um projeto de lei até anterior a esse, que era o 10.848, de 2018. Também tivemos a ajuda de Parlamentares do Piauí, a exemplo do Deputado Florentino Neto e do Deputado Francisco Costa, também do PT. Quero fazer também menção ao Deputado Assis Carvalho, que foi o autor desse projeto de lei. A gente vem nessa batalha ao longo de muitos anos e a gente acredita que agora a gente vai conseguir o nosso objetivo com a ajuda dos Parlamentares.

Quero pedir também a sensibilidade dos Senadores agora na próxima Comissão, na CCJ, e também a aprovação em Plenário.

É isso.

Agradeço a atenção. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Os meus cumprimentos ao Mizael de Sousa Alves Oliveira, Presidente da Associação dos Empregados Públicos de Eletrobras Distribuição Piauí.

Agora o Josehirton Pereira de Albuquerque, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Amazonas.

O SR. JOSEHIRTON PEREIRA DE ALBUQUERQUE (Para expor.) – Senador Paim, primeiramente, gostaria de agradecer mais uma vez todo o seu empenho em levar o recado dos trabalhadores a esse plenário, ao Senado Federal. E quero dizer que eu agradeço também a todos os trabalhadores que estão empenhados e que estiveram *online* acompanhando essa nossa discussão tão proveitosa.

Espero que os Parlamentares possam acessar toda essa nossa discussão, que é importante para o Brasil, para que a gente comece a entender, de uma vez por todas, que energia não é mercadoria, que o setor energético tem que ser tratado de uma forma muito mais específica que qualquer outra área, que todo erro no setor elétrico pode culminar com um acidente fatal. E isso traz a clareza de que qualquer processo de privatização no setor elétrico vai ser danoso. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que a gente tentou explanar muito bem isso aqui, com as consequências que hoje a gente vem vivendo.

E estamos tentando, de uma forma ou outra, fazer justiça não só aos 6 mil trabalhadores – mais ou menos 6 mil trabalhadores das distribuidoras de energias que foram privatizadas –, que estão nessa luta há mais tempo, mas também ao restante dos trabalhadores da Eletrobras que hoje ainda sofrem durante esse processo de privatização. Não são só aqueles que já pagaram a conta, mas também aqueles trabalhadores que continuam hoje segurando o sistema de forma completamente desumana. Hoje, os trabalhadores estão acumulando cargos devido a esse processo danoso de privatização, que visa só à lucratividade e que cada vez mais ataca a mão de obra mais qualificada da empresa, que é o trabalhador. Então, uma hora, esse sistema pode quebrar da forma como está indo.

A gente espera que isso sirva também para que a gente possa dar esse recado ao Congresso Nacional de rever futuras privatizações, principalmente em setores tão estratégicos quanto é o setor de energia elétrica. A gente não pode brincar com esse setor, porque ele pode trazer um prejuízo imensurável ao nosso país.

Obrigado a todos, obrigado aos presentes.

E vamos continuar firmes nessa luta, pois eu tenho certeza de que, com a nossa união, com os trabalhadores unidos junto com a sociedade, nós conseguiremos reverter esse processo e fazer justiça a todos os trabalhadores que se prepararam um dia para prestar esse concurso público e fornecer toda a sua capacidade de aprendizado para construir o sistema elétrico brasileiro. Esses trabalhadores hoje estão pagando com a sua vida, praticamente, por terem sido surpreendidos por um processo de privatização que foi feito de forma unilateral e que encerrou a carreira de muitos desses trabalhadores.

Esse é o nosso recado, Senador Paim.

Agradeço a todos.

E a luta continua. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Josehirton Pereira de Albuquerque, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Amazonas.

Pediram para que eu registrasse: Urbanitários de Goiás da Stiueg, representante da antiga Celg Distribuidora de Goiás. Está ali, não é? Então, está feito o registro. (*Palmas.*)

Agora, para encerrar, o Sr. Wellington Araújo Diniz, Diretor Jurídico do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Maranhão.

O SR. WELLINGTON ARAÚJO DINIZ (Para expor.) – Obrigado, Senador. Mais uma vez, eu reforço e coaduno todos os pronunciamentos que foram feitos aqui em exaltação da sua pessoa, da sua importância para a luta dos trabalhadores das empresa do sistema Eletrobras e do seu compromisso, do seu comprometimento com esta pauta, que são as pautas sociais que o senhor muito bem abarca aqui nesta Casa Legislativa, especialmente, no Senado.

Eu queria trazer, por último, nas minhas considerações finais, um pedido a ser feito pela Comissão de Direitos Humanos, da qual o senhor é Presidente, para que seja encaminhado ao Governo Federal, ao Governo do Presidente Lula. Estivemos juntos em todas as lutas, estivemos na carceragem da Polícia Federal, lá no Paraná, fizemos um encontro lá, os trabalhadores foram lá. Nós dirigentes sindicais e eletricitários nunca faltamos ao Presidente Lula e temos certeza de que ele não faltará aos trabalhadores e às trabalhadoras do sistema elétrico, do setor elétrico e da Eletrobras.

Senador, gostaria de chamar a atenção. Existe hoje a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.385. Essa ação direta de inconstitucionalidade, proposta pela Advocacia-Geral da União, foi a materialização da insatisfação do Presidente da República com o processo de privatização da Eletrobras. Essa ação direta de inconstitucionalidade, que caiu sob a relatoria do Ministro Kassio Nunes Marques, questiona pontos da lei que privatizou a Eletrobras. E um dos pontos que ela questiona é justamente o poder de voto da União dentro do Conselho de Administração da Eletrobras. A União tem mais de 40%, quase 45% das ações, e não tem nenhum assento no Conselho de Administração. A gestão da Eletrobras hoje é feita, no Conselho de Administração, através de orientação de Vicente Falconi e do próprio Presidente da Eletrobras, que representam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um capital privado que tem um pequeno percentual de ações, mas que realmente é quem manda – principalmente o grupo ligado à Ambev – na Eletrobras atualmente.

As demissões que estão acontecendo na Eletrobras são a materialização da vontade do capital privado. Elas vão de encontro ao interesse público.

Então, nós gostaríamos de pedir, como encaminhamento, assim como já foram feitos outros, que haja um pedido, através da Comissão de Direitos Humanos do Senado, para que cessem as demissões nas empresas do sistema Eletrobras não só pelo fato de ser uma questão de humanidade, de direito humano, mas porque ultrapassa a relação de trabalho. Essa suspensão das demissões vai também na questão do interesse público. Se continuar havendo mais demissões, como está havendo, como já foi relatado pelo Mauro e como a Fabiola também trouxe aqui, além de termos um colapso no sistema elétrico nacional, nós vamos ter mais trabalhadores morrendo. Do início deste ano para cá, já morreram vários trabalhadores. Morreu um trabalhador eletrocutado em Recife, na Chesf; um trabalhador, agora, no Pará, na Subestação de Guamá, teve mais de 60% do corpo queimado; e já houve outros acidentes, inclusive, fatais, desde a privatização.

Eu trabalhei na Eletrobras durante 39 anos. Durante 39 anos, de fato, eu vi companheiros meus com o corpo pegando fogo. Eu vi três acidentes e, desses três acidentes com companheiros nossos, dois foram fatais. E, nos últimos anos, de 2022 para cá, nós já tivemos diversos acidentes fatais, fora os suicídios.

Então, que a Comissão de Direitos Humanos, do seu limite de atuação, solicite à Presidência da República, diante desse acordo que está sendo feito na ADI 7.385, lá na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, porque foi uma orientação do Ministro Kassio Nunes Marques para que houvesse um processo de conciliação, e se reúnem lá Eletrobras e agentes do Governo, que sejam suspensas as demissões nas empresas do sistema Eletrobras.

A Eletrobras não precisa demitir trabalhadores, ela não precisa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só uma pergunta: nessas reuniões de diálogo e de conciliação, não tem representantes das entidades?

O SR. WELLINGTON ARAÚJO DINIZ – Absolutamente nenhum representante das entidades sindicais, da representação dos trabalhadores está participando dessas comissões. E não porque nós não pedimos. Nós pedimos diversas vezes, mas não fomos ouvidos. Então, há, hoje em dia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON ARAÚJO DINIZ – Que foi negado.

E hoje existe, na verdade... Nós temos que trazer isso aqui, Senador, sem lhe trazer nenhum tipo de constrangimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não...

O SR. WELLINGTON ARAÚJO DINIZ – Parece que existe uma barreira para que nós eletricitários não cheguemos até o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nós sabemos que diversas pessoas dentro do Governo hoje, infelizmente, impedem, por exemplo, que nós tenhamos esse espaço que o senhor está nos dando agora de uma rede pública para podermos levar a atual situação dos trabalhadores das empresas do sistema Eletrobras.

Então, nós estamos pedindo isso, porque o Governo agora, dentro desses acordos – isto está sendo amplamente divulgado – deve retomar pelo menos uma pequena parte do seu poder de voto. Olha, eram nove cadeiras no Conselho de Administração. O que se tem de notícia é que devem aumentar para onze e o Governo vai ter três cadeiras, ou seja, o Governo vai continuar sem poder opinar, porque o Governo tem 43%, 45% das ações, mas vai opinar com três no universo de onze. Mas, mesmo assim, que o Governo claramente, através do seu voto dentro do conselho, recomende ao Conselho de Administração a suspensão das demissões.

E, logicamente, nós vamos tratar, durante esse período, também da aprovação do Projeto de Lei 1.791. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Wellington Araújo Diniz, Diretor Jurídico do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Maranhão.

Eu não sei se cabe – vocês que estão cuidando desse processo todo... Se, nesse pedido que você solicitou e que vamos em nome da Comissão, nós não poderíamos ter a ousadia de pedir um – um! – representante dos trabalhadores nessa comissão de diálogo.

O SR. WELLINGTON ARAÚJO DINIZ – Podemos.

Antes que o relatório seja concluído, que haja a participação dos trabalhadores, porque nós temos um rol grande de contribuições para levar antes que se conclua esse relatório, porque qualquer relatório que vá ser feito dentro desta Comissão e que não ouça os trabalhadores, com certeza, não vai traduzir a realidade daquilo que nos aflige.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então vamos lá.

Encaminhamentos.

Sugestão da Fabíola: aproveitar funcionários egressos da Eletrobras na empresa pública recém-criada ENBPar... É isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... e em outras.

Proposta de Mauro Martinelli solicita que o Senador articule junto aos ministérios e à Casa Civil o apoio do Governo à aprovação do projeto. Pede à CDH que interceda junto ao Executivo, visando a um voto no sentido de cessar as demissões na *holding* da Eletrobras, em virtude de possíveis irregularidades no processo de privatização, até que seja julgada a ADI nº 7.385.

E o último, que eu propus agora e vocês concordaram – e depois vocês podem inclusive redigir –, é que haja a participação de representante dos trabalhadores nesse processo, que está com a participação somente do Executivo e da Eletrobras. O.k.? Então o quarto é esse aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós faremos os devidos encaminhamentos.

O SR. JOSEHIRTON PEREIRA DE ALBUQUERQUE – Só precisa acrescentar aí que é na *holding* e suas subsidiárias, tá?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Onde?

O SR. JOSEHIRTON PEREIRA DE ALBUQUERQUE – "Na *holding* e suas subsidiárias."

O SR. WELLINGTON ARAÚJO DINIZ (*Fora do microfone.*) – É porque a *holding* já contempla as subsidiárias também.

O SR. JOSEHIRTON PEREIRA DE ALBUQUERQUE – É.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Contempla?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JOSEHIRTON PEREIRA DE ALBUQUERQUE – Tem que colocar "e subsidiárias".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tudo bem. Aqui onde fala "*holding*", colocar "*holding* e suas subsidiárias".

E o último ponto, que eu propus e eles acataram: que haja pelo menos um – eu estou dizendo um para diminuir, mas esse um vale... Eu me lembro de que, na Constituinte, nós tínhamos no máximo, no total ali, acho que uns, pelo que estou me lembrando aqui, 14 Parlamentares do meu partido – é claro que tinha outros lutadores, de outros partidos –, mas que valiam por algumas dezenas. Acho que um dirigente estar lá – não sei quem vocês vão escolher – é fundamental para os encaminhamentos.

O.k.? Fechou aí? Vamos para a redação final para não ter erro, porque o documento nós vamos encaminhar nos moldes que está aqui.

Sugestão da Fabiola: aproveitar funcionários egressos da Eletrobras na empresa pública recém-criada ENBPar e outras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proposta de Mauro Martinelli: solicita que o Senado articule junto aos ministérios e à Casa Civil o apoio do Governo na aprovação do projeto; e que a CDH interceda junto ao Executivo, visando a um voto no sentido de cessar as demissões na *holding* da Eletrobras e suas subsidiárias, em virtude de possíveis irregularidades no processo de privatização, até que seja julgada a ADI 7.385.

Inclusão de representantes, ou de representante – aí a gente vê como é que faz a redação –, dos trabalhadores no conselho de conciliação.

É isso? (*Pausa.*)

Pegou ali a redação final? Passe para ele depois.

Pessoal, missão cumprida. A nossa audiência pública atingiu todos os objetivos: dar visibilidade e ação. É por isso que, para mim, os encaminhamentos são fundamentais.

Por tudo o que vocês vêm fazendo, eu quero dar uma salva de palmas a vocês todos, pela luta que estão travando. (*Palmas.*) Muitas vezes as pessoas não são bem informadas, e vocês estão aqui dentro, digamos, há tempos e tempos, fazendo contato com um Senador, com outro Senador. Eu fico feliz em saber que visitaram 90% – é claro que eu não conto, porque a mim vocês podem visitar todo dia – dos Senadores e Senadoras para que esse projeto fosse aprovado, e agora está na CCJ.

Eu havia rascunhado aqui, por conta própria... tinha escrito o seguinte, para encaminhamento coletivo nosso: corpo a corpo na CCJ agora. Já visitaram 90%, está bom; mas vamos pegar todos os membros da CCJ, titulares e suplentes, e dialogar com eles, porque eles haverão de ficar sensíveis à postulação, à proposta que vocês estão colocando aqui com muito equilíbrio, com muita tranquilidade, de forma muito respeitosa, em todos os sentidos.

Isso conta aqui na frente, e tem que saber dialogar com os Senadores.

Uma salva de palmas a vocês e à vitória da classe trabalhadora! (*Palmas.*)

Está encerrada a audiência pública de hoje.

(*Iniciada às 9 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 55ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13. **COM A FINALIDADE DE DEFINIR AS EMENDAS A SEREM APRESENTADAS PELA CDH AO PROJETO DE LEI Nº 3, DE 2024-CN, QUE "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**.

Às doze horas e vinte e dois minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Weverton, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Eduardo Gomes, Dr. Hiran, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Alan Rick, Jorge Kajuru, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Sérgio Petecão e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Leila Barros, Mara Gabrilli, Humberto Costa, Magno Malta, Romário e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa das emendas ao PLDO. **Finalidade**: Discussão e deliberação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao PLN 3/2024 (PLDO 2024), que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária de 2025 e dá outras providências". Relator: Senador Paulo Paim. O Presidente abre a Reunião e passa a Presidência para o Senador Flávio Arns. Em seguida o Presidente Eventual Senador Flávio Arns dá a palavra ao Senador Paulo Paim que lê o Relatório. Foram apresentadas 36 propostas de emendas, sendo 3 de texto e 33 relativas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025. As propostas de emenda encontram-se discriminadas, no quadro abaixo. Não obstante, conforme a ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 854 - DISTRITO FEDERAL. RELATOR: MIN. FLÁVIO DINO. Cito:"10. Para o exercício de 2025, quanto às "emendas de bancada" (RP 7) e às "emendas de comissão" (RP 8), devem ser observadas as disposições da LC nº. 210/2024, conforme delineado nesta decisão. Em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outubro de 2025, será realizada auditoria da CGU especificamente quanto à vedação de "rateio" dos valores e de fragmentação dos seus objetos, conforme plano de trabalho a ser apresentado a este Relator, no prazo de 15 (quinze) dias corridos. Repito: tais emendas devem ser deliberadas nas respectivas bancadas e comissões, sempre com registro detalhado em Ata, na qual deve conter, inclusive, a identificação nominal do(s) parlamentar(es) ". Isto posto, fica consignado nesta Ata que:

Código/Descrição da ação	Unidade de medida	Meta física	Autores
21G5 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES	INICIATIVA APOIADA (unidade)	70	Paulo Paim Professora Dorinha Seabra Paulo Paim Paulo Paim Mara Gabrilli Humberto Costa Ana Paula Lobato Professora Dorinha Seabra
21G1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	INICIATIVA APOIADA (unidade)	100	Soraya Thronicke Paulo Paim Mara Gabrilli Jussara Lima
21GJ - APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	INICIATIVA APOIADA (unidade)	350	Paulo Paim Soraya Thronicke Ana Paula Lobato Jussara Lima

Após a discussão da matéria, o Presidente Eventual põe em votação o Relatório do Senador Paulo Paim. **Resultado: A Comissão aprova o relatório, indicando que a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao PLN nº 3, de 2024:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NÚMERO	EMENTA	ALTERAÇÃO META
60090001	21G5 - Promoção E Defesa Dos Direitos Humanos Para Todos E Reparação De Violações	70
60090002	21G1 - Promoção E Defesa Dos Direitos Das Pessoas Com Deficiência - CDH	100
60090003	21GJ - Apoio Às Iniciativas De Prevenção, Acesso À Justiça E Enfrentamento À Violência Contra As Mulheres – CDH	350

A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (56ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (44ª REUNIÃO), EM 11 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia onze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Humberto Costa, reúnem-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Marcio Bittar, Weverton, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Flávio Arns, Lucas Barreto, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Romário, Eduardo Gomes, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Wellington Fagundes, Ângelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Alan Rick, Marcelo Castro, Astronauta Marcos Pontes, Jayme Campos e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli, Magno Malta, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 50/2024 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), e REQ 99/2024 - CAS, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). Finalidade: Exposição das ações do Ministério da Saúde no ano de 2024 e debater "a regulamentação da Lei 14.878 de 2024 - Política Nacional de Cuidado Integral às Pessoas com Doença de Alzheimer e Outras Demências". Participantes: Nísia Verônica Trindade Lima, Ministério da Saúde; Sr. Francisco José D'Angelo Pinto, Chefe de Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares; e Sr. Elton Bernardo Bandeira de Melo, Secretário - Executivo Adjunto. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/11

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 56ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a 44ª Reunião da Comissão Permanente de Assuntos Sociais, ambas do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada, nos termos do Requerimento nº 50, de 2024, da CDH, de nossa autoria e de autoria do Senador Humberto Costa, para exposição das ações do Ministério da Saúde no ano de 2024 e para debater a regulamentação da Lei 14.878, de 2024, Política Nacional de Cuidado Integral às Pessoas com Doença de Alzheimer e Outras Demências.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Vamos iniciar a sessão.

De imediato, eu peço também às pessoas que estão de pé lá atrás: podem ocupar até a segunda fila de cadeiras aqui na frente. Eu já havia falado para a assessoria. Vou pedir para a Ingrid que oriente as pessoas, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é de praxe, no início desta Comissão, eu sempre faço uma pequena fala de abertura – nós devemos estar ao vivo pela TV Senado, pela Agência Senado e pela Rádio Senado – para situar os que estão nos ouvindo ou assistindo ao tema que vai a debate.

Neste momento, faço uma pequena introdução sobre a importância da presença conosco, neste dia, da nossa querida Ministra de Estado da Saúde Nísia Verônica Trindade Lima, a quem – nesta Comissão aqui é praxe, viu? – eu vou receber com uma grande salva de palmas, com o apoio de vocês do plenário. (*Palmas.*)

Vamos em frente.

Senhoras e senhores, esta é uma audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Sociais, presidida pelo nosso querido Senador Humberto Costa, e, naturalmente, da Comissão de Direitos Humanos, presidida por mim.

Contamos com a presença da Ministra de Estado da Saúde Nísia Trindade Lima.

Antes de iniciarmos, permitam-me apresentar brevemente um resumo do currículo da Ministra. Se eu ler todo o currículo, não vai ter tempo de ela falar daí e ela vai dizer: "Chega de elogio, deixe-me falar". Então, vamos em frente, pessoal.

A Ministra é Doutora em Sociologia, Mestre em Ciência Política e graduada em Ciências Sociais. Sua trajetória como gestora e intelectual destaca-se pela promoção do valor social da ciência no Brasil e pela realização de iniciativas que aproximam a ciência da sociedade. É Pesquisadora plena da Casa de Oswaldo Cruz, a nossa Fiocruz, Professora do programa de História das Ciências e da Saúde e Professora também e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, também é Professora associada de Sociologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Autora de livros e artigos, sua produção acadêmica enfoca o pensamento social brasileiro. Aqui nós comungamos 100%, viu?

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA (*Fora do microfone.*) – Cem por cento!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O social em primeiro lugar. A história das ideias em saúde pública e os processos de construção do Estado nacional do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesta audiência, além de expor as principais ações do Ministério da Saúde no ano de 2024, a Ministra abordará também a regulamentação da Lei 14.878, de 2024, que institui a Política Nacional de Cuidado Integral às Pessoas com Doença de Alzheimer e Outras Demências. Essa importante legislação, originada de um projeto de nossa autoria que estabelece – projeto de nossa autoria, mas foi construído em parceria com o Governo, não é? – um plano de ação a ser elaborado pelo poder público, com a participação de instituições de pesquisa da comunidade acadêmica e científica e da sociedade civil.

A referida lei está alinhada ao Plano de Ação Global para as Demências 2017-2025, que tem como objetivo melhorar a qualidade de vida das pessoas com demência, de seus familiares e cuidadores, além de reduzir o impacto social da doença. Para isso, busca-se priorizar o tema nas políticas públicas de saúde, garantindo o acesso ao diagnóstico precoce e aos cuidados especializados. Saúde é prioridade do Governo Federal.

Sublinho o art. 196 da nossa Constituição Cidadã. Eu fui Constituinte; falo sempre com muito orgulho disso, viu? Eu estive lá; Constituição de 1988, entre 1986 e 1988, com Lula, Olívio Dutra e tantos outros. Claro, eu busquei a minha referência maior no Rio Grande do Sul: Olívio Dutra é um ícone e a referência, claro, de nós outros, do Presidente Lula, que é uma referência não só nacional, mas, sim, uma referência global.

E, neste momento aqui, também eu informo – e conversava com a Ministra, ela confirmava as informações – sobre o último boletim que saiu, a que tivemos acesso. O Presidente Lula foi operado, devido àquela queda que ele teve, não é? Foi operado na cabeça, mas está tudo sob controle, ele está muito bem, a operação, segundo eu ouvi, foi um sucesso. Ele já está na UTI, o que é um procedimento normal – não é? – para quem vem de uma operação como essa que ele fez. E, provavelmente, até o fim de semana, segunda-feira, ele estaria retornando já à Brasília.

Então, fica aqui o nosso carinho ao Presidente Lula, e, eu diria de forma positiva, para não dizer que eu pedi palmas outra vez, muita energia positiva para o Presidente Lula. Se vocês puderem fazer dessa forma... Muita energia positiva para o nosso querido Presidente Lula!

Enfim, terminando. A saúde é direito de todos e dever do estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao acesso universal igualitário nas ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação – pequeno resumo baseado no art. 196 da Constituição.

Enfatizo também – claro que eu fiz um pronunciamento na tribuna e fiz também na Comissão em que eu atuei ontem – que ontem foi o Dia Internacional dos Direitos Humanos, dia 10 de dezembro, e esta Comissão é a Comissão de Direitos Humanos.

A sua vinda aqui, Ministra, não é coincidência. Foi um pedido, e a senhora ajustou sua agenda para estar aqui exatamente no dia 11, um dia após o Dia Internacional dos Direitos Humanos, pela importância que a saúde é – saúde é vida –, é recuperação, é prevenção, eu diria que é a liberdade, a liberdade de estar bem, em todo sentido. Por isso, a sua presença aqui, para nós, é fundamental. E fico muito feliz de ter feito essa parceria com o Senador Humberto Costa para este momento acontecer.

A saúde pública é fundamental para a efetivação dos direitos humanos – repito: a saúde pública é fundamental para a efetivação dos direitos humanos.

Este Senador aqui é muito pontual – eu procuro seguir o exemplo dele quando eu vou à Comissão de Educação, porque ele preside lá e abre também no horário certo –: meus cumprimentos ao grande Senador Flávio Arns, parceiro nosso, de todas as horas, que está aqui, Ministra, primeiro Senador a chegar ao Plenário, porque hoje é uma correria na Casa, não é? (*Palmas.*)

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA – É, eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todo mundo correndo para os lados.

Enfim, repito, a saúde pública é fundamental para a efetivação dos direitos humanos, pois a garantia de condições adequadas de saúde é fundamental, repito, para a dignidade humana.

Falei muito aqui em direitos humanos, políticas humanitárias, e lembrei que ontem você estava junto e presidiu a sessão para que eu fizesse o relatório – ontem ainda – para que eu desse o meu parecer, onde eu fiz a fala sobre o dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministra, neste momento, a palavra é sua. E vou repetir o gesto. A senhora vai começar a falar sob palmas já, inclusive do Flávio Arns, não é, Flávio? (*Palmas.*)

É com a senhora.

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA (Para expor.) – Eu queria agradecer muito ao Senador Paulo Paim e cumprimentar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, Ministra. O Senador Humberto Costa avisou que ele está a cinco minutos, mas faz questão de estar aqui, sabendo que a senhora já iniciou a sua fala.

Fique à vontade agora. Não vou interromper mais, prometo.

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA – Não, não tem problema, pode ficar à vontade.

Então, eu queria agradecer muito este convite do Senador Paulo Paim, da Comissão de Direitos Humanos do Senado; também ao Senador Humberto Costa, que logo se reunirá entre nós; e saudar o Senador Flávio Arns e a todos os presentes.

Como, nesse convite, vindo das duas Comissões, foi solicitado, pelo Senador Humberto Costa, um balanço e, por parte do Senador Paulo Paim, uma discussão mais específica sobre Alzheimer e outras demências, pensando toda a questão da Política Nacional de Cuidados – e aí eu quero cumprimentá-lo pela relatoria, no Senado, a esse importante projeto, como também pela autoria do Projeto de Lei 4.364, de 2020, que foi sancionado em junho deste ano pelo Presidente Lula e que vai merecer, na sua regulamentação – isso já está em curso –, um trabalho conjunto com assessorias técnicas, Conselho Nacional dos Secretários de Saúde, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – como são da constituição do SUS –, de maneira a permitir uma efetividade dessa política aprovada.

Nós temos trabalhado muito com a visão de um Brasil bem cuidado, então o tema de uma política de cuidado, Senador Paim, nos é muito caro.

Para poder atender, a meu ver, da melhor forma, a proposta e o convite das duas Comissões, eu preparei uma apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De quanto tempo disponho, Senador? Para não ser muito longa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha, eu vou ser direto, Ministra.

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O tempo que a senhora entender necessário. (*Risos.*)

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA – Está bem, então.

Com liberdade fica ainda melhor.

Então, preparei uma apresentação e depois, naturalmente, ficarei aqui à disposição para as perguntas, para as questões.

São vocês que passam, não é? Pode passar, por favor.

Então, sim, é a ideia do cuidado.

Só volta... Volta, para eu frisar isso, que é importante. Volta, por favor.

Então: cuidar de todos os brasileiros. Essa questão do cuidado, de governar assim como cuidar – de novo reforçando o verbo e a sua importância, a do cuidado –, está presente em todas as políticas do Governo liderado pelo Presidente Lula.

Aproveito para reforçar as palavras do Senador Paim: o Presidente está bem. Ontem falei, inclusive, com a Dra. Ana Helena, que é a médica que o acompanha aqui no Planalto e está lá também, em São Paulo. Felizmente, ele está bem, sem sequelas, como foi claramente colocado ontem, na coletiva dos médicos, mas vamos ficar aqui nessa vibração positiva de novo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Vamos repetir o gesto. Reforçar, nunca é demais.

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA – Repetir o gesto. Gostei. Nunca é demais. É sempre muito importante.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que são imagens de alguns desafios com que lidamos desde o início dessa gestão, com uma crise humanitária no território ianomâmi, que mobilizou todo o Governo Federal, e ainda mobiliza, porque o processo de reconstrução – após as graves ocorrências, frutos da atividade de garimpo ilegal, do seu impacto na saúde – precisa de uma recuperação no tempo. Mas já temos dados, que eu vou apresentar brevemente aqui, também importantes, dos resultados dessa ação.

Muitas ações no campo da vacinação, também vou falar aqui sobre isso. A vacinação, eu quero ressaltar aqui: a vacinação é um direito. A saúde é um direito, como bem disse o Senador Paim – está assentado na nossa Constituição, que é a base do SUS –, e também a vacinação é vista como um direito, da mesma forma que o cuidado que temos que ter com a nossa população.

Pode passar, por favor.

Eu tenho trabalhado muito para que as ações do Ministério da Saúde respondam a alguns desafios colocados hoje, alguns relacionados diretamente à saúde, outros ligados ao que nós definimos como determinantes sociais e ambientais.

Esses desafios, que eu gostaria de destacar aqui, se relacionam às mudanças climáticas e seu impacto na saúde. Mais à frente eu vou falar também, e isso foi, inclusive, objeto da declaração que fizemos junto ao G20, de como lidar com esses impactos da mudanças climáticas na saúde que vão desde a nova forma de aparecerem doenças infecciosas, principalmente as vetoriais, como é o caso da dengue, transmitida pelo *Aedes aegypti*, como também doenças crônicas, impactando sobretudo a população idosa, seu grande tema, Senador Paim, e também as crianças, as gestantes, entre vários outros aspectos e impactos das mudanças climáticas.

Um segundo desafio – esse é parte da nossa história, parte da nossa história de mais de 500 anos de transformação do que eram essas terras no Brasil, após a colonização – é a persistência das desigualdades sociais. Esse é o grande desafio ao qual o Presidente Lula também se dedicou no seu primeiro e segundo mandatos, é um dos problemas sociais históricos do nosso país que eu queria destacar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O terceiro desafio é a transição demográfica, sobretudo com o envelhecimento da população. Temos que estar preparados. Eu vou falar alguns dados aqui mas, sobretudo, que políticas nós precisaremos ter frente a essa transição.

A desigualdade no campo da ciência, tecnologia e inovação. Então, nós hoje lidamos com uma situação em que, só para exemplificar, durante a pandemia de covid-19, que tanto nos afetou, nós tivemos uma situação: em junho de 2021, quando já tínhamos vacinas para a covid-19, apenas 10% dos países haviam iniciado a primeira dose dessa vacinação. Então, esse é um dado sobre essa desigualdade do acesso às tecnologias de saúde. Essa também foi uma pauta muito forte no G20.

E, por fim, não menos importante, novos modelos de informação e comunicação e seu impacto na saúde e na democracia. Aqui eu falo de novas formas de relacionamento social também, na questão das redes, na questão do impacto da desinformação, que foi objeto de um artigo meu com o Ministro Paulo Pimenta, publicado no último fim de semana, mas também o desafio para nos comunicarmos sobretudo com a juventude, de outra forma, valorizando o caminho da ciência, da saúde e da democracia.

Pode passar, por favor.

Faço esse destaque, então, Senador Paim – o senhor que é um companheiro nessa jornada – sobre a importância de, nesta Casa, ajudarmos no combate à desinformação. Essa foi uma prioridade no G20 Saúde também. Então, levamos essa plataforma, que é coordenada pela Secretaria de Comunicação do Governo Federal, e pelo Ministério da Saúde. Os exemplos são muitos, desde dizer que vacinas causam alteração em material genético, até mesmo dizer que o câncer de mama não existe. São atitudes que, muitas vezes, são mesmo criminosas e, como tal, têm que ser combatidas.

Pode passar.

E frente a esse processo, que é a herança que nós recebemos – um país pós-pandemia, um país em que houve, de uma maneira clara, infelizmente, no último Governo, uma ação deliberada de descrédito da ciência, das vacinas, além de um descuido da população; um país que tem menos de 3% da população mundial e teve 11% das mortes por covid, é importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não esquecer –, nós temos trabalhado de uma maneira ativa para a recuperação da ciência, da saúde e das coberturas vacinais, que, como eu disse, vejo também, Senador Paim – e isso está no Estatuto da Criança e do Adolescente – como um direito das nossas crianças e dos nossos jovens.

Então, nós tivemos este ano a satisfação de o país receber a recertificação da eliminação do sarampo. Nós tínhamos conquistado esse título em 2015, perdemos em 2019, reconquistamos este ano, o resultado de um grande esforço, pelo qual eu queria saudar aqui a todos os trabalhadores e trabalhadoras da saúde e a todos que nos apoiaram nessa reconstrução do Programa Nacional de Imunizações. (*Palmas.*)

Este ano, o Brasil deve atingir a meta de 95% de pessoas vacinadas, de crianças vacinadas. E, assim, o Brasil não está só protegido do sarampo, mas está considerado também livre da rubéola e da rubéola congênita, que tantos problemas podem trazer às novas gerações.

Pode passar.

O sarampo não foi um fato isolado, nós tivemos o aumento das coberturas vacinais de 15 das 16 principais vacinas do calendário infantil. Superamos a meta em três delas: BCG, para tuberculose; a vacina de reforço para poliomielite; e a tríplice viral, que protege para sarampo, caxumba e rubéola. Esse reconhecimento também foi dado internacionalmente: o Brasil saiu da lista dos 20 países que menos vacinam.

Então, eu saúdo a todos os profissionais que contribuíram para isso, a sociedade, as sociedades científicas que conosco estiveram e aquelas pessoas, aqueles trabalhadores que vão lá na ponta, no interior do país, para fazer essa vacinação. (*Palmas.*)

Pode passar. Pode passar, por favor.

Queria também falar sobre algo que ocupou muitos debates e a mídia, e há muita razão nessa preocupação, é um grande desafio: o tema do abastecimento de vacinas no Brasil. Pelos resultados da vacinação, fica claro que a nossa população está mais vacinada, as nossas crianças e os nossos jovens mais protegidos, mas que há muitos desafios pela frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós enfrentamos um desafio importante na vacina da covid: de um lado a desinformação, mas de outro lado também a questão da entrega das doses. Dentro da contratação que nós fizemos, o Ministério da Saúde buscou sempre, para cada vacina, para cada desafio enfrentado, o abastecimento mais completo e a distribuição mais efetiva. E faço um destaque aqui a esse problema de nível mundial em relação à produção de algumas vacinas, como é o caso da vacina de varicela, que é responsável pela proteção em relação à catapora.

Para todas essas ações, como eu disse, onde houve problemas e alternativas foram buscadas e trabalhadas, e hoje nós temos uma situação de controle nesse quadro, mas também de reforço ao Complexo Econômico-Industrial da Saúde, de maneira que nós possamos ter mais autonomia, mais independência do país na produção desses imunizantes, lembrando sempre o papel fundamental desempenhado pela Bio-Manguinhos/Fiocruz e pelo Instituto Butantan.

Pode passar, por favor?

Também ligado ao grande desafio das mudanças climáticas, quero fazer um destaque para o momento em que enfrentamos o desafio da dengue e outras arboviroses. Neste ano de 2024, enfrentamos a maior epidemia em número de casos, chegando a mais de 6 milhões de casos notificados de dengue, e também com elevação dos números para chicungunha, zika e oropouche, oropouche hoje concentrada em algumas áreas e estados da Região Norte e também no Estado do Espírito Santo.

Nós passamos também a ter mais elementos de diagnósticos, Senador Paim. Então, esse é um dado importante desse quadro. Nós aumentamos nossas ferramentas científicas com isso, muitas vezes estamos vendo problemas que já existiam, mas que certamente estavam sendo confundidos com a dengue, por exemplo. Então, temos trabalhado muito nessa questão do diagnóstico preciso, com base científica.

E quero aqui dizer que lançamos, com o Presidente Lula, um plano para enfrentamento à dengue, esse plano consta de prevenção. Estamos neste momento de uma maneira forte agora, e quero reforçar a nossa campanha dos 10 minutos para o enfrentamento à dengue, e muitas ações de vigilância com os laboratórios dos estados também, novas tecnologias para o controle de vetores – podemos falar, na discussão, sobre isso –, e o que é muito importante: a organização da rede assistencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dengue é uma doença em que infelizmente nós temos a incidência de epidemias com maior ou menor gravidade há 40 anos no nosso país. Hoje, o que tem de diferente é cada vez mais ela – com o evento das mudanças climáticas e aquecimento – se espraiar por regiões que antes não conheciam a dengue, como é o caso do seu estado, Senador Paim, não é? Então, na Região Sul, até porque as pessoas são mais suscetíveis, uma vez que é mais recente a epidemia, é que está na preocupação; e as Regiões Sudeste e Centro-Oeste também. Vivemos isso intensamente no Distrito Federal, mas com uma boa organização da rede assistencial ao lado da prevenção.

Lembro que 75% dos focos estão nas nossas casas, não é? Então são mensagens importantes, mas também organizar essa rede para cuidar bem.

Para os senhores terem uma ideia, recebemos este ano uma missão do Uruguai, país que, pela primeira vez, teve casos de dengue este ano. Então, a dengue hoje não é mais, como se dizia antes, um problema dos trópicos, uma doença dos trópicos, pois cada vez se encontra mais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ministra, permita que eu convide para a mesa...

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA – Claro! Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fui autor junto com ele, com muito orgulho, dessa... (*Palmas.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – É a primeira vez que eu vejo um cara atrasado receber aplausos. (*Risos.*)

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA – É porque é o senhor. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por isso que é o Humberto Costa, Doutor, inclusive, no tema aqui – que não é todo mundo que domina totalmente.

Presidente, você usa a palavra no momento que você entender adequado. E, inclusive, trocamos a Presidência. Não há problema nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA – Senador Humberto Costa, eu estava fazendo uma apresentação, na linha do que o senhor solicitou, de um balanço geral. Então, para não ocupar muito o tempo, quero só lhe dizer que eu iniciei com os grandes desafios do SUS, ações no campo da vacinação, mostrando os resultados que alcançamos com o aumento da cobertura de 15 das 16 vacinas e com a proteção das nossas crianças para pólio, para sarampo, de uma forma muito efetiva, e com o Brasil recebendo o título de País Livre do Sarampo.

E agora estávamos falando de um outro grande desafio, diretamente relacionado a mudanças climáticas, que é o desafio da dengue.

Pode passar, por favor.

Então, queria convidar a todos para, numa ação que eu combinei com os Governadores dos estados – ontem estive, inclusive, no Fórum dos Governadores – e com todos os gestores estaduais e municipais, que mensalmente se reúnem com o Ministério da Saúde, num fórum da Comissão Intergestores Tripartite, para, neste sábado, dia 14 de dezembro, termos o dia D de mobilização contra a dengue. Depois que passa aquela grande subida que tivemos, quando vemos o descenso do número de casos, há uma tendência a descansar. Temos aí festas de fim de ano – ainda não, não é? Com muito trabalho ainda pela frente –, então essa conscientização é muito importante. Então, eu queria deixar aqui esta mensagem para que, não só no dia 14, nós tenhamos essa ação dos dez minutos contra a dengue, olhando cada possível depósito; e uma mensagem para os Prefeitos – nós estamos aí em transição de gestão municipal – da importância de que não se esqueçam do controle da questão do lixo, dos focos de acúmulo de água e, portanto, de mosquito do *Aedes aegypti*.

Eu queria deixar essa mensagem aqui e convidar a todos. O Governo Federal vai estar... Cada ministro vai estar em um estado também, trabalhando com os secretários municipais e estaduais, para a gente fazer uma bela ação nesse dia.

Pode passar, por favor.

Destaco também todo o processo de reconstrução da estratégia da saúde da família, a partir do novo modelo de organização e financiamento, com a possibilidade de ampliação do horário de atendimento, naturalmente, num país tão diverso, de acordo com as características

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de cada município. Em muitos municípios, as unidades básicas de saúde, com o nosso apoio, têm condições de estarem atendendo a população trabalhadora até às 22h, como eu disse, de acordo com as características de cada município.

Também reforçamos as visitas domiciliares, que estavam, em grande parte, ou muito reduzidas ou quase suspensas em muitos lugares – isso porque houve um investimento orçamentário, porque sem orçamento não se faz a política pública –; nós credenciamos, habilitamos mais 4,2 mil novas equipes de saúde da família; e, Senador Paim e Senador Humberto, vamos seguramente alcançar a meta de 80% de cobertura até 2026. Então, isso é base para uma política de bom cuidado. (*Palmas.*)

E essa estratégia é fundamental para todos os problemas de saúde, desde a saúde mental, as doenças cardiovasculares, doenças como Alzheimer, também objeto desta sessão, e, de uma maneira muito intensa também, o apoio à redução da mortalidade infantil, como tem sido fortemente comprovado em artigos, como é o caso aí de um trabalho conjunto, que é o papel do Bolsa Família, que, felizmente, também tem como condicionalidade tanto a matrícula na escola quanto a vacinação e o pré-natal, de que eu vou falar também brevemente aqui.

Pode passar.

Quero, neste momento, também saudar os agentes de saúde, os agentes comunitários e os agentes de endemia. Hoje, o Brasil conta com quase 400 mil profissionais trabalhadores nessas categorias. O Presidente Lula sancionou, recentemente, uma lei para custear despesas de locomoção de muitos que têm que fazer. E nós temos um grande curso de formação desses agentes, em colaboração com o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde, para que eles também discutam essas novas tendências, trabalhem com o tema do envelhecimento da população, das demências, da questão da dengue, que já faz parte da tradição do trabalho dos agentes de endemia, mas também dos agentes comunitários de saúde. Eles são também sentinelas, tanto na vigilância quanto no cuidado, e eu tenho tido uma relação muito próxima, que eu creio ser muito importante.

Pode passar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu vou me deter um pouquinho mais até para poder atender à demanda do Senador Paim, que é pensar o cuidado integral às pessoas com doença de Alzheimer e outras demências. Como nós sabemos, temos uma população idosa crescente no Brasil. Ela cresceu nove vezes mais de 2010 a 2022. O ritmo desse crescimento mostra uma velocidade dessa mudança muito intensa quando comparada aos países europeus que enfrentam esse problema hoje – então, nós temos aí uma questão de ritmo –, 56% de crescimento da população com 60 anos ou mais entre os dois censos e com dados do Censo de 2022. Na população idosa, nós temos 1,85 milhão de brasileiros sofrendo com a doença de Alzheimer – as pessoas, seus familiares, é sempre bom lembrar, e seus cuidadores – e é uma doença que afeta 6,3% das pessoas com 60 anos ou mais.

Mas não é só de estatística que estamos falando. Estamos falando de pessoas, de cuidado, de algo que requer um trabalho do Ministério da Saúde, mas de todos os ministérios, do Parlamento e da sociedade, Senador Paim.

Queria falar de alguns avanços importantes.

Nós estamos trabalhando na revisão da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, no Ministério da Saúde, numa parceria com a Universidade de Brasília. Vamos ter uma nova caderneta da pessoa idosa, fazendo um trabalho semelhante ao que fazemos hoje para a criança. A caderneta foi publicada este ano, depois de oito anos sem publicação, e vai ter também uma versão digital. Nós estamos trabalhando fortemente nas unidades básicas de saúde, na atenção primária, para que haja uma identificação precoce – então, também com cursos, com formação para esses profissionais, para que isso possa ser feito.

Fazer uma avaliação da pessoa idosa, e isso ser colocado no prontuário eletrônico também faz parte do nosso trabalho da saúde digital. E, com o novo modelo de financiamento da atenção primária, a que eu fiz referência, nós temos trabalhado muito com indicadores relacionados à qualidade de atenção à pessoa idosa. Então, é nesse nível que entendemos que começa esse trabalho.

Também quero fazer um destaque à incorporação da rivastigmina, que é o único medicamento registrado para pacientes que sofrem com Parkinson e algumas demências. Então, queria fazer esse destaque também – são pelo menos 33 mil pacientes beneficiados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós estamos trabalhando com um conjunto de ministérios, e isso tem a ver, Deputado, desculpe, Senador Paim – chamei tantas vezes o senhor de Deputado que falhei agora, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fui quatro vezes Deputado Federal, com muito orgulho.

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA – É, pois é, pois é. E acompanho o seu trabalho desde a Constituinte, porque o movimento sanitário estava lá.

Então, eu queria dizer que toda a sanção da Política Nacional de Cuidados e a regulamentação posterior já está sendo trabalhada no Governo Federal, com medidas voltadas para essa Política de Cuidados.

Pode passar, por favor.

Ali eu acho que tem um lembrete importante, que é... Pode voltar rapidamente, porque eu não mencionei que 45% das demências podem ser evitadas. Isso é fruto de vários estudos, sobretudo na Unifesp, no Ministério da Saúde.

Então, a promoção da saúde começa antes, não começa na fase da vida em que eu estou também – já também estou na faixa dos idosos. Não começa nessa faixa, tem que começar bastante antes, com uma vida saudável, com ambientes acolhedores, com contato social. Isto é uma das questões mais destacadas na pesquisa: quanto maior o isolamento, maior a tendência a vários problemas de saúde, entre eles as demências. Claro, existem fatores genéticos, mas eles não são os exclusivos, não são únicos, daí eu queria enfatizar esse trabalho da promoção.

Pode passar, por favor.

Também queria destacar aqui que essa Política de Cuidados, Senadores, Senadoras, também se volta hoje para o cuidado em relação à saúde das gestantes, das puérperas, dos neonatos, dos nossos bebês, das nossas crianças.

Numa atualização de toda a política instituída durante a gestão da Presidenta Dilma Rousseff, nós fizemos uma revisão nessas políticas, nessas ações e lançamos este ano a Rede Alyne. E eu vou falar brevemente o porquê desse nome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa rede tem por objetivo reduzir a mortalidade materna – os dados de 2022 e de 2023 de mortalidade só podem ser fechados ao final deste ano pelos critérios técnicos de verificação de óbitos. Os dados mostram que nós tivemos, em 2022, uma taxa de mortalidade de mais de 50 mulheres por 100 mil nascidos vivos. É uma taxa extremamente elevada, mas ela é uma taxa média nacional. Ela não mostra, por exemplo, que essa razão é o dobro quando falamos, por exemplo, de alguns estados da Região Norte. Ela também é o dobro quando falamos das mulheres pretas – e aí eu uso a classificação do IBGE, que diferencia pretas e pardas – e é exatamente nesse grupo, das mulheres pretas, que temos, Senador Paim, o dobro.

Então isso mostra que nós precisamos ter a política universal, mas ter também o foco de equidade. Por isso dizemos da redução em 50% da mortalidade das mulheres pretas como meta alcançável e que eu creio que a gente vai alcançar. Para isso reorganizamos todo o cuidado das gestantes, do pré-natal até a maternidade.

Um projeto da Deputada Luiza Erundina, muito importante, que é o Vagas Sempre, é uma lei que não estava sendo cumprida, mas que passa a ser cumprida agora, com a garantia da assistência ao parto, ao nascimento – isso também se reflete no Programa de Aceleração do Crescimento com prioridade no PAC Seleções a maternidades, a casas de parto – e também à fase do puerpério, também como muito importante.

Pode passar, por favor.

E aqui eu quero fazer um destaque de um programa que faz parte da política para a média e alta complexidade, mas faz parte de uma política mais ampla de cuidado integral ao SUS. Depois eu vou passar para cada Senadora, cada Senador, os números dos seus estados, e gostaria que os senhores pudessem também comentar conosco e divulgar e contribuir para que esse programa se efetive. Esse programa é o Mais Acesso a Especialistas, uma prioridade que o Presidente Lula anunciou desde a sua campanha e tem a ver com a constatação, como vocês viram, e nós caminharemos para 80% de cobertura na estratégia de saúde da família.

Então, a atenção primária é fortalecida, mas nós precisamos ter toda a linha de cuidado, de fato, fortalecida e, principalmente, que as brasileiras e brasileiros não tenham, numa situação de suspeita de um câncer, esperar meses – meses – para um diagnóstico, como infelizmente acontece em relação ao câncer de mama, que é um câncer curável, se diagnosticado a tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre vários outros problemas de saúde, já que eu falei de câncer, o mesmo eu poderia dizer em relação ao câncer de próstata. Então esse programa muda a lógica de cuidado, ele faz com que a remuneração, sob responsabilidade do Ministério da Saúde, do SUS, se dê através de uma oferta integrada de cuidados, para que o paciente não tenha que peregrinar para fazer a consulta com o especialista, para fazer o diagnóstico, voltar para a unidade básica.

Não, ele tem um fluxo coordenado com o início na unidade básica de saúde, mas com uma oferta de todo o cuidado, todos os procedimentos necessários, da consulta até fechar o diagnóstico. E, junto com isso, há o Programa de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas, eu diria mais redução do tempo, porque tempo é saúde, e o fator fundamental aí não é a fila, a fila fica grande porque não se tem esse tempo adequado para esse cuidado.

Então, ontem eu estive na reunião com os Governadores para dar início ao processo de portarias, destinando recursos para os estados, tudo isso organizado por regiões de saúde, Senadores, então, acho que esse trabalho capilarizado é responsabilidade de todo o sistema, mas coordenado pelo Ministério da Saúde, com um olhar atento do Presidente Lula, porque para ele é, de fato, uma grande prioridade. E também eu quero que seja um olhar atento da sociedade, de maneira que nós possamos dar uma atenção adequada para as pessoas. Então, ele prevê o acesso do paciente a consultas e exames especializados o mais rápido possível, também para isso acontecer, nós estamos trabalhando com a integração de dados, com a Rede Nacional de Dados em Saúde, para isso nós criamos uma Secretaria de Informação e Saúde Digital.

Pode passar, por favor.

Queria só exemplificar que tudo isso é combinado também com todo um trabalho técnico, mas político no sentido da política de saúde, de aprovação de vários protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas.

Eu vou dar o exemplo do câncer de mama, que nós publicamos na semana passada, com investimento de mais de 690 milhões, incorporamos cinco procedimentos, são tecnologias muito importantes para salvar vidas em relação ao câncer de mama, que são esses cinco procedimentos – eu não vou ler para não tomar muito tempo. E eu queria dizer que, além dessas tecnologias, nós incorporamos ao todo dezesseis tecnologias para dez tipos de câncer. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

câncer, até diante desse quadro de envelhecimento da população e em muitos estados hoje ser a primeira causa de mortalidade, como sabemos, precisa ser uma prioridade efetiva de política pública. E aqui eu estou falando de tecnologias avançadas e, ao mesmo tempo, o Brasil é um país mesmo de desigualdades.

O senhor falou do meu currículo, eu, durante boa parte da minha vida, escrevi sobre essas desigualdades e hoje eu tenho, Senador Paim, a possibilidade de contribuir na política pública para reduzir as desigualdades. E há dados que, para mim, são assustadores, por exemplo, o fato de nós não termos ainda incorporado – incorporamos agora – ao SUS a cirurgia oncológica por videolaparoscopia. Então, esse é um procedimento que, para o paciente que sofre de câncer, é fundamental para a sua segurança, inclusive, para a sua recuperação, é menos custo para o sistema de saúde... Então, a gente fala desde tecnologias de ponta, de alto custo, até procedimentos mais efetivos, mas, sobretudo, com maior segurança e qualidade para o paciente.

No caso do novo PAC, quero destacar R$1,1 bilhão utilizado para a modernização do Instituto Nacional do Câncer, um grande complexo.

Dentro dessa linha de expansão do cuidado, que é o eixo dessa minha apresentação, também quero mencionar toda a nossa atenção para o caso das doenças raras, com a expansão do cuidado em relação a essas doenças. Então, nós tivemos uma expansão para mais 13 serviços de referência em doenças raras. Pela primeira vez, incluímos a Região Norte, que não contava com esses serviços. Nós também estamos trabalhando de uma maneira muito forte para o aconselhamento genético, uma vez que essas doenças, em grande parte, têm uma causa genética, e, para 2025, teremos a expansão da assistência em telessaúde, que é um outro elemento importante nessa melhoria do cuidado, e na melhoria de infraestruturas laboratoriais. Isso é parte de uma coordenação do Ministério da Saúde inteiramente dedicada à questão das doenças raras.

Pode passar, por favor.

Só para dar um quadro a vocês, no caso das doenças raras, foram incorporadas 16 novas tecnologias, quase 25% de todas as tecnologias que foram incorporadas. Para vocês terem uma ideia, nós temos aí um quadro das doenças e dos medicamentos ou terapêuticas que foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incorporados. Então, é um conjunto importante de ações que eu gostaria de deixar aqui com vocês também.

Pode passar, por favor.

Falei já do novo PAC e queria frisar que os investimentos de infraestrutura estão diretamente relacionados a essa visão de fortalecimento da política do cuidado.

Quero saudar a todos que participaram do PAC Seleções e também, no caso dos estados, por demanda do Presidente Lula, os Governadores indicaram os hospitais que consideravam importante serem apoiados dentro desse grande programa. Significa a expansão de unidades básicas de saúde, de maternidades, de hospitais, como eu falei, gerais, casas de parto, mas significa também reforço à vigilância em saúde para todas as doenças sobre as quais já falamos aqui, estruturas de produção de tecnologias.

Pode passar.

E, entre esses destaques, a retomada do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, e aqui eu faria um destaque à toda a importância de nós ganharmos autonomia. Há, no Brasil, um déficit de R$20 bilhões em relação à importação de medicamentos, de terapias, de vacinas, e esse déficit nós queremos trabalhar para alcançar esta meta, que é a meta da Nova Indústria Brasil, de termos 70% das necessidades de saúde do SUS produzidas no nosso país até 2033 e com metas de alcançar isso nesse tempo, até 2026 também, de alcançarmos parte dessa meta.

Então, queria destacar aqui também, o que é um tema muito caro no Senado, o papel da Hemobrás, de que tive a satisfação, junto com o Senador Humberto Costa, com o Presidente Lula, de inaugurar a planta voltada para a hemofilia, o fator VIII, que é muito importante, Senadora Augusta Brito, que está nos acompanhando também aqui na sessão.

Queria finalizar essa apresentação, que eu queria até ter feito de forma mais sintética, mas são tantas agendas importantes...

Pode passar.

Eu queria aqui concluir dizendo que a saúde também é parte do esforço do Governo do Presidente Lula para que, no cenário internacional, o Brasil seja novamente visto pela qualidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de suas políticas públicas, por aquilo que os diplomatas chamam de *soft power* também, que é a nossa capacidade de colaborar para que a diplomacia da saúde avance às condições de vida e à qualidade de saúde em todo o mundo.

Por isso, alcançamos – isso fez parte da estratégia da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, aprovada sob a liderança do Presidente –, aprovamos uma coalizão para produção local e regional de vacinas, medicamentos e outros insumos. Então, o nosso Complexo Econômico-Industrial da Saúde também encadeia com o que existe em outros países, destacando aqui, Senadores, que o Brasil poderia estar muito mais avançado. Na parte científica nós avançamos, mas não na parte industrial – e nós podemos –, e esse é um dos focos do PAC.

E, por fim, também a preparação e resposta para pandemias e outras emergências em saúde. Infelizmente, sabemos, e isso é um diagnóstico global, que o mundo está sujeito a novas pandemias ou, pelo menos, a novas epidemias de grande importância. Para isso, o nosso país tem que estar preparado, da mesma forma que grande parte do nosso trabalho este ano foi de resposta a emergências climáticas, que eu colocaria no mesmo patamar, com forte impacto na saúde. Foi o caso não só do Estado do Rio Grande do Sul, seu estado, Senador, mas de uma maneira muito acentuada também da Região Norte, sofrendo muito com secas e queimadas que acabaram por atingir todo o Brasil em seus efeitos.

Então, eu queria fazer aqui essa apresentação, dizendo que o fio condutor é, de fato, a política de cuidados na sua dimensão da saúde e reconstruir o SUS, como bem disse o Presidente Lula, como os grandes avanços destes dois anos de gestão à frente do ministério. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Ministra de Estado da Saúde, Nísia Verônica Trindade Lima, que fez uma belíssima exposição.

Eu, de imediato, vou abrir um espaço para os Senadores e Senadoras que quiserem usar a palavra, mas quero também registrar a presença, aqui na mesa, conosco – além do Presidente Humberto Costa, da CAS – do Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos, Sr. Francisco José D´Angelo Pinto, e do Secretário-Executivo Adjunto, Elton Bernardo Bandeira de Melo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela lista... Eu vou me guiar pela ordem de chegada. Então, passo a palavra de imediato ao Senador Flávio Arns, mas registro também a presença conosco aqui do sempre Deputado Federal – fomos Deputados Federais, por muito, muito tempo, juntos – Darcísio Perondi, que vem aqui prestigiar o nosso evento; meus cumprimentos. (*Palmas.*)

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para interpelar.) – Quero cumprimentar, em primeiro lugar, a Sra. Ministra – seja muito bem-vinda a esta audiência conjunta de duas Comissões: CDH (Comissão de Direitos Humanos) e CAS (Comissão de Assuntos Sociais) –, e também toda a equipe do Ministério da Saúde na mesa e aqui na sala das Comissões, Presidente Paulo Paim, Perondi, Augusta Brito também. Todos nós fazemos parte das duas Comissões.

Em primeiro lugar, a gente sabe que o trabalho na área da saúde, em todos os ministérios, é um trabalho imenso, com desafios gigantescos. Tem que haver uma decisão política forte, financiamento, envolvimento da sociedade, estados, municípios, Governo Federal, comunidade, um conjunto de necessidades. Então, sempre é um trabalho. E quero parabenizar também, por toda a apresentação, tantas coisas que foram realizadas ou por realizar, o planejamento importante para o Brasil, porque a gente sempre pensa que, quando alguém procura um serviço de saúde, é uma pessoa que precisa ser muito bem acolhida – é a palavra que eu diria, melhor do que atendida –, muito bem acolhida, porque é um momento de fragilidade também, mas não só no sentido de um percalço, ou problema de saúde, mas também para prevenir, promover, atender, reabilitar. Há todo um conjunto de ações que promove a saúde única a que o Presidente Paim se referiu, o amigo Paim. Inclusive nós temos o projeto de lei aqui – não é? – que é justamente sobre essa abordagem nova e necessária da saúde única. Então, é um desafio permanente tudo isso.

E, claro, a gente teria... às vezes a gente gostaria de entrar no detalhe de alguma coisa, mas não compete a esta audiência pública entrarmos propriamente no detalhe de alguma situação. Isso pode ser feito, se a Ministra permitir, que a gente depois faça conversas nas secretarias; às vezes, é uma reunião mais de trabalho, mas como é que isso funciona? Como é que eu faço? Como é que eu oriento? Etc. e tal, essas coisas. Então, eu não vou entrar nessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

situações, mas eu gostaria de abordar uma área pelo menos que tem sido objeto de bastante debate aqui no Senado Federal, que é a área de doenças raras.

Inclusive, numa outra ocasião em que a senhora esteve aqui, nós abordamos essa área, que é uma área extremamente necessária e importante. E nós sentimos no debate... Eu acompanho bem de perto isso, assim como a Senadora Mara Gabrilli, o Paulo Paim, a Senadora Damares Alves – há uma subcomissão dessa área –, e a gente sempre procura colaborar com o que for necessário. É uma área complexa, difícil. Há muitas doenças raras, e poucas pessoas em cada doença rara, por isso é uma doença rara, mas é um universo de perto de 15 milhões de brasileiros.

E nessa situação, Sra. Ministra, o que acontece é que existe a necessidade, por serem tantas doenças – e aqui foi colocada a abertura de uma nova referência na Região Norte, o que é importante –, e a gente se ressente de uma falta de articulação de todas as ações no Brasil, e posso até estar equivocado; aí, eu pediria desculpas. Por exemplo, quem está fazendo glicogenose hepática? É o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, que tem uma referência extraordinária nessa área. Quem está trabalhando, no caso específico, com esclerose tuberosa? Quem tem a clínica, quem tem a parte do tratamento, do desenvolvimento, e, até, a gente não sabe se vão chegar a isso, do tratamento genético dessa particularidade? E com hemofilia? As informações que a gente têm são de que a Unicamp está trabalhando. E isso seria, para o Brasil, uma fonte de recursos, até financeiros, extraordinária. O Zolgensma, para atrofia muscular espinhal, já esteve em R$12 milhões, e agora já pode ser adquirido por um valor bem inferior a isso. E eu tenho absoluta convicção de que os brasileiros poderiam desenvolver esta e outras medicações, porque nós temos capacidade, competência.

Nós tivemos aqui uma sessão especial, no Senado, sobre esclerose lateral amiotrófica (ELA), e o pessoal de Goiás, da universidade, chegou para a gente, dizendo: "Nós temos aqui a iniciativa, a pesquisa e tudo, mas falta o investimento nessa pesquisa". Então, o pessoal se ressente, por um lado, do investimento e, por outro lado – eu me ressinto –, de verificar não alguém que faça, mas que articule a pesquisa, porque, se fizer a pesquisa, vai haver sobreposição com alguém, e não pode haver a sobreposição. Então, que articule e diga onde está sendo, eventualmente, feito isso. E que ouçam bastante as famílias nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na outra audiência com a senhora, nós levantamos a questão que tivemos aqui, na reunião, sobre doenças metabólicas. As famílias trouxeram o problema do alimento que é dado para as crianças. É um sacrifício para a família. O pessoal dizia: "Olha, a gente fica extenuado, porque tem que segurar a criança, porque é um gosto"... Nós experimentamos aqui o que é importado pelo... O que é importante, tem que importar e tem que produzir aqui também, na sequência, para a gente não ter que importar, dentro daquele aspecto de chegar a 70%. E temos competência para importar, mas a mãe diz: "A gente fica cansada, extenuada, porque tem que segurar a criança, porque é um gosto horrível, gosto de podre, e a criança vomita em seguida". Quer dizer, é um sacrifício para a mãe, para todo mundo. E aí, eles disseram: "Por que não incorporar algum sabor, algum gosto e tal, como tem?". Daí, eles incorporaram gosto, pelo menos fica morango, baunilha e tal, não sei o quê.

Nós fizemos até reunião na Anvisa nesse sentido, para dizer para eles: "Olha, vocês podem autorizar também, quer dizer, não há impedimento algum de que seja feito isso, na Argentina é feito isso e em outros lugares é feito". No caso da glicogenose hepática, por exemplo, também não é remédio; no caso é alimentação a base, a senhora sabe, porque é à base de maisena e tudo. Então, a pessoa tem que, na verdade, comprar, assim, eu diria, dezenas de caixas de maisena no decorrer do ano, porque tem que fazer. Quando a gente compra uma caixa, tudo bem, mas quando tem que comprar 50 caixas – não é, Senadora Augusta Brito? –, aí fica inviável. Então, eu diria: essa "maisena", entre aspas, é o medicamento para a criança, não é? Porque, se ela não comer a maisena e comer outra coisa, ela vai piorar.

Eu teria dúvidas também, mas não vou levantar neste momento também, em questão, as decisões judiciais, porque a gente sempre tem uma janela de oportunidades para atender as pessoas, e eu sempre vou para o lado do custo-benefício. Para fibrose cística, agora foi incorporado o medicamento, mas, se não fosse incorporado, a pessoa estaria na UTI todo mês, a cada mês estaria na UTI, não trabalharia. Assim, tomando o medicamento, não vai para a UTI, trabalha, a família fica mais tranquila, todo mundo trabalha.

E depois não é só isso, não é? Porque a gente tem que ver – o aconselhamento genético é uma coisa –, mas nós temos que pensar assim: nós temos um problema; como é que a parte clínica está respondendo? Eu já visitei todos os serviços do Hospital de Clínicas lá de Curitiba nessa área também, e são muito bons, muito competentes, como os outros devem ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competentes também, não é? Tem coisas maravilhosas por aí. Então, a parte clínica está em contato com o exterior, para ver os medicamentos e tudo, como é que funcionam, mas precisam ser apoiados, porque a gente apoia com emenda e tal, mas nunca é suficiente também, não é?

Mas tem que haver essa – eu penso que é a palavra-chave – articulação, um centro de informações, de divulgação, de conhecimento, de dizer: "Você está procurando isso, olha e tal; procure lá no Amazonas, lá em Goiás, Goiânia, lá em Fortaleza, não é?". Então, depois, além disso tem toda a caminhada, porque, se você tem uma doença rara, a família precisa ser apoiada, precisa ter eventualmente alguma terapia para o filho, porque pode haver sequelas também nisso como fisio, fono, eventualmente psicólogo.

A gente acompanha bem, por exemplo, lá no Hospital de Clínicas em Curitiba, também a mielomeningocele, e agora parece que está havendo o encaminhamento para a cirurgia intrauterina para espinha bífida, mielomeningocele, e a equipe é boa e tudo.

Então, não sei, Ministra, eu penso que a gente deveria talvez – é uma sugestão, porque a gente não está lá dentro e também não sabe – aproximar bastante as famílias, as pessoas com doenças raras e o Ministério da Saúde, para termos uma ação articulada e um canal livre de comunicação, de informação, até para, às vezes, dizer: olha, não está sendo incorporado o medicamento, mas estamos vendo isso, estamos vendo aquilo e tal, está na Anvisa...". É claro que, se for judicializado com essas novas decisões do STF, que, na verdade... Quer dizer, claro, nós não estamos falando de medicamentos não autorizados ou que estejam em pesquisa ou coisa semelhante, mas não só autorizado no Brasil, porque às vezes tem aquele problema – só me permita ainda avançar um pouquinho mais, Presidente – de que na bula lá fora consta o tratamento, mas aqui não consta. E daí, para constar, a empresa tem que entrar na Anvisa para pedir a incorporação na bula, enquanto, lá no FDA, na União Europeia, em todos, já consta da bula.

Eu penso em casos até de câncer, como foi mencionado, tratamento do câncer no Hospital de Clínicas em Curitiba, onde o medicamento é para câncer de pulmão, mas na verdade poderia ser para outros tipos de câncer já autorizados. O FDA e a União Europeia... E até me parece que a Anvisa aceita isso também desde que... Não precisa demonstrar tudo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novo, desde que... mas só que a empresa tem que ver. Eu acho que é a participação mais ativa da saúde.

Enfim, voltando ao início da fala, eu sei que os desafios são imensos, a coisa é grande, mas eu penso que a solução é aquilo que a gente fala para a pessoa com deficiência: nada sobre nós sem nós. Então, são as famílias de doenças raras, as pessoas, os profissionais, fazer esse mutirão nacional, puxar a corda para o mesmo lado aqui, mas para isso tem que haver esse encontro, eu diria, esse diálogo, não é? Então, é mais nesse sentido, Sra. Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos, Senador Flávio Arns.

Na sequência aqui, eu vou fazer um bloco de quatro Senadores e a Ministra responde. E também, naturalmente, vai ter perguntas do e-Cidadania, que ela vai responder no momento adequado. Tem outras que eu botei aqui que vieram por fora, mas estão aqui também.

Mas, de imediato, para ganhar tempo, Senadora Augusta Brito.

Estão presentes aqui a Senadora Teresa Leitão, que deu uma saidinha, mas volta; a Senadora Leila Barros; o Deputado Federal Darcísio Perondi; e o nosso querido Presidente Humberto Costa.

Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para interpelar.) – Bom dia. Obrigada ao nosso Presidente, o Senador Paulo Paim.

Quero cumprimentar aqui a nossa Ministra Nísia, que tão bem vem fazendo o trabalho, porque foi apresentado aqui um levantamento de grandes ações, desde a atenção primária até a atenção terciária. A gente percebe que realmente o Governo do Presidente Lula, com a frente dessa Secretária, entende e quer realmente fazer grande diferença em várias ações que estão sendo fortalecidas, como, especialmente – eu quero aqui dizer e fazer da fala do Senador Flávio Arns a minha também – em relação às doenças raras.

Eu sou enfermeira e, lá no Estado do Ceará, quando fui Deputada, eu tive uma aproximação muito grande com a questão dos hemofílicos. A gente percebia o grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema e o grande trauma que causa não ter o fator na hora certa, a aplicação no momento certo, os prejuízos, realmente, na vida daquelas pessoas. Apesar de ser uma doença rara, precisa realmente de uma atenção diferenciada, para evitar sequelas para a vida toda.

Mas eu queria só pontuar a minha felicidade, desde o atendimento do ministério com o Estado do Ceará, que especialmente eu acompanho, que possibilitou um projeto e um programa que nós temos no Governo do estado de ter o tratamento do câncer em todas as regiões do estado – nós estivemos lá, visitando, várias vezes, hospitais.

E quero agradecer essa sensibilidade e responsabilidade do ministério de ter viabilizado a abertura de alguns hospitais especificamente para tratamento do câncer – não só para isso, mas a gente botou essa pauta como uma questão prioritária. A gente conta... O Governador e o Governo do estado contaram muito com essa ajuda do ministério, para que pudesse acontecer. Então, é uma ação que está acontecendo. A gente tem até o final do próximo ano para poder realmente botar em todas as regiões, visto que é uma coisa que não pode esperar. Como foi dito aqui, é uma coisa que não pode esperar, porque ali se está falando de vida ou morte, efetivamente.

Então, eu só quero agradecer, parabenizar pelo trabalho, falar aqui do Senador Humberto Costa: que bom que pediu esta audiência, para que nós pudéssemos aqui entender o trabalho que o ministério está fazendo.

Como eu disse, sou enfermeira, eu sei dessa amplitude que é a saúde – a saúde não trabalha só, existe todo um conjunto para que ela possa realmente acontecer de uma forma justa às pessoas que precisam dela, do atendimento do SUS. Sou defensora, totalmente, do SUS.

Foi de uma forma bem rápida, porque tenho que ir para outra Comissão – a CCJ está acontecendo –, mas eu não queria deixar de assistir, parabenizar o trabalho do ministério e agradecer tudo o que vem fazendo pelo Estado do Ceará, especialmente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Augusta Brito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se vocês me permitirem...

Eu vou passar a palavra para o Senador Presidente Humberto Costa, mas, antes, eu quero fazer o registro de um grande Senador da República – sempre Senador, faz muita falta aqui, Paulinho –, que é o querido Senador Paulo Rocha. É para você essa homenagem. (*Palmas.*)

Seja sempre bem-vindo.

De imediato, o Presidente da CAS, proponente também desta sessão, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Bom dia a todos e a todas; bom dia, Ministra Nísia Trindade; bom dia, Senadores e Senadoras aqui presentes; todo o pessoal do quadro do Ministério da Saúde.

Eu quero, inicialmente, Ministra, pedir desculpas a V. Exa. pelo meu atraso. Como a senhora sabe, nós hoje temos um debate muito importante sobre reforma tributária, e eu estava vendo uns últimos detalhes do que a gente vai batalhar em relação a esse tema. Existem coisas relativas à saúde que têm relevância nesse debate.

Primeiro, queria saudar V. Exa. pelo trabalho, pelos resultados que estão sendo obtidos. Queria ressaltar que algumas conquistas muito importantes precisam de um processo de divulgação mais amplo.

Nós travamos aqui um debate de vida ou morte durante o processo da pandemia da covid, que foi o tema da vacinação. Naquele momento, esses grupos fanáticos antivacina se proliferaram, não é? Hoje nós temos resultados muito importantes. O Brasil eliminou, mais uma vez, o sarampo, uma conquista importantíssima. Isso aconteceu num espaço de tempo muito curto da gestão de V. Exa. Nós conseguimos, em outras doenças, ampliar fortemente a cobertura de vacinação. Portanto, resultados como esses, eu acho que eles precisam ser divulgados para a população. Isso é o que dá credibilidade para a gente fazer o enfrentamento dessa temática.

Provavelmente, com a posse do novo Governo americano, nós vamos ter uma ofensiva pesadíssima desses grupos antivacina, até porque o ministro escolhido para a área da saúde, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretário de Saúde dos Estados Unidos, é um negacionista. Então, com certeza, esses grupos negacionistas aqui no Brasil vão se sentir estimulados a proliferar essas mentiras, essas coisas todas que são um desserviço à população. Ao mesmo tempo em que eu parabenizo, peço que a gente possa fazer a população saber um pouco mais sobre isso.

Nós vimos aí resultados importantíssimos, mas eu queria abordar algumas questões assim mais específicas.

Primeiro, nós estivemos agora, no Ministério da Saúde, por intermédio da Comissão de Incorporação Tecnológica (Conitec), debatendo um tema que é muito relevante. Daqui a pouco nós vamos ter uma reunião ordinária aqui da Comissão para discutir, entre outras coisas, um projeto que propõe que o diabetes tipo 1 seja considerada uma deficiência e, como tal, tenha uma série de benefícios por lei. Enfim, isso é polêmico, inclusive, no momento em que a gente está discutindo o tema do BPC. Enfim, essa é outra discussão. Mas, por outro lado, é absolutamente correta a demanda de que nós tenhamos uma atenção mais específica para o tema do diabetes porque nós sabemos que as complicações decorrentes do diabetes tipo 1, do diabetes tipo 2 justificam todo tipo de ação preventiva ou que ajude no controle da doença.

Recentemente, a Conitec se debruçou sobre o tema dos sensores eletrônicos para a detecção, em tempo real, do diabetes e os rejeitou. Não sei foi custo-benefício, enfim, mas eu sei que isso é uma questão tão importante! Não é tão caro, se comparado com medicamentos ou tratamentos que têm um custo elevadíssimo; é muito pesado para quem tem que comprar na farmácia; é inquestionável que permite um controle muito melhor. Então, poderia haver algum tipo de ação para se trabalhar isso ou para que a gente pudesse ter, mesmo no mercado privado, algum tipo de ação por parte do Governo, abrindo mais o espaço para que concorrentes da única empresa que produz aqui no país possa ter algum tipo de concorrência para baratear, ou algum tipo de subsídio? Ou então que o ministério – porque a última palavra é de V. Exa. – estabeleça determinadas condições, mas garanta, por exemplo, uma criança com diabetes tipo 1, com já algum tipo de complicação, possa ter, dentro desses critérios, o ministério garantindo. Isso é uma questão que eu queria colocar.

Uma outra questão sobre a qual nós estamos nos debruçando hoje e que já não é uma possibilidade, é um problema concreto: infelizmente, o Brasil decidiu legalizar jogo de aposta e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se a gente não brigar aqui, vai terminar legalizando cassino, todo tipo de jogatina. E a gente sabe os danos econômicos, os danos sociais e os danos à saúde pública, porque nós estamos tendo um tipo de adição, a ludopatia, que provoca danos extremamente graves. Que tipo de ação o Ministério hoje está discutindo, conversando sobre isso? Porque a tendência é que isso aí aumente. Houve gente que se suicidou, gente que, enfim, cometeu várias coisas, como acontece nas adições. Então, essa é a questão.

A outra questão diz respeito ao tema do Programa Mais Acesso a Especialistas. Eu queria que, se fosse possível, a senhora nos descrevesse mais claramente os prazos para a implementação desse programa. A implementação desse programa, em acontecendo, vai mudar de uma forma profunda a imagem do Sistema Único de Saúde diante da população – que melhorou muito durante a pandemia –, mas esse gargalo é um gargalo que compromete claramente todo o processo e principalmente essa questão da imagem. Qual é o cronograma? Quando é que a gente vai ter essa fila única? Quando é que a gente vai ter consulta marcada eletronicamente? Quando é que a gente vai ter... Enfim, acho que essas coisas todas são muito importantes, e o próprio Presidente Lula, na sensibilidade que ele tem, considera uma coisa muito importante.

E queria somente fazer mais duas colocações, que eu acho que são relevantes. O Supremo agora, recentemente, tomou uma medida muito importante sobre a judicialização. Nós agora temos a possibilidade da judicialização em relação aos medicamentos. Agora, o juiz, para tomar uma decisão, vai precisar saber informações sobre aquele medicamento, se a Conitec incorporou, se não incorporou. Se ela não incorporou, cumprindo aspectos da legislação, aspectos legais, o juiz pode determinar que aquela pessoa possa ter acesso; mas, se não foi, se foi tudo legalmente feito, tira um peso sobre o juiz, enfim, e sobre o próprio ministério. Não seria o momento de a gente tentar ampliar essa discussão, mesmo passando aqui no Legislativo, para estender isso para outros tratamentos, acesso a diagnósticos, outros, que são também caríssimos, que têm um peso gigantesco sobre o Sistema Único de Saúde e que poderiam ter uma regulação?

E, por último, eu queria lhe perguntar, sem ser chato – porque, toda vez que eu a encontro, eu cobro isso –, sobre o cigarro eletrônico. Nós estamos conseguindo aqui segurar, na base da pressão, a aprovação disso aí. A indústria do tabaco, a mais nociva que existe na face da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terra, faz todos os esforços, com os seus *lobbies*, para a gente aprovar esse tipo de coisa. E, felizmente, estamos segurando. Mas não basta simplesmente impedir a legalização, porque o que está acontecendo é um crescimento significativo, entre os jovens, do consumo. O que se pode fazer? O que o ministério está pensando em fazer para esclarecer esses jovens quanto aos danos que ele faz?

E o último elogio que eu queria fazer a V. Exa. é pela coragem do Governo, do Ministério da Saúde, de, no PAC, ter colocado o tema da política do sangue e dos recursos para a Hemobrás. No espaço de dois anos entre aquele discurso que foi feito aqui... Porque aqui é *lobby* como o diabo, não é? Quando nós fomos discutir aqui aquela proposta de privatização da comercialização do plasma, o principal argumento era que a gente jogava fora plasma, que não podia... E, num espaço curto de tempo, nós estamos conseguindo, com a Hemobrás, com a valorização da Hemorrede, com a modernização, reduzir significativamente isso. E pode-se dizer que, antes do prazo de 2026, aqui no Brasil, a gente vai poder estar produzindo e aproveitando todo o plasma para a produção dos hemoderivados.

Obrigado. Desculpe-me por me prolongar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Presidente Humberto Costa, pelas perguntas encaminhadas e considerações.

Agora vamos para a Senadora Leila Barros; em seguida, a Ministra responde às perguntas.

Registro a presença também conosco do Senador Laércio Oliveira.

Seja bem-vindo, Senador.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Para interpelar.) – Bom dia, Senador Paulo Paim. Cumprimento o senhor, Presidente da CDH; também o Senador Humberto Costa, Presidente da CAS, nossa Comissão de Assuntos Sociais; assim como o Senador Laércio e o Senador... Flávio.

Nossa, Senador, você viu? Deu um branco aqui. Isso é cansaço, gente. Vocês não estão assim, não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É bom sinal, de que está trabalhando muito.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Nossa! Eu estou...

Olha, chegou o Omar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Omar Aziz.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – E, olha, desculpe-me, Senador Flávio. Não, hoje, aliás, essas duas últimas semanas...

Ministra Nísia, cumprimento a senhora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Não é? Ah, é claro que dá. Mais ou menos, não é? Passou dos 50, tem que dar um desconto também.

Cumprimento o Secretário-Executivo Elton Melo, assim como o Secretário Especial de Assuntos Parlamentares, Sr. Francisco D'Angel.

Ministra, primeiro, quero parabenizá-la, porque é um desafio enorme. Estava vendo aqui o Senador Humberto... Eu falei: "Que papo bacana, ministro para ministro" – de ministra para ministro –, que é um profundo conhecedor do desafio que é comandar uma pasta tão importante para o nosso país.

Eu estou com algumas perguntas aqui, que eu acho muito interessantes, para ouvir um pouquinho do seu trabalho e da sua equipe à frente do Ministério da Saúde. Uma delas é quanto à expansão da Estratégia da Saúde da Família.

Com a expansão da Estratégia da Saúde da Família, nós vemos um investimento significativo, de 854 milhões até 2025 e a meta é de alcançar 80% da cobertura até 2026. Eu queria saber da senhora quais são os principais desafios esperados para alcançar essa meta e como o ministério está lidando com a ampliação do horário de atendimento e a redução da proporção de pacientes por equipe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra questão que, para nós aqui, é muito debatida é a questão da saúde bucal e as equipes multidisciplinares. Hoje nós temos o credenciamento de um pouquinho mais de 2 mil novas equipes da saúde bucal e um pouco mais de 3,4 mil equipes multidisciplinares. Isso demonstra, claro, um avanço importante. Como o Ministério pretende garantir que essas equipes atendam de forma equitativa as regiões mais vulneráveis, tamanha a dimensão do país – a gente sabe –, como é que o ministério pretende chegar a essas regiões e quais são os critérios que estão sendo utilizados para priorizar os municípios beneficiados?

A outra questão é a redução da mortalidade materna. A meta é reduzir 25% da mortalidade materna. Ao meu ver, ela é bem ambiciosa – e, claro, fundamental –, mas quais são os principais resultados alcançados com a implementação da Rede Alyne e como o Ministério tem articulado a integração dessas políticas com os estados, municípios e também aqui, com o DF?

Outra pergunta importante é quanto à saúde mental e o impacto dos jogos de aposta. O aumento projetado de atendimento para transtornos relacionados a jogos de aposta é preocupante. Com a habilitação de mais Caps e o investimento de 500 milhões anuais em saúde mental, quais estratégias específicas estão sendo desenvolvidas para qualificar os profissionais da Raps e fortalecer a prevenção e a redução de danos?

E, por último, que é para mim muito importante como Líder da Bancada Feminina, como representante das mulheres aqui, quanto ao Programa de Dignidade Menstrual e ampliação do acesso ao DIU. O Programa de Dignidade Menstrual e a ampliação do acesso ao DIU são ações que impactam diretamente a vida de todas nós mulheres. Com quase mais de um milhão de pessoas atendidas no programa e um aumento de 28% nos procedimentos de inserção de DIU, como o Ministério pretende expandir essas iniciativas – eu já parabenizo pela iniciativa – e o que está sendo feito para alcançar as populações em áreas mais remotas, com difícil acesso. O que o Ministério tem feito nesse sentido? (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou passar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só um minutinho, só um minutinho, pessoal.

Eu vou passar a palavra nesse momento para o Senador Omar Aziz, porque daí a gente completa a fala de todos os Senadores. O Senador Laércio, se quiser usar a palavra também, terá oportunidade.

E a Ministra responde em bloco.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Só para finalizar, Senador Paim, quero parabenizar a Ministra. A gente sabe que uma coisa é o Poder federal, a outra são os Poderes Executivos locais. A gente sabe muitas vezes das dificuldades que o próprio ministério tem de interlocução, de diálogo com esses executivos locais.

Então, assim, entendendo essas dificuldades, entendendo também o trabalho que tem sido desenvolvido, quero parabenizá-la por isso e dizer que, assim, o que nós pudermos fazer aqui em termos de saúde, principalmente para as mulheres e a questão da saúde mental, para nós é fundamental. Então, nós estamos à disposição na Casa para dialogarmos com o Ministério da Saúde nesse sentido, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Omar Aziz, por favor.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para interpelar.) – Presidente Paulo Paim, Presidente Humberto Costa, quero aqui cumprimentar a Dra. Nísia.

Sabe que eu sou fã de você desde quando você estava na Fiocruz, com o respeito e o carinho que nós temos por você, pela sua história nessa área tão importante da pesquisa. E eu sou uma pessoa que contribuo todo ano com emendas para a Fiocruz, porque eu acredito na ciência. Então, para mim, não tem muita dificuldade de discutir questão, para mim a ciência salva. E a gente evoluiu muito. Até temos que acabar com esse negócio de que 60 anos é terceira idade, é a segunda idade, viu? Porque o cara com 80 está bem ainda, concorda? Eu concordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro dia eu estava assistindo a uma matéria... Quero cumprimentar o Elton também, a todos os companheiros do Ministério da Saúde. É uma atividade-fim tão difícil, é tão difícil. Você vê que ontem, infelizmente, e há pouco, uma pessoa aqui na plateia falou sobre o assassinato de uma médica que estava... Quer dizer...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – É, eu vi...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou fazer um apelo ao plenário; o Senador está falando...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu não sei. Eu sei que ela é médica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Presidência tem que coordenar o trabalho.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A especialidade dela eu não sou obrigado a saber, eu sei que ela é médica. E todo médico, para mim, tem que ser respeitado como médico e principalmente médica como médica. Agora, a especialidade dela não é uma obrigação minha saber, mas fica aqui a minha solidariedade a ela. É um problema de segurança pública no Brasil todo, não é exclusivo.

Eu já vi muitos profissionais de saúde serem vítimas de espancamento dentro de hospital, muitas vezes sem ter nenhuma responsabilidade, mas... A questão humana, ao longo do tempo, se perdeu no atendimento, na entrada do sistema. Eu fui Governador e criei alguns programas de saúde, Ministra Nísia, e me orgulho demais disso. Eu fui o primeiro Governador a distribuir vacina de HPV de graça. Meu estado é o estado que tem o maior índice de câncer de colo de útero, eu sei muito bem – é porque falta conhecimento –, e distribuía de graça. E tinha o dia de vacinação para crianças de 11, 12, 13 anos nas escolas.

Depois, a Presidente Dilma colocou isso no Brasil todo, como programa do Governo Federal, e hoje, em todas as UBS, tem essa vacina. Infelizmente, Ministra, e aí vai uma grande crítica que eu faço: muitas vezes as pessoas não sabem da importância dessa vacina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A mãe, que tem diversos... muitas vezes uma mulher tem dupla tarefa: ela tem que cuidar da família, tem que sair para trabalhar, e ela não sabe da importância dessa vacina. A senhora tem que obrigar os estados a fazerem propaganda sobre essa questão.

O Governo do Presidente Lula tem feito muito, mas a propaganda do Governo do Presidente Lula é a pior propaganda que eu já vi na minha vida, é a pior divulgação que eu já vi! Nunca vi tanta incompetência, nem em Prefeitura, nem em governos nem em Governo Federal, como nós temos hoje na comunicação, e a comunicação salva vidas!

Essa comunicação – e eu sei que o Ministério da Saúde tem um orçamento próprio para essa comunicação – é preciso olhar com mais cuidado para ela, porque a comunicação... Você sabe o quanto é importante se comunicar. Veja bem, nós temos vacina de graça no Brasil todo para HPV, tanto para homens como para mulheres, e eles têm que ser vacinados numa idade ainda adolescente, está certo? Porque é uma atividade... Essa transmissão, depois que a pessoa adquire o HPV, tem um custo altíssimo de tratamento e, muitas vezes, leva a óbito essa pessoa. E a gente tem como evitar isso através da vacina! E por que não se faz propaganda, não se divulga isso? Eu não vejo uma propaganda disso. Depois, lá na ponta, na atividade-fim, no Hospital do Câncer, aí você tem a fila, você não tem como fazer quimioterapia ou radioterapia, porque não tem equipamento, porque não tem isso, e o Brasil não está dotado disso em todos os municípios.

Hoje os municípios do meu estado, média e alta complexidade e atenção básica, se não fossem as emendas parlamentares e a ajuda do Ministério da Saúde, eles fechariam todos os hospitais e as Unidades Básicas de Saúde não funcionariam, porque não tem arrecadação. Com o repasse do FPM, é improvável você manter o funcionamento da saúde nos municípios. Se não fossem as emendas parlamentares que são designadas para isso, nós não as teríamos.

Então, uma das queixas que eu faço, Ministra, e não é queixa não, eu acho que é um alerta ao Governo como um todo, é porque está se fazendo muito e está se divulgando pouco. E aí não adianta! Não adianta trabalhar, trabalhar, e a população não ter conhecimento. Essa é uma questão.

A outra questão, que foi tocada pela Senadora Leila, é a questão da dependência. Para mim, jogo é droga. A dependência química é a mesma coisa que a dependência do jogo: ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mata, ela machuca, ela destrói famílias, ela faz tudo aquilo que a gente não quer. Ontem... Eu fico abismado como está sendo tratada essa questão que está entrando na casa das pessoas e não sai – o vício não sai.

A questão maior – e também dessa questão eu posso falar tranquilamente, porque criei programas de prevenção e de tratamento a dependentes químicos, criei programas de prevenção e tratamento – hoje é que os nossos jovens são cooptados pelas facções, pelo narcotráfico, e muitos desses jovens hoje estão sustentando a família. Recebem R$100, R$150 por semana, compram comida para casa e aí é uma questão de dar transversalidade dentro do Governo. Não adianta querer o Ministério da Saúde trabalhar para um lado, o Ministério da Justiça para o outro, outro ministério para lá. Se não houver um conjunto de transversalidade dentro do Governo para que a gente possa atuar em conjunto, nós vamos ficar dentro de uma canoa com sete pessoas, com sete remos, cada um remando para um lado, e nós não vamos a lugar nenhum – nós não vamos a lugar nenhum –, porque uma coisa nós não podemos dizer: que não há vontade política para se fazer isso, que há desconhecimento e que não há vontade para se fazer. Há vontade política.

Então, eu queria lhe pedir duas coisas, Ministra: a questão da dependência, tanto química, como a que a Senadora falou; e a questão da publicidade em relação à vacina. Já sabe que nós conseguimos... A polio – eu fui estudante e aqui muitos têm a minha idade, e a gente tinha colegas que tiveram polio e tinham deficiência –, felizmente, o Brasil conseguiu erradicar. Depois, nós tivemos um problema muito grande com os negacionistas em relação à vacina, isso prejudicou muito. Nós temos que retomar essa pauta, e é importante a divulgação, mostrar a importância. E criar realmente, principalmente na Região Norte... Nós somos, lá no Amazonas, campeões de HPV, somos campeões de hepatite. O Rio Purus, por causa da água, é um dos rios que tem mais hepatite. Infelizmente, o nosso estado ainda tem uma quantidade muito grande, também é campeão, de hanseníase. Nós temos muitos problemas que podem ser cuidados através da divulgação, através da publicidade, através da prevenção. A prevenção é mais barata, muito mais barata do que depois o tratamento final.

Eu queria dizer isso, parabenizar o seu trabalho. Eu sei do seu esforço, não é fácil ter uma atividade-fim. O Governo tem quatro atividades-fim: segurança, saúde, educação e assistência social. São quatro atividades que nós não podemos perder de vista, que têm sempre que ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prioridade. E o Presidente Lula sempre deu prioridade para isso. Então, eu fico tranquilo em relação à política de Governo, mas fico muito preocupado em relação à política de divulgação das nossas ações e, principalmente, da prevenção, que é preciso ser feita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem. Parabéns, Senador Omar Aziz, pelas perguntas e colocações feitas.

Neste momento, conforme havia combinado com a Ministra, ela passa a responder às perguntas.

Registro a presença da Senadora Zenaide Maia.

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA – Quero agradecer a todas as Senadoras e Senadores, eu vou responder às questões, mas vou precisar de um pequeníssimo intervalo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA – Volto já.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou ler as perguntas que chegaram pelo e-Cidadania. Ela já tem cópias e vai responder num segundo momento.

Perguntas.

Bruno, de Pernambuco: "Quais passos concretos estão previstos para que a Lei 14.878/2024 traga resultados efetivos e tangíveis no cuidado às demências?".

Paulo, do Rio de Janeiro: "Haverá programas específicos para facilitar o acesso de pacientes e cuidadores a centros de referências para Alzheimer?".

Fábio, de São Paulo: "[...] [Esse PL] prevê a realização de exames genéticos de maneira gratuita na rede pública? O que está sendo feito ou previsto nesse sentido?".

Larissa, do Paraná: "Como funcionará o apoio aos cuidadores, já que a maioria exerce o trabalho de cuidado não remunerado?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Beatryz, de Pernambuco: "Existe previsão orçamentária para fomentar pesquisas nacionais sobre demências, incluindo ensaios clínicos para novos tratamentos?".

Joyce, da Bahia: "Existe um plano [...] [para ampliar a oferta] de práticas integrativas e complementares pelo SUS para tratamento de Alzheimer?".

Renato, de São Paulo: "Planos/seguros saúde serão obrigados a prestar assistência integral às vítimas de Alzheimer/demências? Como a ANS fiscalizará os contratos?".

Cristiane, do Rio Grande do Sul: "Sugiro considerar os diferentes estágios da doença. Na fase terminal, privacidade nos hospitais e assistência qualificada são fundamentais".

Poliana, do DF: "É preciso um projeto que ajude no diagnóstico precoce para começar o tratamento o quanto antes, para amenizar o impacto da doença". (*Palmas.*)

Agora, sim, agora ficou bonito. Com as palmas é bonito. Agora, ficou legal. Parabéns aí!

Valeu, valeu, foi boa a fala.

Renato, de Pernambuco...

Olha, pessoal, são importantes as perguntas que a nossa Ministra vai responder em seguida, a relação já está com ela e a assessoria dela.

Renato, de Pernambuco: "Acredito que seria ideal acrescentar um percentual aos benefícios de pessoas com essas doenças, tendo em vista a necessidade de cuidadores".

Ana, da Bahia: "Se for possível ter equipes que possam fazer o acompanhamento desses pacientes em casa, será de grande ajuda para as famílias".

Carlos, da Bahia: "Esse projeto vai facilitar [...] [cada vez mais o acesso das] pessoas com essa doença [...] ao tratamento no SUS".

Mariana, do DF: "É urgente criar protocolos hospitalares para idosos com Alzheimer, capacitando profissionais para o atendimento humanizado e respeitoso". (*Palmas.*)

Andreia, de São Paulo: "Sugiro a inclusão de um grupo prioritário exclusivo na estratégia da saúde da família, para dados estatísticos reais. Hoje inexistente".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas são perguntas e comentários que vieram pelo programa e-Cidadania. A Ministra e a sua assessoria já estão de posse de todos os documentos. E a Ministra, no momento em que passar a responder aos Senadores, responderá também a essas perguntas.

Se a senhora preferir que a Senadora Zenaide Maia fale antes...

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA (*Fora do microfone*.) – Ah, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora, estão encerradas as inscrições. Se chegar alguém agora, vai ficar para a próxima audiência pública, a Ministra voltará uma outra vez aqui.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para interpelar.) – Bom dia a todos e a todas. Eu quero aqui cumprimentar o nosso querido Senador Paulo Paim. Eu costumo dizer que Paulo Paim, Flávio Arns, é um dos poucos Senadores deste país que tem condições de se eleger em qualquer estado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É porque ela é minha amiga, viu? Ela é minha amiga. (*Palmas.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – ... pelos direitos humanos!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ela está na campanha "fica, Paim", é isso?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Quero cumprimentar aqui o Senador Humberto Costa; a nossa querida Nísia Verônica Trindade Lima, uma mulher que orgulha todos nós, todas nós brasileiras.

O Brasil tem o privilégio de ter uma mulher que defende a ciência em todas as situações, que tem um olhar diferenciado para a saúde primária deste país, porque a saúde primária, Paulo Paim... Apesar de se valorizarem e serem essenciais hospitais, exames, novas tecnologias, mas a saúde primária... Você mede a eficiência de um sistema de saúde no mundo pelo menor número de pessoas que chegam à alta complexidade, que são os hospitais. Então, quero aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parabenizar, porque ela é ciente de que precisamos, sim, melhorar o atendimento, por isso a questão do Mais Médicos, das policlínicas...

E a gente sabe que tem que adquirir novas tecnologias, mas, sem a saúde primária funcionar, gente, eu, como médica, queria dizer aqui o seguinte: "Hipertensão, vai à UPA". Baixa a pressão e diz: "Amanhã procure o seu médico". A saúde primária é que faz a prevenção. A saúde primária é que vacina, porque vacinas e água tratada foi o que mais aumentou a vida média do povo no mundo. A saúde primária é que faz o pré-natal. Por que os senhores acham que a gente vive desesperado atrás de UTI neonatal? Não é por outra coisa, é o pré-natal que não está sendo feito corretamente, botando em risco a vida da mãe e das crianças.

A saúde primária é que cuida do diabético, do hipertenso e é que faz com que a gente fique vendo pais e mães de família implorando por uma cirurgia para amputar o seu membro, gente. Vejam isso do lado humano, não estou falando nem o que isso custa para o SUS. Você sabe o que é um ser humano implorar para o seu membro ser amputado, porque ele não teve acesso aos remédios de diabetes? Você sabe o que é você implorar por uma UTI para um AVC, porque eu tenho a pressão alta, mas não tive acesso ao médico para tomar os medicamentos? Mostremos isso ao povo brasileiro, porque muitas vezes as pessoas acham que são só tecnologias, mas nós precisamos...

A saúde primária é aquele agente de endemias ou aquele agente primário de saúde que traz o diagnóstico para mim como médica. Paciente: "Eu suspeito de calazar". Mas é o agente que diz: "Doutora, tem um cachorro lá na casa com calazar". Essa é a saúde de que a gente tem que correr atrás. É claro que ficamos com 10% a 15% para acidentes de moto e tudo.

É a saúde primária que evita que a gente tenha sarampo, poliomielite. E aqui, todos os dias, eu faço aqui um apelo, essa é uma promessa minha: pais, mães e responsáveis por suas crianças, não permitam que elas venham a ter doenças como sarampo, meningite meningocócica, doenças que levam à morte ou que deixam sequelas para o resto da vida. A gente tem responsabilidade com nossas crianças, mas não os vacinar eu considero abandono de incapaz.

Mas eu queria dizer aqui a todos que, sobre todos esses programas do cuidar... Nada é mais humano do que o cuidar, gente: cuidar dos nossos idosos, das nossas crianças e do nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

povo como um tudo. A gente pode ter as leis que quiser, se não colocarmos a saúde da mulher, da criança, do adulto e do idoso no orçamento, nós não vamos efetivar essas leis.

Essa lei é a mesma coisa para o feminicídio. Nossas mulheres, uma mulher a cada seis horas é assassinada neste Brasil. Coloquemos no orçamento.

Eu sei que pode não parecer o momento, mas eu queria deixar claro aqui, para o povo brasileiro: metade do orçamento deste país, há muitos anos, fica com o sistema financeiro. Metade do orçamento é para pragar juros e serviços de uma dívida que, apesar de estar na Constituição, nunca ninguém auditou. Eu sou da CMO e chamo a atenção. Quem fica com metade do orçamento não senta, Ministra, na mesa com a gente. A gente depois fica mendigando por 4% para a saúde, 4% para a educação, menos ainda para assistência social e pasme, Brasil: sabe quanto é destinado para a segurança pública deste país? Menos de 0,5%. Então, o povo tem que conhecer o seu orçamento.

Outra coisa, a Senadora Zenaide não está propondo aqui calote de dívidas que este país tem. No mundo todo, as maiores dívidas são americanas e japonesas, do Japão, mas eles chamam o setor financeiro e dizem: "Por favor, eu quero que deixem para mim pelo menos de 10% a 15% para eu investir em saúde, educação, assistência social e segurança pública e investir em infraestrutura, estradas, rodovias, ferrovias, porque isso vai gerar emprego e renda".

Então, eu digo que o orçamento deste país – nós um dia vamos ter a coragem –, isso é algo que o Parlamento tem que enfrentar.

Por exemplo, nós estamos com o arcabouço fiscal. Sempre se diz que o país tem que ter responsabilidade fiscal, mas a responsabilidade fiscal, Humberto, não é só do Poder Executivo; este Congresso tem que ter todos os dias. Todas as semanas nós temos a aprovação aqui de renúncias fiscais bilionárias, que retiram da saúde, da educação do nosso povo e da assistência social de todos os setores primários.

Queria dizer aqui que eu nem vou fazer pergunta, porque eu sei que a nossa grande Nísia e todos os seus assessores não descansam para ver, e eles têm um diferencial. Cada vida importa, porque algo que me preocupa, neste momento, não só no Brasil, mas no mundo, é a falta de respeito, a banalidade com que se trata a vida, não só a vida humana, animal e do meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiente, mas também nós temos uma escalada de retirada de direitos de trabalhadores deste país, e nós estamos quase chegando a algo similar à escravidão.

Então, isso, Paulo Paim, eu digo que, como Parlamentar, me preocupa muito, porque eu não estava aqui na Constituição de 1988, mas sei que foi uma luta grande para a gente diminuir essas desigualdades sociais. E se isso não sensibiliza pela parte humana, porque a gente vai salvar vidas, que sensibilize o fato de que nenhum país no mundo cresceu economicamente sem reduzir as desigualdades sociais.

Sem nenhuma pergunta. Dou todo o meu apoio e tenho toda essa certeza de que os senhores consideram uma vida, seja ela qual for, importante.

Obrigada, Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Zenaide Maia, pela sua fala...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente, está passando a palavra para a Ministra?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É só para acrescentar, meio minuto.

Só para saber se há estudos, no Ministério da Saúde, em relação à herpes zóster, porque é uma vacina cara, importante. Eu sempre penso no custo-benefício. Se você tiver o problema, é muito mais caro do que você – é sempre assim – prevenir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, a partir deste momento, passamos a palavra à Ministra de Estado da Saúde Nísia Verônica Trindade Lima, que, explico, responderá aos Senadores e também ao e-Cidadania. Chegaram outras perguntas, mas já combinei com ela que desse outro bloco de perguntas eu posso fazer uma leitura rápida, de cinco minutos, e a senhora levaria, com compromisso de responder àqueles que encaminharam esses documentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A palavra é sua, pelo tempo for necessário.

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA (Para expor.) – Senador Paim, eu dei uma olhada rápida, porque são tantas perguntas. Quero agradecer a todos também que perguntaram pelo e-Cidadania, aos cidadãos, às cidadãs que perguntaram. Muitas versam temas próximos às perguntas dos Senadores, mas nós depois vamos olhar com calma.

Há também muitas sugestões de como melhorar o atendimento, há propostas em relação aos cuidadores, que fazem parte mesmo da lei da política de cuidados. Então, de fato, são muitas perguntas. Eu quero agradecer e assumir o compromisso de responder a cada um que fez pergunta pelo e-Cidadania. A gente manda as respostas depois. Vemos com o senhor, mas, no geral, há esse tipo de comentário sobre acompanhamento de pacientes, muitas questões sobre diagnóstico precoce de Alzheimer, muitas questões sobre isso, do que eu falei até na minha apresentação. Então, são questões muito boas, sugestões de inclusão na estratégia da saúde da família, de ações, protocolos. São várias contribuições, só para não deixar sem um comentário essas pessoas que não estão aqui conosco, mas que se mobilizaram, através do e-Cidadania, saudando essa iniciativa, Senador.

Bom, eu queria só projetar o *site* das doenças raras. O nosso coordenador da área, nós temos uma coordenação específica... Natan, eu pediria que você se levantasse para as pessoas o verem aqui. (*Palmas.*)

O Natan é um especialista nessa área, tem dado muitas contribuições.

Acho que o Senador Flávio Arns falou exatamente de ter uma articulação, que é justamente o papel dele, do Natan. Então, Natan, vou deixar já a sugestão para, depois, no grupo temático específico a que o Senador Flávio Arns fez referência, você possa vir fazer um diálogo mais detalhado, direto, do que eu vou conseguir fazer agora, porque há muitas dúvidas – inclusive mais técnicas –, e até apresentar o mapa dessa rede que está sendo articulada.

Então, eu só queria mostrar a vocês... Até usamos a palavra que o senhor muito bem usou. Eu uso muito "cuidado", mas aqui usamos "acolhimento", "acolher"; então: conhecer, acolher e cuidar. É só para vocês depois entrarem no *site*. É claro que a existência das informações no *site* eu quero apenas divulgar para vocês, informações que falam de cada doença e dos tratamentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disponíveis. Aí vocês têm as informações sobre os centros de referência. Como eu disse, nós tivemos um acréscimo de 13 centros desde o ano passado, incluindo agora a Região Norte. O Senador Omar Aziz não está aqui conosco, mas ele certamente vai depois poder ouvir e ver essa apresentação. Então, eu queria dizer para vocês que aí vocês podem encontrar... E não só Senadores, mas todas as pessoas também que no e-Cidadania levantaram questões: por favor, acessem nosso *site*. Mas nós também vamos fortalecer outras formas de comunicação e esse diálogo direto, Senador Arns, que eu acho muito importante.

Então, é isso que eu queria colocar como um caminho para as questões muito relevantes que o senhor colocou.

Temos tido também esse contato com as sociedades de familiares. Eu quero só destacar o exemplo da fibrose cística, porque me comoveu muito, uma vez que nós incorporamos o Trikafta – foi uma decisão da Conitec, que é a comissão responsável pela incorporação, mas antes eu tive audiência com a Sociedade de Pneumologia, na pessoa da Dra. Margareth Dalcolmo, atual Presidente; e também com as pessoas que são afetadas pela fibrose cística, seus familiares. E o senhor colocou uma coisa muito importante, que é essa relação custo-benefício. Nós sempre temos como perspectiva salvar vidas e dar melhoria na qualidade de vida. Hoje nós lidamos com problemas de alto custo e muitas vezes com baixa efetividade e com uma pressão muito grande das farmacêuticas, que muitas vezes praticam no Brasil preços mais elevados que em outros países, porque aqui é um direito, a saúde felizmente é um direito; mas nós temos trabalhado nessa incorporação. Estou dando esse exemplo porque, de fato, pessoas com uma qualidade de vida péssima passam a ter uma excelente qualidade de vida e um aumento da sua expectativa de vida muito grande. Então, acho que essa incorporação é um bom exemplo do que devemos fazer.

Um paralelo, algo que o Senador Humberto mencionou também: o investimento no Complexo Econômico-Industrial da Saúde. Doenças raras também são uma das linhas. Nós estamos com dois editais em curso, quer dizer, está em curso o processo de avaliação agora, com mais de 300 propostas encaminhadas: um é para parcerias de desenvolvimento produtivo, cujo foco são transferências tecnológicas e o uso do poder de compra do Sistema Único de Saúde para garantir essas transferências e termos a tecnologia no país; e o outro é o Programa de Desenvolvimento e Inovação Local, aí já trabalhando muito com a nossa rede de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

universidades, institutos de pesquisa, de maneira que a inovação chegue à ponta. Então, são dois programas bem importantes, na linha da pergunta que o senhor fez. E faço essa sugestão porque acho que ela vai ser bastante profícua para o nosso coordenador que está articulando a rede.

E gostaria de dizer para o senhor que – até eu nem comentei isso com o Natan, não tive oportunidade – eu tive, há duas semanas, contato com o Dr. Juan, pesquisador nessa área de doenças raras. Eu o conheci muito de perto da Fiocruz, porque lá, infelizmente, são muitas crianças com doenças raras e sem condições de autonomia para ir às suas casas. E esse pesquisador me disse exatamente que começa a funcionar uma rede – o nosso trabalho tem que ser em rede, o senhor apontou muito bem esse problema –, mas aí vou fazer essa sugestão, porque eu acho que vai ser mais indicada para essa continuidade.

Também, Senador Paim, eu acho que há questões de preocupação ligadas a Alzheimer e outras demências – eu acho que eu coloquei na minha apresentação –, há muitas perguntas também pelo e-Cidadania com relação aos cuidadores. Isso tudo está previsto na lei de política de cuidados e, como eu disse, terá que ser, como disse o Senador Omar Aziz – e é –, uma ação transversal, envolvendo o Ministério do Desenvolvimento Social, também o Ministério dos Direitos Humanos e o fortalecimento do Melhor em Casa, no caso nosso, da saúde, e algumas propostas importantes para esse acolhimento também de quem cuida. Nós vamos divulgar em breve, estamos só finalizando essas propostas com os outros ministérios.

Também vou comentar as questões específicas sobre vacinação.

Eu queria só que... Falou-se tanto de comunicação, eu queria que uma das nossas peças de comunicação sobre...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A sua assessoria me lembra que tem dois vídeos, um de 9 segundos, outro de 17 segundos.

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA – É, tudo rápido. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A senhora que manda a hora de passar os dois vídeos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA – Pode passar agora, então, que aí eu comento, que aí depois eu reforço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ser agora. Assim a senhora respira um pouquinho. (*Risos.*)

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA – É.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Pausa.*)

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA – Tem mais um. (*Pausa.*)

Bom, eu vou comentar e depois ele entra ou vai em seguida? Eu vou comentando para a gente ganhar tempo.

É a amostra de um trabalho...

Já deu.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, bela produção!

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA – Eu queria dizer que eu acho que as campanhas voltaram, é importante dizer que as campanhas voltaram, elas não estavam sendo feitas. Enfrentamos, como já foi muito bem colocado aqui, um negacionismo fortíssimo que atingiu toda a vacinação, com muito foco na covid. HPV também foi alvo de campanhas mais sistemáticas, mas, como vários estudos já mostraram, estudos do que hoje se chama mundialmente de hesitação vacinal, isso acaba atingindo toda a vacinação. Mas eu mostrei aqui no início – e eu não quero ser repetitiva – que nós estamos, de fato, avançando na vacinação.

Além da comunicação de campanha, que voltou e que é muito importante, há toda uma estratégia de planejamento local junto com a realidade diversa do nosso país, que foi um dos fatores responsáveis por nós termos alcançado a meta no sarampo, em BCG, na poliomielite, como eu já demonstrei aqui hoje, tendo uma melhoria expressiva em 15 das 16 vacinações desse calendário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso de HPV, o que é fundamental – como a Senadora Zenaide falou, a Senadora Leila também comentou sobre isso, o Senador Omar –, nós atingimos um aumento de 40% de vacinação este ano. Então, são dados muito importantes.

Um outro fator fundamental em vacina de criança, principalmente adolescente – 9 a 14 anos, essa faixa é bem difícil; na primeira infância e depois na infância, ainda que com desafio, é mais fácil avançar –: vacinação nas escolas. Não temos como fazer para todas as vacinas, mas voltou-se a fazer vacinação nas escolas. E eu acompanhei isso muito de perto, e as crianças acabam também sendo divulgadoras para os pais, porque cada município tratou de uma forma essa estratégia junto com os responsáveis, que naturalmente têm que acompanhar esse processo e, pelo próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, cabe às escolas o monitoramento da caderneta de vacinação, que agora está na Caderneta da Criança. Então, a mensagem é: vacina é vida em todo o ciclo de vida, pensando também na vacinação dos idosos.

E aí até aproveito para falar em relação a herpes-zóster, está, sim, na pauta para estudos da parte da Conitec.

Eu queria agradecer os comentários de todos. A Senadora Leila fez muitos comentários também, todos fizeram, mas eu queria me deter nas questões mais específicas do Senador Humberto Costa.

Com relação ao Programa Mais Acesso a Especialistas, nós o lançamos em abril deste ano, com o Presidente Lula, e a fase imediatamente seguinte foi exatamente a definição desses planos de ação regional junto aos estados com os responsáveis pela execução. Essa fase terminou agora, por isso nós fizemos ontem o lançamento dessas portarias de repasse de recursos, que nós vamos ter nesse primeiro trimestre de 2025. O programa já começou, isso eu quero dizer a vocês, o programa já começou a rodar e teve uma base no Programa de Nacional de Redução das Filas de cirurgias eletivas.

Como momento-chave para a implementação, nós só repassamos, inclusive, 30% do recurso, exatamente para esse monitoramento inicial. E só é feita a remuneração para cada oferta de cuidado integrado quando são respeitados todos os procedimentos e o tempo. Então, a implementação vai se dar ao longo de 2025, com resultados monitorados. E eu vou estar também, Senador Humberto e todos, trazendo esses dados para vocês e para toda a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria também colocar aqui para vocês, em relação ao Senador Humberto e acho que... já não me lembro se foi a Senadora Zenaide. Eu fui anotando umas tantas questões em relação ao tema do diabetes.

Sim, começa na atenção primária, sem dúvida, e não só começa, há o acompanhamento na atenção primária quando não há complicações que exigem outro tipo de intervenção, da mesma forma que outras doenças crônicas. Então, fortalecer a atenção primária, Senadora Zenaide, é fundamental. Mas eu queria dizer que, na última reunião da Conitec, foram incorporadas insulinas análogas de ação rápida e análogas de ação não prolongada. Então, essas foram incorporações importantíssimas.

Senador Humberto, aproveito para dizer que nós estamos vivendo uma crise de abastecimento mundial de insulina. Nós antecipamos a entrega do laboratório que é responsável por 90% da produção, que é a Novo Nordisk, conforme já foi divulgado. E nós também temos já garantidas, por outra licitação, agora já a partir de janeiro, mais entregas de insulina.

E com relação à questão dos sensores, foi uma decisão da Conitec, que tem a independência para essa decisão, mas sempre temos que estar atentos e vendo. E, eventualmente, quando há base para isso, até pensar em revisões de decisão. Então, também acho que isso tem que estar na pauta, além de outras estratégias para esse monitoramento, como o senhor colocou.

Eu quero dizer que temos trabalhado com grande prioridade essa pauta, não só da insulina, mas de tudo o que diz respeito, desde a atenção primária, ao cuidado adequado para as pessoas com diabetes. Então, eu creio que isso é muito importante.

O senhor, o Senador Omar Aziz e também a Senadora Leila levantaram com muita ênfase a questão das *bets*, com toda a razão, porque se trata de um problema de dependência ou adição gravíssimo, que tem um impacto na saúde mental, na vida das famílias. Então, é um impacto e deve ser assim visto. A lei foi aprovada, então esse foi o ponto do Governo. Uma vez aprovada, ocorreu a regulação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministério da Saúde, principalmente o nosso Departamento de Saúde Mental, vem trabalhando junto à Fazenda desde o ano passado. E agora foi definido, com a coordenação do Ministério da Saúde, um grupo interministerial para avançar em medidas de proteção à sociedade. No caso da saúde, essas medidas têm que ser de dois níveis. Vocês compararam com drogas. Uma vez que não é ilegal, eu comparo muito com cigarro. E aí faço menção também ao *vape,* que o senhor havia comentado. Eu defendo que a gente faça uma campanha sistemática, tipo: *bets* fazem mal à saúde.

Eu tive uma experiência pessoal de levar meu neto, que adora futebol, o Bento, tem oito anos, levei aqui. Ele veio a Brasília e o levei ao Mané Garrincha. Eu tive dificuldade de tirar foto com ele porque quase todas as camisetas que estavam nos painéis tinham propaganda de *bets*. Eu falei: "Meu filho, eu não posso tirar". Aproveitei e expliquei para ele. Eu não posso tirar foto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA – Fui explicando para ele o que eram *bets*, porque eu não podia tirar. E eu falei: "Deixa-me ver as suas camisetas se estão com propaganda". Porque é assim... Eu, inclusive, levantei várias... No Reino Unido, que tem uma legalização para esse tipo de jogo, eles construíram um processo de consenso com várias medidas de proteção às crianças e aos adolescentes. Algumas já estão sendo adotadas no Brasil, tipo não permitir entrada nos *sites* de jogos, mas eu acho que o cuidado com a publicidade, Senador, é uma das formas de prevenção, na linha do que a gente fez, com êxito, para o cigarro. E agora estamos com esse desafio do *vape*, que é o mesmo: *as bets* fazem mal à saúde. Isso implicaria o uso de publicidade em TV aberta e várias outras medidas que eu tenho já apresentado e discutido.

Agora, essa é a estratégia da prevenção. A questão é que muitas pessoas estão indo à rede de atenção psicossocial já com o problema. E de fato, na proporção que é, é algo novo. Não que não houvesse antes problema de dependência em jogo. Claro que havia, o problema é a escala, é isso atingir crianças e jovens da forma como tem atingido também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que uma vez que existe a lei e que nós... Concordo inteiramente com a sua visão, Senador – acho que foi o Senador Omar Aziz –, esta é a minha posição pessoal: eu sou contrária a esse incentivo aos jogos. Mas, uma vez que existe a lei, eu acho que a gente tem que fazer um trabalho muito forte na linha do que se fez para a questão do tabaco, do cigarro.

Essa é a minha posição.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Poderia ser algo parecido com o cigarro...

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA – Isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... como a senhora coloca, pelo menos nesse momento, proibir todo e qualquer tipo de propaganda. Isso a gente faz com cigarro.

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA – Sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não pode ter propaganda na televisão, nem no rádio, nem na camisa. Nós não temos Marlboro e tal em camisa.

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA – Isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu acho que seria uma linha interessante, com o apoio do Governo, proibir todo e qualquer tipo de propaganda, que é algo legal, como foi falado. O cigarro também não é ilegal, mas pelo menos já há um convencimento nesse sentido. Quer dizer: não divulgar, porque se a gente só disser que faz mal, que cigarro faz mal... Não, vamos proibir. Não tem propaganda, não tem nada. E aí cada colocação do cigarro, na carteira, que dá câncer, enfisema, não sei o quê e tal.

Eu acho que seria um caminho, pelo menos de imediato, Senador Humberto. A gente poderia, talvez, já propor, porque há um clima dentro do Senado a favor de iniciativas mais duras, enquanto não se proibir. Porque a *bet*, no fundo, é o cassino dentro de casa. Não é para você viajar e ir a um cassino – eu também sou contra isso –, mas é o cassino dentro de casa.

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA – Com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para completar na questão dos cigarros eletrônicos, os *vapes*, nós estamos fazendo, junto com o Instituto Nacional de Câncer, uma campanha inclusive esclarecendo que o mal é maior à saúde do que o do cigarro convencional, por conta dos aditivos, por conta do teor de nicotina. E também isso faz parte do Vigitel, que é o processo de vigilância usando o telefone feito pelo Ministério da Saúde.

Aliás, *bets* também entraram, e eu também estou discutindo com o IBGE – discutindo não, isso já está aceito – para que a Pesquisa Nacional de Saúde que vai ser realizada ano que vem também inclua esses temas, porque a própria pesquisa tem que se atualizar naquilo que a gente vê como um desafio de saúde pública. Mas isso a gente vai informar para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ministra, abusando da sua boa vontade, primeiro uma salva de palmas pelas respostas: precisa, direta e objetiva. (*Palmas.*)

Mas se inscreveram ainda, Ministra, o Senador Chico Rodrigues e as Senadoras Teresa Leitão e Jussara Lima. O Chico Rodrigues é o que estava aqui, já tinha colocado o nome dele. Então, eu passo a palavra ao Senador Chico Rodrigues; em seguida, passo a palavra para a Senadora Teresa Leitão e, na sequência, a Senadora Jussara Lima.

Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Meu caro Presidente Paulo Paim, V. Exa., que na verdade tem o simbolismo aqui de uma pessoa que agrega, que a essas questões sociais sempre tem se dedicado ao longo dos últimos 40 anos e é uma referência no Senado, em boa hora preside esta Comissão; e em boa hora – melhor ainda – convida a Ministra Nísia Trindade, que, com o seu jeito jeitoso, com a sua capacidade de explicação, com a sua paciência, mas, acima de tudo, com o seu conhecimento e compromisso com o país, tem conduzido a bom termo – a muito bom termo – esta pasta tão importante para o nosso país, que é a pasta da Saúde.

Gostaria apenas de também fazer um rápido e breve pedido a V. Exa.: que levasse ao Presidente Lula o nosso carinho, a nossa confiança, o nosso desejo de que ele volte mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

revigorado ainda, com a sua capacidade, a sua liderança e o seu compromisso com o Brasil, para dar curso ao seu Governo, que tem, na verdade, entregue muito à população brasileira.

Eu, rapidamente, Ministra... Dados recentes divulgados pelo IBGE indicam que a expectativa de vida do Brasil atingiu 76,4 anos em 2023, um aumento significativo desde o período da pré-pandemia. Com a elevação na expectativa de vida, o Brasil enfrenta o desafio de alinhar suas políticas de saúde para atender a uma população cada vez mais idosa e com maior prevalência de doenças crônicas.

Diante desse contexto, duas perguntas. Que iniciativas estão sendo desenvolvidas para melhorar a qualidade de vida dos idosos do Brasil, particularmente daqueles que vivem em estágios avançados de demência? A outra: quais são os principais desafios encontrados no processo de regulamentação da Lei 14.878, de 2024, e como o ministério pretende superá-los para garantir a efetividade da política?

Outra: a pesquisa Radar Nacional sobre o tratamento de diabetes no Brasil mostrou que a principal dificuldade enfrentada pelos brasileiros com diabetes é a demora para conseguir consultas médicas. Diante disso, pergunto: que medidas o Ministério da Saúde vem adotando para melhorar o acesso a consultas e à eficiência do tratamento para diabetes do Sistema Público de Saúde? Nós tivemos a oportunidade nesta semana de assistir a uma apresentação de V. Exa., que já dirige esse tema, mas, como é importante aqui neste Parlamento que os colegas Senadores, que a população que nos assiste acompanhem, é mais um gancho para que a senhora possa, na verdade, mostrar quais são os programas que estão sendo desenvolvidos pelo ministério.

E a última. Em resposta à grave situação enfrentada pelo povo ianomâmi, descrita como genocídio pelo Presidente Lula no início de 2023, foram realizadas diversas ações para retirar aproximadamente 40 mil mineradores daquela região. Duas perguntas: que melhorias foram observadas na saúde dos povos indígenas ianomâmi após as iniciativas para remover os mineradores? E a outra: que medidas permanentes o ministério vem adotando para substituir as respostas emergenciais e garantir a proteção contínua da saúde dos povos da Amazônia?

Eu gostaria de deixar essas duas questões levantadas. E, ao encerrar esse bloco de respostas anterior, a senhora falou que as *bets* fazem mal à saúde. E eu gostaria apenas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

complementar também dizendo que as *bets* fazem mal à saúde e à economia familiar brasileira, principalmente das pessoas mais pobres e mais carentes, que vivem mergulhadas no endividamento, e é quase que uma alucinação coletiva o que está acontecendo hoje através dessas malditas *bets*. Nós estamos na CPI, nós estamos acompanhando, verificando o andamento, as alternativas, até porque é um mal que está, na verdade, contaminando a sociedade brasileira. É de A a Z, mas prejudica essencialmente, principalmente aqueles mais carentes, que, na aventura, no sonho de ganhos mais fáceis, terminam mergulhando em mais dívidas, em mais desespero, levando a problemas até de saúde, que já já vão ser de saúde coletiva, em função desses malditos jogos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos, Senador Chico Rodrigues.

De imediato, Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Bom dia, quero cumprimentar a Ministra, agora formalmente, e a sua equipe, o Secretário-Executivo Adjunto, os nossos assessores parlamentares, que nos socorrem nos momentos de dificuldade. Assessor parlamentar, viu, Ministra? Eu digo que é o cargo preferido nosso, porque é quem nos acode, não é? Quero cumprimentar o Senador Humberto, o Senador Paulo Paim. Quero justificar a minha ausência, porque eu tive que resolver um problema na CMO, porque eu sou Relatora de um dos orçamentos setoriais e possivelmente a votação vai ter que se dar hoje, e me demorei mais do que o previsto.

Quero parabenizá-la, Ministra, pela apresentação, porque a gente tem um acesso geral. Perdi os debates, as explicações, mas eu quero destacar que a apresentação e o próprio modo de funcionamento do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde – vício – (*Risos.*) nos dá uma tranquilidade muito grande em relação ao eixo estruturador desse ministério, que é a política do cuidado, é o cuidar: cuidar das pessoas, cuidar da dignidade, cuidar da vida, cuidar do bem-estar, cuidar dos segmentos menos alcançados pelas políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso agora vai se coadunar muito bem com a proposta que foi apresentada, muito comemorada pelo Senador Paim, que é a Política Nacional de Cuidados, e acho que o retorno à atenção básica, a ênfase na saúde da família, a ênfase nos agentes comunitários de saúde, tudo isso é muito revelador do que é uma política com intencionalidades públicas, universais e de inclusão social.

Às vezes, os Senadores dizem assim conosco: "Ah, mas por que tudo tem que ter ideologia?". A política pública não tem ideologia, mas ela tem intencionalidade política. O que é que ela quer? Para quem? Contra o quê? A favor de quê? Aí sim, como diz Paulo Freire na educação, e acho que o que a senhora apresentou aqui diz muito disso.

Eu quero destacar dois aspectos: um, para parabenizar, claro, porque a atenção à saúde da mulher, que teve um investimento de um bilhão por ano, é muito bem-vinda. Acho que a gente pode ter alguns outros fatores a serem incluídos, além do que já existe, como o Programa Dignidade Menstrual, a ampliação do acesso ao DIU e a Caderneta da Gestante. Há outras coisas para as doenças que são muito próprias das mulheres. A gente teve uma audiência aqui sobre o período da menopausa e do climatério e sobre o que é que pode ser tratado em relação a essa faixa etária das mulheres, que tende, com a longevidade, a ter mais mulheres presentes; e a gente quer que isso também seja considerado.

A outra questão é em relação à farmácia popular. Em relação a isso, a base nos reclama e pede, Chico D'Angelo, mais elementos. Todos os aportes que o Governo Federal faz nos municípios e nos estados, se a gente não tiver cuidado, caem em mãos incautas: incautas para não defender a essência daquela política ou incautas para se apropriarem, para si, de uma política que é do Governo Federal.

Claro que o Governo Federal precisa, na maioria das vezes, do ente estadual e do ente municipal para efetivar a sua política. Compete também ao Governo fazer isto: "Olha, esse programa tem 200 milhões do Governo Federal e 50 milhões do Governo estadual; é um programa de parceria. Mas eu, o Governo Federal, estou aqui presente também".

Então, em relação à farmácia popular, como é que a gente poderia difundir melhor os critérios para se abrir uma farmácia popular? Tem tudo bem escrito no regulamento, mas uma campanha, não sei se nas reuniões com gestores ou nas reuniões com a sociedade civil... O que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é que a gente precisa? Houve uma ampliação, o relatório dá conta disso, mas como é que a gente poderia também não só ampliar – porque é muito bom – como também ter esse alinhamento? A farmácia popular está em boas mãos.

Acho que isso era o principal aspecto que eu destacaria, e não quero terminar, evidentemente, sem parabenizar o ministério, sem parabenizar as políticas e as ações que estão sendo feitas e que, para nós, são motivo de muita alegria, pela importância que tem a saúde, que é um exemplo de universalização, de inclusão e de dignidade das pessoas.

Então, meus parabéns e muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Parabéns, Senadora Teresa Leitão.

De imediato, passo a palavra à Senadora Jussara Lima.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Para interpelar.) – Bom dia.

Quero cumprimentar aqui, nesta reunião conjunta, os dois Presidentes: o Presidente Senador Paulo Paim, da CDH; e o Presidente Humberto Costa, da CAS. Quero cumprimentar os assessores da Ministra Nísia e, claro, a senhora, Ministra, que vem fazendo um grande trabalho à frente do Ministério da Saúde.

A gente sabe que a senhora é uma mulher de vasto conhecimento a respeito da saúde brasileira, e quero dizer que a senhora conta com o nosso apoio, e que, como mulher, eu entendo perfeitamente o seu lugar, como a senhora se encontra. Sou muito feliz em dizer que a senhora é uma grande Ministra, é uma mulher que realmente entende profundamente da cadeira em que se encontra, que é o Ministério da Saúde. A senhora é uma mulher extremamente capacitada, e eu até digo que a senhora está no lugar certo: a mulher certa para o lugar certo é a Ministra Nísia Trindade. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria que a senhora levasse ao Presidente Lula que nós estamos em oração por ele, porque eu peço a Deus que ele volte logo para o seu lugar, que é onde ele gosta de estar, como Presidente da República, olhando para o povo brasileiro.

E eu gostaria, também, de fazer aqui uma saudação a um assessor seu, que é o Marroni. Ele está sempre disponível....

Cadê o Marroni?

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Palmas.*)

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Às vezes, eu o procuro, o Marroni me atende muito gentilmente. A senhora tem uma boa assessoria.

E quero dizer da nossa satisfação de recebê-la aqui nestas Comissões conjuntas. Volte sempre aqui, porque é um prazer muito grande recebê-la!

Meu abraço a todos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Jussara Lima, belas considerações.

A Senadora Damares Alves é a última inscrita.

Agora, eu encerrei, hein, pessoal, porque eu tenho que abrir outra reunião, em seguida, da Comissão de Direitos Humanos.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Eu prometo ser breve.

Ministra Nísia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E a Ministra, também, diz ela. (*Risos.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu continuo torcendo, torcendo pela senhora. Os meus questionamentos todos, os que eu tenho para fazer para a senhora, eu estou fazendo por meio de LAI, de requerimentos de informação.

Eu não posso fazer coro com as minhas outras colegas. Tem muito, muito ainda o que melhorar no seu ministério, Ministra, mas eu estou torcendo para a senhora acertar, porque foi o que eu disse da última vez: se a senhora der certo, o Brasil deu certo; se a senhora conseguir, se a sua equipe conseguir dar certo, o Brasil dá certo.

Eu estou preocupada com vacinas, eu estou preocupada com insulina, eu estou preocupada com morte de criança indígena. No primeiro ano, cresceram 24% as mortes de crianças indígenas neste Governo, estou aguardando o relatório de 2024.

Não queira dividir comigo, Ministra, o título de genocida. Eu não era nem responsável pela saúde indígena, e a sua Secretaria de Saúde Indígena falou, para o Brasil e para o mundo, que eu era genocida. E a gente sabe que o número de crianças ianomâmi, nesta gestão, está crescendo muito mais o número de mortes, mas eu quero que a senhora dê certo.

E eu vou estar aqui o tempo todo, junto a esses dois Presidentes de Comissão, ajudando. No que eu puder ajudar o ministério, Ministra, eu vou ajudar; junto a outro Presidente aqui também, o Senador Flávio, com relação às doenças raras, o que a gente pode fazer para ajudar? As famílias batem em nossos gabinetes, as famílias estão em desespero, e agora a gente está aí com essa questão do corte de gastos que vai alcançar severamente as pessoas com BPC, e aí é com o dinheirinho que eles se alimentam, é com o dinheirinho que eles compram remédio também. Estamos preocupados.

Então, não vou fazer nenhuma crítica, só dizer que tem muito o que melhorar, mas me coloco à disposição do ministério. Vou buscar as demais informações por via dos requerimentos, mas manifesto minha preocupação, Ministra, com as crianças indígenas. Uma atenção especial. Eu sei que agora a senhora divide a responsabilidade com a Ministra Sonia. Então, ela também tem a responsabilidade dela, a senhora tem a sua, mas eu tenho recebido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

notícias lá da ponta. Eu tenho uma relação com os povos indígenas, uma relação histórica, sou mãe de uma indígena. A minha relação com eles é uma relação de carinho e de amor. Eu não tive a responsabilidade da política indígena. Lamento, lamento. O Congresso Nacional tirou de minha mão, no Governo passado, a política indígena, mas eu estou muito preocupada, especialmente Senador Chico Rodrigues, com os ianomâmis.

Eu pedi, Ministra, ao Senado Federal, outra Comissão, para a gente ir *in loco*, para avaliar o que foi feito neste Governo, porque vocês tiveram uma Comissão para avaliar os danos do Governo anterior, e a gente não tem uma Comissão, ainda, para avaliar os avanços ou, quem sabe, os retrocessos do atual Governo. Mas eu quero ir lá. Estou insistindo para que o Senador Rodrigo aprove ainda este ano para, quem sabe, a gente ir antes do final do ano até a área para ver o que está acontecendo.

Mas manifesto aqui que, para nós, mulheres, é um orgulho ter uma mulher numa pasta como a sua. E a gente fica aqui torcendo muito para a senhora dar certo. Que Deus abençoe a senhora e a sua equipe! E eu preciso registrar que a assessoria parlamentar me trata com muito carinho, mesmo sabendo que eu sou uma Senadora barulhenta. Essa sua assessoria parlamentar é espetacular. Eu preciso fazer este registro da assessoria parlamentar aqui e desejar à senhora, Ministra, nos próximos meses, sucesso. Mas vamos embora juntos. Aquilo de que precisar, liga para mim, para a gente não ficar nas críticas, para a gente ficar mesmo com o objetivo de ajudá-la. Que Deus a abençoe, Ministra!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Damares Alves.

Quero registrar a presença do Senador Jaques Wagner, nosso Líder maior no Congresso, que estava costurando até o momento a reforma tributária. Por isso que ele não tinha conseguido chegar aqui. Se deu certo, eu não sei. (*Risos.*)

Eu queria, neste momento em que todos já falaram...

Jaques, quer fazer uma saudação?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Quero saudar a Ministra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, fica a saudação aqui à Ministra.

Eu pergunto ao nosso Presidente Humberto Costa se quer fazer algumas considerações finais.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Combinamos aqui... Porque chegaram algumas perguntas, e são perguntas longas. Não é uma pergunta, mas um texto, cada pergunta é um texto. Então, eu combinei com a Ministra que eu só vou dar o título e vou dizer quem mandou, e a senhora se comprometeu, então, a responder junto ao Ministério.

Associação Brasileira de Alzheimer (ABRAz Nacional): "Atenciosamente, Celene Queiroz, Presidente da ABRAz". Ela encaminha uma pergunta para a senhora.

Leandro Minozzo. O Leandro Minozzo, médico geriatra, professor da Feevale, foi quem primeiro me procurou para apresentar projeto sobre o Alzheimer. E dali surgiu, então, a proposta.

Sra. Vilma Araújo, de Belo Horizonte, ativista e estudiosa do tema pessoa idosa e demência. Ela também faz aqui uma série de considerações e sugestões que eu encaminho também para a Ministra.

Aqui tem Ana Gilda Soares dos Santos, Presidente da Associação de Cuidadores da Pessoa Idosa, da Saúde Mental e com Deficiência do Rio de Janeiro.

Assina também o Jorge Roberto, Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais.

Também fica com a senhora.

Só pedindo esse registro que eu farei rapidamente.

Dr. Ricardo Emílio Pereira Salviano, GT Saúde, DPV, ABRAz (Associação Brasileira de Alzheimer).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministra, essa era a minha missão de entregar os documentos, em parceria aqui com o meu Presidente Humberto Costa, pois já quis passar para ele a Presidência, mas ele disse que eu comecei e deveria ir até o fim. Vamos ter que abrir depois, logo em seguida, eu, uma sessão aqui, e ele, lá na CAS.

Então, Ministra, agora as suas considerações finais e a sua fala e nós vamos encerrar o nosso trabalho e vamos para as outras reuniões.

É isso meu, meu Líder?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – É isso.

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Paim.

Quero agradecer às Senadoras e aos Senadores pelas questões, eu não vou... Eu vou fazer uma resposta um pouco mais concisa dos pontos que eu acho mais importantes para também esclarecer aos senhores e também a todos que depois o acompanham agora na audiência ou que tenham interesse nos temas.

Eu queria chamar a atenção aqui de alguns pontos importantíssimos.

Eu acho que a Senadora Teresa Leitão falou de uma política de cuidados. É exatamente o que orientam as ações do ministério, assim como é a visão do cuidado, como base do Governo, que orienta o Presidente Lula.

Muitos pontos eu havia também abordado anteriormente em relação a toda a questão das doenças raras, então, vou só repetir a sugestão específica para a Senadora Damares, que eu já tinha respondido ao Senador Flávio Arns, de que o grupo temático da Casa possa ter até um aprofundamento com o nosso Coordenador-Geral da área, que é o Dr. Natan, e que está inclusive aqui na audiência. Muitos avanços nessa área, mais de 13 centros de referência criados. Eu já apresentei e já está também na apresentação inicial que eu fiz, mas eu creio que é um tema, pela sua importância, como havia falado para o Senador Arns, que vale aprofundar.

Com relação ao Senador Chico Rodrigues, todo o nosso trabalho acho que tem que ser em conjunto com a Casa. Em relação à proteção da sociedade, eu falei muito das crianças e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jovens, mas é toda a população, inclusive os idosos, que têm sido muito vítimas das *bets*, então, contem comigo para as ações de proteção, para que a gente possa fazer isso de uma forma conjunta. Eu acho que é essa linha também que foi comentada, da publicidade, dessa visão que eu defendo semelhante ao cigarro, que faz mal à saúde, e trabalhar, como o senhor disse também, com a desestruturação familiar que isso causa, então, acho que é muito importante fazer isso.

Com relação à questão ianomâmi que surgiu, tanto do Senador Chico Rodrigues como da Senadora Damares, é importante dizer que é uma ação interministerial, é uma ação fruto do garimpo ilegal e de uma política, sim, de descaso, no Governo passado, como bem atestado em relatórios que, à época, eu acompanhei pela Fiocruz.

E eu quero entrar objetivamente em alguns dados importantes. Primeiro, recomendar... Saiu hoje o boletim periódico que nós temos feito em relação à saúde no território ianomâmi. Então, vocês podem ver esses dados lá, os avanços são efetivos, mas o desafio é grande, o que requer uma ação contínua de todos nós.

O acompanhamento por parte desta Casa é, como sempre, bem-vindo e até mesmo desejável, mas, só para eu comentar alguns dados com vocês, nós tivemos uma redução no número de óbitos no território ianomâmi, e isso é fruto também... Essa redução significativa, em relação a 2023, é fruto de um trabalho intenso de equipes de unidades básicas de saúde.

Havia sete polos fechados em função da questão do garimpo, agora, com a atuação da Casa de Governo, articulando vários ministérios e ações de desintrusão, que naturalmente não são minha responsabilidade, sete polos puderam ser reabertos.

Nós tivemos um incremento de profissionais que eram da ordem de 690 e, hoje, nós temos 1.759 profissionais de saúde atuando nos territórios, o que envolve médicos, inclusive médicos de algumas especialidades, o que envolve enfermeiros, técnicos de enfermagem, psicólogos e envolve os agentes de saúde indígena, naturalmente.

Então, nós estamos com um trabalho intenso em força de trabalho, sempre em diálogo também com as entidades indígenas locais, com o fortalecimento no distrito sanitário indígena, com o uso da saúde digital vinculado sempre à Universidade Federal de Roraima, às nossas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

unidades de saúde, para dar respaldo, permitir melhoria no atendimento especializado, que também é necessário.

Saúde indígena deixou de ter só foco na atenção primária, ela precisa ser uma saúde integral, uma vez que ela é responsabilidade direta do Ministério da Saúde, através da Secretaria de Saúde Indígena.

Então, desse trabalho que nós fazemos, nós tivemos uma redução em várias causas de mortalidade: nós tivemos um número de 213 em 2023 e, no primeiro semestre, um número de 155. Se for olhada a causa, vocês podem ver no boletim, nós vimos uma redução significativa nas mortes por malária, ainda que tenha aumentado o diagnóstico, até porque nós estamos indo ao território cuidar – fazer diagnóstico e cuidar –, tratar da nossa população indígena, também em relação à desnutrição com novos polos de saúde indígena. E as infecções respiratórias também têm grande prevalência, mas com uma redução do número de óbitos.

Também quero dizer que nós, nas ações estruturantes, além dessas que eu comentei, temos a construção de mais seis novas unidades básicas de saúde indígena. Além disso, eu quero mencionar aqui também a construção, num processo ainda inicial, do Centro de Referência de Saúde Indígena em Surucucu, permitindo, assim, um novo polo de atenção especializada, que não seja para as pessoas terem que ir à Boa Vista – isso é muito importante. Também, em Boa Vista, no Hospital Universitário, sob gestão da Ebserh, está em construção uma unidade de retaguarda à saúde indígena, que permita o acolhimento da população e sua melhor atenção diante de cirurgias ou outros procedimentos que precisem ser feitos, totalmente discutidos a partir também dos valores e da cultura indígena.

Então, o nosso Governo tem a saúde indígena e a saúde da população como prioridade. Aumentamos a vacinação, aumentamos várias ações, e, numa ação integrada de todo o Governo Federal, esperamos superar essa grave crise humanitária que encontramos no início da nossa gestão e que tem merecido a atenção direta do Presidente Lula.

Vejam, por favor, os números, eles são transparentes. Não há necessidade de Lei de Acesso à Informação para números que nós fazemos questão de divulgar como parte do nosso trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Ministra. (*Palmas.*)

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA – Ah, eu queria fazer uma fala final.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A fala final é agora, segure aí.

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA – É agora. Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A fala final, ela vai fazer agora.

Por uma questão de justiça, eu quero aqui, Ministra, antes de a senhora fazer a fala final, registrar a presença dos Senadores e Senadoras que estiveram aqui: Senador Humberto Costa, Senador Flávio Arns, Senador Augusta Brito, Senadora Teresa Leitão, Senadora Leila Barros, ex-Senador Paulo Rocha, Senador Laércio Oliveira, Senador Omar Aziz, Senador Jaime Bagattoli, Senadora Zenaide Maia, Senador Chico Rodrigues, Senadora Jussara Lima, Senadora Damares Alves, Senador Jaques Wagner, Senador Alessandro Vieira, Senador Dr. Hiran e Deputado Federal Darcísio Perondi.

Olha, se botasse aqui em votação, eu aprovaria tudo com a sua presença aqui.

Uma salva de palmas a todos. (*Palmas.*)

Agora, a sua fala final, Ministra.

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA (Para expor.) – Bem breve, eu queria agradecer a todas as Senadoras e aos Senadores que o senhor acabou de ler.

Eu creio que esta Casa...

Eu queria só falar isso. Eu sou uma pessoa que aprendi a conhecer um pouco o Legislativo brasileiro na academia, porque fiz meu Mestrado em Ciência Política num instituto que valorizou muito a atividade Parlamentar e ainda valoriza, que é o antigo Iuperj, atual Iesp-Uerj. Então, aprendi com muitos mestres a importância dos partidos menores, a importância da dinâmica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eleitoral, o quanto temos de nos orgulhar da legislação e do sistema eleitoral brasileiro, que é referência para outros países, e que a democracia só é possível com toda essa estrutura montada que torna possível efetivamente essa democracia.

E, além do que, esta Casa é a Casa também da Federação, representação dos estados.

Eu gostaria de agradecer a vocês. Vou transmitir à nossa querida Janja Lula da Silva os votos de restabelecimento do Presidente Lula. Ele está bem. Esperamos que logo, muito breve, esteja conosco.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Ministra Nísia, desculpe a indelicadeza, a senhora me permite aparteá-la?

Eu só vim aqui para lhe fazer uma saudação e agradecer o apoio que a senhora dá ao nosso estado, inclusive o nosso estado fez uma coisa contrária, o Estado de Roraima transferiu o hospital para a Ebserh. Nós temos um cenário de prática para a formação dos nossos egressos das faculdades de medicina, muito importante. Que a senhora cuide com muito cuidado desse nosso projeto – é um projeto nosso –, e eu sei do seu compromisso.

E também quero dizer a V. Exa. que a questão da saúde indígena sempre foi uma preocupação, até minha, porque eu fui Coordenador da Funasa durante nove anos...

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA – Sim.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... quando a atribuição da saúde indígena era da Funasa. Instalamos lá o nosso Distrito Sanitário Especial Indígena - Yanomami, que foi o projeto-piloto, que deu origem a todos os distritos do Brasil.

A gente precisa discutir mais essa questão do enfrentamento da saúde, porque a gente tem ali uma comunidade de 19 mil pessoas, para um país maior do que Portugal, de 9,6 milhões hectares, mas também nós precisamos discutir a questão da imigração desenfreada que continua acontecendo com essa perda de...

A gente esperava que aquele Governo tirano da Venezuela pudesse ser substituído; isso não aconteceu, e houve um aumento agora da imigração. E, para a senhora ter uma ideia, nós que operamos muito, nós atendemos o Sistema Único de Saúde, na oftalmologia, nos nossos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mutirões, Chico D'Angelo, hoje, temos em média, por exemplo, 40 a 45 cirurgias em um dia, e 20 a 22 cirurgias, em média, são de venezuelanos.

Isso gera uma sensação de xenofobia daquelas pessoas mais simples, porque elas não entendem que elas pagam impostos desde a hora em que elas acordam de manhã, quando comem um pãozinho, tomam um café com leite e manteiga, e chega alguém de fora; é o nosso Sistema Único de Saúde, são os tripés básicos do SUS, não é isso?

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA – É verdade.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mas é muito difícil a gente explicar para uma pessoa humilde, que precisa de um tratamento e vê que ela fica para trás, quando a gente tem um mutirão de cirurgias, enfim... E na nossa maternidade também nascem mais filhos de venezuelanos do que de brasileiros – a senhora sabe muito bem disso –, e eu acho que a gente precisa discutir isso com muita profundidade, para preservar... É claro, precisamos preservar todos – só há uma raça, a raça humana –, mas nós precisamos primeiro cuidar dos nossos nacionais.

Então, eu quero desejar à senhora um feliz Natal, um grande Ano-Novo, e conte sempre comigo aqui para ajudá-la nessas políticas públicas que são de interesse do povo brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Hiran.

As considerações finais, agora, da Ministra.

Agora vai, não é?

A SRA. NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA (Para expor.) – Obrigada, Senador Hiran.

Sem dúvida, sobre essa pauta também em Roraima da imigração, da saúde das pessoas que vêm para o nosso país, nós tivemos uma missão neste ano do Ministério da Saúde com esse foco, e depois posso também compartilhar.

Quero só finalizar, agradecendo a todos e todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu estava dizendo, eu creio que esta Casa representa os estados, a população, com o critério federativo dos estados, ela tem uma importância muito grande. Eu acho que nós podemos aqui traçar muitas agendas em comum – o Governo Federal, o Senado, da mesma forma a Câmara –, e nós estamos no caminho de avançar nessa reconstrução do Sistema Único de Saúde, pensando o cuidado, pensando os desafios, como eu coloquei aqui.

Um dos temas trazidos pelo Senador Paulo Paim é exatamente a preocupação com o envelhecimento da população e o cuidado adequado. Nós temos que cuidar, em todo o ciclo de vida, da nossa população – esse é o nosso compromisso.

Também, que nós consigamos terminar bem os trabalhos. A reforma tributária, que foi mencionada aqui, tem grande importância para a saúde. Fala-se do imposto do vício; eu gosto de dizer, que é a tributação para o bem da saúde, é o imposto para a saúde.

Como um todo, eu quero desejar um excelente final de trabalho. Que vocês possam concluir muito bem. O Governo Federal tem muita expectativa na conclusão desses trabalhos, com êxito, garantindo tanto as medidas fiscais, de ajuste necessário, como a nossa reforma tributária também, todas as pautas em benefício da nossa população.

Então, quero agradecer. Desejo feliz Natal, mas, antes de tudo, que nós concluamos bem o trabalho deste ano, que será intenso até o Natal.

Um grande abraço a todos e todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Ministra. Fica aqui o meu carinho, o meu abraço.

Está encerrada a audiência pública de hoje, e teremos, na sequência, uma sessão deliberativa.

(*Iniciada às 9 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 57ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às doze horas e trinta e nove minutos do dia onze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Marcio Bittar, Weverton, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Lucas Barreto, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Romário, Eduardo Gomes, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Teresa Leitão, Wellington Fagundes e Ângelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli, Magno Malta, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da quinquagésima terceira, quinquagésima quarta e quinquagésima sexta reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 739, de 2024 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a dispensa de produção de provas adicionais para que a pessoa regularmente inscrita no Cadastro-Inclusão possa usufruir regularmente dos direitos, prerrogativas e faculdades previstos para as pessoas com deficiência." Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). Relatoria: Senador Romário. Relatório: Não foram apresentadas emendas em turno suplementar. Resultado: A Comissão adota definitivamente, em Turno Suplementar, o Substitutivo oferecido ao PL 739/2024, nos termos do art. 284 do RISF. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5204, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), a fim de determinar que a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 ofereça pronto atendimento a mulheres vítimas de violência, para acesso emergencial em situações de necessidade imediata ou de socorro rápido." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Jussara Lima. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela rejeição do projeto. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2090, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e a Lei no 10.741, de 1o de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para autorizar a exclusão do herdeiro por indignidade ou por deserdação no caso de abandono do idoso, além de agravar a pena do crime de abandonar idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

congêneres." Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Magno Malta. Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4411, de 2021 - Não Terminativo - que: "Assegura à mulher vítima de violência patrimonial no âmbito das relações domésticas e familiares o direito ao atendimento prioritário imediato para emissão de novos documentos pessoais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Jussara Lima. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, na forma da emenda nº 1 – CDH (substitutivo). ITEM 5 - Projeto de Lei n° 385, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar a conduta de difamação contra os mortos nas situações em que o ofensor tenha, entre suas motivações, o preconceito contra a pessoa ou grupo de pessoas; e a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, para implementar os mandados de criminalização de condutas discriminatórias definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da Federal e para criminalizar a prática, indução ou incitação ao ódio, à intolerância e à violência contra pessoa ou grupo de pessoas, em razão de sua raça, cor, etnia, religião, nacionalidade, procedência, classe ou origem social, situação migratória ou de refugiado, sexo, identidade ou expressão de gênero ou orientação sexual." Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE). Relatoria: Senador Weverton. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3749, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 19 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para prever a manifestação da ofendida previamente à decisão que revogar medida protetiva de urgência aplicada ao agressor." Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4842, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, para instituir campanha permanente de conscientização em arenas esportivas e respectivas transmissões dos eventos para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher." Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 5704, de 2023 - Não Terminativo - que: "Estabelece diretrizes para a implementação de política de ressocialização e reeducação de pessoa condenada pela prática de violência doméstica e familiar contra a mulher." Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 5853, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa, a Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe)." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, com as emendas nºs 1, 2 e 3-CDH. ITEM 10 - Projeto de Lei n° 5427, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para sujeitar o agressor a monitoração eletrônica durante aplicação de medida protetiva de urgência em casos de violência doméstica e familiar." Autoria: Câmara dos Deputados. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 5512, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer novas medidas protetivas de urgência e para possibilitar a fiscalização do agressor por meio da utilização de equipamento de monitoração eletrônica." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao PL 5.427/2023, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta, acolhendo parcialmente o conteúdo do PL 5.512/2023, considerado formalmente prejudicado. Resultado: O Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador Flávio Arns. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto de Lei 5.427/2023, na forma da emenda nº 01-CDH (substitutivo), acolhido parcialmente o Projeto de lei 5.5512/2023, que fica prejudicado formalmente. ITEM 11 - Projeto de Resolução do Senado n° 92, de 2023 - Não Terminativo - que: "Institui a Frente Parlamentar Mista de Combate à Violência Política de Gênero." Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE). Relatoria: Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Weverton. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: O Presidente designa o Senador Flávio Arns como Relator Ad hoc. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto. ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 71, de 2024 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 34/2024 - CDH sejam incluídos os convidados que especifica." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros. Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item de forma extrapauta. Na sequência, o requerimento é aprovado. Observação: Subscrito pelo Senador Flávio Arns. Às doze horas e cinquenta e sete minutos, o Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador Flávio Arns. Às treze horas e seis minutos, o Senador Flávio Arns devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/11

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 57ª Reunião Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 53ª, 54ª e 56ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Vamos entrar diretamente na nossa pauta.

Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5204, DE 2020

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), a fim de determinar que a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 ofereça pronto atendimento a mulheres vítimas de violência, para acesso emergencial em situações de necessidade imediata ou de socorro rápido.

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CSP.

Autoria: Deputado Denis Bezerra.

Eu passo a palavra imediatamente à Senadora Jussara Lima para a leitura do seu relatório.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Exmo. Sr. Presidente Senador Paulo Paim, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 5.204, de 2020, do Deputado Denis Bezerra, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), a fim de determinar que a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 ofereça pronto atendimento a mulheres vítimas de violência, para acesso emergencial em situações de necessidade imediata ou de socorro rápido.

A proposição foi aprovada em caráter conclusivo pela Comissão e Defesa dos Direitos da Mulher e Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados e enviada à revisão do Senado Federal, onde será examinada, além da CDH, também pela Comissão de Segurança Pública, antes de ir a Plenário.

Não foram apresentadas emendas.

Passo à análise.

Quanto ao objetivo da proposição, cumpre apontar que o Ligue 180 representa importante ferramenta de proteção da mulher em situação de violência doméstica. O canal foi criado pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, regulamentado pelo Decreto nº 7.393, de 15 de dezembro de 2010, e vem sendo aprimorado a cada ano, incorporando novas tecnologias e ampliando sua capacidade de atendimento.

Atualmente, o serviço funciona sete dias por semana, durante 24 horas, atendendo brasileiras em todo o território nacional e em mais de 50 países no exterior.

Cabe à central de atendimento receber denúncias, registrá-las, prestar orientações às mulheres sobre seus direitos, encaminhá-las à rede de atendimento, conforme a natureza de sua necessidade, além de informar às autoridades competentes sobre a ocorrência de crimes contra a mulher que busca o serviço.

Em 2023, a central de atendimento recebeu quase 570 mil ligações, número que não abarca a quantidade de violações de direitos registradas, uma vez que uma chamada pode conter mais de uma denúncia de violência, que são catalogadas individualmente, tais como ameaça à integridade física, psíquica, negligência, violência patrimonial, entre outras.

A proposição em análise busca trazer para o âmbito da lei federal uma providência já prevista no mencionado Decreto nº 7.393, de 2010, que regulamenta o funcionamento do Ligue 180, que é providenciar o rápido atendimento a quem esteja em situação de iminente perigo.

Por isso, embora veicule uma providência importante, a matéria não inova efetivamente, uma vez que a primeira opção do Ligue 180 é o de falar diretamente com o atendimento para a apresentação de denúncia. Também já consta entre as atribuições do serviço o encaminhamento de denúncias para as autoridades competentes, inclusive policiais, conforme a necessidade apresentada, nos termos do art. 3º do Decreto nº 7.393, de 2010.

Pelos registros disponíveis, pode-se inferir que as mulheres em tal situação já vêm optando por buscar diretamente os serviços policiais, uma vez que, conforme dados do Anuário de Segurança Pública, em 2022, as polícias militares de todo o país receberam por meio do Disque 190 quase 900 mil chamadas com pedidos de ajuda contra a violência doméstica. Não se sabe quantas dessas chamadas estão relacionadas com as orientações e providências adotadas por meio do Ligue 180.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Numa emergência, portanto, as mulheres compreendem que o melhor é entrar em contato direto com a polícia, embora a Central de Atendimento à Mulher já tenha os meios de apontar a todas a que a ela acorrem o caminho mais adequado para que possam receber ajuda com rapidez.

Por essas razões, consideramos que o objetivo da matéria já se encontra devidamente amparado pela norma legal, a Lei nº 10.714, de 2003, e, principalmente, pelo regulamento infralegal, o Decreto nº 7.393, de 2010; normas que têm prestado relevantes serviços para proteger as mulheres brasileiras contra a violência de todos os tipos.

Ante o exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei nº 5.204, de 2020.

Este é o meu voto, Senador Presidente Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos pelo relatório, Senadora Jussara Lima.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório pela rejeição do projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer desta Comissão pela rejeição do projeto.

O projeto segue para a análise da CSP.

Ainda com a Senadora Jussara Lima. Em seguida, vamos acolher a inversão de pauta solicitada.

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4411, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assegura à mulher vítima de violência patrimonial no âmbito das relações domésticas e familiares o direito ao atendimento prioritário imediato para emissão de novos documentos pessoais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Autoria: Deputado Felipe Carreras.

Concedo a palavra à nobre Senadora Jussara Lima.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Sr. Presidente, passo direto à análise.

A constitucionalidade e a juridicidade da proposição serão mais bem examinadas pela Comissão de Constituição e Justiça, que analisará a matéria posteriormente.

Contudo, em uma avaliação mais atenta, vemos dificuldades quanto à adequação da matéria à técnica legislativa, isto é, à luz da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, pois cria lei isolada quando já há lei tratando da matéria, a saber, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006).

Quanto ao mérito, acreditamos que a proposição terá o condão de trazer algum alívio e justiça para mulheres que experimentam sofrimento já em si indevido, injusto e violento. Não deve ser admitido que ainda passem por sofrimentos adicionais, especialmente pela mão de quem deve ajudar. Assim, vemos com muito bons olhos a ideia normativa que a proposição contém.

Mas, conforme o exposto anteriormente, iremos oferecer emenda substitutiva, que em nada mudará o espírito da proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, o substitutivo apresentado por mim, em primeiro lugar, leva a ideia normativa para o interior da Lei Maria da Penha.

Em segundo lugar, torna exaustivo o rol de documentos cuja segunda via é de emissão prioritária, de modo a dar exequibilidade à lei. Afinal de contas, o Parlamento deve produzir leis que possam ser viáveis.

Em terceiro lugar, transfere para regulamento de cada órgão ou entidade competente pela emissão o perfil das sanções que prevê. Deve ser assim porque a emissão desses documentos cabe a órgãos da União e dos estados e serventias extrajudiciais com delegação pública – os cartórios. Para exemplificar, o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) é obtido junto à Receita Federal; a Carteira de Habilitação é obtida nos departamentos de trânsito dos estados; a Carteira de Trabalho e Previdência Social é obtida no Ministério do Trabalho e Emprego; as certidões de nascimento, de casamento e de óbito, escrituras de união estável, ou escrituras e registros imobiliários são obtidos em cartórios. Dessa forma, quem vai definir a regulamentação da emissão da segunda via desses documentos e as sanções caso haja dificuldade de sua obtenção são os órgãos e entidades responsáveis da União e dos estados.

Em quarto e último lugar, ao mencionar expressamente a remissão à Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, a vítima de violência patrimonial no âmbito das relações domésticas e familiares passa a ser incluída na relação de cidadãos com prioridade de atendimento. Essa lei é a lei que confere prioridade às pessoas com deficiência, com espectro autista, a idosos com idade igual ou superior a 60 anos, a gestantes e lactantes, entre outros.

Portanto, o meu voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.411, de 2021, nos termos da seguinte emenda substitutiva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.?

Em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação o relatório, com voto favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresentou e está publicada.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável, na forma da Emenda nº 1, substitutiva.

O projeto segue para a análise da CCJ.

A Senadora Damares tinha pedido uma inversão de pauta. Então vamos para o item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 5853, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa , a Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

A palavra é sua, Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu sei que o Governo quer alguns ajustes nesse projeto, mas eu vou lutar para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também ser Relatora dele lá na CAE. Ele vai para lá. Então seria interessante a gente aprovar aqui, e esses ajustes todos, a gente fazer lá na outra Comissão.

E claro, estamos na Semana dos Direitos Humanos, não é, Presidente? Ontem foi o nosso Dia dos Direitos Humanos, e quero aí, Presidente, cumprimentá-lo pela forma como o senhor conduziu, nesses dois anos, esta Comissão. Nós entregamos muita coisa. Eu acho que esta foi a Comissão que mais entregou neste ano, não é? Então, assim, parabéns...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não sei se é a que mais entregou, mas fizemos um bom trabalho, parabéns a todos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E a todos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, parabéns pela forma como tudo foi conduzido ontem no nosso grande dia.

Eu vou direto à análise.

Conforme o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado, compete a esta Comissão opinar sobre matérias que tratem da proteção à pessoa idosa, que é o tema deste PL.

Na medida em que os aspectos formais de constitucionalidade e juridicidade serão tratados adiante, de maneira mais detalhada, lá na CAE, registramos apenas que, em análise superficial desses aspectos, não encontramos nenhum óbice.

Quanto ao mérito, o PL ressalta a importância do desenvolvimento de políticas específicas para esse segmento, voltadas também ao empreendedorismo. Tais políticas, direcionadas a pessoas idosas, guardam o potencial de fortalecer a capacidade produtiva da sociedade como um todo, que ganha com a experiência e o talento de uma população cuja sabedoria vem sendo moldada com o passar dos anos.

As políticas públicas capazes de fomentar a ação empreendedora da pessoa idosa são importantes também porque, ao ingressar nesse campo, o que é um direito que lhe assiste, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa com mais de 60 anos costuma enfrentar preconceitos e estereótipos que tornam mais árduo o desenvolvimento de suas iniciativas. Por isso, o fomento ao empreendedorismo entre as pessoas idosas tem o caráter de importante política de inclusão social.

De acordo com levantamento apresentado pelo Sebrae em 2020, apenas 7,3% dos empreendimentos no país contavam, em sua gestão, com pessoas maiores de 65 anos. Muito pouco, Presidente. Também mostra que pessoas com mais de 60 anos que estão começando a empreender preferem áreas relacionadas aos setores de alimentação, comércio de varejo e imobiliário. E o que elas mais necessitam é de ajuda para planejar, crédito para investir e capacitação para inovar.

Tal quadro mostra que há um importante campo a ser semeado em relação ao empreendedorismo entre as pessoas idosas, em benefício do país.

Por fim, notamos a necessidade de retificar pequenos pontos relacionados à técnica legislativa e à terminologia, a fim de tornar a matéria mais consentânea com a Lei Complementar 95, de 1998; mas são apenas detalhes, que nada retiram da proposição.

Então, Presidente, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.853, de 2023, com as emendas que já foram devidamente publicadas. Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Damares, muito bem, pelo relatório.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, com voto favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas 1, 2 e 3, da CDH.

O projeto segue para análise terminativa na CAE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu volto ao item 1.

Votação, em turno suplementar, do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 739.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 739, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a dispensa de produção de provas adicionais para que a pessoa regularmente inscrita no Cadastro-Inclusão possa usufruir regularmente dos direitos, prerrogativas e faculdades previstos para as pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Observações:

Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Na 53ª Reunião da CDH, o substitutivo ao PL 739, de 2024, foi aprovado por esta Comissão de forma terminativa e hoje está em turno suplementar.

Em discussão. (*Pausa.*)

Até o momento não foram apresentadas emendas.

Pergunto aos Senadores e Senadoras se desejam apresentar emendas ao substitutivo. (*Pausa.*)

Ninguém se manifestou.

Encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sem o oferecimento de emendas, o substitutivo é adotado de forma definitiva, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Convido o meu amigo Presidente da Comissão de Educação, o Senador Flávio Arns, para presidir, para que eu possa apresentar o relatório de um projeto de minha autoria... De autoria – eu sou o Relator – do Deputado Gutemberg Reis. Eu sou só o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Agradeço a deferência do Senador Paulo Paim.

Então, é o item nº 10.

ITEM 10

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 5427, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para sujeitar o agressor a monitoração eletrônica durante aplicação de medida protetiva de urgência em casos de violência doméstica e familiar.

Autoria: Câmara dos Deputados

Autoria: Deputado Gutemberg Reis.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 5512, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer novas medidas protetivas de urgência e para possibilitar a fiscalização do agressor por meio da utilização de equipamento de monitoração eletrônica.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao PL 5.427/2023, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta, acolhendo parcialmente o conteúdo do PL 5.512/2023, considerado formalmente prejudicado.

Observações:

Tramitação: CDH e CSP.

Com a palavra, V. Exa., Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, se V. Exa. permitir, eu vou direto à análise.

Pode ser, Senador Flávio Arns?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim, não há dúvida. Pode ser.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – O.k.

Compete à CDH opinar sobre matérias alusivas aos direitos das mulheres, conforme previsto no inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

Portanto, atende aos critérios de regimentalidade a análise dos Projetos nº 5.427 e nº 5.512, ambos de 2023, por este Colegiado.

Consideramos os projetos altamente meritórios. As medidas protetivas de urgência são essenciais para a proteção de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e é fundamental que sejam aprimoradas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente não é raro assistirmos nos noticiários a casos de mulheres assassinadas mesmo após a imposição de medidas protetivas contra o agressor.

Nesse contexto, dados do painel indicador de estatísticas da segurança pública revelam que até o momento, o ano de 2024 registrou 1.027 vítimas de feminicídio, uma média de quatro vítimas por dia. Além disso, no ano de 2023, a cada 24 horas, ao menos oito mulheres foram vítimas de violência doméstica, de acordo com o boletim da Rede de Observatórios de Segurança.

Dessa forma, os projetos de lei são oportunos para promoverem maior efetividade às medidas protetivas, já que a vítima poderá se antecipar e procurar proteção antes que o agressor possa alcançá-la.

Em que pese o mérito, que reconhecemos, acreditamos que há espaço para aperfeiçoamento. Assim, proporemos uma emenda substitutiva que aproveita disposições das duas matérias e faz as adequações necessárias, conforme passaremos a expor.

Inicialmente, em relação ao PL 5.512, de 2023, é importante lembrar que as medidas protetivas de urgência afetam, de forma inquestionável, o direito de ir e vir do agressor, sendo justificadas pela necessidade de garantir a integridade física e moral da mulher vítima de violência doméstica e familiar, uma vez que o direito dessa mulher de não sofrer violência não é menos importante do que o direito do agressor à liberdade de contato e aproximação. Contudo, as medidas propostas pelos incisos VIII e IX que se pretendem adicionar ao art. 22 da Lei Maria da Penha – a suspensão da habilitação para dirigir e a apreensão do passaporte do agressor –, além de não oferecerem proteção efetiva à vítima, mostram-se desarrazoadas e desproporcionais. Por essa razão, propomos a supressão dessas disposições.

Prosseguindo com nossa análise, entendemos que a intenção do PL era acrescentar um novo parágrafo ao art. 22 da Lei Maria da Penha, prevendo a obrigatoriedade da monitoração eletrônica do agressor, e não alterar a redação atual do §4º. Dessa forma, propomos apenas a renumeração do parágrafo, que passaria a ser designado como §5º, mantendo-se o §4º com sua redação atual.

Já em relação ao PL 5.427, de 2023, acreditamos que especificar que o dispositivo de monitoração eletrônica deve ser vinculado a um aplicativo de celular que alerte a vítima sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aproximação ilícita do agressor detalha de forma excessiva a matéria. Embora a iniciativa seja louvável, ela poderá interferir na organização das forças policiais em nível local e resultar em despesas públicas a serem suportadas pelos estados. Além disso, sua implementação pode ser dificultada, pois todas as vítimas precisariam possuir um *smartphone* compatível para operar o aplicativo, que ainda precisaria ser desenvolvido.

Ainda nesse contexto, a iniciativa de monitorar agressores e disponibilizar um dispositivo de segurança à vítima para que ela seja alertada em caso de descumprimento da medida protetiva de urgência – dispositivo popularmente conhecido como "botão do pânico" – já é aplicada em alguns estados brasileiros, cada um com suas particularidades. Além do desenvolvimento de um aplicativo de celular para alertar a vítima, há outras soluções tecnológicas que podem cumprir essa função, como dispositivos móveis portáteis que não dependem de telefones celulares. Esses dispositivos emitem sinais sonoros e vibratórios, tanto para a vítima quanto para as forças de segurança, em caso de aproximação do agressor, a um custo menor do que o desenvolvimento de um novo *software* para atender aos mesmos objetivos e a aquisição de *smartphone* pela mulher em situação de violência.

Diante disso, propomos uma emenda que, em vez de detalhar excessivamente como essa iniciativa será implementada, estabelece, de maneira mais ampla, a disponibilização de um dispositivo de segurança que alerte a ofendida e a autoridade policial em caso de eventual aproximação ilícita do agressor. Essa alteração permitirá maior flexibilidade na escolha da tecnologia, possibilitando a adoção de soluções que melhor se ajustem às necessidades específicas de cada região.

Diante de todo o exposto, no mérito, acolhemos a previsão de monitoração eletrônica do agressor, conforme disposto nos PLs nºs 5.427 e 5.512, ambos de 2023, bem como a disponibilização de um dispositivo de segurança que alerte a vítima e as autoridades policiais sobre a aproximação indevida do agressor, conforme proposto pelo PL nº 5.427, de 2023.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.427, de 2023, na forma do seguinte substitutivo, materialmente acolhido de forma parcial, e formalmente prejudicado o Projeto de Lei nº 5.512, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Paulo Paim.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório com parecer favorável ao PL 5.427, de 2023, na forma de emenda substitutiva que apresenta, acolhendo parcialmente o conteúdo do PL 5.512, de 2023, considerado formalmente prejudicado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao Projeto de Lei 5.427, de 2023, na forma da Emenda nº 1, CDH (Substitutivo), acolhido parcialmente ao Projeto de Lei 5.512, de 2023, que fica prejudicado formalmente.

O projeto segue para análise da Comissão de Segurança Pública.

Sr. Presidente, penso que retorna a V. Exa. a Presidência.

Obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agradeço muito a V. Exa., Presidente da Comissão de Educação, que ora assumiu esta Presidência e agora vai encaminhar requerimento, se eu não me engano.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para encaminhar.) – Exatamente.

O requerimento, na verdade, é do Senador Eduardo Girão, que, como não pôde estar presente, me solicitou para subscrevê-lo.

O requerimento é para a adição de dois nomes à audiência pública já aprovada por esta Comissão: "Requeiro [...] [como ele coloca, do Regimento e tal] [...] que na Audiência Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

objeto do Requerimento 34/2024 – CDH – sejam incluídos os seguintes convidados: a Dra. Carolina Siebra, Advogada; o Dr. Otacilio Guimarães de Paula, Advogado".

É esse o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em votação a inclusão extrapauta do Requerimento no 71, de 2024, não terminativo.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Informamos a todos que esses dois nomes já constam na lista de convidados. Acontece que eles não receberam o convite e, consequentemente, solicitaram que fosse aprovada a inclusão deles.

Não há problema nenhum, como esses nomes já tinham sido incluídos.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 71, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 34/2024 - CDH sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros.

Já haviam sido convidados, mas faltava a formalidade.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, que já fez o encaminhamento. É isso?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

O Senador Flávio Arns, que assinou o documento, já havia feito o encaminhamento.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 5. (*Pausa.*)

Há um pequeno engano.

Estou retirando o item 5, que sai de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 385, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar a conduta de difamação contra os mortos nas situações em que o ofensor tenha, entre suas motivações, o preconceito contra a pessoa ou grupo de pessoas; e a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, para implementar os mandados de criminalização de condutas discriminatórias definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da Federal e para criminalizar a prática, indução ou incitação ao ódio, à intolerância e à violência contra pessoa ou grupo de pessoas, em razão de sua raça, cor, etnia, religião, nacionalidade, procedência, classe ou origem social, situação migratória ou de refugiado, sexo, identidade ou expressão de gênero ou orientação sexual.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Weverton

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.)

Vamos para o item 3.

Desse o Senador Flávio Arns fará o relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, não é esse também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não é esse também?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, esse o relatório é do Magno Malta. É o item 11. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Houve um pequeno engano.

Item 11.

ITEM 11

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 92, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Frente Parlamentar Mista de Combate à Violência Política de Gênero.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitação: CDH e CDir.

Relator: Senador Weverton, favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao Senador Weverton para a leitura do relatório, que será substituído *ad doc* pelo Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Se V. Exa. permitir, passo diretamente à análise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O PRS institui a Frente Parlamentar Mista de Combate à Violência Política de Gênero.

Análise.

A constituição de frentes parlamentares baseia-se, essencialmente, na liberdade de organização política no âmbito do Parlamento e na vontade da atuação parlamentar em adição às tarefas típicas das atividades legiferantes e de fiscalização.

Embora não haja previsão explícita no Regimento Interno do Senado Federal a respeito da criação de frentes parlamentares, não vemos obstáculo regimental à sua criação, que tem por objetivo proporcionar a atuação mais articulada dos Parlamentares em torno de temas de interesse comum. Salientamos que há várias frentes em funcionamento tanto nesta Casa quanto na Câmara dos Deputados.

A proposição atende aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade e foi redigida de acordo com a boa técnica legislativa. Portanto, não identificamos óbices à aprovação da matéria em relação a esses aspectos.

No mérito, a proposição mostra-se oportuna e extremamente necessária. Embora o crime de violência política de gênero tenha sido tipificado há três anos, os impactos dessa tipificação, realizada pela Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021, ainda são tímidos. O Monitor da Violência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Política de Gênero e Raça, desenvolvido pelo Instituto Alziras e pela Agência Francesa de Desenvolvimento, revela que, entre 2021 e 2023, das 175 representações de violência política de gênero e raça monitoradas pelo Grupo de Trabalho de Prevenção e Combate à Violência Política de Gênero do Ministério Público Federal, apenas 12 (7%) resultaram em ação penal eleitoral, até janeiro de 2024. Além disso, todas essas ações envolvem mulheres com mandatos em andamento, o que levanta questionamentos sobre a eficácia da lei na proteção de candidatas e pré-candidatas que ingressam no campo político.

Essa realidade demonstra a necessidade de melhorar os mecanismos de proteção e garantir que todas as mulheres, independentemente de já ocuparem cargos eletivos ou de estarem em campanha, tenham seus direitos políticos assegurados. Nesse contexto, a cooperação entre Parlamentares das duas Casas Legislativas pode contribuir significativamente para aprimorar a aplicação da legislação e assegurar que todas as mulheres possam exercer plenamente seus direitos na esfera política, livres de qualquer forma de violência.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 92, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, com parecer favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue à análise da Comissão Diretora.

Só um pouquinho. (*Pausa.*)

Eles correm para cá, correm para lá e não sabem... E chamam a gente para votar.

Expediente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos: da Procuradoria da República no DF, que comunica o arquivamento de inquéritos instalados a partir da representação desta Comissão à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal; de cidadão, que solicita o auxílio na tratativa de acordo com o Governo brasileiro, por meio da Advocacia-Geral da União, a respeito do processo já admitido na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que solicita ajuda no pedido de intensificação das investigações do desaparecimento de pessoa.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria e/ou no Portal da CDH para manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Nesses mesmos termos, comunico o encerramento do prazo dos documentos lidos na 53ª Reunião.

Estão encerrados os trabalhos desta Comissão, no dia de hoje, sessão deliberativa.

Muito obrigado, Senador Flávio Arns, pela parceria de sempre.

(*Iniciada às 12 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 58ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas do dia doze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Augusta Brito, Flávio Arns, Otto Alencar, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Ana Paula Lobato, Eduardo Gomes, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda do Senador Marcos do Val, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli, Jussara Lima, Humberto Costa, Magno Malta, Romário, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 51/2024 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater o tema: "O direito à mobilidade segura como direito humano". Participantes: Adriana Pivato, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal – PRF-DF - Projeto PRF Amiga dos Autistas; Victor Pavarino, Oficial Técnico de Segurança Viária e Prevenção de Lesões da Coordenação de Equidade, Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Saúde Mental da OPAS Brasil; Eduardo Bohn, Representante da Fundação Thiago de Moraes Gonzaga; Igor Mariano, Diretor do Departamento Nacional de Polícia Judicial e Idealizador do Projeto Polícia Judicial Amiga dos Autistas; Flavio Soares de Freitas, Gerente de Projetos na CICLOCIDADE - Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo; Letícia Cardoso, Diretora do Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância das Doenças e Agravos não Transmissão - DAENT/SVSA/MS; Ricardo Mendes Sutarelli, Gerente de Saúde da Diretoria de Controle de Veículos e Condutores do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - Detran/DF; Estêvão Gonçalo Timo, Agente de Trânsito Rodoviário, representante do DER/DF; e Fernando Cotta, Presidente da Comissão dos Direitos dos Autistas da Polícia Rodoviária Federal – PRF. Resultado: Audiência pública realizada. O Presidente faz os seguintes encaminhamentos: Auxiliar, na medida do possível, na tramitação do PL 2.789/2023 (atualmente na Câmara). Realizar, na CDH, ciclo de debates envolvendo a PRF- Polícia Civil – Polícia Militar sobre segurança no trânsito e, no geral, políticas mais humanizadas dessas instituições para toda a população. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/12

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 58ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 51, de 2024, da CDH, de minha autoria e de outros, para debater o tema: O Direito à Mobilidade Segura como Direito Humano.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Os palestrantes terão dez minutos cada um para fazer a sua exposição, sem prejuízo dos comentários, e com a tolerância necessária – quando for o caso – desta Presidência.

Como de praxe, faço a abertura do tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhoras e senhores, esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos tem como objetivo debater a mobilidade segura como um direito fundamental. A liberdade de ir e vir com segurança e dignidade é um direito assegurado a toda a população, mas que ainda enfrenta desafios importantes e significativos em diversas regiões do país.

Hoje, temos a honra de discutir iniciativas inovadoras e projetos que colocam a segurança no trânsito e o respeito aos direitos humanos no centro das suas ações.

Entre as apresentações de hoje destacamos o projeto da Polícia Rodoviária Federal, intitulado PRF Amiga dos Autistas, sobre segurança pública e autismo, que traça um olhar inclusivo e sensível às necessidades específicas de pessoas com transtorno do espectro autista, promovendo assim sua proteção e bem-estar no contexto da mobilidade.

Teremos também a apresentação da Fundação Thiago Gonzaga, que compartilha os impactos transformadores de sua campanha Vida Urgente - A Gente Vive Para Preservar Vidas. Esse projeto tem sido uma referência nacional na conscientização sobre a responsabilidade no trânsito e na valorização da vida.

Esta audiência pública reforça o compromisso do Senado Federal com o debate de políticas públicas que promovam efetivamente a segurança, a inclusão e o respeito aos direitos de todos e de todas. Eu sempre digo que os direitos humanos não têm fronteira; e, por isso, esta Comissão aqui faz tantos debates, para que a população, os líderes e os painelistas discutam políticas públicas para atender a toda nossa gente.

Passo a palavra, em seguida, aos convidados. Agradeço a todos pela presença.

Vamos aos convidados da primeira mesa:

Eduardo Bohn, representante da Fundação Thiago de Moraes Gonzaga.

Presença confirmada. Já está vindo para a mesa. (*Palmas.*)

Adriana Pivato, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal (PRF-DF), projeto PRF Amiga dos Autistas.

Seja bem-vinda, Adriana! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Victor Pavarino, Oficial Técnico de Segurança Viária e Prevenção de Lesões da Coordenação de Equidade, Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Saúde Mental da Opas Brasil.

Seja bem-vindo, Sr. Victor Pavarino. (*Palmas.*)

Completando a primeira mesa:

Igor Mariano, Diretor do Departamento Nacional de Polícia Judicial e idealizador do projeto Polícia Judicial Amiga dos Autistas.

Muito bem. (*Palmas.*)

Depois teremos ainda uma segunda mesa, que está sendo organizada. (*Pausa.*)

Temos dois por videoconferência, mas que ainda não se apresentaram junto ao pessoal que está acompanhando pelo computador.

Então, de imediato, Sr. Eduardo Bohn, representante da Fundação Thiago de Moraes Gonzaga.

O tempo é seu, são dez minutos.

O SR. EDUARDO BOHN (Para expor.) – Muito obrigado.

Estão me ouvindo? (*Pausa.*)

Em primeiro lugar, bom dia a todos os que nos acompanham, aos demais painelistas e aos que nos acompanham pela internet e, em especial, ao Senador Paim, que gentilmente, de forma muito acertada, optou por priorizar o tema da segurança no trânsito, na figura do qual cumprimento também as demais autoridades, e também a Polícia Rodoviária Federal, em especial o Inspetor Fernando, que nos ajudou a promover esse encontro de hoje.

Bom, o meu nome é Eduardo Bohn. Estou aqui hoje representando a Fundação Thiago de Moraes Gonzaga, de Porto Alegre. Para que a gente possa iniciar essa nossa conversa, eu entendo que, mais do que entrar nas tecnicalidades, nos detalhes e nas alternativas mais propositivas, mesmo porque a gente vai poder debatê-las aqui depois, mais do nosso papel é tentar retomar, esclarecer e reforçar o porquê de a gente estar aqui, o porquê esse tema segue

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tão importante. Para a fundação, esse tema se confunde um pouco com a nossa história, se mistura com a nossa história.

Quando a gente fala, assim, de temas tão complexos e muitas vezes dolorosos, como é o caso dos sinistros de trânsito, às vezes é muito fácil a gente se perder nas estatísticas ou nos conformarmos e enfrentarmos uma apatia, pela forma como a gente recebe no noticiário, todo dia, quando liga a TV e vê notícias de sinistros e mortes em um dia, depois noutro dia, e é fácil que a gente, às vezes, acabe internalizando que tudo é assim mesmo, que é inevitável, que é irremediável, é apenas mais um dia. E é por isso que nós estamos aqui, porque não; perder a vida no trânsito não é o normal e a gente não pode naturalizar essa realidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – A gente não pode transformar o que não é normal em normal.

O SR. EDUARDO BOHN – Exatamente, exatamente.

O que a gente vive, Senador, aqui no Brasil é uma guerra, uma carnificina motorizada, como diria a Diza, a nossa fundadora, e não é aceitável que a gente aceite essa realidade que segue destruindo sonhos, arrasando famílias todos os dias.

A fundação foi criada há quase 30 anos, quando a Diza e o Régis perderam seu filho numa tragédia anunciada. Quando a Diza vai e recolhe o Thiago no asfalto, numa madrugada fria de Porto Alegre, numa rua de Porto Alegre, ela ainda não sabia, mas o Thiago preenchia todas as características, todos os critérios na lista das mortes cobradas pelo trânsito todos os dias: ele era um homem, era jovem, estava em um carro numa noite de sexta para sábado. E, se hoje nós perguntarmos aqui para qualquer um dos especialistas presentes, todos eles vão saber nos dizer que a principal causa de morte de jovens no mundo é o trânsito. E ninguém se impressiona mais com isso. Ninguém mais se indigna com o preço que nós estamos pagando pela inconsequência, pela pressa tanto a nossa quanto a dos outros.

Eu li recentemente numa pichação na cidade de São Paulo que um povo que deixa de se importar com a miséria de seus irmãos perde o direito de se considerar civilizado. Todo ano mais de 33 mil pessoas morrem no Brasil por sinistro de trânsito que poderiam ter sido evitados, isso é importante de ressaltar, como eles poderiam ter sido evitados. E esse número está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

crescendo. E o que a gente está fazendo como sociedade para conseguir, de fato, reverter essa realidade? Nós estamos trabalhando. Nós estamos aqui por isso, mas isso é pouco.

Para muitos dos riscos aos quais a gente inacreditavelmente aceita expor a nossa população, a gente já conhece a solução. A gente já sabe quais são os fatores, a gente sabe o que mata. A gente sabe que bebida e direção matam, a gente sabe que não usar cinto mata. Principalmente, a gente sabe que o excesso de velocidade mata – a gente vai ter chance de abordar um pouco mais essa questão no decorrer do nosso debate hoje. E as evidências estão aí. Disso a gente sabe. Sobre isso tem estudo, tem dado, a gente conhece. As próprias autoridades aqui no Brasil, inclusive, já têm essa referência. Temos o Pnatrans, a Política Nacional de Mobilidade, documentos oficiais que já demonstram que isso é sabido.

E por que, então, a gente segue vendo essas mortes subindo, esses números subindo? Se nós conhecemos os fatores de risco, por que a gente não age, então, sobre eles? E nós temos que agir. Por isso é que nós estamos aqui. Se a Larissa Gonzaga, por exemplo, que é a nossa coordenadora institucional lá da fundação que aqui hoje nos acompanha, se ela está aqui não é porque ela nasceu com essa vocação para ser ativista do trânsito. Ninguém nasce com isso. Ela está aqui porque um dia tinha o Thiago, seu irmão, junto com ela, cheio de energia, cheio de felicidade, cheio de curiosidade para descobrir a vida, e, no outro dia, ele não estava mais, depois de ele ter recém-completado 18 anos e, após um sinistro de trânsito – ele estava no banco de trás do carro, inclusive –, teve os seus sonhos interrompidos e não voltou para casa.

A fundação, pensando nisso, sempre acreditou no poder da educação para provocar essa revolução no nosso país por uma cultura mais humana e por uma cultura mais segura no trânsito. Nós sabemos que os mais de 40 mil voluntários que passaram pela fundação seguem multiplicando e replicando essa nossa mensagem de preservação e valorização da vida de uma forma positiva. A gente fala de vida, a gente não fala de morte. O nosso símbolo é uma borboleta, afinal de contas, não é uma cruz.

Quando a gente trata dessas questões, às vezes é fácil também cair nessa armadilha. Nós não queremos que as pessoas abram mão dos seus prazeres, a gente quer que elas aproveitem, mas que aproveitem de uma forma que, no dia seguinte, possam estar lá para aproveitar e curtir o que quer que as façam amar a vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, ao mesmo tempo – e agora, também, a gente vai encaminhando – é importante que a gente saiba, que a gente lembre, porque todos sabem, que no trânsito não há máquinas, há pessoas. Quando a gente pensa em trânsito, a gente pensa naquelas fotos de congestionamento, de muitos carros, caminhões, o que pode nos levar a pensar que no trânsito há máquinas, que é uma coisa automática, que é uma coisa sistemática, e não é; são pessoas, que são frágeis, que cometem erros, como todos nós. Agora, nós precisamos pagar por esses erros com as nossas próprias vidas? Ou pior, devem pagar os outros com suas vidas pelos nossos erros? E é isso. Precisavam os cinco irmãos do Thiago terem pago porque alguém resolveu instalar um contêiner irregular numa rua em Porto Alegre? A gente, às vezes, não conecta o custo que isso traz. O sistema que a gente desenha para nos proteger desses erros tem que nos perdoar nesse sentido. A gente não pode pagar esse preço dessa forma.

O que a gente precisa construir, o que a gente está aqui para conversar também e conseguir elaborar é justamente a construção desse sistema seguro. Para o meio, para quem trata de segurança no trânsito, esses termos de sistema seguro, de visão zero, trazem várias repercussões operacionais e técnicas, mas que se eu puder tentar ajudar no encaminhamento dos trabalhos, poderia tentar resumir só dizendo que são para a criação de uma realidade em que todos os envolvidos no trânsito compartilhem a responsabilidade pela realidade que a gente cria. Então, não só os condutores e transeuntes, para quem, às vezes, é o mais fácil de apontar o dedo, mas também as autoridades, que criam os acordos a partir dos quais a gente se relaciona, as autoridades que fiscalizam o cumprimento desses acordos, os próprios técnicos que desenham as nossas vias, as nossas cidades, também a partir de orientações políticas, os próprios fabricantes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BOHN – Para encerrar, Presidente.

Os próprios construtores, como eu ia dizendo, fabricantes dos carros, que desenham essas máquinas que nós usamos todos os dias, as autoridades que determinam os requisitos de segurança que a gente precisa ou não, todos têm a sua responsabilidade, todos interagem no que a gente chama de trânsito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é importante que a gente se lembre também que, em que pese todos terem responsabilidade, não são as mesmas responsabilidades, elas não têm o mesmo peso. Quem traz para nossas vias mais risco, tem que ter mais responsabilidade; nós não podemos querer impor às vítimas de um sistema que não prioriza a sua segurança todo o custo da própria tragédia que esse sistema reproduz. A gente entende que, muitas vezes, as pessoas se sentem invencíveis quando estão dentro de um veículo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BOHN – ... mas nós não somos: nossos corpos são frágeis, nós não fomos feitos para sobreviver às consequências dos riscos aos quais nós mesmos aceitamos nos expor. Se nós sabemos isso, nós não podemos aceitar, nós não podemos conviver com essa realidade.

Nós estamos agora em meados da segunda década global de ação da segurança do trânsito e, ainda que a primeira década tenha tido resultados, tenha tido avanços – nos trouxe até aqui –, a simples existência da segunda década já demonstra que o esforço não foi suficiente, que nós não conseguimos chegar lá, com esse esforço que se iniciou ainda em 2010. O objetivo desta década, agora, é reduzir pela metade o número de mortos no nosso trânsito.

Os nossos números, aqui no Brasil, ainda que nós provavelmente tenhamos números subnotificados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BOHN – ... estão crescendo; a gente precisa de uma redução, eles estão crescendo. E, mesmo que nós conseguíssemos reduzir pela metade, alguém acha que 15 mil brasileiros por ano morrendo no trânsito no Brasil por causas evitáveis é uma realidade aceitável? Ou 40 mil feridos graves, sequelados? Mesmo que a gente conseguisse, com esse esforço hercúleo que a gente está fazendo, lograr sucesso, seria o suficiente? Não seria! A gente tem que avançar, a gente tem que ir mais além, e a gente precisa agir na medida da gravidade desse nosso desafio. Na fundação, a gente conhece o preço dessa indiferença, dessa apatia; o preço de nós não mudarmos nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro passo para essa mudança também é isso que nós estamos conversando aqui, é entender que, para nós vivermos essa realidade – que, mais do que queremos, precisamos –, precisamos estar todos conscientizados desse desafio, tanto os usuários do sistema quanto os técnicos e as autoridades, porque a vida é urgente e não pode esperar.

A gente sabe que essas decisões tomadas aqui na Casa podem, devem salvar vidas. Contem conosco sempre para isso.

Por fim, agradeço a todos a atenção. Nós ficamos à disposição agora para, depois, um debate propositivo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso!

O SR. EDUARDO BOHN – ... para que a gente daqui a dez anos não tenha que estar aqui, de novo, falando a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Eduardo Bohn, representante da Fundação Thiago de Moraes Gonzaga. (*Palmas.*)

Parabéns pela exposição.

Nós estamos controlando o horário um pouco mais hoje, porque tem sessão deliberativa às 10h. É claro que podemos, nos meus cálculos, levar até as 10h30, aqui, até começarem as votações, mas, quando começar a votação nominal, eu sou obrigado a ir para lá, então, eu estou sendo um pouco rígido no tempo, até porque são um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez convidados.

Entendam: a campainha toca automaticamente; quando toca, vocês têm mais um minuto, e é claro que eu te dei mais dois minutos. É mais ou menos isso. Ninguém precisa correr dentro da tolerância, mas, toda vez que eu dou um, depois de mais um, ela toca. Alguém poderia dizer: "Mas o senhor não faz sempre assim" – eu não faço sempre assim quando não tem sessão no Plenário às 10h da manhã. O Presidente marcou ontem, no meio da noite – nem eu nem vocês sabiam.

Então, vamos em frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, meus cumprimentos pela exposição – achei brilhante.

Estou vendo aqui a lista de outros painelistas. O Fernando Cotta está ali. Eu vi que ele estava ali, mas, bom, acho que ele vai pedir para falar; não, mas está aqui na lista.

Sabem que, quando criamos a Lei dos Autistas, foi nesta sala, V. Exa. estava junto, com um grupo de 30 familiares, eu acho, e me lembro da frase sua e também da Berenice Piana – Piana de Piana, eu repito sempre isso – que vocês disseram: "Procuramos todo o Congresso, e não teve jeito; e disseram: 'Vão lá ao Paim; se não sair lá, não sai'". E aqui nós forjamos a primeira lei dos autistas.

Então, uma salva de palmas à iniciativa de vocês. (*Palmas.*)

Porque, depois que vocês criaram no DF, também deram o seu nome, e eu tive a liberdade de chamar de Berenice Piana de Piana – essa que nós construímos junto aqui. Foi muito bom, construímos junto essa... Você ficou com o nome histórico aqui em Brasília, e ela ficou nessa que construímos junto aqui.

Parabéns!

O SR. FERNANDO COTTA (*Fora do microfone.*) – Graças ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A nós todos, a nós todos.

Mas, se vocês não viessem aqui, não iria ter, não; é porque vocês vieram.

Mas vamos lá, então.

Passo a palavra... (*Pausa.*)

Está em videoconferência, e ele pediu para, se pudesse, chamá-lo agora, por problema de outras agendas, o Sr. Flavio Soares de Freitas, Gerente de Projetos na Ciclocidade (Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo).

É com você, Flavio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLAVIO SOARES DE FREITAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Oi, pessoal, bom dia.

Agradeço o convite, só que acho que não era eu que estava com problema de agenda, hein? Só para confirmar, mas posso fazer a apresentação agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se quiser, eu posso adiar um pouquinho a sua.

O SR. FLAVIO SOARES DE FREITAS (*Por videoconferência*.) – Por mim, tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você prefere entrar mais tarde um pouquinho?

O SR. FLAVIO SOARES DE FREITAS (*Por videoconferência*.) – Não, por mim, eu estou tranquilo. Eu estou aqui à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu apenas falei de problema de agenda, para te explicar porque eu fui direto para você e não continuei com os presentes, mas vamos lá.

É com você!

O SR. FLAVIO SOARES DE FREITAS (*Por videoconferência*.) – Então, está bom!

Bom, agradeço à Fundação Thiago Gonzaga, agradeço ao Senador pelo convite.

Eu tinha me planejado até para falar depois da fala do Pavarino e da Dra. Letícia, mas vamos lá.

Então, vou fazer uma rápida apresentação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha, isso acontece sempre aqui; não te preocupes.

Ainda bem que você está bem-humorado. Então, vamos já e pronto.

O SR. FLAVIO SOARES DE FREITAS (*Por videoconferência*.) – Então, vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O pessoal do Senado é que vai passar os eslaides.

Pode passar, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já vou dar para ele mais um minuto, porque eu tirei dele aqui falando eu.

O SR. FLAVIO SOARES DE FREITAS (*Por videoconferência*.) – Então, vamos lá.

Eu queria começar esta fala, lembrando que, neste ano, a gente teve uma "rememória" aqui de uma fala do Paulo Maluf, que foi um Prefeito de São Paulo. Em 1995, ele deu uma entrevista para o Roda Viva, na qual ele tratava de dois temas que hoje para a gente são passivos: cinto de segurança e fumar em locais fechados.

A gente olha essa entrevista hoje com um certo espanto de ver um Prefeito tão decididamente defendendo esse tipo de avanço na legislação.

Pode passar para o próximo eslaide.

E eu entro, então, com uma fala do nosso... Acho que essa questão da liderança é superimportante, e a gente tem uma liderança hoje do Senatran extremamente relevante. Então, tem uma fala do Adrualdo Catão, que é o Secretário Nacional de Trânsito, declarando que o nosso grande desafio hoje é a questão das velocidades.

A gente já avançou muito na questão da Lei Seca – o próprio Eduardo comentou aqui –, e o tema da campanha nacional do Senatran é "Desacelere. Seu bem maior é a vida". Ele então parte dessa definição de que a gente tem um grande problema e de que a gente precisa avançar nessa legislação. E sobre essa questão da velocidade, o Senatran assume isso e transforma isso na campanha do ano que vem, nacional, para todos os órgãos de trânsito.

Próximo eslaide, por favor.

A gente tem um cenário, o Eduardo comentou aqui que a velocidade é o principal fator de risco, pela Organização Mundial de Saúde, então a gente tem uma tolerância do corpo humano que é muito mais próxima de vias com velocidades de 20km/h, e que a gente aceita, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, próximo a escolas, uma velocidade de 30km/h, também por uma questão de que daí você tem um tempo de reação em que os veículos podem frear.

Na Europa, isso está se espalhando de forma vertiginosa. A gente viu as Olimpíadas de Paris. Paris, por exemplo, é uma cidade que botou todas as suas ruas a 30km/h. E a gente está vendo isso se espalhar por várias cidades, esses limites de velocidade muito mais conservadores, digamos assim, e estão saindo os primeiros estudos dos benefícios com relação a isso.

Já para a colisão lateral, o veículo é capaz de absorver um impacto até 50km/h e é por isso que a Organização Mundial da Saúde recomenda que nas vias urbanas esse seja o limite máximo estabelecido aceitável. Então a gente pode ter em estradas velocidades maiores, mas, em geral, nas vias urbanas, o recomendável é 50km/h.

Próximo eslaide, por favor.

Então a gente defende aqui, como organização, a Fundação Thiago Gonzaga é uma delas, a Ciclocidade é uma delas, estou vendo a presença da UCB (União de Ciclistas do Brasil), que é uma delas, são várias organizações que defendem, isso vem de um diagnóstico da OMS, que o Código de Trânsito Brasileiro é muito avançado, com exceção da parte de gestão de velocidades. Então a gente tem um mecanismo, uma lei federal, que é a criação do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões do Trânsito, que é o Pnatrans. O Pnatrans prevê justamente que a gente avance nessa legislação, especificamente dentro do Código de Trânsito Brasileiro, dois pontos que são revisar os limites de velocidades em áreas urbanas e regulamentar a fiscalização por velocidade média.

Próximo eslaide, por favor.

A gente então, como organização da sociedade civil, tem várias organizações fazendo isso, a gente apoia. Criamos um projeto de lei que a gente submeteu à Câmara dos Deputados, a gente tem aí uma figura de 11 Deputados de diferentes espectros políticos, partidários, regiões do país, defendendo esse projeto como coautores. O que ele basicamente quer fazer é regulamentar o que diz o próprio Pnatrans, ou seja: permitir velocidades máximas em vias urbanas arteriais, o que a gente chama popularmente de avenidas, a até 50km/h, lembrando que esse é o limite que os veículos suportam de uma colisão lateral; que os usos identificados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das vias sirvam como parâmetro para a gente definir qual é a velocidade máxima, então, em torno de escolas, hospitais, é uma velocidade diferenciada, isso na própria legislação já é previsto dessa forma, mas que isso seja adotado de forma muito mais afirmativa; e permitir que os municípios, as estradas federais, enfim, façam fiscalização por velocidade média, lembrando que alguns limites já estão no código, já estão adequados, então eles não mudam. Aqui está o *link* do *site* para quem quiser ver as informações.

No próximo eslaide, a gente vai ver que tem hoje 64 organizações apoiando esse projeto de lei, muitos. Então você tem ali associação de médicos, mobilidade a pé, primeira infância, juventude, organizações técnicas, seguradoras, enfim, uma série de organismos, muitos desses apoiadores são organizações de mobilidade ativa.

No próximo eslaide, eu comento rapidamente, sucintamente, o papel da Ciclocidade nessa rede, em que a gente tem o papel de trazer esses estudos e insumos para que essa mudança aconteça.

A gente acabou de publicar dois estudos, então, no começo do ano, a gente olhou os dados de radar da cidade de São Paulo para ver os potenciais que teria esse tipo de fiscalização de velocidade média na cidade, e a gente acabou de publicar agora, a gente está começando a divulgar o *link* do segundo estúdio, que é como o mundo tem adotado esse tipo de fiscalização, que é um tipo de gestão de velocidade muito imediato.

Claro que a gente gostaria que o desenho de vias delimitasse a velocidade automaticamente para as pessoas, mas isso é um longo caminho, é muita obra até lá. Então, a gente tem que melhorar a nossa forma de fiscalização, a gente está fazendo uma nova pesquisa e a gente tem esse Boletim Sistemas Seguros, que é onde a gente circula essa informação de toda essa rede de organizações, inclusive dos órgãos públicos que querem um sistema mais seguro de locomoção.

Então, sucintamente, eu vou dar vários exemplos aqui, no próximo eslaide. Quando a gente fala de fiscalização de velocidade média, é uma forma de aprimoramento da fiscalização. Hoje em dia, você tem um radar, o veículo passa pelo radar e a velocidade dele é detectada, mas no momento em que você tem uma sincronia entre os radares e você percebe o tempo de deslocamento entre esses dois aparelhos, você consegue mensurar se essa pessoa acelerou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre os radares, entre os pardais – dependendo do lugar, a gente chama de pardal. Então, esse é um tipo de fiscalização em que se acaba tendo uma homogeneização do tráfego muito maior.

No próximo eslaide a gente vai ver que tipicamente você tem uma placa de começo e uma placa de final dessa fiscalização. E, no próximo eslaide, a gente vai ver, então, que já tem 20 anos esse modelo, ele é adotado hoje por 28 países, muitos europeus, Oceania e tal, mas a gente tem África do Sul, Kuwait e Coreia do Sul, por exemplo, adotando também. E ali você tem... já foi implementado em autoestrada, em estrada principal, secundária, túnel, ponte, vias urbanas. Aí a gente está falando de arteriais, coletoras e mesmo vias compartilhadas – a gente vai trazer rapidamente alguns exemplos só para vocês verem – e distâncias que vão desde muito curtas, 300m, até trechos de 40km monitorados por velocidade média.

O interessante é que, quando você faz pesquisa de opinião, ele é um tipo de fiscalização que é percebido como mais justo pelos motoristas, e não como indústria da multa, porque a gente vê que daí aquela velocidade que fica ao longo de todo aquele trajeto é mantida, e as pessoas, então, sentem que elas estão sendo não punidas por eventualmente um deslize em que elas passaram por um radar ali sem querer acima da velocidade.

Então, eu vou pedir para o pessoal da câmera agora passar vários eslaides aqui na sequência, e a gente vai ver exemplos, só para deixar bem visual.

Isso, em Londres, é uma via expressa; esse aqui é uma via secundária na Nova Zelândia; uma típica avenida ali da Turquia; essa daqui é uma estrada vicinal que cruza Edimburgo, na Escócia, 50km/h.

E a gente agora tem exemplos muito interessantes. Esse daqui é uma zona 30, velocidade máxima de 30km/h na Bélgica; o próximo é uma zona nessa cidade de Southend-on-Sea, na Inglaterra, ou seja a gente vê lá um parque de diversões, um comércio ali, ela é 30km/h – a placa é de 20 milhas, então, 30km/h nessa via toda –; no próximo, a gente tem uma zona escolar na Coreia do Sul, 30km/h também; e, no último exemplo, só para a gente passar super-rápido aqui, para não estourar o tempo, mais uma via que é compartilhada, ali é um tipo de via que acontece na Bélgica, e que você tem em Amsterdam também, que é uma via de bicicletas, onde você tem todo aquele comércio local passando por aquele trecho, e várias pessoas ali compartilhando essa via, mas a prioridade, de fato, é dos modos ativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para finalizar minha fala, então, o que a gente vê de principais impactos esperados nesse tipo de fiscalização? Desculpe, eu estou focando muito aqui na velocidade média porque eu sei que outras pessoas vão falar muito mais da questão da velocidade como fator de risco. Então, estou fazendo um recorte bem específico aqui.

A gente tem dois impactos principais que são esperados. Tipicamente eles acontecem nos estudos de impactos, e não só nos dados operacionais colhidos pelos órgãos de fiscalização de trânsito.

O primeiro deles, e mais importante: a gente tem uma redução da taxa de mortalidade e sinistros e, eventualmente, dependendo de onde isso é aplicado, você tem uma propagação desse efeito para além dos locais onde esses radares estão implementados.

O segundo deles, que mostra nesse gráfico, é que, independentemente da velocidade máxima permitida, a tendência, quando você tem um mecanismo de fiscalização, é que os veículos colem naquela velocidade máxima permitida – eles vão sempre ficar um pouquinho abaixo do permitido. Uma rara exceção, 5%, 6% vão ultrapassar, vão tomar uma multa e tal, mas 90%, 95% vão se manter ali dentro daquele patamar.

E o que a gente vê nesse gráfico é que, nas diferentes velocidades máximas, em que você implantou a velocidade média, esse efeito se propaga ao longo do trecho inteiro. Então, se a velocidade é 30km/h, as pessoas dirigem a menos de 30km/h; se ela é 50km/h, elas dirigem a menos de 50km/h. Ali você tem 40 milhas, que seriam 65 – a gente não tem aqui no Brasil, mas elas ficariam ali também. Isso também nas estradas a 100km/h, 110km/h. Você vê que sempre esse tipo de comportamento acontece.

Então, você tem uma homogeneização do tráfego muito maior, as pessoas andando num limite mais próximo da velocidade, mas mantendo uma distância entre os outros veículos e, assim, respeitando o sistema de fiscalização.

Para terminar, só para comentar que essa é uma demanda que vem, no próximo eslaide, das cidades. A gente tem vários projetos piloto, desde São Paulo, em 2011; Curitiba, em 2014; São Paulo, de novo, em 2017; Distrito Federal, em 2019; São Paulo, mais uma vez, em 2020 e 2021; e este ano a gente teve dois projetos pilotos feitos no Distrito Federal, todos eles com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

objetivo de tentar mensurar se intervenções ou se esse comportamento de risco de acelerar entre os radares acontece, se teria uma possibilidade, uma demanda, por aplicar esse tipo de fiscalização. Todos eles são basicamente unânimes em dizer que sim, esse comportamento de risco também acontece no Brasil e existe uma demanda.

No próximo eslaide, eu vou só mostrar aqui, a gente analisou vários tipos de velocidade, aqui no Brasil, e vários tipos de via, e o último exemplo que a gente tem agora, para encerrar a minha apresentação, é um exemplo que está acontecendo na BR-050, em Uberaba, em que a Eco050, em parceria com a PRF, implantou um sistema de dois radares –são 11km monitorados na estrada. E, claro, eles não podem aplicar uma multa, isso não está regulamentado – justamente é o projeto de lei que a gente está defendendo –, mas eles têm ali um experimento de tentar perceber como é que isso impacta. É uma ação educacional com os motoristas. Eles param o motorista para dizer: "Olha, informo que o senhor passou ali, acelerou no radar, mas foi pego pelo radar. Veja, isso não é legal, você está tendo um comportamento de risco".

Com isso agradeço demais o convite. E boa audiência para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Flavio Soares de Freitas, Gerente do Projeto da Ciclocidade (Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo).

Quero falar o menos possível, mas me lembrei aqui, Flavio, você que atua nessa área, em toda a abrangência, claro, de combate aos acidentes da ciclovia, também da ciclovia, que, numa oportunidade, morreu o filho de um amigo meu aqui em Brasília. Não sei se vocês lembram, ele vinha vindo da universidade e foi atropelado.

Depois, falando com o pai dele, fizemos uma reunião aqui, e o pai dele citou uma frase que o filho disse para ele: "Mas, filho, você vai tantos quilômetros de bicicleta, direitinho e tal, você não chega cansado lá?". E a frase do filho foi: "Pai, o importante não é só a chegada, mas é a caminhada, o olhar para a natureza, para o meio ambiente, conviver". Aí o pai ficou apaixonado também. E o pai contou essa frase dele aqui. Não é só a chegada, é ver, é o pedalar, é o exercício, o que faz bem para a saúde, o que faz bem para mim, como respirar aquele ar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou lembrar, para citar o nome dele aqui, talvez, até o fim da nossa jornada de hoje, mas obrigado, Flavio – ouviu?

Eu vou chamar, de imediato, Gleymann, Capitão PMDF, lotado na CPTran.

Não sei se ele está já na tela. (*Pausa.*)

Capitão Gleymann. (*Pausa.*)

O.k., vamos em frente.

Então, eu chamo a Sra. Adriana Pivato, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal (PRF-DF), projeto PRF Amiga dos Autistas.

E, me permita que eu diga, eu tive um problema no Rio Grande do Sul e estava no meio da estrada e tinha que chegar em Porto Alegre em 20 minutos. E alguém me disse: "Vai ali na PRF. Fala com eles ali". Fui ali. Era, de fato, uma situação que tinha tudo a ver com as enchentes no Rio Grande do Sul. Em 20 minutos, eu estava em Porto Alegre para me encontrar com inúmeros ministros.

Então, uma salva de palmas para a PRF aí. (*Palmas.*)

Não só por esse gesto, não é? Mas pelo gesto que eles fazem toda vez, com o que está ao alcance deles...

A SRA. ADRIANA PIVATO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... e dentro das normas legais.

A SRA. ADRIANA PIVATO – Como é nossa atribuição, não é, Senador? Enquanto servidores públicos, a gente precisa fazer o que nós como concursados temos que fazer: servir bem.

Então, que assim seja.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA PIVATO (Para expor.) – Muito bem.

Bom dia a todas e a todos, Exmo. Senador Paulo Paim, na pessoa de quem eu cumprimento também todos aqui presentes à mesa, e todos e todas presentes aqui.

Eu sou a PRF Adriana Pivato. Eu estou muito agradecida pelo convite em compor aqui a mesa, por integrar esta mesa de autoridades.

Vou fazer minha autodescrição. Eu sou uma mulher de estatura mediana, de cor branca, com cabelos pretos, amarrados num rabo de cavalo, uso óculos. Eu estou usando o uniforme da Polícia Rodoviária Federal e sou a primeira mulher a assumir o cargo de Superintendente da Polícia Rodoviária Federal aqui no Distrito Federal.

Sinto muita honra por isso. (*Palmas.*)

Eu quero dizer também da minha honra em poder participar desta audiência pública com essa temática: direito à mobilidade segura como um direito humano, um tema importantíssimo para a sociedade e uma atribuição da Polícia Rodoviária Federal.

Eu costumo dizer que a segurança pública, a segurança viária – entendendo-se a segurança viária como o direito de transitar de um ponto a outro em segurança –, o autismo e a inclusão, especialmente no trânsito, fazem parte da minha prioridade como Superintendente da PRF aqui no Distrito Federal e também como uma cidadã preocupada com o bem-estar da sociedade.

Como integrante e gestora do projeto PRF Amiga dos Autistas aqui no Distrito Federal, eu vou apresentar alguns tópicos que são interessantes e nos quais a Superintendência do Distrito Federal é referência dentro da instituição. Não é isso? O nosso PRF, Fernando Cotta, é muito conhecido e tem grande atuação nessa área.

Esse projeto propõe, entre outras ações, a conscientização e a qualificação maciça de todos os policiais rodoviários federais. E eu destaco aqui: 100% do nosso efetivo! Para quê? Para que tenhamos uma abordagem segura, humanizada e de qualidade para todas as pessoas, mas também para pessoas portadoras do espectro autista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você pode me desculpar, mas pode repetir de novo? Porque eu sou um apaixonado por essa forma de abordagem.

Pode repetir qual é a norma de vocês?

A SRA. ADRIANA PIVATO – Posso. Com certeza, porque é uma honra isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que sirva de exemplo a todos, a todos, a todos. Não estou criticando ninguém.

Pode repetir, por favor.

A SRA. ADRIANA PIVATO – Perfeito, perfeito.

Uma qualificação maciça de 100% dos nossos servidores policiais para uma abordagem segura, humanizada e de qualidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É isso.

A SRA. ADRIANA PIVATO – Para todos os que transitam pelas nossas rodovias, não é? E também buscando modos de fazer chegar a informação a quem transita pelas rodovias. Não só a quem possui o transtorno do espectro autista, mas a todos os que também transitam pela rodovia.

Como nós fazemos isso? Com distribuição de materiais educativos, com cartilhas e com informação.

Para isso, a Superintendência da PRF, aqui no Distrito Federal, possui uma subcomissão permanente dos direitos dos autistas que está à disposição da sociedade, e com a qual a gente já realizou diversos eventos em parceria com outros órgãos afins e com entidades de defesa dos autistas e de pessoas com deficiência, entre os quais a gente vai citar alguns comandos táticos que nós denominamos Blitz do Autismo.

Nós temos também ciclos de palestras, participações em eventos específicos sobre o tema, reuniões com outros órgãos públicos, pessoas, associações, atendimento à comunidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

identificação de policiais com espectro autista e familiares desses policiais, e também acompanhamento e aconselhamento de nossos colaboradores e servidores com autismo.

Inclusive agora, Sr. Senador, eu vou passar às suas mãos uma cópia do nosso último protocolo de intenções, que nós assinamos, agora, no dia 3 de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pega aqui só para o pessoal da TV e da rádio, lá...

A SRA. ADRIANA PIVATO – A gente tem muito orgulho disso porque a gente cria, com esse protocolo, o Comitê Rede Amiga dos Autistas. Foi provocado por nós aqui da PRF do Distrito Federal, e o Fernando Cotta, novamente, é um grande incentivador e atuante dessa assinatura. Então, como eu disse, agora no último dia 3 de dezembro, nós assinamos e, na mesma data, foi comemorado o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.

Esse protocolo inclui a assinatura da Força Nacional de Segurança Pública, do Detran-DF, e além de uma dezena de outras entidades representativas da sociedade civil nessa constante e incansável busca por esse tema desta audiência pública: o direito à mobilidade segura como um legítimo direito humano.

Com muito orgulho, eu também cito ações da PRF no Distrito Federal incentivadoras para a criação da Polícia Judicial Amiga dos Autistas, e a gente espera, junto com a PMDF e com o DER também, assinar esse documento, conjuntamente, num momento oportuno. Dessa forma, a PRF espera contribuir para a reversão de qualquer visão negativa sobre a nossa atuação nas rodovias federais.

Eu quero deixar muito claro que o nosso trabalho é incessante para a construção diária de uma sociedade verdadeiramente inclusiva, segura e acessível para todos.

Sr. Senador, eu quero destacar também a V. Exa. que é imprescindível ao nosso país nós trabalharmos juntos para a aplicação de formas e modelos para que todas as pessoas, todos os autistas tenham assegurados os seus acessos a terapias precocemente administradas, a escolas, a qualquer lugar que desejarem, incluindo áreas de segurança pública, de segurança viária, de mobilidade e de transporte, com o dispositivo necessário para um trânsito seguro – ou seja,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma verdadeira inclusão – e um investimento estatal para o seu desenvolvimento de forma plena.

Eu vou terminar o meu pronunciamento e gostaria de convidar V. Exa. e todos aqui também para conhecerem a Superintendência da PRF no Distrito Federal, em que nós temos a nossa Subcomissão permanente de Direito dos Autistas. Convido-os também para o nosso Comitê Rede de Amigos dos Autistas, além de cumprimentar aqui todas as pessoas presentes.

Coloco novamente a Polícia Rodoviária Federal no Distrito Federal à disposição para que a gente possa, realmente, construir um mundo melhor para todos os cidadãos e para toda a sociedade.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal, Adriana Pivato, da PRF-DF, com o projeto PRF Amiga dos Autistas.

Eu acho que a gente tem que fazer mais isso, tem que trazer aqui para debate, para diálogo, porque, às vezes, eu noto – a gente, que trabalha muito com direitos humanos, nota – que há setores da sociedade que não entendem a importância das políticas humanitárias, que é o que a senhora falou aqui. Falou com conhecimento e não falou só em tese, falou o que estão fazendo. Tem dúvida? Vá lá, então, está convidado.

A SRA. ADRIANA PIVATO – Está convidado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso é muito bom. Que a gente consiga fazer até um ciclo de debate aqui, com polícia militar, com polícia civil, com todos os setores que atuam nessa área. (*Palmas.*)

Eu vi o trabalho de vocês no Rio Grande do Sul, viu? Falo que a enchente no Rio Grande do Sul foi uma loucura: de 497 cidades – 497! –, quase 490 foram atingidas, e a PRF cobria, dava todo o apoio que ela podia, é claro, nos postos. Estou lembrando aqui o de Encantado; estou lembrando o da Grande Porto Alegre. Quando fizemos a Comissão, aqui, de nove Senadores, nós tínhamos que chegar ao interior, e não tínhamos como ir, porque as filas eram enormes, e nós íamos lá em uma missão de ajudar as pessoas, para alavancar recursos e tudo. Com a PRF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na frente, nós não atrasamos uma das nossas agendas no Rio Grande do Sul. Fomos nove Senadores. Perfeito! (*Manifestação de emoção.*)

Um pouquinho da emoção é porque eu estou lembrando o que eu vi lá.

E eles iam sempre na frente, eles iam sempre... Tinha ponte com problema de cair? "Deixem que nós vamos na frente, e vocês vão atrás". Então, foi um trabalho brilhante das polícias. Eu tive mais convívio com a PRF, devido ao tratamento, tanto quando eu fui para Bento, quanto quando eu fui para a Serra Gaúcha, quando eu fui para Canoas, quando eu fiquei ali na Grande Porto Alegre, mas não tinha como transitar. Quem foi para lá sabe que era barreira para todo lado. E eles faziam todo o mapa para fazer com que a comitiva chegasse lá, visse o que estava acontecendo, e, a partir dali, nós trazíamos para cá, para o Congresso – e o fizemos.

Hoje mesmo, o Presidente Lula está liberando em torno de R$6,77 bilhões para construir os diques lá no Estado. Nós estivemos lá, trouxemos para cá a demanda, esta Comissão aqui fez requerimento e claro que os Prefeitos, os ministros que estavam todos lá... Cada um deu a sua parcela de contribuição para que este momento acontecesse.

E, hoje, em que o Presidente Lula libera esses cerca de R$7 bilhões para ajudar na construção dos diques – quem conhece o Rio Grande do Sul sabe o que aconteceu –, vocês estão aqui.

Então, eu dou uma salva de palmas a todas as forças públicas do nosso país. Estou falando aqui no caso do Rio Grande do Sul, porque foram para lá, inclusive, de outros estados, para fazer com que a gente ajudasse a reconstruir o Rio Grande. Então, parabéns à PRF (*Palmas.*)... e, por extensão, a todos aqueles que têm uma postura igual a de vocês. Pronto. Às vezes, a gente faz uma crítica ali... E faz mesmo. Quando precisa criticar, eu critico, mas tem que saber elogiar também.

Vamos lá, senão alguém vai dizer: "O Paim fica se animando", e nós estamos correndo atrás do tempo.

Passo a palavra ao Oficial Técnico de Segurança Viária e Prevenção de Lesões da Coordenação de Equidade, Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Saúde Mental da Opas Brasil, o Sr. Victor Pavarino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor. (*Palmas.*)

O SR. VICTOR PAVARINO (Para expor.) – Obrigado.

Vocês estão me ouvindo? Ah, sim...

Obrigado, Senador, quero agradecer essa acolhida. Bom dia a todos e todas aqui presentes, colegas de Mesa. Adriana, a gente perdeu você do nosso projeto; perdeu, mas não perdemos aqui. Eduardo, Igor, e a todos que estão aqui, agradeço por essa acolhida, e o faço em nome da Dra. Socorro Gross, que é Diretora da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), no Brasil, que é o organismo de saúde no sistema interamericano filiado à ONU e funciona também como o braço, o escritório regional da Organização Mundial da Saúde na região das Américas.

Em 2004, Senador, a Assembleia Geral das Nações Unidas passou para a Organização Mundial da Saúde a atribuição de coordenar os esforços globais pela segurança viária, em função do aumento exponencial que se deu, nos países em desenvolvimento, dos índices de motorização, acarretando também um índice de sinistralidade muito grande.

Muito bem. Eu falo que, pela área da saúde, se é muito grande o número de "thiagos" que a gente acompanha que morrem no trânsito, é um número numa proporção de 50 vezes mais quem sobrevive a esses acidentes. Eu sempre coloco a questão também dos que ficam, de como ficam os que ficam, e de como ficam os que ficam com os que ficam. Quanto a essa parte, a fundação tem um trabalho fantástico que vale aqui mencionar.

Primeiramente, em função da minha atuação e formação, eu sempre participei de Comissões aqui no Parlamento, em temas mais técnicos, Comissões mais técnicas de transporte, trânsito. E eu quero dizer da minha alegria de estar participando pela primeira vez de uma Comissão de Direitos Humanos, como foi bem colocado pela Dri, porque, quando a gente pensa em trânsito, transporte, mobilidade e tudo, o que vem à mente, o imaginário nosso associa com deslocamento, com trânsito, com tráfego, com fluidez. E transporte – eu falo pela área de formação minha – é fundamentalmente sobre acessos, é disso que se trata. Transporte é para acesso, acesso do ponto de vista abstrato e físico também: acesso a lugares, acesso a serviços de saúde, acesso a serviços de educação, acesso a lazer, acesso à vida, não é? (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, nesta Comissão, a gente trabalhando isso como direito humano, eu lembro que esse tipo de acesso fica extremamente cerceado e excluído. Quando a gente fala em exclusão – aqui a gente tem que trabalhar muito essa questão da equidade –, quem acaba sendo excluído aqui são fundamentalmente os segmentos física, social e economicamente mais vulneráveis. São pedestres, são ciclistas, são motociclistas, são usuários do transporte público, que fundamentalmente são muito pedestres também. Então, a minha alegria é por isso estar sendo tratado aqui. O trânsito violento exclui e exclui seletivamente as pessoas. Eu fico contente de estar trabalhando também nesse fator de risco que foi citado, particularmente pelo Flavio, aqui que é velocidade.

Em Estocolmo, em 2020, quando a gente teve a 3ª Conferência Ministerial Global de Segurança Viária, todos os presentes ali estavam muito ávidos por saber dos novos fatores de risco, novidades, o que a gente tem de inovação e tudo, a questão da automação veicular e vários desses pontos, que foram abordados e tratados, mas foi muito lembrado para a gente, Senador, que a gente tem que trabalhar com o básico, com o arroz e o feijão, que é o principal fator de risco de longe – de longe! – na segurança viária, que é a velocidade.

Sim, são importantes também os outros elementos, o beber e dirigir, o uso de capacete, de mecanismos de retenção, mas, de longe, o fator de risco velocidade é o que domina, até porque ele é transverso a todos os demais fatores de risco. Alguém que bebeu e dirigiu, em alta velocidade, vai ser pior; alguém que está sem o capacete – o que já é um problema –, em alta velocidade, vai ser pior. Ou seja, se há um fator de risco prioritário a ser atacado é o da velocidade.

E a gente fica contente que a Opas tenha apoiado, junto com a nossa contraparte direta aqui no Brasil que é o Ministério da Saúde, aqui representado pela Dra. Letícia. A gente tem dado todo apoio ao PL a que Flavio se referiu, e a gente pede ao senhor, na condição também de Parlamentar – sei que isso se dá em outra Casa –, no que for possível, para dar apoio a esse PL. Eu não vou entrar nas tecnicalidades aqui da questão da velocidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou deixar registrado ali com a assessoria os encaminhamentos. Um dos encaminhamentos é nós auxiliarmos dentro do possível... Está na Câmara ainda esse PL?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VICTOR PAVARINO – Está na Câmara. Eu acho que está apenso ainda a outros PLs, e acho que Ana Carbone e os demais colegas podem falar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vocês passam para a Mesa, que, em seguida, eu faço isto: ligo para eles e colaboro, para acelerar...

O SR. VICTOR PAVARINO – Por gentileza. Isso vai ser um grande apoio para esse PL.

Fundamentalmente, o que Flavio colocou, de uma forma rápida, mas que ajuda bastante a gente entender é que as barreiras eletrônicas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A assessoria funciona. Eu já estou com o PL na mão, com o número e onde está. É o PL 2.789, de 2023. Conheçam o PL que vai reduzir as mortes no trânsito nas cidades do Brasil. Estou junto, viu? Farei a minha parte.

O SR. VICTOR PAVARINO – Ótimo, Senador! Muito obrigado. (*Palmas.*)

Além de reduzir as mortes no trânsito – eu sempre lembro na condição de quem está na área da saúde –, elas vão reduzir a letalidade das lesões, o.k.?

Muito bem, é isso.

O que o Flavio tinha colocado da importância desse tipo de PL, além da readequação das velocidades – não vou entrar na tecnicalidade de que o impacto vai aumentar numa proporção quadrática ao aumento da velocidade –, é que ele vai reduzir, sim, não só a mortalidade, mas o número de lesões e a letalidade dessas lesões.

Uma barreira eletrônica, tal qual a gente conhece, funciona fundamentalmente como um quebra-molas digital, que vai reduzir pontualmente a velocidade, mas a gente tem estudos – a Adriana deve lembrar com a Profa. Michele – de que, como tem uma migração desse aumento de velocidade quando a gente faz uma redução pontual apenas, ele vai ser excedido em outro lugar; ou seja, esse PL, com a ideia da velocidade média, vai reduzir de fato.

E aqui eu fortaleço esta ideia da importância dos mecanismos de fiscalização e de infraestrutura. A educação é, sim, fundamental, mas ela é complementar. A gente não vai reduzir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a energia cinética das vias apenas com apelos à população para que não corra. Para isso, é necessária uma fiscalização rigorosa e investimentos na infraestrutura.

Eu queria ficar por aqui, agradecendo mais uma vez esse convite e a acolhida que temos tido aqui.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Victor Pavarino, Oficial Técnico de Segurança Viária e Prevenção de Lesões da Coordenação de Equidade, Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Saúde Mental da Opas-Brasil. Parabéns!

Eu vou chamar, de imediato, aqui, Igor Mariano, Diretor do Departamento Nacional de Polícia Judicial e idealizador do projeto Polícia Judicial Amiga dos Autistas.

O SR. IGOR MARIANO (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, meus colegas de mesa, cumprimento especialmente a Inspetora Adriana Pivato, Superintendente da PRF, que conheci hoje, mas a minha história de amizade com a PRF é muito longa – o nosso Inspetor Fernando Cotta sabe disso. Eu fui inspirado, a minha vida toda, por um personagem da minha família, um tio meu que era Policial Rodoviário Federal, aposentado hoje, José Ramão Mariano Filho, meu grande mentor –, de modo que agradeço o convite. Cumprimento também os presentes nesta Comissão e os que nos assistem pela TV Senado e pela internet também.

Fazendo minha autodescrição, sou um homem branco, 1,71m, cabelos e barba escuros, estou de terno escuro, gravata escura e camisa branca.

Presidente, vou destoar um pouco do que já foi dito aqui, porque a polícia judicial não tem muito a ver com o trânsito, mas, como somos afiliados da Polícia Rodoviária Federal, especialmente neste projeto, que também é um projeto de direitos humanos, acho que guardamos uma pertinência temática, pelo menos.

O que nos motivou? Inicialmente e por óbvio, assim como creio que também tenha motivado a PRF, foram as interações inadequadas de forças policiais com pessoas neurodivergentes. As notícias são muitas. Eu compilei várias delas, mas é fato que existem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdadeiras tragédias humanas envolvendo forças de segurança pública e pessoas neurodivergentes em razão de interações inadequadas.

Motivado por isso e inspirado pelo projeto da Polícia Rodoviária Federal PRF Amiga dos Autistas e também por uma questão pessoal – sou pai de uma menina autista, a minha amada Atiye –, nós iniciamos o trabalho para a formulação de um protocolo de interação.

Tivemos um apoio muito importante do Moab, representado também pelo inspetor Fernando Cotta. A verdade é que liguei para o Moab, pesquisei na internet, achei o Moab, liguei para o Fernando Cotta e disse: "Olha, a gente está querendo trabalhar o Polícia Judicial Amiga dos Autistas. Como a gente faz para fazer uma reunião?". Ele falou: "Não, eu vou aí". E foi para o departamento rapidamente. Ele é uma pessoa por quem eu desenvolvi uma amizade grande e um grande motivador dessas iniciativas. Nada mais justo do que termos uma lei com o seu nome. (*Palmas.*)

Também, obviamente, tivemos um apoio importantíssimo de uma entidade que já trabalhava historicamente com o Moab que é o Sindjus-DF, o sindicato a que eu me vinculo, aqui representado pelo nosso Presidente Costa Neto, nosso grande Líder do Sindjus-DF, que já fazia um trabalho com os autistas muito antes de a polícia judicial entrar nesse projeto. Portanto, além de um incentivador, o Sindjus financiou boa parte das nossas campanhas.

Bom, também tivemos o apoio de especialistas, médicos, neurologistas, psicólogos, advogados especializados em direito dos autistas, todos eles, junto com policiais judiciais, para o desenvolvimento desse nosso protocolo de interações, que, inicialmente, foi dividido em quatro partes.

A primeira delas, o letramento, que é extremamente necessário para que os policiais conheçam, saibam o que é o autismo, saibam como isso é tratado pela ciência. E nós focamos o letramento na conscientização.

Passamos, depois, para a identificação. Mesmo sabendo que autistas são singulares, nós ensinamos os nossos policiais a reconhecer estereotipias mais comuns. É curioso dizer isso porque, nos nossos treinamentos com os policiais, ficou muito evidente, ao ensinar, Senador, por exemplo, que o movimento pendular é uma estereotipia comum a neurodivergentes, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imediatamente os policiais se manifestavam nas turmas, dizendo: "Já vi isso, mas não sabia o que significava". Já conscientizados, porque a gente foca muito na parte de letramento, na conscientização, eu sempre digo, quando eles se manifestam, assim: imagine o que esses policiais que tiveram condenações e que foram, de certa forma, transformados em abomináveis pela sociedade, pelo ato que praticaram, dariam para estar aqui, tendo esse tipo de treinamento, tendo essa conscientização e sabendo reconhecer estereotipias?

Outra questão, Senador, muito interessante, que nos surgiu pelo monitoramento de resultados, após toda a implementação feita – um subproduto que nós não imaginávamos no primeiro momento –, foi que o policial treinado nesse protocolo passou a ser mais reflexivo nas suas abordagens de todas as pessoas. Então, a gente sabe que abordagens irrefletidas são as maiores causas de erros policiais. (*Palmas.*)

E o que nós aprendemos nas academias de polícia? Nós aprendemos a ver mão, linha de cintura, se o indivíduo está com alguém próximo dele, em comportamento suspeito, igualmente... Agora, o policial treinado nesse protocolo se preocupa com a singularidade do indivíduo. Ele faz uma análise de cenário melhor, e a qualidade das abordagens, no geral, melhorou, de modo que percebemos que o projeto Polícia Judicial Amiga dos Autistas alterou para o bem a identidade do policial, algo dentro do policial, eu diria, que transforma tudo na vida desse policial.

Depois da identificação, temos o atendimento e focamos na atenção às hipersensibilidades. Então, o nosso protocolo trabalha, assim como também o da PRF, a questão de o policial reconhecer, perceber hipersensibilidades e buscar com isso o conforto sensorial. Então, iluminação... Existem autistas, por exemplo, que têm hipersensibilidade à iluminação, à temperatura, ao toque, ao barulho, à aglomeração e a outras tantas coisas. E o policial, sabendo reconhecer isso, pode buscar o conforto sensorial.

Agora estamos também apresentando, no Conselho Nacional de Justiça, uma proposta para recomendar aos órgãos judiciários a instalação de salas multissensoriais, que sabemos que são verdadeiros oásis para neurodivergentes, porque, embora fazendo tudo certo, o nosso policial bem treinado fazendo tudo certo, muitas vezes, a crise é inevitável, porque esse neurodivergente, essa pessoa com neurodivergência já chega à unidade nossa desregulada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sensorialmente, de modo que termos salas multissensoriais para a acomodação dessas pessoas é muito importante.

Por fim, o nosso protocolo trata do gerenciamento de crises. No gerenciamento de crises, é interessante dizer... Para quem é policial e sabe que as formações tradicionais de polícia sempre estabelecem como princípio, primeiro, a segurança do policial – o policial tem que estar seguro, depois ele vai cuidar da sua atuação –, mesmo sem negligenciar isso, nos termos do protocolo Polícia Judicial Amiga dos Autistas, lidando com a crise de autistas, nós estabelecemos a prioridade como sendo a segurança do autista.

Ainda durante a feitura, a elaboração deste protocolo, nós percebemos que não era possível permitir que isso se tornasse um protocolo de gaveta, que isso se tornasse mais uma política de confetes em que se apresentam e se tem eventos e, depois, morre na gaveta da terceira mesa do almoxarifado.

Então, ainda durante a feitura do protocolo, estabelecemos um programa mais amplo, de modo que o lançamento do protocolo, feito diretamente pelas mãos do Ministro Luís Roberto Barroso, Presidente do Conselho Nacional de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, em 16 de abril, no mês dedicado à consciência autista, portanto, seria somente a primeira fase do nosso programa.

Ainda acompanhado pela fase de formação de instrutores, formamos ao todo mais de 200 instrutores do programa Polícia Judicial Amiga dos Autistas: policiais de todo o Brasil, representantes de todos os 91 tribunais brasileiros, além de seções judiciárias que também foram contempladas.

A terceira fase, portanto, foi a multiplicação. Esses instrutores formados aqui na Academia Nacional de Polícia Judicial retornaram aos seus estados com o compromisso de formar todos os atores da segurança pública institucional do Poder Judiciário, e, quando digo todos os atores, digo policiais judiciais, obviamente, mas também vigilantes, brigadistas, colaboradores terceirizados...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IGOR MARIANO – ... e também policiais de segurança pública geral requisitados ao Poder Judiciário.

Uma quarta fase foi o estabelecimento. Como nós percebemos como isso mudou o nosso policial, nós decidimos incluir na doutrina da polícia judicial – portanto, agora, no grupo de trabalho que está funcionando no Conselho Nacional de Justiça – o respeito à neurodivergência, que está sendo trabalhado pelo subgrupo de ética e direitos humanos para ser incluído tanto na Estratégia Nacional da Polícia Judicial, no projeto pedagógico institucional da Academia Nacional de Polícia Judicial, quanto na matriz curricular nacional, de modo que, em todos os cursos, a partir de agora, de formação inicial, de capacitação continuada, de especialização e de altos estudos da polícia judicial, devem constar a matéria do respeito à neurodivergência.

Por fim, ainda na esteira do programa, estabelecemos a fase de monitoramento de resultados. Importantíssimo! Toda a política pública precisa ser monitorada. Nessa fase de monitoramento de resultados, já...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IGOR MARIANO – ... tivemos várias inserções que estão sendo organizadas para a publicação de uma segunda edição. A primeira delas, por uma professora da UnB que nos procurou, consultando: "Os autistas foram perguntados sobre protocolos? Eles participaram da realização?" Digo: "Não". Ela disse: "Olha, a premissa elementar é: nada sobre nós sem nós". Portanto, agora, o protocolo está sendo submetido a dez autistas para que façam manifestações sobre ele.

Também, a partir de uma audiência pública aqui no Senado Federal, na Comissão de Educação e Cultura, com a divulgação desse tema, fomos procurados também por mães de autistas, dizendo o seguinte: "Igor, as mães participaram disso?" Digo: "Não, mas a gente está submetendo aos autistas agora". E ela disse: "Não, mas veja, em 78% dos lares autistas, dos lares atípicos no Brasil, o pai abandona a família, de modo que quem tem espaço de fala nesse tema são as mães, principalmente para falar por aqueles autistas que não se comunicam suficientemente para fazer isso". De modo que, agora, também estamos submetendo às mães.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IGOR MARIANO – Uma terceira questão, também após a audiência aqui do Senado, foi a inclusão no protocolo de uma etapa de combate à discriminação, ao preconceito e ao capacitismo; ou seja, nossos policiais, a partir da segunda edição, serão capacitados também para tratar disso.

Para finalizar aqui, Presidente, citando uma frase de um policial rodoviário federal, o Inspetor Teógenes, meu amigo também, que diz assim: "Não são pessoas vulneráveis, são pessoas vulnerabilizadas", de modo que disso depende um novo pacto entre polícia e sociedade, um pacto de direitos humanos voltados ao respeito à diversidade.

Tendo como base isso e a experiência que tivemos até agora, a polícia judicial lançará dois outros protocolos no próximo ano...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IGOR MARIANO – O Polícia Judicial Parceira dos Povos Originários e o Polícia Judicial no Combate à Violência de Gênero e Violência Contra a Mulher, de modo que o nosso projeto, afiliado do PRF Amiga dos Autistas, foi a porta para um debate propositivo e amplo de direitos humanos, no respeito à diversidade.

Digo que já temos um histórico de respeito aos direitos humanos – somos a polícia do Poder Judiciário, e não havia como ser diferente; inclusive, estivemos no Rio Grande do Sul também, com uma operação humanitária –, mas, agora, estamos estendendo isso para o respeito à diversidade.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Igor Mariano, Diretor do Departamento Nacional de Polícia Judicial e idealizador do projeto Polícia Judicial Amiga dos Autistas,.

Para mim, o símbolo que fica é que ultrapassou – e que bom que ultrapassou – os autistas e mexeu no coração de todos os setores da segurança.

Eu achei tão interessante esta audiência pública, porque eu vou mudar agora a mesa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, quero cumprimentar vocês. Nós estamos em véspera de Natal e do primeiro dia do ano. Querendo ou não, sabemos que as pessoas pobres ou ricas viajam e viajam muito neste período. O pobre, claro, depende de ônibus, mas ônibus também se acidenta, não é? E quem tem seu carrinho, de classe média... Eu era peão metalúrgico, mas tinha meu carrinho; era lá da Forjasul, do grupo Tramontina, que você conhece bem.

E esta audiência vem em um momento, inclusive, no sentido de alerta: trânsito mata, consome vidas.

Então, parabéns a todos!

E oxalá que tudo o que estou ouvindo aqui – eu queria muito, com todo o respeito que eu tenho – se espalhasse por São Paulo, por toda a Segurança, mas não é de São Paulo que eu vou falar, porque senão vai dar impressão que é a divergência política, não. Que se espalhasse pelo Rio de Janeiro, que se espalhasse pela Bahia – nós também temos dados da Bahia aqui do número de pessoas que morrem – e que se espalhasse pelo meu Rio Grande do Sul também.

Eu estou dizendo: que o exemplo de vocês rompa as barreiras e vá além, para que, em um dia, a gente possa ter aqui uma reunião com todas as forças da segurança pública, de ponta a ponta, ouvindo um relato como este que estamos ouvindo aqui.

Convido os senhores e as senhoras para que retornem ao Plenário e vou chamar a segunda mesa agora.

Muito obrigado.

Uma salva de palmas aqui pela bela contribuição. (*Palmas.*)

Já foi falado, mas registro a presença do Costa Neto, Presidente do Sindjus, o que já foi falado aqui.

Eu vou chamar a segunda mesa: Letícia Cardoso, Diretora do Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância das Doenças e Agravos não Transmissão – seja bem-vinda; (*Palmas.*) Ricardo Mendes Sutarelli, Gerente de Saúde da Diretoria de Controle de Veículos e Condutores do Departamento de Trânsito do DF; (*Palmas.*) Estêvão Gonçalo Timo, Agente de Trânsito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rodoviário, representante do DER/DF; (*Palmas.*) e Fernando Cotta, Presidente da Comissão dos Direitos dos Autistas da Polícia Rodoviária Federal (PRF). (*Palmas.*)

Neste momento, pessoal, eu preciso, por um minuto, ir ali à porta, porque vou atender a uma emergência. Aqui também tem emergências.

Então, eu vou dar a palavra já, seus dez minutos, e eu me comprometo, em um minuto, a estar aqui de volta, mas vamos ganhando tempo, porque o Plenário já começou, mas não começou a votação. Está tão boa a audiência que eu só vou lá na hora de votar. E, se der para votar pelo celular, eu não vou e fico aqui, porque é tão importante lá como é importante esta audiência pública.

Letícia, você começa? E eu posso sair por 30 segundos?

A SRA. LETÍCIA CARDOSO – À vontade. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Por 30 segundos aqui na porta.

Pode começar, Letícia.

A SRA. LETÍCIA CARDOSO (Para expor.) – Sou eu que passo aqui, gente? (*Pausa.*)

Primeiro, bom dia a todos. Agradeço aqui a oportunidade. O Senador saiu, mas agradeço pessoalmente ao Senador Paim por ter acolhido essa demanda na Comissão de Direitos Humanos.

Cumprimento a todos aqui presentes na mesa comigo e os colegas que estão aqui na plateia, que são ativistas ou representantes de órgãos ligados à promoção da segurança viária, de uma maneira ou de outra.

Eu queria começar fazendo minha autodescrição também. Eu sou uma mulher branca, loura, e estou com o cabelo preso – eu me lembrei da colega que estava de cabelo preso também e tem um segredo: toda mulher, quando prende o cabelo para sair de manhã, é ou porque o cabelo não acordou muito bem-arrumado ou porque a gente está com muita pressa. E aí a gente prende o cabelo rapidamente para se arrumar para sair –, porque estou numa manhã agitada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já começo pedindo desculpas, porque eu vou falar e vou precisar me ausentar, para tratar de uma pauta muito importante para a gente hoje que é o consumo de bebida alcoólica no Brasil, no gabinete da ministra. Então, hoje eu estou meio atrasada aqui.

Mas queria começar falando, resgatando a missão do Estado: é dever do Estado proteger a todos, em especial – aí eu coloquei os mais vulneráveis – as populações vulnerabilizadas, como o Igor mencionou.

É nosso papel, no Ministério da Saúde, proteger a saúde das pessoas, promover a saúde e garantir que as pessoas que têm menos acesso se igualem a todas que têm acesso. Quando a gente entra no cenário da prevenção dos sinistros ou da enorme mortalidade de trânsito, hoje, no país, quem morre mais no trânsito são os jovens, os mais pobres e as pessoas pretas. Então, eu não posso não fazer essa menção de início nesta Comissão, que é a Comissão dos Direitos Humanos. Se a gente precisa proteger, a gente precisa proteger de maneira diferenciada essas populações.

Hoje, a gente tem alguns dados. Eu tenho uma apresentação aqui. Eu vou pedir que ela avance, por favor.

Pode passar. Pode passar. Pode passar, porque eu quero chegar a...

Então... Aqui.

Volte um, por favor.

Eu quero mostrar este dado, que é como tem progredido a taxa de mortalidade por lesões de trânsito no país.

Este gráfico mostra para a gente que, entre 2012 e 2019, mais ou menos, a gente vinha avançando na redução da taxa de mortalidade no país. O Brasil é signatário de uma estratégia global para a redução de mortes no trânsito. De 2020, para cá, a gente não tem mais observado essa queda. Hoje, no país, nós temos 33 mil mortes no trânsito.

Para vocês terem uma ideia, no ano passado, quando a gente teve a pior epidemia de dengue no país, a gente teve 6 mil mortes, e a gente perde 33 mil pessoas todos os anos no trânsito no país. Então, são números alarmantes! Se a gente teve a pior epidemia de dengue no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ano passado, que levou 6 mil pessoas, e teve toda uma mobilização social em torno da dengue, por que a gente não consegue mobilizar a sociedade para prestar atenção a essas mortes, que são evitáveis? São mortes evitáveis. A gente tem como prevenir esse número alarmante.

O próximo também para o qual eu quero chamar a atenção que tem a ver com a desigualdade, com as iniquidades são as mortes de motociclistas. Este grupo é um grupo que tem chamado a nossa atenção, aumenta a internação, aumenta a mortalidade, são jovens que estão trabalhando em situações precárias. É um setor, hoje, de entregas pelas plataformas digitais que não está regulado no país. Essas empresas oprimem o trabalhador para que ele entregue mais rápido e não consiga cumprir, inclusive, a regulamentação da velocidade, que é o principal fator de risco. Nós não podemos pensar em estratégias de intervenção isoladas. Nós temos que pensar na regulamentação, na proteção dos indivíduos, mas de maneira integrada, integrando os diversos setores, de trânsito, de fiscalização, das polícias – é muito bom que as polícias estejam aqui hoje –, e também o do trabalho. A gente precisa falar do trabalho (*Palmas.*)...

porque não é possível.

E a gente, na saúde, está preocupado com isso, por quê? Por que, na saúde, eu estou preocupada com isso? Por que eu lido com isso? Porque nós estamos ceifando vidas, impactando as famílias, como o Victor mencionou. Nós estamos tendo custos na saúde de R$300 milhões só com internação todo ano, e, além do custo da internação, tem o custo de reabilitação e todas as sequelas e consequências para as pessoas que ficam, para as pessoas que não ficam, trazendo impactos econômicos e sociais muito importantes.

Além disso, quando eu tenho uma pessoa internada por acidente de trânsito – em geral, os motociclistas ficam em média 27 dias internados –, eu deixo de atender a população, porque o leito está ocupado, eu deixo de atender. Então, é como se fosse enxugar gelo. Não adianta eu abrir mais leito e equipar... A gente sabe o quão difícil, Senador Paim, é a gente expandir a nossa rede de hospitais no país. Existem vários esforços do Ministério da Saúde para isso, mas, se a gente não prevenir, é como se eu estivesse enxugando gelo. Eu estou abrindo leitos para eles ficarem ocupados e não estou solucionando esse problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me só que eu, já que você falou dessa questão específica, dê o exemplo da Santa Casa do Rio Grande do Sul. Eles têm um complexo enorme, mas me falaram, agora recentemente – a Ministra da Saúde ficou de olhar com carinho essa situação –, que eles estão tendo não prejuízo, porque salvam vidas, mas um gasto além do orçamento deles de R$16 milhões por mês. Não tem como resolver isso se não houver uma política que ajude a resolver uma situação como essa. Quando eu falo R$16 milhões, é atendimento do SUS, só para ajudar nessa reflexão da importância dos leitos, ter ou não ter.

A SRA. LETÍCIA CARDOSO – Exatamente.

Então, para além da questão da saúde em si, do tratamento, tem toda uma consequência.

Eu vou me encaminhar para finalizar a minha fala. Eu trouxe os números, a magnitude, a importância, as consequências.

Como já foi citado aqui, a velocidade é um fator importante, e, muitas vezes, a gente trabalha muito na questão do comportamento. Precisamos educar. Eu vou reforçar essa fala do Victor. Educar é muito importante, mas as pessoas são moldadas pelos ambientes nos quais elas vivem. Hoje, a gente só não fuma mais dentro de ambiente fechado, porque é proibido fumar dentro de ambiente fechado, e porque nós nos adaptamos a isso! Hoje, nós usamos muito mais o cinto de segurança, porque existe uma lei que foi implementada e foi fiscalizada rigorosamente para mudar o nosso comportamento!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem que fiscalizar mesmo para salvar vidas. (*Palmas.*)

A SRA. LETÍCIA CARDOSO – É isso! Então, nós precisamos regulamentar esse ambiente social, esse ambiente físico, no sentido de que nós regulamentamos para proteger, para salvar e para mudar comportamento também...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LETÍCIA CARDOSO – ... porque é assim que a gente consegue mudar comportamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Pode continuar.

A SRA. LETÍCIA CARDOSO – Então, eu queria agradecer a oportunidade, valorizar esta iniciativa, combinando aqui as pessoas vulnerabilizadas socialmente sob o ponto de vista da saúde nessa iniciativa.

Eu acho que o projeto de lei é um projeto de lei, Senador, muito importante. Tudo o que puder ser feito para que a gente avance com ele é importante. Que tanto o Senado quanto a Câmara discutam esse projeto de lei. Ele vai agregar o interesse de várias Comissões, da família, da saúde, dos direitos humanos, econômicos... Ele congrega o interesse de várias Comissões, porque ele está protegendo a população, e proteger a população é também ter uma população saudável, economicamente ativa e uma sociedade mais justa para todos nós.

Então, eu queria agradecer a oportunidade e pedir desculpas, porque, como eu tinha dito no início, eu tenho uma reunião agora lá no gabinete da ministra sobre a pauta do álcool, que é uma pauta também muito importante para a gente na saúde.

Obrigada, e agradeço a oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Dê um abraço na ministra! Ela esteve aqui ontem e deu um *show*, viu? Foi maravilhosa aqui, aplaudida de pé no encerramento por todos que estavam aqui. Eu fui o primeiro a levantar, não é? Dê um abraço lá!

Esta foi a Letícia Cardoso, Diretora do Departamento de Análises Epidemiológicas e Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissão.

Muito obrigado, Letícia, pelo esforço que fez para estar aqui.

Passamos, de imediato, a palavra a Ricardo Mendes Sutarelli, Gerente de Saúde da Diretoria de Controle de Veículos e Condutores do Departamento de Trânsito do DF.

O SR. RICARDO MENDES SUTARELLI (Para expor.) – Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de, em nome do nosso Diretor-Geral, Dr. Takane do Nascimento, agradecer o convite ao Detran-DF para estar aqui presente hoje, principalmente à Mesa e a quem nos assiste aqui presencialmente e pela internet. Tenho certeza de que muitos dos nossos colegas estão nos assistindo neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode dar uma força positiva.

O SR. RICARDO MENDES SUTARELLI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sou comunicador aqui da TV Senado. A TV Senado, quando não coloca ao vivo qualquer audiência nossa – e ela cobre tudo aqui. Pode ver que a câmera está ali, não é? –, depois, ela a reprisa à noite. Então, vocês vão falar com todo o Brasil, de uma forma ou de outra.

Eu tive que me ver ontem à noite durante 30 minutos. (*Risos.*)

Era uma reprise já.

O SR. RICARDO MENDES SUTARELLI – Você se assistir, às vezes, dá um pouco de vergonha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Continue, vá lá!

O SR. RICARDO MENDES SUTARELLI – Este ano de 2024 foi um ano de muito trabalho para o Detran-DF, e o convite para a gente estar aqui hoje eu acredito que é a coroação desse trabalho, porque nós conseguimos implementar cerca de 50 serviços de maneira virtual. Então, havia 50 serviços para os quais as pessoas precisavam se dirigir a uma unidade do Detran para realizar, e hoje a gente oferece essa facilidade de a pessoa poder fazer isso de dentro de casa.

Entre esses 50 serviços, hoje, por conta do tema da nossa audiência, eu gostaria de falar especificamente sobre o *case* das pessoas com autismo.

A história do Detran-DF com a pessoa com autismo começa mais ou menos no ano de 2019, quando um diretor-geral que nós tivemos e que tinha um filho autista convocou a nossa Gerência de Saúde... Só para pontuar, nossa Gerência de Saúde do Detran-DF trata, basicamente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do direito das pessoas com deficiência. Lá são atendidas pessoas que buscam adquirir uma alteração na sua CNH para acessar direitos principalmente previdenciários e a questão da vaga especial para estacionamento. Até o ano de 2019, o procedimento para fazer o acesso à credencial de estacionamento para a pessoa com autismo era igual ao para todas as outras credenciais: era preciso ser feita uma perícia médica presencial em que era atestado que a pessoa tinha deficiência e se essa deficiência também era acrescida da dificuldade de mobilidade. No entanto, essa proximidade com o tema do autista se deu quando o nosso diretor-geral nos chamou para uma reunião e informou que o fato de a perícia presencial ser obrigatória já era um impedimento para as pessoas com autismo, porque, para a pessoa neurodivergente, a principal causa de crise é o contato social, é ter que se expor a um ambiente muitas vezes tumultuado, um ambiente barulhento, e isso fazia com que essas pessoas deixassem de acessar o seu direito. Após nós fazermos algumas consultas à nossa procuradoria jurídica – e tivemos muito apoio da nossa Câmara Legislativa do Distrito Federal –, nós conseguimos fazer uma alteração na expedição dessa credencial de estacionamento. Então, em 2019, a gente conseguiu fazer com que a perícia presencial fosse substituída pela perícia documental. A pessoa com autismo certamente tem acompanhamento do médico neurologista ou psiquiatra. Ele emite esse laudo de declaração de que essa pessoa é autista. Então, a gente entendeu que não havia mais necessidade de a pessoa ter que procurar o Detran-DF para provar que era uma pessoa com autismo e poder acessar esse direito que é a vaga de estacionamento especial. Nós fizemos essa alteração no procedimento e seguimos com a emissão a partir daí.

Foi um serviço que teve uma adesão muito boa da sociedade, só que, neste ano de 2024, nós entendemos que a gente ainda poderia melhorar um pouco mais o oferecimento desse serviço para a comunidade. Nós entendemos que, a cada direito que a pessoa com autismo precisava requerer do poder público, ela precisava provar que era autista. Então, se ela precisava solicitar um transporte gratuito, precisava ir à Secretaria de Transporte e Mobilidade e provar que era uma pessoa com autismo; se ela precisava de uma vaga de estacionamento, precisava ir ao Detran para provar que era autista; se ela precisava, enfim... Em cada órgão que ela precisava solicitar um direito, ela precisava provar que era autista. Isso é exaustivo, isso é cansativo, principalmente para as mães, que, como foi dito aqui anteriormente, são geralmente o ente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

familiar que acaba tendo que assumir essas responsabilidades, porque algumas pessoas neurodivergentes também são inimputáveis e menores de idade.

Então, nós conseguimos nos reunir com algumas associações de pessoas com autismo, que foi onde a gente identificou essa dificuldade, e o que a gente descobriu? Que a Secretaria da Pessoa com Deficiência emite uma carteirinha de identidade da pessoa com autismo, que é a Ciptea. Todas as pessoas com autismo já são familiarizadas com esse documento, que é uma carteira de identidade. Para adquirir essa carteira, ela procura a Secretaria da Pessoa com Deficiência, faz a avaliação com os médicos da própria secretaria e tem reconhecida pelo poder público a sua condição de autista.

O que o Detran fez neste ano de 2024, precisamente em 12 de setembro? A gente lançou a emissão digital da credencial da pessoa com autismo. O que isso significa? Significa que a pessoa não precisa mais provar ao Detran que ela é uma pessoa com autismo, porque a gente entendeu que ela já provou ao poder público, ao Governo do Distrito Federal que ela tem essa condição, que ela é uma pessoa neurodivergente. Então, a gente fez a alteração dos nossos procedimentos, de maneira que ela apresenta somente essa carteirinha, a Ciptea, e, a partir daí, ela já tem acesso ao seu direito à credencial de estacionamento. Esse direito pode ser acessado tanto pelo nosso aplicativo, que é o Detran-DF, nos *smartphones*, quanto pelo portal de serviços do Detran-DF. Isso significa que, em até dois dias úteis, a pessoa consegue acessar esse direito.

Qual é a importância desse tipo de visão dos órgãos públicos, de nós, servidores? Entendermos que a gente precisa fazer as alterações que são necessárias para a adequação da conformação da nossa comunidade e que a gente precisa ouvir o *feedback* da própria comunidade a partir dessas alterações que são feitas. Seguramente, este ano de 2024, que foi o ano em que foi implementada essa emissão digital, foi o ano em que mais pessoas no Distrito Federal tiveram acesso a esse direito. Precisamente, foram 2.279 credenciais emitidas de 2019 até a data de hoje. Isso significa que 2.279 pessoas com autismo terão um pouco mais de tranquilidade para conseguir acessar os serviços que são oferecidos no Distrito Federal.

Uma coisa que a gente entendeu é que a luta da pessoa com autismo começa antes mesmo de ela sair de casa, porque, quando ela já está se arrumando para ir para uma consulta, ela começa a pensar: "Será que vai ter vaga para eu parar o meu carro?". E o Distrito Federal é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma unidade da Federação que tem crescido muito. Então, cada vez mais, os estacionamentos têm sido um problema para nós. Para a pessoa com autismo, isso, muitas vezes, acabava fazendo com que ela desistisse de ir ao seu compromisso. Graças a essa alteração que a gente fez, por conta da sensibilidade que o Detran teve ao ouvir a nossa comunidade, quase 2,3 mil pessoas, hoje, têm um pouco mais de tranquilidade para sair de casa, porque elas vão saber que elas poderão acessar essas vagas.

Aí eu entro num ponto que eu acho que é de extrema importância que seja discutido aqui na nossa Comissão que é o seguinte: não adianta o poder público fazer todas essas alterações, fazer, de maneira facilitada com que essas pessoas com autismo e as pessoas com deficiência, no modo geral...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO MENDES SUTARELLI – ... tenham acesso a esse direito, se, quando elas chegarem ao seu compromisso e chegarem à sua vaga de estacionamento que é reservada para elas, essa vaga estiver ocupada por uma pessoa que não a deveria estar ocupando.

Nós temos no Detran-DF a Diretoria de Educação de Trânsito, e temos empreendido esforços para que as pessoas que não são neurodivergentes, que não são pessoas com deficiência entendam que essas pessoas precisam usar aquela vaga. Aquilo não é um privilégio, aquilo é apenas uma equalização do direito de igualdade que cada cidadão precisa ter para poder conviver na nossa sociedade. Assim, no Detran-DF, principalmente neste ano de 2024, nós já temos projetos que serão muito relevantes para a comunidade da pessoa com deficiência para 2025. No entanto, por mais que a gente faça todas essas adequações nos nossos sistemas, se a nossa comunidade não entender que aquela vaga não é dela nem por um minuto, esses esforços acabarão sendo em vão.

Nós temos aumentado a fiscalização dessas vagas. E nós temos ido a eventos públicos... Inclusive, eu gostaria até de deixar público que, nesse próximo domingo, nós também faremos, com o Shopping JK, a emissão dessa credencial de maneira presencial lá no *shopping*. Nós temos conhecimento de que cerca de um terço das pessoas autistas no Distrito Federal, ou melhor, dois terços dessas pessoas ainda não têm a credencial. Então, o Detran tem participado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desses eventos públicos para facilitar o acesso das pessoas com deficiência ao direito de poder estacionar seus veículos nas vagas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO MENDES SUTARELLI – Assim, eu agradeço convite.

Só queria, por último, pontuar que nós, no último dia 3 de dezembro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem 1 minuto e 48 segundos agora – 47.

O SR. RICARDO MENDES SUTARELLI – Está bom.

Então, eu queria usar esse último 1 minuto e 40 segundos para dizer que o Detran também foi signatário, junto ao Fernando Cotta, do projeto Amigos dos Autistas. Isso tem um peso muito importante para nós do Detran porque ficará estampado junto ao nosso brasão. Nós também vamos ter, a partir dos nossos treinamentos, esse projeto Amigos dos Autistas junto ao nosso brasão. E é com muita alegria que eu gostaria de deixar registrado que o Detran-DF é Amigo dos Autistas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns, Ricardo Mendes Sutarelli, Gerente de Saúde da Diretoria de Controle de Veículos e Condutores do Departamento de Trânsito do DF. Parabéns pelo trabalho exemplar que estão fazendo com os autistas! Para mim, o que fica marcante aqui é que é para os autistas, mas acaba movendo toda a população, pela sensibilidade que é passada por programas como esse que vocês estão fazendo. Parabéns!

De imediato, Estêvão Gonçalo Timo, Agente de Trânsito Rodoviário, representante do DER-DF.

O SR. ESTÊVÃO GONÇALO TIMO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Bom dia ao nobre Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão. Na pessoa dele, cumprimento os demais e os que estão nos assistindo ou ouvindo *online*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço também ao Fernando por encabeçar esse projeto e ter aberto o convite ao DER-DF. A Superintendência de Trânsito do DER me convidou para estar aqui representando todo o segmento de trânsito do DER-DF. Para quem não nos conhece, nós somos o órgão rodoviário do Distrito Federal; nós atuamos nas rodovias do Distrito Federal. Ao tempo em que a PRF atua nas rodovias federais, nós atuamos nas rodovias distritais.

Dentro dessa pauta da segurança viária como um direito humano e a mobilidade segura, nós entendemos que o primeiro aspecto que temos que analisar e compreender é a importância da educação. A redução das mortes e lesões no trânsito só vai acontecer quando a sociedade tiver uma consciência ativa de que é necessária uma mudança de comportamento no âmbito do trânsito. Dessa forma, eu resolvi trazer aqui algumas informações acerca das ações educativas que nós temos desempenhado para que essa segurança viária possa acontecer de maneira apropriada. Avançando também, eu vou falar sobre a importância que o DER-DF tem dado à inclusão nesse âmbito da educação.

Lá no DER, nós contamos com a Escola Vivencial de Trânsito, que é conhecida popularmente como a Transitolândia. A Transitolândia conta com um segmento de ações que são desenvolvidas, que envolvem o transporte das crianças: são feitas algumas apresentações teatrais, nós fornecemos lanche para as crianças, depois disso tem uma atividade lúdica na nossa minicidade, em que as crianças vivenciam, de fato e na prática, o trânsito, nos veículos elétricos adaptados para elas, e tudo isso é feito com a ajuda de alguns materiais de apoio que são fornecidos ao longo do projeto. Normalmente, dura uma manhã inteira uma ação com grupos de crianças, de forma que, no ano de 2024, nós atendemos 13.823 crianças.

Eu entendo que é um número significativo de crianças que conseguiram, de alguma maneira, receber uma informação, uma ação educativa, e a gente sabe que essa criança vai levar o que ela aprendeu para casa, vai levar para os seus familiares, para os seus lares, aquilo. É bem comum nós vermos as crianças cobrando dos pais o comportamento que lhes foi ensinado.

Além disso, o DER também, no ano de 2024, em campanhas educativas... Inclusive, numa campanha com a PRF voltada justamente para pessoas com autismo, nós abordamos ao todo... Todas as pessoas que foram abordadas em campanhas educativas do DER foram 55.480, e hoje nós também temos mais de 300 painéis com mensagens educativas sendo veiculadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diariamente ao longo das rodovias. Então, o DER dá uma grande importância para a educação e entende que a educação é uma peça-chave no âmbito da segurança viária.

E, quando a gente fala da inclusão – a gente fala da inclusão das pessoas com autismo e outras neurodivergências –, a gente tem que entender que a parte educativa passa por dois segmentos: a educação das pessoas com neurodivergências e a educação das pessoas ao redor daqueles que têm uma neurodivergência.

Dessa forma, nós temos trabalhado em conjunto com diversas outras instituições e já temos desenvolvido alguns trabalhos específicos. Nós fazemos as visitas aos centros de ensino especial do Distrito Federal. Quando essa demanda vem de um centro de ensino especial, de uma turma especial, a gente faz as nossas peças adaptadas, a gente modifica a estrutura das nossas peças teatrais. Além disso, na Transitolândia, para as pessoas que têm sensibilidade auditiva, nós já contamos com o controle de som, com os abafadores e, hoje, a gente já tem um projeto aberto de compra de equipamentos para fones de ouvido com regulagem sonora. Então, não vai ser só o abafador, mas a pessoa com neurodivergência ou com algum tipo de sensibilidade auditiva vai conseguir regular o nível de som que ela quer ouvir, que ela deseja ouvir, de maneira que se torne confortável a experiência para ela.

Além disso, a gente vai lançar, no próximo ano, uma nova turma da Transitolândia. A turma da Transitolândia são os personagens de desenho que nós veiculamos nos nossos materiais de apoio, nas nossas campanhas educativas, que são grupos de crianças que ilustram as nossas mensagens. E, nessa nova turma da Transitolândia, nós optamos por deixar bem caracterizada a inclusão; nesse sentido, nós retratamos uma criança com deficiência física e também abordamos a neurodivergência através da criança que usa o cordão de girassol. A gente optou pelo girassol porque engloba mais neurodivergências; não só o autismo, mas o girassol representa um espectro de neurodivergências.

E nesse ponto também, falando da educação para essas necessidades especiais, a gente também – e aí, eu queria fazer um parêntese, apesar de o tópico principal ser realmente a inclusão da pessoa com autismo, o projeto do Fernando está sendo veiculado –, na Transitolândia, percebeu que existe um grupo que, quando se fala de trânsito, segurança viária, mobilidade segura, é meio que deixado de lado – nesse ano, foi feito um projeto piloto – que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são os idosos. Nós desenvolvemos, pela primeira vez, uma campanha educativa voltada exclusivamente para idosos, no Dia do Idoso. Foi um dia em que nós recebemos um grupo de idosos lá na Transitolândia e fizemos as nossas campanhas e atividades voltadas especificamente para esse grupo, que também requer atenção. O idoso tem uma percepção de tempo, de distância e de velocidade um pouco diferenciada, e é muito comum a gente ver atropelamentos de idosos, justamente porque, quando se pergunta o que foi que aconteceu, ele fala: "Ah, não, eu achei que ia dar, eu achei que ia conseguir." E a diferença entre percepção e velocidade do idoso gera esse risco maior. Então, a gente resolveu abordar também esse grupo, que demanda bastante a nossa atenção.

Como ações para o futuro, o DER identificou que é importante que os nossos profissionais estejam bem treinados, bem qualificados. Nós iniciamos, neste ano, alguns trabalhos de promoção de saúde mental dos agentes de trânsito do DER, mas eu creio que nós estamos só engatinhando nesse processo. Os agentes de trânsito do DER são uma categoria nova – nós temos 12 anos de atuação nas rodovias do Distrito Federal e também somos um grupo pequeno, um grupo que, para conseguir desenvolver os trabalhos, são poucas pessoas fazendo muitas coisas. Eu entendo que a gente precisa agora buscar uma qualificação do agente de trânsito para justamente saber como lidar com as situações quando ele encontra uma pessoa com neurodivergência no veículo, seja um condutor, seja um passageiro, de forma que o agente tenha a capacidade não só de saber da existência, mas também saber como se comportar, como agir, a melhor maneira de lidar, a forma de comunicação, uma forma de verbalização, ou até mesmo uma comunicação não verbal que permita ali um ambiente seguro para todos.

Dessa forma, agradeço, mais uma vez, o convite para a audiência. Coloco o DER-DF à disposição. Somos parceiros tanto das nossas instâncias do poder, como também da PRF. Estamos sempre juntos, ombreados nessa luta pela segurança viária, assim como o Detran-DF também, um grande parceiro nosso aqui no Distrito Federal. Estamos à disposição para somar com todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pela exposição, o Agente de Trânsito Rodoviário, representante do DER-DF, Estêvão Gonçalo Timo.

Eu gostei de ver que você falou inclusive da preocupação com o idoso. Aqui é legislando em causa própria: eu! (*Risos.*)

Sabe que muita gente vai ouvir esta nossa audiência pública. Uns estão nos assistindo, outros verão depois, quando é passado novamente pela TV Senado.

Eu vejo por mim. Os anos vão avançando, queiramos ou não. Eu fico naquela, "ando devagar porque já tive pressa, se levo este sorriso, é porque já sofri demais." Por que eu estou dizendo isso? É fundamental. E eu noto até ao pegar um remédio. Se vacilar, eu derrubo o remédio; se derrubo o remédio, tenho que juntar o remédio. Vai atravessar uma via? Se você se desconcentrar, com os anos, você pode sofrer um acidente.

Então, esse alerta, esse cuidado que todos vocês têm com o idoso, com o autista... E esse programa que eu não vi e quero ver... Veja se eu tomei nota certo. Como é que o chamam, as crianças lá? Transitolândia? É isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Transitolândia?

O SR. ESTÊVÃO GONÇALO TIMO – A Transitolândia é o local em que a gente desempenha as nossas ações. A minicidade é um espaço que tem uma simulação de uma rodovia, de uma pista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É uma educação, não é? Uma educação no trânsito.

O SR. ESTÊVÃO GONÇALO TIMO – É. E a turma da Transitolândia são os personagens que a gente desenvolve nas nossas campanhas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pronto, eu vou lá visitar a Transitonlâdia num dia desses. Convide-me, que eu vou. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESTÊVÃO GONÇALO TIMO – As portas estão abertas, a gente faz sempre eventos de portas abertas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – No dia em que tiver uma atividade com as crianças, eu vou lá.

O SR. ESTÊVÃO GONÇALO TIMO – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fernando Cotta, histórico defensor do nosso querido povo autista e de outras lutas também. Ele tem responsabilidade com o social.

Fernando Cotta, Presidente da Comissão dos Direitos dos Autistas da Polícia Rodoviária Federal.

Eu confesso os meus erros. Eu não sabia que você era da Polícia Rodoviária Federal. E o conheço há uns quantos anos?

O SR. FERNANDO COTTA – Desde 2009, 2010, quando entramos com o anteprojeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São praticamente 20 anos.

Seguidamente, ele estava aqui. Repito aquela história, em um segundo: foi por intermédio de você e da Berenice Piana que aqui surgiu a proposta da lei dos autistas. Eles a trouxeram para mim, não fui eu que inventei. Eles trouxeram, brigaram, discutiram: "Vamos te dar o projeto pronto, debata na Comissão e indique autor e relator". Os autores são eles, na verdade; nós somos aqui os Relatores.

Então, uma salva de palmas pela sua bela história. (*Palmas.*)

E, agora, com mais carinho ainda, sabendo que você é da PRF.

O SR. FERNANDO COTTA (Para expor.) – Obrigado, muito bom dia a todos.

Queria saudar, cumprimentar esse amigo de tantos anos. Em 2009, 2010, nós estivemos aqui, depois de, como o senhor falou, rodar vários lugares. Não foram os seus olhos verdes (*Risos.*),...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a sua beleza física que nos chamou a atenção, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – "Aquele negrão lá vai nos ajudar". (*Risos.*)

O SR. FERNANDO COTTA – Muito pelo contrário, foi o acolhimento que o senhor teve, que foi diferenciado de outras pessoas, de outros colegas seus.

Então, nós já estávamos desistindo quando o senhor aceitou a carta da então Adefa (Associação dos Deficientes e Autistas), uma entidade lá do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se me permite, eu lembro como se fosse hoje: eu sentado aqui, só para recebê-los, tudo vazio, e eles foram chegando – tinha uns 30, eu acho – e começaram a advogar, advogar. Eles terminaram de falar, e eu: "O que eu tenho que fazer para ajudar?". Pelos argumentos que vocês usaram.

O SR. FERNANDO COTTA – Isso. E, o Senador, naquela época, já colocou o gabinete à disposição, a Comissão de Direitos Humanos à disposição, e foram trabalhos intensos.

As pessoas perguntavam para a gente – os pais, as mães, que já participavam, os que puderam vir presencialmente... A Berenice vinha e não tinha nem lugar onde ficar. As pessoas vinham – o Ulisses, lá do Rio de Janeiro – e não tinha nem lugar onde ficar. E a gente tentando: "Não, vamos tentar construir uma lei para os autistas" – porque, na realidade, autista muita gente nem considerava pessoa com deficiência.

E é da maior importância a gente participar, porque o Brasil é referência na legislação para a pessoa com deficiência – que o senhor não conhece, nunca construiu nada nesse sentido: nem a lei, nem o estatuto, nem o dia nacional de luta... Enfim, não conhece nada. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Inspirado por vocês.

O SR. FERNANDO COTTA – Contém ironia, naturalmente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É ironia dele, mas eu sempre digo que eu gostei muito. Eu sempre digo que eu não invento as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

leis – eu não invento as leis. Elas vêm de uma demanda da sociedade, meu coração bate mais forte quando chega uma proposta boa, e eu a encaminho. Foi o caso dos autistas.

O SR. FERNANDO COTTA – O senhor é muito modesto, Senador. O senhor realmente abraça essa causa. O senhor traz...

Eu lembro que eu perguntava: "Senador Paim, o senhor tem alguém, algum autista na família, alguém assim na família?". E ele: "Não, não tenho, não, mas é porque a causa de vocês é justa, a causa de vocês não tem partidarismo, não tem absolutamente nada disso. É uma causa legítima e de pessoas que precisam ter qualidade de vida, de famílias que precisam ser atendidas, porque, atrás de um autista – todo mundo sabe –, tem uma família". (*Palmas.*)

Nós sabemos disso. Naquela época, nós trouxemos a realidade para o Senador Paim. Eu digo sempre que o Moab, Senador... Nós, aqui, junto com a Comissão, tivemos muito sucesso em algumas ações específicas. Eu vou citar aqui, por exemplo, a questão da publicização do autismo. Na época, por exemplo, o meu filho, o Fernandinho – que já é Fernandão agora, está com 27... O senhor esteve lá no Congresso Nacional...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Lá em cima, em cima do Congresso, em cima do telhado.

O SR. FERNANDO COTTA – Há mais de dez anos. Vai aparecer uma foto aí daqui a pouco que lembra isso. Essa é uma foto da *blitz* do autismo. A última que nós fizemos foi no encerramento, no dia 30 de outubro, do mês de luta da pessoa com deficiência, uma data que é uma lei criada pelo senhor e com apoio...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – De novo, eu sou obrigado a dizer que eles me trouxeram o dia, a data. "Paim, toque." E eu me tornei o autor.

O SR. FERNANDO COTTA – E é realidade que celebra a neurodivergência, a neurodiversidade, enfim, as pessoas com deficiência.

Os autistas hoje, a gente pode dizer, por conta da Lei Berenice Piana, que é uma lei de 2010, e que começou aqui, nesta Casa, com muita luta, em 2012. A então Presidente Dilma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sancionou essa lei no final de 2012 – vai fazer aniversário agora, inclusive, no dia 28 de dezembro, salvo engano –, e ela foi publicada no *Diário Oficial da União*.

Nós fazemos questão de, nas *blitzes* do autismo, por exemplo, levar informação para as pessoas, levar informação para as famílias. Há ainda, Senador Paim, muitas famílias que não conhecem, que não sabem dos direitos que têm. Então, por isso é da maior importância. Está aqui a Kiss Vasconcelos, do Sindjus, a quem quero agradecer. São eles que fazem, Senador, por exemplo, esses panfletos para a gente. Essa aqui é a Lei Fernando Cotta. (*Pausa.*)

Isso, por favor, vamos mostrar aqui, porque é uma lei pela qual eu tenho carinho, muito orgulho de levar esse nome, de levar essa coisa.

Mas, na realidade, as grandes incentivadoras dessas leis foram as mães, essas que, muitas vezes... Muitas delas, inclusive, estão dentro de casa hoje, ainda encarceradas. Se nós tivemos sucesso na publicização, se o Moab, junto com a Comissão, com entidades do Brasil inteiro, tiveram muito sucesso na publicização, tiveram sucesso na criação de legislação... Hoje, nós temos legislação no Brasil inteiro, leis municipais, leis estaduais, leis aqui no Distrito Federal. Começamos com a Convenção sobre o Direito das Pessoas, da ONU, que é uma lei internacional. Nós estivemos lutando por isso também e aqui houve o protocolo facultativo para que isso fosse uma realidade para as pessoas com deficiência, para as pessoas autistas. Talvez o grande fracasso nosso tenha sido no atendimento dessas pessoas, que ainda está muito a desejar. Ainda nós temos, com certeza, mães encarceradas dentro de casa. Muitas vão assistir, estão assistindo ou vão depois ter acesso a esta audiência. Quero lembrar sempre que nós não nos esquecemos do atendimento a essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fernando, eu vou ter que correr no Plenário para fazer uma votação, mas a audiência está tão importante que eu vou deixar você falando. Eu vou até lá no seu tempo e volto aqui para continuar a audiência.

É uma votação.

O SR. FERNANDO COTTA – Está bem.

Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só tem uma votação. Ou vocês preferem encerrar agora?

O SR. FERNANDO COTTA – Eu posso ser bastante rápido e, então, encerro.

Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu ia dar ainda um tempo para as perguntas.

Faz o seguinte: encerre, eu vou ler as perguntas e fica o compromisso de vocês de responderem às perguntas.

O SR. FERNANDO COTTA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E, se eu perder uma votação, ninguém vai morrer, porque há uma série de autoridades lá.

Toca aí. Pronto. Resolvido. (*Risos.*)

O SR. FERNANDO COTTA – Senador, o senhor é diferenciado por conta disso.

Uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Bom, quero, então, dizer só...

Vou pedir, por favor, para passarem rapidamente o material, porque eu vou encerrar aqui e falar dessa luta que começou em 2010, com o Senador sempre nos acolhendo, em diversos momentos.

Pode passar, por favor.

Essas são lembranças aí... Essa é de 2012, agradecendo o trabalho, quando foi, na realidade, sancionada a Lei Berenice Piana.

Pode passar, por favor.

E a gente está ali... Veja bem, hoje eu tenho muito orgulho, Senador, dessa barba branca, desses cabelos grisalhos. Naquela época, era diferente. A gente tem lutado muito. Eu precisei ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um filho autista em casa para ir para essa luta, como muitas pessoas. E eu louvo aqueles que não precisaram disso, como o senhor, como a Inspetora Pivato, que está aqui, da Superintendência, como o nosso Chefe do Nucon ali, no Núcleo de Comunicação da Polícia Rodoviária Federal, o Inspetor Abreu, enfim, as pessoas que não precisaram, dentro de casa – não é, Dr. Ricardo? –, ter um filho autista para poder estar nessa luta.

Está ali uma foto histórica nossa ali, com a Berenice Piana, o hoje ministro, naquela época Senador Wellington, e o senhor, que é o grande marco dessa luta, a grande diferença nessa luta.

Por favor, pode passar.

Está ali essa foto de que eu lhe falei, o Fernandinho, que é Fernandão já hoje, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem está no colo dele é o Fernandinho, que ele fala que hoje é Fernandão. E eu estou ali um pouquinho mais magrinho.

Eu até acho que vou guardar essa foto, porque eu já fui mais magrinho. (*Risos.*)

O SR. FERNANDO COTTA – Isso.

Por conta disso, dessas vitórias – não é, Senador? –, quantas vezes nós tivemos os desafios aqui? "Ah, mas não querem votar". "Mas tem que passar".

E eu me lembro, Senador, de um episódio especial, de o senhor ligando, na época, o senhor pegando o telefone para conversar... Era o sepultamento do Vice-Presidente da República José Alencar e o senhor pedindo para as pessoas virem para a Comissão votar, porque elas iam ao sepultamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Boa memória. Eu me lembro desse fato, mas não lembrava de qual era o motivo pelo que eu fiquei aqui até quase meia-noite. É que os Senadores tinham ido para o enterro do José Alencar.

O SR. FERNANDO COTTA – Exatamente. E o senhor pedia para que eles fossem e voltassem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E eles voltaram. Ficamos aqui esperando até eles chegarem.

O SR. FERNANDO COTTA – Isso. E eles voltaram. E ali...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E votamos.

O SR. FERNANDO COTTA – E votaram, não é?

Essas são fotos, são pedaços, são partes da nossa vida importantes, porque mostram toda uma história, toda uma construção de luta a favor das pessoas autistas, a favor das pessoas com deficiência.

Pode passar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem está ali do lado é o Cristovam, não é?

O SR. FERNANDO COTTA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O ex-Senador Cristovam, ex-Governador aqui do DF também, muito importante nessa luta. Ele esteve conosco várias vezes nesta Comissão.

Pode passar.

E foram vários momentos para demonstrar... Sempre nessa luta em prol das pessoas com deficiência.

Nessa época, Senador, eu não podia usar o uniforme da Polícia Rodoviária Federal, porque nós não tínhamos esse acesso na PRF de apresentar um projeto. Em outras gestões, infelizmente, nós não tínhamos esse espaço, porque falavam... Muitas pessoas falam. E eu digo que é por isso que é um grande desafio. O senhor enfrenta desafios internos aqui também e sabe como é isso. E eu enfrento desafios também na polícia, porque tem gestores que achavam que isso não era coisa de polícia, que polícia tem que, na realidade, combater o tráfico, combater os ilícitos. E eu disse...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso é política humanitária. Você foi um lutador, um resistente. E olha o que eu estou dizendo: tomara que as outras forças de segurança adotem essa filosofia que vocês conseguiram implementar de forma coletiva.

O SR. FERNANDO COTTA – Sim, é por isso que é importante falar aqui o nome do nosso Diretor-Geral hoje, o Antônio Fernando Souza, que acolheu esse projeto de primeiro momento. Quero dizer isso porque é da maior importância. O nosso superintendente da época, o Igor, também acolheu. (*Palmas.*)

E a nossa Superintendente Adriana Pivato coloca isso para frente a cada dia, demonstrando que reconhece a importância. E eu quero dizer que isso é coisa de polícia, sim, porque essas pessoas passam pelas rodovias, essas pessoas vão aos tribunais, não é, Dr. Igor? Isso é coisa de polícia.

E, para as pessoas que usam, é importante ao policial conhecer o cordão de girassol, saber o que é um quebra-cabeça, saber reconhecer uma Ciptea, que, como o senhor falou, é a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Há pouco tempo, estive na PM, na Polícia Militar, fazendo um trabalho...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO COTTA – ... uma palestra nesse sentido, e a grande maioria dos policiais me falaram: “Nós não conhecíamos o cordão de girassol, não sabíamos”. E o policial tem, sim... São essas pessoas, e a sociedade civil está aqui muito bem representada...

Esse homem tem "bom" no nome, Eduardo Bohn, mas é o grande representante aqui da sociedade civil, que eu vejo, porque é uma pessoa interessada, lutadora, busca... Isso é trânsito seguro, isso é propiciar para essas pessoas uma qualidade no atendimento, na abordagem policial.

Nós temos – o Igor lembrou muito bem, e não precisamos nem falar, não é, Igor? –, na realidade, abordagens absurdas, temos problemas absurdos, e que, infelizmente, são esses que saltam à mídia. Como o Senador falou, toda crítica construtiva em cima disso é muito bem-vinda, para que nós possamos melhorar os nossos processos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Melhorar a abordagem.

O SR. FERNANDO COTTA – Então, é da maior importância.

Está ali no dia em que foi votado no Senado, pela última vez, em 15 de dezembro de 2012, e, logo depois, no final, 28 de dezembro, sancionado pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está ali a Mara Gabrilli, que é uma lutadora por todas as pessoas com deficiência.

O SR. FERNANDO COTTA – Na época, Deputada; hoje, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E nos representa na ONU nesse tema; representa o Senado.

O SR. FERNANDO COTTA – E ali, veja bem, porque estamos rodeados pelas mães? Por isso que eu digo sempre e é importante: ouçam as mães. Essas pessoas da sociedade civil que estão aqui, como falei, Eduardo Bohn, a senhora está aqui, estiveram na sua Subcomissão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por questão de justiça: o Romário e o Flávio Arns também ajudaram muito.

O SR. FERNANDO COTTA – Ajudam até hoje. O Romário tem uma filha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem, tem.

E foi Relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Eu, o autor; ele, o Relator. O Flávio Arns foi Relator na Câmara; o Romário foi Relator; e a Mara Gabrilli fez o relatório final, quando ela era Deputada.

O SR. FERNANDO COTTA – Sim, e isso é até hoje: a lei da redução de jornada para as mães, para os pais, poderem trabalhar e cuidar dos seus filhos... Enfim, é uma série de situações.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO COTTA – O senhor tem toda uma história voltada para isso, nesse sentido.

Pode passar, por favor.

Estão ali a Lei Fernando Cotta e a Lei Berenice Piana, que o senhor não conhece, nem sabe o que é. (*Risos.*)

Nunca ouviu falar.

Então, pode passar, por favor.

É isso que nós distribuímos nas rodovias; é essa informação que nós levamos para quem não conhece. Muitas pessoas não conhecem, inclusive pais e mães de autistas. Então, é um esclarecimento também, além de qualificar os policiais para uma abordagem importante, as pessoas... É muito significativo, Senador. As pessoas passam e falam: "Poxa, estão falando da minha causa, da causa que eu tenho em casa". E é o Estado brasileiro, é o Governo, fardado, ali, em nome daquele agente de trânsito, daquele policial, que está fazendo isso. Isso é da maior importância, do maior significado para as pessoas.

Pode passar, por favor. Está no final, já.

Está ali: Lei Fernando Cotta, Lei Berenice Piana.

Por favor.

Está ali, olhe: 27 de dezembro de 2012.

Acabou.

Eu só quero agradecer; só tenho hoje a agradecer, Senador, e a dizer que a gente sabe que o senhor é lutador não só na criação, na relatoria de leis, mas eu não posso deixar de falar aqui também – até porque vimos – do seu protesto em relação a esse possível corte do BPC (benefício de prestação continuada). A gente sabe da importância vital disso para as famílias de pessoas com deficiência, para as famílias de pessoas idosas, que estão abaixo da linha de pobreza. Nós não podemos fazer um ajuste fiscal com isso. Também há a questão do fim da isenção do Imposto de Renda para pessoas com doenças graves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso não pode estar nesse ajuste fiscal, e eu tenho visto que o senhor tem colocado isso, e o Senador Flávio Arns, como você falou; enfim, o senhor tem buscado... E eu já soube que o projeto já foi retirado de pauta. Isso é uma vitória para todas as mães, principalmente aquelas de que o senhor falou, as mais carentes, as mais vulneráveis, por quem precisamos lutar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO COTTA – ... porque, muitas vezes,, elas não têm isto que nós estamos tendo aqui: espaço de voz, espaço de divulgação.

Eu já me alonguei muito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tudo bem.

O SR. FERNANDO COTTA – Quero, por último, agradecer à Dra. Ingrid, à Dra. Cristiane, ao seu gabinete, ao Asthego; enfim, às pessoas que sempre nos recebem bem há muito tempo.

Na minha época, era o Agostinho, não sei se mudou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Agostinho ainda está aí.

O SR. FERNANDO COTTA – Ainda tinha... Nossa, é tanto tempo, não é? Mas, como eu digo, estes cabelos brancos só nos deixam, na realidade, envaidecidos por poder contribuir para uma sociedade melhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Fernando Cotta, Presidente da Comissão dos Direitos dos Autistas da Polícia Rodoviária Federal. (*Palmas.*)

Ele, Fernando Cotta, e a Berenice Piana de Piana são os grandes autores das leis dos autistas. Vieram outras, mas as duas principais são essas que estavam na tela: aquela, daqui, da capital do Brasil; e a outra, nacional, em que vocês trabalharam juntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estão pedindo muito que eu vá ao Plenário, porque já começou agora a votação de autoridades, mas, se vocês me permitirem, primeiro, quero dizer que eu assino embaixo do que você falou: estou muito preocupado com o pacote. Eu até disse, numa entrevista, que se fala muito aqui de emendas parlamentares, de se tem acordo ou não tem acordo com as emendas... Eu queria discutir mais o pacote! E o que mais me preocupa é esta questão que você frisou da lei do BPC e do salário mínimo, porque tem uma conexão entre as duas, BPC e salário mínimo. Nós vamos fazer um apelo muito grande para que mudem já na Câmara; se não mudarem lá, nós vamos tentar mudar aqui.

Olha, a reforma tributária foi votada. Num segundo momento, foram 600 emendas. Ficaram discutindo a noite toda, corretamente – o esforço é correto –, e hoje isso está no Plenário para ser votado. Vai ser votado. Agora, se a reforma tributária teve tantas mudanças, por que essa lei, esse pacote – eu chamo de pacote – que foi mandado para cá, o do ajuste fiscal, não pode olhar para os mais pobres? Ali tem tributação de grandes fortunas? Nem na tributária, nem ali! Os altos salários – quando eu digo altos salários aqui é quem ganha, bem dizer, acima de R$50 mil... Vai cortar os altos salários? Não vai.

A taxa de juros diminuiu, a inflação está diminuindo, e você vai tirar de quem menos ganha, aqueles que dependem do salário mínimo. Nós estamos falando aqui de quem depende do salário mínimo. Quanto a aposentados e pensionistas, 80% dependem do salário mínimo, é o salário mínimo. Quando você diminui o aumento que eles tinham, de uma política que eu viajei o Brasil todo para construir... O Brasil todo! Busquei documentos, fiz reunião em todas as assembleias para fazer este debate avançar.

Bom, eu espero... Porque o Congresso é para ajustar. A Lei dos Autistas nasceu aqui. Se vem uma proposta que tem problema em relação aos idosos, aposentados e às pessoas com deficiência, nós temos obrigação de discutir, debater, fazer emenda, ajustar e melhorar, porque quem ganha com isso, naturalmente, é o povo brasileiro e os mais vulneráveis.

Devido a isso, eu faço este apelo para que haja um amplo debate sobre esse tema, mas, como eu havia me comprometido – estão me chamando para o Plenário –, eu vou, mas vou cumprir com o e-Cidadania aqui também, que é obrigação minha.

Eu vou deixar as perguntas e vocês respondem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E-Cidadania, perguntas.

Anna, de Pernambuco: "Quais os desafios enfrentados na implementação de iniciativas que promovam mobilidade segura para grupos neurodivergentes?";

Adriana, da Bahia. "Quais [são os] impactos [que] o projeto Amigos dos Autistas busca gerar na relação entre a segurança pública e a comunidade autista?";

Antonio, de Santa Catarina: "Pessoas que moram em bairros periféricos estão mais expostas a riscos no trânsito. Como vocês veem a atuação do Estado nessa realidade?";

Beatriz, de São Paulo: "Como garantir a mobilidade segura em contextos de grandes metrópoles com uma mancha urbana metropolitana extensa e alta demanda?";

Eduardo, da Bahia: "[...] o reconhecimento à mobilidade segura como um direito humano pode influenciar políticas públicas de transportes?";

Maria, do Rio Grande do Norte: "Quais medidas são pensadas para melhorar a sensibilidade nos transportes públicos para pessoas surdas e para deficiências visuais?";

Wanessa, do Acre: "Como o uso de aplicativos e tecnologias pode ser usado para promover a segurança no transporte público, especialmente em grupos vulneráveis?";

Esdras, do Ceará: "No que diz respeito à criação na faixa central para motociclistas, será incluso como projeto a ser implementado?";

Kelly, do Rio de Janeiro: "Há estudos que orientem a dinâmica dos sinais de trânsito de forma a permitir um dia a dia mais seguro para diferentes tipos de pedestres?";

E, por fim, um comentário, do Gabriel, de São Paulo: "É essencial o desenvolvimento de ciclovias e transporte público. Já é comprovado que tornam o trânsito mais seguro e rápido, até para carros".

Então, eu pediria para que vocês deixassem, depois pegam com o Secretário da Comissão, aqui o Cristiano, uma cópia... Pode deixar uma cópia com cada um, e vocês respondem. Combinem com ele, podem responder para ele, e ele encaminha via e-Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, antes de encerrar, só fazer este registro de um tema que me foi muito caro, pelo qual lutamos muito... Vocês sabem o que foi a tragédia do Rio Grande do Sul. Eu fiz o seguinte *tweet* que vou deixar registrado aqui:

> Fico feliz em saber que a Medida Provisória 1.278, de 2024, editada ainda pelo Presidente Lula e publicada hoje, destina R$6,5 bilhões para obras de proteção contra as cheias no Rio Grande do Sul. Essa medida está alinhada ao trabalho da Comissão Externa do Senado que acompanhou a tragédia climática, sob a minha Presidência. Essa vitória é de todos, dos Senadores, dos Deputados Federais, do Governo do estado, da União, do Presidente Lula e do Alckmin.

O Presidente teve uma operação, teve que fazer mais um ajuste, mas disseram ser uma questão de praxe, e já está na sala de recuperação.

Enfim, estamos todos unidos, tenho certeza – os autistas e todos aqueles que militam nessa causa –, pela reconstrução do Estado do Rio Grande do Sul. Com essa união de esforços, alcançaremos nossas conquistas.

Vida longa aos autistas, vida longa a vocês que lutam e estão caminhando no sentido de melhorar o trânsito em todo o país, para todos. E, com os autistas liderando, já fico feliz, porque sei que a causa é justa e mexe com as nossas almas, com os nossos corações e o amor à vida.

Uma salva de palmas a vocês.

Muito obrigado por entenderem. (*Palmas.*)

Está encerrada.

Eu vou para o Plenário votar.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 59ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Eduardo Girão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Zequinha Marinho, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Magno Malta, Romário, Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 34/2024 - CDH, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Finalidade: "Debater a Lei Maria da Penha e os aprimoramentos necessários para sua correta aplicação". Participantes: Senadora Leila Barros, Senadora Damares Alves, Regina Beatriz Tavares da Silva, Presidente Nacional da Associação de Direito de Família e das Sucessões - ADFAS/Nacional; Maria da Penha - participação por vídeo, Vídeo - Instituto Maria da Penha; Alexandre Paiva, Vítima de falsas denúncias; Rafaela Mitre, Defensora Pública - representante da Defensoria Pública do Distrito Federal; Otacílio Guimarães de Paula, Advogado; Carolina Siebra, Advogada; Mabel Portela, Presidente da Associação de Direito de Família e das Sucessões do Estado do Ceará - ADFAS/CEARÁ; Neyliane Onofre, Psicóloga, Logoterapeuta, especialista em Família e Casais; Bárbara Melo, Advogada representando Isabel Oliveira, familiar de vítima de falsa denúncia; Rade Plavsic, Vítima de falsa denúncia; e Anna Magalhães, Vice-Presidente da Associação de Direito de Família e das Sucessões do Estado do Ceará - ADFAS/CEARÁ. Resultado: Audiência Pública realizada. O Presidente concede a palavra ao seguinte orador da galeria: Aderbal D'Ávila, Advogado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/16

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 59ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 34, de 2024, da CDH, de autoria do Senador Eduardo Girão, para debater sobre a Lei Maria da Penha e os aprimoramentos necessários para o avanço na aplicação.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Informo a todos que a nossa audiência pública se inicia às 9h28, como está no painel, e termina ao meio-dia. Ao meio-dia os funcionários todos têm que almoçar e, consequentemente, nós também temos, e temos que ir para o Plenário às 2h, quando começa a sessão do Plenário.

Eu, como é de praxe, vou fazer a introdução do tema, como faço em todas as nossas reuniões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhoras e senhores, convidados, os que estão nos assistindo pela TV Senado, ouvindo pela Rádio Senado, e Agência Senado, em 2024 a Lei Maria da Penha completou 18 anos de existência. Sancionada em 2006, seu objetivo é combater a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo medidas para proteger as vítimas. Entre essas medidas estão a criação de juizados especiais de violência doméstica, a concessão de medidas protetivas de urgência e a garantia de assistência às vítimas.

Essa lei é uma homenagem à farmacêutica Maria da Penha. Se não me engano, fui informado agora, ela mandou um vídeo.

Passaremos, na abertura dos trabalhos, um vídeo da Maria da Penha, que sofreu uma tentativa de homicídio por parte de seu marido.

Sem dúvida, a Lei Maria da Penha é um marco divisório na defesa dos direitos das mulheres e dos direitos humanos. E nada mais do que esta Comissão... Ao Senador Girão, quando pediu, eu disse que sim, que a Lei Maria da Penha tem que ser discutida e, oxalá... Eu sempre digo que não tem lei perfeita; as leis podem ser aprimoradas exatamente na Comissão de Direitos Humanos.

A Lei Maria da Penha é considerada uma das três normas mais avançadas do mundo pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem). O *ranking* foi feito entre os 90 países que têm legislação sobre o tema do combate à violência contra a mulher.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça, desde que a Lei Maria da Penha foi criada o número de pedidos de medidas protetivas saltou de 1 em 2006 – até estranhei o número, mas é 1 mesmo – para mais de 391 em 2021. Veja a força da Lei Maria da Penha! Não é que nós estejamos contentes; nós temos que aprimorar sempre as leis, não é? Já em 2022, foram quase 191 mil! No entanto, é importante chamar a atenção para o fato de que a violência contra a mulher continua muito, muito forte no Brasil, e nós temos que lutar contra isso.

É por isso que eu tenho muito orgulho de citar aqui que foi criado, a partir do Rio Grande do Sul... E ele foi inclusive falar na ONU, o ex-Deputado Edegar Pretto, que criou uma frente parlamentar dos homens em defesa das mulheres, e eu sou o responsável aqui no Senado. Por isso é que, quando foi encaminhado esse pedido, eu não poderia deixar de atender não só o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimento... E eu o fiz com enorme satisfação, inclusive assumindo o compromisso de estar aqui na Presidência deste dia, ou senão não teria sentido eu ser o responsável pela frente parlamentar dos homens em defesa das mulheres e não presidir ou dialogar sobre um tema tão importante.

Os números oficiais do Disque 180, serviço do Governo Federal, são os seguintes: em 2021, foram 82.872 denúncias; em 2022, 87.794 denúncias; em 2023, foram 114.848 denúncias, com a Lei Maria da Penha. Calculem vocês se não tivesse ela. No primeiro semestre de 2024, as denúncias de violência contra a mulher ainda tiveram 36% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Conforme o 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a situação da mulher é preocupante. No ano de 2023, o número de estupros no país – de estupros! – cresceu 6,5% em relação a 2022. Ao todo foram 83.988 casos registrados, o que representa – no nosso país – um estupro a cada seis minutos no Brasil. Esse é o maior número da série histórica, que começou em 2011, e as principais vítimas são meninas negras de até 13 anos.

Destaque-se que 2023 foi o ano com o maior número de feminicídio desde 2015, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Foram 1.463 vítimas de feminicídio no ano passado, em todo o país, ou seja, 1,4 mulher é morta por cada grupo de 100 mil. Este ano, esse número é 1,6% maior que o registrado em 2022, quando foram 1.440 vítimas.

A violência contra a mulher assume diversas formas: física, psicológica, moral, sexual e econômica. As mulheres também enfrentam assédio e discriminação em ambientes de trabalho. Aqui eu dou um dado de minha total responsabilidade. Eu, desde que cheguei, sempre lutei por uma lei que garantisse o mesmo salário para homem e mulher. Mas este país é tão cruel, o seu poder econômico, lei aprovada, penas gravíssimas para quem não cumprir, e aumentou 1%. E as mulheres continuam no mercado de trabalho ganhando praticamente, em média... Nem vou falar em mulher negra ou branca, mas, em média, a metade do salário dos homens.

Isso é vergonhoso para o nosso país e nós temos que trabalhar com muita firmeza, todos nós, para que a lei seja cumprida. Não tem essa de lei que pega ou não pega. É uma política humanitária ou não é? Se é, tem que ser cumprida. É um absurdo que uma mulher – eu diria –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na mesma função, com a mesma produtividade, a mesma qualidade... Enfim, não perde nada para o homem, e por que ela tem que ganhar 60% em relação ao homem? E no caso da mulher negra é pior. Por isso é que eu falo, em média, que elas ganham, ainda hoje, neste país, 50% em relação ao desrespeito à mulher no mercado de trabalho.

Ainda diz aqui, conforme a própria construção coletiva desse documento... Não pensem que eu é que escrevo, porque eu mando uma equipe construir, olhar, buscar dados. Perfeito não é, outros poderão ser aperfeiçoados. Enfim, é em ambiente de trabalho onde elas são frequentemente subestimadas, subvalorizadas e ainda tem todo o ataque moral e sexual.

O país não pode mais se calar diante desse cenário de violência, ódio e opressão contra a mulher, um cenário de machismo, misoginia, preconceito, discriminação, de repulsa ao universo feminino. É assim que, infelizmente, grande parte das mulheres são tratadas. Os homens, ao contrário, devem ser aliados, parceiros, na luta feminista, eliminando todas as formas de discriminação e violência contra a mulher.

Quero registrar que o Senado lançou uma versão em braile... Cumprimento aqui a Senadora Zenaide Maia, que articulou uma audiência, inclusive aqui, eu não pude estar presente, mas nesta sala. Então, registro que o Senado lançou uma versão em braile do Guia Prático da Lei Maria da Penha, uma iniciativa da Procuradoria Especial da Mulher. Ela foi lançada originalmente em 2015, com o objetivo de difundir conhecimento – quero cumprimentar com muito carinho um funcionário do meu gabinete, o Luciano, que é deficiente visual e aparece no vídeo mostrando o quanto é importante essa lei em braile – sobre as inovações da Lei Maria da Penha, de 2006. A versão em braile visa garantir acessibilidade e inclusão para mulheres com deficiência visual no enfrentamento à violência. Por isso é que eu cumprimentei aqui o Luciano, que fez uma bela gravação, que está circulando em todo o Brasil, a pedido da Secretaria das Mulheres. A Zenaide Maia que é a nossa comandante lá, não é? É ela, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Da Procuradoria. Isso! Procuradoria das Mulheres, muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme a Senadora – ia falar o nome dela aqui e queria ter a certeza – Zenaide Maia, titular da Procuradoria, "a luta pelos direitos das mulheres e contra a violência de gênero é um chamado para toda a sociedade. A mudança [...] começa em cada um de nós", diz a nossa querida Senadora Zenaide Maia. Ela vai tentar entrar, inclusive, via videoconferência, como nós já alertamos de que há essa possibilidade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, eu queria lhe agradecer pela oportunidade de estar realizando esta sessão no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, da qual o senhor é Presidente.

Estamos na última semana aqui antes do recesso, e eu acredito que esse assunto é um assunto fundamental, não é? É indiscutível a necessidade de combatermos a violência doméstica. Isso aí é um ponto pacífico entre todos nós. A lei produz pontos muito positivos, mas tem deixado algumas brechas, e nós vamos ouvir aqui de pessoas de diversas regiões do país situações reais em que, eventualmente, pode-se estar causando injustiça, especialmente com relação às falsas denúncias.

Eu só gostaria de pedir ao senhor que uma das palestrantes, que é a Dra. Neyliane Onofre... Aliás, perdão, a Regina Beatriz Tavares da Silva, que é Presidente da Associação de Direito de Família e das Sucessões, vai ter uma sustentação oral daqui a pouco e pediu para inverter. Se ela puder ser a primeira, eu lhe agradeço, para que ela possa participar desta sessão, que eu considero histórica. É um momento importante do Senado de revisão, e o senhor foi muito feliz quando colocou que não existe lei perfeita, que pode precisar de aprimoramentos, de ajustes, e é para isso que a gente está aqui, para poder desenvolver esse trabalho com legisladores, ouvindo especialistas no assunto.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, vamos em frente.

Eu quero lembrar que a Senadora Leila do Vôlei disse que foi pega de surpresa, porque ela não tinha sido informada desta reunião. Eu falei com ela com o carinho que sempre tive, ela me entendeu e vai entrar por videoconferência, porque ela não se encontra aqui no Congresso hoje por motivo de força maior, mas ela fez questão de dizer que vai entrar por videoconferência, como também mulheres dos ministérios correspondentes entrarão por videoconferência.

Eu vou tentar intercalar sempre que for possível um homem e uma mulher, porque estamos discutindo a Lei Maria da Penha, mas, como eu disse antes, o compromisso é de nós homens também. Essa não é uma luta só das mulheres, eu diria que é das mulheres e dos homens. E eu diria até mais, é principalmente dos homens, porque o maior agressor contra a mulher é o homem, não é outra mulher que agride a mulher, não é? É um homem. Então teremos este cuidado de que as mulheres estejam intercaladas para elas falarem a partir do momento que cada um de nós falar.

Achei até de bom alvitre a iniciativa aqui da Dra. Regina, porque ela se propôs a iniciar. Abrimos com uma mulher, em seguida fala um homem, e depois vamos assim avançando. E podem ter toda a segurança, total... Aqueles que estão preocupados – e sabem que eu sou muito verdadeiro, viu? –, eu recebi até um requerimento, com a maior boa intenção, se não daria para trocar a audiência para um outro dia pela importância do tema. E eu digo que, pela importância do tema, com todo o carinho aos requerimentos que eu recebi aqui hoje pela manhã, eu não vou colocar, claro, os requerimentos em apreciação, e vamos realizar a audiência aqui num espírito total de solidariedade, de construir a justiça, de vida longa às mulheres, de vida longa aos homens, de vida longa às crianças, de vida longa às pessoas com deficiência, de vida longa à democracia, não é? Nós queremos isso.

Esta audiência pública que vai tratar do feminicídio foi uma decisão desta Presidência. O Presidente poderia ter dito não, mas o Presidente não disse não. Eu disse: "Esta nós vamos realizar!". Então, esta é a última audiência pública que eu presido como Presidente desta Comissão, porque, nem que eu queira, não serei mais nem daqui a dois anos, porque daqui a dois anos eu não serei mais candidato. Consequentemente, é com muito orgulho que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presido esta sessão e agradeço às Lideranças das mulheres aqui do nosso Senado, que me ligaram e disseram: "Não, Paim, nós vamos a distância, vamos tentar entrar por videoconferência, e, oxalá, a gente possa ainda fazer uma outra este ano desse tema. Se fizerem, não há problema nenhum, eu estarei aqui com enorme satisfação.

Mas sei que a Dra. Regina tem que sair, por isso vamos avançar.

Passo a palavra à Dra. Regina Beatriz Tavares da Silva, Presidente Nacional da Associação de Direito de Família e das Sucessões (ADFAS) nacional.

Dra. Regina, a palavra é sua.

Eu vou pedir para todos, são muitos convidados – entre aqueles que vão ser intercalados, homens e mulheres, dá mais do que dez convidados, com certeza absoluta, dá em torno de 12 – , e o máximo que eu vou dar para cada um são dez minutos. Quando chegar ao meio-dia, pessoal, eu sou obrigado a sair. Eu terei que sair e eu encerro a sessão. Falo franco para não dar nenhum "Mas por que não avisou antes?". Estou avisando. Os que têm entendimento de que o tempo deles de dez minutos é fundamental... Vamos dar tempo para que todos possam falar e, ao meio-dia, eu encerrarei a reunião.

Dra. Regina Beatriz Tavares da Silva.

A SRA. REGINA BEATRIZ TAVARES DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Exmo. Senador Paulo Nalim, me escutam?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para ajudar, doutora, estou escutando bem. É Paim. Isso. A senhora pronunciou certo, eu que ouvi mal aqui.

A SRA. REGINA BEATRIZ TAVARES DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Escutam bem, então.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. REGINA BEATRIZ TAVARES DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um prazer participar desta audiência pública. Cumprimento o senhor como Presidente da CDH e pela realização desta audiência.

Exmo. Senador Eduardo Girão, requerente desta audiência pública, sua iniciativa é de suma importância.

Bom dia a todos os presentes, componentes da mesa e participantes presenciais e *online*, que cumprimento na pessoa do Presidente desta audiência pública, Senador Paulo Paim, e na pessoa do Senador Eduardo Girão.

Senador Paulo Paim, a lei pegou, nas suas palavras. Claro que ainda é necessário que tenha maior divulgação e melhor aplicação, mas, efetivamente, é a lei mais conhecida no nosso país exatamente em razão da necessidade de proteção às mulheres. O problema está na sua aplicação, que precisa ser realizada com segurança jurídica. Para isso é necessária melhor redação da Lei Maria da Penha em alguns dispositivos.

Sou advogada familiarista há 44 anos e professora de direito de família pelo mesmo tempo, tendo participado de sugestões legislativas em vários projetos de lei, desde o Código Civil vigente até o Código de Processo Civil atual, entre outras normas e leis, tanto extraordinárias como de aperfeiçoamento do próprio Código Civil.

Presido, há 10 anos, a Adfas (Associação de Direito de Família e das Sucessões), que fundei exatamente com um dos objetivos sendo proteção às pessoas vulneráveis, proteção aos direitos da personalidade de quem é mais vulnerável, indiscutivelmente crianças, adolescentes e mulheres, na maior parte dos lares brasileiros, especialmente nas classes menos favorecidas. Mulheres sofrem violência doméstica, não há a menor dúvida.

Há muito tempo, antes mesmo da fundação da Adfas, isso há mais de dez anos, defendo que a Lei Maria da Penha tem muito valor no espírito da lei, exatamente porque a mulher precisa de proteção especial. Depois veio a Lei Henry, ainda bem, também para proteger crianças e adolescentes do gênero masculino.

Ocorre que, seja por falsa acusação de abuso sexual contra o pai da criança, seja por acusação caluniosa de maus-tratos físicos, morais, psíquicos, a simples palavra da mulher, em sendo convincente, principalmente numa delegacia especializada e com o posterior crivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

judicial, causa a concessão de medida protetiva de afastamento entre pais e filhos. E pode levar tanto a um afastamento justo como a um afastamento injusto, porque, como advogada há 44 anos, bem sei que nem sempre a palavra convincente corresponde à realidade.

O prolongamento do afastamento é de uma evidência solar, como advogada e, efetivamente, operadora do direito na advocacia, vejo isso constantemente, Exmo. Senador Paim.

Esse prolongamento causa algo que se chama "alienação parental", ou seja, a criança ou o adolescente passa a rejeitar o pai *sponte propria,* mas não é *sponte propria*. É porque lhe foram inseridas, incutidas memórias falsas sobre o pai além da denúncia falsa em delegacia de polícia, inclusive de abuso sexual, que pode ocorrer – e ocorre.

Essa medida de afastamento, para ser revogada, efetivamente, necessita de advogado especialista e de muita luta e muito trabalho quando ela é concedida. Inverte-se o ônus da prova, o que é até razoável. É até razoável a inversão do ônus da prova, mas eu falo da simples palavra convincente da mulher que leva à medida protetiva.

Então, o problema está na aplicação, o problema não está na lei. Mas, se a aplicação vem levando a casos gravíssimos de alienação parental, a lei precisa ser aperfeiçoada.

E aperfeiçoada de que modo? Com uma redação muito bem elaborada, que não desproteja as mulheres, mas obrigue indícios, exija indícios de prática de violência doméstica.

Se uma criança é abusada sexualmente pelo pai, obviamente existirão indícios, sejam físicos, sejam de testemunhas, sejam em vídeos, sejam em áudios. E isso precisa ser aprimorado.

Essa lei não pode ficar tão aberta para que a palavra da mulher, por si só, sirva para uma medida de afastamento, que pode ser prolongadíssimo entre um pai e um filho, porque vai-se instalar a alienação parental. E o filho vai acabar rejeitando o próprio pai. A recuperação da relação é dificílima.

Eu tenho casos no escritório em que a recuperação da relação demora anos, anos, porque, a depender do juiz, a depender do tribunal, a depender do pensamento do magistrado, nem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo com trabalho especializado se consegue revogar uma medida concedida injustificadamente por acusação caluniosa.

Aí surge o movimento engendrado, não sei se por maldade ou por falta de conhecimento da realidade dos fatos jurídicos. Quero crer que seja por falta de conhecimento da realidade dos fatos jurídicos, para fazer crer que mulheres que acusam os pais de abuso sexual ficam sempre, sempre, sempre sujeitas à perda da guarda dos filhos.

Há projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional pela revogação total de uma outra lei de extrema relevância, que é a Lei da Alienação Parental, uma lei que veio ao mundo jurídico para poder evitar o afastamento entre pais e filhos.

Antes dessa lei de combate à alienação parental, no ano de 2010, eu já advogava, e, Senador Paim, filhos voltaram a se aproximar do pai quando já tinham 30 anos de idade, tendo sido dele afastados com oito ou nove anos.

Depois da lei de combate à alienação parental, essa situação melhorou muito. Não podemos revogar essa lei.

Esse movimento que acho que só pode ser por falta de conhecimento da realidade dos fatos, para revogação da Lei da Alienação Parental, ou seja, para a quebra de um sistema de extrema relevância na ordem legislativa, é um movimento que chegou até mesmo aos foros internacionais, ou seja, à Corte de Direitos Humanos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A senhora tem um minuto.

A SRA. REGINA BEATRIZ TAVARES DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Foi feita a acusação de que a Lei da Alienação Parental é uma lei misógina. Não é. Mulheres também sofrem alienação parental. Vejo isso também na minha prática de advocatícia. Não é misógina.

Seja ou não a Lei da Alienação Parental baseada na doutrina de Richard Gardner, obviamente que o afastamento entre um pai e um filho prolongado leva à dificuldade de relacionamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminando: assim, a Adfas, em grupo de estudos composto por Kátia Boulos, Eduardo de Oliveira Leite, Verônica Cezar-Ferreira, que participa desta audiência, além de outros participantes, preocupa-se com os abusos praticados em utilização indevida da Lei Maria da Penha. E oferece seus trabalhos aos Exmos. Senadores legisladores para aperfeiçoamento também da Lei da Alienação Parental.

São várias as propostas. No entanto, uma em especial, nesta audiência pública, para terminar: o aperfeiçoamento dos textos legais da Lei Maria da Penha e da Lei da Alienação Parental...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRA. REGINA BEATRIZ TAVARES DA SILVA (*Por videoconferência*.) – ... com ampla divulgação à sociedade, exatamente para que a sociedade perceba e as mulheres percebam que não podem mal utilizar uma lei tão importante como a Lei Maria da Penha, acusando falsamente os pais de prática de violência doméstica, pelas mais diversas formas, porque acabarão banalizando a Lei Maria da Penha, como foi banalizada...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A senhora tem que concluir, porque eu tenho 14 oradores previstos.

Mas a senhora foi muito bem. Meus cumprimentos pela exposição.

A SRA. REGINA BEATRIZ TAVARES DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Pois não, Senador.

Apenas para terminar, um dado da realidade: Código do Consumidor, abusos em relação aos pedidos de indenização por dano moral.

O Código do Consumidor, na indenizabilidade do dano moral, acabou sendo banalizado não só em relações de consumo, mas em outras relações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado pela sua contribuição.

A SRA. REGINA BEATRIZ TAVARES DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada pela participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ficam aqui meus cumprimentos pelo equilíbrio, pela tranquilidade, falando, inclusive, da alienação parental, porque, de fato, está uma polêmica enorme no Congresso e fora dele.

Iniciamos bem em relação a este tema de discutir a lei. Qual é o problema? Alguns veem problema. Eu não vejo problema.

Eu quero que, agora, entre o vídeo da Maria da Penha.

Eu peço para que coloquem o vídeo e, neste tempo, eu já convoco para a mesa aqueles que são presenciais: Alexandre Paiva, vítima de denúncias, segundo ele, inverídicas – por favor, sente aqui –; Rafaela Mitre, Defensora Pública, representante da Defensoria Pública do DF; Otacílio Guimarães de Paula, advogado; Mabel Portela, Presidente da Associação de Direitos de Família e das Sucessões do Estado do Ceará.

Como eu havia me comprometido, as mulheres participarão deste debate. Falou uma mulher, falará uma outra mulher agora, Maria da Penha, temos outra mulher aqui na mesa, e outras mulheres entrarão por videoconferência.

Peço que coloquem o vídeo da Maria da Penha.

A SRA. MARIA DA PENHA - PARTICIPAÇÃO POR VÍDEO (*Por vídeo*.) – Bom dia a todas as pessoas que estão fazendo parte da audiência pública sobre a Lei Maria da Penha e os aprimoramentos necessários para sua correta aplicação, organizada pela Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Infelizmente, não consegui estar presente, mas gravei este vídeo.

Em sete de agosto de 2006, numa segunda-feira, a Lei 11.340 foi sancionada, e eu, Maria da Penha Maia Fernandes, estava celebrando esse momento histórico.

Naquele momento, eu pensava na minha luta e na de tantas mulheres que foram vítimas de feminicídios ou ficavam sequeladas definitivamente como eu.

Eu também pensei nos órfãos, que são as vítimas invisíveis da violência doméstica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daquele momento para os dias atuais, já se passaram 18 anos. Há 18 anos, a lei, que foi batizada com meu nome, resultante da minha história, que foi transformada em uma bandeira de luta, foi sancionada e traz descrito, no seu art. 1º, o grande desafio de criar mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Ocorre que não é apenas "criar mecanismos", mas uma criação eficiente que garanta uma aplicabilidade da lei sem brechas, sem tolerâncias, sem impunidades e sem negligências.

Em 18 anos de existência e em meio a grandes desafios para seu reconhecimento, eficácia e consolidação, a Lei Maria da Penha enfrenta, desde a sua criação, a constrangedora realidade dos altos índices de violência contra a mulher, que persistem por diversos fatores.

Contudo, eu quero aqui destacar não os mais importantes, mas, em razão da persistência, os que considero mais graves: a arraigada mentalidade da naturalização da cultura da violência doméstica contra a mulher no nosso país; e a precariedade da infraestrutura da política pública, que gera a sua ineficiência no trato das garantias dos direitos humanos para as mulheres.

Na minha concepção, esses são os fatores mais graves, pois revitimizam com mecanismos que promovem vulnerabilidades, mantendo as mulheres em situação de subordinação social.

Destaco ainda que a falta de capilaridade dos equipamentos que atendem a lei é um grande entrave na sua correta aplicação.

Nesse sentido, gostaria de deixar aqui registrada uma das principais bandeiras de luta do meu instituto, que se refere à implementação de, como ocorre com o Conselho Tutelar, um centro de referência da mulher em todos os municípios, dentro da unidade de saúde, o único local disponível a que a mulher recorre para cuidar dos seus ferimentos do corpo e da alma.

Esses centros de referência, constituídos por profissionais das áreas jurídica, social e de saúde, orientariam a mulher vítima que, repetidamente, se socorre no posto de saúde. Seria acolhida e esclarecida sobre o direito que ela tem de viver, junto com seus filhos, uma vida sem violência doméstica. E não apenas isso. Ao ser conhecedora dos seus direitos, esse equipamento a conduziria, através de um transporte próprio, para uma macrorregião onde existam Casa Abrigo, delegacia da mulher, escola para os seus filhos e local para ela ser capacitada para uma atividade econômica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não restam dúvidas de que é necessário também mais compromisso por parte de toda a sociedade e, fundamentalmente, do poder público para uma geração de meninas e meninos.

Convém lembrar que as vítimas invisíveis da violência doméstica, que são os órfãos, no mínimo, já têm 18 anos que perderam a sua mãe, no ano em que a lei foi sancionada, mas não tenho conhecimento do apoio dado a esses órfãos, ou seja, continuam fazendo parte do universo das vítimas invisíveis da violência doméstica.

Precisamos dar uma assistência psicossocial e investir no desenvolvimento da geração dos filhos da lei, com a garantia de condições dignas de qualidade de vida, exercício pleno da cidadania e livre acesso à Justiça através do Estado democrático de direito.

Mesmo diante dos grandes desafios, eu acredito na força da integração das competências de todas e todos os profissionais que atuam em defesa dos direitos humanos das mulheres, para que tenham uma vida sem violência.

Acredito no fim do feminicídio e continuarei a unir força com quem acredita. Lutarei com quem luta.

Espero e conto com todos e todas vocês.

Que possamos avançar por mais 18 anos por uma vida sem violência!

Um grande abraço, e obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A lei leva o seu nome, e ela mostrou aqui também as suas preocupações com a luta permanente da causa que é da vida dela: a defesa das mulheres.

Tenho muito orgulho de dizer que eu participei da votação dessa lei.

Já falaram duas mulheres, de forma muito tranquila e equilibrada. Eu sei que esse é o eixo deste debate.

Espero que o espírito do Natal, o espírito da solidariedade, do início do ano, do ano novo, da vida nova prevaleça neste debate aqui, porque nós estamos tratando de vidas. E todo carinho, todo respeito neste fim de ano é fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, já cumprimento as duas primeiras pela forma tranquila, solidária como falaram de um tema que é tão importante para toda a humanidade – não só no Brasil, mas no planeta.

Então, agora eu passo a palavra ao Sr. Alexandre Paiva, vítima, segundo ele, de denúncia infundada.

O SR. ALEXANDRE PAIVA (Para expor.) – Bom dia a todos; bom dia, Senador Paim. Muito obrigado pelo convite. Senador Eduardo Girão, muito obrigado pela proposição tão importante desta Comissão, que, como bem disse o Senador Paim, é histórica.

Inclusive, fico muito feliz em saber que hoje participo da última Comissão em que o Presidente aqui está à frente dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não é só este ano (*Fora do microfone.*), é a última de uma vida de 40 anos de Congresso, porque não pode se repetir. Eu tenho mais dois anos ainda, somente, mas não posso assumir a Presidência.

Agradeço a deferência.

O SR. ALEXANDRE PAIVA – Parabéns pelo trabalho. Apesar de divergências ideológicas que talvez possamos ter, eu respeito o trabalho do amigo e também o do Senador Eduardo Girão.

Eu quero iniciar aqui, como o amigo disse, sob o espírito natalino. Eu queria até aproveitar e pedir um celular de presente, se alguém puder me dar, porque sábado, Senador, eu tive o celular apreendido, em um evento que eu participava lá no Rio de Janeiro, pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, a pedido do Ministério Público do Ceará. Senador Girão, gostaria muito, depois, de conversar com o senhor sobre a legalidade dessa ação, na qual eu fui constrangido publicamente, tive o meu celular apreendido a pedido de D. Maria da Penha Maia Fernandes, pessoa física – não estamos falando agora da lei, estamos falando da pessoa física. D. Maria da Penha Maia Fernandes pediu para o Ministério Público do Ceará, para o Poder Judiciário do Ceará pegar o meu celular. Conseguiram, entreguei, na maior tranquilidade. Inclusive, deixo aqui público que eu inclusive entreguei a senha, porque quem não deve não teme, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acusações infundadas... Já sou vítima, sim, de falsas denúncias na minha vida pessoal. Agradeço, inclusive, a menção que o senhor faz: "segundo ele". É importante isso realmente, porque ninguém é obrigado a acreditar em mim, assim como ninguém é obrigado a acreditar na mulher quando ela fala que ela é vítima de violência doméstica. Na minha opinião, a palavra da mulher não tem mais peso do que a minha. Quando eu falo que eu sou vítima de falsas denúncias e quando uma mulher fala que é vítima de violência doméstica, eu quero crer que nós tenhamos o mesmo peso, o mesmo respeito de toda a sociedade e também do poder público, porque eu estou há seis anos incompletos, mais de cinco anos afastado das minhas duas filhas, únicas filhas – pai de duas mulheres, olhem só, Yasmin e Rafaela. Quero deixar aqui registrado: seu pai ama muito vocês, filhas. É por vocês, tá? Talvez vocês não tenham ainda noção da complexidade do que o pai de vocês está fazendo, os riscos que o pai de vocês está correndo, mas alguém tinha que fazer isso, Senador, porque hoje nós vivemos uma epidemia de falsas denúncias no Brasil.

Quando eu comecei a falar sobre esse tema, quando eu fui pego de supetão, eu achei que era só eu, sozinho, lá dentro de casa, e comecei, decidi falar na internet, e a mensagem que eu mais escutei é: "está acontecendo comigo", "está acontecendo comigo", "está acontecendo comigo". Eu percebi que era muito, muito fundo o buraco do problema.

De lá para cá, iniciando esse trabalho nas redes sociais, tivemos muitas pessoas que se aproximaram, muitas pessoas que, infelizmente, não entendem a problemática do que nós vivemos e nos rotulam automaticamente de pessoas que têm ódio de mulher. Como bem diz o Senador, nenhuma lei deveria ser inquestionável, mas nós temos uma lei no Brasil, hoje, a Lei 11.340, de 2006, que se tornou inquestionável, porque, se você questiona, você automaticamente é taxado de agressor de mulheres. Eu acho isso tremendamente injusto – tremendamente injusto.

E, depois que comecei a me ver vítima... E eu me coloco aqui como vítima, não gosto dessa posição. Hoje em dia, muitas pessoas querem a posição de vítima, é confortável, e eu até acredito que as vítimas maiores são as minhas duas filhas, Yasmin e Rafaela. Mas, quando me vi também nesse problema, eu decidi agir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu questionei, comecei a questionar o instrumento que ela utilizou para me afastar das minhas filhas. E eu estou bem tranquilo, infelizmente é um processo que está em segredo de justiça, mas, por mim, seria aberto, escancarado, eu traria aqui e colocaria na tela para todos verem o que eu estou afirmando publicamente. Não tenho medo, venho até o Senado Federal para falar: sou vítima de falsas denúncias e de medidas protetivas que são subsequentes, eu estou na quarta. Por quê? Porque sim, porque ela quer.

Fiquei sabendo que tem um caso que, inclusive, o Dr. Adherbal, que me acompanha, trouxe de uma mulher, uma única mulher, que pediu mais de 56 medidas protetivas de homens diferentes. Espera aí, ninguém questiona isso? Uma única mulher. Será que os homens são todos ruins? Será que ela se relaciona com homens ruins? Será que a lei não está sendo um instrumento para ela dar golpe nesses homens? Tomar bens, tomar os filhos? Será que não? Eu não estou afirmando nada, mas por que eu não posso pedir para que isso seja investigado?

Quando eu toco no tema, dizem: "Isso aí é caso isolado". Senador, dizem o seguinte: "Isso é caso isolado, não acontece". Eu fiz um teste e peço que todos façam: vá ao ChatGPT e pesquise ali os dados de falsas acusações no Brasil. O ChatGPT trouxe sabe o quê? Os dados da violência contra a mulher. Aí eu repeti a pergunta: "Robozinho, não, acho que você se equivocou. É outra coisa, eu estou falando sobre falsa denúncia". Ele demorou um pouquinho, eu acho que eu "buguei" a cabeça do robô: "É, não temos dados disponíveis sobre a problemática no Brasil". Não existem dados sobre este problema no Brasil.

O senhor trouxe alguns dados e aqui eu nem vou questioná-los, o senhor tem uma equipe, com certeza, muito gabaritada e quem sou eu para questionar, mas essa equipe deveria também se debruçar, Senador, sobre essa questão, para que o ChatGPT e nós todos tenhamos essas informações, para que isso deixe de ser visto como casos isolados.

Eu trabalho na minha rede social, eu tenho um destaque que eu fiz, durante o ano de 2023 todo, que eu chamo de "casos isolados", casos de mulheres agredindo homens. Violência doméstica é um problema crônico no país, inclusive contra os homens – contra os homens, pasmem! As mulheres hoje estão se sentindo empoderadas, então elas podem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu canso de receber notícias de homens que dizem: "Olha, eu não vou à delegacia para depor, porque eu vou passar vergonha, vão falar: 'Você é um idiota, você apanha de mulher? Que homem é você que apanha de mulher?'", então ele não vai.

Eu fiz um teste, inclusive, e peço que vocês façam: na Polícia Civil de Minas Gerais, no campo de violência doméstica... Senador, peço que a equipe do senhor também faça esse teste. Quando se entra lá para fazer uma denúncia virtual, o homem não pode fazer, ele clica lá no campo "violência doméstica": este campo é somente para mulheres, mulheres trans, idosos, crianças, enfim, todos, menos o homem, podem fazer denúncia doméstica virtualmente.

Então, se ele não puder fazer virtualmente e se ele for presencialmente fazer e for ridicularizado, está aí a receita para que isso se torne sempre casos isolados, mas tem uma imensidão de homens sofrendo violência doméstica dentro de casa, sim. Sim, isso existe, infelizmente é um problema crônico, que tem que ser visto.

Quero crer que esta Comissão seja, sim, um marco histórico para que isso seja também verificado, porque violência doméstica tem que ser combatida, sim, mas contra todas as pessoas que são vítimas desse mal. Violência doméstica é grave.

Eu fiz uma pesquisa, em um dos meus vídeos no YouTube, em que eu mostro que, mesmo dentro de casa, quem mais perde a vida são os homens. Mesmo dentro de casa, quem perde a vida são os homens.

O Senador trouxe o dado, não sei de qual ano, do feminicídio, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, do feminicídio.

O SR. ALEXANDRE PAIVA – Mil trezentas e alguma coisa, se não me engano, se não me falha a memória, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os dados estão num pronunciamento...

O SR. ALEXANDRE PAIVA – Eu fiz esse levantamento. No mesmo ano...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixo cópia do meu pronunciamento, que é público.

O SR. ALEXANDRE PAIVA – Sim, perfeito.

No mesmo ano dessa pesquisa, foram mais de 5 mil homens que perderam a vida dentro de casa. "Ah, não, mas espera aí, tem outras coisas, pode ser outra coisa". Só que, quando é mulher, automaticamente é feminicídio.

Espera lá. Espera lá.

Aí eu fui mais a fundo nessa pesquisa no Datasus. Pesquisem, no Datasus, os números da violência no âmbito doméstico com relação a homens e mulheres. Aí eu fiz uma pesquisa um pouco mais aprofundada sobre os casais. Vamos pegar casais, pessoas casadas, homens casados e mulheres casadas.

Se não me engano, deu 200 mulheres casadas que perderam a vida dentro de casa neste ano e 600 homens, era mais de cinco para um, entre homens casados que perderam a vida dentro de casa e mulheres casadas que perderam a vida dentro de casa. E não acreditem em mim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para ajudar o seu raciocínio...

O SR. ALEXANDRE PAIVA – Claro, Senador, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... porque quem está lá está ouvindo. E, assim, num primeiro momento, soa como um absurdo.

O SR. ALEXANDRE PAIVA – Eu tenho certeza disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Soa como um absurdo. Por que absurdo? Quer dizer, a forma como V. Exa. colocou – eu vou te dar a palavra de volta...

O SR. ALEXANDRE PAIVA – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... dá a impressão de que não há feminicídio na quantidade da realidade dos fatos, mas que as mulheres estão matando os homens. É isso?

O SR. ALEXANDRE PAIVA – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós estamos falando de quem mata quem.

O SR. ALEXANDRE PAIVA – Sim.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todos os dados mostram o número alarmante de mulheres que são assassinadas pelo seu companheiro. Na maioria dos casos, em 90%, é companheiro dela, o homem que a matou. E você diz – um número que eu considero, na minha visão...

O SR. ALEXANDRE PAIVA – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... naturalmente, absurdo – que seria o contrário, que as mulheres estão matando os homens.

Tem uma senhora ali que é terceirizada... Ela quase chorou quando eu olhei para ela. Ela fazia assim... (*Risos.*)

Mas V. Sa. tem...

O SR. ALEXANDRE PAIVA – Perfeito, Senador. Não, eu compreendo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu acho que não é bem isso que o senhor quis dizer. Eu entendo isso.

O SR. ALEXANDRE PAIVA – Senador, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE PAIVA – É. E eu afirmo que, na minha opinião, feminicídio não existe. Eu já falei isso na minha rede social, eu sou criticado.

Por que eu digo isso? Eu explico, Senador, se o senhor me permite.

Se você for ler, no texto frio da lei, o que é feminicídio...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE PAIVA – ... é um homem tirar a vida de uma mulher por conta de ela ser mulher. Isso está no texto da lei.

Eu conversei com policiais, com um senhor de 85 anos. Eu perguntei: alguma vez pegou um caso em que o homem matou a mulher porque ela é mulher? Ele falou: "Nunca, nunca vi isso".

Então, o texto da lei está mal escrito, como foi dito pela que me antecedeu, porque, para mim, não existem homens que matam mulheres por serem mulheres simplesmente. Assim como também acho que não existem mulheres que matam homens por serem homens. São problemas que existem: brigas, discussões, questão de disputa financeira, disputa pelos filhos, que virou uma briga, uma guerra, uma guerra interminável que afasta o pai de um filho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE PAIVA – Eu peço só um minutinho para concluir, Senador.

O que eu tinha para passar é isso. É polêmico, sim. E eu canso de ouvir na minha rede social: "Paiva, eu te odiei quando eu comecei a te seguir. E aí me chamou a atenção, eu fui pesquisar, e você tem razão".

Então eu peço para vocês: me odeiem, mas depois pesquisem sobre o que eu estou falando. E me desmintam. Eu quero que vocês me desmintam. Até hoje ninguém conseguiu, Senador.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu agradeço a V. Sa., e me comprometo... (*Palmas.*) ... a passar um documento para V. Sa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou pedir para a assessoria da Casa para que faça um documento e passe para V. Sa., baseado, inclusive, no meu discurso.

O SR. ALEXANDRE PAIVA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que tirem do meu discurso, passem para V. Sa. Quem sabe esta audiência pública... Eu sempre digo que insistir numa tese é válido, mas insistir depois de comprovado que foi um equívoco não dá para aceitar, não é? Então, eu vou lhe dar todos os dados e todas as informações, o senhor analisa, e depois a gente conversa, correto?

O SR. ALEXANDRE PAIVA (*Fora do microfone.*) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos lá, então.

Foi bem, deu o seu ponto de vista, e é legítimo, embora haja uma discordância total de minha parte.

Passamos a palavra, agora – na linha de um homem e uma mulher –, para a D. Regina Beatriz Tavares da Silva. (*Pausa.*)

Ah, foi ela que falou. Está bom.

Então, agora é a Advogada Carolina... Ou preferem outra? Para vocês tanto faz?

A SRA. RAFAELA MITRE (*Fora do microfone.*) – O meu nome é Rafaela. (*Pausa.*)

Então, vamos para os presenciais.

Passamos a palavra para Rafaela Mitre, Defensora Pública, representante da Defensoria Pública do DF, pelo tempo de dez minutos, por favor.

A SRA. RAFAELA MITRE (Para expor.) – Bom dia a todos.

Primeiramente, gostaria de cumprimentar a mesa e todos aqui presentes, na pessoa do Senador Paulo Paim, Presidente, e também do Senador Eduardo, que foi o autor do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apresentando-me primeiramente, eu sou a Rafaela e estou como Coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres da Defensoria Pública. Então, hoje aqui a minha fala tem ligação com essa função que eu exerço, com o meu trabalho em defesa de mulheres que estão em situação de violência de gênero e, principalmente, de mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Também me permita discordar, Sr. Alexandre, porque os dados nos mostram que o cenário que a gente tem hoje no Brasil é um cenário extremamente violento com mulheres. O Brasil é o quinto país que mais mata mulheres. Em 2022, mais de 60% das notificações de violência contra mulheres foi de violência doméstica e familiar. E, em 86% dos casos, os autores da violência foram homens. Então, são dados que nós não podemos negar, são dados que existem. E isso está ligado... Quando a gente fala na lei que se mata por ela ser mulher; sim, é porque ela é mulher, porque a gente tem questões de gênero relacionadas a essa morte, temos questões de dominação de homens em uma sociedade em que eles se sentem donos de corpos de mulheres. Mulheres na mesma situação que homens são julgadas... Nós vemos que, estando numa mesma situação uma mulher e um homem, a mulher é julgada de uma forma diferente; nós vemos que desde crianças as mulheres são estimuladas ao cuidado, ao trabalho com a casa. Então, nós temos todo esse cenário em que mulheres não estão seguras em suas próprias residências.

Essa mesma pesquisa, que foi uma pesquisa do Ipec, a qual também posso disponibilizar, fala que os homens, em sua maioria, morrem em vias públicas, em estradas, e mulheres morrem em casa. Então, a mulher não está segura no seu próprio lar. Um lugar que seria de acolhimento, de proteção; nesse local ela não está segura, e isso nós podemos ver na prática da nossa sociedade.

E a Lei Maria da Penha, nesse contexto, é uma legislação bastante importante para a proteção da mulher e que de fato precisa ser aprimorada, como já vem sendo; precisa ser melhorada tanto na sua interpretação como na sua previsão, mas no sentido de que a gente precisa proteger as nossas mulheres. As mulheres ainda não estão seguras. Mesmo com toda a nossa legislação, as mulheres não estão seguras; a sociedade ainda não está educada na proteção dos direitos da mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu falo também de leis, como, por exemplo, a de 2023, que veio falar sobre as medidas protetivas de urgência, prevendo que a medida protetiva de urgência deve vigorar enquanto persistir a situação de risco. E é isso mesmo, ela tem que vigorar. Não tem prazo, a medida protetiva deve vigorar enquanto existir a situação de risco.

Também tem que ser desvinculada de procedimentos, porque a questão da violência doméstica nem sempre é um crime, nem sempre o ato de violência vai configurar um crime. Então, enquanto existir um ato de violência, mesmo que não seja um crime – não pode estar vinculada a um procedimento penal, não pode estar vinculada a um inquérito policial –, tem que vigorar enquanto existir a situação de risco.

Temos também a instituição do auxílio-aluguel, que vem proteger essas mulheres que estão em situação de vulnerabilidade econômica e social e, na rotina da Defensoria Pública, nós visualizamos, na prática, a importância dessas medidas de proteção, principalmente quando a gente fala de mulheres negras e de mulheres de baixa renda, que são as mulheres que sofrem violências mais letais. A gente não pode se esquecer da interseccionalidade.

Então, aqui no Distrito Federal, foi feita uma pesquisa, em 2016 e 2017, e mais de 70% das mulheres que foram vítimas de feminicídio eram mulheres negras. São dados bastante importantes que devem servir de guia para nossas políticas públicas.

E aqui também queria ressaltar esse papel da Defensoria Pública na defesa das mulheres e pedir para que a Defensoria Pública seja estruturada.

Pela nossa experiência aqui no Distrito Federal, a Defensoria Pública do Distrito Federal vem estruturando serviços em prol de mulheres em situações de violência doméstica e familiar. E a luta não é contra homens, a luta é para proteger as mulheres, proteger a vida das mulheres; não é homens contra mulheres, são todos para preservar e proteger mulheres que estão em situação de violência.

E, aqui, na Defensoria, gostaria de ressaltar alguns projetos que nós temos, que considero bastante importantes. Seria muito bom que todas as defensorias públicas fossem estruturadas para fornecer serviços semelhantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui nós temos uma atuação em educação em direitos. Então temos carretas da Defensoria que fazem atendimento itinerante nas comunidades. Sabemos que esses locais têm dificuldade de acessar serviços públicos e de acessar o sistema de justiça. Então, há a importância de fortalecer, de fazer a educação em direitos nessas comunidades, com líderes comunitários...

Este final de semana eu estava no Sol Nascente, e lá tem um coletivo de mulheres que estava interessado na temática, porque se notou que ali, entre as mulheres atendidas do Sol Nascente, tem muitos casos de violência doméstica familiar. Então, essas líderes comunitárias pediram que a Defensoria fosse lá para explicar para elas o que elas podem fazer. Nós fomos e falamos com elas. É extremamente importante esse tipo de ação, porque são essas pessoas que estão lá na ponta que vão fortalecer essa rede de proteção.

Então, na Defensoria Pública, a gente fala muito de educação em direitos.

Agora temos um projeto de educação nas escolas. Vai uma carreta da Defensoria Pública para dentro das escolas, para orientar os alunos, fornecer serviços ali para os pais dos alunos, fornecer orientação jurídica...

Temos também o Dia da Mulher, que é realizado toda primeira segunda-feira de cada mês. Gostaria de divulgar esse serviço, que é um serviço bastante importante na vida de mulheres que estão em situação de vulnerabilidade. Nesse dia, a Defensoria Pública do DF, com instituições parceiras, tanto públicas como privadas, oferta diversos serviços em rede para mulheres que estão em situação de vulnerabilidade. Então, nesse dia, fazemos exames de colo do útero, mamografia, corte de cabelo, orientação jurídica, conseguimos fazer o ajuizamento imediato de ações de direitos de família. E até sobre isso gostaria de ressaltar que a gente vê, na Defensoria, que a maioria dos casos das ações de família de guarda de alimento são ajuizados por mulheres, por mães que exercem os cuidados de seu filho – isso é inegável, são dados da Justiça, são mulheres que são autoras de pedidos de alimentos e de guarda porque precisam ali sustentar suas crianças.

Gostaria de ressaltar o papel da Defensoria Pública nessa luta e a necessidade de que a gente tenha uma Defensoria Pública estruturada para promover esses serviços em favor de mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao Dia da Mulher, já foram 18 edições, com mais de 27 mil atendimentos, em que a gente atua para oferecer esse serviço em rede, que é justamente o que a Lei Maria da Penha diz: que o nosso trabalho tem que ser em rede e tem que contar com o Estado, com a sociedade, com as líderes comunitárias, com a saúde, com a educação, porque é um problema sistêmico, é um problema complexo, que precisa envolver toda a sociedade para conseguir garantir esses direitos.

E de novo eu renovo: o trabalho não é contra o homem, o trabalho é em favor da mulher, é para proteger essas mulheres, principalmente as mulheres que estão em situação de vulnerabilidade. E, quando falo de vulnerabilidade, a vulnerabilidade realmente às vezes é só por ela ser uma mulher, porque ela já é vista pela sociedade como uma pessoa ali que está a serviço da casa, das crianças, do lar, ou que não é dona do seu próprio corpo.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade, o convite para falar um pouquinho sobre a Defensoria, sobre esse trabalho.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Meus cumprimentos, viu? As minhas palmas é porque eu estou concordando 100% com ela. Então, não tem como eu não me manifestar. É como se eu fosse um Presidente que não tem lado, e eu tenho um lado. E o meu lado... Inclusive, eu quero... Eu vou estar presente.

E me remeteram aqui agora: A Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher convida a todos à apresentação do relatório – quero inclusive convidá-lo para estar presente, se puder – de atividades da Comissão e encerramento dos trabalhos, no dia 18 de dezembro, 14h30, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário 7, aqui do Senado Federal.

Meus cumprimentos à Dra. Rafaela pela sua exposição brilhante, como sempre. Eu sempre digo que tem que dar espaço para todos expressarem o seu ponto de vista, e eu diria que principalmente às mulheres.

Lamento que tenha tão poucas mulheres no Senado e na Câmara. Se tivéssemos mais mulheres no Senado e na Câmara, com certeza este país seria muito diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa., na sua fala, mostrou tanta fibra, garra, coerência, conhecimento da vida e da luta em defesa das mulheres. Aceite o meu abraço respeitoso e carinhoso. (*Pausa.*)

Está bem. Eu vou agora...

Depois eu vou ler os outros documentos que me chegaram aqui, que são bem interessantes, inclusive que as mulheres e os homens estão propondo um debate no Plenário do Senado, ao qual todos serão convidados, mas será liderado pelas mulheres, e eu vou estar presidindo. É uma iniciativa das mulheres.

Passo agora a palavra ao Sr. Otacílio Guimarães de Paula, Advogado, que tem também o tempo de dez minutos.

Já lhe agradeço mais uma vez, Rafaela – permita-me que eu diga Dra. Rafaela –, pois você usou oito minutos e colaborou para que todos tenham direito ao seu tempo.

Por favor, Dr. Otacílio Guimarães de Paula.

O SR. OTACÍLIO GUIMARÃES DE PAULA (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, na pessoa de quem eu gostaria de cumprimentar todos da mesa. Eu gostaria de cumprimentar o Senador Eduardo Girão, que também nos fez o convite para podermos estar hoje nesta oportunidade, em um debate tão importante para a nossa sociedade.

Para quem não me conhece, eu me chamo Otacílio Guimarães de Paula. Eu sou advogado do ex-marido da Maria da Penha, Marco Antonio Heredia Viveros. Estou há pelo menos uns três anos tentando ter acesso a provas de um processo que deu origem à Lei Maria da Penha.

Senador Paulo Paim, se o senhor quiser entender, a Justiça está impedindo que um cidadão, homem, consiga ter acesso a provas para reaver e rever um processo em que ele foi injustamente condenado. Maria da Penha é vítima de um fato, assim como o ex-marido dela. E nós estamos levando à Justiça elementos de provas para podermos demonstrar que houve um erro judicial. E mais, estamos com ações judiciais, e o Poder Judiciário do Ceará está impedindo que nós possamos produzir provas. Isso chega ao cúmulo, ao ponto de uma diligência defensiva deste advogado, na comarca de Fortaleza, ter gerado, inclusive, medidas protetivas contra cidadãos brasileiros, só porque se estava tentando provar a inocência de um homem. O fato de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a D. Maria da Penha ser vítima de um crime que a lesionou, que a deixou na cadeira de rodas, não tem nada a ver com a Lei 11.340, que foi criada pelo Congresso exatamente para proteger mulheres vulneráveis.

E eu ouvi aqui hoje, Sr. Senador, vários pontos, inclusive de V. Exa., com relação, por exemplo, à alienação parental e sobre o feminicídio. Observem este ponto de vista: toda lei tem que ser genérica, não pode ser específica e credibilizar só uma pessoa à fé pública. Hoje a única fé pública... Eu sou ex-policial e, como funcionário público, hoje eu vejo que a fé pública de todos os funcionários públicos é relativizada, mas a palavra da mulher na Lei Maria da Penha hoje é plena, e isso é um perigo. Por que é um perigo? Porque ela gera... O que aconteceu? Nós vimos acontecerem várias situações de uma mulher chegar e fazer 56 falsas acusações e gerar consequências para as pessoas. E não é só para o homem, essa é a questão. Quando faz essa falsa acusação, ela afeta mulheres – irmãs, mães, avós – e as crianças também, filhos do casal.

Eu estava vendo aqui hoje que existe um projeto de lei de alienação parental, para revogar a lei de alienação parental.

Mas vamos voltar um pouquinho aqui com relação ao feminicídio. A lei diz que matar alguém é crime. Quando você tem uma qualificadora, se a pessoa mata com algum motivo fútil, a lei já diz que tem que se aumentar a pena. Agora, criou-se o feminicídio e a pena foi muito, muito exacerbada só pelo fato de a vítima ser mulher. Agora, vamos pensar um pouquinho? Matar uma criança, menino de dois anos de idade... Se o pai mata um menino de dois anos de idade, ele merece uma pena menor do que se ele matar a esposa dele? Vamos parar para pensar nisso? É o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para ajudar o senhor no seu raciocínio, não tem que matar ninguém.

O SR. OTACÍLIO GUIMARÃES DE PAULA – Não, não tem que matar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Matou a mulher ou matou o filho, tem que botar na cadeia e acabou.

O SR. OTACÍLIO GUIMARÃES DE PAULA – Exatamente, mas o problema não é esse, Senador. O problema é quando você...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu dou o seu argumento só para ajudar quem está nos ouvindo. Eu tenho certeza de que o senhor pensa como eu.

O SR. OTACÍLIO GUIMARÃES DE PAULA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Matar a mulher ou matar o filho, mete na cadeia com os outros bandidos.

O SR. OTACÍLIO GUIMARÃES DE PAULA – Quem matar alguém tem que ser punido, exceto... tem umas exceções legais, mas o problema é, por causa do gênero, a mulher, por ser mulher, a pena daquela pessoa ser muito maior do que a de matar outra. Porque o que interessa? A vítima, quem é a vítima no caso? A vítima pode ser uma criança, pode ser uma mulher, pode ser um idoso, pode ser um deficiente mental. A pena tem que ser igual. O problema é quando se pega a lei e coloca na lei um requisito em que você privilegia apenas um espectro, só por ela ser mulher. Isso está errado, tem que ser revisto. O que várias pessoas estão dizendo é exatamente isso. E quer ver uma coisa que é muito interessante? Eu estava analisando a Lei da Alienação Parental. Quando ela foi criada... Inclusive, no projeto que está tentando anular essa Lei da Alienação Parental, ela começa assim, a justificação das Senadoras que iniciaram isso aí. O que disse o Congresso para a criação da lei de alienação? O objetivo das palavras do propositor era inibir a alienação parental, e os atos que dificultem o efetivo convívio entre a criança e os genitores. Olha que perfeição essa lei! Criança, menino, menina, e os genitores, mãe e pai. Por quê? Porque a lei de alienação parental não é feita só para o pai ou para a mãe. Agora, o problema, nós vamos voltar agora quando a gente vem nas questões das estatísticas.

Tem um médico, chamado Alessandro Loiola, que fez uma comparação muito interessante. Hoje, no país, segundo os dados dele, está no canal dele, em quase 50% dos lares, em 48%, segundo ele, são mulheres que estão tomando conta das casas. E, nas escolas, as professoras, até o ensino fundamental, 80% dos professores são mulheres.

Pois bem. Partindo dessa premissa, se for verdadeira, nós temos, hoje, quem educando os meninos e os homens, os futuros homens? A probabilidade é muito maior de ser uma mulher. Então, quem está criando a próxima geração? São mentalidades educadoras de mulheres, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de homens. Agora, por que isso é importante? Porque, quando se registra um boletim de ocorrência, ou, como acontece elementos como o que o Alexandre Paiva acabou de trazer aqui, é uma realidade. Se você não cadastrar e não registrar os fatos como eles estão verdadeiramente acontecendo, V. Exas. estarão sendo informados fora da realidade. A realidade é o que está acontecendo no mundo.

Eu digo isto porque, desde que eu comecei a me posicionar nas redes sociais a esse respeito, eu tenho recebido enxurradas de denúncias, de reclamações, de homens e de mulheres, principalmente de mulheres, dizendo exatamente isso, que, hoje, as falsas denúncias com base na Lei Maria da Penha, a fé pública que se dá à palavra da mulher está afetando as famílias, está acabando com o povo brasileiro.

Agora, quer ver uma coisa, outra questão? Um fato bem interessante é a argumentação trazida pelas Senadoras para poder propor a revogação da Lei da Alienação Parental. Observem aqui.

No Brasil, "apesar da falta de reconhecimento científico, a lei [...] faz expressa referência à suposta Síndrome de Alienação Parental". Aí elas citam isso. Olha que interessante: a Lei da Alienação Parental "traz aspectos jurídicos controversos, delegando ao juiz um poder exacerbado para realizar o diagnóstico e emitir decisões unilaterais diante do quadro que lhe é apresentado". Esse é um dos motivos que elas alegam.

Ora, o juiz vai julgar de acordo com o caso, e, se houver uma falsa acusação, se essa falsa acusação existe, o juiz tem de ponderar, e é por isso que ele decide, a favor ou não. Mas, se você tira do juiz uma lei que protege quem? A criança, principalmente. A finalidade da Lei da Alienação Parental é proteger a criança, seja ela do sexo masculino, feminino, identifique ela como queira se identificar, porque hoje nós temos essa questão. Tem crianças... Eu tenho um caso em que uma criança já, desde pequenininha, havia mudado de sexo. Então, nós temos que entender quem é a vítima de verdade. A vítima de verdade é aquele que está sofrendo uma falsa acusação, seja homem, seja mulher.

Agora, a realidade do país é, hoje... Como foi dito até pelo Paiva, um colega aqui trouxe um caso verídico. Imaginem uma mulher que faz 56 falsas denúncias por vários homens

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferentes em dois anos... Foi mencionado, foram quase duas denúncias por mês. Então, essa mulher se envolvia com dois homens diferentes por mês...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTACÍLIO GUIMARÃES DE PAULA – ... e chegou-se ao cúmulo dessa estatística errada. E é isso que nós temos que entender.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. OTACÍLIO GUIMARÃES DE PAULA – Sr. Senador, diante dessa explanação, eu vejo o seguinte, que V. Exas. estão de parabéns ao permitirem... Hoje, você vê várias mulheres aqui, inclusive as nossas colegas aqui vão fazer uso da palavra também, como a Dra. Mabel... O Brasil precisa reformular as leis. Leis foram feitas para serem modificadas quando necessário.

Agora, uma coisa eu digo, a Lei Maria da Penha, ou seja, um dos fundamentos que as Senadoras usaram para poder pedir a revogação da lei de alienação parental é: a lei não pegou, não vingou, porque só aumentaram os casos. Ora, esse mesmo fundamento eu trago para a Lei 11.340, a Lei Maria da Penha. Desde que ela foi criada, segundo V. Exa. mesmo trouxe, no início, ela só fez aumentar os casos de registro de violência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O senhor tem 6 segundos. Eu faço um apelo, porque tem muitos inscritos, há muita gente pedindo para falar.

O SR. OTACÍLIO GUIMARÃES DE PAULA – Essa é uma lei que está vigorando de verdade e está sendo eficaz? Não, infelizmente não. É a realidade.

Agora, se nós não contabilizarmos verdadeiramente o que se passa, o que existe de violência contra os homens, a gente nunca vai ter uma estatística verdadeira.

Muito obrigado pela atenção de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Sr. Otacílio Guimarães de Paula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Otacílio, só um comentário rápido, que, como Presidente, tenho todos os direitos.

Primeiro, sobre a lei de alienação parental: eu participei ativamente deste debate. Em nenhum momento aqui eu estou dizendo que a lei de alienação parental é perfeita ou não é perfeita. Pelo contrário, está em proposta de revisão. Tem até a Maria do Rosário – o senhor a conhece muito bem – que tem o seu ponto de vista. Não tem problema nenhum de discutir. Eu quero mais que discuta.

Agora, eu não posso fugir dos fatos. Aqui é a Comissão de Direitos Humanos do Senado: 99% das denúncias aqui são de violência do homem contra a mulher. Pode entrar pela internet aqui. Nós recebemos tudo aqui. Não chega aqui esse tipo de denúncia que diga que é o homem que está sendo assassinado. Não chega, não chega. Eu faço um apelo, porque, se tem, me diga, porque aqui não chega. As estatísticas que eu tenho... Eu vou botar 90%. É sempre a mesma coisa. A mais frágil que é atacada, que é espancada, que é torturada, que é assassinada: são as mulheres, não são os homens. E você há de convir comigo. O que eu estou dizendo é o fato real.

Bom, se tem alguns fatos que vocês livremente aqui estão falando, isso é democrático, e eu não estou contestando a proibição, ou seja, querer proibir vocês de falar. Tanto que eu disse que eu darei a palavra para todos.

Agora, eu vou dar outro exemplo. Se alguém acha que, a partir da Lei Maria da Penha, aumentou o número de violência, eu acho que é um equívoco histórico. Vou dar um exemplo: todo mundo sabe que eu milito muito na questão racial. Cada vez aumenta mais a denúncia de crimes de racismo contra pretos e pardos. Sabe como eu respondo? Calculem se não tivesse a lei.

Vocês podem ver que hoje, na TV, no rádio, enfim, nos meios de comunicação – a Isabel que está aqui, que é estudiosa do assunto –, cada vez aumenta o número de denúncias. Por quê? Porque existe uma lei que considera crime inafiançável e não prescreve: todo crime de racismo. Calculem se não tivesse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou te dar outro exemplo: a política de cota é um debate de que eu participo há muito tempo. Por que antes da política de cota só tinha 10% de negros e negras nas universidades? E, com a política de cota, na universidade pública está praticamente taco a taco.

Então, as leis vêm para proteger a parte mais fraca. Eu não sou advogado, mas permitam que eu diga isto: o espírito de nós legisladores vem para proteger a parte mais fraca.

Embora alguns aqui, respeitosamente, tenham uma posição, inclusive no Plenário, e pelas palmas eu vejo o Plenário dividido... Só um minuto, companheiro, eu estou com a palavra, ainda estou presidindo. No dia em que eu não for mais Presidente, quem presidir aqui a usa como bem entender.

Agora, querer dizer para mim que a violência é da mulher contra o homem e não do homem contra a mulher, eu acho que é um equívoco. Eu fico com esse termo. Eu não quero ser desrespeitoso com ninguém e não serei ao longo deste debate.

Vou passar a palavra, neste momento, a uma mulher, como havia combinado: Carolina Siebra, advogada. Tem o tempo também de dez minutos.

A SRA. CAROLINA SIEBRA (*Por videoconferência*.) – Bom dia, ouvem-me bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeitamente.

A SRA. CAROLINA SIEBRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

Cumprimento o Senador Paulo Paim, já agradecendo a oportunidade por estar nesta Comissão, discutindo um tema tão caro para a sociedade.

Na oportunidade, eu cumprimento também o meu conterrâneo, o Senador Eduardo Girão, na pessoa de quem cumprimento os demais Senadores, a Senadora Leila Barros, que está aqui presente *online*.

Cumprimento também a Dra. Mabel Portela, que é outra cearense que nos orgulha...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Senadora Leila Barros, que vai usar a palavra também, viu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINA SIEBRA (*Por videoconferência.*) – Isso.

Cumprimento a Dra. Mabel Portela, outra cearense que nos orgulha e, na pessoa dela, eu cumprimento os demais colegas operadores do direito que estão presentes nesta Comissão hoje.

A Lei Maria da Penha, ou melhor, a lei de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica, é necessária, sim, para a sociedade, mas, como bem disse a Dra. Regina, precisamos aperfeiçoar esta lei de forma que ela não seja utilizada como um instrumento de vingança ou para qualquer outro tipo de fim, isso porque temos, infelizmente, muitas mulheres vítimas de violência, e sobre isso não resta a menor dúvida.

Como o Senador Paulo bem trouxe, em 2023 tivemos um aumento relevante do feminicídio. Porém, o que há hoje é uma deturpação do uso da lei, o que faz com que esta seja descredibilizada. Infelizmente, hoje no Brasil, muitas mulheres se utilizam dessa lei tão necessária para fins escusos. Já tive casos, enquanto advogada, de homens pedirem o divórcio e, para dificultar esse processo de divórcio, as esposas entraram com pedido de medida protetiva para justificar o processo de divisão de bens, muitas vezes tirando o homem do lar.

Na maioria das vezes, essas mulheres que entram com pedidos de medida protetiva para dificultar a situação do divórcio, dificultam também a presença dos pais, dos genitores – como a gente chama e chamava antigamente no direito, o genitor varão –, na convivência ali com o filho, e quem fica prejudicada, nessa situação, termina sendo a prole, termina sendo aquela criança, como bem disse a Dra. Regina.

Se formos levar em consideração os prejuízos dos homens que injustamente são acusados, que, na maioria das vezes, são de cunho emocional, não só para eles, mas também para as suas crianças, na maioria das vezes, os homens acusados de falsas acusações não procuram a Justiça para que aquela pessoa que fez a falsa acusação seja acusada de uma denunciação caluniosa. Talvez seja por isso que também a gente não tenha dados efetivos da questão da denunciação caluniosa no âmbito da Lei Maria da Penha.

Enquanto o sistema de Justiça está ocupado com falsas denúncias como essas que eu relatei, que são denúncias que eu vivenciei enquanto advogada, o sistema de Justiça se ocupa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em proteger mulheres que não necessariamente precisam de proteção. Enquanto isso, mulheres perdem a vida porque elas precisavam efetivamente de proteção. Essa questão da falsa denúncia é um ponto-chave que precisamos aprimorar porque essas outras mulheres que, de fato, precisam de proteção estão desprotegidas.

Se o sistema de Justiça não se aperfeiçoa, quem perde é toda a sociedade. As medidas protetivas são determinadas sem a ampla defesa e o contraditório. Na maioria das vezes, o juiz recebe aquela denúncia e não averígua se é verdade, dado o volume de casos que temos, e, como meio de preservar a vida da mulher, ele vai lá e defere uma medida protetiva. Muitas das vezes, essas medidas protetivas não são realmente necessárias e não são realmente verídicas. O homem não tem nem o direito de se defender ali.

Em alguns casos que já peguei, por exemplo, o homem estava em um bar ou em um restaurante, a mulher chegou posteriormente e ela o acusou de estar seguindo-a, e o homem não teve o direito de apresentar as suas provas de que aquilo não era verdade, está sofrendo uma coação, uma medida protetiva, e inclusive perdeu o emprego por conta disso – da medida protetiva a que ele responde –, por uma falsa denúncia, o que causa um prejuízo muito grande.

Nesse sistema em que não se ouve o homem ao determinar uma medida protetiva, o que acontece? Essa medida protetiva se prolonga. Porém, tínhamos um tempo em que a medida protetiva deveria ser reanalisada. O STJ recentemente decidiu que essa medida protetiva deve vigorar pelo tempo que se entenda que a pessoa ali está sofrendo uma coação, sem que o juiz, ao longo do tempo, reveja essa medida protetiva, o que é muito grave, Senador Paulo Paim, sabe por quê? Porque a gente está falando de uma justiça a que não são todos os que têm acesso.

Quando a gente fala em vulnerabilidade, a gente fala daquele cidadão também lá do sertão do Ceará que não tem acesso a um advogado, que vai ter que procurar a Defensoria Pública. A Defensoria Pública, como tem muita demanda e tem pouco efetivo, também vai demorar um tempo para que ele tenha o seu direito ali assistido e para que ele possa voltar a conviver. Então, essa decisão do STJ, que determina que vai ser *ad eternum* a medida protetiva também é prejudicial para os mais vulneráveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu falo os mais vulneráveis, eu digo vulneráveis socialmente, não vulneráveis em condição de gênero. Porque a gente sabe que hoje temos muitas pessoas que são vulneráveis socialmente e que esse acesso à Justiça não é um acesso amplo, irrestrito e tão fácil quando a gente traz uma pessoa do interior do interior para essa busca por Justiça. Na maioria das vezes, a Defensoria Pública atende ali em uma cidade maior, e ele tem que se deslocar para essa cidade maior. Eu já vi casos de eu estar em um centro onde se coloca tornozeleira eletrônica e eu vi um senhor às lágrimas, chorando porque estava colocando tornozeleira eletrônica por uma falsa acusação, da Lei Maria da Penha, da sua filha, da sua esposa e da sua enteada. Então, assim, a gente precisa aparar várias – porque há várias – camadas de arestas que devem ser aparadas para a melhor proteção das mulheres e não só para elas, mas também para os filhos destas e para as pessoas que vivem em situação de maior vulnerabilidade.

Outro ponto de relevância que tem que ser observado é a efetiva proteção dessas mulheres, porque, mesmo com as medidas protetivas, essas medidas protetivas em que não ouvem os homens, mulheres continuam sendo mortas. Então a gente consegue enxergar que há uma falha no sistema de proteção às mulheres, porque, já que mesmo com as medidas protetivas elas são mortas, não está sendo tão efetiva essa medida protetiva. Então há essa falha no proteger também.

Temos que observar, por exemplo, que, neste ano, temos dois casos de conhecimento público em que duas policiais de delegacias de proteção à mulher ou de proteção à criança foram mortas, uma no Distrito Federal, que, salvo engano, era uma escrivã ou uma inspetora, que foi morta pelo seu companheiro, mesmo trabalhando dentro de uma delegacia de proteção, e o de uma delegada também, que era uma delegada de proteção à mulher. O que traz para a gente a realidade, que é bastante alarmante, de que a condição de violência contra a mulher não é só a condição de mulheres que vivem em vulnerabilidade social. Muitas das vezes essas mulheres que não têm essa condição de vulnerabilidade social são mulheres que têm até mais conhecimento, elas se inibem de abrir uma medida protetiva por vergonha, por vergonha de ser uma delegada que está sofrendo um tipo de violência doméstica. Então, qual é a efetividade da Lei Maria da Penha para proteger também as mulheres que estão em uma condição melhor, mas que se sentem envergonhadas de buscar a Justiça? Ao passo que existem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres que não sofrem essa violência e não têm vergonha nenhuma de buscar uma proteção, como essa dos 56 casos.

Então acho que a gente precisa efetivamente também pôr em prática a nossa Constituição, a ampla defesa, o contraditório para que as injustiças sejam dirimidas.

Quando a gente fala em lei de proteção às mulheres, estamos falando em justiça, estamos falando na justiça no seu mais amplo papel, como bem o Senador Paulo Paim falou, cuidar dos vulneráveis. Sim, existe uma máxima no direito em que você tem que tratar os iguais como iguais e os desiguais como desiguais, na medida da sua desigualdade. Isso é um fato, mas a gente não pode esquecer que estamos em um país onde as pessoas usurpam essas leis para benefício próprio.

É isso, muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Carolina Siebra, que terminou de forma espetacular! Ficam aqui meus cumprimentos. Eu acho até que merecia uma salva de palmas a exposição dela, que é o que eu faço. (*Palmas.*)

Porque o que ela está dizendo, pessoal? As mulheres vulneráveis são covardemente assassinadas – eu estou traduzindo. Ela disse, inclusive, uma delegada que anda armada e uma policial que anda armada também foram assassinadas pelos seus parceiros. Por isso é que esse é o debate que eu gostaria muito de ouvir e não um homem chegar aqui e se dar por vítima.

Por amor de Deus, esse é o debate legítimo!

Qual é o objetivo da Lei Maria da Penha? É a proteção da parte mais vulnerável, da parte mais fraca! E ela, em sua exposição, chega a dizer que mesmo uma mulher armada acaba sendo assassinada pelo seu companheiro.

Vocês vejam a gravidade dos fatos que esta reunião de hoje está tratando! Para mim... Eu estou cada vez mais convencido, viu? Eu não tenho dúvida nenhuma que se alguém está em situação de alto risco, nesse caso, são as mulheres, e por isso é que existe a palavra feminicídio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou cada vez mais convencido, saio daqui, na minha avaliação, fortalecendo ainda mais este debate. Não quer dizer que a Lei Maria da Penha não possa ser aperfeiçoada, toda lei tem que ser aperfeiçoada, toda!

Eu fui Constituinte, e mesmo a Constituição, se eu pudesse, eu iria aperfeiçoar em alguns artigos. Esse é o debate que estamos fazendo aqui e assim haveremos de avançar.

Chamo, agora, encerrando esta mesa, a Presidente da Associação de Direito de Família e das Sucessões do Estado do Ceará, Dra. Mabel Portela.

A SRA. MABEL PORTELA (Para expor.) – Obrigada, Presidente.

Queria saudar a todos os presentes na pessoa de V. Exa., Senador Paulo Paim, e na pessoa do Senador Eduardo Girão, que, com muita sensibilidade, formulou o requerimento para uma discussão tão ampla e, infelizmente, colega Otacílio, tão pouco frequente.

Uma matéria importantíssima, uma pauta importantíssima e pouquissimamente discutida. Então, é muito louvável, e já agradecemos a iniciativa do Senador Eduardo Girão e o aceite de V. Exa.

Somos advogadas familiaristas há exatamente 24 anos e 10 meses. Atuamos com exclusividade, Senador Presidente, na área da advocacia familiarista de direito de família. Eu e a minha sócia Anna Magalhães, que aqui presente se encontra, temos o seguinte pensamento: defendemos pessoas.

Está muito na moda, Senador, do ponto de vista agora empreendedor de carreiras de advogado, no âmbito do direito de família, termos colegas que são advogados e só advogam para homens, ou outros colegas que só advogam para mulheres. Eu acho isso perigosíssimo! Nós temos que defender quem precisa do nosso trabalho, quem precisa ser defendido e que de alguma forma está numa situação de injustiça. Então, nós, em nosso escritório, temos inúmeras clientes mulheres vítimas de violência doméstica e temos inúmeros clientes homens vítimas de falsas denúncias.

Então, se a violência doméstica é fato, é real, é repugnante e é terrível, isso é fato. Os dados do próprio DataSenado, Senador Paim, falam que 71% das vítimas de violência doméstica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm entre 18 e 44 anos e que 30% das mulheres alegam já terem sofrido algum tipo de violência doméstica. É grave? É gravíssimo.

Aumento do feminicídio, 1.467 vítimas, aumento de quase 1% no ano de 2023. É fato? É!

No Ceará, são dados do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, de que, no ano de 2023, foram 24.130 vítimas de violência doméstica no Estado do Ceará. Então, é fato? É fato!

Agora, eu tenho diversos clientes homens vítimas de falsas denúncias.

Eu sou mãe de menina e sou mãe de menino. Eu tenho uma filha de 20 anos, tenho um menino de 17 e um pequenininho de 8. O mesmo medo que eu tenho de a minha filha ser vítima de violência doméstica, eu tenho de o meu filho ser vítima de uma falsa denúncia. É o mesmo medo!

Se duvidar, Dr. Otacílio, o do meu filho ser vítima de falsa denúncia é um medo maior.

O SR. OTACÍLIO GUIMARÃES DE PAULA (*Fora do microfone*.) – É verdade.

A SRA. MABEL PORTELA – É maior por quê? Porque, quer queira ou quer não, a lei existe para proteger aqueles que são vulneráveis – fato –, mas um homem vítima de falsa denúncia se encontra numa posição talvez mais vulnerável do que a mulher, porque não tem quem fale por ele e qualquer pauta nesse sentido é mal vista já de cara – já de cara.

Então, é muito difícil. Eu digo para os meus clientes: "Olha, nós vamos lutar por você, mas, por favor, tenha consciência de que a gente vai largar numa corrida de Fórmula 1 em que você bateu no sábado e, no domingo, você sai lá no último. Vai ter que ter força, vai ter que ter disposição e coragem para ir tentando provar, tentando provar, tentando provar a sua inocência". É uma competição, é uma maratona muito, muito difícil de chegar, mas se chega. E é para isso que nós estamos aqui discutindo, porque ninguém merece ser vítima de injustiça, nem mulheres, nem homens.

Eu estava conversando com uma colega de faculdade que é juíza na área da violência doméstica no Ceará, e ela fala assim: "Mas, Mabel, você tem que ver que, primeiro, sabemos que não existem números, nem dados, nem estatísticas para as falsas denúncias [o que também é lamentável, dificulta o trabalho e a análise]". E ela diz: "Olha, na minha cabeça, digamos que, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

100 requerimentos de medida protetiva que eu recebo aqui, 95 são reais, 5 não são". Eu digo: "É verdade, é gravíssimo que haja 95! Mas e esses 5 que estão sendo falsamente acusados?".

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixe-me fazer um comentário, porque eu estou me sentindo nesse direito – viu? – como é minha última vez de presidir...

A SRA. MABEL PORTELA – O senhor tem todo direito do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu acho interessante o dado que a senhora coloca: 95% são reais. E quando eu digo que toda lei não é perfeita...

A SRA. MABEL PORTELA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E os dados que a senhora traz são dados que não deixam nenhuma dúvida neste Plenário. E os 5% também têm que ser olhados. Claro que tem. Eu diria que, enquanto houver uma pessoa injustiçada no mundo, o nosso dever é buscar a justiça para ela.

Agora, eu fico um pouco chateado é quando invertem os fatores, não como a senhora está fazendo, e muito bem, com muita competência, querendo demonstrar que 95% são homens e 5% são mulheres que são injustiçadas... Não é verdade! Desculpem-me, mas é meu ponto de vista.

A senhora está dando dados com os quais eu concordo. Ora, se 95% dos agredidos são as mulheres... Bom, que tenha 5%, 3%, 2%, 1%, eu não vou contestar esses números, não. Eu quero fortalecer a sua análise, que é uma análise realista e na linha que nós iniciamos.

É preciso rever todas as leis, até a Constituição. Eu fui Constituinte, viu? Eu fui Constituinte em 1988 – só tem dois Senadores, eu e o Renan Calheiros.

Agora, querer discutir, aprimorar uma lei não há problema nenhum. Até na lei do salário mínimo, em que eu não quero que se mexa, eles querem mexer!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vá em frente.

A SRA. MABEL PORTELA – Obrigada, Presidente.

Mas o objetivo da nossa presença aqui é justamente este, é melhorar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso!

A SRA. MABEL PORTELA – É melhorar e tentar diminuir essa situação da injustiça, da falsa denúncia, porque a denunciação caluniosa traz prejuízos absurdos, Dra. Rafaela. Acaba com a vida do homem, acaba! Ele é duvidado da sua integridade dentro do seio da sua própria família. A mãe e a irmã olham assim e dizem: "Tem certeza, você não fez mesmo? Conta aqui para gente. É verdade? Você não fez?".

Então, a dúvida começa a pairar. Os colegas de trabalho – imagine, Senador – olhando-o com uma pecha de agressor de mulheres, isso é muito grave. É muito grave!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É gravíssimo; gravíssimo.

A SRA. MABEL PORTELA – É gravíssimo!

Demissões: "Ah, vão pagar todos os direitos" – é a demissão sem justa causa daquele colega que está sendo acusado, ali, de violência doméstica. Isso acaba com a vida da pessoa! Nem relacionamentos futuros a pessoa vai ter, porque eu não permitiria que uma filha minha... Vai arriscar namorar com uma pessoa que foi acusada de violência doméstica? Não, não tem por quê. É melhor procurar outro, para que não paire nada disso sobre a reputação dela.

Então, a denunciação caluniosa... Como é que a gente pode melhorar isso? Existe até um projeto de lei em trâmite na Câmara, o 6.198/2023, que pretende aumentar a pena para a denunciação caluniosa no meio da violência doméstica. Nas consequências de uma falsa denúncia você tem: o prejuízo à reputação e à integridade do acusado; o impacto psicológico e emocional, de que a Dra. Neyliane depois vai falar, também devastador – do mesmo jeito que tem a mulher que é vítima de violência doméstica, o homem que é falsamente acusado também tem consequências psicológicas –; os custos financeiros, porque do nada ele vai precisar custear

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma banca de advogados, e tem de ser uma banca boa e especializada, porque senão dificulta; o desperdício de recursos do sistema de justiça – nós precisamos cada vez mais de um aparato para proteger a mulher, e esse aparato está sendo usado, ali, para investigar uma falsa denúncia –; e o principal, ao meu ver, Alexandre, que é a descrença nas verdadeiras vítimas, porque do mesmo jeito que perguntam para um homem acusado, Senador Girão, de falsa denúncia "Será que você não fez mesmo? Será que... Conta para mim, conta. A gente vai estar do seu lado, mas me conta: você não fez mesmo?", a gente escuta, hoje, graças às falsas denúncias, as mulheres também sendo duvidadas da veracidade, quando perguntam "Minha cara, ele fez isso mesmo? Você não está inventando porque vai trazer repercussões, vai ajudá-la no processo de família, de partilha de bens, de guarda, de convivência, de alimentos...? Você tem certeza? Ele fez isso mesmo?"...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MABEL PORTELA – Então, nós já vemos um descrédito na palavra da real vítima, das mulheres.

Há a importância de se catalogar números de falsas denúncias, Senador Girão – isso é importante –, de sentenças absolutórias, e não as sentenças que são arquivadas por falta de prova, por falta de testemunha, mas as sentenças absolutórias. É muito importante que se comece a catalogar esses dados. A gente vê, nos números, que nós temos dados da violência contra indígenas, crianças, negros, LGBTQIAPN+, pessoas portadoras de deficiência, mas não há dados sobre as falsas denúncias de violência doméstica.

Então, na Lei Maria da Penha, tem ainda muito a se trabalhar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Catorze segundos.

A SRA. MABEL PORTELA – ... e o nosso clamor é que a gente consiga aumentar cada vez mais esse debate e trazer que se deve procurar, Presidente, que a injustiça seja extirpada, para qualquer gênero.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos, Dra. Mabel Portela! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi tranquila, com um equilíbrio muito bom, muito bom.

Olhe, na minha família eu tenho três advogados, e tem um que é médico e cujos filhos são psicólogos. Eu converso com eles sobre esse tema, e o seu equilíbrio lembrou uma fala que eu tive com um deles.

Um dia, teve um deles que foi procurado numa situação em que a denúncia da mulher era tão grave... Aí ele disse: "O que você faria se fosse você? Tem a denúncia?". E a resposta: "Tem". "Qual é a posição do juiz até o momento, se já deu uma sentença?" – embora possa apelar, aquela coisa toda. Se tem uma criança pequena, fico do lado da mulher, porque a denúncia que ela está fazendo sobre a violência contra o próprio filho e ela... Do filho não tinha, aí não é fato real, mas sobre a violência que ela estava sofrendo... E o cidadão teve que sair da casa e, hoje, está fora da casa. Apelou para tudo e está fora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E não volta tão cedo. Por mim, não volta, porque eu fui atrás do caso para olhar; por mim, não volta mesmo. E fica a criança e a casa à disposição da mulher.

Eu tenho uma tendência, pelo meu instinto de sobrevivência e de vida, que venho também de famílias muito pobres: na dúvida, *pro misero* – na dúvida, *pro misero*. Eu não tenho nenhuma dúvida; e não sou advogado, viu? Na dúvida, *pro misero*, serei sempre. E falo isso com a alma e o coração muito tranquilos e a minha consciência: na dúvida, *pro misero*.

Esta mesa, eu acho que não vai precisar mudar, não, viu? Não vai precisar mudar. Nós temos somente dois...

Eu pergunto se os dois podem fazer daí para manter esta mesa. Pode ser?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, nós vamos manter a mesa e vamos passar de imediato, agora, para Neyliane Onofre.

Obrigado pela gentileza, para nós ganharmos tempo de falar daí, Dra. Neyliane Onofre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Neyliane Onofre, Psicóloga, Logoterapeuta, especialista em família e casais. O seu tempo é de dez minutos.

A SRA. NEYLIANE ONOFRE (Para expor.) – Muito obrigada pelo convite. Quero agradecer ao Senador pela sua excelência; é um debate muito importante, e quero agradecer ao Senador Eduardo Girão, da minha terra. Sou lá de Fortaleza, e venho aqui representar a importância de a gente caminhar lado a lado: a psicologia, o direito e as leis.

Acredito que, durante muito tempo, foram vistas as violências físicas – o hematoma, as dores – e, quando começaram a perceber que a violência psicológica também é algo até que, muitas vezes, precede o boletim de ocorrência pela violência física, isso fez com que a nossa lei, sancionada em 2021, reconheça que a violência psicológica também seja vista como algo relevante e que precisa ser tratada.

Então, eu acho esse tema de suma importância e estar discutindo essa lei. Porque eu acho e acredito – desde o meu mestrado em Psicologia, que estudo sobre o homem – que, desde lá, eu vejo a dificuldade de dados sobre as políticas públicas sobre o homem, sobre a desigualdade de gênero.

Realmente, quando você fala que existem maiores salários para a mulher, eu acredito que todas essas pautas ainda devem estar na plenária deste país, para que a gente possa não ter lados. Não existe um lado mais...

É claro que a mulher tem um lado mais fraco. Todas as estatísticas, a gente estudou durante o final de semana – eu, Mabel, olhando, discutindo –, a gente viu todos esses dados juntos, e essas denúncias falsas precisam também ser investigadas. Mas é fato que a vulnerabilidade é mais para a mulher. Ela vem para proteger. E, dentro da minha prática clínica, de 30 anos, cuidando de famílias, quero dizer que vejo, muitas vezes, esse lado da fragilidade da mulher, mas também queria que a gente olhasse, não só para o homem, mas para a família. E a minha defesa maior, ainda, é pelas vítimas secundárias, que são as crianças que estão dentro desse lar, que muitas vezes estão passando por dificuldades, que chegam com alterações de autoestima, com transtornos, como TDAH, como traumas, e que precisam ser protegidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nosso objetivo aqui é tentar melhorar, sim, essa lei, porque acho que a justiça vem para todos, mas precisamos trabalhar com essa importância, porque toda injustiça causa um trauma, seja um Tept, que é o que a gente chama de transtorno de estresse pós-traumático, onde essa mulher está vivenciando conflitos constantes... E tudo isso leva ao dano físico, psicológico, e ao controle e medo excessivos.

Ali ela estimula a amígdala, que é um localzinho lá no cérebro que faz com que ela fique em alerta, fique com medo, fique com processos psicológicos que geram ansiedade, depressão e vários transtornos psiquiátricos, muitas vezes aumento de álcool, drogas e outras substâncias, como também o medo – e às vezes ela passa por gravidez indesejada...

Existe um estudo da Organização Mundial de Saúde, desde 2013, que fala dessas repercussões do Tept na violência doméstica familiar. Isso impacta não só no âmbito social, mas também nas próprias estruturas do cérebro – o impacto do Tept dentro do ambiente familiar.

Mas também teve um estudo que foi publicado agora pela Harvard, pela Organização Mundial de Saúde e outras universidades, que caracterizou vários tipos de traumas, como guerra, violência doméstica, parceiro íntimo que fica em constante assédio com essa mulher, acidentes, e entre eles também falou-se sobre o sistema de injustiça, que quando alguém passa pelo sistema de injustiça, por uma acusação, ele tem uma lesão moral. E essa lesão moral também atinge o homem, gerando vergonha e culpa, ou a mulher – não importa o gênero, somos humanos, e todos nós que estamos, ou com trauma, ou com lesão moral, vamos ter danos em nível cerebral e repercussão na saúde física, psicológica e social.

É importante, sim, manejar de forma clínica tanto a saúde do homem como a da mulher. Só que temos muito mais políticas de promoção da saúde da mulher, é fato, e poucas ainda do homem. E a minha sugestão, a minha contribuição aqui, que eu queria, era que a gente, não só focasse em saber quem tem razão, mas que melhorasse o ambiente familiar. Precisamos estar junto com a Defensoria – acho que a gente deveria estar prevenindo muito mais – e termos leis que obriguem que as escolas, seja no âmbito público ou privado, tratem da igualdade de gênero; desmistifiquem essas relações tóxicas; promovam a saúde da criança e do adolescente e que façam valer o ECA e todas as leis que já são instituídas neste país, porque nós precisamos tratar o Tept.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E qual é o problema do Tept e das lesões? É porque o ciclo abusivo é reproduzido. Uma pessoa que não foi tratada tende a reproduzir isso no âmbito familiar. É o que eu vejo todos os dias no meu consultório: pessoas que vêm de famílias disfuncionais acabam reproduzindo aquilo que vivenciaram. E nós precisamos ir além, prevenir, pensar em ampliar os equipamentos públicos, caminhar, direito, psicologia. Na minha vontade humana, eu sou professora universitária de pós-graduação e trabalhei dentro da saúde pública de Fortaleza, e não tinha psicóloga dentro das redes municipais, e tantas pessoas doloridas ali. Era um âmbito da faculdade que a gente estava indo de forma pontual.

Então, o ideal era que a gente pudesse trabalhar dentro da base, porque o trauma precoce deve ser evitado, porque, quanto mais cedo as pessoas são colocadas a conflitos familiares... Existe um estudo, que se chama Estudo Waze, que fala dos principais traumas que ocorrem na primeira infância, que são negligências, maus-tratos, uso de álcool e drogas pelos pais, problemas psicológicos, entre outros. Eles causam desregulação no ser humano, e essa desregulação aumenta a violência, a criminalidade, a tendência ao álcool e outras coisas.

Então, a minha contribuição é: precisamos dar mais suporte, precisamos trabalhar com as comunidades e precisamos envolver todos os setores e todas as esferas da nossa sociedade, porque isso é uma questão de saúde pública. Todos nós cidadãos não devemos ter lado e, sim, nos unir para um propósito só: diminuir a violência.

O meu sonho é que pessoas possam crescer de formas mais saudáveis. Eu tenho projetos sociais gratuitos. Todos os meses eu vou para a comunidade. Eu uso o meu consultório particular para promover educação e saúde, porque, muitas vezes, a gente acha que só no setor público precisa, mas não, precisa em todas as esferas. Essa é a realidade do meu consultório, onde eu vejo a necessidade. Eu vejo que não é só quem não tem conhecimento, tem gente que tem conhecimento. Eu tenho pacientes que, muitas vezes, são da lei, mas vivenciam esse processo de violência doméstica dentro das suas casas. Eu já tive pessoas que sabem da lei. Teve uma paciente que tem um cargo público na lei, e eu disse: "Minha filha, você dá palestra sobre isso, mas o que você está vivenciando e onde é que você não está conseguindo tirar esse gatilho, e quebrar, e romper tudo isso?". Quando você vai olhar, ela vem de família disfuncional.

Então, nós precisamos, sim, ter o nosso compromisso social...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NEYLIANE ONOFRE – ... para o nosso país ser um país mais saudável. Para isso, a gente precisa proteger as famílias e, principalmente, a infância.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem!

Ficam aqui meus aplausos.

Dra. Neyliane Onofre, psicóloga, logoterapeuta, especialista em família, V. Exa. foi fiel ao que foi aqui colocado. V. Exa. defendeu a discussão da família, falou de gênero, falou de mulher, falou de homem. V. Exa. quer que haja um grande entendimento, e, se a lei for aperfeiçoada nesse sentido – permita-me que eu diga –, é isto que a senhora quer: a prevenção inclusive, que começa lá na sala de aula.

Eu vim dessa área, eu fui técnico em segurança no trabalho, e a palavra de ordem lá era prevenção. Por isso, eu digo que – e todo mundo sabe a minha luta aqui em relação à política de cotas – ou você reeduca lá no jardim da infância... senão depois é uma dificuldade enorme para a pessoa perder aquela chaga do preconceito e do racismo.

Então, ficam aqui meus cumprimentos à sua bela exposição, porque nós estamos sendo assistidos aqui por todo o Brasil, viu? E o Brasil, na verdade, gosta de ver isso. Se cada um contar o seu caso pessoal, eu vou ter que pegar 500 pessoas para contarem os seus casos pessoais. Não é o motivo desta reunião. Eu não vim aqui para discutir o caso pessoal – com todo o respeito, não é, Alexandre? – do Alexandre, ou do sicrano, ou do beltrano. Essa é uma audiência pública para discutir o que podemos aprimorar na Lei Maria da Penha, e, para a felicidade minha, está indo bem a audiência.

Vocês não sabem as críticas por ter dado este espaço, neste momento, para discutir, com todo o respeito a todos que pensam diferente. Eu digo que nem se o Papa me ligar eu vou transferir esta reunião para outro dia. Pode ligar o Papa, pode ligar o bispo, pode ligar o Presidente do planeta. Eu vou manter, porque eu acredito nas pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou um homem de boa-fé e vou ser sempre de boa-fé. Qualquer tema em debate, em discussão, eu me sento, presido e quero que flua – ah, como o meu torço na linha que a senhora colocou, o bem das famílias. Se um filho meu cometesse algo, como aqui foi dito e as denúncias que me chegam, eu seria o primeiro a dizer: então, vai ser punido e acabou, meu; não venha pedir auxílio a mim porque eu sou Senador. Quem me conhece sabe que eu faço isso. Eu tenho cinco filhos e eles sabem que eu faço isso, sempre os alertei. Estou falando aqui de coração, podem crer, e quem me conhece sabe que eu ajo assim. Eles são todos casados, mas eu ajo assim e vou agir a minha vida toda dessa forma, na minha vida, enfim, mesmo fora ou dentro daqui.

Então, meus cumprimentos, doutora, pela sua fala.

Eu passo a palavra agora à Dra. Bárbara Melo, advogada representando Isabel Oliveira, familiar de vítima de falsa denúncia, a qual aqui vai analisar a situação no seu todo, e não no caso específico.

A SRA. BÁRBARA MELO (*Por videoconferência*.) – Eu estou *online*...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Prazer em recebê-la, doutora.

A SRA. BÁRBARA MELO (*Por videoconferência*.) – Estou aqui de Fortaleza também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São dez minutos, doutora.

A SRA. BÁRBARA MELO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia a todos, uma excelente semana.

Não consegui estar aí presencialmente nesta última semana pré-recesso do Judiciário, mas ouvi todas as valorosas falas.

Atuo com a Lei Maria da Penha há 20 anos, desde que a lei entrou em vigor, e nós vimos sérios avanços, grandes conquistas na proteção da mulher. Porém, infelizmente, nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tendo muitos problemas com o hábito, até por estratégia de alguns advogados, Senador, de que usam a Lei Maria da Penha para obter vantagens nos demais processos da seara de família.

Nós sempre temos... É muito difícil um processo apenas da Lei Maria da Penha, isolado. Acompanhado desse processo, nós temos uma partilha de bens, um divórcio, uma ação de alimentos, ação de guarda e regulamentação dessa guarda. Infelizmente, o que nós temos visto, por estratégia processual, é que alguns advogados usam a estratégia da Lei Maria da Penha para ter a guarda unilateral dos filhos, fazer algum tipo de barganha com relação aos alimentos, e, pelos próprios benefícios da lei, obter vantagem patrimonial na partilha dos bens constituídos durante a relação, que começa logo com o afastamento do lar do suposto agressor. Então ele perde o direito de estar na sua casa com os seus pertences, com tudo, às vezes, que construiu na vida. E depois os juízes têm obedecido a algumas considerações de dar guarda unilateral dos filhos, quando da existência de medida protetiva, para a genitora. Isso acaba afastando, como ele já não tem o contato, o pai dos filhos. Então o efeito é devastador, em cascata, na família.

E como eu atuo também no interesse dos menores envolvidos, nós temos visto reflexos, como bem falou a doutora psicóloga, reflexos devastadores. Não vou falar de casos concretos, como já falamos, mas o que eu tenho visto nessa seara psicológica são clientes que fazem acompanhamento e têm chegado com um estresse extremo, contínuo e duradouro. É extremo porque envolve a sua seara familiar, tudo que é mais importante na sua vida, sua família; contínuo porque não para, aquilo é diuturno, ele tenta aquele contato com os filhos, mas não consegue ter esse sucesso por força da Lei Maria da Penha e das falsas ameaças e das falsas acusações; e duradouro porque nós sabemos, infelizmente, como a nossa Justiça se alastra.

Às vezes nós conseguimos, aqui no primeiro grau, modificar, provar que não teve materialidade, provar que nem sequer a pessoa estava no mesmo estado da Federação no ato da suposta agressão, e aí os juízes e as juízas daqui têm alterado e revogado; porém, quando chega ao segundo grau, a suposta vítima apela e, quando chega ao segundo grau, o tribunal de justiça concede novamente, porque basta a palavra da vítima.

Então acho que encontrarmos aí uma estratégia de atuação, nós sabemos que as violências acontecem entre quatro paredes, acontecem nas casas de família, que nós não temos essas testemunhas, mas encontrar estratégias de proteger aquele que de fato não é o agressor,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proteger a relação desse genitor com os seus filhos e também proteger de alguma forma o patrimônio, porque uma coisa é a Lei Maria da Penha, a cautelar e a ação envolvendo o homem e a mulher, a suposta vítima e o suposto agressor, e outra coisa são os direitos de guarda, os direitos da regulamentação dessa guarda de convivência do pai com os filhos e proteção a todos os bens amealhados durante o matrimônio.

Seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não usou todo o tempo, deu um exemplo, mas falou de forma abrangente, Dra. Bárbara Melo, advogada representando Isabel Oliveira, familiar de vítima de falsa denúncia, a qual foi submetida a uma cirurgia inclusive. Ficam aqui meus cumprimentos, e apontou caminhos em defesa da família.

Eu até falava que a Dra. Mabel Portela foi muito feliz – e esse argumento seu é um argumento forte. Ela disse que 95% são mulheres mesmo. Mas e os 5 %? Aí ela pegou um argumento que eu próprio usei: "Se tiver um injustiçado, eu tenho que analisar o caso com o maior carinho, com o maior respeito". E eu sei que há injustiçado. Mas uma audiência desse porte não vai poder julgar um caso, seja homem, seja mulher – e aí ficam muito as estatísticas.

Eu, até o momento, digo a todos que a audiência para mim está indo muito bem. E vou inclusive passar a palavra para os dois – embora não estivessem aqui comigo, chegaram aqui para mim agora –, o Dr. Rade Plavsic – permita-me, se a pronúncia não é essa, fica sendo, momentaneamente, e o senhor pode ajustar na sua fala –, que foi vítima também de falsa denúncia. E está aqui para dar um depoimento que eu espero, até pelo seu título de Doutor, que não seja em causa própria, mas em nome de uma causa. Sei que o senhor agirá nesse sentido, pela sua grandeza, que eu sei, e de todos aqueles que se prepararam para estarem no lugar em que estão hoje.

Dez minutos, Doutor.

O SR. RADE PLAVSIC (Para expor.) – Obrigado, Presidente, Senador Paulo Paim, por este convite. Obrigado pela confiança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Girão, quero abrir, com uma profunda gratidão pela oportunidade de participar deste trabalho muito importante.

Meu nome é Rade Plavsic.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pelo menos o Rade eu acertei.

O SR. RADE PLAVSIC – Foi muito, muito perto, muito bom.

Sou sérvio, graduei-me numa das melhores escolas da Sérvia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fica aqui a nossa solidariedade para que haja paz nessa luta permanente que nós travamos, no mundo todo, porque política de direitos humanos é uma política humanitária.

O SR. RADE PLAVSIC – Totalmente.

Depois, vivi grande parte da minha vida, inclusive ao fazer o meu doutorado, em Londres, na Inglaterra, e, quando tivemos filho, decidi largar tudo e mudar para o Brasil, para fazer o papel que amo demais e que é mais importante para mim, ser pai do meu filho. Acredito que ser pai para um filho, criar conexão entre pai e filho, é uma das coisas mais importante da vida.

Estou aqui hoje para falar sobre como fui vítima de falsa denúncia. No meu caso, o processo abriu e fechou. Passou por 18 meses, mas, contudo, fez um dano grave, e acho que irreparável, irreversível, tanto para mim, quanto para meu filho também.

Compreendo a importância da Lei Maria da Penha no contexto social brasileiro, no contexto dos direitos humanos e da liberdade e igualdade global, como você falou. Contudo, sempre fui respeitador da lei e acho que fui um pai exemplar para meu filho. Nunca teve, nem tem agora, nenhuma razão para se fazer uma medida protetiva contra mim, mas, contudo, a medida protetiva foi concedida e ficou em vigor 18 meses.

Esses 18 meses tiveram um efeito grande e profundo na minha vida e na vida do meu filho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a sua permissão, você falou que a sessão não é para falar sobre as experiências, eu queria contextualizar a minha experiência e deixar para pessoas com mais experiência e mais sabedoria legislativa fazerem melhorias e mudanças. Enfim, eu ia falar – antes do Sr. Alexandre – que o meu caso provavelmente é extremo e isolado; agora, não vou falar isso. Vou falar – e eu tenho certeza absoluta – que o meu caso não foi a intenção da Lei da Maria da Penha, que é uma lei muito importante e muito poderosa, só que no meu caso particularmente não funcionou bem.

Então, começou com a motivação, e a motivação não tinha nenhuma base na realidade, nenhuma base na lei. A motivação chegou com a mãe do meu filho querendo obter uma vantagem nos processos de família, divórcio e guarda. Contudo, no momento em que a medida protetiva foi concedida, as advogadas da outra parte usavam incessantemente, de jeito cruel, por 18 meses, cada oportunidade, seja petição ou audiência, para me destacar como uma pessoa violenta, bruta, o que não é só distorção da verdade, mas também teve um profundo efeito na minha vida, na minha saúde e no bem-estar do meu filho igualmente, que na época tinha cinco e seis anos.

Então, o próximo passo, que eu acho que foi também errado: como a medida protetiva foi concedida. O jeito como a medida protetiva foi concedida não tinha nenhuma base nos fatos ou na lei. A mãe do meu filho falou duas coisas. A primeira coisa: que ela achava minha postagem no Instagram ofensiva; a segunda coisa: que ela se sentia vítima de violência emocional. Nenhuma das duas são nada fora do que um sentimento subjetivo, contudo, a medida protetiva foi concedida e continuou por 18 meses.

Terceira: proteção. Proteção, como o Sr. Alexandre falou, a medida protetiva, tanto na lei como na medida, oferece e promete proteção recíproca. A mãe fez seis desobediências. Depois da terceira, eu fiz três boletins, juntei notícia-crime e fui para a Delegacia da Mulher. Essa é a delegacia que deu, carimbou e assinou uma medida protetiva, oferecendo e prometendo proteção para mim. Eu entrei na Casa da Mulher e a senhora no balcão falou: "Por que está aqui? Para fazer testemunha?". "Não, eu quero protocolar notícia". "Você é homem, não pode ficar aqui. Por favor, saia". Foi assim. Depois, eu levei a mesma notícia para a minha delegacia no bairro. No bairro, a delegada falou: "Olha o seu tamanho. Como ela pode ameaçar você?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também não queria. Então, na prática, essa proteção que foi prometida nunca aconteceu para mim.

Seguindo: prisão. Quando você tem, como homem – e, eu tenho certeza, o Sr. Alexandre sabe –, uma medida protetiva em vigor contra você, você está muito mais perto da prisão do que da liberdade. Só falta uma falsa denunciação para você ficar preso. A mãe do meu filho fez três denúncias e três petições. As duas primeiras petições falharam. Na terceira, ela tentou criar um incidente. Falhou ao criar o incidente, contudo, protocolou um boletim com fatos falsos e protocolou notícia-crime de novo pedindo prisão. Para mim, ficar na prisão por uma noite é um dano irreparável. E isso foi uma realidade que eu vivi por 18 meses.

E a última coisa, que é o último passo que eu acho que foi errado: eu vivi um horror por 18 meses, um dano irreparável por 18 meses; fiquei vítima, por 18 meses, de uma denúncia sem nenhum fato, nenhuma base na lei. Contudo, agora não existe nenhuma pena, nenhuma repercussão para a autora dessa denúncia.

Vou fechar... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu entendi o seu ponto de vista, mas me permitam, como Presidente desta sessão... Foi por isso que eu pedi para não entrar tanto no caso individual. Porque uma questão de Justiça – o Plenário vai entender – são versões de fatos; questão de Justiça. Se eu dou o direito a um de expor a sua situação, por que eu não dou o mesmo espaço para uma mulher? Foi por isso que eu pedi. Vamos evitar discutir questões pessoais, porque, se qualquer um dos senhores que estão aqui dão a sua versão, o outro lado também... Então, eu teria que fazer uma outra audiência pública, convidar o outro lado, e só eles falarem. Eu acho que não há necessidade.

Está indo bem a audiência, mas eu quero só que entendam por que eu pedi para não ficarem muito no caso pontual. Porque há o direito de defesa das duas partes. Senão, uma parte dá sua versão – e é claro que não vai passar com verdade absoluta nunca... Por isso é importante, se tiver alguns fatos...

Eu peço silêncio ao Plenário. Eu não vou dar a palavra ao Plenário; vou dar a palavra para todos os convidados que se inscreveram. Havia dois que não chegaram e estão aqui. Eu vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passar a palavra agora para o último convidado, e em seguida vão falar aos Senadores. Não importa a posição que tenham, só vão falar os convidados e os Senadores e Senadoras.

Por favor, Dra. Anna Magalhães, Vice-Presidente da Associação de Direito de Família e das Sucessões do Estado do Ceará.

A SRA. ANNA MAGALHÃES (Para expor.) – Pronto?

Bom dia, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia.

A SRA. ANNA MAGALHÃES – Bom dia, Senador Eduardo Girão.

Obrigada a todos e a esta Comissão pela oportunidade de discutir um tema tão relevante.

Muito já foi falado e muito já foi exaurido. E, atendendo aqui à orientação do Senador, do Presidente Paulo Paim, eu vou falar de uma questão bem objetiva e bem legal, que seria o foco aqui, certo?

Nós estamos falando de uma lei importantíssima de defesa de mulheres em situação de violência doméstica. Sabemos que é fato, e a violência doméstica é democrática. Ela está nas classes A, B, C, D, ricos, pobres, intelectuais, humildes em termos de conhecimento... Ela é bem democrática. Ela atinge todas as mulheres em todas as camadas. Essa é a experiência que eu e a Mabel, como advogadas familiaristas, como ela já posicionou, encontramos no nosso escritório.

A gente está falando de um instituto que vem para defender essas mulheres. Só que o que a gente tem visto, Senador, é o uso indevido de um instituto como meio de utilização processual. Por quê? Hoje, você pega a Lei Maria da Penha, para a qual basta a palavra da vítima ou de uma suposta vítima, como deve ser, porque a mulher realmente vítima de violência doméstica, muitas vezes, não tem testemunha dessa violência, não tem como comprovar essa violência, e pode estar correndo risco, inclusive, de vida, dependendo do contexto. Então, a lei foi pensada nisso, na dificuldade de se testemunhar uma violência que ocorre num âmbito familiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contudo, o que a gente tem? A gente tem essa situação das falsas denúncias de uma maneira muito frequente e preocupante, porque, através de uma palavra de uma suposta vítima, a gente consegue, processualmente falando, legalmente falando, afastar de supostos agressores direitos fundamentais, direitos constitucionais, que são garantidos constitucionalmente, que deveriam ser trabalhados dentro de um devido processo legal, direitos que a gente consegue, com o uso da Maria da Penha, afastar de pronto, sem contraditório, sem legítima defesa. Então, a gente pula o devido processo legal, a gente pula a ampla defesa.

Eu não estou falando aqui do homem que realmente é um agressor e um abusador, mas estou falando, como o Senador falou, como a Mabel falou, daquele homem que não o é, do 1%, dos 5%, dos 10%, independentemente do percentual que seja; a gente está falando de uma pessoa vítima, homem ou mulher. Esta é a Comissão é de Direitos Humanos. Temos mulheres em situação de vulnerabilidade. Mas e o homem? Ele nunca pode estar numa situação de vulnerabilidade? É possível? Eu sou mãe de homens. Eu não tenho filhas, eu só tenho homens. Eu sou mãe de meninos. Então, eu me preocupo muito quando eu vejo histórias de clientes que dizem: "Doutora, eu fui deixar meu filho, e a mãe do meu filho recebeu, me deu três tapas na cara e subiu. O que é que eu faço?". Eu tenho que dizer para ele "Nada. Vamos fazer um boletim de ocorrência e vamos acompanhar, e, na próxima vez que você for entregar seu filho, você vai com uma pessoa, você não vai só. Leve uma pessoa, filme e tal".

A gente vê, Senador, homens que são afastados de suas empresas por conta da Maria da Penha. Por quê? Porque são sócios das suas esposas, e elas estão num momento de conflito de casamento, de litígio. É mais fácil vir com o instituto, com uma má orientação de colegas, que não deveriam dar esse tipo de orientação, mas elas entram com uma falsa denúncia, e eles saem do apartamento que, muitas vezes, é bem privado, que ele já tinha antes do casamento, ficam proibidos de ir à empresa... Por quê? Porque aquela esposa trabalha na empresa ou é sócia ou tem uma função naquela empresa. Nós já tivemos empresários que foram afastados de sua empresa, afastados da convivência com seus filhos, e tudo isso através de uma palavra. A gente leva anos, como 18 meses, 24 meses, para reverter isso daí. E, nesse período, como fica a situação?

Foi aprovada aqui a Lei nº 14.713, do final do ano passado, 2023, que alterou um artigo do Código Civil, dizendo o quê? – o art. 1.584, §2º. Ela disse que, se houver elementos, indícios,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

probabilidade ou risco de uma possível violência doméstica nas questões de guarda, a guarda deve ser a unilateral em favor da mãe, ou seja, processualmente falando, legalmente falando, é muito mais fácil uma pessoa fazer uma falsa denúncia e obter as questões patrimoniais em relação ao imóvel da família, um afastamento do homem de uma empresa, um afastamento da convivência com os filhos ou a guarda unilateral de um filho do que entrar com um processo na vara de família para se discutir tudo isso, onde o juiz, em outro contexto, não deferiria uma guarda unilateral sem ouvir o genitor, sem uma audiência de conciliação, sem um devido processo legal. O empresário não seria afastado da sua empresa dessa forma, de pronto, impedido de entrar sob pena de prisão.

Então, Senador, o que a gente está falando aqui é algo muito grave. Por quê? Porque toda essa utilização indevida do instituto fragiliza o próprio instituto, fragiliza o próprio instituto para as mulheres que realmente são vítimas. A gente tem aquela mulher que é vítima, que está numa situação de vulnerabilidade; tem aquela mulher que tem vergonha, como foi dito aqui, uma pessoa que é uma delegada, que é uma advogada, que é uma médica... Nós já atendemos mulheres médicas psiquiatras casadas com outros psiquiatras e vítimas de violência doméstica. Mas nós já atendemos também homens vítimas de violência psicológica em casa, um homem de uma personalidade mais frágil, um homem que convive com uma mulher de uma personalidade mais forte. Isso existe, isso é real, isso não é falado, isso não é bem-visto, isso não tem empatia social. As pessoas não são empáticas ao sofrimento desses pais.

O que a gente vê na prática? Uma mudança de perfil. A gente via, ao longo de 20 anos de advocacia familiarista, mulheres que lutavam para que os pais exercessem sua paternidade, convivessem com seus filhos, pagassem pensão, fossem buscar no dia devido. Agora, o que nós vemos? Ainda em fase de mudança, uma excelente mudança social de perfil, homens que querem exercer a paternidade, que não deram certo naquele relacionamento, mas que querem exercer a paternidade, que querem conviver com seus filhos, que estão aptos e dispostos a conviverem com seus filhos sem babá, levando o filho, cuidando dele, fazendo todas as demandas de higiene. Isso, para a gente... Até em nós mulheres, existe uma certa surpresa de ver esse movimento.

Mas esse movimento está aí, é uma nova geração, e se lutou muito para que isso fosse assim. Então, a gente não pode deixar de apoiar, de olhar para esse homem, seja no percentual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 1%, 5%, 2% ou 10%, porque esses homens estão vindo ao mesmo movimento a que nós mulheres viemos, ao de conquistar esse espaço. E a gente não pode ignorar isso daí, certo? E a Lei Maria da Penha, infelizmente, tem sido um instrumento utilizado contra esses homens, por menor quantidade que sejam, para alcançar esses objetivos, processualmente falando. A gente vê isso infelizmente.

Infelizmente, é esta a questão que acontece aqui: é o mau uso do instituto, que fragiliza todo o instituto, que utiliza o sistema de justiça indevidamente, que podia estar dando atenção a mulheres que realmente precisam dessa proteção, e homens que ficam sem ter a quem recorrer, porque eles não têm um instrumento de proteção. O que vai fazer o homem? Chegar na delegacia e dizer que levou três tapas na cara de uma mulher? Provavelmente não vai.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANNA MAGALHÃES – Então é isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Doutora, um minuto.

A SRA. ANNA MAGALHÃES – A questão aqui é o uso do instituto, que precisa ser preservado, precisa ser regulado, precisa ter... Existe um projeto de lei, como a Mabel até já falou, também de 2023, para criminalizar a questão da falsa denúncia, porque a gente precisa realmente voltar o olhar para isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Anna Magalhães. Com muita sabedoria, encerrou dizendo que não é contra a Lei da Maria da Penha. Pelo contrário, ela disse o seguinte: se houver falsa denúncia, tem que se responder pela falsa denúncia. Eu acho que esse é o objetivo e estamos avançando muito bem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não é pela ordem, V. Exa. está inscrito.

Senador Girão, com a palavra, o primeiro a falar, em nome do...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para deixar eu concluir...

Neste momento, a partir de agora, passam a falar os Senadores. O Senador Girão foi o proponente desta audiência pública.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, eu queria fazer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só gostaria de concluir a minha fala, Senador Girão, permita-me.

De imediato, passo a palavra a ele, o proponente desta sessão para, dentro do tempo, idêntico ao dos painelistas, expressar o seu ponto de vista.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Antes de expressar o meu ponto de vista, eu queria fazer um "pela ordem". É possível?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dentro do seu tempo, é possível, porque nós temos um problema de horário. Ao meio-dia, eu vou encerrar, como havia combinado no início; então, eu gostaria que V. Exa. usasse os dez minutos, e eu seguirei... Dentro do seu tempo, o senhor pode tudo. V. Exa. sabe que Senador aqui manda. Temos, em seguida, mais três Senadores com a palavra, e faltam quinze minutos para meio-dia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu queria cumprimentar todos os palestrantes aqui. Eu acho que entraram para a história hoje todos os que se dignaram, tiveram coragem de vir a este plenário, a esta sessão. Eu tenho várias sessões aprovadas aqui nesta Comissão, muitas inclusive importantes, que tocam em temas polêmicos, mas a gente está para buscar a verdade, e não foram realizadas. Neste ano não vão ser, sob a Presidência do Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dei a preferência a esta em respeito às mulheres e aos homens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu só digo ao senhor o seguinte: não vamos fazer discurso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ninguém está fazendo discurso. Eu não. Eu não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não vamos fazer discurso. Porque eu vou ler a relação aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ler tranquilamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... das pautas que nós aprovamos e que não vão ser lidas, e é importante que a população brasileira saiba...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro! Tem todo o direito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor disse: o senhor tem lado. O senhor disse: o senhor tem lado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sempre tive em toda a minha vida.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sempre teve lado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E V. Exa. também. Isso é bom!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu me admiro de um Presidente de uma Comissão de Direitos Humanos, no momento que vive o país hoje, com presos políticos, com pessoas que não têm direito à ampla defesa, ao contraditório, em que eu tenho uma audiência pública aprovada há meses, para ouvir familiares de vítimas, para ouvir ministros de Estado, para ouvir a Defensoria Pública, para ouvir as entidades, e o senhor não traz esse assunto, porque eu sei que o senhor tem lado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dei preferência para a questão dos homens e das mulheres e não me arrependo.

Senador Girão, permita-me, eu desconto esse minuto. Tem um requerimento aqui na mesa para que eu não realizasse a sessão, e é assinado por inúmeros Senadores da Casa, pela Bancada Feminina. Eu disse: "Não. Eu acertei com o Senador Girão que essa do feminicídio eu faria, e vou fazer". Estou aqui lhe dando a palavra, e ouvi todos os seus convidados; todos os seus convidados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E o cumprimento por ter realizado esta, mas faço o meu protesto nas demais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É legítimo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu queria apenas colocar o seguinte: tem aqui uma pessoa que, desde o início, chegou e pediu... Eu até libero três minutos do meu tempo, se o senhor permitir, ao Sr. Adherbal D'Ávila, que é advogado e que veio... A gente sempre, em audiência pública – eu já presidi várias e dei a palavra para todo mundo. Quanto a essa questão de terminar ao meio-dia, eu, particularmente, acho que a gente tem que exaurir aqui e fazer.

Mas eu respeito a sua condução. Quando o assunto traz verdades, eu sei que verdade incomoda. Então, eu peço a sua autorização para que a gente possa, em três minutos meus... Eu tenho sete; passo três minutos para o Adherbal, se o senhor concordar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em primeiro lugar, eu quero dizer que, dentro do seu tempo, eu lhe dei total liberdade para usá-lo como assim entendesse.

Embora não esteja no ritual – eu vou fugir do Regimento –, porque V. Exa. não se inscreveu... É bom para quem está ouvindo em casa: aqui, se eu não me engano, a não ser a Dra. Rafaela, todos foram convidados de V. Exa., e eu respeito isso, eu respeito. V. Exa. apresentou uma lista de nove, dez convidados, e a todos eu dei a palavra. Neste momento...

Permita-me, eu não vou fugir da pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, eu peço só que dê o tempo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, eu darei, eu darei. Eu usei um minuto e vou dar um minuto.

Neste momento, eu estou abrindo uma exceção para que um advogado, que V. Exa... Falaram diversos advogados, todos foram muito elegantes e muito didáticos com as suas explanações. Como é o nome do senhor?

O SR. ADHERBAL DUARTE D'ÁVILA – Adherbal D'Ávila.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, eu permito três minutos para o Dr. Adherbal D'Ávila e volto depois a lhe dar sete minutos, o.k.?

O SR. ADHERBAL DUARTE D'ÁVILA (Para expor.) – Senador Paulo Paim, obrigado pela oportunidade de me apresentar, e, Senador Eduardo Girão, muito obrigado pelo seu requerimento. Eu me comprometo a não levar mais do que dois minutos na minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

O SR. ADHERBAL DUARTE D'ÁVILA – Senador, eu gostaria apenas de trazer aqui... O senhor falou algumas vezes que o senhor disponibilizaria dados que tem, com o senhor e com a sua equipe, e eu queria saber se o senhor aceitaria que eu, representando o Instituto dos Direitos dos Homens, pudesse também entregar dados, para que a gente possa demonstrar informações...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fica convidado já, no encerramento da reunião, se tiver os dados, a entregá-los a mim, em mãos, e eu farei o devido registro na Comissão de Direitos Humanos.

O SR. ADHERBAL DUARTE D'ÁVILA – Perfeito.

Eu queria só trazer aqui uma pesquisa, que é do instituto de controle de doenças dos Estados Unidos – não é do Brasil –, que há anos vem sendo demonstrada e que vem com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efeitos, muito bem colocados aqui, por conta, doutora, na questão da psicologia: 75% dos detentos advêm de lares sem pais; 63% dos suicídios advêm de lares sem pais; 90% da população de rua advêm de lares sem pais; 85% de todas as crianças com distúrbios mentais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADHERBAL DUARTE D'ÁVILA – ... advêm de lares sem pais; 71% dos jovens abandonam os estudos por conta de lares sem pais.

A Lei Maria da Penha, nós sabemos que ela é importante para proteger, sim. Agora, a violência doméstica acontece no âmbito tanto do homem quanto da mulher. O problema é que, quando nós falamos em violência doméstica, nós sempre pensamos o quê? Um soco, uma agressão, um sangue; porém, a própria Lei Maria da Penha fala nas diversas agressões. O problema de que diversos aqui dos meus antecessores falaram, a respeito das falsas acusações, está baseado na violência psicológica.

Senador Paulo Paim, hoje o art. 147-B do Código Penal atribui violência psicológica apenas do homem contra a mulher. Se a mulher fizer uma agressão psicológica, ele vai procurar uma psicóloga ou psiquiatra. Não há amparo na lei.

Por isso, o meu pedido – e já encerrando –: de que, por conta dos diversos casos mencionados aqui, nós temos só um exemplo de uma vítima que apresentou 56 protetivas e foi aprovada.

Por isso imploro para que V. Exa. possa apreciar, em nome daqueles que são falsamente acusados. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, usou bem o seu tempo.

E me permita só, Senador Girão – eu vou lhe dar sete minutos –, nessa mesma linha de preocupações, eu percebi que não tinha lido, mas é bem rápido:

> [...] [Em 2001] a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sediada em Washington, condenou o Brasil por negligência e omissão em relação à violência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> doméstica [estamos falando aqui da mulher]. O caso que ilustrou a atitude do país em relação aos direitos das mulheres foi [aí fortalecendo a Lei] [...] Maria da Penha.
> A comissão [e eu tenho o documento aqui na íntegra, aqui é um resuminho só] faz parte da Organização dos Estados Americanos (OEA), composta pelos países das Américas e do Caribe. A entidade não tem poder para obrigar os países a acatarem suas decisões, mas usa canais diplomáticos para pressionar pelo fim de [...] violações aos direitos humanos.

Claro, estamos aqui falando das mulheres. Era só para dizer que o problema é internacional, a violência contra as mulheres não é só aqui no Brasil, e a nossa luta é planetária, porque direitos humanos não têm fronteira.

Senador Girão, vou lhe dar sete minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente Senador Paulo Paim.

Martin Luther King, um grande humanista e pacifista da humanidade, tem uma frase que eu repito sempre aqui e no Plenário desta Casa: "Uma injustiça em algum lugar é uma ameaça à justiça em todo lugar".

Eu quero dar os parabéns aqui a todas as brilhantes e históricas participações. Dra. Anna, a senhora foi muito assertiva.

E eu quero dizer que independente de se é 1%, 5%, 10%, se na aplicação de uma lei tão importante como essa – porque violência doméstica contra a mulher é intolerável, intolerável! –, nós estamos vendo aproveitamento... Eu não sou advogado igual ao senhor, mas não são poucos os casos que têm chegado ao nosso gabinete, e nós estamos aqui para dar voz à sociedade. Eu fico feliz de a gente ter podido ouvir todos os que vieram aqui, até um que não estava – o Dr. Adherbal – convidado oficialmente, e agradeço a V. Exa. por essa oportunidade, mas eu fiquei estarrecido com o que eu ouvi aqui. Estarrecido desde a origem, com a colocação feita pelo Dr. Otacílio Guimarães de Paula, que eu acho que merece que se busque a verdade em relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não existe assunto proibido, Senadora Damares, a gente não pode ter. Se ainda temos um restinho de democracia neste país, não podemos ter assunto proibido, temos que encarar todos os assuntos, como eu tenho aqui a questão de tráfico humano, que foi aprovada, e a gente não vai realizar audiência; assuntos com relação ao menos favorecido.

O que o senhor falou aqui, eu vivi isso na minha infância. Quero dizer publicamente que nada é por acaso: a minha mãe era amiga da Maria da Penha e acompanhou todo o julgamento, ficava madrugada lá no fórum acompanhando. O meu pai contratou, tinha contratado antes, o senhor que era o marido dela...

(*Intervenção fora do microfone.*)

... O Sr. Marco Heredia. Aquilo mexeu com a minha infância, e, quando eu vi o documentário do Brasil Paralelo, documentário feito, ouvindo, procurando, isso ali me deixou... Espera aí!

O dado que o senhor está trazendo aqui, que busca na Justiça do Ceará, na minha terra, e a gente tem aqui a maioria de cearenses que estão sendo ouvidos aqui nesta audiência, e lá está tendo algum tipo de bloqueio à busca da verdade, de negar direitos a advogados... Isso é inaceitável também.

Então, o senhor conte com o meu gabinete. Nós estamos querendo apenas buscar a verdade, porque teve um caso, Senador Paim, lá nos Estados Unidos, que deu origem à legalização do aborto, e eu vi a nossa Defensora Pública aqui falando do direito ao corpo e tal. Eu sei que a Defensoria, em alguns estados, entrou para legalizar o aborto, entrou com essa definição de droga também, o que me parece algo pouco ideológico, que contaminou alguns aspectos dessa instituição tão importante. Eu ajudo a Defensoria, e vou continuar ajudando, porque acho importante muita gente que não tem acesso à Justiça, que acesse, mas teve o caso Roe *versus* Wade, que legalizou o aborto nos Estados Unidos – e foi depois provado que era fraude. E os Estados Unidos voltaram atrás, aprimoraram, e começaram a... Eu acho muito importante que a gente perceba o andar da carruagem.

E me preocupa muito se são 5%, 10%, 1% de pessoas que estão sofrendo, porque tratar desse assunto já é uma coragem vocês estarem aqui. É o politicamente correto que ninguém

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aguenta mais, não poder tratar desse assunto. Tem gente sofrendo, tem gente que está com a vida destruída, e a gente precisa aprimorar, Senadora Damares.

Essa questão da lei de alienação parental, eu estou com o senhor nisso, com a Senadora Leila, nós tivemos um enfrentamento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tu lembras que me falaste da Maria do Rosário?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sim, nós tivemos um enfrentamento aqui em algumas audiências públicas, com grupos querendo revogar. E a gente: "Não, espere aí, tem muito ponto positivo nessa lei; se tiver que aprimorar, vamos". E eu acredito que na da Maria da Penha também. Nada como um dia atrás do outro.

Então, eu quero deixar claro que vocês podem contar comigo, com este gabinete, para que a justiça seja feita para todos, para as mulheres, para os homens, para as crianças, porque essa questão de militância ideológica partidária não vai segurar a verdade, não. A verdade sempre triunfa. Mais cedo ou mais tarde, a verdade sempre triunfa. E esses casos estão se acumulando, muita dor de pessoas.

Eu quero dizer: eu não conheço o seu caso, mas eu sinto a sua sinceridade com esse assunto, e vi aqui colocar de forma aberta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... eu o parabenizo por isso.

Muito obrigado ao senhor, que é de outro país, mas está vindo ao Senado da República do Brasil, que está fazendo 200 anos, dar o seu testemunho corajoso com relação ao seu fato. E nós nos colocamos à disposição.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Eu espero, nesses 40 segundos que faltam, que nas próximas... No próximo ano, se Deus quiser, eu vou continuar aqui na CDH...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se Deus quiser, eu estarei aqui; não como Presidente, mas no plenário.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É. Então, que a gente possa realizar audiências aprovadas, como, por exemplo, a questão de debater a assistolia fetal junto com o Conselho Federal de Medicina, porque está sendo feito aborto a três por quatro de crianças...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O senhor só tem alguns segundos, mas pode ler na íntegra o documento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, vou só ler; vou só ler.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, pode ler.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Posso ler?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode. Leia na íntegra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vamos lá.

Aqui, requer, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição e do Regimento Interno do Senado, audiência pública com o objetivo de debater a Resolução 2.378 do Conselho Federal de Medicina, que veda ao médico a realização do procedimento de assistolia fetal previamente aos procedimentos de interrupção de gravidez, nos casos do aborto previsto em lei, quando houver possibilidade de sobrevida do feto em idade gestacional de 22 semanas.

Fizemos aqui uma sugestão de nomes bem ampla, para ouvir um lado e ouvir o outro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Também tem uma audiência pública nossa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto, porque se nós fizermos os comentários e eu fizer também, nós não terminamos hoje. É meio-dia agora.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Requer audiência pública com o objetivo de discutir medidas de combate à prática do tráfico humano. É outra audiência que eu aprovei aqui desde maio. Não foi realizada.

Requer também audiência pública com o objetivo de esclarecer denúncia de violação do devido processo legal em razão das prisões efetuadas dos presos do dia 8 e 9 de janeiro.

Requer audiência pública para que seja ouvido o Sr. Mauro Vieira, convocação do Ministro das Relações Exteriores a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o cancelamento repentino e sem justificativa de uma audiência pública sobre a liberdade de expressão no Brasil, no âmbito da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, que havia sido agendada para o dia 13 de novembro. Ao que tudo indica, o Governo brasileiro interveio para cancelar nossa audiência nos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Girão, eu vou fazer um apelo a V. Exa.: se puder concluir...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Porque nós estamos com um problema de horário.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não é falta de boa vontade minha.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, eu sei. Eu vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem duas Senadoras esperando para dar o seu ponto de vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Para concluir.

Sobre direitos humanos também, para a gente fazer um debate sobre o Conanda, sobre saúde sexual e reprodutiva de crianças e adolescentes, sobre o andamento das investigações do Ministério dos Direitos Humanos, sobre assédio moral e sexual.

Tem outras aqui, que eu leio em Plenário. Eu vou ler em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bom. Muito bem. Parabéns. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Girão, meus cumprimentos pela tranquilidade e pelo equilíbrio.

Houve quem dissesse que o senhor ia fazer uma confusão aqui. Disse: "Duvido que ele faça", até porque nós combinamos como seria a regra do jogo e da reunião.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não é meu perfil. Não é meu perfil. O senhor deve estar falando de outro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que fique claro: V. Exa. cumpriu na íntegra o que foi falado.

Senadora Damares, por favor, V. Exa., que sempre está presente nesta Comissão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discursar.) – Presidente, eu quero dizer o seguinte: senhores, o Brasil é o pior lugar da América Latina para se nascer menina. Infelizmente, é essa a realidade da minha nação.

Senhores, quando uma lei é construída, ela não parte da exceção para a regra, ela parte da regra para a exceção. E o que nós vimos aqui hoje foi a exceção. Lamento que os senhores tenham sido vítimas e lamento que os senhores estejam nessa exceção. Lamento.

E foi corajoso o Senador Paim de colocar esta audiência. Quando a Bancada Feminina soube da audiência, a bancada reagiu não porque não queria que a audiência acontecesse. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é um dia atípico para nós: é a última semana do processo legislativo, está todo mundo correndo muito. E a Bancada Feminina queria estar aqui conversando com vocês. Nós queríamos estar aqui entendendo quem está usando mal a Lei Maria da Penha. Pelos relatos que eu vi aqui, são operadores do direito, são advogados que estão induzindo. E a gente vai ter que ter essa conversa com a OAB. Nós vamos ter que ter essa conversa com quem está fazendo deste instrumento tão poderoso e tão importante para nós mulheres no Brasil o mau uso.

Então, vocês abrem aqui hoje um leque para a gente discutir e entender o que está acontecendo. Mas acreditem, senhores, que nós precisamos da Lei Maria da Penha. Ouvi todos os senhores dizendo que ela é importante. É. E mesmo com todos os ajustes que nós estamos fazendo nesta Casa, lá na ponta, ela ainda não está alcançando todas as mulheres.

Acreditem, senhores, eu fui a Ministra da Mulher, mas eu fui Ministra da Mulher porque eu tenho uma militância de proteção à mulher. Eu sou uma menina vítima de violência. Eu não posso falar de mulher e esquecer a menina, eu trabalho a proteção da mulher e da menina. E vou dizer para vocês: como Ministra, eu vi coisas que eu não queria ter visto. Além de tudo, eu sou uma pastora e, dentro de um gabinete pastoral, eu escuto coisas ainda hoje. E tenho ainda comigo o sigilo confessional. Vocês não têm ideia do que eu escuto.

Então, quando esse instrumento chega... E ele todo dia é aprimorado. A Lei Maria da Penha de 2006 sofreu tantas modificações! Ela é modificada todos os dias. E se a gente puder trazer uma modificação que impeça o mau uso da lei, nós estamos abertos aqui para ouvir isso. Nós temos uma Bancada Feminina nesta Casa muito competente! Nós temos excelentes Senadoras.

E eu não me lembro de o Instituto dos Homens ter me procurado. Eu não me lembro de os senhores terem me procurado. Essa impressão que os senhores têm de que nós mulheres estamos aqui construindo uma guerra contra homens, isso não existe. Quem nos procura são mulheres, e a gente atende as demandas que chegam aos nossos gabinetes. Venham falar conosco! Vamos, quem sabe, dentro da nossa própria Bancada Feminina, criar um grupo de trabalho para impedir que advogados que querem se dar bem usem esse instrumento poderoso a seu favor ou a favor do seu cliente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, só lamento que tenha sido neste dia. A gente vai continuar ouvindo vocês, vamos continuar. Mas, acreditem, mesmo com todos os instrumentos que a Lei Maria da Penha coloca à disposição da mulher, em torno de 20%, 30% das mulheres que chegam na delegacia são desacreditadas na delegacia. Eu tenho mulheres que são desacreditadas na promotoria, são desacreditadas durante todo o processo.

Então, senhores, o que nós temos aqui? Nós estamos vivendo um dilema no Brasil. As pessoas estão doentes. As famílias estão precisando ser fortalecidas. Nós vamos precisar ir para a escola ensinar menino a respeitar menina.

Nós vamos precisar construir nesta nação uma cultura de paz, porque, se não tivermos uma cultura de paz, as maiores vítimas seremos nós mulheres, pois nós somos, sim, biologicamente mais fracas do que vocês. Só biologicamente, só! (*Palmas.*) E, na hora de uma briga, é biologicamente mais frágil a vítima.

Então, senhores, que essa conversa continue, Senador Girão. Quem sabe não em audiência pública... A nossa preocupação também, senhores, é que a gente encerrou, na semana passada, a nossa campanha do fim da violência contra a mulher, uma campanha mundial, e o auge dessa campanha era dizer para as mulheres: denunciem! Não se silenciem, denunciem! Aí vem esta audiência hoje: "Ó, então elas são mentirosas!". Não, por favor. Esse tema é delicado, estamos dispostos a conversar com os senhores, para encontrar uma solução para que ninguém use de forma indevida essa lei tão preciosa para nós.

Senhores, eu só vou encerrar dizendo que nós estamos construindo uma Frente Parlamentar dos direitos da Pessoa Idosa nesta Casa. Está aqui na mesa o autor do Estatuto do Idoso no país. Os senhores não têm ideia do que está acontecendo com mulheres idosas no meu país. Só vou dar um exemplo. A mulher com maior idade que eu acompanhei como Ministra que foi estuprada tinha 100 anos de idade, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Nós prendemos um homem, aqui em Brasília, recentemente, que estuprou a mãe de 78 anos dentro do hospital! Se ele foi na hora da visita estuprar essa mãe dentro do hospital, eu quero que vocês entendam o que ele estava fazendo com essa mãe em casa. Vocês não têm ideia do que está acontecendo com a mulher idosa, e a Lei Maria da Penha tem sido um instrumento poderoso para a gente tirar o agressor de perto da mulher idosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, senhores, que a gente termine a audiência falando que a lei é boa, o que está acontecendo é que alguns operadores do direito estão induzindo mulheres a usar esse instrumento poderoso da proteção da mulher. Então a gente vai encontrar o que a Doutora trouxe ali: 95%-5%. São 5%. É pouco, mas uma vida vale mais do que o mundo inteiro, eu acredito nisso. Uma vítima. Foi como o Senador falou, se tiver uma pessoa injustiçada, nós estamos aqui para fazer essa reparação. E observem, a regra é a violência contra a mulher; a exceção são as falsas denúncias. E este Congresso trabalha da regra para a exceção, e não ao contrário. Mas a gente vai ouvi-los.

Parabéns, Senador Paim, pela forma da condução. Parabéns pela coragem, Senador Girão, de ter colocado esse requerimento, de ter trazido esta audiência.

A gente pode continuar depois, mas, mulheres do Brasil que estão me ouvindo, denunciem! Não se silenciem! Vocês têm uma rede de proteção no Brasil.

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Damares, brilhante como sempre, uma das Senadoras mais presentes nesta reunião, que falou aqui em nome da Bancada Feminina.

É claro, agora nós teremos, para encerrar, a Senadora Leila, que acompanhou a audiência desde o início. Fez contato comigo pela manhã, porque ela não poderia estar aqui, mas não se furtaria a ouvi-los e também a dar o seu depoimento.

Senadora Leila, por favor, na tela.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador Paim.

Eu cumprimento o senhor, por estar conduzindo esta audiência pública, e também o Senador Girão e a Senadora Damares, que é uma das nossas representantes – presencialmente – da Bancada Feminina.

Bom, está aqui para você ver como eu acompanhei toda a audiência pública. Porque eu fiz questão de ouvir as falas dos expositores – e também cumprimento a todos –, mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiramente, quero dizer que eu concordo com a Senadora Damares, acho que o dia não foi o ideal; não foi mesmo. Entendi a conversa, acompanhei a conversa entre o senhor e o Senador Girão, mas, para uma pauta que trata de revisão de qualquer lei que trata sobre direitos, principalmente direitos conquistados pelas mulheres, a Bancada Feminina sempre tem que estar presente. Quando nós ficamos sabendo, houve uma mobilização total dentro da bancada, e, graças a Deus, a Damares está aí. Eu estava também com uma agenda, mas parei rapidamente para acompanhar desde o início.

Então, quero dizer para vocês que a Lei Maria da Penha é fundamental para a proteção das mulheres brasileiras, é reconhecida pela ONU, é a terceira maior legislação, em termos de direito e proteção à vida das nossas mulheres.

A Dra. Rafaela, da Defensoria Pública, foi muito clara ao dizer que a luta não é contra os homens, a luta é para garantir que todas as mulheres tenham direito à vida, que suas vidas estejam garantidas, que tenham proteção. Então, ninguém quer que a Lei Maria da Penha se torne um instrumento de vingança, muito pelo contrário, mas o que eu assisti, com todo o respeito e pedindo vênia a todos que acompanharam, é que só teve um lado da história. A gente teve uma Defensora muito pontual de um estado, que é o estado do Senador Girão. Ele está tratando aí... Vieram inúmeros casos e posições do estado do Senador Girão. Na sua fala, o senhor falou muito bem e claramente sobre as estatísticas do estado, do quanto é estarrecedora a estatística com relação à violência e a números de feminicídios no nosso país.

Então, a impressão que me passou – e eu até anotei aqui para que eu não pudesse esquecer – é que todas as denúncias estão sendo falsas. A impressão que me deu é que é uma tentativa de calar as mulheres, de intimidá-las, de descredibilizar a mulher, que é a principal vítima; é a principal vítima. Então, a gente sabe que sempre houve e vai sempre haver pessoas mal-intencionadas, que utilizam desses mecanismos legais para, de alguma forma indevida, conseguir alguma vantagem, mas nós estamos aqui tratando especificamente de falsas denúncias. E aí eu procurei saber, e, nesses casos, o Código Penal já prevê o crime de denúncia caluniosa. Portanto, do que nós precisamos aqui – e já está incluída no Código Penal a questão da denúncia caluniosa, Senador Paim – é não ter retrocessos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como Líder da bancada, como representante... E a Senadora Damares falou, nós estamos tratando da regra. É claro, a essa regra existem exceções, mas essas exceções não podem virar motivo de retrocesso para a Lei Maria da Penha. Então, em nome de toda a bancada, nós estaremos abertos ao debate.

Eu ouvi o último expositor trazendo uma estatística americana em que 75% dos suicídios entre os jovens é porque não têm um lar, não têm um pai; não sei quantos por cento, sei lá, mais de 80% dos moradores de rua, dos homens que estão na rua é porque não têm um pai, mas, na verdade, a grande maioria dos lares no Brasil também não tem porque é o homem que não quer; é o homem que, muitas vezes, abandona a mulher com seus filhos; é o homem que, muitas vezes, arruma outra companheira. Enfim, nós não vamos entrar nesse mérito. Agora, uma tentativa de simplesmente desqualificar a lei, achar que ela é um problema para um pequeno, digamos, percentual de denúncias... Porque, é claro, concordo com a Senadora Damares, concordo com todos os expositores, que a gente pode ter que fazer uma avaliação. Vamos fazê-la, refletir, parar para pensar. Mas tentar intimidar, calar as mulheres, que são as maiores vítimas, impedir que elas façam a denúncia, isso nós não vamos aceitar.

Então, assim, estaremos sempre abertos aqui, eu digo, o Senado Federal e a Bancada, para fazermos esse diálogo. O que nós não podemos é, por exemplo, ter, de repente, uma audiência pública, em que a gente escuta as pessoas que estão na audiência dizerem que têm mais medo de que o filho sofra uma denúncia do que que a filha sofra uma violência doméstica. Aí a gente fica pensando assim: "Não, eu tenho certeza de que no Brasil tem muito mais gente que tem uma outra opinião", entendeu? E não é assim. A vítima, como a Senadora Damares falou, a fragilidade biológica, a diferença física entre homens e mulheres é muito grande e, muitas vezes, a tensão emocional, o estresse que essas mulheres vivem é infinitamente maior do que para os homens, que têm muito mais, às vezes, poder econômico, que têm muito mais as suas formas, os seus dispositivos de fazer pressão em cima daquela mulher que é vítima, principalmente dentro de casa.

Então, já me coloco à disposição. A Senadora Damares falou certo: nós estamos no final do nosso ano legislativo, temos que tratar de orçamento, mas se levantou luz a esse tema e eu acho que temos que nos sentar à mesa, não é? Sem questões ideológicas. É óbvio, há posições distintas, porque uma sociedade se faz de posições distintas, cada um... Senão isso aqui não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seria uma democracia e o mundo seria muito chato também se todos pensassem de forma igual. Mas a gente tem que fazer o devido debate.

E aí eu peço ao senhor esse compromisso, de que, encerrando esta audiência, tenhamos, no momento devido, no próximo ano, um debate mais profícuo no sentido de trazermos os interessados, mas aqueles também que defendem toda a importância que tem a Lei Maria da Penha, eu sei que todos aí a defendem, mas não tratando denúncia de uma forma a intimidar a mulher a não fazer suas denúncias. Em muitos aí eu senti essa fala, eu senti uma tentativa também de se intimidar, pelos casos isolados que vi aí.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Leila, meus cumprimentos também pela sua fala. (*Palmas.*)

E, concluindo os trabalhos, eu só queria dizer que só recebi, Senadora Damares, o requerimento, pedindo para que eu adiasse a audiência pública hoje pela manhã.

Eu achei que seria um desrespeito a esta Comissão toda se, hoje pela manhã, com convidados que vieram de seus estados chegassem aqui, eu dissesse: "Olha, está suspensa a reunião". Não o fiz em respeito a eles e entendo que eles também me respeitaram, porque eu coloquei minha posição clara, Senadora Damares, durante todo o período, e não tive nenhuma hostilidade. Todos aqui...

Eu coloquei praticamente na sua linha e na linha em que ela falou e todos entenderam. O Senador Girão inclusive falou: "O Senador Paim é um Senador que tem lado". Eu disse, inclusive, sobre esse documento do Edegar Pretto, que criou a frente dos homens contra a violência às mulheres, que ele coordena em nível nacional, já foi ouvido na ONU e pediu que eu o representasse também.

Então, eu tenho esse compromisso.

Ele mandou até um documento aqui. Não vou ler o documento, não, porque estou com problema de horário, mas só o título: Manifesto Nacional da Mobilização dos Homens Públicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Fim da Violência Contra as Mulheres e Meninas – ONU Mulheres, HeForShe, Conab, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério das Mulheres... E aí foi colocando uma série de... Eu não vou ler o documento, mas vou deixá-lo nos *Anais* da Casa.

Esse convite eu já li antes, do Manifesto Nacional da Mobilização dos Homens, que também vai na mesma linha.

E aqui eu encerro agradecendo a todos.

Audiência pública é para ouvir também os que pensam diferente, e foi isso que nós fizemos.

E que bom, Senadora Damares, Senadora Leila, que, embora numa segunda-feira – embora eu realize muitas audiências na segunda-feira –, vocês vieram aqui e colocaram o outro lado. E foram respeitosamente ouvidas por todos, como nós também ouvimos a todos. Eu acho que é assim que a gente escreve a história. Eu diria até uma frase conhecida: é assim que caminha a humanidade. Ouvir os que pensam diferente sempre é produtivo.

Eu queria agradecer a todos.

Eu encerro aqui e fico com a frase, que eu recebi aqui, do Martin Luther King: "Se você ainda não achou uma causa pela qual vale a pena morrer, você ainda não achou a própria razão de viver". É uma frase bonita que faz com que a gente entenda que, as causas, em primeiro lugar.

Eu termino pedindo uma salva de palmas às mulheres e aos homens também no encerramento desta sessão. (*Palmas.*)

Muito obrigado.

Está encerrada a sessão de hoje.

(*Iniciada às 9 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 60ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia dezoito de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Giordano, Weverton, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Humberto Costa, Flávio Arns, Lucas Barreto, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Eduardo Gomes, Dr. Hiran e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Beto Faro, Astronauta Marcos Pontes e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli, Magno Malta, Romário e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da quinquagésima sétima até a quinquagésima nona reuniões da CDH, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2188, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que "Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual" e a Lei n° 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para facilitar o acesso dos idosos e das pessoas com deficiência e comprovadamente carentes aos benefícios da gratuidade no transporte interestadual." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2467, de 2023 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a emissão e a uniformização de passes livres para idosos e pessoas com deficiência física válida em todo território nacional." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Relatoria: Senador Weverton. Relatório: Favorável ao Projeto de Lei nº 2.188/2019 e pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.467/2023. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 385, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar a conduta de difamação contra os mortos nas situações em que o ofensor tenha, entre suas motivações, o preconceito contra a pessoa ou grupo de pessoas; e a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, para implementar os mandados de criminalização de condutas discriminatórias definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da Federal e para criminalizar a prática, indução ou incitação ao ódio, à intolerância e à violência contra pessoa ou grupo de pessoas, em razão de sua raça, cor, etnia, religião, nacionalidade, procedência, classe ou origem social, situação migratória ou de refugiado, sexo, identidade ou expressão de gênero

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou orientação sexual." Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE). Relatoria: Senador Weverton. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1235, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para prever o uso de símbolos de identificação imediata de deficiências ou de doenças crônicas." Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE). Relatoria: Senador Weverton. Relatório: Favorável ao Projeto, com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2090, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e a Lei no 10.741, de 1o de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para autorizar a exclusão do herdeiro por indignidade ou por deserdação no caso de abandono do idoso, além de agravar a pena do crime de abandonar idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres." Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). Relatoria: Senadora Damares Alves (Ad hoc), substituiu Senador Magno Malta. Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: O Presidente Paulo Paim designa a Senadora Damares Alves como relatora "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, com as Emendas nº's 1 e 2- CDH. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3443, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para facilitar a doação de percentual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: O Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Damares Alves. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, com as Emendas de redação nº's 1 e 2- CDH. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 478, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a responsabilidade do agressor em ressarcir os custos relacionados aos serviços prestados pela Casa da Mulher Brasileira ou outros locais de apoio à mulher vítima de violência e sobre a possibilidade de encaminhamento do agressor, no âmbito de programa de reeducação e recuperação, para prestar serviços em locais de apoio à vítima de violência doméstica." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3749, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 19 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para prever a manifestação da ofendida previamente à decisão que revogar medida protetiva de urgência aplicada ao agressor." Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, com a Emenda de redação nº 1-CDH. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4842, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, para instituir campanha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permanente de conscientização em arenas esportivas e respectivas transmissões dos eventos para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher." Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 5704, de 2023 - Não Terminativo - que: "Estabelece diretrizes para a implementação de política de ressocialização e reeducação de pessoa condenada pela prática de violência doméstica e familiar contra a mulher." Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 10 - Projeto de Lei n° 2671, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nos 13.431, de 4 de abril de 2017, e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a imediata adoção de medida protetiva de urgência, consistente no distanciamento entre o agressor e a criança ou adolescente vítima de violência." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senadora Jussara Lima. Relatório: Favorável ao Projeto na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). O Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Damares Alves às onze horas e trinta e um minutos. Às onze horas e trinta e seis minutos, a Senadora Damares Alves devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. O Presidente faz o seguinte encaminhamento: Encaminhar ofício à Presidência da República e aos Ministérios envolvidos, com o repúdio desta Comissão em relação ao texto da Reforma Tributária aprovado na Câmara dos Deputados, que desrespeitou acordos entre as Casas Legislativas e direitos das pessoas com deficiência, bem como ao projeto de Ajuste Fiscal que visa prejudicar o acesso ao Benefício de Prestação Continuada – BPC. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatorze minutos. Ao final, o Presidente coloca em votação a Ata da presente reunião, que é aprovada. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/18

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 60ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 57ª até a 59ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Meu querido amigo, Senador Flávio Arns, sempre presente aqui.

Ele preside, até esta semana ainda, a Comissão da Educação. É um líder aqui, parceiro de todos nós, para todas as horas.

Vou dar um exemplo, permitam-me, porque tem a ver com esse momento: política de cotas. Estávamos para aprovar aqui. Eu precisava votar meio rápido, naquela correria. Aí, o Relator não estava, atrasou, e o Flávio Arns: "Dá aqui para mim, que eu já leio". Leu o relatório da política de cotas, era de minha autoria, não podia fazer, e aprovamos. E foi embora. Foi para a Câmara, hoje está pronto, devolução no Senado.

Mas eu queria rapidamente, aqui, cumprimentar a todos. Hoje é o dia em que nós vamos fazer o encerramento da Comissão, o balanço final, como o Flávio fez ontem na Comissão de Educação. E, também, todos sabem que eu não concorro mais. Então é a última sessão da CDH

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu presido. Ficarei militando na Comissão de Educação, com o Flávio, e aqui no plenário desta Comissão.

Não programei nada, mas vejam como é o destino, como é a vida e a energia do universo: eu tenho a alegria de estar recebendo aqui, neste momento, a Sra. Elisa Larkin Nascimento, esposa do nosso eterno, sempre líder, Senador Abdias Nascimento. (*Palmas.*)

Só falar o nome dele e já emociona a todos. Podem saber: não sou só eu, não.

E ela me trouxe um livro, o que me emocionou um pouco até. Eu sabia um pouquinho da história, não é? Quando ela foi lançar o livro, em Porto Alegre, um dos livros, porque são tantos – a senhora vai falar –, um jovem declamou uma poesia que eu fiz com muito amor e carinho quando eu fui representar o Parlamento e o Executivo, numa homenagem, no Itamaraty, ao Abdias. De noite, eu escrevi a poesia e, no outro dia, eu a declamei. Foi a coisa mais linda que eu fiz na minha vida. E ele estava lá, de cadeira de rodas, mas firme, podia abraçá-lo, você me levou para abraçá-lo. Enfim, deixe-a falar. Eu vou continuar mais dois anos aqui no Congresso, viu?

Está acompanhando-a João Lanari Bo, Professor da UnB e afilhado de Abdias. Uma salva de palmas também. (*Palmas.*)

Estamos com ciúme de você, viu? Só você que é afilhado e nós não? (*Risos.*)

Vamos dividir, não é? Todos somos.

E recebo também, acompanhando-a, o grande líder, grande companheiro de todas as jornadas, não é, Carlos Moura? Juntos, fomos peça fundamental na Fundação Palmares. (*Palmas.*) Você que me liderou lá para que eu, como Deputado na época, te ajudasse. Carlos Moura foi Presidente da Fundação Palmares e fez um belo trabalho.

E o Nelson Inocencio, que é Professor da UnB.

Uma salva de palmas a todos que estão acompanhando. (*Palmas.*)

E de pronto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode pegar aqui. A partir de agora, o microfone é seu.

A SRA. ELISA LARKIN NASCIMENTO (Para expor.) – Só quero dizer que o Prof. Nelson Inocencio é Coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros lá da UnB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, a partir deste momento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem foi rei sempre será majestade.

A partir deste momento, a palavra é sua, que me fez uma surpresa ao estar aqui hoje. Ela vai dizer por que veio, e coincidiu que ela veio me visitar logo na minha despedida. E, para mim, é quase uma homenagem à luta dos direitos humanos – não a mim...

A SRA. ELISA LARKIN NASCIMENTO – Mas é mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... mas às políticas humanitárias.

A palavra é sua.

A SRA. ELISA LARKIN NASCIMENTO – É como o João disse, o Abdias veio abraçá-lo nesse dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Fico muito feliz, viu?

A SRA. ELISA LARKIN NASCIMENTO – Então, eu vim hoje para ver o filme, em realidade virtual, O Sonho de Abdias, que a Secretaria de Relações Públicas criou, com Rocco Pitanga fazendo o papel de Abdias, com Sophia Rosa fazendo o papel de uma jovem negra que visita o Senado. E o filme está disponível na visitação ao Congresso Nacional, como programa da Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero dar um alô para o nosso Daniel, que é uma nova cara da Secretaria de Relações Públicas do Senado. (*Palmas.*)

Eu vim para isso e também para um evento no Arquivo Nacional do Conselho Nacional de Arquivos e do Programa Memória do Mundo da Unesco, em que à tarde vamos estar falando sobre a importância da incorporação dos acervos comunitários e, sobretudo, das populações afro-brasileiras, indígenas e periféricas. O Ipeafro, que é a organização que eu tive a honra de fundar junto com o Abdias, em 1981, faz parte, guarda o acervo do Abdias. E estamos aqui para esses dois eventos.

Eu queria dizer da minha emoção também de estar aqui dez anos depois do centenário de Abdias Nascimento, em 2014, quando nós aqui, nesta sala, nesta Comissão, recebemos um conjunto de lideranças do movimento negro: o Carlos Moura estava junto, o João também estava presente, o Prof. Nelson, estava aqui o Frei David, da Educafro. Eu não vou lembrar todo mundo, mas estava uma mesa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELISA LARKIN NASCIMENTO – E, sim, exatamente, da Nigéria veio o Prof. Wole Soyinka, escritor, primeiro escritor negro, primeiro escritor africano Prêmio Nobel de Literatura, amigo, companheiro do Abdias, quando nós estivemos na Universidade de Ifé, e que ajudou na defesa do direito do Abdias, apesar da perseguição do regime militar na época, que havia cassado o passaporte dele, de ele participar no colóquio que era o fórum intelectual e político do 2º Festival Mundial de Artes e Cultura Negra e Africana, em Lagos, em 1977. Enfim, o Wole Soyinka esteve conosco aqui, nesta mesa, e é uma emoção estar aqui junto neste dia.

Eu gostaria também de informar a vocês que o Conselho Editorial do Senado está preparando, junto com o Ipeafro, uma nova edição dos livros, seis volumes, do título *Combate ao Racismo*, que são os discursos e projetos de lei de Abdias na Câmara dos Deputados, na legislatura anterior à Constituinte, que foi o momento em que o Abdias era o único Parlamentar negro a trazer essa questão para o Congresso Nacional. Ele teve vários embates com uma muralha que se erguia, porque não havia espaço no debate para esse assunto. O Abdias introduziu, com o apoio do movimento negro e de alguns outros Parlamentares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, inclusive, Senador, minha homenagem à Comissão de Educação, na questão das cotas. O projeto de lei de Abdias, em 1983, 20 anos antes de a política das cotas acontecer de verdade, já havia proposto cotas raciais com recorte de gênero – na época eram 40%, mais ou menos, na população, então eram 20% para mulheres negras e 20% para homens negros na proposta de Abdias – e também a criminalização do racismo. Ele propôs as cotas também no mercado de trabalho, no serviço público, nas Forças Armadas, em tudo quanto é lugar. E o 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra, como feriado nacional, foi um projeto aprovado pela Câmara dos Deputados; infelizmente, no Senado, apesar de haver tudo preparado para a aprovação do projeto, na última hora, houve um Senador que levantou uma objeção e não houve a aprovação pelo Senado. E agora nós celebramos o primeiro feriado nacional no último dia 20 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O que ele semeou lá atrás se concretizou agora: tivemos o primeiro feriado nacional de 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, inspirado na proposta que lá ele apresentou. Nós tínhamos aprovado, num passado mais recente, o Dia da Consciência Negra, mas o feriado não tinha passado, não. E agora passamos, graças à energia, à história que ele começou a escrever. Vinte de novembro, feriado nacional. Parabéns, Abdias! (*Palmas.*)

O teu sonho se tornou realidade.

A SRA. ELISA LARKIN NASCIMENTO – O Abdias diria, como sempre fazia, que essa luta é coletiva, então, essa aprovação veio porque o movimento negro continuou e nunca deixou de lutar por essa vitória.

Nós tivemos, na Serra da Barriga, a Fundação Palmares, este ano, fazendo essa grande celebração. E eu trouxe aqui um presente do Ipeafro para o Senador Paulo Paim, que é o livro, o catálogo da exposição do programa Abdias Nascimento e o Museu de Arte Negra. É uma realização conjunta do Inhotim com o Ipeafro. A pintura que Abdias presenteou ao Prof. Carlos Moura, ao Dr. Carlos Moura, na época da criação da Fundação Palmares, estava lá nesta exposição, com várias outras. E nós temos aqui um bom testemunho sobre o trabalho artístico de Abdias Nascimento e também da história dele, da biografia dele. Aqui temos a Bastideana n. 3: Ponto Riscado de Exu Cruzado com Xangô.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado. Fico muito feliz por ter recebido o livro neste momento (*Palmas.*), que conta parte da história do Abdias. Uma história tão longa e tão bonita precisaria de muitos e muitos livros para ser escrita.

Muito obrigado.

Nós vamos encerrar agora porque temos uma reunião deliberativa, mas eu, como gosto de quebrar os protocolos (*Fora do microfone.*), eu cheguei e disse para ela, logo que ela chegou: a minha vida em relação ao movimento negro sempre teve duas referências: Zumbi dos Palmares, e agora temos o feriado nacional, e Abdias, que é Herói da Pátria – eu participei da sessão e da elaboração, claro, no debate dentro do Congresso. E ela me chamou a atenção. Ela disse: "Se você puder resumir, sentado ou de pé, bote um terceiro aí. Zumbi, Abdias, acho que está bem colocado, dois grandes momentos, mas coloque um terceiro".

A SRA. ELISA LARKIN NASCIMENTO – O terceiro é no século XIX, o Luiz Gama, o grande abolicionista negro que libertou dezenas, centenas de pessoas escravizadas. Ele não pôde se formar, de forma formal, como advogado. Era como é que se chama?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELISA LARKIN NASCIMENTO – Rábula.

Mas a OAB, graças à luta do movimento negro, de forma póstuma, deu a ele o título de advogado. E, quando ele faleceu, a cidade de São Paulo parou. Em cada esquina, os poetas, porque ele era poeta também, como o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como o Abdias. Eu copio o Abdias e fico orgulhoso, viu? (*Risos.*)

A SRA. ELISA LARKIN NASCIMENTO – Em cada esquina de São Paulo, quando o caixão passava, o poeta queria declamar, homenagear Luiz Gama. Então, quando fizemos o 3º Congresso de Cultura Negra das Américas, em 1982, em São Paulo, foi no dia do falecimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Luiz Gama, por conta dessa incrível trajetória desse lutador pela abolição da escravatura. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

Eu sei que eu tenho que começar nossa reunião, mas, se quiserem tirar uma foto, eu vou convidar os meus dois queridos Senador e Senadora aqui e os seus convidados.

Pode ser, Senador?

A SRA. ELISA LARKIN NASCIMENTO – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Flávio Arns, Senadora Jussara e os convidados dela para tirar uma foto.

Em seguida, vamos iniciar nossa reunião deliberativa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Voltamos à nossa pauta deliberativa de hoje e, no fim, eu vou fazer o balanço e a minha despedida da Comissão e desse público tão querido aí, que está sempre aqui representando os seus Senadores e seus segmentos das políticas humanitárias.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 2671, DE 2024

- Não terminativo -

Altera as Leis nos 13.431, de 4 de abril de 2017, e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a imediata adoção de medida protetiva de urgência, consistente no distanciamento entre o agressor e a criança ou adolescente vítima de violência.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Senador Flávio Arns, quero registrar mais uma vez sua presença. Já passamos pela sessão de homenagem, agora vamos à pauta.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Exmo. Sr. Presidente Senador Paulo Paim, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei nº 2.671, de 2024, que, de acordo com sua ementa, busca "prever a imediata adoção de medida protetiva de urgência, consistente no distanciamento entre o agressor e a criança ou adolescente vítima de violência".

Passo diretamente à análise do mérito, considerando que o texto do relatório já foi disponibilizado para os Srs. Parlamentares.

A matéria, sem dúvidas, mostra-se valorosa.

A Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022, conhecida como Lei Henry Borel, previu o afastamento imediato do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência da vítima, nos casos de ação ou omissão que implique a ameaça ou a prática de violência doméstica e familiar contra a criança e contra o adolescente.

Ocorre que, para os casos de crianças e de adolescentes vítimas ou testemunhas de violência que não configurem situações de violência doméstica e familiar, embora haja a previsão de concessão de medidas protetivas de urgência pela autoridade judiciária, não existem mecanismos equivalentes expressos na lei para assegurar o imediato distanciamento entre o agressor e a vítima. Daí a relevância e a oportunidade do projeto de lei.

Vislumbramos, contudo, a necessidade de realizar adequações ao texto proposto. O distanciamento entre agressor e vítima, enquanto medida protetiva de urgência, em regra, deve ser determinado pela autoridade judicial. Pode-se prever, entretanto, nos moldes já aplicados pela Lei Henry Borel e pela Lei Maria da Penha, ser passível de aplicação imediata pelo delegado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de polícia, quando o município não for sede de comarca; ou pelo policial, quando o município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia. Em ambos os casos, o juiz deve ser comunicado no prazo máximo de 24 horas para decidir, em igual prazo, sobre a manutenção ou revogação da medida aplicada.

Por outro lado, vislumbramos, ainda, que as hipóteses de concessão imediata de medida protetiva, com base em decisão de autoridade policial, por ser medida gravosa não precedida de contraditório, devem ser excepcionais e motivadas diante das circunstâncias de cada caso concreto. Por isso, deve ser reservada aos casos em que sua tramitação regular não seja possível. São os casos em que a autoridade policial poderá requisitar à autoridade judicial medidas de proteção para evitar prejuízo à criança ou ao adolescente, com base nos incisos I e II do art. 21 da Lei nº 13.431, de 2017. Assim, prevemos que a medida é devida quando verificada a existência de risco concreto ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da criança e do adolescente.

O voto.

Diante do exposto e do caráter meritório da proposição, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.671, de 2024, na forma da emenda substitutiva apresentada.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Jussara Lima, pelo seu relatório brilhante, como sempre.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com a emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa constituir parecer da CDH, favorável ao projeto na forma da Emenda nº 1, Substitutivo.

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Flávio Arns, com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Se V. Exa. me permite, eu quero aqui me associar a todas as manifestações de repúdio que vêm chegando ao Congresso Nacional contra o Relator da reforma tributária, o Deputado Reginaldo Lopes, PT, Minas Gerais.

No relatório dele, ele elimina a possibilidade de a pessoa cega ter acesso ao carro, com as vantagens dos impostos, a pessoa surda, pessoa com autismo, pessoa com muitas deficiências físicas. Ele eliminou essa possibilidade na reforma tributária de essas pessoas terem um benefício que há muitos anos acontece no Brasil, não respeitando inclusive o compromisso dele com a minha pessoa, no sentido de que, quando a reforma estava sendo aprovada na Câmara dos Deputados, eu disse para ele: "Olha, a reforma não é adequada, o que vocês estão fazendo?". Ele disse: "Façam no Senado, mudem no Senado, que eu respeito aqui na Câmara no retorno". Não respeitou, não cumpriu a palavra, cometeu um crime contra a pessoa com deficiência.

As pessoas estão repudiando o que ele fez, e quero estender isso ao Governo, porque, no Senado Federal, o acordo feito foi com o Relator, com o Governo e com o Plenário. O Governo disse: "Esse projeto aqui, se vocês retirarem o destaque, diminuímos a necessidade de quatro anos para a compra de novo veículo para três anos e, ao mesmo tempo, respeitamos os demais itens constantes do relatório do Eduardo Braga". Ele retirou itens, porque só poderá comprar carro agora, daqui para a frente, adaptado, ou seja, pessoa cega não tem carro adaptado, pessoa surda não precisa de carro adaptado, precisa de carro, como sempre aconteceu.

Então, nesse sentido, eu só quero dizer que o Deputado Reginaldo Lopes não cumpriu com a palavra dele, trabalhou contra a pessoa com deficiência. As pessoas com deficiência e suas famílias do Brasil inteiro estão repudiando o que ele fez. E eu quero me associar a todas as manifestações das famílias e dizer para o povo de Minas Gerais que o que ele fez ele tem que corrigir agora, a lambança que aconteceu no relatório dele na Câmara dos Deputados e dizer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o Governo também que negociação feita e assumida no Senado Federal, com a presença do Bernard Appy, com a presença do Relator... Quer dizer, houve todo um entendimento com o Governo, e o Governo certamente não falou com o Reginaldo Lopes lá na Câmara dos Deputados. Então, inúmeras coisas, inúmeros fatos aconteceram, e o repúdio vai para o Relator e para o Governo, porque o Governo tem a sua culpa nesse processo todo.

Então, nós todos que trabalhamos nessa área, inclusive o nosso Presidente, que tem uma dedicação – ele foi o autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência –, temos que corrigir isso.

O Senador Omar Aziz já se manifestou na própria aprovação da reforma para que, no início do ano, a gente trabalhe nisso, mas foi um crime que o Reginaldo Lopes cometeu, que o Governo cometeu contra uma parcela importante da população. Sempre o mais marginalizado, o mais vulnerabilizado, o que precisa de mais apoio é o que mais sofre. É o exemplo do ajuste fiscal que vem para cá, para o Senado Federal. De onde estão tirando os recursos? Do BPC! Do BPC (benefício de prestação continuada). Todo o debate que está acontecendo não é sobre pessoas de posses, de riquezas, de bancos, de incentivos, mas sobre a pessoa com deficiência e sobre o idoso – sobre o idoso! Imaginem proposta do Governo dizendo: se você tem um irmão que tem renda, a renda vai contar no seu BPC; se você tem casa, isso vai contar no BPC; se tem outra pessoa com deficiência ou idoso recebendo a renda, isso vai contar, ou seja, é massacrar quem mais precisa. Massacrou ontem... Reginaldo Lopes massacrou, o Governo massacrou, quer massacrar no BPC, e nós temos que impedir esse massacre. Nós temos que, como Comissão de Direitos Humanos, valorizar – sempre fizemos isso – quem mais precisa.

Então, nosso repúdio – repúdio, palavra certa – para a lambança – lambança –, uma palavra difícil, contundente para aquilo que o Relator fez, Reginaldo Lopes, do PT de Minas Gerais, e para aquilo que o Governo fez também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Flávio Arns, eu percebo, na sua fala, a emoção e a indignação. Estou vivendo também esse momento. Eu nunca recebi tantas comunicações. É só olhar as minhas redes sociais. Nunca recebi tantas quantas estou recebendo agora: cobrança, indignação, e pedido de socorro, principalmente de pessoas com deficiência – principalmente de pessoas com deficiência – e, claro, dos idosos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse caso da reforma tributária, eu entendo que já se encerrou o processo, mas acho que cabe a nós da Comissão de Direitos Humanos fazer um tipo de ofício, encaminhando ao Presidente da República, no sentido de que isso seja vetado. Eu acho que é possível, já que, no momento em que chega, o Governo pode vetar. Eu sou daqueles, como V. Exa.: acordo firmado tem que ser cumprido. Mesmo no meu partido, quando eu tenho divergência, eu ligo para os Líderes e digo: "Olha, essa situação eu não posso acompanhar". Foi uma ou outra vez, mas fiz isso e houve o respeito das partes.

O que V. Exa. está dizendo é que foi um acordo que foi firmado, lacrado, dada palavra, e não foi cumprido. Eu confio plenamente na sua fala. Eu o conheço há mais de 30 anos. Nunca vi V. Exa. ter uma postura como essa se não fosse coberto totalmente de razão. Se V. Exa. assim entender, eu faria um documento, no meu último dia como Presidente da Comissão de Direitos Humanos – último dia, porque eu não a presido mais a partir da semana que vem, bem dizer, não é? Claro, até que entre o próximo Presidente. Mas farei um documento reportando ao Presidente, ao ministério correspondente a sua fala, se assim V. Exa. me permitir, e que é uma fala de todos os Senadores que estavam aqui presentes.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não só permito, Sr. Presidente, como é extremamente importante. E basta lembrar ao Eduardo Braga, ao Bernard Appy as notas taquigráficas, em que nós dissemos, nós estamos com destaque para que a aquisição de veículos por pessoas com deficiência possa ter alterações aqui. E no acordo foi dito que o acordo foi a manutenção do que estava no texto, atualização de valores... Eu até falei no Plenário isso, 200 mil para veículos, não temos mais o IPI, não temos o PIS-Cofins, que zerou isto, infelizmente 120 para a questão agora do IBS, por causa do ICMS, foi tudo colocado.

O Relator falou comigo, importante de se dizer, antes da aprovação na Câmara, dizendo: "Não posso mais fazer nada, porque vai para votação, não tem mudança, mas que podem fazer as mudanças no Senado que nós acataremos na Câmara". Não só não aceitou como piorou a situação, quer dizer, uma falta de palavra, falta de compromisso. E o acordo com o Governo poderia chegar para o Relator e dizer: "Olha, é uma lei complementar, eu já sei de dezenas de situações em que a lei complementar, após sancionada, pode ser mudada". E vamos começar a mudar essa lei complementar nos seus aspectos desumanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E desumana foi a situação criada pelo Relator em relação à aquisição de veículos por pessoas com deficiência, e alertando que amanhã vem um ajuste fiscal, com mais contundência por parte do Executivo para tirar de quem mais precisa, BPC, idoso, pessoa com deficiência, fazendo inúmeras exigências e dando a entender que as pessoas com deficiência estão cometendo fraude. Olha, basta o Governo Federal colocar lá digital, ajudar as pessoas a fazerem isso.

Então, é uma posição que a gente jamais imaginaria que este Governo fosse fazer, que se diz a favor do povo. Então, temos que corrigir isso, arrumar essa... Eu usei a palavra forte: essa lambança que foi feita na Câmara dos Deputados ontem pelo Relator, com apoio do Governo, certamente, porque o Governo poderia ter dito que tem um acordo no Senado, que foi fechado o acordo, está lá tudo sacramentado. Mas não: "Tem que economizar, tem que fazer...". Em cima de quem? Pessoa cega não pode mais ter carro, pessoa surda não pode mais ter carro, pessoa autista não pode, e dependendo da deficiência física já não pode mais ter também, porque muitas delas não precisam de carro adaptado, mas precisam de carro. E no BPC são duas situações, é pessoa com deficiência e tem a renda econômica abaixo do que se preceitua, pronto, acabou. Por que ficar achando pelo em ovo, como está acontecendo no estágio atual das coisas no Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Flávio Arns. Eu vou pedir à sua assessoria e, se possível, a V. Exa. que nos encaminhamentos junto ao Christiano, que é o Secretário da Comissão, nos ajude a formular, inclusive, esse ofício. E eu me encarrego de assinar em nome da Comissão – eu assinarei em nome da Comissão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Eu acho, Presidente, que em nome da Comissão teria um peso muito grande, mas eu queria trazer um pouco de reflexão neste debate.

Presidente, eu tenho todas as minhas oposições ao Presidente Lula, por conta de nossas divergências ideológicas e políticas, mas eu tenho para mim, aqui no meu coração, que o Presidente Lula não tem noção do que está acontecendo com relação a esses dois itens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não tinha as informações...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sabe por quê? Porque não é o Presidente Lula que a gente conhece. A minha preocupação, Presidente Paim, é que é uma equipe econômica – e eu quero lembrar – em que 90% deles são concursados, estão lá há anos, e são os mesmos problemas que eu tive no Governo anterior. Essas propostas de uma equipe econômica já vêm aí há algum tempo, eles tentando retirar direitos mesmo das pessoas com deficiências e idosas. Era o meu maior problema no Governo Bolsonaro, era a tal equipe econômica, como eu vi que, aqui no Congresso, quando eu era assessora, era também o problema dos outros governos. Todos nós temos problemas com a equipe econômica, porque eles têm uma visão de mundo totalmente diferente da nossa.

Eu acredito, Senador Flávio, que é possível a gente conversar com o Presidente antes de uma sanção. Eu acredito que a equipe do PT... E aí, Presidente, isso não vai poder ser uma disputa política, a gente não vai poder trazer os idosos e as pessoas com deficiência para embates políticos. Para mim é claro que politicamente seria melhor que eles dessem um prejuízo enorme aos idosos para depois a gente dizer: "Está vendo? Nós avisamos". Mas eu não posso colocar idosos e pessoas com deficiência em risco agora.

Se houver a possibilidade de um encontro com o Presidente Lula... E o PT já se manifestou, tem secretarias do PT que já se manifestaram, e eu fiquei muito contente com a nota que eu vi dessa secretaria do PT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu li a nota no Plenário...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pois é.

Então assim, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... da Secretaria Nacional de Pessoas com Deficiência, do PT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Conheço os meus colegas do PT que estão aqui nesta Casa: são todos eles muito sensatos. Se pudesse tentar um encontro desse time do PT – esse time que é pró-idoso, pró-pessoa com deficiência – com o Presidente Lula, talvez a gente evitasse um dano, porque, neste momento difícil de saúde dele e de tantos desafios que ele está enfrentando, talvez ele não recebesse as informações necessárias.

Então, fica aqui uma sugestão ao senhor, que é do PT, de a gente conversar com o Jaques Wagner, a gente conversar com os outros Líderes do PT, e vocês terem uma conversa com o Presidente.

Eu estou sendo muito criticada pela minha base de direita, mas eu estou apostando no bom senso do Presidente.

A equipe econômica, em qualquer Governo, se puder jogar contra o povo, ela joga, porque a equipe econômica foi treinada para ter uma visão: arrecadação. Então, assim, e o que me preocupa com o Presidente Lula é... Uma equipe econômica já derrubou um Governo PT. A Dilma foi derrubada por uma equipe econômica. Por erros numa equipe econômica. A Dilma não foi impitimada por corrupção, porque ela era uma pessoa ruim. Foi um erro de uma equipe econômica. E agora meu medo é porque uma outra equipe econômica está convocando o Presidente Lula numa situação delicadíssima. O Natal dele não vai ser agradável se isso permanecer. Então, porque eu sei que o povo vai para rua. O povo vai para rua. Então fica aqui... os senhores tentarem invocar o bom senso do Presidente Lula é a única arma que nos resta agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou acatar os... Antes que o Flávio coloque...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu estou preocupada com que vai vir amanhã com relação ao BPC. Vai ser o mesmo tom, tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou acatar os dois encaminhamentos. Eu me comprometo a marcar um encontro junto ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo. Não sei se o Presidente Lula vai estar presente ou não, mas em áreas do Governo que resolvam. Resolvam e, naturalmente, vamos ver também.

O Líder Jaques Wagner é muito sensível. É um grande Líder. Eu considero Jaques um grande Líder. E, com certeza, ele talvez consiga dar o devido encaminhamento junto aos órgãos de Governo que resolvam a questão do veto, para ver se a gente resolva essa questão.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Não, eu concordo que... Só que o Presidente representa... Quer dizer, isso são iniciativas que a gente tem que dizer que são do Governo. Se o Ministro está mal representado no Congresso ou mal representado na equipe econômica, que tenha pessoas sintonizadas com o pensamento dele, porque certamente, eu também acredito que não seja isso. Então essas pessoas têm que ser exoneradas. Quer dizer, exoneradas! Não, fizeram uma coisa absurda. Para mim, história de vida. Vai embora, vai para casa. Acabou. Não trabalha mais com a gente aqui. Nós temos lideranças no Congresso. Mas não é só isso. A reforma tributária já foi aprovada. Não dá para mudar? Claro que dá para mudar, porque é uma lei complementar. A lei complementar, qualquer lei complementar, pode ser mudada a qualquer tempo.

A LDB, a Lei Diretriz e Base da Educação Nacional, apesar de não ser complementar, tanto quanto eu saiba... (*Pausa.*)

É complementar? Não. Mas já foi mudada dezenas de vezes. E a reforma tributária tem problemas muito sérios, entre os quais esse que a gente está debatendo aqui. Agora, não é só isso, é a postura do Relator. Dizer, olha, Relator, você assumiu, assumiu, deu a palavra, assumiu o compromisso, não cumpriu, foi alertado, nós falamos com todos, e não só eu, as lideranças da Câmara falaram, olhe, as pessoas tiveram que fazer um voto em repúdio. Então todos esses que estão repudiando querem alguma coisa, quer dizer, a manifestação é o mínimo que a gente tem que fazer.

O Omar Aziz, inclusive, na discussão da questão dos veículos, disse, no começo do ano: "Vamos nos sentar e botar tudo a panos limpos." Exatamente disso. Está lá? Manifestei-me...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se você me permite, eu digo que o Omar Aziz é um grande Líder. Ele é muito ouvido dentro do Governo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então as lideranças, mais o Paulo Paim, que é do Partido dos Trabalhadores e amigo nosso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estarei junto.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... e sintonizado, autor do Estatuto do Idoso, da Pessoa com Deficiência, de tantos outros projetos importantes. Quer dizer, isso é um crime contra o idoso, contra o deficiente, que, justamente, têm no Paulo Paim a liderança importante.

Claro, tem que conversar, mas tem que bater, para a turma aprender que não se brinca com quem mais precisa. Vá lá. Eu fui ao G20. Na educação... Getulio Vargas apresentou lá os dados: 7% do PIB para incentivos, para necessidades, emprego, 7% do PIB; e a educação tem 5% do PIB. Aí, eu disse para a pessoa lá no grupo grande do G20: um Governo, para fazer isso, tem que ter coragem – coragem! –, e não teve coragem nenhuma, porque eu não vi, no ajuste fiscal, nada relacionado a isto – os 7% do PIB para incentivos, para algumas coisas, renúncias fiscais e tal. Se tivesse 1% a menos para coisa que não funciona – porque, para o que funciona, tem que ter o incentivo, mas, para o que não funciona! –, teria todo o dinheiro para o ajuste fiscal, mas, não, vão em cima do idoso, da pessoa com deficiência, do trabalhador, do abono salarial...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Do salário mínimo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... do salário mínimo, de tudo isso. Se diminuísse 1% do incentivo e renúncia, já cobriria tudo isso e sobraria, porque a educação tem, no Brasil, 5%; incentivos e renúncia, 7%. Ora, tem coisas importantes, mas diminua 1%, 2%, fiscalize, acompanhe, e tal, mas não.

Tem que ter coragem, eu disse lá, tem que ter coragem, e essa coragem ainda não foi mostrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós vamos em frente, mas não tem como: eu preciso dizer que concordo com as preocupações de V. Exa. na íntegra, não é?

Agora, me preocupa que, de uma hora para outra, até na mídia – até na mídia, coisa que eu não vi nesses 40 anos em que eu estou aqui! –, sabe quem é o culpado de tudo? É o salário mínimo. A que ponto nós chegamos! "Ah, mas o dólar está a 6.2 já e agora foi para 6.9". Quem é o culpado? Segundo eu ouvi na mídia – não foi aqui, nem do Governo, nem da oposição –: o salário mínimo.

A taxa de juro, em março, vai para 14.5%. Por quê? "Ah, o culpado é o salário mínimo." A inflação está subindo; o culpado é o salário mínimo. É uma análise tão simples a que alguns analistas fazem que me assusta, porque passam isso como uma verdade absoluta para a população. Aí, eu pergunto: se o número de empregos com carteira assinada aumentou, o culpado é o salário mínimo? Se o culpado é o salário mínimo, é bom, porque estão contratando, e acho que dá para contratar mais. Mas eles pegam só o lado negativo e a pedra de toque mágico para resolver é o salário mínimo – salário mínimo e BPC, naturalmente. O BPC é mais grave até que a questão do salário mínimo, eu reconheço. É esse o debate que está dado na sociedade.

A minha vida toda eu defendi o salário mínimo. Achei que tinha, um dia, assegurado uma política de inflação mais PIB. E, de repente, agora, a política tem que ser mexida.

É um debate que vamos ter que fazer. Claro, não estou aqui jogando pedra em ninguém, mas esse debate a gente tem que fazer. Sobre fatos graves, como os que V. Exa. relatou, Senador Flávio Arns, nós temos que fazer de tudo, nesta Comissão, para dialogar dentro do Governo.

Eu acho que abre espaço para dialogar com alguns Líderes que vocês citaram aqui – e eu estarei junto com todos, independentemente de partido –, para a gente dialogar para encontrar uma saída a esse acordo que foi firmado com o V. Exa. Para quem está nos ouvindo no Brasil todo, Flávio Arns não mente. Eu digo com a maior tranquilidade: V. Exa. não mente. Podemos até discordar em alguns temas, o que é natural – não é? –, mas quantas vezes fizemos acordo na Câmara e aqui? Todos foram cumpridos. E, se esse acordo, que V. Exa. firmou e afirmou aqui, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público, para o Brasil, não for respeitado, nós temos que dialogar para ver onde está o problema. O.k.?

Nós daremos esses encaminhamentos, da nossa parte, aqui, na Comissão.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2090, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e a Lei no 10.741, de 1o de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para autorizar a exclusão do herdeiro por indignidade ou por deserdação no caso de abandono do idoso, além de agravar a pena do crime de abandonar idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria *ad hoc*: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Relatoria: Senador Magno Malta.

Como o Senador Magno Malta não está, eu vou pedir para a Senadora Damares para que faça a relatoria.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Peço permissão para ir direto à análise, Presidente.

Cabe a esta Comissão opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos, bem como sobre proteção aos idosos. A análise do PL em exame, portanto, reveste-se de plena regimentalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto, de autoria do Senador Flávio Arns, é digno de aplausos e reconhecimentos, pois propõe medidas significativas para coibir a prática odiosa do abandono de idosos em hospitais e instituições de longa permanência. A questão é alarmante: como é possível que um filho, que deveria ser o primeiro a cuidar e proteger, deixe pai ou mãe jogado à própria sorte no momento em que mais precisa ser acudido?

O Senado Federal não pode se esquivar à sua responsabilidade de proteger os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis. A defesa dos direitos dos idosos é uma questão de justiça social, moral e ética. E eu – o Relator original –, como cristão, não posso jamais me esquecer do quarto mandamento bíblico: honrar pai e mãe.

Assim, minha responsabilidade, como Senador da República e como cristão, só pode ser a de aprovar projeto que honra pai e mãe. Afinal, estou investido em mandato popular pelo povo do Espírito Santo, que, seguramente, deseja que eu utilize minhas possibilidades em favor de pais e mães de todo o Brasil.

A proposta de excluir herdeiro e deserdar aqueles que abandonam seus pais ou mães reflete uma necessidade premente de promover a responsabilidade familiar e a proteção dos direitos dos idosos. Ademais, a previsão de pena mais severa para aqueles que abandonam idosos em hospitais ou instituições é uma medida necessária e justa, que poderá contribuir para a conscientização sobre as consequências desse ato deplorável.

O PL, portanto, só pode receber voto por sua aprovação.

Contudo, é certo que cabem alguns breves reparos.

A proposta de alteração ao §2º do art. 1.815 do Código Civil traz novas competências ao Ministério Público – algumas das quais não dizem respeito ao tema do PL, que é o da punição ao abandono em hospitais de pessoas com laço de sangue. Assim, parece-nos que essa alteração foge ao escopo essencial do PL, razão pela qual entendemos mais adequada sua exclusão.

Por fim, entendemos que a redação proposta para o novo inciso V do art. 1.962 do Código Civil, embora meritória, peca por não informar quem será o sujeito paciente do abandono.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa maneira, entendo ser necessária a emenda, a fim de tornar mais precisa e cristalina sua redação legal.

Voto.

Em razão dos argumentos apresentados, votamos pela aprovação do Projeto de Lei 2.090, de 2021, com as duas emendas que já foram devidamente publicadas.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com as duas emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas 1 e 2.

Senador Flávio Arns, permita-me ainda falar desse tema, porque ontem eu tive uma reunião da bancada... E a reunião da bancada não é segredo, viu? Se alguém entra, e tem reunião da bancada, que tenha aí 10, 12 pessoas, não é segredo.

E lá, na reunião da bancada, o representante do Ministério da Fazenda, depois que eu fiz uma fala falando o que eu penso da questão do pacote, ele me informou o seguinte: "Paim, ontem tivemos, à noite, ontem à noite...". Isso foi ontem, ao meio-dia. Ele se referiu: "Ontem à noite tivemos uma reunião com a bancada lá na Câmara e vamos ter mudanças no BPC".

Ele falou da questão da moradia, que, se tivesse uma moradia de valor x, não teria mais BPC. Segundo o que ele disse – eu estou aqui abrindo o que eu ouvi, e não é segredo, não é? –, teria também aquela questão de "olha, mas tem mais do que duas pessoas com deficiente na família. Só um agora iria ganhar". Isso está... Segundo eu ouvi, estaria pacificado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu disse: "Quero ver a redação final" – não duvidando do que ele falou, mas do Relator, porque é a fala que V. Exa. fez aqui. Então, ele deixou para mim... Não deixou com toda segurança, porque o Relator tinha se comprometido, mas que haveria mudança no BPC e haveria dessa forma que eu aqui falei.

Foi o que eu ouvi ontem, na bancada, ao meio-dia.

E falei no Plenário ontem, falei sobre o pacote, e disse: "Olha...". Porque muita gente pergunta e quer saber: "Vocês não têm televisão? Estão indo para falar? Falem então, mas falem toda a verdade". E foi o que eu fiz.

Ontem, quando eu falei na tribuna, preocupado com o pacote, salário mínimo e BPC principalmente, eu dei esse informe também logo após eu ter saído da reunião.

Vamos torcer para que haja uma conversa que aponte um novo caminho para as pessoas que mais precisam, que são aquelas que dependem do BPC.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Não, eu só quero reforçar até... De V. Exa. eu tenho toda a confiança, 100% de confiança, absoluta, total e irrestrita.

O que a Damares falou, agora há pouco, é muito importante também. Só dizer: "Olha, o Brasil inteiro está mobilizado contra". Mas não é contra, é contra o Governo, porque foi o Governo que mandou isso para...

Eu acho, assim, um absurdo tão grande, não é? O Governo mandou uma coisa contra a qual o Brasil se mobilizou. Não pode acontecer isso.

Eu acho que está faltando algum elo nessas conversas aí antes de mandar, porque o estrago está feito. Quer dizer, todo mundo falando mal do veículo, todo mundo falando mal, e não é só porque 10% da população têm alguma deficiência, mas esses 10% têm pai, têm mãe, têm irmão, têm avô, têm avó, têm tio, têm tia. Metade da população do Brasil está falando mal – metade, pelo menos metade. E os outros, que são contra o Governo, vamos dizer, já continuam falando mal. Então, tem que tomar mais cuidado, eu acho. Parece que o pessoal não pensa nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consequências dos atos que fazem. Tem que pensar antes, depois... Derramou o leite, agora vamos botar o leite de volta; um pouco volta, mas muita coisa não volta para o copo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha, o próximo projeto é de minha autoria. E, como eu falo muito, desde que eu não minta – não é, Flávio? –, acho que falar a verdade é o mais tranquilo.

Senadora Damares, o próximo projeto é meu. Eu tive algumas informações – e são informações – de que a senhora será indicada pelo seu partido a disputar – olha, eu estou botando o termo "a disputar" – a Comissão de Direitos Humanos. Então, não sei se é bom ou ruim, mas vou pedir que a senhora presida para eu relatar o projeto. Não sei se não vou lhe deixar mal lá no seu partido.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) –

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 3443, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para facilitar a doação de percentual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas de redação que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CAE.

Autoria: a nobre Deputada Paula Belmonte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Senadora Damares, se V. Exa. me permitir, eu vou direto à análise.

Análise.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proteção à infância. Logo, é regimental sua análise do PL.

Ademais, não identificamos vícios de constitucionalidade, de legalidade ou de juridicidade. Pelo contrário, o PL nos parece muito bem elaborado e meritório.

A autora do projeto foi lapidar ao afirmar que a destinação prioritária de recursos às políticas públicas relativas à criança e ao adolescente deve ser a regra, e não a exceção. Ora, e que melhor maneira de fazê-lo do que pela manifestação do contribuinte para que a doação seja feita no contracheque mensal?

Veja-se que não se trata de nova previsão de destinação de recursos.

O ECA já assegura, no inciso II do *caput* de seu art. 260, que a pessoa física, por ora da declaração anual de seu Imposto de Renda, possa deduzir até 6% do imposto devido por meio de doações aos fundos dos direitos da criança e do adolescente.

Ocorre que, para exercê-la, o contribuinte tem de conhecer tal possibilidade e dela se lembrar, por exemplo, na hora de preencher sua declaração. E sequer muitos saberão como fazê-la por meio de uma aba específica existente no programa disponibilizado pela Receita Federal.

Contudo, por meio do PL que aqui analisamos, tudo fica mais fácil. Depois de sua conversão em lei, bastará ao contribuinte avisar seu empregador e, automaticamente, a doação ao fundo sairá diretamente do imposto retido na fonte. E o melhor: ela se torna recorrente, enquanto o contribuinte não manifestar desejo em contrário, acontecerá. Ou seja, o contribuinte não paga nada a mais por isso, e o PL não cria renúncia da receita fiscal, eis que tal possibilidade de destinação do imposto devido já está prevista em lei, para operar com transparência e eficácia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL que analisamos é fruto de grande percepção de sua autora, que com ele cria forma simples e legal de exercer o mandato constitucional de prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

Assim, concluímos pela aprovação do PL.

Contudo, parecem-nos necessárias duas emendas de redação, de forma a amoldar o PL aos preceitos da técnica legislativa da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998. Inicialmente, é devido que o art. 1º do projeto indique seu objeto. E, por fim, é necessário que a cláusula de vigência não trate de maneira distinta os conceitos de entrada em vigor e de produção de efeitos.

Voto.

Tendo em conta os argumentos apresentados, manifestamos nosso voto pela aprovação do PL 3.443, de 2021, com duas emendas de redação que eu já comentei.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com duas emendas de redação que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas de redação nºs 1 e 2-CDH.

O projeto segue para análise da CAE.

Devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dessa vez, você devolve; na outra, você não vai devolver. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É a última, não é? É a última nossa, mas continuaremos todos trabalhando juntos aqui, com certeza. (*Pausa.*)

A partir deste momento, nós temos dois encaminhamentos: um é o expediente e, depois, eu vou fazer o relatório desses últimos dois anos.

Eu deixo vocês bem à vontade, não tem votação, não tem nada. Apenas farei o relatório do trabalho nesse período. A assessoria fez um esforço gigantesco – tanto da Comissão quanto do meu do gabinete – para reduzir, mas uma redução dessas, pessoal, não vai menos do que 40 minutos. É a análise que eu faço aqui. Então, eu deixo bem à vontade, porque a gente lê para efeito de registro, ainda mais porque vai ser o meu último ano na Presidência da CDH.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu estou com uma demanda do DF aqui para resolver e vou precisar sair, mas eu precisava, antes de o senhor começar a ler, registrar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Têm todo o tempo os dois Senadores. O meu não tem pressa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... a condução, Presidente, desta Comissão nesses dois anos.

Nós iniciamos uma legislatura tensa, nós iniciamos um pós-8 de janeiro, com os ânimos todos alterados, e o senhor teve grande desafio nesta Comissão, mas o senhor, com equilíbrio, sensatez, esse seu jeito diplomático de nos levar sempre ao consenso, conseguiu conduzir a Comissão, porque ela produziu. Nós nunca tivemos uma pauta com menos de oito, dez itens. Foram todos deliberados. Aqueles que não foram deliberados, não foi por sua vontade, é porque ou o autor ou o Relator não vieram. Matérias importantes passaram nesta Comissão. Nós demos uma contribuição imensa, imensa para o país. Eu não sei se o senhor vai conseguir listar tudo que nós aprovamos aqui nesses dois anos, é impossível. E é difícil também escolher qual foi a matéria mais importante, porque foram tantas importantes que vai ser difícil a gente dizer "essa é a mais importante de todas".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o senhor, Presidente. Parabéns! Mas é isso, Paulo Paim é isso, Paulo Paim é coração, Paulo Paim é diálogo, é consenso. E eu me senti muito feliz de ter sido conduzida nesses dois anos sob a sua Presidência.

E quero estender também, Presidente, os agradecimentos e cumprimentos a essa equipe, que eu já conheço dos bastidores há muitos anos, essa equipe tão comprometida, que também passou por grandes desafios, matérias polêmicas vieram aqui. Então, parabéns ao Secretário, a todos os da equipe, e que Deus os abençoe, que vocês tenham um Natal abençoado, que as suas famílias sejam abençoadas!

Foi uma honra, Presidente, ser liderada nesta Comissão pelo senhor, e os próximos dois anos virão. Que Deus o abençoe! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Senadora se referiu a toda a equipe, e eu afirmo: é uma equipe suprapartidária. É uma equipe que tem uma visão que eu tenho, me permita que eu diga, de frente ampla pelo Brasil. Essa é uma visão que eu tenho desde que eu entrei na política. O que é o melhor nós queremos aprovar para o povo brasileiro.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Eu só quero me associar a tudo que a Senadora Damares Alves colocou e parabenizar...

(*Interrupção do som.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Com todo o respeito, não vou chamá-lo de V. Exa. porque o Senador Paulo Paim é um amigo, Senador de muitos anos, nós temos essa caminhada juntos aqui. Eu tenho, como eu já falei agora há pouco, o maior respeito pelo Senador Paulo Paim, a maior confiança. É uma pessoa que agrega, que negocia, que dialoga, que busca ver os pontos de vista, e isso é muito importante,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

particularmente, como a Damares colocou, na situação em que iniciamos aqui, de extrema tensão, mudanças de governo, com todos os problemas que aconteceram, e com temas polêmicos também, radicalizados muitas vezes. Mas, com jeito, com diálogo, com entendimento, as coisas vão acontecendo, e o Senador Paulo Paim tem todo o perfil para fazer isso de uma maneira maravilhosa.

Então, eu quero parabenizar o Senador, quero parabenizar a equipe. Uma andorinha só não faz verão, como o povo fala também. Tem que ter várias andorinhas ajudando a fazer o verão. É uma equipe importante, os Senadores e Senadoras que fazem parte, as assessorias, os meios de comunicação do Senado, tudo é importante. Então, eu quero dar os parabéns também, Paulo Paim, de novo – sempre dou os parabéns para ele, então, novamente –, para a equipe e para todos. O Paulo Paim usou agora há pouco a palavra coletivo. É uma coisa coletiva, sempre o que é bom é coletivo, nunca é individual, não é verdade?

Parabéns para o coletivo a favor dessa área tão importante que é a concretização de direitos humanos em nosso país. Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Flávio Arns.

Na fala da Senadora Damares e de V. Exa., eu me sinto contemplado. Eu sei que vocês falaram aqui por todos os Senadores desta Comissão.

Eu tive a alegria de assistir ontem a sua fala também na Comissão de Educação. Eu disse uma frase lá. Claro que eu não tenho os dados para conferir, mas, numa análise rápida, a Comissão que mais produziu nesses últimos dois anos, em aprovação de projeto, audiências públicas, uma vigília, eu diria, permanente, principalmente na educação, que para mim é direitos humanos, foi a Comissão de V. Exa. Eu estou dizendo e olhe que eu produzo aqui, viu? Aí eu tenho dados para dizer. A de V. Exa., pelas informações que eu tenho, foi a Comissão que mais produziu. Mas não é só produzir por produzir: "Ah, eu faço audiência para contar número". Não, é pela qualidade da discussão, principalmente sobre educação, em que V. Exa. é um mestre, e a questão das pessoas com deficiência.

Registros de presença:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Carla Araujo, Procuradora do MP do Rio de Janeiro e Coordenadora da Copevid (Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher). Seja bem-vinda aqui! (*Palmas.*)

- Cláudia Garcia, Promotora do MP do Espírito Santo e membra auxiliar do CNMP. Seja bem-vinda também! (*Palmas.*)

Expediente.

A Secretaria da CDH... Porque depois que começarem a ler o relatório, ele é longo, não é? Então, Senador Flávio Arns, fique bem à vontade, viu? Fique bem à vontade.

Então, já vou ler o expediente.

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos:

- da Defensoria Pública da União, solicitando a realização de audiência pública para tratar do PL 4.614, de 2024, que altera a Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei 10.633, de 27 de dezembro de 2002, a Lei 14.601, de 19 de junho de 2023, estabelece disposições para políticas públicas e dá outras providências. A Defensoria afirma que o projeto irá dificultar o acesso aos benefícios da previdência e assistência social e irá também impactar os requerentes do benefício de prestação continuada. Informamos que o referido projeto ainda está em tramitação na Câmara dos Deputados. Quando chegar a esta Comissão, nós daremos a devida atenção e vamos trabalhar, inclusive, com a informação que vocês nos concederam;

- de cidadãos: ameaça da comunidade do território quilombola de Santa Rosa dos Pretos; e denúncia sobre desvio de verbas federais destinadas à população em situação de rua, notadamente verbas que deveriam ser aplicadas em restaurantes populares no Estado do Rio de Janeiro. Aqui são duas denúncias, a primeira é uma ameaça aos quilombolas de Santa Rosa dos Pretos; a segunda é o uso indevido das verbas destinadas aos restaurantes populares, a que daremos o devido encaminhamento.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria e/ou no portal da CDH para a manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos agora ao relatório. (*Pausa.*) (*Falha no áudio.*)

... de um detalhe, mas importante, não é? Como é que era? A Zélia que dizia: "Tudo é um detalhe", e o detalhe é quando se é coisa importantíssima, mas vamos lá.

Balanço da CDH, biênio 2023-2024. Senhoras e senhores, encerramos o biênio 2023-2024 na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) com um sentimento, confesso a todos, de dever cumprido. Foram dois anos intensos, marcados pelo debate, pelo diálogo permanente com a sociedade brasileira; movimentos sociais, sindicais; movimentos negros; organizações da sociedade civil; diversos segmentos com as mulheres, com as pessoas com deficiência, com comitivas de outros países, enfim, diversos segmentos comprometidos com a construção de um Brasil justo e solidário. Mesmo as comitivas que eu recebi aqui de outros países vieram para conversar sobre a realidade brasileira. Permitam-me apresentar um breve relato das atividades realizadas por esta Comissão ao longo desses dois anos.

Ao todo realizamos 160 reuniões, das quais 107 foram audiências públicas, 53 reuniões deliberativas e de diligência. Destaco a presença de ministros e ministras de Estado em diversas audiências públicas, o que demonstra relevância e abertura do debate nesta Comissão para temas fundamentais que impactam diretamente a vida das pessoas. Entre os nomes presentes, estiveram aqui a Ministra Cida Gonçalves, Ministério das Mulheres; o ex-Ministro Silvio Almeida, dos Direitos Humanos e da Cidadania; a Ministra Nísia Trindade, da Saúde; a Ministra Anielle Franco – essa por duas ou três vezes –, da Igualdade Racial; o Ministro Wellington Dias, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; a Ministra Sonia Guajajara, dos Povos Indígenas; e o Ministro Luiz Marinho, do Trabalho e Emprego.

A CDH também promoveu debates fundamentais, como o ciclo de discussão sobre a fome do Brasil, as ações de combate ao trabalho escravo e a proposta de expropriação de terras onde essa prática for constatada – teve audiência pública e o projeto de lei foi aprovado –; a violência política contra a mulher e a política de cotas para negros em concursos públicos – fui o autor –; a política de cotas nas de universidades – fui Relator –; feriado nacional Zumbi dos Palmares, 20 de novembro – fui Relator –, e outros temas, por exemplo, relevantes.

Senhoras e senhores, reunimos nesta Comissão temas que são verdadeiros alicerces da cidadania e dos direitos humanos. Foram 11 audiências sobre o Estatuto do Trabalho, que uns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamam de CLT do século XXI, porque eu a estou relatando há cinco anos, o que é uma revolução na forma de trabalho e de direitos, preservando, claro – e todo mundo me conhece –, o direito dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e das cidades; seis foram voltados ao combate à fome e à segurança alimentar; cinco sobre os direitos da mulher; duas dedicadas à população LGBTQIA+; quatro sobre povos indígenas e comunidades tradicionais; além de debates sobre a juventude, a saúde, o impacto da inteligência artificial nos direitos humanos. Outros temas que permearam essas audiências públicas: campanha Feminicídio Zero; políticas públicas para as crianças e adolescentes; direito da pessoa idosa; igualdade salarial entre homens e mulheres – que se transformou em lei –; *Cannabis* medicinal; autismo; planos de saúde, o abuso dos planos de saúde, que estão simplesmente desligando as pessoas sem nenhuma explicação depois que elas pagaram 10, 20, 30 anos.

Ouvimos Senadores, Senadoras, Deputadas e Deputadas, especialistas, representantes do movimento social, sindical, do movimento negro, do movimento das mulheres, professores, líderes comunitários, enfim, ouvimos todos os segmentos.

Quero também enfatizar a importância de reuniões presididas por Parlamentares que compõem a Comissão. Alguns que presidiram reuniões aqui e o fizeram com muita, muita competência, e me senti por eles representado: Senadora Zenaide Maia, Vice-Presidente desta Comissão, foi a que mais presidiu depois deste Senador; Senadora Damares Alves; Senador Flávio Arns; Senador Humberto Costa; Senador Girão; Senadora Augusta Brito; Senadora Professora Dorinha – foram aqueles que presidiram, independentemente da matriz ideológica, foram pessoas que presidiram sessões aqui de debate, audiências públicas –; Senadora Leila Barros; Senador Fabiano Contarato; Senador Nelsinho Trad; Senador Izalci Lucas; Senadora Jussara Lima; entre outros que contribuíram com a sua experiência e dedicação, até assumindo o lugar do Presidente em alguns momentos. O Senador Flávio Arns eu acho que o fez dezenas de vezes, quando eu tinha que ir para outra atividade ou por motivo de atraso; ele colaborou sempre.

No âmbito legislativo, avançamos em propostas significativas. Só como exemplo: o Projeto de Lei 1.577, de 2020, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, de autoria de Fabiano Contarato e de que tive a satisfação de ser o Relator; o PL 1.085, de 2023, que trata de igualdade salarial entre homens e mulheres, de autoria da Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e relatoria da Zenaide Maia; o PL 5.970, de 2019, que trata da expropriação de terras onde se constatar a prática de trabalho escravo, de autoria do Senador Randolfe e relatoria do Fabiano Contarato; o PL 5.384, de 2020, que atualiza a política de cotas, de autoria da Maria do Rosário e do qual eu fui o Relator; o PL 3, de 2023, protocolo "Não é Não", de autoria da Maria do Rosário, e, como Relatora, Mara Gabrilli; e o PL 5.791, Política Nacional de Cuidados, de autoria Deputada Leandre, e aqui eu fui o Relator. Esses são apenas alguns exemplos de como a CDH contribuiu para os direitos humanos e sociais. Além disso, apreciamos sugestões legislativas que vieram diretamente da sociedade, como a SUG 11, de 2022, que propõe diretrizes para a conservação e recuperação da fauna e flora ameaçadas de extinção; a autoria é do programa Jovem Senador; a relatoria é da Senadora Augusta Brito. A SUG 4, de 2023, que visa a conceder abono do PIS para empregados domésticos; a autoria é do Instituto Doméstica Legal; assumimos a relatoria. A SUG 9, de 2023, que institui o mês de abril como o Mês Nacional de Valorização da Cultura Brasileira; a autoria é do programa Jovem Senador; a relatoria é do Senador Alessandro Vieira e, *ad hoc*, da Senadora Damares Alves. A SUG 53, de 2019, que institui o Minuto da Cidadania, que tem por objetivo difundir os direitos, os deveres e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal; a autoria é do programa Jovem Senador; a relatoria é do Senador Izalci Lucas, *ad hoc*, da Senadora Damares.

Essas propostas que aqui citei, o Senador Flávio Arns foi um que assumiu muitas relatorias *ad hoc*, que fique registrado, de inúmeros projetos, inclusive da política pública de cota no serviço público. V. Exa. fez o papel de Relator aqui e está aqui entre os citados.

Entre 2023 e 2024, foram 246 proposições apresentadas com relatórios, 256 proposições deliberadas e aprovadas, 174 requerimentos apresentados e 136 requerimentos aprovados.

Registro alguns projetos que aqui foram relatados por mim e por outros Senadores e que foram aprovados aqui, pelo menos alguns:

- PL 2.017, de 2023, amplia a interpretação da Lei de Cotas para favorecer candidatos cotistas. Autoria: Rogério Carvalho;

- PL 4.438, de 2021, medidas protetivas urgentes para idosos, pessoas com deficiência vítimas de violência. Autoria: Simone Tebet;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- PL 2.203, de 2023, proíbe transações... Aqui ela está como autora, porque, antes de ser Ministra, ela estava aqui na Casa. Não tem o nome aqui do Relator. (*Pausa.*) A autoria é da Simone Tebet. Eu, nesse caso, fui o Relator;

- PL 2.203, de 2023, proíbe transações comerciais com empresas estrangeiras envolvidas em trabalho escravo. Autoria: Marcos do Val;

- PL 526, de 2021, gratuidade na segunda via de identidade para idosos com situação de pobreza. Estou dando só o nome do autor para ser mais rápido. Autoria: Senadora Nilda Gondim. Todos os PLs que foram relatados e aprovados;

- PL 5.334, de 2023, formação mínima para profissional do apoio escolar. Autoria: Deputado Federal Eduardo Barbosa, já falecido. No dia em que aqui aprovamos o projeto de autoria dele, fizemos uma homenagem para ele;

- PL 4.800, de 2023, garante o foro no domicílio de idosos economicamente vulneráveis em ações judiciais. Autoria: Senador Ciro Nogueira;

- PRS 110, de 2023, cria a Medalha Laço Branco para homens que combatem a violência contra mulheres. Autoria: Augusta Brito;

- PL 4.498, de 2020, inclusão da população em situação de rua no censo demográfico do IBGE. Autoria: Senador Fabiano Contarato;

- PL 1.082, obriga a coleta de dados sobre a população LGBTQIA+ no censo do IBGE. Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo;

- PL 3.697, de 2021, proíbe o trabalho infantil em espaços públicos. Senador Contarato;

- PL 5.384, de 2020, acesso especial à instituição de ensino superior pelos grupos vulneráveis. Autoria: Maria do Rosário;

- PL 5.643, prioridade de atendimento às vítimas de violência sexual pelas autoridades públicas. Autoria: Deputado Federal Ronaldo Carletto;

- PL 2.562, de 2021, torna hediondos os crimes relacionados à exploração de crianças e adolescentes. Autoria: Senadora Nilda Gondim;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- SUG 50, de 2019, propõe o fim da cobrança do IPVA. Autoria: Programa e-Cidadania;

- SUG 3, de 2020, reduz salários e benefícios de políticos. Autoria: Programa e-Cidadania;

- PL 2.861, de 2023, institui parentalidade positiva e o direito a brincar com prevenção à violência infantil. Autoria: Deputada Federal Laura Carneiro;

- PL 1.635, de 2022, cria o Estatuto do Fundo Nacional da População em Situação de Rua e criminaliza a aporofobia. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues;

- PL 4.089, de 2023, proíbe crédito consignado sem autorização do beneficiário e reforça a proteção a idosos. Autoria: Deputado Federal Edgar Moury;

- PL 316, de 2016, coleta obrigatória de dados sobre pessoas com deficiência no Brasil. Autoria: Senador Romário;

- PL 5.791, de 2019, institui Política Nacional de Cuidados. Autoria: Deputada Leandre Dal Ponte.

Cito agora alguns projetos que foram encaminhados aqui de minha autoria, que foram aprovados:

- PL 74, de 2023, que obriga assinatura física de idosos em contrato de crédito firmado por meio eletrônico ou telefônico. Relatoria: Fabiano Contarato;

- PL 4.396, de 2019, modifica a disciplina da obrigação imposta às locadoras de veículos, para determinar que os veículos adaptados oferecidos para pessoas com deficiência devem possuir comando manual de acelerador. Relatoria: Mara Gabrilli;

- PL 268, de 2017, que reduz a carga horária máxima semanal para 25 horas de regime do tempo parcial. Esse foi relatado pela Augusta Brito;

- PL 271, de 2017, que revoga a possibilidade de extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador. Relatoria de Eliziane Gama;

- PLS 282, de 2017, que estabelece pagamento adicional para intervalos intrajornada não usufruídos. Relatoria: Flávio Arns. Desses, estou lendo o Relator, porque eu fui o autor;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- PDL 95, de 2021, que susta a resolução da Funai sobre o critério de heteroidentificação. Relatoria de Augusta Brito;

- PL 1.718, que trata da prorrogação da suspensão de ordens de despejo. Relatoria: Otto Alencar;

- PL 4.551, de 2020, que assegura para as pessoas com deficiência o direito a meia-entrada em unidades de conservação da natureza de gestão pública ou privada. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Projetos que foram aprovados na CDH e se tornaram leis nesses dois anos. De muitos que eu li aqui, claro, como Presidente, eu assumi a autoria ou a relatoria. E muitos outros Senadores foram relatores ou autores.

Agora, eu vou passar à lista dos projetos que já são leis. Foram aprovados aqui e, ao longo desses dois anos, se tornaram leis.

Lei nº 14.611, 3/7/23, dispõe sobre igualdade salarial, remuneração entre mulheres e homens e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. A nossa briga... A Zenaide, me lembro, foi a Relatora. Aqui eu só estou nas leis. Foi muito importante a iniciativa do Executivo e nós aqui a aprovamos nesta Comissão por unanimidade.

Resolução do Senado Federal nº 17, 14/7/23, institui a Frente Parlamenta Mista da Família e Apoio à Vida.

Lei nº 14.624, PL 5.486, altera a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência, para instituir o uso de cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas.

Lei nº 14.467, PL 2.458, de 2019, instituiu a Semana Nacional do Empreendedorismo Feminino.

Lei nº 14.682, PL 3.792, cria o Selo Empresa Amiga da Mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei nº 14.721, PL 130, de 2019, altera os arts. 8º e 10º da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para ampliar assistência à gestação e à mãe no período de gravidez, do pré-natal e puerpério.

Todos os que eu estou lendo são projetos de lei que passaram por esta Comissão e o Presidente Lula sancionou.

Lei nº 14.723, PL 5.384, de 2020, altera a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas, quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escolas públicas.

Lei nº 14.786, de 28/12/23, PL 3, de 2023, cria o protocolo "Não é Não", para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima; institui também o selo "Não é Não – Mulheres Seguras" e altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023.

Aquele que eu li anterior remonta ao que eu já citei sobre a política de cotas nas universidades, no caso, aqui.

Outro: Lei nº 14.821, PL 2.245, de 2023, institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua e dá outras providências; institui a parentalidade positiva e o direito ao brincar... Não, são dois aqui. institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua, o chamado PNTC PopRua.

Agora vem a Lei nº 14.826, Projeto 2.861, que institui a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias intersetoriais de prevenção à violência contra crianças; e altera a Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022.

Lei nº 14.880, PL 2.650, de 2022, que altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, para instituir a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos, e para determinar prioridade de atendimento em programas de visitas domiciliares a crianças com necessidades especiais, nos termos que especifica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senti que chegou uma Senadora aqui brilhante, sempre presente, a Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Desculpe-me, eu tentei chegar na hora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, sempre chega. E se tiver que relatar algum projeto, vai poder relatar ainda, sem problema nenhum.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Não, eu tenho um projeto que vai ser relatado... Se a Relatora chegar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem é a Relatora?

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Ela vem, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ela vem? Então, está bem. Pode deixar que eu levo aqui o tempo necessário.

E você também, com direito a palavra. É a nossa última sessão e é uma despedida.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Pois é, para parabenizar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A senhora vai ter a oportunidade, o.k.?

O protocolo "Não é Não", eu já li; sobre a população em situação de rua também.

Lei 14.826, que institui a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias intersetoriais de prevenção à violência contra crianças; e altera a Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei 14.880, PL 2.650, de 2022, que altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, para instituir a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos (Atenção Precoce), e para determinar prioridade de atendimento em programas de visitas domiciliares a crianças com necessidades especiais, nos termos que especifica.

Informo a todos que estão nos assistindo pela TV Senado que eu estou lendo o número de leis de projetos que passaram aqui e foram transformados em leis sancionadas pelo Presidente Lula.

Lei 14.887, PL 2.737, que altera as Leis nºs 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e 13.239, de 30 de dezembro de 2015, para estabelecer prioridade no atendimento social, psicológico e médico à mulher vítima de violência doméstica e familiar.

Lei nº 14.899, que dispõe sobre a elaboração e a implementação de plano de metas para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher, da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência; e altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018.

Lei nº 14.925, PL 1.741, de 2022, que dispõe sobre a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadores da educação superior, em virtude de parto, de nascimento de filho, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção; e altera a Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, para disciplinar a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo.

Resolução do Senado Federal, PRS 62, de 2023, que institui a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa Idosa.

Eu estou, Senadora Augusta Brito, passando para lá e, de vez em quando, eu paro para dizer a quem está nos assistindo que tudo que estamos lendo aqui foram projetos que se transformaram em leis. E aqui nós, da Comissão, fomos aqueles que votamos.

Lei 14.951, PL 4.189, de 2019, que dispõe sobre colocação de órtices externas, denominado bengala longa, para fins de identificação de condição de seus usuários.

Se V. Exa. quiser comentar algum, fique à vontade. Estou aqui cumprindo o papel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei 14.952, que acrescenta dispositivo à Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a fim de estabelecer regime escolar especial para o atendimento a educandos na situação que especifica.

Logo após a leitura – está no fim –, a Senadora Augusta Brito tem um projeto que a Senadora Leila vai relatar.

Lei nº 14.967, que institui o Estatuto da Segurança Privada e das Instituições Financeiras, altera as Leis 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.446, de 8 de maio de 2002 – e aí vai uma série de outras leis que foram alteradas para aprovar esse projeto.

Lei nº 14.979, que altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de tornar obrigatória a autoridade judiciária à consulta dos cadastros estaduais, distrital e nacional de crianças e adolescentes em condição de serem adotados e das pessoas ou casais habilitados para tanto.

Lei nº 14.987, PL 1.151, que altera o art. 87 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para estender o direito ao atendimento psicossocial às crianças e aos adolescentes que tiverem qualquer dos pais ou responsáveis vitimados por grave violência ou presos em regime fechado.

Ainda faltam duas páginas, Senador.

Lei nº 14.896. PL 557, de 2020, que altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1995, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir a obrigatoriedade da abordagem, fundamentada na experiência das perspectivas femininas, nos conteúdos curriculares, no ensino fundamental e médio; institui a semana de valorização de mulheres que fizeram a história, no âmbito das escolas de educação básica no país.

Lei nº 14.992, que altera a Lei nº 11.788, de 25 de junho de 1998... Sente aí, meu grande líder, sempre me assessorou, muitos e muitos anos, e hoje está na Casa Civil: o Ministro Rui. Rui é quem... Ele me raptou, ele aqui. Não, estou dando um exemplo, estou elogiando, viu? É um excelente funcionário, um advogado preparadíssimo, e ele foi convocado pelo Executivo, e em seguida aí você terá direito a conversar um pouco conosco aqui. E eles me lembram aqui porque, depois de uma certa idade, não adianta eu só olhar e dizer, olha, esse cara... Então, aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já me passaram um *brief* seu aqui. Leandro, advogado, assessor agora da Presidência da República, trabalha com o Ministro, foi – está tudo aqui – para o Rui Grande Sul, acompanhou nas caravanas. Seja bem-vindo.

Altera a Lei 11.788 – esse é o PL 5.813 –, de 25 de setembro de 2008, e 13.667, 17 de maio de 2018, para estabelecer incentivos à inserção de pessoas com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho. É muito importante também esse projeto.

Estou lendo aqui, Leandro, todos os projetos que são leis. Dá para contar quantos foram, não é? São 27 os projetos que aqui passaram – e devem ter passado até pela tua mão lá, porque o Presidente Lula transformou em lei – e foram sancionados pelo Presidente Lula nestes nossos dois anos.

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e 13.667, de 17 de maio de 2018, para estabelecer incentivos à inserção de pessoas com transtornos do espectro autista no mercado de trabalho – já tinha lido.

Esse altera o Decreto-Lei 2.848 e uma série de leis que se referem à Lei Maria da Penha, para tornar o feminicídio crime autônomo, agravar sua pena e de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem como para estabelecer outras penalidades. Foi um projeto muito interessante, fruto da Bancada Feminina – diga-se de passagem, a Bancada Feminina tem maioria nesta Comissão, por isso eu estou aqui, esperando a Senadora chegar, para que a gente relate esse projeto.

Lei nº 15.032, que acrescenta dispositivo ao art. 18-A da Lei 9.615, de 24 de março de 1998, para condicionar o recebimento de recursos públicos a compromisso de adoção de medidas para proteção de crianças e de adolescentes contra abuso sexual.

E, por fim, a Resolução do Senado Federal nº 64, de 2023, que institui no Senado Federal a Comenda Ceci Cunha e dá outras previdências.

Voltando agora... Isso aqui estava dentro do meu relatório, e agora eu vou para o encerramento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Chegou toda a equipe. As mulheres são poderosas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – As mulheres são poderosas.

Leila, da parte mais pesada no meu relatório, eu já passei. Agora, as últimas duas páginas. Então, chegou na hora certa. Chegou na hora certa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

Aqui eu afirmei que, enquanto a senhora não chegasse, eu não pararia de falar. (*Risos.*)

Enfim, vamos para o encerramento.

Com convicção, chego ao fim deste meu relato do trabalho realizado por nós todos aqui, na CDH, durante o biênio 2023-2024. Repito: as mulheres aqui são ampla maioria.

Reafirmo o nosso compromisso com a democracia, a igualdade e a dignidade humana.

Agradeço aos servidores e assessores da CDH, aos amigos, enfim, a todos, aos excelentes profissionais da TV Senado, da Rádio Senado e da Agência Senado. Vocês todos são importantíssimos, e eu diria que são maravilhosos, todos, todos, todos. (*Palmas.*)

Na pessoa do Secretário Christiano de Oliveira Emery, saúdo todos, todos os funcionários pelo trabalho brilhante que fizeram.

Leila, eles não têm hora para começar nem para terminar, por isso eu defendo o turno de seis horas. E eles falam... Sabe o que eles falam? "E o turno de seis horas, Senador?" Quando for lei! Enquanto não for... (*Risos.*)

Resta-nos agora renovar nossas energias para enfrentar os desafios que estão por vir, todos nós. Vamos sempre, tenho certeza, avante, com o firme propósito de construir um país

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais solidário e justo para todos, comprometido com os direitos fundamentais de todos os brasileiros e brasileiras.

Finalizo com palavras, confesso, de coração e de alma, do coração que rufa como os tambores – como um livro que tive alegria de escrever, e foi publicado aqui, pela Gráfica do Senado –, da alma que canta o amor em sua imensidão. Essa foi a quinta vez que presidi esta Comissão dos Direitos Humanos. Não mais... (*Manifestação de emoção.*) Não mais a presidirei, porque é meu último mandato, eu tenho dois anos, e o rodízio é de dois anos. Então, aqui, eu estou me despedindo como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, mas continuarei militando pelas políticas humanitárias. (*Palmas.*)

Daqui, como eu disse, a dois anos, encerro o meu trabalho no Congresso Nacional. Serão 40 anos. Gratidão sempre a todo o povo brasileiro, ao povo gaúcho e a todos vocês. Independentemente de partido, de grei partidária, ideológica, fica o meu abraço a todos, na certeza de que o amor sempre vencerá. E, no fundo, no fundo, todos têm, lá no fundo do coração, parte deles que sabe que o amor sempre vencerá.

Não mudo de caminho, mas talvez o meu jeito de andar seja mais sereno. Até me lembro daquela música: "Ando devagar, porque já [...] [sofri demais], e, [por isso], levo esse sorriso".

Benditas sejam as pessoas que estão nesta Comissão e todos que eles e elas acolheram. Benditos sejam os direitos humanos.

Vivi intensamente a Comissão de Direitos Humanos. Amei em oração, ouvi em silêncio profundo. Falei pelo pulsar de minhas veias, de forma muito, muito natural. Quis mudar o mundo quando jovem, mas depois, com o envelhecimento, eu entendi que eu vivia para ajudar a todos, ser um homem de diálogo e de uma frase que eu uso sempre – escrevi no livro –: eu tenho uma filosofia que se chama "frente ampla pelo Brasil". Todas as propostas que forem para o bem do povo brasileiro, eu estarei sempre defendendo em todos os espaços em que eu estiver.

Mas, no fim das contas, somos para sempre jovens em ideias, em pensamentos, na vontade de vencer. Não eu, a pessoa Paulo Paim, mas a vontade de que as causas do povo brasileiro sejam vitoriosas. Assim, nunca desistiremos dos nossos ideais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nascemos como sementes lançadas ao solo, porque, assim... Lembro-me aqui do meio ambiente, Leila, você que preside, não é? Nascemos como sementes lançadas ao solo e que têm que ser cuidadas, crescendo rumo ao amanhã e ao futuro. A cada dia, sob as luzes do sol, renascemos na fraternidade – e termino dizendo –, na compaixão e no amor, elevando-nos ao horizonte que nos torne eternos em nossa busca pelas grandes causas e a felicidade do povo brasileiro.

Enfrentamos, nessa longa jornada, os desafios que a vida nos apresenta sem olhar para trás, mas sabemos que temos que sempre ir em frente. Com coragem e determinação, seguimos, sim, em frente, sempre em busca da paz universal.

Beijo, beijo, beijo a todos, a "todes" e a todas. (*Palmas.*)

Obrigado e gratidão.

Vamos à nossa pauta, que, daí, segura a emoção.

É com vocês agora. Agora vocês são donas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Pela ordem.) – Não... Pela ordem, Sr. Presidente Paulo Paim.

Ah, Paulo Paim, eu vou falar: quanto aprendizado com o senhor, Senador, assim...

Eu vivi muitas coisas boas nesses seis anos aqui dentro do Senado, e o senhor, para mim, sempre foi uma referência – eu sempre disse isso para você, não é, Paim? –, pela sua luta, o combate ao racismo, pela luta a favor das mulheres, a luta pela dignidade da maioria, que é tratada como minoria, mas a gente sabe que não é isso e que este Congresso Nacional tem, na sua pessoa... E aí o povo gaúcho tem que se orgulhar muito – não é, Augusta? – desse trabalho, assim...

Porque o político... Muitas vezes, a gente esquece muito o lado humano, para tratar muitas pautas com pragmatismo. Mas eu vejo que o senhor, depois de tantos mandatos, Senador, não tem perdido a capacidade de se emocionar, de olhar com compaixão para o outro, de, muitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes, nos puxar a orelha e nos alertar sobre como a gente está tratando certos temas aqui dentro desta Casa...

Então, o senhor é um exemplo para mim de como eu quero seguir a minha vida política enquanto eu estiver Senadora, de que a gente nunca pode perder a capacidade de se emocionar, de se entristecer e de ser empático com o sofrimento alheio. Que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – A senhora permita que eu dê uma salva de palmas.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Não... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É exatamente o que esta Comissão pensa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – É. Entendeu? É isso.

Nós vivemos aqui dentro deste concreto, mas o que está para fora deste concreto é o que mais importa para nós, e aqui a gente trata de tantas pautas sérias, de tantas dificuldades, tantas mazelas, e, muitas vezes, poder olhar para o senhor como uma referência, depois de tanto tempo, de tantos mandatos, aqui chegar, ser o primeiro a chegar dentro desta Casa, muitas vezes, nunca... Toda segunda-feira está aqui, comandando uma audiência, está comandando uma sessão...

Eu falo assim: "Se o Senador Paulo Paim, com toda a sua sabedoria, com toda a sua trajetória, me dá esse exemplo, para mim é o mínimo que eu tenho que fazer não só pelo país, mas também pela população que me elegeu, que é o DF".

Então, assim, para mim, Senador, que Deus abençoe o senhor, e quero dizer, do fundo...

Quis, não é? Quis aqui que agora, neste encerramento, tivéssemos aqui duas mulheres, e o senhor sempre um parceiro da nossa bancada. Isso aí ninguém... Tenho que dizer do quanto o senhor foi parceiro, meu parceiro e de todas as mulheres que passaram nesta Casa.

Então, assim, quero agradecer de coração, de coração mesmo, em nome não só do Brasil, mas também em nome do povo gaúcho, pois eu tive a oportunidade, com o senhor, de ir a uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diligência, e eu quero agradecer, Senador, porque o senhor me deu outra lição, o senhor me deu outro exemplo de como um Parlamentar tem que atuar.

Muitas vezes, nós só focamos nos nossos estados, nas demandas, mas isto aqui é a Casa da Federação, e o Senador nos provocou numa diligência, para ir ao Rio Grande do Sul... Porque uma coisa é você ver a imagem em vídeo, ver as postagens; a outra coisa é você ir lá, lá, para ver o sofrimento das pessoas. E foi o senhor que provocou a gente naquela diligência.

E, depois disso, Senador, eu fui ao Pantanal, como Presidente da CMA, porque aquela lição que o senhor me proporcionou, aquele momento que o senhor me proporcionou foi fundamental para que eu pudesse fazer a defesa aqui na Casa, e você foi gigante junto com os demais Senadores do Rio Grande do Sul.

Mas, assim, para poder defender uma pauta, é necessário, muitas vezes, dependendo da complexidade, é importante que o Parlamentar vá lá, que ele vá lá, que ele converse com as pessoas, que ele sinta a dor daquelas pessoas e que ele possa ver o cenário, para traçar um diagnóstico.

Então, quero agradecer ao senhor, porque foi o senhor que me deu essa lição. Toda vez agora – eu comento com a minha equipe –, onde eu estiver, com as pautas que chegarem para mim, não vai ser só suficiente estar dentro de um gabinete, dependendo dessa complexidade.

Então, que Deus abençoe o senhor. O senhor é um exemplo para nós. Quem perde... O senhor falou que ia ser o último mandato. Eu falei: "Não, eu não vou ouvir muito isso, não, porque está se despedindo da CDH". Mas eu tenho certeza de que o povo gaúcho clama pela sua continuidade, principalmente aqueles que o senhor sempre defendeu nesta Casa, Senador.

Então, muito obrigada por tudo: pelo exemplo, pelo homem, pelo cidadão e pelo Senador que o senhor é e sempre foi aqui dentro desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Leila, deixe-me dizer só uma coisa: quando a gente olha... Eu joguei muito futebol, fiz esporte, enfim, corria, corrida rústica, e, na corrida rústica, eu fui aprendendo a fazer uma boa disputa no esporte. E a impressão que nos passa muitas vezes é que quem vem do mundo do esporte é um bom jogador, uma boa profissional do vôlei ou do basquete, ou de dama, enfim. E talvez, Leila,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você seja a prova viva de que quem é líder – e você é uma líder – é líder no esporte, é líder na política, é líder pela competência, mostra na sua fala aqui todo o seu potencial.

Eu diria, Leila, sem medo de errar: que bom que nós temos mais esporte neste país, que bom que nós temos mais mulheres na vida pública deste país, no Legislativo, no Executivo, no Judiciário, dirigindo, na área privada, grandes empresas. Que a sensibilidade de vocês aqui...

Olha, nesse meu último mandato, acho que Deus me abençoou. (*Manifestação de emoção.*)

Aí me dá um pouco de emoção, claro, mas é natural. Eu seguro aqui, eu seguro. Deus me abençoou, porque disse: no último ano teu lá, eu vou te dar uma bancada que você... A maioria ali no painel – eu olho – são mulheres. Aprovamos tudo que nós quisemos aqui. Eu não me lembro de ter rejeitado um projeto das grandes causas do povo brasileiro, graças a vocês, porque, se não estivessem aqui, eu não teria aprovado. Tudo foi aprovado. Por isso, eu só posso dizer: uma salva de palmas às mulheres brasileiras. (*Palmas.*)

Leila, brilhante fala.

A minha querida Augusta Brito, agora, com a palavra.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Pela ordem.) – Senador, eu queria também aqui, de uma forma muito especial... Eu fico muito emocionada também em ver esse grande homem, que, quando eu cheguei aqui no Senado – eu já falei e vou falar novamente –, na primeira reunião de bancada, já foi me ensinando, certo? O Senador Paulo Paim disse assim: "Olha, eu vou falar pouco, eu falo pouco agora, porque eu já mudei. Agora já estou no meu último mandato. Então, eu sou mais de ouvir". E aí eu pensei: ah, ele deve estar um pouco cansado, vai trabalhar menos, enfim. E aí, surpreendentemente – e não agora, que eu o conheço bem –, ele exatamente é assim: ele chega primeiro, ele não falta nenhum dia, ele está fazendo audiência pública, ele está debatendo, discutindo todos os assuntos e defendendo e ele nunca perdeu – nunca perdeu – a sua capacidade de se indignar nem de se emocionar. Eu acho que... Eu peço muito a Deus que eu nunca perca essas duas capacidades que a gente tem, porque, no dia em que você normalizar a injustiça que esteja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecendo e achar que você não tem a ver com ela, que não pode fazer nada sobre ela, eu acho que está na hora de parar. (*Palmas.*)

Então, eu não acho que você está na hora de parar, me permita assim, não está na hora de parar, porque quem vai perder de verdade somos nós, nós que eu digo é o país como um todo, sobretudo o Rio Grande do Sul, as pessoas que acreditam, e confiam, e têm, na pessoa do Senador Paulo Paim, uma liderança forte – até ontem mesmo, eu o vi se indignando, e eu achei lindo, e eu queria bater palma naquela hora, naquela reunião. É isto: a gente espera e cria expectativas de pessoas que verdadeiramente estejam defendendo e falando o que acreditam, e realmente sem nenhum medo de se indignar, sem nenhum medo de estar sendo, como é que eu digo, julgado ou não, enfim, muito menos de se emocionar.

Eu peço muito também que eu não perca essas capacidades que a gente tem e que a vida nos deu, até porque, a partir delas, a gente vai e propõe um projeto em que a gente acredita, a gente briga pelo projeto. Você não está propondo só por propor, você não está fazendo audiência pública só por fazer, para ter um número; isso é muito mais do que número. Acho que toda a equipe aqui vê.

Eu tenho certeza de que o grande desafio de quem será o próximo Presidente é manter o ritmo desta Comissão, porque, eu vou dizer, manter o ritmo desta Comissão, no pique desse Senador maravilhoso, que me ensinou e me ensina também todo dia, Leila, porque eu sei que eu tenho que fazer muito mais...

E, quanto a essa questão de idade, está a prova viva aí, com esse jovem Senador, de que ele pode ainda seguir por muitos anos a mais, porque a cabeça dele pensa muito e o corpo dele reage muito bem: toda hora, ele está dando entrevista; toda hora, ele está em todos os espaços aqui em que ele realmente tem que estar.

Então, parabéns. Assim, eu me sinto muito feliz em ter essa convivência não só aqui, mas também dentro do nosso partido e em saber que verdadeiramente foi tratada aqui uma forma realmente ampla: eu diria assim que uma frente ampla foi tratada aqui com todos os partidos, independentemente de ser o nosso partido – foi dialogado, foi escutado, foi considerado. E eu digo: como ele tem essa capacidade de fazer essa escuta e de fazer esse acolhimento das demandas de diversos partidos, diversos pensamentos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico muito feliz em poder ter tido, nesse meu um ano e meio praticamente de Senado, a oportunidade de aprender com esse grande homem, que ainda vai fazer muito. Não vá se despedir, não, porque ainda tem dois anos, e eu tenho certeza de que o povo do Rio Grande do Sul não vai deixar, de forma alguma, perder esse grande homem político, público, humano – sobretudo humano –, que pensa nas pessoas que mais precisam. Eu fico muito feliz.

E a equipe que está aqui eu tenho certeza de que sabe o que é esse grande homem.

Eu vejo uma equipe... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A equipe, a equipe.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Parabéns para a equipe.

Eu vejo uma equipe trabalhando muito feliz, até porque ele quebra os protocolos, bota a gente falar de novo, fala mais uma vez e tal. E todo mundo feliz. A gente passa a fome até 6h da noite, mas todo mundo feliz, porque está vendo que realmente é o nosso papel trabalhar e fazer sempre mais.

E eu fico feliz em fazer parte desta Comissão e ter convivido com esse grande homem.

Muito obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Augusta Brito, muito, muito, muito obrigado.

Ela está falando da reunião que tivemos da bancada, mas podem saber que eu disse lá o que eu penso, e eu respeito muito a bancada.

Eu fico feliz de saber que entendeu. Aquilo é o que eu penso. Onde é que eu vou dizer? Eu vou dizer na bancada, não é?

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone.*) – E eu penso igualmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exato.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E por isso, Augusta, você chegou como uma jovem Senadora, é o primeiro mandato como Senadora, não é?

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone.*) – É.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Chegou atuando, dinâmica, teve um período em que teve uma colega... Como é o nome?

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone.*) – Janaína.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Janaína, aqui como suplente. Eu notei na fala dela e na representação aqui o carinho que ela tem por V. Exa. Dê um abraço para ela, porque ela foi íntegra, totalmente fiel ao seu mandato. Ela dizia: "Se ela estivesse aqui, ela faria assim, e é assim que eu estou fazendo. Ela está lá, mas ela volta para cá, para estar no convívio de vocês".

Foi uma experiência muito, muito boa o convívio com V. Exa. e com toda a bancada, essa última bancada, como as outras bancadas também. Então, V. Exa. aqui representa a nossa bancada e V. Exa. me representa, como a Leila me representa. Em qualquer lugar que vocês estiverem, podem saber que eu estarei lá representado. Parabéns a vocês! (*Palmas.*)

Vamos para o item 7, o Projeto de Lei nº 3.749...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, são as emoções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 3749, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o art. 19 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para prever a manifestação da ofendida previamente à decisão que revogar medida protetiva de urgência aplicada ao agressor.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra à nobre Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Como a gente tem mais dois relatórios para ler, inclusive mais um da Augusta, eu vou começar com o relatório, um breve resumo, e vou para a análise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fique bem à vontade, que hoje é o meu último dia, se bobear eu fico aqui o dia todo. (*Risos.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Está certo.

Bem, vem ao exame desta CDH o Projeto de Lei nº 3.749, de 2023, que altera a Lei Maria da Penha, para prever a manifestação da ofendida previamente à decisão que revogar medida protetiva de urgência aplicada ao agressor.

Para tanto, a proposição dá nova redação ao §6º do art. 19 da Lei Maria da Penha, com o objetivo de prever que as medidas protetivas de urgência vigorarão enquanto persistir risco à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integridade da vítima, independentemente da extinção da punibilidade do agressor. Além disso, acrescenta o §7º ao art. 19, para dispor que a decisão sobre a revogação de medida protetiva de urgência que obrigue o agressor será precedida de manifestação da ofendida, devendo a medida cautelar ser mantida, caso a situação de violência ainda perdure.

A proposição foi distribuída para análise da CDH e da CCJ, que detém a decisão terminativa sobre a matéria.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

O mérito da proposição é louvável. De acordo com dados da décima pesquisa de violência doméstica e familiar contra a mulher, realizada pelo Instituto DataSenado, 30% das mulheres do Brasil já sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar. Ademais, em 2023, uma mulher foi morta a cada seis horas no Brasil, de acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Como resposta a essa situação, o Estado brasileiro tem implementado iniciativas visando combater a violência contra as mulheres. Nesse contexto, o Capítulo II do Título IV da Lei Maria da Penha é dedicado especificamente às medidas protetivas de urgência. Essas medidas são concedidas assim que se verifica a existência de risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da vítima.

Dentro desse cenário, o projeto propõe incluir a previsão de que as medidas protetivas de urgência vigorarão independentemente da extinção da punibilidade do autor, bem como a previsão de manifestação da ofendida antes da revogação das medidas protetivas de urgência.

Consideramos essa iniciativa acertada, uma vez que a extinção da punibilidade do agressor resulta, muitas vezes, na revogação das medidas protetivas de urgência concedidas nos termos da Lei Maria da Penha. Ademais, em entendimento recente, o STJ fixou tese jurídica no sentido de que, independentemente da extinção de punibilidade do autor, a vítima de violência doméstica deve ser ouvida para que se verifique a necessidade de prorrogação ou concessão das medidas protetivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como bem argumentado pelo Consórcio Lei Maria da Penha, o direito de alguém de não sofrer violência não é menos valioso do que o direito de alguém de ter liberdade de contato ou aproximação. Assim, o PL tem como objetivo intensificar a proteção das mulheres contra a violência de gênero, além de aumentar a efetividade das medidas protetivas de urgência. De igual forma, busca reafirmar o protagonismo da mulher em situação de violência.

Sugerimos, apenas, uma emenda de redação com o objetivo de aperfeiçoar a técnica legislativa da ementa.

O voto.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.749, de 2023, com a seguinte emenda de redação já anexada ao nosso relatório.

Esse era o voto, Sr. Presidente.

Quero parabenizar a Senadora Augusta. Eu acho que a leitura do relatório deixa muito claro que, nesse sentido, a iniciativa é de que, antes de se retirar qualquer medida protetiva, tirando-se a questão da punibilidade do agressor, a vítima seja ouvida. Então, assim, nada mais justo, nada mais correto. Quero parabenizar a Senadora Augusta por essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Até porque, se me permite, e V. Exa. foi brilhante na... Foi a última a falar naquela audiência do feminicídio, que...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Até me desculpe pelo tom de indignação,

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas foi brilhante, porque aqui, naquele dia, me permita, e na sua palavra indignação, o mais chocante para mim de tudo, claro... Eu queria dar resposta a todos e vocês depois me ajudaram. Você e a Damares, com certeza absoluta... Foi na hora que o cidadão disse que... A gente tinha um dado que mostrava que mais de 90% eram agressão do próprio companheiro, enfim, do homem contra a mulher. Ele disse: "Não, é o contrário". (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone.*) – Não, é impensável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele disse que não, que é a mulher que agride os homens. Aí eu comecei a ter lado direto no debate, porque senão ia descambar.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Eu quero, assim, só agradecer ao nosso Senador, parabenizar a nossa Relatora e agradecer também o empenho.

A gente sabe de tantos casos que nós já ouvimos. Por isso, vem a sugestão desse projeto de lei e o encaminhamento aqui para o Senado, até porque não... Depois da punibilidade, muitas vezes a mulher ainda se sente insegura, até pelas próprias ameaças que o agressor continua fazendo. Então, nada mais justo do que ouvir a mulher, sobretudo a vítima, sobre o que está acontecendo, como é que ela se sente e se ela realmente considera que essa medida protetiva pode ser revogada.

Eu fico muito feliz em estar aqui com o nosso Senador e, de certa forma, eu fiquei sem acreditar naquela audiência pública – eu tenho que comentar, porque eu não pude estar presente, infelizmente –, porque é inadmissível a gente, dentro de uma Casa, dar voz – não estou falando sobre a nossa Comissão, que eu sei que tem que dar a todos e todas – a uma pessoa que vem descredenciar e ir contra todas as estatísticas, tudo o que acontece...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É, assim, eu digo, impensável, por isso que a sua indignação foi totalmente correta – e eu soube que a do nosso Senador Paulo Paim também, que, apesar de estar presidindo, não podia tanto se manifestar, mas não tem como não se manifestar num caso desse –, e é sobre isso que a gente fala. A gente está lutando todo dia, a toda hora para dizer o que está sendo visto e ainda tem pessoas que vêm contra tudo e todos, contra, eu diria, qualquer fato real. Ter coragem de falar e vir até o Senado Federal mostra realmente a capacidade dessas pessoas não só de dar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tiro, não só de tentar matar, mas de coisa muito pior. Infelizmente a gente teve que passar por esta audiência.

Mas quero agradecer, felizmente, aqui a nossa Comissão, agradecer a nossa Relatora maravilhosa e, sobretudo, ao nosso Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Augusta Brito, autora do projeto. E o relatório é 100% da Leila, não é? Se eu pudesse dar nota dez agora, daria dez com estrelinha. (*Risos.*)

Vamos em frente?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Vamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já terminou a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº1.

O projeto segue para a análise terminativa na CCJ.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 4842, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, para instituir campanha permanente de conscientização em arenas esportivas e respectivas transmissões dos eventos para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CESP.

Concedo a palavra à nobre Senadora Leila Barros para a leitura do relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Como Relatora.) – Outra excelente iniciativa da Senadora Augusta. Eu vou mais uma vez a um resumo rápido do relatório.

Em exame na CDH o Projeto de Lei nº 4.842, de 2023, que altera a Lei nº 14.448, de 2022, para instituir campanha permanente de conscientização em arenas esportivas e respectivas transmissões dos eventos para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher.

O PL acrescenta o art. 3º-A à Lei nº 14.448, de 2022, que institui, em âmbito nacional, o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, destinado à conscientização para o fim da violência contra a mulher.

O dispositivo proposto estabelece que em eventos esportivos com estimativa de público superior a 10 mil espectadores deverão exibir ou veicular campanha publicitária destinada à conscientização para o fim da violência contra a mulher.

Os parágrafos do art. 3º-A definem alguns detalhes. O §1º trata da forma e dos locais de exibição, que deverá ser feita nos telões, sistemas de sonorização e de mídia das arenas esportivas, e deve ocorrer no curso das partidas ou exibições esportivas. O §2º estabelece que as obrigações se aplicam às emissoras de radiodifusão, bem como às transmissões dos eventos via plataformas de transmissão. E os §§3º e 4º preveem que as peças publicitárias serão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elaboradas e disponibilizadas pela União ou demais entes federados aos organizadores dos eventos, às emissoras e aos canais de transmissão, e não terão duração inferior a 15 ou superior a 30 segundos. Os §§5º e 6º dispõem que as emissoras de abrangência nacional e canais de transmissão são responsáveis pela exibição das peças publicitárias elaboradas e disponibilizadas pela União, e que a disponibilização de campanhas por mais de um ente federado permitirá a exibição pelos responsáveis, de maneira alternada e sucessiva, em partidas e exibições esportivas distintas. O §7º estabelece que as peças publicitárias deverão observar peculiaridades locais e regionais do seu âmbito de exibição e terão como protagonistas, sempre que possível, ídolos masculinos e femininos dos esportes, das artes e da cultura nacional.

Na justificação, a autora ressalta a persistência do cenário de violência contra a mulher no Brasil e argumenta que é fundamental a conscientização e a educação da nossa sociedade. Destaca que o projeto foi inspirado pelo aumento observado – isso é estarrecedor – nos casos de agressão contra mulheres em dias de jogos de futebol – os caras vão lá, estão frustrados com os jogos, enchem a cara de álcool, de bebida e agridem as mulheres –, sugerindo uma associação entre os eventos esportivos e a violência de gênero. Além disso, afirma que o projeto alcança todos os tipos de eventos esportivos, não se limitando apenas ao futebol, com o intuito de não estigmatizar um público específico e em reconhecimento ao fato de que a necessidade de mudança cultural é ampla e abrangente, uma vez que a violência contra a mulher é uma questão endêmica e que afeta todos os nichos socioeconômicos.

A proposição foi distribuída para análise da CDH e da CEsp, que se manifestará em sede de decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

A violência contra a mulher é um fenômeno persistente no Brasil. De acordo com dados da 10ª Pesquisa de Violência doméstica e familiar contra a Mulher, realizada pelo Instituto DataSenado – mais uma vez colocando este dado –, 30% das mulheres do país já sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar. De acordo, ainda, com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2023, uma mulher foi morta a cada seis horas no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Estado brasileiro não pode ficar alheio ao enfrentamento dessa triste realidade e a presente iniciativa pode desempenhar importante papel nesse processo.

O projeto promove a conscientização sobre a violência contra a mulher, um gravíssimo problema social, durante eventos esportivos com grandes públicos, o que inclui os esportes mais populares, como futebol, vôlei e basquete. A estratégia de utilizar eventos esportivos de grande escala como plataforma para essa conscientização é inovadora e potencialmente eficaz. Trata-se de uma abordagem proativa na luta contra a violência de gênero, com o potencial de grande disseminação das mensagens veiculadas e, assim, apta a sensibilizar o grande público acerca da violência contra a mulher, inclusive o público masculino, por vezes, maioria em alguns tipos de eventos esportivos, como o futebol.

No que se refere à participação da União e dos entes federados na criação e na disponibilização das campanhas publicitárias, além de conferir efetividade à norma, trata-se de medida que pode garantir que tais campanhas sejam culturalmente sensíveis à realidade das diferentes regiões do país, alcançando de maneira mais adequada seu público-alvo.

Por todo exposto, entendemos que o PL aperfeiçoa a legislação que trata da defesa e promoção dos direitos da mulher, em especial da prevenção à violência contra mulher.

Vislumbramos, apenas, a necessidade de suprimir o teor do §4º proposto ao art. 3º-A, por entendermos que o dispositivo apresenta minúcias que estariam mais bem acomodadas no âmbito de regulamentação da lei.

Por isso, com a emenda sugerida, entendemos que a proposição se encontra digna de ser acolhida.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.842, de 2023, com a emenda de redação alterada, que está anexa ao relatório desse projeto, Sr. Presidente.

Mais uma vez, dou parabéns à Senadora Augusta. A gente tem os números aqui comprovando que aumenta, sim, muito o nível de violência doméstica e familiar nos jogos, seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de futebol ou outras modalidades, e a gente tem que coibir. E uma forma de se coibir é justamente isto: fazendo publicidade durante as partidas, justamente, no sentido de combater essa violência que já está, digamos, entranhada, enraizada na nossa sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Leila Barros, que foi a Relatora do projeto da Senadora Augusta Brito.

Eu passo a palavra à Senadora Augusta Brito. Mais importante que o projeto é uma bela iniciativa, não é? A gente que conhece como é o mundo do futebol sabe como é que também nas galerias.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Exatamente.

Mais uma vez, quero agradecer à nossa Relatora, Senadora Leila, ao nosso Presidente.

Quero dizer que na pesquisa que foi realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, nos dias de jogos de futebol especificamente, aumenta 23,7% o número de agressão física contra nós mulheres. Então, esse dado mostra que a gente precisa usar esses equipamentos também, não só de futebol, como o nosso projeto aqui traz, para que a gente possa fazer realmente ações educativas, informativas, para que a gente desconstrua a naturalidade que foi dada por muitos anos na questão da violência contra nós mulheres. Então, falando sobre isso, nesses espaços, sobretudo onde estão aglomeradas pessoas para comemorar, para vibrar, enfim, a gente tem que levar essa pauta para que eles comecem a entender e desconstruir o machismo estrutural que foi construído durante suas vidas, porque não é normal, nem natural, nem muito menos correto bater em mulher, agredir mulheres nem homens, mas sobretudo nós mulheres, que somos as que são agredidas.

Agradeço mais uma vez e parabenizo esta parceria que está dando certo: a Relatora, a autora e o Presidente. Muito obrigada por toda a sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito certo. Parabéns a ambas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Como Relatora.) – Rapidinho, eu fui alertada aqui pela minha assessoria, e realmente amplia mais a visão do que está sendo proposto aqui, Senador, porque a gente não está só alertando aqueles homens durante a partida, não é? Vai estar lá nos telões, vai estar exibido em plataformas, mas nós vamos atingir milhões e milhões de outros homens que estarão em suas casas, em outros lugares, acompanhando os jogos e participando, vendo essas campanhas nas partidas. Então, foi excelente a iniciativa da Senadora Augusta. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já que a gente bateu tantas palmas, vamos também para essa iniciativa e pela relatoria. (*Palmas.*) Para ambas.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Inclusive, vou pegar na CEsp, de esporte, porque é terminativo lá, e já vamos tratar dele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com a emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto com a Emenda nº 1, desta Comissão.

O projeto segue para análise terminativa na CEsp.

Vamos em frente.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 5704, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estabelece diretrizes para a implementação de política de ressocialização e reeducação de pessoa condenada pela prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PDT/MA)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Como Relatora.) – O pessoal já está me chamando para ir para outra Comissão.

Desculpe, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas aqui é rápido agora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Correria, não é? É aquele *sprint* final. Impressionante! Está todo mundo aqui acelerado.

Bom, em exame na CDH, o Projeto de Lei nº 5.704, de 2023, da Senadora Ana Paula Lobato, que estabelece diretrizes para implementação de política de ressocialização e reeducação de pessoa condenada pela prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

O PL busca estabelecer diretrizes para a prevenção da reincidência e reintegração social e a construção de relações familiares saudáveis.

O art. 2º prevê a articulação do poder público com o Serviço Único de Saúde, Serviço Único de Assistência Social e Serviço Único de Segurança Pública para o desenvolvimento de programas de ressocialização destinados à recuperação de pessoas condenadas criminalmente por violência doméstica e familiar contra a mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 3º dispõe que os programas devem dispor sobre: a) avaliação psicológica e criminológica individualizada; b) atendimento psicológico e psiquiátrico com foco na prevenção de atitudes violentas no âmbito doméstico e familiar; c) desenvolvimento de cursos específicos para educação em temas relacionados ao respeito à dignidade humana, igualdade de gênero, solução pacífica de conflitos, paternidade responsável, machismo e construção de relacionamento saudável; d) capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho para promover a autonomia financeira e estabelecimento de programas de acompanhamento ao egresso, incluindo suporte psicossocial visando à reintegração saudável e efetiva na sociedade.

O art. 4º estabelece a possibilidade de o poder público, para alcançar os fins da lei, celebrar convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos para a promoção de parcerias entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não governamentais.

O art. 5º dispõe que as despesas correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Na justificação, a autora ressalta que a ressocialização é estratégia eficaz na prevenção da reincidência criminal, inclusive na seara da violência doméstica e familiar contra a mulher. Nesse sentido, destaca que dados do Ministério Público apontam a redução de 65% para 2% do percentual de reincidência dos agressores que participaram de grupos reflexivos sobre violência doméstica e familiar.

A matéria foi distribuída à análise desta CDH e segue, posteriormente, à CCJ, que se manifestará em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

Preliminarmente, destaco que a CCJ irá se manifestar sobre aspectos de juridicidade e constitucionalidade e, por essa razão, o exame aqui estará concentrado na análise do mérito da proposição.

E, nesse aspecto, a matéria é relevante e digna de acolhida, uma vez que promove o aperfeiçoamento de nossa legislação no tratamento dispensado à violência doméstica e familiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A necessidade de reeducar o agressor de gênero já é reconhecida pela lei, que prevê a possibilidade de sua inserção em grupos ou programas que atuem com o intuito de conscientizá-lo a não mais transgredir a lei e preservar a paz no ambiente doméstico e familiar.

Nesse sentido, a Lei Maria da Penha estabelece as possíveis medidas protetivas de urgência que obrigam ao agressor o seu comparecimento em programas de recuperação e reeducação.

Trata-se de medida salutar, pois a violência de gênero possui caráter estrutural advindo de fatores enraizados a uma cultura patriarcal e sexista, cuja superação comumente pressupõe mudanças no modo de pensar e agir do agressor.

Por isso, o combate a esse tipo de violência perpassa, entre outros aspectos, a necessária conscientização do agressor quanto aos direitos das mulheres e os decorrentes da paternidade responsável, sobre a construção de relacionamentos saudáveis, além da solução pacífica de conflitos. Trata-se de forma de se desnaturalizarem práticas violentas e discriminatórias, construindo efetivamente uma cultura de paz apta a evitar a reincidência.

A efetividade da readequação comportamental promovida pelos grupos e programas voltados para agressores já é reconhecida pelo Poder Judiciário, Sr. Presidente, como meio de se romper ciclos de violência doméstica e familiar. Contudo, porquanto haja algumas iniciativas similares em várias unidades da Federação, não há, até os dias atuais, uniformidade nos programas adotados, com parâmetros mínimos que garantam sua efetividade.

A presente inciativa legislativa busca definir diretrizes para o desenvolvimento desses programas e, assim, estabelecer uma política de Estado mais efetiva na prevenção de casos futuros de violência doméstica e familiar.

Sobre a proposição, contudo, vislumbramos a necessidade realizar pequenos reparos ao texto.

Inicialmente, entendemos recomendável o alargamento do escopo da proposição para que as diretrizes se destinem não apenas aos programas de ressocialização destinados a pessoas condenadas criminalmente, e alcance os agressores, mesmo antes da condenação criminal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, o comparecimento em programas de recuperação e reeducação é uma das medidas protetivas de urgência previstas pela Lei Maria da Penha, passível de aplicação de forma antecipada à condenação criminal.

Verificamos, ainda, a necessidade de adequar a menção feita ao SUS, ao Suas e ao Sistema Único de Segurança Pública. Nesse aspecto, parece-nos mais adequado que seja estabelecido que o poder público desenvolva programas articulados com políticas públicas nas áreas de saúde, assistência social e segurança pública, em substituição da articulação com sistemas públicos proposta.

Entendemos, por outro lado, que melhor adéqua aos fins que a norma busca promover que, entre os temas abordados nos cursos específicos para educação do agressor, o "machismo" seja substituído pela ideia de promoção da masculinidade saudável, para que o objetivo geral desses programas, qual seja, desamarrar as ideias de masculinidade e violência, seja devidamente alcançado.

Outrossim, verificamos que o art. 4º do PL estabelece previsão meramente autorizativa despida de efetividade, uma vez que sua implementação invade a esfera administrativa e em nada obriga o Poder Executivo.

Finalmente, constatamos injuridicidade no art. 5º, uma vez que a previsão não corresponde especificamente a nenhuma ação, contrato, acordo ou convênio, não representando despesa prevista.

O voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.704, de 2023, com a emenda substitutiva com as alterações aqui sugeridas na leitura do nosso relatório, Sr. Presidente.

Era o que tínhamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns, Senadora Leila!

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH, Substitutivo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Sr. Presidente, só pedindo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai para a CCJ.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Já peço desculpas aqui, porque eu estou correndo para outra Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, fique à vontade!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Mas, mais uma vez, muito obrigada pela emoção, por todo o trabalho, por toda a entrega e por tanto exemplo. Obrigada, viu?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para a Senhora, a palavra gratidão. Gratidão eterna...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Eu te amo, Paim!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... à família toda, aos colegas.

Neste momento, eu vou apenas – para efeito de encerramento –, de minha livre decisão, somente fazer um registro. O Presidente da República editou esta semana uma medida provisória que foi fundamental para o Rio Grande. E como eu vou terminar com dois minutos na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tela, sobre a situação do Rio Grande do Sul, nos momentos em que estivemos lá, aquela Comissão de oito Senadores, eu fui escolhido como Presidente da Comissão, o Luis Carlos Heinze foi o Vice-Presidente e o Mourão foi o Relator. E essa decisão do Presidente, mais uma vez, já em torno de R$100 bilhões que chegaram no Rio Grande... Eu vou ler aqui o resumo da Medida Provisória 1.254. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Fernando Farias, *ad hoc*. Senador Jayme Campos foi o principal.

A Medida Provisória 1.254 abre crédito extraordinário em favor de operações oficiais de crédito no valor de R$1.976.872 bilhão, para o Estado do Rio Grande do Sul, em função da calamidade. O crédito será utilizado para enfrentar as consequências que vocês verão na tela em seguida, por dois minutos, de desastres naturais no Estado do Rio Grande do Sul, incluindo o apoio financeiro a operações de custeio, investimento e industrialização agropecuária, importantes medidas para o fortalecimento, inclusive da agricultura familiar. Os recursos são destinados às subvenções, ou seja, apoio financeiro sob forma de desconto nas operações de crédito e para a prorrogação das parcelas vencidas ou vincendas do crédito rural. Destaco que eu quero aqui cumprimentar o Presidente Rodrigo Pacheco, que colocou extrapauta na noite de ontem, e o próprio Rio Grande do Sul pediu que eu agradecesse aqui, em nome de toda a bancada de Deputados Estaduais, Federais, dos três Senadores e de todo o povo gaúcho. Os recursos trarão um alívio financeiro para os produtores rurais reconstruírem suas propriedades e recomeçarem, a partir, infelizmente, da tragédia que assolou o estado, em um novo momento, porque já está em plena recuperação.

Feito esse registro, eu, antes de terminar, peço que coloquem na tela um videozinho de dois minutos de como foram aqueles momentos no Rio Grande do Sul. Como eu devo muito ao meu estado, ao Rio Grande do Sul... Para vocês terem uma ideia, numa das minhas disputas ao Senado, eu fiz 4 milhões de votos. Esse povo que está aí, muitos e muitos deles, com muito carinho, sempre estiveram do meu lado. Então, quando eu encerro os trabalhos na Comissão, faço aqui a leitura da medida provisória editada pelo Presidente Lula e que o Presidente Rodrigo Pacheco votou extrapauta, ontem à noite, porque havia um clamor por essa medida por grande parte do setor, um dos setores atingidos. Então, peço que passem o vídeo e fica aqui já o meu agradecimento ao Rio Grande do Sul e ao Brasil.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns a toda a comitiva! E, aqui, agora, no encerramento, agradeço a todos que colaboraram para que esta Comissão produzisse tudo aquilo que produziu em matéria de leis, projetos de resolução, projetos fundamentais para ajudar o povo brasileiro e, inclusive, pelo carinho que todos dedicaram ao nosso querido Rio Grande do Sul.

Deixei para, no encerramento, agradecer à assessoria do Partido dos Trabalhadores. (*Manifestação de emoção.*) Vocês foram sempre fiéis às causas. Todas as vezes em que estiveram aqui, dialogaram comigo, com a assessoria da Comissão, com a assessoria do meu gabinete, sempre, sempre com um olhar grandioso de quem defende causas. Isso, para mim, é fundamental.

Eu sempre digo que um homem público tem que ter três coisas: ter humildade – tem que ter humildade, senão não será um homem público –, defender causas e não coisas, e ter uma visão de frente ampla. Se alguém me perguntasse: "Mas qual foi o... Você chegou, de menino pobre, da beira do Arroio Tega...". Quem é de Caxias sabe o que é o Arroio Tega: o rio mais poluído, acho, que existe no Rio Grande do Sul. Ali eu pescava mussum. Mas cheguei aqui, com estes pilares: olhar para o todo, aí é a visão de frente ampla, e procurar as pessoas que querem fazer o bem sem olhar a quem. E vocês, aqui, representam essas pessoas.

A minha palavra final é: gratidão, gratidão, gratidão! Agradeço a Deus por tudo que Ele nos deu e por permitir que nós estivéssemos juntos aqui, convivendo com vocês. Beijo no coração de todos.

Está encerrada a nossa audiência pública. (*Palmas.*)

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Beijo no coração.

(*Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e oito minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Marcos Rogério, Efraim Filho, Fernando Farias, Zequinha Marinho, Alessandro Vieira, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Otto Alencar, Augusta Brito, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Jaime Bagattoli, Beto Martins, Astronauta Marcos Pontes, Cleitinho, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Professora Dorinha Seabra, Zenaide Maia, Angelo Coronel e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Weverton, Daniella Ribeiro, Teresa Leitão, Beto Faro, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Tereza Cristina e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 576, de 2021 (Substitutivo da Câmara dos Deputados) - Não Terminativo -** que: "Disciplina o aproveitamento de potencial energético offshore; e altera as Leis nos 9.478, de 6 de agosto de 1997, 10.438, de 26 de abril de 2002, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 14.182, de 12 de julho de 2021, 10.848, de 15 de março de 2004, e 14.300, de 6 de janeiro de 2022." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 42, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, para dispor sobre a interrupção das operações e dá outras providências." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (*Ad hoc*), substituiu Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Lido o relatório e concedido vista coletiva. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4238, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a convocação de audiências públicas promovidas pelas distribuidoras de energia elétrica e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1444, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para impedir a cobrança de multas nos casos que especifica." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Aviso n° 1, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Encaminha cópia do Acórdão nº 2190/2019 - TCU, que trata de auditoria operacional para avaliar as concessões no âmbito do Programa de Concessões Rodoviárias Federais - Procrofe (TC 012.624/2017-9)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pelo conhecimento, pela apresentação de requerimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações dirigido ao Ministro de Estado dos Transportes e pelo arquivamento da matéria. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 361, de 2022 - Terminativo -** que: "Torna obrigatória a divulgação, pela prestadora do serviço público de distribuição de energia elétrica, de informações relativas ao nível dos reservatórios de hidrelétricas." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES). **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 6156, de 2023 - Terminativo -** que: "Denomina Viaduto Soldado Constitucionalista Abílio Previdi o viaduto localizado no Km 464,6 da BR-116, Rodovia Régis Bittencourt, no Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3278, de 2021 - Terminativo -** que: "Atualiza o marco legal da Política Nacional de Mobilidade Urbana; altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012; a Lei n°10.636, de 30 de dezembro de 2002; e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 107, de 2024** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater o veto 14.001.2024 aposto ao Projeto de Lei nº 1213/2024, em trâmite no Congresso Nacional." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 108, de 2024** que: "Requer realização de AP para debater a situação das concessões" **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Esperidião Amin, Marcos Rogério, Jaime Bagattoli, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Carlos Viana, Omar Aziz e Jayme Campos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e oito minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 26 de novembro de 2024.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

– Ofício nº 1.299, do Ministério do Meio Ambiente, informando que não existe, naquele ministério, proposta em estudo para a criação de unidade de conservação da Marinha que abrange o mar territorial brasileiro desde a fronteira com a Guiana Francesa até o limite entre o Piauí e o Ceará;

– Aviso 852, de 2024, do Tribunal de Contas da União, que trata do acórdão acerca do acompanhamento de aditivos contratuais ao contrato PG 138/95, celebrado com a Companhia de Concessão Rodoviária de Juiz de Fora-Rio (Concer), para operação da Rodovia 040, Minas-Rio de Janeiro;

– Carta nº 21, de 2024, do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase), para manifestar elogio à atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que está completando 28 anos de existência;

– Oficio Circular 02, da Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, São Paulo, que encaminha relatório da comissão especial de inquérito instaurada em 2022 para investigar a empresa Enel, de energia elétrica, no âmbito do município.

Os documentos, nos termos de Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Informamos ainda o arquivamento dos expedientes com prazos de manifestações encerrados.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Sobre o item 1, eu recebi a mensagem do Senador Weverton, bem cedinho, pedindo adiamento, por mais sete dias, do Projeto de Lei nº 576, sobre eólicas *offshore*. Então, diante do pedido do Relator...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor me permite? Ele vai apresentar o relatório hoje?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Não. Ele...

Ele apresentou o relatório? (*Pausa.*)

Ele nem apresentou o relatório. Inclusive, o pessoal não tem conhecimento.

Eu já comuniquei ao Presidente da Casa, o Rodrigo Pacheco, esse adiamento, porque ele tinha urgência na votação ou na discussão desse projeto, já fiz a comunicação, e nós vamos adiar, então, a pedido do Relator, para que ele possa melhor analisar o projeto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se o senhor permite...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É apenas tirar da pauta, porque não tem o que adiar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É, retirado de pauta. A expressão é "retirado de pauta", não é? (*Pausa.*)

Perfeitamente, Senador Esperidião. Perfeito.

Vamos em frente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ainda não podemos adiar alguma coisa que...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Que não existe. É verdade: não se pode adiar se não está pautado.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 576, DE 2021 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

- Não terminativo -

Disciplina o aproveitamento de potencial energético offshore; e altera as Leis nos 9.478, de 6 de agosto de 1997, 10.438, de 26 de abril de 2002, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 14.182, de 12 de julho de 2021, 10.848, de 15 de março de 2004, e 14.300, de 6 de janeiro de 2022.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Não apresentado

Observações:

1. Em 20/08/2024, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria

2. Votação simbólica)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Bom dia ao meu querido Presidente, aos nossos companheiros, Senador Ciro, Senador Esperidião Amin e demais outros.

Eu gostaria de fazer igualmente o mesmo pedido, na mesma linha, em relação ao item 3.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Chegou um pleito, por parte da Aneel e também das distribuidoras, em relação a um único ponto do relatório, que nós já confeccionamos. E aí, até por uma atenção, penso que não haverá prejuízos se nós pudermos – evidentemente, com a sua permissão e anuência – transferir para a próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeitamente, Senador Veneziano, o seu pedido está acatado.

Vamos então adiar o item 3 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 3
PROJETO DE LEI N° 4238, DE 2023
- Não terminativo -

Dispõe sobre a convocação de audiências públicas promovidas pelas distribuidoras de energia elétrica e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor
2. Votação simbólica)

Vou pedir aqui ao Senador Veneziano para relatar *ad hoc* o item 2 da pauta.

Senador Veneziano, por gentileza.

ITEM 2
PROJETO DE LEI N° 42, DE 2022
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, para dispor sobre a interrupção das operações e dá outras providências.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)
Relatoria: Senador Chico Rodrigues
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa
2. Votação simbólica

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O Senador Chico Rodrigues, devido a um problema de ordem pessoal, pediu para ser nomeado um Relator *ad hoc*.

Com a palavra, o Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Obrigado, Presidente, pela deferência.

Relatório de iniciativa do Senador Mecias de Jesus.

O projeto sob exame pretende modificar a Lei 8.987, do ano de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de prestação de serviços públicos.

A proposição contém apenas três artigos, sendo que o primeiro estabelece o objetivo da lei, em redação semelhante ao da ementa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo artigo promove três alterações na lei supracitada.

A primeira acrescenta dispositivo para vedar a participação de pessoa jurídica ou consórcio de empresas em recuperação judicial.

A segunda alteração estabelece que, em qualquer situação, é vedada a interrupção repentina das operações sem prévia comunicação oficial à imprensa e nas redes sociais, sujeitando a concessionária às penalidades na esfera civil e administrativa.

A terceira alteração estabelece que incumbe à concessionária disponibilizar atendimento aos usuários por meio telefônico gratuito, *e-mail* e redes sociais.

O último artigo prevê cláusula de vigência imediata, em se convertendo o PL em lei.

Segundo esclarece o autor, o objetivo do projeto é evitar que o usuário do serviço público seja surpreendido repentinamente e sem aviso prévio com a suspensão das operações pela concessionária, além de garantir canais de comunicação entre a concessionária e usuários.

A matéria foi distribuída a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura e à Comissão de Constituição e Justiça, à qual caberá a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao PL no prazo regimental.

Análise, Sr. Presidente, senhoras e senhores companheiros.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Infraestrutura opinar sobre matérias pertinentes a transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas, agências reguladoras pertinentes e outros assuntos correlatos.

Não há vícios quanto à constitucionalidade e à juridicidade do PL nº 42, de 2022, pois é compatível com o texto constitucional e atende às regras de boa técnica legislativa.

Quanto ao mérito, Presidente Confúcio, concordamos com a justificativa do autor da proposição de que a Lei 8.987, de 1995, carece de atualizações para impedir que empresas em graves situações financeiras atuem como concessionárias de serviços públicos. Uma empresa em recuperação judicial, precisamos admitir, não tem condições financeiras de assumir a prestação de serviço público conforme a própria Lei de Concessões exige.

A evolução tecnológica alterou consideravelmente a realidade da comunicação das empresas com seus clientes desde o ano de 1995, quando foi criada a Lei de Concessões. É providencial, portanto, a atualização que a proposição promove, de forma que as concessionárias sejam obrigadas a disponibilizar atendimentos aos usuários por meio telefônico gratuito, *e-mail* e redes sociais.

Não podemos admitir que uma empresa hoje em dia efetue interrupções de suas operações sem que faça prévia comunicação em redes sociais.

A proposição, entretanto, merece aperfeiçoamento, uma vez que o autor cita, como uma das motivações para a proposição, o transtorno que sofreram os passageiros da empresa Itapemirim.

A empresa iniciou suas operações quando o grupo empresarial já se encontrava em recuperação judicial. Ocorre que a exploração do transporte aéreo regular de passageiros no Brasil é feita por meio de autorização, e, de fato, não possui características de serviço público, mas, sim, de atividade econômica fiscalizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para que os dispositivos apresentados pelo autor da proposição alcancem a prestação de serviço de transporte aéreo regular, estes devem ser acrescidos também à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica. Apresentamos emenda para incluir essas modificações ao CBA.

A fim de que os operadores, autoridades e demais setores envolvidos possam se preparar, nossa sugestão é que a cláusula de vigência seja de 90 dias.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do PL nº 42, de 2022, na forma do substitutivo abaixo, de conhecimento dos senhores e das senhoras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está em discussão o relatório que acaba de ser lido.

Os Senadores e as Senadoras que queiram se manifestar fiquem à vontade. (*Pausa.*)

Não havendo...

Pois não, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Posso menos aplaudir o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeitamente, fique à vontade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, eu o faço.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Então está bom.

Está discutido... Não houve discussão.

Eu vou deixar ainda parado, até atingirmos o quórum de 12. Já já a gente vota em bloco.

ITEM 4
PROJETO DE LEI Nº 1444, DE 2024
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para impedir a cobrança de multas nos casos que especifica.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em decisão terminativa

2. Votação simbólica

O Relator é o Astronauta Marcos Pontes.

Como o Astronauta não se manifestou, eu vou passar para o Senador Esperidião Amin, por gentileza, *ad hoc*, fazer a leitura desse Projeto 1.444, do Carlos Viana, relatado pelo Astronauta Marcos Pontes.

Por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Mesmo que eu não possa alçar a arte, a altitude dele, do Relator, eu vou tentar pelo menos subir pelas cumeeiras, com a ajuda aqui do nosso Marcos Rogério, para não pegar muito vento de proa.

Honrado pela sua designação, Presidente, eu apresento, então, o relatório do nosso Senador Astronauta Marcos Pontes, primeiro identificando que é de autoria do Senador Carlos Viana – que também é um aeronauta, aeronauta da Lufthansa. Viu, Senador Otto? O Carlos Viana é aeronauta da Lufthansa –, que altera a Lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para impedir a cobrança de multas nos casos que especifica.

De autoria do Senador Carlos Viana, o projeto de lei sob exame pretende modificar o CBA para dispor sobre a retificação no bilhete de passagem do nome ou agnome, para que ela ocorra sem ônus para o passageiro.

A proposição insere comando no CBA a fim de determinar que o passageiro tem direito ao reembolso do valor já pago do bilhete se ele desistir da viagem por motivo de força maior, devidamente justificado, nos casos estabelecidos pela Agência Nacional de Aviação Civil.

Ou seja, o projeto estabelece que a interrupção da viagem, a desistência, ou o não comparecimento para embarque em voos contratados não autorizam o transportador a cancelar o trecho da volta, nem os trechos subsequentes indicados no respectivo bilhete de passagem, desde que o passageiro comunique tais fatos à respectiva companhia aérea com antecedência mínima de 72 horas do horário do voo do trecho inicial.

Portanto, projeto mais do que razoável. Eu até proporia reduzir esse prazo de 72 horas, porque as companhias não pagam multa por *overbooking* e têm sempre uma lista de espera. Aliás, a única possibilidade de a companhia fazer pleno uso do voo é ela ter uma lista de espera. Então, a única proposição que eu faço, diante do fato de não ter tido tempo de estudar, é reduzir esse prazo de 72 horas para 24 horas. Mas, se eu aviso com 24 horas de antecedência, não vou poder fazer o voo, a empresa tem 24 horas, no mínimo, para alocar alguém que queira fazer o voo.

Há um velho preceito que vale para hotel, vale para voo: aquela poltrona do avião, aquela cama daquele hotel, se não for usada naquele voo ou naquela noite, nunca mais. Agora, com uma antecedência de 24 horas... Quantas vezes nós mesmos já recorremos a um hotel e dizem: "Olha, o senhor espera se até tal hora não aparecer...". E no voo também, quem de nós já não ficou numa lista de espera?

Portanto, a única sugestão que eu faria, mas não retiro o meu voto favorável, é que 24 horas ou 48 horas é mais razoável do que 72 horas. No mais, o projeto merece nossa aprovação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – V. Exa. deseja fazer essa alteração, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Olha, eu consulto, já que eu fui nomeado *ad hoc*, não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Certo.

Eu vou colocar em discussão e depois, no caso, se o senhor desejar fazer, o senhor pede vista para, no prazo de uma semana...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se eu não tiver eco com nenhum dos colegas aqui, eu não vou ficar chateado, eu voto pela aprovação, pura e simplesmente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Está em discussão o projeto que acaba de ser lido pelo Senador Esperidião Amin.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, apenas para pontuar, o eminente Senador Esperidião Amin traz uma ponderação em relação a um dos pontos do projeto, que é em relação à questão do prazo – em relação à questão do prazo. Se houver o pedido de vista, obviamente que vamos fazer uma análise um pouco mais detalhada em outros aspectos, mas em relação a esse prazo, eu tenho a compreensão que tem o Senador Esperidião Amin: não há nenhum prejuízo à companhia essa alteração dentro desse prazo.

Eu acho que é um prazo razoável, mesmo porque as companhias têm sempre, raríssimas exceções, lista de espera. Se nós formos falar lá pela realidade do nosso Estado de Rondônia, aí então nem se fala, porque os voos saem todos lotados, tem voos em menor quantidade do que a demanda que nós temos no meu estado... Eu acho que, com exceção talvez do eixo Rio-São Paulo, essas pontes aéreas que são *hubs* nacionais, a realidade do Brasil é uma realidade em que você tem menos oferta de voos do que demanda de passageiros. Então, tem listas de passageiro, listas de espera. Acho que é razoável. Hoje o passageiro encontra todas as dificuldades para fazer qualquer adequação. Quando ele tem que fazer adequação, isso onera o passageiro, porque as companhias criam uma espécie de classificação de voo: "Ah, quem comprou tarifa *light* não tem direito a alterar voo; quem comprou tarifa não sei o que e tal; quem comprou tarifa *top* pode, mas, dependendo da condição, também não!". Então, a corda sempre arrebenta do lado mais fraco, como diria meu pai lá na roça.

Acho que é uma medida que visa dar um pouco de racionalidade a esse ambiente da aviação, sem comprometer o aspecto da liberdade econômica que norteia esse ambiente de mercado no Brasil.

Então, se o eminente Relator *ad hoc* fizer essa alteração, eu acho que é uma alteração importante para o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Mais algum Senador deseja se manifestar? (*Pausa.*)

Por favor, Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Nós sabemos que nós passamos pela maior crise da aviação que já tivemos no Brasil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Crise de oferta!

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É, de oferta.

E nós, o Congresso Nacional, temos que entender, precisamos nos debruçar sobre esse assunto e ver o que está faltando, Sr. Presidente Confúcio Moura, que é Presidente desta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Infraestrutura. Nós precisamos nos debruçar, ver o que está faltando para atrairmos novas empresas para virem para o Brasil. Temos que nos debruçar sobre isso, porque nós só temos hoje três companhias: Azul, Gol e Latam. Nós não temos outras fazendo e nós temos um grande problema também dos voos regionais, porque o senhor sabe que nós não temos mais praticamente voos regionais; a única que está fazendo um pouco é a Azul, que faz voo regional. Então, nós precisamos nos debruçar, Senador Amin, sobre isso para resolver essa situação da aviação no Brasil. Nós precisamos ter mais ofertas de voo, até para diminuir o preço das passagens.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Otto Alencar, com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente, eu queria concordar com o relatório do Senador Esperidião Amin, mas, no caso do item 2, que não foi votado ainda, eu gostaria de pedir vista para analisar mais o projeto: item 2, Projeto 42, de 2022, que foi lido pelo nobre Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vista concedida, Senador, a V. Exa.

Muito bem, Senador Esperidião, o senhor pode...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, eu vou concluir dizendo o seguinte: tive notícias de que o Senador Marcos Pontes está chegando...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Tá!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... de forma que eu até me sentiria melhor se ele concordar. Agora, só quero dizer, para complementar o que foi dito, que eu nunca consegui pegar, neste ano, um voo que não estivesse superlotado. Nunca! Não consegui sair de Florianópolis sem ser aquela última gota que cabe no copo. Todos os voos.

E há algumas surpresas sobre a questão da oferta. Já que o Senador está aterrissando, então, tem aqueles problemas de descompressão e compressão, pode-se aclimatar... Estou falando aqui, Senador, que eu reduziria de 72 para 24 horas o prazo de aviso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só isso. E concluo dizendo o seguinte, falando um pouquinho de barba, como se diz: o Aeroporto de Florianópolis é tetracampeão de qualidade, é o melhor e o mais bem operado do Brasil há quatro anos.

Eu estou impressionado com a falta de oferta para outros, porque nós éramos o sexto aeroporto do Brasil em voo internacional e já somos o terceiro. Somos o terceiro, só perdemos para Guarulhos e Galeão em voos internacionais, e nós não sabíamos, ninguém sabia disso. Inventaram um voo para Lisboa, da TAP, e o voo só sai lotado três vezes por semana. Quer dizer, nós temos uma demanda – não reprimida –, oculta. Existe forma melhor de um brasileiro chegar à Europa, a não ser por Lisboa? Virou um modismo. Eu saio de onde eu quiser, vou para Florianópolis, pego o voo e vou para Lisboa. De lá, eu me esparramo... Então, nós temos uma demanda oculta, além da demanda reprimida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voltando ao assunto, eu acho que o Senador Bagattoli tem razão, o assunto é muito mais complexo, a coisa é muito maior do que estamos aqui apreciando, mas, voltando ao assunto, já que o Senador Marcos Pontes é o titular do relatório, eu só faço esse reparo, Senador Marcos Pontes. Eu acho que 72 horas de aviso é muito, mas eu votarei a favor do seu relatório, de qualquer maneira, uma vez que eu apenas o li e já o aplaudi em tudo mais.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Marcos Pontes, eu devolvo a V. Exa. a relatoria. O Senador Esperidião solicitou vista...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É o item 2, não é? Bem, não tem pedido de vista.

Eu devolvo a V. Exa. a palavra. Ele sugere que se altere de 72 horas – para aviso das companhias – para 24 horas. Teve a concordância de quatro Senadores aqui.

Se V. Exa. acolhe ou prefere deixar para a próxima reunião, fique à vontade. Se V. Exa. acolher agora, a gente faz a votação agora.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Era isso o que eu ia falar. Eu acolho essa mudança, então, para 24 horas, e a gente pode fazer agora.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeitamente. Ótimo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bom.

Vamos, então, tem só mais um não terminativo, e a gente já vota em bloco. Foi discutido este.

Vamos em frente ao Aviso nº 1, um acórdão do Tribunal de Contas da União, e o Relator é o Senador Veneziano.

O Aviso nº 1 é o item 5 da pauta, Senador Veneziano.

ITEM 5
AVISO N° 1, DE 2019
- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 2190/2019 - TCU, que trata de auditoria operacional para avaliar as concessões no âmbito do Programa de Concessões Rodoviárias Federais - Procrofe (TC 012.624/2017-9).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pelo conhecimento, pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado dos Transportes e pelo arquivamento da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. Votação simbólica

O senhor está com a palavra.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, eu indago a V. Exa. se posso ir direto à análise. (*Pausa.*)

A auditoria do Tribunal de Contas teve por objeto os 21 contratos de concessões de rodovias federais firmados entre os exercícios do ano de 1994 ao de 2015, os quais constituem o Procrofe – é desta forma: pro-cro-fe.

Conforme dispõe o relatório... V. Exas. têm acesso a ele, para que nós nos permitamos avançar.

A auditoria realizada considerou inadequada a estruturação do Procrofe. Foram solicitadas à ANTT e ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil informações acerca da estrutura do Procrofe, a fim de se verificar em que grau o programa...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Veneziano, dê só uma pausa. Eu pediria silêncio aos amigos que estão aqui nas galerias, aqui no auditório.

Pessoal aí de trás que está falando, por favor, está atrapalhando aqui a leitura do relatório pelo Senador Veneziano. Por gentileza, se quiserem bater um papinho mais prolongado, deem uma saidinha e retornem, por favor.

Senador Veneziano, pode continuar.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Sr. Presidente.

Voltando ao início do parágrafo: a auditoria realizada considerou inadequada a estruturação do Procrofe. Foram solicitadas à ANTT e ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) informações acerca da estrutura do mesmo, a fim de se verificar em que grau o programa conta com elementos estruturais que proporcionem acompanhamento de seu desempenho e monitoração dos seus resultados pelos gestores, bem como com suficientes ferramentas para tomada de decisões que visem aperfeiçoá-lo, otimizando seus resultados.

De acordo com o relatório, as informações trazidas pelos gestores revelaram que o programa não tem finalidade, objetivos, metas, produtos e atividades concebidos de acordo com as melhores práticas, de modo que à administração faltam ferramentas de auxílio à tomada de decisões referentes ao programa, bem como não se identificou formalização de planejamento estratégico ou de qualquer documento que o estruture e defina tais características e atributos essenciais ao mesmo. Ainda conforme o relatório, o MTPA admite que não foram estabelecidos metas e indicadores, nem no início nem no decorrer do Procrofe, com vistas a medir sua economicidade, eficiência, eficácia e efetividade, e que também não foram produzidos documentos de avaliação do programa.

O relatório aponta que as informações trazidas aos autos pela ANTT e pelo MTPA indicam que o Procrofe se constitui de um conjunto de contratos de concessões de rodovias federais, sem definição de atributos estruturais de planejamento, desenvolvimento, monitoramento de resultados e aperfeiçoamento contínuo do programa, sem os quais sua gestão resta sem robusto ferramental para orientação decisória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A despeito do entendimento de que o programa visa proporcionar resultados de interesse público, seus objetivos não estão devidamente definidos, e uma atuação sem propósito claramente definido não pode ser efetivamente avaliada, dificultando até mesmo verificar se os dispêndios e os esforços envolvidos mostram-se compensadores, ou se seria melhor não comprometer recursos com tais atividades.

Em consequência da ausência de definição de objetivos do Procrofe, inexistem também indicadores e metas que proporcionem razoável avaliação do desempenho do conjunto das concessões de rodovias e orientação para o aperfeiçoamento do programa em geral.

O relatório considerou também que o programa apresentou desempenho insuficiente. Foram avaliados os seguintes aspectos: ampliação de capacidade da infraestrutura rodoviária (duplicações e implementação de vias marginais e faixas adicionais); segurança dos usuários, por meio da análise de estatísticas de acidentes; volume de investimentos; e qualidade, com base em pesquisas da CNT e de opinião dos próprios usuários.

O relatório de auditoria trouxe as seguintes considerações quanto ao desempenho do Procrofe em duplicações, implementação de vias marginais e implementação de faixas adicionais:

As citações, Sr. Presidente, eu pediria a V. Exa., exatamente pela economicidade da leitura dessa análise, para passar à seguinte, porque os nossos pares têm a oportunidade de fazer esse acompanhamento.

O relatório também fez o exame do desempenho do Procrofe em duplicações, implementação de vias marginais e implementação de faixas adicionais, ante o desempenho da execução de tais melhorias em rodovias federais não concedidas.

Desse exame, quanto a duplicação de rodovias, resultaram algumas considerações que nós expusemos aqui em cinco partes. Também rogo a V. Exa. a compreensão para que nós sequenciemos. Qualquer dúvida, os companheiros podem acessar diretamente as telas das unidades disponibilizadas pela Comissão de Infraestrutura.

Quanto à implementação de vias marginais e faixas adicionais, o relatório também trouxe algumas observações.

O relatório conclui nos seguintes termos, fazendo menções a cada um dos aspectos.

No que se refere à segurança na malha rodoviária federal concedida, o relatório traz detalhadamente observações que nos permitem extrair as suas deficiências.

No quesito custos suportados pela sociedade – abrimos parênteses – (economicidade) – e os fechamos –, o relatório de auditoria apontou que as tarifas de pedágio sobem em valores acima da inflação, apesar do nível de inadimplemento contratual, especialmente quanto ao desempenho na execução dos investimentos em ampliação de capacidade. De acordo com o relatório, a diferença entre a tarifa praticada e aquela reajustada pela inflação reflete o impacto de renegociações contratuais ocorridas ao longo do tempo. Isso porque, à medida que novos serviços ou investimentos são aditivados nos contratos de concessão, a tarifa é revisada de modo a refletir o reequilíbrio contratual. Foi constatado que as tarifas praticadas nas concessões da 1ª Etapa, superam a variação da inflação em patamares de 19,79% a 79,9%; da 2ª Etapa, decorridos dez anos de contrato, na ordem de 16,5% a 43%; e, da 3ª Etapa, na ordem de 2,3% a 33,6%, decorridos cerca de quatro anos do início dos contratos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório pontuou que a concessão de financiamento pelo BNDES implica a sociedade arcar basicamente com a diferença entre as condições de captação do recurso pelo poder público, aproximadamente o valor da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), e as condições oferecidas às concessionárias, a TJLP, mais 2% para a 3ª Etapa, e exemplifica.

De acordo com o relatório, em 2014, por exemplo, a diferença custeada pela sociedade representaria aproximadamente 4,6% – Selic de 11,6%, juros de 2%, TJLP de 5%. Isso equivaleria, senhores e senhoras, a um subsídio anual potencial, sobre todos os recursos liberados até então, sem atualização, da ordem de R$403 milhões ao programa de concessões, via BNDES, considerando os valores apresentados pela ANTT. A arrecadação total de pedágios no Procrofe, no mesmo ano de 2014, foi de aproximadamente R$3,6 bilhões, também em valores históricos, de modo que os subsídios podem ter proporcionado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... mais de 11% adicionais às empresas, consideradas de forma global.

Conforme ponderou o relatório do Tribunal de Contas da União, considerando a estimada magnitude dos valores subsidiados e a apurada inexecução da implementação de melhorias ante o cronograma originariamente pactuado, bem como os termos de ajustamento de conduta pactuados, resta claro o peso adicional de tais financiamentos de concessões do Procrofe sobre os usuários diretos e demais cidadãos.

A relevância das liberações de recursos pelo BNDES se evidencia pelo seu percentual na captação total de recursos das concessionárias em alguns anos, referente às suas principais fontes de receita – financiamentos, aportes da União e pedágios –, chegando a ser a principal fonte no ano de 2014, com 52,5%, e atingindo ainda 40,1% dos totais captados em 2011 e em 2010.

Quanto ao volume de investimentos nas rodovias federais concedidas, o relatório de auditoria pontuou que a agência reguladora apura os quantitativos de investimentos com base em informações contábeis fornecidas pelas concessionárias.

O relatório ressalta ainda que, além das dificuldades na obtenção de informações suficientes para apuração da monta de investimentos realizados, há razoável possibilidade de comprometimento da fidedignidade das informações disponíveis.

Observou-se também que os valores publicados pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias para os investimentos das concessionárias são discrepantes dos valores apresentados pela ANTT.

Quanto à qualidade das rodovias federais concedidas – relatórios da CNT e opinião dos senhores e senhoras usuários –, sendo ausentes informações estruturadas e indicadores da ANTT acerca dessa questão, foram examinados os resultados das Pesquisas CNT de Rodovias efetuadas de 2007 a 2017, a fim de se verificar o impacto das concessões por meio de cotejamento dos resultados das avaliações das vias no ano anterior a cada concessão.

A ausência de dados e informações padronizadas impede uma avaliação acurada sobre as melhorias que as concessões de rodovias trouxeram para os usuários. Sem tais informações gerenciais estruturadas, a ANTT tem publicados registros de apenas duas pesquisas de opinião

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos usuários, efetuadas em 2005 e 2014, além de termos de registros de ocorrência, emitidos nas fiscalizações realizadas pela agência.

De acordo com o relatório, a despeito de o índice geral da pesquisa de 2005 ser de 6,9 e o da pesquisa de 2014 (IGS) ser de 62,08%, os diferentes métodos e critérios utilizados impedem razoável comparação, a fim de se verificar se, na visão dos usuários, houve melhora ou piora da malha concedida entre as épocas dessas pesquisas.

Tendo por base os relatórios da CNT (Confederação Nacional do Transporte), apurou-se melhora em 44% das avaliações nos trechos concedidos; outras 46% revelaram mesmo nível; e 10%, piora em relação às verificações realizadas antes das concessões.

Entretanto, relatou-se melhora significativa apenas no quesito de sinalização. Nos demais itens, e inclusive no aspecto geral, os percentuais de avaliações em que se verificou mesmo nível de qualidade superaram os percentuais de melhora, havendo, das 39, quatro avaliações de piora e oito avaliações de trechos cujo estado foi considerado "regular" antes das concessões, mas não apresentaram melhora em suas qualidades após concedidos.

Tendo em vista as constatações detalhadas, acima descritas, o Tribunal de Contas da União, em sessão do Plenário, acordou, e nós aqui, *ipsis litteris*, trouxemos aquilo que foi definido pelo TCU.

As providências constantes do acórdão devem ser tomadas pelo Poder Executivo, cabendo a este Congresso Nacional o exercício da função fiscalizatória, de forma a contribuir para o desfecho das pendências que foram observadas pelo TCU.

Voto, Sr. Presidente:

Em face do exposto, considerando o teor do Acórdão nº 2.190, de 2019 – TCU – Plenário, propusemos que a Comissão de Infraestrutura:

a) tome conhecimento do Aviso nº 1, de 2019;

b) encaminhe requerimento de informações ao Ministro dos Transportes sobre o andamento do atendimento das determinações e recomendações contidas no acórdão supracitado do TCU, consoante o Aviso nº 1, nos termos da minuta a seguir apresentada; e, por fim,

c) remeta o processado ao arquivo

Sr. Presidente, eis relatório e voto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem, eu vou colocar em discussão.

É desse que o senhor vai pedir vista?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Fora do microfone*.) – É do oitavo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Não, é do oitavo. Muito bem.

Vocês acabaram de ouvir aí um relatório muito importante sobre a análise, pelo Tribunal de Contas da União, das concessões de rodovias. É muito importante a observação que aponta o índice de insatisfação, de piora, de mais de 30%. Mas não cabe a mim aqui discutir.

Eu vou passar a palavra e eu gostaria de ouvir quase todos os Senadores, pois é muito importante esse comentário e as providências que a Comissão deverá tomar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, como disse V. Exa., eu considero que este seria talvez o tema mais importante que nós poderíamos abordar – o mais urgente, não o mais importante –, em matéria de infraestrutura do Brasil, porque alguns de nós conhecemos os portos, nos aeroportos nós sabemos que mais ou menos a situação é localizada, e o transporte ferroviário no Brasil é muito limitado, então o negócio nosso é rodovia.

Eu acho que isso valeria uma audiência pública, porque nós não temos dinheiro para investir em rodovia. Estamos condenados, há muito tempo, a parcerias, parceria público-privada, Lei de 2004, concessões, com a magistral participação do Senador Jayme Campos, evoluímos para o *free flow* na cobrança de pedágios, mas é sempre postergado o seu emprego nas concessões atuais.

Se o eleitor do meu estado souber que eu votei a favor de um relatório que não penaliza os responsáveis pelas concessões, eu vou apanhar, porque nós estamos submetidos a um congestionamento de tráfego praticamente permanente, por exemplo, na BR-101. Já lideramos estatísticas de acidentes, de pontos de acidentes, mas isso não é culpa deste ou daquele governo, é o conjunto do nosso problema. E, muito mais do que incriminar, temos que reconhecer os esforços que foram feitos, mas quantas vezes V. Exa. disse ou ouviu na Comissão de Serviços de Infraestrutura que nós sofremos de um crônico déficit de investimentos em melhoramento e manutenção. Ambos estamos carecas de ouvir isso, no sentido estrito da palavra.

Ora, vou trazer dois problemas. Primeiro, o Ministro dos Transportes, cujo esforço eu reconheço, quero dizer aqui perante os companheiros, e eu participei de várias incursões dele, inclusive no meu estado, está procurando fazer um trabalho muito bom, é um homem dinâmico, que tem a experiência de Governador, mas tudo que nós estamos vivendo em matéria de concessões de rodovias federais até aqui...

O Mato Grosso tem uma história para contar. Comprou a concessão por R$1, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pagou a concessão frustrada, pagou R$1 para herdar a encrenca, que ficou insolúvel. Por quê? Porque os primeiros leilões favoreceram ao mergulho. No meu estado foi isso. Quem ganhou a concorrência deu 65% de desconto em relação à tarifa honesta. O que aconteceu?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E um casamento por 25 anos. Segundo a lei, que quase foi aprovada na Alemanha... Teve uma proposta para transformar o casamento num acordo por sete anos, renovável explicitamente. Se não... Quer dizer, equivale a três casamentos. Na média, um casamento dura de sete a oito anos. Então, 25 anos... Como disse o Samuel para a Sara, é muito caro um divórcio. O divórcio fica muito caro.

A nossa esperança são os projetos de otimização dos contratos de concessão de rodovias em andamento. E eu acho que isso justificaria que nós tivéssemos pelo menos uns interessados, eu quero saber.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi anunciado, na quinta-feira passada, para concluir a frase que eu comecei... Na quinta-feira passada, o Ministro apresentou. Retirados alguns pequenos erros lá na exposição – e eu, inclusive, fiquei satisfeito por saber que aqueles equívocos foram muito mais de digitação do que de apresentação –, o que é que isso permite? Os contratos de concessão, com a aprovação do Tribunal de Contas da União e com a participação, digamos, da sociedade, representada nos estados, poderão ter um aditivo de até 15 anos. Rodovias como a Anhanguera, em São Paulo; a BR-101, norte, em Santa Catarina; a BR-116 poderão passar por isso. Daí para a frente, nós teremos os reajustes tarifários, porque do couro vai sair a corrente, não temos dinheiro público nisso; então é o usuário que vai pagar. Estaremos renovando o casamento por mais 15 anos – até –, ou seja, no nosso caso, se o da 101 vai terminar em 2033, o casamento iria até 2048.

Os métodos de avaliação que estão sendo propostos modernizam o contrato, mas não estão suficientemente debatidos. Vou dar um exemplo: o que é que é uma obra para ser executada nos três primeiros anos do aditamento? Tem que estar pronto o projeto, tem que ter estudo de impacto ambiental, o cronograma de execução e, finalmente, valeria a pena discutir... Multa não funcionou. Nós tivemos inaugurado o contorno viário da Grande Florianópolis com 12 anos de atraso – 12 anos –, quer dizer, metade do prazo contratual.

Eu quero, como eu acompanho esse assunto há bastante tempo, louvar as iniciativas da ANTT. A ANTT melhorou muito, mas ela não pode mudar o contrato, tem que se cingir ao contrato. Se o único instrumento é a multa, e se o sujeito já não está cumprindo e eu aplico uma multa draconiana, aí mesmo é que ele vai parar.

Então, tem que ter um sistema de premiação e correção – punição é uma coisa –, correção e premiação; ou seja, um contrato desse tem que ter metas, metas de satisfação, porque o próprio relatório, Senador Veneziano, indica que, quando temos esses índices, eles mostram que não existe satisfação; pelo contrário. O próprio relatório do Senador Veneziano aborda isso. Aliás, muito bem-feito o relatório, foram muito bem pinçados os pontos do relatório do TCU que V. Exa. destacou. Acho que é um trabalho meritório.

Mas é um trabalho nosso. Nós temos que arquivar o processo. Que contribuição nós vamos dar... A crítica – aqui, olha, o pessoal que está atrás de nós – vai se sentir decepcionada: "Eles vão mandar para o arquivo isso". Não dá para mandar para o arquivo.

Tem que chamar aqui ANTT e TCU. O TCU também tem que aprimorar os seus métodos de aferição, não no final de um período, mas ao longo do período. Não é no final do... "Olha, não deu certo. Vocês querem comprar o contrato, Jaime?" Foi isso que fizeram. "Não deu certo, vocês podem..."

O Mato Grosso é um estado – felizmente – de trabalho, de geração de riqueza, tem uma excelente arrecadação; em relação à população, deve ser o melhor índice *per capita* do Brasil. Comprou, comprou e está tocando as obras! É a falência do sistema! O caso do Mato Grosso pode ser glorioso para o Estado do Mato Grosso, mas é a falência do sistema de concessões, que é a nossa última boia de salvação.

Viu, Senador Beto? Eu estou falando só sobre rodovia, não estou falando dos outros aspectos.

Então, eu acho, insto: olhe bem, não se trata de caça às bruxas nem de condenação, não; nós temos que melhorar isso. Como? Nós temos essa responsabilidade, junto com o TCU, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Ministério dos Transportes, com a ANTT, e acho também que temos que ouvir a Associação das Concessionárias; porque, se eles são a última tábua de salvação, nós não podemos maltratar essa boia! Se nós a maltratarmos, ela vai submergir e vai nos levar junto.

Nós temos que construir um modelo de supervisão, de metas, de, se não alcançadas as metas, verificarmos onde é que nós estamos falhando e recebermos – aí sim – relatórios, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, periódicos dizendo se esses índices estão sendo satisfeitos ou não, porque o tema mais grave que nós temos na nossa vida diária é a rodovia. Eu não estou dizendo que é o mais importante, mas é o mais utilizado pelo povo brasileiro.

Então, o meu apelo é no sentido de que seja agendada uma audiência pública com esses personagens, para sabermos se o modelo de otimização, que vai ser fechado neste fim de ano... O prazo para a adoção do processo de otimização termina neste ano, e eu considero isso a esperança do momento. Temos que transformá-la numa solução para os contratos em andamento e numa lição para os futuros, já que o próprio Governo está demandando novas licitações – que são muito bem-vindas, desde que o conteúdo do contrato que delas resultar não contenha os defeitos que produziram esse estrago, que o relatório não esconde, mas não revela na sua plenitude.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, eu quero explicar para os senhores e as senhoras que é um aviso do Tribunal de Contas. Esse aviso, em que o Tribunal está nos comunicando, solicita... E o parecer do Relator é pelo arquivamento. Mas, antes desse arquivamento, nós solicitamos um pedido de informações ao Ministério dos Transportes. Ao retornarem as informações do Ministério dos Transportes é que nós poderíamos atender o Senador Esperidião com a audiência pública...

Pode falar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas eu gostaria de já fazer o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito, o senhor pode fazer...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Gostaria de fazer o requerimento, e complemento dizendo: o Ministro nós podemos convidar...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... a ANTT, infelizmente, tem projeto aí em andamento, mas nós não podemos... mas podemos convidar, também.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu tenho aqui vários inscritos, mas eu quero explicar o seguinte: isso é muito grave, e a Comissão deve se posicionar. Quanto à maneira de se posicionar, até que eu gostaria de, depois, ouvir o Otto também, com a experiência que ele tem do Tribunal de Contas, sobre esse tema, para nos orientar da maneira melhor possível. A gente ouvir um relatório desses, um aviso do Tribunal de Contas, e a gente ficar aqui de braços cruzados, deixando o bonde passar... Parece, assim, que nós estamos permitindo que a coisa role como está, não é? Então, eu vou ouvir V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero aproveitar que o plenário está bem composto para avisar que nós estamos chegando ao mês de dezembro e tem muitos projetos de lei em tramitação. Eu até já designei os Relatores. Eu gostaria que ninguém devolvesse as relatorias, que fizessem o mais rápido possível os seus relatórios, para que a gente pudesse votar nessas três ou quatro sessões que teremos até o dia 19 – está muito curtinho o prazo –, para não deixar... Em fevereiro, nós passamos a Presidência para um dos senhores, de outro partido provavelmente, e eu não gostaria de deixar acumulado.

Então, que aqueles relatórios que estão já com os ilustres Senadores sejam fechados para a gente votar agora no mês de dezembro.

A gente pode até marcar algumas reuniões extraordinárias para os não terminativos, para dar uma esvaziada na pauta e facilitar a vida de quem vier me suceder, porque está muito em cima.

Até a audiência pública, essa requerida pelo Senador Esperidião Amin, eu não sei se dá para encaixar ainda nesse pedacinho de ano.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Tem que encaixar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É? Vamos ver se a gente consegue, nem que não seja ordinariamente em uma terça-feira; a gente pode marcar uma audiência pública em outro dia. Como o tema é muito importante, nós gostaríamos de... já que recebemos o aviso, nós temos que dar uma solução aqui.

Então, aqui estão inscritos o Marcos Rogério e, a seguir, o Carlos Viana.

Tem mais algum Senador que gostaria de falar? (*Pausa.*)

Senador Jaime Bagattoli.

Mais algum Senador gostaria de falar sobre esse tema? (*Pausa.*)

Senador Jayme Campos.

Mais algum?

Senador Otto, eu tinha te nomeado para falar aqui. (*Risos.*) Eu gostaria que V. Exa. desse uma opinião como ex-Conselheiro do Tribunal de Contas: o que o senhor faria nesta situação minha aqui, com um aviso desses do Tribunal de Contas?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Eu acho que nós deveríamos fazer uma audiência pública, chamar uns dois membros lá do Tribunal de Contas da União...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... para um debate mais profundo a respeito desse tema.

A nossa experiência agora, na Bahia, que vai se encerrar em 31 de dezembro, foi a pior possível com a concessão da BR-324 e da BR-116, até porque, dentro do processo de análise, a empresa não prestava um serviço de qualidade e queria aumentar as tarifas, o que não foi aceito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós levamos para o TCU e resolvemos, inclusive, que deveríamos cancelar e o governo assumir, até porque a qualidade era muito ruim, e eles questionavam na Justiça com advogados e postergavam: foram vinte e tantos anos de exploração com uma péssima qualidade de serviço.

Eu acho que deveria existir uma norma que, dentro da concessão, pudesse estipular mais responsabilidade com a concessão dessas rodovias, todas federais.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Então, como é que eu faço aqui sobre o pedido?

Posso atender verbalmente o requerimento ou tem que ser oficial? (*Pausa.*)

Então, o gabinete de V. Exa. pode formalizar? Para nós já agendarmos ainda neste...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só informe o seguinte: a data...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está bem, eu vou encaixar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas seria Ministério dos Transportes...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... TCU, ANTT e Associação das Concessionárias.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Combinado.

Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é realmente um tema importante, e eu queria... Conforme consta aqui da tramitação da matéria, esse tema vem para a CI derivado de uma decisão do Tribunal de Contas da União.

Eu não sei se o Relator ou V. Exa. saberiam dizer: da lavra de qual Relator é essa decisão?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – O acórdão?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O acórdão. É um acórdão do Tribunal, mas...

É porque é uma situação atípica. Eu estou fazendo esse questionamento porque é uma situação atípica.

O Tribunal de Contas da União tem instrumentos próprios para fazer cumprir leis e contratos. Ele está compartilhando com a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal uma situação em que ele, TCU, poderia determinar, diferentemente da Comissão, eminente Relator Veneziano. A Comissão dá parecer, a Comissão dá pitaco político, a Comissão aprova, mas ela não tem poder coercitivo, diferentemente do Tribunal; esse tem poderes próprios, competências próprias para fazer cumprir aquilo que está estabelecido em lei e aquilo que está convencionado e ajustado nos contratos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os contratos públicos têm força de lei, embora, nesse ambiente regulado de concessões, me pareça um território um pouco obscuro, conforme já foi relatado aqui por muitos: o Senador Amin traz a experiência de Santa Catarina, o Senador Otto traz a experiência da Bahia. Espero que não, mas, daqui a pouco, Rondônia, que está num caminho de concessão, estará reclamando a mesma coisa, não só nas rodovias, Senador Jaime, mas agora estão tratando da concessão também da nossa hidrovia; ou seja, esse é um setor que é problemático por natureza.

A bem da verdade, nós estamos tratando aqui de contratos que são de uma época distante, são contratos que derivam do período de 1994 a 2015, não são contratos novos, não estão dentro desse último pacote de concessões que nós tivemos mais recentemente.

Na época do Ministro Tarcísio, que estava à frente do Ministério da Infraestrutura, nós tivemos muitas concessões. E nós aqui, no Senado Federal, enquanto Comissão de Infraestrutura, tivemos a oportunidade de debater esse assunto de maneira mais profunda, de maneira mais criteriosa, verificando, inclusive, os problemas que nós tínhamos identificado nesses contratos que agora se mostram de difícil solução; porque fizeram os contratos, estabeleceram as concessões, mas o cidadão que paga a conta não teve o benefício.

E aí veio aquela indagação, que fez aqui o eminente Senador Esperidião Amin, com a sua experiência e com a sua vivência: "Agora se está diante de uma situação: rompe-se o contrato ou tenta-se ajustar o contrato para salvar aquilo que é possível salvar?". Porque você tem uma situação em que o concessionário já vem explorando há alguns anos e, em muitos casos aqui, há décadas, porque é de 1994. Ele vem explorando há décadas, mas não cumpriu aquilo que estava estabelecido em contrato.

Apenas uma multa vai resolver o problema? A sociedade vai ficar sem o benefício do mesmo jeito. Agora, existem mecanismos coercitivos para impor a obrigação de fazer ou um instrumento de estímulo para que o faça? Porque talvez para o concessionário, neste momento, o melhor dos mundos seria: "Olha, já explorou o que podia explorar, não fez o que deveria fazer, deixa como está e faz uma nova concessão". Mas quem vai pagar essa conta de novo? É o usuário.

Então, quando eu faço o questionamento aqui em relação ao TCU, é porque o TCU está com a batata quente na mão e talvez também não saiba o que fazer, Conselheiro Otto.

O TCU também, certamente com esses mesmos questionamentos... Porque uma coisa é a letra fria da lei. Na letra fria da lei e num contrato estabelecido, parece fácil resolver. É simples: executa e manda fazer; mas qual é o ambiente que você tem para concretizar a feitura dessa obra, a execução dessa obra? Então, é realmente um problema complexo.

E aí eu vou aqui, na mesma direção do eminente Senador Esperidião Amin e depois confirmado também por Otto, dizer o seguinte: o que nós podemos fazer enquanto Comissão de Serviços de Infraestrutura aqui, na esteira do relatório muito bem fundamentado do Senador Veneziano, é realmente ouvir quem tem experiência com o assunto e quem está de frente para esse problema. No caso aqui, é a Agência Nacional de Transportes Terrestres, que tem vínculo com esta Comissão de Infraestrutura. Eles têm, dentro do mandamento regimental, obrigação de comparecer ano a ano a esta CI, para prestar contas do que estão fazendo, para apresentar relatórios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu me permito aqui secundar a fala do eminente Senador Esperidião Amin, recomendando, nesse caso, que ao vir a esta Comissão, dentro do que manda o Regimento do Senado Federal, que vincula a Agência Nacional de Transportes Terrestres, para vir prestar aqui relatório, que, nesse caso em particular, dada a dimensão do problema, a gravidade do problema, o relatório seja direcionado a responder sobre esse fato especificamente.

Eu acho que aí poderia ter a concordância dos colegas aqui da bancada da CI, porque tem muitos outros assuntos que nós poderíamos questionar, mas, se esse é um assunto realmente delicado e complexo, poderíamos dar a eles a oportunidade: "Olha, nesse relatório anual que vocês têm a obrigação de fazer – e aí tem que comparecer –, que se dedique tempo, clareza, para trazer informações e encaminhamentos para esse tema das concessões problemáticas".

É a sugestão que faço à Comissão, ressaltando reconhecer que é realmente um problema de difícil solução, porque se estende no tempo, há muito tempo, e que se simplesmente se decretar a caducidade ou a suspensão desses contratos, o maior prejudicado nesse momento vai continuar sendo o usuário-cidadão que paga a conta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Marco Rogério, o Relator lá no Tribunal é o Ministro Bruno Dantas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O Presidente do Tribunal!

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente, gostaria só de fazer algumas considerações.

Há de se observar primeiro que, evidentemente, nós não temos aqui como conhecer, a não ser saber que cada um desses contratos, por versarem sobre assuntos nos quais recursos públicos estão dispostos, passa pelo crivo do Tribunal de Contas da União, que deve fazê-lo um a um. Isso é fato, é conhecimento de todos. Não seria cabível que nós aqui trouxéssemos esse histórico um a um.

Também é de se levar em consideração esse lapso de quase 20 anos de análise de uma representação que foi feita pelo Ministério Público, sobre a qual se debruçaram os Srs. e as Sras. Auditores do Tribunal; e ao tempo de uma análise que não é fácil, não é rápida, puderam levá-la ao conhecimento do Relator, o Ministro Bruno Dantas, hoje Presidente, para que, ao final, o plenário pudesse ter uma decisão, decisão essa que se firma no acórdão.

É pertinente, portanto, se o lapso de 20 anos concluiu-se em 2015, que alguns desses episódios, algumas dessas situações – até porque no próprio relatório V. Exas. puderam observar que o próprio tribunal deixa de ter as informações mais precisas, senão aquelas levadas pela CNT. É um relatório que nós não pudemos ... –, com todo o devido reconhecimento às figuras, que são extremamente compenetradas e qualificadas, integrantes, desde as assessorias, as consultorias, aos senhores que compõem o colegiado do tribunal, até mesmo as próprias informações sobre as quais poderiam repousar as atenções para uma decisão ou uma constatação derradeira, não são substancialmente as mais seguras.

Penso eu, Presidente Confúcio, que, de 2015 para cá, passada quase uma década, muitas dessas questões levantadas, as precariedades – não que não existam mais, elas existem e são de conhecimento de todos –, os descumprimentos, os desarrazoados, os descompromissos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessas empresas ou desses consórcios que se lançam às disputas com preços que sabidamente não arcarão para, mais à frente, gerar um prejuízo em distratos, discussões que se arrastam por longos anos em juízo, nós poderíamos, sim, convidar para que o Ministério dos Transportes, que aqui esteve no início das atividades, em 2023, trazendo perspectivas e fazendo levantamentos – o Ministro Renan Filho esteve conosco numa série de audiências que foram propostas e promovidas por esta e pela própria Comissão de Desenvolvimento Regional – para que haja uma atualização. Nesse período, 20 anos, as concessões foram estas, aquilo que o Tribunal de Contas enxergou, de fato como elas se encontram: foram retomadas, foram concluídas, foram feitos distratos? Penso que com isso, mais as presenças dos que integram a ANTT e outros que poderiam aqui conosco tratar sobre a temática, poderíamos atualizar esse relatório. Penso eu dessa forma. É delicado, mas vamos levar em consideração que nesses dois últimos anos, Presidente Confúcio Moura, nós tivemos um aporte considerável de recursos públicos e de outras retomadas até mesmo de concessões. Falo isso porque no meu estado há exemplos. Então, a gente reatualizaria. V. Exa. poderia, evidentemente ouvindo o Colegiado, remeter ao conhecimento de S. Exa. Ministro Renan Filho, o convite. Mesmo não vindo, que ele apresentasse essa atualização sobre esse período de 20 anos sobre o qual se debruçou o Tribunal de Contas da União para que nós atualizemos.

Isso que nós estamos discutindo não está atualizado, evidentemente não está. Não somos capazes de saber se aquelas concessões que se verificaram de 1994 a 2015 foram concluídas, se foram renovadas, se foram objeto de questionamentos, como o próprio Senador Otto Alencar mencionou, passadas duas décadas lá na Bahia se encerrando agora. É uma ponderação que eu faço.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Venê, não está atualizado mesmo. O relatório do Tribunal de Contas é de 2019, o relatório inicial do Relator é de 2019, ou seja, de 2019 para cá também muitas coisas já aconteceram.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Verdade, perfeito. Eu passo a palavra para o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado, Presidente.

Meu bom dia aos Senadores.

Em Minas Gerais, nós temos e somos um exemplo claro de como sofremos no Brasil com as estradas federais. Minas tem o maior número de quilômetros de rodovias sob responsabilidade do Governo Federal, um estado central que acaba vivendo tudo, os casos que temos aqui de outros estados se juntam à nossa experiência em um grau muito maior.

O Senador Esperidião Amin falou sobre casamentos aqui. Senador Esperidião Amin, quando a igreja criou o termo casados até que a morte os separe, as pessoas viviam 35 anos. Hoje as pessoas vivem 80. Só que o desafio continua o mesmo, se para 7, 8. Nessa questão dos contratos, qual é a analogia que eu faço aqui? Na questão dos contratos, a nossa situação é muito mais difícil, porque nós não conseguimos fazer um divórcio. Quando a pessoa não dá certo, eles vão caminhar, seja com 7, 8, 80. Mas estradas, o que foi colocado pelos colegas, é um casamento que dura no mínimo 15 anos para poder ser desfeito e a custo muito alto para o consumidor brasileiro, para o contribuinte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou citar para o senhor três casos que nós tivemos, dois principais em Minas, de privatização, ainda no Governo da ex-Presidente Dilma, BR-040, BR-262. O Governo lançou os leilões sem uma pesquisa profunda, sem uma política mais correta, pegou fundos de pensão, Petrobras, Banco do Brasil, colocou como sócios das empresas, e essas empresas assumiram as rodovias. Foi o maior desastre que nós podemos pensar em termos de política pública. Eu aprendi aqui que qualquer decisão errada que nós tomamos num projeto aprovado a toque de caixa mandado pelo Executivo nós levamos dez anos para consertar, e foi exatamente o que aconteceu. Nós levamos dez anos para poder tirar das mãos de empresas que não queriam mais a concessão e passar para outras. A BR-040, por exemplo, está dividida em dois trechos: Rio de Janeiro-Belo Horizonte, Belo Horizonte-Brasília. A empresa queria devolver, os planos de pensão não queriam mais ser sócios, pelo prejuízo que deram aos servidores públicos, e ainda assim nós levamos quatro anos para poder tirar das mãos, Senador Omar, e colocar um novo. A empresa que ganhou a concessão agora este ano – eu trabalhei como Vice-Líder do Governo passado quatro anos nessas concessões para refazer –, agora esse Governo, depois de um ano de análise, decidiu dar sequência ao projeto que herdou do Governo anterior, inteligentemente, porque é interesse do país, não é uma questão partidária, e a nova empresa assumirá agora. O senhor veja bem, desde o Governo Dilma nós estamos pagando pedágio por uma rodovia que não foi duplicada em absolutamente nada praticamente, os trechos perigosos se tornaram ainda mais mortíferos, e o contribuinte pagando. É um casamento que nós somos obrigados a ficar com ele. A BR-262 faz a ligação com o Triângulo Mineiro, outra fundamental. A empresa queria uma indenização de R$5 bilhões para devolver o contrato, não fez nada, as multas, disse bem o Senador Esperidião Amin, não resolveram coisa alguma, e a empresa ainda queria 5 bilhões para devolver. Foi-se à Justiça, fez-se uma ameaça, inclusive sobre o patrimônio dos associados, eles entregaram e agora uma nova concessão será feita.

Só que aí tem uma coisa: o pedágio, que antes era de R$5,40, em média R$6, hoje vai para R$14. E o pior de tudo, não se vai cobrar pedágio como se queria, como nós trabalhamos e foi a minha sugestão ao Ministério de Transportes. A tarifa mais alta só depois da duplicação, depois, Senador Amin, que a empresa entregasse a duplicação, aí poderia cobrar a tarifa cheia. Até lá, teria que se contentar com a tarifa menor, ou seja, é uma forma de a empresa entrar com os recursos. Não. Foi decidido agora que a tarifa cheia – ou seja, mais do que o dobro –, passa a valer desde o dia em que a concessão nova assumir. Esse é um problema sério que nós estamos...

O Tribunal de Contas da União, nós, aqui, muitas vezes, estamos dando a ele um gigantismo que não deveria existir, porque o Tribunal é um tribunal fiscalizador de contas. Na questão da avaliação dos contratos, se eles são bons ou se eles são ruins, nós é quem deveríamos fazer isso, e eu concordo plenamente com as audiências públicas que estão aqui. É nossa função dizer: "Olha, o projeto que está vindo do Executivo ou que está sendo aplicado pelo Executivo não é interessante ao país, e nós sugerimos que sejam feitos de outras formas." Devemos trazer para cá os especialistas, colocar as experiências anteriores e entregar ao Executivo o posicionamento do Parlamento, não entregar ao Tribunal de Contas uma responsabilidade que nós deveríamos ter feito, lá atrás, na fiscalização daquilo que nós aprovamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse relatório que está aqui, do Senador Veneziano, que foi muito bem-feito, é uma amostra clara de se fazer o seguinte: de quem é o problema? É a minha visão. De quem é o problema? O problema é de todos nós, mas a responsabilidade maior é nossa, de poder tomar as decisões e fazer as cobranças! Nós temos que fiscalizar o Governo, e o contribuinte, ou quem está nas estradas, espera de nós! Por que vai ser esse pedágio essa fortuna? Por que, ao contrário de a empresa fazer primeiro a obra e depois cobrar o preço mais alto, nós somos obrigados a pagar desde o primeiro momento?

Isso foi no Mato Grosso, isso foi em Santa Catarina, onde passei lá pela 101, e é um absurdo o trânsito no entorno de uma região que hoje está entre as que mais crescem no Brasil, que é Balneário Camboriú; é no meu estado, em que rodovias isolaram regiões do meu estado, como o leste de Minas Gerais, com a BR 381, por exemplo. Nós fizemos quatro concessões que não deram certo. Quatro. Por quê? Porque nós queríamos que as empresas, primeiro, fizessem o investimento, para depois cobrar do contribuinte.

Hoje, não! Estamos resolvendo o problema do mesmo jeito que resolvemos lá atrás, na época da ex-Presidente Dilma, mas da seguinte maneira: agora o preço do pedágio vai ser o que as empresas querem, não o que nós decidimos como melhor para os contribuintes. Então, o meu apoio total ao relatório e às audiências públicas em que nós podemos realmente assumir as rédeas, dar a nossa contribuição e dizer ao contribuinte por que é que ele vai pagar o preço do pedágio que hoje está sendo estabelecido em todo o país, especialmente no meu estado.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem, Carlos Viana.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente, perdoe-me...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Só um minuto.

Pode falar, Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente, essa discussão nos causa, lá no Amazonas, em Roraima e em Rondônia, uma certa inveja.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Queríamos ter esse problema.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Queríamos ter esse tipo de problema.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, não, referente à 319, Senador, que não é asfaltada. Já foi asfaltada, mas hoje a gente não consegue asfaltar. Roraima, Rondônia e o Amazonas principalmente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O Amapá também.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, o Amapá, não, o Acre; ligaria o Acre também ao Estado do Amazonas via terrestre. Isso nos causa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma certa inveja, não de uma forma má, mas eu acho que o erro está nas agências reguladoras, não no TCU. O TCU faz uma parte... Inclusive, quando se construiu o gasoduto que liga Coari a Manaus, o preço do gás, pelo preço que foi feita a obra, queriam cobrar acima do valor de mercado. Por quê? Para repor o valor que foi gasto na obra.

O TCU interveio de forma muito correta e ajudou a colocar um preço competitivo no mercado, porque, senão, não teria competitividade nenhuma e não teria valor nenhum ter feito aquela obra. Mas eu acho que aí tem um problema: quando se criaram as concessões e se privatizou, se criaram também as agências reguladoras. E aí, nós temos reclamações da Aneel, nós temos reclamações da Antac, nós temos da Anac, nós temos...

Ainda há pouco, eu estava assistindo no meu gabinete uma discussão sobre aviação. E, se a gente for analisar, nós é que colocamos esses membros das agências reguladoras lá para fazer o nosso papel aqui, Senador Carlos Viana. Correto? Só que eles não estão fazendo. Por quê? Porque são indicações políticas, e não técnicas.

Isso está acontecendo no meu estado agora em relação à Amazonas Energia, que está quebrada e não faz investimento. Nós temos energia em quantidade, mas uma distribuição de má qualidade, porque não houve os investimentos que eram acordados lá no contrato inicial. E, quando se tenta trocar a empresa, a Aneel mete o dedo lá por questões políticas, por interesses políticos, e não pelo interesse de uma sociedade, de uma população.

Se nós estamos discutindo aqui questão de pedágio, tem uma agência reguladora para que se faça cumprir os contratos que foram feitos inicialmente; sai da questão política para a questão técnica. O erro está no princípio das agências reguladoras.O que nós tínhamos que investigar hoje não são contratos específicos de uma empresa ou de uma corporação com a manutenção e a concessão, e sim o papel das agências reguladoras hoje, de todas, sem exceção – sem exceção. Porque, se não houver reclamação em relação às...

Nós temos reclamações em relação à Agência Nacional de Aviação Civil. Temos ou não temos? Temos muitas. Temos em relação à Antac; temos em relação à Aneel; temos em relação a todas as agências que foram criadas no Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando se começou a fazer a privatização. Tinha que ter alguém para regulamentar e fiscalizar.

O TCU nos encaminha – e aí, o relatório do Senador Veneziano é muito correto, e a proposta que ele fez agora é mais correta ainda –, mas eu acho que nós precisamos repensar muito o princípio de tudo isso. Não é depois que o problema está criado que a gente tenta solucionar pontualmente. Isso é uma questão cultural que está dentro nessas agências. Nós temos que rever isso.

Qual é o papel dessas agências reguladoras hoje para a população, para o consumidor brasileiro de modo geral? É essa a questão. Quem é que manda?

Então, Senador Confúcio – V. Exa. é da nossa região também –, eu queria estar discutindo aqui a concessão da BR-319. Infelizmente, estamos brigando ainda para asfaltá-la.

Então, quando digo que sinto uma certa inveja nessa discussão, é porque não posso discutir isso porque, infelizmente, não nos permitem sermos brasileiros 100%, não nos permitem que possamos ser integrados ao Brasil – nem o Estado do Amazonas, nem o Estado de Roraima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a minha avaliação sobre isso é que, quando se faz as concessões, algumas pessoas são responsáveis por fiscalizar. E aí não é o Ministro e não é o TCU, mas a agência reguladora tinha que estar olhando o preço, até porque não se cobra pedágio sem antes as agências reguladoras analisarem se pode ou não ser cobrado ou aumentado esse pedágio; se são cumpridas ou não as metas da privatização daquelas vias.

E hoje, infelizmente, essa fiscalização...

Aí caímos aqui numa discussão não técnica, mas meramente política, em que a gente vai rodar, rodar, rodar, vão aparecer sete pessoas dentro de uma canoa, cada um remando para um lado, a canoa rodando, e não vai a lugar nenhum.

Era a contribuição que queria dar em relação ao princípio de tudo isso. Onde está o erro? O cerne da questão é onde está o erro. Temos que atacar onde começou o erro. E o erro não está no agora, o erro está no princípio da formulação da política de fiscalização e de privatização, em não se cumprir absolutamente nada e se manter. E, ainda, com ajuda de fundo, do BNDES, dinheiro a fundo perdido, uma série de fundos que são criados por nós aqui, e que são utilizados; e outras questões que são colocadas à disposição das empresas que tomam a concessão dessas vias.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Essa semana foi lançado, no âmbito do Ministério dos Transportes, uma nova modelagem de concessão rodoviária. É um fato que muitas dessas modelagens são da data de 1990.

Então, vai ser muito importante essa audiência pública, até para trazer essas novidades para a gente.

Quero só passar aqui para o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só quero ler o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vou fazer uma leitura mais concisa. A justificativa eu não vou ler.

Para deixar registrado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a situação atual das concessões rodoviárias, e a otimização dos atuais contratos, que é isso que o senhor está lendo, bem como as perspectivas para o futuro.

Fiz bem genérico.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério dos Transportes, ANTT, TCU e Associação das Concessionárias.

Segue-se a justificação.

Mencionei aqui o Ministro dos Transportes.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Houve uma sugestão aqui de que se convidasse também o Dnit. Não faço nenhuma objeção, mas, se estamos convidando o Ministério dos Transportes...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O Dnit vem junto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se o Ministro quiser, ele vem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, eu não explicito o Dnit, mas é evidente.

Então, Ministro dos Transportes, TCU, ANTT e Associação das Concessionárias. São os quatro polos desse mundo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Obrigado.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

V. Exa. poderia colocar em votação, porque, enquanto vamos falando, vamos votando. Seria possível isso? É porque já há outra Comissão...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – É exatamente isso, Presidente.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Essa é a sugestão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito. Eu vou atender aqui o pedido.

Antes de passar, Jaime, nós já discutimos dois projetos: um, não terminativo, do Veneziano; e o do Astronauta. (*Pausa.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – O Projeto nº 1 foi retirado, Sr. Presidente, que é o do Senador Weverton, e o 2 teve pedido de vista do Senador Otto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Então, já foi discutido.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam esses dois projetos – um é um aviso e outro é um projeto de lei – permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados.

Senador Bagattoli, por favor.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Aqui nós já discutimos bastante essa situação dos contratos anteriores da maioria das privatizações. Senador Confúcio, eu peço encarecidamente – e sei que o senhor tinha um desejo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que gostaria muito... É sobre a situação da BR-364, da privatização. Não só como usuário daquela rodovia, quero dizer aqui ao Senador Omar...

O Omar está ainda aí? (*Pausa.*)

... e ao Jayme Campos, que está aqui, para as pessoas entenderem, que Rondônia tem em torno de 1.850 km de rodovia federal, sendo que só temos como espinha dorsal, Senador Jayme Campos, a única BR, que é a 364, e 700 km estão indo, praticamente quase 50%, para a privatização.

Nós temos um grande problema lá, que começa pelo meu Município de Vilhena, uma cidade de cem mil habitantes: nós temos a travessia dos perímetros urbanos de Vilhena, de Pimenta Bueno, de Cacoal, de Presidente Médici, de Ouro Preto, porque Ji-Paraná já saiu por fora, de Jaru e Ariquemes, nós temos um problema seriíssimo, que é a rodovia cortar essas cidades ao meio, passando dentro do perímetro urbano. É esse ainda o grande problema.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu quero deixar um alerta aqui. Não é só sobre o valor do pedágio, porque, por exemplo, nós empresários, quando erramos, tentamos corrigir aquilo que está errado para não errarmos de novo. Então nós não podemos...

Essa audiência pública vai ser de suma importância para nós discutirmos esses assuntos. E nós não podemos botar, Senador Jayme Campos, um peso nas costas do setor produtivo. Aquela rodovia vai custar caro para o setor produtivo e ela é a única rodovia. Se cair uma ponte lá, acabou, não vai mais ninguém para Porto Velho. Só existe uma única rodovia e vai para a privatização. E ainda mais: querem até privatizar o Rio Madeira também. Aquilo que Deus deu de presente para nós, para o povo brasileiro, vai ser privatizado também, porque é o transporte mais viável que nós temos para o transporte pesado.

Então, eu deixo um alerta aqui a V. Exa., que é Presidente desta Comissão: nós temos que conversar mais uma vez com Renan Filho, mais vezes, nós temos que discutir essa situação.

Eu sei que está na iminência de abrir essa licitação. Eu pediria que fosse feito um estudo mais cauteloso sobre isso. Nós não podemos errar mais. Não podemos mais errar nessas privatizações.

E também... Outra coisa: eles vão começar, e um ano depois estarão cobrando pedágio – já estão cobrando pedágio. Como é que vai ficar essa travessia dos perímetros urbanos dessas cidades? Sabe o que é que vai acontecer lá na frente? É igualzinho ao que está acontecendo, à situação das outras rodovias que foram privatizadas.

Aquela questão da 101, aquilo é vergonhoso! Aquilo ali... Aquela situação da 101, aquilo ali vai chegar a um momento em que vai entrar num caos total. E eu não vejo, Senador Amin, na 101, nada, nenhum projeto mesmo, vamos dizer, de magnitude que vá resolver aquele problema do litoral de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Mas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O que eu quero dizer é que eu quero defender lá, o nosso Estado de Rondônia, o Mato Grosso, o Acre e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazonas. São quatro estados que poderão ser penalizados – já estão sendo – por uma única rodovia.

Está aqui Miguel de Souza, engenheiro, que conhece aquilo mais do que a palma da mão. Ele sabe quais são os problemas, de tudo aquilo. Tenho certeza de que o Miguel de Souza é uma pessoa que também está preocupada – assessor seu – com essa situação da 364.

Então, vamos analisar mais profundamente isso aí, vamos discutir melhor antes de nós levarmos essa rodovia para a privatização.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Bagattoli.

Eu passo a palavra para o nosso último inscrito, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio, e demais colegas Senadores, serei rápido aqui.

Quero dizer que é muito oportuna esta audiência hoje aqui – esta reunião, melhor dizendo –, na Comissão, porque está sendo tratado um assunto que, para mim, particularmente, é muito caro, na medida em que o relatório promovido pelo ilustre Senador Veneziano foi perfeito, e aqui nada mais é que a verdade retratada pelo Tribunal de Contas da União.

Mato Grosso sofreu 13 anos com uma concessão que foi promovida lá atrás pelo Governo Federal. E foi a empresa chamada Nova Rota do Oeste, que era uma extensão da Norberto Odebrecht, que ganhou essa concessão. Explorou por 13 anos. Um verdadeiro caça-níquel foi implantado no lombo da BR-163. Roubou o povo mato-grossense 13 anos. Foi preciso uma negociação... Inclusive, aqui eu quero agradecer ao ilustre Ministro Vital do Rêgo, que nos ajudou a resolver essa situação, até como membro do Tribunal de Contas da União, ao Ministro Nardes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... enfim, ao Colegiado do Tribunal de Contas da União, que permitiu que o Governo de Mato Grosso fizesse a assunção dessa obra, após quitar todo um passivo negociado, naturalmente, com os credores da Nova Rota do Oeste.

Nós criamos lá uma empresa, que se chama MT PAR, e assumimos, para que pudéssemos fazer o quê? A duplicação da BR-163, que é considerada a estrada da morte no Brasil. Só num ano, morreram mais de 300 pessoas de acidente automobilístico. E ali trafega praticamente toda a riqueza do nosso estado. Ela corta o Mato Grosso. Sai lá do Nortão do estado e vem, naturalmente, para os grandes centros consumidores, sobretudo para os portos de exportação, Paranaguá, Porto de Santos.

O que acontece? O Omar Aziz foi muito real aqui. Vamos ser honestos: o problema está nas agências nossas; elas não fiscalizam adequadamente, como teria uma agência reguladora de fiscalizar. Passou a ser, vamos aqui ser bem transparentes, um órgão de indicações políticas.

Certa vez eu participei, Senador Veneziano, da indicação que veio aqui de um cidadão para ser diretor de uma empresa no Governo que trabalha com a área de ferrovia. Ele era advogado, e não conhecia sequer o sentido do que, de fato, era a questão de ferrovia no Brasil e praticamente da área, porque não era da área. É lógico que tinha que ter até um mínimo de pudor e não aceitar uma indicação para um cargo desse. Com o decorrer do tempo, eu tenho a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sensação de que as agências não têm cumprido com sua finalidade – com todo o respeito que eu tenho aqui –, ou muito pouco, ou quase nada, seja Aneel, Anac, Antaq, ANTT, etc., etc.

Agora precisamos fazer esta audiência pública aqui e dar também nossa contribuição, nossa opinião, nossas soluções para resolvermos essa situação, porque ela é grave, gravíssima. Praticamente 50% das privatizações no Brasil vão de mal a pior. Eu vejo lá pelo Mato Grosso quando aconteceu... Se o estado não assumisse, não estava tendo, no mínimo, pelo menos, a manutenção da rodovia para que pudéssemos trafegar. Feito isso aí, quem paga a conta? Quem é? É o cidadão brasileiro, aqueles que são usuários dessas rodovias. Então, aqui parece que tudo é feito para não dar certo, vamos ser bem honestos.

Eu sei que tem um pacote para ser lançado de privatizações. Um pacote agora veio com o anúncio por parte do Ministro Renan Filho, que trouxe esse grande pacote de privatizações.

Nós aprovamos, Senadora Eliziane Gama – V. Exa. já estava aqui, e o Senador Confúcio, não sei –, o PLS 261, marco regulatório das ferrovias do Brasil. V. Exa. acompanhou. Quem foi o Relator da matéria, se não me falha a memória, foi o Senador Marco Rogério ou o Jean Paul Prates. Ele que era o Relator. Bacana. Agora nós temos que colocar em prática as ferrovias. O Brasil tem que expandir, crescer essa área, porque é um transporte menos poluente, mais barato, etc.

Em Mato Grosso conseguimos, graças a Deus, em um trabalho em conjunto com o Tribunal de Contas da União, permitir que a ferrovia que hoje tem lá no estado, que está passando em Rondonópolis... O Estado de Mato Grosso passou a ser o quê? O poder dado ao estado permitiu que ele hoje faça o chamamento público. E a obra está andando agora, vamos andar 700km para frente, ou seja, de onde está parada até Lucas do Rio Verde. O Governo Federal também é muito moroso, mas muito moroso. Nós fizemos esse enfrentamento e conseguimos que o próprio estado... A própria Constituição Federal, se não me falha memória, no art. 22, §4º, permite também que o estado, em determinadas situações, possa licitar, como faz nas licitações estaduais, em que os estados têm atribuição e competência. Por que os estados também, em algumas situações de rodovias federais, óbvio e evidente, com a cedência do Governo Federal, não fazem a licitação, porque eles estão mais perto, podem cobrar mais, podem fiscalizar mais?

A estrutura da ANTT é muito pouca, aquém do que precisa ser fiscalizado: as nossas rodovias federais. Se você vir a estrutura, o contingente é muito pouco de pessoas, como a de outros órgãos do Governo Federal, que praticamente estão, literalmente, falidos. É o caso do Incra.

O Incra envelheceu e, de lá para cá, não foi contratado ninguém, nenhuma turma. Por incrível que pareça, não tem nem prédio para funcionar o Incra. Estavam usando uma sala lá na Associação Mato-Grossense dos Municípios para que os superintendentes pudessem atender as pessoas interessadas que querem falar com eles.

Então eu acho que V. Exa. tem um papel preponderante antes de fechar o seu mandato aqui, caso fosse reeleito e tivesse a garantia. Nós temos que fazer essa audiência pública aqui e chamar estas autoridades para ver qual encaminhamento está sendo tomado: o ministro, o Presidente da Associação Nacional das Concessionárias, o Presidente da ANTT, algum membro do Tribunal de Contas da União, para virem aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós buscamos também o quê? Uma solução. Nós damos a nossa contribuição para trazermos, com certeza, uma melhor perspectiva em relação a essas concessões que estão sendo feitas, praticamente todos os anos, aqui no Brasil. Isso tem sido feito quase recorrentemente e não tem dado certo. Quem paga a conta lamentavelmente é a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O tema foi muito bem discutido, o tema é polêmico, é necessário ser revisto. Todas as observações dos Senadores foram muito pertinentes, muito abalizadas, muito críticas, inclusive.

Então, nós vamos marcar. Eu vou aqui só submeter à aprovação dos senhores o requerimento do Senador Esperidião Amin. Ele já fez a leitura do requerimento de convite ao Ministro Renan Filho, ao representante da ANTT, ao TCU e à Associação das Concessionárias.

Os Senadores que estiverem de acordo com esse requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente, tendo em vista as conhecidas obrigações nossas perante outras Comissões, as suas, as de todos os integrantes, eu gostaria de pedir a V. Exa. que, no item 8, por força do que vai ser requerido pelo nosso companheiro Senador Fernando Farias, que vai, legitimamente e regimentalmente, pedir vista do item 8 para que nós possamos...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – O relatório já está pronto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Ele apenas gostaria de ter alguns comentários conosco. E, em atenção a uma figura que entende da matéria e tem a contribuir, eu não me oponho, absolutamente, até porque é regimental e legítimo.

Pedindo licença a V. Exa. e ao próprio Senador Fernando Farias, para...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Item 8 da pauta.

ITEM 8
PROJETO DE LEI N° 3278, DE 2021
- Terminativo -

Atualiza o marco legal da Política Nacional de Mobilidade Urbana; altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012; a Lei n°10.636, de 30 de dezembro de 2002; e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSD/MG)
Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

2. Em 04/05/2022, foi apresentada a emenda n° 1-T, de autoria do Senador Carlos Fávaro (PSD/MT).

É de autoria do Senador Antonio Anastasia, atual Ministro do Tribunal de Contas.

V. Exa. gostaria de fazer a leitura ou não?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, é porque de fato eu já estou sendo...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Então, eu concedo vista...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Eu gostaria, inclusive... Vim para fazer a leitura, mas por força da necessidade...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Então passo a palavra para o Senador Fernando Farias fazer o pedido de vista.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Eu tinha falado com o Veneziano e ele foi mais ágil do que eu.

Eu queria contribuir dentro do PL dele. Então eu pediria vista.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vista concedida.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Nós perdemos o quórum, que estava muito bom.

Devido a esse último tema ser bem discutido, foi muito tempo, mais de hora de discussão, não é?

Nós temos dois itens terminativos cujos Relatores não estão presentes. Um é do Relator Senador Heinze, e o outro é do Senador... Os dois são de relatoria do Senador Luis Carlos Heinze.

Eu vou sobrestar para a próxima reunião esses dois projetos de lei, então, ficam para a próxima.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião. (*Pausa.*)

O Senador Cleitinho gostaria de fazer algum comentário? (*Pausa.*)

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam a ata respectiva já anunciada, se estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quatorze minutos do dia três de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Weverton, Alan Rick, Fernando Farias, Marcelo Castro, Zequinha Marinho, Alessandro Vieira, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Otto Alencar, Augusta Brito, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Astronauta Marcos Pontes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Professora Dorinha Seabra, Zenaide Maia, Angelo Coronel e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Carlos Viana, Marcos Rogério, Beto Faro, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 576, de 2021 (Substitutivo da Câmara dos Deputados) - Não Terminativo -** que: "Disciplina o aproveitamento de potencial energético offshore; e altera as Leis nos 9.478, de 6 de agosto de 1997, 10.438, de 26 de abril de 2002, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 14.182, de 12 de julho de 2021, 10.848, de 15 de março de 2004, e 14.300, de 6 de janeiro de 2022." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados, ressalvados pontos elencados no voto. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 42, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, para dispor sobre a interrupção das operações e dá outras providências." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4238, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a convocação de audiências públicas promovidas pelas distribuidoras de energia elétrica e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1465, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar os procedimentos para a caracterização da irregularidade de medição de unidade consumidora e as formas de cobrança, de pagamento e de suspensão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fornecimento de energia elétrica." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Relatoria:** Senador Fernando Farias (*Ad hoc*), substituiu Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação da matéria e pela rejeição da emenda 1-T. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1376, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.789, de 29 de dezembro de 2023, para excluir da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) as receitas decorrentes de subvenções para investimento destinadas à eletrificação da frota de ônibus utilizada no transporte público." **Autoria:** Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 327, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten); e altera as Leis nºs 13.988, de 14 de abril de 2020, 11.484, de 31 de maio de 2007, e 9.991, de 24 de julho de 2000." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação do PL nº 327, de 2021; Pela aprovação das emendas nº 8, 10 e 15 integralmente, e pelo acolhimento parcial das emendas nº 2, 9 e 11, na forma de emenda de relator, e pela rejeição das demais emendas. O relator acolheu, verbalmente, as emendas 13 e 18. **Resultado:** Lido e aprovado o relatório. O relator acolheu verbalmente as emendas 13 e 18. Requerimento de urgência apresentado pelo Senador Rogério Carvalho aprovado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 361, de 2022 - Terminativo -** que: "Torna obrigatória a divulgação, pela prestadora do serviço público de distribuição de energia elétrica, de informações relativas ao nível dos reservatórios de hidrelétricas." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES). **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 6156, de 2023 - Terminativo -** que: "Denomina Viaduto Soldado Constitucionalista Abílio Previdi o viaduto localizado no Km 464,6 da BR-116, Rodovia Régis Bittencourt, no Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3278, de 2021 - Terminativo -** que: "Atualiza o marco legal da Política Nacional de Mobilidade Urbana; altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012; a Lei n°10.636, de 30 de dezembro de 2002; e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o substitutivo. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3793, de 2021 - Terminativo -** que: "Denomina Silvio Andreoli o viaduto situado no Km 65 da rodovia BR-153, na pista sul da Avenida Murchid Homsi, no Município de São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 1738, de 2024 - Terminativo -** que: "Denomina Rodovia Pedro Gurgacz o trecho da rodovia BR-163 entre o Município de Cascavel, no entroncamento com a rodovia BR-277, e o Município de Capitão Leônidas Marques, no Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina (*Ad*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoc), substituiu Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado com emendas. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 107, de 2024** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater o veto 14.001.2024 aposto ao Projeto de Lei nº 1213/2024, em trâmite no Congresso Nacional." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 110, de 2024** que: "Requer que, na audiência pública objeto do REQ 108/2024, seja incluído o Sr. André Turquetto, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Pagamento Automático para Mobilidade – ABEPAM." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Weverton, Otto Alencar, Esperidião Amin, Laércio Oliveira, Jaime Bagattoli, Omar Aziz, Luis Carlos Heinze, Zequinha Marinho, Izalci Lucas, Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Farias e Tereza Cristina. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezessete minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/03

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 3 de dezembro de 2024.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Eu comunico ao Plenário e a todos os Senadores interessados que nós teremos praticamente duas sessões, duas reuniões hoje. A primeira é esta, ordinária, com essa pauta de que os senhores tomaram conhecimento. E a segunda será a discussão e votação das emendas de Comissão, e não pode ser introduzida nesta mesma, porque são duas atas distintas, separadas. Então, a gente encerra esta sessão e abre a próxima para a votação das emendas de Comissão.

O item 1 da pauta, que é sobre as eólicas *offshore*, eu colocarei em último lugar, porque o Senador Otto gostaria de conversar com o Relator, que está chegando aqui, o Senador Weverton. Eles vão bater um papinho primeiro. Porque a princípio nós adiaríamos esse tema para a próxima sessão, devido a ele ter sido apresentado... a pedido de alguns Senadores que me ligaram, desde a madrugadinha até agora, pedindo um prazo maior para conhecimento e leitura detalhada do projeto, relatado pelo Senador Weverton. Mas eu não vou retirar de pauta não, vou deixar aqui ainda em aberto, para que o Senador Weverton converse com o nosso Líder do Congresso, o Senador Otto Alencar, para verificar a conveniência.

Eu passo a palavra aqui, ainda antes de abrir a pauta, para o Senador Weverton justificar.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Pela ordem.) – Presidente, bom dia.

A decisão da pauta e do procedimento aqui da Comissão é de V. Exa. O que V. Exa. decidir estar resolvido.

Eu só faço aqui um apelo, e chamo a atenção, e converso com o nosso Líder Otto – podemos, sim, suspender e continuar ali a conversa –, para dizer que nós não temos matérias novas aqui. O Relator não está colocando nada novo aqui; pelo contrário, nós estamos discutindo o que já foi votado nesta Comissão, no Senado, na Câmara. Aqui está se dizendo o seguinte: está se mantendo ou não o que veio de lá. Então, não tem nada – nada – de novo.

Agora, mesmo assim, o que eu gostaria, então, de fazer como sugestão? Como o Presidente Pacheco fez a fala dele, já agora, na coletiva, da agenda que tem que entregar, que ele pretende entregar, que o Congresso pretende entregar até antes do recesso, nós poderíamos aqui, como um acordo de procedimento, fazer a leitura do relatório, porque aí, se não tem conhecimento, e todas as assessorias, inclusive a nossa, a do Governo tem, porque, se tem uma coisa que eu fiz, foi reunião com o Governo sobre o assunto, inclusive nessa semana passada, com o Ministro Rui Costa e com vários outros ministros...

Então, a gente faz a leitura, dá vista coletiva e tem o prazo da semana toda para, enfim, não é conhecer o que já é conhecido, mas simplesmente para continuar as conversas, porque já é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público e, repito, não tem nada de novo aqui: só está se discutindo o que vai manter ou não o que veio da Câmara. Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeitamente.

Gostaria de falar, Senador Otto?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Agradeço, Sr. Presidente.

A solicitação de retirada de pauta não é só minha, é também do Líder do MDB, o nobre Senador Eduardo Braga Eduardo Braga, que não está presente, sabe...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele solicitou; eu referendei a solicitação dele de retirada de pauta, para apreciação.

Nós temos um questionamento dentro dessa matéria. Eu conversei hoje com o Senador Weverton sobre o artigo que induz incentivos fiscais, uma série de matérias que são estranhas inclusive à proposta inicial desse projeto de lei. É um montante muito alto, quase R$30 bilhões, de novos incentivos fiscais, e o Governo não concorda com essa posição.

Eu, inclusive, preparei uma emenda supressiva a esse artigo como um todo, já que são vários itens, várias ações que estão sendo beneficiados, inclusive com o apoio do Senador Jaques Wagner, que já assumiu a Liderança do Governo ontem, mas ele está fazendo hoje hidroterapia pela cirurgia que ele fez no retropé, uma artrodese do astrágalo com calcâneo, e está precisando fazer fisioterapia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Esse não foi o senhor que operou, não?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Hein?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Esse não foi o senhor que operou?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se tivesse sido eu, já estava andando. (*Risos.*)

Lamentavelmente, não fui eu. Quando eu operava esse tipo de cirurgia...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vou informar o Tasso Jereissati.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quando eu fazia esse tipo de cirurgia da artrodese do retropé, botava para andar com 30 dias. Já tem seis semanas e não está andando ainda. Então, eu não fui responsável pelo ato cirúrgico. Não posso dizer também do prognóstico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria pedir ao Senador Esperidião Amin que deixasse de me contestar como cirurgião, porque, desde que eu estou no Senado, tem dez anos, qualquer cidadão – e V. Exa., que é médico, sabe disto –, qualquer cidadão que entrar mancando no Senado Federal ele diz que fui eu que operei. (*Risos.*) Ele quer macular a minha história de cirurgião. Ele teima em fazer isso. Entendeu?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quem dizia isso era o Senador Tasso Jereissati.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E V. Exa. o referendava muito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu sou o sucessor dele.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É o sucessor dele!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Esperidião, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu só queria ver se isso está conciliado. Ele fará a leitura, e nós pediremos vista. O que o Senador Otto Alencar está falando é de retirar de pauta. Ah, isso vai se repetir na próxima.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Retirar de pauta é uma decisão sua, a não ser que se delibere. Mas eu acho que... Eu concordo, em parte, com o que diz o Senador Weverton: não existe nada novo no projeto. As palavras até são as mesmas. Só que a colocação das palavras, antes, no meio e depois, é que podem mudar o sentido da frase, não é? Às vezes, uma vírgula muda o sentido da frase. Então, eu acho que a leitura... Lê, nós pedimos vista coletiva, e vamos tratar...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito. Senador Ciro, V. Exa. gostaria de falar?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... vamos tratar objetivamente, e...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. *Fora do microfone.*) – Vamos ler o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pode ligar o microfone.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... e nós, objetivamente, vamos apresentar sugestões e emendas. Eu acho que isso é o mais racional.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Eu acho que essa matéria já está bastante madura, Presidente. Eu acho que o correto é a leitura do relatório e que seja pedido vista coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está bom. Está bem dividido o Plenário. Então, nós vamos fazer o seguinte: vamos fazer a leitura do relatório, seguir a ordem aqui, e conceder vista coletiva, antecipadamente já concedida.

Senador Weverton, então, V. Exa. está com a palavra para fazer a leitura.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Como Relator.) – Presidente, eu vou direto aqui para...

O senhor permite que eu faça ali da frente? (*Pausa.*)

Como é apenas a leitura, Presidente, eu vou direto aqui para a análise e aqui fazer apenas um esclarecimento, para ficar mais fácil, até porque, como eu falei, aqui não tem nada novo. Todo mundo aqui já tem acesso ao relatório.

Durante esse período, e eu queria agradecer aqui a V. Exa. por ter, junto com o Presidente Pacheco, me designado para essa tarefa, eu nunca tinha tratado sobre esse assunto concreto que era a questão da legislação que trata da questão da energia no país. Após a árdua missão de ouvir todos os setores, hoje, pelo menos, eu tenho a seguinte conclusão, e não é neste projeto, mas saio com uma opinião, ou estou começando a formar a opinião de que é preciso, urgentemente, e aí é parte do Governo, porque é ele que conduz a política pública do setor energético, que é essencial e, então, é constitucional, mas é preciso, urgentemente, que o Governo rediscuta essa questão da política energética do nosso país. Primeiro, porque todos, todos, sem , inclusive da parte limpa, da energia limpa do nosso país, fazem hoje um debate justo sobre essa agenda, e nós estamos dando também a nossa contribuição – acabamos de votar aqui o crédito de carbono, temos várias legislações que têm dado aqui a sua contribuição –, só que é necessário entender que todos acham sempre que o outro setor... competem com o outro setor de forma muito dura, mas nenhum veio me pedir para abrir mão dos subsídios que tem, nenhum. Todos os que eu recebi aqui têm vários tipos de penduricalhos e subsídios na legislação no que trata da questão da geração de energia e da venda, ou seja, chegamos à conclusão óbvia: o Brasil é o que gera energia mais barata do mundo, é um dos que gera energia mais barata do mundo, com várias frentes, mas é um dos que vende energia mais cara, e isso chega lá na ponta. Então, é óbvio que é preciso se rever de forma muito dura, porque é como a reforma tributária: todo mundo sabe o que tem que fazer, mas, na hora em que chega ao seu setor, não é bem assim, tem que dar um tempo, tem que fazer um jeitinho, para poder não dar a sua contribuição. E aí a gente fica sempre prorrogando, postergando possíveis decisões.

Então, dentro do que nós avaliamos, Líder Otto, colega Veneziano, todos os Senadores aqui da Comissão de Infraestrutura, meu Presidente Confúcio, aqui no relatório que eu apresentei é muito fácil de compreender. Primeiro, o que foi que eu fiz? Eu fui designado para tratar sobre a eólica *offshore*. Então, eu peguei o assunto da eólica *offshore*. Quando os que a defendem vinham conversar comigo, depois que eu tomei pé da situação, eu disse: "Vem cá, vocês sabiam que o que veio lá da Câmara para cá não viabiliza a eólica *offshore*?". "Hã? Não, não..." "Então tá, vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá, tiram-se essas matérias novas em que vocês estão mobilizados e o que interessa a vocês a gente aprova do jeito que veio da Câmara." Não se viabiliza o projeto no Brasil. Mas por quê? Não, porque lá, em alguns artigos, ele simplesmente amarra e nenhum investidor vem para cá fazer da forma como veio da Câmara. Por exemplo, aquela amarração ali na área do PEM, a amarração que teve na questão do reforço de rede. O único setor que ia produzir energia no Brasil e que teria que pagar o reforço de rede seria a eólica *offshore*, as sobreposições, não dando condição de eles mesmos se resolverem, dialogarem – a iniciativa privada –, e isso amarrando no poder público. Havia vários pontinhos que estavam lá e, por si só, poderiam inviabilizar a possibilidade de o investidor vir para o Brasil para fazer.

Então, o que nós fizemos, atendendo e ouvindo os interessados na *offshore*? Nós corrigimos; aproveitamos a redação que saiu daqui do Senado, do Senador Jean Paul, e colocamos novamente esses pontos que eu estou colocando. Para quê? Para justamente deixá-la atrativa. Então, hoje, a eólica *offshore* vai ser uma legislação que vai dar segurança jurídica e vai ser atrativa para o mundo.

Então, os investidores que estavam aguardando essa legislação para poder vir discutir o investimento... Porque não se está falando de votou aqui e ligou a energia; são investimentos e trabalhos que vão ser feitos ao longo dos anos, mas se parte de um marco que é... Primeiro, quanto à questão das matérias que foram colocadas lá no Senado, duas já foram resolvidas, que é a questão lá do adiamento da prorrogação da questão da energia solar, que já estava mais ou menos de acordo com todo mundo, então, assim, ficou mais fácil de retirar; e o outro assunto das biomassas, que já estava também resolvido lá na medida provisória.

Então, isso resolvido, ficaram lá dois assuntos novos ainda que vieram lá do Congresso – três, não é?, as PCHs, a do carvão e a do gás natural. Porque esses – é o que eu tenho dito, é o que eu tenho e estou dizendo agora aqui para os senhores que estão tendo a oportunidade de me ouvir – não deu para eu fazer, como Relator: trabalhar um assunto e descobrir o outro. Então, assim, eu tive que focar forças na *offshore*; e esses outros, por se tratar de um assunto estratégico de política de governo, então, o Governo diz se são importantes ou não. Se o Governo está dizendo que não é importante, deve ser ou deve não ser...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – ... ele vai tratar devidamente o assunto depois que chegar para sua análise. O que nós vamos oferecer a ele é a condição de dizer a política energética, que quem define é o Poder Executivo, e ele vai decidir se para ele é importante neste momento ou não. Por exemplo, neste ano mesmo, nós não achávamos que íamos ter bandeira amarela, e teve bandeira amarela. Achava-se que estava tudo bem, e não estava, e tanto que quase foi para vermelha. Assim, quem cuida dessa estratégia, dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tática de ter várias matrizes energéticas à disposição é o Governo. Então, nós temos que ter condição de dar a eles a chance de trabalhar.

Eu vou direto aqui para análise, coloco – o relatório está totalmente à disposição – e aí a gente fica durante a semana conversando com os colegas e tirando eventuais dúvidas.

Cabe a esta Comissão, Presidente, apreciar as modificações realizadas pela Câmara dos Deputados no PL nº 576, de 2021, em termos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, bem como analisar o mérito.

Inicialmente, no que se refere à constitucionalidade, cabe mencionar que a Constituição Federal prevê, em seu art. 21, inciso XII, alínea "b", que compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços e instalações de energia elétrica. O art. 22, IV, da Constituição Federal, por sua vez, inclui o tema entre aqueles sobre os quais cabe à União legislar. Já em seu art. 48, a Constituição Federal estabelece que cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União. As modificações realizadas pela Câmara dos Deputados estão em consonância com esses dispositivos constitucionais.

As alterações promovidas no PL nº 576, de 2021, também não tratam de matérias de competência exclusiva do Presidente da República explicitadas no art. 61 da Constituição Federal. Dessa forma, as modificações realizadas pela Câmara dos Deputados no PL nº 576, de 2021, orbitam no campo de atuação material e legislativa do Poder Legislativo da União estabelecido pela Constituição Federal.

Compete à nossa Comissão, nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que tratam de transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes, e outros assuntos correlatos. Há, portanto, a aderência das competências da Comissão de Infraestrutura ao tema tratado pela proposição em análise.

No mérito, diante da necessidade global de priorizar a redução das emissões de gases causadores do efeito estufa, em todos os setores, faz todo sentido estimular a geração de energia eólica *offshore*. É importante aumentar a geração de energia, imprescindível ao desenvolvimento do país, e, ao mesmo tempo, reduzir a emissão dos gases de efeito estufa.

Especificamente, eu ouvi muito, a *offshore* vai produzir três vezes mais que a *onshore,* Senador Omar. As pares são muito maiores, você capta muito mais, mas ela não se viabiliza.

Gente, se não se viabiliza, então por que estão com problema de votar e deixar a legislação... e deixar a iniciativa privada dizer se ela vai ou não acontecer? Aí a gente fica no achismo, dizendo que ela não vai acontecer. Enquanto isso, outros países já estão fazendo. Não tem sentido isso. Especificamente o... Principalmente com o litoral que nós temos e o vento, não é?

Especificamente, o potencial *offshore* precisa de um marco regulatório bem definido, para propiciar a devida segurança jurídica aos investimentos de longo prazo. Com essa segurança, os geradores poderão investir na geração e no escoamento de sua produção até o ponto de conexão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a rede básica e os fornecedores de bens e serviços poderão se preparar para atender a à nova demanda. Os contratos celebrados por meio da outorga dos prismas energéticos de que trata o PL nº 576, de 2021, garantirão a redução das incertezas jurídicas atualmente existentes.

Em sua tramitação na Câmara dos Deputados, o PL nº 576, de 2021, aprovado no Senado Federal teve seu escopo bastante ampliado.

Entre os dispositivos acrescentados, podemos citar:

• A cessão de uso se dará mediante contrato administrativo firmado entre a União e o interessado no uso de área *offshore* para exploração de geração de energia elétrica. (art. 3º, inciso VII);

• Os fundamentos da geração *offshore* incluem a exigência de consulta livre, prévia e informada aos povos e comunidades afetadas pelo empreendimento *offshore* (art. 4º, inciso X);

• Em caso de prisma em área coincidente com blocos licitados no regime de concessão ou de partilha de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, ou sob regime de cessão onerosa, desde que haja compatibilidade entre as atividades, o operador dessas áreas deverá ser ouvido previamente à outorga do direito de uso e terá preferência para receber a outorga, nos termos do regulamento (art. 6º, §§3º e 4º);

• O direito de comercializar créditos de carbono, ou ativos congêneres poderá ser incluído no objeto da outorga, e o licenciamento ambiental dos prismas outorgados pela União deverá observar os resultados do Planejamento Espacial Marinho - PEM (art. 6º, §§8º e 9º);

• Recebida a manifestação de interesse em determinado prisma, o poder concedente terá prazo de 120 dias, e não mais 30 dias, para promover a abertura de processo de chamada pública – para identificar a existência de outros interessados e permitir que participem da chamada pública (art. 7º, inciso II);

• O regulamento, além de definir os requisitos obrigatórios de qualificação técnica, econômico-financeira e jurídica, incluirá também o critério de promoção da indústria nacional. Passa a caber ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, ouvido o Ministério de Minas e Energia, propor ao CNPE, os parâmetros de promoção da indústria nacional (art. 8º, caput e § 2º);

• O edital para a outorga indicará: i) as instalações de conexão ao SIN, incluídos as ampliações e os reforços na rede básica que terão sua execução sob responsabilidade da central de geração: ii) os requisitos de promoção da indústria nacional; e iii) as sanções e as penalidades cabíveis em caso de não cumprimento das obrigações da outorga (art. 9º, §3º, incisos II, VI e VIII) e (art. 10, incisos VIII e IX);

• No julgamento do processo seletivo das propostas da oferta planejada, será considerado como critério, além de outros que o edital expressamente estipular, o maior valor ofertado a título de participações governamentais (art. 9º, §4º);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

• O Poder Executivo poderá impor a necessidade de revisão das instalações de conexão ao SIN, caso o cronograma habilitado no processo licitatório para os empreendimentos de aproveitamento de potencial energético sob modalidade de outorga não seja cumprido. Os custos de interligação, bem como das ampliações e reforços necessários ao escoamento da energia, serão de responsabilidade da central geradora. Os custos de interligação poderão ser rateados por mais de uma central que vier a compartilhar as instalações (art. 9º §§ 6º, 7º e 8º);

• A autorização ou a concessão outorgada não confere direito à exploração do serviço de geração de energia elétrica pelo cessionário, que dependerá de autorização outorgada pela Aneel (art. 10, §2º);

• As participações governamentais incluirão não apenas o bônus de assinatura e a participação proporcional ao valor da energia, mas também taxa de ocupação de área, a ser paga anualmente. Essa taxa de ocupação, destinada unicamente à União, deve ser aplicada prioritariamente em ações destinadas a pesquisa, desenvolvimento e inovação associadas a energia e indústria;

• O CNPE terá a competência para definir diversos aspectos da regulamentação do aproveitamento de geração de energia elétrica *offshore*, com indicação de prazo, agências reguladoras e demais entidades competentes do Poder Executivo, entre outras disposições (art. 17).

Além disso, foram feitas modificações em quatro leis que não estão diretamente relacionadas com a geração de energia eólica *offshore*. No caso das duas primeiras leis, as propostas guardam forte semelhança com dispositivos da MPV nº 1.212, de 2024, que acabou caducando:

• Alteração de três parágrafos do art. 26 da Lei nº 9.427, de 1996, para: i) estender, aos novos empreendimentos de geração termelétrica a partir de biomassa, biogás, biometano e resíduos sólidos urbanos, com potência instalada de até 30MW (trinta megawatts), os mesmos descontos nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição hoje concedidos aos empreendimentos de geração hidrelétrica; ii) conceder prazo adicional de 36 meses, além dos 48 (quarenta e oito) já assegurados pela Lei, para entrada em vigor dos empreendimentos que solicitaram outorga no prazo de até 12 (doze) meses da publicação da Lei; e iii) determinar que, após a entrada em operação de todas as unidades geradoras referidas acima, a contabilização do desconto na Tust e na Tusd será feita retroativamente a partir da data de entrada em operação de cada unidade geradora.

• Modificação de diversos arts. da Lei nº 14.182, de 2021, para, entre outras coisas, prever: i) contratação de geração termelétrica movida a gás natural, na modalidade de contratação de reserva de capacidade, na região do Triângulo Mineiro; ii) contratação de energia proveniente do hidrogênio líquido a partir do etanol na Região Nordeste e de energia proveniente de eólicas na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Região Sul; iii) utilização de recursos pagos pela Eletrobras à CDE prioritariamente no pagamento da Conta-covid e da Conta Escassez Hídrica;

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – ... iv) utilização, para fins de modicidade tarifária, dos recursos que devem ser pagos pela Eletrobras para aplicação no programa de redução estrutural de custos de geração de energia na Amazônia Legal e em ações para garantir a navegabilidade do Rio Madeira e do Rio Tocantins; v) prorrogação, por mais 20 anos, dos contratos de geradores de PCHs, centrais a biomassa e centrais eólicas.

• Introdução de dois parágrafos ao art. 3º-A da Lei nº 10.848, de 2004, para estabelecer que a contratação de reserva de capacidade contemplará termelétricas movidas a carvão.

• Alteração do §3º do art. 26 da Lei nº 14.300, de 2022, para determinar que, na geração distribuída, os prazos para injeção de energia pela central geradora serão contados a partir da assinatura do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição, e não da data de emissão de parecer de acesso. Também estende o prazo para os minigeradores de fonte solar de 12 para 24 meses.

Consideramos que a maioria das inovações introduzidas no Substitutivo da Câmara são meritórias, e não alteram significativamente o que havia sido aprovado pelo Senado Federal em agosto de 2022.

Consideramos, contudo, que algumas alterações são desaconselháveis.

No art. 6º, não acreditamos que seja necessário dar ao operador de blocos o direito de ser ouvido previamente à outorga nem a atribuição de demonstrar a incompatibilidade entre suas atividades e a de um gerador de energia eólica *offshore*. Sobretudo, não concordamos em dar a esse operador a preferência para receber a outorga. Esse seria um favorecimento injustificável das empresas produtoras de petróleo, em desfavor das novas empresas que atuam no setor de energia eólica. Dessa forma, propomos a rejeição dos §§3º e 4º do art. 6º do texto aprovado pela Câmara dos Deputados, para que seja retomado o texto aprovado no Senado Federal.

Ainda no mesmo artigo (art. 6º), em seu §9º, concordamos que os prismas outorgados devem observar os resultados do Planejamento Espacial Marinho, para assegurar que só sejam oferecidas para concessão e exploração aquelas áreas com menor impacto ambiental e reduzido risco de conflito entre os diversos usos do mar. Entretanto, sugerimos uma emenda de redação para incluir a expressão "ou instrumento equivalente" – porque, enquanto está no processo do PEM, se você tem um instrumento equivalente, você não vai parar o andamento dessa operação –, para permitir que outros instrumentos sejam utilizados para esse fim enquanto o PEM não estiver concluído. Trata-se de uma emenda de redação porque a lei não pode requisitar algo que não existe. O importante é que, quando houver PEM, os seus resultados sejam observados.

No art. 7º, a redação aprovada na Câmara dos Deputados estabelece, no §4º, que, se houver mais de uma manifestação de interesse em determinado prisma que se sobreponha total ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parcialmente, o poder concedente deverá submetê-lo à oferta planejada. Preferimos a redação aprovada no Senado Federal (§§4º e 5º do art. 7º do texto aprovado pelo Senado), segundo a qual, nos casos de mais de uma manifestação de interesse, o poder concedente deve buscar primeiro a composição entre os interessados ou a redefinição da área do prisma energético. Somente se não houver composição ou possibilidade de redefinição do prisma é que o poder concedente deverá promover a oferta planejada. Desta forma, haverá mais celeridade no desenvolvimento dos projetos.

No art. 9º, §3º, inciso II, discordamos da inclusão das instalações de conexão ao SIN no termo de outorga. Os custos dessa inclusão podem onerar a fonte eólica *offshore*, ainda em estágio inicial de desenvolvimento, e prejudicar sua atratividade. Preferimos retomar a redação aprovada no Senado Federal, que prevê a inclusão, no termo de outorga, das instalações de transmissão associadas à geração, caso aplicável.

Em consequência da supressão sugerida no parágrafo anterior, propomos a rejeição da redação da Câmara para os §§5º a 9º do art. 9º em questão, que tratam da conexão ao SIN. Recomendamos retomar o texto aprovado no Senado Federal (§§5º, 6º e 7º do art. 9º), que prevê que o Poder Executivo estabelecerá o procedimento para integração ao SIN dos empreendimentos e aproveitamento de potencial energético sob modalidade de outorga nos casos em que a viabilidade econômica necessitar de interconexão ao SIN. Não é justificável apenas a *offshore* arcar com os custos da ligação à rede e as outras não. Então, ou todas pagam, senão nenhuma. Não dá para ser mais para um ou menos para o outro.

No art. 9º, em razão da... É a rede de reforço, que se chama.

No art. 19, em razão da inclusão, pelas Leis 14.993 e 14.948, ambas de 2024, dos incisos XVIII e XIX no art. 1º da Lei 9.478, de 1997, será preciso renumerar, para XX e XXI, os incisos a serem introduzidos pelo artigo.

Em relação ao art. 21, recomendamos a sua supressão, pois já foi tratada no PL dos combustíveis do futuro (PL 528, de 2020), que já foi aprovado no Congresso Nacional.

Para ajustar a técnica legislativa, com vistas a dar mais clareza aos dispositivos, realizamos uma emenda de redação conectando os art. 22, que altera a Lei 14.182, de 2021, que trata da desestatização da Eletrobras, e o art. 23, que assegura a contratação de reserva de capacidade de termelétricas movidas a carvão mineral nacional até 31 de dezembro de 2050.

Julgamos que o art. 24, que altera a Lei 14.300, de 2022, que institui o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, deve ser suprimido, pois estende o prazo de subsídios concedidos a certas formas de geração de energia renovável, o que resultará em um inevitável aumento nas tarifas de energia elétrica para os consumidores brasileiros.

Ademais, em relação ao art. 5º do PL, consideramos que a redação aprovada no Senado Federal e referendada na Câmara dos Deputados, merece ter seu §1º, inciso I, aperfeiçoado, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vistas a evitar incertezas regulatórias. Como a expressão "setor" – entre aspas – não é usada no restante do PL, melhor suprimi-la, mantendo-se o restante do dispositivo.

Em consequência dessas alterações, será preciso ajustar a redação da ementa da proposição e do art. 5º, §1º, inciso I, bem como o número de seus artigos.

Diante do exposto, nos pronunciamos, Sr. Presidente, pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 576, de 2021, ressalvados os seguintes pontos, aplicados, ao final, em novo texto consolidado, na forma do §6º do art. 133 do Regimento Interno do Senado Federal. E aí eu coloco o texto consolidado – que vem a ser lido aqui ou dado como lido, porque eu já fiz ali as explicações –, e ali no texto eu fiz essas correções dentro da *offshore* e mantive, das que vieram lá da Câmara, três pontos, que foram as PCHs, as energias a gás e a carvão. Essas vão ficar no projeto para o Governo, juntamente com a Casa, definir as suas eventuais prioridades.

Esse é o meu relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Nós vamos abrir a discussão, sem fechar completamente a discussão para... Logicamente, vai ser feito pedido de vista coletiva, não é? É isso mesmo?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Exatamente, Presidente. Vou pedir vista coletiva e depois eu queria discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito. (*Pausa.*)

Então, nós vamos atender ao pedido do Senador Otto, a ele se concede vista, e discutimos depois do pedido de vista, tá? Na semana que vem – está bom assim? (*Pausa.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V. Exa. por trazer esse tema à pauta da Comissão de Infraestrutura, um tema importante para o país. Na verdade, esse tema é um tema que está sendo revisitado. Nós já discutimos essa matéria, já deliberamos sobre essa matéria quando da discussão da MP da Eletrobras, e novamente vem esse texto para cá, um texto que foi discutido aqui e discutido na Câmara dos Deputados.

O Senador Weverton apresenta neste momento o seu relatório, que me parece que traz algumas mudanças nesse texto. O pedido de vista que está sendo feito vai nos dar a oportunidade de fazer uma análise mais cuidadosa do seu conjunto.

Eu tive a oportunidade de presidir aqui, sob a incumbência de V. Ex., uma audiência pública tratando desse tema, em que vários segmentos foram ouvidos. Agora, a gente está vivendo um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

período... E eu estou falando isso aqui porque é uma pena que a gente não possa fazer, como acréscimo de emenda, nesse projeto, porque eu gostaria de fazê-lo... Nós tivemos recentemente a COP, o grande evento do clima, aqui. No ano que vem, o Brasil vai sediar esse evento aqui. Nós estamos vivendo um período de discursos que não combinam com a prática no âmbito do Governo. E eu aproveito a presença do Líder do Governo, que está aqui, o Líder Otto. Eu tenho acompanhado...

Nessa pauta da famosa transição energética, o discurso grita mais alto do que algumas práticas. Por exemplo, nós tivemos mais recentemente – e eu estou com um projeto tramitando no Senado nesse sentido – a elevação, por mais de uma vez, da taxa de importação das placas solares. A gente fala tanto em equilíbrio ambiental, em sustentabilidade, em energia sustentável, aí, o Governo, em 2023, altera de 6% para 9% a taxa de importação. Agora ele aumenta para 25%, sem qualquer participação do Congresso Nacional, sem qualquer deliberação da matéria, simplesmente num canetaço, num subdepartamento do Governo, Senador Omar, que está lá num cantinho. Você tem lá o Ministério da Indústria e Comércio, você tem lá a Camex, e, lá dentro, um departamento que, não se sabe com base em quê, simplesmente faz uma mudança que pesa para um setor que hoje é responsável por geração de energia limpa, renovável. A gente fala em transição energética, mas o Governo vai na contramão.

Então, esse tema volta à pauta no Senado Federal. Não vou discutir o mérito da questão hoje, vou deixar para a próxima sessão, mas eu queria colocar já para a reflexão de todos nós no âmbito da Comissão que é preciso combinar. Aquilo que se prega para o mundo lá fora, para a comunidade internacional, é preciso ser validado na prática do Governo aqui dentro. O Governo prega para o Macron, prega para a União Europeia o compromisso com a pauta ambiental, mas, para os brasileiros, cria uma taxação absurda para as placas solares – estava em 6% a taxa de importação, foi para 9% e, agora, para 25%. Esse não é o caminho da sustentabilidade.

É apenas a observação que faço em face do relatório que apresenta, cumprimentando mais uma vez o eminente Relator pelo relatório apresentado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, olha, a vista está concedida, mas eu queria só fazer um registro.

Esse projeto foi da iniciativa do Senador Jean Paul Prates. Ele começou aqui no Senado Federal e versava exclusivamente sobre energia eólica *offshore* – exclusivamente.

Nós tivemos, nesse período – eu ouvi as colocações do novo Senador Marcos Rogério –, este ano, duas matérias superimportantes para o Brasil e que versam sobre transição energética e energia limpa: uma eu relatei, do projeto do hidrogênio verde, hidrogênio de baixo carbono, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recentemente foi relatada outra matéria importante pela Senadora Leila Barros, que foi a do crédito de carbono no mercado de carbono. Então, este ano, o Brasil avançou muito. Além disso, o projeto relatado pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo, que foi aprovado no Senado Federal, já sancionado, é outro projeto muito importante, do combustível do futuro.

Então, eu vou discordar um pouco do meu amigo querido Marcos Rogério, mas este ano o Governo trabalhou e avançou em três matérias que são fundamentais para a transição energética. É claro que, em relação a essa questão da importação de produtos para esse setor de energia eólica e energia fotovoltaica, com as razões apresentadas eu até concordo. Se tiver oportunidade de voltar o valor que era antes, eu farei uma consulta ao nosso ministro do setor, que é o ex-Governador de São Paulo Geraldo Alckmin.

Mas eu gostaria de colocar antes, inclusive, da apreciação da matéria que eu vou discordar porque o Senador Jean Paul Prates jamais pensaria que se incluiriam aqui matérias estranhas que vieram da Câmara, não foi o Senador Weverton quem as colocou, como contratação de termoelétrica, extensão de R$6 bilhões por ano, PCH de R$5,4 bilhões por ano de incentivos, fontes alternativas de energia, Proinfa, R$1 bilhão, e por aí vai, eólicas, ampliar até 2020 os incentivos para carvão mineral, R$3,5 bilhões. Todos os incentivos que foram colocados na Câmara e que são matérias estranhas a esse projeto somam R$25 bilhões por ano e aumentam em 11% a tarifa de energia por ano. Então, quem vai pagar é o consumidor, é o consumidor que vai pagar isso, vai pagar para se implantar esse tipo de energia, que não estava constando no projeto original da boa intenção do Senador Jean Paul Prates.

Portanto, a minha discordância é em cima do que está aqui, matéria estranha. O Senador Weverton recebeu essa matéria da Câmara dos Deputados, ela foi no sentido da energia eólica *offshore* e voltou completamente deformada com essas introduções, de que nós discordamos plenamente. Não é possível que vá se dar aqui incentivos, em várias áreas que já são incentivadas, de mais R$25 bilhões para aumentar ao consumidor a tarifa de 11% na conta de energia elétrica. Não há como se aceitar. Por isso o pedido de vista, e eu vou entrar com destaque a esses artigos, arts. 21, 22, 23 e 24 da matéria, para exclusão, para que a matéria fique na sua origem, com que nós concordamos plenamente, e o Governo concorda plenamente nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeitamente.

Vista concedida coletivamente.

Eu vou retirar de pauta o item 2, a pedido do Relator.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 42, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, para dispor sobre a interrupção das operações e dá outras providências.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa

2. Em reunião de 26/11/2024, foi lido o relatório e concedida vista coletiva

3. Votação simbólica)

E passo a palavra para um pedido do Senador Laércio Oliveira, por favor.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente Confúcio, eu queria pedir a V. Exa. a possibilidade da inversão de pauta do item 6, que é o PL 327, de 2021. Esse projeto é apenas uma complementação de voto; então, se for acolhido pelos meus pares, eu gostaria de fazer logo a complementação.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeitamente.

Então, vamos fazer a alteração, Senador Laércio? Fica no lugar do Chico Rodrigues, que eu retirei de pauta.

V. Exa. gostaria de falar?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para dar conhecimento à Comissão, àqueles que queiram aprofundar um pouquinho mais sobre esse tema da importação das placas solares: a portaria é do Gecex, Portaria 666 – até o número é sugestivo –, que trata dessa elevação da taxa de importação, para que os colegas possam, de repente, também trabalhar esse assunto e retomar essa pauta, que é tão importante para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Meia, meia, meia é o número do anticristo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Laércio, V. Exa. pode fazer a leitura do item 6. São dois assuntos relacionados, que é a transição energética e também a questão eólica e *offshore*.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 327, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Institui o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten); e altera as Leis nºs 13.988, de 14 de abril de 2020, 11.484, de 31 de maio de 2007, e 9.991, de 24 de julho de 2000.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: pela aprovação do PL nº 327, de 2021;

pela aprovação das emendas nº 8, 10, 15 e 16 integralmente;

pelo acolhimento parcial das emendas nº 2, 9 e 11, na forma de emenda de relator;

pela rejeição das demais emendas.

Observações:

1. Em 05/09/2024, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.

2. Em 18/10/2024, o relator apresentou relatório pela aprovação do projeto, pela aprovação parcial das emendas n° 8, 9, 10 e 11 e pela rejeição das demais emendas, com as emendas que apresenta.

3. Em 22/10/2024, o relator apresentou novo relatório, pela aprovação do projeto, pela aprovação das emendas nº 8 e 10; pelo acolhimento parcial das emendas nº 9 e 11, na forma de emenda de relator, e pela rejeição das demais emendas, com as emendas que apresenta.

4. Em 22/10/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

5. Em 28/11/2024, o relator apresentou complementação de voto pela aprovação do projeto, com a aprovação das emendas nº 8, 10, 15 e 16 integralmente, acolhimento parcial das emendas nº 2, 9 e 11, na forma de emenda de relator, e rejeição das demais emendas.

6. Em 29/11/2024, o relator apresentou nova complementação de voto pela aprovação do projeto, com a aprovação das emendas nº 8, 10 e 15 integralmente, acolhimento parcial das emendas nº 2, 9 e 11, na forma de emenda de relator, e rejeição das demais emendas.

7. Em 02/12/2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo apresentou a emenda nº 18.

8. Votação simbólica.

Com a palavra o Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Bom dia, Sr. Presidente; bom dia, Sras. Senadoras, Srs. Senadores; bom dia a todos que estão conosco aqui, participando desta Comissão, a Comissão de infraestrutura, hoje. A Comissão está fervendo aqui. É muito boa a presença de tanta gente. Certamente é uma pauta empolgante, e a gente avança com ela pelo bem do país.

Sr. Presidente, há algumas sessões, eu fiz o relatório. Foi pautado nesta Comissão o Projeto 327, PL que trata da transição energética, um projeto que veio da Câmara dos Deputados, um projeto que se intitulou Paten, que é o Programa de Aceleração da Transição Energética. Foi feito o relatório naquele momento, foi concedida vista coletiva e, durante essas semanas, a gente discutiu muito com o setor no Brasil inteiro, discutiu com o Governo, discutiu com a Petrobras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também. Nós vamos apresentar aqui uma complementação de voto e eu gostaria da atenção de todos os meus pares para a gente avançar.

Antes de ir direto à análise, Sr. Presidente, eu queria também, com muita satisfação, agradecer todas as contribuições recebidas dos meus colegas Senadores. Foram várias emendas apresentadas não só na primeira etapa da leitura do relatório, mas, no período em que foi concedida vista coletiva ao projeto, outros colegas também apresentaram emendas. Certamente, sem dúvida alguma, a participação de todos enriqueceu o projeto.

Portanto, com a sua autorização, eu passo direto para a análise do projeto.

Considerando as análises do relatório, incluindo aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei 327, de 2021, bem como as contribuições recebidas, podemos aprimorar a proposta conforme segue.

Durante as discussões no Congresso Nacional sobre matérias relacionadas ao setor de energia, o Paten emergiu como um dos pilares da economia verde e de baixo carbono. O programa foi concebido para viabilizar projetos variados que impulsionam a transição energética e a redução das emissões de carbono. Em síntese, o Paten atua como uma espinha dorsal da economia sustentável, promovendo o crescimento econômico com base em princípios de baixo impacto ambiental e contribuindo significativamente para a construção de um futuro mais sustentável.

A Emenda nº 8, do Senador Eduardo Gomes, e a Emenda nº 10, do Senador Fernando Farias, têm como objetivo incluir as usinas hidrelétricas com capacidade superior a 50MW entre os empreendimentos considerados prioritários. As UHEs desempenham um papel fundamental na matriz elétrica brasileira, sendo essenciais para a segurança energética e para a transição rumo a uma matriz mais sustentável e diversificada, o que reforça a relevância da aprovação das emendas. Destaca-se, contudo, que a Emenda nº 10 apresenta maior abrangência em relação à Emenda nº 8, uma vez que também inclui as atividades de modernização no escopo do Paten, tornando-a uma alternativa mais abrangente e adequada.

A Emenda nº 9, da Senadora Daniella Ribeiro, e a Emenda nº 11, do Senador Rogério Carvalho, propõem aperfeiçoamentos destinados a incluir, entre os empreendimentos prioritários, a infraestrutura, os serviços e os sistemas de transporte público ou de interesse público que promovam a descarbonização e a eficiência energética. A iniciativa é meritória pelo que propõe a setores de difícil abatimento.

Após reavaliar a Emenda nº 2, do Senador Esperidião Amin, que está ao telefone, considero que... (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Estou ouvindo com a maior atenção e igual esperança.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Está vendo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou repetir, Sr. Presidente. Peço licença, porque ao mestre a gente tem que fazer referência. Os discípulos se orgulham quando o mestre presta atenção ao que estão falando.

Após reavaliar a Emenda nº 2, do Senador Esperidião Amin, considero que ela pode ser parcialmente acatada, permitindo que o Paten abranja atividades destinadas a promover uma redução significativa nas emissões de gases de efeito estufa nas regiões carboníferas, bem como iniciativas voltadas à transição energética. Por outro lado, entendo que o mérito da Emenda nº 13, também de sua autoria, já está contemplado no próprio escopo do Paten e poderá, porventura, ser adequadamente abordado na futura regulamentação da lei, após sanção.

Em relação à Emenda nº 14, do Senador Esperidião Amin, entendo que a regulação infralegal já é suficiente para tratar de eventuais questões relacionadas ao biometano. Isso se deve ao fato de que, ao atender as especificações técnicas estabelecidas pela ANP, o biometano passa a receber tratamento equivalente ao gás natural de origem fóssil no âmbito da regulação da infraestrutura.

Além disso, a Emenda nº 16, igualmente do Senador Esperidião Amin, propõe a retirada do art. 17-13, que reduzia a zero as alíquotas aplicáveis a importação e fabricação de ônibus, caminhões, tratores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – ... e escavadeiras movidos a GNL e GNV, em conformidade ao último relatório apresentado. Entendo que, dado ao novo texto que retira a proposta de Capítulo IV, acaba por se perder o objeto, e, assim, a possibilidade de acatamento.

No tocante à Emenda nº 15, do Senador Otto Alencar, face ao diálogo e às discussões das últimas semanas, julgo que podemos acatá-la integralmente, da forma como fora proposta, corroborando para supressão do art. 17 do projeto ora em análise.

Por fim, a Emenda nº 17, do Senador Alessandro Vieira, que visa suprimir os arts. 17-8 e 17-9, entendemos pelo não acolhimento, uma vez que o texto em questão constava do Capítulo IV, proposto no relatório apresentado anteriormente, e não da proposição legislativa sob análise.

Em relação às discussões sobre o papel do gás natural na transição energética, tão polemizado durante o período de vista, e aos debates realizados nas últimas semanas, reafirmo que as inovações propostas são altamente relevantes para o setor de gás natural, contribuindo para a transição energética e para o enfrentamento da urgência climática no curto e no médio prazo. Essas medidas proporcionam benefícios tanto para as empresas quanto para os consumidores, além de promover avanços estratégicos para o Brasil como um todo.

Apesar das minhas crenças e convicções e do entendimento de que a implementação dos aperfeiçoamentos previamente submetidos a apreciação dos pares seria o caminho mais adequado para atender aos anseios em questão, reconheço que tais aprimoramentos podem ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realizados em momento oportuno, respeitando o tempo da política e o discernimento que ela traz aos meus nobres colegas.

Portanto, complemento o relatório anterior para que possamos, no âmbito do que foi proposto, avançar na deliberação dos demais itens que integram o Paten.

Voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 327, de 2021, e, no mérito, votamos pela aprovação do PL nº 327, de 2021. Somos pela aprovação das Emendas nºs 8, 10 e 15 integralmente, pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 2, 9 e 11, na forma de emenda de Relator, e pela rejeição das demais emendas, conforme segue.

Quero acrescentar ainda, Sr. Presidente, que, atendendo à solicitação tanto do Governo como do setor de energia, adiciono, adiciono a palavra "etanol" ao art. 18 do projeto, e também, finalmente, suprimo o §4º do art. 3º, considerando que a matéria já foi tratada na Lei de Debêntures.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, foi pedido vista coletiva, e ainda temos o espaço de discussão.

Os Senadores que desejarem se inscrever...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Então, a ordem é a seguinte: Senador Amin e Rogério Carvalho inscritos. Mais algum Senador?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito, perfeito...

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Eu quero acatar a Emenda 13 e a Emenda 17.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Então, anote para mim, por favor, aqui: Senador Amin, Senador Rogério Carvalho e Senador Jaime Bagattoli, por favor.

Com a palavra, o Senador Amin, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Gostaria de consignar aqui a expressão da minha admiração pelo esforço, pela dedicação, pelo estudo que fez sobre este projeto, que é um projeto complexo, como tudo que é transição, ou seja, que almeja sair de um lugar e chegar a um outro, mesmo sem conhecer exatamente o domicílio, o CEP desse novo endereço. Pretende-se chegar, mas no curso desses acontecimentos sobrevêm imprevistos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Basta se dizer o que está acontecendo com a indústria de veículos elétricos: são hesitações, são expansões previstas que não acontecem e são contestadas. Então, transição energética é crucial. E se transição é uma coisa complicada, mais complicada, mais complexa ainda é a natureza dessa transição.

Então, quero cumprimentar o Senador Laércio, que tem sido competente, hábil, paciente, tanto neste projeto quanto em outros que já consagram a sua participação aqui no Senado, como foi a sua participação na Câmara, e deixar aqui esse registro.

Eu posso não ser atendido no que desejava, a minha solicitação pode ser aceita ou não aceita, mas isso não desmerece o trabalho extraordinário que esse querido companheiro e amigo desenvolve.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado, Senador Amin.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, com sua permissão, eu cometi um equívoco, eu queria retificar para que os *Anais* da Casa entendam perfeitamente.

Eu falei aqui, pedi um aparte ao senhor e disse que acataria as Emendas 17 e 18. Não é o correto. A 17, não.

A Emenda 18, que é do Senador Vital do Rêgo, eu acolho, e está constando do texto. Emenda 18.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Com a palavra, Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria também aproveitar para cumprimentar o Senador Laércio Oliveira pela versão final do projeto, que contemplou todos os reclames – todos os reclames foram atendidos – e a gente vai conseguir, já conseguimos... E eu queria agradecer a ele. Resolveram-se questões, não só as importantes da transição energética, mas questões de natureza mais conjuntural também foram retiradas do projeto, o que facilita.

Isso não impede que a gente volte a discutir a matéria noutra proposição, mas foi muito importante para a gente fazer avançar o Paten. Então, eu queria parabenizar e cumprimentar o Senador Laércio Oliveira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado.

Com a palavra, Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui parabenizar o Senador Laércio Oliveira por essa relatoria, mas nós não podemos deixar aqui de enfatizar os nossos produtores rurais, o produtor da cana-de-açúcar, da soja, do milho, do algodão e de outras culturas aí que fazem parte da matéria-prima dos biocombustíveis no Brasil.

E nós sabemos que o nosso país se posiciona como líder global na transição energética do mundo. Por isso, nós precisamos dar valor também aos nossos produtores rurais, que são os grandes fornecedores de matéria-prima para os biocombustíveis.

Obrigado, Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O próximo é o Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, englobando tudo...

Quero parabenizar o Senador Laércio pelo belíssimo relatório que faz, e o Senador Weverton, há pouco, também fez um relatório.

Não há transição energética e nem redução de emissão de CO_2 num país que quer se desenvolver sem custo. Vai ter custo, e esse custo alguém tem que pagar.

O que mais se fala nesses dois últimos anos é sobre a questão ambiental no Brasil. O que está em pauta no Brasil hoje é a questão ambiental. É a França querendo dar ordens para a gente, querendo boicotar os nossos produtos, e nós aqui, submissos a uma nação que emite muito mais CO_2 que o Brasil todinho, só para vocês terem uma ideia.

Veja bem, isso tem um custo. Vai ter custo, sim, vai ter custo não só na questão do Senador Weverton, como também em relação a qualquer outra questão que nós discutamos aqui sobre transição energética. Alguém vai pagar essa conta. Só que quem paga essa conta são só os brasileiros, mas o mundo exige, e a gente se submete a isso.

Então, sou favorável, sim, ao que coloca o Senador Laercio. O meu estado é um grande produtor de gás, uma das maiores jazidas... Nós temos tudo. Eu sempre falei aqui que o Amazonas tem de tudo, até urânio. Agora estão inventando que os chineses compraram... Não são chineses, mas uma empresa comprou, não tem nada a ver, não vão explorar urânio nenhum lá...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, urânio. Eles falam... Não, mas tem urânio lá também, tem urânio. Lá é cassiterita, aquela é uma mina de cassiterita.

Então, quando a gente fala aqui que o Governo... Até, há pouco, falamos sobre o *offshore*... Vai ter custo, é lógico que vai ter custo. Você está falando em transição energética, você está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falando em energia limpa, você está falando em dar satisfação ao mundo e pouca satisfação aos brasileiros.

Então, a COP 30, a COP 50, a COP 300 – sei lá que COP vai ter ainda – não vai mudar absolutamente nada, e sempre nós vamos estar submissos, sem que eles coloquem R$1. Nessa daqui agora que assinaram lá, é brincadeira o valor que eles querem dar para não aumentar o efeito de gás estufa. É brincadeira! Você está me entendendo? O Biden foi lá no Amazonas e deu US$50 milhões. "Biden, leva teus US$50 milhões para pagar as dívidas do teu filho, rapaz, que você absorveu agora". Acabem com essa brincadeira! O Biden vai lá, dá US$50 milhões e acha que está fazendo um grande negócio. Isso aí dá para pagar as dívidas do filho, que foi condenado duas vezes, mas ele, como Presidente... E virou moda isso, não é? Criaram uma moda aqui no Brasil de perdoar quem comete os crimes – você está me entendendo? –, com uma canetada de Presidente.

Então, Sr. Presidente, sou favorável, sim, e acho que devemos votar logo a matéria do Senador Laércio.

Nós temos outras Comissões... Hoje, é o último dia até para relatar emendas de Comissão, porque amanhã se encerra... Já basta o que o meu amigo, que eu respeito muito, mas fez uma ingerência e, como Parlamentar que foi, como Governador que foi, não poderia ter feito essa ingerência em relação às emendas no Congresso Nacional. Tenho um respeito muito grande pelo ex-Senador, ex-Governador, ex-Deputado Federal, ex-militante de esquerda e hoje Ministro do Supremo Tribunal, mas já chega. O Senado tem cedido muito, o Congresso tem cedido muito, ou a gente toma posições aqui, ou ficaremos à mercê, como já ficamos lá atrás – lá atrás –, quando em 2015 ia se votar uma lei aqui no Congresso sobre até aonde o Ministério Público poderia ir, houve uma movimentação nacional e veja o que é que deu esse poder todo que foi dado ao Ministério Público, porque a gente se acovardou e não votou aquilo que deveria ter votado naquele momento.

O Congresso Nacional tem o seu papel importante, é um defensor da democracia e da Constituição, mas o Congresso tem que se impor em relação a muitas coisas. Senão, não adianta a gente estar discutindo aqui, meu Líder Otto, emenda para estado. Eu faço questão de colocar meu nome nas emendas, não tem problema nenhum, não vejo por que não colocar meu nome nas emendas, até é bom. E, se eu puder levar todo o dinheiro do orçamento para o Estado do Amazonas, não tenha dúvida de que eu vou levar, até porque é minha obrigação, como Senador do meu estado, fazer isso, como é a obrigação de todos os Senadores aqui fazerem o melhor pelo seu estado. Nós estamos aqui representando os nossos estados.

Essa questão de achar que a gente vai fazer transição energética, que a gente vai usar o gás natural, que a gente vai usar todo tipo de tecnologia e não vai ter um custo é para inglês ver, não vai acontecer nunca e o Brasil vai ter que pagar essa conta, porque a gente se submete àquilo que internacionalmente os outros países querem em relação ao nosso Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem. Vamos... Nós temos assim...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, os dois continuam militantes – os dois –, quem falou e o outro. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – A nossa pauta está bem cheia e teremos que votar as emendas de Comissão ainda hoje. Então, nós vamos dar uma acelerada.

Eu vou passar a palavra para o Senador Otto.

E o último debatedor da manhã será o Senador Luis Carlos Heinze.

Por favor.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Otto, não. Weverton.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perdão, o Otto está na minha cabeça, eu sou consciente. É o Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Para discutir.) – Só quero dar uma contribuição rápida.

Primeiro, quero parabenizar o Senador Laércio, que, como já sabíamos, iria conseguir construir um grande relatório.

Mas, Senador Omar Aziz...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – ... quero dar só uma contribuição rápida à sua fala que não dá para trazer para o meu relatório da *offshore*, mas por isso é que eu disse que nós temos que rediscutir a questão da nossa política energética do Brasil. Em uma das audiências em que eu recebi os setores – eu não sei se o senhor sabia dessa informação –, eu fiquei perplexo. Da *onshore* eólica, aquelas nossas energias produzidas em terra firme, Presidente, 30% da produção é praticamente jogada no lixo, não é aproveitada. Por quê? Porque você é autossuficiente no país...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – ... e nós não podemos exportar essa energia, segundo o que eles me disseram. Então, assim, imagine só você poder produzir lá no Piauí, no Maranhão, no Rio Grande do Norte, enfim, no Rio de Janeiro, a gente produzir uma energia, ter capacidade de produzir 30% a mais e ainda ter condição de vender essa energia limpa para o mercado exterior.

Então é preciso rever isso. Por que é que nós temos essa capacidade de produzir essa energia, não estamos produzindo e somos proibidos pela legislação de vendê-la, já que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

somos autossuficientes com a nossa? Então, é preciso fazer alguns ajustes até para, lá na frente, ajudar a baratear esse custo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Heinze, com a palavra, por favor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, também Senador Laércio, parabenizo pelo relatório.

Indo na linha do que falou o Senador Otto, em cima dos subsídios desse projeto de 25 bilhões, tem um relatório da Aneel que fala que os subsídios custaram, em 2023 – deve ser outro tanto, um pouquinho maior até em 2024 –, 40 bilhões, foi o subsídio em 2023 que os diversos segmentos de energia pagaram, e nesse mais 25, devem ser uns 60, 70 bilhões. Isso tudo onera o consumidor residencial. Então essa é a nossa preocupação com relação ao projeto.

E, com relação a *offshore*, já conversamos, Senador Weverton, eu trabalhei nesse assunto com o Jean Paul, quando ele era Senador nesta Casa, era para eu ser o Relator na matéria naquele instante e depois passei para o Senador Portinho, que fez também um excelente trabalho aqui na Casa. Os jabutis vieram da Câmara, que é o que nós estamos discutindo agora. Nós temos o máximo interesse, nós, do Rio Grande Sul, somos um dos estados mais aquinhoados com os parques eólicos *offshore,* e o Brasil também. Isso é 15, 20 vezes Itaipu, que nós temos hoje, só nesse processo, que é importante para toda a região costeira do Brasil, do Rio Grande Sul ao Rio Grande do Norte.

Então, parabenizo-os. Temos que achar uma solução rápida, urgente, porque esse é um assunto de interesse do Brasil. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O tema é bem interessante, tem vários Senadores ainda desejando falar.

Senador Zequinha Marinho, por gentileza.

Depois é o seu projeto.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Presidente, eu estou aqui querendo estabelecer um diálogo com o Relator sobre uma das nossas emendas estabelecidas. Claro que as circunstâncias aqui, de repente, podem levar a uma interpretação que não pode ser cabível neste momento.

Mas, nesse tempinho aqui, meu querido Laércio, a gente poderia reunir ali numa sala à parte, se for o caso, para construir um entendimento, ver se a gente consegue aproveitar a ideia, porque, como já foi dito aqui, alguém tem que pagar o preço. E essa transição não é fácil de ser feita se a gente não ordenar isso de forma muito tranquila e segura, está certo?

Portanto, eu quero pedir ao Relator que a gente considere daqui a pouco a oportunidade dessa conversa para ver se a gente aproveita a ideia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, eu tive o privilégio de trabalhar, aqui em Brasília, no SLU (Serviço de Limpeza Urbana), isso há 26 anos. E, quando eu fui Deputado Distrital em 2002, 2003, eu aprovei uma lei de resíduos sólidos aqui do DF. E a União, a gente tem aprovado essa questão dos resíduos sólidos há anos, toda vez prorroga. O que mais tem neste país é lixão, aterro a céu aberto.

Na prática, hoje nós temos tecnologia para recuperar tudo isso. Você pode transformar 100% do lixo hoje em energia, não só em energia, mas em outros itens também.

Então, essa emenda apresentada pelo Senador Zequinha é muito importante, porque, veja bem, quem é que vai fazer um investimento – e as empresas privadas têm a condição de fazer isso – sem ter a garantia de que alguém vai comprar energia? Ora, se o município vai fazer a concessão por 30 anos, evidentemente que tem que ter uma garantia de que alguém vai adquirir essa energia. E é disso que nós precisamos para recuperar os nossos aterros.

Nós já temos a... já foi prorrogada novamente para 2040; chega 2040, vai para 2050, 2060, 3000. Então, a gente precisa realmente resolver essa questão. Lá atrás, em 1998, não tinha tecnologia testada, hoje nós temos. Nós temos várias empresas dispostas a investir nos municípios e esse é o momento. Então, eu acho que vale a pena, sim, conversar com o Relator e com o Senador Zequinha, que é o autor da emenda.

Eu estive, ontem mesmo, tratando sobre isso aqui. Acho fundamental para o Brasil a gente atender à Política de Resíduos Sólidos, e essa emenda pode ajudar muito a resolver essa questão dos aterros sanitários.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, como esse item discutido é não terminativo e nós vamos votar em bloco todos os não terminativos, daqui a pouco a gente vota todos em bloco, tá, gente? Vamos colocar aqui.

Bem, eu passo a palavra agora ao Senador Veneziano Vital do Rêgo para relatar... Eu retiro de pauta o item 5, a pedido do Relator.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 1376, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.789, de 29 de dezembro de 2023, para excluir da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) as receitas decorrentes de subvenções para investimento destinadas à eletrificação da frota de ônibus utilizada no transporte público.

Autoria: Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Efraim Filho
Relatório: Pela aprovação com emendas
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.
2. Em 06/05/2024, foi apresentada a emenda n° 1-T, de autoria do Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR).
3. Votação simbólica.)

O Senador Veneziano tem dois projetos para relatar. Em sequência, ele pode fazer a leitura dos dois, que é o item 3 e o item 9.

ITEM 3
PROJETO DE LEI N° 4238, DE 2023
- Não terminativo -

Dispõe sobre a convocação de audiências públicas promovidas pelas distribuidoras de energia elétrica e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).
Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor
2. Em 02/12/2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo apresentou novo relatório, pela aprovação do projeto nos termos da emenda substitutiva que apresenta.
3. Votação simbólica

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente, pela deferência e compreensão que V. Excelência tem, em face de estarmos nos aproximando dos términos das nossas atividades legislativas, e aí se sobrepõem as nossas obrigações em diversas Comissões, não é?

Eu vou pedir permissão à V. Exa. em relação ao item 3 para que nós partamos à leitura da análise.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Compete à nossa Comissão, nos termos do art. 104 do Regimento, opinar sobre proposições que tratam de transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, e outros assuntos correlatos. Há, portanto, a aderência das competências da Comissão de Infra ao tema tratado pelo projeto de lei em análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – O PL prevê que as distribuidoras deverão divulgar, nas duas notas fiscais de consumo mensal de energia imediatamente anteriores, a data de realização de suas audiências públicas. Essa notificação não implicará qualquer ônus para o consumidor. Para ressaltar a informação, as letras do aviso deverão vir em corpo e tamanho pelo menos duas vezes maior...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fazendo soar a campainha.*) – Muito barulho, gente. Está difícil para o Senador Veneziano fazer a leitura. Por gentileza...

Pode continuar, Senador.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Para ressaltar a informação, as letras do aviso deverão vir em corpo e tamanho pelo menos duas vezes maior que o tamanho usado na descrição do valor a pagar. Os avisos de convocação conterão, também, informações sobre a data, o local, o horário e o objeto das audiências públicas.

A proposição faz ainda duas exigências. A primeira delas é a de que o local destinado à realização da audiência deverá comportar pelo menos 140 pessoas. A segunda é a de que toda audiência deverá contar com a presença obrigatória de um dos diretores da Aneel.

No mérito, é louvável a intenção do autor de estimular a maior participação dos consumidores nas audiências públicas. Nada mais justo do que os consumidores menores terem voz ativa nos rumos do setor, ao invés de as decisões ficarem tão somente nas mãos das empresas e da Aneel.

Com sua participação, esses consumidores poderão contribuir para o aperfeiçoamento da prestação dos serviços de distribuição de energia e eventualmente reduzir seus custos.

A Lei nº 9.427, do ano de 1996, em seu art. 4º, §3º, já obriga a Aneel a convocar audiências públicas sempre que um processo decisório implicar afetação de direitos dos agentes econômicos do setor elétrico ou dos consumidores, mediante iniciativa de projeto de lei ou, quando possível, por via administrativa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Reconhece-se, no entanto, que as audiências ainda carecem...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está um pouco difícil para o Senador fazer a leitura. Há muita interferência...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Vamos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, Presidente, a proposição aperfeiçoou o processo. Entretanto, convém introduzir alguns ajustes na mesma para que os objetivos por ela almejados sejam alcançados.

Acreditamos que não convém incluir em lei determinações tão específicas quanto à forma de convocação das audiências, tratando de minudências como, por exemplo, o tamanho das letras usadas nos avisos contidos nas notas fiscais de todos nós consumidores. Inclusive, é importante ter em mente que a fatura de energia elétrica já contém muitas informações e o acréscimo de mais uma, sobretudo com letras grandes, pode gerar certa poluição visual e até confundir o consumidor, dificultando a identificação do valor da fatura e a data de vencimento.

Também não parece razoável, senhoras e senhores, exigir que o local da audiência tenha no mínimo 140 assentos. Uma audiência realizada em São Paulo e outra no interior de um estado de menor porte têm necessidades e logísticas diversas. A mesma lógica se aplica à exigência de presença obrigatória de um dos diretores da Aneel. Dependendo da importância e da repercussão da decisão a ser tomada, não é imprescindível a presença de um diretor da agência.

De fato, a Aneel, responsável por convocações de audiências, está em posição melhor de escolher a forma mais apropriada de fazer as convocações e de introduzir as adaptações necessárias ao longo do tempo. Por essa razão, recomendamos que a lei se limite a estabelecer diretrizes básicas sobre a forma e a antecedência da convocação. Os detalhamentos, definidos pela Aneel, serão mais eficazes se contidos em uma resolução normativa da própria agência.

Como diretrizes, propomos, por exemplo, que os avisos de convocações possam ser divulgados prioritariamente por meios eletrônicos, o que permitirá alterações mais rápidas, em caso de necessidade. Exigimos, contudo, que os avisos sejam divulgados com, no mínimo, 15 dias de antecedência da data da realização da audiência.

Também propusemos que a audiência seja realizada em local que atenda ao maior número possível de participantes, garantindo condições adequadas de acesso e segurança para a acomodação dos consumidores, os agentes do setor de energia elétrica e os demais interessados. Não há necessidade de estipular o número de assentos.

Adicionalmente, estabelecemos que as audiências públicas devem contar com o comparecimento, preferencialmente, de um dos diretores da Aneel ou, na sua ausência, representante da diretoria. Consideramos que não se justifica que uma audiência venha a ser suspensa em razão da ausência de um de seus diretores.

Com esses princípios definidos, senhores e senhoras, a agência poderá expedir os atos necessários para assegurar que as audiências públicas cumpram o seu papel de informar a sociedade e receber dela as suas contribuições.

Por fim, a fim de atender a Lei Complementar nº 95, de 1998, propomos que os novos dispositivos legais sejam inseridos na Lei nº 9.427, de 1996. O inciso IV do art. 7º da Lei Complementar nº 95 estabelece que o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

O voto, senhoras e senhores e Sr. Presidente.

Diante do que nós trouxemos, nos pronunciamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.238, do ano de 2023, na forma da Emenda nº 1 – CI (Substitutivo), apresentado e dado como lido.

Sr. Presidente, eis o nosso relatório, com a inclusão do nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pergunto a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Os Senadores que queiram discutir esse projeto, a palavra será concedida. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, V. Exa. pode dar continuidade ao segundo projeto, e este ficará com voto para não terminativo em bloco, tá?

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 3278, DE 2021

- Terminativo -

Atualiza o marco legal da Política Nacional de Mobilidade Urbana; altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012; a Lei n°10.636, de 30 de dezembro de 2002; e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSD/MG)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

2. Em 04/05/2022, foi apresentada a emenda n° 1-T, de autoria do Senador Carlos Fávaro.

3. Em 26/11/2024, foi concedida vista coletiva.

4. Em 02/12/2024, foi apresentada a emenda n° 2, de autoria do Senador Fernando Farias.

5. Em 03/12/2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo apresentou novo relatório pela aprovação do projeto, pela prejudicialidade da emenda nº 1-T e pelo acolhimento da emenda nº 2, nos termos do substitutivo que apresenta.

6. Votação nominal.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Perfeito, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, peço a sua permissão para que possa fazer, a partir da análise, a nossa leitura e de como nós nos posicionamos em relação ao item 9, Projeto de Lei nº 3.278. Se V. Exa. assim me permite, direto iremos à sua análise.

Como a distribuição foi exclusiva a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, exige-se uma análise abrangente da proposta, de forma a abordar tanto seus aspectos formais, como também seus aspectos de mérito.

O projeto é constitucional, uma vez que está apoiado no art. 21, inciso XX, da nossa Constituição, que estabelece a competência da União para "instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos" – fecham-se aspas.

Quanto à sua juridicidade, a proposição apresenta as necessárias características de novidade, generalidade e abstração.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Quanto ao mérito, senhoras e senhores presentes – pedindo a permissão aos mesmos para que eu possa fazer a leitura, conquanto os nossos pares possam ouvi-la –, conforme exposto na justificação do Senador Antonio Anastasia, querido companheiro hoje integrante da Corte de Contas, consideramos necessária a atualização desse importante marco legal, para aperfeiçoamento à sua execução de política de mobilidade urbana pelos entes federados.

De fato, é urgente promover alterações de modo que a lei melhor espelhe a realidade do setor, entre outras providências, com o aprimoramento e a inclusão de novas definições, a especificação de novas orientações acerca das licitações e das contratações, e a disciplina em lei de formas alternativas de remuneração do prestador de serviço de transporte coletivo, conforme proposto no projeto original.

Embora concordemos que o projeto é meritório, entendemos necessária uma série de aperfeiçoamentos, que foram condensados no substitutivo que apresentamos ao final de nosso voto. Ressaltamos que o presente relatório é fruto, Sr. Presidente Confúcio Moura, de um extenso debate entre audiências e reuniões com a equipe da Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana, do Ministério das Cidades, e outros interessados.

Inicialmente, a definição de um marco legal para o transporte público coletivo urbano merece lei própria para estabelecer as regras e diretrizes do setor, sem prejuízo das alterações legislativas necessárias e as compatibilizações com a Lei 12.587, do ano de 2012, que instituiu as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, da qual o transporte coletivo é parte.

Assim, propomos redação que, em primeiro lugar, estabelece os princípios, os objetivos e as diretrizes do sistema de transporte público coletivo. Ato contínuo, é preciso diferenciar o transporte público coletivo básico do transporte público coletivo complementar e do transporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coletivo sob demanda, de modo que os entes federados possam, quando necessário, direcionar os esforços de continuidade dos serviços e a assistência financeira disponível para os serviços considerados essenciais.

O Capítulo II do substitutivo, que trata da organização do transporte público, está estruturado em quatro seções, que tratam de definições gerais, planejamento e regulação. Tratamos de importante ferramenta que é a gestão associada, prevista no art. 241 da Constituição Federal. No planejamento, o texto estabelece diretrizes para essa etapa, de fundamental importância para o sucesso da futura operação dos serviços.

Inserimos ainda dispositivos para tratarmos da regulação e fiscalização dos serviços, como a possibilidade de designação, pelo titular dos serviços de transporte público, de entidade reguladora, com mecanismos de autonomia decisória, e autonomia administrativa, orçamentária e financeira.

O Capítulo III aborda o financiamento dos serviços de transporte público coletivo. No art. 19, estabelecemos as formas de financiamento, como operações estruturadas, investimentos privados e instrumentos urbanísticos e tributários de captura da valorização imobiliária.

Definimos também as receitas extratarifárias, que poderão ter origem na publicidade, nas receitas imobiliárias, em cobranças de estacionamento público ou privado, até mesmo em receitas advindas da comercialização de créditos de carbono. É possível ainda ao titular dos serviços instituir cobranças de contribuição de melhoria decorrente de valorização imobiliária, regime diferenciado de tributação decorrente de emissões de poluentes e até cobrança de tributos, como as tarifas de congestionamento. Tudo isso visa privilegiar o transporte coletivo e desestimular, portanto, o uso de modos e serviços prejudiciais à Política Nacional de Mobilidade Urbana.

O Capítulo IV dedica-se à operação do transporte público, cuja prestação depende de prévia licitação, nos termos do art. 175 da Constituição Federal, vedados os contratos de natureza precária.

A remuneração do prestador, por sua vez, será de responsabilidade do poder concedente. Este, além das receitas tarifárias, poderá empregar outras receitas, como já citamos anteriormente, tais como: da exploração de serviços e de espaços comerciais em terminais, estações e demais locais de conexões de transporte; do aluguel de imóveis do poder público concedente; da política de gestão de estacionamentos; das políticas de gestão do uso do sistema viário e do desincentivo ao transporte individual e de subsídios orçamentários de quaisquer entes federativos.

Quanto à Emenda nº 1-T, esta fica prejudicada em razão das alterações conceituais relativas à remuneração dos prestadores de serviço que ora propomos, que está estruturada de forma robusta...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... e não prejudicará os demais usuários.

Senhoras e senhores, quanto à Emenda nº 2, tem razão o Senador ao se referir à busca pela necessidade de fontes alternativas ou complementares de receita para a redução da tarifa. Nesse sentido, a Cide cumpre papel fundamental, atualmente, no financiamento dos programas de infraestrutura de transportes e poderá contribuir sobremaneira com a mobilidade urbana nos centros urbanos e a busca pela modicidade tarifária mediante redução das tarifas.

Faço menção à ajuda, à colaboração efetiva e sempre muito bem-vinda do Senador Fernando Farias.

Assim, acolhemos a emenda na forma do substitutivo apresentado.

Sr. Presidente, nosso posicionamento, na forma de voto.

Diante do que nós expusemos, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.278, do ano de 2021, que teve como seu autor o querido Senador Antonio Anastasia, pela prejudicialidade da Emenda nº 1-T e pelo acolhimento da Emenda nº 2, na forma do substitutivo de que demos a todos os senhores e senhoras conhecimento.

Eis o nosso posicionamento, Presidente Confúcio Moura.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador interessado em discutir, e esse projeto é terminativo, precisamos de voto, eu vou deixá-lo aqui para a gente votar em bloco.

Vamos à frente. O item 4 da pauta é de autoria do Senador Marco Rogério, e a Senadora Teresa Leitão é Relatora. Ela saiu aqui para a Comissão da Educação, e eu peço o Senador Fernando Farias para fazer a leitura por gentileza.

Pode ir direto à análise.

ITEM 4
PROJETO DE LEI N° 1465, DE 2022
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar os procedimentos para a caracterização da irregularidade de medição de unidade consumidora e as formas de cobrança, de pagamento e de suspensão do fornecimento de energia elétrica.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório: Pela aprovação da matéria e pela rejeição da emenda 1-T

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Em 04/05/2023, foi apresentada a emenda n° 1-T, de autoria do Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR).

3. Votação simbólica.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – O.k., Presidente.

Análise do projeto.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CI opinar sobre matérias pertinentes a transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes e outros assuntos correlatos, tais como os tratados na proposição em análise.

O PL em apreço apresenta uma proposta crucial para proteger os direitos dos consumidores de energia elétrica no Brasil.

Atualmente, recuperação de energia, uma prática adotada pelas distribuidoras de energia elétrica, tem se mostrado prejudicial aos consumidores, que frequentemente se veem surpreendidos por faturas exorbitantes decorrentes de supostas irregularidades de medição.

Tais irregularidades, muitas vezes, não são devidamente comprovadas, e os consumidores não têm a oportunidade de contestar ou entender a origem dos valores cobrados. Dessa forma, o PL busca corrigir essa situação ao estabelecer procedimentos claros e justos para a caracterização de irregularidades, garantindo que o consumidor seja informado previamente e tenha direito à ampla defesa e a uma perícia imparcial.

De fato, o PL é uma resposta necessária à prática de corte de fornecimento de energia sem aviso prévio, por supostos erros de medição, que tem deixado muitas famílias em situação de vulnerabilidade ainda mais desamparadas. Em um cenário onde a inadimplência é uma realidade para muitos brasileiros, devido às altas tarifas de energia elétrica, a imposição de contas elevadas e inesperadas apenas agrava a situação financeira das famílias.

Ao exigir comunicação prévia e assegurar o direito dos consumidores à defesa, a proposição promove um equilíbrio mais justo entre as distribuidoras de energia e os consumidores, evitando cortes arbitrários e garantindo que qualquer medida punitiva seja precedida de um processo transparente e justo.

A aprovação do PL nº 1.465, de 2022, representa, portanto, um passo significativo na proteção dos direitos dos consumidores e na promoção de práticas comerciais mais justas e transparentes no setor de energia elétrica.

Ao disciplinar a forma de cobrança e pagamento, bem como as condições para a suspensão do fornecimento, o projeto assegura que os consumidores não sejam penalizados por problemas que não causaram. A implementação dessas medidas não apenas protege os consumidores, mas também fortalece a confiança no sistema regulatório, garantindo que as práticas das distribuidoras sejam justas e equitativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que se refere à Emenda nº 1-T, julgamos não ser oportuno o seu acolhimento por dois motivos.

Em primeiro lugar, a exclusão das perdas não técnicas das tarifas de energia elétrica é objeto do PL 708, de 2024. Na verdade, o PL 5.325, de 2019, aprovado pelo Senado Federal em 2022 e que hoje tramita na Câmara dos Deputados, prevê que não é possível a inclusão nas tarifas de energia elétrica de perdas não técnicas acima do nível regulatório.

Em segundo lugar, já há disciplina legal para a indenização aos consumidores por parte das distribuidoras em virtude de danos emergentes e lucros cessantes associados à interrupção do fornecimento de energia decorrente de irregularidades de medição que não observar a comunicação prévia, a perícia independente e o direito à defesa aos consumidores. Ademais, as distribuidoras que descumprem a legislação do setor elétrico também estão sujeitas a multas a serem aplicadas pela Aneel.

O voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do PL 1.465, de 2022, e pela rejeição da Emenda nº 1-T.

É o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Fernando Farias.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos para o bloco de votação terminativa posteriormente. (*Pausa.*)

Não, este aqui não! É não terminativo.

Põe lá, por favor! Não terminativo.

Bem, dando sequência... Eu sei que o pessoal está estranhando o volume de projetos. Nós estamos chegando ao final do ano, e tinha essas pendências, muitas dos setores elétricos – a maioria dos projetos são relacionados ao setor elétrico. Então, nós colocamos esse pacotaço aqui hoje para limpar a pauta e não deixar, lá para fevereiro, acúmulos. Então, vamos dar essa trabalhada.

Bem, aqui nós temos dois projetos relatados pelo Senador Luis Carlos Heinze. É o item 7 e o item 8.

Senador Heinze, V. Exa. pode fazer a leitura e pode, assim, já entrar na análise dos dois, tá?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Fique à vontade.

Os dois são terminativos.

ITEM 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 6156, DE 2023

- Terminativo -

Denomina Viaduto Soldado Constitucionalista Abílio Previdi o viaduto localizado no Km 464,6 da BR-116, Rodovia Régis Bittencourt, no Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze

Relatório: Pela aprovação

Observações: *1. Votação nominal*

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Como Relator.) – O.k.

Projeto de Lei nº 6.184, de 2009, do Deputado Carlos Sampaio, que denomina Viaduto Soldado Constitucionalista Abílio Previdi o viaduto localizado no km 464,6 da BR-116, Rodovia Régis Bittencourt, no Estado de São Paulo.

Vou tentar abreviar a análise.

É meritório o projeto, e, no que diz respeito ao mérito, a proposição merece prosperar.

Abílio Previdi nasceu em 1910, no Distrito de Pariquera-Açu, então pertencente ao Município de Jacupiranga, no Estado de São Paulo. Desde jovem, envolveu-se com o transporte da produção agrícola local, especialmente arroz, auxiliando no escoamento da produção para outros municípios e para o Porto de Santos.

Com o advento da Revolução Constitucionalista de 1932, movimento que visava à restauração da Constituição e à retomada da legalidade democrática no Brasil, Abílio Previdi atendeu ao chamado cívico e serviu como soldado constitucionalista.

Devido à sua habilidade como motorista, tornou-se responsável pelo transporte de soldados, desempenhando papel indispensável nas operações logísticas do movimento.

Após o conflito, Abílio Previdi foi eleito Vereador e exerceu o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Jacupiranga por duas gestões, sempre representando os interesses de Pariquera-Açu.

Conhecido por seu senso de justiça, cultura e simpatia pessoal, dedicou-se intensamente às causas sociais e ao desenvolvimento da região.

Seu heroísmo e dedicação foram reconhecidos em 1982, quando a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo concedeu-lhe o Diploma e Medalha de Honra, em respeito aos serviços prestados durante a Revolução Constitucionalista.

A trajetória de Abílio Previdi simboliza o espírito de luta e o compromisso com a democracia característicos dos participantes da Revolução Constitucionalista.

Denominar o referido viaduto como Viaduto Soldado Constitucionalista Abílio Previdi é, portanto, um reconhecimento de sua dedicação e uma medida ímpar para preservar e transmitir às futuras gerações os valores pelos quais lutou, sendo uma justa homenagem a um cidadão que dedicou sua vida ao serviço da pátria e à comunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto voto pela aprovação do Projeto 6.156, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Os Senadores que estiverem de acordo com o projeto do Senador Heinze... Aliás, não é votação; é discussão.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, como ele é terminativo, fica para o final.

Pode dar continuidade ao item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 361, DE 2022

- Terminativo -

Torna obrigatória a divulgação, pela prestadora do serviço público de distribuição de energia elétrica, de informações relativas ao nível dos reservatórios de hidrelétricas.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)

Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1. A matéria tem parecer favorável da Comissão de Meio Ambiente

2. Em 22/03/2024, o Senador Luis Carlos Heinze apresentou relatório pela rejeição do projeto

3. Em 09/04/2024, foi lido o relatório

4. Em 19/11/2024, o Senador Luiz Carlos Heinze apresentou novo relatório pela rejeição do projeto

5. Votação nominal

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Como Relator.) – Projeto de Lei nº 361, de 2022, da Senadora Rose de Freitas, que torna obrigatória a divulgação pela prestadora do serviço público de distribuição de energia elétrica de informações relativas ao nível dos reservatórios de hidrelétricas.

O Risf, em seu art. 104, estipula que a Comissão de Serviços de Infraestrutura tem competência para opinar sobre matérias pertinentes a transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes e outros assuntos correlatos. Como o PL trata da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, seu objeto se alinha claramente às competências da Comissão de Infraestrutura.

Sobre a constitucionalidade, a Constituição Federal estabelece, no art. 21, inciso XII, alínea "b", que compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços e instalações de energia elétrica. Ressalta-se que a distribuição de energia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elétrica é um desses serviços. Adicionalmente, o art. 22, inciso IV, da Constituição Federal, prevê que compete privativamente à União legislar sobre energia.

Primeiramente, deve ser observado que o nível dos reservatórios brasileiros já é divulgado periodicamente no *site* do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). A partir dessa informação, poder-se-ia pressupor que, para atender ao proposto pelo PL, bastaria às distribuidoras incluir esse endereço eletrônico nas faturas que enviam a seus consumidores. Contudo, o PL exige fotos atualizadas semanalmente dos reservatórios, gerando custos adicionais ao setor elétrico ou ao Operador Nacional do Sistema Elétrico, que inevitavelmente serão repassados aos consumidores.

Em terceiro lugar, o projeto de lei pode sobrecarregar visualmente a fatura de energia elétrica, produzindo uma espécie de poluição visual do documento.

Como resultado, informações básicas, como o consumo de energia elétrica, podem receber menos atenção por parte do consumidor.

Para comprovar o risco apontado, cabe mencionar dois estudos: "Ensaios Comportamentais Aplicáveis a Consumidores de Energia Elétrica para Aperfeiçoamento das Bandeiras Tarifárias", de autoria de Daniel Cardoso Danna, e "Ciências comportamentais e políticas públicas: o uso do SIMPLES MENTE em projetos de inovação", de autoria de Antonio Claret Campos Filhos, João Sigora e Manuel Bonduki.

Ambos os estudos mostram que as faturas de energia elétrica atuais não destacam adequadamente as bandeiras tarifárias e outras informações relevantes, o que prejudica o entendimento pelos consumidores desse adicional tarifário.

Em virtude dessa conclusão, os estudos sugerem um leiaute mais limpo para essas faturas.

Os aspectos acima apresentados ilustram a existência de evidências de que dificuldade de compreensão das bandeiras tarifárias está associada à forma como elas são apresentadas ao consumidor, inclusive por meio das faturas de energia elétrica.

É preciso enfatizar que o enfrentamento desse problema envolve estudos experimentais com os próprios consumidores. Só assim será possível identificar uma forma de apresentação dos aspectos conjunturais e estruturais do setor elétrico que justifique uma cobrança adicional para cobrir o acionamento de usinas mais caras. Caso contrário, corremos o risco de gerar desinformação e prejudicar ainda mais o correto entendimento do setor elétrico, cujo funcionamento é complexo. Dessa forma, no lugar de aprovarmos uma determinação como a proposta pelo PL em análise, entendemos ser mais adequado sugerir ao Poder Executivo que dê atenção ao tema.

Ante o exposto, nosso voto é pela rejeição do PL 361, de 2022.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, está em discussão o projeto. É pela rejeição. Ele tem que ser votado em separado e é terminativo. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, vamos aqui deixar para o final esse último voto, que será uma votação nominal.

Dando sequência aos projetos em apresentação, a Senadora Tereza, por gentileza, fará a leitura, *ad hoc*, dos itens 10 e 11.

Item 10.

ITEM 10
PROJETO DE LEI N° 3793, DE 2021
- Terminativo -

Denomina Silvio Andreoli o viaduto situado no Km 65 da rodovia BR-153, na pista sul da Avenida Murchid Homsi, no Município de São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pela aprovação

Observações: *1. Votação nominal*

Fique bem à vontade, Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, meu querido Senador Confúcio.

Da Comissão Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 3.793, de 2021, do Deputado Baleia Rossi, que denomina Silvio Andreoli o viaduto situado no Km 65 da rodovia BR-153, na pista sul da Avenida Murchid Homsi, no Município de São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo.

Peço para ir diretamente à análise.

Nos termos do disposto no inciso I do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre transportes terrestres, a exemplo da proposição em debate.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, foi confiada à Comissão de Infraestrutura a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos – em especial no que diz respeito à técnica legislativa – e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 22, XI, CF), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, CF) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

A atribuição supletiva de nomes à infraestrutura constante do Sistema Federal de Viação é regulada pela Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de estações terminais, obras de arte ou trechos de via do Sistema Nacional de Transporte.

No que concerne à juridicidade, a proposta observa os preceitos da mencionada lei, especialmente aquele encartado no art. 2º, que propugna que homenagens como a ora em exame devem ser instituídas por lei especial, devendo a honraria designar fato histórico ou nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à nação ou à humanidade.

De outra sorte, a iniciativa encontra amparo na Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos e veda, em todo o território nacional, a atribuição de nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava em qualquer modalidade, a bem público pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta.

No que diz respeito ao mérito, a proposição merece prosperar. Silvio Andreoli, nascido em 7 de janeiro de 1933, na cidade de Mantova, na Itália, foi um engenheiro civil cuja trajetória profissional e pessoal deixou um legado significativo para o Estado de São Paulo, especialmente na região de São José do Rio Preto, e sua vida é marcada pela resiliência, dedicação ao serviço público e contribuições notáveis para a infraestrutura rodoviária brasileira.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Silvio enfrentou adversidades que interromperam seus estudos na Itália. Demonstrando determinação, realizou um exame especial em 1945 para concluir o curso ginasial. Continuou sua formação nas cidades de Milão e Áquila, cursando o primeiro e segundo ano do ensino científico. Em março de 1949, aos 16 anos, emigrou para o Brasil com seus pais, Dante Andreoli e Licia Giglioli, e seus irmãos Arturo e Elena, inicialmente estabelecendo em São Paulo e posteriormente em São José do Rio Preto.

No Brasil, adaptou-se rapidamente e prosseguiu seus estudos. Realizou exames de adaptação em disciplinas como português, história e geografia do Brasil, obtendo o certificado de conclusão do curso científico pelo Colégio Monsenhor Gonçalves, em 1954. Ingressou na Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná, em 1955, formando-se engenheiro civil em 1959.

Silvio Andreoli iniciou sua carreira profissional no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER-SP), em 18 de maio de 1960, como engenheiro fiscal da Residência de Obras de São José do Rio Preto. Em 1965, após a aprovação em concurso público, tornou-se engenheiro efetivo do DER-SP. Ao longo de mais de quatro décadas de serviço, ocupou diversas posições de liderança, incluindo as de Diretor Técnico de Serviço, Diretor de Divisão Regional. Em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1975, foi nomeado Diretor de Divisão Regional do DER em São José do Rio Preto, cargo que exerceu com distinção até sua aposentadoria em 7 de janeiro de 2003.

Entre suas contribuições mais notáveis destaca-se o projeto de duplicação da Via Expressa de São José do Rio Preto na década de 70. Essa obra é considerada na época como uma das melhores em termos de engenharia em nível mundial, teve impacto significativo no desenvolvimento urbano e na melhoria da mobilidade na região, refletindo sua competência técnica e comprometimento com o progresso local.

Além de sua atuação no DER-SP, Silvio Andreoli desempenhou importantes papéis na comunidade. Foi o primeiro Coordenador Adjunto da Corregedoria Regional de Defesa Civil da Região Administrativa de São José do Rio Preto, em 1989; representou a Secretaria dos Transportes no Conselho de Desenvolvimento Regional de São José do Rio Preto e atuou como conselheiro do programa de desenvolvimento industrial do município.

Entre 1971 e 1994, serviu como agente consular da República Italiana em São José do Rio Preto, fortalecendo os laços culturais e econômicos entre o Brasil e a Itália.

Sua vida pessoal também reflete seu compromisso com a família e a sociedade.

Casou-se em 27 de março de 1962 com Célia Maria Raduan Andreoli, com quem teve três filhos: Silvio Carlos, Giancarlo e Carlos Eduardo.

Silvio Andreoli era reconhecido por sua integridade, espírito público e dedicação às causas que abraçou ao longo de sua vida.

A denominação do viaduto em questão é, portanto, uma justa homenagem a um profissional que contribuiu significativamente para o desenvolvimento da infraestrutura rodoviária e para o bem-estar da comunidade local.

Sua dedicação ao serviço público e suas realizações no campo da engenharia civil deixaram um legado duradouro, que merece ser reconhecido e perpetuado.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.793, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Tereza.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a senhora pode dar seguimento à leitura do próximo relatório.

ITEM 11
PROJETO DE LEI N° 1738, DE 2024
- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Denomina Rodovia Pedro Gurgacz o trecho da rodovia BR-163 entre o Município de Cascavel, no entroncamento com a rodovia BR-277, e o Município de Capitão Leônidas Marques, no Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

2. Votação nominal.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – O.k.

Bom, item 11.

Então, eu vou direto ao voto, Presidente.

Como está publicado e é de conhecimento de todos, eu passo ao voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.738, de 2024, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CI
>
> Coloque-se entre aspas a denominação "Rodovia Pedro Gurgacz" na ementa e no art. 1º do Projeto de Lei nº 1.738, de 2024.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Nós temos aqui alguns requerimentos que a gente votará de imediato: o item 12 da pauta e o item 13.

O item 12 é o requerimento do Senador Vanderlan Cardoso.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 107, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater o veto 14.001.2024 aposto ao Projeto de Lei nº 1213/2024, em trâmite no Congresso Nacional.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)

Observações: *1. Votação simbólica*

Esse é o requerimento do Senador Vanderlan, pela audiência pública, para análise de veto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 13.

ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 110, DE 2024
- Não terminativo -

Requer que, na audiência pública objeto do REQ 108/2024, seja incluído o Sr. André Turquetto, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Pagamento Automático para Mobilidade – ABEPAM.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Observações:

1. Votação simbólica

Os Senadores e Senadoras que estejam de acordo com os dois requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Os itens 3, 4 e 6 já foram lidos, discutidos e estão em votação. São não terminativos.

Os Senadores e Senadoras que estejam de acordo com esses três projetos já discutidos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados. (*Pausa.*)

Os terminativos são os nºs 8, 9, 10...

Bem, vamos colocar em votação, terminativamente, por voto nominal, o item 8, o item 9, o item 10 e o item 11.

Vamos abrir aí... Itens 8, 9, 10 e 11.

Vários deles são denominações de logradouros públicos: o 8, o 10 e o 11, todos são nomes de logradouros públicos. Só um que é diferente, que é o do Antonio Anastasia, que é sobre mobilidade urbana.

Vamos abrir então o painel, por gentileza?

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bom, se nós todos aqui que estamos presentes votarmos, a gente já atinge quase o quórum.

Vamos votar, então, todos nós aqui presentes.

Vote Zequinha, por favor, Senador Laércio pode votar nos três projetos... (*Pausa.*)

É, exatamente.

Depois temos uma votação terminativa, que é a do item que é rejeição. Aí é separado.

Vamos já ligar para todos aqueles que estavam presentes aqui, todos os Senadores, que pediram para avisar: é o Weverton, o Jayme Campos – todos pediram para serem lembrados –, Senadora Tereza Cristina, que estava aí há pouco – cadê S. Exa.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peça à Senadora Tereza para votar.

O Vanderlan é o autor do requerimento... (*Pausa.*)

Vamos dar uma acelerada, gente? Tem mais uma votação nominal.

Votem aí.

Vamos continuar ligando para o Omar Aziz, que estava aqui... O Esperidião Amin também pediu para ser lembrado. Só ligar.

Jayme Campos... Senador Veneziano está votando... Weverton...

Jaime Bagattoli estava aqui agorinha mesmo. Só ligar, por favor.

Augusta também me pediu para lembrá-la... Teresa Leitão está aqui, vizinha, encostadinha, na outra Comissão...

Senadora Tereza Cristina...

Rogério Carvalho também me pediu para lembrá-lo.

Aí, se a gente tiver o contato, rapidinho a gente consegue o quórum de 12. Está faltando pouco – faltam só quatro.

Liguem para o Bagattoli, que ele volta rapidinho.

Weverton também.

Nelsinho esteve aqui, Augusta, Jayme Campos... Todos são gente que está sempre presente aqui na nossa reunião, na nossa sessão. (*Pausa.*)

É, vamos ver... Tem mais uma votação, que é uma rejeição do projeto da Senadora Rose de Freitas, relatado pelo Heinze.

Pronto, só faltam dois.

Vamos ligar aí para os companheiros que estão sempre presentes, para que a gente termine esse ciclo.

Vamos?

Liguem para o Jayme Campos aí, que já já ele vota.

A Senadora Teresa Leitão também.

A Augusta Brito...

Pronto. Falta só um.

O Esperidião... Peçam ao Esperidião rapidinho, que ele vota, gente, de onde ele estiver.

Pronto. Fechado.

Pode apresentar o resultado, por gentileza?

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Já avisem ao Senador Marcelo Castro para chegar para cá, para a gente votar já as emendas de Comissão.

Houve 11 votos SIM.

Quórum de 12.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovados, sem nenhuma restrição.

Vamos ao segundo... Pode fechar o resultado, que já foi anunciado.

Vamos abrir nova votação.

Esta votação também é nominal, rejeitando o relatório do Senador Luis Carlos Heinze. É pela rejeição. Por isso que é separado.

Pode abrir o painel, por gentileza.

(*Procede-se à votação.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Este aqui torna obrigatória a divulgação pela prestadora do serviço público de distribuição de energia elétrica de informações relativas ao nível dos reservatórios hidrelétricos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Esse aqui é... Vota "sim" pela rejeição, concordando com o Relator.

Pode abrir o painel, por gentileza.

Pronto. Podemos votar. (*Pausa.*)

Hein?

Esperem só um pouquinho antes de votar, gente. (*Pausa.*)

Hein? (*Pausa.*)

Prestem bem atenção: vamos fazer uma correção de voto. Vamos corrigir o voto.

Quem vota com o Relator vota "não"; vota "não".

Para todos aqueles que votaram e quiserem fazer a correção, inclusive o Alan Rick – vou orientar a todos –, a Augusta, o voto é "não". O voto dando seguimento à orientação do Senador Heinze é "não", rejeitando o projeto. (*Pausa.*)

Ah, tá.

Cometemos um engano inicial. Eu gostaria que avisassem à Senadora Augusta e ao Alan para fazerem a correção do voto deles.

O voto é "não". (*Pausa.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Missão cumprida.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Missão cumprida.

Muito obrigado, Senador.

Bem, vamos em frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jayme Campos já votou, maravilhoso...
Esperidião... Esperidião Amin.
Senador Laércio.
Falta votar, Laércio. Voto "não".
Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone*.) – Vou votar agora.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito. Voto "não".

Jaime Bagattoli, por favor.
Por favor, avisem aí, o pessoal do gabinete do Jaime... Ele sempre está presente.
Marcos Rogério. Voto "não".
Faltam três votos.
O Senador Laércio votou agora.
Pronto. Dois votos.
Vamos em frente. Vamos ligar. Faltam dois contatos.
Os mais assíduos aqui, com a gente, são o Esperidião Amin – é só ligar, e ele vota – e a Tereza Cristina.
A Augusta já votou.
Tereza Cristina. Teresa Leitão. Zequinha Marinho – estava aqui...
Zequinha Marinho.
Omar Aziz.
Lucas. Voto "não".
Falta um.
Doze. Falta só um.
Jaime Bagattoli.
Vamos, Jaime!
Omar Aziz e Esperidião.
É só ligar para o Esperidião, que ele vota rapidinho. É só falar que o voto é "não".
Vamos, vamos... Nós temos mais uma sessão.
Vamos buscar esse voto, gente. Está faltando.
Prontinho. Vamos lá.
Pode apresentar o resultado. Vamos anunciar?
Pronto...

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Devido à confusão da votação inicial, 8 a 3.

Aprovado.

E os três votos foram por falta de informação inicial nossa, não é?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem.

Então, o resultado: aprovado o relatório, pela rejeição.

Antes de encerrarmos o trabalho dessa primeira etapa da nossa reunião...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria pedir à V. Exa. que colocasse... Pedi urgência para o Projeto 327, de 2021, que é o projeto do Patem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Ah, perfeito.

O pedido de urgência do Senador Rogerio Marinho...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Olha, eu estou invertendo. Está vendo? Confúcio fazendo confusão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, é porque ele está mais presente na discussão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Fazendo confusão...

Rogério Carvalho, no bom sentido aqui, que está presente.

Então, ele pede a urgência da votação do Patem, que já foi votado aqui, para ir ao Plenário ainda hoje.

Então, os Senadores e as Senadoras que concordam com o pedido, o requerimento verbal do Senador Rogério Carvalho, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Nada mais aqui, vamos, antes de encerrarmos os nossos trabalhos...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente, perdoe-me, perdoe-me...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não. Pois não.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Eu fui aqui informado pela nossa assessoria, que é sempre diligente, sobre a necessidade de, em turno suplementar, votarmos o item 9. Se há essa necessidade, poderíamos fazê-lo para que...? (*Pausa.*)

Ah, numa outra sessão! Não... Ah, tá! Perdoe-me.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Exatamente.

Então, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Senadoras e os Senadores que concordam com a aprovação da ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e dezessete minutos do dia três de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Weverton, Alan Rick, Fernando Farias, Marcelo Castro, Zequinha Marinho, Alessandro Vieira, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Otto Alencar, Augusta Brito, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Astronauta Marcos Pontes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Hamilton Mourão, Izalci Lucas, Paulo Paim, Professora Dorinha Seabra e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Carlos Viana, Marcos Rogério, Beto Faro, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CI ao PLOA 2025**. **Finalidade:** Discussão e deliberação acerca das emendas da Comissão de Serviços de Infraestrutura ao Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLN nº 26/2024) para 2025, a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). Relator das emendas na CI: Senador Marcelo Castro. **Resultado:** aprovada a apresentação, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), das seguintes emendas: **I) Emendas de remanejamento:** 1. Sugestão de Emenda nº 07, de autoria do Senador Nelsinho Trad, para Adequação de Trecho Rodoviário - Bataguassu - Porto Murtinho - na BR-267/MS, no valor de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais); 2. Sugestão de Emenda nº 15, do Senador Eduardo Braga, para Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União – Na Região Hidrográfica Amazônica, com a correção proposta no subtítulo em razão de erro material na formulação da proposta e no valor de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); 3. Sugestão de Emenda nº 35, do Senador Marcelo Castro, para Intervenções para Recuperação e Restauração de Rodovias Federais – Na Região Nordeste, no valor de R$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais); 4. Sugestão de Emenda nº 37, da Senadora Tereza Cristina, para Intervenções para Recuperação e Restauração de Rodovias Federais – Na Região Centro-Oeste, no valor de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). **II) Emendas de apropriação:** 5. Sugestão de Emenda nº 13, de autoria do Senador Confúcio Moura, para Adequação de Travessia Urbana - Ariquemes - na BR-364/RO, com a correção proposta no subtítulo em razão de erro material na formulação da proposta e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no valor de R$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais); 6. Sugestão de Emenda nº 30, do Senador Marcelo Castro, para Construção de Trecho Rodoviário – Div MA/PI – Entr. BR-35(A)/235(A) (Bom Jesus) - na BR-330/PI, no valor de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais); 7. Sugestão de Emenda nº 77, do Senador Chico Rodrigues, para Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes - Nacional, no valor de R$ 370.000.000,00 (trezentos e setenta milhões de reais), que também contempla o objeto das propostas nº 20, 28, 34, 61, 70, 97, e 101, respectivamente dos Senadores Irajá, Veneziano Vital do Rêgo, Zequinha Marinho, Wellington Fagundes, Mecias de Jesus, Wilder Morais e Fernando Farias; 8. Sugestão de Emenda nº 99, do Senador Esperidião Amin, para Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-70/SC, no valor de R$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais). Faz uso da palavra o Senador Marcelo Castro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos. Já aprovada, juntamente com a ata da reunião anterior, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e seis minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Confúcio Moura e Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Weverton, Marcos Rogério, Efraim Filho, Alan Rick, Fernando Farias, Marcelo Castro, Alessandro Vieira, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Otto Alencar, Augusta Brito, Teresa Leitão, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Astronauta Marcos Pontes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Ciro Nogueira, Fernando Dueire, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Carlos Viana, Daniella Ribeiro, Beto Faro, Chico Rodrigues, Wilder Morais e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 576, de 2021 (Substitutivo da Câmara dos Deputados) - Não Terminativo -** que: "Disciplina o aproveitamento de potencial energético offshore; e altera as Leis nos 9.478, de 6 de agosto de 1997, 10.438, de 26 de abril de 2002, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 14.182, de 12 de julho de 2021, 10.848, de 15 de março de 2004, e 14.300, de 6 de janeiro de 2022." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados, ressalvados pontos elencados no voto. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Submetido à votação, o destaque foi rejeitado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1376, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.789, de 29 de dezembro de 2023, para excluir da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) as receitas decorrentes de subvenções para investimento destinadas à eletrificação da frota de ônibus utilizada no transporte público." **Autoria:** Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Lido e aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2688, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar a renda de 1 (um) concurso por ano da loteria de prognósticos numéricos ao Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap)." **Autoria:** Senador Fernando Dueire (MDB/PE). **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Pela aprovação com emenda. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. **ITEM 4 - Projeto de Resolução do Senado n° 41, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui a Frente Parlamentar Mista das Ferrovias Autorizadas (FRENFER)." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (*Ad hoc*), substituiu Senador Lucas Barreto. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Lido e aprovado o relatório. **ITEM 5 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 3278, de 2021 - Terminativo -** que: "Atualiza o marco legal da Política Nacional de Mobilidade Urbana;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012; a Lei n°10.636, de 30 de dezembro de 2002; e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1753, de 2024 - Terminativo -** que: "Denomina Passarela Domingos Rosa dos Santos a passarela situada no Km 181,4 da BR-116, Rodovia Presidente Dutra, no Município de Guararema, no Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação com emenda de redação. **Resultado:** Aprovado com emendas. Fazem uso da palavra os Senadores Fernando Farias, Otto Alencar, Esperidião Amin, Weverton, Eduardo Braga, Jaime Bagattoli, Omar Aziz, Marcos Rogério, Jayme Campos, Jaques Wagner, Margareth Buzetti, Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Zequinha Marinho e Confúcio Moura. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e onze minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/10

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberto a 36ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de dezembro de 2024.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

O item 1 da pauta é o Projeto de Lei 576. Vamos aguardar o Relator chegar.

O item 2 é o Projeto de Lei 1.376, de autoria do Senador Oriovisto Guimarães. O Relator é o Senador Efraim Filho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 3 é o Projeto 2.688, não terminativo, de autoria do Senador Fernando Dueire. O Relator é o Senador Fernando Farias.

– o item 4 é o Projeto de Resolução nº 41, ele é não terminativo, de autoria do Senador Zequinha Marinho, relatado pelo Senador Lucas Barreto.

– o turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei 3.278, de 2021 – esse é terminativo –, atualiza o marco legal da Política Nacional de Mobilidade Urbana; Senador Antonio Anastasia, hoje Ministro do Tribunal de Contas.

– o Projeto de Lei 1.753, é o item 6, de minha autoria, aliás, é a relatoria, e de autoria da Câmara do Deputados, que denomina Passarela Domingos Rosa dos Santos a passarela situada no Km 181 da BR-116, no Município de Guararema, no Estado de São Paulo.

Essa é a pauta de hoje.

Mas, nós, à noite... Agora cedinho, o noticiário mostra a situação, a cirurgia de urgência do Presidente Lula, em São Paulo, uma craniotomia devido a um hematoma subdural. Segundo os noticiários e algumas apresentações de neurocirurgiões é uma cirurgia que tem um prognóstico bom, e a gente espera que seja o mais rápido possível para que o Presidente reassuma aí num tempo justificado, que não pode ser muito rápido. Agora, com uma cirurgia sobre o crânio, a gente fica sempre muito preocupado, porque ela pode muitas vezes recidivar ou retornar. Então, tem que ficar em repouso mesmo, e que os ministros assumam o comando, no ritmo do Governo, não é? Embora o fim do ano seja turbulento, porque nós temos aí a aprovação, a discussão da LDO, eu espero que hoje se encerrem as emendas à LDO às 18h.

No ano passado, teve cerca de 2.500 emendas, um pouco mais, um pouco menos. Eu só tenho dois dias, a partir de amanhã, para processar todo esse universo de emendas que deverão chegar. Eu espero que seja menos, para facilitar o trabalho da consultoria para analisar isso tudo em 48 horas, para posteriormente nós fecharmos o relatório final da LDO e do Orçamento.

A gente viu aí que houve uma negativa do Supremo Tribunal Federal sobre o Projeto de Lei Complementar 210, onde o Presidente, aliás, o Ministro Flávio Dino não aceitou as considerações para reconsideração das medidas tomadas pelo Supremo Tribunal Federal, ele as rejeitou, isso causou um desconforto na Casa, e nós teremos que administrar tudo isso. Então, agora com a doença do Presidente Lula, ficam um pouco mais difíceis essas negociações, o que terá que ser feito com a Casa Civil e o Vice-Presidente.

Bom dia, Fernando. Bem-vindo, viu? Bom dia.

Então, tudo isso está se passando aqui no Congresso Nacional, nós temos que aprovar. Da LDO é necessária a aprovação. Caso haja qualquer tipo de obstáculo, obstrução a essa votação, será a primeira vez na história que isso poderá acontecer.

Eu não tenho registro de caso semelhante, porque aí entra um apagão de governança: não se aprovando a LDO, o Governo não pode gastar nada e fica complicado para o exercício no início do ano que vem. O Orçamento até que pode esperar um pouco, mas a LDO, não. Então nós estamos aguardando, com muita expectativa e bom senso, que os dois Presidentes das Casas realmente assumam, chamem para si essas deliberações e a gente possa trabalhar.

Fora essas considerações que eu abri aqui agora, vamos iniciar.

Já temos aqui o primeiro Senador a estar presente, o Senador Fernando Farias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar para ele o primeiro item da pauta, que, aliás, não é o item 1, mas é o item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI N° 2688, DE 2024
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar a renda de 1 (um) concurso por ano da loteria de prognósticos numéricos ao Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap).

Autoria: Senador Fernando Dueire (MDB/PE)
Relatoria: Senador Fernando Farias
Relatório: Pela aprovação com emenda
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.
2. Votação simbólica.

Vou passar para o Senador Fernando Farias, que é o Relator do item 3 da pauta.

Eu passo a palavra para o Senador Fernando Farias para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Bom dia a todos.

Permita que eu vá direto à análise.

Conforme o inciso II do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CI opinar sobre assuntos correlatos aos serviços de infraestrutura. Como alega o autor da proposição em sua brilhante justificação, a infraestrutura das cidades precisa de adequações para se tornar resiliente a eventos climáticos extremos que tendem a ocorrer, de modo cada vez mais frequente. Considerando que o objetivo da proposição é aumentar a resiliência da infraestrutura urbana, o PL nº 2.688, de 2024, está dentro das competências regimentais da CI.

Quanto à constitucionalidade, não verificamos óbices, pois a Constituição Federal estabelece que é competência da União legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios (art. 22, inciso XX), e os termos apresentados para a proposição não violam as cláusulas pétreas nem incorrem em vício de iniciativa.

A proposição inova o ordenamento jurídico, atentando-se ao pré-requisito da juridicidade. Quanto à técnica legislativa, respeitou-se integralmente a Lei Complementar nº 95, de 1998. Durante o processo legislativo, não houve violações ao Risf, logo, por respeitar o processo regimental de leis ordinárias, o pré-requisito da regimentalidade foi cumprido.

Como caberá à CAE a decisão terminativa, deixaremos a avaliação econômica da medida para a última Comissão, tendo em vista sua competência para essa avaliação. Por isso, nesta análise, focalizaremos o mérito do PL nº 2.688, de 2024, para a infraestrutura urbana, tendo em vista as mudanças climáticas.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram criados pelos países-membros da ONU na Agenda 2030. No caso em tela, o ODS 11 fixa o objetivo de tornar as cidades e os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Para cumprir esse objetivo, são estabelecidas diversas metas, dentre as quais, gostaríamos de destacar duas.

A primeira é a Meta 11.5, que dispõe sobre a necessidade de, até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.

A segunda que destacamos é a Meta 11.b, fixada pelo Brasil, que determina a necessidade de, até 2030, aumentar significativamente o número de cidades que possuem políticas e planos desenvolvidos e implementados para mitigação, adaptação e resiliência a mudanças climáticas e gestão integrada de riscos de desastres de acordo com o Marco de Sendai para Redução de Riscos de Desastres 2015-2030.

O autor do PL nº 2.688, de 2024, sensível às trágicas inundações que afligiram o Rio Grande do Sul em 2024, lembra que:

> Dezenas de pessoas perderam suas vidas, enquanto centenas de milhares tiveram que sair de suas casas às pressas, sem nenhuma garantia ou previsão de quando poderão retornar. Por sua vez, enquanto os prejuízos bilionários são calculados, ainda que a infraestrutura das cidades inundadas seja reconstruída, não há garantia de que tragédias semelhantes não voltarão a ocorrer.
> Pelo contrário, considerando os relatórios nacionais e internacionais sobre mudanças climáticas e suas consequências, há probabilidade crescente de que o Planeta Terra enfrente eventos climáticos intensos, tanto pela seca extrema como pelas inundações e enchentes.

Ante o exposto, o autor reconhece que a tragédia do Rio Grande do Sul não foi um caso esporádico, mas sim um evento climático extremo que tende a se repetir periodicamente à medida que se agravam as mudanças climáticas.

Nesse sentido, a infraestrutura urbana tem que se tornar resiliente às novas condições climáticas, com um foco na proteção da vida humana, especialmente da população carente, que é a que mais sofre com os eventos extremos.

Destinar os recursos de um concurso da loteria de prognósticos numéricos é meritório ao aumentar os recursos disponíveis a obras e ações que promovam a resiliência climática das cidades brasileiras. Contudo, não basta que sejam feitas quaisquer ações com o pretenso objetivo de garantir o enfrentamento aos eventos climáticos extremos. É preciso que sejam estabelecidos critérios qualitativos para essas ações, as quais estão fixadas no Marco de Sendai, mencionado na Meta 11.b. Por isso, oferecemos uma emenda ao PL nº 2.688, de 2024, para acrescentar novo art. 3º, renumerando o subsequente.

Este novo art. 3º, a ser incluído pela emenda que ora propomos, altera o art. 8º da Lei nº 12.340, de 2010, de modo a incluir, dentre as competências do Funcap, o apoio a medidas que promovam a resiliência das cidades e agrupamentos urbanos aos eventos climáticos extremos, conforme os parâmetros definidos no Marco de Sendai. Por conseguinte, torna-se necessário ajustar a ementa e o art. 1º.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e regimentalidade, e, quanto ao mérito, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.688, de 2024, com emenda.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Em discussão o Projeto de Lei 2.688, de 2024.

Em discussão.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... apreciando aí o relatório do nobre Senador Fernando Farias, eu pediria vista do projeto para ter uma visão mais adequada, mais acentuada do que significa, para trazê-lo depois, numa próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Mais algum Senador acompanha o Senador Otto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Então, vista coletiva concedida.

Vamos adiante.

O Senador Weverton ainda não chegou.

Vamos para o item 2... O Senador Oriovisto... E o Efraim também não chegou.

Pois não. (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Sobre concessões... Eu compreendo que é um fim de ano tumultuado.

Hein? Foi a única que nós aprovamos, faz duas semanas: Ministério dos Transportes, ANTT, Tribunal de Contas da União... Tudo foi a propósito de um relatório do Tribunal de Contas da União?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Senador... Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ficamos na mesma página agora?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Não, não. Façamos o seguinte: nós vamos agendar. Só não dá para marcar numa terça. Eu vou marcar outro dia, está bem? Vamos achar um outro... É por causa do tempo, não é? Nós vamos atendê-lo. Vamos ver se a gente consegue fazer esse mutirão aí e conseguir, está bem?

Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Foi um assunto que até chamou a atenção. Era um relatório até 2016, 2017, 2018...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... e com deficiências expostas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Deixe-me ver aqui... Temos aqui o item 2, mas o Senador Efraim não chegou.

Senador Weverton, pronto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vamos aqui então.

O Senador Weverton já está presente.

O item 1 da pauta, que é não terminativo, já foi lido semana passada. Deixe-me fazer aqui um... Houve um destaque do Senador Omar Aziz. Então, o rito é diferente.

ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 576, DE 2021 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)
- Não terminativo -

Disciplina o aproveitamento de potencial energético offshore; e altera as Leis nos 9.478, de 6 de agosto de 1997, 10.438, de 26 de abril de 2002, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 14.182, de 12 de julho de 2021, 10.848, de 15 de março de 2004, e 14.300, de 6 de janeiro de 2022.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pela aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados, ressalvados pontos elencados no voto.

Observações:

1. Em 20/08/2024, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.

2. Em 02/12/2024, o Senador Weverton apresentou relatório com voto pela aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados, ressalvados pontos elencados no voto que apresenta.

3. Em 03/12/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

4. Votação simbólica.

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto o Senador Weverton se gostaria de usar a palavra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está bem.

A matéria já foi colocada em discussão semana passada.

Ela foi colocada em discussão, não foi?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – A discussão não foi encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – A discussão não foi encerrada.

Se algum Senador desejar ainda usar a palavra...

Pois não, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, essa é uma matéria importante, mas o espírito dessa lei, que foi apresentada pelo ex-Senador Jean-Paul Prates, da implantação da energia *offshore*, eólica *offshore*, quando ele apresentou, inclusive, ele até evitou que se colocassem incentivos fiscais, subsídios para implantação do *offshore*. A geração dessa energia seria apenas com outorga para a utilização da implantação dessas torres no mar. Então, não haveria, nem dentro dela, possibilidade de incentivos.

Ela foi para a câmara e voltou com... Foram acrescidos vários itens que me parecem que podem ser votados fora dessa matéria. Até porque, imagine V. Exa. ou V. Exas., Senadores e Senadoras, que dentro de, digamos, quatro ou cinco anos, venha aqui um analista regulatório para ler e entender a lei de energia limpa. E, nessa lei da energia limpa, está lá escrito que se devem renovar incentivos, inclusive, para a energia produzida por carvão e por gás; ou seja, uma legislação de energia limpa, e se coloca dentro dela exatamente energia poluidora, produtora de gases de efeito estufa. Então, esse analista que venha de outro país e vá analisar isso: "Ó, venha cá, como é que, nessa matéria para produção de energia limpa eólica *offshore*, se coloca em produção de energia completamente estranha e negativa".

Nós vamos ter, no próximo ano, no Pará, a COP 30. Então, o auditor ou aquele que vem estabelecer e ler esse critério para implantação e investimento de recursos não vai entender como, dentro dessa matéria, possa se colocar uma emenda que versa exatamente ao contrário daquilo que se pretende fazer no Brasil.

Essa questão dos investimentos de empreendedores que já têm subsídios muito grandes através do Proinfa, deveria, inclusive, dentro de um projeto dessa natureza, até se atualizar, para que novos investimentos fossem feitos com atualização de equipamentos mais modernos. Quanto à implantação, por exemplo, de energia eólica no meu estado, tem 15 anos que começamos a produzir energia eólica, e outros estados também da mesma forma – no Rio Grande do Sul, no Rio Grande do Norte –; ou seja, dar o incentivo, mas, dentro desse incentivo, exigir a melhoria dos equipamentos, a modernização tecnológica desses equipamentos.

Então, eu acredito que eu apresentei, inclusive, o destaque para a exclusão de todo esse setor do carvão e do gás para que nós tenhamos uma legislação com que o investidor, que vem lá de fora, acreditando que nós vamos ser – e seremos – uma potência de produção de energia limpa, não tenha essa surpresa de, dentro do projeto, ter incentivos para produção e utilização de mecanismos de produção de energia que venham a contaminar mais ainda o nosso ar, que deve ser limpo e não deve ser poluído com gases de efeito estufa.

Por isso eu apresentei o destaque a esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Mais algum Senador deseja fazer uso palavra sobre este tema, eólicas em *offshore*?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois não.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Como Relator.) – Reitero, cumprimentando todos os colegas Senadores, inclusive o meu colega Senador Otto, que, no meu papel como Relator revisor, eu não posso nem colocar nada novo. Ou eu aproveito, ou eu excluo os dois textos que foram aqui unificados neste projeto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não podemos mais inovar.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Não podemos inovar.

Eu estive num debate justamente sobre transição energética, na semana passada, aqui no Royal Tulip e, depois, no Brasília Palace, o hotel mais antigo aqui de Brasília.

Lá, num evento com empresários, com o Governador Ibaneis, o Governador Helder participou remotamente, o Jean Paul estava lá, falamos justamente sobre – um dos temas – este importante projeto que nós estamos discutindo no dia de hoje e que iremos discutir amanhã no Plenário, caso esta Comissão entenda que possa ser dado prosseguimento.

Justamente, nos nossos argumentos, tenho colocado que – fiz questão de fazer algumas visitas, algumas viagens e alguns debates, como aquele que eu divulguei lá em Londres e outro lá em Lisboa –, hoje, como a Europa, praticamente toda, é carvão ou outra matriz que não é de fonte limpa, renovável, nós somos de fazer inveja.

O Brasil é de fazer inveja a qualquer país do mundo ou continente, porque nós temos aqui a condição e teremos, a partir de amanhã, a condição de dizer que temos mais uma matriz energética à disposição da população e também à disposição do mundo, que é a geração da energia eólica *offshore*.

No papel, a construção que eu consegui fazer e chegar foi, até aqui, viabilizar a estrutura principal do projeto, que é a eólica *offshore.* Do jeito que veio da Câmara, não era viabilizado o negócio. Nós precisamos fazer a correção.

Senador Eduardo Braga, nós fizemos uma correção importante na eólica *offshore*, porque, da forma como ela estava lá, não era viabilizada. Nós tínhamos o problema lá do reforço de rede, que estava sendo jogado para ela; nós tínhamos a questão das sobreposições, do PEM. Isso foi corrigido.

Pelo menos quem tratou comigo sobre a *offshore* se sente contemplado e está satisfeito com esse texto que está lá.

Sobre a questão das outras matérias, eu não vou usar a palavra que está sendo utilizada – jabuti –, eu vou falar de matérias novas, porque eu posso cometer um grave erro ao criticar a palavra jabuti agora. Aí, amanhã, eu mesmo, como membro do Governo, tenho projetos tramitando, e, para facilitar a tramitação deles, para ser mais rápido, como o do ajuste fiscal, vamos atrás de um projeto que já esteja em tramitação. Aí esse pode ser, sim, utilizado para a gente botar matéria alheia.

Então, eu vou ter esse cuidado, porque essa questão de você colocar ou tratar de assuntos em determinadas matérias, para mim, sinceramente, Presidente, é o de menos, porque todas as Casas têm total legitimidade para tratar de qualquer que seja o assunto, tanto que eles são democraticamente discutidos e votados pela sua maioria para vir para outra Casa.

A questão de tributos – eu também falei aqui já, falei lá – refere-se a todos os setores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, aqueles que soltaram a carta, eu queria vê-los assinando a carta, todos abrindo mão das suas isenções e dos seus penduricalhos. Aí nós teríamos, de verdade, uma energia barata lá na ponta. Por quê? Porque o Brasil é o que produz energia mais barata do mundo, só que é a mais cara, justamente como a reforma tributária relatada pelo nosso competente Líder Braga. Todo mundo sabe que tem que ter reforma tributária, todo mundo critica o modelo atual do país, mas, na hora de fazê-la, ninguém quer triscar no seu setor, ninguém quer discutir o seu. Pedem sacrifício para os outros, mas a sua área jamais tem que ser discutida, porque é muito ruim para a economia ou para a geração de emprego.

Eu mesmo trato essa questão do carvão, por exemplo. Logo quando chegou, vocês viram algumas críticas que eu fiz. Depois, eu fui lá conhecer de perto. Antes de falarem, vão lá conhecer de pertinho o que é gerado de emprego, quais são as exigências ambientais necessárias para funcionarem lá essas poucas térmicas que existem lá no Sul do Brasil. E mais: como funcionam e qual é o plano de contrapartida que eles têm para o meio ambiente, coisa que não representa 3%, 4% da energia gerada no Brasil.

Não dá para o mundo vir criticar o Sul do país porque ele ainda tem uma matriz energética que está, aos poucos, eu vou chamar, "desmamando", saindo já para esta nova transição, que é o que todos estão fazendo.

Então, tem que ser tratado de forma muito serena, muito tranquila.

É o que eu disse: nessa questão de estratégia da nossa matriz energética, quem dá a palavra final é o Poder Executivo.

Nós estamos oferecendo a eles tudo o que está aí. No debate, foi discutido na Câmara, está sendo discutido aqui, e nós vamos mandar para lá. E o Poder Executivo vai dizer e vai julgar o que é estratégico e o que não é. O que for estratégico ele vai sancionar e vai, com certeza, continuar dando prosseguimento.

Quem, para concluir, iria dizer que, neste ano, por exemplo, nós teríamos bandeira amarela, podendo chegar até a vermelha? Ninguém achava isso, e chegou.

Nós não podemos ter as diversas matrizes à disposição para o setor e para a população? Claro que tem que ter.

Era isso, Presidente.

Repito: não estou inovando nada. Eu fiz aqui uma composição para a gente poder fluir e entregar o principal.

Repito: tem vários setores que, inclusive, se denominam setores da energia limpa e que, obviamente, estão trabalhando ou torcendo para que não ande esta matéria, porque é mais um concorrente do seu setor, da sua área que vai vir para o mercado. E muitos não querem ver essa área viabilizada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Eu passo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

Depois, Senador Eduardo Braga.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Sem querer divergir da metodologia do raciocínio do meu querido amigo Senador Otto Alencar, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diria o seguinte: esse analista, esse consultor que viria para o Brasil e poderia manifestar estranheza suponhamos que fosse um inglês.

A Inglaterra foi o primeiro país a desenvolver o aproveitamento do carvão, especialmente para a primeira revolução industrial, para movimentar teares. A Inglaterra anunciou o fechamento da sua última termoelétrica, mas continua produzindo carvão e exportando.

Se esse consultor fosse inglês, ele perceberia: "Olha, eles também sabem o que é transição".

Transição não é fechar a porta e amaldiçoar aquilo que eu usei até ontem. Transição é investir naquilo que é notoriamente energia limpa, naquilo que é falsamente energia limpa – por exemplo, baterias, carro elétrico. A pegada do processo não é limpa. A pegada do processo não é limpa, porque gera, para existir, muita emissão.

Hidrogênio verde. O que transforma, o que cria o hidrogênio verde? Energia elétrica, seja qual for a origem a da energia elétrica. Quando interessa, por exemplo, ao europeu o hidrogênio verde, ele vem fazer esse processamento que requer energia elétrica, se possível, no Brasil. Por que não no Nordeste? Eles sabem tirar proveito e olhar só o que lhes interessa.

Concluo, para dizer o seguinte: o primeiro setor que procurou o caminho de transição energética foi exatamente o do carvão, que carrega essa mácula, digamos assim, mas ele também está desenvolvendo tecnologias para enterrar o carbono – ele também pode desenvolver e está desenvolvendo não apenas no Brasil, mas também no Brasil. Pedimos até, na época, a Lei 14.299, de 2002 – é do final de 2001, sancionada em 2002 –, que prevê um tempo de transição menor do que o previsto mundialmente, que é 2050. A transição para o carvão é 2040. O Senador Veneziano acompanhou a aprovação desse texto.

Portanto, sem ingenuidade, eu acho que o consultor vai dizer o seguinte: "É, eles também estão preocupados com o movimento para ampliar o leque de energia limpa; sempre deram eles [nós, brasileiros] bom exemplo. E o caso da nossa energia preponderantemente de geração hidroelétrica, de geração hídrica é um exemplo. Mas, nos casos em que tem que haver uma evolução, eles também estão preocupados com a transição", como qualquer ser humano, quando, diante de uma tecnologia, pede um tempo não para continuar, mas para evoluir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu passo a palavra ao Senador Eduardo Braga, para discutir esta matéria.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para discutir.) – Bem, Sr. Presidente, primeiro, eu quero cumprimentar o Senador Weverton, porque esta é uma matéria, Presidente, que não é simples, ela é muito complexa. E por que ela é complexa, Presidente? Porque, aqui neste Congresso, a gente aprova leis, Senador Otto, e, depois, dependendo de quem está no Executivo, não são executadas as leis que nós aprovamos.

Parte deste projeto é em função de um projeto de lei que nós aprovamos quando da privatização da Eletrobras, que estabelecia investimentos em energia firme para que nós pudéssemos ter uma melhor segurança energética no país e que criava fundos para investimento no São Francisco, criava fundos para investimento na Amazônia, criava fundos para investimento no Amapá, criava fundos para investimento no Rio de Janeiro etc., para que nós pudéssemos construir um determinado número de termoelétricas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi isso que viabilizou a aprovação daquele projeto de lei. Ou não foi?

Todos nós que estamos aqui participamos daquela votação.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – E não tem três anos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, não tem três anos. Isso foi em 2021, 2022. Não é isso? Foi em 2021.

Parte do que está aqui no projeto de lei nada mais é do que o que estava lá.

E o que acontece?

O Brasil tem hoje uma matriz energética extremamente importante em eólica e solar. Hoje, mais de 20% da nossa matriz energética está em eólica e solar. E nós ainda temos potencial a explorar *onshore,* ou seja, em terra firme.

Em terra firme, Senador Otto, nós ainda temos potencial a explorar no Nordeste, na terra do Senador Weverton, na terra do Senador Otto Alencar, na terra do Senador Fernando Farias, na terra do Senador Veneziano, na terra do Senador Ciro Nogueira. Na terra do Pará, os ventos amazônicos são menos efetivos, Senador Omar. Está certo? Em Santa Catarina.

Muito bem.

Nós temos um potencial eólico *onshore* – não é *offshore*, não – muito grande ainda a ser explorado!

Vejam: as térmicas têm origem, Senador Otto, quando nós fomos convencidos, Senador Omar, inclusive na Amazônia, onde nós temos problema, porque lá nós não temos energia hidráulica. Lá, nós não podemos ter, porque o meio ambiente não deixa. Nós não podemos ter energia hidráulica. Lá, nós só podemos ter PCH e a fio d'água. V. Exa., como Senador de Rondônia, sabe disso.

Vejam o que acontece: aquilo que é a nossa vocação e aquilo que foi pré-condição para que nós pudéssemos abrir a possibilidade de investimentos na Eletrobras não avançam.

E aí vem um novo projeto de lei para tratar de quê? De eólica *offshore* quando nós ainda temos muito potencial *onshore* a explorar.

Mas, não satisfeitos com isso, se V. Exas. somarem todo o potencial que está escrito aqui de *offshore* eólica, de PCH, de fotovoltaica, de térmica, etc., dá R$4 bilhões. Agora, se nós somarmos – e eu não estou discutindo aqui a legitimidade, não estou discutindo aqui a necessidade – a energia a carvão mineral, dá R$24 bilhões. Então, o que nós estamos fazendo? O acessório virou o principal. Agora, eu não vejo por que tanta pressa para querer votar esta matéria. Não vejo.

Aqui tem uma circunstância. E aí, meu querido Senado Otto, me permita fazer essa colocação, depois dessa análise. Para mim, parece que o contrato de carvão com as usinas a carvão termina agora, no fim do ano.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Em 2028.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Ah, termina em 2028? Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Ah, não é este ano, não é em 2025, é em 2028.

Entende V. Ex. por que eu venho defendendo desde cedo que esta questão prudencialmente deveria ser deixada para ser votada mais tarde? Agora, se for votar, não vai votar só para carvão. Se for votar, vai votar para tudo, porque não pode o acessório virar o principal. Não pode! Esta Casa não pode transformar o acessório no principal.

Eu não tenho nada contra energia a carvão mineral, desde que seja tecnologicamente modernizado, desde que tenha os impactos ambientais. Eu não tenho nada contra e provei isso quando fui Ministro de Minas e Energia, porque ajudei a fortalecer e a salvar o setor que à época estava à beira do caos.

Agora, tem um outro detalhe, meu querido Presidente Confúcio Moura. A conta de subsídio que o consumidor está pagando, que é quem vai pagar isso aqui, não aguenta mais, explodiu. Tem que haver uma reforma estrutural do setor elétrico. O setor elétrico tem que sofrer uma reforma estrutural, sob pena de os mais pobres pagarem a conta de luz mais cara do mundo. Por quê, Presidente Confúcio Moura? Porque o subsídio de vários desses tipos de energia, em vez de ser para o consumidor, é para o gerador.

Isso era correto quando tinha que fazer a rampagem do investimento, o *payback* do investimento. O *payback* do investimento de uma matriz energética que já alcança 60% da matriz energética brasileira já está em boa parte viabilizado. Então, o subsídio agora tem que ser ao contrário. Os geradores já estão fortalecidos, quase todos bilionários, quase todos com uma bela conta bancária, quase todos com um belo investimento pela frente, mas o consumidor não aguenta mais bancar isso na conta CDE.

Então, eu faço esse aparte primeiro para dizer ao meu querido Senador Otto que eu acho que a solução para o problema não é fazer um destaque de votação em separado. O Brasil não tem urgência para as *offshore* – o Brasil não tem urgência para as *offshore*. Nós temos muito, mas muito o que crescer nas nossas usinas *onshore* eólicas. Então, nós não temos urgência. Segundo, se for para aprovar um, vai ter que aprovar todos, porque nós não temos como transformar acessório em principal.

Então, Presidente, essa é a posição que eu, como Líder do MDB, membro da Comissão e como ex-Ministro de Minas e Energia... Não conheço absolutamente nada do setor, sou um aprendiz de tudo e doutor de quase nada, mas acho – acho –, sinceramente, Sr. Presidente, que esta Comissão cometerá um erro histórico se votar esta matéria no dia de hoje, e, segundo, cometerá um erro mais histórico ainda se votar esta matéria de forma seletiva.

Portanto, a minha sugestão ao Plenário é que nós não votássemos. E, se formos votar, que votemos com o relatório do Senador Weverton Dias.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Dias? (*Risos.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Ô...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Já sou parente do Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – E do Alvaro Dias também.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Weverton Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Olha o outro chamando ali de... (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Como Relator.) – Estou sendo cobrado.

Presidente, eu queria cumprimentar aqui o nosso Presidente e Líder Eduardo Braga, ex-Ministro, e parece que ele estava assistindo a uma das minhas falas que eu fiz nesse evento lá de Londres, dizendo que justamente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu não estava. Não tive esse privilégio.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Foi convidado, V. Exa. foi convidado. Mas está aí nessa nobre tarefa, que eu tenho certeza de que você vai entregar daqui a pouco e que não foi fácil, não está fácil, obviamente, porque, se fosse fácil, já estava entregue faz é tempo para o país. Não é, Senador Jayme?

Mas eu quero só pedir vênia em um ponto aqui com o Senador Eduardo Braga. Eu vou chamar de Gomes agora só para descontar. (*Risos.*)

Senador Eduardo, eu não posso partir da premissa de que a *onshore* eólica ainda não foi totalmente explorada para eu não começar uma nova, porque senão eu ia dizer o seguinte: olha, não vamos agora para a *onshore*, vamos explorar mais o nosso potencial solar, por exemplo, porque ainda falta muito – e graças a Deus nós temos muito –, muito espaço ainda com sol aqui no Brasil para a gente explorar energia solar.

Então, nós vamos ter a solar, aí nós temos a frente da *onshore,* e a melhor, a da *offshore,* cujo dinheiro não é brasileiro nem público. O que eles estão pedindo, o mercado? "Deem segurança jurídica para a gente poder ir para o Brasil investir." Então, se querem vir e acreditam nesse potencial, sejam bem-vindos. Nós só temos que fazer o quê? Dar segurança jurídica a esse setor, e é mais uma frente.

Então, eu quero só pedir vênia nisso e vou concordar com o pensamento e com a linha que o Presidente Pacheco está defendendo de que está mais do que na hora de o Brasil entregar também esse marco importante, que é a questão da *offshore* para o mundo, eólica, para que eles possam também, que quem quiser investir no Brasil possa vir, porque já vai ter uma matéria que vai dar essa segurança a eles.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sr. Presidente, como eu fui citado... Como eu fui citado, Sr. Presidente, deixe-me só...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Inclusive, como Eduardo Gomes, o que é para mim uma honra, porque é um grande Senador e irmão.

Eu queria dizer o seguinte. É muito bacana o investidor estrangeiro dizer: "Eu quero ir para o Brasil construir eólica *offshore*", com a quantidade de subsídio que está sendo dado à custa do povo brasileiro, na conta de luz do povo brasileiro! Isso é muito bacana, para não dizer o contrário!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo amor de Deus, nós deveríamos entender o custo-benefício de cada uma dessas ações. Volto a dizer, para ficar nos Anais da Comissão de Infraestrutura: não está na hora de votar este projeto. Não está! Não está! Nós vamos continuar fazendo com que uma bomba de efeito retardado exploda nas contas públicas brasileiras! Já começou. Já tiraram dinheiro do fundo da Eletronorte para tapar buraco no Amapá, o buraco não resolveu. Vão ter que tirar dinheiro agora para colocar na CDE para não ter impacto na conta de energia. E, quando for no ano de 2026, esse impacto vai ser de R$30 bilhões e vai sair da conta Tesouro, pressionando o déficit público. Portanto, essa é uma questão muito mais profunda do que se aparenta, é muito mais estrutural do que se aparenta.

Eu quero dizer que, por outro lado, se é que vai ter que votar, que se vote a questão inteira.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Só um esclarecimento aqui, Presidente.

Senador Eduardo, não tem subsídio...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Ô amigo, não diga isso que eu discuto com V. Exa.!

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Não tem...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu discuto! Eu discuto com V. Exa.

No Tust, no Tusd e em todos os impostos...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Eduardo, tem subsídio na *onshore*, tem subsídio na solar, tem subsídio em todas, inclusive quando V. Exa. estava...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Então! E é isso que...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Na *offshore* não tem! Não tem, Senador. Por favor! Peça cinco minutos para sua assessoria e peça para eles lá mostrarem onde é que tem...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Está bom. Vocês não têm subsídios...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Não tem! Na *offshore* não...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Vocês não têm subsídios para passar no Tust e no Tusd?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Na *offshore*, não tem...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vamos, Senador Weverton, vamos...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Weverton, pode defender seu argumento, e depois a gente devolve a palavra para ele.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Eu só estou dizendo a ele que não tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está bem.

Você gostaria de contraditar, Senador?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Eu só estou dizendo a ele que tem no Tust, no Tusd...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Um monte de subsídio é o que foi votado ao longo dos anos aqui. Aí tem! Se a gente parar aqui para tirar todos, a gente vai ter a mais barata, porque a gente produz a mais barata.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito. Perfeito.

Vamos seguir a lista aqui dos inscritos para debater...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vou passar a palavra ali para o Senador...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Só um pouquinho, Senador Omar. Deixe só o que está inscrito há mais tempo ali...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... que é o Senador Jaime Bagattoli. Depois, eu passo a palavra para V. Exa., a seguir.

Pois não, Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Cumprimento aqui a relatoria do Senador Weverton, mas eu quero fazer uma consideração aqui daquilo que falou o Senador Eduardo Braga.

Eduardo, você sabe disso... O que você falou é verídico. Na Amazônia, nós só podemos construir usinas hidráulicas a fio d'água. Olhem os exemplos de Santo Antônio, de Jirau e de Belo Monte, lá no Pará. O que acontece com essas usinas? As duas, a de Jirau e a de Santo Antônio, juntas, geram 50% da Itaipu durante oito meses por ano e, durante quatro meses, praticamente elas geram, no máximo, 20% da capacidade, só 20% da capacidade.

Olhe o potencial que nós temos no Brasil: energia hidráulica, energia solar, energia eólica, energia a carvão e as termoelétricas, que são através de combustível. Tudo isso nós temos, capacidade de energia. É o país que tem a maior capacidade de gerar, Senador Jayme Campos, energia no planeta, o país que tem a maior capacidade! Só perdemos para o nosso vizinho Paraguai, por causa da Itaipu, devido à Itaipu.

Mas eu digo assim: o grande problema, Presidente, Senador Confúcio Moura, que tem no Brasil, quanto à energia – vamos deixar de tampar o sol com a peneira –, se chama a carga tributária que nós temos em cima da conta da energia. E quem paga isso sempre serão os mais pobres, os mais fracos. O Brasil é o país que tem a tributação na energia elétrica mais cara do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo, mais cara do mundo! É o Brasil que tem. Vocês veem as dificuldades que o Brasil tem para a industrialização de alumínio, de bauxita. Por quê? Porque há um grande consumo de energia. E ainda bem, Senadores, que, nos últimos anos agora, as grandes empresas, os empresários, os consumidores maiores podem comprar direto da geração de energia. Se não tivesse isso, teria sido um caos total.

E o maior problema que nós temos também hoje, no Brasil, se chama distribuição, distribuição! O que acontece? Uma lei que vale hoje não vale daqui a mais seis meses. É o que aconteceu com a energia solar? Quem investiu na energia solar para consumo sabe que os grandes consumidores que investiram energia solar hoje estão com um problema seriíssimo. As distribuidoras estão cobrando a demanda duas vezes e inviabilizando hoje, Senador Jayme Campos, você construir um parque energético para o consumo próprio também.

Então, nós temos que nos debruçar em cima disso. O país faz muita lei – como falou o Eduardo Braga aqui – e pouco acaba atingindo... Talvez chegue ao Executivo e se mude. Conforme quem entrar no poder, não valerá para quem vai entrar no poder daqui a seis meses, daqui a um ano.

Então, eu acho que é válido. Nós temos condições de gerar energia eólica nos dois segmentos. Essa situação de *offshore* é muito boa, nós sabemos. Eu vi na Holanda; há muitos anos que tem essa situação lá na Holanda, nesses países que utilizam o mar para poder gerar energia eólica, e o Brasil também tem esse potencial. Agora, nós temos que fazer uma regulamentação que realmente funcione no nosso país e que dê condições para todos, para quem queira gerar energia sem subsídio na hora que produz a geração de energia.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Otto... Não, desculpe, é o Senador Omar Aziz, que está inscrito.

O senhor gostaria de usar a palavra?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Depois do Omar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Ah, está perfeito.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele é o Líder. Vou esperar o Omar falar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, este destaque assinado por mim é a pedido do Senador Otto Alencar, que é meu Líder. É lógico que a gente converge e diverge em algumas questões, mas eu quero saber o que não tem subsídio neste país. Diga-me uma coisa que não tenha subsídio neste país. Se alguém chegar aqui comigo e disser "Senador Omar, não tem subsídio nisso", eu falo: "Meu irmão, então, tu és o único", porque, no agronegócio, tem subsídio...

Veja bem... Agora estão... Pediram agora remédio. Não chega ao consumidor. Prestem atenção! Cesta básica é para inglês ver. Eu quero ver alguém do interior do meu estado ser beneficiado com a desoneração do ICMS que é dada pelos estados e pelo Governo Federal. Não chega! Isso é conversa para boi... Fica sempre na mão do empresário. Que conversa é essa que nós estamos discutindo aqui, negócio de subsídio? Aqui tudo que se faz é com subsídio – tudo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa não é uma discussão de quanto vai ser o custo. O custo sempre terá para o país. Alguém tem que pagar essa conta. Agora, dizer que o pobre vai pagar?

Veja bem, a energia do pobre, que eu saiba, é limitada ao pagamento, conforme o seu ganho – é uma coisa. Agora, não há transição energética sem investimento. Vou dar um exemplo aqui: a Aneel está segurando, há meses, a retirada de uma empresa que está quebrada no meu estado, e não é falta de geração de energia, não; é falta de distribuição, investimento e distribuição. Venderam por R$50 mil a Amazonas Energia, Senador Ciro, e os caras tinham que fazer investimento e não fizeram investimento nenhum; pelo contrário – pelo contrário –, sucatearam toda a distribuição de energia do meu estado. Agora, eu quero saber como você faz chegar energia, sem subsídio, aos municípios da Amazônia, em que só se chega de barco. Não tem nem aeroporto para chegar em alguns municípios.

Então, a gente chegar aqui e dizer que fulano é beneficiado, sicrano... Até hoje, eu não conheço nada que a gente tenha discutido aqui que não seja subsidiado – absolutamente nada.

O relatório do Senador Weverton é um relatório factível, porque é o que pode ser feito nesse momento. Se sair disso, nós teremos que seguir a orientação do Senador Eduardo, que tem um conhecimento muito mais profundo, até porque foi Ministro de Minas e Energia, e conhece por dentro esse mecanismo todo.

Senador Confúcio, aqui, neste país, a pior coisa que foi criada foram as agências reguladoras. A pior coisa que se criou neste país foram as agências reguladoras. Hoje, você vai para os aeroportos... O Aeroporto Eduardo Gomes, do Amazonas, é o pior aeroporto do Brasil, em todos os sentidos! É um aeroporto internacional que dá vergonha. Dá vergonha o tipo de administração que tem lá dentro hoje. Você não tem um investimento mais, tem goteira... É um negócio absurdo! Você entra num sanitário daqueles, está fedendo, não tem nenhum tipo de cuidado.

Então, as agências reguladoras... Eu estou falando de todas, sem exceção.

E aqui eu quero fazer uma ressalva a quem, hoje, é um dos responsáveis... Digo isso aqui até porque, outro dia, eu vi o Presidente Lula criticando-o, e essa é uma injustiça que fazem com este homem, que deve ser lembrado sempre: o Contra-Almirante Barra Torres, que foi um dos responsáveis por colocar vacina no braço do povo brasileiro, contra o Presidente à época. Essa é uma ressalva que eu faço, mas a Aneel... É brincadeira aqueles caras que estão lá e quem os colocou lá! Na Anac, é brincadeira ter aqueles caras e quem os colocou lá. Eu não vou me calar mais sobre isso; eu vou dar nome e sobrenome de quem os colocou e por que está fazendo isso.

Essa hipocrisia de dizer que não tem subsídio... Nada no Brasil acontece se não tiver subsídio. Todos, inclusive... E o Eduardo falou bem: o subsídio é dado enquanto a pessoa está tentando fazer a modernização, o investimento e tal, mas, depois disso, só é lucro! É lucro a vida toda, e o subsídio continua! Por isso é que eu sou a favor de uma proposta do Senador Amin de que a gente, de cinco em cinco anos, ou de dez em dez anos, revise tudo que é dado de incentivo no Brasil, para que a gente possa, realmente, subsidiar aquilo que precisa, e não aquilo que não precisa mais.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Está na reforma, está certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não dá para chegar aqui... É do agronegócio a qualquer outra atividade econômica no Estado brasileiro que tem subsídio; todos, sem exceção: meios de comunicação, indústrias, quatro rodas, duas rodas, e vai por aí. Não adianta a gente chegar aqui e dizer: "Ah, porque o pobre..." O pobre paga por isso tudo que é dado! Não é um setor, não é o setor elétrico, só; são vários setores. E se a gente... Eu não vou estar vivo quando realmente começar a se implementar uma política de revisão de subsídios...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Daqui a cinco anos você vai estar vivo, sim.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, mas aí demora mais cinco anos, e vêm mais cinco anos...

Eduardo, aqui, tudo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu espero, Otto.

Mas eu, em vida...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, a questão não é essa.

Olhe só: agora, em vida, Ciro, eu vi o Botafogo ser campeão brasileiro e ser campeão da Libertadores. É o que basta para mim! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Beleza, beleza.

Bem, aqui, o último inscrito para esta discussão é o Senador Otto Alencar...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Depois, é o Senador Marcos Rogério.

Vocês veem que está bem aquecido o debate, não é?

Senador Otto Alencar, por gentileza.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu agradeço a V. Exa.

Concordo com as palavras do Senador Eduardo Braga, que é um conhecedor desse setor, quando ele coloca que não há absolutamente nenhuma urgência para a aprovação dessa matéria, com o potencial que tem o Brasil de produção de energia eólica, de energia fotovoltaica em nosso território, em todas as regiões brasileiras, mas essa foi uma iniciativa do Senador Jean Paul Prates, que apresentou esse projeto.

Senador Eduardo Braga, nesse sentido, o Senador Weverton tem razão. No projeto original da energia *offshore* não há subsídios apresentados, há apenas a titularidade de mar, como se fosse outorga do mar, para a implantação das torres de energia eólica – no projeto original –, só que esse projeto original foi para a Câmara e voltou com o acréscimo – que eu não estou nominando, absolutamente, com nenhum animal de nenhum zoológico; eu não estou falando em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jabuti –, com a ampliação, como eu falei com o Senador Eduardo Braga, da extensão dos subsídios, através do Proinfa, para o carvão, de 2028 a 2050. Todos sabem disso, é um interesse de ordem pontual e pessoal de empresas que, adquirindo – esse setor – essa compra há bem pouco tempo, têm interesse nesse subsídio de bilhões e bilhões de reais. Aí, entra também o setor de gás.

Só para dar um dado do que falou o Senador Jaime Bagattoli, do Movimento pela Transição Energética Justa, que pediu uma consultoria à PSR: os custos apontam para um total de R$658 bilhões de aumento da tarifa em 27 anos para o consumidor. Eu estou falando de R$658 bilhões, em 27 anos, para o consumidor pagar essa conta. É muito dinheiro! Quem vai pagar a conta lá na ponta é o consumidor – de baixa renda, inclusive –, é o produtor, é o empresário que vai pagar pela conta da energia, quando se dá um incentivo dessa extensão.

Então, não há como o país, agora, dar incentivos para um setor que é altamente incentivado. Não tem setor no Brasil, Eduardo Braga, meu querido Senador, mais incentivado do que o setor de energia elétrica no Brasil, em todos os setores de produção. Não tem mais como dar incentivo a isso. Pelo contrário: tem que se ver a possibilidade... E o Senador Jaime falou exatamente isso. Senador Jaime, são R$658 bilhões em 27 anos para a conta do consumidor de energia no Brasil!

Então, não tem como aprovar uma matéria dessa no momento em que nós estamos vivendo. E mais, Senador Jaime: 26 empresas no Brasil, hoje, são responsáveis por 46% de todos os incentivos dados no país, a começar pela Petrobras, depois vem a Vale e todas as outras juntas. Quem paga a conta? É o consumidor que paga a conta.

Então, é por isso o meu questionamento, e apresentei esse destaque para a exclusão desses setores que já vêm sendo incentivados, e com ampliação desse incentivo, como é o caso do carvão, cujo incentivo vence em 2028 e vai se ampliar até 2050 – bilhões e bilhões e bilhões de reais de incentivo. Essa é a posição que eu tomo, na defesa do consumidor brasileiro da energia.

É isso, Sr. Presidente, que eu queria colocar, e apresentei o destaque para ser apreciado agora na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está muito bem debatido, com ideias contraditórias muito claras. Isso vai ajudar muito na decisão do Plenário.

Quem pediu a palavra foi o Senador Marcos Rogério. Eu não estou mais vendo... Ah, ele está ali.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério, por favor.

É o último inscrito para discutir.

Ah, tem o Senador Jayme Campos também.

Senador Marco Rogério, por gentileza.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esse é um tema recorrente no Parlamento. Não é um tema novo, as matérias já são por todos nós conhecidas. Eu, em particular, tive a oportunidade de relatar uma matéria que tratou desse conteúdo praticamente todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Weverton, no relatório dele, quase que faz a repristinação, ele traz de volta aquilo que o Parlamento já legislou, já decidiu em relação a essa matéria, quando nós enfrentamos aqui a MP da Eletrobras. Então, é uma matéria que já foi discutida.

Nós estamos diante de uma situação em que, de tempos em tempos, o Brasil enfrenta crises, ora é a crise hídrica, ora são reflexos externos; e uma variável que não muda nunca: o consumidor, que depende da energia, fica refém dessas situações que, na maioria das vezes, acabam impactando ainda mais a conta de luz, porque, quando você tem uma crise hídrica, por exemplo, como nós já tivemos no passado, o custo desse apagão, o custo desse ambiente de insegurança na oferta é repassado para o consumidor; é o consumidor que vai pagar essa conta.

E esse custo, no passado, foi um custo que teve um impacto extremamente grande, e até hoje o país sofre as consequências daquilo que aconteceu lá em 2001. Depois, já no Governo passado, nós estávamos aqui – eu me lembro, se não estou enganado, eu ainda era Presidente da Comissão de Infraestrutura –, esse tema voltou a ser discutido aqui porque nós estávamos, de novo, na iminência de uma crise hídrica no Brasil. Então, a todo momento, o Brasil está revisitando esses cenários, esses quadros que geram instabilidade.

E, além das crises que se têm do ponto de vista hídrico, em razão do tempo, nós temos aumento de demanda – o Brasil é um país que cresce no seu parque industrial, então aumenta a demanda. O sistema que você tem operando, se você não tem renovação, se você não tem ali investimentos para renovar o parque de produção, você tem perdas. Então, é natural, e o Parlamento deve se debruçar sobre esses temas.

A questão aqui é se nós vamos votar o relatório como está, para que a matéria siga para a sanção ou veto do Presidente da República, ou se nós vamos modificar a matéria neste momento, para que ela volte à Câmara... Nesse caso, essa matéria começou no Senado Federal, ela foi...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não tem como voltar.

A opção aqui é votar o relatório do Senador Weverton, e aí cabe ao Governo, dentro da análise que vai fazer, exercer o controle que ele pode fazer em cima dessas matérias. Num ponto ou noutro, é natural que haja divergências aqui.

Agora, o que não dá para aceitar, Sr. Presidente, é um discurso – e eu fiz essa fala inicialmente na semana passada, quando eu falava aqui das fontes renováveis... O Governo prega muito isso, e eu vou repetir o discurso que eu fiz lá atrás: o Governo prega muito o discurso da energia renovável, do pacto com o meio ambiente, mas ele faz esse discurso para a comunidade internacional. Mas, no Brasil, ele pratica o oposto, ele pratica o inverso.

Veja o que uma Subsecretaria da Camex está fazendo com o Brasil: ela pega a taxa de importação das solares, das placas solares, que estava em 6%, eleva para 9%. Não satisfeita, ela toma uma nova decisão e eleva para 25% a taxa de importação. O que significa isso? Estimular fonte alternativa, energia limpa? Não, o oposto. Então, é uma hipocrisia sem tamanho. Pregar numa direção e praticar outra não combina. Então, nós temos um problema? Temos um problema. O Brasil precisa de mais energia, o Brasil precisa de energia limpa, a questão do carvão é uma situação que nós temos que enfrentar. Agora, a questão é: este é o momento para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer isso? Este é o momento para rediscutir isso? Esse mesmo assunto nós discutimos quando do debate da pauta da MP da Eletrobras. Ele volta.

Então, eu vou votar o relatório do Senador Weverton. Existem pontos que eu já tenho observado a postura do Governo indicando, inclusive, a possibilidade de veto, mas vou votar esse projeto.

Eu acho que nós temos que ter uma discussão...

O Senador Eduardo Braga foi Ministro de Minas e Energia e conhece esse assunto como poucos aqui no Parlamento. Nós discutimos, tempos atrás, o Projeto de Lei 232, que está lá na Câmara dos Deputados, que trata da reformulação de um novo marco regulatório para o setor elétrico. A gente está sempre trabalhando remendos, remendos aqui e acolá, que não resolvem o problema na sua dimensão maior. Mas não dá para chegar em cima de um projeto pontual e você querer resolver um problema que é macro, que é um problema estrutural, sistêmico, e que precisa de um debate um pouco mais alargado. Nós já avançamos, é verdade, no 232 do Senado Federal. Está parado na Câmara, não avançou. Então, eu obviamente tenho algumas ponderações em relação ao texto, que não é o que gostaríamos na sua integralidade, mas neste momento é o que é possível fazer.

Então, eu quero cumprimentar o Senador Weverton pelo seu relatório, cumprimentar V. Ex. por pautar essa matéria. Eu acho que o maior prejuízo para todos nós é justamente esse cenário de insegurança e de ausência de previsibilidade.

E repito: o Brasil precisa de energia limpa e uma das principais fontes é a energia fotovoltaica. A energia eólica é fundamental? É, temos que investir nela também. Agora, é uma energia firme ou é uma fonte intermitente? Nós dependemos das fontes estruturantes. O Brasil não tem condições de suportar um modelo que se baseia apenas numa fonte. Todas as fontes são importantes. A eólica é importante, a fotovoltaica é importante. Agora, as hidráulicas são fundamentais e as térmicas são indispensáveis, porque, quando acontece a crise, elas que são acionadas para garantir suprimento em todo o país.

Então, vamos discutir esse assunto com mais profundidade. Estou disposto a fazer este debate, mas acho que não é nessa matéria que nós vamos conseguir fazer a reforma de todo um sistema.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Senador Jayme Campos com a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Presidente, Sras. e Srs. Senadores, serei rápido aqui.

O debate está muito bom aqui, muito interessante. Este país aqui é o país do contraditório. A primeira coisa que tem que se fazer no Brasil é abrir a caixa-preta da Aneel. Ninguém conhece a caixa-preta da Aneel. Lamentavelmente as agências Brasil pouco ou quase nada tem de utilidade, infelizmente. Aqui alguém fez um comentário – acho que foi o Omar Aziz – em relação a nossas agências, e não é diferente, com certeza, de outras que temos aqui. Mas o Senador Eduardo Braga é conhecedor profundo da matéria, e eu vi o Otto, que conhece bem, e o nosso Relator, o Weverton, que também, por força da obrigatoriedade, como Relator, teve que aprender muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando vocês falam em distribuidoras, concessionárias, é um caso quase surreal. A energia no Mato Grosso, mesmo sendo autoprodutor... Só vou dar aqui um dado para o senhor: nós exportamos energia, o Mato Grosso é autoprodutor, e exportamos uma grande parcela da geração que nós temos lá no estado. E lá no Mato Grosso não tem energia. Em várias regiões do estado hoje, não está crescendo a economia – sobretudo levando à transformação da nossa produção da agroindústria – porque não tem oferta da energia.

Lá tem uma cidadezinha que surgiu – um distrito que vai se transformar em cidade, uma região que, por sinal, tem uma terra fértil –, chama-se Santiago do Norte. Todos os dias ligam para mim – a comunidade, composta já por alguns milhares de pessoas, com armazéns, secadores –, pedindo, pelo amor de Deus, pelo menos para ter energia para acender um bico de lâmpada da casa. Não estamos nem falando de energia para rodar os secadores e para a possibilidade de termos a agroindústria lá. Não tem energia. E pagamos a energia mais cara do... O senhor já sabia que o Mato Grosso é o estado que paga a energia mais cara do planeta? Ou seja: está fora da casinha. O Mato Grosso paga energia caríssima, e é inconfiável o sistema – bastou dar um trovão, ameaçar chover, já cai a energia.

E, por incrível que pareça, quando a nossa concessionária lá foi vendida para a Energisa, ela foi vendida por R$1 – R$1. Isso é o que me chamou mais a atenção. E estão indo cobrar as pessoas que eventualmente deviam à empresa – R$200 milhões, R$100 milhões, R$50 milhões. Como é que você compra uma empresa por R$1 e vai atrás de um credor, de um devedor dela, de 50, 60? Então, isso aí chega a ser algo, como se chama no Mato Grosso, como se fala por lá… Chama-se a tal da maracutaia – para não dizer outra coisa pior. Maracutaia. Então, isso é inconcebível.

Quando falam de certas situações aqui... Eu sei, reconheço principalmente que isso vai gerar inflação lá no futuro. Ontem eu vi um dado aqui que é escabroso: no futuro vai dar R$658 bilhões dos que não vão ter que pagar a conta. E quem paga a conta, na verdade, é o pobre. Aquele cidadão que ganha um salário mínimo de miséria muitas vezes, no máximo ganha R$2 mil, tem que chegar lá na ponta e pagar R$300, R$350, praticamente 20% a 30% do salário, de forma que nós temos que rever o sistema todo – todo!

Eu participei do meu primeiro mandato como Senador da República aqui e houve um debate da renovação das concessões das PCHs que havia no Brasil, das usinas que já tinham sido usadas por 30 anos. Foram renovadas essas concessões, por 30 anos. E eu pergunto: quanto foi pago para a renovação dessas novas concessões? Porque as usinas já estavam pagas. Os caras estavam só montados na grana, ganhando dinheiro. Infelizmente, isso foi renovado, e o recurso ninguém viu entrar até hoje no caixa do Governo Federal.

Aqui eu defendo a tese, Senador Confúcio... Mato Grosso tem alguns rios fantásticos: o Rio Juruena, o Teles Pires, o Tapajós – V. Exa. conhece já – e o Rio Araguaia. Foram construídas algumas usinas ao longo da cidade de Sinop, Paranaíta e Apiacás, mas não fizeram as eclusas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... não fizeram as eclusas. Nós poderíamos, com certeza, baratear no mínimo em 60% o transporte da nossa produção, saindo já por outros portos, minimizando o quê? O peso do transporte, que onera, sobremaneira, a produção do nosso estado. Mas não foi feito, não. Foram feitas várias usinas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas não fizeram as eclusas. Obrigatoriamente, Senador Eduardo – V. Exa. é conhecedor –, nós tínhamos que exigir das grandes usinas hidroelétricas que foram construídas que fizessem essas eclusas, para nós permitirmos a navegabilidade dos nossos rios, e a hidrovia, para dar a navegabilidade através de hidrovia, que é um transporte não poluente, muito mais barato, mas que também não fizeram.

Então, está todo errado o setor aqui – vamos ser honestos –, e não é de hoje. Não vamos jogar a culpa no Governo que está hoje, ou no do passado. Sei bem dizer: são quase seculares esses problemas que estão acontecendo, de forma que eu acho que essa matéria é extremamente interessante. Defendo a tese da eólica, defendo a tese da fotovoltaica, que, com certeza, é um sistema que talvez paga menos, mas essa possibilidade tem que ir para o consumidor. Até agora eu não vi nada ir para o consumidor; ninguém viu, até agora. "Ah, vai ser mais barato". Bacana, amigo. Chegou lá na ponta? Não chegou; mas tenho essa certeza aqui dos incentivos.

Agora, o Governo vem com uma proposta do "pacotaço": "Ah, vamos tirar aqui do coitado e miserável e deixar de...". Vai cobrar Imposto de Renda daquele cidadão que tem câncer, que tem aids, que tem mal de Parkinson. Não é por aí. Vai penalizar um segmento que já está à beira da morte, e isso talvez não represente nada no caixa da Receita e do Governo Federal. Nós temos que ver o Brasil por um outro lado também, pensando nas pessoas que necessitam e que precisam.

E estou apostando na sua relatoria, Eduardo Braga. Eu recebo todos os dias – todos os dias – telefonema: "Olha, eu falei com o Eduardo Braga". E eu falo: "Calma, amigo, ele está atarefado até a boca, apostando em um relatório decente".

Que, de fato, possamos melhorar, com certeza, esse ambiente de investimento, um ambiente para o povo brasileiro, porque muitos estão descrentes, na medida em que, infelizmente, nós sempre pagamos aqui, neste país, a maior carga tributária do planeta – vamos ser honestos aqui. Paga-se mais do que aqui só na Turquia, nos países da Escandinávia, mas lá tem bons serviços de saúde, de transporte e de segurança. Estou apostando que essa reforma tributária traga algo de bom.

V. Exa. já fez um grande tento lá, colocando também lá, como artigo de primeira necessidade, a carne. E é verdade, pelo menos para o cara comer um pedacinho de costela, um pedaço do rim, do fígado, um pedacinho do mocotó do boi. Ele precisa. Temos que ver por esse aspecto aí.

Tenho certeza de que essa reforma vai nos permitir melhorar esse ambiente de investimento e dar, com certeza, um entusiasmo para o investimento no Brasil. Os juros estão altíssimos. Já se desenha a possibilidade de subirmos agora essa taxa, que está em 11,5%, para, pelo menos, 12,5%, obrigatoriamente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Os juros futuros estão em 18%.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Quanto?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Os juros futuros estão em 18%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É, 18%. Está ferrado também, não é?

Quero ver quem vai ter condições aqui de pagar 18%, mas é isso.

Estou fazendo essa explicação, defendendo o interesse lá do meu povo sofrido.

Estava vendo, lá no interior do seu estado, que outro dia eu recebi: "Sr. Jayme, caiu aqui a rede". A lei dá seis horas para você religar, sabia? Sabem quanto tempo demora? Demora 48 ou 72 horas, porque hoje não tem nem telefonista para atender. Hoje é robô. Você vê que falam: "Daqui a seis horas vai atender". Passam-se seis dias. O cara perde a carne que está no *freezer*, perde a vacina que está no *freezer*.

Enfim, nós temos que rever o conjunto da ópera, de uma maneira geral, para que este projeto, que está relatado pelo Senador Weverton, possa melhorar, com certeza, o ambiente de investimento.

Eu sou da tese, Senador Wagner, que é nosso Líder aqui, de que o que é bom para o povo brasileiro tem o apoio do Senador Jayme Campos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado.

Bem, já está bem discutido.

Tem o Senador Jaques Wagner ainda.

A senhora gostaria de falar, Senadora Margareth? (*Pausa.*)

Vamos encerrar depois da Senadora Margareth. Já está bem discutido, foi suficiente. Quem não falou entendeu bem todas as considerações. Acho que não... Já estamos há duas sessões discutindo. Então, nós vamos ouvir o Senador Jaques Wagner e a Senadora Margareth e encerrar.

Pois não, Senador Jaques Wagner.

Passe o microfone para ele.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Pronto.

Bom, primeiro eu queria cumprimentar os colegas Senadores. Eu estou na minha segunda semana voltando, depois de seis semanas aqui de ausência pelo pé. Graças a Deus, está indo tudo bem. Quero cumprimentar o Presidente.

Eu queria fazer alguns comentários sobre esse projeto de lei que foi da autoria do então Senador Jean Paul Prates, do Rio Grande do Norte, onde a energia eólica tem um papel extremamente importante.

Eu estou muito à vontade, Presidente, sobre esse tema, porque na Bahia eu praticamente incrementei a energia eólica, porque a Bahia tem ventos excepcionais em terra, que são ventos, como eu gosto de dizer, como o povo baiano: são ventos maneiros. Não têm rajadas e são unidirecionais, o que faz com que o rendimento da energia eólica seja muito maior e a própria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cédula – vamos dizer, a "cabeça" do ventilador – possa ser um instrumento mais barato, porque ela não precisa de freios e contrapesos, nem desses SiCs.

Portanto, nós crescemos muito. Eu diria que hoje a gente disputa o primeiro e o segundo lugar em parques eólicos, e conseguimos, inclusive, verticalizar a indústria... Não a célula principal, mas o resto estamos conseguindo produzir na Bahia ou dentro do Brasil.

Então, é uma energia efetivamente nova, cujo preço caiu muito. Hoje os preços tanto da eólica quanto da solar abaixaram muito. E eu conheci a questão da *offshore* numa ida minha à Inglaterra, numa COP que houve lá em Glasgow. Eu conheci um engenheiro, que era até um engenheiro da Shell, um homem já de setenta e poucos anos, que foi o idealizador dessa questão da energia *offshore*. Não foi por acaso que foi pensada na Europa, porque eles não têm os ventos que nós temos em terra. É óbvio que hoje, se você for olhar a produção da energia *offshore*, ela é ainda bem mais cara do que a energia que nós conseguimos produzir. De qualquer forma, a ideia do então Senador Jean Paul Prates era preparar o país para eventualmente essa chegada, mas nós ainda temos muito vento em terra a um preço mais barato para produzir.

Eu ouvi a fala do Senador Marcos Rogério, infelizmente ele já não está mais aqui, mas nós precisamos entender que as energias dessas matrizes não são perenes e, portanto, elas não sustentam ninguém. Ninguém vive só de *offshore*... E eu estou à vontade porque eu fui chamado de embaixador dos ventos, porque no meu estado tanto a eólica quanto a solar dispararam, mas nenhuma das duas, a menos que a gente consiga chegar a baterias que consigam armazenar um volume muito grande, tem a capacidade de sustentar, porque à noite não tem sol, eventualmente tem vento, e vice-versa, e, portanto, você depende da energia formal – ou hídrica ou de base – para poder sustentar. Quem tem placa solar na sua casa, só funciona porque você tem um reloginho que mede o que você produz e o que você gasta e joga na rede, na rede da distribuidora. Daí uma grande discussão de como é que se divide o custo da transmissão, porque muita gente joga isso, vamos dizer, de graça dentro da linha. Sem essa linha isso não funcionaria.

Então, nós precisamos equilibrar, porque também, se a gente jogar tudo na energia limpa – e eu sou extremamente a favor –, nós não chegaremos num ponto de equilíbrio; nós vamos precisar sempre ter energia de base.

Esse projeto surgiu, então, eu diria assim, com uma visão mais para frente. Eu não acho que imediatamente será desenvolvida, pelo custo ainda, a energia *offshore*, repito, que é um sistema muito mais complexo de instalação das torres.

O projeto foi para a Câmara e veio com duas, vou chamar, novidades. Veio uma série de questões de centrais hidrelétricas, pequenas centrais hidrelétricas, e com a questão do carvão lá de Santa Catarina. Então, eu queria chamar a atenção de que o projeto veio falando de energia, evidentemente, mas veio com esses dois agregados.

Um deles, na minha opinião pelo menos, para quem fala de energia limpa e de meio ambiente, inclusive afronta esse conceito, porque o carvão tem sido um dos itens rejeitados exatamente pelo que ele produz do ponto de vista negativo ao meio ambiente. E, quanto ao outro, já há um compromisso inclusive do Ministério de Minas e Energia e da Casa Civil de fazer um edital no qual você chamaria novas pequenas centrais hidrelétricas, que podem se espalhar e contribuir para a estabilidade do sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, pessoalmente, nesse sentido, aprovo, estou dando apoio ao supressivo, à emenda supressiva do Senador Otto. Conversei com o Senador Weverton, conversei com outros colegas aqui do Senado, e eu não vejo sentido em se colocar, ao lado de uma projeção de energia limpa, por exemplo, uma energia movida a carvão. Eu não estou nem falando aqui das questões de negócios empresariais, que não me interessam; eu estou dizendo do ponto de vista conceitual. Vou repetir: a questão das centrais hidrelétricas estará resolvida exatamente com esse edital de chamamento para essa abertura.

E, a outra, na minha opinião, eu sinceramente acho um ponto negativo do projeto, porque é você colocar uma energia que seguramente é poluente, energia essa que as pessoas estão descartando. Esse próprio caso dessa usina era uma usina que estava com data marcada para morrer e, portanto, o valor dela era bem menor. Se se aprova o que está sendo aprovado aqui, de uma extensão de 30 a 40 anos, evidentemente o valor da empresa sobe estupidamente. Mas eu não quero entrar nesse mérito; eu quero entrar no mérito do eixo do projeto.

Então, eu acho que... É óbvio que vai voltar para a Câmara? Vai voltar para a Câmara. Eventualmente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, se não volta para a Câmara, melhor ainda.

Mas com a supressão vai para sanção?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Com supressão ou sem supressão vai para sanção.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, melhor ainda. Se com supressão vai direto para sanção do Presidente, melhor.

Eu sei que muitos aqui disseram do eventual compromisso de veto do Presidente. Aí eu vou fazer um chamamento aos colegas. É óbvio que o veto do Presidente é um instrumento legislativo, mas eu acho que também nós não devemos carregar tudo para o Presidente, para o veto. Se há uma concordância de que o elemento é negativo, é melhor que o próprio Senado o suprima. O Presidente, se aqui não for suprimido, seguramente vai vetar, mas eu não vejo motivo para levar a veto uma matéria em que há – se houver – uma consciência de que é melhor que ela volte ao projeto dela original, que é o projeto de *offshore*, que é a minha opinião, concordando com a emenda supressiva do Senador Otto Alencar.

Então, eu pedi a palavra só para esclarecer e para colocar minha posição. E falo aqui como Líder do Governo, não é só a minha posição pessoal. Essa é uma demanda vinda do próprio Governo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senadora Margareth, com a palavra. A senhora é a última Parlamentar a se manifestar.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Vou ser breve, Presidente. Muito obrigada.

Queridos colegas Senadores, na realidade – eu estava comentando com o Senador Eduardo Braga –, nós temos no Mato Grosso um problema sério de energia pela rede de distribuição. Quando se fala que o Brasil é um remendo na questão energética, é um remendo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sim. E com o que o Marcos Rogério falou também concordo: nós precisamos realmente repensar como um todo esse setor, porque senão é muito grave o que acontece.

Imagine, lá tem muito o Luz para Todos, porque no campo. É o que o Senador Jayme Campos falou: deu um vento, cai a energia, e o cara perde tudo que tem. E é a rede de transmissão que é o problema. Nós temos várias fontes de energia, a fotovoltaica é grande no Mato Grosso, altamente captadora de energia, mas a rede de transmissão não acompanha. Então, nós realmente precisamos votar isso.

Eu concordo com o relatório do Senador Weverton. Peço desculpa ao meu querido Líder Otto Alencar, mas eu concordo com o relatório do Senador Weverton.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem, o tema foi amplamente discutido.

Em votação simbólica.

Tem uma proposta do Senador Eduardo Braga de adiamento. Tem o destaque do Senador Otto Alencar, assinado pelo nobre Senador Líder Omar Aziz.

Eu vou colocar em votação simbólica. Prestem bem atenção todos os Senadores: é votação simbólica, e eu preciso contar os votos.

Então, vamos em frente.

Informo que foi apresentado o requerimento de destaque do Senador Omar Aziz, apresentado pelo Senador Otto Alencar, na figura do Requerimento 111. Assim, o relatório será colocado em votação, ressalvado o destaque.

A votação será simbólica.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório do Senador Weverton, ressalvado o destaque, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, a proposta do Senador Weverton.

Aprovado.

Agora vamos votar o destaque.

O relatório passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto, ressalvado o destaque.

Passamos agora à votação do requerimento de destaque apresentado pelo Senador Omar Aziz.

Os Senadores e Senadoras que aprovam o destaque – que aprovam o destaque – permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Espera aí.

Vamos contar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Os Senadores que aprovam o destaque do Senador Otto Alencar manifestem...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Os que aprovam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, deveria ser votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O senhor pode pedir a votação nominal, porque aqui é simbólica. Agora, se o senhor está pedindo...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Votação nominal do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Então, a pedido do Senador...

Vamos cadastrar.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Pela ordem.) – Quem vota com o meu relatório é "sim" ou "não"?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O relatório está aprovado.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Sim, o destaque que estou dizendo, para manter o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O destaque... Aqui pelos votos, temos quatro votos contrários ao relatório. Quatro votos: do Senador Omar, do Senador Eduardo Braga, do Senador Mecias e o seu voto. Quatro votos a favor do relatório. Então, a maioria é contrária ao seu destaque.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. *Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Mas, agora, o senhor está pedindo a votação nominal. (*Pausa.*)

Então, vamos colocar a votação nominal a pedido do Senador Otto Alencar.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Senador Confúcio...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Espera aí só um pouquinho, o Senador Omar está falando.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – A pedido do Senador Otto, porque ele conversou com a bancada, eu me tornei Líder do PSD. Em momento algum, qualquer membro do meu partido que me peça para fazer destaque e eu tenha que assinar... Eu assinarei até para que haja a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Certo.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Isso não quer dizer que eu vá concordar com o destaque ou não, correto?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Vamos deixar claro, porque a Liderança é desta forma: eu tenho que deixar meus colegas que quiserem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer o destaque... E eu sou obrigado, até pela minha conduta democrática, a assinar. Agora, debater e votar é uma outra questão. Você debate...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Então, o destaque... Não quer dizer que eu concorde com o destaque, mas assinarei tantos quantos forem os destaques do meu partido, que peçam para mim. Eu assinarei todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Até porque esta é uma Casa democrática, e não é porque o cara é Líder que ele é dono do partido ou dos companheiros.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Pela ordem.) – Só para orientar, Presidente. Então, quem vota com o Relator vota "não"?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – "Não".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Quem vota com o Relator vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Quem vota com o Relator vota "não". Quem vota com o destaque do Senador Otto vota "sim".

Já está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Voto "não". Quem vota com o meu relatório vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Quem vota com o Senador Weverton, na integralidade, vota "não". Quem vota com o Senador Otto vota "sim".

Nós precisamos de 12 votos. Nós estamos aqui quase nos 12 já.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vamos votar. Todos os colegas, todos vão votar.

Margareth já votou?

Eduardo Braga, Veneziano, já votaram?

Senador Wagner...

Vamos votar, Fernando Farias, por gentileza.

Mecias, vamos votar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Você não votou não?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vamos votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Você não é da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Margareth, Senador Omar Aziz...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não chegou um bom reforço para mim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Temos bastante presença, mas não tem voto ainda.

Vamos votar. São 12 votos. (*Pausa.*)

Vamos lá. Quem está faltando?

Margareth votou; Otto votou; Esperidião votou.

Margareth, Weverton...

Vamos ligar para o Jaime Bagattoli.

Faltam dois votos, está fechando.

Quem vota "não" vota com o Relator.

Quem vota "sim"... (*Pausa.*)

Pronto, atingimos o quórum. Vamos abrir o resultado.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Só um pouquinho, porque eu não estou conseguindo votar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vá ali. Ajude, por favor, o Mecias, por gentileza. Ajude o Senador Mecias.

Quanto mais voto, melhor.

Senador Mecias... (*Pausa.*)

Vamos, vamos.

Vamos ligando. Falta o Jaime Bagattoli votar; falta o Wellington. (*Pausa.*)

O Senador Laércio estava aqui há pouco.

Para a Senadora Tereza Cristina é só ligar que ela vota.

O Senador Lucas Barreto estava aqui recentemente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Senador, aguarde um pouquinho, porque a Senadora Tereza e o Senador Laércio estão votando.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito, vamos aguardar.

Quanto mais votos, melhor. Isso é para ter um resultado mais equilibrado.

Jayme Campos debateu, estava presente. Vamos só ligar para o Jayme, para os dois Jaimes: o Bagattoli e o Campos. Vamos ligar.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O Senador Jayme está votando também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está bom. Ótimo. Isso é ótimo.

Vamos, Bagattoli.

Para o Jayme Campos é só ligar que rapidinho ele vota. Eu falei com ele.

Efraim... (*Pausa.*)

Mais um minutinho para a gente fechar.

Deu uma parada na votação.

Vamos, então, anunciar o resultado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Ah, está bem. Eduardo Gomes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está bem, ele está abrindo o aplicativo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Vota o Eduardo Gomes e vota o Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O Eduardo Braga já votou, não é? (*Pausa.*)

Vota aí, Jayme Campos, por favor.

Jayme, quem vota "não" vota com o Relator. Quem vota "sim" vota com o destaque supressivo do Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Kajuru mandou mensagem. Ele está vindo votar, se V. Exa. puder esperar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vote de onde você estiver, Kajuru.

Já temos 16.

Jaime Bagattoli já votou. O Senador Jayme Campos está votando. Mecias votou.

Maravilhoso. Está indo bem.

São 17 votos.

Querem aguardar mais um pouco? (*Pausa.*)

O Senador Jayme Campos está faltando. (*Pausa.*)

Pronto, 18 votos. Está bom, não é, gente?

Vamos anunciar o resultado?

Depois, do item 2 da pauta o Senador Efraim é o Relator. É rapidinho.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Foi rejeitado o destaque e aprovado na integralidade o relatório do Senador Weverton.

Então, está aprovado.

A matéria vai ao Plenário.

Muito bem, vamos adiante.

Foi muito bem debatido, muito bem esclarecido. Os votos foram bem conscientes.

Vamos em frente.

Item 2 da pauta:

ITEM 2
PROJETO DE LEI N° 1376, DE 2024
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.789, de 29 de dezembro de 2023, para excluir da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) as receitas decorrentes de subvenções para investimento destinadas à eletrificação da frota de ônibus utilizada no transporte público.

Autoria: Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR)

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

2. Em 06/05/2024, foi apresentada a emenda n° 1-T, de autoria do Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Em 02/12/2024, foi apresentada a emenda n° 2, de autoria do Senador Fernando Farias (MDB/AL).

3. Em 03/12/2024, retirado de pauta a pedido do relator.

3. Votação simbólica.

Com a palavra o Senador Efraim.

V. Exa. pode entrar diretamente na análise, Senador Efraim.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – É o Projeto de Lei 1.376, de 2024, do Senador Oriovisto Guimarães, para excluir da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) as receitas decorrentes das subvenções para investimento destinadas à eletrificação da frota de ônibus utilizada no transporte público.

Com a vênia de V. Exa., passo direto à análise do voto, pedindo um pouco de silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu vou pedir.

Silêncio, por gentileza, o Senador Efraim está fazendo a leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso silêncio para ele fazer a leitura, por gentileza.

Pessoas que estão...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Cabe a esta Comissão pronunciar-se quanto ao mérito do projeto de lei.

Para bem compreendermos o objeto do PL, devemos saber que a Lei 14.789, de 2023, obriga a que os benefícios fiscais (subvenções para investimento e subvenções para custeio) recebidos pelas empresas, transitem pelo seu resultado contábil, sendo reconhecidos como receita. Essa medida é necessária para alinhar a contabilidade brasileira com padrões internacionais.

A lei substitui o incentivo fiscal – concedido por meio da exclusão da base de cálculo dos tributos federais – pelo incentivo do crédito fiscal. O crédito fiscal pode ser compensado com outros débitos tributários federais ou ressarcido em dinheiro. Seu valor é excluído da base de cálculo do IRPJ, da CSLL, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

Contudo, o crédito fiscal compensará somente parcialmente a oneração da subvenção para investimento. Isso gerará, nos balanços das empresas, aumento de receitas advindas de subvenções, o que aumentará indiretamente o lucro real, acarretando a majoração da base de cálculo...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fazendo soar a campainha*.) – Está bem difícil para o Senador fazer a leitura, pessoal.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O que se propõe no citado PL é constituir exceção ao sistema de crédito fiscal.

Com a aprovação da Emenda nº 1, também seriam excluídos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

Estamos de pleno acordo, tanto com o texto do PL, quanto com as Emendas nºs 1 e 2.

As vantagens dos ônibus elétricos são múltiplas. Evidentemente, do ponto de vista das emissões de gases de efeito estufa, o ônibus elétrico é muito vantajoso, já que a eletricidade no Brasil tem altos índices de geração a partir de fontes renováveis, como hidrelétrica e solar.

Mas a mais importante dessas vantagens, a nosso ver, é a eliminação da poluição local. Ao eliminar a saída de gases poluentes e material particulado pelo escapamento, os ônibus elétricos contribuem de maneira significativa para a melhoria da qualidade do ar nas cidades, principalmente as médias e grandes. A má qualidade do ar causa doenças respiratórias que levam à morte de cerca de 50 mil brasileiros todos os anos.

Além disso, são mais silenciosos que os ônibus a diesel, diminuindo a poluição sonora e reduzindo o impacto da passagem do transporte público.

E, do ponto de vista dos passageiros, os ônibus elétricos oferecem uma viagem com menos ruído e vibrações, com maior nível de conforto. Por fim, por serem projetos mais modernos do que os dos ônibus a diesel, e pela possibilidade de tracionar o eixo das rodas diretamente pelo motor, é possível a adoção de piso baixo, facilitando o embarque e desembarque de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Tudo isso torna o transporte público mais atrativo, contribuindo para o objetivo estipulado na Política Nacional de Mobilidade Urbana ao incentivar o uso do transporte coletivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contudo, apesar das vantagens, a implantação de ônibus elétricos exige vultosos investimentos em infraestrutura de recarga, além de representar um custo de aquisição mais alto que o dos modelos a diesel.

Nesse sentido, a Emenda nº 2 oferece uma boa alternativa para a eletrificação, pois reduz tanto a necessidade de estações de recarga quanto de baterias embarcadas, o que barateia tanto a infraestrutura quanto o ônibus em si.

Devemos lembrar que, de fato, os motores a etanol possuem emissões de gases de efeito estufa muito baixas, por usarem um combustível renovável, e que esses motores, quando usados como geradores de energia elétrica, podem trabalhar em regime de eficiência máxima, em que a emissão de poluentes locais também é mínima.

Como bem lembrou o autor do PL, o setor de mobilidade foi um dos mais afetados pela pandemia de covid-19, e ainda enfrenta a concorrência cada vez maior do transporte individual. Nossa avaliação é de que, sem incentivos fiscais, a eletrificação da frota de ônibus será inviável. É mister, portanto, aprovar o PL nº 1.376, de 2024, quanto as Emendas nºs 1 e 2, para promover o pleno aproveitamento dessas subvenções.

Diante disto, votamos pela aprovação do PL nº 1.376 e das Emendas nºs 1 e 2.

Sr. Presidente, é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem.

Está em discussão o relatório que acaba de ser lido pelo Senador Efraim Filho.

Os Senadores e as Senadoras que queiram usar da palavra podem se inscrever. (*Pausa.*)

Nenhuma manifestação.

Em votação simbólica.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o projeto lido pelo Senador Efraim permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Muito obrigado, Senador, pela sua relatoria.

Projeto do item 4 da pauta.

ITEM 4
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 41, DE 2024
- Não terminativo -

Institui a Frente Parlamentar Mista das Ferrovias Autorizadas (FRENFER).

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão Diretora do Senado Federal.

2. Votação simbólica.

O projeto é de autoria do Senador Zequinha Marinho e seria relatado pelo Senador Lucas Barreto, que não está presente.

Eu peço ao Senador Veneziano que, por gentileza, faça a leitura *ad hoc*. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois não.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – É do Efraim.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Pode ler.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Por favor, Senador Efraim.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – V. Exa. tinha me pedido. Quer que eu leia?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Não, não... Pode passar para o Efraim?

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Não, antiguidade é posto, Sr. Presidente. Pela hierarquia, é o Senador Veneziano.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Desculpe-me, Senador Efraim. Eu não sabia que estava já designado. Perdão. Perdão.

Pode ler, Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Obrigado.

Sr. Presidente e Senador Efraim, vamos lá!

Se V. Exa. e os companheiros me permitem, passamos de imediato a análise. (*Pausa.*)

Posso fazê-lo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – Pode.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – O PRS nº 41, deste ano, vem ao exame desta Comissão, conforme determina o nosso inciso I do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, que prevê a competência da Comissão de Serviços de Infraestrutura de opinar sobre matérias pertinentes a transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes.

É importante mencionar, Sr. Presidente e colegas, que não há previsão regimental específica para a criação de frentes parlamentares. Entretanto, entendemos que isso não representa óbice à instituição desses colegiados. O Senado Federal possui, na presente data, 33 frentes parlamentares, sendo 17 em instalação e 16 em funcionamento. Esses órgãos são excelentes instrumentos de integração entre o Parlamento e setores específicos da sociedade.

É importante retomar o argumento apresentado pelo autor da proposta que ressaltou a importância das ferrovias privadas implantadas sob o instituto da autorização para o desenvolvimento do setor ferroviário no Brasil e a consequente melhoria no equilíbrio da matriz de transportes nacional. De fato, o instituto da autorização vem se mostrando adequado em diversos modais porque traz agilidade e flexibilidade, acelerando o desenvolvimento do setor através da participação privada na composição da infraestrutura e dos serviços de transporte. No contexto ferroviário, coerente com o debate concluído no ano de 2021, que resultou na publicação da Lei das Ferrovias (Lei 14.273), a implementação das ferrovias autorizadas é peça chave no desenvolvimento de mecanismos que permitam a expansão da malha ferroviária de forma eficiente e sustentável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, reconhecido o papel das ferrovias autorizadas como componentes fundamentais do sistema ferroviário nacional, cabe observar a pertinência da criação de uma frente parlamentar dedicada à discussão de medidas legislativas e governamentais voltadas à efetivação do cenário pretendido pelo marco legal recentemente estabelecido.

A frente parlamentar representa um ambiente propício à cooperação entre os agentes públicos e privados envolvidos na implementação dessas ferrovias, sendo um canal útil para a identificação tempestiva de melhorias necessárias na legislação vigente e para o suporte a políticas públicas e ações governamentais direcionadas ao desenvolvimento do setor.

Por fim, julgamos meritória, portanto, a iniciativa de apresentação do PRS nº 41. Contudo, cumpre-nos propor um pequeno ajuste na redação ao art. 2º, que previu a adesão à frente parlamentar, posteriormente à sua instalação, de outros Parlamentares detentores de mandato popular. No intuito de ser mais preciso na delimitação desse fórum, propomos a utilização do termo – abrimos aspas – "outros membros do Congresso Nacional" – fechamos aspas –, como comumente utilizado na constituição das frentes parlamentares.

Voto, Sr. Presidente.

Ante ao que expusemos, votamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 41, deste ano, em conjunto com a emenda apresentada, que é do conhecimento dos senhores e das senhoras da Comissão de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está em discussão o projeto lido pelo Senador Veneziano.

Pois não, Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Sr. Presidente, as ferrovias privadas autorizadas pelo poder público serão fundamentais para a expansão qualificada da rede nacional e a frente parlamentar oferecerá um canal específico para o aprimoramento da legislação vigente e discussão de políticas públicas e ações governamentais direcionadas à otimização do desenvolvimento dessas ferrovias.

Ressaltamos ainda que a Frenfer, que é a sigla que estamos colocando, será um fórum político voltado para o debate permanente e transparente, constituindo uma ponte estratégica na relação entre o Parlamento e o Poder Executivo em busca do aperfeiçoamento do arcabouço legal para a garantia da implantação e operação das ferrovias autorizadas no Brasil.

Então, em resumo, esse é o foco, esse é o objetivo e é em função disso que nós queremos criar essa frente parlamentar mista com os Parlamentares aqui do Senado interessados nesse tema e com os da Câmara que também tenham o mesmo interesse.

Naturalmente que o Brasil tem trabalhado apenas as concessões, mas como já foi mencionado pelo nosso querido Relator, a quem quero agradecer aqui pela brilhante relatoria, o Senador Lucas Barreto, e, agora, de forma *ad hoc*, o Senador Veneziano Vital do Rêgo, o Governo e muita gente dá uma olhada assim meio espantada para a concessão e para as questões das autorizações, achando que isso deve ser alguma coisa. Não, o trabalho do marco legal feito pelo Senador Jean Paul Prates, há pouco tempo, foi um trabalho suado, que foi feito com muitas mãos, muita competência, de forma muito inteligente para facilitar, para desburocratizar e avançar nesse aspecto, porque isso termina sendo, como já disse repetidamente, uma forma de se avançar de forma célere, dando ao Brasil esse modal de forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito mais eficiente, principalmente hoje, Presidente, que o mundo trabalha a questão da descarbonização; quando eu tiro o caminhão e boto um trem eu diminuo significativamente a emissão de CO_2, que fica aí dando prejuízo na atmosfera.

Então, agradeço aqui ao Senador Lucas, ao Senador Veneziano, enfim, e a V. Exa. por pautar, e eu espero a aquiescência por parte dos colegas na aprovação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem.

Não tendo mais Senadores que queiram discutir, a votação será simbólica.

Senadores e Senadoras que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Esse projeto, o item 5 da pauta, já foi lido, discutido e aprovado, o relatório em si, na sessão passada.

Apresentado o substitutivo, e ele veio inalterado. Então, ele já é considerado votado.

Então, o item 5 da pauta, o Projeto de Lei 3.278, está aprovado.

E, por fim, um projeto... (*Pausa.*)

Hein? (*Pausa.*)

Será que a gente não consegue? (*Pausa.*)

A gente vai... Vamos tentar.

Bem, Zequinha, só um minutinho para... Eu preciso do seu voto aqui nesse caso. Esse...

Sente aqui, Zequinha, por favor. Deixe-me fazer a leitura desse projeto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É, vem para cá.

Sente aqui, por favor. Deixe-me fazer a leitura.

Sente aí, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – É, eu sou o Relator.

Aqui, ó. É esse aqui, por favor. Esse aqui.

Pode conduzir.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – É o item 6?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É, o item 6.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Item 6.

ITEM 6
PROJETO DE LEI Nº 1753, DE 2024
- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Denomina Passarela Domingos Rosa dos Santos a passarela situada no Km 181,4 da BR-116, Rodovia Presidente Dutra, no Município de Guararema, no Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação com emenda de redação

Observações:

1. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

2. Votação nominal.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Bem, esse relatório é uma denominação de trecho rodoviário.

Eu vou direto à análise.

Nos termos do disposto no inciso I do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem sobre transportes terrestres.

Eu vou saltar alguns pontos aqui que não têm... são repetitivos e entrar realmente na parte que mais importa.

No que diz respeito ao mérito, a proposição merece prosperar.

Trata-se de uma justa homenagem ao Sr. Domingos Rosa dos Santos, que reconhece a trajetória de vida de um cidadão que, com esforço e dedicação, contribuiu significativamente para o desenvolvimento de sua comunidade.

Natural de... A data de nascimento dele é 15 de junho de 1927. O Sr. Domingos Rosa dos Santos foi lavrador, comerciante e empreendedor. Destaca-se sua atuação no loteamento Chácaras Guanabara, onde residiu desde 1970 e manteve uma olaria de tijolos por 20 anos, gerando empregos e fortalecendo a economia local. Posteriormente, administrou uma pequena fábrica de blocos com o apoio de sua família.

Sempre lembrado por sua generosidade e respeito à coletividade, o Sr. Domingos deixou um legado de trabalho e dedicação, sendo reconhecido e querido por todos que o conheceram. Seu falecimento, em 16 de outubro de 2009, foi uma grande perda para a comunidade local.

Ao atribuir o nome "Passarela Domingos Rosa dos Santos" à referida estrutura, o Congresso Nacional promove uma merecida homenagem, eternizando sua memória e ressaltando os valores de solidariedade e compromisso com o próximo. Este gesto simbólico reforça a importância de reconhecer aqueles que, por meio de suas vidas, contribuíram para o progresso de suas localidades.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.753, de 2024, com uma emenda:

> EMENDA Nº - CI
> Coloque-se entre aspas a denominação “Passarela Domingos Rosa dos Santos” [...].

É só isso a emenda do projeto.

Esse é o meu relatório, Sr. Presidente.

A votação... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está bom, fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – O projeto está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, eu gostaria de fazer uma observação.

Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque. Como não houve... Nós teremos votação nominal, Presidente?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone.*) – Perfeitamente

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Correto.

Vai ser no final ou pode ser agora?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone.*) – Pode ser agora.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Agora mesmo, não é?

Votação nominal.

Em votação o Projeto de Lei nº 1.753, de 2024, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votarem com o Relator votam "sim".

Os Srs. e Sras. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Nós temos que fazer uma mobilização agora, porque tem pouca gente em plenário. (*Pausa.*)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Dois Presidentes lado a lado deu uma confusão. (*Risos.*)

Então, eu queria pedir ao pessoal para mobilizar bem rapidinho, não atrasa muito a votação das emendas da LDO, que o Senador Veneziano está aguardando. Senão, eu teria... Ele tem que encerrar e abrir uma nova.

A Secretaria dê uma boa mobilizada aí, boa mobilizada para a votação.

Deixe-me votar também. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Consulto se os Srs. e Sras. Senadores já votaram. Está tudo bem, podemos encerrar? Já temos 14, temos quórum já qualificado.

Vamos lá, está encerrada a votação. Eu solicito à Mesa para verificar.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – É o seguinte o resultado: 13 votos SIM; NÃO, nenhum voto.

Abstenção, nenhum voto.

Total do quórum: 14.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, assim, esse é o resultado.

Aprovado o projeto com emenda, a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Eu quero, neste momento, devolver a Presidência ao Senador Confúcio Moura.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado.

Beleza! Bem, foi um sucesso esta reunião de hoje. Temas bem polêmicos, a gente conseguiu fechar. Foi espetacular.

Antes de encerrar o nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 11 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e onze minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Weverton, Efraim Filho, Alan Rick, Fernando Farias, Marcelo Castro, Zequinha Marinho, Alessandro Vieira, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Otto Alencar, Augusta Brito, Teresa Leitão, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Astronauta Marcos Pontes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Ciro Nogueira, Fernando Dueire, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Carlos Viana, Marcos Rogério, Daniella Ribeiro, Beto Faro, Chico Rodrigues, Wilder Morais e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CI ao PLDO 2025**. **Finalidade:** Discussão e deliberação acerca das emendas da Comissão de Serviços de Infraestrutura ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLN nº 3/2024) para 2025, a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). Relator das emendas na CI: Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Resultado:** Aprovada a apresentação, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, das seguintes emendas ao Anexo de Metas e Prioridades: **Emenda 1,** proposta pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo (sugestão nº 2): programa: 3102 - Mineração segura e sustentável; ação: 21HE - Pesquisa mineral - Novo PAC; acréscimo: 250.000. **Emenda 2,** proposta pelo Senador Otto Alencar (sugestão nº 4): programa: 2321 - Recursos hídricos: água em quantidade e qualidade para sempre; ação: 20VR - Conservação e recuperação de bacias hidrográficas; acréscimo: 3. **Emenda 3,** proposta pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo (sugestão nº 18): programa: 3106 - Transporte rodoviário; ação: 7G66 - Adequação de trecho rodoviário - Campina Grande - Divisa PB/PE - na BR-104/PB; acréscimo: 50. O Senador Veneziano Vital do Rêgo faz uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos. Aprovada, a presente Ata é assinada pelo Senhor Presidente e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia três de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro e Fernando Farias, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Zequinha Marinho, Beto Faro, Paulo Paim, Zenaide Maia, Augusta Brito, Teresa Leitão, Wilder Morais, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda do Senador Weverton, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Cid Gomes, Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Jaques Wagner, Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho e Jorge Seif. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação das Emendas da CDR ao PLOA 2025**. Finalidade: Discussão e deliberação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), referente ao PLOA/2025 (PLN 26/2024-CN), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025". Relator na CDR: Senador Marcelo Castro. Resultado: Relatório aprovado. Esta Comissão delibera pela apresentação de quatro emendas de apropriação e quatro emendas de remanejamento, já renumeradas de nº 01): 60110001, ação Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional, UO 53101, Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, no valor de R$ 2.000.000.000,00, de autoria dos Senadores: Angelo Coronel, Davi Alcolumbre, Eduardo Braga, Efraim Filho, Fernando Farias, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Laércio Oliveira, Marcelo Castro, Mecias de Jesus, Omar Aziz, Professora Dorinha Seabra, Randolfe Rodrigues, Rogério Marinho e Wilder Morais; nº 02) 60110002, ação Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Nacional, UO 54101, Ministério do Turismo, no valor de R$ 2.000.000.000,00, de autoria dos Senadores: Angelo Coronel, Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Fernando Farias, Flávio Bolsonaro, Hamilton Mourão, Irajá, Izalci Lucas, Laércio Oliveira, Professora Dorinha Seabra, Rogério Marinho, Wilder Morais e Zequinha Marinho; nº 03) 60110003, ação Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária - Nacional, UO 56101, Ministério das Cidades, no valor de R$ 4.000.000.000,00, de autoria dos Senadores: Angelo Coronel, Eduardo Braga, Efraim Filho, Fernando Farias, Flávio Bolsonaro, Hamilton Mourão, Irajá, Omar Aziz, Professora Dorinha Seabra e Zequinha Marinho; nº 04) 60110004, ação Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Infraestruturas de Oferta de Água para Segurança Hídrica - Nacional, UO 53101, Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional no valor de R$ 4.000.000.000,00, de autoria dos Senadores: Augusta Brito, Efraim Filho,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcelo Castro, Paulo Paim, Rogério Marinho, Teresa Leitão, Zenaide Maia; nº 05) 60110005, ação Manutenção de Contrato de Gestão com a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR) - Nacional, UO 54101, Ministério do Turismo, no valor de R$ 150.000.000,00, de autoria do Senador Davi Alcolumbre; nº 06) 60110006, ação Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária - Nacional, UO 56101, Ministério das Cidades, no valor de R$ 187.000.000,00, de autoria do Senador Marcelo Castro; nº 07) 60110007, ação Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado – Nacional, UO 53201, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, no valor de R$ 168.000.000,00, de autoria do Senador Marcelo Castro; nº 08) 60110008, ação Apoio à produção habitacional de interesse social - Nacional, UO 56902, Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, no valor de R$ 89.000.000,00, de autoria do Senador Marcelo Castro. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião e da reunião anterior, que são aprovadas e serão assinadas pelo Presidente e publicadas no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e oito minutos

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e três minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro e Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Zequinha Marinho, Izalci Lucas, Angelo Coronel, Paulo Paim, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Margareth Buzetti, Teresa Leitão e Flávio Bolsonaro, e ainda dos Senadores Otto Alencar, Jorge Kajuru e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Cid Gomes, Irajá, Sérgio Petecão, Beto Faro, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação das Emendas da CDR ao PLDO 2025**. **Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), referente à LDO/2025 (Projeto de Lei nº 003/2024-CN), que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências". Relator na CDR: Senador Marcelo Castro. **Resultado:** As emendas foram aprovadas. Esta Comissão deliberou pela apresentação de três emendas de meta e cinco emendas de texto, já renumeradas de nº 01): 60110001, ação 00SX – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado, com acréscimo de meta física de 100.000 unidades, de autoria dos Senadores Fernando Farias, Hamilton Mourão, Irajá, Omar Aziz, Wilder Morais; nº 02) 60110002, ação 10V0 – Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, com acréscimo de meta física de 100.000 unidades, de autoria dos Senadores Fernando Farias, Hamilton Mourão, Irajá, Professora Dorinha Seabra, Wilder Morais; nº 03) 60110003, ação 00T1 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária, com acréscimo de meta física de 10.000 unidades, de autoria dos Senadores Fernando Farias, Hamilton Mourão, Irajá, Professora Dorinha Seabra; nº 04) 60110004, Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção I, Art 89, § 2, de autoria do Senador Eduardo Braga ; nº 05) 60110005, Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção I, Art 89, § 2, de autoria do Senador Marcelo Castro; nº 06) 60110006, Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção IV, Art 86, § 11, de autoria do Senador Marcelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Castro; nº 07) 60110007, Corpo da Lei, Cap IV, Seção VIII, Art 68, § 19, de autoria do Senador Marcelo Castro; nº 08) 60110008, Corpo da Lei, Cap V, Seção III, Art 102, de autoria do Senador Marcelo Castro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dois minutos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada e assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dois minutos.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/10

O **SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) - Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de dezembro de 2024.

Comunicado.

No dia de hoje, realizaremos três reuniões da CDR: a presente, que objetiva selecionar as emendas que serão oferecidas à LDO de 2025, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiscalização (CMO); uma segunda, deliberativa, onde iremos apreciar os projetos restantes da pauta da reunião anterior, entre outras matérias; e, por fim, uma audiência pública interativa com o objetivo de debater o PLP 68, de 2024, e, consequentemente, a regulamentação da Emenda Constitucional 132, por solicitação do Senador Laércio Oliveira.

A presente reunião destina-se a discutir e deliberar sobre a apresentação de emendas desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2024 (PLDO 2025), que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências.

Esclareço que, conforme aprovado no relatório preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na forma do art. 87, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, esta Comissão poderá apresentar até três emendas para a inclusão de ação orçamentária ao Anexo de Prioridades e Metas, bem como não há limite ao número de emendas de texto desse projeto de lei.

Informo aos pares que a relatoria das sugestões de emenda é iniciativa desta Presidência. Sendo assim, peço à Senadora Professora Dorinha Seabra que venha presidir a sessão para que eu possa fazer a leitura do relatório.

A **SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) - Bom dia a todos.

Passo a palavra ao Senador Marcelo Castro, para fazer a leitura do seu relatório.

O **SR. MARCELO CASTRO** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) - Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), sobre as emendas a serem apresentadas, por esta Comissão, ao Projeto de Lei nº 3, de 2024-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências.

Vou pedir permissão a V. Exa. para ir direto à análise.

Cumpre realçar, inicialmente, que esta Comissão pode apresentar até três emendas de inclusão de meta. Essa circunstância constitui intransponível limitação para o atendimento das propostas apresentadas, que contemplam 13 ações orçamentárias distintas. O inegável mérito das indicações acentua ainda mais a complexidade e responsabilidade na escolha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro da incontornável dificuldade imposta por esse panorama, examinamos as propostas de emenda buscando ponderar a sua importância relativa e a amplitude de seu alcance, com a intenção, ademais, de beneficiar diferentes instituições e de atender ao maior número de Senadores apresentantes de sugestões. Assim procedemos ainda sob a consideração, naturalmente, das normas incidentes no contexto, em particular no que diz respeito à competência temática da Comissão.

As emendas propostas são restritas às competências regimentais, além de atenderem às disposições constitucionais. O mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Seguindo essas diretrizes metodológicas e considerando as restrições aprovadas no Parecer Preliminar, procuramos em nosso parecer acolher as emendas que albergassem o maior número possível dos Parlamentares desta Comissão e o maior quantitativo de meta por cada ação, ao mesmo tempo que versam sobre tema e ações de grande interesse nacional.

Desse modo, propomos a apresentação das seguintes emendas de inclusão de meta por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Então uma das emendas que nós estamos sugerindo é a 00SX - Apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado. Essa emenda tem como autores o Senador Fernando Farias, o Senador Hamilton Mourão, o Senador Irajá, o Senador Omar Aziz e o Senador Wilder Morais.

Estamos aprovando também a 10V0 - Apoio a projetos de infraestrutura turística, que tem o apoio do Senador Fernando Farias, Senador Hamilton Mourão, Senador Irajá, Senadora Professora Dorinha Seabra e Senador Wilder Morais. E também estamos aprovando a 00T1 - Apoio à política nacional de desenvolvimento urbano voltado à implantação e qualificação viária. Essa emenda tem o apoio também do Senador Fernando Farias, Senador Hamilton Mourão, Senador Irajá, Senadora Professora Dorinha Seabra.

Então, como é limitada a três o número de emendas, são estas aqui as três que nós estamos aprovando: 00SX do Ministério da Integração, 10V0 do Ministério do Turismo e 00T1 do Ministério das Cidades.

Em referência às emendas de texto, inexistindo limitação quantitativa para tal espécie de proposição, somos pela aprovação de todas as propostas oferecidas pelos nobres pares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Tendo em vista o exposto, somos pela aprovação, por parte da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, das cinco emendas de texto apresentadas, assim como das emendas propostas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretriz Orçamentária para 2025.

Então, aprovamos essas três aqui, apoio 00SX,10V0 e 00T1.

Propomos ainda que a Secretaria da Comissão fique incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas à CMO, inclusive adaptando a justificação das emendas, tal como foram sugeridas, produto e unidade de medida para o sistema de elaboração das emendas.

É esse o relatório, Sra. Presidente e Sras. e Srs. Senadores.

A **SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) - Muito obrigada ao Senador Marcelo Castro.

Em discussão o relatório e as considerações apresentadas. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com as emendas sugeridas pelo Relator permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Devolvo a Presidência ao **Senador Marcelo Castro**.

O **SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) - Obrigado.

A **SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fora do microfone.) - Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) - Antes de finalizarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Informo aos nobres Parlamentares que, em seguida, iremos realizar a reunião deliberativa desta Comissão.

E nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 09 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 02 minutos*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e três minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Zequinha Marinho, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Angelo Coronel, Paulo Paim, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Margareth Buzetti, Teresa Leitão, Flávio Bolsonaro e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Wellington Fagundes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Cid Gomes, Irajá, Sérgio Petecão, Beto Faro, Rogerio Marinho, Jorge Seif e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, – Estatuto da Cidade, para assegurar o acesso a montanhas, paredes rochosas, praias, rios, cachoeiras, cavernas e outros sítios naturais públicos de grande beleza cênica ou interesse para a visitação pública." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 2 (duas) emendas de redação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5372, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir os municípios paraenses ainda não atendidos na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF)." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 134, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que "regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências"." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação, nos termos do parecer aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos - CAE. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão, nos termos do parecer aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, com a Emenda nº 02 [CAE/CDR]. **Observação:** Foi aprovado o Requerimento nº 21, de 2024 - CDR, solicitando urgência para a matéria. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3490, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Exclui a área do Alto Corcovado dos limites do Parque Nacional da Tijuca." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 21, de 2024** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC 134/2017." **Autoria:** Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado Federal. **Observação:** Referente ao item 3 - PLC 134/2017. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e sete minutos. A presente Ata foi aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/10

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de dezembro de 2024.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias apresentadas à Comissão.

Item 1 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Relator, Senador Astronauta, não se encontra presente...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o meu é o item 3. Gostaria de pedir a inversão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O item 2, do Senador Beto Faro, Relator também, não se encontra presente... (*Pausa.*)

E o item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 134, DE 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que "regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências".

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação, nos termos do parecer aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos - CAE.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2 - CAE;

2. Em 12/11/2024, retirado de pauta a pedido da Relatora;

3. Em 26/11/2024, foi concedida vista à Senadora Augusta Brito;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4. Após a deliberação na CDR, a matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Autoria: Deputado Federal Giuseppe Vecci, PSDB, Goiás.

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto a Professora Dorinha Seabra se gostaria de fazer uso da palavra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Não, Sr. Presidente. Eu agradeço.

Na verdade, eu já li todo o relatório, reforçando que nós não estamos fazendo nenhuma imposição, mas apenas abrindo uma possibilidade dentre as diferentes áreas de atuação dos fundos constitucionais, extremamente importantes para todos nós das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O meu voto é pela aprovação e peço aprovação ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senadora Dorinha.

Esse é um assunto já amplamente debatido, discutido aqui na Comissão, de ampla repercussão para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de grande interesse de todos.

Parabenizo V. Exa. pelo relatório.

Coloco em discussão o relatório da Senadora Professora Dorinha Seabra. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Submeto a matéria à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo, permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 2-CAE.

A matéria vai ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar que fosse votada a urgência para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Submeto a urgência à votação simbólica da Comissão.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo, permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência regimental.

Em todos os demais projetos aqui, os Relatores não se encontram presentes, portanto, não podemos dar seguimento à nossa Comissão.

Antes de finalizarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo, permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Informo aos nobres Parlamentares que, em seguida, iremos realizar a reunião de audiência pública desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 07 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e dez minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro, sob a Presidência eventual do Senador Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Alan Rick, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Sergio Moro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Weverton, Marcio Bittar, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Augusta Brito, Teresa Leitão, Flávio Arns, Jorge Seif, Marcos Rogério, Laércio Oliveira, Tereza Cristina e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os demais membros. Registram presença os Senadores Magno Malta, Paulo Paim, Zequinha Marinha, Eduardo Braga, Otto Alencar, Zenaide Maia e Nelsinho Trad. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da Pauta: Emendas da CRA ao PLOA 2025. Relator das Emendas da CRA: Senador Alan Rick. A Presidência comunica terem sido apresentadas 92 (noventa e duas) Propostas de Emenda ao PLOA 2025: 90 (noventa) de Apropriação e 2 (duas) de Remanejamento. Nenhuma proposta de Emenda ao Texto da Lei. Resultado: A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprova 6 (seis) Emendas ao PLOA 2025, sendo 04 (quatro) Emendas de Apropriação e 2 (duas) Emendas de Remanejamento, a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, conforme as tabelas que seguem:

Emendas de Apropriação						
Nº	**Unidade Orçamentária**	**Ação**	**Descritor da Ação**	**Valor (R$)**	**Iniciativa**	**Paradigma**
1	22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	20Y6	Pesquisa, Desenvolvimento e Transferência de Tecnologias para a Agropecuária	400.000.000,00	Alan Rick Chico Rodrigues Esperidião Amin Fernando Farias Hamilton Mourão Izalci Lucas Jader Barbalho Jaime Bagattoli Jussara Lima Luis Carlos Heinze Marcio Bittar Professora Dorinha Seabra Tereza Cristina	Proposta nº 4 do Senador Alan Rick

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

2	22101 - Ministério da Agricultura e Pecuária - Administração Direta	20ZV	Fomento ao Setor Agropecuário	1.500.000.000,00	Alan Rick Angelo Coronel Chico Rodrigues Fernando Farias Hamilton Mourão Jader Barbalho Jorge Seif Jussara Lima Laércio Oliveira Marcio Bittar Professora Dorinha Seabra Rogério Marinho Soraya Thronicke Tereza Cristina Wilder Morais	Proposta nº 7 do Senador Angelo Coronel
3	49201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	21GD	Reforma Agrária e Governança Fundiária	1.000.000.000,00	Augusta Brito Beto Faro Fernando Farias Humberto Costa Jussara Lima Teresa Leitão	Proposta nº 12 do Senador Beto Faro
4	49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - Administração Direta	210V	Estruturação Produtiva, Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Agroecologia	190.000.000,00	Augusto Brito Chico Rodrigues Eliziane Gama Humberto Costa Jussara Lima Teresa Leitão	Proposta nº 20 do Senador Chico Rodrigues

Emendas de Remanejamento					
Nº	**Unidade Orçamentária**	**Ação**	**Descritor da Ação**	**Valor (R$)**	**Iniciativa**
5	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - Administração Direta	214S	Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional e Bioeconomia	125.000.000,00	Senador Fernando Farias
6	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - Administração Direta	00SX	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	125.000.000,00	Senador Fernando Farias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Senhor Presidente submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta vigésima quarta Reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e um minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR HAMILTON MOURÃO

PRESIDENTE EVENTUAL
COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Fala da Presidência.) – Muito boa tarde, Sras. e Srs. Senadores, assessores, amigos presentes e todos que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à discussão e à votação das emendas desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2025 (PLOA 2025), Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 26, de 2024, a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Foram recebidas 92 emendas propostas e válidas, isto é, de iniciativa de cada Senador membro desta Comissão, sendo 90 emendas de apropriação e duas emendas de remanejamento.

Quero convidar aqui o nosso querido Senador Hamilton Mourão para assumir a Presidência desta Comissão para que a gente possa proferir a leitura do relatório do orçamento.

Senador Mourão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Concedo a palavra ao Senador Alan Rick para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – É um relatório substancial.

Sr. Presidente, vou direto à análise, uma vez que o texto é um texto substancial.

Preliminarmente, importa ressaltar que esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nos termos do art. 44, §1º, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e do art. 10 da Instrução Normativa nº 1, de 2024, da CMO, pode apresentar até quatro emendas de apropriação e até quatro emendas de remanejamento ao projeto de lei orçamentária. Quanto às emendas de texto, não há limitações quantitativas para a apresentação.

Em todos os casos, as emendas apresentadas devem guardar pertinência temática com as matérias regimentalmente atribuídas à Comissão, sendo, inclusive, vedado apresentar emendas para ações e serviços públicos de saúde em desacordo com as competências regimentais das Comissões. Ademais, nos termos do art. 4º, §1º, da Lei Complementar nº 210, de 2024, as emendas deverão identificar, de forma precisa, o seu objeto, vedada a designação genérica de programação que possa contemplar ações orçamentárias distintas.

No caso das emendas de remanejamento, instrução normativa de 2024-CMO exige acréscimos e cancelamentos em dotações de caráter institucional e de interesse nacional, no âmbito do mesmo órgão orçamentário e do mesmo grupo de natureza de despesa, observada a compatibilidade das fontes de recursos. Ressalta-se que, em cumprimento de decisão monocrática proferida no âmbito da ADPF 854, o Anexo I detalha as propostas de emendas e os respectivos autores.

A análise empreendida focalizou não apenas o mérito das proposições, mas também a adequação das propostas de emendas às disposições da legislação vigente, especialmente no que diz respeito à Constituição Federal, à área de competência da Comissão e ao interesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nacional e regional, tendo em vista o disposto nos arts. 43 a 45 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, bem como no art. 4º da Lei Complementar nº 210, de 2024.

No que diz respeito às propostas de emendas de apropriação, em consonância com normas regimentais, percebe-se um sério descompasso entre o número de sugestões e a quantidade máxima de emendas que essa Comissão poderá apresentar. O mérito das indicações apenas acentua o impasse e agrava a dificuldade de escolha.

Dentro dessa circunstância, com o objetivo de atender ao maior número possível de indicações, todas de inegável mérito – diga-se –, nosso estudo contemplou a semelhança verificada entre as que propunham aplicações dentro da mesma ação orçamentária, de forma a proceder uma aglutinação das propostas.

Verificamos, assim, quais ações foram mais demandadas pelos integrantes deste Colegiado. A seleção das quatro emendas de apropriação, a serem apresentadas por esta Comissão, materializa, portanto, as ações que tiveram a indicação do maior número de membros da Comissão entre as propostas apresentadas, selecionadas dentre aquelas em perfeita consonância com a legislação vigente.

Dessa forma, as emendas de apropriação que acolhemos encontram-se discriminadas na tabela a seguir.

Solicito que, se estivermos com esse material em tela, possamos apresentá-lo. Mas eu farei aqui a leitura:

- Emenda nº 1; 22202 – Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária); Ação 20Y6 (pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologias para a agropecuária); valor: R$400 milhões; quantidade de apoiadores: 13 apoiadores; iniciativa dos Senadores: Alan Rick, Chico Rodrigues, Esperidião Amin, Fernando Farias, Hamilton Mourão, Izalci Lucas, Jader Barbalho, Jaime Bagattoli, Jussara Lima, Luis Carlos Heinze, Marcio Bittar, Professora Dorinha Seabra e Tereza Cristina;

- Emenda nº 2; 22101 – Ministério da Agricultura e Pecuária, Administração Direta; Ação 20ZV (fomento ao setor agropecuário); R$1,5 bilhão; apoiada por 15 Senadores, assim discriminados: Alan Rick, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Fernando Farias, Hamilton Mourão, Jader Barbalho, Jorge Seif, Jussara Lima, Laércio Oliveira, Marcio Bittar, Professora Dorinha Seabra, Rogério Marinho, Soraya Thronicke, Tereza Cristina e Wilder Morais;

- Emenda nº 3, de apropriação; 49201 – Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária); Ação 21GD (reforma agrária e governança fundiária); valor: R$1 bilhão; iniciativa de seis Senadores: Augusta Brito, Beto Faro, Fernando Farias, Humberto Costa, Jussara Lima e Teresa Leitão; e

- Emenda nº 4; 49101 – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Administração Direta; Ação 210V (estruturação produtiva, promoção e fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia); valor: R$190 milhões; proposta pelos Senadores: Augusta Brito, Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Humberto Costa, Jussara Lima e Teresa Leitão, ao todo seis apoiadores.

Com relação às emendas desta Comissão, no que tange às emendas apresentadas de que já fizemos a leitura, entendemos que as emendas de remanejamento, as duas propostas apresentadas de nºs 91 e 92, listadas no Anexo 2 deste relatório, também podem ser acolhidas.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária delibere pela apresentação das quatro emendas de apropriação já citadas e das duas emendas de remanejamento, atribuindo-se à Secretaria desta Comissão a incumbência de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Senador Alan Rick, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Lido o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório pela aprovação das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao PLOA 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer, com as emendas desta Comissão ao PLOA 2025.

As emendas aprovadas irão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião – a 24ª.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agradeço aos Srs. Consultores de Orçamento Nilton Soares e Marcelo Teixeira pelo apoio prestado à nossa Comissão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Nada mais havendo a tratar, Presidente, declaro encerrada a presente reunião.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

Agora, vamos para a nossa audiência pública.

(*Iniciada às 14 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e vinte e oito minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Alan Rick e Tereza Cristina, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Sergio Moro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Weverton, Marcio Bittar, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Augusta Brito, Teresa Leitão, Flávio Arns, Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Marcos Rogério, Laércio Oliveira, Luis Carlos Heinze, Hamilton Mourão e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Zequinha Marinho, Paulo Paim, Magno Malta, Romário, Eduardo Braga, Nelsinho Trad e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública (Req 24/2024-CRA), atendendo ao requerimento REQ 24/2024 - CRA, de autoria Senador Beto Faro (PT/PA) e outros. Finalidade: Debater as motivações, os desdobramentos políticos bilaterais, os impactos econômicos e comerciais e as medidas adotadas pelos setores público e privado a respeito da Regulação Europeia sobre Desmatamento (EUDR) prevista para vigorar em dezembro de 2024. Participantes: Embaixador Fernando Meirelles de Azevedo Pimentel, Diretor do Departamento de Política Comercial do Ministério das Relações Exteriores; Clecivaldo de Sousa Ribeiro, Diretor do Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e de Indicações Geográficas - Mapa; Heloisa Pereira, Subsecretária de Articulação em Temas Comerciais CAMEX/MDIC; Raoni Guerra Lucas Rajão, Diretor do Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Queimadas da Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA; Rodrigo Justus de Brito, Consultor na área de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; e Sandra Paula Bonetti, Secretária de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG. Resultado: Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e nove minutos. Usam da palavra o Senador Beto Faro, a Senadora Tereza Cristina e o Senador Alan Rick, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Alan Rick
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater as motivações, os desdobramentos políticos bilaterais, os impactos econômicos e comerciais e as medidas adotadas pelos setores público e privado a respeito da Regulação Europeia sobre Desmatamento, prevista para vigorar em dezembro de 2024, em atendimento ao Requerimento nº 24, de 2024, da CRA, de iniciativa dos Senadores Alan Rick e Beto Faro.

Neste momento, convido para compor a mesa os oradores convidados: Embaixador Fernando Meirelles de Azevedo Pimentel, Diretor do Departamento de Política Comercial do Itamaraty.

Embaixador, muito obrigado.

Convido o Sr. Clecivaldo de Souza Ribeiro, Diretor do Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e de Indicações Geográficas do Mapa; e a Sra. Heloisa Pereira, Subsecretária de Articulação em Temas Comerciais (Camex/MDIC).

Heloisa, muito obrigado, querida.

Convido o Sr. Raoni Guerra Lucas Rajão, Diretor do Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Queimadas, da Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente.

Deixe-me cumprimentar aqui a Heloisa.

Convido também Rodrigo Justus de Brito, Consultor da área de meio ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Rodrigo, seja muito bem-vindo.

E convido a Sra. Sandra Paula Bonetti, Secretária de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag). Muito obrigado, Sandra.

Convido, para iniciar esta audiência pública, a nossa Senadora Tereza Cristina e o Diretor do Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e de Indicações Geográficas do Mapa, Clecivaldo, também para assumir a sua posição aqui na mesa, com a Presidência da nossa Senadora Tereza Cristina. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Boa tarde a todos.

É um prazer enorme estar aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para discutir um assunto tão importante como os impactos da legislação europeia sobre o desmatamento.

E, hoje, pela manhã, fizemos também uma audiência pública na Comissão de Meio Ambiente com o mesmo tema, foi muito rica a audiência, recebemos muitas informações e sugestões, e agora estamos nesta continuidade, aqui na Comissão de Agricultura, para falar sobre o mesmo tema. E, durante esse período, nós tivemos a aprovação de um ano para a postergação da lei antidesmatamento europeia, para que a gente tenha um tempo até para mostrar o que é a agricultura brasileira, o que é a agricultura regenerativa tropical, que é feita no país, que é muito diferente da agricultura europeia, com todos os pontos positivos de uma agricultura altamente sustentável. Então, eu acho que nós temos aí um ano, Embaixador, Clecivaldo, Rajão, Sandra, Heloisa, Rodrigo, enfim, todos que compõem aqui esta mesa, que eu tenho certeza de que trarão aí grandes contribuições, para que o Brasil realmente consiga mostrar lá fora... E nós temos que bater, eu acho, nestas palavras: a agricultura tropical brasileira não é a mesma que eles praticam lá. Talvez por isso, às vezes, nós apanhamos sem ter culpa. Fazemos uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agricultura altamente sustentável, somos protagonistas de uma agricultura moderna, pujante, mas altamente sustentável, mas tem uma narrativa, às vezes, não sei se por interesse ou por desconhecimento, que penaliza aqui os nossos produtores, pequenos, médios ou grandes produtores rurais. Nós temos aqui exemplos espetaculares, eu até diria, que, quando a gente leva e mostra... As pessoas não conhecem o que a gente faz no Brasil, na nossa agropecuária. Então, eu fico muito feliz de estar participando aqui desta discussão.

Eu, quando estive à frente do Ministério da Agricultura – e a agricultura familiar fazia parte, naquele momento, do Ministério da Agricultura –, eu tive a oportunidade de viajar e de conhecer, visitar não só os agricultores familiares, mas também os assentamentos, com exemplos muito exitosos, que nós precisamos implementar cada vez mais e fazer com que cheguem a eles... E aí eu fiquei muito feliz aqui, Senador Alan Rick, de a Comissão de Agricultura colocar recursos para o MDA, para que nós possamos fazer com que essa agricultura seja cada vez melhor, cada vez mais pujante, já que nós temos aí que alimentar o nosso país e ainda o mundo. E muito importante é ver que hoje... Antes, nós só tínhamos os grandes produtores participando das exportações. Hoje, a gente já começa a ter o pequeno agricultor, a pequena empresa, a pequena agroindústria, as cooperativas já exportando lá para fora produtos supersustentáveis e de qualidade para atingir mercados tão exigentes quanto o mercado europeu e outros mercados que o Brasil já acessa há algum tempo.

Então, parabéns pela iniciativa.

Eu passo de volta a palavra agora...

Então, vou aqui, como eu estou presidindo...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu queria pedir a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Sim, por favor, Senador.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Eu sei que, de praxe, nós temos que ouvir todos aqui para podermos fazer a fala, mas eu primeiro queria agradecer. Nós fizemos um requerimento conjunto, eu e o Senador Alan Rick. Quero agradecer aqui a participação de todos, o que demonstra que é um tema que tem uma importância muito grande para o país, para as exportações do país, para os produtores brasileiros, para a questão ambiental brasileira e para essas relações entre Brasil e Comunidade Econômica Europeia.

É um tema de muita importância que esta Comissão traz e a própria composição desta mesa demonstra isso. Eu queria agradecer muito a participação de todos vocês. Nós precisamos esclarecer muita coisa sobre isso.

Apesar de todo o processo da prorrogação, vamos dizer assim, da implantação desta medida por um ano, como nós nos preparamos, inclusive, para isso? Porque mesmo levando em consideração o que tem por trás disso, ou seja, todo o mecanismo de proteção da Comunidade Econômica Europeia, enfim, nós temos as nossas dificuldades para fazer essa rastreabilidade, como o Governo e os órgãos do Governo estão se preparando para essa questão, porque foi prorrogada, mas daqui a um ano nós temos... E um ano é rápido e nós precisamos nos preparar para isso efetivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, há composição de grandes produtores, médios produtores, pequenos produtores, todos estão representados aqui na Comissão, nesta audiência pública. É fundamental ter este debate e ouvir a opinião de todos vocês.

Por fim, quero dizer sobre a importância do que nós aprovamos anteriormente. Quero agradecer ao Presidente Alan Rick que costurou esse acordo entre todos nós, para que a gente pudesse fazer, sobre as emendas para a LOA, uma combinação entre todas as representações das bancadas dos Senadores. São quatro emendas, não é fácil, nós tínhamos 90 emendas.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – E mais duas...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu acho que é a primeira vez até que teve esse tanto de emenda na Comissão de Agricultura: 90.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Isso é ótimo.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Está certo?

Então, tanto a importância que o tema e que a agricultura brasileira tem ganhado... E que a gente fez, mas acho que ficou bom. Tem a Embrapa, que sempre foi uma empresa... Tanto aqui... Como eu fui Deputado por cinco mandatos, conheço também lá a Comissão de Agricultura. A Embrapa todo ano tem uma emenda, então tem um respeito, uma consideração, a importância que tem a Embrapa para a agricultura brasileira. Aqui novamente nós fizemos isso – o MDA – sobre essa questão da aquisição de áreas para a reforma agrária, que é um passo importante.

Nós dialogamos com outras Comissões, inclusive, porque tem a questão da TEC. Não tínhamos como fazer tudo aqui na Comissão do Senado, porque só são quatro emendas. Então, nós ficamos dialogando com várias Comissões, para que a gente pudesse contemplar todos os segmentos. Tem coisa para o Incra, que precisa ser reestabelecido, fortalecido. Enfim, tem um conjunto de ações, mas avalio que ficaram muito boas as emendas que nós aprovamos aqui, e quero parabenizar o Presidente, que costurou esse acordo entre todos nós, todo mundo contemplando. Contemplou aqui a Senadora Tereza, a nossa bancada, todos estamos contemplados.

Eu queria ressaltar isso e eu estou fazendo isso aqui porque, como estou no papel também da Liderança... Hoje nós temos um ponto muito importante, entre outros tantos. Tem essa questão dos jogos que vai estar sendo discutida daqui a pouco. A bancada precisa tomar uma posição sobre isso e eu tenho que liderar isso agora, para poder estabelecer essa posição. Assim como hoje também é um dia... Eu não tinha me estabelecido isso antes: é o dia em que fecham as emendas. Todo mundo está correndo, tem que fechar as emendas da bancada, as de todos.

Então, está um dia muito corrido, mas espero que a gente possa fazer um bom debate aqui, muitos esclarecimentos de que nós estamos precisando, para tocar.

E a vinda de vocês aqui é importante e fundamental para debater esse tema.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Senador Beto Faro.

Agora, então, vamos começar os trabalhos, ouvindo o Embaixador Fernando Meirelles de Azevedo Pimentel, Diretor do Departamento de Política Comercial do Itamaraty.

Embaixador – eu estou hoje, desde de manhã chamando-o de Senador. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só colocando aqui mais uma informação: eu sou a Relatora da lei que vai tratar da reciprocidade ou da equivalência, aqui no Senado, e eu espero também a gente poder debater isso, porque as discussões estão abertas para que a gente possa fazer o melhor texto possível para o Brasil.

Essa lei não é nem para mim, nem para ninguém; a lei é para o Brasil. Então, todos precisam participar e contribuir.

Muito obrigada.

Então passo a palavra por...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Não sei. Quantos minutos? Dez minutos?

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – São dez minutos para cada orador.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Então, por dez minutos, o Embaixador Fernando Meirelles de Azevedo Pimentel.

Obrigada.

O SR. FERNANDO MEIRELLES DE AZEVEDO PIMENTEL (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Queria agradecer também ao Senador Alan Rick, por nos convidar aqui, e à Senadora, pela segunda vez hoje. Hoje foi um dia especial: duas Comissões – duas audiências, em duas Comissões. Mas o assunto é muito importante, e a gente tem todo o prazer de tratar.

Bom, eu não vou...

Antigamente, quando eu começava a falar disso, eu falava muito ao descrever o que é a lei e como ela se aplicava. Eu vou pular essa parte. Acho que a essa altura do campeonato todos nós conhecemos a lei. Vou só dar uma atualização, então, do que aconteceu mais recentemente, e também dizer o que a gente tem feito, principalmente o Itamaraty, em relação à lei, desde o começo. Na verdade, vou começar por essa parte.

A gente tem um engajamento com os europeus desde que essa lei começou a ser criada, e a opção, a estratégia foi em conjunto com todo mundo que está em volta desta mesa: o Mdic, o Mapa, o MMA, etc. A gente criou um grupo interministerial e uma estratégia de atuar em todas as frentes possíveis em relação à lei.

Tem uma frente que é mais internacional, que é da contestação internacional. Então, a gente já tem iniciativas, primeiro, de posicionamento político de países em desenvolvimento na OMC – na lei, a gente não descarta tampouco, levar à OMC e levar a outras instâncias internacionais.

A gente atuou, também, nesse espaço de comércio e desenvolvimento sustentável no G20, a gente promoveu a visão dos países em desenvolvimento, como o Brasil. Por outro lado, além desse engajamento internacional, tem o engajamento bilateral com os europeus, que a gente considera fundamental e que também é um pedido do setor privado. A gente trabalha também muito em conjunto com o setor privado, de querer... Acho que o Governo precisa tentar ajudar o setor privado a vencer a barreira. A gente entende a lei europeia como uma barreira, uma barreira unilateral, indevida, que precisa ser superada. Então, a gente a combate em todas as frentes: numa delas, criticando – digamos – a legitimidade do procedimento; e, na outra, tentando superar, de maneira mais prática possível, as barreiras. Com esse ponto de vista, a gente buscou o setor privado para entender os diversos impactos que se têm. Cada setor – como diz a Sueme, que não está aqui – é uma dor. Setores são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

diferentes, eles precisam de iniciativas diferentes. E a gente procurou, de maneira bilateral, sensibilizar os europeus para alguns aspectos.

Em alguns casos, a gente teve sucesso e continua tendo sucesso, como, por exemplo, no caso do respeito aos dados brasileiros. No começo, havia uma dúvida de se os dados do satélite, se a nossa metodologia de mensuração ia ser aceita. A gente garantiu que os nossos dados, os nossos satélites, as nossas imagens fossem aceitas. A gente não vai ser obrigado a usar, por exemplo, firmas europeias para comprovar o que a gente já faz. Ao mesmo tempo, também, a gente conseguiu, em alguns casos, algum sucesso.

Eu acho que o principal, do que a gente fez junto aos europeus, foi mostrar que a lei, como ela estava, era inexequível, era inaplicável. Ao longo do processo, a gente trouxe todos os depoimentos do setor privado, fez verem os europeus que não se tinha como aplicar aquela lei. No final, eles entenderam, tanto que a estão adiando. Eles não a estão adiando só por pressão dos agricultores; é porque a lei, como está hoje, é inaplicável.

Uma das coisas que está aqui – agora, já vou passar para essa última parte, que mudou – é que o Parlamento aprovou realmente – essa é uma boa notícia – o adiamento. E tem uma notícia que acho que é melhor, mas passa meio despercebida, é que havia uma proposta junto a esse adiamento de se criar uma nova categoria de risco, que é zero, risco zero.

O risco zero era, na nossa cabeça, uma clara tentativa da agricultura europeia de tirá-la inteiramente da lei, o que tornaria todo o processo muito mais custoso, porque, é claro, se os seus – digamos assim – constituintes não estão sendo afetados, eles podem ser duros. Então, não se precisa de flexibilidade, não se precisa de nada.

Felizmente, eu acho que isso diminuiu muito a chance de isso acontecer, isso é uma boa notícia. Mas tem outro dado também que é interessante, tem outra promessa pela qual o setor produtivo lá está começando a brigar, dizendo que, se não estiver pronto o sistema para recebimento dos dados com, pelo menos, seis meses de antecedência, ele não pode ser aplicado. Quer dizer o seguinte: sobre a lei que teoricamente ia ser aplicada daqui a poucas semanas, até hoje não se tem um sistema digital para entregar os documentos, entregar o que eles estão pedindo. A lei realmente não tinha como se aplicar, e a gente fez verem isso.

Acho que ficou muito claro, para os europeus, o quão difícil ia ser, e a gente apareceu bem na foto. Na época em que estavam decidindo se iam adiar ou não, o Brasil apareceu do lado do Chanceler da Alemanha, criticando a lei ali – a gente estava no bolo da influência. Eu acho que é uma coisa positiva, é um trabalho que a gente vai continuar, porque, como foi dito hoje de manhã, adiar a lei por um ano é só um refresco.

E a gente não resolveu o problema, a gente tem várias questões práticas do setor privado: a segregação no caso de café e de soja; a questão, por exemplo, de o cacau no Brasil ser uma árvore nativa que a gente usa para projetos, inclusive, de reflorestamento. Não é a mesma coisa na África – o cacau foi transportado do Brasil para a África, etc. A gente tem várias... Há a questão da floresta plantada no Brasil também, que não é aceita pela legislação europeia na área de celulose. Eles fazem mais manejo de floresta do que plantação. Portanto, há várias características da nossa produção que ainda estão a descoberto, e a gente vai continuar a atuar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra área importante em que a gente vai atuar também – ainda não está definido – é o risco país. Primeiro, o Brasil é um país continental. A gente tem que ver como tratar isso, as diferentes características da produção brasileira – é complicado. Mas também o Brasil, que é um país que... Como eu estava falando hoje, o Brasil foi o país que mais preservou florestas nativas em pé etc. Como os nossos sucessos e os nossos predicados podem ser valorizados e introjetados na avaliação dos europeus? A gente vai continuar trabalhando nisso. Não é fácil. A comunidade europeia é muito dura na negociação, muito hermética, mas a gente continuará nesse processo durante um ano e trabalhando com o setor privado, vendo o que está faltando.

Tem outras coisas que a gente está fazendo também. Não vou falar sobre a plataforma etc. A gente tem outros instrumentos.

Uma outra coisa que é importante – acho que eu paro por aqui também –, além da atuação do risco país, é o que foi falado aqui mais cedo pela Senadora, inclusive. Esse projeto europeu, essa lei é muito nociva para os pequenos produtores. Os pequenos produtores são os que menos têm condição de atingir as metas. Você está pedindo para uma pessoa, um pequeno produtor tirar foto de satélite do seu talhão de terra e mandar isso para algum lugar, ou seja, tem uma longa distância entre a realidade e o pedido. E ainda há o custo para fazer tudo isso. E a gente tem, então, conversado com os europeus e falado: "Olha, essa lei, inclusive, se for a ferro e a fogo, acaba até concentrando mais a questão da agricultura brasileira. É isso que vocês querem? É disso que a Europa precisa?". Portanto, a gente está em um engajamento intenso.

E a última vertente que a gente faz também, para falar de todos as fronteiras, é defender e tentar projetar a imagem, como agora eu já introjetei também, da agricultura tropical regenerativa brasileira – antigamente eu falava só das características sustentáveis da nossa agricultura, mas já melhorou a frase – no exterior. A gente está planejando também visitas à Europa e contato direto aos portos, porque esse é outro problema que a gente vai ter com a lei. Quem exporta carne sabe como é. Cada porto é um... É a mesma legislação europeia. Cada autoridade portuária vê uma maneira de entender a legislação fitossanitária. Nesse caso, a legislação é mais vaga, e as entidades que vão verificar são diferentes. Em alguns casos, é tipo o Ibama de alguns países; em outros casos, a fitossanitária; em outros casos, a alfândega. Então, a gente vai ter que conversar com todo mundo para tentar mapear as nossas dificuldades.

É isso. Acho que já falei o suficiente, mas posso responder perguntas mais tarde também.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Embaixador.

Agora vamos ouvir o Clecivaldo de Sousa Ribeiro, Diretor do Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e de Indicações Geográficas, do Mapa.

O SR. CLECIVALDO DE SOUSA RIBEIRO (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente, Ministra... Não dá para esquecer o "Ministra", tá, Senadora? Perdoe-me. E é um prazer enorme estar sendo anunciado aqui hoje pela senhora, porque, um tempinho atrás, a senhora era minha chefe, e agora eu estou aqui sendo anunciado. Isso é muito bacana.

Senador Alan Rick, muito obrigado pela oportunidade. Acho que essa é uma discussão que se intensifica a cada dia mais pela necessidade de termos respostas ao que vem se impondo como barreira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá fora. E, aí, eu não estou falando especificamente da União Europeia, mas a gente sabe que foi ela quem chegou primeiro, não é, Raoni?

Aproveito para cumprimentar a todos vocês que estão aqui. Embaixador, obrigado pela oportunidade de estarmos juntos mais uma vez. Eu sei que ontem tivemos uma discussão intensa, preparando-nos também um pouco para esta audiência, por entendermos que o nosso papel é fundamental, como Ministério da Agricultura, de fazer a nossa parte, que é dar a mão sempre e constantemente ao pequeno produtor rural e ao agricultor de modo geral, a pessoa que hoje faz a pujança do agronegócio brasileiro.

Em resposta, na verdade, a todas essas barreiras que surgem, não só na Europa hoje, a gente está em processo de construção da plataforma AgroBrasil+Sustentável, que tem esse nome porque é uma plataforma que tem foco na reunião de base, de bancos de dados oficiais, num mesmo ambiente, com a finalidade de qualificar a produção agropecuária brasileira para qualquer mercado, para os mercados exigentes mundo afora, não só a Europa, de modo geral.

A gente sabe que o advento do regulamento europeu nos acelera, nos apressa, para que possamos ter uma resposta, e a gente sabe o quanto o produtor rural brasileiro já está preparado para isso, a gente não tem a menor dúvida, principalmente o grande produtor.

Com o passar do tempo, nós fomos sempre muito exigidos no que se refere à parte sanitária, de disponibilizarmos um produto seguro para o mundo, e a gente sempre fez isto: disponibilizamos soja, disponibilizamos carne, disponibilizamos milho, e são todos produtos muito seguros, sempre foram. A diferença agora é a exigência socioambiental, ou seja, não basta só eu abrir um novo mercado para a gente vender os nossos produtos, eu tenho que dizer como é que eu estou produzindo. Tudo bem, não tem nenhum problema quanto a isso, não, porque a gente sempre teve coragem de trabalhar. E o produtor rural brasileiro é muito valente, porque, sucessivas vezes, a ele é exigida, em um determinado mercado, uma condição diferenciada, e ele sempre deu a resposta que precisava e vai continuar fazendo isso.

Acho que o Ministério da Agricultura tem dado a mão, sim, ao produtor rural, e a plataforma AgroBrasil hoje nada mais é do que uma ferramenta, uma ferramenta que vai trazer os bancos de dados oficiais para o mesmo ambiente, verificar a condição em que se encontra esse produtor, ou seja, por meio da qualificação da propriedade rural e, uma vez qualificada a propriedade rural, claro, a gente verifica todas as condições em que ele está produzindo: a gente vai verificar se ele está em condições tranquilas com relação ao cadastro ambiental rural, a gente vai verificar se ele está na lista suja do trabalho análogo à escravidão, a gente vai verificar se ele tem trabalho infantil, a gente vai verificar se ele tem algum embargo ambiental, a gente vai verificar se essa propriedade rural não está fazendo sobreposição com alguma terra Indígena ou quilombola, ou seja, nada além daquilo que já é verificado na legislação brasileira. A diferença é que a gente vai verificar no mesmo ambiente, no mesmo lugar, ou seja, se é para o produtor rural ir buscar alternativa em várias portas no Governo brasileiro, ele vai a uma porta só e ali disponibiliza o seu produto para ser comercializado no Brasil, para ser comercializado no mundo.

É bom que se diga que a gente vai fazer isso por meio da plataforma SouGov, que é a plataforma do Governo Federal que hoje já reúne, vamos dizer assim, se não me falha a memória, 80% da população brasileira, só não está todo mundo porque ela só admite pessoas acima de 15 anos, então não tem como estar todo mundo mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E hoje a gente pode dizer o quanto isso é importante, porque o Governo brasileiro vem construindo isso ao longo dos anos. O Governo brasileiro vem se preparando cada vez mais para ser um Governo digital, para ofertar cada vez mais serviços digitais. E isso é bom que se diga, porque a gente conseguiu, recentemente, passar a Estônia, que era o primeiro país no mundo que ofertava mais serviços digitais para a população. O Brasil hoje já consegue ser o primeiro no mundo, isso é muito legal.

Acho que trazer a Plataforma AgroBrasil+Sustentável para esse ambiente, para disponibilizar essa ferramenta para o produtor rural, é simplesmente dizer para ele assim: olha, ao longo da sua história você produziu dizendo, tentando dizer para o mundo, você mesmo, que você é sustentável. A diferença é que agora a gente está chamando a responsabilidade para nós e dizendo que não é mais você que está dizendo que você é sustentável, somos nós, o Governo brasileiro, por meio das verificações que a gente vai fazer em sua propriedade rural.

E para todo mundo isso é interessante porque quando a gente... Eu tive a oportunidade de sentar-me com CEOs das maiores empresas do setor agropecuário do país, da JBS, da Bunge, Cargill, todas essas empresas, e também as associações e entidades de classe que as representam, para construir junto, para perguntar: será que o caminho é esse mesmo? Será que a gente está dando a melhor resposta para o mundo? Verifiquem essa plataforma, vejam se é isso.

E a gente teve a oportunidade de ter a resposta deles assim: ó, acho que isso aqui não está legal, não. Acho que vocês vão ter que entregar isso aqui... Essa informação não está legal, muda. A gente mudou, a gente atendeu, a gente foi construindo junto. E esse processo de construção a gente considera que hoje, por exemplo, está numa fase agora muito mais para o final do que para o meio. Hoje a Plataforma AgroBrasil+Sustentável já se materializou, por exemplo, no voto do Conselho Monetário Nacional, porque a gente vai conseguir ofertar meio ponto percentual de desconto no custeio do Plano Safra para quem hoje é produtor orgânico, para quem hoje tem boas práticas agropecuárias, para quem tem produção integrada, para quem tem certificação da produção integrada, e a plataforma vai ser um meio para verificar isso, ou seja, as boas práticas agropecuárias de que hoje o produtor rural já se utiliza, a gente tem que fazer com que isso possa se reverter em benefício para o produtor.

Não tem dúvida. Não adianta, isso tem custo. E, se isso tem custo, poxa, a gente tem que, de alguma forma, transformar isso numa maneira de devolver ao produtor aquilo que ele já faz. Eu não o estou convidando a fazer só a partir de agora, não! O produtor rural brasileiro já faz, já tem alternativas sustentáveis há muito tempo. Haja vista aí a utilização das oito tecnologias do Plano ABC, que nos últimos dez anos vem fazendo a diferença na redução da emissão de gases de efeito estufa. E aí o agronegócio é sempre visto como o grande vilão, mas as nossas ações, as ações do produtor rural não são enxergadas, e eu acho que isso precisa ser mais bem divulgado.

Talvez, ao longo da história, Ministra Tereza, sempre o produtor rural buscou fazer a sua parte, mas talvez tenha divulgado muito pouco, talvez tenha divulgado muito pouco aquilo que já vinha fazendo. Eu acho que essa parceria que a gente vem fazendo de mãos dadas – Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – está fazendo uma discussão intensa sobre os rumos que a gente tem que tomar.

Eu não vou me utilizar hoje de uma base que pertence ao Ibama sem dizer assim: Ibama, como é que é isso? Está certo isso aqui? Eu só vou verificar aquilo que vocês já verificam, eu não vou verificar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nada além. Eu estou dizendo para o Ministério do Trabalho e Emprego que a lista de trabalho escravo é deles, não é minha. Eu só vou trazer para cá para fazer essa verificação.

E, ao mesmo tempo, em paralelo a isso, como é que eu faço, por exemplo, para fazer com que um produtor rural hoje coloque o seu produto no mercado asiático se ele não está preparado para isso? O pequeno, o médio, o agricultor familiar? A gente está tentando criar... Tentando não, a gente está criando o que a gente está chamando de programa AgroBrasil+Sustentável, que está elencando todos os produtores que não estão preparados para esses mercados internacionais e que pretendem exportar.

Trata-se de começar a fazer um trabalho focado na assistência técnica, para que ele possa ter alternativas de se preparar para um trabalho de exportação, inclusive com a ajuda de um programa, que é o programa da Apex hoje, voltado também para a questão dos potenciais exportadores. Acho que isso é uma coisa bacana, porque eu não vou só dar um *feedback*...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLECIVALDO DE SOUSA RIBEIRO – ... por meio da plataforma para o produtor de que ele está ou não atendendo determinado mercado; eu vou dar a mão para ele e dizer assim: "Olha, nós temos assistência técnica, nós temos extensão rural, que podem te ajudar a melhorar sua condição".

Perdoa-me pelo tempo.

É mais ou menos isso.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone.*) – Absolutamente no tempo.

O SR. CLECIVALDO DE SOUSA RIBEIRO – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Cumpriu seu tempo rigorosamente, tem 39, 38 segundos ainda. Bom, muito bom.

Então, agora eu vou passar a palavra para a Heloisa Pereira, Subsecretária de Articulação em Temas Comerciais da Camex, do Mdic.

E vou pedir para o Senador Alan Rick assumir a Presidência, porque eu tenho, infelizmente... Gostaria de ficar aqui, porque o assunto é, para mim, mais atrativo do que o que eu vou tratar agora, mas infelizmente eu tenho que ir.

Só deixando aqui uma última palavra a vocês todos, queria dizer que é isso mesmo, o caminho é este: é o diálogo, é a troca de informações. Eu não tenho dúvida de que nós vamos chegar lá. Nós temos um ano aí, que é um tempo que passa muito rapidamente; mas, se todas as informações estiverem aglutinadas, como nessa plataforma que vocês criaram, e o pequeno agricultor souber o que ele precisa fazer, o que ele precisa preparar para poder estar nesse mercado...

Eu vi agora, lá na China, a Apex, numa feira lá em Xangai, com três ou quatro pequenas agroindústrias de sorvete de açaí, sorvete de... Como é que chama esse negócio da...?

O SR. CLECIVALDO DE SOUSA RIBEIRO (*Fora do microfone.*) – Cupuaçu.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Não, é aquilo...

O SR. CLECIVALDO DE SOUSA RIBEIRO (*Fora do microfone.*) – Castanha...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Castanha! Castanha-do-brasil. Estavam vendendo lá, e era impressionante a aceitação. Eu estive lá com o Augusto, havia uma fila enorme de gente para tomar o sorvete. Era uma pequena indústria, mas já foi levada para lá através da Apex e estava vendendo e tendo aí um retorno. Eles, os donos, me disseram que estavam muito satisfeitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu fui para Pequim. O que é que os chineses lá em Pequim nos pediram e mostraram que estão montando? Tem um grupo montando umas 600 cafeterias, 600 para café, e querem cafés especiais. Então, olha aí um mercado também enorme para que a gente possa colocar o café de cooperativas, de associações de mulheres. Nós temos tantos pelo Brasil, não só em Minas, mas na Região Norte do país...

O SR. CLECIVALDO DE SOUSA RIBEIRO (*Fora do microfone.*) – Verdade.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... que podem estar lá agregando valor e vendendo café. Mas, para isso, a gente tem que estar preparado para todos esses mercados, não só os da Europa, mas também os mercados asiáticos, que hoje... A população do lado de lá, hoje, se puser... Índia, China e os nove países da Asean, olha o que nós temos de gente daquele lado lá do mundo.

Então, parabéns!

Nós vamos acompanhar, meu gabinete vai acompanhar as sugestões que tiverem para a lei. Sintam-se à vontade para nos procurarem, para a gente poder discutir, recepcionar e fazer a melhor lei que a gente puder para o Brasil.

Muito obrigada. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Dando continuidade à nossa audiência pública, convido para usar a palavra a Subsecretária de Articulação em Temas Comerciais da Camex, Heloisa Pereira.

A SRA. HELOISA PEREIRA (Para expor.) – Obrigada, Senador Rick. Boa tarde. Boa tarde a todos. É um prazer imenso poder estar aqui hoje em nome do Mdic e da Camex, do Vice-Presidente e Ministro de Indústria e Comércio.

O requerimento de V. Exa., Senador Rick, e do Senador Fávaro, é muito pertinente porque traz a temática de qual vai ser a resposta do Governo diante de tantos elementos contraditórios que a gente vê hoje, seja dessas medidas unilaterais que têm um fundo protecionista, seja da função estratégica da Amazônia, para mitigar as mudanças climáticas e toda a biodiversidade, seja do interesse de preservar os nossos interesses econômicos. Então, como conciliar estes três elementos: medidas que surgem, a Amazônia, que tem um papel fundamental – mas não só a Amazônia, toda a flora e a fauna brasileira – na proteção do meio ambiente e a preservação dos nossos interesses econômicos?

Para dar resposta a essa pergunta, Senador, é muito importante que a gente entenda o que a gente está vivendo hoje, em que mundo que a gente está vivendo hoje. Então, se a gente está falando da Lei Antidesmatamento da União Europeia... Ela já estava em discussão, a proposta, desde 2021, e se tornou lei em 2023. De 2023 para cá, a gente tem um mundo totalmente diferente do que tinha e do que a gente tem agora. Então, quando a Lei Antidesmatamento se tornou lei, a gente tinha no Governo uma ideia do que a gente podia fazer. Muita coisa aconteceu de lá para cá, e o mundo mudou significativamente de lá para cá.

E o que aconteceu? Então, tem três mudanças grandes que a gente tem que entender para poder entender qual a resposta do Governo diante desse contexto internacional.

O primeiro é o enfraquecimento das instituições multilaterais. Se a gente pensar na OMC, o tema de comércio e sustentabilidade só é discutido na OMC. Então, a discussão acontece no Comitê de Meio Ambiente, que é um comitê que não tem um acordo com regras. Então, propositadamente, a União Europeia leva a discussão para o Comitê de Meio Ambiente. Para quê? Para que fique só em discussão e para que não tenha nada além de uma discussão. Não vai além disso, ou seja, não tem uma discussão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mais substanciada sobre se está de acordo ou se não está de acordo com as regras. E aí alguns outros países tentam levar para a Comissão de Barreiras Técnicas, como os Estados Unidos, o Brasil e um grupo de países em desenvolvimento. Só que não passa da discussão.

A gente vai pensar, então, nos acordos multilaterais ambientais. No último um mês e meio, a gente teve três negociações de acordos multilaterais ambientais e foram um fracasso, as três foram um fracasso. A primeira aconteceu em Bali, a da Biodiversidade; a segunda em Baku, a da mudança do clima; e a terceira, na semana, passada em Busan, na Coreia do Sul, sobre um tratado de poluição por plástico. Por que é um fracasso? Porque a gente tem os países desenvolvidos, que têm uma posição rígida de que não querem mais essa diferenciação de país desenvolvido e em desenvolvimento. A gente tem um outro problema: é que eles não querem mais responsabilidades diferenciadas entre os desenvolvidos e os em desenvolvimento. Eles querem responsabilidades iguais para combater as mudanças climáticas, para combater todo o problema ambiental. Então, eles querem responsabilidades iguais, mas querem também poder impor as suas barreiras unilaterais.

Então, eles não querem falar que as medidas unilaterais não podem ser arbitrárias, não podem ser mais restritivas. Isso é uma mudança significativa no âmbito desses acordos multilaterais de comércio. E o que isso significa para a gente, para o Governo brasileiro? Uma das estratégias primárias do Governo brasileiro é agir na frente multilateral. Essa frente multilateral está muito enfraquecida. Então, qual a resposta do EUDR? Pode ser por essa via multilateral? Pode, mas é uma via que está extremamente enfraquecida, e a eficiência dessa via vai ser muito baixa.

Qual a outra característica? A gente tem multiplicação dessas medidas multilaterais, que restringem o comércio, com a justificativa ambiental. E a gente fala muito da União Europeia, mas a gente pode pensar: nos Estados Unidos, a gente tem a Lei de Redução da Inflação, que dá muitos subsídios e que também restringe indiretamente o comércio. A gente tem tarifas que foram aplicadas a painéis solares, veículos elétricos; tem as restrições às exportações de minerais críticos. E a gente vê: na China e na Indonésia esses minerais críticos são usados em quê? Na produção das tecnologias de energia verde também – não só, mas também.

Por fim, a gente tem a União Europeia, que, de 2019 para cá, impôs cerca de 300 medidas de sustentabilidade com impacto em investimento ou comércio. Você pode usar qual sigla você quiser – ESG, Cbam, EUDR, CSDDD –, tem uma infinidade, tem glossários de siglas que você pode ver, para você entender o que a União Europeia tem feito desde 2019. E eles estão agora fazendo um exercício de consolidar várias políticas. Inclusive, o EUDR vai ser consolidado com outras três ou quatro – todas falam de devida diligência – porque está difícil, inclusive para eles, cumprirem todo esse rol de novas legislações com justificativa ambiental.

O que isso significa para o Brasil? A gente vê, diretamente, exportações sendo restringidas, porque a gente tenta exportar e não vai conseguir; tem as exportações indiretamente sendo restringidas, porque tem desvio de comércio de outros países que não conseguem, e eles exportam para o Brasil, e exportam para terceiros mercados, para quem o Brasil poderia exportar; e tem o efeito cascata, em que outros países começam também a aplicar seus requisitos unilaterais, e fica essa fragmentação de medidas unilaterais.

E, por fim, então, a gente tem instituições multilaterais fracas, multiplicação de padrões unilaterais que restringem o comércio, e a gente tem que a única corte internacional que poderia resolver esses problemas lá na OMC não funciona mais. Então, desde 2019, o sistema de solução de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

controvérsias na OMC – que é como se fosse um tribunal do comércio internacional – não funciona, porque um dos países, um dos *payers* identificou que não pode confiar tanto nos que julgam, nos árbitros. Então...

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Não há quem recorrer.

A SRA. HELOISA PEREIRA – Exato. Exato, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Isso é uma loucura.

A SRA. HELOISA PEREIRA – E isso tudo... Quando a gente pensa que não tem essa corte internacional, a gente vê que tem o Cebam, tem o EUDR, que já estão aí desde 2023, e eles só são discutidos nos comitês, ninguém trouxe um caso. Por quê? Não tem um caso pronto? Tem. Vários países têm casos prontos. Mas qual a estratégia? Dar para um painelista, que vai estar comprado por uma narrativa do Norte Global? É isso realmente que os países em desenvolvimento querem? Porque são três painelistas: dois vão dar a direção. Um normalmente não vai saber nada, e aí vai ter dois, um que vai ser de um lado e o outro vai ser do outro.

Então, existe essa desconfiança, com base em vários outros pareceres – dos painelistas e do órgão de apelação – que já foram dados. Então, não tem órgão de apelação, tem um painel e tem um mecanismo, que é temporário, de que o Brasil faz parte. Mas nenhum país, que faz parte de nenhum dos dois... Eles têm essa desconfiança.

Então, quando a gente pensa nesse cenário de instituições multilaterais enfraquecidas, padrões unilaterais se multiplicando e uma corte internacional do comércio que não funciona, a gente pensa: "Qual a resposta do Governo?".

Então, é um cenário muito duro para o Governo brasileiro trabalhar, mas o Governo brasileiro tem sido, eu digo, muito incisivo na sua atitude. Então, o que o Brasil tem feito? O Embaixador Fernando e o pessoal dele já deram a direção, e o que o Brasil tem feito?

A gente pode pensar aqui em três grandes linhas de ação em que o Brasil tem atuado. Então, a primeira, o que é? O Brasil tem trabalhado nessa discussão de equivalências dos padrões do EUDR com os nossos padrões e sistemas que a gente tem no Brasil. O Embaixador já citou vários. Então, foi feita uma negociação bilateral; então, tem que ter uma negociação dura, para que os europeus considerem que os nossos sistemas de monitoramento e rastreabilidade são equivalentes aos deles.

O que mais a gente pode fazer? Então tem todos os requerimentos de legalidade que os produtores e exportadores têm que cumprir. Então, é outro trabalho para este ano, no que o Governo vai trabalhar, para primeiro definir quais são essas certificações do Governo que vão garantir o cumprimento da lei para passar a negociar com os europeus: "Esses daqui vão cumprir a sua lei." Então, tudo faz parte de uma negociação. E aí tem a questão do risco Brasil, que também vai fazer parte de uma negociação bilateral. Mas tudo é para que os europeus entendam como equivalente o que a gente tem aqui no Brasil ao entendimento que eles têm lá sobre determinado aspecto da norma.

Eles acabaram de publicar um guia de implementação da norma, que o Embaixador também mencionou. O guia contém vários aspectos técnicos que eles entendem de forma diferente do que a gente entende aqui.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. HELOISA PEREIRA – Então, vai ter que ter um trabalho de negociação para que os europeus reconheçam... Tem esse termo de reconhecimento mútuo, mas de equivalência, o que quer que seja. Eles têm que reconhecer que é isso que funciona aqui – uma agricultura tropical –, que é equivalente ao que funciona lá, na agricultura temperada, de clima temperado.

Então, esse trabalho de negociar equivalência de padrões técnicos tem sido um trabalho, assim, contínuo e duro, porque os europeus são muito rígidos. Eu cito um exemplo da rigidez deles, que não é só com o Brasil. Desde 2021 eles negociam com os Estados Unidos um padrão técnico comum – Estados Unidos e União Europeia –, para a mensuração de emissões de carbono, que é o que todo mundo fala que é o Cbam. Eles negociaram várias negociações mensais por dois anos, e não fecharam um acordo. Então, eles não fecharam acordo. Não existe um padrão técnico comum de mensuração de emissões de carbono. Só para entender como é difícil. Essa negociação que a gente faz com eles, no âmbito do EUR, também é muito difícil, porque eles querem que todo mundo se alinhe a eles, não é uma equivalência. É "Você se alinha aos meus padrões." E, assim, os países não estão dispostos a se alinhar aos padrões europeus.

Então, a segunda linha de atenção é a negociação bilateral, que envolve sim todas essas discussões de implementação dos aspectos das minúcias da lei que eu acabei de falar, da equivalência de padrões. Um outro aspecto da negociação é a lei da reciprocidade, que está sendo discutida aqui nesta Casa, e vai ser mais um elemento para colocar na mesa para negociar com os europeus.

Então hoje, na manhã, o Embaixador falou na reunião mais cedo com a Embaixadora Tereza... (*Risos.*)

Agora é Embaixadora Tereza...

... com a Senadora Tereza, que esse é mais um elemento. Precisa ser uma ameaça crível para ser mais um elemento para negociar.

Por fim, tem toda a questão da negociação do Mercosul–União Europeia. Esse tema também se misturou, porque ali também tem cláusulas ambientais. Então, tem o G20, em que o Brasil trouxe, e tem as negociações bilaterais e plurilaterais, que servem para isso.

E, por fim, tem o dever de casa que o Governo brasileiro tem feito. Então o Mapa está fazendo uma plataforma, um instrumento para auxiliar, sobretudo os pequenos e médios produtores, porque os grandes produtores têm, sim, mais ferramentas para dar resposta. De toda forma, precisa da chancela do Governo Federal.

Temos uma resposta do Governo para esses casos da Danone e do Carrefour. Então, lá na Camex, esse tema é tratado, e tem sido feito todo esse trabalho de interlocução entre Governo e setor privado, e de interlocução interministerial. Os Ministros da Camex criaram o Grupo de Trabalho de Comércio e Sustentabilidade, no ano passado, com a presença do MMA e do Ministério dos Povos Indígenas, que não são parte da Camex, justamente para aumentar o diálogo. A partir desse diálogo que a gente começou a trabalhar com o MRE nesse grupo interministerial, porque MRE é essa parte do diálogo internacional. Foram várias as ações feitas até aqui para dar resposta para a legislação de desmatamento da União Europeia, mas não é um trabalho simples.

Então, vamos lembrar que o Governo tem, sim, feito um trabalho árduo de negociação de padrões de equivalência com os europeus e de imagem do Brasil. Por exemplo, no requerimento do Senador Faro, V. Exas. fazem referências a dados de uma revista Science da FAO. Não necessariamente esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dados são os dados reais do Brasil e a gente precisa trabalhar a imagem, porque são esses documentos que vão dizer o que a gente precisa ou não de combate a desmatamento.

Por fim, é esse dever de casa que a gente está fazendo, e estamos à disposição para contribuir sempre lá na Camex, no Mdic.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Muito obrigado, Heloisa.

Realmente anotei muita coisa do que você pontuou conosco, muita coisa preocupante, que a gente vai, daqui a pouco, debater com um pouco mais de participação, inclusive, daqueles que nos assistem pelo nosso sistema.

Concedo a palavra, neste momento, ao Raoni Guerra, Diretor do Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Queimadas do Ministério do Ambiente.

O SR. RAONI GUERRA LUCAS RAJÃO (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas. Gostaria de agradecer ao Senador Alan Rick e aos demais Senadores presentes.

Eu trouxe aqui alguns eslaides que nos ajudam a dar um panorama geral da legislação e trazem alguns números sobre o impacto e os desafios que nos são colocados pela frente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Peço ao nosso time da Secretaria para nos ajudar.

Podemos trabalhar...

Já está o.k.? O controle está funcionando direitinho?

Prossiga, Raoni.

O SR. RAONI GUERRA LUCAS RAJÃO – Obrigado.

Então, a legislação, a exemplo de algumas que já estão sendo discutidas no Reino Unido, e até aprovadas, e que começam a ser discutidas também na China e em outros países, segue uma série de produtos, não todos, mas são produtos que têm um volume de venda muito significativo, principalmente do Brasil. Nós estamos falando de madeira, soja, carne bovina, cacau, óleo de palma, café, borracha e derivados. Inclusive esses derivados é um ponto de pergunta, uma dúvida muito grande, de até que ponto esse derivado vai? Ele pode ter ali um efeito bem significativo.

Agora, não é uma legislação que impacta, de maneira direta, no Brasil, nos produtores brasileiros. O ente fiscalizado é o importador europeu. Isso, inclusive, traz a ela até um peso maior, porque cria um desincentivo para que esses importadores europeus possam comprar de países como o Brasil, e isso, obviamente, é algo que nos preocupa muito.

Ele tem um escopo: países com florestas – e aí tem a definição da FAO, com pelo menos 10% de cobertura por hectare e 5m mínimos de altura – e tem duas proibições. Acho que é muito importante a gente enfatizar: primeiro, aquela mais discutida e inclusive, de fato, uma afronta à nossa legislação nacional, que é desmatamento zero, mesmo autorizado pelos países. Isso é algo que nós não podemos aceitar, que temos que discutir e, de fato, avançar em todos os meios possíveis para poder questionar essa questão. Também existe a comprovação do cumprimento da legislação do país exportador, que obviamente nos impõe uns desafios importantes. As penalidades que são para o importador europeu são bastante significativas. Elas podem chegar a 4% da receita anual da empresa importadora, o que basicamente a tiraria do negócio. Então, por isso existe ali uma tensão muito grande dos nossos parceiros internacionais, não só no Brasil, mas os compradores dos nossos produtos na Europa também seguem bastante preocupados com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, para entender o processo, você tem, primeiro, o importador, que é o foco dos controles, então, ele vai estar adquirindo, por exemplo, um produto do Brasil, mas também Indonésia e outros países dentro da própria União Europeia. A partir disso, se ele estiver comprando um produto de uma região de risco alto, ele vai ter que demonstrar que tem um sistema de verificações devidas, ou seja, que ele tem lá registro e tenta mitigar eventuais riscos, porque às vezes você tem lá um documento, mas aquele documento pode ser forjado, então, ele precisa estar considerando esses riscos vinculados a esse processo.

Outro ponto importante, a localização das compras feitas de produtos que entram na União Europeia vai ser anonimizada, mas tudo indica que a localização vai ser pública. Isso por quê? Porque tem um mecanismo de denúncias fundamentadas, então, uma ONG vai poder ir lá, verificar por conta própria e questionar a União Europeia por que esse produto foi permitido entrar, e a União Europeia – a autoridade do país – vai ser obrigada a fazer auditoria daquele produto. Ou seja, de fato você tem um alto nível de transparência e isso impõe um risco muito grande para todas as transações, porque o setor privado pode até estar de acordo com aquilo, mas existe ali um nível de exposição que pode gerar questionamentos.

No caso do Brasil, nós temos ali: de cerca de 25% do que a gente exporta da nossa produção de carne, 8% vão para a União Europeia. No caso do couro, nós exportamos 80%, e 25% vão para a Europa, sendo que, na verdade, esse remanescente muito significativamente vai para a Europa. Tem produtos manufaturados que vão para a China e depois são reexportados para a Europa, então, hoje nós já temos preocupações dos nossos compradores chineses com relação a produtos reexportados – manufaturados – para a Europa. No caso da soja, 15% da exportação de soja vai para a União Europeia; madeira, 20%; e o café, de fato, é o nosso ponto mais sensível, porque metade da produção brasileira que é exportada vai para a União Europeia, ou seja, o chinês não toma café, mas o europeu toma e isso obviamente tem sido uma preocupação muito grande, principalmente dos produtores ali do estado de onde eu sou, Minas Gerais, e dos estados também que são grandes produtores.

Aqui você tem um mapa que é um artigo científico relativamente recente que tenta estimar e indicar quais seriam essas áreas que são consideradas florestas perante a União Europeia. Então, a gente vê que obviamente a Europa... A Amazônia tem um impacto muito grande com relação à legislação europeia, mas também, como é possível ver no mapa, tem uma série de enclaves florestais nos demais biomas, inclusive no Cerrado, onde essa área, ao ser desmatada após 2020, já geraria esse tipo de vedação.

Agora, isso implica, por outro lado, que, se eu estiver desmatando uma vegetação não florestal, por exemplo, um campo, isso não vai estar gerando os impactos e não vai estar sendo proibido mesmo o desmatamento sendo após 2020, contanto que seja um desmatamento autorizado. Por quê? O que é exigido para todo o Brasil, para todo o país é o cumprimento da legislação nacional.

E aí nós temos aqui alguns números que nos dão uma ideia de qual seria esse impacto ao ter uma verificação mais dura em relação à conformidade. Esse foi um artigo publicado na *Science* alguns anos atrás que mostra que cerca de 80% da produção de soja na Amazônia e no Cerrado e também cerca de 80% de produção de carne não teriam nenhum problema com relação a esse tipo de verificação.

Quando você olha estados mais consolidados, a exemplo de Minas Gerais, na verdade nós temos uma situação muito positiva. Então, por exemplo, dos 115 mil produtores de café em Minas Gerais, dos 115 mil imóveis que cobrem uma área de quase 4 milhões de hectares, nós temos somente 38

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtores com desmatamento após 2008, sendo que isso soma uma área de 3,7 mil hectares, ou seja, realmente uma área muito pequena, que faz com que 99,9% dos produtores de café de Minas Gerais já cumpram todos os requisitos. No caso, a silvicultura, 93%; cana-de-açúcar, 96%; soja, 95%; e gado, também 95%.

Então, tentando, de certa forma, criar uma hierarquia do desafio que nós temos pela frente, obviamente existe uma questão ali ligada ao desmatamento legal após 2020, que, no caso da soja no Cerrado, não vai ser um impacto tão grande, mas no caso da pecuária e outras *commodities,* sim. E obviamente isso nos preocupa, principalmente, por uma questão de princípio. Então nós temos que de fato estar bastante atentos a essa questão, mas o grosso do impacto em termos quantitativos e financeiros é com relação ao desmatamento ilegal. Então daí a importância, inclusive, de programas de regularização ambiental e do avanço na implementação do Código Florestal. E o que há mais, na verdade, é um dos elementos que mais nos preocupam, que é a incapacidade de comprovação daqueles que já estão corretos. Ele está correto, ele está cumprindo a legislação, mas com uma dificuldade de conseguir demonstrar isso para os exportadores.

E aí tem a importância de várias iniciativas, inclusive a iniciativa liderada pelo Ministério da Agricultura, o AgroBrasil+Sustentável, que é uma iniciativa colocada para todo o Brasil, que o colega Diretor Clecivaldo já citou, e nós temos também várias outras iniciativas já acontecendo nos estados. São oito estados no total que têm buscado avançar nesses temas, inclusive eu apresentei o exemplo do Sisbov, de São Paulo, anunciado recentemente, do Passaporte Verde também já anunciado há alguns anos, ambos em desenvolvimento, mas que devem ser lançados em breve. No caso desses três, tem um processo de adesão individual, ou seja, o produtor que está interessado em exportar tem que se inscrever no sistema.

E nós temos também, no caso de outros estados – seis estados –, uns sistemas que já são de adesão automática com base em dados e outros sistemas a que o produtor já aderiu. Então a lógica é, se o produtor já aderiu ao Cadastro Ambiental Rural, ele não precisa aderir de novo a um outro sistema. Isso faz com que, por exemplo, no caso de Minas Gerais, todos os 115 mil produtores de café já estejam com um documento oficial do Estado de Minas Gerais atestando a regularidade deles para exportar. Você não precisa que os 115 mil produtores entrem numa nova plataforma, até porque os produtores, quando produzem, produzem café, não produzem café para exportar; produzem carne, não produzem carne para exportar. Então, obviamente, principalmente os pequenos produtores vão ter uma dificuldade grande; daí a importância de você ter várias abordagens diferentes.

Então, em conclusão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAONI GUERRA LUCAS RAJÃO – ... como até é colocado pela Senadora Tereza Cristina, e aqui repetido por nós, veementemente, pelo Ministério do Meio Ambiente, a gente pode afirmar, com toda convicção, que a maioria absoluta dos produtores no Brasil atendem aos requerimentos da legislação europeia, você não vê desmatamento e você não vê, principalmente, desmatamento ilegal.

Agora, é importante a gente também discutir – e daí a importância de medidas como as que estão sendo discutidas nesta Casa e também entre os vários ministérios – como nós vamos fazer medidas positivas, porque não é que o Governo seja contra a redução do desmatamento, inclusive a redução do desmatamento legal, o Governo brasileiro tem uma meta de desmatamento total, zero, 2030, mas não é na base de uma imposição externa que isso vai acontecer. Vai ser com incentivos positivos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pagamento por serviço ambiental e, por exemplo, programas como o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas, uma parceria próspera e muito forte entre o Ministério da Agricultura, o Ministério da Fazenda e o Ministério do Meio Ambiente.

Daí a questão com relação ao alto nível de transparência já citada aqui pela legislação que nos coloca muitos riscos, daí a importância de avançarmos e enfatizarmos, inclusive, um ponto por que nós temos brigado muito, em todas as nossas relações bilaterais, inclusive nas negociações agora no âmbito do acordo do Mercosul/União Europeia e com os parceiros do Itamaraty, de que é inaceitável que os sistemas brasileiros e um país como o Brasil, que tem os melhores sistemas de monitoramento por satélite do mundo, não tenham os seus dados aceitos pela União Europeia. Isso é inaceitável!

Por isso é que, de fato, temos conseguido, com um certo sucesso, levá-los e sensibilizá-los também, colocando essa questão além da importância de você ter sistemas públicos, ou seja, o certificado, o dado público que garante ao produtor que ele tenha elementos para poder demonstrar para o comprador estrangeiro que ele está, de certa forma, cumprindo a legislação nacional para dar segurança jurídica e também, principalmente, reduzir os custos de *compliance* para essa e outras legislações, que é algo que toca em modo particular os pequenos produtores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço ao Diretor do Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Queimadas do Ministério do Meio Ambiente, Raoni Rajão.

Convido para o uso da palavra o consultor na área de meio ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rodrigo Justus de Brito.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO (Para expor.) – Senador Alan Rick, demais Senadores presentes e colegas de mesa, como o último a falar, me cabe, já que...

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Tem mais um...

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – Ah, tem mais um ainda.

Como o penúltimo, mas em face de tudo o que já foi dito e não havendo discordância em relação a isso, então, não irei repetir nada do que já foi bem colocado aqui pelos anteriores, mas eu queria fazer algumas ponderações que se referem às preocupações do setor agropecuário em relação a toda essa questão aqui posta.

Essa postergação do início da implementação da EUDR decorre de pressões que vêm de mais de 70 entidades e diversos países que se opuseram, inclusive 21 países da própria União Europeia; então, veja que ela não é um consenso absoluto da União Europeia que hoje nos impõe tudo isso.

Veja a questão dos países africanos também. Quando se mostra que nós temos o Cadastro Ambiental Rural e que todos os produtores que estão na cadeia produtiva, com os seus problemas ou não, no Brasil, estão inscritos, estão com a sua área georreferenciada, e daí nós olhamos a África, que não tem cadastro ambiental rural, não tem geolocalização de atividade e produz lá 70% do cacau do mundo, quase 20% do café que existe no mundo, e temos ainda a borracha, que possui mais de 70% de toda a produção mundial, que pega muitas áreas lá do sudeste asiático também e que não estão lá devidamente geolocalizadas, além da discussão de outras questões relacionadas aí à legalidade completa do empreendimento, conforme foi bem colocado aqui, nós aqui no Brasil já estamos pagando as consequências disso tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam que nós temos uma insegurança jurídica hoje da implantação de novas atividades lícitas daquele que vai lá e obtém uma autorização para desenvolver a sua atividade. Essas pessoas não sabem o que fazer. Os bancos que lhes dão empréstimos para o desenvolvimento das suas atividades já não querem mais emprestar dinheiro a eles, entendendo o risco. Se levada a cabo essa implementação *ipsis litteris* como está colocada, talvez eles terão dificuldade em honrar seus compromissos financeiros e isso vai trazer prejuízos aos investidores do outro lado do balcão, nas entidades financeiras.

Nós temos a questão da invasão e do desrespeito à nossa soberania como país. Cada país tem a prerrogativa de estabelecer as suas regras. E, quando numa relação comercial, vamos dizer, o nosso país está em situação desvantajosa em relação a outro país que não tem regra nenhuma para algum assunto, isso nos traz custos. Então, o princípio da soberania... Do ponto de vista do comércio internacional, este país pode exigir que outro país faça aquilo que ele faz. Mas a Europa não faz. Ela não tem área de reserva legal. A área de preservação permanente lá é uma faixa de proteção de 4m, aqui são de 30m a 500m de vegetação nativa. E por aí nós vamos.

No dia de ontem, foi decretado o fim, literalmente, do Green Deal, que é o Farm to Fork, o pacto verde europeu relacionado à agricultura, que trazia obrigações aos produtores que disseram que não vão cumpri-las. E daí foi anunciada ontem a criação do Conselho Europeu de Agricultura e Alimentação, que terá produtores também. E, quando nós vemos de que forma foi construída esse Farm to Fork, o Green Deal, desprezando totalmente os produtores, que se revoltaram nos últimos meses, agora se busca lá uma revisão disso, das regras aplicáveis àqueles produtores. Isso significa de certa forma um sinal para nós de que a negociação e a pressão feitas de forma inteligente e responsável poderão trazer, sim, uma revisão.

Conforme já foi colocado aqui pelos que me antecederam, existe um conjunto de atitudes e ações estratégicas que precisam ser organizadas e feitas de forma efetivamente planejada para que nós possamos mitigar ao menos essa situação, porque vivemos um momento não de comemoração, mas estamos com um tanque de oxigênio de um ano de duração e temos que seguir assim, dessa forma, buscando a união, inclusive com os demais países.

Nesse aspecto, o trabalho do nosso MRE, das nossas relações internacionais, é extremamente engajador no sentido de buscar parceiros que estão atormentados por essa situação. Então nós vemos que é necessário, sim, colocar que a União Europeia e aqueles principalmente entusiastas da EUDR vejam que, quando isso foi aprovado lá – eu não lembro direito o número de votos –, tinha mais de 80% dos votos favoráveis pela sua aprovação, de representantes de países que acreditavam que isso seria uma solução e que isso vai evitar a abertura de áreas, coisa e tal... Não irá, na verdade. Nós iremos colocar mais gente, mais produtores que já vivem numa linha tênue, ou seja, aqueles produtores que têm uma situação vulnerável não só no Brasil como no mundo, em extremo grau de dificuldade.

Quando se fala da reciprocidade, uma dúvida que nos traz é que toda a legalidade da propriedade passa também pela questão do trabalho degradante. Quando nós vemos que, no Brasil, no ano passado, houve a inscrição de 203 produtores que tiveram alguma espécie de problema em relação à qualidade do alojamento da pessoa – não é exatamente o trabalho escravo, mas o trabalho degradante –, nós temos na Europa o trabalho imigrante degradante que reúne 7 milhões de pessoas todo ano. E ninguém fala disso.

Nós aqui somos obrigados agora a prestar contas de tudo aquilo que nós não temos nenhum problema de colocar à mesa e mostrar a transparência das nossas atividades. Nós queremos uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isonomia nessa discussão que está sendo já feita, ou seja, essa reivindicação tem acontecido em todos os foros. A CNA tem se reunido com os representantes da União Europeia também, colocando as nossas preocupações. Países que a ferro e fogo impuseram a aprovação dessa norma pela força que possuem dentro do Conselho Europeu já têm...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – ... uma pulga atrás da orelha: "Será que é isso mesmo?".

Eu acho, então, que é a oportunidade que nós temos agora de nos engajarmos e de seguirmos buscando uma solução negociada para tudo isso que estamos passando.

Então, sendo essas as nossas colocações, agradecemos aqui.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

Estamos agora aqui esperando o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – Eu já terminei aqui minhas considerações.

Eu agradeço, Senador.

Nós estamos à disposição, sabendo do trabalho que vocês estão desenvolvendo, principalmente ajudando aqui o MRE, com o Congresso, com a sua força de gerar uma legislação, inclusive, que possa reforçar o nosso escudo em relação a buscar uma solução negociada para isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço ao Rodrigo, da nossa CNA. Eu anotei, inclusive, algumas coisas aqui, Rodrigo, que são muito interessantes da sua fala.

Concedo a palavra à Secretária de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), Sandra Paula Bonetti.

A SRA. SANDRA PAULA BONETTI (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos.

Primeiro, eu gostaria de registrar o agradecimento ao Senador Beto Faro, assim cumprimentando o Senador, aqui presente, Alan Rick, coordenando esta mesa, meu vizinho, quase conterrâneo, eu sendo paranaense. Então, é importante registrar a importância deste momento e desta audiência pública. E aí, Senador, eu gostaria de ressaltar o quanto eu fiquei feliz de ter sido convidada para esta mesa.

Eu gostaria de começar a narrativa dizendo que a gente precisa entender que temos muitas agriculturas neste Brasil – muitas agriculturas –, e, como os legítimos representantes da agricultura familiar brasileira – somos mais de 73% dos estabelecimentos deste país e temos apenas 23% da área –, gostaria de salientar a importância de que realmente a gente precisa melhor discutir quais são os verdadeiros impactos, mas eu gostaria de registrar também que, talvez, a gente tenha oportunidades neste cenário de discussão.

Então, eu gostaria de trazer alguns elementos. Fiquei muito feliz com a fala do Rajão, porque ele trouxe alguns elementos e alguns dados sobre a exportação, quanto de fato o setor agropecuário brasileiro está exportando para a União Europeia, porque a União Europeia não é o nosso maior comprador. Da nossa agricultura, dos grãos brasileiros, das nossas cadeias produtivas todas, o maior consumidor não é a União Europeia. Esse é o primeiro ponto que eu gostaria de salientar.

O segundo ponto é que, enquanto Confederação da Agricultura Familiar, a gente fica um pouco preocupado quando se utiliza a narrativa de que a agricultura familiar ou os pequenos produtores... E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aí eu digo: os pequenos proprietários, porque somos grandes produtores nas pequenas áreas que detemos. Mas quanto, de fato, da nossa produção chega até a União Europeia?

Então, talvez a decisão de a gente prorrogar e melhor discutir a legislação da União Europeia no nosso país eu acho que, sim, é muito importante, em função de a gente criar mecanismos e estabelecer algumas regras de como a gente vai criar condições para que todos – e aí toda a agricultura brasileira, independentemente do tamanho dela – possam, de fato, não ser afetados por uma lei que não foi dialogada conosco, Embaixador. Então, eu acho que é muito importante a gente ressaltar essa discussão.

E aí, quando o companheiro que está representando o Mapa, o Clecivaldo – é isso; estou colando aqui –, traz sobre os mecanismos que estão sendo discutidos, eu gostaria de salientar e reforçar que eu acho que, se a legislação brasileira, de fato, fosse cumprida, a gente não estaria tão preocupada com os supostos embargos que virão.

Se mecanismos como o Cadastro Ambiental Rural, de fato, fossem utilizados como base para fazer vários filtros, como base para que a gente possa, em vez de criar novas plataformas, utilizar e melhorar as que já existem, eu acredito que isso nos facilitaria muito a vida.

Agora eu não lembro qual dos companheiros que estão na mesa aqui citou que um pequeno agricultor – e, aí, eu volto a dizer, um agricultor familiar – teria dificuldades de mandar uma imagem georreferenciada, de capturar uma imagem de satélite. Eu gostaria de provocar essa mesa a conhecer de fato toda a nossa agricultura brasileira, porque temos realidades muito diferentes, e nas propriedades de agricultura familiar também temos muita tecnologia, principalmente nas nossas, Senador, lá da Região Sul. A gente tem grandes tecnologias sendo aplicadas nas nossas propriedades.

E aí, quero dizer – já vou me encaminhando para o final – que a gente precisa, de fato, em vez de criar novos instrumentos, adequar os que já existem. E, realmente, nós agricultores familiares temos que ter um olhar diferenciado, sim, porque, infelizmente, às vezes as políticas públicas que o Estado brasileiro vem criando – e a gente entende que tem iniciativas muito boas sendo desenvolvidas, e aí parabenizo aqui, Rajão, as várias alternativas e programas que estão sendo construídos pelo Ministério do Meio Ambiente –, infelizmente, na execução, ainda estão chegando pulverizadas na nossa base.

Então, a gente precisa ver como fazer para que, de fato, se apliquem todas as regulamentações; como, de fato, o Governo brasileiro... E, aí, estando aqui, na Comissão de Reforma Agrária, eu acho importante a gente reforçar o quanto do dever de casa infelizmente não foi feito. Por isso, a gente precisa olhar como um cenário também de oportunidades.

Eu acho que, sim, é acertada a prorrogação da lei, porque a gente tem um dever de casa a cumprir para que de fato a gente consiga fazer a rastreabilidade adequada, mas nós da agricultura familiar, nós da confederação não somos contra a aplicação da lei, e sim, a favor de que a gente tenha mecanismos que sejam de fato coerentes e aplicáveis à nossa realidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sandra, muito obrigado pela sua fala.

Cumprimento a todos os nossos oradores.

Eu estava aqui exatamente ouvindo atentamente um pouco, hoje, desse debate que se impõe ao Brasil de forma unilateral, Heloisa, usando o termo que você colocou muito bem, do cumprimento de uma regulação extremamente rígida, de que até mesmo os próprios europeus discordam ou que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprem. Se não me engano, foram 21 países, na fala do Rodrigo, que descumprem ou que não concordam com as regras estabelecidas pela EUDR.

Anotei aqui algumas coisas que eu gostaria de apontar para a gente iniciar o debate – estão todos abertos ao debate – e eu quero começar falando exatamente, Heloisa, sobre essas questões que você apontou, juntamente com o Rajão, Clecivaldo, Sandra, Embaixador, Rodrigo.

A minha primeira pergunta é: se nós temos na União Europeia ainda 21 países que se contrapõem a essas exigências que a regulação EUDR impõe hoje ao mundo, notadamente ao Brasil, o maior produtor de alimentos mundial, quem é que está forçando essa barra? É a França? É a Inglaterra? Porque tem alguns países que estão forçando a barra. Quem é que está forçando essa barra, Embaixador?

O SR. FERNANDO MEIRELLES DE AZEVEDO PIMENTEL (Para expor.) – São dois momentos aí na história. A lei foi aprovada com enorme aprovação, a votação da lei, originalmente, foi 552 a 44. Então, digamos, uma pluralidade do Parlamento Europeu votou e aprovou a lei. A questão é que a lei foi principalmente concebida, eu acho, pensando numa solução geral, aquela coisa que a gente fala, *one size fits all*, quer dizer, uma solução única para todos os países, para todas as regiões, para todo tipo de agricultura, e não foi, tampouco, pensada na sua implementabilidade.

Quando a gente fala que é... E não é nenhum demérito falar do nosso agricultor familiar, etc. Os europeus não estão conseguindo. A própria agricultura falou... A lei foi aprovada, quando eles foram ver a implementação da lei... Porque é assim, V. Exa. sabe muito melhor que eu: a lei é criada ali, agora, e como é que faz para ela ter vida? Os agricultores falando: eu tenho que fazer isso, eu não dou conta.

Aí, então, você tem o segundo momento, quando os agricultores todos, os grandes, os pequenos, na Europa, no Brasil, dos países em desenvolvimento todos – na OMC a gente coletou uma lista de 80 países contrários à lei, falando que na lei não há cooperação, não tem clareza, até hoje ela não está ainda... A própria União Europeia até hoje não tem um *site* para colocar as informações. Então, a lei não funciona, ela não tem como...

Então, grande parte da contrariedade em relação à lei, atualmente, é isto: ela é muito difícil de ser implementada, não foi feita com a realidade, digamos assim, da produção, em vista nem da produção europeia, aparentemente – aí você vê esse antagonismo –, mas muito menos da agricultura tropical, da agricultura dos países em desenvolvimento, onde você tem essas dificuldades adicionais. Sem contar o custo, tudo que a gente está falando aqui implica custo, lembrando que a gente também, na nossa interação com os europeus, a gente fala, olha: tudo em que se aumenta custo para a agricultura brasileira, possivelmente se está aumentando o custo para a alimentação do mundo.

O Brasil exporta grande parte, o Brasil ajuda a alimentar o mundo; se o custo da agricultura brasileira sobe para atender às exigências novas da União Europeia, esse custo a gente não divide, normalmente, "isso aqui vai só para a União Europeia, isso aqui vai para outros países", então, o custo de alimentação também sobe. Esse é o problema principal hoje, do lado europeu. Vocês estão falando "quem está contra?", é que a lei ficou muito difícil de ser implementada, é muito difícil de ser cumprida.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O Brasil possui algumas tecnologias de ponta, como o Prodes, o Deter, que garantem essa transparência e precisão no monitoramento do desmatamento, que poderiam até mesmo ser mais bem reconhecidas pelos entes europeus e incorporadas, também, como referências para a aplicação dessa legislação europeia.

Além disso, a Regulação Europeia desconsidera as especificidades dos biomas brasileiros. Por exemplo, o Cerrado é um bioma que está em constante modificação. Às vezes, por conta da estação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ano, você tem um Cerrado que, numa imagem de satélite, parece uma área desmatada, mas não, daqui a pouco ele vai florar.

Da mesma forma, temos o problema todo das queimadas na Amazônia, e alguns veículos acabam transmitindo como se a floresta inteira estivesse pegando fogo, "a Amazônia está se acabando em fogo", mas não conhecem, realmente, o bioma, nunca estiveram lá.

Essa falta de conhecimento e de contextualização, portanto, acaba penalizando, eu diria, desnecessariamente, os produtores que seguem as boas práticas. E o Brasil tem uma produção familiar... Hoje, inclusive, querida Sandra, quero aqui compartilhar com você uma grande conquista desta Comissão.

Nós aprovamos, ainda no começo do ano, o nosso relatório do Projeto de Lei 5.826/2019, que estava tramitando, há cinco anos, na Câmara dos Deputados. Trouxemos esse tema como prioridade, que é exatamente a implementação da inovação, da tecnologia, como parte da Política Nacional da Agricultura Familiar; permitir que o nosso produtor familiar tenha acesso às linhas de crédito para, cada vez mais, implementar tecnologia, inovação, *drones*, robôs, etc., na sua produção. Por que o agricultor familiar não pode ter acesso a isso? Por que os bancos não ofereciam essas linhas de crédito? Por que isso não estava na Política Nacional da Agricultura Familiar?

Então, o nosso relatório introduz isso, e a matéria agora é lei. É a Lei nº 14.828/2024, que ampliou as ações atendidas pela Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, que permite essa modernização e esse investimento nessa agricultura sustentável, moderna e produtiva. E o Brasil não precisa derrubar mais nenhuma árvore, gente, porque temos os mecanismos e o brasileiro sabe fazer. E o nosso agricultor familiar... Eu sou lá do Acre, Sandra, de conhecimento diário...

Você sabe onde é que eu estava, gente, no sábado passado? Visitando nossas propriedades no Município de Acrelândia, que produzem o nosso café Robusta da Amazônia, conhecendo suas boas práticas, o seu trabalho consciente, com o tratamento da água, da irrigação por gotejamento, da seleção dos clones para a produção em maior escala, em maior quantidade de sacas por hectare, utilizando uma área menor.

Ou seja, a agricultura familiar, a nossa produção rural é maravilhosa, bem como o médio e o grande produtor, que, cada vez mais, têm adotado as boas práticas, porque senão ele não vende, cada vez mais temos a legislação exigente com o Brasil, porque somos o maior produtor do mundo. E cada vez mais vemos as ações de protecionismo.

O que vimos, recentemente, com o Carrefour – foi citado o Carrefour e a Danone... E o infeliz Deputado francês comparando nossa carne com lixo recebeu desta Comissão uma moção de repúdio, bem como o CEO do Carrefour. Ou seja, o que nós vemos?

Como muito bem disse a Sandra – eu creio que os outros colegas falaram –, a União Europeia não representa o nosso maior parceiro comercial. O nosso maior parceiro, o maior comprador de comida do Brasil hoje é a China, e está comprando cada vez mais; e os Estados Unidos e outros países.

Então, o que nós vemos ali é aquela política de protecionismo, mas de que maneira? Muitas vezes denegrindo, atingindo, atacando a produção brasileira. Não é esse o caminho.

Eu entendo que comércio exterior pressupõe duas coisas: reciprocidade e interesse mútuo. Ora, se o Brasil exporta para a União Europeia e para a França, obviamente que a França também compra muito do Brasil. Ela tem interesses naquilo que nós compramos e no que nós vendemos. É um comércio de reciprocidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico muito feliz que a matéria que trata de reciprocidade tenha caído na mão da nossa ex-Ministra Senadora Tereza Cristina, que trabalhou com isso. Juntamente com ela, conseguimos habilitar frigoríficos do nosso Estado do Acre para exportar para o Peru.

Um processo de habilitação para exportação de carne bovina, carne suína, não é um processo fácil. Ele atravessa uma série de barreiras, inclusive comerciais, e eu acho que o Clecivaldo estava lá nessa época, e os amigos do Mapa também nos ajudaram muito nisso.

Então, o que é que eu vejo? Este momento é para que a gente continue com essa firmeza dita aqui pela Heloisa, Embaixador, Rodrigo, a firmeza do Brasil na defesa dos seus instrumentos de mitigação de danos ambientais.

E agora nós acabamos de aprovar, o Congresso aprovou – o Senado e a Câmara – o nosso marco legal do carbono. Inclusive, a única emenda aprovada foi nossa, a emenda que permite que instrumentos mitigadores de danos ambientais, como as empresas de aterro sanitário, as unidades de tratamento de resíduos sólidos, as instituições que tratam o esgoto, as empresas de tratamento de esgoto, de água de esgoto, que são, na verdade, mitigadoras do dano ambiental, que reduzem o impacto ambiental dos gases do efeito estufa... Nós entendemos ali – foi votado e aprovado pelos Senadores e referendado pela Câmara – que esses instrumentos não poderiam estar debaixo da mesma regulação que aqueles que são emissores primários.

Uma vez que você é mitigador, você tem que ter um tratamento diferente, porque você está tirando o lixo, o chorume e o carbono, o gás carbônico, o gás de efeito estufa, tóxico! Traduzindo para quem está nos assistindo, aquele que produz aquela fumaça preta queimada nos lixões, quando se transforma o lixão num aterro sanitário, sem dar tratamento aos resíduos sólidos adequado, e aquele que está produzindo biogás, que está produzindo biomassa, que está reciclando aquilo que a gente pode reciclar e dando a correta destinação do rejeito.

Você precisa olhar diferente para os diferentes. E, obviamente, nem preciso falar daqueles que tratam o esgoto. E o Brasil e a Amazônia precisam enfrentar esse problema.

Então, ali nós conseguimos aprovar essa emenda, a única emenda aprovada, na lei, no nosso marco legal do carbono, e isso nos orgulha muito.

Então, eu quero fazer essa contribuição. Esta Comissão traz esse grande debate.

Então, Sandra, a Lei 14.828, de 2024, é uma grande vitória para a nossa agricultura familiar, e eu tenho a honra de ter sido Relator da matéria, estabelecendo que o nosso produtor familiar, os nossos empreendimentos familiares possam ter acesso às linhas.

E, olha, ouvindo o nosso produtor, que são pequenos produtores, lá no Acre, de café, a dificuldade, amigos, para eles terem acesso à linha de crédito...

E, aí, eu estou provocando, mais uma vez, o Banco da Amazônia, que é o fomentador do Pronaf, do FNO e das demais linhas de crédito para produção rural. Bilhões de recursos ali e com muita dificuldade de acesso.

Então, em virtude disso, já estou pensando, mais uma vez – já tive uma boa conversa com o Luiz Lessa –, mas, em alguns momentos, isso não tem avançado.

E eu tenho ouvido muita reclamação do produtor, uma vez que o Basa (Banco da Amazônia) sempre foi visto como aquele banco de fomento, não com o viés comercial tradicional do Banco do Brasil, do Itaú, dos demais bancos comerciais privados e tal. É um banco que tem que ter um olhar diferenciado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu entendo que ele precisa dar lucro também, mas o objetivo do Banco da Amazônia é garantir ao produtor da agricultura familiar o acesso à linha de crédito, para que ele, modernizado, respeite a legislação e não tenha esses embargos.

Da mesma forma os demais, e eu acho que aí está também uma situação muito interessante. É o acesso às linhas de crédito, não só ao custeio, mas ao investimento.

Investir para o custeio todo banco quer, porque todo ano você tem que pagar de volta, mas o investimento... Você tem a carência de três, quatro, cinco anos, para que você, na sua produção, depois pague o investimento feito, pague, e o produtor rural é adimplente, ele é o produtor...

Eu ouvindo ali o Sr. Vanderlei de Lara, um produtor familiar, que aumentou sua produção... Começou ali com seus seis hectares, já está em 12. Quer dobrar, mas ele precisa do financiamento do Banco da Amazônia, e o banco está negando o financiamento para ele.

Ô, Luiz Lessa, meu Presidente, eu vou te convocar aqui na nossa Comissão da Agricultura. Vou te ligar de novo, porque não pode continuar assim.

Para que a gente tenha cada vez mais agricultura sustentável, o olhar tem que ser diferenciado pelos bancos de fomento.

E o pequeno que passou pelas crises hídricas recentes e também pelas secas que estão devastando as nossas plantações... Agora o produtor de mandioca, lá de Cruzeiro do Sul no Acre, enfrentando a praga do Mandarová, a lagarta que está comendo as folhas e destruindo a plantação de mandioca.

E outros problemas: o produtor do Rio Grande Sul, aquele produtor gaúcho que perdeu tudo o que tinha, perdeu o implemento, perdeu o trator, a água devastou tudo que ele tinha, perdeu às vezes entes familiares, perdeu amigos, trabalhadores que estavam ali, que, infelizmente, foram levados pela enxurrada... Como é que esse produtor, meus amigos, que perdeu tudo o que tinha, como ele vai conseguir pagar o financiamento se ele não tem dinheiro sequer para reconstruir a vida dele?

Nós aprovamos, nesta Comissão, e aprovamos também no Plenário e aprovamos na Câmara a prorrogação, um prazo maior para esses produtores atingidos pelos desastres naturais, senhores, para que eles tivessem mais 12 meses, mais 24 meses, mais 36 meses.

Vejam, não foi anistia, não foi encerrar a dívida, mas apenas uma prorrogação. E, de forma inexplicável, o Presidente Lula vetou. Não dá para explicar isso.

Presidente, vamos olhar para esse pequeno. Ele está sofrendo!

E nós vamos trabalhar para derrubar esse veto, porque não se pode colocar um produtor rural, numa situação falimentar, nas mãos... De quem? De um agiota? De um bandido? Ele vai pegar esse dinheiro com quem? Ele vai morar debaixo da ponte?

O poder de resiliência, o poder de recuperação, a resiliência do nosso agricultor é conhecida por se recuperar diversas vezes, não é?

É a flutuação daquela cultura, é o café que um dia estava lá embaixo e hoje está lá em cima, é o gado, é o leite brasileiro que tem perdido competitividade.

Então, veja: com esse tipo de medida, a gente não está fazendo nada que seja fora daquilo que é o razoável.

Então, eu faço estes pequenos apontamentos aqui, porque esta Comissão trabalhou muito este ano, para que a gente atendesse às demandas do nosso produtor, desde o pequeno, o nosso agricultor familiar, aquele...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não gosto nem de chamá-los de pequenos, sabe por quê? Porque eles já são grandes. Eles produzem muito e são dedicados de uma maneira que, muitas vezes, a gente olha, se... Eu estava lá com esses produtores neste fim de semana, e a gente se apaixona pela dedicação, pelo amor com que cuidam da sua produção.

E eu estou apaixonado pelo café; o café brasileiro é fantástico.

Então, além disso tudo que nós produzimos, eu quero concluir os apontamentos e abrir a palavra para os senhores, porque eu já estou falando demais.

A lei antidesmatamento da União Europeia, embora seja bem-intencionada, impõe essas exigências que desconsideram o nosso sistema de monitoramento, que é muito avançado inclusive, e também as particularidades dos nossos biomas. Eu citei aqui o Cerrado, mas a Amazônia também, cuja regeneração natural é frequentemente confundida com desmatamento.

Essa falta da contextualização pode continuar penalizando os nossos produtores, continuar penalizando aqueles que já adotam as práticas, que já fazem esses investimentos. Então, para ser eficaz essa legislação, ela precisa reconhecer o ambiente de inovação e de governança do Brasil e promover um diálogo cooperativo que fortaleça a sustentabilidade global, sem criar as barreiras desproporcionais que está criando.

Esse é o meu apontamento final, e eu abro para que os meus amigos possam fazer uso da palavra.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO (Para expor.) – Senador, eu só queria fazer um apontamento aqui, que inclusive a colega de mesa, a Sandra, falou: a Europa não é o nosso maior mercado, e realmente não é. Já foi o nosso maior parceiro comercial, quando exportávamos 85% de tudo. Hoje, a depender do produto, é 5%, 10% no máximo.

Mas o fato é o seguinte: nós não podemos aceitar o inaceitável, sob pena, Senador, da contaminação do ambiente regulatório.

O que é que eu estou querendo dizer? O Embaixador acho que entende bem isso. Por quê? Porque, daqui a pouco, tudo quanto é país faz uma lei dessa, não é verdade? E, aí, como é que nós ficamos? E se sabe que, quando as coisas entram na moda, daqui a pouco todo mundo está copiando, independentemente das consequências que isso venha a trazer, inclusive para si, para o país que cria isso.

A Europa criou tanta regulação não só para nós, como para eles, e aí, Sandra, o tamanho da propriedade média na Europa – lá são 10,5 milhões de produtores – é de 7,2 hectares – veja –, e, nessa área, é claro que temos mais nas regiões mais nórdicas e naquelas regiões mais frias, etc. e tal, em que um produtor com 7 hectares não viverá.

Então, existem grandes propriedades lá também, existem em algumas regiões, mas, em média, nos países que produzem em média, nos países que produzem mesmo, são 7ha, e eles foram esmagados por uma legislação construída pelo mesmo Parlamento que gerou essa EUDR aqui.

E agora, nas últimas eleições, tem tido uma certa renovação desse Parlamento, onde pessoas também preocupadas com a economia e com a sobrevivência dos próprios europeus estão sentadas à mesa. Daí a possibilidade de revisão daqueles regulamentos que são arbitrários e que acabam destruindo a vida de um produtor que está lá, vivendo num terreno praticamente de 7ha, porque 7ha são 100m...

Um hectare é 100 por 100, e são 100m por 700m. De lá ele tem que tirar tudo do que vive. Daí porque recebe o PAC, os subsídios que são pagamentos que são feitos pela União Europeia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são essas as minhas considerações finais.

Agradeço aqui a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Muito obrigado, Rodrigo.

Então, vamos passar para os nossos convidados fazerem as suas considerações.

Embaixador.

O SR. FERNANDO MEIRELLES DE AZEVEDO PIMENTEL (Para expor.) – Obrigado.

Só queria adicionar uma coisa que acho que é importante a gente ver também.

Somando-me aqui ao que o Rajão tinha dito, é fato – e a gente entende – que, no Brasil, mais de 90% da nossa produção já é sustentável, já é tudo o que os europeus querem que a gente faça, o que, na verdade, torna a coisa um pouco pior, não melhor, porque o que eu acho que é complicado é que, como a gente já tem tudo isso, as dificuldades que a gente está vendo para a implementação da lei...

Então, a gente está adicionando o custo de provar isso aqui, que a gente... É como se fosse assim: cada vez que você sair de casa, para dirigir o carro, tem que tirar uma nova licença de motorista. Entendeu? É assim: a cada vez que você vende a sua produção, precisa provar de novo que é um bom produtor. A cada vez.

É uma coisa custosa, complexa... Então, há um custo disso.

Há um outro custo, que é o custo da logística, que vai da porteira para fora. Você, em alguns casos...

A gente estava explicando, teve que explicar isso em contato com os europeus: olha, não é a fazenda de soja. A soja sai da fazenda, vai para um caminhão; do caminhão, possivelmente vai para um trem, vai para uma barca, mistura, vai misturando... "Não pode misturar?". "Não, não pode misturar". "Quanto que pode misturar?". "Zero". Não tem uma sensação de realidade.

Aí vai para as barcas, chega lá em outros caminhões, para outros silos, para um navio que possivelmente vai incorporar a produção – isso vale para o café também – de milhares de fazendas.

E como é que, se tiver uma... Eles chamam de contaminação. A carga está contaminada por um caminhão que errou o caminho – não tinha a demonstração da inocência – e contaminou um navio.

São várias coisas que, na hora da implementação, tornam muito complicado esse processo, e é por isso que a gente continuará engajado com os europeus, buscando a vitória do bom senso – eu chamo assim –, para que a gente possa ter uma lei que funcione na verdade, que pelo menos funcione para o produtor brasileiro, que a gente consiga superá-la de uma maneira que não seja...

Vai ser custoso, já tem custo, mas que o custo seja o menor possível para o nosso exportador.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Obrigado, embaixador.

Concedo a palavra, então, à Heloisa, para as suas considerações.

A SRA. HELOISA PEREIRA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Eu queria fazer referência a uma mensagem que o Senador Zequinha Marinho deu no final da audiência pública de hoje mais cedo, fazendo alusão ao Joaquim Osório Duque-Estrada que falou que não basta ser honesto, que tem parecer honesto. Então, aqui a mensagem é: não basta ser sustentável, tem que parecer sustentável. E, nessa discussão que a gente está fazendo, hoje, de parecer sustentável, isso se resume a provar que a gente é sustentável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, fazendo alusão às palavras da Sandra, que falou: "Se a gente já tem tudo, então é só adaptar o que a gente já tem", quero dizer que não basta adaptar o que a gente já tem, porque os requerimentos que a União Europeia está impondo são novos; o mundo inteiro precisa se adaptar.

A gente precisa se adaptar, como Governo e como produção; os produtores europeus precisam se adaptar, mas eles estão na frente, porque eles têm mais dinheiro do Governo... Então, não tem como só adaptar o que tem; você precisa criar algo novo, porque o requerimento é novo, e é novo para o mundo inteiro.

E a gente precisa, sim, provar e certificar, mas um outro problema que a gente vê é que não basta o Governo brasileiro certificar, porque os europeus pedem: "Você tem que certificar do meu jeito". Então, não basta você homologar a área indígena, você tem que homologar "desse jeito que eu estou pedindo"; não basta você produzir o etanol da forma sustentável que você está dizendo que usa, você tem que produzir "da forma como eu estou dizendo que deve ser".

Então, absolutamente nenhum dos padrões sustentáveis que a gente tem na nossa agricultura – regenerativa, de carbono negativo, de absorção de CO_2 – é um padrão europeu; então, eles querem que você certifique, mas do jeito deles.

Então, essa é uma batalha difícil, mas que foi vencida na parte de certificação de medidas sanitárias e fitossanitárias, porque o Governo brasileiro, com a liderança dos diplomatas brasileiros, tem feito um trabalho muito duro, e eu entendo que, nessa parte do meio ambiente, também vamos vencer essa batalha.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Muito obrigado, Heloisa.

Concedo a palavra ao Clecivaldo para suas considerações.

O SR. CLECIVALDO DE SOUSA RIBEIRO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu queria só fazer uma referência importante: acho que a nossa responsabilidade se amplia cada dia mais, principalmente quando a gente pensa nesse contexto de colocar um produto agropecuário lá fora, pelo tamanho da nossa responsabilidade sanitária. Aumentou muito também hoje, claro, a nossa responsabilidade de comprovar que nós somos sustentáveis; o nosso objetivo hoje é esse.

O que a gente tem feito também – e eu acho que é bacana dizer isso, porque é um trabalho muito árduo, capitaneado pelo Ministro Fávaro – é se preocupar um pouco mais com a abertura de novos mercados, para diminuir a nossa dependência de quem quer que seja, da Europa e de qualquer país.

Agora, em dezembro, nós vamos atingir, se não me falha a memória, algo em torno de 300 novos mercados abertos, só em 2024, para os produtos agropecuários. Isso nos traz a certeza de que, a cada dia que passa, a gente vai estar mais preparado para qualquer que seja a barreira que vier – o ideal era que não existissem.

E a gente não está fugindo, Rajão, sem dúvida nenhuma, da nossa responsabilidade de fazer o certo, ou seja, de fomentar a produção sustentável no Brasil; muito pelo contrário: a gente vai continuar, cada vez mais, entendendo a nossa necessidade, a nossa responsabilidade de produzir se utilizando de práticas sustentáveis. Esse é o nosso papel.

Abrir um novo mercado é simplesmente dizer assim: "Olha, tudo bem, você pode fazer as suas exigências, só que nós não vamos ficar dependendo só de você para vender para você não". Se hoje, por exemplo, 25% da nossa carne é exportada e só 8%, de acordo com o dado que você mostrou, vão para a Europa, por que é que a Europa faz tanto barulho? A gente sabe que é um mercado qualificado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– e detalhe: eles não compram carne como produto final, eles compram carne como matéria-prima; vão nascer outros novos produtos como resultado da compra deles.

Gente, tem muito mais países interessados em comprar a nossa carne. A gente sabe disso e a gente está buscando essas alternativas. Através desse trabalho dos nossos adidos agrícolas, através dessa parceria fantástica e cada vez mais próxima do MRE, olhando lá para fora, olhando para o mundo, entendendo de que maneira a gente tem que colocar esse produto lá fora, a gente está cada vez mais entendido disso e tendo a certeza de que a nossa dependência, cada dia mais, vai diminuir, e esse é nosso papel.

A gente não vai desistir de forma nenhuma e vamos colocar cada vez mais nossos produtos na vanguarda da produção sustentável, eu não tenho a menor dúvida disso.

Acho que a gente já faz isso, e os números que o Rajão mostrou aqui já são um exemplo do nosso histórico. É do presente, mas é também do nosso histórico, de como a gente já vem produzindo. Talvez a diferença seja que a gente fez pouco barulho, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Verdade.

O SR. CLECIVALDO DE SOUSA RIBEIRO – A gente tem feito pouco barulho e a gente vai continuar fazendo esse barulho, dizendo exatamente sobre a nossa responsabilidade enquanto micro, enquanto pequeno, enquanto médio, enquanto grande produtor rural, porque todos os nossos produtores têm uma consciência fantástica de produzir certo.

Do mesmo jeito que eu falo do grande produtor, eu falo, por exemplo, do produtor de mel lá da região de Taiobeiras, município lá do seu estado, que consegue produzir um dos melhores mel do mundo, que despertou a atenção dos americanos, que queriam, para você ter ideia, comprar a produção...

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Inteira...

O SR. CLECIVALDO DE SOUSA RIBEIRO – ... do mel de aroeira dos próximos cinco anos de uma vez só. Para quê? Para levar para os Estados Unidos, rotular e vender para nós também.

E detalhe: são agricultores familiares, são produtores rurais que fazem um mel de qualidade, mel de aroeira, onde foram identificados compostos fenólicos impressionantes, focados na questão da saúde, da nossa saúde, mas que os americanos viram e disseram assim: "Não, vende para nós aí".

O que é que a gente fez inicialmente? Protegeu aquela região, como uma região de indicação geográfica, para evitar que eles comprassem toda a nossa produção de mel, levassem lá para fora e a gente, nós aqui, fosse no mercado nosso aqui, comprasse o mel de aroeira produzido na Região Norte de Minas com o rótulo americano. Isso não pode acontecer.

Nós temos nosso potencial e nós vamos proteger o nosso potencial, porque a gente vai continuar botando esse produto lá fora, com a qualidade necessária para isso, mas a gente tem que saber fazer a coisa certa.

E, para fazer a coisa certa, o Governo não pode ter duas linguagens não. Tem que ser uma linguagem só. E a gente tem que caminhar na mesma direção.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Cumprimento aqui o Clecivaldo.

Antes de passar a palavra à Sandra e ao Raoni, para suas considerações, queria fazer um último apontamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recentemente, a China inaugurou um dos mais importantes portos da América do Sul, da América Latina – Porto de Chancay.

É um porto de calado profundo, que permite o atracamento de embarcações acima do permitido pelo canal do Panamá; um porto que permite ao Brasil uma redução de tempo das suas exportações e importações para a Ásia, saindo de Chancay, em até 20, 25 dias, dependendo, claro, da embarcação.

E nós estamos ali numa posição estratégica no Estado do Acre. Nós já temos... E ali a Ministra Simone Tebet, Ministro Silvio Costa Filho, com quem conversei exatamente de fazermos uma visita a este porto... Estiveram no estado para o seminário sobre as rotas de integração, que são fundamentais para o Brasil continuar sendo protagonista da exportação e líder do nosso bloco do Mercosul.

E o Brasil pode alcançar ainda mais protagonismo, reduzindo custos e tempo para as suas exportações, através dessa parceria estratégica com o mercado andino, ali pelo porto de Chancay, e dali seguir para o resto do mundo, principalmente para a Ásia, pelo Pacífico.

Ora, hoje nós temos portos importantíssimos: Porto de Vitória, Porto de Santos, Porto do Açu, no Rio de Janeiro... Temos, lá no nosso Pará, Miritituba. Temos muitos portos importantes no Brasil. Agora, este porto, para a nossa exportação para a China, para a Ásia, é estratégico.

E eu peço um olhar muito carinhoso do Ministério do Meio Ambiente, do nosso Mapa, do Itamaraty, do Mdic e da CNA para o nosso Estado do Acre.

Eu estou olhando para um potencial competitivo do Brasil formidável – redução do tempo, economia com o preço FOB da nossa exportação, economia de tempo e de frete para a importação –, mas nós temos um problema. A Estrada do Pacífico, que já está pronta, que chega até Chancay pela BR-317, passa por uma região montanhosa, existe uma limitação de peso por eixo de caminhão que impossibilita cargas maiores e nós precisamos vencer esse desafio. Há uma possibilidade de o próprio Governo peruano e do Governo brasileiro chegarem a um consenso, do ponto de vista ambiental, da construção de uma estrada. O trecho é de apenas 240km em uma estrada de planície. Nós podemos apenas vencer os entraves ambientais e nos ligarmos diretamente ao Porto de Chancay sem hoje essas restrições que existem pela Estrada do Pacífico, que já está pronta.

Então, eu chamo a atenção de todos os órgãos aqui presentes: olhem para esta oportunidade que o Brasil tem através das exportações por esse novo porto na América Latina. O potencial que o Brasil alcança, exportando com a redução de tempo e de recursos, economizando e atingindo um nível muito maior de exportações... Nós temos que olhar para essa nova estrada que deve ser construída. Já existem tratados a esse respeito, mas nós precisamos avançar na questão ambiental, tanto o lado brasileiro quanto o lado peruano, porque a estrada vai passar por área de reserva, mas a gente precisa vencer isso e, acima de tudo, pensar lá no futuro, com os chineses, até mesmo na nossa Ferrovia Norte-Sul ligando todo o Brasil.

Concedo a palavra e peço que realmente leve esse entendimento nosso, porque nós conversamos com os Ministros. Há realmente hoje um novo olhar para as exportações e importações brasileiras por esse porto importante lá no Peru. Concedo a palavra à Sandra para as suas considerações. Na sequência, Raoni.

A SRA. SANDRA PAULA BONETTI (Para expor.) – Bom, primeiro eu queria agradecer muito pela oportunidade do debate, pela discussão. Realmente eu acho que, enquanto Confederação da Agricultura Familiar, a gente se coloca à disposição para outros debates. Eu acho que a gente precisa realmente... Quando eu citei que a gente tem muitos mecanismos que podem ser utilizados, realmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a legislação traz algumas questões claras, mas é para tentar valorizar também o que a gente já tem construído e que, sim, realmente pode ser adaptado à legislação. Um dos requisitos estabelecidos é o cumprimento da OIT 169, de que o Brasil inclusive é signatário.

Então, quando a gente fala, a gente está aqui preocupado com as questões ambientais, está preocupado com as questões trabalhistas, quer de fato garantir que, no campo brasileiro, seja agricultor familiar, seja trabalhador assalariado rural, que ele seja... A gente pode mostrar que existe uma agropecuária brasileira, independentemente do seu tamanho, comprometida e que de fato quer fazer a diferença e mostrar o quanto o Brasil é importante. O setor agropecuário brasileiro, independentemente do seu tamanho, tem uma importância muito grande.

E aí, também, gostaria de encerrar a fala, dizendo o quanto é importante essa discussão e nos colocando, como já disse, à disposição para novos momentos, para que a gente possa avançar e, sim, ter instrumentos, de fato, com que nós agricultores e agricultoras familiares sejamos incluídos.

Ainda quero dizer que nós, enquanto agricultores e agricultoras familiares, temos uma prática que, acho que a fala do companheiro aqui do Mapa trouxe isso... A agricultura familiar não costuma... A gente tem um ditado. A gente não costuma colocar todos os ovos em um cesto só, porque as nossas propriedades são pequenas. A minha propriedade lá no Paraná são 7,2 hectares em que a gente trabalha. Eu nasci, praticamente, naquela propriedade. Meu pai trabalha há 40 anos nessa propriedade e me proporcionou que eu estivesse aqui hoje.

Então, a nossa agricultura familiar brasileira consegue se desenvolver. Talvez eu não conheça tão bem, companheiro Roberto... Roberto não, me desculpa, Rodrigo, a agricultura europeia. Meu pé está muito no barro aqui no nosso Brasil, mas quero dizer que, sim, a gente precisa, cada vez mais, talvez, aprender um pouquinho mais com a agricultura familiar e expandir o nosso comércio para outras cadeias produtivas para que, de fato, a gente seja essa potência do tamanho que é o nosso país.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Obrigado, Sandra.

Com a palavra, Raoni Rajão, MMA.

O SR. RAONI GUERRA LUCAS RAJÃO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Então, só, enfim, trazendo alguns elementos aqui adicionais, da importância de nós, de fato, sermos proativos nesse processo que nos está colocado à frente.

Até, primeiro, olhando essa questão dos próprios pequenos produtores, de fato, na pauta da soja é muito pouca a produção de soja acontecendo em pequenos imóveis, mas é diferente de quando a gente olha, por exemplo, a produção de café. Majoritariamente, o café brasileiro... A pauta de exportação histórica do Brasil é feita por pequenos produtores. É a mesma coisa com relação também ao couro. O Brasil exporta 80% da produção de couro. Às vezes, não a engorda, a etapa final, mas a cria-recria é essencialmente feita por produtores, pequenos produtores. Isso implica, inclusive, na importância de nós buscarmos reduzir o custo de implementação, ou seja, de trabalhar de maneira realmente muito otimizada, até porque a legislação europeia tem vários defeitos, mas ela tem, a meu ver, o pior de todos, porque ela atua de maneira completamente diferente das legislações anteriores no que trata do mecanismo de implementação. Ela reinventa a roda.

Quando foi criada uma legislação, por exemplo, sanitária, mais rigorosa, logo após a vaca louca, não é que ela chegou e falou: "Agora, importador, você se vira, inventa aí uma certificação e, depois, se você a descumprir, você vai ser punido com um impacto enorme". Não. Ela falou: "Olha, então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisamos trabalhar com governos parceiros. Vamos criar procedimentos. Vamos criar, inclusive, câmaras técnicas para poder dirimir eventuais disputas".

Então, por exemplo, se entra um produto na União Europeia, assim como em vários outros países do mundo, e existe uma dúvida, é chamada a autoridade brasileira para poder dirimir aquela dúvida e toma-se a decisão. Mas não existe uma decisão unilateral.

É a mesma coisa com a madeira. Quando foi estabelecida a legislação europeia, a Flegt, os Estados Unidos também fizeram uma similar e poucos anos depois a China também adotou uma similar... Daí a importância, inclusive, de a gente fazer muito benfeito o dever de casa agora, porque não é uma questão de se a China vai adotar medidas como esta. É quando ela vai adotar medidas como esta. A gente tem visto isso, inclusive em alguns diálogos

Não é cada produtor vai lá e faz, não, existe o DOF, que é um documento emitido pelo Ibama, e uma licença de exportação, e aquela licença de exportação é aceita pela União Europeia. Existe alguma dúvida? Não tem problema, liga para o Ibama e vamos esclarecer.

Então daí a importância, já que existe esse *gap*, esse espaço, esse vazio, que a meu ver tem até ali um certo quê de *lobby* das empresas que querem vender certificações, inclusive europeias muitas delas, exonerando os nossos produtores. Não, é chegar e enfatizar que nós temos soluções, nós temos como fazer isso de fato, com um custo baixo para os nossos produtores e, de certa forma, liderar nessa agenda, e não somente trabalharmos aí de maneira reativa.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Muito obrigado, Raoni.

Cumprimento mais uma vez todos os nossos convidados, que abrilhantaram esta audiência pública, muito prestigiada do ponto de vista de que nós temos hoje um debate que chamou a atenção daqueles que acompanharam pelos meios de comunicação, pelo YouTube, ao vivo, e também os Senadores.

Cumprimento mais uma vez todos e agradeço de todo o nosso coração, em nome desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dezesseis horas e quarenta e quatro minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Alan Rick, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Marcio Bittar, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Luis Carlos Heinze e Tereza Cristina. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 30, de 2024 que: "Requeiro, nos termos do art. 90, X, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 66, § 6º, da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o envio da presente representação ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para a instauração de inquérito administrativo, com o intuito de apurar possível infração à ordem econômica referente a acordos de não aquisição de produtos agropecuários, o que pode demonstrar violação ao art. 36, I, da Lei nº 12.529/2011." Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos. Usam da palavra os Senadores Marcos Rogério e Alan Rick, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Alan Rick
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Está sobre a mesa o Requerimento nº 30, de 2024, de autoria do Senador Marcos Rogério.

E, neste momento, concedo a palavra ao Senador para encaminhar o seu requerimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, nobre Senador Alan Rick, primeiro eu quero agradecer a V. Exa., como Presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal, pela sensibilidade e pela atenção que tem por esse tema que é tão importante para o Brasil, para os brasileiros, especialmente para os estados que são produtores, estados que produzem alimentos e que não apenas abastecem as mesas dos brasileiros, mas também ajudam a alimentar o mundo.

O Brasil é um país que é celeiro de alimentos para o mundo, e nós temos o orgulho – eu particularmente, e sei que V. Exa. também – de estar numa região que é altamente produtiva, embora ultimamente não tenha sido fácil produzir no Brasil, num ambiente de tantas dificuldades, de tantos entraves. E os entraves legais, os entraves normativos são entraves de que quem está no campo já tem consciência, de que precisa respeitar a lei, de que precisa respeitar os normativos e se adequar a eles. A consciência que o produtor rural tem, hoje, é muito diferente da consciência que tinha o produtor rural nas décadas de 70, 80 e 90, especialmente na nossa região.

Eu nasci no Estado de Rondônia, um estado que foi desbravado, um estado que foi ocupado por famílias que vieram de várias regiões do país, do sul do Brasil, do Paraná, da Região Sul, do Espírito Santo e de tantas outras regiões, e que compuseram o nosso estado, desbravaram aquele estado. E, naquele momento, naquele período, o lema era "integrar para não entregar".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – É verdade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Esse era o lema, esse era o mote para a ocupação daquela região. E o que essas pessoas foram fazer lá? Foram ocupar as terras, preparar o solo para plantar, para colher, para viver, e fizeram daquele estado – do meu estado –, assim como fizeram de Mato Grosso, do Estado do Acre e de tantos outros, um estado produtivo.

Ocorre que aqueles que foram desbravadores e que abriram essa região para a produção, com o passar do tempo, passaram a ser tratados com total discriminação, com total desrespeito, em razão do avanço do desmatamento, em razão do preparo do solo para o cultivo.

A bem da verdade, existem muitas pessoas ao redor do mundo que acham, que consideram que aquela região deveria ser uma região sem habitantes e sem produção. Se pudessem fechar aquela região, o fariam. Mas nós somos responsáveis...

Hoje, Rondônia tem uma produção de grãos extremamente generosa que atende – não o mercado nacional – o mercado internacional. No mercado de corte de proteína animal, nós também temos uma alta produção, já ultrapassamos a marca de 15 milhões, já estamos chegando perto de 20 milhões de reses só no meu Estado de Rondônia.

E, agora, nós estamos diante de uma situação, Sr. Presidente – e esse é o motivo do apelo que fiz a V. Exa. para que pudéssemos apreciar o requerimento na tarde de hoje –: acordos que são feitos no campo privado internacional estão impondo, para produtores do Brasil, restrições e, nesse caso particular, ofendendo a Lei de Concorrência nacional e praticando um boicote ao nosso produto, com o argumento de que se está impedindo a comercialização de produtos oriundos de áreas de desmatamento ilegal, mas isso virou uma situação que ultrapassou essas questões.

Nós aprovamos aqui uma reforma do Código Florestal no passado, e eles não respeitam aquilo que o Parlamento fez, não respeitam as regras, não respeitam as áreas consolidadas e simplesmente praticam o boicote.

Esse movimento começou em 2006, quando empresas da Europa se organizaram, e as entidades que representam esses grupos econômicos acabaram optando por fazer o famoso boicote e, hoje, boicotam as empresas. Ocorre que isso, da maneira como estão fazendo, ofende a Lei de Concorrência, a Lei 12.529.

Então, eu estou solicitando à Comissão de Agricultura do Senado Federal que encaminhe este ofício ao Cade: nos termos do art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o art. 66, §6º, da Lei 12.529, de novembro de 2011, requeiro o envio da presente representação ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), para a instauração, Sr. Presidente, de inquérito administrativo, com o intuito de apurar possível infração à ordem econômica referente a acordos de não aquisição de produtos agropecuários, o que pode demonstrar violação ao art. 36, inciso I, da Lei 12.529, de 2011.

O apelo que faço a V. Exa. é que nós aprovemos este requerimento aqui, que façamos o encaminhamento ao Cade, para que se proceda com a abertura desse procedimento, desse inquérito administrativo, para apurar violação à Lei 12.529, porque isso ofende o direito concorrencial brasileiro.

Hoje, esse movimento está prejudicando o setor produtivo, especialmente aqueles que são produtores de soja no Brasil. Na Região Norte, em Mato Grosso, em Rondônia, no Acre, eles estão prejudicados com essa sabotagem ao produto nacional. Não existe outro argumento, não existe outro adjetivo: isso é boicote, isso é sabotagem, isso é uma violação à legislação, isso é uma violação ao direito de se produzir e de se comercializar no Brasil.

É por isso o apelo que fiz, porque o tema é urgente. Isso já aconteceu no ano de 2004; nós estamos, agora, no curso de uma nova safra. E o nosso desejo é que o Cade aja, para que a gente traga um ambiente de normalidade concorrencial para um setor que é tão importante para a economia.

Ao lado do requerimento que apresento, eu gostaria de pedir que fosse juntado a ele, também, um parecer que foi elaborado, a pedido da Aprosoja, para que seguisse como parte integrante do requerimento que submeto a esta Comissão, Sr. Presidente.

É o apelo que faço a V. Exa., agradecendo a sensibilidade e o compromisso de V. Exa. com essa pauta que é tão importante para o setor produtivo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Cumprimento o Senador Marcos Rogério.

Ainda há pouco, realizamos uma audiência pública tratando exatamente do tema da Regulação Europeia sobre Desmatamento (EUDR) e queimadas, que impõe ao Brasil procedimentos sobre o qual nem mesmo têm o consenso de 21 países europeus. Portanto, desrespeitam a legislação brasileira, os métodos brasileiros de mitigação de danos ambientais, de queimadas e de desmatamento, e nos impõem restrições absolutamente ilegais, do ponto de vista de que não respeitam os instrumentos que o Brasil tem, como proteção da sua agropecuária, do seu meio ambiente, enfim, da produção sustentável de alimentos em que o Brasil hoje é referência mundial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. vai exatamente ao encontro daquilo que nós debatemos, ainda há pouco, nessa última audiência pública, proposta exatamente para debater esses desdobramentos políticos bilaterais, os impactos econômicos e comerciais e as medidas adotadas pelos setores público e privado a respeito da Regulação Europeia sobre Desmatamento (EUDR), que eu citei ainda há pouco, prevista para vigorar em dezembro deste ano de 2024, ou seja, até o fim do ano, 31 de dezembro.

Portanto, V. Exa. tem nosso absoluto apoio em relação ao requerimento apresentado.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento do Senador Marcos Rogério.

Parabenizo, mais uma vez, V. Exa. pelo tema.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 16 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezesseis horas e treze minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e quatro, sob a Presidência Eventual do Senador Sergio Moro, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Alan Rick, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Weverton, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Augusta Brito, Teresa Leitão, Flávio Arns, Jorge Seif, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Tereza Cristina e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os demais membros. Registram presença os Senadores Paulo Paim, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Jorge Kajuru e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da Pauta: Emendas da CRA ao PLDO 2025. A Presidência comunica terem sido apresentadas 48 (quarenta) Propostas de Emendas ao PLDO 2025: 38 (trinta e oito) de Metas e 10 (dez) ao Texto da Lei. Relator das Emendas da CRA: Senador Jaime Bagattoli. Resultado: A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprova 13 (treze) Emendas ao PLDO 2025, sendo 03 (três) Emendas de Metas e 10 (dez) Emendas ao Texto da Lei, a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, conforme as seguintes tabelas:

Emendas de Meta				
Nº	Ação	Descrição	Inclusão de META	Iniciativa (Senadores)
1-CRA	20Y6	Pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologias para a agropecuária	245	Chico Rodrigues Esperidião Amin Fernando Farias Hamilton Mourão Humberto Costa Izalci Lucas Professora Dorinha Seabra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

2-CRA	20ZV	Fomento ao setor agropecuário	90.000	Chico Rodrigues Fernando Farias Hamilton Mourão Jussara Lima Professora Dorinha Seabra Soraya Thronicke Wilder Morais
3-CRA	210V	Estruturação produtiva, promoção e fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia	1.000	Augusta Brito Fernando Farias Humberto Costa Jussara Lima Soraya Thronicke

Emendas de Texto

Nº	Iniciativa (Senador)	Tipo	Referência
4-CRA	Chico Rodrigues	Aditiva	Anexo III, Seção II, Inciso IV
5-CRA	Esperidião Amin	Aditiva	Anexo III, Seção II, Inciso IV
6-CRA	Izalci Lucas	Aditiva	Anexo III
7-CRA	Izalci Lucas	Aditiva	Anexo III, Seção II, Inciso IV

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

8-CRA	Izalci Lucas	Aditiva	Anexo III
9-CRA	Humberto Costa	Aditiva	Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção II, Art 76
10-CRA	Tereza Cristina	Aditiva	Anexo III
11-CRA	Tereza Cristina	Aditiva	Anexo III
12-CRA	Professora Dorinha Seabra	Aditiva	Anexo III
13-CRA	Professora Dorinha Seabra	Aditiva	Anexo III

O Senhor Presidente submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta vigésima sétima Reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezoito minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR SERGIO MORO
PRESIDENTE EVENTUAL DA
COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à discussão e à votação das emendas desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, PLDO 2025, a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Foram recebidas 48 propostas de emendas válidas.

Isso é de iniciativa do Senador membro desta Comissão, sendo 38 de metas e 10 de textos.

A votação será simbólica.

Concedo, desde logo, a palavra à ilustre Senadora Tereza Cristina para proferir a leitura de seu relatório.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Senador Sergio Moro.

Eu peço para passar diretamente ao voto já que o documento está público. (*Pausa.*)

Considerando o texto que já foi disponibilizado para as Sras. e para os Srs. Parlamentares, peço então licença e vou fazer somente a leitura do voto.

O voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, somos pela apresentação, por esta Comissão, da inclusão das seguintes emendas ao Anexo de Prioridades e Metas.

Então, as emendas de ação, nós acolhemos três emendas, sendo que:

1 CRA-015 20Y6 - Pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologias para a agropecuária, 245;

2 CRA-043 20ZV - Fomento ao setor agropecuário, 90.000;

3 CRA-046 210V - Estruturação produtiva, promoção e fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, 1.000.

Assim, serão acolhidas as propostas da CRA de nºs 9, 11, 15, 23, 29, 34, 36, 37, 45, na forma da proposta CRA-015; as propostas 10, 12, 13, 19, 41, 42, 43, 48, na forma da proposta CRA-043; e as propostas 7, 18, 32, 39, 46, na forma da proposta CRA-046.

Acolhemos, também, todas as propostas de emendas ao texto do PLDO 2025 que foram apresentadas.

Propomos, ainda, que a Secretaria da Comissão fique incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas à CMO, inclusive adaptando a justificação das emendas, tal como foram sugeridas, produto e unidade de medida, para o sistema de elaboração de emendas.

10 de dezembro de 2024, Sala da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agradeço.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Esse é o voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agradeço a sempre competente Senadora Tereza Cristina pelo relatório e pelo voto que são por todos conhecidos.

Lido aqui o relatório e o voto, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro então a discussão.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Senador, só colocando aqui que foram acatadas as emendas principais desta Comissão, e também, das emendas que foram mais solicitadas, as ações foram aqui incluídas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agradeço o esclarecimento.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório pela aprovação das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao PLDO 2025.

Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Não havendo, então, quem se oponha e sendo aprovado o relatório, declaro aprovado o relatório, que passa a constituir parecer com as emendas da Comissão ao PLDO 2025, nos termos do relatório apresentado.

As emendas aprovadas irão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Proponho aqui a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião – a 28ª.

Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Antes só de encerrar aqui a presente reunião, eu tomo a liberdade de agradecer a colaboração técnica dos consultores do Orçamento aqui presentes pelo valioso trabalho desempenhado nessa matéria, que nós sabemos que se reveste de uma singular complexidade, destacando aqui os Srs. Newton César e Marcelo Teixeira. Então muito obrigado.

Antes de encerrar a presente reunião, tomo a liberdade de agradecer a colaboração técnica dos consultores do orçamento aqui presentes, pelo valioso trabalho desempenhado nessa matéria, que, como nós sabemos, reveste-se de uma singular complexidade, destacando os Srs. Nilton César e Marcelo Teixeira. Então, muito obrigado!

E nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 16 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia onze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Alan Rick e Jorge Seif, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Izalci Lucas, Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Weverton, Marcio Bittar, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Augusta Brito, Teresa Leitão, Flávio Arns, Laércio Oliveira, Luis Carlos Heinze, Hamilton Mourão e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana, Paulo Paim, Wellington Fagundes, Zenaide Maia e Otto Alencar, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Farias, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Jaime Bagattoli e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 383, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para prever a aplicabilidade das disposições referentes à recuperação judicial, à recuperação extrajudicial e à falência ao produtor rural, às associações, às fundações e às cooperativas, excetuadas as de crédito, que exerçam atividade econômica, independente de inscrição ou natureza empresária." Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE). Relatoria: Senador Weverton. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2024 - Não Terminativo - que: "Susta os efeitos do Decreto 11.995/2024, que "Institui o Programa Terra da Gente e dispõe sobre a incorporação de imóveis rurais no âmbito da Política Nacional de Reforma Agrária."" Autoria: Senador Ireneu Orth (PP/RS). Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo nº 201, de 2024 - Não Terminativo - que: "Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, o decreto nº 11.995, de 15 de abril de 2024, que institui o Programa Terra da Gente e dispõe sobre a incorporação de imóveis rurais no âmbito da Política Nacional de Reforma Agrária" Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS /RR). Relatoria: Senador Jorge Seif. Relatório: Pela aprovação do PDL 198/2024 e da Emenda que apresenta e pela Prejudicialidade do PDL 201/2024. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao PDL 198/2024 com a Emenda 1-CRA. E pela prejudicialidade do PDL 201/2024, que tramita em conjunto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação. ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2024 - Não Terminativo - que: "Susta os efeitos do Decreto 12.186/2024, que "Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo território quilombola Arvinha, localizados nos Municípios de Coxilha e Sertão, Estado do Rio Grande do Sul."" Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). Relatoria: Senador Hamilton Mourão. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM 4 - Projeto de Lei nº 2691, de 2024 - Não Terminativo - que: "Institui o Programa Nacional de Recuperação de Crédito dos Pequenos Agricultores – Desenrola Rural, altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.166, de 10 de junho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2021, e revoga o art. 4º da Lei nº 14.554, de 20 de abril de 2023." Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Relatoria: Senador Alan Rick. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 3 (três) Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas 1-CRA a 3-CRA. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 404, de 2018 - Terminativo - que: "Modifica o art. 11 da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que "Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências"." Autoria: Senador Givago Tenório (PP/AL). Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3687, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Novo Código Florestal) para dispor sobre o CAR e ampliar o prazo de inscrição obrigatória dos produtores rurais." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). Relatoria: Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Luis Carlos Heinze. Relatório: Pela declaração de prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Aprovado Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. Observação: Pela prejudicialidade do Projeto. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3206, de 2024 - Terminativo - que: "Confere ao município de Jaguaribe, no estado do Ceará, o título de Capital Nacional do Queijo Coalho." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Relatoria: Senador Jaime Bagattoli. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Usam da palavra os Senadores: Hamilton Mourão, Jorge Seif e Alan Rick, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Alan Rick
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta 29ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião está destinada à deliberação de quatro itens não terminativos e três itens terminativos, conforme a pauta previamente divulgada.

Esta Presidência comunica o recebimento de Ofício do Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura nº 24, de 2024, em resposta ao Requerimento nº 5, de 2023, de autoria desta Comissão.

Itens...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Está havendo um acordo entre o Governo e os proprietários rurais da área lá de Arvinha, nos Municípios de Sertão e Coxilha, e, consequentemente, conversando com o autor do projeto, o Senador Heinze, que estava aqui, nós vamos retirá-lo da pauta e aguardar esse acordo.

É o item 3, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Perfeito, Senador Mourão, nós já recebemos a comunicação que V. Exa. repassou à Secretaria desta Comissão.

Eu inicio com os pedidos de retirada de pauta.

O item 1, o Projeto de Lei 383, de 2022, foi retirado de pauta pelo Relator, Senador Weverton. Portanto, retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 383, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para prever a aplicabilidade das disposições referentes à recuperação judicial, à recuperação extrajudicial e à falência ao produtor rural, às associações, às fundações e às cooperativas, excetuadas as de crédito, que exerçam atividade econômica, independente de inscrição ou natureza empresária.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Votação simbólica.

-> CAE (NT) > CCJ (DT))

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 3, ao qual se referiu o Senador Mourão, o Projeto de Decreto Legislativo 357, de 2024, de autoria do Senador Luis Carlos Heinze, relatoria do Senador Hamilton Mourão, retirado de pauta também, a pedido do autor.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 357, DE 2024

- Não terminativo -

Susta os efeitos do Decreto 12.186/2024, que "Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo território quilombola Arvinha, localizados nos Municípios de Coxilha e Sertão, Estado do Rio Grande do Sul."

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Votação simbólica.

-> CCJ (NT))

O item 5, o Projeto de Lei do Senado 404, de 2018, de autoria do Senador Givago Tenório e relatoria do Senador Luis Carlos Heinze, retirado de pauta a pedido do Relator para reexame.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 404, DE 2018

- Terminativo -

Modifica o art. 11 da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que "Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências".

Autoria: Senador Givago Tenório (PP/AL)

Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, aprovado o Substitutivo no Turno Único, será ele submetido a Turno Suplementar.

- Votação nominal.)

Aproveitando aqui a presença já do nosso sempre extremamente assíduo e também um dos Senadores mais participantes e dedicados a esta Comissão, Senador Mourão, em homenagem à assiduidade e à tempestividade de V. Exa., eu faço aqui uma inversão de pauta para o item 6, para que V. Exa. possa fazer a leitura *ad hoc* do item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3687, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Novo Código Florestal) para dispor sobre o CAR e ampliar o prazo de inscrição obrigatória dos produtores rurais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze
Relatório: Pela declaração de prejudicialidade do Projeto.
Observações:
- Em 05.02.2020, a Comissão de Meio Ambiente aprovou Parecer pela prejudicialidade do Projeto.
- Votação nominal.

Leitura: Senador Hamilton Mourão, Relator *ad hoc*.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Concedida.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Compete a esta Comissão opinar sobre os temas dispostos no art. 104-B do Regimento Interno do nosso Senado, que são temas que incluem planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola e fundiária. Por ser de análise em decisão terminativa, cabe a esta Comissão se manifestar sobre os aspectos de constitucionalidade, de juridicidade – nela incluídos os aspectos de técnica legislativa –, bem como o mérito.

A proposição é formal e materialmente constitucional, e dispõe sobre matérias de competência legislativa concorrente entre União, estados e Distrito Federal, como florestas, conservação da natureza, defesa dos recursos naturais e proteção do meio ambiente – art. 24, inciso VI da nossa Constituição. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 também da Constituição.

Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida. Não se verifica, outrossim, vício de juridicidade.

Não obstante meritório, o projeto em análise deve, contudo, ser considerado prejudicado, em consonância com o que já deliberou a Comissão de Meio Ambiente. Com o advento da Lei 13.887, de 17 de outubro de 2019, já se estabeleceu que a inscrição no CAR é obrigatória e por prazo indeterminado para todas as propriedades e posses rurais, bem como que a inscrição do imóvel rural no CAR é condição obrigatória para a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), que deve ser requerida em até dois anos.

Especificamente, a Lei nº 13.887, de 2019, prevê que os proprietários e possuidores dos imóveis rurais que se inscreverem no CAR até o dia 31 de dezembro de 2020 terão direito à adesão ao PRA.

Assim, além de definir a perenidade da inscrição no CAR, a lei também estabeleceu uma data mais exequível e eficaz para adesão ao PRA, diferentemente do limite previsto nesta proposição, que é 31 de dezembro de 2019.

Por último, note-se que o estabelecimento de uma data limite para as instituições financeiras concederem crédito agrícola aos proprietários de imóveis rurais que estejam inscritos no CAR, conforme propõe o PL na alteração que faz ao parágrafo único do art. 78-A da Lei nº 12.651, de 2012, não é consentânea com o fato de o CAR ter se tornado um registro permanentemente aberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A redação atual, trazida pela Lei nº 13.887, de 2019, prorroga, também indefinidamente, o prazo para as instituições financeiras concederem crédito agrícola, bastando, para tanto, que o imóvel esteja inscrito no cadastro.

Dessa forma, torna o instrumento creditício harmônico com o instrumento cadastral, favorecendo a aplicação coerente da Lei Florestal e o alcance de suas pretensões.

Assim, Presidente, o voto é pela declaração de prejudicialidade do PL nº 3.687, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço ao Senador Hamilton Mourão a leitura do relatório.

Lido o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão pela prejudicialidade do projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento de sua tramitação.

Mais uma vez, agradeço ao Senador Hamilton Mourão.

Item 2.

ITEM 2
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 198, DE 2024
- Não terminativo -

Susta os efeitos do Decreto 11.995/2024, que "Institui o Programa Terra da Gente e dispõe sobre a incorporação de imóveis rurais no âmbito da Política Nacional de Reforma Agrária."

Autoria: Senador Ireneu Orth (PP/RS)

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 201, DE 2024
- Não terminativo -

Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, o decreto nº 11.995, de 15 de abril de 2024, que institui o Programa Terra da Gente e dispõe sobre a incorporação de imóveis rurais no âmbito da Política Nacional de Reforma Agrária

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação do PDL 198/2024 e da Emenda que apresenta e pela Prejudicialidade do PDL 201/2024.

Observações:

- Votação simbólica.

-> CCJ (NT)

Concedo a palavra ao Relator, Senador Jorge Seif.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Se o senhor me permitir, vou direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Consentido.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil, é competência exclusiva do Congresso Nacional sustar, por meio de decreto legislativo, ato normativo do Poder Executivo que exorbite o seu poder regulamentar.

Ademais, a CRA tem competência para se pronunciar sobre matérias relacionadas ao uso ou posse temporária da terra e regularização dominial de terras rurais e de sua ocupação e à colonização e reforma agrária, em razão do disposto no art. 104-B, incisos XIII e XIV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Exauridas as questões formais e constatada a competência desta Comissão para a análise dos PDLs ora apresentados, podemos passar para o exame do seu conteúdo.

O art. 5º do Decreto 11.995, de 2024, se propõe a regulamentar o instituto da desapropriação por interesse social, previsto na Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e na Lei 4.132, de 10 de setembro de 1962. Entretanto, Sr. Presidente, é manifestamente ilegal e inconstitucional, por conferir ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) poderes extravagantes e não previstos em lei e, ainda, por alterar a dinâmica da análise do aproveitamento da função produtiva do imóvel rural.

O Incra nunca gozou de competência ou atribuição para regulamentar o exercício da função social da propriedade rural e, por isso, não expede normas infralegais a serem seguidas por agentes privados e capazes de caracterizar qualquer um dos elementos que constituem o atendimento à função social da propriedade – função econômica, ambiental e de bem-estar do trabalho.

Ademais, Sr. Presidente, ao determinar a simultaneidade da aferição integral da função social do imóvel com a aferição de produtividade do imóvel rural, o decreto afronta não só a Lei 8.629, de 1993, como ainda o próprio princípio da eficiência, que deve reger os atos da administração pública – art. 37, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Isso porque, na hipótese de o imóvel ser produtivo, o processo de desapropriação deverá ser sempre arquivado, mesmo que não atenda às exigências ambientais, trabalhistas e de bem-estar de proprietários e trabalhadores, previstas no art. 186 da Constituição da República. Esse é o resultado do comando constitucional do art. 185 que, expressamente, dispõe que é insuscetível de desapropriação, para fins de reforma agrária, a propriedade produtiva.

Por conseguinte, diante da verificação do descumprimento da função ambiental ou de bem-estar do trabalho, somente poderão ser adotadas outras medidas menos severas, como a adoção da progressividade das alíquotas do ITR ou a lavratura de autos de infração que resultem na aplicação de multas administrativas.

Assim, considerando-se, Sr. Presidente, que o principal vício do Decreto 11.995, de 2024, é o disposto no art. 5º, é proposta a emenda a seguir visando exclusivamente à sustação do comando ilegal, preservando-se os demais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, considerando o disposto do art. 260 do Risf, o PDL 198, de 2024, terá precedência sobre o PDL 201, de 2024, por ser mais antigo. Por conseguinte, ficará prejudicada a matéria prejulgada e a em tramitação, o que leva, necessariamente, à prejudicialidade do PDL 201, de 2024.

Meu voto, Sr. Presidente.

Ante os argumentos expostos, o voto é pela aprovação do PDL 198, de 2024, e pela prejudicialidade do PDL 201, de 2024, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CRA
> Dê-se à ementa e ao art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2024, a seguinte redação:
> "Susta os efeitos do art. 5º do Decreto nº 11.995, de 2024, que institui o Programa Terra da Gente e dispõe sobre a incorporação de imóveis rurais no âmbito da Política Nacional de Reforma Agrária."
> "Art. 1º. Fica sustado, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil, o art. 5º do Decreto nº 11.995, de 15 de abril de 2024, que institui o Programa Terra da Gente e dispõe sobre a incorporação de imóveis rurais no âmbito da Política Nacional de Reforma Agrária."

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço ao Senador Jorge Seif.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao PDL 198, de 2024, com a Emenda nº 1 da CRA, pela prejudicialidade do PDL 201, de 2024, que tramita em conjunto.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o prosseguimento da tramitação.

Passo agora a Presidência desta Comissão ao Senador Jorge Seif, para que eu possa fazer a leitura do nosso relatório ao Projeto Lei 2.691, de 2024.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pessoal, boa tarde. Boa tarde, Sr. Presidente.

Agora, o nosso Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O Presidente é o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI Nº 2691, DE 2024
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui o Programa Nacional de Recuperação de Crédito dos Pequenos Agricultores – Desenrola Rural, altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.166, de 10 de junho de 2021, e revoga o art. 4º da Lei nº 14.554, de 20 de abril de 2023.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Alan Rick

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 3 (três) Emendas que apresenta.

Observações:

- Em 10.12.2024, o Relator, Senador Alan Rick apresentou novo Relatório.

- Votação simbólica.

-> CAE (T)

Observações:

- Em 10/12/2024, foi recebido um novo relatório pela aprovação dos projetos e das três emendas que apresenta;

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para o prosseguimento da tramitação em decisão terminativa.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou direto à análise.

Como V. Exa. acabou de proferir, com as alterações, apresentamos o novo relatório e o acatamento de três emendas.

Segundo o art. 104-B do Regimento do Senado Federal, cabe à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) opinar sobre política de financiamentos agropecuários e endividamento rural, bem como opinar sobre políticas de apoio às pequenas e médias propriedades rurais, dentre outros assuntos.

A proposição não encontra óbice constitucional, estando de acordo com o art. 187 da Constituição Federal, que registra que a política agrícola será planejada e executada na forma da lei levando-se em conta os instrumentos creditícios e fiscais.

A matéria tratada não é vedada à iniciativa parlamentar, visto que não está incluída entre os temas de iniciativa privativa do Presidente da República estabelecidos no §1º do art. 61 da Constituição. Ademais, a proposição apresenta abstratividade, coercitividade, generalidade e imperatividade, bem como inova no ordenamento jurídico.

Sobre o mérito deste projeto de lei, a leitura da justificação do PL nº 2.691, de 2024, não deixa qualquer dúvida acerca da relevância de sua aprovação. Trata-se de um programa que ajuda os agricultores familiares e pequenos agricultores a quitarem suas dívidas e continuarem suas atividades.

Ressalto a ênfase na importância dos agricultores familiares e dos demais agricultores de pequeno porte, que produzem parte significativa dos alimentos consumidos pelas famílias brasileiras. Eles ajudam a distribuir renda por meio da produção, além de gerar emprego e movimentar as economias locais. Tais produtores, no entanto, enfrentam desafios de toda sorte, incluindo flutuações de preço, dificuldades de escoamento da produção, seca e inundações. Esses contratempos têm gerado frustrações no planejamento e incapacidade de pagamento para os cidadãos em questão, mesmo havendo interesse por parte deles em honrar os seus contratos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabemos que o crédito é fundamental para a atividade dos agricultores familiares. Vou dar como exemplo aqui o meu Estado do Acre, na safra 2023/2024, eles tomaram emprestado R$436 milhões, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

No Brasil todo, foram cerca de R$60 bilhões nesse programa. Sem esses recursos de crédito rural, nossa capacidade produtiva fica comprometida. Esta proposição visa dar solvência aos agricultores, evitando a perda do acesso ao crédito e a consequente queda na produção alimentícia.

Destaco, ainda, que a sistemática da proposição – de gerar crédito presumido na apuração do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para os custos de renegociação de dívidas que forem assumidos pelas instituições financeiras – é bastante engenhosa, podendo ser classificada como uma solução do tipo ganha-ganha. É uma forma de incentivar as instituições financeiras a negociarem com os pequenos agricultores endividados, dando para isso uma contrapartida em benefícios tributários. Benefícios, estes, delimitados pelo projeto e definidos pelo Poder Executivo, dentro das possibilidades orçamentárias das leis anuais de orçamento.

Não poderia deixar de mencionar aqui outra contribuição importante deste PL em análise, trata-se da reabertura de prazo para renegociação de dívidas nos âmbitos dos fundos constitucionais de desenvolvimento regional, que são muito importantes para a agropecuária das regiões de menor renda do nosso país. O Desenrola Rural estende, ainda, essa reabertura de prazo aos agricultores que recorreram ao Fundo de Terras para ter acesso à propriedade rural por meio de financiamento de programas de reordenação fundiária e de assentamento rural. Eles também poderão renegociar seu saldo devedor.

Por fim, cabem três pequenos reparos na redação da proposição: a alteração do texto do art. 5º e as exclusões do inciso III do art. 6º e dos arts. 26 e 27.

Em seu art. 5º, o PL determina ao Ministério da Fazenda que crie a Central de Consolidação de Dívidas Inadimplidas de Pequenos Agricultores, no prazo de 180 dias. Embora meritória, esta determinação pode ser questionada quanto a eventual entendimento de haver vício de iniciativa, uma vez que a organização de órgãos de Governo é de iniciativa privativa do Poder Executivo. Diante disso, apresentamos uma emenda tornando a instituição da central autorizativa, o que sana a controvérsia e mantém o espírito da proposta.

No inciso III do *caput* do art. 6º, o PL impõe um fluxo mensal de pagamentos às novas operações de crédito no âmbito do Desenrola Rural. Essa periodicidade obrigatória é inadequada para as operações em questão. O crédito rural segue a lógica do ciclo de produção e comercialização agrícola. A amortização dos valores financiados costuma ser realizada de forma semestral ou anual. Para facilitar a renegociação desses contratos, apresentamos emenda suprimindo o inciso citado e, assim, permitindo a adoção de calendário de pagamento sazonal.

Em seguida, é apresentada outra emenda que suprime os arts. 26 e 27. Isso porque os dispositivos em questão visam alterar norma que, recentemente, já foi modificada pela Lei nº 14.995, de 10 de outubro de 2024, ou seja, a redação original da proposição não considerou as mudanças promovidas e, por tanto, esses dois artigos, ora suprimidos, tornaram-se extemporâneos e inoportunos.

Com essas considerações, fica clara a adequação e a constitucionalidade da proposição, bem como evidentes os seus méritos.

O nosso voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelas razões expostas, o voto é pela aprovação do projeto de lei, com as emendas que já foram publicadas anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Senador Alan Rick.

Lido o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem mais queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto com as Emendas 1-CRA e 3-CRA.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa.

Parabenizo o autor e a relatoria brilhante do meu querido amigo e irmão Senador Alan Rick, que tão bem representa o nosso querido Acre.

Passo a Presidência para o Senador Alan Rick.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Cumprimento o meu querido amigo Senador Jorge Seif. Cumprimento o meu querido e estimado amigo Senador Hamilton Mourão.

Agradeço-lhes a assiduidade, a tempestividade e o carinho com esta Comissão. Agradeço também aos nossos servidores, aos assessores presentes, aos amigos, a todos os representantes dos Parlamentares, do Governo, dos ministérios e das instituições que estão presentes nesta Comissão hoje.

Como nós temos o debate da reforma tributária – e o tema urge –, está encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e trinta e dois minutos do dia sete de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Soraya Thronicke e Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Fernando Dueire, Alan Rick, Jussara Lima, Beto Faro, Sérgio Petecão, Flávio Bolsonaro, Rosana Martinelli, Dr. Hiran e Damares Alves, Wilder Morais, Professora Dorinha Seabra, Flávio Arns, Paulo Paim e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores André Amaral, Vanderlan Cardoso e Carlos Portinho. Deixam de comparecer os Senadores Carlos Viana, Astronauta Marcos Pontes, Daniella Ribeiro, Teresa Leitão e Chico Rodrigues, conforme os Requerimentos 498, 511, 533, 565 e 506/2024-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 13ª, 14ª, 15ª e 17ª Reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 4467, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a destinação de recursos a programas, projetos e pesquisas de imunobiológicos, com vistas a fomentar a autonomia brasileira na produção de vacinas." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, Senador Astronauta Marcos Pontes. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 11, de 2024,** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o impacto e a governança das ações do FNDCT após a liberação total dos recursos." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Izalci Lucas (PL/DF). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo Senador Izalci Lucas. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 12, de 2024,** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Exma. Sra. Luciana Santos, Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o plano de inteligência artificial do Governo Federal." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PL/DF). **Observação:** As senadoras Rosana Martinelli e Soraya Thronicke fazem uso da palavra na fase de encaminhamento do requerimento. **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 13, de 2024,** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o crescimento dos jogos de cassino online do tipo caça níquel e seus impactos na sociedade, como o intitulado Jogo do Tigrinho e tantos outros encontrados nas redes sociais atualmente." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS). **Observação:** Os senadores Izalci Lucas, Rosana Martinelli e Soraya Thronicke fazem uso da palavra na fase de encaminhamento do requerimento. **Resultado:** Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos. Após

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Soraya Thronicke
Presidente em exercício da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
Portal Multimídia (senado.leg.br)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 18ª reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 13ª, 14ª, 15ª e 17ª Reuniões.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Informo que os itens 1 a 4 serão votados pelo processo simbólico.

O item 1 foi retirado de pauta, por solicitação do Senador Astronauta Marcos Pontes.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 4467, DE 2021
- Não terminativo -

Dispõe sobre a destinação de recursos a programas, projetos e pesquisas de imunobiológicos, com vistas a fomentar a autonomia brasileira na produção de vacinas.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Sociais após a deliberação da CCT.)

Item 2.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 11, DE 2024
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o impacto e a governança das ações do FNDCT após a liberação total dos recursos.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento nº 11, subscrito pelo Senador Izalci Lucas.

Concedo a palavra, para a leitura do requerimento, ao Senador Izalci.

Bom dia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para encaminhar.) – Bom dia, Presidente.

Bem, o requerimento trata de uma audiência pública com o objetivo de debater o impacto e a governança das ações do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), após a liberação total dos recursos.

Essas duas audiências públicas visam discutir os efeitos das mudanças recentes no FNDCT, avaliar a eficácia da implementação dos recursos liberados, identificar desafios e oportunidades emergentes, discutir a governança do fundo e fortalecer a colaboração entre o setor público, privado e acadêmico.

Ele propõe aqui, em audiência, a presença dos convidados: um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação; um representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); um representante do Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência e Tecnologia (Consecti); um representante do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap); um representante da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Públicas Estaduais e Municipais (Abruem); um representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); além de um representante da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep); um representante do Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (Fortec); um representante do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa de Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras (Foprop); um representante da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br); um representante da Academia Brasileira de Ciências; e um representante da Confederação Nacional da Indústria. Esse é o objetivo, Presidente, deste requerimento, que acho de suma importância.

A primeira audiência, então, tem esse foco no setor público e governamental, porque está propondo aqui também o representante da ciência e tecnologia para apresentar as diretrizes governamentais e o planejamento estratégico para a utilização dos recursos do FNDCT.

O representante do CNPq vai discutir a aplicação dos recursos e seu impacto no desenvolvimento científico e tecnológico; o diretor do Consecti, para discutir aqui as perspectivas dos estados na integração da política de ciência e tecnologia com o fundo nacional; o representante do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), para explorar o papel das fundações estaduais no fortalecimento da pesquisa regional com o FNDCT; a Abruem, para debater a importância dos recursos para as universidades públicas e o seu impacto no ensino da pesquisa do FNDCT; a Andifes, para abordar o impacto da liberação de recursos do FNDCT nas instituições federais de ensino superior e as suas implicações para o futuro da educação superior e da pesquisa no Brasil.

A audiência nº 2 tem o foco no setor privado e colaboração intersetorial. O representante da Finep vai detalhar os projetos já financiados e os resultados preliminares obtidos com o FNDCT; o Fortec vai avaliar a transferência de tecnologia e a inovação das instituições de pesquisa com o fundo; o Foprop, discutir a importância do fundo para os programas de pós-graduação e pesquisa no Brasil; o ICTP.br, analisar o papel do Legislativo e do Executivo no apoio ao fortalecimento das políticas de ciência e tecnologia com o FNDCT; a Academia Brasileira de Ciências, fornecer uma visão acadêmica sobre o desenvolvimento científico e as necessidades futuras da comunidade científica com relação ao fundo; e a CNI, para discutir a interação entre políticas de ciência, tecnologia e inovação no setor industrial do FNDCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o requerimento, Presidente.

Eu quero complementar e dizer da importância dessas duas audiências. Eu tive o privilégio de ser o autor do fim do contingenciamento dos recursos do FNDCT, que é um fundo primordial, fundamental para o desenvolvimento da ciência. Eu tive o privilégio também de ser Vice-Presidente do Consecti, quando fui por duas vezes Secretário de Ciência e Tecnologia. Então, esse fundo tem um papel fundamental. Nós não podemos fazer com que esses recursos sejam desviados para outros projetos que não sejam de interesse do país ou da ciência e da tecnologia e desses atores que foram convidados.

Então, eu quero parabenizar o Senador Astronauta Marcos Pontes pela iniciativa e pedir o apoio dos Parlamentares, dos nossos colegas, para a aprovação.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Muito bem, Senador Izalci. Todo o meu respeito a ambos, ao Senador Astronauta Marcos Pontes e também a V. Exa., porque vocês entendem do assunto. Então, é muito pertinente.

Lido o requerimento, consulto se há quem queira fazer uso da palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

V. Exa. já encaminhou.

Não havendo quem queira usar a palavra, coloco em votação.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Vamos para o item...

Obrigada, Senadora Rosana Martinelli, pela sua presença aqui conosco. Presença física, não é? Há tantos colegas aí virtualmente nos acompanhando, mas a presença física sempre engrandece a reunião.

Item 3 da pauta.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 12, DE 2024
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Exma. Sra. Luciana Santos, Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o plano de inteligência artificial do Governo Federal.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PL/DF)

Concedo a palavra ao Senador para a leitura do requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para encaminhar.) – Presidente, o requerimento trata do convite à nossa Ministra Luciana Santos, Ministra de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, para comparecer a esta Comissão a fim de prestar informações sobre o plano de inteligência artificial do Governo Federal, que foi anunciado recentemente. Inclusive, nos meios de comunicação, se falou em 23 bilhões de investimento, com os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Então, seria muito importante a presença dela aqui para detalhar esse projeto, esse plano estratégico do Governo, a utilização dessa ferramenta e a utilização dos recursos do FNDCT. Esse convite é importante e urgente, porque nós estamos debatendo, inclusive, a regulamentação dessa matéria aqui no Congresso; então, é importante ver a posição do Governo com relação a essa matéria.

Eu peço também o apoio para a aprovação desse requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Lido o requerimento, consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar. Deseja?

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Eu quero ressaltar a importância de discutirmos, porque a questão da inteligência artificial é o que nos vai comandar futuramente. Então, tem que ter muito cuidado, tem que ser trabalhada, discutida e tem que principalmente divulgar e esclarecer para toda a população, porque com certeza nós já a estamos usando, vai ser benéfica, mas também tem essa preocupação de como vai ser usada para o mal.

E é muito importante. Eu acredito, Senador Izalci, que com certeza ela, vindo, vai mostrar e dar um direcionamento, mas principalmente a questão cultural, a divulgação do que o Governo pretende fazer, quais as diretrizes de segurança que terá que ter, porque são muito preocupantes os nossos destinos.

Então, hoje, com a invasão, com a possibilidade de ter acesso e colher informações, como será essa inteligência artificial cada vez mais aprimorada?

Eu acredito que o Governo está certo, tem que se continuar investindo, é o futuro, mas com cautela, com a maior segurança para todos nós, cidadãos.

Muito obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Exatamente, Senadora.

Eu vou, no meu requerimento, tratar também disto, dos perigos. Vêm sempre as benesses, mas nós temos o caso agora de adolescentes numa escola terem usado a foto de uma colega adolescente em cenas eróticas, em cenas pornográficas. Essa menina está em depressão. Há notícias de pessoas que cometem suicídio. Isso é muito sério. Então, nós devemos ter uma agilidade também nos processos de calúnia e difamação, porque tudo demora muito. Você não tem condições de apagar isso da sua história, porque o estrago é imenso.

Então, realmente, nós precisamos nos debruçar sobre isso.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu quero ressaltar a importância da questão econômica, porque está sendo usada a voz e muitas pessoas estão sendo lesadas...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Aqui eu vou falar disso agora.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... com informações comerciais que não são verdadeiras. Muitas pessoas de boa-fé estão sendo prejudicadas e sendo lesadas. Então, nós temos que dar um direcionamento, para realmente se inibir esse tipo de situação.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Exato. Liberdade de expressão termina onde começa o Código Penal, só que essas questões não tramitam na mesma velocidade no Judiciário. Lógico, tem que ter direito ao contraditório, à ampla defesa, a tudo que tem que ser respeitado, só que uma foto ganha o mundo inteiro e acaba com a vida de uma pessoa em um segundo. Então, isso é muito sério.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Voltando, principalmente está sendo usada por muitas redes comerciais...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Exato.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... divulgando produtos com preços que são irreais, e as pessoas de boa-fé...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Caem.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... acabam comprando, mandando Pix, e justamente é a voz desses proprietários.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Exato.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, é muito preocupante.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Quanto ao encaminhamento, a Secretaria da Comissão tomará as devidas providências em relação a esse requerimento.

Agora, para que eu possa ler o meu requerimento, Senador Izalci, eu gostaria de passar-lhe a Presidência, agradecendo já a sua disponibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem, Soraya. (*Fora do microfone.*)

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 13, DE 2024
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o crescimento dos jogos de cassino online do tipo caça níquel e seus impactos na sociedade, como o intitulado Jogo do Tigrinho e tantos outros encontrados nas redes sociais atualmente.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)

Concedo, então, a palavra para a leitura do requerimento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater o crescimento dos jogos de cassino *online* do tipo caça-níquel e seus impactos na sociedade, a exemplo do intitulado jogo do Tigrinho e tantos outros encontrados nas redes sociais atualmente.

Sugiro os seguintes convidados: representante do Ministério da Fazenda; representante do Ministério da Justiça; representante do Ministério de Ciência e Tecnologia; e o Sr. Fernando Oliveira Lima - Presidente Fundador da One Internet Group (OIG).

Justificação.

Diante do crescimento exponencial dos jogos de cassino *online* do tipo caça-níquel, torna-se imperativo discutirmos o assunto no Senado para acompanhar seus andamentos e impactos, assim como a nova portaria editada pelo Ministério da Fazenda. Este setor emergente tem demonstrado um aumento significativo na participação de consumidores, especialmente por meio de plataformas digitais, que oferecem uma ampla gama de opções de apostas. É crucial que o Senado exerça seu papel fiscalizador para garantir que essas atividades sejam conduzidas de maneira transparente, responsável

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

e dentro dos parâmetros legais estabelecidos, assim como saibamos coibir ao máximo o uso dessas plataformas por menores de idade, pois o número é crescente de todo tipo de cidadão se utilizando desses jogos como entretenimento, que trazem aparentes danos psicológicos e emocionais para toda a sociedade.

Gostaria de, para encaminhar, destacar algumas questões, principalmente que o meu nome, inclusive, foi utilizado num vídeo. Eu apareço no meio de um vídeo longo chamando as pessoas – foi para o Tigrinho, Carol? Era para o Tigrinho, não era? –, dizendo, numa fala tosca... Tosca, sim, porque eles não conseguiram nem fazer direito, não usaram nem inteligência artificial, de tão fácil que é para eles. Aí, nesta fala, eu digo: "Venha jogar no Tigrinho" e tal. "Eu ganhei R$300 mil reais", eu falo. Eu falo que eu ganhei, neste vídeo, R$300 mil no Tigrinho e chamo as pessoas para jogar.

Nós fomos registrar um boletim de ocorrência lá na Polícia Legislativa e estamos tomando providências; porém, não conseguimos encontrar o dono do Tigrinho no Brasil. Não sabemos quem é. Cadê esse CNPJ?

Eles estão ainda cooptando influenciadores mirins! Crianças jogam esses jogos, filmam e falam: "Venha para cá, acabei de ganhar tanto".

Até mesmo o Senador Eduardo Gomes me ligou dias atrás e falou: "Soraya, você vá para essa Comissão, me ajude, porque acabamos de ter aqui, no interior do Tocantins, um suicídio". A moça tirou da conta do marido cerca de R$30 mil, perdeu tudo e se matou.

Gente, o que aumentou no SUS o número de pessoas que estão procurando psicólogos é um absurdo. Nós sabemos que o jogo do bicho, caça-níquel, isso sempre existiu no Brasil de uma forma velada e a gente nunca conseguiu coibir. Então existem já pessoas viciadas nesse tipo de jogos, só que como nós não regulamentamos, nós não temos dados para desenvolver uma política pública, a gente nem sabe nesse submundo o que acontece.

Nós tínhamos um funcionário, meu sogro tinha na empresa dele uma pessoa muito humilde, ele não jogava menos de R$2, R$3 todos os dias no jogo do bicho, ele era viciado. Aí ganhava hoje 30, amanhã perdia 50, mas ele só falava nisso o dia inteiro. Ele chegava para mim, quando me via, e falava: "Ô, D. Soraya, eu sonhei com o cachorro, a senhora e um cachorro. Aí eu joguei, ganhei". Entendeu? Jogou no cachorro porque ele sonhou, sabe, umas coisas assim, ele ficava nesse mundo. Então isso é sério.

Ah, olha, só para dizer, as pessoas de menor condição financeira – aqui tem muita coisa para ler –, olha: entre os apostadores ouvidos, 80% gastam até R$100, a maioria dos usuários é de baixa renda, cerca de 58%, que gasta menos de R$50, gente, por dia.

Nós somos, Izalci, liberais na economia, mas nós somos responsáveis. Isso não é uma anarquia, tem que ter responsabilidade. E muitas vezes até o cassino físico que nós estamos trabalhando para liberar é até mais fácil, porque a pessoa sai da sua casa, você pode pôr regras como quem é da região, quem é do estado, quem mora ali não pode frequentar mais do que duas vezes por semana, você coloca balizas, você coloca limites, a família avisa, dá para documentar isso, fala: "Ó, fulano é viciado. Então, quando ele gastar mais de R$200 no dia ou na semana, vocês já vão cortar", sob pena de responsabilidade pessoal.

Então dá para a gente enxergar, o problema é que aqui, o teu filho e a tua filha estão jogando 24 horas e você não está vendo. A pessoa fala: "Ah, eu estou aqui, respondendo *e-mail,* eu estou na rede social", não, ela está jogando e fazendo Pix com uma facilidade incrível. E mais, eu tenho uma servidora, se ela quiser, ergue a mão aí. Em escolas abastadas também, as crianças, os adolescentes, os pré-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

adolescentes estão insuportáveis, pedindo para o pai o dia inteiro: "Faz um Pix para não sei o quê?", às vezes inventam que compraram uma comida.

Gente, os dados aqui são da XP. Tem um que saiu em *O Antagonista*, tem sempre que dar o... Olha o que que... um relato: Osmar Neto, *O Antagonista,* do dia 14/7, deste ano: "Osmar Neto, um jovem universitário de 22 anos, exemplifica esta nova tendência. Ele relata como, por vezes, opta por apostar em partidas esportivas ao invés de gastar seu dinheiro imediatamente em lazer ou [até mesmo em] necessidades básicas, como alimentação. [Aspas, agora do Osmar Neto:] 'Às vezes penso em uma diversão mais certa, como [sair para comer] uma pizza, mas acabo apostando em um jogo esperando multiplicar meu dinheiro', explica Neto".

Então, gente, essas pessoas estão ficando muito sozinhas, elas ficam ali naquela loucura. Eu não imagino o que seja isso, mas olha só: quem são os apostadores brasileiros – por último? A maioria é masculina, 58%, e pertencem à classe C, 54%. Jovens entre 18 e 34 anos representam 44% do total de apostadores. A Região Sudeste ostenta maior concentração de jogadores, representando 50%. Esses dados demonstram não apenas o perfil dos apostadores, mas também ressaltam como a dinâmica do consumo está ligada a fatores sociodemográficos distintos.

Então, precisamos, temos a obrigação de buscar quem são essas pessoas, quem está por trás disso, e é nossa responsabilidade coibir. O assunto que não tinha vindo à baila já existia, já existia, só que nós não estávamos tão ligados, antenados, conscientes disso como agora. Então, é nossa obrigação.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Foi potencializado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Foi potencializado, exatamente.

Então, Sr. Presidente, este é o requerimento para esta audiência pública. Sugiro que os colegas tragam outros nomes. Que todos estejam empenhados em encontrar os responsáveis e que a gente consiga trazer, nem que seja de qualquer lugar deste planeta, aqui para responder. Mas que a gente vai atrás a gente vai.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Antes de passar a palavra para a discussão, eu quero também me manifestar sobre a importância dessa audiência. Apesar de tudo que foi falado aqui, quando da votação desse projeto da liberação dos jogos, nós alertamos tudo isso. E eu quero aqui realmente ressaltar o trabalho do Senador Girão, que trouxe dados concretos do que iria acontecer, e é exatamente o que está acontecendo: as pessoas abrindo mão de comprar alimentos para jogar. Então, essas já são as consequências.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – E o Brasil não faturou nada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E nem sequer está cobrando os impostos. Fica discutindo a questão de desoneração da folha e não regulamenta a cobrança de imposto, que tem que ser muito alta. Eu, particularmente, fui até contra esse projeto, mas, de qualquer forma, aí estão as consequências.

Eu consulto se há alguma manifestação, alguma discussão?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Ela quer falar como tem que passar, tem que ser só cartão de crédito.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Justamente uma forma é que seja passada somente com cartão de crédito, que tem como o Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

rastrear e principalmente cobrar os impostos devidos. É uma maneira também de toda família controlar e também de o Governo estar ciente, controlando e cobrar os impostos devidos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A Soraya está tentando trazer é o dono de isso aqui, quem está por trás do financiamento.

A SRA. ROSANA MARTINELLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Com certeza!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Para discutir.) – Isso aqui tem que ter um... Senador, Sr. Presidente, sobre isso aí, depois de uma audiência pública, nós temos que levar as ideias. A audiência pública é para que a gente possa identificar os gargalos, os flancos que nós temos aí. E essa é uma excelente ideia. Então, vamos ouvi-los e fazer as sugestões, porque tem que ter um efeito prático essa audiência pública. E nós temos que escutar essas pessoas, porque elas estão se escondendo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Verdade.

Não havendo mais quem queira discutir, então, eu coloco o requerimento em votação simbólica.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam este requerimento permaneçam se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as providências devidas para marcar a data.

Eu devolvo a Presidência à Senadora Soraya.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Obrigada, Izalci! Obrigada, mesmo! (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, desejo um bom dia a todos e todas que estão aqui, aos servidores e a quem está nos assistindo via internet e pela TV Senado. Boa tarde a todos.

Encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e dezessete minutos do dia quatro de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Fernando Dueire, Alan Rick, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão, Augusta Brito, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Flávio Bolsonaro, Rosana Martinelli e Damares Alves, Flávio Arns, Paulo Paim, Zenaide Maia, Wilder Morais, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad e Weverton. Deixam de comparecer os Senadores André Amaral, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Carlos Portinho e Dr. Hiran. Deixa de comparecer o Senador Carlos Viana, conforme o Requerimento 498/2024-CDir. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência comunica o recebimento dos seguintes avisos do Tribunal de Contas da União: Aviso n° 417-GP/TCU, encaminhando cópia do Acordão nº 1.044, de 2024, proferido no processo que trata de monitoramento dos Acórdãos nº 458, de 2014, e 729, de 2018, contendo recomendações, convertidas em determinações, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic); Aviso n° 436-GP/TCU, encaminhando, para ciência, cópia do despacho, em razão de pedido de reexame interposto pela Advocacia-Geral da União, conferindo efeito suspensivo ao item 9.4 do Acórdão nº 898, de 2024, proferido pelo plenário do TCU, que trata de acompanhamento da implantação do Centro Tecnológico Nuclear e Ambiental (Centena), anteriormente denominado Repositório Nacional de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Níveis de Radiação (RBMN); e Aviso n° 605-GP/TCU, encaminhando, para ciência, cópia do Acórdão nº 1.563, de 2024, proferido pelo plenário do TCU, que trata de monitoramento das recomendações feitas no Acórdão nº 1.384, de 2024, referente à auditoria para avaliar as ações governamentais e os riscos à proteção de dados pessoais, por meio da elaboração de diagnóstico dos controles implementados pelas organizações públicas federais, para a adequação à Lei Geral de Proteção de Dados. Os expedientes lidos serão publicados na página da CCT pelo prazo de 15 dias para que as Senadoras e os Senadores membros possam manifestar interesse na análise das matérias por esta Comissão, conforme a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 7, de 2024-CCT, de autoria Senador Fernando Dueire (MDB/PE), e ao Requerimento nº 12, de 2024-CCT, de autoria Senador Izalci Lucas (PL/DF), com a Senhora Luciana Santos, Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, a fim de debater o Programa Conecta e Capacita - desafios e potenciais aportes legislativos ao programa; e prestar informações sobre o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial do Governo Federal. Fazem uso da palavra os Senadores Izalci Lucas, Fernando Dueire, Teresa Leitão e Soraya Thronicke. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Soraya Thronicke
Presidente em exercício da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
Portal Multimídia (senado.leg.br)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A Presidência comunica o recebimento dos seguintes avisos do Tribunal de Contas da União, passando à leitura do expediente da Comissão:

- Aviso nº 417, do TCU, encaminhando cópia do Acordão nº 1.044, de 2024, proferido no processo que trata de monitoramento dos Acórdãos nºs 458, de 2014, e 729, de 2018, contendo recomendações, convertidas em determinações, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic).

- Aviso nº 436, encaminhando para ciência cópia do despacho em razão de pedido de reexame interposto pela Advocacia-Geral da União, conferindo efeito suspensivo ao item 9.4 do Acórdão nº 898, de 2024, proferido pelo plenário do TCU, que trata de acompanhamento da implantação do Centro Tecnológico Nuclear e Ambiental (Centena), anteriormente denominado Repositório Nacional de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Níveis de Radiação.

- Aviso nº 605, do TCU, encaminhando para ciência cópia do Acórdão nº 1.563, de 2024, proferido pelo plenário do TCU, que trata de monitoramento das recomendações feitas no Acórdão nº 1.384, de 2024, referente à auditoria para avaliar as ações governamentais e os riscos à proteção de dados pessoais, por meio da elaboração de diagnóstico dos controles implementados pelas organizações públicas federais, para a adequação à Lei Geral de Proteção de Dados.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública com a Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, para debater o Programa Conecta e Capacita, desafios e potenciais aportes legislativos ao programa e também prestar informações sobre o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial do Governo Federal, em cumprimento aos Requerimentos nºs 7 e 12, de 2024, da CCT, de autoria dos Senadores Fernando Dueire e Izalci Lucas, respectivamente.

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários por meio do endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para o telefone 0800 0612211.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, informo que serão adotados os seguintes procedimentos para esta audiência pública:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Os Senadores e as Senadoras poderão solicitar à Presidência a inscrição para interpelar a Sra. Ministra após a sua exposição. Aqueles que participam de forma remota podem fazê-lo por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da plataforma.

- A Ministra fará uso da palavra para exposição inicial por 30 minutos. Em seguida, aos Senadores e às Senadoras inscritos serão concedidos cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta da Ministra, que poderá ser contraditada pelo prazo máximo de dois minutos, sendo concedido o mesmo tempo para tréplica.

Agradeço aqui a presença dos Senadores Izalci Lucas e Fernando Dueire e a presença da Sra. Ministra Luciana Santos. E lhe concedo, Ministra, a palavra por 30 minutos ou o que a senhora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Ah, o.k. Perdão, verdade.

Então, Izalci Lucas e Fernando Dueire, será concedida a palavra a ambos.

Primeiro, Senador Izalci. E aí, depois, a Ministra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Eu vou fazer duas colocações. Se a Ministra já puder levar em consideração essas dúvidas já na exposição, talvez esclareça um pouco melhor, mas é muito importante a gente debater esse assunto sobre inteligência artificial. Estamos aí exatamente com essa discussão já há algum tempo.

Bem, o novo Plano Brasileiro de Inteligência Artificial 2024-2028 estabelece que a criação de um ecossistema de dados público em nuvem é soberana. Essa iniciativa visa não apenas garantir a proteção e a soberania dos dados nacionais, mas também fomentar o desenvolvimento de soluções de inteligência artificial no Brasil. Diante desse cenário, eu pergunto: como o Governo pretende equilibrar a necessidade e garantir a soberania dos dados com a busca por eficiência e escalabilidade que as soluções de nuvens já consolidadas no mercado oferecem? E quais as estratégias estão sendo consideradas para integrar essas duas dimensões?

Em 2023, uma pesquisa do IBGE destacou que a maioria das pessoas que não utilizaram a internet em 2022 eram de baixa escolaridade ou pertenciam à faixa etária mais avançada. Entre os principais motivos citados para essa falta de acesso, 47,7% dos entrevistados indicaram a dificuldade de usar a tecnologia, enquanto 23,5% informaram não sentir necessidade de se conectarem à rede mundial de computadores. Diante desse cenário, também eu pergunto: quais são as estratégias do Programa Conecta e Capacita para promover o letramento digital, focando particularmente em idosos e pessoas com baixa escolaridade? E quais iniciativas estão sendo implementadas para assegurar que essas populações possam superar as barreiras de acesso e usufruir das oportunidades que a internet oferece?

Então, eram essas duas ponderações. Se V. Exa. já puder comentar...

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Obrigada, Senador Izalci.

Vamos passar a palavra já para o Senador Fernando, mas, para deixar a Ministra também bem à vontade, ou ela responde durante o... Eu acredito que vai fazer parte da sua exposição, mas, como a senhora preferir, como se sentir mais à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra para o Senador Fernando Dueire.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Para interpelar.) – Presidente, Senadora Soraya, querida, é sempre um prazer muito grande participar de uma sessão em que a senhora está presidindo, com lucidez, equilíbrio e sempre com muita firmeza.

Ministra, eu venho acompanhando o trabalho da senhora praticamente todos os meses. Eu percebo as ações que a senhora tem feito no país inteiro, no Nordeste e em particular, em Pernambuco, nosso estado. Nós temos um grande desafio.

A senhora, assim como o Presidente Lula, conseguiram lançar um programa fabuloso – Conecta e Capacita – no final do ano passado, em meados do ano passado, onde visa exatamente socorrer essa questão da qualificação quando nós temos tantos postos disponíveis e profissionais não qualificados para ocupá-los.

De outra forma, não estando previsto aqui nesta audiência, eu gostaria, se possível, que a senhora tratasse alguma coisa sobre a indústria de semicondutores lá do Rio Grande do Sul. Nós tivemos na pandemia do covid problemas de suprimento de semicondutores e, com os abalos sísmicos lá em Taiwan, que é talvez o maior produtor, o mercado mundial também sofreu consequências. Essa era uma indústria que estava indo para liquidação. V. Exa., em tempo oportuno, conseguiu reverter isso, mas quais são os planos de expansão dessa indústria? Qual é a condição que nós temos ou horizonte de suprir o mercado nacional e, quem sabe, até o Mercosul?

De forma que parabenizo pelo trabalho, porque estou acompanhando-o, mas gostaria muito de ter, com relação à Ceitec, uma informação e uma visão de médio e longo prazo do que se pretende com relação a uma ferramenta tão importante que o Brasil tem e que estava sendo arquivada. A senhora, em boa hora, trouxe de volta essa esperança, para que nós possamos, neste país, ter uma produção de semicondutores.

É isso.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Obrigada, Senador Fernando.

E agora passo a palavra à Ministra Luciana Santos, para sua exposição.

Fique à vontade. Seja muito bem-vinda.

Ministra, apenas antes, eu gostaria de agradecer a presença da sua equipe: a Eliana Emediato, Diretora de Ciência, Tecnologia e Inovação Digital; o Henrique de Oliveira Miguel, que é Secretário do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Juana Nunes ou Joana?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Juana, Diretora de Popularização da Ciência, Tecnologia e Educação Científica; Sônia da Costa, Diretora de Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva. É isso? – seja bem-vinda; Valdelice Souza, Secretária de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social; Roberto Muniz, Assessor Parlamentar do CNPq; e Ana Cristina Santos, Chefe da Assessoria Especial de Comunicação do Ministério.

Sejam todos bem-vindos.

Ministra, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUCIANA SANTOS (Para expor.) – Primeiro, eu quero agradecer e parabenizar a iniciativa dos requerimentos aqui feitos e saudar a Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. Não sei se é a primeira mulher na Comissão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LUCIANA SANTOS – Então, é a primeira Ministra mulher da história do Ministério da Ciência e Tecnologia aqui sendo recebida pela primeira mulher Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado. É um prazer e uma honra maior ainda. Acompanho sua trajetória, Senadora Soraya Thronicke, e fico feliz por você estar aqui cumprindo um papel tão importante e relevante nesta Casa e neste Congresso Nacional, que cada vez mais tem uma exigência da sociedade para que a gente consiga dar respostas devidas no sistema de poder político do nosso país, em que o Parlamento tem, sem dúvida nenhuma, um papel de diálogo e de interlocução com a sociedade muito relevante.

Eu já fui desta Casa, já fui por oito anos Deputada, fui Deputada com o atual Senador Izalci, fui Deputada, inclusive, da Comissão de Ciência e Tecnologia, quando nós partilhamos muitos momentos de conquista para a política pública.

Agradeço também ao Senador Izalci pelo requerimento e ao meu querido conterrâneo Fernando Dueire, também um homem de larga experiência na gestão pública, de uma gentileza ímpar e com quem a gente vem conseguindo trabalhar muito, nesse um ano e oito meses, para poder fazer valer ações para o Brasil, para o nosso estado. Então lhe agradeço também, Senador Fernando Dueire, pelo seu requerimento de poder estar aqui debatendo assuntos tão relevantes como é o Programa Brasileiro de Inteligência Artificial e os programas Conecta e Capacita, pelo impacto que isso tem na formação da nossa juventude e nas potencialidades econômicas que a conectividade atrai.

Quero ainda saudar o meu conterrâneo Jarbas Vasconcelos Filho, que todos nós chamamos carinhosamente de Jarbinhas, que é filho do nosso Senador aqui da República, que está licenciado, e é Deputado Estadual do Pernambuco. Obrigada, Jarbinhas, por você estar aqui presente entre nós. Mande um grande abraço para o seu pai.

Quero saudar o Edvaldo Dias, que é o Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos, e, na pessoa dele, quero saudar toda a equipe, que já foi saudada aqui pela nossa Presidenta.

Senador Izalci, como está na apresentação, eu vou preferir no bojo da apresentação desenvolver um pouco mais as suas perguntas, que vão ao encontro das principais preocupações que movem a gente no ministério.

Então passo aí à apresentação. (*Pausa.*)

Acho que já foi demais. Agora foi.

Está para onde? Para aqui? Está aqui? Para cá? (*Pausa.*)

Então, esse debate da transformação digital é uma das prioridades do Governo do Presidente Lula. Está na NIB, entre as seis missões da NIB, uma delas, aliás, no bojo... Entre as seis missões, está a transformação digital. E são escolhas que o nosso Governo fez.

Uma das questões que eu acho que se destaca mais é que foi um processo convergente. Não é fácil fazer uma convergência de seis missões que foram feitas na Nova Indústria Brasil, entre elas, a transformação digital. Então, a gente busca construir essa política pública para a gente ser protagonista na economia digital. Todos nós sabemos o impacto que a economia digital tem no mundo e no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A tecnologia de informação, a TI, é uma tecnologia de muito propósito, ela perpassa todas as cadeias produtivas e de serviços. E nós precisamos, de fato, garantir o domínio dessa tecnologia. Isso vai desde o letramento digital, que é a inclusão digital, até o planejamento para recursos da inteligência artificial. Mais na frente, eu vou falar um pouco dessa questão da estratégia para idosos e pessoas de baixa escolaridade a que o Senador Izalci se referiu.

É para lá mesmo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LUCIANA SANTOS – Ah, tá!

O Mais Inovação Brasil, como eu falei, está na NIB, e um dos desafios é a transformação digital na indústria. Nós ainda temos no nosso parque industrial brasileiro uma necessidade de garantir que essa transformação digital aconteça. Então, são desafios que a gente está querendo garantir.

A gente também está... O Mais Inovação é um dos dez programas do Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia. Tem seis missões da NIB. Nós estamos no Mais Inovação. Entre os dez programas do Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia, a NIB está dentro dos dez programas e está no Mais Inovação, das tecnologias digitais e também dos semicondutores, ao qual o Senador Fernando Dueire se referiu. Então, nós queremos... e o Brasil mais produtivo, que é também outra parte dos desafios da NIB, e pesquisa em desenvolvimento de semicondutores.

Então, na indústria, estamos com as ferramentas que estão postas na própria NIB como sendo instrumentos decisivos para fazer valer uma política efetiva, entre elas as compras públicas, a encomenda tecnológica e a colaboração, que é um dos grandes desafios brasileiros, entre as instituições de ensino, o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e o setor empresarial. Essa interseção é o que a gente busca com a NIB, ainda mais porque é exatamente uma nova indústria – a NIB já está dizendo – em bases sustentáveis, em novas tecnologias. A produtividade das empresas nacionais depende dessas tecnologias emergentes. Nós precisamos reduzir a dependência em produto nano e microeletrônico para aumentar a nossa participação nacional em plataforma.

Então, quanto a esse chamamento público de subvenção, uma outra característica muito importante é que ela é fluxo contínuo, ela não tem aquele pacote de investimentos que depois se interrompe, até porque pesquisa e desenvolvimento têm que ter permanência. Então, a gente tem um fluxo contínuo e faz encomenda tecnológica, que é uma maneira de, aquela pesquisa e desenvolvimento que está consolidada, que já passou pela sua maturidade, para não morrer no chamado vale do desenvolvimento e da pesquisa, do vale da morte, como é conhecido, a gente garantir que ela mature. Quando ela está numa tecnologia reconhecidamente no estado de amadurecimento, nós então fazemos a encomenda tecnológica, que é uma ferramenta e um instrumento também muito decisivo.

Então, ele tem o apoio tanto por parte de subvenção econômica – porque o recurso do fundo foi integralmente composto pelo Presidente Lula –, como também a participação muito importante do Congresso Nacional, que votou o PLN de abertura de crédito suplementar de maneira muito célere no segundo trimestre do ano passado, o que está sendo possível. Metade desses recursos é não reembolsável, metade deles é crédito. E no crédito, nesse mesmo contexto em que foi aprovado o fundo, foi incorporada a taxa TR, que tem um indexador que varia até 2% de juros, o que possibilitou uma atração gigantesca. Só no ano passado, a gente ofertou R$5 bilhões de crédito e fizemos R$7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bilhões de contratos, porque, quando se tem uma taxa de juros compatível com o mercado, se revela o quanto é nefasta essa taxa de juros praticada no Brasil. Quando você tem uma taxa competitiva, prontamente as empresas do país vão atrás e possibilitam um ganha-ganha, um círculo virtuoso de muitos resultados.

Então, para as tecnologias digitais também, são empresas de todo porte como proponente, e não importa qual o porte e o tamanho, e existe um foco de estimular as pequenas e médias empresas. Então são tecnologias quânticas, robóticas, comunicação avançada, IA. Toda a pesquisa e desenvolvimento da cadeia da transformação digital a gente oferta com recursos para poder garantir pesquisa e desenvolvimento.

Então, para a subvenção econômica para empresas, foram R$85 milhões, já começando agora em 2024 a execução dessas ações. Também, nos semicondutores, nós temos subvenção econômica, para empresas, de R$50 milhões por ano, começando também a execução já este ano.

Chegou aqui a sempre Senadora, minha querida amiga e camarada, Vanessa Grazziotin. Bem-vinda, Vanessa! Agora ela é Diretora da Organização do Tratado da Cooperação Amazônica, Secretária-Executiva da OTCA. Amanhã nós vamos no Inpe para poder visitar lá o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais com representações das embaixadas dos Estados amazônicos.

Então, a gente também está garantindo esse Brasil mais produtivo, mais voltado para o Instituto Senai de Tecnologia, que são empresas integradoras da indústria 4.0, e sua aplicação em micro e pequenas empresas também, com foco voltado para essas ações.

Então, como resultado desse projeto, espera-se indiretamente fomentar 150 integradoras para desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias. E o segundo objetivo é beneficiar metas – não é? – , porque na NIB tem metas, beneficiar 3,6 mil micro e pequenas empresas com tecnologias desenvolvidas pelas integradoras. Empresas integradoras são aquelas que prestam serviço de adaptação, customização, desenvolvimento de *software*, automação de produtos de produção, gestão de atividade industrial, implementação de equipamentos com robótica, de modo a entregar processos de empresas produtivas.

Então, esses são todos os desafios que estão dentro do contexto do Mais Inovação.

Então, a encomenda para o Senai foi de 40 milhões no ano passado, com a execução já começando agora. Então, pesquisa e desenvolvimento para semicondutores; a Ceitec, para responder já ao Senador Fernando Dueire.

Nós estamos adaptando a planta industrial da Ceitec. A Ceitec tem uma planta industrial que adquiriu, seja pelos equipamentos instalados, seja pelos trabalhadores, os engenheiros de *software* que adquiriram expertise, não é? Nós temos ainda expertise e *chips* para poder fazer o rastreamento de rebanho bovino e pecuária de qualquer natureza. Hoje a comunidade europeia tem exigência da rastreabilidade desses animais, e esse assunto volta como uma necessidade para que a gente tenha *chips*.

Também nós temos expertise: a Ceitec chegou a ocupar 46% do mercado dos veículos, de *chips* para veículos nas estradas privadas do país. Então, isso nos inseriu no mercado na época.

Nós estávamos prontos para ter *chips* para passaporte, mas isso não se desenvolveu, na época, pelo Governo brasileiro. Então, houve, no governo anterior, essa decisão de liquidação que nós revertemos, porque compreendemos que o Brasil não pode ficar atrasado num domínio tecnológico, numa área tão estratégica e crítica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É claro que nós sabemos dos investimentos, das dimensões gigantescas dessa cadeia produtiva, mas nós precisamos ter o domínio no estágio da complexidade que seja possível alcançar. Então, aqui a Ceitec não se propõe a entrar na alta complexidade da produção dos semicondutores, mas nós podemos fazer, produzir de média complexidade, inclusive porque é no caminho que nós podemos ampliar o nosso domínio tecnológico.

Então, nós vamos mudar a planta industrial que tem na Ceitec para que ela se adapte a uma rota tecnológica focada na transição energética. Por motivos óbvios, o Brasil pode liderar a transição energética, e nós temos que ter a produção dos semicondutores que atenda a essa transição. Nós já somos líderes em energia, na produção de energia renovável e limpa, e somos também na de combustível; chegamos a quase 50% na matriz de combustível.

Então, nós podemos ter ali um *chip* que atenda a transição energética e atenda também a transição do setor automotivo, porque nós estamos passando por uma transição no mundo e no Brasil do setor automotivo, que vai se tornar elétrico. A opção do Brasil é híbrido, é um motor que possa conviver com as nossas alternativas de combustível por causa do sucesso do etanol.

Ainda tem a possibilidade do desenvolvimento de hidrogênio verde, que é algo para o futuro, mas que nós, o Brasil, estamos muito avançados no domínio dessa tecnologia. E a nossa rota lá vai ser o... E vamos inclusive mudar o insumo que a gente usa de silício para carbeto de silício, seja porque nós temos reservas no Brasil, seja porque ele é mais eficiente. Então, nós estamos passando por essa transição.

Nós temos um valor total de 220 milhões. Para os investimentos de 2024, estão previstos 96 milhões; em 2025, 101 milhões; em 2026, 20 milhões. Nós estamos numa perspectiva de tornar a Ceitec autônoma em sete anos, contando já desde o ano passado, para que ela tenha autonomia financeira, para partir para a ocupação desse mercado, que é muito promissor, inclusive para a América do Sul. Então, nós temos essas situações.

Tem também o CNpem, que é o nosso centro nacional que tem o Sirius, e lá também tem laboratórios, salas limpas, que são muito necessários para retaguarda de uma base de pesquisa e desenvolvimento, para que seja fabricado na Ceitec. Então, a Ceitec fabrica, mas a pesquisa e desenvolvimento tem que ter uma rede no país, e o CNpem será muito importante nesse processo de pesquisa e desenvolvimento de semicondutores. E já tem recurso para isso: foram 29 milhões no ano passado; 29 milhões nesse ano; 50 milhões em 2025; 50 milhões em 2026.

Vem aí o programa Conecta e Capacita. O Conecta e Capacita é uma iniciativa do ministério, também está entre os dez programas do Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia. Já está dizendo: é para garantir uma cobertura de banda larga de internet, de internet firme, e também para capacitar profissionais para o mercado de trabalho. Essa é uma área estratégica, porque ela, como eu já falei anteriormente, é uma tecnologia que perpassa tudo que é a cadeia produtiva.

E nós estamos com alguns objetivos. O primeiro é a capacitação profissional, existe uma alta demanda de capacitação nessa área. Só lá no nosso Pernambuco, embora a gente tenha o parque tecnológico, a Universidade Federal de Pernambuco, a gente tenha uma tradição, e hoje no Brasil somos quem mais forma na área de TI, no entanto, no parque tecnológico nós temos vagas sobrando e não tem gente apta para ocupar aquelas vagas. Então nós estamos... Calcula-se que o déficit desses profissionais chega a 300 mil vagas no país nos próximos anos, e nós temos que correr para garantir,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

numa escala devida, a formação. Então, isso vai desde ciência de dados, inteligência artificial, desenvolvedor de *software,* e sempre dialogando com as necessidades do mercado.

E quanto à inclusão digital que o Senador Izalci aqui destacou, nós temos que ter... E o letramento digital vai nessa direção, numa relação também com o MEC e com o Ciência na Escola, que vai nessa direção, e tantas outras medidas, existe um mosaico de possibilidades enorme. Nós temos o Residência em TIC, que está fora do FNDCT, graças à Lei de Informática. Nós também temos um fundo que possibilita a formação de vários profissionais. Então, nós já temos, por exemplo, o Hackers do Bem. No ano passado nós editamos, colocamos 30 mil vagas à disposição, e se inscreveram 100 mil pessoas. Nós estamos, no Residência em TIC, que é a melhor maneira de você capacitar... Você bota seis meses: um estudante de ensino médio tem seis meses de um curso teórico, e seis meses em que ele tem uma missão designada por uma empresa da localidade, do ecossistema daquela determinada região. E isso tem tido um resultado extraordinário.

Nós estamos aí numa escala significativa, dois anos e meio, desses cursos. No ano passado foram 50 mil pessoas no país, e nós queremos multiplicar muito mais.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, se me permite – não querendo interromper, mas já interrompendo –, é porque V. Exa. estava comigo quando fizemos a Carta de Salvador, com contrapartida dos estados. Eu acho que esse é um bom programa para apresentar, porque os estados também estão preocupados com a qualificação, e estão investindo nisso.

Se nesse programa se colocasse uma contrapartida de um para dois, dependendo – no Nordeste era um para cinco, aqui era um para dois –, você incentiva mais os estados a se envolverem nesse processo, não é? É só uma sugestão.

A SRA. LUCIANA SANTOS – Uma dica. Você tem razão. Nós fizemos isso com o Proinfra, que é expansão e recuperação da infraestrutura de pesquisa, e é um caso de sucesso.

A gente tem como piso 30% no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, e foi para 40%, exatamente pelo estímulo que a gente fez. E é isso, três para um. Então, a gente pode – a sua sugestão é válida, não é? – também ampliar nesse, até pela capilaridade e pela inclusão que isso significa, de três para um. O Proinfra já é um caso de sucesso, já chegou a 40%, revelando que, quando você estimula, há uma contrapartida eficiente dos estados.

Então, esse programa tem esse objetivo de atingir a todos – ser inclusivo, não é? –, de idosos às redes, associado ao Ciência na Escola. O Ciência na Escola também está dentro do Conecta e Capacita, e ele vai colocar laboratórios – nós já estamos executando, colocando laboratórios chamados *makers*.

Eu prefiro mão na massa (*Risos.*) que é a nossa linguagem brasileira, que vai de robótica, a planetário, a laboratório químico. É um sucesso.

Qualquer um de vocês que deve conhecer esse laboratório, você sabe o quanto aquilo desperta curiosidade das crianças, dos jovens, e isso dá outra dinâmica, não é? Então, esses são os... Então, aí está o Conecta. O Conecta... São 19 infovias estaduais. Vejam a quantidade de estados que vão ser atingidos: Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará. Olha, como lá... Como eu aprendi em Pernambuco – viu, Dueire? – que a gente tem... que tudo tem que ser maior, melhor... (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Cadê o Distrito Federal, que não está aí?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUCIANA SANTOS – Aí... Pois é, não é? Não está aí.

Izalci, você tem... Não está aí, não. É capaz de ser porque já tem o RNP aqui. Deve ser por isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – É, mas anota aí para...

A SRA. LUCIANA SANTOS – Para checar. (*Risos.*) Então, isso significa sabe o quê, Presidente? Significa uma volta ao mundo: são 41 mil quilômetros de fibra ótica que nós vamos garantir com o recurso do RNP.

Esse é o primeiro... é um programa que está no PAC.

(*Intervenções fora do microfone*.)

A SRA. LUCIANA SANTOS – Não está, não é? (*Risos.*) Pela primeira vez, ele está no Plano de Aceleração do Crescimento. É um programa longevo, de sucesso, é fibra ótica, que é a melhor maneira de chegar à banda larga, pela estabilidade que ela causa, é de alto desempenho, porque é dedicado a isto, ao ensino: vai para os hospitais, vai para os hospitais-escolas, vai para a escola, vai para as universidades.

Também tem lá a integração de um centro de prevenção de cibersegurança, um investimento de R$28,3 milhões, dois centros nacionais de dados de armazenamento e processamento em nuvem.

E aí, sobre a pergunta também que o Izalci fez sobre as nuvens, nós estamos com esse recurso do Centro Nacional de Dados, de R$52 milhões de investimentos, mas nós também estamos no Plano Brasileiro de Inteligência Artificial, garantindo o recurso de R$1 bilhão para a nuvem soberana. A Dataprev já faz isso, já tem nuvem soberana, e o Serpro, porque isso dá autonomia brasileira: a maior cobiça que há no mundo é pelos nossos dados, por causa da Embrapa, por causa do Datasus, por causa da nossa biodiversidade, por conta dos vários dados que nós temos, do Imposto de Renda, que existem no Serpro, que existem na Dataprev.

Nós precisamos integrar esses dados, e nós vamos ter uma nuvem que não vai depender das *big techs*; serão nuvens brasileiras, para que esses dados brasileiros fiquem com o Brasil. E esse é um grande desafio que nós estamos enfrentando neste momento.

O Ciência na Escola, eu já falei, vai do letramento digital à capacitação de jovens – são escolas que são marcadas pela vulnerabilidade socioeconômica.

Estão aí alguns laboratórios. Houve mais de 140 propostas submetidas pela seleção de 27 redes estaduais. O valor inicial é de R$100 milhões, entre 2024 e 2025. Então, esse também é um caso de sucesso.

O Impa Tech, que o Presidente Lula anunciou lá no Rio de Janeiro, é do Instituto de Matemática Pura e Aplicada e é uma OS ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. É o Impa que faz a Olimpíada de Matemática, que é um grande programa de popularização de ciência, são 18 milhões de brasileiros e brasileiras, jovens. Nós vamos, com metade de recursos do MEC, metade nossos, criar esse curso que tem muitas características diferenciadas: ele é multidisciplinar, com foco, claro, na matemática, mas ele tem uma visão mais diversa de como formar aquele jovem, inclusive com foco nos próprios desafios do mercado. Então, esse é o nosso Impa.

O Plano Brasileiro de Inteligência Artificial: os investimentos são de R$23 bilhões pelos próximos cinco anos. O plano é também um outro debate, muito se fala da... Acabei de falar da nuvem soberana, viu, Izalci? Só voltando: tanto tem recursos do Conecta e Capacita para as nuvens soberanas como tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

recursos do PAC... aliás, do Pbia (Plano Brasileiro de Inteligência Artificial). Nós vamos colocar R$1 bilhão na Dataprev e no Serpro, que já têm sua nuvem soberana, mas não somente para o que eles já sistematizam de dados hoje, de Imposto de Renda, de residência, do CadÚnico, não só isso, mas nós vamos integrar com a base de dados da Embrapa, do Ministério do Trabalho, porque nós temos dados de pesquisa e desenvolvimento das nossas universidades que são muito cobiçados pelas grandes empresas mundiais de tecnologia de informação, e nós precisamos que esses dados sejam nossos, porque a ciência de dados, o grande tesouro da ciência, da inteligência artificial, são os dados e como você, a partir dos dados, pode dar soluções a qualquer desafio cotidiano. E os nossos dados são muito cobiçados pelo mundo, seja por conta da nossa biodiversidade genética, seja porque o dado que tem no SUS, seja da nossa Embrapa, que é um tesouro mundial. Então, os dados que nós temos no Brasil...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA SANTOS – ... precisam ser dos brasileiros.

Então, é esse o nosso objetivo com o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial, que a gente não compre soluções de fora, que a gente desenvolva as próprias soluções. Para isso, a gente precisa de infraestrutura e precisa de programas de *software* a partir de uma infraestrutura robusta. Por isso que nós vamos fazer esse investimento.

Isso está no mesmo patamar ou até maior do que vários países da Europa estão fazendo. Quando a gente vai concorrer com a China e o Japão, ou a China e os Estados Unidos, não conta, não é? China e Estados Unidos não contam nesses investimentos... Mas quando tira a China e os Estados Unidos, nós estamos no mesmo patamar de investimento. Nós estamos chegando agora na corrida, mas estamos chegando, como a gente diz lá em Pernambuco, "chegar chegando", de forma ousada, mas factível, de forma potente, no Plano Brasileiro de Inteligência Artificial.

Então estão aí os seis eixos do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial. São ações de impacto imediato, são 31 ações de impacto imediato, de seis ou sete ministérios. Metade delas é com a saúde. A maioria delas são aplicações de IA, não são aplicações desenvolvidas pelos brasileiros e brasileiras, e uma parte delas já é de soluções desenvolvidas pelos brasileiros.

Dessas 31 ações, metade é para desafios na área da política pública do SUS, infraestruturas de desenvolvimento de IA, de que, daqui a pouco, eu falo um pouco mais, os outros eslaides vêm aí melhor dizendo o que é que significa, mas o mais importante é o LNCC (Laboratório Nacional de Ciência da Computação), que é o Santos Dumont, em que nós vamos investir R$1 bilhão, para que ele consiga ter a capacidade de armazenar e de processar dados entre os cinco maiores do planeta, é o *top* 5, nós vamos ter. Então, não é...

Registro aqui a presença da querida Senadora Teresa Leitão, também da minha terra, conterrânea.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Desculpe o atraso. Eu estava na do meio ambiente, mas não poderia deixar de vir.

A SRA. LUCIANA SANTOS – Muito bem, obrigada.

Então, difusão, formação e capacitação, R$1,5 bilhões, porque, afinal de contas, a IA vai rebater muito fortemente na empregabilidade. As relações de trabalho vão se modificar significativamente, e essa é uma grande preocupação do Presidente Lula, não deixar ninguém para trás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E a gente tem que ter a capacidade; estamos cuidando, temos estratégia para isso: são 11 centros de competência em inteligência artificial, o primeiro bacharelado é da Universidade Federal de Goiás, em inteligência artificial, e nós vamos criar infraestrutura, tanto do ponto de vista de *hardware*, como de capacitação para terem programadores de inteligência artificial, com recursos e investimentos para essa formação.

Inteligência artificial para melhoria dos serviços públicos: que são aquelas 31 ações de imediato, mas tem outras, mais de médio e longo prazo.

Inovação empresarial: que já é praticada muito na saúde privada, na agropecuária – tem muitas tecnologias de IA sendo praticadas no Brasil, e nós vamos disponibilizar recursos para isso.

E há a questão do processo regulatório e governança, que está sendo debatido aqui no Senado. O Relator é o Senador Eduardo Gomes. Nós achamos que é fundamental essa regulamentação. Nós sabemos muito bem que o fenômeno da inteligência artificial rebate fortemente no indivíduo; que existem inúmeros casos, mesmo sem inteligência artificial, em que as pessoas são criminalizadas, e na política também. É uma questão de defender a democracia brasileira.

As *fake news*, os usos indevidos dessa ferramenta são muito nefastos aos direitos fundamentais das pessoas, mas também à própria democracia. A gente viu agora, na Argentina, o uso da inteligência artificial nas eleições argentinas. Então, nós temos que criar, desde que isso não limite a criatividade e a inovação; mas é fundamental, o mundo todo está fazendo essa regulamentação, porque ela pode ser... Embora a IA, assim como toda ferramenta tecnológica, seja uma oportunidade, pode ser ameaça, entre elas, a ameaça de desigualdade, ameaça à democracia, ameaça de atraso tecnológico dos países. É por isso que nós estamos nessa definição e nessa corrida tecnológica.

Os investimentos estão aí. A gente diz assim: "não, tantos investimentos". Nós estamos dizendo de onde vem os recursos, são recursos que já têm previsão da LOA, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, mais o BNDES. Metade desses recursos são créditos do BNDES e Finep.

Então o plano brasileiro...

Você quer... (*Pausa.*)

Dá, já apertei aqui. Nada, querida.

Então, para o bem de todos, esse é o conceito: busca da escala para preparar o trabalhador; equipar o Brasil com infraestrutura, que é isso que eu já falei, um dos cinco maiores, mais potentes do mundo, que vai ser o nosso Santos Dumont; promover ações de desenvolvimento tecnológico de cooperação internacional – recebemos, por exemplo, a OS que gere o computador de Barcelona, fizemos um convênio com o supercomputador de Barcelona, porque nós precisamos desenvolver conjuntamente algumas tecnologias que ainda a gente não domina.

Modelo de linguagem em português. Existe uma empresa nacional que já está fazendo um desenvolvimento, que é a Widelabs, e que o lançou na Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, que ocorreu no mês retrasado. Então, são 31 ações, das quais já falei, cinco eixos estratégicos, dos quais eu também já falei no outro eslaide, e 51 ações estruturantes para garantir a soberania tecnológica.

Nós vamos ter redes de *data centers* nos estados, um diferencial competitivo do Brasil. É porque as máquinas e os supercomputadores precisam de muita energia e nós temos uma matriz energética limpa, renovável, que dá um diferencial competitivo. Então, a gente vai criar essa infraestrutura, desenvolver modelos de linguagem e centros de excelência. Já temos 11 centros no país, fora as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

universidades e IFs, que desenvolvem cursos de desenvolvedores de *software*, mas com a perspectiva de, cada vez mais, criarem *expertise* na área de inteligência artificial. Então, a gente tem programa de capacitação de IA em todos os níveis e o foco da gente é capacitar os trabalhadores que serão impactados de maneira mais rápida pela revolução do TICs, pela terceira revolução do TICs, que é o que a inteligência artificial significa.

Então, os destaques são esses: desenvolvimento de soluções em IA para aumentar a eficácia no serviço público; capacitar servidores; apoiar soluções para a indústria brasileira; fortalecer a cadeia produtiva de IA no Brasil; *data centers* verdes de alta capacidade alimentados por energias renováveis; programa de retenção de talentos, porque há uma evasão muito grande de talentos e, com infraestrutura, nós podemos retê-los e até atraí-los. Por isso é que a gente botou logo um computador *top* 5 no mundo, que é o nosso Santos Dumont. Quer dizer, em cinco anos, porque ele não vai se tornar em um estalar de dedos. Não é?

É isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Ministra, obrigada pela excelente explanação. Nos traz bastante alegria saber que o Governo está se importando, que entende a necessidade, a responsabilidade de nos tornar competitivos nesse campo.

Quero agradecer muito a presença da Senadora Teresa Leitão e a presença da Senadora Vanessa Grazziotin. É um prazer tê-la aqui conosco.

Antes de passar a palavra, eu só vou ler, Izalci, as perguntas que vieram pelas redes sociais e aí a Ministra junta tudo. Eu vou deixar aqui com ela e passo a palavra. Tá?

Bom, o Samuel, de Minas Gerais, perguntou, Ministra: "Como impedir a geração de pornografia infantil ou não consensual por meio de ferramentas de IA generativa?"

O Gustavo, do Rio de Janeiro: "Sobre o marco regulatório, estamos prevendo alguma entidade de Estado assim como a [Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a] Anvisa [...]?".

A Jade, do Amazonas: "Quais são as medidas previstas para garantir a privacidade dos dados pessoais utilizados por sistemas de inteligência artificial?".

Jackson, de Rondônia: "Há setores prioritários em que o Governo Federal pretende concentrar o uso da inteligência artificial? Quais são eles e por quê?".

Acredito que muitas dessas questões a senhora já tenha respondido durante a explanação, mas vou deixar aqui para caso a senhora queira complementar.

A Isabela, do Rio de Janeiro: "Como será feita a regulamentação da inteligência artificial para evitar a geração e o impulsionamento de notícias falsas?".

O Braulio, do Rio Grande do Norte: "O Brasil está colaborando com outros países ou organizações internacionais no desenvolvimento de políticas e tecnologias de inteligência artificial?".

Pablo, de Minas Gerais: "Como o marco regulatório ajudará no desenvolvimento da inteligência artificial no Brasil, [...] [considerando que] pode atrasar o desenvolvimento dessas tecnologias?".

E o Henrique, do Paraná: "O que será feito quanto à utilização de imagens públicas na internet? Como [...] artes autorais, *designs* e fotos pessoais [...]?".

Bom, passo-as para a Ministra e agradeço a participação de todos vocês aqui conosco.

Senador Izalci, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Bem, Presidente... Ministra, são algumas colocações rápidas.

Em relação a essa sugestão da capacitação, a gente tem visto a Softex, em alguns estados, iniciando esse processo de capacitação, tendo em vista a falta de mão de obra realmente nesse setor. Então, essa contrapartida e esse incentivo são superimportantes para ter o apoio dos municípios e dos estados. Acho que vai duplicar, no mínimo, os recursos.

Bem, com relação à questão das escolas, é evidente que a maioria das escolas não tem nada de ciência hoje – laboratório nenhum! Pelo menos aqui em Brasília, poucas têm; faço ideia de como é no interior do Brasil. Então, a gente precisa retomar essa questão do programa de laboratório de ciência nas escolas, e aí tem que ter essa parceria mesmo com a educação.

Sobre a questão dos dados, a gente tem uma dificuldade muito grande de ter esses dados. Eu não sei como o Governo Federal pode contornar isso em relação aos estados e municípios, porque a gente não tem informação nenhuma, praticamente, na área de saúde, a não ser sobre os repasses. Mas o que fizeram, a aplicação disso, não é traduzido em dados aqui. Então, você tem dados que... Se pedir um dado para o Ministério da Educação, a secretaria de educação é uma coisa; se pedir para o tribunal de contas do estado, é outra informação. Cada um tem uma informação diferente.

Então, essa unificação dos dados é superimportante, e o Governo, como centralizador, tem condição de exigir, ou até de colocar mecanismos, para que os estados e municípios mandem seus dados para a gente ter realmente... Porque inteligência artificial sem dados não vai funcionar. Então, o segredo de tudo isso aqui é o dado. Inclusive na saúde, na própria saúde, nós não temos dados importantes que poderiam ajudar muito na saúde primária com os dados completos dos usuários, de todos os pacientes.

Em relação à graduação de matemática, a gente está vendo no Brasil todo uma falta de... acho que de base. Acho que a gente precisa investir muito na base da educação infantil, porque, depois que passa a educação infantil, essas dificuldades todas vão se acumulando.

Nós temos hoje várias faculdades cancelando os cursos de engenharia, por incrível que pareça. A gente precisa de muito engenheiro, e as faculdades fechando os cursos por falta de demanda, talvez exatamente pela dificuldade matemática.

Então, essa iniciativa de formação é importante, mas sem você realmente contornar a base da educação, que é na educação básica, é difícil você chegar a ter realmente uma matemática, uma educação de qualidade.

Bem, com relação à regulamentação aqui da inteligência artificial, nós temos uma preocupação, nós aqui da ciência e tecnologia, que é exatamente você já de cara inibir a inovação, porque no Brasil a gente tem essa mania de criar aqui uma comissão de juristas, e sempre os advogados é que iniciam todo o processo de regulamentação.

Aqui nós temos esse cuidado, porque nós conhecemos muito pouco de inteligência artificial, ainda estamos começando e já querem regulamentar – e daqui a pouco compromete, inclusive, a criatividade, a inovação.

Essa é a grande dificuldade que nós temos aqui. Sabemos que já existem leis para tudo isso. Todos os setores têm, tanto a saúde, quanto a Anvisa, quanto a área jurídica, já têm leis demais que tratam desses assuntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem que ter muito cuidado com relação à regulamentação disso, mas, que bom que a gente tem, pelo menos, uma ideia de aonde é que a gente quer chegar, para a gente, pelo menos, começar a trabalhar e aí o Brasil precisa avançar muito nessa área.

O que eu puder fazer, com certeza, faremos, para que a gente possa avançar na área de ciência e tecnologia, que é um gargalo no Brasil. Infelizmente, é uma luta. Nós que defendemos ciência e tecnologia há muitos anos, a gente vê a dificuldade que é você realmente conseguir recurso e colocar a prioridade nisso.

De qualquer forma, eu acho que, com a aprovação do FNDCT, houve um avanço muito grande e eu espero que com isso a gente possa avançar mais ainda.

Então, parabéns aí pela apresentação. Depois eu vou pedir uma cópia... Já está disponível, não é?

Obrigado, Ministra.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Obrigada, Senador Izalci.

Ministra, eu vou passar para a Senadora Teresa Leitão a palavra.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Bom dia, Ministra Luciana Santos, Senadora Soraya, Senador Izalci.

Renovo minhas desculpas, eu estava com a Ministra Marina na Comissão de Meio Ambiente, mas até vou me valer um pouco da intervenção de Izalci.

Acho que a gente tem que superar essa dicotomia de que temos preconceito com o avanço tecnológico no Brasil. Uma coisa é preconceito, outra coisa é precaução. O que nós temos é precaução – e precisamos ter. Por isso, Ministra, eu acho que o quinto eixo do programa é fundamental para isso, o apoio ao processo regulatório e de governança da inteligência artificial.

Eu mesma fui vítima de inteligência artificial na última campanha. Fizeram uma chamada, com a minha voz, de uma coisa que eu não tinha dito. A gente até botou na Justiça, mas perdemos, porque não foi a utilização da minha voz real, foi a minha voz decodificada pela máquina. E isso não estava regulado na campanha passada. Então, isso pôde ser usado.

E a política é um espaço em que a gente tem que ter cuidados redobrados, porque, como a gente viu na Argentina, isso interfere. Interfere na vontade soberana do voto, interfere na leitura crítica que as pessoas possam vir a fazer de uma posição ou outra dos candidatos. Então, a garantia da segurança, da privacidade, do direito dos cidadãos e das cidadãs é fundamental.

Aqui, foi criada uma Comissão Especial, de fato, presidida pelo Senador Astronauta, e o projeto de lei, que está caminhando em debate a passos largos. Então, essa seria essa a minha primeira consideração.

E a segunda é em relação à educação. O Programa Conecta e Capacita, que foi apresentado, ao ser introduzido na escola – e o letramento digital é imperioso –, precisa atingir um aspecto que está sendo dito aqui, que é a preparação dos estudantes para esse manuseio e a aplicação correta da inteligência artificial no trabalho, em tudo, na formação continuada dos professores.

Já houve muito impacto – sempre há impacto – na formação dos professores e na utilização de novos mecanismos de aprendizagem, que vão sendo superados a duras penas e alguns vão ficando para trás. A pandemia foi um espaço que cruelmente comprovou isso pela dificuldade de acesso a aulas remotas, seja por falta de capacidade mesmo de manusear o equipamento, seja por falta de redes conectadas, seja por falta de um ambiente propício para os estudantes e para os próprios professores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Teve um professor, Luciana, que me mandou uma foto dele, dizendo: "Olha só como eu estou dando aula!". Tu sabes que professor só sabe dar aula em pé, ainda mais professor de matemática. Então, ele botou um pano branco na parede para refletir o que estava trabalhando no computador; uma mesa – aquelas mesinhas de plástico de bar –; em cima da mesa, um tamborete e, em cima do tamborete, o computador, para poder ter condições de dar aula em pé.

A gente aplaude essas iniciativas individuais de dedicação, de compromisso, é claro, como a daquele outro estudante que foi para o olho da mangueira para poder pegar rede no seu celular, mas o Estado tem que prover. O Estado tem que promover a educação, a ambiência, as condições. Tem muito professor já aperreado, achando, inclusive, que vai ser substituído. Ninguém vai nos substituir. Disseram isso quando a gente deixou de usar o mimeógrafo de álcool para usar aquele sucesso que era – esqueço até o nome daquele em que a gente fazia as lâminas naqueles papéis transparentes – o retroprojetor. A gente passou a usar o retroprojetor, depois a gente passou ao computador. Todas essas máquinas precisam ser mediadas pela nossa autonomia pedagógica, precisam ser mediadas pelo nosso senso crítico. E agora temos as plataformas digitais, que chegam prontas nas escolas, e a inteligência artificial.

Então, eu acho que é importante esse aspecto da nossa formação, da formação dos professores e professoras para que a gente faça o bom uso... A tecnologia, em si, não é maléfica. Muito pelo contrário. Inclusive, ela é produto da inteligência humana e vem para facilitar a nossa vida, e não para dificultar. E o aspecto da inclusão, que está aqui também muito bem explicitado, não é para separar tecnologizados e não tecnologizados, é para incluir todos e todas.

Então, eu parabenizo mais uma vez pelo programa. Acho que a gente tem que acompanhá-lo com muita estratégia, com muito cuidado, e fazer essa complementação do debate aqui no Senado.

A lei eu acho que está madura. O relatório foi muito bem preparado, houve muitas escutas para que, tão logo acabe esse processo eleitoral – porque acho que a gente vai funcionar também parcialmente, com uma parte presencial, outra parte remota –, a gente possa dar essa resposta à sociedade e endossar evidentemente toda a ação do Ministério e do Governo Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Obrigada, Senadora.

Eu gostei quando a Senadora Teresa Leitão falou sobre a precaução. Realmente, nesse momento de campanha, essas inovações vão acontecendo.

A Justiça não anda rápido, tão rápido quanto uma notícia ruim. O próprio Elon Musk compartilhou um vídeo da Kamala Harris feito totalmente por inteligência artificial. Só que às vezes você destrói a vida de uma pessoa, uma campanha, por conta de... A gente lidava só com *fake news*; e agora são vídeos com a nossa voz. Fizeram um vídeo meu em que colocaram a minha imagem e uma voz dizendo que eu havia ganhado 300 mil no Tigrinho, Vanessa. Nunca... Não sei nem jogar isso, entendeu? "Trezentos! Joguem!", e não sei o quê. Aí nós registramos boletim de ocorrência.

Então, chega a um ponto em que nós precisamos realmente ter esses *hackers* do bem – gostei muito disso –, porque a inteligência da meninada... E a gente tem que dar condições para que eles evoluam e nos salvem desses absurdos. Então, não podemos inibir a criatividade, como o Izalci colocou, mas nós temos que ter precaução sim, porque aqui não é terra de ninguém; tem que ter ordem.

Então, Ministra, eu agradeço. Vou passar para a senhora fazer as suas considerações finais, incluindo aí, de repente, os comentários para, inclusive, respondê-los. A quem, de repente, a Ministra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

não responder, depois eles enviarão – acho que por e-*mail* – as respostas. Quero dizer que todo o material que a Ministra nos disponibilizou está no *site* da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Então, passo a palavra, mais uma vez, a V. Exa.

Muito obrigada.

A SRA. LUCIANA SANTOS (Para expor.) – Eu primeiro quero destacar a importância de ter essa participação das perguntas do e-Cidadania. É uma maneira de estabelecer um diálogo direto. São umas dez perguntas... Não, são oito perguntas. Não vai ser possível responder a todas, até porque muitas delas têm uma resposta comum ou, de alguma maneira, na apresentação, eu respondi. Mas essa, por exemplo, da Isabela, sobre como será a regulamentação da inteligência artificial para evitar geração e impulsionamento de notícias falsas é onde se localiza o sentido de se ter uma regulamentação.

Nós precisamos responsabilizar também as plataformas, as grandes empresas, que têm o domínio dos dados, através das plataformas, como é o Facebook, por exemplo, em que as pessoas colocam a sua história, o seu dia a dia... É um respeito àquelas pessoas que ali estão, de alguma maneira, tentando interagir com seus pares, desde com a sua família, pelas relações sociais que estabelecem. E isso é usado de maneira indevida, às vezes, para poder criminalizar pessoas, por qualquer tipo de motivo, como a gente já viu e vê corriqueiramente. Pessoas são acusadas de coisas que nunca fizeram, e sofrem enormemente. Há perda de vidas por conta disso, fora o aspecto democrático ao qual eu já me referi. Você não pode achar isso natural. Você não pode achar que isso pode ser assim mesmo. Todo país do mundo está se protegendo, precisa proteger os seus cidadãos e cidadãs e precisa proteger o interesse nacional. Você não pode achar que está tudo bem noticiar coisas falsas. Isso vai desde a...

Aqui, há outra preocupação que Samuel traz, de Minas Gerais. Essa foi da Isabela, do Rio de Janeiro. O Samuel, de Minas Gerais, fala da pornografia infantil. Você precisa se indignar diante disso. Não pode naturalizar. Você tem que regulamentar para proteger. Aquelas mesmas leis que regem as pessoas na vida real precisam estar na vida digital, pela proporção, inclusive, do que a via digital proporciona. Então, acho que é uma exigência. Estamos convencidos dessa necessidade.

O nosso Ministério tem ajudado nessa discussão, subsidiando tecnicamente, nessa perspectiva de que isso não impeça a criatividade e a inovação, que são próprias das tecnologias disruptivas. Não é possível você inovar sem deixar a liberdade de criação. E isso tem que estar no limite da liberdade, desde que aquilo não entre, não seja invasivo, que se garantam aqueles direitos fundamentais das pessoas e da democracia... Então, é nessa direção que a gente...

E quando a Isabela pergunta sobre essa regulamentação, é exatamente isso que está sendo debatido aqui na Casa, como também, na Câmara de Deputados, está sendo debatida a questão das *fake news*, que vai na mesma direção, de punir quem pratica crime, porque isso é crime e precisa ser punido e responsabilizado.

Ao que nós assistimos nesse fenômeno relacionado à Starlink é uma questão de soberania nacional. Não pode haver dono. Nós temos... Lembro-me, porque fui da Comissão de Ciência e Tecnologia durante oito anos, que defendemos muito a democratização dos meios de comunicação. No Brasil, a Constituição de 1988 diz que é proibido o monopólio. E ainda tem lá uma regulamentação: você não pode ter um dono só de vários meios, você tem que regionalizar, você tem que... No entanto, nunca conseguimos regulamentar isso na Constituição e agora...

Lembro-me de que a gente dizia assim: são nove famílias no Brasil que decidem tudo o que você vê, ouve e lê. Agora, não são nem nove famílias mais no Brasil. São empresas globais, que você conta no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dedo, que decidem tudo o que chega na sua rede social, que decidem que não tem neutralidade de rede, que não tem proteção individual, que não tem a sua privacidade.

Então, não pode ser um mundo sem regra, muito menos com cinco donos globais que determinam... E ainda dizem assim: "Não, eu não cumpro lei". Todo cidadão no Brasil tem que cumprir lei, do Presidente da República ao trabalhador mais comum. E não pode alguém que nem é brasileiro dizer: "Não, eu não cumpro a lei do Brasil e vou fazer lá o que eu quiser". Por isso mesmo nós precisamos de regulamentação. Não pode haver o impasse que nós estamos vendo no Brasil, um impasse que compromete a soberania nacional. Nós precisamos ter, portanto, esse passo nessa direção.

Outra pergunta diz respeito a Rondônia. E eu acho que o restante está na mesma situação, fala do marco regulatório. Gustavo pergunta se vai ter agência nacional feito a Anvisa. No marco, o que a gente está propondo é uma governança de monitoramento e aplicação do plano de inteligência artificial, que é comandado, que tem na cabeça a Presidência da República, um conjunto de ministros, e não tem necessariamente uma agência. Na lei da Câmara de Deputados, está prevista uma agência no caso do combate a *fake news*.

Então, medidas para garantir a privacidade dos dados pessoais no sistema de inteligência artificial são os programadores, são os planos de *software* e seus algoritmos, que vão identificar certas palavras para poder garantir a privacidade dos dados. São os algoritmos e os programas de *software* que vão dar respostas a essa necessidade, que é o esforço que nós estamos fazendo.

O Jackson, de Rondônia: "Há setores prioritários onde o Governo Federal pretende concentrar o uso da inteligência artificial?". Como eu falei no início da apresentação, já são 31 ações, metade delas são na área de saúde, que já estão em curso, que já estão sendo aplicadas. Mas tem, por exemplo, a integração entre o CadÚnico e o Ministério do Trabalho. Você tem o Bolsa Família e você precisa ter a porta de saída para o Bolsa Família. Você vai, com os dados do Ministério do Trabalho, fazer essa integração, compatibilizar os dados e possibilitar que aquelas pessoas ocupem uma vaga no mercado de trabalho. Esse é um exemplo do que nós estamos já desenvolvendo. São coisas que nós queremos entregar até o ano que vem. São ações imediatas que vão dar soluções imediatas: algumas, plano piloto; algumas, como é o caso dessa, não é nem piloto, é de grande escala, para poder apresentar para a população o que é que significa IA e quais são os usos do bem dela, "IA para o Bem de Todos", por isso que a gente cravou esse nome, para poder, inclusive, tirar as resistências que se tem à IA, porque há uma certa resistência, um certo impacto do que isso vai causar na vida, como a Senadora Tereza Leitão acaba de dizer. Tem impacto nos empregos, e é como a gente sempre debate: inteligência artificial vem da nossa inteligência; somos nós que colocamos os dados daquilo que está na máquina lá. É a inteligência humana que coloca os dados, e, claro, há também coisas que a inteligência humana não é capaz de fazer, porque só a máquina faz, que é a quantidade de dados, são modelos matemáticos, mas foi também a inteligência humana que possibilitou a existência daquele tipo de robô, da máquina, dos servidores, dos GPUs; tudo isso é a inteligência humana que forma.

A máquina tem a capacidade de processar esses dados e fazer uma integração para apresentar soluções. Agora, o arbítrio do profissional, do técnico, seja do advogado, seja do médico, é decisivo. Não é ela que vai dar o diagnóstico; ela vai juntar experiências, diagnósticos múltiplos de toda parte e vai apresentar algo daquela parte de tempo de trabalho que o cidadão, aquele determinado profissional, não vai precisar fazer, mas a tomada de decisão de determinadas soluções não vai prescindir do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

profissional; aliás, os profissionais, todos eles, de alguma maneira, vão ter que dominar o uso da tecnologia, da aplicação.

E outra parte, que são os profissionais da área de TI, vai desenvolver soluções, a partir das necessidades brasileiras, porque é isso que nós queremos; nós não queremos importar soluções dos outros países, até porque tem coisas que são nossas, não são de outros países. O desafio climático e o desafio de a gente combater a evasão escolar estão no plano de inteligência artificial. Nós vamos pegar os dados dos alunos que faltam frequentemente; então, você vai olhar e vai dizer: "Aqui tem um sinal amarelo; vamos atrás desse jovem". Porque, na evasão escolar, são quase 500 mil do ensino médio que não terminam por ano, por isso o Pé-de-Meia. Mas, para além do Pé-de-Meia, como você vai controlar a evasão? Isto é inteligência artificial: é o uso do bem da inteligência. Você vai pegar ali e olhar o que está acontecendo. Então, tem que haver essa interação com os estados e municípios.

Então, eu quero agradecer, mais uma vez, e comentar aqui algumas coisas do Izalci. Em relação aos estados e municípios, ele destacou essa questão do SUS. O SUS é um grande patrimônio do povo brasileiro; o SUS talvez seja o ambiente que tem mais dados sobre as pessoas, sua condição de saúde, até socioeconômica, e a gente não consegue fazer com que esses dados dialoguem com os dados das matrículas dos estados e municípios, com a educação. Como você cruza esses dados? Isso é a grande cobiça das grandes empresas internacionais.

E a nossa inteligência? A produção científica no Brasil é a décima terceira do planeta; não sou eu que estou dizendo, não é a vontade, são os ranques e indicadores internacionais que comprovam isso. É claro que as grandes empresas querem esses dados do nosso Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, das nossas universidades, dos *papers* que se publicam, das soluções que se têm, da Embrapa, que dá soluções. Nós só nos tornamos a potência que nós somos na produção de alimentos... O caso específico da soja no Cerrado é graças, inclusive, a uma mulher cientista, Johanna Döbereiner, que possibilitou que o Cerrado fosse cultivável e tivesse a potência que tem.

E imagina que a Embrapa, inteligência de gerações e gerações de mais de 50, anos, fique na mão das grandes empresas, e não na mão do Brasil. Isso é contra o interesse nacional, e por isso nós estamos decididos para isso.

O Ciência na Escola, que foi destacado aqui por Izalci, tem essa... No contraturno, o Presidente Lula decidiu, junto com o Camilo, Ministro do Ministério das... Que vai ampliar a Escola em Tempo Integral. A Escola em Tempo Integral, no caso de Pernambuco, de maneira inconteste, é um grande sucesso, melhorou os indicadores do último para o primeiro, segundo e terceiro lugares, por anos consecutivos, porque a Escola em Tempo Integral é uma solução indiscutível. Nós precisamos ter um contraturno em conteúdo, e nós queremos que seja o Ciência na Escola porque ela populariza a ciência, estamos virando a página do negacionismo. Precisamos mostrar que as evidências científicas é que podem chegar às soluções, e nós temos que fazer com que a ciência não seja algo distante do povo. Não, é algo tangível. Todo mundo pode fazer ciência, e a Ciência na Escola vai nessa direção.

Izalci destacou a questão da engenharia. Na engenharia, estamos concentrados nisso, fizemos um edital de R$100 milhões para meninas e mulheres no CNPq, na engenharia, nas ciências exatas e na computação. Na minha turma, só tinha seis mulheres, quando iniciei meu curso. Algumas terminaram, outras ficaram no meio do caminho. Nós sabemos bem, para você ter uma ideia, Presidente, você que é mulher, a Senadora Teresa Leitão e Vanessa, a maioria das acadêmicas... 65% das bolsas de iniciação científica são de meninas e mulheres, mas no topo da carreira, na bolsa de produtividade, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

afunila e vai para 35,5%. O que significa que as barreiras próprias da cultura machista impediram que aquelas mulheres seguissem o seu sonho. E, às vezes, nas bolsas... Agora virou lei, mas foi desde janeiro deste ano que a gente modificou regras no CNPq.

Quando a estudante bolsista opta por ser mãe, ela vai ter flexibilidade nas suas metas de entrega de trabalho, porque essas barreiras, a chamada economia ou a política de cuidados, impede muitas vezes – uma das variáveis – que a mulher continue percorrendo ali o seu caminho. Sobrecai sobre as mulheres o cuidado com os idosos, as crianças. Você não pode punir uma mulher por ela querer ser mãe, isso é um contrassenso.

Então, eu só quero, por fim, agradecer também mais uma vez.

Eu acho que... Tanto a do Izalci como a do Senador Fernando Dueire, a presença da Senadora Teresa Leitão... Acho que ela foi muito feliz aqui de explicar, até por ser professora, ela explica bem. Ela explica bem o que é a inteligência artificial. Ela não vai... É um sistema de computação que sistematiza, armazena dados e dá soluções. Não vai substituir as pessoas, porque os dados que estão lá são produção humana. A gente precisa, cada vez mais, não ter medo das novas tecnologias. A gente tem que dominá-las a serviço do bem público.

Então, só quero destacar, por fim, que eu estou sempre à disposição, Presidente e Senadora e toda esta Casa. O Parlamento tem um papel decisivo no sistema democrático do país; é algo que eu reconheço. Procuro sempre estabelecer diálogos no sentido de fortalecimento desse importante espaço de formulação de política pública, de fiscalização do país.

Essa questão de diálogo, para nós, é muito cara. Foi por isso que nós, depois de dez anos, no Brasil – 14, na verdade... Não, dez, dez –, retomamos a Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, que traça a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia para os próximos dez anos. Foi um sucesso, mais de 100 mil pessoas participaram, presencial ou digitalmente.

Nós também criamos o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial num processo de escuta. O Presidente encomendou ao Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia em março deste ano; nós fizemos uma força-tarefa a partir de uma pauta que nós fizemos para o conselho de ter três, quatro especialistas para falar ao Presidente Lula qual é o plano. Nós conseguimos apresentar e apresentamos na 5ª Conferência Nacional.

Esse processo todo, que é muito caro para nós... Os próprios recursos do fundo nacional de ciência e tecnologia, esses dez programas também não foram feitos de maneira burocrática, no gabinete, foram feitos com o conselho, que é tripartite, do qual participam ministros, empresa e academia. É assim que a gente acredita que a gente acerta mais; a gente acerta mais quando estabelece diálogo e formas de participação e de diálogo.

Por isso, estarei sempre pronta aqui. É a terceira vez que eu venho ao Senado. A primeira vez foi no ano passado, e este ano é a segunda vez, mas venho sempre com muito prazer para exatamente dar todas as informações e poder construir essa política pública, que é tão estratégica para o país com todos e todas.

Obrigada pelo convite. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Ministra, chegaram mais perguntas, mas nós vamos passar à sua equipe, à senhora, para que respondam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada a todos que estão usando e-Cidadania. É para isso mesmo, para vocês participarem, e ninguém vai ficar sem respostas.

Quero agradecer e pedir, Ministra: um dos pilares do novo Governo do Mato Grosso do Sul, do Governador Eduardo Riedel, é a questão da tecnologia. Eu investi R$5 milhões agora, junto ao Governo do estado – foi um pedido dele – para a aquisição de lousas digitais. Essas lousas já chegaram, algumas são móveis, podem ir de uma sala para outra, não precisam ficar instaladas, elas têm rodinhas. Eu fiquei encantada com isso e pedi para incluir, também... Então, Mato Grosso do Sul merece estar incluído naquela lista ali (*Risos.*), naquela lista que excluiu o Distrito Federal também (*Risos.*).

Eu vou fazer esse pedido para nos incluir; nós estamos muito atentos.

Eu também invisto muito na Universidade da Maturidade, que é um projeto que o Senador Eduardo Gomes começou no Tocantins, há 18 anos. Ele falou: "Soraya, você foi a única que copiou". Tudo o que é bom tem que ser copiado, não é? Copia, porque é algo fantástico a forma como eles trabalham, lá na UMA (Universidade da Maturidade), junto à Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul.

Eu doei uma lousa digital para eles também, porque a pessoa idosa precisa da inclusão digital. A gente está trabalhando com eles empreendedorismo nessa idade. Hoje, a pessoa com 60+, por exemplo, meu Deus, está plenamente capacitada, cheia de vida, cheia de vontade, cheia de experiência. Então, por que não lembrar deles também no nível nacional?

Obrigada pela sua presença. Fico muito feliz em ver isso, porque, hoje, gente, a praça pública, onde, antes, as pessoas eram apedrejadas, virou a rede social; então, você pode causar a morte de alguém, uma morte civil. Estamos no Setembro Amarelo. Pessoas se matam por conta de uma exposição; então, é muito sério lidar com isso.

Gostaria de mandar um recado para esse tipo de gente muito rica, bilionária aí: compre um país para si ou dê um golpe na África do Sul e vire o reizinho mimado... Aqui no Brasil, não! Parece coisa de criança mimada, esperneando... Não! Não! Dê um golpe lá ou compre um país, já que você é tão bilionário assim, bota uma coroa e vai mandar no seu território... Aqui, não.

Obrigada por ter vindo! (*Palmas.*)

Conte conosco e troquemos sempre essas experiências. Legislarmos, aqui, junto com o Executivo, é o mais importante, estarmos unidos. Conte conosco, conte com a Comissão. Obrigada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e dez minutos do dia trinta de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fernando Dueire, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Marcos do Val, Alan Rick, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes e Damares Alves, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Flávio Arns, Paulo Paim, Magno Malta e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Vanderlan Cardoso, Beto Faro, Chico Rodrigues, Carlos Portinho e Dr. Hiran. Deixam de comparecer os Senadores Carlos Viana, Soraya Thronicke, Efraim Filho, Daniella Ribeiro e Jussara Lima, conforme os Requerimentos nº 498, 667, 650, 657 e 664/2024-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta, atendendo ao Requerimento nº 7, de 2024-CCT, de autoria Senador Fernando Dueire (MDB/PE), com a finalidade de debater o Programa Conecta e Capacita - potencialidades, resultados parciais e desafios da política pública -, com o objetivo de subsidiar a Avaliação da Política Pública sobre a "Superação dos Obstáculos à Inovação no Brasil", com a participação de Inácio Arruda, Secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Marcela Ferreira Paes França, Coordenadora-Geral de Incentivo à Cooperação e à Inovação na Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC); Francilene Procópio Garcia, Vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); e Felipe Morgado, Superintendente de Educação Profissional e Superior do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Os Senadores Fernando Dueire e Wellington Fagundes fazem uso da palavra na presente reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e um minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Dueire
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/132810

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, ora presente.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública para debater o tema Conecta e Capacita – potencialidades, resultados parciais e desafios da política pública –, com o objetivo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

subsidiar a avaliação da política pública sobre a superação dos obstáculos à inovação no Brasil, em cumprimento ao Requerimento nº 7, de 2024, CCT, de minha autoria.

Eu gostaria aqui de registrar a presença dos convidados e do nosso Senador Wellington Fagundes, aqui presente, grande Senador.

A presente reunião, como falei, se destina à realização de audiência pública para debater o tema Conecta e Capacita – potencialidades, resultados parciais e desafios da política pública –, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública sobre a superação dos obstáculos à inovação no Brasil, em cumprimento ao Requerimento nº 7, de 2024, de minha autoria.

Os convidados aqui presentes: o nosso sempre Senador Inácio Arruda – convido-o aqui para a mesa –, Secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que nos dá a honra de voltar a esta Casa sempre dele, para contribuir nessa discussão tão importante. Gostaria também de convidar a Dra. Marcela Ferreira Paes França, Coordenadora-Geral de Incentivo à Cooperação e à Inovação na Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação (MEC); seja muito bem-vinda, Dra. Marcela! Também participarão da nossa audiência, de forma remota, Francilene Procópio Garcia, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a quem também nós damos as boas-vindas; e o Dr. Felipe Morgado, Superintendente de Educação Profissional e Superior, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

O público, como sempre, interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários para o endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligar para o 0800 0612211.

Dessa forma, gostaria de colocar aos senhores, Senadores aqui presentes, Senador Wellington, fazer um breve histórico do trabalho que estamos desenvolvendo no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde recebi a missão, com muito entusiasmo, como Relator de políticas públicas norteadas ao tema desafiador da superação dos obstáculos à inovação no Brasil. O plano de trabalho foi apresentado para trabalharmos em duas frentes de desenvolvimento na área de tecnologias, quais sejam, de suma importância: o programa Conecta e Capacita e a situação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), semicondutores.

Hoje damos início, Senador Inácio, à terceira audiência pública do programa Conecta e Capacita para debater potencialidades, resultados parciais e desafios da política pública com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública sobre superação desses obstáculos à inovação no Brasil. Já tivemos duas reuniões bastante produtivas, a primeira sobre o tema Conecta e Capacita – panorama da escassez de profissionais de TI no Brasil –, e uma segunda audiência com a presença enriquecedora da nossa Ministra Luciana Santos para debater os desafios e potenciais aportes legislativos ao programa Conecta e Capacita e do Ceitec, que, inclusive no Governo anterior tinha entrado num processo de extinção, o que graças a Deus foi revertido.

O fato é que sobram vagas no setor de tecnologia no Brasil, por falta de profissionais qualificados. A Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais calcula que em cinco anos serão criados quase 800 mil postos – imagine, Senador Wellington! –, novos postos, mas o Brasil forma pouco mais de 53 mil profissionais de tecnologia por ano, o que deve abrir um déficit de 532 mil pessoas para trabalhar na área.

Aí, a gente se pergunta por que o Brasil ainda não colapsou em termos da falta de talentos. A gente viu durante esse período, principalmente no período de pandemia, o surgimento de várias ofertas de capacitação, e isso é registrado pelo Presidente da Brasscom, Sergio Paulo Galindo. O Gerente de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Marketing da Generation Brasil, Rogério Araújo, diz que a gente entende que as pessoas têm uma certa urgência de entrar no mercado de trabalho. É um segmento que está aberto para todos, mas a pessoa precisa se dedicar para se atualizar, porque é um universo que sempre está em mutação e em atualização.

O mercado está à procura de gente para trabalhar no desenvolvimento de aplicativos para celular, no comércio eletrônico, com análise de dados ou mesmo com segurança da informação. Falando assim, fica um pouco mais fácil traduzir de que nós precisamos e a necessidade da linguagem de programação, de forma que é desafiador.

É preciso registrar que a Ministra e o corpo técnico do Ministério da Ciência e Tecnologia têm se apresentado à altura de enfrentar tamanhos desafios, mas é preciso sempre reforçar esse esforço para que nós possamos trazer para o Brasil uma perspectiva efetiva de enfrentamento ao que nós estamos vivendo.

De forma que eu agradeço a presença de todos aqui.

E, Senador Inácio Arruda, eu gostaria, já de antemão, pela justificativa que V. Exa. nos colocou aqui, de estar participando também do conselho científico que está reunido neste momento – mas o senhor pediu e conseguiu abrir um espaço para aqui estar presente e contribuir –, que o senhor pudesse oferecer alguns elementos e sua contribuição a esse trabalho que nós estamos desenvolvendo aqui no Senado Federal, em particular, nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, a fim de que nós possamos nos somar a esse trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Governo Federal sob o comando e sob a coordenação da Ministra Luciana Santos. O senhor, na programação aqui, tem 15 minutos para se posicionar, mas, claro que, se, por acaso, precisar se estender, já previamente está concedido o tempo de que V. Exa., sempre Senador, precisará para colocar suas contribuições e sua posição, por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Pois não, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discursar.) – Se V. Exa. me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... eu gostaria de falar – não vou me delongar –, acho, em três minutos, sobre um projeto que a gente está desenvolvendo no Mato Grosso; e de cumprimentar o nosso companheiro, Deputado Inácio Arruda, hoje na condição de Secretário de Ciência e Tecnologia; a Marcela Ferreira Paes, representante do Ministério da Educação, que é Coordenadora-Geral de Incentivo à Cooperação e à Inovação em Educação Profissional e Tecnológica do MEC.

Sr. Presidente, eu vou aqui rapidamente apresentar um projeto que eu gostaria de compartilhar, porque para nós é uma novidade muito importante que visa apoiar as mulheres empresárias em Mato Grosso. O projeto chama-se Mulheres Empreendedoras Conectadas, da Universidade Federal de Rondonópolis, a minha cidade natal.

E eu quero aqui também registrar a nossa Reitora Analy Polizel, que faz parte da nossa universidade, que faz parte das supernovas universidades do Brasil. E a Analy, inclusive, já foi reeleita pelo trabalho que tem procurado fazer no sentido de transformar a nossa universidade no maior instrumento de desenvolvimento econômico regional. Já fizemos viagem para fora, nos Estados Unidos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

exatamente buscando trazer essas experiências empreendedoras para o desenvolvimento da nossa região e até do nosso estado.

E esse projeto que eu acabei de dizer, que é o projeto Mulheres Empreendedoras Conectadas, tem como objetivo central o fortalecimento do empreendedorismo feminino, a promoção da autonomia das mulheres empresárias e a conexão entre empresárias de diferentes regiões do estado, porque isso é amplo, é para todo o Estado de Mato Grosso. Com a utilização de ferramentas digitais, capacitação e rede de apoio, estamos criando um ambiente que possibilite que as mulheres busquem e alcancem seus sonhos empreendedores. Um dos grandes diferenciais desse projeto é o aplicativo gratuito Conecta Mulher UFR, desenvolvido pela nossa universidade, que oferece cursos e recursos valiosos para fortalecer e capacitar as mulheres em seus negócios ou na formação de novos negócios.

Eu quero registrar, inclusive, meu Deputado Inácio – eu gosto de chamá-lo assim – ou Secretário, que a Universidade Federal de Rondonópolis, Senador Fernando Dueire, criou agora vários cursos, entre eles o curso de Engenharia de Software, que, por incrível que pareça, foi o curso mais procurado pelos estudantes, no mesmo nível de concorrência do de Medicina. É porque a juventude hoje quer exatamente oportunidade, todo mundo precisa se preparar para este momento de tanta evolução.

Por isso, é com muito orgulho que destinei recursos por meio de uma emenda parlamentar para esse projeto, na certeza de que, ao capacitar mulheres, estamos contribuindo para o desenvolvimento econômico e social de Mato Grosso. Sabemos que muitas mulheres enfrentam barreiras pela falta de oportunidades e, portanto, queremos facilitar o acesso ao conhecimento e ampliar a sua atuação nos negócios locais, promovendo a autonomia e também a sustentabilidade.

Nesse sentido, também temos o projeto Teresa de Benguela, uma iniciativa muito relevante coordenada pelo Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT). Também o projeto Teresa de Benguela visa qualificar 1.520 mulheres em situação de vulnerabilidade, oferecendo 14 cursos que buscam facilitar a inserção no mercado de trabalho e proporcionar melhorias importantes em sua condição de renda. Participei também de reuniões com a Ministra das Mulheres, Aparecida Gonçalves, e o Reitor do IFMT, Julio César dos Santos, para discutir as diretrizes e a implementação desse projeto. Tive a honra de destinar também recursos para a execução desse grande Programa Teresa de Benguela, que acredito ter um impacto positivo e transformador na vida dessas mulheres beneficiadas. O programa já está sendo implementado em quatro municípios, Várzea Grande, Cuiabá, Juína e Vila Bela da Santíssima Trindade.

Por isso, eu quero aqui dizer que iniciativas como Mulheres Conectadas e Teresa de Benguela são passos importantes na luta pela igualdade de gênero e pelo fortalecimento do empreendedorismo no Brasil como um todo. Com isso, não apenas ajudamos a construir um futuro mais justo, mas também promovemos o desenvolvimento econômico de nossas comunidades.

Por isso, eu quero aqui agradecer a todos e ainda dizer da parceria que tenho procurado fazer também com o Ministério da Ciência e Tecnologia, quero elogiar o Ministro Marcos Pontes, mas também elogiar a atual Ministra Luciana, porque está dando prosseguimento àquilo que é bom. Inclusive, nós colocamos recursos, emenda no ministério, e são várias ações que lá estamos desenvolvendo.

Eu faço um destaque especial aqui à implantação do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, dentro da Universidade Federal de Mato Grosso, uma área construída já, de 10 mil metros quadrados, com pesquisadores. E agora o ministério, inclusive, está fazendo o chamamento dos pesquisadores, cientistas, para compor a diretoria do INPP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vivemos... Agora estava na Comissão de Meio Ambiente, por isso fiz questão de vir aqui. Nosso Pantanal, infelizmente, ano a ano vem sofrendo muito com as queimadas. E nós vamos fazer um encontro agora, no final do mês, para o qual eu quero convidá-lo, Senador Fernando, para o senhor ir lá conhecer, *in loco* – inclusive o Ministério da Ciência e Tecnologia, para estar lá conosco também –, uma ação da Comissão de Meio Ambiente, e eu sou Presidente da Subcomissão Permanente do Bioma Pantanal.

Então, temos várias iniciativas lá, mas para o combate ao fogo, por incrível que pareça, precisamos de tecnologia, precisamos desses conhecimentos, que são extremamente importantes, porque, com aquela imensidão, um Patrimônio da Humanidade não pode ficar abandonado – por isso da pesquisa lá. Inclusive, fizemos um trabalho com as universidades de Mato Grosso e o Ministério da Ciência e Tecnologia, com algumas ações.

Eu não vou me delongar aqui, porque o evento não é para isso, mas eu quero agradecer principalmente ao Inácio Arruda, na figura do Ministério da Ciência e Tecnologia, mas também à Marcela, porque a educação é em todas as áreas, em todas as áreas a gente precisa da presença do Ministério da Educação.

Eu agradeço muito, Senador Fernando Dueire, e aqui eu registro, acima de tudo, que Mato Grosso é um estado extremamente inovador, um estado em franco desenvolvimento, mas infelizmente nós vivemos lá ainda um apagão de mão de obra qualificada. Eu acho que essa realidade é praticamente em todo o Brasil, mas no nosso estado ela é muito mais presente, porque a agricultura é muito pujante – a agricultura com tecnologia de precisão. Então, precisamos preparar essa juventude, a mão de obra, o trabalhador, de um modo geral.

E esse programa aqui, eu tenho certeza de que... Inclusive, eu quero elogiar o Senador Izalci, porque foi ele que trouxe essas ideias que discutimos aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Meu caro Senador Wellington, os nossos desafios são imensos, mas quando a gente escuta as respostas que nós estamos tentando oferecer, isso nos anima.

O senhor falou agora pouco e falou de várias respostas: elas precisam ser apoiadas. E esta Comissão, inclusive, nós sabemos que tem emendas, e nós podemos trabalhar para fazer com que essas emendas se somem às que a V. Exa. já colocou. Nós precisamos oferecer isto, vai chegar o período: emenda de Comissão – a emenda aqui da Comissão –, para que nós possamos, de alguma forma, nos associar a esse grande esforço que vem sendo feito no Mato Grosso.

Convite aceito. É só agendar a data, verificar quais são as disponibilidades, para que nós possamos estar presentes. Porque eu digo sempre que a palavra toca, mas a presença envolve e faz com que a gente esteja mais comprometido. Esses desafios são muito particulares, de uma forma, com relação ao Mato Grosso; mas, como V. Exa. mesmo colocou, estão distribuídos praticamente em todo o país, com relação à qualificação de mão de obra.

Muito obrigado. Estará já nos registros de nosso encontro aqui suas palavras e sua contribuição.

E passo a palavra agora...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Eu cumprimentei o Inácio como Deputado porque eu convivi, em minha vida...

O SR. INÁCIO ARRUDA (*Fora do microfone.*) – Claro!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Foram 24 anos lá na Câmara dos Deputados, então eu tenho um saudosismo. Ele foi Senador da República, mas, claro...

O SR. INÁCIO ARRUDA – Eu o respondi como Vereador, porque foi o mandato mais significativo, aquele em que você está mais perto do povo da sua cidade.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Senador Wellington, o senhor fez uma bela homenagem ao ex-Vice-Presidente da República e Senador, por três vezes eleito, por Pernambuco Marco Maciel, colocando o nome do Plenário... Colocando-o como patrono, o nome dele no Plenário 2 aqui do Senado. E, Senador Inácio, o Marco Maciel dizia que tinha ocupado todas as cadeiras da República, menos a de Vereador; e ele dizia que não tinha ido para o exercício nem para a disputa de Vereador porque era a mais difícil.

O SR. INÁCIO ARRUDA (*Fora do microfone.*) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – E aí ele tinha escapado e tinha pulado a de Vereador. Tinha sido Deputado Estadual, Deputado Federal, Ministro duas vezes, Vice-Presidente da República e Senador aqui desta Casa também, por três vezes, mas tinha passado a de Vereador, porque ele dizia – sempre repetia – que era a eleição mais difícil que tinha.

O SR. INÁCIO ARRUDA – Duríssima! Duríssima! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Então fica, por favor, agora já a palavra com V. Exa., para dispor aí de sua contribuição com relação ao trabalho que estamos fazendo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Para expor.) – Sr. Presidente Fernando Dueire, queremos agradecer imensamente o convite. Já é uma sequência, porque a Ministra fez uma apresentação belíssima aqui na Casa, muito completa; e nós estamos apenas, Senador Wellington Fagundes, desdobrando aquilo que já foi apresentado com muita ênfase e com muita sabedoria pela nossa Ministra, que também ocupou o cargo de Deputada Federal, Deputada Estadual, foi Vice-Governadora do seu estado, Prefeita de Olinda, então é uma mulher muito preparada, que veio aqui, já deu a sua contribuição decisiva, nossa Ministra Luciana Santos.

Quero cumprimentar a nossa colega, e xará do nosso Secretário, Marcela França – muita alegria em participar contigo; a nossa querida amiga Francilene Garcia, que está de maneira remota participando da nossa reunião – ela é Vice-Presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), também foi Secretária de Ciência e Tecnologia do seu estado, assim como eu, que ocupei por sete anos a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará. Hoje ela está ocupando essa posição muito destacada na SBPC e nos acompanha neste instante.

Quero também cumprimentar aqui a nossa audiência de técnicos, de analistas, de consultores do Senado da República e também os nossos assessores, dos nossos gabinetes, que funcionam também de forma perfeita para dar o suporte aos nossos colegas Senadores e Senadoras aqui do nosso país. E quero cumprimentar também aqueles que nos acompanham através das mídias sociais; e a área de comunicação da nossa Casa, que é muito significativa e que dá ao público as informações que são oferecidas aqui nos Plenários da nossa Casa, o Senado Federal.

Está ocorrendo neste instante, Presidente, a reunião do conselho nacional do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Como o senhor sabe, é um fundo que... Depois de uma grande luta no Congresso Nacional, nós aprovamos uma legislação na Câmara e no Senado da República fazendo com que o fundo não fosse contingenciado. Esse foi um passo muito importante que devemos à mobilização da comunidade científica, mas, sobretudo, do Congresso Nacional, que é quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aprovou aquela lei. A lei foi vetada, depois nós derrubamos esse veto, veio uma medida provisória que inviabilizava a lei, mas essa medida provisória caiu, e o que prevalece hoje é a lei, e o fundo não pode ser contingenciado.

Isso significou R$10 bilhões destinados, em 2023, para a área de pesquisa científica, tecnológica e de inovação no país. Metade desses recursos é não reembolsável. E esses recursos não reembolsáveis... Os reembolsáveis estão a preços convidativos para as empresas que querem fazer pesquisa, Senador Wellington Fagundes, porque estão a juros de 2%, e não tem juros dessa ordem em nenhum... Acho que, hoje, praticamente, poucos mercados mundiais têm juros dessa ordem – que é um juro negativo – , que permitem às empresas que querem fazer pesquisa tomar esse dinheiro, porque senão você não consegue incentivar as empresas, porque um dinheiro caro no mercado não vai permitir que ela corra nenhum risco, sem que queira fazer inovação correndo risco altíssimo. Então, esses recursos, da ordem de R$5 bilhões no ano passado, como a Ministra que esteve aqui e anunciou, foram completamente utilizados, e até mais do que isso. O recurso não reembolsável também foi completamente usado. Dos R$10 bilhões, sobraram R$8. E o Presidente Lula fez questão de dizer à Ministra: "Então, gaste esses R$8", está certo? (*Risos.*) Este ano, a estimativa era de R$12,8 bilhões, e é o que nós estamos discutindo.

Por isso, Presidente, o senhor vai me perdoar, mas eu vou já pedir permissão para voltar para lá, porque nós estamos tratando de desenhar como, qual vai ser a arquitetura de uso desse recurso. Uma parte desse recurso – nós tínhamos a estimativa de R$12,8 bilhões – vai superar... A arrecadação do fundo vai ser superior a esse valor. Então, tudo aquilo que nós programamos vai ser executado, mas nós vamos ter, sobre uma parte desse recurso, que decidir como vamos tratá-lo: se a gente amplia recursos para as iniciativas que nós temos à mão, inclusive, uma delas é esta de que nós vamos tratar aqui, neste instante, que é sobre a questão do Capacita; ou se já associamos aos recursos do ano vindouro, que estão sendo estimados na ordem de R$20 bilhões. Então, em menos de três anos, nós vamos quase dobrar o valor destinado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Então, como é uma reunião muitíssimo importante e todas estas instituições estão presentes: CNPq, SBPC, setor privado, Governo, todos estão participando para que a gente possa definir o uso mais adequado desse recurso.

Dentro desse programa Conecta e Capacita, como foi dito aqui pela Luciana, pela primeira vez nós incluímos a questão do Conecta no Programa de Aceleração do Crescimento, que foi um passo importante, com a nossa Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que é uma instituição vinculada ao ministério e que atua com um contrato de gestão vinculado ao nosso ministério, ao Ministério da Educação e também ao Ministério das Comunicações. Então, esses três contratos-base permitem que a RNP conduza um trabalho de conexão de toda a Rede Nacional de Pesquisa dentro das escolas de formação superior federais, dos institutos federais e de inúmeras escolas e estados que, em acordo com a RNP, participam dessa conexão, digamos assim, nacional.

E nós precisávamos ampliar essa rede, Presidente. Essa rede ainda era insuficiente, apesar de já estar em todos os estados. Nós precisávamos interiorizar a rede, ampliar na Amazônia, tanto no Estado do Amazonas como no Pará, Amapá, Roraima, Acre, todos esses estados precisavam estar conectados a essa rede. Então, nós incluímos esse programa da RNP dentro do PAC. Isso significa um investimento da ordem de mais ou menos R$500 milhões. O maior volume está destinado à parte do Conecta, que é você ampliar a rede de conexão, que vai incluir muitas escolas. Esse conjunto de escolas, sejam as escolas de formação superior, nas universidades federais e também nas universidades privadas, sejam os institutos federais, que é uma rede fantástica, porque uma rede de quase 700 escolas já é uma rede potente no Brasil, todas essas instituições vão estar vinculadas aqui à RNP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que nós estamos oferecendo com o Conecta e com a ampliação da capacidade da RNP? Essa banda de oferta do serviço ser ainda mais larga, ter mais velocidade, ter mais capacidade de transporte de dados e de informações no nosso território, mas também nós estamos olhando para a ligação nossa com o mundo. Então, nós temos relações, através, principalmente, dos nossos cabos submarinos, que, por coincidência, chegam todos ali em Fortaleza, na Praia do Futuro, e nós fazemos uma conexão ainda mais ampla com a Europa, o norte da América, a América do Norte especialmente, a própria África e a Ásia. Então você tem uma conexão muito forte via RNP.

Mas nós olhamos para o problema mais objetivo, que é este problema: está bem, você tem uma vasta rede, uma rede potente, mas você precisa ter um quadro de pessoal formado, preparado para responder a essa necessidade. É claro que as nossas escolas estão formando, estão preparando, mas nós precisávamos acelerar o passo. Então, nós temos muitos profissionais, muitos profissionais que saíram da física, saíram da matemática, outros até saíram da química, da biologia, das engenharias, e podemos, numa aceleração, tornar esse profissional um profissional de TI com grande qualidade. Então, daí nasce o Capacita.

O Capacita tem duas frentes: uma vinculada à Secretaria para Transformação Digital, do ministério, com um programa especialíssimo, com recurso da Lei de Informática, que é muito significativo, porque a nossa Comissão aqui é de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática. Então, a Lei de Informática, como todos sabem, nasceu quando o Brasil resolveu abrir o seu mercado para o que nós chamamos hoje de *big techs*, essas gigantescas empresas internacionais que assumiram o mercado brasileiro e, na prática, desmontaram as empresas nacionais. E a compensação da Lei de Informática era forçar essas empresas a investirem na formação de recursos humanos capazes de darem conta das tarefas que essas mesmas empresas iriam exigir no mercado de trabalho brasileiro.

Então, com a Lei de Informática, essas empresas têm obrigação de colocar recursos. Esses recursos são operados pela Softex e pela Secretaria para Transformação Digital, e temos um vasto programa chamado Residência em TIC, um programa muitíssimo bom. Nós fizemos uma pequena modificação nesse programa para permitir que esse profissional, que já foi para a escola, que concluiu o ensino fundamental – sendo que uma grande parte concluiu o ensino médio – e teve uma formação inicial ali, profissional, possa vir para cá, que você possa trazê-lo para cá. Às vezes ele está fora do mercado, às vezes em casa, largado ao léu, e você o chama de volta para cá.

Então, esse programa Conecta e Capacita, na parte do Capacita, se dividiu em dois. Um com a Residência em TIC, que está aqui com a nossa Secretaria para Transformação Digital, coordenada pelo Prof. Henrique Miguel, e a outra com a Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social, na área da capacitação tecnológica, na área da educação científica e também na área da popularização da ciência. Então, lá no Departamento de Popularização da Ciência, nós abrimos um programa para permitir essa formação, usando como fonte de recurso a fonte que amplia a conectividade.

Então, ficou o Conecta com o recurso do FNDCT e também o Capacita com uma fonte no FNDCT.

São recursos ainda pequenos, mas é porque queremos mostrar para o nosso país que podemos acelerar o nosso passo. À medida que você tem um profissional no curso de Engenharia de Software, de Engenharia de Sistemas, de Engenharia da Computação ou de Ciência da Computação, você tem hoje um leque muito aberto de formação nessa área, que está nos institutos federais, nas universidades e nas escolas técnicas dos estados. Então, ao mesmo tempo que você tem esse grau de formação, isso leva a um tempo maior, porque aqui são três anos, quatro anos, cinco anos, e o mercado de trabalho tem uma exigência muito veloz. E o mercado de trabalho nosso também é disputado: eu vou formando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um engenheiro na área de engenharia de *software* e tem um programa... O Bill Gates, sem nenhuma cerimônia, estabelece um programa e ele mesmo vai a público dizer: "Venham trabalhar! Aliás, você nem precisa sair do interior do Ceará, trabalhe daí, direto na minha empresa, para receber em dólar".

Então, estou competindo com essas gigantescas empresas, e tenho que ter um programa de boa formação e, ao mesmo tempo, tenho que oferecer, para esse profissional ficar aqui conosco, um bom salário. As nossas empresas também têm que melhorar o salário para poder competir com essas grandes companhias internacionais. Agora, elas só melhoram o salário se você tiver um profissional bem formado, bem preparado. Acho que é esse o esforço nosso.

Na rede de formação convencional, nós vamos formando com grande qualidade. Agora, nós temos que trazer os outros profissionais para essa formação. Isso é que o Capacita abriu para fazer, em dois movimentos: um, diretamente com a Lei de Informática, e esse é puramente de formação. A formação vai para as escolas. Nós vamos agora mesmo fazer a aula inaugural do curso chamado EmbarcaTech, que é um curso da Secretaria para Transformação Digital, com o Instituto Federal do Ceará e mais quatro institutos federais. São 6 mil engenheiros – o pessoal da área da engenharia, da matemática, da física – que vão receber uma formação acelerada. Eles já estão na universidade, mas esses 6 mil vão receber uma formação especial e vão receber uma bolsa para fixá-los no nosso território, porque senão eles já saem: antes de concluir o curso, eles já estão contratados, já saem do nosso país. Então, vamos fazer um trabalho muito especial.

Nessa mesma área de recursos do PPI, nós fizemos um programa que recebeu o nome de C-Jovem, que foi uma sigla que nós encontramos – isso ainda no Estado do Ceará, mas podia ser nacionalizado, não tem problema nenhum. É esse que vai dar origem ao Mais Ciência na Escola e ao Capacita, incluindo jovens que estão fora da sala de aula e fora do mercado de trabalho, mas têm capacidade de receber essa formação. Então, nesse jovem nós já incluímos um programa feito com o instituto federal, a Universidade Estadual do Ceará, a Universidade Federal do Ceará e o Instituto Atlântico, que é um braço do antigo CPQD, lá em Campinas, mas que está lá no Estado do Ceará.

(*Soa a campainha.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA – Nós fizemos um programa com R$34 milhões para 8 mil jovens. Aqui já incluindo metade desses jovens, eles estão fora da escola, eles não estão mais na escola, mas nós fizemos aquela busca ativa para garantir que eles viessem para cá, para ter essa capacitação. Aquilo é como se fosse um piloto com que nós estamos mostrando que, com a Lei de Informática, eu posso formar quem está fora do mercado e fora da escola, mas são jovens que precisam dessa formação. Então, isso está tendo um grande sucesso.

Esse outro, o EmbarcaTech, é para os que estão dentro da escola. Eles estão dentro da universidade, e eu estou dando uma formação acelerada, para que eles possam já se vincular diretamente às empresas, especialmente as empresas que estão no nosso país – sejam elas nacionais ou estrangeiras, mas estão no nosso chão, estão aqui no nosso país.

Então, são programas ousados usando estas duas fontes de recursos: Lei de Informática e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Ao final, então, é a demonstração de que você, fazendo isso, vai atrair esses jovens. E é evidente que nós precisamos fazer isso também num trabalho de conexão com o ministério da formação, que é o Ministério da Educação. Isso é um grande trabalho que a gente tem discutido com o Ministro Camilo, discutido diretamente com a secretaria. Discutimos isso antes com o Getúlio, agora com o Marcelo – o Getúlio era antigo Secretário; o Marcelo o substituiu, mas ele vai tocando também com grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sabedoria. Então, estamos discutindo como ampliar esses recursos para permitir que as nossas salas de aula recebam principalmente esses estudantes que estão fora, mas que precisam ter essa formação.

Então, Sr. Presidente, aceleradamente, digamos que são essas as nossas responsabilidades na área da capacitação nesse mundo digital, que atinge tudo. O nosso Wellington Fagundes estava falando aqui da área do Pantanal, que precisa de inteligência, precisa de sabedoria, precisa de conhecimento e precisa de conhecimento nessa área digital, nessa transformação veloz a que nós estamos assistindo na área da inteligência artificial, que nada mais é do que usar os algoritmos e aquilo que a gente já acumulou durante milhares de anos, para estabelecer um grau de velocidade avançado na produção de riqueza também no nosso país, sem destruir a natureza, porque, se a gente destruir a natureza, nós somos parte dela, vamos juntos, está certo?

Então, acho que esse que é o caminho, e nós, nesse programa de formação com recursos do FNDCT, estamos usando R$100 milhões. Dependendo desta reunião de hoje, nós queremos dobrar esse valor para ver se a Ministra pode anunciar na próxima semana que nós vamos dobrar o valor com que nós estamos iniciando, porque esse valor cobre mil escolas, é um número muito pequeno. Então, nós precisamos dobrar para 2 mil escolas e depois crescer esse número, porque esse programa de capacitação envolve as escolas no contraturno. Então, isso é uma coisa muito importante. E nem todas as escolas são escolas profissionais. As escolas que não são escolas profissionais podem ter um programa de formação profissional no contraturno, com recurso do FNDCT e com recurso da Lei de Informática. Então, acho que nós podemos usar esse recurso para ampliar.

E muitas empresas, Presidente, têm estoque de recursos que estão obrigadas a usar. Há grandes companhias, que são companhias normalmente estrangeiras, e a gente precisa fazer com que elas usem adequadamente esse recurso na formação profissional do nosso país.

E, por último, eu queria convidá-lo e convidar todos os membros da nossa Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática para a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que nós vamos realizar aqui na Esplanada dos Ministérios, ali ao lado do Museu e da Biblioteca Nacional e até do Sesi Lab, que é um conjunto ali. O tema são os biomas brasileiros. É muito significativo. Nós estamos neste debate intenso sobre a realidade ambiental do mundo. É uma realidade de que a gente tem que cuidar muito, mas, ao mesmo tempo, nosso país precisa se desenvolver, precisa de progresso, e nós temos que examinar como fazer isso, como mitigar os efeitos da nossa intervenção para aumentar a produção de riqueza. E esse é o debate que nós realizamos no país durante este ano com o tema biomas. Ele vai se encerrar exatamente agora, na semana que vem, começando no dia 5 até o dia 10. Vai ser uma semana quase inteira de debates, de troca de informações e de demonstração do que nós estamos fazendo, do que a ciência está fazendo no Brasil, como é que nós estamos respondendo aos desafios brasileiros. Então, tem muita coisa interessante sendo feita, muita coisa importante e impactante sendo feita, e nós vamos mostrar tudo isso nessa Semana Nacional de Ciência e Tecnologia aqui na nossa Esplanada dos Ministérios. Então, eu queria aproveitar para convidá-los. A Marcela, por favor, está absolutamente convidada, a Francilene Garcia também e todos os membros aqui da nossa da nossa Comissão de Ciência e Tecnologia.

Eu vi que tem umas perguntas já aqui dos nossos...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – São do e-Cidadania.

O SR. INÁCIO ARRUDA – Do e-Cidadania. Não sei se eu respondo de imediato...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Por favor, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. INÁCIO ARRUDA – Então, o senhor quer...?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Heron, de Minas, pergunta: "Como o Brasil pode garantir independência tecnológica [...] [quanto às] empresas estrangeiras de [...] [inteligência artificial] e internet via satélite?".

Adriano, de Mato Grosso do Sul, faz também uma pergunta. Ele diz: "A infraestrutura de conectividade digital ainda é desigual entre as regiões do país, como [isso] será resolvido?".

Alexandre, de São Paulo: "Quais [...] as estratégias para melhorar o acompanhamento e a avaliação dos resultados do programa?". Uma boa pergunta.

Diogo, de Alagoas: "[...] [Como] o programa [...] [facilitará] o empreendedorismo na área de inovação tecnológica?".

E Elvis, de São Paulo, faz a pergunta: "O programa tem algum plano para mitigar a saída de profissionais [...] de TI do país?".

Senador, de toda forma o senhor visitou tudo isso, mas as perguntas são mais objetivas. As perguntas ficaram parcialmente respondidas, mas é interessante que a gente enderece de forma objetiva aqueles que estão através do e-Cidadania acompanhando a nossa audiência pública.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Para expor.) – Está bem.

Eu queria agradecer aqui ao Heron, de Minas, e já responder também de forma muito objetiva. Vocês sabem que nós reunimos o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia e debatemos esse tema com o Presidente da República, o tema de inteligência artificial, com três vertentes: a capacidade de infraestrutura que a gente precisa; a questão dos impactos do mundo do trabalho; e a regulação, a questão jurídica por trás de toda a estrutura de inteligência artificial.

Nós levamos este debate no conselho quase como uma provocação para o Presidente, e o Presidente deu uma investida em cima da gente, exigiu que a gente apresentasse uma proposta em tempo recorde, e nós apresentamos; quer dizer, colocou o desafio, nós tínhamos que apresentar no conselho uma proposta, que já está nas mãos do Presidente da República. É lógico que ele está ouvindo todos os ministérios e deverá mandar, porque tem muita matéria que está ali que precisa de regulação, que deverá vir ao Congresso Nacional para ser examinada, mas exige uma soma de investimento bilionário, que o Presidente está disposto a fazer.

Ele falou o seguinte: "Nós temos que ter a inteligência artificial guarani, quer dizer, a nossa inteligência artificial". Temos que usar uma grande infraestrutura para ter um movimento próprio e produzir as nossas próprias *big techs* – entendeu? –, tem que estar aqui no nosso território. Agora, para fazer isso tem que ter uma infraestrutura muito grande, e foi exatamente essa a cobrança do Presidente e essa a exigência do Presidente.

Sobre a questão da internet, nós temos já um... O Brasil é um país muito... Hoje nós estamos muito interligados, mas precisamos fazer ainda muito, um trabalho ainda muito grande. Então, a internet via satélite... Na verdade, a internet via satélite não é a principal; a principal é a via cabo, é essa que é a principal, é essa que transporta mais de 90% dos dados do país e também os dados internacionais – são esses cabos que chegam ao Brasil que transportam essas informações. Mas os satélites vão ganhando cada vez mais espaço. Não é à toa que alguém lança 100 satélites, 200 satélites, 300 mil satélites em baixa órbita para poder fazer comunicação.

O Brasil pode fazer satélites? O Brasil tem uma experiência de satélites muito boa, que é esse trabalho que a gente faz com o Cbers, que é um acordo Brasil-China. Agora mesmo lançamos a ... Eu estive em Beijing para assinar o protocolo que vai ser definitivamente assinado aqui pelo Presidente Lula e pelo Presidente Xi Jinping, que é o primeiro satélite estacionário brasileiro e chinês, digamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

assim, porque é feito em cooperação com a China. Esse é um salto extraordinário na área da produção de satélites que vai ser feito pelo Inpe e pela empresa chinesa.

Agora, nós podemos fazer satélite de baixa órbita. Nós temos hoje... Agora mesmo eu estava aqui com um documento que é da Olimpíada Brasileira de Satélites; quer dizer, é a nossa gurizada, desde a escola de ensino fundamental, ensino médio até a universidade, programando e produzindo satélite de baixa órbita. Alguns nós já colocamos até no espaço. Então, nós podemos produzir isso, criar um clima capaz de permitir que empresas como a Embraer e outras, em associadas, empresas privadas brasileiras, possam produzir satélite – e colocar no espaço – de comunicação. Acho que a gente tem que fazer essa disputa do mercado internacional. Não temos só que deixar o Elon Musk dando coice na gente, não. A gente tem que também se preparar para botar o nosso satélite no espaço. E temos capacidade! Já demonstramos isso sobejamente.

O Adriano, sobre a infraestrutura da conectividade. É isso que nós estamos colocando, quer dizer, ampliando com a RNP na área nossa, que liga toda a rede de educação. É gigantesco esse programa Conecta, por isso é que está no PAC, que é para não ter solução de continuidade. Liga também... Nós estamos com um programa com a área da saúde, para ligar toda a rede de saúde do país a esse programa da RNP. E é aberto a empresas, inúmeras empresas têm pedido para participar. Agora mesmo, estou respondendo ao Adriano, mas a Adriana, da Anprotec, que é a Presidente da Anprotec, pediu que todos os parques tecnológicos já fossem também conectados com a RNP. Então, isso vai ampliando o trabalho da RNP, a nossa responsabilidade aumenta e isso exige... A cada passo que a RNP dá em aumento da capacidade de oferta de bandas e de gigabytes e megabytes para as escolas e para as universidades, você também amplia a exigência de empresas privadas que respondam por ampliação dessa rede na ponta, para iluminar essa rede na ponta. Então, é um esforço que as empresas brasileiras têm compreendido. Acho que tem muitas empresas nossas, nacionais, respondendo a esse desafio.

Quais as estratégias para melhorar o acompanhamento e avaliação dos resultados? Isso é uma exigência. Você sabe que hoje tanto a CGU como o TCU, eles controlam imensamente a aplicação dos recursos, e acho que isso é muito positivo. Eles têm instrumentos de medição do impacto que você realiza com as políticas que você desenvolve. Alguns programas nossos são novos e esses programas novos vão ter essa avaliação daqui a dois, três anos para ver se aquilo do que a gente estava falando tem efeito mesmo com a população que está sendo atingida.

Aqui o Diogo, de Alagoas: "[...] [Como] o programa [...] [facilitará] o empreendedorismo na área de inovação tecnológica?". É claro, se você oferta esse programa do Embarca Tech e também o C-Jovem e o Capacita, eles já ligam logo com o empreendedorismo, eles já formam você também com a ideia de empreender. Não é aquela ideia de empreender como se você fosse por sua vontade própria só. Não, é formação, capacitação e preparo, que é uma ação de política pública para responder a essa necessidade do empreendedorismo de qualidade com inovação tecnológica. Acho que é o esforço do ministério e do próprio Presidente da República.

O nosso Elvis: "O programa tem algum plano para mitigar a saída de profissionais [...] de TI do país?". Nós não fizemos diretamente ainda com os profissionais de TI. O que a gente tem feito, e eu acho que é uma coisa muito positiva, é já ir formando o pessoal e ligando-os com as empresas brasileiras. Então, você já vai, toda a parte de imersão do Embarca Tech, do C-Jovem, já é com empresas, sejam empresas nacionais, sejam empresas locais, ou seja, uma empresa que está apenas num município. Às vezes, está só num bairro de um grande município. Por exemplo, São Paulo tem inúmeras empresas que são de bairros. Então, você já faz a imersão com aquelas empresas. Em alguns outros estados, você faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a imersão com grandes empresas. Então, você já vai juntando esse profissional para ver se o segura no mercado. É uma disputa grande, essa é uma disputa muito grande!

Na área da pesquisa científica, nós fizemos um programa especial que até ficou com o apelido de repatriar profissionais. Não é exatamente repatriar. É você oferecer ao profissional com grande capacidade, que é disputado internacionalmente, condições para ele estar no nosso país. Em uma visita recente ao CNpem, lá em Campinas, nós ouvimos lá do diretor do CNpem o número de profissionais que têm voltado ao país diretamente para o CNpem com a visão de que o nosso laboratório de biossegurança máxima na área de biotecnologia vai exigir esse profissional, e eu vou poder pagar esse profissional bem para estar aqui no Brasil. Então, muitos profissionais brasileiros que estão na Alemanha, estão na Inglaterra, estão na França, no Canadá, nos Estados Unidos, na China, querem voltar, mas eles querem ter um ambiente que permita que eles possam fazer um grande trabalho na área da produção científica. Não é apenas o salário, são laboratórios de alta tecnologia que você tem no exterior e que você precisa ter no seu território. Ao fazer isso, você consegue atrair. Na área de TI, a disputa é ferrenha, mas nós temos trabalhado intensamente para manter muitos profissionais no nosso chão, no nosso país, tanto com as empresas brasileiras quanto com as empresas estrangeiras que atuam no nosso país.

Então, eu queria agradecer demais, Senador Fernando, Presidente da nossa Comissão, esta oportunidade, reforçar o convite para a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, agradecer à Francilene e à Marcela e pedir licença, porque eu preciso garantir que esses recursos para ampliarem os programas sejam também aprovados no nosso fundo nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Senador, muito obrigado pela sua presença, foi muito completo e, sobretudo, mostrou uma estratégia dos braços, porque é um programa muito amplo que precisa chegar a muitos e a muitas áreas de forma diferente. Essa é uma estratégia inteligente que tem sido montada, e nós temos acompanhado esse trabalho. Estão de parabéns, o desafio é imenso, sob todos os aspectos, mas ele está sendo enfrentado.

De forma que agradeço muito a presença, e sinta-se à vontade, porque sua ausência a partir de agora tem um motivo nobre, está dito e bem entendido.

Muito obrigado pela sua presença e transmita à Ministra o nosso abraço, por favor!

O SR. INÁCIO ARRUDA – Ela que é a comandante do fundo, então tenho que... Vou falar com ela de forma imediata. Agradeço mais uma vez, e ficamos, tanto na nossa secretaria como no ministério, completamente à disposição da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Obrigado, Senador.

O SR. INÁCIO ARRUDA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Dando prosseguimento à nossa audiência pública, eu convido a Dra. Marcela Ferreira Paes, Coordenadora-Geral de Incentivo à Cooperação e à Inovação na Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC), para fazer a sua apresentação.

Educação é transbordante e transversal, portanto o papel é extremamente relevante e nós estamos aqui para ouvi-la.

A SRA. MARCELA FERREIRA PAES FRANÇA (Para expor.) – Boa tarde! Boa tarde a todos!

Senador Fernando Dueire, muito obrigada pelo convite. Eu estou muito feliz de estar aqui representando o Secretário da Setec-MEC, o Prof. Marcelo Bregagnoli, e o Diretor de Articulação e Fortalecimento da Setec-MEC, o Prof. Claudio Alex.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou mostrar um pouco para vocês aqui como é que está a inovação na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

É melhor eu ver por aqui ou por aqui? (*Pausa.*)

Ao longo desses anos – pode passar, por favor! –, vamos entender como que é essa inovação dentro dos institutos federais e como que a gente consegue unir forças, Senador, para que a gente consiga um Brasil mais desenvolvido, que a gente consiga levar qualidade de vida, empregabilidade para todos os cantos do Brasil.

Essa imagem do mapa do Brasil eu acho muito bonita. Ela mostra, nos pontinhos verdes, ali nas bolinhas, as 685 unidades da Rede Federal e, em marcação em vermelho, as 100 novas unidades que estão para chegar a todo momento. Então, praticamente, é um mapa bem marcado da educação profissional e tecnológica.

Pode passar, por favor.

Aqui na Setec, especificamente dentro da Coordenação de Inovação, que é o que eu vou apresentar hoje, nós trabalhamos com três grandes vertentes de inovação, que são: Iniciação Tecnológica; Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; e Empreendedorismo. Todos eles sempre associados à extensão para o atendimento à nossa comunidade.

A relação. Nós temos uma grande relação com a pesquisa, em que os nossos pesquisadores, de todas essas unidades que vocês viram no mapa, das 685 unidades, eles desenvolvem pesquisas de ponta, seja na área de TI, seja na área do meio ambiente, na área da educação. E temos projetos também que trabalham com o setor produtivo, que conversam diretamente com as empresas, e hoje esse é um dos nossos grandes desafios – não somente esse, mas um dos desafios que a gente tem –, que é como que a gente conecta esses nossos estudantes, esses nossos pesquisadores com o setor produtivo; como é que a gente consegue prepará-los de fato para o mercado de trabalho; ou mesmo como a gente consegue contribuir para esses estudantes abrirem sua própria empresa, abrirem sua *startup* e, sim, desenvolverem de uma forma com protagonismo o desenvolvimento da tecnologia no Brasil.

Eu quero cumprimentar também o Senador Wellington Fagundes – excelentes ações, fiquei muito feliz de a gente ter aí um grupo com mulheres trabalhando com inovação e empreendedorismo, e estamos à disposição.

O próximo, por favor.

Aí eu trouxe aqui para vocês uma pesquisa que foi mostrada pelo Secretário, o Prof. Marcelo Bregagnoli, no evento que teve da Rede Federal na semana passada, em Caldas Novas, e que foi impressionante: 493 ambientes promotores de inovação dentro da Rede Federal. Então, quando a gente olha esse mapa do Brasil aqui todo pintadinho, colorido, isso mostra cada ambiente de inovação que nós temos na rede, isso mostra o compromisso da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica com o desenvolvimento da inovação. Então, nós somos hoje um grande ecossistema de inovação, e estamos nos preparando – muitos já preparados, na verdade – para assumir, para contribuir no desenvolvimento desses nossos profissionais, desses nossos estudantes. Mas, quando a gente observa um mapa desse e sabe que esses ambientes não olham só para dentro, eles olham também para fora, eles atendem a comunidade através de cursos, através de desenvolvimentos de *startup*, de capacitações dentro da comunidade, enfim, de ações de extensão.

Eu vou mostrar para vocês aqui, para vocês conhecerem também – o próximo, por favor –, que só de laboratório *maker* hoje na rede nós temos 250. Então, nós estamos falando de 250 locais, de 250 unidades da nossa rede que têm impressora 3D, corte a *laser*, todos aqueles equipamentos necessários para você desenvolver tecnologia distribuídos no Brasil que atendem tanto a comunidade interna

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quanto as externas. E estão totalmente ligados com os nossos cursos, seja os cursos da área de tecnologia, seja os cursos da área de educação. Então, os nossos estudantes têm acesso a esses ambientes.

O próximo, por favor.

E nós temos aqui as incubadoras de empreendimentos implementadas: 134 incubadoras de empreendimentos só da Rede Federal. Então, a gente está falando aí de uma rede robusta e a gente está com um desafio agora de conectá-los.

No próximo ano é a nossa meta, em 2025, conectar para todos terem uma conversa única pela Rede Integra, que eu vou daqui a pouco falar um pouco do que é. Então, isso é para vocês verem a nossa força, a nossa força dentro da inovação.

O próximo, por favor.

Temos mais 95 incubadoras de empreendimentos para serem implementadas na nossa rede. Então, a gente espera que, até o final de 2025, a gente já passe de 200 incubadoras.

E o que essas incubadoras fazem especificamente? Elas promovem o empreendedorismo e a inovação para a comunidade. Elas saem dos muros, participam de feiras, conversam com escolas, conversam com empreendedores, conversam com mulheres, conversam com a comunidade em geral para promover o empreendedorismo e a inovação. E o interessante, Senador, é que essas incubadoras, esses ambientes promotores de inovação em geral trabalham com a regionalidade. Se você está ali com uma incubadora lá no Amazonas, no Pará, no Acre, eles trabalham com a comunidade local. Eles ajudam associações a se desenvolverem. Sim, incubamos associações para essas pessoas desenvolverem seu CNPJ, terem um MEI, se capacitarem dentro dos nossos laboratórios, que estão disponíveis para eles.

Próximo, por favor.

Nós também temos aqui 92 empresas juniores, distribuídas em quase todos os municípios do Brasil. Nós estamos agora com uma força grande para 2025 de termos pelo menos uma empresa júnior. São empresas desenvolvidas por alunos. Esses estudantes têm protagonismo muito grande. Eles geram negócios. Eles aprendem a empreender em várias áreas do conhecimento. E essas áreas do conhecimento estão relacionadas com a vocação do *campus* onde eles estão. Por exemplo, se você tem um *campus* lá em Vila Velha, no Instituto Federal do Espírito Santo, que tem o curso de biomedicina, você vai ter uma empresa júnior lá dentro, que trabalha dentro dessa área para ajudar esses estudantes a terem protagonismo dentro da inovação.

Próximo, por favor.

Nós temos também 17 aceleradoras. São empreendimentos semelhantes a uma incubadora de empresa que ajudam na aceleração de negócios. Esses negócios, eu queria deixar claro aqui que não são só negócios de dentro dos institutos federais. Nós também atendemos negócios de fora dos institutos, em que pessoas que querem começar a empreender, a desenvolver o seu negócio podem submeter a proposta para os editais que estão abertos, com a periodicidade de cada um, específicos de cada estado. Para quem está aqui nos assistindo e quiser saber como é que eu faço para encontrar, acesse o *site* do instituto do seu estado, procure a incubadora que os editais são lançados por lá.

Pode passar, por favor.

Nós temos muitos servidores envolvidos, professores. Aqui mostra como é o mapa, quem está trabalhando com isso tudo. Nós temos professores. Nós temos técnicos administrativos. No último ano, foram mais de 37 mil estudantes atendidos, só dentro dessas áreas de inovação. Então, eles entram nos nossos laboratórios. Eles participam dos eventos que acontecem. É muita gente para promover, mas a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

gente gostaria de aumentar o número. A gente gostaria de aumentar esse número, enfim, de levar o empreendedorismo, a inovação para mais pessoas.

Tem um faturamento só de empresas incubadas dentro do programa de R$19 milhões. Ainda é incipiente. A gente está trabalhando para essas empresas conseguirem faturar mais, mas estamos no esforço, procuramos ajuda, procuramos parceria para que a gente consiga aumentar esses números.

Hoje, na janela que nós temos agora, nós temos 323 *startups* sendo atendidas, Senador, das mais diversas áreas, seja da área de inteligência artificial, seja da área de realidade aumentada, seja de ensino que trabalha com inteligência artificial, seja de tecnologias. São diversas áreas sendo atendidas. Setenta e três empresas já estão no mercado, já estão trabalhando.

Pode passar, por favor.

Nossos polos de inovação: hoje, nós estamos com 14 polos de inovação no modelo Embrapii, vinculados à Embrapii. Nós temos a previsão de abrir mais um edital agora para polos Embrapii na Rede Federal, ainda este ano ou mais tardar no início do ano que vem.

Pode passar, por favor.

Pós-graduação: a gente também conecta a pós-graduação com a inovação. Quanto à nossa pós-graduação, hoje, nós temos mais de 200 programas de pós-graduação na rede, espalhados por todo o Brasil. Essas pós também trabalham com empreendedorismo e inovação, vinculando-se a núcleos de laboratórios de inovação, aos polos com setor produtivo, a ambientes educacionais que também estão abertos para esses alunos desenvolverem os seus estudos, seja a sua dissertação de mestrado, seja a sua tese de doutorado. E muitos também já estão vinculados dentro das incubadoras da rede. Então, de fato, o nosso grande desafio é como é que fazemos para conectar todo mundo e formar uma grande rede de inovação dentro da educação profissional e tecnológica.

Pode passar, por favor.

Pode passar.

Nós temos muitos desafios. Quando falamos de empreendedorismo e inovação nos seminários que nós fazemos, nas visitas que fazemos dentro dos institutos federais, a pergunta é: "Professor pode empreender?". A gente ainda escuta essa pergunta, e ela é muito comum. Então, nós estamos com duas ações estruturantes importantes já em execução. Uma é a Rede Integra. Eu não sei se todos vocês conhecem, se vocês já ouviram falar da Rede Integra. É um projeto do Instituto Federal do Rio Grande do Sul que conectou todos. Hoje, das 41 instituições, 40 já estão vinculadas à Rede Integra. Então, se vocês pesquisarem, quiserem saber quais são os pesquisadores que estão trabalhando com TI, que estão trabalhando com internet, que estão trabalhando com impressora 3D, é só vocês digitarem a palavra-chave que ela vai puxar todos os *lattes* da Rede Federal, com todos os laboratórios, inclusive, o número de atendimentos. Esses dados ainda estão sendo preenchidos.

Já vou deixar aqui um convite para todo mundo: em 26, 27 e 28 de novembro, vai ter a Semana de Educação Profissional e Tecnológica, em que a gente vai lançar esta ferramenta que é um *chatbolt*. Se o servidor, se o pesquisador quiser empreender, tiver dúvidas, ele pode editar a sua pergunta que o *chatbolt* vai te dar a resposta com os documentos que foram consultados. A gente está num grande esforço, com várias pessoas ao longo do Brasil, para lançar essa plataforma agora em novembro. Na verdade, essa funcionalidade, porque a plataforma já foi lançada.

A gente está finalizando a metade de um curso agora do Marco Legal de Inovação, em que a gente está capacitando os procuradores dos institutos federais e as pessoas que trabalham com inovação diretamente com o Núcleo de Inovação Tecnológica, com estudos de caso, para eles conseguirem atender melhor a toda essa rede de inovação que está se formando, para que não existam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dúvidas, para que a gente consiga inovar de uma forma mais segura e para que, de fato, a gente consiga aumentar a empregabilidade desses nossos alunos, ajudá-los a entrar no mercado de trabalho e a usar os nossos laboratórios para o desenvolvimento de tecnologias.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARCELA FERREIRA PAES FRANÇA – Está acabando o meu tempo, não é?

Pode passar, eu acabei também.

Ações para 2025: estamos com assistências técnicas, o novo edital de polos, empreendedorismo para estudantes, prêmios de inovação, sistema de gestão e acordos de parcerias sendo utilizados. Temos muitas ações em novos negócios em TICs. Nossos alunos, através de chamadas específicas da Setec, desenvolvem aplicativos, trabalham com inteligência artificial, enfim, uma série de coisas, mas eu vim aqui para apresentar como está a inovação dos institutos federais.

Muito obrigada. Fico muito feliz de que todo esse movimento esteja acontecendo, e vamos para a frente, que vai dar tudo certo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Dra. Marcela, muito obrigado. A senhora fez uma exposição muito boa. Inclusive descortinou um conjunto de informações que nós não temos à disposição, não chega à gente. Isso oferece, para o trabalho que nós estamos fazendo e para aqueles que estão nos ouvindo – nós estamos aqui chovendo de perguntas do e-Cidadania – exatamente quais são os caminhos em que o Governo Federal tem colocado luz para esse trabalho.

Eu acredito, Senador Wellington Fagundes, que o trabalho que está sendo apresentado descortina, de fato, muita coisa boa que está sendo feita com relação ao que nós aqui nos propomos. Não é isso, Senador?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Bom, eu acho que esse assunto como um todo é algo que a sociedade brasileira precisa, e muito, porque a concorrência mundial, em todas as áreas, é muito grande. Então, a gente fala hoje, já, que quem não tem o acesso à tecnologia é analfabeto. E essa criançada que está aí, hoje, precisa ser preparada de forma muito... Quando eu falo criançada, são as minhas netinhas que nasceram agora, idênticas – por isso a minha felicidade – e também os jovens que estão aí. E o jovem, hoje, quer saber onde ele vai ter uma formação para ele que está no mercado do trabalho. É essa preocupação do jovem. Eu estou dizendo pelas pesquisas que a gente às vezes vê aí. O jovem, se está querendo fazer um curso universitário, hoje já está em dúvida sobre o que é prioridade, porque a prioridade dele é o mercado de trabalho.

Então, eu faço aqui uma pergunta, Marcela. Primeiro, a sua secretaria atende o MEC como um todo, não só o ensino tecnológico, não é?

A SRA. MARCELA FERREIRA PAES FRANÇA (Para expor.) – Essa secretaria atende o ensino...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Está desligado.

A SRA. MARCELA FERREIRA PAES FRANÇA – Está desligado? Eu que desliguei?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Está o.k.

A SRA. MARCELA FERREIRA PAES FRANÇA – Está o.k.? Melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Pois não. Pode ir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARCELA FERREIRA PAES FRANÇA – Essa secretaria atende educação profissional e tecnológica dos institutos federais, dos estados e de alguns municípios – toda a educação profissional e tecnológica, não é todo o MEC.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Está ligada diretamente, então, aos institutos federais de educação tecnológica, não é?

A SRA. MARCELA FERREIRA PAES FRANÇA – Não somente aos institutos federais, às escolas técnicas estaduais também.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Todas elas, não é? Digamos, as profissionalizantes...

A SRA. MARCELA FERREIRA PAES FRANÇA – As profissionalizantes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... com foco profissionalizante. É mais ainda importante, porque a gente sabe como está pensando o jovem.

E, nesse aspecto, eu queria fazer uma pergunta. Eu sou entusiasta, porque eu fui ex-aluno também da escola técnica federal, da escola agrotécnica, na realidade, de São Vicente, em Mato Grosso. É a maior escola do mundo, 5 mil e tantos hectares, 70 e poucos anos. Também temos a escola técnica federal em Cuiabá, que também tem mais de cem anos, mais antiga que a universidade, bem mais. Então, o papel e as transformações, as revoluções que nós tivemos nesta área foram muito grandes. E aí eu destaco no Mato Grosso também o nosso instituto, liderado pelo Reitor Julio César, que foi reeleito agora, pela primeira vez com chapa única, porque ele realmente fez um trabalho diferenciado em termos de inovação, em termos de desenvolvimento do instituto no estado inteiro. Então, realmente é hoje o Instituto Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso um bom exemplo.

E aí eu pergunto para a Secretária... Estava aqui o representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, eu estou fazendo um projeto com o Ministério das Mulheres na área, o Ministério da Educação. A pergunta é: como que o Governo... ou existe no Governo essa preocupação de não ter muito desperdício de ações e de recursos? Porque, às vezes, é muita gente mexendo com a mesma tese.

Eu gostaria de saber, Marcela, se vocês trabalham essa preocupação e se o que eu estou falando também tem fundamento. Tem o Ministério da Ciência e Tecnologia, tem o Ministério da Educação e, é claro, outros ministérios também que têm, às vezes, ações que são idênticas ou similares. Eu queria saber exatamente nessa linha.

Por exemplo, nós aqui discutimos o Orçamento. Eu tive a oportunidade de ser Relator do Ministério da Educação. Qual a melhor forma de o Parlamento poder direcionar os recursos nesta área?

A SRA. MARCELA FERREIRA PAES FRANÇA – Senador, eu queria complementar uma fala aqui, porque o senhor me lembrou bem. Eu mostrei os dados dos institutos federais e não mostrei os estaduais. Por quê? Porque não temos esse mapeamento. Estamos realizando o mapeamento da inovação dentro da educação profissional e tecnológica do estado – nós contratamos um especialista para isso, porque todas as nossas ações são feitas por especialistas –, e a gente acredita que, até fevereiro, se o senhor me convidar, eu venha aqui te trazer os dados, para a gente saber o cenário desses ambientes de inovação dentro da educação profissional e tecnológica como um todo. Por isso que desta vez só veio o dos institutos federais, mas prometo que ano que vem, logo no início, vai ter os dados das estaduais também.

Essa é a minha preocupação diária, como o senhor falou, Senador, de a gente conectar as ações, porque muito pulverizado... Eu acredito muito em trabalho em rede, sabe? Eu vim do Espírito Santo, e lá a gente trabalha numa rede de inovação muito forte, porque a gente acredita que, quando a gente dá as mãos, todo mundo caminha mais rápido e tem resultados mais robustos do que caminhar sozinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é, hoje, dentro da Coordenação de Inovação, que eu assumi por agora... Queremos conectar essas ações da melhor forma possível para a gente ter um encaminhamento melhor, para a gente ter mais pessoas sendo atendidas, tanto da comunidade interna quanto da externa, para melhor utilização do recurso público, porque a gente não pulveriza as ações. E como fazer isso? Eu consigo te dizer aqui, dentro do mundinho que eu estou vivendo ali, o que a gente está fazendo. Mas eu estou disposta a dar as mãos para a gente pensar juntos como que a gente pode direcionar essas ações, trabalhar em conjunto para que a gente consiga ter esses resultados robustos e convergir as nossas ações.

Isso é uma preocupação minha também, o Secretário Inácio Arruda comentou das ações dele, o que faz, mas de fato isso me preocupa um pouco e a gente está dentro da Setec, pelo menos com as ações que a gente está trabalhando, caminhando. É um desafio, mas eu estou disposta a enfrentá-lo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Olha, eu estava chamando-a de secretária e não de coordenadora.

A SRA. MARCELA FERREIRA PAES FRANÇA – Eu sou a Coordenadora, o Secretário é o Prof. Marcelo Bregagnoli.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Pois é.

Eu penso que seria importante, Senador Fernando Dueire, quem sabe a gente promover uma audiência pública exatamente, se possível neste ano ainda, antes de concluir o Orçamento. Na semana que vem não tem nada aqui, nós não podemos propor um requerimento aqui agora, não é oportuno. Mas gostaria de sugerir, já que V. Exa. está capitaneando isso, quem sabe a gente pudesse discutir especificamente essa área, porque essa área é quase igual à Medicina: haja dinheiro! O dinheiro que tiver tem onde aplicar. Mas como nós não temos tanto dinheiro, a gente precisa tentar organizar exatamente para não ter o desperdício e a energia mesmo, porque, às vezes, a gente fica sem saber onde colocar a prioridade. Então, eu sugiro aqui, Senador Fernando, quem sabe a gente pode fazer... Se não der tempo para agora, a gente pode discutir num momento oportuno aí.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Muito oportuno, Senador Wellington Fagundes.

Normalmente, através de alguns conselhos, a gente consegue perceber alguma coordenação entre órgãos governamentais. Eu participei do Conselho Nacional de Política Energética, e nesse conselho a gente percebia uma clara condição, os órgãos que participavam tinham uma certa não só comunhão, mas também umas atribuições muito claras e, sobretudo, no sentido de agregar as condições de um programa ou de alguns programas em que alguns entes do Governo tinham as suas atribuições com conexões com outros órgãos do Governo. Minha avaliação, pela experiência vivida, é que isso naturalmente deve ocorrer na área de ciência e tecnologia, no conselho próprio da área.

No entanto, é extremamente oportuna sua colocação, e eu já vou encaminhar para que, se possível, nós tenhamos, em função da questão orçamentária bem levantada aqui, essa audiência pública ainda dentro deste ano.

Se nós estamos tentando trabalhar exatamente um programa, nos somando a um esforço de superação desses desafios, está muito claro que a sua observação se encaixa de uma maneira estratégica no que nós estamos tratando. Vou providenciar isso e esse encaminhamento rapidamente.

Bem, as perguntas continuam a chegar. Estamos aqui.

Bia, do Rio de Janeiro: "Quais [...] os principais desafios identificados [...] pelo programa [...] [até o momento] para impulsionar a inovação no Brasil?".

Gostaria aqui de sua contribuição, Dra. Marcela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARCELA FERREIRA PAES FRANÇA (Para expor.) – Eu acho que o principal desafio que a gente tem é levar a conectividade para o interior. Acho que não é o único, mas é um dos grandes desafios que a gente tem quando a gente observa. Eu vou falar, Senador, do ponto de vista dos institutos federais, onde eu tenho mais propriedade para comentar.

A gente tem este desafio: como é que a gente vai chegar a regiões remotas do Brasil e levar, seja a internet, seja a conectividade de uma forma geral, para que eles consigam ter muitas vezes as mesmas oportunidades dos grandes centros? Eu acho que, se falando de desafios, esse seria o principal. E como a gente faz para chegar lá, não é? Os esforços estão sendo feitos, realizados de uma forma muito intensa.

A gente precisa chegar lá e eu acredito que a gente, em breve, consiga superar esse desafio.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Agradeço muito a exposição, Dra. Marcela.

Está conosco, desde o início, Francilene Procópio Garcia, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que se encontra remotamente conosco; e Dr. Felipe Morgado, Superintendente de Educação Profissional e Superior do Senai.

De fato, então, eu convidaria a Dra. Francilene – acredito que esteja aqui conosco –, para que ela possa entrar remotamente, para a sua exposição, na nossa audiência pública.

A SRA. FRANCILENE PROCÓPIO GARCIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Estou aqui, sim, Senador.

Gostaria de dar boa tarde a todas e a todos.

Em nome da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, trago aqui o nosso reconhecimento, Senador Fernando, da importância desta audiência pública, que traz não só a discussão da temática das políticas públicas, que são políticas públicas importantes para a área da ciência, tecnologia e inovação no país, mas, sobretudo, chama à atenção a avaliação de um programa extremamente importante como é esse, Conecta e Capacita.

Então, a SBPC, para aqueles que não sabem, representa 161 sociedades científicas do país. Portanto, nós temos a maior rede de pesquisadores e cientistas da América Latina, que têm sido, certamente, um dos ativos fundamentais para que o Brasil possa alcançar novos voos na direção da soberania tecnológica do país não só nos seus problemas históricos legados, mas também, sobretudo, naquilo que são problemas do século XXI, Senador.

Então, é fundamental.

Parabéns, mais uma vez, pela iniciativa e pela condução dessas três audiências públicas – duas já acontecidas, realizadas. E também, aqui, quero manifestar a importância da relevância de mais uma, olhando para o orçamento do próximo ano, considerando o tamanho dos desafios que a gente tem.

Então, Senador, eu queria cumprimentar também a Marcela, do MEC; o Secretário Inácio Arruda, que já esteve aqui presente; o Felipe Morgado, do Senai; também cumprimentar a audiência e trazer aqui algumas considerações que para a rede de pesquisadores e cientistas, representada aqui pela SBPC, são fundamentais.

Primeiro quero dizer que nós não estaríamos discutindo novos passos, e passos ousados, tanto na questão da conectividade da infraestrutura de rede ótica no país quanto na da formação dos nossos jovens num caminho de uma requalificação e de um potencial maior no mundo do trabalho, incluindo as iniciativas empreendedoras, aqui tão bem trazidas pela Marcela, se a gente não tivesse de fato o descontingenciamento do FNDCT, já citado aqui pelo Inácio Arruda. E quero destacar a importância de que um dos dez programas orientados a missões que fazem uso da aplicação anual dos investimentos do FNDCT esteja exatamente capitaneado, focado na questão do programa Conecta e Capacita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nessa direção, é importante comentar, Senador e todos da audiência, que a própria presença do Conecta no âmbito do PAC, já anunciada desde o início deste presente Governo, dá continuidade de investimentos anuais necessários para que a gente não só amplie e robusteça a atual rede de infovias existentes no país, mas chegue a outras localidades. Eu acho que nas falas anteriores e perguntas também tem esse ponto. Então, essa continuidade nos investimentos – por isso a importância de discutir também a questão do projeto da lei orçamentária – é fundamental.

O FNDCT está fazendo uma parte disso junto, pela primeira vez, no Programa de Aceleração do Crescimento, mas é importante que a gente assegure. Diagnosticar inclusive o tamanho do déficit é uma coisa fundamental para esta audiência pública aqui, enquanto recomendação, que a gente possa ter, com a parceria de outras pastas e de outros segmentos, não só no âmbito do Executivo federal, um pouco mais de clareza sobre déficits que a gente ainda tem em relação a essas infraestruturas. De acordo com o que foi anunciado aqui, dito pelo Secretário Inácio Arruda, nessa parte do Conecta, que é totalmente vinculada à Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, a nossa importante RNP, que tem mais de 30 anos de atuação importante no país, a gente tem uma ampliação – se não me engano são 19 infovias, mais de 1,3 mil instituições e, no âmbito das escolas, na área do Capacita, mil escolas. A gente sabe que isso ainda é muito pouco do ponto de vista do volume que a gente tem a atender. Então, uma das primeiras recomendações que a gente deixa é mapear com mais clareza um diagnóstico desse déficit que a gente ainda tem.

No âmbito do Conecta, Senador, eu queria citar para a rede de pesquisa científica no Brasil um ponto que eu considero fundamental, está no radar de quem está olhando o programa Conecta e Capacita, especificamente no âmbito do Conecta. Uma das iniciativas da RNP, além da robustez dessas infovias, de levar a fibra em novos pontos nas redes, de uma maneira geral, é a instalação da rede e-Ciência, que é uma rede de alto desempenho que vai trazer para o Brasil, para as instituições científicas e tecnológicas, serviços especializados para o que a gente chama dos grandes fluxos de dados científicos.

Todos devem ter acompanhado... Inclusive, quem teve a oportunidade de participar da fase preparatória e da realização da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, no final de julho para agosto, conduzido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – nós tivemos ali amplo debate sobre os próximos anos da política científica e tecnológica no país –, deve ter visto que na forma como o mundo faz ciência tem uma mudança sistemática acontecendo. A gente tem hoje cada vez mais a necessidade de uma pesquisa muito mais colaborativa, até porque nós estamos falando em grandes desafios, a maioria deles são globais, como é a própria questão do aquecimento global e como lidar com as emergências climáticas, o que a gente já vive em nosso país. Então, há uma constatação clara de uma mudança sistêmica na forma como se faz pesquisa, na forma como a pesquisa é financiada, na forma como a pesquisa é realizada – a grande abundância de dados cada vez mais precisa de uma colaboração – e também na forma como a pesquisa é recompensada. A gente tem hoje não só a própria questão da avaliação de publicação e de produção de conhecimento, mas a avaliação do impacto dessa pesquisa no sentido da melhoria da qualidade de vida das pessoas e da mitigação de desafios que não são só nossos, mas globais.

Essa rede e-Ciência será fundamental para que o Brasil tenha um avanço, um *upgrade* na infraestrutura de plataformas tecnológicas de armazenamento e compartilhamento de dados.

Um dos pontos focais que a SBPC gostaria de trazer aqui nesta audiência é que a gente possa acompanhar e também fazer valer demandas dessa área. Já existem alguns pontos focais escolhidos pela RNP para serem centros nacionais de dados. Por exemplo, em toda essa comunicação na área das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

emergências climáticas, vai ter as capturas locais, e isso vai se relacionar no campo nacional para que os nossos pesquisadores possam avançar. É claro que esse *upgrade* na plataforma de infraestrutura tecnológica da pesquisa tem já um recurso assegurado aí no programa Conecta e Capacita, mas vai precisar de mais investimento. Então, que também fique aí no radar para que a gente possa ter um acompanhamento efetivo.

É importante citar que uma das unidades de pesquisa do MCTI – no caso, o LNCC – foi fundamental quando a gente precisou fazer o genoma do vírus durante a pandemia de covid-19,só para citar um exemplo, mas a gente precisa fortalecer a nossa infraestrutura de pesquisa.

E, nesse fortalecimento, é importante também colocar, de forma transparente, para a sociedade como um todo, especificamente para os ambientes de pesquisa, de que forma essas grandes plataformas serão acessadas: quais são os critérios, quais são os incentivos que os pesquisadores terão para acessar essa grande infraestrutura tecnológica.

E lembro que a gente cresce a plataforma e também crescem os problemas, porque a gente tem problemas com abundância de dados, e foi citado aqui o Programa Brasileiro de Inteligência Artificial, no que toca a tratar temas sensíveis quando você trabalha com dados, seja de segurança, seja de ética no uso dos dados científicos. Então, é um novo protocolo totalmente diferenciado com capacidade de crescimento em grandes escalas, que é fundamental para o país em um próximo momento, inclusive no sentido da própria soberania tecnológica que o país tem que ter na transição energética, na descarbonização, nas novas indústrias que surgem, olhando para os desafios do século XXI. Então, para o Conecta, eu queria deixar essa mensagem da SBPC, que consideramos bastante importante.

No âmbito do Capacita, quero elogiar já as ações que são realizadas tanto pelo MEC como pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. É fundamental dizer que a formação que se dá nessas mil escolas citadas pelo Secretário Inácio Arruda ainda é muito aquém do que a gente precisa obter. Nós temos uma necessidade de acompanhar com critérios, eu diria, um pouco mais atentos à regionalização, à distribuição regional desses investimentos na área de formação, seja para o programa tocado pelo CNPq, que é o Programa Mais Ciência na Escola, esse que tem mil escolas, seja para programas tocados pelo MEC na rede dos institutos federais de ensino superior. É fundamental, Marcela, esse levantamento da parte estadual dessa rede para que a gente tenha de fato um diagnóstico.

E aí quero citar também o braço que foi citado pelo Inácio, a presença da Softex com os recursos do programa prioritário da Lei de Informática, usando aí todo o arcabouço dos ecossistemas de inovação das *startups*, para estarem mais próximos.

Mas, nessa direção, eu queria deixar talvez três recomendações importantes nessa parte da capacitação. Primeiro, quero dizer que, também como frente de diálogo forte da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – é importante dizer que é uma legitimação de várias bandeiras que foram trazidas pela sociedade nos seus mais diferentes níveis de participação –, houve um destaque muito forte para uma das ações que estão no Programa Mais Ciência na Escola, que são os avanços no âmbito de iniciativas de popularização e difusão da ciência. Quero recomendar, desde muito cedo – e isso vai desde o ensino fundamental, passando pelo ensino médio, inclusive de formação tecnológica, até a grade de formação de nível superior –, a presença da formação e maior conexão com as investigações da ciência que trazem impacto para a sociedade. Se a gente começa a formar os nossos jovens desde muito cedo, certamente a gente vai ter, não só com a transformação digital e o letramento digital que está envolvido nessa formação, novas frentes, eu diria, de presença.

E, quando a gente mapeia as iniciativas do programa Pop Ciência, por exemplo, a gente vê cada vez mais, naquilo que foi colocado pelo Senador Wellington, a necessidade dessa maior conexão entre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

essas políticas públicas que são desenvolvidas. E aí eu diria que o Capacita tem que estar muito bem conectado com esse nível de formação e preparação, tanto no viés científico, de investigação científica, como no viés empreendedor, usando aí a transformação digital e o letramento digital como plataforma transversal.

Nesse sentido, uma outra sugestão tem a ver com a gente conectar mais – sabe, Marcela? – essas iniciativas com a agenda de desenvolvimento social e sustentabilidade. A gente sabe que grande parte dessas incubadoras que estão nascendo dentro da rede dos IFs no país e também no ambiente da Anprotec, que foi citado pelo Secretário Inácio, têm uma forte presença dos negócios chamados de impacto social e ambiental. E aí uma conexão com a estratégia nacional de negócios de impacto, que é liderada pelo Mdic, me parece que é algo fundamental. Nós estamos falando de (*Falha no áudio.*) ... que inclui letramento digital, mas vai além do letramento digital (*Falha no áudio.*)

... pela Marcela, temáticas regionalizadas, e você já coloca o aluno numa perspectiva de participar dessas formações com ferramentas que são importantes para ele poder enxergar o seu ambiente, problematizando coisas do seu ambiente e trazendo soluções com uma pegada empreendedora – e, muitas vezes, se ele é aluno de ciência científica, com uma transferência de conhecimento que vem de um projeto de pesquisa, que tem uma mentoria de um pesquisador, de um cientista que faz parte dessa rede –, isso é fundamental. Então, nós teríamos aí o melhor dos mundos, porque a gente estaria trabalhando, inclusive, em futuras gerações de pesquisadores, empreendedores neste país, que têm, na fonte do conhecimento, o seu maior diferencial competitivo, inclusive, eventualmente, para montar o seu negócio. Então, uma maior presença nessa agenda de impacto social e ambiental seria fundamental.

E, por fim, a última recomendação é que a gente possa, sempre que possível, Senador, aferir como estão as questões de regionalização e descentralização. O Senador Inácio citou uma série de programas propiciados hoje pelo FNDCT, seja na parte dos recursos não reembolsáveis, já citados aqui em vários exemplos, seja na parte dos reembolsáveis, com muita subvenção econômica também. A subvenção sai, no orçamento de 2024, de R$800 milhões para R$3,6 bilhões em 2025, como está proposta no projeto da lei orçamentária, e é importante a gente enxergar essas conexões com os dois programas que estão aqui.

Era isso.

Mais uma vez agradeço a oportunidade de estarmos presentes e estaremos aqui à disposição para quaisquer outras necessidades de ampliar o debate.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Dra. Francilene, eu passaria boa parte da tarde ouvindo a senhora. Suas contribuições são extremamente interessantes, sólidas e vão ao encontro do propósito desse trabalho que nós estamos desenvolvendo. Nós estamos aqui apoiados pela Consultoria do Senado e pela Secretaria da Comissão, recolhendo essas contribuições, para que nós possamos fazer bom uso delas ao concluir esse trabalho, de forma que agradeço demais, inclusive com relação ao todo de sua exposição e aos três pontos que a senhora apresentou na conclusão de sua fala. Eu agradeço.

Em função do adiantado da hora, eu convido o Dr. Felipe Morgado, Superintendente do Senai, que está aqui conosco, para utilizar o seu tempo, trazendo as suas contribuições com relação à audiência pública que ora estamos presenciando.

Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE MORGADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador, boa tarde a todos que estão nos escutando, Marcela, o Secretário que esteve conosco e todos os nossos colegas que estão assistindo a esta audiência pública.

Bom, na mesma linha da Marcela, eu vou trazer um pouco do que o Senai vem fazendo, em âmbito nacional, para apoiar a inovação e a oferta de cursos na área de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Rapidamente, só para relembrar os nossos ouvintes, o Senai atua em três vertentes: educação profissional superior; pesquisa, desenvolvimento e inovação; e serviços de tecnologia e inovação.

Nós atuamos em âmbito nacional desde 1942, e mais de 89 milhões de pessoas passaram por programas no Senai.

No ano passado, atuamos em 95% dos municípios brasileiros, com oferta de cursos presenciais e à distância.

Aqui eu já trago, Senador, e é algo que também, nesta Comissão, é bastante discutido, e, no seu estado também, a parte do Instituto de Inovação em Tecnologia da Informação e Comunicação, o Senai. Um primeiro passo que eu acredito muito que fortalece – e isso também foi colocado anteriormente na nossa audiência pública – a educação profissional é a conexão entre a inovação, a tecnologia e as instituições de educação profissional.

Então, o Senai, atualmente, tem 28 institutos de inovação; deles, 18 credenciados Embrapii; 22, ANP; e 13, Cati.

Esses institutos de inovação são especializados em um único tema. Então, eles não têm sombreamento... Aí, já trazendo um pouco para responder ao Senador: não existe sombreamento de atuação entre eles. Então, tem um instituto especializado em inglês e tem um instituto especializado em biomassa, em energias renováveis...

Esse instituto de inovação, na nossa visão como educação, traz o estado da arte e da tecnologia, o estado da arte e da pesquisa, e a área de educação profissional superior, da qual eu sou responsável em âmbito nacional, busca formar profissionais para a indústria nesse sentido, e a formação de profissionais sempre tem que ser alinhada à necessidade do setor produtivo.

O Senai tem o Observatório Nacional da Indústria, que apoia essa prospecção de tecnologia e essa identificação de demanda, principalmente na indústria, o que faz com que a gente consiga atualizar os nossos currículos e atualizar a nossa oferta à luz da necessidade do setor produtivo.

Nós atuamos em três vertentes no *skilling*, na formação, tanto de qualificação profissional, técnicos, curso superior de tecnologia, bacharelado, tanto com *upskilling* e *reskilling*, que é a requalificação de trabalhadores e o aperfeiçoamento, especialização de trabalhadores.

Ao todo já, em âmbito nacional, nós temos 39 itinerários formativos, setoriais, com várias trilhas possíveis de serem executadas, e mais de 1.249 cursos.

A gente sempre diz que a educação profissional tem que aliar as tendências e as demandas do setor produtivo, tem que ser feita em colaboração e dar um foco à autonomia e ao ritmo dos estudantes.

Essa questão de formar para o trabalho e o futuro do trabalho está incerta. Então, o aprender a aprender é algo que é essencial na educação profissional, e vários países do mundo estão apostando nessa agenda de dar autonomia e de formar, ampliar a oferta de cursos de educação profissional. Também há a questão da adoção de novas tecnologias, o foco em habilidades e competências transversais, baseado em problemas reais das empresas, e principalmente com uma infraestrutura tecnológica atualizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que a audiência pública tem como foco também como fazer chegar às pessoas os cursos de tecnologia da informação e comunicação, e o todo, como conectar essas pessoas. A gente, no Senai, está em 95% dos municípios brasileiros, graças à educação à distância e graças às nossas parcerias e às nossas unidades móveis. Então é possível, sim, a gente conectar pessoas à educação profissional, ter na sua essência a prática profissional – e a gente acredita muito nesse sentido.

Outro aspecto é a educação superior, e para a gente no Senai o foco da educação superior é atender a indústria onde ainda não existe nenhuma oferta na educação pública, na universidade pública nem nas universidades e faculdades privadas. Então é sempre... normalmente em temas de fronteira, alinhados aos temas de Institutos Senai de Inovação.

Isso com bastante tecnologia, com bastante tecnologia educacional principalmente, porque é assim que a gente acredita que vai avançar e também vai atrair a juventude, conectar o jovem por meio das tecnologias.

E aqui, agora, eu vou me aprofundar um pouco em alguns *cases* que eu acho que é importante a nossa audiência conhecer.

Primeiro, para ajudar a esses profissionais. Eu costumo muito dizer: existem muitos esforços no Brasil para formar profissionais; muitas vezes esses profissionais estão no lugar errado e as empresas não têm acesso a esses profissionais para poderem contratar. Então o Senai tem uma plataforma que se chama Contrate.me, que faz o *match* entre as habilidades técnicas, as habilidades socioemocionais e o currículo com as vagas de emprego. E eu destaco: usando inteligência artificial. E assim a gente consegue... Só na última feira de emprego que a gente fez, nós tivemos aí mais de 15 mil vagas na indústria, em que as nossas tecnologias vêm ajudando.

Outro aspecto, Senadores, é que a gente sabe da dificuldade que a sociedade tem de conhecer e encontrar os cursos que está buscando e conhecer a demanda do setor produtivo. Então nós criamos uma plataforma que chama Futuro.Digital. Só nesses últimos meses deste ano, este ano aqui... Essa plataforma Futuro.Digital é uma espécie de um Mercado Livre, de um iFood da educação profissional superior, em que tem n parceiros – aí eu estou falando não só do Senai, estou falando da Perestroika, de todas as *big techs*, estou falando da Fundação Dom Cabral, de uma série de instituições, foram mais de 30, oferecendo cursos gratuitos e não gratuitos. Mas o principal objetivo é dar acesso à informação. Existe um desconhecimento muito grande da sociedade sobre a formação profissional e o seu potencial.

E há uma outra solução, relacionada a acesso a conhecimento. A gente sabe desses temas, desses novos temas: a IA generativa vem fazendo uma revolução na educação. Então o Senai tem a plataforma Senai Play, que busca dar acesso a conhecimento gratuito a toda a sociedade, com conteúdo de qualidade.

Então, a gente está falando de uma nova tecnologia que surgiu. O que é essa tecnologia? O que é LLM? E dali ele poder estudar. A gente sabe que tem muito brasileiro que é autodidata e avança nesse sentido.

A inclusão, diversidade e inclusão, pensar nessa população com diversidade e inclusão.

E aqui já trago um pouco do que foi apresentado dos Institutos de Inovação, desculpa, dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia do Senai. No caso do Senai, a sua oferta de cursos está alinhada à resolução de problemas reais das empresas. Então, a gente tem essa Saga de Inovação, onde as empresas cadastram demandas; só este ano foram 2.230 demandas das indústrias, e os estudantes apresentaram 35.394 soluções, ou seja, 93% das demandas das indústrias para a resolução de problemas delas foram resolvidos por estudantes por meio da Saga de Inovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, por último, como *case*, eu acredito muito que a inteligência artificial é algo... Senador, a gente ouviu muito falar em demanda por programadores, demanda por profissionais de tecnologia da informação, e a IA trouxe acesso ao desenvolvimento de plataformas sem precisar ter profissionais especializados. Agora, a IA passa a ser o grande gargalo. E aí a gente criou, o Senai tem um *hub* de IA para fazer essa reflexão entre as empresas que querem implantar em seus negócios a IA e não estão encontrando profissionais. Então, por meio de bolsa de estudos e com residência de IA, a gente implementa soluções de IA, fazendo uma jornada, fazendo POCs de aplicação real nas empresas.

Para finalizar – eu sei do adiantado da hora, Senador –, os nossos próximos passos. Nós estamos no processo de implantação de uma escola digital em âmbito nacional – de uma escola, porque ela não tem fronteira – e estamos hoje já em funcionamento há quase um ano, fará um ano em novembro, do Instituto Sesi Senai de Tecnologias Educacionais. Não adianta a gente pensar que a educação profissional isolada vai conseguir atender essa transformação no futuro do trabalho. Então, inovação aberta para tecnologia educacional é muito importante, e o Senai e o Sesi criaram o Instituto de Tecnologias Educacionais buscando isto: fazer inovação aberta para a educação para atender esses profissionais.

Toda essa transformação que o Senai está fazendo foi reconhecida por praticamente todos os principais organismos internacionais, essa transformação digital que o Senai está fazendo. The World Economic Forum tem na sua publicação um *paper* destacando esse avanço em tecnologias digitais, o Banco Mundial, a OCDE e a própria Unesco. Esse reconhecimento dessa transformação digital por meio da educação profissional nas empresas foi feito nesse último ano.

Coloco-me à disposição, Senador, para que a gente possa conseguir finalizar a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Dr. Felipe, eu agradeço muito.

O Senai é um braço importante que contribui e contribui como suporte da sociedade para, em muitas disciplinas, trazer a condição de formação. Portanto, é extremamente importante o seu envolvimento, o envolvimento da instituição nesse grande desafio. A sociedade brasileira, o Governo, entes civis precisam se associar para vencer essa batalha, na qual, por maior que seja o esforço que esteja sendo empreendido, nós estamos atrasados.

Dessa forma, agradeço aqui ao Dr. Inácio Arruda, Secretário de Ciência e Tecnologia do Ministério, ex-Senador; à Marcela, aqui ao meu lado, que trouxe realmente uma contribuição extremamente importante com relação à presença do MEC; à Francilene, que nos trouxe da SBPC contribuições muito significativas e sólidas; e ao Dr. Felipe, que fecha a última apresentação desta audiência pública.

Nós pretendemos ter mais duas audiências públicas para que possamos fechar o trabalho que estamos desenvolvendo, e pretendemos agilizar isso até o final do ano em razão dos prazos legais que temos e também do que foi posto aqui com relação ao fechamento do Orçamento do próximo ano.

Dessa forma, agradeço a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 01 minuto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e dez minutos do dia treze de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Alan Rick, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Izalci Lucas, Flávio Bolsonaro e Damares Alves, Otto Alencar, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Flávio Arns e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Efraim Filho, Confúcio Moura, Daniella Ribeiro, Chico Rodrigues, Carlos Portinho e Dr. Hiran. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Dueire, Carlos Viana e Beto Faro, conforme os Requerimentos nº 692, 498 e 644/2024-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, a reunião é aberta A Presidência comunica o arquivamento dos Avisos nº 417-GP/TCU, 436-GP/TCU e 605-GP/TCU, lidos na 19ª Reunião, realizada em 4 de setembro de 2024, sem que tenha havido manifestação de senador membro da CCT para análise das matérias por este Colegiado, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 11, de 2024-CCT, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), subscrito pelo Senador Izalci Lucas (PL/DF), com a finalidade de debater o impacto e a governança das ações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), após a liberação total dos recursos, com foco no Setor Público e Governamental, com a participação dos seguintes convidados: Luis Manuel Rebelo Fernandes, Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho, Diretor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Olival Freire Junior, Diretor Científico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Alexandre Villain, Secretário Executivo da Secretaria de Estado para Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal, representante do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (Consecti); Leandro Vanalli, Reitor da Universidade Estadual de Maringá (UEM), representante da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem); Valder Steffen Júnior, Reitor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); Odir Dellagostin, Presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap); e Eduardo Colombari, Presidente da Federação das Sociedades de Biologia Experimental (FeSBE). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Astronauta Marcos Pontes
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/133409

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Eu declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 2ª Sessão Ordinária da 57ª Legislatura.

A Presidência comunica o arquivamento dos Avisos 417-GT, do TCU, 436 e 605, lidos na 19ª Reunião, realizada em 4 de setembro de 2024, sem que tenha havido manifestação de Senador membro da CCT para análise das matérias por este Colegiado, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública para debater o impacto e a governança das ações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), após liberação total dos recursos, com foco no setor público e governamental, em cumprimento ao Requerimento nº 11, de 2024, da Comissão de Ciência e Tecnologia, da minha autoria.

O público interessado em participar dessa audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço do portal do Senado, que é o www.senado.leg.br/ecidadania – tudo junto –; novamente: senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211; novamente: 0800 0612211.

Encontram-se presentes no Plenário desta Comissão: Luis Manuel Rebelo Fernandes, Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho, Diretor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Olival Freire Junior, Diretor Científico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Alexandre Villain, Secretário-Executivo da Secretaria de Estado para Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal, representante do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consect).

Encontram-se também presentes, por meio do sistema de videoconferência: Leandro Vanalli, Reitor da Universidade Estadual de Maringá, representante da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais; Valder Steffen Junior, Reitor da Universidade Federal de Uberlândia, representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); e Odir Dellagostin, Presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap).

Registro também a presença de Eduardo Colombari, Presidente da Federação de Sociedades de Biologia Experimental.

Bom, inicialmente, eu gostaria de agradecer a presença de todos os nossos convidados, agradecer aqueles que estão aqui presencialmente e aqueles que se encontram remotamente.

Esta audiência tem uma finalidade muito, muito importante para o Brasil como um todo. Quando a gente fala de ciência, tecnologia e inovações... Eu frisei e refrisei isto muitas vezes durante o meu período como Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações: quando a gente fala desse setor, nós estamos falando do desenvolvimento do país como um todo; não é especificamente do Ministério de Ciência e Tecnologia. Esse é um ministério estratégico. Não existe nenhum país desenvolvido que não tenha prestado atenção devida à educação – educação focada em resultados –, ciência, tecnologia, inovações e empreendedorismo. Esse é o caminho que todos os países desenvolvidos seguiram, e o Brasil precisa seguir.

Quando a gente fala de recursos para o Ministério de Ciência e Tecnologia, tem-se que fazer uma correção: não é para o ministério; é um recurso para o Brasil aplicado através do ministério para os diversos setores. Então, todos os setores são beneficiados com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse fundo ficou contingenciado, durante muito tempo, o que prejudicou e prejudica muito o país, o fato de você contingenciar um recurso dessa natureza, que é utilizado para a agricultura, para a saúde, para a segurança pública, para todos os setores. E, através da Lei 177, de 2021, durante a minha gestão, ele foi liberado.

Existe toda uma estrutura de governança desse fundo, de todos os estabelecimentos, de como esses projetos são passados de um nível para o outro, e aqui eu vou pedir para que seja feita toda a explicação de como é isso para o público leigo, vamos dizer assim, de como esse fundo é gerenciado, como é a governança dele, que é importantíssimo que a população saiba disso.

E também quero expressar aqui a nossa extrema preocupação – e eu falo isso com certeza também em nome da comunidade científica – com a possibilidade de contingenciamento novamente desse fundo, o que seria um erro muito, muito grande para o país.

Então, esta audiência pública é a primeira de duas – nós teremos essa primeiro, depois uma outra audiência pública, trazendo outras instituições –, para se discutir isso e também para se colocarem o fato e os dados sobre isso à disposição do público, na participação do público, participação da nossa comunidade científica, da comunidade acadêmica e de todos aqueles que sabem da importância desse fundo, para que a população também tome ciência.

Muitas vezes, com tantos assuntos correndo, assuntos estratégicos às vezes passam desapercebidos, e a gente acaba perdendo uma oportunidade gigantesca, na verdade, uma coisa essencial para o país, por causa de medidas que, às vezes, são tomadas por pessoas que não conhecem a importância de um fundo como esse para o desenvolvimento do país como um todo.

Eu vou seguir aqui, nesta audiência, na seguinte organização...

Esta é a sequência: nós temos oito... (*Pausa.*)

O.k.

Nós temos oito participantes que vão apresentar os dados e para cada um deles nós vamos designar dez minutos de fala.

Na sequência que está aqui, os dois primeiros que são do MCTI vão ter que repartir o tempo. Então, eu vou pedir para fazer cinco minutos cada um.

Quero lembrar que esse tempo é um tempo estabelecido aqui, ele vai estar no relógio, mas não precisa ser exatamente... Eu só peço para não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Ah, é?

Só está um.

Ótimo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Tá.

Mas os dois estão ligados ao mesmo tempo aqui.

Bom, mas é aquela questão: o tempo existe aqui. Procure só não extrapolar demais, porque isso atrapalha os outros também.

Então, eu vou colocar a fala de todo mundo.

Ao longo do caminho, perguntas do e-Cidadania vão surgir. Eu vou pedir para passar para todos os apresentadores também as perguntas.

Daqui a pouco, eu vou ler essas primeiras que já estão aqui e, no final das apresentações, eu vou pedir as considerações finais com a resposta às perguntas, de forma que a população também seja atendida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A sequência de apresentação será – à medida que eu vou falando, vou pedir para já virem aqui também com a gente, já comporem a mesa aqui –: o Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luis Manuel Rebelo Fernandes; o Diretor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Finep, Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho; o Diretor Científico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Olival Freire Junior; e o Secretário Executivo da Secretaria de Estado para Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal, representante do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (Consecti), o nosso caro Alexandre Villain.

Na sequência, também, nós teremos as falas de Valder Steffen Júnior, Reitor da Universidade Federal de Uberlândia, que vai estar com apresentação remota; Leandro Vanalli, Reitor da Universidade Estadual de Maringá, também remotamente; Odir Dellagostin, Presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), também em apresentação remota; e o Sr. Eduardo Colombari, Presidente da Federação das Sociedades de Biologia Experimental, que está presente aqui também.

Bom, tendo dado conhecimento a todos, novamente eu agradeço a presença.

Eu vou só ler aqui algumas das perguntas que já estão no sistema, que eu vou pedir para distribuir.

Ao longo do caminho aqui, vão surgir outras perguntas, lembrando para a população que nos assiste. Primeiro, quero agradecer a audiência e também pedir que vocês participem: mandem suas perguntas através do Portal do Senado ou através do número telefônico que eu já apresentei aqui inicialmente.

Então, perguntas iniciais.

Da Enilde, de Minas Gerais: "Como a liberação total dos recursos do [...] [Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] impactará a inovação e o desenvolvimento científico dos órgãos da administração indireta?".

Na verdade, é como um impacto, porque ele já está liberado. A gente quer que não seja contingenciado novamente.

Geraldo, de São Paulo: "[...] as verbas [...] são voltadas para o desenvolvimento e inovações a fundo perdido ou [...] [é necessário] apresentar estudo de viabilidade?".

Isso aí vai ser respondido.

Guilherme, de Santa Catarina: "Quais são os critérios e prioridades [...] para uso dos recursos do [...][Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico]?".

Também vai ser ao longo do caminho aqui respondido tanto pela governança do fundo quanto pela Finep também.

Maria, de Sergipe: "Quais práticas têm sido implementadas para assegurar que esses recursos sejam aplicados de forma eficiente e transparente?".

Então, aqui as primeiras perguntas. Acho que elas estão dentro das apresentações.

E já vamos dar início, então, às apresentações com o primeiro, o Secretário-Executivo do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, o Sr. Luis Manuel Rebelo Fernandes, que está repartindo com a Finep os dez minutos.

Obrigado.

O SR. LUIS MANUEL REBELO FERNANDES (Para expor.) – Bom, muito bom-dia a todos e a todas.

Eu queria, em primeiro lugar, agradecer ao Senador o convite para participar e parabenizá-lo pela audiência.

O tema é importante em qualquer momento, mas ele é sobretudo importante neste momento. Então, agradeço muito a oportunidade para a gente poder trazer a público a discussão sobre a importância do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a sua operação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador, deixe-me só dizer que esta é a segunda vez que eu exerço a função de Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. A última vez foi justamente quando o senhor cumpriu a missão para o espaço. Então, eu me orgulho muito de ter podido participar, de alguma forma, desse grande feito para a ciência e para o Brasil. Então, eu queria fazer esse registro, por favor.

Eu vou trazer inicialmente algumas informações, já que nós temos, para além do público presente, um público que está nos acompanhando virtualmente, algumas informações básicas sobre a operação do fundo, para nós depois entrarmos nos impactos da sua liberação integral.

O FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) foi criado em 1969, e a Finep, a instituição hoje vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, assumiu a sua secretaria executiva desde 1971.

A partir da década de 70, ele se transformou no principal fundo de investimento na infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica nacional, operando – isso para quem conhece um pouco a administração pública – com recursos do Orçamento Geral da União, a chamada Fonte 100, ou seja, o fundo não tinha fontes de arrecadação dedicadas especificamente para a operação do fundo. Ele operava com o Orçamento Geral da União, através da Fonte 100.

Isso sustentou um grande volume de investimentos do fundo nos anos 70 e nos anos 80, mas, já sob impacto da crise da dívida, nos anos 80, e as dificuldades de alavancar financiamento público através do Orçamento Geral da União, os recursos do fundo foram escasseando, até o fundo se tornar quase inoperante. Nos anos 90, ele ainda tentou achar outros caminhos de atuação, que não foram sustentáveis para o fundo.

A recuperação do fundo se deu a partir do final dos anos 90, em particular 1997, com a criação dos fundos setoriais.

O que é que são fundos setoriais? São fundos constituídos, na sua maioria, a partir de contribuições de intervenção sobre domínios econômicos variados, que passaram a constituir fontes de arrecadação para o FNDCT. E, com isso, no final dos anos 90 e início dos anos 2000, houve uma importante recuperação da capacidade de financiamento do fundo, através dos fundos setoriais.

No entanto, já sob impacto de uma nova crise financeira internacional, a chamada crise asiática, de 1998, no início dos anos 2000, mesmo com a recuperação da capacidade de financiamento do fundo através dos fundos setoriais, começou a ser praticado um contingenciamento dos recursos do fundo.

Em 2004 – eu, já nessa função que exerço hoje, no então Ministério da Ciência e Tecnologia, na gestão do saudoso Ministro Eduardo Campos –, nós implantamos um modelo de gestão integrado do fundo, que foi consolidado na Lei 11.540, de 2007, que tratou da regulamentação da operação do fundo, e negociamos com a área econômica do governo, na época, o descontingenciamento progressivo dos recursos do fundo – isso foi cumprido até 2010.

Em 2010, finalmente, nós tivemos o FNDCT integralmente descontingenciado. Eu vou mostrar dados a seguir a esse respeito.

Essa liberação integral dos recursos do fundo foi fundamentalmente mantida até a crise que se instalou em 2015. E, na resposta à crise de 2015, houve novamente uma reintrodução do contingenciamento dos recursos do fundo e um contingenciamento muito forte, porque atingiu, sobretudo, os recursos não reembolsáveis.

Aqui talvez caiba uma explicação em resposta à pergunta, porque talvez nem todos saibam: o FNDCT aplica dois tipos de recursos, dois tipos de investimento. Um recurso, que é chamado não reembolsável, se destina ao apoio às instituições de ciência e tecnologia, à subvenção econômica para as empresas... Também há possibilidade de investimento em empresas via participação acionária, mas o que predomina é o apoio às instituições de ciência e tecnologia, à infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento das instituições de ciência e tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Para além da operação com recursos não reembolsáveis, o fundo também opera com recursos reembolsáveis. O que é isso? Isso é um recurso de captação para as operações de crédito da Finep. Então, através da Finep, captando recursos reembolsáveis no fundo, são oferecidas linhas de crédito com condições favoráveis para estimular, através do crédito, a inovação nas empresas brasileiras.

Isso é uma operação com retorno de crédito: o crédito é concedido, depois ele é pago, depois de uma carência, com base numa taxa de juros mais competitiva, para apoiar a inovação, e isso retorna para o próprio Governo.

Então, eu não sei se essa explicação... Eu estou tentando ser bem simples, mas é para entender como é que o fundo opera.

Quando é reintroduzido o contingenciamento do fundo em 2016, ele atinge fortemente, sobretudo, a área de recursos não reembolsáveis, aqueles que apoiam as ICTs (instituições de ciência e tecnologia), e também a subvenção para apoiar projetos de maior risco tecnológico nas empresas.

Isso, evidentemente, gerou uma forte reação da sociedade como um todo, tanto da área acadêmica, científica e tecnológica quanto do setor empresarial, e, a partir dessa forte reação, o Congresso Nacional foi sensível a essa forte reação e à importância estratégica de recuperar a capacidade de financiamento do fundo e aprovou a Lei Complementar 177, de 2021, que tem dois elementos principais.

Em primeiro lugar, a lei proíbe o contingenciamento ou a limitação do fundo; então, ela libera integralmente os recursos do fundo e transforma o fundo em um fundo especial, contábil e financeiro.

Por que isso é importante? Em primeiro lugar, não ter contingenciamento, por evidência, garante o investimento do fundo no sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação, tanto na forma de investimento reembolsável quanto na não reembolsável.

Transformado em fundo financeiro – e isso é muito importante, inclusive para um ponto que eu vou apresentar na sequência –, o retorno das operações de crédito da Finep, via investimentos reembolsáveis, realimenta o fundo. Então, o fundo cresce nas suas fontes de arrecadação.

Aqui eu posso... Senador, não sei se o senhor conhece – já foi Ministro, conhece bem a área –, mas hoje, isoladamente, a principal fonte de arrecadação do FNDCT já é o retorno das operações de crédito dos investimentos reembolsáveis. Claro que, agrupado à Cide, ainda é maior, mas, se a Cide for decomposta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS MANUEL REBELO FERNANDES – ... porque são várias CIDEs, ela é o que garante a recomposição da capacidade de financiamento do fundo. Eu acho que... Não sei se meu tempo já passou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS MANUEL REBELO FERNANDES – Bom, então, essa lei é fundamental. Agradeço ao Congresso tê-la aprovado com a sensibilidade à sociedade, às demandas da sociedade. Ela passou por percalços que o Senador, como Ministro, acompanhou. Em primeiro lugar, houve uma tentativa de veto da dimensão que não permitiu o bloqueio. Esse veto foi derrubado pelo próprio Congresso, mas a derrubada do veto veio depois de aprovada a LOA de 2021, então não pôde gerar efeitos para a LOA de 2021. Esperava-se, no planejamento do fundo, em 2021 e 2022, que os recursos estivessem integralmente liberados, no entanto, ainda em 2022, veio uma medida provisória que reintroduziu...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MANUEL REBELO FERNANDES – ... o contingenciamento do fundo. Isso frustrou uma expectativa existente à época de que os recursos do fundo poderiam ser integralmente liberados.

O novo Governo assumiu com o compromisso de respeitar integralmente a lei do FNDCT e recompor integralmente o valor do fundo. Isso foi feito no início de 2023, com a queda por decurso de prazo da não aprovação da medida provisória e a recomposição via crédito suplementar do orçamento integral do fundo. Deixe-me só apresentar... Por conta disso, essa é a evolução do fundo. O que está em azul é a parte de recursos não reembolsáveis, o que está em laranja ali é a reserva de contingência, fruto do contingenciamento do fundo, o que está em cinza é a captação para operações de crédito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS MANUEL REBELO FERNANDES – Então, o que podemos ver é que, a partir de 2023, com a plena vigência da lei do FNDCT, os recursos estão integralmente liberados. Nessa distribuição, em 2023, *grosso modo*, R$10 bilhões, R$5 bilhões para não reembolsável, R$5 bilhões para reembolsável; e, em 2024, R$12,7 bilhões, R$6,3 bilhões e uns quebrados para não reembolsável, R$6,3 bilhões e uns quebrados para reembolsável.

Eu já vou caminhando aqui para o final, porque a parte do planejamento de investimento feito a partir da recomposição o Aragão é quem vai apresentar em seguida, e ele vai poder apresentar os dados, a organização dos programas e as iniciativas lançadas, mas eu queria, neste momento, finalizar com a seguinte reflexão, que eu acho importante aqui para este público e para a Comissão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS MANUEL REBELO FERNANDES – A arquitetura do fundo, consolidada na lei do FNDCT citada, garante a arrecadação destinada aos investimentos do fundo em primeiro lugar. Em segundo lugar, ela cobre duplamente o custo fiscal da operação do fundo porque o que é reembolsável não ocupa espaço fiscal. Então, os investimentos do fundo estão duplamente cobertos. Eu acho que um ponto muito importante para o debate público e para o debate que vai se travar aqui no Congresso é que a arquitetura do fundo está plenamente alinhada com a sustentabilidade fiscal dos seus investimentos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS MANUEL REBELO FERNANDES – ... que é uma das preocupações grandes aqui do Congresso e da sociedade.

Então, eu queria destacar este ponto: a arquitetura do fundo garante sustentabilidade fiscal duplamente para todos os investimentos que são operados. E a terceira dimensão, que eu já citei, é que garante a ampliação da capacidade de investimento do fundo, via retorno das operações de crédito operadas pela Finep.

Encerro e agradeço a oportunidade de ter feito essa apresentação aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado ao Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luis Manuel Rebelo Fernandes.

De imediato, eu passo a palavra ao Diretor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho.

O SR. CARLOS ALBERTO ARAGÃO DE CARVALHO FILHO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Eu tenho uma apresentação, em que eu vou tentar, de certa forma, já responder algumas das perguntas que nos foram encaminhadas e, inclusive, começar por uma explicação sobre a questão da governança do FNDCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O FNDCT, como já foi explicado pelo Secretário-Executivo, é constituído de fundos setoriais, e cada fundo setorial tem um comitê. Desses fundos setoriais, quatorze estão ligados a setores da economia, dois são ditos transversais, o CT-Infra e o CT-Verde Amarelo. Cada um deles tem um comitê gestor, que faz indicações de como eles entendem que os recursos deveriam ser aplicados. Essas indicações são, então, sistematizadas pelo Comitê de Coordenação dos Fundos, que é constituído pelos presidentes de cada um dos comitês gestores, pelo Secretário-Executivo do ministério e, além deles, pelo Presidente da Finep, Celso Pansera, e pelo Presidente do CNPq, Ricardo Galvão. Esse conjunto, então, sistematiza essas informações e apresenta para o Conselho Diretor do FNDCT, que é o seu órgão máximo, um plano anual de investimentos.

Esse plano anual de investimentos, no caso de 2023, foi apresentado e aprovado pelo Conselho Diretor, por unanimidade, e ele decidiu que os recursos daquele ano seriam utilizados em dez grandes programas. (*Pausa.*)

São dez grandes programas que foram aprovados pelo FNDCT; e, a cada um desses programas, corresponde um termo de referência especificando as linhas de atuação de cada programa.

Então, os programas estão aí: o primeiro é o programa Pró-Infra, de recuperação e expansão da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica, sobretudo voltado para instituições científicas e tecnológicas; o segundo é o Programa de Inovação para a Reindustrialização Nacional (Mais Inovação), totalmente alinhado com as missões da Nova Indústria Brasil; o terceiro é o Conecta e Capacita Brasil, um programa de difusão e suporte à transformação digital; o programa de desenvolvimento sustentável para a Região Amazônica, o Pró-Amazônia; o Conhecimento Brasil, que é um programa de repatriação de talentos, e meu colega Olival Freire provavelmente vai explicitar um pouco mais; o sexto é um programa de políticas públicas baseado em conhecimento científico e tecnológico; o sétimo é o de recuperação e preservação de acervos científicos, culturais e históricos; um programa de apoio a grandes projetos nacionais, o Cbers, RMB, NB4, e Sirius, eu vou explicitar um pouquinho mais; o nono é totalmente dedicado à autonomia tecnológica em defesa; e, por fim, um programa dedicado à segurança alimentar e à erradicação da fome.

Eu vou passar um por um, Senador, se o senhor me permitir – e com a rapidez que físico costuma usar em seminários –, só para dar uma ideia para vocês de como esses recursos estão sendo aplicados.

Então, por exemplo, com relação ao programa um, que é o Pró-Infra, nós lançamos, no ano passado, três grandes editais: o Pró-Infra Recuperação, com R$198 milhões ofertados e 29 propostas; R$498 milhões para o Pró-Infra Expansão, que é de expansão de infraestrutura laboratorial; e o Pró-Infra Centros Temáticos, focado em cinco grandes áreas – saúde, defesa, transformação ecológica, transição digital e transição energética.

Esses editais todos passaram por avaliação de pares. E o resultado deles foi que, para um investimento previsto de R$1,9 bilhão, dada uma demanda qualificada muito grande, nós conseguimos suplementar os editais com R$1,4 bilhão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ALBERTO ARAGÃO DE CARVALHO FILHO – E vale a pena notar que nós tivemos também um edital emergencial para o Rio Grande do Sul de R$50 milhões e lançamos um edital, que ainda está em curso, para o Norte, Nordeste, Centro-Oeste, para lidar com as assimetrias regionais, de R$600 milhões. Há outras iniciativas que estão listadas ali.

Eu vou passar para o próximo programa, que é o Mais Inovação.

Esse programa, como eu disse, está totalmente alinhado com as missões da Nova Indústria Brasil. Tem ali uma série de iniciativas. Por exemplo, no complexo econômico industrial da saúde, nós tivemos um edital de subvenção econômica para empresas, que é em fluxo contínuo, portanto ainda está em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

curso. Houve um edital para saúde ICTs de R$250 milhões. E teve uma demanda qualificada tão importante, Senador, que nós a suplementamos com mais R$444 milhões. Então, os senhores vão identificar aí as missões da NIB, as diversas linhas de atuação e os editais que foram lançados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ALBERTO ARAGÃO DE CARVALHO FILHO – ... com um investimento total previsto de R$2,4 bilhões e com uma suplementação, justamente para essa área de saúde, de R$444 milhões.

O próximo.

Bom, isso aí é também a questão do recurso reembolsável – o crédito. Houve um aumento significativo... Em 2023, ali tem o dado de quantidade de projetos; depois, na sequência, 2023 até o terceiro trimestre, para comparar com 2024 até o terceiro trimestre. E, do outro lado, vocês veem a questão dos recursos. Então, houve um aumento significativo tanto em número de projetos, 74%, quanto em volume de recursos. E atualmente... Vocês podem ver que, em 2023, de recursos reembolsáveis, ou seja, crédito, foram ofertados R$5,107 bilhões e uns quebrados; em 2024, até o terceiro trimestre, já estamos com R$5,8 bilhões. As liberações, então, em 2023 e 2024, já totalizam quase R$11 bilhões.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ALBERTO ARAGÃO DE CARVALHO FILHO – E a carteira de crédito da Finep anda na faixa de quase R$26 bilhões.

O terceiro programa é o Conecta e Capacita. Uma parte se destina a infovias estaduais e municipais, R$400 milhões – quem toca esse edital é justamente a Rede Nacional de Pesquisa –; 87% desses recursos foram para Norte, Nordeste e Centro-Oeste. E, do outro lado, o Capacita, que é para capacitar as pessoas a utilizar esses recursos digitais, R$100 milhões, 27 projetos, um por estado, portanto as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste estão também bastante aquinhoadas, com algo como 65% das propostas recomendadas.

O programa da Amazônia também é um programa que teve um edital de R$103 milhões para ICTs; um outro que é do CNPq, de R$150 milhões; e apoio a projetos de inovação de empresa em R$50 milhões. Um edital que tinha um investimento previsto de R$500 milhões nós estamos suplementando com mais R$150 milhões.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ALBERTO ARAGÃO DE CARVALHO FILHO – O quinto – o Olival vai falar – é o programa de repatriação, que tem aí uma oferta de R$1,5 bilhão.

O sexto é o Programa Política com Ciência, apoiando vários projetos em que ministérios foram convidados a apresentar projetos para estabelecer políticas públicas com base em ciência, seja por meio da constituição de redes de pesquisadores que apoiariam essa formulação, seja pela concessão de infraestrutura destinada a isso. Aí tem alguns exemplos, eu não vou me estender, mas já temos algum investimento nessa área e ainda vários projetos em curso.

No programa sete, que é o de acervos, nós ofertamos R$250 milhões para acervos científicos, históricos e culturais, tivemos uma demanda de R$1,54 bilhão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ALBERTO ARAGÃO DE CARVALHO FILHO – E a partir daí estamos suplementando isso para R$500 milhões para recuperar, digitalizar, preservar acervos culturais, históricos e científicos do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No programa oito, que é o de grandes projetos, aí certamente o Senador vai ficar satisfeito, porque tem aquele projeto da Plataforma Multimissão para Cbers, que é um projeto tocado pelo Inpe, em parceria com nossos parceiros chineses. Do outro lado, o Reator Multipropósito, que é um reator para a produção de radioisótopos, para radiofármacos, para terapia e tratamento em medicina nuclear. Já aportamos R$306 milhões neste ano de 2024 e, no ano passado, tínhamos aportado R$152 milhões.

Estou quase acabando, Senador.

Dois outros projetos que o senhor também conhece bem, um é o Sirius. Estamos aportando recursos para dez novas linhas do Sirius, linhas do nosso síncrotron de quarta geração.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ALBERTO ARAGÃO DE CARVALHO FILHO – E um programa muito interessante, um projeto muito interessante é o Orion, que é um laboratório de Nível de Biossegurança 4, que vai utilizar três linhas de luz síncrotron, e isso é a primeira vez que se faz no mundo. Então há uma grande expectativa em relação a esse projeto.

O programa nove foi destinado às nossas Forças Armadas para autonomia tecnológica, e tem projetos muito importantes, como o desenvolvimento do veículo lançador de microssatélites, de R$133 milhões; o SisGAAz (Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul), da Marinha, de R$75 milhões; e o radar de contrabateria multifunção do nosso Exército, com R$30 milhões. Com um total de R$500 milhões, esses projetos devem estar ou estão sendo analisados agora, após um processo que foi feito em cooperação com o Ministério da Defesa – e a área de ciência e tecnologia das Forças ajudaram muito nesse processo, que foi um processo capitaneado pelo nosso Secretário-Executivo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ALBERTO ARAGÃO DE CARVALHO FILHO – E, por fim, já mais do que estourando o meu tempo, o programa de segurança alimentar e erradicação da fome, que tem uma parte de subvenção econômica de R$120 milhões; duas encomendas feitas para a questão de água no Semiárido; e um edital descentralizado para empresas de R$50 milhões de subvenção e de R$134,2 milhões para instituições científicas e tecnológicas.

Eu peço desculpas aqui por, obviamente, ter extrapolado o meu tempo, mas isso aqui é uma prestação de contas na qual eu espero ter respondido algumas das perguntas que foram passadas pelo Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado ao Sr. Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho, Diretor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos).

Acho que, para quem está nos assistindo, já dá para ter uma ideia da importância de um fundo dessa natureza e em quantas áreas ele acaba sendo aplicado.

Eu lembro que, durante a minha gestão no ministério, essa liberação do contingenciamento foi liderada pelo ministério com a comunidade científica, com a academia, e conseguimos essa liberação a muito custo – você se lembra lá bastante disso. Mas, então, essa é sempre uma preocupação que nós temos de não haver contingenciamento.

Eu recebi aqui uma notícia que foi veiculada sobre possível mudança na estrutura, o que preocupa bastante. A gente tem que colocar aqui para que esta Casa, inclusive, possa ajudar para se manter a integralidade desse fundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou fazer uma pequena alteração na ordem aqui, porque o Presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, o Odir Antônio Dellagostin, está remoto com a gente e ele vai ter que pegar um avião, então ele vai ter que adiantar aqui a participação dele.

Então, vou pedir para o pessoal fazer a conexão com ele, para que ele possa fazer a apresentação. Eu o vejo ali *online*.

Odir, bom te ver aí. Tem dez minutos para a sua apresentação, controle o tempo por aí porque você não vai ver as indicações que nós temos aqui.

Obrigado, está contigo.

O SR. ODIR DELLAGOSTIN (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito bom dia, Senador Astronauta Marcos Pontes. Obrigado pelo convite para participar dessa audiência pública. Parabéns pela iniciativa, acho que esse é um tema extremamente importante!

Nós estamos falando aqui do FNDCT, o nosso principal fundo de recursos para o fomento de ciência, tecnologia e inovação no nosso país. Um fundo que foi muito castigado no passado e que, graças ao nosso grande esforço – nosso, que eu digo, de toda a comunidade acadêmica, científica, empresarial e política também que se envolveu para evitar o contingenciamento desses recursos, dos escassos recursos que nós temos hoje para financiar ciência, tecnologia e inovação do nosso país...

As apresentações aqui do Luis Fernandes e do Aragão acho que mostraram com bastante clareza a importância deste fundo, os investimentos importantes que estão sendo feitos em nosso país, com o uso desses recursos. Eu gostaria de destacar algumas questões que nós consideramos muito importantes.

Eu represento as 27 fundações estaduais de amparo à pesquisa do nosso país. As FAPs hoje contribuem com aproximadamente um terço do fomento à pesquisa, e com a formação de recursos humanos e inovação no país. Portanto, um elo, um ente extremamente importante nesse ecossistema.

O FNDCT é conduzido pelo Conselho Diretor deste fundo, um Conselho Diretor que é constituído por representantes de diversos ministérios, por três representantes da comunidade científica indicados pela SBPC e pela ABC, e por representantes da indústria indicados pela CNI, três representantes também. Essa constituição do Conselho Diretor do FNDCT foi estabelecida numa lei promulgada em 12 de novembro de 2007, portanto, há exatamente 17 anos. Naquele momento, as fundações estaduais de amparo à pesquisa não estavam tão bem estruturadas, a realidade mudou muito.

Nós consideramos que a constituição do CD do FNDCT não é hoje representativa da nossa comunidade, tanto é que nós apresentamos ao Ministério da Ciência e Tecnologia uma solicitação para a recomposição do Conselho Diretor da FNDCT, incluindo não só a participação do Confap ou Consecti, mas também a representação das nossas universidades públicas. Andifes e a Abruem deveriam ocupar uma posição nesse conselho, não é? Achamos isso muito importante. Portanto, fica aqui um reforço a essa solicitação, para que haja um encaminhamento neste sentido de alteração dessa lei que instituiu o CD do FNDCT, para que o CD passe a ser mais representativo.

Dito isso, eu gostaria também de comentar sobre o atual cenário em que as nossas agências se encontram. O CNPq continua com um orçamento bastante reduzido. Se nós compararmos em valores ajustados pela inflação, é igual ao orçamento que o CNPq teve em 2007 – não é? –, sendo que a comunidade científica expandiu mais de 100% durante esse período. Quem é a comunidade científica? Principalmente mestrandos, doutorandos, orientadores na pós-graduação. Portanto, não tem o mínimo sentido o CNPq continuar com uma restrição orçamentária tão severa.

Bom, poderíamos dizer: "Não, mas isso não tem nada a ver com o FNDCT e com os recursos do FNDCT, que são para algo a mais". Eu entendo isso, no entanto, enquanto a gente não tiver condições de ter um orçamento do CNPq robusto como ele deve ser com recursos na sua... (*Falha no áudio.*)... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – O.k., nós perdemos o sinal do Odir.

O SR. ODIR DELLAGOSTIN (*Por videoconferência.*) – Acho que tivemos um problema de conexão.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Retornou?

O SR. ODIR DELLAGOSTIN (*Por videoconferência.*) – Retornei.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Então o.k.

O SR. ODIR DELLAGOSTIN (*Por videoconferência.*) – Perfeito.

Continuando aqui, é importante que a gente tenha alguma destinação dos recursos do FNDCT também para programas extremamente importantes que são conduzidos pelo CNPq, como por exemplo o edital universal, que precisa ser fortalecido. Sempre teve recurso do FNDCT no edital universal, no passado, é importante que continue tendo. E outros programas também, como Pronem, Pronex, PPP, que são programas inclusive executados de forma descentralizada, em parceria com o as FAPs. Nós queremos, nós precisamos desses programas novamente instituídos para fortalecermos a base de pesquisa.

O nosso laboratório NB4 e outros grandes centros de pesquisa precisam de recursos humanos qualificados, precisam que a base esteja bem suprida de recursos também. Portanto, na nossa opinião, nós precisamos fortalecer o FNDCT, mantê-lo de forma descontingenciada, e precisamos também de uma gestão dos recursos do FNDCT que atenda às necessidades reais da nossa comunidade científica e empresarial atual.

A Capes, por exemplo, também está com um orçamento bastante restrito e dispende mais de R$500 milhões numa infraestrutura fundamental para o país todo, que é o Portal de Periódicos. Talvez o FNDCT pudesse apoiar essa infraestrutura importante para o país, reduzindo um pouco o impacto que esse investimento tem no orçamento da Capes, permitindo que a Capes utilize esse recurso para outras ações que também são fundamentais para o fortalecimento da pós-graduação no país, já que é na pós-graduação que a ciência e a tecnologia são desenvolvidas, são geradas, que o conhecimento é gerado, serve de base para o desenvolvimento tecnológico e depois servirá também de elemento para a inovação do nosso país.

Então estes são os aspectos mais importantes que eu gostaria de destacar aqui neste momento: a manutenção do FNDCT de forma descontingenciada, destacar a importância que isso tem para o país; rever a representatividade do Conselho Diretor do FNDCT, que é destinar recursos do FNDCT para necessidades básicas e emergentes que não estão conseguindo ser atendidas com a lei, com os recursos destinados pela lei orçamentária às nossas principais agências, Capes e CNPq.

É isso. Acho que estou dentro do meu tempo.

Eu agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Odir. Parabéns pela apresentação!

Eu acho que está recebendo as perguntas lá também, não é? Está ótimo.

Então, na sequência, eu passo a palavra para Olival Freire Junior, Diretor Científico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do CNPq, para dez minutos de apresentação. Por favor.

O SR. OLIVAL FREIRE JUNIOR (Para expor.) – Bom dia, Senador Marcos Pontes. Eu quero também me associar a todos que já parabenizaram, digamos assim, a sua atuação à frente desta Comissão, promovendo este importante debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Devo dizer que é o segundo debate, segunda audiência pública que eu compareço aqui desta Comissão, o que mostra, portanto, que esta Comissão, sob a sua liderança, tem mantido um olhar atento e vigilante sobre a execução da política de ciência e tecnologia. Então, vocês estão de parabéns!

Quero falar um pouco sobre impacto e governança do FNDCT, mesmo porque o CNPq integra o Conselho Diretor do FNDCT. Entretanto, a minha fala aqui vai ser imensamente facilitada pelo que o Secretário-Executivo Luis Fernandes já falou, mas também pelo que o meu colega Aragão já descreveu. Então, eu quero tomar emprestada a apresentação feita pelo Secretário-Executivo Luis Fernandes para dizer que há uma característica importante nesse panorama que ele apresentou: é que o FNDCT é uma política do Estado brasileiro, é uma política que atravessou distintos governos e distintos regimes políticos e, portanto, é um patrimônio da nação brasileira. Então, não tem sido iniciativa do governo A, B, C, ou mesmo de regimes tais ou quais. Então é a primeira coisa para a qual eu queria chamar a atenção.

O lado mais do impacto. Eu queria chamar a atenção para uma dimensão do impacto que agora está passando, mas que foi importante. É que na transição dos dois Governos nós enfrentamos uma situação delicada. E a situação delicada, o Senador conhece bem, é que exatamente nesses dois anos em que a legislação impediu o contingenciamento, mas o contingenciamento voltava sob a forma de veto ou sob a forma de medida provisória, as agências – aí eu falo mais pelo CNPq, mas certamente a Finep enfrentou isso – enfrentaram a seguinte situação: com o FNDCT não contingenciado, você precisava lançar editais; com o contingenciamento que voltava, você tinha que cancelar editais.

A pior coisa para a atividade científica e tecnológica, Senador, é a imprevisibilidade. A atividade científica e tecnológica é uma atividade de alto risco que requer estabilidade no médio prazo. E nós passamos, então, a ter uma situação exatamente em que a gente não tinha previsibilidade e tinha uma incerteza enorme no curto prazo.

Eu cito como exemplos projetos importantes que, quando nós chegamos ao CNPq, estavam parados na carteira do CNPq e que nós não poderíamos honrar caso prevalecesse o contingenciamento. Cito-os apenas como exemplo. Em dezembro de 2022, haviam sido aprovados 58 INCTs e nós tínhamos 42 INCTs numa espécie de segunda suplência. Esclareço que os INCTs são das formas mais avançadas de financiamento à ciência e tecnologia deste país, porque é um financiamento em rede, é um financiamento substancial de médio prazo e em rede para temas essenciais para o desenvolvimento do país. Esses INCTs, embora aprovados, não tinham garantia de financiamento.

Cito um exemplo muito concreto. No momento que o FNDCT ficou descontingenciado, o CNPq recebeu R$60 milhões para começar a financiar esses INCTs. No momento seguinte, o CNPq teve que devolver R$42 milhões, porque o FNDCT estava... R$48 milhões, desculpe – de modo que só R$12 milhões dos R$300 milhões, que é o que havia de previsão global de financiamento, de 300 ao longo de cinco anos, portanto, 60 a cada ano, e nós recebemos os 60 iniciais, investimos 12 nos INCTs e tivemos que devolver 48.

Portanto, os INCTs de 2022 não tinham garantia de que iam sair do papel. O edital Pró-Humanidades não tinha garantia que ia sair do papel. Um projeto que certamente o Senador conhece de perto, que é de apoio à rede de microeletrônica no Brasil, que foi apoiado na forma de uma encomenda da ordem de R$30 milhões, liderado pela Profa. Linnyer, do Paraná, também não tinha garantia de que ia sair do papel.

Cito apenas esses três exemplos para mostrar que o primeiro impacto do descontingenciamento do FNDCT foi a possibilidade de honrarmos o que havia sido assinado ou publicado na forma de edital e contratado. Portanto, a estabilidade que nós tivemos no início de 2023 para honrar esses compromissos foi fundamental para o desenvolvimento das atividades científicas.

Ainda sobre impacto, acho que o Aragão já explicou de maneira muito detalhada, e eu quero só ilustrar com dois ou três casos. Um, seguindo a provocação dele, é o programa Conhecimento Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que só foi possível pelos recursos do FNDCT. Nós não tínhamos uma clareza de qual era o tamanho nem a qualidade da diáspora científica brasileira, do número de brasileiros bem qualificados que estavam no exterior, ninguém tinha esse estudo, e nós começamos contatos com esse pessoal, e o FNDCT apoiou o lançamento desses editais.

Agora nós sabemos, nós temos uma medida objetiva dessa dimensão. Nós tivemos 1,6 mil propostas de brasileiros altamente qualificados que estão no exterior e que querem ser repatriados, querem voltar a trabalhar no Brasil; nós não teremos condição de contratar os 1,6 mil, o que está disponível é alguma coisa da ordem de um terço para esse valor de contratação. E nós tivemos 900 pesquisadores brasileiros no exterior que apresentaram propostas para firmar redes de cooperação em que entram o brasileiro que está no exterior e uma equipe, brasileira ou não, que está no Brasil; nós também não teremos condição de financiar os 900, talvez um terço disso. O elemento importante Senador é que 900 com 1,6 mil significam que nós temos, um dado concreto, 2,5 mil brasileiros altamente qualificados no exterior, dispostos a contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil. O que nós estamos fazendo, graças ao FNDCT, é aquilo que a China, que a Argentina já fez, que a Índia está fazendo, que é lidar de maneira inteligente com a diáspora científica desses países.

Segundo exemplo de impacto – eu não vou me estender –, os INCTs. Nós podemos honrar o edital de 2022, podemos ampliar o atendimento cobrindo o Prioridade 2, foram mais 42 INCTs, e o elemento mais importante que foi anunciado cerca de um mês atrás, o novo edital dos INCTs. E aqui há um elemento também importante para a gente entender a dinâmica dos INCTs... Desculpe, do FNDCT. É porque o FNDCT se dispôs a colocar R$1 bilhão para um novo edital de INCTs, foi a partir desse valor que foi possível, sob a liderança exatamente aqui do Secretário-Executivo Luis Fernandes, entabular negociações com as fundações de apoio, as quais quatro delas aderiram de imediato – a de São Paulo, a do Rio de Janeiro, a de Minas Gerais e a do Espírito Santo –, com o Ministério da Saúde e com a Capes, chegando globalmente a um valor de R$1,650 bilhão, que é de longe o maior valor atribuído a um edital de INCT nos 25 anos em que essa política vem sendo desenvolvida. Só para efeito de comparação, no de 2022, eram R$300 milhões; nós chegamos a R$1,650 bilhão. Então é um exemplo.

O outro exemplo o Aragão já citou, mas eu queria enfatizar isto: no Pró-Amazônia, que é um edital voltado para adensar a equipe de pesquisa na Região Amazônica, nós tínhamos R$150 milhões atribuídos, e, dada a alta qualidade das propostas apresentadas, o FNDCT foi capaz, o Conselho Diretor, de subir, dobrar o valor; nós íamos para R$300 milhões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OLIVAL FREIRE JUNIOR – ... sem que a gente conseguisse cobrir toda a demanda qualificada.

E, finalmente, uma ou duas palavras sobre a governança. É exatamente o êxito na execução do FNDCT descontingenciado que tem ensejado debates e, na minha opinião, algumas opiniões equivocadas – mas o debate é sempre bom. E eu queria citar duas ou três dessas opiniões.

Colegas meus das universidades federais diziam: "Mas por que não se usa o recurso do FNDCT para reajustar o salário dos professores?". É uma enorme ignorância, primeiro porque não pode na legislação; e segundo porque você não pode resolver um problema acessando um fundo que tem uma destinação específica na legislação brasileira.

Outro tipo de opinião. Algumas fundações de apoio, de amparo, dizem: "Por que é que não distribuem o FNDCT de acordo com as fundações?". Isso seria negar a missão das fundações, aquela missão cujo exemplo emblemático é a Fapesp, criada em 1960, no Governo Carvalho Pinto, de modo que você compromete o ente federativo, que é o estado, no desenvolvimento científico e tecnológico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

daquele estado. Se nós fôssemos usar os recursos federais para financiar as FAPs, nós estaríamos negando o compromisso dos estados com esse tipo de desenvolvimento e nós estaríamos cortando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OLIVAL FREIRE JUNIOR – Mais um minuto, por favor.

Nós estaríamos cortando a possibilidade de sinergia entre o que uma fundação coloca e o que o FNDCT coloca, de modo que você pode, a partir daí, amplificar a atividade.

E, nessa combinação – eu não tenho tempo para detalhar –, as fundações das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm um mecanismo próprio de financiamento que permite um apoio federal maior do que o que é colocado pela própria fundação.

E o último exemplo – e com isto eu encerro – de tipo de opinião equivocada que apareceu nesse debate está expresso num artigo da *Folha de S.Paulo*, que fez uma grita contra o uso dos recursos do FNDCT para empréstimos às empresas. Aparentemente, se você pertence à religião do estado nulo – não é nem do estado mínimo –, você pode aceitar esse...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OLIVAL FREIRE JUNIOR – ... ponto de vista, mas é evidente, Senador, que, se você olha o que acontece no mundo, investir em empresas que apresentem projetos de inovação é o que todos os países que venceram o desenvolvimento têm feito, Coreia, Japão, China, todos os outros.

Esses debates como o que nós estamos tendo aqui são muito importantes, porque esses debates nos permitem esclarecer à sociedade brasileira a natureza do FNDCT e a relevância desse fundo como política de ciência e tecnologia fundamental para a nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Olival Freire Junior, Diretor Científico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Na sequência, eu passo a palavra, por dez minutos, ao Secretário-Executivo da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal, aqui representando o Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti), Alexandre Villain. Tem dez minutos.

O SR. ALEXANDRE VILLAIN (Para expor.) – Obrigado, Senador Astronauta Marcos Pontes, nosso sempre Ministro.

É um prazer estar aqui representando o Consecti.

Acho que primeiro eu gostaria de falar que, para o Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação, o nosso FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) é entendido e reconhecido não só como o maior, mas como o principal, o mais importante instrumento de financiamento do sistema nacional de ciência e tecnologia. E, por isso, não podia ser diferente: a gente faz coro com as demais vozes não só desta mesa aqui, não só desta Casa, mas de toda a sociedade brasileira no sentido de que é inadmissível um novo contingenciamento do FNDCT, é inadmissível a não disponibilização integral dos recursos, sob pena de voltarmos para um período, como disse o Prof. Olival, de imprevisibilidade na aplicação dos recursos.

O Prof. Olival citou ali que o CNPq, por ocasião do contingenciamento de novembro, dezembro de 2022, teve que fazer uma devolução perto de R$50 milhões, mas lembro que, na Finep, foram algumas centenas de milhões de reais que tiveram que ser canceladas em chamadas já realizadas. Isso é muito preocupante do ponto de vista de segurança jurídica, previsibilidade e garantia da manutenção do desenvolvimento da ciência e tecnologia do nosso país, até porque esse desenvolvimento gerado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pelo FNDCT não se dá apenas na dimensão da ciência; se dá em todas as dimensões: na dimensão social, no desenvolvimento industrial.

Então, registro aqui a máxima preocupação do Consecti com relação a um eventual novo contingenciamento do fundo.

Outra grande preocupação do Consecti é, de fato, a aplicação de forma regionalizada, mitigando as assimetrias regionais no sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação. Esse tem sido um ponto de diálogo permanente entre o Consecti – inclusive com o Confap, como apresentou o Prof. Odir –, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, os financiadores de estudos e projetos, o CNPq e todos os órgãos do sistema nacional de ciência, tecnologia. E essa questão tem avançado. O próprio edital de infraestrutura de pesquisa, que foi apontado pelo Aragão na apresentação dele, falava de R$300 milhões, mas o valor é de R$600 milhões, o valor é o dobro: são R$300 milhões nacional e R$300 milhões específicos para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com um investimento alavancado para os estados, como disse o Prof. Olival. Então, salvo engano, na Região Norte – desculpe, Nordeste e Centro-Oeste –, a gente tem, para cada R$1 investido pelas fundações de amparo à pesquisa ou secretarias, R$3 do FNDCT; e, na Região Norte, de R$1 para R$4.

Correto, Secretário? É isso, não é?

O SR. CARLOS ALBERTO ARAGÃO DE CARVALHO FILHO (Para expor.) – Só um pequeno reparo. Na realidade, o edital é de R$600 milhões: R$300 milhões são para competição aberta nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, e os R$300 milhões restantes são divididos, R$100 milhões por cada região, e, nessas regiões, se for Centro-Oeste e Nordeste, é uma relação de R$1 para R$3 – cada R$1 que a FAP ou secretaria ou ente estadual aportar, nós triplicamos – e, no caso da Região Norte, de R$1 para R$4.

Obrigado.

O SR. ALEXANDRE VILLAIN (Para expor.) – Então, eu estou fazendo questão de fazer justiça a essa iniciativa, porque, de fato, está existindo uma interação e uma participação, ainda que não haja uma cadeira para o Consecti ou para o Confap – ainda – no Conselho Diretor do FNDCT. Mas há uma interlocução entre os órgãos de Governo e essas entidades, para que exista, de fato, uma aplicação regional dos recursos do FNDCT.

Outro exemplo. Eu não acredito que seja totalmente inviável a descentralização de recursos para os estados, até porque a gente tem exemplos dos programas Tecnova e Centelha, em que há de fato uma descentralização para as fundações de apoio à pesquisa. Nesses programas há um cumprimento pleno das metas de regionalização da aplicação dos recursos, mas claro que outras descentralizações... A descentralização não é uma questão trivial, a participação na governança do Conselho Diretor não é uma questão trivial, mas tem sido sim objeto de diálogo, e entendemos que estamos na direção correta com relação a esses assuntos.

Uma coisa a se colocar: ainda que a gente tenha esse investimento incentivado, alavancado nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, os estados têm sim capacidade de investimento limitadas. Então, muitas vezes, aportar recursos em um novo projeto até para gerar uma alavancagem significaria ou significará a descontinuidade de alguma política pública. Eu não gostaria de ser leviano, mas é como se a gente colocasse que, para eu fazer um investimento em infraestrutura em algum projeto de interesse do Governo Federal, eu preciso de um orçamento do CNPq ali para alavancar com o FNDCT. Claro, isso significaria descontinuar eventualmente alguma política do FNDCT ou do CNPq, e eu acho que isso não é o ideal.

Então, essa não é uma reclamação, essa é uma abertura de oportunidade para a gente avançar em novos mecanismos que prevejam essas limitações regionais de investimento; e que a gente continue nesse sentido de defender nosso Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e de participar, de forma conjunta, nas decisões de aplicação dos recursos, prevendo sim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o olhar dos estados, prevendo sim o olhar das fundações estaduais de amparo à pesquisa, prevendo também os olhares e necessidades de todos os setores que já estão ali representados no Conselho Diretor do FNDCT.

Senador, agradeço a oportunidade e coloco o Consecti sempre à disposição desta Casa, pela qual a gente tem muito apreço.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Villain, Secretário-Executivo da Secretaria de Estado para Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal, representante aqui do Consecti (Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação).

Antes de passar a palavra para o nosso próximo palestrante, eu gostaria de ler algumas das perguntas que chegaram aqui através do e-Cidadania. Aliás, eu agradeço a audiência daqueles que nos acompanham pelas redes do Senado e pela TV Senado.

O Paulo, de São Paulo: "Como o FNDCT pode [...] [promover] inovação[...] no setor público e eliminar barreiras para [contribuições] do setor privado [...]?".

O Demerson, do Ceará: "De que maneira o FNDCT pode ser um catalisador para inovações que beneficiem diretamente setores estratégicos do Governo e da sociedade?".

A Poliana, do Distrito Federal: "Os recursos do FNDCT são utilizados para apoiar atividades de inovação e pesquisa. Como funciona o investimento no setor público?".

A Lilian, de São Paulo: "Como a liberação dos recursos afetou instituições de pesquisa públicas, como universidades e institutos federais?".

Finalmente, a Gabrielly, do Paraná, com um comentário, não é uma pergunta: "Necessário retorno do Ciência sem Fronteiras, [...] que fomentou o alcance e a qualidade da ciência brasileira na comunidade internacional".

Todos os nossos palestrantes recebem as perguntas também e, como eu falei no início, no final das apresentações eu vou chamar novamente cada um deles para que façam suas considerações finais com as perguntas que acharem que devem complementar ou responder, porque muitas delas, eu tenho visto, já estão sendo respondidas ao longo das apresentações.

Na sequência, eu passo a palavra para o Reitor da Universidade Federal de Uberlândia, que vai participar remotamente, o Valder Steffen Junior, que acho que já está conectado ali.

Reitor, obrigado pela participação. São dez minutos para a apresentação. Você deve controlar o tempo por aí, porque você não vai ter as indicações que nós temos aqui.

Obrigado.

O SR. VALDER STEFFEN JUNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Obrigado pela oportunidade e pelo convite.

Eu inicio cumprimentando o nosso Senador Astronauta Marcos Pontes, com quem eu tive o privilégio de interagir, através de alguns projetos, durante o tempo em que ele esteve no ministério. Cumprimento todos os palestrantes e todos aqueles que acompanham esta audiência pública.

A Andifes representa 69 universidades federais e tem capilaridade nos 26 estados da Federação.

Nós saudamos a liberação total dos recursos do FNDCT neste ano.

Lembramos também que as nossas universidades federais são responsáveis por mais de 70% da produção científica e tecnológica brasileira. Sabe-se que o compromisso com o novo arcabouço fiscal tem ameaçado repasses financeiros ao FNDCT. É importante ressaltar que as principais fontes do FNDCT não são tributárias, mas sim contribuições de segmentos econômicos do país – aliás, esse aspecto já foi mencionado aqui anteriormente. Dessa forma, seus recursos pouco impactam as necessidades de cumprimento do arcabouço fiscal. E consideramos ser inapropriado usar recursos do FNDCT para fazer caixa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse com o compromisso de manter o FNDCT descontingenciado, conforme prescreve a Lei Complementar nº 177, de 2021 – aliás, excelente medida também já comentada nesta audiência –, e tem cumprido a sua palavra até o momento.

Essa atitude é responsável pela retomada gradual dos investimentos nas instituições de ciência e tecnologia no país e em programas estratégicos, tendo sido possível recuperar perdas orçamentárias enfrentadas recentemente pelo próprio MCTI, pelo CNPq e até pela Capes. Por isso mesmo, temos feito coro com a expressão "a ciência voltou!", e isso apesar das enormes dificuldades orçamentárias que ainda enfrentam o MEC, as universidades federais, os institutos federais, exigindo pronta recuperação do orçamento dessas instituições.

Nós tivemos imenso prazer em acompanhar, desde os seus lançamentos, os editais da Finep, que foram recentemente, nesta reunião aqui, apresentados de forma resumida.

A situação orçamentária das universidades requer que o FNDCT cumpra integralmente o papel que lhe é reservado, como forma de garantir recursos de investimento para as universidades e também financiamento para as atividades de pesquisa que embasam ciência, tecnologia e inovação.

No caso dos IFES, os editais de CT-Infra são extremamente bem-vindos. Aliás, nós defendemos as prerrogativas da Finep da utilização do fundo e a maneira pela qual o FNDCT é gerenciado.

Temos uma importante ação estratégica de reindustrialização à frente. Como podemos colocá-la em prática sem mais investimentos em ciência, tecnologia, inovação e empreendedorismo? A parceria dos INCTs com a indústria tem grande significado. Aliás, o envolvimento dos INCTs nos grandes projetos nacionais é um caminho a ser aperfeiçoado e de grande retorno, certamente muito seguro.

Por essas razões, conclamamos a sociedade em geral, nossos Parlamentares, nossa comunidade acadêmica e científica, a imprensa e os segmentos produtivos que se beneficiam do conhecimento, da pesquisa e desenvolvimento a mobilizarem-se em favor do indispensável fomento à ciência brasileira, como já tem sido feito e manifestado pela ABC, pela SBPC, pelo ICTP.br. Ou seja, foi salientado aqui que a continuidade do financiamento é fundamental para o sucesso das nossas atividades. Não adianta nós temos recursos humanos, termos os recursos descontingenciados em determinado ano e logo na sequência termos novamente as dificuldades reapresentadas. Isso provoca uma descontinuidade nas atividades de pesquisa de desenvolvimento tecnológico, de inovação, isso compromete o andamento dos grupos de pesquisa espalhados pelo país, e dificulta o bom andamento daquilo que é o projeto das nossas universidades, dos nossos centros de pesquisa.

Desde 2023, a Andifes tem apoiado a proposta apresentada por um conjunto de Senadores da República que tem como principal objetivo elevar de maneira gradual os investimentos em ciência, tecnologia e inovação para o limite de 2,5% do PIB. Precisamos sair do patamar do 1% em investimento em ciência, tecnologia e inovação se almejamos de fato concorrer ou estar à altura daquilo que já fazem os países líderes na produção de conhecimento, como os Estados Unidos, que investem 2,8% do PIB; a França, 2,2%; a China, 2%; a Alemanha, 3%; o Japão, 3,2%; e a Coreia do Sul, 4,5%.

Reconhecemos que o atual Governo tem feito um esforço para recuperar as bases de financiamento da ciência brasileira, especialmente com a recomposição integral do FNDCT. Observamos com alegria o crescimento dos recursos originários do orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, levando à retomada de ações fundamentais para o desenvolvimento do país. Apesar disso, acreditamos que os recursos destinados ao CNPq – o que também já foi levemente comentado aqui – continuam muito aquém das suas necessidades. Aliás, os editais universais representam uma linha de financiamento muito importante, especialmente para os nossos jovens cientistas. É pelos editais universais que os jovens cientistas iniciam as suas demandas de financiamento para o seu trabalho de pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico, para a produção de ciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu estive recentemente, poucos anos atrás, no Conselho Deliberativo do CNPq, representando a Academia Brasileira de Ciências, e lá observei que naquele ano, naqueles dois anos que eu lá estive, não havia recursos para os editais universais. Isso é uma limitação que o CNPq não merece, à luz da sua tradição, dos seus objetivos, do seu compromisso com o desenvolvimento do país.

Além disso, constatamos as urgentes necessidades de recuperação do parque nacional de produção científica e tecnológica, e sua modernização, esta necessária após anos de subfinanciamento. Nesse sentido, o FNDCT pode ser de grande importância para a recuperação da infraestrutura de pesquisa das universidades federais, dos institutos federais.

Lembra-se, e é importante isto, que o volume de recursos do parque é limitado, além de atender apenas a obras civis. Ora, os laboratórios de pesquisa carecem de investimentos em equipamentos e necessitam de recursos para a modernização para que essa capacidade de produzir ciência, de produzir tecnologia e de fazer inovação seja garantida nas nossas universidades federais.

Finalmente, chamamos a atenção para a alocação e a distribuição dos recursos do FNDCT em reembolsáveis e não reembolsáveis.

A Lei 11.540, de 2007, atribui competência ao Conselho Diretor do fundo para definir políticas, diretrizes e normas para a utilização dos seus recursos nas modalidades previstas em lei. Defendemos que o percentual dos recursos do FNDCT seja distribuído à razão de 50% para recursos reembolsáveis e 50% para não reembolsáveis, conforme ocorreu agora, em 2024.

Eu finalizo dizendo o seguinte: as universidades federais e os institutos federais, para que tenham plenamente recuperada sua capacitação de fazer ciência, de fazer ensino de qualidade, de fazer extensão, precisam do orçamento adequado. A recuperação do orçamento das universidades federais e dos institutos federais é, portanto, uma necessidade de última hora, de primeira hora, é importante que o Governo, que os Parlamentares e que a sociedade em geral estejam atentos a isso. O próprio MEC tem padecido por falta de recursos orçamentários.

Com isso, eu agradeço, mais uma vez, por esta oportunidade de participação da nossa Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Reitor Valder Steffen Junior, Reitor da Universidade Federal de Uberlândia. Nós tivemos o prazer de trabalhar juntos com alguns projetos importantes.

Eu gostaria só de enfatizar a importância do financiamento das universidades públicas. Eu sei que a gente está falando aqui do FNDCT, mas, realmente, as universidades precisam ter o orçamento adequado para que trabalhem. Ouvi algumas notícias preocupantes, inclusive com relação à UFRJ, com relação à conta de luz. Então é extremamente importante que as universidades tenham o orçamento adequado, os institutos federais também.

Eu quero lembrar que nós temos aqui, nesta Casa, a PEC 31, chamada PEC da ciência, que eu coloquei em 2023, que ela está parada na CCJ, aguardando a deliberação. É preciso apoio do Governo, inclusive, para que essa PEC ande ali. E o que ela prevê? Ela prevê um aumento do investimento em pesquisas e desenvolvimento no país dos atuais níveis em um ponto alguma coisa, um ponto e pouco por cento do PIB para, pelo menos, 2,5% do PIB, num prazo de dez anos. Isso não significa investimento público simplesmente, isso significa investimento público, privado, terceiro setor, é um somatório de tudo isso, mas, logicamente, precisa da articulação do Governo com os outros entes para incentivar as empresas e as outras organizações para que elas também invistam em ciência e tecnologia. Isso compreende um conjunto de iniciativas, inclusive a Lei do Bem – lembrando isso também –, que é outra iniciativa importante que também está aguardando deliberação aqui nesta Casa, que precisa ter esse empurrão do lado do Governo também para poder ajudar a andar. Lembro que a Lei do Bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

corresponde a aproximadamente R$30 bilhões para ciência e tecnologia, para investimentos em pesquisa e desenvolvimento, trazendo aí para dentro do nosso setor privado também essa movimentação.

Como foi falado pelo nosso representante do CNPq, é importante ter essas inovações acontecendo no setor privado e uma Lei do Bem participa e muito dessa possibilidade. Então é importante que a gente tenha esse andamento aqui.

Então, eu imagino que muita gente do setor científico, da comunidade científica, da comunidade acadêmica esteja nos assistindo e peço para que nos ajude a pressionar também os representantes aqui nesta Casa e depois na Câmara dos Deputados, para que esses projetos andem e deem aí a sustentação que a gente precisa, a estabilização econômica e financeira para os projetos de ciência, tecnologia e inovação do país.

Lembro que isso é para todos os setores, isso aí não é o ministério, como muitas vezes vão falar. Às vezes o pessoal fala: "Você só quer o orçamento do ministério?". Não, isso aí é utilizado para todos os setores do Brasil.

Neste momento, eu passo então a palavra ao Dr. Leandro Vanalli, Reitor da Universidade Estadual de Maringá, representante da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais. Ele vai participar remotamente. Eu peço para que controle o tempo do seu lado, Reitor, por favor. São dez minutos para apresentação. Obrigado.

O SR. LEANDRO VANALLI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito bem. Muito grato, Senador Astronauta Marcos Pontes; toda a mesa já referida e todos os que também nos acompanham de maneira remota e *online* neste importante momento de debate sobre o financiamento da pesquisa e, consequentemente, da pós-graduação e de todas as demais ações que as universidades públicas muito têm feito em nosso país.

Aqui eu represento a Abruem, como já dito pelo nosso Presidente, a Associação Brasileira dos Reitores e das Reitoras das Universidades Estaduais e Municipais. É uma grande concentração de pessoas nas suas universidades que fazem pesquisa, que trabalham em prol do desenvolvimento do país em todos os seus aspectos.

A Abruem tem atualmente 46 universidades associadas que estão majoritariamente no interior do nosso país desempenhando um papel importantíssimo, como eu já disse, de desenvolvimento da pesquisa, agregando à sociedade tudo aquilo que ela espera, que é oriundo das nossas universidades, das quais as públicas em nosso país correspondem a 90% das pesquisas que são realizadas.

Então, este debate sobre o fundo, sobre o FNDCT perpassa, consequentemente, outros debates, como agora muito bem colocado pelo meu colega Magnífico Reitor sobre o financiamento das universidades públicas federais. Isso não é diferente também nas estaduais. Alguns estados possuem um olhar um tanto quanto mais colaborativo com as universidades.

Atualmente, o nosso Estado, o Paraná, aumentou dez vezes o valor, a quantia de recursos destinados à ciência e à pesquisa, mas entendo, aqui representando a nossa Abruem, que essa não é a nossa realidade em todo o país. O Paraná está em um movimento muito interessante de apoio à pesquisa e à inovação, e isso certamente trará, em breve, muitos frutos. No entanto, essa realidade tem que ser aumentada em todo o país e, para que isso aconteça, o olhar do Governo Federal às universidades estaduais e às municipais é muito importante. E aqui, antes de falar sobre o fundo, eu já coloco isso também na pauta, porque é uma demanda que nós, reitores, temos levado também ao sistema federal, tanto presencialmente, em algumas visitas, como em oportunidades de alguns eventos de procurar sensibilizar o apoio do Governo Federal a pautas importantes, não apenas da pesquisa, da inovação e da pós-graduação como um todo, mas também da permanência estudantil dos nossos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estudantes, porque muitos são oriundos de outros estados, e não daquele em que a referida universidade se encontra. Repetindo, somos 46 universidades nessa associação Abruem.

Mas sobre o fundo é evidente que não dá para a gente considerar nenhum tipo de contingenciamento como sendo uma política pública séria. Nós precisamos sentir que há uma valorização da ciência no nosso país, que existem planos e também planejamento de investimentos para que a sociedade toda possa, a curto, médio e longo prazo, sofrer sempre os excelentes efeitos de quando os editais, os demais tipos de financiamento ocorrem.

Como já dito pelo antecessor, muito bem colocado, o nosso colega Odir, que representa e coordena todas as fundações de amparo à pesquisa, a sociedade se beneficia de todos os tipos de desenvolvimento quando isso ocorre. Isto é o que esperamos, no mínimo: que a continuidade e o aumento dos valores dos editais via fundo ou outros tipos de financiamento, como o CNPq e a própria Capes, signifiquem um olhar respeitoso para tudo que fazemos em nossas universidades. Isso é o mínimo que nós esperamos do Governo, é o mínimo também que esperamos de apoio do Congresso, em todas as ações que dizem respeito à financiamento, se não nós faremos outros e outros debates, outros e outros congressos, e sempre estaremos falando de contingenciamento, independentemente do Governo que entra ou que sai.

Então, que nós, da comunidade científica brasileira, da comunidade de ensino superior, de pesquisa e de extensão, porque fazemos também muita prestação de serviços em nossas regiões, nos sintamos valorizados e possamos transferir isso para a sociedade.

Então é isso.

Eu o parabenizo por este debate, Senador, e pela oportunidade também de falar em nome da Abruem. Encerrando, repito: precisamos de um olhar e de apoio do Governo Federal também nas universidades estaduais e municipais, que têm um grande contingente de estudantes em todo o nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dr. Leandro Vanalli, Reitor da Universidade Estadual de Maringá, representante da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais.

Finalmente, eu passo a palavra ao nosso último palestrante, o Prof. Eduardo Colombari, Presidente da Federação das Sociedades de Biologia Experimental.

Por favor, por dez minutos.

O SR. EDUARDO COLOMBARI (Para expor.) – Boa tarde já a todos e a todas.

Primeiramente, Senador Astronauta Marcos Pontes, agradeço o convite. Na pessoa do Senador, eu cumprimento as autoridades aqui presentes e todos que estão participando.

Em nome da Federação das Sociedades de Biologia Experimental (FeSBE), que confedera 24 sociedades científicas das mais importantes na área, desde a área básica até as aplicadas – nós somos aí um grupo de pelo menos 15 mil cientistas espalhados pelo Brasil, produzindo a ciência de ponta que a gente conhece muito bem –, então, eu gostaria, primeiro, de agradecer novamente por esta oportunidade de falar sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Esse fundo é essencial para sustentar e fomentar a pesquisa científica no Brasil, consolidando-se como um dos principais mecanismos de financiamento para pesquisas e inovações estratégicas e contribuindo decisivamente para o desenvolvimento econômico, científico e social do país.

É fundamental, porém, destacar que o FNDCT não deve substituir as funções essenciais de custeio e fomento direto de órgãos como o CNPq e o próprio Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Essas instituições precisam de orçamentos próprios e robustos que lhes permitam implementar políticas públicas e investir em áreas estratégicas com autonomia. Hoje, quase todos os recursos do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CNPq, por exemplo, são destinados a bolsas de pesquisa, o que restringe sua capacidade de desenvolver e coordenar políticas científicas de maior impacto.

Como já foi dito, o universal é sempre o calcanhar de Aquiles dos pesquisadores, principalmente dos mais recentes. Neste contexto, a transparência é vital para garantir que o FNDCT e outras fontes de financiamento cumpram plenamente seu papel, fortalecendo uma ciência de qualidade e alinhada às necessidades do país. A FeSBE... (*Pausa.*)

A estrutura do FNDCT e a racionalidade do processo de gestão a gente entende que... A estrutura é organizada em camadas, permitindo uma gestão estratégica dos recursos. Na base dessa estrutura está o Conselho Diretor, responsável por definir diretrizes gerais e orientar os recursos de acordo com as prioridades nacionais. Contudo, há desafios significativos de transparência, especialmente para quem acompanha o fundo e tenta colaborar com ele, como a FeSBE e outras sociedades científicas aqui já destacadas.

A alocação dos recursos em alguns fundos setoriais, como o da agricultura, biotecnologia, saúde, por exemplo, nem sempre é clara, o que dificulta a contribuição dos cientistas com recomendações estratégicas e técnicas.

Após o Conselho Diretor, os fundos setoriais definem as prioridades específicas para cada setor, considerando suas necessidades e potenciais, que podem variar com o tempo. Muitas vezes, a gente tem investimentos, e esses investimentos não têm sequência. Então, todo investimento feito anteriormente corre o risco de ser perdido. Como exemplo, nós temos o Proantar, para destacar. Então, daí a importância de que os comitês dos fundos setoriais sejam mais bem ouvidos e considerados.

Em seguida, o Comitê de Coordenação do FNDCT (CCF) age como mediador, consolidando e organizando as sugestões dos fundos para a apresentação do Conselho Diretor. E, finalmente, a Secretaria Executiva organiza tudo para a deliberação final. Essa estrutura em camadas é racional e permite que as decisões sejam tomadas em função das demandas específicas e estratégicas de cada setor. Porém, é essencial que haja mais transparência em cada etapa para que possamos entender e rastrear essas decisões e aprimorar a confiança e a eficácia do processo.

O processo de tomada de decisão e aprovação dos projetos do FNDCT segue etapas rigorosas e detalhadas, iniciando-se pela definição de prioridade pelo Conselho Diretor, pelos fundos setoriais. Cada fundo, então, elabora sugestões de projetos com base nessas prioridades e o CCF realiza a consolidação e a preparação dessas sugestões antes de submetê-las para a deliberação final do Conselho Diretor.

A transparência em cada uma dessas etapas é crucial para que a confiança pública seja mantida e para assegurar que o financiamento atenda ao interesse nacional – ciência e tecnologia não é gasto, é investimento. Essa clareza também é importante para que os setores científico e industrial alinhem suas estratégias de forma coordenada com as prioridades nacionais. Maior transparência ajudaria a comunidade científica e a sociedade a entenderem o processo e acompanharem os impactos dos projetos financiados, criando uma sinergia com a sociedade e valorização do investimento público.

Mecanismos. Quais são esses mecanismos, então, de transparência e de prestação de contas? O FNDCT possui mecanismos de transparência que são essenciais para fortalecer o acesso da sociedade às informações, mas eles ainda precisam ser aprimorados. Entre esses mecanismos, estão as decisões de abrir editais ou realizar contratações diretas, caso seja justificada a singularidade da proposta. Essas informações deveriam ser amplamente acessíveis ao público, permitindo um acompanhamento integral. E, após a seleção dos projetos, a divulgação dos resultados detalha valores aprovados e instituições beneficiadas. No entanto, precisamos ir além. A avaliação dos impactos dessas entregas deveria estar disponível, permitindo que a sociedade científica, tecnológica e empresarial compreenda o alcance e os benefícios das pesquisas. Durante a execução dos projetos, são exigidos relatórios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

periódicos monitorados pelo MCTI e pela Finep que avaliam o progresso em conformidade com as metas. Por fim, temos a prestação de contas. As instituições precisam comprovar o uso adequado dos recursos, assegurando a integridade dos gastos. Esses mecanismos são fundamentais para a transparência e a legitimidade do FNDCT, permitindo que a sociedade saiba exatamente como os recursos são aplicados.

Dada essa fala, essa conclusão, esse compromisso de transparência, eu gostaria de concluir chamando a atenção para o patamar de investimento em ciência no Brasil, que se mantém, há décadas, em torno de 1% do PIB, muito abaixo, mas muito abaixo do que recomenda a OCDE, que investe cerca de 2,7% do seu PIB. Essa é a grande diferença, não é? Essa diferença se reflete diretamente no nível de desenvolvimento e inovação tecnológica desses países. Embora o FNDCT seja um importante avanço, o investimento em ciência no Brasil ainda é insuficiente para o potencial de contribuição que a ciência nacional pode oferecer ao desenvolvimento do país. É notável a formação de doutores, de capacitados, tanto é que muitos... Há fuga de cérebros, etc., e agora a tentativa de trazê-los, quer dizer, nós temos massa crítica, nós temos recursos humanos, nós precisamos é de investimento dentro dos institutos, dentro das universidades e assim por diante.

Além disso, enfrentamos um novo risco. Recentemente, a imprensa noticiou que o Governo estuda tornar o repasse do FNDCT discricionário, ameaçando sua estabilidade. Essa medida seria um retrocesso – repito: um retrocesso – que deve ser rejeitado de forma contundente, pois comprometeria a continuidade dos projetos estratégicos e a autonomia científica e tecnológica do Brasil, minando décadas de progresso.

Assim, reforço a importância de preservar e fortalecer os mecanismos de transparência do FNDCT e de defender o fundo como um pilar essencial para o desenvolvimento nacional. A ciência brasileira merece um compromisso sólido e contínuo com a transparência e o financiamento. E não podemos permitir que ameaças de contingenciamento coloquem em risco o avanço e a soberania científica do país.

Em nome da FeSBE, em nome dos cientistas que eu estou aqui representando das várias sociedades, da biologia experimental, da biomedicina, das áreas aplicadas à saúde, das pesquisas pré-clínicas, nós precisamos de investimento.

Agora, uma grande queixa, um grande...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO COLOMBARI – Um questionamento desses cientistas é a não participação nesses conselhos em que a prioridade é discutida, é não contribuir apontando: "Olhem, é preciso investir aqui, é preciso investir ali". Então, muitas vezes, o que nós observamos é que esses investimentos vêm sempre de uma demanda, e isso acaba prejudicando o andamento de pesquisas, como os INCTs, como foi dito, do CNPq, obviamente, pelo não financiamento.

É esta fala: este grito por apoio ao mesmo tempo por querer participar, fazer parte dessa estrutura toda, de tal maneira que possamos, pelo menos na área das biológicas, apontar e indicar essências do investimento na ciência do Brasil.

Muito obrigado a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado ao Prof. Eduardo Colombari, Presidente da Federação de Sociedades de Biologia Experimental.

Terminadas todas as apresentações, como combinado no início – eu já passei as perguntas, já li as perguntas que foram recebidas através do e-Cidadania –, neste momento, eu vou retornar à lista dos apresentadores para que cada um tenha cinco minutos – agora são cinco minutos mesmo – de tempo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para as suas considerações finais e para responder algumas das perguntas que acharem convenientes ou aquelas que não foram respondidas ainda.

Retornamos aqui ao nosso primeiro debatedor, o Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luis Manuel Rebelo Fernandes, para as suas considerações finais e para as respostas às perguntas.

O SR. LUIS MANUEL REBELO FERNANDES (Para expor.) – Senador, mais uma vez, agradeço a oportunidade. Acho que este é um debate muito importante para a sociedade brasileira, em um espaço que é decisivo aqui no Congresso Nacional. Então, uma vez mais, parabenizo a iniciativa.

É claro que eu não posso responder ao conjunto das perguntas e observações em cinco minutos, mas eu sei que eu serei complementado por vários outros integrantes deste debate, mas deixe-me, então, focar em alguns pontos básicos.

Primeiro, nós estamos celebrando a recomposição e a liberação integral do FNDCT, algo que evidentemente queremos manter, mas eu devo registrar – eu não comuniquei isto, que é importante – que não só nós recuperamos e liberamos integralmente o orçamento do FNDCT como executamos integralmente o orçamento do FNDCT. Os 10 bilhões foram executados em 2023, e executaremos – já estamos bem avançados – integralmente os 12,7 bilhões aqui de 2024.

Por que isso é importante? Claro que isso exige um esforço de eficiência na execução, mas também revela o fato de que há ampla necessidade, amplo espaço para a expansão dos investimentos do fundo.

Pelos dados de editais que o Aragão apresentou aqui, nós tivemos uma demanda represada de necessidades que estão sendo atendidas, mas estamos muito, mas muito longe do ponto de saturação de crescimento da capacidade de investimento do fundo. Esse é um ponto que eu reputo muito importante.

Ponto dois: foi perguntado quais são as diretrizes que orientam as decisões de investimento.

As decisões de investimento seguem os quatro eixos da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação: o primeiro eixo é a recuperação, expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, sobretudo da sua infraestrutura; segundo eixo: reindustrialização em novas bases e apoio à inovação nas empresas; terceiro eixo: ciência, tecnologia e inovação para programas e projetos estratégicos nacionais; e quarto eixo: ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social.

Dentro desses eixos, a governança do FNTC sempre pode ser melhorada, podemos aprimorar a transparência. Nunca está perfeito, mas há envolvimento de todos os representantes da comunidade científica, tecnológica, acadêmica, empresarial e governamental em toda a estrutura, porque eles têm representação no Conselho Diretor, cuja alteração depende de mudança de lei – só para deixar claro, é a lei que determina a composição do Conselho Diretor –, e tem representação em cada um dos comitês gestores dos fundos.

Então, esses dez programas que foram aqui apresentados pelo Aragão, que se orientam por esses quatro eixos estratégicos, foram debatidos em toda essa estrutura e aprovados por unanimidade em toda a estrutura.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS MANUEL REBELO FERNANDES – Professor, eu posso garantir. Posso garantir. Nós encaminhamos a cada comitê gestor uma proposta de adesão e alinhamento com os programas que o Conselho Diretor sugeriu. Isso foi debatido, aprovado por unanimidade em todos os comitês gestores e no Conselho Diretor. Recolhemos sugestões para o desenho dos programas e dos seus termos de referência, que foram aprovados pelo Conselho Diretor do FNDCT, e o Conselho e o Comitê Gestor não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

se envolvem ao nível do projeto. Ao nível de projeto, a responsabilidade é das agências, no caso, do Finep e do CNPq.

A nossa opção, que foi discutida no Conselho Diretor e também apoiada por unanimidade no Conselho e nos comitês gestores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS MANUEL REBELO FERNANDES – ... é que a operação fosse feita predominantemente por edital, chamada pública, que nós não recorrêssemos a algo a que foi muito recorrido anteriormente, de encomendas, porque isso não permite o julgamento comparativo dos projetos.

Então, toda a ação está hoje ancorada em chamadas públicas e editais, que acho que é também um grande avanço, do ponto de vista da execução do fundo.

Termino por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – O.k.

O SR. LUIS MANUEL REBELO FERNANDES – Uma vez mais agradeço a oportunidade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, obrigado.

Terminou 30 segundos antes. Muito bom.

Bom, eu passo então a palavra agora, para as suas considerações finais e respostas de algumas perguntas, ao Diretor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Financiadora de Estudos e Projetos, da Finep, Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho.

O SR. CARLOS ALBERTO ARAGÃO DE CARVALHO FILHO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Fazendo eco às palavras do Secretário-Executivo, a concepção desses dez programas foi uma tentativa de responder aos desafios propostos nesses quatro eixos determinados por uma portaria da Ministra Luciana Santos, ainda no dia 10 de maio de 2023. Se vocês olharem, as perguntas que eu olhei por aqui, até com certa alegria, eu vejo que podem ser respondidas simplesmente você elencando um determinado programa.

Eu vou dar um exemplo: de que maneira o FNDCT pode ser um catalisador para inovações que beneficiem diretamente setores estratégicos do Governo e da sociedade?

Ora, o Programa 8 é um programa que é norteado exatamente por isso. Ele tenta dar uma resposta ao eixo 3, que foi mencionado aqui pelo nosso secretário, que é, digamos, ciência, tecnologia e inovação para projetos nacionais, estratégicos e estruturantes.

Então, por exemplo, no Programa 8, nós estamos apoiando a Plataforma Multimissão do Cbers, estamos apoiando o Reator Multipropósito Brasileiro, estamos apoiando as dez novas linhas de luz do Sirius e o projeto do laboratório de biossegurança nível 4, que vai usar três linhas de luz síncrotron.

Todos esses projetos são projetos absolutamente estratégicos, e, nesses casos, justifica-se o mecanismo da encomenda, como foi já mencionado pelo secretário, que nós, obviamente, restringimos a situações em que o projeto é de natureza absolutamente estratégica, e, além do mais, só um grupo, uma entidade, é capaz de dar conta daquele projeto. Exemplo: no Reator Multipropósito Brasileiro, isso tem que ser uma encomenda feita à Comissão Nacional de Energia Nuclear, por meio do seu Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, de São Paulo, que é quem tem a competência para construir um reator de pesquisa, que é necessário para esse projeto.

A questão das inovações que beneficiem, digamos, setores estratégicos do Governo e da sociedade está presente em muitos dos programas.

Além do 8 e do 9, que são voltados para a autonomia tecnológica em defesa, quando você olhar o Programa 1, que é um programa voltado para a infraestrutura científica, o Programa 2, que é mais inovação, basicamente, para empresas, em todos eles esses elementos estão presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a ideia, quando se propôs uma construção que foi feita a muitas mãos, envolvendo o Ministério da Ciência e Tecnologia e suas agências, desse conjunto de dez programas, isso foi um esforço, no sentido de, efetivamente, dar respostas a esses desafios que foram colocados pela nossa Ministra.

Eu estava fazendo um exercício aqui, enquanto a audiência se desenvolvia, só elencando aqui os programas que iriam responder às diversas perguntas que nós tivemos, mas esse exercício, eu acho que agora... É claro que não houve tempo para todo mundo, de certa forma, memorizar essa quantidade de programas que a gente já tem no sangue, mas é um exercício fácil de fazer, que é tentar detetar, em cada um deles, como é que a gente pode produzir respostas às perguntas que nos foram encaminhadas.

A apresentação fica aqui com o nosso Senador Marcos Pontes. Imagino que ela possa ser...

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone.*) – Fica disponível na Comissão.

O SR. CARLOS ALBERTO ARAGÃO DE CARVALHO FILHO – Isso, tanto a...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ALBERTO ARAGÃO DE CARVALHO FILHO – ... do nosso secretário como a minha.

De resto, eu só gostaria de agradecer a iniciativa do Senado e dizer que nós... Quer dizer, eu estou Diretor da Finep, mas eu sou um cientista, um físico, assim como nosso secretário é cientista, como o Olival é cientista. Como comunidade científica, a gente agradece muito o interesse do Senado e conta com a ajuda de vocês para que nós possamos, efetivamente, defender esse nosso fundo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado.

Obrigado ao nosso Diretor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Finep, Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho.

Nós também contamos com a pressão da comunidade científica para a gente tocar esses projetos, como a PEC da ciência e a Lei do Bem, para aumentar esse financiamento no Brasil.

Quero informar a todos que nos acompanham que todas as apresentações, assim como as gravações, estão disponíveis no Portal do Senado, aqui no setor da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Eu passo a palavra agora – eu não sei se ele... Ah, está aí – ao Odir Dellagostin, Presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), para suas considerações finais, em cinco minutos.

Vamos pegá-lo ali em movimento ainda.

Obrigado, Odir.

O SR. ODIR DELLAGOSTIN (Para expor. *Por videoconferência.*) – Exatamente. Estou em deslocamento para o aeroporto, mas pude acompanhar todas as falas aqui, extremamente relevantes, uma reflexão muito importante sobre a situação atual do FNDCT e perspectivas futuras também.

Eu gostaria de ressaltar o nosso entendimento de que os programas atuais, que estão sendo apoiados com recursos da FNDCT, são programas relevantes, importantes para o país. Porém, há outras necessidades também que precisam ser observadas e, na medida do possível, atendidas.

Eu gostaria também de comentar a fala do Prof. Olival de que não seria um repasse para as FAPs; seria uma execução descentralizada de recursos, em parceria com as FAPs, o que nós buscamos, o que nós estamos propondo.

Eu acabei de sair, agora, do encontro de pró-reitores, do Enprop, que está acontecendo aqui na Universidade Federal de Minas Gerais, no qual tive a oportunidade de dialogar com pró-reitores de diferentes regiões do país. As parcerias que estão sendo buscadas com as FAPs são no sentido de as FAPs aportarem mais recursos para os programas que estão sendo executados de forma centralizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dentro do possível, acho que isso é benéfico, mas, em alguns estados, ou em diversos estados, principalmente nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, isso representa uma demanda muito severa para o estado, que, ao atender a essa demanda, deixa outras áreas desamparadas.

Além disso, o aporte de recursos adicionais aos editais de infraestrutura e outros editais que o Prof. Aragão citou não leva em consideração, ao atender a toda a demanda qualificada, as questões regionais, a necessidade de redução de assimetrias, que é tão importante.

É claro que o programa lançado, que atende especificamente às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, caminha nessa direção, e isso é louvável, mas outros programas eu acho que precisam ser pensados também, a fim de que venham a contribuir para a redução dessas assimetrias.

Um outro ponto que eu gostaria de destacar é que não basta um investimento robusto em infraestrutura nas nossas ICTs. É necessário também ter recursos para dar sustentação, suporte a essas infraestruturas de grande porte, equipamentos de grande porte, e é necessário também atender com equipamentos de médio e pequeno porte.

O Proinfra financia equipamentos com valores acima de R$300 mil, e equipamentos menores muitas vezes não cabem no edital universal ou em outros editais, nos quais os valores são mais limitados. Portanto, precisamos pensar também em programas que atendam a essas necessidades.

E as FAPs estão sempre disponíveis para dialogar, para conversar, para trabalharmos em sinergia. Eu acho que nós atendemos aos mesmos clientes, nós atendemos à nossa comunidade científica, e, por isso, a importância do diálogo, a importância de ações sinérgicas entre FAPs, entre CNPq, Capes e FNDCT.

Por isso o nosso desejo também de contribuir no Conselho Diretor do FNDCT, e, para tanto, nós reivindicamos essa oportunidade de, no futuro, nós também fazermos parte, para ampliarmos esse diálogo, essa interlocução e, dessa forma, trabalharmos de maneira mais sinérgica entre as fundações estaduais de amparo à pesquisa e as nossas agências federais.

Com isso, eu concluo aqui a minha fala.

Agradeço a oportunidade.

É importantíssima essa reflexão, este momento de discussão, e permanecemos à disposição para continuarmos a dialogar sobre esse tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado ao Presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), o Dr. Odir Dellagostin.

Eu passo a palavra agora, para suas considerações finais, ao Diretor Científico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Dr. Olival...

É "olival" ou "olíval"?

O SR. OLIVAL FREIRE JUNIOR – É "olival".

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – "Olival". Olival Freire Junior.

O SR. OLIVAL FREIRE JUNIOR (Para expor.) – Queria reiterar, Senador Marcos Pontes, a extrema importância de o Senado brasileiro ter abrigado esse debate neste momento da vida política do país. O senhor está de parabéns pela sensibilidade, a importância de uma discussão não ideologizada, não partidarizada, sobre um tema absolutamente estratégico para o futuro do país.

Quanto aos temas que aqui foram debatidos, eu diria que, primeiro – é inevitável que eu me refira ao meu colega Odir Dellagostin –, a colaboração entre as agências federais e as FAPs, eu diria que é exatamente esse o caminho que nós temos que trilhar. E devo dizer – e Odir sabe bem disso – que a colaboração, no que diz respeito ao CNPq, não é restrita ao FNDCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu cito aqui dois exemplos: com recursos do Ministério da Saúde – que, diga-se de passagem, tem sido uma importante fonte de financiamento para a pesquisa na área de biomédicas –, o Ministério da Saúde está colocando, a cada ano, R$350 milhões. Isso é mais do que uma universal, a cada ano.

E nós estamos no corre-corre para fechar acordos, neste momento, Senador, com todas as FAPs do Brasil para um programa importantíssimo, que é o chamado PPsus, que é um programa em que você tem uma cooperação entre os recursos federais, que vêm do CNPq, e os recursos estaduais. Portanto, isso aqui não é nem FNDCT.

Segundo exemplo: as bolsas de produtividade. No edital do ano passado, nós fizemos importantíssimos acordos com quatro FAPs: a de Minas Gerais, a de Pernambuco, a do Espírito Santo e a do Mato Grosso do Sul. Elas ampliaram a oferta de bolsas de produtividade, permitindo que pesquisadores muito bem qualificados desses estados que não tinham podido acessar essas bolsas tenham sido contemplados. Eu devo dizer que foi um momento de rara felicidade para mim ter ido a Pernambuco entregar o diploma de Pesquisador de Produtividade – acordo entre o CNPq e a Fundação de Pernambuco – a 38 novos pesquisadores. Então, esses acordos são exatamente o que eu defendi aqui, ou seja, o caminho da sinergia entre a FAP e as agências federais.

O que nós não devemos trilhar é o caminho da pulverização, o caminho da dispersão dos recursos em cada estado. Eu já tive a oportunidade de debater isso com o Odir em outros lugares. É evidente que esse sentido da orientação nacional precisa ser preservado.

Dito isso, eu preciso dizer que os recursos que são do FNDCT, por lei, estão obrigados a seguir um mecanismo pelo qual 30% desses recursos são distribuídos para enfrentar as assimetrias regionais. Se em algum edital a gente não está cumprindo com isso, é preciso fazer a crítica, para que a gente examine e cumpra a lei. Isso é o que está na lei, não há dúvida. Quanto ao problema de uma maior participação no Conselho Diretor do FNDCT, isso, como o Secretário-Executivo chamou atenção, é matéria de legislação. Cabe a esta Casa examinar e eventualmente fazer ajustes.

Por fim, os mecanismos de transparência. Tanto a Finep quanto o CNPq têm avançado na explicitação, nos seus portais, da destinação de todos os recursos que são distribuídos pela agência. E o mecanismo de distribuição? É claro que tem mecanismos, como aqui dito, que têm que ser por encomenda. Historicamente, a gente sabe isso, como na experiência da Segunda Guerra. O Senador é de origem militar e saberia bem disso. Você pode imaginar que, na Segunda Guerra, você vai fazer uma chamada pública...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OLIVAL FREIRE JUNIOR – ... para resolver o problema dos antibióticos; outra para resolver o problema do radar; outra para construir a bomba atômica... Não teria dado certo, não é, Senador? É evidente que tem projetos... Se você vai querer construir o reator multipropósito brasileiro, você não vai fazer uma chamada pública para escolher onde é que está a *expertise* para tocar isso. Salvo, portanto, essas grandes encomendas, as chamadas públicas são o cotidiano.

Eu finalizo dizendo da minha experiência, nesses dois anos, como Diretor do CNPq. É uma coisa que eu percebia à distância, até como pesquisador da história das ciências – eu estudo como as comunidades científicas funcionam e estou vendo aqui o columbário da minha vida –, e é da natureza da comunidade científica reclamar, e é bom que seja assim! Reclamar, dizer: "Eu não gostei. Eu não gostei da minha avaliação". E o que eu diria? Nós temos, nas agências, mecanismos robustos pelos quais o pesquisador recorre, vai à Comissão Permanente de Recursos, vai à Diretoria Executiva...

E o que eu aprendi, nesses dois anos...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OLIVAL FREIRE JUNIOR – ... e com isso eu encerro, é o seguinte, lembrando o velho Churchill, mecanismos de avaliação por comitês de especialistas são como a democracia: eles são os piores sistemas do mundo, salvo todos os outros. Nós como civilização não descobrimos... Eu até brinco, às vezes, e digo que no passado nós tivemos outros mecanismos de apoio. Eu lembro sempre que o velho Galileu, durante boa parte do seu tempo, foi bancado por um déspota esclarecido, que era o Duque de Toscana. Nós não queremos voltar ao tempo dos déspotas esclarecidos.

Salvo melhor mecanismo – que, se alguém tiver, ponha na praça para discutirmos –, o mecanismo é o de avaliação por pares, com todos os problemas que existem, e a gente precisa – não tenho tempo aqui para me detalhar – buscar conter essas deformações, esses vieses que aparecem quando você reúne um comitê para fazer o julgamento de uma dada proposta.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado ao Diretor Científico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Olival Freire Junior.

Passo a palavra, agora, para suas considerações finais, por cinco minutos, ao Secretário-Executivo da Secretaria de Estado para Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal, aqui representando o Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti), Alexandre Villain.

O SR. ALEXANDRE VILLAIN (Para expor.) – Obrigado, mais uma vez, Senador Astronauta Marcos Pontes, pela oportunidade e pela condução dos trabalhos desta Comissão.

Inicio minhas considerações finais reforçando o apoio do Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação à manutenção integral das dotações previstas para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. A gente o entende como o fundo mais importante de financiamento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e, inclusive, como o principal instrumento de mitigação das desigualdades regionais que a gente tem para o nosso desenvolvimento científico, produção de conhecimento, desenvolvimento tecnológico e para o processo de inovação como um todo no nosso país.

Reforço aqui – acho que isso foi inclusive reforçado pelas palavras do Odir – que os estados têm uma capacidade de investimento limitada em ciência e tecnologia. O Prof. Olival citou que o Ministério da Saúde está colocando, por ano, R$350 milhões, não é? Com R$350 milhões, se a gente fizer a soma aqui, a gente pega o orçamento de seis ou sete FAPs, orçamento total... Eu vou exemplificar com o orçamento aqui da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, que é em torno de R$150 milhões. Isso porque, a exemplo do que acontece com o FNDCT, a gente tem a disponibilização integral da previsão constitucional do Fundo de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal; tudo o que está previsto na lei orgânica é, de fato, disponibilizado pelo Governo atualmente. Da mesma forma, temos uma execução integral e o valor é da ordem de R$150 milhões, então o aporte do FNDCT nos estados não é só importante, é essencial para a manutenção das atividades de pesquisa.

Da mesma forma, essa execução integral do Fundo de Apoio à Pesquisa do DF, o que também acontece em outros estados, evidencia, como colocou o Secretário Luis Fernandes, a existência de uma demanda qualificada muito superior às disponibilidades orçamentárias, tanto dos orçamentos estaduais quanto do orçamento federal – e, quando falo do orçamento federal aqui, eu não falo só do FNDCT, falo também do orçamento do CNPq, do ministério, das unidades de pesquisa, das organizações sociais e de todos os órgãos que compõem o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

Então, o que coloco como palavras finais aqui é um pleito da manutenção e avanço nesse diálogo que já têm, de fato, acontecido entre as estruturas de governança do FNDCT e dos outros órgãos que operam o orçamento da ciência brasileira com os estados e com as fundações de apoio à pesquisa. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sei que a participação formal na governança do FNDCT demanda movimentos complexos, mas o diálogo tem que continuar acontecendo e avançando para que a gente, de fato, possa ter a descentralização, ainda que não financeira, mas dos projetos e da execução da pesquisa na ponta. Afinal, os cidadãos moram nos municípios e nos estados, eles não moram no ente federal, então a gente tem que, da mesma forma, aplicar os recursos nos projetos, na ponta, em todo o nosso país.

Obrigado, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado ao nosso representante do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti), Alexandre Villain.

Eu passo a palavra, para as suas considerações finais agora, ao Reitor da Universidade Federal de Uberlândia, representando a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Valder Steffen Junior.

O SR. VALDER STEFFEN JUNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Eu vou me ater a dois pontos que eu acho importantes e que apareceram na lista de perguntas. O primeiro deles tem a ver com o relacionamento das universidades e centros de pesquisa com o setor empresarial. De fato, em nosso país se sabe que a produção científica brasileira é extremamente expressiva, mesmo se comparando-a com a de países desenvolvidos. O que falta é exatamente, talvez, uma oportunidade que faça com que essas pesquisas produzam tecnologia e inovação capazes de, quem sabe, favorecer a empresa brasileira ou as empresas de uma maneira geral, a indústria. De fato, esse é um desafio que as universidades federais e os centros de pesquisas têm enfrentado no Brasil.

Mas eu tenho uma boa notícia. Eu observo que, em diversos projetos dos quais tenho participado, nós temos estudantes, por exemplo, em nível de pós-doutoramento que acabam ficando no laboratório à busca de oportunidade, e essas oportunidades surgem a partir de projetos em desenvolvimento com o setor empresarial. Após alguns meses ou um ano de atividade de pesquisa relacionada com a empresa, esses profissionais ou pesquisadores recém-doutores acabam sendo contratados. Isso é um aspecto positivo.

Eu vejo também que muitas das nossas instituições de pós-graduação têm entendido aquilo que no Hemisfério Norte às vezes se fala: "*My thesis, my job*"; ou seja, o relacionamento do trabalho desenvolvido em nível de doutorado ou de pós-doutorado com oportunidades de trabalho na sequência, seja no setor empresarial, seja às vezes criando suas próprias empresas. Isso acontece através de *startups*, que as nossas universidades são capazes de motivar, a partir, muitas vezes, de incubadoras de empresas, de parques tecnológicos, coisas dessa natureza. Então, é certamente algo que precisa ser ampliado, mas nós temos boas iniciativas e bons resultados recentes.

O segundo comentário que eu gostaria de fazer se refere à qualidade da pesquisa brasileira, à qualidade da ciência brasileira. Olha, a ciência brasileira é respeitada internacionalmente. Existem áreas em que a nossa participação é muito intensa e comparável, de fato, com aquilo que é feito em países com muito maior tradição e com muito maiores recursos. Portanto, a ciência brasileira é respeitada. Basta ver, por exemplo, a maneira pela qual os nossos estudantes de doutorado e pós-doutorado são cobiçados por diversas grandes universidades do exterior, e exatamente o relacionamento do Brasil através de projetos de internacionalização. Tivemos um exemplo aí, através do CT-Infra, que está terminando... Aliás, desculpe-me, do Capes-PrInt, que é um projeto de internacionalização das universidades que teve muito sucesso, tem tido muito sucesso. A ideia, inclusive, é poder ampliar. Ele ficou restrito aos programas de pós-graduação a partir da nota cinco, mas há uma expectativa de que nós possamos ampliar isso, trazendo, inclusive, programas de pós-graduação que não lograram aprovação com notas tão elevadas, permitindo que isso tenha uma maior capilaridade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Existe uma grande preocupação da Andifes com relação a esse tema e temos buscado, sim, internacionalizar a nossa pesquisa, não apenas através de intercâmbios de estudantes, mas através de projetos conjuntos, às vezes projetos grandes, envolvendo diversos países, e sem nos esquecermos do nosso compromisso com a América Latina, com a África e assim por diante.

Eu finalizo dizendo que Andifes está aberta para a discussão desses e outros temas relevantes para o desenvolvimento brasileiro, e me junto com outros que falaram antes de mim. Embora eu seja Reitor, eu coordeno o INCT, sou das academias, pelo menos duas delas importantes no cenário nacional, e exatamente entendo perfeitamente o papel do FNDCT neste momento histórico da vida brasileira, das universidades brasileiras, da ciência brasileira.

Portanto, Senador Astronauta Marcos Pontes, eu agradeço a participação da Andifes, e nós nos colocamos à inteira disposição de V. Exa. e dessa Casa sempre que este debate for chamado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado ao Reitor da Universidade Federal de Uberlândia, representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Valder Steffen Júnior.

Neste momento, passo a palavra ao Reitor da Universidade Estadual de Maringá, representante da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais, Leandro Vanalli.

Com a palavra, para suas considerações sinais, por cinco minutos.

Obrigado.

O SR. LEANDRO VANALLI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito grato, Senador Marcos Pontes.

Eu quero cumprimentar todas as falas e as pessoas que tão oportunamente falaram deste tema essencial que é o financiamento da pesquisa em nosso país. São diferentes realidades, um debate que, certamente, envolve variáveis que não estão sob o controle apenas desta mesa, mas de muitos partícipes, e em que a gente, na nossa representação, apresenta o ponto de vista daquelas pessoas com as quais nós convivemos e também debatemos o tema de maneira semelhante.

Com relação a Abruem, eu quero mais uma vez enfatizar o anseio que existe, no contexto das universidades estaduais e municipais, de uma espera pelo financiamento federal, no sentido mais direto também, das nossas universidades, mas também destacando o papel importante das fundações de apoio de cada estado onde estamos inseridos, as quais estão muito bem aqui representadas pela fala do colega Odir, que também, ao receberem o apoio do Governo Federal, consequentemente, também apoiam as iniciativas que são realizadas no âmbito dos nossos estados.

É importante, sim, a participação das nossas universidades e das pessoas que podem representá-las também na governança do FNDCT, como já foi aqui também mencionado, e isso é algo complexo, mas que tem que ser colocado à mesa, para que, no momento oportuno, isso aconteça e a nossa fala também se torne mais direta nesses ambientes.

Com relação a este debate aqui hoje, quero cumprimentar o Senador e todo o Congresso, as suas diferentes representações e organizações, que estão trazendo o assunto à tona e, dessa forma, também nos convidando a participar. Então, nossa gratidão, dizendo que estamos sempre à disposição.

E gostaríamos de convidá-lo, Senador, para que possa participar, na medida em que sua agenda permitir, das reuniões da nossa Abruem, que ocorrem a cada seis meses presencialmente e, em algumas oportunidades, de maneira virtual. Sua presença é muito bem-vinda para que possamos apresentar ao senhor – e, consequentemente, a todos os nossos representantes Parlamentares, tanto da Câmara dos Deputados como do nosso Senado, do Congresso – aquilo que estamos fazendo, o impacto também das ações de pesquisa que são realizadas no âmbito das universidades estaduais e municipais e as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

parcerias que temos já com as fundações de apoio e o quanto que os editais do Governo Federal – é importante dizer também que participamos deles – fazem diferença e atingem o objetivo proposto.

Então, essa grande governança nacional de ensino superior e de pesquisa tem que ser sempre exaltada, mas com a lembrança e com o apoio e com o apelo de que deve ser mais bem financiada também.

Então, nossa gratidão por este momento. Estamos à disposição.

E eu cumprimento todos os colegas que me antecederam na fala pelas importantes colocações que muito defendem a ciência em nosso país e, consequentemente, a população, que tanto precisa do nosso trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado ao Dr. Leandro Vanalli, Reitor da Universidade Estadual de Maringá, representante da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais.

Obrigado pelo convite. Por favor, informe a data, as oportunidades, para a gente poder participar, com muito prazer. Muito obrigado.

Eu passo, agora, a palavra, para suas considerações finais, ao Prof. Eduardo Colombari, Presidente da Federação de Sociedades de Biologia Experimental, por cinco minutos.

O SR. EDUARDO COLOMBARI (Para expor.) – Obrigado, Senador. Mais uma vez agradeço por esta oportunidade.

Acho que está claro que todos queremos a mesma coisa, não existe contradição. Nós queremos a mesma coisa: investimento, ciência e tecnologia e a melhor distribuição e transparência naquilo que é feito no país, para que a gente possa realmente ter uma ciência digna dos cientistas que nós temos no Brasil.

Mas eu gostaria de tomar duas questões. Eu acho que, entre os eixos, Carlos, na referência do Programa 6, por exemplo, um grande investimento no Sirius e no NB4 é extremamente importante. Mas a grande maioria dos pesquisadores na área das ciências biomédicas não tem, por exemplo, no Brasil, animais transgênicos; precisam comprar fora. Isso é um absurdo. Nós não temos biotérios capacitados para a produção de animais transgênicos, o que, na ciência, hoje, de ponta, é extremamente essencial. Então, nós precisamos pensar nisso. Nós precisamos pensar em pessoas habilitadas, qualificadas, que possam ter esse desenvolvimento. E esse é só um exemplo.

Complementando esse ponto, eu volto ao que o Olival comentou e o próprio Luis Manuel também comentou: a representatividade científica dentro desses comitês precisa ser mais ampla. Precisam não só estar lá representando, mas, quando estiverem lá representando, estejam representando a comunidade científica, e não bandeiras políticas. Nós precisamos estar lá representando a ciência, a política de investimento na ciência. Então, esse é um erro que talvez precise ser corrigido. E precisa ser mais ampla.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO COLOMBARI – Pois é. Nós precisamos rever quem está indicando e precisamos rever as pessoas que estão lá, porque o *feedback* para as sociedades – a retroalimentação para as sociedades – daquilo que está sendo discutido e daquilo que está sendo planejado não se sabe. A gente sabe como? "Olha, saiu o edital." O que diz o edital – o próprio edital do INCT? Quer dizer, como é que a gente, como um grupo de pesquisas, vai conseguir, dentro daqueles pequenas caracteres, colocar a importância daquele grupo que está propondo... Então, isso fica muito difícil para os grupos de INCT que estão propondo e para aqueles que vão avaliar. Como é que eles vão avaliar a partir de um texto de 4 mil caracteres? É impossível um grupo dessa magnitude.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OLIVAL FREIRE JUNIOR (*Fora do microfone.*) – Eduardo, se você me permite...

O SR. EDUARDO COLOMBARI – Claro, com todo o prazer.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Com a palavra para uma intervenção, o Olival.

O SR. OLIVAL FREIRE JUNIOR (Para expor.) – Eu sou obrigado a falar que esta é uma tendência internacional, já acompanhada pelo CNPq, ainda sob o comando superior do Ministro Marcos Pontes: em vez de você fazer julgamentos com base em documentos de 30, 40, 50 páginas, como era a tradição entre nós, há uma tendência internacional de que o pesquisador deve exercer o seu poder de síntese. E eu posso lhe dar o testemunho. Eu concorri no edital de 2021, que foi o último edital em que eu concorri, no de 2022 também, e ter que exercer o poder de síntese para dizer o que você quer fazer e qual a metodologia que você vai usar com menos letras, isso auxiliou tanto a elaboração dos projetos quanto o julgamento. Se você concorrer hoje em editais do Wellcome Trust, por exemplo, para ficar na sua área, não tem esse negócio de você mandar um projeto de 30, 40, 50 páginas. É um enorme desafio.

E, no que diz respeito aos comitês assessores do CNPq, eu sou obrigado também a dizer: uma das coisas importantes que nós fizemos ao introduzirmos o adicional de bancada para os PQ2 é que nós saímos de uma faixa em que nós tínhamos 5 mil pesquisadores 1, que são os que participavam dos comitês, para uma faixa de 15 mil pesquisadores, que hoje é o *pool* de pesquisadores que nós temos participando dos comitês julgadores.

O SR. EDUARDO COLOMBARI (Para expor.) – Não, perfeito. Eu sou favorável a isso também, fui favorável quando participei do CA a que a taxa de bancada não fosse somente para a categoria 1, mas que a 2 também tivesse, e acho que essa é uma forma de o CNPq, inclusive, financiar pesquisa. Mas o empoderamento do Universal, do ponto de vista de financiamento, de maior monta, é *sine qua non*. Nós não podemos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO COLOMBARI – É, então. Nós não podemos... Nós temos que, via FNDCT, via MCTI, onde quer que seja, aumentar os recursos para que o CNPq faça o papel dele, que é totalmente diferente de Capes, totalmente diferente de outros; é financiar pesquisa no âmbito federal.

Então, eu peço que, quando tiver questões da área de ciências biomédicas, por favor, consulte os pesquisadores da FeSBE, consulte os cientistas que representam as sociedades, de bioquímica, de biofísica...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO COLOMBARI – ... de fisiologia, de farmacologia, de terapia experimental, de neurociências... Nós temos um leque enorme. Na física, temos o pessoal da Sociedade Brasileira de Biociências Nucleares, extremamente importante e que nos auxilia em qualquer momento.

Então, nós estamos ávidos para poder participar do processo. A nossa crítica é que, como pesquisador, a gente sempre... Fazer ciência no Brasil não é fácil, nunca foi e não será; mas, se a gente não reclamar, não faz parte, não somos cientistas. Então, eu faço aqui a minha palavra e novamente agradeço a todos pela cordialidade e pelas discussões, que sempre serão muito bem-vindas para o nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado ao Prof. Eduardo Colombari, Presidente da Federação de Sociedades de Biologia Experimental.

Justamente esta é a ideia: a gente ter essas discussões e poder levantar os temas e, depois, ficar à vontade para continuar as discussões aqui fora do momento presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria aproveitar este momento também para agradecer novamente a presença a todos os nossos debatedores, agradecer o acompanhamento a todos aqueles que estiveram conosco nas redes do Senado Federal, assim como na TV Senado, agradecer à nossa Mesa, sempre muito presente e sempre muito eficiente na colocação de todos os pontos corretos aqui funcionando.

Não havendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião, solicitando novamente que todos da comunidade científica e acadêmica nos ajudem a propagar e na tramitação de projetos importantes como a PEC da Ciência para aumentar o nosso financiamento de pesquisas e desenvolvimento no país, assim como a Lei do Bem e outras, porque, no final, todos nós, no Brasil, somos beneficiados com o avanço da nossa ciência e tecnologia.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e vinte e oito minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Carlos Viana e Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Soraya Thronicke, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Marcos do Val, Alan Rick, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Augusta Brito, Astronauta Marcos Pontes, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif, Wilder Morais, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro, Beto Faro, Dr. Hiran e Damares Alves. Deixa de comparecer o Senador Carlos Portinho, conforme Requerimento nº 694/2024-CDir. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 12ª, 18ª, 19ª, 20ª e 21ª Reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 880, de 2019 - Terminativo** - que: "Institui o Marco Legal da Nanotecnologia e Materiais Avançados; dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação nanotecnológica; altera as Leis nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **Resultado:** Retirado de pauta para reexame, a pedido da relatora, Senadora Teresa Leitão. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar nº 117, de 2024 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei Complementar n.º 182, de 1º de junho de 2021, para a definição e o enquadramento de empresas startups verdes e dá outras providências." **Autoria:** Senador Fernando Dueire (MDB/PE). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1 a 3-CCT. **Observação:** O Senador Fernando Dueire faz uso da palavra. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 5451, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para permitir o financiamento de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos com recursos desses Fundos." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1 a 4-CCT. **ITEM 4 - Projeto de Lei nº 3587, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Estabelece procedimento para certificação de ouro produzido com padrões de sustentabilidade socioambiental, regula a compra, venda e transporte de ouro como ativo financeiro, institui o sistema de rastreamento da produção de ouro em território nacional e cria o Banco Nacional Forense de Perfis Auríferos." **Autoria:** Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação dos Yanomami e a saída

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dos garimpeiros. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei nº 2993, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Institui o Programa Banco Nacional de Perfis Auríferos (BANPA)." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação do PL 3587/2023, com a emenda que apresenta, e pela prejudicialidade do PL 2993/2023. **Resultado:** Aprovado o relatório, favorável ao PL 3587/2023, com a Emenda nº 1-CCT, e pela prejudicialidade do PL 2993/2023. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Susta a Portaria nº 1.122, de 19 de março de 2020, que "Define as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023 e, por consequência, a Portaria Nº 1.329 de 27 de março de 2020, que "Altera a Portaria nº 1.122, de 19 de março de 2020, que define as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023"." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas (*Ad hoc*), em substituição à Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório pela prejudicialidade do projeto. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 14, de 2024,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4467/2021, que "dispõe sobre a destinação de recursos a programas, projetos e pesquisas de imunobiológicos, com vistas a fomentar a autonomia brasileira na produção de vacinas"." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Izalci Lucas (PL/DF). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo Senador Izalci Lucas. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 15, de 2024,** que: "Requer que na Audiência Pública, objeto do REQ 11/2024-CCT, seja incluído um representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Izalci Lucas (PL/DF). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo Senador Izalci Lucas. Os senadores Fernando Dueire, Zequinha Marinho e Carlos Viana fazem uso da palavra na presente reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/133815

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Meu bom-dia a todos os senhores e senhoras presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Primeiro, quero dar o meu abraço a todos, neste retorno, após a licença, aos Srs. Senadores que estão aqui presentes: Fernando Dueire, Izalci Lucas. Meu abraço, meu muito obrigado aos assessores, aos servidores desta Casa, da Comissão, agradecendo sempre a gentileza e o incentivo com que nos recebem para os trabalhos.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 12ª, 18ª, 19ª, 20ª e 21ª Reuniões.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Eu informo que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias.

O item 1, terminativo, será votado nominalmente, com a abertura do painel eletrônico. Os itens de 2 a 7, não terminativos, serão votados pelo processo simbólico.

E nós temos aqui já a solicitação de reorganização da pauta, que leremos e de que daremos conhecimento. O item 1 está sendo retirado de pauta por solicitação da Senadora Teresa Leitão; voltará à discussão numa próxima oportunidade.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 880, DE 2019
- Terminativo -

Institui o Marco Legal da Nanotecnologia e Materiais Avançados; dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação nanotecnológica; altera as Leis nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências.

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CCJ, com parecer favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo);

2. O Substitutivo, aprovado, será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.)

Os demais itens, sob responsabilidade do Astronauta Marcos Pontes, serão repassados aos Srs. Senadores para a relatoria *ad hoc*, solicitação e subscrição dos Srs. Senadores.

Vamos ao item 2 da pauta, PLP 117, de 2024, do Astronauta Marcos Pontes.

ITEM 2
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 117, DE 2024
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar n.º 182, de 1º de junho de 2021, para a definição e o enquadramento de empresas startups verdes e dá outras providências.

Autoria: Senador Fernando Dueire (MDB/PE)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta.

Observações: *A matéria será encaminhada à apreciação Comissão de Meio Ambiente após a deliberação da CCT.*

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas, para a leitura do relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Presidente, vou direto à análise.

O PLP nº 117, de 2024, vem ao exame desta Comissão, em cumprimento ao disposto no art. 104-C, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, segundo o qual compete à CCT opinar sobre proposições que tratem do desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação tecnológica.

Como a proposição será analisada posteriormente pela CMA, iremos nos ater apenas aos seus aspectos relacionados à ciência e tecnologia.

O projeto em análise aborda um dos problemas mais relevantes enfrentados pela sociedade atual, que é a necessidade de se encontrarem soluções inovadoras para a proteção e preservação do meio ambiente. Esse é justamente o objetivo das chamadas *startups* verdes, que se dedicam a desenvolver soluções que geram impacto positivo para o meio ambiente. Essas soluções podem se dar na forma de produtos, como utensílios e recipientes à base de bioplásticos, de serviços, como o aprimoramento da logística reversa, ou mesmo o desenvolvimento de *design* de produtos voltados para a sustentabilidade.

Um exemplo de empresa inovadora em tecnologia verde no Brasil é a Eco Panplas, que possui patente de sua tecnologia junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi). A empresa identificou que o descarte inadequado de embalagens plásticas de óleo lubrificante no Brasil resulta em cerca de 2 milhões de litros de óleo residual sendo liberados no meio ambiente, agravando a poluição hídrica, pois apenas 1 litro de óleo é capaz de contaminar 1 milhão de litros de água. Os métodos tradicionais de descontaminação são ineficazes e utilizam grandes volumes de água. A referida empresa desenvolveu uma solução inovadora, sem o uso de água e mais econômica para reciclar embalagens de lubrificantes, e sem geração de descarte, o que a permitiu obter reconhecimento internacional.

O Brasil conta com um programa inovador de avaliação de patentes voltadas para tecnologias sustentáveis, conhecido como "patentes verdes", que envolvem tecnologias avançadas como as de veículos híbridos e elétricos. O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) lançou, em 2012, um programa-piloto para acelerar a análise desses pedidos. Desde o início do programa até abril de 2020, aproximadamente 870 pedidos de patentes verdes foram registrados no INPI. Devido ao sucesso da iniciativa, que foi expandida para incluir também pedidos relacionados à agricultura sustentável, esse serviço de avaliação prioritária de patentes tornou-se permanente no INPI em 2021, durante a minha gestão como Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Apesar de exemplos de sucesso, entendemos ser necessário aprimorar o marco legal das *startups* para que todas as empresas voltadas para tecnologias verdes, e que atendam aos critérios elencados no projeto, possam ter tratamento prioritário, diante da urgência de se desenvolver soluções ambientais voltadas para os problemas nacionais. Enfatizamos a questão dos problemas nacionais porque cada país possui características singulares de desenvolvimento, distribuição de renda e de exploração econômica dos recursos ambientais que tornam únicos os desafios e demanda soluções específicas e inovadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, acreditamos que o PLP 117, de 2024, tem o potencial de estimular empresas com foco em tecnologia verde, sem incorrer em custos para o Estado, sejam custos orçamentários ou regulatórios.

Para atender aos ditames da Lei Complementar 95, de 1998, oferecemos emendas de redação adequando o projeto à técnica legislativa.

Então, Presidente, diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar 117, de 2024, com as seguintes emendas de redação:

Emenda:

Dê-se à ementa do Projeto de Lei 117, de 2024, a seguinte redação:

"Altera a Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e a Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004, para estabelecer a definição e o enquadramento de empresas *startups* verdes."

A outra emenda de redação:

Dê-se ao Capítulo II-A da Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei nº 117, de 2024, a seguinte redação:

"Capítulo II-A do Enquadramento de Empresas *Startups* Verdes

Art. 4º-A. .....

§ 1º.....

.....

Art. 4º-B. .....

.....

Art. 4º-C. .....

.....

Art. 4º-D. .....

.....

Art. 4º-E. ....." (NR)

Emenda CCT (de redação)

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei nº 117, de 2024, a seguinte redação:

Art. 3º da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 19. .....

.....

§ 6º .....

.....

XII - implantação de solução de inovação para apoio e incentivo a atividades tecnológicas ou de inovação em microempresas e em empresas de pequeno porte; e de empresas classificadas como *startups* verdes.

....." (NR)

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório lido pelo Senador Izalci Lucas permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Meio Ambiente.

Parabéns ao Senador Fernando Dueire pela autoria.

Com a palavra, Senador.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente e meu querido Senador Izalci Lucas, essa iniciativa se soma a um conjunto de um movimento global crescente em busca de inovações tecnológicas sustentáveis. O foco é a preservação do meio ambiente. Na verdade, como foi bem relatado aqui pelo Senador Izalci, os critérios para enquadramento de uma empresa de *startup* como *startup* verde se resumem em três pilares:

> I - desenvolver soluções que visem à redução de emissões de gases de efeito estufa, gestão de resíduos, conservação de recursos naturais, eficiência energética, uso de energias renováveis, ou outras contribuições significativas para promover a sustentabilidade ambiental;
>
> [O outro pilar diz:]
>
> II - possuir certificações ambientais reconhecidas ou estar em processo de certificação, demonstrando o compromisso com práticas sustentáveis; e
>
> III - apresentar um modelo de negócios que integre objetivos de sustentabilidade em suas operações e cadeia de valor.

Eu aqui gostaria de fazer um registro de gratidão ao relatório do Senador Astronauta Marcos Pontes, que bravamente foi, com a competência de sempre, defendido pelo Senador Izalci Lucas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Parabéns ao Senador Fernando Dueire.

Vamos ao item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI Nº 5451, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para permitir o financiamento de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos com recursos desses Fundos.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do projeto, com quatro emendas que apresenta.

Observações: *A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos após a deliberação da CCT.*

O Relator, Senador Vanderlan Cardoso, solicitou a indicação de um Relator *ad hoc*.

Passo a palavra também ao Senador Izalci Lucas, nosso locutor oficial desta Comissão de hoje, para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vou direto à análise, Presidente.

Segundo o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT opinar sobre desenvolvimento científico, tecnológico, inovação tecnológica e outros assuntos correlatos.

A inciativa do Senador Zequinha Marinho apresenta proposta de vital importância para a modernização da Política Nacional de Desenvolvimento Regional ao assegurar que uma parcela relevante dos recursos dos fundos constitucionais de desenvolvimento regional seja destinada ao financiamento de atividade de pesquisa, de desenvolvimento e de inovação.

Quando da criação desses fundos, acreditava-se que o desenvolvimento regional seria uma consequência quase que natural do simples aumento de investimento ou da formação bruta de capital fixo em atividades produtivas, especialmente os setores considerados modernos da economia, como seria o caso da indústria manufatureira.

Hoje em dia, há um consenso amplo de que o verdadeiro desenvolvimento também depende da existência de uma base científica, tecnológica e de inovação capaz de assegurar a constante elevação da produtividade nos fatores de produção e a competitividade das atividades econômicas regionais.

Nesse sentido, é necessário que os fundos constitucionais incorporem a promoção de pesquisa, desenvolvimento e inovação como um de seus principais objetivos. Contudo, entendo que a eficácia da proposta contida no PL pode ser em muito ampliada por aperfeiçoamentos a serem introduzidos em uma redação na forma das emendas que apresento a seguir.

O voto.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto 5.451, de 2019, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CCT
(ao PLC nº 5451, de 2019)
Dê-se ao art. 1º do PL nº 5451, de 2019, a seguinte redação:
Art. 1º O art. 2º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através das instituições financeiras federais de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos e às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento." (NR)

A outra emenda também da CCT:

EMENDA Nº - CCT
(ao PLC nº 5451, de 2019)
Dê-se ao art. 2º do PL nº 5451, de 2019, a seguinte redação:
Art. 2° O art. 3º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 3º .....
I – concessão de financiamento aos setores produtivos das regiões beneficiadas e às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação voltadas para o desenvolvimento das regiões beneficiadas;
.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

III – tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais e pequenas e microempresas, às de uso intensivo de matérias-primas e mão de obra locais e as que produzam alimentos básicos para consumo da população, bem como aos projetos de irrigação, quando pertencentes aos citados produtores, suas associações e cooperativas, e às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação nessas atividades produtivas;

.....

V – adoção de prazos e carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, científicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos;

.....

X – proibição de aplicação de recursos a fundo perdido, salvo nos casos de projetos de apoio a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

....." (NR)'

A outra emenda, também da CCT:

EMENDA Nº - CCT

(ao PL nº 5.451, de 2019)

Dê-se ao art. 3º do PL nº 5.451, de 2019, a seguinte redação:

'Art. 3º O art. 4º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com o acréscimo dos seguintes dispositivos:

"Art. 4º .....

.....

III – empresas que realizem atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação e, como definidas nos incisos III, V, VII, X e XI, do art. 2°, da Lei n° 10.973, de 2004, incubadoras de empresas, instituições científicas e tecnológicas (ICTs), fundações de apoio, parques tecnológicos e polos tecnológicos.

.....

§ 1º-A. Os Fundos Constitucionais de Financiamento poderão financiar atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação por intermédio de acordos de cooperação com agências federais, estaduais e municipais de fomento à ciência, tecnologia e inovação."'

Outra emenda, também da CCT:

EMENDA Nº - CCT

(ao PL nº 5.451, de 2019)

Dê-se ao art. 4º do PL nº 5.451, de 2019, a seguinte redação:

'Art. 4º Acrescente-se seguinte artigo à Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989:

"Art. 6º-A No mínimo 10% (dez por cento) dos recursos destinados aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste na forma do art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal, deverão ser destinados ao financiamento de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação."'

Este é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Izalci.

Está lido o relatório.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos.

O item 4 é de minha autoria, Senador Izalci. Se V. Exa. concordar, vou deixar para o final, e assim vamos dando sequência aos demais.

Vamos ao item 5 da pauta. Foi retirado a pedido da Relatora Senadora Jussara Lima para reexame. Será reapresentado posteriormente para avaliação.

Vamos ao item 6.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 14, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4467/2021, que "dispõe sobre a destinação de recursos a programas, projetos e pesquisas de imunobiológicos, com vistas a fomentar a autonomia brasileira na produção de vacinas".

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP) e outros

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas para a leitura do requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para encaminhar.) – É o requerimento, Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 4.467/2021, que "dispõe sobre a destinação de recursos a programas, projetos e pesquisas de imunobiológicos, com vistas a fomentar a autonomia brasileira na produção de vacinas".

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

– representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);

– o Dr. Ricardo Tostes Gazzinelli, Coordenador do Centro Nacional de Tecnologias de Vacinas da UFMG, Pesquisador Senior da Fundação Oswaldo Cruz;

– a Dra. Daniela Ferreira, Dept. of Pediatrics, Oxford University;

– o Dr. Andrew Simpson, Scientific Director, Orygen Biotecnologia;

– o Dr. Jorge Elias Kalil Filho, Professor Titular da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e Diretor do Laboratório de Imunologia do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas;

– o Dr. Gustavo Mendes Lima Santos, Diretor de Assuntos Regulatórios, Qualidade e Ensaios Clínicos da Fundação Butantan; e

– a Dra. Bruna Machado, Pesquisadora e Professora Titular do Senai-Cimatec.

Esse é o requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Izalci Lucas.

Lido o requerimento, consulto se há quem queira usar da palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira, coloco em votação.

Em votação.

Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Está aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Pergunto ao Senador Izalci Lucas – a assessoria da Senadora Jussara Lima entrou em contato, pedindo que fosse feito um relatório *ad hoc* do item 5, PDL 194 –: V. Exa. pode fazer a leitura?

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 194, DE 2020
- Não terminativo -

Susta a Portaria Nº 1.122, de 19 de março de 2020, que "Define as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023 e, por consequência, a Portaria Nº 1.329 de 27 de março de 2020, que "Altera a Portaria nº 1.122, de 19 de março de 2020, que define as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023".

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA) e outros

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania após a deliberação da CCT.*

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Vou direto à análise, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do art. 104-C, inciso II, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre política nacional de ciência, tecnologia, inovação e informática. Como a proposição em análise define as prioridades para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para o período de 2020 a 2023, verificamos que a matéria está sob as competências regimentais deste Colegiado.

Inicialmente, reconhecemos a legítima preocupação dos autores do projeto em questão. Diversas entidades científicas e acadêmicas, incluindo a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Academia Brasileira de Ciências (ABC), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, manifestaram-se contra a referida portaria. O cerne dessas críticas reside na percepção de que a norma estabelece uma hierarquização inadequada entre as áreas do conhecimento, privilegiando certas tecnologias e discriminando as ciências humanas e sociais.

Essa abordagem foi considerada não apenas uma discriminação em relação a essas áreas do conhecimento, mas também uma ameaça à autonomia científica e ao desenvolvimento da ciência no país, o que contraria princípios constitucionais e também legais que regem a política nacional de ciência, tecnologia e inovação.

Apesar disso, em 16 de agosto de 2021, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação publicou a Portaria 5.109, que expressamente revogou as Portarias 1.122 e 1.329, ambas de 2020. Essa nova portaria redefiniu as prioridades da pasta para o período de 2021 a 2023, mantendo a ênfase em áreas estratégicas como tecnologias espaciais, nucleares e cibernéticas, mas também afirmando a importância da pesquisa básica, educação empreendedora e ciências humanas e sociais aplicadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Portaria 5.109, de 2021, não apenas tornou o Projeto de Decreto Legislativo 194, de 2020, sem objeto, mas também evidenciou um processo de aprimoramento das políticas de ciência e tecnologia, que considerou o diálogo com diversos setores da comunidade acadêmica e científica.

Atualmente, vigora a Portaria 6.998, de 10 de maio de 2023, que revogou a Portaria 5.109, de 2021. Essa nova norma estabelece diretrizes atualizadas para o setor. Nesse sentido, o projeto em discussão está desatualizado em relação ao contexto atual da política de ciência e tecnologia no país.

Do ponto de vista regimental, o art. 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, estabelece que o Presidente, de ofício ou mediante consulta de qualquer Senador, declarará prejudicada a matéria dependente de deliberação do Senado por haver perdido a oportunidade. Neste caso, considerando que as portarias já foram revogadas, o projeto em questão perdeu seu objeto, enquadrando-se na situação prevista pelo Regimento.

Diante disso, conclui-se que, embora o projeto em análise tenha sido motivado por preocupações legítimas, a revogação das portarias originais e a vigência de uma nova norma tornam o projeto prejudicado. Recomenda-se, portanto, que seja declarada a prejudicialidade da matéria, nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2020, na forma do inciso I do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador Izalci Lucas.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada.

Será encaminhada à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Vamos ao nosso penúltimo item da pauta.

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 15, DE 2024
- Não terminativo -

Requer que na Audiência Pública, objeto do REQ 11/2024-CCT, seja incluído um representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP) e outros

Requerimento 15, também do Senador Astronauta Marcos Pontes. Subscrito.

Passo a palavra ao Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 11, de 2024, da CCT, seja incluído um representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Esse é o requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Lido o requerimento, consulto se há quem queira usar da palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar da palavra, coloco em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Convido o Senador Izalci Lucas a assumir a Presidência para a leitura do item 4, de minha autoria.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pela ordem, Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Pedindo vênia rapidinho ao Senador Carlos Viana, só para levar em consideração aqui – já foi aprovado na Comissão ainda há pouco – o item nº 3, Senador Carlos Viana...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Pois não.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – ... nosso Projeto de Lei nº 5.451, que trata sobre recursos para pesquisa, desenvolvimento e inovação, a partir dos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os fundos constitucionais têm sido uma alavanca importante para o desenvolvimento dessas regiões.

Quanto à questão da pesquisa – é bom que o Senador Izalci esteja aqui, presidindo, neste momento, já que ele bate muito nessa tecla –, a gente se esforça de um lado, mas pesquisa, desenvolvimento e inovação são essenciais. Você não avança, você não agrega valor, você não desenvolve se não tiver investimento e não é pouco, não.

Concorda, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Totalmente.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – E não é pouco, não.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É verdade.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Então, quero dizer da minha alegria aqui de poder já contar com mais um passo na caminhada desse projeto. Quero agradecer ao Senador Vanderlan Cardoso pelo belo relatório, por destinar 15% desses recursos dos fundos constitucionais...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Dez.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Dez, não é? Alterou aqui.

Esses valores vão ficar nas regiões e vão poder disponibilizar recurso para que a gente possa ver o desenvolvimento efetivo da economia do século XXI começar a deslanchar. Os fundos alavancaram muito, mas, se a gente prestar atenção, o desenvolvimento não tem avançado, meu Carlos Viana. Agora sim, com recurso que possa financiar pesquisa, desenvolvimento e inovação, enfim, para agregar valor, mudar essa cara toda, a gente vai modernizar e vai poder efetivamente contribuir com o desenvolvimento dessas regiões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, muito obrigado, parabéns pelo trabalho frente à direção da Comissão. Tenho certeza de que a gente avança.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito obrigado, Zequinha. Você tem toda a razão e fico feliz de ter relatado aqui, *ad hoc*, o relatório do Senador Vandelan Cardoso. Realmente, é uma bela iniciativa. Parabéns a V. Exa.

ITEM 4
PROJETO DE LEI Nº 3587, DE 2023
- Não terminativo -

Estabelece procedimento para certificação de ouro produzido com padrões de sustentabilidade socioambiental, regula a compra, venda e transporte de ouro como ativo financeiro, institui o sistema de rastreamento da produção de ouro em

território nacional e cria o Banco Nacional Forense de Perfis Auríferos.

Autoria: Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação do PL 3587/2023, com a emenda que apresenta, e pela prejudicialidade do PL 2993/2023.

Observações: *As matérias serão encaminhadas à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos após a deliberação da CCT.*

Tramita em conjunto com o PL nº 2.993, de 2023.

Relatoria do Senador Carlos Viana.

Concedo a palavra para a leitura do relatório.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vou direto à análise.

Segundo o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT, a nossa Comissão, opinar sobre regulamentação, controle e questões éticas referentes a pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, inovação tecnológica e informática.

Como o projeto será analisado posteriormente pela CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) e pela CI (Comissão de Infraestrutura), iremos nos ater apenas aos aspectos relacionados a esta nossa Comissão.

As duas proposições visam criar um banco nacional de informações auríferas, com o objetivo de permitir a adequada identificação e rastreabilidade do ouro extraído no Brasil, importado ou em circulação no território nacional.

Consideramos a matéria relevante, pois, além de quase um terço do ouro extraído do Brasil ter indícios de irregularidade, de acordo com estudo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o garimpo ilegal cresceu 40% apenas nos últimos cinco anos. E, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), ao considerarmos a incidência nos territórios indígenas, o aumento da atividade ilegal foi de quase 800% entre 2016 e 2022.

Para além da ilegalidade da mineração e de aspectos ambientais próprios da atividade, o garimpo ilegal, especificamente no território ianomâmi, resultou em uma crise humanitária com graves consequências sobre a população indígena e repercussão internacional que exigiu providências das autoridades brasileiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, é preciso destacar que o PL nº 3.587, de 2023, é resultado de um longo trabalho realizado pela Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação dos ianomâmis e a saída dos garimpeiros, que buscou aprimorar a atuação do Poder Público tanto para dirimir a crise humanitária instaurada como para evitar sua recorrência.

Embora ambas as proposições criem o Banpa, o PL nº 3.587, de 2023, inova ao estabelecer a Política Nacional para o Desenvolvimento da Mineração do Ouro, o sistema de rastreamento da produção de ouro e seu processo de auditoria, bem como as diretrizes para certificação da produção sustentável de ouro.

O referido projeto altera o art. 3º da Lei nº 7.766, de 1989, o que é necessário, pois a atual redação permite que a destinação e as operações com o ouro sejam comprovadas somente com a apresentação da nota fiscal física ou outros documentos aptos a identificá-las. Como o SIG-Ouro e o Banpa teriam sua eficácia prejudicada, o dispositivo deve ser alterado para obrigar a inclusão da nota fiscal eletrônica com validade jurídica garantida por assinatura digital nos novos sistemas de monitoramento instituídos.

Por fim, a proposição revoga os arts. 37 a 42 da Lei nº 12.844, de 2013, o que também é meritório porque, no contexto do SIG-Ouro e do Banpa, os dispositivos citados, caso permanecessem vigentes, permitiriam o transporte e a realização de operações com o ouro sem o necessário registro pelos novos sistemas, fragilizando a eficácia e a efetividade destes.

Dessa forma, o PL nº 3.587, de 2023, em razão de sua maior completude, deve ser aprovado, restando o PL nº 2.993, de 2023, prejudicado.

Ressaltamos que, em atenção à boa técnica legislativa, faz-se necessário pequeno ajuste redacional à ementa do PL nº 3.587, de 2023, para que nela constem as leis alteradas.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.587, de 2023, restando prejudicado o Projeto de Lei nº 2.993, de 2023, e com oferecimento da seguinte emenda:

EMENDA Nº - CCT

A ementa do Projeto de Lei nº 3.587, de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

Estabelece procedimento para certificação de ouro produzido com padrões de sustentabilidade socioambiental, regula a compra, venda e transporte de ouro como ativo financeiro, institui o sistema de rastreamento da produção de ouro em território nacional, cria o Banco Nacional Forense de Perfis Auríferos e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989, e a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013.

É o voto pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos.

Devolvo a Presidência ao Senador Carlos Viana.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Izalci Lucas.

Eu quero apenas destacar neste projeto e dar os parabéns ao Senador Marcos Pontes pela proposta de nós criarmos um novo sistema e modernizarmos as técnicas que já existem, os sistemas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para o controle na questão da extração e principalmente no acompanhamento do chamado DNA do ouro brasileiro.

Além da questão citada sobre o risco às nossas reservas indígenas, eu quero também citar uma experiência que tem me acompanhado no mandato. Eu fui Relator do novo marco do Banco Central e do câmbio brasileiro. A cada seis meses, eu participo de um grupo internacional de Parlamentares de vários países signatários de um acordo de combate à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Nós nos reunimos em Washington para avaliação das experiências internacionais sobre o controle do câmbio, do transporte e principalmente do financiamento a organizações criminosas internacionais. E o Brasil avançou muito nessa área, muito! Hoje a legislação brasileira do câmbio é considerada a mais moderna no mundo em relação ao controle de transferência de divisas, recebimento e principalmente o acompanhamento desses recursos. Tanto que o sistema... Por exemplo, estamos agora com a Polícia Federal fazendo um levantamento com relação aos *bets*, há uma CPI nesta Casa. Nós temos uma movimentação de R$6 bilhões em um prazo curtíssimo, mas os dados todos vão permitir que a polícia identifique muito rapidamente de onde veio, a origem desse recurso, a forma como ele foi legalizado e principalmente onde esse recurso foi utilizado ou está guardado ou fez algum tipo de financiamento, pela legislação brasileira.

Falta agora que nós, Parlamentares, ajudemos o Governo Federal a identificar essa questão do garimpo e do ouro, que é também um ativo muito importante na fronteira brasileira e que serve como parte dessa lavagem de dinheiro para organizações criminosas internacionais que compram o produto extraído ilegalmente em várias regiões, que deixam um estrago ambiental e humano absurdo, mas principalmente deixam um estrago na imagem do Brasil de descontrole da fronteira, que nós precisamos trabalhar mais ativamente, dentro da visão naturalmente de preservação do meio ambiente, mas, principalmente, da preservação da integralidade do nosso território e da soberania brasileira sobre as nossas áreas.

Portanto, fiquei muito feliz em receber a relatoria, em ter esse relatório comigo e poder dar essa contribuição.

Dou mais uma vez os parabéns aos Srs. Senadores e às Senadoras desta Comissão por terem aprovado a modernização do sistema de controle chamado DNA do ouro brasileiro.

Não havendo mais nada a tratar nesta reunião, toda a pauta sendo cumprida, declaro encerrada a presente reunião.

Muito agradecido a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às treze horas e trinta e dois minutos do dia três de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Soraya Thronicke, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Alan Rick, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes e Damares Alves, e dos Senadores Nelsinho Trad, Weverton, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Wilder Morais e Professora Dorinha Seabra. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro e Dr. Hiran. Deixa de comparecer o Senador Carlos Portinho, conforme REQ 694/2024-CDIR. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presente reunião se destina à apreciação das Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 26, de 2024, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025", que serão apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). A Presidência informa que foram apresentadas cinquenta e nove sugestões de emendas perante a CCT. O Senhor Presidente coloca em discussão e votação o relatório do Senador Izalci Lucas, que é aprovado pela Comissão. São as seguintes, as Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática aprovadas: Emenda nº 1-CCT: UO: 24101, Ação: 215L – Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Nacional, Valor: R$ 500.000.000,00, apoiadores: Senadores Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito, Carlos Viana, Confúcio Moura, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Jussara Lima, Marcos do Val, Teresa Leitão e Vanderlan Cardoso; Emenda nº 2-CCT: UO: 24101, Ação: 6702 – Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência e Educação Científica - Nacional, Valor: R$ 500.000.000,00, apoiadores: Senadores Augusta Brito, Carlos Viana, Confúcio Moura, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Marcos do Val e Teresa Leitão; Emenda nº 3-CCT: UO: 24101, Ação: 20V6 – Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação nas Empresas e nas Cadeias Produtivas - Nacional, Valor: R$ 500.000.000,00, apoiadores: Carlos Viana, Confúcio Moura, Flávio Bolsonaro, Hamilton Mourão, Izalci Lucas, Jussara Lima, Marcos do Val, Soraya Thronicke e Vanderlan Cardoso. Emenda nº 4-CCT: UO: 24101, Ação: 2345 – Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica - Nacional, Valor: R$ 140.000.000,00, apoiadores: Senadores Alan Rick, Carlos Viana, Confúcio Moura, Efraim Filho, Flávio Bolsonaro e Lucas Barreto. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e um minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7456910723

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/134112

Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7456910723

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e um minuto do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Fernando Dueire, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Soraya Thronicke, Efraim Filho, Confúcio Moura, Carlos Viana, Alan Rick, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Augusta Brito, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Damares Alves, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Weverton, Paulo Paim, Magno Malta, Zenaide Maia, Angelo Coronel e Professora Dorinha Seabra, não membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro e Beto Faro. Deixam de comparecer os Senadores Carlos Portinho e Dr. Hiran, conforme Requerimentos nº 694 e 719/2024-CDir. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 8, de 2024-CCT, de autoria Senador Fernando Dueire (MDB/PE), com a finalidade de debater o tema "Ceitec: perspectivas para a indústria mundial de semicondutores, iniciativas internacionais e indústria brasileira", com o objetivo de subsidiar a Avaliação da Política Pública sobre a "Superação dos Obstáculos à Inovação no Brasil", com a participação de Eugênio Vargas Garcia, Diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia, Inovação e Propriedade Intelectual do Ministério das Relações Exteriores (MRE); Henrique de Oliveira Miguel, Secretário de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Leonardo Boselli da Motta, Coordenador-Geral do Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Alta-Média Complexidade Tecnológica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); Israel Guratti, Gerente do Departamento de Tecnologia e Política Industrial da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee); e Rogério Nunes, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Semicondutores (Abisemi). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Dueire
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/134141

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Ciência,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública para debater um tema muito relevante, "Ceitec: perspectivas para a indústria mundial de semicondutores, iniciativas internacionais e indústria brasileira", em cumprimento ao Requerimento nº 8-CCT, deste ano, de minha autoria.

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários para o endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211.

Encontram-se presentes no Plenário da Comissão: o Sr. Leonardo Boselli da Motta, Coordenador-Geral do Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Alta-Média Complexidade Tecnológica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic); o Sr. Henrique de Oliveira Miguel, Secretário de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; já de forma remota, o Sr. Israel Guratti, Gerente do Departamento de Tecnologia e Política Industrial da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica; e também – agradecemos a participação – o Sr. Rogério Nunes, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Semicondutores.

Agradecendo a presença de todos, gostaria de colocar para todos os presentes que hoje nós estamos dando continuidade aos trabalhos aqui, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT), sobre as políticas públicas norteadas para o tema "Superação dos obstáculos à inovação no Brasil".

Sob a missão que recebi como Relator, apresentei um plano de trabalho com duas frentes de desenvolvimento na área de tecnologia, quais sejam: o programa Conecta e Capacita; e a situação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (Ceitec) – semicondutores.

Esgotamos as audiências sob a ótica do Conecta e Capacita e hoje faremos duas audiências para debater o Ceitec: a primeira sobre as perspectivas para a indústria mundial de semicondutores, iniciativas internacionais e indústria brasileira; e a segunda audiência para tratar do Ceitec sobre determinantes da decisão de liquidação e prognóstico que nós temos pela frente.

O Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec) é vinculado ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, criado em 2008 e situado em Porto Alegre. A empresa, especializada na fabricação de semicondutores, tem enfrentado prejuízos desde sua fundação, dependendo de aportes do Governo para se manter em operação. Apesar da melhoria das finanças entre 2016 e 2019, com redução do prejuízo e aumento nas receitas, o Ceitec entrou em processo de liquidação em 2020, quando o Governo Federal decidiu dissolver a empresa, mesmo com o cenário global de escassez de semicondutores e o crescente movimento internacional de estímulo à produção local desses componentes nos Estados Unidos.

A liquidação foi interrompida em 2022, após decisão do Tribunal de Contas da União, que apontou irregularidades no processo, como a ausência de estudos de viabilidade e riscos, além de possíveis custos elevados para a União com a desmobilização da fábrica.

O Governo do Presidente Lula, em 2023, decidiu reverter a liquidação e buscar a recuperação do Ceitec, ressaltando seu potencial no desenvolvimento de novas patentes e protótipos, incluindo plataformas para detecção de doenças.

A Associação dos Colaboradores do Ceitec argumenta que a baixa lucratividade é devida a contratos frustrados e acredita em aumento de receitas no futuro.

Portanto, estamos numa ampla escuta, que vem sendo desenvolvida através de audiências públicas, para o Ceitec – esta sendo a primeira; no período da tarde, teremos uma segunda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Para isso, eu convido a participar aqui da mesa o Dr. Leonardo Boselli da Motta, Coordenador-Geral do Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Alta-Média Complexidade Tecnológica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Muito obrigado pela sua presença.

Convido também, já agradecendo a presença, o Dr. Henrique de Oliveira Miguel, Secretário de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Muito obrigado pela presença, mais uma vez. (*Pausa.*)

Agradecendo também a presença, convidamos o Dr. Eugênio Vargas Garcia, Diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia, Inovação e Propriedade Intelectual do Ministério das Relações Exteriores, para fazer parte da mesa. Obrigado.

E temos, de forma remota – já conectado conosco –, a presença do Dr. Rogério Nunes, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Semicondutores; e do Dr. Israel Guratti, Gerente do Departamento de Tecnologia e Política Industrial da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica.

Gostaria de facultar a cada um dos presentes que aqui vieram a palavra por até oito minutos, pedindo, em um tema tão complexo, uma capacidade de síntese.

Concedo, neste momento, a palavra a Dr. Eugênio Vargas Garcia, Diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia, Inovação e Propriedade Intelectual do Ministério das Relações Exteriores, MRE.

Muito obrigado.

O SR. EUGÊNIO VARGAS GARCIA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

É um prazer estar aqui nesta sessão importantíssima sobre um tema fundamental.

Sou Diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia, Inovação e Propriedade Intelectual do Ministério das Relações Exteriores. Nós temos trabalhado bastante intensamente no que chamamos diplomacia da inovação. Aproveitamos, nesse caso, a rede de postos no exterior, as embaixadas, os consulados, em todos os continentes, para poder, justamente, promover a cooperação científica, tecnológica, também conhecer e mapear os ecossistemas de inovação e fazer inteligência de mercado; e, ao mesmo tempo, tentar mobilizar a nossa diáspora brasileira tecnológica, que está no exterior.

Esse é um trabalho que o Itamaraty faz ativamente, organizando missões, atraindo talentos, estabelecendo parcerias, fomentando negócios, empreendedorismo, apoio à internacionalização de *startups* e também, claro, promovendo um Brasil inovador. Esta, vamos dizer, é a missão do meu departamento, e nós temos, graças a essa rede de postos, 65 setores de ciência, tecnologia e inovação espalhados pelo mundo, que são os chamados SECTECs, que sempre buscam fazer essas conexões e auxiliar as missões brasileiras nos diversos países onde se encontram.

Então, a ação do Itamaraty, nesse campo, reflete a importância crescente dos temas de ciência, tecnologia e inovação para o futuro da sociedade; isso é como um motor fundamental de transformação econômica, social e política. Essa diplomacia da inovação a que me referi está a serviço do desenvolvimento nacional e busca contribuir para o progresso científico e tecnológico do país em todas as suas vertentes, incluindo, naturalmente, a questão dos semicondutores, que vai ser objeto de discussão hoje, nesta sessão.

Claro, da perspectiva da indústria global, que a gente está sempre acompanhando – como eu disse, a evolução do mercado e da pesquisa e desenvolvimento –, os semicondutores desempenham um papel central na economia digital contemporânea e que enfrenta, também, riscos consideráveis devido à concentração da capacidade produtiva no leste asiático –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

notadamente Taiwan, mas também Coreia do Sul, China, são atores importantes – e também parcela importante, nessa inovação tecnológica do setor, permanece sob o domínio de empresas norte-americanas. Todo o ambiente de semicondutores encontra-se no centro de uma corrida tecnológica, inclusive entre Estados Unidos e China, com implicações geopolíticas também.

Mais de 75% da capacidade global de fabricação de semicondutores está na Ásia, mas a participação no mercado da região é ainda maior na montagem e no teste de *chips*, que seria quase 90%.

Essa indústria mundial de semicondutores teve um ano desafiador em 2023 pelo aumento da demanda, que a produção não consegue acompanhar; e houve uma retração, inclusive, com as vendas esperadas em queda de quase 10%. Agora, prevê-se que, no ano de 2024, vai fechar com vendas globais de US$588 bilhões.

O mercado de ações, por exemplo, pode ser um indicador desse desempenho da indústria. No final de 2023, a capitalização de mercado combinada das dez maiores empresas globais de *chips* era de US$3,4 trilhões, o que dá uma medida da importância do setor.

Em termos de mercados finais, as vendas de PCs e *smartphones* devem crescer 4% em 2024. Retomar o crescimento nesse setor vai ser importante para a indústria de semicondutores. Enquanto isso, a capacidade instalada também está crescendo, na medida em que Estados Unidos, Europa e outros atores também aumentam a fabricação de *chips* domésticos.

Essas vendas de *chips* parecem se recuperar em 2024, lideradas, inclusive, pela inteligência artificial generativa, mas podem ser, como eu disse, complicadas por disputas geopolíticas, que incluem controles de exportação em torno de equipamentos; tecnologia de fabricação de nós avançados bem como de semicondutores de IA, também de geração avançada ou de fabricação mais sofisticada.

Com vendas previstas para atingir mais de 50 bilhões em 2024, o mercado para a inteligência artificial é um vento favorável para o setor e deve ser responsável por cerca de 8,5% das vendas. Em cada categoria, esses *chips* que impulsionam a IA generativa estão entre os mais caros do seu tipo. Então, essa demanda aquecida e o número pequeno de fornecedores provocam um aumento vertiginoso dos preços, e a produção tem dificuldade em atender às necessidades do mercado.

No entanto, embora se espere que os *chips* de IA sejam uma grande parte das receitas em 2024 – e provavelmente isso vai crescer no futuro –, são, na verdade, uma parte relativamente pequena dos volumes unitários importantes da capacidade de fabricação. Isso é uma boa notícia, porque são poucas empresas, no fundo, que vendem esses *chips* ou parte deles, como, no caso, a norte-americana Nvidia, que é líder no setor. Esse *boom* da IA também pode não ser tão útil para a indústria em geral, que precisa de semicondutores de complexidade média para uma infinidade de usos na economia. A gente busca também entender a evolução desse mercado e observar qual é o papel do Brasil nisso.

É nesse sentido que o Brasil precisa estar atento e identificar oportunidades nessa evolução, porque o Brasil pode, sim, se colocar como uma alternativa de investimentos e também um parceiro nessa reorganização em curso das cadeias de valor globais, com base nos princípios de *nearshoring* – que seria a maior proximidade geográfica – e também *friendshoring*, que seria países com bom relacionamento entre si e similaridades no que toca à gestão dos negócios.

Essa temática dos semicondutores é de importância estratégica para o posicionamento do Brasil no contexto da acelerada transformação digital e desenvolvimento de tecnologias emergentes, como já dito também no caso da inteligência artificial. A nossa produção doméstica de semicondutores, estima-se que seja capaz de atender somente cerca de 10% da demanda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

interna. Então, o setor brasileiro de semicondutores está muito ativo, buscando ocupar espaços, e ele é composto basicamente por cerca de 20 empresas, cujo foco principal é encapsulamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EUGÊNIO VARGAS GARCIA – ... mas com bom potencial também em *design*.

Depois, eu posso também compartilhar mais informações a respeito disso, mas o fato é que o Itamaraty tem acompanhado com atenção esses movimentos para atuar na frente externa, em perfeita coordenação com os demais órgãos do Governo, especialmente o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), também o Mdic aqui presente, para que haja uma ação concertada e muito bem costurada entre os ministérios.

Nesse contexto global a que me referi anteriormente, o Brasil está comprometido com os esforços de fortalecimento da confiabilidade, previsibilidade e resiliência da cadeia de suprimentos de semicondutores. Nós compartilhamos a visão de que é fundamental multiplicar o número de produtores nos diversos segmentos da cadeia em diferentes países.

O Itamaraty participa ativamente dessas discussões em fóruns internacionais e acompanha a evolução das políticas de incentivo ao setor lançadas em outros países ou blocos econômicos e esse debate a respeito da resiliência das cadeias logísticas globais, como foi o impacto da pandemia da covid-19, que alterou e afetou profundamente esse mercado.

Só um exemplo: foi exatamente no período pós-pandemia que o Ministério das Relações Exteriores promoveu, em abril de 2022, um seminário importante sobre "A Cadeia Internacional de Semicondutores e o Brasil". Nesse evento, foram reunidos representantes nacionais de diferentes elos da cadeia, de distintas partes do mundo. Foi um seminário que proporcionou uma discussão aprofundada sobre a realidade da indústria brasileira de semicondutores, assim como das perspectivas de ampliação da capacidade de produção instalada no Brasil e da inserção qualificada do país nessas cadeias internacionais de suprimento.

Eu paro por aqui, Senador, e fico também à disposição para outros esclarecimentos e para complementar essa fala mais adiante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Dr. Eugênio, foram muito esclarecedoras as suas colocações e mostram o tamanho do desafio.

Nós não podemos ficar surpreendidos com catástrofes naturais e problemas geopolíticos. Nós precisamos ter um suporte de atendimento e nós temos aqui essas condições. Por isso, nós estamos explorando e ouvindo uma perspectiva de diferentes atores, diferentes postos de observação e participação, porque isso, sim, poderá nos trazer a levar e construir com o Executivo uma plataforma para um futuro, que, como falei, é desafiador, mas, sobretudo, é um mercado emergente, é um mercado que cresce profundamente.

Portanto, muito obrigado. Suas palavras aqui já estão consignadas no que será o nosso relatório final.

Convido agora o Dr. Leonardo Boselli da Motta, Coordenador-Geral do Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Alta-Média Complexidade Tecnológica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço. Como o próprio nome diz, certamente vai nos agregar também um conjunto de informações relevantes.

Muito obrigado.

O SR. LEONARDO BOSELLI DA MOTTA (Para expor.) – Obrigado, Senador. Obrigado a todos os presentes, obrigado pelo convite ao Mdic para estar aqui hoje.

Se puder projetar, tem uma apresentação, mas eu vou passá-la de forma mais rápida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Bom, a principal iniciativa do Ministério da Indústria para poder fomentar esse setor de semicondutores está vinculada ao que a gente está chamando de Nova Indústria Brasil, conhecida também como NIB, que é a política de reindustrialização do país.

Essa política foi discutida com diversos órgãos no ano passado, com representantes da indústria, da sociedade, foram feitas várias audiências, consultas, e chegou-se, então, ao desenho da política como ela está atualmente.

Ela é uma política sistêmica, porque ela tem o apoio de outras políticas de governo, não só lá do Mdic, mas do MCTI, do Ministério da Fazenda, no caso ali também do Plano de Transformação Ecológica, do Novo PAC. Então, ela tenta estimular a demanda, aumento da produção, desenvolvimento tecnológico, inovação e capacitação, para a gente ter uma mão de obra qualificada para poder atuar nesse setor.

Durante essas discussões, também foram identificados alguns desafios industriais, que serviram para direcionar, então, a linha de ação da política.

A NIB quer que a indústria brasileira seja mais inovadora e digital, mais verde, mais produtiva e mais exportadora.

A NIB está distribuída, então, em seis missões. Aqui, no caso, o setor de semicondutores estaria mais relacionado à missão 4, que é a transformação digital da indústria para ampliar a produtividade, mas lembrando que semicondutor é transversal; ele está em todos os setores que você possa pensar. Então, em todas as missões ali vai aparecer semicondutor.

Você pega a agroindústria, que houve até o lançamento ontem da missão 1 lá na Presidência: você tem *drones*, você tem colheitadeiras autônomas; o complexo da saúde também tem equipamentos de alta tecnologia que levam semicondutores.

Missão 3, mobilidade sustentável, cidades inteligentes, também vai ter uso de semicondutores...

Missão 5, transição energética. Você tem a questão da geração fotovoltaica, a questão da geração eólica, em que você também vai ter presentes semicondutores, *chips* de potência.

E a missão 6, que é a defesa nacional, que também não é preciso dizer que precisa de semicondutores, seja para um veículo de combate, seja para um míssil.

Então, os principais desafios que foram identificados na missão 4 foram justamente a gente ter mão de obra qualificada, seja formação de técnicos, formação de pesquisadores, formação de engenheiros; você ter uma coordenação, então, o trabalho conjunto entre o Governo, os ICTs e as empresas; incentivar a inovação, por meio de recursos financeiros – já vou falar mais à frente dos recursos que estão sendo disponibilizados no âmbito do programa –; e também a gente tentar minimizar a dependência de soluções importadas, a exemplo do que já foi dito no caso da pandemia, em que não só o Brasil, mas vários outros países sofreram com a falta de componentes.

Ela é uma política transversal: a gente tem o apoio de várias outras políticas. No caso, o Brasil Mais Produtivo, que é uma política também lá do Mdic, cuja ideia é você digitalizar as micro, pequenas e médias empresas...

Tem uma meta de digitalização, até o final do Governo, de 25% – atualmente, o que foi identificado é que está por volta de 19%, um pouquinho abaixo de 19% essa digitalização – e chegando a 2033 com 50%.

Como é que foi considerado que uma empresa era digitalizada?

A gente tem a pesquisa do Comitê Gestor da Internet no Brasil, que levanta vários pontos das empresas. A empresa teria que ter pelo menos três componentes dos seis que a gente, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, definiu, que são: se a empresa faz uso de robô, inteligência artificial, internet das coisas, utiliza *big data*, tem *software* de gestão, e a sexta aqui – que está me fugindo agora. Vou olhar aqui na minha cola. Só um segundo – é se tem serviços em nuvem.

Então, a gente sabe que é bem desafiador, que só de micro e pequenas empresas a gente tem milhares aqui no país, mas a meta é conseguir, até o final do Governo, tentar digitalizar 200 mil empresas.

E esse programa tem apoio da ABDI para prestar consultorias, capacitações, e também disponibilizar recursos no âmbito do programa, para que essas empresas consigam atingir esses índices de digitalização.

O novo Padis foi uma iniciativa conjunta do MCTI e do Mdic – é um programa do MCTI, mas do qual o Mdic também participa.

Teve a reestruturação do Padis agora, em setembro, com a publicação da Lei 14.968. Então, ela avançou bastante, trouxe novos benefícios para as empresas habilitadas, tentou desburocratizar um pouco o programa – mais para frente a gente comenta mais sobre o Padis.

Tem também a depreciação acelerada, em que as empresas podem investir, adquirindo bens de capital, inovando o parque fabril deles e podendo fazer essa depreciação em até dois anos.

O foco aqui da discussão hoje é a retomada do Ceitec, que é totalmente estratégica para o país e até mesmo para a gente conseguir atingir esses níveis de digitalização que a gente está propondo aqui na NIB.

Em objetivos específicos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO BOSELLI DA MOTTA – ... o mais importante é o terceiro, que está ali marcado: a redução da dependência produtiva e tecnológica de produtos nano, micro, semicondutores e fortalecer a cadeia industrial das TICs.

A gente tem uma série de linhas de financiamento, sejam reembolsáveis ou não reembolsáveis.

Pode passar para o próximo, por favor, porque eu já falo tudo aqui.

Até tive que atualizar esse eslaide ontem, porque aquele valor de R$500 bilhões que está sendo proposto de financiamento para a indústria, com o lançamento da missão 1 ontem, subiu. Antes estava por volta de uns R$400 bilhões.

Então, a gente tem esses recursos que vão ser geridos pelo BNDES, Banco do Brasil, Caixa, Finep, Embrapii, Banco do Nordeste e Banco do Amazonas. E para o eixo inovador e mais digital a gente tem por volta de R$80 bilhões.

No lançamento da missão 4, que é essa que eu comentei aqui, que é da digitalização, as empresas e as associações anunciaram que vão fazer também investimentos na ordem de R$80 bilhões. Então, além desse recurso do Governo, também tem o recurso que está sendo destinado pelas próprias empresas para a gente poder conseguir avançar nesse setor.

Temos um eslaide, mas eu vou parar neste daqui, porque o último é o do Padis e a gente fala sobre o Padis depois.

O mais importante aqui, com a publicação da lei, é que a gente criou o programa Brasil Semicondutores (Brasil Semicom), e criou também um conselho do programa Brasil Semicom, em que a gente ainda está acabando de fechar o decreto em parceria com o MCTI, para poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

publicar até o final deste ano, porque é uma demanda das empresas, a questão aqui da regulamentação da lei.

A ideia desse comitê é fazer o acompanhamento do programa, tentar atrair investimentos do exterior aqui para o Brasil, promover capacitações, desenvolver recursos humanos, incentivar o desenvolvimento de novas tecnologias, inovação, e tudo isso para a gente conseguir atingir esse patamar que a gente deseja para o país de produtor de semicondutores.

Bom, eu vou parar por aqui porque o meu tempo já se estourou.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Dr. Leonardo, eu lhe agradeço muito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – ... a sua exposição, que mostra inclusive que o país está bem mais amplo em uma plataforma em que, claro, essa questão dos semicondutores tem um papel fundamental, e eu diria até que, junto com outros pilares, é protagonista das ações futuras.

O Brasil Semicondutores é extremamente relevante. Trata de investimento, de capacitação e de colaboração internacional. Isso é fundamental em qualquer ação que o Governo deseje efetivar. Portanto, agradeço-lhe muito.

Eu gostaria de registrar aqui no Portal e-Cidadania algumas perguntas que estão postas e que colocarei aqui para os senhores, na colaboração de um retorno para essas pessoas, que são tantas e que se interessam pelo tema. Isso será efetivado mais no final da nossa audiência.

Agora, eu convido o Dr. Henrique de Oliveira Miguel, Secretário de Ciência e Tecnologia para a Transformação Digital do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, para fazer uso da palavra.

Muito obrigado pela sua presença.

O SR. HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL (Para expor.) – Bom dia.

Eu cumprimento aqui o Senador Fernando Dueire, que preside aqui esta sessão; os demais Parlamentares que estão participando; os representantes de Governo aqui presentes também e todos aqueles que também estão aqui acompanhando, presencialmente ou *online*, porque é um tema que, sem dúvida, teve uma relevância bem aflorada na época da pandemia, em função da escassez dos componentes, da concentração desses componentes na sua produção na Ásia e das questões geopolíticas envolvidas no tema.

Adicionalmente, em decorrência dessa visão – que já vem de alguns anos –, países e blocos iniciaram então, ou melhor, retomaram a perspectiva de novos investimentos. A concentração excessiva que ocorre na produção de semicondutores na Ásia causa um risco.

É interessante que, ontem mesmo, tivemos uma nova notícia de problemas na Coreia do Sul. Bom, se a Coreia do Sul tiver impedimentos na oferta de alguns componentes que nós utilizamos no dia a dia, como as memórias – aliás, em todos os equipamentos –, isso vai causar, realmente, um problema que vai afetar globalmente a oferta e a disponibilidade de produtos que nós utilizamos hoje, no dia a dia, e que são fortemente dependentes não só do desenvolvimento, mas da produção desses componentes.

Mostrou-se, na época da pandemia, há pouco tempo – parece que já tem muito tempo, mas é bem recente –, que essa concentração excessiva causa essa dependência e traz riscos. Consequentemente, a União Europeia e os Estados Unidos lançaram programas ambiciosos de estímulo à produção no país agora, nos seus países, na sua esfera de atuação dessa indústria, com investimentos em parceria com empresas americanas, europeias, mas também asiáticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ocorre que o mercado, no ano passado, na receita mundial dos semicondutores, segundo o Gartner, teve uma queda de aproximadamente 11,7%, mas tem previsão para os próximos anos de crescimento em dois dígitos.

Isso se deve ao impacto da inteligência artificial, mas também ao uso crescente dos componentes semicondutores nas mais diversas áreas, como: saúde, automação residencial, automação na área automobilística, na área de transporte, na área de mobilidade, automação decorrente da evolução do 5G e 6G para as próximas gerações de telefonia celular. Também, obviamente, do estímulo novamente de tecnologias que pareciam amortecidas, mas retornam, como o IoT e a computação quântica, que fará um uso muito grande das tecnologias tradicionais de semicondutores e também das novas tecnologias quânticas aplicadas a essa área.

A previsão – otimista, eu reconheço – é de que, em 2030, o segmento atinja um trilhão de dólares. Então, a perspectiva nos próximos dois anos...

Neste ano, a previsão é de aproximadamente 630 bilhões; em 2025, é de aproximadamente 720 bilhões. Então, o cenário de 2030, de 1 trilhão, é relevante e factível, segundo alguns, arriscado, segundo outros, mas, enfim, é um mercado que terá um crescimento significativo.

E o que é que nós temos feito?

Já foi aqui elencado pelo representante do Ministério das Relações Exteriores que, com a cooperação entre o setor privado, o setor acadêmico e as áreas de Governo, Mdic e Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty, nós temos feito várias ações que estão promovendo o desenvolvimento – ou seja, pesquisa e desenvolvimento –, a área de projeto e a área de fabricação. Então, são vários acordos que já foram firmados, acordos entre países e acordos entre empresas ou entre as áreas acadêmicas.

Eu gostaria de elencar, por exemplo, que o Brasil participa, desde o ano passado, de um fórum denominado RISC-V, no qual busca uma rota de desenvolvimento de novos componentes processadores e outros componentes que serão bastante utilizados em semicondutores.

É uma rota de desenvolvimento e fabricação de tecnologias que são abertas, diferentemente das proprietárias. Então, é uma rota realmente muito interessante.

É um fórum, é um consórcio internacional, e o Brasil faz parte do bojo desse consórcio e tem apoiado que instituições de pesquisa e desenvolvimento brasileiras com empresas desenvolvam – empresas aqui e lá fora – processadores com tecnologia RISC-V, mas nós assinamos recentemente, na vinda de representantes do G20 aqui, um acordo com a Malásia – não é isso, Sr. Eugênio?

Nós tivemos um acordo de cooperação com a Malásia, assinamos também um acordo de cooperação entre instituições de P&D e empresas com a Espanha... Temos perspectiva de acordos encaminhados com a China, a Índia e os países dos Brics – O Dr. Hamilton está aqui presente e retornou da Índia há pouco tempo...

A Coreia do Sul é um parceiro que sempre... Muitas empresas coreanas estão atuando aqui no Brasil. Então, temos um relacionamento forte.

Com o apoio do Mdic e do Itamaraty, nós tivemos reuniões nos Estados Unidos há uns dois meses, com a nossa Secretária de Comércio e com a americana, buscando promover a participação de empresas e do setor acadêmico no American Acts, ou seja, o ato, a política americana para a área de semicondutores. Então, nós temos também uma perspectiva muito forte de cooperação com os Estados Unidos.

Também com Europa. Há um relacionamento muito forte com os países da União Europeia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Boselli e o Hamilton estiveram em missão – agora eu não me lembro mais se foi no passado ou neste ano –, mas nós visitamos várias instituições de P&D e vários fabricantes, e neste ano nós retornamos.

Então, tem uma ampla perspectiva de cooperação industrial e acadêmica com importantes instituições europeias.

Por último, nós também temos parceria com a TSMC em Taiwan. Aí o Ceitec é o principal parceiro, mas outras instituições também utilizam a infraestrutura da TSMC para a produção de *chips* desenvolvidos aqui. Ou seja: há uma ampla cooperação, e outras ações estão em andamento também.

Eu gostaria de destacar, já caminhando, porque o Boselli já endereçou as ações da NIB, que tem um edital específico de subvenção da Finep de R$100 milhões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL – ... que está aberto, que apoia tanto o *design* quanto a fabricação, encapsulamento e teste das empresas, em parceria com ICTs, instituições de ensino e pesquisa.

Esse recurso existe, está disponível. As *startups* podem usar, empresas de maior porte podem utilizar. Então, os projetos estão sendo apoiados.

Dentro da proposta de plano brasileiro de ar, no projeto V do eixo I, de Infraestrutura e Desenvolvimento, há um projeto específico ligado a parcerias internacionais para desenvolvimento de *nodes,* de supercomputadores e de *chips* aceleradores. O Boselli já destacou aqui a nova lei aprovada. Nós estamos em processo de regulação.

E tem uma ação importante que o Ministério desenvolve, retomou neste ano, que é a formação e capacitação de projetistas. É o programa CI Inovador, que tem a perspectiva de formar em torno de 2 mil projetistas nos próximos dois ou três anos.

A gente fala que 2 mil é um número razoável. O.k. A Índia anunciou ontem um para formar 85 mil. Mas faz parte.

Com as devidas proporções, nós vamos conseguir mais recursos para ampliar esse número e ter uma escala, pelo menos, próxima ao que esses países estão desenvolvendo.

Teríamos outras coisas a apresentar, Senador, mas me parece que o importante é o debate.

Nós estamos, então, colaborando, finalizando, diretamente, intensamente, no restabelecimento do Ceitec.

Nós já temos informações de que o Ceitec já tem clientes para este ano e para o próximo ano.

Nós estamos alterando o processo produtivo básico para, exatamente, incentivar essa parceria com o setor privado, mas também com o setor acadêmico, e eu posso já adiantar que uma nova rota tecnológica e industrial foi definida para o Ceitec e será implementada, então, a partir da retomada da empresa para esses próximos anos.

Então, assim eu encerro a minha fala e agradeço, mais uma vez, a oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – As três exposições aqui feitas, Dr. Henrique, nos animam. A gente percebe que o que foi posto pelos expositores anteriores mostra que o assunto não só é transversal, mas está funcionando de forma transversal. É isso que nos anima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Este é um tema, esta é uma disciplina que precisa de transversalidade e, sobretudo, que essa cooperação não se baste aqui, mas também nós tenhamos a companhia da cooperação internacional.

Então, é muito importante, anima-nos e eu fico muito feliz em ouvir, como eu ouvi há pouco, os dois expositores anteriores e o senhor.

Dessa forma, eu gostaria de convidar o Dr. Rogério Nunes, que deve estar conectado conosco, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Semicondutores, para fazer uso de seu tempo aqui e trazer a sua colaboração ao trabalho que nós estamos desenvolvendo nesta relatoria, que é relevante porque faz com que o Legislativo leve também a sua contribuição ao esforço que está sendo desenvolvido pelo Poder Executivo e a sociedade civil organizada.

Portanto, Dr. Rogério Nunes...

Não sei se ele já está conectado...

O SR. ROGÉRIO NUNES (*Por videoconferência*.) – Sim, já estou.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Pronto, bem-vindo.

Bem-vindo, a palavra está com o senhor.

Peço que, se possível, numa capacidade de síntese de um assunto tão motivador e com tantos desafios, o senhor possa cumprir entre oito e dez minutos a sua exposição.

Muito obrigado.

O SR. ROGÉRIO NUNES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito, Senador Fernando Dueire.

Quero cumprimentá-lo e, em sua pessoa, cumprimentar a Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado.

Também quero cumprimentar a mesa: Sr. Henrique Miguel, do Ministério de Ciência e Tecnologia; Sr. Leandro Boselli, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; e Sr. Eugênio Garcia, do Ministério das Relações Exteriores, assim como aqui também, remotamente, Sr. Israel Guratti, da Associação Brasileira da Indústria, Elétrica e Eletrônica.

Eu tenho aqui uma apresentação que gostaria de colocar aqui à disposição.

Algumas das informações já foram comentadas pelos palestrantes anteriores, e eu não vou me ater, então, a todos os detalhes.

Espero que vocês já estejam vendo, em modo de apresentação, o meu material. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Caiu, mas certamente deve estar sendo restabelecido.

O SR. ROGÉRIO NUNES (*Por videoconferência*.) – O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Opa...

Vamos lá.

O SR. ROGÉRIO NUNES (*Por videoconferência*.) – Bom, primeiro, quero apresentar a Associação Brasileira da Indústria de Semicondutores, que completou dez anos agora, recentemente, em 2024.

Quero dizer que ela tem hoje já 16 associados, todos fabricantes, e promove o diálogo entre as indústrias, governo, instituições governamentais, legislativas, setor empresarial, e busca, obviamente, desenvolver o setor no Brasil.

Como já mencionado, a Abisemi tem ações não só dentro do âmbito do mercado nacional, mas ela se projetou, principalmente neste ano, a nível internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Recentemente, no G20, no Rio de Janeiro, assinamos um MOU (memorando de entendimentos) com a Malásia e também, na mesma época, com a China, buscando criar cooperações entre esses países, para que nós possamos desenvolver mais negócios no Brasil.

Saliento também, ainda que o eslaide aqui não demonstre, que nós estivemos em Washington também, pela segunda vez, participando do diálogo comercial entre o Brasil e os Estados Unidos, mas dessa segunda vez em um momento muito especial neste ano, em que nós tivemos praticamente um fórum dedicado às atividades de semicondutores do Brasil e às possibilidades de cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos nesse setor.

O Brasil tem aproximadamente 20 empresas já registradas dentro do Programa de Aceleração e Desenvolvimento da Indústria de Semicondutores (Padis). O Padis e a Lei da Informática são instrumentos que fomentaram e fizeram renascer a indústria de semicondutores no Brasil.

A indústria de semicondutores do Brasil já fatura neste ano algo muito próximo a R$5 bilhões. Como já mencionado, isso representa aproximadamente 7% até 8% da demanda nacional de semicondutores.

As associadas da Abisemi já investiram no Brasil US$2,5 bilhões.

O setor de semicondutores é um setor de capital intensivo, demonstrando já o nível de investimento acumulado dentro do período de existência – portanto, nesses dez anos – da Abisemi.

Ele emprega 2,5 mil funcionários. Não é um setor de alta demanda de recurso humano, no entanto, são recursos humanos de altíssima qualidade, de altíssimo conhecimento, e recebem salários 2,5 vezes superior ao salário médio da indústria, que já sabemos ser, pelo menos, 2 vezes maior do que o salário médio nacional.

Também é um setor que investe pesadamente em pesquisas... (*Falha no áudio.*)

Quero dizer também que, quando nós olhamos o Padis que incentiva o setor e a sua renúncia fiscal *versus* a receita tributária do setor, incluindo investimentos em pesquisas de desenvolvimento obrigatório, nós já estamos superavitários, o que significa que a renúncia tem sido bastante exitosa no desenvolvimento desse setor no Brasil.

O setor do mercado brasileiro de condutores é estimado em aproximadamente US$12 bilhões, e nós importamos, apenas na forma de circuito integrado... Está aqui o nosso amigo da Abinee, já conhecedor dessa informação, que vem inclusive da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica.

Em 2023, importamos 5,2 bilhões. Neste ano, 2024, o crescimento da importação é bastante grande, dada a recomposição do mercado, como já mencionado pelo Henrique Miguel, e nós esperamos já uma importação de 7 bilhões.

Portanto, é bastante importante esse setor também para efeitos da balança comercial.

O setor de semicondutores é bastante complexo. Ele é dividido. Nós o dividimos em pelo menos três características: uma nós chamamos de processo de desenvolvimento – é o *design* dos *chips;* a outra é o processo de fabricação, *front-end*, é o processo de difusão; e a outra é o processo de encapsulamento e teste.

Quando nós olhamos para a estrutura no Brasil, nós temos as atividades de *design*, nós temos as atividades de encapsulamento e teste, e aqui o Ceitec é quem representa, dentro do Brasil, de forma praticamente exclusiva, a atividade de desenvolvimento de *chips* e também fabricação ou difusão de *chips*.

Então, é bastante importante que o Brasil tenha a atividade na cadeia como um todo, mas é importante notar que, quando nós olhamos esses R$5 bilhões ou aproximadamente US$1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

bilhão, a maior parte desse faturamento vem do setor de encapsulamento e teste, que já está bastante desenvolvido no Brasil. Eu chamo de desenvolvido o fato de estarmos já na tecnologia, ou seja, atuando com produtos de tecnologia de ponta no Brasil.

Este quadro mostra a distribuição geopolítica mundial, também já bem explicada pelos palestrantes anteriores.

Nós vemos a participação dos Estados Unidos de uma forma expressiva na área de *design*, assim como a Coreia do Sul, também já mencionada.

Na parte de manufatura, nós vemos países como Taiwan, China e Coreia como países fundamentais.

E a gente percebe claramente aqui que pelo menos 75%, como mencionado pelo Ministro Eugênio aqui, é produzido na Ásia. Nós temos as Osats, que são prestadoras de serviço de encapsulamento e teste, que é a atividade que nós desempenhamos no Brasil, e nós vemos aqui, por exemplo, Taiwan e China como os principais países.

Já falamos do faturamento de US$1 bilhão, mas é importante eu tratar, então, que, com a promulgação da Lei 14.968, aqui mencionada, a indústria brasileira está bastante estimulada a fazer investimentos. Neste ano 2024, já foram anunciados, dentro dos associados da Abisemi, investimentos de R$1,2 bilhão, que estão já – isso basicamente – em desenvolvimento de capacidade produtiva.

A Abisemi também anunciou, com a sanção da Lei 14.968, que esses investimentos no setor de semicondutores poderão chegar, no Brasil, até 2035, a R$24,8 bilhões. Portanto, nós entendemos que a questão geopolítica, com o aumento de impostos de importação de produtos oriundos da Ásia nos Estados Unidos, poderá trazer ao Brasil uma grande oportunidade de atrair manufatura da Ásia, China, Taiwan, fabricando produtos no Brasil e exportando para Estados Unidos ou Europa, e, adicionalmente, não só com as empresas existentes no Brasil, mas também com grande atração de capital internacional, tendo agora uma estrutura regulamentar mais bem elaborada e que permite a exportação de produtos feitos no Brasil em condições de competitividade com os produtos internacionais.

Eu ficarei à disposição para qualquer nova discussão aqui quando formos para o debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Quero agradecer ao senhor, Dr. Rogério.

Foi uma exposição clara, que vem ao encontro e abraça tudo que foi posto. Fortalece a posição nossa, com um mercado tão forte, e com o cuidado que se precisa ter, visto o que aqui já foi citado com relação aos problemas que nós tivemos geopolíticos e aos problemas relevantes também na questão de catástrofes, de forma que isso só vem ao encontro e fortalece a nossa relatoria com relação ao que nós vamos propor no relatório final.

Eu gostaria de passar agora a palavra ao Dr. Israel Guratti, Gerente do Departamento de Tecnologia e Política Industrial da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), que deve estar conectado conosco.

Muito obrigado por estar aqui presente e trazer a sua colaboração a essa massa crítica que nós estamos desenvolvendo aqui no Senado Federal exatamente para se integrar e contribuir em toda essa política pública que vem sendo desenvolvida pelo Governo Federal.

Portanto, a palavra está com o senhor.

Muito obrigado.

O SR. ISRAEL GURATTI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Fernando Dueire.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na pessoa do senhor, cumprimento os demais participantes do painel, os presentes na audiência e os participantes virtuais.

Nós trouxemos aqui uma apresentação resumida do cenário de semicondutores, iniciando por uma apresentação da Abinee.

A Abinee é a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, que representa 11 áreas setoriais, de produtores tanto de bens de capital como de bens de consumo, eletroeletrônicos. E, entre as áreas, nós destacamos áreas de componentes elétricos e eletrônicos, que incluem os semicondutores. E os semicondutores são importantes em todas as áreas representadas pela Abinee, pois representam os temas de descarbonização e transformação digital, tão necessários à nossa sociedade.

Em específico, nós temos a ação da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento da Indústria Elétrica e Eletrônica, liderada pelo Deputado Vitor Lippi, que apresentou o Projeto de Lei 719, que foi apensado ao Projeto de Lei 13, de 2020, que resultou na promulgação da Lei 14.968, já comentada pelos demais expositores. Ele aperfeiçoou a política industrial para os setores de tecnologia da informação, de comunicação e para o setor de semicondutores, entre outras ações, instituindo o Programa Brasil Semicondutores, que moderniza de uma forma muito importante a política industrial, principalmente facilitando os investimentos em capacitação, em produção e facilitando o cenário para a exportação e o atendimento a mercados externos.

Nós temos aqui o número de importações – comentado já pelo Rogério Nunes –, de importações totais do setor elétrico e eletrônico, de aproximadamente R$43 bilhões em 2023, e metade dessas importações representa componentes eletrônicos, semicondutores e módulos fotovoltaicos, que também são semicondutores. Então, nós vemos aí uma grande oportunidade de fornecimento local, ao passo que grande parte do mercado é abastecido por produtos importados.

E, entre esses produtos importados, conforme vemos na tela, três quartos das importações – praticamente 75% das importações – vêm da Ásia, especialmente da China. Então, nós temos uma forte dependência geopolítica nos insumos da indústria de TIC. Então, uma oportunidade de fornecimento local para esses produtos representa para o Brasil, além da sua independência tecnológica, também uma oportunidade para abastecer outros mercados.

E, conforme já comentado, o consumidor não compra semicondutores diretamente; ele compra, sim, produtos que utilizam semicondutores. Então, quando nós vemos o mercado de telefones celulares, em 2023, fechando em torno de 44,5 milhões de unidades colocadas no mercado brasileiro, e nós vemos o mercado de PCs e computadores, aproximadamente, em 8 milhões de unidades em 2023, nós vemos a importância disso para a indústria eletroeletrônica em fornecer produtos que os consumidores compram e utilizam.

Nós temos aqui uma parte ainda abastecida pelo mercado não oficial. Esse mercado não oficial não recolhe impostos, não investe em P&D, o que é uma coisa muito importante no nosso setor. O investimento em P&D é fundamental para o sucesso da política, para o desenvolvimento regional do Brasil. Então, nós temos uma oportunidade para fornecer produtos, para melhorar essa situação do mercado irregular, diminuindo, e também fornecer produtos.

Aqui nesse ponto, principalmente no mercado de PCs, o Ceitec fabrica, quase que com exclusividade, por exigência do PPB dos produtos de informática, o *chip* do RFID. E hoje o Ceitec não está produzindo, e esse *chip* está sendo fornecido por empresas estrangeiras, está sendo importado no Brasil, até com dispensa de PPB no caso dessa etapa, porque não tem fornecimento local. E aí, sim é uma oportunidade para o Ceitec voltar a produzir e participar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desse mercado, que é um mercado importante, um mercado grande e já representa um fornecimento importante para o Ceitec.

A Abinee publicou há alguns anos o estudo sobre energia fotovoltaica, e lá tem essa figura que está sendo exibida, mostrando como a cadeia do silício do fotovoltaico caminha em paralelo, até certo estágio, com a cadeia do silício utilizado em *chips* semicondutores. É importantíssimo que o Brasil tenha o domínio tecnológico dessa cadeia do silício para poder produzir e fornecer ao mercado de semicondutores. Nessa tela aqui tem um resumo da importância dessa cadeia e de tornar o Brasil independente do ponto de vista energético e, por consequência, também independente do ponto de vista de produção de semicondutores.

Nós trazemos aqui para os senhores um estudo, que está lincado na apresentação já fornecida, publicado pela Comissão Eletrotécnica Internacional, que é um órgão de que a Abinee participa intensamente e é o órgão que publica normas técnicas para o nosso setor em nível global. Eles publicaram um estudo sobre semicondutores de potência.

Semicondutores de potência são componentes que hoje estão sendo cada vez mais utilizados para o controle da energia nos veículos elétricos, nos sistemas voltaicos, nos sistemas de mobilidade das cidades, e vão ser responsáveis pela descarbonização e digitalização da sociedade. E, dentro do estudo, eu trouxe alguns dos números grandes que falam sobre o tamanho de mercado. Por exemplo: fala do mercado de inversores automotivos para os carregadores dos veículos, da ordem de US$59 bilhões; fala sobre o mercado para semicondutores de energia, variando em mais de 45 bilhões até 2030; a questão dos disjuntores de estados sólidos, baseados na cadeia do silício, controlando e dando segurança aos usuários de sistemas de energia elétrica. Então, nós vemos que os semicondutores de potência, os componentes para essas aplicações representam uma grande oportunidade para o Ceitec retomar a sua produção e também para termos investimentos privados por outros grupos econômicos que venham a participar no mercado brasileiro.

Dentro desse estudo tem alguns números grandes, tem esse gráfico que eu destaco aqui e incentivo a que seja consultado no estudo, mostrando alguns grandes números de mercado para diversas aplicações. O estudo tem previsão para várias áreas de aplicação.

Voltando aqui às etapas da cadeia de semicondutores, conforme bem já explicado pelo Rogério Nunes, o Brasil domina as etapas de projeto, de concepção, de *design* de produtos e as etapas de encapsulamento de testes e pós-venda dos semicondutores. E aí as necessidades para uma fabricação, para *founder*, são grandes: o investimento é alto, o modelo de negócios tem que ser muito bem definido, e o mercado tem que visar tanto ao mercado interno como ao externo para ter capacidade de ser economicamente interessante. E aí, sim, o Ceitec, a empresa pública, a iniciativa está inserida. Acho que é a única iniciativa que nós temos de fabricação para atendimento do mercado. E o consumidor compra os produtos. As empresas de TIC colocam produtos para o consumidor final que são abastecidos nas etapas anteriores da cadeia pela indústria de semicondutores. Então, o Padis e as políticas de fomento à indústria brasileira têm que ser incentivados.

Já caminhando para o final da nossa apresentação, nós destacamos que a política de TIC, a Lei de Informática, a Lei de TICs, hoje em vigor, estimula a inovação. Então, com estímulo à inovação, nós podemos ter a produção dos semicondutores, o projeto, e resultando em maior desenvolvimento regional nos institutos, empregos qualificados nas Regiões Norte e Nordeste e, também, flexibilidade por parte da indústria para cumprir as exigências de conteúdo local de forma competitiva e atendendo mercados externos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Basicamente era essa a apresentação que nós gostaríamos de compartilhar com os senhores, e ficamos à disposição para os debates.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Muito obrigado, Dr. Israel Guratti. Foi muito relevante a sua exposição, sobretudo quando trata da questão dos semicondutores de potência, que traz um aspecto e um estímulo diferenciado, que rebate numa política global de descarbonização e de eficiência, de forma que agradeço muito.

Nós só observamos, nas ricas exposições que aqui foram feitas, o quanto se está desenvolvendo um esforço lúcido e, eu diria até, cívico do ponto de vista do Poder Executivo, desta Casa e da sociedade civil organizada, como já tinha falado.

Muito obrigado. A sua exposição ficará aqui para a nossa relatoria, e nós vamos enriquecer a nossa relatoria e o nosso relatório final com os dados que V. Sa. aqui apresentou.

Nós estamos aqui com um público muito grande de acompanhamento através do e-Cidadania. É grande o interesse, é relevante, e eu gostaria de dividi-lo aqui. Infelizmente, não vai ser possível para todos os que aqui se manifestaram, pois são muitos.

O Renan, do Amapá, diz: "[...] [tenho] confiança de que investimentos no Ceitec são um ponto de partida fundamental, ainda que tardiamente, para o Brasil".

Foi isso que você ouviu de todos nós aqui, mas esse é um trabalho que vem sendo bem desenvolvido. E, pelo seu acompanhamento ao trabalho de hoje, você deve ter, com certeza, tido a clareza de que nós estamos trabalhando de uma maneira transversal para que nós tenhamos uma recuperação desse tempo.

E, de toda sorte, essas problemas geopolíticos, esses problemas da pandemia, esses problemas de terremoto lá em Taiwan, enfim, esse conjunto de problemas que traz cada um deles oferece uma clareza para que nós tenhamos essa responsabilidade.

Dr. Leonardo, o Deivid, do Rio Grande do Sul – eu gostaria de dividir isso consigo –, diz: "Qual é a perspectiva de investimentos públicos na Ceitec uma vez que a produção de semicondutores requer muito investimento?".

O SR. LEONARDO BOSELLI DA MOTTA (Para expor.) – A gente sabe que, para uma indústria de semicondutores, principalmente nessa parte do *front end*, que é onde o Ceitec atua, para ele ser competitivo, para que ele possa estar em nível mundial, isso exige realmente um investimento elevado. O Ceitec passou por um processo de reversão da liquidação no ano passado. A discussão foi árdua de convencimento, porque a gente tinha várias pessoas favoráveis a essa reversão, outras nem tanto. Então, a gente sabe que o recurso financeiro que o Ceitec conseguiu, no ano passado e neste ano, ainda não é o suficiente para a gente chegar aos padrões internacionais. Mas, se a gente levar em consideração todas as ações que o Governo vem tendo, vem disponibilizando para as empresas do setor, o Ceitec pode ser beneficiado, sim, de forma indireta, seja, como eu falei aqui, com a questão da depreciação acelerada, quando ele for adquirir novos equipamentos para o parque fabril dele, seja pelos financiamentos que o Governo está disponibilizando no âmbito da NIB, e também por todos os benefícios que as empresas habilitadas ao Padis possuem: várias isenções de tributo, redução de PIS-Cofins a zero, PIS-Cofins-Importação, IPI, Imposto de Importação para máquinas, equipamentos, insumos... Além disso, você tem um crédito financeiro um pouquinho acima de 13%, que as empresas recebem. É lógico, tem que ter uma contrapartida, e essa contrapartida é um investimento de 5%, então, do lucro da empresa.

Nessa revisão da lei, esse crédito financeiro foi ampliado, não em função de valor, mas em função da base de cálculo, porque o Padis anterior, na base de cálculo do crédito, levava em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

consideração somente as vendas no mercado interno, e agora a gente está permitindo também que a base de cálculo inclua a exportação. Então, com isso a gente consegue incentivar a exportação das empresas que estão aqui no Brasil e consegue também incentivar que haja mais investimentos em pesquisa e desenvolvimento, porque o crédito está relacionado com esse investimento em pesquisa e desenvolvimento.

O Ceitec vai ter que definir a linha tecnológica em que ele vai atuar. É lógico, não dá para abraçar o mundo, querer fabricar todos os tipos de semicondutores, mas aos poucos ele vai ganhar mercados e vai começar a andar pelas próprias pernas. Uma das discussões que teve nessa reversão da Ceitec é se deveria ser uma empresa dependente ou não dependente de recursos públicos. Inicialmente, é lógico, não tinha como ser uma empresa não dependente, mas a ideia é que futuramente a Ceitec consiga, ela própria, adquirir esses recursos necessários para o seu pleno funcionamento.

Eu acho que, basicamente, é isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Muito obrigado pelo esclarecimento ao nosso ouvinte.

Dr. Eugênio, o José, de Minas Gerais, nos pergunta: "Com a *expertise* da Ceitec, por que o Brasil não se destaca globalmente na produção de *chips* e patentes?".

Quero pedir sua colaboração. Estou dividindo aqui as perguntas.

O SR. EUGÊNIO VARGAS GARCIA (Para expor.) – Obrigado. (*Fora do microfone.*)

Sobre isso nós já comentamos aqui, todos os oradores, que se trata de um mercado com poucos fornecedores, em termos mundiais, sobretudo entre os mais sofisticados *chips*, como, por exemplo, o da empresa holandesa ASML, que usa litografia com radiação ultravioleta extrema. É uma tecnologia única, então essa empresa tem uma posição que nenhuma outra tem, que é caríssima e muito sofisticada. Se a gente pegar os *chips* que são menores que 10nm, nós vamos ter 90% de concentração em Taiwan; no caso, evidentemente, TSMC liderando. Então, esse é um grupo muito restrito de fornecedores.

Então, às vezes, o público em geral, que não acompanha o assunto no detalhe, pode até imaginar que o Brasil não teria nunca como aspirar a ser produtor de semicondutores, mas, na verdade, nós estamos falando desse pequeno núcleo dos *chips* mais sofisticados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EUGÊNIO VARGAS GARCIA – ... que são abaixo de 10nm.

Agora, quando você olha o mercado e vê *chips* maiores que 45nm, a distribuição já é mais equilibrada. São *chips* de média complexidade. Você tem Taiwan, claro, mas também tem Estados Unidos fornecendo, China, Japão, Coreia do Sul, mesmo Europa e outros países que podem produzir.

Então, no fundo, isso vale para a Ceitec, mas para toda a indústria de semicondutores no Brasil, porque há espaço, há nichos de oportunidade que nós podemos explorar, conectando, aproveitando este momento de que existe uma reorganização dessas cadeias produtivas, e ver como a gente pode se encaixar nisso da melhor forma possível. Já foram mencionados aqui diálogos com Estados Unidos, China, Malásia, que é um ator importante, porque está na Ásia, integrado ali naquele ecossistema de manufatura.

Então, nós temos muito o que explorar, e o nosso papel vai ser exatamente este: continuar apoiando aqui MCTI, Mdic, trabalhando em parceria com os ministérios, com o Governo Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

como um todo, para que a gente possa avançar e, inclusive, diminuir essa elevada dependência que nós temos de fornecedores externos, porque, no fundo, se cria um risco. Essa instabilidade geopolítica cria perturbações no andamento normal dos negócios e pode abalar o mercado. Podemos ter crises políticas ou de outra natureza, que também podem afetar fortemente a economia brasileira.

Então, acho que a Ceitec está integrada nessa visão de como a gente pode ter também um esforço de produção nacional. E, aí, contamos com o apoio do setor privado, das próprias indústrias que estão buscando o mesmo objetivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Obrigado pela colaboração.

Nós estamos aqui com mais de 40 perguntas e contribuições, e o horário realmente está avançado. Hoje é um dia diferente, porque nós estamos cuidando das emendas de Comissão, exatamente em cima das políticas públicas temáticas de cada uma das Comissões. Nós estamos precisando aprovar isso. Eu já vim da Comissão de Relações Exteriores agora há pouco, onde estávamos sabatinando a Sra. Embaixadora indicada para o Chipre, que deve certamente, a esta altura, estar sendo aprovada, mas o relatório das emendas também precisa ser aprovado. Dessa forma, nós vamos tentar distribuir para que as perguntas às apresentações e à audiência pública de hoje possam ser respondidas, se bem que algumas que foram enviadas já tenham tido resposta nas próprias exposições do Dr. Eugênio, do Dr. Leonardo, do Dr. Henrique, do Dr. Rogério, do Dr. Israel, enfim, de todos.

Eu gostaria de agradecer a presença, a contribuição, o conteúdo do que aqui foi colocado, o poder de síntese em um tema tão vasto que foi desenvolvido pelos senhores aqui, e dar por encerrada esta audiência pública, já chamando uma segunda audiência pública, agora com outros convidados, a partir das 14h.

Dessa forma, agradeço a todos. A audiência encontra-se encerrada.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Fernando Dueire e Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Soraya Thronicke, Efraim Filho, Carlos Viana, Cid Gomes, Alan Rick, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Augusta Brito, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Dr. Hiran, Damares Alves, e ainda dos Senadores Weverton, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Paulo Paim, Magno Malta e Professora Dorinha Seabra, não membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Daniella Ribeiro e Beto Faro. Deixa de comparecer o Senador Carlos Portinho, conforme Requerimento nº 694/2024-CDir. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 8, de 2024-CCT, de autoria Senador Fernando Dueire (MDB/PE), com a finalidade de debater o tema "Ceitec: determinantes da decisão de liquidação e prognóstico atual", com o objetivo de subsidiar a Avaliação da Política Pública sobre a "Superação dos Obstáculos à Inovação no Brasil", com a participação de Agostinho Garrido Teixeira de Carvalho, Auditor-chefe da AudBancos do Tribunal de Contas da União (TCU); José Messias de Souza, Diretor Administrativo e Financeiro do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); e Julio Cesar de Oliveira, Presidente da Associação dos Colaboradores do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Dueire
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/134153

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Fala da Presidência.) – Senhores e senhoras, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública para debater o tema "Ceitec: perspectivas para a indústria mundial de semicondutores, iniciativas internacionais e indústria brasileira", em cumprimento ao Requerimento nº 8, de 2024, CCT, de minha autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, renovamos que, como de sempre, o público interessado em participar dessa audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211.

Hoje pela manhã, tivemos também uma audiência pública que tratou do presente tema, foram extremamente ricos os depoimentos e as exposições. Nós estamos numa ampla escuta, para que nós possamos apresentar o relatório que vai ao encontro das políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal.

Encontra-se presente, por meio de sistema de videoconferência, o Dr. José Messias de Souza, Diretor Administrativo e Financeiro do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), representando aqui, também, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Hoje pela manhã, tivemos uma bela representação, também, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Registro a presença – e agradeço – do Sr. Agostinho Garrido Teixeira de Carvalho, Auditor-Chefe da AudBancos do Tribunal de Contas da União (TCU); e do Sr. Julio Cesar de Oliveira, Presidente da Associação dos Colaboradores do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec). Mais uma vez, agradeço a presença dos senhores aqui remotamente.

Nós estamos tratando de um tema extremamente importante. Nós temos vivido, aqui no país e no mundo, uma certa instabilidade com relação aos semicondutores. Tivemos o problema da pandemia, depois tivemos problemas em Taiwan, e agora a Coreia do Sul também passa por problemas. Então, temos problemas de ordem geopolítica e também calamidades que trazem um impacto efetivo e constatado, e nós precisamos ter clareza no enfrentamento desse desafio.

Gostaria de adiantar que, em razão de uma convocação do Presidente Rodrigo Pacheco, está programado que essa sessão e essa audiência continuem com a presença do Senador – em um determinado momento, devo me ausentar – e ex-Presidente desta Casa, Rodrigo Cunha, ex-Presidente da CCT, que, com muito brilho, já exerceu uma função e tem profundo conhecimento dos temas que aqui são discutidos.

Gostaria de pedir... O tema é um tema vasto, longo, e os senhores têm vasta experiência, mas gostaria de pedir aos senhores convidados que utilizassem um certo poder de síntese para nós podermos discorrer por até oito minutos, com uma extensão, caso necessário, de mais dois minutos.

Para começar os nossos trabalhos, eu gostaria também de registrar que nós temos e tivemos pela manhã uma ampla participação através do Portal e-Cidadania, pelo qual já chegam aqui algumas demandas e algumas presenças. (*Pausa.*)

Gostaria de colocar, e é bem ressalvado, que a presente reunião se destina à realização de uma audiência pública para debater o tema: "Ceitec: determinantes da decisão de liquidação e prognóstico atual", com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública sobre a "Superação dos Obstáculos à Inovação no Brasil".

Eu gostaria de pedir, como estava fazendo anteriormente, embora o tema seja muito amplo, que cada convidado desenvolvesse seus poderes de síntese, sua capacidade de síntese para o uso da palavra em até oito minutos, claro, podendo se estender por mais dois minutos.

Hoje nós estamos vivendo um momento atípico aqui na Casa em função de que cada Comissão está tendo que aprovar as emendas para serem destinadas às políticas públicas de cada uma dessas Comissões e das suas disciplinas temáticas.

Com muito apreço e com muita honra, e mais uma vez agradecendo, remotamente, temos aqui o Dr. Agostinho Garrido Teixeira de Carvalho, Auditor-chefe da AudBancos, como já falei, TCU; Dr. José Messias de Souza, Diretor Administrativo e Financeiro do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Avançada, do próprio Ceitec, e representa também aqui o ministério; e o Dr. Julio Cesar de Oliveira, Presidente da Associação dos Colaboradores do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec).

Já os vejo aqui conectados remotamente. Gostaria de convidar o Dr. Agostinho Garrido Teixeira de Carvalho, Auditor-chefe da AudBancos do Tribunal de Contas da União (TCU), para que possa fazer a sua exposição.

Antes, eu pediria licença aos senhores, como já registrei no início da nossa fala, para passar a Presidência desta audiência pública ao Senador Rodrigo Cunha, ex-Presidente desta Comissão e uma pessoa que tem estudado muito os desafios que o país precisa enfrentar na área da ciência, da tecnologia, da informação, da inovação.

Doutor, Senador, amigo Rodrigo, eu gradeço muito a sua presença e a sua disponibilidade, talvez, inclusive, pela sua vasta experiência em ter presidido esta Comissão... Não só a gentileza que o senhor faz em aqui estar, mas, sobretudo, talvez esta sessão seja, inclusive, mais rica pelo seu vasto conhecimento e sua experiência. De forma que eu passo os trabalhos ao Senador Rodrigo Cunha, agradecendo a presença de todos para que ele possa facultar a palavras aos senhores.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Boa tarde a todas e a todos.

É uma alegria voltar a sentar nesta mesa e estar à frente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal em um dia importante. Os colegas Parlamentares estão se multiplicando. O horário está curto, o trabalho está sendo muito nesta reta final de ano e, aqui, o nosso Senador, Fernando Dueire, me pediu para acompanhar este debate importante, um debate que fortalece a atuação desta Comissão. Mas o que é isso? É uma demanda também que chega aos gabinetes. É uma demanda que teve seu ponto alto, acredito, há dois anos e que não parou. É uma preocupação pertinente em fazer com que se crie aqui uma expectativa de superar todos os obstáculos do momento atual.

Então, sendo assim, nós temos três participações, aqui, pela ordem, eu já vou nominar: Agostinho, José Messias e Julio Cesar – só para já irem se preparando.

Dessa maneira... Tem alguém presencial ou são todos remotos? (*Pausa.*)

São todos remotos.

Então, dessa maneira, aqui eu já abro o *link* para o Sr. Agostinho Garrido Teixeira de Carvalho, que é Auditor-Chefe da AudBancos do Tribunal de Contas da União, para fazer o uso da palavra pelo tempo estipulado de oito minutos.

O SR. AGOSTINHO GARRIDO TEIXEIRA DE CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Sr. Presidente; Sr. Senador da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado, Rodrigo Cunha; o Sr. Senador Fernando Dueire, demais Parlamentares e demais presentes. Eu agradeço a oportunidade de estar debatendo nesta Casa. Para o TCU, é muito importante este momento. É uma das mais nobres missões do tribunal: servir o Congresso Nacional como órgão auxiliar no controle externo. Para nós, também é muito importante estarmos em estreito relacionamento com V. Exas., auxiliando sempre que possível nos problemas principais do nosso país.

Eu vou compartilhar uma apresentação sobre o processo que nós conduzimos de desestatização da Ceitec. Esse processo atualmente se encontra encerrado.

Eu vou pedir permissão para compartilhar aqui a tela.

Os senhores estão vendo a tela? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O.k.? Então, aqui eu vou fazer de forma bem resumida, apesar de ser um processo bastante complexo. Eu tentei extrair os principais pontos, para trazer para os senhores, da atuação do TCU naquele momento em que o Ceitec esteve em vias de ser desestatizada.

O processo que nós chamamos de DES (Processo de Desestatização), é o TC020.973/2020-9. Ele já foi encerrado aqui, no âmbito do Tribunal, em 26 de junho de 2023, mas eu vou trazer os marcos principais do processo, os principais pontos discutidos naquele momento.

Nós temos o Decreto 10.065, de 14 de outubro, que foi a inclusão no Programa de Parcerias e Investimentos para buscar parcerias estratégicas com outros parceiros que quisessem atuar junto com o Ceitec. Ele foi incluído nesse decreto em 2019 e, logo em seguida, em março de 2020, ele já foi incluído no PND, apesar de terem sido mantidos estudos para continuar buscando parcerias. Em 10 de junho de 2020, foi recomendada a dissolução do Ceitec na 13ª Reunião da CPPI. O Decreto 10.578 autorizou, em 15 de dezembro de 2020, a dissolução da Ceitec.

Esses foram os motivadores para que nós autuássemos o processo de desestatização, pois, de acordo com a nossa Instrução Normativa 81, nós temos que acompanhar, para evitar que haja algum problema, alguma dificuldade nesses processos de desestatização, para que eles sejam da forma mais justa possível, mais honesta.

Dessa forma, no dia 10/06/2020, diante de algumas dificuldades que a unidade técnica estava tendo em conseguir material para desenvolver o processo, foi feita uma proposta de cautelar à Comissão de Parcerias e Projetos de Investimentos e à SPPI sobre possíveis prejuízos na legitimidade e legalidade dessa dissolução. Então, nós fizemos essa proposta... (*Pausa.*)

Peço desculpas. Passei dois.

Está certo. Desculpem-me. (*Pausa.*)

Então, com essa cautelar, foram dados cinco dias para que a CPPI e a SPPI apresentassem a documentação para que o TCU pudesse fazer as suas análises. Isso aconteceu e, em 2 de outubro de... (*Falha no áudio.*)

... a oitiva do MCTI, CPPI e SPPI quanto a alguns indícios de irregularidade que foram apontadas em relação a essa dissolução. Posteriormente, em 6 de janeiro, após a resposta da oitiva, a unidade técnica fez uma proposta inicial de dar ciência à CPPI e ao MCTI de algumas impropriedades que foram indicadas, principalmente com o objetivo de prevenir casos futuros. No entanto, apareceram no cenário essas situações que são assuntos relevantes a respeito da Ceitec. Surgiu um questionamento com relação ao imóvel que foi doado para a instalação da Ceitec, surgiu também o custo de cerca de 140 milhões para a descontaminação de descomissionamento da sala limpa da Ceitec, e questões relacionadas à carência de razões para demonstrar o interesse público na liquidação da empresa, exigindo necessidade de atenção aos princípios da motivação, eficiência e economicidade.

Dessa forma, em 8 de setembro de 2021, foi adotado no tribunal o Acórdão 2.061/2021-P, que determinou ao Ministério da Economia que se abstenha de dar prosseguimento do processo de desestatização da Ceitec; que justifique o atendimento ao interesse público com a desestatização; as ações relacionadas à regularização do terreno; e esclarecer como se darão os serviços de descontaminação e descomissionamento da sala limpa. Esses foram os principais motivos que levaram à suspensão pelo tribunal, que não seguisse até que fossem resolvidos esses problemas.

Em outubro de 2021, o Ministério da Economia e o MCTI entraram com pedido de reexame, que não foi provido pelo tribunal. Em 26 de outubro de 2022, o tribunal mandou outro Acórdão, o 2.327/2022 Plenário – ME, após diversas discussões a respeito daqueles assuntos anteriores trazidos, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

restou ao Ministério da Economia esclarecer questões que podem afetar dissolução da Ceitec, como as relativas ao imóvel e relevância das atividades da Ceitec, além de outras questões técnicas.

Em 5 de junho de 2023, o Acórdão 1.095/2023-P, determinou arquivamento desse processo por perda de objeto, porque, como houve mudança de gestão, com a mudança para o Presidente Lula, ele decidiu excluir a Ceitec do Plano Nacional de Desestatização, Decreto 11.478, de 06/04/2023. Dessa forma, não havia mais razão para continuarmos discutindo, analisando questões relacionadas à desestatização da Ceitec. Então, o nosso processo foi encerrado e a nossa participação do TCU se encerrou por aqui. Desde 2 de junho que a situação está encerrada no nosso âmbito.

Obrigado e fico à disposição para qualquer dúvida ou para qualquer questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Bem, eu agradeço a apresentação feita pelo Sr. Agostinho. A princípio não há perguntas direcionadas.

Nós estamos também com e-Cidadania aberto, nós temos aqui quatro perguntas, no âmbito geral, vou lê-las para que também cada expositor, se achar interessante, mencionar alguns desses questionamentos e também se posicionar.

O primeiro vem do Rio de Janeiro, de Fredjoger: "Por que o Poder Legislativo [...] não conseguiu ajudar na viabilização do projeto Ceitec?". Essa pergunta seria para mim. Então, ao final, deixarei esperando, a gente responder isso.

Anna, de Minas Gerais, pergunta: "Quais foram os principais obstáculos enfrentados pela Ceitec que justificam e respaldam a decisão de sua liquidação?".

Bernardo, do Rio Grande do Norte: "Como o Brasil planeja preencher a lacuna deixada pela Ceitec na cadeia de inovação e no desenvolvimento tecnológico?". Então, acredito que o próximo expositor possa também mencionar essa pergunta.

E do Sr. Wellington, do Rio Grande do Sul, que pergunta se é possível ter uma perspectiva positiva no ramo dos semicondutores, liquidando a Ceitec.

Então, a princípio, essas perguntas chegaram logo no início.

Nós vamos dar continuidade, passando a palavra e abrindo o vídeo para o Sr. José Messias de Souza, que é Diretor Administrativo e Financeiro do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec) e Representante também do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Com a palavra.

O SR. JOSÉ MESSIAS DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, primeiro, ao Senador Rodrigo Cunha, meu conterrâneo.

Quero dizer que nós vamos passar aqui uma apresentação rápida, porque o que acabamos de ouvir sobre o histórico do que foi o processo no Tribunal de Contas da União é bastante esclarecedor de toda a tramitação que levou à tentativa de liquidação e, depois, à determinação já dada pelo Presidente Lula, ao assumir esta gestão, da retomada operacional da empresa.

No ano passado ficamos alguns meses discutindo o modelo, quer dizer, o Governo, através de uma comissão interministerial, que concluiu em novembro pelo processo de retomada da empresa Ceitec S.A. E, a partir daí, portanto, em novembro, completamos um ano já de gestão, eu assumi a diretoria de administração de finanças. E é nesse sentido que nós gostaríamos de trazer alguns elementos. E até já respondendo à pergunta feita pelo internauta do Rio de Janeiro: a Ceitec está com uma estratégia tecnológica e comercial para retomar plenamente os seus objetivos legais, aqueles objetivos estratégicos que definiram no passado a constituição desta empresa.

Então, eu pediria para passar uma apresentação para ajudar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sobre essa estratégia tecnológica e comercial: o reposicionamento, portanto, da empresa com alinhamento global e nacional à economia verde, à questão da eficiência energética e à descarbonização. São temas que estão presentes na ordem do dia e que orientam, portanto, esse reposicionamento tecnológico. A Ceitec, que tinha já um portfólio de produtos no passado e a RFID, com o mercado brasileiro já atuando em produtos importantes na identificação patrimonial, na questão da identificação de animais e vários outros produtos que eram apresentados no portfólio anterior da empresa... Eles estão em condições de serem retomados, aqueles que têm viabilidade comercial.

Nós temos sido procurados por antigos parceiros e por novos clientes interessados na retomada desse trabalho e, ao mesmo tempo, há um grande trabalho e um grande esforço para reposicionar estrategicamente a empresa dentro das tecnologias emergentes no mercado mundial. Então, esse reposicionamento tem a ver com a eficiência energética, a energia verde e a descarbonização.

O Governo instituiu a Nova Indústria Brasil. E o reposicionamento da Ceitec está alinhado, portanto, com a Missão 4 dessa Nova Indústria Brasil, que é a transformação digital da indústria para ampliar a produtividade. Aí tem o *link* com os semicondutores.

Também a Missão 5 da NIB, em relação a bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas para garantir os recursos para as futuras gerações – essa é a Missão 5 –, também tem *link* com o trabalho que a Ceitec pode desenvolver. E há o alinhamento com a cadeia de bens finais no mercado latino-americano; alinhamento com a demanda de semicondutores.

Há um posicionamento, portanto... No mercado global, como todos sabem, há uma grande tensão geopolítica em torno da produção dos *chips* no mundo. Dois grandes blocos se enfrentam como verdadeiras placas tectônicas em choque. E isso abre possibilidade para os outros países terem que se posicionar. Primeiro, vem o desafio de ter mais autonomia e, depois, de explorar bem as oportunidades que o mercado internacional traz. É com esse posicionamento que a Ceitec está preocupada, alinhada e trabalhando nesse cenário.

Então, vai-se redirecionando sua infraestrutura de fabricação para produzir dispositivos para a eletrônica de potência, com aplicações em energia solar, energia eólica, hidrogênio verde, descarbonização da mobilidade, e até mesmo esses grandes *data centers* para inteligência artificial estariam, portanto, dentro desse espectro do redirecionamento da nossa infraestrutura de fabricação. Alinha-se com as demandas mundiais, portanto, europeias, por maior eficiência energética nos ambientes industriais. E a tecnologia que se escolheu para fazer essa abordagem é a de carbeto de silício. Tem outros materiais possíveis e em discussão no mundo, mas o que se revelou com mais economicidade, com mais compatibilidade com a nossa estrutura industrial e com mais possibilidades de mercado, conforme prospectado aqui pela nossa Diretoria de Negócios, é que o carbeto de silício é a aposta mais correta que estamos a fazer neste momento.

O plano de investimento é em quatro anos, alinhado ao cenário global de eficiência energética, energias renováveis e descarbonização da mobilidade.

A inserção no mercado será feita através de parcerias com *players* internacionais. Esse processo está em franca negociação de prospecção e contatos técnicos. Então, é uma parceria técnica e uma parceria comercial. As discussões estão em andamento com potenciais empresas. Tem parcerias sendo trabalhadas e prospectadas tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra, na China, e outros parceiros também na Ásia têm mantido contato conosco. Então, há sempre a possibilidade mais ampla a ser explorada.

Do ponto de vista da ciência e tecnologia, a Ceitec tem um papel importante. Como está definido na sua lei, ela não é somente uma empresa, uma fábrica; ela também tem um papel na produção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

científica, na formação de recursos humanos especializados nessa área. Então, nós estamos trabalhando alinhados, observando os editais que estão sendo trabalhados com o CNPq, para a criação de uma rede nacional de ciência e tecnologia para suportar o avanço tecnológico nacional em semicondutores. Basicamente duas iniciativas estão sendo feitas. Elas estão postas aí, e a parceria, portanto, estratégica com ICTs públicas e privadas como geradores de demandas tecnológicas.

Uma última questão importante é que, para dar curso a esse processo de mudança da rota tecnológica para o carbeto de silício, há uma encomenda tecnológica, uma encomenda Finep – e teremos amanhã a presença, aqui em Porto Alegre, da Ministra de Ciência e Tecnologia, Luciana Santos, e do Presidente da Finep, o Pansera, que irão anunciar aqui e assinar já o acordo, com a intermediação da Faurgs, que é uma fundação de apoio – para, nessa encomenda, manufaturar dispositivos de potência baseados em semicondutores de banda larga como o carbeto de silício; propiciar o desenvolvimento nacional de produtos e processos inovadores destinados à transição energética e à descarbonização; aproveitar a infraestrutura disponível aqui na Ceitec, que tem uma grande sala limpa e toda uma estrutura industrial; realizar reformas e atualizações em máquinas e processos; transferir a tecnologia internacional para mitigar os riscos tecnológicos; adensar a indústria de semicondutores no Brasil através da nacionalização dos processos produtivos em *silicon carbide*, quer dizer, em carbeto de silício; fortalecer a capacidade nacional de manufatura em carbeto de silício; e atender a demanda por tecnologias mais eficientes e sustentáveis. E um aporte será de R$220 milhões, distribuídos em três anos, nos três próximos anos.

Portanto, são essas as informações que nós temos, que vão mostrar a perspectiva positiva que nós temos de reposicionar a empresa no cenário mundial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Bem, é sempre importante quando a gente vê um profissional extremamente gabaritado, com uma grande bagagem e identificação com a causa, como é o caso do Sr. José Messias de Souza, em um momento como este, compartilhar as suas informações com o país inteiro. Nós estamos aqui também pela TV Senado, e ficará também nas redes do Senado Federal todo esse material. E é uma discussão que não vai parar por aqui, mas que, com certeza, ouvir quem está ali no dia a dia e conhece a realidade, não apenas local, mas global, é motivo de muita satisfação.

Então, agradeço ao conterrâneo José Messias de Souza.

Em seguida, passamos para o último expositor, o Sr. Julio Cesar de Oliveira, que é Presidente da Associação dos Colaboradores do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Acceitec). Pode abrir o áudio e o vídeo.

O SR. JULIO CESAR DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde.

Eu vou compartilhar aqui a apresentação. (*Pausa.*)

Vocês estão enxergando aí a apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Ainda não. Aqui só está a sua imagem. Onde é esse ajuste? É feito por lá ou por aqui?

É por você mesmo.

O SR. JULIO CESAR DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Só um momentinho. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Se quiser também tentar encaminhar para a gente fazer a alteração por aqui.

O SR. JULIO CESAR DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Acho que agora vai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Isso. Agora foi.

O SR. JULIO CESAR DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Conseguiu enxergar? Está aparecendo?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Agora sim, agora abriu.

O SR. JULIO CESAR DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Está joia.

Bom, vamos iniciar então.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Eu peço que zerem o relógio aqui também.

O SR. JULIO CESAR DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Vou falar um pouquinho... Está o.k?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Está o.k. Pode dar sequência.

O SR. JULIO CESAR DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Está joia. Vou falar um pouquinho sobre a associação, primeiramente.

A Associação dos Colaboradores da Ceitec foi criada lá em 2014. Naquela época, a principal finalidade da associação era congregar os colaboradores da empresa.

Durante a tentativa de liquidação da Ceitec, nós tivemos também que atuar na defesa da empresa e dos colaboradores.

Vou fazer aqui um breve resumo também das políticas de semicondutores para o Brasil. A gente teve dois momentos importantes aqui na área de semicondutores: uma foi lá em 1970, em que o país construiu uma política de incentivo para a indústria eletrônica e de semicondutores, que foi implementada em 1980, mas que foi abandonada na década seguinte. Só para frisar, pessoal, a gente começou antes da Coreia.

Em 2000, a indústria de semicondutores entrou em pauta governamental novamente. Qual que era ali a visão naquela época? A de que a indústria de semicondutores era o elo faltante no complexo eletrônico. Isso trazia um impacto na competitividade da indústria brasileira como um todo. Nesse cenário, surge a Ceitec com as missões de fazer a produção de semicondutores, de prestar serviços dentro da área dela, de fazer a comercialização, de fomentar a tecnologia, a capacitação de recursos humanos e pesquisa e desenvolvimento.

A primeira vez que surge a Ceitec é em 2002, ainda como uma associação civil. Ela atuava lá na Tecnopuc e na UFRGS. A fábrica da Ceitec foi finalizada em 2009; em 2012, ela terminou os processos de incorporação dos ativos da associação civil para a planta aqui da Ceitec. Em 2012, a gente teve o primeiro concurso; em 2015, teve o segundo concurso. Antes disso, então, entre 2009 e 2012, a empresa operou com profissionais temporários. E, assim, às vezes, acontecem muitas confusões sobre o que é a missão da Ceitec. Então, o que a Ceitec não é? Ela não é uma concorrente das grandes empresas mundiais de semicondutores, como a Nvidia, a Intel, TSMC, Samsung.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Julio, desculpa, vou só fazer uma interrupção aqui.

O seu eslaide está congelado aqui, está entendendo? Ele não está sendo passado um por um. Não sei se você está mexendo e a tela está parada. (*Pausa.*)

Agora passou.

Inclusive, se você puder deixá-lo na tela completa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JULIO CESAR DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Está joia. Eu vou deixar na tela aqui assim, então.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Aí, ótimo. Pode continuar de onde estava.

Isso.

O SR. JULIO CESAR DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Está joia.

Então, o que a Ceitec não é? Ela não é concorrente para indústrias mundiais de semicondutores, como Nvidia, Intel, TSMC, Samsung. Ela também não é uma solução isolada para o problema de déficit do setor eletroeletrônico brasileiro. Só a Ceitec não vai resolver todos os problemas do Brasil. E, também, ela não é uma fabricante de memórias ou processadores para computador ou para *smartphone*.

Então, em que a Ceitec atua? A Ceitec, como a gente viu lá na lei de criação, existe para fomentar o setor para criar tecnologia. E ela cumpriu muito bem esse papel. Durante esse curto período de operação da empresa, ela conseguiu registrar 46 patentes no Brasil e no exterior, dentre elas: *chip* do passaporte – apenas oito países no mundo tinham a certificação para produzir esse *chip* –; dispositivos microfluídicos e processos para medição de eletrônica de micro-RNAv, que possibilita a detecção precoce de cânceres em estágios iniciais; também o dispositivo eletroquímico tipo micromódulo, que serve para você fazer a detecção de doenças como dengue e covid; e também uma patente que poderia ter um impacto financeiro muito alto, que foi feita junto com uma fabricante de pneus, para identificação e rastreamento desses pneus aí e que poderia ser utilizada mundialmente – infelizmente, parou durante a liquidação.

O cenário de desenvolvimento no Brasil. O *front-end*, ou seja, a fabricação do *wafer*, os processos físicos e químicos na produção de semicondutores são feitos dentro aqui da sala limpa da Ceitec. Você tem algumas etapas que podem ser feitas em institutos ou empresas menores e algumas outras que não dá para se fazer.

Se vocês olharem ali, circulado em vermelho, você tem o Vale da Morte, que é uma dependência de *front-end* externo para se alcançar o volume que dificulta ou inviabiliza a chegada no mercado.

Quando você tem uma ideia, tem um projeto do sistema, um *design*, que é feito em universidades ou institutos ou empresas, depois você tem que transformá-lo num protótipo e aí descobrir qual é a mínima produção viável para aquele produto. E, para isso, você precisa testá-lo numa linha de produção. Então, você poderia fazer esse desenvolvimento de processo produtivo dentro da Ceitec e a fabricação em volume também, até um certo volume, dentro da Ceitec. Com isso, você conseguiria colocar ali à prova que aquele produto seria viável. Então, tirando a Ceitec, a gente entra ali no vale da morte, as ideias não acontecem, porque é muito caro parar uma linha para você testar um produto.

Na nossa visão, então, quais foram os determinantes para a decisão de liquidação? Primeiro, foi uma análise puramente contábil, não levando em conta os objetivos sociais da empresa, que foram definidos em lei. E, também, a expectativa descolada da realidade, comparando a Ceitec, por exemplo, com empresas como a Intel, NVIDIA ou TSMC, que têm milhares de funcionários, cujo tamanho é 20 vezes maior que a planta da Ceitec. Então, essa comparação também não é justa. E, ainda, o valor investido também. Se se comparar o valor que foi investido na Ceitec com o que é investido em uma fábrica dessas empresas, também você vai ver que essa expectativa está descolada da realidade. E, também, uma falta de visão das reais capacidades da empresa.

Então, o cenário mundial de semicondutores vai ter a Lei Mais Moore, que seria o quê? Cada vez mais, reduzir o tamanho dos componentes dentro da mesma área. Você tem o Mais Moore, que seria o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

quê? Explorar outras funcionalidades dentro de um tipo de semicondutor ou de um semicondutor composto. A Ceitec atuaria dentro ali do Mais que Moore.

Então, se a gente olhar, a Ceitec atuaria... A cadeia total aqui de semicondutores, esses 100%... Ela tem aqui: memórias, processadores, onde é o cenário que a Ceitec não atua. E ela pode atuar onde então? Dispositivos de potência, sensores, enfim, em tudo isso aqui a Ceitec pode atuar. E o mercado é gigantesco, com várias aplicações em comunicação, em transportes, em industrialização. Aqui, em vermelho, é onde a Ceitec pode atuar.

A tentativa de liquidação trouxe prejuízo da imagem, da infraestrutura e do RH da Ceitec. Nós temos colegas, hoje, que estão trabalhando na Europa, estão trabalhando nos Estados Unidos e que, infelizmente, não estão trazendo riqueza nem conhecimento para o Brasil, mas para outras ações.

A gente precisa, agora, fazer o quê? A gente está mudando o foco da fabricação para os dispositivos de potência, para ajudar na transição energética e na descarbonização. E nós temos uma janela de oportunidade de três anos para fazer essas mudanças.

De imediato, do que a gente precisa? A gente precisa recompor, então, o orçamento para a Ceitec. Nós temos aí o anúncio da Ministra, de R$220 milhões em recursos, mas a gente também precisa ter recursos para continuar operando aquelas linhas que a gente já tinha no antigo portfólio, até que a chave seja virada para a produção de carbeto de silício.

A gente também precisa ter uma facilidade de reintegrar os colaboradores que foram demitidos durante a liquidação. Muitos deles ainda não retornaram e alguns gostariam de retornar.

A gente precisaria ter a criação de um fundo para o desenvolvimento de semicondutores no Brasil, não só a fabricação em volume, mas também pesquisa, desenvolvimento, prototipagem e inovação em nível industrial e acadêmico.

Precisamos fomentar o ecossistema da cadeia de semicondutores nas partes de: insumos; bens de capital, que são as máquinas de fabricação; e formação de RH.

Precisamos da flexibilização da LDO para viabilizar a sustentabilidade econômica e financeira das estatais dependentes, que é o PLN 31, que, na nossa visão, traria grandes avanços não só para a Ceitec, mas para outras empresas dependentes. A encomenda tecnológica não abrange a produção da Ceitec, por isso é importante a gente ter as verbas também através da lei orçamentária, e, para este ano, a da Ceitec, por exemplo, ficou menor do que quando a Ceitec estava em liquidação.

Precisamos também ter a classificação da Ceitec e das políticas relacionadas a semicondutores como estratégias de Estado, porque não pode estar ao sabor de governos. A gente viu que teve dois movimentos importantes lá nos anos 70. Se a gente tivesse continuado, o que seria do Brasil hoje? A gente começou antes da Coreia! Então, fica essa reflexão para a gente entender o que será daqui a 20 anos se a gente não começar a ter um olhar mais cuidadoso para o setor de semicondutores aqui no Brasil.

Agradecemos a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL) – Bem, agradecemos também, Julio, a sua colaboração.

Também aqui eu quero parabenizar o Senador Fernando Dueire e o Senador Carlos Viana, que foram autores do requerimento, por trazerem esse assunto para conhecimento geral. Aqui, nós estamos com as assessorias acompanhando as informações passadas, e tenho certeza de que será muito válida uma análise futura pelos Parlamentares.

Dessa maneira, nós encerramos este debate. É um assunto determinado, um tema específico, mas que, com certeza, terá desdobramentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dessa maneira, agradeço a todos que fizeram com que esta audiência fosse realizada e a encerramos neste momento.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e trinta e sete minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Rodrigo Cunha, Beto Faro, Chico Rodrigues, Rogério Carvalho, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Otto Alencar, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Jorge Kajuru, Styvenson Valentim, Eduardo Gomes, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Teresa Leitão, Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro e Dr. Hiran, conforme REQ 725/2024-CDir e REQ 719/2024-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 22ª, 24ª e 25ª reuniões. A presente reunião se destina à apreciação das Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática ao Projeto de Lei do Congresso Nacional n° 3, de 2024, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências", para apresentação perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). A Presidência informa que foram apresentadas perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática 9 sugestões de emendas de Metas e Prioridades e 1 sugestão de emenda ao Texto da Lei, totalizando 10 sugestões de emendas. O Senhor Presidente coloca em discussão e votação o relatório do Senador Rodrigo Cunha, **ad hoc**, que é aprovado pela Comissão. São as seguintes as Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática aprovadas: EMENDAS À METAS E PRIORIDADES – Emenda nº 1: Ação 6702 - Apoio a projetos e eventos de educação, divulgação e popularização da ciência e educação científica – Programa 2304 – Produto: Projeto Apoiado – Alteração da meta: 100 – Apoiamento dos Senadores Chico Rodrigues e Jussara Lima; Emenda nº 2: Ação 20V8 - Apoio a iniciativas e projetos de inclusão digital – Programa 2305 – Produto: Iniciativa Apoiada – Alteração da meta: 100 – Apoiamentos dos Senadores Chico Rodrigues e Jussara Lima; Emenda nº 3: Ação 20V6 - Fomento ao desenvolvimento tecnológico e à inovação nas empresas e nas cadeias produtivas – Programa 2324 – Produto: Projeto/Iniciativa Apoiada – Alteração da meta: 10.000 – Apoiamento da Senadora Jussara Lima. EMENDA AO TEXTO DA LEI – Emenda nº 4: Incluir no Anexo III a SEÇÃO III – DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, com o seguinte texto: I - Despesas com as ações do FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. Apoiamento da Senadora Daniella Ribeiro. A presente Ata é aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7088821110

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/134196

Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7088821110

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia onze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Efraim Filho, Fernando Dueire, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Damares Alves e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra e Weverton, não membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Confúcio Moura, Daniella Ribeiro, Chico Rodrigues, Carlos Portinho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Avaliação de Política Pública:** Discussão e Votação do Relatório do Senador Fernando Dueire sobre a Avaliação da Política Pública relativa à "Superação dos Obstáculos à Inovação no Brasil", desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, aprovada pelo Requerimento nº 20, de 2023-CCT, em cumprimento ao disposto no art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal. **Observação:** O Senador Astronauta Marcos Pontes faz uso da palavra para discutir a matéria. **Resultado:** Aprovado o relatório da Avaliação da Política Pública, que conclui pela apresentação de proposição legislativa (Indicação). **2ª Parte – Deliberativa**: **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1993, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Coleções Biológicas Científicas." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta. **Observação:** O Senador Astronauta Marcos Pontes faz uso da palavra para discutir a matéria. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 10-CCT (Substitutivo). Ficam prejudicados o Projeto e as Emendas nº 1-CMA a 9-CMA. Submetido a Turno Suplementar, não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 6417, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA)." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CRA e 2-CRA. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, senador Izalci Lucas. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5066, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre o estímulo à pesquisa e à adoção de novas tecnologias na exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação da Emenda nº 7-PLEN, com a subemenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável à Emenda n° 7-PLEN, com a Subemenda nº 1-CCT. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2252,**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de 2022 - Não Terminativo - que: "Declara como de especial interesse para a geração de conhecimento, de tecnologia e de inovação, bem como para o desenvolvimento brasileiro, nos termos do parágrafo único do art. 219 da Constituição Federal, os Centros de Pesquisa e de Inovação de Empresas (CPIEs)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e rejeição da Emenda n°1-CAE. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao PL 2252/2022 e pela rejeição da Emenda n° 1-CAE. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 350, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Susta o Decreto nº 10.065, de 14 de outubro de 2019, que dispõe sobre a qualificação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. – Ceitec no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República." **Autoria:** Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pelo arquivamento do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório pelo arquivamento do PDL 350/2020. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 558, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Susta os efeitos do Decreto nº 10.578 de 15 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a dissolução societária do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. e a publicização das atividades direcionadas à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação no setor de microeletrônica." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Humberto Costa (PT/PE). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pelo arquivamento do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório pelo arquivamento do PDL 558/2020. **ITEM 7 - Ofício "S" n° 68, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 37 do Decreto 8.945/2016, a análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da FINEP, referente ao período de 2017." **Autoria:** Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento do OFS 68/2018. **Resultado:** Aprovado o relatório pelo conhecimento e arquivamento do Ofício "S" n° 68/2018. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. O Senador Carlos Viana apresenta síntese dos dois anos trabalho como presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática. Os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves fazem uso da palavra na presente reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e quatro minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
Portal Multimídia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Bom dia!

Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Meu bom dia especial aos Senadores presentes, Fernando Dueire, Marcos Pontes e Izalci Lucas. Obrigado a vocês pela companhia de um ano, não é? Que não é somente... Os senhores não são só presença, foram presença contínua nesta Comissão durante todo este ano de 2024. Daí mais a minha admiração e o meu agradecimento pelo apoio que me deram na Presidência desta Comissão.

Informo que a presente reunião se destina... Está organizada em duas partes: primeira, avaliação das políticas públicas; segunda, apreciação de matérias. Os itens 1 e 2, terminativos, serão votados nominalmente, com a abertura do painel eletrônico; e os itens 3 a 7, não terminativos, serão votados pelo processo simbólico.

Item 1.

Avaliação da política pública Superação dos Obstáculos da Inovação no Brasil.

Relator: Senador Fernando Dueire.

Concedo a palavra ao ilustre Senador.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, amigo Carlos Viana, eu não posso começar a leitura do meu relatório sem lhe agradecer a distinção, o equilíbrio, a forma corajosa com que conduziu, nesses últimos dois anos, esta Comissão. V. Exa. nos inspira, e isso é muito bom.

Também desejo agradecer a confiança de ter me passado a relatoria, o trabalho, que não foi um trabalho fácil. Ele se tornou um trabalho em que a gente desenvolveu inclusive aprendendo. E isso é muito bom. Isso faz com que a gente cresça.

De forma que eu peço permissão às Sras. Senadoras, aos Srs. Senadores, a V. Exa., às pessoas que aqui estão presentes para ir ao relatório.

Hoje estamos apresentando o relatório final sobre a avaliação das políticas públicas sobre o enfoque Conecta e Capacita, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e retomada do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (Ceitec).

O plano de trabalho para a avaliação das políticas públicas previa a realização de dois ciclos de audiências públicas: o primeiro, versando sobre o Conecta e Capacita, e o segundo, sobre a Ceitec e a política de semicondutores brasileira.

Faremos uma síntese do relatório, que foi devidamente já divulgado e está nas redes de todos os Srs. Senadores.

Programa Conecta e Capacita.

A demanda por profissionais de tecnologia da informação e comunicação cresce a uma taxa anual de 7%. Ao mesmo tempo, as instituições de ensino aumentam em 4,5% ao ano a oferta de mão de obra qualificada, ou seja, a capacitação em TI cresce no Brasil, mas a uma taxa inferior à necessidade para atender a demanda de nossas empresas, de modo a ocasionar um déficit crescente de profissionais, acarretando a curiosa situação de, por um lado, vagas de trabalho ociosas e, por outro, desempregados em busca de trabalho.

Segundo estudo realizado pela Google, em parceria com a Associação Brasileira de Startups, o Brasil terá um déficit de 530 mil profissionais de TI em 2025. Essa escassez de profissionais e o elevado capital humano daqueles que atuam na área acarretam uma remuneração média relativamente alta, alcançando R$4,3 mil, considerando todo o setor de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tecnologia de informação, chegando a R$5,2 mil, ao considerarmos essas empresas de *software* e serviços de alto valor agregado.

Em resposta a este problema, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação criou o Programa Conecta e Capacita, que utiliza recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e é parte integrante do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com vistas a promover a capacitação profissional em TI. Efetivamente, esse programa está no centro da estratégia do Poder Executivo para solucionar a questão e interessa ao Poder Legislativo avaliar essa política pública mesmo durante sua execução.

Para promover a capacitação em TI, é preciso, antes de mais nada, que haja acesso à conexão de internet de qualidade para as instituições de ensino espalhadas pelo interior do Brasil. Por isso, o Conecta e Capacita planeja criar 18 infovias, implantando 40 mil quilômetros de fibra ótica. Ao todo, serão beneficiados 1.328 universidades, 180 mil pesquisadores, 3.880 pós-graduandos e 12 ambientes de inovação e parques tecnológicos. Em 2023, a implantação das infovias recebeu R$208 milhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Até 2025, será alocado o montante de R$350 milhões para a ampliação da fibra ótica.

O programa Conecta e Capacita como um todo receberá, nos anos fiscais de 2024 a 2026, uma dotação orçamentária de aproximadamente R$640 milhões.

Além da formação de novos profissionais para o mercado, o programa objetiva a capacitação de servidores públicos em tecnologia da informação. Vale ressaltar que menos de 10% dos servidores federais são capacitados em TI. Nesse sentido, o programa também se integra aos esforços do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Audiências Públicas.

Foram realizadas três audiências públicas para tratar do Conecta e Capacita ao longo do segundo semestre de 2024. A primeira etapa consistiu em delimitar o problema, por isso, a audiência inaugural teve como mote "Panorama da escassez de profissionais de TI no Brasil – Delimitação dos desafios e impactos sobre a inovação".

Posto o problema, apresentou-se uma solução, qual seja: o Conecta e Capacita. Nesse sentido, a segunda audiência ouviu o órgão responsável pela política pública ora em tela, o Ministério da Ciência, Tecnologia, na figura da Sra. Ministra de Estado Luciana Santos.

Por fim, uma política pública apresenta resultados parciais e os desafios identificados ao longo de sua implementação. No caso, a terceira e a última audiências públicas tiveram como tema Programa Conecta e Capacita – potencialidades, resultados parciais e desafios da política pública, ouvindo representantes do governo e da sociedade civil.

Todos os convidados reiteraram a escassez de profissionais de TI no mercado brasileiro, tanto para suprir a demanda de setores inovadores, quanto para a área de setores tradicionais, que já se tornam cada vez mais digitais.

Um dos pontos da experiência de sucesso foi trazido na experiência do Softex, de Pernambuco, meu estado. A importância do raciocínio lógico como um pré-requisito para a capacitação em TI é realçada pela experiência de sucesso do Softex Software Pernambuco, associação de empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), que atua no ecossistema de inovação do Porto Digital, em parceria com o MCTI. A Softex Pernambuco realiza capacitação de jovens interessados em TI desde 2022. Para ingressar no curso de curta duração, os candidatos passam por uma etapa de raciocínio lógico e pela submissão de vídeo. O objetivo é verificar se eles têm as habilidades requeridas para o curso a fim de mitigar a evasão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No âmbito da infraestrutura e do PAC, a linha de atuação do programa denominada Conecta RNP terá dotação orçamentária de mais de R$ 500 milhões. Ela é fruto da articulação entre Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação, Ministério da Educação e Rede Nacional de Pesquisa (RNP) e outros órgãos.

A dotação orçamentária será distribuída da seguinte forma:

i) R$ 101 milhões para a implantação de estrutura central da rede de telecomunicações em todas as unidades da federação;

ii) R$ 260 milhões para criação de 19 infovias estaduais, nos estados do Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins;

iii) R$ 54,2 milhões para a implantação de rede segura de alta velocidade para integrar laboratórios e centros de supercomputação - Rede de e-Ciência;

iv) R$ 28,3 milhões para a implantação do Centro de Prevenção e Detecção de Cibersegurança Nacional e de seis centros regionais; e

v) R$ 52,4 milhões para a criação de dois Centros Nacionais de Dados.

A Retomada da Ceitec.

Semicondutores na política internacional.

Os semicondutores são materiais que podem atuar como condutores de corrente elétrica ou como isolantes, a depender da temperatura, pressão, ondas magnéticas ou radiação. Por essa característica, são muito utilizados na indústria eletrônica para a fabricação de *microchips*, que, por sua vez, constituem elemento essencial para a produção de diversos bens industrializados, como máquinas e equipamentos para a indústria – bens de capital –, carros, celulares e outros bens finais.

Trata-se de um insumo estratégico na indústria 4.0, isto é, sua importância é crescente, dada a progressiva automação industrial, a internet das coisas e a inteligência artificial, Senador Marcos Pontes.

Em 2020, a pandemia de covid-19 expôs a vulnerabilidade da economia mundial à dependência dos semicondutores produzidos em Taiwan. Devido à interrupção das cadeias produtivas em Taiwan e em outros países produtores de *chips* de média complexidade, a indústria mundial foi fortemente afetada, com impactos negativos sobre a oferta de produtos eletrônicos, acarretando inflação global.

No Brasil, a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica estimou que 70% da indústria que utilizava *chips* como insumo foi muito afetada. Estudo na Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) concluiu que, em 2022, a escassez de semicondutores resultou em 250 mil automóveis a menos produzidos no Brasil.

Trata-se de um cenário político internacional desafiador para o nosso país, especialmente se considerarmos a dependência crescente da importação de semicondutores para a indústria nacional. Em 2022, o Brasil foi o terceiro principal importador de semicondutores do mundo, cujo valor atingiu US$4,77 bilhões, correspondendo a 1,77% do valor total das importações brasileiras naquele ano.

Ceitec S.A.

A Ceitec (Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.) é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Foi criada em 2008 e, hoje, desde sempre, está sediada em Porto Alegre (RS).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Desde sua criação, a Ceitec apresenta prejuízos contábeis, sendo uma estatal dependente dos aportes da União para seu funcionamento. Tal fato é esperado em uma fábrica que precisa de escala elevada de produção para que seus custos unitários comecem a baixar. Essa escala tende a se elevar ao longo do tempo. De fato, entre 2016 e 2019, o prejuízo financeiro do Ceitec caiu de R$49,6 milhões para R$12 milhões, ao mesmo tempo em que as receitas líquidas de vendas aumentaram de R$1,04 milhão para R$7,8 milhões e as subvenções do Tesouro Nacional se reduziram de R$96 milhões para R$66 milhões.

Mesmo com trajetória de receita crescente e expectativa de redução da dependência de aportes públicos, a empresa entrou em liquidação.

O processo de dissolução societária do Ceitec foi interrompido por meio de decisão do Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU). No relatório, o TCU concluiu que o processo de liquidação foi irregular.

Segundo o TCU, a dissolução do Ceitec acarretaria despesas de R$620 milhões, alocados, entre outros fins, em gestão ambiental de produtos químicos e a desmobilização da unidade fabril, onde a União investiu R$400 milhões em instalações. Por outro lado, a dissolução representaria economia anual de R$57,8 milhões ao ano para o MCTI.

Segundo a Ministra Luciana Santos, a Ceitec tem potencial para deixar de ser uma estatal dependente em sete anos, a contar a partir de 2023, ou seja, nós temos uma previsão que considera orçamento de R$96 milhões para 2024; R$101 milhões para 2025; e R$20 milhões para 2026. Dessa forma, a manutenção da Ceitec seria uma decisão com base em uma estratégia nacional para redução da dependência internacional de um insumo essencial para diversos setores. Os benefícios de longo prazo seriam superiores aos custos de curto prazo, justificando a continuidade de operações da Ceitec.

A política de retomada da Ceitec S.A.

A retomada da Ceitec se insere no programa Nova Indústria Brasil (NIB), lançado em janeiro deste ano para o período 2024 a 2033.

Destaca-se o art. 3º da Lei nº 14.968, de 11 de setembro de 2024, que cria o Programa Brasil Semicondutores (Brasil Semicon), que assim dispõe:

> Art. 3º É instituído o Programa Brasil Semicondutores (Brasil Semicon), com o objetivo de incentivar o avanço tecnológico e o fortalecimento do ecossistema de pesquisa, desenvolvimento, inovação, *design*, produção e aplicação de componentes semicondutores, *displays* e painéis solares no País.

Audiências Públicas – Ceitec.

Após a realização de audiências públicas, constatou-se que a tentativa de dissolução societária da Ceitec teria sido fruto de uma burocracia sobre o papel da Ceitec, pois se baseou numa análise contábil, desconsiderando externalidades, e comparou a empresa a grandes *players* internacionais, que realizam investimentos maciços. A tentativa de liquidação da Ceitec, pelo que aqui foi dito, relatado e acrescentado nas escutas, causou diversos danos a ela, resultado da avaliação de políticas públicas.

Utilizando como método para a coleta de dados a pesquisa em fontes abertas e a escuta ativa de representantes do Governo, da sociedade civil e de empresas nas cinco audiências públicas realizadas ao longo deste ano, foi possível realizar uma análise formativa das políticas públicas Conecta e Capacita e retomada da Ceitec.

Sobre o Conecta e Capacita, temos que é uma política pública robusta, alinhada aos objetivos do Governo e adequada à modernização da indústria nacional e fortalecimento do ambiente de inovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o Conecta e Capacita, temos que é uma política pública robusta, alinhada aos objetivos do Governo e adequada à modernização da indústria nacional e ao fortalecimento do ambiente de inovação. Para termos a indústria mais inovadora, digital, exportadora e produtiva (objetivos da Nova Indústria Brasil), torna-se fundamental a formação de capital humano em tecnologia da informação.

O programa se divide em duas áreas: Conecta, por um lado, e Capacita, por outro. O Capacita se subdivide em formação de mão de obra em TI e em letramento digital.

O Conecta se insere no PAC, a fim de criar a infraestrutura de tecnologia de informação e comunicação para os atuais e futuros profissionais da área, além de promover a construção de redes seguras para o armazenamento e troca de dados científicos. Considerando que um dos vetores do desenvolvimento tecnológico é a proteção de direitos de propriedade, temos que a proteção de dados é essencial, pois evita o plágio e garante que os *royalties* das invenções brasileiras sejam aferidos por pesquisadores e instituições também nacionais.

Ademais, uma internet de qualidade que garanta a integridade e confiabilidade dos dados é um pré-requisito para o ambiente de negócios, de modo que haja uma crescente demanda pelos profissionais formados no Capacita.

Para além do letramento digital e do programa de Residência em Tecnologia de Informação e Comunicação do Capacita, as audiências públicas evidenciaram a importância das habilidades do tipo *soft skills* desde a infância. Nesse sentido, uma das contribuições dessa avaliação de políticas públicas é constatar a necessidade de se repensarem os currículos da educação básica, de modo a desenvolver o raciocínio lógico do estudante, abandonando o modelo de ensino-aprendizagem pautado na simples memorização de conteúdo e das fórmulas.

Sobre a retomada da Ceitec, concluímos que a concentração da oferta internacional de semicondutores na Ásia, especialmente Taiwan, vulnerabiliza a indústria nacional, pois qualquer choque de oferta impacta uma diversidade de setores, com efeitos recessivos sobre o PIB, inflação e sobre as taxas de desemprego. Porém, não podemos adotar uma política de desenvolvimento tecnológico, como é a de semicondutores, apenas voltada às preocupações do mercado interno, com risco de incorrer em erros do passado, que culminaram numa indústria ineficiente e dependente de proteção e subsídio. Por isso, é louvável a inserção da retomada da Ceitec com a Nova Indústria Brasil (NIB), cujo objetivo é tornar a indústria nacional mais produtiva, exportadora, sustentável, inovadora e digital. Ou seja, a Ceitec contribuirá, num primeiro momento, para a competitividade da indústria nacional como um todo e para a resiliência das cadeias produtivas domésticas a choques de oferta de semicondutores. Por isso, o foco é a integração do Brasil aos fluxos comerciais e produtivos internacionais e não um modelo de desenvolvimento autárquico.

Além disso, é possível concluir que a Ceitec é parte de uma estratégia tecnológica que objetiva tornar o país resiliente a choques externos, com a possibilidade de desenvolver a capacidade de inovação em um setor de tecnologia de ponta. Tal estratégia, embora tenha custos no curto prazo, se mostrou economicamente viável a médio e longo prazo, diante dos números que mostravam que a Ceitec estava no caminho para a redução da dependência de recursos públicos – isso é incontestável – e sinaliza para uma recuperação positiva, conforme foi dito no decorrer deste resumo do relatório.

Também é importante considerar a possibilidade da geração do chamado efeito transbordamento. No longo prazo, a Ceitec pode catalisar o desenvolvimento de várias outras empresas privadas ao seu redor, com base em pessoal qualificado, ex-colaboradores e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aproveitamento das economias de escala. Esse foi o caso da Embraer que, atualmente, é a empresa que lidera dezenas de outras ao seu redor.

Para a Ceitec e a indústria de semicondutores em geral, propomos, em anexo a este relatório, uma indicação ao Poder Executivo para que crie um fundo para a indústria de semicondutores, conforme o art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal, inserido pela Resolução do Senado Federal nº 14, de 23 de setembro de 2019. Como existe divergência sobre a constitucionalidade de fundos criados pelo Poder Legislativo para serem administrados por outro Poder, preferimos optar pela formulação de uma indicação ao invés de um projeto de lei, para evitar qualquer questionamento de sua constitucionalidade.

Um dos desafios da indústria de semicondutores é a carência de mão de obra qualificada. O programa Conecta e Capacita possibilita que, a longo prazo, haja mais profissionais disponíveis para contratação pela Ceitec – mão de obra contratada especializada, como é o caso dos projetistas. Em outras palavras, o Conecta e Capacita favorece o desenvolvimento da indústria de semicondutores, mas não é direcionado para isso, atingindo uma diversidade de setores. Ou seja, temos a formação de uma gama de profissionais para a Nova Indústria Brasil (NIB), pois uma indústria que se pretende inovadora e produtiva exige capital humano elevado.

Sr. Presidente, me permita aqui ir ao anexo ler a indicação que formula.

Apresentamos, nos termos dos arts. 133 e 224 do Regimento Interno do Senado Federal, a presente indicação, a ser encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com as sugestões e recomendações emanadas pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Informação e Informática no processo de avaliação de políticas públicas "Superação dos Obstáculos à Inovação no Brasil: programa Conecta e Capacita e retomada da Ceitec S.A.", realizado ao longo deste ano de 2024.

Participaram do processo: poder público, setor privado e sociedade civil, que apresentaram sugestões para o aperfeiçoamento dessas políticas, especialmente da retomada e continuidade da Ceitec, de modo a torná-la uma política de Estado.

As recomendações propostas são as seguintes:

1. Criar o Fundo Nacional da Indústria de Semicondutores, para garantir que a Ceitec S.A. tenha recursos suficientes e perenes enquanto for estatal dependente, e viabilizar a inserção efetiva do Brasil nas cadeias de valor global e regional de semicondutores; e

2. vincular o acesso das grandes empresas (*big techs*) ao Fundo Nacional da Indústria de Semicondutores a investimentos e capacitação de jovens brasileiros, formando mão de obra qualificada, inclusive de projetistas.

Justificação.

O Senado Federal, no exercício da sua competência constitucional prevista no art. 71 da Constituição Federal, avaliou a tentativa de dissolução societária e o processo de retomada do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec S.A.).

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática ouviu representantes do poder público, da sociedade civil e do setor privado sobre a matéria. O relatório final da Comissão consolida esses achados e caminhos e apresenta um conjunto de proposições e soluções. Muitas das recomendações são de ordem administrativa, cabendo ao Poder Executivo implementá-las. Encaminho-o, portanto, à consideração de V. Exa. Gostaria, no entanto, de apresentar a seguinte justificação para a criação do Fundo Nacional para a Indústria de Semicondutores, ora proposto.

Em resposta à percepção do problema que é a dependência em relação a poucos produtores de *chips*, diversos países lançaram iniciativas de estímulo à produção nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

semicondutores. Na contramão da percepção internacional e dos incentivos à internalização da produção de semicondutores, o Brasil iniciou o processo de liquidação da Ceitec, mesmo na conjuntura de pandemia, com crise de oferta internacional de *chips*, sem considerar os efeitos de longo prazo.

Não podemos permitir que os investimentos atuais na retomada da Ceitec e seu reposicionamento comercial e tecnológico sejam ameaçados ao sabor de algum ciclo político. Ao invés disso, temos que instituir uma política pública perene de apoio a essa importante estatal que, na próxima década, se tornará autônoma financeiramente dos repasses orçamentários.

Contudo, o fundo não seria apenas destinado à Ceitec, podendo ser utilizado também para as 15 empresas que atuam nas etapas de encapsulamento e teste de *chips.* Vale destacar que muitas delas são multinacionais.

Pelo exposto, solicito a V. Exa. e aos demais Senadores aqui presentes que aceitem essa indicação, pois entendemos que o Fundo Nacional para a Indústria de Semicondutores é fundamental para o país.

Sr. Presidente, ao encerrar o meu relatório, agradeço mais uma vez a confiança em mim depositada nesta nobre missão e gostaria, por um dever de justiça e de correção, de agradecer e registrar o belo trabalho que foi feito pela Consultora, daqui do Senado Federal, Raquel Mesquita e por membros relevantes desta Comissão. E aí, ao citar, espero que todos se sintam contemplados, mas cito o Leomar e o Itamar, que foram pessoas que estiveram aqui, juntos, nos apoiando não só nos trabalhos desta Comissão, mas, em particular, nos trabalhos de audiências públicas, de discussão, de escuta que foram desenvolvidos.

O relatório, Sr. Presidente, tem mais de 70 páginas. Isso foi um resumo em que, sem tentar prejudicar o muito que tem nesse relatório, nós conseguimos pinçar o mais relevante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Parabéns, Senador Fernando Dueire. Excelente relatório.

Parabéns à Consultora e também à Consultoria do Senado pelo trabalho que foi feito.

Está lido o relatório.

Coloco em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Bom dia, Presidente. Bom dia a todos.

Inicialmente, quero parabenizar o Senador Fernando Dueire pelo relatório.

Eu gostaria de fazer alguns comentários pertinentes ao conteúdo deste relatório, que são muito relevantes para o nosso país.

Primeiro, é com relação à infraestrutura de conectividade do país. Quero lembrar que eu fui Ministro das Comunicações também, e essa é uma das grandes preocupações. A gente tem um país muito grande, com regiões de difícil acesso. Nós temos alguns meios para conectar o país, seja por sinal de celular, por exemplo, 4G, etc., seja por fibra ótica, seja por sinal de rádio, seja por satélite. Em algumas regiões, satélite é o mais adequado, como a Região Amazônica, por exemplo. A RNP tem uma capacidade bastante interessante de prover conexão via fibra ótica. Nós, na época, estávamos conectando o Nordeste, tinha o Norte conectado também ali com fibra ótica nos rios, e o Centro-Oeste para as fazendas principalmente, mas ainda há muito trabalho a ser feito. Quando a gente fala disso aí, conectar as escolas é uma coisa essencial. Faz parte da função institucional da RNP exatamente a conexão de instituições de ensino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Se a gente tem conexão de internet e energia – ontem, nós tratamos da parte da aceleração da transição energética –, a gente tem nas mãos um potencial muito grande de desenvolvimento das regiões, se somarmos a educação, educação profissionalizante, educação técnica... Então, com educação técnica mais energia mais conexão, a gente tem aí o potencial de trazer muitos jovens ou pessoas, de forma geral, para o mercado de trabalho. E o setor de tecnologia de informação e comunicação possui um *gap* muito grande de necessidade de profissionais. A gente está falando de centenas de milhares: 300 mil, 500 mil... A Brasscom atualiza isso no *site* dela constantemente. Do que a gente precisa realmente são esses três fatores e maneiras de trazer esses cursos para as pessoas, seja para mudarem de emprego, seja para terem os seus primeiros empregos.

Na época do ministério, nós tínhamos um programa chamado Brasil Futuro, que tinha até um sobrenome bonito: Futuro do Trabalho, Trabalho do Futuro. Se você dá cursos gratuitos, de curta e de média duração, você consegue trazer para o mercado as pessoas. E o valor do salário médio disso aí é pelo menos 2,5 ou 2,6 vezes o valor médio de salário do país, ou seja, isso é uma coisa muito boa. E quero lembrar que, com isso, a gente consegue fazer o desenvolvimento local também, porque as pessoas podem, através disso, trabalhar até no exterior, numa empresa no exterior, e receber aqui no Brasil, gastando no comércio local e assim por diante. Isso dá um desenvolvimento regional também bastante interessante. É tudo a favor desse tipo de projeto. A gente precisa realmente ter isso no nosso país.

Uma outra relação importante é com relação à Ceitec. Na época, houve muita discussão de colocação da Ceitec no PPI para venda da empresa. Até aí, tudo bem. Eu fui contra, como tem nos relatórios lá, como Ministro, a dissolução da Ceitec.

Ainda bem que não foi feito isso aí, porque seria um desperdício muito grande tudo que foi investido nessa empresa. Eu vi, em uma parte aí – até anotei aqui –, que você tem um gasto, um custo para a manutenção da empresa, pois ela é dependente ainda, mas esse custo tende a ser diluído ou reduzido, eu diria que é um investimento que é feito.

Ela tem capacidade de... Lembro que o pessoal fala muito do *chip* do boi em relação à Ceitec, de forma um tanto pejorativa, mas ela tem capacidade de fazer uma série de coisas, não só RFID, que são esses tipos de *chips* que são usados para detecção, inclusive para os Correios isso é muito importante. A gente conectou os Correios ali também, para, na hora em que passar um contêiner com pacotes, ler tudo aquilo rápido num portal e conseguir ter a informação direta. E não é só isso o tipo de utilidade. Você pode utilizar para pneus, havia lá um contrato já sendo feito com a Pirelli. Então, havia um horizonte muito interessante de rendimento, de transformar a empresa em uma empresa lucrativa, o que pode e deve ser feito.

Para isso, precisa-se melhorar o equipamento da empresa. Desmontar esse equipamento é muito caro, como foi falado. Tem uma sala limpa lá, e só para desmontar aquilo são 200 bilhões, ou seja, não é uma boa ideia fazer isso. Agora, melhorar o equipamento é necessário.

E onde que entra a Ceitec dentro desse contexto de produção de semicondutores? Um semicondutor é produzido geralmente em cima de um substrato de silício ou germânio e é o material mais utilizado para qualquer tipo de equipamento eletrônico, sempre vai ter ali diodos, transistores, etc., circuitos integrados. E esse processo todo começa na mineração, você traz esse material e transforma esse material em um substrato; depois, você vai ter que transformar aquilo lá, com a dopagem adequada, em um tipo de semicondutor, N, P, o que for; depois desse processo, aí, sim, falando em *chip*, você faz a transformação nos chamados *wafers*, que parecem um disquete antigo de computador ou um CD; e, depois dali, são recortados os microcircuitos, que são os *chips*. Aí é onde entra a Ceitec: fazer o desenho desses *microchips*. O Brasil não faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

essa mineração e não produz os *wafers*, que são importados. E, depois disso, então, a Ceitec faz o desenho desses *chips*, do desenho interno do *chip*, depois recorta tudo aquilo e faz o encapsulamento. Isso serve para uma série de atividades.

Eu expliquei tudo isso, porque eu acho que o Brasil tem condição muito mais de a gente chegar... A gente tem a capacidade de mineração aqui no Brasil. Tem certos impedimentos ainda, pois, quando se fala de mineração, todo mundo levanta a orelha pensando: "Mas tem a parte toda ambiental". Tem tecnologia para se fazer isso aí com a proteção ambiental de uma forma sustentável, e o Brasil tem capacidade de fazer isso. Só tem um problema. Outros países já correram atrás disso há muito tempo. Se a gente seguir simplesmente a mesma rota, vai demorar muito tempo, a gente sempre vai ficar atrás. A gente precisa fazer alguma coisa que nos coloque à frente dos países. E aí vêm as novas tecnologias, como inteligência artificial, que precisa de *chips* diferentes, existe uma tendência grande de inovações incrementais e disruptivas em *chips*, e a gente pode pegar lá na frente – vamos chamar assim – essa tecnologia e, aí, sim, investir. Para isso, a gente precisa de capital humano, a gente precisa de trabalho com as nossas universidades, com centros de pesquisa para chegar à frente com esses *chips*, seja com o que eles chamam de *neuromorphic design* para a inteligência artificial, seja com outros tipos. A gente precisa trabalhar lá na frente e não repetir o que os outros estão fazendo; senão, a gente vai sempre ficar atrás no mercado.

Existe um mercado para os *chips* normais, obviamente, que podem ser atendidos, e, para isso, parcerias são muito válidas para produzir dinheiro aqui no Brasil com isso, mas é interessante pensar lá na frente para a gente pegar esse mercado novo e não simplesmente repetir o que os outros fizeram.

Eu acho que o Brasil tem um potencial gigantesco nesse setor. Precisa de investimento, precisa de parcerias adequadas e precisa que a gente libere aqui, como legisladores, caminho para que essas indústrias vão para frente.

Um exemplo também é o Padis, que trata de semicondutores, de incentivo para semicondutores e para células solares. A China, por exemplo, domina o mercado de células solares no mundo – grande parte dos painéis solares vem da China. Para que a gente consiga vencer dentro dessa competição, a gente precisa ter inovação incremental dentro dessas células, para melhorar a eficiência delas. É possível também desenvolver isso no país. E isso aí pode estar coberto dentro desse aspecto. E temos que usar o poder de compra que nós temos. Aí eu vou costurar com aquela primeira parte que eu falei de energia, conexão e conhecimento, educação. Se a gente conseguir colocar painéis solares desenvolvidos no Brasil com inovação incremental, com indústria brasileira para ganhar terreno nisso e colocar esses painéis, por exemplo, na região da Amazônia, a gente consegue fornecer um incentivo para a nossa indústria, a indústria cresce com tecnologia nacional, e a gente consegue colocar o Brasil, aí, sim, mais à frente, como protagonista no mundo. Isso não é para sempre, tem que ficar o tempo todo inovando, mas é uma possibilidade.

Desculpem falar bastante disso aí, mas é que é um assunto importante para o Brasil, que precisa ser trabalhado com estratégia no Governo, ou seja, o Executivo, com a gente aqui para ajudar também a que essas estratégias tenham resultados, junto com o setor privado.

Obrigado, Presidente.

De novo, Senador Fernando Dueire, parabéns aí pelo grande trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Votação simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Parabéns, Senador Fernando Dueire.

Segunda parte da nossa reunião.

2ª PARTE
ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 1993, DE 2024
- Terminativo -

Institui a Política Nacional de Coleções Biológicas Científicas.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CMA, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nº 1 a 9-CMA;

2. O Substitutivo, aprovado, será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

A Relatora é a Senadora Damares Alves, a quem quero dar os parabéns pela elegância, pois está num novo *look*. Parabéns, Senadora.

Concedo a palavra para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, antes, eu quero parabenizar o Senador pela avaliação e quero fazer coro a ele quando ele faz cumprimentos para a Consultoria, esses meninos e meninas que ficam ali no silêncio. Nós temos um quadro extraordinário nesta Casa, Senadores. São preparados, são dedicados, são muito solícitos, sempre à nossa disposição. E o seu relatório pode virar um livro, o seu relatório está perfeito, dá para fazer uma publicação, inclusive pela Comissão, desse relatório para a gente encaminhar às autoridades da área. Ficou muito bom. Parabéns pelo trabalho. Não é fácil, eu estou fazendo avaliação em uma Comissão, não é uma atividade fácil, porque a nossa avaliação pode dar norte depois à política pública. Então, parabéns e parabéns à Consultoria e à sua equipe de gabinete também, com certeza muito envolvida. Eu fiquei muito feliz, estava aqui acompanhando o relatório muito feliz. Parabéns.

Presidente, eu peço permissão para ir direto à análise, inclusive de uma forma resumida, porque o relatório do projeto já está apresentado há alguns dias, devidamente publicado, e é uma matéria de consenso.

Nós falamos com autoridades públicas, nós falamos com ex-Ministros – inclusive, um ex-Ministro é o autor da proposta – em muitas reuniões. A nossa última reunião com a equipe técnica demorou mais de quatro horas. Nossos gabinetes trabalharam em sintonia. Conversei com assessores de outros Senadores, com outros Senadores. Então, acho que nós chegamos a um consenso nesse voto, não é, Governo? O Governo está aqui. Acho que, no Governo, também tem consenso. É o que a gente fez de melhor. E ainda vai para a Câmara. Então, eu acredito que é um voto que atendeu as solicitações de todos que estão envolvidos com a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O projeto, Presidente, segue as regras regimentais e harmoniza-se com as regras do art. 218 da Constituição Federal, que determinam ao Estado promover o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. Não há ajustes quanto à técnica legislativa e jurídica.

De fato, a maior parte das coleções biológicas científicas encontra-se abrigada em universidades e outras instituições públicas, sob a responsabilidade de pesquisadores nas áreas de botânica, zoologia, medicina e segurança alimentar, apenas para mencionar alguns dos principais segmentos ligados à gestão das coleções brasileiras. Essas coleções estão sob a gestão de destacadas instituições, como a Embrapa, que tem coleções em unidades responsáveis pela gestão do patrimônio genético para a segurança alimentar, como a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia; o Museu Paraense Emílio Goeldi; o Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo; e a coleção científica do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, apenas para citar alguns exemplos.

Desde nosso parecer na Comissão de Meio Ambiente, que realizou ajustes na matéria por meio de emendas por mim apresentadas lá na Comissão, onde também fui Relatora, realizamos diversas reuniões com as sociedades científicas e instituições diretamente associadas às regras propostas, no sentido de aperfeiçoar ainda mais o projeto, para assegurar a implementação do marco regulatório pretendido. Sob a coordenação da minha equipe, essas instituições propuseram importantes aperfeiçoamentos. Devemos reconhecer como parte dessa construção, que contou com a participação também da equipe do Senador Astronauta Marcos Pontes, autor do projeto, a contribuição da Sociedade Brasileira de Zoologia, da Sociedade Botânica do Brasil, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, da Embrapa, do Museu de Zoologia da USP, dentre outros importantes atores.

Assim é que, como resultado desse trabalho para alinhar as regras propostas à realidade dos atores interessados e que serão diretamente afetados pelo marco regulatório pretendido, fizemos diversas alterações ao longo da proposição, mantendo, contudo, seu mérito, que é incontestável.

A importância desse marco regulatório merece o reforço de outro aspecto que apontamos em nosso parecer na Comissão de Meio Ambiente, considerando eventos que destruíram parte de algumas das coleções científicas mais valiosas de nosso país.

No incêndio no museu, por exemplo, naquele incêndio no Museu do Rio de Janeiro, nós perdemos uma coleção biológica importante. Por isso vem um marco para estabelecer algumas regras, inclusive, de segurança para essas coleções.

Nesta Comissão, ponderamos mais uma vez pela premência da instituição do marco regulatório proposto, por meio de normas gerais a serem seguidas nacionalmente a partir da política nacional a ser instituída pelo projeto em análise.

Com o objetivo de consolidar as sugestões trazidas pelos diversos atores da sociedade científica e das instituições públicas associadas à matéria, conforme aqui relatamos, apresentamos um substitutivo que mantém no mérito os ajustes aprovados pela CMA, com destaque para os seguintes aperfeiçoamentos: i) ajustes nos conceitos de coleção biológica científica, coleta, curador de coleções biológicas científicas; retirada de conceitos não utilizados ao longo das regras; e ajustes nos conceitos de conservação e diversidade biológica, para alinhá-los aos termos da Convenção sobre Diversidade Biológica; ii) alterações pontuais nos objetivos previstos e nas competências das instituições mantenedoras de coleções; iii) menção expressa ao dever do poder público de instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para a implementação das regras propostas; iv) menção expressa ao órgão federal de ciência e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tecnologia como responsável pela implementação da Política Nacional de Coleções Biológicas Científicas; v) regra inspirada no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para destinação de no mínimo 30% dos recursos de editais e programas de fomento a instituições das Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, de modo a fortalecer coleções localizadas nessas regiões – incríveis coleções na Região Norte, Presidente, incríveis! – ; vi) inclusão de penalidades pelo descumprimento das regras previstas, sobretudo para assegurar que as instituições que abrigam as coleções adotem medidas adequadas à proteção dos acervos, de modo a prevenir prejuízos imensos como os decorrentes dos incêndios que destruíram acervos do Instituto Butantan e do Museu Nacional, bem como ajuste nas regras sobre fiscalização do cumprimento da lei resultante; e, por fim, vii) previsão de prazo de sete anos para adequação às regras previstas, o que traz muita tranquilidade para os colecionadores, essa regra de transição ter um prazo de sete anos.

Do mesmo modo que atuamos na CMA, todos os aperfeiçoamentos aqui propostos estão em consenso com o autor do projeto, o ilustre Senador Astronauta Marcos Pontes. Creio, Senador, que nós dois juntos – tenho a alegria de estar junto nessa proposta – vamos deixar um presente para a ciência no país.

Meu voto, portanto, Presidente.

Somos pela regimentalidade, boa técnica legislativa, juridicidade, constitucionalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.993, de 2024, na forma do substitutivo que apresentamos, que já foi devidamente publicado, sem nenhuma contestação ao substitutivo, nenhuma emenda, nenhuma dúvida.

O substitutivo é enorme e, como já foi publicado, eu não vou ler.

Esse é o voto, o parecer, e eu peço apoio aos pares.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora Damares.

Lido o relatório, coloco em discussão.

Pois não, Senador.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Eu tenho que discutir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Claro, Senador.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Primeiro, quero agradecer e parabenizar a Senadora Damares pelo trabalho feito.

Esse assunto tem uma importância gigantesca, tanto do ponto de vista de preservação do patrimônio histórico do país como pela preservação das coleções científicas que são utilizadas para pesquisas em muitos lugares. Como foi dito, na Região Norte do país, nós temos ali coleções, como no Museu Goeldi, por exemplo, que são extremamente importantes para a pesquisa do país.

Infelizmente nós tivemos essas ocorrências, como lá no Museu Nacional, no Rio de Janeiro. E isso aconteceu, até onde eu sei, justamente pela presença de coleções úmidas, vamos dizer assim, com material inflamável, num espaço sem toda a proteção necessária para isso e compartilhando o espaço.

No Ministério, então, eu coloquei recursos para que fosse feito um outro prédio ali em frente ao Museu, num espaço em que havia um quartel dos bombeiros antigamente, para que essas coleções úmidas ficassem em local separado, com proteção. É um meio, mas a gente precisa ter uma legislação que proteja as nossas coleções no Brasil como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, também outros tipos de coleções são muito importantes para a preservação da nossa agricultura, por exemplo, da nossa capacidade de produção de alimentos. Sementes que são coletadas e guardadas precisam de um ambiente muito propício, muito especial. E isso, geralmente, é com muito baixa temperatura. Então, existem locais em regiões muito frias, como o norte da Europa, etc., onde elas podem ser depositadas. No Brasil, a gente não tem esses locais, mas certamente esse é um programa que pode ser feito em conjunto com outros países, por exemplo, na Antártica, para a preservação desse patrimônio, da alimentação do planeta.

Outro ponto importante são as questões de preservação de vírus, preservação de vários elementos que são danosos à agricultura ou para o ser humano, que precisam de uma proteção muito, mas muito especial, com um nível de biossegurança três, quatro, muitas vezes, o que também exige um cuidado e programas especiais. Ou seja, às vezes, quando a gente fala de coleção biológica, a pessoa acha que é uma coisa mais ou só para museu, e não é, não. Tem muitas outras coisas que podem e precisam ser feitas.

Então, parabéns, Senadora Damares. Eu tenho certeza de que um projeto como esse vai favorecer muito o país como um todo em vários aspectos.

Obrigado.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Marcos Pontes.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada com a abertura do painel eletrônico após a leitura e aprovação dos itens de forma simbólica.

O item 2 da pauta, o PL 6.417, de 2019, foi retirado a pedido do Relator, o Senador Izalci Lucas, devido à ausência dele para comparecimento à Comissão de Constituição e Justiça.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

2ª PARTE
ITEM 2
PROJETO DE LEI N° 6417, DE 2019
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA).

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Luis Carlos Heinze, Senadora Soraya Thronicke

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CRA e 2-CRA.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CRA, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nº 1 e 2-CRA;

2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.)

Vamos ao item 3 da pauta.

2ª PARTE
ITEM 3
PROJETO DE LEI N° 5066, DE 2020
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre o estímulo à pesquisa e à adoção de novas tecnologias na exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 7-PLEN, com a subemenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Serviços de Infraestrutura após a deliberação da CCT.

Astronauta Marcos Pontes, se puder ir direto ao voto, para a celeridade dos demais itens que estão previstos para a nossa sessão de hoje...

Obrigado.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Indo direto ao voto no item 3.

Esse item 3, do Senador Plínio Valério, trata da modificação da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para dispor sobre o estímulo à pesquisa e à adoção de novas tecnologias na exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e, no mérito, votamos pela aprovação parcial da Emenda nº 7-PLEN, na forma da subemenda a seguir.

SUBEMENDA Nº - CCT

(à Emenda nº 7-PLEN ao PL nº 5066, de 2020)

O art. 2º da Emenda nº 7-PLEN passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

'Art. 23. .....

.....

§4º Os contratados serão obrigados a realizar despesas qualificadas como pesquisa, desenvolvimento e inovação em montante equivalente a:

I – 1% (um por cento) da receita bruta da produção, nos contratos de concessão de campos de grande volume de produção ou de elevada rentabilidade;

II – 1% (um por cento) e 0,5% (cinco décimos por cento) da receita bruta dos campos pertencentes aos blocos detalhados e delimitados, respectivamente, nos contratos de partilha de produção e de cessão onerosa.'" (NR)

Este é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Marcos Pontes.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Serviços de Infraestrutura.
Item 4.

2ª PARTE
ITEM 4
PROJETO DE LEI N° 2252, DE 2022
- Não terminativo -

Declara como de especial interesse para a geração de conhecimento, de tecnologia e de inovação, bem como para o desenvolvimento brasileiro, nos termos do parágrafo único do art. 219 da Constituição Federal, os Centros de Pesquisa e de Inovação de Empresas (CPIEs).

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes
Relatório: Pela aprovação do Projeto e rejeição da Emenda n°1-CAE.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela CAE, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE;
2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

O Astronauta Marcos Pontes é o Relator.
Concedo-lhe a palavra para a leitura do relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Este PL 2.252 declara como de especial interesse para a geração de conhecimento, de tecnologia e de inovação, bem como para o desenvolvimento brasileiro, nos termos do parágrafo único do art. 219 da Constituição Federal, os Centros de Pesquisa e de Inovação de Empresas.

O voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.252, de 2022, e rejeição da Emenda nº 1-CAE.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação simbólica.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

2ª PARTE
ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 350, DE 2020
- Não terminativo -

Susta o Decreto nº 10.065, de 14 de outubro de 2019, que dispõe sobre a qualificação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. – Ceitec no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

Autoria: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes
Relatório: Pelo arquivamento do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania após a deliberação da CCT.
A relatoria também é do Senador Astronauta Marcos Pontes.
Concedo-lhe a palavra, Senador.
O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – O voto.
Diante do exposto, cumprido o disposto no §2º do art. 23 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, voto pelo conhecimento e arquivamento do Ofício "S" nº 68, de 2018, nos termos do inciso III do art. 133 do Regimento Interno do Senado Federal.
Esse é o voto.
O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
Os Senadores e as Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Está aprovado.
A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão, Constituição, Justiça e Cidadania.

2ª PARTE
ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 558, DE 2020
- Não terminativo -

Susta os efeitos do Decreto nº 10.578 de 15 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a dissolução societária do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. e a publicização das atividades direcionadas à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação no setor de microeletrônica.
Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA) e outros
Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes
Relatório: Pelo arquivamento do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania após a deliberação da CCT.
Com a palavra, o Senador astronauta Marcos Pontes.
O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – O PDL 558, de 2020, susta os efeitos do Decreto nº 10.578, de 15 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a dissolução societária do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A., a Ceitec, e a publicização das atividades direcionadas à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação no setor de microeletrônica.
O voto.
Ante o exposto, voto pelo arquivamento, devido à perda de objeto, do Projeto Decreto Legislativo nº 558, de 2020.
O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores e as Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada e será encaminhada à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Item 7.

2ª PARTE
ITEM 7
OFÍCIO "S" N° 68, DE 2018
- Não terminativo -

Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 37 do Decreto 8.945/2016, a análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da FINEP, referente ao período de 2017.

Autoria: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento do OFS 68/2018.

Observações:

A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor após a deliberação da CCT.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – O Ofício "S" 68, de 2018, encaminha, em cumprimento ao disposto no §3º do art. 37 do Decreto 8.945, de 2016, a análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da Finep, referente ao período de 2017.

O voto.

Diante do exposto, cumprido o disposto no §2º do art. 23 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, voto pelo conhecimento e arquivamento do Ofício “S” nº 68, de 2018, nos termos do inciso III do art. 133 do Regimento Interno do Senado Federal.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Senadoras e Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Em votação o substitutivo ao PL 1.993, de 2024, nos termos do relatório apresentado.

Solicito a abertura do painel eletrônico.

Quem concorda com o voto da Relatora, Senadora Damares, vota "sim" ao substitutivo.

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – A votação está iniciada, senhores.

Tem que fazer mais uma votação disto aqui? (*Pausa.*)

Solicito às assessorias dos Srs. Senadores membros da Comissão que peçam, por gentileza, o voto para que possamos ter o quórum necessário para a aprovação ou até mesmo rejeição do PL apresentado. Por favor. (*Pausa.*)

Pronto. Atingimos já o quórum necessário. A votação será encerrada. (*Pausa.*)

Votação encerrada.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Nós tivemos: SIM, 10; NÃO, nenhum voto.

Nenhuma abstenção.

Quórum: 11.

Está aprovado o substitutivo ao PL 1.993, de 2024.

Ficam prejudicados os projetos e as Emendas nºs de 1 a 9, da CMA.

O substitutivo aprovado será submetido a turno suplementar nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Consulto os Srs. Senadores se podemos submeter o substitutivo ao PL 1.993 a esse turno suplementar. (*Pausa.*)

Aprovado.

Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Em apreciação o substitutivo em turno suplementar.

Exponho que poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido apresentadas emendas no turno suplementar, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Antes de encerrarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário Oficial da União.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Senhores, quero, na minha despedida como Presidente desta Comissão, deixar aqui também alguns posicionamentos desses dois anos em que aprendi muito, em que, juntos, nós avançamos muito e demos ao país uma contribuição e uma discussão de altíssimo nível e uma contribuição muito importante para o desenvolvimento da ciência e, principalmente, para a discussão sobre a falta de financiamento para nós, brasileiros, porque nossos governos, um após outro – de direita, de esquerda –, não têm dado a atenção devida ao setor.

Ontem comentei, durante o Plenário, Senadora Damares, que o mundo, hoje, se une na competitividade e que nós precisamos também nos unir a quem está na fronteira desse conhecimento. E, ao contrário, nossa política externa tem nos levado a um lado obscuro da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

humanidade, a um lado em que a ciência e tecnologia, muitas vezes, é dada apenas para o princípio da morte, e não o da vida e do desenvolvimento.

Falo abertamente sobre a posição brasileira, que hoje se alinhou ao Irã, por exemplo, que usa da tecnologia para a construção de uma bomba atômica, um país que apoia grupos terroristas do mundo todo e que tem, da política externa brasileira, um apoio absurdo do nosso Chanceler Celso Amorim, por questões até particulares.

Do outro lado, o Brasil tem em Israel, hoje, quase que um desafeto pelo nosso Itamaraty, um país de onde todos os aviônicos da nossa produção vêm, que é a nossa principal pauta de importação. Nossos sistemas de segurança, nossos sistemas de defesa, todos vêm e podem ser desenvolvidos com parceria no Estado de Israel.

Então, a nossa política externa hoje nos atrasa, e isso é preocupante.

Temos, por outro lado, os Estados Unidos, a Europa, um bloco ocidental muito bem consolidado, que se juntou à Índia, que estava aí, há 30 anos, dezenas de passos atrás do Brasil no combate à miséria, ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, e que, muito em breve, será a terceira maior economia do mundo e, principalmente, um dos principais celeiros de desenvolvimento de processos tecnológicos.

E eles se uniram, ao contrário do Brasil – que caminhou para o lado do atraso nessa questão. Eles se uniram: durante o dia, as empresas desenvolvem nos Estados Unidos, na Europa, no lado ocidental; quando vão dormir, é dia na Índia, as empresas parceiras na Índia continuam o trabalho de desenvolvimento. Então, muito mais rapidamente eles produzem patentes, eles oferecem ao mundo soluções e eles conseguem gerar empregos de alta qualidade na engenharia, entre a medicina, e vão recebendo do mundo, naturalmente, a atenção e os contratos que nós, brasileiros, estamos perdendo.

Nós, um país gigante, com uma série de possibilidades, nesses últimos 30 anos só retrocedemos. Políticas importantes de desenvolvimento, ciência e tecnologia, no Brasil, vacinas, aeroespacial, na própria aviação, semicondutores, como nós discutimos hoje aqui... Queríamos entregar e vender uma empresa que pode ser uma das principais produtoras de semicondutores do mundo. Nós queríamos fechar a empresa!

Então, a nossa visão de mundo precisa avançar.

Agora, na discussão da nossa Comissão da inteligência artificial, coloquei aqui: "Vamos ficar atentos. O Brasil pode ser o grande celeiro para a questão de nós trazermos para cá todos os sistemas de inteligência artificial que ficaram arquivados".

O Brasil tem condições de ter um centro de desenvolvimento: nós temos energia, nós temos estabilidade terrena – nós não temos terremoto –, não temos nada que possa afetar esses centros, e isso tem que ser trazido para o Brasil.

São trilhões em investimentos, mas, infelizmente, nós ainda nos debatemos em questões muito pequenas, partidariamente, até de comportamento ou de questões de socialismo, comunismo... Isso aí nos atrasa, e nós temos a obrigação de chamar a atenção do país sobre tudo isso.

Eu me recordo de que, ao ser eleito para presidir este Colegiado, declarei que buscaríamos ampliar a pesquisa científica e assegurar investimentos nesse setor tão importante para o desenvolvimento do Brasil. Gostaria de recuperar algumas dessas falas e posicionamentos, a fim de medir, por essa régua, o quanto fomos fiéis ao nosso diagnóstico inicial e às medidas que aspirávamos tomar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na ocasião, pus em relevo a necessidade de trabalhar para que todos os brasileiros tivessem acesso a tecnologias importantes, como a ampliação e o acesso pleno à quinta geração de redes móveis, a rede 5G, inclusive em setores como o agronegócio e a mineração.

"Como tornar o Brasil mais moderno tecnologicamente?". "Como levar ao povo brasileiro mais facilidade de acesso à tecnologia e a informações de qualidade?". Foram duas das perguntas que lancei inicialmente ao debate.

A implantação de políticas de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação pressupõe transversalidade e diálogo com uma ampla gama de atores sociais e políticos, a fim de contribuir para a organização institucional do setor. Assim, falávamos em procurar o Ministério da Educação e o da Ciência, Tecnologia e Inovação, as agências de financiamento, vários outros órgãos afetos às nossas competências regimentais.

Essa interlocução foi uma constante em nossos trabalhos aqui na CCT. Ciente das diferenças inter e intrarregionais e em consonância com os dispositivos constitucionais que impõem o objetivo de diminuir as assimetrias dentro da Federação, destaquei, como prioridade da gestão, ajudar os estados na implementação das políticas públicas de ciência e tecnologia. Afirmei que, no Brasil, sendo muito grande, muitas vezes os recursos não chegam à quantidade correta para a implementação das políticas públicas de tecnologia e afirmei que gostaria de trabalhar para destravar isso, para que possamos levar desenvolvimento tecnológico de forma mais célere a todos os estados brasileiros.

Por fim, também detectei a necessidade de avançar na análise e votação de um enorme quantitativo de matérias que se encontravam paradas na Comissão: exatamente 661 proposituras.

Sras. e Srs. Senadores, listei brevemente alguns dos objetivos que identifiquei no início do biênio 2023-2024. Na verdade, os desafios eram e continuam a ser muito maiores e mais diversificados, mas creio que, com união, perseverança e muito trabalho, estivemos à altura da missão a que nos consagramos.

Com a ajuda de V. Exas. e a valiosíssima colaboração da Vice-Presidente Soraya Thronicke, a quem agradeço, enfrentamos um conjunto de matérias que figuram entre as mais importantes em discussão no Parlamento, matérias que tratam de assuntos de grande relevância para o Brasil, para toda a nossa população, num cenário em que vínhamos de grande recuo nos investimentos em ciência, tecnologia e inovação no período pós-pandêmico.

Ficou decidido que a linha mestra de nossa atuação consistiria em tratar de mecanismos para superar os óbices à inovação do Brasil, não apenas identificando dificuldades, mas, ao contrário, apresentando soluções concretas, e contribuir, assim, para o desenvolvimento econômico e científico do país.

Para tanto, promovemos dezenas de reuniões, encontros, audiências públicas, inclusive interativas, nas quais pudemos ouvir o setor público, a iniciativa privada, o meio acadêmico, as diversas associações relacionadas com a promoção da ciência e tecnologia. Assim, foi possível debater uma temática ampla, complexa e de fundamental importância.

Foi o caso das perspectivas de robustecimento da indústria nacional de semicondutores e de dinâmica do mercado internacional do setor, incluindo a reversão da Ceitec, a empresa de semicondutores anteriormente destinada ao fechamento e à liquidação, uma completa falta de visão sobre a capacidade deste país – é algo impressionante. E não é de agora, não é, Senador? Porque, por muito pouco, nós não entregamos a Embraer ao controle estrangeiro, e a empresa seria retirada do Brasil –; também da escassez de mão de obra especializada em TI no nosso país e das iniciativas de repatriação de cérebros, desafios relativos ao financiamento das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

universidades federais, dos programas de pós-graduação e do fomento à pesquisa; o impacto e a governança do Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o FNDCT, o PAC da ciência em programas como Conecta e Capacita; a pauta da interação entre saúde, ciência e tecnologia; complexo industrial da saúde, entre outros assuntos fundamentais.

Permitam-se os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras citar alguns poucos projetos de lei que aprovamos aqui na CCT.

Acabo de mencionar a área da saúde. Então, convém destacar o PL 4.467, de 2021, do Senador Alessandro Vieira, brilhantemente relatado pelo Senador Astronauta Marcos Pontes, que dispõe sobre a destinação dos recursos do FNDCT para projetos, programas e pesquisas de imunobiológicos, estimulando a produção de vacinas, diminuindo a nossa dependência do Brasil de insumos biológicos do exterior, iniciativa nascida das desventuras da pandemia.

Entre as matérias que fizemos avançar, incluo também o PL 3.269, de 2019, iniciativa do saudoso Senador Major Olimpio, que institui o chamado "silêncio positivo", ou seja, concede autorização para instalar infraestrutura de suporte às redes de telecomunicações em área urbana, após 60 dias, caso não haja decisão do município sobre o licenciamento dentro do prazo. Trata-se de medida desburocratizante, capaz de agilizar a instalação de torres de celular, por exemplo, em tempo hábil e necessário para facilitar a vida da população.

Já o PL 5.451, de 2019, de autoria do Senador Zequinha Marinho, relatado pelo Senador Vanderlan Cardoso, altera a legislação dos fundos constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para acrescentar, entre os setores passíveis de financiamento, os projetos de PDI, isto é, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Obviamente, essa nova possibilidade potencializa o objetivo central dos referidos fundos, que é contribuir para o desenvolvimento social e econômico dessas regiões.

Também aprovamos o PL 2.838, de 2020, do Senador Izalci Lucas, por mim relatado, que moderniza a chamada Lei do Bem, Lei nº 11.196, de 2005, adaptando-a aos novos modelos de negócio e inovação. Trata-se de uma demanda antiga do setor industrial brasileiro.

Ela promove alterações significativas na legislação, ao permitir o fluxo de investimentos e a continuidade de projetos em momentos de crise econômica, favorecendo a inovação, ao incluí-la no rol de despesas dedutíveis de investimentos em empresas de tecnologia, as *startups*.

Em relação a essas empresas inovadoras, aprovamos o PL 2.831, de 2019, de autoria da ilustre Senadora Leila Barros, o qual cria medidas de estímulo a empresas de base tecnológica, comumente designadas como *startups*, cujas fundações ainda não tenham excedido 60 meses de existência.

Na mesma linha, da lavra do Senador Randolfe Rodrigues, encontra-se em tramitação na Comissão, sob minha relatoria, o PL nº 3.466, de 2019, o qual institui o Fundo de Financiamento às Empresas Startups, visando a obter recursos para financiar projetos de inovação em empresas nascentes e intensivas em conhecimento de tecnologia.

Igualmente as áreas de fronteira tecnológica. Analisamos o PL 880, de 2019, de autoria do Senador Jorginho Mello, considerado vital para a promoção do desenvolvimento científico, pesquisa, inovação e capacitação.

O PL ficou conhecido como Marco Legal da Nanotecnologia e Materiais Avançados. A relatoria está a cargo da competente Senadora Teresa Leitão.

Em paralelo, do mesmo autor, tramita o Projeto de Lei Complementar nº 23, de 2019, que visa a incluir empresas de nanotecnologia no sistema de tributação Simples Nacional.

Atualmente, tramita na CCT o PL 6.417, de 2019, de autoria dos Senadores Styvenson Valentim, Luis Carlos Heinze e Soraya Thronicke, com relatoria do Senador Izalci Lucas. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

projeto dispõe sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária, o SNPA, criando um segmento próprio para a agricultura no âmbito do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Trata-se de uma iniciativa bem-vinda para um setor que se caracteriza, cada vez mais, pelo uso intensivo de novas tecnologias em suas atividades.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, antes de terminar, quero discorrer brevemente sobre a recente aprovação do PL 2.338, de 2023, que trata da regulação da inteligência artificial em nosso país.

A aprovação se deu no âmbito da Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial, sob a minha Presidência. Fui muito honrado por essa designação e por essa responsabilidade.

Após meses de trabalho árduo e incansável, pudemos obter alguns consensos sobre essa matéria verdadeiramente atual e indispensável para toda ação humana nas décadas vindouras.

Avaliamos o relatório da Comissão de Juristas criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 4, de 2022, e recebemos dezenas de especialistas de áreas distintas da academia e do setor privado, assim como técnicos e autoridades do Governo.

Examinamos, comparativamente, a legislação e a experiência internacionais; debatemos, internamente, até os limites da exaustão; mas, enfim, aprovamos uma legislação moderna, aberta e, a meu ver, suficiente para regular a matéria e conter eventuais excessos e incidentes.

É impossível descrever, neste pronunciamento, o total de características da nova legislação, mas me orgulha ter tido um cuidado rigoroso com a manutenção dos direitos fundamentais e zelo com os direitos autorais, além de não descuidar de mecanismo para a contenção de riscos excessivos.

Prezados colegas, há motivos de sobra para estarmos orgulhosos do trabalho desenvolvido durante o biênio 2023-2024 nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática. Com certeza, travamos o bom combate, contribuímos para formatar um país melhor, fundado nas boas práticas da ciência, da pesquisa, da tecnologia e da inovação.

Felicito aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras, agradecendo sua boa vontade e aptidão técnica, a paciência...

Agradeço também a todos os servidores da CCT, na figura do eminente Secretário, Sr. Leomar Diniz, profissionais de elevado calibre, que tão bem nos assessoram nessa empreitada.

Era o que eu tinha a dizer, e agradeço a todos mais uma vez, desejando desde já, apesar de termos uma semana de muito trabalho, a semana que vem, que seja um Natal de muitas felicidades e um Ano Novo muito abençoado, de novas conquistas para todos nós.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, eu preciso me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Pois não, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Como dizer tudo isso para o Brasil? Como dizer tudo isso para o seu estado, para o povo que o elegeu? Eu não consigo, porque o trabalho que esta Comissão fez, nesses dois anos, é digno de aplausos, é digno de louvor, é digno de a gente aplaudir em pé. E que seu estado saiba disso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – As grandes entregas... E o senhor se tornou Presidente de uma Comissão num período extremamente complicado. O início desta legislatura não foi fácil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Havia muita tensão, muita tensão.

A gente vem de um pós-8 de janeiro, todo mundo dividido, todo mundo brigando, e os novos chegaram e os novos ocuparam esta Comissão. Veio eu, veio o astronauta, a resistência, e o senhor soube conduzir as diferenças, os embates, de uma forma, com tanta maestria... O senhor nos uniu nesta Comissão.

Tem até Senador que não gostava de mim que começou a gostar de mim por causa desta Comissão. (*Risos.*)

De uma hora para a outra, o senhor me tornou uma cientista. Eu estou dando colaboração extraordinária para a ciência.

E, assim, a forma como o senhor nos uniu, o senhor nos conduziu... O senhor deixou registrada a sua marca nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O Brasil precisa saber disso, porque nós somos tão criticados, Presidente. Lá fora, estão falando tão mal de nós, Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Sim, verdade.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E, num breve relatório que o senhor fez, o senhor não colocou tudo. O relatório que o senhor apresentou aí, o Brasil precisa entender que a gente não parou, e o senhor, inclusive, ainda teve um outro desafio: foi para um pleito eleitoral. Mas esta Comissão não parou um minuto. Não só esta Comissão, como também o trabalho especial que o senhor fez com relação à inteligência artificial.

Somos uma das primeiras nações do mundo a entregar uma legislação sobre inteligência artificial. Tem ideia do que é isso? Nós saímos na frente de muitas nações. Nações milionárias, nações extremamente desenvolvidas, e a gente ousou... Olha só: nós ousamos, o senhor ousou conduzir todo o trabalho...

E eu preciso apenas dizer mais uma coisa: o senhor conseguiu fazer um diálogo entre fé e ciência nesta Comissão, e que a comunidade cristã lá do seu estado veja isto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... com que equilíbrio o senhor fez essa condução, e o Brasil entendendo que a ciência, sem a fé, não existe. O senhor fez isso, respeitando todos os credos.

E o senhor também ousou deixar aqui a garantia da liberdade de expressão.

Vieram algumas propostas aqui que colocavam a liberdade de expressão em risco, e o senhor conduziu de tal forma que atendeu às demandas, mas garantiu todos os nossos direitos constitucionais, todas as nossas liberdades constitucionais.

O senhor foi incrível, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, eu precisava fazer esse registro. Fiquei aqui até agora, não estou bem de saúde hoje, mas quis ficar aqui até agora para fazer esse registro.

E obrigada, obrigada por tudo, e, claro, com essa equipe incrível da Comissão, não é? Eu, que já estive do lado de lá, como assessora, eu faço questão de fazer o registro: essa equipe foi incrível esses dois anos.

Que Deus o abençoe, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Amém. Muito obrigado.

Pois não, Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Bom, vou me somar aqui à Senadora Damares e parabenizar a nossa equipe aqui também.

Várias vezes eu estive sentado aí, conduzindo, e o pessoal aí é realmente importante e competente em tudo isso.

Quero parabenizá-lo pela condução aqui da nossa Comissão.

E uma coisa importante de ser colocada é que a ciência, tecnologia e inovações sempre foram elementos de futuro e agregação. Eu espero que isso aí seja visto no Brasil da forma como precisa ser feito, a gente precisa unir o Brasil. Eu acho que ciência, tecnologia e inovação são capazes de ajudar. Se a gente tiver esse consenso e essa consciência da importância desses setores como estratégicos para o país que a gente sempre sonha, nós vamos colocar para funcionar isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador.

Quero agradecer as palavras, Senadora Damares, e dizer que a senhora vai entender bem minhas palavras aqui. Existe uma política para aqueles que querem trabalhar, porque este Senado tem muito trabalho para quem quer trabalhar. Quem não quer trabalhar, desaparece nesses corredores bilionários aqui, a gente nem vê, mas, para aqueles que querem, como nós: a senhora presente, Fernando Dueire presente, Izalci Lucas presente, Senador Marcos Pontes presente, sempre um grande apoiador, em todos os momentos que precisei estavam aqui e vários outros Senadores... Mas existe uma espécie na política de síndrome de Jeremias, o profeta que dizia que era preciso que as pessoas ficassem atentas e mudassem as suas decisões, porque o profeta não é aquele que prevê futuro, isso aí é conversa. O profeta é aquele que diz assim: " Olha, se vocês não mudarem essas decisões, vai acontecer isso lá na frente". É uma questão até matemática do ser humano. E ele – a senhora entende bem –, falava sobre isso, sobre a destruição que viria se as pessoas não mudassem o comportamento.

Então, hoje o Brasil... Nós estamos aqui dizendo àqueles que estão no Executivo, que têm a obrigação de conduzir as políticas de crescimento do país, que nós estamos num caminho muito perigoso. Há um caminho em que a ciência e tecnologia no mundo avança com uma rapidez impressionante. Como eu disse: de dia uma parte do mundo trabalha quando dorme a outra parte do mundo; uma China, que se agiganta cada vez mais, e que, por si só, já hoje, abocanha a maior parte de toda a tecnologia do mundo e não divide isso com ninguém, só com parceiros onde ela compra os básicos. O Brasil, cada vez mais, apenas em *commodities*, cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

vez mais apenas no primário. É uma nação que envelhece, uma nação que tem hoje uma avaliação de ensino público entre as piores do mundo e é um país que investe o quarto maior orçamento PIB do mundo, mas não tem o resultado que espera. Eu, guardado naturalmente, tudo...

Agora, o senhor veja bem: nós estamos, pela primeira vez na história, com uma geração que tem um QI menor do que as gerações anteriores. Isso é muito preocupante, porque os empregos vão ficar cada vez mais qualificados. Nós aqui estamos falando em trazer os cérebros de volta. Quais cérebros brasileiros que hoje recebem todo e qualquer apoio... Eles não voltam para cá.

Nós recebemos nesta Comissão Parlamentares da Alemanha que vieram aqui preocupados porque a Alemanha tem 450 mil vistos de trabalho, e eles querem os brasileiros, porque os brasileiros não são radicais na religião, os brasileiros se dedicam ao trabalho, os brasileiros são alegres, os brasileiros convivem bem e se adaptam rapidamente a qualquer lugar. Eles estiveram aqui perguntando: "Olha, haveria algum problema nas relações entre o Brasil e a Alemanha se nós déssemos vantagem aos brasileiros?" Não. Ou seja... Mas quem eles querem? Eles querem os nossos engenheiros do ITA, eles querem os nossos engenheiros das universidades federais, os nossos arquitetos, querem os nossos técnicos na área de tecnologia da informação. Eu falo pelo meu estado aqui. Nós temos uma das poucas fábricas de helicópteros no mundo, que está lá no sul de Minas, que é um centro de tecnologia, juntamente com a Universidade Federal de Itajubá, que, por ser em Minas, é o centro de referência brasileira de pesquisa de petróleo em alta profundidade. Está lá. E a empresa não consegue manter os profissionais que forma. Eles têm lá um curso, entre os poucos do mundo, em formação de especialistas em guerra digital, porque guerras hoje não são mais aquela coisa de tropas. Guerra hoje é sistema que luta contra sistema para poder desorganizar. Nós temos gente formada, mas essas pessoas se formam e já não ficam no Brasil. Nós temos uma escola, vou reduzir, uma escola de ensino médio que forma técnicos em energia fotovoltaica. Saem de lá alunos e alunas especialistas em energia fotovoltaica. Não ficam no Brasil. Não ficam no Brasil! Eles já saem contratados por empresas estrangeiras. Então, nós deixamos...

Agora, a Índia viveu isso há uns 30 anos. Os indianos saíram para os Estados Unidos, foram para o Vale do Silício, trabalharam silenciosamente, como eles trabalham, porque eu trabalhei com os indianos muito tempo e eu sei o quanto eles aprendem silenciosamente. Eles são muito disciplinados, humildes, mas são de uma inteligência e de uma sagacidade impressionantes. Eles foram para os Estados Unidos, cresceram profissionalmente, e o que fizeram? Voltaram para a Índia, usaram a mão de obra barata e criaram sistemas de apoio à economia americana e à economia inglesa, o que está fazendo com que a Índia cresça muito rapidamente na questão da produção tecnológica.

Essa visão de futuro nos falta aqui, uma visão que não seja só o amanhã. E isso, infelizmente, não tem sido de direita nem de esquerda, tem sido uma prática de governos. A gente tem orçamentos muito bonitos, políticas públicas muito lindas no papel, mas, na execução, o Brasil ainda continua sendo um país lento na tomada de decisões. Mas nós demos a nossa contribuição, e eu fico muito feliz de ter compartilhado com vocês aqui essa Presidência.

Muito obrigado.

Muito obrigado a todos e também aos assessores que acompanharam aqui o trabalho ao longo deste ano de 2024.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 09 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e oito minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Eliziane Gama, reúne-se a Comissão de Defesa da Democracia com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Soraya Thronicke, Weverton, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Humberto Costa e Wellington Fagundes, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Angelo Coronel, Romário, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Renan Calheiros, Randolfe Rodrigues, Ana Paula Lobato, Carlos Portinho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CDD ao PLOA 2025**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CDD à CMO, referentes ao PLOA 2025 (PLN 26/2024), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025". Relatora: Senadora Teresa Leitão. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à apresentação, pela Comissão de Defesa da Democracia, das seguintes emendas de apropriação: **1)** Número: 505520001 |código da UO: 84201 (Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI) | Ação + Subtítulo: Direitos Pluriétnicos Culturais e Sociais dos Povos Indígenas – Nacional (21BO) | Localidade: Nacional | Valor: R$ 40.000.000 | Autor da emenda: Senador Humberto Costa (Proposta nº 15, CDD). Essa ação também foi objeto de emenda pelos senadores Teresa Leitão (Proposta nº 20, CDD) e Fabiano Contarato (Proposta nº 28, CDD). **2)** Número: 50520002 | Unidade orçamentária: 63101 (Advocacia-Geral da União) | Ação + Subtítulo: Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais - Nacional (2674)| Localidade: Nacional | Valor: R$ 700.000.000| Autora da emenda: Senadora Eliziane Gama (Proposta nº 29, CDD). **3)** Número: 50520003 |Unidade orçamentária: 65101 (Ministério das Mulheres - Administração Direta) |Ação + Subtítulo: Fomento à Participação Efetiva das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão – Nacional (21GF) | Localidade: Nacional | Valor: R$ 200.000.000| Autora da emenda: Senadora Eliziane Gama (Proposta nº 30, CDD). Essa ação também foi objeto de emenda pelos senadores Renan Calheiros (Proposta nº 2, CDD), Wellington Fagundes (Proposta nº 8, CDD) e Ana Paula Lobato (Proposta nº 19, CDD). **4)** Número: 50520004 | Unidade orçamentária: 30101 (Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta) | Ação + Subtítulo: Democratização do Acesso à Justiça e à Cidadania – Nacional (21F0) | Localidade: Nacional | Valor: R$ 100.000.000| Autora da emenda: Senadora Eliziane Gama (Proposta nº 31, CDD). Essa ação também foi objeto de emenda pelos senadores Renan Calheiros (Proposta nº 1, CDD),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Wellington Fagundes (Proposta nº 5, CDD), Humberto Costa (Proposta nº 16, CDD), Ana Paula Lobato (Proposta nº 18, CDD), Teresa Leitão (Proposta nº 21, CDD) e Fabiano Contarato (Proposta nº 26, CDD). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte minutos. A presente Ata foi aprovada e será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Eliziane Gama
Presidente da Comissão de Defesa da Democracia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e vinte e oito minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Eliziane Gama, reúne-se a Comissão de Defesa da Democracia com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Soraya Thronicke, Eduardo Braga, Weverton, Teresa Leitão, Ana Paula Lobato, Omar Aziz, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Wellington Fagundes e Jaime Bagattoli, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Esperidião Amin, Zenaide Maia, Augusta Brito, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Jorge Kajuru, Izalci Lucas e Jussara Lima, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Renan Calheiros, Randolfe Rodrigues, Carlos Portinho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CDD ao PLDO 2025**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CDD à CMO, referentes ao PLDO 2025 (PLN 3/2024), que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências". Relatora: Senadora Teresa Leitão. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, pela apresentação das seguintes 3 (três) emendas ao anexo de Prioridades e Metas: **1)** Número: 50520001 | Ementa: Emenda 1 LDO (sugestão 1) - CDD - Ana Paula Lobato - Ampliação da participação efetiva das mulheres nos espaços de poder e decisão. | Alteração meta: 2.000 | Código ação: 21GF | Autora: Senadora Ana Paula Lobato. **2)** Número: 50520002 | Ementa: Emenda 2 LDO (sugestão 3) - CDD - Eliziane Gama - Formação em MBA em Comunicação Digital e Defesa da Democracia. | Alteração meta: 70.000 | Código ação: 2674 | Autora: Senadora Eliziane Gama. **3)** Número: 50520003 | Ementa: Emenda 3 LDO (sugestão 4) - CDD - Eliziane Gama - Direitos Pluriétnicos Culturais e Sociais dos Povos Indígenas. | Alteração meta: 2.000 | Código ação: 21BO | Autora: Senadora Eliziane Gama. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e quatro minutos. A presente Ata foi aprovada e será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Eliziane Gama
Presidente da Comissão de Defesa da Democracia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Eliziane Gama, reúne-se a Comissão de Defesa da Democracia com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Soraya Thronicke, Eduardo Braga, Weverton, Teresa Leitão, Ana Paula Lobato, Omar Aziz, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Wellington Fagundes e Jaime Bagattoli, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Esperidião Amin, Augusta Brito, Angelo Coronel, Sérgio Petecão e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Renan Calheiros, Randolfe Rodrigues, Carlos Portinho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4400, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para punir a invasão e apropriação de conta em rede social, bem como a extorsão mediante invasão ou apropriação de conta em rede social." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão (*Ad hoc*), substituiu Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação, com 2 emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDD, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 01 e 02-CDD. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 651, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos digitais; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1712, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Inclui no rol do Art. 9º da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950 a divulgação de informações falsas como crime contra a probidade na Administração Pública." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDD, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 01-CDD. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3916, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para sancionar os responsáveis por pesquisas eleitorais realizadas às vésperas do pleito que divirjam dos resultados da votação além de sua margem de erro." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Eliziane Gama
Presidente da Comissão de Defesa da Democracia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/10

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Fala da Presidência.) – Quero declarar encerrada esta presente reunião e imediatamente aberta a 13ª Reunião da Comissão em Defesa da Democracia, destinada à deliberação de matérias.

Vamos então aqui perguntando à Senadora Teresa Leitão se ela admite ser Relatora *ad hoc* de dois projetos que estão na Ordem do Dia.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4400, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para punir a invasão e apropriação de conta em rede social, bem como a extorsão mediante invasão ou apropriação de conta em rede social.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação, com 2 emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Comunicação e Direito Digital e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

2. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 22/05/2024, 06/06/2024, 10/07/2024 e 12/11/2024.

Relatoria: Senador Weverton Rocha, que, neste momento, será substituído pela Senadora Teresa Leitão.

Concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão, para a leitura do relatório, na condição de Relatora *ad hoc*.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Vou direto à análise, Sra. Presidenta.

Não observamos óbice de inconstitucionalidade ou de injuridicidade na matéria.

No mérito, consideramos que a proposição é conveniente e oportuna, pelas razões já aduzidas pela autora na sua justificação.

No que pertine à técnica legislativa, contudo, é de rigor que façamos as seguintes observações:

I - Alterações no art. 154-A do CP.

I.1 - Quanto ao *caput* do art. 154-A:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A redação proposta retira do *caput* do art. 154-A a finalidade específica de obter, adulterar ou destruir dados ou informações ou de instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita, de modo que, para a ocorrência da prática delituosa, bastaria a apropriação indevida da conta em rede social ou a invasão não autorizada de dispositivo informático.

Do nosso ponto de vista, essa alteração é positiva, pois nos moldes da redação vigente incumbe à acusação provar a finalidade específica do agente para que se caracterize o crime. Nos termos da redação proposta, bastaria a prova da invasão não autorizada do dispositivo ou da apropriação indevida da conta em rede social.

Quanto à técnica legislativa, preferimos inverter a ordem de aparição das condutas, deslocando a apropriação indevida de conta em rede social para o final do *caput*. Isso porque o *nomen juris* do delito permanece "Invasão de dispositivo informático".

Além disso, a inclusão de uma nova conduta no *caput* demanda ajuste meramente gramatical na figura equiparada no §1º do art. 154-A do CP.

I.2 - Quanto ao §2º do art. 154-A:

O PL acrescenta, como causa especial de aumento da pena, a ocorrência de "qualquer outro dano para a vítima", além do prejuízo econômico, que já está contemplado na redação vigente. Ademais, acrescenta, no próprio dispositivo que aumenta a pena, a condicionante de o fato não constituir crime mais grave.

Quanto a este ponto, preferimos manter a redação atual do §2º do art. 154-A do CP.

Entendemos que os crimes descritos no *caput* causam inerente dano à vítima – pois, de outro modo, não se justificaria a criação de uma norma penal incriminadora –, de modo que o aumento de pena apenas se justificaria ante a presença de prejuízo econômico, além do dano inerente às condutas criminalizadas.

Ademais, o fato de a conduta não constituir crime mais grave estaria mais bem posicionado como condicionante da pena prevista no *caput* e não no parágrafo que estabelece causa especial de aumento de pena. Ainda assim, pela natureza das condutas, que são bem especificadas, não vislumbramos hipótese de que constituam crime mais grave. Se porventura for praticado outro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crime, além do descrito no art. 154-A do CP, em vez de se aplicar a condicionante, seria o caso de concurso material, com a aplicação concomitante das penas cominadas a cada uma das condutas praticadas.

No mais, a redação do §1º do art. 154-A terá que ser ajustada para prever a forma plural, em razão de o *caput* passar a descrever mais de uma conduta delituosa.

Feitas essas observações, a melhor redação para art. 154-A do CP, do nosso ponto de vista, seria a seguinte:

> "Art. 154-A. Invadir dispositivo informático de uso alheio, conectado ou não à rede de computadores, sem autorização expressa ou tácita do usuário do dispositivo, ou apropriar-se indevidamente de conta alheia em rede social:
> .....
> §1º Nas mesmas penas incorre quem produz, oferece, distribui, vende ou difunde dispositivo ou programa de computador com o intuito de permitir a prática das condutas definidas no *caput*.
> ....."

II - Inserção do novo art. 160-A no CP.

Quanto a este ponto, observamos que o núcleo da conduta não está condizente com o *nomen juris* do crime. Com efeito, o art. 160-A não descreve a extorsão, mas repete a definição do crime de apropriação indevida de conta alheia em rede social, desta feita inserindo finalidade específica (semelhante à que suprimiu na redação proposta para o *caput* do art. 154-A).

Melhor seria se o dispositivo tivesse, como núcleo, a exigência de dinheiro ou de vantagem como condição para a restituição da conta usurpada. Além disso, seria bom prever que a pena se aplica independentemente da cominada no art. 154-A.

Por último, consideramos exagerada a pena cominada, que pode chegar a oito anos de reclusão.

Tudo considerado, sugerimos a seguinte redação:

> "Extorsão decorrente de apropriação indevida de conta alheia em rede social

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Art. 160-A. Exigir, para si ou para outrem, o recebimento de dinheiro ou de qualquer tipo de vantagem, como condição para restituir, ao seu titular, conta em rede social de que se apropriou indevidamente:
> Pena – reclusão, de quatro a seis anos, sem prejuízo das penas previstas no art. 154-A deste Código."

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.400, de 2021, com as seguintes emendas:

Dê-se ao art. 154-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, alterado pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 4.400, de 2021, a seguinte redação:

> "Art. 154-A. Invadir dispositivo informático de uso alheio, conectado ou não à rede de computadores, sem autorização expressa ou tácita do usuário do dispositivo, ou apropriar-se indevidamente de conta alheia em rede social:
> .....
> §1º Nas mesmas penas incorre quem produz, oferece, distribui, vende ou difunde dispositivo ou programa de computador com o intuito de permitir a prática das condutas definidas no *caput*.
> ....."

A segunda emenda:

Dê-se ao art. 160-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, inserido pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 4.400, de 2021, a seguinte redação:

> "Extorsão decorrente de apropriação indevida de conta alheia em rede social
> Art. 160-A. Exigir, para si ou para outrem, o recebimento de dinheiro ou de qualquer tipo de vantagem, como condição para restituir, ao seu titular, conta em rede social de que se apropriou indevidamente:
> Pena – reclusão, de quatro a seis anos, sem prejuízo das penas previstas no art. 154-A deste Código."

Esse é o voto, Sra. Presidenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Senadora Teresa Leitão.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas de nºs 1 e 2.

A matéria vai à Comissão de Comunicação e Direito Digital.

Vamos agora ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1712, DE 2024

- Não terminativo -

Inclui no rol do Art. 9º da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950 a divulgação de informações falsas como crime contra a probidade na Administração Pública.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatório: Pela aprovação, com a emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Alessandro Vieira, que será substituído, neste ato, pela Senadora Teresa Leitão.

Concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão para a leitura do relatório, na condição de Relatora *ad hoc*.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Da mesma maneira, eu vou direto à análise, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Sim.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nos termos do art. 104-D, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Defesa da Democracia opinar sobre questões relativas à defesa das instituições democráticas e liberdade de expressão e manifestação.

É cediço que, com o advento das redes sociais, a proliferação de informações falsas é cada vez maior e mais rápida, atingindo milhões de pessoas em pouco tempo. Os prejuízos causados são incalculáveis, pois podem levar à destruição da imagem e moral de uma pessoa, abalo da credibilidade das instituições democráticas ou até mesmo à perda de vidas inocentes, danos que a simples divulgação de informações verdadeiras não é capaz de reparar.

O impacto negativo é ainda maior quando a informação falsa é emitida por uma autoridade pública, que detém credibilidade e presume-se que exerce o cargo que ocupa com a dignidade que lhe é inerente.

A liberdade de expressão é um valor fundamental em qualquer democracia, mas como todo direito, não é um direito absoluto. Tudo deve ser exercido nos limites que não causem graves prejuízos a outros direitos igualmente importantes, como a cidadania, a dignidade da pessoa humana, a preservação da moral e da imagem, e o direito à vida.

Além disso, é dever do agente público agir com dignidade, honra e decoro do cargo, além de divulgar informações verdadeira em prol da transparência da administração pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, é salutar a proposta ora apresentada, a fim de promover o combate a informações falsas, garantir o direito dos cidadãos de serem informados com dados verdadeiros e evitar que o cargo público seja utilizado com interesses pessoais para atingir outras pessoas ou instituições.

A fim de evitar que a tipificação aqui apresentada seja utilizada como forma de silenciar ou censurar a autoridade pública, preservando a liberdade de expressão nos limites dos valores democráticos, sugiro restringir a previsão do crime de responsabilidade à hipótese dolosa e apresento emenda para incluir o parágrafo único ao art. 9º da Lei 1.079, de 2024, para que a denúncia seja apresentada com provas de que a informação é realmente falsa e não apenas meras ilações ou divergência de opiniões.

Voto.

Em face do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei 1.712, de 2024, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CDD

O art. 9º, da Lei nº 1.079, de 1950, passa a vigorar com a seguinte redação na forma do Projeto de Lei 1.712, de 2024:

> Art. 9º São crimes de responsabilidade contra a probidade na administração:
> .....
> 8 – a divulgação de informações falsas, de forma dolosa, sobre tema relacionado à saúde, à segurança, à economia ou a outro interesse público relevante.
> Parágrafo único. A denúncia referente ao crime previsto no item 8, do *caput*, deverá ser acompanhada de provas da falsidade da informação.

Esse é o voto, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Senadora Teresa Leitão.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e agradeço, de forma muito especial, à nossa querida Senadora Teresa Leitão pela disposição e leitura dos relatórios e, portanto, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Confúcio Moura, Marcos do Val, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Zequinha Marinho, Margareth Buzetti, Beto Faro, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Teresa Leitão, Eduardo Gomes, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Tereza Cristina e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Augusta Brito, Wilder Morais, Professora Dorinha Seabra, Zenaide Maia, Angelo Coronel e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Giordano, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Rogerio Marinho, Jaime Bagattoli e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 41ª reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4551, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para prever descontos para pessoas com deficiência nos valores cobrados para ingresso e utilização de serviços nas unidades de proteção integral do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o substitutivo. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 152, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Susta o Decreto no 10.657, de 24 de março de 2021, que institui a Política de Apoio ao Licenciamento Ambiental de Projetos de Investimentos para a Produção de Minerais Estratégicos - Pró-Minerais Estratégicos, dispõe sobre sua qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e institui o Comitê Interministerial de Análise de Projetos de Minerais Estratégicos." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5160, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a cultura oceânica no currículo escolar do ensino fundamental e do ensino médio." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PSD/RN). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 13, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar a aplicação mínima de 20% dos royalties, participação especial e excedente em óleo da União na implementação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projetos de apoio à preservação da Floresta Amazônica, defesa das tradições e ambientes dos povos originários, integração logística, exploração sustentável dos recursos naturais, e promoção da justiça social nos territórios afetados diretamente pela atividade de pesquisa e lavra de hidrocarbonetos." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (/AP). **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 56, de 2024** que: "Requer inclusão de convidados nas Audiência Pública referente aos REQ 01/2024-CMA e REQ 08/2024-CMA" **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 57, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância e os desafios da Estação Ecológica Águas Emendadas." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de novembro de 2024.

Comunicados da Presidência.

Comunico que está aberto o prazo para que os membros da CMA sugiram à Comissão emendas aos projetos de lei de diretrizes orçamentárias e de lei orçamentária anual para o ano de 2025.

A Secretaria receberá apenas as sugestões enviadas pelos membros, por meio do sistema Lexor, até a próxima segunda-feira, dia 02, às 18h.

Na reunião de quarta-feira, dia 04, último dia do prazo perante a CMO, faremos a votação dos relatórios sobre as emendas antes da audiência pública, que será presidida pela Senadora Tereza Cristina, de instrução ao PL 288, de 2023.

Nós temos uma fala aqui, mas eu vou aproveitar a presença da Senadora Teresa Leitão, porque é quarta-feira, e todos nós sabemos que temos três ou quatro reuniões para finalizarmos o ano e temos projetos na pauta que precisamos deliberar até o final deste ano.

Então, antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 41ª Reunião, realizada em 30 de outubro de 2024.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Vamos agora para o item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 5160, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a cultura oceânica no currículo escolar do ensino fundamental e do ensino médio.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa.

Eu concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão, para a leitura do seu relatório.

Bom dia, Senadora.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Bom dia, Presidenta.

Obrigada.

Eu vou passar, com a sua vênia, diretamente à análise do tema, à análise do projeto.

Nos termos do inciso I do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre matérias pertinentes à proteção do meio ambiente e ao controle da poluição. A análise da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e regimentalidade caberá à Comissão de Educação e Cultura, para onde o projeto seguirá.

No tocante ao mérito, a proposição apresenta um potencial notável para enriquecer substancialmente o currículo escolar brasileiro. Ao promover um entendimento mais abrangente da influência do oceano sobre nós e nossa influência sobre ele, os estudantes são impelidos a uma compreensão mais profunda da importância dos oceanos para o Brasil e para o mundo.

Como realçado na justificação, os oceanos cobrem 71% do globo e desempenham um papel determinante na regulação do clima e no fornecimento dos recursos indispensáveis à humanidade. Ainda assim, em geral, eles não figuram de forma proeminente nos currículos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolares e nos livros didáticos, sendo meritório e oportuno que se promova o acesso ao conhecimento sobre os oceanos.

Em síntese, o projeto de lei em questão revela-se uma proposta de mérito inquestionável, com expressivo potencial para aprimorar a qualidade da educação brasileira em sua dimensão ambiental. A implementação bem-sucedida desta adição curricular tem o poder de contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento de uma geração mais comprometida com a preservação dos ecossistemas marinhos e com a promoção do desenvolvimento sustentável, alinhando-se assim com os desafios ambientais prementes do século XXI. Portanto, o PL nº 5.160, de 2023, merece ser aprovado.

Entretanto, é imperativo incorporar ao projeto o conceito de Amazônia Azul, uma região estratégica que abrange não apenas a superfície marítima, mas também as águas sobrejacentes ao leito oceânico, bem como o solo e subsolo marinhos. Esta área se estende desde o litoral brasileiro até o limite exterior da plataforma continental, conforme definido pelo Plano Estratégico da Marinha (PEM 2.040). A Amazônia Azul representa um vasto território marítimo de grande importância para o Brasil, englobando recursos naturais, biodiversidade e rotas comerciais essenciais para o desenvolvimento e a segurança nacional. Sendo assim, apresentamos uma emenda para incluir o reconhecimento desse conceito na proposição.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.160, de 2023, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CMA
> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 5.160, de 2023, a seguinte redação:
> "Art. 1º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 12:
> 'Art. 26. .....
> .....
> § 12. A cultura oceânica, com foco na Amazônia Azul, será incluída nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.'"(NR)

Sra. Presidente, é um trabalho... Nos currículos realmente esse trabalho é pouco. Essa abordagem que a Senadora Zenaide nos proporciona, oceanos e sua essencialidade, é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esforço que os currículos vão fazer. Não é a criação de uma disciplina específica, mas, sim, de um conteúdo curricular notório. E acho que o §10º do art. 26 sinaliza para essa inclusão na discussão da Base Nacional Comum Curricular.

Então, com certeza, será muito importante e acredito que a Comissão de mérito, que é a Comissão de Educação, também seguirá com a nossa posição.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Eu que agradeço, Senadora Teresa.

Em melhores mãos, impossível, o projeto de lei de iniciativa da Senadora Zenaide. E já estou na expectativa de o Senador Flávio Arns pautá-lo na Comissão de Educação, com a sua pessoa, a senhora sendo, também na Comissão de Educação, a Relatora desse importante projeto.

A votação será simbólica.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pela Senadora Teresa Leitão.

As Senadores e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Relatório aprovado, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CMA.

A matéria vai, como já citado pela nossa Relatora, à Comissão de mérito, que é a Comissão de Educação e Cultura.

Obrigada, Senadora Teresa.

A Senadora Teresa já está correndo. Bom dia para a senhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 56, DE 2024

- Não terminativo -

Requer inclusão de convidados na Audiência Públicas referente aos REQ 01/2024-CMA e REQ 08/2024-CMA

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS)

Eu vou conceder a palavra à Senadora Teresa Leitão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Tereza Cristina! É que é tanta Tereza... (*Risos.*)

Desculpa, Senadora Tereza Cristina. E está aqui "Tereza Cristina". Eu que peço desculpas.

Eu concedo a palavra à Senadora Tereza Cristina, para a leitura do seu requerimento.

Bom dia, Senadora, e desculpa.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para encaminhar.) – Bom dia, Senadora Leila. Final do ano é assim mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – É verdade.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – A cabeça começa a... (*Risos.*)

É muita Tereza junta, mas está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, eu fiz um requerimento pedindo a inclusão do Sr. José Fernando Bello, Presidente-Executivo do Centro das Indústrias de Curtume do Brasil (CICB), e do Sr. Marcos Antonio Matos, Diretor-Geral do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil, para que participem da audiência pública que acontecerá, no dia 4, sobre a Política Nacional sobre Mudança do Clima, para tornar obrigatório o cumprimento de padrões ambientais compatíveis aos do Brasil, apelidada da lei da reciprocidade.

Nós já fizemos uma audiência pública muito interessante, vamos agora para a segunda, e num momento em que nós estamos vivendo uma crise União Europeia-Mercosul, com esse problema não só do Carrefour, mas de outras empresas francesas que são contra a aprovação do acordo Mercosul-União Europeia. Focaram diretamente no Brasil, porque é o maior exportador desse bloco, com acusações infundadas sobre os produtos agropecuários brasileiros, colocando em dúvida a sanidade dos nossos produtos que, há mais de 40 anos, a gente exporta para aquele país. Mas a lei não é uma lei só para a União Europeia, ela é uma lei para o mundo. Então, nós precisamos fazer isso com muito cuidado, com muita responsabilidade, porque é uma lei que realmente protege ou permite que os produtos brasileiros exportados obedeçam às legislações dos vários países – a mais de 60 países que o Brasil exporta –, mas que também esses países obedeçam à nossa legislação e respeitem-na, seja ela ambiental, sanitária, enfim, porque o Brasil faz isso muito bem.

Então, essa lei é uma lei importante e que já vinha sendo debatida, e o momento, então, se torna mais apropriado em torno de toda essa celeuma. Ontem nós fomos agredidos – o Brasil – pelo Parlamento francês. Eu fiquei chocada com o que foi colocado lá. Eu acho que nós... Eles têm todo o direito a não querer participar desse acordo – não é esse o ponto –, mas daí a jogar acusações infundadas e mentirosas sobre os produtos brasileiros vai além da conta. E nós estamos respondendo isso à altura.

Então, essa lei está num momento quente da discussão, para que a gente possa avançar e, talvez, até neste final de ano ou no ano que vem, a gente tenha uma lei bem consistente, para poder colocar parâmetros técnicos e não políticos em todas essas nossas exportações.

Era isso, Senadora Leila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Excelente, Senadora Tereza Cristina.

Em melhores mãos, impossível. Certamente, conhecendo a senhora, por esse tempo em que nós já estamos no Senado, tenho certeza de que fará um belíssimo trabalho, e tem total apoio da Casa para fazer este debate.

Então, a votação do requerimento da Senadora Tereza Cristina será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado, Senadora.

Certamente, no dia 4, estarei aqui também acompanhando essa importante audiência pública.

Parabéns.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Senadora.

Eu gostaria de pedir licença porque eu estou indo agora para a CRE, porque nós temos lá a aprovação do convite ao Embaixador francês e ao CEO do Carrefour brasileiro para que venham a esta Casa explicar o que está acontecendo, já que o Carrefour brasileiro é uma das maiores empresas de supermercados do Brasil, mais de 700 lojas. Aqui eles têm uma receita de US$23 bilhões, é a segunda maior receita do Carrefour no mundo, então por que essa agressão com o Brasil? Isso não faz sentido. Nós queremos ouvir esses dois convidados, que eles nos coloquem as suas posições.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Espero que eles apareçam, Senadora. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – É, eu também. E retratações.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Bom dia. Obrigada. (*Pausa.*)

Bom, como nós estamos aguardando os outros Relatores – eu já pedi para a assessoria averiguar com as assessorias dos Relatores se virão ou não –, eu vou ler o meu requerimento, que é o item 6, de minha autoria, o Requerimento nº 57.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 57, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância e os desafios da Estação Ecológica Águas Emendadas.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF).

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Para encaminhar.) – Eu vou deixar a minha fala para o momento adequado com relação à iniciativa.

Eu estou trabalhando internamente com outros Senadores, porque nós sabemos que Águas Emendadas é a caixa d'água do país e que banha as principais bacias hidrográficas do nosso país, e aí nós temos estados que estão... É questão de tempo, já estão sendo atingidos diretamente pelo que está acontecendo em Águas Emendadas, especulação imobiliária, um crescimento desordenado no entorno daquela região ali, e a cada ano a gente está sentindo esses reflexos. Então, internamente estou conversando com os Senadores para que tenhamos aqui a participação principalmente desses interessados, desses Senadores, para que possamos fazer uma profícua e importante sessão de debates de um tema que é muito importante, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a questão dos recursos hídricos, a questão de água. Como estávamos conversando aqui eu e o Airton, nós podemos falar de tudo, mas sem água nada acontece, e a gente trata com muito... Nós não tratamos com a devida importância e não fazemos o devido debate, com a importância que de fato merecem os recursos hídricos no país.

Então, até no final do ano nós vamos fazer algumas provocações, vamos dar luz a alguns temas aqui nesta Comissão, porque entendemos – eu tenho certeza de que compartilhamos desse entendimento, todos aqui presentes e os que nos acompanham – a importância da questão dos nossos recursos hídricos. Já pedi, inclusive, que tenhamos o mais rápido possível essa audiência.

Nós convidamos, só para que todos tenham conhecimento: representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal (Sema-DF); representante do Instituto Brasília Ambiental (Ibram); representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos); representante da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBio), do MMA – gente, com essas nomenclaturas, eu apanho –; representantes do Fórum de Defesa das Águas; representantes dos Guardiães de Águas Emendadas; a Sra. Maria Silvia Rossi, ex-Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal.

É isso. A justificação já falei para vocês, mais ou menos.

Eu quero chamar também outros representantes que nós vamos inserir aqui. Eu estou tratando com a minha equipe, e nós vamos passar porque a gente tem a próxima semana ainda para fechar essa lista. (*Pausa.*)

Agora, vamos passar para a votação.

Em votação o requerimento.

A votação será simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Possivelmente faremos esta audiência pública após a audiência do dia 4, que é da Senadora Tereza Cristina. Na outra quarta, será a nossa audiência pública que vai tratar sobre Águas Emendadas.

Bom, este final de ano está extremamente desafiador e marcante para nossa agenda ambiental. Nos últimos dias, finalmente foi fechado o tão esperado acordo para o financiamento climático, na COP 29, realizada em Baku, capital do Azerbaijão.

Foram muitos os discursos preocupados com aquecimento global, muitos deles vindos de países desenvolvidos. Houve também forte cobrança daqueles que já sofreram com os efeitos da mudança do clima, em especial os países em desenvolvimento. Apesar disso, os 300 bilhões anuais acordados para o financiamento do desafio climático estão longe de corresponder às necessidades reais de investimento, não chegando a 25% do valor considerado necessário para impulsionar a transformação ecológica global e viabilizar a adaptação às mudanças climáticas que já estão acontecendo.

Seguiremos, claro, cobrando ações concretas desses países para que cumpram um acordo, mesmo que insuficiente, uma vez que ainda não está claro de onde virão os recursos e como serão distribuídos, principalmente. O que sabemos é que não há mais tempo a perder quando o assunto é mudança do clima.

Também nos últimos dias, diferentes regiões do Distrito Federal foram drasticamente afetadas pela combinação de chuvas intensas e ausência de uma gestão eficiente por parte do Governo local. Como sempre, as regiões mais atingidas não são os bairros nobres da capital federal, que também aos poucos, nesses últimos anos, estão sendo afetados.

Quando falamos em mudanças climáticas, estamos todos na mesma tempestade, mas, enquanto alguns estão em barcos de luxo, outros tentam se salvar a nado, como nós vimos, na Ceilândia, um episódio nessa semana passada.

Não há como discutir mudanças de clima sem abordar as dimensões da justiça climática e do racismo ambiental, que é um fato. E, como Presidente desta Comissão de Meio Ambiente, gostaria de relatar também a vocês que tive a oportunidade de visitar, *in loco,* regiões de nosso país que foram severamente afetadas pelas mudanças climáticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estive no Rio Grande do Sul – todos vocês sabem –, ao lado dos Senadores desse estado, para ver de perto o impacto devastador que as enchentes causaram, deixando marcas profundas na memória do povo gaúcho e de todos os brasileiros. E, na última semana, eu tive a honra de conhecer as belezas e os desafios do nosso bioma Pantanal.

Eu agradeço imensamente a recepção calorosa dos Senadores Wellington Fagundes, Margareth Buzetti e Jayme Campos, que está aqui – bom dia, Senador! –, bem como das instituições que nos acompanharam nessa importante diligência.

Tive a honra também de presidir uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Mato Grosso, onde foram ouvidos os principais atores no combate aos incêndios e queimadas no estado. Abordamos dados concretos sobre o combate e os desafios enfrentados na gestão do bioma. Foi reconfortante perceber o reconhecimento de todos – de todos, absolutamente todos! – de que a mudança do clima é um desafio central a ser enfrentado também naquela região.

Um ponto importante a destacar é que 2024 foi um ano menos dramático em termos de impacto no Pantanal, graças à maior preparação das partes desenvolvidas. E isso reforça a mensagem de que a gestão eficaz, com atenção a recursos adequados, faz toda a diferença. Como, por exemplo, lembro que, em 2020, com os níveis de seca menores, o impacto foi – maiores, aliás – devastador, incluindo a morte de inúmeros animais que comoveu a todos nós. Existe um estudo, com o qual eu particularmente fiquei chocada, que diz que foram 17 milhões de animais mortos naquele ano de 2024 – 17 milhões! Esse contraste nos ensina que é essencial investir continuamente na preparação do poder público para responder a esses desafios.

Além disso, tive a experiência singular ao sobrevoar o Pantanal. Apesar de sua beleza ímpar, observamos claramente uma redução drástica das áreas alagadas nos últimos anos, evidenciando os impactos cumulativos das mudanças climáticas.

Mais uma vez, eu gostaria de agradecer aos Parlamentares mato-grossenses, às demais entidades e a todos que tão bem nos receberam e nos ajudaram a compreender os desafios da região pantaneira. Eu particularmente gostaria de agradecê-los.

Estamos chegando ao final de dois anos aqui à frente da Presidência da Comissão de Meio Ambiente, e eu acho que o que fica para mim como, digamos, um conselho para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próximo Presidente: é fundamental que saiamos dos gabinetes, que saiamos das Comissões para muitas vezes acompanhar de perto as angústias dos nossos colegas nos seus estados.

Por exemplo, foi para mim muito reconfortante e esclarecedor estar nas enchentes, acompanhando, junto com Senadores do Rio Grande do Sul, o sofrimento do povo gaúcho. Vim com outro olhar, como eu falei. Você ver vídeo, você ver postagem, você ver matérias nos meios de comunicação é uma coisa. Outra coisa é você estar lá, olhando nos olhos e sentindo a dor das pessoas. É uma outra realidade. Muda profundamente tudo em que acreditamos. Muitas vezes nós Parlamentares nos sentimos muito donos da verdade. E muitas vezes queremos deliberar e dar palpite para os colegas que são de outros estados, sem muitas vezes entender do que se está tratando e, mais do que isso, sem conhecer profundamente a realidade daquele estado. Obviamente, não deu para conhecer profundamente a realidade desses estados em que estive, mas, certamente, olhar nos olhos do pantaneiro, olhar nos olhos das pessoas, dos cidadãos do Rio Grande do Sul que foram vítimas em Canoas, em Porto Alegre, em Roca Sales, estar ali com o pantaneiro, Senador Jayme, realmente muda, é um diferencial. E é importante para nós esse trabalho como Parlamentares.

Então, pela importância da Comissão de Meio Ambiente, é fundamental que o Presidente que esteja aqui tenha esse olhar de segurar na mão do companheiro, do colega Parlamentar, e, muitas vezes, ir a esses estados e encarar a realidade para além das telas.

Por fim, eu gostaria de dividir a minha alegria com a recente aprovação, neste Congresso Nacional, do projeto de lei que institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões, o nosso tão sonhado, esperado, almejado mercado de carbono, que foi o resultado de uma construção coletiva envolvendo diversos setores da sociedade e representa um marco importante na luta contra as mudanças climáticas. O texto agora aguarda a sanção presidencial. O mercado de carbono não envolve todos os desafios impostos pelas mudanças climáticas, mas, sem sombra de dúvidas, é um passo decisivo para avançarmos na construção de um futuro mais sustentável. Então, eu gostaria neste momento... A gente não teve... Tantas coisas aconteceram nessas duas últimas semanas no cenário político nacional que não teve a devida repercussão o mercado de carbono, mas eu gostaria muito de agradecer, por esse trabalho, que foi extremamente desafiador para mim enquanto Parlamentar nesta legislatura: à minha equipe de gabinete; à Consultoria do Senado; aos técnicos do Governo Federal; a todos que estiveram, de alguma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma, envolvidos; a dois Senadores também, Senador Efraim e Tereza Cristina, que estiveram comigo, muito, nessas reuniões junto à FPA tanto do Senado como da Câmara, com o Deputado Lupion; à equipe econômica; à equipe do MMA; à equipe da Secretaria de Relações Institucionais do Governo Federal. Enfim, é um projeto que foi construído a várias mãos: bancos, certificadoras, desenvolvedoras, Consórcio Amazônia, enfim.

Estávamos levantando, foi uma ideia, quantas reuniões nós fizemos nesses últimos meses. Passamos de 60, não é, Yoram? Pelo menos, 60 reuniões. E aí eu quero agradecer, pela força, a esses guerreiros do meu gabinete, junto com a equipe técnica, como falei. A todos vocês, a minha gratidão. Foram muito bacanas essa experiência e o desafio de entregar ao nosso país o tão esperado mercado de carbono. Muito obrigada.

E concluo esta fala, queridos amigos e amigas, reforçando que precisamos manter o nosso compromisso com a sustentabilidade...

Só gostaria de fazer aqui uma citação que eu esqueci.

Eu gostaria também de agradecer ao Relator da Câmara dos Deputados, Senador Aliel... Deputado Aliel! Ele sabe que é um presságio, não é? (*Risos.*)

O Deputado Aliel, do PV, trabalhou conjuntamente também com o nosso gabinete para que os acordos fossem cumpridos, que a Câmara aprovasse, que nós fizéssemos o nosso trabalho aqui na junção dos textos – mercado regulado, mercado voluntário, jurisdicional – e que elaborássemos esse acordo para que o texto fosse aprovado tanto aqui como na Câmara, e agora aguardando a sanção.

Então, também faço aqui a minha homenagem, os meus agradecimentos ao Deputado Aliel – Aliel Machado. É isso? (*Pausa.*)

Aliel Machado.

Bom, eu concluo reforçando que precisamos manter o nosso compromisso com a sustentabilidade, com o nosso povo e, é claro, principalmente com as futuras gerações. E, apesar da frustração com o resultado da COP 29, nós não podemos permitir que nossa população continue sofrendo as consequências dos eventos climáticos extremos. Precisamos nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organizar... Temos que ver o mundo, mas internamente nós precisamos nos organizar como nação e debater qual futuro queremos para o nosso povo. Reconheço que o desafio é imenso, conciliar os direitos sociais mínimos com os limites ecológicos dos nossos ecossistemas, mas é exatamente para lidar com essas questões que nós aqui desta Casa fomos eleitos. Então, seguiremos firmes nessa missão.

Bom...

(*Interrupção do som.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Nós temos... O Senador Wellington Fagundes está a caminho para ler o relatório. Eu, como quero concluir o ano, já falei, entregando... Todos conhecem como meu corpo funciona aqui dentro desta Comissão e no meu dia a dia. Eu tenho um objetivo de aprovarmos o máximo de pauta até o final deste ano. Então, eu vou aguardar uns cinco minutos o Senador Wellington Fagundes para que ele possa ler o relatório dele, e nós encerramos a reunião.

Agradeço a todos. (*Pausa.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone.*) – Bom dia!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Bom dia!

Eu estava aqui, Senador, agradecendo, citando o seu nome. Acho que é importante também citar a sua esposa, Mariene, que, enfim, tratou a todos nós com tanto carinho, foi uma grande anfitriã, tanto quanto o senhor. Muito obrigada, foi uma experiência incrível.

Eu estava reforçando aqui a importância desta Presidência, do próximo Presidente, para que a gente tenha sempre a oportunidade, enquanto comando nesta Comissão, de estar junto com os nossos colegas Parlamentares, indo aos estados para ver certas realidades que são importantes. Uma coisa é a realidade... Uma coisa é o que a gente vê no vídeo, por vídeos, não é? Outra coisa é quando você está lá olhando no olho do pantaneiro, conversando com as instituições e vivenciando, pelo menos em algumas horas, a realidade que vocês enquanto Parlamentares vivem em seus estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, quero agradecer a sua presença aqui, e eu vou dar a palavra para o senhor, não é? O senhor pode... O senhor quer fazer o uso da palavra?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Senadora Leila, em nome de toda a Comissão eu quero agradecê-la.

Tenho até uma fala aqui que eu poderia fazer ao final, e também o relatório da nossa diligência ficou para semana que vem; então, a gente pode fazer conjuntamente – não é? –, para apresentar oficialmente aqui.

Mas eu quero agradecer imensamente a presença de V. Exa. lá, e aí eu faço em nome do Senador Jayme e da Senadora Margareth Buzetti, que lá estiveram; da nossa Prefeita eleita lá de Várzea Grande; e de todos que lá estiveram, o Avallone também, e também o Sesc Pantanal, todos aqueles que a gente visitou, e não só pela presença de V. Exa. lá, que todos a têm também como ídolo, não é? Todos diziam: "A Leila do Vôlei!". Então, o Pantanal, por incrível que pareça... Lá no Pantanal estão lá as pessoas e sabem quem é a Leila, não é? E ficam querendo tirar fotografia.

E eu trago aqui também um abraço do Seu Dito, do pantaneiro. Depois nós fomos lá na casinha dele, e ele falou: "Mas cadê a Senadora? Ela falou que vinha aqui". Aí cantou uma música – tudo isso está gravado, viu? – em homenagem a todos nós. Então, o Pantanal é isso, não é?

Mas eu vou aqui depois ter o pronunciamento, até para não delongar, e tem também aí um relatório para a gente aí...

Eu acho que, como foi colocado aqui por V. Exa., é importante ir lá, não é? Estar presente, sentir, ver, botar o pé no chão – apesar que nós fizemos um sobrevoo muito longo de helicóptero, não é? Mas a gente viu por cima e por baixo, não é? (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Eu falando assim: "Gente, o Senador Wellington parecia que estava na Disneylândia, não é?". Era uma tranquilidade, e eu com um pavor daquele helicóptero. Mas, enfim, deu tudo certo. Eu sou mãe, não é? Toda mãe pensa: "Ai meu Deus, com aquele vento...". E depois caiu uma tempestade, e, inclusive, eu não voltei, não retornei de helicóptero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ah, mas foi pela Transpantaneira...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Os bombeiros falaram: "Não, Senadora?". E eu falei: "Nem pensar! Quanto tempo é de carro?". E voltei de carro, gente, não voltei de helicóptero.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Passou por Poconé, conheceu, não é? Passou também pela cidade onde nasceu Roberto Campos: Nossa Senhora do Livramento. Então, acho que foi o oportuno também, porque chegou a tempo, não é? Apesar que não deu tempo nem de pegar a minha encomenda, não é? (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – E eu quero até pedir desculpas ao senhor. Depois nós conversamos sobre isso, mas eu quero agradecer o carinho, enfim, inclusive da sua esposa, Mariene.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O.k., mas, Presidente, depois... Eu estava pensando, porque eu queria que a Comissão também estivesse presente, a área técnica também, não é? E não foi possível, porque aqui há uma contenção de despesas, não é?

Mas eu acho que a gente pode tentar fazer um projeto de resolução aqui, porque em uma visita, uma diligência externa, vai o Presidente da Comissão. É muito importante também que vá, na pior das hipóteses, o Secretário da Comissão, porque isso ajuda também, o conhecimento deles que aqui estão, fazendo todo o trabalho.

Então, eu acho que a gente pode pensar nessa alternativa também. Aqui eu propus a criação do e-Cidadania, que foi uma sugestão também dos próprios servidores da Casa, e é um sucesso hoje, não é?

Então, eu penso que seria muito, mas muito importante que a gente tivesse esse recurso sempre disponível, porque, às vezes, gasta-se em outras situações não tão prioritárias como é o caso da visita de uma diligência, da presença do técnico também com o Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – E foi uma diligência intensa, não é? Nós tivemos uma audiência de mais de cinco horas e, no outro dia, muito cedo, pegamos o helicóptero, fizemos um sobrevoo...

Então, assim, eu concordo com o senhor, dependendo da situação e da urgência – que era o caso –, é muito importante a gente ter um corpo técnico acompanhando a gente. Eu concordo plenamente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, o Pantanal agradece antecipadamente, mas vai ter mais. Vamos lá?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) –

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4551, DE 2020

- Terminativo -

Altera as Leis nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para prever descontos para pessoas com deficiência nos valores cobrados para ingresso e utilização de serviços nas unidades de proteção integral do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto, com as emendas nºs 1 e 2-CDH.

2. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou conceder a palavra ao Relator da matéria para a leitura do relatório, Senador Wellington Fagundes.

Bom dia, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sra. Presidente, eu vou direto à análise para tentar ser mais rápido, mas aqui já começando pela importância que representa esse projeto e principalmente o autor, não é? O Senador Paim é uma referência para todos nós. A gente fala que ele é dono da CDH, mas sempre teve foco nessa área. Então, é uma referência mesmo.

Análise, Sra. Presidente.

À CMA, nos termos do art. 102-F, incisos I e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete opinar sobre proposições pertinentes a proteção do meio ambiente, controle da poluição, conservação da natureza e direito ambiental, como é o caso da presente matéria.

O PL nº 4.551, de 2020, é constitucional, quer no tocante à legitimidade da iniciativa parlamentar no processo legislativo (art. 61, *caput*, da Constituição Federal), quer quanto à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria, limitando-se a estabelecer normas gerais (arts. 24, incisos VI e XIV, e 48). A proposição também está em consonância com as incumbências do poder público, seja na garantia do meio ambiente ecologicamente equilibrado e no dever de promover a conscientização pública para a preservação do meio ambiente, conforme *caput* e inciso VI do §1º do art. 225 da CF, respectivamente, ou na atuação do Estado por meio da facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos às pessoas com deficiência, de acordo com o inciso II do §1º do art. 227 da Carta Magna.

No tocante à juridicidade, a proposição se afigura correta. O meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o adequado. A matéria nela tratada inova o ordenamento jurídico. O PL também possui o atributo da generalidade, aplicando-se a todas as situações de fato que se insiram na hipótese legal. Finalmente, se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio. A tramitação do projeto observou o Regimento Interno desta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma sociedade livre, justa e solidária pressupõe a não discriminação, a garantia de oportunidades, a igualdade, o amplo acesso e a inclusão das pessoas com deficiência. O Brasil promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, e sancionou importante instrumento normativo voltado à promoção da inclusão da pessoa com deficiência e à redução das desigualdades sociais, a Lei nº 13.146, de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Esses instrumentos consolidaram os pilares normativos de um novo paradigma – o da inclusão social – que assegura às pessoas com deficiência o direito à acessibilidade e ao pleno e efetivo exercício da cidadania, com respeito à diversidade e à autonomia.

Sob as diretrizes de garantir a inclusão na vida social, o Estado é impelido a agir de modo a proteger, assegurar, defender e implementar direitos, pois o preconceito, as barreiras e a discriminação à pessoa com deficiência ainda existentes são percalços, obstáculos e impedimentos que excluem, inibem e ferem direitos de pessoas humanas.

No Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – Pessoas com Deficiência 2022 – publicada em 2023, divulgou o número expressivo de 18,6 milhões de pessoas com deficiência no país, além de revelar a situação de desigualdade em relação ao acesso ao mercado de trabalho, educação e renda. Trata-se de um cenário em que cerca de 10% da população possui alguma deficiência.

O PL nº 4.551, de 2020, pretende enfrentar as barreiras existentes, pois visa impulsionar o turismo, o lazer e a educação ambiental com o estímulo da visitação em unidades de conservação da natureza, em consonância ao disposto no art. 42 do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Em relação ao aspecto ambiental, as unidades de conservação da natureza, disciplinadas pela Lei nº 9.985, de 2000, propiciam a atividade conhecida como ecoturismo ou turismo de natureza. Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, em 2022, foram registradas mais de 21,6 milhões de visitas em 137 unidades de conservação espalhadas pelo país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os benefícios dessa modalidade turística são inúmeros, pois os atrativos naturais permitem a conexão com a natureza, aprimoram o conhecimento sobre os biomas nacionais e, por consequência, implementam a educação e conscientização ambientais, além de gerar ganhos sociais e econômicos às comunidades locais e ao país.

A proposição, ao garantir o desconto de 50% no valor do ingresso e dos serviços prestados nas unidades de conservação de proteção integral para pessoas com deficiência, vai ao encontro, inclusive, às políticas públicas de turismo acessível, que têm por objetivo atender a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que apresentou 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) e forneceu aos países padrões estratégicos para o seu alcance. Entre os objetivos, tem-se empoderar e promover a inclusão social de todos, independentemente de idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou condição econômica. Assim, a promoção de acessibilidade nas atividades de esporte e lazer deve permear a política pública instituída no Brasil.

Diante desse quadro, o PL é meritório.

Vislumbramos, entretanto, alterações que se destinam a aprimorar o projeto. Ao garantir o desconto aos visitantes com deficiência, observa-se que este, nos termos do PL, ocorrerá apenas na visitação de unidades de conservação do grupo de proteção integral, sendo certo que a visitação também ocorre em unidades de conservação de uso sustentável, como as florestas nacionais e as reservas particulares do patrimônio natural, por exemplo. Por tais razões, propomos nova redação, para não causar limitação apenas a essas unidades de conservação de proteção integral.

Ademais, o teor do comando normativo criado, inserido na Lei do SNUC, não enseja a alteração do Estatuto da Pessoa com Deficiência, eis que essa é a norma geral que garante a inclusão social. A exemplo da Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, conhecida como Lei da Meia-Entrada, essa prevê o benefício do pagamento com desconto para pessoas com deficiência. Assim, excluiremos o dispositivo.

Pela melhor técnica legislativa, entendemos que a expressão "ingresso" deve ser substituída por "taxa de visitação", utilizada na Lei nº 9.985, de 2000.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, o comando do dispositivo deve ser veiculado por artigo próprio na Lei do SNUC, e não no seu art. 30, que autoriza a gestão de unidades de conservação por organizações da sociedade civil de interesse público e, portanto, trata de assunto distinto. Propomos ainda nova redação da ementa, a fim de aprimorá-la.

Por tais razões, apresentamos um substitutivo que contempla as alterações e devemos apoiar o PL nº 4.551, de 2020, de forma contundente, para que a inclusão da pessoa com deficiência seja promovida concomitantemente à educação e conscientização ambientais.

O voto, Sra. Presidente.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.551, de 2020, e das Emendas nºs 1 e 2 da CDH, na forma da seguinte emenda substitutiva:

> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º Esta Lei determina a concessão de desconto na taxa de visitação e na cobrança de serviços prestados em unidades de conservação da natureza para pessoas com deficiência nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.
> Art. 2º A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 35-A:
> "Art. 35-A. A pessoa com deficiência, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, gozará de desconto de cinquenta por cento no valor da taxa de visitação e na cobrança de serviços prestados em unidades de conservação da natureza de que trata esta Lei, administradas pelo poder público ou por instituição privada."
> Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

É isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senador Wellington.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação vai ser nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.551, de 2020, nos termos do relatório apresentado.

Quem vota com o Relator vota "sim".

Nós vamos abrir o painel e vamos avisar os colegas desta votação nominal.

A votação está aberta.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sra. Presidente, enquanto nós conseguimos o quórum, eu gostaria de fazer um pronunciamento exatamente sobre a nossa visita, pedindo a paciência de V. Exa. e de todos.

Sra. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, neste fim de semana, a Comissão de Meio Ambiente desta Casa fez uma diligência em Mato Grosso para verificar as consequências dos incêndios registrados no Pantanal e discutir com vários setores da sociedade sobre o planejamento de ações para evitar que essa situação continue se repetindo por anos seguintes.

Tivemos a honra de contar com a presença da Presidente da CMA, Senadora Leila Barros, que foi até ao Pantanal e sobrevoou as áreas atingidas pelos incêndios. A visita foi muito válida. Eu ouvi da Senadora sobre o seu encantamento ao conhecer esse bioma, que é um patrimônio da humanidade, o mais preservado dos biomas brasileiros, mas que não deixa de sofrer as ameaças apresentadas pelas mudanças climáticas e por várias ações humanas.

Em parceria com o Deputado Estadual Avallone, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, e com o apoio da Federação do Comércio de Mato Grosso, ouvimos vários setores da sociedade sobre o que deu certo nessa temporada e sobre o que precisa ser melhorado.

Embora o Pantanal tenha enfrentado uma das piores secas de todos os tempos, o planejamento antecipado de ações contribuiu para que as consequências do fogo não se alastrassem da forma que estava anunciada por várias instituições de pesquisas e também de climatologia. Isso confirma que precisamos aperfeiçoar o planejamento de ações de prevenção e combate, envolvendo vários órgãos das esferas municipal, estadual e federal, tanto em Mato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grosso quanto também em Mato Grosso do Sul. Nesse planejamento, é preciso contar com as comunidades locais, com os indígenas, com os ribeirinhos e com os quilombolas, além da força do Exército Brasileiro, que montou um acampamento na Transpantaneira, principal rodovia que corta o Pantanal, em Mato Grosso; também com a Marinha do Brasil, que sempre se fez presente, além do Ibama, do ICMBio e da Defesa Civil.

Os números indicam que precisamos fazer ações mais intensas nas terras indígenas, nos assentamentos rurais e em unidades de conservação, sem deixar de lado, é claro, o trabalho de conscientização envolvendo produtores rurais de todos os níveis. Também precisamos equipar melhor o nosso corpo de bombeiros e os brigadistas voluntários, que fizeram um grande trabalho neste 2024. Vamos atuar também para viabilizar emendas e recursos federais para que possam contar com equipamentos e mais estrutura para que o trabalho seja ainda muito mais eficiente.

Eu quero, inclusive, lembrar, Sra. Presidente, que eu acho importante o que V. Exa. disse lá na audiência, exatamente para que a gente consiga envolver a todos para que as Comissões tenham recursos, principalmente a nossa Comissão de Meio Ambiente, nessa área de queimadas no Brasil como um todo. Aqui também, em Brasília, temos problemas e no Cerrado de todo o Centro-Oeste. A nossa fauna, a flora, todas elas acabam sendo atingidas.

Então, eu serei um grande parceiro também para que uma das emendas de Comissão nossa... E também vou lutar com o Relator, nosso Angelo Coronel, e o Jayme Campos, que é o nosso Vice-Presidente da CMA... Não, da Comissão Mista de Orçamento.

Em 2020, quando dos grandes incêndios no Pantanal, sugeri, então, a criação de uma Comissão Temporária Externa que esteve também *in loco* para ver a situação e realizou várias audiências, ouvindo 54 instituições. O relatório dessa Comissão sugeriu a criação de um fundo para o Pantanal, e, mais recentemente, estive no BNDES para ouvir que parte dos recursos do Fundo Amazônia podem ser aplicados no bioma Pantanal. É uma boa notícia, e precisamos atuar para que isso se torne realidade.

No mais, quero agradecer aos Senadores Jayme Campos, Margareth Buzetti, que participaram de toda a diligência; ao Deputado Estadual Carlos Avallone; ao Presidente do Fecomércio, Wenceslau Júnior; ao Presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que também é o Presidente da CNC; à Gerente-Geral do Sesc Pantanal, Cristina Cuiabália, que fez inclusive uma palestra para nós lá e que tem o seu pai, que é um grande compositor, com mais de 500 músicas – ele, para fazer uma homenagem a Cuiabá, colocou exatamente no nome da sua filha um nome composto, Cristina Cuiabália; eu acho que é a única pessoa que tem esse nome, mas é uma profissional extremamente competente, que representa a ternura e, acima de tudo, muito trabalho e dedicação ao órgão –; ao Gestor da Reserva Particular do Patrimônio Natural do Sesc, Alexandre Enout, que nos apresentou todos os programas ambientais desenvolvidos nessa unidade de conservação; e especialmente à Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senadora Leila Barros.

É isso, Sra. Presidente.

Eu, então, gostaria de que, na próxima semana, nós pudéssemos apresentar aqui o nosso relatório em conjunto, até com os vídeos, com as matérias e, claro, com o depoimento de V. Exa. também.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Será um prazer, Senador Wellington, mais uma vez reforçando o quanto foi importante essa diligência, essa ida ao Pantanal e o trabalho que os três Senadores que representam o estado estão realizando lá. E também de ver o ICMBio, o Ibama, o corpo de bombeiros, todos atuando de forma conjunta, um debate muito respeitoso... Geralmente, quando nós vamos para eventos assim, a gente vê, às vezes, um cenário de um certo desrespeito. Muito pelo contrário, ali no estado, a gente viu que entenderam rapidamente a importância, independentemente de posições, da ação conjunta. E isso foi fundamental para que o Pantanal não chegasse aos índices de devastação que teve em 2020, reduzindo de forma expressiva para 2024, quando o impacto da queimada foi bem menor. É óbvio que foi grande ainda, mas, assim, pensando e lembrando o que houve em 2020 para 2024, todos ali compreenderam rapidamente a importância da ação conjunta.

Então, quero parabenizar todos envolvidos, a sua iniciativa, a participação dos demais Senadores nessa diligência. E a expectativa é que, de fato, a gente tenha mais orçamentos e a possibilidade, principalmente nas Comissões, de fazer mais diligências aos estados. Uma vez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo provocados, que a gente possa ver a realidade quando muitas vezes é citado aqui e a gente não tem essa oportunidade de participar com todos vocês desse debate. Então, eu quero agradecer.

Eu estou aqui só procurando...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente, está faltando ainda aí ou não?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – O senhor tem que votar, não é, Senador? Estão perguntando aqui se o senhor vai votar contra ou a favor. (*Risos.*)

Eu estou brincando. Eu estou aqui...

(*Interrupção do som.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu também gostaria de citar a nossa visita à Casa Cor, porque é muito importante, foi um prestígio...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Achei que tinha votado.

Apareceu aí, não?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Sim, sim.

Nosso Relator votou. Pronto.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O.k.?

Eu gostaria de registrar também, Sra. Presidente, a nossa visita à Casa Cor, dada a sua importância, porque ali é um prestígio, principalmente a Casa Cor deste ano, que tem como tema a ancestralidade e a modernização, não é? Então os profissionais que lá estavam –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arquitetos, *designers*, todas aquelas pessoas – mostraram ali a sua criatividade e competência. Isso é muito importante também porque demonstra que Mato Grosso, com a sua força da economia, com tecnologia aplicada também de forma extremamente criativa lá no nosso Estado do Mato Grosso, com a tecnologia ali sendo aplicada...

Então eu quero agradecer também a V. Exa. por ter ido lá prestigiar esse evento tão importante para os profissionais do setor, principalmente os arquitetos. Mas a senhora teve a oportunidade de ver lá também o trabalho dos indígenas, a criatividade em si dentro da cultura mato-grossense e, inclusive, a história de Vila Bela da Santíssima Trindade, que foi a nossa primeira capital e a primeira capital brasileira projetada em Portugal para proteger a nossa costa fluvial, ali na região da Bolívia, enfim. Por isso, nessa cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, que tem toda a sua história construída pelos escravos, hoje aproximadamente 50% da população é de negros com origem africana, com a cultura muito grande do siriri, do cururu e de todas as festividades, principalmente as afro-brasileiras.

Eu quero cumprimentar também e parabenizar o Luiz Hugo Queiroz e a arquiteta Giovana Trajano, que são os idealizadores da Casa Cor. A arquiteta Giovana Trajano inclusive é da minha cidade, Rondonópolis – e eu faço aqui uma homenagem a toda a família dela –, e é muito criativa, muito competente, muito dedicada. Então, por isso, eu também registro e agradeço mais essa ação extra da Comissão de Meio Ambiente. Mas eu acho que tem muito a ver a Casa Cor com essa questão ambiental, porque ali também tem esse foco.

Por isso, eu agradeço muito, mesmo cansado, viu, gente? Lá foi intenso, lá não teve moleza, não. Eu acho que nem dormir ela conseguiu dormir direito.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Foi importante ter ido uma atleta, viu, Senador?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Agora eu fico impressionada com o seu pique, viu?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, lá foi exatamente a presença da atleta para conseguir dar conta de tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero registrar a presença, inclusive, do seu assessor Thalis, que lá esteve também.

Eu vi que ele quase sucumbiu, mas deu conta. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Ele viu o pique também, o nosso pique, foi o que as equipes falaram: "Não podemos esmorecer que os dois estão no pique total". Mas quero agradecer, eu acho que foi também muito interessante a visita na Casa Cor. Os materiais, todos muito comprometidos hoje, com a questão da arquitetura, todos muito comprometidos com a questão da sustentabilidade. Teve a presença dos povos tradicionais, então tinha também muito do artesanato indígena. Nossa, foi encantador.

E, não é dizendo que isso seja uma questão só feminina, mas mulheres gostam muito de decoração, de arquitetura, das texturas. Então, foi um trabalho maravilhoso. Foi um momento de relaxamento, apesar de que foram umas duas horas também para visitar todos os estandes, mas foi bem interessante.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas eu registro aqui, olha, que terminou a nossa sessão na Assembleia Legislativa – longa, como já disse a Presidente – e a intenção é que ela fosse no hotel para depois voltar ao evento. Já estava chovendo, e ela falou: "Senador, se eu for, eu não volto". Então fomos direto. Portanto, mais ainda o registro da atleta Leila Barros.

Mas viu, Senadora: também o meu lado feminino toca bastante com esse aspecto, claro, além da minha esposa Mariene de Abreu Fagundes, que a senhora já registrou, e eu faço questão, sim, porque a presença da mulher sempre é importante no nosso trabalho. Eu sempre digo que, nas minhas campanhas eleitorais, ela trabalha muito mais do que eu – isso é a mulher, sempre dedicada, além de cuidar dos filhos, de neto, ainda tem que cuidar do marido e das ações parlamentares e do trabalho do dia a dia do marido.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – E é quem manda em casa. Ali eu já saquei quem é que manda em casa. (*Risos.*) Ai, aí, se contar as histórias... Foi bem bacana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Senador, e, mais uma vez, reforçando a criatividade e o trabalho dos arquitetos ali, no evento da Casa Cor. Foi muito bacana.

Bom, nós vamos encerrar a votação.

Ela está encerrada. Inclusive, encerrada a votação.

Vamos verificar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Apurados 8 SIM; zero NÃO.

Zero abstenção.

Aprovada a Emenda nº 3-CMA (Substitutivo) ao Projeto de Lei nº 4.551, de 2020.

Ficam prejudicados o projeto e as demais emendas a ele apresentadas, nos termos do art. 300.

O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Bom, eu quero agradecer, mais uma vez, Senador, a oportunidade. Certamente, o senhor provocará para o próximo ano, acho que é importante, não só a Presidência, mas que tenhamos outros Senadores, e que todos tenham interesse de ir visitar o seu estado, conhecer o bioma Pantanal. Quero agradecer a participação de todos aqui nesta sessão de hoje. A quarta-feira está só começando, então eu vou encerrar.

Gente, estou apanhando aqui desse computador, que nós mudamos aqui.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Boa quarta-feira para todos.

(*Iniciada às 9 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e quarenta minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Tereza Cristina, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Leila Barros, Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Zequinha Marinho, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Teresa Leitão, Eduardo Gomes, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Damares Alves e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Weverton, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Beto Faro, Rogerio Marinho e Jaime Bagattoli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CMA ao PLOA 2025**. **Finalidade:** Deliberar sobre as sugestões de emendas da CMA ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2025 (PLN 26/2024). Relator: Senador Fabiano Contarato. **Resultado**: Aprovado o relatório do senador Fabiano Contarato que passa a constituir parecer favorável à apresentação das seguintes emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2025: NÚMERO: **60080001** | UO: 44201 | AÇÃO + SUBTÍTULO: Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias - Nacional | ACRÉSCIMO: 400.000.000 | PROPONENTES: **Ana Paula Lobato (#29)**, Márcio Bittar (#5), Nelsinho Trad (#11), Veneziano Vital do Rêgo (#31), Fabiano Contarato (#42), Teresa Leitão (#47), Leila Barros (#52), Jorge Kajuru (#55), Wellington Fagundes (#61); NÚMERO: **60080002** | UO: 44101 | AÇÃO + SUBTÍTULO: Implementação de Programas, Planos e Ações para Melhoria da Qualidade Ambiental - Nacional | ACRÉSCIMO: 300.000.000 | PROPONENTES: **Leila Barros (#63)**, Márcio Bittar (#3), Ana Paula Lobato (#28), Veneziano Vital do Rêgo (#33), Teresa Leitão (#40), Fabiano Contarato (#44), Leila Barros (#53), Jorge Kajuru (#59); NÚMERO: **60080003** | UO: 44201 | AÇÃO + SUBTÍTULO: Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental - Nacional | ACRÉSCIMO: 300.000.000 | PROPONENTES: **Veneziano Vital do Rêgo (#32)**, Márcio Bittar (#2), Zequinha Marinho (#20), Ana Paula Lobato (#25), Confúcio Moura (#35), Wellington Fagundes (#56) e Eliziane Gama (#70); NÚMERO: **60080004** | UO: 44101 | AÇÃO + SUBTÍTULO: Implementação e Monitoramento da Política Nacional sobre Mudança do Clima – Nacional | ACRÉSCIMO: 300.000.000 | PROPONENTES: **Fabiano Contarato (#43)**, Nelsinho Trad (#13), Teresa Leitão (#48), Jorge Kajuru (#58) e Carlos Viana (#62). A Presidência determina à Secretaria da Comissão o registro em ata das propostas de emendas aprovadas, com a identificação nominal dos respectivos proponentes, além de, juntamente com a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, que faça os ajustes técnicos necessários no Sistema Lexor para envio do lote de emendas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em atenção ao disposto na Lei Complementar nº 210 de 2024, na Instrução Normativa nº 1 de 2024 da CMO e na Decisão da ADPF 854/DF. A presidência submete à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e três minutos. A ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Tereza Cristina
Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e cinquenta e cinco minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Plínio Valério, Beto Faro, Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Jaques Wagner, Eduardo Gomes, Wellington Fagundes e Jorge Seif, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Wilder Morais, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Giordano, Weverton, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Rogerio Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Emendas da CMA ao PLDO2025. Finalidade: Deliberar sobre as sugestões de emendas da CMA ao Projeto de Lei Diretrizes Orçamentárias para 2025 (PLN 3/2024). Relator: Senador Jorge Kajuru. Resultado: Aprovado o relatório do senador Jorge Kajuru que passa a constituir parecer favorável às 3 emendas ao Anexo de Prioridades e Metas do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025. Emendas à meta: Número: 60080001 | Ementa: 60080001 GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL | Alteração à Meta: 2.000 | Proponentes: Ana Paula Lobato (#3), Veneziano Vital do Rêgo (#7 e #10), Wellington Fagundes (#13 e #14); Número: 60080002 | Ementa: 60080002 IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS, PLANOS E AÇÕES PARA A MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL | Alteração à Meta: 600 | Proponentes: Veneziano Vital do Rêgo (#6), Ana Paula Lobato (#2), Veneziano Vital do Rêgo (#9) e Jorge Kajuru (#16), além da subscrição oral de apoio do senador Wellington Fagundes; Número: 60080003 | Ementa: 60080003 PREVENÇÃO E CONTROLE DE INCÊNDIOS FLORESTAIS NAS ÁREAS FEDERAIS PRIORITÁRIAS | Alteração à Meta: 5.000.000 | Proponentes: Jorge Kajuru (#18), Ana Paula Lobato (#1), Veneziano Vital do Rêgo (#8 e #11), Wellington Fagundes (#12 e #15). A Presidência determina à Secretaria da Comissão o registro em ata das propostas de emendas aprovadas, com a identificação nominal dos respectivos proponentes, além de, juntamente com a Consultoria de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Orçamentos, Fiscalização e Controle, que faça os ajustes técnicos necessários no Sistema Lexor para envio do lote de emendas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente, encaminhada à CMO e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/134197

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 46ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 5 de dezembro de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que aprovam, por favor, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada a deliberar sobre as propostas de emendas dos membros desta Comissão de Meio Ambiente ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025, Projeto de Lei nº 3, de 2024, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências.

Senhoras e senhores, eu agradeço a presença de todos nesta reunião da Comissão de Meio Ambiente, para deliberarmos sobre as sugestões das emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025. Este é um momento crucial, pois a agenda ambiental enfrenta um dos seus maiores desafios, que é garantir recursos suficientes para enfrentar os impactos cada vez mais severos da emergência climática que vivemos.

Neste ano, fomos profundamente marcados por eventos extremos em nosso país. No Rio Grande do Sul, as enchentes causaram destruição em larga escala, deixando um rastro de perdas humanas e econômicas. Nos rios da Amazônia, observamos uma seca sem precedentes, que ameaça não apenas a biodiversidade, mas também a vida e o acesso a direitos básicos de milhares de comunidades daquela região. No Pantanal e no Cerrado – aproveito aqui para agradecer a presença do Senador Wellington e a oportunidade de ter ido conhecer o nosso maravilhoso Pantanal, também ao lado aqui do nosso Relator Jorge Kajuru –, incêndios devastaram extensas áreas, agravando a crise climática e colocando em risco a rica fauna e flora desses biomas. Na Caatinga, o aumento da seca trouxe consigo um fenômeno inédito, o registro de clima árido em território brasileiro, desafiando ainda mais o povo nordestino em sua luta pela sobrevivência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses eventos não são isolados; são sintomas de uma crise global, que exige ação imediata e contundente.

Internacionalmente, na última conferência do clima, a COP 29, realizada no Azerbaijão, o marco foi alcançado com um acordo para o financiamento de países desenvolvidos, no valor de US$300 bilhões por ano, para apoiar os países em desenvolvimento, que estão na linha de frente desses inúmeros impactos climáticos. Contudo, este montante é muito aquém do US$1,3 trilhão pleiteados por nossa delegação, liderada pela nossa Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, em alinhamento com outros países em desenvolvimento. Aqui, no Brasil, nosso compromisso precisa ser refletido em ações concretas e recursos adequados.

A deliberação sobre o orçamento para 2025 representa uma oportunidade para avançarmos, mas também uma responsabilidade. Como garantir que a agenda ambiental receba o financiamento necessário para cumprir sua função estratégica no combate às mudanças climáticas, na proteção da biodiversidade e na adaptação do nosso território e de nossas populações a esse cenário adverso? É essencial que sejam garantidas ações de prevenção e mitigação de desastres, adaptação climática, fortalecimento dos órgãos ambientais e promoção de uma economia verde que gere empregos e promova o desenvolvimento sustentável. Sem um orçamento robusto, será impossível atender a essas demandas e honrar o papel do Brasil como protagonista global na agenda ambiental.

Quero expressar minha gratidão aos nossos Relatores de Orçamento na Comissão de Meio Ambiente, meus estimados colegas e grandes parceiros nessa importante jornada, o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jorge Kajuru, aqui presente. Reconheço – e o Fabiano Contarato é o nosso Vice-Presidente, maravilhoso – e agradeço o empenho excepcional de ambos, que em um prazo tão curto dedicaram-se com excelência à análise das emendas de orçamento, permitindo que esta Comissão avance com a deliberação necessária.

Muito obrigada.

Bom dia, meu Relator.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Bom dia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Bom, já fizemos a prévia do início desta Comissão, eu já vou passar a palavra para a leitura do seu relatório ao nosso querido Relator, Senador Jorge Kajuru.

Bom dia, Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Antes de mais...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não, Senador Wellington.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não. Pois não, Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Já conhecendo antecipadamente o relatório do nosso Senador Kajuru, porque eu fui lá à assessoria dele... Acabamos de ter a nossa Comissão de Esporte e eu pedi que nos incluísse como também coautores das emendas – no caso, nós que estamos aqui para votar.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E eu gostaria de pedir a mesma...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Juntamente com a Leila, com a Mara, comigo, com o Romário e com o Paulo Paim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Exatamente. Porque politicamente é importante que, quando se coloca lá "emenda aprovada", esteja lá o nome do Parlamentar.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então a gente tem mais condições de dar satisfação ao nosso público lá no Mato Grosso e cada um no seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estado. Por isso eu quero pedir ao Relator também a inclusão do meu nome. E vamos aprovar com certeza, porque o Kajuru tudo que faz é bem-feito.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senador Wellington.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Bom, primeiro eu queria falar publicamente aqui do desejo de Deus e saúde a todos e todas. Um Natal justo e amoroso para o meu povo é o que quer o meu coração, com um ano de 2025 bem melhor.

Minha irmã Leila do Vôlei, eu fiquei orgulhoso de saber do Senador Wellington Fagundes que ele, desde os 15 anos de idade, é casado com a mesma esposa, que você conheceu pessoalmente, e ela ontem...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não, não é casado, não. Eu comecei a namorar com ela quando ela tinha 15 anos de idade.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ah, começou a namorar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Estudamos juntos, fizemos faculdade e aí casamos. E hoje...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ontem, não é?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E ontem ela fez, então, 65 anos, não é? Portanto, de namoro e casamento já se vão 50 anos. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Agora você entende aquela máxima de que, por trás de um grande homem, existe uma grande mulher.

Mariene, para você meu beijo e meus parabéns. Vida longa!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Olha, diretamente da Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, dando parabéns para a Mariene. Muito obrigado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E um abração nela. Eu quero conhecê-la pessoalmente, porque, pelo amor de Deus, é um exemplo.

Agora eu quero confessar que eu sou muito ciumento. E, como eu sou muito ciumento, eu terminei agora o meu 12º casamento. E a coisa que eu mais amo no casamento é a hora da separação. Para mim devia ter até uma comemoração na igreja e depois uma festa, porque eu sou ciumento. E, por ser ciumento, Leila do Vôlei, eu quero dizer que eu não gostei da sua colocação não, porque você, minha amiga e irmã há 30 anos, que eu tanto a vanglorio, primeiro porque você merece: pela sua honradez, pela sua responsabilidade pública, pela mulher que você é, pela guerreira que você é, pela mãe, pela esposa, pela filha... Eu vejo quando você fala do seu pai, da sua mãe, mas você disse: "Fabiano Contarato maravilhoso!". Você provou que você ama mais o Fabiano do que eu.

Portanto, registro aqui o meu...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Vou registrar também: Kajuru, meu amigo, meu irmão maravilhoso, também.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Agora tudo bem. Estou pronto para o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Irmão, te adoro.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Com fundamento, Presidente Leila do Vôlei, nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006-CN, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias, especialmente em seus arts. 87 a 91, e no parecer preliminar ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025 (PLDO 2025), notadamente em seus itens 2.2 e 2.3, esta Comissão de Meio Ambiente reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão emendas de texto e até três emendas a serem apresentadas ao anexo de prioridades e metas do referido projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tais propostas, relacionadas em quadro anexo a este parecer, contemplam programações orçamentárias variadas, conforme as competências regimentais da CMA.

Diretamente agora à análise.

No que tange ao anexo de prioridades e metas, foram apresentadas propostas em número que extrapola o limite máximo de três emendas reservadas à CMA (Comissão de Meio Ambiente).

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite definido na regulamentação.

As propostas foram analisadas a partir de fundamentos técnicos, colhidos na legislação de direito financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN, e no mencionado parecer preliminar.

Em especial, dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria, com a minha equipe. O primeiro foi o de que as emendas exibissem, Presidente Leila, caráter institucional, no sentido de manter relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. O outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional.

Na impossibilidade de aprovarmos todas, nossa indicação recai sobre propostas que contemplem ações orçamentárias que também foram selecionadas pela Comissão de Meio Ambiente como objetos de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2025. Coincidentemente, tais propostas correspondem àquelas com maior número de apoios (mesmo desconsiderando aquelas apresentadas de forma repetitiva pelo mesmo autor). Assim, sugerimos as seguintes propostas:

- Proposta 3 (Senadora Ana Paula Lobato), contemplando a ação 214O, “Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental”, com meta de 2 mil unidades (proceder ao ajuste se o valor da proposta for diferente do valor aqui indicado), atendendo, ao menos em parte, às Propostas 7, 10 (ambas do Senador Veneziano Vital do Rêgo), 13 e 14 (ambas do Senador Wellington Fagundes);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Proposta 6 (Senador Veneziano Vital do Rêgo), contemplando a ação 21A9, “Implementação de Programas, Planos e Ações para Melhoria da Qualidade Ambiental”, com meta de 600 unidades (proceder, então, ao ajuste se o valor da proposta for diferente do valor aqui indicado), atendendo, ao menos em parte, às Propostas 2 (Senadora Ana Paula Lobato), 9 (Senador Veneziano Vital do Rêgo) e 16 (Senador Jorge Kajuru);

- Proposta 18 (Senador Jorge Kajuru), contemplando a ação 214M, “Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias”, com meta de 5 milhões de quilômetros quadrados (proceder ao ajuste se o valor da proposta for diferente do valor aqui indicado), atendendo, ao menos em parte, às Propostas 1 (Senadora Ana Paula Lobato), 8, 11 (ambas do Senador Veneziano Vital do Rêgo), 12 e 15 (ambas do Senador Wellington Fagundes).

Finalmente, registro que não foram apresentadas propostas de emendas ao texto do PLDO 2025.

Vamos ao voto.

Diante do exposto, Presidente Leila do Vôlei, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela aprovação das Propostas nºs 3, 6 e 18 (Anexo de Prioridades e Metas do PLDO 2025), as quais viabilizarão o atendimento, ao menos parcial, das propostas anteriormente mencionadas.

A elaboração das emendas a partir das propostas aprovadas deve observar os ajustes técnicos necessários ao atendimento das normas aplicáveis ao PLDO 2025. Ademais, as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Finalmente, então, sugiro que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a chamada CMO, Leila Barros, Leila do Vôlei, Leila amada pelo país.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Grata pelo relatório, Senador Kajuru.

Para sermos mais objetivos, quero agradecer. Nós estamos finalizando, vamos ter mais duas sessões desta importante Comissão aqui para o Senado Federal, e serão as minhas duas últimas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportunidades presidindo a Comissão de Meio Ambiente. E aí eu quero agradecer, mais à frente nós vamos fazer uma fala em Plenário para fazermos uma prestação de contas de tudo que foi aprovado, que foi deliberado aqui nesta Comissão. Acho que, de agora até o final deste ano, é só agradecimento.

Quero agradecer aqui aos nossos servidores desta importante Comissão, agradecer a generosidade, a parceria de todos vocês. No ano que vem, virá outro Presidente, mas nós vamos estar aqui – não é, Kajuru?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Se Deus quiser.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Nós vamos continuar aqui firmes e fortes, porque é uma pauta que é ao mesmo tempo desafiadora, apaixonante e desperta muito na gente, digamos, o sentido da missão. Isto aqui é fundamental; esta Comissão é importante para o hoje, mas ela é fundamental para o amanhã.

Então, como mulher, como mãe, dentro destas paredes, aqui nesses gabinetes, nessas Comissões é que a gente toma muitas decisões importantes para o nosso país. E eu tenho muito orgulho desta trajetória que nós tivemos aqui na CMA, porque nós aprovamos importantes projetos, projetos que seguramente trarão alguma resposta futura. Eu falo que o impacto não será agora, mas eu acredito que todos estão conscientes do cenário que a gente está vivendo. A gente reforça isso todo dia, mas as pessoas mais claramente estão sentindo no seu dia a dia.

Então, eu espero que, com os colegas, para o próximo ano, com mudança de Presidências nas Comissões, assim como no Senado, a gente trate com mais carinho, com mais responsabilidade e comprometimento a Comissão de Meio Ambiente – com mais responsabilidade e sem grandes paixões. Não cabem na CMA campos: pauta ambiental é pauta econômica, é pauta de direitos humanos, é uma pauta que envolve muito mais do que só se falar de meio ambiente, envolve vida, recursos hídricos, solo saudável, enfim, envolve a sobrevivência. É isso, é a maior certeza que eu tenho.

Então, amigo, quero agradecer-lhe por ter aceitado o desafio.

E vamos colocar em discussão o relatório hoje, quinta-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Eu só queria pedir permissão...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Por favor.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... porque não é um reconhecimento meu; ele é meu, de toda a Comissão e dos funcionários exemplares desta Comissão de Meio Ambiente, que te acompanharam nesse período todo.

Então, você vai deixar este ano, por questão regimental, a Presidência, mas a sua digital terá uma marca histórica nos 200 anos do Senado Federal, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, em função da sua dedicação, que é de emocionar, ao meio ambiente, à causa – tudo o que você fez –, nunca faltou, sempre presente, sempre atuante, dedicou a sua vida a isso. E eu sei o que é dedicar a vida, porque você tem um filho, você tem esposo, você tem família; eu, não, eu sou um solteirão, sou livre, eu posso ficar...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Convicto. (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É... eu posso ficar... Convicto! Eu posso ficar o dia inteiro à toa. Agora, você, não; você tem responsabilidade...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Muita... (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... mas você é impressionante, por isso que eu fiquei emocionado, a dedicação a tudo que você enfrentou na sua vida até hoje, a dedicação sua é algo admirável!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Por isso que não tem jeito: você vai ficar na história dos 200 anos do Senado Federal, na minha opinião e de muita gente, como a melhor Presidente já vista desta Comissão de Meio Ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Cuidado com o que você está falando, porque tem uma turma muito boa que presidiu aqui. E, certamente, acho que tudo a gente lidera pelo exemplo – não faltar, estar sempre presente. Quando eu faltei, sempre teve uma justificativa... Atrasada, porque sempre está correndo, mas, assim, foi muito prazeroso, desafiador, um dos maiores desafios, assim como foi relatar o mercado de carbono e tantas outras, mediar os campos aqui dentro da Casa, os ânimos. Foi muito desafiadora e foi muito prazerosa... foi muito prazerosa essa jornada ao lado de vocês, Kajuru.

Obrigada de coração, irmã. Obrigada mesmo, irmão.

Bom, com a palavra... Ninguém quis discutir, só o Senador aqui quis mexer... Meu irmão aqui, o Kajuru é muito suspeito, gente.

Bom, não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação, o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Jorge Kajuru, que passa a constituir parecer favorável a três emendas ao Anexo de Prioridades e Metas do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025.

A Secretaria da Mesa providenciará o registro em ata das propostas de emendas aprovadas com a identificação nominal dos respectivos proponentes, além de, juntamente com a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, os ajustes técnicos necessários no Sistema Lexor para envio do lote de emendas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Outra honra também foi ter sido, digamos, nesta Legislatura, a primeira mulher a comandar, acho que a primeira mulher a ser Presidente da Comissão de Meio Ambiente. Olha que honra: primeira Senadora eleita nascida em Brasília e a primeira Presidente da Comissão de Meio Ambiente. O que eu posso mais querer mais da vida, não é? Gratidão, meu Deus e Brasília! É isso aí, pessoal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrar, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada, será publicada no *Diário do Senado Federal* e encaminhada, junto às emendas, à Comissão Mista de Orçamento.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Até a próxima semana, gente! Obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e treze minutos do dia onze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Giordano, Weverton, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Zequinha Marinho, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Otto Alencar, Jaques Wagner, Teresa Leitão, Eduardo Gomes, Wellington Fagundes e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Lucas Barreto, Izalci Lucas, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Rogerio Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 4551, de 2020 - Terminativo - que: "Altera as Leis nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para prever descontos para pessoas com deficiência nos valores cobrados para ingresso e utilização de serviços nas unidades de proteção integral do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 152, de 2021 - Não Terminativo - que: "Susta o Decreto no 10.657, de 24 de março de 2021, que institui a Política de Apoio ao Licenciamento Ambiental de Projetos de Investimentos para a Produção de Minerais Estratégicos - Pró-Minerais Estratégicos, dispõe sobre sua qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e institui o Comitê Interministerial de Análise de Projetos de Minerais Estratégicos." Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA). Relatoria: Senador Beto Faro. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5927, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, para incentivar e promover a produção de biocombustível no âmbito da agricultura familiar." Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA). Relatoria: Senador Beto Faro. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.927 de 2023 e da Emenda 1-CRA. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 13, de 2024 - Não Terminativo - que: "Modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar a aplicação mínima de 20% dos royalties, participação especial e excedente em óleo da União na implementação de projetos de apoio à preservação da Floresta Amazônica, defesa das tradições e ambientes dos povos originários, integração logística, exploração sustentável dos recursos naturais, e promoção da justiça social

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos territórios afetados diretamente pela atividade de pesquisa e lavra de hidrocarbonetos." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (/AP). Relatoria: Senador Beto Faro. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1990, de 2024 - Terminativo - que: "Institui a Política Nacional para a Recuperação da Vegetação da Caatinga." Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE). Relatoria: Senadora Teresa Leitão. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas). Observação: Foi definitivamente aprovado em turno suplementar realizado na mesma reunião. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3944, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para proibir a importação de resíduos sólidos, ressalvados os casos que especifica." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Weverton. Relatório: Pela aprovação com as emendas de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório. Observação: Requerimento de urgência aprovado pela Comissão. ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 53, de 2023 que: "Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 60 (sessenta) dias, discutir e analisar o mercado de ativos ambientais brasileiros no âmbito da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal." Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Observação: Aprovado o relatório com a apresentação de indicação ao Poder Executivo. ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 58, de 2024 que: "Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 3944/2024, que “altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para proibir a importação de resíduos sólidos, ressalvados os casos que especifica”." Autoria: Comissão de Meio Ambiente. Resultado: Aprovado a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e um minutos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 47ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 11 de dezembro de 2024.

Senhoras e senhores membros desta Comissão, equipes que estão aqui acompanhando esta reunião e todas as pessoas que nos assistem, chegamos com orgulho e gratidão ao final de mais um ciclo de dois anos sob a Presidência desta Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, período marcado por intensos debates, realizações legislativas significativas e o fortalecimento de uma agenda ambiental robusta e inclusiva.

Assumi esta honrosa posição em 8 de março de 2023, Dia Internacional da Mulher; ao meu lado, o meu querido amigo Senador Fabiano Contarato, como Vice-Presidente. Esse marco simbólico reforçou o compromisso da Comissão com a diversidade e a inclusão, valores que nortearam nossas decisões e ações ao longo deste biênio.

O trabalho aqui realizado demonstra a força de nossa democracia e o papel essencial do Legislativo na construção de políticas públicas que respeitem nosso meio ambiente, promovam a justiça climática e garantam o desenvolvimento sustentável. Enfrentamos desafios históricos, discutimos temas relevantes e buscamos soluções que atendam à complexidade das questões ambientais do nosso país.

Nesses dois anos, enfrentamos um cenário desafiador de emergência climática, caracterizado pela intensificação de eventos extremos, como secas, cheias e incêndios florestais que afetam profundamente o nosso país.

Nesse contexto, a CMA desempenhou um papel crucial ao deliberar sobre projetos essenciais, que hoje estão convertidos em leis fundamentais ou que aguardam sanção presidencial, para a gestão do clima, como o marco regulatório do mercado de carbono e as diretrizes para adaptação às mudanças climáticas em estados e municípios.

Nossa Comissão também se dedicou à proteção do território brasileiro, avançando em proposições que fortalecem o comando e controle sobre terras públicas, combatem a grilagem e ampliam a proteção a áreas protegidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, aprovamos a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, uma resposta necessária e urgente à nova realidade climática, que exige ações preventivas e estratégias inteligentes de uso do fogo.

Durante esse período, realizamos 94 reuniões, sendo 48 deliberativas e 46 audiências públicas. Deliberamos sobre 80 matérias, abordando temas tão diversos quanto energia, direito animal, agricultura sustentável, resíduos sólidos e saneamento básico. Cada uma dessas pautas reflete o nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável e com a construção de um futuro mais justo para todos.

Destaco ainda as diligências externas que nos permitiram acompanhar de perto os impactos das mudanças climáticas no Rio Grande do Sul e no Pantanal, bem como as discussões fundamentais sobre a preservação da Estação Ecológica Águas Emendadas e do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do meu querido Distrito Federal.

Nada disso teria sido possível sem o trabalho coletivo deste Colegiado, composto por Senadoras e Senadores comprometidos, além do apoio técnico e administrativo da equipe que nos acompanhou em cada passo dessa jornada.

Encerramos esse ciclo com a certeza de que avançamos no fortalecimento de uma agenda que combina proteção ambiental, inclusão social e justiça climática.

Deixo aqui a minha gratidão ao povo do Distrito Federal que me confiou a responsabilidade de representá-los e a todos que contribuíram para os avanços que celebramos hoje. Ainda teremos mais um compromisso de extrema relevância na próxima quarta-feira... (*Pausa.*)

... perdão – dia 18 de dezembro.

Nesse último encontro, realizaríamos uma audiência pública para tratar das águas emendadas, um patrimônio natural único do nosso Distrito Federal e que é essencial para o equilíbrio ambiental e a conservação da biodiversidade do Cerrado e, principalmente, para a segurança hídrica do nosso quadradinho.

Convido a todos a participarem e contribuírem para esse debate que será crucial para a definição de estratégias de preservação desse santuário ecológico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que o trabalho da CMA continue inspirando novas ações em prol do meio ambiente e de um futuro mais sustentável. Contem comigo para seguir na defesa dessas causas tão urgentes e, principalmente, essenciais.

Muito obrigada.

Vamos à nossa reunião de hoje.

Eu quero agradecer aqui a presença do Senador Weverton e do Senador Giordano.

Senador Weverton, deseja falar? (*Pausa.*)

Quero agradecer mais esse ciclo, esse biênio que está finalizando com muita responsabilidade. Foi um biênio muito importante, inclusive para o meu amadurecimento, acredito, aqui dentro da Casa. Foi, digamos, uma Comissão desafiadora, que envolve paixões. Eu sempre falei: não vamos fazer um debate envolvido com muitas paixões, porque meio ambiente e economia têm que caminhar juntos, mas, em algumas vezes, a gente não consegue esse consenso.

Relatando um pouquinho da minha realidade aqui, eu acho que todos foram muito generosos comigo. Eu só agradeço, mesmo, a parceria de todos aqui desta Comissão.

Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Pela ordem.) – Primeiro, eu gostaria de (*Fora do microfone.*) fazer o pedido de inversão de pauta do item 6, que eu vou relatar...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não, Senador.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – ... caso a Presidência concorde. Eu vou ter mais três relatórios nas Comissões aqui ao lado, aí a gente podia adiantar.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito.

Então, vamos ao item 6.

ITEM 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 3944, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para proibir a importação de resíduos sólidos, ressalvados os casos que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pela aprovação com as emendas de redação que apresenta

Observações:

1. Em 10/12/2024, o relator apresentou novo relatório pela aprovação da matéria na com duas emendas de redação

Eu concedo a palavra agora ao Senador Weverton para a leitura do seu relatório.

Bom dia, Senador.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Quero aqui, antes de começar a leitura do meu relatório, também, como membro da Bancada do PDT, do seu partido, e também do Congresso Nacional, fazer as reverências, as homenagens e o reconhecimento ao seu empenho, à sua dedicação e à da sua equipe a esse brilhante trabalho que, como bem você falou, não é fácil. É uma pauta que, ao mesmo tempo, é simpática para o mundo, mas, na hora de tratar dela no dia a dia, nós sabemos o quanto se precisa ter, acima de tudo, serenidade para poder conciliar os bons interesses e preservar o que é mais importante, que é a vida. Falar do meio ambiente é falar da vida.

A Senadora Leila não teve só a missão de conduzir uma Comissão, aqui, com papéis e com projetos – às vezes, muitos projetos – que saem com letras frias. Aqui, uma decisão pode ter consequências muito boas ou muito ruins, difíceis para a humanidade. Então, Leila, parabéns, mesmo, porque – eu já tinha dito isso em outros momentos – V. Exa. é uma das pessoas que orgulham a nossa bancada, orgulham o nosso Congresso; como Líder da Bancada Feminina, tem conduzido de forma muito firme a agenda, que você sempre se propõe a tocar ou tem se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocado à disposição para tocar. Basta ver que foi só pedir para dar quórum que nós todos aqui, a bancada masculina, corremos, de forma muito disciplinada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Estão faltando as mulheres aqui... (*Risos.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Elas não se entendem, mas nós obedecemos bem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Olha, Weverton...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. *Fora do microfone.*) – Elas se organizam para mandar na gente.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Não, já se organizaram faz tempo!

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. *Fora do microfone.*) – Já, já sim.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Daqui a alguns anos, nós vamos fazer projetos aqui para devolver alguns direitos nossos.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. *Fora do microfone.*) – A nossa cota. (*Risos.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – É, a nossa cota.

Mas vamos lá.

Neste projeto aqui, Presidente, de forma bem simples, eu vou direto para a análise. Quero falar para vocês que, em um desses eventos internacionais de que nós participamos ao longo do ano, uma pesquisadora da USP, Senador Giordano, Senador Eduardo Gomes, fez uma crítica duríssima – ela é professora – ao Brasil, falando sobre – ainda – o absurdo de nós importarmos lixo aqui no nosso país.

Eu confesso a vocês que eu fiquei surpreso, porque eu achava que, naquele PL dos resíduos sólidos, isso já era uma questão superada, não é? Por exemplo, o vidro: há indústrias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que preferem comprar já navio fechado a aproveitar os catadores do Brasil, os catadores de lixo, que ainda existem e, de forma muito organizada, tentam sobreviver. É preciso criar condições para melhorar suas rendas e também o seu trabalho. E, obviamente, não é nada compreensível você ter um país como o nosso, que produz a quantidade de lixo que produz, e ainda ter que importar. É inacreditável, eu mesmo não sabia. Claro que existem as exceções.

Então, ao longo desse debate que foi rápido, eles arrumaram lá na Câmara, e aqui nós fizemos alguns ajustes de redação.

Eu quero agradecer ao Sr. Roberto Canto, que é da Abal (Associação Brasileira do Alumínio). Ele explicou as especificidades que tem o alumínio, o aço, o cobre e algumas outras matérias, produtos que fabricam, por exemplo, a bateria. A gente tem uma fábrica no Nordeste de uma bateria muito conhecida no Brasil – não vou falar o nome para não ficar fazendo propaganda, porque ela nunca fez promoção para botar no nosso carro; então, eu não vou fazer. Tem as exceções para você também não criar dificuldades, obviamente, para o mercado.

Agora, eu acho que o texto ficou bem justo e quero agradecer aqui ao Senador Giordano, que entende muito do assunto, ajuda a dialogar com esses setores e me ajudou demais aqui a deixarmos bem amarrado, assim como a nossa assessoria conversou com o Governo. O Ministro Vice-Presidente Alckmin me ligou, conversamos, e ele ficou superfeliz com a ideia e com o espírito do projeto. E nós queremos ver se, já na semana que vem, Senadora Leila, com o compromisso que o Presidente Pacheco fez lá em Londres, a gente consegue levar para o Plenário à tarde para, dando certo o evento de Natal dos catadores em São Paulo, eles poderem já estar com esse projeto aprovado e – quem sabe? – o Presidente Lula, se já estiver recuperado, podendo continuar na agenda – porque está na agenda dele a presença dele –, neste dia, já sancionar essa lei e entregar esse presente importante para uma economia que eu não chamo de singular, mas uma economia particular, importantíssima e diferenciada do nosso país.

Então, eu vou direto aqui para a análise.

Fiz aqui as homenagens à Senadora Leila, que fez aqui um belo discurso de despedida e de prestação de contas do mandato dela, e ela fez aqui na fala dela o registro do seu Vice, o competente Senador Kajuru. Então, eu quero estender também as homenagens que eu fiz ao Senador Kajuru.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – É Fabiano Contarato o Vice.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Fabiano Contarato.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – É, mas vou falar que nós temos um segundo Vice aqui, que toda vez me ajuda, comandando as sessões, Senador Weverton. (*Risos.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – É o mais assíduo em todas. Quando o Presidente me pede para abrir a sessão, eu já digo: "Tenho que chegar no horário, senão o Kajuru, em público, vai chamar a atenção". Ele é disciplinado. Parabéns!

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Meio Ambiente opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente proteção do meio ambiente, controle da poluição, conservação da natureza e defesa do solo, dos recursos naturais e genéticos, das florestas, da caça, da pesca, da fauna, da flora e dos recursos hídricos.

O projeto segue as regras regimentais e harmoniza-se com as regras do art. 225 da Constituição Federal, que determinam ao poder público controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.

Ponderamos que o projeto aperfeiçoa a Lei nº 12.305, de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Editada há 15 anos, a lei pede o ajuste proposto nas regras para importação de resíduos sólidos.

A possibilidade de importação de resíduos sólidos prevista no art. 49 tem se tornado um dos maiores entraves ao fortalecimento da cadeia econômica da reciclagem, um dos principais objetivos dessa política, que prioriza as atividades de reutilização e de reciclagem.

Segundo a Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema), o Brasil recicla apenas 4% do lixo que é gerado, mas continua importando toneladas de resíduos sólidos, sobretudo para o cumprimento de obrigações previstas na legislação quanto a conteúdo mínimo reciclado a ser utilizado como insumo.

Conforme dados do Ministério da Indústria e Comércio divulgados pelo *Correio Braziliense*, foram importados, de janeiro de 2023 a maio de 2024, Senador Kajuru: 28 mil toneladas de papel; 5,6 mil toneladas de plástico; 16,6 mil toneladas de alumínio; e 19 mil toneladas de vidro, Senadora Leila, num total, apenas para esses quatro tipos de resíduos, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quase 70 mil toneladas, de janeiro de 2023 a maio deste ano. Essa quantidade, apenas para esses quatro materiais, totalizou importações de US$322 milhões (em torno de R$1,93 bi). A cadeia de importação de alumínio responde a 96,6% do gasto total, aproximadamente R$1,87 bilhão, e isso motivaria uma das ressalvas feitas pelo projeto, para a possibilidade de importação de resíduos utilizados na transformação de minerais críticos, dada a elevada demanda dessa indústria, que não seria suprida pela cadeia de reciclagem doméstica.

Ponderamos que a proibição prevista poderá incentivar a cadeia econômica da reciclagem composta por cooperativas e associações de catadores, abrangendo cerca de 800 mil trabalhadores, segundo dados do Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis – 800 mil pessoas estão envolvidas diretamente dentro desses lixões e aterros Brasil afora. Esses trabalhadores são os mais prejudicados pela precariedade de políticas públicas que efetivamente incentivem a reciclagem.

Segundo a Abrema, para as indústrias que são obrigadas à logística reversa e ao uso de materiais reciclados como insumo, atualmente é menos custoso importar resíduos em comparação com adquiri-los de cooperativas de catadores ou de empresas de reciclagem brasileiras, dada a precariedade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – ... dessa cadeia em atender à oferta necessária de materiais reciclados. A importação dificulta o crescimento de setores ligados à reutilização e à reciclagem doméstica, ao mesmo tempo que incentiva as cadeias de reciclagem de países que estruturaram, de forma mais adequada, essas cadeias em relação ao Brasil.

Observa-se, hoje, que a produção de recicláveis, no caso de alguns materiais como papel, plástico e vidro, supera a capacidade da indústria de utilizá-los como insumo, o que resulta em subaproveitamento ou descarte inadequado desses resíduos. Um dos maiores desafios é integrar a cadeia de reciclagem e a cadeia produtiva, de modo a promover esse aproveitamento. O fortalecimento da cadeia de reciclagem envolve, sobretudo, reconhecer o benefício socioeconômico da atuação dos catadores, criar empregos e reduzir custos de produção da indústria, enquanto se aproveita a imensa quantidade de resíduos sólidos gerados, que atualmente são desperdiçados em aterros e lixões ou sequer coletados nos municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda mais importante, as regras do projeto harmonizam-se com o que se tem denominado economia circular, em que os materiais resultantes do consumo e da produção industrial são reintegrados à economia como insumo dos processos das próprias empresas que geraram esses resíduos, estimulando, assim, os processos de reutilização e reciclagem.

Os únicos reparos que fazemos ao texto aprovado pela Câmara dizem respeito aos ajustes de redação descritos a seguir:

Aí nós fizemos lá um §1º:

> §1º Fica ressalvada da proibição prevista no *caput* deste artigo a importação de resíduos utilizados na transformação de minerais estratégicos, incluindo-se os resíduos de metais e materiais metálicos para indústria de transformação."

A emenda de redação ao PL nº 3.944 de 2024.

Dê-se a seguinte redação ao §2º do art. 49 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, proposto pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 3.944, de 2024:

> "Art. 1º.....
> 'Art. 49 .....
> §2º O importador ou o fabricante de autopeças, exceto pneus, ficam autorizados a importar resíduos sólidos derivados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – ... de produtos nacionais previamente exportados...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Só um minuto – só um minuto.

Eu vou pedir a gentileza a todos aqui, porque estamos tendo a leitura de um relatório importante.

Obrigada.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) –

> §2º O importador ou o fabricante de autopeças, exceto pneus, ficam autorizados a importar resíduos sólidos derivados de produtos nacionais previamente exportados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para fins exclusivos de logística reversa e reciclagem integral, ainda que classificados como resíduos perigosos, nos termos de regulamento conjunto do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima."

Então, eles ainda vão editar esse regulamento para deixar tudo ajustado.

É esse o meu relatório, e o meu voto é pela aprovação, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Excelente, Senador Weverton! Parabéns pelo relatório!

Vou passar a palavra, rapidamente, para o Senador Giordano, Senador Eduardo, desculpe, porque ele já tinha pedido e, na sequência, para o senhor.

Senador Giordano, para discussão. É para discutir a matéria?

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SP. Para discutir.) – Na verdade, eu queria também usar a nossa tribuna aqui para parabenizar V. Exa., nossa Presidente da CMA durante desses anos agora, que, com muito carinho, com muito amor pelo meio ambiente, mas também sabendo das necessidades econômicas do nosso país, sempre conduziu com independência, com amor pelo meio ambiente e também pela parte econômica, mas com a sensatez da realidade do nosso momento de vida hoje.

A gente está vivendo mudanças climáticas radicais. A volumetria da chuva não é igual à anterior. Os ventos não são iguais a anos atrás. Tudo se tornou... O calor está demais, e, quando vem frio, o frio é demasiado. Baseado nisso, na sua posição, na sua Presidência, você soube dividir muito bem essa parte do amor por uma planta e também o amor pela evolução econômica com o futuro da nossa nação, o futuro da nossa nação brasileira e mundial. Como temos a nossa Amazônia, um grande celeiro de minerais, de diversidades...

Então, eu quero agradecer. Acho que engrossamos até o casco – é um modo de falar –, nossa amizade ficou até mais assídua por estarmos mais juntos na Comissão. Também quero agradecer muito quando, na sua ausência, o Fabiano Contarato conduziu esta Mesa, esta Comissão, com muita sensatez, igualmente.

O Kajuru, nosso príncipe, sempre também aliado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, neste momento, gostaria muito de agradecer ao nosso Relator, Senador Weverton, que teve a sensatez... Ele trabalhou com dados específicos. Então, quando você trabalha com dados da Abrema, dados da Abal, dados de associação... Tem matérias dentro dessa importação... É igual ao vidro: o catador tem uma dificuldade grande de vender o vidro, porque ele não tem mercado da venda; para papelão e plástico, ele não tem o mercado da venda, porque a importação atrapalha; mas, quando você entra na linha dos metais, os metais no mercado são consumidos 100%. O material mais consumido no país, quando os catadores recolhem, é o alumínio. No Brasil, 99% do alumínio coletado é vendido. Por isso, às vezes, a indústria da transformação precisa importar alumínio, pela falta de matéria-prima, porque o reciclado nada mais é que um material produzido pelo mineral.

Então, parabéns, Weverton, pelo relatório maravilhoso! V. Exa. é um Senador de muita técnica, muita experiência, com um relatório muito explanado e uma ótima articulação do Governo.

Quero agradecer ao Weverton e agradecer a todos aqui desta Comissão por mais este ano maravilhoso, abençoado por Deus. Que Deus sempre nos cubra com o manto sagrado e as nossas famílias.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Que assim seja, Senador Giordano. Obrigada, viu?

Para discutir, Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para discutir.) – Senadora Leila, Senador Kajuru, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o apoio de todos ontem na votação da lei de regulamentação da inteligência artificial, sobretudo no momento em que foi possível garantir direitos autorais e foi possível, inclusive, pedir o auxílio luxuoso de alguns amigos para ir ao programa de entrevista já paramentado como violonista e tudo – porque eu sei que vão aprontar para mim lá; vai ser uma honra participar do programa de vocês.

Quero cumprimentar o Senador Giordano e o Senador Weverton pela complexidade desse projeto, pela sua importância às pessoas que aí, sim, têm um meio de vida, que ajudam o ecossistema, que sobrevivem e vivem da reciclagem. A gente sabe a importância do estabelecimento de padrões importantes para a garantia de trabalho dessas pessoas, e esse projeto visa atender uma demanda muito grande do país, mesmo sabendo que, durante um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo, algumas atividades estratégicas do país, sobretudo na área de alumínio, cobre e outros metais, dependerão ainda de uma certa circulação de volume de materiais expostos no mundo. Isso é o que faz girar essa indústria.

Eu tinha ainda a intenção de uma sessão de debates, mas não é necessário quando a gente tem esclarecimento sobre a matéria. Entendo que a emenda de redação que foi estabelecida neste momento pelo Senador Weverton atende às reivindicações de categorias que estavam com uma preocupação muito grande de manutenção do seu serviço e, por isso, vejo com uma importância muito grande que a gente aprove esse projeto, porque é uma sinalização ao meio ambiente e também às pessoas que trabalham na área de reciclagem no país, que é uma atividade extremamente importante.

Então, saio daqui seguro e satisfeito também pela emenda de redação, que atendeu a algumas reivindicações de setores do nosso país.

Parabéns!

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Senador Eduardo Gomes, e parabéns pelo relatório ontem, pelo trabalho realizado!

Nós estamos na expectativa, hoje, na entrevista...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele não vai poder hoje, não. Semana que vem...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – ... de absorvermos o máximo do nosso Relator.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Fechou! (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Vai levar violão também e tudo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Bom, não havendo mais quem queira...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu quero – eu quero.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Você quer discutir?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu não quero discutir...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Por favor, Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu não quero discutir...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Você quer o quê?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... eu quero contrariar, que é o meu maior prazer na vida.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Então, vá.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discutir.) – Primeiro, Senador Eduardo Gomes – sergipano, já foi tudo neste Congresso Nacional, de uma habilidade impressionante –, fique tranquilo sobre a entrevista, porque ela será de altíssimo nível. Pergunte ao General Hamilton Mourão, à Senadora Tereza Cristina, ao Cleitinho sobre a independência da Leila e minha, que é indiscutível, tanto que o programa, em seis meses... Começou na TV Meio, dali a pouco veio a RedeTV! e agora é o SBT que quer o programa. Então, graças a Deus, será um prazer tê-lo, como todos os Senadores que estão sendo convidados.

Bem, Senador Weverton, eu vou ser bem objetivo. Veio aqui a minha assessora, agora – vocês devem ter visto. A única vantagem que ela tem, Senadora Teresa Leitão, é que, quando ela chega aqui no ouvido, ela é muito cheirosa, então faz bem para mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Ai, ai, hein?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, eu digo assim, no bom sentido.

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ela é educada.

Agora, ela veio, e sabe o que ela falou para mim? "O Governo mandou você pedir vista". Como é que eu vou pedir vista de um projeto desses, gente? Um projeto cujo relatório foi apresentado com um amor, com uma sensibilidade de um homem público maranhense raríssimo; como bem colocou o Giordano, com dados – de que eu não sabia – de uma profissão tão massacrada neste país, que já foi motivo, Leila do Vôlei, de gozação em rede nacional, quando o microfone de um apresentador famoso da televisão brasileira vazou e ele esculhambou com essa classe! Aqui, não sei se todos estão lembrados, mas o Brasil inteiro ficou indignado.

Portanto, Governo Lula, sou seu Vice-Líder com o maior prazer, especialmente por causa da minha amizade de 35 anos com o Presidente Lula; agora, essa história de me pedir para votar a favor ou contra... Eu voto do jeito que eu quiser, e vista eu só peço se eu quiser. Não vou pedir vista e ponto final.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Está pacificado. É isso aí.

Bom, alguém mais quer discutir? Acredito que não...

Senadora Teresa Leitão, presente aqui conosco...

A votação vai ser simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas 1 e 2, da CMA, de redação.

Agora a matéria irá ao Plenário.

Pois não, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Como Relator.) – Presidente, eu gostaria de pedir urgência na matéria para ser enviada para o Plenário. O Presidente Pacheco já está aguardando para, na semana que vem, já incluir na pauta. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Senador Weverton, segundo a orientação aqui, se o senhor puder apresentar para nós um requerimento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pode ser oral?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Pode, pode.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Então, vamos votar.

Se todos aprovam o requerimento extrapauta...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – De urgência.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – O requerimento de urgência. (*Pausa.*)

Então, está aprovado o requerimento de urgência.

A matéria irá ao Plenário, de preferência, hoje, hoje.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – O Presidente já sinalizou que, na semana que vem, já vai incluir.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Ótimo!

Parabéns, Senador Weverton!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Obrigado, Presidente Leila e toda a Comissão de Meio Ambiente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Imagine!

Item 7 da pauta. Depois, eu passo para a Senadora Teresa Leitão... (*Pausa.*)

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1990, DE 2024

- Terminativo -

Institui a Política Nacional para a Recuperação da Vegetação da Caatinga.

Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. Em 30/10/2024, a apreciação da matéria foi adiada em razão da aprovação, extrapauta, do REQ 55/2024 - CMA de adiamento da votação por 15 (quinze) dias úteis.

2. Em 9/12/2024, a relatora apresentou novo relatório, pela aprovação da matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta.

3. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão para a leitura do seu relatório.

Bom dia, Senadora.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Bom dia, Presidenta e demais membros da Comissão.

Antes de ler o relatório, porque eu vou pedir a V. Exa. para ir direto para a análise...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não, Senadora.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... eu quero fazer duas menções: primeiro, quero dizer da minha alegria de ter sido designada Relatora deste projeto, porque é lá que eu moro. Todos os estados do Nordeste e uma grande parte dos municípios de Pernambuco – 135 dos 184 municípios – se encontram no Semiárido; e isso é uma coisa com que a gente lida no cotidiano. Isso forja muito a personalidade e o jeito de ser do nordestino e da nordestina. Então, tenho uma alegria muito grande.

Segundo, porque nós conseguimos, Senadora, fazer um bom diálogo, e o substitutivo é fruto desse diálogo, que envolveu a Embrapa, o Ministério da Agricultura, o Ministério do Meio Ambiente e a Frente Parlamentar da Agricultura. Então, eu diria que foi um trabalho feito a muitas mãos. Eu serei apenas a porta-voz desse trabalho.

Vamos, então, à análise, com sua autorização, e, depois, à leitura do substitutivo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não, Senadora.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nos termos do art. 102-F, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CMA opinar sobre a proteção do meio ambiente e a preservação, conservação, exploração e manejo da biodiversidade. A matéria será apreciada em caráter terminativo e exclusivo e, desse modo, será feita a análise dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito.

Com relação à constitucionalidade, é competência da União legislar sobre florestas, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição, cabendo-lhe, quanto a esses assuntos, produzir normas de cunho geral. A iniciativa legislativa é legítima, pois o projeto é proposto por membro do Senado Federal e não invade temas de iniciativa privativa do Presidente da República especificados no §1º do art. 61 da Constituição Federal.

Tampouco há questionamentos sobre a juridicidade: o meio eleito é o adequado para o alcance dos objetivos pretendidos; a matéria inova o ordenamento jurídico; o PL possui o atributo da generalidade, aplicando-se a todas as situações de fato que se insiram na hipótese

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legal; e, finalmente, é compatível com o ordenamento jurídico posto. Além disso, a tramitação do projeto observou o regimento interno desta Casa e, com relação à técnica legislativa, o projeto é bem construído, de modo que não há reparos a serem feitos quanto à língua portuguesa e à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Quanto ao mérito, o PL possui uma abordagem abrangente e integrada para a recuperação e o uso sustentável da Caatinga, reconhecendo sua importância ecológica, econômica e social e promovendo ações concretas para sua preservação e desenvolvimento sustentável. Sendo assim, a proposição avança e inova a legislação ambiental para o bioma Caatinga – o único bioma totalmente brasileiro –, que possui poucos mecanismos legais específicos para o ecossistema.

Todavia, a proposição pode ser aprimorada, para melhor atender às peculiaridades da região e firmar a proteção da vegetação. Nesse sentido, propomos que se forme uma clara conexão entre a Política Nacional para a Recuperação da Vegetação da Caatinga e os planos de ação e recuperação, tanto nacionais quanto estaduais, já existentes para o bioma.

Também deve-se determinar explicitamente que esta nova política deverá estar em estrita conformidade com as disposições da Lei nº 12.651, de maio de 2012 (Código Florestal), bem como criar um programa de ação específico para operacionalizar efetivamente a lei resultante deste projeto.

Os objetivos podem ser aprimorados, tais como substituir o termo “áreas desmatadas e áridas da Caatinga” por “áreas degradadas da Caatinga”, visando a uma abordagem mais abrangente. Buscamos ainda enfatizar que a produção de alimentos na região deve ser sustentável.

Políticas nacionais devem incluir diretrizes claras, como o estímulo à produção agropecuária sustentável na Caatinga, o que potencialmente mitigará a destruição da vegetação local. Também é necessário assegurar mecanismos efetivos para a participação da comunidade local no processo de recuperação e conservação.

Sendo assim, elaboramos uma emenda substitutiva que visa aperfeiçoar o nobre projeto de lei, fortalecendo a proteção da Caatinga e incentivando o desenvolvimento sustentável na região de forma mais robusta e abrangente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.990, de 2024, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº -CMA (SUBSTITUTIVO) PROJETO DE LEI Nº 1.990, de 2024

Institui a Política Nacional para Recuperação da Vegetação da Caatinga e cria o Programa Nacional para a Recuperação da Vegetação da Caatinga.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei institui a Política Nacional para Recuperação da Vegetação da Caatinga, estabelece seus objetivos, princípios, diretrizes e instrumentos e cria o Programa Nacional para a Recuperação da Vegetação da Caatinga, em consonância com a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012 [que vem a ser o Código Florestal].

Art. 2º São objetivos da Política Nacional para Recuperação da [...] da Caatinga:

I – incentivar a recuperação das áreas degradadas da Caatinga;

II – ampliar a produção sustentável de alimentos na região, contribuindo para a soberania e segurança alimentar;

III – contribuir para a garantia da segurança hídrica e da melhoria da qualidade e da disponibilidade da água;

IV – estimular a bioeconomia e o manejo florestal sustentável.

Art. 3º São princípios da Política Nacional para Recuperação da Vegetação da Caatinga:

I – sustentabilidade ambiental;

II – participação e engajamento social;

III – conservação da biodiversidade;

IV – integração de políticas setoriais;

V – agregação do conhecimento científico e tradicional;

VI – avaliação do progresso da recuperação da vegetação da Caatinga;

VII – educação ambiental e capacitação;

VIII – cooperação entre diferentes níveis de governo, setor privado, organizações não governamentais e instituições de pesquisa.

Art. 4º São diretrizes da Política Nacional para Recuperação da Vegetação da Caatinga:

I – promoção da atuação articulada entre a União, os estados, os municípios e os atores não governamentais na formulação e implementação de políticas públicas para a recuperação e o uso sustentável dos recursos ambientais da Caatinga;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

II – incentivo às atividades extrativistas, agropecuárias e florestais sustentáveis e adaptadas ao bioma Caatinga;

Art. 5º São instrumentos da Política Nacional para Recuperação da Vegetação da Caatinga:

I – os planos de ação de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca nacional e estaduais;

II – os planos de ação para a prevenção e controle do Desmatamento na Caatinga nacional e estaduais;

III – os planos de recuperação da vegetação nativa nacional e estaduais;

IV – o Programa Nacional de Recuperação da Vegetação da Caatinga, conforme regulamento;

V – a capacitação de recursos humanos, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico voltados à conservação e ao uso sustentável dos recursos ambientais;

VI – o combate à desertificação;

VII – o estímulo à adaptação a mudanças climáticas;

VIII – o apoio à gestão integrada das áreas urbanas e rurais; e

IX – a participação da comunidade local na recuperação das áreas degradadas da Caatinga.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Muito obrigada, Sra. Presidenta.

Esse é o voto. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – É muito bom encerrar mais um desafio com esse presente, Senadora. Parabéns pelo relatório!

Nós sabemos que, com as mudanças climáticas, nossos biomas vêm sofrendo, e esse projeto vai muito ao encontro do que nós, enquanto Comissão, desejamos para o país na restauração desses biomas tão importantes, tão fundamentais, até para as futuras gerações. A gente sabe que a Caatinga vem sofrendo muito, principalmente... É um dos biomas – junto com o Cerrado e o próprio Pantanal – que vem sofrendo muito com essas mudanças.

Então, quero dar os meus parabéns à senhora.

Vamos à discussão.

Pergunto se alguém...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Weverton, deseja fazer uso da palavra? Por favor.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Para discutir.) – Quero cumprimentar aqui a Senadora Teresa Leitão e toda a Comissão.

A agenda vai totalmente ao encontro... E quero lembrar que, recentemente, o Congresso aprovou, e aqui no Senado, com a liderança e a relatoria da Senadora Leila, o crédito de carbono. Isso vai ser muito, muito importante, porque nós vamos, agora, não só incentivar para restaurar os biomas, mas também vai ser rentável mantê-los, e isso é o mais importante. Quem tem seu pedaço de terra em pé saber que ali também vai lhe dar rentabilidade tanto quanto daria com ele produzindo ou fazendo qualquer outro tipo de utilização daquele espaço. Isso vai incentivar ainda mais a manutenção dessas florestas, dessas árvores e, com isso, da vida no nosso planeta.

Eu ouvi, recentemente, num evento, que há estudos – se forem confirmados – de que a Caatinga retém tanto quanto ou mais carbono, se comparada ao Cerrado e até ao amazônico. Se isso for verdade, e isso acontecer, o Brasil está mais do que nunca rico, porque imagina o que nós temos de quantidade de milhões de metros quadrados de biomas de Caatinga no Brasil, de Cerrado, porque tudo que se fala é só amazônico, amazônico, amazônico, mas esses outros que são grandes e estão em territórios importantes do Brasil vão estar contemplados, se Deus quiser, nessa também política da venda de crédito de carbono.

Então, parabéns, Senadora!

Voto pela aprovação.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Excelente, Senador Weverton!

Mais alguém deseja discutir a matéria?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só contextualizar também...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Sim.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... valendo-me da observação do Senador Weverton, de que eu perdi o balanço da Presidência, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

balanço desses dois anos de efetivo trabalho, mas quero saudar V. Exa. pela Presidência tranquila, proativa, agregadora – isso é muito bom para quem é membro da Comissão.

Tanto por meio desse projeto do crédito de carbono, que a levou a uma exaustiva relatoria, também muito articulada, como deste e de tantos outros que aqui foram votados, eu acho que esta Comissão cumpriu um papel muito importante, em um momento crucial para o planeta.

Para o que a gente dizia "isso é a resposta da natureza", hoje a gente sabe muito bem como essa crise climática está sendo reproduzida, por que ela está sendo reproduzida e o que é necessário fazer. Então, façamos. É isso que se espera de nós. É isto que a casa mãe, como diz o Papa Francisco, espera de nós: que a gente tenha uma atuação direta, para que o planeta seja entregue por nossa geração, de maneira mais saudável, para as próximas gerações.

Então, eu quero também declarar os meus parabéns a todo o processo de condução desta Presidência durante este biênio.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Muito obrigada, minha Vice-Líder. Teresa atua comigo na Liderança da Bancada Feminina, é uma das Vice-Líderes, ao lado da Senadora Soraya Thronicke. É uma honra, pedindo vênia aos colegas, mas é um prazer – viu, Teresa? – estar contigo trilhando o meu último quadriênio aqui no Senado. Ter colegas tão atuantes, como você, que é uma defensora implacável... Claro, trabalha muito aqui na Comissão de Meio Ambiente, mas, na educação, é uma grande referência para todos e todas nós.

Obrigada pela fala.

Mais uma vez, reforço aos colegas a minha gratidão, e também aos nossos servidores aqui, toda essa equipe maravilhosa da CMA, na figura do seu Secretário aqui, o Airton, mas a todos vocês, a minha gratidão imensa pelo trabalho, pela parceria.

Enfim, vou continuar membro da CMA, a luta continua. Temos aí mais alguns anos para pautarmos e deliberarmos sobre temas aqui superimportantes na Comissão.

Bom, a votação, meus amigos, será nominal.

Em votação o substitutivo ao Projeto de Lei em 1.990, de 2024, nos termos do relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Senadoras e Senadores que votam com a Relatora votam "sim".

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Quero pedir aos colegas para que me ajudem. Eu sei que as demais... Todo mundo está espalhado pelas Comissões, mas, se puderem me ajudar para fazermos a mobilização, os técnicos também, como os Senadores, eu agradeço. (*Pausa.*)

Bom, enquanto encerramos aqui esta votação, eu vou fazer os comunicados.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Aviso nº 854, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.352, de 2024, proferido nos autos do processo TC 021526/2017, de relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, que trata de monitoramento das determinações de acompanhamento dos aditivos com a Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio, para operação da rodovia BR-040, Minas Gerais-Rio de Janeiro;

- Moção nº 18, de 2024, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, para solicitar apoio junto ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional para a conclusão do Projeto de Revitalização do Perímetro de Irrigação do Rio Gorutuba, recuperação do canal principal, substituição dos demais canais abertos por tubulação e automação no perímetro de irrigação. O comitê aponta que a obra é vital para o norte de Minas Gerais, no desenvolvimento econômico e humano, no enfrentamento das mudanças climáticas e na segurança hídrica e alimentar da população.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Bom, fechamos o quórum da votação. Vamos encerrar a votação.

Votação encerrada.

Por favor, vamos abrir o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Foram dez SIM; zero, NÃO.

Zero abstenção.

Aprovada a Emenda CMA, substitutivo ao Projeto de Lei 1.990, de 2024.

Como esta é a nossa última reunião deliberativa do ano, eu proponho ao Colegiado a realização de turno suplementar de imediato.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Com a aprovação, a Emenda nº 1-CMA, substitutivo, vai a turno suplementar.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria está aprovada em turno suplementar e será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Aproveito e parabenizo, mais uma vez, a Senadora Teresa Leitão e este Colegiado pela aprovação deste importante projeto para o país e para o nosso bioma Caatinga. Viva a Caatinga! (*Palmas.*)

Vamos para o item 7.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 53, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 5 (cinco) membros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 60 (sessenta) dias, discutir e analisar o mercado de ativos ambientais brasileiros no âmbito da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Observações:

Deliberação do Parecer nº 1-2024-CMAAtivos com minuta de Indicação ao Poder Executivo Federal

Vou conceder a palavra ao Senador Jorge Kajuru para a leitura do parecer da Subcomissão.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Bem, inicialmente Deus e saúde a todos e todas presentes e aos que nos acompanham pelos meios de comunicação. Um Natal justo e amoroso e evidentemente um próspero ano novo, cheio de felicidade ao nosso Brasil brasileiro.

Antes de mais nada, me permita, Presidente, irmã, amiga há 30 anos, fazer aqui um agradecimento, porque tudo na nossa vida pública é plural e nunca singular. Portanto, este meu trabalho de um ano quero creditar à experiente assessora que foi chefe de gabinete de um dos maiores ambientalistas do mundo na Europa e que voltou ao Brasil para trabalhar comigo em meu gabinete, juntamente com a Liana. Ela, você conhece bem, é a Diana Lins, filha do músico brasileiro mais tocado no mundo, Ivan Lins, que é meu padrinho de casamento. E, por favor, não me perguntem o número do casamento de que ele é padrinho, o.k.?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Já foram 11. (*Fora do microfone.*)

Onze casamentos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Doze.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Doze? Ah, então está bom. (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Na semana passada, acabou o décimo segundo, e, evidentemente, eu comemorei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, senhoras e senhores, meus únicos patrões, é com imensa satisfação que apresento o relatório da Subcomissão Temporária do Mercado de Ativos Ambientais Brasileiros, criada por meio do Requerimento nº 53, de 2023, de minha autoria.

O documento que compartilho é uma versão condensada do relatório completo, cuidadosamente elaborada para destacar alguns pontos de maneira acessível. E para consultar o relatório na íntegra, convido a todos a visitarem o *site* oficial do Senado Federal.

A Subcomissão Temporária do Mercado de Ativos Ambientais Brasileiros foi criada com o objetivo de discutir políticas e estratégias relacionadas ao mercado de ativos ambientais, explorando o imenso potencial do Brasil nesse setor estratégico, graças à sua vasta biodiversidade e recursos naturais incomparáveis.

Este relatório é fruto de discussões profundamente enriquecedoras, conduzidas com a valiosa participação de especialistas altamente qualificados de diversos setores do Brasil e do exterior. Essas discussões ocorreram em três audiências públicas, nas quais foram abordados temas fundamentais, como a proteção do clima, a preservação da vegetação nativa e a promoção de uma agropecuária sustentável.

Além de pontos discutidos nas audiências públicas, apresento aqui hoje algumas propostas de indicação ao Poder Executivo Federal, ao Tribunal de Contas da União e à Procuradoria-Geral da República, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da regulamentação e da implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do mercado de ativos ambientais no Brasil.

Na primeira audiência pública, cujo tema foi Proteção do Clima e Ativos Ambientais, um dos pontos marcantes foi o debate sobre o Programa Redd+, do Tocantins, destacado como um modelo de sucesso por integrar segurança jurídica, benefícios socioambientais e inclusão de pequenos produtores e povos originários.

Além disso, cabe ressaltar a discussão sobre a relação entre ativos ambientais e a proteção do clima, incluindo as regras do Artigo 6º do Acordo de Paris e a análise do Projeto de Lei nº 182, de 2024, que visa regulamentar o mercado de carbono no Brasil e a avaliação da regulamentação internacional doméstica para identificar o potencial dos ativos ambientais na proteção do clima e as barreiras existentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na segunda audiência pública, cujo tema foi Ativos Ambientais Voltados à Proteção da Vegetação Nativa, a importância da preservação da vegetação nativa foi amplamente ressaltada, especialmente no Cerrado, onde ela desempenha papel fundamental na segurança hídrica, na biodiversidade e na regulação climática. Como destacou Elaine Barbosa da Silva, da Universidade Federal de Goiás, é necessário criar créditos que recompensem aqueles que ajudam a preservar o clima e os recursos hídricos do bioma.

A terceira audiência pública, cujo tema foi Agropecuária Brasileira e Ativos Ambientais, teve como principais debates a importância da agricultura de baixo carbono e da recuperação de passivos ambientais no contexto do Código Florestal, foco em ativos ambientais, como cota de reserva ambiental e a identificação de ativos ambientais e políticas públicas que podem aumentar a renda dos produtores rurais e reduzir as emissões de gases de efeito estufa na agricultura.

Essa audiência pública enfatizou a necessidade de integrar práticas agrícolas sustentáveis à agenda ambiental, com foco na revitalização dos solos e na conservação, assim como o pagamento por serviços ambientais foi apontado como um mecanismo crucial para incentivar práticas sustentáveis e assegurar a manutenção da vegetação nativa.

Daí se conclui, mais uma vez, que é plenamente viável e necessário integrar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental, com base nas valiosas contribuições trazidas pelos expositores.

Aqui apresento agora alguns encaminhamentos ao Poder Executivo, ao Tribunal de Contas da União e à Casa Civil:

1) reconhecer os benefícios coletivos da preservação ambiental, promover regulamentações que desestimulem o desmatamento e incentivem a conservação;

2) a regulamentação do mercado de carbono deve garantir segurança jurídica, transparência e prevenir fraudes, além de fortalecer políticas públicas e promover a remuneração de comunidades pela conservação ambiental;

3) a regulamentação da lei que institui a política nacional de pagamentos por serviços ambientais deve incluir instrumentos para a adaptação climática, priorizar modelos regionais sustentáveis e viabilizar a remuneração de produtores rurais pela conservação de recuperação da vegetação nativa;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4) as políticas públicas de incentivo à agricultura de baixo carbono devem aprimorar o crédito rural incentivando práticas sustentáveis e oferecendo benefícios para a preservação da vegetação nativa, além de permitir o uso dessas áreas como garantia para a obtenção de crédito;

5) resolver gargalos no mercado de cotas de reservas ambientais, como a falta do módulo CRA, no CAR, e a superoferta com demanda reduzida, o que compromete sua eficácia – o Governo poderia atuar como demandante, fixando um valor mínimo para o Cras e remunerando a preservação, além do exigido pelo Código Florestal do financiamento de recursos externos;

6) priorizar ações contra o desmatamento e a restauração ambiental; as políticas públicas devem focar a redução do desmatamento e a restauração de áreas degradadas, devem fortalecer o sistema de autorizações de desmatamento, apoiar pesquisas sobre a proteção do cerrado e outros biomas e direcionar recursos internacionais para a preservação da vegetação nativa como um foco na restauração e no ganho de escala em todos os biomas.

Encaminhamento final.

O relatório da Subcomissão do Mercado de Ativos Ambientais Brasileiros visa contribuir para a construção de um arcabouço legal e institucional sólido para o desenvolvimento do mercado de ativos ambientais no Brasil, conciliando a preservação ambiental com o crescimento econômico e social.

Assim, diante da relevância das propostas apresentadas, essas medidas fortalecerão a posição do Brasil como referência mundial no mercado de ativos ambientais e na preservação de sua rica biodiversidade.

Gostaria, por fim, de expressar minha sincera gratidão a todos os participantes das audiências públicas da Subcomissão pelo valioso conteúdo compartilhado durante os debates. Foi a partir dessas contribuições que consegui elaborar este relatório e apresentar propostas para aprimorar as políticas e estratégias ambientais.

Acredito ser possível, Presidente Leila do Vôlei, integrar economia e meio ambiente, visando a um presente e um futuro mais justo e sustentável para todos.

Agradeço também a todos os que participaram pelo Portal e-Cidadania e que nos acompanham pela TV Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço à minha equipe, Diana Lins, Liana Miranda, Caroline da Luz e Luma Paschoalato, ao Secretário desta Comissão, eficiente, Airton Aragão Júnior, aos servidores, também eficientes, Marcus Vitral, Mariana Tavares e Simone Rodrigues.

Agradeço ainda aos excelentes profissionais e Consultores do Senado, o Sr. Habib Neto e o Sr. Ailton Braga, e à escorreita Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Leila do Vôlei.

Agradecidíssimo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Primeiro, uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Parabéns pela iniciativa de instituir, de nos provocar para instituir esta Subcomissão, Senador Kajuru, de ativos ambientais!

A conclusão do seu relatório é importantíssima, esses encaminhamentos que você está dando, muitos fruto, também, do que a gente trabalhou durante esses dois anos aqui dentro da Comissão de Meio Ambiente, tratando também, cobrando a questão da regulamentação do mercado de carbono, os planos sobre a questão de Redd+, que foi tratado também dentro do mercado de carbono, e essa preocupação geral de como o Governo Federal vai tratar essas questões ambientais, dando inúmeras sugestões, que valem até para nós aqui dentro da Comissão, porque estamos ainda com algumas pautas importantes.

Por mais que a gente tenha feito um trabalho profícuo aqui, um trabalho extremamente produtivo, nós sabemos que os desafios dentro desta Comissão são enormes e o seu trabalho dentro desta Comissão foi fundamental para as sugestões e a provocação, não só para esta Presidente, mas para todos os membros desta Comissão.

Parabéns, Senador!

Eu vou colocar a matéria em discussão, porque está todo mundo correndo aqui. (*Pausa.*)

Não tendo quem queira discutir, a votação será simbólica.

Em votação o parecer.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o Parecer nº 1, da CMA, da Comissão de Ativos Ambientais e a indicação ao Poder Executivo Federal.

A matéria vai ao Plenário para as providências cabíveis.

Obrigada, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu é que agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Mas tem...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não. Pois não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só para dizer que a discussão foi uma sessão espírita, mas obteve unanimidade.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Mas aí você tem que entender a Casa. Está todo mundo correndo, inclusive o nosso Presidente da Subcomissão está correndo.

Mas, rapidamente, antes de encerrar, antes do item 1, eu tenho aqui a presença da Senadora Janaína Farias. Ela foi autora do projeto que institui a Política Nacional para a Recuperação da Vegetação da Caatinga e é um prazer.

Agora a Senadora Janaína vai ser Prefeita de Sobral...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Crateús, desculpa. Desculpa.

Eu, como filha de cearenses... A Senadora Janaína, eu lembro que, antes da eleição, ela disse: "Estou na dúvida, porque sei que estou exercendo uma função muito importante no Senado Federal". Mas a sua paixão, o seu espírito de preocupação com o estado ali, principalmente com a cidade, foi mais forte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora a senhora, como Prefeita, eu desejo, em nome da bancada... Quero dizer que o pouco convívio que nós tivemos aqui foi muito bacana, Janaína. Desejo muita sorte e muito sucesso nessa nova missão, comandando, lá no Executivo local da cidade de Crateús, essa missão como Prefeita, viu?

Eu vou te acompanhar e torcer pelo seu sucesso, minha amiga.

A SRA. JANAÍNA FARIAS – Bem rapidinho, eu sei que vocês estão correndo, mas quero agradecer aqui à nossa Presidente. Foi um prazer também conviver com a nossa querida Senadora Leila, e parabenizo-a por todo o trabalho aqui.

E agradeço a aprovação do nosso PL 1.990, que foi aprovado hoje, para poder garantir a proteção da Caatinga, que, inclusive, no nosso município, Crateús, tem uma grande área que infelizmente, nós temos lá essa vegetação, mas a gente precisa cuidar e preservar. Então, a gente agradece aqui à nossa Relatora, que foi a nossa Senadora Teresa Leitão.

Então, agradeço pelo carinho que você sempre me recebeu aqui no Senado. É um prazer e parabéns à Comissão por ter aprovado um projeto tão importante, que é de proteção e de recuperação da nossa vegetação Caatinga. Então, muito obrigada e obrigado pela torcida aí.

Um abraço!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Já volta para Crateús com um trabalho consolidado aqui, com um trabalho muito importante para a região.

Parabéns, Senadora Janaína.

Bom, eu vou para o item 1, que é o turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 4.551, de 2020.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 4551, DE 2020

- Terminativo -

Altera as Leis nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para prever descontos para pessoas com deficiência nos valores cobrados para ingresso e utilização de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviços nas unidades de proteção integral do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Observações:

1. Em 27/11/2024, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PL 4551/2020, ora submetido a turno suplementar nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

2. Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria agora será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Antes do encerramento dos nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 47ª Reunião, realizada na data de hoje, em virtude de ser a última reunião deliberativa prevista para a nossa Comissão em 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Bom, mais uma vez, agradeço a participação de todos, o trabalho do nosso Colegiado e aos servidores desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a todos pela presença e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada a todos. Até mais.

(Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 31 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 48ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia dezoito de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Margareth Buzetti, Beto Faro, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Jaques Wagner, Teresa Leitão, Eduardo Gomes, Damares Alves e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Lucas Barreto, Izalci Lucas, Paulo Paim, Augusta Brito, Wilder Morais e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Rogerio Marinho, Jaime Bagattoli e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa (Águas Emendadas), atendendo ao requerimento REQ 57/2024 - CMA, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF). Finalidade: "Debater a importância e os desafios da Estação Ecológica Águas Emendadas". Participantes: Sr. Pedro de Castro da Cunha e Menezes, Diretor Departamento de Áreas Protegidas (DPA) da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBIO) do MMA; Sra. Muna Youssef, Coordenadora do Fórum de Defesa das Águas do DF; Sra. Marcela Versiani, Superintendente de Unidades de Conservação, Biodiversidade e Água (SUCON) do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM); Sr. Luiz Felipe Vitteli, Coordenador dos Guardiães de Águas Emendadas; Sra. Angelina Nardelli, Arquiteta, urbanista, vice-presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do DF (CONDEPAC-DF), membro consultivo e representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - Icomos; Sra. Elisa Meirelles, Coordenadora de Gestão das Águas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA/DF; e Sra. Maria Silvia Rossi, Ex-coordenadora do Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal. Resultado: Audiência pública interativa realizada. A presidência comunica documentos recebidos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/18

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos!

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 48ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 18 de dezembro de 2024.

Queridos amigos, Senadoras e Senadores, membros desta Comissão, e todos que nos acompanham nesta audiência pública, é uma enorme satisfação concluir a minha contribuição à frente da Comissão de Meio Ambiente com esta audiência pública sobre uma área de extrema importância para o nosso Distrito Federal e para todo o país: a Estação Ecológica de Águas Emendadas.

Essa unidade de conservação de proteção integral é um fenômeno hidrológico singular onde nascem cursos d'águas que alimentam duas das principais bacias hidrográficas da América do Sul: a Bacia Tocantins-Araguaia e a Bacia do Paraná. As águas emendadas que fluem para o norte, a partir de Águas Emendadas, contribuem para a formação do Córrego Vereda Grande, que deságua no Rio Maranhão, afluente do Rio Tocantins. A Bacia Tocantins-Araguaia abrange os Estados do Tocantins, do Pará, do Maranhão, de Goiás e de Mato Grosso e o Distrito Federal. As águas que fluem para o sul, a partir de Águas Emendadas, formam o Córrego Brejinho, que se junta ao Córrego Fumal, contribuindo para o Rio São Bartolomeu, afluente do Rio Corumbá, que, por sua vez, deságua no Rio Paranaíba, um dos formadores do Rio Paraná. A Bacia do Paraná

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abrange os Estados de Minas Gerais, de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, de Mato Grosso do Sul e de Goiás e o Distrito Federal.

Apesar de sua importância ecológica, hídrica e social, a Estação Ecológica Águas Emendadas enfrenta diversas ameaças, como o desmatamento, a urbanização, o uso indiscriminado de agrotóxicos e os incêndios florestais.

Em 1981, os autores de nossa Política Nacional do Meio Ambiente já previam a importância de garantir a ocupação ordenada de nossos territórios, considerando avaliações estratégicas e o zoneamento ecológico-econômico. Esses princípios foram previstos em nossa legislação com o propósito de serem aplicados e principalmente respeitados.

Nós legisladores temos a responsabilidade de ouvir aqueles que lidam, no dia a dia, com as diferentes realidades de nosso país, para que possamos aprimorar nossa atuação no Poder Legislativo.

Este é um marco significativo para a conclusão de nossos trabalhos neste Colegiado. Ao longo destes dois anos, conseguimos avançar em diversas pautas, desde a deliberação de projetos de lei que contribuirão para o desenvolvimento sustentável de nosso país até a realização de audiências públicas com discussões ricas e esclarecedoras.

Tudo isso foi alcançado graças à contribuição e participação não apenas dos Parlamentares membros desta Comissão, mas também da sociedade brasileira como um todo. O Parlamento é de fato um espaço onde o exercício da democracia se manifesta de forma clara e participativa. Aqui é necessário ouvir os diversos setores para que possamos tomar decisões mais acertadas, que busquem atender as demandas da população brasileira principalmente.

Nestes dois anos, buscamos trazer a esta Comissão uma atuação que atendesse a essas demandas, com atenção aos desafios de garantir o acesso aos direitos de cada cidadão brasileiro, respeitando os limites ecológicos de nossos ecossistemas que nos são impostos. Sempre conduzimos os nossos trabalhos com base no que a ciência nos diz e no que os nossos povos, tão diversos, nos apontam.

Que o evento de horror trazido por esse cenário de emergência climática nos inspire a olhar uns para os outros com mais cuidado. Que possamos, enquanto sociedade, moldar o país em que queremos viver. Contem comigo para seguirmos nesta missão: construir um país inclusivo e sustentável, que respeite as mulheres, os povos originários, a população negra e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tantas outras minorias que para mim são maiorias. Que nós Parlamentares tenhamos sabedoria para orientar a construção de um país com uma legislação moderna e capaz de enfrentar os desafios climáticos de nosso tempo.

Eu agradeço aos convidados presentes nesta audiência pública e aos parceiros do Distrito Federal aqui presentes, que, ao meu lado, encerram os trabalhos desta Comissão de Meio Ambiente neste biênio. Obrigada! E desejo a todos nós uma ótima audiência!

Primeiramente, eu quero agradecer a todos a presença aqui, principalmente dos nossos expositores. Acredito que todos que estão nos acompanhando nesta audiência estejam muito curiosos para ouvi-los, para tratarmos de um tema que para nós é caro, porque nós estamos falando de um bem – eu falo para todo mundo que nós inventamos todo tipo de energia, solar, eólica, mas água não tem como inventar, até hoje ninguém, a ciência não foi capaz – muito precioso, que nós temos que tratar com muita responsabilidade, entendendo esse patrimônio, esse bem tão precioso que nós temos aqui no nosso Distrito Federal. Então, eu quero agradecer a presença de todos.

Eu vou convidar os nossos primeiros expositores para a primeira mesa. Eu gostaria de chamar o Sr. Luiz Felipe Vitelli, que representa os Guardiões de Águas Emendadas, para sentar aqui à mesa conosco; a Sra. Marcela Versiani, representando o Ibram; a Sra. Muna Youssef, representando o Fórum de Defesa das Águas do DF; e o Sr. Pedro Menezes, representando o Ministério do Meio Ambiente. (*Pausa.*)

Eu vou começar a exposição com o Sr. Pedro Menezes, que é o representante do Ministério do Meio Ambiente.

Seja muito bem-vindo, Sr. Pedro!

O SR. PEDRO DE CASTRO DA CUNHA E MENEZES (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora.

Bom dia!

É uma honra e um prazer estar aqui. Ter esta oportunidade de fazer essas reflexões sobre a Estação Ecológica das Águas Emendadas é bastante importante.

O Distrito Federal, Senadora, é o que a gente poderia chamar do paraíso do planejador na conservação, uma vez que foi permitido ao planejador pensar a conservação do nada, a partir do momento em que se planejou o Distrito Federal. E devo dizer que o Ibram fez isso muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhando o mapa das unidades de conservação do Distrito Federal, quem vem da área técnica vê com muita clareza que o planejamento das unidades de conservação do Ibram é muito complementar ao planejamento federal, que lhe é anterior, e que ele leva em consideração fatores fundamentais, como a conservação dos recursos hídricos e a conectividade entre as unidades de conservação não só no DF, mas também permitindo aí uma continuidade conservada desde a APA de Pouso Alto, na direção da Chapada dos Veadeiros, em Goiás, até a APA do Descoberto, que também inclui aí o Parque Estadual das Águas Lindas, antigo Parque Estadual do Descoberto, em Goiás. Portanto, é planejado aí para permitir também a movimentação de fauna. É fato que a expansão imobiliária em um país que é vítima do seu tamanho e das desigualdades dificulta a execução do planejamento e começa a criar certos desafios para que a gente consiga manter a conectividade dessas unidades de conservação do Distrito Federal.

Pensar a gestão dessas unidades de conservação de maneira integrada e holística – e pensar de maneira holística é o que o Legislativo nos determinou, porque o Legislativo criou um sistema de unidades de conservação e não um conjunto de unidades de conservação, o que muitas vezes é difícil para nós que somos treinados a ficar dentro da caixinha administrativa, como ICMBio, Ibram, Ibama, etc. – é muito difícil, porque nos obriga a dialogar com outros órgãos e outros gestores, mas nenhum lugar tem mais responsabilidade, Senadora, de exercer esse sistema do que o Distrito Federal, já que o Distrito Federal é um farol para o resto do país e o que acontece aqui tem um fator multiplicador. Entretanto, Senadora, a gente entende, no Ministério do Meio Ambiente, que não é possível a gente conseguir avançar na conservação sem o apoio da população. E o apoio da população significa visitação.

Talvez uma das principais questões que a gente precisa colocar – e o Ibram tem feito isso com muita qualidade, devo dizer que o Ibram talvez hoje seja o líder nacional neste sentido – seja repensar a categoria das suas unidades. O Ibram tem feito um exercício muito profícuo de recategorização das suas unidades, o que a gente tem acompanhado muito de perto no Ministério do Meio Ambiente, e nesse aspecto talvez seja o tempo de pensar se Águas Emendadas não deveria comportar visitação também.

E digo isso, Senadora, não da boca para fora. Ontem, neste Congresso, foi votada uma lei nacional sobre visitação, que, a meu ver, foi descaracterizada, por pressão de ONGs ambientais. A lei foi desenhada, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, pelo Deputado Túlio Gadêlha e chegou aqui com uma proposta de que os parques nacionais não pudessem ter mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do que 30% de suas áreas proibidas à visitação. E, por pressão de ONGs ambientais, esse percentual aumentou para 50%. Isso é inaceitável do ponto de vista técnico.

A Lei do Snuc divide em 12 categorias, e, dessas 12 categorias, só uma tem como seu objetivo primar a visitação – essa é a categoria parque. Você, na única categoria que é destinada à visitação, limitar a sua área a 50% é uma violência contra 95% da população brasileira, que é uma população urbana, que é hoje uma multidão do que a gente pode chamar de os "sem-natureza".

O próprio Parque Nacional de Brasília – porque a gente não tinha essa limitação –, por meio de instrumentos infralegais chamados de zoneamento e plano de manejo, teve a visitação pela população desta capital federal negada durante 60 anos, pela mesma pressão dessas ONGs que querem tratar parques nacionais como se fossem reservas biológicas e estações ecológicas, que não têm o objetivo da visitação.

O fato é, Senadora – e a senhora sabe mais do que eu –, que sem voto nós não teremos orçamento; sem orçamento, nós não teremos fiscalização; sem fiscalização e orçamento, nós não teremos conservação.

Tratar parques nacionais como reservas biológicas é uma subversão do pacto democrático. Eu espero que essa pressão na qual a Câmara dos Deputados caiu ontem seja revertida no Senado, porque foi um desastre. A prática internacional determina que, no máximo, 25% da categoria sejam manejados em desacordo com a categoria – 50% é o dobro. A proposta que saiu do Ministério do Meio Ambiente era só de 5% a mais.

O fato é que nós temos, hoje, menos visitação às nossas unidades de conservação relativamente à Argentina, ao Uruguai, ao Peru, ao Equador, à África do Sul, ao Zimbábue. Veja bem, Senadora, eu não estou falando de países desenvolvidos, estou falando de países como o nosso. Por isso, talvez, até hoje a gente veja unidade de conservação como mato, como algo a ser desmatado.

Um dos maiores jornalistas ambientais deste país, Marcos Sá Corrêa, em meu tempo de vida, disse uma frase que nunca me saiu da cabeça. Marcos Sá Corrêa disse: "Quando eu era adolescente, mato era coisa de pobre; hoje, mato é coisa de rico, porque você precisa de um passaporte para visitar uma unidade de conservação".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse aspecto, Senadora, o Distrito Federal é o pior exemplo que o Brasil tem, porque todas as suas unidades de conservação, que deveriam estar abertas à população, são fechadas, começando pela área militar de Formosa e passando pela Reserva Biológica da Contagem, que não deveria ser uma reserva biológica, que não tem atributos de reserva biológica, que tem atributos de parque, fechada; pela Estação Ecológica do Jardim Botânico, fechada; pela Estação Ecológica do IBGE, fechada; e pela Estação Ecológica Águas Emendadas, fechada. E o Parque Nacional de Brasília, após 60 anos, inclusive com ameaças muito sérias às pessoas que lutaram para abrir, finalmente foi aberto – depois de 60 anos, um parque nacional... Sem voto e sem que as pessoas conheçam, nunca vamos tirar do papel a máxima "conhecer para conservar". Ela é uma ilusão.

E peço, Senadora, na pessoa da senhora, que se reverta o que a Câmara fez ontem, sofrendo essa pressão, que desvirtua a própria Lei do Snuc que determina que parque nacional é para ser visitado. Está lá! É o único artigo, dos 12, que determina que é parque nacional... A argumentação de que é uma área de proteção integral não procede. São cinco categorias de proteção integral, cada uma com uma vocação diferente. E parque nacional não tem o mesmo nome de parque infantil, de parque de diversões ou de parque temático por acaso. Ele é desenhado para ser visitado.

Nesse sentido, Senadora, gostaria de parabenizar o Ibram.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO DE CASTRO DA CUNHA E MENEZES – É das instituições subnacionais mais bem preparadas que eu conheço, e, na minha função, tenho a obrigação de lidar com as instituições subnacionais. Ele faz um trabalho excelente, tendo em consideração o quantitativo de pessoal e o orçamento que tem, e está discutindo a questão da recategorização, levando em consideração todos esses aspectos.

Gostaria que essa discussão avançasse. Ela é muito importante. Para que a gente possa ter conectividade, é importante que a gente mostre à população o valor das nossas unidades de conservação. Deve ser considerada a visitação na estação ecológica.

Muito obrigado, Senadora.

É um prazer estar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Nós que agradecemos, Sr. Pedro de Castro da Cunha e Menezes, que é Diretor do Departamento de Áreas Protegidas (DAP) da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Mande um abraço para a Ministra Marina.

Agora, vou passar a palavra para a Sra. Muna Youssef, que é a Coordenadora do Fórum de Defesa das Águas do DF.

A SRA. MUNA YOUSSEF (Para expor.) – Bom dia.

A gente agradece a oportunidade de estar, mais uma vez, nesta Casa, falando da Estação Ecológica de Águas Emendadas, agora em nome do Fórum de Defesa das Águas do DF, que é uma organização, digamos assim, da sociedade civil que entendeu que, juntos e juntas, somos todos mais fortes. Então, o fórum é composto por várias entidades do Distrito Federal que olham para isso. A gente se emendou nessa defesa do Cerrado, nessa defesa, sobretudo, das águas, que vai resvalar no clima e em todas as outras questões ambientais.

Eu tinha preparado aqui uma apresentação, mas a fala do Pedro mexeu comigo. Mas vamos lá! Eu vou tentar ir na minha linha de raciocínio só para falar um pouquinho de Águas Emendadas, que é o que a gente está se propondo a fazer aqui.

Isto aí é só para dar um *zoom* na região de Planaltina, que é uma região que tem nove parques e que agora tem mais um, que é o Mona (Monumento Natural da Pedra Fundamental).

Isto aí é uma imagem do Distrito Federal em que a gente vê as três manchas expressivas de Cerrado que a gente tem aqui. E aquela lá de cima é Águas Emendadas, que parece um peixinho. É uma ilha de... (*Pausa.*)

Não, não, acho que dá para falar daqui.

Então, ali é a Estação Ecológica de Águas Emendadas. Vocês estão vendo que não tem conectividade, que não tem corredor de fauna, é uma ilha de Cerrado no nordeste do Distrito Federal, ladeada por BRs, DFs, chácaras, condomínios, que está, o tempo inteiro, pressionada pelo adensamento da malha urbana.

O que acontece neste momento no Distrito Federal? Todo o projeto ou quase todo... Todo é absoluto, não é? O que a gente tem observado é que os projetos de desenvolvimento estão voltados para região norte do Distrito Federal, porque as outras regiões mais ou menos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esgotaram. E o que acontece? Foi nisso que a fala do Pedro me levantou um pouquinho a orelha. O que a gente está entendendo? Que a questão de visitação é uma questão que tem que ser colocada em pauta, em discussão, mas, no nosso entendimento, tem questões que precedem. Por exemplo, uma das coisas que a gente foi entendendo ao longo dessas atividades voluntárias que a gente tem feito de discutir a água, de discutir Cerrado aqui, no Distrito Federal, é que a gente tem que fazer um pouco de uma alfabetização ou um "ecoletramento", se a gente quiser chamar assim, dos gestores e de alguns políticos. A gente tem a grata satisfação de ter uma Senadora que se preocupa com a questão ambiental, mas, de um modo geral, nós vamos concordar que as questões ambientais são relativamente novas, e os nossos conceitos de desenvolvimento são conceitos já questionáveis. Eu não vou dizer nem ultrapassados, eu vou dizer que a gente pode questionar o que a gente está chamando de desenvolvimento.

Por exemplo, numa região como Planaltina, ela tem várias vocações, de turismo rural, de turismo religioso, ela tem várias potências, mas o que a gente tem visto é que isso não ocorre. Então, da noite para o dia, têm nascido nessa região, nesse território, muito próximo a Águas Emendadas, grandes projetos de desenvolvimento, grandes atacadões, grandes conjuntos de moradia, propostas de condomínio que vão impactar margens de córregos, duplicação de rodovias que vai impactar a Estação Ecológica de Águas Emendadas, que tem um *status* internacional – tem uma pessoa aqui do Icomos –, que tem o título do Escudo de Água, que só ela tem na América Latina.

É aquela velha história que a música falava: "O Brazil não conhece o Brasil"; "Do Brasil, SOS ao Brasil". Infelizmente, ainda é um pouco isso.

Aqui no Distrito Federal, a gente tem um tesouro – e vários outros, mas, como a gente está falando de Águas Emendadas, eu vou jogar o confete em Águas Emendadas – e a gente o conhece muito pouco.

Eu entendo, sim, que a visitação, é claro, é um meio óbvio de as pessoas se aproximarem e gostarem, mas eu entendo também que, antes disso, a gente precisa ordenar a ocupação do entorno, cuidar do nosso Cerrado aqui, no Distrito Federal. A região de Planaltina, segundo as pesquisas, no ano passado, foi a região mais desmatada; foi algo em torno de 73% – isso não sou eu que estou dizendo. Então, se a gente quiser ter água, a gente tem que ter Cerrado em pé; se a gente quiser a estação, se a gente quiser que ela siga sendo uma unidade de proteção integral, a gente vai ter que proteger o entorno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, no entorno da estação, por exemplo, no entorno leste, o que a gente tem? A gente tem um acampamento, a gente tem várias chácaras que estão há décadas por lá, numa área que é de recarga do lençol. E o que a gente viu este ano? E teve uma foto aí que alarmou a todos. Foi o rebaixamento expressivo, contundente do lençol freático. E o que acontece fora... A gente já está chegando a esta conclusão de que não existe o fora – primeiro, não existe o fora – e de que o que acontece fora de uma cerca impacta o que está dentro da cerca. Foi isso que a gente viu claramente este ano com a imagem que uma emissora de TV veiculou e que rolou também nas redes sociais.

Assim, o que o fórum está entendendo? A gente está entendendo que a gente vai ter que caminhar todo mundo junto: poder público, sociedade civil... A gente vai tomar pé, porque a questão da escassez hídrica, a questão dos extremos climáticos, essa, sim, vai ser verdadeiramente democrática. É verdade que quem tem menos recursos vai sofrer mais, mas todos e todas e "todes" vão sofrer com isso.

Eu acho que é hora de a gente abrir algumas discussões, mas a gente entende que é preciso resolver antes algumas questões básicas de ocupação.

E a gente pede uma atenção especial para o território norte, porque é onde ainda tem áreas de Cerrado disponíveis. Ocorre que é um território produtor de água, supersensível: tem o Pipiripau, tem 25 ou mais núcleos rurais, é uma área que produz hortifrutigranjeiros, que exporta – fiquei sabendo que exporta pimentão até para a Rússia, em determinados momentos, a região do PAD-DF. Então, é uma área sensível Planaltina. É uma cidade anterior a Brasília, é uma cidade mãe e tem suas peculiaridades. E ela pode crescer, pode se desenvolver, pode atender essa demanda desse desenvolvimento, desse crescimento, de uma maneira... A gente tem essa oportunidade de pensar o território, de fazer de um jeito melhor, melhor para todo mundo.

É mais ou menos isso que eu queria falar.

E queria mostrar uma imagem. Lá tem a maior lagoa natural do Distrito Federal, que é também nascente do Córrego Mestre D'Armas. A imagem comove, não é?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MUNA YOUSSEF – Esta é a imagem da vereda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A imagem que foi rebaixada, essa eu não trouxe. Eu não trouxe o... Eu sou a favor do belo, eu não trouxe o feio aqui para vocês verem, eu não quero comover pela feiura, mas eu trouxe a beleza que é a vereda.

Isso é um detalhe do Córrego Vereda Grande, que vai para o Tocantins.

E a gente sente a falta dos nossos outros Senadores, do DF e dos estados que são contemplados com as águas que nascem aí na vereda: do Tocantins, do Senador Eduardo Gomes, que inclusive foi morador de Planaltina, o do Mato Grosso, o do Maranhão. Então, é uma discussão que tem a ver com todos.

E é isso, gente.

Esta é a Pedra Fundamental. Eu tinha trazido isso para mostrar o que era Planaltina, mas já foi, é basicamente isso.

A gente entende que educação ambiental, fiscalização e ocupação planejada, inteligente do entorno são uma boa alternativa.

Obrigada pelo espaço de fala.

E parabéns pela iniciativa e por essa preocupação com Águas Emendadas. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Muna.

Inclusive, só quero reforçar aqui que, saindo da Presidência da Comissão, eu já vou apresentar, no início do ano, um requerimento para instituir a Subcomissão do Cerrado aqui também. (*Palmas.*)

Nós vamos instituir a Subcomissão do Cerrado, pretendo presidi-la, e nós vamos fazer grandes provocações aqui dentro da Casa, porque é outro bioma. Nós estamos falando de Águas Emendadas especificamente, mas nós sabemos o quanto que o Cerrado tem sido desmatado. E a gente tem que olhá-lo com a mesma atenção com que têm sido tratado outros biomas aqui dentro desta Comissão. Nós vamos pegar a frente agora do bioma Cerrado, com muita responsabilidade. Esse é o meu compromisso com todos vocês.

Eu vou passar a palavra, agora, para a Sra. Marcela Versiani, que é Superintendente de Unidades de Conservação, Biodiversidade e Águas do Instituto Brasília Ambiental (Ibram).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja bem-vinda, Marcela.

A SRA. MARCELA VERSIANI (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora.

Cumprimento a todos na pessoa da nobre Senadora e já lhe agradeço muito por essa sua fala. Para a gente é muito importante que o Cerrado realmente seja um patrimônio nacional. Apenas o Cerrado e a Caatinga são os biomas que não estão previstos na Constituição como patrimônio. E para a gente é de grande importância esse reconhecimento, essa necessidade de valorização do Cerrado. Muito obrigada.

Hoje nós temos, no Instituto Brasília Ambiental, 82 unidades de conservação. Dentre elas, temos 4 áreas de proteção ambiental, em torno de 10 áreas de relevante interesse ecológico e as outras 68 são de dominialidade pública e, então, têm uma demanda e uma atenção muito grande do instituto. Se a gente não tiver comunidade do nosso lado, a gente realmente não consegue desenvolver essas unidades de conservação para alcançarem os seus objetivos.

O que o Pedro veio trazendo do Ministério do Meio Ambiente é muito importante. Essa institucionalização dessas informações de redes de trilhas, de conectividades, das unidades de conservação para os estados e para o Distrito Federal é muito importante. Nós agradecemos muito ao Ministério do Meio Ambiente por fazer esse papel de conectar todos para a gente realmente ter uma integração dentro desse contexto. É um sistema, nós precisamos estar conectados com todos os estados.

Os biomas não têm fronteiras, como a Muna muito bem colocou, não tem o que está dentro e o que está fora. Infelizmente, a gente tem uma gestão só do que está dentro do nosso território, mas a gente está aqui para somar, para realmente melhorar principalmente a questão da zona de amortecimento e as conectividades dessas unidades.

Neste ano, a gente conseguiu fazer a ampliação do Parque Ecológico dos Jequitibás, que é nas proximidades. Ali conseguimos proteger agora as nascentes do Ribeirão Sobradinho, que também é uma área muito rica e muito importante que não estava dentro dessa unidade de conservação e agora já está. Nas proximidades, nós criamos também o Monumento Natural Pedra Fundamental, ali em Planaltina.

Planaltina é uma região muito rica em biodiversidade, além do monumento natural, além da estação ecológica, nós temos outras nove unidades de conservação. Então, realmente é uma região na qual a gente precisa ter um foco, uma atenção maior com relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós conseguimos regulamentar também os planos de manejo integrado do fogo, que são os nossos PMIFs, e agora a nossa intenção é fazer um plano para cada unidade de conservação. Então, o da especificamente Estação Ecológica de Águas Emendadas, com certeza, vai ser o nosso primeiro. É a nossa menina dos olhos, é a nossa prioridade, a estação realmente é uma unidade de grande relevância.

Neste ano, conseguimos fazer a contratação de 150 brigadistas para todas as unidades de conservação de uma forma um pouco antecipada. Então, conseguimos fazer algumas ações de prevenção de incêndios principalmente. Nós conseguimos fazer a queima controlada na estação ecológica, nós conseguimos fazer um aceiro com o uso do fogo, tudo com os nossos brigadistas. Neste ano em que nós tivemos recorde de seca, um elevado número de focos de incêndio, temperaturas recordes, uma seca muito severa, nós conseguimos manter a Estação Ecológica de Águas Emendadas sem fogo. A gente não teve nenhum incêndio de grande relevância, nem incêndio de pequena relevância, não tivemos incêndio dentro da estação ecológica, graças a esse manejo integrado do fogo que foi feito anteriormente, aos nossos combatentes e a toda a comunidade que está realmente apoiando sempre a estação.

A gente tenta trazer o máximo possível de conhecimento para as pessoas. Nós temos o projeto Parque Educador dentro da estação ecológica, trazemos as escolas públicas para dentro da Estação para as crianças conhecerem e se inteirarem melhor do assunto.

Muna conhece muito bem e acompanhou muita coisa dentro da estação. Também estou muito grata de estar nesta mesa com pessoas que conhecem tanto o Cerrado e principalmente a Estação Ecológica de Águas Emendadas. Vitteli também já esteve com a gente no Instituto Brasília Ambiental. Então, são pessoas que têm um grande conhecimento em campo nessa área. O pessoal da Secretaria de Meio Ambiente é muito parceiro nosso. A Maria Silvia também já esteve muito próxima da Sema e do Ibram, já trabalhou lá durante muitos anos. Então, todos são pessoas que conhecem muito a fundo a Estação Ecológica de Águas Emendadas. Eu acho que a estação está muito bem representada nesta mesa, principalmente aqui nesta audiência.

Nós encaminhamos também um projeto de lei para a contratação dos brigadistas de uma forma continuada, para que tenhamos realmente essa manutenção ambiental dentro da estação ecológica e de todas as nossas unidades de conservação. Nós estamos encaminhando já para a Câmara Legislativa do Distrito Federal para acompanhar a política nacional de brigada, que foi publicada também neste ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diminuímos o número de caçadores dentro da Estação Ecológica de Águas Emendadas com todo esse monitoramento. Temos uma vigilância motorizada hoje dentro da estação ecológica. A gente tem regulamentado também o programa de voluntariados e já tem programas-piloto de voluntariados no Parque Veredinha, em Brazlândia, e no Olhos d'Água, na Asa Norte. Tendo esse programa já implementado dentro do Governo do Distrito Federal, a gente pode trazer voluntários para dentro da estação ecológica também, para poder apoiar na gestão, nas ações necessárias, para trazer para essa área especificamente.

Neste ano, a gente conseguiu também delimitar as parcelas fixas de monitoramento para poder trazer, cada vez mais próximo, a academia, as universidades, as instituições de ensino que têm desenvolvido excelentes pesquisas dentro da nossa unidade. Então, temos essas parcelas fixas, que também nos ajudam na parte toda de monitoramento de fauna, de flora e dos recursos hídricos.

Enfim, para a gente, toda a zona de amortecimento é muito relevante. A gente vai continuar lutando, com a parceria da Secretaria de Meio Ambiente, dentro do Distrito Federal, trazendo vários outros atores da cadeia, como a Terracap, a União, a comunidade, os produtores que estão ali na região, para realmente trazer a importância de se cumprirem as restrições que estão previstas na zona de amortecimento da estação ecológica. A gente precisa realmente trazer essa conectividade para essas outras áreas, núcleos da reserva da biosfera que nós temos de Cerrado dentro do Distrito Federal, que é muito importante para a gente.

Contem conosco. Para a gente é muito bom poder contar com a comunidade, como nós já temos contado, para a proteção da Estação Ecológica de Águas Emendadas.

Eu agradeço muito.

Eu sou uma servidora de carreira do Ibram. Sou agente de unidade de conservação. Trabalho há 15 anos nessa área, e, cada vez mais, ver essas discussões dentro da Casa é muito gratificante.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Todos nós sabemos que, quando a gente trata de prevenção, de combate a incêndio e de tantas outras mazelas com relação ao meio ambiente, a gente tem que tratar de orçamento. O maior desafio, digamos, é a compreensão da importância de se tratar também da questão do orçamento. Acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que alguns aqui tiveram acesso a um vídeo, esta semana, que não viralizou, mas meio que estourou aí nas redes sociais, sobre uma discussão entre mim e outro Senador, mas, já tratando sobre isso, a gente está conversando com o Relator-Geral a respeito da revisão desse orçamento para o MMA. Nós temos o Prevfogo, enfim, e outras demandas. Acho que foi muito bem recebido esse meu apelo. E, se, é claro, a gente tiver dificuldade, vamos ter o destaque, vamos para o debate. Então, acho que, de alguma forma, houve uma sensibilização da importância de a gente tratar disso em algumas Comissões aqui, dentro da Casa. É óbvio que a gente tem que tratar de infraestrutura com responsabilidade, pois um país como o nosso, continental, sem infraestrutura, não vai ter realmente como se desenvolver economicamente, enfim, mas não tratar, digamos, com o mesmo peso a questão de infraestrutura com a questão ambiental não dá mais.

Acho que a Muna foi muito feliz na fala dela. Não dá mais para a gente desconectar a economia, tratar a economia sem tratar de sustentabilidade, sem tratar de meio ambiente. Então, realmente, você falou certo: está ultrapassado quem continua criando essas barreiras entre dois setores que se complementam e que são fundamentais.

São dois anos dentro aqui, e é impressionante como foi uma pauta pela qual eu me apaixonei de um jeito... Todos sabem a minha origem, que é do esporte, mas, quando a gente se aprofunda na temática e vê tudo o que o país anda sofrendo com as queimadas... E, como Presidente, eu tive a oportunidade de ir a uma diligência no Rio Grande do Sul. Uma coisa é você ver as imagens, as postagens – não é, Luiz Felipe e Marcela? –; outra coisa é você ir lá e ver a devastação, ver o sofrimento das pessoas. Obviamente, todos vão sofrer, mas, para os mais vulneráveis, o sofrimento aumenta muito mais com a desigualdade, aumenta muito mais com a pobreza e com a miséria no nosso país. É porque são os mais vulneráveis e os mais pobres os que mais sofrem com tudo isso.

A gente tem um compromisso muito grande, é muito sério o que está sendo tratado aqui. Não deixando de lado a pauta econômica, nós sabemos que o país tem um potencial enorme, nós aprovamos o mercado de carbono, aqui nesta Casa. Foi, para mim, um dos maiores desafios da minha, digamos, trajetória enquanto Senadora. Peguei o projeto, coloquei debaixo do braço, vamos embora, e deu tudo certo. Esses são desafios que, a cada dia, a gente vai vencendo e não tem mais espaço para paixões. Eu queria falar isso para vocês. Eu acho que o que deu certo comigo aqui, dentro desta Comissão, foi isso. Por não ser nem de uma área nem da outra, eu tive equilíbrio para tratar com um lado e com o outro, sem grandes paixões, sem revanchismo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

porque todos nós sofremos, seja de um lado ou do outro, com tudo o que está acontecendo aqui. Então, o meu compromisso – e tenho certeza de que o da Comissão... Nós vamos conseguir trazer essa sensibilidade e a questão do orçamento.

Marcela, eu já vou até falar para você uma coisa: eu sinto falta de o Ibram conversar com a bancada federal – então, já dando uma puxadinha de orelha –, porque o Ibram está aqui, está no nosso... Está aqui, nós estamos aqui. O Congresso Nacional está no quintal de Brasília. Então, estamos à disposição para tratar. Por exemplo, agora nós ampliamos a fiscalização motorizada, mas eu estou aqui há seis anos e eu nunca tive uma conversa com o Ibram. Então, é só reforçando isso. Eu vejo muito o Governo Federal no Congresso, mas falta também o Governo local estar aqui conosco, com a bancada. Então, é só para falar: estou aqui, estamos aqui, para o que der e vier.

A SRA. MARCELA VERSIANI (*Fora do microfone*.) – Posso?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não, pode complementar.

A SRA. MARCELA VERSIANI – O nosso Presidente Rôney Nemer sempre fala muito isso, que o Ibram, além das unidades de conservação... Nós também trabalhamos com licenciamento ambiental e fiscalização. O Ibram sempre teve essa imagem de que era quem atrapalhava a vida dos empreendedores. E não, a nossa intenção não é essa. A gente quer fazer um desenvolvimento de forma sustentável. Então, nós realmente temos melhorado muito essa concepção de conseguir passar para a comunidade como é possível você ter um bom progresso de uma forma que seja mais ambientalmente correta para todos, pensando realmente no futuro de todos.

Muito obrigada.

A gente realmente estava conversando, inclusive, sobre isso, eu e a Elisa, da Secretaria de Meio Ambiente, falando a respeito dessa questão de recursos, de fontes de recursos, de como buscar, de projetos específicos. A gente já tem desenvolvido bons projetos, e, com certeza, nós vamos trazer para a Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Marcela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar agora a palavra para o Luiz Felipe Vitteli, que é o Coordenador dos Guardiões de Águas Emendadas.

Seja muito bem-vindo, Luiz Felipe.

O SR. LUIZ FELIPE VITTELI (Para expor.) – Muito obrigado.

Bom dia a todas, todos e "todes" presentes – pela linguagem neutra e respeito aos corpos.

Parabéns pela iniciativa, Senadora.

Seres humanos não têm áreas específicas, porque o ambiente faz parte de todos nós. Nós seres humanos é que temos uma parcela, com a estupidez de achar que é Deus e de se afastar mais da natureza, que não a trata como deve, mas ninguém vive sem ela. Então, já se começa por essa questão.

A outra questão já propõe aqui que, dos 100% de Cerrado que havia no Distrito Federal, do que ainda existe de mancha, se tornem unidade de conservação. Não tem cabimento mais se pensar... Quando se fala de Planaltina – não é, Muna? – com nove parques, agora com o décimo, o Monumento Natural da Pedra Fundamental, que também é uma luta da comunidade... Sábado, estávamos conversando sobre a questão do plano de manejo, sobre a questão da zona de amortecimento para aquela unidade que tem uma especificidade, uma categorização diferenciada. Dos nove parques nós temos o Pipiripau... Como é que está o Pipiripau? Em branco.

Quando a gente ocupa uma unidade de conservação para administrar, a gente, quando é purista, passa a incomodar. Incomoda muito quando se pensa exatamente como ser humano conectado à natureza. Não dá para mitigação, não dá para adequação, que é uma palavra linda. A semântica é incrível: inventam palavras ou colocam palavras para amenizar o estrago de tudo o que já foi falado aqui sobre o grave, o suave, o técnico e o belo, mas são só palavras, porque na prática...

Eu falo como chegante aqui em 1968. Numa manhã em que eu acordo – porque nós chegamos à noite –, dou de cara com um espelho d'água imenso que era a Lagoa Bonita. O meu pai tinha acabado de chegar do Rio de Janeiro, eu cheguei em 1968. Era 1970, chegamos à noite onde hoje é a Embrapa, onde era a ETA 44, e eu me levanto e vejo aquela imagem linda de que eu nunca me esqueço. Não tinha plantas aquáticas, como hoje está lotada de plantas aquáticas, não é, Muna? Você viveu ali 18 anos com educação ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na minha opinião, santuário que ainda sobra no planeta Terra tem que ser de proteção integral, voltado apenas para pesquisadores. Sabem por quê? Visitação causa impacto, leva outros elementos para as áreas. E para que servem as unidades de conservação? Exatamente para conservar o que ainda resta aqui no planeta, que era um imenso Jardim do Éden, que começou lá no Iraque, entre o Tigre e o Eufrates. Quem é cristão sabe do que estou falando – não é o meu caso ser cristão.

E a gente reforça: o que ainda sobra, dentro do Distrito Federal, de Cerrado puro, original, tem que se transformar em unidade de conservação, porque o agronegócio é voraz. É chato você ter na Lagoa Bonita, à margem, uma plantação de agrotóxico. É plantação de agrotóxico, viu, gente? Eu não como aquilo e eu acho que nem eles comem. E, na Estação Ecológica de Águas Emendadas, em frente, tem outra com pivô, exatamente no início da vereda. Se eu não me engano, nem propriedade nem outorga daquele pivô ele tem. Começa-se por essas irregularidades, a gente vai falando nessas questões.

Quando se pensa o Distrito Federal a partir de 1892, 1896, ou 1823... E um belga, que já tinha visto o estrago que a humanidade já tinha feito no continente europeu, chega aqui, depara com um santuário, promete e demarca 14,4 mil quilômetros... Depois, em 1948, vem o relatório de Polli Coelho, que propõe 53 mil quilômetros para o futuro Distrito Federal. Aí, Getúlio Vargas assina um decreto para reduzir para os 5,4 mil em que nós estamos, um quadradinho já todo picotado. E o que a gente vê é o atual Governador querer fazer uma nova Xangai aqui, Xangai nesses 5,4 mil quilômetros.

E o que a gente fala? Quando a gente pensa em humanidade, em seres humanos, evoluídos ou não – porque temos isso entre nós, não é? –, gananciosos, que são os mais perigosos ainda... E, por isso, eu não boto fé nessa questão de progresso e desenvolvimento que não seja de uma forma razoável, porque não dá mais para ser mais agressivo, pois não tem jeito...

E a gente volta aos nove parques de Planaltina: o do Vale do Amanhecer, o do Retirinho, o do DER...

Aí eu vou ter que dar uma alfinetada no Ibram, porque isso eu cobrei, isso eu cobrei. Aí me chamaram até de manga podre, porque eu era cargo comissionado. Quando a gente identifica dentro de uma área um suposto pesquisador com 18 litros de álcool... Hoje a gente sabe que o plano de manejo proíbe uma série de coisas sobre a entrada desse pesquisador e a saída dele e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como ele tem que deixar limpinho o local. E não, lá não estava; estava com resto de plástico, de barraca. E aí o que me surpreende é quando ele tem na camisa "Associação de Criadores de Pássaros". Isso também me incomoda muito, pela questão de os pássaros terem que estar livres, mas os peixes nos aquários. Isso também me incomoda. E, simplesmente, falam "não, isso aqui faz parte da pesquisa", não sei o quê mais, mas eu falei: "Mas você tem que limpar, porque ontem eu estive aqui e aqui estava". Aí há a piada, lá dentro, quando a gente chega para os superiores: é risadinha, é porque eu era xerifão, por ser purista, por ser purista e querer agir exatamente como estava no plano de manejo.

Esse plano de manejo já foi revisado? Atualizado? Não, não foi ainda.

E sempre colocam à frente do Ibram um plantador de florestas de concreto, para quem não lembra do passado, não é, colega? São sempre engenheiros, nunca ambientalistas, fora o Moacir Arruda, que, logo, logo, mandaram embora – logo, logo. Ele era uma ecologista, patrulha ecológica. E a gente vai vendo, dessa forma, como é tratada a questão ambiental, não só no Brasil, mas aqui, neste berço das águas.

E, como você bem falou, Senadora, no início de sua fala, correm em estados... Já não é preocupação nossa, gente. É preocupação sobre por onde correm essas águas, porque já tem pesquisa comprovando o mercúrio. Se ela for cercada de rodovia, pior ainda. Não dá para ouvir quando se tem a acusação, por pesquisa da UnB, de mercúrio. Falam: "Não, mas a própria flora já absorve isso". Não, não é para absorver nada, não. É para não se produzir mercúrio mesmo. Esse negócio de ficar nessa questão de sequestro de carbono, de mercúrio, de não sei quê me preocupa enquanto ser humano, porque as coisas são mitigadas. Agora a palavra mais linda é "adequada".

Aí, quando falam em 1896, quando um belga, ambientalista, astrônomo, se preocupa com isso, porque já tinha resultado do seu continente, devastado... E por isso eles vieram para cá. Ele se preocupa e marca 14,4 mil quilômetros, exatamente para proteger esse berço das águas.

Em 21 de abril de 1960, vem a frase famosa do "imenso planalto vazio", do ermo. Nunca foi ermo, nunca foi planalto vazio isso aqui. Sempre houve a presença humana de forma... A gente sabe. Tem a Pedra do Bisnau para provar isso, que é uma incógnita, lá em Formosa, e a história de Planaltina, que é apagada, é apagada a partir de 21 de abril de 1960, em nome do progresso, em nome do desenvolvimento, que é o estrago dentro do planeta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí as pessoas também... É lindo quando você vê um condomínio horizontal sendo inaugurado. A empreiteira que o fez fala assim: "Mas tem uma reserva verde". Ora, mas desmatou um montão de parcelas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ FELIPE VITTELI – Já vou concluir.

Desmatou-se um montão, e depois ainda tem a piada de se colocarem as avenidas daquele condomínio com o nome de espécies de árvores, como é em Águas Claras, não é? Castanheira, não sei o quê... Isso é uma piada, gente! É ironia do próprio desenvolvimentista.

Fechando aqui e agradecendo novamente, as falas foram muito interessantes. Eu vou fechar aqui exatamente como ser humano que tem a consciência cósmica de fazer parte disso aqui enquanto todo, não Deus. E também não acredito no paraíso depois desse, porque não estou esperando disco voador. Tem que cuidar disso aqui agora enquanto tem, porque depois acaba mesmo – e, do jeito que está indo, acaba.

> Trançarei a minha alma a tudo que é da natureza,
> dentro de Cerrado encantado,
> vendo os espíritos das orquídeas raras olhando curiosos pra dentro de mim.
> Os das folhas, os das flores, o do talo oco da taquara,
> entre os pelos fartos no corpo da deusa mãe Gaia,
> no feitio da folha macerada da chacrona e do cipó mariri.
> Nos diálogos frenéticos dos intrépidos elementais,
> aqueles que moram no talo oco do capim do taquari, no cântico vibratório cósmico das cachoeiras.
> É o espírito da mata, mata deusa mãe parideira,
> que transcende o voo certo dos insetos ao centro do olho mágico das flores.
> Nos musgos sobre as pedras, no leito de córregos límpidos,
> filhos dos rios, corpos hídricos que transcendem entrelaçados, atados às águas, aos nós das águas emendadas que serpenteiam pela imensa vereda, ziguezagueando entre os buritis que gritam, gemem, choram dentro de mim.
> Águas emendadas. (*Palmas.*)

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Nós é que agradecemos sua participação, Luiz Felipe. Sou grata pela exposição e por esse poema final.

Vamos encerrar essa primeira mesa aqui, já convocando as próximas expositoras, já agradecendo ao representante, ao Pedro, agradecendo à Muna, agradecendo à Marcela e ao Luiz Felipe por esse primeiro momento de sua participação aqui.

Obrigada, Muna.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Pedro, também.

Agora vamos para a nossa segunda mesa.

Eu convido a Sra. Angelina Nardelli, que é Arquiteta, Urbanista, Vice-Presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do DF (Condepac-DF), membro consultivo e representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos). Convido também a Sra. Elisa Meirelles, Coordenadora de Gestão das Águas, da nossa Sema-DF (Secretaria de Meio Ambiente aqui do Distrito Federal); e a Sra. Maria Silvia Rossi, ex-Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do DF. É uma mesa 100% feminina! (*Risos.*) (*Pausa.*)

Cansada, mas sem fugir da luta. Vamos embora! (*Pausa.*)

Eu vou passar a palavra agora – já agradecendo às três por estarem aqui conosco – para a Angelina Nardelli, que é representante do Condepac-DF e membro consultivo e representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos).

A SRA. ANGELINA NARDELLI (Para expor.) – Bom dia a todos, todas e "todes".

Preciso fazer a transcrição física?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Fique à vontade.

A SRA. ANGELINA NARDELLI – Sou branca, loira, de olho azul. Estou vestindo uma blusa cor de terra – acho que isso aqui é terracota, não sei, telha –, um *blazer* preto. Sou baixinha, gordinha, enfim. Acho importante fazer essa audiodescrição para quem nos escuta apenas.

Primeiro, agradeço o convite, em nome do Icomos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento a Senadora Leila, que nos permite sempre o debate, importante debate, e parabenizo-a pela criação, que virá, da subcomissão do Cerrado: é um bioma que constantemente é afetado e, junto com a Caatinga, eu acho que se soma a um processo bastante significativo de perdas ambientais no país. E cumprimento a mesa, composta por pessoas que sempre observo, vejo e admiro.

Gostaria de começar colocando que a gente está discutindo hoje impactos ambientais que a gente vê acontecer constantemente no mundo. E eu acredito que ninguém aprendeu com a Rachel Carson quando ela lançou *Primavera Silenciosa*, bem lá atrás, na década de 1960. Ninguém leu, ninguém viu essa mudança? O que está acontecendo? Silenciosamente, o mundo vem perdendo para as questões econômicas e o meio ambiente... Porque não existe o lado de fora, jogar em outro lugar. Existe, não é? Os ingleses mandaram um contêiner cheio de lixo para cá, a gente tem a questão da compensação de carbono.

Então ainda existe, na cabeça das pessoas, o jogar fora, o colocar em outro lugar, e isso a gente discute hoje numa esfera muito importante e, se a gente colocar isso para o mundo, numa esfera muito singular, do Distrito Federal... Um dos pontos mais importantes; para além daqui, a água se expande, porque não entende fronteira, água é água – inclusive a guerra pela água é uma coisa muito séria. Ela não entendendo fronteiras, afetada, vai afetar outros estados.

Então, eu agradeço e falo hoje em nome do Icomos, mas eu trago comigo outras instituições que também fazem esse papel de tratar desse patrimônio, tratar do meio ambiente e carregar esse debate na expectativa de educar a população.

Eu começo a minha fala com um poema do... Estou embolando tudo hoje, é o cansaço, gente. É do Nicolas Behr, que, certamente, descreve muito bem o processo que a gente discute hoje, que afeta o Cerrado, um dos maiores biomas do Brasil, e, certamente, afeta a Estação Ecológica Águas Emendadas, que é o berço das águas e é parte desse território cerratense, que a gente precisa compreender:

> Os fazedores de desertos
> se aproximam
> e o cerrado se despede
> da paisagem brasileira.
> Uma casca [...]
> envolve meu coração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E este é um papel que faz parte de todos nós, essa percepção dessa casca que vai envolvendo os corações, não só de quem é do Distrito Federal, mas de quem está em outros estados, porque desconhece ou esquece de perceber – eu prefiro acreditar assim –, por um descuido, um momento de desatenção, um lapso, que a gente precisa trazer manutenção para o meio ambiente.

Então, partindo desse princípio, mais uma vez agradecendo por poder falar em nome do Icomos e juntos debater este assunto, a gente tem que entender que todo o processo que tange a valorização e a proteção de um dos bens mais importantes que temos é assunto para todos.

A gente está falando hoje do sexto lugar do mundo e o primeiro da América Latina a receber o Escudo de Água e Patrimônio do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, pelo Icomos Holanda. A gente não está falando de qualquer lugar. O Icomos fala aqui, dentro de um papel, sobre o que é o Icomos, que é uma organização – para quem ainda não sabe, e não é um problema não saber – não governamental, fundada em Veneza, em 1964, e ela promove a conservação, a proteção, o uso, a valorização de sítios urbanos, naturais e rurais, paisagens e o patrimônio imaterial. O Icomos, eu costumo dizer, explicando de forma leiga, é o bracinho da Unesco. A gente faz um papel muito importante dentro desse processo.

Então, com o Icomos, e partindo desse princípio, debater a Estação Ecológica de Águas Emendadas hoje, que é um fenômeno conhecido desde o século XIX, colocado ali em texto e documento na Missão Cruls, nos deixa ainda mais perplexos, porque a gente está falando de um patrimônio, a gente está falando de um processo histórico que compõe o nosso território e que fez parte dos estudos que definiram que aqui seria o Distrito Federal.

Naquele momento, enquanto eles estudavam, o termo "águas emendadas" surge – por isso o nome do parque – e a gente tem que entender que a gente tem um fenômeno de nascentes que vão verter para norte e para sul. Isso é um fenômeno importantíssimo e que não pode ser desconsiderado. Ele foi descrito por Henri Morize – nunca sei falar o nome dele, que bom que ele escreveu isso em 1926, senão levaria um bom puxão de orelha. Antes de tudo, a gente está discutindo, então, uma coisa que também estava nos mapas portugueses, no tempo da mineração, e estava ali descrito tudo isso que a gente está falando. Então, não há desconhecimento ou algo que a população, creio eu, desconheça. Eu acho que a educação vai ser um meio importante nesse processo.

Então, a criação da reserva ecológica lá em 1968 já previa processos que vêm acontecendo agora, e é importante que a gente reconheça isso e lembre, da mesma forma que eu trago

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rachel Carson, lá atrás, em sessenta e tantos, em sessenta e poucos. É preciso debater o meio ambiente como um patrimônio, único, que, se termina, nós seremos exterminados. Há quem espere disco voador – não é, Luiz Felipe? –, eu concordo. Há quem espere outras... Uma salvação, um processo, mas não há, não existe um processo outro que não o ser humano habitando o planeta Terra e se utilizando de processos que degradam mais do que auxiliam.

Então, a gente tem que permitir que esse caminho das águas siga e alimente os outros territórios, em especial, também, lembrando aos estados que recebem essa água que nasce aqui e que vai para fora do Brasil que a importância vem também ao longo do processo, não apenas no momento em que nasce essa água. Então, brota a vida. Como a gente trata a vida? Esse é um questionamento importante. A gente está falando do berço das bacias hidrográficas, a gente está falando de um caminho importante que a água percorre.

Globalmente é reconhecido, ele recebeu um título, as pessoas sabem o que é, todo mundo conhece, em Brasília, no Distrito Federal. Quem não visitou conhece, sabe da importância e entende o que é preservar? Como a gente faz isso? Porque a população é o caminho, pois é ela que cobra, é ela que vota, é ela que vai entrar dentro de um parque e cuidar ou não – a quantidade de lixo que, de vez em quando, sai de visitas que são feitas por ali é muito grave. Então, a constelação de nascentes precisa ser mantida, e, nesse caso, a gente traz esse alerta.

Para que haja a preservação do patrimônio, é necessário que exista uma compreensão dos valores existentes ao sítio. A gente não pode trabalhar de forma particular, como se essa área estivesse dentro de um domo de vidro, não recebendo interferências externas, em especial no que tange ao desenvolvimento do território, a partir da valorização desse patrimônio natural, o que a gente tem que fazer com todos. E a manutenção humana está nesse caminho.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANGELINA NARDELLI – Então, como disse a Senadora, a gente ainda não fabrica água. A gente des-sa-li... des-sa-ni... Ai meu Deus, isso vira um trava-língua! Des-sa-li... Não, não consigo; eu tenho um trava-línguas com a língua portuguesa. Tiramos o sal da água marinha. (*Risos.*) E vários lugares do mundo já fazem isso; Tampa, na Florida, acho que foi um dos primeiros. E a gente até embala água na água – não sei se vocês já viram. Ela vem embaladinha na própria água, você bota na boca, quebra a embalagem de água na água mesmo. "Não tem embalagem, que bonito!" Mas imagina como deve ser fabricar isso, não é? Enfim, a água podia vir de outra forma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, cabe salientar que o tempo de regeneração da água é muito diferente do tempo de extração. (*Pausa.*)

Poxa, isso é cruel. (*Risos.*)

E, obviamente, o processo de impacto é coletivo, é sistêmico, é silencioso.

Então, os fazedores de deserto, como diz o poema do meu amigo Behr, chegam e transformam. E o poder econômico e a questão do desenvolvimento das cidades sempre ficam acima do processo importante da manutenção.

A devastação vai significar sofrimento hídrico para muitos lugares, e a educação, torno a dizer, é um caminho importante.

Então, a gente tem que perceber os processos antrópicos, a gente precisa perceber o que é a urbanização desordenada, que desconsidera preservar o que é preciso, que seria deixar distantes a cidade, as estradas e os processos de urbanização muito próximos dessas áreas, que são extremamente sensíveis – isso é o mínimo.

O perímetro da Esecae precisa ser mantido e ampliado; isso é uma solução. Como fazer hoje, em que está todo mundo chegando muito perto, não é? Como a gente faz hoje, quando vias, casas, plantações... Existe ali a monocultura amplamente desenvolvida naquela região, que traz agrotóxicos, o mercúrio – já tem estudos da Universidade de Brasília e da Universidade de Goiás que deixam claro que, nas águas, já foi encontrado mercúrio. Há o agrotóxico, que vem pelo vento, o mercúrio, que é gerado a partir do impacto especial das rodovias. Isso vai trazendo a degradação dessa área, e a gente está falando de uma área, mas a gente pode imaginar isso de forma global. A gente pode imaginar para todos os parques, para todas as áreas que são protegidas.

A gente está em um mundo que esquece que o meio ambiente fica e nós vamos. A expectativa humana é um pouco pior, não é? A gente morre mais cedo, a natureza demora para se regenerar, mas ela o faz e o fará; e a gente não vai nem ver, provavelmente.

Então, é necessário destacar a importância dessa manutenção, da implementação de um plano para o próprio parque. Minimamente a questão desse plano de gestão, implementação e revisão é extremamente importante, lembrando, na ampliação desse percurso. É necessário entender que a manutenção de tudo, em especial a partir do processo de educação da população, dos gestores e de quem está no meio desse processo, é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para concluir, o que é óbvio para muitos, a gente tem que entender que não é... O que é óbvio para nós – desculpem-me –, nós temos que entender que não é óbvio para muitos. Eu sou Professora e sou arquiteta. Eu coordeno um programa de educação patrimonial e ambiental que virou um programa e está virando um instituto. Eu sei por que eu abri isso, eu sei por que eu abro mão, muitas vezes, de fazer projetos que não vão me dar dinheiro para participar de conselhos que, sem jetom – e assim acho ótimo –, me permitem trabalhar todo o conhecimento que adquiri ao longo da minha vida acadêmica e como ser humano.

É para isso. É sobre isso. É entender que eu sou humana. Quem está aqui é humano e que, a partir da educação, eu entendo que o Icomos tem esse papel importantíssimo – todos nós sabemos – em proteger, em permitir a manutenção e em educar. Existe esse processo da educação e eles vão fazer a diferença. Então, o apoio do Icomos acaba sendo muito importante, mas não sozinho. Sozinho ninguém consegue nada, é junto; é junto com todos que têm a consciência sobre o meio ambiente, sobre o patrimônio e os processos necessários para que sigamos minimamente como humanos, protegendo aquilo que nos foi dado – não foi emprestado, não é direito só nosso –, que é o meio ambiente.

Então eu termino aqui relatando... Quando eu li para o meu marido o que eu pensei em falar e enviei para os colegas, alguns colocaram que é quase o fim do mundo e é apocalíptico, mas não é, é verdade. A gente vive num mundo sombrio, extremamente sombrio, onde há absurdos, que temos vivenciado durante este tempo: guerras, guerras pela água, guerras por território. E, é óbvio, cabe a todos nós levarmos conhecimento, saber e luz para as pessoas. Eu acredito que o Icomos é parte disso, assim como os meus colegas do Icomos também.

Bom, agradeço muito.

Coloco-nos à disposição para trabalhar junto com quem necessite, nesse processo maravilhoso, para a manutenção dos nossos bens de patrimônio natural, material e imaterial. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada. Grata pela participação, Angelina Nardelli, que é representante do Icomos.

Eu tenho algumas perguntas aqui do e-Cidadania que já foram passadas para os nossos expositores, para, de repente, responderem nas considerações finais, caso queiram. Eu vou citar algumas aqui. Está bombando, mas pedi para a equipe me passar alguns aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Fabiano, do Rio Grande do Sul, o estado que nós acabamos de comentar que sofreu muito com as enchentes neste início do ano: "Qual o plano para a realização de uma parceria [público]-privada? Existe algum [...] [que possa oferecer] benefício fiscal a essas empresas?". A gente pula essa, hein!

Nataly, do Mato Grosso: "Quais são os principais desafios enfrentados pela Estação Ecológica Águas Emendadas para manter a conservação ambiental?".

Larissa, do Rio Grande do Norte: "Dada a importância ecológica e socioambiental da [...] [Esecae], quais parcerias regionais e locais serão [...] [priorizadas] para implementar projetos?".

Miqueias, do Rio Grande do Norte: "Quais são as principais estratégias para garantir a preservação e a gestão sustentável da Estação Ecológica Águas Emendadas?".

Victoria, do Paraná: "Quais políticas públicas têm sido implementadas para garantir a proteção da Estação Ecológica Águas Emendadas?".

Murillo, de São Paulo: "Quais as estratégias para envolver a comunidade local na preservação [...] [dessa] estação [ecológica]?".

Jonatas, do Rio Grande do Sul: "Como que a preservação de recursos hídricos pode se tornar economicamente interessante para o setor privado?". Essa pergunta vem do Rio Grande do Sul.

Robson, de Rondônia: "Como a [experiência da] Estação Águas Emendadas pode inspirar a gestão de bacias na Amazônia [...]?".

E por fim, os comentários.

Aurélio, do Distrito Federal: "Importa garantir a existência da civilização, portanto, é necessário aplicar recursos e dotar de gestão técnica [...]".

E Edi, de São Paulo: "Precisamos investir nos cuidados e na conservação das águas".

Grata a todos que estão participando conosco no e-Cidadania.

Vou passar a palavra agora para a Elisa Meirelles, que é Coordenadora de Gestão das Águas da Secretaria do Meio Ambiente do Distrito Federal.

Seja bem-vinda, Elisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELISA MEIRELLES (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Bom dia a todos, a todas.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Bom dia.

A SRA. ELISA MEIRELLES – Meu nome é Elisa. Antes de começar, eu trouxe uma breve apresentação, porque acho que é importante a gente conhecer o território, o nosso território, para a gente indicar as políticas públicas para essa nossa região. Falam que é o quadradinho, mas na verdade é um retangulozinho aqui no DF.

Eu nasci aqui em Brasília, amo o Cerrado, fiquei muito feliz com a fala da nossa Senadora quando ela colocou que vai fazer uma Subcomissão, porque eu já estou chegando à metade da minha vida, e tem 25 anos que estou nessa luta. Hoje eu sou gestora pública, mas eu sou ambientalista, e a gente não tem o nosso Cerrado até hoje reconhecido como patrimônio nacional. E eu acredito que ainda a gente vai ver essa mudança.

Senadora, a gente tem uma PEC que está adormecida, a PEC do Cerrado – se não me engano, é a 95. A gente precisa resgatar isso, porque eu já estou há 25 anos falando, é fácil a gente falar de meio ambiente para quem é do meio ambiente, mas a gente tem que atingir aquele que não é da área de meio ambiente. E a gente precisou que viesse aí tanta catástrofe, tantas questões climáticas, para as pessoas começarem a entender o que a gente está falando.

Bom, eu vou pedir para quebrar o protocolo aqui. Eu queria ir ali para perto para a gente andar um pouquinho pelo território. A gente consegue aí um...? Obrigada. (*Pausa.*)

Bom, aqui eu separei um mapinha do Distrito Federal. Esse mapa faz parte do Sisdia, que é um sistema de monitoramento que a gente tem na Secretaria de Meio Ambiente, tem acesso a todos – Maria Silvia foi precursora nesse sistema. E aqui a gente vai caminhar um pouco sobre o Distrito Federal.

Então nós temos aqui um território que é, tirando as áreas urbanas, quase todo dentro de unidades de conservação. O Pedro bem colocou, nós temos duas categorias de unidades de conservação, que são as unidades de proteção integral e as de uso sustentável.

Então todo o nosso Distrito Federal, hoje, tem alguma categoria de unidade de conservação. Eu separei algumas aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo de Águas Emendadas, a gente tem a APA do São Bartolomeu, a APA de Cafuringa, a Arie JK. Nós temos vários fragmentozinhos dessas unidades. Mas eu não coloquei aqui a APA do Planalto Central, porque senão ela ia ocupar todo o meu mapa.

E aqui nós estamos com Águas Emendadas.

Ainda nesta imagem, fiz um *zoom* aqui porque nós temos esta unidade de conservação de proteção integral, que já foi bem falada pelos outros expositores, mas nós temos esta poligonal, que é o quê? É a zona de amortecimento dessa área. Para que serve uma zona de amortecimento? Para a gente poder amortecer todas as atividades que são feitas aqui.

Foi questionado à Marcela se o Plano de Manejo de Águas Emendadas foi atualizado. Ainda não. É uma proposta de atualização, mas eu não quero focar agora dentro, eu quero focar um pouco fora da unidade, está bem?

Aqui, eu ainda sobrepus, neste mapa, as áreas de proteção de mananciais.

As áreas de proteção de mananciais, aqui no DF, não são unidades de conservação, mas são áreas definidas pelo PDOT (plano diretor de ordenamento territorial) como áreas à montante das áreas de captação no Distrito Federal.

Nós temos que, hoje, em torno de 80% da água de abastecimento público do DF vêm dos reservatórios de Santa Maria, que fica no Parque Nacional, e do reservatório do Descoberto. E o restante, esses 20%? Hoje, a gente está captando água do Lago Paranoá, está captando água lá de Corumbá. A gente capta água também de áreas de córregos superficiais em 26 áreas de proteção de mananciais.

Nós temos, perto da Estação Ecológica de Águas Emendadas: APM Mestre D'Armas, APM Corguinho, APM Fumal, APM Brejinho. Dentro da unidade de conservação, da Esecae, nós temos dois pontos de captação da Caesb, captação de água para o abastecimento urbano: um, mais ou menos aqui; e outro, aqui.

Nós estamos falando de uma região lindíssima. Quem não conhece Águas Emendadas precisa conhecer. No final, vamos ver se a gente coloca um filmezinho. É realmente um local espetacular, mas nós precisamos cuidar do que está acontecendo aqui no Entorno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não vamos tirar a rodovia que está lá, nós não vamos tirar aquela parte de agricultura, mas nós precisamos melhorar essas práticas de forma a mitigar esses impactos que hoje acontecem nessa região.

Bom, aqui, eu destaquei a APM Brejinho. Nós podemos ver, na imagem, que, ainda sendo uma área de proteção de mananciais, nós temos aqui, dentro dessa APM, quase que 90% de área de agricultura. E, aqui do lado, a gente tem a captação.

Nós, hoje, na Secretaria de Meio Ambiente, montamos um comitê que cuida dessas áreas de proteção de mananciais. Nós precisamos fazer todo o monitoramento, nós precisamos fazer programa de educação ambiental, nós precisamos informar as pessoas sobre a situação, mas, Senadora, nós não temos recurso para fazer um programa de monitoramento decente aqui no Distrito Federal de forma a enxergar o que está acontecendo no momento por imagem de satélite.

A gente cai nisso daí. Nós estamos buscando, não é fácil, mas, hoje, a Caesb faz um papel muito importante de cuidar ainda dessas 26 áreas.

Bom, aqui, a APM Fumal. A gente tem parte aqui ainda de área urbana, mas a gente também tem uma área muito interessante aqui de Cerrado, que já tem proposta do Governo, projeto de Governo para ocupação.

Então, nós temos um alerta: precisamos cuidar do que ainda tem, porque tudo isso aqui impacta a unidade de conservação.

Ali eu listei alguns problemas que a gente encontra no entorno dessas APMs, e a gente pode conversar, no final, sobre os desafios para a gente superar toda essa problemática.

Bom, aqui, a Mestre D'Armas, também na região de Planaltina. Mestre D'Armas está com uma série de problemáticas também, olhem só: assoreamento da barragem devido à drenagem pluvial e entulhos; deposição de resíduos próximo à captação, inclusive sanitários; ocupação desordenada; presença de banhistas – o pessoal entra para tomar banho –; ocorrências de esgoto. Então, todas essas situações aqui, a gente tem monitorado e tem buscado, junto com os órgãos Seduh, o próprio Ibram, o DF Legal, a Seagri, a Emater, tratar esses assuntos.

Está ótima a situação? Não, mas a gente precisa trazer mais recursos de forma a melhorar todo esse monitoramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, aqui, eu vou passar rapidamente, porque acredito que a Maria Silvia vai conversar um pouquinho.

Como eu falei para vocês, a gente está aqui no nosso retangulozinho cheio de unidades de conservação, mas elas não podem ficar isoladas.

A gente vê aqui Águas Emendadas. Alguma das falas mostrou que Águas Emendadas está isolada.

Vamos pensar o seguinte: nós temos hoje os cursos hídricos em todo o nosso Distrito Federal. Ficou numa malhazinha verde clara aqui, mas o que a gente precisa cuidar? Como a gente conecta essa unidade com essa; essa unidade aqui com essa; essa unidade com a área do Exército, que foi bem colocado e que pega toda essa região, uma área de conservação que a gente tem. Como a gente conecta para que ali ocorra o fluxo higiênico, para que ocorra a polinização, para que os animais possam circular?

No PDOT foram definidos esses conectores ambientais, como a gente pode cuidar desse curso hídrico que a gente classifica como área de preservação permanente.

E, aqui no DF, a gente tem rios pequenos, rios com menos de 10m, e a gente tem que conservar 30m para um lado e 30m para o outro.

Além de a gente estar aqui numa área superimportante, que é a Estação Ecológica de Águas Emendadas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELISA MEIRELLES – ... a gente precisa entender que é preciso ampliar os programas de revitalização para recomposição da vegetação nativa nas APPs que estão degradadas.

Senadora, nós não temos recurso para isso. Sabe? Isso é urgente de a gente levantar e fazer um programa sério de revitalização de bacias aqui no Distrito Federal.

Passando, então aqui são esses conectores. Precisamos cuidar de todas essas conexões para acontecer esse fluxo higiênico.

Aqui no ZEE, foram definidas – Maria Silvia deve falar agora – três categorias de corredores ecológicos, que são espaços aqui dentro. Eles foram classificados aqui: tudo o que está em vermelho... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, vou pedir só mais um minutinho.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Elisa, fique à vontade.

Agora, só uma perguntinha: quanto foi destinado do orçamento do Distrito Federal?

Desculpa botar você numa sinuca de bico, mas eu queria saber também quanto é que o Governo do Distrito Federal tem destinado, em termos de orçamento, para a secretaria, para o Ibram?

A SRA. ELISA MEIRELLES – Você vai me colocar numa posição difícil, Senadora, porque eu trabalho na Sema desde 2017.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Hum-hum.

Mas sou eu que estou perguntando, não é?

A SRA. ELISA MEIRELLES – A gente não tem orçamento no Distrito Federal para o ambiental. Nós tivemos, não temos...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Tem a rubrica, mas não tem nada...?

A SRA. ELISA MEIRELLES – Eu vi o Pedro aqui na fala dele muito indignado, não é? E essa indignação é porque é a mesma coisa no Governo Federal, mas no Governo distrital o que a gente precisa fazer? Buscar projetos. Maria Silvia pode falar, nós pegamos um recurso em torno de US$8,5 milhões do GEF nos últimos quatro anos para a gente implantar uma série de projetos, inclusive o Sisdia, de que a Maria Silva vai falar, inclusive as ações dentro do ZEE. Então, nós temos aqui recursos de compensação, mas são ínfimos para aquilo que a gente precisava fazer no Distrito Federal, está bem?

Tenho acompanhado alguns projetos federais com os Deputados. Brasília não tem projetos também com os Deputados para o nosso território. Então, a gente precisa melhorar isso daí. Temos boas ideias, temos pessoas capacitadas para fazer, mas está faltando vir o principal, que é o recurso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui, rapidamente, os corredores ecológicos definidos no ZEE. Esse em vermelho é a Zona Suçuarana. O que foi definido aqui? Tudo que tem unidade de conservação de proteção integral e alguns fragmentos que estão intactos foi definido em cores vermelhas. É a Zona Suçuarana.

Zona Lobo Guará: tudo que está em azul. São unidades de conservação de uso sustentável e alguns fragmentos que já tiveram algum grau de antropização.

E essas Zonas Sagui são os restantes dos fragmentos, que podem ser recuperados.

Então, nós temos essa conformação no ZEE, mas o que nós precisamos agora? Nós temos um GT com o Ibram, e esse GT é para quê? Dentro dessas áreas agora a gente vai definir qual vai ser o corredor onde nós vamos ali investir. De onde ele vai sair? Ele vai sair daqui para lá, daqui para cá? Nós precisamos fazer essa definição em cima desse levantamento... (*Pausa.*)

Sim?

A SRA. MARIA SILVIA ROSSI (Para expor.) – É só porque eu não vou voltar nesse tema e o mapa está aqui. Quando a gente montou, foi um conjunto de 26 órgãos – inclusive três federais – que nos ajudaram durante oito anos a montar o zoneamento ecológico-econômico, e, no final dele, a gente conseguiu o recurso para montar a plataforma de inteligência territorial. O conceito dessas três zonas é um conceito que a gente trabalhou de gradiente ecológico.

Então, a ideia é quais são as barreiras humanas que se vão colocando para grupos e espécies animais que deixam... são barreiras de entrada. Então, por isso que a Suçuarana não chega dentro da cidade, ela vai até um ponto. Depois, o Lobo Guará chega até dentro das fazendas; e, depois, o Sagui chega até dentro do ambiente urbano.

Então, é um conceito de gradiente ecológico que a gente usa para muitas coisas, por isso que está tão fragmentado. E vai evoluir com o tempo, porque com o processo de investimento a gente faz evoluir o conceito dos corredores ecológicos, ou eles pioram com o aumento do desmatamento. É por um conceito mais dinâmico que a gente fez opção.

A SRA. ELISA MEIRELLES – Às vezes, a gente olha assim: "Nossa, mas está tão poluído esse mapa!". Mas a gente consegue aqui ver onde nós vamos tomar algumas medidas e investir nas políticas públicas. É quando a gente tem o olhar aqui em cima do território.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, para fechar, eu coloquei aqui alguns desafios. A nossa apresentação é a importância e os desafios.

Nós precisamos focar esforços no entorno da Esecae, porque dentro da Esecae o Ibram já toca, já tem os projetos.

Eu queria só falar uma coisa aqui, Senadora. Em 2018, nós encerramos o Lixão da Estrutural. Lembra-se disso? Em 2019, nós começamos um estudo, porque até então a gente não sabia, naqueles 200ha – o lixão está contíguo ao Parque Nacional – se as nascentes próximas à área do lixão estavam poluídas. Porque você tem ali o escorrimento do chorume, esse chorume fica num lençol freático, e a gente não sabia se ele tinha atingido ali as nascentes dentro do Parque Nacional.

Nós fizemos esse estudo – o professor Eloi, da UnB – e, pasmem, a unidade de conservação tem um poderoso serviço ecossistêmico. O que isso significa? Tínhamos uma pluma de contaminação a 40 metros de profundidade. E essa pluma vai se espalhando, certo? E ela estava indo em direção ao parque, mas a infiltração que o parque faz da água da chuva dilui aquela pluma de contaminação a 30m, 40m de profundidade. Então, todo mundo achando... Porque, quando aquele lixão foi escolhido, não teve estudos para escolher naquela região. E foi escolhida uma região em que, realmente, a gente vai conseguir remediar essa situação do nosso lixo, que a gente está jogando desde a década de 60.

Por que estou falando isso? Porque, na Estação Ecológica de Águas Emendadas, é a mesma coisa: a infiltração da água ali dentro é poderosa para diluir. Foi bem colocada aqui a questão do mercúrio. A gente precisa investir nesses estudos para saber, realmente, o que está acontecendo, mas precisamos de unidades de conservação de proteção integral para que esse serviço ecossistêmico realmente aconteça.

Bom, fechando: incentivar a utilização de técnicas de uso racional da água e práticas agrícolas sustentáveis no entorno da Esecae. Precisamos de amplo programa de educação ambiental. A gente precisa ensinar muitos dos produtores – nós temos assentamentos de reforma agrária –, para utilizar aquela água com técnicas, para que a gente possa reduzir esse consumo.

Nós temos ali, ao longo da rodovia, várias erosões, e na própria lagoa. É preciso fazer essa correção, e precisa ser uma correção continuada: correção da pista e contenção do escoamento;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manutenção constante da rodovia, da faixa de domínio... Às vezes aquele capim fica muito alto. Tem que se fazer a manutenção.

É preciso roçar essa faixa.

É preciso fortalecer – a Marcela já colocou aqui – a brigada. Ontem, eu estava conversando com o pessoal aqui do Ibram. Às vezes você fica com a brigada por um período ali de quatro meses. Você precisa de mais tempo. Precisa-se ter os contratos maiores para você trazer aquelas pessoas, para elas começarem a entender como funciona a dinâmica do fogo dentro do cerrado.

Bom, precisamos, Senadora, de recursos, para um programa de revitalização das bacias do Distrito Federal – e aqui incluir revitalização. Tem projeto. Nós temos projeto lá na Sema. Estamos conversando ali com o Ibram, que a gente precisa ampliar essa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELISA MEIRELLES – Ótimo.

E os programas de educação ambiental.

Queria agradecer aqui o pessoal da sociedade civil. Faço parte do Conselho de Recursos Hídricos e a gente vê a luta para eles terem vozes aqui no Distrito Federal. E estão muito bem representados hoje. Estão dentro dos comitês de bacias. Estão levantando a pauta. Estão lá na ponta, vendo a situação. Então, só queria agradecer. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Nós que agradecemos, Elisa.

Excelente explanação.

Pois não, Pedro.

O SR. PEDRO DE CASTRO DA CUNHA E MENEZES (Para expor.) – Obrigado.

Eu queria parabenizar a apresentação e dizer que, no meu tempo livre, nos últimos três anos, eu caminhei 5,3 mil quilômetros no Distrito Federal. E posso dizer que ainda existe conectividade funcional entre pelo menos 85% das unidades do DF, porque nesses últimos anos o que eu fiz foi verificar, com o pé no chão, se essa conectividade existe.

Então, 85% das unidades estão conectadas. Parte delas estão sofrendo invasões; parte delas têm cerca, ou seja, impedem a passagem de fauna de grande porte; e parte delas são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

áreas da Terracap, como a senhora mostrou, previstas para desenvolvimento. A parte da Terracap talvez seja o mais fácil de resolver se, ao fazer o desenvolvimento, a gente garantir que a conectividade seja mantida. A proposta que estava ali, do Caminhos do Planalto Central, pode ser uma ferramenta para isso. Há vários países que nos apontam esse caminho. As cidades da Austrália, Sydney, Camberra, Brisbane, têm um sistema de trilhas que foi pensado para ser conector de paisagem. É um bom exemplo para a gente. A gente pode até organizar uma visita lá.

Eu tenho esse mapeamento todo feito. Esses 5 mil quilômetros eu tenho todos feitos no Wikiloc, inclusive as propriedades privadas. Por isso, eu não coloco público. Inclusive, as propriedades privadas ainda existem, mas a gente está perdendo rápido.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Pedro. Inclusive, depois, eu quero conversar com você sobre esse mapeamento aí, já que você tem. Obrigada, viu?

E obrigada à Elisa também, pela explanação aqui, que foi muito esclarecedora, inclusive. Parabéns!

Agora, para finalizar a nossa audiência, as duas mesas, eu vou passar a palavra para a Maria Silvia Rossi, que faz parte de todo esse processo. Está sempre conosco aqui a Maria Silvia, ela sempre participa aqui das audiências. Pelo menos, nesses dois anos, eu fiz umas três, não é, Maria? Acho que esta deve ser a quarta. E ela é sempre muito atuante, muito parceira nossa aqui, no Senado Federal. É a ex-Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico daqui, do DF.

Então, mais uma vez, seja muito bem-vinda, Maria Silvia.

A SRA. MARIA SILVIA ROSSI (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora, e, agradecendo a sua apresentação, eu queria lhe dar os parabéns pela gestão. A gente tem contado de maneira muito valiosa. Eu queria destacar dois aspectos, a entrada com essa autoridade na pauta ambiental, mas, principalmente, porque é mulher, e mulher na pauta ambiental com esse foco é raro. E isso é muito importante, porque a gente está falando de cuidar, e a pauta do cuidar, às vezes, se mistura com a questão de gênero, por mais difícil que seja eu dizer isso. A gente tem um olhar de cuidar. Não à toa a maioria das pessoas que estão defendendo e são dirigentes são mulheres, têm um olhar do cuidar. Isso é para a unidade de conservação, isso é para movimento social. E é importante que a gente pare de bater numa porta e escorrer com falta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compreensão, porque o nosso papel, além de tudo, é cuidar, e eu acho que essa sensibilidade a Senadora tem. Ela tem e expressa isso de maneira muito clara, o que elimina a barreira de entrada para nós nessa luta tão grande.

Eu dividi minha apresentação em três coisas muito simples: a primeira é algumas questões de onde estamos. Não vou me repetir em relação ao que foi dito, mas pontuar, porque a gente precisa desse letramento cartográfico. É muito importante as pessoas entenderem como conectar coisas de forma transversal. Aliás, a Esecae deveria deixar de ser, como todas as unidades de conservação, uma pauta exclusiva, quase que exclusiva, de sociedade civil e de um setor do Governo muito pouco ouvido. Se assim não fosse, não teria, em várias rubricas, só R$10 mil para um ano inteiro, só para manter a rubrica aberta. É essa a situação que a gente tem hoje no Governo e de que a Elisa não pode dizer, mas, como eu não estou no Governo, mas estive durante mais de 15 anos, eu posso dizer, porque isso se repete.

Então, eu queria que passasse... Ah, eu posso passar, não é?

Só para a gente saber onde a gente está.

Desculpa. (*Pausa.*)

Pronto. Esecae está aqui.

A gente tem uma maneira de atuar na área ambiental que é uma maneira muito transversal. É muito difícil a gente trabalhar com as UPTs (unidades de planejamento territorial) – a da Seduh, por exemplo, não faz sentido algum para a gente –, porque as coisas não se conectam dessa maneira arbitrária, humana. A gente tem que conseguir entender o ritmo e a divisão das coisas e o funcionamento das coisas para que as decisões, a delimitação da RA, por exemplo, a delimitação do que é rural, do que é urbano, para que a gente entenda a dinâmica, como eu vou mostrar.

Então, nesse caso aqui, a gente está falando da Esecae, que está ali na fronteira de várias, pensando em água em subsolo. Hidrogeologia é água em subsolo, em que eu queria focar.

Então, a gente tem aqui... Quando a gente fala de água em subsolo, a gente tem uma parte de solo, que a gente chama de domínio poroso, e embaixo tem uma rocha, que a gente chama de domínio fraturado. Fraturado porque, como tem fraturas, a água do solo entra e fica retida nesses... Tem vários tipos de domínio fraturado, mas aqui no DF a gente tem esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

domínios do Sistema Canastra, principalmente dois subsistemas, que estão diretamente ligados, seja à Esecae, seja a um entorno, e um terceiro, que é esse outro sistema Paranoá.

Por que eu falo disso? Porque é nesse subsistema que a água é armazenada nos aquíferos. As nossas grandes reservas de água no DF estão armazenadas nesses sistemas. E eles não estão com a delimitação do que é rural ou urbano. E a gente tem que entender isso. E o ZEE entendeu isso. E entendeu porque passou a trabalhar com uma unidade de planejamento que é a sub-bacia. A gente tem três bacias nacionais, oito bacias distritais e 41 unidades hidrográficas, que são a divisão dessas sub-bacias aqui no DF. E, entendendo isso e trabalhando com essa lógica de como a água... quais os compartimentos no subsolo em que a água é manejada pela própria natureza, a gente consegue entender por que em algumas regiões da cidade faltam coisas e em outras não, por que algumas alagam e outras não. E é a mesma cidade. Mas elas pertencem a dinâmicas, a porções da territoriais distintas. E a gente tem que diminuir esse *gap* de entendimento.

Essa é a nossa luta, há muitos anos, com a Seduh, que é uma área que deveria fazer uma gestão de todo o DF, mas se concentra no urbano. Entendo isso, porque 96% da população do DF, diferentemente do resto do Brasil, é urbana. No entanto, ela é guardiã do PDOT, o plano diretor de ordenamento territorial, que não trata só do urbano. Os 96% dos 3 milhões que a gente tem aqui, 4 milhões com o entorno, 3 milhões, ocupam 25% do território, que é mancha urbana. E o resto? E o resto do território, que precisa ter um outro tratamento?

A gente tem uma concentração de arquitetos, de advogados, numa pasta que tem a missão de cuidar do todo e que é muito pouco permeável a trabalhar com outras secretarias para entender que no urbanismo ou na gestão territorial a gente precisa de outras formações. Precisa do agrônomo, precisa do biólogo, precisa do geógrafo, precisa de uma série de outros engenheiros para a gente conseguir entender as dinâmicas.

Tem alguns vícios de origem aqui, a começar do fato, na minha visão, de que o PDOT emana do estatuto das cidades, e não do estatuto dos territórios. Então, eu olho o urbano. Eu não olho o resto. O resto é a mais. Só que é esse a mais que é a maioria do território. É como a gente falar: mulheres são minorias. Elas são 51% da população do Brasil. Acabou a minoria. Temos que parar com esse incapacitismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente está falando aqui de uma região muito sensível, que é portadora de futuro e de que a gente tem que cuidar, por vários desses aspectos. A própria Elisa, a Marcela, todos aqui falaram já, a Muna, da importância das águas nessa região.

Eu queria só destacar o seguinte, nesse domínio poroso e fraturado, o tampo... Eu trabalho há quase 30 anos com população de ciência, eu acho que o letramento, as pessoas entenderem é o que gera pertencimento. A gente tem que parar com essa barreira de cientificismo, de uma linguagem que as pessoas não entendem, e a gente fala para a gente mesmo. Então vamos traduzir.

Então, traduzindo é o seguinte: o tampo do domínio, do que a gente chama domínio poroso, que é o solo, é onde a gente pisa; abaixo a gente não vê. Quando a gente vai, por exemplo aqui, entender que abaixo dele tem uma rocha e essa rocha, com os poros que ela tem e as fraturas, acumula água, a gente está falando de um caminho vertical, vetorial, de descida da água, que passa pelo solo, vai filtrando, conforme foi dito – aquela ação de metal pesado vai filtrando.

Os nossos solos, a grande maioria dos solos do DF, têm de 8m a 40m de profundidade nesse domínio poroso, são os latossolos; são potentes, são muito potentes. Infiltrar... Então, o que chega embaixo está resolvido: você não tem hormônio, você não tem metal pesado. E é um trabalho que a gente chama de filtração, que é um serviço ecossistêmico e não custa nada. Agora, peça para a Caesb fazer. Mesmo com tratamento terciário, ela não tira hormônio, ela não tira uma série de coisas – com tratamento terciário! Melhor que isso, só membrana. Membrana, como a Alemanha faz, certo? Porque, ao contrário da gente, o que eles jogam de esgotamento sanitário é o montante da captação, então eles têm que garantir aquela qualidade. Aqui a gente joga a jusante, então pode ser qualquer coisa.

Aqui, a gente tem um desenho: quanto custaria para o ser humano uma tecnologia para fazer o que a natureza faz? Ou seja, quando a gente chegar, botar na ponta do lápis e parar de tratar meio ambiente como externalidade negativa – certo? –, que se resolva, que não entre na equação econômica. É isso que a área ambiental tem feito nos últimos 20 anos.

Por exemplo, na Política Nacional de Resíduos Sólidos, você cobra a logística reversa, que é a seguinte: aquela pessoa que lucra, a pessoa jurídica que lucra tem que se responsabilizar pelo recolhimento e reinserção. Estou deixando de trabalhar a poluição como externalidade. Agora, a poluição é meu assunto também, eu vou ter que ir lá pegar o vidro e botar e reinserir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa discussão está permeando, ainda de maneira muito assimétrica, as discussões de orçamento, do desenvolvimento econômico, do ciclo do dinheiro na economia, da apropriação desse dinheiro. Por quê? Porque eu lucro, mas eu não me responsabilizo pelo que era a externalidade negativa, que a gente chama de poluição. Seja emissões que, com o licenciamento ambiental passou a ter filtro, então ele tem que assumir a corresponsabilidade; seja esgotamento sanitário, efluentes, químicos ou domésticos; seja resíduos sólidos, nos três estados.

Então, essa discussão ainda precisa amadurecer. Por quê? Porque a gente continua...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA SILVIA ROSSI – ... com problemas graves de entendimento disso.

Aqui, a gente tem, como eu estava falando, um fluxo vertical descendente, que desce, entra no solo e chega nos aquíferos, mas o cerrado, com as árvores do cerrado, faz uma das coisas que poucas fitofisionomias fazem quando têm água, que é o movimento ascendente.

Então, é um dos poucos biomas que busca água em subsolo profundo, traz, evapotranspira e transforma aqueles elementos num bem-estar da população no microclima.

Você andar numa rua arborizada é diferente de você andar numa rua sem árvore. Você sente a diferença do sol, e não é só o embarreamento do sol, o sombreamento, é a umidade do ar; porque quem faz para fora – igualzinho um ar-condicionado, gente – é a árvore, que busca a raiz e vai lá.

Essa é uma das importâncias que a gente também podia quantificar: quanto custa você estar no centro de Taguatinga ou você estar na descida para Samambaia, que tem uma área verde, e você ter de dois a três graus de diferença de temperatura, no mesmo horário, simplesmente pela presença de indivíduos arbóreos concentrados? Então, a árvore, diferentemente do resto, tem um papel de serviço ecossistêmico muito completo. E é por isso que a gente luta tanto pela arborização, e as pessoas não estão entendendo. Não é só o passarinho, a borboleta, não! É a função na infraestrutura: a função na infraestrutura, inclusive, urbana, a função na infraestrutura rural, a função de serviço ecossistêmico, porque custaria muito para a gente chegar ao nível de qualidade do que a própria natureza faz.

Acontece que, quando a gente vai discutir com os urbanistas que cuidam de todo o território – que na minha opinião são mais arquitetos do que urbanistas, porque tratam tudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

como lote, inclusive setor habitacional inteiro aqui em Brasília é tratado para dentro, e não integrado no tecido do território –, a gente não consegue discutir com eles, por exemplo, que há movimento: quando a água desce e esbarra ali, no fim do domínio poroso para a rocha, a rocha não está furada em todo lugar, então você tem um movimento horizontal da água, entende? Ela bate num teto da rocha e vai. Onde tiver buraquinho, ela entra. Esse movimento horizontal é que nos faz lutar tanto contra dois pavimentos de garagem subterrânea, por exemplo, em Águas Claras. Você tem o movimento de empurrar, e uma hora vão colapsar garagens ali, porque o movimento horizontal da água sobre a rocha tem que ser levado em consideração. É igual a uma barragem. Vocês viram o tamanho da situação em Mariana. A gente não consegue discutir esse tipo de coisa, com dados científicos, com a área de urbanismo no DF, entende?

Então, a gente tem que parar de compartimentalizar a área ambiental em pequenas ilhas e passar a tratar esse tema de forma muito transversal: é a gente que consegue trabalhar com a engenharia, e a engenharia conosco; com o urbanismo, e o humanismo conosco; além do que a gente faz, que é a unidade de conservação, preservação e a defesa.

Aqui, essa é a comunicação dentro e entre os domínios; dentro do poroso para o fraturado, e entre domínios, certo? Naquela região ali, a gente tem comunicação entre domínios no sentido horizontal. Por que eu estou falando isso? Essa é a base de conhecimento do zoneamento ecológico-econômico. É com base em compreensão como essa, do funcionamento do ciclo da água, que a gente conseguiu propor um zoneamento – isso sim, isso não, por que sim, por que não – para subsidiar os outros instrumentos.

Então, aqui – eu já vou botar tudo aqui –, eu queria só destacar esse exemplo. A gente tem aqui...

Eu vou me levantar... Posso me levantar? Tem um microfone? (*Pausa.*)

Eu montei, eu mesma, isso aqui e espero que fique legível e compreensível.

A gente tem aqui o latossolo, de que a gente falou, com essa capacidade de infiltração e filtragem e purificação, não é? A gente está falando disso aqui, 40m, e isso aqui mais. Se eu pegar um exemplo no DF de uma área em que eu desmato tudo, tudo, tiro tudo, uma parte do ano está assim, outra parte do ano está assim. Mas indivíduo rasteiro, certo? Eu tenho um impacto grande das chuvas, e a gente tem visto perda de safras inteiras no contexto das mudanças climáticas e o perdão de dívidas da área de grandes produtores rurais que exportam por causa disso. E, por causa disso, eu tenho já uma degradação, um impacto negativo da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quantidade de chuva concentrada no contexto das mudanças climáticas, que é hoje, a partir daqui, e já veio para ficar. E eu tenho perda de safra, mas é porque eu não tenho árvore. Se eu tivesse árvore, eu não teria isso, não. A raiz é desse tamaninho, não é desse tamanho. Se eu vou para a área urbana, aí é tão ruim ou pior, porque aí eu tenho um concreto ou um pavimento asfáltico que nem deixa a água entrar. Aí acontece o alagamento das cidades, porque a infraestrutura não consegue lidar com essa quantidade de água numa área que ela tem que gerir.

Por isso que a gente não defende só a drenagem pluvial, mas defende o manejo de águas pluviais. Cada porção da cidade tem que ter seu estoque de área verde e fazer infiltrar ali, não entregar para o próximo problema, como a gente tem aqui. Tem água escoando, escoando... Quem mora mais embaixo leva tudo, leva asfalto, leva... Se tivesse o manejo, por exemplo, do Estádio Nacional, não estaria alagando, na 102 Norte, as garagens, com perda de carros, porque, das 900 até a L2, eu faria esse manejo retendo porções de água, cada um se responsabilizando.

Então, são conceitos que a gente precisa melhorar. Mas se eu for aqui na Esecae ou em outras áreas com árvores, áreas mínimas, eu tenho isso que faz diferença aqui e aqui. E esse "isso" é o que garante por que a gente compra um ipê, e até dois anos ele está desse tamanho. Se fosse Mata Atlântica, ele estaria grande. Ele está aqui porque toda a energia da planta é feita para fazer crescer primeiro o sistema radicular, por causa dos sete meses de seca. Então, é um sistema inteligente o Cerrado. Ele tem sua lógica, e essa lógica é de milhares de anos, não é só de décadas, como a gente está aqui no DF há décadas.

Então a gente precisa entender que essa infraestrutura tem que ser usada como infraestrutura rural e como infraestrutura urbana. É isso que garante não alagar. Não é grama. Não basta um parquinho de grama, tem que ter indivíduo arbóreo, tem que ter sistema funcionando.

Esse aqui é um tipo de serviço ecossistêmico que a Esecae, além da filtração da poluição que a gente viu, do metal pesado, da pluma de contaminação, que são os estudos que a gente fez naquela época... A gente está falando de um lixão de 35m de coluna de lixo e com uma pluma de profundidade grande, de 40m de profundidade, e as árvores do Parque Nacional controlando para não contaminar tudo, inclusive possibilitando a outorga para os pequenos produtores rurais que tem por perto para fazer plantação de alface, que é algo que vai para a nossa mesa sem ser cozido e que poderia estar com metal pesado, poderia estar com hormônio. Então, é essa lógica que a gente tem que entender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a gente tem algumas coisas.

Marcela, você sabe que a gente trabalha muito bem junto. A área da Marcela é uma pérola, mas eu tenho que dizer que é um nicho de resistência no sentido da coerência na defesa. Mas eu queria ponderar – aí você me desculpe, estou falando do Ibram – que a área ambiental não está igual; a área ambiental está liberando tudo. Está liberando tudo e, na minha opinião, com muito pouco critério, está indo rápido demais para o autolicenciamento, perdoando tudo, liberando tudo. É um desserviço ao que vocês estão fazendo.

Então a gente também teria que ter eles aqui, Senadora, e fica a minha sugestão de que, na próxima, a gente convide a área de unidade de conservação e a área de licenciamento. O licenciamento tem que ouvir um pouquinho mais a realidade das coisas, não está bom. (*Palmas.*)

A outra coisa é a Adasa. A gente tem um volume de outorga de água subterrânea secando nossos aquíferos absurdo. E até, hoje, Senadora, a minha proposta é que haja uma compreensão e uma apresentação de qual o estoque d'água que remanesce onde estão esses pivôs, mas também para abastecimento de núcleos rurais. A Adasa está autorizando... A Caesb diz: "Eu não consigo prover água potável". Setores habitacionais inteiros estão sendo liberados, e a Adasa dá outorga para ser. Crixá é um deles. E tem muitos outros. São 35 mil, 40 mil pessoas, 50 mil pessoas com água subterrânea, sem a gente saber com transparência quanto esses estoques de água estão sendo impactados. Quanto a gente tem de água ainda? É uma demanda de dez anos, para a Adasa dizer quanto de estoque de água tem e quanto ela está outorgando. Isso vale para a ANA, mas a ANA tem mais transparência, tem os relatórios de conjuntura, tem uma série de coisas; na Adasa está muito difícil.

Então a gente está secando a Esecae, inclusive pelo tanto de poços artesianos autorizados – não são só os ilegais não – no Entorno, porque é como um canudo com que eu puxo essa água, e a umidade do solo, que está aqui, baixa para cá depois – é igual a um copo d'água. Então, não adianta falar de mudança de fitofisionomia por mudanças climáticas; o ser humano, através das estruturas de Estado, está propiciando esse secamento. E isso é uma das coisas que também fica invisível.

Então, só para ir mais rápido agora: a gente tem alguns problemas, são algumas das perguntas que foram feitas. Quais os problemas?

A gente tem, nas rodovias, especificamente aqui, numa das três áreas, o núcleo da Reserva da Biosfera. São as três que já foram faladas: o grau de impermeabilização; atropelamento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fauna... Do jeito que está sendo pensada, inclusive, essa duplicação de rodovia, sem maior discussão, a gente... Ninguém é contra melhorar a infraestrutura de movimentação e transporte, mas não tem uma discussão de corredor ou de possibilidade de passagem de fauna. Se você vai aumentar o estresse da unidade de conservação, você tem que dar uma alternativa para que essa unidade de conservação não fique ilhada e morra. Certo? Não adianta! Você tem que ter. Hoje já se fala, vários países falam. E você vai conversar com a infraestrutura, não tem nem conversa; você vai falar com o licenciamento ambiental, não tem nem conversa; e você está duplicando. Duplicar como? Duplicar por duplicar? Ou você vai levar a sério as possibilidades de manter esse equilíbrio e colocar ali esse corredor, por exemplo?

E há as poluições – não só de metal pesado, a de óleo, de graxa... Tudo isso vai para a cota mais baixa. A cota mais baixa do território é a que acumula água, é o Lago Paranoá, é o Descoberto, é onde tem reservatórios de água superficiais. Essa é a cota mais baixa, certo? Então a água escorre para lá.

Nas áreas rurais – você falou e eu achei ótimo você ter falado, Elisa –, a gente ainda tem, do lado da Esecae, pulverização aérea de agrotóxicos. A gente perdeu essa luta. Apesar de estar na discussão nacional, a gente não está conseguindo fazer o debate mais sério, aqui no Distrito Federal, sobre a pulverização aérea. Pulverização aérea é terrível. A gente tem estudos de pulverização aérea no Mato Grosso, feitos pela Fiocruz, em que, no núcleo urbano, as mães estão secretando leite para o filho – em áreas de Mutum, cidadezinhas, Mutum e toda... Sinop, dali para a frente. Então, a gente está falando disso aqui no DF, de contaminação das pessoas, fora a contaminação da água, tudo que a gente sabe.

A gente tem adubação química. O fósforo da adubação NPK (nitrogênio, fósforo e potássio) é o mesmo fósforo que vai eutrofizar o lago Paranoá, porque tem esgoto bruto ainda sendo lançado, de fezes humanas. É o que eutrofiza a água, e a gente está usando massivamente nessa área ao redor da Esecae. E depois se vai reclamar que a Esecae uma hora vira e eutrofiza.

A gente está falando dessa redução do volume de água legalizada – fora a ilegal, porque aí é a questão da fiscalização, volta na Adasa e volta no Ibram.

Nas áreas urbanas: impermeabilização do solo; muito esgoto bruto... Há muito esgoto bruto nessa região ao redor da Esecae, contaminando. Os mapas do ZEE mostram as áreas prioritárias de recarga de aquífero, as áreas de potencial contaminação. Falta controlar um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouco mais essa outorga, quero dizer, trazer transparência a esse instrumento, além da grilagem de terras.

Então, para a Esecae, hoje, me parece que esses são os desafios principais, cada qual com o seu instrumento. E eu queria só pedir para o colega colocar um dos mapas do Sisdia e acrescentar duas coisas: mostrar esse mapa do Sisdia e mostrar a Esecae antes e depois, porque esse é um dos recursos que a gente tem no Sisdia e que nos possibilita mostrar.

É o penúltimo.

Sobre o Sisdia, quem quiser anotar o endereço é www.sisdia.df.gov.br. Esse está na aba suspensa ações, é o penúltimo dos recursos que tem. Ele permite uma coleção de imagens de satélite muito grande. Eu posso ir selecionado nessa cortininha aqui o antes e o depois e fazer andar para cá e para lá. Então, a gente está olhando 2014, 20 de fevereiro de 2014, e a imagem de 9 de maio de 2024. Certo? E eu posso arrastar para lá e para cá. Se eu rolar a barra de rolamento, aquele botãozinho que eu rolo, eu consigo aproximar ou não e fazer um estudo. Vejam o grau de urbanização, à base de grilagem, que a gente está sempre perdoando e regularizando.

Então, as minhas perguntas, Senadora, as perguntas que não querem calar, são: quais são os estoques de terras públicas? Qual é a proposta de política pública para o uso dessas terras públicas? Porque eu estou eternamente perdoando a nova grilagem em área pública. Depois eu perdoo mais um pouquinho, depois mais um pouquinho. E é assim que as coisas têm se consolidado aqui na Esecae. Eram chácaras e estão virando cidades. E isso está acontecendo...Uma dessas chácaras, se a gente for olhar, vira 10, 20, 30 habitações, e não têm esgoto, não têm água, não têm coisa alguma. Então, a situação da Esecae, o grau de, digamos assim, pouco controle que o Estado tem sobre as terras públicas que são de sua responsabilidade é muito grande.

E aí eu queria destacar três coisas para finalizar.

A primeira é que a gente está tendo a oportunidade de discutir todo o território de forma integrada, que é o plano diretor de ordenamento territorial. A discussão está acontecendo e está muito difícil, não está razoável, está muito pouco razoável. Mas ela vai regularizar tudo isso e mais. Ela vai manter – espero que não, a nossa luta é para não manter – um dispositivo, que é o PUI, o parcelamento em área rural, parcelamento urbano integrado, que é um enclave urbano em todas as áreas rurais. Dali vão nascer novas cidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, a gente tem uma dificuldade de o setor da Seduh, que são os arquitetos, porque há muito poucos urbanistas lá, entender como as coisas se conectam, qual a implicação de cada coisa. Então, eu acho bonito e ponho lá o parcelamento urbano isolado (PUI). E quais as implicações disso? Por que tem que ser parcelamento urbano isolado e não trabalhar com vila rural, cuja infraestrutura e conceito são outros? É onde eu posso fazer manejo de águas pluviais e outras coisas.

Por fim, eu queria que vocês entrassem, se vocês puderem, no Instagram da GAE, porque a gente não teve muitas opções de mostrar aqui propostas. Nesse Instagram, que é o GAE Águas Emendadas, existem dez ações vitais para proteger as nascentes de Águas Emendadas. Olhem lá, são propostas muito boas, são dez. Eu queria só citar as cinco primeiras: "Instalar um Grupo de Trabalho formado por técnicos e cientistas de notório saber para avaliar o real estado da nascente [de] Águas Emendadas e o grau de impacto das ações antrópicas [...]"; "Declarar Águas Emendadas como região livre da monocultura e agrotóxico, estabelecendo uma distância mínima segura de 1km em todo o perímetro [ao redor] da ESEC-AE [...]"; "Transformar a área de amortecimento de impacto ambiental da ESEC-AE em área prioritária para implementação de programas de incentivo à produção agrícola regenerativa e atividades econômicas sustentáveis [...]"; "Parar imediatamente o projeto de duplicação [...] contíguo [...], criando novas saídas e soluções para a mobilidade [E não só para a mobilidade! Gostaria de acrescentar os corredores de fauna também, as passagens de fauna, grandes passagens de fauna] [...]"; e o quinto, "Promover de forma prioritária a instalação de placas de sinalização educativas e de advertência [...]".

Eu acho que propostas existem. O que falta é a vontade política. É por isso que eu a admiro tanto: porque aqui tem vontade política de fazer o debate, de construir diálogos, de nivelar conhecimentos de uma forma que não seja nem omissa nem raivosa, mas que olhe para o cerne da questão. E o cerne da questão, hoje, não é a Estação Ecológica Águas Emendadas em si; é, ao redor dela, uma ausência de políticas públicas coerentes com aquilo que é o que vai nos preservar. Em 2012, nós falamos, com o ZEE, para o Governo – era parte do Governo – que ia ter racionamento de água, bastariam cinco ou seis anos. Em 2017, o racionamento aconteceu...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – E foi severo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA SILVIA ROSSI – ... e a gente está dizendo que vai acontecer de novo, porque mesmo as obras de trazer água de fora não vão resolver o tamanho da devastação, o tamanho da poluição, o tamanho do desmatamento que a gente tem aqui.

Então, tem que se operar de forma diferente. Cidades podem ser construídas, mas elas têm que ser resilientes, elas têm que vir com o chapéu da adaptação, e ser resiliente à água é, por exemplo, parar de fazer essas grandes obras de infraestrutura milionárias – milionárias! – e fazer o microgerenciamento, a gestão das águas.

Vou lhe dar um exemplo – e finalizo aí minha fala –: o Distrito Federal e Brasília, o Plano Piloto têm uma das maiores áreas verdes por habitante. Por que é que alaga? O Plano Piloto e as tesourinhas alagam de passar a altura do carro, de gente ser ilhada; morreu gente já. Isso no Plano Piloto, cidade planejada. Por quê? Porque o Plano Piloto é assim, olhem, das 900 para o lago... e a tesourinha desce. E o caminho natural da água, a gente queira ou não, vai passar em alguns lugares, e esses lugares são 102, 10 e 14. Todo mundo já sabe disso. Todo ano alaga, e não tem contenção e gestão a montante para não alagar aqui!

Então, a gente continua com esse problema estrutural de compreensão, pela Seduh e pela Terracap e Novacap – então os arquitetos e os engenheiros –, de que não dá para tratar com grandes obras apenas. Além de ser milionário, por que a gente não faz adaptação e lança essas águas para as áreas verdes, por exemplo, ao redor do Eixo Monumental? É uma área grande em todo... que poderia estancar ali as águas, amortecer, fazer um paisagismo mais dinâmico em vez daquele negócio assim... Isso absorveria a água, liberaria o pico das chuvas para liberar os bueiros, e a gente teria uma circulação de água. Com essa combinação de tecnologias, a gente continua nos anos 70 do século passado! A gente precisa evoluir.

Eu acho que a gente tem bons desafios. Acho que a pauta ambiental está tomando mais corpo, infelizmente, com más notícias, mas eu sou muito esperançosa e eu não desisto. Ninguém desiste aqui, senão a gente não estava aqui.

Todo mundo aqui é muito guerreiro, muito aguerrido e muito raçudo. E eu sou feliz de tê-la agora nesse grupo dos aguerridos, porque agora vai ficar melhor ainda do que já está.

Então eu queria agradecer a presença de todos, todos que estão aqui, todos que estão nos assistindo, colocar-me sempre novamente à disposição. Desculpe o alongamento aqui da fala, mas eu gosto muito de mostrar as coisas e os recursos. Esse recurso é público, gratuito, foi feito com o recurso do fundo GEF, a fundo perdido, como a Elisa colocou. Está disponível, a Sema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mantém esse recurso aberto para todas as pessoas. Pode-se usar a imagem satélite de qualquer porção do Brasil e usar os mesmos recursos. Então entrem lá e visitem, porque vale a pena.

Vamos seguir juntos na luta.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Difícil falar depois de ouvir todos os expositores aqui. Eu não sei qual o sentimento que eu tenho, sinceramente. Eu acho que o maior deles é de indignação. Talvez, assim, o descaso com que a gente tem tratado, a forma como a gente tem cedido à questão de especulação imobiliária.

Eu acho que a gente tem que ser muito claro, a gente tem que ter um compromisso com as futuras gerações, aí, quando você fala da mulher, de estar presidindo, eu penso que eu não estou tratando mais disso para mim, para minha geração, porque a nossa geração já errou. Se tudo isso está acontecendo aqui é porque nós erramos, e a gente tem que tratar das futuras gerações, dos jovens, enfim, dos que estão vindo aí, com educação ambiental, e trazê-los para o debate.

Tem uma sugestão aqui que foi dada pela... Cadê o nome dela aqui, gente? Gostei muito. Bom, ela falou aqui que sentiu falta dos jovens e que tem um coletivo de jovens, Águas Resilientes – foi a Márcia Honda, ela passou isso aqui agora. E é verdade. Na verdade, nós temos que trazer, além dos representantes dos governos, Ministério Público, tem que trazer todo mundo aqui para este debate, a sociedade civil, e a gente tem que trazer os jovens. Eu acho que os jovens vão ser uma boa, digamos, para nós, um termômetro do que eles estão enxergando, que Brasília eles querem para o futuro e que país, de forma geral; o que eles esperam do nosso país e daqueles que estão hoje com o poder na mão para fazer a diferença, que deveriam fazer e tratar com responsabilidade essas questões ambientais no nosso país, como eu falei e todos vocês falaram, sem grandes paixões, mas com pragmatismo e trabalhando coletivamente juntos. Para as obras aconteceram, a gente está vendo viadutos, a gente está vendo tanta coisa assim, e por que não investir em infraestrutura para interligação desses corredores tão necessários? Então a gente vê viaduto, a gente vê ponte, a gente vê inúmeros empreendimentos crescendo na cidade. Nada contra, mas cadê as questões estruturantes, infraestrutura, principalmente nessa questão para a gente, digamos, fazer a proteção dos nossos reservatórios?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Elisa, você fez uma provocação aqui que me deixou muito preocupada. Primeiro essa questão – todos vocês falaram – do orçamento. Batemos de novo, de cara, não só na questão federal, Pedro, mas local. Só R$10 mil?! Vergonhoso, vergonhoso, GDF!

Então vamos conversar com responsabilidade. Não vou tratar, porque vão achar aqui que eu estou querendo fazer um discurso político, eu vou trabalhar. Tenho aqui mais um ano, mais dois anos dentro do Senado.

Eu quero agradecer muito as provocações que foram feitas aqui por todos, por todos – e vamos trabalhar. Nós vamos instituir a nossa Subcomissão do Cerrado, e vamos dar luz, vamos dar voz a todos aqueles que até o momento não tiveram, e que estão fazendo alertas, inúmeros alertas ao que está acontecendo em Águas Emendadas, ao que está acontecendo com os nossos reservatórios, ao que está acontecendo com as nossas nascentes, enfim, com a questão dos resíduos.

Nós temos muito trabalho e não dá para se esconder atrás de obras, obras que não trazem benefícios reais, não só para a cidade atualmente, mas para as futuras gerações.

Então, antes de encerrar (*Falha no áudio.*)... requerimento para instituir, está aqui em mãos, tá? (*Palmas.*)

Nós vamos fazer, nós já vamos apresentar.

Obrigada, equipe.

Antes de terminar, eu queria dar dois minutos para a Lúcia.

Quer falar, Lúcia, dois minutos?

Lúcia também é outra parceira nossa aqui – eu peço desculpas, quem comanda a audiência tem essa prerrogativa.

Então, dois minutos para você, para nós finalizarmos a nossa audiência.

A SRA. LÚCIA MENDES (Para expor.) – Eu queria chamar a atenção só para algumas questões muito rápidas.

A Senadora já falou, Maria Silvia já falou e eu queria lembrar, gente: Brasília não tem autonomia de água mais, nós estamos no berço das águas e dependemos de águas do Goiás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então vamos lembrar, quando pensarmos em novos setores habitacionais, como está acontecendo aquele absurdo lá no Jardim Botânico, em que o Rodrigo Hilbert virou garoto-propaganda de devastação, que nós não temos mais autonomia de água.

Outra questão, Senadora, já especificamente no âmbito federal, já que nós estamos no Senado: eu queria aproveitar para pedir sua ajuda para cobrar a presença dos órgãos federais no debate do PDOT. A Maria Silvia já trouxe também o alerta aí do debate que está acontecendo. O PDOT está em revisão, nós temos várias interferências aqui de impacto nacional, e o ICMBio, o Ibama... tem vários órgãos federais que não estão participando da discussão do debate do PDOT.

Queria também lembrar, e cobrar do Ibram, que essa flexibilização dos licenciamentos com um acordo de compromisso ambiental começou não foi aqui no DF, não; o DF é um dos últimos a adotar isso, começou no Rio Grande do Sul – e deu no que deu. E isso está se espalhando pelo país, Senadora. Eles estão flexibilizando para facilitar o avanço de agronegócio e de especulação imobiliária.

Então nós vamos ter aí posto de gasolina que está propondo se colocar no Lago Oeste, assina um compromisso ambiental e está tudo certo. Aí eu pergunto: se o Ibram não tem recurso humano hoje para fazer fiscalização e dar celeridade aos empreendimentos, como que, sem recurso humano, vai correr atrás de quem está cumprindo, ou não, esse compromisso ambiental que está assinando?

Então, eram só esses alertas que eu queria deixar.

E, mais uma vez, agradeço a sua militância, Senadora, o seu trabalho aqui, que foi para nós um divisor de águas.

Eu me lembro da primeira audiência pública que nós fizemos aqui. Falamos de Águas Emendadas, falamos da Serrinha, falamos do futuro das próximas gerações. E eu fico com o coração emocionado quando eu te escuto falar em futuro e que isso precisa estar na boca de todos os Parlamentares.

E nós falamos isso com vários, viu, Senadora? Não são muitos que entenderam com a sensibilidade, a profundidade e o compromisso com que a senhora entendeu.

Então, eu espero que Brasília reconheça seu trabalho, que a senhora continue prestando serviço público a esta cidade, a este território.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Precisamos de muitas leilas – do vôlei, do meio ambiente, das nascentes, das águas.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada. Obrigada, Lúcia.

Senadora Damares?

Presidente, bom dia.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Que bom que você vai me dar a palavra. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Não, certamente...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Que dia, hein, Leila!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – É, corrido.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vocês não têm ideia do que está acontecendo no Congresso Nacional hoje, mas a minha assessoria está aqui acompanhando, monitorando e me passando as mensagens. Foi uma bela audiência, está sendo uma bela audiência.

Vim correndo, Leila, porque, quando eu soube do subgrupo de proteção do Cerrado... Eu quero ser sua Vice, tá? Quero ser sua Vice...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... porque eu acho necessário – necessário –, e a gente vai fazer um trabalho bacana.

Mas eu não posso deixar, Leila, neste último dia, de fazer meu registro ao seu trabalho, o que você fez aqui nesta Comissão. Você veio presidir uma Comissão num momento tão tenso, logo um pós-dia 8 de janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, os embates aqui foram... Foram embates, de verdade. E a Leila teve que manter o equilíbrio, a condução, a autoridade em alguns momentos. Não foi fácil, mas a Leila deu conta do recado, vocês não têm ideia. A Leila é um orgulho para nós do DF, todos que estão aqui sabem do que eu estou falando. É minha Presidente nesta Comissão, é minha Líder na Bancada Feminina.

Mas esta Comissão fez grandes entregas, Leila. Em dois anos, eu acho que ela bateu o recorde de deliberação, e entregas que vão impactar a vida de pessoas por gerações saíram desta Comissão.

Parabéns!

Não foi fácil, todo mundo com os ânimos muito alterados, mas você conseguiu conciliar o diálogo, trazer o consenso, e a gente fez uma grande contribuição para o Brasil.

Parabéns, Leila!

E o assunto de hoje não poderia terminar o ano sem essa discussão. Você foi muito feliz e ainda conseguiu pautar, num dia tão difícil, esse assunto tão importante.

Que Deus a abençoe, minha amiga, companheira, minha Líder! Que Deus a abençoe!

Parabéns pelo trabalho feito na Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Damares. (*Palmas.*)

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Você foi realmente muito parceira aqui, muito parceira em algumas pautas bem difíceis, bem difíceis. Obrigada.

Gente, eu gostaria de dar a palavra a todos, mas eu tenho que encerrar, porque nós estamos no meio do debate sobre orçamento, e eu não posso faltar.

Eu tenho um compromisso, inclusive, que eu tratei aqui com vocês, da questão ambiental, e já fiz um apelo à nossa Bancada. Graças a Deus, a Bancada Feminina está mobilizada no sentido de dar esse apoio com relação ao orçamento para o meio ambiente, para o Ministério do Meio Ambiente. Estamos todos também dispostos... Fala o Governo local aqui, na figura da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Elisa e da Marcela, para tratar com a nossa Bancada, e a Damares está aí, reforça comigo esse compromisso de apoio, de orçamento, para a estrutura tanto da Sema como do Ibram.

E é isso.

Eu queria muito, antes de terminar... Tem uns comunicados aqui de que a minha assessoria me alertou: Ofício nº 2, de 2024, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, para manifestar apoio à aprovação do Projeto de Lei 1.125, de 2022, que cria o Parque Nacional Serra do Curral no Estado de Minas Gerais, em tramitação ainda na Câmara dos Deputados; Ofício 2.763, de 2024, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, para manifestar apoio à aprovação do Projeto de Lei 10.457, de 2018, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena para quem extrair recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida, já em tramitação na Câmara dos Deputados.

Esses documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a sua autuação.

Bom, comunicado sobre a 5ª Conferência Nacional de Meio Ambiente. Comunicamos que estão em andamento as etapas prévias da 5ª Conferência Nacional de Meio Ambiente. A etapa nacional está prevista para acontecer em maio do próximo ano. A Conferência Nacional do Meio Ambiente será composta pelas deliberações das etapas prévias, que incluem as conferências municipais, intermunicipais, estaduais, distrital e as conferências livres.

Delegados e delegadas eleitos nos municípios levarão para a segunda etapa as propostas que serão sistematizadas para o debate das delegações estaduais. As delegações estaduais e distrital, por sua vez, apresentarão propostas, e o resultado dos debates serão levados para a rodada nacional, que acontecerá aqui em Brasília. Ao final da conferência, apresentar-se-ão as propostas ou contribuições priorizadas por todas as pessoas delegadas.

Todas as etapas poderão ser acompanhadas pela plataforma Brasil Participativo e, nesse sentido, gostaríamos de reforçar aos estados e municípios a importância de comunicarem, na plataforma oficial da conferência, o resultado das etapas prévias que estão realizando. A plataforma está sediada no ambiente virtual Brasil Participativo do Governo Federal. Essa comunicação na plataforma oficial é extremamente importante para que a comissão organizadora possa organizar e comunicar à população o andamento das conferências prévias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda comunicamos os novos prazos para a realização das etapas prévias. Por favor, a atenção de todos: conferências municipais ou intermunicipais, até 26 de janeiro de 2025 – está próximo –; conferências livres, até 26 de janeiro de 2025; conferências estaduais e distrital, até dia 15 de março de 2025.

Mais uma vez, eu gostaria de agradecer a presença. Peço perdão àqueles a quem eu não consegui dar voz, mas já colocando no radar aqui, para que, na próxima audiência pública, assim que instituirmos a nossa Subcomissão do Cerrado, a gente comece, através de um planejamento, a fazer as reuniões deliberativas para tratarmos do nosso Cerrado e dessa condição ambiental, não só no Distrito Federal, mas também em todo o país. (*Pausa.*)

A SRA. MARIA SILVIA ROSSI (Para expor.) – Só gostaria de fazer uma proposta adicional, eu acho que seria muito importante a gente fazer um movimento realmente de envolvimento. O Fórum das Águas do DF já tem feito isso, no engajamento dos Parlamentares distritais, e a gente precisaria desse seu apoio também, para que essa discussão do Legislativo distrital dialogue com esse grande esforço nosso aqui, por exemplo, hoje, da Comissão de Meio Ambiente. Eu destaco que tem alguns Parlamentares que já estão se sensibilizando para o tema e, para a gente, é importante.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Eu nem sei se a Câmara... A Câmara Legislativa tem Comissão de Meio Ambiente?

A SRA. MARIA SILVIA ROSSI – Ela tem uma Comissão de Meio Ambiente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Quem é o Presidente?

A SRA. MARIA SILVIA ROSSI – Está mudando agora para a gestão... Parece-me... Eu não sei quem vai ser; está mudando agora e, no dia 6 de janeiro, assume um novo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Vamos aguardar, então. Você tem meu compromisso, Maria.

A SRA. MARIA SILVIA ROSSI – Para a gente poder, em janeiro, fazer essa questão.

E tem alguns que já estão se manifestando. Eu queria destacar o Gabriel Magno e a sua atuação, que tem se manifestado muito fortemente nesse sentido. Mas a gente precisa envolver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito mais pessoas de todas as áreas para a gente conseguir ter essa concertação equilibrada; isso é importante.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito.

A SRA. ANGELINA NARDELLI – Consigo falar?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Angelina.

A SRA. ANGELINA NARDELLI (Para expor.) – Eu coloco o Icomos Distrito Federal à disposição para que possamos fazer parte também, e para trazer grandes contribuições para o meio ambiente, tendo em vista que é um grande patrimônio, muito grande!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito. Perfeito.

Bom, antes de finalizar, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação ata da presente reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Mais alguma coisa, Senadora Damares? (*Pausa.*)

Bom, eu gostaria de agradecer por esta manhã. Ao mesmo tempo em que a gente pode falar, é incrível, porque foi um debate muito produtivo e que nos traz muitos alertas, o coração fica angustiado, mas, ao mesmo tempo, eu sei que eu não estou só nessa guerra.

Não é uma guerra, digamos; é uma conscientização, não uma guerra. O que eu quero dizer é: ninguém contra ninguém. Eu acho que o país já está cansado disso. Não é nada disso. Na verdade, é um trabalho de conscientização, de mobilização e de união em prol de um bem tão importante para o nosso país, que é a questão ambiental.

Nós somos um país diverso, um país continental e um país com uma potencialidade enorme. A gente, realmente, tem que tratar isso com muita responsabilidade e carinho. Então, mais uma vez, agradeço a todos vocês e nos veremos em 2025.

Quero aproveitar... Feliz aniversário. Ops! Feliz aniversário?! (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Feliz Natal! Desculpa.

É cansaço também, cansaço.

Feliz Natal para todos vocês, suas famílias, com saúde, paz, amor, e que 2025 seja um ano muito produtivo e de muito crescimento para todos nós.

E nada mais...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Já é. Com certeza. Amém. Amém. Assim seja. Que ele nos proteja e nos abençoe!

E, nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Bom dia a todos.

Obrigada. (*Palmas.*)

(Iniciada às 09 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Astronauta Marcos Pontes e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Paulo Paim, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Margareth Buzetti, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Eduardo Girão e Esperidião Amin. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 9/2024 - CSP, de autoria do Senador Jorge Kajuru (PSB/GO) e da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 21/2024 - CSP, de autoria da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Discutir sobre os serviços públicos e privados disponíveis para acolhimento, atendimento e assistência integral às famílias de pessoas desaparecidas, a fim de subsidiar a avaliação, no ano de 2024, da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas. **Participantes:** Sra. Sandra Peu da Silva, Secretária Nordeste da Comissão de Defesa Profissional da Associação Brasileira de Psiquiatria (representante de: Associação Brasileira de Psiquiatria); e Sra. Bruna Martins Costa, Coordenadora do Comitê Gestor da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas. **Resultado:** Audiência pública realizada, com a inclusão da seguinte expositora: Sra. Andressa Boer Fronza, Perita-Geral da Polícia Científica de Santa Catarina e Vice-Presidente do Conselho Nacional de Dirigentes de Polícia Científica (CONDPC). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Segurança Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/10/31

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

A presente audiência pública tem como objetivo discutir sobre os serviços públicos e privados disponíveis para acolhimento, atendimento e assistência integral às famílias de pessoas desaparecidas a fim de subsidiar a avaliação, no ano de 2024, da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, nos termos dos Requerimentos 9 e 21, de 2024.

Informo aos senhores que esta é a última, de quatro audiências, que avaliará essa política nacional.

Está presente conosco, de forma *online* – vai fazer a sua participação *online* –, a Sra. Sandra Peu, Secretária Nordeste da Comissão de Defesa Profissional da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). Já agradeço à Sandra e à associação pelo envio da representante, obrigada por ter aceitado o convite. Nós estamos numa expectativa muito grande para receber a contribuição da ABP para este tema tão importante e para a gente incluir no relatório final de avaliação da política as impressões e contribuições da ABP.

Também está de forma *online* a Sra. Bruna Martins Costa, Coordenadora do Comitê Gestor da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas. A gente quer agradecer à Bruna. A Bruna participou de todas as fases da avaliação. Agora a gente encerra as audiências públicas, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente vai para as diligências e a gente vai continuar querendo o acompanhamento da Bruna até o final da avaliação. Inclusive, eu quero já pedir à Secretaria: tão logo a gente encerre esse período de avaliação, eu gostaria muito de um ofício ao Ministro dos Direitos Humanos, cumprimentando e agradecendo a participação da Bruna – tanto para o Ministro como para a Secretaria de Direitos Humanos. Obrigada, Bruna, por toda a sua contribuição nesta fase.

Nós temos presencialmente, com muita alegria, a Sra. Andressa Boer Fronza – acho que eu falei certo –, Perita-Geral da Polícia Científica de Santa Catarina e Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Dirigentes de Polícia Científica. Eu queria muito que a Andressa viesse à mesa, ela vai estar de forma presencial. Pode sentar-se, Andressa, seja bem-vinda, obrigada por estar conosco. A polícia científica já esteve conosco numa audiência, já trouxe contribuições, mas a gente vai trazer hoje, por meio da Andressa, uma outra abordagem para a Política de Busca de Pessoas Desaparecidas.

Eu quero informar que foram convidados para esta reunião representante da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde, representante da Secretaria de Atenção Especializada – primária e especializada – à Saúde do Ministério da Saúde, representante do Conselho Nacional de Saúde e representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde.

Nós tivemos as justificativas de ausência: justificou a ausência o Secretário de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde, Sr. Adriano Massuda; justificou a ausência o Secretário de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde; e justificaram a ausência o Sr. Felipe Proenço de Oliveira e o Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Sr. Fábio Baccheretti Vitor. No entanto, também foram convidados a indicar representantes os demais, que não indicaram e também não justificaram a ausência.

E isso nos abre um alerta. As justificativas que nós recebemos, Andressa e demais convidados... Esta audiência especificamente tinha como objetivo – e eu vou colocar que "tinha" – debater os serviços públicos e privados disponíveis para acolhimento, atendimento e assistência integral às famílias de pessoas desaparecidas. E o que eu quero dizer para os senhores? A lei que institui a política, a Lei 13.812, no art. 15, prevê o atendimento às famílias, especialmente o atendimento psicossocial aos pais, aos filhos, às famílias, porque o desaparecimento de uma pessoa causa inúmeros problemas para a família. O que nós temos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mães em profunda depressão, e vocês viram isso aqui nas audiências. O que nós temos? Pais em desespero. Nós temos ocorrência de suicídio! O que nós temos? Filhos em desespero, filhos desenvolvendo transtorno, porque os pais estão desaparecidos. É por isso que a lei, quando aprovada, no art. 15, prevê o atendimento psicossocial. Contudo, os órgãos públicos de saúde, ao justificarem a ausência dos convidados e ao não enviarem representantes, informaram, em resposta ao nosso convite, que, no âmbito – eu quero muito chamar a atenção da nossa querida Bruna, porque ela vai ter que discutir isso lá no Comitê Gestor – da Comissão Intergestores Tripartite – vocês sabem que a saúde é tripartite –, que reúne gestores municipais, estaduais, distritais e federais, o tema ainda não foi pautado. Eu vou repetir: a lei é de 2019, e o tema ainda não foi pautado nos grupos de trabalho correlatos, seja no que se refere à assistência, seja no que concerne aos sistemas informatizados do SUS. De lá para cá houve dois governos, o Governo Bolsonaro e o atual Governo, e ainda o atendimento psicossocial sequer foi pautado. Isso nos abre um alerta e isso vai estar incluso no nosso relatório final. De que me adianta ter uma política pública em que um eixo tão importante não tem sido considerado no país?! Essas famílias estão em desespero.

Deixe-me falar números. Segundo o Ministério Público Federal, que aqui nesta mesa esteve, nós estamos com mais de 101 mil pessoas desaparecidas no Brasil. Vamos imaginar que cada uma dessas pessoas tenha quatro familiares. Eu tenho aí, gente, no mínimo, 400 mil pessoas vivendo dores, angústias, sofrimento, desenvolvendo transtornos, doenças psicossomáticas! E cadê o acolhimento psicossocial?! E, quando eu falo do psicossocial, é o atendimento com psiquiatra, com psicólogo, com medicamento... Cadê o atendimento às famílias das pessoas desaparecidas? E o atendimento social? Essas famílias estão tendo apoio no transporte? Quando uma criança desaparece, a mãe, gente, quer ajudar a procurar, e essa mãe está tendo um auxílio para se ausentar alguns dias do trabalho? Inclusive, isto a acalma: ela quer ajudar, quer ir à casa dos parentes procurar a criança. Como é que estão os atendimentos sociais? Tem algum benefício para essa família? Como é que elas estão sendo acompanhadas?

Gente, confesso que nós hoje vamos abrir a audiência lamentando que o art. 15 da lei não esteja sendo cumprido. Lamentamos que ainda esteja ausente na política pública o atendimento psicossocial às famílias de pessoas desaparecidas no Brasil, o que nos leva a acreditar que muito temos que avançar. E, mesmo sem a presença desses representantes, a gente vai fazer a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discussão hoje. Nós vamos fazer essa discussão e nós vamos fazer encaminhamentos após esta audiência.

Nós estamos na quarta audiência pública, mas a avaliação vai continuar por meio de outras atividades. Eu quero informar que nós aprovamos, aqui na Comissão, o Requerimento nº 49 para a realização de uma diligência externa no Estado do Pará. Nós selecionamos dois estados para a gente ir *in loco* e acompanhar como a política está sendo desenvolvida. Escolhemos, dos estados do Norte, o Estado do Pará e escolhemos, dos estados do Sul, o Estado de Santa Catarina. E nós também vamos fazer uma diligência aqui no Centro-Oeste, no Distrito Federal.

Nós já vamos agora, dias 6 e 7, ao Estado do Pará, com o objetivo de conhecer as ações que têm sido implementadas pelo Governo do Estado do Pará na busca e localização de pessoas desaparecidas e, assim, possibilitar a elaboração de um relatório final da avaliação da política. Eu informo que nós estamos encontrando um pouco de resistência dos órgãos do estado, porque é tudo muito novo. Observem que a política realmente não está implementada na sua totalidade. Então, os órgãos do Estado do Pará: "Mas por que estão vindo?". Não é para criticar nenhum estado; é para entender a dificuldade que o estado está tendo na implementação da política – esse é o objetivo das diligências – e para trazer as impressões do estado para a política nacional, trazer as impressões do estado. E por que o Pará? A gente quer conhecer e saber como se dá a política num estado tão grande, o estado que tem o Marajó, por exemplo. Como ele está? Como a política está sendo aplicada em região ribeirinha?

Nós também aprovamos o Requerimento 50 para ir ao Estado de Santa Catarina, para conhecer um programa de sucesso, que é o programa SOS Desaparecidos, da Polícia Militar de Santa Catarina.

E também nós aprovamos o Requerimento 51 para a gente estar, com o Distrito Federal, no Departamento de Polícia Técnica da Polícia Civil do DF, que reúne o Instituto de Criminalística, o Instituto de Identificação, o Instituto de Medicina Legal e o Instituto de Pesquisa de DNA Forense.

Nós teremos três diligências a princípio, mas, se a gente entender que nós vamos precisar estender mais alguma atividade para o final do relatório, nós apresentaremos novos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimentos de solicitação de audiências, coleta de dados, reuniões extras. Então, para informar, ainda teremos três diligências. A Secretaria se prepare, nós vamos tomar tacacá lá no Pará.

Nós vamos agora para a exposição das nossas três convidadas. Que bom: três convidadas! É muito bom ver mulheres em lugares estratégicos, em lugares de tomada de decisão, de execução de políticas públicas.

Nós vamos começar com Sandra Peu, Secretária Nordeste da Comissão de Defesa Profissional da Associação Brasileira de Psiquiatria, para a gente entender se a associação tem acompanhado a política pública de busca de pessoas desaparecidas, se a associação tem algum programa voltado para o tema. E aqui a gente já agradece, Sandra, a sua participação. Nós estamos com uma expectativa muito grande para ouvi-la.

Sandra, você terá dez minutos. É possível que uma campainha toque, mas não se assuste com a campainha. Se precisar estender a sua apresentação, fique à vontade. E, no final, claro, se tivermos algumas perguntas, nós vamos encaminhar.

É possível que algum Parlamentar entre na audiência. E a gente trabalha assim: se Senador entrou, a gente passa imediatamente a palavra para o Senador, pois, às vezes, eles querem fazer a pergunta, fazer a manifestação, porque eles estão em outras agendas paralelas.

Sandra, você tem dez minutos. Seja bem-vinda, e estamos felizes com a sua participação nesta audiência pública.

A SRA. SANDRA PEU DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Saudando a Senadora Damares, eu me apresento e saúdo toda a mesa. Agradeço muito o convite feito à Associação Brasileira de Psiquiatria.

Eu estou aqui com alguma dificuldade de discernimento tecnológico para aprender como é que eu faço compartilhamento da minha apresentação. Deixem-me ver se eu consigo aqui, se apresento a tela. Peço desculpas pela minha falta de habilidade técnica.

Gente, o que eu faço? Eu tenho outros aplicativos. Deixem-me ver se eu consigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É possível alguém ajudá-la? Só um instantinho.

Vá indo, Sandra.

A SRA. SANDRA PEU DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Desculpem.

Pronto.

O médico, antes de tudo, precisa apresentar se tem conflitos de interesse. Eu vou passar depois na tela, mas neste momento eu não trabalho para...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sandra, nós não estamos visualizando a sua apresentação.

A SRA. SANDRA PEU DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Deixem-me tentar ver como é que eu faço isso. Desculpem-me, me desculpem. Eu não sei como fazer. Deixem-me ver como, vou tentar fazer um outro caminho aqui.

Não, não estou conseguindo. Deixem-me descobrir.

Deixem-me ver se eu consigo abrir essa apresentação. Não sei se essa aqui passava direitinho...

Pronto! Espero que esteja direitinho.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pronto, perfeito, Sandra, perfeito.

A SRA. SANDRA PEU DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Pronto, senhores.

Esses são os meus conflitos de interesse...

Eita, aqui está tudo em branco!

Senhores, eu vou fazer o seguinte: eu vou fazer pelo lábio, pois vai ficar mais rápido e mais fácil. Vou pegar meu guia aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou retomar com os senhores a lembrança do que foi trazido, que é a Lei 13.812, de 16 de março de 2019 – vou contextualizar a circunstância –, que, no art. 15, como apontou a Senadora, fala da necessidade de o poder público implementar os programas de atendimento psicossocial a famílias de pessoas desaparecidas.

Quero lembrar com os senhores coisas que já foram discutidas em outros momentos, em outras audiências e apontar que o maior número de desaparecidos, entre as causas de desaparecimento, são os desaparecimentos voluntários, que são 71,3%. Observo que esse número é um tanto quanto coincidente com o número de homens que morrem em situação violenta: o jovem hoje morre, em sua maioria homem, em situação violenta. Esses 71,3% de desaparecidos por causa voluntária também são homens jovens.

Destrinchando com os senhores para a gente entender melhor os motivos do desaparecimento, vamos tratar um pouquinho do desaparecimento involuntário, involuntariamente, que é daquela pessoa que desaparece e que tem uma restrição da capacidade de autonomia, não tem capacidade cognitiva, tem um transtorno dissociativo, é esquizofrênico, sofre de uma demência... Essa pessoa, por conta da doença mental, não consegue se gerenciar e retomar o convívio do seu lar, não consegue retomar o caminho de casa e se perde.

Por outro lado, o desaparecimento voluntário deve ser ponderado com algum cuidado, porque quem estabelece o registro de que essa pessoa realmente tinha capacidade cognitiva e autonomia para discernir sobre o desejo de desaparecer? Nos registros não existe essa possibilidade, não existe alguém tecnicamente capaz para avaliar se alguém que é registrado como desaparecimento voluntário de fato foi voluntário ou não.

Também temos o desaparecimento por conflito de guarda, que acontece em geral em famílias desestruturadas e famílias com contextos violentos. E aponto mais uma vez a relação com a saúde mental, com as dificuldades psicossociais. Aqui é quando ou o tutor ou quem tem a curatela de uma criança ou de uma pessoa já mais velha, com mais de 18 anos, acaba entrando em conflito com outra pessoa da família, e uma dessas partes leva, por conta do litígio, uma criança ou um adulto dependente para um caminho desconhecido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos que ponderar também sobre o desaparecimento de pessoas por causas criminosas. São aquelas que são mantidas em cárcere privado, em ocultação de cadáver... E essas pessoas em geral estão muito submetidas às circunstâncias de violência urbana. Nós devemos pensar claramente na relação com a dependência química; pessoas que sofrem dependência química estão mais vinculadas às circunstâncias em que o narcotráfico pode se relacionar com esse tipo de desaparecimento. Temos também todo o resto da circunstância de sequestro para tráfico de pessoas, prostituição, pornografia, pedofilia e escravidão humana.

Outra forma de a gente observar o desaparecimento é devido a acidentes, intempéries ou desastres ambientais. No Rio Grande do Sul, tivemos uma grande tragédia em que pessoas não tinham capacidade de, por conta própria ou por conta de terceiros, por conta de outra pessoa, definir o próprio destino e acabaram desaparecidas. Uma pessoa que sofre um acidente, uma pessoa que morre numa circunstância catastrófica, às vezes, não tem seu cadáver reconhecido e ainda é mantida como desaparecida por algum tempo.

Temos as pessoas que fogem de instituições que são aquelas que estão relacionadas ao cuidado do Estado, então, são as pessoas que fogem de prisões ou de hospitais de custódia de tratamento. Elas não têm necessariamente uma relação com saúde mental quando estão em prisões, mas certamente se relacionam com saúde mental quando estão em hospital de custódia de tratamento psiquiátrico.

Tem o desaparecimento forçado quando a pessoa é retirada do seu meio pelo Estado, e suprime-se o direito à proteção de lei. Sobre isso, eu acho que podem me perguntar oito vezes o que acontece, mas eu só tenho uma opinião sobre isso: não é possível falar, neste contexto que temos hoje, desse tipo de desaparecimento.

Relacionando agora as circunstâncias em que os desaparecimentos acontecem e as causas psicossociais que envolvem as pessoas desaparecidas, nós temos que ponderar que a abordagem de agravo à saúde psicossocial de familiares de desaparecidos deve contemplar os contextos de desaparecimento. Antes de tudo, se nós evitarmos desaparecimentos, certamente haverá redução do número de familiares impactados. Isso é muito simples e muito óbvio. Devemos pensar no tratamento dessas pessoas não simplesmente com o cuidado de saúde mental e física, mas também em relação aos recursos de subsistência necessários durante o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

período de busca. Essas estratégias devem ser levantadas a curto, médio e longo prazos, tanto para situações urgentes quanto para a manutenção desses cuidados dos familiares, com estratégias, inclusive, para tratamento de lutos prolongados ou lutos que não se resolvem. Também é necessário que essas pessoas familiares de quem desapareceu sejam cuidadosamente observadas ao longo do tempo para serem reinseridas. Muitas vezes elas ficam afastadas das suas atividades de vida diária, e, mais adiante, é necessário que elas se reintegrem de alguma maneira, mesmo carregando o luto, mas que elas se reintegrem para que elas voltem a ter as atividades delas.

Eu apresentaria para os senhores o eslaide com os dados dos Caps de 2022. Eu vou fazer uma breve descrição, mas o importante desse eslaide é que ele é todo dividido por regiões brasileiras. Nós temos no Centro-Oeste 169 Caps; no Nordeste, nós temos 979 Caps; no Norte, nós temos 181 Caps; no Sudeste, 1.043 Caps; no Sul, 462 Caps. Então, em 2022, nós tínhamos no Brasil 2.836 Caps. Esses dados são bem recentes. A Maria Dilma, nossa colega psiquiatra, já foi Coordenadora de Saúde Mental do Ministério da Saúde e apresentou esses dados na última semana no Congresso Brasileiro de Psiquiatria, e nos apontou também que houve um aumento do número de Caps. Existem Caps que não são registrados, porque não cumprem com todos os critérios necessários pelo Ministério da Saúde e não recebem verba desses Caps. Então, nós temos esse número aproximadamente. Eu aponto os Caps como um número interessante de se observar, porque são os Caps os serviços centralizados para atendimento de pessoas com problemas de saúde mental e transtornos psicossociais no nosso país.

Deixe-me pegar um outro dado aqui.

Bom, todavia, nós temos uma alteração do plano de atendimento para pessoas com doença mental, de 2017 para 2023. O que acontece? Em 2017, nós tivemos um incremento dos serviços disponíveis para a população, e o Governo Federal passou a distribuir verba para uma rede maior, mais diversificada de serviços nos quais se observava a possibilidade de a pessoa ser atendida. Por exemplo, hospitais psiquiátricos entraram nessa rede, ambulatórios entraram nessa rede, comunidades terapêuticas entraram nessa rede. Em 2023, o Governo Federal alterou, derrubando uma resolução que determinava esse aumento da quantidade de estabelecimentos de saúde que trabalham, que agem na Raps, que compõem a Raps, e foram tirados vários desses serviços, diminuindo a capacidade e a qualidade de atendimento para as pessoas. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lembro que os serviços de saúde mental que compõem a Raps são complementares, um não substitui o outro. Então, o Caps não substitui o ambulatório, o ambulatório não substitui a internação em hospital especializado. E nós temos agora um decréscimo; mesmo tendo um pequeno aumento do número de Caps, nós tivemos um decréscimo nos estabelecimentos de saúde que tratam, dentro da sua possibilidade e diversidade, os serviços que tratam essas pessoas com necessidade de tratamento psicossocial.

Nós podemos identificar que muitas das causas que são apontadas como o risco de desaparecimento, poderiam ser evitadas se nós tivéssemos esses recursos de saúde mais bem qualificados e mais disponíveis para a nossa população. Infelizmente, nós temos um decréscimo da assistência, pressupõe-se que as causas cujo motivo são de saúde mental prévia ou de contexto em que a saúde mental abalada, socialmente inclusive, pontua como maior risco para desaparecimento vão aumentar. Nós vemos isso nos números de desaparecidos que aumentam junto, e podem observar que a assistência tem reduzido.

As famílias de pessoas desaparecidas têm algumas características especiais. Elas continuam envoltas às circunstâncias que levaram ao desaparecimento. Estava lembrando de Juju, uma pacientezinha minha que roubou um chocolate na comunidade em que ela mora, e a mãe a deixou sem ir para a escola que ela frequentava, porque Juju poderia ser punida pelo tráfico de drogas, pelo "tribunal do crime", e poderiam sumir com Juju, Juju poderia ser espancada.

Então, são realidades que se mantêm nesse contexto, e temos que tomar cuidados realísticos. Para uma pessoa que trata um familiar, de alguém que tem uma demência avançada, uma demência que ainda permite que essa pessoa abra o portão e saia para a rua, às vezes é muito complicado manter o gerenciamento desse tratamento cuidadoso em casa. E mesmo a pessoa que é cuidadora às vezes está muito impactada e tem dificuldades de manter essa circunstância; voltando o desaparecido para casa, o problema se mantém. Essas famílias, além de toda circunstância de grave estresse, podem implodir exatamente com doença mental de fato, tensões de estresse pós-traumático, outros transtornos de humor, transtornos de ansiedade múltiplos. Então, essas famílias também têm que ser vistas diante dessa circunstância específica de cuidado, que é adoecimento mental por conta da circunstância traumática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas famílias também podem acabar vivenciando ao longo do tempo um luto sem um cadáver para velar, não conseguem ter uma resolução psíquica dessa dor da perda. Muitas vezes de uma pessoa desaparecida que é dada como morta mais adiante você tem um documento, mas o documento não adianta para aquela mãe, não adianta para aquele filho que não consegue velar o corpo, não consegue enterrar, não consegue ter uma resolução emocional dessa perda. Essas famílias às vezes também experienciam culpa e responsabilização. Conflitos intrafamiliares podem aflorar e podem ficar muito mais complicadas a dinâmica familiar e as relações sociais dessa família com a comunidade.

Eu gostaria de apresentar alguns pontos críticos quando a gente pensa na abordagem dessas famílias de pessoas desaparecidas. Então, a estratégia de prevenção de desaparecimento é insatisfatória. Nós não temos a prevenção e temos que pensar... Antes de qualquer coisa, vamos pensar: para qualquer doença a gente olha de que maneira? Prevenção, tratamento e reabilitação. Nós não estamos fazendo a prevenção, nós não estamos oferecendo para essas famílias a possibilidade de terem as pessoas que passam por transtornos mentais circunstâncias sociais mais seguras, cenários organizados e controlados para que diminua o nível, o número de desaparecimentos.

Quanto às notificações, observando tudo que é feito pelo Governo Federal e apontado como notificação e os números elaborados, a gente observa que esses números não trazem as características próprias que nos ajudam a identificar como lidar com a população de familiares. Primeiro, porque as notificações são deficitárias. Nós temos um número muito ínfimo de estados que respondem com notificações.

Essas notificações são incompletas, essas notificações não trazem dados que nos ajudem a reconhecer o perfil dessas famílias e não temos os dados de pessoas encontradas. As pessoas que foram encontradas tinham qual perfil de desaparecimento? Qual grupo de pessoas... As pessoas que foram perdidas, desaparecidas involuntariamente são, na maior parte das vezes, encontradas, ou as pessoas que foram perdidas, desaparecidas por algum outro problema de desaparecimento são mais vezes, mais facilmente encontradas? Qual é o tempo para encontrar essas pessoas? Isso muda um bocado na estruturação de política pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não existe uma estratégia de cuidados para a população de familiares que sofrem com desaparecimento de doente. Não existe no Governo Federal, a Associação Brasileira de Psiquiatria nunca foi mobilizada para que a gente pudesse trazer essa resposta. Nós trabalhamos inclusive com circunstâncias de apoio a situações de catástrofe – isso nós fazemos tanto para pessoas desaparecidas quanto para pessoas traumatizadas, impactadas por situações de catástrofe –, mas essas outras situações de desaparecimento nós não abordamos até hoje. E é sabido muito claramente que todo o sistema privado não conta com estratégias específicas para lidar com esses familiares nem mesmo com a população de pessoas desaparecidas que retomam a sua vida no lar.

Ainda podemos observar que não existe serviço de saúde mental que comporte a demanda atual e muito menos demanda reprimida. Hoje a Raps não consegue dar conta minimamente da população. Fazendo uma matemática talvez mais anterior aos números que a Senadora Damares apresentou, que apresentou 101 mil pessoas desaparecidas – a minha continha foi com os dados anteriores, até 2021 –, então, a gente tinha 56 mil pessoas desaparecidas e digamos que a gente tenha uns 3 mil Caps, um pouco mais, um pouco menos; fazendo uma divisão, se a gente pegasse todos os desaparecidos e, de uma forma igualitária, espalhasse por todos os CAPs, nós teríamos umas 20 pessoas. Ponderando um número de impacto, e eu vou usar como aproximação o número de pessoas impactadas pela morte de alguém por suicídio, que é seis, então, eu vou reduzir um pouquinho: digamos que cada pessoa que desaparece impacta umas cinco pessoas. Fazendo essa continha, para cada Caps, nós teríamos mais cem pessoas para serem absorvidas nesse serviço de saúde especificamente. No ano de 2018, no Caps de Cajazeiras, aqui em Salvador, eu trabalhava com uma fila de espera de 600 pessoas aguardando serem atendidas. Então, nós sabemos que não é possível que a Raps absorva essas pessoas, mas a gente sabe que a gente tem que pontuar também estratégias para que as coisas caminhem melhor.

Então, precisamos tratar as causas de desaparecimentos, melhorar a qualidade de notificação dos desaparecimentos – a qualidade – e os fluxos necessários – os fluxos devem ser cumpridos, a lei deve exigir dos estados esse controle do fluxo da notificação. Precisamos também observar que a Raps é insuficiente para diminuir o risco de desaparecimento e é muito insuficiente para comportar as pessoas que são familiares de desaparecidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos que pensar na sociedade como um todo. Proporcionar redução do tráfico drogas, fazer combate ao narcotráfico, diminuir a percepção de risco do uso de drogas, isso impacta inclusive o número de pessoas dependentes químicas, e o Estado tem que passar a tratar pessoas com dependência química de uma forma realista. O Estado não conta com medicação adequada, não conta com serviços adequados, o treinamento dos profissionais não é adequado para o tratamento de pessoas com dependência química. O fortalecimento das famílias também é um ponto significativo. Temos que criar uma estratégia de reduzir o risco de desaparecimento e de reduzir também o tempo de desaparecimento de pessoas.

Toda essa organização não vai ser levada a cabo, não vai trazer resultados positivos se a gente não entender que, prevenindo, a gente vai ter melhores respostas do que simplesmente rumar um fluxo artificial e que não vai ser cumprido pelo Executivo.

Eu quero agradecer e me colocar disponível.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. Obrigada, Sandra! Excelente a sua apresentação. Inclusive, Sandra, gostaria de pedir que você enviasse para a Secretaria os seus eslaides, porque nós gostaríamos de tê-los na avaliação final, no relatório final e também para que eles fiquem disponíveis para a sociedade. Esses eslaides, as apresentações nas audiências públicas, Sandra, têm sido material de pesquisa para estudantes, para gestores públicos, e o seu material com certeza está muito rico. Você usou um número de 51 mil pessoas desaparecidas, e a gente tem informação do Sinalid de que passa de 101 mil pessoas. Então, quando você fala de cem pessoas por Caps, a gente vai ter que aumentar para 200 pessoas. Realmente, é um desafio, é um grande desafio o atendimento psicossocial às famílias das pessoas desaparecidas.

Muito obrigada, Sandra. Se puder continuar mais um pouquinho com a gente, nós só vamos ter mais dois expositores, e a gente vai fazer uma audiência muito rápida hoje – muito rápida. Já tivemos audiências enormes aqui, uma tarde inteira.

Nós estamos recebendo muita participação, por meio das redes sociais, e eu queria fazer uma mudança aqui de fala, Bruna. Nós temos aqui a Andressa, da polícia científica. Não é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tema desta audiência, mas eu gostaria, Bruna, de a gente ouvi-la. Por quê? Como você é a Coordenadora do Comitê Gestor, de repente ela traz alguma informação que você pode usar na sua fala quando você vai falar hoje sobre o art. 15. Então, me permita fazer essa inversão, e depois a gente continua com o tema da audiência.

Andressa, antes de você falar, algumas perguntas estão chegando. Eu vou ler três que eu acho que podem substanciar a sua apresentação.

Uma vem de Ivoneide, do Mato Grosso do Sul. Ela diz o seguinte: "[...] a nova proposta [...] [para o] documento de identificação [...] [prevê o cruzamento das] digitais com o banco de dados de desaparecidos?".

A outra pergunta, Andressa, você não precisa responder agora; você também fique à vontade, se não quiser responder: "A nova Política [Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas] [...] [permite a interação] [...] [entre] bancos de dados [oficiais] e [...] [inteligência artificial]?". Essa veio de Alexandre, de São Paulo.

E vem aqui um comentário muito interessante do Thiago, de Goiás: "É necessário integrar as câmeras policiais e de trânsito com [...] [inteligência artificial para] otimizar a busca de pessoas desaparecidas".

Andressa, dez minutos. Ali tem um cronômetro, mas fique à vontade se você precisar passar do seu tempo.

A SRA. ANDRESSA BOER FRONZA (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Muito boa tarde.

Eu gostaria de saudar a Sra. Bruna, do Comitê Gestor da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas do Ministério da Justiça. Eu também faço parte desse comitê como representante do Conselho Nacional de Dirigentes de Polícia Científica.

Gostaria de saudar a Dra. Sandra também, da Associação Brasileira de Psiquiatria, e parabenizar pela brilhante fala, pelas explicações e pelas explanações que nos trouxe até aqui.

Também gostaria de saudar, de forma muito especial, a Senadora Damares, que tem conduzido esse acompanhamento da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Senado, neste ano, e agradecer também a oportunidade para falar em nome do Conselho Nacional de Dirigentes de Polícia Científica.

As polícias científicas atuam muito em várias frentes nessa política, em nossas atuações rotineiras, e a gente consegue imaginar como é a dor de não saber onde está aquela pessoa que você ama, não saber onde está o paradeiro de um ente querido. Para muitas famílias, essa é uma dolorosa realidade, nós já trouxemos os números até aqui.

Se a gente pensar, por exemplo, que, desde 2019, quando a Lei 13.812 foi instituída, já são mais de 400 mil registros de desaparecimentos, então, são milhares de famílias impactadas com essa dolorosa realidade. São mais de 400 mil rostos, mais de 400 mil histórias e, por trás de cada história, há a dor e a esperança de encontrar aquele ente querido.

Cada desaparecimento impacta não só a família, mas a sociedade como um todo. E é nosso dever, como profissionais da segurança pública, como servidores públicos, trabalhar nas mais diversas frentes, não apenas para essa busca por respostas, mas também para a gente prover a dignidade e o respeito às vítimas e às famílias das vítimas, que são o foco principal desta audiência de hoje.

Trazendo para quem não conhece muito a atuação das polícias científicas, eu costumo falar que a gente é uma das engrenagens silenciosas da segurança pública nos estados, porque poucas pessoas, pouca parte da população conhece a fundo a atuação dos órgãos de perícia oficial de cada estado, mas nós somos responsáveis pelo serviço de medicina legal, de criminalística, de análises laboratoriais forenses e de identificação – tanto identificação civil, quanto criminal – aqui no nosso país. Então, qualquer assunto relacionado à identificação de uma pessoa, através de qualquer tipo de vestígio que tivermos relacionado, precisará do trabalho de um perito oficial, de uma equipe pericial que auxiliará nesse trabalho.

E tanto a ciência pauta a nossa atuação, já que somos a polícia científica, mas a tecnologia também é uma aliada do nosso trabalho. Embasados nesse conhecimento técnico-científico e nas tecnologias que temos disponíveis, os peritos oficiais e todos os policiais científicos, agentes, papiloscopistas, dedicam-se diuturnamente na coleta e na interpretação de vestígios, seja nos locais de crime, seja nas vítimas desses crimes, para que a gente possa trazer estas respostas – tanto a materialidade, quanto a dinâmica, como a autoria de crimes –, mas também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em qualquer situação que esteja relacionada à identificação humana, identificação humana em situações como, por exemplo, desastres em massa ou quando a gente estiver diante de alguma pessoa que não tem a identidade conhecida, por exemplo, num hospital ou numa instituição de longa permanência, para que a gente possa falar quem é de fato aquela pessoa. Então, a gente tem essa missão de entregar às famílias algo precioso, que são respostas – respostas de como aconteceu algum crime, alguma situação, o que de fato deu causa a uma situação –, mas também, na localização e busca de pessoas desaparecidas, conseguimos auxiliar, e muito, com a nossa *expertise* e com as nossas técnicas, na identificação e localização dessas pessoas.

Nós administramos e utilizamos, no nosso dia a dia, diversos bancos de dados, tanto bancos multibiométricos, como bancos de faces e de impressões digitais, quanto bancos de perfis genéticos. Temos também a possibilidade do uso de odontologia forense, de antropologia forense, que são ramos da medicina legal que são aplicáveis à identificação do ser humano. E conseguimos assim fornecer respostas rápidas e precisas em todas estas situações, como eu coloquei: situações de desastres em massa ou até qualquer situação em que seja necessária a identificação humana.

Em todos os anos, as polícias científicas participam das campanhas de localização e busca de pessoas desaparecidas que são promovidas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, com o apoio do Comitê Gestor da Política Nacional, com o objetivo de que a gente possa acelerar a localização e identificação de pessoas e a resolução de casos de desaparecimento aqui no Brasil. Então, neste ano, por exemplo, nós estamos fazendo parte dessa campanha, as polícias científicas de todo o Brasil orientadas e muito fortalecidas até pelo Conselho Nacional de Dirigentes de Polícia Científica, para que todos se engajem nessa campanha e a gente consiga ter resultados mais robustos, mais rápidos, mais eficientes. Neste ano, na primeira fase da campanha, nós tivemos a coleta de DNA de familiares de pessoas desaparecidas. Então, a partir dessa coleta de DNA de familiares de pessoas desaparecidas e do processamento de DNA de restos mortais não identificados que temos nos nossos setores de medicina legal, nós conseguimos fazer esse cruzamento em nível nacional, na tentativa de identificar esses restos mortais e poder restituir, dar essas respostas preciosas para as famílias, para que, mesmo diante dessa situação dolorosa, possam encerrar, ter este momento de luto, de despedida vencido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em Santa Catarina, por exemplo, a gente tem atuado para não ter essa campanha de coleta de DNA somente na época da campanha. Nós temos conseguido manter os postos de coleta de forma permanente, durante o ano todo, no estado, e, neste ano, por exemplo, ampliamos de cinco pontos de coleta para 15 pontos de coleta, para que todas as regiões do estado possam ser atendidas e assim a gente consiga trazer mais conforto, mais possibilidade de as famílias localizarem os seus familiares desaparecidos. Isso não tem acontecido somente em Santa Catarina; em todo o Brasil, as polícias científicas têm se empenhado nessa situação.

Agora nós teremos mais duas fases dessa campanha que também estão sendo organizadas pelo Comitê Gestor e que trazem, de forma muito prática, o trabalho das polícias científicas. Então, na próxima fase, nós vamos fazer a coleta de impressões digitais, de face e de material genético de pessoas com identidade desconhecida que estão em instituições de longa permanência, como, por exemplo, hospitais, asilos, e, a partir desse levantamento, usar das nossas técnicas para conseguir identificar essas pessoas. E a terceira fase dessa campanha está programada para a gente processar as impressões digitais de restos mortais que ainda não estejam identificados. Dessa forma, já são atividades realizadas de forma rotineira nas polícias científicas, mas na campanha a gente tem esse *plus* de conseguir trazer mais agilidade, colocar mais grupo, colocar mais servidores atuando nisso, para que a gente traga cada vez mais respostas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANDRESSA BOER FRONZA – Então, a execução da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas reforça o comprometimento dos governos estaduais em garantir, através das suas polícias científicas, que a ciência forense seja uma ferramenta essencial para resolução de casos de desaparecimento aqui no Brasil. E eu sempre trago que isso é mais do que um ato técnico: é um ato de humanidade, é um compromisso que nós temos com toda a população, com todos os cidadãos, é para vocês que nós trabalhamos. E esse é mais um motivo para que a gente tenha um fortalecimento dos órgãos de perícia oficial em todo o país. Nós precisamos que a perícia oficial seja cada vez mais fortalecida, autônoma, para que a gente consiga, de fato, em todas as situações em que o nosso trabalho seja realizado, fazer esse elo tanto da investigação quanto do sistema de Justiça criminal, mas também atuar em diversas políticas, como a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas. Por isso, eu reforço o quanto é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante nós fortalecermos os órgãos de perícia oficial, as polícias científicas e agradeço o apoio desta Casa, do Senado, na pessoa da Senadora Damares, para que isso de fato aconteça.

Eu acredito, encerrando as minhas palavras, que, juntos, nós podemos e devemos fazer a diferença na vida de tantas pessoas que ainda esperam por essas respostas.

Muito obrigada.

Fico à disposição para as perguntas. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Andressa, obrigada. Obrigada pela participação. Sem a polícia científica, a gente não encontra as pessoas desaparecidas.

Eu tive uma experiência, Andressa, enquanto Ministra, de a gente fazer uma campanha. Como eu tenho muitos seguidores, a polícia pediu que eu ajudasse na divulgação nas minhas redes, nas redes do ministério, nas comunidades evangélicas de que eu participo no Brasil inteiro, e a gente começou a pedir para as pessoas virem, para doarem o material genético para a gente fazer o cruzamento. Num dos *e-mails* que eu recebi, uma senhora que me acompanhava na minha rede pessoal viu a campanha, e a família foi e entregou o material genético da família, porque estavam, há 22 anos, procurando a mãe. E a polícia científica deu a resposta que a família tanto esperava. Nem sempre a resposta é "localizamos", mas a família quer saber o que aconteceu. E a família me fez um *e-mail*, Andressa, muito lindo, dizendo que, quando a mãe desapareceu em Goiás, eles fizeram tudo, todos os programas de televisão. Eles foram a programas muito famosos como o do Ratinho, eles gastaram tudo o que tinham, tudo, em busca da mãe. A angústia só aumentava. Eles só queriam saber o que aconteceu com ela, porque depois fica aquela dúvida: será que a mãe nos abandonou? Será que a mãe não nos amava? Olhe as dores para uma criança, para um adolescente! Foram 22 anos de busca e de muita angústia. Gente, eles venderam o patrimônio para ir a todos os IMLs do Brasil, a família foi a todos os estados, a família foi a hospitais, contratou detetive particular. Eles fizeram tudo. Mas, na campanha para o cruzamento de material genético com vocês, duas pessoas da família compareceram – é tão fácil fazer a coleta do material genético – e, em menos de dez dias, a polícia científica deu a resposta que a família buscava há 22 anos. E o *e-mail* era: "Obrigada, Ministra, porque foi na sua rede que a gente encontrou a campanha". A resposta era – gente, foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muita tristeza, é a forma como eu vou falar –: a mãe teve um surto psicótico, saiu de Goiás e foi encontrada no interior de São Paulo, andando na estrada. Ela foi atropelada no interior de São Paulo, morreu atropelada e o corpo dela estava sepultado numa cidade do interior de São Paulo, há 22 anos. O material genético da mãe tinha sido coletado e eles sabiam exatamente onde estava a ossada. A família só queria saber o que tinha acontecido. Aquilo fecha um luto. Eles não encontraram a mãe amada viva para abraçar os netos que ela não conheceu, os netos que não conheceram a avó, mas eles tiveram uma resposta. E a resposta fecha o luto.

Eu usei, por muito tempo, essa história para conversar com a polícia científica, todas as vezes que eu estou com vocês, para agradecer tudo que vocês têm feito. Sei que falta investimento, falta dinheiro, falta incentivo e falta mais autonomia para a polícia científica. E aqui eu registro publicamente, Andressa – e quero que você leve para o Conselho Nacional dos Dirigentes de Polícia Científica –, que eu sou a favor da autonomia da polícia científica. Vocês precisam ser uma polícia autônoma, separada – o sonho de todo brasileiro é um CSI, é o sonho –, ter investimentos e ter aportes separados para a polícia científica, com autonomia. Então, que fique registrada a minha posição, que não é única. Nós temos muitos Senadores, você sabe. A PEC está tramitando nesta Casa. Existem muitos Senadores apoiadores, não é? Então, eu manifesto aqui o meu respeito, admiração e apoio a vocês na luta por uma polícia forte, independente e autônoma.

Obrigada pela sua participação, Andressa.

Na sequência, nós vamos ouvir a Bruna Martins Costa, Coordenadora do Comitê Gestor da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, que vai ter duas missões aqui: falar do art. 5º, como o comitê gestor está fazendo o acompanhamento do atendimento psicossocial das famílias, e o que ela tem de novidade para nós, já que os nossos convidados da área da saúde não vieram, e se tem alguma informação que vai nos alegrar. Espero que sejam informações alegres.

Mas, Bruna, me permita três perguntas, se você quiser responder:

A Valdete, do Acre, pergunta o seguinte: se, na revisão dessa política, serão unificados os dados das pessoas desaparecidas que foram encontradas ou localizadas. Porque a gente tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também o cadastro não atual. A pessoa é dada como desaparecida, é localizada e depois não é dada a baixa no cadastro.

O Guilherme, de Pernambuco, Bruna, pergunta: "Quais [...] as medidas [...] [previstas de apoio econômico] à família do desaparecido?".

E Sarah, do Rio de Janeiro, pergunta: "Existe alguma parceria com as secretarias estaduais e municipais de assistência social [...] [para o] acompanhamento das famílias dos desaparecidos?".

Bruna, dez minutos, mas, se precisar estender um pouquinho, fique bem à vontade.

A SRA. BRUNA MARTINS COSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadora.

Eu queria agradecer mais uma vez, nessa última participação nas audiências públicas, o convite.

Eu sempre fui bem pontual na minha fala, mas hoje talvez eu passe um pouquinho, porque eu acho que é importante a gente fechar este momento dessas escutas qualificadas para, inclusive, vocês poderem fazer um relatório bastante fiel, bastante sensível à pauta das pessoas desaparecidas.

Eu queria cumprimentar a Andressa, minha colega do comitê gestor. A gente tem feito um trabalho bem interessante ao longo deste ano e sempre é um prazer estar com ela nas reuniões, é uma pessoa muito comprometida. Eu acho que todo mundo que está integrando o comitê gestor neste último ano está bem comprometido com a pauta.

Vou começar me autodescrevendo: eu sou uma mulher branca, de cabelos castanhos; hoje eu estou usando óculos de armação tartaruga, com um fundo borrado na cor principalmente vermelha, uma blusa preta e branca estampada.

Vou reforçar aqui a apresentação da Senadora. Eu estou como Coordenadora do Comitê Gestor da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas neste ano, de maio de 2024 a maio de 2025. Para quem não sabe... Eu acho que... Como esta audiência pública é de encerramento, tomo a liberdade de retomar alguns pontos da política. Então, para quem não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabe, a coordenação do comitê gestor é intercalada entre Ministério da Justiça e Segurança Pública e Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e, neste ano, está com o Ministério dos Direitos Humanos. E eu também estou como Coordenadora-Geral de Segurança Pública e Direitos Humanos do ministério. Também falo aqui de um lugar de pesquisadora. Eu faço meu doutorado na Universidade de Brasília, estou trabalhando justamente com a pauta de desaparecimentos forçados e a tramitação do Projeto de Lei 6.240, que se iniciou no Senado Federal e hoje está em tramitação na Câmara dos Deputados e Deputadas.

Bom, acho que eu vou começar de alguma forma respondendo às perguntas do público que a Senadora me trouxe e também tentando justamente dar notícias mais animadoras com relação ao encaminhamento da política nacional.

Bom, com relação ao Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, o nosso comitê gestor faz... O Decreto 10.622, de 2021, que estabelece as competências de cada ministério com relação à Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, faz esse trabalho de indicar o que é atribuição do Ministério dos Direitos Humanos coordenar e do que é atribuição do Ministério da Justiça e Segurança Pública coordenar. A criação do cadastro nacional, portanto, é atribuição do Ministério da Justiça e Segurança Pública coordenar, em articulação com todos os outros órgãos que possam produzir dados relevantes para se produzir um mapeamento, o mais fidedigno possível, em relação a pessoas desaparecidas.

Hoje nosso principal banco de dados sobre o quantitativo de pessoas desaparecidas é o Sinesp, que está na alçada do Ministério da Justiça e Segurança Pública e é, principalmente, alimentado – a Diretora Vanessa já esteve aqui e já fez essa apresentação, se não me engano, na primeira audiência pública – pelos estados, principalmente através dos BOs de desaparecidos e de localizados.

Mas hoje a gente pode dizer, com tranquilidade, que a gente tem estreitado a nossa articulação com o Ministério da Saúde e com o Ministério do Desenvolvimento Social, que se inicia através das representações desses ministérios que têm assento no comitê gestor. Agora a gente está chegando – a gente já está no último dia de outubro –, então, ao final de 2024, e eu posso dizer que a gente avançou muito na interlocução com esses dois ministérios no sentido de integrar informações da assistência social e da saúde. Com certeza, quando o Ministério da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justiça for acionado para responder às diligências desta Comissão de Segurança Pública, eu não tenho sombra de dúvidas de que os servidores competentes vão passar as mesmas informações: de que essa articulação, portanto, está sendo construída com saúde e assistência social para que esse banco, para que esse Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas fique repleto de informações que não só venham da segurança pública, mas também venham de outras áreas como saúde e assistência social.

Eu acho que esse é um ponto importante para a nossa discussão na audiência pública de hoje, porque ainda, via de regra, as pessoas têm visto a questão do desaparecimento de pessoas como uma questão somente de segurança pública; e a política nacional mostra justamente o contrário: que tem uma série de outros fatores envolvendo atendimento em saúde e assistência social que garantem que os familiares tenham um acompanhamento digno nesse processo de tanta dor, enquanto esse familiar, ou essa familiar, não é localizado. E aí é que justamente entra o Ministério dos Direitos Humanos.

No art. 13 do decreto, a gente tem, entre várias outras, a atribuição de coordenar políticas para familiares, seja de assistência jurídica, seja de atenção psicossocial e de saúde física também para os familiares. É óbvio que, tendo em vista os sistemas já estabelecidos no nosso país, falando aí da rede SUS e do Suas, nós, como Ministério dos Direitos Humanos, não pretendemos inventar a roda, mas justamente articular com o SUS e com o Suas, com o Ministério da Saúde e o do Desenvolvimento Social, para que essa oferta de serviços seja feita da melhor forma para os familiares. E justamente é isso que a gente fez, ao longo deste ano, como comitê gestor.

A gente saiu, inclusive, antes de ontem, de uma reunião com o Ministério da Saúde em que estavam presentes representantes da Secretaria de Atenção Primária à Saúde e do Departamento de Saúde Mental, e a gente está estreitando esses laços para garantir que os profissionais da ponta... E aqui a gente está falando de sistemas que trabalham em nível de estado, em nível de município e em nível de União e que têm conselhos próprios. Então, a gente tem um processo de validação de tudo que eu estou trazendo aqui para vocês ainda em andamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que eu posso dizer, justamente no sentido de nos alegrar com relação ao andamento da política nacional, é que o Ministério da Saúde e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome estão mais engajados nesse ponto de atendimento aos familiares, às representações que estão indicadas no comitê gestor e a essas agendas bilaterais com o Ministério dos Direitos Humanos e agendas bilaterais com o Ministério da Justiça, tanto para falar sobre cadastro nacional como para falar sobre atendimento psicossocial e para falar sobre vigilância e óbitos, que também é uma atribuição nossa de coordenar políticas nesse sentido.

Senadora, eu acho que a gente já está aqui com uma perspectiva mais atualizada sobre a sensibilização desses outros ministérios com relação às suas atribuições na Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas. A gente está trabalhando para garantir que essas relações se intensifiquem. Os ministérios estão muito interessados em conhecer mais sobre o tema, conhecer mais sobre a política, e é justamente esse caminho que a gente tem adotado como comitê gestor.

Então, ao longo deste ano, a gente realizou o que chamamos de diagnósticos participativos, que é um processo de escuta qualificada dos familiares, pensando justamente nesse ponto de serviços para familiares de pessoas desaparecidas. A gente contou com o apoio do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, que tem sido um importante parceiro dos ministérios com relação à Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas. Eles têm um amplo conhecimento também de experiências internacionais com relação a essa pauta. E hoje, inclusive, o Brasil tem se mostrado até como um exemplo, porque alguns dos Estados, no sentido de Estados nacionais, com os quais eles trabalham não têm uma política legalmente criada. Então, a gente, de alguma forma, está na vanguarda nesse sentido, e eles têm nos apoiado em relação a esse diálogo com os familiares.

A gente realizou uma primeira edição em São Paul, vai realizar uma segunda edição em Fortaleza e uma terceira edição no Rio. Vamos produzir um relatório qualificado sobre essas conversas bastante ricas diretamente com os familiares. Os pontos que têm sido trabalhados são justamente saúde física e mental, benefícios assistenciais, trabalho e renda, políticas de memória, políticas de reparação. A ideia é que, até o final desse período – eu acho que não ao final deste ano, mas até o meio do ano que vem, quando o Ministério dos Direitos Humanos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passa a coordenação novamente para o Ministério da Justiça –, a gente pretende lançar esse relatório desses diagnósticos participativos, para que todos os ministérios envolvidos... E não só ministérios, a gente está falando de um comitê em que tem assento Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, Defensorias Públicas.

Então, a ideia é que justamente esse material que tem sido feito com os familiares, que tem sido feito com os integrantes do comitê gestor e esse processo de sensibilização e de escuta qualificada dos familiares deem esse primeiro produto que vai garantir que a gente consiga, a partir das demandas dessas pessoas que estão sendo diretamente afetadas por essa violência, justamente um processo de escuta e um processo de sensibilidade com relação ao que de fato essas pessoas demandam, ao que de fato essas pessoas precisam.

Além disso, eu também já trouxe aqui para vocês – mais uma vez é uma audiência de encerramento – o termo de execução descentralizada que a gente está firmando com a Universidade de Brasília. A gente está já na fase final de estabelecimento dessa parceria, e justamente a ideia de criar esse observatório com professores e professoras especializados no tema é para fazer um mapeamento sobre formas de desaparecimento que não estão sendo registradas através de boletins de ocorrência, porque justamente o boletim de ocorrência exige que o familiar vá lá na delegacia e faça esse registro, mas a gente está falando aqui principalmente de grupos vulnerabilizados. Então, a gente tem essa preocupação com o desaparecimento especialmente de crianças e adolescentes, pessoas LGBTQIA+, pessoas em situação de rua, indígenas, quilombolas, defensores de direitos humanos, vítimas de tráfico internacional de pessoas, pessoas idosas, pessoas com deficiência. A gente está com essa preocupação e também essa parceria com a UnB, que tem essa visão, digamos assim, de produzir informações qualitativas. A gente já tem dados quantitativos vindos principalmente do Sinesp, mas agora a ideia é que a gente possa ter uma outra frente de monitoramento e de acompanhamento do fenômeno do desaparecimento de um caráter qualitativo e também essa questão sobre os desaparecimentos forçados.

Como eu trouxe aqui para vocês, eu também sou pesquisadora do tema. Inclusive, a gente tem um projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados, que é uma discussão que a Corte Interamericana de Direitos Humanos e que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos colocam para o Brasil como um desafio. E daqui eu fiz o exercício de buscar alguns casos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relacionados ao desaparecimento forçado, lembrando que o Brasil é signatário de dois documentos internacionais para o enfrentamento dos desaparecimentos e dos desaparecimentos forçados e hoje o Brasil tem alguns casos que estão sendo monitorados por nós do Ministério dos Direitos Humanos que justamente tratam sobre desaparecimentos forçados. Apesar de o Brasil ser signatário dessas normativas internacionais, a gente não teve a criminalização do desaparecimento forçado conforme um dos pontos resolutivos da sentença do caso Araguaia, mas, para não ficar restrita a casos de desaparecimento da ditadura, a gente tem, sendo monitorado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o caso do Antônio Martins Alves, que era um morador e trabalhador rural do Assentamento Canaã. Eu acho que é importante dizer que o Brasil está sendo acompanhado para oferecer informações sobre esse ponto.

A gente também tem aqui o caso do André Luiz Moreira da Silva, que era um policial militar do Rio de Janeiro que foi desaparecido – e aqui, no caso, por envolvimento da milícia nesse desaparecimento. A gente tem também o caso aqui do Jurandir Ferreira da Silva, que foi desaparecido em São Paulo, e existe uma suspeita... Na verdade, ele foi desaparecido no Rio de Janeiro, e existe uma suspeita de desaparecimento forçado também. A gente tem o caso do Sr. Almir Muniz, que também era um trabalhador rural da Paraíba. A gente tem o caso da família Gomes, em São Paulo, em que também se suspeita que foi um caso de desaparecimento forçado. E aí, fora do Sistema Interamericano, a gente tem o caso do Davi Fiuza, da Bahia, que também se suspeita que foi um caso de desaparecimento forçado.

É importante lembrar que, pela conceituação dos organismos internacionais, o desaparecimento forçado pode ter sido perpetrado por agentes do Estado, milícia e grupos armados. Então, é com esse conceito que a gente trabalha, e é o conceito que está pautado no projeto de lei.

Então, infelizmente, eu trago aqui a informação de que, sim, o Brasil perpetra desaparecimento forçado e de que estamos sendo convocados por organismos internacionais a apresentar respostas sobre esses casos que eu trouxe aqui para vocês. E, para muitos deles, os pontos resolutivos... Na verdade, não são pontos resolutivos, porque a gente ainda não tem uma sentença da Corte Interamericana, mas as medidas cautelares desses casos indicam a necessidade de oferta de atendimento psicossocial para os familiares, em boa parte deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senadora, só para fazer um apanhado, eu acho que, como entregas do comitê gestor para este ano ligado a políticas para familiares, a gente vai ter esse relatório dos diagnósticos participativos que estamos realizando, justamente apontando, por A mais B, o que os familiares querem com relação a políticas de saúde, de assistência social, de trabalho e renda, jurídica, de memória, de reparação; a gente vai ter já um processo de sensibilização bastante mais avançado do que quando iniciamos essa política. Então, acho que a gente está conseguindo, a passos, estreitar os diálogos com os Ministérios da Saúde e da Assistência Social, que têm participado desses diagnósticos conosco.

E eu acho que, de uma forma... Infelizmente a gente já não vai estar mais nesse cronograma de audiências públicas, mas eu acho que, na medida em que a Comissão de Segurança Pública continue monitorando a implementação dessa política, eu vejo com bons olhos os esforços que estamos fazendo como representantes das nossas instituições. Eu acho que... A Andressa está aí, e ela também tem acompanhado o trabalho junto com o Grochocki, que também é perito, também da Polícia Científica, também é um parceiro nosso. E eu acho que todas as pessoas que estão fazendo esse trabalho no âmbito do comitê gestor estão muito comprometidas, estão muito sensibilizadas com as pautas dos familiares, estão enxergando a política para além de uma questão de segurança pública. Eu acho que isso é um avanço bastante valioso para a gente.

E eu digo isso, entregando... Neste ano de 2024, eu acho que a gente avançou bastante nesse sentido de a gente deparar com uma política que exige esforços multissetoriais – de órgãos do sistema de justiça, de órgãos da saúde, de assistência social, de especialistas da universidade, de profissionais da segurança pública. Então, eu acho que os resultados para este ano de 2024, após a realização dessas audiências, com certeza serviram também para a gente se sentir mais motivado a apresentar esses resultados nesse diálogo aqui.

E eu espero que as pessoas que também estão escutando saibam os caminhos para acessar o comitê gestor e possam acessar no caso de qualquer eventual dúvida. Se a Senadora também quiser endereçar para a gente, a gente também pode apresentar mais detalhes.

E eu fico aqui à disposição para continuar essa conversa, independentemente do encerramento desse ciclo de audiências públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer mais uma vez o espaço, mais uma vez o interesse com relação à política, porque também tem um compromisso muito grande de todo mundo que está envolvido com conseguir avançar na devida implementação dessa política, que é, com certeza, um motivo de orgulho para o Brasil. Acho que a gente se inspira em outros países da América Latina também para fazer esse avanço, nos nossos companheiros aqui de território, para que a gente consiga avançar da melhor forma possível com relação a essa política, especialmente ouvindo as pessoas que são afetadas pela violência que é o desaparecimento, pelas dificuldades para encontrar a pessoa querida e pelas dificuldades que essas pessoas também têm para ter acesso qualificado à saúde, para conseguir ter uma renda digna, uma vida digna, independentemente de quanto tempo esse processo dure. E que elas sejam bem atendidas em quaisquer espaços a que elas se desloquem para procurar seus familiares ou mesmo para conseguir um acompanhamento para garantir que consigam buscar os seus direitos, buscar os direitos dos seus familiares.

Então, mais uma vez eu agradeço. Fico à disposição, o Ministério dos Direitos Humanos fica à disposição e o comitê gestor também.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Bruna. Como sempre, brilhante sua participação.

Como nós temos muitas pessoas nos assistindo, Bruna, eu gostaria de pedir que você explicasse como esses casos chegaram à Corte: foram as famílias ou foram instituições? E são casos bem antigos. Existem outros casos na Corte sendo analisados? A Corte Internacional, gente. Ela está falando que o Brasil vai ter que dar respostas à Corte Internacional, porque alguns casos de desaparecimentos foram levados para fora do Brasil. De uma forma bem didática, Bruna – tem muita gente que nos acompanha pela televisão, pela internet, que não entende –: todos os casos vão subir para a Corte? Quem que faz a denúncia? Você pode explicar para a gente? (*Pausa.*)

Será que ela caiu? Bruna? Eu acho que ela caiu.

A SRA. BRUNA MARTINS COSTA (*Por videoconferência.*) – Vocês escutam?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pronto, escutamos.

A SRA. BRUNA MARTINS COSTA (*Por videoconferência*.) – Certo.

Bom, de uma forma bem simples, os casos sobem para organismos internacionais, para cortes internacionais, sistemas internacionais, quando existe uma inação do Estado brasileiro em apurar esses casos. E geralmente eles são motivados pelos familiares ou por algumas organizações ou organismos ou instituições que representam os familiares. Então, por exemplo, a Defensoria Pública pode levar um caso a subir para um – eu vou usar genericamente aqui – organismo internacional apreciar o andamento desse caso. Mas geralmente tem a ver com a inação do Estado brasileiro.

Então, não. Respondendo objetivamente à pergunta da Senadora, não são todos os casos que vão subir para a Corte, apenas aqueles em que forem identificadas ações ou omissões do Estado em relação à investigação e ao avanço no cuidado com os familiares para que esse caso seja elucidado.

A gente está falando aqui de casos cujo percurso no Sistema Interamericano, por exemplo, que é a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e depois a Corte Interamericana de Direitos Humanos, demora muitos anos. Você demora muitos anos com o caso em andamento no país de origem, no caso no Brasil, e muitos anos andando na Comissão Interamericana, que vai fazer recomendações ao Estado brasileiro. Então, ela vai dizer: "Olha, Estado brasileiro, você pode fazer A mais B mais C para você não ser condenado. E, quando essas recomendações também não são cumpridas, o Brasil é condenado. E daí essa Corte, que é a Corte Interamericana, vai ficar monitorando o cumprimento desses pontos resolutivos. Quanto menos o Brasil cumpre, quanto mais o Brasil demora para resolver esses pontos, digamos, mais malvisto internacionalmente ele é, porque ele não está dando solução para um caso que, como bem a Senadora mencionou, é muito antigo, então os familiares estão há muito tempo sem respostas. E esta é uma preocupação que a gente tem: que os casos do presente não avancem nesse caminho. Então, essa também é a nossa preocupação com a boa implementação da política, para que a gente possa evitar esse tipo de desgaste internacional, mas também para que, com a boa implementação da política, a gente consiga dar respostas para esses pontos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resolutivos, para essas recomendações, para que o Brasil também aos poucos vá saindo desse lugar de quem não está cumprindo suas obrigações com esses familiares, etc. Eu acho que a boa implementação da política também vem no sentido de dar respostas para os casos antigos e prevenir que os casos recentes – do presente, digamos assim – sigam pelo mesmo caminho.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., Bruna.

Só para finalizar, mais uma pergunta para você, porque faz tempo da última audiência em que o Ministério da Justiça esteve conosco: você tem notícia de como está o Alerta Amber, a parceria que o Ministério da Justiça fez com algumas plataformas? Vocês estão acompanhando? Tem alguma boa notícia para gente?

A SRA. BRUNA MARTINS COSTA (*Por videoconferência*.) – O Alerta Amber, Senadora, começou como três, digamos assim, iniciativas pilotos – Minas, Distrito Federal, e a terceira eu não vou lembrar exatamente qual era –, mas o que eu posso dizer para a senhora é que eles já avançaram para todos os estados. Já está em fase de implementação do Alerta em todos os estados ou pelo menos na maioria dos estados brasileiros. Esta é a última informação que eu tenho acompanhado com relação a isso: que já deixou de ser uma iniciativa piloto para ser uma iniciativa consolidada, a partir de alguns resultados positivos que foram se obtendo a partir dessa parceria.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

A SRA. BRUNA MARTINS COSTA (*Por videoconferência*.) – De nada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Essa é uma cobrança, Bruna, Andressa e Sandra, para a qual nós somos, o tempo todo, como Parlamentares, acionados.

Quando uma pessoa visita os Estados Unidos, é surpreendida com o alerta no celular: "Uma criança sumiu aqui na cidade", "uma criança sumiu aqui a poucos metros". E todo mundo recebe no celular o alerta para todo mundo sair procurando. E todo mundo cobra isto do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo brasileiro, cobra da gente, cobra do Parlamento: quando que a gente vai ter um alerta deste?

O Ministério da Justiça está fazendo isso com as plataformas – foi uma parceria. E é claro que é o sonho de todos nós: estarmos aqui, daqui a pouco o telefone toca... Especialmente num país com uma área de fronteira enorme, se a gente já começar a procurar em volta, antes que essa criança chegue próximo da área de fronteira, a gente com certeza vai encontrá-la mais rápido e a gente pode dar a garantia, inclusive, de encontrá-la com vida.

Então, quem não conhece acompanhe o Ministério da Justiça. E eu fico feliz que está avançando para todos os estados.

E, no Distrito Federal, gente... Deixe-me falar do meu quadradinho. O meu quadradinho, o meu DF, proporcionalmente, é o lugar em que mais desaparecem pessoas no Brasil, em número proporcional. E nós temos um serviço da Secretaria de Segurança Pública do DF – muita gente não conhece – que está no WhatsApp... desculpa, que está no Instagram. O endereço do perfil é: desaparecidos_df. E, nesse serviço, a gente encontra de todas as pessoas que estão desaparecidas no DF o nome, a foto, a idade, a foto recente que a família forneceu, que a polícia forneceu. E aqui, quando ela é localizada, vem a tarja "localizado". E claro que eu abro todo dia na expectativa de que todos estejam sendo localizados. É um serviço espetacular da nossa Secretaria de Segurança. Recomendo que todo mundo acompanhe, siga esse perfil, que está muito bom. Eu quero cumprimentar a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Nós estamos indo para o final de nossa avaliação. E eu quero agradecer a Sandra Peu, Secretária Nordeste da Comissão de Defesa Profissional da Associação Brasileira de Psiquiatria. Não sei se ela quer se despedir, fazer alguma consideração final, mas eu já registro aqui o agradecimento.

Quer ainda usar a palavra, Sandra?

A SRA. SANDRA PEU DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora, eu quero mais uma vez lhe agradecer, parabenizar as colegas que compartilharam a mesa comigo na tarde de hoje e manter a Associação Brasileira de Psiquiatria disponível para auxiliar nas políticas de apoio às pessoas desaparecidas e seus familiares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Sandra. Leve o meu abraço à Dr. Antônio Geraldo. Obrigado mais uma vez à ABP, que nunca recusa um convite para colaborar com o Parlamento em todas as políticas públicas que envolvem a saúde mental. Muito obrigada por sua excelente participação nesta audiência. Não se esqueça de mandar os eslaides para a Secretaria.

Andressa, uma palavra final, agradecimento, considerações finais?

A SRA. ANDRESSA BOER FRONZA (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Aproveitando, eu lembrei que acabei não respondendo especificamente às perguntas na minha fala, mas trazendo brevemente as respostas: as polícias científicas têm cada vez mais implementado o uso de inteligência artificial nas nossas análises periciais rotineiras, claro, com toda a técnica e cuidados, cautelas necessárias, mas temos, sim, implementado o uso dessa tecnologia.

E o projeto da CIN, que é o projeto da Carteira de Identidade Nacional, também visa à unificação dos bancos de dados biométricos e biográficos de toda a população brasileira numa grande base. E o CONDPC acompanha muito e cobra o Ministério da Justiça para que a gente implemente o Banco Nacional Multibiométrico, de forma muito similar ao que a gente tem do Banco Nacional de Perfis Genético, o Banco Nacional de Perfis Balísticos, que são administrados por peritos oficiais, pela Perícia Científica, pela Perícia Federal e coordenado pelo Ministério da Justiça. Então, nós queremos, sim, que esse Banco pericial Multibiométrico esteja à disposição também, para que a gente possa cada vez mais usar essa ferramenta também na elucidação de autorias de crimes e, claro, auxiliar na Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas.

Eu agradeço mais uma vez a oportunidade.

Fiquei muito alegre de que será feita a visita técnica lá em Santa Catarina para conhecer...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E com cuca e café da tarde.

A SRA. ANDRESSA BOER FRONZA – Com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... para conhecer o programa SOS Desaparecidos, da nossa briosa Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. Estão convidados também a conhecer a Polícia Científica de Santa Catarina, o trabalho que desenvolvemos lá. E tanto a Polícia Científica de Santa Catarina quanto o Conselho Nacional dos Dirigentes de Polícia Científica seguem parceiros, firmes e vigilantes para que a gente veja a política acontecer.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Bruna, palavra final, agradecimento...

E, antes de você falar, Bruna, eu quero estender o convite ao comitê gestor para, se quiser, acompanhar as diligências. Nós vamos compartilhar com você o calendário das visitas, onde nós estaremos. Ou então, se tiver alguém nos estados já, tanto em Santa Catarina como no Pará, do comitê, se quiser nos acompanhar nas nossas reuniões e visitas nos estados, o convite a gente está estendendo ao comitê gestor.

E precisamos depois falar também, Bruna, sobre o observatório e o aporte de recurso no Orçamento da União, porque nós já estamos julgando necessário que o observatório seja uma realidade.

Palavras finais, agradecimentos, Bruna?

A SRA. BRUNA MARTINS COSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora, quero lhe agradecer mais uma vez e agradecer mais uma vez às minhas colegas que dividiram o espaço aqui comigo.

O comitê gestor e o Ministério de Direitos Humanos ficam abertos a todas essas provocações, Senadora. Então, se a equipe do seu gabinete quiser endereçar isso oficialmente para a gente por *e-mail*, fazer convites oficialmente, a gente vai responder com muito entusiasmo. E ficamos particularmente satisfeitos de que a gente está conseguindo avançar na implementação dessa política e feito isso também de forma colaborativa, com todo mundo querendo fazer o melhor para que a gente consiga avançar nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, sobre o observatório, com certeza a gente também acha muito importante que a gente consiga avançar nele de forma conjunta.

Agradeço muitíssimo esse espaço.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu agradeço a todos que participaram e, como a gente sempre termina a audiência, mandando um abraço para as famílias que estão nos acompanhando, todas elas com uma expectativa muito grande de que, como estado, como Parlamento, em ações, nós possamos dar as respostas. Que Deus abençoe as famílias!

Estamos aqui. Nós não vamos nos omitir nessa pauta. A Comissão de Segurança Pública está se dedicando muito para ajudar, não só para fazer avaliação do que está acontecendo, mas para ajudar na implementação da política em todos os estados.

Que Deus abençoe vocês! Muito obrigada por terem participado. Muitas famílias participam à distância, depois mandam mensagens para a gente.

E nós queremos encerrar a avaliação, até o final de novembro, com as diligências. Se houver necessidade, a gente vai ampliar as diligências, mas a gente quer entregar um relatório, apontando o sucesso, apontando, às vezes, os gargalos, os obstáculos na execução da política, e também apontando soluções e direcionamentos.

Muito obrigada, que Deus abençoe vocês e vamos embora. Vamos embora cuidar do nosso povo, eu estou aqui cuidando do meu quadradinho e vamos embora todo mundo dar as respostas que as famílias brasileiras tanto esperam.

Muito obrigada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.

(*Iniciada às 14 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e três minutos do dia doze de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Vanderlan Cardoso, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Zenaide Maia e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1548, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dá nova redação ao crime de feminicídio e o considera como crime autônomo." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido da relatora, para reexame da matéria. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1676, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal, que assegurem a incolumidade das comunidades escolares dos respectivos sistemas de ensino, nas condições que especifica." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1678, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Modifica os arts. 61, 121, 129, 146 e 147 e inclui o art. 250-A no Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a fim de coibir a violência praticada no âmbito de estabelecimentos de ensino." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 759, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para ampliar a aplicação do confisco alargado, conferir legitimidade ao terceiro de boa-fé para demonstrar a inexistência de incompatibilidade ou a procedência lícita do patrimônio e prever a utilização de medidas assecuratórias para garantir a disponibilidade dos bens ou direitos com requerimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de perda." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 52, de 2024** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Ricardo Lewandowski, Ministro da Justiça e Segurança Pública, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre as ações empreendidas pela pasta e pela Polícia Federal no combate ao crime organizado durante o período de sua gestão." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Resultado:** Aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento, com a alteração de "convocação" para "convite". **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 53, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Guilherme Muraro Derrite, Secretário de Segurança Pública de São Paulo - SSP-SP, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o assassinato do empresário Antônio Vinicius Lopes Gritzbach, ocorrido no Aeroporto de Guarulhos em 8 de novembro de 2024." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento, com a inclusão de convite ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru
Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Brasileiras e brasileiros, minhas únicas vossas excelências, Deus e saúde a todos e todas presentes e aos que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Hoje é terça-feira, 12 de novembro de 2024. Esta é a Comissão de Segurança Pública, uma das mais atuantes do Senado Federal, sempre tendo atuantes os Senadores membros, que já se encontram aqui, como o Senador Flávio Bolsonaro, o Senador Presidente General Hamilton Mourão e o Senador Sergio Moro.

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 32ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 30ª e 31ª Reuniões, realizadas, respectivamente, em 29 e 31 de outubro.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto pelos computadores localizados neste Plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente, hoje, na Casa.

Comunico que foi apresentado à Secretaria da Comissão de Segurança Pública o seguinte documento: Ofício nº 40/2024, CHEFGAB – Chefe de Gabinete –, do Ministério Público do Estado de São Paulo, que encaminha a proposta de alteração da Lei de Execução Penal, a Lei nº 7.210, de 1984.

O documento será disponibilizado na página desta Comissão, no *site* do Senado, tendo o prazo de 15 dias para que membro desta Comissão se manifeste, no sentido de o autuarmos, para que seja analisado por este Colegiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Retirada de pauta.

Antes de começarmos nossas deliberações, informo que o item 1, Projeto de Lei 1.548, de 2023, e o item 4, Projeto de Lei 759, de 2024, foram retirados de pauta a pedido, respectivamente, da Senadora Eliziane Gama e do Senador General Hamilton Mourão, Relatores das matérias.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1548, DE 2023

- Não terminativo -

Dá nova redação ao crime de feminicídio e o considera como crime autônomo.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS)

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 759, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para ampliar a aplicação do confisco alargado, conferir legitimidade ao terceiro de boa-fé para demonstrar a inexistência de incompatibilidade ou a procedência lícita do patrimônio e prever a utilização de medidas assecuratórias para garantir a disponibilidade dos bens ou direitos com requerimento de perda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. Em 11/11/2024, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Sergio Moro.

2. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.)

O projeto de lei já foi retirado.

Vamos para o item 2 de...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não.

Com a palavra, prazerosamente, o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, primeiro eu felicito V. Exa. pela Presidência desta Comissão. Como Vice-Presidente está sempre presente aqui, a gente tem acompanhado...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Petecão está em Portugal, Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... mas é como se diz: "não deixou a peteca cair". Então, abriu aqui esta Comissão.

Presidente, vamos ser bastante sinceros: semana passada, o país ficou chocado com o incidente em São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sem dúvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... um atentado, a tiros de fuzis, no aeroporto de São Paulo.

O tema segurança pública é um dos temas mais importantes hoje nos debates públicos deste país, e, nessa linha, eu apresentei, na sexta-feira, um requerimento para convocação...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Também estou aqui com o meu.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... que pode, eventualmente, ser convertido em convite, se houver um compromisso do Ministro de comparecer, para que nós possamos ouvir o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, sobre as políticas de segurança do Governo Federal frente ao crime organizado.

Aqui faço o meu papel, eu tenho sido extremamente crítico... Entendo que este Governo não tem uma política de segurança pública. Apresentou uma PEC da segurança que não resolve nada – no fundo, até nos gera um certo temor, porque é uma interferência na autonomia dos governos –, mas vem de um Governo Federal que tem sido, infelizmente, na minha visão, leniente com a criminalidade organizada, mas ainda assim vamos ouvir. Queremos ouvir até educadamente o Ministro, para saber das propostas, das ações do Ministério da Justiça frente ao crime organizado.

Fazendo, infelizmente, aqui um comparativo, no Governo anterior, as ações eram muito mais contundentes, como no meu período do Ministério da Justiça. Hoje nós não estamos vendo essas iniciativas.

Então, eu queria pedir aqui a V. Exa. e depois aos pares para que fosse incluído esse requerimento extrapauta, o Requerimento 52, de 2024, para que nós possamos fazer uma audiência pública de qualidade. E eu me comprometo aqui a ser o mais educado possível...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu sei disso.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... nessa oitiva, como é do meu feitio, mas nós precisamos cobrar do Governo Lula ações contra o crime organizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse é o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Em relação ao acontecimento de São Paulo – o meu requerimento é para a vinda do Secretário de Segurança Pública –, realmente foi terrível.

Sobre a questão do Ministro da Justiça, a Secretaria me informa, neste momento, que ele está fazendo um compromisso com a nossa Comissão para o dia 3 de dezembro, não é isso?

Três, não é? (*Pausa.*)

Três de dezembro.

Nesse caso, o senhor concordaria de vir este requerimento como convite ou ainda como convocação?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Havendo o compromisso do Ministro de comparecer...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele o fez.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... convidado, do dia 3...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Três.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... não tenho problemas em alterar. Não é questão aqui de gerar polêmica, mas de nós... Acho que todo cidadão brasileiro tem o direito de saber o que o Governo Federal quer fazer em relação à política de segurança pública. São quase dois anos de Governo, e nós não temos visto praticamente nenhuma iniciativa.

Eu falo aqui muito sinceramente: eu fui vítima de um plano de atentado do PCC. Na época, a Polícia Federal foi provocada, em trabalho conjunto com o Ministério Público do Estado de São Paulo, e até resolveu a questão – eu até elogiei na época. Mas, por exemplo, depois eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também não soube de nenhum desdobramento em relação a isso. E eu, sinceramente, não vejo ações desse Governo Federal em relação ao crime organizado.

Até a própria Polícia Federal, infelizmente, parece estar mais focada lá em apurar o 8 de janeiro, que acho que tem que ser apurado, mas não se compara com o risco e a gravidade que o crime organizado tem oferecido ao nosso país. E essa ação em São Paulo é bastante ilustrativa.

Também não tenho nenhum óbice em que seja chamado aqui o Secretário de Segurança Pública de São Paulo.

A gente conhece o trabalho dele, sabe que foi um Deputado extremamente comprometido com a segurança pública, e assim tem agido lá na condução dos trabalhos de São Paulo.

É bom até que nós tenhamos aí a possibilidade de ouvi-lo também e a visão dele sobre a ausência de política federal consistente do Governo Federal contra o crime organizado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

Senador...

Vamos colocar já agora? Vamos?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Eu queria só fazer um... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, Senador Flávio Bolsonaro com a palavra, por gentileza, representando, como sempre, o nosso Rio de Janeiro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pois é.

Presidente, nesse sentido, eu quero me somar aqui ao Senador Moro. Eu acho que é oportuno também incluir nesse convite o Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, porque, alguns poucos dias antes, aconteceu também aquele episódio lamentável em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

traficantes de droga na Cidade Alta, lá no Rio de Janeiro, simplesmente atiraram contra os veículos que passavam ali na Avenida Brasil, trazendo um grande terror a toda a população do Rio, imagens que trouxeram um impacto internacional, inclusive.

E eu concordo que tem que haver esse tipo de audiência pública, para ter algum alinhamento, porque, mais uma vez, V. Exa. faz um convite ao Secretário de Segurança Pública de São Paulo, o Derrite, por causa do fato ocorrido no aeroporto, querendo saber da situação da segurança pública de São Paulo; no Rio, da mesma forma, a gravidade cada vez só cresce, só recrudesce o crime organizado no Rio de Janeiro.

E, mais uma vez, os fuzis não são fabricados no Rio de Janeiro ou em São Paulo, eles atravessam as nossas fronteiras. A mesma coisa acontece com o tráfico de drogas. E são crimes que deveriam ser combatidos na esfera federal.

Portanto, deveria haver um plano, sim, uma mobilização, uma atenção maior do Ministério da Justiça e Segurança Pública para esses tipos de crimes, que acabam abastecendo toda a violência no Brasil inteiro.

Então, eu quero concordar com essa audiência pública no dia 3 de dezembro, com o convite...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Terça-feira.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... ao Ministro da Justiça e ao Secretário de Segurança Pública de São Paulo, e pediria também para incluir a presença do Secretário de Segurança Pública do Rio, já que São Paulo e Rio, sem dúvida alguma, são as grandes caixas de ressonância do nosso Brasil, em especial no que tange à segurança pública.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Eu só queria fazer um adendo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Margareth acaba de chegar também, como sempre, atuante.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu acho muito oportuna a posição, o requerimento, o adendo feito pelo Senador Flávio Bolsonaro, mas eu só sugeriria que, a partir daí, ficássemos com esses três convidados, para também não termos aqui uma mesa muito cheia. Não que não tenhamos outras pessoas relevantes para serem chamadas, para serem ouvidas, mas para não dispersar demais e perder a qualidade da oitiva, não da inquirição, para ouvirmos as opiniões e respostas dos três presentes.

Então, a minha sugestão é apenas porque podem vir requerimentos, daqui até lá, querendo incluir mais pessoas, para que fiquemos, então, com o Ministro da Justiça, com o Secretário de São Paulo e com o Secretário de Rio de Janeiro, pelas peculiaridades desses dois estados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

Creio que aqui a concordância é de todos e todas. Fica incluso no meu requerimento, portanto, o requerimento também sugerido pelo Senador Flávio Bolsonaro, sobre o Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

Podemos votar agora.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os dois requerimentos, portanto. A transformação de convocação em convite ao Ministro Lewandowski, que confirmou a sua presença no dia 3 de dezembro, terça-feira.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1676, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal, que assegurem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a incolumidade das comunidades escolares dos respectivos sistemas de ensino, nas condições que especifica.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao projeto

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CE.

Passo imediatamente a palavra ao exímio Senador carioca Flávio Bolsonaro, para a leitura de seu relatório.

Por fineza.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Presidente, só uma correção: apesar de vascaíno, eu sou fluminense, porque eu nasci em Resende, que é interior do Rio de Janeiro, e carioca é quem nasce na capital.

Antes de fazer a leitura desse breve relatório, Presidente, eu quero fazer um convite a V. Exa., na qualidade de Presidente desta Comissão de Segurança Pública do Senado, e a todos os integrantes desta Comissão, para que possam estar presentes hoje, às 15h, na Presidência do Senado, junto com o nosso Presidente, Senador Rodrigo Pacheco, e o Senador Davi Alcolumbre, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, também desta Casa, que nós vamos receber a cúpula da segurança pública do Rio.

Então, virão os secretários de estado de segurança pública, o Comandante da Polícia Militar, o Chefe da Polícia Civil, o Governador do Rio de Janeiro também. Eles vão trazer propostas, ou as que já existem que tramitem com alguma celeridade, ou novas propostas que, porventura, venham desse trabalho feito pela parte técnica, por quem está na ponta da linha, por quem sabe quais são as reais dificuldades e onde estão os problemas legais, principais da nossa legislação, para que a gente possa fazer um compilado de autoria desta Comissão de Segurança do Senado. Então, as propostas que eles trarão, que, porventura, não estejam tramitando já aqui nesta Casa, eu vou procurar resumir em um ou, no máximo, em dois projetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria pedir o apoio de todos os integrantes desta Comissão, para que possamos nós, em conjunto, assinar esse projeto de lei, que deve ser algo que proponha modificações em duas, três, talvez até quatro leis que já existem, no sentido de fortalecer as nossas polícias, no sentido de dificultar a saída de presos e até já condenados de alta periculosidade utilizando-se das brechas legais.

Então, eu queria fazer esse convite para que todos possam estar presentes hoje, às 15h, na Presidência do Senado, para essa reunião importante, e, na sequência, assinarmos juntos a autoria desse ou desses projetos de lei.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – De minha parte, apoio total.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Senador, o senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senadora Margareth Buzetti, do nosso amado Mato Grosso.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Eu gostaria de fazer um aparte ao seu início aqui de fala.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Eu, primeiro, quero agradecer à relatoria, que me foi designada, do projeto de autoria do Senador Marcos do Val, que cria o tipo penal de homicídio qualificado para membro de organização criminosa de pena de 25 a 50 anos, o que eu sei que não é possível, até pelo pacote anticrime que o nosso Senador Moro fez, que é de mínima de 20 anos e máxima de 40 anos pela Constituição.

Graças a Deus, eu sou autora do primeiro projeto que atingiu...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pena máxima de 40 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Essa pena máxima.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – ... essa pena máxima, que é a do feminicídio.

Eu estava chegando a Guarulhos, na sexta-feira, e, quando eu estava chegando, vi carro de polícia passando, carro de polícia chegando, só que eu embarquei no terminal 2, que foi onde aconteceu o crime. Vocês não imaginam a confusão que estava naquele aeroporto.

Quer dizer, um possível delator do PCC – e deve ter sido mesmo um delator do PCC – entra com um fuzil e dá 27 tiros. Quer dizer, eu poderia estar desembarcando em Guarulhos, eu estava embarcando. Então, eu estava na parte de cima, e um crime aconteceu na parte de baixo. Então, nós não estamos seguros mais em lugar nenhum.

Eu tenho aqui nesta Comissão e tenho na CCJ uma PEC, um PLP e dois projetos de lei, que dão mais autonomia aos estados na questão penitenciária e na questão penal e penal processual, em alguns quesitos. E os dois projetos de lei falam exatamente do endurecimento do cumprimento da pena: para líderes de facção, 75% em regime fechado; membros, 50% em regime fechado; e o menor sobe para 6 anos de internamento.

Aí eu estou esperando, esperando os relatórios, esperando que designem... Sabe, está tudo parado, não se põe na mesa para discutir o processo, como se nós estivéssemos seguros! A sua família está segura, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – De forma alguma.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – O senhor está seguro?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu nem tenho saído de casa mais no fim de semana.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Então, é uma barbaridade o que acontece no Senado: as pessoas pegam o relatório, que fica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com elas, e nem sequer discutem... Então, desculpe-me, mas eu queria fazer esse aparte antes de você relatar, porque eu estou indignada com isso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Obrigado, Senadora Margareth.

Inclusive eu pedi algumas relatorias de projetos de lei de V. Exa., incluindo aquele que acaba com o regime semiaberto, propondo que exista apenas o regime aberto e o regime fechado. Enfim, tem uma série de medidas que eu acho que podem avançar – Presidente Kajuru, já vou passar à leitura do relatório...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Fique à vontade.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... mas grande parte desses projetos estão parados e, quando você vai acompanhar o andamento desses projetos de lei, muitos não têm sequer relatoria designada ainda.

Por isso, eu pedi algumas relatorias, nessa área de segurança pública, na Comissão de Constituição e Justiça. Grande parte deles está assim, no andamento: aguardando uma espécie de análise em conjunto de vários projetos de lei apensados a um projeto de lei, não sei de qual ano, mas de autoria do Senador José Sarney... Como se fosse assim, vamos fazer uma reforma do Código Penal por inteiro... Então, os projetos não andam, aguardando que eles tramitem em conjunto nessa grande análise de uma reforma do Código Penal, mas, como a Senadora Margareth falou, ninguém tem tempo para isso mais. A gente tem que destacar alguns que são fundamentais.

Por isso, esta audiência hoje à tarde é para ouvir de quem está operando a segurança pública na ponta da linha e sabe onde o calo está apertando principalmente, para que nos dê mais força, para que esses projetos tramitem com alguma celeridade.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só uma reflexão aqui, se me permite um aparte, na esteira da Senadora Margareth.

Eu vejo uma notícia da *Veja*, de 11 de novembro:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Mutirão do CNJ pode soltar quase meio milhão de presos, diz relatório. Dentre os casos que serão analisados por uma força-tarefa, mais de 65 mil são [segundo o relatório] de porte de maconha para consumo pessoal.

O problema que tem acontecido é essa dificuldade de cumprimento de lei. Então, Senadora Margareth, a gente aprovou, lá em 2019, esse projeto anticrime. Tinha coisas que infelizmente não foram aprovadas que eram importantes; outras coisas foram um pouco distorcidas; mas algumas medidas importantes foram feitas. Por exemplo, o confisco alargado, até um projeto aqui do Ciro Nogueira, com a relatoria do Senador Hamilton Mourão, que prevê o confisco de todo o patrimônio de um criminoso profissional, caso ele não consiga provar a procedência lícita, então, esse é um ponto positivo.

Mas nós aprovamos, naquele projeto, uma regra que diz mais ou menos o seguinte: se o indivíduo foi condenado por ser membro de organização criminosa ou por crime praticado por organização criminosa, ele não progride de regime enquanto houver indicativo de que o vínculo dele com a associação permanece, mas o que a gente tem visto invariavelmente é progressão de regime, seja de liderança lá do Rio de Janeiro, seja de liderança de São Paulo.

Esses dias um juiz lá concedeu progressão de regime para o segundo em comando do PCC, que foi preso lá em 2019, depois de ficar 24 anos foragido... Então, tem umas coisas também que não acontecem por falta de lei, mas por falta de cumprimento da lei, o que nos gera alguma dificuldade.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Interpretação distorcida da lei...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – De interpretação...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A decisão é mais social do que legal; é subjetiva.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, é um problema sério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, tem que se dizer também uma questão: é importante aqui chamar o Ministro da Justiça, porque tem que cobrar a iniciativa do Governo Federal, inclusive apoio a essas medidas que V. Exa. propôs e que são positivas no sentido do endurecimento. Porque, quais são as iniciativas do Governo Federal para endurecer a lei penal ou processual penal? Eu não conheço nenhuma.

Infelizmente, aqui, muitas vezes a base do Governo trabalha contra vários desses projetos de lei. Pontualmente até ajuda em alguma coisa. Mas se não for aqui... O Senador Flávio sabe disto: as únicas propostas de endurecimento de lei penal ou processual penal que passam hoje – quase – com apoio da base do Governo são as que estão confundidas com a pauta identitária. Se for aumentar a pena para crime contra morador de rua, crime contra a população LGBT, isso passa, porque a pauta é identitária. Mas a gente precisa também é de políticas universais. Esses grupos têm que ser protegidos – têm que ser protegidos –, mas a gente precisa de políticas universais. E isso precisa do motor, que é o Governo Federal, atuando no Legislativo, para pelo menos não atrapalhar. E é por isso que é importante, inclusive, essa audiência, para que nós possamos ouvir o Ministro da Justiça.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, Senador Flávio, posso dar uma contribuição?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador atuante, como sempre, catarinense, nosso querido Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria também trazer aqui uma realidade que choca, uma realidade para a qual o brasileiro olha e na qual não acredita, que é a tal da audiência de custódia.

Lá atrás, quando foi criada, em 2015, foi uma resposta à necessidade de proteção de direitos humanos – a Convenção Americana de Direitos Humanos, que é o Pacto de San José da Costa Rica, Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. E o mesmo Conselho Nacional de Justiça que quer agora, Senador Mourão, revisar 500 mil, 500 mil prisões – 500 mil prisões –, para ver se solta, se desencarcera as vítimas da sociedade, tadinhos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que aconteceu? Eu acredito, Senador Kajuru, que isso foi uma medida necessária lá atrás. Mas o que acontece é que hoje a Justiça brasileira é a maior franqueadora do crime no Brasil – a Justiça –, com a audiência de custódia. Não vou falar dez exemplos, vou falar um: aquele assassino de Blumenau que entrou com uma machadinha numa creche – que deu machadada na cabeça de recém-nascidos, crianças, numa creche – já tinha passado por audiência de custódia três, quatro vezes. A nossa polícia prende, prende de novo, corre atrás, morre, perde a vida, perde sono, prende, para o juiz da audiência de custódia falar: "Não, tadinho. É vítima da sociedade". E aí soltaram mais uma vez aquele psicopata criminoso, covarde, bandido, para matar pequenos catarinenses – podia ser uma filha ou um filho meu, ou do senhor, ou do Flávio, ou de alguém aqui.

Então, eu creio que a audiência de custódia lá atrás tenha sido de alguma serventia, em caso de abuso de alguns policiais – alguns. Não se vai generalizar e ficar destruindo a imagem dos policiais civis e militares, que são nossos heróis do dia a dia, não. Alguns podem ter cometido abusos.

Então, Sr. Presidente, está na hora de nós revermos a política. E as leis são vivas como a sociedade. E hoje somos – e me inclua aqui a classe política – os maiores franqueadores do crime, os maiores incentivadores do crime, porque se o cara é pego duas, três, quatro, cinco vezes...

Em Florianópolis, uma juíza teve a pachorra da atitude de liberar um cara com um fuzil e 5kg de cocaína, dizendo que o policial fez uma abordagem errada, que o policial tinha que ir com flores e bombom para o bandido e falar: "Com licença, senhor vagabundo, posso revistar o seu carro? O senhor vai fazer o que com esse fuzil? Será que é um guarda-chuva, senhor criminoso?". É assim que o CNJ, que muitos do CNJ, pois também não vou generalizar, e, infelizmente, muitos juízes têm se comportado diante da sociedade brasileira, que os financia para cometer esses abusos contra a segurança pública no Brasil. Isso é responsabilidade minha, do senhor, do Flávio e de todos os Senadores e Deputados desta Casa Legislativa.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Presidente, eu vou passar à leitura aqui do relatório e prometo ser mais rápido que o crescimento dos cabelos do Senador Jorge Seif.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – *À la* Mourão.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Prometo ser mais rápido que o crescimento dos cabelos do Jorge Seif.

Então, passo direto aqui à análise.

A segurança pública, direito e responsabilidade de todos e dever do Estado, de acordo com o art. 144, *caput*, da Constituição Federal (CF), deve ser garantida de forma indistinta a todos as pessoas no território nacional.

Entretanto, considerando a natural escassez de recursos, as políticas públicas devem ser direcionadas para atender prioritariamente setores ou pessoas mais vulneráveis, na esteira do princípio da igualdade material, ou seja, tratando-se os desiguais na medida de sua desigualdade.

A própria Constituição Federal autoriza a discriminação positiva no que tange à educação, ao dispor expressamente, em seu art. 212, que parcela dos recursos públicos será alocada obrigatoriamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

Por outro lado, o art. 227, *caput*, da Constituição Federal, dispõe que a família, a sociedade e o Estado assegurarão à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à educação, entre outros, colocando-os a salvo de toda forma de violência.

Garantir a segurança de crianças e adolescentes, principalmente no ambiente escolar, é essencial para assegurar o mínimo de gozo de direitos por parte desses indivíduos, que são vulneráveis por natureza.

O projeto em questão vai ao encontro da necessidade de se garantir que os adultos de amanhã estejam seguros hoje, brincando, aprendendo e se desenvolvendo de modo saudável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acertadamente, o PL insere artigo na LDB para que os entes federativos, com apoio técnico e financeiro da União, assegurem a incolumidade não somente dos alunos, mas também de toda a comunidade vinculada a instituições de ensino, conferindo prioridade àqueles locais mais sujeitos a eventos violentos.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PL 1.676, de 2023, de autoria do Senador Marcos do Val, que altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar aos estados, municípios e ao Distrito Federal que assegurem a incolumidade das comunidades escolares dos respectivos sistemas de ensino, nas condições que especifica.

É o parecer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu cumprimento, pela objetividade desse ótimo relatório, o Senador Flávio Bolsonaro, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 1.676, de 2023.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

Senador Flávio Bolsonaro, mais alguma observação?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, do próximo item aqui eu também seria Relator. O relatório estava pronto, mas a minha assessoria acabou de informar que ele vai precisar ser atualizado, porque foi promulgada agora a Lei 14.994, em outubro deste ano, que conflita com esse projeto. Então, nós vamos precisar atualizá-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço que o recoloque na pauta da semana que vem, com o relatório já pronto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Já fica, então, para a próxima terça-feira.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1678, DE 2023

- Não terminativo -

Modifica os arts. 61, 121, 129, 146 e 147 e inclui o art. 250-A no Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a fim de coibir a violência praticada no âmbito de estabelecimentos de ensino.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CE e, em decisão terminativa, à CCJ.)

Bom, o item 4 foi retirado, perfeito?

Então, não havendo nada mais a se tratar, declaro encerrada a reunião.

Agradecidíssimo a todos e todas.

(*Iniciada às 11 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e vinte minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Eduardo Girão e Magno Malta, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Marcos do Val, Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Soraya Thronicke, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Plínio Valério, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Weverton, Alessandro Vieira, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 59/2023 - CSP, de autoria do Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e do Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), REQ 15/2024 - CSP, de autoria do Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), e REQ 31/2024 - CSP, de autoria do Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e do Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Finalidade:** Debater a gravíssima situação dos presos do dia 08 de janeiro, que culminou no falecimento do senhor Cleriston Pereira da Cunha. **Participantes:** Sra. Carolina Siebra, Advogada; Sra. Gabriela Fernanda Ritter, Advogada; e Sr. Ezequiel Silveira, Advogado. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Girão
Presidente Eventual da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª – eu gosto muito desse número 33, a idade de Cristo – Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública, aqui do Senado Federal, agradecendo a presença de todos vocês e pedindo desculpa pelo atraso aí de 20 minutos. Mas o que são 20 minutos com relação a quase um ano que a gente esteve esperando para realizar essa sessão?

Eu queria dizer que a presente audiência pública tem como objetivo debater a gravíssima situação dos presos do dia 8 de janeiro, que culminou no falecimento do Sr. Cleriston Pereira da Cunha, nos termos dos Requerimentos nºs 59, de 2023, e 15 e 31, de 2024.

Eu quero, em primeiro lugar, agradecer ao Presidente da Comissão pela oportunidade de eu estar aqui presidindo, por um requerimento nosso, e também por ter marcado essa reunião, com a qual eu estava já preocupado, porque chegava o fim do ano... Porque, no ano que vem, mudam todas as Comissões aqui, com a eleição do novo Presidente do Senado, então se perdem os requerimentos que foram aprovados. Então, agradeço ao Sr. Petecão, do Estado do Acre.

Aliás, temos aqui o Pastor Francisco, que também é do Acre, que veio lá de Cruzeiro do Sul participar aqui da sessão. Muito obrigado pela sua presença. Temos aqui também familiares dos presos do dia 8 de janeiro, advogados, e nós vamos procurar, até porque nós aprovamos... Foram quantos nomes no total? (*Pausa.*) Foram 19 nomes aprovados para a gente ouvir. Só que, para fazer uma sessão mais enxuta, nós acordamos com a Comissão para reduzir para dez – para dez, foi isso? –, mas, desses dez, apenas três confirmaram presença.

Eu vou ler aqui algumas justificativas e, já que a gente vai ter um pouco mais de tempo – e é uma audiência pública –, fica aqui já concedido por mim... Quem quiser falar – obviamente, a gente tem que combinar um tempo mínimo –, colocar a sua opinião, fazer alguma pergunta, nós estaremos aqui à disposição.

Estão presentes e já podem tomar lugar à mesa: a Sra. Dra. Carolina Siebra, que é advogada da Asfav, coincidentemente minha conterrânea, cearense; e, remotamente, já estão presentes também a Sra. Dra. Gabriela Fernanda Ritter, que é advogada da Asfav também, e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Ezequiel Silveira, que é advogado também da Asfav e que vai falar, fazer a sua participação remota.

Agora vamos aqui às justificativas.

Informo que também foram convidados, mas não confirmaram presença:

- o Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre Moraes – é a sexta vez, se eu não me engano, que a gente convida o Ministro para várias Comissões; inclusive, teve uma sessão no próprio Plenário, que foi um debate temático, e ele não compareceu;

- o Sr. Wenderson Souza e Teles, Secretário de Estado da Administração Penitenciária do Distrito Federal – depois nós vamos ver a justificativa que essas pessoas que não confirmaram presença deram para não vir;

- a Sra. Leila Cury, Juíza de Direito Titular, da Vara de Execuções Penais do tribunal aqui do Distrito Federal;

- o Sr. Tiago Felix de Sousa, Diretor do Centro de Detenção Provisória II (CPD II), que é a Papuda;

- e o Sr. Michael Schallenberger, Jornalista.

Justificaram a ausência o Sr. Celestino Chupel, Defensor Público-Geral da Defensoria Pública do Distrito Federal; e o Sr. Beto Simonetti, Presidente da OAB – já, já eu vou ler aqui as justificativas deles.

Comunico que a presente audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, tudo junto – repetindo: www.senado.leg.br/ecidadania –, ou pelo telefone 0800 0612211. Vou repetir o telefone: 0800 0612211.

O relatório completo com todas as informações, com todas as manifestações aliás, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos. Como nós tivemos aqui um grande número que nem veio, nós vamos aumentar para vinte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minutos inicialmente, com a tolerância da Casa. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos eventuais Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

A nossa querida Deputada Adriana Ventura, que é de São Paulo e Líder do Novo na Câmara dos Deputados, vai ter que sair antes, por um compromisso, e pediu para falar por três minutos aqui, e eu vou já, já conceder para a senhora iniciar aqui a fala.

Então, cadê a justificativa? (*Pausa.*)

Está aqui. A nossa, sempre atenciosa, Mesa já me trouxe tudinho aqui, não é isso? Pronto.

Vamos lá.

A assessoria do Cerimonial da Defensoria Pública do Distrito Federal enviou um *e-mail,* no dia 18 de novembro, ontem, às 16h10, dizendo o seguinte: "Prezados, em atenção ao convite para participar da audiência pública no Senado Federal, que será realizada no dia 19 de novembro de 2024, às 11h, no Senado Federal, informamos que, em virtude de compromissos de agenda, não será possível a participação do Defensor Público-Geral da Defensoria Pública do Distrito Federal, Celestino Chupel, e da Subdefensora Pública-Geral, Emmanuela Saboya, na referida cerimônia. Ao ensejo, aproveitamos para apresentar nossos votos de elevada estima e consideração, bem como desejar êxito no evento. Por gentileza, solicitamos acusar o recebimento".

Já acusou o recebimento, nossa assessoria já acusou.

Deixando claro aqui: eu lamento. Realmente, é uma opinião pessoal, não do Presidente desta Comissão, mas eu não concordo, porque esta audiência, além de ter sido aprovada com o nome do Dr. Celestino há mais de um ano... E já faz quinze dias que nós confirmamos? (*Pausa.*)

Há quinze dias nós confirmamos esta audiência. Nem ele nem a Subdefensora estarem presentes num assunto que mobiliza tanto a população brasileira, sedenta por justiça, pessoas sendo aí vilipendiadas nos seus direitos, e não vir a Defensoria Pública do Distrito Federal, isso é realmente algo com o qual eu não concordo e não vejo justificativa para não estar aqui.

A Ordem dos Advogados do Brasil enviou aqui, no dia 19 de novembro, hoje, enviou à Presidência da Casa o agradecimento do convite, e dizendo o seguinte: "Sr. Presidente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimentando-o cordialmente, levo ao conhecimento de V. Exa. o recebimento do convite remetido à Presidência deste Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para participar da audiência pública promovida pela Comissão de Segurança Pública no Senado Federal, a realizar-se na data de hoje, às 11h. Com as devidas escusas, registro que infelizmente não será possível a minha participação em virtude de compromissos institucionais assumidos anteriormente. Ao passo que agradeço pelo convite, colho o ensejo para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração. José Alberto Simonetti".

Desculpe-me, Dr. Simonetti, desculpe-me, opinião aqui minha. Já fizemos várias reuniões nesta Comissão e em outras, e chamamos o senhor, e nunca o senhor veio. E o senhor dar uma resposta dessa na hora da audiência, no mesmo dia, e não enviar nenhum representante de uma instituição tão importante como a Ordem dos Advogados do Brasil, que se manteve silente nesse caso dos presos políticos do Brasil, em que os advogados tiveram seus direitos vilipendiados, negados, sem acesso aos autos, esse tipo de postura é uma vergonha para a história do Brasil.

Eu já passo a palavra imediatamente... Eu tenho um discurso aqui a fazer, mas antes eu queria passar, porque a nossa querida Deputada Adriana Ventura, Líder do Novo na Câmara, vai ter que sair, e pediu a palavra, ela que é uma ardorosa defensora da liberdade de expressão, do cumprimento da nossa Constituição.

Nós juramos – não é, Deputada Adriana? –, quando tomamos posse, e eu quero parabenizá-la, mesmo sem você ter podido ir aos Estados Unidos na semana passada, na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, até porque foi cancelada a audiência principal, mas nós estivemos na sexta-feira lá e, depois, eu quero repassar para o Brasil o que aconteceu, a pajelança que aconteceu lá.

Então, nós estamos entregues à nossa própria sorte, pelo visto, mas nós mandamos um recado, está colocado na história o que nós – Deputado Marcel, Deputada Bia Kicis aqui presentes, que estavam nessa reunião – colocamos, em nome do grupo de Parlamentares brasileiros, o nosso sentimento e o sentimento do povo brasileiro em relação a tudo o que está acontecendo, ao silêncio da OEA sobre o que está acontecendo no Brasil. Espero que mude, a gente viu sinais incômodos internos inclusive, espero que mude. Nunca é tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputada Adriana, muito obrigado pela sua presença.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para expor.) – Muito obrigada, Senador Girão.

Primeiramente eu parabenizo V. Exa. pela sua coragem, pela sua grandeza de fazer uma audiência desta aqui no Senado Federal, uma Casa de que eu já tive muito orgulho, mas uma Casa que tem me envergonhado muito, infelizmente.

Então, primeiramente estou muito feliz de ter você na nossa Bancada federal do Partido Novo, representando de fato as pessoas que o elegeram.

Então o que a gente está vendo aqui é esta audiência com cidadãos brasileiros que estão sendo violentados, que tiveram familiares arrancados das suas casas sem o devido processo legal, sem nenhuma decência. E eu cumprimento todos aqui, parabéns pela coragem, parabéns por estarem aqui e por nos fortalecerem – nos fortalecerem. Eu queria lhes dizer que vocês não estão sozinhos – não estão sozinhos. O que a gente quer é que justiça seja feita – a justiça! –, que realmente as pessoas tenham o devido processo, que sejam respeitadas.

A gente viu, a gente tem visto tanta barbaridade que a gente está até normalizando barbaridades. Barbaridades estão acontecendo em todos os níveis, em todos os âmbitos. E há um pacto de silêncio, há um pacto de vergonha, há um pacto de covardia, há um pacto de bandidagem. Eu não sei que nome que a gente dá para isso. E as narrativas são diversas. E foi preciso...

Estou aqui com os familiares do Clezão, o Clezão que simboliza esse desrespeito, que simboliza... Foi preciso assim... O Estado é responsável por essa morte. A gente sabe disso. Estão aqui a esposa, a filha – a outra filha não veio hoje. Mas o Estado deve isso para vocês.

E esse conluio do mal – eu chamo de conluio do mal – precisa acabar. E a gente percebe que uma audiência que nem esta... Eu acabei de saber outra história assim, horrorosa: mais um preso aqui, que eu recebi até a carta aqui da filha, Marco Alexandre Machado de Araújo, que faz um ano e oito meses que está preso e não tem denúncia. O que é isso? O que é isso? Não tem resposta, não tem denúncia, não tem nada. Então, assim, a gente está tratando de vida de família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, Senador Girão, até para encerrar, existe para mim esse conluio, e vai muito além disso, porque o que a gente vê de um lado são pessoas que têm que ter direito ao devido processo legal, a serem julgadas, têm direito à defesa, que estão presas – mães, pais que tiveram filhos e não viram os filhos, situações assim que doem na gente que está aqui. E do outro lado a gente vê um monte de bandido sendo solto: bandido, corrupto, crime de colarinho branco. Então é Ministro do Supremo que descondena um, e outro Ministro do Supremo que descondena outro. A gente vê bandido, os colarinhos brancos estão todos aqui. A gente vê aqui a farra desse bando de emenda, do balcão de negócios aqui do Congresso, de que o Supremo não fala nada. Então, eu fico pensando assim: estão pegando cidadãos brasileiros que não têm como se defender e há o conluio do mal na cúpula dos três Poderes.

Então, nesta audiência aqui a gente vai falar dos presos políticos. Sim, pessoas que foram presas por crime de opinião, por pensarem diferente, por quererem se manifestar. Elas foram censuradas, presas. Quem badernou, quebrou, que seja julgado, mas com o devido processo. Mas o que a gente está vendo aqui são pessoas que foram sentenciadas à morte por 17 anos, enquanto estão soltando outros bandidos.

Por isso, parabéns pela sua audiência, Senador! O senhor pode contar comigo. Eu vou fazer uma nova solicitação para a gente visitar os presos que ainda estão na Papuda, sem denúncia, sem respeito, sem direito a absolutamente nada que a Constituição prevê. Estão cuspindo na Constituição. E o Supremo Tribunal, que deveria respeitar a Constituição, é quem mais pisa em cima da Constituição, com os Presidentes das Casas Legislativas dando o devido acobertamento, um pacto de covardia, um pacto de silêncio que a gente não pode permitir.

Então, sendo assim, parabéns por esta audiência!

E queria falar para os que estão aqui: vocês têm Parlamentares que não esquecem de vocês e que pensam em vocês.

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Deputada Adriana Ventura, Líder do Novo na Câmara. E Deputada, antes da... Eu sei que a senhora vai ter que se retirar, mas antes eu queria fazer um alerta. A gente vê

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como o sistema está se movimentando para calar, para calar quem denuncia esse tipo de situação. Nós temos o próprio Deputado Marcel van Hattem, que está na mira. O Senador Marcos do Val nem passaporte tem mais. É questão até de rede social.

Deputada Bia Kicis, e Deputada Julia Zanatta, que chegou, sejam muito bem-vindas!

É semana que vem já e ninguém está se dando conta. Semana que vem o Supremo Tribunal Federal começa a julgar as redes sociais, a questão da censura no Brasil mais institucionalizada. Para que isso? Eu tenho umas teses. Primeiro, para se blindar das críticas, os poderosos; e, segundo, para sufocar os abusos, para que a gente não reverbere o que está acontecendo no Brasil. Então é uma obsessão que o Governo Lula tem com o STF para fazer isso.

Você se lembra do Ministro Flávio Dino, que hoje é Ministro do Supremo, mas até o ano passado era Ministro da Justiça do Governo Lula? Você se lembra do que ele disse? "Se o Congresso não fizer, ou o Governo Lula vai fazer, ou o Supremo Tribunal vai fazer", ou seja, para nós que fomos eleitos diretamente pelo povo – e essa é uma atribuição típica do Parlamento –, eles não estão nem aí, estão passando por cima.

Então, é aquela velha história: nós estamos nos 200 anos do Senado Federal, no bicentenário, ou a gente se levanta – vai ter eleição, inclusive, para a Presidência da Casa, mas pode ser tarde demais – ou a gente vai ver uma Casa de que vamos ter vergonha. Nós todos vamos ter vergonha de ter passado pelo Senado da República, durante esse período, porque só o Senado pode fazer. Aí eu quero dizer para os Deputados aqui que eles não têm responsabilidade, não. População brasileira, é o Senado que pode fazer alguma coisa, e nunca analisou um pedido de *impeachment* – tem mais de 60 aí –, pois poderia voltar o reequilíbrio entre os Poderes, haver a volta do Estado democrático de direito, da democracia no Brasil, porque hoje nós temos uma ditadura da toga clássica. É a "juristocracia" atuando.

Então eu quero também registrar a presença da Jane, esposa do Cleriston Pereira da Cunha, que é o caso mais emblemático e é o objetivo dessa audiência pública. Clezão vive! Eu quero dizer: seja muito bem-vinda, Jane, a esta Comissão. Depois eu vou lhe abrir a palavra, se você quiser se manifestar; da Késia também, que está aqui conosco, filha do Cleriston Pereira da Cunha. Então você também, se quiser falar, eu vou abrir a palavra para você; da Tábata, filha do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preso político Marcos Alexandre, que está aqui presente. Também iremos lhe abrir a palavra, se quiser se manifestar; e da Rosangela, mãe do preso Lucas Brasileiro. Então sejam muito bem-vindas!

Aqui é uma audiência pública. Quem quiser se manifestar, aliás, de um lado ou de outro, tá? Quem achar que: "Não, quero defender o que o Supremo Tribunal está fazendo. Está certo o que a OAB está fazendo", venha para cá, porque a gente vai ouvir, de uma forma democrática, respeitosa, ordeira. Nós queremos ouvir o que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos não quis: os dois lados. Por que ela cancelou? Já entrando no assunto, e nós estivemos lá. Estava o Governo brasileiro confirmado, ONGs confirmadas, Parlamentares confirmados, dos dois lados, e eles não querem que a verdade venha, de jeito nenhum, que o debate exista. Então o que é que fizeram? O Governo brasileiro chama o Relator, Pedro Vaca, para vir ao Brasil, no primeiro semestre do ano que vem, para tirar de tempo. As ONGs usam o argumento esdrúxulo de que este debate não seria produtivo, inclusive dando a entender que tem medo dos Parlamentares em questões físicas. Olha que loucura! E a Comissão Interamericana de Direitos Humanos prefere ouvir essas lorotas do que ouvir os Parlamentares eleitos pelo povo, cuja audiência estava marcada.

E há um detalhe, que depois nós soubemos: eles receberam, no dia 13, as ONGs lá. Estava todo mundo lá, eles só não quiseram o debate público. Por quê? Porque a verdade vem à toa. Mas vai vir. Mais cedo ou mais tarde, a verdade, a justiça vão triunfar. A gente sabe disso. Mas eles estão perdendo uma grande oportunidade de servirem de instrumentos da Justiça.

Eu tenho certeza, Deputada Bia, que se tivesse acontecido isso, Deputada Julia Zanatta, no Peru, na Argentina, em qualquer outro país, eles teriam agido, como eles já agiram no passado, quando estão alinhados ideologicamente com eles. Quando não estão, eles ficam empurrando com a barriga e silenciando sobre o que está acontecendo aqui no Brasil.

Nós vamos continuar denunciando, seja na ONU, na OEA, no Congresso americano, que é a nossa grande esperança hoje, no Congresso americano e também na Europa. Eu e a Deputada Bia Kicis estamos indo, no final do mês, para Portugal, e também eu vou – não sei se a Deputada vai – para Madri, e vamos continuar denunciando o que está acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou fazer aqui, rapidamente, uma breve leitura de um posicionamento desta Presidência.

Quero agradecer a presença de Parlamentares aqui, de brasileiros, a realização dessa audiência exatamente um ano após o ocorrido – na verdade, nós temos aí um ano após a aprovação do requerimento. Não é mera coincidência temporal, mas um marco simbólico e significativo.

A morte do Sr. Cleriston Pereira da Cunha enquanto estava sob a custódia do estado é um fato que exige reflexão, esclarecimento e, sobretudo, ação.

Quero registrar a presença do Senador Sergio Moro aqui nesta Comissão de Segurança Pública, ele que é um membro atuante desta Comissão.

Cleriston, o Clezão, assim carinhosamente conhecido, é um cidadão com bons antecedentes, que se encontrava em prisão provisória por mais de dez meses. Apesar da sua condição de saúde fragilizada, evidenciada por laudos médicos e pareceres favoráveis à sua liberdade por parte da Procuradoria-Geral da República (PGR), ele não teve sua situação processual resolvida em tempo. Sua morte, ocorrida na penitenciária da Papuda, nos impõe o dever moral de apurar responsabilidades e buscar mudanças estruturais.

Eu não posso deixar de expressar meu pesar e solidariedade diante do que ocorreu. A morte de Cleriston não foi apenas uma perda para sua família e amigos.

Registro a presença do nobre Deputado Ricardo Salles. Seja muito bem-vindo aqui a esta Comissão.

Daqui a pouco vamos abrir a palavra aos Parlamentares. É muito boa a presença de todos vocês aqui.

Mas, como eu estava dizendo, a morte do Cleriston não foi apenas uma perda para sua família e amigos, mas também uma ferida aberta na relação de confiança que a sociedade deve ter com o Estado, uma perda da democracia. Quando as instituições falham em garantir direitos fundamentais, o que se perde não é apenas uma vida, mas também a credibilidade das estruturas que nos sustentam como nação democrática. Lamentamos profundamente que essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tragédia tenha ocorrido e reiteramos nosso compromisso de que ela não será tratada com indiferença ou esquecimento.

É imprescindível que todas as violações ao devido processo legal sejam expostas de forma clara e transparente. A dor, o sofrimento e, em casos extremos, a morte que decorrem dessas violações não podem ser normalizados ou ignorados. Garantir que a lei seja aplicada de forma justa e célere é um pilar do Estado democrático de direito e é o que realmente faz a democracia ser inabalável, sem hipocrisia. Quando essa garantia é comprometida, o resultado não é apenas a injustiça para o indivíduo diretamente afetado, mas também a corrosão de toda a estrutura que protege os direitos de cada cidadão brasileiro.

Eu gostaria de estender meus mais profundos sentimentos à família do Sr. Cleriston Pereira da Cunha, o Clezão, aqui presentes sua esposa e sua filha, e agradecer-lhes, mesmo em meio à dor irreparável da sua perda, por aceitarem estar aqui nesta presente audiência. Que suas vozes encontrem eco nesta Casa Legislativa, Casa revisora da República, e inspirem mudanças significativas em nosso sistema! Que este momento sirva não apenas para lamentar o ocorrido, mas para iluminar um caminho de mudanças, em que o respeito ao devido processo legal e à dignidade humana sejam sempre prioridades inegociáveis neste país! Que esta audiência seja um marco de avanço institucional e que a memória de Cleriston nos inspire a trabalhar incansavelmente por um sistema de justiça mais justo e eficiente, em que os direitos de todos sejam respeitados e a dignidade humana preservada no Brasil! Muito obrigado.

Eu registro aqui a presença do Senador Flávio Bolsonaro, também sempre muito atuante nesta Comissão de Segurança Pública do Senado do Brasil.

Já passo imediatamente a palavra, só alertando que eu recebi uma carta aqui, mais cedo, de um dos presos políticos. Eu vou ler, daqui para o final da sessão, a carta que foi me entregue aqui pelos seus familiares, Senador Sergio Moro. Até hoje não há nem denúncia. Até hoje não há nem denúncia e ele está preso.

Minha querida Carolina Siebra, advogada da Asfav (Associação dos Familiares e Vítimas do 8 de Janeiro), seja muito bem-vinda mais uma vez. Você tem 20 minutos, com a tolerância da Casa, para fazer a sua exposição e, como a senhora já esteve algumas vezes aqui, colocar se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

houve algum progresso. É muito importante que a gente saiba – os Senadores, os Deputados, a sociedade brasileira – o que a senhora vinha denunciando e em que pé estamos.

Também quero agradecer a presença do Deputado Paulo Fernando, que está aqui conosco.

A senhora tem 20 minutos, com a tolerância da Casa.

Muito obrigado pela sua presença.

A SRA. CAROLINA SIEBRA (Para expor.) – Eu que agradeço, Senador Eduardo Girão, que nos orgulha no Ceará. Sou sua conterrânea com muito orgulho.

Quero cumprimentar o Senador Sergio Moro, o Senador Flávio, as Deputadas Julia Zanatta e Bia Kicis e o Deputado Ricardo, pela presença, e agradecer, já de antemão, por sempre estar apoiando a gente nessa situação.

Amanhã faz um ano que perdemos o Clezão. É uma dor irreparável. É uma perda irreparável, não só para a família, mas para todos nós que nos sentimos impotentes diante de um sistema injusto e perseguidor.

Hoje ainda temos muitas pessoas presas, pessoas como o caso do Marco Alexandre, que está há um ano e oito meses preso preventivamente, sem denúncia. Isso é de arder os ouvidos de qualquer advogado.

Temos outros, como o caso do Lucas Brasileiro, que retornou à prisão por risco de fuga de terceiro. Outras pessoas fugiram, e o Ministro acreditou que os outros fugiriam também, mesmo ele cumprindo medidas cautelares, como o uso de tornozeleira eletrônica, de forma abusiva, porque o CNJ prevê a revisão de três em três meses, e nunca foi revisado o uso da tornozeleira eletrônica. Ele estava em casa quando foi preso. E a alegação é essa, risco de fuga.

Os demais que continuam presos também estão presos por risco de fuga, preventivamente. Na verdade, a gente pode dizer que não é uma prisão preventiva. Eles estão cumprindo pena antecipada, o que é proibido no nosso ordenamento jurídico.

Mas, Senador, eu gostaria muito de não estar aqui hoje pedindo que o devido processo legal seja cumprido, que as garantias constitucionais dessas pessoas sejam preservadas. Eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queria, de fato. Mas todo dia, a gente ouve os Ministros do STF, que mais parecem *influencers*, aparecendo na televisão e falando, fazendo piadinhas e chacota com a dor e o sofrimento alheio.

O Ministro que hoje é Presidente do STF falou que a anistia não caberia, porque essas pessoas não estavam, não estão condenadas todas, em sua grande maioria. Ora, veja bem, o Ministro agora fala em legalidade. Como esse mesmo Ministro pode falar em legalidade diante de tantos processos ilegais que passam diante do nariz dele? Que legalidade de ocasião é essa a dele? A gente não está numa mesa de *self service*, onde a gente escolhe o artigo que tem que aplicar e o artigo que não tem que aplicar.

Os artigos da Constituição, os direitos fundamentais das pessoas, que são cláusulas pétreas da nossa Constituição, que não podem ser modificados ou abolidos, têm que ser utilizados. E não é o que acontece hoje. Não era para essas pessoas estarem sendo julgadas pelo STF.

Na nossa doce ilusão, no dia 8, 9 de janeiro e dias seguintes, ali, a gente acreditava que teria um processo justo. A gente acreditava que essas pessoas, que passariam pela audiência de custódia, seriam liberadas, porque aquela prisão era completamente ilegal.

As pessoas que estavam aqui dentro do Senado, a Casa que menos sofreu dano no seu Plenário, todas as pessoas que foram presas dentro do Senado estavam dentro do Plenário e ficaram dentro do Plenário, porque a polícia aqui disse que era o lugar mais seguro. Mas, na verdade, eles estavam sendo feitos reféns até receberem ordens superiores de prenderem essas pessoas.

Alguns deles nunca saíram da prisão, continuam presos. E, como o caso do Marco Alexandre, que sofreu um problema de saúde, que teve que ser levado para outro local, tivemos o Claudinei, que hoje está em Minas Gerais, foi recambiado para lá.

Temos hoje o Pastor Jorge, o Pastor Shalom, conhecido na prisão, que está com um caso grave de cardiopatia que não tinha. Hoje tem um sopro cardíaco nível seis, que é o último nível.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É uma bomba-relógio isso aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINA SIEBRA – É uma bomba-relógio.

E com todos os estudos e doutrinas médicas – ele é meu cliente, Senador –, eu coloquei no processo dele um pedido de prisão humanitária para tratamento de saúde. A PGR outrora tinha aceitado a soltura dele, mas o Ministro não o soltou porque ele tinha o nome igual ao de um criminoso. Esse caso é bastante conhecido dos senhores. O nome dele é igual ao de um criminoso falecido já há muito tempo. A PGR já havia deferido a soltura dele, se manifestado pela soltura, e o Ministro o deixou preso por conta desse homônimo. Hoje ele padece de um problema no coração, e a mesma PGR se manifestou para que ele passasse por uma junta médica. Não sabemos se ele irá passar pela junta médica esta semana ou se mesmo ele irá aguentar passar por essa junta médica.

Estão brincando com a vida alheia, com a vida das famílias que estão aqui fora sofrendo. E se fosse o pai de vocês, como é que seria? É muito bonita a história do golpe, da tentativa de golpe de Estado. Até daria uma série, uma série bonita da Netflix ou de algum canal de *streaming,* como a história do homem-bomba que usava fogos de artifício. Parece-me que a gente está diante de um festival folclórico: um golpe sem armas, pessoas sem poder de dar o golpe, ninguém para assumir aquele poder quando o golpe fosse dado, pessoas que esperaram a polícia chegar, grandes criminosos que esperam a polícia chegar. É diferente daqueles para quem essa Justiça – que se diz justiça – não foi capaz de ir atrás: foram os que escalaram os prédios do Congresso.

Só temos uma pessoa presa de quem a gente tem imagens de fato, que é aquele rapaz do relógio. Por sinal, a Polícia Federal colocou as imagens – eu até agradeço por isso. Depois de mais de um ano, colocaram as imagens. Aquele cidadão lá passa por todas as Casas. Dois minutos depois dos manifestantes chegarem na frente do Congresso, aquele cidadão já estava dentro da sala das lideranças, tocando fogo na sala das lideranças. Eu questiono quem não conhece – quem está assistindo em casa – o Congresso: algum de vocês sabe onde é a sala da liderança aqui no Congresso? Porque ela não é exposta para todo mundo, então só sabe quem conhece. O que é que esse homem, dois minutos depois, estava fazendo lá tocando fogo sozinho? Posteriormente estava na Praça dos Três Poderes jogando pedra na polícia; depois estava dentro do Palácio do Planalto derrubando o relógio. O mesmo homem. Um homem foi capaz de danificar a Praça dos Três Poderes. Ele está preso, mas também se justifica uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condenação de 17 anos? Quebrar vidraça é tentativa de golpe de Estado? Se for, eu desconheço tudo o que eu estudei sobre golpe, sobre os golpes que foram dados neste país. Talvez um dia a gente tenha o prazer de ouvir essa história sendo contada de forma diferente, porque na realidade o golpe quem levou fomos nós.

Porque hoje, eu disse até em outra oportunidade aqui Senador, o golpe de Estado é muito simples: um Poder se sobrepõe a todos os outros, e alguém usurpa daquele Poder "legitimamente eleito", como o Ministro Alexandre de Moraes adora colocar nas peças dele: "Um governo democraticamente eleito pela população". Mas o Ministro Alexandre de Moraes não diz que ele é que está usurpando esse Poder, porque ele pega tudo que é votado dentro destas duas Casas, dentro do Senado e dentro da Câmara, e eles lá, no STF, em uma decisão, em uma canetada, derrubam o que foi votado. Derrubam praticamente o Parlamento. Isso, sim, é golpe de Estado. Mas ninguém fala nada. Por quê? Porque, em sua maioria, estão sendo favorecidos. Os únicos que falam são os opositores que estão sofrendo na pele a perseguição.

Falaram tanto do Governo passado, que era perseguidor, que era isso, que era aquilo, mas, como o próprio Senador Flávio falou, em outra ocasião, me apresente pelo menos uma portaria em que o Presidente Bolsonaro tenha feito, cerceando o direito de alguém; apresente-me um Ministro do Supremo que prendeu uma pessoa sem o devido processo legal; apresente-me a imprensa acusando pessoas de terrorismo quando era um crime que nem característica tem para terrorismo.

Essas pessoas, hoje, levam uma mancha nos seus nomes. Pessoas, inclusive, que tiveram fotos postadas pela grande mídia. Homens e mulheres honrados, que tiveram fotos em jornais como terroristas, em uma página esquematizada por esse controle, uma página que dizia "contragolpe" e trazia as fotos das pessoas que se manifestavam.

A manifestação, quando é de forma pacífica, é permitida pela nossa Constituição, mas eu retorno ao meu início: nessa Constituição, estão sendo escolhidos por esses Ministros os artigos que podem ser usados e os que não podem, os artigos que eles querem e aos quais eles se afeiçoam, e aí a gente vê essas aberrações acontecerem com essas pessoas; pessoas que têm que deixar o seu país, buscando outro, atrás de refúgio, deixando família, empresa, tudo para trás, tudo que construíram durante uma vida toda, e o caso de um senhor que eu vi agora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nesses últimos dias, no Sul, que teve todas as coisas dele, da vida, o patrimônio de uma vida bloqueados e hoje ele vive de ajuda.

É muito bonito dizer que estamos defendendo a democracia e dar discurso, como a gente ouviu do Ministro Alexandre de Moraes essa semana: "Queriam explodir o STF com fogos de artifício".

Só acredita quem não lê ou quem só lê a chamada, porque isso a gente costuma ver muito nas redes sociais. O povo só lê a chamada da matéria, e não lê aquilo que tem ali. A pessoa, com fogos de artifício, com rojão na mão, teria a capacidade de explodir o STF? Será? Ou explodir qualquer prédio que seja. Será que isso aconteceria? Mas o mais hilário desse novo episódio da série 8 de janeiro, além da história do Deputado Gayer, que supostamente iria financiar um golpe de Estado quando ele não era nem Deputado... Então, assim: a gente viu um golpe de Estado sem arma, a gente viu financiamento com dinheiro público quando ainda não tinha dinheiro público – então, era um financiamento fiado. Financiamento de golpe fiado! É a nova modalidade. Golpe com bola de gude e agora explosão de prédio público com fogos de artifício.

Eu acho que nem se a gente for para uma revistinha em quadrinhos para criança, a criança não vai se divertir tanto, quanto essa história que esses Ministros criaram.

E o Ministro disse nessa mesma fala, Senador, que isso tudo foi criado pelo "gabinete do ódio". Um gabinete que eles criaram na vã ilusão deles, na cabeça deles. E ontem eu questionei, na entrevista que eu estava dando, e faço o questionamento aqui novamente – se ele tiver a oportunidade de me ouvir. Não sei se ele faz terapia, o Ministro – deveria fazer, se não fizer –, mas a terapeuta dele devia dizer que nem tudo é culpa dos outros. Às vezes, a gente tem culpa nos problemas.

E, hoje, se a gente tem um país polarizado, pessoas com ódio, pessoas doentes mentais, como aquele rapaz que foi lá, se explodiu, explodiu o rojão na cabeça. A culpa é sua, Ministro Alexandre de Moraes. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor teve a oportunidade – e tem a oportunidade, diariamente –, de pacificar este país, mas escolhe não fazê-lo, escolhe deixar pessoas inocentes presas, escolhe deixar pessoas com problemas de saúde graves padecendo dentro de um presídio.

E eu trago aqui também a história do Sr. Sérgio Amaral, que foi transferido da Papuda para o hospital, na sexta-feira, com um caso grave de pancreatite e passou por uma cirurgia.

Todos os familiares que estão aqui sabem o quanto é doloroso você se sentir impotente nessa situação.

O sentimento da gente é este, de impotência.

Eu estudei, me formei, me especializei, eu sento e estudo toda hora sobre uma saída. Eu já encontrei – e até digo para o meu amigo, Dr. Roberto, e para quem está nos assistindo – várias, juridicamente falando, que não são aceitas, que não são lidas.

E aí uma fala que eu até gostaria de fazer, para o Deputado Chico Alencar, com quem eu estive na Comissão, na CCJ, ele disse: "O que a gente precisa ver é a questão mesmo dessas condenações, que realmente estão sendo muito altas! Mas em questão de condenação alta a gente faz recurso."

Nossa, que bonito!

É muito bonito teoricamente falando.

O Sr. Chico Alencar, ou não sabe, ou faz que não sabe, mas esses recursos são analisados pelo ilustríssimo Ministro Alexandre de Moraes, porque ele conseguiu um feito histórico no Direito brasileiro: ele consegue ser a vítima, ele consegue ser o acusador, ele consegue ser o juiz de garantia, ele consegue ser o julgador e ele consegue ser o juiz da execução.

E o Ministro Barroso, que fala em legalidade, assiste tudo isso fazendo piada – piada com a cara da população brasileira.

Sinto informar, senhores, que defendem o que o Ministro Alexandre de Moraes está fazendo, que hoje é com essas pessoas, hoje é a família do Clezão que chora, a família do Lucas Brasileiro, a família do Marco Alexandre. Hoje são eles. Amanhã, são pessoas que vocês não vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguir alcançar, porque são tão pobres – e vocês dizem que defendem os pobres –, que não vão ter direito nem de contratar um advogado, que não vão poder nem ser ouvidos por um juiz, porque "Quem manda sou eu" o juiz vai dizer, da mesma forma que está dizendo para essas pessoas.

Não há mal que dure para sempre, Edjane. Não há, e a gente vai continuar lutando pelas leis neste país, porque, se o devido processo legal fosse cumprido, a gente não estava precisando pedir a anistia de ninguém.

Como eu digo, desde o primeiro dia que eu botei os pés nesta Casa para fazer uma entrevista coletiva: eu não estou pedindo privilégio para ninguém. Meu pedido aqui não é privilégio. Eu não quero que as pessoas saiam impunes dos atos que elas fizeram ou fazem. Que as pessoas que quebraram as vidraças ou que quebraram algum patrimônio histórico paguem dentro da lei, dentro da lei que a gente tem neste país. Que não seja ultrapassado isso, porque isso já passa a não ser mais uma democracia – sem direito à defesa, não tem democracia.

A gente vai e volta um pouco na história e vamos trazer o julgamento do Lula, que eles tanto criticaram. Lula teve direito a todas as instâncias. Lula foi julgado por vários juízes e, mesmo assim, descondenaram para ele concorrer a uma eleição. O Lula teve o rito do processo dele e as defesas dele, todas, sendo analisadas não só por um único juiz, mas por vários, e mesmo assim eles falam em ilegalidade.

É muito bonito, muito bonito o discurso de vocês. Agora, venham à prática. Cadê aquele pessoal que defendia direitos humanos? "Direitos humanos, porque vocês que são contra os direitos humanos...", cadê esse pessoal quando Clezão morreu? Alguém dos direitos humanos foi visitar vocês lá na casa de vocês? Mas, se fosse um bandido, tinha ido.

Quando a gente faz essa crítica, que é uma crítica que é real, dizem que a gente está dizendo que os direitos humanos são seletivos. Agora, me responda, depois de mais de um ano, os direitos humanos são ou não seletivos?

E a OAB? Vamos trazer para a OAB aqui. Eu perguntei em uma Comissão, Senador, se existem advogados mais advogados do que outros. Porque eu tenho duas OABs – uma do Estado de Ceará, que é o meu estado, que foi quando eu entrei, e tenho uma aqui do Distrito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal –, e as minhas prerrogativas são violadas todo dia – todo santo dia –, todo santo dia um advogado é feito de chacota no Supremo Tribunal Federal. Todo santo dia um advogado tem que ir presencialmente pegar a cópia de um processo em pleno 2024; implorar, implorar em processos físicos e sigilosos.

Confesso que o meu medo ali, até eu saber de tudo do ocorrido lá do rapaz que soltou o rojão na frente do STF era que explodissem e sumissem com os processos, com as provas das ilegalidades que o Ministro cometeu. Eu confesso que eu tenho medo de que isso vire chamas em algum momento da história, porque a gente vai perder ali o fio de como começou aquela ilegalidade, já que é tudo físico. Eu juro, confesso que, até nas comarcas mais distantes do Estado do Ceará, os processos são eletrônicos hoje em dia. Afinal de contas, passamos por uma pandemia em que tudo era feito eletronicamente, mas, na Suprema Corte brasileira, a gente tem processos físicos e sigilosos.

Processos em que faltam páginas, inclusive, em que você entra e, mesmo nos eletrônicos, faltam algumas páginas, como os pedidos de prisão dessas pessoas. É assim... É inacreditável o que a gente está vivendo e mais inacreditável ainda é ver pessoas defendendo.

Eu tenho um cidadão que está no meu Instagram, que todo dia manda mensagem implicando comigo sobre essa questão de golpe. Todo dia ele diz: "É porque esses golpistas e não sei o quê...."

Ontem eu mandei um vídeo, até foi do Instagram da Deputada Bia Kicis, do que aconteceu em 2017 aqui na Esplanada, daquela quebradeira que foi inclusive financiada pelas centrais dos trabalhadores, que trouxeram 800 ônibus, um negócio assim nesse sentido... Em que quebraram vários prédios públicos, inclusive o Congresso Nacional. Ele pegou e disse assim: "Mas, Dra., isso daí era tentativa de golpe"? Eu digo: "E qual é a diferença do 8 de janeiro, meu amigo"? A diferença é que esses do 2017 eram mais violentos do que os do 8 de janeiro. No 8 de janeiro, eu costumo dizer que as pessoas foram inocentes demais. Eu acredito que ainda continuam sendo inocentes demais, esperando um super-herói que talvez as salvem das garras do maligno.

Tem sido muito difícil conviver com todas as famílias diariamente, com o sofrimento, com as dores, com as mensagens desoladas, com senhoras grávidas perto de ter neném – como eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tenho um cliente que está preso, a esposa está grávida perto de ter a criança e o Ministro não o solta por essa alegação de risco de fuga.

Os pais que têm seus filhos presos, como a D. Rosângela; há outros que tiveram que deixar o seu país, que tiveram que levar suas crianças debaixo do braço e que hoje também estão vivendo uma ilegalidade na Argentina. Tivemos nesta semana três deles presos depois que foram renovar o asilo, mas o mais interessante dessa história é que eles estavam com o asilo renovado. Terminaram de renovar o asilo e alguém os entregou para a polícia.

Asilados políticos, segundo a própria lei da Argentina, não podem ser presos, porque eles são perseguidos politicamente, mas, mesmo assim, eles foram. Estão os três detidos em um país estrangeiro. A própria polícia da Argentina se preocupa com a situação de prisão dessas pessoas, porque lá eles estão presos com criminosos comuns, e isso é um risco para a vida deles. Enquanto a Justiça da Argentina não decide qual será o futuro dessas pessoas, já que a lei argentina diz que eles não podem ser extraditados, a gente busca informações. Informações que vêm meio atravessadas, mas a gente vai continuar lutando pela defesa dessas pessoas para que elas consigam um asilo de uma forma segura, um asilo permanente, para que elas possam continuar a vida delas. Eu não digo continuar, mas reiniciar, porque quem sai do seu país em busca de proteção, em busca de não ser preso, não pode dizer que vai recomeçar. Ele vai ter que deletar tudo o que viveu, porque só quem passa um dia, pelo menos, dentro do cárcere, sabe o que é aquilo.

Mas, para finalizar, eu digo a todos os familiares que estiverem me assistindo, às meninas do Clezão, à Jane e à Rosângela, aos familiares do Marco Alexandre, a todos os presentes e aos meus colegas advogados: contem com a minha luta até o último dia dessa injustiça, não só por vocês, mas por mim e pela minha família, porque eu quero viver em um país onde você tenha direito a ser livre, a se expressar, a se manifestar. Eu quero viver em um país democrático, de fato, não em uma democracia relativa. É por conta disso que eu irei lutar, não só para que as nossas leis sejam restabelecidas, como também para que o Ministro Alexandre Moraes e os outros Ministros que estão sendo omissos nessa situação, respondam pelos atos que estão cometendo com essas pessoas.

Obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Dra. Carolina Siebra, advogada da Asfav (Associação dos Familiares e Vítimas do 8 de Janeiro). Trouxe um relato forte, atualizando a gente aqui sobre como anda a situação.

Depois desse tempo, Dra. Carolina – acho que a última vez que a senhora esteve aqui faz mais de um ano –, nós, inclusive, Senadores que aqui estão, Senador Izalci, Senador Sergio Moro, Senadora Damares Alves, Senador Flávio, Senador Jorge Seif e vários outros colegas assinamos, por exemplo... Acho que o primeiro preso político deste século que nós tivemos no Brasil – em pleno século XXI, a gente com preso político aqui – foi o Deputado Daniel Silveira, e nós fizemos um requerimento, já tem meses! Olha a que ponto chegou a nossa democracia, Deputado Ricardo Salles! Senadores da República, mais de 30, assinaram um requerimento para quem eu chamo "Dono do Brasil", que é o Ministro Alexandre Moraes, para ele autorizar que nós, Senadores, fôssemos visitar o Daniel Silveira. Até agora a gente não teve resposta. Tem meses.

Fizemos outros requerimentos para visitar outros presos também. Demora... A Senadora Damares revelou publicamente o caso do...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Silvinei Vasques.

A Senadora Damares ficou tão indignada, porque esteve com o Ministro, e também o Senador Izalci, e o Ministro: "Não, eu soube que teve um documento desses uns meses atrás, mas acho que eu perdi o documento, está perdido por aí o documento." Ou seja, tripudia desta Casa!

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Dezesseis Senadores assinaram...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Dezesseis Senadores assinaram no caso do Silvinei Vasques e mais de 30 do Daniel Silveira, e a gente não teve...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São sinais de que nós estamos vivendo uma ditadura mesmo, a "juristocracia" consolidada no Brasil! E o sistema persegue adversário, blinda, para que essa verdade não venha à tona. No dia 27 – semana que vem, Senador Flávio – está marcado, no Supremo Tribunal Federal, o julgamento da questão das redes sociais. Semana que vem! A gente não está se atentando, porque é um feriado em cima do outro, é G20 para lá, G20 para cá, e o brasileiro não está se atentando para essa situação.

Mas vamos lá. O Senador Jorge Seif, os Parlamentares aqui presentes, Deputados e Senadores, eles podem... Nós temos mais duas pessoas para ouvir, dois advogados, e os dois estão remotamente conectados. O Senador Jorge Seif e qualquer outro Parlamentar que quiser se manifestar pode se inscrever, e já vou colocar a Deputada Julia, que tem a preferência aqui, a Senadora Damares – estou profetizando, hein! –, o Deputado Ricardo Salles, o Senador Jorge Seif, o Senador Izalci também, o Senador Flávio, que também pediu faz tempo...

Senador Jorge Seif, o senhor tem a palavra. Muito obrigado pela sua presença.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Girão, Sras. e Srs. Deputados, Senadores e convidados, nós, hoje, vimos mais uma ação do Supremo. Na verdade, o culpado por tudo isso aqui, por tudo que nós estamos vivendo, é o Bolsonaro, porque não passa de uma perseguição aos apoiadores do Presidente Bolsonaro. Primeiro foi o golpe de Estado. Aí, depois, a reunião ministerial. Aí, hoje... O nome das operações é a coisa mais – Spielberg está com inveja –: Operação Punhal Verde e Amarelo. Esses caras são artistas de primeira grandeza.

Eu trouxe aqui, inclusive, uma foto. Isto aqui, isto aqui, Girão, isto aqui é terrorista. Isto aqui... Ninguém explode nada, como a Dra. Carolina bem falou, com rojão, não. Só que é o seguinte pessoal: nós estamos com uma associação entre o Executivo e o Judiciário. As pessoas, hoje, Girão, estão procurando comida na *Black Friday*. As estatais estão afundando, se destruindo, dando prejuízo de novo. A roubalheira e a incompetência tomaram de assalto este país. Aí, eles me falam de crimes impossíveis.

Agora, o tal dos *Black Kids*, *kids* negros, não sei o quê, iriam invadir o Palácio do Planalto, a casa do Lula, o hotel do Lula, para botar veneno no café dele. Os caras que eram altamente treinados pelas Forças Armadas. Quando alguém me fala que o cara é altamente treinado pelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Forças Armadas, eu estou pensando que é o Rambo, que é o Chuck Norris, o cara vai cair do céu, o Ninja Jiraiya, para matar alguém. Não, vai botar pozinho no café, ou arrastar o Alexandre de Moraes pelos cabelos, quem sabe, o crime impossível.

Eu tive um desejo, Girão, eu tive o desejo de roubar a lua. Crime impossível! Quem não assistiu a *Minority Report*, um filme antigo, estrelado por Tom Cruise, onde os crimes eram deduzidos e a pessoa era presa antes, é o que estamos vivendo no Brasil, Girão.

Girão, sabe o que é terrorismo? É o que Dilma Rousseff, é o que José Genoino, é o que Zé Dirceu, é o que Fernando Gabeira e tantos outros fizeram. Esses, sim, explodiram bomba, assaltaram, sequestraram avião, mataram gente, e aí teve a tal da anistia ampla, geral e irrestrita. E hoje nós pedimos uma reparação. Aliás, eu acho que o termo "anistia" é completamente equivocado, porque anistia é para quem cometeu crime, mas, se essa é a solução que nós temos momentaneamente, que seja. O que não dá, Girão, é para ver mais a... Como é o nome da moça do "batom atômico"?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Débora.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A Débora. "Batom atômico", sendo que com um lava-jato tiraram a pichação. Não sou a favor de pichação, Dra. Carolina, e ninguém aqui, nem a favor de quebra-quebra, mas amanhã Clezão faz um ano de falecido. Quantos Clezões mais nós temos que ter? Nisso, o Ministério Público Federal hoje e nada é a mesma coisa, porque o que eles falam, o que eles recomendam... Só quando recomendam alinhados com a vontade dos ministros.

Então, realmente nós vivemos uma anomalia, como a Dra. Carolina, brilhantemente... Eu me sinto completamente contemplado na fala da senhora. Eu tinha um texto grande aqui para ler, mas a senhora é advogada, eu sou administrador.

Para finalizar, Girão, para os demais falarem, eu quero só contar uma história para vocês.

Conta-se que o grande advogado criminalista Sobral Pinto, em plena ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, suplicou a aplicação da Lei de Proteção dos Animais para obter o fim das torturas contra um espião comunista cujo codinome era Harry Berger. O que nós queremos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, Dra. Carolina, Senador Girão, Senador Izalci, é que os presos políticos... E não há dúvida mais sobre isso; internacionalmente falado. Inclusive, o nosso Ministro é uma pessoa famosa no mundo inteiro. Quem diria? O Ministro do nosso Supremo Tribunal Federal com a cara sendo levantada dentro da Câmara dos Estados Unidos da América por seus crimes contra a Constituição e contra os brasileiros.

O que nós queremos, Senador Girão? Por exemplo, para nós visitarmos lá o Vasques ou o Silveira, nós precisamos pedir autorização, mas bandidos criminosos têm visita íntima todo dia sem problema; saem pela porta da frente da cadeia. Helicópteros do crime organizado são devolvidos. Esse é o Brasil em que a gente vive.

Então, nós queremos que o tratamento aos animais seja aplicado aos nossos presos de 8 de janeiro, ou que seja aplicado o mesmo tratamento dado a traficantes, a criminosos, com audiências de custódia. Inclusive, lá na minha querida Blumenau, o cara já tinha passado em três audiências de custódia. Foi solto, pegou uma machadinha e matou um monte. Eu quero esse tratamento para os presos de 8 de janeiro.

Os caras do 6 de janeiro lá dos Estados Unidos, Senador Girão, a maioria pegou 60 dias de cana. Agora, alguns que realmente deram tiro, que faziam parte de facções criminosas pegaram penas maiores, mas todos foram julgados pela primeira instância. Era uma das partes do texto aqui que eu creio – não peguei a fala da Dra. Carolina inteira... Nós queremos... Eu só quero que a Constituição seja respeitada; não estou pedindo muito. Eu sou legislador, como o senhor e como os demais aqui, e somos fiscais da Constituição e dos atos do Executivo, e somos a única Casa que pode pedir esclarecimento e tomar iniciativas contra o Supremo Tribunal Federal.

Com essas minhas palavras, Dra. Carolina, Senador Girão, senhores e senhores, eu agradeço por esta audiência, parabenizando o Senador Eduardo Girão.

O que nós queremos é que os presos de 8 de janeiro sejam tratados como criminosos normais, traficantes, assassinos, os caras do PCC, André do Rap e que tenham um tratamento pelo menos equiparado ao que os animais de estimação têm.

Obrigado, Girão. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Senador Jorge Seif, de Santa Catarina, outro Senador muito atuante aqui nesta Comissão de Segurança Pública, que é membro, e atuante no Senado Federal.

Quero registrar a presença do Deputado Sargento Gonçalves, que chegou há um bom tempo já aqui; do Deputado Marcel van Hattem, também aqui presente; da Luíza, filha também do Cleriston Pereira da Cunha, objeto de debate desta sessão. Amanhã faz um ano do falecimento dele, então, isso não foi uma programação aqui, eu tenho que confessar para vocês, foi uma coincidência, mas não existem coincidências. Amanhã é feriado e o pai de vocês, o seu marido, morreu porque no dia em que ele se sentiu mal, no dia 20 de novembro do ano passado, não teve atendimento médico, demorou porque era feriado, era justamente esse feriado de amanhã. Olha as coisas como são! E esta audiência a gente aprovou há mais de ano... Há mais de ano não, não pode ser há mais de ano, foi logo depois do falecimento dele, foi no ano passado, e foi marcada pelo Presidente para hoje. Então, não é por acaso, nada é por acaso.

Eu passo a palavra agora para a nossa querida Deputada Julia Zanatta, que vai fazer aqui a sua participação.

Muito obrigado pela sua presença, Deputada.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. Para expor.) – Obrigada, Senador Girão, obrigada também pela audiência que o senhor propôs.

Quero agradecer à Deputada Bia que gentilmente cedeu para eu falar, porque eu preciso sair, mas não posso deixar de falar aqui nesta audiência, até porque isso aqui é um registro histórico.

Eu espero que não demore muito para essa injustiça ser reparada, mas isso nós vamos utilizar, nós vamos falar sobre isso por anos e anos, e nós vamos, sim, Dra. Carolina, que me ajuda muito nessa questão da luta pelos presos políticos do dia 8 de janeiro, nós vamos, sim, reparar as injustiças, isso não vai ficar assim. Afinal de contas, nós vamos, sim, restabelecer o reequilíbrio entre os Poderes e o Estado democrático de direito, de que se fala tanto da boca para fora, mas o que acontece aqui, com a falta de individualização das condutas de cada um do dia 8 de janeiro, acabou com o Estado democrático de direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os processos que eu pude acompanhar de perto, como o da cabeleireira Darisa, de Joinville, que, desde a primeira vez que eu citei o nome dela – e o marido dela, que é policial militar do meu Estado de Santa Catarina, me permitiu contar a história dela –, nós deixamos de falar de números e passamos a falar de seres humanos. Ela chegou em Brasília no dia 8 de janeiro à noite, senhoras e senhores – à noite! –, após o que já tinha acontecido, de toda a depredação. Depredação não é golpe de estado, e quem depredou deve ser punido como depredação, não como golpe de Estado. Um golpe de Estado sem armas, isso é... Quando você tenta explicar isso fora do país, ninguém entende. Começam a rir, começam a achar que a gente está exagerando, Senador Flávio Bolsonaro. E aí, quando a gente contextualiza, diz por que tudo isso está acontecendo, que é porque querem acabar com a figura política do maior líder que este país já viu: Jair Messias Bolsonaro... Isso tem que ser dito. Então, para pegá-lo, eles inventam narrativas e deixam pessoas simples e humildes presas, como nós temos até hoje.

Esse foi o meu primeiro tema de interesse e continua sendo, na minha lista de prioridades é o número um, desde que eu entrei aqui como Deputada. Eu procurei o Deputado Sanderson, que estava acompanhando os presos já em janeiro. Então, eu assumi em fevereiro, procurei o Sanderson, fomos à Colmeia – também pedimos para ir à Colmeia.

Na primeira vez que eu fui não precisava pedir. Aí, como começaram muitos Deputados a irem lá, o Alexandre de Moraes: "Não, agora essa turma aí tem que pedir permissão para o dono do Brasil", porque o Alexandre de Moraes hoje tem uma postura de dono do Brasil. Vamos ser bem sinceros aqui. Então, a gente passou a pedir para o todo soberano, para o magnânimo, para a gente ir. Ele demorava mais um pouco, mas alguns ele começou a permitir.

Eu olhei nos olhos de cada mulher que estava lá na Colmeia. Elas estavam assustadas, elas estavam perguntando como a sociedade as estava vendo – quem estava lá fora. E eu prometi, Dra. Carolina, que ninguém, nenhuma daquelas mulheres seria tratada como criminosa. Nós temos falhado quanto a isso? Não, nós temos combatido, nós temos lutado e nós não vamos desistir.

No começo era mais difícil. Quando eu cheguei ao Congresso era proibido falar desse assunto: "Não fala desse assunto, porque vai ter uns que não vão gostar". Estava todo mundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meio... Não se sabia o que estava acontecendo. Então, por isso, eu fiz questão de ir lá conversar com essas mulheres e de saber o que aconteceu.

Elas me contaram que o próprio Exército as pôs num ônibus, ficou girando, girando, girando – não tinha nem onde elas fazerem as necessidades básicas. Depois foram lá para aquele – lembra? – galpãozão. E tudo foi acontecendo de uma maneira muito, muito louca mesmo, muito deturpada para um Estado democrático de direito, como tanto se fala.

Eu quero dizer aqui à família do Clezão que eu não tenho o que falar sobre essa dor que vocês sentem. E também aos outros, aos outros familiares e aos outros presos políticos: não tenho o que falar, porque cada dia de injustiça – de uma pessoa que não cometeu crime e que está presa sem denúncia... Como lembrou a Dra. Carolina, são cem anos, e um dia de liberdade perdida é muita coisa.

Então eu tenho enfatizado e acho que todos nós temos que saber disto: a pacificação deste país não tem outro caminho, ela passa pela anistia dos presos políticos, passa pela reparação dessa injustiça. Enquanto nós não tivermos a anistia, nós não vamos ficar em paz.

E nós queremos... Ninguém gosta de ver um brasileiro com raiva de uma instituição, porque isso não é o STF. Eles estão ficando com raiva do Congresso Nacional. Estão desacreditados, porque, se eles vão votar, Senador, os Senadores, os Deputados, mas depois quem decide tudo é o Supremo Tribunal Federal, então para que toda essa estrutura aqui?

Então é isso que a gente escuta, porque eu faço questão de sempre estar junto do povo brasileiro, no meu Estado de Santa Catarina, é claro, conversando com as pessoas. E não tem um dia em que eu vá à padaria, em que eu vá ao mercado, em que eu faço as minhas coisas do dia a dia e não venha alguém me perguntar dos presos políticos do dia 8.

Então, podem ter certeza: todo o Brasil, todo brasileiro está com a sensação de injustiça. Enquanto nós não repararmos essa injustiça, este país não vai ficar em paz. Por quê? Porque sem justiça, com uma sensação de que não existe mais a justiça, as pessoas não acreditam em mais nada. E, quando elas não acreditam em mais nada, elas podem acreditar em qualquer coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu digo a vocês: eu faço orações todos os dias, porque, nos momentos mais difíceis, é quando mais a gente precisa se apegar a Deus.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu faço minhas as palavras também da Deputada Julia Zanatta no aspecto de que nós estamos vivendo um momento de sombras, de trevas aqui no Brasil, muito grande! É por isso que a gente precisa trazer as entranhas aqui, mostrar a podridão que a nossa democracia vive e buscar soluções para a cura.

E é como falaram aqui a Deputada Carolina e outros colegas Parlamentares...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ô, a nossa querida...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pode ter sido que eu tenha profetizado.

Como disse a nossa querida Carolina, advogada, anistia é para quem é criminoso.

E a Senadora Damares foi muito feliz no discurso que ela fez ontem, da tribuna do Senado, quando ela relembrou criminosos vorazes aqui no Brasil que sequestravam embaixadores, que sequestravam aviões, que mataram pessoas, tudo por um projeto de poder, por ideologia, e teve anistia para essas pessoas.

Os presos de 8 de janeiro não mataram ninguém; são presos políticos. Não foi encontrada uma arma! Olha que inversão completa de valores que a gente está vendo! E a gente vê, faz parte do jogo político infelizmente, mas a gente vê colegas subindo à tribuna, com ódio nos olhos: "Não à anistia! Quem é que vai garantir que eles não vão fazer...". É um negócio surreal o que a gente está vendo. E essas são as pessoas que foram anistiadas no passado, são esses grupos que foram anistiados. Aí vem aquele pensamento cristão, vem aquela passagem de que você não queira para o próximo o que você não quer para si mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente percebe aí os valores, os princípios desses nossos irmãos e irmãs, porque nós somos filhos do mesmo Deus. Podemos ser adversários no campo da política, jamais inimigos! Nós precisamos entender isso.

Passo a palavra imediatamente, agora, para a Senadora.... Hoje, eu estou cheio de profetização. Já ia chamar a Bia de Senadora.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. *Fora do microfone*.) – Pode chamar. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – "Eu aceito" – não é, Bia? "Eu aceito."

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Eu recebo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – "Eu recebo."

Bia Kicis, você está com a palavra. Muito obrigado pela sua participação.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Para expor.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar todos os Senadores aqui presentes, todos os colegas Deputados, advogados, os parentes dos presos políticos, os servidores e todos aqueles que estão nos acompanhando.

A gente sabe que esse assunto realmente atrai muita atenção dos brasileiros. Todos os dias, como disse a Deputada Julia, nós somos questionados pela população. Um pedido que nos fazem é: não se esqueçam dos presos políticos do Brasil. Não é possível a gente esquecer. De fato, não é possível, porque a gente teria que não ter coração, acima de tudo, para a gente pode se esquecer dos presos de 8 de janeiro.

Eu quero dizer que, na minha visão, tudo isso que está acontecendo serve a um propósito. Agora mesmo, tem vários jornalistas ligando, mandando mensagem, querendo saber a minha opinião sobre essa história aí do... Como é que chama, Senador Seif? Não sei... O que é aquilo que é o verde e amarelo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Punhal...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – É o quê?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Punhal Verde e Amarelo.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Punhal Verde e Amarelo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Mas esse é o nome do suposto plano. A operação é a Operação Contragolpe.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Não, é o plano – o plano. O que eu acho desse plano dos *black kids*, sei lá o quê? Eu acho que tudo isso serve a um propósito. É isso que eu acho.

Vamos aguardar essas investigações intermináveis, porque, geralmente, já vem com uma decisão judicial, há uma sentença antes da investigação. Vamos aguardar o que está acontecendo, mas, de fato, tudo isso serve a um propósito, como serviu o 8 de janeiro.

Nós temos que pensar sempre: a quem aproveita tudo isso? E, certamente, não é a nenhum de nós aqui. Não é à direita, não é aos apoiadores do Presidente Bolsonaro, não é ao Presidente Bolsonaro, não é aos presos, não é aos familiares. Então, não é a nós que isso aproveita. Mas isso aproveita a muitas pessoas que estão vibrando com os acontecimentos e cada vez criando mais e mais narrativas como essa história agora do Supremo, do Francisco, não é? O Francisco, que usou os fogos de artifício, acabou sendo morto pelos fogos de artifício, ele mesmo possivelmente se suicidou. Tem gente que supõe que não tenha sido suicídio, mas não importa. Então, o Francisco, que foi morto, que se suicidou em frente ao Supremo, já vira uma narrativa de um filme, como disse a Dra. Carolina, de uma ficção.

Mas nós temos que ter fé, e eu acredito porque a fé, é claro, vem acompanhada de muito trabalho. Não adianta só ter fé: tem que ter fé, tem que ter oração, mas tem que ter muito trabalho. E nós temos trabalhado... Está aqui o Deputado – estava agora, deve estar por aqui –, o Deputado Marcel van Hattem, que acabou de chegar também de viagem, e nós estivemos juntos na semana passada, e o Senador Girão também esteve em Washington.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos levando essas denúncias, porque o fato é que aqui dentro a gente não vê mais uma solução. Não temos mais a quem recorrer, porque esses processos deveriam estar correndo, tramitando na primeira instância, jamais no Supremo Tribunal Federal. Então, essas pessoas não têm a quem recorrer, e isso é de uma perversidade tão grande. Então, nós estamos tendo que realmente nos mobilizar e levar essas denúncias para fora do Brasil.

E eu quero dizer que, com a vitória do Trump... Eu estava lá acompanhando a contagem dos votos, conversei com muitos Deputados que agora foram reeleitos, que são da base do Presidente Trump, conversei com algumas pessoas que serão do Governo dele, farão parte do Governo dele, e eu confesso para vocês que senti respirar um ar totalmente novo, um ar de liberdade nos Estados Unidos. E eu acredito, sim – embora muitos sejam descrentes, céticos, façam até chacota: "Imagina que o Trump vai ligar para o Brasil!"... Gente, não é brincadeira, porque as pessoas que estão lá agora, ao lado dele, como o Elon Musk, como o Jason Miller, foram vítimas da tirania do Alexandre de Moraes aqui no Brasil!

O Jason Miller é um dos principais Conselheiros do Donald Trump e ficou detido no Aeroporto de Brasília, após vir aqui para o Cpac, após visitar o Presidente Bolsonaro, o Eduardo, e me visitar, quando esteve aqui em Brasília; ficou detido no aeroporto. Queriam que ele preenchesse formulários, respondesse a perguntas feitas em português, e os advogados dele impediram que ele fizesse qualquer manifestação. Ele está lá...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – O Sérgio Tavares...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – O Sérgio Tavares, que é o jornalista português, mas eu estou falando de pessoas muito próximas ao Presidente Trump.

Então, eu realmente acredito que as coisas vão mudar daqui para frente, e nós temos que ter fé, nós temos que continuar lutando todos os dias.

Quero dizer para os senhores que amanhã completa um ano, como disse o Senador Girão, da morte do Clezão, por culpa do Estado brasileiro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... Do Alexandre de Moraes, nominando aqui; ninguém tem dúvida de que é culpa do Estado brasileiro, mas do Alexandre de Moraes também, nós temos essa convicção. Na sexta-feira, no dia 22, nós faremos uma sessão solene na Câmara dos Deputados. Gostaria de convidar todos os Deputados, Senadores que estarão em Brasília para estarem lá presentes, às 9h da manhã. Nós receberemos a família do Clezão, os amigos, cidadãos aqui de Brasília, que estarão lá para empenhar o seu apoio, porque nós não podemos... O Senador Izalci estará lá conosco. Nós temos... À Senadora Damares, eu peço também que, se estiver em Brasília, esteja conosco na sexta-feira nessa sessão solene, porque nós não podemos, realmente, esquecer.

O que está acontecendo é um absurdo. Eu sou, como você, advogada, da área jurídica. Quem é da área jurídica, mais do que ninguém, não pode de forma alguma se conformar, porque vê os abusos desde a primeira linha de cada um desses processos, desses inquéritos; tudo que nós aprendemos na faculdade de Direito sendo rasgado; a Constituição sendo rasgada! Nós não temos mais a menor segurança jurídica neste país. Hoje, o que existem são narrativas para fortalecer um objetivo, um propósito de exterminar qualquer possibilidade política do Presidente Bolsonaro, dos seus apoiadores; de exterminar a direita, os conservadores.

E agora, no dia 27, eles vão julgar no Supremo a legalização da censura. Só que não vai ser legal, a censura é inconstitucional! Eles digam o que quiserem na interpretação que eles derem à Constituição, no voto que derem; continuará sendo vergonhosamente ilegal e inconstitucional.

E eu quero dizer que eu sempre me opus, porque a gente ouve muito: "Não, se a gente não fizer o Supremo vai fazer", Senador Flávio. "Se a gente não fizer, o TSE vai fazer pior, então é melhor a gente votar aqui." Eu falei: "Gente, nós não podemos legitimar", porque aí, sim, uma lei votada pelo Congresso poderia legitimar, sem caracterizar a censura, mas legitimar essa tal regulação que eles querem fazer.

Nós não podemos participar disso. Nós temos que continuar jogando na cara que é censura, que é tirania, que é inconstitucional, que é ilegal – e lutando!

E vamos, sim, como fomos na semana passada, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, levar as nossas denúncias. E nós não estamos sozinhos, Senador Girão, quatro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados americanos já mandaram um ofício, uma carta a esta Comissão de Direitos Humanos para dizer: "Ou vocês levam adiante os processos contra, as denúncias contra o Alexandre de Moraes, ou vocês podem ficar sem os recursos para o funcionamento desta Comissão", porque os Estados Unidos arcam com 50% do orçamento daquela Comissão.

Então, eu acredito que as coisas começarão a mudar. Eu realmente acredito, por tudo que eu vi nessa semana que passamos lá nos Estados Unidos, após a vitória do Trump.

As pessoas que estão cercando o Presidente Trump... Inclusive ele conhece, gosta, tem afeição pelo Presidente Bolsonaro, pelo Eduardo Bolsonaro, que esteve lá dentro, com ele, em Mar-a-Lago, na apuração. Então, existe, sim, essa proximidade.

E eu acho que nós começaremos a ver essa mudança daqui a pouco tempo. Tenho essa esperança, essa fé e peço a vocês para que não percam a esperança, não percam a fé, porque nós estamos ao lado da verdade, e nós estamos buscando a justiça, simplesmente.

Eu não vou me alongar mais, porque tem muitas pessoas para falarem aqui, mas eu queria deixar aqui esse registro de que não é possível que a gente esqueça, que a gente se ocupe com outros assuntos mais importantes, porque não há. Não há assunto mais importante do que a anistia dos presos políticos, e eu não quero saber do nome que vai se dá, porque é uma loucura.

É o que você falou, faz todo tipo de ilegalidade e aí fala: "Não, não pode anistiar, porque eles não estão condenados com o trânsito em julgado, então não pode ser anistia." Isso é brincadeira. Que seja chamado de anistia, sim, ainda que o nome seja impróprio, mas o que interessa é que eles sejam libertos dessa condenação que eles estão sofrendo, desse sofrimento sem fim. E que eles possam ter suas vidas devolvidas, aqueles que ainda têm vida, mas, assim como o Clezão já se foi, tem outros que podem partir em breve...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pastor Jorge...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Pastor Jorge...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está para morrer, com uma bomba no coração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Isso, exatamente. Então, é preciso que a gente fale sobre isso. Nós não vamos nos calar e nós não vamos deixar isso ser esquecido também.

Então, contem comigo, sexta-feira eu espero os senhores, às 9h, para a nossa sessão solene em homenagem ao Clezão e à sua família, a gente espera que isso traga um mínimo de conforto a vocês.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, nobre Deputada Bia Kicis, aqui do Distrito Federal.

Eu tenho esse mesmo sentimento que você tem, que as coisas vão mudar, de fora para dentro.

Mas as orações dos brasileiros têm sido fundamentais para isso, seja evangélico, seja católico, seja espírita – muita gente orando –, e a gente vê, por exemplo, o que aconteceu no ano passado. Foi no ano passado ou foi neste ano que o próprio Elon Musk bateu de frente com o que está acontecendo? Este ano já. É porque as coisas estão passando tão rápido.

Eu acredito que o novo Governo dos Estados Unidos vai trazer... Eu não digo nem, Deputada Bia Kicis, por causa da questão do dinheiro, não, os Deputados dizendo que não vão mandar... Eu não digo... Sabe por que eu vejo? Porque esses caras têm dinheiro demais, essas comissões têm financiamento de ONGs – George Soros que o diga –, têm muito apoio. E eu nem duvido que, como teve o Janjapalooza agora, eles possam pegar o dinheiro do Brasil para querer ajudar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que está fazendo o jogo deles. E a gente viu isso.

Então, eu acredito que é porque o mundo está olhando para o Brasil, e é aí que reside minha esperança. Já transcendeu o país, governos já estão colocando abertamente isso. Pessoas do mundo jurídico internacional já estão vendo isso, instituições, o Congresso americano. Já teve audiência pública no Congresso americano – eu estava lá, você também estava lá –, Deputados e Senadores americanos discutindo o caso do Brasil, da censura, da perseguição política. Foi ouvido Paulo Figueiredo, um jornalista exilado nosso, que está com o passaporte retido, com conta bancária bloqueada, com rede social derrubada pelo Ministro Alexandre de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Moraes. Então, está todo mundo vendo o que está acontecendo. Então, não tem como segurar muito tempo essas arbitrariedades.

Eu passo a palavra agora para o nosso Deputado Ricardo Salles, do Estado de São Paulo.

Muito obrigado pela sua presença.

O senhor tem a palavra.

O SR. RICARDO SALLES (NOVO - SP. Para expor.) – Sr. Presidente Girão, Sras. e Srs. Deputados, Senadores, familiares dos presos e todos os demais presentes aqui nesta sala, primeiro, quero agradecer ao Senador Girão pela oportunidade de fazer ouvir aqui as vozes não só da advogada da associação, mas dos demais que também falarão, ainda que remotamente, bem como dos Parlamentares que trazem aqui não só sua mensagem de solidariedade, de carinho, de apoio aos familiares, mas também de indignação por tudo isso, como bem colocou a Deputada Bia Kicis.

Eu tenho a fama, meu caro Girão, de ser sempre mais duro nas falas. Então, para não perder a oportunidade, eu vou manter o meu estilo de sempre e vou dizer que os primeiros que me envergonham são os militares deste país, que assistiram a tudo isso calados, sob o comando daquele General Dutra, deslumbrado, que se prestou ao vergonhoso papel de cercar pessoas inocentes na porta dos quartéis e encaminhá-los, fazendo de conta que estava protegendo essas pessoas, mas estava, na verdade, arregimentando as pessoas – já combinado à época com o então Ministro da Justiça Flávio Dino e com o Presidente Lula, que fez o General ficar inebriado por ter falado ao telefone, arregimentou essas pessoas, iludiu essas pessoas, cometeu o crime de perfídia, o que, se nós tivéssemos uma Justiça Militar séria, faria julgar este General Dutra pelo crime de perfídia – e encaminhou essas pessoas para a prisão. Como citaram aqui alguns exemplos, mas há vários, pessoas que estavam ali, e muitas delas, inclusive, chegaram depois dos atos ou não foram lá nos atos. Quer dizer que não houve o menor critério de extinção, de se limitar, pelo menos, a encaminhar, para ser preso, quem estava dentro das instalações onde houve a depredação e a invasão.

Crime de depredação houve? Sim. Invasão de prédio público? Também. Existe norma para isso, norma penal aplicável, com a combinação de pena proporcional, e tudo o mais. Não se dá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

golpe em feriado, com os prédios vazios; não se dá golpe com as pessoas desarmadas. Então, é evidente que aquilo não foi golpe. Mas, independentemente de ter sido ou não tentativa de golpe, o que os militares fizeram no 8 de janeiro, em permitir que se levassem essas pessoas presas e de emboscar essas pessoas na porta do quartel, foi de uma covardia sem tamanho. Essa covardia não começou no 8 de janeiro. Essa covardia começou quando essas pessoas foram sendo mantidas na porta desses quartéis, com a esperança de que algo ia acontecer, de que algo ia ser feito. Ao invés de serem avisadas, dizendo: "Olha, nada vai acontecer, nada foi feito. O Lula ganhou a eleição, vai cada um para a sua casa. Parem de ficar tomando chuva e de serem iludidas aqui na porta desses quartéis." *A contrario sensu*, nenhuma dessas autoridades se prestou a ir ter essa conversa franca, sincera e objetiva com aqueles que lá na porta estavam. Mantiveram essas pessoas ali na porta por motivação política, por motivação, seja lá qual for, ou até por falta de coragem mesmo em assumir que nada iria acontecer. Essas pessoas foram iludidas e induzidas a ficarem ali. A decepção, Senador Girão, caros colegas, meu caro Izalci, com eles, portanto, é enorme.

Por outro lado, na história do Brasil, desde a época do Império, até antes da época do Império, quando o Brasil ainda era colônia de Portugal; depois, com Dom João VI aqui, Dom Pedro I, Dom Pedro II, a Velha República, a República Velha; depois na época do Getúlio Vargas; depois, nos anos de Juscelino, de Dutra e, como já dito aqui, na época do fim do regime militar de 1964, o Brasil tem na sua história episódios reiterados de explosões de revolta, de descontrole, de prisões, inclusive, de militares; e, logo em seguida, de processos de anistia e de perdão geral, como forma de pacificar o país. O que nós vemos hoje é um Presidente que se elegeu dizendo que ia pacificar o Brasil, que o amor voltou, que o Brasil voltou; que a direita é que era truculenta, a direita é que era promotora de ações contrárias ao Estado democrático de direito, às liberdades individuais, etc. Mas o que nós estamos vendo é exatamente o oposto: aqueles que pregavam o amor praticam o ódio, a vingança, o desrespeito ao devido processo legal, ao contraditório, à ampla defesa. Eles vêm praticando isso de maneira reiterada.

No passado, quando essas coisas aconteciam – e eu me refiro agora a um passado de toda essa história e de 200 anos de problemas e anistias, etc; eu posso citar mais recentemente o período pós-1964, porque os meus pais, Girão, foram alunos da Faculdade de Direito Largo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São Francisco em meio ao regime de 1964. Meu pai, formado em 1968, pela Faculdade de Direito Largo de São Francisco; e a minha mãe, formada em 1972, pela mesma faculdade.

Os seus colegas de faculdade, aqueles que eram de direita apoiavam o regime à época; aqueles que eram de esquerda protestavam.

E os amigos desses que eram de esquerda iam mais além: praticaram aqueles atos, muitos dos quais citados aqui, de assalto a banco, sequestro, expropriação, que era o eufemismo que eles diziam para roubo, justiçamento e tantas coisas.

Mas, naquela época, os juristas com J maiúsculo do Brasil, mesmo aqueles que não eram de esquerda – muitos eram de direita, muitos eram, inclusive, ministros do Supremo Tribunal Federal à época, muitos eram Senadores –, se insurgiam contra os abusos e procuravam defender aqueles que estavam sendo, de certa forma, perseguidos.

Ainda que tivessem praticado algum crime, havia uma certa compaixão pelo ser humano, havia uma certa condescendência para com as famílias, mesmo em relação àqueles que estavam presos porque fizeram alguma coisa durante aquele regime de 1964.

Quantas não foram as famílias de presos políticos de 1964 que, mesmo presos, ou até em locais não sabidos – depois, a história trouxe que locais não sabidos eram esses –, essas famílias procuravam famílias de militares que estavam no regime para combater os comunistas, procuravam famílias de magistrados, famílias de juristas que não eram de esquerda e diziam "por favor, ajuda o meu filho, ajuda a minha mãe, ajuda o meu pai; ele está sendo torturado, ele está sendo preso, ele está injustamente preso, foi removido para não sei onde".

E essas pessoas eram ajudadas. Tantos não foram aqueles que foram libertados durante o regime, porque foram ajudados por outros que não eram de esquerda, não eram do seu grupo político, mas não se alinhavam com a injustiça.

A família do meu pai, que tem muitos juristas, já há muitas gerações, foi uma dessas famílias que, sendo de direita, foi procurada por integrantes da esquerda para dizerem "olha, nos ajudem a ter o direito de defesa assegurado, a ter as nossas opiniões, as nossas visões, o nosso acesso".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essas pessoas foram ajudadas, muitas delas se tornaram, inclusive, depois, Parlamentares. Uma se tornou Presidente da República, Dilma Rousseff, que era conhecida como Estela no submundo do crime, do terrorismo contra o Estado. E vários outros. O Aloysio Nunes Ferreira foi Senador desta Casa, era motorista do Marighella. E tantos outros, José Dirceu e por assim vai, Jose Genoino e tudo.

Vários outros desconhecidos foram contemplados pela compaixão, pelo respeito à vida humana, ainda que tenham acontecido abusos e coisas muito graves naquele regime.

Portanto, o silêncio, meu caro Girão, dos atuais juristas – que eu já não digo com J maiúsculo, eu diria com J minúsculo –, mesmo os juristas de esquerda, e eu me refiro aqui em especial aos meus colegas advogados, muitos são de esquerda...

Aliás, os criminalistas brasileiros, a maioria dos melhores criminalistas brasileiros são de esquerda, e são pessoas que já militavam no fim do regime militar e estão vivas até hoje militando pelos direitos humanos, pela liberdade e pelo direito à livre expressão, e hoje se calam diante do que está acontecendo.

Quando eu os encontro lá em São Paulo – encontro pouco aqui em Brasília, encontro mais em São Paulo – eu digo: por que vocês não falam nada? Quando foi para vocês defenderem o pessoal da esquerda, vocês mostravam todo o seu conhecimento jurídico e a sua indignação. Agora vocês não falam nada.

Magistrados não falam nada. Membros do Ministério Público não falam nada. A OAB – dá vergonha ver a minha entidade, a que eu sou obrigado a ficar filiado, porque, se não fosse, já tinha me desfiliado – não fala nada. Essas pessoas não falam absolutamente nada do que deve e precisa ser falado, da forma séria, correta, objetiva e incisiva, como deve ser falado.

Mas a vergonha não recai só sobre esses militares e esses juristas com "j" minúsculo, recai, infelizmente, sobre os políticos, sobretudo desta Casa, que, pelo seu papel constitucional, deveriam se posicionar como devem acerca de abusos praticados pelo Poder Judiciário. E é a omissão da Presidência, da Comissão de Constituição e Justiça e de muitos membros deste Senado da República que tem permitido que isso se alongue da forma como se alonga. Não sei se é por rabo preso, por compromisso político, por corriola, ou seja lá o que for, mas não fazem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que deveriam fazer. Fazem bem os acordões, agora, para a sucessão da Presidência da Casa; para, rapidamente, aprovarem as emendas parlamentares, para serem pagas... Isso tudo é de uma eficiência tremenda. Alinham-se à esquerda, à direita, ao centro, para cima, para baixo... Mas na hora de fazer sobre esse assunto, essa grande injustiça, que já dura muito tempo neste país, cada um corre para um lado, faz um discursinho e volta para as suas tarefas.

A Câmara dos Deputados, sob a Presidência da Caroline de Toni, vinha avançando num projeto, cuja relatoria era do Deputado Rodrigo Valadares e, de novo, a exemplo do que eu disse aqui, também foi atacada por uma manobra regimental que fez mudar o trâmite daquele projeto que estava lá na CCJ para uma tal Comissão Especial. Tudo em meio a um acordo para se fazer a sucessão da Presidência da Câmara dos Deputados. ois eu digo: ou o Congresso Nacional, em ambas as casas, Câmara e Senado, sobretudo no Senado pelo seu papel constitucional, adota uma outra postura, ou só Deus para salvar, realmente, a pele desses presos do 8 de janeiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado.

Muito obrigado, Deputado Ricardo Salles. Muito obrigado pela sua participação.

Também quero anunciar que a Rádio AuriVerde está transmitindo ao vivo, desde o começo, esta sessão.

Quero agradecer ao grande comunicador Alexandre Pittoli e a toda a sua equipe, ao Vereador Eduardo Borgo e aos que fazem parte da equipe.

Vou passar a palavra, agora, para o Senador Flávio Bolsonaro. Depois, para a Senadora Damares, o Senador Izalci, o Deputado Sargento Gonçalves, vamos ouvir os dois últimos palestrantes e abrir aqui para algum questionamento, já que é uma audiência pública, das pessoas que estão aqui, cidadãos brasileiros que estão aqui nesta Casa.

Senador Flávio, muito obrigado pela sua presença, o senhor, que também é muito participativo nesta Comissão e no Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja bem-vindo a esta audiência.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discursar.) – Um bom dia a todos.

Senador e amigo Eduardo Girão, eu que parabenizo V. Exa., mais uma vez, pela iniciativa desta audiência pública, porque a gente precisa continuar abrindo os olhos daquelas pessoas que estão nos assistindo, como as pessoas agora lá na Rádio AuriVerde, com o nosso grande Alexandre Pittoli, como os Parlamentares desta Casa, porque, para as cenas revoltantes que nós vimos do comportamento de Deputados Federais na Comissão, ao debaterem o projeto de anistia lá na Câmara, só tem dois caminhos: ou são ignorantes, imbecis, insensíveis, ou são mal-intencionados de propósito mesmo, porque não se sensibilizar com o que está acontecendo, com essa sensação de impotência que a Dra. Carolina colocou aqui, é muita maldade no coração. Dá vontade de pegar e sacudir a corda: em que mundo você está vivendo? É por isso que eu me sinto muito bem representado pelo que disse aqui, com todas as letras, a Dra. Carolina.

Foi precisa, Doutora, firme. E eu quero parabenizar todos os advogados, na pessoa da senhora, que estão trabalhando por cada um desses perseguidos políticos. E, se eu puder fazer um pedido aqui aos familiares, levem mais uma vez o meu abraço e o abraço do Presidente Bolsonaro a quem está sofrendo injustamente, porque eu fui pessoalmente proibido de visitá-los.

Muitos podem não saber, mas nós fizemos uma dessas relações de Parlamentares para fazer a visita aos perseguidos políticos aqui na Papuda, em Brasília, nominalmente, eu fui proibido pelo Ministro Alexandre de Moraes de visitá-los – eu e o Senador Marcos do Val –, por uma situação que eu nem sabia, porque, segundo ele, eu sou investigado também.

Até hoje, eu não fui citado, não sei por que, se é verdade ou se não é, mas o fato é que eu não pude ir prestar pessoalmente a minha solidariedade por causa dessa decisão de quem, de fato, está mandando no Brasil.

Eu quero trazer aqui a informação atual de que parece que hoje vão ser julgados lá na Justiça da Argentina dois dos asilados políticos, e a informação que eu estou tendo dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

advogados que estão trabalhando nessas causas é que, independentemente da decisão que for dada, parece que por um juiz de primeira instância lá, com viés esquerdista, de extrema esquerda, a palavra final sobre a extradição cabe ao Presidente da República da Argentina; portanto, cabe ao Presidente Milei.

E, obviamente, nós já fizemos chegar até ele, até à sua assessoria, a gravidade do que está acontecendo aqui, de que as condenações, as tipificações que estão sendo dadas a quem, porventura, já foi condenado aqui no Brasil não refletem a realidade, porque, obviamente, não tem cabimento alguém ser condenado a 17 anos de regime fechado por depredar o patrimônio público.

E, sinceramente, a expectativa que nós temos é que na Argentina venha mais um sinal claro para o Brasil de que lá se respeitam os tratados internacionais, que lá se respeitam aqueles que são perseguidos políticos e que lá é dada guarida a essas pessoas, que não têm a quem recorrer aqui no Brasil.

É um jogo de cartas marcadas, é caixão encomendado – essa é a dura realidade –, porque não têm a quem recorrer; como veio a resposta, Presidente Girão, dos Estados Unidos, quando tentaram extraditar o Allan dos Santos, por exemplo, que conseguiu o seu asilo político, e lá o Governo falou: "Aqui nós não perseguimos ninguém que se manifeste conforme aquilo que ele pensa, independentemente de desagradar a qualquer autoridade de outro país".

É lá dos Estados Unidos que está vindo também a resposta, num caso concreto, da armação que fizeram com Filipe Martins, em que se fundamentou a manutenção da sua prisão como se ele quisesse fugir do país. Alguém, lá na imigração dos Estados Unidos, possivelmente com ligação com autoridades do Supremo aqui no Brasil, forjou uma prova de que ele teria tentado entrar naquele país, o que não aconteceu. Portanto, lá há um processo concreto para apurar em que circunstâncias isso aconteceu e que pode ter reflexos aqui no nosso Brasil.

Portanto, eu fico confiante de que também venha de lá uma parte dessa resposta – porque nós aqui precisamos fazer a nossa parte –, mas, de lá, também vem essa resposta, como já veio com relação ao Allan dos Santos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu espero sinceramente, Carolina, se for a sua intenção, que Deus abençoe essa sua intenção de entrar para a política, porque a dificuldade que nós temos aqui no Senado, apesar de muitos discursos fáceis por aí, é de número de Senadores. Além desse gargalo de não ser pautado o *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes, a outra dificuldade seria, sim, nós chegarmos a 54 para que isso acontecesse, porque todos os 81 Senadores sabem que existem motivos para fazer o *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes aqui nesta Casa.

Todo mundo sabe que ele quebrou os pilares da democracia do nosso país. É inadmissível o que ele faz e está aí a sensação de impotência de quem está advogando, dos familiares de quem está sofrendo em cárcere, em função de uma injustiça de alguém que avoca para si um processo que não tem competência para atuar, sem provocação do Ministério Público; de alguém que escolhe quem vão ser os policiais que vão fazer as investigações dos alvos já predeterminados pelo Alexandre de Moraes e, quando fica ruim a investigação, ele manda voltar, porque não está do jeito que ele quer. Isso porque ele quer mais fundamentos para condenar a pena que ele já estabeleceu também, seja de prisão, seja de desmonetização do ganha-pão dessas pessoas, seja de exclusão de cargo público.

E aí não tem a quem recorrer, porque parece que, ainda, por enquanto – e eu espero que seja por enquanto de verdade –, continuam alguns dando suporte para essas atrocidades e monstruosidades que está fazendo o Ministro Alexandre de Moraes, como fez enquanto Presidente do TSE, interferindo diretamente nas eleições de 2022, que foi o que ele fez.

O Lula deve ao Alexandre de Moraes ele ter sido declarado Presidente da República, porque ele não deixava a campanha do Presidente Bolsonaro andar. Censurava previamente, antes de irem ao ar, programas que mostrariam a verdade sobre o que era o Lula, sobre a sua proximidade com ditadores, sobre a sua pauta a favor de aborto, sobre a roubalheira que o seu Governo promoveu aqui no Brasil, a maior da história do nosso país, de que muitos da geração atual não tem conhecimento e que passariam a ter, se tivessem acesso a essa informação nos programas eleitorais.

Nossos programas eram censurados, inclusive nas rádios, com mais de um milhão de minutos não sendo transmitidos nas rádios, em especial no Nordeste. E olhem o tratamento. É isto aqui que acho que deixa o povo indignado: a diferença no tratamento a quem é de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esquerda e a quem é de direita, porque, lá em 2018, Presidente Girão – lá em 2018 –, a Polícia Federal instaurou um inquérito para apurar possíveis fraudes nas eleições de 2018 pela então Ministra Rosa Weber.

Mas por quê? Porque foi declarado Presidente o Bolsonaro. Ah, então vamos investigar, porque, se tiver fraude, a gente tem que cancelar a eleição. E aí começa a investigar, veem que houve a invasão de um *hacker,* que ficou por meses transitando no sistema eleitoral brasileiro – não posso falar se interferiu ou não interferiu na eleição, porque a investigação continua aberta até hoje. E aí em 2022, quando nós pedimos, apresentando indícios de que poderia ter havido alguma interferência nas eleições, qual é a resposta do TSE? Não só não investiga como multa o partido do Presidente Bolsonaro em R$22 milhões. E o inquérito de 2018 está aberto até hoje, porque foi a eleição em que o Presidente Bolsonaro se elegeu, então vamos deixar aberto. Vai que surge alguma coisa contra o Bolsonaro... Mas agora, como o Lula foi declarado Presidente em 2022, o inquérito não anda, está trancado, acabou, não tem o que investigar.

E o que aconteceu hoje nessa operação, Presidente Girão, olhe que interessante, Senador Izalci, olhe qual é a narrativa: cinco pessoas tinham um plano intergaláctico para assassinar autoridades aqui no Brasil, e o ato seguinte a eles conseguirem isso seria eles instaurarem uma espécie de gabinete de crise integrado por eles mesmos, os cinco no gabinete de crise. Iam começar a dar ordem para todo mundo e todo mundo ia cumprir. Esse é o plano de tentativa de golpe, mais um.

Esse episódio de hoje reflete bem o que vem acontecendo ao longo do tempo, as narrativas que vão criando, com o apoio da grande mídia, alguma sensação de que essas pessoas têm que ser punidas, que fizeram algum mal, quando não fizeram.

Essa situação de hoje não era nem para ter inquérito aberto, porque vontade de matar alguém, todo mundo alguma vez na vida já teve. Por mais que seja abominável esse sentimento – a gente ora, pede perdão a Deus por ter tido essa vontade –, isso não é crime. E um crime, para ser tentado, em algum momento da sua execução, tem que ter havido algum fato que impediu os agentes de darem continuidade ao plano deles, de concretizar esse crime, o que não aconteceu também nesse suposto plano de assassinato de autoridades. Ou seja, não há nem crime, mais um episódio em que não há crime. Não só é aberto inquérito pela Polícia Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como encomendado na PGR, é oferecida denúncia para uma pessoa que supostamente é a vítima desse plano de assassinato, Alexandre de Moraes – quer dizer, não poderia, mais uma vez, ele tomar decisão num inquérito ou num processo como esse... E que se (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno.*) – desculpa a expressão, mas é para ficar (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno.*), porque isso acontece reiteradamente, e não se tem a quem recorrer. Eu fico aqui, angustiado, porque a culpa é colocada no Senado Federal – e é do Senado Federal –, mas nunca fazem a ressalva de que alguns Senadores estão aqui se expondo, há muito tempo, lutando por essa causa. Vamos continuar lutando, porque a gente não vai desistir do Brasil. Façam o que quiserem fazer, a gente não vai desistir do Brasil.

Eu digo o seguinte ao Alexandre de Moraes, que ele tem duas opções: ou a gente aprova a anistia aqui, ampla, geral e irrestrita para todo mundo e algum Parlamentar faça uma emenda para inclui-lo nessa anistia, porque ele cometeu crimes ao longo desse tempo; ou a gente, da mesma forma, vai aprovar a anistia e, quando nós tivermos maioria neste Senado, a gente vai cassar o Alexandre de Moraes, ele vai ser impedido pelos diversos crimes que ele reiteradamente está cometendo, desgraçando a vida de centenas de milhares de famílias brasileiras.

Uma hora esse mal vai acabar. Se for como sempre mostrou a história do nosso Brasil, com alguma pacificação que passa, sim, pela anistia, porque ele é o primeiro a vir a público e tentar jogar um balde de água fria num processo que está sendo construído dentro da política, com respeito, de forma democrática - e tem que conversar com todo mundo, porque senão não andam as coisas aqui nesta Casa -, então não caiam em discursos fáceis daqueles que se acham os (Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno.) e que vão se sentar ali e vão começar a dar ordem nos votos dos outros Senadores, porque não vão conseguir os votos.

Prestem atenção sobre quais são as intenções dessas pessoas, porque aqui tem um trabalho responsável de todos os Parlamentares que já passaram aqui por esta audiência hoje e mais outros que não puderam estar aqui, que estão comprometidos, sim, que estão sentidos sim. Quantas vezes eu já perdi o sono pensando como a gente consegue arrumar uma solução, Dra. Carolina, para que esse pesadelo tenha fim? Todos nós aqui já passamos por isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, o caminho está pela política, o caminho não está na força. O Alexandre de Moraes continua usando o remédio errado e em dose errada. Tudo o que aconteceu no 8 de janeiro é consequência das decisões dele, das posturas dele. Não tem um ditado popular de que quando tem um bicho encurralado, em algum momento ele vai acabar partindo para cima do seu algoz? É o que ele está fazendo. Eu não estou querendo dizer com isso aqui que eu estou incentivando nada. Muito pelo contrário, eu estou, mais uma vez, mostrando qual é a saída, que é pela política, é pela anistia, é assim que a gente vai conseguir a pacificação.

Então, em função do que fez Alexandre de Moraes, aconteceu o 8 de janeiro. Ou alguém ia sair de casa se tivesse a quem recorrer, se tivesse algum recurso sendo analisado, se as leis estivessem sido aplicadas da forma correta, se a Constituição estivesse sendo cumprida? Porque até o homem médio, como a gente fala, entende o que está acontecendo. A opinião pública, cada vez mais, entende a perseguição que está acontecendo. E aí vem agora um maluco... E está muito mal explicada essa história, porque quem assiste ao vídeo vê que ele solta os rojões – é óbvio que é um protesto que a gente tem que repudiar, não é assim que se resolvem as coisas -, mas, em algum momento, o cara cai duro e a bomba explode em cima dele, o morteiro explode em cima dele, ou algum outro artefato com pólvora que estava no corpo explode em cima dele. Das duas uma: ou ele teve um infarto fulminante, desabou, e o troço se explodiu em cima dele, ou ele levou um tiro.

Eu espero que o inquérito, ou seja, a investigação seja de fato isenta. Eu não estou querendo responsabilizar ninguém caso tenha havido um tiro não, porque pode configurar até uma situação de legítima defesa ali, mas não é aquela narrativa inicial que estava sendo ventilada de que alguém foi lá para explodir o Supremo, para explodir o Alexandre de Moraes.

Então, olhe o avançar das coisas, Girão. O 8 de janeiro... Acontece agora esse fato desse cara, desse maluco, e eles continuam insistindo com o remédio errado. É inacreditável a ignorância. É inacreditável o orgulho que essa pessoa tem de não vestir por um momento a veste da humildade para reconhecer que ele é o grande catalizador, ele é o grande combustível do que está acontecendo. Não tem discurso de ódio de ninguém de direita, não.

Eles são tão ardilosos que já estão usando essa conjuntura atual para vir de novo com discurso de censura em rede social, porque não concordam com o que algumas pessoas falam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na internet contra eles. Então, a gente tem aqui uma missão árdua, Senador Girão, Senador Izalci, uma missão difícil, mas da qual a gente – e eu posso falar por vocês dois e por quem mais passou por aqui – não vai arredar o pé.

A gente vai continuar trabalhando na mesma linha, por mais que a gente não seja maioria, por enquanto, porque a gente não vai dormir em paz enquanto a gente não conseguir pacificar este país de verdade, porque nós é que somos os defensores da democracia, nós é que estamos aqui denunciando todas as atrocidades que estão sendo cometidas, rasgando-se a Constituição, para impor a vontade dele, uma pessoa que age por vingança, que toma decisão com o fígado, que machuca as pessoas com a caneta mais do que um marginal está machucando as pessoas com fuzil aí na rua, porque até esses marginais têm a quem recorrer, até esses marginais perigosíssimos, esses sim têm a quem recorrer, mas os perseguidos políticos não têm a quem recorrer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senador Flávio, antes de o senhor encerrar, o Senador Izalci trouxe um vídeo que eu queria pedir à nossa Comissão para passar – porque o senhor citou esse caso lá do dia 13 de novembro – e mostra realmente uma imagem de que eu não tinha conhecimento. É estranho. A tese do suicídio me parece ficar frágil com relação a isso, então, eu vou pedir para passar o vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ele parece que se abaixa para acender outro artefato, joga e cai... Na hora em que ele ia jogar, ele cai. Aconteceu alguma coisa neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vamos pedir para passar de novo, só para...

Passe de novo, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Parece que foi um pouquinho antes que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Neste momento aí, você vê que não tem a reação de quem está vivo. Alguém que está com fogo pegando no seu corpo a reação é se proteger, tentar apagar o fogo. Ele está ali apagado.

Na minha avaliação, ou ele sofreu um infarto fulminante alguns segundos antes disso ou ele levou um tiro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Se me permite, Flávio, só a gente complementar isso aí, saiu... Eles avocaram para a Polícia Federal o inquérito disso, que estava na Polícia Civil. A Vice-Governadora declarou isto: no aparelho celular dele também ele ameaçava matar Jair Bolsonaro, mas ninguém fala isso. É incrível.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Izalci, é perfeita a sua colocação – vou encerrar, Senador Girão –: a imprensa não repercute, porque a narrativa é que isso tudo acontece por culpa do Bolsonaro. Porque se eles colocam no ar, com a mesma importância, que a pessoa também queria tirar a vida do Presidente Bolsonaro, perde-se a narrativa, porque vai se ver que não é uma pessoa vinculada politicamente a nós, não é uma pessoa que tenha uma orientação por parte de alguém ligado a nós. Você vê que há um consórcio de verdade para manipular, para tentar manipular a opinião pública, e são as pessoas que estão dizendo que nós fazemos discurso de ódio, quando eles estão incentivando a manutenção dessa situação caótica.

Então, Girão, só acabo pedindo desculpa pela minha fala, porque não dá, uma hora... É tanta coisa presa na garganta... Eu sou uma pessoa ponderada, eu meço muitas as minhas palavras, eu sempre busco construir para chegar em um objetivo real e concreto para todo mundo, e eu acho que esse objetivo a gente não vai alcançar só apontando o dedo para a cara de ninguém, ameaçando ninguém, fazendo discurso bonito.

Mais uma vez, a gente precisa de voto aqui dentro, se a gente quer aprovar uma anistia. A gente precisa conquistar, e não é ameaçando alguém que a gente vai conseguir fazer isso. Acho que tem os momentos certos, acho que, como num time de futebol, tem o atacante, tem o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

goleiro, tem o meio-de-campo, tem o lateral, cada um na sua função, no seu perfil, ajudando a construir um resultado positivo. E eu acho que é isso que a gente está alcançando aqui, no Senado Federal e também na Câmara dos Deputados.

Então, Girão, mais uma vez, eu peço desculpas pelos palavrões que eu usei aqui. Eu não costumo fazer minha fala usando desse expediente. Eu já peço que as notas taquigráficas sejam publicadas vetando esses palavrões, mas é porque é muita indignação, revolta, e essa sensação de impotência que atinge todos nós, porque a gente quer fazer alguma coisa, e, por não termos número, a gente acaba não conseguindo fazer.

Só reforçando, levem, mais uma vez, o meu abraço e o do Presidente Bolsonaro a todos os seus familiares. E externo aqui no nome dele também meus sentimentos a toda a família do Clezão, que está aqui presente, porque, mais uma vez, eu fui impedido de fazer as visitas. Eu gostaria de ir.

Eu fui estagiário da Defensoria Pública. Eu atendia, aí sim, Girão, criminosos em Bangu 2, assessoria jurídica gratuita em Bangu 2, presos de alta periculosidade. Então, eu não tenho nenhum problema de entrar em presídio para visitar pessoas, ainda mais pessoas inocentes, perseguidos políticos, mas é um fato alheio à minha vontade.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem.

Senador Flávio, é plenamente compreensível esse desabafo, é do ser humano, mas eu sou testemunha de que o senhor sempre procura, aqui, nesta Casa, apaziguar, buscar resultados efetivos para essa injustiça ser corrigida, para que haja justiça no nosso país. O senhor sempre foi muito presente em todas as audiências públicas que nós fizemos aqui sobre a situação das perseguições implacáveis, dos presos políticos. Em todas as sessões, o senhor fez questão de estar junto. Aliás, esta é uma semana muito atípica. Esta é uma semana em que as sessões são não deliberativas. Muitos colegas não puderam estar presentes, porque estão resolvendo seus problemas nos seus gabinetes, nas suas bases, e a gente compreende isso, e o Senador Flávio fez questão de estar presente aqui, em Brasília, e eu lhe agradeço a participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também quero dizer que o Programa Sem Meias Palavras, da Rádio Cidade, lá de Fortaleza, no Ceará, está transmitindo ao vivo, ou, pelo menos, começou transmitindo ao vivo toda a sessão.

Quero passar, imediatamente, a palavra à Senadora Damares Alves, do nosso Distrito Federal.

Muito obrigado também pela sua participação aqui conosco sempre, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, antes de começar a minha fala, eu só queria registrar – como o senhor está conduzindo, acho que o senhor não está observando – que muitos Parlamentares estão passando aqui por esta audiência, muitos Deputados que talvez não tenham sido identificados... Seria bom a gente deixar isto registrado, porque mostra que tem muita gente preocupada com o tema que nós vamos debater aqui.

Mas eu vou focar no objeto do requerimento, Senador, e começo a minha fala dizendo que eu amava Clezão. Talvez este seja meu primeiro depoimento público dessa forma. E por que um silêncio meu por tanto tempo? Já ocupei a tribuna algumas vezes para falar do Clezão. E por que meu silêncio muitas vezes? Talvez alguns agora vão entender o tamanho do pavor e medo que foi instaurado nesta nação, tamanha a forma como estão cerceando inclusive nossa forma de expressar amor no Brasil.

É muito emocionante. Eu estou aqui atrás da Jane, da Késia e da Luíza, mãe e filhas. Elas estão assistindo à audiência de mãos dadas desde o início, porque foi isso que virou a vida delas. Duas meninas amadas por um pai que trabalhava 24 horas por dia, que tinha o sonho de ter duas filhas médicas e que não mediu esforços para mandar essas duas meninas estudarem Medicina.

Essas duas meninas, Senador Girão, eram tratadas como princesas. E eu posso falar disso porque nós somos da mesma fé. Nós professamos a mesma fé. E eu tive a oportunidade de conhecer o Clezão durante a minha campanha eleitoral. Era o grandão mais incrível que a gente tinha! Era o homem mais alegre, era o homem mais sorridente, que queria uma nação diferente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e que voluntariamente veio me ajudar na campanha. E eu vi aquele pai apaixonado. Esse pai lutou por essas meninas. Lutou.

Eu lembro que eles não iam – pelo que eu sei e que as famílias contam... Até para ir à padaria ele ia de mão dada com as meninas desse tamanho. Era isso. Era uma família. Era uma família extraordinária que sonhava com um Brasil melhor. Ele trabalhava, a esposa ajudava. E de repente esse homem vai embora. E vai embora para a cadeia sem ter cometido nenhum crime. As meninas assumem a responsabilidade de deixar a faculdade, primeiro porque não tinham mais dinheiro, segundo para ficarem cuidando da mãe.

E, a partir daí, Senador Girão... O Brasil precisa entender, porque isso é muito... E me desculpem a emoção. Eu poderia estar gritando, como gritei na tribuna ontem, mas o objeto desta reunião é a situação dos presos e das famílias. E eu vou usar o exemplo de Jane, porque eu conheço a família.

A partir daí, o sonho de Medicina se transforma em outro sonho. Sabe o que era o sonho dessas meninas e a oração delas durante a semana? Primeiro, ficaram meses sem ver o pai. Ele é preso em janeiro; elas só vão ver o pai em abril. O sonho dessas meninas que abandonam a faculdade porque não têm mais dinheiro... Elas ficavam a semana inteira sonhando e orando para que o carcereiro deixasse passarem 12 paçoquinhas, e não 8. Vocês sabem o que é duas meninas que sonham em ser médicas e mudam completamente? Porque agora elas só têm um objetivo: o único docinho que podia entrar na cadeira era a paçoquinha, e o Clezão dividia a paçoquinha com os presos; então, elas ficavam orando – o único objetivo delas durante a semana, o sonho –: "que passem mais quatro paçoquinhas".

Você tem ideia do que é isso, Senador? Você tem ideia do que é a virada de vida, de um homem que não cometeu crime nenhum, e a influência que esse ato teve na vida dessas meninas e dessa mãe?

E, aí, Senador, as meninas estão aí: o sonho interrompido, sem o pai; a mãe vai trabalhar, vai ocupar o lugar do pai – mas a queda financeira é absurda, porque como é que ela vai cuidar de uma coisa de que ela não cuidava antes? –; vulneráveis, num comércio de forma vulnerável. Elas são três mulheres vulneráveis, e são os amigos que estão cuidando, os parentes que estão cuidando. As meninas ficaram desempregadas, também é bom falar isso. Já tem um grupo aí, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estou ajudando, tem gente ajudando as meninas, mas um sonho foi interrompido. Não foi só a vida do Clesão, mas o sonho de uma família, o sonho de duas meninas.

E aí, eu quero contar uma coisa agora, é um desabafo pessoal, Presidente. Eu não podia ver Clesão porque, para mim, como eu era a Senadora bolsonarista do DF, todos os olhares estavam sobre mim, sobre o Izalci, sobre a Bia, porque tudo aconteceu aqui no DF. Então, nós conservadores políticos éramos suspeitos de tudo. Até visitá-los na cadeia, a orientação do jurista, Dra. Carolina, a senhora sabe disso, já conversamos: "Se a senhora for visitá-lo, a senhora pode acrescentar a eles mais um crime, que é a formação de quadrilha". Eu fui impedida de visitar os presos porque eu era suspeita!

Eu não fui à cadeia ver o Clesão, não fui! Eu não fui lá abraçá-lo! Um homem que era tão alegre, tão feliz. Eu não fui, eu não pude ir para não trazer para todos os presos mais um crime porque eu era suspeita, se eu fosse a gente estaria combinando depoimento. Olha a loucura! Que foi o que você passou, Flávio.

Suspeita de quê? Eu não estava nos acampamentos, eu não estive lá. Inclusive o Ricardo Salles disse assim: "Por que vocês não mandaram desmobilizar?". A orientação é que a gente não desmobiliza o que a gente não mobilizou. Aquilo era um ato da sociedade, e vinha recado lá de dentro: "Mesmo que Bolsonaro peça, a gente não deixa". Então, a gente não podia desmobilizar o que não era mobilizado por nós.

Eu não fui aos acampamentos! Tentaram me associar a todos eles, mas eu não pude abraçar ainda hoje os presos que estão lá, eu não posso visitar. O Clesão morreu, eu não pude ir ao enterro, Senador, porque a recomendação do jurista é: "Se você for, você vai levantar suspeitas contra a família, você vai colocar a família agora na confusão".

Eu não fui me despedir do Clesão! Eu fiquei meses sem ir à casa para abraçar as meninas e a Jane, não pude ir! "Não vá, Damares, não vá, enquanto não acabar o inquérito não vá, porque você vai trazer mais confusão." Olha o medo, Presidente! Mas o medo não era por mim, era para não causar mais problemas para a família.

Só no final do ano, meses depois, é que eu tive a coragem de comprar um pão e perguntar à Jane: "Posso tomar um café com você e com as meninas?". E eu fui. Elas me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

receberam com tanto amor, sem me acusar, sem questionar a minha omissão, me receberam com um abraço, com carinho e ali nós oramos, fiquei abraçada com elas e prometi a elas que eu vou acompanhar essas meninas, Senador. Vou acompanhar!

Mas a situação de Jane é igual a de todos. A situação de Jane e das meninas, dessa família, é apenas o retrato do que as outras famílias estão passando, e o objeto da nossa audiência é esse.

Já vamos para o segundo... Já estamos indo para o primeiro Natal, já estamos indo a segundos e segundos feriados que estamos comemorando com eles presos. Não dá mais! Segundo Natal já com alguns presos, não dá mais, Senador. Famílias destruídas, carreiras interrompidas! E por quê? Porque está todo mundo num pacote.

Senador, se alguém aprontou, que essa pessoa seja identificada e cumpra a pena que o Ministro quiser dar. Mas Clezão não aprontou. Os presos que estão lá não cometeram crime. Se o senhor perguntar às meninas e à Jane: "Por que estavam lá?". Estavam orando. "Porque o seu pai foi algumas vezes ao acampamento?" Para orar. Essas pessoas estavam orando, elas estavam acreditando. Se alguém usou a fé dessas pessoas, se alguém usou a boa vontade dessas pessoas, tem que pagar, sim. Mas se você perguntar para a família: "Por que o seu pai foi ao acampamento algumas vezes?". Foi para orar.

Então, isso é crime? Isso é crime? Um homem inocente ir para um acampamento orar e depois chegar – depois que estava tudo quebrado –, ir para a cadeia e morrer?

Nós vamos ter que caminhar na direção que a Carolina aponta toda hora: a individualização. Gente, identifiquem quem quebrou. Identifiquem se alguém articulou, se alguém estava ligado ao ato do dia 15, se estava ligado a outros atos, ao homem da bomba. Identifiquem os radicais, mas não coloquem todo mundo no mesmo pacote. E nesta audiência eu acho que este é o nosso objetivo: não colocar todo mundo no mesmo pacote.

O Ministro Alexandre errou? Errou! A gente tem que questionar? Tem! Com medo, não. E agora eu questiono na tribuna, eu questiono de forma legislativa. Não questiono só como uma pessoa que ama a família, eu questiono com as minhas prerrogativas de Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministro Alexandre errou? Errou, Ministro. Reconheça. Dá tempo de o senhor reconhecer que o senhor errou quando não individualizou as condutas. A gente só quer isto, Girão: individualize. Dá tempo de salvar vidas, dá tempo de salvar o Pastor Jorge. Individualize as condutas; dê o benefício da dúvida. Já pagaram o preço... Queria que pagassem o preço? O preço já foi pago. Já foram presos.

Acabou Ministro, satisfez o seu desejo. Põe na rua agora e comece a individualizar cada caso.

Ele já deu a lição. Queria dar uma lição no Brasil? Já deu, Ministro. Todo mundo já aprendeu, já entendeu, já deu a lição. Coloque esse povo na rua por uma questão de misericórdia e por uma questão de justiça. As famílias estão clamando.

E aqui, Jane, eu quero só repetir o seguinte: continuo aqui, amando você, as suas meninas. Clezão faz uma falta enorme. Quem o conheceu sabe. Aquele sorriso largo a gente não vai ter mais. Mas a gente vai fazer dessa dor uma luta, Jane. Fique firme.

E aqui no Senado, senhores – e muitos eleitores meus que estão aqui, que ficaram muito bravos comigo por causa da minha omissão –, entendam. Nós éramos... Eu, Bia e Izalci, era o tempo todo: "Cuidado, vocês são de Brasília, vão achar que vocês arquitetaram, e vocês vão levar mais um crime para esse povo". Foi muito ruim. Olha aonde nós chegamos.

Nós estamos aqui trabalhando. Eu apresentei três propostas de emenda à Constituição. Meu papel agora não é mais ser ativista e gritar, é fazer. Nós estamos fazendo muito, gente. Como legisladores, todas as medidas legislativas, todas... O nosso grupo não para. Não é isso, Flávio? Todas as medidas legislativas... Ainda não temos os votos suficientes para tudo, mas nós temos pacotes, cada Senador apresentando uma medida. Nosso grupo de oposição não está omisso! Nós não largamos esse povo na cadeia sofrendo; nós estamos cumprindo o nosso papel. Há coisas, inclusive, que a gente nem divulga, mas nós estamos aqui. Vocês têm Senadores nesta Casa!

Dra. Carolina, todos os advogados e as famílias, nós não vamos recuar; nós vamos trabalhar e caminhar na garantia dos direitos dessas pessoas. Os direitos foram violados. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos diante de uma das maiores violações de direitos humanos da história do Brasil. É o que está acontecendo.

Caminhe firme, caminhe firme, doutora! Nós estamos aqui.

E aqui, Girão, acho que esse era o objeto da audiência: como estão os presos lá e as famílias aqui? E o exemplo: sonhos interrompidos, problemas financeiros, problemas de saúde emocional, problemas de saúde mental. Esse, o reflexo de decisões indevidas, porque o Ministro sabia o que estava fazendo. Dá ainda tempo de ele individualizar tudo.

E, aqui, eu encerro dizendo uma coisa que, talvez, a imprensa vá começar a divulgar de outra forma, mas a gente vai dar uma resposta também nas urnas. E quero falar, Sr. Senador Girão e demais colegas que estão aqui, que eu faço um lançamento oficial agora da candidatura de Luíza a Deputada pelo Distrito Federal, a filha do Clezão... (*Palmas.*)

E vou dizer uma coisa: essa menina está pronta! Ela está sendo forjada na dor. Vai ser a Deputada mais votada do Brasil proporcionalmente, para a gente mostrar que nós, nós aqui, estamos unidos.

Luíza, Késia e Jane, a gente vai ter uma sessão de homenagem, uma sessão especial, para a família, mas a gente podia, já nesta Comissão, deixar registrado que os Senadores desta Casa não as abandonaram e não abandonaram nenhuma família. Nós, todos os dias, acordamos nos lembrando dos presos. E a gente vai continuar aqui, dentro das nossas atribuições... Entendam: nós temos atribuições e limitações, mas não estamos, em momento algum, omissos nesta Casa.

Que Deus abençoe vocês! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Senadora Damares Alves!

Eu agradeço demais e sou testemunha da sua sempre angústia com relação a toda essa situação que a senhora revelou aqui, do porquê não ter ido à Papuda, não ter tido uma postura mais no *front*, mas a senhora estava sempre na retaguarda conosco. Isso foi muito importante! Este momento é de uma redenção pela verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero dizer também que não há mal que perdure para sempre, como colocou o Senador Flávio, e não há mal também que não venha para um bem maior. Com todos esses equívocos do Ministro Alexandre de Moraes, terríveis, através de muita dor, infelizmente, vocês estão vendo pessoas de bem se juntarem, amizades novas se formarem, dos familiares, inclusive, desses perseguidos políticos. Então, isso vai trazer muita coisa boa, de justiça, não de vingança, que o outro lado está fazendo, mas de justiça para esta nação, em que os valores estão tão invertidos ultimamente, onde corruptos estão sendo soltos e aqueles que cumpriram a lei e colocaram os corruptos na cadeia estão sendo perseguidos. Eu acho que esse momento de sombra vai passar com muita luz, e eu quero parabenizar todos vocês pela resiliência.

A dor de vocês, da família do Clezão, das outras famílias que estão aqui presentes, das que estão nos acompanhando – milhares de pessoas estão nos acompanhando –, de familiares... Só eles sabem a dor; só vocês sabem a dor. Mas podem ter certeza de que não estão sozinhos.

Isso que a Senadora Damares colocou é a pura verdade. Não tem um dia em que a gente não pense nessa injustiça e que não se mobilize de alguma forma. Não somos maioria ainda, mas, mesmo minoria, a gente já vê outros colegas que integram a maioria se sensibilizando com o caso. É questão de tempo. A gente gostaria que fosse para ontem.

Mahatma Gandhi dizia o seguinte – antes de passar aqui para o Senador Izalci, eu já passo agora –, Mahatma Gandhi... No momento em que a humanidade vive de sombra, de trevas, a gente tem que lembrar dos grandes humanistas. Tem duas frases, Senador Flávio, que, para mim, me norteiam muito neste momento, desde o dia 8 de janeiro.

A primeira... Mahatma Gandhi dizia o seguinte: no olho por olho, dente por dente, a humanidade vai acabar cega e desdentada. Nós estamos indo por esse caminho. A escalada que se vê com esses fatos ridículos, que eles querem jogar para o dia 8, ligar... Nada a ver, absolutamente nada a ver. Todo mundo que tem um neurônio aqui, outro acolá, vê que isso não se sustenta. Mas eles querem reforçar uma narrativa, apenas uma narrativa. Enquanto isso, tem gente sofrendo. Agora, enquanto a gente faz esta audiência, tem gente presa indevidamente no país, sem denúncia. Vou ler daqui a pouco a carta de um preso político.

E outro grande humanista e pacifista, chamado – que é pastor inclusive; foi pastor – Martin Luther King Jr. Ele dizia o seguinte: "Uma injustiça em algum lugar é uma ameaça à justiça em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo lugar". É isso que a gente está vendo. Por isso, a gente não pode fechar os olhos para nenhum tipo de injustiça.

Com a palavra, o Senador Izalci Lucas, aqui do Distrito Federal, outro Parlamentar de que eu sou testemunha, desde o primeiro momento. É muito combativo pela busca da verdade, pela justiça, e eu agradeço sua presença neste dia. Muito obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Obrigado, Girão. Primeiro, eu quero parabenizá-lo pela iniciativa desta audiência. Quero cumprimentar aqui os meus colegas, em especial a Damares e o Flávio, que aqui estão. Também quero cumprimentar os Deputados que aqui estiveram; tem o nosso sargento ali, o nosso Deputado. Quero cumprimentar, de forma especial, evidentemente, a Jane, a Ana Luiza e a Késia e, também, a Célia, que é irmã da Adalgiza e que também está presa, com problema de coração, com depressão, com pensamento suicida. É uma loucura. Realmente, é muita injustiça o que está acontecendo no Brasil.

Eu estive lá na Papuda com a Bia – foi em abril, 10 de abril –, onde tive a oportunidade de conversar com os presos, mas, cara, é absurdo. O que está acontecendo agora, essas narrativas criadas, aí, isso é um negócio, assim... Não é possível que as pessoas não estejam vendo o que está acontecendo. Cadê a OAB? Eu estou vendo, aqui, a OAB justificando o não comparecimento – cara... –; a Defensoria Pública, que deveria estar aqui...

Eu quero fazer das palavras da Damares e do Flávio as minhas palavras, mas, como a gente está aqui na Comissão de Segurança Pública, e o objetivo é uma audiência pública com relação a essa questão do dia 8 de janeiro, a gente tem que levantar, colocar aqui algumas coisas para serem respondidas, para que sejam investigadas, porque o objetivo, realmente, desta audiência é que, primeiro, a gente precisa esclarecer as condições de detenção, o respeito aos direitos fundamentais dos detentos; esclarecer possíveis responsabilidades individuais ou institucionais que possam ter contribuído, inclusive, com a morte do Clezão.

Eu tenho aqui, Girão, alguns questionamentos – e essas autoridades que foram convidadas e o próprio Congresso Nacional, o Senado Federal, precisam ter resposta disso; a Comissão de Segurança é para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há relatos de abuso ou negligência de tratamento dispensado aos presos envolvidos no dia 8 de janeiro, desde a captura até a prisão provisória? Precisamos dessa resposta. A gente sabe que existe isso, mas a gente precisa disso oficialmente.

Os detentos do dia 8 de janeiro tiveram, durante o período de detenção, e continuam tendo acesso adequado a atendimento médico e a assistência jurídica? Houve alguma omissão do Estado em prestar os serviços necessários? A Comissão de Segurança precisa saber disso, oficialmente.

Os direitos fundamentais dos detidos, como o direito à ampla defesa, a comunicação com familiares, a integridade física e moral, foram garantidos ao longo desse processo? Alguma entidade de direitos humanos tem acompanhado essas detenções? Qual entidade ou quais entidades seriam essas? Se houver os relatórios, há indício de violação aos princípios constitucionais? Quais, como e por quê? E, em caso de não estarem sendo acompanhadas por entidades de direitos humanos, por que não estão?

Quais foram as circunstâncias do falecimento do Sr. Clezão, Cleriston Pereira da Cunha? Existe investigação independente em andamento, feita por instituição de reconhecida credibilidade, para determinar, realmente, responsabilidades? Há indícios de que a morte do Sr. Cleriston, o Clezão, foi resultado de uma ação ou omissão estatal? Se sim, quais pessoas e/ou instituições estão sendo responsabilizadas? Estão sendo adotadas medidas para evitar que novas fatalidades similares se repitam?

Como os acontecimentos do 8 de janeiro e suas consequentes prisões impactaram a percepção pública? É preciso saber a opinião pública, o que se pensa sobre isso, sobre a questão de segurança e a questão de injustiça. Será que a população concorda com o Supremo Tribunal Federal? Existe já alguma pesquisa, algum levantamento sobre isso? A população brasileira sente-se mais segura com essas prisões? Será que o cidadão está se sentindo mais seguro com essas prisões do dia 8? Isso precisa ser avaliado. Há dados confiáveis de pesquisas amostrais sobre a percepção de justiça por parte do povo brasileiro acerca dessas prisões? Precisamos patrocinar isso; a Comissão pode fazer isso, não é?

Como as autoridades têm se comunicado com os familiares e com a população em geral acerca dessas prisões e das condições de saúde e bem-estar dos presos de 8 de janeiro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como podemos aumentar a transparência nessa comunicação e fazer com que a população tenha mais confiança em nosso sistema de segurança pública?

Então, essas perguntas, Girão, visam a aprofundar o debate sobre a Justiça e também a proporcionalidade das prisões do dia 8 de janeiro, além de elucidar quão grave é a situação desses brasileiros, buscando responsabilidade por ilícitos, se houver – e há –, e propondo o fortalecimento do compromisso do Senado Federal com a Justiça e com os direitos humanos.

Então, desta audiência, além de tudo que foi falado aqui, a gente precisa de respostas.

Eu deixo aqui esses questionamentos para que a Comissão de Segurança Pública do Senado Federal possa ter essa resposta, promover essas pesquisas inclusive, porque eu não tenho dúvida nenhuma de que a população se sente cada vez mais insegura com relação a tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Antes de o senhor encerrar, pergunto aqui à nossa sempre muito competente Comissão, à equipe que faz parte da Comissão, ao nosso coordenador: existe a possibilidade de essa questão das pesquisas citadas pelos Senador Izalci, de a gente fazer um requerimento, a ideia foi dele, ele faz, para a gente votar, numa próxima sessão deliberativa, para que se façam essas pesquisas? Pode? (*Pausa.*)

Olhe aí, está dizendo que é possível, e eu acho super justo, e tem tudo a ver com esta Comissão, acredito que os colegas, o próprio Presidente Petecão não vai se opor, e os colegas também. A gente poderia fazer, numa próxima sessão, pedir ao Presidente para incluir, na pauta, esse requerimento do senhor, a quem parabenizo, para que a gente possa ter essas pesquisas. É muito importante essas perguntas serem encaminhadas aí para as autoridades. A própria Comissão de Segurança encaminhando para as autoridades, inclusive autoridades faltosas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... faltosas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO LEITE SEIBERT POZZATTI (*Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, só uma pergunta... A gente pode até colaborar com essas ideias que vocês estão tendo, esse trabalho. Teria a possibilidade de a Comissão de Segurança convocar uma espécie de um assistente técnico para acompanhar a perícia que está sendo feita nesse período, que foi alvo de toda essa problemática na semana passada, que explodiu...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A pergunta do... Como é o seu nome?

O SR. ROBERTO LEITE SEIBERT POZZATTI (*Fora do microfone*.) – Roberto Pozzatti.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O Roberto está ali participando... Você faz parte de alguma associação?

O SR. ROBERTO LEITE SEIBERT POZZATTI (*Fora do microfone*.) – Eu sou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO LEITE SEIBERT POZZATTI (*Fora do microfone*.) – Eu sou colaborador da Asfav.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ah, voluntário da Asfav. Tá.

O SR. ROBERTO LEITE SEIBERT POZZATTI (*Fora do microfone*.) – ... tem algumas pessoas para quem eu dou assistência também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito. Então, ele faz uma pergunta se seria possível que a Comissão de Segurança Pública designe algum técnico... Ela não tem esse tipo de previsão aqui, o que temos são funcionários de carreira aqui da Secretaria da Mesa.

Pelo que eu entendo, não se teria como fazer isso nessa perícia, não é isso? Que vai acontecer, para acompanhar o último fato.

O SR. ROBERTO LEITE SEIBERT POZZATTI (*Fora do microfone*.) – ... ele levou um tiro? Ele infartou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É... Isso aí é algo que a gente pode fazer... Como é o seu nome?

O SR. ROBERTO LEITE SEIBERT POZZATTI (*Fora do microfone.*) – Roberto Pozzatti.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Roberto, isso é algo para o que a gente poderia fazer um requerimento. Eu acho que só tem uma maneira de fazer: um requerimento para a Comissão. Vai ter audiência na próxima semana, de novo. Tentar ver com o Presidente para colocar extrapauta esse requerimento.

Eu até vou fazer essa sua sugestão. O Izalci acredito que vai encaminhar essa da pesquisa, e eu faria essa da perícia, para ver se existe possibilidade. Já vou, já estou autorizando aqui a nossa equipe do gabinete para fazer o requerimento nesse sentido.

Lembrando que, daqui a pouco, quando a gente terminar de ouvir os Parlamentares, tem agora apenas o Sargento, o nosso querido Deputado Sargento Gonçalves, meu vizinho, Estado querido do Rio Grande do Norte...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Deixe-me...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro que o Senador Izalci ainda vai concluir, vai continuar fazendo uso da palavra, mas a gente vai ouvir aqui.

Quem quiser se inscrever para falar – é uma audiência pública –, então, eu espero. Já tem dois nomes aqui, Roberto Pozzatti e Thiago Estrela. Quem quiser – o Dr. Otacílio também está querendo colocar o nome –, eu vou passar aqui para a Comissão, quem quiser se inscrever é só pedir a Comissão, vir aqui, dizer que instituição representa ou se é um cidadão, não tem problema. Se não estiver ligado a uma associação, a gente está aqui para ouvir – a audiência pública é para isso – de forma democrática.

Então, Senador Izalci, peço desculpas por ter interrompido.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sem problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para encerrar, eu vou deixar aqui, Presidente, todas essas indagações aqui para que a Comissão de Segurança Pública, através desta audiência, possa encaminhar para essas instituições todas e para os atores aqui que não vieram, principalmente o próprio Ministro Alexandre de Moraes, também aqui à OAB, Defensoria Pública, para que eles possam responder sobre essas questões que eu levantei.

E, de fato, quero pedir aqui ao próprio Presidente da Comissão para que possa promover, via Senado, uma pesquisa realmente para ver o entendimento da população brasileira.

Mas, no mais, parabenizo, mais uma vez a sua iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, Senador Izalci.

Já repasso à nossa Secretaria os seus questionamentos, mas aguardando o requerimento oficial para que a gente possa efetivamente dar sequência de forma formal.

Eu vou aproveitar as perguntas que o Senador Izalci fez e vou ler a pergunta de pessoas, de brasileiros que estão nos acompanhando, tá, Deputado Sargento? Rapidamente, vou deixar essas perguntas aqui para a gente depois tentar responder.

"Como o Senado e as autoridades..." É o Sr. Elieser, do Acre.

Muito obrigado, Senador Izalci. Muito obrigado pela sua participação. Senador Izalci Lucas aqui, sempre muito participativo. (*Palmas.*)

O Sr. Elieser, do Acre, coloca o seguinte: "Como o Senado e as autoridades assegurarão os direitos dos presos de 8 de janeiro, distinguindo manifestantes pacíficos de criminosos e garantindo sua defesa?"

O Eduardo, do Distrito Federal: "As penas previstas para os crimes imputados são suficientes para a dissuasão e prevenção de novas ameaças à ordem constitucional?"

O Rafael, de Pernambuco: "[...] as garantias constitucionais como direito [ao contraditório e à ampla defesa] foram asseguradas aos presos [de 8 de janeiro]?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Iasmim, de Rondônia – olha só a participação de brasileiros aqui de vários estados: "Quais falhas na Justiça criminal o caso Clériston expôs e como corrigi-las para evitar novas violações aos direitos constitucionais?"

Tudo isso aqui eu vou passar para a mesa, mas também para os demais palestrantes e aqui para os Parlamentares, enfim, para quem quiser ajudar a responder.

Dra. Carolina, já vou passando aqui, porque eu já vi que tem coisa em que a senhora vai dar uma aula.

De Renato, da Paraíba: "As prisões, em massa, [referente aos atos de 8 de janeiro] foram mal vistas em outros países?"

Do Aelton, do Piauí: "Quais medidas estão sendo discutidas para assegurar [o monitoramento] dos direitos humanos em futuras detenções em massa?"

De Anderson, de São Paulo: "Como [ficam] os direitos constitucionais dos presos [...] e a transparência [diante de] alegações de censura nas redes sociais?"

Perguntas brilhantes aqui de cidadãos brasileiros de todo o país.

O Jurandyr, do Rio de Janeiro, não faz uma pergunta, ele faz um comentário, ele diz o seguinte: "[...] [Os presos do 8 de janeiro] não deveriam estar presos por tanto tempo sem serem julgados."

De Eliane, de São Paulo: "Lutar por direitos com agressão e destruição deve sempre ser reprimido sob pena de continuarmos no país da impunidade."

De Pedro, do Rio Grande do Sul: "Por que discutir [...] [a inocência de] golpistas sem provas de violação de direitos constitucionais? [...] A defesa da democracia [não é prioridade]?"

Do Thalison, do Piauí: "Como está sendo garantida a transparência nas investigações e quais as medidas adotadas para evitar a manipulação de provas?"

Da Jéssica, de Minas Gerais: "Toda pessoa tem direito a um julgamento justo e correto, não pode haver discriminação em relação a nenhuma pessoa."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do João, do Rio de Janeiro: "Rigor e isenção na investigação e apuração, assegurando amplo contraditório e direito de defesa, punindo [...] somente os reais criminosos."

Você veja que aqui eu li da forma como tem que ser, democrática. É isso. E, se tiver alguém aqui que pense diferente do que colocou a Dra. Carolina, os Parlamentares, os outros palestrantes nós vamos ouvir. Isso é ser democrático, e não querer censurar. Então, tem brasileiros aqui que, como você viu, acham que está correto. É a minoria, porque esta audiência está marcada há mais de 15 dias. Nós recebemos várias perguntas aqui. São essas até agora. Não chegou mais, não é? Se chegar, a gente vai ler.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Não, ela foi solicitada há quase um ano. A sessão foi aprovada há quase um ano, mas já tem 15 dias que nós, publicamente, marcamos a data, que foi marcada a data pelo Presidente da Comissão, e essas perguntas foram chegando.

Então, você vê que a maioria dos brasileiros aqui está descontente com o que está acontecendo, pelo menos pelas perguntas que chegaram. Acho que as perguntas e comentários dos 15 ou 20 aqui que chegaram, apenas dois deram a entender que está tudo certo, que o STF tem que fazer isso mesmo, que as pessoas não têm que ter a defesa ou o amplo contraditório, enfim. Mas é isso aí, isso é democracia.

Vamos ouvir agora o nosso Deputado Sargento Gonçalves, Deputado Federal pelo Estado do Rio Grande do Norte. Ele que, em 100% das sessões, estava presente, inclusive nas manifestações que aconteceram pelas ruas do Brasil, nas manifestações em que eu estive com ele, nas em que outros Parlamentares estiveram em São Paulo, e que a gente pôde, de alguma forma, mostrar a injustiça que está acontecendo.

Cada vez mais, o brasileiro desperta para o grau terrível de violação dos direitos humanos que a gente está vendo, com direito até a preso político, em pleno século XXI.

Muito obrigado pela sua presença, muito honrado, meu Deputado, querido amigo Sargento Gonçalves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também acabo de ver aqui que volta a esta Comissão o Deputado Marcel van Hattem, a quem, daqui a pouco, concederei a palavra para o seu posicionamento.

O senhor tem a palavra, Deputado Sargento Gonçalves.

Muito obrigado pela sua presença.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN. Para expor.) – Sr. Presidente, nobre Senador Girão, serei breve nas palavras, até porque estou atrasado na Comissão de Segurança Pública, mas não poderia deixar de esperar este meu momento, primeiramente para parabenizá-lo pelo trabalho, pela forma como o senhor tem se colocado, com muita disposição, em defesa desta causa tão nobre, tão importante.

Eu quero dizer e reafirmar meu compromisso com essa missão, eu digo que é uma missão de vida. E oro a Deus para que Deus não me permita sair daqui, eu digo de repente deixar este mandato ou partir desta terra sem cumprir esta missão: que é fazer justiça, ajudar, contribuir para fazer justiça.

Queria abraçar a alma, dar um abraço na alma das filhas, na esposa do Clezão e nos demais familiares, não apenas nas senhoras, mas em todos os outros familiares de presos, injustiçados, presos políticos injustiçados. Causa-me uma dor profunda, e eu digo que a dor das senhoras é a minha dor. Eu vejo essas duas jovens aqui e lembro a minha família. Eu tenho três filhas também. O quarto, na verdade, já está no ventre. Estamos aguardando chegar o quarto filho, nossos bens mais preciosos.

Ouvindo aqui o depoimento da Senadora Damares, de fato, dói ainda mais o coração e nos faz causar um desejo ainda mais de lutar por justiça, pela memória, em memória do Clezão e por aqueles que ainda estão sendo injustiçados.

Aqui, me vem à memória a D. Francisca e seu Maxwell, lá do Rio Grande do Norte, Parnamirim. Fui fazer uma visita à época, o Maxwell ainda estava preso, D. Francisca tinha sido colocada em liberdade. Causou-me indignação muito grande, Senador Flávio Bolsonaro, eu, que tenho 20 anos de atividade policial militar, essa ilógica – eu não vou dizer lógica –, mas a ilógica utilizada pelo Ministro Alexandre de Moraes nesse julgamento, ele, conhecedor do direito. Eu fico assustado com a forma como tem sido feita a condução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu digo, foram 18 anos de rua, combatendo o crime e, aí, sim, bandidos de verdade: traficantes, homicidas, estupradores. E a forma como esses criminosos eram tratados ou são tratados no Brasil, criminosos que, muitas vezes, saíam da delegacia primeiro do que a gente, primeiro do que a guarnição que estava fazendo, concluindo o flagrante, Marcel, e já estava o criminoso, o verdadeiro criminoso saindo da delegacia antes do policial.

Esta semana, inclusive, no Rio Grande do Norte, aconteceu lá: criminosos pegos, já foram presos, já são conhecidos, líderes de facção criminosa; foram para uma audiência de custódia. No dia posterior, menos de 24 horas, já estavam em liberdade.

Já estava em liberdade, líder de facção criminosa, indivíduo já praticou vários homicídios, crimes, tráfico de drogas. E esse sujeito sendo tratado dessa forma.

É assustador ver pais de família, mães de família serem tratados dessa forma.

Como eu disse, quando cheguei lá em Parnamirim, na casa, para visitar a D. Francisca, o Sr. Maxwell ainda preso, e olhei, aquela mulher com tornozeleira eletrônica, usando tornozeleira...

Eu já prendi criminosos, operei por muito tempo em uma determinada região de Natal, e tem criminosos que comecei a prender, ou apreender, ainda adolescente. Apreendi cinco, seis vezes, e nunca vi aquele sujeito com tornozeleira.

De repente, eu ver uma senhora, porque esteve aqui em Brasília – inclusive o depoimento de Júlia, coincide com o dela, o do casal: que chegaram aqui no dia oito, já de noite; que já tinham acontecido os atos aqui, nos prédios dos três Poderes – a PRF parou o ônibus ali na entrada, ainda de Brasília – e eles acharam de pegar um Uber, e ir até o local em que estava o acampamento, em frente ao QG, ali, ao quartel do Exército. E foram pegos, de forma covarde, por militares das Forças Armadas e conduzidos. De lá para cá, tem sido um sofrimento a vida dessa família. Agora, o Maxwell já solto, mas também usando tornozeleira. E sendo monitorados como se fossem criminosos perigosos.

Essa, infelizmente, é a realidade de centenas, milhares de outros brasileiros, homens e mulheres de bem. E aqui eu reafirmo e acho que não é necessário, mas infelizmente em um tempo tão tenebroso, a gente tem que falar o lógico, tem que dizer que "a grama é verde".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como disse o Senador Flávio e outros Parlamentares aqui, não estamos fazendo defesa de baderneiros, de quem depredou patrimônio público. Muito pelo contrário, se têm que pagar, que paguem a pena correspondente, com a individualização das penas, das condutas praticadas. O que temos pedido é isso.

E queria falar aqui, de forma muito direta, para o Sr. Ministro Alexandre de Moraes – primeiramente, porque eu creio muito que Deus nos constituiu para esse tempo... Não tenho dúvida de que Deus me trouxe aqui, e não me tirou de uma guarnição de polícia para me trazer até aqui, ao Congresso Nacional, para ser envergonhado. Creio muito que Deus nos constituiu para esse tempo, e por isso, Marcel, não podemos fugir dessa luta.

Passei três horas na frente de um Delegado da Polícia Federal, sendo ouvido por ele, como se criminoso fosse, me imputando os crimes, Senador Girão, de golpe de Estado, crimes absurdos. E eu disse para ele, testemunhei para ele, que, com 40 anos de vida, 20 anos de policial militar, nunca tinha entrado numa delegacia de polícia, a não ser na condição de condutor, conduzindo criminosos. E eu estava ali agora na presença de um delegado de polícia, dando um depoimento como se fosse um criminoso.

Foram três horas de depoimento, e eu fiquei, assim, observando. Mas eu disse para ele uma frase no final: hoje eu me sinto mais tranquilo, porque, na verdade, estou sendo colocado na vala comum daqueles injustiçados, porque eu estava angustiado, me sentindo muito desconfortável, de estar aqui no ar-condicionado, mesmo que defendendo os interesses desses brasileiros que estão sendo injustiçados, mas eu me sentia numa condição de privilegiado, diante das injustiças que eles têm sofrido. E hoje eu posso pelo menos dizer que me sinto com mais coragem de olhar nos olhos das senhoras e dos senhores que estão aqui, que são familiares de injustiçados, e dizer que também estou sendo injustiçado.

Apesar de que o preço – as famílias dizem: "Não tem pena de morte, ou pena perpétua" – que esses jovens aqui, essa senhora estão pagando uma pena perpétua, sim, uma pena que perde um pai, um arrimo de família, um homem de bem...

Não estamos falando de um criminoso, de alguém que, de repente, foi para um confronto com a polícia, que estava traficando, que estava contrariando as leis do nosso país. Muito pelo contrário, um homem de bem, cumpridor dos seus deveres. E, de repente, a gente vê a situação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a realidade... Aqui é o retrato, o exemplo de outras dezenas, centenas, milhares de famílias que têm passado por isso.

Então, confesso e digo a vocês aqui, mais uma vez, sem nenhuma demagogia, que não terei uma paz – e tenho paz, sim, a paz de Cristo em mim, mas é um sentimento de que está faltando cumprir uma missão.

Eu deito minha cabeça no travesseiro e, por mais que a culpa não seja minha, fico com o sentimento de que tenho algo a cumprir e a fazer. E eu peço a Deus, rogo a Deus que Deus não me permita sair deste Parlamento, se tiver de sair, sem cumprir essa missão de fazer justiça.

Que o Ministro Alexandre de Moraes compreenda, porque crimes ele praticou, e está muito claro isso; é flagrante. E pode chegar um momento em que ele queira a misericórdia, de repente deste Senado. E como ele irá pedir misericórdia, se ele não está tendo misericórdia agora por essas centenas de famílias que estão sendo injustiçadas?

Ministro Alexandre de Moraes, use de misericórdia, seja justo – seja justo –, pelo menos uma vez, pelo menos uma vez use de justiça para com essas pessoas.

Nas vezes em que eu ia para a rua combater o crime, eu dizia: Deus, adestre minhas mãos para a batalha, me tire a vida antes, o fôlego de vida, mas não permita que eu cometa uma injustiça na minha atividade policial militar! E olhem que eu atuava com sangue quente ali; era no calor da ocorrência.

E como um juiz, que prestou um juramento, que está sentado ali com a sua bunda sentada na cadeira acolchoada, no ar-condicionado, tendo dias e dias para poder concluir uma ideia e tomar uma decisão... Será se, de repente, a mente desse homem não tem pesado, a consciência não o acusa no momento em que ele se deita na sua cama, no travesseiro? Por isso, eu creio que a mão de Deus há de pesar, não apenas sobre o Ministro Alexandre de Moraes, mas sobre os outros Ministros do STF que têm sido omissos.

Senadores da República aqui nesta Casa, que foram constituídos pelo povo, de repente têm se omitido. Eu não sei se é de forma covarde, se são coniventes, eu não sei se foi cauterizada a mente, Senador Girão, e, de repente, não conseguem compreender o tamanho do absurdo das arbitrariedades que têm sido cometidas em nosso país com essas pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu rogo a Deus neste momento que Deus possa, mais uma vez, fazer justiça, e que esta nação possa contemplar o que Deus irá fazer. Eu creio que Deus irá operar de forma...

Às vezes a gente tem um sentimento assim: "Deus, mas já faz dois anos". Aquelas pessoas estão presas ali, e só sabe o que é ser preso, principalmente de forma injusta, quem passa, não é? Mas eu creio que Deus tem propósito nisso tudo. Não é possível que Deus esteja permitindo... O quanto pessoas oravam nesses acampamentos, quantos cidadãos, homens de bem, brasileiros, oram pela nação brasileira, e não é possível que Deus... Eu creio que Deus não está com os ouvidos tampados. E eu creio que haverá um momento em que a mão de Deus irá pesar. A balança de Deus vai pesar e vai trazer solução. E aí eu não sei se será através dos Srs. Senadores da República, porque Deus é senhor, inclusive, sobre a vida, não é?

Então, Ministro Alexandre de Moraes, terrível coisa é cair na mão do Deus-Todo-Poderoso. Como eu queria que o senhor abrisse a mente e compreendesse isso, porque a justiça do homem aqui pode até falhar, mas a justiça de Deus não falha. E eu creio que Deus fará justiça, sim. Esta nação ainda testemunhará o que Deus irá fazer.

Deus abençoe grandemente cada família aqui representada, os homens e mulheres que estão presos injustamente, os Senadores, os Deputados, o Marcel van Hattem, que tem sido um leão na defesa desse nosso povo nesta causa, o Senador Girão e tantos outros que têm se colocado à disposição, mesmo neste momento de tanta instabilidade jurídica, porque, se houvesse uma estabilidade jurídica no nosso país, não teria nem o que estar se discutindo, mas, de fato, é instabilidade.

Muitas vezes perguntam lá no Rio Grande do Norte: "Sargento, e aí? No que vai dar?". Confesso que não sei, porque, se, de fato, nós estivéssemos em uma normalidade jurídica, estivéssemos em uma normalidade constitucional, nem isso estaria acontecendo, não precisaria, não estaria vivendo isso aqui.

Então, de fato, não tem uma resposta de por que realmente estamos nessa anormalidade, nessa anomalia jurídica, porque, infelizmente, aqueles que tinham a obrigação constitucional de zelar pelas leis do nosso país, pela Constituição, infelizmente, são eles que têm atacado; sobretudo, eu digo, esse Ministro Alexandre de Moraes, que tem infelizmente utilizado da força

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tem. Muito bem disse o Senador Flávio: com a força de uma caneta, ele tem causado um estrago que criminosos no nosso país, com armas de fogo, não causam – estragos em famílias.

Dezenas, centenas, milhões de pessoas hoje estão prejudicadas com as ações cometidas por esse Ministro, que foi constituído, colocado em uma posição para cuidar, zelar pelas leis do nosso país, zelar pela Constituição brasileira, para que a Constituição fosse cumprida. Mas é ele quem tem, infelizmente, sido traidor da pátria, traidor da Constituição, traidor das leis do nosso país.

Eu não tenho mais a quem rogar. A Pacheco? Não tenho mais cara de cobrar o Senador Pacheco para que ele instaure um processo de *impeachment* nesta Casa. Rogo só a Deus, para que, de fato, Deus possa fazer justiça.

Deus abençoe a nação brasileira, Deus salve o Brasil mais uma vez!

Senador Girão, minha continência ao senhor, a Marcel e a todos os outros que têm trabalhado arduamente nessa missão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado.

Muito obrigado, Deputado Sargento Gonçalves, do Rio Grande do Norte.

Quando o senhor fala, a gente se emociona, porque vê que vem do espírito. E, por falar em espírito, outro grande... Eu falei de dois pacifistas, do Mahatma Gandhi e do Pastor Martin Luther King, e eu não posso me esquecer, nesse momento, de um grande humanista do Brasil, pacifista também, que só fez o bem, chamado Chico Xavier, mineiro, o mineiro do século. Ele dizia o seguinte: "Ninguém pode voltar atrás e fazer um novo começo, mas todos nós podemos começar agora a fazer um novo fim".

Muita gente tem orado pelo Ministro Alexandre de Moraes – e eu digo que é importante, que eu oro com a minha família também –, milhões de brasileiros. Eu acho que a gente tem que exercitar isso, porque é um ser humano. Que ele receba essas nossas orações com amor e que possa, de alguma forma, dar outro direcionamento na vida dele, porque os arbítrios estão claros com a legislação, com a Constituição dos brasileiros, do Brasil. É a lei da semeadura o que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente vive, é a lei inexorável da natureza: tudo o que a gente planta a gente colhe. É a lei de causa e efeito, da ação e da reação. Que ele possa... Eu acredito muito, de verdade, na capacidade de reflexão do ser humano. Que essa audiência, de alguma forma, sirva para ele!

Ele não veio, mais uma vez, ao Senado. É a sexta vez – já perdi as contas, talvez seja mais ou um pouquinho menos. A esta Comissão, nós já o chamamos, e a outras Comissões; ao Plenário do Senado, nós já o chamamos, e ele nunca atendeu ao convite do Senado Federal. E o desrespeito não é conosco, não é com a Comissão, é com o brasileiro, porque esta é uma instituição que tem 200 anos, bicentenária, e nós estamos aqui para ouvir as pessoas sobre o gravíssimo problema de violação dos direitos humanos, que até o mundo já está percebendo, fora do Brasil, que nós não vivemos numa democracia. Não vivemos numa democracia!

Então, vamos continuar em oração e agindo. Eu tenho muita fé, muita esperança, Deputado Sargento Gonçalves, de que nós estamos mais perto do que distantes do desfecho. Que a justiça triunfe. A gente tem uma oportunidade, a justiça dos homens. Nós, de uma certa forma, temos oportunidade. Os cidadãos de bem, que ficam tanto em silêncio; a OAB, que podia se manifestar e influenciar; tantos outros juristas... Agora estão perseguindo um jurista, um dos maiores juristas da história não é do Brasil, não, é da América Latina, que é o Dr. Ives Gandra. Chegaram ao cúmulo, à audácia de perseguir um homem desse, que só fez o bem, que só defendeu causas do bem até hoje, professor desses ministros todos. Está lá a OAB, está indo atrás dele lá em São Paulo, não é isso? Pai de um Ministro também aqui, brilhante por sinal. E é essa inversão que a gente está vendo, que constrange o cidadão de bem deste país.

Agora, a gente não pode ficar calado. Eu já disse outras vezes, o Senador... o Deputado Marcel – profetizei aqui, o Senador Marcel, quem sabe –, eu disse algumas vezes, o senhor é testemunha de que nós estamos vivendo um momento no país em que o cidadão de bem precisa se manifestar. Ele não pode ter medo, não. Você vê que, depois do 8 de janeiro, acabou manifestação. Voltou agora. Começaram a voltar algumas manifestações. No meu ponto de vista, a gente tem que estar todo mês, pelo menos, nas ruas, e é no Brasil, não é só numa cidade. É no Brasil. As grandes mobilizações, sempre pacíficas – sempre pacíficas –, ordeiras, respeitosas, foram que construíram mudanças fortíssimas, históricas na nossa nação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as pessoas de bem têm que se manifestar, enquanto nós temos rede social, porque estão querendo calar. Dia 27, repito, começa, semana que vem, o julgamento no Supremo – é o sonho de consumo, é a grande obsessão deles, é isso – do sistema.

Nós precisamos voltar às ruas, precisamos voltar às ruas do Brasil, escrever artigo em jornal, falar com os seus funcionários, com a sua família. Pessoas que estão vendo o que está acontecendo e já perceberam não podem ficar caladas em relação a isso. Aí vale para todo cidadão de bem. Não é só jornalista, Deputado, Senador, jurista, não. É cidadão de bem. É hora do testemunho. É isso que a gente quer para os filhos e netos da gente? Essa desordem, esse caos institucional, essa insegurança jurídica que está afugentando até investidor do Brasil. Quem é o cara que vai botar dinheiro aqui, Senador Flávio, que, numa canetada, o cara pode tomar tudo o que ele tem por uma questão de um viés político? Porque é um tribunal político, infelizmente viraram o Supremo Tribunal Federal e o TSE.

Passo a palavra para o Deputado Marcel van Hattem, do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado pela sua presença, e o senhor tem a palavra para o seu pronunciamento, para a sua fala.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para expor.) – Muito obrigado, Senador Girão; Deputado Sargento Gonçalves, aqui ao meu lado; Senador Flávio Bolsonaro e colegas Parlamentares que me antecederam. Eu quero iniciar a minha fala fazendo aqui uma ligação com o que o senhor disse há pouco; uma ligação com o fato de que nós não podemos nos calar, porque justamente se nos calássemos significaria a vitória dos pérfidos, dos maus, dos injustos.

Eu quero, por isso, saudar aqui a Jane, quero saudar a Ana Luíza, quero saudar a Késia, quero saudar a família do Clezão, porque eles representam aqui, ou elas representam aqui, a família toda representa justamente o legado do Clezão, de paz, de buscar mudança pelo país, porque a gente precisa lembrar disso, foi por isso que ele foi à Praça dos Três Poderes, por isso que ele participou de tantas outras manifestações, e por isso que ele chegou lá depois de tudo ter acontecido. As provas são todas documentadas, ou seja, ele chegou depois, não quebrou, não vandalizou. Ele esteve lá ou aqui, como esteve tantas outras vezes em outras manifestações. A família do Clezão, apesar de toda injustiça cometida contra ele, apesar de toda injustiça que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

família está sofrendo ainda neste momento, decidiu não abrir mão da defesa dos ideais do Clezão, que são os ideais da família, e que são os ideais do povo brasileiro honesto, decente e trabalhador.

Eu talvez devesse me corrigir. Eu disse que, apesar de toda injustiça, eles não se calam, elas estão aqui. Não. Na verdade, é por causa de toda injustiça que elas não se calam, que elas estão aqui, mas também em paz, também em busca de uma justiça, não para o Clezão mais, porque... Apesar de eu aqui me comprometer que até o último dos meus dias vou trabalhar para que essa família seja indenizada conforme merece, pelo Estado brasileiro, pela injustiça por que hoje está passando. A justiça para o Clezão, infelizmente, não vem mais, mas a justiça para muitos outros brasileiros que hoje seguem sendo perseguidos, com certeza, ainda virá graças à força de vontade de vocês, mais do que de vontade, a força mesmo espiritual e física de vocês que estão aqui a um dia de completar um ano do falecimento do Clezão, estão aqui sofrendo junto com a gente, mais do que qualquer um de nós, para dizer a vida do Clezão não foi em vão. Não vai ser em vão, nós não vamos deixar que seja em vão.

Eu me arrepio, Presidente, porque nós estivemos semana passada em Washington e nós estivemos lá para falar também do caso do Clezão, que foi lembrado na audiência, e pareceu, em determinado momento, Sr. Presidente, que as pessoas que lá estão – claro que há exceções –, algumas daquelas que lá estão sentadas em posições tão importantes estão mais preocupadas com suas próprias proteções e carreiras do que com a justiça que precisa ser feita no Brasil.

Então, sim, nós cobramos à Comissão Interamericana de Direitos Humanos que defenda direitos humanos de todos – da direita à esquerda, do centro, para cima para baixo –, receba as nossas denúncias e trate-as todas com a devida celeridade, porque já passou muito tempo sem a ação daqueles que podem nos ajudar, que estão fora do país, porque o que aconteceu no Brasil foi a transformação de um Estado de direito em um Estado policial.

Maior prova disso não há do que uma reunião ocorrida na semana passada, no Palácio da Alvorada, a residência oficial do Presidente da República, com a presença do Lula, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes, do Chefe da Polícia Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e do Procurador-Geral da República. Estou enganado ou só foram esses os presentes que lá estavam?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Fora da agenda!

A SRA. CAROLINA SIEBRA (*Fora do microfone.*) – O Zanin também.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Além do Ministro, socorre-me muito bem aqui a Dra. Carolina Siebra, além do Ministro Cristiano Zanin.

Todos eles estavam reunidos no Palácio da Alvorada, aliás, no momento em que mais um ato de desespero ocorria aqui, de um cidadão que lamentavelmente perdeu a sua vida em decorrência também de todos esses abusos! Isso precisa ser dito! A culpa da morte daquele cidadão aqui, diante da Câmara dos Deputados, também recai sobre o Supremo Tribunal Federal, que agora quer terceirizar, jogar para frente a responsabilidade de estar colocando cidadãos em absoluto desespero diante de tanta injustiça!

Mas retorno, Sr. Presidente, à fatídica reunião, da qual nós queremos detalhes, e que não estava na agenda. Estamos fazendo, a Bancada do Novo, todas as solicitações e requerimentos necessários para entender melhor o que ocorreu ali, mas não é preciso muita fantasia para que qualquer pessoa se dê conta de que ali estavam reunidos aqueles que estão justamente na linha de frente da perseguição, inclusive a mim, hoje perseguido político, reconhecido pela própria Câmara dos Deputados como tal.

Uma suposta vítima, ou duas, Lula e Alexandre de Moraes – pelas notícias que hoje são veiculadas com novas prisões – estavam reunidas com o chefe da polícia e, aliás, uma das próprias vítimas continua sendo aquela que conduz os inquéritos. Isso é um absurdo, isso é algo que não se explica em nenhum lugar do mundo que se diga democrático.

Por isso, Sr. Presidente, eu venho aqui, neste dia, no Senado Federal, para dizer que a presença da família do Clezão, a um dia de se completar um ano da trágica notícia que recebi, naquele 20 de novembro do ano passado, do falecimento do Clezão, a um dia de completar-se um ano, significa, apesar de toda a tristeza, apesar de toda a revolta e de toda a indignação, significa fé em dias melhores, significa a certeza de que Deus está do nosso lado, significa a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

convicção de que nós vamos superar tudo isso, porque os violentos, os criminosos não somos nós. Pelo contrário, nós estamos agindo sempre dentro da lei, dentro da Constituição, e denunciando quem age fora da lei e fora da Constituição. Mas eles só podem agir fora da lei, fora da Constituição, com violência e com perseguição, porque, dentro da lei, dentro da Constituição, dentro da democracia, eles não teriam a menor condição de fazer o que estão fazendo contra pessoas honestas, decentes e que só querem um Brasil melhor.

Perdoe-me a ênfase aqui, Sr. Presidente, a ênfase em trazer uma palavra de esperança e de otimismo, porque sei que, nesses momentos doloridos, queremos lembrar da indignação, da revolta, da dor e de tudo aquilo que nos faz sofrer, porque o sofrimento não nos faz esquecer. Mas eu quero concluir num tom de ânimo, de felicidade até, eu diria, de regozijo com a presença dos familiares do Clezão e de todos que nos acompanham, porque eu quero, sim, dizer a todos que estamos trabalhando pelo mesmo Brasil que o Clezão tanto queria. É este o nosso objetivo, nenhum outro. Nosso objetivo não é de vingança, mas de justiça. Não é de retaliação, mas de justiça. Não é de ficar causando apenas um espírito de profunda decepção que curve a todo brasileiro e faça com que deixemos de ir às ruas, como V. Exa. lembrou e, infelizmente, passou a acontecer depois do 8 de janeiro. Não, nós queremos que as pessoas levantem a cabeça. Saibam que esta família aqui, de todas as famílias brasileiras, é a que mais teria o direito de ficar em casa, de desistir do Brasil, de dizer "chega, nos tiraram o nosso Clezão!". Esta família é o nosso maior exemplo, Sr. Presidente, de que a vida do Clezão valeu a pena, de que não será em vão e que nós vamos honrá-la até o fim, e o Brasil, sem dúvida, sairá mais forte disso.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Deputado Marcel van Hattem, um Deputado corajoso que está sendo perseguido aí de forma escancarada, flagrante, por sua fala na tribuna, por uma denúncia que ele fez desse estado de exceção que nós vivemos, e um ministro – adivinhem de onde – do STF abriu um inquérito para investigá-lo. Imunidade parlamentar no Brasil parece que não existe também.

Então, de que sinais mais nós precisamos para ver que nós não temos uma democracia e que as pessoas de bem, de uma forma, repito, ordeira, pacífica, respeitosa, precisam se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

movimentar para a reconstrução do nosso país? E é através de manifestações, é através de eleições, e nós já vimos o resultado aqui, na última eleição municipal, de um crescimento muito grande dos conservadores, que estão sendo perseguidos, o pessoal de direita, que está sendo perseguido... É isso que movimenta. E a família do Clezão, aqui presente... E a gente tem se encontrado em muitos momentos pelo Brasil. Eu não vejo em nenhuma das filhas dele, Deputado Marcel – e o senhor tem razão total, eu acho lindo isso; isso é o sentimento verdadeiro cristão –, nem no sentimento da esposa, a Jane, nenhum sentimento negativo, destrutivo, de vingança; só querem a justiça e que outras pessoas não passem pelo que passou essa família, que é um símbolo emblemático do Brasil que a gente vive e que está nos alertando quanto ao que a gente precisa mudar.

Então, muito obrigado pela presença de vocês, pela determinação de vocês para tentarem construir um Brasil de justiça, para tentarem buscar realmente que a gente aja, que a gente tome medidas para evitar tanta dor no Brasil, tanta dor em tantas famílias. Nós temos asilados lá na Argentina, pessoas que estão vivendo sabe lá Deus como; pessoas que tinham a vida construída aqui e que estão tendo que fugir do país.

Enfim, vamos continuar. Vamos dar sequência agora aos dois palestrantes que estão faltando, os dois advogados, que conhecem bem esse caso e detalhes das violações dos direitos humanos aqui no Brasil. Eles vão fazer a exposição virtualmente, depois eu vou passar a palavra para quem está aqui presencialmente para a gente fechar esta audiência pública.

Com a palavra o Dr. Ezequiel, que está neste momento...

Já está conectado aí conosco? (*Pausa.*)

Então, o Dr. Ezequiel...

Deixe-me só colocar aqui porque ele já está conectado. O.k.

Dr. Ezequiel Silveira, Advogado da Asfav, associação das famílias vítimas da violência do dia 8 de janeiro, o senhor tem a palavra por 20 minutos, com a tolerância da Casa.

Muito obrigado pela sua participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EZEQUIEL SILVEIRA (*Por videoconferência.*) – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos. Vocês me ouvem bem?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem.

O SR. EZEQUIEL SILVEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senhoras e senhores, boa tarde a todos.

Cumprimento a mesa desta sessão na pessoa do Presidente que está presidindo a sessão, o Senador Eduardo Girão, que é também autor do requerimento que nos possibilita estar aqui hoje; cumprimento os demais Parlamentares que se fizeram presentes nesta reunião; os familiares, os colegas advogados, os demais convidados, os profissionais da Casa e de imprensa.

Eu inicio pedindo desculpas por não poder estar aí presencialmente. Eu havia confirmado minha participação presencial nesta audiência, mas precisei vir às pressas, e estou na Argentina acompanhando famílias de refugiados brasileiros que fugiram da perseguição no Brasil e foram presos ilegalmente aqui no país vizinho. Então, nós estamos aqui dando assistência para essas famílias.

Inclusive, Sr. Presidente, já gostaria de deixar uma sugestão, porque o que acontece? Houve aí uma mudança na postura da Interpol no trato com essas pessoas, porque, há cerca de um mês, foi noticiado que a polícia internacional havia negado a inclusão desses brasileiros perseguidos políticos na lista vermelha. E, no último dia 5 de novembro, o Delegado da Polícia Federal Valdecy Urquiza, brasileiro, foi eleito como novo Secretário-Geral da Interpol – no dia 5 de novembro. E, uma semana depois, foram expedidos esses mandados de prisão aqui na Argentina desses brasileiros que estão refugiados.

Então, Sr. Presidente, sugiro que ajam aí, que seja convocado o Ministro, inclusive, da Justiça, Dr. Ricardo Lewandowski, que esteve lá na posse dele, pois nós precisamos ver qual é a ingerência que o Governo brasileiro está tendo nesse organismo internacional para perseguir essas pessoas. Deixo aqui a sugestão para apreciação desta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para que fique registrado, faço essa manifestação embasado no art. 133 da Constituição Federal, que diz que o advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

Eu gostaria de iniciar a minha fala tirando o elefante da sala, o que já foi falado aqui algumas vezes. Hoje foi disparada mais uma operação da Polícia Federal sobre a minuta do suposto golpe, o que levou, quem sabe, à desistência da participação de algumas pessoas nesta audiência. Então, a gente lamenta essa situação. As autoridades, algumas delas, nós já sabíamos que não viriam, porque eles sempre fogem da exposição pública dos seus abusos, essa já é uma prática comum, mas há algumas situações que eu gostaria de destacar a respeito dessa situação.

A primeira é que nós não defendemos o cometimento de crimes, crime algum, e se alguém cometeu qualquer delito que seja, em qualquer circunstância, essa pessoa deve ser responsabilizada, mas com respeito ao devido processo legal, o que não vem ocorrendo com os réus do 8 de janeiro, com as vítimas do 8 de janeiro, por exemplo.

Segundo, as pessoas que estão sendo injustiçadas não têm nada a ver com essa situação, então, eu pergunto: "o que o Seu Raimundo, lá de Arroio do Meio, tem a ver com o que foi discutido na alta cúpula do Exército?". Então, não faz sentido essa tentativa de vinculação que se está querendo fazer dessas pessoas simples com a alta cúpula de autoridades, eu não vejo qualquer relação, porque, de fato, não existe.

Terceiro, a melhor coisa é você estar do lado da verdade, da justiça e da lei, porque a gente não depende de cenário político para buscar a justiça. Então, Presidente, eu não quero saber se hoje teve busca e apreensão de Kids Pretos, de *kids* brancos, de *kids* rosas, a mim pouco importa, o certo é o certo.

Eu parabenizo esta Presidência, na pessoa do Senador Girão, porque tem sido um gigante na defesa das liberdades do Brasil, aos outros Parlamentares que aí estiveram, porque nos ouvem, reverberam a nossa voz, assim como nós ouvimos e tentamos reverberar a voz dos nossos assistidos e a todos os familiares presentes por não desistirem neste momento difícil. É em momentos assim que a população brasileira pode ver quem tem coragem de enfrentar esse sistema corrupto e quem abandona o barco quando surgem as dificuldades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amanhã faz um ano da morte do Clezão, então, o Ministro Alexandre de Moraes sabia que não deixaríamos passar essa data em branco. Coincidentemente, hoje, é deflagrada essa operação, no dia de hoje, que passa a tirar o foco desses abusos que ele e os seus cúmplices, não apenas na Suprema Corte, têm cometido, mas eu acho que já ficou bastante claro que jamais nos calarão.

Eu gostaria de falar também sobre um fato importante que aconteceu na semana passada e que não deveria, mas, por conta de um juiz parcial, agora faz parte dessa discussão que estamos tendo. Eu falo, por óbvio, do caso daquele senhor com nítidos problemas psicológicos e que em um evidente ato de desespero deu cabo da própria vida em frente ao Supremo Tribunal Federal. O consórcio entre o STF, o Governo Lula e parte da grande imprensa não tardou em querer conectar o ocorrido na semana passada com os atos do 8 de janeiro, que nada tem a ver com essa situação. E não sou eu que digo isso, mas o próprio Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, do Governo Lula, e o Governo do Distrito Federal que, em suas apurações preliminares, disseram tratar-se de um caso isolado, de um lobo solitário.

Ignorando tudo isso e arvorando-se no papel que ele acha que tem de guarda-costas da democracia, o Sr. Alexandre de Moraes não tardou em antecipar a sua prevenção para julgamento dos casos – uma vez que ele se considera o juiz universal da política brasileira e dos fatos do Brasil – e em antecipar também a conclusão da investigação que sequer iniciaram. Ele já disse que tudo ali fazia parte do contexto do 8 de janeiro enquanto o corpo ainda estava estendido ali na frente do Supremo Tribunal Federal, ou seja, um completo absurdo.

Outros Ministros da Suprema Corte, de maneira não menos acintosa, aproveitaram para lançar uma série de ameaças a este Parlamento: "Regulem as redes sociais; não discutam a anistia dos réus do 8 de janeiro".

Então, Sr. Presidente, senhoras e senhores presentes, como forma de contrapor essa posição politizada da cúpula do nosso Poder Judiciário – que deveria ser imparcial –, trago aqui alguns motivos pelos quais a anistia, que é a única solução possível neste momento para as vítimas do 8 de janeiro, precisa não só ser discutida, mas também votada e aprovada neste Parlamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro motivo pelo qual essas pessoas devem ser anistiadas é porque não estão sendo respeitados seus direitos humanos. Essas pessoas foram – as mais de 200 presas – e até hoje ainda são submetidas a fome, a sede, a comer comida estragada, a fazer suas necessidades nas escadarias dos ônibus, quando elas foram sequestradas pelo Estado brasileiro na frente do QG do Exército, no dia 9 de janeiro. Foram e ainda são submetidas a torturas físicas e psicológicas; submetidas a conviver em celas de prisão superlotadas; a serem chamadas de terroristas, sendo que ninguém foi denunciado por terrorismo; a carregar consigo o símbolo da injustiça que são as tornozeleiras eletrônicas que lhes machucam os tornozelos.

Essas pessoas foram condenadas a não poder sepultar a mãe ou o irmão, porque o seu ente querido faleceu em uma cidade diferente da que elas vivem e elas não podem se deslocar até lá, sob pena de violar a medida cautelar e poder voltar à prisão.

Então, Sr. Presidente, se nós pararmos para pensar, para muitas dessas pessoas o cárcere já nem é a coisa mais grave que lhes pode acontecer. Que o diga família do Clezão, que está aí, que jamais terá de volta o seu ente querido.

Então, pelo fato de não serem respeitados os direitos humanos dessas pessoas, elas precisam ser anistiadas.

O segundo motivo que eu trago hoje pelo qual a anistia das vítimas do 8 de janeiro precisa ser discutida, votada e aprovada neste Parlamento é que os processos nos quais essas pessoas foram julgadas são nulos. São nulos porque neles foram violados, e são violados, os princípios do contraditório e da ampla defesa. Nós, por exemplo, os advogados, não tivemos até hoje acesso à íntegra dos processos. Eu protocolei, por exemplo, um pedido de acesso ao Inquérito 4.879 – que foi o inquérito em que o Sr. Alexandre de Moraes determinou a prisão dos nossos clientes – ainda em julho do ano passado; e hoje, já um ano e meio depois, até hoje, não tivemos a resposta, e muito menos acesso.

Então, esses processos são nulos porque são conduzidos por um juiz parcial, suspeito, impedido, que, hoje mesmo, decretou essa operação, dizendo que ele era uma das vítimas. E a pessoa não tem o bom senso de dizer: "Sendo eu vítima, eu não posso ser julgador". Esses processos são nulos porque estão sendo julgados em um juízo incompetente – e incompetente nos dois sentidos da palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses processos são nulos porque não individualizaram as condutas. Inventaram uma tese – o Supremo Tribunal corroborou essa tese – do delito multitudinário, em que uma pessoa responde pelos crimes que outra cometeu. Se uma pessoa entrou nos prédios dos Três Poderes e depredou, que culpa tem a pessoa que foi presa lá no QG do Exército ou que foi presa lá no Mané Garrincha, antes das depredações? E mesmo quem depredou jamais poderia tomar uma pena como essa. Ou seja, não há proporcionalidade entre a conduta realizada e as penas que estão sendo impostas.

Esses processos são nulos porque foram julgados em um tribunal de exceção. Havia um rito de julgamento para as ações penais originárias no Supremo Tribunal Federal. Foi criado um rito diferenciado para os réus do 8 de janeiro e, depois dos réus do 8 de janeiro, foi modificado o Regimento Interno para as novas ações penais pós 8 de janeiro. Então, essa é a exata definição de juízo ou tribunal de exceção, um tribunal que foi criado após os fatos para julgar determinado grupo de pessoas.

Então, esses processos são nulos porque o Sr. Alexandre de Moraes se nega a intimar as testemunhas de defesa e ouve apenas as testemunhas da acusação. E não precisa ser nenhum jurista para você saber que um processo não pode ser justo se você só ouve um lado do processo e não ouve a outra parte.

Esses processos são nulos porque eles cerceiam a palavra dos advogados. Nós não podemos fazer a sustentação oral dos nossos clientes. E o fazem porque são covardes, porque não aguentam ver lançada nos seus rostos a sua infâmia, e nos obrigam a gravar vídeos que não são assistidos.

Então, por esses processos serem nulos e não havendo a quem recorrer, porque até o direito de recorrer a instâncias superiores lhes foi retirado, essas pessoas devem ser anistiadas.

E, por último, o terceiro motivo pelo qual a anistia das vítimas do 8 de janeiro precisa ser discutida, votada e aprovada neste Parlamento é porque, nesses processos, as prerrogativas dos advogados foram absolutamente vilipendiadas.

Cito como exemplo: no dia 9 de janeiro, a Polícia Federal impediu, por horas, o nosso acesso às pessoas na Academia da Polícia Federal, em Sobradinho. Fomos impedidos de acessar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitas vezes, as salas de audiência nas audiências de custódia. Fomos impedidos de conversar reservadamente com os nossos clientes. Fazíamos aquela conversa reservada entre o advogado e o cliente na mesma sala, com outros réus, com outros advogados, com o promotor, com o juiz, com o servidor, todo mundo na mesma sala.

Nós fomos vilipendiados nesta Casa pela Senadora Soraya Thronicke, que soltou uma *fake news* em uma das audiências da CPMI do 8 de Janeiro, dizendo que só estavam sendo libertas pessoas que eram clientes da Defensoria Pública, que quem tinha advogado particular ia ficar preso. Uma mentira deslavada, que, além de afligir as famílias, humilhou os advogados que têm atuado, e eu digo heroicamente, nesses casos, muitas vezes de forma gratuita, pelo ideal da justiça.

Nós tivemos, Sr. Presidente, uma colega advogada que foi presa por atuar nessas causas.

Nós fomos vilipendiados pelo Sr. Alexandre de Moraes durante a sessão de julgamento das primeiras ações penais desses casos, em setembro do ano passado. O advogado ia lá, fazia a sua defesa, e, depois, ele ia fazer uma análise da defesa, se foi de acordo com o agrado dele ou não, como se ele fosse um *sommelier* de sustentação oral.

Detalhe: tudo isso foi devidamente denunciado, documentado para a Ordem dos Advogados do Brasil. E o que eles fizeram? Absolutamente nada! Minto. Para não dizer que não fizeram nada, eles mandaram uma cartinha se solidarizando com o STF, entregue pelas mãos do próprio Procurador Nacional de Defesa das Prerrogativas dos Advogados, que, em vez de estar nos defendendo, estava lá entregando essa documentação para os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Por isso, Sr. Presidente, e considerando que o Poder Judiciário não tem a intenção de consertar esses erros que eu acabei de relatar – porque foram eles mesmos que cometeram –, e considerando também que o Poder Executivo, o Governo Lula, não tem interesse em solucionar esses problemas, não tem interesse em pacificar o país, resta a este Parlamento valer-se do único instrumento capaz de resolver essa situação e trazer justiça a essas pessoas, que é a anistia das vítimas do 8 de janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhoras e senhores, eu poderia falar aqui por horas sobre todas as coisas erradas que permeiam esses procedimentos e que já são de conhecimento público, mas eu não o farei, porque eu quero dedicar agora esses últimos minutos para homenagear aquele que é o principal responsável por tudo que está acontecendo: o Sr. Alexandre de Moraes.

Eu acho que, neste ponto da história, já está muito claro que os processos dos réus do 8 de janeiro são nulos, que as suas prisões foram e são ilegais, e que o Sr. Alexandre de Moraes cometeu diversos abusos, irregularidades e crimes – sejam crimes de responsabilidade, sejam crimes de abuso de autoridade, sejam crimes contra as prerrogativas dos advogados –, além de ser o principal responsável pela morte do Sr. Cleriston Pereira da Cunha, cuja família encontra-se nesta audiência.

Nós não podemos aceitar, senhoras e senhores, Sr. Presidente, sociedade brasileira que nos assiste, que, em um país que se diz sério, pessoas sejam caçadas, presas e mortas por suas opiniões políticas, como vem acontecendo.

Nós não podemos aceitar que uma pessoa como o Sr. Cleriston – esposo e pai, homem digno, pagador dos seus impostos – seja jogado em uma prisão sem amparo médico. Que um cidadão como o Cleriston fique agonizando no chão por 40 minutos, porque um presídio do tamanho da Papuda, com mais de 15 mil presos, não tinha um desfibrilador e um cilindro de oxigênio, que poderiam ter evitado a sua morte.

Nós não podemos aceitar que uma pessoa como ele tenha um parecer favorável pela sua liberdade, e o Sr. Alexandre de Moraes sente em cima do parecer por 80 dias, parece que esperando que ele morresse.

Nós não podemos aceitar. É inaceitável que uma pessoa que não possui equilíbrio psicológico e emocional, como o Sr. Alexandre de Moraes, continue julgando esses casos, continue julgando outros casos, ou mesmo continue convivendo em sociedade, motivos pelos quais ele deve ser impichado por esta Casa e deve ir para a cadeia pagar pelos seus crimes.

Nós vivemos em um Estado democrático de direito, sob o império da lei, e ninguém pode estar acima dela, nem mesmo uma pessoa que, por seus delírios mentais, acha que é Deus, decidindo quem deve viver e quem deve morrer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu finalizo com as palavras de um herói da literatura britânica, Samwise Gamgee, que, em determinado momento da sua jornada épica, proferiu as palavras que eu trago para a nossa realidade como forma de conforto e esperança para as famílias dessas pessoas, vítimas do Estado brasileiro, que, nos últimos dias, estão tão angustiadas, principalmente aqueles que têm os seus familiares refugiados, porque agora estão vendo que a perseguição tem se estendido além das fronteiras brasileiras.

O trecho da literatura diz assim:

> [...] [O que estamos vivendo] é como nas grandes histórias [...] [aquelas] que realmente importaram. Cheias de escuridão e perigo, e às vezes você não quer saber o fim. Porque como o final poderia ser feliz? Como o mundo poderia voltar ao modo como era quando tantas coisas ruins haviam acontecido? Mas no final, é apenas uma coisa passageira, essa sombra. Mesmo a escuridão deve passar. [E, quando ela passar, quando o sol brilhar e um novo dia nascer, ele resplandecerá mais forte do que nunca]. Essas foram as histórias que ficaram com você. Elas significaram algo, mesmo que você fosse muito pequeno para entender o porquê. Mas eu acho [...] que eu entendo. Eu sei agora. As pessoas nessas histórias tiveram muitas chances de voltar atrás, só que não o fizeram. Eles continuaram, porque estavam segurando em algo. [Em quê?] [...] O bem que há neste mundo, [...] pelo qual vale a pena lutar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Dr. Ezequiel Silveira, sempre muito brilhante nos seus argumentos, na forma como participa das sessões, seja no Senado, seja na Câmara dos Deputados, seja em eventos internacionais. Já estivemos juntos, e minha admiração pelo senhor só cresce.

Nós vamos agora ouvir... Imediatamente, já passo para a última palestrante convidada para esta sessão, que se fez presente. É a Sra. Gabriela Fernanda Ritter, que é advogada também, da Associação dos Familiares e Vítimas do 8 de Janeiro.

Ela já está conectada direitinho aí, não está? (*Pausa.*)

Então, pronto; já vou passar a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gabriela Fernanda Ritter, você tem 20 minutos, com a tolerância aqui da Casa.

Muito obrigado pela sua participação.

A SRA. GABRIELA FERNANDA RITTER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Cumprimento o Senador Eduardo Girão; na sua pessoa, cumprimento os demais Senadores, o Deputado Marcel van Hattem e os demais Deputados presentes. Cumprimento os familiares, advogados, serventuários, convidados e todos os presentes.

Eu agradeço a oportunidade de, mais uma vez, ter espaço nesta Casa. Eu gostaria muito de estar presencialmente com vocês – mas isso não foi possível – para a gente tratar de um tema tão importante, tão relevante e que eu posso dizer também que é um tema avassalador para muitos brasileiros.

De 8 de janeiro para cá, a nossa vida foi destruída; na verdade, eu posso dizer que há uma tentativa de destruição diária. Mas o que eu posso dizer para vocês é que, todos os dias, Deus nos dá a fé necessária para que a gente possa enfrentar o que acontece naquele dia. Isso, nenhum Alexandre de Moraes pode nos tirar e, graças a Deus, Deus tem nos mantido em pé.

Hoje, eu quero falar um pouco da minha experiência como filha de um preso político, como Presidente da Associação dos Familiares e Vítimas do 8 de Janeiro e também como advogada. Eu começo, então, falando como filha.

Eu sou filha de um pai honesto, simples, trabalhador; um homem bom. O meu pai sempre foi um homem presente. Eu trabalhei com o meu pai desde os meus 13 anos, então, o meu convívio com ele era diário, e tudo que o meu pai me ensinou, os princípios e valores, é o que eu tento passar para os meus filhos. De 2019 para cá... Na verdade, o meu pai sempre foi a minha base. Tudo que eu sempre fiz na minha vida foi com orientação dele. Em todos os momentos que eu precisei, a primeira pessoa que eu procurei foi o meu pai. Todas as noites, a última pessoa em que eu penso é o meu pai e, quando eu me levanto, o primeiro pensamento está no meu pai. Então, quando, em 2019, nasceu a minha filha, que tem uma doença ultrarrara, que está evoluindo gradativamente nesses últimos tempos, a primeira pessoa que me deu ombro e que estava comigo foi o meu pai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu me deparei com a prisão dele, no 8 de janeiro, eu sabia que meu pai tinha na mochila uma garrafa de água, um guarda-chuva, o seu terço, a bandeira do Brasil. Eu vejo aquela tamanha injustiça acontecendo e, pior ainda, eu vejo o relatório da Polícia Federal dizendo que a única prova contra ele é que ele foi no ônibus de Santa Rosa a Brasília. Essa é a única prova. E por isso meu pai foi condenado a 14 anos de reclusão.

E por que esse desabafo? Porque essa dor que eu sinto é uma dor de mais de 2 mil famílias. Todas elas têm a sua história marcada por essa tirania. Uma das coisas que a gente mais sentia ouvindo alguns relatos aí hoje foi que... Eu pude ter a experiência de falar com meu pai todos os dias, por ser advogada, mas eu não via a hora de chegar, a cada 15 dias, a quarta-feira, para eu poder dar um abraço nele e para poder entregar a comida, porque realmente o sistema penitenciário... O que eles sofrem lá dentro é inadmissível, é uma tortura.

Hoje, nós estamos separados, eu estou nos Estados Unidos, uma parte da minha família está em outro país, outra parte da minha família está no Brasil, uma família que sempre esteve unida, que trabalhou junta, que cresceu.

Então, esse meu relato é o relato de centenas de famílias que estão vivendo essa dor. Nós temos um sentimento de perda, um sentimento da perda da vida que nós tínhamos antes, em família, e que hoje nós já não temos mais.

Nós não sabemos o que vem pela frente, porque todos os dias é uma pedrada que a gente leva, mas nada, nenhuma dor se compara ao sentimento da Jane, da Luíza e da Késia, que não têm mais a presença física do seu pai, que não tiveram a oportunidade de dar nele um último abraço. Então, eu tenho total admiração, porque elas abraçaram essa causa, e elas vão honrar o legado do Cleriston.

Como Presidente da associação, eu digo que eu recebo centenas de mensagens de famílias todos os dias, e as famílias estão sendo torturadas, estão sendo humilhadas de todas as formas. A gente tem esse sentimento de impotência, e por mais que a gente sinta essa dor junto com eles, a gente tem a força que Deus nos dá e a serenidade para poder enfrentar e atacar tudo isso que está acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, há duas semanas, eu conversei com o Sr. Luiz Miguel Cândido da Silva, que ficou preso na cela com o meu pai. Esse senhor tem 74 anos. Ele está preso com mais 36 outros idosos na mesma cela. E ele cumpria todas as medidas cautelares. O processo dele não havia transitado em julgado, ele estava vendendo água no dia. Não era o primeiro evento na vida dele em que ele vendia água. Ele complementava a renda dele com isso, da família. E ele foi preso justamente pelo que a Dra. Carolina falava antes, o risco de fuga.

Assim como o Lucas Brasileiro cumpria as medidas cautelares, e voltou ao cárcere, deixando seus filhos pequenos em casa. E tantos outros que já foram mencionados. O Sr. Jorginho... A Eliene, que estava escrevendo um livro. Ela estava com o seu caderno de apontamentos no dia, tirou uma foto e, com essa foto, ela foi denunciada e presa. Então, ela está lá em São Luís do Maranhão.

O Sr. Jorge Luiz, todas essas pessoas com bens bloqueados, aposentadoria, pessoas vivendo com o mínimo. Então, eles tentam atacar de todas as formas e tirar a dignidade, o que resta para a pessoa poder sustentar sua família.

E o principal, então, também são essas pessoas, são as famílias que estão separadas, como é o meu caso. A gente sabe que agora nós temos os exilados políticos que também estão sendo perseguidos pela tirania brasileira, e o Dr. Ezequiel está lá, então, para tentar auxiliar e ver o que a gente pode fazer também enquanto instituição.

Nós temos, então, três pessoas com asilo provisório vigente, que é uma garantia para que elas vivam em liberdade no país, presas hoje na Argentina.

Eu tenho ouvido relatos desesperadores de pessoas que falam em suicídio, e a gente precisa falar sobre isso porque essa tortura física que está sendo cometida contra essas pessoas é algo que é inaceitável – inaceitável! Então, eu, como Presidente da Associação, gostaria muito de dizer hoje aqui que eu queria que esses processos fossem anulados, mas nós sabemos que não é possível neste momento. O único remédio seria, será a anistia. Então, eu clamo a vocês, Senadores e Deputados, para que esse projeto de anistia seja aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu acho que a pacificação – eu acho, não; eu tenho certeza – do país não é só com anistia, mas também com o *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes. É somente com essas duas coisas que a gente vai conseguir começar a pacificar o nosso país.

Como advogada, quão frustrante é essa profissão hoje, dependendo de quem você defende neste país, sem o apoio da instituição, muitas vezes sendo humilhados pelos Ministros, pelo Ministro Alexandre de Moraes publicamente.

Eu gostaria de fazer alguns questionamentos. Eu teria vários, mas são coisas que a gente precisa refletir. Por que pessoas comuns estão sendo julgadas pelo STF em lote? Por que os Ministros podem se manifestar em entrevistas sobre os casos que eles estão julgando? Isso é vedado, isso é proibido. Por que a Polícia Militar escoltou os manifestantes até a Praça dos Três Poderes se já havia a invasão dos prédios? Por que as pessoas com asilo provisório legalmente estão sendo presas na Argentina?

E, para finalizar, eu recebi uma mensagem de uma jornalista que se chama Carina Belomé. Ela pediu que eu lesse isso para ela, porque eles também estão sendo perseguidos injustamente, condenados pela população, e ela fala assim: "Existe uma versão levantada nas redes sociais por conta da desinformação e terceirização da culpa contra jornalistas que estiveram trabalhando voluntariamente na busca por informações corretas sobre o QGEx em novembro e dezembro de 2022, ativos até o dia 11 de dezembro daquele ano, dentro do acampamento, levando ao mundo os fatos e quebrando narrativas da grande mídia de que eram golpistas. Após essa data, encerraram as atividades em Brasília e voltaram para os seus estados.

Carina Belomé, jornalista do Rio Grande do Sul, avisou muitos para irem embora dia 31 de dezembro, pois Lula assumiria o poder no dia seguinte. Tanto ela quanto o Oswaldo Eustáquio, Marcelo Guilay, Bismarck, Paulo Souza, membro do Hipócritas, CEO do Vista Pátria, Allan Frutuozo, todos jornalistas e comunicadores, são culpabilizados por pessoas malintencionadas pelos atos do 8 de janeiro, sendo que nem sequer estiveram em Brasília em janeiro e não foram a favor do ato, por saberem que o Governo já era do Lula.

Até quando iremos permitir que os verdadeiros culpados desse crime histórico, que mancha a nossa história e a vida dos envolvidos, estejam ocultados da Justiça? Onde teremos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

provas de quem foram os verdadeiros culpados por tudo isso e os seus financiadores? Então, essa é uma mensagem de alguns jornalistas que vêm sendo injustiçados também.

Eu agradeço a oportunidade e encerro aqui a minha fala. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Dra. Gabriela Fernanda Ritter, advogada, que traz um depoimento com que é impossível você não se emocionar, não é? É difícil compreender o nível de barbaridade que a gente está vivendo aqui. Você tem que dizer: "Mas como é que tudo isso está acontecendo e uma grande parte das pessoas ou vê, ou finge que não vê, ou é conivente?" Não pode! É uma questão de humanidade o que a gente está vendo.

E o Senado, Gabriela, que é uma Casa que deve muito a vocês, deve muito a essas vítimas desses abusos do Judiciário do Brasil, que culminou até com a morte de um brasileiro de bem, que é o Cleriston Pereira da Cunha, o mínimo que a gente pode fazer neste momento – pelo menos é o que a gente tem tentado – é jogar luz sobre isso. Esta audiência pública é mais uma... E olhe que a gente passou um tempão sem fazer. A gente queria fazer há mais tempo. Tem outras, tem outras engatilhadas, porque a gente não pode parar de falar disso. Mas isso é o mínimo para reparar a culpa do Senado disso tudo, porque, se o Senado se levantasse, se o Senado cumprisse o seu dever constitucional, nada disso estaria acontecendo. Teria sido pelo menos interrompido, pelo menos os poderosos aí diriam: "Espera aí, o Senado agora...". É porque a gente pode afastar Ministro do Supremo, e a gente está vendo abuso: a jurisdição não é lá, se manifesta publicamente sobre isso, é a vítima injusta. Está tudo errado! Mas para isso não precisa nem ser... Eu não fiz Direito, mas está um negócio tão errado... Eu não cursei. Você imagina um advogado, que estudou, e os professores. Cadê os professores que ensinam essas matérias? O que a gente tem que fazer? É uma situação assim que é difícil de compreender, mas nós vamos continuar jogando luz. "Água mole em pedra dura tanto bate até que fura."

Tem um vídeo aí, e não sei se já está no ponto. Inclusive a Gabriela Ritter, a doutora, mencionou a questão de a polícia fazer ali a escolta de manifestantes até o Palácio.

Eu quero deixar muito claro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz parte da CPMI do 8 de janeiro, que foi sabotada pelo Governo Lula, que colocou lá a sua tropa de choque para proteger, para blindar, obviamente com apoio de gente alta, como o Ministro Flávio Dino, que nem sequer mandou as imagens que nós aprovamos no requerimento, para saber onde estavam os pelotões da Força Nacional de Segurança, que poderiam tranquilamente, com o efetivo que lá tinha...

E a gente perguntou para policiais, para pessoas que conhecem de segurança, que dizem: "Aquele efetivo ali dava suficiente, se tivesse se postado na frente, para ninguém entrar".

E não foi acionado o pelotão que estava na Esplanada dos Ministérios e que muita gente viu. Só que as imagens foram negadas pelo Ministro da Justiça, que não mandou para a Comissão, porque aí teria uma prova outra.

Mas calma que um dia, sim, vai chegar o momento de a verdade aparecer. Espero que o quanto antes, porque tem muita dor envolvida, muita injustiça envolvida.

Vou pedir para a gente colocar esse vídeo.

Carolina, se você quiser, como já tinha visto essas imagens – ela me falou aqui –, comentar, fique à vontade.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Antes do comentário da Dra. Carolina, a pergunta que fica como leigo, vamos dizer, uma pessoa que está vendo essa imagem pela primeira vez: mas foram levados para uma armadilha, para uma arapuca? A quem serve isso tudo? A quem interessou? Quem se beneficiou com essa narrativa? Ninguém com arma? Repito: ninguém com arma, num domingo, sem liderança.

Dra. Carolina.

A SRA. CAROLINA SIEBRA (Para expor.) – Senador, fica claro aí que a polícia ou também estava sendo levada para uma arapuca ou estava em conluio com os que estavam armando a arapuca, o que eu acho muito difícil, tanto que vários da Polícia Militar do DF foram presos, inclusive o Coronel Naime, que estava lá atuando quando estava de licença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não acredito que a Polícia Militar esteja em conluio com a arapuca formada. Mas, pelas falas do próprio policial militar, a gente vê que aquelas pessoas estavam ali para se manifestar pacificamente, de forma ordeira. Era tão ordeira que eles estavam seguindo a ordem da polícia.

Como é que você pode imaginar que uma associação criminosa, como o ministro quer dizer que são, iria seguir a ordem da polícia? É a primeira vez que eu vejo isso na história do Brasil! Podemos incluir na história folclórica mais esse ponto.

Houve o golpe de Estado com bola de gude; o financiamento público fiado; a explosão do prédio público com rojão de São João; e agora, por último, uma associação criminosa armada, que é escoltada pela polícia, para chegar para chegar todo mundo saudável e feliz para praticar um crime.

É, assim, de rir! E é mais aberração ainda ter quem acredite nessa história folclórica. É lamentável. É melhor acreditar no Saci Pererê. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É isso.

Também, um fato que me chamou a atenção, é que na nossa Casa revisora da República, a gente pediu as imagens, e demorou. Rapaz, mas demorou! Aqui, no Senado Federal, nós que somos membros, percebemos uma blindagem para que as imagens nos chegassem, do que aconteceu no Senado Federal. E depois vazou, não foi nem de forma oficial.

E vimos que as pessoas que entraram ficaram ali rezando, esperando, conversando com policiais, não é isso? Com os policiais...

A SRA. CAROLINA SIEBRA (*Fora do microfone.*) – Intervenção divina que eles queriam.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Se você quiser fazer algum comentário sobre as imagens...

Ninguém quebrou nada, as pessoas que estavam aqui, e essas pessoas estão sendo condenadas.

A SRA. CAROLINA SIEBRA – A 14, 17...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu até brinco, entre os amigos, que seria pedido de intervenção divina, não seria intervenção militar. No ponto em que eu pego uma pessoa ajoelhada, orando, ou uma pessoa que vai tentar dar um golpe, pedindo uma intervenção militar, com a Bíblia debaixo do braço, ela não estava pedindo uma intervenção militar, ela estava pedindo uma intervenção divina. E essa intervenção divina vai chegar. Ela ainda não chegou, não, mas ela vai chegar. E a gente acredita nisso, porque não são só ilegalidades, são crueldades, perversidades que estão sendo cometidas.

Uma história em que, graças a Deus, a gente tem as redes sociais – que querem regulamentar, para não dizer, censurar, porque é através dessas mídias sociais que a gente tem acesso à verdade, porque, se fosse depender da televisão aberta, da mídia, que está sendo manipulada e está recebendo dinheiro para ser manipulada, estava todo mundo aqui acreditando, realmente, que teve uma tentativa de golpe daqueles senhores e senhoras.

Não dá nem para julgar as pessoas que acreditam, porque talvez o pensamento delas não chega a se abrir ao ponto de procurar outra fonte, a não ser esses jornais que estão sendo manipulados. Se você abrir a mente e começar a questionar o que estão dizendo ali, você para de ser uma pessoa que está sendo usada como massa de manobra.

Então, a gente precisa combater essa regulamentação e bater forte na anistia. Claro que a gente queria que os processos fossem anulados, porque, afinal de contas, essas pessoas não são criminosas. Além dos criminosos da associação criminosa armada, que é escoltada pela polícia, pacificamente, a gente tem os criminosos da associação criminosa armada que espera a polícia chegar para levá-los.

Então, assim, bizarrice completa.

É isso aí, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem. Eu queria insistir um pouco, minha querida advogada Carolina, já registrando a presença aqui do Senador Magno Malta, outro Senador extremamente presente e corajoso, desde o primeiro momento, na busca da verdade, da justiça. Eu queria lhe perguntar o seguinte. Voltando a essas imagens do Senado, que é a Casa de que a gente faz parte, pelo que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pôde ver, a senhora conhece melhor o processo, parece que só teve um pequeno... Eu acho que era alguma coisa, um microfone que tinha caído, não sei se era essa espuma que tem, uma coisa que poderia até já ter caído lá, mas não houve quebra nenhuma dentro do Plenário do Senado Federal.

Olhem, deixando muito claro, quem errou, quem quebrou vidraça, quem cometeu algum tipo de depredação tem que pagar, tem que ser punido. Isso está errado! Nós repudiamos qualquer tipo de violência. Nada justifica a violência. Mas que pague dentro da lei, que tenha o direito à defesa, ao contraditório, que pague dentro da lei, mas tem que pagar.

Mas parece que não identificaram quem quebrou. Quem quebrou foi embora antes de chegarem... Como foi isso? Minha querida Advogada Carolina Siebra, você queria complementar isso? Porque, na CPI do dia 8 de janeiro, essa foi a grande indignação.

Pessoas estão sendo condenadas a 14, 15, 17 anos e que muitas vezes entraram como maria vai com as outras. "Ah, está todo mundo entrando"; ou como a senhora mesmo colocou: "Não, entrem aqui, porque é mais seguro, e a gente protege". E as pessoas ficam quietinhas, orando ali. E essas pessoas estão sendo condenadas a 15, 17 anos? É verdade isso? Pessoas contra as quais não tem prova de que quebraram nada; pessoas que sequer chegaram a entrar, porque tem casos em que não estavam nem na Esplanada.

Estou falando alguma bobagem?

A SRA. CAROLINA SIEBRA (Para expor.) – Não, nenhuma. (*Fora do microfone.*) O que acontece? Realmente, existe essa situação das pessoas que entraram. Quem é da segurança pública vai entender o que eu falo. Quando a gente tem um controle de distúrbio civil, no caso de uma manifestação ou de um caso de uma multidão que está se rebelando, digamos assim, a polícia costuma atear bombas de efeito moral naquelas pessoas, de uma forma que elas sejam escoadas para uma saída. Então, você joga a bomba aqui, para que as pessoas saiam dali e vão para um lugar só. Jamais se joga bomba por helicóptero no meio de uma praça, porque você tem pessoas ali que não são pessoas que estão acostumadas com bombas, não são pessoas que tiveram um treinamento para aquele tipo de bomba. Recebem a bomba na cabeça, e o que elas vão fazer? Procurar uma cobertura. E nessa de procurar a cobertura, foram para o Palácio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Planalto. Isto é unânime na fala de todos os manifestantes: esconderam-se no Palácio do Planalto por conta do efeito das bombas.

As pessoas aqui do Congresso que chegaram a entrar e entraram aqui até o Plenário foram... A gente tem até vídeo sobre isso – eu não vou conseguir achar para que se passe aqui, neste momento –, de a polícia fazendo uma escolta na Chapelaria, fazendo um corredor, em que eles colocam as pessoas para dentro; é eles dizem que o Plenário do Senado era o lugar mais seguro. É tanto que, nas imagens que a gente recebeu posteriormente, tem até... Eu já estou respondendo até a algumas perguntas que fizeram aqui. A gente recebeu as imagens no final da instrução criminal, o que é completamente errado e completamente ilegal. Como você vai defender um cliente, se você não tem acesso às provas?

E aí a gente pegou essas imagens das pessoas que estavam dentro do Senado Federal, desses ditos terroristas, golpistas, pessoas muito violentas, e os policiais estavam praticamente o tempo todo de costas para essas pessoas. Inclusive, a gente tem a imagem do Clezão em que ele está sentado em uma cadeira, e os policiais todos de costas para ele. Até, inclusive, questionei um dos policiais em uma audiência: "Se esse cidadão aqui era um cidadão realmente perigoso, o senhor, enquanto policial, ia dar as costas para ele? É assim que acontece?". A gente tem vídeos deles conversando com o policial, e os policiais: "Se acalme", etc.

É por isso que na minha fala, Senador, eu trouxe o seguinte. Eles ficaram ali contingenciados dentro do Senado. O dano que teve no Senado foi um desparafusamento do microfone, que a gente não sabe nem dizer se foi antes ou se foi depois. Não tem como precisar, lá ninguém tinha chave de fenda, então, desaparafusar um microfone desse, eu acredito que seja difícil. O ponto é: eles estavam ali dentro, o lugar foi o que menos sofreu danos. Um dos policiais, que foi o primeiro a entrar, ele mesmo relata que ele pediu que aquelas pessoas fossem as guardiãs do Plenário, e todos disseram: "Não, o.k.". Vocês ficam aqui, porque é o melhor lugar. Eu vou lá fora e daqui a pouco eu volto.

Você tem em torno de 50 pessoas revoltosas, como são as imagens que pintam, e você não tem dano em um microfone? Você não tem um vidro quebrado? Você não tem uma garrafa de água no chão? Porque nas imagens a gente os vê recolhendo as garrafas de dentro do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Plenário. São essas pessoas que queriam um golpe de Estado, que recolhem garrafa PET de dentro do Plenário? Então, é inacreditável.

Contingenciados ali dentro, esperaram ordens superiores. Inclusive, pelos horários que a gente vê, eles estavam lá dentro sem muitas informações. Depois – a gente foi montar cronologicamente –, um dos policiais diz que recebeu uma ligação de um Senador, Presidente da Casa aqui, e, após isso – você consegue enxergar nas imagens ele recebendo a ligação, ele falando no telefone –, passa pouco tempo, ele pega todas essas pessoas e diz: "Vamos embora, que está na hora de desocupar", e leva essas pessoas à garagem aqui do Senado. Lá, essas pessoas ficam sentadas na garagem até o outro dia, sem se alimentar, sem ir ao banheiro, sem beber água. A primeira coisa que chegou de alimentação para essas pessoas foi o que uma advogada trouxe quando soube que o seu cliente foi preso.

Clezão passou mal a primeira vez aqui, dentro do Senado. Clezão foi um dos primeiros a sair de dentro do Senado, enganado por um policial. Porque os outros presos relatam que disseram: "Vamos com a gente, que, se o senhor sair agora, o senhor vai para a sua casa". Na imagem, tem o grande terrorista da história sendo escoltado por um policial só. Você até olha na imagem o Clezão bem maior do que o policial. Se ele fosse uma pessoa hiperviolenta, o policial ali tinha ficado pelo caminho; mas ele andando tranquilamente do lado do policial, sem saber que ia ser preso.

Então, as pessoas foram enganadas não só por essa polícia que disse: "Vamos todos pelo lado da via", etc., etc., como, ao chegar aqui: "Entrem, que aqui é o melhor lugar". Aí a gente vai voltar às histórias infantis. Parece a história da Chapeuzinho Vermelho, dando a maçã ali para matar: "Olhe, coma aqui essa maçã, que ela vai ser boa". Assim, essas pessoas entraram e ficaram esperando a polícia chegar. É uma história folclórica, mas é uma história muito triste, porque culminou na morte do Clezão e infelizmente pode culminar em outras mortes.

Temos pessoas com doenças graves, padecendo dentro da cadeia, pessoas com problemas mentais graves. A gente vai esperar morrer mais um? A gente vai esperar ter que estar aqui, daqui a um ano, fazendo de novo uma audiência pública desta, porque a gente perdeu mais um para o Estado, porque o Estado está negligenciando a vida das pessoas? Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importa, para mim, se aquela pessoa é de direita ou de esquerda. Para mim, Carolina, não importa, mas para eles importa.

Eu canso de ver gente comentar no meu Instagram quando eu posto alguma coisa do Clezão, dizendo: "É bem-feito". Para mim, perder uma vida não é bem-feito, principalmente envolvendo uma questão política. Então, eu espero que o Ministro Alexandre de Moraes e a PGR, na pessoa do Dr. Paulo Gonet, que era uma pessoa supertécnica até entrar na PGR, avaliem as posturas dele. Aí eu faço um apelo ao Dr. Paulo Gonet, que eu sei que ele é cristão, que eu sei que ele expressa a mesma fé que eu, que ele olhe e imagine se fosse um familiar dele.

A justiça daqui da terra é falha, mas a divina não é, não é! Depois, não adianta chorar o leite derramado. O que vocês estão fazendo com essas pessoas é desumano, é cruel, é vil, é covarde só porque tem uma caneta na mão. Tire a caneta que se tira essa brabeza toda desse pessoal. Eu quero ver ser brabo no meio da população que está sendo perseguida aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Outro detalhe também, Dra. Carolina...

Já, já, eu vou passar a Presidência, não é a palavra, é a Presidência para o Senador Magno Malta, porque eu vou ter que sair e volto daqui a pouquinho, mas só para...

Nós estamos aqui, Senador Magno Malta, numa sessão, às vésperas... Amanhã completa um ano e não foi marcada por causa disso. Isso foi uma coincidência que a gente sabe que é "jesuscidência", não é? Esta é uma sessão que foi aprovada desde o ano passado, o senhor mesmo votou, nesta Comissão, e só está sendo realizada agora. Chamamos autoridades aqui, o próprio Ministro Moraes, o pessoal da Defensoria Pública, o pessoal da Papuda, servidores, a OAB; ninguém veio.

Há um ano que nós aprovamos... Tudo bem que foi há 15 dias que foi oficialmente marcado no aspecto de formalidade, de convite, essa coisa toda, mas ninguém veio. Não se mandou representante. Isso mostra o desprezo pelo povo brasileiro, porque não é pela Casa, pelo Senado, que já está muito contestado e com razão pela população brasileira, mas é um desprezo contra o cidadão de bem do Brasil, que paga os impostos, que tem essa máquina aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esta Casa toda, que paga nosso salário, que paga tudo. É um desprezo dessas autoridades pelo cidadão brasileiro. Agora, o que mais me deixa preocupado nisso tudo é que...

Olha o que me veio aqui, o Clezão... Amanhã que é o Dia da Consciência Negra. É a primeira vez, aqui nesta Casa, que vai parar, vai ser um feriado nacional, mas o Clezão, já no ano passado, não foi atendido, porque era um feriado e já demorou o atendimento. Ele faleceu por isso também. E ele era negro, baiano, como o Senador Magno Malta – negro, baiano. Nós temos uma simbologia muito forte nisso.

Para encerrar essa história de imagens que foram negadas – a publicidade delas – para o povo brasileiro, para descobrir tudo o que aconteceu, porque a verdade ia estar ali. Você viu as imagens que vazaram do G. Dias, do General do Lula, que deram outro rumo à investigação na CPI. Aí o Governo teve que "entrar de com força", como a gente diz lá no Ceará, "entrar de com força" para blindar o Governo. O G. Dias estava recebendo os manifestantes entrando lá, servindo água, servindo café. Não é estranho isso? Foi revelado isso. O que aconteceu com o G. Dias?

A gente está vendo aí, as pessoas sendo perseguidas de todas as formas, presas, mas parece que é seletivo mesmo. Só de um lado que tem a perseguição implacável, do outro não, é amigo do Lula, é amigo do sistema... "Você deixa esse aqui." Não aconteceu nada. Foi apenas exonerado, mas não aconteceu, não foi preso, como outros que foram presos, que fizeram coisas muito menores – aliás, inocentes –, você falou de alguns casos aqui.

Enquanto o Senador está concluindo ali, eu queria só passar a palavra para o Dr. Estrela. Cadê ele? Está aqui?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ele teve que sair, o Thiago Estrela?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ele teve que sair.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar ao terceiro, o Dr. Otacílio Guimarães.

Eu vou só pedir o seguinte, nós estamos no adiantar da hora, eu vou pedir três minutos para as pessoas que se inscreveram e que querem colocar a família, se quiserem também, a gente tem uma tolerância maior, porque hoje o foco da sessão aqui é o caso emblemático do Cleriston Pereira da Cunha, morto sob a tutela do Estado brasileiro. (*Pausa.*)

A Luíza quer falar, não é? (*Pausa.*)

Luíza, eu passo daqui a pouco palavra para você.

Vamos ouvir o Dr. Otacílio, por três minutos. Tem mais quantos inscritos?

Opa, perdão.

O Dr. Thiago já foi, certo? Então, nós temos depois o Otacílio, que é o terceiro e vai falar agora. O Dr. Roberto Pozzatti também já saiu. Depois nós temos Célia Regina Santos. Temos Rosângela Costa. Temos... (*Pausa.*)

O Pastor Francisco saiu... (*Pausa.*)

Ah, ele está aqui. Vai falar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas eu espero o senhor falar.

A Érica Machado, é isso? (*Pausa.*)

Érica Machado, Camila Pessoa e nós vamos encerrar aqui com a Ana Luíza, que é filha do Cleriston Pereira da Cunha.

A SRA. CAROLINA SIEBRA (*Fora do microfone.*) – Tem o Clayton ainda.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Desculpem-me. Perdão, tem o Clayton Prudêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. THIAGO ESTRELA (*Fora do microfone*.) – Eu também, Senador. Thiago Estrela. Sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ah, você está aí? Perdão.

Então, eu vou passar a palavra para o senhor, porque o senhor está na frente do Dr. Otacílio.

Então, o senhor é o segundo. Eu peço só três minutos, para a gente obedecer o tempo, para a gente poder ouvir todo mundo.

Muito obrigado.

O SR. THIAGO ESTRELA (Para expor.) – Boa tarde a todos que estão

(*Fora do microfone*.) aqui, nesta sessão, Senador Eduardo Girão, um excelente Parlamentar, está na posição a Sra. Carolina, e os demais membros que estão aqui e os Parlamentares que estiveram aqui, Senadores.

Realmente, é triste, é complicada a situação do 8 de janeiro. Virou um factoide completo, desastroso, catastrófico, que mostra, escancaradamente, a falta de caráter do sistema contra a direita brasileira, que não aceita, de forma alguma... Nós somos a maioria esmagadora neste país. E dessa tirania que não tem precedentes. O Ministro Alexandre de Moraes tem que se lembrar de que tem um versículo na Bíblia, em Provérbios 16:18, que diz que a altivez precede a queda, e vem a ruína. A soberba precede a queda e a altivez, a ruína. O soberbo não fica de pé, não prospera, não tem vida, não tem vigor. Um dia, a hora dele chega, e acaba seu império, seu reino. É necessário se redimir, contar tempo, porque a misericórdia da graça vai acabar um dia. Não vai ter outra para o senhor, para os demais Ministros do Supremo. A graça, agora, de misericórdia reservatória vai agora, porque, depois que o Senado for maioria nossa, não vai ter mais perdão aqui. Vai ser dada a sentença e a justiça. E é por isso que nós pedimos e clamamos.

E eu também parabenizo o trabalho do doutor do jurídico, que não pôde estar aqui, está em audiência. Ele fez um excelente trabalho pelos patriotas, meu amigo. O Dr. Luiz Felipe também, que tem feito um grande trabalho no Instituto Internacional dos Presos e Exilados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Políticos. Tem sido um trabalho maravilhoso para prestar socorro aos patriotas do 8 de janeiro, mais de 2,5 mil, com cesta básica, que muitos estão aí sofrendo uma via-crúcis, sem pagar aluguel, água, luz, energia e sofrendo um caos terrível. E é necessário que isso acabe logo. Sabemos que os nossos Parlamentares estão fazendo de tudo para resolver esse problema, reverter essa situação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO ESTRELA – ... mas tudo vai dar certo, positivo.

Nós cremos, Senador Eduardo Girão, que esse tempo de mudança para o nosso país virá, e eu creio que não tem nada que está oculto que Deus não esteja vendo. Nada. O que está escondido ficará escondido. Está lá na Bíblia, em Daniel 2:21, que nada se esconde de Deus. Todas as coisas e tramoias virão à tona, e as máscaras vão cair, como caíram no dia 6 de janeiro, nos Estados Unidos. Iremos ver a justiça, e a luz vai raiar de novo não só para a família do Clezão, que está aqui, mas para os demais que pedem justiça, como a irmã da Adalgisa, a D. Célia. Deus vai nos dar essa bênção, e podem ter certeza de que a tirania e o farisaísmo do Brasil estão com os dias contados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado. Muito obrigado, Dr. Thiago Estrela. Muito obrigado por ter obedecido o tempo.

É isso. Numa audiência democrática, a gente vai ouvir as pessoas aqui, sem filtro. Nós estamos aqui para cumprir o nosso papel para que, pelo menos, a sociedade tenha voz. Já que o Senado não cumpre o seu dever constitucional diante de tantas arbitrariedades, que, pelo menos, a gente possa dar voz por enquanto. Mas eu tenho muita fé de que nós vamos conseguir, ainda dentro do bicentenário, que termina em março do ano que vem – dentro do bicentenário, dentro dos 200 anos –, que este Senado se levante perante o povo brasileiro e dê a mão, não se esconda do povo brasileiro.

Passo a palavra agora, imediatamente...

Registro a presença do Sr. Cristiano, que é irmão do Cleriston Pereira da Cunha, não é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpa por não o ter mencionado. Seja muito bem-vindo aqui. Fisicamente o senhor é muito parecido com ele.

Inclusive, Senador Magno Malta, como é o senhor que vai assumir a Presidência dentro de instantes, tem um vídeo cuja exibição foi pedida a esta Presidência, do último Natal em que ele estava. A Gabriela fez essa solicitação aqui, internamente, no nosso sistema aqui de condução, a advogada, que tem umas imagens dele no último Natal em que ele estava com a família. Então, se a família concordar... Para que ninguém ache que ele é um número a mais. Ele era uma pessoa, um ser humano que merece todo o respeito. E eu acho que essa é uma forma de nós homenagearmos esse brasileiro que só queria o bem. Ele foi injustiçado, mas que essa dor de alguma forma sirva para que a justiça e a verdade predominem na nossa nação.

Então, eu passo a palavra para o Dr. Otacílio Guimarães por três minutos.

Muito obrigado pela sua presença.

O SR. OTACÍLIO GUIMARÃES – Exmo. Senador Eduardo Girão, Presidente desta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Acho que tem que apertar aí no... Tem que ficar verdinho.

O SR. OTACÍLIO GUIMARÃES (Para expor.) – É, ficou verde. Vou ficar mais próximo aqui.

Exmo. Sr. Senador Eduardo Girão, Presidente desta colenda Comissão de Segurança Pública, eu talvez até me estenda um pouquinho, e vou justificar. Eu não falo agora como advogado só; eu falo em nome de um preso que se encontra no Processo 1.466, lá em Guarulhos, condenado, há um mês. Há um mês, ele está preso, condenado e já pagou a pena. E até agora não teve sequer este advogado o acesso ao ministro. Peticionamos nos autos, peticionamos no *e-mail* o pessoal do ministro relator do processo, solicitando a soltura de alguém que já cumpriu a pena. E, simplesmente, o que nós estamos vendo – foram várias perguntas de vários Deputados, Senadores aqui e de vários colegas advogados –, o que nós estamos vendo no Brasil hoje é o império do autoritarismo, só que com conivência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora vou dar a solução. A solução para tudo isso daqui que está acontecendo é simplesmente a segurança pública, é qualquer agente da segurança pública simplesmente agir dentro da lei. A lei... Não é preciso ficar criando mais leis se não tiver a efetividade. Qual é a finalidade de uma lei? É que qualquer cidadão cumpra a lei. Agora, quando você tem uma autoridade, seja ela do Judiciário, do Legislativo ou mesmo do Executivo, ou os agentes, as autoridades de segurança pública descumprindo as leis, aí nós vamos estar perdidos.

Então, vejam, nós estamos hoje... Falaram várias vezes aqui sobre o Ministro Alexandre de Moraes. O Alexandre de Moraes, Ministro, hoje está em flagrante delito. E eu digo isso por quê? Ele está neste momento em flagrante delito. Basta que qualquer autoridade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTACÍLIO GUIMARÃES – ... da segurança pública dê a voz de prisão para ele, porque, uma vez que eu, advogado, em nome do meu cliente – estou falando aqui o nome dele –, comunico a ele que existe alguém preso que já cumpriu a pena, ele tem... Aliás, pela condenação dele, como a de outros do dia 9 de janeiro, há um ano, ele já deveria ter sido imediatamente solto na decisão, ou seja, na sentença. Teria que soltar, porque o regime aplicado foi o aberto.

Agora, só a prevaricação daria o flagrante delito? Para um magistrado, não! Para se prender um magistrado em flagrante, o crime tem que ser inafiançável, segundo, inclusive, as normas do próprio Conselho Nacional da Magistratura, que fiscaliza esses magistrados.

Só que tem um detalhe, como dito por várias advogadas, inclusive aquela filha daquele advogado, da Presidente da Asfav. Então, observem bem, ela diz que todos os presos, inclusive esse meu cliente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTACÍLIO GUIMARÃES – ... estão sofrendo torturas físicas e psicológicas. Isso é crime inafiançável!

Então, basta que qualquer agente público vá lá e dê voz de prisão, porque eles têm obrigação de cumprir a lei. Basta que um soldado – um soldado –, não precisa de mais nenhum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cabo, chegue lá e cumpra a lei, dê a voz de prisão, porque o que está faltando é só isso, simplesmente que as autoridades cumpram as leis.

Com relação às prisões do dia 9 de janeiro e do dia 8 de janeiro, porque muitos não perceberam, houve uma decisão...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu peço só para o senhor concluir porque a gente já passou um minuto, eu estou lhe dando a tolerância, mas eu vou lhe dar mais um para a gente poder ouvir todo mundo.

O SR. OTACÍLIO GUIMARÃES – Só vou dizer uma coisa, o coronel que assinou o auto de prisão em flagrante de todos os brasileiros do dia 9 de janeiro, em audiência de que eu participei deste meu cliente, disse que não deu voz de prisão para ninguém, ou seja, nas alegações finais, eu solicitei que fosse instaurado um processo de falsidade ideológica...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTACÍLIO GUIMARÃES – ... a este coronel e ao delegado da Polícia Federal, que prenderam todos os brasileiros do dia 9 de janeiro, porque é um ato ilegal. E, até agora, inclusive, em embargos de declaração, não teve decisão, nenhuma resposta.

Só isso.

Eu agradeço, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Otacílio Guimarães, que é advogado.

Eu chamo aqui para a mesa, para conduzir os trabalhos, o Senador Magno Malta.

Enquanto ele vem aqui, eu quero ler o que eu prometi, o desabafo de um preso político. Uma carta que chegou da família aqui às minhas mãos, do Sr. Marco Alexandre Machado de Araújo, aquele senhor que eu acho que todo mundo tomou conhecimento, que: "Sem denúncia, Moraes mantém pai de bebê preso por 18 meses: 'Perdi tudo'".

Uma matéria de um veículo tradicional no Brasil chamado *Gazeta do Povo*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Magno, sente logo aqui que você já vai assumir a Presidência. Eu vou só ler essa carta e depois volto para acompanhar o resto.

Sente aqui. (*Pausa.*)

É o seguinte, olha só.

> Me chamo Marco Antonio Alexandre Machado de Araújo, 54 anos, mineiro de Uberlândia. Pai de quatro lindas filhas, sendo a mais nova, Lyz, com seis meses de idade.
> Vim a ser preso na [10ª Operação] Lesa Pátria [do dia 18 de abril de 2023], porém, [...] [apresentei-me] voluntariamente à PF de Brasília porque sabia da minha conduta como cidadão de bem, que não compactua com atos antidemocráticos em manifestações.
> O dia 8 de janeiro vai ficar na história como o dia em que pais e mães de família foram massa de manobra para atender maquiavelicamente aos interesses do sistema. Erraram com o dia 8 e infelizmente jogaram [indiretamente] inocentes para pagar pelos verdadeiros culpados.
> [A César o que é de César.]
> Vim a Brasília acreditando que seria mais uma manifestação pacífica em defesa da democracia. Não vim para vandalizar, incitar ou depredar bem público, porque jamais compactuei com vandalismo em manifestações. Um conservador de direita não compactua com a ilegalidade. Temos de ter a coragem de expor as verdades [...] [do dia 8 de janeiro]. [...] quem errou que pague pelo seu erro. Estou preso por algo que não fiz e não apoio. Pagando um preço alto que está custando a minha vida.
> Não desejo apontar culpados, mas nunca vi em nossas manifestações tamanha ausência e vulnerabilidade dos órgãos de segurança, que praticamente cruzaram os braços franqueando a entrada dos manifestantes aos prédios dos três Poderes.
> [É fato!]
> Os vândalos fizeram a festa em cima dos manifestantes pacíficos e transformaram em um caos aquela que poderia ter sido uma bela manifestação. [Mais uma]. Os fatos devem ser apurados e a justiça deve prevalecer de forma [justa] impessoal e imparcial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> [...] [se] errou, que pague pelos seus atos, porque se defendemos tanto a democracia, temos que defender a legalidade, o Direito e a Justiça. Que a nação aprenda com o dia 8, porque vidas inocentes estão sendo ceifadas como [...] número descartável, mas são vidas humanas pedindo socorro.
>
> Não desejo que minha vida se vá em vão, pois é assim que estou me sentindo neste deserto: assustado, fraco e sozinho. Perdi tudo. Só não quero perder a fé em Deus, e que haverá justiça justa.

Tem também aqui, Sr. Magno Malta, uma carta de uma mãe cheia de saudade e dor, que é a da Iara Célia Machado, de Uberlândia também, de 17 de novembro de 2024. É bem curta, eu posso fazer, Presidente, rapidamente?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então vamos lá.

"Aos familiares, amigos, representantes legais e a quem mais possa ouvir, é com o coração apertado e lágrimas incontidas que escrevo esta carta. Não como uma mãe que busca piedade, mas como alguém que clama por justiça. Meu filho, que sempre acreditou na verdade e no bem, está longe de nós há um ano e sete meses, exatos 578 dias de ausência que ecoam em nossa família como um grito incessante de saudade e revolta. Ele está preso longe de casa, de seus sonhos e da filha, que sequer teve a chance de ver crescer. Durante esse tempo perdeu momentos preciosos e insubstituíveis: o nascimento de sua filha, suas primeiras consultas ao pediatra, os primeiros passos e até mesmo a primeira palavra. Perdeu aniversários, natais e a alegria de começar um novo ano ao lado de quem o ama. Não há dor maior para uma mãe do que ver o seu filho, que sempre buscou o que é certo, ser privado de viver sua própria vida. Meu filho sempre alegou sua inocência. Nunca foi ouvido, nunca teve o devido respeito ao processo legal. Ele, que tanto amava o país e a acreditava em sua gente, foi às manifestações movido por esse amor, sempre de forma pacífica. Ele costumava me dizer [abro aspas aqui]: 'não é porque vou ao campo de futebol que compactuo com as torcidas organizadas' [fecho aspas]. Essa é a verdade dele, a verdade que carrego comigo todos os dias. E o que ele deseja, acima de tudo, é que prevaleça a verdade. Ele não quer que ninguém ultrapasse os limites do respeito ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Judiciário ou à imagem dos Ministros. Tudo que ele quer é que os fatos sejam analisados, que os acontecimentos sejam esclarecidos e que os verdadeiros culpados respondam por seus atos, conforme a lei. Como mãe, sofro por saber que meu filho, ao lutar por seus ideais, foi tratado de forma tão injusta e desproporcional. Peço com todas as forças do meu coração que olhem para ele com justiça e humanidade. Que sua verdade seja ouvida e que ele possa finalmente voltar para casa. Meu filho só quer lutar, mas lutar com dignidade pelo que acredita e pelo direito de criar sua filha e estar ao lado da família que tanto sente sua falta. Que esse apelo chegue aos corações de quem pode fazer a diferença, porque, enquanto a liberdade dele não for devolvida, a nossa também não será plena. Uma mãe que jamais desistirá de seu filho, Iara Célia Machado. Uberlândia, 17 de novembro de 2024."

Senador Magno Malta, a gente estava ouvindo aqui vários depoimentos. Passaram aqui dezenas de Parlamentares já. Começamos às 11h20 da manhã. E quantas famílias, não só a do Cleriston, cuja dor é irreparável, porque o Cleriston perdeu a sua existência, a sua vida aqui na Papuda... Quando a PGR pedia sua liberação, ele tinha problemas médicos, e o Ministro Alexandre de Moraes não tomou conhecimento disso e o deixou preso.

Tem essa dor irreparável dessas filhas, do irmão, da esposa. Mas tem – e eu acho que é por isso que eles lutam aqui – muitas, milhares de outras famílias que estão despedaçadas, e isso também é irreparável. Quem é que vai reparar os dias longe da família? Tantas possibilidades de estar abraçando, de estar dizendo "eu te amo", de estar amando?

Então, é uma dor que parece não ter fim. Mas a gente aqui sabe e vamos fazer, com toda a nossa... nos limites das forças, o que pudermos, para que a justiça seja restabelecida, para que a democracia no Brasil, o Estado democrático de direito volte, e para que acabe essa ditadura absurda, que tem causado tanto sofrimento às pessoas.

Então, eu vou me retirar um pouco, mas, daqui a pouco, voltarei. Presidente, Senador Magno Malta, nós temos uma lista aí de pessoas que ainda vão falar. A próxima é Célia Regina Santos.

E o senhor fique à disposição aí. Eu agradeço a sua presença para conduzir o restante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Quero saudá-los e quero, neste momento, conceder três minutos para mim. (*Risos.*)

Dizem que são três minutos para cada um, não é? Mas já estou vendo que a Célia está de microfone em punho, então eu vou transferir os meus três minutos para ela, porque, como eu não tenho o controle de um relógio na mente, quando eu pego o microfone, podem me dar três ou dez, que eu desconsidero completamente e vou até onde dá para mim. (*Risos.*)

Então, Sra. Célia, este momento de descontração mostra também o nível de familiaridade que nós acabamos adquirindo no meio dessa luta, não é?

Tenho certeza de que, para os Senadores e Deputados que passaram por aqui, cada palavra falada é uma maneira de se comprometer, porque o homem se compromete; você se algema por aquilo que você fala. E nenhum deles passou por aqui de uma forma hipócrita ou acovardada, até porque, neste momento, verdadeiramente, pau que dá em Chico dá em Francisco: não adianta você ter imunidade parlamentar; nós estamos vivendo num país onde o ordenamento jurídico já não existe, onde o Estado democrático de direito foi absolutamente banido por decisões pessoais, sem que se tenha uma Constituinte!

A violação da Constituição brasileira – que não é o suprassumo da humanidade, não é a melhor coisa –, feita em 1988, pelas mãos dos que foram anistiados, dos chamados terroristas, assaltantes de banco, dos grupos organizados, que foram presos em 1964 e anistiados. Voltaram, elegeram-se Deputados Federais e fizeram a Constituição, que, embora não seja a última Coca-Cola do mundo, é a Constituição que foi feita por anistiados – anistiados! –, como Zé Dirceu, como Capiberibe, como Arraes, como tantos outros que disputaram a eleição e viraram Constituintes; eles é que fizeram isso aí! Então, antes que os meus três minutos acabem, a senhora tem a palavra.

A SRA. CÉLIA REGINA SANTOS (Para expor.) – Boa tarde.

Eu quero agradecer a todos aqui da Comissão por essa iniciativa muito importante para nós, que nos acolhe, que nos traz paz e segurança.

Quero dizer que hoje eu tive uma notícia muito triste, porque eu tenho uma irmã que está presa, ela tem 64 anos: a Adalgiza Maria Dourado, uma pessoa do bem, pagadora de imposto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

candanga e que ama o Brasil. E hoje eu tive esta notícia: foi feito um pedido de prisão domiciliar, humanitária para a minha irmã.

Ela está com depressão, síndrome do pânico; em todo tempo fala que quer se suicidar, que não tem graça de viver ali dentro, que é muito ruim, que é tudo muito ruim. Ela não tinha doença nenhuma. Está com arritmia cardíaca, não dorme; tem tomado remédios para dormir além do que pode tomar. Ela não consegue dormir e está com esse pensamento constante de suicídio.

Foi negado pela PGR esse pedido; pelo Ministro Alexandre de Moraes, também. Eu acredito que a Constituição e os direitos individuais estão sendo, foram negados. Então, essa é a minha tristeza, a minha angústia.

Eu estou aqui representando as pessoas que estão sofrendo muito, os que estão aqui no Brasil e fora. Nós somos uma família e vamos lutar. Não vamos desistir, gente, porque nós temos fé e temos um Deus, que é soberano.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Encerrou bem. "Temos um Deus que é soberano", e a Bíblia diz que Abraão creu contra a esperança. Neste momento do Brasil, nós temos que crer contra a esperança, que não é uma coisa fácil.

Você ter esperança é uma coisa. Agora, crer contra a esperança é uma coisa absolutamente difícil para você assimilar, mas Deus tem o controle de todas as coisas, sabe de onde vem o vento e para onde ele vai. E é claro que, certamente, eu não creio que, do ponto de vista espiritual, que do ponto de vista material...Eu não consigo enxergar a saída do ponto de vista material, nós não vamos sensibilizar o coração de quem não tem coração.

A gente não vai conseguir sensibilizar a alma de quem alma não tem. A gente não vai conseguir mudar a cabeça de quem preparou a sua cabeça, as suas ferramentas, para fazer o mal. Não há argumento que possa mudar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Onde não há ordenamento jurídico, não adianta evocar o jurídico, porque não tem resposta. É como você falar num microfone sem fio, se você não tem a base onde ele está ligado, para que o microfone esteja ligado. É um microfone sem fio sem base.

Nós estamos falando, nós estamos falando, mas para quem escutar? Quem escutar? Eles não querem nos escutar, eles não querem nos respeitar, eles não querem ouvir. Nada os convence. Eles fizeram questão de queimar até os próprios livros, até as coisas que eles escreveram. E tem alguns que escreveram livro copia e cola, mas está tudo certo. Isso é tudo certo. Isso é tudo certo.

Como faremos? É a pergunta. Ou confiamos em Deus? De que Deus há de se utilizar de um leproso qualquer para que abra a cidade, cidade sitiada, fechada, em que generais não podem... As forças humanas não sabem como fazer... É confiar em Deus.

Eu espero que a luz acesa na América, com um conservador destemido, corajoso, que não contou uma mentira sequer no processo eleitoral e reafirma depois do processo eleitoral. Lá eu estive agora, no dia da eleição, e ele recebe uma votação retumbante.

A nossa esperança é que a coisa é retumbante. Não foi uma eleição que o Trump ganhou. Ele foi eleito de forma retumbante, de um povo dizendo: "Nós precisamos, é necessário". Até os que não acreditavam nele, até os ideológicos que não o queriam, que o rejeitavam, diziam: "Não, foi longe demais, nós precisamos desse homem, nós precisamos desse posicionamento."

Então, essa eleição retumbante é uma luz que se acende, é um farol lá no final do túnel, para que a gente possa dizer: "Olhe, teremos pelo menos um Presidente...". O que ele pode fazer contra o Brasil? Houve muito deboche, muito sorrisinho aqui de ministro. Alguns fizeram piada. Eu sou das artes marciais. E eu sei perfeitamente... Quem assiste a arte marcial, quem assiste a luta, já viu que, quando um oponente recebe um determinado golpe e que entra bem ajustado e que ele sente, ele dá um risozinho para fazer de conta que não sentiu. Sentiu, sentiu.

Os Estados Unidos têm uma Constituição, e eles zelam por ela. Uma Constituição pequena, de poucos artigos, mas uma Constituição que protege o país. E o fato de se fazer a Constituição americana que protege o seu país, quando ela protege o seu país, ela protege de quem? Dos adversários do país. E quem são os adversários do país? O comunismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, segundo o próprio Donald Trump, ele não reconhecerá nenhum comunista eleito para esta legislatura; ao tomar posse, ele não os reconhecerá, protegendo seu próprio país! Não é fazendo mal para nenhum povo, é dizendo aos ditadores que eles não serão reconhecidos pelo Estado americano.

De maneira que é confiança em Deus, o final da sua fala, a sua frase. É esse tempo todo que nós temos que confiar e depender; confiar e depender, porque independe das nossas forças e depende dos caminhos e dos ventos que possam nos levar ou nos trazer vindos da parte de Deus.

Aqui, está inscrita a Sra. Rosângela Costa.

A SRA. ROSÂNGELA COSTA (Para expor.) – Boa tarde a todos. (*Fora do microfone.*) Boa tarde.

É com o coração partido que eu estou hoje aqui para pedir para todos vocês que estão aqui hoje nos ajudarem, porque nós estamos suplicando ajuda por aquele povo que sofre, o povo do 8 de janeiro.

Eu sou mãe de um preso político. Está sendo muito difícil para mim, como para várias pessoas. Então, assim, meu sofrimento é muito grande de ver um filho, que não fez nada, estar pagando por uma coisa que não fez. (*Manifestação de emoção.*)

Desculpem, mas, assim, a verdade hoje foi dita, graças a Deus! Todos os brasileiros estão sabendo a verdadeira... o que realmente aconteceu através dos Senadores, dos Deputados, dos que falam por nós, a Dra. Carolina. Então, eu só tenho a agradecer a todos vocês.

É muito difícil, eu não sou muito de falar, mas hoje eu não tinha que me calar diante de tanta injustiça, entendeu? É muito difícil a gente ver tantas famílias sofrendo, uma pessoa só tirando a paz de muita gente! (*Manifestação de emoção.*)

Então, assim, eu venho pedir, de coração aberto para todas as pessoas que estão aqui nos ouvindo, que nos ajudem. Nós estamos pedindo socorro, porque realmente todos os dias, desde o dia do 8 de janeiro, a gente não tem paz, a gente não tem alegria. Está se aproximando o Natal e o meu filho não vai estar, entendeu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, é muito sofrimento.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSÂNGELA COSTA – Então, como eu estou sofrendo, tem várias pessoas sofrendo também. Então, eu peço a cada um de vocês: olhem por nós. É uma mãe que suplica e pede para vocês. Assim como a Jane também sofreu, eu hoje, Jane, me sinto um pouco feliz por eu estar com meu filho preso, mas eu posso vê-lo. Então, a sua dor é bem maior que a minha, entendeu?

Mas Deus está cuidando de tudo, e Deus é de justiça e vai fazer justiça por todos nós.

Obrigada, gente, a todos vocês que têm nos ajudado. Quando eu fui ao presídio visitar, as pessoas perguntavam se eles estavam sendo esquecidos. Eu falei: não, a gente está lutando aqui da forma como a gente pode, que a gente deve, e nós vamos vencer, porque Deus está do lado certo.

Eu, como mãe agora, peço... Tenho muita admiração pelo senhor, muita, porque o senhor esteve presente sempre com a gente. Então, eu sou muito grata a todos vocês, que não têm esquecido de nós. Então, obrigada por tudo e desculpa por ter excedido o tempo. (*Manifestação de emoção.*)

Obrigada, gente, e olhem por nós e orem por nós, porque nós estamos precisando muito da ajuda de vocês. Porque Deus sabe de todas as coisas, eu creio. Quando eu chego lá, gente, ao presídio, desde 8 de janeiro até hoje, a primeira coisa que eu falo para todos eles é: "Que a paz do Senhor esteja com todos vocês". E a paz... Eles estão tendo paz lá dentro, porque eu profetizei isso, e vou profetizar até o último dia, até o último que estiver ali, e eles vão sair, porque eu creio que Deus é de justiça e Deus vai tirá-los de lá. Então, eu creio que essa paz, eu vou ter de volta na minha casa e no mundo, porque nós precisamos de paz.

Nós precisamos ter a nossa vida de volta. Não aguentamos mais isso, tanta injustiça. Tudo que acontece agora, o culpado é quem? O pessoal do 8 de janeiro, que não tem nada a ver com nada. (*Manifestação de emoção.*)

Escutem, gente, uma mãe. Eu estou pedindo a vocês. É uma mãe que todos os dias ora, que se ajoelha e que pede, e eu tenho certeza de que uma oração de uma mãe, Deus não vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deixar de ouvir. Eu creio que essa anistia vai sair, mas pelas mãos do meu Deus. (*Manifestação de emoção.*)

É isso, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Inclusive, as viagens pagas por empresas condenadas, pelo próprio STF investigadas, regadas a uísque e caviar – "nunca vi, nem comi, eu só ouço falar", conforme a música do Zeca –, lagosta, hotéis cinco estrelas e primeiras classes de avião... A culpa é do povo do 8 de janeiro também. Porque, se eles estão vivendo esse conforto de forma nababesca, agradeça essas viagens para palestrar sobre um novo ordenamento jurídico ou a nova democracia criada se não pelos onze, mas pelo menos por maioria absoluta de uma Suprema Corte que devia respeitar a sua condição e não o faz.

Essa frase é significativa. No Brasil, tudo o que acontece, a culpa é do pessoal do dia 8. A incompetência de Haddad como Ministro da Fazenda; a incompetência do taradão da Esplanada, do Ministro dos Direitos Humanos; a incompetência e a língua solta de Janja; tudo isso é culpa do pessoal do dia 8. Tudo isso. A senhora disse bem. Eles encontraram um mote no qual eles podem depositar todas as suas sandices, todas as suas anarquias, narrativas e mentiras; que, na verdade, é o ponto, é o pilar de todo esse comportamento – sabe? –, dessa aranha ideológica que colocou as patas no país e que hoje comanda o país a ferro e fogo, do seu jeito e da sua maneira.

A culpa sempre está na conta... As queimadas da Amazônia, a incompetência da Sra. Marina Silva e deste desgoverno está na conta do 8 de janeiro.

O problema das contas públicas explodidas de um país que é hoje um país que o mundo não recomenda para nenhum tipo de investimento, por não ter segurança jurídica; a culpa é do pessoal do dia 8. O problema é que o pessoal do dia 8 fez com que o tiro saísse pela culatra. Eles achavam que a imposição do medo, do pânico, cometendo uma sandice, uma mentira, prisões em massa de pessoas inocentes, certamente calaria toda uma nação de mais de 200 milhões de brasileiros, onde mais de 93% são cristãos, independentemente de onde confessem a sua fé, que nos pararam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não nos pararam, aqui estamos nós, a despeito de tudo, há um propósito de Deus no fato de nós estarmos juntos aqui e certamente continuaremos e nós haveremos de ver o momento em que essa máscara, definitivamente, irá para o chão e aqueles que devem vão pagar, e vão pagar mesmo. Não adianta se esconder. Não tem toga preta para se esconder na hora de pagar a conta. A conta vai chegar, a conta vai chegar, a conta vai chegar...

A conta vai chegar para os omissos, aqueles que são detentores de mandato, aqueles a quem o povo deu mandato, mas que se escondem. Eles se escondem para proteger com medo ou para bater palma para essa gente que, de uma certa forma, juridicamente, os beneficia pelos crimes que cometem na vida pública. Eles se escondem, eles batem palma para eles, fazem coro e dizem amém a tudo que eles dizem e praticam contra este país, mas certamente essa é a palavra, o momento chegará.

A Bíblia diz que tudo o que é feito nas trevas um dia virá à luz. Certamente tudo o que foi feito nas trevas, certamente se aproxima o dia da luz, porque nós jamais estaríamos aqui ou iremos contar a retumbante vitória diante de um quadro insano em que pessoas morreram, em que pessoas foram massacradas, humilhadas, famílias destruídas, empresas destruídas, vidas destruídas, que ninguém vai recompor, mas a história dirá quem foram aqueles que pagaram um preço para que este país não fosse de fato escravo na Babilônia, e não tem filisteu que vai ficar de pé na hora que a verdade se revelar. A verdade nós conhecemos já. Nós só queremos saber como se efetuará, porque a verdade nós conhecemos.

Eu passo a palavra a Sra. Érica, eu acho agora.

É Érica Rochedo, não é?

A SRA. ÉRICA MACHADO – Machado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Machado, que tem sido um rochedo, não é?

A SRA. ÉRICA MACHADO (Para expor.) – Tem, tem. Eu e minha família, nós temos sido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na pessoa do senhor, eu quero agradecer a todos os Senadores e Deputados que estiveram aqui, que falaram por nós. Quero reforçar o coro da família, das mães, das irmãs, das esposas, das filhas e pedir que não nos abandonem, que não se esqueçam de nós.

Quero agradecer à associação, em nome da Dra. Carolina. Quero agradecer a todos que neste momento estão nos ajudando e pedir que não nos abandonem.

O Senador Magno Malta falou que não descansaria enquanto tivesse um preso político e eu rogo ao senhor que não descanse, porque meu irmão está lá.

O meu irmão veio para Brasília, entregou-se espontaneamente, porque sabia que era um homem inocente. Acreditava na Justiça, acreditava no devido processo legal, no contraditório, acreditava na Constituição, mas ele não teve essa resposta, não foi isso o que aconteceu.

Então, é isso o que eu espero, é esse o pedido que eu tenho, o de uma mãe idosa. A minha mãe está adoecida, não sabe quanto mais tempo ela terá com o filho, não sabe se a visita será a última, se não será. Uma filha recém-nascida... Ele não esteve lá. Quando ele foi preso, a mulher dele estava grávida de um mês, e a filha dele já vai fazer um ano agora em dezembro.

Peço oração, peço oração para todos nós, para as famílias, principalmente para os presos, principalmente para os presos, porque eles estão vivendo um inferno na Terra, é um inferno na Terra.

Obrigada. Obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Dra. Camila Pessoa, advogada.

A SRA. CAMILA PESSOA (Para expor.) – Boa tarde a todos. Eu agradeço a oportunidade. Cumprimento o Senador Magno Malta e a minha colega, a Dra. Carolina.

É a primeira vez que eu estou me manifestando e pedi o uso da palavra porque, desde julho do ano passado, desde o início, eu venho acompanhando – não é, Carol? – as audiências, tanto aqui como na Câmara dos Deputados, achando que a justiça seria feita, eu ficava só ouvindo ali, mas, como advogada – estou aqui representando os meus assistidos – e como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidadã também, da injustiça que nós estamos vivendo, da dificuldade até de acesso ao Ministro, ao seu gabinete...

Quero cumprimentar a família do Clezão, que estou conhecendo pessoalmente, apesar de ter visto já em outra oportunidade.

Eu também sou filha de comerciante, desde nova, aos 16... Hoje eu advogo, mas, desde novinha, eu ia para lá, então, eu sei como é uma família... A maioria de nós brasileiros de bem temos o papel de manifestar indignação. Eu, como cidadã e como advogada, quero prestar as minhas homenagens e dizer que também estou à disposição de vocês.

Que Deus abençoe e que tudo dê certo. Aqui foi falado sobre amor, sobre justiça e misericórdia, que são os princípios de Deus. Deus age com amor, com justiça e com misericórdia.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CAMILA PESSOA – Eu quero agradecer. Tomara que tudo dê certo, esse é o meu desejo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Clayton Prudêncio.

O SR. CLAYTON PRUDÊNCIO (Para expor.) – Eu venho aqui como um cidadão que vem acompanhando esse processo e queria começar falando de um ocorrido que mexeu comigo.

Determinada vez, eu vim fazer uma cobertura aqui, do Congresso, e uma avó, cujo filho foi preso no dia 8, entrou em contato comigo pelo Instagram, me viu aqui, e falou assim: "Fala, por favor, com o fulano de tal, tenta fazer essa ponte". Eu vi as mensagens dela, me comovi e fiz aquilo que ela pediu. Cheguei em casa, desliguei o carro, parei ali na garagem e comecei a chorar vendo aquilo. Eu falei: "Meu Deus, as pessoas estão sofrendo". Cheguei em casa e falei assim com a minha esposa: "Olha, eu vou lutar essa luta. Não sei por que, mas eu vou lutar essa luta porque as pessoas estão sofrendo". E hoje, vendo as famílias aqui, eu digo: Deus está levantando soldados. Essa luta de vocês não é sozinha, Deus tem um propósito. Somente os fortes são chamados para a guerra. O propósito para o qual vocês estão aqui, caminhando, prosseguindo, trazendo esse projeto de país, vai fazer a diferença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitas vezes, nós pensávamos que, por eu ser também conservador, de direita, a eleição do Presidente Bolsonaro era o ápice, quando a perda dele talvez tenha sido a nossa evolução como sociedade, porque nós estamos aqui lutando, aprendendo, evoluindo. E aquele bezerro de ouro que era tido como salvador da nação está lá. Todo mundo está vendo o que ele é de fato. Aquilo que era dourado está sendo agora envergonhado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLAYTON PRUDÊNCIO – E somente àquelas pessoas que Deus tem como forjadas, pessoas de coragem, ele ia confiar isso, e ele tem confiado a vocês. O galardão de vocês talvez vocês não recebam aqui, na terra, mas vão receber no céu, e a semente que está sendo plantada talvez nós não vejamos com os nossos filhos ou com os nossos netos, mas as futuras gerações vão agradecer por essa luta, por esse bom combate que está sendo combatido pelo Brasil e com que nós estamos mudando toda uma geração.

Que Deus abençoe! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Com a palavra, Ana Luíza, filha do nosso querido Clezão.

A SRA. ANA LUÍZA DA CUNHA (Para expor.) – Boa tarde, pessoal!

Eu queria cumprimentar a todos na pessoa do Senador Magno Malta e frisar a minha eterna gratidão por continuar lutando. Eu sei que a sua luta pelo Brasil e pelos inocentes do 8 de janeiro é eterna. Eu venho aqui como filha, como filha de uma vítima, de uma vítima que foi presa injustamente, foi torturada e morta. Sou filha do Clezão. Eu encontrei aqui, durante a audiência, uma foto que me doeu muito. Meu pai não adoeceu na cadeia. Meu pai já estava doente, e eu tenho como provar isto. No dia 8 de janeiro, meu pai já estava numa cadeira de rodas.

Eu queria ver se é possível colocar aqui no painel.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – É possível. (*Pausa.*)

A SRA. ANA LUÍZA DA CUNHA – Enquanto o pessoal tenta colocar a foto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA LUÍZA DA CUNHA – ... eu queria falar quem era o Clezão, não como filha, mas sim como uma pessoa que vivia com ele. Clezão era um exemplo de ser humano. Não é porque ele faleceu lutando pelo país que ele virou um herói. Clezão sempre foi um herói para mim. Clezão me ensinou os princípios cristãos, me ensinou a respeitar todas as pessoas, e meu pai me ensinou o que é amar. Todos os dias ele demonstrava amor de forma diferente para a gente: com palavras, com atitudes, com beijos, com abraços. Todos os dias ele falava do amor de Cristo para a gente. No dia 8 de janeiro, ele veio somente orar pela nação. E aí...

Essa é a foto que a TV Senado postou. E essa pessoa que está na cadeira de rodas é o meu pai. Isso na noite do dia 8 de janeiro.

É muito doído saber, porque ele sofreu desde o dia 8 de janeiro. E, desde o dia 8 de janeiro, a gente grita por socorro. E os gritos foram silenciados. Tem pessoas gritando por socorro lá dentro e que estão morrendo. Vai-se chegar ao nível de ter mais uma pessoa, como a história do meu pai, de ter mais famílias como a minha família? Tem gente morrendo dentro da cadeia injustamente! É muito doído saber porque existem mais pessoas sofrendo, como o meu pai sofreu, desse jeito. E o que meu pai fez para sofrer desse tanto; ser torturado e morto dentro da cadeia? Orar! Orar dentro do Plenário do Senado. Cleriston Pereira da Cunha foi preso dentro do Plenário do Senado. O único local onde não houve depredação. Meu pai morreu inocente, sem ser condenado, sem provas incriminando-o. E existem pessoas condenadas hoje sem provas e morrendo dentro da cadeia.

Eu peço para os Parlamentares, Senadores e Deputados, que continuem lutando pela anistia. E eu peço a todos os brasileiros que continuem lutando pelo seu país; que continuem sendo exemplo, como meu pai foi. Meu pai morreu, mas ele morreu amando a pátria. Ele morreu, ele deu a vida pela pátria.

Eu queria mostrar um áudio para demonstrar o amor que meu pai tinha pela pátria dele, pela nossa nação, para que isso fique de exemplo para todas as pessoas.

(Procede-se à reprodução de áudio.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA LUÍZA DA CUNHA – E eu vou continuar seguindo o legado do meu pai, vou continuar lutando pelo meu país. Até o fim da minha vida, eu irei lutar pelos inocentes do 8 de janeiro. Até o fim da minha vida, em nome do meu pai! E como meu pai dizia: "Vamos botar para torar!". (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Você falava de uma filha, mas fez questão de falar do cidadão, mas como separar o cidadão do pai? A filha do cidadão?

Sempre que a família do Clezão... porque Clezão é um símbolo que todos nós precisamos evocar, porque morreu nas vísceras, nas mãos do Estado, e qualquer indivíduo que passa para dentro de um sistema prisional passa a ser responsabilidade do Estado, tenha ele cometido um crime de letal potencial ofensivo ou não, ele passa a ser responsabilidade do Estado, e Clezão era responsabilidade do Estado.

Aliás, essas imagens não são exibidas na TV Senado. Essas imagens não são exibidas na TV Câmara. Essas imagens não são exibidas nas TVs seculares. Ai de nós se não tivéssemos aí as redes sociais de que tanto eles têm medo e querem nos cercear para que nós não tenhamos a informação, para que não tenhamos qualquer tipo de informação que nos coloque dentro do debate, sabendo dos crimes que estão sendo cometidos.

Eu fiz um ofício ao Presidente do Senado, e espero que ele já tenha despachado, vou cobrar isso hoje, para que todas as imagens dos patriotas que estão nas redes sociais, dos brasileiros dizendo "não quebra, não quebra", protegendo... Inclusive a imagem do Clezão que não foi entregue pelo Senado quando a CPMI pediu todas as imagens. Essas imagens todas, se elas estão na mão de todo mundo, só o Flávio Dino que não tinha.

Essa imagem, eu nunca tinha visto do Clezão na cadeira de rodas aqui dentro, sendo atendido aqui dentro pelos bombeiros e, aqui dentro, mesmo doente, na cadeira de rodas, foi levado para o presídio. (*Pausa.*)

A Jane vai falar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Então, deixa eu falar depois, porque eu sou sem controle. (*Risos.*)

O SR. THIAGO ESTRELA – Senador Magno Malta, eu queria depois passar para o senhor, Senador, a questão do vídeo da filha do meu amigo, Prof. Rodrigo Lima, da Paraíba (*Fora do microfone.*) porque ela, Senador Magno Malta, está querendo ver o pai, só que ela não pode por causa das restrições das medidas cautelares que o Ministro restringiu ainda. Ela mora em Natal e o pai dela mora na Paraíba, João Pessoa, e não pode, Senador. Ela sente falta do pai.

Eu tenho o vídeo, Senador. Se o senhor quiser passar para a sua assessoria, eu passo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Certo, ao final você faz isso para mim.

O SR. THIAGO ESTRELA – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Vou passar a palavra a quem estava inscrito primeiro, Pastor Francisco Ferreira e, depois, a Jane.

O Pastor Francisco Ferreira chegou?

O SR. FRANCISCO FERREIRA – Já, Doutor.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Tem a palavra.

O SR. FRANCISCO FERREIRA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Eu me chamo Pastor Francisco, eu vim de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre.

O Acre está de olho em tudo o que está acontecendo, nessas ilegalidades jurídicas. E eu quero falar para o senhor, Senador Magno Malta, que, para mim, é um sonho que já está se realizando, conhecer o senhor pessoalmente e o Senador Eduardo Girão.

Eu faço um trabalho social no Estado do Acre. Eu conheço um bandido só em olhar para ele, eu já tirei mais de 400 faccionados do crime. O meu trabalho já passou no Fantástico, já passou na Record, no jornal *O Povo*, do Ceará, na revista *Época*, o nosso trabalho é bem reconhecido no Estado do Acre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu vejo as imagens do 8 de janeiro, eu não consigo identificar nenhum bandido, não consigo! Eu tenho provas aqui, no meu telefone, de todos os criminosos que eu tirei do crime.

A Dra. Carolina falou uma coisa interessante, que aquele povo se tornou um povo inocente demais, mas sabe por quê? Eu tenho um respaldo bíblico para isso.

Primeiro João, Capítulo 1, versículo 5. A Bíblia diz: "[...] que Deus é luz, e não há nele treva [...]". E, se tratando da esquerda, nós podemos ver que eles trabalham nas trevas, trabalham na escuridão, onde tem obscuridade eles estão trabalhando. Nós somos transparentes, nós, da direita, somos transparentes, nós não devemos nada a ninguém, então, a gente não tem rabo preso com ninguém. É por isso que a gente... que muitos deles não fugiram, pensaram que era uma coisa e se transformou em outra.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO FERREIRA – Eu quero pedir mais só um tempinho, Senador, só para eu concluir a minha fala.

Na verdade, eu vejo tudo isso que está acontecendo... Uma parcela muito grande de tudo o que está acontecendo, Senador Eduardo Girão, é dos Presidentes das Casas, porque é vergonhoso dizer isso, que a nossa esperança hoje está vindo dos Estados Unidos, sendo que poderia estar tudo solucionado aqui, mas a nossa esperança está vindo de fora, sendo que nós temos uma Constituição e nós temos Parlamentares para resolver esses problemas e a gente está de braços cruzados, esperando solução dos Estados Unidos.

Para finalizar a minha fala, eu quero dizer que o mal por si próprio se destrói e o Brasil já tem dono, o dono do Brasil, o nome dele é Yahweh, mais conhecido como Jesus Cristo de Nazaré. Ele é o dono do Brasil! E, agindo Deus, quem impedirá?

Assim, eu agradeço, em nome de Jesus. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Obrigado ao Pastor Francisco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que o fato de a gente estar esperando uma solução dos Estados Unidos... Na verdade, Deus usa quem quer. Mas, na verdade, se hoje nós conhecemos o Evangelho, foi a América que trouxe o Evangelho para o Brasil. Então, se eles são portadores de boas-novas já há tanto tempo, que eles sejam portadores, mais uma vez, de boas-novas, e nós cremos.

Eu dou graças a Deus, porque este clima de paz é um clima espiritual mesmo, de pessoas que creem em Deus e que têm suportado a dor. Por isso, por essa esperança, por essa crença, pelo legado que nós devemos deixar... Se fôssemos ideológicos, se fôssemos meramente ideológicos, não sentiríamos nada, porque na verdade isso é como um criminoso qualquer, um psicopata qualquer, que assassina cinco, seis crianças e depois vai tomar um cafezinho, fazer um lanche, como se nada tivesse acontecido. E nós estamos convivendo com essa psicopatia no Brasil. As autoridades brasileiras se comportam como verdadeiros psicopatas, como se nada tivesse acontecido, enquanto elas comem caviar e tomam uísque nas festas onde se reúnem, onde os tribunais – e são três Poderes harmônicos entre si – se juntam para festejar, mas, num momento, há uma outra palavra dele de que a culpa é dos Presidentes dos Poderes, e é mesmo, quando o Supremo Tribunal Federal adentra os poderes desta Casa e não há reação do Presidente desta Casa, que faz parte desse conluio – o nome é conluio –, dessa cooperativa que opera criminosamente em nome da democracia. Eles assaltaram o nome da democracia para os atos antidemocráticos deles. Nós agora é que somos antidemocráticos. Eles inverteram isso numa narrativa para poder justificar as aberrações que estão fazendo.

Eu passo a palavra para a Jane.

A SRA. EDJANE DUARTE DA CUNHA (Para expor.) – Boa tarde.

Eu quero agradecer ao Senador Magno Malta por esta oportunidade; ao Senador Girão, por ter sido tão gigante – estão sendo tão gigantes nessa causa, a causa do dia 8 de janeiro, que é uma causa que nos aterroriza todos os dias, com pessoas passando por problema psicológico tentando tirar suas vidas.

Eu quero falar para os familiares que nós estamos na mesma causa e que jamais a gente vai desistir. E eu quero mandar um recado para os Parlamentares: que esta Casa venha a se encher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço a todos os Parlamentares que estão aqui, hoje, presentes, somando forças com a gente, mas a gente precisa de mais, não se acovardem. Existem pessoas, tem vidas, são vidas lá dentro que estão presas, e pode haver mais familiares sofrendo como a minha família hoje está sofrendo. Hoje, eu e minhas filhas não conseguimos sentar à mesa para ter uma refeição, porque está faltando algo. Está faltando uma pessoa: o meu Clezão. Amanhã está fazendo um ano que o meu Clezão partiu. No meio de tanta dor que estamos sentindo, eu falo para vocês, familiares que estão sofrendo: a luta não é de vocês, é nossa.

E quando recebemos a notícia de quando o Clezão faleceu, uma semana antes, as minhas filhas – a gente vive por ato de fé – separaram a roupa. Quando a PGR foi favorável à soltura do meu esposo, o Clezão... A gente vive por fé. Elas separaram essa roupa, colocaram em cima da minha cama, ao meu lado, e falaram: "Mãe, com essa roupa a gente vai buscar meu pai".

(*Soa a campainha.*)

A SRA. EDJANE DUARTE DA CUNHA – E nós usamos essa roupa da pior forma, que foi para colocar no meu esposo, e eu recebi o caixão em casa.

Mas eu creio num Deus todo-poderoso, que vai fazer justiça, e não vamos desistir.

Parlamentares, se sensibilizem com a dor da gente. Tenham misericórdia daquelas pessoas que estão presas, daquelas pessoas que estão asiladas, que os familiares, que essas famílias voltem a ter vidas normais. Apesar de que a minha nunca vai ser a mesma, eu prezo, eu peço e eu clamo ao Senhor Jesus e clamo a vocês que essas famílias voltem a ter vida normal. A gente não vai conseguir mais ter, mas eu falo para minhas duas filhas: nós vamos vencer. A voz do Clezão foi calada, mas a nossa não, e nós vamos continuar. A nossa luta não parou, e vamos continuar.

Eu só tenho a agradecer, Magno Malta. Que Deus abençoe nossas vidas! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – A gente tem que agradecer a todo mundo que esteve na luta no começo, continua na luta, não desistiram, olharam para trás. E há momentos em que a gente tem vontade de parar. Chega! Aonde é que isso vai chegar? Parece que não tem solução. A cada dia, fica pior. As nossas forças vão se esvaindo, e, de repente, a gente não sabe por que a gente está sentado aqui, porque de manhã

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu estou sem energia nenhuma para nada. Eu digo: "Eu estou enxugando gelo". Cansei de falar para isto aqui para o Girão: "Girão, eu estou enxugando gelo – eu estou enxugando gelo". E eu não quero mais enxugar gelo. Eu sou um peixinho na piracema. Nós somos peixinhos na piracema. O rio está descendo, caudaloso, água suja, e eles estão dizendo que a água é limpa, e nós estamos tentando subir rio, enquanto o rio desce. Eu falo: "Eu não vou mudar o mundo, Girão" – eu falo para ele, porque ele é mais...

Girão, diz minha mãe que esse negócio de missa de corpo presente – minha mãe era mulher de oração – deixa a pessoa muito avexada. A pessoa não sabe... Mas o Senador Girão é um cidadão especial. O Senador Girão é um sujeito que, em meio a tanta tempestade, é uma alma pura – o Senador Girão. É um sujeito que não desiste a despeito dessa luta. E eu, como ele é meu irmão, digo: "Girão, me deixa fora dessa aí. Eu estou enxugando gelo, cara. Não tenho mais energia para isso". E um dia, o Espírito Santo falou no meu ouvido assim: "Mas pelo menos o gelo fui eu que fiz". É gelo, mas foi Deus que fez o gelo.

Então, nós não sabemos. Muitos de vocês também pensaram duas, três vezes: "Vou lá de novo, outra reunião, e vai dar em quê depois, não é? Vai dar em quê? Nada". E, de repente, a gente se vê aqui, com o ânimo retomado, as forças retomadas e vontade de que esse momento chegue; mas esse momento não é nosso, o tempo não é nosso, o tempo é de Deus, o momento é de Deus, os caminhos são caminhos de Deus, não é?

Eu queria, neste momento, depois da palavra da Jane, que vocês colocassem o vídeo do Natal, em que Clezão esteve com a família.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O Clezão vive. (*Palmas.*)

O Clezão vive. O Clezão vive. E saibam vocês, que são filhas e esposa, que Clezão será o símbolo da nossa luta, o símbolo da nossa luta, o símbolo dessa luta.

Todas as vezes que eles querem falar sobre o Golpe Militar de 1964, eles usam a figura de um advogado chamado Herzog, que morreu nos porões da ditadura. Ah, é? E agora nós estamos vivendo a ditadura do proletariado, que eles nunca quiseram democracia. E nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Clezão morto, nas vistas e nos porões dessa ditadura estabelecida agora. Então, nós não podemos esquecer que Clezão vive.

Todas as vezes que você aponta uma indignidade, uma narrativa, uma mentira dessa esquerda desgraçada, eles falam: "Marielle vive". E todo mundo já sabe o que aconteceu, já foi desvendado o crime.

O crime de Clezão nem precisa. Está documentado, tem foto, não foi combinado, ao ponto de o Procurador-Geral pedir para liberá-lo, não pelas condições de saúde – poderia ter sido. Agora que eu vi essas fotos, que eu nunca tive, mas quero ter, porque eu oficiei ao Presidente deste Senado para que essas fotos que nós temos sejam exibidas também na TV Senado, porque a TV Senado se tornou tão somente um órgão de divulgação dessa ideologia desgraçada e dessa mentira contada, armada dia 8, e Flávio Dino, hoje Ministro do Supremo, não tinha uma foto para nos entregar, quando todos nós temos – todos nós temos. E, realmente a culpa é do Presidente desta Casa, a culpa é do Sr. Pacheco, a culpa é do Senado. Isso é um elefante morto, pesado, que tem um orçamento pesado do suor do povo brasileiro. A culpa é do Presidente da Câmara – é! São três Poderes harmônicos entre si e um só manda, manda com a concordância dos outros, porque, na verdade, Pacheco não se tornou Senador com voto da esquerda de Minas, ele se tornou com o voto da direita, que acreditou, para derrotar a Dilma. E aqui ele fez, se preparou, se juntou, ascendeu a uma posição que Deus lhe deu, e abre a boca, no dia do tal monumento que eles inauguraram aí, e os chama de brasileiros traidores da pátria. Traidores são vocês. Traidores são vocês.

Então, eu gostaria, nesta minha fala, de falar um pouco sobre S. Exa. o Ministro Alexandre Moraes. Não tem conversa. Esse cidadão não vai mudar de comportamento. Esse cidadão não é o mesmo que se assentou nessa cadeira aqui – foi na CCJ, mas foi essa aqui a última. Eu estava sentado aí, onde você está, olhando para ele, quando ele foi sabatinado, e ele só era um cordeiro. Sentado aqui, ele fez um discurso de 20 minutos falando sobre liberdade.

Alexandre, você sofre de amnésia ou finge que sofre, ou dá uma de doidinho, mas eu não sofro de amnésia. Eu estava diante de você e me lembro de cada palavra sua sobre liberdade. Acho que jamais... Nem Ruy fez um discurso de 20 minutos em que a palavra-chave era liberdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, eu gostaria de compartilhar com vocês que... Compartilhar com vocês... Em 2017 – em 2017 –, aconteceu um ato aqui na Esplanada dos Ministérios contra o Governo Michel Temer, contra a reforma que tramitava no Congresso naquela ocasião, que era uma reforma trabalhista. E a reforma trazia três pontos importantes que eles não queriam. Um era para arrancar o sangue dos monstros, que alimentava os monstros do PT que iam para a rua, que era a contribuição sindical, o sangue dos monstros. Arrancando-se a contribuição sindical, os monstros não teriam força para ir para a rua. E eles se insurgiram. A segunda coisa era o trabalho intermitente: você podia combinar com o seu patrão e trabalhar para alguém após o expediente, fazer uma colocação de uma janela, um trabalho de pedreiro, pôr uma porta, fazer um trabalho de torneiro ou de motorista, não importa, você poderia fazer esse trabalho intermitente. Foi uma vitória muito grande para que o pai de família pudesse aumentar a sua renda com o trabalho intermitente. E a terceira coisa – o fim da contribuição sindical, o trabalho intermitente –: a litigância de má-fé. O emprego no Brasil desapareceu porque ninguém tinha coragem de contratar ninguém. O indivíduo ficava numa lanchonete de família... Estava lá aquela padaria há 30 anos. Começou com o avô, veio o pai, depois vieram os netos, vieram os filhos. Alguém trabalha lá dois anos e, no final, sai, pega um advogado canalha, entra na Justiça e, no final, tem que ter um acordo. O acordo é entregar metade daquele patrimônio de uma família de anos para alguém que trabalhou lá um ano, seis meses, como se tivesse direito, e, nessa Justiça do trabalho do Brasil, nenhum empregador... E olha que o homem que emprega, quem dá emprego não gera emprego, não; ele gera honra, porque a honra de um homem é seu trabalho. Então, os geradores de honra tinham medo de gerar emprego, de gerar trabalho no Brasil, porque eles não ganhavam uma, já que a conversa era assim: "Entra, porque, no final, pelo menos, sobra um acordozinho; se não der nada, sobra um acordozinho".

Quando a litigância de má-fé foi votada, mais de 50% dos processos diminuíram ou desapareceram, porque, na litigância de má-fé, você é obrigado a pagar 50% daquilo que você está pedindo e você é obrigado a provar, vírgula por vírgula, de forma documental, tudo o que você falou. Ninguém tinha. E eles querem desmanchar isso tudo.

A gente viu vídeo aí de grandes filas, as pessoas achando que era um grande movimento de rua. Não, era o sujeito lá com o documento para assinar, dizendo assim: "Eu não quero contribuição sindical". A contribuição sindical, na verdade, é para uma meia dúzia viver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nababescamente e é tão terrível que, em alguns casos, nesses sindicatos, por exemplo, em São Paulo, principalmente de transporte público, dá morte! As disputas dão morte, porque o cara vai viver às custas do Estado, como um líder sindical, incitando as pessoas... E a gente sabe dos casos todos, desde a época do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, em que faziam acordo com os patrões para ter greve ou não ter greve, quando eles tinham as suas vantagens.

Então, quando isso foi cortado, no Governo Temer, eles vieram, sentaram fogo na Esplanada dos Ministérios e se aproximaram do Supremo Tribunal Federal num movimento do MST. Nessa época, Alexandre de Moraes já era Ministro do STF, com esse quebra-quebra, com esse fogaréu todo que eles fizeram.

Coloque as imagens, por favor, para mim.

Fogo na Esplanada dos Ministérios, eles tocando o terror. Olha aí, destruindo ministérios, tudo quebrado, tudo de roupa preta, olha aí, botando fogo, arrebentando os ministérios todos. Tudo quebrado.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

Lei de garantia da ordem. Sabe o que é isso? GLO. O Temer pôde decretar e o Lula também, mas o Bolsonaro não, porque seria crime. Esse era o golpe: decretar a lei de garantia e da ordem, a GLO, que, logo em seguida ao tomar posse, o Lula declarou. O Lula decretou uma GLO, não estando aqui, tendo voado para Araraquara de forma muito rápida.

O posicionamento da polícia ali em 2017 não foi o mesmo posicionamento que teve agora, no dia 8, para que as pessoas pudessem ser impedidas de entrar no Senado ou de entrar nos Poderes. E a polícia agiu com gás lacrimogênio, a polícia as dispersou. Tudo o que poderia ter havido se tivesse tido o mesmo procedimento, mas contra pessoas calmas, inocentes... Ninguém estava botando fogo em nada, ninguém quebrou nada, ninguém jogou bomba em nada, tudo diferente desse comportamento.

Agora, Alexandre de Moraes, você já era há dois meses Ministro do Governo Temer. Você já era Ministro do Supremo Tribunal, você já era Ministro do STF há dois meses. A minha pergunta a você, cidadão valentão: qual foi a atitude que você tomou? O que você fez? O que milicia essa gente aí? Se você está dando 17 anos para uma mãe de família que escreveu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Perdeu, mané" numa estátua com um batom, qual é a pena, Alexandre, que você daria para um vândalo desses que estão plenamente guardados, respeitados e glamorizados por vocês, que são os *black blocs*? São aqueles alimentados ainda pelo sangue do trabalhador com a chamada contribuição sindical e que eram pagos para vir para a rua fazer isso? Quanto de pena essa gente pode tomar? Você já tinha dois meses de Ministro. Eu quero perguntar, Alexandre Moraes: o que você fez? Qual foi a sua atitude, sua entrevista? Porque hoje você dá entrevista facilmente, você tem a língua solta, você fala o que você quer falar, porque você é o dono do Brasil. Você é um homem sem passado. Alexandre Moraes, os Ministros do Supremo não têm passado, não têm um telhado de vidro, nada, zero, são homens limpíssimos e que levantam o dedo contra as pessoas e as chamam de bandidas e tal. E são festejadores com os irmãos Batista, com o povo da Odebrecht, com o povo da OAS.

Ao Sr. Toffoli o advogado da esposa pediu para revogar o acordo de leniência e devolver o dinheiro da OAS, e ele o fez. O que milicia as pessoas que assaltaram este país, fizeram delação, devolveram dinheiro e agora estão operando dentro do Governo Lula? Elas são bandidas ou não? Elas são democráticas, Alexandre? Ou são antidemocráticas, senhor mandatário do país?

Os grupos tacaram fogo em ministérios, o ato foi marcado pela depredação dos prédios ministeriais, das estruturas que compõem a Esplanada. Houve registro de incêndio na área interna dos Ministérios da Agricultura, do Planejamento e da Cultura. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do DF, sete pessoas... Diferentemente de agora, em que o pessoal do DF foi preso. E, nesse caso aqui, como eles agiram da mesma forma, foram detidas durante os protestos estas pessoas, suspeitas de dano ao patrimônio público, de desacato, de uso ilegal de arma. O ato da Esplanada terminou com sete pessoas presas, 49 feridos e rastros de depredação.

A minha pergunta é: onde estava você, Alexandre? Você já era Ministro do Supremo. Onde estava o Sr. Alexandre de Moraes quando a esquerda fez essas manifestações? O senhor já estava sentado na sua cadeira, o senhor já estava sentado com a sua toga nas costas.

Aliás, também sentado nessa cadeira, o Sr. Fachin que, de uma forma esdrúxula, covarde, respondeu para mim, depois de eu expor toda a vida esquerdista dele e dizer que ele não estava preparado para ser Ministro do Supremo porque ele era advogado da esquerda, ele, sentado ali,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

olhou para mim e disse, para que o Brasil saiba da verdade: "Sr. Senador, quando um homem coloca essa toga nas costas, quando recebe a oportunidade dos nobres Senadores dessa nobre Casa"... Eles ficam bajuladores, eles bajulam, eles bajulam mesmo quando eles querem sentar-se aqui, serem aprovados. São bajuladores. Eu não recebi Fachin no meu gabinete, estou muito a cavaleiro para falar, não recebi esse sujeito – não vou falar ministro. Ele disse: "Quando a gente coloca a toga nas costas, tudo muda, tudo começa do zero". Eu disse: "Senhor advogado, ninguém nunca vai separar um homem das suas convicções".

E eu estava certo, as convicções dele são essas. Mandou arquivar os crimes do Lula... não arquivar os crimes do Lula: o inocentou e deu a ele elegibilidade. Só que os crimes dele foram investigados em Curitiba, e não é Curitiba, é Brasília, então anula tudo e começa tudo do zero em Brasília. Canalhice. Canalhice, covardia, comportamento imundo, comportamento nojento. Ele mentiu para esta Casa, falsidade ideológica, e o Presidente desta Casa se esconde, se mistura a eles como se nada tivesse acontecido. Eu não tenho nada contra Fachin, eu não votei nele. Quem pariu Mateus que o embale. Mas eu sou Senador da República, eu tenho obrigação de cobrar.

Onde é que estava Cármen Lúcia? A senhora estava onde quando o PT pichou sua casa em Belo Horizonte de vermelho? Não teve uma reação da senhora! A senhora era Presidente do Supremo quando Gilmar Mendes mandou Barroso fechar o escritório dele de advogado – aliás, eles têm escritório de advogado? Porque eles formaram a maioria agora de que eles não precisam se julgar impedidos quando forem julgar um processo que venha de alguém que seja da sua parentela. Acabaram os outros escritórios de advogado no Brasil, porque se você tem um problema, você sabe onde contratar, porque eles não se julgarão impedidos.

Eu não vou falar que país é esse, porque a gente fica triste, mas não é o povo do país. Eu dizia: mas que povo nós queremos libertar, Girão, quando a gente fala em libertar o nosso povo? Eu estava lá agora, nos Estados Unidos, conversando com o Allan dos Santos e com o Paulo Figueiredo. Que povo a gente está sonhando, botando o pescoço na guilhotina para libertar: um povo que reelege Eduardo Paes no primeiro turno. Que povo que nós estamos querendo libertar? Nós estamos querendo libertar quem, pelo amor de Deus? Olha o tipo de Vereadores que foram eleitos agora por esse povo que a gente quer libertar! Eles votaram!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero dizer uma coisa a vocês: nós vamos lutar até o final pela anistia, porque bandidos foram anistiados aqui, um bandido chamado Cesare Battisti, um assassino, um terrorista, que matou gente, que destruiu famílias, destruiu sonhos. Você perdeu o seu Clezão morto lá dentro da Papuda; Cesare Battisti queimou a família inteira, com as crianças, mãe e pai, dentro de casa, e o advogado dele aqui, no Brasil, era o Sr. Barroso, que é o Presidente do Supremo. E acreditava que ele era um homem inocente, de bem? Não, ele sabia, ele era advogado. E dobrou o pleno do Supremo, que anunciou que ele estava livre – o terrorista estava livre.

Quem estava lá? O Senador Nery, que era do PSOL, que estava aqui, Randolfe, Chico Alencar, comemorando a vitória. E agora esses Senadores, esse Senador Randolfe faz um discurso aqui; num ato falho, diz: "Num dia só nós prendemos mais de mil". Nós quem, cara-pálida? Quem é você? Você é o Judiciário? Onde é que você investigou?

E a gente fica perguntando, que tipo? Quem é o povo que a gente quer libertar? Quem é o povo que está precisando ser libertado por nós? Será que não dói num policial? Eu sou um homem que sempre defendi a Polícia Federal aqui, desde o meu mandato de Deputado Federal, como Presidente da CPI do Narcotráfico, junto com o Tuma, com o Moroni – Tuma de saudosa memória. E hoje a gente vê parte dela cumprindo ordens ilegais, vê os áudios vazados dos assessores, dos peritos, falando sobre Alexandre de Moraes. Só isso já daria cadeia para esse homem: tirar a toga e prender.

Quais são os Presidentes de Poderes que terão qualquer coisa roxa no corpo para poder tomar essa atitude? Mas estão lá as palavras gravadas com entalha ferro, estão lá gravadas as palavras dos peritos. Criar mentira, criar narrativa para prender pessoas. E agora a gente vê a Primeira-Dama do Brasil, num evento como o G20, mandar Elon Musk, um gerador de honra, de dignidade: "*Fuck you*, Elon Musk". Mas esse "*fuck you*" da Janja foi para todos os brasileiros: "Que vocês se ferrem, que vocês se ferrem, povo brasileiro. Eu quero mais é viajar, eu quero mais é caviar, eu quero mais é virar o Brasil, o mundo de cabeça para baixo, conhecer o mundo. Eu quero mais é o *glamour* de estar ali como Chefa de Estado, assumindo o lugar de chanceleres, que deveriam estar não sei se do lado de um Presidente de verdade, ao receber autoridades de outros países".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isto aqui é narrativa, mas está tudo nas mãos deles. Enquanto está nas mãos, as moscas de padaria, que fazem vida pública, não para defender o povo... Não são de esquerda, mas estão apoiando o Lula. É mosca de padaria: onde tem doce, eles vão. E Lula tem muito doce para distribuir.

É preciso que nós nos garantamos – sabe? – nas nossas posições em defesa deste país, porque, se nós não o fizermos, ninguém vai fazer por nós, para que haja, de fato, essa anistia. A anistia do Lula alcançou Cesare Battisti. Ele não foi expulso daqui. Ele só foi levado para a Itália depois que Bolsonaro tomou posse e lá ele confessou os seus crimes de terrorismo e está de prisão perpétua. E agora, Barroso? O mané quem é? O mané é você? O Cesare Battisti te enganou e te tratou como um mané, seu doutor advogado? Hã? Ou foi você que tratou os seus pares hoje, que antes não eram, como manés, convencendo-os de que aquele era um homem inocente? Tem muita coisa de mané de que o senhor faz parte – de que o senhor faz parte. Eu não estou fazendo desabafo, não. Eu só estou aqui falando verdades – eu só estou falando verdades –, e é preciso que o povo saiba da verdade.

Nós falamos muito em Alexandre de Moraes, mas Alexandre não decide sozinho, não. Alexandre decide com a vênia deles, com o apoio deles. Ele só verbaliza o comportamento do coletivo. Então, nós temos uma cooperativa nacional hoje que compõe essa aranha comunista que é o Governo Federal, cheio de ex-presidiários, de delatados de desvio de dinheiro público, assumindo ministérios e posições importantes. Uma Petrobras, novamente, já dando prejuízo, com desvio. As estatais todas dando prejuízo. E deram 33 milhões para um evento chamado de "Janjapalooza", para anarquia, sem dúvida alguma: festa de bebedeira, festa de droga e de uma série de desgraças que não acrescentam, não somam a um país, a uma sociedade cristã, conservadora, como é a do Brasil. O deboche está aberto. Eles cortam verba da educação e da saúde, mas não cortam do Ministério da Cultura, em que eles põem mais dinheiro, porque é o mamatório da cultura, para manter esses pseudoinfluenciadores, porque não exercem influência nenhuma na cabeça de pessoas de bem, que têm valores, acreditam em princípios e amam este país. Na verdade, eles estão tirando proveito e mamando num dinheiro fácil que está vindo.

Tudo é culpa nossa. Tudo é culpa nossa, do dia 8. "Ah, o juro subiu", povo do dia 8. "Ah, o fogo da Amazônia aumentou", é Bolsonaro o culpado, é o povo do dia 8. "Ah, tem 130 milhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de pessoas passando fome no Brasil" – Marina que falou. Então, quer dizer que o povo do mundo todo que passa fome mora no Brasil. (*Risos.*)

Todo mundo mora aqui. Mas por que Marina contou essa mentira? Não, ela contou para dizer que aqui tem 130 milhões de pessoas passando fome por culpa de Bolsonaro.

"Teve um apagão em São Paulo", culpa de Bolsonaro. "Amanheceu chovendo em Brasília", culpa de Bolsonaro. "Estamos reunidos aqui", culpa de Bolsonaro. Você sabia que inveja mata?

As pessoas dizem que a inveja é outra coisa também – minha mãe falava, mas não vou falar aqui. Como as coisas são pessoais, não é? Você percebe no comportamento como as pessoas invejam esse ex-Presidente. Como elas invejam, só pode ser inveja. As coisas são pessoais, são direcionadas. E essas pessoas que dizem que acreditam nos valores em que Bolsonaro acredita, que lutam por aquilo por que ele luta, que fazem coro com o que ele diz, então, são antidemocráticas, estão contra nós. Quem não está conosco está contra nós. Quem conosco não ajunta espalha. São antidemocráticos. É, acuse-os daquilo que você é. Eles são antidemocráticos, eles estão nos acusando de sermos nós. Isso é uma máxima do comunismo.

Então, o seguinte: para que eles saibam que nós nos reunimos não tão somente para dizer: "Olha, nós temos esperança em Deus", e temos num Deus em que eles não creem, porque para mim Alexandre de Moraes é só uma carcaça, para mim ali dentro é uma entidade de alta patente...

Para que eles não pensem que nós estamos nos reunindo... "Ah, o Senador Girão é chato, só fazendo essas audiências, chamando as pessoas e tal. Nunca vai sensibilizar o coração deles". Não, essas reuniões é para que vocês saibam que nós não temos medo, conhecemos a verdade, falamos a verdade, botamos o dedo, apontamos os nomes daqueles que vilipendiam a liberdade e a Constituição deste país. (*Palmas.*)

Já poderia ter votado a anistia.

O Temer deu uma anistia no Dia das Mães – a palavra anistia eu queria que vocês guardassem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A anistia do Temer atingia mulheres que tinham filhos até 12 anos e que não haviam cometido crime com potencial letal. Ou seja, os presos do dia 8 não cometeram nem crime, quanto mais com potencial letal. Essas mulheres foram liberadas. E deu uma outra anistia, o Temer: que todas aquelas mulheres que foram pegas com crime de pequeno potencial ofensivo e que tivessem netos fossem liberadas. E aconteceu a anistia. Ele deu uma outra anistia, que alcançou Henrique Alves, que foi Presidente da Câmara, e que alcançou aquela trupe que foi presa na época da Lava Jato. E o crime que Moro cometeu é porque Moro deveria ter feito em Brasília e não em Curitiba. Esse foi o único crime. "Tem que acabar com a Lava Jato porque ela é criminosa. Começou no lugar errado". Olha só. E todo mundo que cometeu crime é inocente, porque errou a jurisdição. Eles são inocentes porque Moro errou a jurisdição. Suponhamos que Moro tenha feito tudo por interesse pessoal, como eles dizem, suponhamos que seja verdade, mas verdade maior são os criminosos que ele revelou. Quem é que vai apagar isso? Então, nós temos que botar o dedo na ferida todo dia, mostrar a ferida todo dia.

Vou reafirmar sem medo. O culpado disso tudo chama-se Rodrigo Pacheco, que é Presidente desta Casa e não tem coragem, não se assume como Presidente de um Poder. Muito pelo contrário, em tudo que acontece aqui, ele vai para o Supremo pedir a bênção primeiro: "Não, precisamos conversar, não é? Eu não vou fazer nada que seja contra a Suprema Corte".

Ele tem uma maneira de falar em Constituição com aquela voz grave dele: "Eu preciso conversar com os Ministros do Supremo, mas com aquilo que é politizado eu não concordo". Então, diga aí com o que você não concorda, porque tudo está politizado. Então, especifique, vá, diga. Não diz, porque tudo está politizado. Aquilo lá é um partido político de esquerda.

Senhores, como hoje não vai ter sessão, Deus foi bom, porque eu aproveitei para fazer meu discurso, o que eu ia falar.

Digo a vocês que a anistia dada por Michel Temer alcançou até Adail Pinheiro. Adail Pinheiro foi agora reeleito Prefeito de Coari, no Amazonas. Na CPI da Pedofilia, fui atrás desse vagabundo, que puxou cadeia por abusar de crianças. Cumpriu cadeia uma vez e cumpriu de novo. Cumpriu cadeia, saiu da cadeia e virou Prefeito. Que tipo de gente nós estamos querendo libertar, Girão? Eu fico tomando processos para libertar quem? É muito difícil. É muito difícil. Mas eu quero dizer que a graça concedida pelo Temer alcançou esse tipo de gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, na graça concedida por Jair Bolsonaro a Daniel Silveira, que é discricionária na Constituição – só o Presidente pode – , esse consórcio se reuniu e disse que a graça de Bolsonaro não valia, não. Só vale a dos outros. A dele não vale. Daniel Silveira está apodrecendo lá, e a conta é sua, Alexandre. A vida do Clezão está na sua conta também. O apodrecimento de Daniel Silveira está na sua conta. O distanciamento dos jornalistas que estão longe das suas famílias... O sofrimento, o afeto humano que une famílias, de quem você separou o Constantino, o Allan dos Santos, o Paulo Figueiredo... Agora, até o... Foi para os Estados Unidos o... Está agora nos Estados Unidos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O Lacombe está nos Estados Unidos antes que seja tarde demais. Estão verbalizando de longe.

O Oswaldo Eustáquio... Então, assim, virou uma tara para ele trazer o Oswaldo Eustáquio algemado. Já pediu até ao Rei da Espanha – até ao Rei da Espanha – para deportar o Oswaldo Eustáquio, porque ele fala a verdade.

Girão, você tem quantos anos de mandato ainda?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Dois anos. Eu tenho seis.

Não morro de amores por nada disso, nem a vida me move, porque o que me move é a justiça, é a sede. E Paulo, o maior intérprete da mente de Cristo, já dizia isto: "Para mim, o viver é Cristo, e o morrer é lucro". E dizer isso é ter sede de justiça, porque para mim não importa, o Supremo pode criar qualquer coisa. A gente pode ter a notícia de que hoje eles fizeram... É assim a frase que a imprensa esquerdista fala: "O Supremo formou maioria para aprovar não sei o quê".

Eles podem formar maioria para, por exemplo, inventar pena de morte para quem falar alguma coisa. Estou dentro. Estou dentro. Vou passar pela pena de morte, porque ninguém vai me calar. Estou dentro. Eles podem inventar qualquer coisa. Estou dentro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou falar uma mentira. Nenhum deles será capaz de levantar o dedo para dizer que eu menti. Não vão poder. Não vão poder, porque existe rede social; aqui está tudo gravado, no Senado; aqui tem taquigrafia, aqui tem ata, aqui tem essas câmeras todas aqui que estão gravando.

E eu posso dizer, não daqueles que não sabatinei – só da do Gilmar eu não participei –, mas do restante que veio aqui, que cometeram estelionato, falsidade ideológica, mentiram para colocar a toga nas costas. E não são só eles, não. São outros, de outros ministérios, conselhos, conselheiros – conselheiros –, inclusive o nosso Procurador-Geral, que eu recebi a pedido do Senador Marcos Rogério. Ele é meu professor, uma pessoa por quem eu tenho carinho, uma pessoa muito lúcida. "Magno, eu queria pedir que você o recebesse." Respeito o Marcos Rogério, respeito mesmo, é do nosso time. Eu o recebi. E tudo aquilo que eu precisava perguntar, e vocês me conhecem, eu perguntei. Tudo aquilo que eu precisava dizer eu disse, e ele me disse tudo ao contrário: que ele iria agir dentro da Constituição, que não haveria violação, que ele seria justo, que ele agiria não com o coração de advogado, mas com o coração de juiz, sabe por quê? Porque há momentos na vida em que a graça tem que ser maior do que a lei – a graça tem que ser maior que a lei –, mas parece que essa gente não conhece a graça. Quando foi sabatinado, perguntei para o nosso Procurador-Geral: "Onde o senhor encontrou respaldo jurídico para deixar Jair Bolsonaro inelegível?". Ele não sabia falar. Ele falou: "Não, é porque a gente... No conjunto da obra toda, houve uma suposição". Suposição? Prender alguém ou soltar por suposição? Tirar direitos de um indivíduo, de um cidadão brasileiro que paga os seus impostos, por suposição? As pessoas estão tomando 15, 14, 17 anos por suposição?

Essas pessoas que depredaram a Esplanada dos Ministérios... O MST, que foi, se aproximou, entrou na primeira ala do Supremo Tribunal Federal, nunca foi penalizado. No máximo, foram chamados de vândalos pela imprensa. Nada lhes aconteceu. E aqueles que nada fizeram, que estão tomando 15, 14, 17 anos, eles os estão tomando até por tentativa – tentativa – de crime contra o Estado de direito. Terroristas. Terroristas. Se bem que o Supremo sabe o que é terrorista, porque foram eles que inocentaram o Cesare Battisti. O Presidente do Supremo sabe o que é um terrorista, porque ele era o advogado do terrorista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu agradeço a Deus por ter me dado a oportunidade de ter vivido todos esses momentos, para que, numa hora crucial como esta, eu não viesse aqui e fizesse uma fala, simplesmente uma fala de solidariedade a vocês que estão com filhos, parentes, esposos, esposas presos e à Jane e suas filhas, que perderam o Clezão, mas que eu fizesse uma fala mostrando verdades – verdades!

E, se esse Supremo tivesse alguma coisa no corpo... se esse Senador, se esse Presidente do Senado tivesse alguma coisa no corpo com a cor roxa, todos eles já teriam sido impitimados.

E o *impeachment* de Alexandre de Moraes é alguma coisa importante, necessária e primordial para a vida saudável deste país, para o sossego deste país, para colocar as coisas no seu devido lugar, para que as coisas entrem no trilho novamente. Nós temos um trem velho que saiu dos trilhos e não tem como voltar, porque alguém, de forma deliberada, tirou, estragou os trilhos. E, na época do crime cibernético, ou nós estamos vivendo na era cibernética, na era da internet, em que tudo vai para as nuvens, o que havia de ilegalidade foi para as nuvens e não tem o que se operar. Vai um advogado e faz uma petição, não tem resposta. Bom, dependendo do tamanho do interesse, deve ter. Agora, se um advogado de um desses presos faz mais de dez petições, peticionando pelo seu cliente, ele começa a ser multado, pagar multa, porque está insistindo demais, coisa que nunca esteve na lei.

Então, ao Brasil que está nos assistindo pelo YouTube neste momento, eu quero pedir a vocês que confiem em Deus, que continuem orando, rezando – não importa a sua denominação e onde você confessa a sua fé, mas você crê em Deus, crê na vida, crê na família e sabe que Deus te colocou neste país como brasileiro para cuidar dele –, que nós continuemos assim, intercedendo e sem qualquer tipo de medo de falarmos a verdade, porque no Brasil, hoje, não importa se você tem imunidade parlamentar ou não tem, o art. 53 está violado pela autorização da Câmara dos Deputados, porque quem prendeu Daniel Silveira – a gente fala – foi Moraes... Moraes propôs a prisão dele, violando o 53, e pediu autorização à Câmara dos Deputados, e quem prendeu Daniel Silveira foram os Deputados, esses Deputados que agora passam de centrão, não é? Eles são o centro, eles podem tudo, não é? Alguns até elegeram seus Prefeitos dizendo que eram de direita, e ninguém teve a cabeça de lembrar que eles prenderam Daniel Silveira. E alguns Deputados que prenderam Daniel Silveira se elegeram Prefeitos agora, com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voto da direita. Ora, o que nós estamos pensando? Pelo amor de Deus, onde é que nós estamos?

Então, que outras reuniões como esta nós tenhamos, até que chegue o dia em que a gente vai ter que bradar, o dia em que nós chegaremos ao fim dessa luta, num novo dia, com novos princípios e valores, onde se vai cantar novamente o Hino Nacional na frente das escolas, onde os nossos filhos vão aprender OSPB, Educação Moral e Cívica, respeito aos pais, respeito à fé e respeito aos valores. Que Deus nos ajude.

Muito obrigado por terem me ouvido. (*Pausa.*)

Não sei se o Senador Girão quer encerrar a reunião...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Muito obrigado a todos vocês.

E, neste momento, a sessão está encerrada.

(*Iniciada às 11 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e quatro minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Sérgio Petecão e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Efraim Filho, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Astronauta Marcos Pontes e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Paulo Paim, Zenaide Maia e Otto Alencar, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Weverton, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Jorge Seif e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 496, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a elaboração de estatísticas sobre violência contra a pessoa com deficiência." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3605, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 121, 155, 157, 158 e 159 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar a pena dos crimes de homicídio, furto, roubo, extorsão e extorsão mediante sequestro, quando praticados contra motorista de transporte público ou privado, ou ainda de atendimento por meio de aplicativo de internet, durante o expediente de trabalho ou em decorrência do exercício de sua profissão." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 751, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 352-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tornar crime o dano a dispositivo de monitoração eletrônica." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CSP. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1678, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Modifica os arts. 61, 121, 129, 146 e 147 e inclui o art. 250-A no Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a fim de coibir a violência praticada no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

âmbito de estabelecimentos de ensino." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto, com cinco emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5-CSP. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5881, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021, para determinar a publicação periódica de relatórios do Registro Unificado de Dados e Informações sobre Violência contra as Mulheres." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 759, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para ampliar a aplicação do confisco alargado, conferir legitimidade ao terceiro de boa-fé para demonstrar a inexistência de incompatibilidade ou a procedência lícita do patrimônio e prever a utilização de medidas assecuratórias para garantir a disponibilidade dos bens ou direitos com requerimento de perda." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado novo relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e às Emendas nºs 1-CSP e 3-CSP, e contrário à Emenda nº 2. **Observação:** Durante a reunião, é apresentado novo relatório pelo relator, Senador Hamilton Mourão, favorável ao projeto e à Emenda nº 1, contrário à Emenda nº 2, com uma emenda que apresenta. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1229, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para obrigar o condutor do veículo automotor envolvido em sinistro de trânsito a se submeter a teste, exame clínico ou outro procedimento que permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência e dispor que o homicídio na direção de veículo automotor será considerado crime inafiançável e insuscetível de graça, indulto e anistia." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 54, de 2024** que: "Requer a realização de diligência externa com o objetivo de acompanhar o I Encontro Nacional dos Conselhos Penitenciários (ENACOPEN) e a entrega dos exemplares do Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária PNPCP 2024-2027, às 9 horas do dia 12 de dezembro de 2024" **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Resultado:** Aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/26

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Aprovação das atas.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 32ª e 33ª Reuniões, realizadas, respectivamente, em 12 e 19 de novembro.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião se destina à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste Plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenha registrado a presença pessoalmente na Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Retirada de pauta.

Antes de começarmos as nossas deliberações, informo que foi retirado de pauta o Item nº 2, o PL nº 3.605, de 2021, do qual eu sou o Relator. Como precisamos fazer mais alguns ajustes nesse projeto, pedi aqui para que a assessoria da Mesa o retirasse da pauta. (*Pausa.*)

Como a Dorinha não está presente, vou passar aqui logo ao Item nº 4, que é de relatoria do nosso ilustre Senador Flávio Bolsonaro, para que nós possamos avançar na pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1.678, DE 2023

- Não terminativo -

Modifica os arts. 61, 121, 129, 146 e 147 e inclui o art. 250-A no Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a fim de coibir a violência praticada no âmbito de estabelecimentos de ensino.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP).

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro.

Relatório: Favorável ao projeto, com cinco emendas que apresenta.

Observações:

1. Em 25/11/2024, foi recebido novo relatório do Senador Flávio Bolsonaro;

2. A matéria seguirá posteriormente à CE e, em decisão terminativa, à CCJ.

Passo a palavra ao nobre Senador Flávio Bolsonaro para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Presidente Petecão, bom dia! Bom dia a todos!

Presidente, antes de passar à análise do meu parecer, eu queria só informar a V. Exa., que acho que estava em missão oficial fora do Senado, há duas semanas aproximadamente, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recebemos aqui, na Presidência do Senado, junto com o Presidente da CCJ, o Senador Davi Alcolumbre, algumas demandas da cúpula da segurança pública no Rio de Janeiro – sugestões de alterações legais. Resumindo, eu fiquei incumbido ali de fazer uma primeira minuta. Já a encaminhei ao Senador Sergio Moro, para que ele dê uma olhada também, e vou encaminhá-la a outros Senadores, para que nós possamos apresentar esse projeto de lei pela Comissão de Segurança Pública.

Então, assim que tiver já o protótipo do projeto pronto, eu o encaminho a V. Exa. para também fazer análise junto à sua assessoria, para que nós possamos dar alguma celeridade a projetos, porque, inclusive, eu tenho projetos que estão tramitando, o Senador Moro e outros, que seriam antecedentes a esse novo projeto de lei, mas todos aí abrindo mão da autoria para que possa tramitar em conjunto essa nova proposta para darmos uma resposta, em especial, aos crimes mais violentos que estão afligindo todo o nosso país.

Então, queria só trazer ciência a V. Exa. e também contar com a sua ajuda na célebre tramitação desse projeto.

Passando aqui a análise do Projeto de Lei nº 1.678, de 2023, de autoria do Senador Marcos Pontes, diretamente à sua análise.

Conforme defendido pelo autor na Justificação, a violência em ambientes escolares tem aumentado de forma alarmante, de modo que o poder público precisa dar uma resposta rápida para coibir esses crimes e proteger as crianças e os servidores que trabalham nas escolas.

Para tanto, o projeto torna circunstância agravante de qualquer crime o seu cometimento nas dependências ou imediações de estabelecimento de ensino. Além disso, dá tratamento mais rigoroso para alguns crimes praticados nesse contexto: no caso de homicídio, torna-o qualificado; em caso de lesão corporal, aumenta a pena em um terço; na hipótese de constrangimento ilegal, passa a ser causa de aumento de pena; e em caso de ameaça, a pena é aumentada da metade. Por fim, o PL também tipifica o crime de trazer consigo arma sem licença da autoridade em estabelecimentos de ensino ou em suas adjacências, com aumento de pena se o autor já houver sido condenado por violência contra a pessoa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante dos massacres e episódios de violência nas escolas, é imperativo adotar medidas preventivas e criar instrumentos legais eficazes para proteger os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis. A aprovação deste projeto ajudará a prevenir e combater ataques violentos a escolas, garantindo um ambiente seguro e protegido para crianças, adolescentes, professores e demais funcionários. Com penas mais rigorosas para crimes cometidos nas escolas e nas suas imediações, estaremos promovendo um ambiente mais seguro e educativo.

Não obstante, propomos alguns ajustes para aperfeiçoar o projeto.

Estamos apresentando duas emendas de redação. A primeira para corrigir o inciso em que é inserida a nova qualificadora do homicídio, haja vista que o PL se valeu do inciso VI, que tratava do feminicídio. A segunda para renumerar como §1º-A o dispositivo que dispõe sobre a causa de aumento de pena para o crime de ameaça, bem como para manter a atual redação do §2º, em razão da recente aprovação da Lei nº 14.994, de 9 de outubro de 2024, o Pacote Antifeminicídio, que já inseriu os §§1º e 2º no art. 147 do Código Penal.

Além disso, faz-se necessário incluir a nova modalidade de homicídio qualificado, praticado nas "dependências ou imediações de estabelecimentos de ensino", no rol de crimes hediondos, razão de outra emenda.

Também suprimimos do projeto o crime inserido no art. 250-A do Código Penal. O crime de porte ilegal de arma de fogo já é previsto na Lei nº 10.826, de 2003, cuja pena mais elevada prevalecerá em detrimento do novo tipo penal, que acabará sendo aplicado apenas aos casos de porte de arma branca. Ademais, como não existe regulamentação acerca das situações em que o porte de arma branca é permitido, há o risco de o crime ter pouca aplicabilidade prática. Dessa forma, entendemos ser mais efetivo inserir uma causa de aumento de pena na Lei 10.826, de 2003, aplicável aos crimes de porte, disparo, comércio e tráfico ilegal de arma de fogo, quando praticados nas dependências ou imediações de estabelecimentos de ensino.

Por fim, em razão dos aperfeiçoamentos promovidos, ajustamos a ementa da proposição.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 1.678, de 2023, com as emendas constantes aqui, do nosso parecer, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Agradeço ao Senador Flávio pela leitura do seu relatório.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 1.678, de 2023, e às Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura. (*Pausa.*)

Antes de passarmos aqui ao item 3, a nossa querida Senadora Margareth já se encontra presente, eu queria fazer um registro aqui especial do nosso amigo Pawan Sood. Está certo, Fabrício? (*Pausa.*)

Pawan Sood, Diretor de Indústria de Defesa da Empresa Sarkar Tactical, do Reino Unido para o Brasil.

É um amigo que nos fez uma visita hoje. Ele está fazendo investimento aqui, no Brasil, aqui, em Brasília, gerando emprego, e eu fiz questão de fazer esse registro.

Seja bem-vindo, Pawan.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 751, DE 2022

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 352-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tornar crime o dano a dispositivo de monitoração eletrônica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Passo a palavra à Senadora Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Peço permissão para ir direto à análise, por favor.

De início, cabe lembrar que a competência para o exame da constitucionalidade da proposição, bem como de critérios próprios do direito penal será feita na CCJ, cabendo à presente Comissão, portanto, analisar o projeto no contexto da segurança pública, nos termos do art. 104-F, I, "a" e "f", do Regimento Interno do Senado Federal.

No que toca ao mérito, entendemos que o projeto é conveniente e oportuno.

A destruição ou inutilização de tornozeleiras eletrônicas é um ato ilícito, cuja criminalização, como forma de dissuasão da conduta, se mostra razoável. Ademais, diante do entendimento do STJ, caso se mantenha a legislação penal nos moldes atuais no que se refere à destruição de tornozeleira eletrônica, somente restará ao Estado a indenização pelo dano causado, o que nos parece insuficiente para prevenir tal conduta e para proteger a administração da Justiça.

A criação de tipos penais, por sua vez, é uma decisão de política criminal, em que nós, legisladores, diante de um comportamento indesejado, avaliamos a necessidade de coibi-lo com maior rigor, a fim de preservar a paz social. Quando essa iniciativa é deflagrada, contudo, deve-se atentar para a necessidade e a razoabilidade da punição proposta. No caso do crime de que trata o PL nº 751, de 2022, entendemos que a previsão de detenção, de três meses a um ano, e multa, atende esses requisitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Importa assinalar que o novo tipo penal também prevê que a conduta seja cometida "com o intuito de evadir-se". Como o art. 352-A é voltado à tutela da administração da Justiça, esse especial fim de agir nos parece adequado e necessário. Caso contrário, a conduta que se busca criminalizar ficaria restrita a uma agressão contra o patrimônio, o que não é o escopo da iniciativa.

Há, todavia, um ponto do PL que pode ser aperfeiçoado. O *nomen iuris* dado ao crime é "dano a dispositivo de monitoração eletrônica", mas as suas elementares são "destruir ou inutilizar", ou seja, se referem a um dano com consequências específicas. Assim, para uma maior coerência, na forma da emenda apresentada ao final, estamos alterando o *nomen iuris* do novo crime para "destruição ou inutilização de dispositivo de monitoração eletrônica".

Voto, Sr. Presidente.

Com essas considerações, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 751, de 2022, com a emenda abaixo:

> EMENDA Nº - CSP
> Dê-se ao art. 352-A Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, de que trata o art. 1º do Projeto de Lei nº 751, de 2022, a seguinte redação:
> "Destruição ou inutilização de dispositivo de monitoração eletrônica
> Art. 352-A....."

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

A votação será simbólica.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 751, de 2022, e à Emenda nº 1 da Comissão de Segurança Pública.

A matéria vai à CCJ.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Presidente, posso fazer um comentário?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Pode sim.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Chega a ser um absurdo a gente precisar colocar uma lei para que, se você está destruindo algo que é justamente para monitorar, por um crime, ser monitorado por um crime, precise ser punido.

Os criminosos debocham da nossa cara todos os dias e dos Senadores. Este ano teve o caso de um traficante que tirou a tornozeleira e colocou em um urso de pelúcia, lá em Minas Gerais, não sei se vocês lembram.

A gente já teve o caso inclusive do bandido que colocou a tornozeleira num galo, na galinha, para despistar a polícia.

Esses só são alguns dos casos que debocham do sistema.

O projeto do Senador Marcos do Val vai combater isso. Cria um crime específico para esse absurdo, colocando pena e multa.

A gente fala muito quando o sistema penitenciário pesa nos cofres do Estado. Essa é uma forma de fazer o preso responder financeiramente também se destruir a tornozeleira eletrônica.

Em Mato Grosso, há lei estadual para que o preso pague pela tornozeleira. É o mínimo.

A lei que estamos aprovando hoje para todo o Brasil vai responsabilizar também caso venha a destruir o aparelho. E aqui, nesta Comissão, há um projeto nesse sentido também, do Senador Cleitinho, que espero que seja aprovado em breve.

Chega de aliviar para quem faz coisas erradas no país. Não dá mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Muito bem, Senadora.

Vamos ao item 6.

Temos aqui a presença do nosso ilustre Senador que é o Relator, Senador Mourão. Então, vamos aqui ao item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 759, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para ampliar a aplicação do confisco alargado, conferir legitimidade ao terceiro de boa-fé para demonstrar a inexistência de incompatibilidade ou a procedência lícita do patrimônio e prever a utilização de medidas assecuratórias para garantir a disponibilidade dos bens ou direitos com requerimento de perda.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. Em 11/11/2024, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Sérgio Moro;

2. Em 13/11/2024, foi recebida a Emenda nº 2, de autoria do Senador Sérgio Moro;

3. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Relatório favorável ao projeto e à Emenda nº 1, contrário à Emenda nº 2, com a emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 26/11/2024, foi recebido o novo relatório do Senador Hamilton Mourão.

A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do seu relatório.

Por favor.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Bom dia a todos.

Peço permissão para ir à análise.

Ressaltamos, de início, que a competência para a análise da constitucionalidade da proposição, bem como de critérios próprios do Direito Penal e do Direito Processual Penal será feita na Comissão de Constituição e Justiça, cabendo a esta Comissão, portanto, a análise do PL no contexto da segurança pública e, notadamente, também de políticas públicas de prevenção à violência e de promoção da paz social, nos termos do art. 104-F, I, letras “a” e “k”, do Regimento Interno deste Senado.

No mérito, entendemos que o projeto é conveniente e oportuno.

O chamado confisco alargado, previsto no art. 91-A do Código Penal, constitui importante instrumento de caráter penal que visa a garantir a recuperação de valores auferidos pelo agente com a prática do fato criminoso, bem como propiciar a devida indenização à vítima pelo dano causado pelo crime.

Trata-se de uma evidente evolução legislativa introduzida pelo Pacote Anticrime (Lei 13.964, de 2019), que visa a atingir o patrimônio incongruente do condenado, considerando os rendimentos da atividade lícita que possa eventualmente exercer.

É, portanto, como vimos, uma importante medida que objetiva, se não for possível retornar ao *status quo* existente antes da prática do crime, pelo menos minimizar os seus danos, especialmente, para a vítima da infração penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sendo assim, importantes são as alterações trazidas pelo PL, que, primeiramente, amplia a abrangência do chamado confisco alargado, para incluir também as condenações por infrações às quais a lei comine pena igual a meia dúzia de anos de reclusão.

Ademais, o PL altera o §2º do art. 91-A do Código Penal, para permitir que não somente o condenado, mas também o terceiro de boa-fé, possam demonstrar a inexistência da incompatibilidade ou a procedência do patrimônio.

Não raramente, o confisco pode atingir bens ou valores de terceiros de boa-fé, sendo imprescindível que a lei preveja que ele também possa demonstrar a licitude de seu patrimônio.

Verifica-se, ainda, que a atual redação do art. 91-A não prevê qualquer medida assecuratória para a apreensão cautelar da diferença a maior do patrimônio do condenado tendo como base seus rendimentos lícitos, o que pode resultar em uma ineficácia da lei ou na dificuldade na apreensão dos valores.

As medidas assecuratórias previstas no Código de Processo Penal possuem regramentos e finalidades específicas, o que faz com que, em princípio, não possam ser utilizadas para bloquear bens e valores incongruentes, presentes no patrimônio do acusado, que não apresentam referência direta ao crime investigado.

Sendo assim, importante é o §6º introduzido pelo PL, que prevê que as medidas assecuratórias previstas nos arts. 125 e seguintes do Código de Processo Penal poderão ser utilizadas para garantir a arrecadação, a apreensão ou a indisponibilidade dos bens ou direitos sobre os quais se queira promover o confisco alargado.

Quanto às emendas oferecidas ao projeto, entendemos que ambas são meritórias.

De fato, conforme dita a Emenda nº 1, com amparo na legislação estrangeira, é preciso ter em mente que o dito confisco alargado é instituto excepcional e, como tal, merece requisitos mais estritos que os previstos para os comuns dos casos, sob pena de sua banalização. Firmar, no Código Penal, exatamente o já constante na Lei Antidrogas é, assim, a atitude mais acertada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à Emenda nº 2, entendemos que deve ser objeto de pequeno reparo redacional, substituindo a expressão "cancelamento", na parte inicial do *novel*, inciso IV do art. 92, por "suspensão temporária", pois proporcional, considerando a finalidade do instituto.

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 759, de 2024, bem como pelo acolhimento da Emenda nº 1, pela rejeição da Emenda nº 2 e pelo oferecimento da seguinte emenda:

EMENDA Nº - CSP

Dê-se nova redação ao art. 1º do Projeto de Lei 759, de 2024:

"Art. 1º Os arts. 91-A, 92 e 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passam a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 91-A. Na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena máxima igual ou superior a 6 (seis) anos de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.

.....

§2º O condenado ou o terceiro de boa-fé poderá demonstrar a inexistência da incompatibilidade ou a procedência lícita do patrimônio.

.....

§6º As medidas assecuratórias previstas nos arts. 125 e seguintes do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), poderão ser utilizadas para garantir a arrecadação, a apreensão ou a indisponibilidade dos bens ou direitos sobre os quais recaiam o requerimento de perda de que trata o §3º deste artigo.

§7º A decretação da perda prevista no *caput* deste artigo fica condicionada à existência de elementos probatórios que indiquem conduta criminosa habitual, reiterada ou profissional do condenado ou sua vinculação a organização criminosa.' (NR)

'Art. 92 .....

.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IV – a suspensão temporária da inscrição no [...] CNPJ quando a pessoa jurídica, no exercício de atividade comercial ou industrial, for constituída ou utilizada com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática do crime definido no art. 180 desta Lei." (NR)

'Art. 180.....

.....

§1º Adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

.....' (NR)

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Agradecemos ao Senador Mourão pela leitura do seu relatório.

Em discussão o relatório que foi lido. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 759, de 2024, com as Emendas 1 e 3, e contrário à Emenda nº 2.

A matéria vai à CCJ. (*Pausa.*)

Senador Mourão, se for possível, o senhor assuma aqui esta Presidência, para que eu possa fazer a leitura de um relatório, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Anuncio o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 5881, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021, para determinar a publicação periódica de relatórios do Registro Unificado de Dados e Informações sobre Violência contra as Mulheres.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CDH, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Petecão para a leitura do seu relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Relatório.

Vem à apreciação da Comissão de Segurança Pública o Projeto de Lei nº 5.881, de 2023, de autoria da Senadora Damares, como já foi dito, que altera a Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021, para determinar a publicação periódica de relatórios do Registro Unificado de Dados e Informações sobre Violência Contra as Mulheres.

Na justificação, a autora argumenta que a sistematização e dados, a informação relacionada à violência contra mulheres é medida essencial no enfrentamento desse tipo de conduta, na medida em que a existência de dados estatísticos de fácil acesso é fundamental para a construção de políticas públicas baseadas em evidência para guiar o poder público e os agentes privados na opção pelos melhores caminhos para planejar a atuação na área.

Não foram apresentadas emendas até o momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após análise desta Comissão, a matéria seguirá à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Voto.

Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação do PL 5.881, de 2023.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 5.881, de 2023.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Anunciamos o item 7 da pauta. (*Pausa.*)

Não? Não está.

Então, Presidente, devolvo-lhe a Presidência.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para encaminhar.) – Presidente, só um minuto. É que tem um requerimento extrapauta aqui, e eu gostaria de colocar em votação.

Requerimento.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 90, inciso VIII, e do art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência interna no Salão Negro do edifício-sede do Ministério da Justiça e de Segurança Pública, em Brasília, com o objetivo de acompanhar o I

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encontro Nacional dos Conselhos Penitenciários (Enacopen) e de entregar exemplares do Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária, às 9h do dia 12 de dezembro de 2024.

Na verdade, é um convite que eu estou fazendo a toda esta Comissão aqui para que nós possamos participar desse evento. Eles nos convidaram e eu estou convidando toda a Comissão para participar desse evento, que eu acho que é de fundamental importância para esta Comissão.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Presidente.

Inclusive é uma data muito interessante, o dia 12 de dezembro, porque eu completo 49 anos de formado na Academia Militar das Agulhas Negras.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Poxa, rapaz, parabéns!

Selva!

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Selva!

Em discussão, a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Devolvo a Presidência ao nobre Senador Sérgio Petecão, do estado mais a oeste do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Amigos, nós teremos aqui, no dia 3 de dezembro, próxima terça-feira, uma audiência pública com a presença do nosso Ministro da Justiça. O assunto, a finalidade dessa audiência, é fornecer, referente ao período de sua gestão, informações sobre os planos e metas do Ministério da Justiça e Segurança Pública e prestar esclarecimento sobre as ações empreendidas pela pasta e pela Polícia Federal no combate ao crime organizado.

Observações: a reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do e-Cidadania, na internet, pelo *site* senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da nossa Ouvidoria, 0800 0612211. Então, estou reforçando o convite, já está na nossa página da Comissão. Na próxima terça-feira, dia 3, nós teremos aqui a presença do nosso Ministro da Justiça.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão e convocada outra para hora e data regimental.

Obrigado pela presença do nosso ilustre Senador Flávio Bolsonaro e do nosso Senador Hamilton, sempre presente nesta Comissão. Não falta de jeito nenhum.

(*Iniciada às 11 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e cinquenta e dois minutos do dia três de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Sérgio Petecão e Daniella Ribeiro, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Weverton, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Jaques Wagner, Ana Paula Lobato, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Wilder Morais, Nelsinho Trad, Zenaide Maia e Wellington Fagundes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Margareth Buzetti, Rogério Carvalho e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Comparecimento de Ministro de Estado**, atendendo aos requerimentos REQ 36/2024 - CSP, de autoria do Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), e REQ 52/2024 - CSP, de autoria do Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Finalidade:** Fornecer, referente ao período de sua gestão, informações sobre os planos e metas do Ministério da Justiça e Segurança Pública e prestar esclarecimentos sobre as ações empreendidas pela pasta e pela Polícia Federal no combate ao crime organizado. **Participante:** Sr. Ricardo Lewandowski, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Emendas da CSP ao Projeto da LOA 2025**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CSP à CMO, referentes ao PLOA 2025 (PLN 26/2024), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025". Relator: Senador Sérgio Petecão. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à apresentação, pela Comissão de Segurança Pública, das seguintes emendas de apropriação: a) Número: 50390001 | UO: 30101 | Ação + Subtítulo: 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional | Localidade: Nacional | Acréscimo: 2.000.000.000,00 | Autores: Ana Paula Lobato, Eduardo Braga, Hamilton Mourão, Renan Calheiros, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Angelo Coronel, Izalci Lucas, Eliziane Gama, Omar Aziz, Professora Dorinha Seabra, Sérgio Petecão, Damares Alves e Leila Barros; b) Número: 50390002 | UO: 30101 | Ação + Subtítulo: 2F07 – Antes que Aconteça – Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional | Localidade: Nacional | Acréscimo: 405.000.000,00 | Autores: Daniella Ribeiro, Omar Aziz, Eduardo Braga, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso e Leila Barros; c) Número: 50390003 | UO: 30107 | Ação + Subtítulo: 2723 – Policiamento, Fiscalização, Enfrentamento à Criminalidade e Corrupção – Nacional | Localidade: Nacional | Acréscimo: 1.001.655.504,00 | Autores: Hamilton Mourão, Professora Dorinha Seabra e Ana Paula Lobato; e d) Número: 50390004 | UO: 52121 | Ação + Subtítulo: 14T5 – Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON - Nacional | Localidade: Nacional | Acréscimo: 84.300.000,00 | Autores: Omar Aziz e Hamilton Mourão. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Sérgio Petecão e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Weverton, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Jaques Wagner, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Plínio Valério, Wellington Fagundes, Zenaide Maia e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Omar Aziz, Rogério Carvalho e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 496, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a elaboração de estatísticas sobre violência contra a pessoa com deficiência." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 750, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o Código de Processo Penal para estabelecer sistema de venda e gestão de bens e valores objeto de medidas assecuratórias equivalente ao vigente para os crimes de drogas." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1781, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para possibilitar ao juiz submeter o agressor à monitoração eletrônica e conceder à vítima dispositivo de alerta que informe a sua aproximação, a fim de dar mais efetividade ao cumprimento de medidas protetivas de urgência nos casos de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1548, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dá nova redação ao crime de feminicídio e o considera como crime autônomo." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (*Ad*

Assinado eletronicamente, por Sen. Sérgio Petecão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1892362409

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoc), substituiu Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CSP (substitutivo). **Observação:** Durante a reunião, é designada relatora ad hoc a Senadora Professora Dorinha Seabra. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1795, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para tornar obrigatória, nas dependências das escolas, a instalação de alarmes conectados com os serviços públicos que especifica." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PL/GO). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CSP. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5664, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Torna obrigatória a disponibilização de exemplar do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil nas recepções dos prédios dos órgãos de segurança pública previstos no caput do art. 144 da Constituição Federal e nos estabelecimentos prisionais estaduais e federais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 307, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 13 da Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023 (Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios), para vedar a discriminação de gênero nos concursos para ingresso nas corporações dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CSP. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1000, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para permitir o acesso da autoridade policial e do Ministério Público, independentemente de autorização judicial, a dados coletados durante o acompanhamento das medidas de monitoramento eletrônico de acusados ou condenados." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1-CSP e 2-CSP. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1229, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para obrigar o condutor do veículo automotor envolvido em sinistro de trânsito a se submeter a teste, exame clínico ou outro procedimento que permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência e dispor que o homicídio na direção de veículo automotor será considerado crime inafiançável e insuscetível de graça, indulto e anistia." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:**

Assinado eletronicamente, por Sen. Sérgio Petecão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1892362409

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CSP. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 2799, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.899, de 17 de junho de 2024, para incluir mulheres indígenas e mulheres de povos e comunidades tradicionais nos planos de metas para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 4607, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, "Estatuto da Criança e do Adolescente" e a Lei nº 13.431, de 14 de abril de 2017, que "estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência" para aperfeiçoar os mecanismos de proteção aos menores e adolescentes vítimas de violência." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com acolhimento parcial das Emendas nºs 1, 2 e 3, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 4-CSP (substitutivo) oferecida ao PL 4607 de 2020. O substitutivo será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **Observação:** Conforme dispõe o art. 282, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas, no turno suplementar, sendo vedada a apresentação de novo substitutivo integral. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Minuta de Projeto de Lei do Senado** que : "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal); o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento); a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos); a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas) e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações), para endurecer a resposta penal aos crimes cometidos com violência." **Autoria:** Sen. Flávio Bolsonaro. **Resultado:** Aprovada a apresentação do projeto de lei ao Plenário do Senado. **2ª Parte - Emendas da CSP ao Projeto da LDO 2025**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CSP à CMO, referentes ao PLDO 2025 (PLN 3/2024-CN), que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências". Relator: Senador Sérgio Petecão. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à apresentação das três emendas de propostas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025 e das duas emendas propostas ao texto do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3 de 2024, a seguir detalhadas: Emendas à meta: a) Número: 50390001 | Ementa: Emenda 1 – CSP - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade – Ação 21BM | Alteração à meta: 500.000 |

Assinado eletronicamente, por Sen. Sérgio Petecão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1892362409

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autores: Jaques Wagner, Professora Dorinha Seabra, Ana Paula Lobato, Hamilton Mourão, Jorge Kajuru e Fabiano Contarato; b) Número: 50390002 | Ementa: Emenda 2 – CSP – Articulação de Política Pública sobre Drogas – Ação 20IE | Alteração à meta: 100 | Autores: Ana Paula Lobato, Professora Dorinha Seabra, Jaques Wagner e Fabiano Contarato; c) Número: 50390003 | Ementa: Emenda 3 – CSP – Policiamento, Fiscalização, Enfrentamento à Criminalidade e Corrupção – Ação 2723 | Alteração à meta: 202.202 | Autores: Jorge Kajuru, Professora Dorinha Seabra e Hamilton Mourão; Emendas ao texto: d) Número: 50390004 | Ementa: Emenda 4 – CSP | Referência: Corpo da Lei, Cap II, art. 4º | Tipo: Aditiva | Autora: Daniella Ribeiro e) Número: 50390005 | Ementa: Emenda 5 – CSP | Referência: Anexo III | Tipo: Aditiva | Autor: Sergio Moro. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/10

Assinado eletronicamente, por Sen. Sérgio Petecão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1892362409

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão de Segurança Pública.

Objetivo e diretrizes desta reunião.

Informo que a presente reunião se divide em duas partes: a primeira destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta; já a segunda parte tem por objetivo a escolha das emendas desta Comissão, a serem apresentadas na CMO, ao projeto da LDO 2025, que é o PLN nº 3, de 2024.

Atendendo ao pedido da nossa querida Senadora, nós fizemos aqui uma inversão na pauta. Ela tem uma agenda a ser cumprida em outras Comissões.

Nós vamos ao item 11.

1ª PARTE

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 4607, DE 2020

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, "Estatuto da Criança e do Adolescente" e a Lei nº 13.431, de 14 de abril de 2017, que "estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência" para aperfeiçoar os mecanismos de proteção aos menores e adolescentes vítimas de violência.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Pela aprovação do projeto, com acolhimento parcial das Emendas nºs 1, 2 e 3, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável;

2. Em 09/12/2024, foi recebido novo relatório da Senadora Augusta Brito;

3. A votação será nominal.

Passo a palavra à Senadora Augusta Brito para a leitura do seu relatório.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, pela inversão de pauta, pela compreensão. Hoje é um dia realmente com muitas Comissões e todos aqui estão se desdobrando para poder realmente participar o máximo possível.

Então, Sr. Presidente, uma vez que o relatório já foi amplamente divulgado, peço licença para fazer a leitura de forma resumida.

O Projeto de Lei de nº 4.607, de 2020, de autoria da Senadora Leila Barros, altera o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de nº 13.431, de 2017, que "estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência", para aperfeiçoar os mecanismos de proteção aos menores e adolescentes vítimas de violência.

A matéria foi distribuída à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e, para decisão terminativa, a esta Comissão de Segurança Pública.

Em sua justificação, a Senadora Leila Barros defende que o país é constantemente surpreendido com escândalos de violência contra crianças e adolescentes, o que impõe efetivo reforço nas medidas protetivas a serem aplicadas para evitar o agravamento desses casos.

Na CDH, o PL foi aprovado sob a relatoria do Senador Humberto Costa, sem apresentação de emendas. Na CSP, foram recebidas três emendas: as duas primeiras de autoria do Senador Alessandro Vieira, e a terceira de autoria da Senadora Damares Alves.

Quanto aos aspectos de constitucionalidade, o projeto está em consonância com o ordenamento Jurídico brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito, de fato, como bem destacou o parecer apresentado perante a CDH, a Constituição Federal determina a absoluta prioridade de assegurar à criança e ao adolescente o direito à vida, à dignidade, ao respeito e à liberdade. Dessa maneira, o PL tão somente cumpre a obrigação estatal de dar eficácia ao comando constitucional de assegurar aos menores de idade o direito à dignidade.

É extremamente positivo o fato de o projeto inserir no ECA a experiência bem-sucedida da aplicação de medidas protetivas em benefício da mulher vítima de violência doméstica e familiar. As medidas protetivas são inegavelmente instrumentos que conferem segurança e alguma estabilidade às vítimas de violência doméstica. Assim, o projeto aumenta o grau de proteção de crianças e adolescentes, ao mesmo tempo em que oferece ao Estado meios hábeis de agir contra repetição da violência perpetrada. Portanto, é meritória a invocação prevista no art. 213-A do estatuto.

Igualmente meritória é a previsão do novo art. 224-A, que estabelece responsabilidade solidária das instituições cujos servidores, empregados ou representantes favoreçam violência contra criança ou adolescente, independentemente de culpa.

Também é de fundamental importância a previsão de tratamento prioritário das crianças e adolescentes nos programas de proteção às testemunhas e de vítimas de violência mantidas pelos entes federados.

Quanto à técnica legislativa, assiste razão ao Ministério da Justiça, quando, em sua nota técnica, aponta equívocos na localização dos novos artigos alterados. De fato, as novas normas ficarão mais bem encaixadas em novos artigos nas respectivas leis alteradas pelo presente projeto.

Ademais, também merecem acolhimento, praticamente integral, as emendas apresentadas pelo Senador Alessandro Vieira e pela Senadora Damares Alves, que deverão, apenas, ser também alocadas em local mais apropriado.

Quanto ao *caput* do art. 213-A, não se justifica que o dispositivo restrinja a aplicação das medidas protetivas aos casos de violência física, sexual ou psicológica, ignorando outras formas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de violência igualmente graves e lesivas ao desenvolvimento infantojuvenil, como a negligência e o abandono.

No que se refere ao proposto §2º do art. 213-A do ECA, que torna obrigatório o acompanhamento psicológico e social em qualquer fase da investigação policial ou do processo judicial, a emenda reforça o compromisso do Estado com a proteção integral da criança e do adolescente.

Finalmente, merecem acatamento as alterações de terminologia propostas pela Senadora Damares Alves, com a sugestão de que, no mesmo sentido estabelecido na Lei Maria da Penha, a imposição e escolha das medidas protetivas sejam faculdades concedidas ao juízo, conforme seu melhor entendimento, e não deveres.

Diante do exposto, portanto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.607, de 2020, além do acolhimento parcial das Emendas nºs 1, 2 e 3, da CSP.

Era isso, Sr. Presidente.

Estamos aqui fazendo o nosso relatório aprovando, acatando parcialmente as Emendas 1, 2 e 3.

Obrigada, Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o substituto oferecido ao projeto, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com a relatoria votam "sim". (*Pausa.*)

A nossa assessoria aqui informa que nós estamos votando o substitutivo ao projeto.

A votação está aberta.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Quero aproveitar aqui só o espaço do tempo enquanto nós estamos aguardando a votação dos colegas. Já temos um quórum de dez. A nossa assessoria aqui da Comissão fez um relatório das nossas atividades, do nosso trabalho. Como é muita coisa, eu só quero aqui agradecer, os números são maravilhosos. Com certeza, isso é fruto do trabalho de todos os senhores. Jamais conseguiria aqui se não fosse a presença do meu comandante, assíduo, que em todas as sessões está aqui; e da linha de frente aqui, que sempre nos prestigia aqui no plenário. Depois, se os senhores quiserem ter acesso, há reuniões realizadas, projetos aprovados – só em 2024, foram 39 –, audiências realizadas, requerimentos apresentados – 2023, 61; 2024, 64. Então, tem todos esses números aqui, é todo um relatório. Depois, se os senhores quiserem ter acesso, fiquem à vontade. Ele está aqui com a nossa assessoria da Comissão. Minhas palavras são de gratidão a todos os senhores e senhoras, aos Senadores e Senadoras, que fizeram parte, pelo belíssimo trabalho realizado aqui pela nossa Comissão de Segurança Pública. Muito obrigado a todos. (*Pausa.*)

Ali estão presentes a Damares Alves, o Weverton, o Vanderlan, a Margareth Buzetti... (*Pausa.*)

Estão aguardando, não é? Damares está chegando, o Kajuru também pediu que aguardasse...

Amin, cadê você, Amin?

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O primo dele Efraim está substituindo aqui. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Amin...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Família "im" representada. Ainda tem o Paim!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – São os "im"....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Sim, o "Jorgim".

Presidente, ao tempo em que o parabenizo pela prestação de contas – e o trabalho só foi possível devido à dedicação e ao compromisso de V. Exa. à frente desta Comissão –, solicito saber de V. Exa. qual a ordem de votação, já que temos o item 2 de minha relatoria. Quero saber se na sequência ele poderia ser apreciado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Efraim, eu queria pedir a sua gentileza. Antes de V. Exa. chegar – e ele chegou muito cedo –, o Senador Contarato tinha pedido a inversão de pauta. Se o senhor me permitir – porque ele tem um compromisso inadiável –, logo depois dele eu vou cumprir a pauta, porque já fizemos duas mudanças. O Contarato lê o relatório dele e, em seguida, V. Exa. já entra.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Antiguidade é posto, Presidente. Além de ter chegado mais cedo, por ser mais antigo, tem toda preferência, com toda tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Muito obrigado por sua gentileza. (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – São 11, não é? São 11?

Então, 10 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Está aprovado o substituto.

Ficam prejudicados o projeto e as emendas a ele oferecidas, nos termos do art. 300 do Regimento Interno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o art. 282 do Regimento Interno, a matéria será submetida a turno suplementar por ter sido aprovado o substitutivo integral ao projeto.

A decisão da Comissão será comunicada ao Presidente do Senado para ciência do Plenário e publicação.

É o Contarato?

Item 9.

1ª PARTE

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 1229, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para obrigar o condutor do veículo automotor envolvido em sinistro de trânsito a se submeter a teste, exame clínico ou outro procedimento que permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência e dispor que o homicídio na direção de veículo automotor será considerado crime inafiançável e insuscetível de graça, indulto e anistia.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda de redação que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Senador Alessandro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente, ao tempo em que o parabenizo pelo desempenho. Realmente, a Comissão foi extremamente produtiva, graças ao trabalho de V. Exa.

Peço licença para ir diretamente à análise.

Temos a proposição em comento como de duvidosa constitucionalidade frente ao princípio do *nemo tenetur se detegere* (o privilégio contra a autoincriminação). A matéria, no entanto, está devidamente distribuída para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à qual competirá analisar detidamente esta questão.

Circunscrevendo, portanto, nossa análise aos limites do art. 104-F do Regimento Interno do Senado Federal, temos a proposição como conveniente e oportuna.

Do ponto de vista da incolumidade pública e da segurança de todos, inclusive dos motoristas sob a influência de álcool é bom dizer, as alterações preconizadas serão certamente relevantes para impedir a ação dos, abro aspas, "motoristas bêbados assassinos", fecho aspas, tão bem retratados na justificação do projeto.

As estatísticas sobre as mortes no trânsito e sua íntima relação com o ato de beber e dirigir estão a reclamar, mais uma vez, a ação firme e decisiva do Congresso Nacional.

Pude perceber do PL, entretanto, que a intenção de seu ilustre autor é revitalizar a redação original do Código de Trânsito Brasileiro e, nesse passo, proponho uma emenda de redação para voltar a gravar no art. 277 a expressão "todo condutor", de modo a deixar indene de dúvidas a opção do Parlamento pela obrigatoriedade do etilômetro, bem como para pormenorizar no mesmo dispositivo que os "testes" ali referidos são precisamente os "testes de alcoolemia e toxicológico", como, aliás, já consta no artigo específico sobre a embriaguez no volante.

O voto, Sr. Presidente, portanto, é pela aprovação, fazendo o registro de que se trata de matéria que vem da autoria do Senador Fabiano Contarato, com larga experiência na lida com os delitos de trânsito, e mais do que qualquer um tem consciência da necessidade que temos de estancar essa sangria, esse número crescente de mortes violentas no trânsito, que sobrecarrega a saúde, que onera as famílias e que entristece todo o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o voto é pela aprovação, Sr. Presidente, pedindo o apoio dos colegas. (*Falha no áudio.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, a pauta é longa, vou falar muito rapidamente aqui. Eu concordo com o projeto e elogio o relatório do Senador Alessandro.

De fato, tem uma certa fantasia no sentido de que obrigar um condutor de veículo automotor envolvido em acidente a submeter-se a um teste de bafômetro, etilômetro, a um teste até de sangue clínico, para verificar a dosagem de álcool, seria contrário ao direito a não autoincriminação. No mundo inteiro, não é assim; no mundo inteiro, a pessoa é obrigada a fazer esses testes, sob pena de sofrer sanções significativas. Aqui, por um maltrato, a meu ver, da argumentação jurídica, há quem defenda essa versão de que a pessoa não é obrigada a se submeter a esse teste. Eu acho que, em boa hora, o projeto corrige essa distorção específica.

Eu tenho aqui ressalva só, no projeto original, à previsão de prisão em flagrante obrigatória. Eu acho que isso é um pouco controvertido e provavelmente vai ter discussões do Supremo. A sugestão que faria ao autor, já que vai passar para outra Comissão, seria talvez colocar que a prisão seria recomendável ou algo parecido, para que seja um critério para que o juiz tenha presente a gravidade desse crime e, no momento, decidir pela prisão preventiva ou pela concessão da liberdade provisória. Digo isso, porque reiteradamente o Supremo Tribunal Federal tem decidido que a imposição obrigatória da prisão preventiva não passa no teste de constitucionalidade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sim, mas a prisão em flagrante, quando é imposta, ou ela tem que seguir uma prisão preventiva ou não. Não é essa a ideia, que ele fique preso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Eu posso só fazer uma recomendação, por gentileza?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Claro, claro!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Primeiro, quero agradecer os colegas.

Na verdade, Senador Moro, como eu fui delegado nessa área, o que acontecia? A pessoa, mesmo em estado flagrancial, se ela parasse e ela não evadisse, quando a polícia chegasse, ou se ela pedisse socorro...

O art. 301 fala taxativamente: "Não se imporá prisão em flagrante nem se exigirá fiança se o condutor parar, prestar socorro ou ligar". Aí, o que acontecia? Os motoristas alcoolizados imediatamente – às vezes, com morte instantânea – ligavam. E, aí, o delegado ficava impedido de autuar em flagrante. O que o projeto faz é: em estado flagrancial, o delegado não aplica o art. 301. Se ele está em estado flagrancial, ele vai ser preso em flagrante.

Aí o juiz, na audiência de custódia, é que vai avaliar se ele vai manter a prisão em flagrante ou se ele vai converter a prisão em flagrante em preventiva ou não.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Ah, perfeito...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – O projeto está impedindo isso que acontece. Porque, se hoje o motorista, mesmo bêbado, mata alguém e fica no local, o delegado está impedido de lavrar o auto de prisão em flagrante, porque, volto a falar, o art. 301, *ipsis litteris*, diz: "Não se imporá prisão em flagrante nem se exigirá fiança ao condutor que prestar pronto e integral socorro à vítima ou que não fugir do local".

Então, todos ficam, recusam-se a se submeter ao teste... O senhor muito bem falou: o mundo caminha com a obrigatoriedade.

E volto a falar: esse projeto está cumprindo o art. 5º, II, da Constituição Federal, que diz que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Então, se nós tivermos aqui a redação de que "todo condutor envolvido em acidente de trânsito ou que for alvo de fiscalização será submetido ao teste", ele vai ser preso em flagrante.

É só essa a complementação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Entendi os esclarecimentos, Senador, e, nessa perspectiva, me parece que não tem nenhum problema mesmo.

Mas, enfim, apoiando o projeto. Basicamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Presidente, eu serei breve: eu só queria agradecer ao Senador Alessandro Vieira pela presteza, aos Senadores, à Senadora Augusta, ao Senador Moro, Flávio Bolsonaro, meu amigo, enfim, a todos os Senadores que estão aqui, pela sensibilidade desse tema, que, para mim, é muito caro.

Só quem vive diuturnamente com isso, com as estatísticas do Brasil como terceiro país no mundo, isso impacta no SUS...

Foge à razoabilidade o motorista... Dirigir não é um direito, é uma permissão. Por isso que o nome da primeira habilitação é "permissão". O Estado é um permissionário.

Então, a Súmula 301, do STJ, já fala que, na ação de investigação de paternidade, a recusa do suposto pai em fornecer o sangue para exame de DNA presume a paternidade. Aqui é a mesma coisa: quem nada deve nada teme. O que eu não posso admitir é que o motorista do Porsche não fique no local, não seja conduzido, não seja submetido, e o único condenado no Brasil, em acidente de trânsito, seja a família da vítima, que sofre pela dor da perda e pela certeza da impunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns ao Senado Federal e parabéns à Comissão, parabéns a V. Exa. pelo brilhantismo à frente desta tão importante Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 1.229, de 2024, e à Emenda nº 1, desta Comissão.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Parabéns ao Senador Contarato. (*Pausa.*)

Não me lembro mais do nome...

É o Im, a família Im. Ele não está mais...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É o Im: "Im, tô chamando". "Peraí...". (*Risos.*)

1ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 750, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o Código de Processo Penal para estabelecer sistema de venda e gestão de bens e valores objeto de medidas assecuratórias equivalente ao vigente para os crimes de drogas.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Cadê o Marcos do Val que eu nunca mais vi? Cadê ele? Nunca mais o vi.

Passo a palavra ao Senador Efraim para a leitura do seu relatório.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Sr. Presidente, Projeto de Lei 750, de 2022, do Senador Marcos do Val, que altera o Código de Processo Penal para estabelecer sistema de venda e gestão de bens e valores objeto de medidas assecuratórias equivalente ao vigente para os crimes de drogas.

Peço vênia a V. Exa. para ir direto ao voto.

A Comissão possui competência para analisar a matéria, que dispõe sobre sistema de venda e gestão de bens e valores objeto de medidas assecuratórias.

Quanto ao mérito, a medida proposta é, mais do que conveniente, importante para uniformizar os procedimentos relativos à alienação e gestão de bens apreendidos no direito processual brasileiro.

Essencialmente, a proposição visa estender a incidência das regras previstas na Lei nº 11.343, a lei de drogas, relacionadas à venda e gestão de bens e valores objeto de medidas assecuratórias para todo e qualquer crime.

Tais normas possuem especial importância para impedir que os bens apreendidos se deteriorem ou os valores apreendidos se extraviem. Tais medidas são relevantes tanto para o poder público – caso, ao fim, seja decretado o perdimento de tais bens e valores – como para o investigado/acusado/réu, que, em caso de absolvição, receberá seus bens de volta com resguardo de seu valor.

Tal sistema tem funcionado bem no âmbito da Lei nº 11.343. A arrecadação do Fundo Nacional Antidrogas (Funad), destinatário dos recursos oriundos de tais bens, direitos ou valores, nos termos da lei, foi de R$224 milhões no ano de 2022.

A sistemática prevista permite a alienação dos bens apreendidos – excetuadas as armas, que serão recolhidas na forma da legislação específica – no prazo de 30 dias contados da comunicação feita pela autoridade policial, de modo a impedir a sua deterioração. A venda deve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser feita preferencialmente por meio eletrônico, promovendo competitividade e, assim, a obtenção de valor mais elevado.

Também pode haver uso do bem por órgãos de segurança pública, mediante autorização judicial, ouvido o Ministério Público e garantida a prévia avaliação dos respectivos bens.

Por outro lado, os bens serão liberados quando comprovada a licitude de sua origem – desde que haja comparecimento pessoal do acusado –, mantendo-se a constrição dos bens, direitos e valores necessários e suficientes à reparação dos danos e ao pagamento de prestações pecuniárias, multas e custas decorrentes da infração penal.

As medidas, enfim, modernizam a sistemática de alienação e gestão de bens apreendidos, aplicando para quaisquer crimes o modelo de sucesso atualmente vigente no âmbito da Lei nº 11.343, a Lei Antidrogas.

Nesse sentido, Sr. Presidente, em face ao exposto, o nosso voto é pela aprovação integral do PL 750.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 750, de 2022.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. (*Pausa.*)

Senadora, é porque o Senador Moro – como eu fiz várias inversões aqui para os que foram chegando – tinha me pedido uma inversão, mas logo em seguida eu já passo ao da senhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sr. Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Projeto de Lei nº 496, de 2020... Ah, não, desculpa, é o do Moro.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria só falar de uma questão administrativa. Eu já marquei presença, aparece aqui, mas meu nome não aparece como presença lá. Só para poder olhar o sistema. Eu já marquei, aparece aqui, não abre para eu marcar de novo. Só para verificar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) –

1ª PARTE

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 1000, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para permitir o acesso da autoridade policial e do Ministério Público, independentemente de autorização judicial, a dados coletados durante o acompanhamento das medidas de monitoramento eletrônico de acusados ou condenados.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao nobre Senador Sergio Moro para a leitura do seu relatório.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Agradeço pela compreensão também da inversão de pauta. É um dia complicado para todos.

Eu vou direto aqui à análise.

O Projeto de Lei nº 1.000, de 2024, promove alterações no Código de Processo Penal (CPP) e na Lei de Execução Penal (LEP), de autoria do Senador Marcos do Val. Basicamente é para facilitar o acesso pelo Ministério Público e pela autoridade judicial a dados coletados durante o acompanhamento de medidas de monitoramento eletrônico de acusado. Então, o acusado com tornozeleira eletrônica, eventualmente, pratica um crime e é importante uma agilidade nisso e que o Ministério Público e a autoridade policial possam acessar essas informações, independentemente da autorização judicial. A pessoa já está submetida a uma restrição da liberdade, não faz nenhum sentido aí ter uma exigência de decisão judicial a esse respeito.

Então, a análise.

Não vislumbramos inconstitucionalidade nem injuridicidade no PL, tampouco óbices de natureza regimental.

Passando ao exame de mérito, a Resolução CNJ nº 412, de 2012, limita esse acesso e condiciona à autorização judicial. Do nosso ponto de vista, não justifica que o acesso aos dados do monitoramento somente pode ser concedido pela instituição de segurança pública mediante autorização judicial.

O monitoramento eletrônico é medida alternativa ao encarceramento, de modo que nada mais natural do que permitir que os dados coletados durante essa modalidade de constrição – diga-se, que tem caráter de excepcionalidade – seja de livre acesso pelo órgão de segurança pública.

Consideramos, portanto, que, no mérito, a proposição é conveniente e oportuna.

Apenas sugerimos dois reparos no que se refere à disposição do §2º dos artigos que o PL insere no CPP e na LEP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse dispositivo restringe aos órgãos de correição o acesso à identidade da autoridade policial ou do membro ministerial que acessa os dados do monitoramento.

Entretanto, de nossa parte, entendemos que, por tais dados envolverem diversas informações não relacionadas a eventual transgressão das regras de monitoramento, a identidade da pessoa que os acessou poderá também ser verificada pelo acusado ou condenado e pelo seu defensor, desde que demonstrado interesse legítimo e autorizado pelo juiz.

Ademais, nos parece razoável que a autoridade policial e o membro do Ministério Público que acessem referidos dados anotem no sistema o procedimento investigatório que justifica o acesso, se houver, ou, caso inexistente, as razões pelas quais o acompanhamento das medidas de monitoramento eletrônico se faz necessário no caso concreto.

Assim, evitam-se eventuais desvios de finalidade dessa importantíssima medida e garante-se imparcialidade das investigações.

Nesse sentido são as emendas que a seguir apresentaremos.

Voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.000, de 2024, com as seguintes emendas:

> EMENDA Nº 1 - CSP
> Dê-se ao § 2º do art. 319-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, bem como ao § 2º do art. 146-E da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, na forma do Projeto de Lei nº 1.000, de 2024, a seguinte redação:
> "§ 2º A identidade da autoridade policial ou do membro do Ministério Público que realizar o acesso aos dados ficará registrada, podendo ser verificada pelo juiz, pelos respectivos órgãos de corregedoria e, desde que demonstrado interesse legítimo e autorizado pelo juiz, pela pessoa submetida ao monitoramento eletrônico e seu defensor."

A outra emenda:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº 2 - CSP

Acresça-se o § 3º ao art. 319-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, bem como ao art. 146-E da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, na forma do Projeto de Lei nº 1.000, de 2024, a seguinte redação:

"§ 3º A autoridade policial e o membro do Ministério Público que acessarem os dados devem anotar no sistema o procedimento investigatório que justifica o acesso, se houver, ou, caso inexistente, a motivação pela qual o acompanhamento das medidas de monitoramento eletrônico se fez necessário."

É o relatório e é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 1.000, de 2024, com as Emendas nºs 1 e 2 desta Comissão.

A matéria vai à CCJ.

Item 1.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 496, DE 2020

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a elaboração de estatísticas sobre violência contra a pessoa com deficiência.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CDH.

Passo a palavra à nossa querida Senadora Professora Dorinha Seabra para leitura do seu relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vou direto à análise, visto que cumpre todas as condições do Regimento Interno desta Casa.

De acordo com o Estatuto, casos de suspeita ou de confirmação de violência praticada contra a pessoa com deficiência devem ser objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade policial e ao Ministério Público, além dos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

De acordo com o Atlas da Violência 2024, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), as pessoas com deficiência estão em maior risco de serem violentadas. Alguns dados são importantes:

a) as mulheres com deficiência são as principais vítimas de violência, representando 65,4% dos casos de violência doméstica;

b) a faixa etária de 10 a 19 anos foi a que apresentou maior registro de notificações de violência, sendo a violência doméstica o tipo predominante, seguido pela violência comunitária (amigos, conhecido, desconhecido);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

c) a violência institucional (patrão, chefe, policial) apresentou maior número de notificações entre os homens nas faixas etárias de 0 a 9 anos, 30 a 49 anos e entre 60 e 79 anos. Além disso, na faixa etária de 60 a 69 anos, houve um maior número de notificações de violência comunitária contra homens do que contra mulheres. Em todas as outras faixas etárias e tipos de violência, as mulheres foram as principais vítimas;

d) o número de notificações de violência contra pessoas com deficiência, com base no tipo de deficiência e na natureza da violência, revela que a violência física foi a mais frequentemente relatada, representando 55,3% dos registros, seguida de violência psicológica (31,7%) e violência sexual (23%).

O poder público vem coletando estatísticas sobre as pessoas com deficiência, e a previsão legal garante que esse trabalho continue a ser feito.

O Sipia é um sistema de registro e tratamento de informações sobre a garantia e defesa dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes e é usado para subsidiar a adoção de decisões governamentais nas políticas para crianças e adolescentes.

O Sinan, por sua vez, é alimentado pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória e é usado para fornecer informações para análise do perfil da morbidade e contribuir para a tomada de decisões em nível municipal, estadual e federal.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei 496, de 2020.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao Projeto de Lei 496, de 2020.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Item 4.

1ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1548, DE 2023

- Não terminativo -

Dá nova redação ao crime de feminicídio e o considera como crime autônomo.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Vou designar a nossa Senadora Dorinha. A relatoria é da Eliziane, mas ela não está presente. A Dorinha vai, mais uma vez, nos ajudar.

Passo a palavra à Senadora Dorinha para leitura do relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Vou direto à análise, considerando que todas as condições regimentais estão atendidas e que o projeto vai para a CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Verificamos que o PL tenciona tratar o feminicídio como crime autônomo, o que nos pareceria necessário, considerando o drama cotidiano vivido por incontáveis mulheres no nosso país vítimas de violências perpetradas normalmente por seus companheiros.

De acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, foram cometidos 1.341 feminicídios no ano de 2021 no Brasil, sendo que esse número é considerado subestimado. Isso porque há uma cifra considerável de feminicídios que é erroneamente classificada como homicídio.

Embora altamente meritório o projeto, é importante ressaltar que, em 9 de outubro de 2024, foi sancionada a Lei nº 14.994, originada do PL nº 4.266, de 2023. Essa lei contém vários dispositivos que constam do presente PL em análise e trata do tema de forma, inclusive, mais severa.

Entretanto, pontuamos que a Lei nº 14.994, de 2024, incorreu em omissão legislativa ao não alterar a redação do inciso II do §1º do art. 147-A do Código Penal (crime de perseguição). Isso porque a atual redação do citado inciso faz menção ao §2º-A do art. 121 do Código Penal, que foi expressamente revogado pelo art. 9º da Lei nº 14.994, de 2024, conforme observamos abaixo:

> Perseguição.
> Art. 147-A. Perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade.
> (...)
> § 1º A pena é aumentada de metade se o crime é cometido:
> (...)
> II – contra mulher por razões da condição de sexo feminino, nos termos do § 2º-A do art. 121 deste Código.
> Lei nº 14.994, de 2024:
> Art. 9º Revogam-se o inciso VI do § 2º e os §§ 2º-A e 7º, todos do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Criou-se, portanto, letra morta no texto do Código Penal, havendo atualmente, em seu art. 147-A, §1º, I, remissão a dispositivo inexistente, pois revogado.

É imprescindível que esse lapso normativo seja corrigido o mais rapidamente possível, considerando que não é mais possível a aplicação da causa de aumento de pena prevista para o crime de perseguição quando o crime é praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

Por esse motivo, oferecemos emenda na forma do substitutivo a seguir, excluindo do tipo penal que trata da perseguição a remissão a qualquer dispositivo legal, fazendo menção apenas ao motivo de o crime ser cometido "por razões da condição de sexo feminino" e, assim, protegendo o dispositivo de futuras alterações da mesma natureza, como as que ocorreram com a recente modificação legislativa.

Nosso voto é, pelo exposto, pela aprovação do PL nº 1.548, de 2023, nos termos do substitutivo a seguir:

EMENDA nº - CSP (SUBSTITUTIVO)

Altera o art. 147-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para adequar a remissão ao dispositivo legal.

Art. 1º O art. 147-A do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 147-A. .....

.....

§ 1º .....

.....

II – contra a mulher por razões da condição de sexo feminino;

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É este o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão. (*Pausa.*)

Para discutir... Não havendo quem queira discutir, encerra-se a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei nº 1.548, de 2013, e à Emenda nº 1 da Comissão de Segurança Pública, substitutiva.

A matéria vai à CCJ.

1ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1795, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para tornar obrigatória, nas dependências das escolas, a instalação de alarmes conectados com os serviços públicos que especifica.

Autoria: Senador Wilder Morais (PL/GO)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CE, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

A instalação de centrais de alarme em comunicação direta com a polícia certamente contribuirá para a prevenção de atos ilícitos na medida em que diminuirá o tempo de resposta para eventual sinistro em escolas. Com essa medida adotada, tenho certeza de que toda comunidade escolar ganhará em segurança e bem-estar.

Não há motivos para nos preocuparmos com eventuais questionamentos sobre um aumento danoso aos já assoberbados trabalhos e urgências no âmbito das atuações das polícias, pois, analisando o mérito da proposta apresentada no PL nº 1.795, de 2023, é notório que superam muito a eventuais inconvenientes.

Muitos lojistas, por exemplo, buscam estabelecer essa linha direta com a polícia, o que, em geral, não é possível para todos. Numa escola, no entanto, esse contato facilitado é fartamente justificado, porque se está a tratar da segurança de centenas de pessoas (crianças, adolescentes e adultos) de uma só vez. Além de mais vulneráveis, assim, um evento criminoso numa escola quase sempre alcançará uma gravidade ímpar.

Ademais disso, policiamento comunitário deve ser incentivado e o contato mais próximo entre a comunidade escolar e as forças policiais faz parte dessa estratégia.

Notamos, por fim, que o art. 12 da LDB já foi alterado desde a apresentação do Projeto de Lei nº 1.795, de 2023, razão pela qual apresentamos uma emenda de redação para corrigir a numeração de seu novo inciso.

Com essas considerações, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.795, de 2023, com a seguinte emenda de redação:

> Renumere-se o inciso acrescido ao art. 12 da Lei 9.394, de 1996, de que trata o art.1º do PL 1.795, de 2023, na forma a seguir:
> [Aqui está a redação do art. 12]
> “Art. 12 .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

.....

XIII - manter, em suas dependências, alarme de segurança conectado com forças policiais, corpos de bombeiros e serviço de atendimento móvel de urgência.” (NR)

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Agradeço ao Senador Flávio Bolsonaro.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 1.795, de 2003, com a Emenda nº 1, desta Comissão.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Uma questão de ordem, rapidamente.

É porque ficou pronta aquela minuta de projetos de lei que foram ideias trazidas pela cúpula de segurança pública do Rio de Janeiro à Presidência do Senado, à CCJ e a esta Comissão de Segurança Pública, numa redação que eu acho que está bem satisfatória para que iniciemos aqui o processo legislativo.

A ideia é que esse projeto fosse apresentado pela Comissão de Segurança Pública, e não de autoria de um Senador especificamente, até porque o projeto traz ideias e é inspirado em vários outros projetos de lei que já estão tramitando na Casa – de minha autoria, por exemplo, do Senador Moro, do próprio ex-Senador Flávio Dino –, e a intenção, ao colocá-los em um único projeto para que isso tramite conjuntamente, é, realmente, para haver uma resposta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eficiente, eficaz e a tempo das angústias da nossa sociedade, que vem sofrendo muito com o aumento da violência. Esses projetos, por questões óbvias, não tramitam ao mesmo tempo.

Então, um está no Senado, o outro está na Câmara; um é aprovado na Comissão, o outro não é. Então, ao colocarmos isso tudo nesse pacote de combate aos crimes violentos, nós conseguimos dar uma resposta que tem uma coerência entre as várias alterações que são sugeridas no Código Penal, no Código de Processo Penal, no Estatuto do Desarmamento, na Lei Antidrogas, na Lei do Crime Organizado, e, inclusive, na Lei de Licitações também.

Eu acho que é um projeto bastante completo. Se nós conseguíssemos aprová-lo com essas matérias que tem o seu conteúdo, de uma só vez, eu não tenho dúvidas de que nós vamos dar a resposta que o Congresso precisa dar à sociedade no combate à violência.

E parece que o projeto está disponível já para todos os Senadores aqui na Comissão, e eu queria que V. Exa. submetesse a possibilidade de que eu apresente esse projeto, já em nome da Comissão de Segurança Pública, para que ele possa começar a tramitar aqui no Senado Federal.

E aí o pedido de extrapauta é que isso fosse, enfim, apreciado aqui na Comissão neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – A nossa assessoria aqui nos orientou. Na verdade, nós vamos votar apenas o aceite, como V. Exa. já pediu, para a Comissão de Segurança Pública ser a autora do projeto.

Consulto o Plenário se podemos colocar, como extrapauta, a minuta do projeto de lei apresentado pelo Senador Flávio Bolsonaro.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão como item extrapauta.

Coloco em votação a apresentação da referida minuta do projeto de lei como de autoria desta Comissão.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do projeto de lei como de autoria desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Lei nº 1.781... Eu pediria só que o Senador Hamilton Mourão... Porque eu vou ter que relatar dois... (*Pausa.*) ... três projetos de orçamento. V. Exa. me ajuda?

Vou passar aqui a direção dos trabalhos ou já leio aqui o cabeçalho? (*Pausa.*)

1ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1781, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para possibilitar ao juiz submeter o agressor à monitoração eletrônica e conceder à vítima dispositivo de alerta que informe a sua aproximação, a fim de dar mais efetividade ao cumprimento de medidas protetivas de urgência nos casos de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ.

Para que eu possa relatar a matéria, pediria aqui ao nobre amigo e Senador Hamilton Mourão que assuma aqui a Presidência para que nós possamos fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Passo a palavra ao Senador Sérgio Petecão para a leitura do seu relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Como Relator.) – Relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem à apreciação da Comissão de Segurança Pública (CSP) o Projeto de Lei (PL) nº 1.781, de 2022, do Deputado Fábio Trad, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para possibilitar ao juiz submeter o agressor à monitoração eletrônica e conceder à vítima dispositivo de alerta que informe a sua aproximação, a fim de conferir efetividade ao cumprimento de medidas protetivas de urgência nos casos de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Análise.

A Comissão de Segurança Pública é competente para opinar sobre proposições referentes à segurança pública, nos termos do art. 104-F, alínea "a", do Regimento Interno desta Casa.

Presidente, eu vou direto ao voto.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.781, de 2022.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 1.781, de 2022.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Passamos ao item 7 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 307, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o art. 13 da Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023 (Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios), para vedar a discriminação de gênero nos concursos para ingresso nas corporações dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Petecão para a leitura do seu relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Como Relator.) – Trata-se do Projeto de Lei nº 307, de 2024, de autoria do Senador Jorge Kajuru, que altera a Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023 (Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios), para vedar a discriminação de gênero nos concursos para ingresso nas corporações dos militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios.

Vamos à análise.

Nos termos do art. 104-F, inciso I, alíneas “b” e “d” do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre o mérito de proposições legislativas relativas às polícias militares e aos bombeiros militares.

Na essência, consideramos o projeto valoroso e meritório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, muitas leis que regulam o acesso às corporações militares não acompanharam a evolução sociopolítica por que passou a sociedade brasileira nos últimos anos. Anteriormente legadas a posições domésticas e, quando muito, a tarefas administrativas em órgãos públicos, as mulheres vêm ocupando posições de destaque.

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar, recentemente, diversas ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) contra leis estaduais que impunham cotas máximas de gênero não razoáveis em concursos de acesso a carreiras de policial militar, decidiu que a imposição de limite máximo de vagas para mulheres seria inconstitucional, por violação de diversos princípios constitucionais, entre eles o da dignidade da pessoa humana e o da isonomia, além do mandamento constitucional de proteção ao mercado de trabalho da mulher.

Vamos ao voto.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 307, de 2024, com o oferecimento da seguinte emenda.

EMENDA Nº - CSP

Acresçam-se os §§3º e 4º ao art. 13 da Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 307, de 2024:

"Art. 13. .....

§3º Será avaliada, anualmente, a proporção entre os gêneros masculino e feminino nas instituições para fins de controle.

§4º Atingido o limite prudencial de 40% (quarenta por cento) de mulheres na instituição, será possível a previsão editalícia de cota máxima do gênero feminino em concursos públicos para acesso à respectiva carreira, desde que não seja inferior ao referido percentual." (NR)

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, quero apenas comentar que a emenda que V. Exa. coloca é extremamente pertinente porque as carreiras de policiais militares e de bombeiros militares requerem determinadas exigências físicas que, às vezes, não é o caso de que sejam totalmente ocupadas por mulheres. Nada contra, muito pelo contrário, mas havia uma certa preocupação e V. Exa. fez uma correção extremamente pertinente aí.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação, o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 307, de 2024, e a Emenda nº 1 – CSP. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Anuncio o item 10.

1ª PARTE

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 2799, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.899, de 17 de junho de 2024, para incluir mulheres indígenas e mulheres de povos e comunidades tradicionais nos planos de metas para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CDH, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Petecão para a leitura do seu relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Como Relator.) – Como o senhor já leu e apresentou o relatório, eu vou direto à análise.

A Comissão de Segurança Pública é competente para a análise da matéria, nos termos do art. 104-F, inciso I, alíneas "a" e "k", do Regimento Interno da Casa.

Quanto ao mérito, o projeto revela-se oportuno e conveniente. A Lei 14.899, de 2024, institui um plano de metas para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, integrando a Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e a Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. O art. 2º da referida lei estabelece que estados, Distrito Federal e municípios priorizem a criação e implementação desse plano e condiciona o acesso de entes federados aos recursos de segurança pública e direitos humanos à apresentação de um plano decenal.

Voto.

Diante do exposto, eu voto pela aprovação do PL nº 2.799, de 2024.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação, o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 2.799, de 2024. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Iniciaremos agora a segunda parte da reunião, que tem por objetivo a escolha das emendas desta Comissão a serem apresentadas na CMO ao PLDO 2025, que é o PLN 3, de 2024. Foram apresentadas 22 emendas ao Anexo Metas e Prioridades e duas emendas ao texto do PLDO 2025.

Nos termos do parecer preliminar, aprovado na CMO no dia 4 de dezembro de 2024, cada Comissão permanente poderá apresentar até três emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, podendo ainda a apresentar emendas ao texto do PLDO 2025 sem limitações quanto à quantidade.

Concedo a palavra ao eminente Relator, Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou fazer aqui uma descrição da... (*Pausa.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Vamos à análise.

Propostas de emendas ao texto do PLDO 2025.

A sugestão de Emenda de texto nº 13, da Senadora Daniella Ribeiro, tem por objetivo incluir a ação “Antes que Aconteça - Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres” no art. 4º do PLDO, que trata acerca das prioridades e as metas da administração pública federal para o exercício de 2025, atendidas as despesas obrigatórias e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os orçamentos fiscal e da seguridade social. Por seu mérito e adequação, deve ser acatada.

Já a sugestão de Emenda de texto nº 17, do Senador Sergio Moro, tem por objetivo ressalvar de contingenciamento, ao incluir a seção III no Anexo III do PLN 3, de 2024, as despesas destinadas à segurança pública, compreendendo aquelas pertencentes aos órgãos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mencionados no art. 144 da Constituição Federal, bem como aquelas relacionadas às ações do Plano Nacional de Segurança Pública. Por seu mérito e adequação, também deve ser acatada.

Propostas de emendas ao Anexo de Prioridades e Metas.

No que tange às emendas ao Anexo de Prioridades e Metas, a proposta de Emenda nº 6, da Senadora Damares Alves, foi também considerada inadmitida por tratar de assunto fora da competência regimental da Comissão de Segurança Pública. Em relação às demais, entendemos que atendem às competências regimentais, além de cumprirem as disposições constitucionais. Em que pese o mérito das propostas, a quantidade máxima de emendas que a Comissão pode apresentar é de três, de acordo com o previsto no item 2.2.2 do parecer preliminar do PLDO 2025.

Desse modo, para a escolha das emendas, o critério que utilizamos foi o quantitativo, de tal modo que atendesse ao maior número de Senadores. Assim, foram verificadas as ações mais frequentes, desconsiderando-se, para a contagem, as propostas de nº 10, 11 e 12, todas de autoria da Senadora Dorinha Seabra, haja vista que são idênticas às propostas de nº 1, 2 e 3, respectivamente. Dentre as ações escolhidas, foram selecionadas as sugestões de maior meta. Dessa forma, foram selecionadas as seguintes ações:

Descrição da ação.

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade. Propostas 1, 4, 9, 14, 18, 23. Senadores Professora Dorinha Seabra, Ana Paula Lobato, Hamilton Mourão, Jorge Kajuru, Jaques Wagner, Fabiano Contarato.

20IE - Articulação de Política Pública sobre Drogas. Propostas 3, 5, 20, 21. Professora Dorinha, Ana Paula, Jaques Wagner, Fabiano Contarato.

2723 - Policiamento, Fiscalização, Enfrentamento à Criminalidade e Corrupção. Propostas 2, 8, 16. Professora Dorinha, Hamilton Mourão e Jorge Kajuru.

Voto.

Ante o exposto, somos pela apresentação, por esta Comissão, das Emendas de texto constantes das sugestões de nº 13, de autoria da Senadora Daniella Ribeiro, e nº 17, de autoria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senador Sérgio Moro, assim como de três emendas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, conforme abaixo apresentado:

Programa 5116 - Segurança Pública com Cidadania. Ação 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade. Produto Descrição: Ação apoiada. Meta: 500 milhões. Sugestões: 18.

Programa 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos. Ação 20IE - Articulação de Política Pública sobre Drogas. Política implementada. 100. Sugestões: 5.

Só retificando, porque eu tinha falado 500 milhões. São 500 mil.

Só corrigindo aqui, tá? Quando me referi, falei de 500 milhões. São 500 mil.

Segurança Pública com Cidadania. 2723 - Policiamento, Fiscalização, Enfrentamento à Criminalidade e Corrupção. Operação realizada. Meta: 202.202. Sugestões: 16.

Esse é o número da emenda a ser apresentada a esta Comissão, CMO.

A elaboração das emendas a partir das propostas aprovadas deve observar os ajustes técnicos necessários ao atendimento das normas aplicáveis ao PLDO 2025. Ademais, as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada.

Finalmente, sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: aprovadas as emendas da Comissão de Segurança Pública que serão apresentadas ao PLDO 2025 na Comissão Mista de Orçamento.

Nos termos do art. 44, I, da Resolução do Congresso Nacional nº 1 de 2006, as emendas da Comissão devem ser apresentadas juntamente com a ata da reunião em que houve sua aprovação.

Portanto, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e quarenta e sete minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Flávio Arns, Angelo Coronel, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda do Senador Wilder Morais, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Giordano, Zequinha Marinho, Daniella Ribeiro, Rogério Carvalho, Astronauta Marcos Pontes e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação das Emendas da CCDD ao PLOA 2025**. **Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), referentes ao PLOA 2025 (Projeto de Lei do Congresso Nacional n° 26, de 2024), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025". Relator na CCDD: Senador Izalci Lucas. Relator ad hoc: Senador Hamilton Mourão. **Resultado:** Aprovado o relatório. Esta Comissão delibera pela apresentação de quatro emendas de apropriação, já renumeradas de **nº 01): 50510001, Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital - Nacional**, UO 41101, Ministério das Comunicações - Administração Direta, no valor de R$ 900.000.000,00, igualmente divididos entre os GNDs 3 e 4, de autoria dos Senadores: Efraim Filho, Esperidião Amin, Fabiano Contarato, Flávio Bolsonaro, Humberto Costa, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Zenaide Maia e Zequinha Marinho; **nº 02) 50510002, Adequação de Ativos de Infraestrutura das Organizações Militares - Nacional**, UO 52131, Comando da Marinha, no valor de R$ 9.950.000,00, de autoria dos Senadores: Hamilton Mourão, Humberto Costa, Nelsinho Trad e Zequinha Marinho; **nº 03) 50510003, Implantação de Infraestrutura de Rede de Comunicação de Dados Para Inclusão Digital - Nacional**, UO 41260, Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS, no valor de R$ 1.000.000.000,00, de autoria dos Senadores: Efraim Filho, Hamilton Mourão, Nelsinho Trad e Veneziano Vital do Rêgo; **nº 04) 50510004, Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato - Nacional**, UO 69101, Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - Administração direta, no valor de R$ 40.000.000,00, de autoria do seguinte Senador: Angelo Coronel. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião, bem como a da 28ª reunião desta comissão, realizada em 27 de novembro de 2024, que são aprovadas e serão assinadas pelo Presidente e publicadas no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e seis minutos.

Senador Esperidião Amin
Presidente Eventual da Comissão de Comunicação e Direito Digital

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e quatro minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Eduardo Gomes, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Paulo Paim, Flávio Arns, Angelo Coronel, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso, Fabiano Contarato, Flávio Bolsonaro, Hamilton Mourão, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Wellington Fagundes, Jorge Kajuru e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Giordano, Zequinha Marinho, Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Rogério Carvalho, Astronauta Marcos Pontes e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação das Emendas da CCDD ao PLDO 2025**. **Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), referentes ao PLDO 2025 (Projeto de Lei do Congresso Nacional n° 3, de 2024), que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências". Relator na CCDD: Senador Esperidião Amin. **Resultado:** Aprovado o relatório. Ficam as Emendas remuneradas de 01 a 05. Esta Comissão delibera pela apresentação das Emendas à Meta, já renumeradas, de **nº 01) 50510001 20V8 - APOIO A INICIATIVAS E PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL**, Alteração de Meta: 100, Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra, Senador Veneziano Vital do Rêgo, e Senador Paulo Paim; **02) 50510002 20RP - APOIO À INFRAESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA**, Alteração de Meta: 5000, Autoria: Senador Esperidião Amin; **03) 50510003 21AP - SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E CIBERSEGURANÇA**, Alteração de Meta: 6, Autoria: Senador Esperidião Amin. Também decide pela apresentação das Emendas de Texto, **nº 04) 50510004 EMENDA AO ANEXO III**, Tipo: Aditiva**,** Autoria: Senadora Daniella Ribeiro; **05) 50510005 EMENDA AO CORPO DA LEI, CAP. II, ART. 4º**, Tipo: Substitutiva, Autoria: Senador Esperidião Amim.

A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e treze minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Gomes
Presidente da Comissão de Comunicação e Direito Digital

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Romário e Jorge Kajuru, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Leila Barros, Jayme Campos, Fernando Dueire, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Paulo Paim e Wellington Fagundes, e ainda dos Senadores Omar Aziz, Zenaide Maia e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Sérgio Petecão, Carlos Portinho e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação de Emendas ao PLOA 2025 (PLN 26/2024)**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Esporte à CMO, referentes ao PLOA 2025 (PLN 26/2024), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025". Relator: Senador Romário. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Esporte favorável à apresentação das seguintes emendas ao PLOA 2025: Número: **50540001** | UO: 51101 | Ação + Subtítulo: Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Amador, Educacional, Recreativo e de Lazer - Nacional | Localidade: Nacional | Acréscimo: 300.000.000,00 | Autores: Romário, Jorge Kajuru, Dr. Hiran, Efraim Filho, Fernando Farias, Leila Barros, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Rodrigo Cunha, Wellington Fagundes e Zequinha Marinho; Número: **50540002** | UO: 51101 | Ação + Subtítulo: Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Programas, eventos e Projetos de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social - Nacional | Localidade: Nacional | Acréscimo: 300.000.000,00 | Autores: Romário, Jorge Kajuru, Fernando Farias, Humberto Costa, Leila Barros, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Wellington Fagundes; Número: **50540003** | UO: 51101 | Ação + Subtítulo: Promoção e Desenvolvimento do Paradesporto Nacional - Nacional | Localidade: Nacional | Acréscimo: 300.000.000,00 | Autores: Romário, Jorge Kajuru, Mara Gabrilli, Fernando Farias, Humberto Costa e Zequinha Marinho; e Número: **50540004** | UO: 51101 | Ação + Subtítulo: Apoio a Projetos de Excelência Esportiva nas Fases de Especialização e Aperfeiçoamento - Nacional | Acréscimo: 200.000.000,00 | Autores: Mara Gabrilli e Wellington Fagundes. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da reunião anterior e da presente reunião, que são aprovadas e serão assinadas pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Romário
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/04

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 4 de dezembro de 2024.

A presente reunião visa escolher as emendas a serem apresentadas por esta Comissão de Esporte ao PLOA 2025 (PLN 26/2024).

Como sou Relator, eu passo a Presidência ao amigo, irmão e nobre, um dos melhores Senadores aqui desta Casa, Jorge Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Primeiro, Deus e saúde a todos e todas presentes e que nos acompanham pelos meios de comunicação, especialmente do grupo Senado. Um feliz Natal e um ano novo justo e amoroso é o que quer meu coração para todos, em especial ao meu irmão Romário de Souza Faria, um ser humano raríssimo e um homem público com história inigualável neste Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, ontem, numa entrevista, irmão, para a BandNews, eu recebi uma pergunta idiota e respondi: "Kajuru, para você, se o Romário não estivesse na Copa do Mundo de 94, o Brasil ganharia a Copa?". Eu falei: "Evidente que não, amigo. Sem ele, o Brasil não ganharia a Copa". Hoje em dia jornalista esportivo faz cada pergunta, não é? Está difícil! Coitado, o Renato Gaúcho está sofrendo lá no Rio Grande do Sul!

Mas, enfim, a primeira parte, Presidente Romário de Souza Faria, senhoras e senhores, meus únicos patrões, emendas da Comissão de Esporte ao PLOA/2025.

Antes de mais nada, só quero dizer aquilo que Romário e eu já falamos, com a nossa coragem de sempre, do absurdo que aconteceu este ano com a Comissão do Esporte da Câmara, sobre a qual teve até denúncia de achaque em CPI. Simplesmente o orçamento dela foi de R$1 bilhão, e o nosso aqui no Senado foi de R$2 milhões, para que a sociedade brasileira saiba como pode acontecer uma diferença dessas e qual a diferença entre a Comissão do Esporte da Câmara e a Comissão de Esporte do Senado. A diferença é que nesta tem um Romário de Souza Faria; e lá tem quem? Tem um zé-mané?

Vamos ao item 1, emendas a serem escolhidas pela Comissão de Esporte.

Foram apresentadas 40 emendas de apropriação – dessas, 26 são de inclusão e 14 são de acréscimo – e 1 emenda ao texto do PLOA/2025.

Nos termos da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, cada Comissão Permanente poderá apresentar até oito emendas, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento, podendo ainda apresentar emendas ao texto do PLOA/2025 sem limitações quanto à quantidade.

Concedo de imediato, então, a palavra ao Senador Romário para a leitura do seu esperado e certamente qualificado relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No prazo estabelecido pela Comissão, foram oferecidas 41 indicações de emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2025 (PLOA 2025), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025", sendo 40 de apropriação de despesa e 1 de texto.

As propostas foram apresentadas pelas Senadoras Leila Barros e Mara Gabrilli e pelos Senadores Dr. Hiran, Efraim Filho, Fernando Farias, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Romário, Wellington Fagundes e Zequinha Marinho.

As indicações relacionadas à despesa contemplam programações orçamentárias do Ministério do Esporte e do Comando da Marinha. Já a de texto pretende alterar o Anexo V do PLOA 2025 de modo a possibilitar provimento de cargos em universidades federais.

Análise.

As determinações da Lei Complementar nº 210/2024, da Instrução Normativa nº 1/2024 e da Resolução nº 1, de 2006-CN, estabelecem que cada comissão permanente pode apresentar até quatro emendas de apropriação de despesa e até quatro de remanejamento, observadas suas competências regimentais, para ações orçamentárias de interesse nacional ou regional.

A partir da análise efetuada, constatamos que todas as 40 sugestões recebidas são importantes, oportunas e possuem inegável mérito. Contudo, a observância das normas impõe a escolha de apenas quatro programações orçamentárias para as emendas de apropriação de despesa desta Comissão de Esporte. Dessa forma, tendo como critérios principais a quantidade de indicações recebidas, bem como a relevância e o alcance social da política pública apoiada, sugerimos que esta Comissão apresente emendas com o seguinte teor:

(a) R$ 300 milhões para a ação “00SL – Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Amador, Educacional, Recreativo e de Lazer – Nacional”, sugestão dos Senadores e Senadoras: Dr. Hiran, Efraim Filho, Fernando Farias, Jorge Kajuru, Leila Barros, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Rodrigo Cunha, Romário, Wellington Fagundes e Zequinha Marinho, com objetivo de disponibilizar e modernizar espaços para a prática de esporte e lazer, contribuindo para reduzir a exclusão e o risco social da população vulnerável;

(b) R$ 300 milhões para a ação “20JP – Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Programas, Eventos e Projetos de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional", indicação das Senadoras e Senadores: Fernando Farias, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Leila Barros, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Romário e Wellington Fagundes, para incentivar a oferta de vivências esportivas, atividades físicas, recreativas e de lazer principalmente para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos;

(c) R$ 300 milhões para a ação "21CK – Promoção e Desenvolvimento do Paradesporto - Nacional", proposta pela Senadora Mara Gabrilli e pelos Senadores Fernando Farias, Jorge Kajuru, Humberto Costa, Romário e Zequinha Marinho, para ampliar o fomento, ações, instalações, equipamentos, pesquisas e projetos relacionados ao desenvolvimento do paradesporto nacional; e

(d) R$ 200 milhões para a ação "20YA - Apoio a Projetos de Excelência Esportiva nas Fases de Especialização e Aperfeiçoamento – Nacional", recomendação da Senadora Mara Gabrilli e do Senador Wellington Fagundes.

Em relação à proposta de emenda ao texto, não foi possível acolhê-la, uma vez que ela não guarda relação direta com as atribuições desta Comissão, previstas no art. 104-H do Regimento Interno do Senado Federal, e, portanto, conflita com o disposto no art. 44, II, da Resolução nº 1/2006-CN.

O voto.

Ante o exposto, votamos no sentido de que esta Comissão apresente à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) as seguintes emendas ao PLOA 2025.

Ministério do Esporte, 00SL – Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Amador, Educacional, Recreativo e de Lazer – Nacional, no caso, de R$300 milhões; os Senadores já foram ditos.

Ministério do Esporte, 20JP – Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Programas, Eventos e Projetos de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social, R$300 milhões; os Senadores também já foram ditos.

Ministério do Esporte, 21CK – Promoção e Desenvolvimento do Paradesporto – Nacional, 300 milhões; os Senadores e Senadoras também já foram ditos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para finalizar, Ministério do Esporte, 20YA – Apoio a Projetos de Excelência Esportiva nas Fases de Especialização e Aperfeiçoamento – Nacional, R$200 milhões, com a Senadora e o Senador também já ditos.

Por fim, sugerimos autorizar que a Secretaria da Comissão adote as providências e os ajustes técnicos que eventualmente sejam necessários à apresentação das emendas junto ao CMO.

Esse é o voto, esse é o relatório, Presidente Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, Presidente Romário de Souza Faria, como disse anteriormente, irretocável o seu relatório.

Coloco-o em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo ninguém para discutir, em votação o relatório.

E, antes, o registro prazeroso da presença aqui, na nossa Comissão de Esporte, do exímio Senador da República pelo Amazonas e referência desta nossa Casa, o Senador Omar Aziz.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado.

Foram aprovadas as seguintes emendas, a serem apresentadas pela Comissão de Esporte ao PLOA 2025 na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO): R$300 milhões para a Ação 00SL, que é o Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Amador, Educacional, Recreativo e de Lazer – Nacional. A sugestão foi dos Senadores e Senadoras Dr. Hiran, Fernando Farias, Jorge Kajuru, Leila Barros, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Rodrigo Cunha, Romário, Wellington Fagundes e Zequinha Marinho, com o objetivo de disponibilizar e modernizar espaços para a prática de esporte e lazer, contribuindo para reduzir a exclusão e o risco social da população vulnerável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Letra "b", R$300 milhões para a Ação 20JP – Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Programas, Eventos e Projetos de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social – Nacional. Indicação das Senadoras e Senadores que já mencionei.

A questão de incentivar a oferta de vivências esportivas, atividades físicas recreativas e de lazer, principalmente para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Daí a letra "c", R$300 milhões para a ação 21CK, ou seja, a Promoção e Desenvolvimento do Paradesporto – Nacional, proposta dos mesmos Senadores já citados.

Em relação a ampliar o fomento, ações, instalações, equipamentos, pesquisas e projetos relacionados ao desenvolvimento do paradesporto nacional, letra "d", R$200 milhões para a ação 20YA, que é o Apoio a Projetos de Excelência Esportiva nas Fases de Especialização e Aperfeiçoamento – Nacional, recomendação dos mesmos Senadores.

Devolvo, prazerosamente, a Presidência da Comissão de Esportes ao nosso querido amigo, irmão histórico, Romário Souza Faria.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, irmão Kajuru.

Nos termos do art. 44, I, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, as emendas de Comissão devem ser apresentadas juntamente com a ata da reunião em que houve sua aprovação. Portanto, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 16ª Reunião, realizada em 30 de outubro de 2024, e da ata da presente reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Dou a palavra ao nosso nobre Senador Omar Aziz.

Obrigado pela presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Obrigado, Senador Romário, Presidente desta Comissão de Esportes, Senador Kajuru, grande amigo também...

Veja bem: a importância que o Brasil, um país continental como o nosso, que tem milhares e milhares de jovens nas periferias, nos becos, nas ruas das cidades brasileiras que poderiam estar praticando esportes, em vez de estarem envolvidos em coisas ruins... Eu acho que o Brasil tem um débito muito grande com essa juventude, e essas emendas que o Senador Romário acabou de relatar, que focam não só o esporte comum, mas o paraolímpico também, nos dão uma esperança muito grande, Senador Romário, porque V. Exa. é fruto da obsessão do seu pai, da sua família, para que você fosse e chegasse aonde você chegou, mas tem milhares e milhares de pais neste país afora que também sonham com isso, mas não têm a oportunidade que alguns poucos tiveram.

Kajuru, você, como jornalista, já viu a ascensão e já viu milhares e milhares de coisas em vários setores da sociedade. Eu, como Secretário de Segurança, como Governador que fui, também vi pessoas poderem crescer nessa área. Mas, se elas não tiveram uma oportunidade, muitas vezes foi até por falta de conhecimento dos pais, se a gente não focar nisso, nós teremos uma juventude perdida, assim como a que está se perdendo nesse momento.

Infelizmente, grande parte da nossa juventude está cooptada pelo tráfico. Se ela tivesse oportunidade, nos morros, nos bairros, e a sociedade entendesse a importância... Talvez o Relator setorial do esporte tenha que acolher a maioria dessas emendas. Não adianta a gente aqui propor e chegar lá, serem cortadas as emendas, e nós fazermos de conta que estamos tentando ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Concordo plenamente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – E com essa expectativa se dá prioridade a um monte de coisas. O esporte é uma prioridade no Brasil. O esporte salva pessoas, o esporte tira essas pessoas de serem futuros marginais, infelizmente, para se tornarem homens de bem, que possam ajudar suas famílias, que não tiveram essa oportunidade. Então, parabéns pelo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero que o Relator setorial, que eu não sei quem é, possa acolher as emendas, se não na íntegra, mas dando realmente um valor substancial ao Ministério do Esporte para que a gente possa, nesse Brasil afora, contribuir na formação de jovens para o bem. Esse é o objetivo maior, essa é a finalidade maior.

Parabéns a você, Senador Romário!

Parabéns a você, Senador Kajuru!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado pelas palavras.

Eu mesmo vou conversar com esse Relator setorial, que é o Deputado que estava aqui, agora – acabei esquecendo –, porque não sei se V. Exa. ouviu o nosso Kajuru. Ano passado, houve uma discrepância absurda de Comissão. Lá eles deram R$1 bilhão, aqui deram R$2 milhões, não é? (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É, R$2 milhões!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, dessa vez, eu pessoalmente, hoje ou semana que vem, vou conversar com esse Relator setorial para ver se ele pode dar um pouco mais de atenção à importância dessas emendas para essas pessoas, para esses jovens, para essas crianças que realmente precisam e necessitam, senão eles vão para o tráfico e vão para a milícia.

Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Não, Presidente, só precioso, como sempre, o Senador Omar Aziz em suas colocações, sejam de quaisquer temas, ele hoje vive um dia tenso, Romário, um dia... Eu estou preocupado com a noite do Senador Omar Aziz, como ela vai ser. Se eu pudesse, até ficaria junto com ele, tomando um vinho com ele, porque ele sabe que, se o Botafogo, que é a maior paixão da vida dele depois da esposa e dos filhos, não ganhar hoje, o Palmeiras será tricampeão brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não tem essa possibilidade. (*Risos.*)

Não tem!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele já está 50% feliz, não é?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Muito feliz, muito, muito! (*Risos.*)

Eu acho que o Botafogo... Muita gente diz assim: "Olha, como a torcida do Botafogo cresceu". Não, o que eu vi foram muitos jovens, adolescentes, pessoas fazendo homenagem aos seus pais, aos seus avós, que eram botafoguenses e não tiveram oportunidade de ver o Botafogo fazer isso. Eles não são nem botafoguenses às vezes, mas estavam torcendo pelo Botafogo pelo fato de lá atrás verem o pai, o avô sofrer, a mãe sofrer pelo Botafogo. E realmente, Romário, você, que é um ídolo nacional – todos nós temos um carinho não só pelo Senador Romário, mas pelo que você representou para todos nós e por tanta alegria que nos deu no futebol – sabe da importância que foi isso. O Botafogo de Didi, de Garrincha, de Nilton Santos...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Gérson.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... de Gérson; o Botafogo de tantos craques que, para o Brasil, cedeu à seleção brasileira, que você tão bem representou... Em vida, eu queria ver o Botafogo e tive essa oportunidade de ver em vida. Infelizmente, alguns amigos meus, o Gilberto Mestrinho, que foi Governador; o Amazonino Mendes, que foi Governador; o Jefferson Peres, que foi Senador da República, eram botafoguenses e não tiveram essa oportunidade, mas torciam pelo Botafogo.

Então, da nossa torcida, disseram: "Olha, a cabe numa Kombi"; não, ela é um pouco maior do que isso, pode ter certeza.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Na Kombi, cabe a do America. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não é?

É lógico que todos nós estamos felizes, mas eu vi muita gente de outras agremiações torcendo pelo Botafogo, pela história que o Botafogo tem, e os torcedores do Botafogo mereciam esse momento.

Por isso, é lógico que, se a gente ganhar hoje, e o Palmeiras empatar, pelo menos, a gente já é campeão brasileiro; também coisa que há muito tempo... Na última vez, parece que foi com o Túlio...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Foi em 95, não é?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Foi 95, é. Faz muitos anos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Parabéns, botafoguenses! Parabéns a todos os botafoguenses. Realmente, foi um título mais do que merecido, e tem mais uma oportunidade hoje, não é? Eu particularmente, sou America de coração, mas ver um time do Rio de Janeiro, no caso, como o Botafogo, que foi, infelizmente, o único time do Rio de Janeiro de que eu não pude ter a honra de ter vestido a camisa, eu fico feliz pelo momento de um time tão querido, que é o Botafogo.

Mais alguma coisa, Senador Kajuru?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, Presidente, tudo bem. Vamos para CCJ; tem votações lá, tem dois projetos meus lá.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente de reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Leila Barros, Fernando Dueire, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Paulo Paim, Romário e Wellington Fagundes, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Wilder Morais, Angelo Coronel, Jorge Seif, Styvenson Valentim e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Sérgio Petecão, Carlos Portinho e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação de Emendas ao PLDO 2025 (PLN 3/2024)**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Esporte à CMO, referentes ao PLDO 2025 (PLN 3/2024), que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências". Relator: Senador Jorge Kajuru. Na discussão, o senador Wellington Fagundes solicitou que ele seja incluído como autor das emendas a serem apresentadas pela Comissão ao PLDO 2025. O pedido foi acatado pelo relator. **Resultado:** Aprovado o relatório do senador Jorge Kajuru, que passa a constituir parecer favorável às seguintes emendas ao Anexo de Prioridades e Metas do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025: NÚMERO: **50540001** | EMENTA: EMENDA 1-CEsp _ 00SL - APOIO À IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA ESPORTE AMADOR, EDUCACIONAL, RECREATIVO E DE LAZER | ALTERAÇÃO META: 300 | AUTORES: Romário, Jorge Kajuru, Paulo Paim, Leila Barros, Mara Gabrilli e Wellington Fagundes; NÚMERO: **50540002** | EMENTA: EMENDA 2-CEsp _ 20JP - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES E APOIO A PROGRAMAS, EVENTOS E PROJETOS DE ESPORTE AMADOR, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL | ALTERAÇÃO META: 5.000 | AUTORES: Romário, Jorge Kajuru, Paulo Paim, Leila Barros, Mara Gabrilli e Wellington Fagundes; e NÚMERO: **50540003** | EMENTA: EMENDA 3-CEsp _ 21CK - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PARADESPORTO NACIONAL | ALTERAÇÃO META: 50 | AUTORES: Romário, Jorge Kajuru, Mara Gabrilli e Wellington Fagundes. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas, e encaminhada junto às emendas à CMO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Plínio Valério
Presidente Eventual da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/05

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 5 de dezembro de 2024.

A presente reunião é destinada a deliberar sobre as propostas de emendas dos membros desta Comissão de Esporte ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025 (Projeto de Lei nº 3, de 2024, do Congresso Nacional), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Kajuru, para a leitura do seu relatório.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Bom, inicialmente é um prazer ter o meu amigo pessoal, jornalista, como eu, Senador Plínio Valério, que é um exemplo, do Amazonas para o Brasil, de honradez e de responsabilidade pública... Este é um também que contraria aquela minha nova frase, de que aqui, no Senado, e lá na Câmara – aqui pelo menos é aeroporto, a Câmara é rodoviária para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mim –; aquela minha criação de que você vai gostar, sabe qual é? Que Senador e Deputado trabalham TQQ – terça, quarta e quinta. Alguns só TQ, porque na quinta eles já vão embora. Você é o contrário, você está aqui todo dia. Então, obrigado pela sua colaboração de estar aqui presidindo esta sessão importante para um relatório mais importante ainda.

Mas gostaria de saber, Plínio, como você se sente neste momento, entrando em campo no lugar de Romário?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Eu acho que eu devia ser o titular, não é? (*Risos.*)

Mas obrigado, Kajuru, por poder estar colaborando aqui nesta nossa Comissão sempre que é preciso. A gente sabe que todos nós temos várias Comissões e não pode, mas, eu estando no Senado e você precisando da minha presença, é obrigatório. E, claro, o Romário dispensa qualquer comentário.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Claro, que é isso!?

Bem, vamos diretamente ao relatório então.

Senhoras e senhores, Deus e saúde, um Natal justo e amoroso é o que quer o meu coração a todos e todas do nosso Brasil brasileiro e um ano de 2025 bem melhor.

No prazo estabelecido pela Comissão, foram oferecidas 21 propostas de emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025 (PLDO 2025), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2025, todas destinadas ao Anexo de Prioridades e Metas. Apresentaram as indicações as Senadoras Leila Barros e Mara Gabrilli e os Senadores Jorge Kajuru, Paulo Paim e Romário.

Conforme aprovado no parecer preliminar do PLDO 2025 pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), cada Comissão permanente pode apresentar até três emendas ao Anexo de Prioridades e Metas do projeto.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em que pese o inegável mérito das 21 propostas recebidas, de acordo com as normas, esta Comissão deve selecionar apenas três para apresentar. Assim, optei por escolher as ações orçamentárias que receberam a maior quantidade de indicações, que foram: (a) “00SL - Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Amador, Educacional, Recreativo e de Lazer", sugestão das Senadoras Leila Barros e Mara Gabrilli e dos Senadores Jorge Kajuru, Paulo Paim e Romário; (b) “20JP - Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Programas, Eventos e Projetos de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social”, indicação das Senadoras Leila Barros e Mara Gabrilli e dos Senadores Jorge Kajuru, Paulo Paim e Romário; e (c) “21CK - Promoção e Desenvolvimento do Paradesporto Nacional”, sugestão da Senadora Mara Gabrilli e dos Senadores Jorge Kajuru e Romário.

Por meio do reforço dessas iniciativas, buscamos ampliar a oferta de atividades esportivas para a população brasileira, principalmente para aqueles em situação de vulnerabilidade econômico-social.

Diretamente ao voto.

Ante o exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Esporte apresente à CMO estas emendas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, querido e respeitado Presidente Plínio Valério.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Kajuru, como sempre, objetivo, direto e cumpridor de horário, embora aqui não tenha horário, não é? Naqueles outros dias, o Kajuru passou do tempo dele, que é de dez minutos: ele discursou em dez minutos e dez segundos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E eu fui para o meu gabinete, cronometrei e falei: "Só não vou processá-lo porque ele é meu amigo".

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Deu dez minutos?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, deu 8 minutos e 26 segundos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você acha que eu sou Girão, Magno Malta, que ficam falando 35 minutos? (*Risos.*)

Eles acham que alguém no Brasil vai ver na TV Senado um cara falar meia hora.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Não vai, é verdade.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ninguém aguenta isso, ninguém suporta. Você concorda comigo?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Concordo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você é sempre objetivo nos seus pronunciamentos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – É verdade.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E eles são meus amigos, tanto o Magno como o Girão, e eu conto para eles.

É igual a mania que eles têm de, às 2h da tarde, falar. Sabe quantas pessoas estão vendo a TV Senado às 2h da tarde? Vinte.

Eu sou um homem que tem 50 anos de carreira na televisão brasileira nacionalmente, como você sabe – você é jornalista. Eu já fui visto em final de Copa do Mundo por 90 milhões de pessoas, quando eu transmiti a Copa do Mundo de 1998, aquela da França. Aí você acha que eu vou entrar no ar para 20 pessoas me verem? Você está brincando, não é?! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Eu vou repetir o que eu disse aqui na CPI que eu presidi.

Todos os dias de manhã, quando eu acordo – e quando eu vou dormir também –, eu agradeço a Deus por ser amigo do Kajuru e do Omar Aziz. (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Segundo o Esperidião Amin, nós dois somos os Poderes moderadores do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – E não esqueça nunca – nunca! – que você é meu amigo. Não esqueça nunca.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nunca vou esquecer – e é sincero.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Kajuru, que passa a constituir parecer favorável às seguintes emendas ao Anexo de Prioridades e Metas do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025:

a) 00SL; Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Amador, Educacional, Recreativo e de Lazer; sugestão das Senadoras Leila Barros e Mara Gabrilli, e dos Senadores Jorge Kajuru, Paulo Paim e Romário – uma seleção boa aqui, Kajuru –;

b) 20JP; Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Programas, Eventos e Projetos de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social; indicação das Senadoras Leila Barros e Mara Gabrilli, e dos Senadores Jorge Kajuru, Paulo Paim e Romário;

c) 21CK; Promoção e Desenvolvimento do Paradesporto Nacional; sugestão da Senadora Mara Gabrilli, e dos Senadores Jorge Kajuru e Romário.

A Secretaria da Comissão providenciará o registro e a ata das propostas de emendas aprovadas, com a identificação nominal dos respectivos proponentes, além de, juntamente com a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, os ajustes técnicos necessários no sistema Lexor, para envio do lote de emendas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Aprovação da ata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrarmos o nosso trabalho, submeto... (*Pausa.*)

Opa, Wellington! Eu estava aqui de cabeça baixa.

Então, antes da aprovação da ata, ouviremos o Senador Wellington Fagundes.

Com a palavra, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Meu caro companheiro Jorge Kajuru, quase conterrâneo – não é? –, porque o Araguaia se confunde em Mato Grosso e Goiás, eu quero, inclusive, aproveitar aqui... Nós estávamos ontem tendo um simpósio da tecnologia aplicada na medicina, a medicina do futuro, mas na verdade é a medicina do presente, não é? E V. Exa. conhece bem, sabe a importância que representa isso; eu também – até registrei isso –, porque eu fui operado numa cirurgia robótica. E disso a gente não pode abrir mão, de buscar a tecnologia para salvar vidas acima de tudo.

Mas aqui nós estamos falando de esporte, não é? Então eu quero cumprimentar o Senador Plínio Valério, ele é o Relator. Eu queria pedir a possibilidade de me incluir também como indicador dessas emendas. Eu acho que o Senador... Não sei se o Senador Jorge Kajuru também participou efetivamente, mas nós que aqui estamos vamos votar e aprovar...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Seria importante, porque lá nas nossas bases é fundamental, Relator, que conste também a nossa participação.

Por isso eu queria pedir aqui publicamente, e quero elogiar o seu trabalho nesta Comissão. É uma Comissão extremamente importante, porque, quando você promove o esporte, você traz saúde, você traz vida, você tira do descaminho, então por isso eu aqui também elogio a participação de todos.

E eu faço questão, aproveitando ainda, de registrar também a presença aqui de Vereadores lá do nosso Araguaia: a Vereadora Rosa Pereira do Lago Morais, que é do PRD; o Vereador Gervásio dos Santos Oliveira; e também o Wedersilva Correia Silva, todos eles Vereadores lá do São José do Xingu, no que a gente diz hoje Baixo Araguaia, onde as regiões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão desenvolvendo muito. Eu faço questão de citar, até porque também vamos inaugurar uma grande praça lá, ficou muito bonita, construída com uma emenda que aloquei.

E, Senadores, principalmente o Senador Jorge Kajuru, que aqui preside, V. Exas. sabem quando é importante levar uma quadra de esportes, você levar um ginásio, levar... Enfim, todas as obras são extremamente importantes, por isso o papel nosso, como Parlamentares, de estar aqui fazendo as emendas e buscando valorizar principalmente o municipalismo, porque é lá que acontece, é lá que existem os problemas e as soluções. Quando a gente faz junto com a base, com os Vereadores, com os Prefeitos, com a comunidade, com certeza o recurso é mais fiscalizado e melhor aplicado.

Eu sou um municipalista convicto, sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Municípios, por isso eu fiz questão, e acho que o Vereador tem um papel extremamente importante. Eu falo, Senador Kajuru, que eu sou um político com defeito de origem, porque eu fui apenas Deputado Federal, então fui eleito seis mandatos como Deputado Federal, estou aqui no segundo mandato como Senador, mas não fui Vereador; e eu quero terminar minha carreira como um grande brasileiro mato-grossense, o Fragelli. Ele saiu da Presidência do Congresso Nacional e falou: "Agora eu vou ser Vereador da minha pequena Aquidauana", uma cidade com menos de 5 mil habitantes. Então eu quero ser Vereador da minha grande Rondonópolis.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Senador Wellington, antes de passar a palavra ao Senador Kajuru e à pergunta dele, quero dizer que nós temos muita coisa comum, eu e o Kajuru. Uma delas é que nós éramos Vereadores, antes de nos tornarmos Senadores.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exatamente. Nós dois, nós dois.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Nós viemos direto da Câmara Municipal para o Senado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aliás, no Brasil inteiro, só nós dois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Só?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu fiquei dois anos como Vereador. Eu fui o mais votado da história de Goiás e já com 1,6 milhão de votos, virei Senador, e você a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Mas como é que vai constar na história? Eu sou o primeiro ou você é o segundo?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, nós dois juntos. Entre nós não tem isso. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Eu passo a palavra para o Relator Senador Kajuru sobre o pedido.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas é interessante. Eu não sabia dessa postura de um homem que, da Presidência do Congresso Nacional, ele vai ser Vereador da cidade natal dele. Isso é um amor à cidade exemplar, que toda a cidade tem que aplaudi-lo e quase que ser eleito por aclamação. Não tem discussão.

Eu duvido... Você acaba de falar, Wellington Fagundes, e assim como Plínio, você pelo Mato Grosso é um exemplo de honradez e de responsabilidade pública, essa sua atitude vai ficar na história do Mato Grosso. É o seu amor à sua cidade natal. Eu sou muito sincero, eu sou de Cajuru, a 54 quilômetros de Ribeirão Preto. Eu amo Cajuru, gosto da cidade, mas eu não dou conta de tomar uma decisão dessa. Primeiro que eu não quero ficar mais. Eu voltei para a televisão, é onde eu estou apaixonado. Eu juro por Deus...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu quero que você me convide para participar lá também.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Do meu programa com a Leila.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Do seu programa com a Leila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você e o Plínio, pode ter certeza disso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu registro, viu, Kajuru, a Senadora Leila esteve agora no Mato Grosso, num grande evento no Pantanal.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu sei, ela me contou. Ela me ligou de lá com você.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E quero convidar também a Comissão para ir lá no Pantanal, conhecer o Sesc Pantanal, uma unidade de 108 mil hectares, uma reserva ambiental, e vamos ver se a gente faz um evento também da nossa Comissão.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro. Eu só queria acrescentar rapidamente – enquanto a Leila não chega também para o início da Comissão de Meio Ambiente, onde eu também tenho um relatório a apresentar. Ela está lá na reunião de Líderes, e mesmo ela não sendo Líder do partido dela, mas, na ausência da Ana Paula Lobato, a Leila chega daqui a pouquinho –, é preciso reconhecer aqui, Plínio, Wellington, senhoras e senhores, e o Brasil inteiro, o comportamento do Romário de Souza Faria, que é meu amigo e irmão, e assim ele me chama publicamente, desde 1989, e o Romário fala que só tem dez amigos, e ele é assim mesmo, ele é desse jeito mesmo, o Romário. E de quem ele é amigo, ele é amigo mesmo, ele morre abraçado.

E o Romário está tendo um comportamento exemplar, porque o que ele fez? Ele começou a conversar com os Deputados, foi lá com o Arthur Lira, ele está tendo a paciência. Eu por exemplo, nem a mão eu dou para o Arthur Lira, porque eu tenho nojo dele, e falo isso publicamente. Aliás, se ele quiser me processar, eu coloco o diploma do processo dele no meu gabinete como atestado de idoneidade.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. *Fora do microfone*.) – E manda ele entrar na fila.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E manda ele entrar na fila, é mais um processo para mim. Realmente eu não gosto dele, pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um dia ele entrou no Plenário do Senado, e foi dar a mão para mim, ficou com a mão no ar, porque mão para mim é pele, eu só dou a mão para que eu gosto.

E o Romário não. Ainda mais eu falando isso, você acha que eu iria conseguir? Nunca. Tem Deputado que me odeia, porque eu chamo a Câmara de rodoviária e o Senado de aeroporto.

O Romário está fazendo um trabalho bonito, porque gente, o que aconteceu o ano passado – por isso é a minha revolta com a Câmara, e principalmente com o Arthur Lira, e é preciso ter a coragem minha para fazer isso –, porque o que aconteceu o ano passado foi de uma estupidez, para não falar de desonestidade. Eu não sei se você tomou conhecimento, Wellington, e você Plínio: o orçamento definido o ano passado para a Comissão de Esporte da Câmara foi de 2 milhões – desculpa –, foi de 1 bilhão, perdão. E a Comissão de Esporte do Senado, 2 milhões.

O que justifica a Comissão de Esporte da Câmara ter 2 bilhões e aqui, no Senado, 2 milhões? Qual a diferença dela para a nossa? E a nossa para ela? A nossa tem, porque a nossa pelo menos nunca terminou CPI com denúncia de achaque. Lá terminou com denúncia de achaque, de Deputado recebendo dinheiro, inclusive de *bets*. Aqui não. Graças a Deus, nunca teve uma denúncia dessa, pelo menos por enquanto. Tomara a Deus que não tenha.

Então, o Romário é que está fazendo esse trabalho, em nome de todos nós, da nossa Comissão. E tenho certeza de que haverá justiça na CMO (Comissão Mista de Orçamento), porque também houve outras discrepâncias. Não sei se você tomou conhecimento do caso do Flávio Arns. A Comissão de Educação dele, no Senado, teve um orçamento infinitamente inferior à Comissão de Educação da Câmara. Essas coisas precisam ter uma coerência, não é verdade? E isso aconteceu exclusivamente por esse sujeito chamado Arthur Lira.

É isso que eu queria deixar registrado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – O pedido está aceito e fará parte da ata desta reunião.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós estamos incluindo o nome do Kajuru e do Wellington também nessas emendas. É esse o pedido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Tá.

Kajuru, a proposta... Eu até estou vendo a data, acho que tem dois anos, não é? Quando a Câmara mudou o Regimento Interno deles, a minha assessora Vânia me mostrou e eu perguntei ao nosso Presidente Rodrigo Pacheco. Eles mudaram lá, tornando assim... Grosso modo: todo projeto nosso aprovado aqui que for para lá e lá tiver algum parecido, o nosso é anexado ao deles e perde a validade.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E o senhor ficou revoltado, não é, Senador Plínio?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – E a gente continua aqui fazendo... Bom, chegou... O deles lá tem prioridade aqui, se não tiver outro. Então, a gente está hoje manietado, amarrado à Câmara, e a Mesa do Senado não tomou nenhuma providência.

Eu, no dia, denunciei é muito forte, mas pedi. Nós estamos sujeitos lá. Por exemplo, a gente tem um projeto aqui avançado e tal, mas se, ao chegar lá, já tiver um outro, já era o nosso projeto, morreu. E nós somos Senadores da República Federativa do Brasil. A gente tem alguma coisa a fazer na próxima Mesa.

Quer falar ainda, Wellington?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Não? Satisfeito?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não, é porque está acontecendo a mesma situação. Inclusive V. Exa. citou um projeto meu que aconteceu da mesma forma. Realmente é revoltante – não é? –, porque o projeto que começou primeiro no Senado, quando vai para lá, eles pegam e apensam, dando prioridade...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Ao deles. E está no Regimento deles. O nosso continua aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Exatamente. Precisamos mudar, inclusive.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só para concluir e as pessoas entenderem, eu não faço crítica a ninguém sem motivo. Graças a Deus! Eu tenho 50 anos de carreira na televisão brasileira, recebi mais de 150 processos, nunca fui condenado, porque tudo o que eu falei eu falei baseado em algum motivo.

Na questão do Arthur Lira, que fique bem claro aqui, além disso que ele fez conosco, que nos indignou evidentemente, aqui na Comissão de Esporte, eu sou – vocês podem entrar no portal de transparência do Senado – o campeão de projetos de lei. Eu tenho mais de 500 projetos em seis anos de mandato.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Senador Kajuru, o senhor me permite copiar alguns deles, viu? Inclusive projetos extremamente...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E você sabe que é projeto bom.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E copiar não tem problema, não é?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nenhum problema. Tudo que é bom...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Se você cita a fonte, não é?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro. Eu copiaria os seus tranquilamente.

Por exemplo, eu agora apresentei um com que o Brasil inteiro ficou satisfeito, o da paternidade. Perfeito?

Sabe por que o Kajuru também tem essa bronca com o Arthur Lira? Pessoalmente, eu não sei o porquê. Eu perguntei ao Rodrigo Pacheco, e ele falou: "Kajuru, eu sinceramente não sei".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até hoje... De que adianta eu ser campeão de projeto, se até hoje ele não colocou nenhum projeto meu para votar na Câmara? Nenhum! Você sabe dos meus importantes, aquele do diabetes, por exemplo, que no Governo Bolsonaro o General Mourão aprovou, que é o SUS dar o primeiro socorro ao diabético e fornecer a insulina, a criação de centros diabéticos. Só que na época não era o Arthur Lira o Presidente da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Você tem projetos muito bons. Eu me lembrei agora – e a gente está aqui esperando a Senadora Leila chegar, antes do encerramento – de uma passagem, Kajuru e eu. Você lembra quando um general, no Governo passado, acusou, disse que na Câmara tinha malandro e não sei o quê? Aí eu fiz um ofício perguntando ao general se eu estava na relação dele como malandro, como picareta. Aí o Kajuru viu e falou: "Eu posso?". Eu disse: "Claro!". Aí o Kajuru também fez – também fez.

A Leila acaba de chegar. Eu passo, então, para você encerrar, Kajuru. Quer que eu encerre?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você mesmo, você que é o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Então, está bom. Então, vamos lá.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aí depois assume a fera.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Aprovação da ata...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ela agora é Líder aqui, ela é tudo, é poderosa.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Eu vou encerrar, porque, quando a Leila chega, o Kajuru não para, eu já conheço isso. Quando a Leila chega, liga a pilha dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – São só 30 anos de amizade.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Aprovação da ata.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* e encaminhada junto às emendas da CMO.

Nada mais havendo a acrescentar... A inclusão do nome do Senador Weverton fará parte da ata desta sessão.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e oito minutos do dia onze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Romário e Jorge Kajuru, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Leila Barros, Plínio Valério, Fernando Dueire e Paulo Paim, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Angelo Coronel e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Carlos Portinho e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 864, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 88 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências", para dispor sobre a relação de emprego entre os árbitros e as federações." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1 - CEsp (Substitutivo). **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2127, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para reconhecer os esportes da mente como práticas desportivas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5071, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Futebol Americano." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2810, de 2021 - Terminativo -** que: "Reconhece o jogo de queimada como modalidade esportiva no Brasil." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3958, de 2023 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de João Carlos de Oliveira, conhecido como João do Pulo, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 6118, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1.998, e a Lei n.º 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Games e Esports (CBGE) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2955, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Insere o § 3º no art. 39 da Lei nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

9.615, de 24 de março de 1998, para dispor sobre a responsabilidade subsidiária das entidades de prática desportiva cedente e cessionária pelas obrigações trabalhistas decorrentes do período de vigência do contrato de cessão temporária." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3047, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 6º da Lei n º 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda os valores recebidos por atletas brasileiros medalhistas em Jogos Olímpicos, a título de premiação pela conquista das medalhas, pagos pelo Comitê Olímpico Brasileiro ou pelo governo federal ou qualquer de seus órgãos." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3073, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para conceder isenção de tributos incidentes na importação de recursos recebidos em evento esportivo oficial no exterior." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3062, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir premiação paga pelo Comitê Olímpico Brasileiro no rol de rendimentos isentos de Imposto de Renda." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3602, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para criar hipótese de dedução do imposto de renda relativa às doações realizadas em favor de entidades beneficentes que tenham como atividade principal projetos sociais nas áreas do esporte e da saúde; e a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para possibilitar ao doador a indicação da destinação dos recursos doados a projetos específicos, desde que aprovados pelos conselhos municipais, estaduais e distrital do idoso." **Autoria:** Senador Bene Camacho (PSD/MA). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3742, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para dispor sobre a inclusão de normas nos regulamentos das competições destinadas a resguardar a imagem e a dignidade dos atletas em casos de lesões ocorridas durante as partidas." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 4439, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, que institui a Lei Geral do Esporte, para incluir entre as exigências da organização esportiva formadora o dever de conscientizar os atletas em formação sobre a limitação temporal da carreira esportiva e o planejamento para a transição de carreira." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e vinte e cinco minutos.

Senador Romário
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/11

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nessa data, 11 de dezembro de 2024.

Bom dia, obrigado a todos pela presença.

Senhoras e senhores, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, ano passado aceitei a indicação do meu partido e a honrosa missão de ser o primeiro Presidente desta Comissão de Esporte do Senado Federal. Trabalho não faltou nesse período, os números falam por si: foram 30 reuniões ordinárias e extraordinárias, ocasiões em que debatemos e aprovamos 43 projetos de lei ligados ao desenvolvimento, fomento e organização do esporte brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse período, realizamos 15 audiências públicas sobre os mais variados temas como o Plano Nacional do Esporte, desafio do futebol feminino, combate ao racismo, esportes eletrônicos e profissionalização dos árbitros, tema que também debateremos hoje.

Nossos mais de cem convidados que aqui estiveram exerceram o bom debate junto com os nobres pares integrantes desta Comissão. Aqui enfrentamos questões espinhosas e importantes como a regulamentação das apostas esportivas, o acesso aos *personal trainers* à academia, a prática da pipa e a conceituação como modalidade desportiva do esporte. E sempre prestigiando a boa discussão, a livre manifestação de pensamento, a nobre arte da política e do Parlamento em sua melhor acepção.

Como prestação de contas das nossas atividades nesse primeiro biênio, informamos que foi confeccionada uma revista informativa da Comissão de Esporte, a qual já está sendo distribuída aos Senadores e Senadoras.

Quero, por fim, registrar o meu agradecimento especial ao meu irmão aqui ao meu lado, parceiro de sempre, Senador Kajuru, Vice-Presidente desta Comissão, a todos os outros integrantes aqui presentes e a todos os servidores da Secretaria da Comissão de Esporte. Muito obrigado a todos por tudo. Eu tenho certeza de que foi um ano muito importante para o Senado Federal, já que foi o primeiro ano, irmão Kajuru, desta Comissão. Eu tenho certeza de que, a partir de agora, os nossos Senadores e Senadoras começarão a dar uma importância até maior para esta Comissão tão importante para o nosso Brasil e para a saúde do nosso povo.

Muito obrigado a todos.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Como Relator do primeiro item de pauta, passo a Presidência neste momento para o meu irmão e querido Senador Jorge Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, inicialmente Deus e saúde, um Natal mais justo e amoroso, e que Deus lhes guarde com um próspero ano novo e com muita felicidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inegavelmente, é um privilégio ter tido esta oportunidade de ver a Comissão de Esporte sob a Presidência de um ser humano que é o mais especial deste Congresso Nacional e um quadro como homem público irretocável por onde quer que tenha passado no mundo inteiro, Romário de Souza Faria.

O Romário não mediu esforços, ele acabou de apresentar um relato resumindo de tudo o que fizemos e, na verdade, temos um ano de 2025 até mais trabalhoso, irmão. Com certeza teremos muito mais a fazer, por fazer, assim como está acontecendo na nossa CPI, que é uma CPI que trabalha absolutamente tecnicamente, com fatos, com provas cabais, irrefutáveis. Não é uma CPI de holofote, que quer fazer graça e festa aqui no Congresso Nacional. E também é uma CPI que, por ter você como Relator, evidentemente, sabemos que ela não pode ter erro, como aconteceu na Câmara, quando uma CPI terminou com denúncias de achaques. Isso conosco nunca vai acontecer.

Bem, senhoras e senhores, o item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 864, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o art. 88 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências", para dispor sobre a relação de emprego entre os árbitros e as federações.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Em 27/09/2023, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.

3. De 18/9/2024 a 5/12/2024, em atendimento ao REQ 12/2024 - CEsp, foram realizadas as atividades do Grupo de Trabalho criado com a finalidade de realizar estudos, no âmbito da Comissão de Esporte, sobre o Projeto de Lei nº 864/2019.

Relatoria: nas melhores mãos possíveis, Senador Romário.

Concedo a palavra ao Senador Romário de Souza Faria para a leitura do seu relatório.

Irmão.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de fazer o relatório, eu faço questão de entregar, em mãos, a primeira revista que foi feita aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ontem eu tive a oportunidade de comentar sobre ela inclusive, muito bem diagramada, muito benfeita, muito bem resumida, detalhada.

E só para você saber, além de muita coisa que eu já copiei de você na minha vida, também aquela revista da sua prestação de contas do ano passado que você fez, aquela que tem a sua foto, revista do Romário. Eu copiei, viu? Eu fiz igualzinho. Vou mostrar para você.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Parabéns, obrigado.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bem, vou direto à análise, Sr. Presidente.

Sob o aspecto da constitucionalidade, não há ainda incompatibilidade material com a Constituição Federal. De igual forma, não identificamos problemas quanto à juridicidade ou à técnica legislativa, com a ressalva que faremos adiante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inexistem, portanto, óbices à aprovação do PL nº 864, de 2019.

No mérito, somos favoráveis à aprovação da proposição.

É fundamental aprofundar o debate com vistas a aprimorar a legislação que rege essas relações, garantindo direitos justos e condições de trabalho adequadas. Considerando isso, foi criado um grupo de trabalho com o objetivo de realizar estudos, no âmbito da Comissão de Esporte, sobre o Projeto de Lei nº 864/2019.

Uma das conclusões do referido grupo foi a instituição de um contrato especial de trabalho para a categoria profissional de árbitros, com possibilidade de pactuação por prazo determinado, e optou-se por estabelecer a necessidade de pactuação do referido contrato para os árbitros dessa modalidade esportiva, na qual os requisitos da habitualidade, subordinação e pessoalidade, ínsitos à relação de emprego, estão bem delineados.

Considerando-se que a LGE revogou as disposições da Lei nº 9.615, de 1998, referentes à atividade de árbitro esportivo, o projeto deve alterar as disposições existentes na Lei nº 14.597, de 2023, a fim de regulamentar o contrato especial de trabalho para essa categoria profissional.

Voto.

Diante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 864, de 2019, na forma do seguinte substitutivo:

> Emenda nº - CEsp (Substitutivo)
> PROJETO DE LEI Nº 864, DE 2019
> Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, que “institui a Lei Geral do Esporte”, para dispor sobre a relação de emprego entre os árbitros esportivos profissionais de futebol com as organizações esportivas.
> O Congresso Nacional decreta:
> Art. 1º O art. 78 da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, passa a vigorar acrescido do seguinte §3º:
> “Art. 78.
> .....
> .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

....

§3º Aos árbitros esportivos profissionais de futebol serão aplicadas as disposições dos arts. 98-A e seguintes desta Lei.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 98-A. A relação do árbitro esportivo profissional de futebol com a organização esportiva regula-se pelas normas desta Lei, pelos acordos e pelas convenções coletivas, pelas cláusulas estabelecidas no contrato especial de trabalho esportivo e, subsidiariamente, pelas disposições da legislação trabalhista e da seguridade social.

Art. 98-B. O contrato especial de trabalho esportivo, firmado entre árbitro e organização que administra ou regula a modalidade esportiva, será escrito e poderá adotar prazo determinado compatível com a duração da competição à qual o profissional estiver vinculado, sem limitação quanto à pactuação de contratos de trabalho especiais sucessivos no tempo.

Art. 98-C. Quando o salário for ajustado por tarefa, será garantida remuneração mensal mínima prevista em acordo ou convenção coletiva de trabalho, no contrato individual de trabalho especial ou em lei.

Parágrafo único. Os prêmios por performance ou resultado e o direito de imagem, caso ajustados, não possuem natureza salarial e constarão de contrato avulso de natureza exclusivamente civil.

Art. 98-D. A remuneração pactuada deverá considerar como tempo à disposição o necessário à capacitação dos árbitros esportivos profissionais de futebol, além do tempo de preparação física e outras atividades inerentes à sua função.

Art. 98-E. O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a 1 (um) mês.

Art. 98-F. Quando o contrato especial de trabalho esportivo possuir prazo inferior a 12 (doze) meses, o árbitro terá direito ao pagamento dos valores referentes às férias proporcionais, acrescidas do terço constitucional e décimo terceiro salário proporcional.

Art. 98-G. São garantidas as estabilidades provisórias da gestante e do empregado acidentado, nos termos do art. 118 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 98-H. É facultado aos árbitros esportivos profissionais de futebol organizarem-se em associações profissionais e em sindicatos.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Como sempre, bem objetivo, escorreito e absolutamente exímio o relatório do Senador Romário, Presidente desta Comissão de Esporte.

E eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CEsp (Substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Devolvo a Presidência, prazerosamente, desta Comissão de Esporte para o Senador Romário de Souza Faria.

E naquela luta da gente, Presidente, vou lá salvar, na Comissão de Meio Ambiente, agora a nossa amiga Leila.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Kajuru, meu irmão de sempre...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de terminar esta reunião, eu gostaria de agradecer aqui a todos os integrantes deste grupo de trabalho que foi formado para que eu pudesse fazer esse relatório que foi feito.

Vou começar aqui com o Sr. Vicente Costa Pithon Barreto, Coordenador do grupo de trabalho.

Muito obrigado, Vicente, por ter feito esse trabalho tão interessante e relevante para os nossos árbitros do nosso futebol.

A Sra. Priscila Dibi Schvarcz, Procuradora do Ministério Público do Trabalho; o Sr. Renan Bernardi Kalil, Procurador do Ministério Público do Trabalho; o Sr. Evandro Rogério Roman, ex-árbitro de futebol e político brasileiro; a Sra. Gabriella Cristina Gonçalves Carneiro, Auditora Fiscal do Trabalho do Ministério de Trabalho e Emprego; Sr. Anderson Daronco, árbitro de futebol, representante da Associação de Árbitros de Futebol do Brasil (Abrafut); Sr. Raphael Claus, árbitro de futebol; Sr. Luís Antônio Silva dos Santos, ex-árbitro de futebol; Sr. Luiz Felipe Guimarães Santoro, assessor jurídico da Confederação Brasileira de Futebol (CBF); Sr. Wilson Luiz Seneme, Presidente da Comissão de Arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol; Sr. Giulliano Bozzano, Gerente Técnico de Arbitragem da Comissão de Arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol; Sr. Patricio Hernan Loustau, Presidente da Comissão de Arbitragem da Federação Paulista de Futebol; Sr. Luiz Mairovitch, Diretor do Departamento de Arbitragem da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro; Sr. Marcelo Van Gasse, Presidente da Associação de Árbitros de Futebol do Brasil (Abrafut); Sr. Salmo Valentim, Presidente da Associação Nacional dos Árbitros de Futebol (Anaf); Sr. Rafael Bozzano, advogado; Sra. Eloísa Vilela de Souza, Vice-Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 1ª Região do Rio de Janeiro; Sr. Vinicius Machado Calixto, Consultor Legislativo do Senado Federal; Sr. Lucas Silva de Castro, Consultor Legislativo do Senado Federal; Sr. Lindberg Aziz Cury Júnior, Secretário da Comissão de Esporte da Câmara dos Deputados; Sra. Luma Rosa Paschoalato, Assessora Legislativa do Senado do nosso Senador Jorge Kajuru; Sra. Francislaine Santos Vieira Stecker, Assessora Legislativa do Senador Carlos Portinho; Sr. Roberto Lasserre, Assessor Legislativo do Senador do Eduardo Girão; Sr. Thalis Augusto Oliveira Murrieta, Assessor Legislativo da Senadora Leila Barros; Sr. Cristiano Caús, Consultor Jurídico da Federação Paulista de Futebol; e Sr. Sandro Marques Cavalcante Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor do Ministério do Esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos vocês por participarem diretamente desse grupo de trabalho.

Antes de encerrarmos o nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos pela participação.

(Iniciada às 9 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 25 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 02FD80E1006896FB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.